

Banco de Provas Comentadas

- Concursos Jurídicos -

2024



⚠️ Aviso importante

Olá!

Antes de você acessar este material gratuito, gostaríamos de dar um aviso muito importante.

Pela 3ª vez na nossa história, iremos lançar a nossa **Assinatura Jurídica Vitalícia** e gostaríamos que você fosse o nosso convidado especial neste momento.

Através dessa assinatura, muito pedida e cobiçada pelos alunos, você poderá ter **acesso eterno** aos nossos cursos para todas as carreiras jurídicas e **nunca mais gastar um centavo** com materiais.

📍 O lançamento será no dia **12/05, às 10h**. Para ter acesso antecipado a todas as novidades, participe da **lista VIP no WhatsApp** clicando no botão abaixo.



APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal! Tudo bem?

Aqui é o **Thiago Föetsch Dias de Carvalho**, professor e coordenador de questões do Estratégia Carreiras Jurídicas.

> Gostaria de lhes apresentar o e-book Banco de Provas Jurídicas Comentadas, elaborado com carinho e cuidado por vários professores. Nele você terá as questões das provas jurídicas de 2024 comentadas.

Lembre-se que em nosso **Sistema de Questões** temos mais de **130.000 (cento e trinta mil) questões** exclusivamente das **Carreiras Jurídicas**, muitas delas comentadas em texto e/ou em vídeo, para que você obtenha a sua aprovação.

Forte abraço,

Thiago Föetsch Dias de Carvalho, e equipe de questões.

Sumário

Apresentação 2

Magistraturas 6

TJ-SC 6

I ENAM 120

I ENAM - Reaplicação de Manaus/AM 225

TJ-SP 325

TJ-SC 417

II ENAM 539

TJ-MT 645

TJ-PE 755

Ministérios Públicos 865

MPE-GO 865

MPE-RJ 996

MPE-SC 1120

MPE-RO 1312

MPT 1449

MPE-MG 1571

MPE-MS 1661

Procuradorias 1777

PGM Mogi das Cruzes/SP 1777

PGE-SP 1892

PGE-RN 2024

PGM Guarulhos/SP 2147

PGM Sorocaba/SP 2227

PGM Londrina/PR 2320

PGM Cuiabá/MT 2403

PGE-GO 2510

PGM Jaboatão dos Guararapes/PE 2632

PGM Vitória/ES 2742

PGE-PR 2854

Defensorias Públicas 2957

DPE-AC 2957

DPE-PR 3065

Delegados 3189

PC-SC 3189

PC-PE 3306

Cartórios: Serventias Extrajudiciais 3412

TJSP 3412

TJ-PE 3510

BANCO DE PROVAS JURÍDICAS COMENTADAS (2024)

MAGISTRATURAS

TJ-SC

QUESTÃO 01. Leonardo contratou Vanessa para que ela encontrasse um inquilino para alugar seu apartamento, dando-lhe poderes para representá-lo no contrato de locação na posição de locadora. Como ninguém se apresentou interessado em alugar o imóvel, Vanessa alugou o apartamento para si própria, figurando no contrato também como locatária, em nome próprio.

Diante da ausência de permissão legal ou de Leonardo, segundo o Código Civil de 2002, o contrato de locação celebrado por Vanessa consigo própria é:

a) inexistente;

b) nulo;

c) ineficaz;

d) válido;

e) anulável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda regras fundamentais do Direito Civil, em especial, a validade dos atos praticados por representantes em nome de outrem.

O Código Civil, em seu artigo 117, trata do chamado autocontrato, que ocorre quando um agente atua em nome próprio e ao mesmo tempo representa outra pessoa em um mesmo negócio jurídico. No caso de Vanessa, ela celebrou um contrato de locação consigo mesma, representando Leonardo (locador) e sendo ela própria a locatária. A regra geral é que o autocontrato é anulável, pois existe um conflito de interesses. Art. 117 do Código Civil: "Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo."

A alternativa A está incorreta: o contrato existe, possuindo os elementos essenciais como agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei.

A alternativa B está incorreta: a nulidade ocorre em casos mais graves de vícios no negócio jurídico, como objeto ilícito ou incapacidade absoluta do agente.

A alternativa C está incorreta: a ineficácia se refere à incapacidade do negócio jurídico de produzir efeitos. No caso, o contrato produz efeitos, mas pode ser anulado.

A alternativa D está incorreta: o contrato não é válido, pois possui um vício que o torna anulável.

A alternativa E está correta: o contrato celebrado por Vanessa consigo própria, sem a devida autorização, é anulável, conforme o art. 117 do Código Civil.

QUESTÃO 02. Regina e Cláudio se casaram sob o regime da comunhão parcial de bens. Na constância do casamento, Cláudio praticou alguns atos jurídicos sem a vênia de Regina, não suprida pelo juiz, dentre eles:

I. Gravou de ônus real bem imóvel adquirido onerosamente na constância da união e registrado em seu nome;

II. Contratou mútuo bancário para adquirir o necessário para a economia doméstica;

III. Doou a lancha comprada por ele no segundo ano de casamento.

Examinadas as medidas tomadas por Cláudio, o(s) ato(s) passível(eis) de invalidação é(são):

a) I, apenas;

b) I e II, apenas;

c) I e III, apenas;

d) II e III, apenas;

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão trata da necessidade de autorização conjugal (vênia conjugal) em certos atos praticados durante o casamento. O Código Civil de 2002 exige a concordância do outro cônjuge em determinadas situações, como forma de proteger o patrimônio comum do casal.

O ato do item I é passível de anulação porque o art. 1.647, I, do Código Civil, exige a autorização do outro cônjuge para a constituição de ônus real sobre bens imóveis do casal. Ou seja, Cláudio, ao gravar de ônus real o bem imóvel adquirido na constância da união, deveria ter obtido a vênia conjugal de Regina. A falta dessa autorização torna o ato passível de anulação.

O ato do item II está correto, porque o art. 1.643, incisos I eII, do Código Civil, dispensa a vênia conjugal para a contratação de dívidas relativas à economia doméstica. Portanto, Cláudio não precisava da autorização de Regina para contratar o mútuo bancário.

O item III é passível de anulação porque o art. 1.647, III, do Código Civil estabelece que a doação de bens comuns ou bens que integrem o patrimônio do casal depende da autorização do outro cônjuge. Como a lancha foi adquirida durante o casamento (na constância da união), ela integra o patrimônio comum. Assim, Cláudio deveria ter obtido a vênia conjugal para realizar a doação. Sem essa autorização, o ato é passível de anulação.

Os atos I e III são passíveis de invalidação, pois envolvem a necessidade de vênia conjugal, enquanto o ato II não requer essa autorização.

QUESTÃO 03. Enquanto manobrava seu automóvel para estacionar na rua, Adailton não percebeu a pedestre Emengarda e veio a atingi-la com o veículo, causando-lhe ferimentos leves. Em razão disso, foi condenado a indenizá-la em cinco mil reais a título de danos morais.

Sobre o montante indenizatório, devem incidir atualização monetária e juros a partir das datas, respectivamente:

a) do acidente e da citação;

b) do ajuizamento da ação e do acidente;

c) do ajuizamento da ação e do arbitramento da indenização;

d) do arbitramento da indenização e do acidente;

e) do arbitramento da indenização e da citação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Conforme o enunciado n. 54 da Súmula do STJ, em casos de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios devem ser contados desde a data do evento que causou o dano, ou seja, desde o acidente, independentemente da data em que a ação foi ajuizada ou em que a sentença foi proferida.

A atualização monetária, por sua vez, incide a partir do arbitramento da indenização, conforme o enunciado n. 362 da Súmula do STJ: "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.". Isso se justifica porque a correção monetária visa preservar o valor real do montante fixado pela sentença, o que só pode ocorrer a partir do momento em que o valor da indenização é determinado.

QUESTÃO 04. Virgulino adquiriu, em março, um imóvel localizado em condomínio de luxo, mas veio a descobrir que o proprietário anterior deixara três pendências. Primeiro, o débito condominial relativo a janeiro não foi pago e agora vem sendo cobrado dele pelo condomínio. Segundo, no limite do terreno há um casebre que está em iminência de ruína e cuja demolição vem sendo demandada pelo vizinho, que seria atingido caso o casebre efetivamente viesse a ruir. Terceiro, o vizinho deixou de pagar a conta do serviço autônomo municipal de água e esgoto, que também vem sendo cobrado dele.

Virgulino pode ser responsabilizado pelo cumprimento:

a) somente do débito condominial;

b) somente da obrigação de demolir o casebre;

c) somente do débito condominial e da conta de água e esgoto;

d) somente do débito condominial e da obrigação de demolir o casebre;

e) do débito condominial, da obrigação de demolir o casebre e da conta de água e esgoto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Quanto ao débito condominial relativo a janeiro, de acordo com o art. 1.345 do Código Civil, o adquirente de unidade condominial responde pelos débitos condominiais, inclusive os anteriores à aquisição, independentemente de quem os gerou. Ou seja, Virgulino pode ser cobrado pelo débito condominial do mês de janeiro, pois esse tipo de dívida acompanha o imóvel, e não o proprietário anterior.

Quanto à demolição do casebre em iminência de ruína, o novo proprietário do imóvel responde pelas obrigações propter rem, que são aquelas que acompanham o imóvel e vinculam o proprietário, independentemente de quem seja. A obrigação de demolir o casebre em ruína se enquadra como uma obrigação propter rem, pois diz respeito à conservação e segurança da propriedade, o que pode afetar o vizinho, nos termos do art. 1.280 do CC: “O proprietário ou o possuidor tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição, ou a reparação deste, quando ameace ruína, bem como que lhe preste caução pelo dano iminente.”

Diferente é a situação dos débitos relativos essenciais, de natureza pessoal conforme a jurisprudência do STJ: "os débitos relativos aos serviços essenciais, tais como água/esgoto e energia elétrica, são de natureza pessoal, ou seja, de quem efetivamente obteve a prestação do serviço, não se caracterizando como obrigação de natureza propter rem, pois não se vinculam à titularidade do imóvel" (AREsp n. 1.557.116/MG, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 5/12/2019, DJe de 10/12/2019).

QUESTÃO 05. Maria ajuizou ação de cobrança em face de João em 10 de setembro de 2024. A dívida objeto da cobrança constava de instrumento particular e tinha o valor de R$ 15.000,00,

com vencimento em 10 de setembro de 2018. Consta dos autos, todavia, que João e Maria contraíram casamento civil em 10 de setembro de 2020 e, em 10 de setembro de 2022, o casal se divorciou.

Diante da situação hipotética apresentada, e considerando-se o prazo de cinco anos para a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento particular, é correto afirmar que:

a) Maria pode exercer a pretensão até 10 de setembro de 2025, uma vez que ocorreu causa suspensiva da prescrição;

b) A prescrição de Maria foi extinta pela prescrição em 10 de setembro de 2023, o que impede a sua cobrança judicial;

c) Maria ainda pode exercer a pretensão até 10 de setembro de 2027, em razão de causa interruptiva do prazo prescricional;

d) João e Maria podem convencionar prazo prescricional diferente por meio de negócio jurídico;

e) João pode reconhecer a dívida, durante o curso do prazo prescricional, o que importa em renúncia da prescrição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

Maria pode exercer a pretensão até 10 de setembro de 2025, uma vez que ocorreu causa suspensiva da prescrição. De acordo com o art. 197, I do Código Civil, a prescrição não corre entre os cônjuges, enquanto perdurar o casamento. Logo, durante o casamento entre João e Maria (de 10 de setembro de 2020 a 10 de setembro de 2022), o prazo prescricional esteve suspenso. Art. 197, CC: Não corre a prescrição: I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

QUESTÃO 06. O testamento deixado por Hermenegildo gerou significativas controvérsias quando ele faleceu, em virtude da imprecisão dos legados cujo cumprimento impôs a seus dois herdeiros, seus filhos Alberto e Bento.

Dentre os legados que constavam do testamento, o único válido é:

a) "deixo a meu colega de infância Marcelo meus livros de literatura" (apesar dos esforços dos herdeiros, não foi possível identificar de quem se tratava);

b) "deixo a meu motorista, José das Couves, quantia de dinheiro a ser livremente fixada por meu filho Alberto";

c) "deixo minhas roupas de gala a um dos associados de meu Clube de Valsa, a ser escolhido pela minha secretária, dona Letícia Macieira";

d) “deixo Cinco mil reais a Osvaldo Laranjeira, meu leal assistente, que gentilmente se dispôs a figurar como testemunha deste testamento";

e) “deixo meu automóvel a meu vizinho, Virgílio Limoeiro, contanto que ele deixe o automóvel para um dos meus filhos no testamento dele".

Comentários

A banca indicou como correta no gabarito provisório a alternativa C. Em nosso entendimento, a questão é passível de anulação por inexistência de resposta correta.

A alternativa A está incorreta porque se trata de legado deixado a pessoa cuja identidade não é possível verificar (art. 1900, II, do CC).

A alternativa B está incorreta porque deixou a arbítrio de outrem a fixação do valor do legado (art. 1900, IV, do CC).

A alternativa C está incorreta porque deixa legado a pessoa incerta, cometendo a determinação de sua identidade a terceiro (art. 1900, III, do CC).

A alternativa D está incorreta porque favorece a testemunha do testamento (art. 1801, II, do CC).

A alternativa E está incorreta porque institui herdeiro ou legatário sob a condição captatória de que este disponha, também por testamento, em benefício do testador, ou de terceiro (art. 1900, I, do CC). Portanto, todas as alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 07. Baptista cadastrou-se em aplicativo de caronas para prestar serviço como motorista. Em pouco tempo, logrou avaliação elevada pelos passageiros, a ponto de começar a priorizar apenas corridas que lhe rendessem mais. Assim, muitas vezes forçava o cancelamento, atrasando a chegada ao ponto de encontro. O algoritmo, então, identificou essa conduta, que infringia o regulamento, e, imediatamente, notificou-o do desligamento.

À luz da jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça, nesse caso a decisão automatizada da plataforma é:

a) ilegal, na medida em que a hipótese é regida, concomitantemente, pela legislação civil e consumerista, esta a vedar a rescisão unilateral do contrato pelo fornecedor;

b) ilegal, considerada a eficácia horizontal dos fundamentais, de modo que, mesmo em relações civis paritárias, não se admite a afetação de posições individuais sem prévio contraditório e ampla defesa;

c) legal, porque, em relações civis paritárias, deve prevalecer a liberdade negocial e a alocação de riscos contratadas, de sorte que só haverá oportunidade de impugnar essa decisão se assim previsto no regulamento subscrito por Baptista;

d) legal, porque, em relações civis paritárias, deve prevalecer a liberdade negocial e a alocação de riscos contratadas, porém, como as informações que levaram ao descredenciamento são consideradas dados pessoais, deve haver necessariamente a oportunidade de impugnação, nos termos do Art. 20 da LGPD;

e) ilegal, porque as informações que levaram ao descredenciamento são consideradas dados pessoais sensíveis, de modo que não admitem o tratamento automatizado pela plataforma, consoante o Art. 7º, I, da LGPD, sem a prévia consulta ao titular, até mesmo por se considerar a dimensão horizontal dos direitos fundamentais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Essa questão envolve temas relacionados à liberdade contratual, à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e ao direito ao contraditório e à ampla defesa, especialmente no contexto de decisões automatizadas feitas por plataformas digitais.

De acordo com o Art. 20 da LGPD, o titular dos dados pessoais tem o direito de solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, inclusive decisões destinadas a definir seu perfil profissional ou aspectos de sua personalidade. Embora haja liberdade contratual e o contrato possa prever o desligamento por comportamento que infringe o regulamento, as decisões automatizadas que afetam o prestador de serviços devem ser passíveis de revisão, de acordo com a LGPD. Dessa forma, Baptista tem o direito de impugnar a decisão automatizada.

Nesse sentido, o STJ decidiu recentemente que: "O titular dos dados pessoais, que pode ser o motorista de aplicativo, possui o direito de exigir a revisão de decisões automatizadas que defina seu perfil profissional (art. 20 da LGPD)." RESP n. 2.135.783.

QUESTÃO 08. Hermínia tinha três filhos: Chico, Chiquinha e Chicó. Em 2007, resolveu resguardando-se o usufruto, seu único patrimônio, uma casa avaliada em R$ 1.200.000,00, apenas para Chiquinha e Chicó.

Nesse caso, à luz da jurisprudência do STJ, Chico, o filho excluído da doação, poderá alegar:

a) doação universal, dentro de prazo decadencial decenal;

b) doação universal, sem estar sujeito a prazo prescricional por se tratar de ato nulo;

c) doação inoficiosa, quanto ao excesso de doação de R$ 400.000,00, sem estar sujeito a prazo prescricional, por se tratar de ato nulo;

d) doação inoficiosa, quanto ao excesso de doação de R$ 200.000,00, dentro de prazo prescricional decenal;

e) doação inoficiosa, quanto ao excesso de doação de R$ 400.000,00, dentro de prazo decadencial de quatro anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Para resolver essa questão, é importante entender os conceitos de doação universal e doação inoficiosa e suas implicações legais, com base no Código Civil e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Doação inoficiosa ocorre quando o doador doa bens a terceiros, excedendo a parte disponível de seu patrimônio, prejudicando a legítima dos herdeiros necessários (descendentes, ascendentes e cônjuge). A ação para discutir a doação inoficiosa é uma ação pessoal, com prazo prescricional de 10 anos (art. 205 do Código Civil), conforme entendimento do STJ (RESP 1049078/SP).

QUESTÃO 09. Antônio ajuizou, perante a Vara Cível de Brusque, cidade onde reside, ação de cobrança em face exclusivamente de Maria. Isso porque ela era devedora solidária, juntamente com João, seu marido, de R$ 1.000.000,00. Informa que os devedores vinham pagando as prestações com atraso, até que deixaram de quitar a última e mais substancial parcela.

Em sua contestação, João e Maria invocam a cláusula de eleição de foro prevista em contrato, segundo a qual a demanda deveria ser proposta no foro do pagamento, quando vencida a dívida. Como não havia disposição expressa acerca do lugar do pagamento, defendem recair sobre seu domicílio. Noticiam, então, terem se mudado de Florianópolis para Blumenau antes da data prevista para pagamento da última parcela, mas logo depois de se instaurar concurso de credores contra João, que se declarou insolvente.

Nesse caso, então, à luz da cláusula validamente celebrada, o foro competente será:

a) Brusque;

b) Florianópolis;

c) Blumenau;

d) Florianópolis ou Blumenau, à escolha do credor;

e) Florianópolis ou Blumenau, à escolha do devedor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, consoante o gabarito divulgado pela banca examinadora. A questão trata sobre cláusula de eleição de foro competente, mais precisamente acerca da sua obediência.

A alternativa A está incorreta. Brusque é o foro de domicílio do autor, mas a cláusula de eleição de foro deve ser respeitada (art. 327 do CC/02).

A alternativa B está incorreta. O art. 327 do Código Civil fixa o domicílio do devedor como o local de pagamento, salvo disposição em contrário.

A alternativa C está correta. Em razão de João e Maria terem se mudado para Blumenau, lembrando ainda que não havia disposição expressa acerca do lugar do pagamento, e antes do pagamento da dívida, se mudaram para Blumenau.

A alternativa D está incorreta. A escolha do foro não cabe ao credor, mas sim à disposição contratual que estipulada (art. 327 do CC/02).

A alternativa E está incorreta. O contrato de eleição de foro determinava o local de pagamento no domicílio do devedor à época, que é Florianópolis, e não à escolha do devedor (art. 327 do CC/02).

QUESTÃO 10. A sociedade XYZ adquiriu da fabricante Peça Pronta todo o maquinário para modernizar seu parque industrial. A fim de viabilizar a milionária compra e venda, a fabricante procurou financiamento no Banco Dinheiro Fácil S/A, que lhe anteciparia o valor parcelado, mediante cessão do crédito que tinha contra a sociedade XYZ.

Em resumo, esta era a dinâmica do negócio: a sociedade XYZ pagaria à fabricante Peça Pronta diretamente o valor da entrada e, após, suportaria 20 parcelas iguais. Paralelamente, a fabricante cederia ao Banco Dinheiro Fácil S/A o crédito relativo ao valor financiado (total subtraído da entrada) em troca do adiantamento desse mesmo importe, tudo sem a interveniência da sociedade XYZ.

Sucede que, até o vencimento da décima parcela, a fabricante Peça Pronta, que ainda nada tinha entregado, pediu falência e fechou as portas.

Nesse caso, à luz exclusivamente do ordenamento civil, a instituição financeira:

a) fará jus aos valores vencidos e às parcelas vincendas, na qualidade de cessionária do crédito, de modo que somente a inadimplência da fabricante é *res inter alias acta*;

b) não terá a obrigação de devolver os valores já pagos, mas não fará jus às parcelas vincendas;

c) deverá devolver todos os valores diante da insubsistência do objeto contratual, inclusive a entrada, por força da interdependência entre as avenças coligadas;

d) deverá ceder à sociedade XYZ o crédito que anteriormente lhe fora transferido, para que a sociedade possa executá-lo em face da fabricante Peça Pronta, embora não esteja obrigada a devolver os valores recebidos;

e) deverá devolver todos os valores diante da insubsistência do objeto contratual, mas não a entrada, porquanto a interdependência entre as avenças coligadas não concretiza a unificação do regime de responsabilidade civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão envolve o instituto da cessão de crédito e a interdependência entre contratos coligados, no contexto do inadimplemento por parte do fornecedor devido à falência.

A cessão de crédito é regulada pelos artigos 286 a 298 do Código Civil. De acordo com esses artigos, o credor pode transferir a terceiros o crédito que tem contra o devedor, sem a necessidade de autorização deste. No caso em questão, a fabricante Peça Pronta cedeu ao Banco Dinheiro Fácil S/A o crédito que possuía contra a sociedade XYZ, referente às parcelas do contrato de compra e venda do maquinário. A cessão de crédito transfere a titularidade do direito de crédito, mas não altera a relação jurídica subjacente entre o devedor (sociedade XYZ) e o cedente (fabricante Peça Pronta). A teoria dos contratos coligados afirma que dois ou mais contratos, celebrados em função de um mesmo fim econômico, devem ser interpretados em conjunto, de modo que o inadimplemento de um contrato pode influenciar o outro. No caso concreto, o contrato de cessão de crédito está diretamente ligado ao contrato de compra e venda entre XYZ e Peça Pronta, e, portanto, a falência da fabricante afeta a cessão de crédito. Esse entendimento é fundamentado no princípio da função social do contrato e no princípio da boa-fé objetiva (art. 421 e 422 do Código Civil), que impõem aos contratos uma interpretação que leve em consideração não apenas a vontade das partes, mas também os efeitos práticos e as consequências do negócio jurídico no seu conjunto. Outro fundamento essencial para a resolução da questão é o inadimplemento contratual, regido pelo artigo 475 do Código Civil, que estabelece o direito do contratante inadimplido de pleitear a resolução do contrato quando a outra parte não cumpre com sua obrigação. No caso, a fabricante Peça Pronta não entregou o maquinário, frustrando o contrato principal. A devolução dos valores pagos se justifica com base no princípio da interdependência dos contratos coligados e no inadimplemento da obrigação principal. Embora o banco tenha cedido o crédito e recebido algumas parcelas, a insubsistência do contrato principal (compra e venda) faz com que os valores pagos pela sociedade XYZ ao banco sejam restituídos. Contudo, a entrada paga diretamente à fabricante não precisa ser devolvida pelo banco, pois ele não a recebeu. O banco, nesse caso, só deve devolver os valores que recebeu relativos às parcelas pagas. Portanto, a cessão de crédito é coligada ao contrato principal de compra e venda, que foi inadimplido pela fabricante. Diante da insubsistência do objeto contratual, o banco não tem direito de cobrar as parcelas vincendas e deve restituir os valores recebidos, exceto a entrada, que foi paga diretamente à fabricante, uma vez que a interdependência dos contratos não implica na unificação de responsabilidade civil.

QUESTÃO 11. Eis o disposto no Art. 608 do Código Civil: "Art. 608. Aquele que aliciar pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviço a outrem pagará a este a importância que ao prestador de serviço, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante dois anos".

A norma incorpora, ao regime da prestação de serviços civis, a seguinte teoria:

a) inadimplemento eficiente;

b) violação positiva do contrato;

c) tutela externa do crédito;

d) lucro da intervenção;

e) *tu quoque*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O artigo 608 do Código Civil trata da aliciação de pessoas obrigadas a prestar serviço a outrem por contrato escrito. Essa norma visa proteger o crédito do contratante, ou seja, o direito de receber a prestação de serviço ajustada. A teoria da tutela externa do crédito busca proteger o crédito de interferências de terceiros, garantindo ao credor a possibilidade de exigir a prestação do devedor e de se defender contra atos que possam prejudicar o seu direito de crédito. No caso do art. 608, a tutela externa se manifesta na responsabilização do terceiro que alicia o prestador de serviço, interferindo na relação contratual e causando danos ao credor.

QUESTÃO 12. Na fase de conhecimento, o juízo da 1ª Vara Cível de Criciúma condenou o réu ao pagamento de R$ 1.000.000,00, vedada a capitalização de juros. Prosseguindo à execução, o principal atualizado alçava R$ 1.500.000,00, e os juros, R$ 100.000,00. No entanto, houve a penhora de apenas R$ 25.000,00.

Nesse caso, em cumprimento ao título judicial transitado em julgado, a imputação em pagamento deverá ser feita:

a) exatamente como prevê o Código Civil, isto é, primeiro nos juros e depois no capital, o que não representará capitalização;

b) exatamente como prevê o Código Civil, isto é, primeiro no capital e depois nos juros, o que não representará capitalização;

c) de maneira inversa ao que prevê o Código Civil, isto é, primeiro no capital e depois nos juros, sob pena de produzir capitalização indevida;

d) de maneira inversa ao que prevê o Código Civil, isto é, primeiro nos juros e depois no capital, sob pena de produzir capitalização indevida;

e) sobre o valor total da dívida, sob pena de produzir capitalização indevida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 354 do Código Civil, vejamos: "Art. 354. Havendo capital e juros, o pagamento imputar-se-á primeiro nos juros vencidos, e depois no capital, salvo estipulação em contrário, ou se o credor passar a quitação por conta do capital."

Portanto, considerando que o título judicial transitado em julgado veda a capitalização de juros e não há estipulação em contrário, a imputação do pagamento deverá seguir o previsto no Código Civil.

As demais alternativas estão incorretas, pois, nos termos do art. 354, a imputação dos juros evita a capitalização de juros e está conforme a decisão judicial.

QUESTÃO 13. O delegatário do Registro de Imóveis da Cidade X suscita dúvida nos seguintes termos:

"Tenho dúvida em proceder ao cancelamento da hipoteca sobre o imóvel de matrícula XXX, requerido pelo devedor com base na prescrição da obrigação principal, porque: (i) não consta o

consentimento expresso do credor, tampouco houve contencioso administrativo ou judicial a declarar a prescrição, elementos imprescindíveis à providência requerida; (ii) de todo modo, a prescrição apenas extinguiria a pretensão, mas não a obrigação principal, de modo que não afetaria a hipoteca; (iii) seja como for, por se tratar de dívida a prazo, o início do prazo prescricional se deu apenas na data da última parcela, independentemente de prévio inadimplemento ou do vencimento antecipado da dívida".

Nesse caso, o registrador:

a) está errado em todas as suas colocações;

b) está correto em todas as suas colocações;

c) está correto apenas em relação aos itens i e ii;

d) está correto apenas em relação aos itens i e iii;

e) está correto apenas em relação aos itens ii e iii.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O item i está correto: "A prescrição da pretensão de cobrança da dívida extingue o direito real de hipoteca estipulado para garanti-la." RESP 1.408.861-RJ, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 20/10/2015, DJe 6/11/2015.

O item ii está incorreto: art. 1.499. CC. A hipoteca extingue-se: I - pela extinção da obrigação principal.

O item iii está correto: "o vencimento antecipado da dívida não enseja a alteração do termo inicial do prazo de prescrição, que é contado da data do vencimento da última parcela" (Aglnt no RESP 1.408.664/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 30/4/2018).

QUESTÃO 14. No contexto das Olimpíadas de 2024, determinado fornecedor de produtos esportivos produziu comercial em que, a partir de inteligência artificial generativa, diversos atletas brasileiros, já falecidos, apareciam recebendo medalhas de ouro.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) como o direito brasileiro ainda não contempla a solução para essas questões, nomeadamente a herança digital e a exploração de imagens de pessoas falecidas, por inteligência artificial, por ora não seria possível responsabilizar a empresa que produziu o comercial;

b) embora o direito brasileiro ainda não contemple solução específica para estas questões, podem-se utilizar, por ora, os dispositivos que versam sobre direitos da personalidade, de modo que, nesse contexto, tocará espólio requerer que cesse a exploração da imagem, mas não caberá indenização por perdas e danos;

c) embora o direito brasileiro ainda não contemple solução específica para essas questões, podem-se utilizar, por ora, os dispositivos que versam sobre direitos da personalidade, de modo que, nesse contexto, tocará ao cônjuge, aos ascendentes ou aos descendentes requerer que cesse a exploração da imagem, mas não caberá indenização por perdas e danos;

d) embora o direito brasileiro ainda não contemple solução específica para essas questões, podem-se utilizar, por ora, os dispositivos que versam sobre direitos da personalidade, de modo que, nesse contexto, tocará ao cônjuge, aos ascendentes ou aos descendentes requerer que cesse a exploração da imagem e, bem assim, perdas e danos, sem presunção de prejuízo;

e) embora o direito brasileiro ainda não contemple solução específica para essas questões, podem-se utilizar, por ora, os dispositivos que versam sobre direitos da personalidade, de modo que, nesse contexto, tocará ao cônjuge, aos ascendentes ou aos descendentes requerer que cesse a exploração da imagem e, bem assim, perdas e danos, com presunção de prejuízo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Apesar de o direito brasileiro não ter uma legislação específica sobre a exploração de imagens de pessoas falecidas por inteligência artificial, o Código Civil garante a proteção do direito de imagem como um direito da personalidade, que se estende mesmo após a morte.

Art. 20 do Código Civil: "Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais."

Art. 22 do Código Civil: "Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária."

Parágrafo único do art. 22 do Código Civil: "Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes."

Com base nesses dispositivos, o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes dos atletas falecidos têm legitimidade para requerer a proteção do direito de imagem, mesmo após a morte. Isso inclui o direito de impedir a utilização da imagem sem autorização e de pleitear indenização por danos morais e materiais, caso a exploração indevida cause prejuízo. No caso em questão, a utilização da imagem dos atletas em um comercial, sem autorização dos familiares, gera a presunção de prejuízo, pois se trata de exploração comercial indevida.

QUESTÃO 15. Tendo o juiz da causa prolatado sentença em que reconhecia a ilegitimidade ad causam da parte autora, o órgão da Defensoria Pública que lhe patrocinava a causa interpôs apelação para impugná-la, tendo protocolizado a peça recursal vinte dias após a sua intimação do ato decisório.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

a) uma vez interposta a apelação, será lícito ao órgão a quo retratar-se da sentença proferida;

b) a apelação não deverá ser conhecida pelo órgão ad quem,

diante de sua intempestividade;

c) a apelação não deverá ser conhecida pelo órgão od quem, diante do descabimento dessa espécie recursal para impugnar sentenças terminativas;

d) a apelação não deverá ser conhecida pelo órgão ad quem, diante da falta de interesse recursal, por ser a sentença desprovida de aptidão para formar a coisa julgada material;

e) caso o órgão ad quem de provimento à apelação, mesmo constatando que o feito está em condições de ser julgado, não lhe será lícito decidir de imediato o mérito da causa, cabendo-lhe ordenar o retorno dos autos ao órgão a quo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 485 do Código de Processo Civil, o juiz não resolverá o mérito quando: VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; § 7º Interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.

A alternativa B está incorreta, pois a defensoria goza de prazo em dobro (art. 186 c/c 1003, §5º).

A alternativa C está incorreta. Consoante o art. 1.009 do Código de Processo Civil, da sentença cabe apelação.

A alternativa D está incorreta, pois há inexistência de coisa julgada material na situação não afeta o interesse recursal.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 1.013, §3º, I, do CPC, se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando reformar sentença fundada no art. 485 do CPC.

QUESTÃO 16. No curso de um processo, o bem objeto de disputa entre as partes da demanda foi alienado a um terceiro, por ato entre vivos e a título particular.

Assim, o adquirente da coisa requereu ao juiz da causa o seu ingresso no feito, na qualidade de sucessor do alienante, ao que se opôs a parte contrária. Diante disso, pleiteou o adquirente, ao menos, a sua inclusão no processo como assistente litisconsorcial do alienante, o que também foi indeferido pelo juiz.

Inconformado, o adquirente, no prazo de quinze dias após a sua intimação do último desses atos decisórios, interpôs recurso de agravo de instrumento para impugná-lo.

Nesse cenário, o agravo de instrumento:

a) não deverá ser conhecido, diante de seu descabimento;

b) não deverá ser conhecido, diante de sua intempestividade;

c) deverá ser conhecido, porém, desprovido;

d) deverá ser conhecido e provido, para o fim de se deferir o ingresso do adquirente no feito na qualidade de sucessor processual do alienante;

e) deverá ser conhecido e provido, para o fim de se deferir o ingresso do adquirente no feito na qualidade de assistente litisconsorcial do alienante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta. A possibilidade de intervenção do adquirente como assistente litisconsorcial está prevista no art. 109, §2º, CPC. No caso de seu indeferimento, é cabível agravo de instrumento (1015, IX), que deverá ser conhecido e provido diante do interesse jurídico do adquirente, dado que a sentença poderá influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

Vejamos: "Art. 109. A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes. § 1º O adquirente ou cessionário não poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, sem que o consinta a parte contrária. § 2º O adquirente ou cessionário poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial do alienante ou cedente.. 1.015.

Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;"

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 17. No tocante ao processo de inventário, é correto afirmar que:

a) credor do herdeiro tem legitimidade concorrente para requerer a sua abertura;

b) foro competente para o seu processamento é o do domicílio do herdeiro a quem caiba a inventariança;

c) o testamenteiro detém a primazia para exercer a inventariança, caso lhe tenha sido confiada a administração do espólio;

d) o inventariante será removido, caso sonegue bens do espólio, não podendo o juiz proceder de ofício, senão apenas mediante requerimento do interessado;

e) as decisões interlocutórias são irrecorríveis, sendo lícito ao interessado, na hipótese de risco de dano de difícil reparação, manejar a ação de mandado de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Tem a legitimidade concorrente o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança, consoante o art. 616, VI, do CPC.

A alternativa B está incorreta. O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro (art. 48, CPC).

A alternativa C está incorreta. O testamenteiro não detém primazia absoluta para exercer a inventariança. O artigo 617 do Código de Processo Civil estabelece uma ordem de preferência para a nomeação do inventariante. O testamenteiro tem prioridade apenas se não houver herdeiros na posse e administração do espólio ou cônjuge/companheiro sobrevivente, e apenas se o testador expressamente lhe confiou a administração do espólio ou se a herança estiver toda distribuída em legados.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o inventariante será removido de ofício ou a requerimento, consoante o art. 622 do CPC.

A alternativa E está incorreta. Será cabível agravo de instrumento, nos termos do art. 1.015 do CPC.

QUESTÃO 18. Caio intentou ação em face da instituição financeira junto à qual mantém uma conta-corrente, atribuindo-lhe o nomen iuris de "requerimento de tutela cautelar em caráter antecedente". Na petição inicial, foi pleiteada a prolação de decisão que ordenasse à demandada que imediatamente liberasse o saque de uma quantia que até então retinha indevidamente na conta-corrente do demandante.

Apreciando a peça exordial, e reputando configurados o fumus boni iuris e o periculum in mora ali alegados, deverá o juiz:

a) indeferi-la de plano, diante da carência de ação decorrente da falta de interesse de agir, haja vista a natureza satisfativa da tutela provisória pleiteada;

b) deferir a tutela cautelar e ordenar a citação da demandada para contestar o pedido no prazo de cinco dias, além de indicar as provas que pretenda produzir;

c) deferir a tutela antecipada, cabendo ao demandante aditar a peça exordial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final;

d) indeferir a tutela cautelar e ordenar a citação da demandada para contestar o pedido no prazo de cinco dias, sem prejuízo da reapreciação do cabimento da tutela provisória após a vinda da peça de bloqueio;

e) determinar a vinda de emenda à peça exordial, a fim de que o demandante formule requerimento de concessão de tutela antecipada, deferindo-a na sequência e ordenando a citação da demandada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 305 do CPC, A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Nesse sentido, o parágrafo único estabelece o seguinte: “Caso entenda que o pedido a que se refere o caput tem natureza antecipada, o juiz observará o disposto no art. 303.” Vejamos o que prevê o art. 303 do CPC: “Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. § 1º Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo: I - o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.”. Ou seja, o autor precisa reforçar sua argumentação e fornecer as provas adicionais para consolidar o seu pedido, garantindo que a decisão antecipada se mantenha até o julgamento final.

QUESTÃO 19. No que concerne ao cumprimento de sentença.que reconheceu a obrigação de pagar quantia certa, é correto afirmar que:

a) não pode se fundar em decisão homologatória de autocomposição judicial, que não é título executivo;

b) deverá ser processado perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição;

c) as decisões interlocutórias proferidas não são passíveis de impugnação pelo recurso de agravo de instrumento;

d) o devedor será intimado para cumprir a sentença pelo Diário de Justiça, na pessoa de seu advogado, independentemente da época do trânsito em julgado da decisão condenatória;

e) a pretensão de cumprimento de sentença deduzida pelo credor poderá ser impugnada pelo devedor por meio do ajuizamento de embargos à execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A decisão homologatória de autocomposição judicial é considerada título executivo extrajudicial, nos termos do art. 515, II, do CPC.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 516, II, do CPC, o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.

A alternativa C está incorreta. O art. 1015, Parágrafo único, do Código de Processo Civil prevê o seguinte: "Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário."

A alternativa D está incorreta. A execução depende do requerimento do exequente, nos termos do art. 513 do Código de Processo Civil, prevendo que após um ano do trânsito em julgado da sentença, a intimação do devedor é feita pessoalmente, por meio de carta com aviso de recebimento ao endereço constante dos autos. Isso garante que o devedor seja formalmente notificado e permite o andamento do processo.

A alternativa E está incorreta. A impugnação poderá acontecer nos próprios autos, independentemente de penhora ou nova intimação, nos termos do art. 525 do CPC.

QUESTÃO 20. Alexandre, proprietário de bem imóvel situado em área abarcada pela Comarca-de-Joinville, após ser informado de que Bruno o havia ocupado clandestinamente, ali armazenando alguns de seus bens, ajuizou em seu desfavor ação de manutenção de posse.

Na petição inicial, distribuída a uma vara cível da Comarca de Florianópolis, onde tanto o autor quanto o réu tinham os respectivos domicílios, foram pleiteadas por Alexandre a sua manutenção na posse do imóvel e a condenação de Bruno a lhe ressarcir os danos materiais advindos do alegado esbulho. Apreciando a peça exordial, deverá o juiz:

a) indeferi-la de plano, haja vista a inadequação da via eleita, pois, diante do esbulho alegadamente praticado, a ação cabível seria a de reintegração de posse;

b) determinar ao autor que a emende, pois, diante do esbulho alegadamente praticado, a ação cabível seria a de reintegração de posse;

c) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação apenas em relação ao pleito possessório, haja vista a impossibilidade de sua cumulação com a pretensão indenizatória;

d) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, em relação a ambos os pedidos formulados, ordenando a citação do réu;

e) declinar ex officio da competência em favor de uma vara cível da Comarca de Joinville, remetendo-lhe os autos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

As alternativas A e B estão incorretas. A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados, nos termos do art. 554 do CPC.

A alternativa C está incorreta. É possível requerer a indenização pelos frutos com cumulação de pedidos, nos termos do art. 555 do CPC: "É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de: I - condenação em perdas e danos; II - indenização dos frutos."

A alternativa D está incorreta. O juízo de Florianópolis é incompetente para julgar a causa.

A alternativa E está incorreta. A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta, nos termos do art. 47, §2º do CPC.

QUESTÃO 21. André, por meio de advogado regularmente constituído, ajuizou ação indenizatória de danos morais em face de Bernardo, que teria proferido expressões ofensivas à sua honra.

A petição inicial, na qual André pleiteou a condenação de Bernardo a lhe pagar verba indenizatória correspondente a trinta vezes o salário mínimo, foi distribuída a um juizado especial cível da comarca onde o autor tinha domicilio, diversa daquela onde o réu era domiciliado.

Tomando contato com a peça vestibular, caberá ao juiz:

a) reconhecer o vício da incompetência territorial, declinando da competência em favor do foro competente;

b) reconhecer o vício da incompetência territorial, extinguindo o feito sem resolução do mérito;

c) reconhecer o vício da incompetência funcional, declinando da competência em favor do juizado especial cível competente;

d) reconhecer o vício da incompetência funcional, extinguindo o feito sem resolução do mérito;

e) determinar o prosseguimento regular do feito, rumo à prolação da sentença de mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A Lei 9.099/95 estabelece que a competência territorial é relativa e deve ser alegada pelo réu. Assim, o juiz não deve declinar de ofício.

A alternativa B está incorreta. A competência territorial é relativa.

A alternativa C está incorreta. A incompetência funcional não se aplica aqui, pois estamos tratando de competência territorial, que é relativa.

A alternativa D está incorreta. A incompetência funcional não é o caso aqui, e a incompetência territorial deve ser arguida pelo réu.

A alternativa E está correta. A Lei 9.099/95, que regula os Juizados Especiais Cíveis, estabelece no Art. 4º, III, que não se aplica a regra da competência territorial quando se trata de ações indenizatórias de danos morais. Assim, caberá ao juiz determinar o prosseguimento regular do feito, rumo à prolação da sentença de mérito

QUESTÃO 22. No que se refere à reconvenção, é correto afirmar que:

a) depois de sua propositura, o autor-reconvindo deverá ser intimado por oficial de justiça para ofertar resposta no prazo de quinze dias;

b) a ocorrência de qualquer causa que obste a apreciação do mérito da ação também se traduzirá em impedimento ao exame do mérito do pleito reconvencional;

c) ao réu é vedado formular pedido reconvencional de cunho condenatório, caso a petição inicial da ação tenha veiculado pretensão de natureza meramente declaratória;

d) ao réu é lícito formular o pleito reconvencional em litisconsórcio com terceiro, assim como poderá fazê-lo em desfavor do autor e de terceiro;

e) caso a petição da reconvenção seja liminarmente indeferida pelo juiz, poderá o réu-reconvinte manejar recurso de apelação para impugnar essa decisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 343, §1º do CPC, pois quando proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

A alternativa B está incorreta. A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção, consoante o art.343, § 2º, CPC.

A alternativa C está incorreta. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa, conforme autoriza o art. 343 do CPC nesse sentido.

A alternativa D está correta. Sim, é possível que a reconvenção seja proposta contra o autor e terceiro, e ainda, pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro, nos termos do art. 343, §§3ºe 4º, do CPC.

A alternativa E está incorreta. Neste caso, será cabível o agravo de instrumento (art. 1015, II, CPC).

QUESTÃO 23. Regina, empregada pública da Fundação XX mantida pelo Estado de São Paulo e responsável pela execução de políticas públicas de aprimoramento educativo e cultural, ajuizou, em setembro de 2023, ação de cobrança em face de sua empregadora e do Estado de São Paulo.

Em sua petição inicial, Regina requereu a condenação dos réus a implementar, em sua remuneração, verba prevista em lei estadual a todos os integrantes do funcionalismo paulista, bem como a efetuar o pagamento dos valores em atraso referentes aos últimos cinco anos. O processo foi distribuído à 1a Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo-SP.

Finda a instrução, em maio de 2024, o juízo julgou o pedido parcialmente procedente, condenando a Fundação XX a efetuar a implementação pedida por Regina, e julgou improcedente o pedido em face do Estado de São Paulo, por entender que a autora não possui vínculo funcional com o ente central. Sobre o caso acima, é correto afirmar que:

a) o juízo da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo é incompetente para apreciar a ação, que deveria ter sido proposta perante a Justiça do Trabalho, pois Regina é empregada pública;

b) o litisconsórcio no caso narrado é passivo, simples, e a cumulação de pedidos é sucessiva, pois o acolhimento do pedido de pagamento dos valores em atraso pressupõe a procedência do pedido de implementação da verba;

c) por se tratar de fundação pública, a execução dos créditos de titularidade de Regina dispensa a expedição de precatório, que somente é exigido para pagamento dos débitos das pessoas jurídicas de direito público;

d) ao entender que Regina não possui vínculo funcional com o Estado de São Paulo, o juízo deveria ter extinguido o processo sem resolução do mérito em face desse réu em razão de ilegitimidade passiva, em vez de julgar o pedido improcedente, como o fez;

e) o valor das prestações vincendas pretendidas por Regina, para fins de definição do valor da causa, é equivalente a duas prestações anuais, por se tratar de obrigação pecuniária de tempo superior a um ano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A Justiça do Trabalho não é competente para julgar ações envolvendo servidores públicos estatutários ou empregados públicos de fundações mantidas pelo Estado. Nesse caso, a competência é da Justiça Estadual, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Tema 1143 STF.

A alternativa B está correta. O litisconsórcio é passivo e simples, e a cumulação de pedidos é sucessiva, uma vez que a implementação da verba é necessária para que os valores em atraso possam ser apurados e cobrados.

A alternativa C está incorreta. Fundos públicos e fundações mantidas pelo Estado estão sujeitas ao regime de precatórios para pagamento de suas dívidas, conforme o Art. 100 da Constituição Federal.

A alternativa D está incorreta. A ilegitimidade passiva deve ser reconhecida por meio de extinção do processo sem resolução do mérito, mas o juiz optou por julgar improcedente o pedido, o que não está de todo incorreto, apenas desvia da forma técnica ideal.

A alternativa E está incorreta. O valor das prestações vincendas será igual a uma prestação anual, se a obrigação for por tempo indeterminado ou por tempo superior a 1 (um) ano, e, se por tempo inferior, será igual à soma das prestações, nos termos do art. 292, §2º, do CPC.

QUESTÃO 24. João assistido pela Defensoria Pública e beneficiário da gratuidade de justiça, propôs ação indenizatória em face do Município Alfa Em sua petição inicial, João sustentou que um veículo de propriedade do município e conduzido por agente público o atropelou em via pública, causando diversas fraturas e o consequente afastamento das atividades laborativas.

O Município Alfa ofertou contestação intempestiva, requerendo a denunciação da lide em face de Marcelo, que conduzia o veículo, alegando que João avançou o sinal de pedestres, sendo exclusivamente o culpado por seu atropelamento.

Em sede de saneamento e organização do processo, o juiz indeferiu o pedido de denunciação da lide, por entendê-lo incabível na hipótese.

Em acréscimo, fixou como pontos controvertidos (i) a responsabilidade pelo evento danoso e (ii) a extensão das lesões sofridas por João. Outrossim, o magistrado determinou a produção de prova documental suplementar, testemunhal e pericial, todas requeridas por João.

Finda a instrução processual, o juiz julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados, para condenar o Município Alfa ao pagamento de indenização a título de danos morais, no valor de R$ 60.000,00, bem como ao ressarcimento das despesas médicas e implementação de pensão indenizatória mensal, cujos valores deverão ser apurados em sede de liquidação de sentença. Tomando o caso acima como premissa, a teor da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

a) a iliquidez da sentença em relação ao valor da condenação ao ressarcimento de despesas médicas e implementação de pensão indenizatória mensal em favor de João impede a dispensa de reexame necessário;

b) o indeferimento do pedido de denunciação da lide em razão de seu descabimento impede o exercício do direito de regresso por ação autônoma eventualmente proposta pelo Município Alfa em face de Marcelo;

c) os honorários do perito foram adiantados pelo Estado-membro, por se tratar de prova pericial requerida por beneficiário da gratuidade de justiça, e deverão ser ressarcidos ao final do processo pelo Município Alfa;

d)a intempestividade da contestação ofertada pelo Município Alfa conduz à presunção de veracidade dos fatos alegados por João, bem como impede a produção de provas requeridas por seu representante judicial;

e) a fase de liquidação de sentença inaugurará nova etapa do contraditório, oportunidade na qual será possível discutir novamente a lide e até mesmo modificar a sentença liquidanda, sujeita à cláusula rebus sic stantibus.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça ao firmar a Tese 490, estabelece que A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a 60 salários-mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas.

A alternativa B está incorreta. O indeferimento da denunciação da lide não impede o exercício do direito de regresso por meio de uma ação autônoma. O Município Alfa pode propor uma ação de regresso contra

Marcelo posteriormente, conforme previsto no Art. 125, §1º do CPC: "O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida".

A alternativa C está incorreta. O município não vai ressarcir tudo, porque houve parcial procedência.

A alternativa D está incorreta. O entendimento do STJ é no sentido de que não se aplica à Fazenda Pública o efeito material da revelia, nem é admissível, quanto aos fatos que lhe dizem respeito, a confissão, pois os bens e direitos são considerados indisponíveis. E mesmo que fossem disponíveis, ela pode assumir o processo como revel e produzir provas (art. 346, CPC).

A alternativa E está incorreta. A fase de liquidação de sentença visa apurar o valor da condenação e não reabrir a discussão sobre o mérito da lide, que já foi decidido (art. 509, §4º, CPC).

QUESTÃO 25. Regina ajuizou ação monitória em face de João. Regularmente citado, João ofertou embargos monitórios, sustentando a prescrição da dívida, bem como apontou a incorreção dos cálculos apresentados por Regina, que seriam superiores ao montante efetivamente devido, sem indicar os valores que considera corretos.

Após a resposta de Regina, os embargos monitórios foram parcialmente conhecidos, tão apenas para apreciação da alegação de prescrição, que foi rejeitada pelo órgão julgador.

A alegação de incorreção dos cálculos não foi conhecida, pois João não apontou o valor que considera devido.

Em tal caso, é correto afirmar que:

a) João poderá interpor agravo de instrumento em face da decisão que conheceu parcialmente e rejeitou os embargos monitórios;

b) além de ofertar embargos monitórios, João poderia ter apresentado reconvenção, vedado o oferecimento de reconvenção a reconvenção;

c) o reconhecimento de que a dívida não está prescrita conduz ao julgamento dos embargos monitórios sem resolução do mérito e à consequente condenação do réu nos ônus de sucumbência;

d) a oposição dos embargos não suspendeu automaticamente a eficácia da decisão inicial para cumprimento da obrigação, o que depende de pleito específico;

e) não haveria óbice à apreciação da alegação de excesso, pois é dever do órgão julgador remeter os autos à contadoria judicial para apreciação do quantum debeatur em sede de ação monitória proposta em face da Fazenda Pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Caberá apelação contra a sentença que acolhe ou rejeita os embargos, nos termos do art. 702, §9º do CPC.

A alternativa B está correta. Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção, nos termos do art. 702, §6º, CPC.

A alternativa C está incorreta, pois o reconhecimento da prescrição impõe julgamento com resolução de mérito.

A alternativa D está incorreta. A oposição dos embargos suspende a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, consoante o art. 702, §4º, CPC.

A alternativa E está incorreta. Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos serão liminarmente rejeitados, se esse for o seu único fundamento, e, se houver outro fundamento, os embargos serão processados, mas o juiz deixará de examinar a alegação de excesso, nos termos do art. 702, § 3º, CPC.

QUESTÃO 26. Jonas servidor da Secretaria Municipal de Planejamento do Município Gama, foi citado em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado Delta em seu desfavor e da sociedade Compramos Bem Ltda.

Em sua petição inicial, na qual houve requerimento de indisponibilidade de bens suficientes para assegurar o ressarcimento ao erário e do acréscimo patrimonial tido como indevido, o Parquet imputou a Jonas a prática de ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito, consistente em perceber vantagem econômica para facilitar a alienação de bem imóvel de propriedade do Município Gama à Compramos Bem Ltda. em valor inferior ao praticado pelo mercado.

Ao efetuar o juízo de admissibilidade da petição inicial, sem a oitiva de Jonas, o juiz do feito decretou a indisponibilidade de RS 200.000,00, depositados em conta-poupança conjunta mantida por Jonas e Sandra, sua esposa.

Em sede de contestação, Jonas requereu o cancelamento da ordem de indisponibilidade, sustentando que os recursos são utilizados para sua subsistência, bem como pugnou pela produção de prova documental suplementar e testemunhal.

O juiz da causa, por entender que não havia a necessidade de produção de outras provas, julgou improcedente o pedido, bem como determinou o cancelamento da ordem de indisponibilidade de bens.

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual foi conhecido e provido para condenar Jonas. Segundo entendeu o Tribunal, embora não tenha sido comprovado o recebimento de vantagem ilícita pelo servidor, restou verificado que o Imóvel for alienado por valor inferior ao de mercado condenando-o pela prática de ato de improbidade que causa dano

ao erário, com ressarcimento do dano patrimonial ao Município, multa civil e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos.

Inconformado, Jonas interpôs recurso especial em face do acórdão condenatório proferido pelo Tribunal de Justiça. Diante do caso acima, é correto afirmar que:

a) ao julgar o recurso de apelação interposto pelo Ministério, o Tribunal de Justiça também julgou o reexame obrigatório da sentença de improcedência do pedido;

b) no recurso especial interposto em face do acórdão condenatório proferido pelo Tribunal de Justiça, é ônus de Jonas demonstrar a relevância das questões de direito federal Infraconstitucional discutidas no caso;

c) antes de decretar a indisponibilidade de bens de Jonas, o juiz deveria ter concedido prazo de cinco dias para manifestação de Jonas acerca dos fatos narrados na petição inicial, vedada a concessão liminar da tutela de urgência;

d) mesmo na pendência do julgamento do recurso especial, é possível a execução provisória das sanções de multa civil e suspensão dos direitos políticos, vedada tal execução no que se refere ao dever de ressarcimento ao erário;

e) o acórdão condenatório é nulo por ter condenado Jonas em tipo diverso daquele indicado pela petição inicial, bem como em razão de não terem sido produzidas as provas por ele tempestivamente especificadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Reexame necessário só ocorre quando não há apelação interposta (Art. 496, §1º, CPC). Como houve apelação pelo Ministério Público, o reexame não é aplicável.

A alternativa B está incorreta. No caso de improbidade administrativa, o recurso especial não exige a demonstração de relevância das questões de direito federal, conforme Art. 105, §3º, II, da Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. indisponibilidade de bens pode ser decretada sem a oitiva prévia do réu, conforme Art. 16, §4º, da Lei de Improbidade Administrativa (LIA).

A alternativa D está incorreta. A execução provisória das sanções só é permitida após o trânsito em julgado, conforme Art. 12, §9º, da LIA.

A alternativa E está correta. O referido acórdão é nulo conforme Art. 17, §10-F, I, da LIA, porque condenou Jonas em tipo diverso do indicado na petição inicial e não produziu as provas especificadas tempestivamente por ele.

QUESTÃO 27. Maurício, pré-candidato a prefeito do Município Ômega, ingressou com ação, com pedido de tutela provisória de urgência, em face do Jornal Notícias Legais.

Segundo sustenta, o periódico está em vias de publicar longa reportagem com acusações sabidamente falsas em seu desfavor, com o intuito de prejudicá-lo eleitoralmente e beneficiar Francisco, seu adversário na campanha e um dos proprietários do jornal.

O juízo da 2 Vara Cível da Comarca de Ômega concedeu a medida liminar pretendida por Maurício, proibindo a publicação da reportagem, sob pena de multa única no valor de R$ 100.000,00, fundamentando-se na proteção aos direitos da personalidade do autor, notadamente a privacidade e a honra (Art. 59, X, da Constituição Federal).

Após regular citação, o Jornal Notícias Legais ofertou contestação tempestiva, sustentando a ocorrência de censura prévia e de circulação de informações. Outrossim, o réu interpôs agravo de instrumento em face da decisão concessiva de tutela de urgência. Na sequência, o Jornal Notícias Legais também propôs reclamação perante o Supremo Tribunal Federal, alegando descumprimento à decisão proferida pela Corte na ADPF 130, que declarou não recepcionada a Lei de Imprensa (Lei no 5.250/1967).

Tomando o caso acima como premissa, é correto afirmar que:

a) a tutela de urgência concedida pelo juízo de primeira instância é de natureza repressiva, voltada a impedir a ocorrência do ilícito;

b) a reclamação não deverá ser conhecida, pois não esgotadas as instâncias ordinárias, bem como por ausência de aderência estrita entre o ato reclamado e o paradigma;

c) não cabe o julgamento monocrático do agravo de instrumento interposto pelo Jornal Notícias Legais, à mingua de previsão no Código de Processo Civil acerca do tema;

d) as partes poderão interpor recurso especial em face do acórdão de julgamento do agravo de instrumento, diante do esgotamento das instâncias ordinárias sobre o pleito liminar;

e) o julgamento do agravo de instrumento condicionará a reclamação, a qual não poderá ser conhecida em havendo o conhecimento e o provimento do recurso para anular ou cassar a decisão agravada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme o gabarito oficial divulgado pela banca examinadora. Sendo essa questão passível de recurso.

A alternativa A está incorreta. A tutela de urgência concedida é de natureza preventiva, voltada a evitar a ocorrência do ilícito.

A alternativa B está incorreta. A reclamação é um instrumento específico e pode ser conhecida independentemente do esgotamento das instâncias ordinárias.

A alternativa C está correta. Entretanto, o Código de Processo Civil prevê a possibilidade de julgamento monocrático em certas situações, conforme o Art. 1.1011, nas hipóteses do art. 932, III a V, do CPC. Vejamos: "O CPC prevê o julgamento monocrático de recursos em certas hipóteses, conforme o Art. 1.1011, nas hipóteses do art. 932, III a V, do CPC. Portanto, o julgamento monocrático é permitido. Vejamos: "art. 1.011. Recebido o recurso de apelação no tribunal e distribuído imediatamente, o relator: I - decidi-lo-á monocraticamente apenas nas hipóteses do art. 932, incisos III a V."

A alternativa D está correta. As partes podem interpor recurso especial após o esgotamento das instâncias ordinárias, conforme o Art. 105, III, da Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. A reclamação pode ser conhecida independentemente do julgamento do agravo de instrumento, desde que haja descumprimento de decisão vinculante do STF.

QUESTÃO 28. Juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público são profissionais do Direito, essenciais ao exercício da função jurisdicional do Estado. Cada qual com seu papel, desempenham atividades imprescindíveis à atuação do Poder Judiciário.

A respeito de tais sujeitos do processo, é correto afirmar que:

a) o impedimento do juiz deverá ser alegado no prazo de dez dias a contar do conhecimento do fato pela parte, em petição específica dirigida ao juiz do processo;

b) o membro do Ministério Público será civil e diretamente-responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções;

c) o juiz poderá decidir por equidade quando autorizado por lei, bem como nos limites propostos pelas partes;

d) a requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a Intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência que somente por ela possa ser realizada;

e) a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive receber citação, confessar e reconhecer a procedência do pedido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o Art. 146, §1º do Código de Processo Civil (CPC), a parte deve alegar o impedimento ou a suspeição do juiz em petição específica dirigida ao tribunal competente, e não ao juiz do processo. Além disso, o prazo é de 15 dias, e não de 10 dias.

A alternativa B está incorreta. O juiz só pode decidir por equidade quando autorizado por lei, conforme o Art. 140, parágrafo único, do CPC. O consentimento das partes não é suficiente para permitir a decisão por equidade.

A alternativa C está incorreta. Conforme o Art. 186, §2º do CPC, a requerimento da Defensoria Pública, o juiz deverá determinar a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência que somente por ela possa ser realizada.

A alternativa D está correta. A procuração geral para o foro não habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, especialmente atos que exigem poderes específicos, como receber citação, confessar ou reconhecer a procedência do pedido. Estes atos exigem poderes especiais, conforme o Art. 105 do CPC.

Vejamos: "A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, exceto receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, que devem constar de cláusula específica."

QUESTÃO 29. O risco do desenvolvimento é:

a) caracterizado pela superação do produto por outro de tecnologia e qualidade superiores, desenvolvido por concorrente, de modo a caracterizar seu defeito;

b) caracterizado pela superação do produto por outro de tecnologia e qualidade superiores, desenvolvido por concorrente, mas que não chega a caracterizar seu defeito;

c) entendido como aquele que não podia ser conhecido ou evitado quando o produto foi colocado em circulação, e caracteriza fortuito externo com relação aos danos que não poderiam ser previstos, de modo a fazer com que o produto deixe de ser considerado defeituoso;

d) entendido como aquele que não podia ser conhecido ou evitado quando o produto foi colocado em circulação, caracteriza fortuito interno e deve ser suportado pelo fornecedor, inclusive fazendo com que o produto seja considerado defeituoso desde a sua introdução no mercado de consumo;

e) entendido como aquele que não podia ser conhecido ou evitado quando o produto foi colocado em circulação, e caracteriza fortuito externo com relação aos danos que não poderiam ser previstos, mas não faz com que o produto deixe de ser considerado defeituoso desde o momento em que ingressa no mercado de consumo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Isso não é risco do desenvolvimento. E o art. 12 prevê que § 2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

A alternativa B está incorreta. Não é o conceito de "risco do desenvolvimento" adotado pelo STJ. É verdade que a superação do produto por outro não caracteriza defeito (como vimos na alternativa anterior), mas este não é o conceito de "risco do desenvolvimento".

A alternativa C está incorreta. Caracteriza fortuito INTERNO.

A alternativa D está correta. Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o risco do desenvolvimento, entendido como aquele que não podia ser conhecido ou evitado no momento em que o medicamento foi colocado em circulação, constitui defeito existente desde o momento da concepção do produto, embora não perceptível a priori, caracterizando, pois, hipótese de fortuito interno. (REsp 1774372/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/05/2020, DJe 18/05/2020).

A alternativa E está incorreta. Trata-se de fortuito interno, como vimos.

QUESTÃO 30. A responsabilidade civil dos hospitais, no âmbito das relações de consumo:

a) é objetiva, seja quando a hipótese versar sobre danos decorrentes de seus próprios serviços (internação, refeições etc.), seja quando decorrer dos serviços prestados por médicos, mesmo que não haja vínculo de emprego ou subordinação;

b) é objetiva quando a hipótese versar sobre danos decorrentes de seus próprios serviços (internações, refeições etc.), mas dependerá de comprovação da culpa profissional do médico que lá atuar com vínculo de emprego ou subordinação;

c) é objetiva quando a hipótese versar sobre danos decorrentes de seus próprios serviços (internações, refeições etc.), mas dependerá de comprovação da culpa profissional do médico que lá atuar sem vínculo de emprego ou subordinação;

d) fica excluída, ainda que seja objetiva, quando se tratar de infecção hospitalar, por se tratar de dano iatrogênico;

e) fica caracterizada, por serviços próprios, pelo chamado dano iatrogênico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O hospital só responde por danos decorrentes dos seus próprios serviços, e por danos causados por médico a ele vinculado DESDE que provada a culpa do médico, conforme o professor Bruno Terra assim explica.

A alternativa B está correta. São essas exatamente as hipóteses de responsabilidade do hospital, segundo o STJ (REsp 1.832.371)

A alternativa C está incorreta. Quando o médico atua SEM vínculo de emprego ou subordinação com o hospital, este último NÃO responde em caso de danos, ainda que provada a culpa do médico.

A alternativa D está incorreta. Infecção hospitalar é situação relacionada com o serviço do hospital. Logo, ele responde de forma objetiva. "Dano iatrogênico" é aquele dano decorrente da realização do próprio tratamento ou procedimento médico para preservar a saúde ou vida do paciente. Não há erro médico, aqui, mas sim um dano inevitável. Ex.: na cirurgia para remoção de um câncer de mama, a remoção da mama em si é um dano iatrogênico. Outro: lesão na costela, durante procedimento de reanimação (massagem RCP). Não é o caso da infecção hospitalar. Mas lembrando da nossa aula de ontem você nem precisava saber o que era o tal dano iatrogênico.

A alternativa E está incorreta. No caso de serviços próprios o hospital responde de forma objetiva em razão do defeito na prestação do serviço (art. 14 CDC). Não se trata do tal "dano iatrogênico".

QUESTÃO 31. Em contestação, uma concessionária de energia elétrica defendeu as seguintes teses:

i) Desde que observados o contraditório e a ampla defesa, seus Termos de Ocorrência e Inspeção (TOI) têm presunção de veracidade típica dos atos administrativos, porque atuam como delegatárias do poder de polícia;

ii) O débito estrito de recuperação de consumo efetivo por fraude no aparelho medidor, desde que apurado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, torna possível o corte administrativo do fornecimento do serviço de energia elétrica, mediante prévio aviso ao consumidor, pelo inadimplemento do consumo recuperado correspondente ao período de noventa dias anterior à constatação da fraude, contanto que executado o corte em até noventa dias após o vencimento do débito;

iii) A utilização de recursos visuais durante a inspeção, tais como videos e fotografias, a teor da Resolução ANEEL no 1000/2021, fica a seu exclusivo critério, de modo que sua falta não serve, por si só, para nulificar o Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI). Procede(m) a(s) tese(s):

a) ii, apenas;

b) i e ii, apenas;

c) i e iii, apenas;

d) ii e iii, apenas;

e) i, ii e iii.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Passamos a analisar cada item.

O item I está incorreto. O STJ entende que o TOI, por si só, não é suficiente para comprovar a fraude: Finalmente, a insurgente argumenta que o TOI, Termo de Ocorrência de Irregularidade, é prova unilateral e insuficiente para embasar a condenação. Sendo assim, extrai-se do acórdão objurgado que o entendimento do Sodalício a quo não está em consonância com a orientação do STJ de que é insuficiente para a caracterização de suposta fraude no medidor de consumo de energia a prova apurada unilateralmente pela concessionária. Nesse sentido: AgInt no AREsp 857.257/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13.6.2016.

O item II está correto. Na hipótese de débito estrito de recuperação de consumo efetivo por fraude no aparelho medidor atribuída ao consumidor, desde que apurado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, é possível o corte administrativo do fornecimento do serviço de energia elétrica, mediante prévio aviso ao consumidor, pelo inadimplemento do consumo recuperado correspondente ao período de 90 (noventa) dias anterior à constatação da fraude, contanto que executado o corte em até 90 (noventa) dias após o vencimento do débito, sem prejuízo do direito de a concessionária utilizar os meios judiciais ordinários de cobrança da dívida, inclusive antecedente aos mencionados 90 (noventa) dias de retroação. (tema 699, Info 634).

O item III está correto. Nos termos do art. 590, V, da Resolução 1000 da ANEEL: V - implementar, quando julgar necessário: b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos. Ausência de tais registros não serve, por si só, para nulificar o TOI. É possível que a infração esteja comprovada por perícia, por exemplo.

A alternativa D está correta. Apenas os itens ii e iii estão corretos.

As demais alternativas estão incorretas, pois os demais itens estão incorretos, conforme os comentários acima.

QUESTÃO 32. Jovair ingressou com demanda individual pleiteando direito consumerista que já era objeto de demanda coletiva no mesmo estado. Cientificado da existência da demanda coletiva, expressamente optou por continuar com seu processo individual. Ocorre que, antes da sentença no feito por si ajuizado, sobreveio sentença condenatória na demanda coletiva, da qual Jovair pretende se beneficiar.

Nesse caso, Jovair:

a) não mais pode aproveitar a sentença coletiva;

b) só poderá se valer da sentença coletiva benéfica se desistir da demanda individual antes do julgamento em primeira instância;

c) poderá, a qualquer tempo, executar individualmente o título formado na macrolide, desde que desista do processo que ajuizou;

d) pode requerer, para seu caso, o transporte in utilibus da coisa julgada benéfica, embora não possa mais se habilitar na coletiva, nem executar individualmente o titulo;

e) só poderá se valer da sentença coletiva benéfica se desistir da demanda individual antes do trânsito em julgado da sentença individual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Quem resolve a questão é o art. 104 do CDC: Art. 104. As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes ou ultra partes* a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

No caso proposto, o consumidor foi cientificado da existência da demanda coletiva e expressamente optou por continuar o seu processo individual. Logo, não poderá se valer da sentença coletiva.

QUESTÃO 33. Mário, desejando adquirir um veículo para trabalhar como motorista de aplicativo, contratou um financiamento com a instituição financeira Você na Boa S/A.

Do contrato, assinado em 2023, constava a taxa de juros mensal de 10% e a anual de 120% 50% superiores à média do mercado. Não se dispunha expressamente sobre a forma de capitalização dos juros.

Meses depois, diante da insuportabilidade financeira das prestações, ajuizou demanda revisional quanto aos-juros. Judicialmente, a perícia concluiu que as prestações, calculadas pela tabela Price, embutiam juros capitalizados.

Nesse caso, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) procede exclusivamente o pedido de exclusão do anatocismo;

b) procedem os pedidos de exclusão do anatocismo e de limitação dos juros à média de mercado;

c) procede exclusivamente o pedido de limitação dos juros à média de mercado, admitido o patamar superior a 12% ao ano;

d) procede o pedido de limitação dos juros à média de mercado, observado o patamar máximo de 12% ao ano, sob pena de se configurar disposição usurária;

e) não procede, sob perspectiva alguma, o pleito revisional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme o gabarito oficial divulgado pela banca examinadora. Sendo essa questão passível de recurso, pois a alternativa E também pode estar correta.

A alternativa A está correta, conforme a banca examinadora. Entretanto, essa questão é passível de recurso. Anatocismo é a capitalização de juros. Como vimos, o anatocismo é permitido quando a capitalização for ANUAL (para todos os contratos); e os Bancos ainda podem fazer a capitalização com periodicidade inferior à anual. No caso proposto, a capitalização foi anual. Logo, nenhuma ilicitude.

Note que neste contrato houve capitalização ANUAL dos juros. Não houve capitalização com periodicidade inferior à anual (quando a taxa de juros anual é superior a 12x a taxa de juros mensal). Ainda, nesse sentido, a súmula 541-STJ prevê o seguinte: A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

A alternativa B está incorreta. Conforme explica o professor Bruno Terra, novamente, o anatocismo aqui foi permitido. E a simples cobrança de juros acima de 12% ao ano, ou acima da média do mercado, por si só, não implica abusividade.

A alternativa C está incorreta. A simples cobrança de juros acima de 12% ao ano, ou acima da média do mercado, por si só, não implica abusividade, conforme o professor Bruno Terra.

QUESTÃO 34. A seguradora que, cumprindo a cobertura contratada, indeniza o consumidor sub-roga-se em seu lugar.

No entanto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de indicar que alguns direitos e privilégios não são passíveis de sub-rogação, porque levam em conta, justamente, a pessoa do consumidor enquanto sujeito efetivamente mais vulnerável da relação.

É exemplo disso:

a) a responsabilidade objetiva do fornecedor;

b) o prazo prescricional quinquenal para indenização pelo fato do serviço;

c) a inversão ope legis do ônus da prova no defeito do serviço;

d) a faculdade de ajuizamento da demanda no domicílio do consumidor;

e) a qualidade de consumidor por equiparação (bystander).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. Para responder a essa questão, exigiu do candidato conhecimento acerca da jurisprudência sobre a matéria.

O STJ acabou de afetar recurso repetitivo para verificar essa questão. No Acórdão de afetação (REsp. 2.092.308) a Min. Nancy Andrighi pontuou diversos julgados do STJ sobre sub-rogação do segurador em direitos PROCESSUAIS do consumidor, como a possibilidade de ajuizar a ação no seu próprio domicílio. Ela trouxe diversos acórdãos do STJ NEGANDO tal direito à seguradora. Logo, embora o STJ ainda vá apreciar essa questão da sub-rogação no repetitivo afetado, já há vários julgados NEGANDO a sub-rogação da seguradora no direito processual do consumidor referente ao foro. As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 35. Josefa, mulher de 25 anos de idade, está em um relacionamento extraconjugal. Ao descobrir que está grávida, resolve entregar voluntariamente o seu bebê quando nascer. Para tanto, busca equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que a esclarece sobre a irrevogabilidade da medida de adoção e verifica que Josefa está decidida a realizar a entrega. Após o nascimento da criança, Josefa confirma que pretende entregar seu bebê e declara expressamente que não deseja informar sobre a paternidade da criança e que não gostaria que nenhum de seus familiares soubessem do nascimento, pois era casada e não gostaria que seu marido descobrisse a traição. Sobre o instituto da entrega voluntária do filho em adoção na legislação atual, é correto afirmar que Josefa:

a) Está proibida de omitir os dados do pai da criança e de seus familiares, sendo dever do juiz da Infância e da Juventude determinar a medida de acolhimento institucional do bebê e buscar o genitor mesmo contra a vontade da mãe;

b) Tem direito ao sigilo apenas quanto ao genitor de seu filho, mas o juiz da Infância e da Juventude deve buscar a família extensa do bebê pelo prazo de 120 dias prorrogável por igual período;

c) Deve manifestar a sua vontade de entregar o filho em audiência judicial, quando, então, será determinada a destituição do poder familiar da declarante de forma irretratável;

d) Pode se retratar ou se arrepender da entrega voluntária. Na primeira hipótese, até a realização da audiência, e, na segunda hipótese, em determinado prazo previsto em lei contado da prolação da sentença que extinguiu o poder familiar;

e) Pode manifestar seu desejo de entregar o filho em audiência, momento em que o juiz decretará a extinção do poder familiar, sendo possível a retratação até a data da publicação de sentença constitutiva de adoção.

Comentários

A alternativa correta apontada pela banca é a **letra D,** porém entendemos que, na verdade, a alternativa correta é a **letra C**.

A questão dispõe sobre o instituto da entrega voluntária do filho em adoção.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a mãe não está proibida de omitir os dados do pai da criança e de seus familiares. A Lei garante, em seu art. 19-A, § 9º, o direito ao sigilo, veja: "É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o art. 19-A, §3º determina prazo distinto, veja: "A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (...) § 3º A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período." Ademais, o sigilo garantido à mãe não se limita ao genitor de seu filho, veja: "Art. 19-A, § 9º. É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei."

A alternativa C foi considerada incorreta pela banca. No entanto, entendemos que a alternativa está correta, por seu teor ser o que dispõe o art. 19-A, § 5º, veja: "A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (...) § 5º Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, se houver pai registral ou pai indicado, deve ser manifestada na audiência a que se refere o § 1º. do art. 166 desta Lei, garantido o sigilo sobre a entrega."

A alternativa D foi considerada correta pela banca. No entanto, entendemos que a alternativa está incorreta, tendo em vista que a desistência ou retratação da entrega voluntária pode ocorrer até a extinção do poder familiar. Vejamos: "Art. 166. Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado. § 5º O consentimento é retratável até a data da realização da audiência especificada no § 1º deste artigo, e os pais podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar."

A alternativa E está incorreta, pois o que marca a impossibilidade de retratação é a extinção do poder familiar, veja: "Art. 166. Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado. § 5º O consentimento é retratável até a data da realização da audiência especificada no § 1º deste artigo, e os pais podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar."

QUESTÃO 36. Jerônimo, adolescente de 13 anos de idade, em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, foi agredido por um agente socioeducativo durante uma revista de rotina. O adolescente expõe todo o ocorrido para sua mãe, mas diz que não quer contar a história para as autoridades competentes. Maria, mãe de Jerônimo, busca o Ministério Público da Infância e Juventude, que solicita ao juiz da Infância e da Juventude e a oitiva do adolescente sobre essa agressão a fim de apurar a conduta do agente público. Nesse caso, o juiz deverá:

a) Designar audiência especial para a oitiva do adolescente diretamente com o magistrado, o Ministério Público, o agente agressor e seu advogado ou defensor público;

b) Designar audiência de depoimento especial, pois este é o procedimento de oitiva da criança e adolescente vítima ou testemunha de violência com a finalidade de produzir prova;

c) Indeferir o pedido, pois Jerônimo não foi vítima de violência doméstica e familiar; logo não se aplicam as regras da escuta especializada e depoimento especial;

d) Designar audiência de escuta especializada que tem o escopo de produzir prova para o processo de investigação e de responsabilização do agente agressor;

e) Intimar Jerônimo para oitiva informal, uma vez que, embora seja vítima de violência, é adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, e a ele não se aplicam as regras da escuta protegida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão dispõe sobre a violência institucional contra crianças e adolescentes.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que não existe tal previsão na Lei.

A alternativa B está correta, tendo em vista que é o que determina o art. 8º da Lei 13.431/2017, veja: "Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária."

A alternativa C está incorreta, pois contraria o art. 4º, IV, da Lei 13.431/2017, que trata da violência institucional, veja: "Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização."

A alternativa D está incorreta, pois contraria o art. 7º da Lei 13.431/2017, que traz a escuta especializada como elemento da rede de proteção, veja: "Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade".

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que Jerônimo é vítima de violência, e mesmo sendo adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, será ouvido perante depoimento especial: "Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária."

QUESTÃO 37. Geraldo assumiu como conselheiro tutelar do Município de Criciúma há pouco tempo e foi convidado para participar de uma reunião de esclarecimentos sobre suas funções com o juiz da Infância e da Juventude e o Ministério Público. Um dos primeiros esclarecimentos foi que o Conselho Tutelar é um dos principais órgãos dentro do Sistema de Garantia de Direitos. Para além dessa explicação, pode ser esclarecido a Geraldo que, no uso de suas atribuições de conselheiro tutelar, ele:

a) Possui capacidade postulatória, para ajuizar ação de representação pela prática de infração administrativa em face de genitores e representantes legais por descumprimento dos deveres insculpidos no poder familiar;

b) Tem como prerrogativa a autonomia para exercer suas funções do melhor modo possível, o que significa dizer que as decisões do colegiado do Conselho Tutelar não estão sujeitas a controle, pois têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata;

c) Atua no limite territorial estipulado na legislação local, mas a competência se dará no local onde se encontra a criança ou adolescente, mesmo que os genitores ou responsáveis não estejam ausentes, pois o que deve prevalecer é o melhor interesse da criança;

d) Pode ser substituído em suas atribuições, quando em gozo de férias ou licenças, e, de forma excepcional, por pessoas estranhas ao órgão ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade no processo democrático mediante sufrágio universal;

e) Pode realizar a imediata reintegração familiar da criança ou do adolescente devidamente acolhido institucionalmente com a respectiva guia, independente de determinação judicial, com a expedição da devida guia de desligamento institucional.

Comentários

A alternativa correta indicada pela banca é a **letra A.** Porém, entendemos que, na verdade, a alternativa correta é a **letra C.** A questão trata das atribuições do Conselho Tutelar.

A alternativa A foi considerada correta pela banca. No entanto, entendemos que a alternativa está incorreta, tendo em vista que o conselheiro tutelar não possui essa capacidade, devendo representar ao Ministério Público, veja: "Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que as decisões do Conselho Tutelar estão sujeitas a controle, por serem decisões administrativas, vejamos: "Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei."; "Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse."

A alternativa C foi considerada incorreta pela banca. No entanto, entendemos que a alternativa está correta, tendo em vista que a Lei 13.824/19 determina: "Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha. (Redação dada pela Lei nº 13.824, de 2019)". Consoante Guia de Atuação do Ministério Público na Fiscalização do Processo de Escolha do Conselho Tutelar (2023): "Aplicam-se às atividades dos membros do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições legais, os parâmetros de competência destinados às atividades da autoridade judiciária, no caso, as regras indicadas no art. 147 do Estatuto da Criança e do Adolescente: Art. 147. A competência será determinada: I - pelo domicílio dos pais ou responsável; II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável." No mesmo sentido, o seguinte

julgado: "AGRAVO INTERNO EM CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. GUARDA PROVISÓRIA DEFERIDA AOS AVÓS MATERNOS E À GENITORA EM DUAS DEMANDAS DISTINTAS. ART. 147, ECA. PREVALÊNCIA DO MELHOR INTERESSE DO MENOR. 1. [...] Neste sentido, a Súmula 383 do STJ: "A competência para processar e julgar ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda". [...] 3. No caso concreto, consignou-se a prolação de liminares por juízos distintos deferindo a guarda provisória do menor aos avós maternos e à genitora, respectivamente, devendo-se aplicar a regra do art. 147, II, do ECA, qual seja a do local onde a criança se encontra atualmente, em atenção ao princípio do juízo imediato, máxime porque não há provas contundentes, no atual estágio, de que a genitora tenha se valido de subterfúgio a fim de afastar o Juízo natural. Ao revés, há indicativos da prática de violência doméstica, ainda que sem provimento judicial definitivo. 4. Dessarte, em face do princípio constitucional da prioridade absoluta dos interesses do menor, orientador dos critérios do art. 147 do ECA, mais adequada a declaração de competência do Juízo do local onde se encontra atualmente o menor [...]" (STJ - AgInt no CC: 156392 BA 2018/0015463-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 25/09/2019, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 30/09/2019).

A alternativa D está incorreta, por contrariar o art. 16 da Resolução 231/2022 do CONANDA, que dispõe: "Art. 16. Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Poder Executivo Municipal ou do Distrito Federal convocará imediatamente o suplente para o preenchimento da vaga. § 1º Os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de classificação publicada e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que tais determinações competem exclusivamente ao juiz, consoante art. 101, §§ 8º e 9º ECA, que determinam: "Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: (...) § 8º Verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de 5 (cinco) dias, decidindo em igual prazo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência § 9º Em sendo constatada a impossibilidade de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório fundamentado ao Ministério Público, no qual conste a descrição pormenorizada das providências tomadas e a expressa recomendação, subscrita pelos técnicos da entidade ou responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, para a destituição do poder familiar, ou destituição de tutela ou guarda. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência".

QUESTÃO 38. O Ministério Público da Infância e Juventude ajuizou ação de representação por prática de infração administrativa em face de Zacarias e Isabel, violação ao direito à educação de seu filho Felipe, de oito anos, uma vez que nunca o matricularam em escola regular. Na audiência de instrução e julgamento, os réus confessam que Felipe nunca frequentou a escola. Alegam, porém, que o filho não teve prejuízo na educação, já que tinha aulas em casa e não há vedação para o ensino domiciliar, razão pela qual solicitaram a improcedência do pedido. À luz do entendimento atualizado das cortes superiores, aos réus:

a) Assiste razão, uma vez que a Constituição Federal não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, de modo que poderia a família ser o núcleo principal e exclusivo da formação educacional das crianças, jovens e adolescentes, desde que forneçam educação;

b) Não assiste razão, uma vez que há vedação expressa do ensino em casa na legislação brasileira, e toda pessoa que se encontrar em território nacional deve respeitar o ordenamento jurídico brasileiro, devendo o juiz determinar a matrícula imediatamente em unidade de ensino regular;

c) Assiste razão em parte, uma vez que terão que levar Felipe para comparecer a alguma unidade de ensino regular para aplicação de prova e, dessa forma, cumprir o dever de solidariedade previsto na Constituição Federal, já que o Estado fiscalizará a educação da criança;

d) Não assiste razão, pois, embora o ensino domiciliar não seja vedado pela Constituição Federal, sua aplicação depende de lei federal, devendo ser cumpridos os requisitos de idade obrigatória, dever de solidariedade, núcleo básico de matéria e a supervisão, avaliação e fiscalização do poder público;

d) Não assiste razão, pois, embora os genitores sejam os titulares do direito à educação dos filhos, para realizar o ensino domiciliar precisariam de autorização judicial, o que não foi requerido pelos réus em tempo hábil, e por isso terão que pagar multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema ensino domiciliar.

A alternativa A está incorreta, pois apesar da CF não vedar o ensino domiciliar, não há regulamentação do mesmo, que deve ser pautado por uma série de elementos. Ademais, o STF, no TEMA 822 declarou: "Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira. (RE 888815)".

A alternativa B está incorreta, pois a CF não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, veja: "2. É dever da família, sociedade e Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, a educação. A Constituição Federal consagrou o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das crianças, jovens e adolescentes com a dupla finalidade de defesa integral dos direitos das crianças e dos adolescentes e sua formação em cidadania, para que o Brasil possa vencer o grande desafio de uma educação melhor para as novas gerações, imprescindível para os países que se querem ver desenvolvidos. 3. A Constituição Federal não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, mas proíbe qualquer de suas espécies que não respeite o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das crianças, jovens e adolescentes. São inconstitucionais, portanto, as espécies de unschooling radical (desescolarização radical), unschooling moderado (desescolarização moderada) e homeschooling puro, em qualquer de suas variações." (RE 888815, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 12/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-055 DIVULG 20-03-2019 PUBLIC 21-03-2019).

A alternativa C está incorreta, com base na já supracitada jurisprudência.

A alternativa D está correta, pois, apesar da CF não vedar de forma absoluta o ensino domiciliar, não é possível, atualmente, o *homeschooling* no Brasil, consoante decisão do STF, vejamos: "3. A Constituição Federal não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, mas proíbe qualquer de suas espécies que não respeite o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das crianças, jovens e adolescentes. São inconstitucionais, portanto, as espécies de unschooling radical (desescolarização radical), unschooling moderado (desescolarização moderada) e homeschooling puro, em qualquer de suas variações. 4. O ensino domiciliar não é um direito público subjetivo do aluno ou de sua família, porém não é vedada constitucionalmente sua criação por meio de lei federal, editada pelo Congresso Nacional, na modalidade "utilitarista" ou "por conveniência circunstancial", desde que se cumpra a obrigatoriedade, de 4 a 17 anos, e se respeite o dever solidário Família/Estado, o núcleo básico de matérias acadêmicas, a supervisão, avaliação e fiscalização pelo Poder Público; bem como as demais previsões impostas diretamente pelo texto constitucional, inclusive no tocante às finalidades e objetivos do ensino; em especial, evitar a evasão escolar e garantir a socialização do indivíduo, por meio de ampla convivência familiar e comunitária (CF, art. 227)." (RE 888815, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 12/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-055 DIVULG 20-03-2019 PUBLIC 21-03-2019).

A alternativa E está incorreta, com base na já supracitada jurisprudência. Ademais, não há qualquer previsão nesse sentido.

QUESTÃO 39. Simone, uma mulher de 49 anos, mãe solteira, vítima de violência doméstica por parte do namorado, reside com seus dois filhos, Fátima, de 9 anos, e Fábio, de 14 anos de idade. No momento, Simone está passando por dificuldades financeiras severas, pois não consegue arrumar emprego e sua condição de moradia é precária. Fátima encontra-se acolhida em programa de acolhimento familiar e Fábio, que se envolveu com o tráfico de drogas, está cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida. No contexto da assistência social no Brasil, em relação ao atendimento a Simone diante de cada risco vivenciado, é correto afirmar que:

a) A proteção social básica ofertada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) atuará em relação às dificuldades financeiras e de moradia. Já a proteção social especial prestará o atendimento assistencial no caso de violência e de cumprimento de medida socioeducativa de Fábio, não considerando a situação de Fátima, pois as normas que regem a Política Nacional de Assistência Social não se aplicam a crianças em acolhimento familiar, aplicando-se nesse caso o Estatuto da Criança e do Adolescente;

b) O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) atenderá Simone avaliando sua situação socioeconômica e as condições de vulnerabilidade e violência. Quanto à medida socioeducativa em meio aberto, que deve ser cumprida por Fábio, terá acompanhamento sistemático e monitorado pelos serviços de média complexidade da proteção social básica pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Já o acolhimento de Fátima será acompanhado por um serviço de alta complexidade;

c) A proteção social especial se divide em serviços de média complexidade e alta complexidade. Quanto à violência sofrida por Simone e o acompanhamento do cumprimento da medida

socioeducativa de liberdade assistida aplicada a Fábio, haverá o acompanhamento pelo CREAS. Já a proteção social básica atenderá Simone em relação à situação socioeconômica e de moradia. No mais, a equipe do acolhimento familiar, que é um serviço inserido na proteção social especial de alta complexidade, acompanhará Fátima;

d) As proteções sociais básica e especial serão ofertadas para Simone pela rede de saúde, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUS, respeitadas as especificidades de cada ação, pois há situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, dado que no presente caso há situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, uso de substâncias psicoativas e cumprimento de medidas socioeducativas;

e) A proteção social especial de serviço de baixa complexidade que envolve o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) irá atender Simone, Fábio e Fátima por cada risco social vivenciado. Já a proteção social básica ofertada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) não atuará em favor de Simone e sua família, uma vez que atende apenas para a prevenção da incidência de risco; eles, porém, poderão ser atendidos pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social.

Comentários

A alternativa correta indicada pela banca é a **letra C**. Porém, entendemos que, na verdade, a alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do acompanhamento realizado pelos CRAS e CREAS a famílias com menor infrator.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é uma unidade pública que oferece serviços de assistência social básica, consoante Lei 8742/93, veja: "Art. 6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei. § 1º O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)".

A alternativa B está incorreta, pois o acompanhamento será realizado, conforme supracitado, pelo CRAS; veja o que diz a Lei 8742/93: "Art. 6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) § 1º O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) § 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)".

A alternativa C foi considerada correta pela banca. No entanto, entendemos que a alternativa está incorreta, pois o acompanhamento será realizado, conforme supracitado, pelo CRAS; veja o que diz a Lei 8742/93: "Art. 6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) § 1º O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) § 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)".

A alternativa D foi considerada incorreta pela banca. No entanto, entendemos que a alternativa está correta, pois se coaduna com o art. 5º, III da Lei 8080/90, que determina: "Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS: (...) III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas."

A alternativa E está incorreta, pois o acompanhamento será realizado, conforme supracitado, pelo CRAS; veja o que diz a Lei 8742/93: "Art. 6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) § 1º O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) § 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)".

QUESTÃO 40. Camila, mulher em cumprimento de pena privativa de liberdade, encontra-se grávida de 6 meses. Ela está preocupada com o seu pré-natal, com a amamentação de seu filho quando nascer e com seus dois filhos que ficaram com seu esposo e pai das crianças. José, de 8 anos de idade, tem sérios problemas na arcada dentária, e Afonso, de 9 anos, se encontra hospitalizado e com diagnóstico de apendicite. De acordo com as legislações de proteção à criança e ao adolescente em vigor no Brasil, sobre os direitos das crianças e adolescentes em relação à saúde, é correto afirmar que:

a) O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece direitos a partir do nascimento com vida da criança. Durante a gravidez, eventuais direitos da mulher e do seu feto são previstos em outras leis, mas não na Lei 8.069/1990 (ECA);

b) Camila poderá ser desestimulada a amamentar seu filho, pois, estando presa, quanto menos tempo amamentar, menos tempo a criança ficará privada de sua liberdade junto com a genitora;

c) O hospital em que Afonso se encontra pode proibir a permanência de seu pai, pois a criança está em unidade de terapia intensiva e não há local para permanecer com a criança, sendo possível apenas visitá-la enquanto estiver

d) O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê o acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, através do SUS, que não engloba tratamento dentário; logo, o pai de José terá que pagar dentista;

e) O poder público tem o dever de garantir a Camila, quando seu filho nascer, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, visando ao desenvolvimento integral da criança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos direitos da mulher, em sede de ECA, durante a gestação.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que, mesmo durante a gravidez, a Lei 8.069/1990 (ECA) já assegura eventuais direitos da mulher e do seu feto, a exemplo do art. 8º, § 5º, que determina: "É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) (...) § 5º A assistência referida no § 4 o deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o art. 8º, § 10, do ECA, que prevê: "Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) (...) § 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)."

A alternativa C está incorreta, pois contraria o art. 12 do ECA, que prevê a permanência de um dos pais ou responsável, veja: "Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a Lei 14572/2023 instituiu a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), alterando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS.

A alternativa E está correta, por ser o que determina o art. 8º, § 10, do ECA, que prevê: "Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) (...) § 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)."

QUESTÃO 41. Sobre as causas de justificação no direito penal brasileiro, é correto afirmar que:

a) adota-se a teoria unitária sobre o estado de necessidade, não se admitindo sua forma exculpante;

b) admite-se a alegação de legítima defesa por parte de quem se defende de agressão justificada como também de agressão injusta;

c) admite-se a utilização, pela defesa, da tese da legítima defesa da honra em processos referentes a crimes dolosos contra a vida;

d) estado de necessidade defensivo é aquele no qual é sacrificado bem jurídico de terceiro alheio à criação do perigo;

e) agente de segurança pública que mata alguém ao repelir agressão ou risco de agressão a si mesmo e a terceiro, em contexto de tiroteio, age em estrito cumprimento do dever legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre as causas de justificação.

A alternativa A está correta. A teoria unitária do estado de necessidade é a teoria adotada pelo Código Penal Brasileiro, que considera que todo estado de necessidade é uma causa excludente de ilicitude. Não se admite o estado de necessidade exculpante, se o bem jurídico sacrificado for mais valioso que o protegido, haverá redução de pena.

A alternativa B está incorreta. Não se admite legítima defesa contra legítima defesa. A legítima defesa, conforme o artigo 25 do Código Penal, exige uma agressão injusta. Não é possível alegar legítima defesa contra uma agressão justificada, uma vez que, se a agressão é justificada, não há injustiça e, portanto, não há o que defender. A agressão injusta é um requisito essencial para caracterizar a legítima defesa, que não se aplica contra ações lícitas.

A alternativa C está incorreta. A tese da legítima defesa da honra não é admitida no direito penal brasileiro contemporâneo. O Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestou no sentido de que essa tese é inconstitucional, especialmente em casos de feminicídio, por violar direitos fundamentais, como o direito à vida e à dignidade da pessoa humana. A defesa da honra como justificativa para homicídios é considerada uma tentativa de legitimar crimes baseados em preconceito e discriminação.

A alternativa D está incorreta. O estado de necessidade defensivo é aquele em que o agente sacrifica um bem jurídico do próprio causador do perigo, e não de um terceiro alheio. Se o bem jurídico sacrificado é de uma pessoa estranha ao fato, estamos diante do estado de necessidade agressivo, que, apesar de ser admitido em certos casos, não pode ser confundido com o estado de necessidade defensivo, no qual o dano é causado ao próprio agente que cria o perigo.

A alternativa E está incorreta. Embora o agente de segurança pública possa agir em legítima defesa ou em estrito cumprimento do dever legal, é necessário que se comprovem os requisitos da legítima defesa (agressão injusta, atual ou iminente) ou o estrito cumprimento do dever legal. No caso apresentado na alternativa, ele agiria em legítima defesa e não em estrito cumprimento do dever legal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 42. Sobre as penas restritivas de direito na legislação e na jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

a) a prática de crime contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos;

b) é vedada a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos nos casos de condenação por tráfico de drogas;

c) é vedada a substituição por pena restritiva de direitos se o condenado for reincidente em crime doloso;

d) admite-se a fixação de pena substitutiva como condição especial ao regime aberto, a critério do juízo sentenciante ou do juízo de execução penal;

e) admite-se a execução provisória da pena restritiva de direitos, devendo ser formada guia de recolhimento provisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre penas restritivas de direito.

A alternativa A está correta. O entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) é que, nos casos de crimes praticados com violência ou grave ameaça contra a mulher no âmbito doméstico, conforme previsto na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), não é permitida a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. Isso decorre

da gravidade dos crimes de violência doméstica e da necessidade de uma resposta penal mais severa para desestimular essas condutas, garantindo a proteção à mulher. De acordo com a súmula 588-STJ: "A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos".

A alternativa B está incorreta. A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos não é absolutamente vedada em condenações por tráfico de drogas. O STJ já pacificou o entendimento de que, em situações específicas de tráfico de menor gravidade (artigo 33, § 4º, da Lei de Drogas – Lei 11.343/2006), é possível a substituição da pena, desde que o réu não seja reincidente e tenha conduta social favorável. O artigo 44 do Código Penal, portanto, não impede totalmente essa substituição, dependendo das circunstâncias do caso concreto.

A alternativa C está incorreta. A reincidência em crime doloso não impede automaticamente a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. O artigo 44 do Código Penal prevê que a substituição é vedada quando o réu for reincidente específico em crime doloso que tenha sido praticado com violência ou grave ameaça. Assim, se o réu é reincidente em crime doloso que não envolva esses fatores, ainda há a possibilidade de substituição, a depender da análise do magistrado e das condições do caso.

A alternativa D está incorreta. A pena substitutiva não pode ser fixada como condição especial ao regime aberto, conforme entendimento jurisprudencial. O regime aberto é um regime de cumprimento de pena privativa de liberdade, e as penas substitutivas são aplicadas em substituição à privativa de liberdade, não podendo ser cumuladas como condição de outro regime de cumprimento de pena. A aplicação de penas restritivas de direitos é feita em substituição à prisão, e não como complemento a ela.

A alternativa E está incorreta. A execução provisória da pena restritiva de direitos, antes do trânsito em julgado, não é admitida pela jurisprudência dos tribunais superiores. A execução provisória de penas restritivas de direitos foi vedada pelo STF, que decidiu que a execução de qualquer pena só pode ocorrer após o trânsito em julgado da sentença condenatória, respeitando o princípio da presunção de inocência (artigo 5º, LVII, da Constituição Federal). Dessa forma, não é possível formar guia de recolhimento provisória para a execução dessas penas antes do trânsito em julgado.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 43. Considere a elaboração de uma sentença condenatória pelo crime de incêndio (Art. 250, CP), na seção destinada à dosimetria e fixação da pena privativa de liberdade. Na hipótese, a pena provisória foi fixada em três anos de reclusão e, na terceira etapa, verifica-se a necessidade de aplicação de uma causa de aumento de pena (majorante) em um terço, em razão de o delito ter ocorrido em casa habitada, e também de uma causa de diminuição de pena (minorante) em um terço, porque o crime ocorreu na forma tentada.

A pena definitiva será fixada em:

a) três anos, considerando que a majorante e a minorante se compensam;

b) quatro anos, considerando que a majorante deverá preponderar;

c) dois anos e oito meses, considerando a realização de cálculo em cascata;

d) dois anos, considerando que a minorante deverá preponderar;

e) um ano, considerando a realização de cálculo em cascata com preponderância da minorante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a aplicação de causas de aumento (majorantes) e de diminuição de pena (minorantes) na dosimetria de uma sentença condenatória.

A alternativa A está incorreta. A jurisprudência brasileira, especialmente o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não admite a compensação direta entre uma causa de aumento e uma causa de diminuição. Essas circunstâncias devem ser aplicadas de forma sucessiva, em cálculos separados. Ou seja, primeiro aplica-se a causa de aumento, e depois a de diminuição, ou vice-versa. Assim, a pena não se mantém em três anos, pois o cálculo deve considerar o efeito sucessivo das duas circunstâncias, não sua compensação.

A alternativa B está incorreta. A majorante não prepondera automaticamente sobre a minorante, a menos que haja previsão legal expressa, o que não é o caso neste exemplo. No crime de incêndio (art. 250 do CP), tanto a causa de aumento (ocorrência em casa habitada) quanto a causa de diminuição (tentativa) são aplicadas de maneira proporcional e sem preponderância direta de uma sobre a outra. O cálculo deve ser feito sucessivamente, levando em conta ambas as circunstâncias de forma equânime, o que não leva a um resultado de quatro anos.

A alternativa C está correta. O correto é aplicar o cálculo em cascata, ou seja, primeiro aplica-se a majorante (aumento de um terço) sobre a pena provisória de três anos, resultando em quatro anos de reclusão. Em seguida, aplica-se a minorante (diminuição de um terço, correspondente à tentativa), sobre os quatro anos, o que resulta em dois anos e oito meses. Esse método de cálculo sucessivo, primeiro aplicando o aumento e depois a diminuição, é o procedimento correto.

A alternativa D está incorreta. A minorante (tentativa) não prepondera sobre a majorante automaticamente. A jurisprudência e a doutrina majoritárias exigem que ambas sejam consideradas de forma proporcional, aplicando-se primeiro uma, depois a outra, sem a predominância de uma sobre a outra. Assim, o resultado de dois anos não seria correto, já que a aplicação em cascata não favorece nenhuma das duas causas, mas as aplica sucessivamente.

A alternativa E está incorreta. A realização de cálculo em cascata com preponderância da minorante não está correta, pois a doutrina e a jurisprudência determinam que ambas as circunstâncias sejam aplicadas de maneira sucessiva e equitativa. O resultado final de um ano de pena seria incorreto, pois o cálculo em cascata entre as majorantes e minorantes, sem preponderância de uma sobre a outra, leva ao resultado de dois anos e oito meses, como indicado na alternativa correta.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 44. Sobre as medidas de segurança no direito penal brasileiro, é coreto afirmar que:

a) a perícia médica poderá ser realizada a qualquer tempo, se o determinar o juízo da execução;

b) não há prazo prescricional previsto para a execução de medida de segurança imposta em sentença absolutória imprópria;

c) adota-se, no Brasil, desde o ano de 1984, o sistema dualista cumulativo ou *doppio binario* quanto às penas e medidas de segurança;

d) a internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade;

e) no caso de ausência de vagas em estabelecimentos hospitalares adequados à realização do tratamento, admite-se a custódia do paciente internado em estabelecimento prisional comum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre medidas de segurança.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 97, § 2º, do Código Penal, a perícia médica deve ser realizada ao término do prazo mínimo fixado para a medida de segurança e repetida anualmente, mas também pode ser determinada a qualquer tempo, conforme a necessidade identificada pelo juízo da execução. Essa previsão permite ao juiz ajustar a periodicidade das perícias para garantir a adequada avaliação da periculosidade do agente, caso entenda necessário.

A alternativa B está incorreta. Apesar de as medidas de segurança terem um caráter indeterminado, a doutrina e a jurisprudência reconhecem que há prazo prescricional para sua execução, mesmo em casos de sentença absolutória imprópria. A prescrição segue as regras do Código Penal para a prescrição das penas privativas de liberdade, conforme o artigo 96 do CP. Portanto, é incorreto afirmar que não há prazo prescricional.

A alternativa C está incorreta. No Brasil, o sistema adotado desde o Código Penal não é o dualista cumulativo (*doppio binario*), mas sim o sistema vicariante. Nesse sistema, o juiz aplica ou a pena privativa de liberdade ou a medida de segurança, nunca as duas de forma cumulativa. A aplicação cumulativa de penas e medidas de segurança não é permitida no direito penal brasileiro.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o artigo 97 do Código Penal, a internação ou tratamento ambulatorial deve durar por tempo indeterminado, até que a perícia médica comprove a cessação da periculosidade do agente. No entanto, o entendimento já consolidado do STJ estabelece que a duração da medida de segurança não pode ultrapassar o prazo máximo da pena abstrata do delito.

A alternativa E está incorreta. A custódia de pacientes inimputáveis em estabelecimentos prisionais comuns não é permitida pela jurisprudência dos tribunais superiores. Tanto o STF quanto o STJ consideram inconstitucional a internação de inimputáveis em presídios comuns, por ser uma violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e aos objetivos terapêuticos das medidas de segurança. O

Estado tem o dever de assegurar que o tratamento ocorra em local adequado, como hospitais de custódia ou instituições equivalentes.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 45. Jorge encontra-se preso devido a várias condenações pelo mesmo tipo penal, todas com trânsito em julgado. Em petição apresentada pela sua defesa junto à Vara de Execução Penal, ele alega que entrou em vigor nova lei penal mais benigna, revogando causa de aumento de pena que fora aplicada nas condenações e demonstrando, ainda, que os delitos foram praticados em continuidade delitiva, tendo em vista serem da mesma espécie e terem sido cometidos sob as mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução. Explica que as penas foram aplicadas em processos criminais distintos e foram, por isso, somadas no processo de execução penal, prejudicando-o. Quanto à petição da defesa, é correto afirmar que: A

a) ambas as teses apresentadas pela defesa de Jorge são de competência do juízo de execução penal e podem ser por ele apreciadas e decididas;

b) somente a aplicação da lei penal mais benigna compete ao juízo de execução penal, devendo a tese de continuidade delitiva ser objeto de revisão criminal;

c) somente a análise e o reconhecimento da continuidade delitiva competem ao juízo de execução penal, devendo a aplicação de lei penal mais benigna ser objeto de revisão criminal;

d) a aplicação da lei penal mais benigna compete ao juízo da condenação e a apreciação do pedido de reconhecimento da continuidade delitiva entre as condenações cabe ao juízo de execução penal;

e) ambas as teses apresentadas pela defesa de Jorge devem ser objeto de uma ou mais ações de revisão criminal junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, não sendo competência do juízo de execução penal apreciar o pedido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da competência do juízo da Execução Penal.

O art. 66, inc. I, da Lei de Execução Penal trata do assunto, dispondo: "Art. 66. Compete ao Juiz da execução: I - aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado". Portanto, quanto à aplicação da lei penal mais benigna, é de competência do juízo da execução penal por força de previsão legal. No que tange à possibilidade de aplicação da continuidade delitiva pelo juiz da execução, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que o juiz da Vara de Execuções Penais (VEC) tem competência para examinar a ocorrência de continuidade delitiva (artigo 71 do Código Penal – CP) no caso em que o réu for condenado em diferentes processos (STJ, AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1422493 - DF (2018/0345882-9). Dessa forma, como o caso em questão deixa claro haver várias condenações em processos distintos, pois menciona mais de um trânsito em

julgado, conclui-se que seria possível a análise pelo magistrado da fase da execução. Assim, correta a alternativa A, já que ambas as teses podem ser analisadas pelo juiz da execução.

QUESTÃO 46. Caio, ao tomar conhecimento de que seu amigo Dario pretende furtar o automóvel do vizinho, diz-lhe que, se ele realmente o fizer, poderá levar o veículo para seu sítio, em estado vizinho, mantendo-o escondido no local. Dario efetivamente comete o furto, ocultando o automóvel subtraído no sítio de Caio.

Diante do caso narrado, Caio deverá responder por:

a) furto simples;

b) furto qualificado;

c) receptação própria;

d) receptação imprópria;

e) favorecimento real.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.

A alternativa A está incorreta. Caio não responde apenas por furto simples (art. 155, caput, CP), porque ele contribuiu para a prática do crime ao oferecer previamente seu sítio para esconder o veículo furtado. Essa conduta caracteriza o concurso de pessoas, uma circunstância que qualifica o furto, tornando-o mais grave. Caio foi partícipe no crime desde o planejamento, o que agrava sua conduta.

A alternativa B está correta. Caio responde por furto qualificado (art. 155, § 4º, IV, CP), pois, ao colaborar previamente com Dario, oferecendo seu sítio como local para ocultar o veículo furtado, ele participou do crime de forma ativa, configurando o concurso de pessoas. A qualificadora do concurso de agente do furto não exige união de coautores, satisfazendo-se com a participação (STJ. 5ª Turma. AgRg no HC 416.858/SC, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 24/08/2021).

A alternativa C está incorreta. A receptação própria (art. 180, caput, CP) ocorre quando alguém adquire, recebe, transporta ou oculta um bem proveniente de crime sem ter participado da execução do crime anterior. No caso, Caio participou previamente do planejamento do crime ao oferecer esconderijo para o veículo, o que o afasta da figura da receptação. Como ele foi coautor ou partícipe do furto, responde por este crime e não por receptação.

A alternativa D está incorreta. A receptação imprópria (art. 180, § 1º, CP) envolve a venda, exposição ou facilitação da venda de produto de crime, o que não se aplica ao caso de Caio, já que ele apenas ofereceu esconderijo para o veículo furtado, sem envolvimento na venda ou alienação do bem.

A alternativa E está incorreta. O favorecimento real (art. 349, CP) ocorre quando alguém auxilia o criminoso a assegurar o proveito do crime sem ter participado da execução ou do planejamento do delito. No caso, Caio já havia se comprometido a ocultar o veículo antes do furto ser praticado, configurando sua participação no crime desde o início. Por isso, ele não responde por favorecimento real, mas por furto qualificado devido ao concurso de pessoas.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 47. Felipe é flagrado por policiais na posse de pequena quantidade de cocaína, que ele pretendia usar numa festinha. Para não ser conduzido à Delegacia de Polícia, ele lhes oferece a importância de R$ 200,00 em espécie, porém a proposta é recusada pelos policiais, que o levam à Delegacia de Polícia.

Diante do caso narrado, a alternativa correspondente à adequação típica da conduta de Felipe, referente ao oferecimento de dinheiro aos policiais, é:

a) fato atípico;

b) corrupção ativa consumada;

c) tentativa de corrupção ativa;

d) corrupção passiva consumada;

e) tentativa de corrupção passiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o crime de corrupção ativa.

A alternativa A está incorreta. O oferecimento de dinheiro aos policiais para que eles deixassem de agir de acordo com seu dever legal não é um fato atípico, mas sim crime tipificado no artigo 333 do Código Penal, que trata da corrupção ativa. O fato de os policiais terem recusado o suborno não afasta a tipicidade da conduta. Assim, o simples oferecimento de vantagem indevida já consuma o crime.

A alternativa B está correta. A conduta de Felipe configura corrupção ativa consumada (art. 333, CP), uma vez que ele ofereceu dinheiro aos policiais com o intuito de corrompê-los, ou seja, para que deixassem de cumprir seu dever de levá-lo à delegacia. No crime de corrupção ativa, a consumação ocorre com o mero oferecimento ou promessa da vantagem indevida, independentemente de a proposta ser aceita ou não. Como Felipe efetivamente ofereceu a quantia de R$ 200,00, o crime está consumado.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de tentativa de corrupção ativa, pois o crime de corrupção ativa se consuma com o mero oferecimento da vantagem indevida, independentemente de os policiais aceitarem ou não. A tentativa seria configurada apenas se, por circunstâncias alheias à vontade de Felipe, ele não tivesse conseguido formalizar o oferecimento da vantagem.

A alternativa D está incorreta. Corrupção passiva (art. 317, CP) é o crime praticado por funcionário público que solicita ou recebe vantagem indevida. No caso, os policiais não solicitaram nem aceitaram a vantagem oferecida por Felipe, de modo que o crime de corrupção passiva não ocorreu.

A alternativa E está incorreta. Tentativa de corrupção passiva não se aplica ao caso, pois os policiais não solicitaram a vantagem indevida. Não há elementos na narrativa que indiquem qualquer tentativa de corrupção passiva, uma vez que os policiais recusaram o suborno e procederam com a condução de Felipe à delegacia.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 48. Durante patrulhamento motorizado de rotina, por volta das 22 horas e 30 minutos, a guarnição comandada pelo sargento Athos e composta pelos soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan logrou identificar residência que, segundo Porthos se recordava, havia sido mencionada por um informante como suposto ponto de armazenamento de material entorpecente destinado ao tráfico de drogas.

Diante dessa informação, Aramis sugeriu, com a entusiasmada aprovação de Porthos e D'Artagnan, que ingressassem na residência pulando o muro e procedessem a uma revista na área externa da casa. O sargento Athos, no entanto, declarou expressamente seu desacordo, afirmando que sequer sairia da viatura e que não contassem com ele para nada.

Mesmo assim, após desembarcarem do veículo, Porthos e Aramis pularam o muro da residência, enquanto D'Artagnan permaneceu no portão, vigiando para o caso de alguém chegar.

Após nada ser encontrado na referida revista, os três soldados retornaram à viatura onde o sargento Athos, ainda bastante aborrecido, afirmou que, se não fossem amigos e não trabalhassem juntos há tanto tempo, os prenderia todos em flagrante.

Diante do acima exposto, é correto afirmar, em relação às condutas dos policiais militares referidos, que:

a) os soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan irão responder em coautoria pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, enquanto o sargento Athos responderá pelo mesmo crime, mas, com fundamento na omissão penalmente relevante, uma vez que tinha o dever legal de agir para evitar o resultado e podia fazê-lo;

b) os soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan irão responder pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, sendo Porthos e Aramis coautores do delito e D'Artagnan partícipe, enquanto o sargento Athos responderá pelo crime militar de prevaricação, ao deixar de prender em flagrante os policiais militares acima referidos, visando a satisfazer o sentimento pessoal de amizade para com eles;

c) os soldados Porthos e Aramis irão responder em coautoria pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, enquanto o sargento Athos e o soldado D'Artagnan responderão pelo crime militar de prevaricação, ao deixarem de prender em flagrante os policiais militares acima referidos, visando a satisfazer o sentimento pessoal de amizade para com eles;

d) os soldados Portos e Aramis irão responder em coautoria pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, enquanto o sargento Athos e o soldado D'Artagnan responderão pelo mesmo crime, mas com fundamento na omissão penalmente relevante, uma vez que tinham o dever legal de agir para evitar o resultado e podiam fazê-lo;

e) os soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan irão responder pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, sendo Porthos e Aramis coautores do delito e D'Artagnan partícipe, enquanto o sargento Athos responderá pelo mesmo crime, mas com fundamento na omissão penalmente relevante, uma vez que tinha o dever legal de agir para evitar o resultado e podia fazê-lo.

Comentários

A alternativa correta indicada pela banca é a **letra E**. Porém, entendemos que, na verdade, a alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre coautoria e participação, bem como crimes de violação de domicílio e prevaricação.

A alternativa A está incorreta. Athos não responderá pelo mesmo crime, uma vez que não aderiu à conduta dos demais.

A alternativa B está correta. Os soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan irão responder pelo crime militar de violação de domicílio, nos termos do art. 226 do CPM: "Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências: Pena - detenção, até três meses.". Porthos e Aramis respondem como coautores, por terem praticado o verbo nuclear do tipo, uma vez que entraram clandestinamente em casa alheia. Já D'Artagnan responde como partícipe, nos termos do art. 53, § 1º: "A punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade. Não se comunicam, outrossim, as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime". O crime se qualifica em razão de ter sido cometido por duas ou mais pessoas, nos termos do § 1º: "Se o crime é cometido durante o repouso noturno, ou com emprego de violência ou de arma, ou mediante arrombamento, ou por duas ou mais pessoas: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência". Ainda, há causa de aumento de pena por estarem em serviço § 2º "A pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o fato é cometido por militar em serviço ou por servidor público, fora dos casos legais, ou com inobservância das formalidades prescritas em lei ou com abuso de poder". Quanto ao sargento Athos, responderá pelo crime militar de prevaricação, uma vez que restou claro seu intuito de satisfazer o sentimento pessoal de amizade com os demais colegas de farda: "Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de seis meses a dois anos.".

A alternativa C está incorreta. O soldado D'Artagnan aderiu à conduta dos outros policiais militares, de modo que responde pelo mesmo crime de violação de domicílio.

A alternativa D está incorreta. No caso, o sargento Athos não aderiu à conduta dos demais policiais, não respondendo pelo mesmo crime.

A alternativa E está incorreta. Em que pese ter sido o gabarito dado pela Banca Examinadora, entende-se que a assertiva não está correta. Os soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan serão responsabilizados pelo crime militar de violação de domicílio, conforme o art. 226 do Código Penal Militar (CPM): "Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências: Pena - detenção, até três meses." Porthos e Aramis são considerados coautores, pois praticaram diretamente a conduta descrita no tipo penal, ao ingressarem clandestinamente na residência alheia. D'Artagnan, por sua vez, responde como partícipe, conforme o art. 53, § 1º do CPM: "A punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade. Não se comunicam, outrossim, as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime." Além disso, o crime se qualifica por ter sido cometido por mais de uma pessoa, conforme o § 1º do art. 226: "Se o crime é cometido durante o repouso noturno, ou com emprego de violência ou de arma, ou mediante arrombamento, ou por duas ou mais pessoas: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência." Ademais, há uma causa de aumento de pena, já que os envolvidos estavam em serviço, conforme o § 2º do mesmo artigo: "A pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o fato é cometido por militar em serviço ou por servidor público, fora dos casos legais, ou com inobservância das formalidades prescritas em lei ou com abuso de poder." Quanto ao sargento Athos, ele responderá pelo crime militar de prevaricação, pois ficou evidenciado que agiu para satisfazer seu sentimento pessoal de amizade com os demais militares, como indicado pelo examinador ao relatar que "Athos, ainda bastante aborrecido, afirmou que, se não fossem amigos e não trabalhassem juntos há tanto tempo, os prenderia todos em flagrante." O art. 319 do CPM prevê: "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de seis meses a dois anos." Em complemento, a jurisprudência militar interpreta de forma rigorosa a prevaricação em casos semelhantes, conforme o seguinte julgado: "PENAL MILITAR. PREVARICAÇÃO. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM PERSPECTIVA. REJEIÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. INTENSIDADE DO DOLO. EXTENSÃO DO DANO. AVALIAÇÃO DESFAVORÁVEL. MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME INERENTES AO TIPO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal (Súmula n. 438, STJ). Demonstrado que a intensidade do dolo extrapolou a normalidade típica, por se tratar de crime praticado por militar que, valendo-se de sua patente, deixa de praticar ato de ofício, para satisfazer sentimento pessoal de amizade com outro militar, integrante da unidade, evidenciando um juízo de reprovabilidade que ultrapassa a normalidade típica, justificada está a valoração negativa da culpabilidade. Se a extensão do dano transcende o resultado típico, em face dos efeitos danosos causados aos demais militares, integrantes da unidade, impõe-se a avaliação negativa das consequências do crime. Mostra-se incabível a apreciação desfavorável das circunstâncias do crime, quando estas não extrapolaram a normalidade típica. Em face da valoração negativa da culpabilidade e das consequências do crime, a pena-base deve ser fixada acima do mínimo legal cominado ao delito." (Acórdão 966354, 20130110539086APR, Relator(a): ESDRAS NEVES, 1ª TURMA CRIMINAL, data de julgamento: 15/09/2016, publicado no PJe: 20/09/2016). Portanto, a jurisprudência confirma a tipicidade do crime no caso do sargento Athos.

QUESTÃO 49 Riobaldo, sargento da Polícia Militar de um estado da região Sudeste, inconformado com o que entendia ser um volume excessivo de trabalho imposto pelo comandante do Batalhão no qual estava lotado, concertou-se com outros 25 militares da mesma unidade para paralisarem por um dia seu serviço de patrulhamento, exigindo do comandante-geral da corporação a exoneração do comandante do batalhão.

Para tanto, decidiram, quando da assunção do serviço, postarem-se sentados no chão, em frente ao portão principal da unidade, impedindo a entrada ou a saída das viaturas utilizadas no patrulhamento ostensivo. Visando a afirmar o caráter pacífico do movimento, Riobaldo e seus companheiros concordaram em estar desarmados e em trajes civis no momento do planejado protesto. No dia marcado, ao se deparar com a ação de seus subordinados, o comandante do Batalhão, coronel Ramiro, em três oportunidades, dirigiu ordem direta aos policiais militares para que cessassem com o protesto e retomassem imediatamente seus afazeres, liberando a entrada principal da unidade. Tal determinação, no entanto, foi expressamente rechaçada pelos subordinados, afirmando que não liberariam a circulação das viaturas nem assumiriam suas funções normais naquele dia. Diante disso, o coronel Ramiro advertiu que iria mobilizar o restante de sua tropa, cerca de 90 homens, para retirar à força Riobaldo e seus colegas de farda. Ato contínuo, surpreendendo Riobaldo e os demais companheiros, o cabo Hermógenes, liderando mais 4 militares, exibiu para o comandante armas de fogo que, até então, traziam escondidas sob suas vestes, dando a entender que iriam resistir a qualquer medida de força por ventura determinada.

Diante do acima exposto, é correto afirmar, em relação à conduta dos militares que protestavam, que:

a) Riobaldo e seus companheiros praticaram o crime de conspiração, previsto no Art. 152 do Código Penal Militar, uma vez que se concertaram para a prática do crime de motim (Art. 149 do Código Penal Militar);

b) Riobaldo e todos os demais praticaram o crime de motim, na modalidade prevista no inciso I do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que se negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico e não houve o efetivo emprego do armamento por parte daqueles que se encontravam armados;

c) Riobaldo e todos os policiais militares que se encontravam desarmados praticaram o crime de motim, na modalidade prevista no inciso Ido Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que se negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico, enquanto Hermógenes e os outros quatro militares que se encontravam armados (circunstância não abrangida pelo dolo dos demais) irão responder pelo crime de revolta, previsto no parágrafo único do mesmo Art. 149;

d) Riobaldo e todos os policiais militares praticaram o crime de revolta, previsto no parágrafo único do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico, comunicando-se a todos circunstância de Hermógenes e dos outros quatro militares que se encontravam armados;

e) Riobaldo e todos os demais policiais militares incidiram em infração disciplinar de natureza grave, uma vez que, conforme a doutrina e a jurisprudência, o lapso temporal do referido protesto não foi suficiente para caracterizar o crime de motim ou de revolta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O crime de conspiração pune os atos preparatórios do motim e, no caso, foi consumado o crime do art. 149 do CPM.

A alternativa B está incorreta. O crime de revolta não exige o efetivo emprego do armamento. Nesse sentido, Cícero Robson Coimbra Neves cita que: "Para que se verifique a presente qualificadora, basta que os militares do Estado estejam armados, ainda que não utilizem as armas efetivamente, podendo estar em punho, no coldre, sobre as vestes etc." (NEVES, Cícero Robson C.; STREIFINGER, Marcelo. Manual de direito penal militar. 4th ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2013. p. 786).

A alternativa C está correta. Necessário analisar os crimes de motim e revolta, previstos no CPM: "Art. 149 – Motim Reunirem-se militares ou assemelhados: I - agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la; II - recusando obediência a superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência; III - assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior; IV - ocupando quartel, fortaleza, arsenal, fábrica ou estabelecimento militar, ou dependência de qualquer deles, hangar, aeródromo ou aeronave, navio ou viatura militar, ou utilizando-se de qualquer daqueles locais ou meios de transporte, para ação militar, ou prática de violência, em desobediência a ordem superior ou em detrimento da ordem ou da disciplina militar: Pena - reclusão, de quatro a oito anos, com aumento de um terço para os cabeças. Revolta Parágrafo único. Se os agentes estavam armados: Pena - reclusão, de oito a vinte anos, com aumento de um terço para os cabeças".

Assim, no motim, há reunião de militares com descumprimento de ordens superiores, ocupação de estabelecimentos militares etc. Já o crime de revolta se trata de motim armado, sendo uma figura qualificada. Dessa forma, considerando que o enunciado não dispõe que os demais militares sabiam da existência de armas, Riobaldo e todos os policiais militares que se encontravam desarmados praticaram o crime de motim, enquanto Hermógenes e os outros quatro militares que se encontravam armados (circunstância não abrangida pelo dolo dos demais) irão responder pelo crime de revolta.

A alternativa D está incorreta. Os militares não armados respondem por motim.

A alternativa E está incorreta. As condutas enunciadas configuram os crimes em tela, os quais não exigem um lapso temporal mínimo. Ressalta-se que a configuração de crime não impede a punição na esfera administrativa.

QUESTÃO 50. Por problemas relacionados à saúde mental, Elisa passa a fazer uso de determinado medicamento, por prescrição médica, tendo ciência de que não pode combiná-lo com bebidas alcoólicas, sob pena de alteração na capacidade de entendimento ou de autodeterminação. Em um clube, durante uma festa de casamento, Elisa, após aguardar muito

tempo para ser servida, já sedenta, dirige-se a um garçom que havia chegado à sua mesa e pergunta em que consiste a bebida que ele estava levando. O garçom afirma que é um coquetel de frutas, e Elisa então pergunta se contém álcool. O garçom responde de forma pouco clara, no momento em que o volume da música é aumentado, de modo que Elisa entende que se trata de um *drink* não alcoólico, quando, em verdade, contém vodka, bebida de elevado teor alcoólico. Após se servir da bebida, a combinação do álcool com o medicamento psiquiátrico produz em Elisa poderoso efeito, suprimindo-lhe totalmente a capacidade de entendimento e de autodeterminação, o que a leva a ir para a pista de dança, onde, embalada pela música, começa a se despir, chegando a ficar seminua, com os seios à mostra, até ser contida por terceiros.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Elisa:

a) cometeu o crime de ato obsceno, pelo qual responderá normalmente;

b) não cometeu o crime de ato obsceno, por ausência de dolo;

c) cometeu o crime de ato obsceno, porém ficará isenta de pena;

d) não cometeu o crime de ato obsceno, por não lhe ser exigível conduta diversa;

e) cometeu o crime de ato obsceno, porém deverá ter a pena substituída por medida de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre embriaguez fortuita, culpabilidade e isenção de pena.

A alternativa A está incorreta. Embora Elisa tenha praticado atos que poderiam ser enquadrados como ato obsceno (art. 233 do CP), sua situação de embriaguez involuntária exclui a culpabilidade. O art. 28, § 1º, do Código Penal prevê que, quando a embriaguez é acidental, completa e elimina a capacidade de entendimento e autodeterminação, o agente não pode ser punido.

A alternativa B está incorreta. Elisa cometeu o crime de ato obsceno, mas, por se encontrar em estado de embriaguez fortuita completa, sua culpabilidade é excluída, conforme o art. 28, § 1º, do CP. Isso significa que, embora o comportamento configurasse o crime de ato obsceno, Elisa não tinha condições de entender a ilicitude de seu ato e, por isso, está isenta de pena.

A alternativa C está correta. Elisa cometeu o crime de ato obsceno (art. 233 do CP), mas ficará isenta de pena devido à embriaguez fortuita completa, nos termos do art. 28, § 1º, do Código Penal. Essa hipótese de embriaguez exclui a culpabilidade quando o agente não tem condições de prever ou evitar o estado de embriaguez, e este estado elimina totalmente a capacidade de entendimento e autodeterminação, como ocorreu no caso de Elisa.

A alternativa D está incorreta. A tese de que não lhe era exigível conduta diversa não se aplica ao caso, pois o fator relevante aqui é a embriaguez fortuita, que exclui a culpabilidade e não se refere à inexigibilidade de conduta diversa. Elisa estava incapaz de entender o caráter ilícito de seus atos, mas não porque estivesse diante de uma situação de pressão ou força externa.

A alternativa E está incorreta. A aplicação de medida de segurança ocorre em casos em que o agente comete um crime, mas é considerado inimputável por razão de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto. No caso de Elisa, sua incapacidade decorreu de embriaguez acidental e temporária, o que não justifica a imposição de uma medida de segurança, já que a situação não envolve doença mental permanente, mas sim uma condição temporária.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 51. Instaurado o inquérito policial para apurar o crime de tráfico de pessoas previsto no Art. 149-A do Código Penal, o Ministério Público requereu autorização judicial para que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicação disponibilizassem imediatamente os meios técnicos adequados que permitissem a localização da vítima.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

a) não havendo manifestação judicial no prazo de 12 horas, o Ministério Público requisitará às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados, com imediata comunicação ao juiz;

b) poderá o representante legal da vítima, uma vez habilitado como assistente, não havendo manifestação judicial em 24 horas, requisitar as empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados;

c) não havendo manifestação judicial em 24 horas, o Ministério Público requisitará às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados, sendo desnecessária comunicação ao juiz;

d) não concordando o juiz com o requerimento ministerial, o magistrado abrirá vistas ao delegado de polícia, a fim de que este avalie a necessidade e a viabilidade da requisição diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações para a disponibilização dos meios técnicos adequados;

e) não concordando o juiz com o requerimento ministerial, por entendê-lo não fundamentado, poderá o magistrado requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre instauração de inquérito policial e o crime de tráfico de pessoas.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 13-B, § 4º do Código de Processo Penal, em casos de crimes graves, como o tráfico de pessoas, se o juiz não se manifestar no prazo de 12 horas após o requerimento do Ministério Público, este poderá requisitar diretamente às empresas prestadoras de

serviço de telecomunicações que disponibilizem os meios técnicos adequados, desde que haja comunicação imediata ao juiz sobre a medida tomada. Essa previsão visa agilizar a localização da vítima.

A alternativa B está incorreta. O representante legal da vítima, mesmo habilitado como assistente de acusação, não tem poder para requisitar diretamente às empresas de telecomunicações a disponibilização de meios técnicos adequados. Essa prerrogativa é do Ministério Público ou da autoridade policial, com o controle judicial subsequente.

A alternativa C está incorreta. Embora o Ministério Público possa requisitar os meios técnicos adequados após 12 horas sem manifestação judicial, é obrigatória a comunicação imediata ao juiz. A falta dessa comunicação judicial tornaria a medida ilegal, pois o juiz deve ser informado sobre a ação do MP para controle de legalidade.

A alternativa D está incorreta. Se o juiz não concorda com o requerimento ministerial, ele não abre vistas ao delegado para que este faça a requisição diretamente às empresas de telecomunicações. A decisão sobre a necessidade e viabilidade de requisição dos meios técnicos cabe ao magistrado, que pode deferir ou indeferir o pedido, mas não transferir essa responsabilidade diretamente ao delegado em caso de discordância.

A alternativa E está incorreta. O juiz não pode requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações. Essa prerrogativa é exclusiva do Ministério Público ou da autoridade policial, sob supervisão judicial. A função do juiz é autorizar ou controlar a legalidade dos atos, mas não realizar a requisição diretamente.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 52. O delegado de polícia relatou inquérito policial sugerindo o arquivamento da investigação, em razão da inexistência de justa causa para o crime de estelionato cometido por Roberto, por se tratar a hipótese de mero ilícito civil.

Nesse caso, poderá o Ministério Público:

a) requerer ao juiz o arquivamento do inquérito policial, devendo o juiz remetê-lo ao procurador-geral em caso de discordância;

b) requerer ao juiz a notificação da vítima para que esta se manifeste pela existência, ou não, do crime de estelionato, antes de decidir pelo arquivamento;

c) promover fundamentadamente o arquivamento do inquérito policial, submetendo sua manifestação ao juiz competente e comunicando à vítima, ao investigado e à autoridade policial;

d) requerer ao juiz fundamentadamente a declaração de extinção da punibilidade do crime de estelionato em razão da inexistência de ilícito criminal;

e) promover o arquivamento do inquérito policial, com imediata remessa dos autos ao juízo para homologação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre arquivamento de inquérito policial.

A alternativa A está incorreta. Caso o Ministério Público requeira o arquivamento do inquérito, o juiz não pode simplesmente remeter o caso ao procurador-geral de justiça sem seguir os trâmites legais. Conforme o art. 28 do CPP e o entendimento do STF na ADI 6305, o juiz tem o poder de controlar a legalidade do arquivamento, mas não pode exigir a continuação da investigação se o Ministério Público fundamentadamente indicar que não há justa causa. Se o juiz discordar do arquivamento, os autos devem ser enviados ao procurador-geral para nova avaliação. O STF reafirmou, na ADI 6305, o papel do MP como titular da ação penal e sua autonomia para requerer o arquivamento de inquéritos policiais.

A alternativa B está incorreta. Não cabe ao Ministério Público notificar a vítima para que esta se manifeste sobre a existência do crime antes de decidir pelo arquivamento. O MP pode requisitar diligências ou solicitar esclarecimentos, mas o poder de decidir sobre a instauração ou arquivamento da ação penal cabe exclusivamente ao Ministério Público, conforme consolidado pelo STF na ADI 6305. A vítima pode ser ouvida em situações específicas, como nos casos de ação penal pública condicionada à representação, mas não nos crimes de ação penal pública incondicionada, como é o estelionato na maioria das situações.

A alternativa C está correta. O Ministério Público, ao constatar que não há elementos suficientes para a continuidade da investigação, pode promover o arquivamento fundamentado do inquérito policial, devendo submeter sua manifestação ao juiz competente para homologação. O STF, na ADI 6305, consolidou o entendimento de que, após a reforma do CPP pela Lei 13.964/2019 (conhecida como "Pacote Anticrime"), a manifestação do Ministério Público pelo arquivamento deve ser fundamentada e submetida ao juiz, que, em caso de discordância, remeterá os autos ao procurador-geral de justiça. Além disso, a comunicação à vítima, ao investigado e à autoridade policial também é exigida, conforme o art. 28, do CPP, reafirmado pela decisão do STF.

A alternativa D está incorreta. A extinção da punibilidade se refere a situações específicas, como prescrição, morte do agente, ou anistia, previstas no art. 107 do Código Penal, e não à inexistência de ilícito criminal. O correto é o Ministério Público promover o arquivamento, e não requerer a extinção da punibilidade, quando constata que não há justa causa ou que o fato é atípico.

A alternativa E está incorreta. Embora o Ministério Público tenha a prerrogativa de promover o arquivamento do inquérito, o STF na ADI 6305, reforçou que o arquivamento não é automático, necessitando de homologação judicial. Se o juiz discordar, ele não pode simplesmente homologar o arquivamento, devendo remeter os autos ao procurador-geral para que este decida. Isso garante o controle judicial sobre a legalidade do arquivamento e a análise por instância superior em caso de divergência entre o juiz e o MP.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 53 José cometeu crime de lesão corporal de natureza leve, no contexto de violência doméstica e familiar contra a sua esposa Fabíola, tendo-a agredido com socos e pontapés. Relatado o inquérito policial que indiciou José, verificou-se que este não ostenta qualquer anotação criminal em sua folha de antecedentes, tampouco foi beneficiado anteriormente com qualquer instituto despenalizador.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

a) poderá o Ministério Público, com o oferecimento da denúncia, propor a José o benefício da suspensão condicional do processo;

b) poderá o Ministério Público, antes da denúncia, oferecer a José o acordo de não persecução penal desde que haja reparação do dano à vítima;

c) poderá o juiz designar, a pedido de Fabiola, audiência para que esta se retrate da representação, antes de recebida a denúncia e ouvido o Ministério Público;

d) poderá o Ministério Público oferecer proposta de transação penal a José, consistente em prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade;

e) poderá o juiz designar audiência de composição civil dos danos, a qual, se homologada, importará renúncia ao direito de representação.

Comentários

Em nossa visão, não há alternativa correta nesta questão. A questão trata sobre violência doméstica e familiar.

A alternativa A está incorreta. O benefício da suspensão condicional do processo é previsto no art. 89 da Lei n. 9.099/95, que prevê: "Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal)". Ocorre que o enunciado explana situação envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher. A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06) veda a aplicação da Lei n. 9.099/95: "Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995".

A alternativa B está incorreta. O ANPP, previsto no art. 28-A do Código de Processo Penal, pressupõe que o crime não seja cometido com violência, bem como veda a aplicação no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor: "Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:§2ºO disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes

hipóteses: (...) IV - nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.".

A alternativa C está incorreta. O crime de lesão corporal leve, quando cometido no contexto de violência doméstica, procede-se mediante ação penal pública incondicionada à representação da ofendida. Nesse sentido é a Súmula 542 do STJ: "A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada".

A alternativa D está incorreta. A transação penal é prevista no art. 76 da Lei n. 9.099/95 (Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta) e a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06) veda tal aplicação (art. 41).

A alternativa E está incorreta. Neste caso não há que se falar em representação, nos termos da Súmula 542 do STJ: "A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada".

QUESTÃO 54. Bráulio, militar em serviço, praticou crime militar de roubo, juntamente com o adolescente infrator Pedro, que contava com 17 anos de idade à data do fato.

Levando-se em conta as regras relativas à competência no processo penal, sobretudo aquelas que dizem respeito à conexão e à continência, e correto afirmar que, nesse caso:

a) haverá unidade de processo e julgamento, em razão da existência de continência, sendo ambos julgados pelo juízo militar;

b) haverá separação de processos, apesar da existência de conexão, sendo Bráulio julgado no juízo comum e Pedro, no juízo infracional;

c) haverá unidade de processo e julgamento, em razão da existência de conexão, sendo ambos julgados pelo juízo comum;

d) haverá separação de processos, apesar da existência de continência, sendo Bráulio julgado no juízo militar e Pedro, no juízo infracional;

e) haverá unidade de processo e julgamento, em razão da existência de conexão, sendo ambos julgados pelo juízo militar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre competência no processo penal e regras de conexão e continência.

A alternativa A está incorreta. A existência de continência (art. 77, I, do CPP) ocorre quando duas ou mais pessoas cometem juntas um mesmo crime. No entanto, apesar da continência, não haverá unidade

de processo e julgamento pelo juízo militar. O adolescente Pedro não pode ser julgado pela Justiça Militar, que é incompetente para processar e julgar menores de 18 anos. Conforme o art. 79, I e II, do CPP, quando houver continência ou conexão entre causas de competência da Justiça Militar e de outro juízo, as causas serão processadas separadamente, bem como quando envolver juízo de menores. Assim, Bráulio será julgado pela Justiça Militar, e Pedro será julgado no Juízo da Infância e Juventude.

A alternativa B está incorreta. Embora ocorra a separação de processos, Bráulio não será julgado no juízo comum, mas sim na Justiça Militar, conforme o crime foi cometido em serviço e, portanto, é de competência da Justiça Militar. O art. 79, I e II, do CPP reafirma a necessidade de separação dos processos quando um deles deve ser julgado pela Justiça Militar e outro por juízo diverso e também quando envolver juízo de menores. Pedro, por ser menor de idade, será julgado no Juízo da Infância e Juventude, segundo as regras do ECA.

A alternativa C está incorreta. Não há possibilidade de unidade de processo e julgamento no juízo comum, pois a competência para julgar Bráulio, militar em serviço, é da Justiça Militar (art. 124 da CF e art. 9º, II, "c", do CPM). Já Pedro, por ser menor de idade, será julgado no Juízo da Infância e Juventude. A regra do art. 79, I e II, do CPP exige a separação dos processos quando um dos réus deve ser julgado por justiça especializada (no caso, Justiça Militar) e outro por justiça diversa.

A alternativa D está correta. Haverá separação de processos, mesmo com a existência de continência (art. 77, I, do CPP), devido à necessidade de respeitar as competências. Bráulio, por ser militar e ter cometido um crime militar, será julgado pelo juízo militar. Pedro, por ser adolescente, será julgado no juízo infracional, conforme o ECA. O art. 79, I e II, do CPP prevê que, quando houver continência ou conexão entre causas de competência da Justiça Militar e de outro juízo, no caso, o juízo de menores, os processos devem ser separados. Isso garante a preservação da competência de cada ramo do judiciário.

A alternativa E está incorreta. Não pode haver unidade de processo e julgamento pelo juízo militar, pois o adolescente Pedro não pode ser julgado pela Justiça Militar. O art. 79, I e II, do CPP determina que, quando há conexão ou continência entre crimes de competência da Justiça Militar e de outro juízo, no caso, o juízo de menores, os processos devem ser separados. Pedro será julgado pelo Juízo da Infância e Juventude, enquanto Bráulio será julgado pela Justiça Militar, o que impõe a separação dos processos.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 55. O Ministério Público denunciou Genivaldo pelo crime de homicídio culposo e requereu sua prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal, pois não havia nos autos prova de que ele exercesse atividade laborativa no distrito da culpa nem de sua residência fixa.

Ao analisar a denúncia, o juiz:

a) não poderá decretar a prisão preventiva de Genivaldo, pois ela é incabível no caso concreto;

b) poderá decretar a prisão domiciliar de Genivaldo em substituição à prisão preventiva requerida;

c) poderá decretar a cautelar de recolhimento domiciliar no período noturno em substituição à prisão preventiva;

d) poderá decretar a prisão temporária de Genivaldo me substituição àprisão preventiva;

e) não poderá decretar a prisão preventiva de Genivaldo, podendo decretar a sua internação provisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre prisão preventiva e o crime de homicídio culposo.

A alternativa A está correta. A prisão preventiva é incabível no caso de homicídio culposo, conforme as exigências do art. 313 do Código de Processo Penal. Este artigo estabelece que a prisão preventiva só pode ser decretada em crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos, ou em outros casos específicos, como violência doméstica ou reincidência. Como o homicídio culposo não é crime doloso e sua pena máxima não excede o limite estabelecido, a prisão preventiva não é cabível. Além disso, o fato de Genivaldo não ter residência fixa ou atividade laboral não justifica, por si só, a decretação da prisão preventiva, sem outros indícios de periculosidade ou risco de fuga.

A alternativa B está incorreta. A prisão domiciliar pode ser uma substituição à prisão preventiva, mas ela deve ser precedida pela análise dos requisitos da prisão preventiva. No caso, como a prisão preventiva não é cabível para o crime de homicídio culposo, também não se aplicaria a substituição por prisão domiciliar. O art. 318 do CPP prevê a prisão domiciliar como substitutiva em certas circunstâncias, mas essas condições só são analisadas quando a prisão preventiva é cabível, o que não ocorre aqui.

A alternativa C está incorreta. Embora o recolhimento domiciliar no período noturno seja uma medida cautelar prevista no art. 319 do CPP, que pode ser aplicada em substituição à prisão preventiva, ele também depende dos requisitos para a prisão preventiva estarem presentes, o que não ocorre no caso de homicídio culposo, conforme o art. 313 do CPP. Assim, essa medida cautelar não é aplicável aqui, pois a prisão preventiva não pode ser decretada.

A alternativa D está incorreta. A prisão temporária não pode ser decretada neste caso, pois além de não ser cabível para o crime de homicídio culposo, a prisão temporária só é aplicável durante a fase de investigação (inquérito policial) e antes do oferecimento da denúncia. Como no caso já houve o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, a ação penal já se iniciou, e a prisão temporária não é mais possível. A prisão temporária é regulamentada pela Lei 7.960/1989, e tem como finalidade auxiliar na investigação de determinados crimes durante o inquérito policial, o que não se aplica após a instauração da ação penal.

A alternativa E está incorreta. A internação provisória é medida aplicável apenas a pessoas que cometem crimes em estado de inimputabilidade ou semi-imputabilidade, conforme previsto no art. 319, inciso VII, do CPP. Como Genivaldo não apresenta essa condição no caso em questão, a internação provisória não é cabível. Além disso, a prisão preventiva não pode ser decretada no caso de homicídio culposo, como já fundamentado.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 56. Francisco foi processado pelo Ministério Público pelo delito de furto. Contudo, após a resposta preliminar, foi absolvido sumariamente, tendo o juízo decidido que o fato narrado na denúncia evidentemente não constitui crime. Nesse contexto, é correto afirmar que, em face da referida decisão, caberá:

a) recurso em sentido estrito a ser interposto pelo Ministério Público e, se transitada em julgado, vinculará o juízo cível;

b) recurso de apelação a ser interposto pelo Ministério Público e, se transitada em julgado, não vinculará o juízo cível;

c) correição parcial a ser manejada pelo Ministério Público e, se transitada em julgado, não vinculará o juízo cível;

d) recurso de apelação a ser interposto pelo Ministério Público -e, se transitada em julgado, vinculará o juízo cível;

e) correição parcial a ser manejada pelo Ministério Público e, es transitada em julgado, vinculará o juízo cível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre absolvição sumária e recursos.

A alternativa A está incorreta. O recurso cabível contra a absolvição sumária em casos como este, onde o juiz decide que o fato não constitui crime, é o recurso de apelação (art. 593, I, do CPP), e não o recurso em sentido estrito. Além disso, se a decisão transitar em julgado na esfera penal, não vinculará o juízo cível, pois a absolvição penal com fundamento na inexistência de fato típico não impede que se discuta a responsabilidade civil.

A alternativa B está correta. Em casos de absolvição sumária por ausência de tipicidade, o Ministério Público pode interpor recurso de apelação (art. 593, I, do CPP) contra a decisão do juiz. Se essa decisão transitar em julgado, não vinculará o juízo cível, pois, conforme entendimento consolidado, a esfera penal só vincula a cível nos casos em que se discute a existência do fato ou a autoria, mas não quando o fundamento da absolvição é a ausência de crime ou tipicidade.

A alternativa C está incorreta. Correição parcial não é o meio adequado para impugnar uma decisão de mérito, como é o caso da absolvição sumária. A correição parcial é utilizada para corrigir erros ou abusos de caráter processual. O recurso correto para atacar a absolvição sumária é o recurso de apelação. Além disso, mesmo que a decisão penal transite em julgado, ela não vincula o juízo cível quando o fundamento for a ausência de crime.

A alternativa D está incorreta. Embora o recurso de apelação seja o adequado, a decisão penal, quando transita em julgado com base no entendimento de que o fato não constitui crime, não vincula o juízo cível. A absolvição penal só vincula o juízo cível quando há reconhecimento da inexistência do fato ou negativa de autoria (art. 935 do Código Civil), o que não é o caso de absolvição por ausência de tipicidade (art. 67, III do CPP).

A alternativa E está incorreta. A correição parcial não é o meio correto para impugnar decisões de mérito, como uma absolvição sumária. Além disso, mesmo que a decisão penal transite em julgado, ela não vinculará o juízo cível quando o fundamento for a ausência de crime ou tipicidade, pois a independência entre as esferas penal e civil é preservada nesse aspecto.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 57. O juízo criminal de primeiro grau condenou Alejandro e Timon pelo delito de latrocínio praticado em concurso de agentes a pena de vinte anos de reclusão. Timon interpôs tempestivamente recurso de apelação em face da sentença condenatória, alegando nulidade do processo por inépcia da denúncia na descrição das condutas praticadas em concurso e, alternativamente, reconhecimento da circunstância atenuante da sua menoridade relativa. Alejandro, por sua vez, não recorreu.

Nesse contexto, a decisão do recurso interposto por Timon:

a) não aproveitará a Alejandro, se o tribunal reconhecer a nulidade do processo;

b) aproveitará a Alejandro, se o tribunal reconhecer a circunstância atenuante da menoridade relativa;

c) não aproveitará a Alejandro me qualquer hipótese, pois este não interpôs recurso de apelação;

d) aproveitará a Alejandro, caso este interponha recurso adesivo ao recurso de Timon;

e) aproveitará a Alejandro, se o tribunal reconhecer a nulidade do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre recurso de apelação, inépcia da denúncia e circunstância atenuante.

A alternativa A está incorreta. Se o tribunal reconhecer a nulidade do processo, essa nulidade afetará o processo como um todo, não apenas em relação ao recorrente. Assim, Alejandro será beneficiado pela decisão, mesmo que não tenha interposto recurso, já que a nulidade é uma questão que atinge a legalidade do processo em sua totalidade.

A alternativa B está incorreta. O reconhecimento da circunstância atenuante da menoridade relativa é uma questão subjetiva e pessoal, que só pode beneficiar o recorrente que tem direito à atenuante (neste caso, Timon). Como Alejandro não recorreu e, possivelmente, não tem direito a essa atenuante, ele não será beneficiado pelo reconhecimento dessa circunstância.

A alternativa C está incorreta. Embora Alejandro não tenha interposto recurso, ele pode ser beneficiado por decisões que versem sobre questões objetivas, como nulidades processuais. Portanto, dizer que ele não será beneficiado em qualquer hipótese está incorreto. Alejandro poderá ser beneficiado em situações em que o tribunal reconheça a nulidade do processo, pois isso invalida o procedimento como um todo.

A alternativa D está incorreta. O recurso adesivo é cabível apenas em processos cíveis. No processo penal, não existe previsão legal para recurso adesivo. Portanto, Alejandro não pode interpor recurso adesivo ao recurso de Timon. A única forma de Alejandro ser beneficiado seria em caso de reconhecimento de nulidade do processo.

A alternativa E está correta. Se o tribunal reconhecer a nulidade do processo, essa decisão beneficiará ambos os réus, inclusive Alejandro, que não recorreu. Isso ocorre porque a nulidade processual é uma questão que afeta todo o processo, independentemente de quem tenha recorrido. O entendimento doutrinário e jurisprudencial prevê que nulidades que afetam o procedimento como um todo devem ser reconhecidas para todos os envolvidos no processo, conforme o princípio da indivisibilidade das nulidades (art. 580 do CPP).

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 58. Em razão de ação de iniciativa privada ajuizada por Cláudio, Tibério foi condenado pelo delito de injúria com sentença transitada em julgado. Após seis anos, Tibério requereu a revisão criminal visando à sua absolvição e requereu indenização pelos prejuízos sofridos em razão da condenação injusta.

Relativamente à ação de revisão criminal por ele ajuizada, é correto afirmar que:

a) não poderá o tribunal reconhecer o direito à indenização, pois já havia transcorrido o prazo decadencial da revisão criminal;

b) não poderá o tribunal reconhecer o direito à indenização, pois a acusação foi privada;

c) poderá o tribunal reconhecer o direito à indenização, a qual deve ser ajuizada no juízo cível;

d) não poderá o tribunal reconhecer o direito à indenização, pois já havia transcorrido o prazo prescricional da reparação do dano;

e) poderá o tribunal reconhecer o direito à indenização no caso de reconhecer a nulidade do processo originário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre revisão criminal.

A alternativa A está incorreta. A revisão criminal pode ser requerida a qualquer tempo após o trânsito em julgado da sentença condenatória, conforme o art. 622 do Código de Processo Penal, não havendo prazo decadencial para sua propositura. Portanto, o prazo não é um impedimento para que o tribunal analise a revisão criminal.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 630, § 2º, "b", do CPP, a indenização por erro judiciário não será devida se a acusação houver sido meramente privada. Assim, no caso de ação penal de iniciativa privada, como a de injúria, não cabe indenização pelos prejuízos resultantes da condenação. Portanto, mesmo que o tribunal reconheça o erro na condenação e absolva Tibério, não poderá reconhecer o direito à indenização, pois a ação foi de natureza privada.

A alternativa C está incorreta. Embora o tribunal possa reconhecer o erro judicial e absolver Tibério, a indenização por erro judiciário nos termos do art. 630 do CPP só é aplicável em casos de ação penal pública. Como o crime de injúria foi processado por iniciativa privada, não há previsão legal para que Tibério seja indenizado pelos prejuízos causados pela condenação injusta.

A alternativa D está incorreta. O prazo prescricional para reparação de danos começa a contar apenas após o trânsito em julgado da decisão que reconhece o erro judicial. No entanto, como o art. 630 do CPP não prevê indenização para ações penais privadas, não se aplica o raciocínio de prescrição, uma vez que Tibério não tem direito à reparação dos danos no caso de ação penal privada.

A alternativa E está incorreta. Ainda que o tribunal reconheça a nulidade ou o erro na condenação de Tibério, não haverá direito à indenização, pois, conforme o art. 630, § 2º, "b", do CPP, a indenização por erro judiciário é restrita a ações penais públicas. Como a ação de injúria foi de natureza privada, Tibério não tem direito a pleitear indenização pela condenação injusta.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 59 Em investigação criminal apurando crime de constituição de organização criminosa, Gregório, que não era o líder da organização, resolveu celebrar, antes dos outros investigados, acordo de colaboração com o Ministério Público.

Nesse particular, relativamente ao acordo de colaboração e suas regras, é correto afirmar que:

a) o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se a proposta de acordo de colaboração referir-se a infração de cuja existência não tenha prévio conhecimento;

b) o prazo para oferecimento de denúncia relativo ao colaborador poderá ser suspenso por até seis meses, não se suspendendo o respectivo prazo prescricional;

c) o juiz poderá participar das negociações realizadas entre as partes para formalização do acordo de colaboração, se o prêmio acordado envolver o perdão judicial;

d) o colaborador poderá retratar-se da proposta, caso em que as provas autoincriminatórias por ele produzidas poderão ser utilizadas em seu desfavor;

e) o acordo homologado não poderá ser rescindido em caso de omissão do colaborador sobre os fatos objeto da colaboração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre investigação criminal.

A alternativa A está correta. A Lei n. 12.850/13 prevê expressamente tal possibilidade: "Art. 4º (...) § 4º Nas mesmas hipóteses do caput deste artigo, o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se a proposta de acordo de colaboração referir-se a infração de cuja existência não tenha prévio conhecimento e o colaborador: I - não for o líder da organização criminosa; II - for o primeiro a prestar efetiva colaboração nos termos deste artigo".

A alternativa B está incorreta. pois suspende o prazo prescricional, conforme art. 4, §3º: "O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional."

A alternativa C está incorreta. Uma vez que é expressamente vedada a participação do juiz na negociação. Art. 4º, §6º: "O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor".

A alternativa D está incorreta. Pois a lei veda expressamente que as provas produzidas sejam utilizadas exclusivamente em desfavor do colaborador. Art. 4º, § 10: "As partes podem retratar-se da proposta, caso em que as provas autoincriminatórias produzidas pelo colaborador não poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavor.".

A alternativa E está incorreta. Pode ser rescindido em caso de omissão dolosa, nos termos do art. 4º, § 17: "O acordo homologado poderá ser rescindido em caso de omissão dolosa sobre os fatos objeto da colaboração.".

QUESTÃO 60. José, Luiz e Roberto, funcionários públicos e detentores de patrimônios incompatíveis com suas rendas lícitas, foram indiciados pela autoridade policial e, em seguida, denunciados pelo Ministério Público pelos crimes de corrupção e organização criminosa, sendo constatado que se utilizavam de seus cargos para o cometimento dos referidos crimes.

Nesse particular, relativamente às medidas que podem ser decretadas na persecução ou instrução criminal, o juiz poderá:

a) decretar, de ofício, o sequestro dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio dos denunciados e aquele que seja compatível com os seus rendimentos lícitos;

b) decretar, a requerimento do Ministério Público, o afastamento cautelar dos cargos dos denunciados, sem prejuízo da remuneração, se a medida se fizer necessária à instrução;

c) decretar, de ofício, na sentença, a perda dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio dos denunciados e aquele que seja compatível com os seus rendimentos lícitos;

d) decretar, a requerimento do Ministério Público, na sentença, a interdição para o exercício de cargo público pelos denunciados, pelo prazo de dez anos subsequentes ao cumprimento da pena;

e) determinar, de ofício, o afastamento cautelar dos cargos dos denunciados, com prejuízo da remuneração, em razão da desproporção de seus patrimônios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre crimes de corrupção, organização criminosa, funcionário público, medidas cautelares e sanções que podem ser decretadas na persecução penal.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art.2º do DL 3.240/41: "O sequestro é decretado pela autoridade judiciária, sem audiência da parte, a requerimento do ministério público fundado em representação da autoridade incumbida do processo administrativo ou do inquérito policial", ou seja, não pode ser requerido de ofício.

A alternativa B está correta. O afastamento cautelar de servidores públicos pode ser decretado pelo juiz a requerimento do Ministério Público, conforme o art. 319, VI, do CPP e o art. 20, § 1º, da Lei nº 8.429/92. Essa medida cautelar é aplicada quando necessária para a instrução criminal, sem prejuízo da remuneração, e visa evitar que o servidor interfira nas investigações ou no processo.

A alternativa C está incorreta. O art. 91-A, § 3º, do Código Penal estabelece que a perda de bens correspondente à diferença entre o patrimônio do condenado e os seus rendimentos lícitos pode ser decretada na sentença desde que haja pedido expresso do Ministério Público ou do assistente de acusação. O juiz não pode decretar de ofício a perda dos bens. Assim, para que essa medida seja aplicada, é necessário que o Ministério Público tenha requerido a perda durante o processo. Além disso, o juiz deve fundamentar adequadamente a decisão com base em provas que demonstrem a incompatibilidade entre o patrimônio e os rendimentos lícitos, vinculados ao crime pelo qual o réu foi condenado.

A alternativa D está incorreta. Não existe essa previsão de interdição para o exercício de cargo público, muito menos esse prazo preestabelecido de dez anos subsequentes ao cumprimento da pena, como mencionado na alternativa. Conforme o art. 92, I, do Código Penal, o que há é a possibilidade de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, que pode ser decretada como efeito da condenação em crimes contra a administração pública.

A alternativa E está incorreta. O juiz não pode determinar de ofício o afastamento cautelar de funcionários públicos, especialmente com prejuízo da remuneração. Essa medida deve ser requerida pelo Ministério Público ou outra parte interessada, e o afastamento com prejuízo da remuneração só é aplicável em hipóteses específicas, e não pela mera constatação de desproporção patrimonial.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 61. O presidente da República apresentou projeto de lei com o objetivo de disciplinar determinado aspecto da propriedade de unidades imobiliárias, conjugada com o uso de áreas comuns. A proposição legislativa foi aprovada no âmbito das comissões competentes da Casa Legislativa revisora e, a partir de iniciativa de um grupo de parlamentares, na forma regimental, foi encaminhada a plenário para deliberação. Em razão do adiamento da manifestação do Plenário para a semana subsequente àquela inicialmente marcada, o chefe do Poder Executivo editou a Medida Provisória nº X (MPX) disciplinando a temática, o que gerou críticas junto as lideranças partidárias.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, com abstração de considerações em torno de sua relevância e urgência, que a MPX:

a) não apresenta qualquer irregularidade;

b) não poderia ter o objeto descrito na narrativa;

c) não poderia ser editada no momento descrito na narrativa;

d) acarretou o arquivamento do processo legislativo concernente ao projeto de lei em tramitação;

e) não será apreciada pela Comissão Mista, considerando o estágio de tramitação do projeto de lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão versa sobre Medidas Provisórias.

Nos termos do art. 62 da CF/88: "Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional". O §1º do mesmo dispositivo estabelece algumas vedações para a aplicação do instituto, veja: "É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República". Perceba que o projeto de lei indicado no enunciado ainda não tinha sido aprovado pelo Congresso Nacional. Em verdade, tinha sido encaminhado a plenário para deliberação. Logo, a MPX não apresenta qualquer irregularidade.

Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 62. Um grupo de deputados estaduais com observância dos balizamentos estabelecidos pela Constituição do Estado Alfa (CEA), apresentou proposta de emenda constitucional (PEC) para a alteração desse diploma normativo. O objetivo era o de suprir o que

entendiam ser uma "omissão" da Constituição Estadual, que não disciplinava a sistemática de sucessão do chefe do Poder Executivo, quer estadual, quer municipal, em caso de vacância do cargo. Com isso, era conferida grande liberdade de conformação ao legislador infraconstitucional, que poderia disciplinar a matéria da forma que melhor lhe aprouvesse, sem que o Tribunal de Justiça do Estado Alfa (TJEA) pudesse realizar o controle concentrado de constitucionalidade.

Ao analisar a PEC, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado Alfa observou corretamente que:

a) a disciplina da matéria, em sede de emenda à CEA, deve permanecer adstrita à sucessão do chefe do Poder Executivo estadual;

b) a ausência de disciplina da matéria na CEA, embora seja de reprodução obrigatória, obsta a realização do controle concentrado de constitucionalidade pelo TJEA;

c) a ausência de disciplina da matéria na CEA não obsta a realização do controle concentrado de constitucionalidade pelo TJEA, por se tratar de matéria de reprodução obrigatória;

d) a disciplina da matéria, em sede de emenda à CEA, deve ocorrer de modo igualitário nos planos estadual e municipal, considerando o unicameralismo adotado nesses níveis da Federação;

e) a disciplina da matéria deve reproduzir o paradigma da Constituição da República, o que, por via reflexa, indica que o controle concentrado de constitucionalidade somente pode ser realizado pelo Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda as Emendas Constitucionais e o problema da dupla vacância da Chefia do Poder Executivo.

Na ADPF 969, o STF fixou a seguinte tese: “Os Estados possuem autonomia relativa na solução normativa de problema da dupla vacância da Chefia do Poder Executivo, não estando vinculados ao modelo e ao procedimento federal (art. 81, CF), mas tampouco pode desviar-se dos princípios constitucionais que norteiam a matéria, por força do art. 25 da Constituição Federal devendo observar: (i) a necessidade de registro e votação dos candidatos a Governador e Vice-Governador por meio de chapa única; (ii) a observância das condições constitucionais de elegibilidade e das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 14 da Constituição Federal e na Lei Complementar a que se refere o § 9º do art. 14; e (iii) que a filiação partidária não pressupõe a escolha em convenção partidária nem o registro da candidatura pelo partido político; (iv) a regra da maioria, enquanto critério de averiguação do candidato vencedor, não se mostra afetada a qualquer preceito constitucional que vincule os Estados e o Distrito Federal". Na ADI 3549, a Corte, ao julgar dispositivo da Constituição do Estado de Goiás que tratava sobre a dupla vacância dos cargos de perfeito e vice-prefeito, estabeleceu o seguinte: “Ao disciplinar matéria, cuja competência é exclusiva dos Municípios, o art. 75, § 2º, da Constituição de Goiás fere a autonomia desses entes, mitigando-lhes a capacidade de auto-organização e de autogoverno e limitando a sua autonomia política assegurada pela Constituição brasileira”.

Com isso, a disciplina da matéria, em sede de emenda à CEA, deve permanecer adstrita à sucessão do chefe do Poder Executivo estadual, não municipal.

Os Estados e Municípios possuem autonomia para solução normativa de problema da dupla vacância da Chefia do Poder Executivo, não estando vinculados ao modelo e ao procedimento federal, mas tampouco pode desviar-se dos princípios constitucionais que norteiam a matéria, por força do art. 25 da CF/88. Segundo o comentário sobre a letra A, as alternativas B, C, D e E estão erradas.

QUESTÃO 63. João, proprietário de uma casa situada no centro do Município Alfa, que se encontrava desocupada, foi informado de que esse imóvel foi objeto de declaração de desapropriação por motivo de utilidade pública, de modo que fosse ali construída uma escola pública, visando a atender alunos da educação fundamental.

Também tomou conhecimento de que a avaliação realizada se encontrava muito aquém dos padrões que, a seu ver, eram praticados pelo mercado.

Preocupado com a forma como seria indenizado, João consultou a legislação de regência, tendo concluído, corretamente, que a Administração Pública deve:

a) realizar o depósito em títulos da dívida pública, tanto para a imissão provisória na posse quanto após a definição do valor definitivo do imóvel;

b) realizar o depósito em dinheiro, considerando a avaliação judicial, tanto para a imissão provisória na posse quanto para a transmissão definitiva da propriedade;

c) realizar o depósito em dinheiro, tanto para fins de imissão provisória na posse, com base na avaliação que realizou, quanto após a definição do valor definitivo do imóvel em decisão judicial;

d) promover a expedição de precatório, tanto para fins de imissão provisória na posse, com base na avaliação que realizou, quanto após a definição do valor definitivo do imóvel em decisão judicial;

e) realizar o depósito em dinheiro, para fins de imissão provisória na posse, com base na avaliação que realizou, sendo expedido precatório em relação ao complemento, após a definição do valor definitivo do imóvel em decisão judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a compatibilidade do regime de precatórios na desapropriação.

O art. 5º, inciso XXIV da CF/88, dispõe que: "a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição". Com base no art. 15-A, 15-B e 32 do Decreto-lei 3.365/41, o proprietário do imóvel desapropriado recebe do Poder Público indenização da seguinte forma: a) oferta inicial: em dinheiro no curso do processo; b) havendo majoração do valor

ofertado para a sentença transitada em julgado, por meio de precatório, na forma do art. 100 da CF/88. Aqui, temos um conflito! O art. 5º, XXIV da CF/88 estabelece que a indenização em desapropriação deve ser recebida em dinheiro e, de outro, o art. 100 indica que os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federais, Estaduais e Municipais sejam feitos pelo regime dos precatórios. O STF julgou tal situação no RE 922.144-MG. No RE 922144 (Tema 865), o STF fixou a seguinte tese: "No caso de necessidade de complementação da indenização, ao final do processo expropriatório, deverá o pagamento ser feito mediante depósito judicial direto se o Poder Público não estiver em dia com os precatórios".

Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 64. O prefeito do Município Alfa indeferiu requerimento administrativo formulado por João, que se embasara na Lei federal nº X, editada com base na competência legislativa concorrente da União. De acordo com o chefe do Poder Executivo municipal, deveria ser aplicada ao caso a Lei municipal n° Y, que disciplinara a temática no âmbito local e divergira do disposto na Lei federal n° X. João impetrou mandado de segurança, sendo a ordem denegada, pelo Tribunal de Justiça, em sede de recurso de apelação, tendo este órgão exaurido sua competência.

Na situação descrita, é cabível:

a) o ajuizamento de reclamação;

b) a interposição de recurso de fundamentação livre perante o Supremo Tribunal Federal;

c) a interposição de recurso de fundamentação livre perante o Superior Tribunal de Justiça;

d) a interposição de recurso de fundamentação vinculada perante o Supremo Tribunal Federal;

e) a interposição de recurso de fundamentação vinculada perante o Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda os Recursos.

Com base no enunciado, o prefeito do Município Alfa indeferiu requerimento administrativo formulado por João, que se embasara na Lei federal nº X, já que conforme o chefe do poder executivo, deveria ser aplicada ao caso a Lei municipal n° Y. Ou seja, a decisão julgou válida lei local contestada em face de lei federal. João impetrou mandado de segurança, sendo a ordem denegada, pelo Tribunal de Justiça, em sede de recurso de apelação, tendo este órgão exaurido sua competência. De acordo com o art. 102 da CF/88, temos o seguinte: "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal".

Um dos requisitos do Recurso Extraordinário, conforme a Súmula 281 do STF, é o esgotamento das vias recursais ordinárias, veja: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada".

Vale ressaltar que na referida situação, não cabe nenhum outro recurso, ou seja, houve o esgotamento das vias recursais ordinárias. Outro requisito essencial é o prequestionamento, já que a matéria constitucional objeto do RE já deve ter sido discutida pelo órgão que prolatou a decisão recorrida, aqui não existe fundamentação livre. Ou seja, o debate constitucional já foi iniciado antes; ele não será inaugurado pelo STF. Não há espaço para a inovação na tese jurídica, nos termos das súmulas 279 e 282 do STF. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 65. Foi descoberto, na área territorial do Município Alfa, situado no território do estado Beta, um grande depósito natural de águas subterrâneas. Em razão dessa descoberta, foi editada a Lei Municipal nº X, dispondo se tratar de bem municipal, cujo aproveitamento se daria na forma da legislação de regência.

Irresignado com o teor desse diploma normativo, determinado órgão que participa da gestão do patrimônio da União informou que a Lei Municipal nº X seria solenemente ignorada, em razão de sua manifesta inconstitucionalidade, o mesmo sendo feito pelo órgão congênere do estado Beta. Cada um desses órgãos atribuía ao ente federativo ao qual estava vinculado a propriedade do referido depósito.

Como a questão foi judicializada, decidiu-se, corretamente, que o bem pertence:

a) à União ou ao estado Beta, conforme dispuser a lei ordinária federal;

b) ao estado Beta, o que decorre do fato de ser um depósito natural;

c) à União, considerando que compete privativamente a esse ente legislar sobre a matéria;

d) ao Município Alfa, salvo se o depósito se estender ao território de mais de um município, o que o tornará bem estadual;e) a todos os entes federativos, que exercerão a competência administrativa comum sobre o bem, observada a divisão de competências legislativas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre os Bens Públicos.

Segundo o enunciado, foi descoberto, na área territorial do Município Alfa, situado no território do estado Beta, um grande depósito natural de águas subterrâneas. O depósito é natural, ou seja, não é decorrente de obras da União.

Com base no art. 26 da CF/88: "Incluem-se entre os bens dos Estados: I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União". Logo, o bem pertence ao estado Beta, já que o depósito é natural.

As demais alternativas estão incorretas, com base no comentário sobre a letra B.

QUESTÃO 66. A Lei Federal nº X que veiculou o orçamento da União para o exercício financeiro W, disciplinou determinado programa de trabalho de maneira considerada dissonante da Constituição da República, pelo partido político Alfa, que possui representação na Câmara dos Deputados.

Logo após Alfa iniciar estudos para deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, foi editada a Lei Federal n° Y, que alterou o referido programa de trabalho e padecia dos mesmos vícios.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

a) pode ser ajuizada ação direta de inconstitucionalidade por Alfa, sendo necessário que tenha por objeto as Leis Federais nº X e Y;

b) pode ser ajuizada arguição de descumprimento de preceito fundamenta por Alfa, sendo necessário que tenta por objeto as Leis Federais n° X e Y;

c) não é cabível a deflagração do controle concentrado de constitucionalidade das Leis Federais nº X e Y, por se tratar de normas de efeitos concretos;

d) pode ser ajuizada ação direta de inconstitucionalidade, tendo por objeto apenas a Lei Federal nº Y, com pedido de extensão dos efeitos da decisão à Lei Federal nº X;

e) é cabível a deflagração do controle concentrado de constitucionalidade da Lei Federal, nº Y, desde que a despesa pública, amparada pelo referido programa de trabalho, ainda não tenha sido realizada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão cobrou o Controle Concentrado de Constitucionalidade.

Com base no entendimento do STF, na ADI 5449, leis orçamentárias que materializam atos de aplicação primária da Constituição Federal podem ser submetidas a controle de constitucionalidade em processos objetivos. Partido Político com representação no Congresso Nacional possui legitimidade para deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade, nos termos do art. 103, VIII da CF/88. Nesse sentido, basta um representante na Câmara dos Deputados ou Senado Federal para estar atendido o requisito da representação. Como estamos diante de uma lei federal dissonante da CF/88, pode ser ajuizada uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI, conforme o art. 102, I, a da CF/88. Um dos efeitos da decisão de mérito da ADI é o repristinatório. Quando uma lei ou ato normativo é declarado inconstitucional em sede de ADI, a legislação anterior (acaso existente) voltará a ser aplicável. No entanto, o STF poderá declarar a inconstitucionalidade da norma impugnada (objeto da ação) e também das normas por ela revogadas, evitando o efeito repristinatório (indesejado) da decisão de mérito. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário que o autor impugne tanto a norma revogadora quanto os atos por ela revogados.

Portanto, pode ser ajuizada ADI por Alfa, sendo necessário que tenha por objeto as Leis Federais nº X e Y. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 67. Em uma relação processual que versava sobre direitos disponíveis, o demandante alicerçou sua pretensão em determinada norma constitucional de eficácia limitada e de princípio programático que ainda carecia de integração pela legislação infraconstitucional. O juiz de direito, ao delinear o sentido dessa norma constitucional, individualizou as grandezas argumentativamente relevantes, exemplo do potencial expansivo da linguagem e dos valores incidentes no caso, os quais poderiam influir no seu delineamento, e, após a resolução das conflitualidades intrínsecas identificadas no curso do processo de interpretação, atribuiu o sentido que lhe parecia adequado.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

a) a norma constitucional invocada pelo demandante não pode embasar uma pretensão em juízo;

b) a atividade interpretativa promovida pelo juízo se harmoniza com os dogmas da Escola do Direito Livre;

c) a atividade interpretativa promovida pelo juízo é refratária à denominada declaração de nulidade sem redução de texto;

d) a atividade interpretativa promovida pelo juízo é incompatível com a natureza da norma constitucional invocada pelo demandante;

e) a norma constitucional invocada pelo demandante não tem um sentido imanente, e a atividade interpretativa promovida pelo juízo tangencia o pensamento problemático.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A alternativa A está incorreta. As normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que, por si só, não produzem efeitos imediatos e dependem da legislação infraconstitucional para sua plena eficácia. Contudo, isso não significa que não possa ser invocada em juízo. A alternativa B está incorreta. A Escola do Direito Livre preconiza que o juiz ao decidir o caso concreto, deve aplicar a solução que ele julga mais justa, é possível se soltar das amarras legais, podendo se afastar de interpretações estritas das normas. No entanto, a atividade interpretativa indicada no enunciado se concentra mais em entender a aplicação da norma em situações concretas, sem necessariamente se basear nos dogmas da Escola do Direito Livre. A alternativa C está incorreta. Ocorre a declaração de nulidade sem redução de texto quando o juiz declara a inconstitucionalidade de uma norma, mas a nulidade é feita sem alteração do texto da norma, o que não é o caso da questão. A alternativa D está incorreta. As normas de eficácia limitada não produzem efeitos imediatos e são dependentes de legislação infraconstitucional, isso não significa que elas não possam ser invocadas em juízo ou que sua interpretação seja impossível. A alternativa E está correta. O chamado "sentido imanente" se refere à ideia de que uma norma possui um significado evidente e que pode ser aplicada diretamente. No caso de normas constitucionais de eficácia limitada, esse sentido pode ser considerado

menos claro, já que dependem de regulamentação. E de fato, a atividade interpretativa promovida pelo juízo, ao lidar com normas constitucionais de eficácia limitada, tangencia o pensamento problemático, que se refere à ideia de que, ao interpretar normas jurídicas, especialmente aquelas que não têm um sentido fixo ou que são abertas, surgem múltiplas interpretações possíveis.

QUESTÃO 68. O Município Alfa, na gestão do prefeito João, que se encontrava no exercício do seu segundo mandato consecutivo, vinha reiteradamente deixando de prestar contas, na forma estatuída pela legislação infraconstitucional, nos 3 últimos exercicios financeiros. Esse estado de coisas levou o partido político Sigma a solicitar que o governador do estado Beta, em cujo território Alfa estava situado, decretasse a intervenção do estado no referido município.

Ao solicitar que sua assessoria analisasse o requerimento do partido Sigma, foi corretamente esclarecido ao governador do estado Beta que a intervenção:

a) somente pode ser decretada a partir de representação do Tribunal de Contas do Estado;

b) não pode ser decretada na situação descrita, por ausência de previsão na Constituição da República;

c) pode ser decretada na situação descrita, desde que a hipótese esteja prevista na Constituição Estadual;

d) pode ser decretada de ofício pelo chefe do Poder Executivo estadual, independentemente de qualquer medida adotada por outra estrutura orgânica;

e) somente pode ser decretada a partir do provimento de representação pelo Tribunal de Justiça, caracterizando uma hipótese de intervenção provocada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão cobrou a Intervenção Estadual.

Nos termos do art. 35 da CF/88: "O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei". A sua decretação e a execução decorrem de um ato político: o decreto de intervenção, que é editado pelo Governador do Estado. No referido caso, a intervenção estadual pode ser decretada de ofício pelo chefe do Poder Executivo estadual, independentemente de qualquer medida adotada por outra estrutura orgânica. Quando há necessidade de que alguma medida seja adotada por outra estrutura orgânica, a CF/88 indica expressamente.

QUESTÃO 69. Caio, candidato a prefeito em cidade do interior, foi eleito em 2020. Após regular processo, em 2021, Caio e Tício seu vice, foram cassados, tendo sido determinada, pela Justiça Eleitoral, a realização de eleição suplementar.

Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) João, irmão de Caio, pode se inscrever para concorrer na eleição suplementar;

b) Maria, esposa de Caio, pode se inscrever para concorrer na eleição suplementar;

c) Júlia, tia de Caio, pode se inscrever para concorrer na eleição suplementar;

d) Pedro, cunhado de Caio, pode se inscrever para concorrer na eleição suplementar;

e) Paula, avó de Caio, pode se inscrever para concorrer na eleição suplementar.

Comentários

Em nossa visão, há mais de uma alternativa correta para essa questão. A questão trata do tema inelegibilidade reflexa.

A alternativa A está correta. De fato, pela literalidade da Constituição federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, João, por ser irmão de Caio, seria inelegível. Segundo o art. 14 § 7° da Constituição Federal "§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição." Contudo deve-se observar que o TSE possui jurisprudência no sentido de que o parente em segundo grau pode concorrer para a continuidade do mandato no caso de eleição suplementar, conforme decidido no REspe 0600081-32.2022.6.26.0183, pois seria o equivalente a uma reeleição haja vista ser uma eleição suplementar para completar o primeiro mandato;

A alternativa B está correta. Aplica-se a Maria, cônjuge de Caio, o mesmo entendimento apontado na alternativa A;

A alternativa C está correta. De acordo com a CF não se aplica a inelegibilidade reflexa a Júlia, tia de Caio, por ser esta parente de terceiro grau. Portanto esta é a única alternativa de acordo com a literalidade da constituição e pode ser apontada como a correta pela banca examinadora;

A alternativa D está correta. De acordo com a fundamentação apresentada na alternativa A Pedro poderia concorrer à eleição suplementar;

A alternativa E está correta. De acordo com a fundamentação apresentada na alternativa A Paula, parente de Caio de segundo grau em linha reta, poderia concorrer à eleição suplementar.

QUESTÃO 70. Após convenção partidária realizada pelo partido Beta para escolha de seus candidatos, registraram-se para o cargo de vereador quatro candidatos do sexo masculino e uma candidata do sexo feminino, Paula. O Demonstrativo da Regularidade de Atos Partidários (DRAP) foi encaminhado ao juiz eleitoral, tendo sido deferidas todas as candidaturas. Finalizada a campanha, Paula foi uma das eleitas. O partido Alfa ajuizou ação contra o partido Beta,

alegando que havia fraude à cota de gênero, aduzindo ilegalidades relacionadas à campanha de Paula.

Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) A ação adequada nessa hipótese, encerradas as eleições, em que se afirma ter havido fraude desde o início, é a ação de impugnação ao registro de candidatura;

b) Comprovada a fraude, Paula não poderá ter seu mandato cassado, uma vez que, sendo candidata feminina, ao seu caso se aplica a teoria do impacto desproporcional;

c) Não é possível a apuração de fraude em ação de investigação judicial eleitoral, visto que tal conduta não constitui abuso de poder;

d) Se a anulação do DRAP atingir mais de 50% dos votos da eleição proporcional, serão convocadas novas eleições;

e) Caso constatada a fraude, não se procede à cassação dos mandatos dos diplomas dos suplentes que não participaram dos atos fraudulentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata do tema cota de gênero.

A alternativa A está incorreta. A fraude à cota de gênero não é impugnável por Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura (AIRC). A ilegalidade pode ser apurada por Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) como também por Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), conforme decidido pelo Tribunal Superior Eleitoral no Recurso Especial Eleitoral nº 74789 - GEMINIANO – PI - Acórdão de 04/02/2020 - Relator(a) Min. Edson Fachin - Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 161, Data 13/08/2020, Página 218-225) e no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 190 - GOUVELÂNDIA – GO - Acórdão de 16/12/2021 - Relator(a) Min. Alexandre de Moraes);

A alternativa B está incorreta, conforme a súmula 73 do TSE: "A fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir: (1) votação zerada ou inexpressiva; (2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (3) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros. O reconhecimento do ilícito acarretará: (a) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.

A alternativa C está incorreta. É possível a apuração da fraude à cota de gênero por Ação de Investigação Judicial Eleitoral, conforme decidido pelo Tribunal Superior Eleitoral no Recurso Especial Eleitoral nº

74789 - GEMINIANO – PI - Acórdão de 04/02/2020 - Relator(a) Min. Edson Fachin - Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 161, Data 13/08/2020, Página 218-225);

A alternativa D está correta. O artigo 224 do Código Eleitoral dispõe :"**Art. 224.** Se a nulidade atingir a mais de metade dos votos do país nas eleições presidenciais, do Estado nas eleições federais e estaduais ou do município nas eleições municipais, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações e o Tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 20 (vinte) a 40 (quarenta) dias.". Conforme julgado do Tribunal Superior Eleitoral em 2023 é possível a aplicação do dispositivo às eleições proporcionais. Ac.-TSE, de 28/11/2023, na TutCautAnt n. 060067417, deve a nova eleição abranger a totalidade das cadeiras da Câmara de Vereadores.

A alternativa E está incorreta. Haverá a cassação de todos os mandatos, inclusive dos suplentes, conforme a súmula 73 do TSE: "A fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir: (1) votação zerada ou inexpressiva; (2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (3) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros. O reconhecimento do ilícito acarretará: (a) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.

QUESTÃO 71. Com a alteração da Lei n° 11.101/2005 pela Lei nº 14.112/2020, foram acrescentadas regras para a recuperação judicial do produtor rural. Em relação às regras sobre o plano especial, analise as afirmativas a seguir.

I. O produtor rural pessoa física poderá apresentar plano especial de recuperação judicial desde que o valor da causa não exceda a R$ 4.800.000,00.

II. O plano especial deverá prever o pagamento da 1ª parcela, que ocorrerá no prazo máximo de 180 dias, contado da concessão da recuperação judicial.

III. O plano especial apresentado pelo produtor rural preverá parcelamento em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 12% a.a.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas;

b) I e II, apenas;

c) II e III, apenas;

d) III, apenas;

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** Passamos a analisar cada item.

O item I está correto. De acordo com o Art. 70-A da Lei nº 11.101/2005, o produtor rural pessoa física pode apresentar plano especial de recuperação judicial desde que o valor da causa não exceda R$ 4.800.000,00.

O item II está incorreto. O plano especial não exige o pagamento da primeira parcela no prazo de 180 dias. A Lei não impõe esse prazo específico para a primeira parcela.

O item III está incorreto. Conforme o Art. 71, II e III, da Lei nº 11.101/2005, o plano especial poderá prever o parcelamento em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 12% a.a.

A alternativa A está correta. Conforme o art. 70-A da Lei nº 11.101/2005, o produtor rural pessoa física pode apresentar plano especial de recuperação judicial desde que o valor da causa não exceda R$ 4.800.000,00.

QUESTÃO 72. O agente fiduciário, representa a comunhão dos debenturistas perante a companhia emissora.

Nesses termos, são deveres do agente fiduciário:

a) convocar, privativamente, a assembleia de debenturistas, para que esta declare o vencimento antecipado: das debêntures, observadas as condições da escritura de emissão;

b) notificar os debenturistas, no prazo máximo de noventa dias, de qualquer inadimplemento, pela companhia, de obrigações assumidas na escritura da emissão;

c) requerer a falência da companhia emissora se não existirem garantias reais, exceto disposição em contrário da escritura de emissão,*

d) representar os debenturistas em processos de falência, recuperação judicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da companhia emissora, considerando-se não escrita qualquer cláusula em contrário na escritura de emissão ou deliberação da assembleia de debenturistas;

e) elaborar relatório e colocá-lo anualmente à disposição dos debenturistas, dentro de quatro meses a partir do encerramento do exercício social da companhia, informando, dentre outros, os fatos relevantes ocorridos durante o exercício, relativos à execução das obrigações assumidas pela companhia

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O agente fiduciário pode convocar a assembleia de debenturistas, mas isso não é um dever privativo. A convocação pode ser feita também pelos próprios debenturistas, conforme a necessidade.

A alternativa B está incorreta. O prazo para notificação aos debenturistas em caso de inadimplemento não é de noventa dias. A notificação deve ser imediata para proteger os interesses dos debenturistas (art. 66, §4º, Lei nº 6.404/76).

A alternativa C está incorreta. O agente fiduciário pode requerer a falência da companhia emissora, mas isso depende das circunstâncias específicas e das disposições da escritura de emissão (art. 68, §3º, c, Lei nº 6.404/76).

A alternativa D está incorreta. O agente fiduciário deve representar os debenturistas nesses processos, mas isso não ocorre de forma automática e sempre depende das deliberações e disposições específicas.

A alternativa C está correta. Conforme o Art. 68, §1º, b da Lei nº 6.404/76, o agente fiduciário deve elaborar esse relatório e disponibilizá-lo anualmente aos debenturistas.

QUESTÃO 73. No sexto ano de vigência de patente de invenção, foi proposta pelo INPI, no Juízo da 4ª Vara Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro, ação de nulidade, com pedido de suspensão preventiva dos efeitos da patente e, no mérito, a declaração de sua nulidade.

Acerta das disposições sobre o tema na lei n° 9.279/1996, é correto afirmar que:

a) na ação de nulidade de patente, o prazo para resposta do réu titular da patente é de sessenta dias;

b) a ação de nulidade de patente deve ser ajuizada no foro da Justiça Federal e o INPI sempre será o seu autor;

c) a suspensão dos efeitos da patente pelo juiz não pode ser determinada de modo preventivo, apenas incidental, e após o decurso do prazo de quinze dias para a resposta do réu;

d) a ação de nulidade poderá ser proposta até o decurso do quinto ano da vigência da patente, pelo INPI ou por qualquer pessoa com legítimo interesse; portanto, verifica-se a prescrição na data de sua propositura pelo INPI;

e) se estendendo o objeto da patente além do conteúdo do pedido originalmente depositado, o INPI deverá ajuizar ação de nulidade, em razão da expiração do prazo para a declaração administrativa de nulidade, observado o prazo máximo de metade do prazo legal de vigência da patente; logo, a ação é tempestiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A Lei nº 9.279/1996 regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. De acordo com o Art. 57 da Lei nº 9.279/1996, o prazo para o titular da patente apresentar sua resposta na ação de nulidade é de 60 dias.

A alternativa B está incorreta. A ação de nulidade de patente deve ser ajuizada na Justiça Federal, mas o INPI não é sempre o autor. Qualquer pessoa com legítimo interesse pode propor a ação, além do próprio INPI.

A alternativa C está incorreta. A suspensão dos efeitos da patente pode ser determinada preventivamente, de modo incidental, sem necessidade de aguardar o prazo de 15 dias para a resposta do réu (art. 56, §2º).

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma alternativa, a ação de nulidade pode ser proposta a qualquer tempo durante a vigência da patente, não se limitando ao quinto ano (art. 56, §1º).

A alternativa E está incorreta. O caso narrado não menciona que o prazo máximo é a metade do prazo de vigência da patente. A ação de nulidade pode ser proposta a qualquer tempo durante a vigência da patente.

QUESTÃO 74. Considerando-se as disposições materiais e processuais da desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar que:

a) a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida somente pode ser decretada pelo juízo falimentar, e a instauração do Incidente*suspenderá o processo até a decisão;

b) desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida poderá ser decretada para responsabilizar o administrador por obrigação desta, em caso de desvio de finalidade, como a utilização da sociedade para lesar credores;

c) a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica será comunicada pelo juiz ao distribuidor para as anotações devidas em até dez dias da decisão;

d) a existência de grupo econômico entre pessoas jurídicas constitui presunção de confusão patrimonial e autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica;

e) acolhido o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, a alienação ou oneração de bem posterior, havida em fraude de execução, é nula em relação ao requerente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A desconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada em outros juízos, não sendo exclusiva do juízo falimentar. Além disso, a instauração do incidente não necessariamente suspende o processo.

A alternativa B está correta. Conforme o Art. 50 do Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica pode ocorrer em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, como é o caso do uso da sociedade para lesar credores.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão específica que exija que a comunicação ao distribuidor seja feita em até dez dias.

A alternativa D está incorreta. A existência de um grupo econômico não constitui, por si só, uma presunção de confusão patrimonial.

A alternativa E está incorreta. Essa nulidade ocorre independentemente do pedido de desconsideração da personalidade jurídica.

QUESTÃO 75. A Indústria química Marema S/A ajuizou ação de embargos a execução que lhe move o Banco Urupema S/A, fundada em cinco células de crédito Industrial emitidas pela autora, das quais duas não estão vencidas e nenhuma delas foi protestada previamente por falta de paramento, pleiteia a embargante o reconhecimento da inexigibilidade das cédulas vincendas, o excesso de execução em relação às demais cédulas pelo cômputo de juros pactuados com capitalização semestral, quando, a seu ver, a capitalização somente deveria ser anual, e, por fim, aponta a carência do direito de ação do autor em razão da falta de protesto.

Considerados os fatos narrados e a legislação aplicável à cédula de crédito industrial, é correto afirmar que:

a) o credor não pode exigir o pagamento das cédulas vincendas; a capitalização de juros somente pode ser realizada anualmente, por se tratar de mútuo de fins econômicos, o protesto por falta de pagamento é ato necessário para a cobrança de qualquer obrigado cambiário;

b) o credor não pode exigir o pagamento das cédulas vincendas; é vedada qualquer capitalização de juros; o protesto é ato facultativo para a cobrança do emitente, mas é necessário para a cobrança de eventuais endossantes e avalistas:

c) é possível o credor exigi-lo pagamento das cédulas vincendas caso comprove inadimplência de qualquer-obrigação-do emitente; a capitalização de juros pode ser semestral; o protesto é ato facultativo para a cobrança tanto do emitente quanto de eventuais endossantes e avalistas;

d) o credor não pode exigir o pagamento das cédulas vincendas; a capitalização de juros pode ser semestral; o protesto por falta de pagamento é ata necessário-para a cobrança" de qualquer obrigado cambiário;

e) é possível o credor exigir o pagamento das cédulas vincendas porque o vencimento de qualquer uma delas importa vencimento antecipado das demais; é vedada qualquer

capitalização de juros; o protesto é ata facultativo para a cobrança do emitente, mas é necessário para a cobrança de eventuais endossantes e avalistas.

Comentários

A alternativa correta, de acordo com o nosso gabarito, é a **letra E**. Entretanto, o gabarito oficial da banca examinadora é a **letra C**. Portanto, essa questão é passível de recurso.

A alternativa C está correta, consoante o gabarito disponibilizado pela banca examinadora. A alternativa indica que na Cédula de Crédito Industrial é preciso protesto para a cobrança dos avalistas, mas o protesto é necessário apenas para os avalistas dos endossantes, já para os avalistas do devedor principal o protesto é facultativo, lembrando que o Decreto 413/69 nos tente para as regras cambiais gerais. Nesse caso, devemos usar o Decreto 57663/66 e o próprio Código Civil para chegar nessa mesma conclusão.

A alternativa E está correta. A exigência das cédulas vincendas pode ocorrer no caso de vencimento antecipado. A exigibilidade das cédulas vincendas se dá pelo vencimento antecipado das demais, conforme estipulado no contrato. A capitalização de juros pode ser semestral se assim pactuado, e o protesto é facultativo para o emitente, necessário para endossantes e avalistas. Ainda, A súmula 93 do STJ prevê o seguinte: "A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros. Entretanto, a banca pode ter considerado que, nem todo avalista precisa ser protestado para ser cobrado, tendo em vista que haveria de ser endossantes e seus avalistas. As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 76. A sociedade empresária Pedreira Rio Rufino Lda, requereu a homologação de plano de recuperação extrajudicial assinado por credores quirografários que representam créditos no valor de R$ 1.500.000,00 do total de R$ 4.000.000,00. O plano não incluiu nenhuma outra classe de credores e não houve desistência de adesão após a distribuição do pedido de homologação.

Considerando-se a situação narrada, é correto afirmar que o plano:

a) pode ser homologado de pronto por ter obtido a adesão de credores que representam mais de 1/4 dos créditos

quirografários,

b) pode ser homologado de pronto por ter obtido a adesão de credores cujo créditos representam mais de 1/3 dos créditos quirografários;

c) pão pode ser homologado de pronto, mas o devedor pode apresentar, em juízo, o compromisso de, no prazo improrrogável de trinta dias, contado da data do pedido, atingir o quórum de mais de 3/5 dos créditos quirografários abrangidos, por meio de adesão expressa de outros credores;

d) não pode ser homologado de pronto, mas o devedor pode apresentar, em juízo, o compromisso de, no prazo improrrogável de noventa dias, contado da data do pedido, atingir e

quórum de mais da metade dos créditos quirografários abrangidos, por meio de adesão expressa de outros credores;

e) não pode ser homologado de pronto, mas o devedor pode apresentar, em juízo, o compromisso de, no prazo improrrogável de sessenta dias, contado da data do pedido, atingir o quórum de mais de 2/3 dos créditos quirografários abrangidos, por meio de adesão expressa de outros credores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. Conforme o Art. 163, § 7º da Lei nº 11.101/2005, o devedor pode apresentar o compromisso de atingir o quórum necessário de mais da metade dos créditos quirografários abrangidos no prazo improrrogável de 90 dias.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, ao contrariarem o disposto na lei 11.101/2005.

QUESTÃO 77. Além de dividir entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios competências para instituir tributos próprios, a Constituição da República também repartiu entre eles o produto da arrecadação de determinados tributos. Nesse sentido, os entes municipais participam direta ou indiretamente do produto da arrecadação da União e dos estados.

Assim, compete ao estado de Santa Catarina transferir aos quase trezentos municípios catarinenses:

a) 50% do produto da arrecadação do imposto do estado sobre doação de quaisquer bens ou direitos;

b) 70% do produto da arrecadação do imposto do estado sobre operações de câmbio com o ouro, quando definido em lei como instrumento cambial;

c) 25% do produto da arrecadação do imposto do estado sobre prestações de serviços de comunicação;

d) 50% do produto da arrecadação de taxas instituídas pelo estado em razão do exercício de poder de polícia em competências administrativas comuns;

e) 25% do produto da arrecadação das contribuições de melhoria instituídas pelo estado, decorrentes de obras públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema repartição da receita tributária.

A alternativa A está incorreta pois não há previsão constitucional de repartição de receita do ITCMD.

A alternativa B está incorreta pois compete à União e não ao Estado, repartir a receita do produto de arrecadação do IOF-Ouro, conforme art. 153 da CF: "Compete à União instituir impostos sobre: V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; (...) § 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos: II - setenta por cento para o Município de origem".

A alternativa C está correta pois revela o teor do art. 158 da CF: "Pertencem aos Municípios: IV - 25% (vinte e cinco por cento): a) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação".

A alternativa D está incorreta pois não há previsão constitucional de repartição de receita das taxas.

A alternativa E está incorreta pois não há previsão constitucional de repartição de receita das contribuições de melhoria.

QUESTÃO 78. A Empresa XYZ Ltda. almeja prestar serviços à Secretaria de Estado da Administração do Estado de Santa Catarina por meio de filial estabelecida em Florianópolis/SC. Já na fase de habilitação e tendo logrado a melhor classificação na licitação que lhe interessava, foi-lhe recusada, pela Administração Tributária catarinense, documentação comprobatória de sua regularidade fiscal.

Segundo entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, é ilegítimo recusar a emissão de certidão de regularidade fiscal para fins de contratação com o poder público na hipótese:

a) em que há pendência fiscal oriunda da matriz;

b) de constar débito tributário declarado e não pago pela filial;

c) se verificar-se a ocorrência de pagamento a menor de tributo sujeito a lançamento por homologação;

d) de a empresa licitante encontrar-se em regime de recuperação judicial;

e) de inadimplemento de obrigação acessória em favor da Administração Tributária de Santa Catarina..

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema Dívida Ativa.

A alternativa A está incorreta pois contraria entendimento do STJ: “PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND OU CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS - CPEND. PENDÊNCIA EM NOME DA MATRIZ OU DA FILIAL. EMISSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DA FILIAL. EXISTÊNCIA. AUTONOMIA PARA FINS DE REGULARIDADE FISCAL. AUSÊNCIA. I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se, in casu, o Código de Processo Civil de 2015. II - É preciso ter presente, consoante disposto em normas de direito privado, que filial (i) não se constitui mediante registro de ato constitutivo, (ii) encerra conformação secundária em relação à pessoa jurídica de direito privado; e (iii) a inscrição no CNPJ é decorrente da considerável amplitude da "identificação nacional cadastral única". III - A regularidade fiscal no tocante aos créditos tributários diz com a pessoa, física ou jurídica, que detém aptidão para figurar no polo passivo de relação jurídica tributária. Nesse prisma, cuida-se de situação pertinente àquele que figura como sujeito passivo da obrigação tributária, ente revestido de personalidade jurídica. IV - Conquanto haja autonomia operacional e administrativa da filial, tais características não alcançam o contexto da emissão de certidões negativas de pendências fiscais, as quais se inserem na seara da empresa e não do estabelecimento. V - A Administração Tributária não deve emitir CND e/ou CPEND à filial na hipótese em que há pendência fiscal oriunda da matriz ou de outra filial. VI - Embargos de Divergência providos. (EAREsp n. 2.025.237/GO, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, julgado em 2/3/2023, DJe de 7/3/2023.).

A alternativa B está incorreta conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está incorreta pois contraria tese fixada pelo STJ no Tema Repetitivo 402: “Revela-se legítima a recusa da autoridade impetrada em expedir certidão negativa de débito (CND) ou de certidão positiva com efeitos de negativa (CPEN) quando a autoridade tributária verifica a ocorrência de pagamento a menor, em virtude da existência de divergências entre os valores declarados na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e os valores efetivamente recolhidos mediante guia de pagamento (GP)”.

A alternativa D está correta pois vai ao encontro do entendimento do STJ sobre a questão: “PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS. APRESENTAÇÃO DISPENSÁVEL. 1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça aplicou exegese teleológica à nova Lei de Falências, objetivando dar operacionalidade à Recuperação Judicial. Assim, entendeu ser desnecessária a comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp 1.187.404/MT, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 21/8/2013). 2. Sem negar prima facie a participação de empresa em processo de licitação pela exigência de apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND), aplica-se a vontade expressa pelo legislador da Lei de Recuperação Judicial, viabilizando, de forma efetiva, à sociedade empresária a superação da crise econômico-financeira. Precedentes: AgRg no AREsp 709.719/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 12/2/2016; REsp 1.173.735/RN, Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 9/5/2014; AgRg na MC 23.499/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Rel. p/ Acórdão Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/12/2014. 3. Agravo não provido. (AgInt no REsp n. 1.841.307/AM, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 30/11/2020, DJe de 9/12/2020.)”

A alternativa E está incorreta pois contraria tese fixada pelo STJ no Tema Repetitivo 358: "O descumprimento da obrigação acessória de informar, mensalmente, ao INSS, dados relacionados aos fatos geradores da contribuição previdenciária, é condição impeditiva para expedição da prova de inexistência de débito".

QUESTÃO 79. Dois dos três impostos de titularidade dos municípios incidem sobre imóveis, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e o imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis, a qualquer título, por ato oneroso (ITBI).

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores sobre ambos os impostos, é correto afirmar que:

a) as bases de cálculo do ITBI e do IPTU coincidem em relação a um mesmo bem imóvel;

b) a cobrança de ITBI sobre imóveis situados em área de expansão urbana depende da existência de melhoramentos construídos ou mantidos pelo poder público;

c) é dado ao município atualizar a base de cálculo do IPTU, por decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária;

d) não incide IPTU sobre templos de qualquer culto, ainda que a entidade religiosa que o mantenha seja apenas locatária do bem imóvel;

e) não incide IPTU, mas ITBI, sobre a propriedade de imóvel localizado na área urbana do município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema impostos municipais.

A alternativa A está incorreta, conforme tese fixada pelo STJ no Tema Repetitivo 1113: "a) a base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação".

A alternativa B está incorreta pois o ITBI incide sobre a transmissão onerosa de bens imóveis, independentemente de existência de melhoramentos pelo Poder Público. A existência de melhoramentos impacta na incidência de IPTU ou ITR, conforme Súmula 626 do STJ: "A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN".

A alternativa C está incorreta pois contraria a Súmula 160 do STJ: "É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária".

A alternativa D está correta pois revela o teor do art. 156, § 1º-A, da CF: "O imposto previsto no inciso I do caput deste artigo não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas

pela imunidade de que trata a alínea "b" do inciso VI do caput do art. 150 desta Constituição sejam apenas locatárias do bem imóvel".

A alternativa E está incorreta pois o ITBI incide apenas sobre a transmissão a título oneroso de bens imóveis e não sobre a propriedade, conforme art. 156 da CF: "Compete aos Municípios instituir impostos sobre: II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição"

QUESTÃO 80. As execuções fiscais representam um vultoso desafio de política judiciária, pois correspondem a mais de 30% dos casos pendentes na Justiça. Além disso, apresentam taxas de congestionamento e tempo médio de tramitação muito superiores aos demais processos.

Em relação aos institutos da prescrição e da decadência, com base na jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

a) A prescrição tributária, ocorrida antes da propositura da execução fiscal, pode ser decretada de ofício.

b) O pedido de parcelamento fiscal interrompe o prazo prescricional, caso deferido pela Administração Tributária.

c) O pedido administrativo de restituição interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário eventualmente manejada.

d) O termo inicial da prescrição intercorrente tributária consiste no arquivamento dos autos, após o qual se inicia automaticamente a contagem do prazo prescricional de cinco anos.

e) O peticionamento em juízo pela Fazenda Pública requerendo a feitura da penhora sobre bens do sujeito passivo já é suficiente para interromper o curso da prescrição intercorrente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema Prescrição e Decadência.

A alternativa A está correta pois revela o entendimento da súmula 409 do STJ: "Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício (art. 219, § 5º, do CPC)".

A alternativa B está incorreta pois não há necessidade de deferimento para que haja interrupção da prescrição, conforme Súmula 653 do STJ: "O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito".

A alternativa C está incorreta pois o pedido não interrompe o prazo, conforme Súmula 625 do STJ: "O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública".

A alternativa D está incorreta pois o termo inicial da prescrição intercorrente tributária se dá após um ano do arquivamento dos autos, conforme tese fixada pelo STJ nos Temas Repetitivos 566, 567, 568, 569, 570, 571: "O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução. Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável. A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. (...)".

A alternativa E está incorreta pois não basta o mero peticionamento, sendo necessária a efetiva constrição patrimonial para que seja interrompido o curso da prescrição intercorrente, conforme tese fixada pelo STJ nos Temas Repetitivos 566, 567, 568, 569, 570, 571:: "4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera."

QUESTÃO 81. Vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, compete ao Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina (TAT/SC) julgar, em instância administrativa, os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária catarinense.

A respeito do contencioso administrativo tributário, é correto afirmar que:

a) a realização de arrolamento prévio de dinheiro ou bens é exigência legítima para a admissibilidade de recurso ordinário ou especial perante o TAT/SC;

b) a propositura de ação judicial antiexacional não interfere no poder de recorrer na esfera administrativa; à luz da Independência das Instâncias civil e administrativa;

c) não é dado ao TAT/SC editar súmulas com a finalidade de uniformizar sua jurisprudência, por não se tratar de órgão jurisdicional;

d) a fase contenciosa do processo administrativo inicia-se com apresentação de reclamação, pelo sujeito passivo, em face de notificação fiscal, a qual suspende a exigibilidade do crédito tributário;

e) o TAT/SC deve observar a regência recursal do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), vinculado ao Ministério da Fazenda, por conta do princípio da simetria e da competência privativa da União para legislar sobre direito processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema contencioso administrativo tributário.

A alternativa A está incorreta pois contraria a Súmula Vinculante 21: "É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo".

A alternativa B está incorreta pois a propositura de ação judicial acarreta desistência tácita do contencioso administrativo tributário, conforme art. 7º da LC Estadual 456/2009: "Opera-se a desistência total ou parcial do litígio na esfera administrativa: II - tacitamente: b) pela propositura de ação judicial relativa à matéria objeto do processo administrativo".

A alternativa C está incorreta pois o TAT poderá editar súmulas, conforme art. 27 da LC Estadual 456/2009: "Compete à Câmara Especial de Recursos a edição de Súmulas para uniformizar a jurisprudência administrativa e dirimir conflitos de entendimento, nos casos de: (...)"

A alternativa D está correta, pois revela o teor do art. 20 da LC Estadual 456/2009: "A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de reclamação, pelo sujeito passivo, contra notificação fiscal".

A alternativa E está incorreta pois a Lei que rege o Processo Administrativo Fiscal Federal é Lei Federal e não nacional, ou seja, os Estados poderão exercer a competência legislativa plena para atender suas peculiaridades, conforme art. 24, § 3º, da CF: "Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades". Frise-se haver Projeto de Lei Complementar em trâmite no Senado visando estabelecer normas gerais sobre o processo administrativo fiscal, no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, todavia o projeto ainda não foi votado.

QUESTÃO 82. João requereu à Secretaria de Meio Ambiente do estado Alfa acesso a determinadas informações sobre o processo de licenciamento ambiental de certo empreendimento com relevante potencial poluidor, que tramita naquele órgão. Ocorre que, sem qualquer justificativa e apesar de possuir as informações, a citada Secretaria indeferiu o pedido. Inconformado, João ajuizou a ação judicial cabível, pleiteando a condenação do estado Alfa, por meio de sua pasta ambiental, à obrigação de fazer, no sentido de conceder o acesso às informações pretendidas. Atento à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado deve considerar que o direito de João requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas consiste na transparência:

a) Ativa, que é presumida, sendo ônus do estado Alfa justificar seu descumprimento, sempre sujeito a controle judicial, demonstrando as razões administrativas adequadas para a opção de não publicar.

b) Passiva, que é presumida, sendo ônus do estado Alfa justificar seu descumprimento, sempre sujeito a controle judicial, demonstrando o enquadramento da informação nas razões legais e taxativas de sigilo.

c) Reativa, que é presumida, sendo ônus do estado Alfa justificar seu descumprimento, sempre sujeito a controle judicial, demonstrando a irrazoabilidade da pretensão de produção da informação inexistente.

d) Sustentável, que não é presumida, sendo ônus de João demonstrar os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público, observado o princípio do desenvolvimento sustentável.

e) Complexa, que não é presumida, sendo ônus de João demonstrar os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público, observados os princípios ambientais da prevenção e da precaução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro.

Conforme a Tese A, item II, c/c Tese B, item II, ambas fixadas no IAC 13 do STJ: "Tese A) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende ii) o direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva); (...) Tese B) Presume-se a obrigação do Estado em favor da transparência ambiental, sendo ônus da Administração justificar seu descumprimento, sempre sujeita a controle judicial, nos seguintes termos: ii) na transparência passiva, de enquadramento da informação nas razões legais e taxativas de sigilo;". (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13)).

Logo, correta a alternativa B. As demais alternativas ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 83. Em janeiro de 2020, Maria realizava o cultivo de cana-de-açúcar em sua pequena propriedade rural, quando ouviu o barulho de um caminhão da sociedade empresária Alfa, que transportava grande quantidade de determinada substância química e caiu em um rio da região, pois o motorista acabou dormindo ao volante. O acidente causou poluição hídrica do solo e do subsolo. Maria ajuizou uma ação indenizatória, em setembro de 2024, em face da sociedade empresária Alfa, em razão dos danos materiais sofridos, pois comprovou ter perdido toda a sua plantação de cana. Por sua vez, no mesmo mês de setembro de 2024, o Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública, pleiteando reparação ambiental e indenização por danos ambientais interinos. No caso em tela, o magistrado competente para processar e julgar as mencionadas ações, com base na jurisprudência dos tribunais superiores, deve:

a) Declarar que não houve a prescrição das pretensões veiculadas nas duas ações, pois os danos ambientais individuais e coletivos estão sujeitos à prescrição quinquenal.

b) Declarar que não houve a prescrição das pretensões veiculadas nas duas ações, pois os danos ambientais individuais e coletivos são imprescritíveis.

c) Reconhecer a prescrição das pretensões veiculadas nas duas ações, pois ultrapassado o prazo de três anos, cujo termo inicial conta-se da ciência inequívoca dos efeitos do fato gerador.

d) Reconhecer a prescrição da pretensão veiculada na ação indenizatória de Maria pelos danos ambientais individuais, mas não reconhecer a prescrição das pretensões da ação ajuizada pelo Ministério Público, visto que são imprescritíveis.

e) Declarar que não houve a prescrição das pretensões veiculadas nas duas ações, pois os danos ambientais individuais prescrevem em cinco anos e os coletivos são imprescritíveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema prescrição em direito ambiental.

Conforme entendimento do STJ, os danos ambientais são imprescritíveis. Vejamos: "(...) 6. O direito ao pedido de reparação de danos ambientais, dentro da logicidade hermenêutica, está protegido pelo manto da imprescritibilidade, por se tratar de direito inerente à vida, fundamental e essencial à afirmação dos povos, independentemente de não estar expresso em texto legal. 7. Em matéria de prescrição cumpre distinguir qual o bem jurídico tutelado: se eminentemente privado seguem-se os prazos normais das ações indenizatórias; se o bem jurídico é indisponível, fundamental, antecedendo a todos os demais direitos, pois sem ele não há vida, nem saúde, nem trabalho, nem lazer, considera-se imprescritível o direito à reparação. (...)". (REsp 1.120.117/AC. Min. Relatora Eliana Calmon. DJe 19/11/2009). Por outro lado, os danos reflexos aos danos ambientais (patrimoniais e individuais) prescrevem no prazo determinado pelo Código Civil, qual seja, de 3 anos, conforme art. 206, § 3º, V, do Código Civil: "Art. 206. Prescreve: § 3º Em três anos: V - a pretensão de reparação civil;". Por fim, ressalte-se que, conforme entendimento do STJ, o termo inicial do prazo prescricional conta-se da ciência inequívoca dos efeitos decorrentes do ato lesivo. Vejamos: "(...) 4. Na linha dos precedentes desta Corte Superior, o termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento de ação de indenização, por dano moral e material, conta-se da ciência inequívoca dos efeitos decorrentes do ato lesivo." (REsp 1.346.489/RS. Min. Rel. Ricardo Villas Bôas Cueva. DJe 26/08/2013). Desta feita, no caso hipotético narrado pelo enunciado, como já decorridos 4 anos desde a ciência inequívoca por parte de Maria, pode-se afirmar que houve a prescrição da pretensão veiculada na ação indenizatória pelos danos ambientais individuais. No entanto, em relação à ação ajuizada pelo Ministério Público, não houve prescrição das pretensões, visto que são imprescritíveis. Portanto, correta a alternativa D. As alternativas A, B, C e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 84. "Queimadas no Brasil: focos de incêndio atingem recorde em agosto. Nas últimas 48 horas, o Brasil teve quase 4.500 focos de incêndio, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Desde o início de 2024, já foram praticamente 107 mil focos, um aumento de 75% em relação ao ano passado.". O trecho acima transcrito, oriundo de matéria veiculada no dia 26/08/24 no site do Senado Federal, traz à lume a alarmante situação de incêndios por todo o país, com múltiplas causas e consequências ambientais. Nesse contexto, de acordo com o novo Código Florestal, analise as afirmativas a seguir.

I. É proibido o uso de fogo na vegetação, em qualquer situação, sob pena da tríplice responsabilidade ambiental: civil, administrativa e criminal.

II. O Governo Federal deverá estabelecer uma Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que promova a articulação institucional com vistas na substituição do uso do fogo no meio rural, no controle de queimadas, na prevenção e no combate aos incêndios florestais e no manejo do fogo em áreas naturais protegidas.

III. A Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais deverá prever instrumentos para a análise dos impactos das queimadas sobre mudanças climáticas e mudanças no uso da terra, conservação dos ecossistemas, saúde pública e fauna, para subsidiar planos estratégicos de prevenção de incêndios florestais.

Consoante dispõe a Lei n° 12.651/2012, está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) l, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Código Florestal (Lei n° 12.651/2012), mais precisamente sobre o uso do fogo.

O Item I está incorreto. Em regra, o Código Florestal proíbe o uso do fogo. No entanto, traz também exceções em que esse uso é permitido, observados alguns requisitos. Tais situações estão dispostas no art. 38, caput e § 2º. Vejamos: "Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: I - em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle; II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo; III - atividades de pesquisa científica vinculada a projeto de pesquisa devidamente aprovado pelos órgãos competentes e realizada por instituição de pesquisa reconhecida, mediante prévia aprovação do órgão ambiental competente do Sisnama. (...) § 2º Excetuam-se da proibição constante no caput as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.". O

O Item II está correto. Conforme art. 40, caput, do Código Florestal: "Art. 40. O Governo Federal deverá estabelecer uma Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, que promova a articulação institucional com vistas na substituição do uso do fogo no meio rural, no controle de queimadas, na prevenção e no combate aos incêndios florestais e no manejo do fogo em áreas naturais protegidas.".

O Item III está correto. Conforme art. 40, § 1º, do Código Florestal: "§ 1º A Política mencionada neste artigo deverá prever instrumentos para a análise dos impactos das queimadas sobre mudanças climáticas e mudanças no uso da terra, conservação dos ecossistemas, saúde pública e fauna, para subsidiar planos estratégicos de prevenção de incêndios florestais."

QUESTÃO 85. O Município Delta publicou lei local dispondo que: "É proibido o trânsito de veículos, sejam eles motorizados ou não, transportando cargas vivas nas áreas urbanas e de expansão urbana do Município, exceto quando se tratar dos seguintes animais: I. domésticos; II. de uso terapêutico em projetos educativos e medicinais; III. a serviço das forças policiais; IV. que passarão por tratamento médico em clínicas e hospitais veterinários; V. utilizados em atividades esportivas; VI. destinados à preservação ambiental". Instado pelas partes em determinado processo judicial, cuja sentença deverá abordar a constitucionalidade da mencionada norma, em sede de controle difuso, o magistrado deve observar que o Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência no sentido da:

a) Constitucionalidade da citada lei municipal, pois a proteção à fauna é matéria de competência legislativa ambiental concorrente, e a lei local é mais protetiva ao meio ambiente do que a federal.

b) Inconstitucionalidade formal da citada lei municipal, pois compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça, pesca e fauna, observando o que dispõe a Política Nacional de Meio Ambiente.

c) Constitucionalidade formal da citada lei municipal, pois compete aos Municípios legislar sobre transporte urbano e proteção à fauna local, mas da inconstitucionalidade material, pois a legislação federal é mais protetiva ao meio ambiente do que a local.

d) Constitucionalidade formal da citada lei municipal, pois compete à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, e da constitucionalidade material, visto que que a lei local reproduz o exato texto da lei federal sobre o tema.

e) Inconstitucionalidade da citada lei municipal, porque invadiu a competência da União e editou lei com restrição desproporcional, pois a legislação federal já prevê uma gama de instrumentos para garantir, de um lado, a qualidade dos produtos destinados ao consumo pela população e, de outro, a existência digna e a ausência de sofrimento dos animais tanto no transporte quanto no seu abate.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema competências dos entes em matéria ambiental, conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores.

De acordo com entendimento fixado pelo STF no julgamento das ADPFs 514 e 516: "(...) 1. Verifica-se a invasão da competência da União pelo Município de Santos para legislar sobre transporte de animais, matéria exaustivamente disciplinada no âmbito federal. (...) 3. Esta desproporcionalidade fica evidente quando se analisa o arcabouço normativo federal que norteia a matéria, tendo em vista a gama de instrumentos estabelecidos para garantir, de um lado, a qualidade dos produtos destinados ao consumo pela população e, de outro, a existência digna e a ausência de sofrimento dos animais, tanto no transporte quanto no seu abate. (...)" (STF. Plenário. ADPF 514 e ADPF 516 MC-REF/SP, Rel. Min. Edson Fachin, julgados em 11/10/2018).

Portanto, a alternativa correta é a letra E. As alternativas A, C e D ficam automaticamente incorretas, pois falam na constitucionalidade da referida lei. A alternativa B também fica incorreta, pois embora fale em inconstitucionalidade, afirma que compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça, pesca e fauna, quando, na verdade, tal competência é concorrente. Conforme art. 24, VI, da CF: "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;"

QUESTÃO 86. João foi condenado por ato culposo de improbidade administrativa, antes da vigência da Lei Federal nº 14.230/2021, sendo-lhe imputadas a sanção de suspensão dos direitos políticos por cinco anos, multa de cem vezes o valor da sua remuneração e proibição de contratar com o poder público por três anos. A sentença condenatória foi confirmada pelo tribunal competente, tendo João interposto os recursos cabíveis contra esse acórdão, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

À luz da jurisprudência do STF, é correto afirmar que a superveniência da Lei Federal nº 14.230/2021:

a) é irrelevante para o caso e não extingue a punibilidade de João;

b) acarretou a extinção da punibilidade de João relativamente a todas as sanções;

c) acarretou a extinção da punibilidade de João quanto à suspensão dos direitos políticos;

d) acarretou a extinção da punibilidade de João quanto à proibição de contratar com o poder público;

e) acarretou a extinção da punibilidade de João quanto à multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa B está correta. A Lei nº 14.230/2021 trouxe importantes mudanças à Lei de Improbidade Administrativa, sendo uma das principais a exclusão da possibilidade de responsabilização por atos culposos. A partir dessa alteração, somente condutas dolosas podem ensejar a responsabilização por improbidade administrativa. Isso significa que, para caracterizar um ato de improbidade, é indispensável a presença de dolo, ou seja, a intenção deliberada de praticar o ato ilícito. Sobre a questão, posicionou-se o STF no sentido de que "a nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente (ARE 843989/PR). Logo, haverá a extinção da punibilidade de todas as sanções aplicadas a João, em razão da revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa e sua aplicação aos processos sem trânsito em julgado.

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 87. Lei do estado X, de iniciativa parlamentar, dispõe que o servidor público demitido por crime contra a Administração Pública ou ato de improbidade administrativa ficará impedido de participar de concurso público no âmbito desse estado.

À luz da jurisprudência do STF, essa lei é:

a) formalmente constitucional, pois não se trata de matéria cuja iniciativa é reservada ao governador, e materialmente constitucional, pois visa à proteção da Administração Pública;

b) formalmente constitucional, pois não se trata de matéria cuja Iniciativa é reservada ao governador, e materialmente inconstitucional, pois prevê pena de caráter perpétuo;

c) formalmente inconstitucional, pois não compete ao estado X legislar sobre matéria penal, e materialmente constitucional, pois visa à proteção da Administração Pública;

d) formalmente inconstitucional, pois se trata de matéria de Iniciativa reservada ao governador, e materialmente constitucional, pois visa à proteção da Administração Pública:

e) formalmente inconstitucional, pois se trata de matéria de Iniciativa reservada ao governador, e materialmente inconstitucional, pois prevê pena de caráter perpétuo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema agentes públicos.

A alternativa A está incorreta. A matéria é de iniciativa reservada ao governador e a imposição de sanção perpétua é inconstitucional, o que torna a lei material e formalmente inconstitucional (ADI 2.893/PE).

A alternativa B está incorreta. Quanto à iniciativa, o item está equivocado, pois é reservada ao governador. A sanção de caráter perpétuo é de fato inconstitucional (ADI 2.893/PE).

A alternativa C está incorreta. A lei não trata especificamente de matéria penal. Além disso, a imposição de sanção perpétua é materialmente inconstitucional (ADI 2.893/PE).

A alternativa D está incorreta. Embora a iniciativa seja reservada ao governador, a sanção perpétua é inconstitucional, o que torna a lei materialmente inconstitucional (ADI 2.893/PE).

A alternativa E está correta. De acordo com o julgado do STF: "É inconstitucional — por criar sanção de caráter perpétuo — norma que, sem estipular prazo para o término da proibição, impede militares estaduais afastados pela prática de falta grave de prestarem concurso público para provimento de cargo, emprego ou função na Administração Pública direta ou indireta local" (ADI 2.893/PE). Além disso, no inteiro teor do acórdão, houve manifestação no sentido de que "Quanto ao aspecto formal, esclarece que, na espécie, o processo legislativo, a versar sobre matéria reservada à iniciativa do Governador, ocorreu adequadamente". Portanto, a lei é formalmente inconstitucional, pois se trata de matéria de Iniciativa reservada ao governador, e materialmente inconstitucional, pois prevê pena de caráter perpétuo.

QUESTÃO 88. Para fins de desapropriação, o Município Y declarou de utilidade pública o terreno de José, tendo avaliado o imóvel em R$500.000,00. José não concordou com o valor da avaliação e, diante da Impossibilidade de acordo, o Município Y propôs ação de desapropriação por utilidade pública contra José e obteve, liminarmente, a imissão provisória na posse, tendo efetuado o depósito de RS500.000,00. O pedido foi julgado procedente, tendo a indenização, devida pelo Município Y a José pela perda da propriedade, sido fixada em R$800.000,00, após a elaboração de laudo pericial e produção de outras provas. A sentença transitou em julgado.

À luz da jurisprudência do STF, o pagamento da diferença entre o valor inicial e o valor final devido a José pelo Município Y deve ser efetuado por meio de:

a) precatório, se José não for vulnerável ou hipossuficiente;

b) depósito judicial direto, desde que as finanças do Município Y suportem a despesa;

c) precatório, independentemente da situação financeira do Município Y;

d) depósito judicial direto, se José for vulnerável ou hipossuficiente;

e) depósito judicial direto, se o Município Y não estiver pagando em dia seus precatórios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema desapropriação.

A alternativa A está incorreta. A vulnerabilidade ou hipossuficiência de João não é condição para que o pagamento seja efetuado por precatório.

A alternativa B está incorreta. O pagamento por depósito judicial direto somente ocorrerá caso o ente expropriante esteja em mora com o pagamento de seus precatórios (RE 922.144/MG).

A alternativa C está incorreta. Embora o pagamento por precatório seja a regra geral, a mora do ente expropriante em relação ao pagamento de seus precatórios implica que a diferença mencionada no enunciado seja paga por depósito judicial direto.

A alternativa D está incorreta. A vulnerabilidade ou hipossuficiência de João não é condição para que o pagamento seja efetuado por depósito direto.

A alternativa E está correta. De acordo com o julgamento do RE 922.144/MG, se o ente expropriante estiver em mora com a quitação de seus precatórios, o pagamento da diferença entre o valor das avaliações final e inicial do imóvel desapropriado pelo Poder Público deve ser feito por meio de depósito judicial direto ao então proprietário, em respeito à natureza prévia da indenização.

QUESTÃO 89. Balneário Camboriú, uma das mais belas cidades de veraneio do mundo, atrai milhares de turistas todos os anos ao estado de Santa Catarina e proporciona excelente qualidade de vida a seus moradores e visitantes.

À luz da jurisprudência do STF, o Município de Balneário Camboriú, com vistas a organizar o trânsito local, pode:

a) mediante autorização legislativa, instituir empresa pública, em regime não concorrencial, para exercer poder de polícia de trânsito, sendo vedada a aplicação de multas;

b) mediante autorização legislativa, instituir empresa pública, em regime não concorrencial, para exercer poder de polícia de trânsito, sendo permitida a aplicação de multas;

c) mediante autorização legislativa, Instituir empresas públicas, para exercer o poder de polícia de trânsito, sendo permitidas a concorrência entre elas e a aplicação de multas com desconto;

d) mediante decreto, criar autarquia para exercer o poder de polícia de trânsito, sendo permitida a aplicação de multas, mas vedado o reboque de veículos;

e) mediante decreto, instituir fundação de direito público para o poder de polícia de trânsito, sendo permitidos o reboque de veículos e a aplicação de multas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema delegação do poder de polícia.

A alternativa A está incorreta. A aplicação de multas é uma função típica do poder de polícia e empresas públicas podem exercer essa função, desde que cumpram as condições estabelecidas no RE 633782/MG: "É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial".

A alternativa B está correta. O STF, no RE 633782/MG, considerou constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a empresas públicas, desde que possuam capital social majoritariamente público, prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado, em regime não concorrencial. A aplicação de multas é uma atribuição do poder de polícia, o que torna essa alternativa correta.

A alternativa C está incorreta. O STF somente admite a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta quando atuarem em regime não concorrencial (RE 633782/MG).

A alternativa D está incorreta. A criação das autarquias ocorre mediante lei, na forma do art. 37, XIX da Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. Somente mediante lei estará autorizada a instituição de uma fundação, na forma do art. 37, XIX da Constituição Federal. Além disso, possui como finalidade o atingimento de uma função social.

QUESTÃO 90. Maria, juíza de direito do Tribunal de Justiça do estado Z, tem contra si instaurado procedimento administrativo para a perda do cargo. Na sessão em que ordenou a instauração do procedimento, o Tribunal do estado Z determinou o afastamento da magistrada do exercício de suas funções.

À luz da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, Maria:

a) não tem direito à percepção dos vencimentos e vantagens enquanto durar o processo, mas os perceberá de uma só vez se for absolvida ao final;

b) tem direito à percepção dos vencimentos, mas as vantagens serão suspensas enquanto durar o processo, devendo, no entanto, ser pagas se for absolvida ao final;

c) tem direito à percepção de 2/3 dos vencimentos e a 1/3 das vantagens enquanto durar o processo e perceberá a diferença cabível se for absolvida ao final;

d) tem direito à percepção de 2/3 dos vencimentos e a 2/3 das vantagens enquanto durar o processo e perceberá a diferença cabível se for absolvida ao final;

e) tem direito à percepção dos vencimentos e vantagens enquanto durar o processo, até decisão final, sendo vedado desconto estipendial por força do afastamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema remuneração e agentes públicos.

A alternativa E está correta. Considerando que o afastamento possui caráter de medida cautelar e não de sanção, o posicionamento pacífico na jurisprudência é o de que deverá haver a continuidade do recebimento dos vencimentos e vantagens enquanto tramitar o procedimento administrativo. Segundo

o STJ, "o afastamento em caráter preventivo possui natureza acautelatória, não se confundindo com a aplicação da penalidade, porquanto visa apenas impedir a interferência do indiciado na condução do processo disciplinar [...]" (RMS: 57.836 SP).

Portanto, pelas razões acima e ante ao fato de que não haverá prejuízo na remuneração, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 91. Carlos dirigia tranquilamente pela rodovia XX-200, do estado X, administrada pela concessionária Rodebem, quando, na altura de um dos postos de pedágio, foi abordado por três pessoas encapuzadas e armadas com fuzis, que o forçaram a sair do veículo, levando o automóvel. Indignado com o roubo, Carlos ajuíza ação, pleiteando indenização por danos materiais e morais em face da concessionária e, subsidiariamente, em face do estado X.

À luz da jurisprudência do STJ, o pedido de Carlos deve ser julgado:

a) procedente em face de ambos, pois se trata de föruto Interno, já que a concessionária e o estado X têm o dever de prover a segurança do local, sendo objetiva e solidariamente responsáveis no caso;

b) procedente apenas em face da concessionária, pois se trata de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, que responde objetivamente, não tendo, no caso, o estado X incorrido em falha na fiscalização do serviço;

c) procedente apenas em face do estado X. que é garantidor universal da segurança pública, tendo o dever de proteger as pessoas em situações como a que ocorreu, sendo irrelevante eventual falha na fiscalização do serviço;

d) improcedente em face de ambos, porque, quanto concessionária, trata-se de fortuito externo, ou seja, fato de terceiro que rompe o nexo de causalidade, e, quanto ao estado X, porque não é garantidor universal;

e) improcedente em face de ambos, porque a responsabilidade da concessionária e do estado X, no caso, é subjetiva dependeria de efetiva prova da culpa na prestação do serviço, o que não ocorreu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema responsabilidade civil.

A alternativa A está incorreta. O roubo é considerado um fortuito externo e não haverá responsabilidade da concessionária, nem do Estado (REsp 1.749.941-PR).

A alternativa B está incorreta. Segundo a jurisprudência, a concessionária não responde por roubos e sequestros ocorridos nas suas instalações (REsp 1.749.941-PR).

A alternativa C está incorreta. Embora o Estado seja responsável pela segurança pública, não será responsabilizado, assim como a concessionária (REsp 1.749.941-PR).

A alternativa D está correta. Não haverá responsabilidade civil da concessionária, nem do Estado. O Superior Tribunal de Justiça entendeu que a "concessionária de rodovia não responde por roubo e sequestro ocorridos nas dependências de estabelecimento por ela mantido para a utilização de usuários" (REsp 1.749.941-PR), que são considerados fortuitos externos. Além disso, ao Estado aplica-se, em regra, a teoria do risco administrativo. Sendo assim, não pode ser considerado garantidor universal. Logo, o pedido de Carlos deve ser julgado improcedente.

A alternativa E está incorreta. Não haverá responsabilidade civil da concessionária, nem do Estado. O Superior Tribunal de Justiça entendeu que a "concessionária de rodovia não responde por roubo e sequestro ocorridos nas dependências de estabelecimento por ela mantido para a utilização de usuários" (REsp 1.749.941-PR).

QUESTÃO 92. Roberto, servidor público do Município de Brusque, é multado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina por não haver enviado aquela Corte determinado documento necessário a julgamento de prestação de contas, embora tais contas tenham sido posteriormente julgadas regulares pela Corte de Contas, com o reconhecimento de que não houve dano ao erário. Silvio, servidor público do Município de Joinville, é condenado pelo mesmo tribunal a recompor ao erário municipal por conta de dano decorrente de ato praticado no exercício de suas funções. Por sua vez, a Cláudio, servidor público do Município de Caçador, a mesma Corte de Contas impõe o dever de ressarcir o erário municipal por prejuízo causado no exercício de suas funções e imputa multa equivalente a 10% do valor a ser ressarcido. A luz da jurisprudência do STF, a execução das decisões da Corte de Contas compete:

a) no caso de Roberto, ao estado de Santa Catarina, no caso de Sílvio, ao Município de Joinville, e no caso de Cláudio, ao Município de Caçador;

b) no caso de Roberto, ao Município de Brusque; no caso de Sílvio, ao Município de Joinville e no caso de Cláudio, ao Município de Caçador;

c) no caso de Roberto, ao Município de Brusque, no caso de Sílvio no estado de Santa Catarina; e no caso de Cláudio, ao Município de Caçador;

d) aos casos de Roberta e Claudio, ao estado de Santa Catarina; no caso de Sílvio, ao Município de Joinville,

e) nos casos de Roberta e Silvio, no estado de Santa Catarina, no caso de Cláudio, ao Município de Caçador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Controle da Administração Pública.

A alternativa A está correta. No caso de Roberto, trata-se de multa simples ao descumprimento de uma obrigação administrativa, razão pela qual será competente o Estado de Santa Catarina. Por outro lado, em relação a Sílvio e Cláudio, serão competentes os Municípios de Joinville e Caçador, respectivamente, pois segundo o STF quando se tratar de ressarcimento ao erário ou de multa relacionada ao dano causado ao erário, a competência será do Município. Decidiu a Suprema Corte: "1. O Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal. 2. Compete ao Estado-membro a execução de crédito decorrente de multas simples, aplicadas por Tribunais de Contas estaduais a agentes públicos municipais, em razão da inobservância das normas de Direito Financeiro ou, ainda, do descumprimento dos deveres de colaboração impostos, pela legislação, aos agentes públicos fiscalizados" (ADPF 1.011/PE).

Portanto, pelas razões acima, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 93. A Constituição do estado Z dispõe que as funções exercidas pelos membros da magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública estaduais devem ser consideradas atividades de risco, análogas à função exercida pelos servidores policiais, determinando a aplicação àqueles da aposentadoria com os critérios diferenciados de idade e contribuição a que estes fazem jus.

À luz da jurisprudência do STF, as mencionadas disposições da Constituição do estado Z são:

a) constitucionais, pois compete aos estados dispor sobre o regime previdenciário dos seus magistrados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública, sem vinculação às regras da Constituição da República;

b) constitucionais, pois reproduzem regras da Constituição da República, que reconhecem aos magistrados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública os mesmos direitos previdenciários previstos em favor dos servidores policiais;

c) inconstitucionais, pois a Constituição da República não conferiu aos magistrados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria;

d) inconstitucionais, pois os estados-membros não detêm competência legislativa para dispor sobre as carreiras da magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública que são reguladas inteiramente por leis federais;

e) inconstitucionais em relação aos magistrados, pois os direitos previdenciários dos membros do Poder Judiciário estão previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), mas constitucionais em relação aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema agentes públicos.

A alternativa A está incorreta. A Lei Maior, Constituição Federal, deve ser observada quando da edição de Constituições e lei estaduais.

A alternativa B está incorreta. A Constituição Federal não concedeu aos magistrados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública os mesmos direitos previdenciários dos servidores policiais.

A alternativa C está correta. Segundo o STF: "São inconstitucionais dispositivos de Constituição estadual que definem como atividade de risco análoga ao exercício da atividade policial a atuação dos membros do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e dos Procuradores do Estado e dos Municípios, dos Oficiais de Justiça e Auditores Fiscais de tributos estaduais, e a eles estendem benefícios previdenciários exclusivos dos servidores policiais, tais como a aposentadoria especial e a pensão por morte" (ADI 7.494/RO).

A alternativa D está incorreta. Segundo a CRFB/88: "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;".

A alternativa E está incorreta. O STF considerou inconstitucional também em relação aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública (ADI 7.494/RO).

QUESTÃO 94. O Município X promoveu licitação para a concessão dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros, tendo a sociedade empresária Bom Passeio S/A vencido o certame. Dois anos depois do início da prestação de serviços, a concessionária, em dificuldades financeiras, pede ao Município X que, na qualidade de poder concedente, autorize a transferência da concessão à sociedade empresária Boa Solução S/A.

À luz do ordenamento jurídico em vigor e da jurisprudência do STF, essa transferência:

a) é vedada, por falta de previsão expressa na legislação nacional de regência;

b) é vedada, por violar a exigência constitucional de prévia licitação para a concessão de serviços públicos;

c) depende de previsão expressa na legislação de regência dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios;

d) pode ser realizada, pois é prevista na legislação nacional e encontra respaldo na Constituição da República;

e) pode ser realizada, pois, embora não prevista expressamente na legislação nacional, decorre do princípio da continuidade do serviço público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema concessão de serviços públicos.

A alternativa A está incorreta. Está prevista no art. 27, §1º da Lei nº 8.987/95.

A alternativa B está incorreta. A transferência foi considerada constitucional pelo STF na ADI 2946/DF.

A alternativa C está incorreta. Já encontra amparo no art. 27, §1º da Lei nº 8.987/95.

A alternativa D está correta. Segundo a Lei nº 8.987, em seu art. 27, §1º: "Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão. § 1o Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá: I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor". O STF decidiu que esse dispositivo é constitucional (ADI 2946/DF).

A alternativa E está incorreta. É apontada no art. 27, §1º da Lei nº 8.987/95.

QUESTÃO 95. A Lei Complementar catarinense nº 495/2010 instituiu as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, da Foz do Rio Itajaí, de Carbonífera e de Tubarão. O Núcleo Metropolitano de Florianópolis abrange os Municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

À luz do Estatuto da Cidade, uma operação urbana consorciada entre esses municípios deve ser aprovada mediante:

a) decretos dos prefeitos dos municípios envolvidos;

b) edição de lei de cada um dos municípios;

c) decreto do governador;

d) edição de lei estadual genérica;

e) edição de lei estadual específica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) e as Operações Urbanas Consorciadas.

A alternativa E está correta. Considerando que o Núcleo Metropolitano de Florianópolis foi instituído pela Lei Complementar Estadual Catarinense nº 495/2010 e tendo em vista a previsão do art. 34-A da Lei nº 10.257/01 que assegura "nas regiões metropolitanas ou nas aglomerações urbanas instituídas por lei complementar estadual, poderão ser realizadas operações urbanas consorciadas interfederativas, aprovadas por leis estaduais específicas", a operação consorciada interfederativa entre os municípios os Municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara será aprovada mediante lei estadual específica.

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 96. Em uma gincana jurídica, os grupos Alfa, Beta e Gama foram instados a apresentar assertivas que se mostrassem harmônicas com os alicerces estruturais do Direito da Antidiscriminação. O grupo Alfa sustentou que a base filosófica da antidiscriminação está lastreada na igualdade formal plena. O grupo Beta, por sua vez, defendeu que a Igualdade entre os distintos segmentos da espécie humana há de ser construída a partir de um padrão idealístico de nivelamento existencial, não se harmonizando com construções teóricas que busquem censurar o tratamento diferenciado realizado em uma perspectiva indireta. Por fim, o grupo Gama defendeu que o combate à denominada discriminação reversa é uma das formas de se construir a Igualdade plena na realidade fenomênica.

Ao analisar essas assertivas, os jurados concluíram, corretamente, que:

a) todas as assertivas estão certas;

b) todas as assertivas estão erradas;

c) apenas a assertiva do grupo Beta está certa;

d) apenas a assertiva do grupo Gama está certa;

e) apenas as assertivas dos grupos Alfa e Beta estão certas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata da construção filosófica acerca do Direito Antidiscriminatório.

A proposição do grupo Alfa está incorreta, pois o mero tratamento simétrico de indivíduos, apesar de ser legalmente previsto, mascara a parcialidade da concepção formal de que as características pessoais não deveriam ter nenhuma relevância no mundo jurídico. A igualdade, como um dos princípios estruturantes do ordenamento jurídico brasileiro, não deve ser vista como um mero status jurídico de caráter formal, mas sim deve proteger grupos sociais e ser um elemento articulador entre identidade e diferença, chegando à igualdade material. O direito antidiscriminatório se compatibiliza com os métodos de interpretação tradicionais do direito, que se baseiam na isonomia formal e na interpretação literal dos textos jurídicos.

A proposição do grupo Beta está incorreta. O grupo equivoca-se ao sugerir um padrão de nivelamento existencial, mesmo diante de diversos segmentos de indivíduos. O Direito da Antidiscriminação tem por finalidade a aplicação de normas, institutos, conceitos e princípios relativos ao direito à igualdade como mandamento proibitivo de discriminação. Está diretamente ligado à promoção da igualdade e à garantia de que todos os indivíduos, independentemente de suas características pessoais, tenham acesso a

oportunidades e tratamentos justos. Para alcançar essa justeza, a interpretação deve ser norteada pela igualdade material, de modo a estabelecer um tratamento diferenciado na medida das exigências reais.

A proposição do grupo Gama está incorreta. A discriminação reversa, também chamada de ações afirmativas, são um conjunto de políticas públicas que visam remediar a discriminação histórica, promover a diversidade e proporcionar oportunidades iguais para grupos sociais desfavorecidos. Portanto, não deve ser combatida, mas sim incentivada, para que se alcance a igualdade plena.

Portanto, somente o grupo Beta possui razão.

QUESTÃO 97. Uma comissão de estudos foi instituída no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina com o objetivo de apresentar anteprojetos de proposições que têm por objeto:

l. a elevação e o desdobramento de unidades de divisão judiciária;

Il. a discriminação de circunscrições judiciárias;

Il. a instalação de varas.

À luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar Estadual n° 339/2006, a comissão concluiu corretamente, em relação à forma a ser adotada nos anteprojetos dessas proposições, que:

a) todas devem ser veiculadas em lei;

b) todas devem ser veiculadas em ato do órgão competente do Tribunal de Justiça;

c) a matéria descrita em II deve ser veiculada em ato do órgão competente do Tribunal de Justiça, e as matérias descritas em l e III, em lei;

d) a matéria descrita em III deve ser veiculada em ato do órgão competente do Tribunal de Justiça, e as matérias descritas em l e II, em lei;

e) as matérias descritas em I e II devem ser veiculadas em ato do órgão competente do Tribunal de Justiça, e a matéria descrita em III, em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A proposição I é matéria que depende de resolução do Tribunal Pleno, segundo art. 4º da Lei Complementar Estadual n° 339/2006: "A instalação, classificação, funcionamento, elevação, rebaixamento, desdobramento, agregação, alteração e extinção das unidades de divisão judiciária referidas no *caput* do artigo anterior depende de resolução do Tribunal Pleno, que observará:"

A proposição II deve ser veiculada por ato próprio do Tribunal, nos termos do art. 7º da Lei Complementar Estadual n° 339/2006: "As Subseções, as Regiões e as Circunscrições Judiciárias, com as respectivas abrangências territoriais, serão discriminadas por ato próprio do Tribunal Pleno."

A proposição III é matéria que depende de resolução do Tribunal Pleno, segundo art. 4º da Lei Complementar Estadual n° 339/2006: "A instalação, classificação, funcionamento, elevação, rebaixamento, desdobramento, agregação, alteração e extinção das unidades de divisão judiciária referidas no *caput* do artigo anterior depende de resolução do Tribunal Pleno, que observará:"

QUESTÃO 98. No âmbito do Tribunal de Justiça do estado Alfa, João e Maria, juízes de direito, concorriam à promoção para a entrância superior, sendo o certame regido pelo critério de antiguidade.

João tinha recebido a pena de censura, em processo disciplinar concluído há dez meses, em razão de reiterada negligência no cumprimento dos deveres do cargo. Maria, por sua vez, jamais tinha recebido uma penalidade disciplinar e era muito elogiada por sempre atender às metas de produtividade. Acresça-se que João era mais antigo na entrância, enquanto Maria, além de ser mais antiga na carreira, tinha mais tempo de serviço público.

Na situação descrita, à luz da sistemática vigente, com abstração de considerações em relação à possibilidade de o tribunal recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de 2/3 de seus membros, é correto afirmar que:

a) João deve ser promovido, por ser mais antigo na entrância;

b) Maria deve ser promovida, por ser a mais antiga na carreira;

c) Maria deve ser promovida, por ter mais tempo de serviço público;

d) João não pode ser promovido, considerando a penalidade que sofreu;

e) João pode ser promovido, desde que tenha sido reconhecida a sua reabilitação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das regras de promoções dos magistrados.

O art. 93 da Constituição estatui que as promoções ocorrerão "de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento". Desse modo, a cada vaga disponível para promoção, dever ser adotado um procedimento que permita a ascensão dos magistrados, de forma alternada, com base em critérios de antiguidade e de merecimento. No âmbito estadual, existe uma divisão da estrutura de cargos não apenas com base na dualidade juiz substituto, juiz titular e desembargador, mas também do juiz titular nas entrâncias. Determina o art. 93 , II, da Constituição Federal: "II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendidas as seguintes normas: a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento; b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na

respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago; c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela freqüência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento; d) na apuração de antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação; e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão;"

Assim, como o critério adotado é o de antiguidade, nenhuma valoração deve ser dada à penalidade disciplinar ou merecimento de Maria, devendo João ser promovido.

QUESTÃO 99. O sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos, é correto afirmar que:

a) o esgotamento dos recursos locais é requisito de admissibilidade da petição endereçada pela vítima ou seu representante à Corte Interamericana de Direitos Humanos contendo denúncia de violação de direitos humanos;

b) a ausência de decurso do prazo de seis meses, contado da data do fato ou de sua ciência por parte do poder público, é requisito de admissibilidade para apresentação de denúncia de violação de direitos humanos;

c) a exceção de admissibilidade por ausência de esgotamento dos recursos internos pode ser invocada pelo Estado a qualquer tempo, desde que antes do proferimento da sentença pela Corte;

d) o requisito de esgotamento dos recursos locais pode ser dispensado, caso se constatem barreiras de acesso à justiça, com dificuldade de acesso da vítima aos recursos da jurisdição interna;

e) é facultativo o acionamento simultâneo de mais de um mecanismo internacional de proteção de direitos humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos.

A alternativa A está incorreta. O esgotamento dos recursos é requisito de admissibilidade da petição endereçada à Comissão, não à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Importante lembrar que a corte interamericana só pode ser acionada pelos Estados contratantes e pela Comissão. "Artigo 46 da CADH: 1. Para que uma petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 seja admitida pela Comissão, será necessário: a. que hajam sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos".

A alternativa B está incorreta. O prazo de seis meses, exigido para apresentação de uma petição à comissão, é contado a partir da data da notificação da decisão definitiva. "Artigo 46 da CADH: 1. Para que uma petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 seja admitida pela Comissão, será necessário: b. que seja apresentada dentro do prazo de seis meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva".

A alternativa C está incorreta. Deve ser invocada desde a primeira oportunidade e, portanto, antes do término da fase de admissibilidade. A Corte Interamericana, no Caso Ximenes Lopes vs. Brasil, assim manifestou: "A Corte já estabeleceu critérios claros que se devem atender sobre a interposição da exceção preliminar de falta de esgotamento de recursos internos. Dos princípios de direitos internacional geralmente reconhecidos, aos quais se refere a regra do esgotamento dos recursos internos, deriva-se, em primeiro lugar, que o Estado demandado pode renunciar a invocar essa regra de forma expressa ou tácita. Em segundo lugar, a exceção de não-esgotamento de recursos internos, para que seja oportuna, deve ser suscitada na etapa de admissibilidade do procedimento ante a Comissão, ou seja, antes de qualquer consideração sobre o mérito. Se assim não for, presume-se que o Estado renunciou tacitamente a utilizá-la".

A alternativa D está correta. A CADH possibilita ao estado a oportunidade de remediar a ação internamente antes da submissão à instância da Corte. Porém, há exceções à regra do esgotamento dos recursos locais, dentre eles o mencionado na alternativa: "Artigo 46 2. As disposições das alíneas a e b do inciso 1 deste artigo não se aplicarão quando: a. não existir, na legislação interna do Estado de que se tratar, o devido processo legal para a proteção do direito ou direitos que se alegue tenham sido violados; b. não se houver permitido ao presumido prejudicado em seus direitos o acesso aos recursos da jurisdição interna, ou houver sido ele impedido de esgotá-los; e c. houver demora injustificada na decisão sobre os mencionados recursos".

A alternativa E está incorreta. O acionamento simultâneo não é possível. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) estipula que um caso não pode estar pendente simultaneamente em outro procedimento de solução internacional. "Artigo 46 1.Para que uma petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 seja admitida pela Comissão, será necessário: a. que hajam sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos; b. que seja apresentada dentro do prazo de seis meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva; c. que a matéria da petição ou comunicação não esteja pendente de outro processo de solução internacional; e d. que, no caso do artigo 44, a petição contenha o nome, a nacionalidade, a profissão, o domicílio e a assinatura da pessoa ou pessoas ou do representante legal da entidade que submeter a petição.".

QUESTÃO 100. Sobre o controle de convencionalidade e os direitos humanos na Constituição de 1988 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) o deslocamento de competência para a Justiça Federal em hipóteses de grave violação de direitos humanos viola o pacto federativo e a autonomia dos órgãos judiciários locais;

b) de acordo com o Supremo Tribunal Federal, a regra de Convenção Americana sobre Direitos Humanos que veda a prisão civil do depositário infiel tem status constitucional;

c) segundo a teoria do duplo estatuto, as leis e atos normativos são válidos somente se forem compatíveis, simultaneamente, com a Constituição brasileira e com os tratados internacionais de direitos humanos incorporados;

d) segundo a teoria do duplo controle, cabe ao Supremo Tribunal Federal analisar a conformidade dos atos internos em relação à Constituição brasileira e em relação a jurisprudência interamericana;

e) cabe ao Poder Judiciário realizar o controle de constitucionalidade das leis, mas não o controle de convencionalidade, o qual cabe somente aos órgãos de direitos humanos criados por tratados internacionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do controle de convencionalidade.

A alternativa A está incorreta. O deslocamento de competência para a Justiça Federal em hipóteses de grave violação de direitos humanos é previsto pela EC 45/2004, com o objetivo de garantir o julgamento imparcial e a proteção dos Direitos Humanos. "Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: (...) II – As causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo; (...) § 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal".

A alternativa B está incorreta. A decisão do Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário n. 466.343), tem sido considerada como exemplo paradigmático da mudança de entendimento (overruling) na direção de uma maior proteção normativa dos direitos humanos, na medida em que reconheceu o caráter de supralegalidade dos tratados internacionais sobre direitos humanos. Assim, o STF reconheceu que a regra da Convenção Americana sobre Direitos Humanos que veda a prisão civil do depositário infiel tem status supralegal, ou seja, acima de todas as regras do ordenamento jurídico, mas abaixo da Constituição Federal.

A alternativa C está correta. O controle de convencionalidade é o mecanismo que dispõe que, além de ser feito o controle das regras infraconstitucionais com a Constituição, é necessário que o agente público verifique o controle das regras com os pactos, convenções e tratados que o Brasil ratificou. O parâmetro do controle de convencionalidade é o Direito Internacional dos Direitos Humanos, incluindo tratados e outras fontes do Direito Internacional dos Direitos Humanos, como decisões consultivas da Corte IDH. Assim, a Teoria do Duplo Estatuto prevê que deve haver conformidade com as normas constitucionais e com as normas internacionais ratificadas pelo Brasil.

A alternativa D está incorreta. A Teoria do Duplo Controle se refere ao fato que tanto o controle de constitucionalidade como o de convencionalidade podem ser realizados pelo Judiciário. Entretanto, não é atribuição do STF analisar a jurisprudência interamericana. Isto porque o STF faz a análise à luz dos tratados ratificados pelo Brasil.

A alternativa E está incorreta. O controle de convencionalidade pode e deve ser realizado pelo Poder Judiciário brasileiro. Esse controle não é exclusivo dos órgãos internacionais. A doutrina dispõe que o

controle de convencionalidade pode ser feito: internacionalmente, por cortes ou tribunais internacionais: forma complementar ao esgotamento dos recursos internos. Caso o Brasil não cumpra um preceito da Convenção Americana, o Brasil pode ser denunciado ao sistema Interamericano, e o sistema interamericano aplica o controle de convencionalidade no âmbito internacional; internamente, na forma concentrada pelo STF (tratados internalizados no rito do art. 5º, parágrafo 3º). Somente nos casos de tratados que têm status de emenda constitucional; internamente, na forma difusa por todos os tribunais nacionais, no caso de tratados materialmente constitucionais, mas não formalmente constitucionais.

I ENAM

QUESTÃO 01. Francisco, Servidor público titular do cargo efetivo de médico em Município brasileiro, submete-se a novo concurso público e é aprovado dentro do número de vagas oferecidas para o emprego de médico-cirurgião em fundação pública estadual de saúde. Sabendo-se que há compatibilidade de horários para o exercício das duas funções, sobre a acumulação, em tal hipótese, assinale a afirmativa correta.

a) É lícita, observando-se que o somatório das remunerações respectivas não poderá ultrapassar o limite máximo remuneratório aplicável aos Estados-membros.

b) É lícita, observando-se que o somatório das remunerações respectivas não poderá ultrapassar o teto remuneratório relativo ao subsídio mensal, em espécie, do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

c) É lícita, observando-se que o teto remuneratório deve ser considerado em relação à remuneração de cada um dos vínculos, e não ao somatório do que é recebido.

d) É lícita, uma vez que a acumulação de cargos, empregos e funções públicas somente é autorizada na esfera do mesmo ente federativo, observando-se o limite máximo de remuneração aplicável ao Chefe do Poder Executivo respectivo.

e) É lícita, uma vez que a acumulação de cargos públicos somente é autorizada na esfera da própria Administração Direta, observando-se o teto remuneratório aplicável ao Chefe do Poder Executivo respectivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema acumulação de cargos públicos, com fundamento especial no RE 612.975.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, incisos XVI e XVII, estabelece que a acumulação remunerada de cargos públicos é proibida, exceto quando há compatibilidade de horários e os cargos se encaixam em situações excepcionais permitidas, como a de dois cargos de professor, um cargo de professor com

outro técnico ou científico, ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde. A acumulação lícita de cargos, quando permitida, exige que a remuneração não ultrapasse o teto constitucional para cada um dos cargos individualmente, e não na soma deles.

A alternativa A está incorreta. Contraria o entendimento do STF que estabelece que o teto deve ser considerado individualmente para cada cargo.

A alternativa B está incorreta. O erro está em mencionar o teto do subsídio mensal do Ministro do STF como parâmetro para acumulação de cargos seria considerando em relação ao somatório da remuneração de ambos os cargos, enquanto a decisão do STF se refere ao teto remuneratório para cada cargo individualmente.

A alternativa C está correta. Tem por base no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário (RE) 612.975. O STF decidiu que, nos casos em que a Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos públicos, o teto remuneratório deve ser aplicado separadamente para cada um dos cargos acumulados, e não sobre a soma das remunerações. Portanto, cada cargo deve ser considerado isoladamente para fins de aplicação do teto remuneratório.

A alternativa D está incorreta. A legalidade da acumulação não está restrita à esfera do mesmo ente federativo; além disso, a acumulação é permitida pela Constituição em casos específicos e sob certas condições, mas o teto deve ser observado individualmente por cargo, não em conjunto.

A alternativa E está incorreta. Embora a acumulação de cargos públicos seja restrita e regulamentada, a questão do teto remuneratório, conforme decisão do STF, deve ser considerada separadamente para cada cargo, independentemente de serem na Administração Direta ou não.

QUESTÃO 02. O Tribunal de Contas (estadual) realizou auditoria para verificar a regularidade da execução de obras públicas em Município submetido à sua jurisdição. Em decorrência de achados relacionados a medições a maior em etapas contratuais, a auditoria foi convertida em tomada de contas, culminando com imputação de débito e aplicação de multa, decorrentes de dano ao erário, aos agentes públicos municipais responsáveis pelas irregularidades, observado o devido processo legal. Considerando a situação hipotética acima, caso não ocorra o adimplemento voluntário das condenações, a execução do crédito decorrente da imputação de débito e da aplicação de multa caberá ao

a) próprio Tribunal de Contas estadual, em ambos os casos.

b) Município prejudicado, em ambos os casos.

c) Estado-membro, em cuja estrutura se insere o Tribunal de Contas, em ambos os casos.

d) Município prejudicado, relativamente à imputação de débito, e ao Tribunal de Contas estadual, relativamente à multa.

e) Município prejudicado, relativamente à imputação de débito, e ao Estado-membro, em cuja estrutura se encontra o Tribunal de Contas, relativamente à multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema controle pelos tribunais de contas, especialmente no RE 1003433.

EMENTA. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MULTA APLICADA POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL A AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL, POR DANOS CAUSADOS AO MUNICÍPIO. PARTE LEGITIMADA PARA A EXECUÇÃO DESSE CRÉDITO: MUNICÍPIO PREJUDICADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. Um dos mais basilares princípios jurídicos é o de que o acessório segue a sorte do principal. Aplicado desde o direito romano (accessio cedit principali), está positivado no direito brasileiro há mais de um século (Código Civil/1916, art. 59: Salvo disposição especial em contrário, a coisa acessória segue a principal; Código Civil/2002, art. 92. Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal). 2. Nesta situação em análise, a multa foi aplicada em razão de uma ação do agente público em detrimento do ente federativo ao qual serve, o Município. Não há nenhum sentido em que tal valor reverta para os cofres do Estado-membro a que vinculado o Tribunal de Contas. 3. Se a multa aplicada pelo Tribunal de Contas decorreu da prática de atos que causaram prejuízo ao erário municipal, o legitimado ativo para a execução do crédito fiscal é o Município lesado, e não o Estado do Rio de Janeiro, sob pena de enriquecimento sem causa estatal 4. Recurso Extraordinário a que se nega provimento. Tema 642, fixada a seguinte tese de repercussão geral: "O Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal. ". (STF - RE: 1003433 RJ, Relator: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 15/09/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 13/10/2021)

A alternativa A está incorreta. Embora o Tribunal de Contas tenha a função de auditar e aplicar multas, a execução do crédito decorrente da multa aplicada por danos ao Município não é função do Tribunal de Contas, mas sim do Município lesado.

A alternativa B está correta. De acordo com a decisão do STF, quando ocorre uma tomada de contas pelo Tribunal de Contas estadual e resulta na aplicação de multa por danos causados ao erário municipal, o ente legitimado para executar a dívida é o Município prejudicado, não o Estado ou o próprio Tribunal de Contas.

A alternativa C está incorreta. O Estado-membro em cuja estrutura se insere o Tribunal de Contas não é o legitimado para executar o crédito decorrente da multa aplicada por danos ao Município, conforme decidido pelo STF.

As alternativas D e E estão incorretas. Ambas são incorretas porque sugerem uma divisão de competências entre o Município e o Tribunal de Contas ou o Estado-membro para a execução do crédito, o que não está de acordo com a decisão do STF. O STF estabeleceu que o ente federativo prejudicado é o único legitimado para executar o crédito total.

QUESTÃO 03. A respeito da cláusula constitucional do devido processo legal em âmbito judicial e administrativo, assinale a afirmativa correta.

a) Viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

b) É inconstitucional, por violação à garantia da ampla defesa e do devido processo legal, sanção aplicada em processo administrativo disciplinar no qual não tenha havido defesa técnica por advogado.

c) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário, compatibilizando-se com a garantia do devido processo legal e do acesso à Justiça.

d) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

e) Nos processos perante os Tribunais de Contas asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando a decisão puder resultar em impacto na esfera jurídica de terceiros, excetuada a apreciação das contas de governo, por serem objeto de parecer prévio destituído de natureza decisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata ampla defesa e contraditório.

A alternativa A está incorreta. A súmula n. 704 do STF dispõe que não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

A alternativa B está incorreta. A súmula vinculante n. 5 dispõe que a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

A alternativa C está incorreta. A súmula vinculante n. 28 dispõe ser inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

A alternativa D está correta. A súmula vinculante n. 14 dispõe ser direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

A alternativa E está incorreta. A súmula vinculante n. 3 dispõe que nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

QUESTÃO 04. Após ampla mobilização da sociedade civil organizada, um grupo de vereadores do Município Alfa, importante capital do país, apresentou Projeto de Lei que resultou na Lei nº X, proibindo a participação de agentes detentores de mandato eletivo no âmbito do Município, em processos licitatórios organizados por esse ente federativo, bem como a celebração de contratos administrativos. A medida, apesar de comemorada por considerável parcela da população, foi duramente criticada por alguns detentores de mandato eletivo que vinham participando de licitações e celebrando contratos administrativos com o Município Alfa. Um desses agentes, ao ser desabilitado em processo licitatório, impetrou mandado de segurança perante o Juiz de Direito competente, ocasião em que requereu que fosse reconhecido o seu direito de participar da licitação, em razão da inconstitucionalidade da lei nº X.

Com relação à decisão do Juiz de Direito, após apreciar o caso, assinale a afirmativa correta.

a) O âmbito de incidência da Lei nº X está circunscrito ao território municipal e à administração pública municipal, indicativa de que se trata de matéria de interesse local, de competência privativa de Alfa; logo, o diploma normativo é constitucional.

b) Trata-se de exercício de competência legislativa suplementar; logo, a Lei nº X, não destoando das demais normas afetas à temática, é constitucional.

c) Como a Lei nº X dispõe sobre atribuições próprias do Poder Executivo, ela é inconstitucional em razão de vício de iniciativa.

d) Compete privativamente à União legislar sobre licitações e contratos administrativos; logo, a Lei nº X é inconstitucional.

e) É competência comum dos todos os entes federativos legislar sobre a temática; logo, a Lei nº X é constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema repartição de competências dos entes federativos, especialmente tratada no RE 910.552: "EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA MUNICIPAL QUE VEDA QUE O MUNICÍPIO CELEBRE CONTRATO COM AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS E RESPECTIVOS PARENTES, ATÉ O TERCEIRO GRAU. DISCUSSÃO ACERCA DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA CRIAR NORMAS RESTRITIVAS EM MATÉRIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. VEDAÇÃO AO NEPOTISMO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL. (STF - RE: 910552 MG, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 28/06/2018, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 20/08/2018)".

A alternativa A está incorreta. Não se trata de competência privativa do município que inexiste, mas sim de competência supletiva.

A alternativa B está correta. De acordo com o Art. 22 da Constituição, a União tem competência privativa para legislar sobre normas gerais em determinadas matérias, incluindo licitações e contratos administrativos, no inciso XXVII. Entretanto, o Art. 30, I e II da Constituição permite que os Municípios legislam sobre assuntos de interesse local e suplementem a legislação federal e estadual no que couber.

Isso significa que o Município tem competência para complementar as normas gerais com legislação específica que atenda às suas peculiaridades locais. No caso em questão, o Município Alfa, ao proibir a participação de agentes detentores de mandato eletivo em processos licitatórios organizados pelo Município, estaria exercendo sua competência legislativa suplementar para tratar de assuntos de interesse local, desde que tal proibição não contrarie normas gerais da União sobre a matéria.

A alternativa C está incorreta. Não há vício de iniciativa. As leis que possuem iniciativa do Presidente da República e, pelo princípio do paralelismo, são aquelas relacionadas à organização da administração pública, conforme Art. 61, parágrafo 1º, da Constituição.

A alternativa D está incorreta. Embora a União tenha competência privativa para estabelecer normas gerais sobre licitações e contratos, os Municípios podem legislar sobre questões específicas de interesse local.

A alternativa E está incorreta. A competência para legislar sobre o tema não é comum a todos os entes federativos. As competências comuns, do artigo 23 da Constituição Federal, dizem respeito à competência administrativa e não legislativa.

QUESTÃO 05. Em razão das acentuadas divergências existentes entre os integrantes do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, transcorreu in albis o prazo para o encaminhamento da proposta orçamentária anual dessa estrutura de poder, referente ao exercício financeiro seguinte. A proposta somente veio a ser aprovada uma semana depois. Esse estado de coisas suscitou debates, considerando a teleologia das normas constitucionais que asseguram a autonomia do Poder Judiciário, em relação às consequências desse atraso na perspectiva do ciclo orçamentário.

Em situação dessa natureza, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

a) As dotações afetas a esta estrutura de poder, constantes da lei orçamentária em vigor, devem ser consideradas como proposta do Poder Judiciário.

b) Os termos da proposta aprovada com atraso, considerando a necessidade de assegurar a autonomia financeira do Poder Judiciário, devem ser necessariamente considerados.

c) Os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados conforme os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, serão utilizados pelo órgão competente, para fins de consolidação.

d) O Presidente do Tribunal de Justiça, até o início da apreciação do projeto de lei orçamentária anual pela comissão competente, poderá encaminhar a proposta ao Poder Legislativo.

e) O Poder Executivo considerará, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, as dotações afetas a essa estrutura de poder, constantes da lei orçamentária em vigor, devidamente atualizadas pelo índice oficial de inflação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata do tema Poder Judiciário.

De acordo com art. 99, caput, da CF, o Poder Judiciário possui, sim, autonomia financeira: "Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira." No âmbito dos Estados, o § 2º, inciso II, do referido artigo, determina que o encaminhamento da proposta compete aos Presidentes dos Tribunais de Justiça. Vejamos: "§ 2º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete: II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais." E, caso essa proposta seja enviada fora do prazo, é o § 3º que define o procedimento. Vejamos: "§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo."

Portanto, no caso narrado, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados conforme os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, serão utilizados pelo órgão competente, para fins de consolidação.

Logo, a alternativa C está correta. Automaticamente, e usando por base os mesmos dispositivos legais acima mencionados, as alternativas A, B, D e E ficam incorretas.

QUESTÃO 06. O Município Alfa instituiu taxa municipal de combate a incêndio, de modo a auxiliar no custeio das atividades da Defesa Civil municipal. Contudo, o Estado Beta, em que estava situado o Município Alfa, também cobrava uma taxa estadual de combate a incêndio, voltada a custear as atividades de seu Corpo de Bombeiros Militar.

Sobre essa situação de cobrança, à luz da jurisprudência dominante do STF sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

a) Configura uma bitributação, razão pela qual somente o Município Alfa poderia fazer a cobrança dessa taxa.

b) Configura um bis in idem tributário, razão pela qual somente o Estado Beta poderia fazer a cobrança dessa taxa.

c) Viola a predominância do interesse local, razão pela qual somente o Município Alfa poderia fazer a cobrança dessa taxa.

d) Viola a atribuição do Corpo de Bombeiros Militar estadual, razão pela qual somente o Estado Beta poderia fazer a cobrança dessa taxa.

e) Viola a especificidade e a divisibilidade do serviço público, pressupostos necessários à cobrança de taxas, razão pela qual nenhum dos dois entes poderia fazer a cobrança dessa taxa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata do tema espécies tributárias.

De acordo com Tema de Repercussão Geral 16, do STF: "A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como a viabilizá-la a arrecadação de impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para tal fim. Desse modo, nem o Município, nem o Estado podem instituir tal taxa, já que não representa serviço de competência do Município, nem o Estado, por não representar serviço público específico e divisível." Desta feita, a situação de cobrança narrada pelo enunciado viola a especificidade e a divisibilidade do serviço público, pressupostos necessários à cobrança de taxas, razão pela qual nenhum dos dois entes poderia fazer a cobrança dessa taxa. A título de esclarecimento sobre a especificidade e divisibilidade das taxas, o art. 145, II, da CF assim determina: "Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;"

Portanto, a alternativa B está correta. Levando em consideração a jurisprudência acima colacionada, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 07. A Constituição do Estado Z conferiu aos reitores das universidades públicas estaduais foro por prerrogativa de função, ficando a cargo do Tribunal de Justiça a competência para processar e julgar originariamente os crimes comuns praticados pelas referidas autoridades.

Diante do exposto e à luz da ordem constitucional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida norma é

a) constitucional, pois, em razão do princípio federativo, os Estados têm competência para conferir, desde que previstos na respectiva Constituição estadual, foro por prerrogativa de função a autoridades que não guardam semelhança com as que o detêm na esfera federal.

b) constitucional, pois o foro por prerrogativa de função consubstancia uma garantia constitucional relativa ao exercício da função pública e uma necessidade de proteção de algumas autoridades para o exercício imparcial e isento de suas atribuições.

c) constitucional, pois, em razão do princípio federativo, os Estados têm competência para conferir, mesmo que previstos em legislação infraconstitucional estadual, foro por prerrogativa de função a autoridades que não guardam semelhança com as que o detêm na esfera federal.

d) inconstitucional, pois não pode o ente estadual, de forma discricionária, estender o foro por prerrogativa de função a cargos diversos dos aqueles abarcados pelo legislador federal, sob pena de violação às regras de reprodução automática e obrigatória da Constituição da República.

e) constitucional, pois o foro por prerrogativa de função é uma garantia prevista para os servidores públicos ou agentes políticos da Administração Pública Direta, e universidades fazem parte da Administração Pública indireta, por serem autarquias públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema foro por prerrogativa de função, especialmente tratada na ADI 6511: "EMENTA. Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 77 da Constituição do Estado de Roraima. Criação de novas hipóteses de foro por prerrogativa de função. Expressões "Reitor da Universidade Estadual" e "Diretores Presidentes das entidades da Administração Estadual Indireta". Violação do princípio da simetria. Regras de reprodução automática. Modulação de efeitos. Procedência. 1. Por obra do constituinte originário, foi fixada a primazia da União para legislar sobre direito processual (art. 22, inciso I, da CF/88). Contudo, extraem-se do próprio texto constitucional outorgas pontuais aos estados-membros da competência para a elaboração de normas de cunho processual. Destaca-se aqui a possibilidade de a Constituição estadual definir as causas afetas ao juízo natural do respectivo tribunal de justiça, desde que atendidos os princípios estabelecidos na Lei Fundamental (art. 125 da CF/88). 2. A jurisprudência da Suprema Corte impõe o dever de observância pelos estados-membros do modelo adotado na Carta Magna (princípio da simetria), sob pena de invalidade da prerrogativa de foro (ADI nº 2.587/GO-MC, Tribunal Pleno, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 6/9/02). 3. Quanto aos cargos de reitores de universidade estadual e diretores-presidentes de entidades da administração estadual indireta, a prerrogativa a eles conferida não deflui, por simetria, da Constituição de 1988, visto que não há previsão de foro especial para os cargos de reitores de universidades Federais e diretores-presidentes de entidades da administração federal indireta. 4. Assim, declara-se a inconstitucionalidade material das expressões "Reitor da Universidade Estadual" e "Diretores Presidentes das entidades da Administração Estadual Indireta" previstas no art. 77, inciso X, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Roraima, com efeitos ex nunc, com base no art. 27 da Lei nº 9.868/99. 5. Ação julgada procedente. (STF - ADI: 6511 RR, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 14/09/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-199 DIVULG 04-10-2022 PUBLIC 05-10-2022)"

A alternativa A está incorreta. Embora os Estados tenham competências próprias dentro do princípio federativo, eles não podem criar novas hipóteses de foro por prerrogativa de função que não sejam previstas na Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. A existência do foro por prerrogativa de função enquanto garantia constitucional não permite aos Estados estender tal prerrogativa para autoridades que não são contempladas pela Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. Mesmo dentro do princípio federativo, os Estados não podem conferir foro por prerrogativa de função por meio de legislação infraconstitucional a autoridades que não o possuem na esfera federal, de acordo com a Constituição.

A alternativa D está correta. De acordo com a jurisprudência do STF, os estados-membros devem observar o princípio da simetria constitucional, o qual exige que as Constituições estaduais se alinhem aos parâmetros e normas estabelecidos pela Constituição Federal. No tocante ao foro por prerrogativa de função, apenas as autoridades que têm essa prerrogativa segundo a Constituição Federal podem ser beneficiadas por ela. Não há previsão na Constituição Federal para que reitores de universidades estaduais e diretores-presidentes de entidades da administração estadual indireta tenham foro especial, e, portanto, os estados não podem, discricionariamente, estender o foro por prerrogativa de função a essas autoridades.

A alternativa E está incorreta. Apesar de a Constituição Federal prever o foro por prerrogativa de função para certos servidores públicos e agentes políticos, ela não inclui reitores de universidades estaduais e diretores-presidentes de entidades da administração indireta estadual entre esses cargos.

QUESTÃO 08. Em relação aos Direitos Fundamentais, analise as assertivas a seguir.

I. Na Constituição brasileira, as matrizes dos direitos fundamentais são vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

II. Direitos fundamentais constituem uma reserva mínima de justiça que as democracias devem assegurar a todos os seus cidadãos.

III. Quando ocorre uma colisão de direitos fundamentais, a solução do problema não poderá se dar mediante subsunção, sendo necessário o uso da técnica de ponderação.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema teoria dos direitos fundamentais

A assertiva I está correta. De fato transcreve o caput do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, o qual estabelece os direitos fundamentais como direitos e garantias individuais, incluindo a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.

A assertiva II está correta. A assertiva II também é correta, porque os direitos fundamentais representam uma base essencial de proteção que os Estados devem garantir. Esses direitos são a expressão jurídica dos direitos humanos dentro de um ordenamento jurídico interno de um estado específico, e, como tal, formam o núcleo essencial que as democracias se comprometem a assegurar para todos os cidadãos, refletindo o mínimo ético e legal indispensável para a existência digna e a coexistência pacífica em sociedade.

A assertiva III está correta. Ronald Dworkin argumenta que os princípios jurídicos, como os que fundamentam os direitos fundamentais, exigem um julgamento baseado em uma ponderação de valores. Ele distingue regras de princípios por afirmar que os princípios têm uma dimensão de peso ou importância que as regras não possuem. Nesse sentido, ao se deparar com um caso de colisão de direitos

fundamentais, o juiz deve usar seu julgamento para ponderar os princípios em conflito, em vez de simplesmente aplicar uma regra diretamente ao caso.

Robert Alexy, por sua vez, formulou uma teoria da ponderação sistemática, conhecida como teoria dos princípios. Segundo Alexy, os princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível, dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes. Quando dois princípios entram em conflito — como pode acontecer com direitos fundamentais —, deve-se usar uma ponderação, onde se mede a importância relativa de cada princípio em relação ao caso concreto. Esta ponderação é feita através do teste de proporcionalidade, que compreende a análise da adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Ou seja, verifica-se se a medida é adequada para alcançar o objetivo desejado (adequação), se é a medida menos restritiva dentre todas aquelas que poderiam alcançar o mesmo objetivo (necessidade), e se o grau de sacrifício de um direito é proporcional aos benefícios trazidos pela promoção do outro (proporcionalidade em sentido estrito). Assim, a técnica de ponderação é necessária em casos de colisão de direitos fundamentais porque ela permite um juízo de valor sobre a importância relativa de cada direito em conflito no caso específico, um juízo que é mais sensível às particularidades do caso concreto e à natureza dos princípios envolvidos do que a mera aplicação de regras gerais de direito. Dessa forma, é possível flexibilizar o cumprimento de um direito fundamental em favor do outro, assegurando uma solução que seja razoável, necessária e proporcional.

Portanto, considerando que todos os itens estão corretos, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 09. A Constituição do Estado Alfa disciplinou as regras e os parâmetros de processo legislativo e previu que a proposta de Emenda à Constituição será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, 2/3 dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.

Diante do exposto, da sistemática constitucional vigente e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida norma é

a) constitucional, pois o processo legislativo de reforma constitucional do Estado-membro integra o poder constituinte derivado decorrente e, por conseguinte, retira sua força da CRFB/88.

b) inconstitucional, pois as regras e os parâmetros do processo legislativo federal, como é o caso do processo de reforma constitucional, não são de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais, mas o processo legislativo para emenda de constituição estadual só pode ser igual ou mais rígido do que o federal.

c) inconstitucional por ofensa ao princípio da simetria, ao qual a autonomia dos Estados-membros se submete, a teor do que prevê o Art. 25 da CRFB/88 e o Art. 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

d) constitucional por observância ao princípio do paralelismo, a teor do que prevê o Art. 25 da CRFB/88 e o Art. 11 do ADCT, pois o texto da Constituição Federal estabelece o mínimo de quórum.

e) constitucional, pois as regras e os parâmetros do processo legislativo federal, como é o caso do processo de reforma constitucional, não são de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais, e cada ente federado pode determinar o quórum para as suas emendas constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema emenda à Constituição Federal, especialmente tratado na ADI 6453: "EMENTA. Ação direta de inconstitucionalidade. quórum de aprovação de emenda à constituição do estado de Rondônia. Poder constituinte decorrente. exigência de 2/3 dos membros da assembleia estadual legislativa para aprovação de projeto de alteração do texto constitucional local. Poder de auto-organização e autolegislação dos entes federados e competência residual dos estados. Regras do processo legislativo federal, como o de reforma ao texto constitucional, de observância obrigatória (art. 60, § 4º e art. 25, § 1º, crfb). Princípio da simetria, exercício limitado e vinculado dos entes subnacionais em matéria de processo legislativo aos ditames constitucionais. separação dos poderes. Modulação dos efeitos da decisão. Tutela da segurança jurídica. Precedentes. 1. A autonomia dos Estados-membros deve ser exercida de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Federal (art. 25 CRFB). Aplicação do princípio da simetria. 2. O processo legislativo de reforma constitucional do Estado-membro integra o poder constituinte derivado decorrente e, por conseguinte, retira sua força da Constituição Federal. Esse fundamento constitucional implica limitação e formalidades a serem observadas nas dimensões da sua auto-organização e autolegislação (Art. 11, ADCT). 3. As normas disciplinadoras do processo legislativo de reforma constitucional, como o quórum de aprovação, são de observância obrigatória pelos Estados-membros. Precedentes. (ADI 486, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 03.04.1997, DJ 10.11.2006 e ADI 1722 MC, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 10.12.1997, DJ 19.09.2003). 4. Aplicação da técnica decisória da modulação dos efeitos como fórmula necessária para a tutela da segurança jurídica e do interesse social, considerados os efeitos da vigência, por mais de trinta anos, da regra constitucional invalidada. Mais de 130 emendas à constituição estadual promulgadas em desconformidade com a Constituição Federal, cujos efeitos jurídicos devem ser protegidos. 5. Ação direta conhecida e, no mérito, julgado procedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 38, § 2º, da Constituição do Estado de Rondonia, com efeitos ex nunc, a contar da data de publicação da ata do julgamento. (STF - ADI: 6453 RO 0095246-36.2020.1.00.0000, Relator: ROSA WEBER, Data de Julgamento: 14/02/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 18/02/2022)".

A alternativa A está incorreta. Afirma que as regras de processo legislativo estadual são totalmente derivadas da Constituição Federal e que podem, portanto, definir o próprio quórum de aprovação de emendas. Isso contraria a jurisprudência do STF que impõe a observância dos princípios constitucionais e simetria com as normas federais.

A alternativa B está incorreta. Há um equívoco ao afirmar que o processo legislativo estadual pode ser "igual ou mais rígido", pois deve o Estado-membro especificamente aderir ao quórum de 3/5, quando da emenda de sua constituição estadual, conforme a jurisprudência vigente.

A alternativa C está correta. Conforme o julgamento da ADI 6453, o quórum para aprovação de emendas à constituição estadual deve seguir a simetria com a Constituição Federal, que estabelece parâmetros mínimos e vinculantes para os Estados. A Constituição Federal, em seu art. 60, estabelece que quórum para emendas é de 3/5 dos membros de cada Casa do Congresso Nacional. O art. 25 da CRFB e o art. 11 do ADCT reforçam que os Estados devem observar as normas federais sobre processo legislativo como

uma questão de simetria e observância constitucional. Dessa forma, qualquer norma estadual que estabeleça um quórum diferente (nesse caso, 2/3 como mencionado no problema) para a aprovação de emendas é inconstitucional por violar o princípio da simetria constitucional.

A alternativa D está incorreta. Na verdade, o quórum de 3/5, para a aprovação de emenda constitucional, não pode ser alterado, seja para mais ou para menos. Logo, é incorreta a interpretação ao sugerir que os Estados podem definir qualquer quórum desde que não infrinja um mínimo federal, quando na verdade a simetria deve ser mantida estritamente.

A alternativa E está incorreta. Esta opção erroneamente permite uma liberdade excessiva aos Estados em determinar o quórum para emendas constitucionais, contrariando a necessidade de seguir a norma federal de 3/5 estabelecida pela Constituição Federal e reafirmada pela jurisprudência do STF.

QUESTÃO 10. Fabiano constituiu, em favor de terceiros, direitos reais sobre imóveis de sua propriedade, a saber:

I. hipoteca sobre imóvel em garantia de um empréstimo que contraiu;

II. servidão de passagem a título oneroso em favor de seu vizinho Carlos, para que este pudesse ter seu acesso facilitado a uma praia;

III. usufruto por liberalidade, em favor de seu filho Mário, de um imóvel para residência desse filho.

Considerando as hipóteses de incidência do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) e do Imposto sobre as Transmissões Causa Mortis e Doações (ITCMD), assinale a afirmativa correta.

a) Sobre a hipoteca, poderá incidir ITBI; sobre a servidão, não poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITCMD.

b) Sobre a hipoteca, não poderá incidir ITBI; sobre a servidão, poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITCMD.

c) Sobre a hipoteca, poderá incidir ITCMD; sobre a servidão, poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, não poderá incidir o ITBI.

d) Sobre a hipoteca, não poderá incidir ITCMD; sobre a servidão, poderá incidir o ITCMD; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITBI.

e) Sobre a hipoteca, poderá incidir ITBI; sobre a servidão, poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, poderá incidir ITBI.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão trata do tema impostos em espécie, mais precisamente do ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, e do ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

Analisemos as situações.

Na situação I, não há incidência do ITBI, pois tal imposto não incide sobre constituição de direitos reais de garantia, conforme determina a CF em seu artigo 156, II. Vejamos: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;”

Na situação II, há incidência do ITBI, pois a instituição de servidão de passagem representa direito real, de acordo com art. 1.225, III do CC/02, o qual foi transmitido a título oneroso sem representar direito de garantia. Vejamos: “Art. 1.225. São direitos reais: III - as servidões;”

Conforme já visto na explicação da situação I, o ITBI incide sobre transmissão onerosa de direitos reais que não representem garantia. De acordo com 156, II, da CF: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;”

Na situação III, poderá, sim, incidir o ITCMD, pois, a rigor, a instituição de usufruto por ato não oneroso é fato gerador do ITCMD, pois se insere na hipótese de transmissão de direito por doação. De acordo com art. 155, I, da CF: “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;”

Dessa forma, em resumo, tem-se o seguinte: Sobre a hipoteca, não poderá incidir ITBI; sobre a servidão, poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITCMD.

Portanto, a alternativa B está correta. Automaticamente, as alternativas A C, D e E ficam incorretas.

QUESTÃO 11. Em Recurso Extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), apreciou-se a constitucionalidade do Art. 1.641 do Código Civil, que prevê a obrigatoriedade do regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 (setenta) anos. Ao decidir a questão, o STF interpretou, conforme a CRFB/88, o dispositivo e fixou a seguinte tese de julgamento:

Nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens previsto no Art. 1.641, inciso II, do Código Civil, pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes, mediante escritura pública.

Em relação ao tema, analise as assertivas a seguir.

I. O princípio da igualdade restringe a utilização do fator idade para desequiparar pessoas, salvo se demonstrado que se trata de fundamento razoável para realização de um fim legítimo.

II. O princípio da dignidade humana inclui, em seu conteúdo, o valor intrínseco de toda pessoa e a autonomia para realizar suas próprias escolhas existenciais.

III. O regime de separação de bens do Art. 1.641, inciso II, do Código Civil, aplica-se tanto ao casamento quanto à união estável, mas somente o casamento forma entidade familiar.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema união estável e casamento para os maiores de 70 anos, discutida no ARE 1309642 SP.

A assertiva I está correta. Afirma que o princípio da igualdade restringe a utilização do fator idade para desequiparar pessoas, exceto se houver um fundamento razoável para atingir um fim legítimo. Esta assertiva é correta conforme o entendimento do STF que, trata-se da transcrição do voto, ao permitir a flexibilização do regime de separação de bens para pessoas maiores de 70 anos, reconheceu que impor automaticamente este regime poderia constituir uma desigualdade injustificada.

A assertiva II está correta. Declara que o princípio da dignidade humana inclui o valor intrínseco de toda pessoa e a autonomia para fazer suas próprias escolhas existenciais. Este princípio foi fundamental para o STF permitir que pessoas maiores de 70 anos possam escolher outro regime de bens, preservando assim sua autonomia e dignidade. Também trata-se de transcrição literal do voto.

A assertiva III está incorreta. Menciona que o regime de separação de bens se aplica tanto ao casamento quanto à união estável, mas erra ao afirmar que somente o casamento forma entidade familiar. A Constituição Federal e o STF reconhecem a união estável como entidade familiar, equivalente ao casamento em direitos e deveres, incluindo regime de bens e sucessão.

Portanto, considerando que os itens I e II estão corretos e o item III está incorreto, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 12. Acerca da proteção contra a dispensa imotivada ou despedida arbitrária, nos termos da CRFB/88, da jurisprudência sumulada do TST e da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

a) A garantia de emprego assegurada ao empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, representante dos empregados, está restrita ao membro titular.

b) A CRFB/88 veda a despedida arbitrária da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, bem como a do empregado eleito para o cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro da candidatura até um ano após o final do mandato.

c) A garantia contra a despedida arbitrária da empregada gestante é personalíssima, não admitindo extensão do direito a quem detiver a guarda da criança em caso de falecimento da genitora.

d) A previsão constitucional relacionada à despedida arbitrária está restrita às hipóteses de empregada gestante e de empregados eleitos pelos empregados e indicados pelos empregadores para o cargo de direção de comissão interna de prevenção de acidentes.

e) Não terá garantia no emprego contra a despedida arbitrária o empregado eleito como representante dos empregados em empresas com mais de 200 empregados, com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, por depender de regulamentação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do tema disposições constitucionais em direito do trabalho.

A alternativa A está incorreta. O suplente da CIPA goza de garantia de emprego. De acordo com Súmula 339 do TST: "CIPA. SUPLENTE. GARANTIA DE EMPREGO. CF/1988: I - O suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no art. 10, II, "a", do ADCT a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. (ex-Súmula nº 339 - Res. 39/1994, DJ 22.12.1994 - e ex-OJ nº 25 da SBDI-I - inserida em 29.03.1996)."

A alternativa B está correta. De acordo com art. 10, II, do ADCT: "Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: (...) II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato; b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto."

A alternativa C está incorreta. Nos casos em que ocorrer o falecimento da genitora, a garantia provisória da gestante será assegurada a quem detiver a guarda do seu filho. De acordo com art. 1º da LC 146/2014: "Art. 1º. O direito prescrito na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos casos em que ocorrer o falecimento da genitora, será assegurado a quem detiver a guarda do seu filho."

A alternativa D está incorreta. A garantia provisória NÃO se estende aos empregados indicados pelo empregador. De acordo com art. 10, II, "a", do ADCT: "Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: (...) II - fica vedada a dispensa arbitrária ou

sem justa causa: a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;"

A alternativa E está incorreta. O artigo 11 da CF foi regulamentado pela Reforma Trabalhista, com a inclusão dos artigos 510-A até 510-D da Constituição Federal. Vejamos: "Art. 11, CLT. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores."; "Art. 510-D, § 3º, CLT. Desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato, o membro da comissão de representantes dos empregados não poderá sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro."

QUESTÃO 13. No capítulo dos Direitos Sociais, a CRFB/88, em seu Art. 79, elenca os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Dos direitos previstos, indique aquele que até o presente momento não foi regulamentado e, assim, não pode ser exercido pelos trabalhadores brasileiros.

a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

b) Adicional de remuneração para as atividades penosas.

c) Proibição de trabalho **noturno a menores de dezoito anos.**

d) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.

e) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do tema direitos sociais, mais precisamente sobre os direitos constitucionais dos trabalhadores.

A alternativa A está incorreta. O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço foi regulamentado pela Lei nº 12.506/2011, que previu acréscimo de 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias. Vejamos, na íntegra, o texto do art. 1º da referida lei: "Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa. Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias."

A alternativa B está correta. A CLT disciplinou o direito ao pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade nos artigos 189 e seguintes, mas não regulamentou o adicional de penosidade, que tem sido considerada norma de eficácia limitada pela jurisprudência, dependendo de norma infraconstitucional. Vejamos jurisprudência do TST sobre o tema: "(...) ADICIONAL DE PENOSIDADE. A Corte Regional expressamente ressalta que a pretensão não encontra amparo no ordenamento jurídico.

O adicional de penosidade exige regulamentação para ser implementado, seja pela via legislativa, contratual ou por negociação coletiva. Trata-se, portanto, de norma constitucional de eficácia limitada. Ressalte-se ainda que o Ministério do Trabalho regulamentou o adicional de periculosidade e de insalubridade, mas em nada dispôs sobre o adicional de atividades penosas. No caso, não havendo registro da regulamentação do referido adicional por algum desses meios, não há como conferir aplicabilidade imediata ao dispositivo constitucional. Por outro lado, o Tribunal Regional não discriminou as atividades desenvolvidas pelo autor de modo a enquadrá-las ou não como penosas (súmula nº 297/TST). Assim, não se justifica a denúncia de violação dos artigos 5º, § 1º, e 7º, XXIII, da Constituição Federal. (...) (TST - AIRR: 00103936220165150007, Relator: Alexandre De Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 15/05/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: 17/05/2019)."

A alternativa C está incorreta. A proibição de trabalho noturno aos menores de 18 anos é norma de eficácia plena, que não depende de regulamentação. Vejamos texto do art. 7º, XXXIII da CF: "Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"

Não obstante, o artigo 404 da CLT - recepcionado pela Constituição Federal -, veda o trabalho noturno ao menor, ao consignar, in verbis: "Art. 404 - Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas."

A alternativa D está incorreta. O seguro contra acidente de trabalho, atualmente denominado RAT (Riscos Ambientais do Trabalho), está regulamentado no artigo 22, II, da Lei nº 8.212/91. Vejamos: "Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos:"

A alternativa E está incorreta. O salário família foi instituído pela Lei nº 4.266/1963 – recepcionada pela CF/88 –, que trata do salário-família do empregado. Veja o que determinam artigos 1º e 2º: "Art. 1º O salário-família, instituído por esta lei, será devido, pelas empresas vinculadas à Previdência Social, a todo empregado, como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração, e na proporção do respectivo número de filhos. Art. 2º O salário-família será pago sob a forma de uma quota percentual, calculada sôbre o valor do salário-mínimo local, arredondado este para o múltiplo de mil seguinte, por filho menor de qualquer condição, até 14 anos de idade."

QUESTÃO 14. A respeito do princípio da presunção de inocência, analise as afirmativas a seguir.

I. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral da matéria atinente à possibilidade de execução imediata de pena aplicada pelo Tribunal do Júri, ainda que a sentença condenatória proferida não tenha transitado em julgado

II. Segundo assentado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a presunção de inocência impõe que a decretação de prisão cautelar se baseie em elementos concretos extraídos dos autos, não sendo possível a vedação da liberdade provisória *ex lege*.

III. Tendo em vista que os recursos especial e extraordinário não possuem efeito suspensivo, a pena imposta em acórdãos proferidos por tribunais de 2º grau pode ser executada imediatamente, desde que efetuada a detração da prisão cautelar anteriormente imposta.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre execução provisória da pena.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. O item I está correto, posto que o plenário do STF, por meio do Recurso Extraordinário n. 1.235.340/SC, afetado como *leading case* do Tema de Repercussão Geral n. 1.068 do STF, discute, à luz do art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal, se a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de pena imposta pelo Conselho de Sentença. Atualmente, o CPP permite a execução de condenações a crimes contra a vida cuja pena cominada seja igual ou superior a 15 anos, ao dispor que a apelação interposta contra esta decisão condenatória não terá efeito suspensivo (art. 492, §4º do CPP).

O item II também se afigura correto, tendo em vista que já há muito os tribunais superiores têm entendido pela inconstitucionalidade da prisão cautelar *ex lege*, sob o argumento de que a proibição do magistrado analisar as circunstâncias concretas para decidir acerca da possibilidade do acusado ser mantido em liberdade ao longo do curso do processo transgride os princípios da separação dos poderes, da presunção de inocência e da individualização da pena. No julgamento do HC 140.339, por exemplo, o STF julgou inconstitucional a expressão “e liberdade provisória” contida no artigo 44 da Lei 11.343/2006, que impunha a decretação de prisão cautelar para os acusados de crime de tráfico de drogas e equiparados.

Por fim, o item III se encontra incorreto. O plenário do STF, no julgamento das ADC 43, 44 e 54, decidiram que é constitucional a regra do art. 283 do Código de Processo Penal, que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso para o início do cumprimento da pena, sob o argumento de que esta norma está em sintonia com o princípio da presunção de inocência. Ou seja, para o início do cumprimento da pena, é imprescindível que tenha havido o trânsito em julgado da sentença, superando posicionamento anterior da Corte constitucional.

Neste sentido, destaca-se decisão do STJ no HC 454.611/RS: "3. O Plenário da Suprema Corte, ao concluir o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, modificou seu posicionamento, por 6 votos a 5, no sentido de não ser possível a execução da pena pelo simples exaurimento recursal perante as instâncias ordinárias, retornando o entendimento de que deve prevalecer a presunção de inocência até o trânsito em julgado da condenação(...) A prisão do paciente foi decretada exclusivamente em decorrência dos julgados anteriores da Suprema Corte, que restaram superados com o julgamento do mérito das ADCs n. 43, 44 e 54, razão pela qual entendo que deve ser concedida a ordem, de ofício, para assegurar-lhe o direto de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade, resguardada a possibilidade de decretação da nova segregação antecipada com base em decisão devidamente fundamentada e com base nos requisitos ensejadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.".

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 15. João da Silva vai à agência bancária obter o levantamento de conta de FGTS de terceiro, usando documento falso. Desconfiado da veracidade do documento, o gerente da agência pede a João que retorne em algumas horas, quando o dinheiro já estará disponível em sua conta. João retorna no horário combinado e, no momento em que efetua o saque, é preso por policiais militares acionados pelo gerente da agência após proceder à checagem da autenticidade do referido documento e confirmar sua falsidade. Considerando essa narrativa, assinale a afirmativa correta.

a) A prisão em flagrante é ilegal, pois se trata de flagrante provocado.

b) A prisão em flagrante é legal, pois se trata de ação controlada.

c) A prisão em flagrante é legal, pois se trata de flagrante diferido.

d) A prisão em flagrante é legal, pois se trata de flagrante preparado.

e) prisão em flagrante é legal, pois se trata de flagrante esperado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre flagrante.

A alternativa A está incorreta. O flagrante provocado ou preparado ocorre quando existe uma indução ou um estímulo para que o agente cometa um delito exatamente para ser preso. Neste sentido, a Súmula

145 do STF estabelece que: "Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação". No caso narrado, não se verifica qualquer indução ou instigação.

A alternativa B está incorreta. O caso narrado não traz uma ação controlada, a qual se perfaz como uma técnica de investigação que retarda a atuação policial para buscar provas de maior qualidade e quantidade, materializando, assim, o flagrante diferido. Nucci afirma que: "Trata-se do retardamento legal da intervenção policial ou administrativa, basicamente a realização da prisão em flagrante, mesmo estando a autoridade policial diante da concretização do crime praticado por organização criminosa, sob o fundamento de se aguardar o momento oportuno para tanto, colhendo-se mais provas e informações." (NUCCI, Guilherme de Souza. Organização criminosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.). Tal técnica tem previsão expressa na lei de drogas, na lei de organização criminosa e na lei de interceptação telefônica. O art. 53, II, da Lei 11.343/06, prevê: "II - a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível." A Lei 12.850/13 estabelece no artigo 3º que: "Art. 3º Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova: III - ação controlada;" Já a Lei 9.613/98 traz no art. 1º, § 6º, que: "Para a apuração do crime de que trata este artigo, admite-se a utilização da ação controlada e da infiltração de agentes."

A alternativa C está incorreta. Conforme explicado na alternativa B, o flagrante diferido ocorre no âmbito da ação controlada, a qual não se verificou no caso narrado.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. No caso narrado há configuração do flagrante esperado, o qual é conceituado pelo STJ da seguinte forma: "No flagrante esperado, a polícia tem notícias de que uma infração penal será cometida e passa a monitorar a atividade do agente de forma a aguardar o melhor momento para executar a prisão, não havendo que se falar em ilegalidade do flagrante." (RHC 103456/PR). Sendo assim, a polícia, após ser avisada pelo funcionário da agência bancária, passa a aguardar eventual volta deste, a qual não foi instigada, para efetuar a prisão.

QUESTÃO 16. A respeito da garantia constitucional da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos no processo, analise as afirmativas a seguir.

I. São lícitas as sucessivas renovações de interceptação telefônica, desde que verificados os requisitos do Art. 2º da Lei no 9.296/1996 e demonstrada a necessidade da medida diante de elementos concretos e da complexidade da investigação. As decisões judiciais que autorizam a interceptação e suas prorrogações devem ser devidamente motivadas, com justificativa legítima, ainda que sucinta, a embasar a continuidade das investigações.

II. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou o acórdão.

III. As provas derivadas das ilícitas não serão admitidas no processo, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade, quando puderem ser obtidas por fonte independente ou quando forem produzidas comprovadamente de boa-fé.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre provas.

A alternativa A está correta. O item I está correto, pois o STF definiu, no Tema 661 que: "São lícitas as sucessivas renovações de interceptação telefônica desde que, verificados os requisitos do artigo 2º da lei 9.296 de 1996 e demonstrada a necessidade da medida diante de elementos concretos e a complexidade da investigação, a decisão judicial inicial e as prorrogações sejam devidamente motivadas com justificativa legítima, ainda que sucinta, a embasar a continuidade das investigações. São ilegais as motivações padronizadas ou reproduções de modelos genéricos sem relação com o caso concreto.".

O item II está incorreto, uma vez que, embora o item traga a literalidade do artigo 157,§5º, do CPP, este dispositivo foi declarado inconstitucional pelo STF, no julgamento das ADI's 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF: "XXIII. por maioria, declarar a inconstitucionalidade do § 5º do art. 157 do CPP;". O referido § 5º do art. 157 do CPP, inserido pela Lei nº 13.964/2019, previa que: "§ 5º O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão."

O item III está incorreto pela parte final da alternativa, visto que a produção da prova com boa-fé não é suficiente para torná-la lícita, conforme se extrai do artigo 157,§1º, do CPP: "§ 1º São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras."

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 17. Um determinado Município instituiu empresa pública, em regime não concorrencial, mediante autorização legislativa, para exercer poder de polícia de trânsito, inclusive quanto à aplicação de multas.

De acordo com a jurisprudência do STF a respeito do poder de polícia administrativa, assinale a afirmativa correta.

a) A lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, embora não seja possível a extensão dos privilégios da Fazenda Pública à empresa pública criada, tal como a concessão de imunidade tributária recíproca.

b) A lei autorizadora não é compatível com a ordem constitucional vigente, pois há absoluta incompatibilidade entre o regime celetista existente nas estatais prestadoras de serviço público em regime de monopólio e o exercício de atividade de polícia administrativa pelos seus empregados.

c) A lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, com exceção da possibilidade de aplicação de sanção, que não pode ser delegada à empresa pública que atua em regime de Direito Privado.

d) A lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, que admite a delegação do poder de polícia administrativa a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta e prestadoras de serviço público, em regime não concorrencial.

e) A lei autorizadora não é compatível com a ordem constitucional vigente, uma vez que as estatais prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado não podem fazer uso do atributo da coercibilidade inerente ao exercício do poder de polícia, mesmo que atuem em regime não concorrencial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda o entendimento do STF a respeito do exercício do poder de polícia administrativa.

A alternativa A está incorreta, pois consoante entendimento do STF, a lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, sendo possível inclusive a instituição de regime similar ao da Fazenda Pública, desde que não atue em regime concorrencial, veja: "5. A constituição de uma pessoa jurídica integrante da Administração Pública indireta sob o regime de direito privado não a impede de ocasionalmente ter o seu regime aproximado daquele da Fazenda Pública, desde que não atue em regime concorrencial. (...) 13. Repercussão geral constitucional que assenta a seguinte tese objetiva: “É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.”" (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o entendimento do STF, a lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, sendo possível a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoa jurídica de direito privado, desde que seja integrante da Administração Pública indireta, de capital social majoritariamente público e que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial. Vejamos trecho do julgado RE 633782: "13. Repercussão geral constitucional que assenta a seguinte tese objetiva: “É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.”" (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com o entendimento do STF, a lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, inclusive no que diz respeito à aplicação de sanção, sendo possível a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoa jurídica de direito privado, desde que seja integrante da Administração Pública indireta, de capital social majoritariamente público e que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial. Vejamos trecho do julgado RE 633782: "13. Repercussão geral constitucional que assenta a seguinte tese objetiva: “É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.”" (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

A alternativa D está correta, pois é o atual entendimento do STF, segundo o qual é possível a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoa jurídica de direito privado, desde que seja integrante da Administração Pública indireta, de capital social majoritariamente público e que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial. Vejamos trecho do julgado RE 633782: "13. Repercussão geral constitucional que assenta a seguinte tese objetiva: “É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.”" (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com o entendimento supracitado do STF, a lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, sendo possível a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoa jurídica de direito privado, desde que seja integrante da Administração Pública indireta, de capital social majoritariamente público e que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial. Vejamos trecho do julgado RE 633782: "13. Repercussão geral constitucional que assenta a seguinte tese objetiva: “É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.”" (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

QUESTÃO 18. O Supremo Tribunal Federal julgou, em 2022, a ação Direta de Inconstitucionalidade 2946, proposta em relação ao Art. 27 da Lei n° 8987/1995, in verbis:

Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão. §1° Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor."

Discutia-se se este artigo é compatível com o Art. 175 da Constituição Federal, a seguir.

"Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifaria;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

No voto do relator, que obteve a adesão da maioria do STF, lê-se o seguinte:

"É a proposta mais vantajosa que, *prima facie*, vincula a Administração. Mantidos seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, a burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos."

Assinale a opção que traduz a ideia expressa pelo Tribunal no trecho destacado.

a) Contratos de concessão têm natureza incompleta, dinâmica, especial, personalíssima e contínua.

b) A transferência de concessão é viável se houver continuidade da prestação adequada dos serviços públicos, mas deve ser feita sempre por meio de licitação.

c) Na concessão, o principal para a Administração Pública é a manutenção das condições contratuais obtidas na licitação e a continuidade adequada dos serviços, e não o interesse da concessionária vencedora.

d) A competência do poder concedente para anuir com a transferência da concessão está sujeita à caducidade, salvo se os termos da proposta mais vantajosa na licitação não tiverem sido mantidos.

e) Em virtude do princípio da continuidade dos serviços públicos, a Administração Pública deve necessariamente rescindir a concessão se a concessionária não tiver condições de manter a prestação adequada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda a constitucionalidade da transferência dos contratos de concessão.

A alternativa A está incorreta, pois o trecho destacado traz o entendimento do STF na ADI 2956, que vê a aludida perspectiva dos contratos administrativos como retrógrada, de forma que, independentemente da identidade do particular contratado, o primordial é que este tenha comprovada capacidade para cumprir as obrigações assumidas no contrato. Vejamos: "1. A concepção de que os contratos administrativos ostentam caráter personalíssimo ou natureza *intuitu personae* reflete uma transposição mecânica do direito administrativo francês anterior ou, quando menos, traduz um regime jurídico não mais existente" (JUSTEN FILHO, Marçal. Considerações acerca da modificação subjetiva dos contratos administrativos. Fórum de Contratação e Gestão Pública. FCGP. Belo Horizonte: Editora Fórum, ano 4, n. 41, maio/2005). (...) 4. É a proposta mais vantajosa que, prima facie, vincula a Administração. Mantidos seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos." (ADI 2946, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 09-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 17-05-2022 PUBLIC 18-05-2022).

A alternativa B está incorreta, pois, conforme supracitado, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade da transferência de concessão pública sem nova licitação. Veja trecho da ADI 2956: "(...) 4. É a proposta mais vantajosa que, prima facie, vincula a Administração. Mantidos seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos." (ADI 2946, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 09-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 17-05-2022 PUBLIC 18-05-2022).

A alternativa C está correta, pois é o atual entendimento do STF, que julgou constitucional, na ADI 2956, a transferência de concessão pública sem nova licitação, prevalecendo, assim, o entendimento de que o principal, para a Administração Pública, é a manutenção das condições contratuais obtidas na licitação e a continuidade adequada dos serviços, mantidos os efeitos jurídicos da licitação que outorgou inicialmente o serviço público. Veja: "(...) 11. Na espécie, não se constata a alegada burla à exigência

constitucional de prévia licitação para a concessão de serviços públicos, constante do art. 175 da CF, a qual é devidamente atendida com o certame levado a cabo para sua outorga inicial e cujos efeitos jurídicos são observados e preservados no ato de transferência mediante a anuência administrativa. Também não se pode cogitar afronta aos princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade. (...) A impessoalidade, por sua vez, decorre da observância de regras objetivas e predefinidas na lei e no edital do certame para a seleção da proposta mais vantajosa, bem como para o escrutínio das características inerentes ao futuro contratado. 12. Não faz sentido exigir que o ato de transferência do art. 27 da Lei nº 8.987/95 observe os princípios da isonomia e da impessoalidade. A anuência é matéria reservada ao Administrador e pressupõe o atendimento de requisitos bem específicos. A par disso, a operação empresarial sobre a qual incide a anuência é, tipicamente, um negócio jurídico entre particulares e, como tal, é disciplinado pelo direito privado. O concessionário, como agente econômico que é, pode decidir sobre seus parceiros empresariais conforme critérios próprios. Não há, portanto, espaço para aplicação dos princípios da isonomia e da impessoalidade, os quais são típicos da relação verticalizada que possui uma entidade estatal em um dos polos. 13. Pedido julgado improcedente. (...)" (ADI 2946, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 09-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 17-05-2022 PUBLIC 18-05-2022).

A alternativa D está incorreta, pois não se trata do atual entendimento do STF, que julgou constitucional, na ADI 2956, a transferência de concessão pública sem nova licitação, veja: "(...) 4. É a proposta mais vantajosa que, prima facie, vincula a Administração. Mantidos seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos." (ADI 2946, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 09-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 17-05-2022 PUBLIC 18-05-2022).

A alternativa E está incorreta, pois o entendimento do STF, conforme supracitado, é o de que, neste caso, é viável a continuidade da concessão, através da transferência da mesma, veja: "(...) 2. Em nosso sistema jurídico, o que interessa à Administração é, sobretudo, a seleção da proposta mais vantajosa, independentemente da identidade do particular contratado ou dos atributos psicológicos ou subjetivos de que disponha. Como regra geral, as características pessoais, subjetivas ou psicológicas são indiferentes para o Estado. No tocante ao particular contratado, basta que tenha comprovada capacidade para cumprir as obrigações assumidas no contrato. (...) 5. Tendo em vista que as concessões públicas se estabelecem em bases não completamente definidas e cambiantes conforme múltiplos fatores externos, só é possível cogitar a estabilidade econômica e segurança jurídica das relações e situações a ela relacionadas a partir da mutabilidade contratual. Desse modo, considerando a dinâmica peculiar e complexa das concessões públicas, é natural. E até salutar." (ADI 2946, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 09-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 17-05-2022 PUBLIC 18-05-2022).

QUESTÃO 19. Há uma década, foi editada lei que pretende resguardar as várias administrações contra atos que possam ser qualificados como "de corrupção". Trata-se da Lei n° 12.846, de agosto de 2013, que objetiva proteger tanto administrações públicas nacionais quanto estrangeiras em face de atos praticados por pessoas jurídicas que atentem contra os seus respectivos patrimônios, ou que comprometam princípios, entre outras situações.

Sobre a legislação mencionada, assinale a afirmativa correta.

a) Sempre que a pessoa jurídica for responsabilizada, os seus dirigentes ou administradores o serão de forma objetiva.

b) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.

c) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos previstos na mencionada lei.

d) A pessoa jurídica apenas poderá ser responsabilizada se houver a responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores.

e) Caso haja fusão ou incorporação da empresa, a responsabilidade da sucessora continuará ampla e gerará a responsabilidade direta dos seus dirigentes ou administradores objetivamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda a responsabilização da pessoa jurídica.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com a Lei 12.846/2013, a responsabilização dos dirigentes e administradores da pessoa jurídica não está necessariamente atrelada à responsabilização da pessoa jurídica. Vejamos: "Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. § 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput."

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com a Lei 12.846/2013, a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, vejamos: "Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito."

A alternativa C está correta, pois é o que estabelece a Lei 12.846/2013, veja: "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não."

A alternativa D está incorreta, pois, conforme supracitado, de acordo com a Lei 12.846/2013, a responsabilização dos dirigentes e administradores da pessoa jurídica não está necessariamente atrelada à responsabilização da pessoa jurídica. Vejamos: "Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. § 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput."

A alternativa E está incorreta, pois a responsabilidade da empresa sucessora, nesses casos, será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, de acordo com a Lei 12.846/2013. Vejamos: "Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária. § 1º Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados."

QUESTÃO 20. Caio adquire específico imóvel, para fins empresariais, situado no meio da Rua Júlio Cesar, no Município WXZ. A referida rua possui um grande movimento, o que potencializa os atos mercantis que passou a realizar em seu imóvel, por meio da sociedade empresária que criou. Passados três anos, sua atividade empresarial está obtendo um alto ganho financeiro. Neste momento, a Administração Pública Municipal, diante da necessidade de realizar uma obra emergencial, procede à ocupação temporária da área, fechando a entrada e a saída dos transeuntes, salvo os residentes. Essa situação perdura por oito meses e acarreta o estado de inviabilidade financeira para o estabelecimento empresarial de Caio.

Sobre essa situação, assinale a opção que melhor reflete o direito que a empresa criada por Caio teria em face do Poder Público municipal, segundo as regras brasileiras.

a) A sociedade empresária apenas terá direito a ser indenizada se o tempo de realização da obra tiver ficado acima da média temporal para obras como a realizada, ciente de ser uma responsabilidade de natureza subjetiva.

b) A sociedade empresária apenas terá direito a ser ressarcida se comprovar que o Município foi levado a realizar as obras por conta de uma situação emergencial cuja causa tenha ligação direta com uma conduta do próprio Município.

c) O direito da sociedade empresária se restringir-se-á ao não pagamento de eventuais tributos municipais incidentes, pois a edilidade teria dado causa ao esvaziamento de sua atividade, não podendo cobrar tributos diante dessa situação.

d) A sociedade empresária teria direito a ser ressarcida pelo atingimento econômico de suas atividades, de forma objetiva, pois a conduta do Município teve direta relação com a inviabilidade de bem prestar suas atividades empresariais.

e) A sociedade empresária não terá direito a ser ressarcida pelo atingimento econômico de suas atividades, pois a situação ocorrida está dentro de um risco negocial, sendo previsível que o poder público possa ser levado à realização de obras que venham a interferir na circulação de vias públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda a Lei de Desapropriação.

A alternativa A está incorreta, pois nos termos do Decreto Lei 3.365/41, haverá indenização, por ação própria, caso haja dano comprovado, veja: "Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização. O expropriante prestará caução, quando exigida." Ainda sobre o tema, Carvalho Filho (2015, p. 831) discorre: "Na ocupação desvinculada da desapropriação, a regra é a mesma que vale para a servidão administrativa, ou seja, em princípio não haverá indenização, mas esta será devida se o uso acarretar comprovado prejuízo ao proprietário" (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta, pois, conforme supracitado, nos termos do Decreto Lei 3.365/41, haverá indenização por ação própria, caso haja dano comprovado, não havendo tal requisito disposto na alternativa. Veja: "Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização. O expropriante prestará caução, quando exigida."

A alternativa C está incorreta, pois não há tal previsão legal. Nos termos do Decreto Lei 3.365/41, haverá indenização, por ação própria, caso haja dano comprovado, veja: "Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização. O expropriante prestará caução, quando exigida."

A alternativa D está correta, pois é o que dispõe o Decreto Lei 3.365/41, veja: "Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização. O expropriante prestará caução, quando exigida."

A alternativa E está incorreta, pois, conforme supracitado, nos termos do Decreto Lei 3.365/41, haverá indenização, por ação própria, caso haja dano comprovado, veja: "Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização. O expropriante prestará caução, quando exigida."

QUESTÃO 21. Objetivando estabelecer a segurança nas relações jurídicas, ao retirar a possibilidade de situações financeiras perdurarem por tempo indeterminado, o Decreto Lei n° 20.910/1932 estabeleceu regras sobre prazos prescricionais quanto a direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal.

Sobre as regras mencionadas nessa legislação, assinale a afirmativa correta.

a) A citação inicial interrompe a prescrição, mesmo quando, por qualquer motivo, o processo tenha sido anulado.

b) O direito à reclamação administrativa que não tiver prazo fixado em disposição de lei especial prescreve em três anos, a contar do conhecimento do ato ou fato apontado pelo particular prejudicado.

c) A prescrição interrompida recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não poderá ficar reduzida aquém de cinco anos, mesmo que o ato interruptivo se dê durante a primeira metade do prazo.

d) A prescrição somente poderá ser interrompida duas vezes, quando se trata de ação objetivando reparação material; já quando a pretensão versar sobre reparação moral, ela será interrompida sempre, segundo os regramentos da legislação civil.

e) Não corre a prescrição durante a demora do procedimento que está voltado a analisar ou estudar a pretensão deduzida no âmbito administrativo, salvo se esta versar sobre reparação material, quando o prazo prescricional retomará o seu curso após o primeiro ano, sem a decisão administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o Decreto n° 20.910/1932 e a interrupção prescricional.

A alternativa A está incorreta, pois a citação inicial não interrompe a prescrição, conforme dispõe o Decreto 20.910/32, vejamos: "Art. 7º A citação inicial não interrompe a prescrição quando, por qualquer motivo, o processo tenha sido anulado."

A alternativa B está incorreta, pois, conforme dispõe o Decreto 20.910/32, o direito à reclamação administrativa que não tiver prazo fixado em disposição de lei especial prescreve em um ano, a contar da data do ato ou fato do qual a mesma se originar. Vejamos: "Art. 6º O direito à reclamação administrativa, que não tiver prazo fixado em disposição de lei para ser formulada, prescreve em um ano a contar da data do ato ou fato do qual a mesma se originar."

A alternativa C está correta, pois é o que dispõe a Súmula 383 do STF, veja: "A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo."

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o Decreto 20.910/32, a interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez, veja: "Art. 8º A prescrição somente poderá ser interrompida uma vez."

A alternativa E está incorreta, pois o Decreto 20.910/32 determina que não ocorrerá o decurso do prazo prescricional durante a demora do procedimento voltado a analisar ou estudar a pretensão deduzida no âmbito administrativo, vejamos: "Art. 4º Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la."

QUESTÃO 22. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário RE 684612, com repercussão geral (Tema 698), fixou parâmetros para nortear decisões judiciais.

A respeito do recente posicionamento do STF em repercussão geral sobre os parâmetros do controle jurisdicional de políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, assinale a afirmativa correta.

a) A decisão judicial, como regra, deverá determinar medidas claras, objetivas e pontuais a serem realizadas pelo gestor público para a implementação dos direitos fundamentais.

b) A decisão judicial, prioritariamente, deve se limitar a apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar que a Administração Pública apresente um plano ou os meios adequados para alcançar tal resultado.

c) A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, mesmo em caso de deficiência grave ou ausência do serviço, viola o princípio da separação dos poderes.

d) A atuação judicial deve ser pautada por critérios de razoabilidade e eficiência e deve desenvolver e apresentar o plano concreto a ser cumprido pela administração para alcançar o resultado.

e) A decisão judicial não deve trazer qualquer tipo de determinação ao gestor público, sob pena de interferir na discricionariedade administrativa na tomada de decisão sobre as políticas públicas a serem implementadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão aborda as decisões judiciais a respeito de políticas públicas.

A alternativa A está incorreta, pois diverge do recente entendimento do STF a respeito das decisões judiciais sobre políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, que é no sentido de que a decisão judicial não deverá determinar medidas claras, mas apontar as finalidades a serem alcançadas. Vejamos trecho do julgado, RE 684612: "(...) 6. Fixação das seguintes teses de julgamento: “1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)” (...)". (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023).

A alternativa B está correta, pois é o entendimento do STF no RE 684612, que dispõe: "(...) 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; (...)". (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023).

A alternativa C está incorreta, pois diverge do recente entendimento do STF, a respeito das decisões judiciais sobre políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, que é no sentido de que a intervenção não viola o princípio da separação dos poderes. Veja trecho do julgado: "(...) 1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes." (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023).

A alternativa D está incorreta, pois diverge do recente entendimento do STF, a respeito das decisões judiciais sobre políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, que é no sentido de que a decisão deve apontar finalidades a serem alcançadas, ao invés de determinar medidas pontuais. Veja trecho do RE 684612: "(...) 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; (...)". (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023).

A alternativa E está incorreta, pois diverge do supracitado entendimento do STF, a respeito das decisões judiciais sobre políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, que é no sentido de que a decisão judicial, ao apontar as finalidades a serem alcançadas pelo gestor, não viola o princípio da separação de poderes. Vejamos trecho do julgado, RE 684612: "(...) 6. Fixação das seguintes teses de julgamento: "1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes." (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023).

QUESTÃO 23. Em 2020, Fernando foi condenado com trânsito em julgado por ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, por ter culposamente permitido que a sociedade empresária Beta utilizasse bens e valores integrantes do acervo patrimonial do Município Alfa, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, na época em que Fernando exercia o cargo de Secretário Municipal de Administração. Atualmente, em sede de cumprimento de sentença, o Ministério Público está pleiteando o pagamento de multa civil a que Fernando fora condenado na ação de improbidade. A defesa de Fernando, no entanto, alegou na execução que, diante da reforma da Lei de Improbidade Administrativa pela Lei no 14.230/21, a multa não mais é devida.

Diante da situação fática e jurídica narrada, alinhado ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, o magistrado deve

a) Acatar a tese defensiva e extinguir a execução, diante da aplicação do princípio da retroatividade da lei mais benéfica para o réu em matéria de direito sancionador, haja vista que a Lei n° 14.230/2021 revogou todas as hipóteses de atos de improbidade administrativa culposos.

b) Acatar a tese defensiva e extinguir a execução, diante da aplicação dos princípios da isonomia e da segurança jurídica, pois a Lei n° 14.230/2021 revogou expressamente o tipo de ato de improbidade administrativa praticado por Fernando, aplicando-se, por analogia *in bonam partem*, o instituto da *abolitio criminis*.

c) Acatar a tese defensiva e extinguir a execução, haja vista que a Lei n° 14.230/2021, por possuir conteúdo de direito material em tema de direito sancionador, aplica-se retroativamente a todos os processos de conhecimento e de execução em curso que tenham por objeto responsabilização por ato de improbidade administrativa.

d) Rejeitar a tese defensiva e prosseguir a execução, pois a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, promovida pela Lei n° 14.230/2021, é irretroativa, de modo que os seus efeitos não têm incidência em relação à eficácia da coisa julgada, nem durante o processo de execução das penas e seus incidentes.

e) Rejeitar a tese defensiva e prosseguir a execução, pois não houve revogação do tipo e do elemento subjetivo da culpa no ato de improbidade administrativa praticado por Fernando, pois os dispositivos da Lei n° 14.230/2021 são objeto de interpretação conforme a Constituição, para manter a culpa na configuração dos atos ímprobos que causem prejuízo ao erário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o entendimento do STF sobre a irretroatividade da Lei 14.230/2021.

A alternativa A está incorreta, pois o entendimento do STF é o de que a norma benéfica da Lei 14. 230/2021 é irretroativa. Veja a fixação da tese de repercussão geral para o Tema 1199: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". (ARE 843989, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 09-12-2022 PUBLIC 12-12-2022).

A alternativa B está incorreta, pois, conforme supracitado, o entendimento do STF é o de que a norma benéfica da Lei 14.230/2021 é irretroativa, aplicando-se somente aos atos de improbidade administrativa culposos, praticados na vigência do texto anterior da lei sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente. Veja a fixação da tese de repercussão geral para o Tema 1199: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade

administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". (ARE 843989, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 09-12-2022 PUBLIC 12-12-2022).

A alternativa C está incorreta, pois consoante fixação de tese de repercussão geral para o Tema 1199, não haverá tal aplicação retroativa, veja: "(...) 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". (ARE 843989, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 09-12-2022 PUBLIC 12-12-2022).

A alternativa D está correta, pois é o entendimento do STF em relação à lei 14.230/2021, segundo o qual será irretroativa. Vejamos trecho do Tema 1199: "(...) 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; (...)". (ARE 843989, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 09-12-2022 PUBLIC 12-12-2022).

A alternativa E está incorreta, pois houve, de fato, revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, de forma a ser exigida a presença do elemento dolo. Veja a fixação de tese de repercussão geral para o Tema 1199: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; (...)". (ARE 843989, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 09-12-2022 PUBLIC 12-12-2022).

QUESTÃO 24. Carlos, servidor público efetivo federal, no exercício das funções, praticou ato de insubordinação grave em serviço, que foi categoricamente comprovado no curso de regular processo administrativo disciplinar (PAD), que ensejou a imposição de pena de demissão ao servidor. Inconformado, Carlos ajuíza ação judicial, pleiteando a reforma da decisão administrativa, a fim de que lhe seja aplicada penalidade disciplinar menos gravosa, haja vista que comprovou nunca ter sido anteriormente sancionado, nem mesmo respondido a PAD, além de que constam em sua folha de assentamento funcional dois elogios.

Com base na Lei n° 8.112/90 e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado deve julgar a pretensão de Carlos

a) Procedente, porque, diante dos bons antecedentes e da ausência de reincidência, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União prevê que a penalidade disciplinar cabível para o caso em tela é a advertência, que será aplicada pela Administração Pública por escrito e de forma reservada e, em razão disso, Fernando deve ser imediatamente reintegrado ao cargo.

b) Improcedente, haja vista que, apesar de o controle jurisdicional do PAD não se restringir ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, sendo possível, em regra, incursão no mérito administrativo, por se tratar de direito administrativo sancionador, Fernando praticou ato de insubordinação grave em serviço que deve ser punido com demissão ou suspensão, conforme discricionariedade do administrador.

c) Procedente, uma vez que, na aplicação das penalidades, devem ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias atenuantes e os antecedentes funcionais, de maneira que a sanção de demissão deve ser substituída pela suspensão por 90 (noventa) dias, após o que será o servidor reintegrado.

d) Improcedente, haja vista que, não obstante a autoridade administrativa possuir discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses legais dessa sanção de demissão, mas houver atenuantes objetivas e subjetivas, o Poder Judiciário não pode se imiscuir no mérito administrativo, pois sua análise se restringe aos aspectos de legalidade do PAD, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

e) Improcedente, pois a autoridade administrativa que impôs a sanção disciplinar agiu corretamente, uma vez que não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses legais dessa sanção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda a aplicação das penalidades às infrações administrativas.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o artigo 132 da Lei 8.112/90, que prevê a pena de demissão para os casos de insubordinação grave em serviço, veja: "A demissão será aplicada nos seguintes casos: VI - insubordinação grave em serviço;".

A alternativa B está incorreta, haja vista que não há discricionariedade do administrador quanto à punição a ser aplicada, consoante Súmula 650 do STJ: "A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no artigo 132 da Lei 8.112/1990."

A alternativa C está incorreta, pois, verificadas as hipóteses de infrações disciplinares previstas pela Lei 8.112, a autoridade administrativa deverá aplicar a penalidade devida, que no caso em tela, será de demissão. Veja o teor da Súmula 650 do STJ: "A autoridade administrativa não dispõe de

discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no artigo 132 da Lei 8.112/1990", bem como a Lei 8.112/90, que prevê: "Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos: VI - insubordinação grave em serviço;".

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Súmula 650 do STJ, que determina que não há tal discricionariedade à autoridade administrativa, veja: "A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no artigo 132 da Lei 8.112/1990."

A alternativa E está correta, pois é o teor da Súmula 650 do STJ: "A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no artigo 132 da Lei 8.112/1990."

QUESTÃO 25. O Município Alfa instaurou processo administrativo visando à contratação que tem por objeto a coleta, o processamento e a comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo. No curso do processo, restou identificada a Cooperativa Delta, formada exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. Assim, a municipalidade está em vias de efetivar a contratação direta da Cooperativa Delta, sem prévio processo licitatório, mediante dispensa de licitação.

A sociedade empresária Beta, que atua no ramo de resíduos sólidos e possui um aterro sanitário legalizado, inclusive com a devida licença ambiental, pretende ser contratada para o mesmo objeto antes descrito e ajuizou ação judicial pleiteando, em sede de tutela de urgência inibitória, a proibição de contratação do serviço pretendido pelo Município Alfa sem prévia licitação.

Conclusos os autos, o magistrado, atento à Lei no 14.133/21, deve

a) Deferir a liminar, pois a natureza do serviço a ser contratado pelo Município Alfa exige prévia licitação, cuja modalidade será determinada pelo valor estimado da contratação.

b) Deferir a liminar, pois a natureza do serviço a ser contratado pelo Município Alfa exige prévia licitação, na modalidade pregão, que é obrigatória para aquisição de serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

c) Deferir a liminar, pois a natureza do serviço a ser contratado pelo Município Alfa exige prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo, em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.

d) Indeferir a liminar, pois, não obstante a contratação pretendida pelo Município Alfa não ser possível mediante dispensa de licitação, é cabível, na hipótese, a contratação direta mediante inexigibilidade de licitação, bastando que a municipalidade convalide os atos administrativos já praticados.

e) Indeferir a liminar, pois a contratação pretendida pelo Município Alfa é possível mediante dispensa de licitação, por expressa previsão legal, desde que seja instruída com os documentos indicados na legislação de regência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda os casos de dispensa de licitação.

A alternativa A está incorreta, pois a contratação pretendida pelo Município Alfa é um dos casos de dispensa de licitação previstos pela Lei 14.133/2021, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: IV - para contratação que tenha por objeto: j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;".

A alternativa B está incorreta, pois, conforme supracitado, a contratação pretendida pelo Município Alfa é um dos casos de dispensa de licitação previstos pela Lei 14.133/2021, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: IV - para contratação que tenha por objeto: j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;".

A alternativa C está incorreta, pois, conforme supracitado, a contratação pretendida pelo Município Alfa é um dos casos de dispensa de licitação previstos pela Lei 14.133/2021, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: IV - para contratação que tenha por objeto: j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;".

A alternativa D está incorreta, pois, conforme supracitado, a contratação pretendida pelo Município Alfa é um dos casos de dispensa de licitação previstos pela Lei 14.133/2021, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: IV - para contratação que tenha por objeto: j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;".

A alternativa E está correta, pois a contratação pretendida pelo Município Alfa é um dos casos de dispensa de licitação previstos pela Lei 14.133/2021, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: IV - para contratação que tenha por objeto: j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;".

QUESTÃO 26. Na capital do Estado Alfa, profissionais da área de saúde realizaram manifestação pública por melhores condições de trabalho e salariais. Criminosos se infiltraram no meio da passeata, para subtrair pertences dos manifestantes, em especial aparelhos celulares, ocasião em que a Polícia Militar chegou ao local para reprimir os delitos. Durante a atuação da polícia, Pedro, jornalista que cobria o evento, apesar de não ter descumprido ostensiva e clara advertência quanto ao acesso a áreas definidas como de grave risco a sua integridade física, acabou sendo lesionado por ter sido atingido pelo cassetete arremessado por um policial militar, em situação de evidente tumulto entre policiais e manifestantes.

Diante do documentado dano material que sofreu por ter seu braço quebrado, Pedro ajuizou ação indenizatória em face do Estado Alfa. Após o regular curso processual, o feito foi concluso para sentença e o magistrado, observando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, deve julgar a pretensão indenizatória de Pedro

a) Procedente, diante da responsabilidade civil objetiva do Estado, não incidindo a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima.

b) Procedente em parte, diante da responsabilidade civil subjetiva do Estado, incidindo a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima apenas para fins de compensação no valor da indenização.

c) Improcedente, uma vez que, apesar da responsabilidade civil subjetiva do Estado, não ficou demonstrado abuso ou excesso na conduta policial.

d) Improcedente, uma vez que, apesar da responsabilidade civil objetiva do Estado, incide a excludente da responsabilidade do caso fortuito ou força maior,

e) Improcedente, uma vez que, apesar da responsabilidade civil objetiva do Estado, incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva de terceiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda a responsabilidade objetiva do Estado e o Tema 1055 do STF.

A alternativa A está correta, pois é o teor do Tema 1055, STF, que fixou a seguinte tese de repercussão geral: "É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física". (RE 1209429, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 10-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-208 DIVULG 19-10-2021 PUBLIC 20-10-2021).

A alternativa B está incorreta, pois haverá responsabilidade objetiva do Estado, consoante Tema 1055, STF, que fixou a seguinte tese de repercussão geral: "É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física". (RE 1209429, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 10-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-208 DIVULG 19-10-2021 PUBLIC 20-10-2021).

A alternativa C está incorreta, pois a pretensão indenizatória de Pedro será procedente, haja visto que a responsabilidade do Estado é objetiva, consoante Tema 1055, que fixou a seguinte tese de repercussão geral: "É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física". (RE 1209429, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 10-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-208 DIVULG 19-10-2021 PUBLIC 20-10-2021).

A alternativa D está incorreta, haja visto que, no caso em tela, não incidirá a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, já que não se trata de hipótese em que o profissional de imprensa descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas. É o que determina o Tema 1055, que fixou a seguinte tese de repercussão geral: "É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física". (RE 1209429, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 10-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-208 DIVULG 19-10-2021 PUBLIC 20-10-2021).

A alternativa E está incorreta, pois não incidirá excludente de responsabilidade, haja visto não se tratar de hipótese em que o profissional de imprensa descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas. É o que determina o Tema 1055, que fixou a seguinte tese de repercussão geral: "É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física". (RE 1209429, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 10-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-208 DIVULG 19-10-2021 PUBLIC 20-10-2021).

QUESTÃO 27. A juíza Joana, que acabou de se tornar vitalícia, foi convidada por veículo de imprensa para dar uma entrevista sobre determinado caso. Preocupada com as cautelas que deve adotar, Joana verificou que, de acordo com o Código de Ética da Magistratura Nacional, editado pelo Conselho Nacional de Justiça, deve

a) abster-se de emitir opinião sobre processo pendente de seu julgamento, mas pode fazê-lo em relação ao processo que será julgado por outro magistrado.

b) A abster-se de emitir juízo depreciativo sobre despachos, votos, sentenças ou acórdãos, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos, doutrinária ou no exercício do magistério.

c) observar que, caso se manifeste sobre processo pendente de seu julgamento, não poderá fazer juízo de valor sobre fatos ainda não decididos e deverá automaticamente se declarar suspeita para prosseguir no feito após a entrevista.

d) observar os sigilos legais decretados em processos judiciais, somente podendo dar entrevista porque já adquiriu a vitaliciedade, que, no primeiro grau, é adquirida após dois anos de exercício.

e) observar os sigilos legais decretados em processos judiciais, mas não lhe é exigido que evite comportamentos que impliquem busca injustificada e desmesurada por reconhecimento social, mormente a autopromoção em publicação de qualquer natureza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

O artigo 12, II, do Código de Ética da Magistratura responde a todas as alternativas. Com efeito, consoante ao aludido dispositivo Art. 12. Cumpre ao magistrado, na sua relação com os meios de comunicação social, comportar-se de forma prudente e equitativa, e cuidar especialmente: [...] II – de abster-se de emitir opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos, sentenças ou acórdãos, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos, doutrinária ou no exercício do magistério.

QUESTÃO 28. No plano internacional, as duas principais normas a respeito do trabalho do adolescente são as Convenções da Organização Internacional do Trabalho n° 138, de 1973, sobre a idade mínima de admissão ao emprego, e n° 182, de 1999, sobre as piores formas de trabalho infantil. No plano nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, do Art. 60 ao 69, prevê o direito à profissionalização e à proteção no trabalho infantil.

Baseado nas normas internacionais e internas de proteção à criança e ao adolescente, além da CRFB/88, analise as afirmativas a seguir.

1. A CRFB/88 proíbe o trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

II. A Convenção 182 estipula que o trabalho nas atividades consideradas como piores formas de trabalho é proibido antes dos 16 anos de idade.

III. É permitida qualquer atividade laboral realizada por adolescentes menores de 14 anos que se mostre imprescindível à sobrevivência e ao sustento do próprio trabalhador infantil e de sua família.

IV. A doutrina da proteção integral da criança e do adolescente tem, como um de seus desdobramentos, a doutrina da situação irregular, ambas albergadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) IV, apenas.

c) I e IV, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I e II, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A assertiva I está correta. Conforme dispõe o artigo 7º, XXXIII, da CF: Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

A assertiva II está incorreta. A Convenção n. 182 da OIT veda as piores formas de trabalho infantil. Nos termos do artigo 2: Para efeitos da presente Convenção, o termo "criança" designa toda pessoa menor de 18 anos.

A assertiva III está incorreta. Nos termos do artigo 7º, XXXIII, da C, é proibido qualquer trabalho aos menores de 14 anos: Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

O item IV está incorreto. A doutrina da proteção integral não foi adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente vigente. Com efeito, dispõe o artigo 1º, da Lei n. 8.069/1990: Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Assim, considerando que apenas a assertiva I está correta, a alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

QUESTÃO 29. Com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais construídos após intensa consulta pública mundial, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas possui propósitos ambiciosos e transformadores, com grande foco nas pessoas mais vulneráveis Um compromisso internacional de tal porte exige a atuação de todos os Poderes da República Federativa do Brasil e a participação do Supremo Tribunal Federal (STF) é fundamental para a efetivação de medidas para este desafio mundial tendo em vista a possibilidade de se empreender no âmbito da Corte políticas e ações concretas. Como primeiras iniciativas, todos os processos de controle de constitucionalidade e com repercussão geral reconhecida indicados pelo Presidente para a pauta julgamento estão classificados com o respectivo objetivo de desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, o periódico de informativo de jurisprudência do STF já conta com essa marcação, permitindo a correlação clara e direta sobre o julgamento e os ODS. Avançou também neste momento para os processos julgados, com acórdãos publicados no ano de 2020.

Neste amplo projeto de aproximação do STF com a Agenda 2030, estão programadas para as próximas etapas a identificação de processos de controle concentrado e com repercussão geral reconhecida ainda em tramitação, mesmo sem indicação de julgamento próximo (Disponível em https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/).

Entre os ODS, o Objetivo 16 visa a promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, mediante o cumprimento de algumas metas.

As opções a seguir apresentam, corretamente, algumas dessas metas, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

b) Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

c) Garantir tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

d) Até 2030, zerar os fluxos financeiros e os de armas ilegais, reforçar a recuperação e a devolução de recursos roubados e combater as formas de crime organizado ligadas a crimes hediondos.

e) Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Trata-se da previsão contida no item 16.9: Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

A alternativa B está incorreta. Está previsto no item 16.5: Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

A alternativa C está incorreta. Conforme previsto no 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

A alternativa D está correta. Nos termos o item 16.4, a meta é reduzir e não zerar: Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado

A alternativa E está incorreta. Trata-se do item16.a: Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

QUESTÃO 30. O termo compliance pode ser entendido como "estar em conformidade" e vem ganhando crescente importância na implementação de estruturas, processos e mecanismos tanto no setor privado como no setor público. Para minimizar os riscos de corrupção, o compliance foi ganhando espaço no setor público, especialmente com a entrada em vigor da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Por meio da responsabilidade subjetiva, as empresas podem ser punidas por atos de corrupção, independentemente de culpa, bastando a comprovação de que tais atos tenham sido praticados em seu interesse ou benefício.

II. A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

III. A Lei Anticorrupção não abrange todas as esferas da Administração Pública (municipal, estadual e federal), tendo incidência direta apenas no âmbito federal.

Está correto o que se afirma em

a) II, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

O item I está incorreto. Nos termos do artigo 2º da Lei n. 12.846/2023: As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

A responsabilidade objetiva é aquela que independe de culpa, e norteia a Lei n. 12.846 no tocante à punição das pessoas jurídicas por atos de corrupção.

O item II está correto. Trata-se da literalidade do artigo 3º da Lei n. 12.846/2023: A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

O item III está incorreto. Consoante ao artigo 1º da Lei n. 12.846/2023: Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Trata-se de uma Lei Nacional que deve ser observada por toda a Administração Pública: poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual e municipal.

Assim, considerando que apenas o item II está correta, a alternativa a ser assinalada é a letra A.

QUESTÃO 31. Os Princípios de Conduta Judicial de Bangalore foram elaborados pelo Grupo de Integridade Judicial, constituído sob os auspícios das Nações Unidas. Sua elaboração teve início no ano de 2000, em Viena (Austria), os princípios foram formulados em abril de 2001, em Bangalore (Índia) e oficialmente aprovados em novembro de 2002, em Haia (Holanda). Os Princípios de Conduta Judicial de Bangalore é um projeto de Código Judicial em âmbito global, elaborado com base em outros códigos e estatutos, nacionais, regionais e internacionais, sobre o tema, dentre eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU. (...). Os Princípios de Bangalore subsidiaram a elaboração do Código Ibero-Americano de Ética Judicial, promovido pela Cúpula Judicial Ibero-Americana, para ser instrumento norteador de condutas no âmbito dos países Ibero-Americanos, traduzido e editado pelo Centro de Estudos Judiciários. (https://www.unodc.org/documents/lpobrazil/Topics_corruption/Publicacoes/2008_Comentarios_aos_Principios_de_Bangalore.pdf)

De acordo com os mencionados Princípios de Bangalore, o Juiz que acabou de ingressar na magistratura deve observar que

a) a motivação em matéria de Direito deve limitar-se a invocar as normas aplicáveis, especialmente nas resoluções sobre o fundo dos assuntos, não devendo ostentar uma intensidade máxima.

b) a vinculação ocorre apenas pelo texto das normas jurídicas vigentes, e não pelas razões nas quais se fundamentam, em atendimento ao princípio da legalidade.

c) a independência judicial implica que, sob o ponto de vista ético, o Juiz não deve participar, de qualquer modo, de atividade política partidária.

d) a obrigação da formação continuada dos juízes restringe-se às matérias especificamente jurídicas, para evitar subjetivismo em relação a outros ramos do conhecimento.

e) o segredo profissional tem como fundamento salvaguardar a confiança no Judiciário e não especificamente os direitos das partes e das pessoas próximas perante o uso indevido de informações obtidas pelo Juiz no desempenho das suas funções.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Consoante ao artigo 24 do Código Ibero-Americano de Ética Judicial: A motivação em matéria de Direito não pode limitar-se a invocar as normas aplicáveis, especialmente nas resoluções sobre o fundo dos assuntos.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 40 do Código Ibero-Americano de Ética Judicial: O Juiz deve sentir-se vinculado não só pelo texto das normas jurídicas vigentes, mas também pelas razões nas quais se fundamentam.

A alternativa C está correta. Conforme o artigo 4º do Código Ibero-Americano de Ética Judicial: A independência judicial implica que, sob o ponto de vista ético, o Juiz não deve participar, de qualquer modo, em actividade política partidária.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o artigo 30 do Código Ibero-Americano de Ética Judicial: A obrigação de formação contínua dos juízes estende-se tanto às matérias especificamente jurídicas quanto ao que se refere aos conhecimentos e técnicas que possam favorecer o melhor cumprimento das funções judiciais.

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o artigo 61 do Código Ibero-Americano de Ética Judicial: O segredo profissional tem como fundamento salvaguardar os direitos das partes e das pessoas próximas perante o uso indevido de informações obtidas pelo Juiz no desempenho das suas funções.

QUESTÃO 32. O Estado Alfa publicou lei estadual, de iniciativa do Judiciário estadual, instituindo o novo Código de Organização Judiciária daquele Estado, que contém dispositivo que disciplina os critérios de desempate em caso de promoção de juízes por antiguidade.

A norma prevê que verificado empate, na apuração da antiguidade, dar-se-á a precedência ao magistrado mais antigo na carreira. Permanecendo o impasse, promover-se-á aquele que tiver maior tempo de serviço público, ou, sucessivamente, o mais idoso.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a citada norma é

a) inconstitucional, porque, não obstante Estado tenha competência para legislar sobre o tema, desde que observada a iniciativa de lei ao Judiciário, a norma conflita com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional que dispõe que, havendo empate na antiguidade, terá precedência o Juiz com maior produtividade.

b) constitucional, porque são cabíveis, como medida de desempate concorrentes promoção por antiguidade, condições estranhas à função jurisdicional, desde que no âmbito do serviço público, mediante a utilização do critério de tempo de serviço público que favoreça o magistrado com trajetória profissional exercida no setor público.

c) inconstitucional, porque, não obstante o Estado tenha competência para legislar sobre o tema, desde que observada a iniciativa de lei ao Judiciário, a norma conflita materialmente com a Constituição da República que prevê que, na Justiça dos Estados, apurar-se-á na entrância a antiguidade e, havendo empate na antiguidade, terá precedência o Juiz mais antigo na carreira, ou, sucessivamente, o mais idoso.

d) constitucional, porque os Tribunais possuem autogoverno e competência para editar seus regimentos internos, podendo complementar a Lei Orgânica da Magistratura Nacional no que tange à alteração da organização e da divisão judiciárias.

e) inconstitucional, por violar a reserva de lei complementar e a iniciativa da Suprema Corte disciplinar matéria concernente ao Estatuto da Magistratura, veiculando conteúdo que exorbitou indevidamente do regramento estabelecido pela LOMAN.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 6772: Compete à União, mediante lei complementar de iniciativa reservada ao Supremo Tribunal Federal, legislar sobre a organização da magistratura nacional (art. 93, caput, da CF/88). Enquanto esta norma não é editada, a uniformização do regime jurídico da magistratura permanece sob a regência da LC 35/79 (Lei Orgânica da Magistratura - LOMAN). Portanto, as disposições e regras nela previstas devem ser seguidas por todos os legisladores estaduais e do Distrito Federal, sob pena de incidirem em inconstitucionalidade formal, de modo que o tempo de serviço público — como previsto na norma estadual impugnada — representa critério estranho aos fixados pela LOMAN. STF. Plenário. ADI 6772/AL, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 23/9/2022 (Info 1069).

Assim, a alternativa correta a ser assinalada é a letra E, que exclui as demais alternativas.

QUESTÃO 33. O caso Valência Campos e outros vs. Bolívia, apreciado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2022, suscitou a análise acerca das garantias que devem ser asseguradas nos cursos de operações policiais de busca e apreensão em domicílios no período noturno. A Corte IDH declarou a responsabilidade do Estado boliviano à luz da Convenção

Americana sobre Direitos Humanos ("Convenção") pela violação de uma série de direitos das vítimas que, à época dos fatos, foram alvo de uma operação policial que tinha por objetivo identificar e deter os supostos autores de um roubo de grande repercussão na Bolívia.

Sobre as contribuições dessa sentença à jurisprudência interamericana, assinale a afirmativa correta.

a) A Corte se absteve de declarar violações aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA), por entender que o caso envolveu apenas violações relativas aos direitos às garantias judiciais, à liberdade pessoal e à intimidade, isto é, Direitos de natureza civil.

b) O entendimento da Corte IDH sobre a limitação de operações de invasão domiciliar durante a noite tem por fundamento o direito à vida privada, previsto no Art. 11 da Convenção e as obrigações estatais de proteção da família, decorrentes do Art. 17 da Convenção.

c) A Corte IDH concluiu que as operações de invasão domiciliar noturnas somente podem ser consideradas compatíveis com a Convenção Americana em situações de consentimento, flagrância ou de comprovada periculosidade do alvo da operação.

d) O caso Valência Campos vs. Bolívia reflete uma tendência recente da Corte IDH de restringir o conceito de "vítima", compreendendo como tais apenas os indivíduos que foram diretamente atingidos pelos atos praticados por agentes do Estado, no caso, as pessoas que eram alvos das invasões domiciliares noturnas.

e) A Corte IDH concluiu que o Estado não violou o direito à presunção de inocência ao exibir as vítimas aos meios de imprensa, tendo em consideração que o caso teve grande repercussão midiática e que o Estado não poderia prevenir tal exposição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema busca domiciliar.

A alternativa A está incorreta. Alega que a Corte se absteve de declarar violações aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA), focando apenas em direitos de natureza civil. No entanto, este argumento é redutor e não reflete integralmente aquilo que foi decidido pela Corte, que abordou também o direito à família.

A alternativa B está correta. A Corte IDH fundamentou sua decisão nos direitos à vida privada (Art. 11 da CADH) e na proteção da família (Art. 17 da CADH) ao considerar as restrições às invasões domiciliares durante a noite. Essa interpretação reflete a preocupação da Corte com a inviolabilidade do lar como um espaço privado e a família como núcleo fundamental que deve ser protegido de intrusões arbitrárias e abusivas, especialmente em horários nos quais a privacidade é presumidamente mais significativa.

A alternativa C está incorreta. Não houve decisão estrita nesse sentido. Sugerir que operações noturnas são permitidas apenas em casos de consentimento, flagrância, ou periculosidade comprovada não aborda completamente o espectro de considerações que a Corte faz ao avaliar essas operações sob a

CADH. O foco está mais no respeito pela vida privada e proteção da família do que em critérios específicos para ingresso.

A alternativa D está incorreta. Não há essa tendência de restrição nas decisões da corte. Afirmar que a Corte restringiu o conceito de "vítima" é incorreto. A Corte não se concentrou restritivamente nos indivíduos diretamente atingidos, mas considerou o impacto das ações do Estado sobre todos os residentes do domicílio invadido, reconhecendo múltiplas vítimas potenciais em suas decisões.

A alternativa E está incorreta. A Corte frequentemente examina alegações de violação do direito à presunção de inocência em relação à exposição mediática. A alternativa falha ao sugerir que a Corte concluiu não haver violação. Na verdade, a exposição midiática sem medidas de controle pelo Estado pode ser vista como prejudicial à presunção de inocência das vítimas.

QUESTÃO 34. A competência consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos constitui um dos mecanismos por meio dos quais o Tribunal exerce sua função de interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ao lado do exercício de suas competências contenciosa e cautelar.

Sobre as Opiniões Consultivas emitidas pela Corte IDH, assinale a afirmativa correta.

a) As Opiniões Consultivas só podem ser solicitadas por Estados que reconhecem a competência da Corte IDH nos termos do Art. 64 da Convenção e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

b) Na Opinião Consultiva nº 1 de 1982, denominada Outros tratados, objecto de la función consultiva de la Corte, a Corte IDH reconheceu que sua competência consultiva compreende qualquer tratado internacional aplicável aos Estados do sistema interamericano, desde que o instrumento possua caráter multilateral.

c) As Opiniões Consultivas não podem versar sobre disposições normativas concretas de um determinado Estado, apenas sobre as situações hipotéticas e sobre a interpretação de tratados internacionais em relação aos quais é competente.

d) Caso encontre disposições incompatíveis com a Convenção no exame das matérias submetidas em sede de solicitação de opinião consultiva, a Corte poderá ordenar ao Estado que adote as medidas necessárias para adequá-las ao corpus juris interamericano.

e) As Opiniões Consultivas da Corte IDH podem ser consideradas modalidade de exercício preventivo do controle de convencionalidade e são fontes standards que devem ser consideradas pelos Estados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema opiniões consultivas da Corte IDH.

A alternativa A está incorreta. Outros órgãos autorizados, como alguns órgãos subsidiários da OEA, também podem solicitar opiniões consultivas, não se limitando apenas aos Estados e à Comissão.

Convenção Americana de Direitos Humanos. ARTIGO 64. 1. Os Estados-Membros da Organização poderão consultar a Corte sobre a interpretação desta Convenção ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos. Também poderão consultá-la, no que lhes compete, os órgãos enumerados no capítulo X da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires. 2. A Corte, a pedido de um Estado-Membro da Organização, poderá emitir pareceres sobre a compatibilidade entre qualquer de suas leis internas e os mencionados instrumentos internacionais.

A alternativa B está incorreta. A Corte IDH possui competência para interpretar qualquer tratado internacional que os Estados membros estejam obrigados, independentemente de ser multilateral ou não.

A alternativa C está incorreta. A Corte pode emitir opiniões sobre questões concretas se estas estiverem relacionadas à interpretação de tratados no contexto interamericano.

A alternativa D está incorreta. A função das Opiniões Consultivas é essencialmente interpretativa e não contém poder compulsório. A Corte não pode "ordenar" ações aos Estados em contexto consultivo, apenas sugere ou esclarece a legislação.

A alternativa E está correta. Função Preventiva: As Opiniões Consultivas da Corte IDH servem como uma ferramenta preventiva no controle de convencionalidade. Isso significa que antes de uma potencial violação de direitos humanos se tornar um caso contencioso, a Corte pode orientar os Estados sobre como interpretar e aplicar suas obrigações sob tratados internacionais para evitar tais violações.

Fontes Standards: Essas opiniões são consideradas fontes normativas que orientam os Estados sobre como alinhar suas leis e práticas com os padrões internacionais de direitos humanos, refletindo a interpretação autorizada da Corte sobre diversas questões jurídicas.

QUESTÃO 35. Os Direitos Humanos assumiram, na atualidade, uma posição de centralidade no ordenamento jurídico, razão pela qual os conteúdos desses direitos agem como importante vetor interpretativo.

Acerca das características e especificidades dos Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.

a) A universalidade dos Direitos Humanos acompanhou a evolução e o processo de internacionalização desses direitos. No entanto, apesar de sua relevância histórica, não consta expressamente de tratados e declarações internacionais, sendo fruto de um processo interpretativo.

b) A abertura limitada dos Direitos Humanos possui relação com sua amplitude semântica; por isso, no processo legislativo admite-se a expansão do rol desses direitos somente no plano internacional, vedada inovação no âmbito interno.

c) A impossibilidade de o próprio titular de direitos renunciar à proteção e permitir que eles sejam violados é chamada pela doutrina de imprescritibilidade dos Direitos Humanos.

d) O Art. 5º, § 2º, da CRFB/88, in verbis: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte", é um exemplo de universalidade dos Direitos Humanos.

e) A relevância da transnacionalidade, como característica dos Direitos Humanos, possui especial aplicabilidade atualmente, orientando os fluxos de refugiados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema teoria geral de direitos humanos.

A alternativa A está incorreta. A universalidade dos Direitos Humanos está explicitamente mencionada em diversos documentos internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), contrariando a afirmação de que não está expressa em tratados.

Declaração Universal de Direitos Humanos. Artigo 1°. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

A alternativa B está incorreta. O princípio da abertura dos catálogos de direitos humanos permite que novos direitos sejam reconhecidos tanto em nível internacional quanto interno. O Art. 5º, § 2º, da CRFB/88 exemplifica essa possibilidade no Brasil, refutando a ideia de vedação interna.

A alternativa C está incorreta. O termo "imprescritibilidade" se refere à característica de direitos humanos de não serem sujeitos a prazos que os extinguem, enquanto a "irrenunciabilidade" descreve a impossibilidade de renúncia aos direitos.

A alternativa D está incorreta. O citado artigo, Art. 5º, § 2º, da CRFB/88, é melhor descrito como um exemplo do princípio da abertura ou complementaridade dos direitos humanos dentro do ordenamento jurídico brasileiro, não diretamente da universalidade.

A alternativa E está correta. Transnacionalidade: Esta característica reflete a ideia de que os direitos humanos não são limitados por fronteiras nacionais e devem ser respeitados independentemente do local onde a pessoa se encontre.

Aplicabilidade aos Refugiados: Especialmente relevante para os refugiados, a transnacionalidade assegura que seus direitos humanos sejam protegidos em qualquer país que se encontrem, refletindo o princípio de universalidade e não-discriminação.

Estatuto dos Refugiados. Art. 1º (...) 2) Que, em conseqüência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do

país no qual tinha sua residência habitual em conseqüência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

QUESTÃO 36. Casos envolvendo o delito de desaparecimento forçado têm sido constante na jurisprudência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, desde a primeira sentença que proferiu no caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras, em 1987. O Tribunal reconhece que se trata de violação múltipla aos direitos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

A respeito do tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Segundo o entendimento da Corte IDH, o crime de desaparecimento forçado é um crime permanente que se prolonga no tempo até que o Estado comprove que o desaparecido já morreu.

II. A proibição do desaparecimento forçado possui status de ius cogens.

III. A Corte IDH reconhece o direito autônomo dos familiares a conhecer a verdade, que compreende não apenas as obrigações estatais derivadas dos artigos 8 e 25 da Convenção, mas também o direito de acesso à informação prescrito no Art. 13.1.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema desaparecimento forçado.

A assertiva I está incorreta. De acordo com a jurisprudência da Corte IDH, o crime de desaparecimento forçado é considerado um crime permanente, que continua ocorrendo enquanto o paradeiro da pessoa desaparecida ou os detalhes de sua morte permanecerem desconhecidos. Esse entendimento foi estabelecido em casos como Velásquez Rodríguez vs. Honduras.

A assertiva II está correta. O status de ius cogens significa que uma norma é obrigatória e aceita pela comunidade internacional de Estados como uma norma da qual não se pode derrogar. A proibição do desaparecimento forçado é considerada uma norma de ius cogens, implicando que todos os Estados devem observá-la independentemente de suas legislações domésticas.

A assertiva III está correta. A Corte IDH reconhece o direito autônomo dos familiares a conhecer a verdade, que compreende não apenas as obrigações estatais derivadas dos artigos 8 e 25 da Convenção, mas também o direito de acesso à informação prescrito no Art. 13.1."

Portanto, considerando que apenas os itens II e III estão corretos e o item I está incorreto, as alternativas A C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 37. Acerca da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, assinale a afirmativa correta.

a) A Carta da OEA foi editada durante a 9ª Conferência Interamericana realizada em Bogotá, em 1948. Em razão da sua finalidade precípua de constituir formalmente a Organização dos Estados Americanos, o referido documento internacional não continha disposições relacionadas aos Direitos Humanos. Com vistas à abordagem desta temática específica, foi posteriormente editada a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

b) A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem é também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, por ter sido adotada durante a Conferência Especializada interamericana sobre Direitos Humanos realizada naquela cidade, em 1969.

c) De acordo com a posição majoritária, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem possui força vinculante. Contudo, vincula apenas aqueles Estados que a ratificaram expressamente, não abrangendo todos os países que ratificaram a Carta da OEA.

d) A Carta da OEA abordou o tema dos Direitos Humanos de forma mais genérica. Já a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem é considerada uma interpretação autêntica dos dispositivos genéricos de proteção dos Direitos Humanos da Carta.

e) A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem foi inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, editada poucos meses antes pela Organização das Nações Unidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

A alternativa A está incorreta. A Carta da OEA, desde sua primeira edição, já continha disposições sobre direitos humanos, embora de forma mais genérica. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, que também foi aprovada em Bogotá em 1948, serviu como um texto mais específico e detalhado sobre direitos humanos na região.

A alternativa B está incorreta. O "Pacto de São José da Costa Rica" é outro nome para a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que é um tratado diferente e foi adotado em 1969, mais de 20 anos após a Declaração Americana.

A alternativa C está incorreta. A Declaração Americana, sendo uma declaração e não um tratado, não possui força vinculante da mesma forma que um tratado internacional teria. Ela é considerada uma fonte de obrigação moral e uma expressão de princípios, mas não é legalmente vinculante como um tratado.

A alternativa D está correta. A Carta da OEA tratou dos direitos humanos de forma mais genérica e a Declaração Americana serviu como uma interpretação mais específica. Assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é considerada interpretação autêntica da Carta das Nações Unidas, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem também é considerada uma interpretação autêntica dos dispositivos genéricos de proteção dos Direitos Humanos da Carta da OEA.

A alternativa E está incorreta. É certo que a Declaração Americana foi diretamente influenciada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela ONU em abril de 1948. Ambas as declarações compartilham muitos princípios e foram criadas em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, visando estabelecer um padrão de direitos humanos à escala global e regional, respectivamente.

No entanto, a Declaração Americana de Direitos Humanos é de dezembro do mesmo ano. Porém, a Declaração Americana se valeu dos trabalhos preparatórios da Declaração Universal. Então, a DUDH inspirou a Declaração Americana.

QUESTÃO 38. Em relação ao controle de convencionalidade, assinale a afirmativa correta.

a) De acordo com a teoria do duplo controle, as normas jurídicas devem guardar compatibilidade não apenas com a respectiva Constituição nacional, mas também com as disposições internacionais acolhidas pelo respectivo Estado-parte. Assim, para ser considerada hígida, a norma deve passar tanto pelo controle de constitucionalidade quanto pelo controle de convencionalidade.

b) Enquanto o controle judicial de constitucionalidade é exercido de modo exclusivo pelo Poder Judiciário nacional, o controle judicial de convencionalidade é exercido de modo exclusivo pelos órgãos internacionais competentes, de acordo com o que preconiza o tratado ou a convenção internacional específica.

c) De acordo com a classificação doutrinária comumente empregada, o controle judicial de convencionalidade realizado no plano internacional, pode ocorrer pela via concentrada ou pela via difusa. Já o controle judicial de convencionalidade realizado no plano interno somente pode ocorrer pela via concentrada, isto é, pelo órgão de cúpula do Poder Judiciário nacional.

d) De acordo com a teoria do duplo controle, impõe-se ao órgão internacional com competência para a realização do controle de convencionalidade que promova, igualmente, o controle de constitucionalidade das normas jurídicas analisadas, aferindo a sua compatibilidade em face da Carta Constitucional do respectivo Estado-parte.

e) Diversamente do que se verifica em relação ao controle de constitucionalidade, comumente atribuído pelas cartas constitucionais a todos os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), no plano nacional, o controle de convencionalidade é imputado ao Poder Judiciário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema teoria do duplo controle.

A alternativa A está correta. Esta afirmativa reflete adequadamente a teoria do duplo controle, que é fundamental no direito internacional dos direitos humanos. Segundo essa teoria, as normas internas de um país devem ser compatíveis tanto com a constituição nacional quanto com os tratados internacionais dos quais o país é parte. Este princípio é especialmente relevante nos sistemas jurídicos que adotam o controle de convencionalidade, como os países que são partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. O controle de convencionalidade é uma análise para assegurar que as leis nacionais estejam em conformidade com os tratados internacionais.

A alternativa B está incorreta. O controle de convencionalidade não é exclusivo dos órgãos internacionais. Na verdade, esse controle é frequentemente realizado pelos tribunais nacionais dos Estados-partes para verificar a conformidade das normas nacionais com os tratados internacionais. Os tribunais internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, realizam um papel de supervisão e última palavra, mas não de exclusividade no controle.

A alternativa C está incorreta. O controle de convencionalidade no plano interno não se limita à via concentrada (único tribunal superior). Ele pode ocorrer tanto de forma concentrada quanto de forma difusa, dependendo do sistema jurídico do país em questão. No Brasil, qualquer juiz ou tribunal pode exercer o controle de convencionalidade em qualquer caso apresentado a ele.

A alternativa D está incorreta. Órgãos internacionais, como a Corte Interamericana, não têm mandato ou jurisdição para realizar controle de constitucionalidade de normas nacionais conforme as constituições dos estados-partes. Eles se limitam ao controle de convencionalidade, verificando a compatibilidade com tratados internacionais.

A alternativa E está incorreta. Segundo Flávia Piovesan, enquanto o controle de convencionalidade é frequentemente associado ao Poder Judiciário, ele não é exclusivo deste poder. Em teoria, todos os poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) deveriam considerar a conformidade das normas com tratados internacionais em suas ações e legislações.

QUESTÃO 39. No que concerne à ação de mandado de segurança, assinale a afirmativa correta.

a) Proferindo o juiz sentença de procedência do pedido, estará ela sujeita ao reexame necessário pelo órgão de segunda instância.

b) A decisão de indeferimento da medida liminar é impugnável pelo recurso de agravo de instrumento, não o sendo, contudo, a que a defere.

c) O juiz poderá, caso repute necessário para a completa instrução do feito, determinar a colheita do depoimento pessoal da autoridade impetrada.

d) O impetrante dispõe do prazo de cento e vinte dias para ajuizar a demanda, contados a partir da edição, pela autoridade impetrada, do ato impugnado.

e) Concedida a segurança, para o fim de assegurar ao impetrante o recebimento de vantagens pecuniárias, não lhe será lícito deduzir pretensão de execução por quantia certa em sede de cumprimento de sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata de diversas regras a respeito do mandado de segurança.

A alternativa A está correta, pois a sua previsão vai ao encontro daquilo que está estabelecido no art. 14, §1º, da Lei 12.016/2009: "Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição". Portanto, perceba que a exigência do duplo grau de jurisdição obrigatório, na sistemática da legislação do mandado de segurança, só existe em caso de procedência do pedido formulado pela parte autora e independe do valor da condenação (trata-se de uma sistemática diferente daquela estabelecida pelo CPC).

A alternativa B está incorreta. Na verdade, por expressa previsão legal, o agravo de instrumento será cabível tanto no deferimento quanto no indeferimento da medida liminar. Isso está disposto no art. 7º, §1º, da Lei 12.016/2009: "Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil".

A alternativa C está incorreta. A propositura do mandado de segurança exige que o direito debatido em juízo seja líquido e certo, o que significa dizer que ele deve ser demonstrável de plano, independentemente de qualquer dilação probatória, logo, não há espaço para a produção de provas dentro do seu procedimento, de modo que o depoimento pessoal da autoridade impetrada não é cabível. Essa exigência de direito líquido e certo pode ser encontrada no art. 1º da Lei 12.016/2009: "Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça".

A alternativa D está incorreta. O prazo mencionado na alternativa está correto, mas o termo inicial indicado está equivocado. Na verdade, de acordo com a legislação, os 120 dias serão contados a partir do momento em que o interessado tomar ciência da prática do ato que poderá ser impugnado por meio do mandado de segurança. Isso está no art. 23 da Lei 12.016/2009: "O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado".

A alternativa E está incorreta. Na verdade, é possível o ajuizamento de um cumprimento de sentença para a cobrança de eventuais vantagens pecuniárias vencidas no período entre o ajuizamento da ação e

a sentença que concede a segurança (a título de ilustração, veja a decisão do STJ no AgInt no REsp 1.968.010). Por exemplo, se um servidor público ajuizar uma ação pleiteando o pagamento de um determinado adicional previsto em lei, as parcelas vencidas entre o ajuizamento da ação e a sentença concessiva da segurança deverão ser cobradas por meio de um cumprimento de sentença, enquanto as parcelas supervenientes à sentença já serão pagas em âmbito administrativo, logo, não há necessidade de cumprimento de sentença em relação a estas últimas. Por fim, as parcelas eventualmente vencidas antes do ajuizamento do mandado de segurança terão de ser cobradas por meio de uma ação própria, em razão das Súmulas 269 ("O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança") e 271 ("Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria"), ambas do STF.

QUESTÃO 40. André intentou ação popular, pleiteando a declaração de nulidade de contrato celebrado entre a Administração Pública e a sociedade empresária X. De acordo com a petição inicial, o contrato impugnado, além de lesivo ao patrimônio público, foi fruto de desvio de finalidade, consubstanciado no propósito de favorecer a empresa contratada. A peça exordial foi distribuída no dia 27 de fevereiro de 2024 a um juízo dotado de competência para matéria fazendária de uma determinada comarca. Após o juízo positivo de admissibilidade da ação, as citações dos litisconsortes passivos ocorreram nos dias 25 e 28 de março de 2024.

Ignorando a iniciativa de André, Bruno também ajuizou ação popular para ver declarado nulo o mesmo contrato, estribando-se, para tanto, no argumento de que a avença padecia de vícios de forma e de incompetência do agente estatal que a firmara. A petição inicial foi distribuída a um outro juízo fazendário da mesma comarca, o que se deu no dia 05 de março de 2024, efetivando-se as citações, após o juízo positivo de admissibilidade da demanda, nos dias 18 e 21 de março de 2024.

Nesse cenário, é correto afirmar que

a) está configurada a conexão entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de André.

b) está configurada a conexão entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de Bruno.

c) está configurada a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de André.

d) está configurada a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de Bruno.

e) não está configurada a conexão nem a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos tramitar separadamente perante os juízos aos quais foi distribuída cada petição inicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata de conexão e continência.

A alternativa A está correta. Em primeiro lugar, é necessário destacar que estamos diante de uma hipótese de conexão, tendo em vista que as ações ajuizadas por Bruno e André, apesar de contarem com diferentes causas de pedir (uma delas se fundamenta em desvio de finalidade, enquanto a outra se fundamenta em desvio de forma e incompetência), possuem o mesmo pedido, que é a declaração de nulidade do contrato firmado entre a Administração Pública e a sociedade empresária X. A respeito do tema, o CPC afirma o seguinte: "Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. §1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado". Assim, considerando a existência de conexão entre as duas ações, e sabendo que nenhuma delas teve sentença, podemos concluir que deve ocorrer a reunião para julgamento conjunto, e, nesse caso, o juízo competente será aquele para o qual foi distribuída a petição inicial de André, pois se trata do juízo prevento, já que a primeira petição inicial foi distribuída naquele local. Essas regras estão nos arts. 58 e 59 do CPC: "Art. 58. A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente. Art. 59. O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo".

Por fim, destacamos que não está presente a continência entre as duas ações, tendo em vista que, para a sua configuração, deve haver identidade de partes e de causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, deve abranger o das demais (art. 56, CPC). Na situação narrada pelo enunciado, como já explicado acima, as partes e a causa de pedir são absolutamente distintas, logo, está totalmente afastada a continência.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 41. No que se refere à disciplina legal dos honorários advocatícios, é correto afirmar que

a) é possível a sua compensação nas hipóteses de sucumbência parcial.

b) é vedada a percepção de honorários sucumbenciais por advogados públicos.

c) os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo, nas hipóteses de perda superveniente do interesse de agir.

d) não serão devidos honorários sucumbenciais quando a parte vitoriosa no processo for advogado atuando em causa própria.

e) não será lícito ao advogado valer-se de ação autônoma para cobrar o respectivo valor, transitando em julgado decisão que tenha sido omissa quanto ao direito aos honorários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema dos honorários advocatícios.

A alternativa A está incorreta. Por expressa disposição legal, é absolutamente vedada a compensação de honorários nas hipóteses de sucumbência parcial. Isso pode ser encontrado no art. 85, §14, do CPC: "Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial".

A alternativa B está incorreta. Tal como os advogados privados, os advogados públicos também possuem direito à percepção de honorários advocatícios, desde que, no âmbito do respectivo ente federativo, exista uma lei regulamentando a questão. O próprio CPC autoriza essa percepção no seu art. 85, §19: "Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei".

A alternativa C está correta. Trata-se de exceção na qual é aplicável o princípio da causalidade, pois a parte que deu causa ao ajuizamento da ação terá o ônus de arcar com os honorários advocatícios decorrentes daquela demanda. Esse regramento pode ser extraído por meio de uma interpretação analógica no art. 85, §10, do CPC: "Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo". Por exemplo, imagine que um servidor público ajuíze uma demanda pleiteando a concessão de um determinado benefício previsto em lei, e, logo após o ajuizamento, a Administração Pública opte por conceder o referido benefício já na via administrativa, o que pode resultar na extinção do processo por perda superveniente do interesse de agir, e, consequentemente, aplicando-se o princípio da causalidade, a responsabilidade pelos honorários pode ser atribuída à própria Administração Pública, já que foi a sua conduta que deu causa ao ajuizamento da ação. Portanto, trata-se de uma situação na qual não se aplica o princípio da sucumbência, segundo o qual os honorários são pagos pela parte derrotada no processo.

A alternativa D está incorreta. Mesmo que o advogado esteja pleiteando em causa própria, ele, por expressa previsão legal, ainda fará jus ao recebimento de honorários advocatícios. Isso está expresso no art. 85, §17, do CPC: "Os honorários serão devidos quando o advogado atuar em causa própria".

A alternativa E está incorreta. Caso venha a transitar em julgado uma sentença que seja omissa a respeito dos honorários advocatícios, é possível que seja posteriormente ajuizada uma ação autônoma para definir o seu valor e, consequentemente, realizar a sua cobrança. Isso está no art. 85, §18, do CPC: "Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança".

QUESTÃO 42. Determinada pessoa jurídica estrangeira intentou demanda em que pleiteava a condenação da parte ré a lhe pagar uma obrigação derivada de contrato por ambas celebrado. Além do pedido principal, a autora requereu lhe fosse deferido o benefício da gratuidade de

justiça, afirmando que não dispunha de condições econômicas que lhe permitissem arcar com as despesas do processo.

Ao tomar contato com a petição inicial, o juiz determinou a intimação do advogado da demandante para que anexasse documentos comprobatórios da alegada hipossuficiência econômica, o que não foi atendido. Na sequência, o magistrado indeferiu o requerimento da gratuidade de justiça e determinou a intimação da autora, uma vez mais na pessoa de seu advogado, para que, no prazo de quinze dias, recolhesse os valores apurados a título de custas processuais e taxa judiciária. Contudo, a postura inerte do causídico persistiu, o que levou o juiz a determinar o cancelamento da distribuição

Sobre esse quadro, assinale a afirmativa correta.

a) O juiz acertou ao determinar o cancelamento da distribuição, sendo a sua decisão impugnável por recurso de apelação.

b) O juiz acertou ao determinar o cancelamento da distribuição, sendo a sua decisão impugnável por recurso de agravo de instrumento.

c) O juiz errou ao assinar o prazo de quinze dias para o recolhimento das custas processuais e taxa judiciária, já que o prazo legal para tanto é de cinco dias.

d) O juiz errou ao determinar a comprovação da alegada hipossuficiência econômica da autora, já que não assiste às pessoas jurídicas estrangeiras o direito à gratuidade de justiça.

e) O juiz errou ao determinar a intimação do advogado da autora para que providenciasse o recolhimento das custas processuais e taxa judiciária, já que o destinatário desse ato intimatório deve ser a própria parte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata da gratuidade de justiça e do seu indeferimento.

A alternativa A está correta. Uma vez tendo ocorrido o indeferimento do pedido de gratuidade de justiça e tendo a parte sido intimada, por meio de seu advogado, para realizar o pagamento das custas processuais e das despesas de ingresso (incluindo, portanto, a taxa judiciária), a inércia da parte após o decurso do prazo de 15 dias é motivo suficiente para que o juiz determine o cancelamento da distribuição. Isso está expresso no art. 290 do CPC: "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias". Além disso, tendo em vista que esse pronunciamento judicial tem o condão de pôr fim à fase cognitiva do procedimento comum, é possível afirmar que se trata de uma sentença (art. 203, §1º, CPC), logo, o recurso adequado para impugnar esse pronunciamento é o recurso de apelação (art. 1.009, CPC).

A alternativa B está incorreta. Como já exposto na alternativa A, o magistrado agiu corretamente ao determinar o cancelamento da distribuição, mas, na verdade, a sua decisão não deve ser atacada por

meio do agravo de instrumento, tendo em vista que não se trata de uma decisão interlocutória, e, sim, de uma sentença (art. 203, §1º, CPC).

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 290 do CPC, já transcrito nos comentários da alternativa A, o prazo legal para que a parte realize o recolhimento das custas processuais e das despesas de ingresso é, sim, de 15 dias, o que torna incorreta essa alternativa.

A alternativa D está incorreta. Na verdade, a gratuidade de justiça pode ser concedida para pessoas naturais e jurídicas, sejam elas brasileiras ou estrangeiras, por disposição expressa do art. 98 do CPC: "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei". Portanto, a pessoa jurídica possui direito à concessão da gratuidade de justiça, independentemente de ser brasileira ou estrangeira, mas desde que realize a devida comprovação da sua hipossuficiência (pois não há presunção de insuficiência financeira em favor delas, como estabelece o art. 99, §3º, do CPC).

A alternativa E está incorreta. O art. 290 do CPC, transcrito nos comentários da alternativa A, expressamente estabelece que a intimação para pagamento das custas e despesas de ingresso deve ser realizada na pessoa do advogado. Logo, no caso concreto narrado pelo enunciado, a conduta do magistrado foi correta.

QUESTÃO 43. Determinado credor, munido de nota promissória representativa de obrigação pecuniária certa, líquida e vencida há pouco tempo, sem que tivesse sido paga, ajuizou ação de conhecimento pleiteando a condenação do devedor a pagar o débito, com os consectários da mora.

Tomando contato com a postulação, o magistrado deverá

a) julgar liminarmente improcedente o pedido do autor.

b) indeferir de plano a petição inicial, haja vista a falta de interesse de agir.

c) converter de ofício o procedimento para o da execução por quantia certa.

d) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, ordenando a citação do réu para apresentar resposta.

e) assinar prazo para que o autor emende a petição inicial, adequando-a à pretensão de execução por quantia certa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata de regras relativas ao procedimento comum e à execução de título extrajudicial.

A alternativa A está incorreta. Não há qualquer embasamento legal para que o magistrado realize o julgamento de improcedência liminar do pedido do autor, tendo em vista que o caso narrado pelo enunciado não se encaixa em nenhum dos incisos do art. 332 do CPC, que são: "I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local".

A alternativa B, C e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. Para entender essa alternativa, é necessário destacar, antes de mais nada, que a nota promissória é um título executivo extrajudicial (art. 784, I, CPC), logo, no caso concreto narrado pelo enunciado, o autor, mesmo munido desse título, optou por ajuizar uma ação de conhecimento, que, ao final, resultará na formação de um título executivo judicial em seu favor. O CPC atual autoriza expressamente essa conduta em seu art. 785: "A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial". Entende-se, portanto, que há interesse de agir nessa hipótese, pois o título executivo judicial acaba sendo mais favorável do que o extrajudicial (por exemplo, o cumprimento de sentença prevê a multa de 10% em caso de ausência de pagamento voluntário, mas a execução de título extrajudicial não possui tal previsão), logo, a parte pode optar por ajuizar uma ação de conhecimento e, ao final, obter o título executivo judicial. Sendo assim, nessa situação específica, ao receber a inicial, o juiz deverá simplesmente ordenar a citação do réu para o prosseguimento do processo, tendo em vista que se trata de um caso de discricionariedade da parte autora, que pode não querer fazer uso da execução de título extrajudicial.

QUESTÃO 44. Depois de ter sido excluída de procedimento de licitação, a sociedade empresária A ajuizou demanda pelo procedimento comum, a fim de ver anulado o ato administrativo que a havia eliminado do certame, e bem assim aquele que adjudicara o seu objeto à sociedade empresária B. Na petição inicial, fez-se constar no polo passivo, apenas, o ente público responsável pela organização e condução do procedimento licitatório.

Tomando contato com a peça exordial, deverá o juiz

a) incluir de ofício no polo passivo a sociedade empresária B, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo necessário, e proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, ordenando a citação dos réus.

b) determinar de ofício a intimação da autora para que, em prazo a lhe ser assinado, emende a inicial para incluir no polo passivo a sociedade empresária B e requerer a sua citação, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo necessário.

c) incluir de ofício no polo passivo a sociedade empresária B, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo facultativo, e proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, ordenando a citação dos réus.

d) determinar de ofício a intimação da autora para que, em prazo a lhe ser assinado, emende a inicial para incluir no polo passivo a sociedade empresária B e requerer a sua citação, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo facultativo.

e) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, só lhe sendo lícito determinar que a autora inclua no polo passivo a sociedade empresária B se o ente público suscitar a questão, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo facultativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre o tema do litisconsórcio.

A alternativa B está correta. Aqui, estamos diante de uma hipótese de litisconsórcio passivo necessário entre o Poder Público e a sociedade empresária B, tendo em vista que, se os pedidos do autor forem providos, eles resultarão na anulação de um determinado ato do procedimento licitatório e, também, na anulação da adjudicação, de modo que, indubitavelmente, a esfera jurídica da sociedade empresária B poderá ser diretamente atingida pela decisão proferida no processo. Assim, estamos diante da hipótese do art. 114 do CPC: "O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes". Estando configurado o litisconsórcio passivo necessário, a sociedade empresária B deverá participar do processo, mas o magistrado não poderá realizar a sua inclusão de ofício, pois isso se trata de uma atribuição conferida ao autor. Logo, a conduta correta a ser adotada por ele é realizar a intimação do autor para que emende a inicial e requeira a citação da sociedade empresária B, conforme o art. 115, parágrafo único, CPC: "Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo".

As alternativas A C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 45. A ação monitória é uma espécie de procedimento especial destinado àquele que, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, desejar obter título executivo judicial, com vistas a obter o cumprimento da obrigação perante o devedor.

Sobre a ação monitória, assinale a afirmativa correta.

a) Não é admissível a ação monitória em face da Fazenda Pública.

b) A ação monitória pode ter como objeto o cumprimento do direito de exigir o adimplemento de obrigação de fazer.

c) A citação por edital não é admitida em sede de ação monitória.

d) Sendo evidente o direito do autor de receber um crédito, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, concedendo ao réu o prazo de três dias para o cumprimento.

e) Cabe agravo de instrumento contra o pronunciamento jurisdicional que acolhe ou rejeita os embargos monitórios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da ação monitória.

A alternativa A está incorreta. Por expressa previsão legal, a ação monitória contra a Fazenda Pública também é admissível. Isso está no art. 700, §6º, do CPC: "É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública".

A alternativa B está correta. Ao contrário do que se costuma imaginar, a ação monitória não se destina exclusivamente ao cumprimento de obrigações de pagar quantia. Na verdade, ela também pode ser utilizada para obter o direito de entrega de coisa e para obter o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer. Isso pode ser extraído a partir da leitura dos seguintes dispositivos do CPC: "Art. 700. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: [...] III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer. [...] Art. 701. Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa".

A alternativa C está incorreta. O CPC, ao tratar da ação monitória nos arts. 700 a 702, não fez qualquer ressalva a respeito do não cabimento da citação por edital nesse procedimento, razão pela qual é possível afirmar a aplicabilidade do regramento geral, e, consequentemente, a citação por edital poderá ser realizada nas hipóteses estabelecidas no art. 256 do CPC (como, por exemplo, quando o citando estiver situado em lugar ignorado, incerto ou inacessível).

A alternativa D está incorreta. Essa alternativa está quase integralmente correta, mas o erro está no prazo mencionado, o qual não é de 3 dias, e, sim, de 15 dias. Isso pode ser visto no art. 701 do CPC: "Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa".

A alternativa E está incorreta. Na verdade, o recurso adequado contra a decisão que acolhe ou rejeita os embargos monitórios é o recurso de apelação. Isso está expresso no art. 702, §9º, do CPC: "Cabe apelação contra a sentença que acolhe ou rejeita os embargos".

QUESTÃO 46. Menor absolutamente incapaz, devidamente representado por sua genitora, intentou ação pelo procedimento comum em face da operadora de plano de saúde contratada por sua família, tendo pleiteado a condenação da ré a lhe custear um medicamento de uso permanente cuja cobertura lhe fora negada. Na petição inicial, foi requerida, também, a concessão de tutela provisória, consubstanciada na edição de ordem judicial para que a demandada imediatamente custeasse o valor do medicamento prescrito para o autor.

Apreciando a peça exordial, o magistrado procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, ordenando a citação da parte ré, embora tivesse ressalvado que o requerimento da tutela provisória somente seria examinado após a vinda da contestação.

Regularmente citada, a ré ofertou a sua peça contestatória, a que se seguiu a intimação do órgão de Ministério Público, que se pronunciou no sentido de que fosse deferida a tutela provisória vindicada na petição inicial.

Não obstante, o juiz da causa, entendendo que o feito já se encontrava completamente instruído, proferiu de imediato sentença de mérito em que julgava procedente o pleito autoral.

Tomando ciência da sentença, constatou o órgão ministerial que nenhum de seus tópicos continha a menção à concessão da tutela provisória, razão pela qual protocolizou, sete dias úteis depois de sua intimação pessoal, o recurso de embargos de declaração requerendo a apreciação e o deferimento da medida em favor do demandante, ponto em relação ao qual alegou ter ficado caracterizada a omissão do órgão julgador no ato sentencial.

É correto afirmar, sobre esse quadro, que os embargos de declaração manejados pelo órgão do Ministério Público

a) não merecem ser conhecidos, haja vista a sua intempestividade.

b) não merecem ser conhecidos, haja vista a sua ilegitimidade recursal.

c) não merecem ser conhecidos, haja vista a falta de interesse recursal.

d) merecem ser conhecidos, porém desprovidos, já que não ficou configurado o vício da omissão.

e) merecem ser conhecidos e providos, para o fim de se apreciar e deferir o requerimento de tutela provisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos embargos de declaração.

A alternativa E está correta. Em primeiro lugar, quanto à tempestividade, percebemos que o recurso do órgão ministerial foi interposto dentro do prazo legal, tendo em vista que os embargos de declaração possuem, como regra, o prazo de 5 dias para a sua interposição, mas o Ministério Público goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações (arts. 180 e 1.023, CPC), logo, ele poderia apresentar esse recurso no prazo de 10 dias úteis. Além disso, o Ministério Público possui legitimidade recursal nessa hipótese (art. 996, CPC), pois está atuando como fiscal da ordem jurídica em um processo que envolve interesse de incapaz (art. 178, II, CPC), assim como também possui interesse recursal, tendo em vista que o direito protegido por ele (ou seja, o interesse do incapaz) foi afetado pela omissão do magistrado, pois a concessão da tutela, ainda que em sentença, permitiria à parte a obtenção imediata do medicamento e retiraria o efeito suspensivo de eventual apelação interposta pela operadora do plano de saúde (art. 1.012, §1º, V, CPC). Por todas essas razões, o recurso ministerial deverá ser conhecido e, no mérito, deverá ser provido, já que os requisitos da tutela provisória estão presentes, pois o magistrado, em cognição exauriente, já se convenceu do direito da parte autora (*fumus boni juris*), e, do

mesmo modo, está presente o requisito da urgência, pois se trata de uma demanda envolvendo o exercício do direito à saúde (*periculum in mora*), que não pode aguardar o resultado final do processo.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme comentários da alternativa E.

QUESTÃO 47. Pedro é autor de ação ordinária em face da sociedade Carros Bonitos Ltda. em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Ponto Chique - MG, pugnando pela condenação desta última a efetuar a troca de veículo adquirido em sua unidade, o qual fora alegadamente vendido com vício oculto, bem como a lhe pagar indenização por danos materiais e morais.

No curso da fase instrutória, Pedro identificou que os sócios da Carros Bonitos Ltda. estavam praticando atos ilícitos em detrimento do patrimônio social, motivo pelo que requereu a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

a) O requerimento deve ser indeferido, pois a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível apenas no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

b) Admitido o incidente pelo juiz, não haverá suspensão do processo, que poderá prosseguir de forma simultânea.

c) O incidente será resolvido por decisão interlocutória, impugnável por meio de recurso de apelação.

d) O pedido de Pedro não impediria que o juiz, de ofício, instaurasse o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

e) Instaurado o incidente, o sócio será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, além de ser admissível no cumprimento de sentença e na execução de título executivo extrajudicial, é cabível também em todas as fases do processo de conhecimento. Isso está expresso no art. 134 do CPC: "O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial".

A alternativa B está incorreta. No caso concreto narrado pelo enunciado, considerando que a parte autora requereu a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no curso do processo de conhecimento, é correto afirmar que a instauração terá o condão de suspender o processo.

A suspensão apenas não ocorreria se a instauração do incidente fosse requerida juntamente com a petição inicial. Isso está previsto no art. 134, §§2º e 3º do CPC: "§2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica. §3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do §2º".

A alternativa C está incorreta. Está correto afirmar que o incidente de desconsideração da personalidade jurídica será resolvido por meio de uma decisão interlocutória, pois isso está expresso no art. 136 do CPC: "Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória". Todavia, o recurso cabível não é o recurso de apelação, e, sim, o agravo de instrumento, como se pode ver a partir da leitura do art. 1.015, IV, do CPC: "Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: [...] IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica".

A alternativa D está incorreta. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não pode ser instaurado de ofício. Por expressa disposição legal, é obrigatório o prévio pedido da parte ou do Ministério Público, conforme o art. 133 do CPC: "O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo".

A alternativa E está correta. Essa alternativa praticamente copiou a literalidade do art. 135 do CPC: "Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias". Portanto, no caso apresentado pelo enunciado, com a instauração do incidente, os sócios da pessoa jurídica Carros Bonitos Ltda serão citados para que, no prazo de 15 dias, possam se manifestar a respeito do pedido de desconsideração e, também, possam requerer as provas que entendem ser adequadas para demonstrar o não preenchimento dos requisitos da desconsideração.

QUESTÃO 48. Karina formulou requerimento de tutela cautelar antecedente em face de Rafael, pleiteando o sequestro de dois automóveis que estão sob a posse desse último, com o intuito de preservar a efetividade da futura ação de rescisão do negócio jurídico. Rafael não contestou o pedido.

O juízo deferiu a tutela em 20/05/2023. O sequestro do primeiro automóvel, por sua vez, foi realizado em 30/05/2023. O sequestro do segundo automóvel, a seu turno, foi efetivado em 20/09/2023. Karina formulou o pedido principal em 25/09/2023.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) No momento da formulação do pedido principal, já havia sido ultrapassado o prazo previsto no Código de Processo Civil, de modo que a tutela cautelar deverá perder sua eficácia e o processo ser extinto sem exame do mérito.

b) Karina não pode aditar a causa de pedir no momento da formulação do pedido principal.

c) A formulação do pedido principal prescinde do adiantamento de novas custas processuais.

d) O prazo para formulação do pedido principal tem início na data de concessão da tutela cautelar.

e) A ausência de contestação do pedido não induz à presunção de veracidade dos fatos alegados pela autora.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata da tutela cautelar concedida em caráter antecedente.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, o CPC define que o pedido principal deve ser formulado em até 30 dias, contados da efetivação da tutela cautelar. Isso está expresso no seu art. 308: "Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais". Portanto, no cenário apresentado pela questão, verificamos que a tutela cautelar foi efetivada em 20/09/2023, enquanto o pedido principal foi apresentado em 25/09/2023, logo, não foi ultrapassado o prazo legal de 30 dias.

A alternativa B está incorreta. Por expressa previsão legal, a causa de pedir apresentada juntamente com o pedido de tutela cautelar antecedente pode vir a ser aditada pela parte autora no momento de formulação do pedido principal. Isso está no art. 308, §2º, do CPC: "A causa de pedir poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal".

A alternativa C está correta. A parte autora, ao formular o pedido de tutela cautelar em caráter antecedente, já realiza o recolhimento de custas processuais, razão pela qual, no momento de formulação do pedido principal, não haverá o pagamento de novas custas, tendo em vista que o pedido principal também será formulado nos mesmos autos. Isso pode ser visto na parte final do *caput* do art. 308 do CPC: "Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais".

A alternativa D está incorreta. Como já mencionado nos comentários da alternativa A, o prazo de 30 dias para a formulação do pedido principal é contado a partir da data da efetivação da tutela cautelar (art. 308, CPC).

A alternativa E está incorreta. A falta de contestação por parte do réu irá resultar na aplicação da revelia e do seu efeito material, que é a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor. Isso pode ser visto no art. 307 do CPC: "Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 5 (cinco) dias".

QUESTÃO 49. Gerson, residente na Comarca do Rio de Janeiro-RJ, ajuizou ação reivindicatória em face de Denise, residente na Comarca de Maricá-RJ. Segundo narrado na petição inicial, Denise vem ocupando irregularmente um imóvel de propriedade de Gerson, localizado na

Comarca de Saquarema-RJ, há cerca de dois anos. A demanda foi distribuída à 1ª Vara Cível da Comarca de Maricá.

Ao realizar a admissibilidade da petição inicial, caberá ao juiz

a) determinar a citação de Denise, por se tratar de juízo competente para apreciar a causa.

b) declinar a competência em favor de um dos Juízos da Comarca de Saquarema, que é o juízo competente para apreciar a pretensão reivindicatória de Gerson.

c) determinar a citação de Denise e, caso não haja manifestação em sede de contestação, haverá a prorrogação da competência do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Maricá, por se tratar de incompetência relativa.

d) suscitar conflito negativo de competência, remetendo os autos ao Tribunal de Justiça para que defina qual é a Comarca competente, uma vez que o domicílio da ré não é o mesmo no qual o imóvel está situado.

e) declinar a competência em favor de um dos Juízos Cíveis da Comarca do Rio de Janeiro-RJ, que é o juízo competente para apreciar a pretensão reivindicatória de Gerson.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata das regras de competência do processo civil.

A alternativa B está correta. Na situação apresentada pelo enunciado, a parte autora propôs uma ação relativa a direito de propriedade, pois buscou reivindicar um imóvel seu que estava sofrendo uma ocupação irregular há aproximadamente dois anos. Por essa razão, é possível afirmar que estamos diante de uma hipótese de competência absoluta do foro de situação do imóvel, que, nesse caso, é o juízo cível da Comarca de Saquarema/RJ, como estabelece o art. 47, *caput* e §1º, do CPC: "Art. 47. Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa. §1º O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova". Sendo assim, por se tratar de uma competência absoluta, o autor não pode optar por ajuizar a demanda no foro de domicílio do réu, e, consequentemente, o juízo da Comarca de Maricá/RJ deve reconhecer a sua incompetência de ofício (art. 64, §1º, CPC) e determinar a remessa dos autos ao juízo competente.

As alternativas, A, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 50. Aristóteles é citado em ação movida por Sócrates. O objetivo da ação é a demolição parcial de imóvel urbano, constando do registro imobiliário que Aristóteles é o proprietário do bem. No dia seguinte à citação, Aristóteles vende o imóvel a Heráclito (ambos sabiam que a ação estava para ser proposta). Em seguida, Aristóteles comunica o negócio ao juízo em que corre a

ação, juntando cópia da escritura, na qual o comprador assume os riscos da aquisição e o ônus de contestar as ações que existissem.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Caso não ocorra o ingresso voluntário de Heráclito, o juiz deve intimar o autor para, sob pena de extinção, integrar o comprador ao polo passivo, de modo a possibilitar a ampla defesa.

b) Heráclito pode imediatamente assumir o polo passivo, em sucessão ao réu originário, mesmo contra a vontade do autor, pois os pressupostos necessários (concordância do réu e legítimo interesse) estão demonstrados.

c) Sócrates pode, não obstante a escritura, recusar o ingresso de Heráclito como sucessor do réu originário, e, ainda assim, a eventual sentença de procedência será oponível a este.

d) O litisconsórcio será facultativo, mas, por força dos limites subjetivos da coisa julgada, se não houver o ingresso do comprador, a eventual sentença não será oponível a este.

e) A posição do comprador será a de assistente simples, e ainda que o autor concorde, o juiz não pode deferir a sucessão de réu, depois da citação, pois isso está fora das taxativas hipóteses legais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema da alienação de bem litigioso.

A alternativa A está incorreta. O mero fato de Heráclito ter adquirido o imóvel que era de propriedade de Aristóteles (sujeito passivo originário) não é suficiente para alterar a legitimidade das partes da demanda que já está em curso. Isso está expresso no *caput* do art. 109 do CPC: "A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes". Portanto, não há qualquer fundamentação legal para que o magistrado ordene a integração do comprador ao polo passivo da ação.

A alternativa B está incorreta. Como já dito acima, a mera alienação do bem litigioso não é, por si só, suficiente para que a legitimidade das partes seja alterada, mas, desde que haja a concordância da parte contrária, é possível que, nesse caso, o adquirente (Heráclito) ingresse no polo passivo do processo em sucessão ao alienante (Aristóteles). Isso pode ser visto no §1º do art. 109 do CPC: "O adquirente ou cessionário não poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, sem que o consinta a parte contrária".

A alternativa C está correta. É perfeitamente possível que Sócrates não consinta com o ingresso de Heráclito como sucessor do réu originário (Aristóteles), tendo em vista que o art. 109, §1º, do CPC, atribui a ele o direito potestativo de concordar ou não concordar com essa sucessão. Todavia, independentemente disso, a sentença prolatada no âmbito do processo irá ter seus efeitos estendidos também ao adquirente do bem (Heráclito), por disposição expressa do §3º do art. 109 do CPC: "Estendem-se os efeitos da sentença proferida entre as partes originárias ao adquirente ou cessionário".

Logo, mesmo que Sócrates não concorde com a sucessão, Heráclito ainda será atingido pelos efeitos da decisão proferida.

A alternativa D está incorreta. Como foi exposto nos comentários da alternativa C, os efeitos da decisão proferida no processo irão atingir também a esfera jurídica do adquirente, independentemente de ele ter, ou não, sucedido o alienante no processo (art. 109, §3º, CPC).

A alternativa E está incorreta. Como já visto anteriormente, a sucessão do alienante pelo adquirente é possível, tendo em vista que o imóvel litigioso foi alienado por um ato entre vivos, logo, estamos diante da situação prevista no *caput* do art. 109 do CPC. Além disso, caso a parte contrária não concorde com a sucessão e, mesmo assim, o adquirente queira ingressar no processo, poderá fazê-lo como assistente litisconsorcial (não será um mero assistente simples), como estabelece o §2º do art. 109 do CPC: "O adquirente ou cessionário poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial do alienante ou cedente".

QUESTÃO 51. Felipe, brasileiro nato, casado, estudante, 16 anos de idade; Renata, brasileira nata, solteira, servidora pública efetiva 17 anos de idade; e Valter, brasileiro naturalizado viúvo, aposentado, 83 anos de idade, resolveram constituir uma associação.

Entre os três, a capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil encontra-se em

a) Valter, apenas.

b) Felipe e Valter, apenas.

c) Renata e Valter, apenas.

d) Felipe e Renata, apenas

e) Felipe, Renata e Valter.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão trata sobre capacidade. O artigo 5º informa que a menoridade cessará após os dezoito anos completos, e, para os menores de 18 anos, cessará nas situações previstas no seu parágrafo único. No caso de Felipe, cessou em virtude do casamento (inciso II do parágrafo único do artigo 5º); em relação à Renata, pelo fato de ser servidora pública efetiva (inciso III do parágrafo único do artigo 5º); já Valter, é civilmente capaz para a prática dos atos da vida civil. Veja literalidade do Código Civil: "Art. 5º **A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.** Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; II - pelo casamento; III - pelo exercício de emprego público efetivo; IV - pela colação de grau em curso de ensino superior; V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação

de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria."

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 5 do Código Civil, as três pessoas mencionadas possuem a capacidade civil completa. Por tanto, está incorreto dizer que somente Valter é capaz.

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 5 do Código Civil, as três pessoas mencionadas possuem a capacidade civil completa. Por tanto, está incorreto dizer que somente Renata é incapaz.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 5 do Código Civil, as três pessoas mencionadas possuem a capacidade civil completa. Por tanto, está incorreto dizer que somente Felipe é incapaz.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 5 do Código Civil, as três pessoas mencionadas possuem a capacidade civil completa. Por tanto, está incorreto dizer que somente Valter é incapaz.

A alternativa E está correta. Conforme art. 5 do Código Civil, as três pessoas mencionadas possuem a capacidade civil completa, por tanto, é a alternativa correta.

QUESTÃO 52. Acerca das preferências creditórias do Código Civil, o Superior Tribunal de Justiça vem exercendo, por sua jurisprudência, uma releitura acerca da posição de determinados créditos em concurso de credores.

Nesse sentido, assinale a afirmativa correta.

a) O crédito hipotecário prefere àquele decorrente do IPTU e este, ao condominial.

b) O crédito decorrente do IPTU prefere ao crédito hipotecário e este, ao condominial.

c) O crédito hipotecário prefere ao crédito de IPTU e este, ao condominial.

d) O crédito condominial prefere ao crédito de IPTU e este, ao hipotecário.

e) O crédito decorrente do IPTU prefere ao crédito condominial

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

Para responder esta questão vamos analisar o julgado do Resp 1.584.162: "Sendo assim, considerando a primazia dos créditos de natureza tributária estabelecida pelo ordenamento jurídico, a sua satisfação terá preferência à do crédito condominial, devendo ser afastado o argumento utilizado pelo TJ-SP de preferência absoluta dos créditos condominiais, dada a sua natureza propter rem", concluiu a ministra ao acolher o recurso do município paulista. Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ. REsp 1.584.162". Em base a este julgado, já temos claro que os créditos tributários têm preferência aos créditos condominiais. Já o crédito condominial tem preferência sobre o crédito hipotecário, nos termos do De acordo § 1º do art. 908 do CPC/15, somente depois de descontados os valores relativos aos

débitos condominiais, deve o valor restante apurado com a venda do bem ser vertido ao credor hipotecário. Veja: "Art. 908. Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências. § 1º No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência."

A alternativa E está correta. Conforme entendimento jurisprudencial acima colacionado e o Código de Processo Civil, a ordem de preferência dos créditos será: créditos tributários, como o IPTU; créditos condominiais e créditos referentes a direitos que recaem sobre bens, como a hipoteca.

Nessa perspectiva, as alternativas A, B, C e D estão incorretas, por apresentar a ordem de preferência equivocada.

QUESTÃO 53. Mário, depois de receber diagnóstico de enfermidade que poderia comprometer seu discernimento, convidou seus irmãos, João e Rita, para auxiliá-lo na tomada de decisões que envolvessem negócios jurídicos de certo valor. Depois de reduzirem a termo particular a disciplina do apoio, Mário pediu ajuda a seus irmãos acerca da locação do imóvel de sua titularidade. Rita aconselhou que fosse contratada a locação, à qual João se opôs, por considerar o aluguel baixo. Mário acolheu o conselho de Rita e decidiu realizar a contratação.

De forma a precaver o prejuízo do irmão, João propôs uma medida judicial para obstar a locação e requereu que fosse fixado um valor mínimo para a locação.

Acerca do pleito de João, é correto afirmar que o juízo deve

a) respeitar a decisão da maioria e não acolher o pleito.

b) acolher o pedido ante a ausência de unanimidade dos apoiadores.

c) acolher o pedido, pois a decisão apoiada depende de homologação judicial.

d) não conhecer do pedido, pois a tomada de decisão apoiada requer forma pública.

e) não acolher o pleito, visto que não houve autorização judicial para a tomada de decisão apoiada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A tomada de decisão apoiada não é válida se feita por meio de instrumento particular, pois necessariamente deverá ser estabelecida por meio de sentença. Veja CPC: "Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade. § 1 º Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a

pessoa com deficiência e os apoiadores devem **apresentar termo** em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar. § 3º **Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.**"

As alternativas A, B, C e D estão incorretas. Conforme CPC, a ação movida por João não deve ser acolhida, já que perante a lei, não existe o direito de assistir o irmão por meio de tomada de decisão apoiada.

A alternativa E está correta. Conforme CPC, o instituto da decisão apoiada somente ocorre por meio de autorização judicial, por tanto, o juízo não deve acolher o pleito.

QUESTÃO 54. A ARKT S.A. celebrou contrato com a CLNG Ltda., com prazo de vigência de cinco anos, pelo qual a segunda prestaria serviços de limpeza e conservação do edifício em que funciona a sede da primeira. O contrato previa particularmente a obrigação de que as vidraças externas fossem limpas ao menos uma vez por semana e continha cláusula que previa a possibilidade de resolução em caso de descumprimento dessa obrigação. Ocorre que, no início do terceiro ano, a CLNG deixou de fazer a limpeza das vidraças por três semanas consecutivas, alegando que a sociedade que lhe aluga os andaimes necessários à atividade externa interrompeu os serviços, de modo que, enquanto não conseguisse outra fornecedora, estava impedida de cumprir com sua obrigação. Diante do exposto, se ARKT quiser por fim ao contrato.

a) deverá ajuizar ação judicial de rescisão do contrato, para desconstituir o negócio jurídico firmado entre as partes, sem efeitos retroativos.

b) não poderá fazê-lo, visto que a exigibilidade da obrigação de limpar as vidraças externas está suspensa por força maior, que causa impossibilidade temporária.

c) bastará notificar extrajudicialmente a CLNG de sua decisão, fundada na cláusula resolutiva expressa do contrato que inclui o inadimplemento da obrigação de limpar as vidraças externas.

d) deverá ajuizar ação judicial declaratória, que reconhecerá a extinção automática do negócio desde a primeira semana de não cumprimento, em razão da condição resolutiva expressa constante do contrato.

e) não precisará adotar qualquer providência, pois o contrato foi extinto de pleno direito quando a CLNG descumpriu a obrigação de que as vidraças fossem limpas ao menos uma vez por semana, ante a previsão contratual nesse sentido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A banca entendeu como correta a alternativa C, que determina a exigência da notificação extrajudicial, para a resolução do contrato por descumprimento de cláusula resolutiva expressa. Contudo, a notificação extrajudicial não é necessária. Vejamos.

É assente o entendimento do STJ no sentido de que "a cláusula resolutiva expressa não possui efeito automático em relação à posse derivada de promessa de compra e venda de imóvel, diante da necessidade de observância do princípio da boa-fé objetiva" (AgInt no AREsp 1170673 / RS).

Ainda, "segundo o enunciado n. 369 da Súmula do STJ, 'no contrato de arrendamento mercantil (leasing), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora'. Antes das alterações promovidas pela Lei n. 13.043/2014 ao Decreto-lei n. 911/1969, essa comprovação da mora poderia ser efetuada alternativamente por dois meios distintos: i) por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos; ou ii) pelo protesto do título, realizado pelo Tabelionato de Protesto" (AgRg no AREsp 777003/PR). Ademais, "no Decreto-Lei nº 745/69, que dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22 do Decreto-Lei nº 58/37, admite que a cláusula resolutiva expressa se opere de pleno direito, mas exige que a interpelação do credor seja por via judicial ou por intermédio de cartório de Registro de Títulos e Documentos" (REsp 2044407/SC, DJe 23/11/2023). Veja-se que nos dois primeiros casos a cláusula resolutiva expressa não operou plenos efeitos, mas apenas e tão somente no tocante à retomada do bem, imóvel – no caso compra e venda e/ou compromisso de compra e venda de imóveis – ou móvel – no caso de arrendamento mercantil. Em ambos os casos, porém, a resolução do contrato já se operou. O terceiro caso elucida bem tal entendimento, pois mesmo no caso de bem imóvel, a cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito, exigindo-se apenas a interpelação para fins de comprovação de mora para retomada de bem.

Dessa forma, conclui-se que a interpelação é exceção, necessária quando se trata de imóvel, leasing etc., apenas para os casos em que se torna necessária a verificação de consequências outras para a mora. Para os contratos em geral, a regra é não se exigir qualquer medida outra, por força o 474, do Código Civil. Do contrário, toda vez que um contratante fosse vítima do inadimplemento da parte contrária, se exigir interpelação, onerando-se a relação contratual de maneira desproporcional. O gabarito apresentado pela banca tomou julgados do STJ aplicáveis a situações distintas – retomada de bem em compromisso de compra e venda e arrendamento mercantil, por meio de ação de reintegração de posse e ação de busca e apreensão, respectivamente –, excepcionais, como regra, contrariando a própria letra do art. 474 do CC.

A alternativa A está <u>incorreta.</u> Não há necessidade de ajuizar ação judicial para extinguir o contrato. Se uma das partes não cumpriu suas obrigações, o contrato foi extinto de pleno direito. Veja Código Civil: "Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor. Parágrafo único. Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial. Art. 474. A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial."

A alternativa B está <u>incorreta.</u> Se não há tal previsão no contrato, não pode ser alegada a força maior de uma terceira empresa que não tem conexão com o contrato entre ARKT S.A. e CLNG Ltda.

A alternativa C está incorreta. Se não há tal previsão no contrato, não há necessidade de notificação extrajudicial. De acordo com o artigo 474 do Código Civil, a resolução é automática, não depende de notificação.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o artigo 474 do Código Civil, a resolução é automática, não depende de aprovação judicial.

A alternativa E está correta. Pois o contrato se considera extinto de pleno direito assim que uma das partes não cumpriu sua obrigação, nos termos do artigo 474 do Código Civil, acima já transcrito.

QUESTÃO 55. Frederico e Guilherme são proprietários de terrenos vizinhos em uma região rural no interior de Goiás. Entre seus terrenos há algumas frondosas pitangueiras.

Sobre essas árvores e seus frutos, assinale a afirmativa correta.

a) Se Guilherme plantar em seu próprio terreno usando sementes furtadas de Frederico, perderá, em benefício deste, a parte do imóvel em que as árvores florescerem.

b) Se os frutos da árvore cujo tronco está no terreno de propriedade de Frederico caírem no solo do terreno de Guilherme, Frederico poderá ingressar no imóvel para recolhê-los.

c) Caso Frederico plante uma pitangueira na parte do terreno que pertence a Guilherme, perderá a árvore em proveito deste, sem direito a ressarcimento, ainda que tenha agido de boa-fé.

d) Caso a árvore cujo tronco estiver precisamente na linha divisória se enraizar por ambos os terrenos, presume-se que a planta se tornará objeto de condomínio entre Frederico e Guilherme.

e) Se os ramos da árvore, cujo tronco está situado no terreno de Frederico, atravessarem o plano vertical divisório e entrarem no terreno de Guilherme, este precisará de prévia autorização judicial para cortá-los.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Conforme Código Civil, quem planta em sua propriedade com sementes alheios, é obrigado a pagar o valor ao proprietário das sementes. Não é correto afirmar que o proprietário das sementes será direito ao imóvel onde elas foram plantadas. Veja o Código Civil: " Art. 1.254. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno próprio com sementes, plantas ou materiais alheios, adquire a propriedade destes; mas fica obrigado a pagar-lhes o valor, além de responder por perdas e danos, se agiu de má-fé."

A alternativa B está incorreta. Em caso de que os frutos caiam no terreno vizinho, pertencem ao dono do solo onde caíram, nos termos do Código Civil: "Art. 1.284. Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular."

A alternativa C está incorreta. Pois se Frederico plantou se boa-fé, terá direito a indenização, nos termos do Código Civil: "Art. 1.255. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções; se procedeu de boa-fé, terá direito a indenização."

A alternativa D está correta. Conforme Código Civil, a árvore pertence a ambos, veja: "Art. 1.282. A árvore, cujo tronco estiver na linha divisória, presume-se pertencer em comum aos donos dos prédios confinantes". Por tanto, alternativa correta.

A alternativa E está incorreta. Em caso de que os ramos da árvore ultrapassem o prédio de quem o plantou em sua propriedade, poderá ser cortado pelo proprietário do terreno invadido, sem autorização prévia, nos termos do Código Civil: "Art. 1.283. As raízes e os ramos de árvore, que ultrapassarem a estrema do prédio, poderão ser cortados, até o plano vertical divisório, pelo proprietário do terreno invadido".

QUESTÃO 56. Cecilia, 30 anos, e Edgar, 35 anos, celebraram pacto antenupcial para adotar o regime da participação final nos aquestos. No entanto, antes mesmo da chegada do mês da celebração do casamento, houve uma briga entre o casal, que decidiu romper por diferenças irreconciliáveis.

Nesse caso, o pacto antenupcial deve ser considerado

a) nulo.

b) ineficaz

c) anulável.

d) revogado.

e) inexistente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa B está correta. Nos termos do Código Civil, o pacto antenupcial que não lhe seguir o casamento, será considerado ineficaz, veja: "Art. 1.653. É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento."

A alternativas A C, D e E estão incorretas. Não havendo casamento, esse pacto embora exista não tem eficácia, por tanto, não há como revogar ou anular um pacto ineficaz.

QUESTÃO 57. Jorge e Ana são locadores de um apartamento e Carlos, locatário. No contrato, foi estipulado que o prazo para eventual pretensão de cobrança do valor do aluguel seria de cinco

anos. Carlos e Ana, seis meses antes do término da locação, iniciaram relacionamento afetivo. Terminada a locação, Carlos deixou o imóvel, contraiu matrimônio com Ana sob o regime da separação total de bens e passou a morar com ela em outro endereço, Carlos entregou as chaves do apartamento para large, mas deixou de pagar o último mês de aluguel. De forma a não criar embaraços familiares, Jorge e Ana não cobraram o débito de Carlos. Passados seis anos do casamento, o casal se divorciou e Jorge pretende reaver o valor devido por Carlos.

Sobre a pretensão de Jorge, assinale a afirmativa correta.

a) Encontra-se prescrita, pois o prazo de três anos, além de não poder ser alterado, já se esgotou.

b) É exigível, uma vez que o prazo decadencial de cinco anos ainda não expirou

c) não é mais exigível, pois o prazo de cinco anos previsto no contrato já se esgotou.

d) Decaiu, pois o prazo de cinco anos previsto no contrato já se esgotou.

e) Permanece exigível, pois o casamento de Ana é motivo de suspensão da prescrição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. A pretensão relativa a aluguéis prescreve em 3 anos, pois há previsão legal específica neste sentido, não podendo ser alterado por instrumento particular, nos termos do Código Civil: "Art. 206. Prescreve:§ 3 o Em três anos: I - a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;". Já em relação a interrupção da prescrição entre os conjunges, a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível, nos termos do Código Civil: "Art. 197. Não corre a prescrição: I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; Art. 201. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível."

A alternativa B está incorreta. O prazo prescricional é de 3 anos, conforme art. 206 do Código Civil acima transcrito. Os prazos prescricionais não podem ser alterados pelas partes. Ademais, a obrigação não é exigível, pois o prazo legal foi esgotado.

A alternativa C está incorreta. O prazo prescricional é de 3 anos, conforme art. 206 do Código Civil acima transcrito. Os prazos prescricionais não podem ser alterados pelas partes e o prazo prescricional de 3 anos já se esgotou.

A alternativa D está incorreta. O prazo prescricional é de 3 anos, conforme art. 206 do Código Civil acima transcrito. Os prazos prescricionais não podem ser alterados pelas partes e o prazo prescricional de 3 anos já se esgotou.

A alternativa E está incorreta. Em relação a interrupção da prescrição entre os conjunges, a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível, nos termos dos artigos 197 e 206 do Código Civil, acima já transcritos.

QUESTÃO 58. ***A Farmácia A Ltda. e a Drogaria B Ltda*****. mantêm, entre si, conta corrente oriunda da venda de medicamentos de uma para a outra. Quando o cliente não encontra um remédio em uma, a outra fornece e vice-versa. Pactuam que, no último dia útil de cada mês, o saldo devedor deve ser quitado em espécie, sob pena de juros de mora de 0,5% no primeiro mês de atraso e de 1% nos meses subsequentes. Acordaram, por fim, que cada saldo devedor não pago seria independente em relação a eventuais outros.**

Nos últimos dois meses, a *Drogaria B*. Ltda. teve problemas de caixa e não conseguiu quitar os dois débitos que se acumularam. No entanto, mesmo após o vencimento da segunda dívida, conseguiu entregar certo valor à *Farmácia A Ltda.*, cujo montante foi suficiente para um dos débitos e, parcialmente, para o outro. Ante a ausência de oposição da *Farmácia A Ltda*., é correto dizer que o valor entregue

a) quitou o débito mais antigo.

b) nada quitou, ante a ausência de recibo.

c) quitou o débito mais oneroso.

d) quitou ambos os débitos.

e) nada quitou, pois o valor não foi integral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Ante a ausência de especificação por parte da Drogaria B. Ltda de qual débito estaria quitando com o valor repassado, cabe a Farmácia A. Ltda aplicar o Código Civil: "Art. 352. A pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos. Art. 355. Se o devedor não fizer a indicação do art. 352, e a quitação for omissa quanto à imputação, está se fará nas dívidas líquidas e vencidas em primeiro lugar. Se as dívidas forem todas líquidas e vencidas ao mesmo tempo, a imputação far-se-á na mais onerosa". Por tanto, se pagará primeiro a dívida mais antiga.

A alternativa B está incorreta. Não há necessidade de recibo para considerar o dinheiro recebido para fins de pagamento, já que já há um contrato entre as partes. Porém, ante a ausência de especificação por parte da Drogaria B. Ltda de qual débito estaria quitando com o valor repassado, se pagará primeiro a dívida mais antiga, nos termos do artigo 355 do Código Civil, acima transcrito.

As alternativas C, D e E estão incorretas. Ante a ausência de especificação por parte da Drogaria B. Ltda de qual débito estaria quitando com o valor repassado, se pagará o débito mais antigo.

QUESTÃO 59. Artur adquiriu o lote 5, da quadra 3, do loteamento Jardim Esperança. Logo depois de construir sua casa, Artur recebeu uma notificação de Raquel, proprietária do lote 6 (vizinho), reivindicando o imóvel em que foi feita a construção. Surpreso, Artur descobriu que, por um equívoco escusável de localização, terminou por, de fato, construir no lote vizinho.

Como o investimento realizado na construção era três vezes superior ao valor de cada lote envolvido, Artur propôs a aquisição do lote 6, o que foi rejeitado por Raquel que pediu, como indenização da construção 1/3 o valor gasto.

Ante a ausência de acordo e de forma a não perder o investimento realizado, Artur

a) fará jus à aquisição do lote 6 pelo valor de aquisição pago por Raquel.

b) deverá devolver o imóvel e receber a indenização fixada judicialmente.

c) perderá o que construiu em proveito de Raquel.

d) fará jus à aquisição do lote 6, devendo a indenização ser fixada judicialmente.

e) deverá devolver o imóvel e receber metade do valor gasto na construção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Conforme Código Civil, embora Artur adquira a propriedade do solo, não pagará o valor de aquisição pago por Raquel, mas sim o valor da indenização fixada em juízo. Veja: "Art. 1.255. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções; se procedeu de boa-fé, terá direito a indenização. Parágrafo único. Se a construção ou a plantação exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que, de boa-fé, plantou ou edificou, adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento da indenização fixada judicialmente, se não houver acordo".

A alternativa B está incorreta. Artur poderá adquirir a propriedade do imóvel e será ele quem deverá indenizar Raquel, nos termos do art. 1.255 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Artur poderá adquirir a propriedade do imóvel e será ele quem deverá indenizar Raquel, nos termos do art. 1.255 do Código Civil.

A alternativa D está correta. Conforme Código Civil, embora Artur adquira a propriedade do solo, não pagará o valor de aquisição pago por Raquel, mas sim o valor da indenização fixada em juízo. Veja: "Art. 1.255. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções; se procedeu de boa-fé, terá direito a indenização. Parágrafo único. Se a construção ou a plantação exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que, de boa-fé, plantou ou edificou, adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento da indenização fixada judicialmente, se não houver acordo".

A alternativa E está incorreta. Artur poderá adquirir a propriedade do imóvel e será ele quem deverá indenizar Raquel, no valor fixado em juízo, nos termos do art. 1.255 do Código Civil.

QUESTÃO 60. Considerando as disposições do Estatuto da Pessoa Idosa e do Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas a seguir.

I. Em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.

II. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

III. É vedada a adoção por procuração, ressalvadas situações especiais em nome do melhor interesse da criança.

Está correto apenas o que se afirma em

a) I.

b) II.

c) III.

d) I e II.

e) II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata do tema Estatuto da Pessoa Idosa e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Analisemos os itens.

O item I está correto. De acordo com art. 15, §7º, da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso): "§ 7º Em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 (oitenta) anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência."

O item II está correto. De acordo com art. 27 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): "Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça."

O item III está incorreto. A adoção é ato personalíssimo, sendo vedada adoção por procuração, ainda que específica. É o que determina art. 39, §2º, da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente):

"Art. 39. A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta Lei. (...) § 2º É vedada a adoção por procuração."

Portanto, a alternativa D está correta: Está correto apenas o que se afirma em I e II.

Automaticamente, as alternativas A, B, C e E ficam incorretas.

QUESTÃO 61. Soraia, depois de um ano e sete meses de estudos e pesquisas, perdeu sua dissertação de mestrado praticamente pronta, em razão de um grave problema em seu computador. Desesperada com a aproximação do prazo final para a apresentação do trabalho que lhe daria o título de Mestre em Economia, divulgou em uma rede social que pagaria a quantia de R$1.000.00 (mil reais) a quem conseguisse desenvolver um programa apto a restaurar o arquivo nos sete dias subsequentes.

Os técnicos começaram a trabalhar, empreendendo grandes esforços de tempo e técnica. Gustavo obteve a solução primeiro no quinto dia após a promessa, comunicando Soraia do fato. No entanto, Marcelo e Caio conseguiram solucionar o problema, respectivamente, no sexto e no sétimo dia, e, por isso, também procuraram Soraia para receber a quantia, por estarem dentro do prazo por ela estipulado.

Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Gustavo, Marcelo e Caio devem dividir a quantia prometida, pois todos os três executaram a tarefa no prazo fixado pela promitente.

b) Gustavo deve receber a quantia prometida, pois foi quem primeiro executou a tarefa.

c) Por ser negócio jurídico unilateral, Soraia deve indicar quem deve receber a quantia, dado que Gustavo, Marcelo e Caio executaram a tarefa no prazo por ela estipulado.

d) Soraia deve pagar R$1.000,00 (mil reais) a cada um dos três.

e) Gustavo deverá receber metade da quantia, por ter executado

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa B está correta. Estamos frente a um contrato de promessa, regulado pelo Código Civil, que para esta situação nos informa que terá direito à recompensa o que primeiro o executou, veja: "Art. 857. Se o ato contemplado na promessa for praticado por mais de um indivíduo, terá direito à recompensa o que primeiro o executou".

A alternativas A C, D e E estão incorretas. Vejam que em nenhuma hipótese deverá Gustavo repartir o prêmio ou Soraia pagar vários prêmios, já que nos termos do art. 857 do Código Civil, acima transcrito, terá direito à recompensa o que primeiro o executou.

QUESTÃO 62. Acerca dos modos de aquisição de bens imóveis, analise as afirmativas a seguir.

I. O negócio jurídico de alienação do bem não possui eficácia real, portanto não transfere a propriedade do imóvel. Nada obstante, o negócio é existente, válido e eficaz pelo simples acordo de vontade, produzindo, assim, eficácia obrigacional, a vincular as partes ao ajustado.

II. A transferência da coisa imóvel somente ocorre com o seu registo no Registro de Imóveis competente, cuja validade prescinde do negócio jurídico celebrado. Assim, no Direito brasileiro, o registro firma presunção *juris et de iure* da propriedade.

III. A usucapião configura aquisição originária típica, pela qual a propriedade é adquirida sem o concurso do proprietário anterior, embora o adquirente por usucapião suceda juridicamente ao proprietário, adquirindo dele a propriedade em aquisição dita indireta.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) l e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

O Item I está correto. Pois o negócio de alienação do bem, não possui eficácia real até a transferência de propriedade. Porém, é um negócio válido e existente, que cria obrigações jurídicas entre as partes. Nos termos do Código Civil: " Art. 1.267. A propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição."

O Item II está incorreto. O imóvel poderá ser transferido por outros modos além do registro. Além disso, o registro tem presunção meramente relativa de propriedade, pois depende da validade e eficácia do título de origem, nos termos do artigo 1245, § 2º, do Código Civil: "Art. 1.245. Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis. § 1 o Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel. § 2 o Enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel."

O Item III está incorreto, pois ainda que a usucapião é um modo originário de aquisição da propriedade, os demais termos utilizados no item não são próprios do instituto da usucapião, não encontram previsão legal ou doutrinária.

QUESTÃO 63. Um dos elementos do contrato de sociedade, à luz do Art. 981, *caput*, do Código Civil, é a partilha dos resultados entre os sócios provenientes do exercício da atividade econômica daquela sociedade. Tal partilha abrange, necessariamente, lucros e perdas.

Sobre a participação dos sócios nos lucros analise as afirmativas a seguir.

I. A cláusula contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros não torna nulo o contrato, apenas a estipulação.

II. O contrato social pode estipular que o sócio participará dos lucros em proporção diversa das respectivas quotas no capital.

III. Admitindo o tipo societário, cuja contribuição consista em serviços, o sócio participará dos lucros na proporção igual à que for estipulada a favor do sócio de menor participação no capital.

Está correto o que se afirma em

a) II, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois apenas os itens I e II estão corretos. A questão tratou sobre contrato social das sociedades.

O item I está correto, pois está de acordo com o art. 1.008 do CC: "Art. 1.008. É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas". Claramente o dispositivo trata da nulidade da cláusula e não do contrato como um todo.

O item II está correto, sendo que tal compreensão se depreende do art. 1.007 do CC: "Art. 1.007. Salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas".

O item III está errado, pois não existe na lei tal vinculação entre contribuição em serviços do sócio e participação em lucros na proporção igual ao sócio de menor participação.

As alternativas A C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 64. A Lei Complementar n° 123/2006 instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. No bojo do tratamento simplificado, favorecido e diferenciado para as micro e pequenas empresas, está o acesso à Justiça.

Sobre e princípio do acesso à Justiça analise as afirmativas a seguir.

I. É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que eles não possuam vínculo trabalhista ou societário.

II. As microempresas e empresas de pequeno porte são admitidas a propor ação perante o Juizado Especial Cível, assim como as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas, e podem ser partes, como autores, no Juizado Especial Federal Cível.

III. O Poder Judiciário, especialmente por meio do Conselho Nacional de Justiça, e o Ministério da Justiça implementarão medidas para disseminar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte em suas respectivas áreas de competência.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) Il e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, uma vez que os itens I, II e III estão corretos.

A questão tratou sobre o tratamento conferido pela legislação às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

O item I está correto, conforme literalidade do art. 54 da Lei Complementar n.º 123/2006: "Art. 54. É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário".

O item II está correto, conforme art. 8º, § 1º, II e II, da Lei n.º 9.099/1995 e art. 6º, I, da Lei n.º 10.259/2001: "Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil. § 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: I - as pessoas físicas capazes,

excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas; II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006"; "Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível: I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996".

O item III está correto, conforme dispõe o art. 74-A da Lei Complementar n.º 123/2006: "Art. 74-A. O Poder Judiciário, especialmente por meio do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e o Ministério da Justiça implementarão medidas para disseminar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte em suas respectivas áreas de competência".

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme razões expostas.

QUESTÃO 65. Helena, em 5 de marco de 2024, completou 16 anos e foi emancipada. Agora, almeja ter sua própria fonte de renda, ingressando no ramo de venda de eletrônicos.

Nesse cenário, acerca da capacidade de Helena para exercer a atividade empresária, assinale a afirmativa correta.

a) Helena poderá exercer a atividade empresária, pois está em pleno gozo da capacidade civil.

b) Helena não poderá exercer atividade empresária, porque sua idade não permite o exercício de administração da empresa.

c) Helena não poderá exercer atividade empresária, considerando que é menor de idade e não está em pleno gozo da capacidade civil.

d) Helena poderá exercer a atividade empresária, desde que autorizada de forma específica pelos seus responsáveis legais.

e) Helena não poderá exercer atividade empresária de forma independente, mas poderá exercê-la, desde que devidamente assistida por seus representantes legais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, sendo que a questão tratou sobre a capacidade civil para o exercício da atividade de empresa.

O art. 972 do CC dispõe: "Art. 972. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos". Assim, exige-se capacidade civil e ausência de impedimentos legais para ser empresário.

Na hipótese do enunciado, Helena muito embora tenha 16 anos de idade, foi emancipada, de maneira que nos termos do art. 5º, paragrafo único, I, do CC, é considerada plenamente capaz para os atos da vida civil, inclusive, para o exercício da atividade de empresa: "Art. 5º [...] Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante

instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos".

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme as razões da alternativa A.

QUESTÃO 66. Suponha-se que Habermas e Dworkin tenham constituído, no Brasil, regularmente, uma sociedade limitada voltada para a venda dos livros jurídicos por eles escritos. Cada um dos sócios ficou com 50% das quotas da sociedade. Investiram nela R$1.000.000,00 (um milhão de reais), valor total do capital social da sociedade. O negócio fluiu muito bem. O faturamento anual, depois de três-anos do início das atividades empresariais, alcançou R$8.000.000,00 (oito milhões de reais), com lucro líquido de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) naquele ano. Nela são vendidos tanto os livros escritos por Habermas quanto aqueles escritos por Dworkin. No quarto ano de existência da sociedade, Dworkin, que era sócio administrador, veio a falecer.

Sobre a continuidade da sociedade, analise as afirmativas a seguir.

I. O falecimento de Dworkin acarreta, obrigatoriamente, a dissolução total da sociedade, com a liquidação de seus ativos, haja vista o caráter personalíssimo das atividades exercidas pela empresa.

II. O falecimento de Dworkin acarreta, obrigatoriamente, a dissolução parcial da sociedade, com o pagamento dos haveres devidos ao espólio do falecido, podendo o sócio remanescente explorar atividade econômica individualmente, por prazo indeterminado.

III. O falecimento de Dworkin não necessariamente importará na dissolução total da sociedade, seja porque a participação na sociedade é atribuída, por sucessão causa mortis, a um herdeiro ou legatário, seja porque o sócio remanescente pode explorar a atividade econômica individualmente, de forma temporária, até que se aperfeiçoe a sucessão.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) l e II, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra C**, uma vez que apenas o item III está correto.

O item I está incorreto, pois nos termos do art. 1.028 do CC, a dissolução da sociedade dar-se-á por quotas, isto é, de modo parcial e não total: "Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo: I - se o contrato dispuser diferentemente; II - se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade; III - se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido".

O item II está incorreto, pois a dissolução, como dispõe o art. 1.028 do CC será parcial, em regra, de modo que o sócio vivo (Habermas) poderá continuar sua atividade, mas a solução não é obrigatória, sendo possível a dissolução da sociedade ou a regulação de sua substituição por acordo com os herdeiros.

O item III será apontado como correto, pois o falecimento de Dworkin implica em dissolução parcial da sociedade, como regra geral, nos termos do art. 1.028 do CC. De todo modo, existe a possibilidade de sucessão causa mortis a um herdeiro ou legatário por ajuste entre as partes envolvidas, o que, naturalmente, caso a sucessão não tenha operado todos os seus trâmites legais até o seu aperfeiçoamento, natural que o remanescente tenha que explorar a atividade econômica, de modo temporário.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 67. Foi decretada a falência do grupo econômico *XPTO* e o Administrador Judicial nomeado, exercendo seu múnus, ajuizou incidente de desconsideração da personalidade jurídica após identificar inconsistências na contabilidade das falidas.

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a afirmativa correta.

a) A mera existência de grupo econômico enseja a desconsideração da personalidade jurídica.

b) A mera identificação de inconsistências na contabilidade das falidas enseja a desconsideração da personalidade jurídica.

c) A desconsideração da personalidade jurídica é cabível quando não forem localizados ativos para pagamento dos credores.

d) A falência da empresa caracteriza, por si só, exercício abusivo e ilícito da atividade empresarial e dá ensejo à desconsideração da personalidade jurídica.

e) A desconsideração da personalidade jurídica poderá ser decretada caso fique caracterizada a ausência de separação de fato entre o patrimônio das sociedades e o de seus sócios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, de modo que a questão tratou sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica no contexto da falência.

A situação descrita na alternativa E se amolda à hipótese de confusão patrimonial do art. 50, § 2º, do CC: "Art. 50 [...] § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial".

A alternativa A está incorreta, pois o art. 50, § 4º, do CC dispõe justamente em sentido diverso: "Art. 50 [...] § 4º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica".

A alternativa B está incorreta, pois em razão da interpretação restritiva que o STJ faz das regras referentes a desconsideração da personalidade jurídica com base na "Teoria Maior", meras inconsistências contábeis não ensejam o incidente: "1. Esta Corte Superior firmou posicionamento no sentido de que, nas relações civis-comerciais, aplica-se a Teoria Maior da desconsideração da personalidade jurídica segundo a qual é necessária a comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, não sendo suficiente para tanto a ausência de bens penhoráveis ou a dissolução da sociedade" (AgInt no AREsp n.º 1.254.372/MA).

A alternativa C está incorreta, pois para a desconsideração da personalidade jurídica é necessária a caracterização do abuso da personalidade (confusão patrimonial ou desvio de finalidade) não bastando a não localização de ativos.

A alternativa D está incorreta, pois a falência não se insere em qualquer hipótese de abuso da personalidade (confusão patrimonial ou desvio de finalidade).

QUESTÃO 68. Uma sociedade empresária de telefonia sofreu ataque cibernético que levou ao vazamento dos dados pessoais de todos os seus usuários. Posteriormente, diversos usuários acionaram o Judiciário, requerendo a condenação da sociedade empresária e o pagamento de danos morais, com base na alegação de que estavam sendo importunados com ligações de empresas de telemarketing após o vazamento dos seus dados.

De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao tema, analise as afirmativas a seguir.

I. O vazamento de dados pessoais não tem o condão, por si só, de gerar dano moral indenizável, sendo necessária prova efetiva do dano ocorrido.

II. O vazamento de dados pessoais gera para o prejudicado direito à indenização, uma vez que o dano moral, em tais casos, é presumido, podendo a empresa de telefonia fazer prova de que não houve prejuízo ao titular dos dados expostos.

III. O vazamento de qualquer tipo de dado sem autorização do usuário configura violação dos direitos à intimidade e à privacidade e enseja a condenação ao pagamento de danos morais.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) l e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema dano moral, à luz do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça. Analisemos os itens.

O item I está correto. De acordo com entendimento fixado pelo STJ no julgamento do AREsp 2130619-SP: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS. DADOS COMUNS E SENSÍVEIS. DANO MORAL PRESUMIDO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO DANO. (...) V - O vazamento de dados pessoais, a despeito de se tratar de falha indesejável no tratamento de dados de pessoa natural por pessoa jurídica, não tem o condão, por si só, de gerar dano moral indenizável. Ou seja, o dano moral não é presumido, sendo necessário que o titular dos dados comprove eventual dano decorrente da exposição dessas informações."

O item II está incorreto. Levando em consideração o entendimento jurisprudencial acima colacionado, percebe-se que o dano moral, no caso narrado, não é presumido. Logo, o item II fica automaticamente incorreto, pois vai de encontro ao entendimento fixado pelo STJ no julgamento do AREsp 2130619-SP.

O item III está incorreto. Não é o vazamento de "qualquer tipo de dado" que gera dano moral indenizável, mas, sim, dados pessoais, conforme entendimento do STJ colacionado na explicação do item I.

Portanto, a alternativa A está correta: Está correto o que se afirma em I, apenas.

Automaticamente, as alternativas B, C, D e E ficam incorretas.

QUESTÃO 69. Pierre, cidadão estrangeiro praticou o delito de estupro em face da brasileira Marina maior e capaz. O crime foi praticado em Estado estrangeiro, onde há incriminação da conduta, tal como ocorre no Brasil. Passado algum tempo, como o autor do fato e a vítima retornaram ao Brasil, o Ministério Público ajuizou ação penal público incondicionada em face de Pierre, como incurso nas penas do delito de estupro.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) Há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior; porém, a ação penal depende de representação da vítima.

b) Há o preenchimento integral das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior, sendo viável a responsabilização do autor do fato.

c) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois ausente requisição do Ministro da Justiça.

d) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois o autor do fato é estrangeiro, e a nacionalidade da vítima é indiferente à extraterritorialidade da lei penal brasileira.

e) A aplicação da lei penal brasileira ao fato independe de qualquer condição, por se tratar de crime praticado mediante violência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a extraterritorialidade da lei penal.

A alternativa A está incorreta. O crime de estupro é de ação pública incondicionada, não dependendo, portanto, de representação da vítima, conforme disposto no art. 225, do CP.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C, para aplicação da lei penal brasileira é essencial que tenha havido requisição do Ministro da Justiça.

A alternativa C está correta. O art. 7º, II, c do CP prevê hipótese de extensão territorial, no qual embora a ação tenha sido praticada no estrangeiro, preenchidos certos requisitos poderá ser aplicada a lei penal brasileira. Trata-se das hipóteses de extraterritorialidade condicionada, dispostas no art. 7º, II, e §3º, do CP): A)Os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir; B)Os crimes praticados por brasileiros; C)Os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgadas; e D)Crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil. Percebe-se que o caso em tela se amolda a esta última hipótese. No entanto, para a incidência da lei pátria, os §§ 2º e 3º, do CP exigem o cumprimento de certos requisitos, quais sejam: I-Ter o agente entrado em território nacional; II-Ser o fato punível também no país em que foi praticado; III-Estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; IV-Não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido pena; V-Não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável; e VI-Especificamente com relação a crime praticado por estrangeiro contra brasileiro, exige-se também que não tenha sido pedida ou tenha sido negada a extradição e que tenha havido requisição do Ministro da Justiça. No caso em análise, não houve esse pedido por parte do Ministro da Justiça, o que impede a aplicação da lei brasileira aos atos praticados.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 7º, §3º, do CP, é possível a aplicação da lei penal brasileira se o crime for praticado por estrangeiro contra vítima brasileira, desde que preenchidas certas condições.

A alternativa E está incorreta. O Código Penal não traz a incondicionalidade da extraterritorialidade pelo mero fato do crime ter sido praticado com violência, conforme explicado no comentário da letra C.

QUESTÃO 70. Em 2024 Guilherme, Américo, Lucas, Rogério e Vladimir praticaram um crime. De acordo com as informações de antecedentes criminais fornecidas a seguir, assinale a opção que indica qual deles é tecnicamente primário (não reincidente).

a) Guilherme, enquanto policial militar, foi definitivamente condenado por corrupção passiva prevista no Código Penal Militar exterminou de cumprir a pena no ano de 2023.

b) Américo, na condição de ocupante de cargo político, praticou crime de peculato, tendo sido definitivamente condenado em 2023, sendo que ainda não terminou de cumprir as penas restritivas de direito que lhe foram impostas.

c) Lucas foi definitivamente condenado em 2015, tendo sua pena sido extinta em 2020, pela concessão de indulto pleno. Em 2022, Lucas obteve sua reabilitação.

d) Rogério foi definitivamente condenado em 2023, mas, após o trânsito em julgado de sua condenação, o Juiz reconheceu a Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa.

e) Vladimir foi definitivamente condenado na Espanha, por tráfico de drogas, a uma pena de 6 anos de reclusão, fato ocorrido em 2017 transitado em julgado em 2018; porém, ainda não cumpriu a pena porque logrou se evadir para o Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre reincidência.

A alternativa A está incorreta. O artigo 64, II, do CP estabelece que: "Art. 64 - Para efeito de reincidência: II - não se consideram os crimes militares próprios e políticos.". O crime praticado por Guilherme, todavia, não é considerado propriamente militar, visto que não está previsto, exclusivamente no código penal militar, conforme conceitua Delmanto: "São os delitos que estão definidos apenas no CPM e não, também, na legislação penal comum." (DELMANTO, Celso et al. Código Penal Comentado. 8. ed. São Paulo). Portanto, Guilherme será considerado reincidente, pois o crime militar por ele praticado é impróprio, gerador de reincidência.

A alternativa B está incorreta. Américo praticou crime e ainda está cumprindo a pena deste, logo, ao praticar novo crime, a reincidência se verifica, nos termos do art. 63 do CP: "Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.".

A alternativa C está incorreta. A reabilitação é instituto previsto nos artigos 93 e seguintes do CP o qual "alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.". A reabilitação, todavia, não atinge a reincidência, a qual só deixa de produzir efeitos após o período depurador, o qual é trazido no artigo 64, II, do CP: "I - não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação;".

O indulto, ademais, não atinge a reincidência, pois esta é um efeito secundário da condenação e o indulto atinge apenas o efeito primário da condenação, segundo a súmula 631 do STJ: "O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais". Logo, considerando que não se passou os 5 anos do período depurador, Lucas é reincidente.

A alternativa D está correta. Rogério é considerado primário em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva retroativa, a qual anula todos os efeitos penais, primários e secundários, bem como os efeitos extrapenais da condenação: "O reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva extirpa a condenação anterior, ficando extintos todos os seus efeitos criminais, como se nunca tivesse o paciente delinquido. Não gera, portanto, reincidência."(STF, HC 112.907/SP).

A alternativa E está incorreta. Considerando o teor do artigo 63 do CP, o fato do crime ter ocorrido no exterior, não elide a reincidência, a qual irá perdurar até 5 anos após a extinção da pena: "Art. 63 - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.". Sendo assim, tendo em vista que o cumprimento da pena não se iniciou, a reincidência se verificará no cometimento de novo crime após o trânsito em julgado de crime anterior.

QUESTÃO 71. Ricardo, com a intenção de ter um carro, apresentou-se como manobrista na frente de um restaurante e, assim, logrou iludir Carolina, que lhe entregou as chaves de seu veículo, pensando que este seria estacionado em segurança. Em seguida, Ricardo se apossou do veículo de Carolina.

Assinale a opção que indica, corretamente, o crime praticado por Ricardo.

a) Estelionato.

b) Apropriação indébita.

c) Furto mediante fraude.

d) Furto mediante abuso de confiança.

e) apropriação de coisa havida por erro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A ou C.** A questão merece ser anulada pois possui duas alternativas corretas. A questão trata sobre crimes contra o patrimônio.

A alternativa A está correta. O furto mediante fraude não se confunde com o estelionato porque, na subtração, a fraude visa a diminuir a vigilância da vítima para que ela não perceba que está sendo lesada. O bem é retirado sem que a vítima se dê conta do que acontece, ao passo que, no estelionato, a fraude visa a fazer com que a vítima incida em erro e proporcione espontaneamente a vantagem ao criminoso. A vontade de alterar a posse no furto é *unilateral* (apenas o agente quer); no estelionato, é *bilateral*

(agente e vítima querem). Ensina a respeito Rogério Greco: "Assim, aquele que, fazendo-se passar por manobrista de uma churrascaria, recebe a chave do automóvel das mãos de seu proprietário a fim de ser estacionado, pratica o crime de estelionato; ao contrário, se o agente, usando as roupas características de um manobrista de determinado estabelecimento comercial, valendo-se desse artifício para poder ter acesso ao quadro de chaves dos automóveis que ali se encontram estacionados, subtrair um dos veículos, deverá ser responsabilizado pelo delito de furto mediante fraude".(GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Volume III. Parte Especial. 11a Edi- ção. Rio de Janeiro.)

Dessa feita, pode-se concluir que o caso em análise trata do crime de estelionato, tendo em vista que o agente, mediante o uso de artifício, induziu a vítima a erro, fazendo com que esta lhe entregasse, por espontânea vontade, as chaves do seu carro.

A alternativa B está incorreta. O crime de apropriação indébita encontra-se elencado no art. 168 do CP, sendo tipificado como a ação de apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou detenção. Existem vários delitos no Código Penal em que a própria vítima entrega o bem ao agente, tal como ocorre no estelionato, em que a entrega ocorre mediante fraude. No tipo penal da apropriação indébita, todavia, como não há esclarecimento expresso em torno da forma como se deve dar a entrega do bem ao agente, foi preciso analisar os demais tipos penais em que isso ocorre e, por exclusão, concluir que, na apropriação indébita, a entrega deve se dar de forma livre, espontânea e consciente.

Sendo assim, percebe-se que a conduta da vítima no caso concreto, muito embora tenha sido livre e espontânea, não se deu de forma consciente, posto que esta foi induzida a erro pelo agente. Portanto, não se trata do crime de apropriação indébita.

A alternativa C está correta. Existem decisões do STJ, bem como posicionamentos doutrinários, que entendem que o caso apresentado possa ser enquadrado como furto mediante fraude HC 217.545/RJ do STJ: "Quanto ao pedido de desclassificação do crime de furto mediante fraude para o delito de estelionato, por oportuno, confiram-se os seguintes trechos extraídos do acórdão impugnado, *in verbis*: "A vítima prestou depoimento, em fls. 28 doc. 101, afirmando que, no dia dos fatos, procurava uma vaga para estacionar seu veículo em frente, quando o apelante se apresentou, dizendo para ela não ficar parada naquela região sozinha. Assim, na qualidade de segurança da rua, se ofereceu para estacionar o carro, ganhando a confiança da vítima, a qual lhe entregou as chaves." (...) Pelos mesmos fundamentos já demonstrados para a impossibilidade da requerida absolvição, também é incabível a desclassificação do delito de furto mediante fraude para o crime de apropriação indébita ou de estelionato. O crime de furto mediante fraude difere do estelionato porque neste, a fraude é utilizada para que a vítima, enganada, entregue ao agente o bem espontaneamente, colaborando, sem consciência, para que ele tenha a vantagem ilícita; naquele, o comportamento ardiloso é utilizado para facilitar a subtração, mas sem que a vítima perceba que está sendo desapossada. Na doutrina de Guilherme Nucci temos que a fraude no crime de furto é uma manobra enganosa destinada a iludir alguém, configurando, também, uma forma de ludibridiar a confiança que se estabelece naturalmente nas relações humanas. Assim, o agente que criar uma situação especial, voltada a gerar na vítima um engano, tendo por objetivo praticar uma subtração de coisa alheia móvel, incide na figura qualificada. (Guilherme de Souza Nucci, Manual de Direito Penal, Parte Geral e Parte Especial, 6a edição, 2009, Editora Revista dos Tribunais, p. 710). Já para o delito de estelionato Guilherme Nucci leciona: Obter vantagem (beneficio, ganho ou lucro) indevida induzindo ou mantendo alguém em erro. Significa conseguir um beneficio ou um lucro ilícito em razão do engano provocado na vítima. Esta colabora com o agente sem perceber que está se despojando de seus pertences. (Guilherme de Souza Nucci. Manual de Direito Penal, Parte Geral e Parte Especial, 6a edição, 2009, Editora Revista dos Tribunais, p. 755). (...) Entretanto, para completa distinção

entre tais infrações penais, se faz necessário um segundo momento, tendo em vista que somente será crime de estelionato quando o lesado entrega o bem para o agente motivado por erro e com a consciência de que tal bem está, a partir daquele instante, saindo da esfera de seu patrimônio. Neste sentido, à lição de Damásio de Jesus: "No furto, a fraude ilude a vigilância do ofendido, que, por isso, não tem conhecimento de que o objeto material está saindo da esfera de seu patrimônio e ingressando na disponibilidade do sujeito ativo. No estelionato, ao contrário, a fraude visa a permitir que a vítima incida em erro. Por isso, voluntariamente se despoja de seus bens, tendo consciência de que eles estão saindo de seu patrimônio e ingressando na esfera de disponibilidade do autor." (Damásio de Jesus. Código Penal Anotado, 19 a Edição, Editora Saraiva, p. 571/572). No caso concreto, com efeito, a vítima deixou voluntariamente as chaves do carro nas mãos do acusado para que o mesmo lhe fizesse um favor de estacioná-lo. Contudo, não tinha a intenção de se despojar definitivamente de seu bem, não queria que o veículo saísse da esfera de seu patrimônio."

A alternativa D está incorreta. A doutrina e a jurisprudência são muito criteriosas na análise da qualificadora do furto mediante abuso de confiança, somente a reconhecendo se coexistirem duas circunstâncias no caso concreto. Em primeiro lugar, é necessário que se demonstre a existência de uma especial confiança da vítima no agente, que pode decorrer de forte amizade, parentesco, relações profissionais, etc. O segundo requisito para o reconhecimento da qualificadora do abuso de confiança é que o agente tenha se aproveitado de alguma facilidade decorrente da relação de confiança para executar o furto. Tendo em vista que nenhum desses dois requisitos restou-se preenchido no caso concreto, forçoso concluir que não se trata do crime de furto cometido mediante abuso de confiança.

A alternativa E está incorreta. O art. 169 do CP tipifica o crime de apropriação de coisa havida por erro como a conduta de apropriar-se de coisa alheia vinda a seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza. Embora assim como ocorre no crime de estelionato, o crime do art. 169 também permite que a entrega do bem possa ter ocorrido por erro, neste último caso é fundamental que o agente receba o bem de boa-fé, ou seja, que só perceba o equívoco da vítima quando já esteja na posse ou detenção do bem e que, apenas nesse instante, resolva apoderar-se dele. Tal situação não ocorre no caso em análise, tendo em vista que o agente visa, desde o início de sua conduta, induzir a vítima a erro para ter o bem para si.

QUESTÃO 72. Sobre o crime de corrupção passiva analise as afirmativas a seguir.

I. Quem trabalha com carteira assinada em uma sociedade empresária privada conveniada para execução de serviços típicos de administração pública responde por corrupção passiva caso receba vantagens indevidas para a prática de atos relacionado às suas funções.

II. O médico não concursado, que presta serviços pelo SUS, responde por corrupção passiva se receber vantagens indevidas para acelerar o atendimento de um paciente.

III. A relação da conduta com um ato de oficio é elemento do tipo na corrupção ativa mas não da corrupção passiva em seu tipo fundamental.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre crime de corrupção passiva.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. O item I encontra-se correto, pois, conforme o art. 327, §1º do CP, o qual traz uma norma penal interpretativa, equipara a funcionário público, para efeitos penais, quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

O item II também está correto. Conforme entendimento exarado pelo STF no julgamento do RHC 90.523, o médico particular, em atendimento pelo SUS, equipara, para fins penais, a funcionário público: "2. O hospital privado que, mediante convênio, se credencia para exercer atividade de relevância pública, recebendo, em contrapartida, remuneração dos cofres públicos, passa a desempenhar o múnus público. O mesmo acontecendo com o profissional da medicina que, diretamente, se obriga com o SUS. 3. O médico particular, em atendimento pelo SUS, equipara-se, para fins penais, a funcionário público. Isso por efeito da regra que se lê no caput do art. 327 do Código Penal.".

Por fim, o item III também está correto, pois enquanto o art. 333 do CP (corrupção ativa) dispõe que a conduta de oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público deve ser feita com o intuito de determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, o mesmo não se exige para a prática do crime do art. 317 (corrupção passiva), bastando que o agente público solicite ou receba, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. O ato do funcionário que retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício em razão da vantagem recebida é causa de aumento de pena (art. 317, §1º, do CP).

QUESTÃO 73. Bernardo, cidadão português, tripulante de um navio da marinha mercante brasileira que partira de Santos e navega pelo Oceano Atlântico, em alto-mar, com destino ao porto de Roterdã, na Holanda agride um outro tripulante, de nacionalidade peruana, desferindo-lhe socos, que o ferem levemente.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

a) não se aplica a Bernardo a legislação penal brasileira, pois o crime ocorreu no estrangeiro.

b) aplica-se a Bernardo a legislação penal brasileira, pois o local onde ocorreu o crime é considerado território nacional por extensão.

c) pode ser aplicada a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da defesa.

d) aplica-se a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da representação.

e) pode ser aplicada a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da representação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre Territorialidade Penal.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. Como regra geral, a lei brasileira é aplicada aos crimes ocorridos no território nacional, conforme se depreende do artigo 5, *caput*, do CP: "Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.". O §1º do referido artigo traz o conceito de território por extensão, sendo este considerado território nacional, sujeito, portanto, à lei brasileira: "Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.".

Portanto, considerando que a embarcação está em alto-mar, conforme a parte final do artigo 5º, §1º, do CP, esta é considerada como extensão do território brasileiro.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 74. Sobre a extinção da punibilidade pela prescrição, analise as afirmativas a seguir.

I. O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.

II. Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública e do Código Tributário Nacional no que concerne aos prazos e às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

III. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicar-se-á a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de 1/6 a 2/3 regulando-se a prescrição pela pena imposta na sentença não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

IV. O prazo para a prescrição da pretensão executória somente começa a correr no dia em que a sentença condenatória transita em julgado para ambas as partes, exceto para os processos com trânsito em julgado para a acusação ocorridos até 11/11/2020, em que a prescrição ainda não tenha sido analisada.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III, apenas

b) I, II e IV, apenas.

c) I, III e IV, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre prescrição.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. O item I está correto, conforme a súmula n. 415 do STJ, que dispõe que o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.

O item II está incorreto, posto que o art. 51 do CP dispõe que transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição, não havendo, portanto, menção aos prazos, pois, neste caso, utiliza-se os prazos do Código Penal, nos termos do artigo 114 do CP: Art. 114 - A prescrição da pena de multa ocorrerá: I - em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada; II - no

mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada."

O item III está correto, pois é a exata definição de crime continuado trazida pelo art. 71 do CP: "Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subseqüentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços".

Por fim, o item IV está correto. Em estrita observância à literalidade do artigo 112, I, do Código Penal, sempre prevaleceu o entendimento jurisprudencial de que o termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória é a data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação. No entanto, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento do ARE 848.107/DF, decidiu que o termo inicial para a contagem da prescrição da pretensão executória inicia-se com o trânsito em julgado da sentença condenatória para ambas as partes (acusação e defesa), momento em que nasce para o Estado a pretensão executória da pena. Ocorre, entretanto, que na mesma decisão, a Suprema Corte deu preponderância aos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança, e modulou os efeitos da decisão, deixando expresso que o novo entendimento fixado se aplica aos casos cujo trânsito em julgado para a acusação tenha ocorrido após 12/11/2020.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 75. João foi acusado de corrupção ativa em transação internacional porque deu, em outro país, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro para a prática de ato de ofício relacionado a transação comercial internacional.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa incorreta.

a) João praticou crime de corrupção ativa em transação internacional, porque o delito, ao contrário do que ocorre na corrupção prevista no Art. 333 do CP, abrange a conduta de dar ou pagar a vantagem indevida não se limitando ao mero oferecimento ou à mera promessa do benefício

b) A caracterização da corrupção ativa internacional não prescinde da descrição de um ato de ofício, porque tal elemento está previsto expressamente no tipo penal que descreve o crime específico.

c) É possível a aplicação da lei penal nacional ao caso, mesmo que o crime tenha sido praticado fora do território nacional, desde que cumpridos os requisitos do Art. 7º, §2º, do CP

d) A pena será aumentada da terça parte se João ocupa cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público do país estrangeiro.

e) A prescrição da pretensão punitiva começa a correr na data da entrega da vantagem, ainda que seja constatada a oferta ou a promessa do mesmo benefício em momento anterior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre crimes contra a administração pública.

A alternativa A está incorreta. A afirmação está correta, pois a corrupção ativa em transação comercial internacional é tipo penal específico, o qual está previsto no artigo 337-B do CP, o qual tipifica as seguintes condutas: "Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional".

Portanto, a alternativa está correta, visto que, além da especificidade do tipo penal, já que se restringe aos atos relacionados à transação comercial internacional, este se difere da corrupção ativa comum também no que tange às condutas tipificadas, pois esta última se restringe ao oferecimento e à promessa de vantagem.

A alternativa B está incorreta. A afirmativa está correta conforme se extrai da literalidade do artigo 337-B do CP, o qual busca atuar em atos de ofício do funcionário público, de modo que tal elemento é imprescindível: "Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional".

A alternativa C está incorreta. O item está correto, pois o artigo 7º,§2º, do CP traz a extraterritorialidade condicionada, a qual mostra possível a aplicação da lei penal brasileira a fatos ocorridos fora do território nacional, desde que cumpridos certos requisitos: Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: (...) II - os crimes: a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir; b) praticados por brasileiro; c) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.(...) § 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições: a) entrar o agente no território nacional; b) ser o fato punível também no país em que foi praticado; c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.

A alternativa D está correta. A afirmativa está incorreta, devendo ser assinalada. Conforme se extrai do artigo 327,§2º, do CP: "A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público", tal previsão, todavia, se restringe aos crimes do Capítulo I (dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral) do Título XI do CP. Sendo assim, não é aplicável ao artigo 337-B do CP, pois este se localiza no Capítulo II-A do CP do Título XI.

A alternativa E está incorreta. A afirmativa está de acordo com o entendimento dos tribunais superiores, os quais estabelecem que, quando há a práticas, em um mesmo contexto fático, de diversas corrupções, a realização de novas figuras traz nova violação ao bem jurídico e renovação do momento consumativo:

"V - Consoante entendimento firmado pela Corte Especial (APn 827/DF), o enfeixamento de diversas condutas de corrupção, perpetradas em um mesmo contexto delitivo, na figura de um crime único não afasta a situação de que, a cada novo recebimento de vantagem indevida, houve nova agressão ao bem jurídico tutelado e, por conseguinte, renovou-se o momento consumativo do delito. (AgRg no HC 535.709/PR).

Ressalta-se, todavia, que a alternativa não é clara sobre a prática de vários atos, sendo assim, se interpretado que houve uma promessa ou oferta anterior e, posteriormente, o cumprimento desta, a consumação ocorrerá no momento da promessa ou oferta, sendo o pagamento mero exaurimento, de modo que o prazo prescricional se iniciará com a consumação, ante o caráter formal dos verbos "oferecer" e "prometer".

QUESTÃO 76. Caio, para excitar sua libido, tem relações sexuais com sua namorada na presença de uma vizinha, de 13 anos de idade, a quem havia pago a importância de R$100,00 para que ela assistisse ao ato.

Diante do caso narrado, Caio deverá responder pelo crime de

a) assédio sexual.

b) corrupção de menores.

c) estupro de vulnerável.

d) satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

e) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração de criança ou adolescente ou de vulnerável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está incorreta. O crime de assédio sexual encontra-se disposto no art. 216-A do CP, com a seguinte tipificação: "Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função". No caso em tela, percebe-se que o agente não dispõe de nenhuma ascendência sobre a vítima, não configurando, portanto, o mencionado crime.

A alternativa B está incorreta. O crime de corrupção de menores encontra-se disposto no art. 218 do CP, com a seguinte tipificação: "induzir alguém menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem". Não se configura esta conduta no caso em questão, tanto pelo fato de que o agente busca satisfazer a própria lascívia, e também por não haver a participação direta da adolescente no ato sexual.

A alternativa C está incorreta. O crime de corrupção de menores encontra-se disposto no art. 218 do CP, com a seguinte tipificação: "ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos". Percebe-se que neste crime, o ato sexual é praticado diretamente com a vítima, o que não ocorre no caso em análise.

A alternativa D está correta. O fato se amolda ao crime do art. 218-A, que dispõe ser crime a conduta de praticar, na presença de alguém menor de 14 anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem. Destaca-se que, no caso apresentado, o pagamento foi dado justamente para induzir a menor de idade a presenciar o ato.

A alternativa E está incorreta. O crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável encontra-se disposto no art. 218-B do CP, com a seguinte tipificação: "Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone". Não se trata do caso em questão pois exige-se para a configuração do crime do art. 218-B o caráter habitual do ato de submeter menor de 18 anos à prostituição ou exploração sexual.

QUESTÃO 77. Alberto mágico profissional, em uma relojoaria, pede ao vendedor para ver um relógio suíço, de elevado valor. O vendedor atende a seu pedido, e Alberto coloca o relógio em seu pulso, sob o pretexto de querer ver se o acessório fica bem em seu braço. Ato contínuo, ele distrai o vendedor, tirando-lhe a atenção, momento em que, valendo-se da ligeireza de seus movimentos, retira rapidamente o relógio do pulso, substituindo-o por uma cópia idêntica, que traz em seu bolso, e a entrega ao vendedor, que nada percebe. Alberto, então, agradece a atenção, pergunta quanto custa o relógio e, depois de afirmar que vai pensar um pouco mais, deixa a loja, levando consigo a peça.

Diante do caso narrado, Alberto deverá responder por

a) estelionato.

b) furto simples.

c) furto qualificado.

d) apropriação indébita simples.

e) apropriação indébita qualificada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre crimes contra o patrimônio.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. O uso da fraude para consumar o furto configura modalidade qualificada do delito, conforme o art. 155, §4º, II, do CP. No caso a fraude se dá em razão da atuação do agente para desviar a atenção da vítima, para assim, consumar o delito.

A alternativa C está correta. O furto mediante fraude não se confunde com o estelionato porque, na subtração, a fraude visa a diminuir a vigilância da vítima para que ela não perceba que está sendo lesada. O bem é retirado sem que a vítima se dê conta do que acontece, ao passo que, no estelionato, a fraude visa a fazer com que a vítima incida em erro e proporcione espontaneamente a vantagem ao criminoso. Dessa feita, percebe-se que no caso em análise se está diante do crime de furto qualificado pela fraude (art. 155, §4, II, do CP), uma vez que o agente se valeu de técnicas de distração para desviar a atenção da vítima e assim permitir o apossamento do bem.

A alternativa D está incorreta. O crime de apropriação indébita simples encontra-se elencado no art. 168 do CP, sendo tipificado como a ação de apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou detenção. Assim, no tipo penal da apropriação indébita, a entrega do objeto deve se dar de forma livre, espontânea e consciente, o que não ocorre no caso concreto.

A alternativa E está incorreta. Não existe a figura da apropriação indébita qualificada.

QUESTÃO 78. Elmo, preso em flagrante, por crime de descaminho, ao ser apresentado à autoridade policial para a lavratura do auto de prisão em flagrante, identifica-se como sendo seu irmão gêmeo com o escopo de ocultar suas extensas anotações criminais. Diante do caso narrado, assinale a opção que corresponde ao fato.

a) Fato atípico.

b) Fato típico, porém lícito.

c) Crime de falsa identidade.

d) Crime de fraude processual.

e) Crime de falsidade ideológica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre Crimes contra a fé pública.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. Conforme entendimento do STJ, estabelecido na Súmula 522: "A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.". Portanto, não se mostra cabível arguir, neste caso, argumentos como direito à autodefesa ou o princípio da não autoincriminação ("*Nemo Tenetur Se Detegere*").

Sendo assim, a referida conduta está tipificada no artigo 307, o qual traz o tipo penal da "falsa identidade": "Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem.".

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 79. Em uma ação penal per crime ocorrido em 04/03/2023, o réu, ao ser interrogado, confessa espontaneamente, perante o juiz, a prática do delito que lhe é imputado.

Na folha de antecedentes criminais do acusado, constam as seguintes anotações, devidamente esclarecidas por certidões cartorárias:

I. condenação transitada em julgado em 08/06/2016 por crime anterior, praticado em 06/02/2014, com pena de reclusão extinta em 15/03/2022, diante do término do livramento condicional, cujo período de prova se iniciara em 14/08/2017.

II. condenação transitada em julgado em 02/09/2022 por contravenção penal anterior, praticada em 07/01/2022, com pena de prisão simples cumprida em 03/03/2023; e

III. ação penal em curso, por crime posterior, praticado em 05/03/2024.

À luz das informações apresentadas, conclusos os autos ao juiz para sentença, no dia de hoje, na segunda fase da dosimetria da pena, a pena deverá ser

a) atenuada, incidindo a atenuante da confissão espontânea, sendo o réu primário.

b) atenuada, preponderando a atenuante da confissão espontânea sobre a agravante da reincidência.

c) mantida, compensando-se integralmente a atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

d) agravada, compensando-se proporcionalmente a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea.

e) agravada, preponderando a agravante da reincidência, sem qualquer compensação em relação à atenuante da confissão espontânea.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre

A alternativa A está correta. Inicialmente, analisando os fatos do item I, percebe-se que o agente cumpriu o período depurador em Agosto de 2022, visto que este tem seu início no momento em que o condenado passa a usufruir do livramento condicional, nos termos do artigo 64,I, do CP: "não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação". Ou seja, se o período de prova do livramento condicional se iniciou em 14/08/2017 e a pena foi extinta sem revogação deste, o período de 5 anos (período depurador) se iniciou em agosto de 2017.

Portanto, a contravenção penal do item II não será considerada como reincidência, pois esta transitou em julgado em setembro de 2022, ou seja, após o período depurador.

Ademais, por ausência de previsão legal expressa, condenação definitiva anterior por contravenção penal não gera reincidência, caso o agente cometa crime posterior (STJ, RHC 20.951/RJ). Logo, em 2023, quando pratica o crime confessado, o agente era primário e a contravenção praticada em 2022 não altera tal situação.

Por fim, nos termos da Súmula 444 do STJ: "É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.", logo, os fatos do item III não alteram a primariedade do agente.

Por esta análise, o agente é primário e a sua confissão deve ser utilizada como atenuante, conforme estabelece a Súmula 545 do STJ: "Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal."

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 80. Alfredo é intolerante em relação aos integrantes de uma determinada religião. Decidido a gerar medo generalizado nos fiéis, Alfredo dirigiu-se ao principal templo daquela instituição religiosa em seu Município e, durante um culto lotado, Alfredo colocou um artefato explosivo de grande, impacto na porta de entrada artefato, porém, não explodiu

Assinale a opção que indica, com base na hipótese narrada, o crime praticado por Alfredo.

a) Terrorismo.

b) Genocídio.

c) Perigo para a vida ou a saúde de outrem.

d) Explosão.

e) Injúria qualificada por preconceito religioso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre Terrorismo. A questão merece anulação pois foi cobrado assunto não disposto no edital, o qual trazia apenas três leis esparsas: "21. (...)Crimes previstos nas Leis 7.716/89, 12.288/2010 e 13.869/ 2019."

A alternativa A está correta. Alfredo praticou ato por razão de intolerância religiosa visando provocar medo generalizado. Tal conduta se amolda ao tipo penal de Terrorismo, previsto no artigo 2º da Lei 13.260/16: Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública. § 1º São atos de terrorismo: I - usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;"

Destaca-se que a Lei 13.260/16 também tipifica os atos preparatórios, como se extrai do artigo 5º da referida norma: "Realizar atos preparatórios de terrorismo com o propósito inequívoco de consumar tal delito: Pena - a correspondente ao delito consumado, diminuída de um quarto até a metade.".

Por fim, ressalta-se que, embora o meio empregado para realização do ato de terrorismo tenha sido a explosão, em razão do princípio da especialidade, considerando que a conduta foi praticada com uma finalidade específica, resta configurado o tipo penal de terrorismo.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

I ENAM - Reaplicação de Manaus/AM

QUESTÃO 01. Ouro Fino 100%, sociedade empresária sediada no Município Alfa, Estado Beta, atua na atividade de extração de ouro no mesmo município de sua sede, possuindo todas as autorizações necessárias para a regular operação nessa atividade. A sociedade empresária realizou a venda de sua produção aurífera para uma instituição integrante do Sistema

Financeiro Nacional (SFN), na forma e nas condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil (ouro destinado ao mercado financeiro).

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) A alíquota mínima de ICMS incidente sobre a operação será de1%.

b) 50% do montante da arrecadação do imposto incidente devido nessa operação será destinado aos cofres do Estado Beta.

c) Sobre a operação de venda de ouro da sociedade empresária para a instituição integrante do SFN incide Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

d) 70% do montante da arrecadação do imposto incidente devido nessa operação será destinado aos cofres do Município Alfa.

e) O ouro decorrente da atividade de exploração minerária, quando destinado ao mercado financeiro (ativo financeiro), sofre tributação apenas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema impostos em espécie.

Na forma do art. 153, §5º, da CF, a divisão do IOF se dará na seguinte proporção: 30% para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem, e 70% para o Município de origem. Vejamos: "§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos: I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem; II - setenta por cento para o Município de origem." Portanto, a alternativa D está correta. Tomando por base o mesmo dispositivo legal e a mesma justificativa, a alternativa B fica automaticamente incorreta.

As alternativas A, C e E estão incorretas, pois sobre o ouro como ativo financeiro incide somente o IOF, conforme art. 153, §5º, da CF, acima transcrito.

QUESTÃO 02. Em determinado momento histórico, foi identificada uma grave e iminente instabilidade institucional em duas regiões do país. No que decorria de disputas internas entre instituições, com o correlato comprometimento do bem-estar coletivo. Por essa razão, foi realizada uma análise, no âmbito do Poder Executivo federal, em relação às possíveis medidas passíveis de serem adotadas para a defesa do Estado e das instituições democráticas.

Sobre a situação descrita na narrativa, assinale a afirmativa correta.

a) Somente é possível a decretação da intervenção federal, não do estado de defesa nem do estado de sítio.

b) Caso seja decretado o estado de defesa, as prorrogações, embora ilimitadas, devem ser decretadas por períodos não superiores a trinta dias.

c) Caso seja decretado o estado de defesa ou o estado de sítio, a medida será acompanhada por comissão designada pela Mesa do Congresso Nacional.

d) É possível a decretação do estado de defesa ou do estado de sítio, que se distinguem, ente outros fatores, em relação aos direitos fundamentais passíveis de serem restringidos e ao tempo de duração.

e) Há uma relação de precedência condicionada do estado de defesa em relação ao estado de sítio, mas este, quando a decretação é admitida, deve ser autorizado, enquanto aquele é referendado pelo Congresso Nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema estado de defesa e estado de sítio.

A alternativa A está incorreta. É sim cabível o estado de defesa em caso de grave e iminente instabilidade institucional, conforme art. 136, caput, da CF. Vejamos: "Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza."

A alternativa B está incorreta. A prorrogação somente pode ocorrer uma vez, e não de forma ilimitada, conforme determina art. 136, § 2º, da CF. Vejamos: "§ 2º O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação."

A alternativa C está incorreta, pois a hipótese não se amolda ao estado de sítio. Vale dizer que o art. 140 da CF, de fato, prevê a criação de comissão mista, mas na situação narrada, não seria decretado estado de sítio. "Art. 140. A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio."

A alternativa D está incorreta. Conforme já explicado na justificativa da alternativa E, no caso narrado é cabível, primeiramente, apenas a decretação do estado de defesa e, somente se as medidas tomadas durante o estado de defesa forem ineficazes, é que se decretará o estado de sítio, de acordo com arts. 136, caput, e 137, I, da CF, já transcritos acima.

A alternativa E está correta. É cabível, primeiramente, apenas a decretação do estado de defesa, medida a ser tomada em caso de grave e iminente instabilidade institucional, conforme art. 136, caput, da CF, acima já transcrito. No caso narrado, somente se as medidas tomadas durante o estado de defesa forem ineficazes, é que se decretará o estado de sítio, de acordo com art. 137, I, da CF: "Art. 137. O Presidente

da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;" Ademais, de fato, o estado de sítio deve ser autorizado, enquanto o estado de defesa deve ser referendado, conforme, respectivamente, artigos 137, caput e 136, § 4º, da CF. Vejamos: "Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:"; e "Art. 136. (...) § 4º Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta."

QUESTÃO 03. Assinale a opção que indica o órgão responsável pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, cujas decisões terão efeito vinculante, e que funciona junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

a) Supremo Tribunal Federal.
b) Conselho da Justiça Federal.
c) Conselho Nacional de Justiça.
d) Turma Nacional de Unificação.
e) Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a racionalização dos atos e procedimentos administrativos no âmbito do poder público, bem como, de sua Desburocratização e Simplificação.

Na literalidade da lei: "o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante."

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, C, D não constam do art. 111- A que disciplina a organização da Justiça do Trabalho razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 04. Sobre a técnica de interpretação conforme a Constituição, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A interpretação conforme a Constituição é um mecanismo de controle de constitucionalidade que não admite a alteração da literalidade do texto normativo, pois o Tribunal Constitucional atua sempre como legislador negativo.

( ) As chamadas decisões manipulativas com efeitos aditivos são uma técnica de interpretação constitucional em que o Tribunal Constitucional altera o texto original das normas

infraconstitucionais a fim de conferir-lhes sentido conforme a Constituição. Tal técnica é aplicada pelo STF exclusivamente no controle de constitucionalidade por omissão.

( ) A técnica da interpretação conforme a Constituição não é utilizada pelo Supremo Tribunal Federal em matéria penal ou processual penal, tendo em vista a incidência dos princípios da legalidade estrita e da tipicidade.

As afirmativas são na ordem apresentada, respectivamente,

a) V-V-F.

b) V-F-F.

c) V-F-V.

d) F-F-F.

e) F-V-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema interpretação conforme a Constituição.

A banca examinadora apontou que o item I está incorreto. De acordo com entendimento do STF, é possível que o Supremo atue também como legislador positivo. A título exemplificativo, veja decisão fixada no julgamento da ADI 1194, na qual o STF acrescentou exceções não previstas em lei (ou seja, atuou como legislador positivo): "EMENTA: ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB. ARTIGOS 1º, § 2º; 21, PARÁGRAFO ÚNICO; 22; 23; 24, § 3º; E 78 DA LEI N. 8.906/1994. INTERVENÇÃO COMO LITISCONSÓRCIO PASSIVO DE SUBSECÇÕES DA OAB: INADMISSIBILIDADE. PERTINÊNCIA TEMÁTICA. ARTIGOS 22, 23 E 78: NÃO-CONHECIMENTO DA AÇÃO. ART. 1º, § 2º: AUSÊNCIA DE OFENSA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ART. 21 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO: INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO. ART. 24, § 3º: OFENSA À LIBERDADE CONTRATUAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PARCIALMENTE PROCEDENTE. 1. A intervenção de terceiros em ação direta de inconstitucionalidade tem características distintas deste instituto nos processos subjetivos. Inadmissibilidade da intervenção de subsecções paulistas da Ordem dos Advogados do Brasil. Precedentes. 2. Ilegitimidade ativa da Confederação Nacional da Indústria - CNI, por ausência de pertinência temática, relativamente aos artigos 22, 23 e 78 da Lei n. 8.906/1994. Ausência de relação entre os objetivos institucionais da Autora e do conteúdo normativo dos dispositivos legais questionados. 3. A obrigatoriedade do visto de advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas (artigo 1º, § 2º, da Lei n. 8.906/1994) não ofende os princípios constitucionais da isonomia e da liberdade associativa. 4. O art. 21 e seu parágrafo único da Lei n. 8.906/1994 deve ser interpretado no sentido da preservação da liberdade contratual quanto à destinação dos honorários de sucumbência fixados judicialmente. 5. Pela interpretação conforme conferida ao art. 21 e seu parágrafo único, declara-se inconstitucional o § 3º do art. 24 da Lei n. 8.906/1994, segundo o qual "é nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou convenção individual ou coletiva que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência". 6. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida em parte e, nessa parte, julgada parcialmente procedente para dar interpretação conforme ao art. 21 e seu parágrafo único e declarar a

inconstitucionalidade do § 3º do art. 24, todos da Lei n. 8.906/1994." Apesar do gabarito preliminar apontado pela banca, entende-se que **tal item seja passível de anulação**, pois o entendimento doutrinário majoritário entende que o STF não pode atuar como legislador positivo. Vejamos: "Diante de normas plurissignificativas ou polissêmicas (que possuem mais de uma interpretação), deve-se preferir a exegese que mais se aproxime da Constituição e, portanto, que não seja contrária ao texto constitucional, daí surgirem várias dimensões a serem consideradas, seja pela doutrina, seja pela jurisprudência, destacando-se que a interpretação conforme será implementada pelo Judiciário e, em última instância, de maneira final, pela Suprema Corte:(...) intérprete não pode atuar como legislador positivo: não se aceita a interpretação conforme a Constituição quando, pelo processo de hermenêutica, se obtiver uma regra nova e distinta daquela objetivada pelo legislador e com ela contraditória, em seu sentido literal ou objetivo. Deve-se, portanto, afastar qualquer interpretação em contradição com os objetivos pretendidos pelo legislador.". (LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza - 24. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p-180 e 181). Ainda, segundo Canotilho, "o aplicador de uma norma não pode contrariar a letra e o sentido dessa norma através de uma interpretação conforme a constituição, mesmo [que] através desta interpretação consiga uma concordância entre a norma infraconstitucional e as normas constitucionais". (CANOTILHO, J. J. Gomes. Op. cit., p. 1.151).

O Item II está incorreto. De fato, este é o conceito doutrinário de decisões manipuladoras. Conforme a doutrina: "As decisões manipuladoras (ou manipulativas) (ou normativas) são originárias da doutrina e jurisprudência italianas (decisioni manipolative). Conforme observou Coelho, as decisões manipuladoras (ou manipulativas) (ou normativas) podem ser caracterizadas como "... sentenças de aceitação em que a Corte Constitucional não se limita a declarar a inconstitucionalidade das normas que lhe são submetidas, mas, agindo como legislador positivo, modifica (= manipula) diretamente o ordenamento jurídico, adicionando-lhe ou substituindo-lhe normas, a pretexto ou com o propósito de adequá-lo à Constituição. Daí a existência das chamadas sentenças aditivas e substitutivas, como subespécies das decisões normativas ou manipuladoras"." (LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza - 24. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p-184). No entanto, não há, na doutrina ou jurisprudência, qualquer determinação de que a técnica de interpretação conforme a Constituição seja aplicada pelo STF exclusivamente no controle de constitucionalidade por omissão.

O Item III está incorreto. Não há, na doutrina ou na jurisprudência, qualquer restrição ao uso da técnica da interpretação conforme a Constituição em matéria penal ou processual penal.

Portanto, a alternativa D está correta.

QUESTÃO 05. Maria voluntariamente se filiou à Associação de Artesãos XX, do Município Beta, presidida por João, que recebera cessão do espaço público destinado à exposição do artesanato local. Em dado momento, Maria, segundo uma narrativa divulgada por diversos munícipes, teria feito críticas à qualidade do artesanato local, que seria inferior àquele produzido no Município Alfa. Ao tomar conhecimento da narrativa, João decidiu monocraticamente, conforme lhe autorizava o estatuto, pela imediata e inexorável exclusão de Maria da Associação de Artesãos XX. Ao ser cientificada do teor da decisão, Maria decidiu ingressar com ação judicial com o objetivo de anulá-la, sob o argumento de que os seus direitos fundamentais teriam sido violados.

Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa, assinale a afirmativa correta.

a) Apesar de João ter competência estatutária para a prolação da decisão, o procedimento adotado efetivamente afrontou os direitos fundamentais de Maria.

b) Os órgãos jurisdicionais, por imperativo constitucional, somente devem intervir nas associações quando se discute a possibilidade de serem dissolvidas, não para resolver disputas internas.

c) As divergências "interna corporis", a serem resolvidas consoante a disciplina estatutária, não atraem a incidência dos direitos fundamentais em prol de associados, já que as pessoas jurídicas também os possuem.

d) O direito de associação permite que XX, que ocupa uma posição de equidistância em relação a Maria, defina, de acordo com o seu estatuto, quem pode permanecer associado; logo, não ocorreu afronta aos direitos fundamentais da associada.

e) O direito de associação tem estatura constitucional; logo, a exclusão de Maria afronta direito fundamental, o que decorre da constatação de que a exclusão, para o associado, é o símile da dissolução para a associação, exigindo decisão judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema direitos fundamentais. Analisemos as alternativas.

A alternativa A está correta. Os direitos fundamentais também incidem em relações privadas. É o que a doutrina e a jurisprudência chamam de "eficácia horizontal dos diretos fundamentais". Portanto, Maria até poderia ter sido expulsa pela associação, a depender de previsão no estatuto da associação, mas não sem lhe ser garantido o contraditório e a ampla defesa. É o que o STF decidiu no julgamento do RE 201819-RJ, vejamos: "SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES. EXCLUSÃO DE SÓCIO SEM GARANTIA DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. RECURSO DESPROVIDO. I. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. As violações a direitos fundamentais não ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, mas igualmente nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Assim, os direitos fundamentais assegurados pela Constituição vinculam diretamente não apenas os poderes públicos, estando direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados. II. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS COMO LIMITES À AUTONOMIA PRIVADA DAS ASSOCIAÇÕES. A ordem jurídico-constitucional brasileira não conferiu a qualquer associação civil a possibilidade de agir à revelia dos princípios inscritos nas leis e, em especial, dos postulados que têm por fundamento direto o próprio texto da Constituição da República, notadamente em tema de proteção às liberdades e garantias fundamentais. O espaço de autonomia privada garantido pela Constituição às associações não está imune à incidência dos princípios constitucionais que asseguram o respeito aos direitos fundamentais de seus associados. (...) III. SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. ENTIDADE QUE INTEGRA ESPAÇO PÚBLICO, AINDA QUE NÃO-ESTATAL. ATIVIDADE DE CARÁTER PÚBLICO. EXCLUSÃO DE SÓCIO SEM GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL APLICAÇÃO DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. (...) A exclusão de sócio do quadro social da

UBC, sem qualquer garantia de ampla defesa, do contraditório, ou do devido processo constitucional, onera consideravelmente o recorrido, o qual fica impossibilitado de perceber os direitos autorais relativos à execução de suas obras. A vedação das garantias constitucionais do devido processo legal acaba por restringir a própria liberdade de exercício profissional do sócio. O caráter público da atividade exercida pela sociedade e a dependência do vínculo associativo para o exercício profissional de seus sócios legitimam, no caso concreto, a aplicação direta dos direitos fundamentais concernentes ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa (art. 5°, LIV e LV, CF/88). (...)".

A alternativa B está incorreta. Conforme item II da decisão acima colacionada, não se tira do judiciário a análise de violação a direitos fundamentais.

A alternativa C está incorreta. Conforme item I da decisão acima colacionada, há sim incidência dos direitos fundamentais em prol de associados. É o que se chama de eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

A alternativa D está incorreta. Conforme item III da decisão acima colacionada, para exclusão de sócio, deve-se garantir a ampla defesa, o contraditório, e o devido processo constitucional. Logo, Maria deve, sim, ser ouvida.

A alternativa E está incorreta. Conforme item III da decisão acima colacionada, Maria poderia sim ser excluída, desde que garantidas a ampla defesa e o contraditório, não havendo relação com dissolução da associação.

QUESTÃO 06. Considere que o Presidente da República tenha editado medida provisória que, ultrapassado o prazo constitucional, perde sua eficácia por não ter sido convertida em lei. Em tal situação, as relações jurídicas dela decorrentes deverão ser disciplinadas pelo(a)

a) Câmara dos Deputados, por meio de decreto executivo.

b) Congresso Nacional, por meio de resolução.

c) Senado Federal, por meio de decreto legislativo.

d) Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo.

e) Presidente da República, no exercício do poder regulamentar, por meio de decreto executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema processo legislativo, mais precisamente sobre medidas provisórias.

Conforme determina art. 62, § 3º, da CF: "Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (...) § 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos

termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes."

Portanto, a alternativa D está correta: A medida provisória, se não convertida em lei no prazo, será disciplinada pelo Congresso nacional, por meio de decreto legislativo.

As alternativas A, B, C e E estão, assim, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 07. O Estado Beta editou a Lei Y, de iniciativa do Tribunal de Justiça local, estabelecendo que o subsídio percebido pelos Desembargadores do referido Tribunal de Justiça do Estado deve corresponder a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e que o valor do subsídio dos membros que compõem as demais categorias da magistratura estadual, ou seja, Juiz de Direito Substituto, Juiz de Direito de 1ª Entrância, Juiz de Direito de 2ª Entrância e Juiz de Direito de 3ª Entrância, será escalonado com diferença de 5% entre uma e outra.

Diante do exposto, do sistema constitucional brasileiro e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que referida norma é

a) inconstitucional, pois compete União editar norma nacional que defina o escalonamento da Magistratura e a forma de promoção para entrância superior, conforme as categorias da estrutura judiciária nacional.

b) constitucional, pois em respeito à autonomia federativa, compete aos Estados, em leis de iniciativa dos Tribunais de Justiça, além de fixar os subsídios de seus magistrados, organizar o Poder Judiciário local e definir o número de entrâncias.

c) inconstitucional, pois ofende o princípio da isonomia estabelecer diferentes tetos remuneratórios para membros da Magistratura estadual.

d) inconstitucional, pois a iniciativa para projeto de lei que trate de remuneração dos servidores estaduais, ainda que membros do Poder Judiciário, é do Chefe do Poder Executivo, como instrumento de controle e equilíbrio entre os poderes.

e) constitucional, pois deve ser conferida interpretação conforme à Constituição Federal de 1988 para que, em razão do caráter unitário do Poder Judiciário, o escalonamento das remunerações considere apenas as categorias da estrutura judiciária nacional (Juiz Substituto, Juiz de Direito e Desembargador).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Poder Judiciário.

Conforme o julgamento da ADI 4216 pelo STF: "Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESCALONAMENTO DOS VALORES DOS SUBSÍDIOS DE MAGISTRADOS ESTADUAIS. CONSIDERAÇÃO DAS PROMOÇÕES ENTRE ENTRÂNCIAS. (...) 3. Definir que a promoção para entrância

superior seja acompanhada da elevação do valor do subsídio é medida que concretiza o princípio da eficiência, já que serve de estímulo para a promoção por merecimento. 4. Não cabe ao Supremo Tribunal Federal substituir o legislador estadual na fixação da remuneração da magistratura. Incidência da Súmula Vinculante nº 37. 5. Pedido que se julga improcedente, com a fixação da seguinte tese: "Em respeito à autonomia federativa, não viola o art. 37, V, da Constituição a lei estadual que considera as promoções entre entrâncias para o escalonamento dos subsídios da carreira da magistratura". Ressalte-se que não se deve confundir o entendimento acima com o fixado pelo art. 37, XI da CF, o qual traz que o teto remuneratório, no âmbito do Poder Judiciário, é o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Vejamos: "XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;"

Assim, as alternativas A, C e D estão automaticamente incorretas, pois falam que a referida norma é inconstitucional.

A alternativa E está incorreta, pois apesar de falar em constitucionalidade da Lei Y, traz que o escalonamento deve considerar apenas as categorias da estrutura judiciária nacional (Juiz Substituto, Juiz de Direito e Desembargador). No entanto, conforme o entendimento acima colacionado, também deve-se levar em conta as divisões por entrâncias.

QUESTÃO 08. Em sede de análise de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, assinale a opção que apresenta, corretamente, um direito previsto na CRFB/88.

a) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

b) Irredutibilidade salarial, exceto por acordo individual entre empregado e empregador e homologação pelo Poder Judiciário.

c) Seguro-desemprego nos casos de ruptura do contrato de trabalho por quaisquer das causas previstas em lei.

d) Licença à empregada gestante, sem prejuízo do emprego e do trabalho, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

e) Participação nos lucros da empresa que deverá compor a remuneração para todos os efeitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre Direitos sociais dos trabalhadores.

A alternativa A está correta. Trata-se de hipótese expressamente prevista no art. 7º, XXXIV da Constituição Federal, o qual prevê que: "igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso".

A alternativa B está incorreta. O salário somente poderá ser reduzido mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, conforme previsto no art. 7§, VI da Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. Conforme previsão do art. 7§, II, da Constituição Federal o seguro-desemprego somente será devido quando houver demissão involuntária.

A alternativa D está incorreta. Não há a referida previsão no capítulo destinado aos direitos sociais dos trabalhadores do referido direito. O art. 7ª, XVIII assim disciplina o direito da empregada gestante: licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias. Com efeito, a referida previsão encontra-se no art. 10, II, b da ADCT.

A alternativa E está incorreta. A participação nos lucros deverá ser desvinculada da remuneração, conforme disposição expressa do art. 7ª, XI da CF/88.

QUESTÃO 09. A sociedade de economia mista federal XX explorava atividade econômica em sentido estrito, passível de ser exercida por particular mediante concessão, permissão ou autorização. Por essa razão, o Município Alfa, ao identificar a ocorrência dos fatos geradores de dois impostos abrangidos por sua competência tributária, após as medidas administrativas necessárias, promoveu a respectiva cobrança. No curso do processo judicial, no qual a sociedade XX se opunha à cobrança, esse ente da Administração Pública indireta veio a ser liquidado e sucedido pela União.

À luz dessa narrativa, assinale a afirmativa correta.

a) Como a sociedade XX é ente da Administração Pública indireta, é possível a cobrança de imposto sobre a sua atividade econômica, mas não sobre o seu patrimônio.

b) A obrigação tributária, conforme descrito no caso concreto, não é afastada pela sucessão, do sujeito passivo da obrigação tributária por ente beneficiado pela imunidade tributária recíproca.

c) A imunidade tributária recíproca alcança os entes da Administração Pública direta e indireta, logo, qualquer que seja o aspecto econômico do fato gerador dos impostos, a cobrança é indevida.

d) Ainda que a cobrança dos impostos seja devida, a liquidação de XX e sua sucessão pela União caracterizam a imunidade tributária recíproca superveniente, já que esse ente federativo não pode se tornar responsável tributário.

e) A cessação da descentralização administrativa restabelece a unidade do ente federativo, fazendo incidir, no caso concreto, a imunidade tributária recíproca sobre o seu patrimônio, não sobre serviços eventualmente prestados.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema imunidades tributárias.

As alternativas A, C e E estão incorretas. A imunidade tributária recíproca abrange os impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, conforme determina art. 150, VI, "a", da CF. Vejamos: Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;"

A alternativa B está correta, pois reflete o Tema de Repercussão Geral 224 do STF, fixado no julgamento do RE 599176. Vejamos: "A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão."

A alternativa D está incorreta. A tese firmada no Tema de Repercussão Geral 224, acima transcrito, também se aplica às hipóteses de sucessão pela União em decorrência de liquidação de sociedade, de acordo com julgamento do RE 599176: "(...) Como sucessora da sociedade de economia mista, a União se tornou responsável tributária pelos créditos inadimplidos, nos termos do art. 130 e seguintes do Código Tributário Nacional. (...)".

QUESTÃO 10. Sobre as competências e atribuições do Poder Judiciário, assinale a afirmativa incorreta.

a) Compete ao STF julgar o litígio entre o Estado estrangeiro e um Município.

b) Compete ao STJ julgar as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados.

c) Compete à Justiça do Trabalho julgar os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolve matéria sujeita à sua jurisdição.

d) A competência da Justiça estadual será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

e) A lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema competências e atribuições do Poder Judiciário.

A alternativa A está correta, pois é a única alternativa que traz afirmação falsa (observe que a questão pede a alternativa incorreta!). Conforme art. 109, II, da CF, competência para julgar o litígio entre o Estado estrangeiro e um Município é do juiz federal, e não do STF. Vejamos: "Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

A alternativa B está incorreta, pois traz uma afirmação verdadeira (observe que a questão pede a alternativa incorreta!). Conforme art. 105, I, "e", da CF: "Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;"

A alternativa C está incorreta, pois traz uma afirmação verdadeira (observe que a questão pede a alternativa incorreta!). Conforme art. 114, IV, da CF: "Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: IV os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;"

A alternativa D está incorreta, pois traz uma afirmação verdadeira (observe que a questão pede a alternativa incorreta!). Conforme art. 125, § 1º, da CF: "§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça."

A alternativa E está incorreta, pois traz uma afirmação verdadeira (observe que a questão pede a alternativa incorreta!). Conforme art. 121 da CF: "Art. 121. Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais."

QUESTÃO 11. A fiscalização tributária do Município Alfa, em ação de fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), identificou que Márcio - proprietário de pequena gleba rural, que não possui outro imóvel e o arrenda para ser explorado por seu vizinho Matias – não declarava nem pagava o ITR sobre tal imóvel rural. Diante desse fato, lavrou auto de infração contra Márcio, lançando o crédito tributário de ITR referente aos últimos cinco anos não declarados nem pagos.

Sobre esse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Por não ser o possuidor direto, o ITR não pode ser cobrado de Márcio, mas sim de seu vizinho Matias.

b) O ITR a ser recolhido por Márcio pertence em percentual de 90% ao Município Alfa, responsável pela fiscalização efetiva do imóvel.

c) Tal auto de infração é nulo se não houver convênio entre o Município Alfa e a União para fiscalização do ITR no território municipal.

d) Tal lançamento tributário é indevido, uma vez que Márcio é beneficiário de imunidade tributária em favor do proprietário de pequena gleba rural.

e) No caso do ITR, em razão do cumprimento da função social da propriedade rural, a Constituição da República prevê um prazo decadencial de 10 (dez) anos, que deveria ter sido objeto do lançamento tributário pela fiscalização municipal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata do tema impostos em espécie, mais precisamente sobre o ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

A alternativa A está incorreta. O fato gerador o ITR é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município. É esta a determinação do art. 1º da Lei 9.393/96: "Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.". Logo, a condição de possuidor indireto legitima a tributação.

A alternativa B está incorreta. O percentual de repartição de receitas, nestes casos, é de 50% para o Município, como regra. Conforme art. 158, II, da CF: "Art. 158. Pertencem aos Municípios: II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;"

A alternativa C está correta. A Constituição prevê o ITR como tributo de competência da União, mas que, mediante convênio, poderá ter sua fiscalização repassada aos Municípios. Conforme art. 153, §4º, III, da CF: "§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput: II - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal."

QUESTÃO 12. No último ano, Maria se inscreveu no concurso público para a admissão de pessoal no âmbito da Administração Pública direta do Município Alfa, que adotava, para a generalidade dos seus servidores, o regime jurídico celetista.

Logo após a divulgação dos resultados e consequente homologação do certame, foram convocados e empossados os candidatos aprovados. Maria, no entanto, não se encontrava entre

eles. Na sua avaliação, isso decorria do fato de não terem sido anuladas cinco questões que ela impugnara administrativamente e que, a seu ver, não eram abrangidas pelo conteúdo programático do edital.

Em relação à competência para apreciar uma possível ação a ser ajuizada por Maria, para fins de discussão do problema descrito na narrativa, assinale a afirmativa correta.

a) Os atos praticados pela Administração Pública, direta e indireta, afetos à relação jurídica com os seus servidores, são sempre apreciados pela Justiça Comum.

b) Como a fase pré-contratual, afeta ao concurso público no qual Maria se inscreveu, enquadra-se na perspectiva mais ampla da relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho.

c) Apesar de ser adotado o regime celetista no âmbito do Município Alfa, o concurso público tem natureza administrativa, o que atrai a competência da Justiça Comum para apreciar as controvérsias que dizem respeito a ele.

d) A adoção do regime celetista, pela Administração Pública direta do Município Alfa, não atrai a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as controvérsias que digam respeito à relação jurídica com seus servidores.

e) A competência da Justiça do Trabalho, nas causas decorrentes das relações de trabalho, ajusta-se a um modelo privatista somente alcançando entes da Administração Pública indireta que desenvolvam atividade econômica em sentido estrito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a competência da Justiça do Trabalho.

A alternativa A está incorreta. A alternativa contrária a tese fixada pela Suprema Corte no Tema 992 que reconhece a competência da Justiça Comum para julgar litígios na fase pré-processual apenas nos casos em que adotado o regime celetista de contratação.

A alternativa B está incorreta. A competência é da Justiça Comum e não da Justiça do Trabalho conforme assinalado na assertiva anterior.

A alternativa C está correta. A assertiva está em conformidade com a decisão do STF no Tema 992 que assim dispõe em sua literalidade: "Compete à Justiça Comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de

contratação de pessoas, salvo quando a sentença de mérito tiver sido proferida antes de 6 de junho de 2018, situação em que, até o trânsito em julgado e a sua execução, a competência continuará a ser da Justiça do Trabalho."

A alternativa D está incorreta. A alternativa encontra-se em contrariedade com a Constituição Federal dispondo o art. 114, I, que a competência da Justiça do Trabalho envolve "as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de Direito Público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

A alternativa E está incorreta. A afirmação contraria o art. 114, I da CF/88, uma vez que, a competência da Justiça do Trabalho abrange também os entes da Administração direta.

QUESTÃO 13. Ação Direta de Inconstitucionalidade foi ajuizada contra a lei que dispõe sobre o processo e julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Em síntese, questionou-se a ADPF incidental, o poder geral de cautela, os efeitos vinculantes e erga omnes, bem como a possibilidade de modulação temporal dos efeitos.

Diante do exposto, do sistema jurídico constitucional vigente e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida ação foi julgada

a) procedente, pois a previsão da modalidade de ADPF incidental para apreciar relevantes controvérsias constitucionais concretamente debatidas em qualquer juízo ou tribunal, quando não houver outra forma idônea de tutelar preceitos fundamentais, viola os princípios do juiz natural ou do devido processo legal e, consequentemente, o Estado Democrático de Direito.

b) improcedente, pois a previsão da modalidade de ADPF incidental para apreciar relevantes controvérsias constitucionais concretamente debatidas em qualquer juízo ou tribunal, quando não houver outra forma idônea de tutelar preceitos fundamentais, veicula mecanismo eficaz de decisão de uma mesma questão de direito, de forma isonômica e uniforme, contribuindo para maior segurança jurídica.

c) procedente, pois o Art. 102, § 1º, da Constituição da República não autorizou o legislador infraconstitucional a prever novo procedimento de controle concentrado da constitucionalidade, sobretudo porque a validade de normas municipais ou anteriores à Constituição não integram o objeto da ação direta de inconstitucionalidade.

d) improcedente, pois a ADPF está restrita ao julgamento da validade de normas municipais ou anteriores à Constituição da República, não sendo utilizada para os demais atos normativos, ainda que houver relevante controvérsia constitucional concretamente debatida em qualquer juízo ou tribunal.

e) improcedente, pois a ADPF representou marco na mudança de fiscalização realizada pelo Supremo Tribunal Federal, a ampliação do objeto permitiu um controle maior da efetividade da Constituição da República e não há que se falar na aplicação do princípio da subsidiariedade, uma vez que poderá ser ajuizada sempre que houver controvérsias constitucionais

concretamente debatidas em qualquer juízo ou tribunal, mesmo que haja outra forma idônea de tutelar preceitos fundamentais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade, mais precisamente sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

No julgamento da ADI 2231, o STF determinou o seguinte: "Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONTRA A LEI Nº 9.882/1999. CONSTITUCIONALIDADE DA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. (...) 3. ADPF incidental ou paralela. O desenho dessa modalidade de arguição pelo legislador infraconstitucional visou justamente a possibilitar a provocação do Supremo Tribunal Federal para apreciar relevantes controvérsias constitucionais concretamente debatidas em qualquer juízo ou tribunal, quando não houvesse outra forma idônea de tutelar preceitos fundamentais. A previsão impugnada não viola os princípios do juiz natural ou do devido processo legal, mas veicula mecanismo eficaz de decisão de uma mesma questão de direito, de forma isonômica e uniforme, contribuindo para maior segurança jurídica. ADPF incidental ou paralela. O desenho dessa modalidade de arguição pelo legislador infraconstitucional visou justamente a possibilitar a provocação do Supremo Tribunal Federal para apreciar relevantes controvérsias constitucionais concretamente debatidas em qualquer juízo ou tribunal, quando não houvesse outra forma idônea de tutelar preceitos fundamentais. A previsão impugnada não viola os princípios do juiz natural ou do devido processo legal, mas veicula mecanismo eficaz de decisão de uma mesma questão de direito, de forma isonômica e uniforme, contribuindo para maior segurança jurídica. (...) 6. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, no mérito, pedido julgado improcedente. Tese de julgamento: "É constitucional a Lei nº 9.882/1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental"."

Portanto, a partir da literalidade do item 3 do referido julgado, a alternativa B está correta.

As alternativas A e C estão incorretas, pois falam em constitucionalidade, indo de encontro ao item 6 do referido julgado, acima colacionado.

As alternativas D e E estão incorretas, pois apesar de falarem em inconstitucionalidade, vão de encontro ao item 3 do referido julgado, acima colacionado.

QUESTÃO 14. A Câmara de Vereadores do Município Beta, na qual o bloco de oposição tinha maioria, inseriu em seu regimento interno a previsão de que as leis complementares, caso aprovadas por três - quintos dos membros da Casa Legislativa, seriam promulgadas pela Mesa Diretora, e, ato contínuo, publicadas. Irresignado com o teor dessa emenda regimental, o Prefeito do Município Beta consultou o Procurador-Geral do Município sobre a possibilidade de submetê-la ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado. Ao analisar a Constituição Estadual, este último agente constatou a ausência de normas a respeito do processo legislativo.

Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa, assinale a afirmativa correta.

a) Apesar da natureza da norma da Constituição da República aviltada pela emenda regimental, a sua utilização, pelo Tribunal de Justiça, como paradigma de confronto no controle concentrado, importaria em usurpação de competência alheia.

b) O Tribunal de Justiça, ao realizar o controle concentrado de constitucionalidade, sempre coteja a norma impugnada com a Constituição da República e a Constituição Estadual; logo, o controle alvitrado pelo Prefeito pode ser realizado.

c) Em razão da natureza da norma da Constituição da República, aplicada por simetria ao Estado Beta, e aviltada pela emenda regimental, o Tribunal de Justiça pode utilizá-la como paradigma de confronto no controle concentrado.

d) Não é possível a deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, já que a emenda não afrontou norma da Constituição do Estado Beta.

e) A emenda regimental tem natureza infralegal; logo, não pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade em âmbito estadual.

No caso narrado, note que a celeuma se dá em relação a normas processo legislativo e, de acordo com entendimento pacificado pelo STF, as normas que regem o processo legislativo são de reprodução obrigatória pelos Estados membros. Vejamos exemplo, fixado no julgamento do RE 505474-SP: "EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Constitucional. Representação de inconstitucionalidade de lei municipal em face de Constituição Estadual. Processo legislativo. Normas de reprodução obrigatória. Criação de órgãos públicos. Competência do Chefe do Poder Executivo. Iniciativa parlamentar. Inconstitucionalidade formal. Precedentes. 1. A orientação deste Tribunal é de que as normas que regem o processo legislativo previstas na Constituição Federal são de reprodução obrigatória pelas Constituições dos Estados-membros, que a elas devem obediência, sob pena de incorrerem em vício insanável de inconstitucionalidade. (...)". Nestes casos, em que se trata de norma de reprodução obrigatória, o Supremo entende ser constitucional o exercício pelos Tribunais de Justiça do controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição da República. É o que foi decido no julgamento da ADI 5646. Vejamos: "(...). 1. É constitucional o exercício pelos Tribunais de Justiça do controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição da República, quando se tratar de normas de reprodução obrigatória pelos Estados-membros. 2. As normas constitucionais de reprodução obrigatória, por possuírem validade nacional, integram a ordem jurídica dos Estados-membros ainda quando omissas em suas Constituições estaduais, inexistindo qualquer discricionariedade em sua incorporação pelo ordenamento local. (...)". Portanto, tomando por base os entendimentos acima colacionados, percebe-se que a alternativa C está correta: Em razão da natureza da norma da Constituição da República, aplicada por simetria ao Estado Beta, o Tribunal de Justiça poderá, sim, utilizá-la como paradigma de confronto no controle concentrado. Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. Não há de se falar em usurpação de competência, pois como se trata de norma de repetição obrigatória, o Tribunal de Justiça tem a competência, conforme entendimento fixado pelo STF no julgamento da ADI 5646, acima transcrito.

A alternativa B está incorreta. O controle abstrato feito pelo Tribunal de Justiça é em relação à norma da Constituição do Estado, conforme determina artigo 125, § 2º, da CF. O parâmetro somente será a Constituição Federal quando se tratar de norma de repetição obrigatória. Vejamos: "§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão."

As alternativas D e E estão incorretas. É possível a deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, pois se trata de norma de repetição obrigatória, conforme entendimento fixado pelo STF no julgamento da ADI 5646, acima transcrito.

QUESTÃO 15. A respeito da competência criminal constitucional da Justiça Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete à Justiça Federal processar e julgar militares da União, quando acusados da prática de crime de homicídio doloso contra civis no exercício da função de garantia da lei e da ordem, tendo o STF julgado inconstitucional a atribuição de tal competência à Justiça Militar.

II. Compete à Justiça Federal processar e julgar crimes previstos em tratado ou convenção internacional, desde que a ação delitiva tenha caráter transnacional.

III. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, a competência originária da Justiça Estadual pode ser transferida para a Justiça Federal, por meio da oposição de incidente de deslocamento de competência pelo Procurador Geral da República, a ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.
b) II, apenas.
c) III, apenas.
d) I e II, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre a competência criminal da Justiça Federal.

O item I está incorreto. Não houve a declaração de inconstitucionalidade no mencionado dispositivo de lei tendo a ADI 5032 que trata sobre o tema sido suspensa após o voto-vista do Ministro Ricardo Lewandowski.

O item II está correto. Trata-se de disposição expressa do art. 109, V da CF/88 que assim dispõe: "os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente".

O item III está incorreto. O incidente de deslocamento de competência em razão de graves violações de direitos humanos será decido pelo STJ, conforme previsão expressa do art. 109 § 5º da CF/88.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 16. Em determinado exercício financeiro, após alguns meses de execução da lei orçamentária anual, foi aprovado, por decreto, o novo plano nacional direcionado à implementação de certo direito prestacional. Entre as medidas previstas nesse plano, estava a implementação de um projeto, de caráter provisório, que se estenderia por alguns meses do exercício e era indispensável, enquanto fase prévia, à implementação de outras medidas. Ocorre que no dia da publicação do plano elaborado com intensa participação da sociedade civil organizada, constatou-se que a despesa a ser realizada não era abrangida por nenhuma dotação orçamentária.

Sobre os termos dessa narrativa, considerando a sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

a) Considerando a presença dos requisitos da urgência e da necessidade, o Chefe do Poder Executivo pode abrir créditos adicionais via medida provisória.

b) A ausência de dotação orçamentária exige, para a realização da despesa pública, a abertura de crédito especial com a edição de lei.

c) O crédito suplementar necessário à realização da despesa pública pode ser aberto por decreto, com o remanejamento de dotações afetas a outro programa de trabalho.

d) Por ter sido criada despesa obrigatória, deveria ter sido previamente realizada a estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro e indicada a respectiva fonte de custeio.

e) Como todas as modalidades de crédito adicional exigem a edição de lei para a sua abertura, o Chefe do Poder Executivo não pode se valer nem do decreto nem da medida provisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do tema finanças públicas.

A alternativa A está incorreta. Apenas os créditos extraordinários poderão ser abertos via medida provisória, conforme art. 62, § 1º, "d", c/c art. 167, § 3º, da CF. Vejamos: "§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: I - relativa a: d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;"; e "§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62."

A alternativa B está correta. Como não havia dotação orçamentária específica, deveria ser aberto um crédito especial, na forma do art. 41, II da Lei 4.320/1964. Vejamos: "Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em: II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;" para os créditos adicionais, com exceção do crédito extraordinário, é necessária a edição de lei para sua autorização, conforme art. 42 da Lei 4.320/64: "Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo."

A alternativa C está incorreta. No caso, como não há dotação orçamentária específica deve ser aberto crédito especial, conforme art. 41, II da Lei 4.320/64, e não crédito suplementar. Vejamos: "Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em: II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;" E na forma do artigo 42 da Lei 4.320/1964, acima já transcrito, os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo. O remanejamento de crédito orçamentário, regra geral, depende de autorização legislativa na forma do artigo 167, VI da CF/88, a seguir: "Art. 167. São vedados: VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;"

A alternativa D está incorreta. De fato, caso haja criação de despesa obrigatória, deve-se realizar previamente a estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro e indicar a respectiva fonte de custeio, conforme art. 113 do ADCT: "Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro". No entanto, importante ressaltar que as despesas obrigatórias são aquelas previstas na Constituição ou em lei e que obrigam determinado ente federativo a sua realização. No caso, não se está diante de uma despesa obrigatória, mas facultativa. Por isso, a alternativa fica incorreta.

A alternativa E está incorreta. Tal exigência se aplica apenas às modalidades de crédito suplementar e especial. Conforme art. 42 da Lei 4.320/64: "Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo."

QUESTÃO 17. Sobre a vedação ao nepotismo, assinale a afirmativa correta

a) A limitação à nomeação só se aplica às entidades da Administração Direta e àquelas da Administração Indireta sujeitas ao regime de Direito Público.

b) Os limites da definição do que seja nepotismo são fixados exclusivamente pelas relações de parentesco traçadas pelo Código Civil.

c) A limitação à nomeação não se coloca em relação às funções gratificadas, uma vez que estas são privativas de titulares de cargo de provimento efetivo.

d) A limitação à nomeação decorrente de ajustes mediante designações recíprocas só se aplica entre cargos integrantes da mesma entidade federada.

e) A configuração de nepotismo na nomeação de irmão dispensa a comprovação de vínculos de aproximação e afeto, uma vez que o critério determinante da vedação é de natureza exclusivamente objetiva.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do tema vedação ao nepotismo.

A alternativa A está incorreta, pois contradiz a Súmula Vinculante nº 13, que determina como abrangidos pela limitação à nomeação: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que os limites não são exauridos pelas relações de parentesco do Código Civil. Vejamos trecho do julgado a seguir, no MS 31.697: "Ao editar a Súmula Vinculante 13, a Corte não pretendeu esgotar todas as possibilidades de configuração de nepotismo na Administração Pública, dada a impossibilidade de se preverem e de se inserirem, na redação do enunciado, todas as molduras fático-jurídicas reveladas na pluralidade de entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios) e das esferas de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), com as peculiaridades de organização em cada caso. Dessa perspectiva, é certo que a edição de atos regulamentares ou vinculantes por autoridade competente para orientar a atuação dos demais órgãos ou entidades a ela vinculados quanto à configuração do nepotismo não retira a possibilidade de, em cada caso concreto, proceder-se à avaliação das circunstâncias à luz do art. 37, caput, da CF/1988. (MS 31.697, voto do rel. min. Dias Toffoli, 1ª T, j. 11-3-2014, DJE 65 de 2-4-2014.)

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que a limitação abrange as funções gratificadas, consoante determina a Súmula Vinculante nº 13, veja: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a limitação abrange quaisquer esferas, consoante determina a Súmula Vinculante nº 13, veja: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

A alternativa E está correta, pois é o entendimento do STF. Vejamos trecho do MS 27.945: "Pelos documentos citados, tem-se que o irmão do impetrante fora investido no cargo de Juiz Federal quando o impetrante foi nomeado para exercer função comissionada no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. (...) Não prospera, portanto, o argumento de que seria necessária comprovação de "vínculo de amizade ou troca de favores" entre o irmão do ora impetrante e o desembargador de quem é assistente processual, pois é a análise objetiva da situação de parentesco entre o servidor e a pessoa nomeada para exercício de cargo em comissão ou de confiança na mesma pessoa jurídica da Administração Pública que configura a situação de nepotismo vedada, originariamente, pela Constituição da República. Logo, é desnecessário demonstrar a intenção de violar a vedação constitucional ou a obtenção de qualquer benefício com o favorecimento de parentes de quem exerça poder na esfera pública para que se estabeleça relação de nepotismo." (MS 27.945, voto da rel. min. Cármen Lúcia, 2ª T, j. 26-8-2014, DJE 171 de 4-9-2014.)

QUESTÃO 18. João foi aprovado em dois concursos públicos para preenchimento de vagas no cargo efetivo de professor universitário. Depois das nomeações, foi empossado e encontra-se em efetivo exercício nos dois cargos desde janeiro de 2021. Não há registro de incompatibilidade de horários.

Considerando as disposições constitucionais e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

a) É vedada a acumulação desses dois cargos de professor universitário, devendo João escolher em qual deles deve permanecer.

b) João não é estável, pois ainda não completou cinco anos de efetivo exercício nos cargos de professor universitário.

c) Cumprido o prazo para adquirir a estabilidade, João só perderá os cargos em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

d) O teto remuneratório constitucional incide sobre cada um dos vínculos de forma isolada e não sobre o somatório dos ganhos de João.

e) Desde que comprove tempo mínimo de efetivo exercício no cargo de professor universitário, João poderá ser beneficiado com a redução de cinco anos na idade para aposentadoria.

Comentários

A resposta correta é a **letra D.** A questão trata da cumulação de cargos públicos.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Constituição Federal, em seu art. 37, XVI, veja: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a CF determina que a estabilidade em cargo de provimento efetivo ocorrerá após três anos de efetivo exercício, veja: "Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)".

A alternativa C está incorreta, pois contraria a CF, que determina outros casos de perda do cargo, veja: "Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) § 1º O servidor público estável só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)".

A alternativa D está correta, pois é o entendimento do STF, que no julgamento do RE 61297 (Tema 377) aprovou a seguinte tese para efeito de repercussão geral: "Nos casos autorizados, constitucionalmente, de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público". Veja também: "TETO CONSTITUCIONAL – ACUMULAÇÃO DE CARGOS – ALCANCE. Nas situações jurídicas em que a Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido." (RE 602043, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 27/04/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 06-09-2017 PUBLIC 08-09-2017).

A alternativa E está incorreta, pois contraria a CF, que em seu artigo 40, § 5º, determina: "Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. § 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1°, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio."

QUESTÃO 19. Sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle das agências reguladoras, segundo as previsões contidas na Lei das Agências Reguladoras Federais, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

I. As iniciativas de projetos de lei, alterações de normas administrativas e decisões das Diretorias Colegiadas das Agências Reguladoras, relacionadas aos setores de transportes terrestres e aquaviários, para a resolução de pendências que afetem os direitos de agentes econômicos ou de usuários dos serviços de transporte, deverão ser precedidas de audiência pública.

II. O controle externo das agências reguladoras federais será exercido pelo Tribunal de Contas da União, com o auxílio da Controladoria Geral da União.

III. A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e a estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes na Lei nº 13.848/2019 ou de leis específicas voltadas à sua implementação, não havendo relação hierárquica entre agência e ministério setorial.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

a) V - F - F.

b) F - V - V.

c) F - F - V.

d) V - F - V.

e) F - V - F.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata das Agências Reguladoras.

A afirmação I está correta, tendo em vista que assim dispõe a Lei nº 10.233/2001: "Art. 68. As iniciativas de projetos de lei, as alterações de normas administrativas e as decisões das Diretorias Colegiadas para resolução de pendências que afetem os direitos de agentes econômicos ou de usuários de serviços de transporte serão precedidas de audiência pública. (Redação dada pela Lei nº 13.848, de 2019)".

A afirmação II está incorreta, pois contraria o disposto pela Lei nº 13.848/2019, veja: "Art. 14. O controle externo das agências reguladoras será exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União."

A afirmação III está correta, tendo em vista que assim dispõe a Lei nº 13.848/2019, veja: "Art. 3º A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela

investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação."

A única alternativa a trazer os itens I e II como corretos é a D, estando as demais, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 20. A União instituiu uma sociedade anônima com a finalidade específica de explorar atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica. Especificamente, o objeto social da empresa abrange a construção e operação de usinas nucleares, a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos.

A respeito da exploração da atividade econômica pelo Estado, assinale a afirmativa correta.

a) empresa estatal está dispensada de realizar licitação para a comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais.

b) A atuação da empresa estatal como investidor institucional no mercado financeiro, com o objetivo de auferir ganhos a partir da aplicação de suas disponibilidades de caixa, constitui uma atividade econômica cuja exploração depende de autorização legislativa, nos termos do Art. 173 da Constituição Federal.

c) A Lei nº 13.303/2013 não se aplica à mencionada empresa, uma vez que ela exerce atividade econômica sujeita ao regime de monopólio da União.

d) A empresa estatal está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, não lhe sendo aplicáveis os princípios constitucionais incidentes sobre a Administração Pública, previstos no Art. 37 da Constituição Federal.

e) Caso a empresa estatal decida escolher parceiro estratégico, com características particulares, para a formação de parceria visando à realização de oportunidade de negócio definida e específica, deve necessariamente abrir licitação pública para selecionar a proposta mais vantajosa.

Comentários

A resposta correta é a **letra A.** A questão trata do tema exploração da atividade econômica pelo Estado.

A alternativa A está correta, pois é o teor do art. 28, § 3º, I da Lei nº 13.303/16, veja: "Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30. § 3º São as empresas públicas e as sociedades de

economia mista dispensadas da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações: I - comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pelas empresas mencionadas no caput, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais;".

A alternativa B está incorreta, pois não há tal exigência. Vejamos o que determina o art. 173 da CF: "Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. § 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 13.303/16 se destina à empresas que exerçam atividade econômica sujeita ao regime de monopólio da União, veja: "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos."

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei nº 13.303/16, que determina sua aplicação: "Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que este é um dos casos de dispensa de licitação, previstos na Lei nº 13.303/16, veja: "Art. 28. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30. § 3º São as empresas públicas e as sociedades de economia mista dispensadas da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações: II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo."

QUESTÃO 21. Para que ocorra a prescrição, três elementos devem estar presentes simultaneamente: o direito material da parte em relação a uma prestação a ser cumprida por outrem, dentro do prazo estabelecido; a violação desse direito material por parte daquele que tem o dever de cumpri-lo, resultando no não cumprimento da obrigação e na possibilidade de buscar reparação judicial; e a inatividade do titular do direito durante o período determinado por lei para exercer sua pretensão.

A respeito do instituto da prescrição nas relações administrativas, analise as afirmativas a seguir.

I. São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na lei de improbidade administrativa.

II. É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União, porquanto indissociável do dano ambiental causado.

III. Todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, em regra, prescreve em cinco anos contados da data do ato ou do fato do qual se originarem.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) l e ll, apenas.

c) l e lll apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do instituto da prescrição nas relações administrativas.

A afirmativa I está correta, pois é o entendimento do STF, fixado no julgamento do RE 852475, veja: "5. São, portanto, imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa." (RE 852475, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Relator(a) p/ Acórdão: Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 08/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-058 DIVULG 22-03-2019 PUBLIC 25-03-2019).

A afirmativa II está correta, pois é o entendimento do STF, fixado no julgamento do RE 1427694 RG, vejamos: "4. Fixada a tese: É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União, porquanto indissociável do dano ambiental causado." (RE 1427694 RG, Relator(a): MINISTRA PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 01-09-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-199 DIVULG 06-09-2023 PUBLIC 08-09-2023).

A afirmativa III está correta, pois é o teor do Tema Repetitivo 553 do STJ, que dispõe: "Aplica-se o prazo prescricional quinquenal - previsto do Decreto 20.910/32 - nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002." Veja também o trecho do REsp 1251993/PR: "7. No caso concreto, a Corte a quo, ao julgar recurso contra sentença que reconheceu prazo trienal em ação indenizatória ajuizada por particular em face do Município, corretamente reformou a sentença para aplicar a prescrição quinquenal prevista no Decreto 20.910/32, em manifesta sintonia com o entendimento desta Corte Superior sobre o tema." (REsp 1251993/PR,

Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 19/12/2012).

A única alternativa a trazer os itens I, II e III como corretos é a E, estando as demais, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 22. A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa correta.

a) A Constituição da República, no Art. 37, § 6º, consagra a responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público e a responsabilidade civil subjetiva das pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

b) Para caracterizar a responsabilidade civil do Estado é necessário observar requisitos mínimos para a aplicação da responsabilidade objetiva, tais como a existência de um dano e a ocorrência de nexo causal entre o dano e a omissão administrativa. Em casos de ação administrativa, a responsabilidade civil será apenas subjetiva.

c) Há previsão expressa na Constituição Federal de que o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

d) O princípio da responsabilidade objetiva se reveste de caráter absoluto, uma vez que não admite abrandamento nem mesmo a exclusão da responsabilidade civil do Estado.

e) A Jurisprudência do STF fixada nos termos do Art. 37, § 69º, da Constituição da República, caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, mesmo quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata da responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta, pois a CF traz a responsabilidade objetiva para ambos, veja: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Nova redação dada ao caput pela EC 19/98) § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa." A título de complementação, veja o que José dos Santos Carvalho Filho leciona a respeito: "Tratando-se de serviço prestado diretamente pelo Poder Público, responde a entidade prestadora pelos prejuízos comprovados, independentemente de culpa de seus agentes, visto que a Constituição vigente estabelece a responsabilidade objetiva pelos danos causados pela Administração aos administrados (art. 37, § 6º), ficando-lhe ressalvada, apenas, a ação regressiva contra os agentes causadores do dano, quando tiverem agido culposamente." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta, pois a CF traz a responsabilidade objetiva para a conduta administrativa, veja: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Nova redação dada ao caput pela EC 19/98) § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

A alternativa C está correta, pois é o teor do art. 5º, LXXV da CF, veja: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a responsabilidade civil do Estado restará descaracterizada quando estiverem configuradas as seguintes situações, conforme ensina Felipe Fernando Azevedo da Rocha, do Estratégia Concursos: "A teoria do risco administrativo admite as seguintes hipóteses de exclusão da responsabilidade civil do Estado: a) caso fortuito ou força maior; b) culpa exclusiva da vítima; e c) fato exclusivo de terceiro. Cumpre frisar que essas hipóteses são de exclusão da responsabilidade objetiva, mas admitem, em algumas situações, que o particular demonstre a responsabilidade subjetiva (dolo ou culpa), conforme tópicos a seguir (...)". (ROCHA, Felipe, Fernando Azevedo da. ISS RJ: Responsabilidade Civil. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/iss-rj-responsabilidade-civil/. Acesso em: 19 de mai. de 2024).

A alternativa E está incorreta, pois contraria o entendimento do STF, Tema 362, no qual foi fixada a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada". (RE 608880, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-240 DIVULG 30-09-2020 PUBLIC 01-10-2020).

QUESTÃO 23. João, diretor de uma empresa pública estadual criada para a execução de obras de pavimentação, determinou a utilização de maquinário da estatal, bem como de empregados públicos, nas obras de construção de sua residência familiar. O Ministério Público local tomou conhecimento dos fatos, instaurou inquérito civil e, após confirmar os fatos, ajuizou ação de improbidade administrativa em desfavor de João.

A partir do enunciado acima, assinale a afirmativa incorreta.

a) Se o magistrado de 1ª instância julgar improcedente os pedidos do Ministério Público, a sentença não estará sujeita ao reexame necessário.

b) Ainda que João exerça função de livre nomeação e exoneração, a utilização dolosa de maquinário e empregados públicos configura ato de improbidade administrativa.

c) Por se tratar de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, João não estará sujeito à perda da função pública.

d) A ação para aplicação das sanções prescreve em oito anos e, uma vez interrompida a contagem, o prazo recomeça a correr pela metade (quatro anos) a contar do dia da interrupção.

e) A utilização de maquinário da estatal e de empregados públicos não pode ser tipificada, simultaneamente, nos artigos que tratam do enriquecimento ilícito e da violação de princípios da Administração Pública.

Comentários

A resposta correta é a **letra C.** A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está correta, pois é o que determina a Lei nº 8.429/92, veja: "Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) § 19. Não se aplicam na ação de improbidade administrativa (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) IV - o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)".

A alternativa B está correta, pois a Lei nº 8.429/92 possui aplicação a todo agente público, bem como àquele que, mesmo não o sendo, induza ou concorra para a prática do ato, veja: "Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)", bem como: "Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)".

A alternativa C está incorreta, "Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: IV - utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)".

A alternativa D está correta, pois é o que determina a Lei nº 8.429/92, veja: "Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência. § 5º Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo previsto no caput deste artigo."

A alternativa E está correta, pois a conduta será tipificada como enriquecimento ilícito, consoante art. 9º da Lei nº 8.429/92, veja: "Constitui ato de improbidade administrativa importando em

enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: IV - utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)".

QUESTÃO 24. O Supremo Tribunal Federal, na Súmula 347, aprovada à época da Constituição de 1946, decidiu que o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

Em relação ao enquadramento constitucional e às competências do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais de Contas dos Municípios, considerando que, pelo Art. 71, inciso II, combinado com o Art. 75, ambos da Constituição Federal de 1988, cabe a eles, entre outras competências, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, assinale a afirmativa correta.

a) Os Tribunais de Contas integram, conforme o caso, as estruturas da Justiça Federal ou das Justiças Estaduais ou do Distrito Federal.

b) Os Tribunais de Contas são regidos primariamente pelas regras do Código de Processo Civil, quando julgam matéria financeira, ou do Código de Processo Penal, nos processos punitivos.

c) As decisões dos Tribunais de Contas em controle difuso de constitucionalidade têm eficácia *erga omnes*.

d) Os Tribunais de Contas são órgãos de auxílio aos Poderes Legislativos, aos quais são submetidos hierarquicamente.

e) Os Tribunais de Contas exercem função administrativa de controle e seus atos estão sujeitos à revisão judicial de legalidade.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata dos Tribunais de Contas.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que os Tribunais de Contas são órgãos autônomos; veja o entendimento do STF a respeito do tema: "Os tribunais de contas ostentam posição eminente na estrutura constitucional brasileira, não se achando subordinados, por qualquer vínculo de ordem hierárquica, ao Poder Legislativo, de que não são órgãos delegatários nem organismos de mero assessoramento técnico. A competência institucional dos tribunais de contas não deriva, por isso mesmo, de delegação dos órgãos do Poder Legislativo, mas traduz emanação que resulta, primariamente, da própria Constituição da República." (ADI 4.190 MC-REF, rel. min. Celso de Mello, j. 10-3-2010, P, DJE de 11-6-2010.)

A alternativa B está incorreta, pois os Tribunais de Contas seguem seus próprios Regimentos; veja o entendimento do STF a respeito do tema: "É reservada ao Tribunal de Contas a iniciativa para deflagrar processo legislativo a fim de dispor sobre a própria estrutura e organização, sendo vedado ao Poder Legislativo formalizar emendas, se impertinentes em relação à matéria originalmente proposta ou caso delas resulte aumento de despesa. (...) É inconstitucional a revogação, decorrente de emenda parlamentar, de dispositivo da Lei Orgânica do Tribunal de Contas mediante o qual (i) determinado que os meios de comunicação dos atos processuais serão regulamentados via resolução; (ii) fixada multa com valor dobrado aos infratores reincidentes; (iii) prevista prescrição, com efeitos concretos, com potencial de beneficiar determinadas pessoas que respondem ou responderam processos no órgão. Precedente do Supremo no sentido da irretroatividade de norma que estabelece prazos prescricionais mais curtos, a beneficiar aqueles aos quais imputada a prática de atos de improbidade administrativa." (ADI 6.967, rel. min. Nunes Marques, j. 4-9-2023, P, DJE de 22-9-2023.)

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, para o STF, os Tribunais de Contas podem declarar, desde que incidentalmente, a inconstitucionalidade bem como rejeitar a aplicação de leis e atos normativos, entendimento fixado no julgamento de agravo da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) no Mandado de Segurança (MS) 25.888/DF. Veja: "5. Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal: compatibilidade com a ordem constitucional de 1988: o verbete confere aos Tribunais de Contas – caso imprescindível para o exercício do controle externo – a possibilidade de afastar (incidenter tantum) normas cuja aplicação no caso expressaria um resultado inconstitucional (seja por violação patente a dispositivo da Constituição ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria)." (MS 25.888 AgR, rel. min. Gilmar Mendes, P, j. 22-8-2023, DJE de 11-9-2023.)

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que os Tribunais de Contas são órgãos autônomos; veja o entendimento do STF a respeito do tema: "Os tribunais de contas ostentam posição eminente na estrutura constitucional brasileira, não se achando subordinados, por qualquer vínculo de ordem hierárquica, ao Poder Legislativo, de que não são órgãos delegatários nem organismos de mero assessoramento técnico. A competência institucional dos tribunais de contas não deriva, por isso mesmo, de delegação dos órgãos do Poder Legislativo, mas traduz emanação que resulta, primariamente, da própria Constituição da República." (ADI 4.190 MC-REF, rel. min. Celso de Mello, j. 10-3-2010, P, DJE de 11-6-2010.)

A alternativa E está correta, Veja o que diz José dos Santos Carvalho Filho sobre o tema: "Atribuições dos Tribunais de Contas: no controle externo da administração financeira e orçamentária é que se inserem as principais atribuições dos nossos Tribunais de Contas, como órgãos independentes mas auxiliares dos Legislativos e colaboradores dos Executivos." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 25. Em razão de limitações do mercado nacional e visando aumentar a competitividade, o Governo Federal realizou uma licitação internacional destinada à compra de determinado equipamento para ser utilizado na produção de insumos estratégicos na área da saúde. Divulgado o edital, apresentaram propostas, isoladamente, três empresas estrangeiras e um consórcio formado por oito empresas nacionais. Nesse contexto, considerando as disposições da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), assinale a afirmativa incorreta.

a) Não há possibilidade de as empresas cotarem seus preços em moeda estrangeira e, nesse sentido, qualquer previsão no instrumento convocatório é nula.

b) Admite-se, como regra geral, a participação de empresas em consórcio, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório.

c) O edital de licitação pode limitar o número de empresas integrantes dos consórcios, contanto que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente.

d) A Administração pode condicionar a aceitação do equipamento à apresentação de certificado emitido por instituição independente e acreditada pelo poder público.

e) Salvo disposição em contrário no instrumento convocatório, a etapa de julgamento das propostas antecede a verificação dos documentos de habilitação.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21).

A alternativa A está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 14.133/21, veja: "Art. 52. Nas licitações de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes. § 1º Quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, o licitante brasileiro igualmente poderá fazê-lo."

A alternativa B está correta, pois é o que traz a Lei nº 14.133/21, veja: "Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas (...)".

A alternativa C está correta, pois é o que traz a Lei nº 14.133/21, veja: "Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas: § 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas."

A alternativa D está correta, pois é o que traz a Lei nº 14.133/21, veja: "Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: § 6º A Administração poderá exigir certificação por organização independente acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) como condição para aceitação de: I - estudos, anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos; II - conclusão de fases ou de objetos de contratos; III - material e corpo técnico apresentados por empresa para fins de habilitação."

A alternativa E está correta, tendo em vista que a etapa de julgamento das propostas antecede a verificação dos documentos de habilitação. Veja o que diz Vinícius Peron Fineto, do Estratégia Concursos: "Aqui está outro ponto com grandes chances de ser cobrado na prova do ISS-RJ: a Lei nº 14.133/21 permite a inversão de fases em licitações públicas, com a análise das propostas antes da habilitação dos licitantes, agilizando o processo de seleção. Enquanto a Lei nº 8.666/1993 exige a habilitação prévia dos licitantes antes da análise e julgamento das propostas, a nova legislação permite

que a análise das propostas ocorra antes da habilitação, em alguns casos, alterando a ordem tradicional dos procedimentos licitatórios. (...) As fases continuam as mesmas. Contudo, se antes a habilitação era uma fase que antecede o julgamento das propostas, uma condição para que o licitante pudesse fazer sua proposta e competir, a partir da sanção da Lei no ano de 2021, os documentos são, nos processos licitatórios em geral, verificados e autorizados apenas após o julgamento das propostas. Por isso, considera-se que houve uma inversão de fases no processo." (FINETO, Vinícius Peron. Licitações para o ISS-RJ: entenda os principais pontos.)

QUESTÃO 26. A Agência Nacional do Petróleo realizou fiscalização em um posto e constatou que a comercialização de combustível estava fora das especificações. Depois da autuação, os fiscais interditaram o estabelecimento.

Sobre o poder de polícia, os atributos dos atos administrativos e a lei federal de processo administrativo, assinale a afirmativa incorreta.

a) A Administração Pública, por limitar a atividade econômica do particular, deve obrigatoriamente motivar o ato administrativo.

b) O ato administrativo que constata a comercialização de combustível fora das especificações goza da presunção de veracidade, mas o estabelecimento pode fazer prova em sentido contrário.

c) A interdição do estabelecimento comercial pode ser feita diretamente pela Administração Pública, prescindindo de prévia autorização judicial.

d) A pretensão punitiva da Administração Pública prescreve em cinco anos, de modo que, ultrapassado esse prazo, não poderá ser aplicada multa ao estabelecimento comercial.

e) A atuação dos fiscais pode ser questionada no âmbito judicial, mas antes deve haver o prévio esgotamento das vias recursais administrativas.

Comentários

A resposta correta é a **letra E.** A questão trata do Poder de Polícia.

A alternativa A está correta, tendo em vista que a motivação é um dos princípios que regem a atuação administrativa; veja o que ensina Vinícius Peron Fineto, do Estratégia Concursos, sobre o tema: "Princípio da motivação: A motivação representa que o administrador deve indicar os fundamentos de fato e de direito que o levam a adotar qualquer decisão no âmbito da administração pública, demonstrando a correlação lógica entre a situação ocorrida e as providências adotadas. Todos os atos administrativos devem ser motivados, sejam eles discricionários ou vinculados, com uma única exceção, que é a exoneração de ocupante de cargo em comissão, conhecida como exoneração ad nutum, uma vez que possui tratamento constitucional próprio." (FINETO, Vinícius Peron. Os princípios administrativos e sua importância para o Direito)

A alternativa B está correta, pois a presunção de veracidade é um dos atributos do Poder de Polícia; veja o que ensina Carlos Eduardo Chagas Cardoso, do Estratégia Concursos, sobre o tema: "Presunção de

Legitimidade ou Veracidade: Esse atributo do ato administrativo pressupõe que os atos foram editados em conformidade com a lei, ou seja, presumem-se legítimos, lícitos, legais ou válidos. Por sua vez, a presunção de veracidade significa que os fatos alegados pela administração se presumem verdadeiros." (CARDOSO, Carlos Eduardo Chagas. Atributos dos atos administrativos. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/atributos-dos-atos-administrativos/. Acesso em: 19 de mar. de 2024.)

A alternativa C está correta, pois a autoexecutoriedade é um dos atributos do Poder de Polícia; veja o que ensina Carlos Eduardo Chagas Cardoso, do Estratégia Concursos, sobre o tema: "Autoexecutoriedade: Segundo esse atributo do ato administrativo, certos atos podem ser executados direta e imediatamente pela própria Administração, sem necessidade de ordem judicial. Esse atributo permite, inclusive, o uso da força para colocar em prática as decisões administrativas. Esse atributo está fundamentado na presunção de legitimidade, supremacia, urgência e nos poderes de polícia." (CARDOSO, Carlos Eduardo Chagas. Atributos dos atos administrativos. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/atributos-dos-atos-administrativos/. Acesso em: 19 de mar. de 2024.)

A alternativa D está correta, veja o que determina a Lei nº 9.873/99: "Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o Direito Brasileiro adota o princípio da inafastabilidade da jurisdição, que tem previsão no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal e que dispõe: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

QUESTÃO 27. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a observância dos tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos em vigor no Brasil e a utilização da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), bem como a necessidade de controle de convencionalidade das leis internas (Recomendação n° 123, de 07/01/2022).

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. O poder de recomendar do CNJ tem fundamento constitucional, está respaldado pelo STF e possui caráter normativo.

Il. Como se trata de uma recomendação, os juízes e juízas brasileiros podem afastar a jurisprudência da Corte Interamericana.

III. O Brasil reconheceu a jurisdição obrigatória da Corte IDH e hoje se submete à sua competência consultiva e contenciosa, pelo menos a respeito dos fatos ocorridos a partir de 10 de dezembro de 1998.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A assertiva I está correta. De certa forma, a recomendação tem caráter normativo, e, portanto, obrigatório, e decorre do artigo 103-B, §4º, da Constituição Federal: §4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

A assertiva II está incorreta. Os juízes brasileiros devem levar em consideração as decisões da Corte IDH, pois o Brasil se submete à jurisdição da corte. Se o Pacto de San Jose tem caráter supralegal, o órgão que a compõem e interpreta o pacto também tem esse caráter e deve ser observado pelos juízes.

A assertiva III está correta. É o que está no artigo 1º, do Decreto n. 4.463/2002: Art. 1o É reconhecida como obrigatória, de pleno direito e por prazo indeterminado, a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969, de acordo com art. 62 da citada Convenção, sob reserva de reciprocidade e para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998.

Assim, considerando que apenas as assertivas I e III estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra D.

QUESTÃO 28. Em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou recurso extraordinário fundado no Art. 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, fixando a Tese 1.097. No referido recurso, alegou-se violação à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, ao afirmar a recorrente que sua filha é portadora de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e que não tem habilidade sequer para controle das necessidades fisiológicas, sendo dependente dos seus cuidados em todos os atos cotidianos e para frequentar as diversas terapias.

Diante disso, a recorrente, servidora pública estadual, pediu a redução de sua jornada de trabalho em 50%, usando, como argumento, a previsão do Art. 98, $§ 2ª e 3°, da Lei n° 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das

autarquias e das fundações públicas federais. Considerando o caso em concreto, assinale a afirmativa correta.

a) A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista não estipulou que eles são considerados pessoas com deficiência para todos os efeitos legais. Assim, é contestável que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência a eles se aplique de forma automática.

b) A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) foi assinada pelo Brasil e, embora tenha sido aprovada de acordo com os ritos previstos no 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988, suas regras são equivalentes a emendas constitucionais, o que reforça o compromisso internacional assumido pelo país na defesa dos direitos e das garantias das pessoas com deficiência.

c) A adaptação, no sentido da redução da jornada de trabalho dos servidores públicos estaduais ou municipais, não é razoável, de acordo com o princípio da proporcionalidade, que tem aplicação no caso concreto, pois tal medida inegavelmente acarretará ônus desproporcional ou indevido à Administração Pública.

d) A inexistência de lei estadual específica que preveja a redução da jornada de servidores públicos que tenham filhos com deficiência impede que seja reconhecido a eles o direito à redução da jornada de trabalho, não cabendo a aplicação da lei federal por analogia, sob pena de ofensa ao princípio federativo.

d) O princípio da igualdade substancial, previsto tanto na Constituição Federal de 1988 como na Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, determina que os servidores públicos federais, pais ou cuidadores legais de pessoas com deficiência têm o direito a horário especial, sem a necessidade de compensação de horário e sem redução de vencimentos; em situações análogas, os servidores públicos estaduais e municipais devem ter o mesmo direito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 1º, §2º, da Lei n. 12.764/2012: § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

A alternativa B está incorreta. O Brasil aprovou a Convenção de Direito das Pessoas com Deficiência sobre o rito de emenda constitucional, conforme Decreto n. 10.654/2021., nos termos do artigo 5º, §3º, da Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. Pelo princípio da igualdade substancial, a suprema corte decidiu que a redução da jornada é direito do servidor, e nesse caso, por força do princípio da proporcionalidade, prevalece o direito da pessoa com deficiência.

A alternativa D está incorreta. O tribunal aplicou por analogia aos servidores públicos estaduais e municipais o direito à redução de jornada de trabalho da lei feral, no Tema de Repercussão Geral n. 1.097.

A alternativa E está correta. Trata-se do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema de Repercussão Geral n. 1.097: Por analogia, aplica-se aos servidores públicos estaduais e municipais que são pais ou cuidadores legais de pessoas com deficiência o direito à jornada de trabalho reduzida, sem necessidade de compensação de horário ou redução de vencimentos, nos moldes previstos para os servidores públicos federais na Lei nº 8.112/90. Tese fixada pelo STF: "Aos servidores públicos estaduais e municipais é aplicado, para todos os efeitos, o art. 98, § 2° e § 3°, da Lei 8.112/1990." Art. 98 (...) § 2º Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário. § 3º As disposições constantes do § 2º são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência. STF. Plenário. RE 1237867/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 16/12/2022 (Repercussão Geral – Tema 1.097) (Info 1080).

QUESTÃO 29. O sistema normativo brasileiro tem prestigiado os mecanismos de autocomposição. Afinal, buscar a Justiça por vezes não passa pelo Poder Judiciário. Destaca-se o desenvolvimento de um arcabouço legal específico ao longo das últimas décadas, como a Lei da Arbitragem (Lei n° 9.307/1996), a Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015) e o novo Código de Processo Civil (Lei n° 13.105/2015). No âmbito administrativo, o CNJ editou a Resolução n° 125/2010, que dispõe sobre os mecanismos consensuais para a solução de controvérsias.

Acerca dos meios alternativos de resolução de conflitos, assinale a afirmativa correta.

a) A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes, mas, caso nada tenha sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de seis meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro.

b) A cláusula compromissória, segundo a Lei nº 9.307/1996, é a convenção por meio da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas; já o compromisso arbitral vem a ser a convenção por meio da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir relativamente a tal contrato.

c) Aos mediadores e conciliadores, exceto membros das Câmaras Privadas de Conciliação, não se aplicam as regras de impedimento e suspeição, nos termos do Art. 148, inciso II, do Código de Processo Civil.

d) A Resolução n° 125/2010 dispõe que compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à autocomposição de litígios e à pacificação social por meio da conciliação e da mediação.

e) A sentença somente será admitida à execução no Brasil depois de submetida à homologação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), quando a arbitragem se der por organismo estrangeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do art. 23 da Lei n. 9.307/1996: Art. 23. A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes. Nada tendo sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de seis meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro.

A alternativa B está incorreta. Nos termos dos artigos 4º e 9º da Lei n. 9.307/1996: Art. 4º A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato. Art. 9º O compromisso arbitral é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial

A alternativa C está incorreta. As causas de impedimento e suspeição aplicam-se ao mediador e ao árbitro, conforme previsto no artigo 5º da Lei de Mediação – Lei n. 13.140/2015 e artigo 14 da Lei de Arbitragem – Lei n. 9.307/1996: Lei n. 13.140/2015, art. 5º: Aplicam-se ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz. Lei n. 9.307/1996, art. 14: Estão impedidos de funcionar como árbitros as pessoas que tenham, com as partes ou com o litígio que lhes for submetido, algumas das relações que caracterizam os casos de impedimento ou suspeição de juízes, aplicando-se-lhes, no que couber, os mesmos deveres e responsabilidades, conforme previsto no Código de Processo Civil.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 4º da Resolução 125/2010: Art. 4º Compete ao Conselho Nacional de Justiça organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à autocomposição de litígios e à pacificação social por meio da conciliação e da mediação.

A alternativa E está incorreta. A Constituição Federal estabelece em seu artigo 105, I, "i", que a homologação de decisões estrangeiras é competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

QUESTÃO 30. Maria, para se tornar usuária do serviço público de abastecimento de água, forneceu à concessionária Alfa seus dados pessoais, que consistiam em nome completo, endereço residencial, data de nascimento, números de telefone, CPF e identidade. Três meses depois, a concessionária sofreu um ataque de hackers em seus sistemas e os dados pessoais de diversos consumidores, inclusive de Maria, foram copiados pelos criminosos, que, em seguida, venderam-nos para empresas que trabalham com telemarketing. Inconformada por ter seus dados pessoais indevidamente comercializados, Maria ajuizou ação indenizatória em face da concessionária Alfa, alegando que sofreu danos morais in re ipsa, haja vista que foram vazados seus dados classificados pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) como dados pessoais sensíveis.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e com a Lei n° 13.709/2018, os dados vazados de Maria

a) são classificados como dados pessoais sensíveis, mas não há que se falar em dano presumido, devendo Maria comprovar os danos morais que efetivamente sofrera para ter êxito em sua pretensão.

b) são classificados como dados pessoais sensíveis e os danos morais sofridos são presumidos, em razão da natureza desses dados pessoais e pela relação de consumo existente entre Maria e a concessionária.

c) não são classificados como dados pessoais sensíveis, mas a LGPD os considera como dados sigilosos e, por isso, inverte-se o ônus da prova para se estabelecer a responsabilidade objetiva da concessionária e o dano in re ipsa.

d) não são classificados como dados pessoais sensíveis, mas a LGPD os considera como extensão do direito da personalidade, de maneira que a falha no tratamento de dados de Maria, como pessoa natural, por pessoa jurídica, tem o condão, por si só, de gerar dano moral indenizável.

e) não são classificados como dados pessoais sensíveis pela LGPD, e sim dados pessoais, cujo vazamento não gera dano moral presumido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

Os dados de Maria descritos no enunciado não são classificados como dados pessoais sensíveis, pois, nos termos do artigo 5º da LGPD – Lei n. 13.709/2018: Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se: I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável; II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Ademais, conforme entendimento do STJ no AResp 2.130.619/SP: O vazamento de dados pessoais não gera dano moral presumido. STJ. 2ª Turma. AREsp 2.130.619-SP, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 7/3/2023 (Info 766).

Assim, a alternativa correta a ser assinalada é a letra E.

QUESTÃO 31. Em julgamento emblemático, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que os integrantes do grupo LGBTi+, como qualquer outra pessoa, nascem iguais em dignidade e direitos e possuem igual capacidade de autodeterminação quanto às suas escolhas pessoais em matéria afetiva e amorosa.

Nesse contexto, de acordo com o STF.

a) a existência de omissão normativa inconstitucional do Poder Legislativo da União foi declarada, para fins de cientificar o Congresso Nacional, para os efeitos legais cabíveis, visando à edição de lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, que regulamente os mandados constitucionais de incriminação inscritos no Art. 5º, incisos XLI e XLII, da CRFB/88, que passam a ser considerados autoaplicáveis, após tal prazo, para enquadrar a homofobia e a transfobia em tipos penais já existentes no Código Penal.

b) até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos no Art. 5º, incisos XLI e XLII, da CRFB/88, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei n° 7.716/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe.

c) a repressão penal à prática da homotransfobia alcança, restringe e limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros é vedado o direito de pregar e de divulgar, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que estiver contido em seus livros e códigos sagrados, porque o ordenamento jurídico veda o discurso de ódio.

d) até que seja editada lei sobre a matéria pelo Poder Legislativo, as condutas reais homofóbicas e transfóbicas, que envolvem discurso de ódio contra orientação sexual ou identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de preconceito, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação como terrorismo.

e) a omissão normativa inconstitucional do Poder Legislativo da União foi constituída, para fins de cientificar o Congresso Nacional, para os efeitos legais cabíveis, visando à edição de lei no prazo de 1, (um) ano, que regulamente os mandados constitucionais de incriminação inscritos no Art. 59, incisos XLI e XLII, da CRFB/88, que passam a ser considerados autoaplicáveis, após tal prazo, em razão de analogia pro societate, para enquadrar a homofobia e a transfobia em tipos penais já existentes na legislação penal extravagante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. O Supremo Tribunal Federal, na ADO n. 26, não impôs prazo ao Congresso e, por meio dos métodos de interpretação teleológica, determinou a aplicação da Lei de Racismo às condutas transfóbicas e homofóbicas.

A alternativa B está correta. Trata-se do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão n. 26, onde o Supremo Tribunal Federal decidiu o seguinte: 1. Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08.01.1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, "in fine"); 2. A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás ou clérigos muçulmanos e líderes ou celebrantes das religiões afro-brasileiras, entre outros) é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou

por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero; 3. O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito. STF. Plenário. ADO 26/DF, Rel. Min. Celso de Mello; MI 4733/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgados em em 13/6/2019 (Info 944).

A alternativa C está incorreta. Conforme decidiu o STF no julgamento da ADO n. 26: 2. A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás ou clérigos muçulmanos e líderes ou celebrantes das religiões afro-brasileiras, entre outros) é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero;

A alternativa D está incorreta. Consoante ao entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADO n. 26, as condutas de transfobia serão tipificadas como crime de racismo: 1. Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08.01.1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”);

A alternativa E está incorreta. O Supremo Tribunal Federal, na ADO n. 26, aplicou a teoria concretista, a fim de suprir a omissão da punição quanto às condutas homofóbicas e transfóbicas, determinando a aplicação da Lei de Racismo a fim de evitar a perpetuação da impunidade.

QUESTÃO 32. Consoante com dados apontados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Embora constituam cerca de 51% da população brasileira, as mulheres representam 38% da

magistratura, sendo 40% presentes no primeiro grau de jurisdição e apenas 21% no segundo grau. (Disponível em: https://www.cnj.jus.br/cnj-aprova-regra-de-genero-para-a- promocao-de-juizes-e-juizas/).

Em setembro de 2023 o CNJ aprovou a criação de uma política de alternância de gênero no preenchimento de vagas para a segunda instância do Judiciário. O texto foi aprovado após amplo debate, em decisão unânime e histórica, em favor da equidade na magistratura brasileira. Com base na Resolução n° 525, de 27/09/2023, que altera a Resolução CNJ n° 106/2010, dispondo sobre ação afirmativa de gênero, para acesso das magistradas aos tribunais de 2° grau, assinale a afirmativa correta

a) Segundo a resolução aprovada, a ação afirmativa não deve ser temporária, mas perdurar mesmo após o atingimento da paridade nos tribunais.

b) Com a decisão, as cortes deverão utilizar a lista exclusiva para mulheres, alternando-a com a lista mista tradicional, nas promoções pelo critério do merecimento.

c) Diante da aferição dos resultados, o CNJ deverá manter banco de dados atualizado sobre a composição dos tribunais, agregado por gênero e cargo.

d) A decisão, além de tratar da promoção pelo critério do merecimento, também trouxe a modificação dos atuais critérios da promoção por antiguidade.

e) As novas disposições trazidas pela resolução n° 525 de 27/09/2023 aplicam-se também às justiças eleitoral e militar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A Resolução do CNJ n. 525 tem como objetivo a ação afirmativa de gênero, para possibilitar o ingresso de magistradas mulheres nos tribunais de segundo grau.

A alternativa A está incorreta. Conforme artigo1º da Resolução n. 106/2010, alterada pela Resolução 525: Art. 1º - A No acesso aos tribunais de 2º grau que não alcançaram, no tangente aos cargos destinados a pessoas oriundas da carreira da magistratura, a proporção de 40% a 60% por gênero, as vagas pelo critério de merecimento serão preenchidas por intermédio de editais abertos de forma alternada para o recebimento de inscrições mistas, para homens e mulheres, ou exclusivas de mulheres, observadas as políticas de cotas instituídas por este Conselho, até o atingimento de paridade de gênero no respectivo tribunal.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do artigo 1º-A da Resolução n. 106/2010, alterada pela Resolução 525: Art. 1º - A No acesso aos tribunais de 2º grau que não alcançaram, no tangente aos cargos destinados a pessoas oriundas da carreira da magistratura, a proporção de 40% a 60% por gênero, as vagas pelo critério de merecimento serão preenchidas por intermédio de editais abertos de forma alternada para o recebimento de inscrições mistas, para homens e mulheres, ou exclusivas de mulheres, observadas as políticas de cotas instituídas por este Conselho, até o atingimento de paridade de gênero no respectivo tribunal.

A alternativa C está incorreta. Conforme prevê o artigo1º-A, §4º, da Resolução n. 106/2010, alterada pela Resolução 525: § 4º Para a aferição dos resultados, o CNJ deverá manter banco de dados atualizado sobre a composição dos tribunais, desagregado por gênero e cargo, especificando os acessos ao 2º grau de acordo com a modalidade de editais abertos.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo1º-A, §5º, da Resolução n. 106/2010, alterada pela Resolução 525: §5º As disposições deste artigo não se aplicam às Justiças Eleitoral e Militar

A alternativa E está incorreta. Só houve alteração na promoção por merecimento. Os critérios da promoção por antiguidade não foram modificados.

QUESTÃO 33. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, que possui metas importantes a serem cumpridas, conta com a participação e o engajamento do Poder Judiciário brasileiro. Acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

a) Na esteira de Conferência como a Eco-92, a Agenda 2030 tem como principal objetivo o desenvolvimento de projetos com escopo na proteção ambiental.

b) Apesar da execução dos objetivos e das metas estabelecidos na Agenda 2030 ser atribuição de cada Estado, a atuação deve ser feita de acordo com as prioridades internacionais dispostas no instrumento, dado o caráter global das iniciativas.

c) Alguns tópicos como mudança climática, energia limpa e saúde foram propositadamente retirados da Agenda 2030, pois já são abordados em Tratados e outros instrumentos específicos.

d) A impossibilidade de executar os projetos e ações em parceria e em sistema de cooperação é objeto de críticas doutrinárias, pois enfraquece a consecução dos objetivos propostos na Agenda 2030.

e) A Agenda 2030 é composta por objetivos e metas de desenvolvimento sustentável, tratando-se de um típico diploma de *soft law* , no qual há o dever de proteger os direitos humanos de *soft law* , no qual há o dever de proteger os direitos humanos em paralelo ao desenvolvimento sustentável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre aspectos referentes a Agenda 2030 da ONU.

A alternativa A está incorreta. A agenda 2030 da ONU não se limita à pauta ambiental, tendo em vista que visa libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria além dea curar e proteger o planeta Terra.

A alternativa B está incorreta. A atuação deverá ser conjunta, sendo que a Agenda é composta de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável além de 169 metas que estão integradas e indivisíveis equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A alternativa C está incorreta. Não houve a retirada proposital mencionada na assertiva, conforme se depreende da leitura do item 9 da Agenda 2030: "Prevemos um mundo em que cada país desfrute de um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos. Um mundo em que os padrões de consumo e produção e o uso de todos os recursos naturais – do ar à terra; dos rios, lagos e aquíferos aos oceanos e mares – são sustentáveis. Um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício em níveis nacional e internacional, são essenciais para o desenvolvimento sustentável, incluindo crescimento econômico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome. Um mundo em que o desenvolvimento e a aplicação da tecnologia são sensíveis ao clima, respeitem a biodiversidade e são resilientes. Um mundo em que a humanidade viva em harmonia com a natureza e em que animais selvagens e outras espécies vivas estão protegidos"**.**

A alternativa D está incorreta**.** A cooperação compõe o escopo da Agenda 2030, conforme se extrai do item 18 em sua literalidade: **"**Nunca antes os líderes mundiais comprometeram-se a uma ação comum e um esforço via uma agenda política tão ampla e universal. Estamos criando juntos um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, nos dedicando coletivamente à busca do desenvolvimento global e da cooperação vantajosa para todos, que podem trazer enormes ganhos para todos os países e todas as partes do mundo".

A alternativa E está correta. A Agenda é composta de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável além de 169 metas que estão integradas e indivisíveis equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Além disso trata-se de documento cujo a natureza jurídica é de *soft law,* compreendida esta como regras não vinculantes adotadas em foros internacionais.

QUESTÃO 34. Há grande variedade sociocultural entre as nações, o que implica diferentes modelos e sistemas políticos e econômicos, muitas vezes com bases morais distintas.

Acerca da dicotomia entre *universalismo* e *relativismo cultural*, assinale a afirmativa correta.

a) Há fundamental diferença entre a lógica universalista e a lógica relativista, tendo em vista que a primeira possui fundamento na coletividade, ao passo que a relativista toma como ponto de partida o individualismo.

b) O universalismo de confluência pode ser definido como uma visão complexa dos direitos e um ponto de chegada após um processo conflitivo e de diálogo, e não um ponto de partida.

c) O relativismo cultural radical concebe a cultura como fonte relevante de validade de um direito ou de uma regra moral.

d) O reconhecimento de se exercer a própria cultura como um direito fundamental, conforme Declaração Universal, indica que os instrumentos internacionais optaram por adotar uma postura relativista.

e) Diferentemente do relativismo cultural, que possui correntes distintas, como a radical, a forte e a fraca, o universalismo, por sua essência, impede sua classificação em graus distintos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Os Universalistas defendem que os direitos humanos decorrem da própria dignidade da pessoa humana. Por outro lado, os relativistas a noção de diretos "está estritamente relacionada ao sistema político, econômico, cultural, social e moral vigente em determinada sociedade" (Piovesan, 2019).

A alternativa B está correta. O Universalismo de confluência é uma teoria de ponto de chegada e não de ponto de partida. Nas palavras de Joaquín Herrera Flores: "nossa visão complexa dos direitos baseia-se em uma racionalidade de resistência. Uma racionalidade que não nega que é possível chegar a uma síntese universal das diferentes opções relativas a direitos. (...) O que negamos é considerar o universal como um ponto de partida ou um campo de desencontros. Ao universal há que se chegar — universalismo de chegada ou de confluência — depois (não antes de) um processo conflitivo, discursivo de diálogo (...). Falamos de entrecruzamento e não de uma mera superposição de propostas" (Piovesan, 2019).

A alternativa C está incorreta. O relativismo cultural radical, conforme compreendido por Jack Donnelly "concebe a cultura como a única fonte de validade de um direito ou regra moral" (Piovesan, 2019).

A alternativa D está incorreta. Não há a alegada cultura relativista imposta por instrumentos internacionais sendo que, ao se invocar as múltiplas experiências de instrumentos internacionais adotados globalmente irá se extrair uma "relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local", na celebração de um diálogo intercultural (Piovesan, 2019).

A alternativa E está incorreta. O universalismo também possui diversas classificações a depender do alcance do mínimo ético que se adota como parâmetro. Assim, "a defesa, por si só, desse mínimo ético, independentemente de seu alcance, apontará à corrente universalista — seja a um universalismo radical, forte ou fraco" (Piovesan, 2019).

QUESTÃO 35. No tocante à proteção dos Direitos Humanos pela jurisdição constitucional brasileira, assinale a afirmativa que guarda conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) Diante do princípio constitucional da reserva de jurisdição, revela-se incompatível com a Constituição brasileira o dispositivo legal que permite à autoridade policial, em situações de violência doméstica, determinar o imediato afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência.

b) O dever de o Estado brasileiro manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, inclusive a partir de tratados internacionais, torna impositivo o dever de ressarcir danos, inclusive morais, a detentos em estabelecimentos carcerários, independentemente da demonstração de culpa ou do nexo causal com a atuação da Administração.

c) Os princípios constitucionais da presunção de não culpabilidade, da dignidade da pessoa humana, da liberdade de locomoção e da não autoincriminação não constituem, a priori, impeditivos para condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório, desde que seja observado, pela autoridade competente, o direito constitucional ao silêncio.

d) A adesão do Estado brasileiro ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, os quais limitam a prisão civil por dívida ao descumprimento inescusável de prestação alimentícia, por si só, não torna ilícita a prisão civil do depositário infiel, já que essa excepcional hipótese possui previsão na própria Constitucional Federal de 1988.

e) A audiência de custódia ou de apresentação constitui direito público subjetivo, de caráter fundamental, assegurado por convenções internacionais de direitos humanos a que o Estado brasileiro aderiu, devendo ser realizada em todas as modalidades prisionais, inclusive prisões temporárias, preventivas e definitivas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda aspectos jurisprudenciais sobre direitos humanos.

A alternativa A está incorreta. O STF no bojo da (ADI) 6138 julgou improcedente o pedido formulado pela Associação de Magistrados do Brasil (AMB) reconhecendo a validade das alterações promovidas na lei 11.343/2016 que, em casos excepcionais, autoriza que a autoridade policial determine o afastamento imediato do suposto agressor do domicílio ou do lugar de convivência com a vítima, mesmo sem autorização judicial prévia, quando houver risco à vida ou à integridade da mulher.

A alternativa B está incorreta. A questão cobra a jurisprudência fixada no RE 580252, a indenização se reconhecida deverá ser comprovada mediante a ocorrência de dano e do nexo causal. Assim, decidiu o STF que "Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento".

A alternativa C está incorreta. O STF declarou que a condução coercitiva de réu ou investigado para interrogatório, constante do artigo 260 do Código de Processo Penal (CPP), não foi recepcionada pela

Constituição de 1988. Assim, é inconstitucional o uso de condução coercitiva de investigados ou réus para fins de interrogatório, não havendo a ressalva feita pela assertiva.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de entendimento vinculante nº 25 do STF que afirma ser ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.

A alternativa E está correta. A assertiva reflete o entendimento do STF no HC 186490 ED / SC que afirmou "A audiência de custódia (ou de apresentação) – que deve ser obrigatoriamente realizada com a presença do custodiado, de seu Advogado constituído (ou membro da Defensoria Pública, se for o caso) e do representante do Ministério Público – constitui direito público subjetivo, de caráter fundamental, assegurado por convenções internacionais de direitos humanos a que o Estado brasileiro aderiu (Convenção Americana de Direitos Humanos, Artigo 7, n. 5, e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, Artigo 9, n. 3) e que já se acham incorporadas ao plano do direito positivo interno de nosso País(Decreto nº 678/92 e Decreto nº 592/92, respectivamente), não se revelando lícito ao Poder Público transgredir essa essencial prerrogativa instituída em favor daqueles que venham a sofrer privação cautelar de sua liberdade individual".

QUESTÃO 36. O Art. 26 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos dispõe sobre o desenvolvimento progressivo dos Direitos Econômicos, Sociais, Ambientais e Culturais (DESCA).

Sobre esses direitos, assinale a afirmativa correta:

a) Durante os trabalhos preparatórios da Convenção Interamericana, o Conselho de Jurisconsultos se inspirou na Convenção Europeia de Direitos Humanos, que prevê, igualmente, a proteção dos DESCA.

b) Segundo entendimento consagrado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em sua jurisprudência mais recente, o Art. 26 da Convenção não possui justiciabilidade direta, sendo que ele só pode ser aplicado em conjunto com o Protocolo de San Salvador e em relação aos direitos que esse protocolo prevê como suscetíveis de aplicação no âmbito de petições individuais perante a Corte, quais sejam, o direito à educação e direitos sindicais.

c) Embora o Art. 26 da Convenção tenha sido aplicado pela primeira vez de forma autônoma no caso lagos del Campo vs. Peru, em 2017, a Corte IDH já havia, anos antes, reconhecido sua competência para se pronunciar sobre violações ao referido dispositivo convencional desde o caso Acevedo Buendia vs. Peru.

d) Segundo entendimento consagrado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em sua jurisprudência mais recente, a violação ao Art. 26 somente será declarada em conjunto com a declaração de violação de algum direito civil ou político previsto no capítulo II (Art. 3 ao 25) da Convenção Americana.

e) Dada a especificidade do escopo protetivo de cada direito humano, a Corte interamericana consolidou entendimento de que não é possível a declaração de violação do direito à vida e do direito à saúde em relação a uma mesma vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a justiciabilidade dos direitos humanos.

A alternativa A está incorreta. Conforme leciona o professor André Carvalho Ramos, Uma vez adotada a Carta da OEA e a Declaração Americana, "iniciou-se um lento desenvolvimento da proteção interamericana de direitos humanos. O primeiro passo foi a criação de um órgão especializado na promoção e proteção de direitos humanos no âmbito da OEA. Na 5ª Reunião de consultas dos Ministros de Relações Exteriores, realizada em Santiago do Chile em 1959, foi aprovada moção pela criação de um órgão voltado para a proteção de direitos humanos no seio da OEA, que veio a ser a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Pela proposta aprovada, a Comissão funcionará provisoriamente até a adoção de uma "Convenção Interamericana de Direitos Humanos".

A alternativa B está incorreta. Após o ano de 2017, a Corte IDH manteve em seus julgamentos posteriores o modelo de justiciabilidade direta. Assim, após o "Caso Lagos del Campo vs. Peru78. Foi declarado, de ofício (sem pedido das vítimas ou da Comissão Interamericana de Direitos Humanos), a violação ao art. 26 da CADH. Foi a primeira vez que a Corte declarou violado pelo Estado o art. 26 da CADH, mantendo essa linha em julgados subsequentes, a saber: Caso dos Trabalhadores Despedidos da Empresa Petroperu79 (2017), Caso Poblete Vilches vs. Chile (2018)80 e Caso San Miguel Sosa vs. Venezuela81 (2018)" (Ramos, 2020).

A alternativa C está correta. Em que pese a aplicação da justiciabilidade direta tenha se dado apenas no ano de 2017 a sentença do caso *Acevedo Buendia* vs Perú data de 2009, podendo-se concluir que embora a decisão faça referência ao precedente determinado no Caso Acevedo Buendía, o posicionamento adotado no caso Lagos del Campo é distinto daquele, atribuindo maior alcance à competência da Corte e a exigibilidade direta dos DESCA através do artigo 26 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, não definida no, em tese, precedente sobre o tema(de Moraes MV, Hennig Leal MC. Casos Lagos Del Campo X Acevedo Buendía: Nova Interpretação da Corte Interamericana de Direitos Humanos Quanto à Justiciabilidade dos Direitos Sociais?. RDP [Internet]. 31º de janeiro de 2023).

A alternativa D está incorreta. A corte IDH admite a aplicação em modo direto de proteção de direitos humanos com base na violação ao art. 26 da CADH.

A alternativa E está incorreta. Com a aplicação do modo direto da justiciabilidade das decisões da Corte IDH, tem-se que cada direito pode ser pleiteado individualmente em face do Estado posto a existência de direitos subjetivos distintos da vítima em relação a ele. Com efeito, "A justiciabilidade direta dos direitos sociais implica no reconhecimento de direitos subjetivos oponíveis aos Estados (tais como os direitos civis e políticos), afastando-se a tese de que tais direitos representariam somente normas programáticas aos Estados (RAMOS, 2020).

QUESTÃO 37. A complexidade das relações existentes na atualidade fez com que a proteção aos Direitos Humanos, inicialmente centrada no binômio Estado/indvíduo, passasse também a abranger as empresas. Acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

a) As denominadas Diretrizes do OCEDE para Empresas Multinacionais são um instrumento importante, pois estabelecem padrões vinculantes para as empresas multinacionais em áreas como Direitos Humanos, meio ambiente e trabalho.

b) O chamado Pacto Global, desenvolvido pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, é reconhecido por prever mecanismos de densificação e exigibilidade de seus princípios.

c) Por serem incipientes, os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da Onu ainda não incluem, na definição de atividades da empresa, eventuais omissões que possam ser atribuídas às companhias.

d) Um dos pilares dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU pode ser descrito como o dever de o Estado garantir meios eficazes de reparação às vítimas em caso de violações por parte de empresas.

e) As limitações inerentes à própria atividade empresarial impedem que estas cumpram o papel de promotoras de direitos, devendo concentrar esforços em não violar os Direitos Humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de norma de soft law, cujo a aplicabilidade é voluntária.

A alternativa B está incorreta. Nas palavras do professor André de Carvalho Ramos o Pacto Global é uma iniciativa da ONU para mobilizar, de modo voluntário, a comunidade empresarial internacional rumo a implementação de boa governança empresarial nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios.

A alternativa C está incorreta. Extrai-se dos princípios referentes à responsabilidade das empresas em respeitar os direitos humanos que a responsabilidade da empresa é plena: "14) A responsabilidade das empresas quanto ao respeito de direitos humanos é plena, independentemente de seu tamanho, setor, contexto operacional, proprietário e estrutura, mas as exigências quanto aos meios e recursos que devem ser disponibilizados podem variar, a depender desses fatores".

.A alternativa D está correta. Um dos pilares dos princípios referentes ao acesso a mecanismos de reparação compreende o dever do Estado em estabelecer meios eficazes de reparação. Na literalidade dos princípios entabulados: "25) Os Estados devem adotar medidas de reparação eficazes, pelas vias judiciais, administrativas, legislativas ou outros meios. 26) Os Estados devem assegurar a eficácia dos mecanismos judiciais nos casos abordando violações de direitos humanos por parte de empresas".

A alternativa E está incorreta. Contraria o princípio 11 de Ruggie que dispõe: "As empresas devem respeitar os direitos humanos, abstendo-se de infringir direitos de terceiros e reparando os danos eventualmente causados.

QUESTÃO 38. O sistema global de proteção dos Direitos Humanos possui mecanismos convencionais e não convencionais. Sobre a última espécie, especificamente, assinale a afirmativa correta.

a) O fato de os mecanismos extraconvencionais ou não convencionais de proteção dos Direitos Humanos não estarem necessariamente previstos originalmente em um tratado Internacional, com adesão formal e especifica dos Estados, redunda em uma menor aplicabilidade e efetividade, quando comparado com os mecanismos convencionais.

b) As violações aos Direitos Humanos devem ser apuradas com a devida publicidade, a fim de desestimular comportamentos não desejáveis. Por essa razão, a Resolução nº 1.503 do ECOSOC excluiu a possibilidade do antigo procedimento confidencial.

c) O chamado sistema peer review, ou de revisão por pares refere-se ao mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU), que é um dos instrumentos não convencionais desenvolvidos pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU.

d) As resoluções da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social da ONU são limitadas, pois não autorizam o monitoramento em países que não são membros das Nações Unidas ou que não são partes em tratados de Direitos Humanos.

e) Com a substituição da Comissão de Direitos Humanos da ONU pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, os antigos Grupos de Trabalho e Relatórios Temáticas (Relatorias Especiais) foram substituídos por novos mecanismos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos.

A alternativa A está incorreta. A extraconvencionalidade não reduz a aplicabilidade e efetividade quando comparado com mecanismos convencionais, uma vez que, busca-se "a cooperação e adesão voluntária do Estado examinado" (Ramos, 2020).

A alternativa B está incorreta. O art. 7, c da referida resolução ainda continua a prever o procedimento de confidencialidade. Na literalidade do dispositivo: "o processo do Comitê deverá ser confidencial, seus procedimentos deverão ser conduzidos em reuniões privadas e suas comunicações não deverão ser publicadas de forma alguma".

A alternativa C está correta. Conforme leciona o Profª André de Carvalho Ramos: "a essência do RPU é o peer review – monitoramento pelos pares – pelo qual um Estado tem a sua situação de direitos

humanos analisada pelos demais Estados da ONU e que, futuramente, poderá vir a substituir os procedimentos especiais vistos acima" (Ramos, 2020).

A alternativa D está incorreta. O Conselho Econômico e Social pode elaborar recomendações inclusive para organizações especializadas interessadas.

A alternativa E está incorreta. Os grupos de trabalho temáticos ainda estão ativos inclusive o "Brasil é um dos países do mundo que já comunicou ao Conselho de Direitos Humanos que aceita toda e qualquer visita dos Relatores e Grupos de Trabalho, sem que estes precisem pedir anuência prévia a cada missão oficial no país" (Ramos, 2020).

QUESTÃO 39. João interpôs recurso de apelação em face de sentença proferida pela 1ª Vara Cível da Comarca de Varre-Sai, localizada no Estado do Rio de Janeiro. Por esquecimento, embora tenha efetuado tempestivamente o preparo do recurso, João não efetuou a juntada da guia de custas e nem da comprovação do pagamento no momento da interposição da apelação.

Ao realizar a admissibilidade do recurso, o relator intimou João a efetuar o preparo em dobro na forma do Art. 1.007, § 49, do CPC.

Entretanto, João permaneceu inerte. Vinte dias depois de sua intimação para recolhimento em dobro das custas, João protocolou petição acompanhada do preparo do recurso, bem como do comprovante de seu recolhimento. O relator, todavia, não conheceu o recurso de apelação em razão da deserção.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) A decisão do relator foi correta, pois João não comprovou o preparo do recurso nas duas oportunidades que possuía para isso, de modo que o recurso deve ser considerado como deserto.

b) Antes de considerar o recurso deserto, o relator deveria ter intimado João para efetuar o recolhimento das custas em quádruplo, com alerta expresso sobre a possibilidade de o recurso ser considerado deserto.

c) A deserção do recurso somente poderia ser reconhecida se houvesse pedido expressado apelado, de modo que o relator deveria ter intimado esse último a se manifestar previamente, sob pena de nulidade.

d) A decisão do relator que não conheceu o recurso é uma decisão monocrática, a qual, poderá ser impugnada por meio de embargos de divergência a ser julgado pelo órgão colegiado que o relator integra.

e) João poderá recorrer em face da decisão monocrática do relator interpondo agravo interno, o qual, nesse caso, dispensa a impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

Nos termos do artigo 1.007, caput, e §§ 2º, 4º e 5º, do Código de Processo Civil: Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. [...] § 2º A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias. § 4º O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção. § 5º É vedada a complementação se houver insuficiência parcial do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, no recolhimento realizado na forma do § 4º.

No ato da interposição do recurso, o recorrente deverá comprovar o recolhimento das custas recursais. Se o recorrente não comprova o preparo recursal, o relator irá intimá-lo para efetuar o recolhimento do saldo remanescente, caso tenha sido recolhido a menor, ou em dobro, caso nada tenha sido recolhido.

QUESTÃO 40. Sobre a contestação, a reconvenção, as providências preliminares e o saneamento do processo, assinale a afirmativa correta.

a) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar a litispendência, conexão ou coisa julgada.

b) Não é lícito ao autor propor a reconvenção em litisconsórcio com terceiro.

c) A revelia não produz o efeito material se, a despeito da ausência de contestação tempestiva, o litígio versar sobre os direitos disponíveis.

d) O juiz decidirá antecipada e parcialmente o mérito se um dos pedidos se mostrar controverso.

e) Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes no prazo sucessivo de cinco dias, findo o qual a decisão se torna estável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 337 do CPC: Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: [...] VI - litispendência; VII - coisa julgada; VIII - conexão;

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 343, §4º, do CPC: § 4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

A alternativa C está incorreta. Consoante ao artigo 344 e 345, inciso II, do CPC: Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se: [...] II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis;

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 356 do CPC: Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso;

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o artigo 357, §1, do CPC, o prazo é comum: § 1º Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

QUESTÃO 41. Cassiano, servidor público, impetrou mandado de segurança em face de ato praticado pelo Secretário de Estado de Fazenda do Estado X, que indeferiu pedido administrativo de inclusão de determinada gratificação em sua remuneração.

A 100ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado X, que possuía competência originária para o caso, concedeu a segurança por maioria, determinando ao Secretário que promovesse tal inclusão, bem como efetuasse o pagamento das verbas devidas a partir da data da impetração.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

a) Haverá reexame necessário do acórdão por expressa disposição da Lei do Mandado de Segurança.

b) Os valores devidos a Cassiano, que forem anteriores à data da impetração, deverão ser pleiteados administrativamente ou por via judicial própria.

c) Caso deseje recorrer em face do acórdão concessivo da segurança, o Estado X deverá interpor recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

d) Não é aplicável a técnica de ampliação do colegiado ao julgamento da 100ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado X, conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça.

e) Haverá a condenação do Estado X, que deverá pagar honorários em favor do advogado de Cassiano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. O artigo 14, §1º, da Lei de MS – Lei n. 12.016/2009, prevê a remessa necessária da sentença que concede a segurança e não de acórdão: Art. 14. Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação. § 1o Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

A alternativa B está correta. Trata-se do que dispõe o artigo 14, §4º, da Lei de MS – Lei n. 12.016/2009, bem como as Súmulas 271 e 269 do Superior Tribunal de Justiça: § 4. O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor

público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial. Súmula 271 - Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria. Súmula 269, STF: O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.

A alternativa C está incorreta. Recurso ordinário é cabível da denegação da segurança, nos termos do artigo 18 da Lei de MS – Lei n. 12.016/2009: Art. 18. Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.

A alternativa D está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça entende que é aplicável a técnica do julgamento ampliado ao Mandado de segurança, conforme decidiu no REsp 1868072/RS: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA, APELAÇÃO. RESULTADO NÃO UNÂNIME. AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO. ART. 942 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA. I - Trata-se de recurso especial interposto contra o acórdão que, em decisão por maioria em apelação, deixou de observar a técnica de ampliação do colegiado, que determina novo julgamento do recurso, prevista no art. 942 do CPC/2015, sob o fundamento de que o mandado de segurança permanece regulado por sua lei específica, nos termos do art. 1.046, § 2º, do CPC/2015. II - O Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 942, institui a técnica de ampliação do colegiado, segundo a qual o julgamento não unânime da apelação terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, convocados em número suficiente para possibilitar a inversão do resultado inicial obtido. III - A técnica de ampliação do colegiado, prevista no art. 942 do CPC/2015, tem por finalidade aprofundar as discussões relativas à controvérsia recursal, seja ela fática ou jurídica, sobre a qual houve dissidência. Cuida-se de técnica de julgamento, e não de modalidade de recursal, conforme depreende-se do rol de recursos enumerados no art. 994 do CPC/2015, razão pela qual a sua aplicação é automática, obrigatória e independente da provocação das partes. Precedentes: REsp n. 1.846.670/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019; e REsp n. 1.762.236/SP, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Relator p/ Acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 19/2/2019, DJe 15/3/2019. IV - O Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), ao entrar em vigor, revogou o Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973), nos termos do art. 1.046, caput, do CPC/2015. Todavia, as disposições especiais dos procedimentos regulados por leis específicas permaneceram em vigor, mesmo após o advento do novel diploma legal, consoante o previsto no art. 1.046, § 2º, do CPC/2015, de maneira que as disposições especiais pertinentes ao mandado de segurança seguem reguladas pela Lei n. 12.016/2009. Contudo, ao contrário do que ficou assentado no acórdão recorrido, a Lei n. 12.016/2009, responsável por disciplinar o mandado de segurança, não contém nenhuma disposição especial acerca da técnica de julgamento a ser adotada nos casos em que o resultado da apelação for não unânime. Enquanto o art. 14 da Lei n. 12.016/2009 se limita a preconizar que contra a sentença proferida em mandado de segurança cabe apelação, o art. 25 da Lei n. 12.016/2009 veda a interposição de embargos infringentes contra decisão proferida em mandado de segurança. V - Embora a técnica de ampliação do colegiado, prevista no art. 942 do CPC/2015, e os embargos infringentes, revogados junto com Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973), possuam objetivos semelhantes, os referidos institutos não se confundem, sobretudo porque o primeiro compreende técnica de julgamento, já o segundo consistia em modalidade de recurso. Ademais: "(...) diferentemente dos embargos infringentes regulados pelo CPC/73, a nova técnica de ampliação do colegiado é de observância automática e obrigatória sempre que o resultado da apelação for não unânime e não apenas quando ocorrer a reforma de sentença (REsp n. 179.8705/SC, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019). VI - Conclui-se, portanto, que

a técnica de ampliação do colegiado, prevista no art. 942 do CPC/2015, aplica-se também ao julgamento de apelação que resultou não unânime interposta contra sentença proferida em mandado de segurança. Precedente: REsp n. 1.817.633/RS, Relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 17/9/2019, DJe 11/10/2019. VII - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido para anular o acórdão recorrido, bem como para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que seja convocada nova sessão destinada ao prosseguimento do julgamento da apelação, nos moldes do disposto no art. 942 do CPC/2015. (REsp 1868072/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/05/2021, DJe 10/05/2021)

A alternativa E está incorreta. Em mandado de segurança não tem condenação de honorários, conforme previsto no artigo 25 da Lei de MS – Lei n. 12.016/2009 e Súmula 512 do STF: Art. 25. Não cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé. Súmula 512: Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança.

QUESTÃO 42. João ajuizou ação de inventário, sob a forma de arrolamento comum, referente aos bens deixados por seu pai, Jonas.

Os herdeiros são maiores e capazes, à exceção de Pedro, irmão caçula de João, que possui 10 (dez) anos de idade. O Ministério Público não se opôs ao processamento do inventário pelo rito do arrolamento.

Apresentado o esboço de partilha, João mostrou o comprovante de recolhimento dos impostos referentes aos bens do espólio. Ato contínuo, o juiz julgou a partilha e determinou a expedição dos formais em favor dos herdeiros.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

a) Ainda que o membro do Ministério Público tenha concordado com o processamento do inventário sob o rito do arrolamento comum, a presença de menor absolutamente incapaz torna impositiva a adoção do procedimento comum de inventário, havendo nulidade processual na hipótese.

b) A Fazenda Pública não ficará adstrita ao valor dos bens do espólio atribuídos pelos herdeiros quando do lançamento administrativo do imposto de transmissão.

c) O juiz não poderia julgar a partilha sem que João apresentasse prova da quitação do imposto de transmissão, não bastando a mera comprovação de que os bens do espólio estão com sua regularidade fiscal em dia.

d) Por se tratar de inventário processado sob a forma de arrolamento comum, é certo dizer que o valor dos bens do espólio é igual ou inferior a 2.000 (dois mil) salários-mínimos.

e) O arrolamento comum ou sumaríssimo permite o exame das questões relativas ao lançamento, ao pagamento e à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 665, do CPC: Art. 665. O inventário processar-se-á também na forma do art. 664 , ainda que haja interessado incapaz, desde que concordem todas as partes e o Ministério Público.

A alternativa B está correta. Trata-se do disposto no artigo 662, §2º, do CPC: Art. 662. No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio. § 2º O imposto de transmissão será objeto de lançamento administrativo, conforme dispuser a legislação tributária, não ficando as autoridades fazendárias adstritas aos valores dos bens do espólio atribuídos pelos herdeiros.

A alternativa C está incorreta. Conforme decidiu o STJ no REsp 2.027.972, sob o rito de recursos repetitivos: No arrolamento sumário, a homologação da partilha ou da adjudicação, bem como a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação, não se condicionam ao prévio recolhimento do imposto de transmissão causa mortis, devendo ser comprovado, todavia, o pagamento dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, a teor dos arts. 659, § 2º, do CPC/2015 e 192 do CTN.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 664 do CPC: Art. 664. Quando o valor dos bens do espólio for igual ou inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos, o inventário processar-se-á na forma de arrolamento, cabendo ao inventariante nomeado, independentemente de assinatura de termo de compromisso, apresentar, com suas declarações, a atribuição de valor aos bens do espólio e o plano da partilha.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 662 do CPC: Art. 662. No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio.

QUESTÃO 43. Santos move ação em face de Leopoldina distribuída ao Juízo no qual o magistrado é o cunhado da ré. Logo após a distribuição, Santos foi informado de que a esposa do juiz era irmã da ré.

No entanto, confiou nos comentários sobre a imparcialidade do julgador e preferiu nada alegar, de modo a evitar constrangimento. Depois de obter sentença desfavorável e inferir que o juiz foi parcial, Santos mudou de ideia.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

a) A ciência anterior sobre a afinidade, sem que tenha sido alegada na primeira oportunidade, induz à preclusão lógica e à impossibilidade de posterior arguição.

b) Se o eventual apelo contra a sentença não alegar o vício, ocorrerá a preclusão temporal, e o problema não pode ser levantado depois.

c) A situação de suspeição, descrita no enunciado, enseja apenas a possibilidade de preclusão consumativa.

d) O vício é de impedimento e não há preclusão para alegá-lo.

e) Ocorreu comportamento contraditório de Santos, que não pode mais alegar o vício, diante da conduta processual que adotou.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Nos termos do artigo 144, III, do CPC: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: III - quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive. O cunhado é parente colateral, de 2º grau, por afinidade. Logo, a causa de impedimento está configurada. No entanto, não há preclusão, pois a causa de impedimento pode ser alegada inclusive em sede de ação rescisória, conforme artigo 966, II, do CPC: Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.

Desse modo, a única alternativa correta é a letra D, e é o gabarito da questão.

QUESTÃO 44. Caio, candidato em concurso público destinado ao provimento de um único cargo no âmbito da Administração Pública de determinado Município, ajuizou ação pelo procedimento comum para obter a invalidação do ato administrativo que o eliminara, assegurando-se lhe o alegado direito de participar das etapas subsequentes do certame e de ser nomeado, na hipótese de aprovação. Para tanto, alegou o autor a ocorrência de uma série de ilegalidades no procedimento concursal, que, em sua ótica, violaram os princípios reitores da Administração Pública.

Distribuída a petição inicial ao Juízo X, dotado de competência fazendária, o magistrado, embora tivesse procedido ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, ordenando a citação do ente político demandado, indeferiu o requerimento de concessão de tutela provisória, consubstanciado na ordem de suspensão do concurso público até o julgamento do mérito.

Antes mesmo da citação do Município, o autor manifestou desistência da ação, o que foi imediatamente homologado por sentença pelo juiz da causa.

Uma semana depois do trânsito em julgado da sentença homologatória da desistência, Caio intentou uma segunda ação pelo rito comum, deduzindo os mesmos pedidos e causa de pedir da primeira, além de formular o mesmo pleito de tutela provisória, embora incluindo no polo passivo, a par do município responsável pelo concurso questionado, o candidato Tício que, àquela altura, já havia sido aprovado e nomeado para exercer o cargo almejado.

A nova petição inicial foi submetida à livre distribuição, tendo sido sorteado o Juízo Y, também dotado de competência fazendária.

Nesse quadro, o magistrado atuante no segundo processo deverá

declinar da competência em favor do Juízo X.

a) **extingui-lo sem resolução do mérito, diante do fenômeno da litispendência.**
b) **proceder ao juízo positivo de admissibilidade, ordenando a citação dos réus.**
c) **extingui-lo sem resolução do mérito, diante do fenômeno da coisa julgada material.**
d) **suscitar conflito negativo de competência perante o tribunal, atribuindo-a ao Juízo X.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

De acordo com o artigo 286, II, do Código de Processo Civil: Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: II - quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda. Desse modo, considerando que o autor desistiu da ação, se a mesma demanda for novamente proposta, deverá ser distribuída por dependência ao juízo que primeiro conheceu a ação, a fim de evitar que a parte escolha o juízo. Assim, o juízo incompetente deve declinar da competência e remeter ao juiz competente, sem extinguir o feito.

QUESTÃO 45. Joana, residente em Ponta Grossa, Estado do Paraná, sagrou-se vencedora em ação de alimentos movida em face de Régis, seu genitor. A sentença julgou procedente o pedido, condenando Régis a pagar o equivalente a 20% de seus rendimentos líquidos mensais em favor de Joana. A demanda tramitou na 1ª Vara de Família da Comarca de Ponta Grossa.

Depois do trânsito em julgado, Joana distribuiu cumprimento de sentença na Comarca de Rolândia, também no Estado do Paraná, atual domicílio de Régis, requerendo o desconto em folha dos valores vencidos e vincendos no patamar de 60% dos ganhos líquidos do executado.

Ao realizar o juízo de admissibilidade da petição inicial, caberá ao juiz

a) declinar a competência em favor da 1ª Vara de Família da Comarca de Ponta Grossa, que detém competência absoluta para processar o cumprimento da sentença, com exclusão de qualquer outra.

b) determinar a intimação de Régis na pessoa de seu advogado para pagar o débito no prazo de cinco dias, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de prisão civil, cuja duração será de até seis meses.

c) intimar Régis para que tome ciência dos termos do cumprimento da sentença e, não havendo pagamento voluntário do débito, poderá deferir parcialmente e pedido de Joana, porém limitando o desconto em folha a 50% dos ganhos líquidos de Régis.

d) indeferir a petição inicial, pois a Comarca de Rolândia é incompetente para o cumprimento da sentença, o qual é de competência absoluta da 1ª Vara de Família da Comarca de Ponta Grossa.

e) determinar a intimação de Régis que, caso não cumpra voluntariamente a obrigação, poderá sofrer prisão civil, desde que referente às cinco prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem ao longo do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. A competência para execução, em regra, é funcional. No entanto, nos termos do artigo 516, parágrafo único, do CPC é possível a escolha do foro, em algumas hipóteses, como no caso de ação de alimentos: Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante: I - os tribunais, nas causas de sua competência originária; II - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição; III - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem. É o que dispõe, ainda, o artigo 528, §9º, do CPC: § 9º Além das opções previstas no art. 516, parágrafo único, o exequente pode promover o cumprimento da sentença ou decisão que condena ao pagamento de prestação alimentícia no juízo de seu domicílio.

A alternativa B está incorreta. O prazo é de 03 (três) dias, conforme artigo 528 do CPC: Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 529, §3º, do CPC: Art. 529. Quando o executado for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa ou empregado sujeito à legislação do trabalho, o exequente poderá requerer o desconto em folha de pagamento da importância da prestação alimentícia. § 3º Sem prejuízo do pagamento dos alimentos vincendos, o débito objeto de execução pode ser descontado dos rendimentos ou rendas do executado, de forma parcelada, nos termos do caput deste artigo, contanto que, somado à parcela devida, não ultrapasse cinquenta por cento de seus ganhos líquidos.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 528, §9º, do CPC: § 9º Além das opções previstas no art. 516, parágrafo único, o exequente pode promover o cumprimento da sentença ou decisão que condena ao pagamento de prestação alimentícia no juízo de seu domicílio.

A alternativa E está incorreta. Consoante ao artigo 528, § 7º, do CPC: §7º O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.

QUESTÃO 46. Aquino ajuizou ação, perante a Justiça estadual, em face de sociedade de economia mista federal, com o objetivo de ser ressarcido por danos gerados a partir de imóvel vizinho, ocupado pela ré, que fez reformas no bem. A União pede ingresso no feito, como assistente litisconsorcial da ré, pois aponta ser a proprietária do imóvel e, além disso, ser a futura beneficiária das reformas que geraram os alegados danos.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

a) Deve o magistrado estadual deferir o ingresso da União como assistente litisconsorcial. Eventual recurso será julgado pelo Tribunal Regional Federal.

b) Deve o magistrado estadual afirmar a competência da Justiça Federal e remeter os autos a esta, mas sem deliberar sobre a forma de ingresso. Caso o juiz federal entenda, ao contrário do estadual, no sentido da ausência de interesse da União, deve ele suscitar conflito de competência.

c) Independentemente do requerimento da União, o juiz estadual deve mandar integrar a União ao polo passivo como litisconsorte necessária e declinar de sua competência, pois o ente público é o proprietário do imóvel e suportará, pelo menos em parte, os efeitos da procedência do pedido.

d) Embora a União não seja litisconsorte necessária, a ação foi proposta contra sociedade de economia mista federal e tem relação com imóvel da União. Sendo assim, a competência originária já é da Justiça Federal, e o próprio pedido de deslocamento foi formulado de maneira equivocada.

e) Caso o juiz federal entenda indeferir o ingresso da União, mesmo após receber os autos com a determinação de remessa feita pelo juiz estadual, ele deve fazê-la sem suscitar conflito e, assim, devolver os autos ao Juízo estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 150 do STJ: Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas. Referência: - Constituição Federal, art. 109, I.

A alternativa B está incorreta. Não é necessário suscitar conflito, consoante ao artigo 45, §3º, do CPC: § 3º O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

A alternativa C está incorreta. Consoante à Súmula 150 do STJ: Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas. Referência: - Constituição Federal, art. 109, I.

A alternativa D está incorreta. A Justiça Federal não é competente para julgar ação contra Sociedade de Economia Mista, nos termos da Súmula 42 do STJ - "Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.

A alternativa E está correta. Trata-se da previsão contida no artigo 45, §3º, do CPC: § 3º O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo. Ainda nesse sentido a Súmula 224 do STJ: Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito.

QUESTÃO 47. Em ação voltada à anulação de contrato por coação e assim do débito nele constante, após contestação e réplica, recusada a conciliação e saneado o feito, o juiz abre a fase de prova, destinada a demonstrar se ocorreu a coação, fundamento único da petição inicial para a alegada invalidade. Como o juiz deferiu prova documental suplementar, o autor solicitou que o réu fosse compelido a exibir uma série de documentos. Segundo o autor, esses documentos seriam aptos a demonstrar, por si, que, ainda se afastada a coação, o valor do contrato já estava quitado, de modo que o débito deveria ser declarado extinto, mesma consequência material do pedido formulado.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) O magistrado deve, antes de apreciar o tema da nova prova documental, designar nova conciliação, agora pertinente à alegada quitação.

b) O magistrado apenas deve anuir com o deferimento e futuro exame dessa nova prova se o réu não se opuser à exibição.

c) O magistrado deve indeferir a prova, ainda que haja concordância do réu, mas apenas se puder, desde logo, julgar a favor do autor.

d) O magistrado deve indeferir a prova por ser impertinente e desnecessária.

e) O magistrado deve indeferir essa prova, observando que o prazo para requerê-la seria até a réplica, último momento em que ela seria imperativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme gabarito preliminar oficial. Contudo, entendemos que a questão é passível de recurso, pois a alternativa correta é a letra E, conforme será abaixo explicado.

Nos termos do artigo 319, III, do Código de Processo Civil, "A petição inicial indicará: III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido".

A causa de pedir é única e o juiz deve ficar adstrito ao objeto litigioso. Como o juiz deferiu a prova documental suplementar, o autor requereu a juntada de novos documentos e ampliou a causa de pedir, pois exibiria documentos aptos a demonstrar que além da coação, o débito estava quitado.

Houve, portanto, aditamento da causa de pedir diante da ampliação objetiva da ação. No entanto, o feito já tinha sido saneado, e último momento para realização de aditamento da causa de pedir ou o pedido é o saneamento. Após o saneamento, há a estabilização da demanda, não havendo possiblidade de ampliação objetiva do processo.

Nesse sentido, dispõe o artigo 329do CPC:

Art. 329. O autor poderá:

I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;

II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à reconvenção e à respectiva causa de pedir.

Nesse passo, conforme apontado na letra E, caberia ao juiz indeferir essa prova, observando que o prazo para requerê-la seria até a réplica, último momento em que ela seria imperativa.

QUESTÃO 48. Ao recorrer, é fundamental, para que os recorridos se defendam, que o recorrente indique por que quer ver a decisão anulada, reformada ou integrada. Caso contrário, os recorridos não têm como, adequadamente, postular a manutenção do julgado.

O trecho transcrito versa sobre o princípio recursal denominado

a) **regularidade formal.**
b) **tipicidade.**
c) **dialeticidade.**
d) **duplo grau de jurisdição.**
e) **voluntariedade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A descrição contida no enunciado trata do princípio da dialeticidade. Por meio desse princípio, exige-se do recorrente a exposição da causa de pedir (error in judicando e error in procedendo), bem como do pedido (reforma, invalidação, esclarecimento ou integração). Deve o recorrente, pois, impugnar especificamente os pontos da decisão agravada. A alternativa correta, então, é a letra C.

QUESTÃO 49. Em relação à participação dos sujeitos nos processos e aos prazos dos atos processuais, analise as afirmativas a seguir.

I. Há impedimento do juiz, entre outras hipóteses, no processo de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão.

II. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

III. A citação será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.

IV. A citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém de ato ou termo do processo.

Está correto o que se afirma em

a) **l e IV, apenas.**
b) **II e III, apenas.**
c) **II, III e IV**
d) **I, II e III apenas.**
e) **I, II, III e IV.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A assertiva I está correta. Trata-se da literalidade do artigo 144, II, do CPC: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: II - de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão.

A assertiva II está correta. Nos termos do artigo 212 do CPC: Art. 212. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

A assertiva III está correta. Consoante ao artigo 238, parágrafo único, do CPC: Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Parágrafo único. A citação será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.

A assertiva IV está incorreta. Conforme dispõe o 269 do CPC: Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo.

Assim, considerando que apenas as assertivas I, II e III estão corretas, portanto a alternativa correta é a letra C.

QUESTÃO 50. Sobre o sistema de recursos e as ações autônomas de impugnação, analise as afirmativas a seguir.

I. Quando o recurso principal não é conhecido por falta de preparo, o recurso adesivo também não será conhecido, ainda que o aderente seja beneficiário da gratuidade de justiça.

II. Quando o litisconsórcio passivo é unitário - e todos os litisconsortes recorrem - a desistência de um ao recurso é subordinada ao assentimento dos demais.

III. Ao exercer o juízo preliminar de admissibilidade da apelação, o juiz de primeiro grau dirá os efeitos em que a recebe.

IV. A ação rescisória tem a sua interposição, em regra, submetida ao termo decadencial de três anos.

Está correto o que se afirma em

a) **I, apenas.**
b) **I e II, apenas.**
c) **II e IV, apenas.**
d) **II e III, apenas.**
e) **I, III e IV, apenas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A assertiva I está correta. Trata-se da previsão contida no artigo 997, §2º, III, do CPC: § 2º O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte: III - não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

A assertiva II está incorreta. Nos termos do artigo 998 do CPC: Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. Parágrafo único. A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

A assertiva III está incorreta. O juízo de primeiro grau não faz juízo de admissibilidade, conforme artigo 1.010, §3º, do CPC: Art. 1.010. A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, conterá: [...] § 3º Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade.

A assertiva IV está incorreta. O prazo da ação rescisória está previsto no artigo 975 do CPC: Art. 975. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

Assim, considerando que apenas a assertiva I está correta, a alternativa a ser assinalada é a letra A.

QUESTÃO 51. A Padaria XYZ Ltda. é devedora do Banco ABC S.A., em razão do inadimplemento de determinado contrato de empréstimo, desprovido de garantia especial. Mesmo após o vencimento antecipado da dívida, a Padaria XYZ Ltda. alienou mu forno antigo e, devido ao aporte de capital do sócio, adquiriu um novo forno, em substituição ao equipamento anterior.

O gerente do Banco ABC S.A., ao visitar o cliente, verificou a existência de um novo forno e relatou o ocorrido ao Departamento Jurídico. No dia seguinte, a Padaria XYZ Ltda. recebeu um e-mail de seu credor, no qual requeria o valor da alienação, sob pena do ajuizamento de ação pauliana.

A respeito da hipótese descrita, é correto afirmar que a Padaria XYZ Ltda. deve

a) refutar a ameaça, ante a regularidade da venda.
b) ignorar o comunicado, pois inexiste crédito exigível.
c) consignar o valor em juízo para convalidar o negócio jurídico.
d) transferir o valor da venda, sob pena de nulidade do contrato.
e) transferir o valor da venda, sob pena de anulação do contrato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. A troca do forno realizada por aporte de capital do sócio não configura fraude contra credores. Dessa forma, a Padaria XYZ deverá refutar a ameaça, pois, em análise ao caso narrado, houve boa-fé na troca do forno, nos termos do art. 164 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma, há crédito exigível, pois a Padaria XYZ Ltda. é devedora do Banco ABC S.A., em razão do inadimplemento de determinado contrato de empréstimo

A alternativa C está incorreta. A Padaria XYZ não possui tal legitimidade, a qual seria faculdade do terceiro adquirente, nos termos do art. 160 do Código Civil.

As alternativas D e E estão incorretas, não configurou fraude contra credores, conforme comentário da alternativa A.

QUESTÃO 52. Jose, marido de Sara estava concorrendo ao cargo de administrador de uma escola particular, com outros cinco candidatos. Sara, que atua como hacker, desejosa de que seu marido obtivesse a vaga, procurou os outros quatro candidatos, prometendo divulgar informações

constrangedoras a que tivera acesso por via da informática sobre a vida privada deles, caso não desistissem da disputa naquela mesma tarde.

Diante da ameaça, todos os candidatos desistiram da disputa e, José, que não tinha ciência do que a esposa fizera, obteve a vaga. Dias após o ocorrido, Júlio, um dos candidatos desistentes, não se sentindo mais ameaçado, porque conseguiu inutilizar as informações a que Sara tivera acesso, propôs ação de anulação do ato de desistência, combinada com pedido de perdas e danos.

Nesse caso, a desistência deverá

a) subsistir, mas Sara e José responderão solidariamente pelas perdas e danos.

b) ser anulada, mas como José foi beneficiado pela ameaça, tanto ele quanto Sara responderão por perdas e danos.

c) subsistir, mas como José não estava ciente do ocorrido, Sara deverá ser condenada ao pagamento de perdas e danos.

d) ser anulada, mas como José desconhecia a ameaça perpetrada por Sara, somente ela responderá por perdas e danos.

e) ser objeto de apreciação do julgador avaliando a ameaça objetivamente, de modo a cotejar a promessa de Sara e o ato de desistência independentemente das circunstâncias pessoais dos candidatos ameaçados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda sobre ação para anulação de ato jurídico e a responsabilidade em indenizar.

A alternativa C está correta. A desistência de Júlio subsistirá e somente Sara condenada ao pagamento por perdas e danos, nos termos do art. 154 e 155 do Código Civil. A saber: "Art. 154. Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos. Art. 155. Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto." Portanto, a desistência de todos os candidatos, inclusive de Júlio, deve subsistir. Atente-se ao narrado que apenas Sara realizou as ameaças, sendo que José, o beneficiário, dela não tinha conhecimento. Dessa forma, Sara é a única autora e responderá por perdas e danos que o seu ato causou. Quanto a José, este não responderá por perdas e danos, pois não tinha conhecimento das ameaças perpetradas por Sara aos demais candidatos ao pleito. As demais alternativas estão incorretas, conforme os comentários da alternativa C.

QUESTÃO 53. Júlio, jogador de futebol brasileiro, foi contratado por um time estrangeiro. Mesmo domiciliado agora no exterior, manteve seu relacionamento com Natália, que evoluiu para um pedido de casamento. Foram tomadas as providências administrativas para a celebração do

casamento, inclusive, 70 (setenta) dias antes da cerimônia civil, Júlio outorgou procuração por instrumento público com poderes especiais para Renato, seu melhor amigo, para representá-lo no casamento civil, caso não pudesse estar no Brasil na ocasião.

Na véspera, contudo, Júlio pensou melhor sobre sua vida e desistiu de se casar com Natália, revogando o mandato por instrumento público. Entretanto, a revogação não chegou ao conhecimento de Natália nem de Renato que compareceram à cerimônia, e o casamento foi celebrado. Depois que o juiz de paz declarou Natália e Júlio casados, opai de Júlio interrompeu a todos, alertando, em voz alta, que acabara de receber uma mensagem d o filho, afirmando que ele desistira do casamento. Tal fato causou um grande rebuliço n o local da cerimônia. A noiva, desesperada, desmaiou e bateu a cabeça na mesa utilizada para a celebração, sendo necessária sua hospitalização por uma semana. Depois disso, Natália nunca mais quis ver ou saber de Júlio.

Nesse caso, diante da revogação do mandato sem ciência de Renato e de Natália a tempo, o casamento é

a) anulável, mas Júlio responderá por perdas e danos perante Natália.

b) inexistente, e Júlio não é responsável pelos prejuízos decorrentes da falta de comunicação da revogação.

c) nulo, e não seria passível de convalidação, ainda que Júlio e Natália tivessem coabitado após a celebração.

d) nulo, porque a eficácia do mandato para a celebração de casamento civil não pode ultrapassar 60 (sessenta) dias.

e) válido, mas Júlio poderia ter revogado a procuração por instrumento público ou particular, dada a urgência do caso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda sobre hipótese de anulabilidade do casamento, conforme disposto art. 1.550 e seus incisos.

A alternativa A está correta. O casamento é anulável, nos termos do art. 1.550, V do Código Civil, pois Natália não tinha ciência da revogação do mandato quando já realizada a cerimônia e o juiz de paz havia declarado Natália e Júlio Casados. Vejamos: "Art. 1.548. É nulo o casamento contraído: V - realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevindo coabitação entre os cônjuges;" Ainda, Júlio terá a responsabilidade em indenizá-la por perdas e danos, nos termos do art. 1.542, §1º, do Código Civil. "Art. 1.542. O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais. §1º A revogação do mandato não necessita chegar ao conhecimento do mandatário; mas, celebrado o casamento sem que o mandatário ou o outro contraente tivessem ciência da revogação, responderá o mandante por perdas e danos."

A alternativa B está incorreta. O casamento é anulável, sendo Júlio responsável por perdas e danos causados à Natália, pois o casamento foi celebrado o casamento sem que ela tivesse ciência da revogação do mandato (art. 1.542, §1º, do CC).

A alternativa C está incorreta. O casamento é anulável e não houve coabitação (art. 1.550, V, do CC).

A alternativa D está incorreta. O casamento é anulável e a eficácia do mandato é de 90 dias (art. 1.542, §3º, do CC) e não de 60 dias, como afirma a alternativa.

A alternativa E está incorreta. A revogação se dará apenas por instrumento público (art. 1.542, §4º, do CC).

QUESTÃO 54. Maria divulgou em rede social o desaparecimento de seu gato, Nino, oferecendo R$1.000,00 (mil reais) a quem o encontrasse. Uma semana depois do anúncio, o gato foi encontrado por Gabriel, de 15 anos, em um campo de futebol localizado no seu bairro..Gabriel recolheu o gato e, no caminho a sua casa, cruzou com Maria, que lhe disse que era a tutora do gato. Gabriel entregou o gato a Maria, mas ao contar a história para sua mãe, Paula, ela lhe mostrou o anúncio da recompensa, replicado na rede social do bairro. Gabriel reconheceu o gato e entrou em contato com Maria pela mesma rede social, pedindo a recompensa.

Acerca do pagamento da recompensa, assinale a afirmativa correta.

a) Maria nada deve, pois se trata de obrigação natural.

b) Em razão da incapacidade de Gabriel, a recompensa não é devida.

c) Maria deve pagar a recompensa a Gabriel, representado por sua mãe.

d) Diante do desconhecimento da recompensa, Gabriel não se torna credor.

e) Paula é credora do valor prometido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda sobre promessa de recompensa.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que da afirmativa, Maria tem o dever de cumprir com a obrigação de pagar a recompensa, uma vez que se comprometer a recompensar quem encontrasse seu gato, nos termos do art. 854 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Sim, a recompensa ainda é devida. O Código Civil não exige capacidade civil para receber a recompensa (art. 854 e ss). Ademais, a promessa de recompensa foi ato unilateral de Maria, não sendo caso de negócio jurídico.

A alternativa C está correta. Maria deve pagar a recompensa, nos termos do art. 854 do Código Civil, sendo Gabriel representado por sua mãe, diante da menoridade. "Art. 854. Aquele que, por anúncios públicos, se comprometer a recompensar, ou gratificar, a quem preencha certa condição, ou desempenhe certo serviço, contrai obrigação de cumprir o prometido."

A alternativa D está incorreta. O desconhecimento da recompensa por Gabriel não desobriga Maria ao pagamento da recompensa, conforme assim determina o art.855 do Código Civil. Vejamos: "Art. 855. Quem quer que, nos termos do artigo antecedente, fizer o serviço, ou satisfizer a condição, ainda que não pelo interesse da promessa, poderá exigir a recompensa estipulada."

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que da afirmativa, Gabriel é o credor, não sua mãe. Paula o representará no recebimento do valor.

QUESTÃO 55. Quanto à cláusula penal, assinale a afirmativa correta.

a) A cláusula penal, pacto acessório, acompanha a obrigação principal, pão podendo ser constituída em ato separado concomitante ou posterior àquele que constitui a obrigação principal.

b) Não pode o credor invocar a cláusula penal compensatória e pretender, cumulativamente, as perdas e os danos, exceto quando as partes tenham pactuado que a cláusula penal funciona como mínimo da reparação, o que autoriza a indenização suplementar.

c) Fixada a cláusula penal indenizatória em valor superior ao valor da obrigação principal, considera-se inválida a cláusula em sua integralidade, visto que poderia estimular o interesse do credor no descumprimento da avença, a figurar como fonte de enriquecimento sem causa.

d) É facultado ao julgador reduzir equitativamente a cláusula penal quando a obrigação principal tiver sido cumprida em parte ou quando o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo em vista a natureza, a finalidade do negócio e o estado anímico do contratante

e) Fixada em obrigação indivisível, na hipótese de pluralidade de devedores, é possível exigir de qualquer um deles a integralidade do pagamento da cláusula penal, mas aquele que pagar terá ação regressiva contra o culpado, a fim de evitar seu enriquecimento sem causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda sobre a cláusula penal.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, a cláusula penal poderá ser estipulada em momento posterior à obrigação, conforme o art. 409 do Código Civil. A saber: "Art. 409.

A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora."

A alternativa B está incorreta. A indenização suplementar somente é possível caso assim seja convencionado, conforme prevê o art. 416, parágrafo único do Código Civil. "Art. 416. Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.

Parágrafo único. Ainda que o prejuízo exceda ao previsto na cláusula penal, não pode o credor exigir indenização suplementar se assim não foi convencionado. Se o tiver sido, a pena vale como mínimo da indenização, competindo ao credor provar o prejuízo excedente."

A alternativa C está incorreta. Ao contrário da afirmativa, quando a cláusula penal exceder a obrigação principal, esta não será invalidada integralmente, e sim, apenas o que exceder, conforme determina o art. 412 do Código Civil. Vejamos: "Art. 412. O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal."

A alternativa D está incorreta. Não se trata de uma faculdade do julgador, e sim, um dever de reduzir a penalidade de maneira equitativa, quando está se manifestar excessiva, em razão a natureza e a finalidade do negócio, nos termos do art. 413 do Código Civil. Vejamos: "Art. 413. A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio."

A alternativa E está incorreta. Sendo indivisível a obrigação, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena; mas esta só se poderá demandar integralmente do culpado, respondendo cada um dos outros somente pela sua quota. A ação regressiva será reservada contra aqueles que deu causa á aplicação da cláusula penal, nos termos do art. 414, parágrafo único, do Código Civil.

QUESTÃO 56. João, advogado, presta serviço de consultoria jurídica para Robson, seu cliente. Por serem amigos, não firmam contrato de honorários por escrito e acordam verbalmente as condições de remuneração do advogado. Depois de concluída com êxito a assessoria, Robson emite uma nota promissória em favor do advogado sem, contudo, anotar no texto do título a denominação Nota Promissória expressamente e, ainda, sem indicar a data do documento, tornando-o nulo, conforme o Art. 75 do Anexo I da Lei Uniforme de Genebra (Decreto nº 57.663/1966).

Considerando a situação hipotética narrada, analise as afirmativas a seguir.

I. A Nota Promissória em tela é nula por não conter os requisitos legais que a lei exige, especialmente, a indicação de Nota Promissória e a data em que o documento foi emitido, sendo inútilo documento para auxiliar o advogado na cobrança da dívida.

II. Ainda que a Nota Promissória esteja viciada, o instrumento afigura-se útil para a cobrança da dívida, dada a possibilidade de que ela seja convertida em uma confissão de dívida.

III. A conversão do negócio jurídico seria possível somente na hipótese de nulidades relativas, e não absolutas, de modo que in casu as nulidades obstam a conversão da Nota Promissória viciada em confissão de dívida, sem prejuízo do ajuizamento da ação ordinária de cobrança.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas

e) II e III, apenas

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Analisemos as afirmativas uma a uma.

A afirmativa I está incorreta. Ao contrário do que afirma, a nota promissória do caso narrado não é inútil. A nota é um início de prova da dívida. Serve para ação monitória, por exemplo. Ou ainda pode instruir ação de cobrança.

A afirmativa II está correta. Apensar de nulo, tendo os requisitos de uma confissão de dívida, subsistirá o negócio jurídico, em razão da conversão substancial, conforme assim permite o art. 170 e 394 do Código Civil.

A afirmativa III está incorreta, nos termos do art. 170 do Código Civil, é possível a conversão substancial, mesmo nos casos de nulidade.

A alternativa B está correta, estando a afirmativa II correta, apenas. As demais alternativas estão incorretas, pois as afirmativas I e III estão incorretas.

QUESTÃO 57. Angélica, irmã de Clara, é casada civilmente com Fausto, irmão de Plínio.

Laura e Otávio, pais de Angélica e Clara, nunca gostaram de Fausto e preferiam que ela tivesse se casado com Plínio.

A tensão familiar aumentou quando Gabriel, primo de Clara, pediu-a em casamento, mas ela não aceitou, alegando que, por serem primos, esse amor era proibido.

Considerando a situação hipotética narrada, analise as afirmativas a seguir.

I. Se Clara aceitasse se casar civilmente com seu primo Gabriel, o casamento seria nulo

II. Se Angélica se divorciar de Fausto e Otávio falecer, Laura poderá se casar civilmente com Fausto.

III. Se Fausto se divorciar de Angélica, ela poderá se casar civilmente com Plínio.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I, apenas.

c) II, apenas.

d) I e II, apenas:

e) I e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A afirmativa I está incorreta. O casamento entre primos é válido, uma vez que primos são parentes colaterais de 4º grau, não incorrendo na proibição do art. 1.521, V do Código Civil.

A afirmativa II está incorreta. Laura é mãe de Angélica, sogra de Fausto. Sendo assim, parente por afinidade em linha reta de Fausto (art. 1.521, II, do CC). Mesmo que Angélica e Fausto se divorciem, permanece o parentesco entre Angélica e Fausto, uma vez que a afinidade de sogra não se extingue com a dissolução do casamento (art. 1.595, do CC).

A afirmativa III está correta. Angélica, se divorciando de Fausto, pode se casar com Plínio, que era seu cunhado. Plínio era parente colateral de Angélica, e esse vínculo de parentesco se extinguiu com o divórcio de Angélica e Fausto, pois não incorre na regra do art. 1.595, §1º, do CC, uma vez que são parentes colaterais, não em linha reta.

A alternativa C está correta. A afirmativa III está correta. As demais alternativas estão incorretas, estando as afirmativas I e III incorretas.

QUESTÃO 58. Bernardo e Bianca casaram-se em 1992 sob o regime da comunhão parcial de bens. No curso do casamento compraram uma casa que, embora adquirida com o esforço comum de ambos, ficou registrada em nome de Bernardo apenas, com a ressalva de que era casado com Bianca na ocasião. Tiveram dois filhos, Bento e João.

Entretanto, ainda no curso do casamento, Bernardo teve um relacionamento extraconjugal pontual, do qual nasceu um filho, Abelardo. Quando descobriu esse fato, Bianca separou-se de Bernardo judicialmente. Isso ocorreu em 2014, mas não chegaram a converter a separação em

divórcio, nem ela averbou a separação no registro do imóvel. Em 2020, Bernardo faleceu, deixando como patrimônio somente a casa que comprara enquanto estava casado com Bianca.

Sobre a hipótese narrada, assinale a opção que indica como a casa deve ser dividida.

a) Um terço para Bianca, um terço para Bento e um terço para João.

b) Um terço para Abelardo, um terço para Bento e um terço para João.

c) Quatro sextos para Bianca, um sexto para Bento e um sexto para João.

d) Metade para Bianca, um sexto para Bento, um sexto para João e um sexto para Abelardo.

e) Um quarto para Bianca, um quarto para Bento, um quarto para João e um quarto para Abelardo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre partilha de bens.

A alternativa D está correta. Bianca é meeira de Bernado, ficando com 50% do imóvel. Bernardo e Bianca casaram no regime da comunhão parcial de bens em 1992 e, ainda que a casa tenha sido registrada apenas no nome de Bernardo, a casa é um bem a ser partilhado entre os dois, conforme prevê o art. 1.660, I, do Código Civil, a saber: "Art. 1.660. Entram na comunhão: I - os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges;". Nesse sentido, sendo meeira ela não é herdeira, porque sobre o bem que incide meação não incide herança. Ainda, Bianca e Bernardo tiveram dois filhos, Bento e João. Bernardo teve outro filho fora do casamento, o Abelardo. Cada um dos filhos ficará com um terço da outra metade, ou seja, um sexto da casa. Código Civil não diferencia os filhos havidos dentro ou fora do casamento, nos termos do art. 1.596 do Código Civil. Vejamos: "Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação."

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa D.

QUESTÃO 59. Em 2020, Roberval tomou emprestados R$500.000,00 (quinhentos mil reais) do Banco Dinheiro Certo S.A. para aquisição da casa própria. Em garantia, alienou fiduciariamente o imóvel à instituição financeira, tudo registrado em fevereiro de 2020. Em outubro de 2021, diante da inadimplência de Roberval quanto às parcelas do financiamento, o banco provocou o oficial de registro a constituí-lo em mora. Sem que o devedor a tenha purgado, em janeiro de 2022, registrou-se a consolidação da propriedade em favor do credor fiduciário.

Em março e abril do mesmo ano, seguiram-se a primeira e a segunda praças, sem interessados. Como Roberval se recusava a sair do imóvel, o banco ajuizou demanda de imissão na posse, obtendo a liminar em novembro de 2022. Em janeiro de 2023, o mandado de imissão foi efetivado.

Nesse caso, é correto afirmar que são de responsabilidade do Banco Dinheiro Certo S.A. as cotas condominiais vencidas a partir de

a) fevereiro de 2020.

b) outubro de 2021.

c) janeiro de 2022

d) abril de 2022.

e) janeiro de 2023.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C,** conforme gabarito preliminar oficial. Contudo, entendemos que a alternativa correta é a **letra E,** conforme fundamentos a seguir expostos.

Trata-se de hipótese de alienação fiduciária de imóvel. O devedor não pagou, e o Banco consolidou a propriedade em seu nome, e ajuizou imissão na posse. A pergunta é: a partir de quando o Banco passa a responder pelas cotas condominiais daquele imóvel? Quem responde é o art. 27, §8º, da Lei 9514/97, que trata sobre o tema: § 8º Responde o fiduciante (ou seja, o devedor) pelo pagamento dos impostos, taxas, contribuições condominiais e quaisquer outros encargos que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel, cuja posse tenha sido transferida para o fiduciário, nos termos deste artigo, até a data em que o fiduciário vier a ser imitido na posse. Ou seja, o Banco passa a responder a partir da imissão na posse. No nosso caso, imissão na posse se deu em janeiro de 2023, quando, então, passou a exercer a posse direta sobre o imóvel. Nesse sentido, ainda, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: Ementa. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONDOMÍNIO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. IMÓVEL. PAGAMENTO. RESPONSABILIDADE. DESPESAS CONDOMINIAIS. DEVEDOR FIDUCIANTE. POSSE DIRETA. ART. 27, § 8º, DA LEI N° 9.514/1997. 1.Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ). 2. Cinge-se a controvérsia a definir se o credor fiduciário, no contrato de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel, tem responsabilidade pelo pagamento das despesas condominiais juntamente com o devedor fiduciante. 3. Nos contratos de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel, a responsabilidade pelo pagamento das despesas condominiais recai sobre o devedor fiduciante enquanto estiver na posse direta do imóvel. 4. O credor fiduciário somente responde pelas dívidas condominiais incidentes sobre o imóvel se consolidar a propriedade para si, tornando-se o possuidor direto do bem. 5. Com a utilização da garantia, o credor fiduciário receberá o imóvel no estado em que se encontra, até mesmo com os débitos condominiais anteriores, pois são obrigações de caráter propter rem (por causa da coisa). 6. Na hipótese, o credor fiduciário não pode responder pelo pagamento das despesas condominiais por não ter a posse direta do imóvel, devendo, em relação a ele, ser julgado improcedente o pedido. 7. Recurso especial provido. (STJ, REsp. 1.696.038).

Assim, a alternativa correta é a letra E.

QUESTÃO 60. Maria se inscreveu em concurso público para uma carreira federal. No dia da prova, faltando uma hora para o término do exame, quando Maria já havia passado todas as respostas para o cartão, um celular tocou na sala. Confundindo-se, o fiscal entendeu pela eliminação de Maria que, então, ajuizou demanda indenizatória reclamando não só os danos sofridos em razão da injusta eliminação, como também os salários que deixariam de ser auferidos. Demonstrou que, com as respostas já marcadas no cartão, atingiria nota bem superior ao corte para a segunda e última fase.

Em contestação, no entanto, o ente federal comprovou que o cartão de resposta tinha sido preenchido a caneta vermelha, o que, segundo o edital do certame, acarretaria sua eliminação. Nesse caso, assinale a opção que apresenta as teorias que fundamentam, respectivamente, a tese de Maria e a da contestação.

a) A da perda de uma chance e a da causalidade virtual.

b) A da causalidade virtual e a da causalidade alternativa.

c) A do lucro da intervenção e a da causalidade alternativa.

d) A da perda de uma chance e a da causalidade alternativa.

e) A do lucro da intervenção e a da equivalência dos antecedentes causais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda sobre as teorias da perda de uma chance e da causalidade virtual.

A alternativa A está correta. Maria já havia passado todas as respostas para o cartão, quando foi eliminada indevidamente. Ela tinha nota para passar pelo corte. Contudo, o ente federal provou que ela marcou as respostas com caneta vermelha, o que a teria eliminado. Desse modo, a pretensão de Maria se funda na teoria da perda de uma chance a eliminação indevida tirou dela a chance de competir, apesar de passado todas as respostas para o cartão, quando foi eliminada indevidamente, ainda, logrado a note de corte. Conforme explica o Ministro do STJ Paulo Sanseverino, a chance é a possibilidade de um benefício futuro provável, consubstanciada em uma esperança para o sujeito, cuja privação caracteriza um dano pela frustração da probabilidade de alcançar esse benefício possível. Contudo, a posse no cargo não era certa. Dependeria do número de vagas, se ela passou dentro desse número, etc. Já a pretensão do ente federado se funda na teoria da causalidade virtual.Causa virtual é aquela que não aconteceu, porque foi impedida por uma anterior (causa real). Conforme Nathália da Silva Pereira, a causa hipotética ou virtual é aquele evento que poderia ter provocado o efeito danoso, mas é impedido pela interveniência de uma causa real ou operante, que consegue produzir o resultado, sendo que não há qualquer relação entre as séries causais hipotética e real.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, consoante os comentários da alternativa A.

QUESTÃO 61. Rebeca, grafiteira amadora de 17 anos, costuma mostrar seus trabalhos em rede social. O Restaurante D Ltda. solicitou orçamento, por meio da sua plataforma, para que Rebeca realizasse seu trabalho em uma parede do estabelecimento. Antes de apresentar uma proposta, Rebeca se dirigiu ao Restaurante D Ltda. para conhecer o espaço. Ali, encontrou o administrador da sociedade, que, surpreso com a aparência jovem da artista, perguntou sua idade. Rebeca informou que tinha 19 anos e estimou seu serviço no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais). Mesmo tendo recebido metade do valor contratado de forma antecipada, Rebeca não retornou ao estabelecimento na data ajustada. Ao entrar em contato por meio da rede social, o Restaurante D Ltda. foi informado, por Laura, que se identificou como mãe da artista, que Rebeca era menor de idade e, por isso, não podia ser contratada para o serviço. Sobre o valor antecipado, Laura disse que desconhecia tal montante.

Diante do cenário descrito, assinale a afirmativa correta

a) A ausência de assistência é motivo de nulidade da avença, e o restaurante deve cobrar de Laura a devolução dos valores em razão de enriquecimento sem causa.

b) O negócio é válido e o restaurante pode exigir a obrigação assumida por Laura, sob pena de restituição do valor e das perdas e dos danos, caso haja prova.

c) O negócio é inválido, mas a conduta é socialmente relevante e, ao produzir efeitos jurídicos, oferece ao restaurante a opção de responsabilizar Laura pelo inadimplemento.

d) A ausência de assistência torna anulável o contrato, e cabe ao restaurante cobrar de Rebeca a devolução dos valores em razão de enriquecimento sem causa.

e) A nulidade absoluta do negócio é motivo para o restaurante exigir o valor de Laura, devido à sua responsabilidade pelos atos praticados por Rebeca.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, sendo esta questão passível de recurso. A alternativa correta menciona, aparentemente por erro material, a pessoa de Laura, ao invés de Rebeca. E demais alternativas estão erradas.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário da afirmativa, será caso de anulabilidade, não de nulidade, conforme previsão expressa do art. 171, I, do Código Civil. Vejamos: "Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: I - por incapacidade relativa do agente;"

A alternativa B está correta. Apesar de mencionar a pessoa de Laura, ao invés de Rebeca. Conforme Flávio Tartuce, o negócio é válido e gera efeitos, afastando-se qualquer anulabilidade. Nos termos do art. 180 do Código Civil o negócio é válido, diante da boa-fé do restaurante e do dolo de Rebeca, neste caso, "A malícia supre a idade". A saber: "Art. 180. O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior."

A alternativa C está incorreta. Como visto nos comentários anteriores, trata-se de negócio jurídico válido.

A alternativa D está incorreta. Pois seria mesmo anulável, não fosse a declaração falsa de Rebeca.

A alternativa E está incorreta. Como vimos nos comentários anteriores, é causa de anulabilidade e não de nulidade.

QUESTÃO 62. Rafael, para realizar a aposta em um site internacional que está localizado em um país em que o jogo e as apostas são legalizados, pede emprestado o cartão de crédito de João e, do saldo disponível, usa o valor equivalente a R$5.370,00 (cinco mil trezentos e setenta reais).

Diante do insucesso da aposta, cujo resultado ocorreu cinco dias depois da sua efetivação, Rafael não realizou o pagamento a João. À míngua de qualquer disposição ajustada entre as partes, apenas a obrigação de devolver o valor, João, no dia seguinte ao resultado negativo, cobrou de Rafael o pagamento imediato de R$5.370,00 (cinco mil trezentos e setenta reais), sob pena de acréscimo de multa no valor de 10%.

Acerca do pedido de João, assinale a afirmativa correta.

a) Deve ser atendida a quantia de R$5.370,00, acrescida de juros, após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias do empréstimo.

b) Não pode ser exigido o pagamento de multa, ante a ausência do decurso do prazo para o pagamento.

c) Somente será exigível 30 (trinta) dias após o empréstimo, restringindo-se a devolução ao valor do mútuo.

d) Trata-se de uma obrigação não exigível, de modo que não cabe a cobrança de qualquer valor.

e) Trata-se de uma obrigação não exigível, de modo que não cabe a cobrança de multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme a banca. Contudo, entendemos que esta questão é passível de recurso. Nos termos do art. 592, II, do Código Civil, pagamento deverá ser feito em 30 dias, mas não incide juros, porque não convencionado nesse sentido. Esses juros pagos já no vencimento seriam os remuneratórios, que precisam ser convencionados – só se presumem no empréstimo bancário. É necessário se atentar à diferença que reside entre o contrato de mútuo de dinheiro e o mútuo para fins econômicos. O contrato de mútuo em dinheiro, a modalidade que se trata ao caso narrado, trata-se de mútuo da transferência de dinheiro do mutuante ao mutuário. Nesse caso, há um empréstimo de dinheiro entre particulares, como é o caso de um filho que empresta dinheiro de sua mãe. Não há incidência de juros. Já no contrato de mútuo para fins econômicos há caracterizada transação crédito com finalidade econômica. Ou seja, quando o banco empresta dinheiro almejando o lucro. Nessa hipótese, há a incidência de juros, nos termos do art. 591, do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Não pode ser exigida multa em hipótese alguma, porque não convencionada (arts. 408 e 409, do Código Civil).

A alternativa C está correta. A obrigação será exigida em 30 dias, apenas do valor do mútuo. Juros remuneratórios e multa não foram convencionados, nos termos do art. 592, II, do Código Civil. Vejamos: "Art. 592. Não se tendo convencionado expressamente, o prazo do mútuo será: II - de trinta dias, pelo menos, se for de dinheiro;".

As alternativas D e E estão incorretas. O mútuo poderá ser convencionado verbalmente, sendo inexigível a multa, por não ser ajustado dessa forma.

QUESTÃO 63. Em relação à Lei nº 9.610/98, que regula os direitos autorais, especificamente quanto à autoria e ao registro das obras intelectuais, assinale a afirmativa correta.

a) Caso a obra seja de natureza que comporte registro em mais de um órgão, deverá ser registrada em todos os órgãos compatíveis.

b) São coautores da obra audiovisual, o autor do assunto ou argumento literário, musical ou lítero-musical e o diretor.

c) É titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público, podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução.

d) Cabe a qualquer dos participantes a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra coletiva.

e) Considera-se autor da obra intelectual, não havendo prova em contrário, aquele que usar apenas alguma das seguintes formas de identificação como criador: o nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, ou um pseudônimo, e que tenha, em conformidade com o uso, indicada ou anunciada essa qualidade na sua utilização.

Comentários

A resposta correta é a **letra B.** A questão trata do tema direitos autorais.

A alternativa A está incorreta, pois consoante a Lei nº 5.988/73, a obra deverá ser registrada no órgão com o qual tiver maior afinidade, veja: "Art. 17. Para segurança de seus direitos, o autor da obra intelectual poderá registrá-Ia, conforme sua natureza, na Biblioteca Nacional, na Escola de Música, na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto Nacional do Cinema, ou no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. § 1º Se a obra for de natureza que comporte registro em mais de um desses órgãos, deverá ser registrada naquele com que tiver maior afinidade."

A alternativa B está correta, pois é o que determina o art. 16 da Lei nº 9610/98, veja: "Art. 16. São co-autores da obra audiovisual o autor do assunto ou argumento literário, musical ou lítero-musical e o diretor."

A alternativa C está incorreta, pois diverge do que determina a Lei nº 9610/98, veja: "Art. 14. É titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público, não podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua."

A alternativa D está incorreta, pois diverge do que determina a Lei nº 9610/98, veja: "Art. 17. É assegurada a proteção às participações individuais em obras coletivas. § 2º Cabe ao organizador a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra coletiva."

A alternativa E está incorreta, pois diverge do que determina a Lei nº 9610/98, veja: "Art. 13. Considera-se autor da obra intelectual, não havendo prova em contrário, aquele que, por uma das modalidades de identificação referidas no artigo anterior, tiver, em conformidade com o uso, indicada ou anunciada essa qualidade na sua utilização."

QUESTÃO 64. A Lei nº 14.195/2021, conhecida como Lei de Melhoria do Ambiente de Negócios, alterou o Código Civil para permitir a constituição da sociedade limitada com apenas um sócio, pessoa natural ou jurídica.

Sobre a Lei de Melhoria do Ambiente de Negócios, assinale a afirmativa correta.

a) Antes do advento da Lei nº 14.195/2021, a sociedade limitada poderia permanecer com apenas um sócio pelo prazo de 1 (um) ano da data de verificação da unipessoalidade, findo o qual deveria ser dissolvida de pleno direito.

b) Por motivo de exclusão, morte, cessão de quotas ou retirada, a sociedade limitada pluripessoal pode ser convertida em unipessoal se o contrato tiver clausula de regência supletiva pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Em razão da unipessoalidade, o documento de constituição não precisa designar quem administrará a sociedade, pois se presume que será seu único sócio, salvo disposição diversa do documento de constituição.

d) Na sociedade limitada unipessoal pode ser admitido sócio de serviço, pois ele não tem quota e, com isso, todo o capital continua sendo de titularidade de uma única pessoa.

e) Se a sociedade unipessoal adotar firma como espécie de nome empresarial, essa será formada pelo nome patronímico do sócio, se pessoa natural, seguida do aditivo Limitada, por extenso ou abreviadamente.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata da Lei de Melhoria do Ambiente de Negócios.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que, consoante inciso revogado do Código Civil, a sociedade limitada poderia permanecer com apenas um sócio pelo prazo de cento e oitenta dias, veja: "Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer: IV - a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias; (Revogado)".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que não há tal exigência pelas normas que tratam da conversão da sociedade pluripessoal em unipessoal. Vejamos o que traz o CPC sobre o tema: "Art. 599. A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto: I - a resolução da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; e II - a apuração dos haveres do sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; ou III - somente a resolução ou a apuração de haveres. § 1º A petição inicial será necessariamente instruída com o contrato social consolidado."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o Código Civil determina que o contrato social ou ato em separado trará o(s) administrador(es) da sociedade limitada, veja: "Art. 1.060. A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado. Parágrafo único. A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o Código Civil não permite, neste caso, a figura do sócio de serviço, veja: "Art. 1.055. O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio. §2º É vedada contribuição que consista em prestação de serviços."

A alternativa E está correta, pois é o que determina o Código Civil, em seu art. 1.158, vejamos: "Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura. §1 º A firma será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social. §2 º A denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios. §3 º A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade."

QUESTÃO 65. A sociedade empresária Águas de Santa Rita do Pardo Ltda., inscrita na Junta Comercial do Estado do Eldorado, requereu a falência da sociedade empresária Antônio João & Vicentina Ltda. Em razão do inadimplemento de duplicata de compra e venda no valor R$80.000,00 (oitenta mil reais) pelo aceitante Curtume Paraíso das Águas Ltda. A requerida figura na duplicata como avalista do aceitante e está em recuperação judicial. O aval foi prestado no mesmo dia do saque e aceite da duplicata, em data posterior ao deferimento do processamento da recuperação judicial. O título não foi protestado pela credora e a recuperação judicial ainda não foi encerrada.

Considerando os dados apresentados, assinale a afirmativa correta.

a) Embora Águas de Santa Rita do Pardo Ltda. tenha legitimidade para requerer a falência, a duplicata não foi protestada para fins falimentares, ainda que o protesto cambial seja facultativo para a cobrança de Antônio João & Vicentina Ltda.

b) Águas de Santa Rita do Pardo Ltda, não tem legitimidade para requerer a falência, porque a recuperação judicial ainda não foi encerrada e as execuções em face da recuperanda estão suspensas desde a decisão de processamento.

c) Como qualquer credor, Águas de Santa Rita do Pardo Ltda. tem legitimidade para requerer a falência, independentemente de qualquer protesto, por ser o devedor avalista do obrigado principal, no caso o aceitante.

d) Embora Águas de Santa Rita do Pardo Ltda. tenha legitimidade para requerer a falência, o valor da duplicata não atinge o mínimo legal necessário para permitir sua cobrança, salvo se houvesse a formação de litisconsórcio facultativo ativo com outro credor.

e) Águas de Santa Rita do Pardo Ltda, não tem legitimidade para requerer a falência, porque seu crédito está sujeito aos efeitos da recuperação judicial em razão de ter sido constituído após a decisão de processamento.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata do tema falência e recuperação judicial.

A alternativa A está correta, tendo em vista que Águas de Santa Rita do Pardo Ltda é legitimada a requerer a falência, consoante a Lei nº 11.101/05, veja: "Art. 97. Podem requerer a falência do devedor: I – o próprio devedor, na forma do disposto nos arts. 105 a 107 desta Lei; II – o cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante; III – o cotista ou o acionista do devedor na forma da lei ou do ato constitutivo da sociedade; IV – qualquer credor." Ademais, o protesto cambial é obrigatório para o ajuizamento da falência, mas não para a cobrança, consoante a Lei nº 11.101/05, veja: "Art. 94. Será decretada a falência do devedor que: § 3º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, o pedido de falência será instruído com os títulos executivos na forma do parágrafo único do art. 9º desta Lei, acompanhados, em qualquer caso, dos respectivos instrumentos de protesto para fim falimentar nos termos da legislação específica."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que Águas de Santa Rita do Pardo Ltda é legitimada a requerer a falência, consoante a Lei nº 11.101/05, veja: "Art. 97. Podem requerer a falência do devedor: I – o próprio devedor, na forma do disposto nos arts. 105 a 107 desta Lei; II – o cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante; III – o cotista ou o acionista do devedor na forma da lei ou do ato constitutivo da sociedade; IV – qualquer credor." Ademais, estabelece o art. 6º da Lei: "A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência) § 4º Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, consoante a Lei nº 11.101/05, o protesto cambial é obrigatório para o ajuizamento da falência, veja: "Art. 94. Será decretada a falência do devedor que: § 3º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, o pedido de falência será instruído com os títulos executivos na forma do parágrafo único do art. 9º desta Lei, acompanhados, em qualquer caso, dos respectivos instrumentos de protesto para fim falimentar nos termos da legislação específica."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que Águas de Santa Rita do Pardo Ltda é legitimada a requerer a falência, consoante a Lei nº 11.101/05, veja: "Art. 97. Podem requerer a falência do devedor: I – o próprio devedor, na forma do disposto nos arts. 105 a 107 desta Lei; II – o cônjuge sobrevivente,

qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante; III – o cotista ou o acionista do devedor na forma da lei ou do ato constitutivo da sociedade; IV – qualquer credor." Ademais, estabelece o art. 94: "Será decretada a falência do devedor que: I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;" e o valor protestado ultrapassa o requisitado pela Lei.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que os créditos constituídos após a decisão de processamento não estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, consoante a Lei nº 11.101/05. Veja: "Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos." Ademais, o STJ, sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema 1.051), estabeleceu que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador.

QUESTÃO 66. Em relação às causas que motivam o encerramento da liquidação extrajudicial de instituição financeira, às providências dela decorrentes e a seus efeitos, assinale a afirmativa correta.

a) A liquidação extrajudicial será encerrada por decisão do Banco Central do Brasil em razão da exaustão do ativo da instituição, mediante a sua realização total e a distribuição do produto entre os credores, desde que tenha ocorrido o pagamento de, pelo menos, mais de 25% dos créditos quirografários.

b) Encerrada a liquidação extrajudicial na hipótese de convolação em liquidação ordinária, o prazo prescricional relativo às obrigações da instituição voltará a contar da data da publicação da ata da assembleia geral da instituição que aprovou a convolação.

c) Encerrada a liquidação extrajudicial na hipótese de pagamento integral dos credores quirografários, o Banco Central do Brasil comunicará o encerramento à Junta Comercial, que deverá proceder à anotação do encerramento e eliminar da denominação da sociedade a expressão "Em liquidação extrajudicial".

d) O encerramento da liquidação extrajudicial, na hipótese de mudança de objeto social da instituição para outra atividade econômica integrante do Sistema Financeiro Nacional, pode ser proposto pelo acionista controlador do Banco Central do Brasil, após a aprovação em assembleia geral de credores por maioria absoluta dos créditos.

e) Encerrada a liquidação extrajudicial por iliquidez ou difícil realização do ativo remanescente, reconhecida pelo Banco Central do Brasil, o acervo remanescente da instituição será restituído ao último sócio controlador ou a qualquer sócio participante do grupo de controle ou, na impossibilidade de identificá-lo ou localizá-lo, ao maior acionista ou cotista da sociedade.

Comentários

A resposta correta é a letra E, pois é o que determina a Lei nº 6.024/74, que estabelece: "Art. 19. A liquidação extrajudicial será encerrada: (Redação dada pela Lei nº 13.506, de 2017) § 5º Encerrada a

liquidação extrajudicial nas hipóteses previstas no inciso I do caput deste artigo, o acervo remanescente da instituição, se houver, será restituído: (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017) I - ao último sócio controlador ou a qualquer sócio participante do grupo de controle ou, na impossibilidade de identificá-lo ou localizá-lo, ao maior acionista ou cotista da sociedade; ou (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017) II - a qualquer cooperado, no caso de cooperativa de crédito. (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017)."

A alternativa A está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 6.024/74, veja: "Art. 19. A liquidação extrajudicial será encerrada: I - por decisão do Banco Central do Brasil, nas seguintes hipóteses: e) exaustão do ativo da instituição, mediante a sua realização total e a distribuição do produto entre os credores, ainda que não ocorra o pagamento integral dos créditos; ou (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017)."

A alternativa B está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 6.024/74, veja: "Art. 19. A liquidação extrajudicial será encerrada: (Redação dada pela Lei nº 13.506, de 2017) § 2º Encerrada a liquidação extrajudicial nas hipóteses previstas no inciso I do caput deste artigo, o prazo prescricional relativo às obrigações da instituição voltará a contar da data da publicação do ato de encerramento do regime. (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017).

A alternativa C está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 6.024/74, cuja comunicação será junto ao órgão competente, veja: "Art. 19. A liquidação extrajudicial será encerrada: (Redação dada pela Lei nº 13.506, de 2017) §1º Encerrada a liquidação extrajudicial nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b”, “d”, “e” e “f” do inciso I do caput deste artigo, o Banco Central do Brasil comunicará o encerramento ao órgão competente do registro do comércio, que deverá: (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017) II - nas hipóteses das alíneas “a”, “e” e “f” do inciso I do caput deste artigo, proceder à anotação do encerramento da liquidação extrajudicial no registro correspondente e substituir, na denominação da sociedade, a expressão “Em liquidação extrajudicial” por “Liquidação extrajudicial encerrada”. (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017)."

A alternativa D está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 6.024/74, que estabelece quórum de maioria simples, veja: "Art. 19. A liquidação extrajudicial será encerrada: (Redação dada pela Lei nº 13.506, de 2017) § 3º O encerramento da liquidação extrajudicial nas hipóteses previstas nas alíneas “b” e “d” do inciso I do caput deste artigo pode ser proposto ao Banco Central do Brasil, após a aprovação por maioria simples dos presentes à assembleia geral de credores, pelos: (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017) I - cooperados ou associados, autorizados pela assembleia geral; ou (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017) II - controladores. (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017)".

11%A alternativa D está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 6.024/74, que estabelece quórum de maioria simples, veja: "Art. 19. A liquidação extrajudicial será encerrada: (Redação dada pela Lei nº 13.506, de 2017) § 3º O encerramento da liquidação extrajudicial nas hipóteses previstas nas alíneas “b” e “d” do inciso I do caput deste artigo pode ser proposto ao Banco Central do Brasil, após a aprovação por maioria simples dos presentes à assembleia geral de credores, pelos: (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017) I - cooperados ou associados, autorizados pela assembleia geral; ou (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017) II - controladores. (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017)".

A alternativa E está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 6.024/74, que estabelece: "Art. 19. A liquidação extrajudicial será encerrada: (Redação dada pela Lei nº 13.506, de 2017) § 5º Encerrada a liquidação extrajudicial nas hipóteses previstas no inciso I do caput deste artigo, o acervo remanescente da instituição, se houver, será restituído: (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017) I - ao

último sócio controlador ou a qualquer sócio participante do grupo de controle ou, na impossibilidade de identificá-lo ou localizá-lo, ao maior acionista ou cotista da sociedade; ou (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017). II - a qualquer cooperado, no caso de cooperativa de crédito. (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017)".

QUESTÃO 67. Sobre os processos de recuperação judicial e extrajudicial, assinale a afirmativa correta

a) O ajuizamento de pedido de recuperação judicial em regime de litisconsórcio implica necessariamente o reconhecimento de consolidação substancial entre os litisconsortes.

b) A novação das obrigações do devedor por força da aprovação e homologação de Plano de Recuperação Judicial importa automaticamente a novação das obrigações de coobrigados solidários, ainda que estes não sejam partes no processo recuperacional.

c) Considerando-se a natureza do procedimento, é incabível a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais no processo de recuperação extrajudicial.

d) A rejeição na classe de credores detentores de garantias reais do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo devedor e submetido à assembleia de credores acarreta necessariamente a decretação da falência da recuperanda pelo juiz.

e) As deliberações da assembleia geral não serão invalidadas em razão de posterior decisão judicial acerca da existência, quantificação ou classificação de créditos, ainda que tal reconhecimento seja capaz de alterar o quórum de determinada classe que aprovara o Plano de Recuperação Judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, tendo em vista que ela junta o teor do artigo 39 § 2º da LREF com a jurisprudência do STJ evidenciada quando do julgamento do REsp 1.371.427/RJ. Vejamos: "Art. 39. Terão direito a voto na assembléia-geral as pessoas arroladas no quadro-geral de credores ou, na sua falta, na relação de credores apresentada pelo administrador judicial na forma do art. 7º, § 2º, desta Lei, ou, ainda, na falta desta, na relação apresentada pelo próprio devedor nos termos dos arts. 51, incisos III e IV do caput, 99, inciso III do caput, ou 105, inciso II do caput, desta Lei, acrescidas, em qualquer caso, das que estejam habilitadas na data da realização da assembléia ou que tenham créditos admitidos ou alterados por decisão judicial, inclusive as que tenham obtido reserva de importâncias, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 10 desta Lei. (...) § 2º As deliberações da assembléia-geral não serão invalidadas em razão de posterior decisão judicial acerca da existência, quantificação ou classificação de créditos.", "2. Cinge-se a controvérsia a saber se é possível a retificação do Quadro Geral de Credores após a homologação do Plano de Recuperação Judicial. 3. As questões passíveis de serem objeto de impugnação judicial contra a relação de credores, previstas no art. 8.º da Lei 11.101/2005 (ausência, legitimidade, importância ou classificação de crédito), somente se estabilizam ou, na expressão da lei, consolidam-se após o julgamento do citado instrumento processual (art. 18 da Lei 11.101/2005), de modo que se admite a retificação do Quadro Geral de Credores em tais hipóteses, mesmo após a

aprovação do Plano de Recuperação Judicial." (REsp 1371427/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 24/08/2015).

A alternativa A está incorreta, pois o ajuizamento do pedido de recuperação judicial em regime de litisconsórcio implica necessariamente o reconhecimento de consolidação processual entre os litisconsortes, e não de consolidação substancial, a qual somente ocorre de forma excepcional, conforme o Art. 69-J da Lei nº 11.101/2005. Vejamos: " Art. 69-J. O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses:(...).".

A alternativa B está incorreta, pois a novação no processo de recuperação judicial tem natureza sui generis, preservando as obrigações dos coobrigados solidários, conforme exposto pelo §1º do Art. 49 da Lei nº 11.101/2005, vejamos: " Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. § 1º Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.".

A alternativa C está incorreta, pois diverge do entendimento do STJ, segundo o qual será cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais no processo de recuperação extrajudicial quando o mesmo apresentar litigiosidade, veja: "(...) 3. Muito embora o procedimento judicial decorrente do pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial não possua, ordinariamente, interesses contrapostos que autorizem, ao seu final, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, a apresentação de oposição à homologação pelos credores confere litigiosidade à demanda, de modo que ao vencido deve ser imposta a obrigação de pagamento em favor dos advogados do vencedor. 4. A jurisprudência desta Corte está assentada no sentido de que mesmo em procedimentos de jurisdição voluntária a existência de litigiosidade excepciona a regra de não cabimento de condenação em honorários advocatícios." (REsp 1924580/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 25/06/2021).

A alternativa D está incorreta, pois a Lei 11.101/05 prevê duas situações em que a rejeição do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo devedor e submetido à assembleia de credores não acarretará necessariamente na decretação da falência da recuperanda, quais sejam: quando houver a aprovação de prazo para que seja apresentado um plano de recuperação judicial pelos credores, nos moldes do Art. 56 da referida lei; ou quando for preenchido o quórum alternativo do cram down, previsto no art. 58 da mesma. Vejamos: "Art. 56. Havendo objeção de qualquer credor ao plano de recuperação judicial, o juiz convocará a assembleia-geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação. (...) § 4º Rejeitado o plano de recuperação judicial, o administrador judicial submeterá, no ato, à votação da assembleia-geral de credores a concessão de prazo de 30 (trinta) dias para que seja apresentado plano de recuperação judicial pelos credores."; "Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma dos arts. 45 ou 56-A desta Lei. § 1º O juiz poderá conceder a recuperação judicial com base em plano que não obteve aprovação na forma do art. 45 desta Lei, desde que, na mesma assembléia, tenha obtido, de forma cumulativa: I – o voto favorável de credores que representem mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembléia, independentemente de classes; II - a aprovação de 3 (três) das classes de credores ou, caso

haja somente 3 (três) classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos 2 (duas) das classes ou, caso haja somente 2 (duas) classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos 1 (uma) delas, sempre nos termos do art. 45 desta Lei; III – na classe que o houver rejeitado, o voto favorável de mais de 1/3 (um terço) dos credores, computados na forma dos §§ 1º e 2º do art. 45 desta Lei. § 2º A recuperação judicial somente poderá ser concedida com base no § 1º deste artigo se o plano não implicar tratamento diferenciado entre os credores da classe que o houver rejeitado.".

QUESTÃO 68. No comércio eletrônico de produtos e serviços, o fornecedor está sujeito a regras especiais adaptadas para a contratação à distância em ambiente virtual.

Em razão dessas peculiaridades, é correto afirmar que

a) Não configura infração ao direito básico do consumidor à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, o fato de o fornecedor de produtos importados, cujo valor está sujeito à variação cambial, informar os preços em moeda estrangeira, desacompanhados de sua conversão em moeda corrente nacional.

b) Os sítios eletrônicos utilizados para ofertas de compras coletivas deverão conter informações referentes à quantidade mínima de consumidores para a efetivação do contrato e ao prazo para a utilização da oferta pelo consumidor, que será de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas.

c) O consumidor poderá exercer seu direito de arrependimento pela mesma ferramenta utilizada para a contratação, sem prejuízo de outros meios disponibilizados e, ao exercê-lo, ficarão rescindidos os contratos acessórios, sem qualquer ônus para o consumidor além daqueles previstos no instrumento contratual.

d) Para garantir o atendimento facilitado no comércio eletrônico, o fornecedor deverá disponibilizar o contrato ao consumidor em meio que permita sua conservação e reprodução, imediatamente após a contratação.

e) O fornecedor é obrigado a manter o serviço adequado e eficaz de atendimento em meio eletrônico, que possibilite ao consumidor a resolução de demandas referentes à informação, à dúvida, à reclamação, à suspensão ou ao cancelamento do contrato, e a encaminhar sua manifestação ao consumidor em até dois dias.

Comentários

A resposta correta é a **letra D.** A questão trata do comércio eletrônico de produtos e serviços.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o que determina o Decreto nº 5.903/06, veja: "Art. 9º Configuram infrações ao direito básico do consumidor à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei no 8.078, de 1990, as seguintes condutas: V - informar preços em moeda estrangeira, desacompanhados de sua conversão em moeda corrente nacional, em caracteres de igual ou superior destaque;".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o Decreto nº 7.962/13, que não determina prazo mínimo de quarenta e oito horas, veja: "Art. 3º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para ofertas de compras coletivas ou modalidades análogas de contratação deverão conter, além das informações previstas no art. 2º, as seguintes: I - quantidade mínima de consumidores para a efetivação do contrato; II - prazo para utilização da oferta pelo consumidor; e (...)"

A alternativa C está incorreta, pois o Decreto nº 7.962/13 não traz tal ressalva, veja: "Art. 5º O fornecedor deve informar, de forma clara e ostensiva, os meios adequados e eficazes para o exercício do direito de arrependimento pelo consumidor. § 1º O consumidor poderá exercer seu direito de arrependimento pela mesma ferramenta utilizada para a contratação, sem prejuízo de outros meios disponibilizados. § 2º O exercício do direito de arrependimento implica a rescisão dos contratos acessórios, sem qualquer ônus para o consumidor."

A alternativa D está correta, pois é o que determina o Decreto nº 7.962/13, veja: "Art. 4º Para garantir o atendimento facilitado ao consumidor no comércio eletrônico, o fornecedor deverá: IV - disponibilizar o contrato ao consumidor em meio que permita sua conservação e reprodução, imediatamente após a contratação;".

A alternativa E está incorreta, pois o prazo para tanto será de até cinco dias, consoante Decreto nº 7.962/13, veja: "Art. 4º Para garantir o atendimento facilitado ao consumidor no comércio eletrônico, o fornecedor deverá: Parágrafo único. A manifestação do fornecedor às demandas previstas no inciso V do caput será encaminhada em até cinco dias ao consumidor."

QUESTÃO 69. Acerca dos efeitos da condenação criminal, nos termos da legislação vigente, analise as afirmativas a seguir.

I. Para efeito de aplicação do confisco alargado de bens, consideram-se como patrimônio do condenado todos os bens que sejam de sua titularidade na data da infração penal ou anteriormente.

II. A decretação do confisco alargado de bens deverá ser requerida expressamente pelo Ministério Público a qualquer tempo, com indicação da diferença apurada.

III. O confisco alargado de bens consiste na decretação da perda como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o patrimônio do condenado e o montante compatível com o seu rendimento lícito.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.
b) III, apenas.
c) I e III, apenas.
d) II e III, apenas.
e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre os efeitos da condenação criminal.

O item I está incorreto. O art. 91§1ª, I do Código Penal menciona "posteriormente" e não anteriormente conforme assinalado na assertiva.

O item II está incorreto. A decretação deverá ser requerida quando do oferecimento da denúncia, conforme previsão expressa contida no art. 91A§3ª do Código Penal que assim dispõe: "A perda prevista neste artigo deverá ser requerida expressamente pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação da diferença apurada."

O item III está correto. Cuida-se da literalidade do art. 91A do Código Penal, que assim prevê: "Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 70. No capítulo III do Título I da Parte Especial, o Código Penal contempla diversos crimes de perigo, objetivando a tutela jurídica da vida e da saúde humanas.

Acerca dos citados crimes, assinale a afirmativa correta.

a) O crime de perigo de vida ou saúde de outrem é de forma livre, podendo ser praticado mediante ação ou omissão.
b) A mulher pode figurar como sujeito passivo no crime de maus-tratos quando o delito for praticado contra ela pelo marido.
c) O crime de abandono de incapaz é permanente, pois seus efeitos perduram no tempo, independentemente da vontade do agente.
d) A consumação do crime de perigo de contágio venéreo, na forma qualificada, dá-se com o efetivo contágio da doença venérea.
e) O agente que deixa de prestar assistência à vítima, colocada por ele anteriormente em situação de perigo, de modo intencional ou culposo, responde por crime de omissão de socorro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre os crimes de periclitação da vida e da saúde.

A alternativa A está correta. O núcleo do tipo penal é "expor" estando a alternativa em consonância com a classificação doutrinária do delito que afirma ser este de ação livre, pois admite qualquer meio de execução (Masson, 2023, vol. II, p. 139). .

A alternativa B está incorreta. O sujeito passivo do delito não poderá ser qualquer pessoa devendo estar a vítima sob a autoridade, guarda ou vigilância do agente com fins de educação, ensino, tratamento ou custódia.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de delito instantâneo de efeitos permanentes, protraindo-se no tempo enquanto o incapaz não for devidamente assistido (Masson, 2023, vol. II, p. 145)

A alternativa D está incorreta. O perigo de contágio venéreo compreende um delito de perigo, bastando a mera intenção do agente para ensejar a sua imputabilidade penal.

A alternativa E está incorreta. O crime de omissão de socorro é classificado pela doutrina como sendo de ação livre, porém exige-se que seja cometido de modo omissivo, não podendo ser culposo por ausência de previsão legal nesse sentido nos termos do Parágrafo único do art. 18 do CP.

QUESTÃO 71. No que diz respeito às figuras da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, analise as afirmativas a seguir.

I. A espontaneidade e o esgotamento da atividade executória são requisitos da desistência voluntária.

II. O esgotamento da atividade executória, o impedimento da ocorrência do resultado típico e a voluntariedade são requisitos legais do arrependimento eficaz.

III. No arrependimento posterior, a redução da pena do agente ocorrerá conforme a celeridade da reparação do dano ou restituição da coisa, podendo ocorrer a exclusão da punibilidade se o crime foi cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.
b) II, apenas.
c) III, apenas.
d) I e II, apenas.
e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior.

O item I está incorreto. A voluntariedade e não a espontaneidade é requisito da desistência voluntária que, ademais, não exige que o agente esgote a atividade executória, uma vez que, o agente possui todos os meios para prosseguir em sua conduta delitiva, porém desiste de fazê-lo.

O item II está correto. Trata-se dos requisitos doutrinários exigidos para o arrependimento eficaz sendo que, pelo esgotamento da atividade executória, o agente somente responderá pelos atos já praticados;

o impedimento da ocorrência do resultado típico significa que o resultado não poderá se produzir mas, caso se produza será aplicada a atenuante genérica do art. 65, III, b do CP; Por fim, voluntariedade significa que a conduta é livre de coação.

O item III está incorreto. O único marco temporal presente no arrependimento posterior é o do recebimento da denúncia ou queixa, sendo que a inexistência de violência e grave ameaça é requisito para o reconhecimento do arrependimento posterior que não acarretará exclusão de punibilidade mas sim, em redução da pena no importe de 1 a ⅔.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 72. Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso, em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus a morte (na prática dez, porque Cláudia Manuel da Costa se s"suicidara" no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.

(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito, Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessors da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob supervisão do Superintendente Desembargador Hélio Costa Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a, 59, nº187, p. 13-18, out/dez,2008)

Considerando que a defesa argumentou que a chamada insurreição Mineira foi abortada após iniciada por decisão de seus próprios agentes, independente de qualquer atuação repressiva das autoridades imperiais, assinale a opção que apresenta, corretamente, a tese desenvolvida.

a) Redução da pena pela aplicação da tentativa.
b) Arrependimento eficaz.
c) Desistência voluntária.
d) Meros atos preparatórios.
e) Crime impossível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre causas excludentes de tipicidade.

A alternativa A está incorreta. Quanto a tentativa adotou o Código Penal a teoria objetiva, que exige o início da execução delitiva, conforme art. 14, II do CP, fato este que não ocorreu segundo o argumento da defesa.

A alternativa B está incorreta. Ausente o esgotamento da atividade executória para fins de configuração do arrependimento eficaz.

A alternativa C está correta. A desistência voluntária também denominada de tentativa abandonada consiste em causa excludente de tipicidade penal. Os agentes embora pudessem prosseguir com a ação delitiva, optaram de maneira diversa, devendo responder apenas pelos atos já praticados.

A alternativa D está incorreta. A defesa da argumenta que a ação fora abortada após iniciada a ação, não se configurando dessa forma em meros atos preparatórios.

A alternativa E está incorreta. Não houve eficácia absoluta do meio, ou impropriedade absoluta do objeto, uma vez que os agentes mineiros desistiram da conduta.

QUESTÃO 73. Acerca das sanções penais previstas no ordenamento jurídico brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

I. O tempo de duração da medida de segurança substitutiva poderá ser superior ao tempo máximo de pena abstratamente cominado ao crime praticado pelo agente, desde que persista a periculosidade do agente em decorrência de doença mental.

II. O princípio da responsabilidade pessoal não impede que os sucessores do apenado arquem com as consequências da condenação no que diz respeito ao ressarcimento de dano causado pela prática da infração penal até o limite do valor do patrimônio transferido.

III. Na fixação da pena, o juiz não poderá, em qualquer hipótese ou fase da dosimetria, aplicá-la abaixo do mínimo legal abstratamente previsto, sob pena de nulidade da decisão por violação ao princípio da legalidade.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.
b) II, apenas.
c) III, apenas.
d) I e II, apenas.
e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre aplicação da pena.

O item I está incorreto. Conforme a súmula 527 do STJ "O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado".

O item II está correto. A questão está em linha com os direitos fundamentais assegurados ao apenado previstos pela Constituição Federal que, em seu art. 5ª, XLV, assim prevê: nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido".

O item III está incorreto. Difere do entendimento sumulado nº 231 do STJ: "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 74. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assinale a opção que indica a hipótese em que pode ser aplicado o princípio da insignificância.

a) Jaci, primária, subtraiu um fardo de cervejas avaliado em R$40,00(quarenta reais). Ao sofrer a resistência da vítima, Jaci empregou violência para a manutenção da posse da *res furtiva.*
b) Arthur, servidor público, primário, subtraiu o fone de ouvido que pertencia à repartição pública em que trabalhava, avaliado em cinquenta reais, do qual teve posse em razão de sua função.
c) Michele, empresária, primária, iludiu o pagamento de imposto de importação no valor de R$19.000,00(dezenove mil reais) ao trazer, do exterior, mercadorias que seriam vendidas no Brasil.
d) Gustavo, reincidente específico em delitos de furto, subtraiu R$300,00 (trezentos reais) em carnes de um pequeno mercado, mediante rompimento de obstáculo.
e) Raíssa, primária, internalizou 2.000(dois mil) maços de cigarros fabricados no Paraguai, produto de venda proibida no Brasil, cuja carga foi avalida em R$8.000,00 (oito mil reais).

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre o princípio da insignificância.

A alternativa A está incorreta. Conforme parâmetros estabelecidos pelo STF para o reconhecimento deste princípio deverá haver a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Dessa maneira, a violência utilizada pelo agente descaracteriza a insignificância.

A alternativa B está incorreta. Não se reconhece o princípio da insignificância contra a Administração Pública conforme expresso na súmula 599 do STJ.

A alternativa C está correta. Com efeito, "incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R$ 20.000,00, a teor do disposto no artigo 20 da Lei 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda"

A alternativa D está incorreta. A jurisprudência do STJ não admite o reconhecimento da insignificância ao furto cometido mediante o rompimento de obstáculo, dada a especial reprovabilidade da conduta.

A alternativa E está incorreta. Não se aplica o princípio da insignificância ao contrabando, conforme se depreende da súmula 599 do STJ, que assim dispõe: "O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública".

QUESTÃO 75. Sobre as medidas de segurança estabelecidas no Código Penal e o tratamento da inimputabilidade penal, em conformidade com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) A medida de segurança é aplicável apenas aos totalmente inimputáveis.
b) A internação em hospital de custódia e tratamento é restrita ao delito que admita a fixação de regime fechado.
c) O tratamento ambulatorial é aplicável ao delito que cominar penas de detenção, vedada a conversão em internação.
d) Sempre que identificada a inimputabilidade do acusado haverá a imposição de medida de segurança.
e) A medida de segurança será por tempo indeterminado, limitada à pena máxima cominada ao delito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre medida de segurança.

A alternativa A está incorreta. As medidas de segurança aplicam-se aos inimputáveis e aos semi-inimputáveis, conforme se depreende da leitura do art. 98 do CP.

A alternativa B está incorreta. A internação em hospital de custódia é destinada ao agente condenado às penas de reclusão e de detenção, não estando restrita assim apenas ao regime fechado consoante art. 319, VII do CPP.

A alternativa C está incorreta. Há possibilidade de conversão, conforme previsão expressa no art. 184 da LEP que assim dispõe: "O tratamento ambulatorial poderá ser convertido em internação se o agente revelar incompatibilidade com a medida".

A alternativa D está incorreta. A imposição de medida de segurança consiste em uma faculdade do juiz conforme se verifica no art. 183 da LEP: "Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da autoridade administrativa, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança".

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade da súmula 527 do STJ.

QUESTÃO 76. Mário, líder sindical dos empregados da Sosafi S.A, iniciou um movimento grevista, em conjunto com outros empregados. Para tanto, acomodaram-se nas portas do estabelecimento empresarial e passaram a tentar convencer todos os demais empregados a aderirem ao movimento. A causa da greve foi o fato de Jorge, administrador sócio majoritário da companhia, ter deixado, consciente e voluntariamente, de anotar a vigência do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados Gustavo e

Adalberto, bem como de efetuar o pagamento da gratificação natalina de todos os empregados em 2023.

Análise as condutas dos envolvidos apresentadas a seguir e assinale a opção correta.

a) Mário praticou atentado contra a liberdade do trabalho; Jorge praticou delito de falsificação de documento público por omissão e frustração do direito assegurado por lei trabalhista.
b) Mário praticou o delito de paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem; Jorge praticou frustração do direito assegurado por lei trabalhista, em três ocasiões.
c) Mário não praticou crime; Jorge praticou os delitos de falsificação de documento público em relação à ausência de anotação na CTPS e de apropriação indébita, em razão da ausência de pagamento da gratificação natalina dos empregados.
d) Mário praticou paralisação do trabalho de interesse coletivo; Jorge praticou o delito de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, ao deixar de anotar o contrato de trabalho na CTPS dos empregados.
e) Mário não praticou crime; Jorge praticou apenas o delito de falsificação de documento público por omissão, ao deixar de anotar o contrato de trabalho na CTPS dos empregados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre crimes contra a organização do trabalho e contra a fé nos documentos públicos.

A alternativa A está incorreta. Mário não praticou o crime contra a liberdade do trabalho, uma vez que não fez uso de violência ou grave ameaça. Por outro lado, Jorge não frustrou direito laboral ante a inexistência de fraude ou violência de sua parte.

A alternativa B está incorreta. Mário não fez uso de violência, não se configura o tipo penal. Por sua vez, Jorge cometeu conduta omissiva não se configurando a alegada frustração nos termos do art. 203 do CP que assim dispõe: "Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho: Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Na mesma pena incorre quem: I - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida; II - impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais. § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental".

A alternativa C está incorreta. Não há fato típico ilícito e culpável na conduta de Jorge quanto ao pagamento da gratificação natalina no ano de 2023.

A alternativa D está incorreta. Mário não paralisou obra pública ou serviço de interesse coletivo, razão pela qual não praticou o delito de Paralisação de trabalho de interesse coletivo**;** Jorge não frustrou direito laboral ante a inexistência de fraude ou violência de sua parte.

A alternativa E está correta. Não há fato típico ilícito e culpável cometido por Mário que não fez uso de violência em sua conduta. Por seu turno, Jorge incorrerá no tipo penal previsto no art. 297§3ª, II do CP que assim dispõe: "Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro(...) II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado(...) ":

QUESTÃO 77. Acerca do concurso de agentes, analise as afirmativas a seguir.

I. O Código Penal vigente adota a teoria monista estrita quanto ao concurso de agentes.

II. A cooperação dolosamente distinta implica no fato de que embora um dos agentes tenha almejado praticar infração penal menos grave do que o resultado pretendido e concretizado pelos demais agentes, todos os concorrentes responderão solidariamente pelo fato concretizado, ainda que mais grave.

III. A participação do agente na infração penal pode ocorrer desde a fase da cogitação até a consumação, porém, a relevância penal da conduta do partícipe é condicionada, salvo disposição em contrário, ao ingresso do autor na fase da execução.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.
b) II, apenas.
c) III, apenas.
d) I e III, apenas.
e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** trata-se de questão que versa sobre o concurso de agentes.

O item I está incorreto. A teoria monista ou unitária é a regra contida no art. 29 do CP. Todavia, há exceções pluralistas aceitas pelo legislador. A título de exemplo tem-se a Corrupção art. 317 e art. 333 na qual o mesmo fato é punido de forma diversa para os diferentes agentes.

O item II está incorreto. A participação dolosamente distinta ou desvio subjetivos de vontade será aplicada ao crime mais grave apenas na hipótese do resultado ter sido previsível. Caso contrário, o concorrente apenas responderá pelo crime que ele quis cometer, art. 29 §2ª do CP.

O item III está correto. Sem a execução do autor, não há que se falar em participação, uma vez que, o CP adota a teoria da acessoriedade máxima ou extrema, devendo o autor cometer fato típico ilícito e culpável para que o partícipe seja punido.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 78. Para vencer a concorrência no mercado profissional, Jacó, advogado, solicitou a um potencial cliente o pagamento acréscimo de 20% no valor dos honorários, sob a promessa de que a quantia garantiria o sucesso em sua demanda, pois seria repassada ao magistrado com o fim de influenciar o julgamento da respectiva ação judicial. O pagamento não chegou a ser feito

e o cliente acabou optando por contratar formalmente os serviços de Mateus, também advogado, que solicitara o pagamento de acréscimo no valor de apenas 10% dos honorários, sob a mesma insinuação.

Diante de tal situação hipotética, nos termos da legislação vigente assinale a afirmativa correta.

a) Jacó praticou ato penalmente atípico, porque a proposta não chegou a ser efetivamente aceita pelo cliente.
b) Jacó praticou ato penalmente atípico, porque a quantia não chegou a ser efetivamente paga pelo cliente.
c) Mateus praticou o crime de corrupção na modalidade tentada.
d) Mateus praticou o crime de exploração de prestígio, que deverá ter a penas aumentada em razão da alegação de que o pagamento solicitado era destinado ao magistrado.
e) Jacó praticou o crime de tráfico de influência, devendo ter a pena aumentada em razão da consumação formal do acordo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre crimes praticados por particular contra a administração em geral.

A alternativa A está incorreta. O Delito praticado por Jacó encontra-se tipificado no art. 357 do CP, que não exige o aceite para se caracterizar.

A alternativa B está incorreta. O crime encontra-se tipificado no art. 357 do CP que possui como núcleo do tipo penal a solicitação e o recebimento, e não o pagamento para sua configuração.

A alternativa C está incorreta. Não houve oferecimento ou promessa de vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício por parte de Mateus no caso narrado, razão pela qual não se configura corrupção.

A alternativa D está correta. Mateus solicitou ou recebeu dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz e, além disso, insinuou em suas tratativas com o cliente que haveria repasse do valor ao magistrado, razão pela qual se justifica a imputação no tipo penal acrescida do aumento de pena, art. 357, Parágrafo único do CP.

A alternativa E está incorreta. O art. 332 do CP tipifica o tráfico de influência que que possui como núcleos do tipo penal solicitar, exigir, obter e cobrar. Além disso, não a a previsão de aumento de pena conforme descrita na assertiva. Veja a literalidade do art. :"Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário".

QUESTÃO 79. Acerca da responsabilização penal de pessoas físicas e jurídicas por crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/1998, analise as afirmativas a seguir.

I. Serão responsabilizados por crime contra o meio ambiente o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou o mandatário de pessoa jurídica que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixarem de impedir a sua prática, quando podiam agir para evitá-la.

II. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas penalmente somente nos casos em que a infração for cometida no interesse e benefício da entidade, por decisão de seu órgão superior colegiado.

III. A responsabilização penal da pessoa jurídica não é condicionada à identificação e à persecução concomitante dos agentes responsáveis, exceto se forem administradores ou diretores detentores do poder de comando institucional.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois apenas o item I está correto. A questão trata da responsabilização penal das pessoas físicas e jurídicas por crimes contra o meio ambiente.

O item I está correto. A possibilidade de responsabilização penal de todas as pessoas físicas mencionadas está prevista no art. 2º da Lei 9.605/98, que foi quase integralmente reproduzido no item: "Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la".

O item II está incorreto. Apesar de essa ser, sim, uma hipótese em que a pessoa jurídica poderá ser responsabilizada pela prática de um crime ambiental, ela não é a única, pois a legislação é clara ao afirmar que essa responsabilização também pode ocorrer quando a infração penal for cometida por decisão do representante legal ou contratual da referida pessoa jurídica. Isso está expresso no art. 3º da Lei 9.605/98: "As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade".

O item III está incorreto. A primeira parte da redação está correta, pois, de fato, a jurisprudência atual do STJ e do STF entende que a responsabilização penal da pessoa jurídica não está condicionada à

identificação e à persecução concomitante da pessoa física responsável pela prática do fato delituoso. Todavia, o erro está na exceção trazida pelo item, pois, na verdade, ela não existe. Para ilustrar, veja a seguinte decisão do STF: "O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação. [...] Condicionar a aplicação do art. 225, §3º, da Carta Política a uma concreta imputação também a pessoa física implica indevida restrição da norma constitucional, expressa a intenção do constituinte originário não apenas de ampliar o alcance das sanções penais, mas também de evitar a impunidade pelos crimes ambientais frente às imensas dificuldades de individualização dos responsáveis internamente às corporações, além de reforçar a tutela do bem jurídico ambiental" (RE 548.181, 2013).

QUESTÃO 80. Acerca do instituto da reincidência nos termos da legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

a) A condenação anterior não é computada para fins de reincidência se entre a data do cumprimento ou de extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, excluindo-se o período de prova da suspensão ou do livramento condicional.
b) Na verificação da reincidência não são considerados os crimes políticos, exceto se restar concomitantemente configurada a prática de infração penal militar
c) A reincidência se configura quando o agente comete infração penal depois de transitada em julgado a sentença condenatória por prática de infração penal anterior.
d) No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, inclusive a reincidência.
e) A execução da pena privativa de liberdade não superior a 2 (dois) anos poderá ser suspensa desde que o condenado não seja reincidente em crime culposo ou doloso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o instituto da reincidência.

A alternativa A está incorreta. O período de prova deverá ser computado, conforme a literalidade do art. 64, I do CP que dispõe: Art. 64 - Para efeito de reincidência: I - não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.

A alternativa B está incorreta. A assertiva está em desconformidade com o art. 64, II do CP, que dispõe: Para efeito de reincidência: II - não se consideram os crimes militares próprios e políticos.

A alternativa C está incorreta. Há divergência em relação à literalidade da lei penal que, no art. 63 do CP prevê:" Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior".

A alternativa D está correta. Há consonância com a literalidade do CP, que dispõe:" No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias

preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência".

A alternativa E está incorreta. Há previsão somente quanto aos crimes dolosos, na forma prevista no art. 77, I do CP.

TJ-SP

QUESTÃO 01. Em relação às restrições decorrentes do direito de vizinhança, é correto afirmar:

a) o legislador adotou o critério da pré-ocupação como determinante para a invocação do direito de vizinhança, conferindo proteção aos primeiros ocupantes.

b) o exercício do direito por parte do possuidor pressupõe comprovada posse justa e de boa-fé.

c) o proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, considerando-se a natureza da utilização e a localização do prédio, independentemente de culpa.

d) a aferição da normalidade do uso e da interferência entre vizinhos não está subordinada a parâmetros e balizas legais, permitida a discricionariedade judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o direito de vizinhança.

A alternativa A está incorreta. A regra da pré-ocupação é utilizada para facilitar controvérsias acerca do uso nocivo ou não da propriedade.

A alternativa B está incorreta. O direito de vizinhança pode ser exercido independentemente da posse ser justa ou de boa-fé. O foco está nas interferências prejudiciais que afetem a segurança, o sossego e a saúde dos moradores.

A alternativa C está correta. A alternativa está nos exatos termos do art.1.277 do Código Civil, portanto, o proprietário ou possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a aferição da normalidade do uso e da interferência entre vizinhos é, sim, subordinada a parâmetros e balizas legais. Conforme o art. 1.277 do Código Civil, interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde que são consideradas nocivas ao exercício da propriedade, logo, não pode o juiz agir de forma totalmente discricionária.

QUESTÃO 02. Na solidariedade ativa, em relação aos eventuais sucessores, por morte, de um dos credores solidários, nos termos da orientação pacífica na doutrina e jurisprudência, é correto afirmar:

a) o sucessor terá o direito de exigir e receber a integralidade do crédito do falecido, a ser repartida, posteriormente, com os demais herdeiros, se houver, em sede do inventário, independentemente da natureza da obrigação.

b) o sucessor terá o direito de exigir e receber a integralidade do crédito do falecido, a ser repartida, posteriormente, com os demais herdeiros, se houver, em sede do inventário, independentemente da natureza da obrigação.

c) o sucessor terá o direito de exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.

d) o legislador autoriza a qualquer dos herdeiros a exigência da obrigação por inteiro, independentemente de sua natureza, constituindo-se solidariedade legal entre ele e os outros credores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a solidariedade ativa, exigindo do examinando conhecimento acerca da literalidade do dispositivo legal para tanto, uma vez que o art. 270 do Código Civil cuida da previsão do crédito solidário e seu quinhão hereditário.

A alternativa C está correta. A alternativa está consoante o art. 270 do Código Civil que prevê o seguinte: "Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível". Na solidariedade ativa, os sucessores de um credor solidário têm o direito de exigir apenas a parte do crédito que corresponde ao seu quinhão hereditário, exceto se a obrigação for indivisível, caso em que a totalidade do crédito pode ser exigida. Ou seja, ao menos que a obrigação seja indivisível, não é permitido que qualquer herdeiro exija a obrigação por inteiro, independentemente da natureza da obrigação.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 03. Na sucessão por estirpe, em linha transversal, é correto afirmar:

a) há direito de representação, exclusivamente, em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.

b) não há direito de representação na linha transversal.

c) o direito de representação é limitado à dupla convocação.

d) o direito de representação dá-se em favor dos filhos de irmãos falecidos e dos filhos destes, sem limitação (ad infinitum).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o direito de representação por estirpe.

A alternativa A está incorreta. Nos termos doa art. 1.853 do Código Civil, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem. Vejamos: "Na linha transversal, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem."

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, há sim sucessão em linha transversal, como podemos verificar no disposto art. 1.853 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. O direito de representação na linha transversal é limitado a uma única geração de descendentes, ou seja, apenas aos filhos dos irmãos do falecido. Portanto, não há dupla convocação, pois não há uma segunda camada de herdeiros representando os primeiros.

A alternativa D está incorreta. O direito de representação na linha transversal não se estende indefinidamente (*ad infinitum*). Conforme podemos verificar o disposto no art. 1.853 do Código Civil ele se limitará aos filhos de irmãos do falecido, não infinitamente.

QUESTÃO 04. Em relação ao contrato de fiança, assinale a alternativa correta.

a) O fiador pode compensar a sua dívida com a de seu credor ao afiançado.

b) Dívidas futuras não admitem fiança.

c) A constituição da fiança depende do consentimento do devedor.

d) A fiança conjuntamente prestada a um só débito por mais de uma pessoa importa o benefício da divisão, exceto se prevista solidariedade

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o contrato de fiança, mais especificamente, a compensação da dívida pelo fiador.

A alternativa A está correta. O fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado, conforme assim autoriza o art. 371 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que se afirma, o Código Civil não obsta o pagamento de dívidas futuras, contato que estas sejam suficientemente determinadas ou determináveis.

A alternativa C está incorreta. Para a constituição da fiança não é necessário o consentimento do devedor, mas, sim, entre o fiador e o credor, nos termos do art. 371 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 829 do Código Civil, sendo a fiança prestada por mais de uma pessoa a um só débito, não implicará automaticamente ao benefício da divisão, a menos que isso esteja expressamente previsto no contrato.

QUESTÃO 05. Na doação com cláusula de reversão, é correto afirmar:

a) havendo comoriência entre o doador e o donatário, a cláusula de reversão não surtirá efeitos, transferindo-se o bem doado aos sucessores do doador

b) a cláusula de reversão impõe limitação exclusivamente ao donatário, em virtude de premoriência ao doador, condicionando o contrato de doação a uma condição resolutiva.

c) a reversão do bem ao patrimônio do doador subordina-se exclusivamente ao evento morte, vedada a estipulação da cláusula para as hipóteses de descumprimento de condição ou encargo ou ainda ao perfazimento de termo.

d) admite-se a cláusula de reversão em favor do doador ou de terceiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a cláusula de reversão.

A alternativa A está incorreta. Não havendo prova em sentido contrário, presume-se que os comorientes aqueles que faleceram ao mesmo tempo, não havendo transmissão de direitos entre eles. Portanto, a cláusula de reversão não se aplica.

A alternativa B está correta. A cláusula de reversão está prevista no Código Civil no art. 547, estabelecendo que, em caso de premoriência, o patrimônio doado retorna ao patrimônio do doador.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o Código Civil, ao prever a possibilidade da cláusula de reversão, não se limitou ao evento morte para a sua aplicabilidade de maneira exclusiva. Sendo assim, não podemos afirmar que a cláusula de reversão subordina-se de maneira exclusiva ao evento morte, permitindo assim, a estipulação da cláusula para as hipóteses de descumprimento de condição ou encargo, nos termos do art. 547 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 547 do Código Civil, a cláusula de reversão visa o benefício do doador, portanto. Fica assim evidente quando permite a estipulação por parte do doador para que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.

QUESTÃO 06. Em relação aos efeitos da renúncia à herança, na sucessão legítima é correto afirmar:

a) a habilitação dos credores do renunciante que se virem prejudicados com o ato de renúncia se fará por meio de ação de petição herança, no prazo decadencial de 90 (noventa) dias.

b) a obrigatoriedade da colação não se aplica a renunciante.

c) a renúncia é anulável e retratável.

d) não haverá direito de representação aos descendentes do renunciante, considerado inexistente, de modo que, a sua parte acresce a dos demais herdeiros do mesmo grau dentro da mesma classe.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre sucessão legítima, mais especificamente no tocante a sua renúncia.

A alternativa A está incorreta. Em caso de prejudicados pelo ato da renúncia, a habilitação dos credores se fará no prazo de trinta dias seguintes ao conhecimento do fato, nos termos do art. 1.813, parágrafo único, do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. A colação é obrigatória para todos os descendentes que concorrerem à sucessão. Conforme verifica-se no art. 2.002 do Código Civil, a renúncia à herança não desobriga a colação de bens recebidos pelo renunciante.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 1.812 do Código Civil, o ato da renúncia é irrevogável.

A alternativa D está incorreta. A alternativa encontra fundamento no art. 1.810 do Código Civil. O renunciante é considerado como se nunca tivesse sido chamado à sucessão, sendo assim, inexiste o direito de representação aos seus descendentes e a parte do renunciante acresce à dos outros herdeiros da mesma classe. Contudo, sendo o renunciante o único de sua classe, devolve-se aos da subseqüente.

QUESTÃO 07. O princípio da conservação dos negócios jurídicos, nos exatos termos em que concebido pelo legislador, implica

a) possibilidade de aproveitamento e conservação dos negócios jurídicos, ainda que eivados de nulidade absoluta, desde que expressamente prevista a ratificação

b) atendimento à intenção das partes, condicionando o aproveitamento do negócio jurídico eivado de nulidade total ao respeito do que as partes pretendiam.

c) incomunicabilidade da nulidade, de modo que, a invalidade parcial do negócio jurídico não prejudicará a parte válida, impondo-se aferir a possibilidade de separação entre a parte que padece da nulidade e aquela despida de mácula.

d) a perquirição dos elementos subjetivos da vontade, intuitos não manifestados e razões internas, mesmo que contrariem o sentido prático pretendido quando da conclusão do negócio eivado de nulidade total.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o princípio da conservação dos negócios jurídicos.

A alternativa A está incorreta. Os atos jurídicos nulos não são suscetíveis de confirmação, nem convalescem pelo decurso do tempo, nos termos do art. 169 do Código Civil. Portanto, não é possível aproveitar os negócios jurídicos com nulidade absoluta. Vejamos: "O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo."

A alternativa B está incorreta. Os negócios jurídicos totalmente nulos não podem ser aproveitados apenas com base na intenção das partes.

A alternativa C está correta. A nulidade de uma parte do negócio jurídico não prejudica as partes válidas, consoante o art. 184 do Código Civil. Vejamos: "Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal."

A alternativa D está correta. A declaração da vontade não manifestada não implica na consideração de elementos subjetivos não manifestados para validar um negócio jurídico nulo, conforme o art. 112 do Código Civil.

QUESTÃO 08. Quanto aos efeitos correlatos à natureza da posse, assinale a alternativa correta.

a) A forma de aquisição da posse, lícita ou ilícita, implicará o caráter justo ou injusto, que não comportará conversão.

b) Os atos de permissão ou tolerância induzem posse à medida que implicam transferência de direitos, irrevogáveis.

c) Presume-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida, admitindo-se a conversão da posse injusta em justa e vice-versa, mediante inversão do título.

d) A detenção injusta, violenta ou clandestina, eivada de vício de origem ligado à causa ilícita, não autoriza ao possuidor a tutela possessória em face de terceiro (que não a vítima), mesmo que cessada a violência ou clandestinidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a aquisição da posse.

A alternativa A está incorreta. A posse pode ser convertida de injusta para justa e vice-versa, conforme o art. 1.203 do Código Civil. Ou seja, há a relatividade da posse, sendo admitida prova em contrário. A saber: "Salvo prova em contrário, entende-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida.".

A alternativa B está incorreta. Atos de permissão ou tolerância não induzem posse, mas mera detenção, conforme o artigo 1.208 do Código Civil. Vejamos: "Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade."

A alternativa C está correta. Conforme o artigo 1.203 do Código Civil, a posse é presumida manter o mesmo caráter com que foi adquirida, admitindo prova em sentido contrário, em que a posse injusta poderá ser convertida em posse justa e vice-versa. Dessa forma, poderá incorrer em inversão do título da posse.

A alternativa D está incorreta. Conforme os artigos 1.210 e 1.212 do Código Civil, a detenção injusta, violenta ou clandestina pode autorizar a tutela possessória em face de terceiros. Vale ainda ressaltar que, ainda que a violência ou clandestinidade cessem, a posse continua sendo considerada injusta devido ao vício de origem, nos termos do art. 1.200 do Código Civil.

QUESTÃO 09. Na hipótese de evicção, é correto dispor que

a) caberá ao evicto o direito de receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu, ainda que prevista cláusula de exclusão da garantia.

b) não fará jus, o evicto, a eventual reparação do prejuízo sofrido, prevista cláusula expressa de exclusão da garantia contra a evicção.

c) a cláusula de non praestanda eviccione (exclusão da garantia) não afasta o direito de ressarcimento em favor do evicto que, cientificado do risco da evicção, veio a assumi-lo.

d) às partes não é dado, ainda que por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade por evicção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a evicção.

A alternativa A está correta. Consoante o art. 449 do Código Civil, em direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu, ainda que presente a cláusula que exclui a garantia contra a evicção. A saber: "Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu."

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o evicto possui o direito de ser reparado pelo prejuízo sofrido por ele, ainda que prevista a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, consoante os artigos 449 e 450 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Tratando-se de risco assumido pelo evicto quando soube do risco da evicção, ou, dele informado, o assumiu, ele não tem direito ao ressarcimento, nos termos do art. 449 do Código Civil. Veja: "Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu."

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade pela evicção ocorrerá quando o evicto foi informado dos riscos e mesmo assim, o assumiu, nos termos do art. 449 do Código Civil.

QUESTÃO 10. O casamento impõe deveres patrimoniais aos cônjuges que implicam contribuição, na proporção de seus bens e rendimentos do trabalho para o sustento da família e educação dos filhos, incidindo a responsabilidade:

a) em razão da condição de comunheiros, em qualquer regime de bens, nula eventual disposição em contrário em pacto antenupcial.

b) independentemente do regime patrimonial, desnecessária prévia autorização recíproca para despesas diuturnas módicas e necessárias à economia doméstica.

c) em qualquer regime de bens, mediante expressa e prévia anuência recíproca e quanto às despesas contraídas em benefício comum, independentemente do vulto.

d) em observância ao princípio da cooperação, exceto nos regimes da separação legal e convencional, bem como, da participação final nos aquestos, independentemente de disposição expressa em pacto antenupcial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o a cooperação entre os cônjuges para as despesas do casal.

A alternativa A está incorreta. O artigo 1.639 do Código Civil dispõe sobre a liberdade dos cônjuges para estipular o regime de bens, portanti, é permitido que os cônjuges estabeleçam disposições em pacto antenupcial, desde que não contrariem preceitos de ordem pública ou contrárias ao Código Civil.

A alternativa B está correta. Ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seu trabalho e de seus bens, salvo estipulação em contrário no pacto antenupcial, nos termos do art. 1.688 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o Código Civil não exige anuência prévia recíproca para todas as despesas contraídas em benefício comum. Podemos afirmar isto consoante o art. 1.568, que estabelece o seguinte: "Os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus bens e dos rendimentos do trabalho, para o sustento da família e a educação dos filhos, qualquer que seja o regime patrimonial."

A alternativa D está incorreta. Independentemente do regime patrimonial, o princípio da cooperação é aplicável a todos os regimes de bens, há o dever de cooperação entre os cônjuges ara a contribuição dos cônjuges no sustento da família e educação dos filhos, consoante o art. 1.568 do Código Civil.

QUESTÃO 11. O artigo 975 do Código de Processo Civil (CPC), que reproduziu o enunciado da Súmula 401/STJ, dispõe que o direito de ajuizar a ação rescisória se extingue em um biênio, a contar do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, assim entendido o ato decisório que

a) reconhece a intempestividade do recurso especial.

b) provoca o julgamento parcial do mérito.

c) julga a apelação impugnada por meio de recurso especial.

d) conhece dos embargos de divergência deferindo o seu respectivo processamento.

Comentários

Em nossa visão, a questão possui duas alternativas corretas, que são a **letra A** e a **letra C.** A questão trata sobre a ação rescisória.

A alternativa A está correta. Consoante o art. 966, §2º, II, do Código de Processo Civil, uma das hipóteses de rescisória contra decisão sem mérito é justamente quando ela impede admissibilidade de recurso. Se a decisão que reconheceu a intempestividade do recurso especial foi proferida por corrupção do juiz,

por exemplo, caberá ação rescisória, porque a decisão estará "impedindo admissibilidade do recurso correspondente"

A alternativa B está incorreta. O julgamento parcial de mérito é feito por decisão (de mérito), mas não é a última decisão proferida no processo, ou seja, haverá ainda a sentença que julgará os demais pedidos.

A alternativa C está correta. O ato decisório que julga o recurso especial contra a apelação é de mérito. Veja que a redação a alternativa C não indica em momento algum que se tratou de Decisão de inadmissão do Recurso Especial; mas ainda que assim o fosse, também caberia rescisória porque a Decisão estará impedindo admissibilidade do recurso correspondente – vide comentário à letra A. Logo, cabe rescisória.

A alternativa D está incorreta. Não é decisão de mérito, mas apenas de admissibilidade do recurso; e como não se trata de decisão de inadmissibilidade do recurso, também não cabe a rescisória com fundamento no art. 966, §2º, II, do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 12. Ação reivindicatória ajuizada em face de apenas um dos cônjuges casado sob o regime da comunhão de bens. Após a regular tramitação do processo, o pedido é julgado improcedente. Diante desta circunstância, assinale a alternativa correta.

a) A nulidade é relativa, bastando que o juiz determine a citação do outro cônjuge no início do respectivo cumprimento de sentença.

b) Consoante as regras do CPC em vigor, não se trata de litisconsórcio necessário e, portanto, não há nulidade alguma.

c) Considerado o princípio da instrumentalidade do processo e, ainda, o disposto no artigo 506 do CPC, a sentença não acarreta prejuízo e, portanto, não se encontra viciada.

d) Tratando-se de ação real, nas quais o litisconsórcio desponta facultativo, há vício processual incontornável, que inadmite saneamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Contudo, entendemos que é uma questão passível de recurso. Note que o enunciado não esclarece se a ação reivindicatória tem por objeto bem MÓVEL ou IMÓVEL. As alternativas parecem presumir que se tratava de bem IMÓVEL, quando presente o litisconsórcio passivo necessário dos cônjuges. A questão trata sobre litisconsórcio necessário dos cônjuges, consoante o art. 73, §1º, do Código de Processo Civil.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese de litisconsórcio passivo necessário. Portanto, sendo inviável citação do outro cônjuge apenas no cumprimento de sentença.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, trata-se, sim, de litisconsórcio passivo necessário, em conformidade com o art. 73, §1º, I, do Código de Processo Civil.

A alternativa C está correta. Contudo, essa questão é passível de recurso. De fato, como a sentença foi de improcedência, não prejudicando o cônjuge que não foi citado, possível superar o vício.

Em nossa revisão de véspera, inclusive, falei expressamente do art. 506, a sentença só não pode prejudicar terceiro, mas pode beneficiar.

A alternativa D está incorreta. O litisconsórcio é necessário, como já dito. Frisa-se que deixamos aqui a ressalva quanto a possível recurso, porque só há litisconsórcio necessário se a ação de direito real versar sobre bem IMÓVEL (e o enunciado não esclareceu qual era o objeto). E o vício aqui poderia ser sanado, como vimos na alternativa C.

QUESTÃO 13. O Código de Processo Civil e o Código de Defesa do Consumidor autorizam o juiz a determinar a inversão do ônus da prova em algumas situações, quando houver peculiaridades da causa que dificultam o respectivo adimplemento pelo interessado nos termos da regra geral. As hipóteses decorrentes de excessiva dificuldade concernem à

a) hipossuficiência financeira da parte demandante.

b) falta de acesso a documentos comuns que não se encontram em poder da parte interessada.

c) desnecessidade de a parte interessada produzir prova de fato notório.

d) manifesta impossibilidade de adequada informação sobre o fato probando

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a inversão do ônus da prova.

A alternativa A está incorreta. A hipossuficiência financeira é, de fato, hipótese de inversão prevista no CDC (art. 6º, VIII). Contudo, ela não se relaciona necessariamente com a "excessiva dificuldade" de produzir a prova.

A alternativa B está incorreta. Se os documentos são comuns a ambas as partes, isso significa que ambas teriam possibilidade material de produzir a prova. Logo, não há "excessiva dificuldade" a ensejar a inversão do ônus da prova neste caso.

A alternativa C está incorreta. Os fatos notórios não dependem de prova (art. 374, I); contudo, isso não se relaciona com a "excessiva dificuldade" de produzir prova indicada no enunciado.

A alternativa D está correta. Se a parte está manifestamente impossibilitada de obter informação sobre o fato objeto da prova, estamos diante de uma situação de impossibilidade ou excessiva dificuldade de cumprir o encargo.

QUESTÃO 14. Quais são a origem e o primordial pressuposto do denominado processo estrutural?

a) O processo estrutural surgiu na jurisprudência dos tribunais superiores da Alemanha e somente é admitido quando o processo individual não atinge a sua finalidade

b) O processo estrutural surgiu na doutrina dos EUA e tem como fundamental requisito a insuficiência das políticas públicas ou privadas para assegurar determinados direitos dos cidadãos.

c) O processo estrutural tem base na dogmática da doutrina italiana e foi idealizado por Francesco Carnelutti a partir do seu conceito de lide, qual seja, um conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida.

d) O processo estrutural é um instituto forjado nas fontes do commom law, que visa a proporcionar benefício a um potencial litigante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre a origem do processo estrutural. Para responder a essa questão, exigia-se do candidato o conhecimento acerca da origem do processo estrutural, especialmente, a origem dos EUA.

A alternativa B está correta. O conceito de "processo estrutural" tem suas raízes nos Estados Unidos, emergindo na década de 1950 como uma resposta a problemas complexos e persistentes que não podiam ser resolvidos por meio de processos judiciais tradicionais.

O processo estrutural representa uma evolução significativa na forma como o sistema jurídico pode abordar problemas complexos e persistentes. Com raízes históricas nos Estados Unidos e um crescente interesse no Brasil, ele oferece uma abordagem abrangente e flexível para transformar estados de desconformidade em estados ideais de coisas. O Código de Processo Civil de 2015, com suas características adaptáveis e inclusivas, fornece um terreno fértil para o desenvolvimento e aplicação desse conceito no Brasil, permitindo soluções mais eficazes e duradouras para problemas estruturais. As demais alternativas estão incorretas, consoante o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 15. A prescrição intercorrente pode ser decretada de ofício no processo de execução fiscal

a) independentemente de haver penhora nos autos pleiteada pela Fazenda Pública.

b) apenas depois da intimação pessoal da Fazenda Pública e da executada para que providenciem o andamento do processo.

c) somente depois de propiciar a manifestação da Fazenda Pública.

d) desde que a suspensão do processo tenha sido requerida pela executada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a prescrição intercorrente.

A alternativa A está incorreta. Havendo penhora nos autos, não há falar em prescrição intercorrente, pois ela se dá justamente nos casos em que não forem localizados o executado ou bens penhoráveis. A penhora interrompe o prazo da prescrição intercorrente (art. 921, §4º-A do CPC).

A alternativa B está incorreta. Cabe ao exequente promover o andamento da execução (art. 921, §3º do CPC). Portanto, é incorreto afirmar que o executado será intimado para promover o andamento (interesse é do exequente).

E para fins de reconhecimento da prescrição intercorrente, as partes são intimadas para se manifestar sobre a prescrição, e não para dar andamento ao processo.

A alternativa C está correta. Embora o juiz possa reconhecer a prescrição intercorrente de ofício, o juiz deve ouvir as partes (art. 921, §5º do CPC). A alternativa mencionou manifestação a Fazenda, e não das partes, mas é a alternativa mais correta dentre as quatro. Vale redobrar a atenção neste ponto, até porque o interesse em se manifestar contrariamente à prescrição intercorrente é do credor, não do devedor.

A alternativa D está incorreta. Quando não localizados o executado ou bens penhoráveis, o juiz determinará a suspensão do processo (art. 921, III do CPC). A suspensão do processo "requerida pela executada" não é requisito para reconhecimento da prescrição intercorrente.

QUESTÃO 16. Proferida decisão liminar determinando o cumprimento de obrigação de entrega de coisa móvel, com cominação de multa diária, em ação de procedimento comum, lastreada em prova documental da existência de contrato de comodato. Esta decisão deferida initio litis tem natureza de tutela

a) antecipada incidental

b) antecipada pré-arbitral

c) antecipada autônoma

d) cautelar incidental

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a distinção de tutela antecipada e cautelar.

A alternativa A está correta. O enunciado indica que o juiz deferiu liminarmente e initio litis (ou seja, no início do processo) o cumprimento de obrigação de entrega de coisa móvel. Como a liminar se referiu

ao bem da vida pretendido pela parte ao final, trata-se tutela antecipada (e não cautelar). O enunciado indica que o autor já promoveu a ação com os pedidos finais, e formulou o pedido da tutela antecipada. Tivesse ele se valido da tutela antecipada antecedente, não se estaria diante de "ação de procedimento comum", mas sim do procedimento especial dos artigos 303 e seguintes (com emenda posterior para incluir pedidos, possibilidade de estabilização a tutela e extinção do processo, etc). Assim, tratou-se de tutela antecipada INCIDENTAL.

A alternativa B está incorreta. Não há qualquer relação com a arbitragem.

A alternativa C está incorreta. O Código de Processo Civil não usa essa expressão "tutela antecipada AUTÔNOMA", mas podemos entendê-la como a tutela antecipada ANTECEDENTE, do art. 303, sendo aquela que a petição inicial se limita ao requerimento da tutela, e que inclusive pode se estabilizar. Não foi o caso proposto, como vimos.

A alternativa D está incorreta. Como visto, trata-se de tutela antecipada, e não cautelar.

QUESTÃO 17. O princípio da primazia do julgamento do mérito tem por objetivo

a) a superação dos vícios processuais sanáveis, ainda que tenha de ser cumprida alguma determinação judicial.

b) a análise direta do cerne do litígio, a despeito da existência de nulidade insanável.

c) a fixação dos pontos controvertidos em audiência de instrução e julgamento, para que o juiz possa proferir sentença de mérito.

d) o exame e a superação da matéria preliminar, convertendo-se o julgamento em diligência, em busca da extinção do processo com fundamento na falta de uma das condições de admissibilidade da ação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o princípio da primazia do mérito.

A alternativa A está correta. Conforme o processo Bruno Terra, a superação de vícios processuais sanáveis, ainda que por determinação judicial – cabe ao juiz determinar a correção dos vícios sanáveis a fim de permitir o julgamento do mérito.

A alternativa B está incorreta. O vício insanável (como o nome sugere) impede o julgamento. Princípio da primazia do mérito é um norte a ser seguido, mas não é absoluto.

A alternativa C está incorreta. Pontos controvertidos são fixados na decisão saneadora, não em audiência. E isso também não se relaciona com a primazia do mérito.

A alternativa D está incorreta. Note que é exatamente o contrário, busca-se julgamento de mérito, não por falta de condições da ação (que gera sentença terminativa, sem mérito).

QUESTÃO 18. O cotejo da identidade de precedentes judiciais com o caso a ser julgado é feito a partir da análise

a) do relatório e do dispositivo do acórdão

b) da parte decisória do pronunciamento judicial

c) das razões de decidir de julgado considerado atual

d) da procedência dos acórdãos paradigmas que examinaram questão análoga

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a análise do caso a ser julgado com o precedente judicial.

A alternativa A está incorreta. O relatório é útil, mostra do que o caso tratou; dispositivo encerra a conclusão, a tese. Mas falta a parte da fundamentação, em que o Tribunal expõe as razões de decidir do caso.

A alternativa B está incorreta. É necessário é preciso analisar outros dados além parte decisória, conforme o processo Bruno Terra. Lembre-se que a "parte decisória" que se refere é o dispositivo legal.

A alternativa C está correta. Conforme o processo Bruno Terra, é preciso verificar as razões de decidir do julgado, ou seja, o que levou o Tribunal a julgar daquela maneira, fixando a tese naquele sentido. A parte final "julgado considerado atual" gera dúvida. O julgado não precisa ser atual. STJ tem teses fixadas há anos, que continuam aplicáveis. O importante é que o entendimento não tenha sido SUPERADO.

A alternativa D está incorreta. Note que a alternativa faz referência aos "Acórdãos", sem especificar o que será analisado. A alternativa C responde melhor à questão, como vimos acima.

QUESTÃO 19. Sentença de resolução do processo sem julgamento do mérito impugnada por recurso de apelação. A denominada teoria da "causa madura" deve ser aplicada pelos tribunais

a) quando o estado do processo permitir que o tribunal, dando provimento ao recurso, passe a conhecer e julgar o mérito.

b) quando, pelo princípio da congruência, o tribunal der provimento apenas parcial ao recurso de apelação.

c) a critério do tribunal, quando não mais for necessária a manifestação das partes antes do julgamento do recurso.

d) quando o efeito devolutivo do recurso autorizar o julgamento de matéria cognoscível de ofício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a aplicabilidade da Teoria da Causa Madura.

A alternativa A está correta. Nos termos do art.1013, §3º, I, do Código de Processo Civil, se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando reformar sentença fundada no art. 485, ou seja, de sentença sem resolução de mérito.

A alternativa B está incorreta. Se o Tribunal der provimento apenas parcial à apelação, isso significa que a sentença de primeiro grau subsistirá em parte. Logo, não haverá causa madura aqui. Essa alternativa não se confunde com a previsão do art. 1013, §3º, II, que pressupõe anulação da sentença pelo Tribunal.

A alternativa C está incorreta. Não é disso que trata a teoria da causa madura, mas sim da possibilidade de o Tribunal julgar desde logo o mérito do processo, ao invés de devolver o processo ao primeiro grau para prolação de nova sentença, conforme o professor Bruno Terra.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de questão afeta ao efeito devolutivo em profundidade, conforme o professor Bruno Terra.

QUESTÃO 20. O cumprimento de sentença poderá ser pleiteado pelo

a) advogado do vencedor, para exigir o pagamento dos consectários da mora e de seus honorários de sucumbência.

b) terceiro interessado, quando a multa fixada recair sobre ele.

c) credor e pelo fiador, ainda que este não tenha sido parte no processo de conhecimento

d) devedor, quando o título judicial contiver obrigação de pagar quantia certa

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a titularidade para requerer o cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta. Conforme ensina o professor Bruno Terra, o advogado só tem legitimidade própria para executar seus honorários; não pode em nome próprio executar consectários da mora do crédito da parte.

A alternativa B está incorreta. Se a multa recair SOBRE o terceiro, ele é devedor; logo, não tem legitimidade para PLEITEAR o cumprimento de sentença (e é disso que trata a questão).

A alternativa C está incorreta. O fiador é executado (devedor), não exequente. E ele só pode ser executado quando tiver sido parte no processo de conhecimento (art. 513, §5º).

A alternativa D está correta. O réu pode comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entende devido, consoante o art. 526 do CPC.

QUESTÃO 21. Em relação aos elementos que caracterizam o defeito do produto, fixando a abrangência da responsabilidade daí decorrente, é correto afirmar:

a) o produto é considerado defeituoso se outro de melhor qualidade tiver sido colocado no mercado.

b) o produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele se espera, levando-se em consideração a sua apresentação, os usos e riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi colocado em circulação.

c) nas hipóteses de defeito do produto, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro não exclui a responsabilidade do fornecedor.

d) constituem circunstâncias irrelevantes na configuração do defeito do produto os riscos, independentemente de sua natureza e da época em que foi colocado em circulação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre defeito do produto.

A alternativa A está incorreta, de acordo com o art 12 § 2° do Código de Defesa do Consumidor, o produto não é considerado defeituoso se outro de melhor qualidade tiver sido colocado no mercado;

A alternativa B está correta, conforme expressamente disposto no art. 12 § 1°, incisos I, II e III do CDC: "§ 1° O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - sua apresentação; II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi colocado em circulação".

A alternativa C está incorreta, pois em desconformidade com o CDC que em seu art. 12 § 3°, III dispõe: "§ 3° O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar: III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro".

A alternativa D está incorreta, pois em contrariedade ao expressamente disposto no art. 12 § 1° do CDC: "Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos."

QUESTÃO 22. Sobre o dever legal de informar, previsto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

a) o direito à informação constitui direito básico do consumidor que abrange a obtenção de informação adequada sobre diferentes produtos e serviços, como a especificação correta de quantidade, as características, a composição, a qualidade, os tributos incidentes e o preço, incluindo os eventuais riscos que tais produtos ou serviços possam causar.

b) o direito à informação, direito básico do consumidor, constitui dever anexo do fornecedor derivado do princípio da boa-fé objetiva, o que pressupõe igualmente a adoção de cautelas por parte do tomador do produto ou serviço (consumidor final) quanto à busca da informação/esclarecimento, pena de exclusão da responsabilidade.

c) a falha no dever de informar, consubstanciada em mera omissão involuntária, ainda que venha a causar dano ao consumidor, não conduz à invalidade do contrato ou da cláusula, eivados da mácula.

d) a transmissão adequada da informação é aquela que permite ao consumidor a reflexão acerca das especificações do produto/serviço, constituindo falha por omissão relevante, maculando de invalidade o contrato, a aceitação da proposta no mesmo dia da celebração, ainda que adequada, clara e precisa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre direito à informação.

A alternativa A está correta, reproduz o art. 6°, inciso III do CDC: III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

A alternativa B está incorreta, pois o acesso à informação é um direito expresso do consumidor, positivado no CDC art. 6°, inciso III, sendo um dever do fornecedor;

A alternativa C está incorreta, pois a falha no dever de informar pode sim conduzir à invalidade do contrato ou da cláusula;

A alternativa D está incorreta, não há falha no dever de informação caso a proposta seja realizada e aceita no mesmo dia.

QUESTÃO 23. Em relação à responsabilidade decorrente do risco da atividade, consubstanciada no denominado fortuito interno, na busca de melhor indenizar a vítima, assinale a alternativa correta.

a) A assunção de risco pela vítima é absoluta, independentemente da natureza e da transparência quanto ao risco verificado (normal ou anormal, impróprio ou inerente), em relação a atividades de maior perigo.

b) O fortuito interno, consistente no risco ligado à atividade do sujeito responsável, tem sido considerado suficiente para o afastamento da relação de causalidade entre a atividade desenvolvida e o dano.

c) O fortuito interno (ou externo) e a força maior serão, invariavelmente, considerados excludentes da responsabilidade civil, ainda que o fato gerador do dano venha a ser conexo à atividade desenvolvida.

d) O fortuito interno, que não exclui o dever de indenizar, constitui o fato que esteja, de qualquer modo, relacionado à atividade desenvolvida, ou faça parte dos riscos do negócio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata do tema fortuito interno.

A alternativa A está incorreta, pois as atividades de maior perigo não geram "assunção de risco" pela vítima, a ponto de excluir a indenização. Ao contrário, há dever qualificado de informação aqui, e ainda assim o fornecedor responde, pois as atividades de maior perigo não geram "assunção de risco" pela vítima, a ponto de excluir a indenização. Ao contrário, há dever qualificado de informação, e ainda assim o fornecedor responde civilmente (ressalvadas as excludentes). O art 9° do CDC dispõe que: "O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto."

A alternativa B está incorreta, pois o fortuito interno NÃO exclui a responsabilidade. Diversos julgados dos Tribunais Superiores já se debruçaram sobre a matéria, incluindo a edição da Súmula 479 do STJ: "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias".

A alternativa C está incorreta, pois conforme explicado o fortuito interno NÃO excluir responsabilidade;

A alternativa D está correta, traz o conceito de fortuito interno, que de fato não exclui a responsabilidade.

QUESTÃO 24. Em se considerando o direito básico do consumidor relacionado às práticas comerciais e à publicidade, é correto afirmar:

a) o legislador veda a publicidade enganosa, mas não faz referência à publicidade abusiva, tratada, exclusivamente, pela doutrina e jurisprudência como aquela discriminatória.

b) é enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, desde que inteiramente falsa.

c) a publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal, e deverá o fornecedor manter em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

d) a mera informação ou publicidade, ainda que suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar, mas, não integrará o contrato, exceto se nele vier inserida, expressamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre publicidade abusiva e/ou enganosa.

A alternativa A está incorreta, pois o CDC proíbe expressamente tanto a publicidade enganosa como a abusiva. O art. 37 assim dispõe: "Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. § 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. § 2° É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança. § 3° Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço".

A alternativa B está incorreta, pois a informação PARCIALMENTE falsa também enseja publicidade enganosa, nos termos do CDC: "Art. 37 § 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, **inteira ou parcialmente falsa**, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços".

A alternativa C está correta, pois está em conformidade com o art. 36 do CDC que dispõe: "A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal. Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem."

A Alternativa D está incorreta, já que a oferta INTEGRA o contrato, pois é aplicável o princípio da vinculação da oferta, positivado no art. 30 do CDC, que assim dispõe: "Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado."

QUESTÃO 25. Nas hipóteses em que verificado vício do produto ou do serviço e inércia do fornecedor quanto à reparação no prazo legal, faculta(m)-se ao consumidor

a) a restituição do valor pago, em caso de impossibilidade de substituição por outro produto, ainda que de espécie, marca e modelo diversos, providências que não se subordinam à natureza e extensão dos vícios e podem ser adotadas de forma imediata.

b) a substituição imediata do produto ainda que de outra espécie, marca ou modelo, independentemente de complementação ou restituição de eventual diferença de preço.

c) a substituição do produto por outro da mesma espécie, a restituição da quantia paga, sem prejuízo das perdas e danos ou o abatimento do preço, alternativas passíveis de utilização imediata, se comprovados comprometimento da qualidade, das características do produto ou diminuição do valor, em razão da extensão dos vícios.

d) a substituição do produto por outro da mesma espécie ou a restituição da quantia paga, alternativas que não se sujeitam à prova de eventual comprometimento da qualidade do produto ou diminuição do valor, tampouco da adoção de providências pelo fornecedor em qualquer prazo, uma vez executada a prestação defeituosa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata do vício do produto ou serviço

A alternativa A está incorreta, pois a restituição do valor pago é SEMPRE facultada ao consumidor, ainda que seja possível no caso concreto a substituição do produto, nos termos do CDC: "Art. 18, §1º. “Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. § 1° Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço”.

A alternativa B está incorreta, pois o consumidor tem direito à substituição do produto por outro DA MESMA ESPÉCIE. Se for de outra espécie, marca ou modelo, deve haver complementação ou restituição do valor.

A alternativa C está correta, pois se encontra de acordo com o art. 18, §1º do CDC, que prevê as opções que consumidor tem; e o §3º indica possibilidade de uso imediato dessas alternativas sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.

A alternativa D está incorreta, pois o art.18 § 1° do CDC se aplica aos casos em que o fornecedor não sanar o vício em até 30 dias, sendo a regra geral: “§ 1° Não sendo o vício sanado **no prazo máximo de trinta dias**, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço". Vale ressaltar que esta é a regra geral, pois as partes podem, de acordo com o § 2° do mesmo artigo convencionar outros prazos: “§ 2° Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.”

QUESTÃO 26. A Lei no 13.431, de 4 de abril de 2017, estabelece o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e, nesse contexto, regulamenta a escuta especializada e o depoimento especial, nos seguintes termos:

a) o depoimento especial da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência reger-se-á por protocolos e seguirá obrigatoriamente o rito cautelar de antecipação de prova: I – quando se tratar de criança (até doze anos de idade incompletos) e II – em caso de violência sexual, independentemente da idade.

b) a escuta especializada e o depoimento especial são procedimentos aplicados para oitiva da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, sendo a escuta especializada realizada perante a autoridade policial, na Delegacia de Polícia, e o depoimento especial realizado pela autoridade judiciária, em juízo.

c) em nenhuma hipótese será admitida a tomada de novo depoimento especial, sob pena de caracterização de violência institucional.

d) constitui crime, apenado com reclusão, violar sigilo processual, permitindo que depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, previsto pela Lei nº 13.431/2017.

A alternativa A está incorreta. O art. 11 da Lei nº 13.431 prevê os casos em que o depoimento especial segue o trâmite de produção antecipada de provas. O erro da assertiva está na idade. "[...]§ 1o O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova: I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos; II - em caso de violência sexual".

A alternativa B está incorreta. "Escuta Especializada" é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, de acordo com o art. 7º da Lei nº 13.431, e o "Depoimento Especial" é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária, na forma do art. 8º do mesmo diploma normativo.

A alternativa C está incorreta. Para evitar que a criança retome sucessivas vezes esses momentos traumáticos, adota-se único depoimento como regra. Porém, a própria lei traz exceções no §2º do art.11: "§ 2o Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal".

A alternativa D está correta. Trata-se do crime previsto no art. 24 da Lei nº 13.431/17 denominado de violação a sigilo processual: "Art. 24. Violar sigilo processual, permitindo que depoimento de criança

ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal".

QUESTÃO 27. No processo de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, a intimação da sentença que aplicar medida socioeducativa

a) deverá ser feita ao adolescente ou, se ele não for encontrado, aos seus pais ou responsável, sem prejuízo de seu defensor, independentemente da medida socioeducativa aplicada, para que se propicie a concretização da autodefesa e a defesa técnica.

b) deverá ser feita unicamente ao defensor, salvo se a sentença aplicar medida de internação ou regime de semiliberdade, casos em que a intimação deverá ser feita: I – ao defensor e ao adolescente; II – ao defensor e, se não encontrado o adolescente, aos seus pais ou responsável.

c) deverá ser feita ao adolescente ou, se ele não for encontrado, aos genitores ou responsável, sem prejuízo do seu defensor, se a sentença aplicar medidas socioeducativas de liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação.

d) deverá ser feita ao adolescente, aos seus pais ou responsável e ao defensor se a sentença aplicar medida socioeducativa de internação, semiliberdade e liberdade assistida e, deverá ser feita somente ao defensor, se aplicar as demais medidas socioeducativas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema processo de apuração de ato infracional.

A alternativa A está incorreta. Não se tratando de aplicação de internação ou semiliberdade, de acordo com o §1º do artigo 190 do ECA, a intimação ocorrerá na pessoa do defensor. Vejamos: "§ 1º Sendo outra a medida aplicada, a intimação far-se-á unicamente na pessoa do defensor".

A alternativa B está correta. É a literalidade do artigo 190 do ECA.

A alternativa C está incorreta. Não se impõe essa exigência quando aplicada a liberdade assistida. Segundo o ECA, em seu artigo 190: "Art. 190. A intimação da sentença que aplicar medida de internação ou regime de semiliberdade será feita: I - ao adolescente e ao seu defensor; II - quando não for encontrado o adolescente, a seus pais ou responsável, sem prejuízo do defensor".

A alternativa D está incorreta. Não se impõe essa exigência quando aplicada a liberdade assistida. Segundo o ECA, em seu artigo 190: "Art. 190. A intimação da sentença que aplicar medida de internação ou regime de semiliberdade será feita: I - ao adolescente e ao seu defensor; II - quando não for encontrado o adolescente, a seus pais ou responsável, sem prejuízo do defensor".

QUESTÃO 28. Nos procedimentos afetos à Justiça da infância e Juventude aplicam-se as regras recursais do Código de Processo Civil com algumas especificidades, como:

a) o recurso de apelação tem sempre efeito regressivo.

b) a sentença que deferir a adoção está sujeita ao recurso de apelação, que deverá ser recebida em ambos os efeitos, salvo se se tratar de adoção internacional ou se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao adotando, casos em que a apelação será recebida apenas no efeito devolutivo.

c) a sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita à apelação, recebida em ambos os efeitos, salvo se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação à criança ou adolescente, caso em que será recebida apenas no efeito devolutivo, por decisão fundamentada.

d) interposto o recurso que tiver efeito regressivo, o juiz manterá ou reformará a decisão impugnada e em qualquer dessas hipóteses o escrivão remeterá os autos à superior instância em vinte e quatro horas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre procedimentos no âmbito da Justiça da Infância e Juventude.

A alternativa A está correta. O inciso VII do art. 198 do ECA afirma que nos casos de apelação e de agravo a autoridade poderá fazer o juízo de retratação no prazo de 5 dias.

A alternativa B está incorreta. Segundo o art. 199-A do ECA: "Art. 199-A. A sentença que deferir a adoção produz efeito desde logo, embora sujeita a apelação, que será recebida exclusivamente no efeito devolutivo, salvo se se tratar de adoção internacional ou se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao adotando".

A alternativa C está incorreta. De acordo com o "Art. 199-B. A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo".

A alternativa D está incorreta. Se o juiz analisar o recurso e não exercer o juízo de retratação os autos ou o instrumento à superior instância dentro de vinte e quatro horas, independentemente de novo pedido do recorrente. Caso o juiz exerça o juízo de retratação e reforme a decisão anterior a remessa dos autos à instância superior dependerá de pedido expresso da parte interessada ou do Ministério Público, no prazo de cinco dias, contados da intimação. Essa regra está prevista no inciso VIII do art. 198 do ECA.

QUESTÃO 29. Sobre a medida protetiva de acolhimento, assinale a afirmativa correta.

a) O acolhimento institucional ou familiar é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo essa possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

b) Imediatamente após o acolhimento da criança ou adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional elaborará um plano individual de atendimento, por sua equipe técnica, que visará à imediata colocação da criança ou adolescente em família substituta, a fim abreviar a violação ao direito do acolhido à convivência familiar.

c) A autoridade judiciária manterá em cada comarca ou foro regional um cadastro com as informações atualizadas sobre os acolhidos sob sua jurisdição, ao qual terão acesso apenas o Poder Judiciário e o Ministério Público.

d) A criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento institucional terá sua situação reavaliada no máximo a cada 180 dias, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório da equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir fundamentadamente pela reintegração familiar ou colocação em família substituta. A permanência da criança ou adolescente em acolhimento não excederá a dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de medida protetiva de acolhimento.

A alternativa A está correta. Trata-se da previsão expressa do §1º do art. 101 do ECA: "§ 1 O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade".

A alternativa B está incorreta. Cuida-se de previsão do §4º do art. 101 do ECA. O erro da assertiva está na afirmação que o plano visará a imediata colocação da criança ou adolescente em família substituta. Sempre será prioritária a reintegração da criança ou adolescente na sua família natural ou extensa sendo a colocação em família substituta aplicada quando as medidas anteriores não forem possíveis. Confira-se: "§ 4 o Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei".

A alternativa C está incorreta. A assertiva se tornou errada quando limitou o acesso apenas o Poder Judiciário e o Ministério Público. Segundo §§11 e 12 do art. 101 do ECA, terão acesso aos cadastros o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.

A alternativa D está incorreta. O erro está no prazo. A situação deverá ser reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, conforme prevê o §1º do art. 19 do ECA: "§ 1 o Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses [...]".

QUESTÃO 30. Em relação à colocação da criança ou do adolescente em família substituta, é correto afirmar que

a) o estágio de convivência prévio à adoção terá prazo máximo de 180 dias, observada a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso, prorrogável por igual prazo, mediante decisão fundamentada e poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a guarda de fato do adotante há tempo suficiente para se avaliar a conveniência da constituição do vínculo.

b) a adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos para manutenção do adotando na família natural (composta pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes e ascendentes) ou extensa (aquela formada por parentes dos genitores, independentemente de convivência e de vínculos de afinidade e afetividade desses com o adotando).

c) os pais da criança ou adolescente que estiverem no exercício do poder familiar poderão concordar com a colocação do filho em família substituta, inclusive na forma de adoção, bastando que manifestem tal consentimento consciente perante a equipe interprofissional a serviço da jurisdição da Infância e Juventude competente, dispensadas outras formalidades.

d) sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido sobre a medida por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida e terá sua opinião devidamente considerada e, no caso de maior de 12 (doze anos) de idade, há necessidade de seu consentimento colhido em audiência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de colocação da criança ou do adolescente em família substituta.

A alternativa A está incorreta. Em primeiro lugar, o prazo do estágio de convivência que é de 90 (noventa) dias prorrogável pelo mesmo prazo, na forma do art. 46 do ECA. Deve-se considerar ainda que o §1º do art. 46 do ECA prevê: "§ 1 o O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo". Assim, haverá dispensa quando se tratar de tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo e não no caso de guarda de fato.

A alternativa B está incorreta. De acordo com a classificação das famílias, a família natural não inclui os ascendentes dos pais e a família extensa envolve vínculo de afinidade/afetividade.

A alternativa C está incorreta. O art. 166 do ECA trata do procedimento de colocação em família substituta e exige que o consentimento seja ratificado em audiência nesse caso.

A alternativa D está correta. A alternativa coaduna com o art. 28 do ECA que trata da colocação em família substituta e prevê nos seus parágrafos a necessidade de se levar em consideração opinião de criança, sempre que possível e o necessário consentimento dos adolescentes.

QUESTÃO 31. O acusado Tirso da Silva possui condenação anterior, com trânsito em julgado ocorrido durante outro processo em curso, por novo crime, posterior ao primeiro. Diante disso, o juiz, ao proferir sentença condenatória, deve

a) elevar a pena na segunda fase da dosimetria, pois é reincidente.

b) deixar de elevar a pena em razão do crime anterior.

c) elevar sua pena na primeira etapa, já que tem maus antecedentes.

d) elevar a pena na terceira fase, pela causa de aumento de pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a aplicação da reincidência, considerando a existência de uma condenação anterior com trânsito em julgado.

A alternativa A está incorreta. Para que o réu seja considerado reincidente (art. 61, I, do Código Penal), a condenação anterior deve ter transitado em julgado antes da prática do novo crime. No caso apresentado, a condenação anterior só transitou em julgado durante o curso do segundo processo, ou seja, após a prática do novo crime. Portanto, não se pode aplicar a agravante de reincidência na segunda fase da dosimetria.

A alternativa B está incorreta. O juiz não pode simplesmente ignorar a condenação anterior com trânsito em julgado, mesmo que ela tenha ocorrido depois da prática do novo crime. A condenação anterior pode influenciar a dosimetria da pena, mas de forma limitada. Embora não seja possível aplicar a reincidência, a condenação anterior ainda pode ser considerada como maus antecedentes na primeira fase da dosimetria. Aqui se aplica o art. 59 do Código Penal, que determina que, na fixação da pena, o juiz deve considerar as circunstâncias judiciais (como os antecedentes, personalidade, conduta social, entre outros). Nesse caso, a condenação anterior pode influenciar o juízo negativo sobre os antecedentes.

A alternativa C está correta. Segundo o art. 59 do Código Penal, na primeira fase da dosimetria, o juiz deve analisar as circunstâncias judiciais (como antecedentes, conduta social e personalidade do agente). Nesse sentido, a jurisprudência do STJ estabelece que condenações anteriores, com trânsito em julgado ocorrido após a prática do novo delito, não podem fundamentar a reincidência, mas podem ser usadas para valorar negativamente os antecedentes na primeira fase da dosimetria.

A alternativa D está incorreta. As causas de aumento de pena são aplicadas na terceira fase da dosimetria e decorrem de circunstâncias específicas previstas na legislação, como o uso de arma de fogo em crime de roubo ou crime contra menor de 14 anos, entre outras situações. A mera existência de uma condenação anterior com trânsito em julgado não constitui uma causa de aumento de pena, mas sim um fator a ser considerado na primeira fase da dosimetria como maus antecedentes, conforme o art. 59 do Código Penal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 32. Considera-se documento suficiente para a comprovação dos maus antecedentes do acusado:

a) folha de antecedentes, mesmo sem a indicação do trânsito em julgado da condenação anterior.

b) o registro, em certidão, de ações penais, ainda que em andamento.

c) folha de antecedentes com indicação da data do trânsito em julgado da condenação anterior.

d) o registro, em certidão, de inquéritos policiais em andamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o que pode ser considerado como prova para a configuração de maus antecedentes.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ, para que seja configurado um mau antecedente, é necessário que haja o trânsito em julgado da condenação anterior. A simples existência de uma folha de antecedentes sem essa indicação não pode ser considerada suficiente. Esse entendimento está alinhado com a Súmula 444 do STJ, que estabelece que "é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base". Portanto, uma folha sem a comprovação de trânsito em julgado não pode ser utilizada para negativar os antecedentes.

A alternativa B está incorreta. O registro de ações penais em andamento não pode ser utilizado para a configuração de maus antecedentes, conforme o entendimento expresso na Súmula 444 do STJ, que veda o uso de ações penais em curso para agravar a pena. Além disso, tal prática viola o princípio constitucional da presunção de inocência, garantido pelo art. 5º, LVII da Constituição Federal, pois ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença condenatória. Logo, as ações penais sem decisão definitiva não podem ser usadas como prova de maus antecedentes.

A alternativa C está correta. A Súmula 636 do STJ afirma que "a folha de antecedentes criminais é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência". No entanto, para que a folha de antecedentes seja considerada válida para comprovação de maus antecedentes, deve constar a data do trânsito em julgado da condenação anterior, uma vez que só uma sentença condenatória definitiva (sem possibilidade de recurso) pode caracterizar um mau antecedente. Assim, esta é a única alternativa que está de acordo com o entendimento da jurisprudência majoritária do STJ e STF.

A alternativa D está incorreta. Inquéritos policiais em andamento não podem ser usados para comprovar maus antecedentes. O STJ, por meio da Súmula 444, veda expressamente a utilização de inquéritos ou ações penais em curso para agravar a pena, pois eles não constituem condenação definitiva. Considerar inquéritos violaria o princípio da presunção de inocência, previsto no art. 5º, LVII da Constituição Federal. Portanto, inquéritos abertos, ainda que registrados em certidão, não podem ser utilizados como prova de maus antecedentes.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 33. O agente que comparece a loja de veículos pretendendo a compra de um carro e, autorizado pelo vendedor, sai para testá-lo e depois, tendo gostado dele, mas achando que o preço é elevado, não o devolve responde por

a) furto mediante fraude.

b) estelionato.

c) furto com abuso de confiança.

d) apropriação indébita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, contudo, cabe recurso, vide divergência, que poderia indicar a alternativa A ou B, no STJ: REsp n. 672.987/MT, HC n. 913.448, AgRg no AgRg no AREsp n. 2.026.865/SP. A questão trata sobre tipificação penal, furto mediante fraude, estelionato, furto com abuso de confiança e apropriação indébita.

A alternativa A está incorreta. Essa alternativa está incorreta na maior parte da doutrina e jurisprudência. O furto mediante fraude (art. 155, §4º, II, do Código Penal) ocorre quando a subtração do bem é realizada por meio de um artifício ou engano. Como o agente obteve o carro de forma voluntária e legítima, não haveria subtração mediante fraude na visão predominante. No entanto, existem julgados que discutem a possibilidade de se enquadrar o fato como furto mediante fraude, em situações onde o agente, após receber o bem por vias lícitas, utiliza-se de um ardil subsequente para manter a posse. Em casos análogos, alguns tribunais poderiam entender que o não retorno do veículo caracteriza uma fraude posterior, justificando o furto qualificado. Esse entendimento foi explorado no REsp 672.987/MT, no qual o STJ analisou a linha tênue entre fraude anterior e posterior à posse, abrindo espaço para divergências.

A alternativa B está incorreta. Embora a resposta usual seja que o estelionato (art. 171 do CP) não se aplica aqui, pois a posse do veículo foi obtida de forma lícita e sem indução inicial em erro, entendimentos divergentes no STJ também podem considerar essa hipótese em casos semelhantes. Por exemplo, no HC 913.448 e no AgRg no AgRg no AREsp 2.026.865/SP, o STJ discutiu cenários em que a posse foi inicialmente lícita, mas depois o agente manteve a vítima em erro, o que poderia justificar o estelionato. Nesses julgados, o tribunal reconhece que, se houver fraude subsequente à obtenção inicial do bem, pode-se argumentar que há indução em erro continuada, abrindo a possibilidade de configuração do estelionato.

A alternativa C está incorreta. O furto qualificado pelo abuso de confiança se caracteriza pela subtração de coisa alheia móvel, o que não ocorreu neste caso, já que o veículo foi entregue de forma voluntária ao agente. Aqui, a questão não trata de subtração, mas de não devolução do bem após ter sido legitimamente obtido para teste.

A alternativa D está correta. Essa é tradicionalmente considerada a resposta correta. O art. 168 do Código Penal prevê o crime de apropriação indébita, que ocorre quando o agente recebe o bem de forma lícita, mas decide posteriormente não devolvê-lo, tratando-o como se fosse de sua propriedade. No caso, o agente recebeu o carro legitimamente para testá-lo, mas não o devolveu, configurando a apropriação.

Portanto, considerando as razões acima, a provável alternativa correta é a letra D, dentro do entendimento tradicional, uma vez que o agente legitimamente obteve o bem e não o devolveu. No entanto, devido à divergência de interpretações na jurisprudência do STJ, como nos casos do REsp 672.987/MT, HC 913.448 e AgRg no AgRg no AREsp 2.026.865/SP, é possível que as letras A ou B também sejam consideradas corretas em casos específicos, dependendo da análise detalhada do comportamento do agente, especialmente se houver indícios de fraude ou ardil utilizados para manter a posse do bem.

QUESTÃO 34. É considerada causa impeditiva da prescrição:

a) cumprimento de pena no exterior.

b) recebimento da denúncia.

c) decisão que confirma a pronúncia.

d) reincidência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre as causas impeditivas e interruptivas da prescrição.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 116, inciso II, do Código Penal, o cumprimento de pena no exterior é considerado uma causa impeditiva da prescrição. Isso significa que o prazo prescricional não corre enquanto o indivíduo estiver cumprindo pena fora do Brasil. Tal disposição evita que o condenado no exterior usufrua de prescrição no Brasil enquanto está cumprindo pena em outro país.

A alternativa B está incorreta. O recebimento da denúncia (art. 117, I do CP) é uma causa interruptiva da prescrição, e não impeditiva. A interrupção da prescrição implica que o prazo já decorrido é desconsiderado e reiniciado, diferentemente da causa impeditiva, que apenas suspende o curso do prazo até que a causa cessante se resolva.

A alternativa C está incorreta. A confirmação da pronúncia (art. 117, III do CP) também é uma causa interruptiva da prescrição. A pronúncia ocorre no âmbito do Tribunal do Júri e, ao ser confirmada por tribunal superior, interrompe o curso do prazo prescricional, reiniciando-o.

A alternativa D está incorreta. A reincidência não é considerada uma causa impeditiva da prescrição, mas sim uma causa interruptiva, conforme art. 117, VI do CP.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 35. No caso de condenação do agente por dois roubos qualificados, em concurso formal, em relação à pena pecuniária, é correto afirmar:

a) uma das multas deve ser aumentada de um sexto até metade.

b) as multas devem ser somadas.

c) deve ser aplicada a multa de um dos crimes.

d) a multa deve ser acrescida do triplo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre aplicação da pena pecuniária (multa) e concurso formal de crimes.

A alternativa A está incorreta. No concurso formal de crimes, as penas privativas de liberdade podem ser aplicadas com um aumento de 1/6 a 1/2, conforme o art. 70 do Código Penal, mas isso não se aplica às penas de multa. A pena de multa não é aumentada proporcionalmente nesse contexto, mas sim somada individualmente para cada crime cometido.

A alternativa B está correta. A regra para a aplicação da pena de multa no caso de concurso formal de crimes (art. 72 do Código Penal) determina que as multas devem ser somadas. Ou seja, a multa aplicada a cada crime deve ser computada de forma independente, e os valores das multas dos crimes em concurso formal serão somados. Essa é a regra que se aplica para o cálculo da pena pecuniária no concurso de crimes.

A alternativa C está incorreta. Essa alternativa está errada porque, no caso de concurso formal, não se aplica a multa apenas de um dos crimes. Cada crime resulta em uma pena de multa que deve ser somada, conforme a regra do art. 72 do Código Penal.

A alternativa D está incorreta. O acréscimo de até o triplo não se aplica a casos de concurso formal de crimes. Essa medida pode ser encontrada em algumas situações específicas, como crimes continuados ou em casos de abuso do poder econômico (art. 60, §1º do CP), mas não no caso de dois roubos qualificados em concurso formal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C e D.

QUESTÃO 36. No caso de réu condenado por roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e concurso de agentes, na fixação da pena, em relação ao aumento pelas majorantes, é correto afirmar:

a) deve-se, em qualquer hipótese, aplicar os dois aumentos.

b) deve-se, em qualquer hipótese, aplicar a que menos aumente a pena.

c) pode-se aplicar somente a que mais aumente a pena.

d) pode-se aplicar a que menos aumenta a pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre roubo majorado, concurso de agentes, dosimetria da pena e majorantes.

A alternativa A está incorreta. No caso de roubo com mais de uma majorante (art. 157, §2º-A e §2º, II, do Código Penal), não é obrigatório aplicar todas as causas de aumento cumulativamente. O juiz tem a discricionariedade de escolher a causa que melhor se aplica ao caso concreto, considerando a que mais gravemente afeta o crime.

A alternativa B está incorreta. Não existe uma regra que obrigue o juiz a aplicar sempre a menor causa de aumento. Pelo contrário, o juiz deve analisar as circunstâncias do caso e, se for mais adequado, aplicar a majorante que cause o maior aumento, levando em conta a gravidade das circunstâncias.

A alternativa C está correta. A jurisprudência e a doutrina majoritária entendem que, havendo mais de uma causa de aumento em um crime de roubo, o juiz pode optar por aplicar apenas a causa que mais aumenta a pena, conforme o art. 68, Parágrafo Único do Código Penal, desde que isso seja justificável pelas circunstâncias do crime. Isso evita um aumento excessivo e desproporcional da pena.

A alternativa D está incorreta. Embora o juiz tenha discricionariedade para optar por aplicar a majorante que menos aumenta a pena, essa não é a única opção. A escolha depende do caso concreto, e o juiz pode decidir aplicar a majorante que mais aumenta a pena, se isso for mais proporcional à gravidade do delito.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 37. Tratando-se de crime que envolva violência doméstica ou familiar contra mulher, pode ser aplicada ao condenado por tal delito, caso presentes os requisitos próprios do instituto:

a) suspensão condicional da pena.

b) transação penal.

c) suspensão condicional do processo.

d) princípio da insignificância.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crime de violência doméstica ou familiar contra mulher, suspensão condicional da pena, transação penal, suspensão condicional do processo e princípio da insignificância.

A alternativa A está correta. A suspensão condicional da pena, prevista no art. 77 do Código Penal, pode ser aplicada em casos de violência doméstica contra a mulher, desde que presentes os requisitos legais (como pena privativa de liberdade não superior a 2 anos, entre outros). A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) não proíbe expressamente a concessão da suspensão condicional da pena em crimes de violência doméstica, o que a torna uma medida possível após a condenação, desde que o réu preencha os requisitos legais. A Súmula 588 do STJ reforça que "A Lei 9.099/95, no tocante à suspensão condicional do processo e à transação penal, não se aplica aos crimes cometidos no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista". No entanto, isso não se aplica à suspensão condicional da pena, que é possível.

A alternativa B está incorreta. A transação penal, prevista nos arts. 76 e 89 da Lei nº 9.099/95, não pode ser aplicada a crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. O art. 41 da Lei Maria da Penha veda expressamente a aplicação dos institutos da Lei dos Juizados Especiais Criminais, como a transação penal, nesses casos. Esse entendimento foi adotado para garantir maior rigor na punição de crimes de violência doméstica e evitar a banalização dessas condutas.

A alternativa C está incorreta. A suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/95, não pode ser aplicada a crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme o art. 41 da Lei nº 11.340/06. O dispositivo exclui a possibilidade de aplicação dos institutos da Lei dos Juizados Especiais Criminais, incluindo a suspensão condicional do processo, a crimes cometidos no âmbito de violência doméstica.

A alternativa D está incorreta. O princípio da insignificância não se aplica aos crimes de violência doméstica contra a mulher, conforme entendimento consolidado do STF e STJ. Esses crimes envolvem não apenas o patrimônio, mas também a dignidade e integridade física e psicológica da mulher, o que afasta a possibilidade de aplicação desse princípio. A jurisprudência considera que, em crimes dessa natureza, mesmo em casos de menor gravidade, a aplicação do princípio da insignificância é inadequada, dado o caráter de proteção à dignidade humana que está em jogo.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 38. Acerca do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, é correto afirmar:

a) tratando-se de condenação por crime hediondo ou equiparado, o regime inicial será obrigatoriamente o fechado.

b) é inadmissível a adoção do regime inicial semiaberto aos reincidentes, ainda que condenados a pena igual ou inferior a quatro anos e favoráveis as circunstâncias judiciais.

c) na pena de detenção, sendo desfavoráveis as circunstâncias judiciais e situando-se a pena acima de quatro anos, pode o juiz, fundamentadamente, impor o regime inicial fechado.

d) fixada a pena-base no mínimo, o regime inicial não pode ser mais gravoso do que aquele cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre regime inicial de cumprimento de pena privativa de liberdade.

A alternativa A está incorreta. A obrigatoriedade de regime inicial fechado para crimes hediondos foi declarada inconstitucional pelo STF no julgamento do HC 111.840. Embora o regime fechado seja a regra para esses crimes, o juiz pode, analisando as circunstâncias do caso concreto (como primariedade, bons antecedentes, etc.), optar por outro regime inicial, desde que devidamente fundamentado. A Súmula 440 do STJ reforça esse entendimento, afirmando que "fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado estabelecer o regime fechado com base apenas na gravidade abstrata do delito".

A alternativa B está incorreta. O regime inicial semiaberto pode ser aplicado a reincidentes, desde que a pena seja igual ou inferior a 4 anos e as circunstâncias judiciais sejam favoráveis. A reincidência, por si só, não impede o regime semiaberto. O juiz deve considerar todos os fatores presentes no art. 59 do Código Penal. O STJ, em diversos precedentes, tem flexibilizado essa questão, permitindo o semiaberto para reincidentes em casos específicos.

A alternativa C está incorreta. A pena de detenção não admite o regime fechado, sendo cumprida apenas nos regimes semiaberto ou aberto (art. 33 do CP). Portanto, ainda que as circunstâncias judiciais sejam desfavoráveis, não é possível impor regime fechado em condenações com penas de detenção.

A alternativa D está correta. Esse entendimento está consolidado na jurisprudência e é respaldado tanto pelo STF quanto pelo STJ. A Súmula 440 do STJ é clara ao afirmar que, ao ser fixada a pena-base no mínimo legal, não se pode impor um regime inicial mais gravoso com base apenas na gravidade abstrata do delito, sem uma fundamentação concreta que justifique essa decisão. O regime inicial deve ser compatível com as circunstâncias judiciais do caso e a sanção imposta, e não pode ser agravado apenas pela natureza do crime de forma genérica.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B e C.

QUESTÃO 39. A respeito do crime de extorsão (artigo 158 do Código Penal), é correto afirmar:

a) a extorsão é crime formal, consumando-se independentemente da obtenção da vantagem pretendida pelo agente.

b) a extorsão é crime material, consumando-se quando o agente obtém a vantagem pretendida, ainda que venha a ser dela despojado imediatamente.

c) a extorsão se distingue do roubo pelo fato de, na extorsão, o concurso da vítima ser desnecessário para a obtenção, pelo agente, da vantagem pretendida.

d) se o agente pratica, em um mesmo contexto e contra a mesma vítima, roubo e extorsão, haverá continuidade delitiva entre os dois crimes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crime de extorsão, crime de roubo, natureza jurídica, crime formal, crime material, concurso, consumação e continuidade delitiva.

A alternativa A está correta. A extorsão, prevista no art. 158 do Código Penal, é classificada como um crime formal. Isso significa que a consumação do delito ocorre com a realização da conduta típica, ou seja, com o constrangimento da vítima mediante violência ou grave ameaça, independentemente da obtenção da vantagem econômica pretendida. Não é necessária a obtenção efetiva dessa vantagem para que o crime se consuma. A Súmula 96 do STJ reforça esse entendimento, estabelecendo que "o crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida". Assim, a extorsão é um crime formal, que se completa com o ato de constranger a vítima.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a extorsão não é um crime material, mas sim formal, consumando-se independentemente da obtenção da vantagem. Como já mencionado, o delito se consuma com o constrangimento da vítima, não sendo necessário que a vantagem seja efetivamente alcançada pelo agente. O fato de o agente não obter a vantagem econômica não descaracteriza a consumação do crime.

A alternativa C está incorreta. Na extorsão, o concurso da vítima é, sim, necessário. A característica fundamental da extorsão é o constrangimento da vítima para que ela mesma faça algo que leve à obtenção da vantagem indevida pelo agente, o que exige a colaboração da vítima, ainda que sob coação. No roubo, a subtração dos bens ocorre diretamente pelo agente, sem a necessidade de a vítima colaborar de forma ativa para a obtenção do resultado.

A alternativa D está incorreta. Roubo e extorsão são crimes de natureza distinta, o que impede a aplicação da continuidade delitiva entre eles. Conforme o art. 71 do Código Penal, a continuidade delitiva se aplica a crimes da mesma espécie. No caso de roubo e extorsão, devido à diferença em sua tipicidade, é possível que ocorra concurso material ou, em casos específicos, a absorção de um crime pelo outro, dependendo do nexo e das circunstâncias do caso concreto, mas não continuidade delitiva.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 40. Sobre o crime de tráfico de drogas privilegiado (artigo 33 § 4º da Lei 11.343/2006), é correto afirmar:

a) a causa de diminuição de pena não pode ser negada com base, tão somente, em inquéritos ou ações penais em andamento.

b) sendo o réu processado por tráfico de drogas (artigo 33 da Lei nº 11.343/2006) e associação para o tráfico (artigo 35 da mesma lei), a condenação por este último não constitui, por si só, obstáculo a que se aplique o redutor de pena do tráfico privilegiado ao crime do artigo 33 da Lei de Drogas.

c) o tráfico privilegiado não deixa de ser tráfico de drogas e, portanto, ele é crime equiparado aos hediondos, por força de norma constitucional.

d) reconhecido o tráfico privilegiado, o juiz, tendo em vista a gravidade inerente ao crime de tráfico de drogas, pode impor regime semiaberto ou fechado e negar a substituição da pena privativa de liberdade, ainda que tenha sido estabelecida no mínimo a pena-base.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o crime de tráfico de drogas privilegiado, previsto no art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), e busca esclarecer aspectos da aplicação da causa de diminuição de pena, do reconhecimento do tráfico privilegiado e seus efeitos.

A alternativa A está correta. O entendimento consolidado na jurisprudência do STJ, incluindo o julgamento do REsp 1.977.027, é que a causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas não pode ser negada com base apenas na existência de inquéritos policiais ou ações penais em andamento, em respeito ao princípio da presunção de inocência. Ou seja, a mera existência de processos pendentes não caracteriza dedicação a atividades criminosas ou participação em organização criminosa, sendo necessário trânsito em julgado para tais inferências. O STF também reconhece que ações penais sem decisão definitiva não podem prejudicar o réu na concessão de benefícios.

A alternativa B está incorreta. A jurisprudência predominante entende que a condenação por associação para o tráfico (art. 35 da Lei de Drogas) indica dedicação a atividades criminosas ou participação em organização criminosa, o que impede a aplicação da causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º). O STJ, em diversos julgados, incluindo o REsp 1.977.027, reitera que a condenação por associação para o tráfico é, sim, um forte indicativo de que o réu não faz jus ao benefício do redutor do tráfico privilegiado, pois sugere uma vinculação estável e organizada com o tráfico de drogas.

A alternativa C está incorreta. A jurisprudência do STF e STJ já pacificou o entendimento de que o tráfico privilegiado não é considerado crime equiparado a hediondo. Embora o crime de tráfico em geral seja equiparado a crime hediondo, o §4º do art. 33, ao prever a diminuição de pena para casos privilegiados, descaracteriza a hediondez desse tipo específico de tráfico. Assim, não se aplica o regime mais gravoso dos crimes hediondos.

A alternativa D está incorreta. O reconhecimento do tráfico privilegiado normalmente conduz à aplicação de um regime inicial mais brando, como o regime aberto, especialmente quando a pena é fixada no mínimo legal e as circunstâncias são favoráveis ao réu. A imposição de regime mais gravoso ou a negativa da substituição da pena privativa de liberdade exigem fundamentação específica com base em elementos concretos, não podendo ser baseada apenas na gravidade abstrata do delito.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 41. Quanto à competência, a conexão e a continência entre infrações penais têm como efeito o *simultaneus processus* e a *prorrogatio fori*. São exceções legais e obrigatórias à regra da unidade de processo, e tal efeito cessará

a) se dois forem os réus e em relação a algum deles se verificar que era doente mental à época da infração objeto da ação penal.

b) se algum corréu estiver foragido e, ainda que citado por edital e ausente ao interrogatório, tiver constituído advogado para sua defesa.

c) no procedimento do Tribunal do Júri, se forem dois ou mais os acusados e, em razão de recusas

peremptórias, ocorrer o estouro de urna.

d) quando houver número excessivo de acusados, para não lhes prolongar a prisão provisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os efeitos da conexão e continência, em particular a possibilidade de se unificar processos quando houver infrações penais conectadas ou continentes, com o objetivo de otimizar a condução processual (*simultaneus processus*) e determinar a prorrogação da competência (*prorrogatio fori*).

A alternativa A está incorreta. O art. 79, §1º menciona que a cessação da unidade processual ocorre se a doença mental sobrevier após a infração (art. 152). Se a doença mental existir à época da infração, como mencionado na alternativa, não é razão para a cessação da unidade, mas pode afetar a imputabilidade do réu.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 79, §2º, a unidade do processo não se mantém se o co-réu foragido não puder ser julgado à revelia. No entanto, se o corréu foragido tiver advogado constituído, ele poderá ser julgado, e a unidade processual poderá ser mantida.

A alternativa C está correta. Como previsto no art. 469, §1º do CPP, no procedimento do Tribunal do Júri, se forem dois ou mais os acusados e, devido às recusas peremptórias, não for obtido o número mínimo de jurados, ocorrerá o "estouro de urna", justificando a separação dos julgamentos e cessando o efeito da unidade processual.

A alternativa D está incorreta. A separação do processo em razão do número excessivo de acusados é facultativa e prevista no art. 80 do CPP, mas não se trata de uma hipótese obrigatória para cessar a unidade processual. A separação ocorre para evitar a prolongação da prisão provisória, sendo uma medida de conveniência, e não uma obrigatoriedade legal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 42. Se considerar inadequadas as condições dispostas no acordo de não persecução penal oferecido pelo Ministério Público ao investigado, o juiz

a) determinará a manifestação do defensor do investigado.

b) devolverá os autos ao Ministério Público para reformular a proposta de acordo.

c) recusará a homologação do acordo proposto.

d) determinará a remessa dos autos ao órgão superior de revisão do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre acordo de não persecução penal.

A alternativa A está incorreta. Não é função do juiz determinar a manifestação do defensor nesse caso. Se o acordo de não persecução penal for considerado inadequado, o juiz deve seguir o procedimento estabelecido no art. 28-A, §5º do CPP, devolvendo os autos ao Ministério Público para a reformulação da proposta.

A alternativa B está correta. Conforme o art. 28-A, §5º do CPP, se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições do acordo de não persecução penal, ele deve devolver os autos ao Ministério Público para reformulação da proposta, com a concordância do investigado e de seu defensor.

A alternativa C está incorreta. A recusa à homologação só ocorre quando o acordo não atende aos requisitos legais (art. 28-A, §7º do CPP). No caso de condições inadequadas, o juiz deve, primeiramente, devolver os autos ao Ministério Público para correção.

A alternativa D está incorreta. A remessa dos autos ao órgão superior do MP não se aplica nesse contexto. Essa medida poderia ser adotada em caso de divergência entre o MP e o juiz em outras situações, mas não quando se trata da reformulação de um acordo de não persecução penal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C e D.

QUESTÃO 43. Arguida a suspeição de jurado por ocasião do sorteio e escolha do Conselho de Sentença, o presidente do Tribunal do Júri

a) rejeita-la-á de plano se, negada pelo recusado, não for imediatamente comprovada.

b) rejeita-la-á ou acolhê-la-á mediante decisão que comporta recurso em sentido estrito.

c) adiará a sessão de julgamento para a data imediata, convocando outro jurado.

d) adiará a sessão de julgamento determinando a produção de provas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre arguição de suspeição e Tribunal do Júri.

A alternativa A está correta. Conforme o art. 106 do CPP, o presidente do Tribunal do Júri deve decidir de plano sobre a suspeição arguida. Se o jurado negar a suspeição e esta não for comprovada imediatamente, a alegação será rejeitada, e isso deve constar na ata.

A alternativa B está incorreta. A decisão de rejeitar ou acolher a suspeição de um jurado é tomada de plano pelo presidente do Tribunal do Júri e não comporta recurso em sentido estrito nessa fase. Apenas algumas decisões podem ser recorridas nesse formato (art. 581 do CPP), e essa não é uma delas.

A alternativa C está incorreta. O adiamento da sessão para convocar outro jurado não é o procedimento padrão para suspeição arguida no sorteio. Se a suspeição não for comprovada de imediato, o julgamento segue com os jurados disponíveis.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão legal para o adiamento da sessão para produção de provas em casos de suspeição de jurados no sorteio do Conselho de Sentença. A decisão é sumária e imediata, conforme o art. 106 do CPP.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 44. Quanto ao interrogatório do acusado, é correto afirmar que

a) no procedimento comum, se o acusado presente, ciente da acusação, não atender à intimação para o interrogatório de mérito, o juiz poderá mandar conduzi-lo à sua presença.

b) a presença do réu solto para interrogatório em Plenário de Júri é obrigatória.

c) na fase da prolação da sentença, verificando ser o caso de proceder à *emendatio libelli*, o juiz deverá realizar novo interrogatório do acusado.

d) no rito do Júri, durante os debates, as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências ao silêncio do acusado e à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre interrogatório, *emendatio libelli* e Tribunal do Júri.

A alternativa A está incorreta. Embora o art. 260 do CPP permita a condução coercitiva em casos específicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que essa medida só é permitida em situações extremas. A condução coercitiva para o interrogatório não é regra no procedimento comum, principalmente após as decisões das ADPFs 395 e 444.

A alternativa B está incorreta. O art. 457 do CPP estabelece que o julgamento no Tribunal do Júri não será adiado pelo não comparecimento do réu solto, se ele tiver sido regularmente intimado. A presença do réu solto, portanto, não é obrigatória para o interrogatório no Plenário de Júri.

A alternativa C está incorreta. A *emendatio libelli* (art. 383 do CPP) permite que o juiz atribua uma nova definição jurídica aos fatos sem modificar a descrição contida na denúncia ou queixa. Não há necessidade de novo interrogatório do acusado nessa fase.

A alternativa D está correta. O art. 478, II do CPP proíbe expressamente que as partes façam referência ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório para prejudicar sua defesa, sob pena de nulidade do julgamento.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B e C.

QUESTÃO 45. Quanto ao dever de testemunhar sobre fato relevante para o processo, é correto afirmar que

a) a pessoa que estiver proibida de depor será dispensada do compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

b) à testemunha amiga íntima do acusado será deferido o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

c) o ascendente da vítima pode se recusar a depor, mas se não for possível, por outro modo, obter-se a prova do fato e de suas circunstâncias, deverá depor sem o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

d) a qualquer momento da colheita do depoimento de testemunha, poderá ela ser contraditada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre regras quanto ao dever de testemunhar.

A alternativa A está incorreta. O art. 207 do CPP traz quem são as pessoas proibidas de depor, contudo, não é uma proibição absoluta pois pode haver a desobrigação pela parte interessada. Já a dispensa do compromisso de depor é tratada pelo art. 208 do CPP e é direcionada a outras pessoas, não a estas proibidas de depor do art. 207.

A alternativa B está correta. A testemunha amiga íntima do acusado será deferida o compromisso de dizer a verdade. O Código de Processo Penal não prevê uma exceção específica para amigos íntimos. Assim, tal testemunha não é isenta de prestar compromisso.

A alternativa C está incorreta. Segundo o art. 206 do CPP, a previsão de recusa da obrigação de depor é em relação ao acusado e não em relação a vítima, conforme afirmou a alternativa.

A alternativa D está incorreta. A contradita (objeção à testemunha) deve ser feita no início do depoimento, conforme o art. 214 do CPP, e não a qualquer momento durante a colheita do depoimento.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C e D.

QUESTÃO 46. No que concerne à lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006), é correto afirmar que

a) o juiz poderá conceder, de ofício, medidas protetivas de urgência para resguardar a integridade física e psicológica da vítima.

b) nas Comarcas onde não houver Juízos Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a competência para a ação penal quanto a crime praticado contra mulher, em contexto de violência doméstica, para o qual a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, será do Juizado Especial Criminal.

c) as medidas protetivas de urgência concedidas devem perdurar enquanto existir situação de risco à integridade patrimonial da ofendida.

d) é vedada a aplicação da pena de prestação pecuniária e da suspensão condicional da pena ao condenado por crime praticado em contexto de violência doméstica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e mecanismos para coibir a violência doméstica.

A alternativa A está incorreta. Embora o juiz possa conceder medidas protetivas de urgência, isso não ocorre necessariamente de ofício (por iniciativa própria do juiz). Em muitos casos, é necessário que a vítima ou o Ministério Público faça o pedido. A concessão de ofício depende de situações excepcionais, como o artigo 19 que prevê a análise do risco no caso.

A alternativa B está incorreta. Os crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher não são da competência dos Juizados Especiais Criminais, independentemente da pena prevista, conforme o artigo 41 da Lei Maria da Penha, que expressamente exclui essa competência.

A alternativa C está correta. O artigo 19, § 6º da Lei Maria da Penha estabelece que as medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir o risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes. Portanto, a integridade patrimonial da vítima também é abrangida pelas medidas protetivas, desde que se verifique a existência de risco.

A alternativa D está incorreta. Não há vedação absoluta para a aplicação da pena de prestação pecuniária ou da suspensão condicional da pena. A Lei Maria da Penha veda a aplicação de penas alternativas como a transação penal e a composição civil nos Juizados Especiais, mas a prestação pecuniária e o *sursis* podem ser aplicados, dependendo do caso concreto.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 47. No que concerne à infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação no âmbito da organização criminosa (Lei nº 12.850/2013), meio de obtenção de prova, é correto afirmar que

a) é medida que será previamente comunicada ao juiz competente, que, se for o caso, estabelecerá seus limites, mas não depende de prévia autorização judicial.

b) tem caráter de subsidiariedade.

c) é medida de iniciativa exclusiva do delegado de polícia, cabível somente na fase da investigação policial.

d) o prazo legal previsto para a medida é de 6 (seis) meses improrrogáveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre meios de obtenção de prova, infiltração de agentes e organização criminosa.

A alternativa A está incorreta. A infiltração de agentes depende de prévia autorização judicial (art. 10, *caput*, da Lei 12.850/2013). A medida não pode ser realizada apenas com a comunicação posterior ao juiz. É necessário que o juiz competente autorize e estabeleça os limites da infiltração previamente, com base em um pedido formal feito pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.

A alternativa B está correta. A infiltração de agentes é considerada um meio de obtenção de prova de caráter subsidiário, ou seja, só pode ser utilizada quando outros meios de investigação mais convencionais se mostrarem ineficazes, conforme o art. 10, § 2º da Lei 12.850/2013. O objetivo é garantir que essa medida mais invasiva seja utilizada apenas em casos de extrema necessidade.

A alternativa C está incorreta. A iniciativa para a infiltração de agentes pode partir tanto do delegado de polícia quanto do Ministério Público (art. 10, *caput*). Além disso, a infiltração não se limita apenas à fase de investigação policial, podendo ser requerida também no curso do processo penal, conforme a necessidade da investigação.

A alternativa D está incorreta. A Lei 12.850/2013, em seu art. 10, § 3º, prevê que o prazo para a infiltração de agentes é de até 6 meses, podendo ser prorrogado se for necessário, desde que justificado e autorizado pelo juiz competente. Portanto, o prazo não é improrrogável.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C e D.

QUESTÃO 48. Quanto ao benefício da saída temporária, previsto na Lei de Execução Penal, é correto afirmar que

a) a autorização para saída temporária é ato que o juiz das execuções criminais pode delegar à autoridade administrativa do estabelecimento prisional.

b) ao condenado que progrediu do regime fechado para o semiaberto, para obtenção do benefício da saída temporária, não aproveita o tempo de cumprimento da pena no regime mais grave.

c) o benefício da saída temporária pode ser concedido pelo prazo não superior a 7 (sete) dias renováveis.

d) a saída temporária dos condenados que cumprem pena em regime semiaberto pode ser concedida mediante vigilância indireta.

Comentários

Questão passível de recurso pois, como não houve menção à data da prática do crime, o novo regramento mais repressivo da saída temporária não retroage, nos termos do posicionamento do STF. Assim, em nossa visão, a questão possui duas alternativas corretas, que são a **letra C** e a **letra D**. A questão trata sobre regime de cumprimento de pena, saída temporária e Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84).

A alternativa A está incorreta. A concessão da saída temporária é competência exclusiva do juiz da execução penal, conforme o art. 123 da Lei de Execução Penal. Esse ato não pode ser delegado à autoridade administrativa do estabelecimento prisional, uma vez que envolve a avaliação de requisitos objetivos e subjetivos do condenado. Nesses termos, a súmula 520 do STJ - O benefício de saída temporária no âmbito da execução penal é ato jurisdicional insuscetível de delegação à autoridade administrativa do estabelecimento prisional.

A alternativa B está incorreta. O tempo de cumprimento da pena no regime fechado pode ser considerado para o cálculo do benefício da saída temporária, desde que o condenado atenda aos requisitos objetivos e subjetivos, nos termos da súmula 40 do STJ - Para obtenção dos benefícios de saída temporária e trabalho externo, considera-se o tempo de cumprimento da pena no regime fechado.

A alternativa C está correta. Pois, a depender da data em que o crime foi praticado, e a questão não trouxe essa informação. A alternativa C pode estar correta ou incorreta. Apesar da revogação do artigo 124 da Lei de Execução Penal (LEP) pela Lei no 14.843/24, a saída temporária de presos não tem mais o prazo máximo de sete dias, renovável por até quatro vezes ao ano. Porém, por ser uma lei mais grave, não retroage para atingir fatos pretéritos. STF – 29.05.2024 - HC 240770 – Rel. Min. Andre Mendonça.

A alternativa D está correta. A saída temporária é concedida com vigilância indireta, ou seja, o condenado não é acompanhado diretamente por agentes penitenciários, mas sua conduta pode ser monitorada (art. 122, § 1º, da Lei de Execução Penal). O objetivo é proporcionar ressocialização e reintegração gradual à sociedade, com um controle que não envolva vigilância ostensiva.

Portanto, considerando as razões acima, as alternativas corretas são a **letra C** e a **letra D**, estando incorretas as alternativas A e B.

QUESTÃO 49. Sobre o instituto da delação premiada, previsto na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), para os autores dos crimes nela descritos é correto afirmar que

a) pressupõe a colaboração do autor da delação na identificação de seus comparsas.

b) os requisitos legais para obtenção do benefício decorrente da delação premiada são alternativos.

c) exige voluntariedade e espontaneidade do autor da delação.

d) exige a recuperação total ou parcial do proveito do crime.

Comentários

Em nossa visão, a questão possui duas alternativas corretas, que são a **letra A** e a **letra D**. A questão trata sobre o instituto da delação premiada no contexto da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006).

A alternativa A está correta. O art. 41 da Lei de Drogas exige que a delação envolva a colaboração do indiciado ou acusado para a identificação dos demais coautores ou partícipes do crime. Esse é um dos requisitos para que o acusado possa obter a redução de pena, que pode ser de um terço a dois terços, caso a colaboração seja eficaz.

A alternativa B está incorreta. Os requisitos para a concessão da delação premiada não são alternativos, mas cumulativos, conforme o art. 41. O acusado precisa tanto colaborar para a identificação dos comparsas quanto para a recuperação do produto do crime, total ou parcial.

A alternativa C está incorreta. Embora a colaboração precise ser voluntária, ela não exige espontaneidade, ou seja, o acusado pode colaborar mesmo após ser indiciado ou processado, desde que a colaboração seja feita de forma voluntária. O essencial é a eficácia da colaboração, conforme o art. 41 da Lei de Drogas.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 41 da Lei 11.343/2006, a colaboração do delator deve contribuir para a recuperação total ou parcial do produto do crime. Esse é outro requisito cumulativo para que a delação seja aceita e o benefício da redução de pena concedido.

Portanto, considerando as razões acima, as alternativas corretas são a **letra A** e a **letra D**, estando incorretas as alternativas B e C.

QUESTÃO 50. No que concerne à reparação dos danos gerados por ilícitos penais, assinale a alternativa correta.

a) A extinção da punibilidade do autor do delito impede a propositura da ação civil de reparação de danos contra ele.

b) A absolvição no juízo criminal impede a propositura da ação civil de reparação de danos contra o autor do crime.

c) A ação de execução *"ex delicto"*, para efeito de reparação do dano, pode ser proposta pelo ofendido, por seu representante legal ou por seus herdeiros.

d) A ação de execução *"ex delicto"* pode ser proposta contra o condenado ou contra o responsável civil pelo dano causado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre ação de execução *"ex delicto"*, extinção de punibilidade, reparação de danos e legitimados para propositura da ação.

A alternativa A está incorreta. A extinção da punibilidade do autor do delito não impede a propositura de ação civil de reparação de danos, conforme o art. 67, II do CPP. A responsabilidade civil é independente da responsabilidade penal.

A alternativa B está incorreta. A absolvição no juízo criminal não impede a ação civil, salvo nos casos de negativa de autoria ou inexistência do fato (art. 67 do CPP). Em outros casos, a responsabilidade civil pode ser discutida independentemente da decisão criminal.

A alternativa C está correta. O art. 63 do CPP permite que o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros promovam a execução da sentença penal condenatória para reparação dos danos no juízo cível.

A alternativa D está incorreta. A ação de execução "*ex delicto"* deve ser promovida diretamente contra o condenado, e não contra o responsável civil, conforme o art. 63 do CPP. A ação contra o responsável civil pode ser movida no juízo cível separadamente (art. 64 CPP).

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 51. Segundo o artigo 125 da Constituição Federal, os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos em mencionada carta constitucional. A competência dos tribunais será definida pela Constituição

a) Estadual, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do legislativo estadual.

b) Federal, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do legislativo estadual.

c) Estadual, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

d) Federal, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do legislativo estadual com participação do Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão versa sobre a competência dos Estados para organizar sua Justiça.

A CF/88 estabelece o seguinte em seu art. 125: "Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição". O §1º do mesmo dispositivo dispõe que: "A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça". Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 52. O artigo 170 da Constituição Federal prevê que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, segundo princípios expressamente indicados nessa norma. O Inciso IX dispõe sobre o princípio de que deve haver o tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. Considerando tais ditames, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Essas disposições valorizam o trabalho e proporcionam o exercício da livre concorrência e dos princípios da isonomia e da capacidade contributiva.

b) O direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, em processos de licitação instaurados pela Lei nº 14.133/2021 não comporta exceções.

c) A norma prevista no inciso IX estabelece obrigação que proporciona isonomia, não apenas para as disputas nas compras e serviços governamentais (licitações), mas também para a matéria tributária, havendo, por exemplo, regimes especiais de tributação para essas empresas.

d) O tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte visa incentivar o desenvolvimento econômico e distribuição de renda.

Comentários

Como a questão pede a incorreta, a alternativa é a **letra B.** A questão versa sobre o tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

O art. 170 CF/88 indica que: "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País". Já o art. 179 da CF/88 dispõe que: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias,

previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei". Vale destacar que essas disposições constitucionais valorizam o trabalho e proporcionam o exercício da livre concorrência e dos princípios da isonomia e da capacidade contributiva, bem como incentivam o desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Conforme o art. 4º da Lei 14.133/2021 temos o seguinte: "Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas: I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.". Com base no referido dispositivo, o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, em processos de licitação instaurados pela Lei nº 14.133/2021 comporta exceções. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 53. No que se refere aos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) Compreendem os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão, os direitos civis e políticos, cujo titular é o indivíduo. Compreendem os direitos de segunda geração (ou dimensão) os direitos sociais, culturais e econômicos, bem como os direitos coletivos ou de coletividades.

b) Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão são apenas o direito à vida e à liberdade. Os direitos de segunda geração ou dimensão são os destinados à coletividade e à fraternidade, albergando o princípio da solidariedade, como, por exemplo, o direito ao meio ambiente, à paz e ao progresso.

c) Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão são apenas o direito à vida, à liberdade e ao voto. Os direitos de segunda geração ou dimensão são os direitos à moradia digna, ao transporte de qualidade e ao trabalho.

d) Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão constituem apenas o direito à vida e à liberdade. Os direitos de segunda geração ou dimensão são os direitos relacionados ao bem-estar social.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

No entanto, a questão é passível de recurso, já que não possui resposta correta. A Primeira Dimensão tem relação com o processo histórico ocorrido no final do século XVIII, momento em que aconteceram as Revoluções Francesa e Americana. A atuação do Estado em relação ao indivíduo acaba por ser limitada por meio desses direitos. Temos as liberdades negativas, o valor-fonte é a liberdade. Há uma imposição para o Estado atuar menos. Direitos protegidos: direitos civis e políticos. Ex: propriedade, privacidade, vida, liberdade, voto, se candidatar. A Segunda Dimensão possui relação com o processo histórico após a 2ª Guerra Mundial. Temos prestações que o Estado deve realizar a favor dos indivíduos. Aqui, temos as liberdades positivas. O valor-fonte é a igualdade. Direitos protegidos: direitos culturais, direitos sociais e direitos econômicos. Ex: moradia digna, ao transporte de qualidade e ao trabalho. A

Terceira Dimensão tem relação com a proteção de interesses que ultrapassam a órbita do indivíduo. São os direitos transindividuais ou supraindividuais difusos e coletivos. O valor-fonte é a solidariedade, a fraternidade. Direitos protegidos: coletivos e difusos. Ex: direito do consumidor, meio-ambiente ecologicamente equilibrado e o direito ao desenvolvimento. A questão é passível de recurso, porque não existe alternativa correta. No tocante à letra A, os direitos coletivos são de terceira dimensão, não de segunda, já que se considerarmos os direitos coletivos lato sensu, temos também os direitos difusos.

QUESTÃO 54. Nos termos do artigo 22 da Constituição Federal, que diz respeito à competência privativa da União para legislar, assinale a alternativa correta.

a) Compete privativamente à União legislar, dentre outros, sobre procedimentos em matéria de procedimento processual, juntas comerciais, produção e consumo, florestas, caça, pesca, fauna, responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

b) Compete privativamente à União legislar, dentre outros, sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, juntas comerciais, produção e consumo, florestas.

c) Compete privativamente à União legislar, entre outros, sobre previdência social, proteção e defesa da saúde, proteção à infância e juventude, organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

d) Compete privativamente à União legislar, dentre outros, sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho, desapropriação, águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão, serviço postal, jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, nacionalidade, cidadania e naturalização, organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão versa sobre a competência privativa da União para legislar.

Temos as competências exclusivas (art. 21) e privativas (art. 22) da União. As exclusivas são indelegáveis e administrativas, ou seja, ligadas a execução das atividades pelo Poder Público. As privativas são delegáveis (o dispositivo traz expressamente a permissão para a delegação) e legislativas. Também vale destacar a competência concorrente, que foi conferida, pelo texto constitucional, à União, aos Estados e ao Distrito Federal. Contudo foi estabelecida uma prevalência da União, que é responsável pela edição das normas gerais (matérias do art. 24). Já aos Estados e Distrito Federal caberá suplementar essas leis.

A alternativa A está incorreta. A competência não é privativa da União para legislar. De acordo com o art. 24 da CF/88, "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: III - juntas comerciais; V - produção e consumo; VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; XI - procedimentos em matéria processual".

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 24 da CF/88, "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; III - juntas comerciais; V - produção e consumo; VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição".

A alternativa C está incorreta. Segundo o art. 24 da CF/88, "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; XV - proteção à infância e à juventude; XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 22 da CF/88, "compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; II - desapropriação; IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão; V - serviço postal; XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia; XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização; XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões".

QUESTÃO 55. Nos termos do artigo 102 da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição Federal, e é correto dizer que lhe cabe julgar em recurso ordinário

a) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, qualquer que tenha sido a solução anterior.

b) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão; e, o crime político.

c) as causas cuja decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição; e, declarar inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda a competência do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está incorreta. A parte "qualquer que tenha sido a solução anterior" está errada, porque é apenas se denegatória a decisão. Segundo o art. 102 da CF/88: Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: II - julgar, em recurso ordinário: a) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 102 da CF/88: "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: II - julgar, em recurso ordinário: a) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão; b) o crime político".

A alternativa C está incorreta. A hipótese é de recurso extraordinário. Segundo o art. 102 da CF/88: "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

A alternativa D está incorreta. A hipótese é de recurso extraordinário. Com base no art. 102 da CF/88: "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

QUESTÃO 56. Assinale a alternativa que melhor esclarece o que vem a ser o princípio do não retrocesso social.

a) Obtido certo grau de realização, não é possível efetivar ato que modifique o benefício alcançado, salvo se houver autorização legislativa.

b) Alcançado determinado grau de realização, pode haver a modificação ou redução, desde que seja autorizado por ato normativo (em sentido amplo) após ampla discussão pelos canais competentes sobre o tema.

c) Obtido um certo grau de realização, passa a constituir, simultaneamente, uma garantia institucional e um direito subjetivo, não havendo possibilidade de reversibilidade dos direitos adquiridos, a não ser que haja esquemas alternativos ou compensatórios.

d) Atingido determinado grau de realização, não é possível efetivar nenhum ato que aniquile ou modifique um benefício alcançado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão versa sobre o princípio do não retrocesso social.

A vedação ao retrocesso significa que, uma vez concretizado um direito social, este não pode ser suprimido, ou seja, as conquistas sociais obtidas ficam impedidas de serem desconstituídas. Na visão do jurista J.J Canotilho, ao ser conquistado, o direito social passa "a constituir, simultaneamente, uma garantia institucional e um direito subjetivo". Não havendo possibilidade de reversibilidade dos direitos adquiridos, a não ser que haja esquemas alternativos ou compensatórios.

Além de exigir que a política pública esteja em harmonia com os direitos sociais adquiridos, este princípio (denominado pela doutrina francesa de effet cliquet) busca impedir a revogação da norma infraconstitucional que materializou um direito social previsto na CRFB/88. No campo jurisprudencial, o Supremo entende que é dita como inconstitucional a atuação do Estado (seja legislativa ou não) que viole o núcleo essencial do direito social adquirido. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 57. O E. STF editou a Súmula Vinculante nº 13, que possui o seguinte conteúdo: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade, nome- ante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal".

Pode-se dizer que essa Súmula tem como fundamento o art. 37 da Constituição Federal, que prevê expressamente que são princípios da administração pública direta e indireta:

a) legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, prevalência dos interesses gerais.

b) legalidade, impessoalidade, eficiência, direção/controle e motivação.

c) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

d) legalidade, impessoalidade, previsibilidade, razoabilidade e segurança jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão versa sobre o nepotismo e os princípios da administração pública direta e indireta.

A Súmula Vinculante nº 13 prevê o Nepotismo, que é uma prática nefasta que ocorre no âmbito da Administração Pública quando um agente usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes. A jurisprudência do Supremo Tribunal firmou entendimento de que a vedação ao nepotismo independe de uma previsão em lei formal, pois é uma prática inconstitucional que ofende aos princípios da administração pública.

Nos termos do art. 37 da CF/88: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)". Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 58. Quanto ao controle concentrado de inconstitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O controle concentrado não pode ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal contra leis municipais, súmulas vinculantes, decisões judiciais, leis revogadas, leis editadas antes da CF/88 ou contra normas originárias da Constituição.

b) O controle concentrado pode ser exercido pelos órgãos fracionários do Tribunal de Justiça em segundo grau de jurisdição.

c) O controle concentrado pode ser exercido por meio de quatro mecanismos: ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental, ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

d) O controle concentrado pode ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Órgão Especial dos Tribunais Estaduais, quando houver.

Comentários

Como a questão pede a incorreta, alternativa é a **letra A.** A questão aborda o controle concentrado de inconstitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. A ADPF pode ter como objeto as leis e atos normativos municipais, decisões judiciais, leis já revogadas, direito pré-constitucional. A referida ação está prevista no art. 102, §1º da CRFB/88 e na Lei 9.882/99. Importante salientar que as súmulas não podem ser objeto de controle concentrado, porque tais enunciados são a síntese de orientações reiteradamente assentadas pela Corte, cuja revisão deve ocorrer de forma gradual pelo próprio STF. Sobre as normas constitucionais originárias, o STF entende que as normas inseridas originalmente no texto da constituição gozam de uma chamada "presunção absoluta de Constitucionalidade". A consequência é que elas não podem ser objeto de controle de constitucionalidade.

A alternativa B está correta. Conforme o §2º do art. 125 da CF/88, § 2º: "Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão".

A alternativa C está correta. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) tem como objeto a aferição da validade de lei ou ato normativo federal ou estadual editados posteriormente à promulgação da Constituição Federal (art. 102, I, alínea "a" da CF/88 e Lei 9.868/99). Já a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), conforme o mesmo dispositivo, tem como objeto apenas as leis e atos normativos federais apenas. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) tem por objeto a omissão inconstitucional, caracterizada pela inobservância da Carta Magna devido à inércia do poder constituído competente para promover sua implementação. A omissão deverá relacionar-se a normas constitucionais de eficácia limitada de caráter mandatório, cuja aplicabilidade requer uma ação do Poder Público. A ADPF surgiu para suprir uma lacuna do controle concentrado de constitucionalidade. É que, até a sua criação, não era possível que o STF efetuasse o controle de constitucionalidade das leis e atos normativos municipais, dos atos administrativos e do direito pré-constitucional. Está prevista no art. 102, §1º da CRFB/88 e na Lei 9.882/99.

A alternativa D está correta. O controle concentrado pode ser feito pelo STF que guarda a Constituição Federal e os Tribunais de Justiça Estaduais que guardam as Constituições Estaduais.

QUESTÃO 59. De acordo com o artigo 226, § 7º, da Constituição Federal, o planejamento familiar é fundado no princípio da

a) liberdade individual, em prol dos genitores, e o casal pode escolher quaisquer meios científicos existentes para que haja a concretização da procriação, incumbindo ao Estado arcar com todos os custos.

b) liberdade humana e da autodeterminação dos genitores que podem, por isso, deixar de exercer o direito à paternidade/maternidade responsável com fundamento em decisões individuais, independentemente de quaisquer outras providências.

c) liberdade individual, em prol dos genitores, tendo o casal livre escolha para optar por quaisquer meios para procriação, incumbindo ao Estado obrigatoriamente arcar com determinada proporção dos custos respectivos.

d) dignidade da pessoa humana e da paternidade/maternidade responsável e é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão versa sobre o planejamento familiar.

A nossa CF/88 aborda a temática no título da ordem social, especialmente no capítulo sobre a família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.

De acordo com o art. 226, §7º da CRFB/88, temos que: "Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas". Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 60. Segundo o artigo 205 da Constituição Federal, "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". O STF, em 23 de junho de 2009, ao julgar o RE 594.018-AgR, sendo Relator o Ministro Eros Grau, decidiu que "a educação é um direito fundamental e indisponível dos indivíduos. É dever do Estado propiciar meios que viabilizem o seu exercício. Dever a ele imposto pelo preceito veiculado pelo artigo 205 da Constituição do Brasil. A omissão da administração importa afronta à Constituição". No mesmo sentido, decidiu o STF no AI 659.491-AgR., Rel. Min. Dias Toffoli, julgamento em 20 de março de 2012 (DJe 7.05.2012). Nesta ordem de ideias, na ADPF 484, julgada em 04.06.2020, DJE, de 10.11.2020, de que foi Relator o Ministro Luiz Fux:

a) decidiu-se pela proibição de bloqueio, penhora ou sequestro de verbas públicas destinadas à merenda, ao transporte de alunos e à manutenção das escolas públicas, para fins de quitação de débitos trabalhistas.

b) decidiu-se pela possibilidade de bloqueio, penhora ou sequestro de verbas públicas destinadas à merenda, ao transporte de alunos e à manutenção das escolas públicas, para fins de quitação de débitos trabalhistas.

c) decidiu-se pela possibilidade de bloqueio, penhora ou sequestro de verbas públicas destinadas apenas à manutenção das escolas públicas, para fins de quitação de débitos trabalhistas.

d) decidiu-se pela possibilidade de bloqueio, penhora ou sequestro de verbas públicas destinadas apenas à merenda e ao transporte de alunos, para fins de quitação de débitos trabalhistas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão versa sobre o entendimento fixado pelo STF na ADPF 484.

Algumas decisões da Justiça do Trabalho determinaram o bloqueio de verbas do Estado do Amapá destinadas às Caixas Escolares para custeio de merenda escolar, transporte de alunos e manutenção das escolas públicas estaduais. Com isso, o governo do Amapá ajuizou ADPF com objetivo de obter a declaração de inconstitucionalidade das decisões judiciais.

Os Ministros entenderam que as decisões violam o artigo 167 da CF/88: "São vedados: IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo".

A ADPF 484 foi julgada parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade de quaisquer medidas de constrição judicial proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, em desfavor do Estado do Amapá, das Caixas Escolares ou das Unidades Descentralizadas de Execução da Educação – UDEs, que recaiam sobre verbas destinadas à educação, confirmando os termos da medida cautelar anteriormente concedida, bem como para afastar a submissão ao regime de precatório das Caixas Escolares ou Unidades Descentralizadas de Educação, em razão da sua natureza jurídica de direito privado, de não integrar a Administração Pública, de não compor o orçamento público e da ratio que inspira a gestão descentralizada da coisa pública. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 61. Nos termos do direito brasileiro, são impedidos de votar os

a) analfabetos.

b) que prestam serviço militar obrigatório.

c) maiores de 70 anos.

d) cidadãos naturalizados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do direito ao voto.

A alternativa A está incorreta, pois o voto dos analfabetos é facultativo, conforme dispõe o art. 14, §1º II a CF.

A alternativa B está correta, pois são impedidos de votar os que prestam serviço militar obrigatório, denominados "conscritos", nos termos do art. 14, §2º da Constituição:" § 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos."

A alternativa C está incorreta, pois o direito a voto dos maiores de 70 anos é facultativo, conforme art. 14, §1º, II b CF; "§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são: I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos; II - facultativos para: a) os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos."

A Alternativa D está incorreta, pois cidadãos naturalizados podem votar (somente estrangeiros não podem votar, e somente a CF faz distinção entre brasileiro nato e naturalizado, e não exige ser nato para votar). O art. 44, V do Código Eleitoral assim dispõe sobre os documentos exigidos: V – documento do qual se infira a nacionalidade brasileira, *originária ou adquirida*, do requerente.

QUESTÃO 62. A inelegibilidade decorrente de condenação criminal por decisão judicial transitada em julgado, prevista no artigo 1o, inciso I, letra "e", da Lei Complementar no 64/90

a) tem prazo de 8 (oito) anos a partir do trânsito em julgado da condenação.

b) aplica-se apenas em caso de condenação a pena privativa de liberdade.

c) é afastada pelo reconhecimento da prescrição da pretensão executória pela Justiça Comum.

d) não se aplica aos crimes definidos em lei como de menor potencial ofensivo.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de inelegibilidade.

A alternativa A está incorreta, pois tem prazo de 8 (oito) anos a partir do cumprimento da pena, conforme dispõe a Lei Complementar 64/90 em seu Art, 1, inciso I, letra e: "os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes".

A alternativa B está incorreta, pois não há a limitação na lei para o tipo de pena aplicada.

A Alternativa C está incorreta, pois contrária à Sum. 59 TSE, que dispõe: "O reconhecimento da prescrição da pretensão executória pela Justiça Comum não afasta a inelegibilidade prevista no art. 1º, I, *e*, da LC nº 64/1990, porquanto não extingue os efeitos secundários da condenação."

A alternativa D está correta, pois de fato não se aplica aos crimes definidos em lei como de menor potencial ofensivo, é a previsão do §4º do art. 1º da LC 64/90: "§ 4o A inelegibilidade prevista na alínea e do inciso I deste artigo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada."

QUESTÃO 63. Com relação à propaganda eleitoral antecipada, é correto afirmar:

a) pré-candidato é legitimado ativo para o ajuizamento de representação por propaganda eleitoral antecipada.

b) a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais, sem pedido explícito de voto, configura propaganda eleitoral antecipada.

c) partido integrante de Federação de partidos políticos é parte ilegítima para demandar isoladamente em representação por propaganda eleitoral antecipada.

d) a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais, sem pedido explícito de voto e com pedido de apoio político, configura propaganda eleitoral antecipada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre propaganda eleitoral

A alternativa A está incorreta, pois o pré-candidato não está no rol de legitimados do art. 96 da Lei 9504.

A alternativa B está incorreta, pois não se constitui como propaganda eleitoral, de acordo com o art. 36-A, V da Lei 9504: "V - a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais;"

A alternativa C está correta, conforme jurisprudência do TSE, de 16/5/2024, na Rp n. 060058528 e, de 30/9/2022, na Rpn. 060055068. O TSE dispõe que: "ilegitimidade ativa de partido político que integra federação partidária para, isoladamente, atuar em representação;".

A alternativa D está incorreta, pois a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais, sem pedido explícito de voto e com pedido de apoio político, não configura propaganda eleitoral antecipada, conforme art. 36-A, V e §2º da Lei 9504: "§ 2º Nas hipóteses dos incisos I a VI do caput, são permitidos o pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver."

QUESTÃO 64. Com relação ao crime de violência política de gênero, previsto no artigo 326-B do Código Eleitoral (Lei no 4.737/65), é correto afirmar:

a) admite prisão preventiva em todas as suas formas.

b) sua consumação depende da produção do resultado naturalístico da conduta, no sentido de efetivamente impedir ou dificultar o desempenho do mandato eletivo.

c) vítima pode ser a mulher suplente de parlamentar.

d) não admite Acordo de Não Persecução Penal e Transação Penal em todas as suas formas.

Comentários

Em nossa visão, a questão não possui nenhuma alternativa correta, por tanto, é uma questão cabível de recurso. Veja os fundamentos abaixo:

A alternativa A está incorreta, pois não admite prisão preventiva em todas as suas formas. A pena máxima é 4 anos e conforme art. 313 do CPP, não havendo hipóteses dos incisos II e III, não caberia prisão preventiva na sua forma simples.

A alternativa B está incorreta, pois se trata de crime formal, ou seja, a sua consumação NÃO depende da produção do resultado naturalístico da conduta, no sentido de efetivamente impedir ou dificultar o desempenho do mandato eletivo.

A alternativa C está incorreta, pois a vítima não pode ser a mulher suplente de parlamentar, já que o tipo se aplica a candidatas ou mandatárias: "Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, **candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo**, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo."

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o art 28-A do Código de Processo Penal seria possível, em tese, o oferecimento do Acordo de Não persecução Penal, considerando- se que a pena mínima de 1 (um) ano atende aos requisitos objetivos do ANPP, conforme disposto " Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente".

QUESTÃO 65. No que concerne à inelegibilidade reflexa, prevista no § 7o do artigo 14 da Constituição Federal, é correto afirmar:

a) Atinge inclusive o titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

b) Não é afastada pela dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal no curso do mandato.

c) Não é afastada com a extinção do vínculo conjugal pela morte de um dos cônjuges.

d) Não é aplicável às eleições suplementares.

Comentários

Alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre a inelegibilidade reflexa.

A alternativa A está incorreta, pois não se aplica nas hipóteses de reeleição do já detentor de cargo, conforme dispõe o art. 14 § 7°: "São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição."

A alternativa B está correta, pois está de acordo à súmula vinculante 18 do STF: "A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do art. 14 da Constituição Federal"

A alternativa C está incorreta, conforme já decidido no AgR-REspe nº 17720 e, de 28.3.2017, no REspe nº 12162: a morte do cônjuge, no curso do mandato eletivo, rompe o vínculo familiar para fins deste parágrafo e do § 7º deste artigo, sendo inaplicável a SV.-STF nº 18/2009)

A alternativa D está incorreta, conforme decisão no Ac.-TSE, de 25.6.2014, no AgR-REspe nº 5676 e, de 11.11.2010, no REspe nº 303157: incidência deste parágrafo, sem mitigação, sobre a condição de todos os postulantes aos cargos postos em disputa, mesmo em se tratando de eleição suplementar.

QUESTÃO 66. A respeito de estabelecimento empresarial (comercial) e ponto, é correto afirmar:

a) o trespasse não se confunde com a alienação de quotas ou ações da sociedade empresária, mas se dá com a transferência do complexo de bens corpóreos ou incorpóreos, materiais ou imateriais, destinados ao desenvolvimento da atividade empresarial, incluindo-se as marcas, as patentes e o ponto empresarial (comercial).

b) o estabelecimento, físico ou virtual, é o local onde se exerce a atividade empresarial e pode ser objeto de cessão ou trepasse.

c) no trespasse, o alienante pode se restabelecer na mesma atividade e fazer concorrência ao adquirente, salvo cláusula em contrário.

d) a ação renovatória de locação destina-se à proteção do ponto empresarial e pode ser proposta pelo locatário- empresário que exerça atividade no mesmo local por pelo menos cinco anos, mediante contrato de locação escrito, por prazo determinado ou indeterminado, admitindo-se a soma de prazos menores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata do contrato de trespasse.

A alternativa A está correta, corresponde ao conceito de trespasse do estabelecimento comercial;

A alternativa B está incorreta, o estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, de acordo com Código Civil: "Art. 1.142. § 1º O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual;".

A alternativa C está incorreta, já que se encontra em desconformidade com o previsto no Código Civil: "Art. 1.147. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subseqüentes à transferência".

A alternativa D está incorreta, o contrato precisa ser com prazo determinado, conforme art.51 da Lei de Locações: "Art. 51. Nas locações de imóveis destinados ao comércio, o locatário terá direito a renovação do contrato, por igual prazo, desde que, cumulativamente: I - o contrato a renovar tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; II - o prazo mínimo do contrato a renovar ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de cinco anos; III - o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos."

QUESTÃO 67. João, Pedro e Maria celebram um contrato social de uma sociedade empresária limitada, mas não o levam a registro na Junta Comercial. Mesmo assim, em nome da sociedade, são realizadas compras. Após dois meses, levam o contrato social a registro. A sociedade torna-se insolvente e inadimplente. Diante do caso, assinale a alternativa correta.

a) Por obrigações anteriores ou posteriores ao registro, os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, e não apenas pelo valor das quotas subscritas.

b) Os sócios com poderes de administração respondem por todas as dívidas, tendo em vista a teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

c) Os credores de obrigações contraídas antes do registro podem alcançar o patrimônio pessoal dos sócios, não havendo bens sociais a penhorar.

d) Desde que demonstrado o mau uso da sociedade, abuso de direito, infração à lei ou ao contrato social ou confusão patrimonial, e observado o incidente processual correspondente, os credores podem alcançar o patrimônio dos sócios pelas obrigações contraídas antes do registro do contrato social, pelas regras da sociedade em comum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata do tema responsabilidade dos sócios.

A Alternativa A está incorreta, pois os sócios respondem pelas obrigações de acordo com o valor das quotas subscritas, conforme dispõe o Art. 1.052 do Código Civil: "Na sociedade limitada, a

responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social." Não há distinção da responsabilidade em relação ao marco temporal das obrigações, sejam estas anteriores ou posteriores ao registro.

A alternativa B está incorreta, pois não se trata de caso de aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, já que não estão presentes os elementos do art. 50 do Código Civil: "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso."

A alternativa C está correta, de acordo com o art. 990 do Código Civil que assim dispõe: "Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade."

A alternativa D está incorreta, pois extrapola as hipóteses previstas em lei para a desconsideração da personalidade jurídica. O art. 50 do Código Civil dispõe: "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo **desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial**, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso."

QUESTÃO 68. A respeito das sociedades anônimas, que têm órgãos societários previstos na lei e no estatuto social, assinale a alternativa correta.

a) O Presidente da companhia deve ser eleito pela Assembleia Geral dentre os membros do Conselho de Administração, para um mandato de até três anos, permitida a recondução.

b) o Conselho de Administração é órgão deliberativo e fiscalizador, obrigatório para companhias abertas, de capital autorizado e de economia mista.

c) o Conselho de Administração deve respeitar, em suas deliberações, o que foi decidido pelos Diretores reunidos, nas companhias abertas e de economia mista.

d) a Assembleia Geral é órgão de existência obrigatória nas companhias e a ela devem comparecer os acionistas titulares de ações ordinárias, vedado o comparecimento de acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata de assembleia geral.

A alternativa A está incorreta, de acordo com o Art. 140. "O conselho de administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela assembléia-geral e por ela destituíveis a qualquer tempo;"

A alternativa B está correta, conforme o art. 138 § 2° e 239 da Lei n 6.404/76 dispõe: "§ 2º As companhias abertas e as de capital autorizado terão, obrigatoriamente, conselho de administração."

A alternativa C está incorreta, de acordo com o § 1° "O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da companhia privativa dos diretores".

A alternativa D está incorreta, pois o art 16, inciso III "garante aos titulares de ações ordinárias o direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos."

QUESTÃO 69. Quanto ao Contrato de Franquia, assinale a alternativa correta.

a) Terminado o prazo determinado previsto no contrato, o franqueador pode dar por extinto o contrato, independentemente de prévia notificação, salvo se a ele der continuidade, caso em que se renovará por igual período.

b) É um contrato empresarial de colaboração, sem caracterizar relação de consumo, no qual o franqueado tem o direito de distribuição exclusiva ou não exclusiva de produtos ou serviços, dentre outras cláusulas.

c) A prévia entrega da Circular de Oferta de Franquia – COF pelo franqueador, ao franqueado, é facultativa.

d) O franqueador deverá ser sociedade empresária ou empresário individual, vedada sua adoção por empresa estatal ou por entidade sem fins lucrativos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o contrato de franquia

A alternativa A está incorreta, pois está em desacordo com o art 2°, inciso XXII da Lei 13.966/19, que requer a especificação precisa do prazo contratual e das condições de renovação, se houver, veja: "XXII - especificação precisa do prazo contratual e das condições de renovação, se houver;"

A alternativa B está correta, de acordo com o art. 1° da Lei n° 13.966/19 que define o contrato de franquia, veja: "Art. 1º Esta Lei disciplina o sistema de franquia empresarial, pelo qual um franqueador autoriza por meio de contrato um franqueado a usar marcas e outros objetos de propriedade intelectual, sempre associados ao direito de produção ou distribuição exclusiva ou não exclusiva de produtos ou serviços e também ao direito de uso de métodos e sistemas de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvido ou detido pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem caracterizar relação de consumo ou vínculo empregatício em relação ao franqueado ou a seus empregados, ainda que durante o período de treinamento."

A alternativa C está incorreta, pois está em desacordo com o art. 2º da 13.966/19: "Para a implantação da franquia, o franqueador deverá fornecer ao interessado Circular de Oferta de Franquia, escrita em língua portuguesa, de forma objetiva e acessível, contendo obrigatoriamente: I - histórico resumido do negócio franqueado; II - qualificação completa do franqueador e das empresas a que esteja ligado,

identificando-as com os respectivos números de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);"

A alternativa D está incorreta, pois conforme dispõe o § 2º da Lei 13.966/19: "A franquia pode ser adotada por empresa privada, empresa estatal ou entidade sem fins lucrativos, independentemente do segmento em que desenvolva as atividades."

QUESTÃO 70. A Lei de Propriedade Industrial – LPI traz normas referentes a marcas, patentes, modelo de utilidade e desenho industrial. Quanto às marcas, é correto afirmar:

a) as marcas tridimensionais, assim registradas, têm proteção pelo prazo máximo de dez anos, vedada a renovação, ainda que também tuteladas pelo direito autoral.

b) as marcas fracas ou evocativas devem ser respeitadas com exclusividade, desde que registradas, vedada a utilização por terceiros, mesmo que estejam de boa-fé.

c) as marcas notoriamente conhecidas, desde que assim registradas ou depositadas no Brasil, conferem proteção ao ramo de atividade de seu titular e às classes próximas, em exceção ao princípio atributivo de direito.

d) o princípio da especificidade ou da especialidade protege a marca e os consumidores, para que não haja confusão entre os produtos e os serviços oferecidos ao mercado, e não se aplica às marcas de alto renome, que, uma vez assim registradas no Brasil, conferem proteção em todos os ramos de atividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata do tema marcas.

A alternativa A está incorreta, pois a lei permite a renovação da marca, conforme a LPI: "O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos. § 1º O pedido de prorrogação deverá ser formulado durante o último ano de vigência do registro, instruído com o comprovante do pagamento da respectiva retribuição. § 2º Se o pedido de prorrogação não tiver sido efetuado até o termo final da vigência do registro, o titular poderá fazê-lo nos 6 (seis) meses subsequentes, mediante o pagamento de retribuição adicional."

A alternativa B está incorreta, já que as marcas fracas ou evocativas não contam com esta proteção, pois não são registráveis: "Art. 122. São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais. Art. 123. Para os efeitos desta Lei, considera-se: I - marca de produto ou serviço: aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa; II - marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada; e III - marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.

A alternativa C está incorreta, já que a proteção das marcas notoriamente reconhecidas se dá em todos os ramos e atividades

A alternativa D está correta,, pois se encontra de acordo com o art.125 da Lei n° 9.279/96: "Art. 125. À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade."

QUESTÃO 71. Dispõe o artigo 887 do Código Civil: "O título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei". É correto afirmar:

a) a duplicata é considerada título de crédito causal,pois apenas pode ser sacada com base em contrato de compra e venda mercantil ou de prestação de serviço, e é de aceite obrigatório pelo sacado, desde que o saque seja regular.

b) pelo princípio da cartularidade, não é possível a emissão ou a circulação de títulos virtuais.

c) o emitente de uma nota promissória pode opor ao endossatário de boa-fé as exceções pessoais que tenha contra o sacado-endossante.

d) são espécies de endosso impróprio o endosso-translativo e o endosso mandato, e ambos transferem a titularidade do crédito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre o endosso.

A alternativa A está correta, pois corresponde ao art 2° da Lei n° 5.474/68: "Art . 2º No ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador. § 1º A duplicata conterá: I - a denominação "duplicata", a data de sua emissão e o número de ordem; II - o número da fatura; III - a data certa do vencimento ou a declaração de ser a duplicata à vista; IV - o nome e domicílio do vendedor e do comprador; V - a importância a pagar, em algarismos e por extenso; VI - a praça de pagamento; VII - a cláusula à ordem; VIII - a declaração do reconhecimento de sua exatidão e da obrigação de pagá-la, a ser assinada pelo comprador, como aceite, cambial; IX - a assinatura do emitente. § 2º Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura".

A alternativa B está incorreta, pois é possível a emissão de títulos virtuais, conforme art 3° da Lei n°13.775/2018 "Art. 3º A emissão de duplicata sob a forma escritural farse-á mediante lançamento em sistema eletrônico de escrituração gerido por quaisquer das entidades que exerçam a atividade de escrituração de duplicatas escriturais."

A alternativa C está incorreta, pois não poderá opor as exceções pessoais: "Art. 917. A cláusula constitutiva de mandato, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes

ao título, salvo restrição expressamente estatuída. § 3º Pode o devedor opor ao endossatário de endosso-mandato somente as exceções que tiver contra o endossante".

A alternativa D está incorreta, pois o endosso mandato não transfere a titularidade, veja: "Art. 917. A cláusula constitutiva de mandato, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título, salvo restrição expressamente estatuída. § 1º O endossatário de endosso-mandato só pode endossar novamente o título na qualidade de procurador, com os mesmos poderes que recebeu".

QUESTÃO 72. Na Recuperação Judicial, é correto afirmar:

a) deferida a recuperação judicial ao emitente de uma nota promissória, suspende-se a execução antes ajuizada em face de seu avalista.

b) o prazo de suspensão das execuções (stay period) deve ser contado em dias úteis, a partir da decisão que defere o processamento da recuperação judicial, mesmo após a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

c) rejeitado pelos credores, em assembleia-geral, o plano de recuperação judicial, estes poderão apresentar plano alternativo, respeitando-se, assim, o princípio da conservação da empresa.

d) crédito trabalhista referente a trabalho prestado antes do pedido de recuperação judicial, mas cuja sentença condenatória tenha sido proferida após, não se sujeita à recuperação judicial, por falta de liquidez.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata de recuperação judicial.

A alternativa A está incorreta, pois não há suspensão da execução da nota promissória, haja vista a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que fixou a seguinte tese no Tema Repetitivo n° 885 "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções, nem tampouco induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos artigos 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o artigo 59, caput, por força do que dispõe o artigo 49, parágrafo 1º, todos da Lei 11.101/2005";

A alternativa B está incorreta, pois o prazo do stay period é contado em dias corridos, por força do princípio da celeridade, o § 4º dispõe que "Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal."

A alternativa C está correta, pois de acordo com o art. 6° §4-A da lei n° 11.101/05: "§ 4º-A. O decurso do prazo previsto no § 4º deste artigo sem a deliberação a respeito do plano de recuperação judicial proposto pelo devedor faculta aos credores a propositura de plano alternativo, na forma dos §§ 4º, 5º, 6º e 7º do art. 56 desta Lei, observado o seguinte: I - as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo não serão aplicáveis caso os credores não apresentem plano alternativo no prazo de 30 (trinta) dias, contado do final do prazo referido no § 4º deste artigo ou no § 4º do art. 56 desta Lei; II - as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão por 180 (cento e oitenta) dias contados do final do prazo referido no § 4º deste artigo, ou da realização da assembleia-geral de credores referida no § 4º do art. 56 desta Lei, caso os credores apresentem plano alternativo no prazo referido no inciso I deste parágrafo ou no prazo referido no § 4º do art. 56 desta Lei.

A alternativa D está incorreta, pois o crédito trabalhista se sujeita à recuperação judicial, por expressa disposição legal: "IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados".

QUESTÃO 73. O nosso direito positivo vem buscando a modernização do ambiente de negócios brasileiro e o incentivo ao empreendedorismo inovador como vetor de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Nessa linha, quanto ao regime jurídico das *startups*, assinale a alternativa correta.

a) É lícito que o investimento realizado na *startup* seja instrumentalizado pela emissão de debêntures conversíveis em ações ou por contrato de mútuo conversível em participação societária.

b) A disciplina é dada, sobretudo, pela lei denominada "Marco Legal das *startups*", que exige a adoção da

forma de uma sociedade limitada, ainda que unipessoal, para que possa gozar dos benefícios legais.

c) O investidor em uma *startup* poderá ou não fazer parte de seu quadro social, mas terá responsabilidade, ainda que limitada, sobre as perdas perante terceiros.

d) A lei prevê a figura do "investidor anjo", que será um sócio de responsabilidade limitada e sem poderes de administração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de startups.

A alternativa A está correta, pois corresponde literalmente ao art. 5° § 1°, I e III da LC 182/21: "Art. 5º As startups poderão admitir aporte de capital por pessoa física ou jurídica, que poderá resultar ou não em participação no capital social da startup, a depender da modalidade de investimento escolhida pelas partes.§ 1º Não será considerado como integrante do capital social da empresa o aporte realizado na

startup por meio dos seguintes instrumentos: I - contrato de opção de subscrição de ações ou de quotas celebrado entre o investidor e a empresa; III - debênture conversível emitida pela empresa nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;".

A alternativa B está incorreta, pois a lei admite outros tipos de sociedade, veja: "§ 1º Para fins de aplicação desta Lei Complementar, são elegíveis para o enquadramento na modalidade de tratamento especial destinada ao fomento de startup o empresário individual, a empresa individual de responsabilidade limitada, as sociedades empresárias, as sociedades cooperativas e as sociedades simples".

A alternativa C está incorreta, pois no caso do investidor anjo não incide a responsabilidade, veja: "Art 2°, inciso I - investidor-anjo: investidor que não é considerado sócio nem tem qualquer direito a gerência ou a voto na administração da empresa, não responde por qualquer obrigação da empresa e é remunerado por seus aportes;"

A alternativa D está incorreta, pois o investidor anjo não responde pelas obrigações da empresa, conforme prevê o Art. 2º: " Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se: I - investidor-anjo: investidor que não é considerado sócio nem tem qualquer direito a gerência ou a voto na administração da empresa, não responde por qualquer obrigação da empresa e é remunerado por seus aportes;".

QUESTÃO 74. Em edital publicado pelo Estado não constou a cláusula padrão de exigência de uma taxa prevista em lei. Porém, no cabeçalho de abertura do edital constou a observância da referida lei, dentre outras legislações. A parte interessada questionou tal situação, alegando que a ausência da cláusula padrão que previa o pagamento da taxa importava em ilegal renúncia de receita, já que o tributo não seria exigido. Essa alegação

a) procede, porque a ausência de previsão expressa no edital tornou incerta a exigência da taxa, violando o princípio da segurança jurídica.

b) não procede, porque somente a lei pode isentar tributo, e a lei que previa o recolhimento da taxa constou do cabeçalho do edital, o que torna certa a incidência da taxa.

c) procede, porque a renúncia de receita deve ser prevista em lei, descabendo a renúncia tácita pela autoridade tributante, sob pena de responder por crime de responsabilidade.

d) procede, porque sem a cláusula específica houve renúncia de receita de forma implícita.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão aborda o tema taxa.

A alternativa A está incorreta pois a exigência da taxa está garantida pela lei mencionada no cabeçalho do edital, independentemente da previsão expressa no corpo do edital. A ausência da cláusula não gera incerteza na sua exigência, já que a natureza da obrigação tributária decorre da lei (CTN, art. 3º), não estando na esfera de disponibilidade do administrador.

A alternativa B está correta pois a exigência do tributo está garantida pela lei e a simples menção à legislação aplicável no cabeçalho do edital já garante a validade da cobrança, conforme o princípio da legalidade e a previsão do art. 3º do CTN: "Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

A alternativa C está incorreta pois o caso não trata de uma isenção (que é espécie de renúncia de receita), mas sim da possibilidade de cobrança de uma taxa, que respeitou os princípios constitucionais tributários aplicáveis à espécie. Não há renúncia tácita de receita pela ausência da cláusula específica, pois o tributo ainda está previsto em lei, o que afasta a alegação de renúncia.

A alternativa D está incorreta pois não há renúncia de receita, ainda que implícita, no caso em comento, uma vez que constava previsão expressa no edital com a menção à legislação aplicável no cabeçalho do edital. A ausência da cláusula específica não configura renúncia de receita, visto que a taxa é prevista em lei e sua exigência permanece válida.

QUESTÃO 75. Preceitua o artigo 4º do Código Tributário Nacional (CTN): "a natureza específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: I – a denominação e demais características formais adotadas pela lei; II – a destinação legal do produto de sua arrecadação." Diante do texto legal, segundo a Doutrina de Geraldo Ataliba e Paulo de Barros Carvalho, é possível identificar a diferença entre um imposto, uma taxa e um preço público analisando-se

a) a hipótese de incidência.

b) a hipótese de incidência e a base de cálculo.

c) o fato gerador.

d) o fato gerador, a hipótese de incidência e a base de cálculo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda o tema definição de tributo.

A alternativa B está correta. Inicialmente, a questão mostra-se passível de recurso, já que faz referência aos preços públicos como espécie tributária, contudo a jurisprudência sumulada do STF entende que não tem natureza tributária: Súmula 545 Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu. Ainda que redigida sob a vigência da CF/67, o que afasta a menção ao princípio da anualidade (não repetido na CF/88) a natureza facultativa ainda é critério de sua diferenciação na jurisprudência atual do STF que "tem entendimento consolidado no sentido de que a cobrança pela prestação de serviços de água e esgoto tem natureza de tarifa/preço público, de forma que não se aplica o regime jurídico tributário das taxas de serviço público.(STF, ARE 1283445 AgR. 1ª T. Dje: 17/02/2021). Para além da recorribilidade, se deve verificar que a regra do art. 4º do CTN não esgota o tema no que diz respeito à diferenciação entre as espécies tributárias, ainda mais diante da

natureza tributária dos empréstimos compulsórios e contribuições especiais, especialmente em relação a estas últimas, que se diferenciam dos impostos basicamente pela destinação específica de sua arrecadação. Segundo Paulo de Barros de Carvalho: "(2018, p 51) "no direito brasileiro, o tipo tributário se acha integrado pela associação lógica e harmônica da hipótese de incidência e da base de cálculo. O binômio, adequadamente identificado, com revelara natureza própria do tributo que investigamos, tem a excelsa virtude de nos proteger da linguagem imprecisa do legislador". Logo segundo esse autor é da análise da hipótese de incidência e da base de cálculo que permitem a diferenciação entre as espécies mencionadas. Por sua vez, Geraldo Ataliba (2011, p. 63) defende que é a hipótese de incidência que tem a aptidão de fazer essa distinção, assim, a única alternativa que concilia as duas doutrinas é a letra B.

As alternativas A, C e D estão incorretas conforme comentários à alternativa B.

QUESTÃO 76. No ano de 2023, no mês de janeiro, um Prefeito Municipal, por meio de decreto, previu o pagamento de taxa de deposição de resíduos, a ser cobrada com o IPTU daquele mesmo exercício financeiro, de forma proporcional para os contribuintes. Tal iniciativa foi questionada por violação aos princípios tributários constitucionais, que seriam:

a) da legalidade, da anterioridade e da anualidade.

b) da igualdade, da legalidade e da anterioridade.

c) da capacidade contributiva, da anualidade e da anterioridade.

d) da não cumulatividade e da legalidade.

Comentários

Atenção! O gabarito oficial da banca é a letra A, mas o professor entende que a alternativa correta é a letra B, pelas razões a seguir expostas.

A alternativa correta é a letra B.

A questão aborda o tema princípios tributários.

A alternativa A está incorreta pois não há que se falar em princípio da anualidade tributária no atual contexto constitucional. Segundo Eduardo Sabbag, o princípio da anualidade tributária, outrora previsto nas Constituições de 1946 e 1967, prescrevia que nenhum tributo seria cobrado em cada exercício financeiro sem prévia autorização orçamentária, todavia, repise-se, o princípio não foi adotado pela Constituição vigente.

A alternativa B está correta. Há violação do princípio da igualdade, pois, conforme Eduardo Sabbag, as taxas têm a sua base econômica formada pela razoável proporção entre o custo da atividade e o valor exigido, o que foi violado na lei, que cobra a taxa de forma igualitária sem considerar o consumo de cada unidade. O princípio da legalidade resta violado uma vez que a referida taxa foi instituída por decreto, vulnerando o art. 150, I, da CF: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem

lei que o estabeleça;". Por fim, o princípio da anterioridade resta vulnerado pois há previsão de cobrança da exação no mesmo exercício financeiro em que promulgado o decreto instituidor, ao arrepio do art. 150, III, b, da CF: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) III - cobrar tributos: b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;".

A alternativa C está incorreta pois não há mais previsão de princípio da anualidade tributária, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois o princípio da não cumulatividade é uma técnica da arrecadação tributária aplicada, em geral, ao longo de uma cadeia produtiva, a exemplo do ICMS, veja-se: "Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:(...) II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;(...) § 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;". Assim, em se tratando de uma taxa em que não se vislumbra uma cadeia produtiva, não caberia falar na aplicação do princípio.

QUESTÃO 77. Uma instituição beneficente importou uma grande quantidade de mercadorias para utilizar na edificação de sua sede social. As mercadorias foram retidas na alfândega por não recolhimento do ICMS. A instituição impetrou mandado de segurança para liberar as mercadorias sob a alegação de violação à imunidade tributária. A Fazenda defendeu que a imunidade é somente sobre o patrimônio, renda e serviços, portanto, o ICMS, por ser tributo incidente sobre a circulação de mercadorias, estaria fora dessa regra constitucional. O julgador concedeu a segurança a favor da instituição sob o argumento de que muito embora se cuidasse de mercadorias, elas foram importadas para fins de integrar o patrimônio da instituição e para fins de consecução de sua finalidade social, sendo abrangida pela regra da imunidade. Pergunta-se: a r. decisão foi correta?

a) Sim, porque a mercadoria importada perdeu essa característica ao entrar no território nacional, já que não iria mais circular.

b) Não, porque ainda que seja para a integração do ativo fixo da entidade social, a mercadoria circulou e, portanto, é devido o imposto exigido.

c) Não, porque embora as mercadorias se destinem à construção da sede, não são essenciais à sua existência ou às atividades sociais nela envolvidas.

d) Sim, porque ao importar a mercadoria para usar em edificação de sua sede social, está destinando o bem para utilização em sua finalidade social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema imunidade tributária.

A alternativa A está incorreta, pois não há perda da característica da finalidade social ao importar quantidade de mercadorias para utilizar na edificação de sua sede social.

A alternativa B está incorreta pois não há circulação da mercadoria no caso em questão. A titularidade permaneceu com a entidade beneficente.

A alternativa C está incorreta, pois não se fala em perda de essencialidade pela pura destinação à construção da sede da entidade beneficente, não sendo este o fator que impede a incidência da regra imunizante.

A alternativa D está correta, pois a jurisprudência do STF é no sentido de que a imunidade prevista no art. 150, VI, c, da CF abrange também o ICMS incidente sobre a importação de mercadorias utilizadas na prestação de seus serviços específicos, o que inclusive é mencionado no Tema RG 336: "As entidades religiosas podem se caracterizar como instituições de assistência social a fim de se beneficiarem da imunidade tributária prevista no artigo 150, VI, c, da Constituição, que abrangerá não só os impostos sobre o seu patrimônio, renda e serviços, mas também os impostos sobre a importação de bens a serem utilizados na consecução de seus objetivos estatutários".

QUESTÃO 78. Uma instituição assistencial sem fins lucrativos conseguiu amealhar grande quantia e, por meio de seus administradores, decidiu adquirir um imóvel para locação a terceiros, a fim de lhe gerar mais renda. A municipalidade exigiu o IPTU que recaia sobre a propriedade do imóvel. A instituição questionou a cobrança por ser imune, com base no artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal. Esse fundamento

a) é incorreto, porque a instituição assistencial não pode gerar lucros e, ao locar o imóvel a terceiros, está obtendo receita, tornando a propriedade passível de tributação.

b) é correto, porque o fato de ser instituição assistencial não significa que ela deva ser deficitária, podendo tal receita ser, inclusive, distribuída entre seus administradores.

c) é correto, porque a instituição assistencial pode locar imóvel a terceiros, a fim de gerar renda, desde que esta seja aplicada diretamente nas suas atividades essenciais.

d) não se sustenta, porque a imunidade tributária recai somente sobre o patrimônio diretamente relacionado com suas finalidades essenciais, e, havendo locação do imóvel a terceiros, tal finalidade está desvirtuada, sendo exigível o IPTU.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema imunidades tributárias.

A alternativa A está incorreta, pois não há impedimento de que a instituição assistencial gere lucros, mas tão somente que reverta a renda obtida nas suas finalidades sociais.

A alternativa B está incorreta pois apesar de ser possível a geração de lucro, é terminantemente vedado que este seja distribuído entre seus administradores

A alternativa C está correta, conforme o teor da súmula vinculante nº 52, a imunidade dos templos de qualquer culto se aplica mesmo nas hipóteses em que o imóvel é locado a terceiros, desde que o rendimento seja aplicado nas finalidades essenciais da instituição, eis o teor sumular: "Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas".

A alternativa D está incorreta, pois conforme o entendimento do STF, havendo locação do imóvel a terceiros, não significa o desvirtuamento da finalidade.

QUESTÃO 79. A empresa "A" questionou a exigência tributária do fisco estadual ajuizando ação anulatória do crédito fiscal, na qual foi negada a antecipação de tutela para suspender a exigência do crédito tributário. Depois do ajuizamento dessa ação, a Fazenda ajuizou a execução fiscal. A parte defendeu-se no executivo fiscal, por meio de exceção de pré-executividade, alegando a impossibilidade de exigência do tributo em razão da ação anulatória já ajuizada. Pergunta-se: nessa situação, a alegação da empresa procede?

a) Sim, porque o ajuizamento da ação anulatória suspende a exigência do crédito tributário.

b) Não, porque a exceção de pré-executividade não é o meio hábil para a defesa da parte, devendo esta defender-se por meio dos embargos à execução.

c) Não, porque a exigência do crédito tributário não se encontrava suspensa em razão do indeferimento da tutela antecipada na ação anulatória.

d) Sim, a Fazenda não poderia exigir o tributo em executivo fiscal enquanto pendente o julgamento em ação anulatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema suspensão do crédito tributário e entendimentos jurisprudenciais.

A alternativa A está incorreta, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa B está incorreta pois a exceção de pré-executividade é o meio hábil para a defesa da parte, apenas se faz a ressalva de que as matérias a serem alegadas não devem importar em dilação probatória e devem ser cognoscíveis de ofício pelo juiz. É uma forma de defesa atípica do executado, sem regulamentação legal, disciplinada pela doutrina e jurisprudência. Na forma da súmula 393 do STJ, "a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória", o que, em tese seria possível.

A alternativa C está correta pois, como visto acima, o ajuizamento da ação anulatória não suspende a exigência do crédito tributário. Segundo a jurisprudência do STJ (REsp 1073080/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/03/2009, DJe 30/03/2009) o simples ajuizamento de ação anulatória, desacompanhado do depósito integral dos valores impugnados, não conduz à suspensão da execução, já que os créditos tributários têm suas causas suspensivas da exigibilidade restritas ao rol do art. 151 do CTN. Tendo em vista a inconstitucionalidade da exigência de depósito prévio para a admissibilidade da ação, a falta de depósito veda apenas a suspensão da exigibilidade do crédito tributário (CTN, art. 151, II e Súmula 112 do STJ), já que não se encontra nas hipóteses descritas no art. 151 do CTN, em especial o inciso do II.

A alternativa D está incorreta pois, segundo a jurisprudência do STJ (REsp 1073080/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/03/2009, DJe 30/03/2009) o simples ajuizamento de ação anulatória, desacompanhado do depósito integral dos valores impugnados, não conduz à suspensão da execução, já que os créditos tributários têm suas causas suspensivas da exigibilidade restritas ao rol do art. 151 do CTN.

QUESTÃO 80. A empresa "B", ao elaborar sua escrituração contábil de créditos e débitos de ICMS, por equívoco, creditou-se de valor indevido. O seu setor contábil somente foi alertado sobre tal equívoco quando recebeu a visita de fiscal estadual, o qual, todavia, não a notificou nem iniciou o processo administrativo. A empresa reconheceu o erro e o retificou, recolhendo o tributo correspondente, notificando o fisco. O fiscal, todavia, retornando ao local, autuou a empresa. Pergunta-se: essa autuação é válida?

a) Não, porque embora tenha havido o equívoco, este não ocorreu por ação dolosa da empresa.

b) Sim, porque para a caracterização da denúncia espontânea não poderia ter havido atividade fiscal antecedente.

c) Sim, porque a empresa creditou-se de valor indevido, devendo responder por seu erro.

d) Não, porque, antes da autuação, a empresa reconheceu o erro e recolheu o tributo, configurando-se a hipótese de denúncia espontânea.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema denúncia espontânea.

A alternativa A está incorreta pois o art. 138 e parágrafo único do CTN não exigem a ausência de dolo para a denúncia espontânea, mas tão somente que seja apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, bem como o "pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração".

A alternativa B está incorreta pois, para que se considere o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração, o STJ entende pela exigência que nenhum procedimento tenha sido formalmente iniciado.

A alternativa C está incorreta, conforme comentários à alternativa D.

A alternativa D está correta pois não havendo qualquer ato que demonstre início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração, isto é, que a infração não tenha sido identificada pelo Fisco (notificação ou início de processo administrativo em desfavor do contribuinte) será possível a realização de denúncia espontânea, ainda que o fiscal tenha ido ao local e desde não tenha formalizado o procedimento fiscalizatório. No caso narrado a empresa cumpriu todas as determinações do art. 138 do CTN, fazendo jus ao benefício da denúncia espontânea, devendo ser destacado, que ainda que a súmula 360 do STJ afaste a denuncia espontânea nos casos de tributos sujeitos à lançamento por homologação, o faz nos casos de tributos declarados e não pagos, e não para as hipóteses como a narrada que representa, em verdade, retificação de declaração entregue, onde se aplica o TEMA REPETITIVO 385: A denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.

QUESTÃO 81. No Brasil, são titulares da competência tributária a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Essa competência dá poderes a esses entes federados para

a) por meio de lei, criar tributos in abstracto, por injunção do princípio da legalidade, podendo ou não os exigir na qualidade de sujeito ativo.

b) criar impostos, taxas e contribuição de melhoria, podendo sempre cobrá-los, por força do princípio da legalidade.

c) exclusivamente exigir tributos na qualidade de sujeito ativo tributário.

d) criar, por meio de lei, tributos in abstrato, bem como excepcionalmente exigi-los, na qualidade de sujeito ativo tributário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema competência tributária.

A alternativa A está correta pois a competência tributária é a aptidão que detém as pessoas políticas (União, Estados, DF e Municípios) de, mediante lei, instituir tributos em abstrato, e como tal é indelegável, podendo, na forma do art. 7º do CTN ser delegada a capacidade tributária ativa, que é justamente o poder de arrecadar e fiscalizar tributos, titularizando o polo ativo da relação jurídica de direito tributário: "A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição".

A alternativa B está incorreta pois não é possível a sua cobrança em qualquer situação, mas dentro das hipóteses descritas pela CF, em respeito ao princípio do pacto federativo.

A alternativa C está incorreta pois exclui a possibilidade da parafiscalidade, que é a delegação do trabalho de arrecadar e fiscalizar o tributo pelo ente tributante, o qual criou o respectivo tributo, a outro ente distinto.

A alternativa D está incorreta pois a exceção é justamente o inverso: que o tributo seja exigido pelo ente federativo que o criou, sendo possível que excepcionalmente seja cobrado por ente diverso ao da sua criação.

QUESTÃO 82. O Ministério Público do Meio Ambiente ajuizou ação civil pública em face de uma indústria que não detinha licença para operar e que vinha poluindo o rio ribeirinho ao local em que estava instalada e, ainda, em face do proprietário do imóvel locado à referida empresa. No que se refere à responsabilidade civil pelo dano ambiental, o proprietário do imóvel locado:

a) responde solidariamente, porque descumpriu o dever de segurança e de preservação ambiental da propriedade.

b) responde subsidiariamente, nos limites do valor do contrato celebrado com a locatária.

c) responde civilmente, apenas em caráter subsidiário, na hipótese de a indústria locatária não possuir bens suficientes.

d) não responde civilmente, visto inexistir nexo de causalidade entre o dano ambiental comprovado e a sua posição de mero proprietário do bem locado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema responsabilidade civil por dano ambiental.

A alternativa A está correta. A responsabilidade civil ambiental é objetiva e solidária, pois as obrigações ambientais possuem natureza de direito real (propter rem). De acordo com entendimento do STJ: "A responsabilidade civil por danos ambientais é propter rem, além de objetiva e solidária entre todos os causadores diretos e indiretos do dano". (Agint no AREsp 2.115.021/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/03/2023).

Ademais, na forma da Súmula 623 do STJ: "Súmula 623-STJ: As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor".

A alternativa B está incorreta. De acordo com explicação da alternativa A, a responsabilidade é solidária, sem limite de valor.

A alternativa C está incorreta. De acordo com explicação da alternativa A, a responsabilidade é solidária, e não subsidiária.

A alternativa D está incorreta. Há sim o nexo de causalidade, caracterizado pela propriedade do imóvel. Portanto, conforme explicação da alternativa A, há sim responsabilidade civil, a qual é objetiva e solidária.

QUESTÃO 83. Em relação à abrangência do denominado princípio do poluidor pagador, é correto afirmar que ele:

a) encontra-se delimitado apenas à dimensão econômica, considerando-se o dano pretérito.

b) não objetiva apenas o ressarcimento do dano ao meio ambiente, mas engloba também os custos necessários para a prevenção e a repressão à degradação do meio ambiente.

c) não tem por finalidade tão somente a reparação do prejuízo causado ao proprietário do imóvel danificado, mas, ainda, a fixação de multa diária ao poluidor.

d) visa a excluir de qualquer responsabilidade civil o agente indireto causador do dano ambiental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema princípios ambientais, em especial, o princípio do poluidor-pagador.

A alternativa A está incorreta. O princípio do poluidor-pagador possui outras 3 dimensões além da econômica. Vejamos: "Kloepfer identifica as quatro dimensões do Princípio do Poluidor-Pagador: a dimensão objetivo-racional-econômica, a social-ética-normativa, a política ambiental e a jurídico-normativa." (DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. São Paulo: Max Limonad, 1997, p. 215).

A alternativa B está correta. A ideia do princípio do poluidor pagador é imputar ao empreendedor os custos necessários para evitar os danos ambientais. De acordo com a doutrina: "O princípio do poluidor-pagador é um instrumento econômico que exige que o poluidor suporte as despesas de prevenção, reparação e repressão de danos ambientais." (LEITE, Thiago. Direito Ambiental / TJ-SP – Livro Digital Interativo, Cap. 2.11.6: Princípio do Poluidor-Pagador - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024).

A alternativa C está incorreta. A multa diária se relaciona com a responsabilidade administrativa ambiental. De acordo com art. 72, III e § 5º, da Lei 9.605/98: "Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º: III - multa diária; § 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo."

A alternativa D está incorreta. A ideia do princípio do poluidor pagador não é excluir a responsabilidade civil do poluidor indireto, mas sim imputar ao empreendedor os custos necessários para evitar os danos ambientais, conforme já explicado na alternativa C.

QUESTÃO 84. Consoante os termos da legislação que regulamenta o licenciamento na área ambiental, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA):

a) é obrigatório para obras ou atividades potencialmente geradoras de poluição, independentemente da intervenção do órgão ambiental responsável.

b) é exigido em resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), não havendo margem para qualquer decisão do órgão ambiental responsável.

c) é documento imprescindível pela nossa tradição jurídica para qualquer obra ou atividade que possa ser prejudicial ao meio ambiente.

d) pode ser exigido quando houver possibilidade de maior nocividade ao meio ambiente, relegando-se ao critério do órgão ambiental responsável dispensá-lo, caso não verificada tal situação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema licenciamento ambiental e Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

A alternativa A está incorreta. É necessário para obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, mas precisa ser aprovado pelo órgão ambiental. De acordo com arts. 3º, caput e parágrafo único, da Resolução 237/97 do CONAMA: "Art. 3º A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação. Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento."

A alternativa B está incorreta. O órgão ambiental vai avaliar se o caso se enquadra como significativa degradação do meio ambiente, salvo nos casos em que a lei já presume essa significativa degradação, como os casos arrolados no artigo 2º, da Resolução 01/86 do CONAMA. Vejamos: "Art. 2º Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA157 em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:"

A alternativa C está incorreta. É necessário para obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, conforme art. 3º da Resolução 237/97 do CONAMA, acima já transcrito.

A alternativa D está correta. De fato, o EIA é necessário para obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. No entanto, se não for este o caso, o órgão ambiental competente poderá dispensar o EIA e substituí-lo por outros estudos ambientais pertinentes, conforme art. 3º, parágrafo único, da Resolução 237/97 do CONAMA, acima já transcrito.

QUESTÃO 85. O direito de acesso à informação ambiental encontra-se reconhecido no direito internacional e em diversas normas que visam a dar cumprimento ao Princípio 10 da Declaração do Rio de Janeiro. O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro não compreende a seguinte afirmação:

a) qualquer pessoa ou entidade tem o direito de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva).

b) a Administração tem o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos em seus arquivos, não sujeitos a sigilo (transparência ativa).

c) a presunção do dever de produzir a informação ambiental é relativa, podendo ser, mediante justificação expressa e razoável, afastada pela Administração, sujeita tal decisão ao crivo judicial.

d) as associações de proteção ao meio ambiente têm a faculdade de requisitar diretamente ao oficial de registro competente a averbação de informações sobre determinado imóvel, inclusive aquelas de natureza ambiental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro.

A alternativa A está incorreta, pois o direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende, sim, a afirmação realizada pela alternativa. Conforme a Tese A, item II, fixada no IAC 13 do STJ: "Tese A) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: ii) o direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva);". (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13)).

A alternativa B está incorreta, pois o direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende, sim, a afirmação realizada pela alternativa. De acordo com a Tese A, item I, fixada no IAC 13 do STJ: "Tese A) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa);". (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13)).

A alternativa C está incorreta, pois o direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende, sim, a afirmação realizada pela alternativa. Conforme a Tese B, fixada no IAC 13 do STJ: "Tese B) Presume-se a obrigação do Estado em favor da transparência ambiental, sendo ônus da Administração justificar seu descumprimento, sempre sujeita a controle judicial, nos seguintes termos: i) na transparência ativa, demonstrando razões administrativas adequadas para a opção de não publicar; ii) na transparência passiva, de enquadramento da informação nas razões legais e taxativas de sigilo; e iii) na transparência ambiental reativa, da irrazoabilidade da pretensão de produção da

informação inexistente;". (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13)).

A alternativa D está correta. Esta é a única alternativa que não se compreende no direito de acesso à informação do Direito Ambiental, pois, na verdade, é o Ministério Público (e não as associações de proteção do meio ambiente) quem pode requisitar diretamente ao oficial de registro competente a averbação de informações alusivas a suas funções institucionais, conforme fixado na Tese D do IAC 13 do STJ. Vejamos: "Tese D) O Ministério Público pode requisitar diretamente ao oficial de registro competente a averbação de informações alusivas a suas funções institucionais." (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13)).

QUESTÃO 86. No julgamento do RE 684.612, de Relatoria do Ministro Roberto Barroso, com repercussão geral, fixou-se tese a respeito da intervenção do Judiciário em políticas públicas, no tema 698, do STF (DJE 22.08.2023), por maioria de votos, com o entendimento de que:

a) não é possível ao Judiciário intervir nas políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, mesmo que haja ausência ou deficiência grave do serviço, pois, caso contrário, haveria violação ao princípio da separação de poderes.

b) é cabível a determinação de implantação direta, pelo Judiciário, de políticas públicas amparadas em normas programáticas, supostamente abrigadas na Carta Magna, sem que com isso haja ofensa ao princípio da reserva do possível.

c) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à administração pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado.

d) é possível ao Judiciário intervir nas políticas públicas, de maneira direta, determinando que seja implantada de imediato política pública, quando se tratar de direito fundamental não atendido de maneira reiterada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas.

A alternativa A está incorreta. O STF já firmou entendimento de que, em casos de ausência ou deficiência grave na prestação de serviços essenciais, é possível a intervenção judicial sem violar o princípio da separação dos poderes (RE 684.612/RJ).

A alternativa B está incorreta. O STF reconhece que a intervenção judicial em políticas públicas não deve ser direta, mas "em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado" (RE 684.612/RJ).

A alternativa C está correta. No julgamento do RE 684.612/RJ, o STF definiu as seguintes teses: "A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos Poderes" e "A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado" - STF. Plenário. RE 684.612/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, redator do acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 01/7/2023 - Repercussão Geral – Tema 698 - Info 1101.

A alternativa D está incorreta. Como dito *alhures*, a intervenção judicial em políticas públicas não deve ser direta, mas "em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado", de acordo com o Supremo (RE 684.612/RJ).

QUESTÃO 87. Segundo as alterações na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ocorridas em 2018 (com a redação dada pela Lei no 13.655, de 25.04.18), é correto afirmar que:

a) a decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar, de modo expresso, suas consequências jurídicas e administrativas. Deverão ser indicadas as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivas.

b) na interpretação de norma sobre gestão pública não devem ser considerados os obstáculos e as dificuldades do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, devendo ser aplicada a penalidade pertinente, independentemente de tais circunstâncias, uma vez que deve haver rigor na aplicação da legislação por parte do gestor público.

c) a revisão nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processos ou norma administrativa cuja produção já se houver completado, levará em conta as orientações gerais da época, sendo possível que, com base em mudança posterior de orientação geral, declarem-se inválidas situações plenamente constituídas.

d) em decisão sobre a regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa não devem ser consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das disposições de direito público previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A alternativa A está correta. Está de acordo com o que dispõe o art. 21 da LINDB: "Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e

administrativas. Parágrafo único. A decisão a que se refere o **caput** deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos".

A alternativa B está incorreta. A redação do artigo 22 da LINDB enfatiza justamente o oposto: "Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados".

A alternativa C está incorreta. O artigo 24 da LINDB veda que situações jurídicas plenamente constituídas sejam invalidadas com base em mudanças de interpretação ou orientação posterior.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o §1º do artigo 22 da LINDB: "§1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente".

QUESTÃO 88. Considerando-se as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992, com a redação dada pela Lei no 14.230/2021), assinale a alternativa correta quanto à necessidade de presença de agente público no polo passivo da ação de improbidade administrativa para seu prosseguimento.

a) A presença de agente público no polo passivo da ação de improbidade administrativa, em qualquer hipótese, não é requisito essencial para seu prosseguimento.

b) É possível o prosseguimento da ação de improbidade administrativa sem a presença de agente público no polo passivo nos casos em que há presença de particulares que incorram na prática dos atos descritos nos artigos 9o , 10, ou 11, da Lei de Improbidade Administrativa.

c) É possível o prosseguimento da ação de improbidade administrativa sem a presença de agente público no polo passivo nos casos em que há presença de particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria ou ajuste administrativo equivalente.

d) A presença de agente público no polo passivo da ação de improbidade administrativa é requisito essencial para permitir o ajuizamento e prosseguimento da ação de improbidade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

A alternativa A está incorreta. Segundo o STJ, "não é possível a propositura de ação de improbidade exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da

demanda" (STJ. 1ª Turma. REsp 1.171.017-PA, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 25/2/2014 - Info 535).

A alternativa B está incorreta. O STJ definiu que "não é possível a propositura de ação de improbidade exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda" (STJ. 1ª Turma. REsp 1.171.017-PA, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 25/2/2014 - Info 535). Porém, os particulares que recebem recursos públicos e celebram com a Administração convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente são equiparados a agentes públicos para fins da Lei de Improbidade Administrativa, podendo figurar sozinhos o polo passivo da demanda da ação ímproba. Os particulares, em geral, não.

A alternativa C está correta. Essa alternativa está alinhada com o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.429/92: "Parágrafo único. No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente". Assim, particulares que recebem recursos públicos e celebram com a Administração convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente não são considerados terceiros, mas equiparados a agentes públicos para fins da Lei de Improbidade Administrativa, podendo figurar sozinhos o polo passivo da demanda da ação ímproba.

A alternativa D está incorreta. Conforme decidido pelo STJ, "é viável o prosseguimento de ação de improbidade administrativa exclusivamente contra particular quando há pretensão de responsabilizar agentes públicos pelos mesmos fatos em outra demanda conexa" (STJ. 1ª Turma. AREsp 1.402.806-TO, Rel. Min. Manoel Erhardt, Desembargador convocado do TRF da 5ª Regiã), julgado em 19/10/2021 - Info 714).

QUESTÃO 89. A empresa Z, concessionária de serviços públicos, ao realizar obra pública, utilizou-se de um terreno lindeiro à obra para a colocação de maquinários e formação de canteiro de obra. Terminada a obra, beneficiou a área, ali implantando uma praça pública. Nessa situação, ao proprietário do terreno cabe:

a) ingressar com ação de indenização contra o Poder Público concedente por apossamento administrativo.

b) não fazer nada, já que o terreno antes não era explorado e foi beneficiado, não cabendo qualquer indenização.

c) ingressar com ação de indenização contra a concessionária e desapropriação indireta contra o Poder Público pelo apossamento administrativo.

d) ingressar com desapropriação indireta contra a concessionária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema desapropriação indireta.

A alternativa A está incorreta. Embora o Poder Público seja responsável por conceder o serviço, a ocupação do terreno foi realizada pela concessionária, não pelo Poder Público diretamente. O proprietário poderia alegar apossamento, mas teria que direcionar a ação à concessionária que utilizou seu terreno sem autorização, e não ao Poder Público.

A alternativa B está incorreta. O fato de o terreno não ser explorado anteriormente e de ter sido beneficiado não exclui o direito do proprietário a uma indenização.

A alternativa C está incorreta. A desapropriação indireta pode ser invocada pelo proprietário, porém em face da concessionária e não do Poder Público diretamente.

A alternativa D está correta. A desapropriação indireta, que é expropriação da propriedade particular pelo Poder Público sem o devido processo legal administrativo e/ou judicial, pode ser invocada pelo proprietário uma vez que sua propriedade foi utilizada pela Administração Pública, através de suas concessionárias, sem o devido processo legal. Nesse caso, a concessionária pode ser considerada responsável pela desapropriação indireta.

QUESTÃO 90. Considerando que se aplica ao processo administrativo o princípio da publicidade, assinale a alternativa correta.

a) O direito de acesso ao processo administrativo se confunde com o direito de vista do processo e pode ser dado a qualquer pessoa, tenha ela interesse jurídico ou não, pois se trata de processo que deve ser público, em prol da sociedade.

b) O direito de acesso ao processo administrativo pode ser exercido por qualquer pessoa que tenha algum interesse atingido por ato constante do processo ou que atue na defesa do interesse coletivo ou geral, no exercício do direito à informação, assegurado pela Constituição Federal.

c) O direito de acesso ao processo administrativo não pode ser restringido por razões de segurança da sociedade ou do Estado.

d) O direito de acesso ao processo administrativo não pode ser restringido por razões de defesa de intimidade ou de interesse social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do princípio da publicidade.

A alternativa A está incorreta. O direito de acesso ao processo administrativo não se confunde com o direito de vista, uma vez que este último não é dado a qualquer pessoa, somente àquela que tem interesse jurídico. Assim, segundo o artigo 22 da Lei nº 10.177 do Estado de São Paulo "Para atendimento dos princípios previstos neste artigo, serão assegurados às partes o direito de emitir manifestação, de oferecer provas e acompanhar sua produção, de obter vista e de recorrer". Além disso, aduz o artigo 46 da Lei nº 9.784/99: "Art. 46. Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram [...]".

A alternativa B está correta. O direito de acesso ao processo administrativo é garantido a quem tiver interesse jurídico ou que atue em defesa de interesses coletivos ou gerais. Isso está em conformidade com o artigo 22 da Lei nº 10.177 do Estado de São Paulo, segundo o qual "para atendimento dos princípios previstos neste artigo, serão assegurados às partes o direito de emitir manifestação, de oferecer provas e acompanhar sua produção, de obter vista e de recorrer" e o artigo 46 da Lei nº 9.784/99 que aduz "Art. 46. Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram [...]".

A alternativa C está incorreta. O direito de acesso pode ser restringido em situações que envolvem a segurança da sociedade ou do Estado. Assim, segundo a Constituição Federal, em seu artigo 5º "XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

A alternativa D está incorreta. O acesso ao processo administrativo pode ser restringido em casos que envolvam a defesa da intimidade de pessoas ou de interesses sociais. A Lei nº 9.784/99 prevê: "Art. 46. Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem".

QUESTÃO 91. Podem ser aplicadas as regras da Lei no 14.133/2021 às licitações realizadas sob a vigência da Lei no 8.666/93?

a) Sim, é possível a aplicação combinada de ambas as leis, desde que haja benefícios à administração e seja atingido o interesse público.

b) Não, porque há disposição na Lei no 14.133/2021 impedindo a aplicação combinada da Lei no 14.133/2021 com a Lei no 8.666/93.

c) Sim, é possível a aplicação combinada de ambas as leis, desde que haja benefícios à administração e ao contratado e seja atingido o interesse púbico.

d) Sim, é possível a aplicação combinada de ambas as leis quando estiver caracterizado o interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da vigência da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/2021 sobre licitações públicas.

A alternativa B está correta. Segundo o art. 191 da Lei nº 14.133/2021: "Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso. Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no

inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência".

Considerando que é vedada a aplicação combinada da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/2021 por expressa disposição do art. 191 da Lei nº 14.133/2021, as alternativas A, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 92. Funcionária pública que tomou posse em 1o de julho e iniciou o exercício em 30 de agosto pediu sua transferência para outro setor em 10 de agosto do mesmo ano. Havia decreto que regulamentava que a transferência de funcionários se daria após 2 (dois) anos de exercício no cargo. Alega-se que, a partir da data da posse, a funcionária poderia pedir a transferência, uma vez que estava investida no cargo público, o que era suficiente para esse pedido. Essa afirmativa é

a) equivocada, porque a investidura não se confunde com o efetivo exercício e a regulamentação é expressa em exigir o cumprimento do interstício temporal de exercício no cargo para pedir a transferência.

b) correta, porque a partir da data da posse a pessoa já é funcionária e está investida no cargo, tendo direito legal à transferência.

c) certa, porque o regulamento não pode limitar o direito do funcionário e ela já havia tomado posse no cargo.

d) errada, porque a simples posse não equivale ao início do exercício no cargo, porém ela podia pedir a transferência antes do interstício temporal, porque somente a lei poderia regulamentar essa questão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema servidores públicos.

A alternativa A está correta. De fato, a investidura no cargo público se dá com a posse e não se confunde com o efetivo exercício, que é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público. Assim, de acordo com o artigo 5º da Portaria nº 9.580/2018 do TJSP: "Art. 5° Não poderão participar do processo de remoção os servidores: [...] IV - Que, na data da inscrição, tenham menos de 2 (dois) anos de exercício na comarca onde estejam designados".

A alternativa B está incorreta. O direito à transferência não é automático e está condicionado ao tempo de exercício efetivo, conforme o art. 5º inciso IV da Portaria nº 9.580/2018 do TJSP.

A alternativa C está incorreta. Entendemos que essa alternativa não se adequa ao enunciado, uma vez que estaria em dissonância à Portaria nº 9.580/2018 do TJSP, supracitada.

A alternativa D está incorreta. O direito à transferência não é automático e está condicionado ao tempo de exercício efetivo, conforme o art. 5º inciso IV da Portaria nº 9.580/2018 do TJSP.

QUESTÃO 93. O município ajuizou ação expropriatória de imóvel comercial para fins de utilidade pública. Após avaliado o bem por perito oficial, o locador desse imóvel pediu seu ingresso na lide, na qualidade de terceiro interessado, pretendendo a indenização do fundo de comércio. O juiz indeferiu seu pedido. Esse indeferimento foi

a) correto, porque o fundo de comércio não é indenizável.

b) correto, porque não é possível o ingresso de terceiros na ação de desapropriação.

c) correto, porque o terceiro interessado não ingressou na ação no momento correto e não impugnou o valor tempestivamente.

d) correto, porque a ação expropriatória limita-se a apurar o valor do bem imóvel para indenizar o proprietário, sendo as demais questões resolvidas em ação própria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre intervenção do Estado na propriedade privada e é passível de anulação. Isso porque a ação expropriatória ajuizada pelo município tem no polo passivo o proprietário do imóvel comercial. O locador de tal imóvel é o seu proprietário, que já compõe o polo passivo da ação e, portanto, não pode ingressar nela como terceiro interessado.

A alternativa A está incorreta. O fundo de comércio é indenizável na desapropriação, desde que em benefício do locatário, segundo a jurisprudência: "É assegurado ao locatário o direito à indenização, incluindo-se o fundo de comércio, quando desapropriado o imóvel comercial locado, independentemente das relações jurídicas entre o proprietário e o inquilino. Precedentes citados do STF: RE 96.823-SP, DJ 1º/10/1982; do STJ: REsp 1.000-SP, DJ 21/6/1993. REsp 406.502-SP, Rel. Min. Garcia Vieira, julgado em 23/4/2002".

A alternativa B está incorreta. É possível o ingresso de terceiro na desapropriação, desde que tenha direitos reais sobre o bem. Assim, o STJ firmou o entendimento de que o interesse jurídico a ser demonstrado na assistência simples em Ação de Desapropriação deve corresponder a algum direito real sobre o imóvel. (...)" (STJ - RECURSO ESPECIAL Nº 1.095.295/PE).

A alternativa C está incorreta. Não existe óbice legal ao ingresso de terceiro a qualquer momento nos autos da ação expropriatória.

A alternativa D está correta. Caso a questão se referisse ao locatário, a alternativa estaria correta, pois segundo o STJ: "É assegurado ao locatário o direito à indenização, incluindo-se o fundo de comércio, quando desapropriado o imóvel comercial locado, independentemente das relações jurídicas entre o proprietário e o inquilino. Precedentes citados do STF: RE 96.823-SP, DJ 1º/10/1982; do STJ: REsp 1.000-SP, DJ 21/6/1993. REsp 406.502-SP, Rel. Min. Garcia Vieira, julgado em 23/4/2002". Porém, tal pleito deve ocorrer em ação própria (Agravo de Instrumento Nº 2031526-87.2019.8.26.0000).

QUESTÃO 94. Os precedentes judiciais, enquanto criação diuturna dos tribunais, como resultado da atividade de interpretação e aplicação do direito ao caso concreto, constituem

a) importantes subsídios para a elaboração das manifestações processuais.

b) fonte formal e secundária do direito.

c) fonte primária do direito costumeiro.

d) atualmente principal fonte do direito positivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema precedentes judiciais.

A alternativa A está incorreta. Em que pese os precedentes judiciais serem usados como subsídios para manifestações processuais, a questão pretendia que se indicasse a fonte na qual o precedente se enquadra, razão pela entendemos que a alternativa não é a que melhor se adequa.

A alternativa B está correta. No Brasil, ficou assentado que os precedentes judiciais podem ser considerados como fonte formal e secundária do direito. Embora diversas classificações existentes, a doutrina majoritária divide as fontes do direito em primárias (lei, Constituição Federal) e secundárias (jurisprudência, doutrina), sendo que os precedentes se enquadrariam nesta última categoria. Por outro lado, é possível dividir em fontes materiais e formais. Fontes materiais são os fatores que interferem e condicionam a formação das normas (implicam o conteúdo das fontes formais) e fontes formais são as formas pelas quais o direito se manifesta, estando os precedentes incluídos nesta última categoria.

A alternativa C está incorreta. Precedentes judiciais não são considerados como fonte primária do direito costumeiro, o qual decorre de práticas reiteradas e aceitas pela sociedade como obrigatórias.

A alternativa D está incorreta. A principal fonte do direito positivo no Brasil é a lei. Embora os precedentes tenham ganhado relevância, eles não substituem a lei como a principal fonte do direito.

QUESTÃO 95. Em relação à eficácia da lei no tempo, é correto afirmar:

a) o legislador veda o efeito repristinatório, exceção feita à previsão expressa de nova lei.

b) a ultratividade não é permitida.

c) o costume contra legem constitui forma de revogação da lei.

d) a revogação pode se dar por nulidade ou inconstitucionalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema eficácia da lei no tempo e é considerada polêmica.

A alternativa A está correta. Considerando que o enunciado expressamente faz referência à eficácia da lei no tempo, percebe-se que o examinador pretendia se reportar à letra da lei, nos termos do artigo 2º, §3º da LINDB, segundo o qual "§ 3o Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência", muito embora a expressão "efeito repristinatório" possa importar em interpretação diversa, dada o instituto do controle concentrado de constitucionalidade, tópico diferente da repristinação.

A alternativa B está incorreta. A ultratividade se refere à aplicação de uma lei a fatos ocorridos após a sua revogação. O Código Penal, por exemplo, a autoriza expressamente em seu artigo 3º, segundo o qual "A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência".

A alternativa C está incorreta. O costume contra legem não revoga a lei. Pelo princípio da continuidade, as normas continuam a viger até que outra norma a revogue. É o que se depreende do artigo 2º da LINDB: "Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue".

A alternativa D está incorreta. A revogação e declaração de inconstitucionalidade das espécies normativas não se confundem. Enquanto a revogação opera no plano da existência das normas, a declaração de inconstitucionalidade opera no plano da nulidade. Além disso, há efeitos retroativos no que tange à declaração de inconstitucionalidade, o que não ocorre na revogação.

QUESTÃO 96. Assinale a alternativa correta e mais adequada, no que toca à distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais positivados.

a) Os direitos humanos são exclusivamente aqueles indicados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948. Direitos fundamentais são aqueles apontados nas Constituições Federais.

b) Direitos humanos são os positivados em tratados e convenções internacionais e os direitos fundamentais são os positivados exclusivamente na Constituição Federal do Brasil.

c) Direitos humanos são direitos ligados à liberdade e à igualdade, em geral positivados no plano internacional. Trata-se de direitos universais e inalienáveis, de que as pessoas não podem voluntariamente dispor. Direitos fundamentais são os direitos humanos positivados nas Constituições Federais dos países. O que os difere é o plano em que estão previstos.

d) Direitos humanos são os previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção da Corte Interamericana de direitos humanos. Direitos fundamentais são os previstos na Constituição Federal do Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais.

A alternativa A está incorreta. Os direitos humanos não se limitam à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, pois estão previstos também em outros diplomas internacionais.

A alternativa B está incorreta. Embora os direitos humanos sejam positivados em tratados e convenções internacionais, doutrinadores como Ingo Wolfgang Sarlet defendem que os direitos fundamentais podem estar explícitos ou implícitos na Constituição Federal. Além disso, pela redação do §2º do artigo 5º da CRFB/88, "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".

A alternativa C está correta. Reflete conceitos apontados por doutrinadores como André de Carvalho Ramos. Os direitos humanos são universais, voltados para a proteção da dignidade humana e positivados em tratados internacionais. Já os direitos fundamentais são os direitos humanos incorporados pelas constituições de cada país, como no caso da Constituição Federal do Brasil. A principal diferença está no plano de previsão.

A alternativa D está incorreta. Embora a Declaração Universal e a Convenção Interamericana sejam exemplos de documentos internacionais que positivam direitos humanos, não são os únicos.

QUESTÃO 97. Considerado o Código de Ética da Magistratura Nacional, é correto afirmar que

a) a violência contra a mulher praticada por magistrado é atentatória à dignidade do cargo, ainda que dissociada do exercício profissional.

b) o exercício da atividade jurisdicional impõe ao magistrado as mesmas exigências pessoais acometidas aos cidadãos em geral.

c) o magistrado deve dispensar a mesma disponibilidade e dedicação ao exercício da judicatura e à função de magistério que porventura acumule.

d) é dever do magistrado recusar benefícios ou vantagens de empresa privada ou de pessoa física que possam comprometer sua independência funcional, mas não de ente público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do Código de Ética da Magistratura Nacional.

A alternativa A está correta. O art. 39 do Código de Ética da Magistratura Nacional assinala que "Art. 39. É atentatório à dignidade do cargo qualquer ato ou comportamento do magistrado, no exercício profissional, que implique discriminação injusta ou arbitrária de qualquer pessoa ou instituição".

A alternativa B está incorreta. Prevê o art. 16 do Código de Ética da Magistratura Nacional: "Art. 16. O magistrado deve comportar-se na vida privada de modo a dignificar a função, cônscio de que o exercício

da atividade jurisdicional impõe restrições e exigências pessoais distintas das acometidas aos cidadãos em geral".

A alternativa C está incorreta. Dispõe o §1º do art. 21 do Código de Ética da Magistratura Nacional: "§1º O magistrado que acumular, de conformidade com a Constituição Federal, o exercício da judicatura com o magistério deve sempre priorizar a atividade judicial, dispensando-lhe efetiva disponibilidade e dedicação".

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 17 do Código de Ética da Magistratura Nacional: "Art. 17.É dever do magistrado recusar benefícios ou vantagens de ente público, de empresa privada ou de pessoa física que possam comprometer sua independência funcional".

QUESTÃO 98. A partir das lições de Aristóteles, especialmente em Ética a Nicômaco, afirma-se a necessidade de regulação do justo legal, moldando a lei geral ao caso particular, em suas circunstâncias concretas, tal como a régua de chumbo empregada na edificação de Lesbos. Busca-se, pois, nessa linha do pensamento clássico, a justiça do caso concreto, em prol da humanização do direito, isto é, o abrandamento ou a correção do rigor da lei positiva ante as exigências do justo natural, evitando situações injustas em que a letra da lei poderia resultar, não fosse essa retificação das equívocas aparências da regra geral. Isso reporta-se ao julgamento compreensivo à singularidade dos fatos, que se faz com

a) justiça comutativa.

b) justiça preditiva.

c) pragmatismo jurimétrico.

d) equidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do conceito de equidade, segundo Aristóteles.

A alternativa A está incorreta. Refere-se à justiça que recai sobre as relações interpessoais, tendo como objetivo corrigir situações sociais desequilibradas. Deve imperar nas relações privadas, caso em que os ganhos e perdas devem ser iguais. Não é o conceito que se adequa ao enunciado.

A alternativa B está incorreta. Refere-se à utilização de tecnologias para prever resultados jurídicos. Não é o conceito que se adequa ao enunciado.

A alternativa C está incorreta. Esse conceito está ligado ao uso de métodos estatísticos e quantitativos no âmbito do direito. Não é o conceito que se adequa ao enunciado.

A alternativa D está correta. A equidade é a última peça necessária para se completar a teoria aristotélica de justiça. A equidade, segundo Aristóteles, é a capacidade de corrigir a aplicação rígida da lei em situações em que a regra geral levaria a uma injustiça. Ela permite que o julgador adapte a norma às

circunstâncias singulares, realizando a justiça do caso concreto. Ela não é o justo segundo a lei, mas sim o justo no caso concreto.

QUESTÃO 99. No que diz respeito à teoria do controle de convencionalidade, é INCORRETO afirmar:

a) o Brasil integra o sistema global de proteção aos direitos humanos da ONU e é parte do sistema interamericano, tendo ratificado a Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 1992 e reconhecido a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998.

b) a teoria do controle de convencionalidade pode ser considerada como produto da atividade jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que apresentou entendimento de que o Poder Judiciário deve exercer controle de convencionalidade entre as normas jurídicas internas que aplicam nos casos concretos e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

c) os magistrados, quando forem realizar a análise da legislação aplicável ao caso concreto, devem efetuar também o controle de convencionalidade de tal norma nacional aplicável, considerando que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos devem ser obedecidos. E, havendo divergência entre a legislação nacional ordinária e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, deve prevalecer a regra prevista em mencionada Convenção.

d) quando os magistrados realizarem a análise do caso concreto, devem efetuar o controle de convencionalidade da legislação ordinária nacional em cotejo com as normas das convenções e tratados internacionais sobre direitos humanos, mas o que deve prevalecer é a aplicação da legislação nacional ordinária relativa aos temas discutidos nas demandas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre a aplicabilidade das normas internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

A alternativa A está incorreta. De fato o Brasil ratificou a Convenção Interamericana de Direitos Humanos em 1992 através do Decreto nº 678/1992 e reconheceu, através do Decreto nº 4.463/2002, o caráter contencioso da referida Corte em seu artigo 1º: "É reconhecida como obrigatória, de pleno direito e por prazo indeterminado, a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969, de acordo com art. 62 da citada Convenção, sob reserva de reciprocidade e para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998."

A alternativa B está incorreta. A Corte Interamericana de Direitos Humano já explicitou entendimento sobre o tema ao julgar o Caso Almonacid vs Chile: "o Poder Judiciário deve exercer uma espécie de "controle de convencionalidade" entre as normas jurídicas nacionais aplicáveis aos casos concretos e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Nesta tarefa, o Poder Judiciário deve levar em conta não só o tratado, mas também a interpretação dada pela Corte Interamericana, intérprete última da Convenção Americana."

A alternativa C está incorreta. No contexto do Controle de Convencionalidade, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, especialmente aqueles ratificados pelo Brasil, têm primazia sobre legislação nacional ordinária em caso de conflito. Assim já se manifestou diversas vezes o STF, dentre os casos mais emblemáticos RE 466.343 sobre a ilicitude da prisão do depositário infiel, fazendo prevalecer o entendimento de uma norma internacional sobre direitos humanos (Pacto de San José da Costa Rica) sobre uma lei ordinária civil. Nesse sentido, a relatora ministra Ellen Gracie ao julgar o HC 95.967: "A esses diplomas internacionais sobre direitos humanos é reservado o lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da CF/1988, porém acima da legislação interna. "

A alternativa D está correta. O controle de convencionalidade implica que diante da incompatibilidade da norma interna com uma norma internacional sobre direitos humanos, a norma internacional deve prevalecer e não a ordinária como indica a questão.

QUESTÃO 100. Para a preservação dos direitos humanos da criança e do adolescente e prevenção de sua violação, há, dentre outros, o(s) seguinte(s) documento(s) internacional(is):

a) Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, o qual foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, que estabelece que os Estados Partes assegurarão que as atividades definidas como venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil sejam integralmente cobertas por sua legislação criminal ou penal e prevê assistência mútua entre os Estados Partes para as respectivas investigações e processos criminais ou de extradição.

b) as Regras de Beijing, adotadas pela Assembleia Geral da ONU, que estabelecem a cooperação entre os Estados Partes em matéria de adoção internacional, com previsão de regras mínimas para a habilitação para adotar, acompanhamento após a colocação na família substituta, a ser feita pelo país de destino do adotando, e fiscalização de preservação de vínculos com a origem étnica, religiosa, cultural e linguística do adotado.

c) Terceiro Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovado pela Resolução no 54/263 da Assembleia Geral da ONU, de 25.05.2000, que estabelece as regras mínimas para a administração da justiça juvenil, traçando diretrizes compromissadas com abordagem justa e humanitária para lidar com jovens a quem se atribua ato infracional. Este protocolo aponta a excepcionalidade da medida de internação, a ser aplicada apenas como extremo recurso e no mínimo período.

d) Convenção Sobre os Direitos da Criança, que adotou a doutrina da proteção integral da criança e o princípio do interesse maior da criança e que não foi incorporada ao ordenamento interno brasileiro em razão da anterior vigência da Lei no 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que já adotava a mesma doutrina, evitando-se a duplicidade legislativa no âmbito interno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança.

A alternativa A está correta. O Decreto 5.007/04 prevê em seu artigo 3º que: "Os Estados Partes assegurarão que, no mínimo, os seguintes atos e atividades sejam integralmente cobertos por suas legislações criminal ou penal [...] a) No contexto da venda de crianças, conforme definido no Artigo 2º; b) A oferta, obtenção, aquisição, aliciamento ou o fornecimento de uma criança para fins de prostituição infantil; c) A produção, distribuição, disseminação, importação, exportação, oferta, venda ou posse, para os fins acima mencionados, de pornografia infantil, conforme definido no Artigo 2º.

A alternativa B está incorreta. As Regras de Beijing não tratam de adoção internacional mas sim de regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça juvenil, para lidar com jovens em conflito com a lei. A questão confunde as Regras de Beijing com a Convenção de Haia sobre a adoção internacional.

A alternativa C está incorreta. O Terceiro Protocolo Facultativo de Proteção à Criança trata sobre a possibilidade de apresentação de denúncias individuais ao Comitê dos Direitos da Criança da ONU, por crianças, grupos de crianças ou por seus representantes. No mais, tal protocolo não foi aprovado pela Resolução 54/263 e sim pela Resolução nº 66/138 em 2011 e nem trata de regras de administração da justiça juvenil.

A alternativa D está incorreta. A Convenção sobre os Direitos da Criança foi ratificada pelo Brasil em 1990. Não houve duplicidade legislativa, pois o ECA é considerado um instrumento de implementação da Convenção no direito interno e é compatível com os princípios desta, inclusive adotando a doutrina da proteção integral.

TJ-SC

QUESTÃO 1. Enfiteutis, diagnosticado com psicopatia grave, foi autor de diversos crimes violentos, até mesmo contra parentes seus que o abandonaram por medo e até mesmo raiva. Em razão disso, sua filha, Laudêmia, busca sua curatela judicialmente. O Ministério Público, em parecer lançado nos autos, opina, em preliminar, nos seguintes termos: i) a filha não pode postular a medida quando há ascendentes vivos de Enfiteutis que possam desempenhar o encargo, consoante ordem do Art. 1.775 do Código Civil; e ii) a psicopatia não enseja a curatela, na medida em que não se pode falar em incapacidade civil. No mérito, se superados esses pontos, pede que a curatela se estenda também aos atos existenciais de Enfiteutis. As ponderações do Ministério Público:

a) são todas procedentes;

b) são todas improcedentes;

c) procedem quanto ao mérito, mas não quanto às preliminares;

d) procedem quanto à primeira preliminar, mas não quanto ao mérito;

e) só procedem quanto à segunda preliminar.

Comentários

Gabarito Preliminar da Banca: Letra C

Comentário do professor sobre a questão:

...

O gabarito preliminar da banca examinadora apontou como correta a letra C.

Todavia, a questão merece alteração do gabarito para considerar como correta a alternativa B.

Vejamos os fundamentos das alternativas a seguir.

A alternativa B está correta. Analisando as ponderações do Ministério Público, constata-se que todas são improcedentes.

A preliminar 1 é improcedente, pois a filha pode postular a medida quando há ascendentes vivos de Enfiteutis que possam desempenhar o encargo. De acordo com o art. 747 do Código de Processo Civil: "A interdição pode ser promovida: I - pelo cônjuge ou companheiro; II - pelos parentes ou tutores; III - pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando; IV - pelo Ministério Público".

A preliminar 2 é improcedente, pois a psicopatia pode ensejar a curatela se Enfiteutis não puder exprimir sua vontade. Nos termos do art. 4º, III, do Código Civil: "São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade". No mesmo sentido, o art. 1.767, I, do Código Civil dispõe que: "Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela: I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade".

O mérito é improcedente, pois a curatela não pode se estender aos atos existenciais de Enfiteutis. De acordo com o art. 85 da Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência): "Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. § 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto".

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, pelo fundamento exposto na alternativa B.

Portanto, ao indicar a alternativa C como correta, o gabarito preliminar desconsidera a literalidade do dispositivo legal constante do art. 85 da Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), razão pela qual merece alteração para considerar como correta a alternativa B.

QUESTÃO 2. Abel, menor de idade, casou-se com Marieta. Seu pai já era falecido ao tempo da celebração, mas sua mãe ainda era viva. Não obstante ela ter comparecido tanto à celebração quanto à cerimônia, não houve sua autorização formal para a realização desta. Com base no Código Civil e no enunciado formulado, é correto afirmar que o casamento é:

a) nulo de pleno direito, pois sem outorga formal da mãe;

b) anulável, e a mãe possui 180 dias para questioná-lo judicialmente, contados da data que cessar a incapacidade de Abel;

c) válido, já que a mãe compareceu, demonstrando, assim, conhecer e autorizar o casamento;

d) válido, já que Abel alcança a capacidade plena com ele, dispensando outorga materna;

e) nulo de pleno direito, já que necessitava de autorização judicial para sua realização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão é passível de anulação diante da ausência de informação essencial quanto à idade de Abel. Porém, presumindo-se que o examinador considerou que Abel tem 16 (dezesseis) anos, é possível analisar as alternativas da seguinte forma.

As alternativas A e E estão incorretas, pois o casamento da situação hipotética é válido, nos termos do art. 1.555, §2º, do Código Civil: "Não se anulará o casamento quando à sua celebração houverem assistido os representantes legais do incapaz, ou tiverem, por qualquer modo, manifestado sua

aprovação". Além disso, cumpre destacar que, conforme o art. 1.550, II, do Código Civil: "Art. 1.550. É anulável o casamento: II - do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal".

A alternativa B está incorreta, pois o casamento é válido, nos termos do art. 1.555, §2º, do Código Civil: "Não se anulará o casamento quando à sua celebração houverem assistido os representantes legais do incapaz, ou tiverem, por qualquer modo, manifestado sua aprovação".

Além disso, a mãe de Abel possui 180 dias para questionar o casamento judicialmente, contados da data do casamento, nos termos do art. 1.555, §1º, do Código Civil: "Art. 1.555. O casamento do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal, só poderá ser anulado se a ação for proposta em cento e oitenta dias, por iniciativa do incapaz, ao deixar de sê-lo, de seus representantes legais ou de seus herdeiros necessários. § 1º O prazo estabelecido neste artigo será contado do dia em que cessou a incapacidade, no primeiro caso; a partir do casamento, no segundo; e, no terceiro, da morte do incapaz".

A alternativa C está correta, pois ocorreu a convalidação do casamento pelo comparecimento da mãe de Abel tanto à celebração quanto à cerimônia do casamento, nos termos do art. 1.555, §2º, do Código Civil: "Não se anulará o casamento quando à sua celebração houverem assistido os representantes legais do incapaz, ou tiverem, por qualquer modo, manifestado sua aprovação". De acordo com Cristiano Chaves: "É conveniente sublinhar que, o comparecimento e a participação dos assistentes à celebração do casamento implicará em convalidação tácita, afastando a anulabilidade do ato nupcial. Trata-se de mera concretização do princípio do aproveitamento da vontade".

A alternativa D está incorreta, pois Abel somente alcançaria a capacidade plena após a realização do casamento, nos termos do art. 5, parágrafo único, II, do Código Civil: "A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: II - pelo casamento".

QUESTÃO 3. Altair foi contratado como arquiteto para elaborar a planta de construção de uma casa pelo valor total de R$ 50.000,00. Pelo contrato, celebrado em 01/02/2023, ficou avençado que os clientes deveriam pagar os honorários do arquiteto até 01/06/2023. Tendo cumprido fielmente suas obrigações, Altair não recebeu o pagamento dos honorários. Enviou notificação extrajudicial em 15/07/2023, cobrando o pagamento, mas não recebeu qualquer resposta. Diante disso, ajuizou ação para execução de título extrajudicial em 01/09/2023, pretendendo o recebimento dos honorários devidos com os consectários da mora. A citação ocorreu em 30/09/2023. Julgado procedente o pedido, o valor devido deve ser acrescido de:

a) atualização monetária desde 01/06/2023 e juros desde 30/09/2023;

b) atualização monetária desde 01/06/2023 e juros desde 01/06/2023;

c) atualização monetária desde 01/02/2023 e juros desde 15/07/2023;

d) atualização monetária desde 01/09/2023 e juros desde 01/06/2023;

e) atualização monetária desde 01/09/2023 e juros desde 30/09/2023.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. A questão traz uma hipótese de inadimplemento contratual consiste em mora ex re, tendo em vista que, pelo contrato, ficou avençado que os clientes deveriam pagar os honorários do arquiteto até 01/06/2023, contudo, apesar de ter cumprido fielmente suas obrigações, Altair não recebeu o pagamento dos honorários.

Sobre o tema, dispõe o art. 397 do Código Civil que: "Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor".

Ademais, de acordo com Cristiano Chaves: "O art. 397 do Código Civil introduz as duas formas de constituição em mora do devedor. Quando a obrigação líquida é projetada com a inclusão de um termo final, o próprio fato do descumprimento impõe a mora de forma automática, despicienda qualquer interpelação por iniciativa do credor. Trata-se da mora ex re, que decorre do alcance do prazo negocial para o cumprimento de uma prestação cujo montante é determinado pelos próprios termos do documento que lhe deu origem, independentemente de prova pericial ou testemunhal. Assim, a mora opera de pleno direito".

Analisando o caso hipotético, verifica-se que a correção monetária, que resulta da simples recomposição derivada da depreciação da moeda, incide desde o inadimplemento em 01/06/2023. Além disso, os juros são devidos desde 01/06/2023. Segundo o STJ: "Quanto ao aspecto legal, o CC estabelece, como regra geral, que a simples estipulação contratual de prazo para o cumprimento da obrigação já dispensa, uma vez descumprido esse prazo, qualquer ato do credor para constituir o devedor em mora. Aplica-se, assim, o disposto no art. 397 do CC, reconhecendo-se a mora a partir do inadimplemento no vencimento (dies interpella pro homine) e, por força de consequência, os juros de mora devem incidir também a partir dessa data" (EREsp 1.250.382-PR, Rel. Min. Sidnei Beneti, julgado em 2.4.2014).

Acerca do tema, também é necessária a leitura dos arts. 389 e 395 do Código Civil.

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Art. 395. Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, pelo fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 4. Guilhermina tomou emprestado de Vicentino R$ 100.000,00. Para garantir o pagamento, emitiu-se uma nota promissória no valor de R$ 200.000,00, devidamente assinada pela devedora. Sobreveio o inadimplemento e Vicentino ajuizou demanda executiva. Em embargos, Guilhermina aduziu e comprovou que Vicentino, em outro negócio jurídico, tinha avalizado cheque da qual era credora pela quantia de R$ 300.000,00, daí ela ter postulado a compensação. Vicentino, a seu turno, impugnou essa pretensão, no que demonstra que o título avalizado embutia juros onzenários em patamar muito superior ao permitido pela Lei de Usura.

Aduziu, ainda, que o cheque estava pós-datado para dali a um ano. Nesse caso, é correto afirmar que:

a) a inclusão de juros usurários é causa de nulidade do título, diante da gravidade da prática (que, inclusive, tem tipificação criminal), o que impede a compensação pretendida;

b) a prática de agiotagem leva à declaração de nulidade apenas das disposições usurárias, mas a compensação se mostra inviável diante da diversidade de suas causas (contrato de mútuo e aval em título de crédito) e do tipo de responsabilidade do devedor;

c) a prática de agiotagem leva à declaração de nulidade apenas das disposições usurárias, mas a compensação se mostra inviável porque o crédito de Guilhermina decorre de ato ilícito;

d) a prática de agiotagem leva à declaração de nulidade apenas das disposições usurárias, mas a compensação não pode ser realizada enquanto não se concluir o prazo de favor concedido pela pós-datação do cheque;

e) a prática de agiotagem leva à declaração de nulidade apenas das disposições usurárias e nada impede a compensação do cheque no limite do valor expurgado dos juros ilícitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Inicialmente, constata-se a ausência de informação essencial no enunciado quanto à apresentação do cheque à instituição financeira. A solução do questionamento apresentado exige uma análise conjunta do entendimento do STJ no REsp 1.560.576 e no REsp 2.031.041.

A alternativa E está correta, de acordo com o entendimento do STJ: "Havendo prática de agiotagem, devem ser declaradas nulas apenas as estipulações usurárias, conservando-se o negócio jurídico de empréstimo pessoal entre pessoas físicas mediante redução dos juros aos limites legais" (REsp n. 1.560.576/ES, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 23/08/2016).

Ademais, a informação acerca da apresentação torna-se relevante para a resposta, na medida em que o STJ possui o entendimento de que "É nula a execução fundada em cheque não apresentado, previamente, ao sacado para pagamento, ante a ausência de exigibilidade do título, nos termos do inciso I, do art. 803, do CPC/2015 (REsp n. 2.031.041/DF, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 14/3/2023, DJe de 16/3/2023).

Assim, presumindo-se que o examinador considerou que o cheque foi apresentado para pagamento na instituição financeira, será possível a compensação do cheque no limite do valor expurgado dos juros ilícitos.

As alternativas A, B, C, e D estão incorretas, pelo fundamento exposto na alternativa E.

QUESTÃO 5. João era bilionário e tinha uma coleção de mais de cem carros potentes em sua garagem. Seu motorista, Pedro, secretamente, utilizava-os para participar de corridas organizadas pelo clube automobilístico local. No dia 12/12/2020, Pedro se sagra vencedor do torneio anual, logrando um prêmio de R$ 150.000,00. Em 13/12/2023, João descobre que seu carro havia sido subtraído para a participação em corridas, inclusive rendendo aquele substancial prêmio. Nesse caso, João poderá pedir judicialmente:

a) apenas os aluguéis devidos pela retirada dos veículos sem sua autorização, a título de lucros cessantes;

b) apenas os aluguéis devidos pela retirada dos veículos sem sua autorização, a título de danos emergentes;

c) os aluguéis devidos pela retirada dos veículos, a título de lucros cessantes, e a reversão do prêmio recebido por Pedro, pela teoria da perda de uma chance;

d) os aluguéis devidos pela retirada dos veículos, a título de lucros cessantes, e a reversão do prêmio recebido por Pedro, para evitar o enriquecimento sem causa dele;

e) apenas a restituição do prêmio recebido por Pedro, pela teoria da perda de uma chance.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois João também poderá pedir judicialmente a reversão do prêmio recebido por Pedro, para evitar o enriquecimento sem causa, nos termos do art. 884 do Código Civil: "Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários".

A alternativa B está incorreta, pois os aluguéis não possuem como fundamento os danos emergentes. Para Cristiano Chaves: "Os danos emergentes correspondem ao montante indispensável para eliminar as perdas econômicas efetivamente decorrentes da lesão, reequilibrando assim o patrimônio da vítima. Configuram os prejuízos necessariamente nascidos da ação ou omissão danosa". Contudo, no caso hipotético, não ocorreu desfalque patrimonial.

A alternativa C está incorreta, pois os aluguéis não possuem como fundamento a teoria da perda de uma chance. De acordo com Cristiano Chaves: "A perda de uma chance consiste em uma oportunidade dissipada de obter futura vantagem ou de evitar um prejuízo em razão da prática de um dano injusto. [...] Só se viabiliza a compreensão da teoria da perda de uma chance a partir do momento em que conceituamos o dano – seja ele patrimonial ou extrapatrimonial – como a lesão a um interesse concreto merecedor de tutela. A partir desta premissa, demonstraremos que, quando alguém é privado de uma chance séria e efetiva, o dano traduzirá uma lesão a uma legítima expectativa, que eventualmente será objeto de reparação, da mesma forma que os danos emergentes, lucros cessantes e o dano moral".

A alternativa D está incorreta, pois João poderá pedir judicialmente os aluguéis devidos pela retirada dos veículos, a título de lucros cessantes, na forma do art. 402 do Código Civil: "Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele

efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar". Além da reversão do prêmio recebido por Pedro, para evitar o enriquecimento sem causa dele, nos termos do art. 884 do Código Civil: "Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários".

A alternativa E está incorreta, pois João também poderá pedir judicialmente os aluguéis devidos pela retirada dos veículos, a título de lucros cessantes, na forma do art. 402 do Código Civil: "Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar".

QUESTÃO 6. Em testamento, lavrado em 2004, Veniro lega um apartamento a seu sobrinho Dutinho. Dispõe, no entanto, que, quando Dutinho atingir 40 anos, o bem passará a sua irmã, Eudóxia. E mais: que, caso Dutinho ou Eudóxia não queiram ou não possam receber o bem, serão substituídos, nas respectivas posições e em idênticas condições, por Dolly. Em 2005, morre Eudóxia, precocemente. Enlutado, Veniro vive uma depressão intensa e acaba por falecer no início de 2006, Nesse caso, é correto afirmar que:

a) caducou o fideicomisso, considerando que Eudóxia morreu antes da abertura da sucessão, o que torna sem efeito, no particular, o testamento, de modo que o apartamento passará aos herdeiros legitimários de Veniro;

b) caducou o fideicomisso, de modo que a propriedade deve se consolidar nas mãos de Dutinho, sem que ocorra transmissão, quando completar 40 anos, aos herdeiros de Eudoxia ou a Dolly;

c) não caducou o fideicomisso, de modo que, como é ilícita a substituição vulgar estipulada por configurar fideicomisso de terceiro grau, quando Dutinho atingir 40 anos, o apartamento passará aos herdeiros legais de Eudóxia;

d) não caducou o fideicomisso, de modo que, como é lícita a substituição vulgar estipulada, quando Dutinho atingir 40 anos, o apartamento passará a Dolly;

e) com essa dinâmica, terá vez o fideicomisso de terceiro grau licitamente pactuado, de modo que os bens passarão a Dolly.

Comentários

Não há alternativa correta para a questão.

A questão inicia discorrendo acerca de uma substituição fideicomissária envolvendo Dutinho, Eudóxia e Dolly, todos já nascidos. Contudo, dispõe o art. 1.952 do Código Civil que: "A substituição fideicomissária somente se permite em favor dos não concebidos ao tempo da morte do testador". Para Cristiano Chaves: "Com essa limitação legal, somente a pessoa não concebida ao tempo do óbito do autor da herança (chamada de prole eventual ou concepturo) pode figurar como fideicomissário. Nenhuma outra pessoa pode merecer a nomeação como fideicomissário, restringindo significativamente o alcance e a própria utilidade prática da substituição fideicomissária".

Portanto, considerando que a mencionada disposição testamentária é inválida, não há alternativa correta para a questão.

QUESTÃO 7. Cristina, Danilo e Eduardo comprometeram-se solidariamente a dar determinado automóvel a Felício até o final do mês. Ocorre que a entrega oportuna do bem foi impossibilitada por culpa exclusiva de Eduardo. Diante disso, é correto afirmar que:

a) perante Felício, somente Eduardo pode ser responsabilizado pelos juros da mora;

b) Felício pode optar entre exigir a cláusula penal integralmente de Eduardo, ou então exigir somente proporcionalmente de cada um dos devedores;

c) pelas perdas e danos sofridos por Felício, somente Eduardo responde, mas todos continuam solidariamente responsáveis pelo equivalente;

d) eventual cláusula ou condição adicional celebrada somente entre Cristina e Felício pode agravar também a situação dos demais devedores em virtude da solidariedade;

e) se Daniel for exonerado por Felício da solidariedade, não poderá ser chamado a participar de eventual rateio da cota de Cristina se ela vier a se revelar insolvente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois Cristina, Danilo e Eduardo podem ser responsabilizados pelos juros da mora, nos termos do art. 280 do Código Civil: "Todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida".

A alternativa B está incorreta, pois Felício pode optar entre exigir a cláusula penal integralmente de Eduardo ou dos demais devedores (Cristina ou Danilo), nos termos do art. 275 do Código Civil: "O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto".

A alternativa C está correta, pois a entrega oportuna do bem foi impossibilitada por culpa exclusiva de Eduardo. Nesse sentido dispõe o art. 279 do Código Civil que: "Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado".

A alternativa D está incorreta, pois não poderá agravar. Conforme o disposto no art. 278 do Código Civil: "Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, não poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes".

A alternativa E está incorreta, pois Daniel poderá ser chamado a participar de eventual rateio da cota de Cristina se ela vier a se revelar insolvente, ainda que tenha sido exonerado por Felício da solidariedade. De acordo com o art. 284 do Código Civil: "No caso de rateio entre os co-devedores, contribuirão também os exonerados da solidariedade pelo credor, pela parte que na obrigação incumbia ao insolvente".

QUESTÃO 8. Ano passado, Lauro e Sara casaram-se civilmente. Por ocasião da habilitação para o casamento, Sara tinha 16 anos. Sua mãe autorizou o casamento, mas seu pai, não. Foi necessário suprimento judicial de consentimento para o casamento. Sara, atualmente com 17 anos, deseja pôr fim ao casamento, embora não seja essa a vontade de Lauro. Nesse caso:

a) a eficácia da habilitação para o casamento de Lauro e Sara foi de três meses, a contar da data em que foi extraído o certificado;

b) o regime de bens que rege o casamento civil entre os cônjuges é o da separação convencional de bens, em virtude da idade de Sara quando da habilitação;

c) se o divórcio for decretado enquanto Sara ainda tiver 17 anos, ela retorna à condição de relativamente incapaz, cessando a emancipação;

d) se for provado que o casamento de Sara foi celebrado mediante o defeito da coação moral, o casamento deve ser declarado nulo;

e) ocorrendo o divórcio, Lauro poderá se casar novamente, inclusive com a irmã de Sara, pois o parentesco por afinidade é extinto na linha colateral com o divórcio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois a eficácia da habilitação para o casamento de Lauro e Sara foi de 90 (noventa) dias, conforme dispõe o art. 1.532 do Código Civil: "A eficácia da habilitação será de noventa dias, a contar da data em que foi extraído o certificado".

A alternativa B está incorreta, pois trata-se do regime de separação legal (absoluta) de bens, considerando que foi necessário suprimento judicial de consentimento para o casamento em relação ao pai de Sara. Nos termos do art. 1.641: "É obrigatório o regime da separação de bens no casamento: III - de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial".

A alternativa C está incorreta, pois a ocorrência de divórcio enquanto Sara ainda tiver 17 anos, não enseja seu retorno à condição de relativamente incapaz. De acordo com Cristiano Chaves: "Sublinhe-se que a emancipação, em todas as suas espécies, seja convencional (ato do pai e da mãe), judicial ou legal (v. g., pelo casamento ou pela colação de grau científico em nível superior), é, sempre, irrevogável e irretratável. Assim, não se restitui o menor-emancipado ao status quo ante no caso de eventual cessação dos efeitos do ato emancipatório. Exemplificativamente: o eventual divórcio, bem como a posterior

falência ou exoneração do serviço público (antes que o titular tenha completado 18 anos de idade), não afeta a capacidade adquirida, restando mantida, inteiramente, a plena capacidade jurídica".

A alternativa D está incorreta, pois é anulável o casamento celebrado mediante o defeito da coação moral. Dispõe o art. 1.558 do Código Civil: "É anulável o casamento em virtude de coação, quando o consentimento de um ou de ambos os cônjuges houver sido captado mediante fundado temor de mal considerável e iminente para a vida, a saúde e a honra, sua ou de seus familiares". Cumpre destacar que o prazo para ser intentada a ação de anulação do casamento, a contar da data da celebração, é de quatro anos, se houver coação (art. 1.560, IV, do Código Civil).

A alternativa E está incorreta, pois o vínculo de parentesco por afinidade estabelecido entre um cônjuge, ou companheiro, e os irmãos do outro cônjuge ou companheiro (art. 1.595 do Código Civil) se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável. Dispõe o mencionado dispositivo que: "Art. 1.595. Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade. § 1º O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro. § 2º Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável."

Ademais, segundo Cristiano Chaves: "Desse modo, dissolvido o casamento ou a união estável que deu origem à afinidade, o viúvo (ou o ex-cônjuge) não pode casar com a sogra ou a enteada, porque o parentesco por afinidade em linha reta não se dissolve (CC, art. 1.595, § 2º). Exatamente por conta do alcance do impedimento (direcionado aos parentes por afinidade em linha reta), não estão atingidas as pessoas ligadas por parentesco por afinidade em linha transversal (cunhados), que, por sua vez, podem casar, após a dissolução do casamento originário".

QUESTÃO 9. Eduardo, André e Pedro são praticantes de hipismo e compraram de Marcos, criador, um cavalo de raça chamado Rocky. Em dia previamente estabelecido, Marcos foi à hípica entregar o cavalo. Quando chegou, apenas André estava lá para recebê-lo. Marcos entregou o cavalo e não recebeu qualquer quitação. Mais tarde, Eduardo e Pedro cobraram de Marcos a entrega do cavalo. Nesse caso, segundo o CC/2002, Marcos:

a) nada deve a Eduardo e Pedro, tendo em vista a indivisibilidade da prestação;

b) deveria ter exigido uma caução de ratificação;

c) somente poderia entregar o cavalo aos três cavaleiros;

d) nada deve a Eduardo e Pedro, tendo em vista a ausência de solidariedade subjetiva entre eles;

e) nada deve a Eduardo e Pedro, tendo em vista a ausência de solidariedade objetiva entre eles.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Inicialmente, cumpre destacar que a questão trata de obrigação indivisível, nos termos do art. 258 do Código Civil: "A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico".

Acerca da diferenciação entre solidariedade e indivisibilidade, Cristiano Chaves afirma que: "A gênese da solidariedade é subjetiva, resultando de causa inerente aos partícipes da relação obrigacional, seja por convenção ou imposição normativa (mesmo que decorrente da lei, em atenção aos sujeitos da obrigação). Contudo, a indivisibilidade é de matriz objetiva, pois emana de óbice ao fracionamento da obrigação pela própria natureza da prestação ou, excepcionalmente, por assim reputarem os contratantes em atenção ao objeto (indivisibilidade convencional)".

Assim, a situação descrita no enunciado, segundo a qual Eduardo, André e Pedro compraram de Marcos, criador, um cavalo de raça, caracteriza obrigação indivisível pela natureza da coisa (cavalo de raça).

Ademais, Marcos deveria ter exigido uma caução de ratificação, nos termos do art. 260 do Código Civil: "Se a pluralidade for dos credores, poderá cada um destes exigir a dívida inteira; mas o devedor ou devedores se desobrigarão, pagando: I - a todos conjuntamente; II - a um, dando este caução de ratificação dos outros credores".

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, pelo fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 10. Claudio vendeu uma casa hipotecada para Carlos. Carlos desconhecia o gravame e foi surpreendido pela carta do banco informando da necessidade de pagamento. Baseado no enunciado e no código civil, assinale a alternativa correta quanto à extinção da hipoteca:

a) a alienação do imóvel hipotecado extingue a hipoteca;

b) a alienação do imóvel, por escritura pública, extingue a hipoteca;

c) o perecimento do imóvel extingue a hipoteca;

d) a constituição de nova hipoteca sobre o mesmo bem extingue a hipoteca;

e) há vedação de alienação de bem hipotecado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

As alternativas A e B estão incorretas, pois a alienação do imóvel hipotecado não consiste em hipótese de extinção de hipoteca. De acordo com o art. 1.499 do Código Civil, a hipoteca extingue-se: "I - pela extinção da obrigação principal; II - pelo perecimento da coisa; III - pela resolução da propriedade; IV - pela renúncia do credor; V - pela remição; VI – pela arrematação ou adjudicação". Além disso, o diploma civilista não veda a alienação de bem hipotecado. Nos termos do art. 1.475 do Código Civil: "É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado".

A alternativa C está correta. Trata-se de disposição expressa no art. 1.499 do Código Civil: "A hipoteca extingue-se: I - pela extinção da obrigação principal; II - pelo perecimento da coisa; III - pela resolução da propriedade; IV - pela renúncia do credor; V - pela remição; VI – pela arrematação ou adjudicação".

A alternativa D está incorreta, pois não é hipótese de extinção da hipoteca. Acerca da constituição de nova hipoteca, dispõe o art. 1.476 do Código Civil que: "O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor".

A alternativa E está incorreta, pois não é vedada a alienação de bem hipotecado. Nos termos do art. 1.475 do Código Civil: "É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado".

QUESTÃO 11. Adamastor, que não teve filhos, sempre teve um carinho especial por seu afilhado Euclides. Por isso, quando este completou 18 anos, doou a ele um automóvel. Após a doação, veio a saber que quem vinha divulgando nas redes sociais graves acusações quanto à lisura e honestidade de Lucrécia, sua companheira, era o próprio Euclides. Diante das ofensas à mulher com quem mantinha união estável há muitos anos, Adamastor pretende a revogação da doação por ingratidão de Euclides. Sobre o caso, é correto afirmar que:

a) o prazo de um ano para pretender a revogação da doação por ingratidão conta-se da data em que Adamastor veio a ter conhecimento da autoria das ofensas, mesmo ele já sabendo da existência delas antes disso;

b) se Adamastor vier a falecer, seus herdeiros poderão pretender a revogação da doação por ingratidão de Euclides, se o fizerem dentro do prazo legal, que não se interrompe pela morte do doador;

c) a revogação da doação por ingratidão não é possível nesse caso, pois o rol de hipóteses que a ensejam é reputado taxativo e não inclui injúria grave à companheira, somente ao cônjuge;

d) Adamastor pode realizar a revogação por notificação extrajudicial, cumprindo recorrer ao Judiciário somente se Euclides se recusar a devolver o bem e, nesse caso, a decisão será meramente declaratória da revogação;

e) os efeitos da revogação retroagirão à data em que foi realizada a doação, cabendo a Euclides devolver eventuais frutos percebidos e, em caso de deterioração ou perda do bem, indenizar o doador pelo seu atual valor de mercado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 559 do Código Civil: "A revogação por qualquer desses motivos deverá ser pleiteada dentro de um ano, a contar de quando chegue ao conhecimento do doador o fato que a autorizar, e de ter sido o donatário o seu autor". Para Cristiano Chaves: "a ação de revogação por ingratidão tem de ser ajuizada no prazo decadencial de um ano (CC, art. 559). O termo a quo para a

fluência prazal será aquele em que o doador tiver a convicção de que o donatário praticou um dos fatos caracterizadores da indignidade (é a incidência da teoria da actio nata)".

A alternativa B está incorreta, pois, se Adamastor vier a falecer, seus herdeiros não poderão pretender a revogação da doação por ingratidão de Euclides, sobretudo em razão da causa da revogação (Podem ser revogadas por ingratidão as doações: III - se o injuriou gravemente ou o caluniou). Nos termos do art. 560: "O direito de revogar a doação não se transmite aos herdeiros do doador, nem prejudica os do donatário. Mas aqueles podem prosseguir na ação iniciada pelo doador, continuando-a contra os herdeiros do donatário, se este falecer depois de ajuizada a lide". Cumpre destacar a exceção trazida pelo art. 561 do Código Civil, segundo o qual: "No caso de homicídio doloso do doador, a ação caberá aos seus herdeiros, exceto se aquele houver perdoado".

A alternativa C está incorreta, pois a revogação da doação por ingratidão é possível. De acordo com o art. 557, III, do Código Civil: "Podem ser revogadas por ingratidão as doações: III - se o injuriou gravemente ou o caluniou". Além disso, pode ocorrer também a revogação quando o ofendido, nos casos do artigo anterior, for o cônjuge, ascendente, descendente, ainda que adotivo, ou irmão do doador (art. 558 do Código Civil).

De acordo com Cristiano Chaves: "Naturalmente, a referência ao cônjuge deve ser ampliada, alcançando, por igual, o companheiro e o parceiro homoafetivo, na medida em que a união estável e a união homoafetiva também são entidades familiares, merecedoras da especial proteção do Estado dedicada pelo caput do art. 226 do Texto Constitucional. Dessa maneira, utilizando a técnica de interpretação conforme a Constituição, deve ser alargada a alusão ao cônjuge para alcançar, identicamente, o companheiro e o parceiro homoafetivo, evitando qualquer forma de discriminação por parte do legislador subalterno".

Cumpre destacar, ainda, o Enunciado nº 33 da I Jornada de Direito Civil: "O novo Código Civil estabeleceu um novo sistema para a revogação da doação por ingratidão, pois o rol legal previsto no art. 557 deixou de ser taxativo, admitindo, excepcionalmente, outras hipóteses".

A alternativa D está incorreta, pois a revogação da doação depende de decisão no âmbito judicial. Segundo Cristiano Chaves: "A revogação da doação autorizada por lei, por sua vez, depende de reconhecimento judicial da sua causa posterior, nas estreitas hipóteses contempladas no Código Civil (descumprimento de encargo e ingratidão do beneficiário), não comportando interpretação ampliativa. [...] A revogação da doação é forma de perda ulterior de eficácia por resolução judicial, extinguindo a avença em face da ruptura da confiança, que, necessariamente, deveria permear o negócio. De fato, justifica-se a revogação da doação em vista do forte conteúdo moral que decorre da prática de uma liberalidade". Além disso, dispõe o art. 559 do Código Civil que: "A revogação por qualquer desses motivos deverá ser pleiteada dentro de um ano, a contar de quando chegue ao conhecimento do doador o fato que a autorizar, e de ter sido o donatário o seu autor".

A alternativa E está incorreta, pois os efeitos da revogação retroagirão à data da citação, cabendo a Euclides devolver eventuais frutos percebidos e, em caso de deterioração ou perda do bem, indenizar o doador pelo meio termo do seu valor. Nos termos do art. 563 do Código Civil: "A revogação por ingratidão não prejudica os direitos adquiridos por terceiros, nem obriga o donatário a restituir os frutos percebidos antes da citação válida; mas sujeita-o a pagar os posteriores, e, quando não possa restituir em espécie as coisas doadas, a indenizá-la pelo meio termo do seu valor".

QUESTÃO 12. Os alimentos compensatórios e indenizatórios:

a) designam o mesmo instituto, isto é, a pensão paga em decorrência de ato ilícito que resulte em redução da capacidade laboral;

b) prescindem da prova de atividade laboral anterior pelo alimentando e podem ser cumulados com pensão previdenciária;

c) são informados pelo trinômio necessidade, possibilidade e razoabilidade;

d) têm por finalidade atender a necessidade de subsistência do credor;

e) podem ser prestados em parcelas ou em pagamento único, mesmo quando os alimentos indenizatórios decorrerem de falecimento (dano-morte).

Comentários

Não há alternativa correta para a questão.

Os alimentos compensatórios e indenizatórios são institutos diversos. Ademais, dentre as alternativas não é possível identificar informação ou característica que seja comum ou aplicável a ambos.

No que se refere aos alimentos compensatórios, afirma Cristiano Chaves que: "Defende-se, então, a possibilidade de fixação do pensionamento em perspectiva compensatória sempre que a dissolução do casamento atinge, sobremaneira, o padrão social e econômico de um dos cônjuges sem afetar o outro. Especialmente, naquelas relações afetivas que se prolongaram por muitos anos, com uma história de cooperação recíproca. Nessas circunstâncias, advindo o divórcio, após longos anos de relacionamento, o patrimônio comum será partilhado, a depender do regime de bens, e o cônjuge que precisar poderá fazer jus aos alimentos para a sua subsistência. Todavia, considerando que um dos cônjuges tem um rendimento mensal mínimo, absolutamente discrepante do padrão que mantinha anteriormente, pode se justificar a fixação dos alimentos em valor compensatório."

Sobre o tema dos alimentos compensatórios, destaca-se a ementa do REsp 1.954.452:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ADMINISTRAÇÃO EXCLUSIVA DE PATRIMÔNIO COMUM BILIONÁRIO. ALIMENTOS RESSARCITÓRIOS. CABIMENTO. DECISÃO EXTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide de forma fundamentada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. 2. Os alimentos compensatórios são fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, fundada na dignidade da pessoa humana, na solidariedade familiar e na vedação ao abuso de direito. De natureza indenizatória e excepcional, destinam-se a mitigar uma queda repentina do padrão de vida do ex-cônjuge ou ex-companheiro que, com o fim do relacionamento, possuirá patrimônio irrisório se comparado ao do outro consorte, sem, contudo, pretender a igualdade econômica do ex-casal, apenas reduzindo os efeitos deletérios oriundos da carência social. 3. Apesar da corriqueira confusão conceitual, a prestação compensatória não se confunde com os alimentos ressarcitórios, os quais configuram um pagamento ao

ex-consorte por aquele que fica na administração exclusiva do patrimônio, enquanto não há partilha dos bens comuns, tendo como fundamento a vedação ao enriquecimento sem causa, ou seja, trata-se de uma verba de antecipação de renda líquida decorrente do usufruto ou da administração unilateral dos bens comuns. 4. O alimentante está na administração exclusiva dos bens comuns do ex-casal desde o fim do relacionamento, haja vista que a partilha do patrimônio bilionário depende do fim da ação de separação litigiosa que já se arrasta por quase 20 (vinte) anos, o que justifica a fixação dos alimentos ressarcitórios. 5. Não existe decisão fora dos limites da demanda quando o julgador, mediante interpretação lógico-sistemática da petição inicial, examina a pretensão deduzida em juízo como um todo, afastando-se a alegação de ofensa ao princípio da adstrição ou congruência. As instâncias ordinárias apreciaram o pedido em concordância com a causa de pedir remota, dentro dos limites postulados na exordial, não havendo falar em decisão extra petita. 6. Recurso especial conhecido e desprovido. (REsp n. 1.954.452/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 13/6/2023, DJe de 22/6/2023.)

Ademais, de acordo com o STJ: "Os chamados alimentos compensatórios, ou prestação compensatória, não têm por finalidade suprir as necessidades de subsistência do credor, tal como ocorre com a pensão alimentícia regulada pelo art. 1.694 do CC/2002, senão corrigir ou atenuar grave desequilíbrio econômico-financeiro ou abrupta alteração do padrão de vida do cônjuge desprovido de bens e de meação"(REsp 1.290.313/AL, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe de 07/11/2014).

Por outro lado, no âmbito da responsabilidade civil, destacam-se os alimentos indenizatórios pagos em decorrência de ato ilícito que resulte em redução da capacidade laboral. Para Cristiano Chaves: “a indenização por ato ilícito é autônoma em relação a qualquer benefício que a vítima receba de ente previdenciário. O benefício previdenciário é diverso e independente da indenização por danos emergentes ou lucros cessantes. Este, pelo direito comum; aquele, assegurado pela Previdência, que resulta da contribuição compulsória feita pelo segurado. Daí inexistir bis in idem quando a vítima pleiteia pensão decorrente de acidente de trabalho ou doença ocupacional, que possui natureza cível (art. 950, CC), cumulativamente à aposentadoria pelo regime geral da previdência”.

Por todo o exposto, observa-se que não há resposta correta para o questionamento proposto.

QUESTÃO 13. A Empresa X apresenta projeto de parcelamento do solo urbano, através de loteamento e desmembramento, nos moldes da Lei nº 6.766/1979, com área total de 800.000 m². Diante do exposto, é correto afirmar que:

a) projeto com área total superior a 500.000 m² deverá ser aprovado pelo Estado ou Distrito Federal;

b) é possível a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento em área definida como não edificável, desde que inferior a 500.000 m²;

c) cabe ao Estado disciplinar a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento com área superior a 100.000 m²;

d) aprovado o projeto de loteamento e desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao Registro Imobiliário no prazo de 120 dias;

e) a existência de protesto não impedirá o registro de loteamento e desmembramento se o requerente provar que não prejudicará os adquirentes de lotes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois a lei traz a previsão de área superior a 1.000.000 m^2. Além disso, caberá ao Município aprovar o projeto. De acordo com o art. 13, III, da Lei nº 6.766/79: "Aos Estados caberá disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos nas seguintes condições: III - quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000 m^2".

A alternativa B está incorreta, pois não é possível a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento em área definida como não edificável. Nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 6.766/79: "É vedada a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento em áreas de risco definidas como não edificáveis, no plano diretor ou em legislação dele derivada".

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 13, III, da Lei nº 6.766/79: "Aos Estados caberá disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos nas seguintes condições: III - quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000 m^2".

A alternativa D está incorreta, pois a lei prevê o prazo de 180 (cento e oitenta) dias. Dispõe o caput do art. 18 da Lei nº 6.766/79: "Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado dos seguintes documentos".

A alternativa E está correta, nos termos do art. 18, §2º, da Lei nº 6.766/79: "A existência de protestos, de ações pessoais ou de ações penais, exceto as referentes a crime contra o patrimônio e contra a administração, não impedirá o registro do loteamento se o requerente comprovar que esses protestos ou ações não poderão prejudicar os adquirentes dos lotes. Se o Oficial do Registro de Imóveis julgar insuficiente a comprovação feita, suscitará a dúvida perante o juiz competente".

QUESTÃO 14. Flávio contrata os serviços de Reinaldo, que atuava informalmente como corretor de imóveis, para vender um terreno que tinha em frente à praia. Reinaldo consegue achar um interessado para permutar o terreno por dois outros menores no interior do Estado de Santa Catarina, o que é aceito por Flávio. Logo depois de lavrada a escritura pública para conclusão do negócio, mas antes de seu registro, sobrevém a notícia de evicção de um dos imóveis que seriam negociados. Nesse caso, à luz do Código Civil, a comissão de Reinaldo:

a) será devida integralmente;

b) não será devida, porque ele não tem inscrição no Conselho Profissional;

c) deverá ser arbitrada judicialmente em valor inferior ao que receberia profissional inscrito no Conselho Profissional;

d) não será devida, porque a conclusão do negócio e a obtenção do resultado útil foram inviabilizados pela evicção de um dos imóveis;

e) não será devida, porque o resultado útil não foi obtido, considerando que Reinaldo não conseguiu achar interessado no negócio proposto por Flávio (compra e venda), mas apenas em uma permuta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 725 do Código Civil: "A remuneração é devida ao corretor uma vez que tenha conseguido o resultado previsto no contrato de mediação, ou ainda que este não se efetive em virtude de arrependimento das partes". De acordo com Cristiano Chaves: "Sem dúvida, o corretor não pode se responsabilizar pela conclusão do negócio. A sua atuação cessa com o resultado útil propiciado ao cliente. Isto é: com a aproximação eficaz e exitosa do comitente com o terceiro, com quem celebra o negócio pretendido. Dali em diante, não será possível frustrar a remuneração do corretor por conta de eventuais desistências, após a celebração do contrato, ou de fatos externos, como uma eventual evicção da coisa adquirida".

A alternativa C está incorreta, pois a remuneração somente será arbitrada judicialmente caso não esteja fixada em lei, tampouco tenha sido ajustada entre as partes. Conforme dispõe o art. 724 do Código Civil: "A remuneração do corretor, se não estiver fixada em lei, nem ajustada entre as partes, será arbitrada segundo a natureza do negócio e os usos locais".

As alternativas B, D e E estão incorretas. Segundo Cristiano Chaves: "haverá direito à remuneração pelo corretor ainda quando a atividade for efetivada por pessoa sem a qualificação exigida pela norma. Seria o caso do corretor de imóveis sem inscrição no órgão profissional correspondente. Nesse caso, o corretor fará jus a uma compensação pecuniária pela atuação desempenhada, evitando um enriquecimento sem causa, com inspiração no art. 606 do Código Civil".

QUESTÃO 15. Aloísio ajuizou demanda em face de Bernardo e Célio, pleiteando a anulação de contrato que alegadamente havia celebrado com ambos, sob o fundamento de que haviam ficado caracterizados diversos vícios que comprometiam a validade do negócio jurídico. Apreciando a petição inicial, o juiz da causa, lendo detidamente o que a instruíra, constatou que, além de Aloísio Bernardo e Célio, também o haviam celebrado Danilo e Eugênio. Assim, determinou o magistrado a intimação de Aloísio para que, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, emendasse a sua peça vestibular, de modo a incluir Danilo e Eugênio no polo passivo da relação processual, requerendo a citação de um e outro, o que foi atendido pelo autor.

Contudo, diante das extremas dificuldades encontradas para a localização de Danilo e Eugênio, Aloísio protocolizou petição em que afirmava que a inclusão de ambos no feito estava comprometendo a rápida solução do litígio, pondo em risco a própria efetividade da futura

tutela jurisdicional. Não obstante, o juiz rejeitou o requerimento autoral de limitação do litisconsórcio passivo.

Nesse quadro, é correto afirmar que:

a) agiu equivocadamente o juiz ao determinar a intimação do autor para emendar a petição inicial, pois a matéria não está sujeita à cognição ex officio do órgão judicial;

b) a decisão que indeferiu a limitação do litisconsórcio é insuscetível de impugnação por via recursal típica, podendo ser manejado o mandado de segurança para alvejá-la;

c) a decisão que indeferiu a limitação do litisconsórcio é impugnável pelo recurso de agravo de instrumento, que, caso seja manejado, deverá ser desprovido;

d) ao constatar a ausência de litisconsortes necessários, poderia o juiz diretamente incluí-los no polo passivo, sem a necessidade de ordenar a vinda de emenda à petição inicial;

e) deveria o juiz ter deferido o pedido de limitação do litisconsórcio, diante de sua natureza facultativa e do prejuízo para a celeridade da prestação jurisdicional que a citação dos novos réus acarretaria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Em análise ao caso narrado, o juiz agiu corretamente nos termos do art. 1015, VIII, do CPC.

Portanto, trata-se de caso de litisconsórcio necessário, em decorrência da natureza da relação jurídica, e unitária, pois a decisão deverá ser uniforme para ambos. Ainda, todos devem compor o polo da demanda, sob pena de nulidade, nos termos do art. 115, I, do CPC.

A alternativa A e B estão incorretas. O juiz agiu corretamente em limitar o litisconsórcio, sendo a decisão impugnável por meio do recurso de agravo de instrumento, não sendo caso de mandado de segurança, nos termos do art. 1015, VIII, do CPC. Vejamos: "Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;".

A alternativa C está correta. Caberá a interposição do recurso de agravo de instrumento em face da decisão que indeferiu a limitação do litisconsórcio, nos termos art. 1.015 do CPC: "Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;". Contudo, o recurso deverá ser indeferido, pois o juiz agiu corretamente.

A alternativa D está incorreta. Deverá o juiz intimar o autor para que ele venha a incluir o litisconsórcio no polo passivo da demanda, nos termos do art. 115, parágrafo único do CPC: “Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.".

A alternativa E está incorreta. O juiz agiu corretamente, nos termos do art. 1015, VIII, do CPC.

QUESTÃO 16. Sobre a repercussão geral, é correto afirmar que:

a) não se admite, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado;

b) a súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no diário oficial, mas não valerá como acórdão;

c) cabe agravo interno contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que não conhece do recurso extraordinário por ausência de repercussão geral;

d) haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que contrarie jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal;

e) reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal examinará a pertinência de determinar a suspensão dos processos pendentes que versem sobre a questão, designando audiência especial no prazo de trinta dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta, admitindo-se a manifestação de terceiro em sede de repercussão geral desde que subscrita por procurador habilitado, nos termos do art. 1.035, §4º do CPC: "O relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.".

A alternativa B está incorreta. Ao contrário, a súmula da decisão sobre repercussão geral constará de ata, que será publicada no diário oficial e valerá como acórdão, conforme determina o art. 1035, §11, do CPC. Vejamos: “A súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no diário oficial e valerá como acórdão.".

A alternativa C está incorreta. Trata-se de decisão irrecorrível àquela que não conhece o recurso extraordinário por repercussão geral, nos termos do art. 1.035 do CPC: "Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo.”.

A alternativa D está correta. Conforme o art. 1035, §3º, I, do CPC, haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa E está incorreta. Não será designada audiência especial em caso de repercussão geral. Nos termos do art. 1.035, §5º do CPC, reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

QUESTÃO 17. Sobre a mediação, é correto afirmar que:

a) ainda que haja previsão contratual de cláusula de mediação, as partes não precisam comparecer, a primeira reunião de mediação;

b) na mediação extrajudicial, as partes devem ser assistidas por advogados ou defensores públicos, sob pena de nulidade de eventual acordo a ser firmado;

c) e irrecorrível a decisão que suspende o processo nos termos requeridos de comum acordo pelas partes;

d) o acordo homologado judicialmente tem natureza de título executivo extrajudicial;

e) não está abrigada pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública ou privada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art.2º, §1º, da Lei 13.140/2015, as partes deverão comparecer à primeira reunião de mediação quando existir a previsão contratual de cláusula de mediação.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que a alternativa afirma, as partes podem estar representadas por advogado, sendo, portanto, uma escolha que caberá às partes, não tendo caráter de obrigatoriedade de serem assistidas por advogados ou defensores na mediação extrajudicial, nos termos do art. 10 da lei de mediação. Vejamos: “As partes poderão ser assistidas por advogados ou defensores públicos.".

A alternativa C está correta. Ainda que haja processo arbitral ou judicial em curso, as partes poderão submeter-se à mediação, hipótese em que requererão ao juiz ou árbitro a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual do litígio, nos termos do art. 16 da Lei 13.140/2015.

A alternativa D está incorreta. O acordo homologado judicialmente é título executivo judicial, nos termos do art. 515, II, do CPC: "São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título (...)II - a decisão homologatória de autocomposição judicial;".

A alternativa E está incorreta. A não obrigatoriedade trata-se do crime de ação pública, logo, o crime de ação privada não está abrangida pela regra da confidencialidade. Vejamos o que diz o art. 30, §3º da lei de mediação nesse sentido: "Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, não podendo ser revelada sequer em processo arbitral ou judicial salvo se as partes expressamente decidirem de forma diversa ou quando sua divulgação for exigida por lei ou necessária para cumprimento de acordo obtido pela mediação. (...) §3º Não está abrigada pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública.”.

QUESTÃO 18. No que concerne à ação rescisória, é correto afirmar que:

a) pode ter como causa de pedir o fato de a decisão rescindenda ter sido proferida por juiz suspeito;

b) o prazo para o seu ajuizamento é de dois anos a partir da prolação da decisão meritória no feito primitivo;

c) o seu ajuizamento pressupõe a comprovação de plano dos fatos alegados na petição inicial;

d) é licito ao seu autor requerer a concessão de tutela provisória que importe na suspensão da eficácia executiva da decisão rescindenda;

e) residindo a causa de pedir na alegada ofensa à coisa julgada, caso o tribunal acolha o pedido de rescisão, caber-lhe-á, na sequência, rejulgar a causa originária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 966, II, do CPC, a decisão poderá ser objeto de ação rescisória quando for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente. Ou seja, não sendo em caso de juiz suspeito.

A alternativa B está incorreta. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, nos termos do art. 975 do CPC.

A alternativa C está incorreta. Para o ajuizamento da ação rescisória não é necessário que haja prova pré-constituída, pois ainda terá a instrução probatória da ação rescisória, nos termos do art. 972 do CPC: "Se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova, o relator poderá delegar a competência ao órgão que proferiu a decisão rescindenda, fixando prazo de 1 (um) a 3 (três) meses para a devolução dos autos.".

A alternativa D está correta. Transitada em julgado a ação de conhecimento, poderá o requerente ajuizar desde pronto a ação executória, requerendo o cumprimento definitivo da sentença. Veja que a ação rescisória por si só não suspende os atos executórias. Pode ser pedido ao Desembargador que seja concedida a tutela provisória, para suspender os atos executivos. Nesse sentido, estabelece o art. 969 do CPC que propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

A alternativa E está incorreta. A ação rescisória foi proposta em decorrência da primeira coisa julgada.

QUESTÃO 19. Em apelação cível distribuída ao Tribunal de Justiça, o relator, diante da impossibilidade de decidir monocraticamente, elaborou voto e relatório, determinando a designação de data para julgamento do recurso.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que:

a) se, durante a sessão de julgamento, o relator constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida, deverá intimar as partes para se manifestarem no prazo de quinze dias;

b) havendo questão preliminar a ser decidida, esta será submetida a julgamento pela turma julgadora antes do mérito. Caso a preliminar seja rejeitada por maioria, o julgador que acolhia a preliminar não poderá se pronunciar sobre o mérito;

c) o voto poderá ser alterado até o momento da proclamação do resultado pelo presidente, inclusive aquele que já tiver sido proferido por juiz afastado ou substituído;

d) não publicado o acórdão no prazo de quinze dias, contados da data da sessão de julgamento, as notas taquigráficas o substituirão, para todos os fins legais, cabendo ao relator lavrar, de imediato, as conclusões e a ementa e mandar publicar o acórdão;

e) em caso de haver voto vencido, este será necessariamente 1 declarado e considerado parte integrante do acórdão para todos os fins legais, inclusive a título de pré-questionamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O prazo será de 5 (cinco dias), nos termos do art. 933 do CPC: "Se o relator constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada que devam ser considerados no julgamento do recurso, intimará as partes para que se manifestem no prazo de 5 (cinco) dias".

A alternativa B está incorreta. Se a preliminar for rejeitada ou se a apreciação do mérito for com ela compatível, seguir-se-ão a discussão e o julgamento da matéria principal, sobre a qual deverão se pronunciar os juízes vencidos na preliminar, conforme determina o art. 939 do CPC. Então todos se manifestam, tanto sobre a questão preliminar quanto na questão principal.

A alternativa C está incorreta. O erro dessa questão é considerar que também será alterado o voto que já tiver sido proferido por juiz afastado ou substituído. Conforme o art. 941, §1º do CPC, voto poderá ser alterado até o momento da proclamação do resultado pelo presidente, salvo aquele já proferido por juiz afastado ou substituído.

A alternativa D está incorreta. O prazo correto é 30 (trinta dias). Veja o que diz o art. 944 do CPC: "Não publicado o acórdão no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da sessão de julgamento, as notas taquigráficas o substituirão, para todos os fins legais, independentemente de revisão.".

A alternativa E está correta. O voto vencido será necessariamente declarado e considerado parte integrante do acórdão para todos os fins legais, inclusive de pré-questionamento, nos termos do art. 941, §3º do CPC.

QUESTÃO 20. Intentada uma ação em face da operadora do plano de saúde, pleiteou o autor a condenação da ré a custear os medicamentos necessários para o tratamento da enfermidade de que padecia, além de lhe pagar verba reparatória dos danos morais sofridos em razão da recusa da cobertura. Na petição inicial se formulou, também, requerimento de tutela provisória, no sentido de que imediatamente se determinasse à demandada que arcasse com os custos dos medicamentos.

Apreciando a peça exordial, o juiz da causa procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, ordenando a citação da ré. Quanto ao pleito de tutela provisória, o magistrado afirmou que o apreciaria somente depois da vinda aos autos da contestação.

Ofertada a resposta, o juiz, entendendo que o processo já se encontrava suficientemente instruído, proferiu sentença de mérito, acolhendo na íntegra o pleito formulado na inicial para condenar a ré a custear os medicamentos e a pagar ao autor a quantia por ele pleiteada, a título de reparação de danos morais.

E, em um capítulo específico da sentença, foi concedida a tutela provisória indicada na peça vestibular.

É correto afirmar, nesse contexto, que:

a) agiu equivocadamente o juiz ao deferir a tutela provisória na sentença, haja vista a vedação legal nesse sentido; e

b) o capítulo da sentença no qual foi deferida a tutela provisória é impugnável no recurso de apelação;

c) a tutela provisória deferida tem natureza cautelar, e não de tutela antecipada;

d) a apelação interponível pela ré, no tocante à condenação ao custeio dos medicamentos, tem efeito suspensivo;

e) a ré poderá pedir ao juízo de primeiro grau a concessão de efeito suspensivo, ainda que a sua apelação já tenha sido distribuída.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O juiz não equivocadamente pois a tutela provisória poderá ser deferida na própria sentença, hipótese tal, caberá o recurso de apelação. Ainda, não podemos nos esquecer que não gozará do efeito suspensivo, nos termos do art. 1012, §1º, V do CPC.

A alternativa B está correta. O único recurso cabível é o recurso de apelação, pois da sentença cabe apelação, independente se abrange a tutela provisória. Veja que nesse caso a tutela provisória está inseria no capítulo da sentença proferida. Portanto, nos termos do art. 1.009 do CPC, da sentença cabe apelação.

A alternativa C está incorreta. Não, nesse caso trata-se de tutela provisória de natureza antecipada, pois requeria que imediatamente se determinasse à demandada que arcasse com os custos dos medicamentos.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 1012, §1º, V do CPC, não terá o efeito suspensivo excepcionalmente. Vejamos: "A apelação terá efeito suspensivo. §1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: (...) V - confirma, concede ou revoga tutela provisória.".

A alternativa E está incorreta. No caso narrado a apelação já foi distribuída. Portanto, o pedido será formulado por requerimento dirigido relator, se já distribuída a apelação, conforme determina o art. 1.012, §3º, II, do CPC. Ainda o §4º diz o seguinte: "Nas hipóteses do § 1º, a eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação.".

QUESTÃO 21. Em determinado processo de conhecimento, a parte ré, depois de ter sido citada com hora certa, deixou de ofertar contestação no prazo legal, conforme certificado pela serventia.

Nesse cenário, deve o juiz da causa decretar a revelia do réu e:

a) determinar a intimação do órgão do Ministério Público para exercer a atribuição de curador especial, cabendo-lhe contestar a ação, impugnando especificadamente os fatos alegados na inicial;

b) determinar a intimação do órgão do Ministério Público para exercer a atribuição de curador especial, cabendo-lhe contestar a ação, embora sem o ônus da impugnação especificada dos fatos alegados na inicial;

c) determinar a intimação do órgão da Defensoria Pública para exercer a atribuição de curador especial, cabendo-lhe contestar a ação, impugnando especificadamente os fatos alegados na inicial;

d) determinar a intimação do órgão da Defensoria Pública para exercer a atribuição de curador especial, cabendo-lhe contestar a ação, embora sem o ônus da impugnação especificada dos fatos alegados na inicial;

e) julgar procedente o pedido, ante a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, que, embora relativa, não foi elidida pelos elementos constantes dos autos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. O Ministério Público não possui atribuição para atuação em curadoria especial. Caberá à Defensoria Pública ser intimada para que exercer a atribuição de curador especial, conforme assim determina o art. 72, parágrafo único do CPC: "O juiz nomeará curador especial ao: (...) II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado. Parágrafo único. A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.".

Em razão da peculiaridade da Defensoria Pública, ela estará desobrigada do ônus da impugnação especificada dos fatos, conforme assim prevê o art. 34, parágrafo único, do CPC: "O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 22. As empresas X e Y firmaram contrato de prestação de serviços de terraplanagem instrumento se comprometeram a submeter à arbitragem eventuais litígios futuros relativos a tal contrato, porém a cláusula compromissória não indicava nenhuma instituição arbitral e o número de árbitros.

Diante de um conflito contratual surgido, a empresa Y enviou correspondência à empresa X, com aviso de recebimento, convocando-a para, em dia, hora e local certos, firmar compromisso arbitral. Ocorre que a empresa X não compareceu, recusando-se a firmar o compromisso arbitral. Diante dessa situação, a empresa Y recorreu ao Poder Judiciário com o objetivo de lavrar o compromisso arbitral.

Sobre a audiência especial designada nesse tipo de demanda, é correto afirmar que:

a) O juiz não poderá tentar a conciliação acerca do litigio, em razão da competência do juízo arbitral;

b) se a empresa X não comparecer, caberá ao juiz, ouvida a empresa Y, estatuir a respeito do conteúdo do compromisso arbitral, nomeando árbitro único;

c) se a empresa Y não comparecer à audiência, deverá o juiz ouvir a empresa X na própria audiência ou no prazo de dez dias, para, na sequência, fixar os termos do compromisso arbitral;

d) não alcançada a conciliação sobre os termos do compromisso arbitral, caberá ao juiz, depois de ouvidas as partes, estatuir sobre a nomeação dos árbitros, não podendo nomear árbitro único para a solução do litígio;

e) caberá ao juiz, antes de iniciar os debates sobre o compromisso arbitral, decidir, de ofício ou a requerimento das partes, as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O juiz pode tentar a conciliação. O juiz poderá realizar a tentativa de conciliação entre as partes em audiência, para que as partes venham a conciliar sobre o litígio. Ao passo que, sendo essa tentativa infrutífera, tentará o juiz conduzir as partes à celebração, de comum acordo, do compromisso arbitral, nos termos do art. 7º, §2º da Lei 13.140/15: "Comparecendo as partes à audiência, o juiz tentará, previamente, a conciliação acerca do litígio. Não obtendo sucesso, tentará o juiz conduzir as partes à celebração, de comum acordo, do compromisso arbitral.".

A alternativa B está correta. Não comparecendo o réu à audiência, caberá ao juiz, ouvido o autor, estatuir a respeito do conteúdo do compromisso, nomeando árbitro único, é a literalidade do art. 7º, §6º, da Lei 13.140/15.

A alternativa C está incorreta. A empresa Y não comparecendo à audiência, sem justo motivo, importará a extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 13.140/15.

A alternativa D está incorreta. Poderá instituir árbitro único quando a cláusula compromissória nada dispuser sobre a nomeação de árbitros, nos termos do art. 7º, §4º, da Lei 13.140/15. Vejamos: "Se a cláusula compromissória nada dispuser sobre a nomeação de árbitros, caberá ao juiz, ouvidas as partes, estatuir a respeito, podendo nomear árbitro único para a solução do litígio.".

A alternativa E está incorreta. Essa atribuição caberá ao árbitro, conforme determina o art.8º, parágrafo único do CPC: "Caberá ao árbitro decidir de ofício, ou por provocação das partes, as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória.".

QUESTÃO 23. Tendo um menor incapaz ajuizado ação em que pleiteava andado a lhe pagar verbas indenizatórias em razão das lesões que sofrera em um acidente de trânsito, o juiz da causa, no momento processual próprio, proferiu decisão em declarava saneada o feito, rejeitando as questões deferindo a produção de provas testemunhal e documental suplementar. Intimadas as partes demanda e, também, o órgão do Ministério Público que oficiava no processo como fiscal da ordem jurídica, este constatou que a decisão de saneamento não havia apreciado o requerimento que formulara em sua precedente manifestação, no sentido de que fosse produzida a prova pericial médica, a qual teria por escopo apurar a gravidade das lesões sofridas pelo autor. Assim, o órgão ministerial houve por bem interpor embargos de declaração para arguir o ponto, o que fez sete dias úteis depois de sua intimação pessoal.

Apreciando os embargos declaratórios protocolizados pelo promotor de justiça, deve o juiz da causa:

a) deles não conhecer, diante da falta de legitimidade recursal do Ministério Público;

b) deles não conhecer, diante da falta de interesse recursal do Ministério Público;

c) deles não conhecer, diante da intempestividade da peça recursal;

d) deles conhecer, mas lhes negar provimento, já que, independentemente da eventual pertinência da prova pericial, as partes da demanda não a haviam requerido; &.

e) deles conhecer e lhes dar provimento, para reconhecer a omissão e decidir sobre a pertinência da prova pericial como entender de direito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão requereu do candidato o conhecimento do art. 179, incisos I e II, CPC.

A alternativa E está correta. Conforme o caso narrado, o Ministério Público intervirá como fiscal da ordem jurídica, em que constatou que a decisão de saneamento não havia apreciado o requerimento que formulara em sua precedente manifestação em que requereu que então fosse produzida a prova pericial médica, a qual teria por escopo apurar a gravidade das lesões sofridas pelo autor. Nesse sentido, o juiz deverá conhecer e dar o devido provimento em razão da correta intervenção do Ministério Público ao solicitar nova prova, nos termos do art. 179, I e II, do CPC: " Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público: I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo; II - poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.".

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa E.

QUESTÃO 24. Em uma ação sob procedimento comum, a tutela provisória foi indeferida no início da demanda, mas veio a ser concedida na sentença de primeiro grau, que julgou procedentes os pedidos formulados na petição inicial. Contra a sentença, o réu interpôs o recurso de apelação cível.

Considerando o cenário e a necessidade de suspensão dos efeitos da sentença até o julgamento da apelação cível, apenas no que se refere ao capítulo objeto da tutela provisória, é correto afirmar que:

a) a instauração do cumprimento provisório da sentença pelo réu é pressuposto para o autor requerer o efeito suspensivo à apelação cível, pois a tutela provisória não produz efeitos imediatos após a publicação da sentença;

b) a eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso, sendo desnecessário, nessa hipótese, comprovar o risco de dano grave ou de difícil reparação; e

c) o pedido de concessão de efeito suspensivo poderá ser dirigido ao Tribunal, no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição, sendo certo que o julgador que apreciar esse pedido não ficará prevento para julgar a apelação;

d) o pedido de concessão de efeito suspensivo não pode ser formulado por requerimento apartado, devendo ser objeto das razões de apelação cível;

e) caberá ao réu interpor agravo de instrumento contra o capítulo da sentença que deferiu a tutela provisória, ficando o relator prevento para julgar a apelação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A tutela provisória terá efeitos imediatos quando concedida ou confirmada em sentença, nos termos do art. 1.012, §1º, V, do CPC, começando a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença.

A alternativa B está correta. A eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação, conforme assim prevê o art. 1.012, § 4º: "Nas hipóteses do § 1º, a eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação.".

Não é necessário que estejam juntos a probabilidade e o risco, bastando, como nesse caso, a probabilidade do risco de dano grave ou de difícil reparação.

A alternativa C está incorreta. Nesse caso a apelação já foi distribuída, devendo o pedido de concessão de efeito suspensivo formulado por requerimento dirigido ao relator, nos termos do art. 1.012, §3º, do CPC: “O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses do § 1º poderá ser formulado por requerimento dirigido ao: (...) II - relator, se já distribuída a apelação.".

A alternativa D está incorreta. O pedido de atribuição de efeito suspensivo poderá ser feito em apartado, por petição autônoma, dirigida ao tribunal, ou, quando já distribuído o recurso, ao relator, por petição própria, nos termos do art. 1.012, §3º, I e II, do CPC.

A alternativa E está incorreta. O recurso cabível é apelação nos termos do art. 1.009 do CPC, pois se trata de capítulo da sentença.

QUESTÃO 25. Após ter sido citado em um processo no qual o autor, Alex, perseguia o recebimento de verbas indenizatórias, Bruno, o réu da ação, ofertou a sua contestação e requereu a denunciação da lide em relação a Cláudio, a fim de exercer, em desfavor deste, o seu alegado direito de regresso.

Deferida a denunciação, Cláudio, por seu turno, também apresentou resposta e requereu a denunciação da lide em relação a Daniel, o que foi igualmente deferido pelo juiz da causa.

Ultimada a citação de Daniel, este ofereceu resposta em que requeria a denunciação da lide em relação a Eduardo Para tanto, Daniel afirmou que, além de ser titular de direito de regresso em face de Eduardo, este seria facilmente localizado por ocasião da diligência citatória e a sua integração à relação processual ainda traria a vantagem de propiciar a resolução de todas as

lides no mesmo feito, pacificando de forma definitiva todos os conflitos de interesses entre os envolvidos.

Apreciando os argumentos de Daniel, o juiz também houve por bem deferir a sua denunciação da lide, determinando a citação de Eduardo.

No que se refere a esse provimento jurisdicional, é correto afirmar que é:

a) impugnável pelo recurso de agravo de instrumento, que, caso seja manejado pela parte interessada, deverá ser provido pelo órgão ad quem;

b) impugnável pelo recurso de agravo de instrumento, que, caso seja manejado pela parte interessada, deverá ser desprovido pelo órgão ad quem;

c) impugnável pelo recurso de apelação, que, caso seja manejado pela parte interessada, deverá ser desprovido pelo órgão ad quem;

d) insuscetível de impugnação por qualquer via recursal típica, podendo a parte interessada alvejá-lo por meio de reclamação, que deverá ser acolhida pelo órgão ad quem;

e) insuscetível de impugnação por qualquer via recursal típica, podendo a parte interessada alvejá-lo por meio de reclamação, que deverá ser rejeitada pelo órgão ad quem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Em análise ao caso narrado, a última denunciação proposta por Daniel não era possível, sendo admitida apenas uma única denunciação sucessiva. O art. 125, §2º, do CPC, prevê o seguinte: "Admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.". Logo, conclui-se que a última denunciação proposta por Daniel não era possível de ser deferida pelo juiz.

Nesse caso, o recurso cabível será o agravo de instrumento, em razão da admissão de intervenção de terceiros, promovido pelo órgão ad quem, pois a propositura será pela parte interessada. Vejamos: "Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: (...)IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;".

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 26. Sobre a tramitação de processos no Juizado Especial Cível, correto afirmar que:

a) admite-se citação por edital;

b) admite-se assistência e litisconsórcio;

c) a intervenção do Ministério Público é incompatível com o rito dos Juizados Especiais;

d) a contagem dos prazos será em dias corridos, prestigiando-se a eficiência desse procedimento especial;

e) às sociedades de crédito ao microempreendedor podem figurar como autoras no Juizado Especial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A Lei 9.099 veda expressamente a citação por edital: "Art. 18, § 2º - Não se fará citação por edital.".

A alternativa B está incorreta. A Lei 9.099 é permissiva em relação ao litisconsórcio, contudo, não admite no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, conforme o art. 10: "Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.".

A alternativa C está incorreta. Ao contrário, a intervenção do Ministério Público é permitida em Juizados Especiais em casos previstos em lei, nos termos do art. 11: "Art. 11. O Ministério Público intervirá nos casos previstos em lei.".

A alternativa D está incorreta. O art. 12-A da Lei 9.099 prevê o seguinte: "Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.". Logo, incorreto afirmar que o prazo para os processos que tramitam nos Juizados Especiais terão seu prazo computados em dias corridos.

A alternativa E está correta. As sociedades de crédito ao microempreendedor podem figurar como autoras no Juizado Especial, de acordo com o art. 8º, §1º, IV da lei do Juizados Especiais. Vejamos: " Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: (...) IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1o da Lei no 10.194, de 14 de fevereiro de 2001.
(Incluído pela Lei nº 12.126, de 2009)".

QUESTÃO 27. No que se refere à ação popular, é correto afirmar que:

a) a sentença de improcedência do pedido, por insuficiência de provas, vindo a transitar em julgado, poderá ser impugnada por ação rescisória, caso fique configurado fundamento que autorize o seu manejo;

b) a legitimidade para ajuizá-la é do cidadão, embora o Ministério Público possa assumir, posteriormente, o seu polo ativo, desde que observados certos requisitos e condições.

c) caso o juiz pronuncie a carência de ação e profira sentença terminativa, esta é impugnável pelo recurso de apelação, não estando sujeita a reexame necessário;

d) tendo optado por contestar a ação, não será licito à pessoa jurídica de direito público promover, posteriormente, a execução da sentença em desfavor dos demais réus;

e) as decisões interlocutórias não são impugnáveis por qualquer via recursal típica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão encontra fundamento na Lei 4.717/65, a lei da ação popular.

A alternativa A está incorreta. Sendo a ação popular improcedente por falta de provas, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova, como prevê o art. 18 da lei da ação popular: "A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.".

A alternativa B está correta. O representante do Ministério Público, bem como, qualquer cidadão, poderá realizar a propositura da ação popular. Nesse caso, é necessário que se atenda requisitos para que o MP venha a assumir o polo passivo da demanda. O art. 9º da Lei 4.717/65 determina i seguinte: "Se o autor desistir da ação ou der motiva à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.".

Ainda, a referida lei acrescenta o seguinte: "Art. 16. Caso decorridos 60 (sessenta) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.". Portanto, o representante do Ministério Público deverá promover a execução em prazo determinado sob pena de ser cominada falta grave, em caso de decurso do prazo sem que o autor ou terceiro promova a execução.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o recurso de apelação interposto será submetido ao reexame necessário, como também conhecido o duplo grau de jurisdição, nos termos do art. 19, da lei da ACP: "A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo.".

A alternativa D está incorreta. É sempre permitida às pessoas ou entidades de direito público, ainda que hajam contestado a ação, promover, em qualquer tempo, e no que as beneficiar a execução da sentença contra os demais réus, nos termos do art. 17. Vejamos: "É sempre permitida às pessoas ou entidades referidas no art. 1º, ainda que hajam contestado a ação, promover, em qualquer tempo, e no que as beneficiar a execução da sentença contra os demais réus.".

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 19, §1º da lei da ACP, das decisões interlocutórias cabe agravo de instrumento.

QUESTÃO 28. O CPC/2015 valorizou os precedentes com eficácia vinculante na tentativa de densificar os princípios da isonomia e da segurança jurídica, bem como racionalizar a prestação jurisdicional.

Com base na Recomendação n° 134/2022 do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que:

a) os temas jurídicos com potencial de repetição não podem ser suscitados e julgados mediante o Incidente de Assunção de Competência, devendo-se aguardar a efetiva repetição de demandas para instaurar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas;

b) o precedente produzido em sede de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas ou Incidente de Assunção de Competência deve ser aplicado com efeito vinculativo no âmbito do respectivo Tribunal, em sentido horizontal e vertical, com exceção dos Juizados Especiais, hipótese em que produzirá efeito persuasivo;

c) os Tribunais podem criar, no âmbito dos Juizados Especiais, órgãos uniformizadores da respectiva jurisprudência, para apreciar os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas suscitadas a partir de processos da sua competência;

d) no que diz respeito à eficácia do acórdão enquanto precedente, recomenda-se aos Tribunais que não atribuam efeito suspensivo aos recursos interpostos das decisões proferidas em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Recursos Repetitivos, a fim de evitar grave risco de ofensa à eficiência e à duração razoável do processo;

e) a superação da tese jurídica firmada no precedente pode acontecer de ofício, pelo próprio Tribunal que fixou a tese, ou a requerimento das partes, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, bem como por qualquer interessado que se sinta prejudicado pelo precedente, ainda que não possua processo em curso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata a respeito do Incidente de Assunção de Competência, exigindo conhecimento acerca da Recomendação n° 134/2022 do Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa A está incorreta. É recomendado que desdobramentos com potencial de repetição possam ser suscitados e julgados mediante o Incidente de Assunção de Competência, nos termos do art. 21 da Resolução 134/2022 do CNJ. Vejamos: "Recomenda-se que desdobramentos com potencial de repetição possam ser suscitados e julgados mediante o Incidente de Assunção de Competência, julgados em colegiados de uniformização e eventuais recursos indicados como relevantes.".

A alternativa B está incorreta. Não havendo a interposição ou julgamento de recurso especial ou extraordinário, bem como a superação indireta da tese a partir de jurisprudência firmada por tribunal superior, recomenda-se que a observância da tese esteja limitada aos órgãos judiciais na área do respectivo tribunal de justiça ou tribunal regional, inclusive aos concernentes juizados especiais, nos termos do art. 33, §1º da Resolução 134/2022 do CNJ: "Art. 33. Recomenda-se que o precedente produzido no IRDR ou no IAC seja aplicado com efeito vinculativo no âmbito do respectivo tribunal, em sentido horizontal e vertical. §1º Se não houver a interposição ou julgamento de recurso especial ou extraordinário, bem como a superação indireta da tese a partir de jurisprudência firmada por tribunal superior, recomenda-se que a observância da tese esteja limitada aos órgãos judiciais na área do respectivo tribunal de justiça ou tribunal regional, inclusive aos concernentes juizados especiais.".

A alternativa C está correta. A alternativa está exatamente como dispõe o art. 37 da Resolução 134/2022 do CNJ: "Recomenda-se aos tribunais que criem, no âmbito dos Juizados Especiais, órgãos uniformizadores da respectiva jurisprudência, para que possam, nos termos do art. 98 da CRFB/1988, apreciar os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas suscitados a partir de processos da sua competência.".

A alternativa D está incorreta. O art. 43 da Resolução 134/2022 do CNJ prevê exatamente ao contrário, recomendando aos tribunais, em razão de uma interpretação lógica e sistemática, que deem efeito suspensivo aos recursos interpostos. Assim prevê: "Art. 43. Não obstante a literalidade dos arts. 985, caput (IRDR) e 1.040, caput (repetitivos) do CPC/2015, no que diz respeito à eficácia do acórdão enquanto precedente, recomenda-se aos tribunais, em razão de uma interpretação lógica e sistemática, que deem efeito suspensivo aos recursos interpostos dessas decisões, para que não se corra grave risco de ofensa a isonomia.".

A alternativa E está incorreta. A superação da tese jurídica firmada no precedente pode acontecer de ofício, pelo próprio tribunal que fixou a tese, ou a requerimento dos legitimados para suscitar o incidente, isto é, pelas partes, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, assim prevê o art. 45 da Resolução 134/2022 do CNJ.

QUESTÃO 29. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, as concessionárias e permissionárias de serviço público são obrigadas a fornecer o serviço de forma adequada, eficiente, segura e, em se tratando de serviço essencial, contínua. No âmbito das obrigações das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a respeito da adequação e continuidade do serviço, a Resolução Normativa Aneel n.º 1.000/2021 estabelece que:

I. A distribuidora é responsável pela prestação de serviço adequado ao consumidor e demais usuários, sendo considerado adequado o serviço que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e rentabilidade para a distribuição das tarifas.

II. Não se caracteriza como interrupção da continuidade do serviço a sua descontinuidade em situação emergencial, assim caracterizada como a deficiência técnica ou de segurança em instalações do consumidor e dos demais usuários que ofereçam risco iminente de danos a

pessoas, bens ou ao funcionamento do sistema elétrico ou o caso fortuito ou motivo de força maior.

III. Também não se caracteriza como interrupção da continuidade a sua descontinuidade por razões de ordem técnica ou de segurança em instalações do consumidor e dos demais usuários; ou pelo inadimplemento, sempre após prévia notificação.

Está correto o que se afirma em:

a) Somente I;

b) Somente II;

c) Somente I e III;

d) Somente II e III;

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão versa sobre a possibilidade excepcional da interrupção do serviço público, tema bastante recorrente em provas e cobra artigos previstos na Lei nº. 8. 987/95 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal

O item I está incorreto. O serviço público adequado é aquele que consagra o princípio da modicidade das tarifas (e não a rentabilidade como menciona a questão). Vejamos o que dispõe o art. 6º, §1º, da Lei nº. 8. 987/95: "Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. § 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas."

O item II está correto. A interrupção do serviço público só pode ocorrer de maneira excepcionalíssima. Não se caracterizando interrupção do serviço público, a sua descontinuidade em situação emergencial, assim caracterizada como a deficiência técnica ou de segurança em instalações do consumidor e dos demais usuários que ofereçam risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao funcionamento do sistema elétrico ou o caso fortuito ou motivo de força maior. Vejamos: "Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. §3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando: I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e, II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade."

O item III está correto, pois, conforme literalidade da lei, não se caracteriza como interrupção do serviço público, a sua descontinuidade por razões de ordem técnica ou de segurança em instalações do consumidor e dos demais usuários; ou pelo inadimplemento, sempre após prévia notificação. Vejamos:

"Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. §3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando: I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e, II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade."

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 30. Arthur viajou para Orlando, nos Estados Unidos, em suas férias. Ao retornar a Florianópolis em 18/10/2018, constatou-se, em definitivo, que suas bagagens foram extraviadas. Em 19/10/2020, ajuizou demanda indenizatória por danos morais e materiais em face da companhia aérea.

Nesse caso, é correto afirmar que a pretensão indenizatória:

a) está integralmente prescrita, diante do prazo bienal;

b) ainda não foi atingida pela prescrição, cujo prazo é de cinco anos;

c) ainda não foi atingida pela prescrição, cujo prazo é de dez anos;

d) por danos materiais está prescrita (prazo de dois anos), mas não a de reparação pelos danos morais (prazo de cinco anos);

e) por danos materiais está prescrita (prazo de dois anos), mas não a de reparação pelos danos morais (prazo de dez anos).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda dois assuntos: indenização por extravio de bagagem e prescrição quanto à postulação indenizatória, dois temas tratados pelo STF.

É importante separarmos a explicação para cada dano ocorrido.

Em se tratando de indenização por danos morais, decorrentes de contrato de transporte aéreo internacional de passageiros, será aplicado o Código de Defesa do Consumidor.

Dessa forma, o prazo prescricional para pleitear indenização por danos extrapatrimoniais será de 5 anos, conforme o CDC: "Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria."

No que tange à indenização decorrente de extravio de bagagem e de atraso de voo internacional será aplicada a Convenção de Montreal cujo prazo prescricional é de 2 anos, com base no art. 29 da Convenção de Varsóvia (Decreto nº 20.704/1931).

Esse é o recente entendimento do STF: "Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor. O presente entendimento não se aplica às hipóteses de danos extrapatrimoniais." (STF. Plenário. ARE 766618 ED/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 30/11/2023 - Repercussão Geral – Tema 210)

A alternativa A está incorreta, pois a prescrição por indenização por danos morais é de 5 anos.

A alternativa B está incorreta, pois a indenização por danos materiais está prescrita porque prescreve em 2 anos, já que se aplica, nesse caso, a Convenção de Varsóvia e Montreal.

A alternativa C está incorreta, pois a indenização por danos morais prescreve em 5 anos (CDC) e por danos materiais prescreve em 2 anos (Convenção de Varsóvia e Montreal).

A alternativa D está correta, conforme explicação acima.

A alternativa E está incorreta, pois a indenização por danos morais prescreve em 5 anos (CDC) e por danos materiais prescreve em 2 anos (Convenção de Varsóvia e Montreal).

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 31. Arnaldo padece de um mal neurológico grave para o qual é prescrito, em uso off label (fora da bula), um remédio experimental, ainda sem registro na Anvisa, de aplicação domiciliar. A operadora de plano de saúde nega o custeio, sob tríplice fundamento i) não é obrigada, nesse caso, a cobrir medicamento domiciliar; ii) tampouco deve custear aqueles em uso off label; e iii) de todo modo, não há cobertura para fármacos sem registro na Anvisa.

Nesse caso, à luz da Lei no 9.656/1998 e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a negativa foi:

a) corretamente justificada;

b) injusta, porque os três fundamentos são ilegítimos;

c) justa, porque os fundamentos i) e iii) são legítimos;

d) justa, porque os fundamentos ii) e jiii) são legítimos;

e) justa, porque o fundamento iii) é legítimo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda o uso de medicação *off label*.

A recusa da operadora de plano de saúde é legítima, pois, em regra, as operadoras de plano de saúde não estão obrigadas a fornecer medicamento não registrado pela ANVISA, salvo se esse medicamento, ainda que não registrado na ANVISA, for autorizado, por ela, para importação. A questão não menciona esse fato, portanto, a recusa é legítima.

Sendo assim, se a ANVISA tivesse autorizado a importação do referido medicamento, o plano de saúde era obrigado a custeá-lo, por essa razão o argumento ii mostra-se ilegítimo.

"As operadoras de plano de saúde não estão obrigadas a fornecer medicamento não registrado pela ANVISA. (STJ. 2ª Seção. REsp 1.712.163-SP, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 08/11/2018 - Recurso Repetitivo - Tema 990)

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. OBRIGAÇÃO DE A OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE CUSTEAR MEDICAMENTO NÃO REGISTRADO NA ANVISA. TEMA 990. APLICAC_AÞO DA TEìCNICA DA DISTINC_AÞO (DISTINGUISHING) ENTRE A HIPOìTESE CONCRETA DOS AUTOS COM A QUESTAÞO DECIDIDA EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. MULTA POR EMBARGOS PROTELATÓRIOS. MANUTENÇÃO. JULGAMENTO: CPC/15. 1. Ação de obrigação de fazer cumulada com compensação por danos morais ajuizada em 12/09/2019, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 22/04/2021 e atribuído ao gabinete em 24/08/2021. Julgamento: CPC/15. 2. O propósito recursal consiste em decidir sobre (i) a obrigação de a operadora de plano de saúde custear medicamento importado para o tratamento da doença que acomete o beneficiário, o qual, apesar de não registrado pela ANVISA, possui autorização para importação em caráter excepcional; e (ii) o cabimento da multa por embargos protelatórios. 3. Segundo o entendimento consolidado pela 2ª Seção no julgamento do REsp 1.712.163/SP e do REsp 1.726.563/SP, sob a sistemática dos recursos repetitivos, "as operadoras de plano de saúde não estão obrigadas a fornecer medicamento não registrado pela ANVISA" (Tema 990 - julgado em 01/09/2020, DJe de 09/09/2020). 4. A autorização da ANVISA para a importação excepcional do medicamento para uso próprio sob prescrição médica, é medida que, embora não substitua o devido registro, evidencia a segurança sanitária do fármaco, porquanto pressupõe a análise da Agência Reguladora quanto à sua segurança e eficácia, além de excluir a tipicidade das condutas previstas no art. 10, IV, da Lei 6.437/77, bem como nos arts. 12 c/c 66 da Lei 6.360/76. 5. Necessária a realização da distinção (distinguishing) entre o entendimento firmado no precedente vinculante e a hipótese concreta dos autos, na qual o medicamento (PURODIOL 200 MG CBD) prescrito ao beneficiário do plano de saúde, embora se trate de fármaco importado ainda não registrado pela ANVISA, teve a sua importação excepcionalmente autorizada pela referida Agência Nacional, sendo, pois, de cobertura obrigatória pela operadora de plano de saúde. 6. É correta a aplicação da penalidade prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 quando as questões tratadas foram devidamente fundamentadas na decisão embargada e ficou evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração. 7. Recurso especial conhecido e desprovido. (STJ - REsp: 1943628 DF 2021/0176450-2, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 26/10/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/11/2021)"

Nesse sentido, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 32. A consumidora Angelina, na condição de superendividada, requereu a instauração de processo de repactuação de dívidas. O juiz deferiu o pedido, sendo realizada audiência conciliatória com os credores.

Apresentado na audiência o plano de pagamento, elaborado de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor, houve conciliação com a maior parte dos credores, mas não houve êxito em relação ao crédito no valor de R$ 1.100,00 proveniente de compras feitas por Angelina no Armazém Lacerdópolis, estabelecimento mantido pela sociedade Passos, Mafra & Maia Ltda.

Considerados esses fatos e as disposições da Lei no 8.078/1990, é correto afirmar que:

a) o juiz, de ofício, instaurará processo por superendividamento para revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes;

b) o juiz determinará a um conciliador ad hoc que elabore um plano extrajudicial de pagamento compulsório para o crédito de Passos, Mafra & Maia Ltda.;

c) instaurado o processo por superendividamento, o juiz determinará a citação de todos os credores cujos créditos tenham integrado o acordo porventura celebrado;

d) o juiz poderá nomear administrador, desde que isso não onere as partes, o qual, no prazo de até trinta dias, após cumpridas as diligências eventualmente necessárias, apresentará plano de pagamento que contemple medidas de temporização ou de atenuação dos encargos;

e) para o crédito de Passos, Mafra & Maia Ltda. será elaborado plano judicial compulsório que lhe assegure o valor do principal, corrigido monetariamente, e a liquidação total da dívida, em até cinco anos, sendo a primeira parcela devida em até trinta dias, contados de sua homologação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão versa sobre processo de repactuação de dívidas em caso de superendividamento cujo tema é disciplinado em capítulo próprio pelo CDC.

Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.

A alternativa A está incorreta, pois o juiz só pode instaurar o processo por repactuação de dívidas mediante pedido do consumidor.

Art. 104-A. A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores de dívidas previstas no art. 54-A deste Código, na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo

máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.

A alternativa B está incorreta, pois nesse caso, o juiz, a pedido do consumidor, instaurará processo por superendividamento para revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório e procederá à citação de todos os credores cujos créditos não tenham integrado o acordo celebrado com os outros credores.

Art. 104-B do CDC: Se não houver êxito na conciliação em relação a quaisquer credores, o juiz, a pedido do consumidor, instaurará processo por superendividamento para revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório e procederá à citação de todos os credores cujos créditos não tenham integrado o acordo porventura celebrado.

A alternativa C está incorreta, pois primeiro o juiz instaura o processo para depois marcar a audiência conciliatória com a presença de todos os credores.

A alternativa D está correta. É o disposto no art. 104-B, § 3º, do CDC: O juiz poderá nomear administrador, desde que isso não onere as partes, o qual, no prazo de até 30 (trinta) dias, após cumpridas as diligências eventualmente necessárias, apresentará plano de pagamento que contemple medidas de temporização ou de atenuação dos encargos.

A alternativa E está incorreta, pois o prazo é de 180 dias para o pagamento da primeira parcela.

Art. 104-B. Se não houver êxito na conciliação em relação a quaisquer credores, o juiz, a pedido do consumidor, instaurará processo por superendividamento para revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório e procederá à citação de todos os credores cujos créditos não tenham integrado o acordo porventura celebrado.

§ 4º O plano judicial compulsório assegurará aos credores, no mínimo, o valor do principal devido, corrigido monetariamente por índices oficiais de preço, e preverá a liquidação total da dívida, após a quitação do plano de pagamento consensual previsto no art. 104-A deste Código, em, no máximo, 5 (cinco) anos, sendo que a primeira parcela será devida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado de sua homologação judicial, e o restante do saldo será devido em parcelas mensais iguais e sucessivas.

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 33. De acordo com a Lei do Cadastro Positivo (Lei no 12.414/2011), o gestor de banco de dados deve atender aos requisitos mínimos de funcionamento previstos na mesma Lei e em regulamentação complementar.

Considerando-se a regulamentação complementar do Decreto no 9.936/2019, em relação aos requisitos mínimos adotados no funcionamento dos gestores de banco de dados, é correto afirmar que:

a) em relação aos aspectos econômico-financeiros, o gestor deve ter patrimônio líquido mínimo de R$ 250.000.000,00, comprovado por meio de demonstrações financeiras relativas aos dois últimos exercícios sociais e auditado por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários;

b) em relação aos aspectos de governança, o gestor deve disponibilizar mensalmente as informações relevantes relacionadas ao funcionamento no período, que atestem a plena operação do gestor de banco de dados, incluindo, dentre outros, o desempenho econômico-financeiro;

c) em relação aos aspectos societários, o gestor deverá ser constituído como sociedade empresária do tipo limitada ou anônima, sendo a maioria absoluta dos membros da administração (diretores e membros do Conselho de Administração, se houver) composta de brasileiros natos ou naturalizados;

d) em relação aos aspectos relacionais, o gestor deverá constituir e manter componente organizacional de ouvidoria, com a atribuição de atuar como canal de comunicação entre os gestores de bancos de dados e os cadastrados, exceto na mediação de conflitos;

e) em relação aos aspectos técnico-operacionais, o gestor deverá possuir certificação técnica emitida por empresa qualificada independente, renovada, no mínimo, a cada cinco anos, e revisada anualmente, que, dentre outros elementos, ateste a disponibilidade de plataforma tecnológica apta a preservar a integridade e o sigilo dos dados armazenados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão versa sobre requisitos mínimos adotados no funcionamento dos gestores de banco de dados tratados no Decreto no 9.936/2019. Referido decreto regulamenta a Lei n.º 12.414/2011, que disciplina a formação e a consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.

A alternativa A está incorreta, pois o gestor deve ter patrimônio líquido mínimo de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Vejamos: "Art. 2º O funcionamento dos gestores de bancos de dados e o compartilhamento de informações autorizados pela Lei nº 12.414, de 2011, deverão atender aos seguintes requisitos mínimos: I - aspectos econômico-financeiros: patrimônio líquido mínimo de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), detido pelo gestor de banco de dados, comprovado por meio de demonstração financeira relativa ao exercício mais recente auditada por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários;"

A alternativa B está correta, pois elenca a literalidade do art. 2º, III, do Decreto: " Art. 2º (...) III - aspectos relacionados à governança: a) aprovação e manutenção de estatuto ou contrato social com o desenho e as regras relativas à estrutura administrativa do gestor de banco de dados; b) disponibilização dos procedimentos operacionais do desempenho da atividade e dos controles de risco disponíveis; c) disponibilização mensal das informações relevantes relacionadas ao seu funcionamento no período que atestem a plena operação do gestor de banco de dados, tais como: 1. desempenho econômico-financeiro;"

A alternativa C está incorreta, pois não há previsão dessa exigência no Decreto.

A alternativa D está incorreta, pois com aspectos relacionais, deve o gestor efetuar (art. 2º, IV): "a) disponibilização de canais de acesso, inclusive em sítio eletrônico, que assegurem ao cadastrado a possibilidade de exercer os seus direitos, de forma simples e segura, em especial aqueles de que tratam os art. 5º e art. 6º da Lei nº 12.414, de 2011; b) manutenção de serviço gratuito de atendimento ao consumidor que atenda aos requisitos estabelecidos no Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008 , ou em ato normativo que venha a substituí-lo; c) constituição e manutenção de componente organizacional de ouvidoria, com a atribuição de atuar como canal de comunicação entre os gestores de bancos de dados e os cadastrados, inclusive na mediação de conflitos; d) divulgação ampla dos serviços prestados pelo serviço de atendimento ao consumidor e pelo componente de ouvidoria, de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso IV do caput , com informações completas acerca das suas finalidades, suas formas de acesso e sua utilização; e e) disponibilização aos cadastrados de formas de acesso gratuito ao serviço de atendimento ao consumidor e ao componente de ouvidoria por telefone, pelo sítio eletrônico da entidade e pelos demais canais de comunicação, inclusive nos extratos e nos comprovantes fornecidos ao cadastrado."

A alternativa E está incorreta, pois a renovação se dá a cada 3 anos. Vejamos: "Art. 2º, II - aspectos técnico-operacionais: a) certificação técnica emitida por empresa qualificada independente, renovada, no mínimo, a cada três anos, e revisada anualmente, que: 1. ateste a disponibilidade de plataforma tecnológica apta a preservar a integridade e o sigilo dos dados armazenados; e 2. indique que as estruturas tecnológicas envolvidas no fornecimento do serviço de cadastro seguem as melhores práticas de segurança da informação, inclusive quanto a plano de recuperação em caso de desastre, com infraestrutura de cópia de segurança para o armazenamento dos dados dos cadastrados, das autorizações e das solicitações de cancelamento e de reabertura de cadastro;"

Nesse sentido, as alternativas A, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 34. Beatriz e Lauro são habilitados à adoção e iniciam a aproximação com duas crianças destituídas do poder familiar por sentença transitada em julgado que se encontram em acolhimento institucional, Kayla de 5 anos, e Bryan, de 7 anos. O casal propõe ação de adoção, sendo exitoso o estágio de convivência. Nos estudos técnicos realizado pela equipe do juízo, Beatriz e Lauro reafirmam o desejo de adotar os irmãos, restando comprovado forte vínculo afetivo estabelecido entre as crianças e os requerentes. O magistrado designa audiência de instrução e julgamento, sendo informado que Lauro faleceu em razão de um infarto.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

a) em razão do falecimento do requerente antes de prolatada sentença, o pedido deverá ser julgado procedente apenas relação à Beatriz;

b) a alteração da situação fática decorrente do falecimento de Lauro exigirá a realização de novos estudos técnicos e a renovação da habilitação à adoção requerida por Beatriz;.

c) o falecimento do requerente tem como efeito prático o reinício do estágio de convivência, por expressa previsão legal e pelo prazo de até noventa dias;

d) O pedido poderá ser julgado procedente em relação a ambos os requerentes, diante da inequívoca manifestação da vontade de Lauro de adotar as crianças;

e) verifica-se a ocorrência da impossibilidade jurídica do pedido de adoção formulado por requerente que vem a falecer no curso do processo, sendo nula eventual sentença de procedência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema requisitos para a adoção *post mortem*.

Vejamos o que diz o Estatuto da Criança e Adolescente: "Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) § 1º Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando. § 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) § 3º O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando. § 4º Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) § 5º Nos casos do § 4º deste artigo, desde que demonstrado efetivo benefício ao adotando, será assegurada a guarda compartilhada, conforme previsto no art. 1.584 da Lei n o 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil . (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) § 6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência"

A alternativa A está incorreta. É possível a adoção dada aquele que falece no curso do procedimento.

A alternativa B está incorreta. Diante do falecimento de um dos adotantes, não há essa exigência de novos estudos técnicos.

A alternativa C está incorreta. Diante do falecimento de um dos adotantes, não há essa exigência de reinício do estágio de convivência.

A alternativa D está correta. Exato. Diante do falecimento de um dos requerentes no curso do procedimento de adoção, havendo inequívoca intenção de adotar, poderá ser deferida a adoção *post mortem*.

Vamos rever o dispositivo do ECA: "Art. 42. (...) § 6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência"

A alternativa E está incorreta. Não há impossibilidade jurídica do pedido, é possível a adoção *post mortem*.

QUESTÃO 35. Fabrícia e Márcio são brasileiros e residem na cidade de Paris, na França, há quinze anos, realizando viagens ao Brasil ao final de cada ano, para visitar seus parentes no Natal. Após diversas tentativas não exitosas de filiação biológica, o casal decide se habilitar à adoção de criança brasileira, tendo em vista o forte vínculo existente com o Brasil, apesar de possuírem residência habitual na França. O casal protocoliza procedimento de habilitação à adoção na comarca onde residem os seus parentes no Brasil, tendo como objetivo adotar uma criança com até 10 anos de idade, sem comorbidades.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que a adoção pretendida por Fabrícia e Márcio é:

a) nacional, pois o casal é brasileiro e viaja frequentemente ao país para as festas de final de ano;

b) nacional, com preferência em relação a pessoas ou casais estrangeiros, nos casos de adoção de criança brasileira;

c) internacional, pois o casal, apesar de ser detentor de nacionalidade brasileira, possui residência habitual na França;

d) nacional, pois o critério definidor da natureza da adoção decorre da nacionalidade da criança pretendida, que é brasileira, no caso narrado;

e) internacional, com preferência de Fabrícia e Márcio em relação aos adotantes habilitados residentes no Brasil com perfil compatível com a criança ou adolescente, após consulta ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema adoção internacional.

Para resolver a questão era necessário saber a diferença entre a adoção nacional e a internacional, qual o conceito destes tipos de adoção e qual a que prevalece. Vejamos o Estatuto da Criança e do Adolescente: "Art. 51. Considera-se adoção internacional aquela na qual o pretendente possui residência habitual em país-parte da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, promulgada pelo Decreto n o 3.087, de 21 junho de 1999 , e deseja adotar criança em outro país-parte da Convenção. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017) § 1 o A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil somente terá lugar quando restar comprovado: (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência I - que a colocação em família adotiva é a solução adequada ao caso concreto; (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017) II - que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família adotiva brasileira, com a comprovação, certificada nos autos, da inexistência de adotantes habilitados residentes no Brasil com perfil compatível com a criança ou adolescente, após consulta aos cadastros mencionados nesta Lei; (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017) III - que, em se tratando de adoção de adolescente, este foi consultado, por meios adequados ao seu estágio de desenvolvimento, e que se encontra preparado para a medida, mediante parecer elaborado por equipe interprofissional, observado o disposto nos §§ 1 o e 2 o do art. 28 desta Lei. (Incluída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência § 2 o Os brasileiros residentes no exterior terão preferência aos estrangeiros, nos

casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência § 3 o A adoção internacional pressupõe a intervenção das Autoridades Centrais Estaduais e Federal em matéria de adoção internacional. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência"

A alternativa A está incorreta. Trata-se de adoção internacional. Veja-se que, para ser adoção internacional, não se considera a nacionalidade do adotante, mas sim o seu domicílio.

A alternativa B está incorreta. Embora trate-se de adoção internacional, o próprio ECA prevê a preferência para casais de nacionalidade brasileira. Revendo o ECA: "Art. 51. (...) § 2 o Os brasileiros residentes no exterior terão preferência aos estrangeiros, nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência"

A alternativa C está correta. Exatamente. Conforme o conceito de adoção internacional do ECA: "Art. 51. Considera-se adoção internacional aquela na qual o pretendente possui residência habitual em país-parte da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, promulgada pelo Decreto n o 3.087, de 21 junho de 1999 , e deseja adotar criança em outro país-parte da Convenção. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)"

A alternativa D está incorreta. Trata-se de adoção internacional.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de adoção internacional. Todavia, este tipo de adoção não prevalece em relação à adoção nacional. Observe o disposto no ECA: "Art. 51. (...) § 1º (...) II - que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família adotiva brasileira, com a comprovação, certificada nos autos, da inexistência de adotantes habilitados residentes no Brasil com perfil compatível com a criança ou adolescente, após consulta aos cadastros mencionados nesta Lei; (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)"

QUESTÃO 36. Em razão de violações de direitos causadas pelos genitores, o juiz da Infância e da Juventude aplica a Samantha, criança de 8 anos, medida protetiva de acolhimento familiar. Após a realização de estudos social e psicológico pela equipe do juízo e do serviço de acolhimento, as referidas equipes técnicas entendem que Samantha deve ser reintegrada a sua tia paterna, que se disponibiliza e exercer a guarda da sobrinha e com quem a criança mantém fortes vínculos afetivos. O magistrado determina a reintegração familiar e concede a guarda provisória de Samantha à tia, além de determinar a inclusão da criança em programa de apadrinhamento afetivo desenvolvido por organização da sociedade civil que presta atendimento à criança e adolescente existente no município.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

a) é vedado a pessoas jurídicas o apadrinhamento de criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento;

b) os programas ou serviços de apadrinhamento de crianças e adolescentes somente podem ser executados pelo Poder Judiciário;

c) a criança não se adequa ao perfil prioritário de inserção em programa de apadrinhamento afetivo, em razão da reintegração à família extensa;

d) pessoas, maiores de 18 anos podem ser padrinhos ou madrinhas, desde que estejam inscritas nos cadastros de adoção e cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte;

e) a criança e o adolescente que se encontram em serviço de acolhimento familiar não poderão participar de programa de apadrinhamento, em razão da - incompatibilidade do apadrinhamento com essa modalidade de acolhimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema apadrinhamento.

Vejamos as disposições do ECA sobre este importante instituto: "Art. 19-B. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017) § 1 o O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017) § 2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017) § 3 o Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017) § 4 o O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017) § 5 o Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017) § 6 o Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judiciária competente. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)"

A alternativa A está incorreta. Pessoas jurídicas também podem participar do programa de apadrinhamento. Observe, novamente, a disposição do ECA: "Art. 19-B. (...) § 3 o Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)"

A alternativa B está incorreta. Os programas de apadrinhamento podem ser executados não só pelo poder judiciário, mas por órgãos públicos e por organizações da sociedade civil. Veja: "Art. 19-B. (...) § 5 o Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

A alternativa C está correta. A prioridade do apadrinhamento deverá ser para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva. No caso, Samantha foi reintegrada a sua tia paterna. Veja a disposição do ECA: "Art. 19-B. (...) § 4 o O perfil da criança ou do

adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)"

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, pessoas que estão inscritas no cadastro de adoção não podem ser padrinhos, conforme o ECA. "§ 2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)"

A alternativa E está incorreta. Ao prever vínculos externos à instituição, implicitamente a norma está a se referir que o apadrinhamento servem à estas crianças que estão em situação de institucionalização. "Art. 19-B. (...) § 1 o O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)"

QUESTÃO 37. Bárbara tem a sua prisão preventiva decretada em razão da prática de crime de homicídio contra o ex-companheiro, que era genitor da criança Heitor, de 2 anos, filho da detenta. A defesa técnica de Bárbara requer a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, alegando que Bárbara é genitora de Heitor e responsável pelos cuidados de seu filho.

Considerando o disposto na Lei nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância), é correto afirmar que:

a) a substituição da prisão preventiva pela domiciliar somente é aplicável a gestantes, não se estendendo o benefício a mulheres que já tenham filhos;

b) o juiz da Infância e da Juventude será competente para a concessão do benefício de substituição de pena, por se tratar de requerimento formulado com fulcro na Lei nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância);

c) é requisito legal para a concessão do benefício a realização de estudo, pela equipe técnica do juízo, comprovando a existência de vínculos afetivos entre a detenta e o seu filho;

d) a prisão domiciliar só será deferida a mulheres com filhos com deficiência e idade inferior a 12 anos;

e) a substituição de pena requerida não é cabível, pois Bárbara praticou crime com violência ou grave ameaça à pessoa, não fazendo jus à prisão domiciliar.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do marco civil da primeira infância e da prisão domiciliar à mulher com filho criança.

O regime da prisão preventiva foi alterado pela Lei nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância). Nestes termos passou a prever o CPP: "Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011). (...) V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)"

Além disso, complementando a norma a Lei nº 13.769/2018 complementou a normatização anterior, regulamentando melhor a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, ao tempo em que inseriu o artigo 318-A ao CPP. Vejamos: "Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018). I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018). II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente. (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018).

A alternativa A está incorreta. É possível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar também a mulheres que já tenham filhos.

A alternativa B está incorreta. Quem irá julgar o pedido de substituição será o juízo penal competente para o processo.

A alternativa C está incorreta. A lei presume, nestes casos de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar da mãe de criança, a importância e necessidade do acompanhamento materno, não havendo necessidade de estudo interdisciplinar, conforme foi apontado no julgamento do *Habeas Corpus* coletivo 212.708.

A alternativa D está incorreta. Sendo o filho com deficiência, ele poderá ter qualquer idade.

A alternativa E está correta. Não é cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar quando o crime é cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. Vejamos o CPP: "Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018). I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018)."

QUESTÃO 38. Berenice, professora aposentada, apresenta requerimento de inscrição para concorrer ao processo de escolha dos conselheiros tutelares, instruindo-o com documentação comprobatória dos requisitos previstos no edital da eleição à Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolencente (CMDCA). Após ser considerada apta a concorrer, Berenice publica em sua rede social propaganda de campanha, comunicando o fato à Comissão Especial. A candidata também encaminha vídeo de campanha por ela gravado à sua própria lista de contatos em aplicativo de mensagens e produz 1000 camisetas para distribuição aos eleitores. Após reunião de colegiado, Edson, presidente da Comissão Especial do processo de escolha dos conselheiros tutelares, notifica Berenice acerca da irregularidade da campanha realizada através da internet, cassando a sua candidatura. Inconformada, Berenice busca atendimento junto à Defensoria Pública, interpondo recurso administrativo visando à reforma da decisão de cassação junto ao CMDCA.

Considerando o disposto na Resolução Conanda nº 231/2022, é corretor afirmar que:

a) a distribuição de camisetas ou brindes de pequeno valor pode gerar a inidoneidade moral da candidata e consequente cassação de sua candidatura;

b) Berenice realizou propaganda através da internet com disparo em massa de mensagens, sendo correta a decisão cassação de sua candidatura;

c) é vedada a propaganda eleitoral em perfil de rede social do candidato, tendo em vista a necessidade de assegurar a equidade entre as candidatura;

d) os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial serão analisados e julgados pela própria comissão, assegurando ao candidato o direito à ampla defesa;

e) a veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos pode se iniciar após a apresentação de requerimento de inscrição ao CMDCA. devendo ser encerrada até 24 horas antes do pleito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema sobre o processo de escolha de conselheiros tutelares.

Este processo de escolha é tratado pela Resolução n. 231/2022 do CONANDA. Assemelhando-se ao processo eleitoral, os candidatos ao Conselho Tutelar deverão observar determinadas condutas.

A alternativa A está correta. Exatamente, a distribuição de camisetas ou brindes de pequeno valor pode gerar a inidoneidade moral da candidata e consequente cassação de sua candidatura. Nestes termos, prevê a Resolução n. 231/2022 do CONANDA: "Art. 8º A relação de condutas ilícitas e vedadas seguirá o disposto na legislação local com a aplicação de sanções de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros. (...) § 7º. Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas a gerar inidoneidade moral do candidato: (...) II- doação, oferta, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;"

A alternativa B está incorreta. Por si só, a utilização de disparo em massa de mensagens pela internet não fundamenta a cassação de sua candidatura. Vejamos o que informa a Resolução n. 231/2022 do CONANDA: "Art. 8º. (...) § 9º A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas: I- em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País; II- por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa; III- por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo."

Assim, a conduta equivocada seria o impulsionamento de conteúdo, não o disparo em massa.

A alternativa C está incorreta. Não há vedação em perfil de rede social, como visto acima.

A alternativa D está incorreta. Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial não serão analisados e julgados pela própria comissão, mas sim pelo Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente. Veja-se a Resolução n. 231/2022 do CONANDA: "Art. 8º. (...) § 13 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente."

A alternativa E está incorreta. Conforme a Resolução n. 231/2022 do CONANDA: "Art. 8º. (...) § 5º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados."

QUESTÃO 39. Jefferson, adolescente de 17 anos, pratica ato infracional análogo a furto, sendo-lhe aplicada a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade pelo prazo de três meses, a ser cumprida em instituição de longa permanência para idosos. Jefferson recusa-se a desempenhar as atividades que lhe são delegadas na instituição, sendo o fato comunicado à Vara da Infância e Juventude.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069 (ECA) e na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

a) o magistrado deverá determinar que Jefferson retorne ao local e desempenhe as atividades de forma coercitiva, visando dar cumprimento à sentença;

b) a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade possui prazo mínimo de seis meses, razão pela qual a sentença mencionada é nula;

c) considerando a vedação constitucional de trabalho forçado, poderá o magistrado substituir a medida socioeducativa aplicada por outra em meio aberto;

d) a medida de prestação de serviços à comunidade possui natureza jurídica de medida em meio fechado, no caso mencionado, por ser cumprida em instituição asilar;

e) o adolescente em cumprimento da medida de prestação de serviços à comunidade faz jus à remuneração financeira (bolsa), cuja finalidade é sua profissionalização e inserção no mercado de trabalho..

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes, especialmente a medida de Prestação de Serviços à Comunidade. Vejamos o que diz o ECA sobre o tema: "Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. § 1º A

medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. § 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado. § 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. Art. 113. Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100. Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127. Parágrafo único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria. Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a freqüência à escola ou à jornada normal de trabalho."

A alternativa A está incorreta. A regra é que o adolescente seja ouvido sobre o descumprimento, conforme se extrai da Lei do SINASE: "Art. 43. A reavaliação da manutenção, da substituição ou da suspensão das medidas de meio aberto ou de privação da liberdade e do respectivo plano individual pode ser solicitada a qualquer tempo, a pedido da direção do programa de atendimento, do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsável. (...) § 4º A substituição por medida mais gravosa somente ocorrerá em situações excepcionais, após o devido processo legal, inclusive na hipótese do inciso III do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e deve ser: (...) II - precedida de prévia audiência, e nos termos do § 1º do art. 42 desta Lei.

A alternativa B está incorreta. Pelo contrário, o prazo máximo da prestação de serviços à comunidade é de 6 meses, conforme artigo 117 do ECA.

A alternativa C está correta. De forma alguma, pode-se admitir o trabalho forçado de adolescente, como dispõe o ECA: " Art. 112. (...) § 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado."

A alternativa D está incorreta. A prestação de serviços à comunidade é medida de meio aberto. São somente medidas de meio fechado o regime de semi-liberdade e a internação. Artigo 120 e 121 do ECA.

A alternativa E está incorreta. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas, conforme artigo 117 do ECA.

QUESTÃO 40. Laura, criança de 10 anos, é vítima de crime de estupro de vulnerável praticado pelo companheiro de sua avó, Jeremias. Durante audiência criminal para a coleta de seu depoimento especial, em rito cautelar de antecipação de prova, Laura demonstra grande temor ao ter ciência de que Jeremias encontra-se na sala de audiências, assistindo ao seu depoimento em tempo real, por transmissão de áudio e vídeo. Margareth, psicóloga do Tribunal de Justiça que se encontra na sala de depoimento especial com a criança, comunica ao juiz que se faz necessário o afastamento do imputado da sala de audiências, diante da reação da criança, contando tal manifestação da profissional especializada com a anuência do membro do

Ministério Público. O advogado constituído por Jeremias se opõe ao pedido, invocando violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, caso seja autorizado o afastamento de seu cliente da sala de audiências.

Considerando o disposto na Lei nº 13.431/2017, é correto afirmar que:

a) Margareth não pode se manifestar acerca do afastamento do imputado da sala de audiências, na medida em que não é parte processual, sendo a comunicação ao magistrado incabível;

b) a previsão legal para o afastamento do imputado da sala de audiências inexiste, considerando que ele não se encontra no mesmo ambiente físico que Laura, *in casu*, a sala de depoimento especial;

c) o depoimento especial de Laura é incabível pelo rito cautelar de antecipação de prova, na hipótese narrada, uma vez que a criança de mais de 7 a anos de idade;

d) Jeremias poderá ser afastado da sala de audiências, na medida em que sua presença pode prejudicar o depoimento especial da criança;

e) o procedimento narrado consiste na escuta especializada, cujo escopo é a proteção da criança e a produção de provas para a instrução criminal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema depoimento especial.

A alternativa A está incorreta. Margareth pode se manifestar acerca do afastamento do imputado da sala de audiências. Nestes termos, informa a Lei nº 13.431/2017: "Art. 12. O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento: (...) § 3º O profissional especializado comunicará ao juiz se verificar que a presença, na sala de audiência, do autor da violência pode prejudicar o depoimento especial ou colocar o depoente em situação de risco, caso em que, fazendo constar em termo, será autorizado o afastamento do imputado."

A alternativa B está incorreta. Existe sim a previsão legal para afastamento do imputada da sala de audiência, conforme indicado no artigo 12, § 3º, da Lei nº 13.431/2017.

A alternativa C está incorreta. A escuta especializada e o depoimento especial são aplicáveis tanto a crianças quanto a adolescente. Vejamos o disposto na Lei nº 13.431/2017: "Art. 1º Esta Lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal , da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência."

A alternativa D está correta. Exatamente. Jeremias poderá ser afastado da sala de audiências, consoante previsto no artigo 12, § 3º, da Lei nº 13.431/2017.

A alternativa E está incorreta. O procedimento consiste no depoimento especial. É importante diferenciar bem os dois institutos: escuta especializada e depoimento especial, conforme previsto na Lei nº 13.431/2017: "Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade. Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária."

QUESTÃO 41. Camila, mãe de Júnior, de 13 anos de idade e destinatário de pensão alimentícia do pai, utiliza os valores assim pagos ao menor, exclusivamente para o custeio de despesas pessoais dela, notadamente alimentação fora de casa (contas de botequim), cigarros e bebidas alcoólicas, deixando de fornecer ao filho os alimentos indispensáveis às suas necessidades. Diante do caso narrado, Camila deverá responder por:

a) maus-tratos;

b) maus-tratos, com a pena aumentada;

c) abandono de incapaz e apropriação indébita;

d) abandono de incapaz e apropriação indébita qualificada;

e) maus-tratos, com a pena aumentada, e apropriação indébita.

Solução Rápida

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre Crimes contra o patrimônio e periclitação da vida e da saúde.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. O Caso apresenta duas condutas distintas por parte de Camila, a primeira consiste na utilização dos valores pagos à título de pensão alimentícia devida ao filho, paga pelo genitor, em proveito próprio , ou seja, a genitora, que é mera administradora dos valores, os utiliza em seu próprio proveito. Tal ação se caracteriza como apropriação indébita, pois a mãe possui a posse dos valores e deles se apropria, conforme tipificado no artigo 168 do CP: "Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção".

Ademais, a genitora também deixa de fornecer os alimentos básicos ao filho, expondo, assim, a vida e saúde deste a risco. Desta maneira, sua conduta se amolda ao tipo penal trazido no artigo 136, maus-

tratos, devendo a pena ser majorada, em razão da idade do filho, o qual é menor de 14 anos: "Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina. (...) § 3º - Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos."

QUESTÃO 42. Diana, mãe da jovem Efigênia, de 18 anos de idade, ganha da filha, como presente de aniversário, um automóvel zero km, com pleno conhecimento de que o dinheiro utilizado na compra do veículo foi obtido pela filha com seu trabalho como prostituta. Diante do caso narrado, Diana:

a) não cometeu crime;

b) cometeu o crime de rufianismo;

c) cometeu o crime de receptação;

d) cometeu o crime de favorecimento da prostituição;

e) cometeu o crime de lavagem de capitais, juntamente com Efigênia.

Solução Rápida

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está correta. O caso em análise não se amolda a tipo penal algum, tendo em vista que o exercício da prostituição por pessoa maior de idade e capaz não configura, por si só, crime. Ademais, não se pode dizer que a conduta de Diana caracteriza a prática do crime de rufianismo, previsto no art. 230 do CP ("tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustenta, no todo ou em parte, por quem a exerça"), seja por este tratar-se de crime habitual, exigindo para sua consumação o proveito reiterado nos lucros da vítima, seja por faltar o dolo de aproveitamento exigido pelo tipo penal em comento.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 43. Ernesto, soldado da Polícia Militar, escalado para serviço de guarda no seu batalhão, durante o horário de descanso, subtraiu a chave de uma viatura militar e com ela saiu

da referida unidade, sem autorização ou justificativa, para visitar parentes que se encontravam em localidade vizinha, tendo retornado horas depois para se apresentar e devolver a viatura militar nas mesmas condições. Nos termos do disposto no Código Penal Militar, tal conduta configura crimes de:

a) desobediência e furto de uso;

b) deserção instantânea e furto de uso;

c) abandono de posto ou lugar de serviço e furto;

d) abandono de posto ou lugar de serviço e furto de uso;

e) abandono do posto ou lugar de serviço e peculato furto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão versa sobre crime praticado por militar no exercício da função regido pelo Código Penal Militar. Os crimes perpetrados foram o crime de abandono de posto e furto de uso.

Abandono de pôsto

Art. 195. Abandonar, sem ordem superior, o pôsto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Furto de uso

Art. 241. Se a coisa é subtraída para o fim de uso momentâneo e, a seguir, vem a ser imediatamente restituída ou reposta no lugar onde se achava:

Pena - detenção, até seis meses.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade se a coisa usada é veículo motorizado, embarcação, aeronave ou arma, e de 1/3 (um terço) se é animal de sela ou de tiro. (Redação dada pela Lei nº 14.688, de 2023).

Nesse sentido, as alternativas A, B, C e E estão incorretas**.**

QUESTÃO 44. Kátia, namorada de Lizandra, em um restaurante, inconformada com o anúncio de que deseja por fim ao relacionamento amoroso, defere-lhe facadas, com o intuito de matá-la, deixando em seguida o local. Socorrida por terceiros, Lizandra é hospitalizada, vindo o enfermeiro Miguel, por descuido, a trocar a medicação prescrita à paciente, aplicando-lhe

substância diversa, que lhe provoca a morte, por choque anafilático. Diante do caso narrado, Kátia deverá responder por:

a) feminicídio e Miguel, por homicídio culposo;

b) tentativa de feminicídio e Miguel, por homicídio culposo;

c) tentativa de feminicídio e Miguel, por homicídio doloso;

d) lesão corporal qualificada e Miguel, por homicídio doloso;

e) lesão corporal qualificada e Miguel, por homicídio culposo.

Solução Rápida

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre relação de causalidade.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 13, §1º, do CP, a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou. Tendo em vista que a morte da vítima se dá por negligência do enfermeiro, e não pela conduta de Kátia, há o rompimento do nexo causal e esta só responde pela tentativa de feminicídio. Por outro lado, conforme o art. 13, caput, do CP ("o resultado de que depender a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido"), a conduta de Miguel contribuiu diretamente para o óbito da vítima, configurando o crime de homicídio culposo.

Destaca-se que, em muitos casos, o erro médico é visto como um desdobramento da conduta inicial, ou seja, está na mesma linha causal, de modo que o agente que comete a primeira ação deve responder pelo resultado. Todavia, o caso narrado apresenta um erro desconexo da conduta inicial, levando a morte da vítima não pelas consequências da ação do primeiro agressor, mas sim pelo erro médico em si (choque anafilático), demonstrando, portanto, um fato que sai da linha de desdobramento causal então existente.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 45. Quando o Código Penal Militar (CPM) usa a expressão "o juiz pode considerar a infração como disciplinar", em determinadas sanções de crimes, como nos Arts. 209, § 6º, 240, § 1º, e 260, o que se configura é:

a) cláusula supralegal excludente da tipicidade, fundada no princípio da insignificância, expressamente prevista no CPM, implicando a absolvição do réu e envio da sentença para apuração da infração disciplinar pela Administração Militar;

b) cláusula de diminuição de pena, autorizando o juiz-auditor da Justiça Militar a aplicar uma sanção disciplinar nos autos da ação penal;

c) previsão legal de cláusula excludente de culpabilidade supralegal definida como inexigibilidade de conduta diversa;

d) cláusula legal de diminuição de pena, mantendo-se a condenação com mitigação do quantum da pena prevista para o delito;

e) cláusula de perdão judicial especial não previsto no CPM.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão versa sobre a exclusão de tipicidade no âmbito dos crimes militares.

A expressão usada caracteriza cláusula supralegal de excludente da tipicidade, fundada no princípio da insignificância. No caso, exclui-se a tipicidade material do crime.

Nesse sentido, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 46. Giles, ex-namorado de Hildebranda, ao tomar conhecimento de que ela está em um novo relacionamento amoroso, movido pelo ciúme, decide dar-lhe uma surra e, para tanto, convida-a a ir ao seu apartamento, sob o pretexto de que gostaria de lhe devolver alguns pertences pessoais, deixados por ela no imóvel. Acreditando na sinceridade do convite, Hildebranda comparece ao local, onde Giles a agride, deferindo-lhe socos no rosto. Ela vem então a ser hospitalizada, em decorrência dos ferimentos sofridos, sobrevindo alta médica dois dias depois. Diante do caso narrado, Giles deverá responder por:

a) lesão corporal grave, com incidência das circunstâncias agravantes da dissimulação e das consequências do crime (hospitalização da vítima);

b) lesão corporal leve, com incidência das circunstâncias agravantes da dissimulação e de ter sido o crime cometido com violência contra a mulher, na forma da lei específica;

c) lesão corporal qualificada pela violência doméstica, sopesando-se em desfavor do réu as circunstâncias judiciais da dissimulação e das consequências do crime (hospitalização da vítima);

d) lesão corporal qualificada pela violência doméstica, sopesando-se em desfavor do réu a circunstância judicial das consequências do crime (hospitalização da vítima), com incidência da circunstância agravante da dissimulação;

e) lesão corporal grave, com a pena aumentada pela violência doméstica, sopesando-se em desfavor do réu a circunstância judicial das consequências do crime (hospitalização da vítima), com incidência das circunstâncias agravantes da dissimulação e de ter sido o crime cometido com violência contra a mulher, na forma da lei específica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre crime de lesão corporal.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. O caso em análise configura figura qualificada do crime de lesão corporal, disposto no art. 129, §13, do CP ("se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino"). Ademais, incide a agravante genérica prevista no art. 61, II, c, do CP ("ter o agente cometido o crime à traição, de emboscada ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido") e valora-se negativamente na primeira fase da dosimetria a circunstância judicial das consequências do crime, conforme o art. 59 do CP, em virtude de ter havido a hospitalização da vítima.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 47. Bianca é acordada de madrugada por ruídos provenientes do quarto de sua filha de 12 anos de idade. Deslocando-se ao cômodo de onde provinham os ruídos, surpreende a menor tendo relações sexuais com o padrasto. Após assistir ao fato por alguns segundos, sem tomar qualquer medida em relação ao que presenciava, a mãe retorna para sua cama. Diante do caso narrado, é correto afirmar que Bianca:

a) deverá responder pelo crime de omissão de socorro;

b) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, sem a incidência de qualquer causa de aumento de pena;

c) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, com a incidência da causa de aumento de pena decorrente do concurso de pessoas;

d) não deverá responder por crime algum, pois não concorreu para o estupro de vulnerável cometido pelo padrasto da vítima;

e) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, com a incidência da causa de aumento de pena decorrente de ser genitora da vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. No caso apresentado, a mãe tem o dever de garantir a integridade da filha, a qual estava sendo maculada pelo padrasto. Deste modo, a omissão da mãe passa a ser penalmente relevante, ante sua condição de garantidora da filha, respondendo como se tivesse cometido o tipo realizado pelo próprio padrasto, à luz do disposto no artigo 13, §2º, a, do CP, que dispõe: "§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;".

Portanto, a genitora responderá pelo crime de estupro de vulnerável, art. 217-A, de forma omissiva imprópria, pois tinha o dever de agir, imposto por lei, deixando de atuar, auxiliando na produção do resultado.

Ademais, a sua inação se soma a conduta do padrasto, de modo que estes passam a atuar em conjunto, na busca pelo resultado, caracterizando o concurso de pessoas, o qual é trazido como causa de aumento de pena, nos termos do artigo 226, IV, a, do CP: "Art. 226. A pena é aumentada: (...) IV - de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado: Estupro coletivo- a) mediante concurso de 2 (dois) ou mais agentes;". Quanto ao Tema, destaca-se a decisão do STJ no AgRg HC 768.554/GO: "A origem destacou que, embora o comportamento da agravante tenha sido comissivo por omissão, os crimes de estupro de vulnerável continuaram a ser praticados em decorrência da sua efetiva participação. Assim, não merece reforma o acórdão impugnado que reconheceu a agravante do concurso de pessoas.".

Por fim, não é possível a aplicação do aumento de pena em razão do parentesco, quanto à genitora omissa, conforme trazido no artigo 226,II, do CP, sob pena de configuração de *bis in idem*, pois a própria condição de mãe é essencial para estabelecer a tipicidade de sua conduta, ou seja, no caso apresentado, a condição de mãe se mostra como elemento normativo do tipo, não podendo ser também utilizado como causa de aumento de pena, nestes termos foi decidido pela 6ª Turma do STJ.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 48. Alberto, servidor lotado na área de recursos humanos da Câmara Municipal de Blumenau, com livre acesso aos dados cadastrais a partir dos quais é gerada a folha de pagamento do referido ente público, neles insere informações de pessoa que não exercia qualquer atividade laborativa na Casa Legislativa, com o propósito de ficar com a remuneração destinada a tal pessoa, que sequer tinha conhecimento do fato. Diante do caso narrado, Alberto:

a) não cometeu qualquer crime;

b) cometeu o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações e, caso restitua voluntariamente ao erário todos os valores recebidos indevidamente, antes do recebimento da denúncia, deverá ter a pena reduzida;

c) cometeu o crime de peculato impróprio e, caso restitua voluntariamente ao erário todos os valores recebidos indevidamente, antes da sentença irrecorrível, deverá o juiz declarar extinta a punibilidade do fato;

d) cometeu o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações e, caso restitua voluntariamente ao erário todos os valores recebidos indevidamente, antes da sentença irrecorrível, deverá o juiz declarar extinta a punibilidade do fato;

e) cometeu o crime de estelionato, com pena aumentada, por ter sido o crime cometido em detrimento de entidade de direito público e, caso restitua voluntariamente ao erário todos os valores recebidos indevidamente, antes do recebimento da denúncia, deverá ter a pena reduzida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre crimes contra a administração pública.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. O Caso apresentado narra conduta que se amolda ao delito insculpido no artigo 313-A do CP, o qual dispõe: "Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano".

Destaca-se que, para tal delito, o Código Penal não traz a condição especial de extinção da punibilidade. Em verdade, a extinção estabelecida no artigo 312,§3º, do CP, se refere, tão somente, ao peculato culposo, permitindo que, havendo reparação do dano, antes da sentença irrecorrível, seja decretada a extinção da punibilidade.

Todavia, é possível aplicar o arrependimento posterior, no caso em apreço, conforme trazido no artigo 16 do CP, nos seguintes termos: "Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços."

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B. Destaca-se que o peculato impróprio está trazido no artigo 312,§1º, do CP e se caracteriza pela utilização da função pública para subtrair bem do qual o agente não tem a posse: "§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário."

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 49. Ilmar, de 20 anos de idade, namorado de Jorgina, de 13 anos de idade, vai com ela ao cinema e, durante a projeção do filme, aproveitando-se da escuridão e do fato de a sala estar quase vazia, pede-lhe que faça sexo oral com ele, vindo ela a praticá-lo. Porém, o casal é surpreendido durante o ato por um segurança do estabelecimento, que aciona a polícia. Diante do caso narrado, Ilmar deverá responder por:

a) ato obsceno;

b) importunação sexual;

c) Estupro de vulnerável;

d) ato obsceno e importunação sexual;

e) ato obsceno e estupro de vulnerável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre Crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. O caso em análise resultou na prática de dois crimes em concurso formal, tendo em vista que o agente, mediante uma só ação, praticou dois ou mais crimes (art. 70 do CP). Assim, ocorreu a prática do crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), por ter o agente praticado ato libidinoso com menor de 14 anos, e de ato obsceno (art. 233 do CP), uma vez que o ato foi praticado em lugar público, havendo outras pessoas nesse local.

QUESTÃO 50. A doutrina classifica os delitos em diversas categorias. Considerando algumas das classificações existentes, a alternativa que prevê delito de mera atividade, delito de lesão, delito plurissubjetivo e delito pluriofensivo, respectivamente, é

a) violação de domicílio, furto, rixa e roubo;

b) injúria, dano, associação criminosa e estelionato;

c) assédio sexual, incêndio, apropriação indébita e roubo;

d) desobediência, omissão de socorro, tráfico de pessoas e perseguição;

e) ato obsceno, lesão corporal, constituição de milícia privada e autoaborto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata sobre a classificação dos crimes quanto ao resultado naturalístico.

A alternativa A está correta. Ao classificar o delito como de mera conduta, a doutrina analisa a necessidade de resultado naturalístico para consumação, neste sentido, os delitos são divididos em: 1) Material: os quais exigem um resultado naturalístico para consumação (ex. homicídio); 2) Formal: que, embora descrevam um resultado naturalístico, não exigem a ocorrência deste para a consumação do delito (ex. sequestro); 3) mera conduta: os quais são crimes em que o resultado naturalístico não é descrito no tipo (ex. violação de domicílio).

Já o delito de lesão se refere à classificação que analisa o objeto jurídico da conduta, havendo os crimes de dano (ou de lesão) e os crimes de perigo. Os crimes de lesão são aqueles que causam efetivo prejuízo ao bem jurídico, sendo o furto um exemplo.

Os delitos plurisubjetivos são também chamados de crimes de concurso necessário, ou seja, estes exigem que o tipo seja realizado, necessariamente, por mais de um agente, como ocorre na rixa.

Por fim, o delito pluriofensivo é aquele que viola mais de um bem jurídico, como ocorre no roubo, o qual viola o patrimônio e integridade física, quando cometido com violência.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 51. O Ministério Público denunciou Fabrício pela prática do crime de furto qualificado pela fraude. Após regular instrução, o juiz, ao prolatar a sentença, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, atribuiu-lhe definição jurídica diversa, entendendo cuidar-se do crime de estelionato, e instou o Ministério Público a manifestar-se sobre o cabimento de suspensão condicional do processo ao acusado. Contudo, o Ministério Público, que não recorreu da sentença, recusou-se a oferecer ao acusado a suspensão condicional do processo, pois insistiu na capitulação originária constante da denúncia.

Diante dessa situação, é correto afirmar que o juiz:

a) não pode, em razão do princípio acusatório, atribuir ao fato definição jurídica diversa, não podendo instar o Ministério Público a se manifestar sobre a suspensão condicional do processo;

b) pode atribuir ao fato definição jurídica diversa e, diante da recusa do Ministério Público em propor a suspensão condicional do processo, deverá remeter os autos ao procurador-geral de Justiça;

c) não pode, em razão do princípio acusatório, atribuir ao fato definição jurídica diversa, mas poderá oferecer de ofício ao acusado a suspensão condicional do processo;

d) pode atribuir ao fato definição jurídica diversa, e poderá oferecer de ofício ao acusado a suspensão condicional do processo;

e) não pode, em razão do princípio acusatório, atribuir ao fato definição jurídica diversa, mas, diante da recusa em propor a suspensão condicional do processo, deverá remeter os autos ao procurador-geral de justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão trata sobre os princípios processuais penais.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. A emendatio libelli está prevista no art. 383 do CPP, permitindo que o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, atribua definição jurídica diversa daquela apresentada pelo *parquet* ou querelante, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave: "Art. 383. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave."

Tal atuação não viola o princípio acusatório, pois, embora o juiz atue de ofício, este apenas está analisando os fatos apresentados e conhecidos pelas partes. Ademais, o artigo 383, §1ª, do CPP, estabelece que: "Se, em consequência de definição jurídica diversa, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o juiz procederá de acordo com o disposto na lei.". Sendo assim, ante a possibilidade de oferecimento da suspensão condicional do processo, em razão da nova definição jurídica e, ao mesmo tempo, discordância do órgão ministerial que apresentou a denúncia, o STF estabelece que o juiz deve remeter os autos ao Procurador Geral de Justiça, à luz do artigo 28 do CPP, nos termos da Súmula 696: "Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o promotor de justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal."

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 52. Ronaldo, Roberto, Renato e Rogério são investigados em inquérito policial em razão dos crimes de constituir organização criminosa para a prática de delitos de extorsão, de roubo e de estelionato. Ronaldo, líder da organização, resolve colaborar e inicia tratativas com o Ministério Público.

Diante desse cenário, e considerando as normas que regem o acordo de colaboração premiada, é correto afirmar que:

a) o juiz poderá reduzir até a metade a pena de Ronaldo, ou admitir a progressão de regime ainda que ausentes os requisitos objetivos, se a colaboração for posterior à sentença;

b) o Ministério Público poderá ter o prazo para oferecimento de denúncia suspenso por até oito meses, prorrogáveis por igual período, interrompendo-se o prazo prescricional;

c) o juiz, ao analisar o acordo de colaboração, poderá admitir cláusula que preveja a renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória;

d) o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia contra Ronaldo, se a proposta de acordo referir-se à infração de cuja existência não tenha prévio conhecimento;

e) o juiz poderá participar das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, se o prêmio envolver o perdão judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão versa sobre colaboração premiada prevista na lei de organização criminosa. O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos.

A alternativa A encontra-se correta, é exatamente o disposto na lei.

Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

I - a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas;

II - a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa;

III - a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa;

IV - a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa;

V - a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.

A alternativa B está incorreta, pois a suspensão do prazo para oferecer denúncia é de 6 meses.

Art. 4º (...)

§ 3º O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com o art. 4º, § 7º-B, da Lei de Organização Criminosa: "São nulas de pleno direito as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória".

A alternativa D está incorreta, pois o Ministério Público não pode deixar de oferecer a denúncia quando o colaborador for o líder da organização criminosa.

Art. 4º (...)

§ 4º Nas mesmas hipóteses do caput deste artigo, o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se a proposta de acordo de colaboração referir-se a infração de cuja existência não tenha prévio conhecimento e o colaborador: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

I - não for o líder da organização criminosa;

II - for o primeiro a prestar efetiva colaboração nos termos deste artigo.

A alternativa E está incorreta, pois é vedado ao juiz participar das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, em qualquer caso.

Art. 4º (...)

§ 6º O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.

Nesse sentido, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 53. Maria praticou crime de lesão corporal leve contra Aline, sendo o caso encaminhado de imediato ao Juizado Especial Criminal. Na audiência preliminar, que ocorreu três meses após o fato, não houve composição civil dos danos, e a ofendida Aline não exerceu o direito de representação verbal.
Diante desse cenário, é correto afirmar que o juiz:

a) deverá extinguir o feito sem exame do mérito em razão da decadência do direito de representação;

b) deverá extinguir o feito sem exame do mérito em razão da caracterização do perdão tácito da ofendida;

c) deverá extinguir o feito sem exame do mérito em razão da renúncia expressa ao direito de representação;

d) não deverá extinguir o feito, devendo o Ministério Público oferecer acordo de não persecução penal a Maria;

e) não deverá extinguir o feito, pois a representação poderá ser exercida dentro do prazo de seis meses da data em que Aline soube quem foi o autor do crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão trata sobre Ação penal privada.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. Conforme o art. 88 da Lei 9.099/95, dependerá de representação a ação penal relativa ao crime de lesão corporal leve (art. 129, caput, do CP). O prazo para oferecimento da representação, conforme o art. 39 do CPP, será de 6 meses, contados do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime. Como no caso em análise ainda não se exauriu o prazo decadencial, a ofendida poderá proceder à representação dentro deste prazo.

QUESTÃO 54. Em crime de promoção de publicidade enganosa, em razão de não ter sido oferecida a denúncia no prazo legal, a Associação Estadual de Defesa dos Consumidores ajuizou ação penal subsidiária. Contudo, no decorrer do processo, apesar de intimada várias vezes, deixou de promover o andamento do feito, por sessenta dias seguidos, demonstrando inequívoca negligência. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

a) A deverá o Ministério Público retomar a ação como parte principal;

b) deverá o feito ser extinto sem resolução do mérito, em razão da ocorrência da perempção;

c) deverá o feito ser extinto sem resolução do mérito, em razão da ilegitimidade da Associação;

d) deverá o juiz nomear a Defensoria Pública como assistente qualificada para retomar o feito;

e) deverá o feito ser extinto sem resolução do mérito, em razão da decadência do direito de queixa subsidiária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata sobre ação penal privada subsidiária da pública.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 29 do CP, será admitida ação penal privada nos crimes de ação pública se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 55. Cristiana foi agredida por seu marido Átila, que também a ameaçou, prevalecendo-se este das relações domésticas e de coabitação, tendo causado na ofendida lesões corporais de natureza leve. Em razão disso, foi instaurado inquérito policial, que constatou as agressões e a ameaça.

Levando-se em conta esse panorama, é correto afirmar que:

a) o juiz poderá propor a Átila transação penal, se o Ministério Público não o fizer de maneira fundamentada;

b) o Ministério Público poderá decretar medida protetiva de urgência, comunicando de imediato ao juiz;

c) o juiz poderá decretar a prisão temporária de Átila a requerimento da defesa técnica de Cristiana;

d) o Ministério Público poderá propor a Átila acordo de não persecução penal, se este não for reincidente específico;

e) o juiz poderá conceder medida protetiva de urgência, a requerimento de Cristiana, independentemente de manifestação do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão versa sobre a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/06).

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com a Súmula 536 do STJ: "A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha".

A alternativa B está incorreta, pois quem concede medida protetiva de urgência é o juiz mediante requerimento do Ministério Público ou da própria ofendida.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

A alternativa C está incorreta, pois caberá prisão preventiva.

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

A alternativa D está incorreta, pois não é cabível acordo de não persecução penal nessa hipótese.

Art. 28-A do CPP (...)

§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses:

IV - nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 56. O Ministério Público ofereceu denúncia contra Robério em razão da prática do crime de homicídio culposo e requereu a prisão preventiva do acusado, pelo fato de ostentar outras condenações por delitos culposos em sua folha de antecedentes criminais, bem como por não possuir residência fixa na comarca.
Analisando o pleito ministerial, é correto afirmar que o juiz:

a) não poderá decretar a prisão preventiva do acusado, que não é cabível, mas poderá decretar medida cautelar diversa da prisão;

b) poderá decretar a prisão preventiva do acusado com vistas à garantia da ordem pública evidenciada pelos antecedentes do acusado;

c) não poderá decretar a prisão preventiva do acusado, que não é cabível, mas poderá substituí-la pela prisão temporária;

d) poderá decretar a prisão preventiva do acusado para assegurar a aplicação da lei penal, pelo fato de ele não possuir residência fixa na comarca;

e) poderá decretar a prisão preventiva do acusado por conveniência da instrução criminal, a fim de garantir que as testemunhas possam depor livremente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata sobre a Prisão Preventiva.

A alternativa A está correta. A prisão preventiva possui requisitos objetivos e subjetivos. Os requisitos objetivos estão trazidos, alternativamente, no artigo 313 do CPP, sendo estes: 1) Crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos; 2) se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado;3) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência; 4) para sanar dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.

Ou seja, os crimes culposos não admitem a prisão preventiva, pois não estão estabelecidos no artigo acima transcrito.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. A prisão temporária é pré-processual, sendo utilizada como forma de garantir a eficácia das investigações, portanto, não seria cabível no caso apresentado, pois a denúncia foi apresentada. Ademais,7.960/89, que rege a prisão temporária, traz um rol taxativo de crimes que a admitem, não estando previsto crimes culposos. Sendo estes: a) Homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2°); b) Sequestro ou cárcere privado (art. 148, caput, e seus §§ 1° e 2°); c) Roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1°, 2° e 3°); d) Extorsão (art. 158, caput, e seus §§ 1° e 2°); e) Extorsão mediante sequestro (art. 159, caput, e seus §§ 1°, 2° e 3°); f) Estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único); g) Atentado violento ao pudor (art. 214, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único); h) Rapto violento (art. 219, e sua combinação com o art. 223 caput, e parágrafo único); i) Epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1°); j) Envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com art. 285); l) Quadrilha ou bando (art. 288), todos do Código Penal; m) Genocídio (arts. 1°, 2° e 3° da lei n° 2.889,

de 1° de outubro de 1956), em quaisquer das formas típicas; n) Tráfico de drogas (art. 12 da lei n° 6.368, de 21 de outubro de 1976); o) Crimes contra o sistema financeiro (lei n° 7.492, de 16 de junho de 1986); p) Crimes previstos na Lei de Terrorismo (incluído pela lei nº 13.260, de 2016)".

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 57. Ofélia, vítima de crime contra a dignidade sexual que a deixou traumatizada, necessitando de tratamento, foi ouvida em juízo e confirmou a ofensa causada por Rafael, o acusado, que respondia ao processo em liberdade. Contudo, Ofélia não se habilitou como assistente de acusação na ação penal.
Nesse particular, é correto afirmar que:

a) o juiz poderá encaminhar a ofendida para tratamento psicossocial às expensas do acusado;

b) o juiz não poderá determinar o segredo de justiça em relação aos dados e depoimentos da ofendida;

c) a ofendida poderá requerer ao juiz a prisão preventiva do acusado, se não o fizer o Ministério Público;

d) o juiz não poderá permitir que a ofendida seja ouvida em juízo na ausência do acusado;

e) a ofendida poderá formular perguntas quando do interrogatório do acusado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata sobre crime contra dignidade sexual.

A alternativa A está correta. Segundo dispõe o art. 201, §5º do CPP, se o juiz entender necessário, poderá encaminhar o ofendido para atendimento multidisciplinar, especialmente nas áreas psicossocial, de assistência jurídica e de saúde, a expensas do ofensor ou do Estado.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto no art. 201, §6º do CPP: "O juiz tomará as providências necessárias à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem do ofendido, podendo, inclusive, determinar o segredo de justiça em relação aos dados, depoimentos e outras informações constantes dos autos a seu respeito para evitar sua exposição aos meios de comunicação."

A alternativa C está incorreta. A vítima tem legitimidade para requerer a prisão preventiva do agressor, todavia, para tanto, precisará estar habilitada como assistente de acusação, conforme preceitua o artigo 311 do CPP: "Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.".

A alternativa D está incorreta. A alternativa é contrária ao disposto no artigo 217 do CPP: "Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará a inquirição por videoconferência e, somente na impossibilidade dessa forma, determinará a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor."

A alternativa E está incorreta. Para que a vítima participe do interrogatório do acusado deve ser, formalmente, parte no processo, ou seja, habilitada como assistente de acusação, o que não ocorre na hipótese narrada.

QUESTÃO 58. Márcio, com extensa folha de antecedentes criminal, foi denunciado pelo Ministério Público em razão da prática do crime de constituir organização criminosa e de vários crimes de estelionato, tendo sido requerida a sua prisão preventiva. Contudo, não foi encontrado para ser citado, tendo o juiz determinado a sua citação por edital. Após a citação editalícia, Márcio não compareceu em juízo, mas constituiu advogado nos autos. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

a) serão suspensos o curso do processo e do prazo prescricional, e o juiz poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;

b) não será suspenso o curso do processo, mas apenas do prazo prescricional, e o juiz não poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;

c) não serão suspensos o curso do processo e do prazo prescricional, e o juiz poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;

d) será suspenso o curso do processo é interrompido o prazo prescricional, e o juiz poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;

e) serão interrompidos o curso do processo e do prazo prescricional, e o juiz não poderá decretar a prisão preventiva de Márcio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre Prisão preventiva.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. O art. 366 do CPP preconiza que se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional (...). Contudo, percebe-se que no caso em análise o agente, não obstante não tenha comparecido em juízo, constituiu advogado nos autos. Assim, não serão suspensos o curso do processo nem o prazo prescricional. Ademais, o caso reúne os requisitos necessários para decretação da prisão preventiva, quais sejam, como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução

criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal (art. 312, caput, do CPP) e para crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos (art. 313, I, do CPP).

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 59. Após regular instrução criminal, Jobson foi condenado pelo Tribunal do Júri a uma pena de oito anos de reclusão em regime fechado pela prática do crime de homicídio qualificado tentado contra Hildemar, não tendo este se habilitado como assistente nos autos. O Ministério Público interpôs recurso de apelação em face de todo o conteúdo impugnável da sentença. Diante desse cenário, é correto afirmar que Hildemar:

a) não poderá interpor recurso de apelação pelo fato de não ter se habilitado como assistente de acusação durante a instrução;

b) não poderá recorrer, pois a vítima não tem legitimidade para se opor à soberania dos veredictos do Tribunal do Juri;

c) não poderá recorrer, pois o Ministério Público interpôs recurso de apelação em face de todo o conteúdo impugnável da sentença;

d) poderá interpor recurso de apelação, mas este somente será conhecido se não for conhecido o recurso do Ministério Público;

e) poderá interpor recurso de apelação, mas este somente será conhecido caso o Ministério Público desista do recurso que tenha interposto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão trata sobre Recursos.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 598 do Código de Processo Penal, nos crimes de competência do tribunal do júri ou do juiz singular, se da sentença não for interposta apelação pelo Ministério Público no prazo legal, o ofendido ou seus sucessores, ainda que não se tenha habilitado como assistente, poderá interpor apelação, que não terá, porém, efeito suspensivo. Conclui-se, portanto, que no caso em análise não é possível à vítima interpor apelação, tendo em vista que o Ministério Público já interpôs tal recurso em face de todo o conteúdo da sentença.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 60. Miguel, empresário, foi difamado por Carlos, que lhe imputou fato ofensivo à sua reputação, por meio de palavras. Nessa hipótese, o inquérito policial destinado à investigação do referido delito, deverá ser iniciado:

a) por requisição do juiz;

b) de ofício pela autoridade policial;

c) mediante requerimento de Miguel;

d) por requisição do ministro da Justiça;

e) por requisição do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a Lei Maria da Penha.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 145, caput, do CP, os crimes contra a honra, regra geral, são de ação penal privada e, portanto, somente se procedem mediante queixa. Ademais, o art. 5º, §5º do CPP dispõe que nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 61. Lei Municipal criou quinze cargos em comissão de assessor de gabinete governamental, assessor executivo de secretário municipal, assessor de gabinete de secretário municipal, assessor de gabinete de coordenador municipal e assessor de implementação de políticas públicas, deixando a critério do Poder Executivo disciplinar e fixar as atribuições inerentes aos referidos cargos. O município em questão possui vinte e cinco cargos de provimento efetivo.

Diante do exposto e da jurisprudência do STF, a referida norma é:

a) constitucional, pois as atribuições dos cargos em comissão devem ser descritas pelo Poder Executivo, em observância ao princípio da separação de poderes;

b) constitucional, pois a criação dos cargos deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;

c) inconstitucional, pois as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir;

d) constitucional, pois a criação dos referidos cargos em comissão se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, bem como para o desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.

e) inconstitucional, pois o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir, não havendo relação com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no município.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema agentes públicos, sob a ótica do entendimento dos Tribunais Superiores.

De acordo com Tema 1010 de repercussão geral do STF: "a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais; b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado; c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir."

Analisemos as alternativas.

Portanto, a alternativa C está correta: a referida lei municipal proposta pelo enunciado é inconstitucional, já que, de acordo com o item "d" do Tema 1010 de repercussão geral do STF, as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

As alternativas A, B e D estão incorretas, pois falam em constitucionalidade da referida lei.

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com o item "c" do Tema 1010 de repercussão geral do STF, o número de cargos comissionados criados deve, sim, guardar relação com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no município.

QUESTÃO 62. Lei de Organização Judiciária do Estado Gama estabeleceu como requisito para o ingresso na carreira da Magistratura daquele ente federativo a idade mínima de 25 anos e máxima de 50 anos.

Diante do exposto e do entendimento predominante do Supremo Tribunal Federal, a referida norma é:

a) constitucional, pois os limites etários da lei para candidatos que pretendam ingresso na magistratura judicial não violam o princípio da isonomia;

b) inconstitucional, pois a Constituição da República prevê limites mínimo e máximo de idade para ingresso na magistratura diversos daqueles fixados pelo Estado Gama;

c) constitucional, pois a fixação de idade para ingresso na magistratura judicial estadual é temática atinente à Lei de Organização Judiciária dos respectivos Estados;

d) constitucional, pois o limite mínimo de 25 anos de idade para ingresso em cargo de magistrado guarda correlação com a natureza do cargo e é revestido de razoabilidade;

e) inconstitucional, pois o limite máximo de 50 anos de idade para ingresso em cargo de magistrado não guarda correlação com a natureza do cargo e destoa do critério que a Constituição adotou para a composição dos demais Tribunais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata do tema agentes públicos, sob a ótica do entendimento dos Tribunais Superiores.

No julgamento da ADI 6741 pelo STF, ficou fixada a tese de que é inconstitucional norma estadual que fixa idades mínima e máxima para ingresso na carreira de juiz sem respaldo na Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Vejamos: "Ementa: Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei estadual que dispõe sobre limites etários para ingresso na magistratura local. 1. Ação direta de inconstitucionalidade em face do art. 82, II, da Lei Complementar nº 234, de 18.04.2002, do Estado do Espírito Santo, que estabelece limites etários mínimo e máximo para o ingresso na magistratura do referido ente federativo. 2. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento pela impossibilidade de lei estaduais estabelecerem regras para ingresso na carreira de juiz de direito em desacordo com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN. Precedentes. 3. A exigência constitucional expressa de lei complementar para tratamento uniforme da matéria (CF/1988, art. 93, caput) impede a atuação dos Estados-membros nesse campo, sem que haja, com isso, violação à autonomia federativa ou dos Tribunais de Justiça. 4. Diante da determinação de regência nacional do tema, a instituição dos critérios de idade para ingresso na Magistratura capixaba, por não encontrar paralelo na Constituição da República ou na LOMAN, ofende a isonomia (CF/1988, art. 5º, caput) e a vedação a discriminações no acesso a cargos públicos (CF/1988, art. 39, § 3º). 5. Todavia, como a norma impugnada se encontra em vigor há anos, razões de segurança jurídica recomendam a modulação dos efeitos da decisão, preservando-se os atos praticados com base na lei impugnada até a publicação da ata de julgamento. 6. Procedência do pedido, com modulação dos efeitos temporais da decisão. Fixação da seguinte tese de

julgamento: "É inconstitucional norma estadual que fixa idades mínima e máxima para ingresso na carreira de juiz sem respaldo na Lei Orgânica da Magistratura Nacional."

Assim sendo, a alternativa E está correta: a referida norma proposta pelo enunciado da questão é inconstitucional, pois o limite máximo de 50 anos de idade para ingresso em cargo de magistrado não guarda correlação com a natureza do cargo e destoa do critério que a Constituição adotou para a composição dos demais Tribunais.

As alternativas A, C e D estão incorretas, pois falam em constitucionalidade da referida lei.

A alternativa B está incorreta, pois a Constituição da República não prevê limites mínimo e máximo de idade para ingresso na magistratura.

QUESTÃO 63. A Lei Alfa foi aprovada a partir de Projeto de Lei municipal do chefe do Poder Executivo, alterado no curso do processo legislativo por meio de emenda parlamentar para estender gratificação, inicialmente prevista apenas para os professores, a todos os servidores que atuem na área de educação especial.

Diante do exposto e do entendimento predominante do Supremo Tribunal Federal, a norma é:

a) constitucional, pois a emenda parlamentar teve o objetivo de garantir a efetividade do direito fundamental à educação;

b) inconstitucional, pois o município usurpou competência da União para disciplinar matéria que trata de educação especial;

c) constitucional, pois a emenda parlamentar teve a finalidade de resguardar o princípio da igualdade a todos os servidores públicos que atuam na área;

d) inconstitucional, pois a emenda parlamentar implicou aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo;

e) constitucional, pois é autorizada emenda parlamentar em processo legislativo que seja oriundo de projeto de lei de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema agentes públicos.

De acordo com julgamento do RE 745811 pelo STF: "Recurso extraordinário. Repercussão geral da questão constitucional reconhecida. 2. Direito Administrativo. Servidor público. 3. Extensão, por meio de emenda parlamentar, de gratificação ou vantagem prevista pelo projeto do Chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade. Vício formal. Reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos. Art. 61, § 1º, II, "a", da

Constituição Federal. 4. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará (Lei 5.810/1994). Artigos 132, inciso XI, e 246. Dispositivos resultantes de emenda parlamentar que estenderam gratificação, inicialmente prevista apenas para os professores, a todos os servidores que atuem na área de educação especial. Inconstitucionalidade formal. Artigos 2º e 63, I, da Constituição Federal. 5. Recurso extraordinário provido para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 132, XI, e 246 da Lei 5.810/1994, do Estado do Pará. Reafirmação de jurisprudência."

A partir deste julgamento, o STF fixou, no Tema 686 de repercussão geral, a seguinte tese: "I - Há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, da CF); II - São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 63, I, da CF)."

Portanto, a alternativa D está correta: A Lei Alfa, proposta pelo enunciado, é inconstitucional, pois a emenda parlamentar implicou aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo.

As alternativas A, C e E estão incorretas, pois falam em constitucionalidade da referida lei.

A alternativa B está incorreta, pois não houve usurpação de competência da União.

QUESTÃO 64. João, deputado estadual no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, almejava apresentar projeto de lei direcionado à proteção animal, mas que permitiria expressamente o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

Ao analisar a sistemática estabelecida na Constituição da República, João concluiu, corretamente, que:

a) compete privativamente à União legislar sobre a matéria, o que seria insuscetível de delegação aos estados;

b) o Estado Alfa possui competência concorrente com a União para legislar sobre a matéria, além de o projeto resguardar a liberdade religiosa;

c) apesar de competir privativamente à União legislar sobre a matéria, lei complementar federal poderia delegar essa competência aos estados;

d) apesar de a União ter competência privativa para legislar sobre caça e fauna, o estado possui competência concorrente para legislar sobre meio ambiente;

e) o projeto seria incompatível com a Constituição da República, pois a laicidade do Estado pressupõe a sua neutralidade em relação a generalidade das religiões.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema organização político administrativa do Estado.

De acordo com o julgamento do RE 49460 pelo STF: "(...) 2. A prática e os rituais relacionados ao sacrifício animal são patrimônio cultural imaterial e constituem os modos de criar, fazer e viver de diversas comunidades religiosas, particularmente das que vivenciam a liberdade religiosa a partir de práticas não institucionais. 3. A dimensão comunitária da liberdade religiosa é digna de proteção constitucional e não atenta contra o princípio da laicidade. 4. O sentido de laicidade empregado no texto constitucional destina-se a afastar a invocação de motivos religiosos no espaço público como justificativa para a imposição de obrigações. A validade de justificações públicas não é compatível com dogmas religiosos. 5. A proteção específica dos cultos de religiões de matriz africana é compatível com o princípio da igualdade, uma vez que sua estigmatização, fruto de um preconceito estrutural, está a merecer especial atenção do Estado. 6. Tese fixada: "É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana." (...)".

Portanto, a alternativa B está correta. Segundo a tese fixada pelo STF no julgamento do RE 49460, o projeto de lei a ser apresentado por João é constitucional, pois resguarda a liberdade religiosa. Ademais, na forma do art. 24, VI, da CF, o Estado Alfa possui competência concorrente com a União para legislar sobre a matéria: "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;"

As alternativas A, C e D estão incorretas, pois a competência é concorrente, conforme art. 24, VI, da CF, acima transcrito.

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com o STF, a sentido de laicidade empregado no texto constitucional destina-se a afastar a invocação de motivos religiosos no espaço público como justificativa para a imposição de obrigações.

QUESTÃO 65. Dois meses antes do término do exercício financeiro, o Presidente da República foi informado de que as dotações orçamentárias direcionadas a custear determinada política pública implementadora de política social não seriam suficientes à realização desse objetivo. Por tal razão, foi editada a Medida Provisória n° X, abrindo crédito adicional destinado à cobertura da referida despesa pública. Irresignado com o teor desse ato normativo, o Partido Político Alfa realizou estudos em relação à sua compatibilidade com a Constituição da República e à sua possível submissão ao controle concentrado de constitucionalidade.

Ao fim dos estudos realizados, concluiu-se, corretamente, que:

a) créditos adicionais, qualquer que seja a sua modalidade, somente podem ser abertos por lei, logo, a Medida Provisória nº X é inconstitucional e pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade;

b) a modalidade de crédito adicional indicada na narrativa não pode ser aberta com a edição de medida provisória, logo, o referido ato normativo pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade;

c) apesar de a modalidade de crédito adicional indicada na narrativa não poder ser aberta por medida provisória, por se tratar de ato de efeitos concretos, não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade;

d) créditos adicionais, qualquer que seja a sua modalidade, podem ser abertos por medida provisória, o que decorre da relevância e da urgência da medida, logo, o referido ato normativo apresenta higidez constitucional;

e) a modalidade de crédito adicional indicada na narrativa pode ser aberta com a edição de medida provisória, logo, a deflagração do controle concentrado não culminaria com a declaração de inconstitucionalidade do ato normativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema processo legislativo, mais precisamente sobre a espécie "medida provisória".

No caso narrado pelo enunciado, não é possível a edição de medida provisória. De acordo com art. 167, § 3º, da CF: "§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62."

Ademais, de acordo com entendimento fixado pelo STF no julgamento da ADI 5449, as leis orçamentárias podem ser submetidas a controle de constitucionalidade em processos objetivos. Vejamos: "(...) 1. Leis orçamentárias que materializem atos de aplicação primária da Constituição Federal podem ser submetidas a controle de constitucionalidade em processos objetivos. Precedentes."

No mesmo sentido, o STF decidiu no julgamento da ADI 4048: "(...) II. CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS ORÇAMENTÁRIAS. REVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA. O Supremo Tribunal Federal deve exercer sua função precípua de fiscalização da constitucionalidade das leis e dos atos normativos quando houver um tema ou uma controvérsia constitucional suscitada em abstrato, independente do caráter geral ou específico, concreto ou abstrato de seu objeto. Possibilidade de submissão das normas orçamentárias ao controle abstrato de constitucionalidade."

Portanto, correta a alternativa B: não é possível a edição de medida provisória, e o referido ato normativo pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

Automaticamente, as alternativas A, C, D e E ficam incorretas, pois trazem justamente o contrário.

QUESTÃO 66. Determinado município deixou de editar lei disciplinando a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos daquele ente federativo e, por esse motivo, o Poder

Judiciário concedeu injunção para que o chefe do Poder Executivo envie projeto de lei e promova a referida revisão dos servidores municipais.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Poder Judiciário agiu:

a) corretamente, pois a garantia da revisão geral anual decorre da norma constitucional que garante a irredutibilidade dos vencimentos aos servidores públicos;

b) corretamente, pois a definição do índice cabe aos poderes políticos, em razão da expertise técnica desses poderes em gerir os cofres públicos e o funcionalismo estatal;

c) incorretamente, pois deveria ter fixado diretamente o índice de correção para revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em razão de omissão do chefe do Poder Executivo;

d) corretamente, pois possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos;

e) incorretamente, pois não possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual, tampouco para fixar o respectivo índice de correção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata dos temas poder executivo e poder judiciário.

De acordo com Tema 624 de repercussão geral do STF: "Tema 624 - Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo. Tese: O Poder Judiciário não possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, tampouco para fixar o respectivo índice de correção."

Portanto, a alternativa correta é a letra E, pois de acordo com jurisprudência do STF, o Poder Judiciário agiu incorretamente, já que não possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual, tampouco para fixar o respectivo índice de correção.

As alternativas A, B e D estão incorretas, pois falam que o Poder Judiciário agiu corretamente.

A alternativa C está incorreta, pois conforme jurisprudência acima colacionada, o Judiciário não tem competência para fixar o índice de correção.

QUESTÃO 67. Em uma gincana jurídica, os grupos participantes foram questionados a respeito

da funcionalidade dos denominados "princípios constitucionais sensíveis", mais especificamente se a sua infringência apresenta características similares na perspectiva da decretação da intervenção nos estados ou nos municípios, o grupo Alfa sustentou que a ação direta interventiva é essencial para a decretação da intervenção em município em razão da não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino. O grupo Beta defendeu que a decretação de intervenção em município, em situações que correspondem à violação aos referidos princípios, reproduzidos inclusive na Constituição Estadual, pode ser provocada ou espontânea. Por fim, o grupo Gama sustentou que a decretação de intervenção em estado, em razão da afronta aos princípios constitucionais sensíveis, sempre se dá na modalidade provocada.

Ao final, os jurados concluíram, corretamente, em relação às conclusões dos referidos grupos, que:

a) todas estão erradas;

b) apenas a de Beta está certa;

c) apenas a de Gama está certa;

d) apenas as de Alfa e Gama estão certas;

e) apenas as de Beta e Gama estão certas.

Comentários

Gabarito preliminar oficial: letra E.

Comentário do professor sobre a questão:

.....

A alternativa apontada pela banca como correta no gabarito preliminar foi a letra E; no entanto, entende que a alternativa correta é a letra C.

A questão trata do tema intervenção estadual.

O grupo Alfa está incorreto, pois a direta interventiva não é essencial para a decretação da intervenção em município em razão da não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino. De acordo com art. 35, III, da CF: "Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;"

O grupo Beta está incorreto. De acordo com art. 35, IV, da CF: "Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial."

O art. 35, IV, da CF é claro ao impor, nesse caso, o provimento de ação interventiva. Logo, não há possibilidade de intervenção espontânea (de ofício). Portanto, o grupo Beta está errado, já que a intervenção em Município por violação de princípio sensível contido na Constituição Estadual somente pode ser provocada.

O grupo gama está correto. De acordo com art. 36, III, da CF: "Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal."

Portanto, a alternativa C está correta. Automaticamente, as alternativas A, B, D e E ficam incorretas.

QUESTÃO 68. Os presidentes dos Diretórios Nacionais dos Partidos Políticos Alfa, Beta e Gama iniciaram tratativas para a formação de uma federação partidária. No decorrer dessas tratativas, surgiram dúvidas em relação a alguns aspectos. Em uma análise preliminar, alcançaram três conclusões básicas. Os partidos políticos, a seu ver, podem constituir a federação até a data final do período de realização das convenções partidárias, considerando a próxima eleição a ser realizada. Entre as consequências negativas que adviriam para o partido político que se desligasse da federação, antes do período mínimo de permanência exigido, estava a suspensão do funcionamento parlamentar até o fim da respectiva legislatura. Por fim, entendiam que deveriam elaborar um estatuto comum da federação, que definiria as regras para a composição da lista desse ente partidário para as eleições proporcionais.

Em razão dos balizamentos estatuídos na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, é correto afirmar, em relação às conclusões preliminares, que:

a) todas estão certas;

b) somente está errada aquela afeta à data limite para a constituição da federação;

c) somente está errada aquela afeta à consequência que advirá para o partido político que se desligar da federação;

d) somente está errada aquela afeta à definição, no estatuto comum, das regras para a elaboração da lista para as eleições proporcionais;

e) somente estão erradas aquelas afetas à existência de um estatuto comum e à alegada existência de consequências negativas para o partido que se desligar da federação.

Comentários

<u>Questão anulada pela banca.</u>

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão versa federação partidária que se encontra disciplinada na Lei n.º 14.208/2021 que promoveu alteração na Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para instituir as federações de partidos políticos.

Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, cuja abrangência será nacional, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária e será constituída até a data final do período de realização das convenções partidárias.

Os partidos políticos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, 4 (quatro) anos, sob pena de vedação de ingressar em federação, de celebrar coligação nas 2 (duas) eleições seguintes e, até completar o prazo mínimo remanescente, de utilizar o fundo partidário.

Destaca-se que na hipótese de desligamento de 1 (um) ou mais partidos, a federação continuará em funcionamento, até a eleição seguinte, desde que nela permaneçam 2 (dois) ou mais partidos.

Dessa forma, acerca das conclusões expostas no enunciado somente está errada aquela afeta à consequência que advirá para o partido político que se desligar da federação. A fundamentação da explicação acima encontra-se na Lei n.º 9.096/95: "Art. 11-A. Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária. § 3º A criação de federação obedecerá às seguintes regras: I – a federação somente poderá ser integrada por partidos com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral; II – os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, 4 (quatro) anos; III – a federação poderá ser constituída até a data final do período de realização das convenções partidárias; IV – a federação terá abrangência nacional e seu registro será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral. § 4º O descumprimento do disposto no inciso II do § 3º deste artigo acarretará ao partido vedação de ingressar em federação, de celebrar coligação nas 2 (duas) eleições seguintes e, até completar o prazo mínimo remanescente, de utilizar o fundo partidário. § 5º Na hipótese de desligamento de 1 (um) ou mais partidos, a federação continuará em funcionamento, até a eleição seguinte, desde que nela permaneçam 2 (dois) ou mais partidos."

Nesse sentido, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 69. Tício, na qualidade de deputado federal, recebeu, em razão da função, duzentos mil reais da sociedade empresária X, favorecendo-a, ilicitamente, junto à administração pública. Meses depois, a empresária X doou quatrocentos mil reais a Tício, visando a custear sua campanha eleitoral para o cargo de senador da República, para o qual foi eleito, não tendo sido a doação contabilizada na prestação de contas. Tício ocultou a origem dos duzentos mil reais, simulando ganhos com a venda de cavalos.

Em razão da prática dos ilícitos descritos, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) Tício, eleito senador da República, em razão dos crimes praticados, será julgado perante o Supremo Tribunal Federal;

b) diante da prática de crime(s) eleitoral(ais) conexo(s) a crimes comuns, a competência para o processo e julgamento de Tício é da Justiça Eleitoral;

c) na hipótese versada, não há crime eleitoral praticado, motivo pelo qual o processo e julgamento de Tício deverá ocorrer perante o Supremo Tribunal Federal;

d) compete à Justiça Federal comum julgar todos os crimes praticados por Tício, na qualidade de deputado federal, em razão do foro por prerrogativa de função;

e) compete à Justiça Federal comum julgar os crimes comuns, descritos no enunciado, praticados por Tício, na qualidade de deputado federal, deslocando-se para a Justiça Eleitoral, apenas, eventual crime eleitoral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão versa sobre crimes praticado por detém prerrogativa de foro.

Os crimes praticados por Tício são crimes comum, logo, será julgado pelo STF em razão da prerrogativa de foro.

De acordo com o art. 102 da CF: Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

De acordo com o STF, as normas da Constituição de 1988 que estabelecem as hipóteses de foro por prerrogativa de função devem ser interpretadas restritivamente, aplicando-se apenas aos crimes que tenham sido praticados durante o exercício do cargo e em razão dele.

Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo. (STF. Plenário. AP 937 QO/RJ, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 03/05/2018).

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 70. Caio foi processado criminalmente, tendo sido condenado em sentença transitada em julgado. A pena privativa de liberdade foi substituída por pena restritiva de direitos.

Nos termos da legislação em vigor e conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) na hipótese de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, não há suspensão de direitos políticos;

b) a suspensão de direitos políticos ocorre desde a condenação, enquanto durarem seus efeitos;

c) a condenação criminal, no caso de pena privativa de liberdade, importa na perda dos direitos políticos;

d) a suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa a partir da comprovação de reabilitação;

e) a suspensão de direitos políticos aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão aborda a suspensão dos direitos políticos que, no caso em análise, trata-se de uma consequência da condenação criminal.

A alternativa A está incorreta, pois a suspensão de direitos políticos aplica-se a penas restritivas de direitos.

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS. AUTOAPLICAÇÃO. CONSEQUÊNCIA IMEDIATA DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. NATUREZA DA PENA IMPOSTA QUE NÃO INTERFERE NA APLICAÇÃO DA SUSPENSÃO. OPÇÃO DO LEGISLADOR CONSTITUINTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A regra de suspensão dos direitos políticos prevista no art. 15, III, é autoaplicável, pois trata-se de consequência imediata da sentença penal condenatória transitada em julgado. 2. A autoaplicação independe da natureza da pena imposta. 3. A opção do legislador constituinte foi no sentido de que os condenados criminalmente, com trânsito em julgado, enquanto durar os efeitos da sentença condenatória, não exerçam os seus direitos políticos. 4. No caso concreto, recurso extraordinário conhecido e provido.

(RE 601182, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 08-05-2019, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-214 DIVULG 01-10-2019 PUBLIC 02-10-2019)

A alternativa B está incorreta, pois a suspensão dos direitos públicos se inicia, nos termos do art. 15, III, da CF/88, se inicia após o trânsito em julgado de condenação criminal e persiste enquanto durarem seus efeitos: Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; II - incapacidade civil absoluta; III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º."

A alternativa C está incorreta, pois a condenação criminal importa a suspensão dos direitos políticos que ficam suspensos até durarem os efeitos da condenação.

A alternativa D está incorreta, pois é prescindível a reabilitação. Vejamos: "[...] Recurso contra expedição de diploma. Prefeito. Condição de elegibilidade. Art. 14, § 3º, V, da CF/88. Filiação partidária. Condenação criminal. Extinção da punibilidade. Data anterior ao vínculo partidário. Inelegibilidade. Art. 1º, I, e , 2, da LC 64/90. Restrição apenas à capacidade eleitoral passiva. [...] 3. A suspensão de direitos políticos ocorre, nos termos do art. 15, III, da CF/88, após o trânsito em julgado de condenação criminal e persiste enquanto durarem seus efeitos. Abrange a capacidade eleitoral ativa e passiva do condenado, impedindo-o de votar, filiar-se a partido e candidatar-se a cargo eletivo. Ademais, consoante o disposto na Súmula 9/TSE, '[a] suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independendo de reabilitação ou de prova de reparação dos danos'. 4. A inelegibilidade prevista no art. 1º, I, e , da LC 64/90, por sua vez, inicia-se com a extinção da punibilidade e perdura pelo prazo de oito anos, mas restringe apenas a capacidade eleitoral passiva - possibilidade de se candidatar e ser votado - do cidadão. 5. Uma vez extinta a punibilidade, não há óbice para que o cidadão vote ou se filie a partido político, mas apenas a que se candidate caso incorra em alguma das causas de inelegibilidade elencadas na LC 64/90. Nesse sentido, consta do art. 1º da Res.-TSE 23.596/2019 que 'somente poderá filiar-se a partido político o eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos (Lei n° 9.096/1995, art. 16), ressalvada a possibilidade de filiação do eleitor considerado inelegível'. 6. Na espécie, é incontroverso que os direitos políticos do primeiro agravado já haviam sido restabelecidos na data em que se filiou ao MDB (20/11/2018) devido à extinção da punibilidade relativa à condenação criminal que sofrera, que foi declarada pelo juízo competente em 2/10/2012. Desse modo, não há dúvida de que foi preenchida a condição de elegibilidade alusiva à filiação partidária. [...]" (Ac. de 10.11.2022 no AgR-REspE nº 060043273, rel. Min. Benedito Gonçalves.)

A alternativa E está correta, a suspensão dos direitos políticos independe de que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos: "[...] 4. É autoaplicável o art. 15, III, da Constituição Federal, que impõe a suspensão dos direitos políticos aos condenados em ação criminal transitada em julgado enquanto durarem seus efeitos. [...] 7. A suspensão dos direitos políticos é consequência automática da condenação criminal transitada em julgado, ainda que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos. [...]." (Ac. de 21.2.2019 no AI nº 70447, rel. Min. Admar Gonzaga.)

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 71. Em consonância com o Art. 179 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 123/2006 estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos poderes públicos.

Considerando-se o desiderato do legislador constitucional e infraconstitucional quanto ao tratamento diferenciado nas licitações e contratos administrativos, é correto afirmar que:

a) é vedado impor restrições ao microempreendedor individual (MEI) relativamente à participação em licitações, exceto por ocasião da contratação para prestação de serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos;

b) não será concedido pela administração pública tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte quando os critérios de tal natureza não forem expressamente previstos para elas no instrumento convocatório;

c) nas licitações pela modalidade pregão, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço;

d) em certames licitatórios, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade trabalhista e fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

e) nas contratações pela administração pública não será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte se não houver um mínimo de cinco fornecedores competitivos com o mesmo enquadramento legal, sediados local ou regionalmente e aptos a cumprir as exigências do instrumento convocatório.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão aborda o tema de Microempresas e o conhecimento da LC 123/06.

Alternativa A está incorreta, sendo cobrado o art. 18-E, § 4º da LC 123/2006 - É vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua natureza jurídica, inclusive por ocasião da contratação dos serviços previstos no § 1 do art. 18-B desta Lei Complementar. A alternativa "A" está incorreta, já que excepciona os serviços do art. 18-B e o seu §1º.

Alternativa b está incorreta, já que os artigos 170, inciso IX e art. 179, ambos da Constituição Federal, discorre sobre o tratamento favorecido e diferenciado, vejamos:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

art. 179. A união, os estados, o distrito federal e os municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

De outro lado, precisa ser observado o art. 47 da LC 123/2006 que assim estabelece: Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Alternativa C está incorreta, e tem previsão no Art. 44 da LC 123/06, de modo que deverá ser considerada a proposta mais bem classificada e não superiores ao melhor preço, vejamos: Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Alternativa D está correta, pois está em conformidade com o que dispõe o art. 44, § 1º da LC 123/06: Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

Alternativa E está incorreta – vide fundamento da b.

QUESTÃO 72. As demonstrações financeiras de companhias que controlam outras sociedades devem observar prescrições específicas da Lei das Sociedades por Ações que consideram a relação de participação no capital e o controle societário.

A respeito de tais prescrições na Lei das Sociedades por Ações, é correto afirmar que:

a) a companhia aberta que tiver mais de 30% do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas deverá elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras, demonstrações consolidadas;

b) as notas explicativas ao balanço patrimonial sobre os investimentos da controladora em suas controladas devem conter informações precisas sobre estas e suas relações com aquela, indicando o número, espécies e classes das ações ou quotas de propriedade da companhia, e valor nominal das ações, se houver;

c) das demonstrações financeiras consolidadas elaboradas pela controladora serão excluídas as parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo circulante, que corresponderem a resultados realizados de negócios entre as sociedades;

d) considera-se relevante o investimento da controladora em suas controladas se o valor contábil em cada sociedade é igual ou superior a 15% do valor do patrimônio líquido da companhia ou se, no conjunto das sociedades, o valor contábil é igual ou superior a 10% do valor do patrimônio líquido;

e) nas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas pela controladora, a participação dos acionistas controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício será destacada, respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração dos lucros acumulados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema de Demonstrações Consolidadas referente às sociedades coligadas, e requer o conhecimento do dispositivo 249 da Lei 6.404/76, sendo cobrado à sua literalidade: A companhia aberta que tiver mais de 30% (trinta por cento) do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas deverá elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras, demonstrações consolidadas nos termos do artigo 250.

A alternativa B está incorreta já que dentro das informações precisas das quais deve ser indicada, é o preço de mercado das ações, e não o valor nominal das ações, conforme estabelece o art. 247, II, da Lei 6.404/76 dispõe que: As notas explicativas dos investimentos a que se refere o art. 248 desta Lei devem conter informações precisas sobre as sociedades coligadas e controladas e suas relações com a companhia, indicando: II - o número, espécies e classes das ações ou quotas de propriedade da companhia, e o preço de mercado das ações, se houver;

A alternativa C está incorreta, porque o ativo deve ser não circulante, e corresponder a resultados não realizados, tornando a questão incompleta pela ausência do termo não, conforme previsto na Lei 6.404/76, no art. 250: Das demonstrações financeiras consolidadas serão excluídas: III – as parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades

A alternativa D está incorreta, pois os percentuais estão divergentes do que dispõe parágrafo único, alíneas "*a*" e "*b*" do art. 247 da Lei 6.404/76: Considera-se relevante o investimento: a) em cada sociedade coligada ou controlada, se o valor contábil é igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia;

b) no conjunto das sociedades coligadas e controladas, se o valor contábil é igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia.

A alternativa E está incorreta e exigia o conhecimento da Lei 6.404/76, sendo que os acionistas devem ser não controladores e o final da questão traz a demonstração dos lucros acumulados, quando na verdade deverá ser o resultado do exercício, previsto no § 1º do artigo 250: A participação dos acionistas

não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício será destacada, respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício.

QUESTÃO 73. Pescaria Brava do Imaruí Ltda., sociedade limitada que tem como único objeto social o beneficiamento de pescados e outros frutos do mar *in natura*, emitiu cédula de produto rural (CPR) em favor de Maravilha dos Tigrinhos Atacadista Ltda. A CPR contém promessa de entrega de duas toneladas de camarão sete barbas 16/20 congelado e foi emitida sob forma cartular, sem garantia cedular e cláusula à ordem.

Considerando-se as características do título de crédito quanto aos requisitos essenciais, conceito de produto rural, garantias, forma de emissão e legitimação, é correto afirmar que:

a) por serem aplicáveis à CPR as normas de direito cambial, só é permitida a emissão sob forma cartular, como ocorre para a emissão de letra de câmbio e nota promissória;

b) embora sejam aplicáveis à CPR as normas de direito cambial, não é permitida a emissão do título com cláusula não à ordem, nem por disposição expressa do emitente;

c) em razão de a legitimação para emitir CPR ser apenas do produtor rural e suas associações, inclusive cooperativas, Pescaria Brava do Imaruí Ltda. não está legitimada a emiti-la;

d) a CPR deve ser emitida sempre com garantia cedular constituída no título e ser levada a registro no cartório de registro de imóveis em que estiverem localizados os bens dados em garantia;

e) há invalidade da CPR emitida, pois o produto nela descrito não é de natureza agrícola, pecuária, florestal, de extrativismo vegetal ou seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão aborda o tema de Cédula de produto Rural, de modo a ser observado as condições estabelecidas no Art. 3º, III, § 1º da Lei 8.929/94, vejamos: A CPR conterá os seguintes requisitos, lançados em seu contexto: nome e qualificação do credor e cláusula à ordem. Sem caráter de requisito essencial, a CPR, emitida sob a forma cartular ou escritural, poderá conter outras cláusulas lançadas em seu contexto.

Alternativa A, está incorreta, já que sua emissão é permitida tanto na forma cartular ou escritural, conforme estabelece o caput do art. 3º-A da Lei 8.929/94;

Alternativa B está correta, pois o dispositivo 3º, III, § 1º da Lei 8.929/94 prevê que a CPR deverá conter dentre os seus requisitos à cláusula à ordem de modo expresso o que afasta a hipótese da cláusula não à ordem.

Alternativa C está incorreta, segundo o Art. 2º, inciso II, têm legitimação para emitir CPR: as pessoas naturais ou jurídicas que beneficiam ou promovem a primeira industrialização dos produtos rurais referidos no art. 1º desta Lei ou que empreendem as atividades constantes dos incisos II, III e IV do § 2º do art. 1º desta Lei.

Alternativa D está incorreta, tem previsão legal no art. 5º, já que a CPR admite a constituição de quaisquer dos tipos de garantia previstos na legislação, devendo ser observado o disposto nas normas que as disciplinam, salvo na hipótese de conflito, quando prevalecerá esta Lei. Destaca-se ainda que não necessariamente será registrada em cartório;

Alternativa E está incorreta, poderia ser solucionada com o conhecimento do mesmo dispositivo que responde a alternativa correta, inexistindo invalidade da CPR. (Lei 8.929/94, art. 2º, II e art. 1º, §2º, I,).

QUESTÃO 74. As sociedades empresárias Companhia Iraceminha e Companhia Atalanta são controladas por Xavantina Participações S/A, titular do maior número de ações com direito a voto no capital das primeiras, formando um grupo econômico. Todas as sociedades requereram individualmente recuperação judicial no juízo do local do principal estabelecimento entre os das devedoras, sem pleitear o processamento da recuperação sob consolidação processual.

Após o deferimento do processamento da recuperação das devedoras, os administradores das companhias requereram ao juiz autorização para a consolidação substancial, a fim de reunir os patrimônios e apresentar plano único. Além da relação de controle comprovada pelas participações no capital com direito a voto, o juiz verificou a interconexão entre ativos das devedoras e a existência de obrigações assumidas pelas controladas com garantia de bens na posse da controladora, mas ainda não quitados por esta perante terceiros.

Considerados esses fatos e as disposições sobre essa modalidade de consolidação, é correto afirmar que:

a) será possível autorizar de forma excepcional a consolidação dos patrimônios das recuperandas, a fim de apresentação de plano único, pois há relação de controle entre as sociedades, bem como se verifica garantia cruzada em obrigações assumidas pelas controladas;

b) não será possível autorizar de forma excepcional a consolidação dos patrimônios das recuperandas, pois as sociedades sob controle societário comum não estão em recuperação judicial sob consolidação processual;

c) será possível autorizar de forma excepcional a consolidação dos patrimônios das recuperandas, a fim de apresentação de plano único, pois há interconexão entre ativos das devedoras e relação de controle;

d) não será possível autorizar de forma excepcional a consolidação dos patrimônios das recuperandas, a fim de apresentação de plano único, pois aínda que haja relação de controle e identidade parcial do quadro societário, não há garantia cruzada de obrigações entre a controladora e suas controladas;

e) será possível autorizar de forma excepcional a consolidação dos patrimônios das recuperandas, a fim de apresentação de plano único, pois há relação de controle e identidade parcial do quadro societário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Cumpre observar preliminarmente, tratar-se de questão envolvendo a consolidação processual e consolidação substancial. Da leitura do enunciado, é preciso observar que a recuperação foi requerida de forma individual, ou seja, ela não foi realizada em conjunto na forma de consolidação processual. Desse modo, apenas o art. 69-J, da Lei 11.101 responderia as demais alternativas, já que assim dispõe: O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses: (...).

A alternativa A está incorreta, pois não é possível que o juiz convole a consolidação processual em substancial, já que não foi pedido a consolidação e estar contrário às possibilidades previstas no dispositivo legal, qual seja, o 69-J, da Lei 11.101;

A alternativa C está incorreta, conforme comentário da alternativa A;

A alternativa D está incorreta, conforme comentário da alternativa A;

A alternativa E está incorreta, conforme comentário da alternativa A;

QUESTÃO 75. A Lei no 14.112/2020 instituiu o incidente de classificação de crédito público na falência, que deverá ser instaurado de ofício pelo juiz para cada Fazenda Pública credora.

Acerca desse instituto, é correto afirmar que:

a) a intimação eletrônica de cada Fazenda Pública credora ocorrerá em até trinta dias da data da entrega da relação de credores pelo falido, exceto se este documento já se encontrar nos autos, hipótese em que o prazo será contado da data da publicação da sentença de falência;

b) a intimação eletrônica de cada Fazenda Pública credora tem por finalidade a apresentação em juízo, na mesma relação, de todos os seus créditos inscritos ou pendentes de inscrição em dívida ativa, com exigibilidade suspensa ou definitivamente constituídos;

c) para efeito de intimação eletrônica, considera-se Fazenda Pública credora aquela que, após a intimação para conhecimento da decisão de falência, alegue nos autos, no prazo de dez dias, possuir crédito contra o falido;

d) o incidente será instaurado após as intimações eletrônicas das Fazendas Públicas dos locais onde o devedor tiver estabelecimento, ou após a publicação do edital com a relação de credores, fixando-se o termo inicial do prazo da data do evento que ocorrer primeiro;

e) cada Fazenda Pública credora deverá apresentar relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, cálculos, da classificação e informações sobre a situação atual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda o tema relacionado a classificação do crédito público na falência. Observa-se aqui que a legislação prevista no enunciado da questão (14.112/2020) não é autônoma, de modo que a resposta encontra amparo legal art. 7º-A da lei 11.101 que deverá ser aplicada ao caso, e assim preleciona: Na falência, após realizadas as intimações e publicado o edital, conforme previsto, respectivamente, no inciso XIII do caput e no § 1º do art. 99 desta Lei, o juiz instaurará, de ofício, para cada Fazenda Pública credora, incidente de classificação de crédito público e determinará a sua intimação eletrônica para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente diretamente ao administrador judicial ou em juízo, a depender do momento processual, a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual.

As demais alternativas são desconsideradas pelo conhecimento do próprio art. 7º, acima mencionado.

A alternativa A está incorreta, pois o erro está no prazo estabelecido, conforme comentário acima;

A alternativa B está incorreta e a inexatidão está no fato de que a apresentação em juízo dos créditos inscritos ou pendentes, depende do momento processual, já que outros créditos posteriormente constituídos podem também ser habilitados;

A alternativa C está incorreta pois o prazo está equivocado, conforme art. art. 7º-A da lei 11.101;

A alternativa D está incorreta e não possui amparo legal.

QUESTÃO 76. O privilégio concedido por lei para a exploração de bens patenteáveis ou registráveis como marca ou desenho industrial pode ser extinto em determinadas situações. Nesse sentido e com base no que dispõe a Lei de Propriedade Industrial, analise as afirmativas a seguir.

I. Extingue-se a patente pela falta de pagamento da retribuição específica para o pedido de restauração se o depositante ou o titular não o requerer dentro de seis meses, contados da extinção.

II. Extingue-se o registro de marca se o titular for indivíduo domiciliado no exterior e não constituir, no prazo de trinta dias da data da concessão do registro, procurador devidamente

qualificado e domiciliado no país, com poderes para representá-lo administrativamente perante o INPI.

III. Extingue-se o registro de desenho industrial pela falta de pagamento de retribuição quinquenal pelo titular, a partir do segundo quinquênio da data do depósito e durante o quinto ano da vigência do registro.

Está correto o que se afirma em:

a) somente l;

b) somente III;

c) somente I e II;

d) somente II e III;

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o tema de propriedade industrial, referente a extinção da patente.

O item I está incorreto, pois o prazo legal é divergente do que trouxe a alternativa, nos exatos termos do art. 78. A patente extingue-se: IV - pela falta de pagamento da retribuição anual, nos prazos previstos no § 2º do art. 84 e no art. 87; e

Art. 84. (...) § 2º O pagamento deverá ser efetuado dentro dos primeiros 3 (três) meses de cada período anual, podendo, ainda, ser feito, independente de notificação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes, mediante pagamento de retribuição adicional.

O item II está incorreto, já que o art. 217, não estabelece prazo para constituição de procurador que possa representar o titular junto ao INPI, vejamos: A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações;

Item III está correto, conforme estabelece o art. 119, III e art. 120 e §1º e 2º.

QUESTÃO 77. O Estado de Santa Catarina, além dos seus impostos, tem direito a receber valores referentes a outros impostos da União Federal.

Dessa forma, cabem ao estado:

a) 22,5% através do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal do imposto sobre produtos industrializados;

b) 25% no caso de um imposto novo criado pela União através de lei complementar;

c) 50% por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;

d) 10% do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

e) 20% do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema repartição de receitas tributárias.

A alternativa A está incorreta. Conforme a Constituição, o percentual será de 21,5%. "Art. 159. A União entregará: I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, 50% (cinquenta por cento), da seguinte forma: a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal".

A alternativa B está incorreta. Conforme a Constituição, em caso de criação de imposto residual, o percentual correto de partilha é de 20%. "Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal: II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I."

A alternativa C está incorreta. Conforme a Constituição, cabe aos Municípios a partilha do ITR. "Art. 158. Pertencem aos Municípios: II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III".

A alternativa D está correta. É o que diz a Constituição. "Art. 159. A União entregará: II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, 10% (dez por cento) aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados".

A alternativa E está incorreta, conforme comentário da alternativa D acima.

QUESTÃO 78. João era sócio da empresa Alfa Ltda. que foi dissolvida irregularmente, razão pela qual a Fazenda Pública requereu sua inclusão no polo passivo na qualidade de responsável tributário em razão de atos praticados com excesso de poderes.

Ao ser citado em execução, doa seu único bem familiar, um apartamento de cinco quartos em um bairro de classe média alta, para seus três filhos, José, Antônio e Maria em quotas-partes iguais.

Segundo recente entendimento dos Tribunais Superiores, a respeito da operação, é correto afirmar que:

a) a doação é fraude à execução ainda que realizada anteriormente à citação;

b) a doação simultânea aos três filhos descaracteriza a impenhorabilidade característica do bem de família;

c) a impenhorabilidade do único bem familiar não é oponível à Fazenda Pública, tratando-se de bem luxuoso;

d) a doação é válida, contudo, é hipótese de fraude à execução se caracterizada a insolvência de João;

e) a transferência é imune aos efeitos da execução, não havendo que se falar em fraude à execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme decidido pelo STJ no AgInt no AREsp 2174427. "1. Ambas as Turmas da Primeira Seção desta Corte Superior adotam a orientação segundo a qual a alienação de imóvel que sirva de residência do executado e de sua família após a constituição do crédito tributário não afasta a cláusula de impenhorabilidade do bem, razão pela qual resta descaracterizada a fraude à execução fiscal. Precedentes. 2. Hipótese em que o tribunal regional, ao consignar que estaria configurada a fraude à execução com a alienação do bem imóvel após a constituição do crédito tributário, ante a desconstituição da proteção legal dada ao bem de família, posiciona-se de forma contrária a esse entendimento."

A questão aborda os temas execução fiscal e impenhorabilidade de bem de família, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, C e D não revelam o entendimento do STJ, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 79. A Consultoria Alfa Ltda., situada no Município X, contribuinte de ISS, presta serviços para todo o Brasil, mas sua principal clientela fica localizada no Município Y, contiguo ao território do Município X. Dada a boa reputação da Consultoria Alfa Ltda. e o seu domínio do mercado do Município Y, este instituiu uma lei local determinando que todo prestador de serviços, como os da Consultoria Alfa Ltda., ainda que sediado em outro município, fica obrigado a proceder à inscrição no cadastro de sua Secretaria Municipal de Finanças, conforme o regulamento, sob pena de o tomador ser compelido a reter o valor do tributo. A respeito do caso descrito, é correto afirmar que:

a) lei do Município Y que determine inscrição em cadastro de prestador não localizado em seu território viola critério espacial e de sujeição passiva do tributo;

b) como local do tomador do serviço, pode o Município Y instituir obrigação acessória sobre qualquer prestador que realize o fato gerado em seu território;

c) o interesse na arrecadação e na fiscalização tributária legitima o Município Y a instituir a obrigação de tal cadastro, dado que tem como objeto o dever de informar;

d) a competência para cobrar o ISS pelos serviços prestados pela Consultoria Alfa Ltda. é do município do local da prestação dos serviços;

e) é válida a imposição de cadastro pelo Município Y, uma vez que as obrigações acessórias são autônomas à regra matriz de incidência tributária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme tese fixada pelo STF no Tema 1020 de Repercussão Geral: "É incompatível com a Constituição Federal disposição normativa a prever a obrigatoriedade de cadastro, em órgão da Administração municipal, de prestador de serviços não estabelecido no território do Município e imposição ao tomador da retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS quando descumprida a obrigação acessória."

A questão aborda os temas obrigação tributária acessória e princípio da territorialidade, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas B, C, D e E não revelam o entendimento do STF, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 80. Zaira, residente em Florianópolis, resolve doar para sua filha Jurema, residente em Blumenau, um imóvel situado naquela cidade, e para sua filha Roberta, residente em São Paulo, dois automóveis. Em relação ao ITCMD, é correto afirmar que:

a) Zaira será a contribuinte do referido imposto nas três doações;

b) Zaira será responsável solidária do imposto devido nas três doações;

c) Zaira será contribuinte em relação ao imóvel e sua filha Roberta, em relação aos automóveis;

d) apenas as filhas de Zaira serão contribuintes do referido imposto, não havendo qualquer responsabilidade dela;

e) a filha Jurema será responsável pelo imposto do imóvel, e Zaira será responsável solidária em relação ao imposto da doação dos automóveis.

Comentários

A questão **não apresenta alternativa correta**, sendo passível de anulação.

A questão aborda o tema Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD na legislação estadual.

A alternativa A está incorreta. Zaira é doadora dos bens e, conforme a Lei Estadual nº 13.136/2004, contribuinte do imposto é o donatário. "Art. 5º Contribuinte do imposto é: II - o donatário ou cessionário, no caso de doação ou de cessão".

A alternativa B está incorreta. Conforme a Lei Estadual nº 13.136/2004, o doador será responsável solidário quando, ao doar bens móveis, o donatário não for domiciliado em Santa Catarina, o que afasta a responsabilidade sobre a doação do imóvel para Jurema. "Art. 6º Respondem solidariamente pelo pagamento do tributo e demais acréscimos: I - o doador ou o cedente, na hipótese do artigo 3º, II, 'b', quando o donatário ou o cessionário não for domiciliado neste Estado".

A alternativa C está incorreta. Zaira é doadora dos bens e, conforme a Lei Estadual nº 13.136/2004, contribuinte do imposto é o donatário, não havendo diferenciação, para definição de contribuinte, se a doação é de bem móvel ou imóvel. "Art. 5º Contribuinte do imposto é: II - o donatário ou cessionário, no caso de doação ou de cessão".

A alternativa D está incorreta. Conforme a Lei Estadual nº 13.136/2004, o doador será responsável solidário quando, ao doar bens móveis, o donatário não for domiciliado em Santa Catarina e, como Roberta reside em São Paulo, Zaira será responsável solidária em caso de não pagamento do ITCMD dos dois automóveis. "Art. 6º Respondem solidariamente pelo pagamento do tributo e demais acréscimos: I - o doador ou o cedente, na hipótese do artigo 3º, II, 'b', quando o donatário ou o cessionário não for domiciliado neste Estado".

A alternativa E está incorreta. Jurema será contribuinte do imposto, e não responsável, conforme a Lei Estadual nº 13.136/2004, contribuinte do imposto é o donatário. "Art. 5º Contribuinte do imposto é: II - o donatário ou cessionário, no caso de doação ou de cessão".

QUESTÃO 81. A sociedade Doces XXX Ltda., localizada no Estado Alfa, é conhecida por seus doces derivados de queijo. Sabendo que o Estado Beta possui uma indústria queijeira famosa pela qualidade, resolve comprar sua matéria-prima de fornecedores do Estado Beta.

Considerando que a Doces XXX Ltda. é optante do Simples, a respeito do recolhimento do ICMS, é correto afirmar que:

a) em razão do tratamento favorecido às empresas de pequeno porte pela Constituição Federal, não se admite a cobrança de diferencial de alíquota de ICMS pelo Estado Alfa da sociedade Doces XXX Ltda. por ser ela optante do Simples;

b) a sociedade Doces XXX Ltda. é substituta tributária de seus fornecedores queijeiros por se tratar de empresa optante do Simples, cabendo a ela o recolhimento do ICMS ao Estado Beta;

c) para a cobrança do diferencial de alíquota de ICMS pelo Estado Alfa, basta a previsão na legislação estadual sem necessidade de lei específica nos casos de sociedade optante do Simples;

d) a sociedade Doces XXX Ltda. terá que recolher o diferencial de alíquota de ICMS ao Estado Alfa, desde que haja lei estadual específica determinando, mesmo sendo optante do Simples;

e) a existência de lei complementar federal autorizando a cobrança de diferencial de alíquota de ICMS permite o Estado Beta a autuar a sociedade Doces XXX Ltda. em caso de não recolhimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme teses fixadas pelo STF nos Temas de Repercussão Geral nº 1284 "A cobrança do ICMS-DIFAL de empresas optantes do Simples Nacional deve ter fundamento em lei estadual em sentido estrito" e nº 517 "É constitucional a imposição tributária de diferencial de alíquota do ICMS pelo Estado de destino na entrada de mercadoria em seu território devido por sociedade empresária aderente ao Simples Nacional, independentemente da posição desta na cadeia produtiva ou da possibilidade de compensação dos créditos."

A questão aborda o tema diferencial de alíquota, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, C e E não revelam o entendimento do STF, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 82. Josué recebe pensão por morte de sua esposa Marília desde 2015, no valor atual de R$ 6.000,00, sendo que, em 2022, descobriu ser cardiopata grave. Trabalha como comentarista esportivo num canal no YouTube, onde faz suas participações da sua casa, ganhando um valor bem superior ao que ganharia se fosse aposentado. Marília recebia sua aposentadoria do INSS como trabalhadora da iniciativa privada.

Quanto à incidência de Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) e à contribuição previdenciária dos valores recebidos por Josué, é correto afirmar que:

a) haverá incidência de IRPF e contribuição previdenciária sobre os valores recebidos do seu trabalho, e estará isento do IRPF e imune da contribuição previdenciária em relação à pensão por morte recebida;

b) a isenção do IRPF não se aplica ao pensionista que continua trabalhando, devendo pagar o referido imposto sobre o salário e a pensão por morte e contribuição previdenciária sobre o seu salário, estando isento na pensão;

c) haverá incidência de IRPF e contribuição previdenciária sobre os valores recebidos do seu trabalho e estará isento do IRPF da contribuição previdenciária em relação à pensão por morte recebida;

d) estará isento do IRPF quanto ao seu salário e à pensão por morte e deve pagar contribuição previdenciária sobre o seu salário, estando imune na pensão;

e) a isenção do IRPF não se aplica ao pensionista que continua trabalhando, devendo pagar o referido imposto sobre o salário e a pensão por morte e contribuição previdenciária sobre o seu salário, estando imune na pensão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda o tema isenção de imposto de renda e contribuição previdenciária aos rendimentos de portador de moléstia grave que se encontre no exercício de atividade laboral, à luz do entendimento do STJ.

A alternativa A está incorreta. Conforme tese fixada pelo STJ no Tema Repetitivo nº 1037, "Não se aplica a isenção do imposto de renda prevista no inciso XIV do artigo 6º da Lei n. 7.713/1988 (seja na redação da Lei nº 11.052/2004 ou nas versões anteriores) aos rendimentos de portador de moléstia grave que se encontre no exercício de atividade laboral". Assim, Josué não é beneficiário de isenção de imposto de renda.

A alternativa B está incorreta. Por ser hipótese de não incidência constitucionalmente estabelecida, Josué é imune à incidência de contribuição previdenciária sobre os proventos recebidos a título de pensão concedida pelo RGPS, mas deverá recolher a contribuição calculada sobre o salário. "Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social".

A alternativa C está incorreta. A despeito da redação ruim da alternativa, não haverá isenção do IRPF, conforme comentários à alternativa A e Josué é imune à incidência de contribuição previdenciária sobre os proventos recebidos a título de pensão concedida pelo RGPS, conforme comentários à alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Não haverá isenção de IRPF, quer quanto ao salário, quer quanto à pensão, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa E está correta. Josué não é beneficiário de isenção de imposto de renda, devendo recolher os valores sobre o recebimento dos salários e da pensão, conforme comentários à alternativa A e é imune à incidência de contribuição previdenciária sobre os proventos recebidos a título de pensão concedida pelo RGPS, mas deverá recolher a contribuição calculada sobre o salário, conforme comentários à alternativa B.

QUESTÃO 83. A sociedade empresária Delta, empreendedora do ramo da indústria de fertilizantes, deixou vazar para as águas do Rio X milhares de litros de amônia, o que resultou em dano ambiental, provocando a morte de peixes, crustáceos e moluscos, bem como a consequente quebra da cadeia alimentar do ecossistema fluvial local. João, pescador profissional com o devido registro, que exerce há anos suas atividades laborativas no Rio X,

ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais em face da sociedade empresária Delta, pois ficou impedido de exercer a pesca por seis meses, em razão da poluição. O processo judicial seguiu regularmente seu trâmite e está concluso para sentença. Observando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado deve aplicar a responsabilidade civil ambiental objetiva, informada pela teoria do risco:

a) social, sendo admitidas as excludentes de responsabilidade previstas na legislação, como o caso fortuito, a força maior, o fato de terceiro ou a culpa exclusiva da vítima, e o valor a ser arbitrado como dano moral deverá incluir o caráter pedagógico, punitivo, preventivo e reparatório;

b) social, não sendo admitidas as excludentes da responsabilidade previstas na legislação, como o caso fortuito, a força maior, o fato de terceiro ou a culpa exclusiva da vítima, e o valor a ser arbitrado como dano moral não deverá incluir o caráter pedagógico, punitivo e compensatório;

c) ambiental, sendo admitidas como excludentes de responsabilidade apenas o fato de terceiro e a culpa exclusiva da vítima, e o valor a ser arbitrado como dano moral deverá incluir o caráter pedagógico, punitivo, preventivo e reparatório;

d) integral, não sendo admitidas as excludentes de responsabilidade previstas na legislação, como o caso fortuito, a força maior, o fato de terceiro ou a culpa exclusiva da vítima, mas o valor a ser arbitrado como dano moral ambiental não deverá incluir o caráter punitivo ("punitive damages"), pois a punição ambiental é função que incumbe ao direito penal e administrativo ambiental;

e) integral, sendo admitidas as excludentes de responsabilidade previstas na legislação, como o caso fortuito, a força maior, a fato de terceiro ou a culpa exclusiva da vítima, e o valor a ser arbitrado como dano moral deverá incluir o caráter punitivo, em razão do sistema da tríplice responsabilidade adotado no ordenamento jurídico brasileiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema responsabilidade civil ambiental objetiva.

De acordo com entendimento fixado pelo STJ, no julgamento do REsp 1354536/SE: "RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. DANOS DECORRENTES DE VAZAMENTO DE AMÔNIA NO RIO SERGIPE. ACIDENTE AMBIENTAL OCORRIDO EM OUTUBRO DE 2008. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) para demonstração da legitimidade para vindicar indenização por dano ambiental que resultou na redução da pesca na área atingida, o registro de pescador profissional e a habilitação ao benefício do seguro-desemprego, durante o período de defeso, somados a outros elementos de prova que permitam o convencimento do magistrado acerca do exercício dessa atividade, são idôneos à sua comprovação; b) a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar a sua obrigação de indenizar; c) é inadequado

pretender conferir à reparação civil dos danos ambientais caráter punitivo imediato, pois a punição é função que incumbe ao direito penal e administrativo; d) em vista das circunstâncias específicas e homogeneidade dos efeitos do dano ambiental verificado no ecossistema do rio Sergipe - afetando significativamente, por cerca de seis meses, o volume pescado e a renda dos pescadores na região afetada -, sem que tenha sido dado amparo pela poluidora para mitigação dos danos morais experimentados e demonstrados por aqueles que extraem o sustento da pesca profissional, não se justifica, em sede de recurso especial, a revisão do quantum arbitrado, a título de compensação por danos morais, em R$ 3.000,00 (três mil reais); e) o dano material somente é indenizável mediante prova efetiva de sua ocorrência, não havendo falar em indenização por lucros cessantes dissociada do dano efetivamente demonstrado nos autos; assim, se durante o interregno em que foram experimentados os efeitos do dano ambiental houve o período de "defeso" - incidindo a proibição sobre toda atividade de pesca do lesado -, não há cogitar em indenização por lucros cessantes durante essa vedação; f) no caso concreto, os honorários advocatícios, fixados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação arbitrada para o acidente - em atenção às características específicas da demanda e à ampla dilação probatória -, mostram-se adequados, não se justificando a revisão, em sede de recurso especial. 2. Recursos especiais não providos. (STJ - REsp: 1354536 SE 2012/0246647-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 26/03/2014, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 05/05/2014 RSTJ vol. 234 p. 260)".

Portanto, a alternativa correta é a letra D: trata-se de responsabilidade objetiva, informada pela teoria do risco integral; ademais, o STJ entendeu ser inadequado pretender conferir à reparação civil dos danos ambientais caráter punitivo imediato, pois a punição é função que incumbe ao direito penal e administrativo.

As alternativas A, B e D estão incorretas, pois trata-se da teoria do risco integral.

A alternativa E está incorreta, pois, segundo o STJ, é descabida a invocação de excludentes de responsabilidade civil.

QUESTÃO 84. O Estado Alfa editou lei estadual dispondo que a lavra de recursos minerais, sob qualquer regime de exploração e aproveitamento, respeitada a legislação federal pertinente e demais atos e normas específicos de atribuição da União, dependerá, observadas as demais disposições legais, de indenização monetária pelos danos causados ao meio ambiente, independentemente da obrigação de reparar o dano.

Em ação judicial ambiental em que litigam o empreendedor Beta e o Estado Alfa, o magistrado foi instado a declarar a inconstitucionalidade, *incidenter tantum*, da norma acima citada, que estabelece a obrigação de indenização monetária pelos danos causados ao meio ambiente em relação à exploração e ao aproveitamento de lavra de recursos minerais.

O juiz de direito, seguindo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, deve considerar a citada norma estadual:

a) constitucional, porque a Carta Magna estabelece que as atividades minerais, independentemente de serem consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão os

empreendedores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções administrativas, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados;

b) constitucional, porque a instituição de indenização monetária pelas atividades minerárias realizadas no Estado-membro é compatível com a Constituição, dentro de suas engrenagens e dos deveres fundamentais ambientais que revestem a tutela ecológica efetiva adequada e tempestiva;

c) inconstitucional, porque o texto da Constituição Federal dispõe que constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de minério, petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, de acordo com o respectivo regulamento;

d) inconstitucional, porque as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União;

e) inconstitucional, porque não pode o Estado Alfa legislar sobre bens minerais de propriedade da União, e a competência outorgada pela Constituição aos estados para legislar de forma concorrente sobre responsabilidade por dano ambiental não lhes autoriza a criar ou disciplinar aspectos civis ou criminais do dano ambiental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema dano ambiental.

De acordo com julgamento da ADI 4031 pelo STF: "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 6.986/2007, DO ESTADO DO PARÁ, QUE ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.986/1995. EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERAIS. INDENIZAÇÃO MONETÁRIA PELOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE. EXPRESSA REVOGAÇÃO DE DISPOSITIVO IMPUGNADO. PREJUÍZO PARCIAL DA AÇÃO. FEDERALISMO COOPERATIVO ECOLÓGICO. ART. 24, VI E VII, CRFB. DESCABIMENTO DE LEITURA RESTRITIVA DO ART. 225, §2º, DA CRFB. TUTELA ECOLÓGICA EFETIVA, ADEQUADA E TEMPESTIVA. PARCIAL PROCEDÊNCIA. INCONSTITUCIONALIDADE DOS §§ 1º, 2º, 3º e 4º DO ART. 38 DA LEI ESTADUAL 5.887/1995, INSERIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 6.986/2007. (...) 7. Imposta, pela Constituição, a tutela ecológica efetiva, adequada e tempestiva (art. 225), procede afirmar a preferência pelas formas de tutela preventivas – que se voltam a impedir que o próprio ilícito ocorra, e possivelmente o próprio dano – ou, no caso da ocorrência de evento danoso, pela tutela repressiva na forma específica, é dizer, in natura, a buscar a reparação integral do dano e, tanto quanto possível, o retorno à integridade ecológica. Essas preferências normativas, contudo, não excluem a tutela ressarcitória em pecúnia. Ao contrário, perfeitamente cumuláveis as diferentes formas de tutela para alcançar a proteção e a reparação integrais do meio ambiente. 8. Identificadas não apenas várias formas reparatórias – in natura, em pecúnia, ou conjugadas –, mas, mais do que isso, diferentes espécies de danos. Vislumbrados, inclusive, os chamados danos intermédio e residual, lógica que também se aplica na presente seara e evidencia que a interpretação dos deveres fundamentais ambientais (art. 225, CRFB), da obrigação de reparar a degradação ambiental inerente à atividade minerária (art. 225, §§ 2º e 3º, CRFB) e da responsabilidade por dano ambiental abrangida, no federalismo cooperativo ecológico,

pelo inc. VIII do art. 24 da Constituição – além da cláusula ampla de proteção ambiental e combate à poluição do inc. VI –, não pode ser restritiva. (...)"

Portanto, a alternativa B está correta. O juiz de direito deve considerar a citada norma estadual constitucional, porque a instituição de indenização monetária pelas atividades minerárias realizadas no Estado-membro é compatível com a Constituição, dentro de suas engrenagens e dos deveres fundamentais ambientais que revestem a tutela ecológica efetiva adequada e tempestiva.

A alternativa A está incorreta, pois o artigo 225, § 3º, da CF traz tal determinação apenas para atividades lesivas ao meio ambiente. Vejamos: "§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados."

As alternativas C, D e E estão incorretas, pois falam em inconstitucionalidade da norma.

QUESTÃO 85. Em matéria de responsabilidade por dano ambiental, analise as afirmativas a seguir.

I. Os danos ambientais definitivos apenas se verificam, e são indenizáveis em pecúnia, se a reparação integral da área degradada não for possível em tempo razoável, após o cumprimento das obrigações de fazer. Seu marco inicial é o término das ações de restauração do meio ambiente.

II. O marco inicial do dano ambiental intercorrente é a própria lesão ambiental. Seu marco final é o da reparação da área, seja por restauração in natura, seja por compensação indenizatória do dano residual, se a restauração não for viável.

III. O cumprimento da obrigação de reparar integralmente o dano ambiental (in natura ou pecuniariamente) afasta a obrigação de indenizar os danos ambientais interinos.

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, está correto o que se afirma em:

a) somente II;

b) somente III;

c) somente I e II;

d) somente II e III;

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema responsabilidade por dano ambiental.

De acordo com entendimento do STJ, fixado no julgamento do REsp 1845200: "PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL. DANO INTERCORRENTE (INTERINO, TRANSITÓRIO, TEMPORÁRIO, INTERMEDIÁRIO, PROVISÓRIO). INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA. POSSIBILIDADE. ESPÉCIE DE DANO DISTINTA DO DANO RESIDUAL (PERMANENTE, DEFINITIVO, PERENE). VÍCIO DE FUNDAMENTAÇÃO. REENVIO DO FEITO À ORIGEM. 1. Os danos ambientais interinos (também ditos intercorrentes, transitórios, temporários, provisórios ou intermediários) não se confundem com os danos ambientais definitivos (residuais, perenes ou permanentes). 2. Os danos definitivos somente se verificam, e são indenizáveis em pecúnia, se a reparação integral da área degradada não for possível em tempo razoável, após o cumprimento das obrigações de fazer. Seu marco inicial, portanto, é o término das ações de restauração do meio ambiente. 3. O marco inicial do dano intercorrente, a seu turno, é a própria lesão ambiental. Seu marco final é o da reparação da área, seja por restauração in natura, seja por compensação indenizatória do dano residual, se a restauração não for viável. 4. O dano residual compensa a natureza pela impossibilidade de retorná-la ao estado anterior à lesão. O dano intercorrente compensa a natureza pelos prejuízos causados entre o ato degradante e sua reparação. 5. O poluidor deve não só devolver a natureza a seu estado anterior, mas reparar os prejuízos experimentados no interregno, pela indisponibilidade dos serviços e recursos ambientais nesse período. 6. A origem afastou a indenização pela possibilidade de restauração integral da natureza a seu estado anterior com o cumprimento das obrigações de fazer. A hipótese, efetivamente, trata de dano residual. 7. Ao tratar o dano intercorrente, especificamente suscitado por ocasião dos aclaratórios, como se afastado diante dos fundamentos de inexistência de dano residual, o acórdão incorre em relevante omissão e, em consequência, nulidade do julgamento integrativo. 8. O acolhimento do vício de fundamentação prejudica o exame da matéria de fundo. 9. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido, para determinar o reenvio do feito à origem, para saneamento da omissão ora afirmada. (STJ - REsp: 1845200 SC 2019/0206423-2, Data de Julgamento: 16/08/2022, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/09/2022)."

Analisemos os itens.

O Item I está correto. De acordo com jurisprudência do STJ, acima colacionada: "2. Os danos definitivos somente se verificam, e são indenizáveis em pecúnia, se a reparação integral da área degradada não for possível em tempo razoável, após o cumprimento das obrigações de fazer. Seu marco inicial, portanto, é o término das ações de restauração do meio ambiente."

O Item II está correto. De acordo com jurisprudência do STJ, acima colacionada: "3. O marco inicial do dano intercorrente, a seu turno, é a própria lesão ambiental. Seu marco final é o da reparação da área, seja por restauração in natura, seja por compensação indenizatória do dano residual, se a restauração não for viável."

O Item III está incorreto. Da leitura da jurisprudência acima colacionada, depreende-se que o cumprimento da obrigação de reparar integralmente o dano ambiental (in natura ou pecuniariamente) não afasta a obrigação de indenizar os danos ambientais interinos.

Portanto, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 86. Maria, cidadã do Município de Horto Grande, passou por consulta médica em hospital público e, para tratar de sua moléstia, fora-lhe prescrito o medicamento JJY. Porém, ao comparecer ao posto de saúde, não conseguiu obter o remédio, que estava em falta. Após indagar ao servidor público que atendia na unidade, foi informada de que o Município de Horto Grande e região passava por uma fase de desabastecimento de diversos medicamentos pela escassez de matéria-prima de fabricação dos mesmos. Relatórios acadêmicos apontam problemas na construção de uma política pública efetiva de produção de medicamentos e insumos básicos para a saúde. Hoje, há grande dependência da importação na cadeia de produção de medicamentos. Assistida pela Defensoria Pública, Maria ingressou com ação judicial para acesso ao medicamento. Considerando o caso narrado, é correto afirmar que:

a) para resolver o caso de Maria, seria suficiente que o juiz determinasse a realização de imediata licitação para aquisição do medicamento JJY;

b) antes do ajuizamento da ação junto ao Poder Judiciário, Maria deveria ter formulado denúncia junto à Administração Pública do Município de Horto Grande e esgotado a esfera administrativa;

c) ao decidir o caso de Maria, o juiz deve atentar aos obstáculos e às dificuldades reais do gestor e às exigências das políticas públicas a seu cargo, de modo que o juiz incorreria em indevida usurpação de competência se, após análise dos fatos, decidisse conceder direito à saúde;

d) para sanar situações como essa, a política pública de produção de medicamentos e insumos básicos para a saúde deve ser objeto de avaliação e indicação clara dos resultados alcançados, inclusive por meio do monitoramento dos estoques, que pode ser objeto de controle judicial;

e) para evitar o desabastecimento de medicamentos, o Poder Judiciário pode revisar o planejamento público a partir da ação judicial de Maria, independentemente do exame do correspondente processo administrativo e da motivação sob pena de perecimento do direito dos cidadãos brasileiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema da possibilidade e limites de intervenção jurisdicional em políticas públicas de saúde.

A alternativa A está incorreta, pois o STF rechaçou a possibilidade de intervenção casuística do Poder Judiciário, a fim de definir formas de contratação de pessoal e de gestão dos serviços de saúde.

A alternativa B está incorreta, uma vez que, à luz do princípio da inafastabilidade do controle judicial (CRFB, art. 5º, XXXV), não é exigível o esgotamento da via administrativa, a fim de que o cidadão possa acessar o Judiciário, ressalvadas exceções constitucionais inaplicáveis ao caso versado.

A alternativa C está incorreta, uma vez que, em sendo consideradas as circunstâncias fáticas do caso, seria viável ao juiz tutelar o direito à saúde em favor, especificamente, da parte autora, sem que incorresse em usurpação de competência administrativa.

A alternativa D está correta, na medida em que se mostra em conformidade com tese de repercussão geral firmada pelo STF, na linha da qual: "A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado;" (RE 684612, rel. p/ acórdão Min. Luís Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023).

A alternativa E está incorreta, pois não seria admissível que o Judiciário, a partir de um caso concreto, revisasse todo o planejamento administrativo, mormente sem o exame do correspondente processo administrativo e da motivação.

QUESTÃO 87. Lei do Estado Alfa, de iniciativa parlamentar, determina que nos concursos públicos para o provimento do cargo de juiz substituto do Tribunal de Justiça daquele estado-membro todos os candidatos que obtiverem a pontuação mínima, equivalente a 50% de acerto, nas provas objetivas da primeira fase do certame estarão automaticamente classificados para a segunda fase.
A lei é:

a) inconstitucional, pois a lei, no caso, é de iniciativa privativa do governador do estado;

b) inconstitucional, pois a lei, no caso, é de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal;

c) constitucional, mas exige regulamentação do Poder Judiciário local, por meio de resolução;

d) constitucional, pois democratiza o acesso aos cargos públicos, especialmente à magistratura;

e) inconstitucional, pois a lei, no caso, é de iniciativa privativa do presidente do Tribunal de Justiça local.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão aborda o tema da constitucionalidade, ou não, de lei estadual, de iniciativa parlamentar, que disponha sobre ingresso na magistratura do respectivo estado-membro.

A alternativa A está incorreta, eis que a iniciativa legislativa para disciplinar o ingresso na magistratura não seria do governador, e sim do STF, por força do art. 93, I, da Constituição da República, na linha do qual "Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;"

A alternativa B está correta, pois alinhada à norma constitucional acima indicada, de modo a se concluir pela inconstitucionalidade formal da norma, por vício de iniciativa.

A alternativa C está incorreta, na medida em que a norma seria inconstitucional, por vício de iniciativa, como acima demonstrado.

A alternativa D está incorreta, pois reincide no erro de sustentar a constitucionalidade da norma versada, o que não é verdade, dada a presença de vício de iniciativa no processo legislativo.

A alternativa E está incorreta, visto que a iniciativa privativa não pertence ao presidente do Tribunal de Justiça local, e sim ao STF.

QUESTÃO 88. O Município de Praia Fina ineditamente estuda celebrar um contrato de parceria público-privada (PPP) de iluminação pública. Para tanto, contrata, sem licitação, renomado advogado privado, com diversas publicações no tema de concessões para auxiliar na modelagem jurídica das minutas do edital de licitação, do contrato de PPP e demais documentos relacionados. Com o objetivo de capacitar o seu corpo de servidores públicos para lidar com o futuro contrato de PPP de iluminação pública, o Município de Praia Fina também contrata sem licitação empresa de treinamento especializada em setor público para elaboração e fornecimento de curso sobre concessão de serviços públicos, conforme as necessidades do Município de Praia Fina. Considerando o regime da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), é correto afirmar que:

a) a contratação direta do renomado advogado não poderia se verificar se o Município de Praia Fina dispusesse de Procuradoria Jurídica própria;

b) nenhuma das contratações públicas mencionadas é válida, pois, em ambos os casos, deveria ter sido realizada licitação na modalidade técnica e preço;

c) ambas as contratações públicas são juridicamente válidas, sendo exemplos de inexigibilidade de licitação, desde que devidamente precedidas de processo de contratação direta com justificativa de preço e motivação sobre a escolha dos contratados;

d) enquanto a notória especialização do advogado renomado é objetivamente aferível, a empresa de treinamento presta serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual sem notória especialização porque ela não é reconhecida de plano;

e) a contratação direta de consultor jurídico é devida, por inexigibilidade de licitação, mas não é juridicamente viável a contratação da empresa de treinamento na medida em que outras empresas e instituições poderiam oferecer o curso de concessão aos servidores públicos do Município de Praia Fina.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema das contratações diretas, na forma disciplinada pela Lei 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, uma vez que inexiste restrição legal à contratação direta de renomado advogado pelo fato de o ente público possuir corpo jurídico próprio.

A alternativa B está incorreta, pois ambas as contratações poderiam, sim, ser realizadas de forma direta, por meio de inexigibilidade de licitação, na forma do art. 74, III, da Lei 14.133/2021, que assim dispõe: "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: b) pareceres, perícias e avaliações em geral;(...)f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"

A alternativa C está correta, porquanto embasada nos mesmos preceitos legais indicados no item anterior. Com relação à necessidade de abertura de processo de contratação direta, com justificativa de preço e motivação sobre a escolha dos contratados, o item mostra-se de acordo ao que estabelece o art. 72 do mesmo diploma legal, nos pontos a seguir colacionados: "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço;"

A alternativa D está incorreta, uma vez que a notória especialização constitui requisito a ser observado em relação a todos os casos de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, no que se inclui a hipótese de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

A alternativa E está incorreta, pois, como visto acima, há expresso respaldo normativo para a contratação direta, via inexigibilidade de licitação, da empresa de treinamento de pessoal, na forma do art. 74, III, "f", da Lei 14.133/2021.

QUESTÃO 89. Janaina é servidora pública do Município Delta e tem um filho com deficiência. Em razão dos cuidados que a condição do seu filho demanda, comprovada por junta médica oficial, Janaína requereu a seu chefe a redução da jornada de trabalho em 50%, sem prejuízo da remuneração. Como o Estatuto dos Servidores do Município Delta não admite a redução da jornada nessa hipótese, Janaína fundamentou seu pedido na legislação de regência dos servidores públicos federais, que contempla esse direito.
À luz da jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, esse pedido deverá ser:

a) indeferido, pois compete privativamente ao Município Delta legislar sobre o regime jurídico dos seus servidores públicos, sendo inconstitucional a aplicação da norma federal;

b) indeferido, pois não é conveniente e oportuno ao Município Delta que Janaína passe a desempenhar suas funções com a jornada reduzida;

c) indeferido, pois a redução da jornada em 50%, sem prejuízo da remuneração, viola a vedação ao enriquecimento sem causa e a isonomia;

d) deferido em parte, pois a redução da jornada em 50%, sem prejuízo da remuneração, viola a proporcionalidade, sendo, no entanto, adequada essa redução em até 25%;

e) integralmente deferido, pois a redução pleiteada não acarretará ônus desproporcional ou indevido ao município, devendo ser aplicada por analogia a norma federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão aborda o tema da possibilidade de redução de jornada de trabalho, por parte de servidor público que possua dependente portador de necessidades especiais, à luz de jurisprudência do STF.

A alternativa A está incorreta, porquanto o pedido deveria ser deferido, de acordo com entendimento do STF, devendo ser estendido aos servidores estaduais e municipais, por isonomia material, o mesmo direito previsto em favor dos servidores federais.

A alternativa B está incorreta, uma vez que se trata de direito subjetivo do servidor, de modo que não está submetido a juízos de conveniência e oportunidade da Administração.

A alternativa C está incorreta, na medida em que reincide no erro de sustentar o indeferimento do pedido versado no enunciado da questão. Ademais, não há que se falar em enriquecimento sem causa do servidor, muito menos em violação à isonomia. A rigor, é o próprio princípio da isonomia, em sua faceta material, que justifica a extensão da aplicabilidade da norma federal em favor dos servidores das demais esferas federativas, no caso de omissão legislativa.

A alternativa D está incorreta, eis que a hipótese não seria de deferimento parcial do pedido, mas sim integral, sendo devida a redução da jornada em 50%, sem prejuízo da remuneração, conforme previsto na esfera federal.

A alternativa E está correta, pois alinhada, de fato, à compreensão firmada pelo STF, de acordo com o qual "Tendo em vista o princípio da igualdade substancial, previsto tanto em nossa Carta Constitucional quanto na Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, se os servidores públicos federais, pais ou cuidadores legais de pessoas com deficiência têm o direito a horário especial, sem a necessidade de compensação de horário e sem redução de vencimentos, os servidores públicos estaduais e municipais em situações análogas também devem ter a mesma prerrogativa." (RE 1237867, rel. Ministro Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgado em 17-12-2022, publicado em 12-01-2023).

QUESTÃO 90. A sociedade empresária Boa Obra Ltda. foi contratada verbalmente pelo Município de Para Lá do Brejo, sem qualquer processo licitatório, para construir uma escola municipal. O preço ajustado está rigorosamente em conformidade com o mercado, inexistindo qualquer superfaturamento. Ao final da obra, após a aceitação plena do edifício pelos servidores responsáveis pela fiscalização da obra, o município declara a nulidade do contrato e paga à sociedade empresária apenas o valor do material utilizado na obra.

À luz da legislação de regência, a conduta do Município de Para Lá do Brejo é:

a) lícita, pois a declaração de nulidade do contrato impõe apenas a indenização pelo material utilizado na obra, sem a obrigação de pagar serviços de terceiros;

b) lícita, pois embora a legislação de regência não restrinja a indenização ao material empregado na obra, o dever de cautela impede o pagamento dos demais itens;

c) ilícita, pois o contrato nulo não cria direito em favor do contratado, cuja má-fé é presumida, de modo que não cabia ao município pagar sequer o valor do material;

d) ilícita, pois a declaração de nulidade do contrato opera retroativamente e deve desconstituir os efeitos já produzidos, podendo a escola, inclusive, ser demolida;

e) ilícita, pois a declaração de nulidade do contrato não afasta o direito à indenização por todas as perdas e danos do contratado, sob pena de enriquecimento sem causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão aborda o tema da eventual irregularidade de contratação verbal, por parte da Administração, em relação a uma obra pública, assim como das consequências daí decorrentes.

A alternativa A está incorreta, eis que, de acordo com o art. 149 da Lei 14.133/2021, "A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa." Portanto, não seria lícita a decisão de pagar apenas pelos materiais utilizados na obra.

A alternativa B está incorreta, pois não há que se invocar um suposto dever de cautela para justificar o não pagamento por serviços efetivamente prestados, ainda que derivados de contrato verbal irregular, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.

A alternativa C está incorreta, uma vez que seu teor afronta a literalidade do art. 149 da Lei 14.133/2021, acima transcrito, bem como porque não há que se presumir a má-fé do contratado, à míngua de qualquer base legal neste sentido.

A alternativa D está incorreta, uma vez que a retroatividade de declaração de nulidade não isenta a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, como anteriormente demonstrado.

A alternativa E está correta, seja porque se amolda ao citado art. 149 da Lei 14.133/2021, seja, ainda, porque se revela ajustada à jurisprudência do STJ, de acordo com a qual "ainda que ausente a boa fé do contratado e que tenha ele concorrido para nulidade, é devida a indenização pelo custo básico do serviço, sem qualquer margem de lucro (REsp n. 2.045.450/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 20/6/2023, DJe de 28/6/2023.)

QUESTÃO 91. Em 8 de maio de 2020, o prefeito do Município de Arara Azul virou réu de ação de improbidade administrativa sob a acusação de prejuízo ao erário. Segundo reportagem investigativa amplamente divulgada em rede nacional, evidenciou-se desvio de verba pública

que deveria ser direcionada à educação para as contas bancárias do prefeito. Tendo em vista as gravações telefônicas a que o repórter teve acesso, foi acolhido judicialmente o pedido do Ministério Público de indisponibilidade de bens. Com o advento da Lei nº 14.230/2021, que alterou a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), houve peticionamento para desbloqueio das contas bancárias do prefeito por excesso de cautela ao argumento de que a Lei nº 14.230/2021 retroagiria, o que foi negado pelo juiz da causa.
A respeito da decisão judicial denegatória do pedido de reconhecimento do excesso de cautela, é correto afirmar que:

a) a decisão judicial é inválida se as contas do prefeito foram aprovadas pela Câmara Municipal;

b) a decisão judicial é inválida, pois não houve a oitiva do prefeito sobre o bloqueio de suas contas bancárias após a petição inicial;

c) a decisão judicial é inválida, pois seria devida a automática retroatividade da Lei nº 14.230/2021 na medida em que ainda não houve condenação transitada em julgado;

d) a decisão judicial é válida, pois o bloqueio dos valores das contas bancárias do prefeito não poderia ser reapreciado no curso da ação de improbidade administrativa;

e) o desbloqueio dos valores das contas bancárias do prefeito pode ser convencionado mediante a celebração de acordo de não persecução civil, condicionado à homologação judicial.

Comentários

A alternativa correta é a letra E, mas a alternativa C também foi reputada correta pelo professor, conforme razões adiante expostas.

A questão aborda o tema da possibilidade, ou não, de retroatividade das normas contidas na Lei 14.230/2021, em especial no que tange à medida cautelar de indisponibilidade de bens.

A alternativa A está incorreta, considerando que a eventual aprovação de contas pela Câmara Municipal não teria interferência para fins de aferição da medida de indisponibilidade de bens, devendo ser aplicada a mesma lógica do art. 21, II, da Lei 8.429/92, segundo o qual "A aplicação das sanções previstas nesta lei independe: (...)da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas."

A alternativa B está incorreta, pois a oitiva do agente público não constitui requisito para a decretação da medida de indisponibilidade, que, inclusive, por operar-se sem tal oitiva, a teor do §4º do art. 16 da Lei 8.429/92, na linha do qual: "A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida."

A alternativa C está incorreta, conforme gabarito preliminar da Banca. No entanto, deve ser tida como correta, consoante entendimento do professor, fundado nas seguintes razões:

i) no curso da ação, ainda não transitada em julgado a condenação, é viável a retroatividade das novas disposições trazidas pela Lei 14.230/2021, na linha do decidido pelo STF, em repercussão geral, conforme a seguinte tese: "A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente;" (ARE 843989, rel. Ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2022, publicado em 12-12-2022);

ii) em se tratando de medida cautelar, aplica-se o princípio tempus regit actum, de modo que a nova lei aplica-se aos procedimentos em andamento;

iii) medidas cautelares têm caráter eminentemente precário, de modo que admitem revisão judicial de acordo com os novos parâmetros trazidos pela lei superveniente, que passou a exigir a demonstração do periculum in mora, o que não era exigível, de acordo com a jurisprudência, à luz da norma revogada;

iv) o termo "automática retroatividade" não compromete esse entendimento, pois a retroatividade é, de fato, automática, vale dizer, acontece com a simples publicação da lei. Porém, a aplicação dos seus preceitos depende de decisão judicial.

A alternativa D está incorreta, uma vez que, na forma da fundamentação acima, a reapreciação da medida de indisponibilidade poderia, sim, ser efetivada, à luz da novel legislação.

A alternativa E está correta, considerando não haver impeditivo legal para que o acordo de não persecução cível abarque a medida de indisponibilidade de bens, desde que proporcione o integral ressarcimento dos danos e/ou a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados, sendo certo, ainda, que há, de fato, a necessidade de sua homologação judicial, consoante regra do art. 17-B, §1º, III, da LIA.

Está correta, portanto, esta letra E, de modo que se confirma a existência de dois itens corretos, letras C e E, o que justifica a invalidação da questão.

QUESTÃO 92. Após a publicação da Norma de Referência ANA nº 02/2021 pela Agência Nacional de Águas (ANA), o prefeito do Município de Nova Lindares solicita à Procuradoria Jurídica a elaboração de parecer jurídico sobre o impacto dessa norma em contrato de programa vigente para prestação do serviço de saneamento básico na cidade. Particularmente, o prefeito tem interesse em receber orientação sobre a incidência do Art. 5º da Norma de Referência ANA nº 02/2021 sobre o contrato de programa, de seguinte redação: "[o]s aditivos aos contratos de programa e de concessão deverão prever metas finais e intermediárias de universalização". O parecer jurídico exarado pela Procuradoria do Município de Nova Lindares orientou o prefeito a imediatamente realizar aditivo ao contrato de programa para prever as metas finais e intermediárias de universalização, tendo em vista a vinculatividade da Norma de Referência ANA nº 02/2021. A respeito dessa situação concreta, é correto afirmar que:

a) o parecerista jamais poderia ser pessoalmente responsabilizado pelo seu parecer jurídico;

b) o prefeito será responsabilizado solidariamente com o parecerista caso siga a recomendação, constante no parecer jurídico, que posteriormente se repute ilegal;

c) o parecer jurídico confere boa orientação ao prefeito, que detém plena competência de aditar o contrato de programa de que é parte, ainda que integrado a consórcio público interfederativo;

d) o termo aditivo ao contrato de programa para previsão de metas finais e intermediárias de universalização consiste em alteração qualitativa do contrato que deve ser motivada no âmbito de processo administrativo;

e) o parecer jurídico confere boa orientação ao prefeito, pois as normas de referência editadas pela Agência Nacional de Águas têm efeito vinculante para garantia da uniformidade regulatória e universalização do serviço de saneamento básico.

Comentários

A alternativa correta é a letra D, mas a alternativa E também foi reputada correta pelo professor, conforme razões adiante expostas.

A questão aborda o tema do poder normativo de agências reguladoras federais e, mais precisamente, a existência de caráter vinculante, ou não, de tais disposições em relação a outros entes da federação.

A alternativa A está **incorreta**, pois a doutrina e a jurisprudência admitem, sim, hipóteses de responsabilização pessoal do parecerista, por exemplo nos casos de fraude ou má-fé, de modo que o uso do vocábulo "jamais" compromete o acerto deste item.

A alternativa B está **incorreta**, dada a inexistência da alegada responsabilidade solidária do gestor público, mormente quando atua desprovido de dolo ou má-fé, bem assim amparado em parecer técnico, ainda que posteriormente se revele sua conclusão se revela equivocada.

A alternativa C **incorreta**, pois, tratando-se de contrato de programa celebrado no contexto de consórcio público interfederativo, não teria o prefeito competência para aditá-lo de forma unilateral, à revelia dos demais entes consorciados.

A alternativa D está **correta**, uma vez que, de fato, a inserção de metas finais e intermediárias, por meio de termo aditivo ao contrato de programa, não acarreta alteração quantitativa no contrato, mas sim de caráter meramente qualitativo, na medida em que há o acréscimo de parâmetros de verificação não pecuniários ao ajuste, com vistas ao incremento da qualidade dos resultados finais a serem atingidos.

A alternativa E está **incorreta**, conforme gabarito preliminar divulgado pela Banca. No entanto, foi reputada como correta pelo professor, consoante razões a seguir alinhavadas.

O item está em perfeita conformidade à jurisprudência do STF, que considerou constitucional a regulamentação editada pela agência reguladora, nos seguintes termos:

"A maioria do colegiado também considerou não ter ocorrido ofensa ao princípio federativo na atribuição de competência à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para criar normas sobre regulamentação tarifária e padronização dos instrumentos negociais. Segundo o entendimento prevalecente, a exigência de que os municípios se adequem às regras estabelecidas pela ANA para terem direito às transferências voluntárias da União não viola o pacto federativo." (ADI 6492, Relator(a): LUIZ

FUX, Tribunal Pleno, julgado em 02-12-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-100 DIVULG 24-05-2022 PUBLIC 25-05-2022)

Está correta, portanto, esta letra E, de modo que se confirma a existência de dois itens corretos, letras D e E, o que justifica a invalidação da questão.

QUESTÃO 93. Marcos é jornalista, especializado em fotografar e filmar conflitos armados entre criminosos e policiais. Em uma operação realizada pela Polícia Militar do Estado Alfa, helicópteros daquela organização militar lançaram folhetos advertindo a população de uma determinada comunidade de que, dada a iminência de manifestações pela morte de um traficante, com possibilidade de tiroteios no local, os moradores da localidade deveriam evitar sair de suas casas. No folheto, lido por Marcos, havia expressa menção ao risco de criminosos utilizarem as pessoas como "escudos" humanos ou de elas serem alvejadas por criminosos. Marcos, filmando o início dos tiroteios, é alvejado por um criminoso e infelizmente sofre sequelas permanentes, razão pela qual ajuíza ação indenizatória contra o Estado Alfa. À luz da jurisprudência do STF, o pedido de Marcos deve ser julgado:

a) procedente, pois o Estado Alfa tem o dever universal de proteger as pessoas que possam ser vítimas de conflitos dessa natureza;

b) procedente, pois se trata de conflito armado entre criminosos e policiais militares, tendo o estado assumido o risco de os disparos ferirem Marcos;

c) procedente apenas na hipótese de Marcos comprovar que o disparo poderia ter sido evitado pela ação dos policiais militares;

d) improcedente, pois o disparo partiu da arma de criminoso, o que afasta a responsabilidade objetiva do Estado Alfa;

e) improcedente, pois Marcos descumpriu ostensiva e clara advertência quanto ao acesso a áreas definidas como de grave risco à sua integridade física.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** É **cabível recurso**, uma vez que há duas alternativas em tese corretas.

A questão aborda o tema da responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta, pois o Estado não pode ser considerado garantidor universal da proteção de pessoas, mormente quando previamente advertidas de perigos iminentes e, mesmo assim, descumprem determinações emanadas das autoridades de segurança.

A alternativa B está incorreta, uma vez que configurada a culpa exclusiva da vítima ao deixar de acatar determinações expressas de afastamento da zona de perigo, não havendo que se falar em assunção de risco por parte do Estado.

A alternativa C está incorreta, uma vez mais, dada a caracterização de culpa exclusiva da própria vítima, o que caracteriza causa excludente de responsabilidade civil do Estado, consoante firme magistério da doutrina e da jurisprudência.

A alternativa D está incorreta, na medida em que a justificativa para a ausência de responsabilidade civil estatal não repousa no fato de o disparo ter partido de criminoso, mas sim no descumprimento de ordem explícita das autoridades policiais, a configurar hipótese de culpa exclusiva da vítima. Nada obstante, em tese, o fato de ter sido comprovado que o disparo partiu de arma de criminoso poderia ser enquadrado como fato de terceiro, a configurar outra hipótese de causa excludente de responsabilidade estatal, o que resultaria no acerto deste item e, por conseguinte, na possibilidade de recurso para invalidar a questão.

A alternativa E está correta, eis que alinhada à jurisprudência do STF, que fixou tese no sentido de que "Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física". (RE 1209429, rel. p/ acórdão Ministro ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 10-06-2021, publicado em 20-10-2021)

QUESTÃO 94. José, servidor público do Estado Ômega, é namorado de Maria, que dá à luz gêmeos, filhos de José. Lamentavelmente, Maria falece no parto dos filhos do casal. José declara no registro civil a paternidade de ambas as crianças e, munido das certidões de nascimento, requer o afastamento do serviço, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de 120 dias, à semelhança do que sucede com a licença-maternidade, prevista na legislação de regência. O pedido de José:

a) pode ser deferido, mas depende de juízo de conveniência e oportunidade do governador do Estado Ômega, que pode decidir no caso de omissão da lei;

b) deve ser totalmente deferido, pois José tem o direito e o dever de prestar assistência às crianças recém-nascidas, cuja proteção integral deve ser assegurada;

c) deve ser parcialmente deferido, pois José tem presunção de suficiência econômica, cabendo-lhe o afastamento, mas sem direito à remuneração no período correspondente;

d) deve ser indeferido, pois não há regra na legislação de regência que assegure esse direito, que é restrito às mães, aplicando-se ao caso o princípio da legalidade estrita;

e) pode ser deferido, mas depende de juízo de conveniência e oportunidade do chefe imediato de José, dado que o afastamento pode prejudicar a eficiência administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão aborda o tema da jurisprudência do STF acerca do prazo de licença-paternidade, em se tratando de falecimento da mãe por ocasião do parto.

A alternativa A está incorreta, pois, na verdade, o deferimento do pedido constitui direito subjetivo do servidor público, não estando subordinado a critérios de conveniência e oportunidade da Administração.

A alternativa B está correta, eis que em linha com jurisprudência do STF acerca do tema, que fixou tese no seguinte sentido: "À luz do art. 227 da CF que confere proteção integral da criança com absoluta prioridade, bem como do princípio da isonomia de direitos entre o homem e a mulher (art. 5º, I, CF), a licença maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88, e regulamentada pelo art. 207 da Lei 8.112/1990, estende-se ao pai, genitor monoparental, servidor público." (RE 1348854, rel. Ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 12-05-2022, publicado em 24-10-2022)

A alternativa C está incorreta, pois não seria caso de deferimento parcial do pedido, mas sim integral, com direito à remuneração no período correspondente, consoante compreensão jurisprudencial acima indicada.

A alternativa D está incorreta, na medida em que não se aplica o princípio da legalidade estrita, mas sim interpretação extensiva extraída de normas constitucionais, como determinado pelo STF no precedente acima apontado.

A alternativa E está incorreta, porquanto, conforme já dito anteriormente, a hipótese é de direito subjetivo do servidor, que não se submete à discricionariedade administrativa.

QUESTÃO 95. João, juiz de direito do Estado Beta, requereu sua aposentadoria em 09/10/2018. Autuado o requerimento, o pedido é deferido pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado Beta, que envia o ato de aposentadoria ao Tribunal de Contas do mesmo estado, tendo o processo chegado à Corte de Contas em 20/10/2018. Em 30/11/2023, o Tribunal de Contas nega o registro da aposentadoria de João, sob o fundamento de que teriam sido incluídas vantagens indevidas nos proventos.
No caso em apreço, quanto (i) ao limite temporal e (ii) ao controle jurisdicional, a decisão do Tribunal de Contas:

a) (i) não se sujeita a limite temporal; (ii) pode ser revista em controle jurisdicional;

b) (i) não se sujeita a limite temporal; (ii) não pode ser revista em controle jurisdicional;

c) (i) sujeita-se a limite temporal, que, no caso, foi excedido; (ii) pode ser revista em controle jurisdicional;

d) (i) sujeita-se a limite temporal, que, no caso, foi excedido; (ii) não pode ser revista em controle jurisdicional;

e) (i) sujeita-se a limite temporal, mas o prazo ainda está em curso; (ii) pode ser revista em controle jurisdicional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda o tema do controle do ato inicial de concessão de aposentadoria, por parte de tribunal de contas, mais especificamente no que tange ao prazo para tanto e, ainda, no que concerne à possibilidade, ou não, de controle judicial.

A alternativa A está incorreta, pois não se compatibiliza com entendimento firmado pelo STF, na linha do qual "Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas." (RE 636553, rel. Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 19/02/2020, publicado em 26-05-2020). Portanto, referida análise sujeita-se, sim, a limite temporal.

A alternativa B está incorreta, seja porque, conforme visto acima, a análise da Corte de Contas sujeita-se a limite temporal, seja porque o ato respectivo pode ser revisto na esfera judicial, à luz do princípio do amplo acesso à justiça.

A alternativa C está correta, pois em sintonia com a jurisprudência do STF, acima indicada, bem como porque, de fato, o ato da Corte de Contas sujeita-se ao devido controle jurisdicional.

A alternativa D está incorreta, eis que o ato da Corte de Contas está sujeito ao crivo do Poder Judiciário.

A alternativa E está incorreta, na medida em que, à luz dos elementos fornecidos no enunciado, o prazo de cinco anos, firmado pelo STF, já teria sido ultrapassado, de modo que está errado aduzir que ainda estaria em curso.

QUESTÃO 96. O conceito de justiça é o tema mais importante da Filosofia do Direito. Conforme Santo Tomás de Aquino, é correto se falar em justiça comutativa e justiça distributiva. A definição dada por Santo Tomás a cada uma dessas acepções de justiça é, respectivamente:

a) a que regula as relações mútuas entre pessoas privadas; a que regula a relação entre o todo e as partes, de forma a fazer a distribuição proporcional dos bens comuns;

b) aquela que é comum a uma comunidade política e suas instituições; aquela que distribui as diferentes funções executivas aos órgãos de governo;

c) a que é estabelecida pelas leis e pelos atos de governo; a que resulta das tradições e costumes de uma sociedade, conforme interpretação comunitária;

d) aquela que é instituída e aplicada na forma do direito positivo; aquela que é instituída e aplicada na forma do direito natural;

e) a que determina as relações comerciais e patrimoniais da sociedade; a que determina as relações administrativas e penais da sociedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do conceito de justiça em Santo Tomás de Aquino.

A alternativa A está correta. O conceito de justiça, conforme abordado por Santo Tomás de Aquino, é central na Filosofia do Direito, distinguindo-se em justiça comutativa e distributiva. A justiça comutativa foca nas relações entre indivíduos, buscando equidade nas trocas e reparações, enquanto a justiça distributiva se concentra na relação entre a comunidade e seus membros, visando uma distribuição proporcional dos bens de acordo com o mérito ou a necessidade. Ambas as formas buscam harmonizar as relações sociais sob princípios de equidade e proporcionalidade.

A alternativa B está incorreta. Na "Summa Theológica", Santo Tomás de Aquino discute a estrutura e função da comunidade política e suas instituições, sublinhando a importância da ordem e do bem comum. O que é comum a uma comunidade política é o objetivo de alcançar o bem comum, que orienta a distribuição das diferentes funções executivas aos órgãos de governo. Esta distribuição visa assegurar que cada função seja exercida de forma eficaz, promovendo justiça e bem-estar dentro da comunidade, refletindo uma ordem divina na organização social.

A alternativa C está incorreta. Na "Summa Theológica", Santo Tomás de Aquino distingue entre a ordem estabelecida pelas leis e pelos atos de governo e a que emerge das tradições e costumes. A primeira refere-se à estrutura formal e explícita de regras criadas para orientar e regular o comportamento dos membros da comunidade, visando o bem comum. A segunda, por sua vez, é formada ao longo do tempo, baseada em práticas e crenças compartilhadas, funcionando como um guia implícito de conduta. Ambas são cruciais para a coesão social e a justiça, refletindo a compreensão da comunidade sobre a moralidade e a ética.

A alternativa D está incorreta. Na "Summa Theológica", Santo Tomás de Aquino diferencia entre o direito positivo e o direito natural. O direito positivo é aquele instituído e aplicado pelos seres humanos, consistindo em leis e regulamentos formais que governam a conduta social. Em contraste, o direito natural é baseado na razão e na natureza humana, representando princípios universais e inerentes ao ser humano, destinados a orientar a justiça e a moralidade. Enquanto o direito positivo pode variar entre comunidades, o direito natural é constante e universal, refletindo a ordem moral estabelecida pela razão divina.

A alternativa E está incorreta. Na "Summa Theológica", Santo Tomás de Aquino não detalha especificamente categorias modernas de direito como comercial, patrimonial, administrativo ou penal, mas seus princípios podem ser extrapolados para essas áreas. As relações comerciais e patrimoniais seriam regidas pela justiça comutativa, focando na equidade nas trocas e na proteção dos direitos de propriedade. Já as relações administrativas e penais refletiriam a justiça legal e distributiva, buscando o bem comum através da regulação da conduta dos cidadãos e da distribuição proporcional de cargas e benefícios, assegurando a ordem pública e a reparação de injustiças.

QUESTÃO 97. A judicialização da política é um fenômeno recorrente, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Ele está muito ligado à edição de constituições com pautas extensas.

Com base nisso, é correto definir tal fenômeno como:

a) o processo de ingresso de processos judiciais no Poder Judiciário, seja pela advocacia pública ou privada;

b) o procedimento de unificação da jurisprudência nos casos de grande relevância social e política;

c) a atuação das cortes constitucionais no processo de controle de constitucionalidade das leis;

d) o modo de proceder dos partidos políticos que ingressam com ações judiciais quando perdem uma votação no parlamento;

e) a expansão do protagonismo institucional e político dos tribunais em processos decisórios.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema da judicialização da política.

A alternativa A está **incorreta**. A judicialização da política extrapola a simples atuação da advocacia, seja ela pública ou privada, mergulhando em questões mais amplas que envolvem a intervenção do Judiciário em temas tradicionalmente decididos pela esfera política. Isso reflete uma crescente tendência de levar disputas políticas e políticas públicas ao crivo dos tribunais, alterando a dinâmica entre os poderes e influenciando diretamente na formulação e execução de políticas públicas.

A alternativa B está **incorreta**. A judicialização da política não se confunde com a unificação da jurisprudência em temas de alta relevância social e política. Este fenômeno é mais abrangente e envolve a transferência de decisões políticas e sociais para o âmbito judicial, onde juízes e tribunais passam a ter um papel ativo na definição de políticas públicas e na solução de questões políticas, ultrapassando a simples harmonização jurisprudencial.

A alternativa C está **incorreta**. A atuação das cortes constitucionais no controle de constitucionalidade das leis é um mecanismo essencial para assegurar que a legislação esteja em conformidade com a Constituição. Este processo envolve a análise e o julgamento de leis e atos normativos pelos tribunais constitucionais, que têm o poder de invalidar aqueles que contrariam os princípios e direitos fundamentais estabelecidos na Carta Magna, garantindo, assim, a supremacia constitucional. Todavia, o controle de constitucionalidade não é, em si, a judicialização da política.

A alternativa D está **incorreta**. Quando partidos políticos recorrem ao Judiciário após perderem votações no Parlamento, instaura-se um "terceiro tempo" na discussão legislativa. Todavia, isso não necessariamente implica em judicialização da política. Esse fenômeno reflete a estratégia de levar disputas político-legislativas para o âmbito judicial, buscando no Judiciário uma segunda chance de influenciar ou reverter decisões legislativas. Essa prática demonstra como o processo democrático é estendido e complexificado pela intervenção judicial nas decisões essenciais do poder legislativo.

A alternativa E está **correta**. A expansão do protagonismo dos tribunais em decisões institucionais e políticas reflete a judicialização da política. Este fenômeno aponta o crescente papel dos tribunais na governança e na interpretação de leis, mas substituindo o debate político pelo julgamento judicial. Tal fenômeno é um indicativo da importância do Judiciário na estrutura democrática, o qual implica na usurpação das funções legislativas ou executivas.

QUESTÃO 98. João, juiz substituto no Estado de Santa Catarina, tem conhecimento de que pode ser designado, pela autoridade ou órgão competente, para qualquer unidade de divisão judiciária do Estado. Em consonância com a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que João:

a) integra a região judiciária especial, é vitalício e será designado pelo Tribunal Pleno;

b) se encontra na entrância inicial e pode exercer competência jurisdicional plena ou parcial;

c) não é vitalício e será designado pelo presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o corregedor-geral;

d) está em exercício de substituição e prestará cooperação aos juízes de direito das varas das comarcas, tendo competência plena;

e) será designado pelo Tribunal Pleno, mediante o seu prévio assentimento, para temporariamente exercer funções judicantes em qualquer comarca ou vara do estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão de região judiciária especial no Código de Organização Judiciária de Santa Catarina. Há menção sobre a região judiciária. Vejamos: "Art. 3º Para o exercício das atividades jurisdicionais, o território do Estado de Santa Catarina constitui seção judiciária única, fracionada, para efeitos da administração da Justiça, em Subseções, Regiões, Circunscrições, Comarcas, Comarcas Não-Instaladas e Distritos. § 1º Entende-se como: I - Seção Judiciária, o conjunto das Subseções Judiciárias; II - Subseção Judiciária, o agrupamento de Regiões Judiciárias; III - Região Judiciária, o agrupamento de Circunscrições Judiciárias;"

A alternativa B está incorreta. O Código de Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina afirma que o juiz substituto terá competência plena, não havendo que se falar em competência parcial: "Art. 27. O Juiz Substituto vitalício e o não-vitalício, quando designados para responder por unidade de divisão judiciária, salvo se em regime de cooperação, terão competência plena."

A alternativa C está correta. Exatamente, o juiz substituto João não é vitalício e será designado pelo presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o corregedor-geral. Nestes termos, vejamos o que dispõe o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina: "Art. 28. Ouvido o Corregedor-Geral, poderá o Presidente do Tribunal de Justiça designar Juiz Substituto não-vitalício para ter exercício em qualquer unidade de divisão judiciária do Estado. Sendo vitalício o Juiz Substituto, a designação deverá se restringir às unidades de divisão judiciária da circunscrição judiciária em que estiver lotado."

A alternativa D está incorreta. Conforme o Código de Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina, sendo o juiz substituto vitalício ou não, não estando em exercício da substituição, prestará cooperação

aos juízes de direito. "Art. 29. O Juiz Substituto vitalício, quando não estiver em exercício de substituição, prestará cooperação aos Juízes de Direito das Varas das Comarcas integrantes da Circunscrição Judiciária."

A alternativa E está incorreta. Quem designa a lotação é o Presidente do Tribunal de Justiça ouvido o Corregedor-Geral, conforme o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina: "Art. 28. Ouvido o Corregedor-Geral, poderá o Presidente do Tribunal de Justiça designar Juiz Substituto não-vitalício para ter exercício em qualquer unidade de divisão judiciária do Estado. Sendo vitalício o Juiz Substituto, a designação deverá se restringir às unidades de divisão judiciária da circunscrição judiciária em que estiver lotado."

QUESTÃO 99. A Constituição Federal em seu Art. 5º admite, excepcionalmente, a prisão civil do devedor de pensão alimentícia e do depositário infiel. Já a Convenção Americana de Direitos Humanos admite, em caráter excepcional, a prisão civil do inadimplente de obrigação alimentar. Diante dessa controvérsia, o STF fixou jurisprudência afirmando que:

a) é lícita a prisão civil do inadimplente de pensão alimentícia e do depositário infiel;

b) é lícita a prisão civil do inadimplente de pensão alimentícia, mas não do depositário infiel;

c) é lícita a prisão civil do depositário infiel, mas não do inadimplente de pensão alimentícia;

d) é ilícita a prisão civil do depositário infiel e do inadimplente da pensão alimentícia;

e) ambos os casos de prisão civil devem ser analisados de forma individual e criteriosa, devendo haver fundamentação exauriente da decisão condenatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema prisão do depositário infiel.

A alternativa A está incorreta. Não é lícita a prisão civil do depositário infiel, vez que as normas legais que permitem a prisão estão com a eficácia suspensa diante do estabelecido na Convenção Americana de Direitos Humanos, conforme reiteradamente decidido pelo STF. Vejamos: "Súmula Vinculante 25. É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito."

A alternativa B está correta. De fato, a legislação brasileira admite a prisão para quem não cumpre com a obrigação de pagar pensão alimentícia, conforme previsto tanto na Constituição Federal quanto no Pacto de São José da Costa Rica, também conhecido como Convenção Americana de Direitos Humanos. Contudo, a prisão por inadimplência de outras dívidas, como no caso do depositário infiel, não é permitida. O Supremo Tribunal Federal (STF), ao interpretar a hierarquia das normas, estabeleceu que os Tratados Internacionais de Direitos Humanos têm uma posição intermediária no ordenamento jurídico, situando-se acima das leis ordinárias e abaixo da Constituição. Isso significa que tais tratados podem suspender a eficácia de leis federais que contrariem suas disposições. Nesse sentido, a Súmula

Vinculante 25 do STF reforça essa interpretação ao declarar ilegal a prisão civil do depositário infiel, independentemente da modalidade de depósito. Essa distinção reflete a proteção constitucional ao direito de liberdade, excetuando-se apenas casos específicos previstos legalmente, como a pensão alimentícia.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas C, D e E não representam o entendimento firmado na Súmula Vinculante n. 25, razão pela qual as alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 100. Uma importante ferramenta no sistema global de proteção dos direitos humanos é conhecida como relatores especiais da ONU. Tais relatores especiais, são:

a) membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU nomeados pelo secretário-geral das Nações Unidas que viajam em missões diplomáticas para atuarem como observadores dos Governos em políticas de promoção, defesa e controle dos direitos humanos, cabendo a eles fixar as prioridades dos políticos públicas na área dos direitos humanos, tendo em vista a realidade local;

b) especialistas independentes em direitos humanos nomeados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU que conformam o sistema de Procedimentos Especiais, cabendo-lhes, dentre outros, realizar visitas ao país, atuar em casos individuais de denúncias de violações, contribuir para o desenvolvimento de padrões internacionais de direitos humanos e fornecer aconselhamento para a cooperação técnica;

c) juristas que atuam nos sistemas de justiça de diferentes continentes, recrutados pelo Conselho de Segurança da ONU para monitorar e avaliar os relatórios periódicos de implementação das ações de garantia dos direitos humanos que cada país-membro da ONU deve realizar anualmente, apresentando os avanços e retrocessos daquele período;

d) diplomatas dos Estados-Membros da ONU que formam uma força tarefa internacional para atuar em nome do Conselho de Direitos Humanos da ONU, fazendo uma negociação autônoma e independente em diferentes estados nacionais que estejam passando por situações de catástrofes naturais, conflitos armados ou crise econômica e/ou institucional, tendo em vista a retomada da estabilidade do país;

e) ex-juízes e ex-promotores de Justiça que atuaram em tribunais internacionais – como a Corte Internacional de Justiça de Haia ou o Tribunal Penal Internacional – e que utilizam seu conhecimento para fazer uma revisão processual dos casos mais graves de violação sistemática dos direitos humanos que não tiveram resolução em razão da morosidade do Poder Judiciário do determinado país que é membro da ONU.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema relatoria especial na ONU.

De fato, relatores especiais no Sistema ONU são especialistas independentes em direitos humanos nomeados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU que conformam o sistema de Procedimentos

Especiais, cabendo-lhes, dentre outros, realizar visitas ao país, atuar em casos individuais de denúncias de violações, contribuir para o desenvolvimento de padrões internacionais de direitos humanos e fornecer aconselhamento para a cooperação técnica.

Os Relatores Especiais, atuando sob a égide do Sistema das Nações Unidas, desempenham um papel crucial na salvaguarda dos Direitos Humanos globalmente. Esses especialistas independentes, nomeados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, compõem uma peça fundamental do sistema de Procedimentos Especiais.

Ao realizar visitas aos países, os relatores especiais estão diretamente envolvidos na avaliação da situação dos direitos humanos no terreno. Essas visitas permitem que observem, de primeira mão, as condições e desafios enfrentados pelas populações, produzindo relatórios que lançam luz sobre violações e práticas abusivas, além de destacar progressos.

Eles têm a capacidade de agir em casos individuais de denúncias de violações de direitos humanos, proporcionando um mecanismo vital para que essas questões sejam trazidas à atenção internacional. Isso não só ajuda a proporcionar justiça às vítimas, mas também exerce pressão sobre os governos e entidades para corrigir tais injustiças.

Os relatores especiais contribuem significativamente para a elaboração e o refinamento de padrões internacionais de direitos humanos. Através de suas investigações, relatórios e recomendações, eles influenciam a criação de normas que guiam as nações na promoção e proteção dos direitos humanos.

Eles também fornecem aconselhamento especializado para a cooperação técnica em matéria de direitos humanos, ajudando os países a desenvolver suas capacidades para melhor proteger esses direitos. Esse apoio pode variar desde a reforma legislativa até o fortalecimento das instituições de direitos humanos locais.

O trabalho dos relatores especiais desempenha um papel importante na sensibilização sobre questões de direitos humanos, tanto para o público em geral quanto para os tomadores de decisão. Suas descobertas e recomendações ajudam a mobilizar a opinião pública e a comunidade internacional em torno de causas urgentes.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, C, D e E não representam o conceito e funções dos relatores especiais da ONU, razão pela qual as alternativas estão incorretas.

II ENAM

QUESTÃO 01. Um Senador da República, pretendendo realizar a expansão da seguridade social, protocolou em janeiro de 2024 um projeto de lei ordinária para a criação de uma nova contribuição adicional de seguridade social, prevendo que produziria efeitos depois de decorridos trinta dias da data da publicação da lei que a instituiu. A lei foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, sendo publicada em maio de 2024.

Antes mesmo de transcorridos os trinta dias previstos na lei, uma sociedade empresária ingressou com ação declaratória tributária, requerendo que seja declarado seu direito de não recolher tal exação, alegando que a nova lei é inconstitucional.

Diante dos fatos trazidos no enunciado, assinale a opção que apresenta a alegação que você, como magistrado(a), acolheria para que tal lei fosse considerada inconstitucional.

a) Por violar apenas a reserva de lei complementar para a criação desse tipo de contribuição.

b) Por violar a reserva de lei complementar para a criação desse tipo de contribuição e por violar a anterioridade tributária anual.

c) Por violar a reserva de lei complementar para a criação desse tipo de contribuição e por violar a anterioridade tributária nonagesimal.

d) Por violar a reserva de iniciativa do Presidente da República para a criação desse tipo de contribuição e por violar a anterioridade tributária anual.

e) Por violar a reserva de iniciativa do Presidente da República e por violar a reserva de lei complementar para a criação desse tipo de contribuição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda os temas princípios tributários.

A alternativa A está incorreta, pois a Lei também viola o princípio da noventena, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa B está incorreta pois a anterioridade anual não se aplica às contribuições para a seguridade social, conforme art. 195, § 6º, da CF: "As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b"".

A alternativa C está correta. A instituição de contribuições residuais para a seguridade social demanda lei complementar, conforme art. 195, § 4º, da CF: "A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I". Nesse sentido, determina o art. 154, I, que "mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição". Ademais, a contribuição em questão deverá respeitar o princípio da noventena, conforme comentário à alternativa B.

A alternativa D está incorreta, por dois motivos. Primeiro porque as contribuições não precisam respeitar o princípio da anterioridade anual, conforme comentários à alternativa B. Segundo porque não há iniciativa privativa de lei em matéria tributária, conforme tese fixada no tema de repercussão geral 682: "Inexiste, na Constituição Federal de 1988, reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, inclusive para as que concedam renúncia fiscal".

A alternativa E está incorreta pois não há iniciativa privativa de lei em matéria tributária, conforme comentários à alternativa D.

QUESTÃO 02. Na data-base de reajuste da categoria dos bancários, a negociação para a implementação de reajuste salarial, a partir de 2024, fracassou. Então, o sindicato dos empregados, após assembleia, decidiu que em 24 horas ocuparia todas as agências bancárias da região para pressionar os empregadores a aceitarem o reajuste desejado. Os bancos foram comunicados por escrito dessa decisão. Um banco estatal federal (sociedade de economia mista) e um banco privado resolveram, cada qual, ingressar com interdito proibitório na defesa de seus interesses, visando impedir que a posse de suas agências fosse molestada pelos grevistas. Considerando os fatos, as regras de competência e o entendimento consolidado do STF, assinale a afirmativa correta.

a) Tanto o banco estatal quanto o privado deverão ajuizar suas ações na Justiça Estadual.

b) O banco estatal, dada a sua natureza jurídica, ajuizará ação na Justiça Federal comum e o banco privado, na Justiça do Trabalho.

c) O banco estatal federal e o banco privado ajuizarão suas ações na Justiça do Trabalho.

d) O banco privado ajuizará ação na justiça estadual e o banco estatal federal, na Justiça Federal comum.

e) O banco estatal federal e o banco privado ajuizarão suas ações na Justiça Federal comum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema competência da justiça do trabalho.

Sobre o exercício do direito de greve, portanto, o inciso II do Art. 114 da CF indica que compete à Justiça do Trabalho as ações que envolvam exercício do direito de greve. Vejamos: "Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;"

No mesmo sentido, o STF fixou a Súmula Vinculante 23, segundo a qual: "Súmula Vinculante 23: A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada."

Portanto, tanto o banco estatal federal e o banco privado ajuizarão suas ações na Justiça do Trabalho. Desta feita, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 03. Foi publicada a Lei no X, do Estado Alfa, alterando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Estaduais. O objetivo declarado desse diploma normativo era o de desburocratizar o processo administrativo disciplinar, tendo estabelecido os requisitos a serem observados para

a implementação da consensualidade da pura reprimenda e da consensualidade de colaboração, em que o servidor estadual pode receber uma sanção de imediato, independentemente de qualquer colaboração com a apuração, ou vir a recebê-la caso ocorra essa colaboração.

A alteração foi muito comemorada por Maria, Deputada Estadual e autora do projeto, e considerada inconstitucional pelo Diretório Regional do Partido político Beta, agremiação partidária que somente possui representação na Câmara dos Deputados. O referido Diretório ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal.

Sobre a hipótese, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

a) Beta não tem legitimidade para ajuizar a ADI.

b) A Lei no X não apresenta vicio de inconstitucionalidade.

c) A Lei no X veicula temática própria de lei complementar, logo, é inconstitucional.

d) A Lei no X deve ser considerada constitucional, caso tenham sido observadas as normas gerais editadas pela União.

e) O Estado Alfa incursionou em matéria de competência legislativa privativa da União, mas a Lei no X é constitucional caso haja lei da União autorizando a sua edição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão versa sobre o Controle de Constitucionalidade.

A alternativa A está correta. Os legitimados para as ações de controle concentrado de constitucionalidade estão previstos no art. 103 da CF/88: "Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional". O Diretório Regional de partido político não possui legitimidade para a propositura de ADI, apenas o Diretório Nacional, conforme o entendimento fixado nas ADIs 610 e 779, já que o órgão regional não representa o partido político.

A alternativa B está incorreta. Perceba que a autora do projeto foi uma deputada estadual. Portanto, há vício de inconstitucionalidade, já que é de competência privativa do Chefe do Executivo leis que disponham sobre regime jurídico de servidores públicos, nos termos do art. 61, § 1º, II, c da CF/88. Aplica-se o princípio da simetria, conforme decidiu o STF na ADI 3.920. Ou seja, há vício formal de iniciativa.

A alternativa C está incorreta. A CF/88 indicou expressamente os temas que ela quis que fossem tratados por lei complementar, não é o caso da temática abordada.

A alternativa D está incorreta. A lei não deve ser considerada constitucional, já que apresenta vício formal de iniciativa.

A alternativa E está incorreta. O tema não é de competência privativa da União, logo, não há necessidade de lei autorizativa.

QUESTÃO 04. Determinada Lei do Estado Alfa isentou os servidores públicos do respectivo Estado do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos realizados por Alfa, com a finalidade de motivá-los a continuar a se aperfeiçoar tecnicamente.

Sobre a referida norma, assinale a afirmativa correta.

a) É constitucional, pois observou o princípio da eficiência ao implementar a medida que beneficia seus servidores, com a finalidade de motivá-los a continuar estudando e a participar de ações de formação continuada.

b) É constitucional, pois observou o princípio da igualdade no viés material, já que a norma estabeleceu distinções a fim de compensar os indivíduos que se encontram em situação desprivilegiada para elevá-los ao patamar dos demais.

c) É inconstitucional, pois a medida aprovada não tem a finalidade de promover a igualdade substancial, ou seja, não está voltada à mitigação de uma discriminação ou de uma desigualdade constatada na sociedade.

d) É constitucional, pois a taxa de inscrição em concurso público não tem natureza tributária e, portanto, a concessão da isenção está inserida em um espaço de discricionariedade administrativa para a gestão dos recursos públicos.

e) É inconstitucional, pois a concessão da isenção de taxa tem natureza tributária e, portanto, é necessária a observância dos princípios constitucionais tributários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema concursos públicos.

Conforme entendimento do STF: "EMENTA (...) Isenção da taxa de inscrição em concursos públicos concedida aos servidores públicos estaduais. Violação do princípio da isonomia ou igualdade. Procedência do pedido. (...) 3. No caso em apreço, o critério utilizado pela norma para a isenção da taxa de inscrição nos concursos públicos estaduais é a existência da qualidade de servidor público estadual. Além de não haver correlação lógica entre o fator de discriminação escolhido pelo Estado do Ceará e o tratamento desigual estipulado pela norma, esse tratamento desigual também não se justifica à luz do ordenamento constitucional. 4. Ao conceder a isenção a uma categoria que teria condições de arcar com os custos da inscrição no certame, o Estado amplia a desvantagem daqueles que, por insuficiência de recursos, não conseguem pagar tal quantia – e, portanto, sequer têm a chance de concorrer por um cargo na Administração estadual –, restringindo, consequentemente, o acesso à via do concurso público. A porta de entrada para o concurso público deve ser igualmente acessível a todos os cidadãos, sendo

válidas as medidas que fomentem essa igualdade de acesso, e não as que ampliem a desigualdade entre os possíveis candidatos. (...) 6. Não se constata a cogitada correlação entre a facilitação da inscrição para servidores públicos e o princípio da eficiência. É que, de um lado, esse benefício não se presta para motivar tais servidores a continuar estudando, a participar de ações de formação continuada e/ou a se preparar para outros certames no âmbito do Estado; de outro, há outras formas de fomentar o bom desempenho no mister público e de valorizar a categoria, o que, porém, não pode se dar pela quebra de isonomia no acesso ao certame. 7. O fato de a taxa de concurso público não ostentar feição tributária não quer dizer que a concessão da sua isenção estaria inserida em um espaço de completa discricionariedade. Nada obriga o Estado a conceder uma isenção dessa natureza, porém, ao fazê-lo, não está autorizado a privilegiar determinados grupos de forma anti-isonômica. Isso porque todo e qualquer ato da Administração Pública se encontra submetido à tábua axiológica da Constituição. Inexistindo justificação razoável para a concessão da isenção, como no caso da lei cearense, a medida importa em privilégio incompatível com a ordem constitucional. (ADI 5818, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 16-05-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-155 DIVULG 04-08-2022 PUBLIC 05-08-2022)

As alternativas A, B, D e E contrariam o entendimento do STF, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 05. A Supremacia da Constituição Federal de 1988 e sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna imprescindível o debate sobre as formas e os modos de defesa da Constituição e sobre a necessidade de controle da constitucionalidade dos atos do Poder Público, principalmente das leis e dos atos normativos. Assim, a respeito do controle de constitucionalidade, assinale a afirmativa correta.

a) Coexistindo ações diretas de inconstitucionalidade de uma mesma norma estadual, a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça somente prejudicará a ação perante o Supremo Tribunal Federal se for pela improcedência e desde que a alegação ofenda dispositivo constitucional estadual que constitui reprodução de norma da Constituição Federal de 1988.

b) O legislador não pode dispor, em novo ato legislativo, sobre a mesma matéria versada em legislação anteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo, pois tal conduta importa em desrespeito à autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal.

c) Os Tribunais de Justiça Estaduais não podem exercer o controle abstrato da constitucionalidade das leis municipais utilizando como parâmetros as normas da Constituição Federal de 1988, ainda que se trate das normas de reprodução obrigatória pelos Estados.

d) Overruling é a técnica que pressupõe a força vinculante do precedente e que, portanto, impõe à Corte responsável pela sua formulação um complexo encargo argumentativo, a indicar que a antiga interpretação já se tornou inconstitucional ou está se tornando.

e) Não é cabível na Ação Direta de Inconstitucionalidade a inclusão, em seu pedido, da declaração de revogação das normas anteriores à vigência do novo parâmetro constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão versa sobre o Controle de Constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. Segundo o entendimento fixado pelo STF na ADI 3.659, "coexistindo ações diretas de inconstitucionalidade de um mesmo preceito normativo estadual, a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça somente prejudicará a que está em curso perante o STF se for pela procedência e desde que a inconstitucionalidade seja por incompatibilidade com dispositivo constitucional estadual tipicamente estadual (= sem similar na Constituição Federal)". No mais, a Corte entendeu que se existir declaração de inconstitucionalidade de preceito normativo estadual pelo Tribunal de Justiça com base em norma constitucional estadual que constitua reprodução (obrigatória ou não) de dispositivo da Constituição Federal, subsiste a jurisdição do STF para o controle abstrato tendo por parâmetro de confronto o dispositivo da Constituição Federal reproduzido.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 28, parágrafo único da Lei 9.868/99, temos que: "Parágrafo único. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal". Observe que o dispositivo se refere "aos demais órgãos do Poder Judiciário", o que, portanto, exclui o STF, que não estará vinculado às decisões que ele próprio tomar em ADI, também não alcança o Poder Legislativo, que poderá editar nova lei de conteúdo idêntico ao da norma declarada inconstitucional pelo STF.

A alternativa C está incorreta. Conforme o Supremo Tribunal Federal, no RE 650898/RS, em situação excepcional, o Tribunal de Justiça pode realizar controle abstrato de constitucionalidade tendo como parâmetro a Constituição Federal. Isso será possível quando a norma da Constituição Federal que servirá como parâmetro for de reprodução obrigatória pelas Constituições Estaduais. Nesse sentido, foi fixada a seguinte tese: "Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados".

A alternativa D está correta. O chamado "overruling" acontece quando um tribunal decide que uma interpretação feita anteriormente não é mais válida, mudando o entendimento já estabelecido. Isso demanda um forte argumento justificativo para garantir a segurança e estabilidade do sistema jurídico.

A alternativa E está incorreta. Um dos efeitos da decisão de mérito da ADI é o repristinatório. Quando uma lei ou ato normativo é declarado inconstitucional em sede de ADI, a legislação anterior (acaso existente) voltará a ser aplicável. No entanto, o STF poderá declarar a inconstitucionalidade da norma impugnada (objeto da ação) e também das normas por ela revogadas, evitando o efeito repristinatório (indesejado) da decisão de mérito. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário que o autor impugne tanto a norma revogadora quanto os atos por ela revogados. De fato, o STF exige a impugnação da cadeia de normas revogadoras e revogadas até o advento da CF/88, já que o controle abstrato de constitucionalidade abrange tão somente o direito pós-constitucional. Porém, o STF admite o cabimento de ADI nos casos em que o autor, por precaução, inclui, em seu pedido, também a declaração de revogação de normas anteriores à vigência do novo parâmetro constitucional, segundo o entendimento fixado na ADI 4.711.

QUESTÃO 06. Uma lei do Estado Delta, de iniciativa da Assembleia Legislativa, estabeleceu a recomposição linear nos vencimentos e nas funções gratificadas dos servidores públicos do Poder Legislativo estadual, estendendo-a aos aposentados e pensionistas, com o intuito de recuperar a perda do poder aquisitivo da moeda.

A respeito da referida norma, de acordo com a ordem sistemática constitucional e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) Ela é constitucional, pois a Constituição Federal de 1988 garante a revisão geral como forma de recomposição da perda do poder aquisitivo da moeda.

b) Ela é inconstitucional, pois a iniciativa legislativa para a revisão geral de vencimentos de todos os servidores estaduais é do Poder Executivo.

c) Ela é constitucional, pois a iniciativa legislativa para a revisão geral de vencimentos dos servidores do Poder Legislativo é do próprio Poder Legislativo.

d) Ela é inconstitucional, pois a competência para a concessão da revisão geral anual de vencimentos de todos os servidores públicos é da União, por meio de norma de iniciativa do Presidente da República.

e) Ela é constitucional, pois em razão do princípio da isonomia os aposentados e pensionistas também devem ser beneficiados com a revisão geral de vencimentos, uma vez que a finalidade da norma é a recomposição da perda do poder aquisitivo da moeda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão versa sobre a revisão geral como forma de recomposição da perda do poder aquisitivo da moeda.

Em resumo, o enunciado informa que uma lei do Estado Delta, de iniciativa da Assembleia Legislativa, estabeleceu a recomposição linear nos vencimentos e nas funções gratificadas dos servidores públicos do Poder Legislativo estadual, estendendo-a aos aposentados e pensionistas, com o intuito de recuperar a perda do poder aquisitivo da moeda. O tema foi julgado pelo STF na ADI 5.562. Conforme a Corte, "define-se o instituto da revisão geral quando o propósito do aumento remuneratório concedido for apenas o de recompor a perda do poder aquisitivo da moeda, devendo-se, nesse caso, observar a iniciativa do chefe do Poder Executivo para se deflagrar o processo legislativo respectivo. De outro modo, se o aumento remuneratório trouxer um ganho real, ou seja, for além da perda do poder aquisitivo, a competência para se deflagrar o processo legislativo será de cada um dos poderes ou órgãos com autonomia administrativa, financeira e orçamentária". Os Ministros do Supremo também explicaram que quando o incremento salarial é concedido de forma ampla, sobre os vencimentos e funções gratificadas, estendendo-se aos aposentados e pensionistas, consubstancia a revisão geral, a qual deve observância à iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, conforme reiterada jurisprudência do STF. Logo, a Lei do Estado Delta é inconstitucional, pois a iniciativa legislativa para a revisão geral de vencimentos de todos os servidores estaduais é do Poder Executivo. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 07. Maria, política muito conhecida no cenário nacional, tendo ocupado por décadas inúmeros cargos de grande relevância nas estruturas estatais de poder, foi convidada, pelo editor de um conhecido e tradicional periódico, a participar de uma entrevista sobre sua vida profissional, com o objetivo de subsidiar reportagem que seria direcionada especificamente a ela.

Como Maria protagonizara diversas controvérsias em sua atuação funcional e não mais ocupava qualquer cargo público, decidiu não conceder a entrevista, de modo a preservar a sua esfera jurídica. Apesar disso, o referido periódico dedicou uma edição inteira à análise da vida pública de Maria, realizando críticas ácidas à sua atuação funcional, o que ocorreu sem que tivesse conhecimento prévio do teor da matéria, desagradando-a profundamente.

Considerando os balizamentos oferecidos pela sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

a) A matéria seria licita caso fosse adotado o conceito de reportagem neutral, mas a existência de críticas ácidas evidencia a sua ilicitude.

b) Em razão da autonomia da vontade, a negativa de Maria em conceder a entrevista evidencia a ilicitude da matéria em relação à análise de sua vida pública.

c) As liberdades de pensamento e expressão devem preponderar na situação descrita, abrangendo a realização de críticas, ainda que sejam consideradas ácidas.

d) Como a liberdade de expressão sempre prepondera sobre o direito à honra de personagens públicos, a matéria publicada pelo periódico apresenta conformidade constitucional.

e) Apesar de Maria ter ocupado cargos públicos, o que evidencia o interesse público na matéria, o resultado da ponderação entre o direito à honra e a liberdade de informação se inverteu ao deixar de ocupá-los, de modo que aquele direito passou a prevalecer.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão versa sobre a publicação de matérias jornalísticas que criticam a atuação de figuras públicas.

Perceba que há um duelo entre o direito de privacidade x direito de informação. De acordo com a característica da Relatividade ou Limitabilidade, um direito fundamental pode limitar o exercício do outro direito no caso concreto. Quando dois ou mais direitos fundamentais se colidem, não ocorrerá o sacrifício de um deles, mas sim a ponderação de um pelo outro, em determinada situação real. Dessa forma, não existe direito fundamental que se revista de um "caráter absoluto". No REsp 1.729.550-SP, o STJ se posicionou sobre a temática. A controvérsia principal estava nos limites da liberdade de imprensa. Na ocasião, foi fixada a seguinte tese: "Não caracteriza hipótese de responsabilidade civil a publicação de matéria jornalística que narre fatos verídicos ou verossímeis, embora eivados de opiniões severas, irônicas ou impiedosas, sobretudo quando se trate de figuras públicas que exerçam atividades tipicamente estatais, gerindo interesses da coletividade, e a notícia e crítica referirem-se a fatos de interesse geral relacionados à atividade pública desenvolvida pela pessoa noticiada". Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 08. A Lei Federal no X cominou a sanção de multa pelo descumprimento das normas ambientais que indicou. Em determinado mandado de segurança, Maria, que recebera a referida sanção, sustentava a inconstitucionalidade desse diploma normativo e, por via reflexa, a nulidade da multa que sofrera. A Câmara competente do Tribunal de Justiça do Estado Beta, que processou e julgou a causa em caráter originário, não reconheceu a alegada inconstitucionalidade, denegando a ordem.

No dia seguinte à publicação do acórdão, que não padecia de qualquer erro, obscuridade, contradição ou omissão, foi publicado acórdão do Supremo Tribunal Federal, proferido em sede de controle concentrado de constitucionalidade, no qual foi declarada a inconstitucionalidade da Lei Federal no X.

Sobre a hipótese apresentada, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

a) O acórdão proferido pela Câmara tornou-se ineficaz.

b) O acórdão proferido pela Câmara afrontou a reserva de plenário.

c) O acórdão proferido pela Câmara pode ser reformado por decisão monocrática do relator do recurso extraordinário do Supremo Tribunal Federal.

d) O acórdão proferido pela Câmara deve ser objeto do recurso próprio, a ser julgado pelo Tribunal ad quem, não sendo de competência do Supremo Tribunal Federal o seu julgamento.

e) O órgão competente do Tribunal de Justiça do Estado Beta, no juízo de admissibilidade do recurso a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, deve reconhecer a ineficácia do acórdão proferido pela Câmara.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão combina dois temas: Controle de Constitucionalidade e Recursos.

A alternativa A está incorreta. O acórdão não se tornou ineficaz, porque foi proferido antes da decisão do STF.

A alternativa B está incorreta. O acórdão proferido pela Câmara não afrontou a reserva de plenário, porque não declarou a inconstitucionalidade. A cláusula de reserva de plenário objetiva que uma lei seja declarada inconstitucional somente quando houver vício manifesto, reconhecido por um grande número de julgadores experientes. Nos termos do art. 97 da CF/88: "Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público".

A alternativa C está incorreta. Na situação, cabe o Recurso Ordinário Constitucional, nos termos do art. 105, II, b da CF/88. Logo, não está atendido um requisito importante para o Recurso Extraordinário, que

é o esgotamento das vias ordinárias, segundo a súmula 281 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada".

A alternativa D está correta. Como estamos diante de decisão denegatória em sede de MS julgada pelo TJ em única instância, cabe o ROC ao STJ, conforme o art. 105, II, b da CF/88: "Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão".

A alternativa E está incorreta. Não cabe ao STF realizar o julgamento, mas sim ao STJ em sede de ROC.

QUESTÃO 09. José, acometido de câncer, percebe apenas um salário mínimo de aposentadoria e precisa fazer uso de remédio de baixo custo prescrito pelo médico público que o acompanha. Ao buscar o remédio na Secretaria Municipal de Saúde da sua cidade, foi informado de que tal medicamento, usualmente fornecido pelo SUS (integra a lista padronizada do SUS) e registrado na Anvisa, havia se esgotado no estoque municipal. Foi informado, também, de que somente haveria recursos para nova aquisição no ano seguinte, após a inclusão de novas dotações na lei orçamentária anual.

Não podendo interromper seu tratamento, conforme orientação médica comprovada, e sem recursos para adquirir o remédio, José procura a Defensoria Pública Estadual, para que ela promova uma ação contra o Município para que o medicamento seja fornecido incondicionalmente. Em contestação, o ente federado alega que enfrenta grave crise financeira, que não possui dotações orçamentárias para esse fornecimento e que haveria indevida interferência do Poder Judiciário em matéria orçamentária, caso fosse obrigado a fornecer o medicamento por ordem judicial.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) Com fundamento na teoria da reserva do possível, caso comprovada a crise financeira municipal, o magistrado não pode obrigar o Município a fornecer o medicamento.

b) A ausência de dotação orçamentária específica impede qualquer concessão do medicamento por ordem judicial, uma vez que é constitucionalmente vedado realizar despesas não previstas na lei orçamentária anual.

c) A criação de despesa orçamentária para a concessão de medicamento sem previsão na lei orçamentária, por ordem do Poder Judiciário, não é possível por violar a separação dos poderes.

d) O Poder Judiciário pode determinar a realização dessa despesa não originalmente prevista na lei orçamentária, em razão da grave omissão do Poder Público na garantia do direito fundamental à saúde.

e) A criação da despesa para o fornecimento do medicamento pode ser ordenada por decisão judicial, desde que a União participe obrigatoriamente do polo passivo da demanda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão versa sobre a cláusula de reserva do possível e o mínimo existencial.

A cláusula de reserva do possível estabelece que a efetivação dos direitos sociais deve acontecer na medida exata do possível, mais especificamente "na medida do financeiramente possível". O princípio do mínimo existencial consiste num grupo de prestações essenciais que devem ser fornecidas ao indivíduo pelo Poder Estatal. Observe que a cláusula da reserva do possível possui limites. Tais limites são balizados pelo mínimo existencial, conforme entendimento firmado pelo STF no RE 639.637. Ao alegar a reserva do possível para a não materialização de direitos sociais, o Estado deve ao menos assegurar o mínimo existencial, sendo esta garantia uma obrigação inafastável do Poder Público. Ele não pode simplesmente alegar que não possui recursos orçamentários. O Supremo Tribunal Federal entende que, ocorrendo uma situação extrema, é fundamental que o Poder Público demonstre objetivamente a inexistência de recursos públicos e a falta de previsão orçamentária da respectiva despesa. No entanto, alguma coisa ele precisa prestar. Vale ressaltar que, excepcionalmente, pode o Poder Judiciário intervir nas políticas públicas, de forma a implementá-las, em caso de inércia estatal injustificável. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 10. Sobre medida provisória, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) Não é permitido aos Chefes do Poder Executivo dos Estados-membros editarem medidas provisórias, ainda que seja observado o conjunto de regras básicas do processo legislativo posto no texto constitucional de 1988.

b) Os requisitos constitucionais legitimadores da edição de medidas provisórias não podem, em nenhuma hipótese, ser submetidos ao crivo do Poder Judiciário, por força da regra da separação dos poderes.

c) Não é cabível o controle de constitucionalidade da medida provisória para a comprovação do desvio de finalidade ou abuso da competência normativa do Chefe do Executivo.

d) A conversão de medida provisória em lei, com absorção de conteúdo, não torna prejudicado o debate sobre o atendimento dos pressupostos de sua admissibilidade.

e) A medida provisória não revoga a lei anterior, mas apenas suspende seus efeitos no ordenamento jurídico, em face do seu caráter transitório e precário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão versa sobre as Medidas Provisórias. A medida provisória é uma norma primária, prevista no art. 62 da CF/88. Entretanto, o responsável pela sua edição é o Presidente da República, sendo o Poder Legislativo chamado à discussão após a norma já ter força de lei e produzir os seus efeitos.

A alternativa A está incorreta. Conforme o estabelecido na ADI 7.375, o STF entende que, "é dado aos Chefes do Poder Executivo dos Estados-membros editarem medidas provisórias, desde que a espécie legislativa esteja prevista na Constituição estadual e seja observado o conjunto de regras básicas do processo legislativo postas no Texto Constitucional de 1988". Logo, é permitido aos chefes do Poder Executivo dos Estados membros editarem medidas provisórias.

A alternativa B está incorreta. Não é correto afirmar que requisitos constitucionais legitimadores da edição de medidas provisórias não podem, em nenhuma hipótese, ser submetidos ao crivo do Poder Judiciário. Com base no entendimento do STF fixado na ADI 5.599, "no limitado controle dos requisitos formais da medida provisória deve o Poder Judiciário verificar se as razões apresentadas na exposição de motivos pelo Chefe do Poder Executivo são congruentes com a urgência e a relevância alegadas, sem adentrar ao juízo de fundo que o texto constitucional atribui ao Poder Legislativo".

A alternativa C está incorreta. Nos termos do entendimento fixado pelo STF na ADI 7.232, "é possível o controle de constitucionalidade de medida provisória quando se comprove desvio de finalidade ou abuso da competência normativa do Chefe do Executivo, pela ausência dos requisitos constitucionais de relevância e urgência".

A alternativa D está incorreta. A conversão de medida provisória em lei, com absorção de conteúdo, torna prejudicado o debate sobre o atendimento dos pressupostos de sua admissibilidade, segundo o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4.980.

A alternativa E está correta. De fato, a Medida provisória não revoga lei anterior, mas apenas suspende seus efeitos no ordenamento jurídico, em face do seu caráter transitório e precário, conforme o entendimento do STF na ADI 5.716.

QUESTÃO 11. Conforme prevê o Art. 200 da Constituição Estatual de Alfa, "o Estado não intervirá nos municípios, exceto nos casos previstos no Art. 35 da Constituição Federal de 1988". Dessa forma, o constituinte de Alfa optou por não elencar no texto constitucional estadual o rol de princípios constitucionais sensíveis.

Sobre o Art. 200 da Constituição de Alfa, tendo como parâmetros a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) É constitucional, pois a previsão na Constituição Estadual da possibilidade de intervenção nos municípios é facultativa, em razão da autonomia federativa dos Estados.

b) É inconstitucional, pois é necessária a reprodução expressa do rol taxativo, previsto na Constituição Federal de 1988, dos princípios constitucionais sensíveis na Constituição Estadual ou, ao menos, em lei complementar, como requisito para a intervenção do Estado em seus municípios.

c) É constitucional, pois é desnecessária a reprodução expressa do rol taxativo, previsto na Constituição Federal de 1988, dos princípios constitucionais sensíveis na Constituição Estadual, como condição autorizativa para a intervenção do Estado em seus municípios, por inexistir autonomia para modificá-lo.

d) É inconstitucional, pois o Estado tem o dever de definir expressamente o rol taxativo dos princípios sensíveis que, uma vez violados, podem ensejar a intervenção nos municípios, ainda que a previsão seja distinta da Constituição Federal de 1988.

e) É constitucional, pois em observância ao princípio federativo, compete aos Estados a escolha de seguir ou não as normas previstas na Constituição Federal de 1988, no que tange à intervenção nos municípios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão versa sobre a Intervenção Estadual.

O instituto está previsto no art. 35 da CF/88: "Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial". Na ADI 7.369, o requerente alegou que o dispositivo questionado, por deixar de indicar, de forma expressa, os princípios cuja violação autoriza a intervenção estadual, afronta o disposto no art. 35, VI, da Constituição Federal. O STF fixou o seguinte entendimento: "É de observância obrigatória pelos Estados o rol taxativo de princípios constitucionais sensíveis previstos no inc. VII do art. 34 da Constituição da República, sendo desnecessária a reprodução literal na Constituição estadual como condição autorizativa para a intervenção do Estado em seus Municípios, por inexistir autonomia para modificá-lo". Logo, o art. 200 da Constituição de Alfa é constitucional, pois é desnecessária a reprodução expressa do rol taxativo, previsto na Constituição Federal de 1988, dos princípios constitucionais sensíveis na Constituição Estadual, como condição autorizativa para a intervenção do Estado em seus municípios, por inexistir autonomia para modificá-lo. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 12. De acordo com a Constituição Federal de 1988, será concedido mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

A respeito do referido remédio constitucional, a partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) É incabível o pedido de desistência formulado após o início do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, quando a maioria dos ministros já tiver se manifestado favoravelmente à concessão da medida.

b) A Constituição Federal de 1988 prevê adicional noturno aos militares estaduais ou distritais e será cabível mandado de injunção para que se apliquem as normas que regulamentam o adicional noturno dos servidores públicos civis aos militares estaduais.

c) O mandado de injunção também é o meio processual adequado para questionar a efetividade da lei regulamentadora.

d) Há norma constitucional que impõe ao legislador o dever de regulamentar os direitos do nascituro e, portanto, cabe mandado de injunção para que a omissão legislativa possa ser imputada às autoridades impetradas.

e) É cabível o mandado de injunção à declaração judicial de vacância de cargo, para compelir o Presidente da República a praticar ato administrativo, concreto e determinado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão versa sobre o Mandado de Injunção. O remédio constitucional está previsto no art. 5º, LXXI da CF/88 e Lei 13.300/2016. É cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

A alternativa A está correta. No MI 712, o STF fixou o seguinte entendimento: "É incabível o pedido de desistência formulado após o início do julgamento por esta Corte, quando a maioria dos ministros já havia se manifestado favoravelmente à concessão da medida". Segundo a Corte, o mandado de injunção coletivo, bem como a ação direta de inconstitucionalidade, não pode ser utilizado como meio de pressão sobre o Poder Judiciário ou qualquer entidade.

A alternativa B está incorreta. Conforme o entendimento fixado pelo STF no RE 970.823, "I - A Constituição Federal não prevê adicional noturno aos Militares Estaduais ou Distritais. II – Mandado de Injunção será cabível para que se apliquem, aos militares estaduais, as normas que regulamentam o adicional noturno dos servidores públicos civis, desde que o direito a tal parcela remuneratória esteja expressamente previsto na Constituição Estadual ou na Lei Orgânica do Distrito Federal". Ou seja, como a Constituição Federal não previu aos militares estaduais o direito à percepção de adicional noturno, há ausência de omissão do poder público federal na edição de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

A alternativa C está incorreta. No MI 1.872, o STF estabeleceu que o Mandado de Injunção não serve para questionar a efetividade da norma. Tanto as omissões de caráter total quanto às omissões de caráter parcial ensejam a impetração do remédio, o que é diferente de uma norma defeituosa, quando o legislador regulamenta a matéria, mas não consegue trazer o alcance e sentido pretendido pela Carta Magna.

A alternativa D está incorreta. Conforme o entendimento fixado pelo STF no MI 6.591, não há imposição constitucional do dever de legislar sobre os direitos de nascituro. Inclusive, a Corte esclareceu o seguinte: "A jurisprudência desta Corte é remansosa no sentido do descabimento do mandado de injunção quando inexistir um direito constitucional que não possa ser exercido por ausência de norma regulamentadora (Precedente: MI 5.470 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, DJe 20/11/2014)".

A alternativa E está incorreta. O STF decidiu, no MI 14 QO, que "não se presta o mandado de injunção à declaração judicial de vacância de cargo, nem a compelir o presidente da república a praticar ato administrativo, concreto e determinado".

QUESTÃO 13. Sobre o tema prisão temporária, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

l. A decretação da prisão temporária reclama sempre a presença do Art. 1º, inciso III, da Lei nº 7.960/1989, que elenca o rol de crimes aptos a ensejar tal medida cautelar. O dispositivo, ao exigir a presença de fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes nele previstos, evidencia a necessidade do fumus commissi delicti, indispensável para a decretação da medida cautelar. O citado rol de crimes possui natureza taxativa, desautorizada a analogia ou a interpretação extensiva, em razão dos princípios constitucionais da legalidade estrita e do devido processo legal substantivo.

II. A prisão temporária deve estar fundamentada em fatos novos ou contemporâneos à decretação da medida (Art. 312, § 2º, do Código de Processo Penal). Ainda que se cuide de dispositivo voltado à prisão preventiva, a regra é consequência lógica da cautelaridade das prisões provisórias e do princípio constitucional da não culpabilidade.

III. O Código de Processo Penal dispõe que a prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar, observado o Art. 319 desse Código. O não cabimento da substituição por outra medida cautelar deverá ser justificado de forma fundamentada nos elementos presentes do caso concreto, de modo individualizado. A citada disposição desse Código não se aplica às prisões temporárias, por possuírem natureza de medida cautelar na fase investigatória pré-processual.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) l e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A banca examinadora indicará como correta a **letra B.** Contudo, em nosso entendimento, a questão é passível de anulação por não existir resposta correta. A questão aborda a interpretação de dispositivos legais que regulam a prisão temporária, exigindo conhecimento do entendimento jurisprudencial recente do Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADIs 4.109 e 3.360. Vamos analisar cada item.

O item I será apontado como correto pela banca examinadora, vez que repete trecho da ementa de julgamento das ADIs 4.109 e 3.360, em que o STF confirmou a natureza taxativa do rol de crimes da Lei de Prisão Temporária, impedindo o uso de analogia ou interpretação extensiva, obrigando a observância dos princípios da legalidade estrita e do devido processo legal. Contudo, o julgamento do

STF pela constitucionalidade da Lei de Prisão Temporária (Lei n. 7.960/1989) não afastou a validade da Lei de Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90), que também prevê a prisão temporária aos crimes nela previstos, conforme Art. 2º, § 4º: "A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei no 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade". É possível, portanto, que um crime previsto exclusivamente na Lei n. 8.072/90 fundamente uma prisão temporária, o que torna incorreta a afirmação: "A decretação da prisão temporária reclama sempre a presença do Art. 1º, inciso III, da Lei nº 7.960/1989".

O item II está correto. A exigência de fatos novos ou contemporâneos para a decretação da prisão temporária, embora prevista para a prisão preventiva no Art. 312, § 2º, do CPP, aplica-se também à prisão temporária. O STF reconhece que a contemporaneidade deve ser aplicada por analogia às prisões temporárias dado o caráter cautelar de ambas as prisões e do princípio da não culpabilidade, que impede a restrição da liberdade sem elementos concretos e atuais que a justifiquem: "fixar o entendimento de que a decretação de prisão temporária autoriza-se quando, cumulativamente: (...) for justificada em fatos novos ou contemporâneos que fundamentem a medida (art. 312, § 2º, CPP)" (STF. Plenário. ADI 4109/DF e ADI 3360/DF, Rel. Min. Carmen Lúcia, redator para o acórdão Min. Edson Fachin, julgado em 11/2/2022, Informativo 1043).

O item III está incorreto. A regra da substituição da prisão preventiva por medidas cautelares alternativas (Art. 319 do CPP) também se aplica à prisão temporária. O STF tem entendimento de que a prisão temporária, como medida excepcional que é, deve ser decretada somente quando as medidas cautelares diversas da prisão se mostrarem inadequadas ou insuficientes: "fixar o entendimento de que a decretação de prisão temporária autoriza-se quando, cumulativamente: (...) não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas, previstas nos arts. 319 e 320 do CPP (art. 282, § 6º, CPP)." (STF. Plenário. ADI 4109/DF e ADI 3360/DF, Rel. Min. Carmen Lúcia, redator para o acórdão Min. Edson Fachin, julgado em 11/2/2022, Informativo 1043).

Como não existe alternativa que indique apenas o item II como correto, a questão é passível de anulação por não existir resposta correta.

QUESTÃO 14. Uma mulher transgênero foi admitida, em 2024, em uma sociedade empresária para exercer a função de auxiliar no Departamento de Recursos Humanos. A funcionária trajava-se e portava-se como mulher, mas foi impedida de acessar o banheiro feminino da sociedade empresária, porque no seu registro civil ainda constava o nome masculino. Diante dos fatos, da previsão constitucional e do entendimento do STF, assinale a afirmativa correta.

a) A sociedade empresária agiu de modo incorreto, porque, diante das peculiaridades do caso apresentado, a pessoa tem o direito de acessar o banheiro conforme o gênero com o qual se identifica.

b) A sociedade empresária está correta, porque a transição ainda não se completou, uma vez que o registro civil continua identificando a pessoa com o gênero biológico masculino.

c) A sociedade empresária está parcialmente equivocada, porque o reconhecimento e a visibilidade atuais da transexualidade exigem que ela construa um banheiro apenas para pessoas trans.

d) A sociedade empresária está correta, porque está preservando a segurança e a intimidade das mulheres cis que nela trabalham.

e) A sociedade empresária deve preservar o meio ambiente de trabalho, que é bem indivisível e de todos, de modo que a situação deve ser debatida, votada e decidida pelas empregadas cisgênero.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema direitos dos trabalhadores, sob a ótica da jurisprudência do STF.

Sobre o tema específico da questão (uso de banheiro por empregada transgênero), o TST possui entendimento firmado no bojo do Informativo 284, no sentido de que as empresas não podem condicionar a utilização do nome social à mudança no registro civil e a utilização do banheiro à cirurgia de redesignação de sexo. Vejamos: "Informativo 284 do TST: Em relação à conduta empresarial de proibir o uso do banheiro feminino, verifica-se, da mesma forma, o dano moral sofrido pela Autora. (...) 7.2. A solução adotada pelo Ministro Luís Roberto Barroso, na fundamentação do seu voto no RE 845.779, que trata de caso análogo ao dos autos, envolveu o critério da ponderação frente à colisão de direitos fundamentais, no sentido de avaliar a intensidade do constrangimento sofrido pelas partes envolvidas, registrando que 'a mera presença de transexual feminina em áreas comuns de banheiro feminino, ainda que gere algum desconforto, não é comparável àquele suportado pela transexual em um banheiro masculino'. Concluiu, pois, que, 'ao se fazer esta ponderação, tem-se uma restrição leve ao direito à privacidade versus uma restrição intensa aos direitos à igualdade e à liberdade.' 7.3. A conclusão alcançada no caso dos autos não pode ser outra, considerando que a Autora apresentava aspectos estéticos suficientes para validar a sua identidade de gênero feminina, pois se identificava como mulher, trajava como mulher e se portava como mulher no âmbito da empresa. Nesse contexto, tem-se que o constrangimento sofrido pela Recorrente se sobressai e poderia ter sido evitado pela empresa. 8. O Tribunal de origem, portanto, ao corroborar a conduta da empresa e condicionar a utilização do nome social à mudança no registro civil e a utilização do banheiro à cirurgia de redesignação de sexo, violou, dentre outros, o direito de personalidade da empregada, bem como o seu direito à dignidade (art. 1º, III, da CF), à liberdade e à privacidade (artigo 5º, caput e X), sendo devida a reparação pelo dano moral sofrido mediante a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais. Recurso de revista conhecido e provido." (TST-RR-11190-88.2015.5.15.0131, 5ª Turma, rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, julgado em 6/3/2024)".

Portanto, a alternativa correta é a letra A, e as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 15. O Estado Alfa realizou pagamento a seu servidor público estadual Roberto, mas este percebeu que a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda (IR) presente em seu contracheque estava acima do que reputava devido. Roberto então ingressou com ação de repetição do indébito tributário contra o Estado Alfa e a União requerendo que os valores de IR

recolhidos a maior lhe fossem restituídos. Em contestação, tanto a União como o Estado Alfa alegaram sua ilegitimidade passiva.

Como magistrado(a), você terá que decidir quem deve permanecer no polo passivo dessa ação tributária e por que razão, à luz das regras de repartição de receitas tributárias da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência dos Tribunais Superiores. Diante de tal cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Deve permanecer no polo passivo da ação apenas a União, em razão de ser o ente instituidor do IR, apesar de ser o Estado Alfa o destinatário integral dos valores de IR retidos na fonte de Roberto.

b) A presença tanto da União como do Estado Alfa se impõe como decorrência do litisconsórcio passivo necessário, em razão de que, embora seja o Estado Alfa o destinatário integral dos valores de IR retidos na fonte de Roberto, a União é o ente instituidor do IR.

c) A presença tanto da União como do Estado Alfa se impõe como decorrência do litisconsórcio passivo necessário, em razão de que, embora seja a União a destinatária integral dos valores de IR retidos na fonte de Roberto, o responsável tributário pela retenção é o Estado Alfa.

d) A presença tanto da União como do Estado Alfa se impõe como decorrência do litisconsórcio passivo necessário, em razão de que ambos os entes partilham, em partes iguais, os valores de IR retidos na fonte de Roberto.

e) Deve permanecer no polo passivo da ação apenas o Estado Alfa, em razão de que, embora não seja o ente instituidor do IR, é o destinatário integral dos valores de IR retidos na fonte de Roberto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o tema repartição de receitas tributárias.

A alternativa A está incorreta, pois quem deve compor o polo passivo da lide é o Estado Alfa, conforme Súmula 447/STJ: "Os Estados e o Distrito Federal são partes legítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte proposta por seus servidores".

A alternativa B está incorreta conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está incorreta por dois motivos. Primeiro, quem deve compor o polo passivo é o Estado Alfa, conforme comentários à alternativa A. Segundo, a receita pertence ao Estado Alfa, conforme tese fixada pelo STF no tema de repercussão geral nº 1130: "Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal".

A alternativa D está incorreta por dois motivos. Primeiro, quem deve compor o polo passivo é o Estado Alfa, conforme comentários à alternativa A. Segundo, a receita pertence ao Estado Alfa, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa E está correta conforme comentários às alternativas A e C.

QUESTÃO 16. Em tema de "Direitos e Garantias Fundamentais", a Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu Art. 5º, inciso LVII, que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

A respeito do princípio da não culpabilidade, considerando a jurisprudência assentada do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

l. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

II. A condução coercitiva de pessoas investigadas ou réus para fins de interrogatório policial ou judicial é compatível com a presunção de inocência, dada a possibilidade de o conduzido exercer livremente seu direito de não responder às perguntas formuladas pela autoridade policial e de solicitar a presença de advogado para participar do ato.

III. A norma constitucional que veda a concessão de liberdade provisória em caso de crimes hediondos e equiparados é compatível com a presunção de inocência, dada a exigência de interpretação sistemática e harmônica do texto constitucional. Havendo prisão em flagrante de crime hediondo, o autor do fato deve permanecer preso durante toda a instrução, sendo-lhe, contudo, assegurado o direito de permanecer em estabelecimento prisional reservado a presos provisórios.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) l e II, apenas.

c) l e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o princípio da presunção de inocência (ou não culpabilidade) estabelecido no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988, um dos pilares do sistema penal brasileiro, envolvendo três tópicos importantes à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: o uso de algemas, a condução coercitiva de investigados ou réus, e a concessão de liberdade provisória para crimes hediondos. Vamos analisar cada item.

O item I está correto. Repete o texto do enunciado n. 11 da Súmula Vinculante do STF: “Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.”

O item II está incorreto. A condução coercitiva de investigados ou réus para interrogatório foi declarada inconstitucional pelo STF em 2018, no julgamento das ADPFs 395 e 444. O tribunal entendeu que forçar o comparecimento de uma pessoa para interrogatório, quando ela tem o direito de permanecer em silêncio e de não produzir provas contra si, é incompatível com a Constituição e fere o princípio da presunção de inocência e o direito à não autoincriminação. Além disso, foi ressaltado que o uso de condução coercitiva sem intimação prévia e sem justa causa é uma prática arbitrária que viola direitos fundamentais, sendo necessária a aplicação de medidas menos invasivas antes de se recorrer à privação temporária de liberdade. Voto do Ministro Gilmar Mendes (relator da ADPF 395): "A condução coercitiva para interrogatório, enquanto modalidade de coação estatal para compelir o investigado a comparecer em sede policial, afigura-se incompatível com o sistema de direitos e garantias constitucionais, notadamente com a presunção de não culpabilidade, o direito ao silêncio e a liberdade de locomoção".

O item III está incorreto. O STF firmou entendimento de que a proibição automática de concessão de liberdade provisória para crimes hediondos é inconstitucional, pois tal vedação absoluta contraria o princípio da presunção de inocência e o direito à individualização das medidas cautelares. Em 2012, no julgamento do HC 104.339, o Tribunal destacou que a análise para manutenção da prisão preventiva deve ser feita de forma individualizada, levando em conta as circunstâncias do caso concreto, e não apenas com base na natureza do crime. Cada caso deve ser analisado de forma individual, não sendo admitido o encarceramento preventivo obrigatório apenas pelo fato de se tratar de um crime hediondo.Tal jurisprudência foi reafirmada em julgamento sobre a Lei de Drogas em Tese de Repercussão Geral firmada no Tema 959: “É inconstitucional a expressão ‘e liberdade provisória’, constante do caput do artigo 44 da Lei 11.343/2006.” (RE 1.038.925 RG, rel. min. Gilmar Mendes, P, j. 18-8-2017).

QUESTÃO 17. Sobre os órgãos públicos, assinale a afirmativa correta.

a) São pessoas jurídicas de direito público interno criadas por lei.

b) Possuem sempre capacidade judiciária e são representados em juízo pelos seus titulares.

c) De acordo com a doutrina, podem ser de dois tipos: supremos ou subalternos.

d) Mantém relação de identidade com os agentes públicos que desempenham as atribuições definidas em lei, motivo pelo qual deixam de existir diante da vacância dos cargos a eles atrelados.

e) A jurisprudência reconhece a possibilidade de órgãos de cúpula da hierarquia administrativa atuarem em juízo na defesa de suas prerrogativas institucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Organização da Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. Os órgãos públicos não são pessoas jurídicas. São unidades integrantes da estrutura de uma pessoa jurídica, que recebem parcela das competências da entidade que integram para exercício de forma especializada, por meio de agentes públicos.

A alternativa B está incorreta. Em regra, os órgãos públicos não têm capacidade judiciária própria. A capacidade de estar em juízo pertence à pessoa jurídica a que o órgão se vincula, e não ao órgão em si. O art. 70 do Código de Processo Civil estabelece que somente possui capacidade processual a pessoa que se encontre no exercício de seus direitos. Como o órgão público não é um sujeito de direitos, não possui, em regra, capacidade processual. Entretanto, excepcionalmente, é possível que determinados órgãos possam ingressar com ação judicial para defesa de suas prerrogativas institucionais, sendo dotados de capacidade processual ou personalidade judiciária excepcional. São hipóteses reconhecidas pela lei e pela jurisprudência.

A alternativa C está incorreta. Quanto à posição hierárquica, Hely Lopes classifica os órgãos públicos em quatro categorias: independentes, autônomos, superiores e subalternos.

A alternativa D está incorreta. A vacância de um cargo público não extingue o órgão, pois ele é uma estrutura permanente da Administração Pública, independentemente de quem ocupe seus cargos. Um órgão continua existindo mesmo que seus cargos estejam vagos e novos agentes podem ser nomeados para ocupar as funções.

A alternativa E está correta. Segundo a Súmula nº 525 do STJ: "A Câmara de vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais".

QUESTÃO 18. Após uma série de atos de vandalismo, a prefeitura de Gama decidiu instalar câmeras de vigilância em praças públicas. Entidades privadas de defesa dos direitos civis questionaram a medida, argumentando que a vigilância constante pode inibir a liberdade de expressão e de reunião, violando direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Em resposta, a prefeitura justificou a medida como adequada, necessária e proporcional para proteger o patrimônio público e contribuir para a segurança das pessoas que utilizam os equipamentos públicos. Essa medida pode representar uma possível tensão entre o exercício das funções administrativas de interesse público e o respeito aos direitos e garantias fundamentais.

Considerando os princípios constitucionais da atividade administrativa, analise as afirmativas a seguir:

I. Atualmente, o princípio da legalidade no Direito Administrativo é compreendido como norma que vincula a atuação administrativa não apenas à lei, mas também ao Direito ou ao chamado bloco de constitucionalidade.

II. Os direitos à vida privada e à intimidade podem ser limitados em situações de interesse público, desde que a medida seja adequada, necessária e proporcional ao fim almejado pela Administração Pública.

III. O princípio da proporcionalidade no Direito Administrativo exige que, na atuação estatal, as medidas adotadas sejam adequadas e necessárias, mas no teste de proporcionalidade em sentido estrito vence a supremacia do interesse público.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema princípios do direito administrativo.

O Item I está correto. O princípio da legalidade, no contexto do Direito Administrativo, não é mais interpretado única e exclusivamente com base na lei. Abrange o bloco de juridicidade ou bloco de constitucionalidade. Dessa forma, a atuação administrativa deve estar em conformidade tanto com as leis, quanto com os princípios constitucionais e o ordenamento jurídico como um todo.

O Item II está correto. De acordo com o princípio da proporcionalidade, os direitos fundamentais, como a vida privada e a intimidade, podem ser limitados para atender a interesses públicos legítimos. No entanto, essa limitação deve obedecer aos critérios da adequação, necessidade e proporcionalidade.

O Item III está incorreto. O princípio da proporcionalidade não implica que o interesse público prevalece automaticamente em todas as situações. O teste de proporcionalidade em sentido estrito exige uma ponderação entre o direito em questão e o interesse público envolvido.

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 19. A diretoria de administração de um Tribunal de Justiça está executando um projeto de criação de um painel gerencial (dashboard) para apresentar as atividades desenvolvidas pelas serventias judiciais. O painel agregará dados anonimizados relacionados ao

acervo cartorário, à estrutura, à força de trabalho e aos custos de todas as serventias do Tribunal.

A liderança do projeto defende que o painel permitirá a supervisão das atividades das serventias judiciais e subsidiará a tomada de decisão pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Uma entidade privada, constituída para a defesa de interesses individuais e coletivos, tomou conhecimento da medida e decidiu impetrar mandado de segurança, sustentando a incompatibilidade do tratamento de dados com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Nesse caso, assinale a opção que indica a base legal para o tratamento dos dados mencionados:

a) Legítimo interesse.

b) Realização de estudos por órgão de pesquisa.

c) Tratamento e uso compartilhado de dados necessários para execução de políticas públicas.

d) Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato.

e) Consentimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Entendemos que, no presente caso, duas alternativas estão corretas.

A alternativa A está correta. A medida adotada pelo Tribunal para supervisão das atividades das serventias judiciais pode ser justificada como uma atividade legítima do controlador. O legítimo interesse deve estar presente em quaisquer tipos de tratamento de dados pessoais. Segundo a LGPD: "Art. 10. O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a: I - apoio e promoção de atividades do controlador; e II - proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei. § 1º Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados. § 2º O controlador deverá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse".

A alternativa B está correta. A LGPD, no art. 7º, inciso IV, permite o tratamento de dados pessoais para a realização de estudos por órgão de pesquisa, com a condição de que os dados sejam anonimizados, sempre que possível. Como o painel gerencial utilizará dados anonimizados, essa alternativa está correta, já que a anonimização retira a identificação direta dos indivíduos. Ainda de acordo com a LGPD: "Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: [...] IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; e "Art. 12. Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins

desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido".

A alternativa C está incorreta. Consoante a LGPD: "Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: [...] III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei". A atividade descrita (criação de painel gerencial) não se refere diretamente à execução de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos, mas sim à supervisão e gestão interna.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 7º, inciso V da LGPD: "Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: [...] V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados". A base legal referente à execução de contratos ou procedimentos preliminares, prevista no art. 7º, inciso V, da LGPD, exige que o tratamento de dados seja necessário para um contrato do qual o titular faça parte. No caso apresentado, não há contrato, sendo uma questão de gestão pública.

A alternativa E está incorreta. Segundo a LGPD: "Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: [...] I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;". Embora o consentimento seja exigido para o tratamento de dados pessoais, conforme o art. 7º, inciso I, da LGPD, neste caso, ele não seria necessário. A gestão interna e a supervisão das atividades do tribunal, utilizando dados anonimizados estão voltadas à eficiência administrativa, sem implicar no tratamento de dados pessoais identificáveis.

QUESTÃO 20. O Município Alfa pretende realizar a contratação de sistemas de segurança cibernética por meio da modalidade de diálogo. Após a realização do estudo técnico preliminar (ETP), a equipe de planejamento identificou diversas soluções com padrão de desempenho e qualidade já consolidados no mercado, todas satisfatórias à necessidade pública. O Termo de Referência (TR) detalhou a solução identificada no ETP, daí seguindo a elaboração do edital e da minuta do contrato.

Após a publicação do edital de diálogo competitivo, um interessado na licitação ajuizou demanda judicial questionando a legalidade do procedimento, sob o argumento de que essa modalidade licitatória foi utilizada de forma indevida, contrariando a Lei nº 14.133/2021.

Diante desse cenário, analise as afirmativas a seguir:

I. O Município pode optar pelo diálogo competitivo sempre que quiser discutir com os fornecedores as melhores condições contratuais, mesmo que já tenha identificado as soluções consolidadas no mercado.

II. Uma vez que o ETP e o TR identificaram que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio das especificações usuais

de mercado, o pregão se torna a modalidade de licitação obrigatória, conforme o art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

III. O diálogo competitivo é uma modalidade de licitação de caráter restrito que não se aplica à contratação de bens e serviços comuns.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Licitações.

O Item I está incorreto. Se já houve identificação das soluções consolidadas no mercado, não há que se falar em diálogo competitivo. O "diálogo competitivo", segundo a Lei nº 14.133/2021: "Art. 32. A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração: I - vise a contratar objeto que envolva as seguintes condições: a) inovação tecnológica ou técnica; b) impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e c) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração; II - verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para os seguintes aspectos: a) a solução técnica mais adequada; b) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida; c) a estrutura jurídica ou financeira do contrato".

O Item II está correto. Segundo a Lei nº 14.133/2021: "Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".

O Item III está correto. De acordo com a Lei nº 14.133/2021: "Art. 6º [...] XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos".

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 21. Sobre o regime constitucional dos agentes públicos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa incorreta.

a) É constitucional a fixação de tempo de serviço público em um determinado ente federativo como critério de desempate em concursos públicos.

b) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de um candidato a cargo público.

c) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

d) O membro de poder público, o detentor de mandato eletivo, os ministros de Estado e os secretários estaduais e municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no Art. 37, incisos X e XI, da Constituição Federal de 1988

e) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema agentes públicos.

A alternativa A está incorreta. O STF definiu que: "É inconstitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo (ADI 5358/PA)".

A alternativa B está correta. Consoante a Súmula Vinculante nº 44: "Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público".

A alternativa C está correta. Conforme o art. 37 da CRFB/88: "Art. 37 [...] I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei".

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 39 da Constituição Federal: "Art. 39 [...] § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI".

A alternativa E está correta. Ainda em conformidade com o art. 39 da CRFB/88: "Art. 39 [...] § 9º - É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo".

QUESTÃO 22. O Ministério Público ajuizou, em 2022, ação de improbidade em face de João, de Pedro e de Inácio, pela conduta praticada em 2020 de, dolosamente, "conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie". Realizado o pedido de indisponibilidade de bens na petição inicial, o juiz deferiu a medida, entendendo ser desnecessária a comprovação de que os réus estavam dilapidando seu patrimônio.

Acerca da indisponibilidade de bens na ação de improbidade, com base na lei e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) A Lei de Improbidade Administrativa, com as alterações da Lei nº 14.320/2021, autorizou a constrição em valores desiguais entre os réus, desde que o somatório não ultrapasse o montante indicado na petição inicial como danos ao erário ou como enriquecimento lícito.

b) A Lei de Improbidade Administrativa prevê expressamente que a decisão cautelar de indisponibilidade de bens ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, vedada qualquer solidariedade.

c) A indisponibilidade pode ser decretada em qualquer hipótese de ato de improbidade e deve abranger o pagamento da multa civil

d) Em razão da natureza do ato, é possível que a medida de indisponibilidade recaia, em qualquer hipótese, sobre bem de família e sobre aplicações financeiras, inclusive em montante inferior a 40 salários mínimos.

e) A Lei nº 14.230/2021 positivou entendimento anterior do STJ no sentido de ser desnecessária a comprovação de atos de dilapidação do patrimônio para a decretação da medida de indisponibilidade de bens

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Questão passível de recurso. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está correta. O STJ decidiu que "Para fins de indisponibilidade de bens, há solidariedade entre os corréus da Ação de Improbidade Administrativa, de modo que a constrição deve recair sobre os bens de todos eles, sem divisão em quota-parte, limitando-se o somatório da medida ao quantum determinado pelo juiz, sendo defeso que o bloqueio corresponda ao débito total em relação a cada um (REsp 1.955.116-AM, Resp 1.955.957, Resp 1.955.300-DF e Resp 1.955.440-DF). A questão é passível de recurso tendo em vista que segundo a Corte a indisponibilidade se refere ao quantum determinado pelo Juiz e não indicado na petição inicial, conforme aduz a alternativa.

A alternativa B está incorreta. O STJ já decidiu que, para fins de indisponibilidade, há solidariedade entre os réus (REsp 1.955.116-AM, Resp 1.955.957, Resp 1.955.300-DF e Resp 1.955.440-DF).

A alternativa C está incorreta. A indisponibilidade de bens não se aplica em qualquer hipótese de ato de improbidade. Ela deve ser decretada apenas quando houver perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, conforme o art. 16, §3º da Lei de Improbidade. Além disso, a

indisponibilidade de bens não deve ser automaticamente vinculada ao pagamento de multa civil, pois a medida visa garantir o ressarcimento do dano ou evitar enriquecimento ilícito e não necessariamente assegurar o pagamento da multa civil. De acordo com a LIA: "Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. [...] § 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias. [...] § 10. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita".

A alternativa D está incorreta. Consoante a LIA: "Art. 16. § 13. É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários-mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente. § 14. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei".

A alternativa E está incorreta. Na forma do art. 16 da LIA: "Art. 16 [...] § 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias".

QUESTÃO 23. A Lei nº 14.210/2021 inseriu o Art. 49-A na Lei nº 9.784/1999 para tratar da decisão coordenada, entendida como a instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada, com a finalidade de simplificar o processo administrativo, mediante a participação concomitante de todas as autoridades, de todos os agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observadas a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

a) A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.

b) A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência, da transparência, do formalismo e da descentralização das instâncias decisórias.

c) A fim de conferir maior eficiência à Administração, é possível a utilização da decisão coordenada nos processos de licitação.

d) No âmbito da Administração Pública Federal, as decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante

decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria ou houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório,

e) Apesar da ausência de previsão legal, a doutrina defende que as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos, poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema processo administrativo e decisão coordenada.

A alternativa A está incorreta. Segundo a Lei nº 9.784/99: "Art. 49-A: [...] § 4º A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida".

A alternativa B está incorreta. Nos moldes da Lei nº 9.784/99: "Art. 49-A: [...] § 5º A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias".

A alternativa C está incorreta. Ainda de acordo com a Lei nº 9.784/99: "Art. 49-A: [...] § 6º Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos: I - de licitação".

A alternativa D está correta. Conforme a redação da Lei nº 9.784/99: "Art. 49-A. No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que: I - for justificável pela relevância da matéria; e II - houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório".

A alternativa E está incorreta. Aduz a Lei nº 9.784/99: "Art. 49-B. Poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes, os interessados de que trata o art. 9º desta Lei" e "Art. 9. São legitimados como interessados no processo administrativo:[...] III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos".

QUESTÃO 24. Khan, servidor público federal lotado no Ministério Alfa, figura como réu na ação penal na qual é acusado de peculato e concussão (Art. 312 e Art. 316, ambos do Código Penal). O Inquérito policial fora instaurado a partir de comunicação anônima apresentada na ouvidoria do órgão, corroborada por outros elementos de prova, resultando na posterior obtenção de provas por meio da interceptação telefônica, autorizada pela autoridade Judiciária.

Ciente desses fatos, a autoridade administrativa competente determinou a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), que foi regularmente constituído e desenvolvido. Apoiando-se no enunciado da Súmula 591 do Superior Tribunal de Justiça, a comissão responsável obteve o compartilhamento de provas do processo criminal, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Dias depois, Carol Marcus, servidora pública lotada na mesma repartição, encontrou diversos documentos em um armário, que evidenciavam os malfeitos de Khan. Desconhecendo a existência da ação penal e do PAD, Carol Marcus comunicou imediatamente o fato ao seu chefe, James Kirk, que, ao tomar ciência, enviou o material encontrado para a comissão responsável. No entanto, ainda no curso do PAD e antes da decisão final, o Tribunal Regional Federal (TRF) competente deu provimento a um recurso do réu para reconhecer a incompetência do juízo que presidia a ação penal, assim como para invalidar as provas obtidas por meio da interceptação telefônica, reputando-as ilegais.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) O PAD deve ser integralmente anulado, pois a decisão do TRF que reconheceu a incompetência do juízo penal e invalidou as provas por interceptação telefônica afeta diretamente a validade do PAD, uma vez que todas as provas utilizadas na instrução do processo disciplinar foram consideradas ilegais.

b) A decisão do TRF não impede a continuidade do PAD, mas exige que as provas obtidas por meio da interceptação telefônica sejam desconsideradas pela comissão responsável. No entanto, o PAD pode prosseguir e ser instruído com as novas provas encontradas pela servidora pública na repartição.

c) O PAD deve ser imediatamente suspenso até que sobrevenha decisão judicial que confirme ou anule a decisão do TRF.

d) A decisão do TRF torna nulo todo o PAD, inclusive as provas encontradas posteriormente pela servidora pública, uma vez que a invalidação das provas principais afeta toda a cadeia probatória, impedindo o uso de qualquer material obtido no curso do processo.

e) A decisão do TRF que invalida as provas por interceptação telefônica no processo penal não impede que essas mesmas provas sejam utilizadas no PAD, uma vez que o regime probatório no processo administrativo disciplinar é mais flexível e admite a utilização de provas obtidas em outros processos, independentemente de sua validade no processo penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

A alternativa A está incorreta. Embora a decisão do TRF tenha invalidado as provas da interceptação telefônica, o PAD não deve ser integralmente anulado. Isso porque o PAD pode continuar sendo instruído com provas lícitas, como as que foram encontradas pela servidora pública.

A alternativa B está correta. O STF, no julgamento do ARE 1316369/DF, entendeu que provas ilícitas, declaradas ilegais pelo Poder Judiciário, não podem ser utilizadas em processos administrativos. No entanto, o processo administrativo disciplinar pode continuar a ser instruído com outras provas lícitas obtidas de forma independente, como as novas provas encontradas pela servidora pública. Portanto, mesmo com a invalidade das provas da interceptação telefônica, o PAD pode prosseguir com base em outras provas lícitas.

A alternativa C está incorreta. A decisão do TRF, que invalidou as provas da interceptação telefônica, não impõe a suspensão do PAD. O processo administrativo pode prosseguir sem essas provas, utilizando outras provas lícitas.

A alternativa D está incorreta. O entendimento do STF (ARE 1316369/DF) é que apenas as provas ilícitas são inadmissíveis, mas isso não invalida todas as provas do processo, especialmente as que foram obtidas de maneira independente, como no caso dos documentos encontrados por Carol Marcus.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o STF: "As provas declaradas ilícitas pelo Poder Judiciário não podem ser utilizadas, valoradas ou aproveitadas em processos administrativos de qualquer espécie (ARE 1316369/DF)".

QUESTÃO 25. Uma associação privada ajuizou ação civil pública que questionava o patrocínio dado à Procissão do Fogaréu pelo Estado Alfa, alegando que o uso dos recursos públicos para o evento não atendia ao interesse público. O Estado defendeu o patrocínio, por meio de sua Procuradoria, argumentando que a Procissão do Fogaréu é patrimônio imaterial da comunidade e promove um importante evento em seu calendário cultural, atraindo milhares de turistas. Comprovou tais argumentos pela juntada de diversos documentos relativos à ocupação da rede hoteleira e à arrecadação tributária. Encerrada a fase instrutória, os autos eletrônicos foram remetidos à conclusão para sentença.

Considerando o disposto na Lei de introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa incorreta.

a) De acordo com a LINDB, se o controle judicial de atos do Poder Público se fundamentar em valores jurídicos abstratos, impõe- se ao Poder Judiciário considerar as consequências práticas da decisão.

b) A LINDB introduz um dever de justificação qualificada sobre a proporcionalidade do controle judicial da validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, sendo necessário demonstrar a adequação e necessidade da medida, inclusive em face das possíveis alternativas.

c) A noção de interesse público é vaga, indeterminada, não possuindo, por si só, densidade suficiente para embasar, de maneira consistente, eventual decisão favorável à associação privada

d) O controle judicial do contrato de patrocínio deve se ater exclusivamente aos seus aspectos formais, sendo vedado ao Poder Judiciário considerar as possíveis consequências práticas de suas decisões.

e) Na indicação das consequências práticas da decisão, o Poder Judiciário apresentará apenas aquelas consequências práticas que, no exercício diligente de sua atuação, consiga vislumbrar diante dos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A alternativa A está correta. Na forma do art. 20 da LINDB: "Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão".

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 20, parágrafo único da LINDB: "Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas".

A alternativa C está correta. A noção de interesse público é, de fato, vaga e indeterminada. De acordo com a LINDB, ela precisa ser demonstrada de maneira mais concreta e com base em provas, não sendo suficiente por si só para sustentar uma decisão.

A alternativa D está incorreta. O art. 20 e o art. 21 da LINDB deixam claro que, ao controlar atos administrativos, o juiz deve considerar não apenas os aspectos formais, mas também as consequências práticas da decisão. Assim, "Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos".

A alternativa E está correta. De acordo com o art. 21 da LINDB: "Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas".

QUESTÃO 26. A agência reguladora deverá observar, em suas atividades, a devida adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquela necessária ao atendimento do interesse público.

A respeito da atuação das agências reguladoras, analise as afirmativas a seguir.

I. No exercício de suas competências definidas em lei, duas ou mais agências reguladoras poderão editar atos normativos conjuntos, dispondo sobre matéria cuja disciplina envolve agentes econômicos sujeitos a mais de uma regulação setorial, desde que sejam previamente aprovados pelos setores regulados, após consulta formal.

II. Os atos normativos conjuntos deverão conter regras sobre a fiscalização de sua execução e prever mecanismos de solução de controvérsias decorrentes de sua aplicação, podendo admitir

uma solução mediante mediação, nos termos da Lei nº 13.140/2015 (Lei da Mediação), ou mediante arbitragem, feita por uma comissão integrada, entre outros, por representantes de todas as agências reguladoras envolvidas.

III. As agências reguladoras poderão articular-se com os órgãos de defesa do meio ambiente mediante a celebração de convênios e acordos de cooperação, visando ao intercâmbio de informações, à padronização de exigências e procedimentos, à celeridade na emissão de licenças ambientais e à maior eficiência nos processos de fiscalização.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas

d) II e III apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Agências Reguladoras.

O Item I está incorreto. Consoante a Lei nº 13.848/19: "Art. 29. No exercício de suas competências definidas em lei, duas ou mais agências reguladoras poderão editar atos normativos conjuntos dispondo sobre matéria cuja disciplina envolva agentes econômicos sujeitos a mais de uma regulação setorial. § 1º Os atos normativos conjuntos deverão ser aprovados pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada de cada agência reguladora envolvida, por procedimento idêntico ao de aprovação de ato normativo isolado, observando-se em cada agência as normas aplicáveis ao exercício da competência normativa previstas no respectivo regimento interno". O erro da alternativa consiste na aprovação que deve ser dada pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada de cada agência reguladora envolvida e não pelo setor regulado, como aduz a alternativa.

O Item II está correto. Nos termos da Lei nº 13.848/19: "Art. 29. No exercício de suas competências definidas em lei, duas ou mais agências reguladoras poderão editar atos normativos conjuntos dispondo sobre matéria cuja disciplina envolva agentes econômicos sujeitos a mais de uma regulação setorial. [...] § 2º Os atos normativos conjuntos deverão conter regras sobre a fiscalização de sua execução e prever mecanismos de solução de controvérsias decorrentes de sua aplicação, podendo admitir solução mediante mediação, nos termos da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei da Mediação), ou mediante arbitragem por comissão integrada, entre outros, por representantes de todas as agências reguladoras envolvidas".

O Item III está correto. Conforme Lei nº 13.848/19: "Art. 33. As agências reguladoras poderão articular-se com os órgãos de defesa do meio ambiente mediante a celebração de convênios e acordos de cooperação, visando ao intercâmbio de informações, à padronização de exigências e procedimentos, à celeridade na emissão de licenças ambientais e à maior eficiência nos processos de fiscalização".

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 27. Camila, pessoa com deficiência visual, acaba de completar 7 anos e ingressará no ensino fundamental. Seus pais, ao iniciarem o processo de matrícula da filha em uma instituição regular privada de ensino fundamental, foram informados pela diretoria de que o valor da mensalidade sofreria acréscimo em razão das condutas e medidas de apoio que seriam tomadas de forma individualizada em relação à Camila para que "conseguisse desenvolver-se bem acadêmica e socialmente".

Diante da situação relatada, baseando-se no direito da antidiscriminação, em normas de proteção às pessoas com deficiência, na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

a) Como não houve negativa direta da matrícula de Camila, o ato praticado pela escola, de aumentar o valor da mensalidade, não pode ser considerado discriminatório, pois não feriu o princípio da efetiva participação e inclusão na sociedade da pessoa com deficiência.

b) Os pais de Camila têm o dever legal de matriculá-la em uma instituição de ensino especializada em pessoas com deficiência, considerando as peculiaridades da criança como pessoa em desenvolvimento e a prioridade do atendimento aos seus interesses como tal.

c) É permitida, às instituições de ensino privadas, a cobrança de valores adicionais em suas mensalidades, anuidades e matrículas desde que haja a comprovação do uso desses recursos financeiros para uma assistência individualizada da aluna com deficiência em sala de aula.

d) O Camila sofreu discriminação de natureza institucional, pois a prática ocorreu âmbito de uma instituição privada, de forma indireta, mas promovendo a exclusão de uma pessoa com deficiência.

e) O ato praticado pela diretora da instituição de ensino não gera a possibilidade de ajuizamento de ação de obrigação de fazer para que a matrícula de Camila seja realizada sem qualquer custo adicional, tampouco caracteriza danos morais, pois a legislação vigente prevê que incumbe ao Poder Público assegurar um sistema educacional inclusivo sem mencionar tratar-se de um dever das instituições privadas de ensino.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão exige conhecimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A situação apresentada na questão envolve a tentativa de uma instituição privada de ensino de cobrar valores adicionais para acomodar as necessidades de uma aluna com deficiência visual, o que levanta questões importantes sobre discriminação e o direito à educação inclusiva.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), é proibida a cobrança de qualquer valor adicional de mensalidades, anuidades ou matrículas para alunos com deficiência, seja em escolas públicas ou privadas. Essa disposição está prevista no artigo 28, § 1º da referida lei, que obriga as instituições a oferecerem um sistema educacional inclusivo sem repassar custos extras para as famílias: "Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] § 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações". Em 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) reforçou essa interpretação ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5357), movida pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, que questionava a constitucionalidade dessa norma. O STF decidiu que é constitucional a norma legal que impede a cobrança de valores adicionais para alunos com deficiência reafirmando que as escolas têm o dever de adaptar-se às necessidades dos alunos, sem repassar esse custo aos pais. O tribunal destacou que a educação inclusiva é um direito fundamental, e medidas que discriminem pessoas com deficiência, ainda que de forma indireta, violam a Constituição e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Trecho da ementa: “São constitucionais o art. 28, § 1º e o art. 30 da Lei nº 13.146/2015, que determinam que as escolas privadas ofereçam atendimento educacional adequado e inclusivo às pessoas com deficiência sem que possam cobrar valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas para cumprimento dessa obrigação.” (STF. Plenário. ADI 5.357 MC-Referendo/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 9/6/2016, Informativo 829).

A alternativa A está incorreta. O ato de cobrar valores adicionais para acomodar as necessidades de uma pessoa com deficiência é ilegal, por violação à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e discriminatório. A Constituição Federal e a garantem a educação inclusiva e proíbem a discriminação contra pessoas com deficiência. Isso inclui qualquer tipo de tratamento diferenciado ou imposição de custos adicionais que impeçam ou dificultem o acesso à educação em instituições regulares. Mesmo não havendo negativa direta de matrícula, o aumento do valor da mensalidade configura discriminação indireta, pois impõe uma barreira financeira para o acesso de Camila à educação, ferindo o princípio da inclusão.

A alternativa B está incorreta. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece que as crianças com deficiência devem ser incluídas em instituições regulares de ensino, promovendo a inclusão social e garantindo o acesso igualitário à educação e o direito à educação inclusiva. A matrícula em escolas especializadas é uma opção, e não uma obrigação.

A alternativa C está incorreta. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) proíbe expressamente a cobrança de valores adicionais para pessoas com deficiência em instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas. O artigo 28, § 1º da Lei de Inclusão específica que as instituições de ensino são obrigadas a promover a inclusão sem repassar custos adicionais às famílias, independentemente de ser uma escola privada. O STF confirmou a constitucionalidade da norma legal na ADI 5357.

A alternativa D está correta. A prática adotada pela instituição pode ser qualificada como uma forma de discriminação institucional, ainda que indireta. Ao cobrar valores adicionais pela matrícula de uma pessoa com deficiência, a instituição está, na prática, impondo barreiras ao acesso dessa criança à educação, o que configura um ato discriminatório. Essa conduta promove exclusão, ao invés de inclusão, contrariando a legislação, os princípios constitucionais e a jurisprudência do STF, que defende a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino.

A alternativa E está incorreta. Os pais de Camila podem ajuizar ação de obrigação de fazer para garantir a matrícula sem o custo adiciona, com base na Lei Brasileira de Inclusão e no ECA. Além disso, a conduta da escola pode caracterizar dano moral, pois gera constrangimento e frustação a criança e sua família.

QUESTÃO 28. A estruturação dogmática de um sistema de precedentes judiciais obrigatórios é um dos pilares do Código de Processo Civil de 2015. O Art. 926, ao dispor que "os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente", prevê deveres gerais para os tribunais no contexto da construção e manutenção de um sistema de precedentes (jurisprudência e súmula), persuasivos e obrigatórios, sendo eles: o dever de uniformizar sua jurisprudência; o dever de manter essa jurisprudência estável; o dever de integridade; e o dever de coerência.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. O dever de uniformizar pressupõe que o tribunal não pode ser omisso diante de divergência interna, entre seus órgãos fracionários, sobre a mesma questão jurídica.

II. As mudanças de posicionamento (superação; overruling) devem ser justificadas adequadamente, além de terem sua eficácia modulada em respeito à segurança jurídica.

III. A coerência e a integridade são pressupostos para que a jurisprudência possa ser universalizada, sendo legitimamente aplicada a outros casos semelhantes.

Está correto o que se afirma em

a) l, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas,

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** O Código de Processo Civil de 2015 realmente trouxe a estruturação de um sistema de precedentes judiciais obrigatórios como um de seus pilares. O Art. 926 do CPC expressa os deveres dos tribunais nesse contexto, buscando garantir uniformidade, estabilidade, integridade e coerência na jurisprudência. Vamos analisar todos os itens.

O item I está correto. O dever de uniformização exige que os tribunais adotem providências para resolver divergências jurisprudenciais internas, a fim de evitar decisões conflitantes sobre a mesma matéria jurídica. Isso visa garantir a segurança jurídica e a previsibilidade das decisões judiciais. Mecanismos como o incidente de assunção de competência (IAC) visam justamente a prevenir ou

superar divergências entre órgãos fracionários. O artigo 926 do CPC de 2015 reforça a necessidade de os tribunais promoverem essa uniformização e manutenção de decisões coerentes e estáveis: "Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente."

O item II está correto. O sistema de precedentes brasileiro prevê que, em situações de superação de entendimentos anteriores (overruling), as mudanças devem ser justificadas de forma clara e fundamentada, respeitando princípios como a segurança jurídica. Além disso, a modulação dos efeitos da decisão que altera o precedente pode ser aplicada, visando a minimizar impactos negativos e garantir a previsibilidade e estabilidade do ordenamento jurídico. O CPC prevê a possibilidade de modulação temporal dos efeitos da decisão que supera o entendimento anterior no Art. 927, § 3º: "Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica."

O item III está correto. A coerência e a integridade são fundamentais para garantir que a jurisprudência seja aplicada de forma uniforme e consistente a casos semelhantes. A coerência implica harmonia entre as decisões judiciais e impede decisões contraditórias no sistema. A integridade assegura que as decisões sejam proferidas em conformidade com um conjunto estruturado e harmônico de princípios, de forma completa e sem distorções. Esses princípios sustentam a aplicação universal dos precedentes, reforçando a legitimidade e a confiança no Judiciário.

Todas as afirmações estão corretas, pois refletem os princípios fundamentais do sistema de precedentes no CPC/2015, conforme o artigo 926, que impõe aos tribunais o dever de uniformização, a necessidade de justificar adequadamente a superação de entendimentos anteriores e a obrigação de manter coerência e integridade em suas decisões.

QUESTÃO 29. Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que tratam das inovações tecnológicas na atividade jurisdicional e a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário, trazida pela Resolução nº 395, de 7 de junho de 2021, do CNJ, assinale a afirmativa correta.

a) Um dos princípios da gestão de inovação no Poder Judiciário é o da participação, segundo o qual é estimulada a participação de magistrados na construção das soluções de inovação do Poder Judiciário, para que as políticas judiciárias sejam pensadas a partir do ponto de vista dos executores dessas estratégias.

b) Inovação no Poder Judiciário consiste na implementação de ideias que criam uma forma de atuação e geram valor para o Poder Judiciário, seja por meio de novos produtos, serviços, processos de trabalho, ou uma maneira diferente e eficaz de solucionar problemas complexos encontrados no desenvolvimento das atividades que lhe são afetas.

c) A gestão de inovação no Poder Judiciário deve contar com o desenvolvimento de habilidades tradicionais dos magistrados, como a redação de sentenças e decisões jurídicas, considerando que as novas tecnologias da informação e comunicação suprem a atuação do magistrado nas atividades gerenciais mais complexas, que demandam flexibilidade cognitiva.

d) A transparência na gestão da inovação do Poder Judiciário consiste no acesso pleno à informação e aos dados produzidos pelo Poder Judiciário e deve ser reforçada, motivo pelo qual não deve ceder ante as hipóteses de restrição legal e de proteção de dados pessoais.

e) A cultura da inovação consiste na adoção de valores voltados ao desenvolvimento de soluções disruptivas, que tenham por finalidade facilitar a atuação dos integrantes do poder Judiciário com foco na saúde de magistrados e servidores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** Vamos analisar cada alternativa com base na Resolução nº 395/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece a Política de Gestão da Inovação no Poder Judiciário, definindo diretrizes que buscam aprimorar a eficiência e modernização dos serviços judiciais.

A alternativa A está incorreta. Art. 3º São princípios da gestão de inovação no Poder Judiciário: (...) III – participação: promoção da ampla participação de magistrados(as) e servidores(as), bem como de atores externos ao Poder Judiciário, sempre buscando a visão multidisciplinar; (redação dada pela Resolução n. 521, de 18.9.2023).

A alternativa B está correta. Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se inovação a implementação de ideias que criam uma forma de atuação e geram valor para o Poder Judiciário, seja por meio de novos produtos, serviços, processos de trabalho, ou uma maneira diferente e eficaz de solucionar problemas complexos encontrados no desenvolvimento das atividades que lhe são afetas.

A alternativa C está incorreta. Art. 3º São princípios da gestão de inovação no Poder Judiciário: (...) V – desenvolvimento humano: desenvolvimento de novas habilidades de magistrados(as) e servidores(as) que lhes permitam adquirir conhecimentos necessários às novas competências para solução de problemas complexos, pensamento crítico, flexibilidade cognitiva, orientada a serviços e criatividade; (redação dada pela Resolução n. 521, de 18.9.2023).

A alternativa D está incorreta. Art. 3º São princípios da gestão de inovação no Poder Judiciário: (...) X – transparência: acesso à informação e aos dados produzidos pelo Poder Judiciário, respeitadas as hipóteses de restrição e de sigilo legal e a proteção de dados pessoais.

A alternativa E está incorreta. Art. 3º São princípios da gestão de inovação no Poder Judiciário: (...) I – cultura da inovação: promoção da cultura da inovação a partir da adoção de valores voltados ao estímulo da inovação incremental ou disruptiva, com prospecção e desenvolvimento de procedimentos que qualifiquem o acesso à justiça e promovam a excelência do serviço judicial, processual ou administrativo, com vistas a propiciar melhor atendimento ao usuário do Poder Judiciário.

QUESTÃO 30. Para muitos juristas, o objeto de estudo do Direito são as relações sociais, as quais eles denominam de relações jurídicas. Vale dizer, quando a Sociologia elege como objeto de estudo o fato social, a ação social, a vida social, a interação social ou a relação social, esse interesse também é partilhado por outras ciências, inclusive pela ciência jurídica. Há, portanto, muitos pontos de contato entre Sociologia e Direito, fato que ressalta o aspecto interdisciplinar

dessas duas áreas do conhecimento e justifica, nos seus estudos, o interesse de uma área pela outra.

KÜMPEL, Vitor Frederico et. al. Noções gerais de direito e formação humanística. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 135.

Acerca da interação entre Sociologia e Direito, assinale a afirmativa correta.

a) A aproximação entre Sociologia e Direito traz à lume duas possibilidades de se proceder à investigação de um problema jurídico: o enfoque dogmático, que visa ampliar as dimensões do fenômeno jurídico, problematizando as próprias normas, e o enfoque zetético, que considera que a solução já estaria previamente dada ou pressuposta no sistema de normas.

b) O controle social, considerado como mecanismo de submissão dos indivíduos a determinados padrões sociais estabelecidos, pode ser classificado como formal, que é aquele decorrente dos usos, costumes, tradição, opinião pública etc., ou informal, que é o controle social que decorre das leis, das polícias e do sistema de justiça.

c) Uma das condições sociais que caracterizaram a orientação da Sociologia Jurídica para as dimensões normativistas do Direito, ao longo da primeira metade do século XX, foram as denominadas lutas sociais, instrumento utilizado por determinados grupos para demandar novos direitos sociais, que colocaram em pauta a ideia da igualdade material.

d) O sociólogo alemão Max Weber desenvolveu a ideia de que a sociedade deveria ser vista através dos fatos sociais, os quais exercem poder de coerção externa, criando nas pessoas uma espécie de consciência coletiva que vai resultar na noção de direito.

e) A Sociologia aplicada ao Direito permite compreender com maior amplitude a função das normas jurídicas e sua função reguladora das relações sociais, tendo a coerção como instrumento que busca manter os indivíduos submetidos à determinada ordem, sob pena de sofrerem a intermediação dos aparelhos judiciários.

Comentários

A questão trata da interação entre Sociologia e Direito, fundamental para uma compreensão mais completa do fenômeno jurídico. A Sociologia oferece ferramentas para analisar o Direito em sua relação com a sociedade, identificando as suas funções, limitações e potencialidades. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. A afirmativa inverte os conceitos do enfoque dogmático e zetético. O enfoque dogmático é aquele que busca a solução do problema jurídico dentro do próprio sistema de normas, com base nas normas já existentes, ou seja, pressupõe que a solução está dentro do sistema normativo. Já o enfoque zetético busca ampliar as dimensões do fenômeno jurídico, é mais aberto, problematiza as normas e as interpretações, abordando o fenômeno jurídico de maneira questionadora e exploratória, buscando compreendê-las em seu contexto social.

A alternativa B está incorreta. A alternativa também inverte os conceitos. O controle social formal é exercido por meio de leis, polícia e o sistema de justiça. O controle social informal refere-se a normas não codificadas, exercido pelos usos, costumes, tradição, opinião pública etc.

A alternativa C está incorreta. As lutas sociais e a busca por igualdade material contribuíram para uma orientação mais crítica da Sociologia Jurídica, que passou a questionar as próprias normas e o papel do Direito na manutenção das desigualdades sociais. Contudo, a Sociologia já estudava desde antes as dimensões normativistas do Direito.

A alternativa D está incorreta. Essa ideia foi desenvolvida por Émile Durkheim, e não por Max Weber. Durkheim defendia que os fatos sociais exercem coerção externa sobre os indivíduos, moldando seus comportamentos e criando uma consciência coletiva.

A alternativa E está correta. A Sociologia aplicada ao Direito de fato busca compreender o Direito como um fenômeno social, analisando a função das normas jurídicas na regulação das relações sociais e os mecanismos de coerção que garantem a sua eficácia. Essa perspectiva permite uma análise mais ampla e crítica do Direito, considerando o seu contexto social e as suas implicações para a vida em sociedade. A Sociologia reconhece a coerção como um elemento fundamental do Direito. As normas jurídicas são acompanhadas de sanções para garantir o seu cumprimento. A perspectiva sociológica permite analisar as diversas formas de coerção e seus impactos na sociedade, bem como a sua legitimidade e eficácia.

QUESTÃO 31. A interpretação jurídica consiste na atividade de revelar ou atribuir sentido a textos ou outros elementos normativos (como princípios implícitos, costumes, precedentes), notadamente para o fim de solucionar problemas. Trata-se de uma atividade intelectual informada por métodos, técnicas e parâmetros que procuram dar-lhe legitimidade, racionalidade e controlabilidade. A aplicação de uma norma jurídica é o momento final do processo interpretativo, sua incidência sobre os fatos relevantes. Na aplicação se dá a conversão da disposição abstrata em uma regra concreta, com a pretensão de conformar a realidade ao Direito, o ser ao dever-ser. É nesse momento que a norma jurídica se transforma em norma de decisão.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: SaraivaJur, 2024, 12ª ed., p. 212.

O estudo atual da hermenêutica jurídica tem proporcionado aportes teóricos que superam os elementos tradicionais de interpretação do Direito.

Acerca desse tema, assinale a afirmativa correta.

a) Ao vincular-se à lógica do razoável, o método tópico-problemático confere ao julgador o papel de construir, por meio de argumentação consistente, a melhor solução para o problema, visando à realização da justiça do caso concreto.

b) Nos países da tradição da common law, nos quais o raciocínio jurídico é estruturado a partir da norma, e não dos fatos, o estudo da Tópica teve papel relevante para reafirmar a ideia de separação absoluta entre o sujeito da interpretação e o objeto a ser interpretado.

c) O uso de conceitos jurídicos indeterminados pelo legislador, fenômeno cada vez mais recorrente, desloca parte da competência de formulação da norma para o seu intérprete, equiparando o poder de valoração concreta desses conceitos, por meio de uma atuação predominantemente técnica, ao poder discricionário.

d) A técnica da ponderação, inicialmente utilizada como recurso excepcional, isto é, reservada apenas para os hard cases, tornou-se prevalente no Direito brasileiro, superando de vez a vetusta técnica da subsunção baseada em raciocínio silogístico.

e) A fixação de regras e princípios de hermenêutica é atribuição prevalente da doutrina e, em alguma medida, jurisprudência, mesmo porque não há, no Direito brasileiro, norma positivada a respeito do tema.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda aspectos aprofundados da interpretação jurídica e da hermenêutica contemporânea. Vamos analisar todos as alternativas.

A alternativa A está correta. O método tópico-problemático, desenvolvido por Theodor Viehweg, introduziu uma abordagem inovadora para a interpretação jurídica, focada na resolução de problemas práticos. Valoriza a argumentação, a busca pela justiça no caso concreto e a adequação da solução às circunstâncias específicas do caso. Ao contrário do método dedutivo-lógico tradicional, que parte das normas para aplicar aos fatos, o método tópico inicia a análise a partir do problema concreto, permitindo ao intérprete escolher a interpretação mais adequada conforme a situação específica. Esse método rompeu com o positivismo jurídico, que via o direito como um sistema fechado e autossuficiente. No método tópico-problemático, as soluções não estão limitadas ao texto da lei; o intérprete pode utilizar princípios, precedentes e outros elementos normativos para alcançar uma solução justa para o caso. Isso torna a abordagem mais flexível e capaz de lidar com questões que envolvem lacunas ou conflitos entre normas, além de considerar o contexto social e político da questão jurídica. O método tópico-problemático se afasta da aplicação mecânica da lei, buscando a solução mais justa e adequada para o caso concreto. A lógica do razoável exige que o intérprete considere as circunstâncias específicas do caso, os valores em conflito e as consequências da decisão. Confere ao julgador o papel de construir, por meio de argumentação consistente, a melhor solução para o problema, visando à realização da justiça do caso concreto. O julgador não se limita a aplicar a lei, mas participa ativamente da construção da solução, buscando a melhor resposta para o problema jurídico.

A alternativa B está incorreta. Nos países da common law, o raciocínio jurídico é tradicionalmente estruturado a partir dos fatos e precedentes, e não da norma abstrata. Ao contrário do que é sugerido na afirmativa, na Tópica não há uma separação absoluta entre o sujeito (intérprete) e o objeto (norma): o processo interpretativo envolve a interação contínua entre esses elementos.

A alternativa C está incorreta. A relação dos conceitos jurídicos indeterminados com a discricionariedade suscita acesos debates na doutrina e jurisprudência, sendo tema de grande atualidade. Os conceitos jurídicos indeterminados de fato exigem uma interpretação valorativa por

parte do intérprete, que deverá concretizá-los. Contudo, essa valoração não se confunde com discricionaridade. O intérprete deve agir de maneira fundamentada, observando sempre os limites do ordenamento jurídico, os princípios e valores constitucionais.

A alternativa D está incorreta. Embora a técnica da ponderação tenha ganhado cada vez mais relevância no Direito brasileiro, especialmente em questões de direitos fundamentais e princípios constitucionais, ela não substituiu por completo ("superando de vez a subsunção") a técnica da subsunção. A ponderação é aplicada principalmente em casos de colisão entre princípios, os chamados casos difíceis.

A subsunção, por sua vez, prevalece em situações regulares, em casos mais simples, onde o fato se enquadra diretamente em uma norma jurídica, utilizando-se o raciocínio silogístico clássico.

A alternativa E está incorreta. Embora a doutrina e a jurisprudência desempenhem um papel importante na fixação de regras de hermenêutica, o Direito brasileiro contém diversas normas positivadas sobre regras e princípios de interpretação, como a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que estabelece diretrizes para a interpretação das leis.

QUESTÃO 32. O texto a seguir aborda o problema das fontes do Direito por meio da História e traz luzes sobre o fenômeno jurídico em suas fases iniciais.

(...) O Direito foi, em primeiro lugar, um fato social bem pouco diferençado, confuso com outros elementos de natureza religiosa, mágica, moral ou meramente utilitária. Nas sociedades primitivas, o Direito é um processo de ordem costumeira. Não se pode nem mesmo dizer que haja um processo jurídico costumeiro, porquanto as regras jurídicas se formam anonimamente no todo social, em confusão com outras regras não jurídicas. Os costumes primitivos são como que uma nebulosa da qual se desprenderam, paulatinamente, as regras jurídicas, discriminadas e distintas das regras morais, higiênicas, religiosas e assim por diante.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 143.

A respeito das fontes do Direito, assinale a afirmativa correta.

a) Fontes formais do Direito são evidenciadas a partir de uma pesquisa de natureza filosófica, que diz respeito às condições lógicas e éticas do fenômeno jurídico, e consistem nos motivos que condicionam o aparecimento e as transformações das regras de Direito.

b) Os órgãos formais de jurisdição surgiram desde os primórdios da experiência jurídica, sendo responsáveis pela resolução de casos a partir da aplicação dos primeiros usos e costumes catalogados no curso da História.

c) O costume jurídico existe quando se apresentam dois elementos fundamentais: a repetição de um comportamento de maneira habitual (objetivo) e a compreensão dos cidadãos quanto à necessidade e conveniência da prática ao interesse social (subjetivo).

d) O Direito costumeiro tem origem certa e se localiza de maneira predeterminada, pois, embora não se possa especificar onde e como surge determinado uso ou hábito social, é possível testemunhar o momento de sua conversão em hábito jurídico, ou uso jurídico.

e) Fontes materiais do Direito consistem nos meios ou processos pelos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória, ou seja, com vigência e eficácia no contexto de uma estrutura normativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda as fontes, as origens e a diferenciação do Direito ao longo do tempo. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. A alternativa inverte os conceitos de fontes materiais e formais do Direito. Essa definição se aplica às fontes materiais do Direito, e não às fontes formais. As fontes materiais são os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que influenciam o conteúdo e condicionam a criação das normas jurídicas. As fontes formais são os meios pelos quais o Direito se manifesta e se torna obrigatório, como a lei e a jurisprudência.

A alternativa B está incorreta. Os órgãos formais de jurisdição não surgiram nos primórdios da experiência jurídica. A organização formal da justiça surgiu posteriormente, com a evolução das sociedades, à medida que foram se tornando mais complexas. Nos primórdios, a resolução de conflitos era geralmente realizada por líderes religiosos ou chefes tribais, baseado principalmente em costumes, e não por órgãos formais de jurisdição.

A alternativa C está correta. A alternativa reflete a noção clássica de costume como fonte do Direito, em que uma prática constante e geral é acompanhada da crença de que é juridicamente obrigatória. O costume jurídico se caracteriza pela conjunção de dois elementos: o elemento objetivo, exigindo a prática reiterada e uniforme de determinado comportamento por um grupo social; e o elemento subjetivo, que é a convicção da obrigatoriedade daquele comportamento, ou seja, a crença social de que esse comportamento deve ser observado, que é juridicamente vinculante.

A alternativa D está incorreta. O Direito costumeiro não tem uma origem certa e predeterminada, mas sim origem incerta e difusa, surgindo espontaneamente na sociedade a partir da repetição de práticas sociais. Ele emerge de forma espontânea e evolui com o tempo, tornando-se aceito como norma jurídica sem que se possa identificar exatamente o momento em que um comportamento se transforma em norma jurídica.

A alternativa E está incorreta. A alternativa inverte os conceitos de fontes materiais e formais do Direito. Essa definição se aplica às fontes formais do Direito, e não às fontes materiais. As fontes formais são os meios pelos quais o Direito se manifesta e se torna obrigatório, como a lei e a jurisprudência. As fontes materiais são os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que influenciam o conteúdo e condicionam a criação das normas jurídicas.

QUESTÃO 33. Na qualidade de marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos Direitos Humanos, a Constituição Federal de 1988 confere especial ênfase aos direitos humanos, consagrando o princípio da(o)

a) Soberania popular, o regime de fundamentalidade exclusivamente aos direitos políticos, a cláusula pétrea dos direitos e garantias coletivos, bem como a cláusula constitucional de abertura, que permitem a interação da Constituição com o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

b) Relativismo cultural, o regime de fundamentalidade exclusivamente aos direitos políticos, a cláusula pétrea dos direitos e garantias individuais, bem como a cláusula constitucional de abertura, que permitem a interação da Constituição com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, expandindo o bloco de constitucionalidade.

c) Dignidade humana, o regime de fundamentalidade dos direitos sociais, a cláusula pétrea dos direitos e garantias individuais, bem como a cláusula constitucional de abertura, que permite a interação da Constituição com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, expandindo o bloco de constitucionalidade.

d) Relativismo cultural, o regime de fundamentalidade exclusivamente dos direitos de solidariedade, a cláusula pétrea dos direitos e garantias coletivos, não prevendo cláusula constitucional de abertura ao Direito Internacional dos Direitos Humanos.

e) Soberania do Estado, o regime de fundamentalidade dos direitos sociais, a cláusula pétrea dos direitos e garantias coletivos, não prevendo cláusula constitucional de abertura ao Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão dispõe sobre Princípios Constitucionais.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a Constituição não limita a fundamentalidade dos direitos apenas aos políticos. Ademais, a Constituição de 1988 coloca a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, ou seja, é um valor central que norteia todas as normas jurídicas.

A alternativa B está incorreta, pois conforme supracitado, a Constituição não limita a fundamentalidade dos direitos apenas aos políticos. Ademais, conforme supracitado, a Constituição de 1988 coloca a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, ou seja, é um valor central que norteia todas as normas jurídicas.

A alternativa C está correta, pois a Constituição de 1988 coloca a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, ou seja, é um valor central que norteia todas as normas jurídicas. Veja: "Já na Constituição de Weimar havia menção à dignidade humana, no art. 151, III, que dispunha “a disciplina da atividade econômica deve corresponder aos princípios da justiça, com vista a assegurar uma existência humana digna para todos. Nesses limites assegurar-se-á a liberdade econômica aos indivíduos”. Mesmo que a dignidade não ocupasse lugar de destaque no texto de 1919, Peter Häberle indica que esta estava a delimitar, ainda que em um campo específico, a liberdade

econômica individual. Esse dispositivo serviu de paradigma para as Constituições estaduais alemãs pós 1945 e 1989, e alcançou seu patamar máximo no art. 1º, I da Lei Fundamental, que dispõe que: A dignidade da pessoa humana é intocável. Observá-la e protegê-la é dever de todos os poderes estatais. A partir daí, diversas Constituições no mundo também passaram a alocar a dignidade humana em especial hierarquia. O Brasil, em 1988, seguindo igualmente o exemplo das Constituições portuguesa, de 1976, e espanhola, de 1978, definiu, em seu art. 1º, inciso III, que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, ao lado da soberania, cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político." (MENDES, Gilmar Ferreira. A dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988 e sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal).

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a Constituição garante a abertura ao Direito Internacional dos Direitos Humanos. Ademais, há prevalência dos Direitos Humanos nas Relações Internacionais; o § 2º do art. 5º da CF/1988 estabelece que os direitos e garantias previstos na Constituição não excluem os decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos. veja: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte." A Emenda Constitucional (EC) nº 45/2004 equiparou os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos às emendas constitucionais; assim sendo, a inclusão dos tratados internacionais na cláusula de abertura dos direitos fundamentais abre a Constituição Federal e o direito interno para o Direito Internacional.

A alternativa E está incorreta, pois, conforme acima explicitado, a Constituição garante a abertura ao Direito Internacional dos Direitos Humanos. Ademais, há prevalência dos Direitos Humanos nas Relações Internacionais; o § 2º do art. 5º da CF/1988 estabelece que os direitos e garantias previstos na Constituição não excluem os decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos. veja: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte." A Emenda Constitucional (EC) nº 45/2004 equiparou os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos às emendas constitucionais; assim sendo, a inclusão dos tratados internacionais na cláusula de abertura dos direitos fundamentais abre a Constituição Federal e o direito interno para o Direito Internacional.

QUESTÃO 34. O Brasil ratificou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos no ano de 1992 (Decreto n° 678/1992) e reconheceu a competência jurisdicional contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998 (Decreto nº 4.463/2002). A partir dessa data, a responsabilidade internacional do Estado brasileiro por violações de direitos protegidos pela Convenção Interamericana foi apreciada pela Corte Interamericana, tendo sido o Brasil condenado em alguns casos, como no recente Caso Honorato e outros vs. Brasil. Sobre esse caso, assinale a afirmativa correta.

a) O caso se relaciona às alegadas violações perpetradas por agentes do Estado, no contexto da mobilização de trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que se reuniram com o objetivo de protestar contra as políticas agrárias.

b) O caso se relaciona a um caso de maus tratos praticados em detrimento de paciente, em uma clínica de saúde vinculada ao SUS.

c) O caso se relaciona às falhas na investigação e na punição dos responsáveis pela morte de muitas pessoas no contexto de duas incursões policiais efetuadas pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

d) O caso se relaciona à morte de jornalista que teve a sua integridade física atingida, quando compareceu para prestar declarações sobre um fato.

e) O caso se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas na Operação Castelinho, como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar, bem como pela suposta situação de impunidade em que as mortes dessas pessoas permaneceram.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão dispõe sobre o Caso Honorato e outros vs. Brasil.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o Caso Honorato e outros vs. Brasil se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas, vejamos: "Segundo a Comissão, o caso se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de 12 pessoas como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar, em 5 de março de 2002, no âmbito da "Operação Castelinho", bem como pela suposta situação de impunidade em que permanecem as mortes dessas pessoas." (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - CASO HONORATO E OUTROS VS. BRASIL. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/sentencas-da-corte-interamericana/SentenaCastelinho.CorteIDH.pdf. Acesso em: 20/10/2024).

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, o Caso Honorato e outros vs. Brasil se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas, como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, o Caso Honorato e outros vs. Brasil se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas, como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, o Caso Honorato e outros vs. Brasil se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas, como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar.

A alternativa E está correta, tendo em vista que o Caso Honorato e outros vs. Brasil se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas, vejamos: "Segundo a Comissão, o caso se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que

teriam culminado no homicídio de 12 pessoas como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar, em 5 de março de 2002, no âmbito da "Operação Castelinho", bem como pela suposta situação de impunidade em que permanecem as mortes dessas pessoas. A Comissão concluiu que o Estado não realizou uma investigação adequada à luz dos padrões do devido processo, e tampouco esclareceu os fatos dentro de um prazo razoável, ou reparou os familiares das supostas vítimas. Por último, levando em consideração a forma em que as supostas vítimas foram privadas de suas vidas e a maneira em que foram realizadas as investigações, a Comissão considerou que a angústia sofrida por seus familiares teve um impacto em sua integridade pessoal." (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - CASO HONORATO E OUTROS VS. BRASIL).

QUESTÃO 35. A discussão do papel das sociedades empresárias na proteção aos Direitos Humanos avançou consideravelmente, especialmente após o período de forte globalização econômica ocorrido há algumas décadas. Acerca do assunto, assinale a afirmativa correta.

a) Admite-se hoje, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, as sociedades empresárias como pessoas jurídicas sujeitas a terem seus direitos violados e, portanto, merecedoras de proteção perante o órgão, tal qual ocorre com as pessoas físicas.

b) Os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, aprovados em 2011, são um importante instrumento de *hard law* que obriga os Estados a cumprir as regras relativas aos direitos humanos nas empresas.

c) Por considerar que comunidades afrodescendentes e povos indígenas são particularmente afetados pela indústria extrativista, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitiu informe específico tratando desse tema.

d) O dever dos Estados, no que tange ao respeito dos Direitos Humanos por parte de pessoas jurídicas sob sua jurisdição, restringe-se ao seu próprio território, conforme entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

e) A observância dos chamados Princípios de Ruggie tem sido suficiente para a proteção dos Direitos Humanos, o que torna prescindível a formalização de tratado para responsabilização internacional dos Estados e das sociedades empresárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata do papel das sociedades empresárias na proteção aos Direitos Humanos

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que as sociedades empresárias não são admitidas, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, como pessoas jurídicas sujeitas a tanto, vejamos: "(...) o Juiz Pérez afirma que, segundo os critérios e meios interpretativos previstos na Convenção de Viena, pode-se confirmar a interpretação do art. 1.2 da Convenção Americana, na qual as pessoas jurídicas não são parte do "âmbito de proteção da Convenção" e "a proteção interamericana dos direitos humanos" só compreende as pessoas físicas ou naturais. Nesse sentido, as pessoas jurídicas não podem ser consideradas "supostas vítimas" no marco dos processos contenciosos ante o sistema interamericano."

(SOUSA, Adriano Corrêa de; MUÑOZ, Juanita Miluska Buendía. A Opinião Consultiva n. 22/2016: a titularidade dos direitos humanos das pessoas jurídicas e indígenas no sistema interamericano. Casoteca do NIDH – UFRJ. Disponível em: https://nidh.com.br/?p=6877&preview=true. Acesso em: 20/10/2024).

A alternativa B está incorreta, tendo em vista tratar-se de *soft law*, veja: "Ao final desse período, em junho de 2011 e, seguindo-se um período de consulta entre novembro de 2010 e janeiro de 2014, foram apresentados os 11 Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos pelo representante Especial John Ruggie, endossados pelo Conselho de Direitos Humanos, como já dito. Do ponto de vista jurídico é certo que os Princípios Orientadores não são considerados norma jurídica, isto é, vinculante, pois não tem a forma jurídica de Tratado ou Convenção na seara internacional. Trata-se de um documento expedido no âmbito da – e pela própria – Organização das Nações Unidas, mais especificamente pelo seu Conselho de Direitos Humanos, e que, portanto, tem força de uma recomendação (soft law), ou seja, tem caráter ético dissuasório." (TREVISAM, Elisaide; CRUCIOL JUNIOR, Jessé. PRINCÍPIOS RUGGIE E A PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DOS SERES NÃO HUMANOS).

A alternativa C está correta, o que se deu na forma do Guia Prático elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, aprovado pela CIDH em 12 de fevereiro de 2021: "A situação dos direitos humanos no Brasil desde uma perspectiva étnico-racial: Pessoas Afrodescendentes, Indígenas e Quilombolas".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o dever dos Estados em relação aos direitos humanos não se restringe ao seu território, especialmente no contexto das atividades de empresas transnacionais. Veja: "Nesse sentido, a Corte Interamericana indicou que o uso do termo jurisdição no artigo 1.1 da Convenção Americana implica que o dever estatal de respeitar e garantir os direitos humanos é devido a toda pessoa no território de Estado ou que de alguma forma esteja sujeito à sua autoridade, responsabilidade ou controle. A Corte recorda que o fato de uma pessoa estar sujeita à jurisdição do Estado não é o mesmo que estar em seu território". (STF. Convenção Americana Sobre Direitos Humanos.).

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que os Princípios de Ruggie são importantes, mas não são suficientes para garantir a proteção dos direitos humanos e a responsabilização das empresas. É necessária uma estrutura jurídica mais sólida, como tratados internacionais. Veja: "Os Princípios Orientadores sobre empresas e direitos humanos, aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas no ano de 2011 (princípios Ruggie), pretendem ser um guia para empresas e atividades econômicas no que concerne à implementação e proteção de direitos humanos e reparação em caso de violação." (TREVISAM, Elisaide; CRUCIOL JUNIOR, Jessé. PRINCÍPIOS RUGGIE E A PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DOS SERES NÃO HUMANOS).

QUESTÃO 36. Sobre os Direitos Humanos das mulheres, assinale a opção que reflete corretamente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

a) Acaso verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, e desde que o município de residência da vítima não seja sede de comarca, poderá a autoridade

policial promover o imediato afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

b) Por ser responsável pelo policiamento ostensivo e pelo combate direto à criminalidade, sujeitando-se a níveis mais elevados de risco, há fator de discriminação razoável, apto a legitimar a restrição de vagas disponíveis às mulheres nos concursos públicos para ingresso nos quadros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo constitucionalmente justificada a impossibilidade de as mulheres concorrerem à totalidade das vagas ofertadas no certame.

c) A "legítima defesa da honra" é recurso retórico argumentativo odioso, utilizado pelas defesas de acusados de feminicídio ou agressões contra a mulher para imputar às vítimas a causa de suas próprias mortes ou lesões. Nada obstante, em razão do princípio constitucional da ampla defesa, não há como impedir o seu emprego nas sessões do Tribunal do Júri, ou anular o julgamento absolutório em razão do acolhimento da tese.

d) Considerando a natureza jurídica distinta dos institutos, afigura-se compatível com a Constituição Federal de 1988 a fixação de prazos diferenciados entre a licença adotante e a licença gestante.

e) A remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização é inconstitucional, pois tal possibilidade violaria o direito à isonomia entre os candidatos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão dispõe sobre os Direitos Humanos das mulheres.

A alternativa A está correta, pois é o que determina a Lei 11.340/06: "Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: I - pela autoridade judicial; II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. § 1 Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais normas que criavam reserva de vagas para homens e restringiam a participação de mulheres nos concursos públicos para ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar dos estados. Nas palavras de Diogo Mendes, do Estratégia Concursos: "O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o limite de vagas para mulheres nos concursos PM (Polícia Militar) e CBM AC (Corpo de Bombeiros do Acre). De acordo com a decisão da Justiça, a limitação de vagas para mulheres é inconstitucional por violar os princípios da igualdade, da universalidade de acesso aos cargos públicos e da reserva legal." (MENDES, Diogo. PM e CBM AC: limite de vagas para mulheres é inconstitucional. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/pm-e-cbm-ac-limite-vagas-mulheres-inconstitucional/. Acesso em: 21/10/2024).

A alternativa C está incorreta, pois o Supremo Tribunal Federal definiu, no julgamento da ADPF 779, que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, veja: "Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou integralmente procedente o pedido formulado na presente arguição de descumprimento de preceito fundamental para: (i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição aos arts. 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa e, por consequência, (iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade (...)".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a fixação de prazos diferenciados entre a licença adotante e a licença gestante é, consoante afirma o Supremo Tribunal Federal (STF) no RE 778889, incompatível com a Constituição Federal de 1988, firmando a Tese 782: "Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada."

A alternativa E está incorreta, pois a remarcação do teste de aptidão física (TAF) de candidata grávida foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no RE 1.058.333/PR, com repercussão geral (Tema 973), independentemente de previsão no edital do concurso público; veja a Tese fixada: "É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público".

QUESTÃO 37. Acerca do procedimento de incorporação dos tratados de Direitos Humanos na perspectiva da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

a) Rompendo com a tradição constitucional verificada nas Cartas Políticas anteriores, a Constituição Federal de 1988 tornou o processo de incorporação de tratados internacionais de Direitos Humanos um ato de natureza complexa, exigindo a manifestação de vontades convergentes pelos Poderes Executivo e Legislativo.

b) Por cumular as funções de chefe de Estado e chefe de Governo, o Presidente da República detém a última palavra em relação à celebração de tratados internacionais. Desse modo, ainda que seja necessária a manifestação do Congresso Nacional previamente à ratificação do tratado, trata-se de opinião não vinculante, podendo o Chefe do Poder Executivo decidir em sentido contrário à deliberação legislativa.

c) Para corrente majoritária da doutrina, tal como os tratados comuns, o procedimento de incorporação dos tratados de Direitos Humanos pode ser dividido em quatro fases ou etapas: (i) a assinatura, pelo Presidente da República, no plano internacional; (ii) a aprovação, pelo Congresso Nacional, no plano interno; (iii) a ratificação, pelo Presidente da República, no plano internacional; e (iv) a incorporação do tratado já celebrado pelo Brasil ao ordenamento jurídico interno, por meio da edição do Decreto Presidencial (Decreto de Promulgação).

d) Por ostentarem status de norma constitucional, os tratados de Direitos Humanos devem ser obrigatoriamente apreciados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, somente sendo aprovados se obtiverem três quintos dos votos dos respectivos membros.

e) Em razão da cláusula de abertura prevista no § 2º do Art. 5º da Constituição Federal de 1988, que não exclui outros direitos e garantias além daqueles expressos no Texto Constitucional, reconhece-se a possibilidade de aplicação, em determinado caso, de direitos e garantias previstos em tratados de Direitos Humanos mesmo que ainda não tenham o seu rito de incorporação concluído.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o artigo 5º, em seus §§ 1º e 2º, da Constituição Federal de 1988, consagrou a importância dos tratados internacionais no elenco dos direitos constitucionalmente garantidos: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte." Ademais, o parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal, que trata da aplicabilidade dos tratados internacionais sobre direitos humanos, dispõe: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392) (Vide Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º da Constituição)".

A alternativa B está incorreta, pois compete ao Congresso Nacional decidir da aprovação dos tratados internacionais sobre direitos humanos, veja: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392) (Vide Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º da Constituição)".

A alternativa C está correta, pois, conforme leciona o professor Valério Mazzuoli, os tratados e convenções internacionais são atos solenes que requerem a observância de uma série de formalidades distintas e sucessivas, veja: "Eles somente se completam após a realização de sucessivos atos jurídicos que vão se encadeando e se entrelaçando desde a sua celebração até a sua entrada em vigor. São genericamente quatro as fases pelas quais têm de passar os tratados solenes até sua conclusão: a) a da formação do texto (negociações, adoção, autenticação) e assinatura; b) a da aprovação parlamentar (referendum) por parte de cada Estado interessado em se tornar parte no tratado; c) a da ratificação ou adesão do texto convencional, concluída com a troca ou depósito dos instrumentos que a

consubstanciam; e d) a da promulgação e publicação do texto convencional na imprensa oficial do Estado. Essa última fase é apenas complementar às demais e visa dar aplicabilidade interna ao compromisso internacionalmente firmado; sua ausência não exime, em absoluto, o Estado de responder pelos termos do tratado já ratificado e em vigor". (MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro, 13 ª Ed., 2020.)

A alternativa D está incorreta, pois este quórum é referente somente à recepção dos tratados com status de emenda constitucional, veja: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392) (Vide Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º da Constituição)".

A alternativa E está incorreta, pois, conforme acima explicitado, os tratados e convenções internacionais são atos solenes que requerem a observância de uma série de formalidades distintas e sucessivas, veja: "Eles somente se completam após a realização de sucessivos atos jurídicos que vão se encadeando e se entrelaçando desde a sua celebração até a sua entrada em vigor." (MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro, 13 ª Ed., 2020.)

QUESTÃO 38. Com base nos documentos internacionais e na legislação interna concernente aos direitos dos povos originários e indígenas, assinale a afirmativa correta.

a) A Convenção n° 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), editada em 1957, rompe com a visão jurídica integracionista, até então predominante no âmbito do direito internacional dos direitos humanos, passando a reconhecer de forma expressa que as populações tribais possuem o mesmo nível de desenvolvimento que outros setores de comunidade nacional respectiva.

b) No plano interno, antes mesmo do advento do Novo Código Civil, editado em 2002, o "Estatuto do Índio", promulgado em 1973, promoveu a superação da visão integracionista, reconhecendo, no plano normativo formal, a autonomia e autodeterminação dos povos originários, a partir da compreensão de uma sociedade pluriétnica e multicultural.

c) O sistema regional americano foi pioneiro na edição de instrumento internacional de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e tribais, oferecendo proteção específica a esse grupo de pessoas. Antes do advento da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, o sistema global (ou onusiano) aplicava a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial como mecanismo de proteção às comunidades tradicionais.

d) Ao reconhecer o direito das comunidades indígenas à propriedade sobre as terras que tradicionalmente ocupam, a Constituição Federal de 1988 confere maior nível de proteção a este grupo minoritário do que aquele garantido pelos instrumentos internacionais correlatos, como por exemplo a Convenção n° 169 da OIT.

e) A Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), editada em 1989, inovou no critério adotado para a promoção do reconhecimento de determinada comunidade como sendo indígena ou tribal, passando a acolher a autoidentificação como procedimento mais adequado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a Convenção n° 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reforçava a visão jurídica integracionista, ao buscar integrar as populações indígenas aos setores majoritários das sociedades nacionais, promovendo sua assimilação. Foi somente com a Convenção n. 169 da OIT, de 1989, que houve uma mudança para uma abordagem mais respeitosa da autonomia e dos direitos culturais dos povos indígenas. O início da Convenção n. 107, OIT, é o seguinte: "Convenção nº 107 da OIT, de 05 de junho de 1957 - Concernente à proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes". E o art. 2.º, [1] da Convenção n. 107, OIT aduz: "Artigo 2º 1. Competirá principalmente aos governos pôr em prática programas coordenados e sistemáticos com vistas à proteção das populações interessadas e sua integração progressiva na vida dos respectivos países".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o Estatuto do Índio igualmente reforçava a visão jurídica integracionista. Veja: "A formação do Estado brasileiro e a ocupação do território nacional se deu por meio do isolamento do índio, a sua exclusão e esquecimento, o que pode ter influenciado na visão do legislador e na maneira com que os direitos indígenas passaram a ser reconhecidos no decorrer dos anos. Para tal, observa-se em específico a história da ocupação do território nacional e o tratamento dado aos povos indígenas desde o Brasil colonial, até a República, buscando entender a insistente política integracionista e os seus efeitos na perda de direitos e tradições dos povos indígenas. (...) Assim, Souza e Barbosa (2014) aduzem que: "(...), o que se institucionalizou foi uma política de integração dos considerados como silvícolas (aquele que vive na selva, estranho à civilização, à comunhão nacional), ou seja, o modo próprio de organização, crença e costumes das populações tradicionais não constituía parte integrante da identidade nacional do país, devendo os integrantes destas populações se adequarem a um modelo de sociedade imposto, renegando suas identidades em nome de sua inserção à nação brasileira." (SOUZA, M.N; BARBOSA, E.M, 2014)." (JESUS, Arthus Pereira de. Os problemas da política integracionista do Estatuto do índio no reconhecimento dos direitos indígenas. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/download/6201/2613/20920. Acesso em: 21/10/2024).

A alternativa C está incorreta, pois, na verdade, a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), foi a pioneira, veja: "Adotada em 1989 pelas Nações Unidas, o documento rompe com a ideia vigente à época de que os Estados deveriam buscar assimilar os povos indígenas à cultura ocidental, ou a uma suposta cultura nacional. Torna-se, portanto, o primeiro mecanismo de abrangência internacional a reconhecer de forma ampla as "condições sociais, culturais e econômicas" dos povos originários e tradicionais e obriga os países signatários a assumirem "a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade". (Consulta prévia, livre e informada: veja a importância da Convenção 169 da OIT para os indígenas. https://www.conectas.org/noticias/consulta-previa-livre-e-informada-veja-a-importancia-da-convencao-169-da-oit-para-os-indigenas).

A alternativa D está incorreta, pois a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da OIT (Organização Internacional do Trabalho) é muito mais ampla em relação aos direitos dos povos minoritários: "Art. 1º 1. A presente convenção aplica-se: a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial; b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. 2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção. 3. A utilização do termo "povos" na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional."

A alternativa E está correta, pois assim determina o artigo 7º da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da OIT (Organização Internacional do Trabalho): "I. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente."

QUESTÃO 39. Tendo o autor de uma demanda formulada três pedidos, embora sem o requisito de concessão de tutela provisória em relação a qualquer deles, o juiz da causa, depois de encerrada a fase postulatória, concluiu que a sua sinceridade já estava formada acerca da procedência de pelo menos uma das três pretensões deduzidas na petição inicial.

Desse modo, o magistrado acolheu de imediato essa parcela do pleito autoral, tendo condenado o réu ao pagamento de uma obrigação ainda ilíquida, restando consignado no ato decisório," ainda, que a apuração do quantum debeatur ficaria reservada para posterior etapa de liquidação. Sem prejuízo, o magistrado determinou a condenação do feito, rumo à fase da instrução probatória, para fins de futuro julgamento dos outros dois pedidos veiculados na peça exordial

A respeito do quadro apresentado, assinale a afirmativa correta

a) O juiz agiu equivocadamente, uma vez que não há previsão na lei processual para a decisão do julgamento dos pedidos formulados na petição inicial, o qual deve ser simultâneo e pressuposto a conclusão da fase da instrução probatória.

b) O juiz agiu equivocadamente, uma vez que, embora a lei processual preveja o julgamento antecipado parcial do mérito, isso pressupõe, na hipótese de condenação ao cumprimento de obrigações pecuniárias, que esta seja líquida.

c) O juiz agiu equivocadamente, uma vez que, embora a lei processual preveja o julgamento antecipado parcial do mérito, isso pressupõe que tenha sido exigida, na petição inicial, a concessão de tutela provisória de natureza antecipada.

d) o juiz agiu acertadamente, sendo a decisão de julgamento antecipado parcial do mérito impugnável por recurso de apelação, o qual viabiliza o juízo de representação pelo órgão a quo.

e) O juiz agiu acertadamente, sendo a decisão de julgamento antecipado parcial do mérito impugnável por recurso de agravo de instrumento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre julgamento antecipado parcial do mérito.

A alternativa A está incorreta, ao contrário do que afirma a alternativa, o artigo 356 do CPC autoriza o julgamento parcial do mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles. O julgamento antecipado parcial do mérito possibilita que o juiz decida sobre um ou mais pedidos formulados, ou parcelas deles, antes da conclusão da fase de instrução probatória, nos termos do art. 356, CPC.

A alternativa B está incorreta, ao contrariar o artigo 356, § 1º, do CPC. Vejamos: "§ 1º A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida." Como podemos verificar ante a análise do art. 356, §1º, do CPC, não exigido que a condenação ao cumprimento de obrigações pecuniárias seja líquida para ocorrer o julgamento antecipado parcial do mérito. Logo, a obrigação pode ser ilíquida, com a apuração do *quantum debeatur* reservada para uma etapa posterior de liquidação.

A alternativa C está incorreta. O artigo 356 do CPC prevê o seguinte: "Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355." O juiz pode decidir de imediato sobre pedidos que já estão maduros para julgamento, independentemente de qualquer pedido de tutela provisória. Consoante o art. 356 do CPC, a concessão de tutela provisória de natureza antecipada não é um requisito para o julgamento antecipado parcial do mérito.

A alternativa D está incorreta, ao contrariar o artigo 356, §5º, do CPC: "§ 5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento." Ou seja, embora a decisão seja impugnável, o recurso cabível para o julgamento antecipado parcial do mérito é o agravo de instrumento

A alternativa E está correta. O artigo 356, §5º, do CPC permite o julgamento antecipado parcial do mérito, que pode ser impugnado por agravo de instrumento, garantindo celeridade e efetividade processual.

QUESTÃO 40. A partir de dados obtidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sabe-se que, em 2023, havia 84 milhões de ações judiciais em trâmite no território nacional. Diante disso, os mecanismos paraestatais surgem como instrumentos adequados à resolução de conflitos. Nesse cenário, a arbitragem permite que partes maiores e capazes, divergindo sobre o direito de cunho

patrimonial, submetam a controvérsia ao terceiro (árbitro), que deverá, após regular o procedimento, decidir o conflito.

Para tanto, o julgado deverá ter os poderes do juiz togado listado a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

a) Determinar a realização de perícias indispensáveis ao julgamento da demanda.

b) Tomar depoimento das partes e ouvir as testemunhas indicadas.

c) Modificar ou revogar a medida cautelar ou de urgência concedida pelo Poder Judiciário.

d) Usar o poder de coercibilidade direta para importar à parte o cumprimento da decisão arbitral.

e) Definir, de ofício, a produção de prova que julgue necessária à resolução da liderança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre aspectos importantes da Lei da Arbitragem (Lei 9.307/96).

A alternativa A e E estão incorretas. O artigo 22, caput, da Lei 9.307/96, autoriza o árbitro a determinar a realização de perícias indispensáveis ao julgamento da demanda. O árbitro tem a prerrogativa de determinar a realização de perícias indispensáveis ao julgamento da demanda. Esta atribuição é necessária para que o árbitro possa formar sua convicção e decidir o mérito da questão com a fundamentação técnica necessária. Portanto, assim como um juiz togado, o árbitro pode solicitar perícias técnicas para esclarecer pontos específicos da controvérsia.

A alternativa B está incorreta, ao contrariar o disposto no artigo 22, § 1º, da Lei 9.307/96: "§ 1º O depoimento das partes e das testemunhas será tomado em local, dia e hora previamente comunicados, por escrito, e reduzido a termo, assinado pelo depoente, ou a seu rogo, e pelos árbitros." O árbitro pode tomar depoimento das partes e ouvir as testemunhas indicadas. Esta capacidade é fundamental para a condução do procedimento arbitral, permitindo ao árbitro reunir todas as informações necessárias para a tomada de decisão. Assim, o árbitro pode conduzir audiências, interrogar as partes e testemunhas, obtendo provas orais da mesma forma que um juiz em um tribunal. Portanto, permite ao árbitro tomar depoimento das partes e ouvir as testemunhas indicadas.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o disposto no artigo 22-B, "caput", da Lei 9.307/96: "Art. 22-B. Instituída a arbitragem, caberá aos árbitros manter, modificar ou revogar a medida cautelar ou de urgência concedida pelo Poder Judiciário." Esta competência assegura que o árbitro possa adaptar as medidas provisórias às necessidades do caso durante o procedimento arbitral, mantendo a flexibilidade e a eficácia das medidas cautelares ou de urgência sem a intervenção contínua do Poder Judiciário.

A alternativa D está correta, visto que o árbitro não possui poder coercitivo. "[...] 6. É plausível o ajuizamento de ação possessória diretamente perante o Poder Judiciário, com o objetivo de obter prontamente a determinação de reintegração na posse de imóveis esbulhados, pois o árbitro não possui

poder coercitivo direto, sendo-lhe vedada a prática de atos executivos." (REsp 1678667/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 12/11/2018). Nesse sentido, o árbitro não possui poder coercitivo direto. Segundo a jurisprudência, incluindo decisões como o REsp 1678667/RJ, o árbitro não tem autoridade para executar diretamente suas decisões. Para tanto, é necessário recorrer ao Poder Judiciário, que possui os meios coercitivos para garantir a execução das sentenças arbitrais. Portanto, se uma das partes não cumprir voluntariamente a decisão arbitral, a parte vencedora deverá buscar a homologação e execução judicial da decisão.

QUESTÃO 41. Uma associação civil ajuizou ação civil pública, distribuída em dezembro de 2021 à 1 Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, RJ, em face da Construtora More Bem, responsável pela empreitada do Edifício Boa Moradia e sediada naquela cidade. O pedido foi de indenização em razão do desabamento do edifício, localizado no Município de São Paulo. A associação foi incluída em maio de 2021 com o intuito de promover coletivamente a defesa dos direitos das vítimas do evento danoso, assim como de seus sucessores.

Na sede de contestação, a Construtora More Bem arguiu a ilegitimidade ativa da associação em razão de sua constituição ter ocorrido há menos de um ano da propositura da ação civil pública, de não ter sido comprovada a autorização montada para a propositura da mesma ação. Ambos os argumentos foram rejeitados pelo juiz em sede de decisão de saneamento e organização do processo, que indicaram a desnecessidade da autorização, bem como, diante da sensibilidade do direito defendido em justiça, o requisito de que a pré-constituição poderia ser retirada no caso concreto.

Finda a instrução processual, a sentença julgou procedente o pedido, condenando a Construtora More Bem ao pagamento da indenização pretendida, assim como ao pagamento das custas processuais e dos honorários de sucumbência fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor global das cláusulas, a ser apurado na sede de liquidação de sentença. Transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso, a sentença transitou em julgada.

Sobre o caso acima, assine a afirmativa correta.

a) A Comarca do Rio de Janeiro é competente para apreciar a ação, por se tratar do foro do domicílio do réu, bem como por ser a competência territorial na ação civil pública relativa, prorrogável caso não seja alegada a incompetência na sede de contestação, como na hipótese.

b) A coisa julgada, por se tratar de ação civil pública para a defesa de direitos coletivos em sentido estrito, terá eficácia ultra partes, mas limitadamente à categoria das vítimas e sucessores do evento danoso.

c) A liquidação de sentença poderá ser promovida pela associação civil ou pelo Ministério Público, exclusivamente, vedada igual iniciativa às vítimas e/ou a seus sucessores.

d) A autorização montada é dispensável na hipótese, bem como não há nulidade decorrente da flexibilização do requisito da pré-constituição da associação civil nos termos da fundamentação exposta pelo juízo ao sanear o processo.

e) A notificação do réu ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência em sede de ação civil pública promovida por associação civil é cabível, ainda que ausente a má-fé em sua atuação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta, pois a competência é absoluta, não relativa, e é do local do dano, nos termos do artigo 2º, "caput", da Lei 7.347/85. A competência é absoluta e do local do dano, conforme o artigo 2º, caput, da Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública). Portanto, a ação deveria ser ajuizada na comarca onde ocorreu o desabamento (Município de São Paulo), não sendo a competência territorial prorrogável neste caso.

A alternativa B está incorreta, pois contraria o artigo 103, III, do CDC, visto que se trata de direitos individuais homogêneos: "Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81." A ação civil pública neste caso envolve direitos individuais homogêneos, e não direitos coletivos em sentido estrito. Conforme o artigo 103, III, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), a coisa julgada terá eficácia erga omnes ou ultra partes, mas a extensão depende do tipo de direito defendido.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o artigo 98 do CDC. Vejamos: "Art. 98. A execução poderá ser coletiva, sendo promovida pelos legitimados de que trata o art. 82, abrangendo as vítimas cujas indenizações já tiveram sido fixadas em sentença de liquidação, sem prejuízo do ajuizamento de outras execuções. (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)" As vítimas e seus sucessores também podem promover a liquidação de sentença. Portanto, a iniciativa de liquidação não é exclusiva da associação civil ou do Ministério Público.

A alternativa D está correta, conforme artigo 5º, § 4º, da Lei 7.347/85 e jurisprudência do STJ: "As associações possuem legitimidade para defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais homogêneos, independentemente de autorização expressa dos associados." (STJ. 2ª Turma. REsp 1796185/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 28/03/2019). A jurisprudência do STJ reforça essa interpretação, permitindo a flexibilização do requisito da pré-constituição para a atuação em casos de sensibilidade do direito defendido (REsp 1796185/RS), uma vez que o art. 5º, §4º, da Lei 7.347/85 prevê que as associações possuem legitimidade para defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos independentemente de autorização expressa dos associados

A alternativa E está incorreta, pois contraria o artigo 18 da Lei 7.347/85.

QUESTÃO 42. Ajuizada ação de execução fundada em nota promissória vencida e não paga, o juiz, apreciando a petição inicial, tentou a citação do executado para que, no prazo legal, pagasse o subsídio. O demandado, contudo, quedou-se inerte, não tendo oferecido qualquer manifestação processual.

Na esteira do juízo positivo de admissibilidade da ação, o demandante modificou as providências necessárias para viabilizar a averbação da instalação do processo na serventia imobiliária em que se perdeu matriculado um imóvel do concluído.

Transcorrido um mês após a ultimação do ato citatório, o exequente protocolou petição, devidamente instruída com documentos, na qual noticiava ao órgão judicial que o demandado havia sido vendido a um terceiro o imóvel em cuja matrícula já estava averbada a existência do feito executivo. Alegar que tal alienação comprometeria a satisfação de seu crédito, para reduzir o devedor à insolvência, ou o exequente exigiria que fosse reconhecido a fraude à execução.

Nesse contexto, o juiz deverá

a) determinar a intimação do terceiro adquirente para que este intente, caso queira, embargos de terceiro, a serem resolvidos

por sentença impugnável por recurso de apelação.

b) aguardar a iniciativa do terceiro adquirente, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, no sentido de intentar embargos de terceiro, a serem resolvidas em sentença impugnável por recurso de apelação.

c) determinar a intimação do adquirente para que este suscite, caso queira, o incidente processual de aferição de fraude à execução, seja resolvido por decisão interlocutória impugnável por recurso de agravo de instrumento.

d) aguardar a iniciativa do terceiro adquirente, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, no sentido de suscitar o incidente processual de aferição de fraude à execução, a ser resolvido por decisão interlocutória impugnável por recurso de agravo de instrumento.

e) proferir de imediato decisão interlocutória regularizando a fraude à execução, caso já disponha de elementos de verdade nesse sentido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta, conforme artigos 792, § 4º, e 679, ambos do CPC. Vejamos: Art. 792. A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução: § 4º Antes de declarar a fraude à execução, o juiz deverá intimar o terceiro adquirente, que, se quiser, poderá opor embargos de terceiro, no prazo de 15 (quinze) dias". "Art. 679. Os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual se seguirá o procedimento comum" Antes de declarar a fraude à execução, o juiz deve intimar o terceiro adquirente para que, se quiser, possa opor embargos de terceiro. Esses embargos serão resolvidos por sentença, que poderá ser impugnada por recurso de apelação. O artigo 679 do CPC complementa, informando que os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 dias, seguido do procedimento comum.

A alternativa B está incorreta. O juiz não deve aguardar passivamente a iniciativa do terceiro adquirente. O art. 792, §4º, do CPC impõe que o juiz deve intimar o terceiro adquirente para que, se desejar, ele possa opor embargos de terceiro, em vez de esperar que ele tome essa iniciativa por conta própria.

A alternativa C está incorreta. Trata-se da oposição de embargos de terceiro, não um incidente processual de aferição de fraude à execução.

A alternativa D está incorreta. O juiz deve intimar o terceiro adquirente ativamente e a oposição deve ser feita via embargos de terceiro. A decisão será por sentença, impugnável por recurso de apelação, não por agravo de instrumento.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 792, §4º, CPC, o juiz deve seguir o procedimento estabelecido, exige a intimação do terceiro adquirente antes de declarar a fraude à execução. Proferir uma decisão interlocutória de imediato, sem intimação, violaria o direito ao contraditório e à ampla defesa do terceiro adquirente.

QUESTÃO 43. Diante da suspeita de que Paulo deixaria de devolver o filho do ex-casal após uma visita, Joana ajuizou ação de guarda unilateral com pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Apresentadas como provas junto à inicial e ouvidas pelo Ministério Público, Carlos, juiz competente para julgar a demanda, concedeu uma tutela de urgência de modo a garantir a guarda unilateral em favor de Joana e marcou uma audiência de conciliação entre os genitores.

Na data designada, após o término da audiência sem acordo entre as partes, ao deixar o Fórum, Paulo abalou o veículo dirigido por Carlos por desatenção, o que levou a uma discussão entre ambos. Após o episódio, Carlos declarou sua suspeita, conforme disposição legal e determinou a remessa ao juízo substituto, ao passo que Paulo pugnou pela anulação da antecipação de tutela concedida ante a declaração exarada pelo magistrado.

Sobre o pedido feito por Paulo, à luz das disposições legais e das questões dominantes sobre o tema, assine a afirmativa correta.

a) Deverá ser acolhido, considerando o flagrante inimizade existente entre o juiz e a parte.

b) Deverá ser rejeitado, pois a causa da declaração se deu por ato praticado por Paulo.

c) Deverá ser rejeitado, pois a declaração de suspeita pelo magistrado por motivos supervenientes não possui efeitos retroativos.

d) Deverá ser acolhido, sendo certo que a manutenção da decisão prejudicará Paulo e corrigirá a parcialidade do julgador.

e) Deverá ser rejeitado, pois a remessa da ação ao juízo substituto e a ratificação dos atos anteriores é capaz de evitar a nulidade arguida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, não há flagrante inimizade entre a parte e o juiz.

As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme dispõe o artigo 144, § 2º, do CPC. Vejamos: "§ 2º É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz." A causa da declaração de suspeição pode ser irrelevante para a decisão de manter a tutela se os efeitos não forem retroativos. Nesse sentido, a tutela de urgência concedida anteriormente permanece válida e não será anulada pela suspeição declarada após a ocorrência do incidente e a decisão de tutela antecipada não será anulada apenas porque poderia prejudicar Paulo. A declaração de suspeição superveniente não afeta a decisão anterior, conforme o artigo 144, § 2º, do CPC.

A alternativa E está incorreta, conforme dispõe o art. 146, § 7º, do CPC. A saber: "§ 7º O tribunal decretará a nulidade dos atos do juiz, se praticados quando já presente o motivo de impedimento ou de suspeição." Embora a remessa ao juízo substituto e a ratificação dos atos anteriores possam evitar nulidades futuras, isso não é o fundamento para rejeitar o pedido de anulação da tutela antecipada concedida antes da declaração de suspeição.

QUESTÃO 44. O valor da causa é requisito da petição inicial, indispensável para a definição de diversos aspectos econômicos do processo, como a competência e a fixação de honorários de sucumbência, entre outros.

A respeito do tema, assine a afirmativa correta.

a) O valor da causa, na ação de alimentos, corresponderá à soma de 24 (vinte e quatro) prestações mensais pedidas pelo autor.

b) Na ação em que há acumulação de pedidos, o valor da causa corresponderá à quantidade correspondente ao maior pedido formulado pelo autor. X

c) Na ação em que os pedidos são alternativos, o valor da causa corresponderá ao pedido de menor valor.

d) O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas.

e) O juiz corrigirá liminarmente o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao lucro econômico perseguido pelo autor, sendo admissível, a partir daí, a correção apenas por exigência do réu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. É a soma das 12 prestações mensais, conforme o artigo 292, III, do CPC. Vejamos: "Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor;"

A alternativa B está incorreta. É a soma de todos os pedidos, conforme artigo 292, VI, do CPC. Vejamos: "Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles."

A alternativa C está incorreta. É o de maior valor, conforme artigo 292, VII, do CPC. Vejamos: "Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor; "Segundo o art. 292, VII, do CPC, na ação em que os pedidos são alternativos, o valor da causa corresponderá ao pedido de maior valor, e não ao de menor valor.

A alternativa D está correta. Essa é a redação do artigo 293 do CPC. Vejamos: "Art. 293. O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas." O réu pode impugnar o valor atribuído à causa pelo autor em preliminar da contestação, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, podendo impor a complementação das custas, se necessário. Portanto, é permitido ao réu impugnar o valor atribuído à causa pelo autor em preliminar da contestação, sob pena de preclusão, e determina que o juiz decida a respeito, podendo impor a complementação das custas, se for o caso.

A alternativa E está incorreta, conforme dispõe o art. 292, §3º, do CPC. A saber: "§ 3º O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes." O art. 292, §3º, do CPC dispõe que o juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao lucro econômico perseguido pelo autor, independentemente da exigência do réu.

QUESTÃO 45. Denise impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar, em face de ato revestido praticado pelo Diretor de Benefícios da Autarquia Previdenciária do Município Beta, que lhe negou o direito de incorporar determinada gratificação a seus proventos de aposentadoria da carga efetiva de Professor de Ensino Fundamental I.

O juízo, em avaliações iniciais, indeferiu a liminar pretendida, bem como determinou a notificação da autoridade coatora para prestar informações e a intimação da Procuradoria-Geral do Município Beta para, querer, ingressar no feito.

Após a vinda das informações e a oferta de impugnação pelo Município Beta, o juiz concedeu a ordem; determinando à autoridade coatora que promovesse a incorporação pretendida por Denise. Inconformado com a sentença, o Município Beta interpôs recurso de apelação, o qual foi conhecido e desprovido pela maioria dos votos dos desembargadores da 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado Alfa.

Na sequência, o ente público interpôs recursos especiais e extraordinários em face do acórdão de julgamento da apelação. Diante do caso acima, assine a afirmativa correta.

a) O recurso de apelação interposto pelo Município Beta não deveria ter sido conhecido pela Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, pois o duplo grau obrigatório de jurisdição da sentença concessiva de mandato de segurança retira o interesse recursal do ente público em buscar a reforma e/ou anulação da decisão.

b) Após a interposição dos recursos especiais e extraordinários, os autos serão inicialmente remetidos ao Superior Tribunal de Justiça para o julgamento do recurso especial e, concluído o julgamento, remetidos ao Supremo Tribunal Federal para a apreciação do recurso extraordinário, se este não estiver disponível prejudicado.

d) Não é possível a execução provisória da sentença

de segurança que beneficiou Denise, por haver a disposição legal à concessão de medida liminar para a concessão de vantagens ao servidor público, a impedir a aplicação provisória do título executivo judicial.

d) Caso tivesse sido negada a ordem em sede de apelação no Tribunal de Justiça, deveria ter sido oferecido recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.

e) No recurso extraordinário, cabe ao Município demonstrar a existência de repercussão geral da questão constitucional debatida, a ser apreciada inicialmente pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado Alfa em sede preliminar e, em seguida, pelo Supremo Tribunal Federal, caso seja negado a repercussão geral pelo tribunal de origem e seja interposto agravo em recurso extraordinário pelo Município Beta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. A legitimidade para recorrer é da pessoa jurídica de direito público, dispensando a intimação da autoridade coatora para fins de início da contagem do prazo recursal, consoante a jurisprudência do STJ. O ente público possui legitimidade recursal, conforme já decidiu o STJ: "Em mandado de segurança, a legitimidade para recorrer é da pessoa jurídica de direito público, sendo dispensável a intimação da autoridade coatora para fins de início da contagem do prazo recursal. (STJ. 2ª Turma.AgInt no AREsp 1.430.628-BA, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 18/08/2022)".

A alternativa B está correta. Nesse sentido é o que dispõe o artigo 1.031, "caput" e § 1º, do CPC. Vejamos: "Art. 1.031. Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça. § 1º Concluído o julgamento do recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal para apreciação do recurso extraordinário, se este não estiver prejudicado." Os autos serão remetidos inicialmente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o julgamento do recurso especial. Após o julgamento, se não prejudicado, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal (STF) para a apreciação do recurso extraordinário.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o artigo 14, § 3º, da Lei 12.016/2009. Vejamos: "Art. 14. Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação. §3ºA sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar." Portanto, é permitida a execução provisória da sentença concessiva de segurança, salvo se concedida medida liminar, não impedindo a aplicação provisória do título executivo judicial.

A alternativa D está incorreta. Apenas seria cabível o Recurso Ordinário em caso de decisão em única instância, conforme dispõe o artigo 105, II, "b", da CRFB: "Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: II - julgar, em recurso ordinário: b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;" O recurso ordinário é cabível apenas em caso de decisão denegatória de mandado de segurança em única instância. Colacionamos a jurisprudência do STJ nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO-CABIMENTO. EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA. PRECEDENTES. 1. O art. 105, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal dispõe que compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar "os mandados de segurança decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória", ou seja, na hipótese em que a decisão recorrida tenha sido proferida por órgão colegiado do Tribunal a quo, esgotando-se a instância originária. 2. Recurso ordinário não conhecido."

A alternativa E está incorreta, pois a apreciação da repercussão geral cabe ao STF, conforme art. 1.035, §2º, do CPC: "Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo. § 2º O recorrente deverá demonstrar a existência de repercussão geral para apreciação exclusiva pelo Supremo Tribunal Federal." Logo, a apreciação da repercussão geral cabe ao Supremo Tribunal Federal e não à presidência do Tribunal de Justiça de origem.

QUESTÃO 46. Em relação às diversas formas de pronunciamento do juiz e dos auxiliares da justiça, relacione as situações colocadas a seguir às respectivas naturezas jurídicas.

1. Sentença

2. Decisão interlocutória 3. Despacho

4. Ato ordinatório

(1) Ato que põe fim à segunda fase da ação de prestação de contas.

(4) Ato que dá vista obrigatória às partes.

(2) Ato que julga embargos de declaração opostos à concessão de tutela de urgência.

(3) Ato de homologação de indicação de depositário, em penhora de empresa.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a) 1-4-2-3.

b) 1-3-4-2.

c) 3-1-2-4.

d) 2-4-1-3.

e) 1-3-2-4.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** Pois bem, vamos analisar cada termo trazido pelo examinador nessa questão.

Sentença: Ato que põe fim à segunda fase da ação de prestação de contas. É o pronunciamento pelo qual o juiz põe fim à fase de conhecimento do procedimento comum, ou extingue a execução (art. 203, §1º, CPC)

Ato ordinatório: Ato que dá vista obrigatória às partes. Conforme o artigo 203, §4º, do CPC, atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho e são praticados de ofício pelo servidor, sendo revistos pelo juiz quando necessário.

Decisão interlocutória: Ato que julga embargos de declaração opostos à concessão de tutela de urgência. É o pronunciamento judicial que resolve questões incidentais, não pondo fim ao processo (art. 203, §2º, CPC)

Despacho: todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte (art. 203, §3º, CPC) O ato que põe fim à segunda fase da ação de prestação de contas é a sentença. O ato que dá vista obrigatória às partes é ordinatório, conforme artigo 203, § 4º, do CPC. Vejamos: "Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário."

O ato que julga Embargos de Declaração contra concessão de tutela é uma decisão interlocutória de mérito. O ato que homologa a indicação de depositário é um despacho, conforme artigo 160, parágrafo único, do CPC. A saber: "Art. 160. Por seu trabalho, o depositário ou o administrador perceberá remuneração que o juiz fixará levando em conta a situação dos bens, ao tempo do serviço e as dificuldades de sua execução. Parágrafo único. O juiz poderá nomear um ou mais prepostos por indicação do depositário ou do administrador." Portanto, a alternativa correta é a letra A, e as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas, pois contrariam o que decidiu a Suprema Corte.

QUESTÃO 47. Em determinado processo, no qual havia sido ferido, a ambas as partes, o benefício da gratuidade de justiça, o magistrado, à luz dos elementos coligidos aos autos, concluiu que o

réu vinha incorreto em uma série de condutas processuais, sobretudo por meio das petições protocolizadas por seu advogado, que inequivocamente visavam obstaculizar a efetivação da tutela provisória concedida em favor do demandante.

Assim, o juiz da causa anunciou o réu sobre a possibilidade de configuração de ato atentatório à dignidade da justiça. Contudo, persistiu o exigido, por meio de seu patrono, na criação de toda uma espécie de expedientes específicos para embaraçar o efeito benéfico da tutela provisória.

Nesse cenário, assinale a opção que apresenta, corretamente, a ação que caberá ao juiz.

a) Impor multa em desfavor do réu e de seu advogado, ficando ambos solidariamente responsáveis pelo seu pagamento, sem prejuízo da expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil.

b) Impor multa em desfavor do réu, a qual, não sendo paga no prazo fixado, será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado, sem prejuízo da aplicação das sanções criminais, civis e processuais cabíveis.

c) Impor multa em desfavor do réu, isentando-o, contudo, do seu pagamento, por força do benefício da gratuidade de justiça que tenha sido deferido.

d) Cominar as astreintes em desfavor do réu, sem a importância da multa pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça, haja vista a incompatibilidade entre ambas as medidas.

e) Cominar as astreintes em desfavor do réu, sem a importância a multa pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça, o que não se configura nas hipóteses de criação de embaraços à efetivação das decisões de natureza provisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. A assertiva contraria o artigo 77, § 6º, do CPC. Vejamos: "Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: § 6º Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica o disposto nos §§ 2º a 5º, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará." A responsabilidade disciplinar do advogado deve ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria.

A alternativa B está correta, conforme artigo 77, § 3º, do CPC. Vejamos: "§ 3 o Não sendo paga no prazo a ser fixado pelo juiz, a multa prevista no § 2º será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou, e sua execução observará o procedimento da execução fiscal, revertendo-se aos fundos previstos no art. 97." De acordo com o artigo 77, § 3º, do CPC, não sendo paga no prazo fixado pelo juiz, a multa será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou. A execução seguirá o procedimento da execução fiscal, revertendo-se aos fundos previstos no artigo 97 do CPC.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o artigo 98, § 4º, do CPC. A saber: "Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. §4º A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas." Assim, mesmo que o réu tenha o benefício da gratuidade, ele não está isento do pagamento da multa.

A alternativa D está incorreta, pois contraria o artigo 77, § 4º, do CPC. A saber: "§ 4º A multa estabelecida no § 2º poderá ser fixada independentemente da incidência das previstas nos arts. 523, § 1º, e 536, § 1º." O artigo 77, § 4º, do CPC prevê que a multa pode ser fixada independentemente da incidência das astreintes (multas diárias). Não há incompatibilidade entre ambas as medidas.

A alternativa E está incorreta, pois contraria o artigo 77, IV e § 4º, do CPC. Vejamos: "Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação; (...) § 4º A multa estabelecida no § 2º poderá ser fixada independentemente da incidência das previstas nos arts. 523, § 1º, e 536, § 1º." O artigo 77, IV e § 4º, do CPC, dispõe que as partes devem cumprir as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação. Portanto, atos que criem embaraços à efetivação das decisões provisórias configuram sim ato atentatório à dignidade da justiça.

QUESTÃO 48. Com relação aos requisitos da petição inicial, sua seleção, seu indeferimento e sua inépcia, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para falsa.

( ) É indispensável em todos os procedimentos e graus de jurisdição que a petição inicial seja escrita e em língua portuguesa.

( ) Em se tratando de execução fiscal, a falta de indicação do CPF ou do CPNJ da parte realizada é causa de indeferimento da petição inicial.

( ) Não induz a inépcia inicial a realização de pedido genérico, quando se trata de ações universais, se o autor não puder individualizar os bens exigidos.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V-F-V.

b) F-F-V.

c) F-V-V.

d) V-F-F.

e) F-V-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A primeira afirmativa está incorreta, pois não observa o artigo 192, parágrafo único, do CPC. Ademais, não há essa obrigatoriedade no artigo 319 do CPC. Vejamos: "Art. 192. Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa. Parágrafo único. O documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado." A obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos atos processuais está prevista no artigo 192 do CPC. No entanto, não há menção específica à necessidade de que a petição inicial seja escrita em todos os procedimentos e graus de jurisdição. Além disso, o artigo 319 do CPC não menciona tal obrigatoriedade.

A segunda afirmativa está incorreta, considerando que está em desacordo com a Súmula 558 do STJ. De acordo com a Súmula 558 do STJ, a ausência de indicação do CPF ou do CNPJ na petição inicial de execução fiscal não é motivo para indeferimento. Esta súmula esclarece que, embora seja importante a indicação desses dados, a sua falta não impede o prosseguimento da ação. Vejamos o teor da Súmula 558 STJ: "Em ações de execução fiscal, a petição inicial não pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada ."

A terceira afirmativa está correta, de acordo com o artigo 324, § 1º, I, do CPC. Vejamos: "Art. 324. O pedido deve ser determinado. § 1º É lícito, porém, formular pedido genérico: I - nas ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados;"

QUESTÃO 49. Ajuizada ação pelo consumidor em face da operadora de plano de saúde que havia contratado, o juiz da causa deferiu a tutela provisória pleiteada, determinando que a parte ré custeasse de imediato os tratamentos médicos de que necessitava o autor, enquanto fossem necessários, conforme exigido na petição inicial.

Encerrada a fase postulatória, o magistrado, concluindo pela desnecessidade da prova pericial exigida pela demandada, julgou antecipadamente o mérito e acolheu o pleito autoral. Restou confirmado no ato sentencial, assim, a tutela provisória a reportagem da operadora ferida inicialmente, com exigência de garantir a cobertura de tratamentos médicos nos moldes especificados na peça exordial.

Regularmente intimado, a ré interpõe recurso de apelação, na qual requereu a anulação da sentença, por entender que esta se perdeu maculada por erro no procedimento, consubstanciado no cerceamento do seu direito de defesa, e, subsidiariamente, a reforma do julgado, para que se julgou improcedente o pedido. Na sequência, o autor requereu o processamento do cumprimento provisório da sentença, com a subsequente intimação da ré para depositar os valores relativos aos tratamentos médicos.

Nesse cenário, a respeito da ação do juiz, assinale a afirmativa correta.

a) Deverá indeferir a aplicação provisória de sentença, uma vez que o recurso de apelação interposto pela ré seja dotado de efeito suspensivo.

b) Deve indeferir a aplicação provisória de sentença, uma vez que, no recurso de apelação interposto pela ré, pleiteou-se a anulação da sentença.

c) Deve indeferir o cumprimento provisório de sentença, por ser este incabível nas hipóteses de cumprir ao cumprimento de obrigações de fazer.

d) Deve deferir o cumprimento provisório de sentença, o que não terá efeito ainda que sobrevenha sentença que anule o ato sentencial objeto da execução.

e) Deve deferir o cumprimento provisório de sentença, cabendo ao autor a obrigação de reparar os danos sofridos pela ré nas hipóteses de reforma do ato sentencial objeto da execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. A decisão produz efeitos desde logo, conforme dispõe o artigo 1.012, V, do CPC. A saber: "Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo. V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; "Nesse caso, a decisão que concede a tutela provisória produz efeitos imediatos e a apelação contra tal decisão não suspende esses efeitos.

A alternativa B está incorreta. Vide comentários da letra A.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o artigo 520, § 5º, do CPC. A saber: "Art. 520. O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, sujeitando-se ao seguinte regime: § 5º Ao cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer, de não fazer ou de dar coisa aplica-se, no que couber, o disposto neste Capítulo." O artigo 520, §5º, do CPC esclarece que o cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer, de não fazer ou de dar coisa é realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo. Portanto, é possível o cumprimento provisório de sentença em obrigações de fazer.

A alternativa D está incorreta, pois contraria o artigo 520, II, do CPC. A saber: "II - fica sem efeito, sobrevindo decisão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidando-se eventuais prejuízos nos mesmos autos;"

A alternativa E está correta, conforme dispõe o artigo 520, I, do CPC. Vejamos: "I - corre por iniciativa e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido;" Assim, o juiz deve deferir o cumprimento provisório da sentença, e o autor será responsável por eventuais danos sofridos pela ré se a sentença for modificada.

QUESTÃO 50. Após enunciar o dever dos tribunais de "uniformizar suas instruções e mantê-la estável, integra e consistente" o atual Código de Processo Civil lista os padrões decisórios de força vinculativa, entre os quais os acórdãos em incidente de assunção de competência e em julgamento de recurso especial repetitivo. Especificamente em relação ao tema dos Juizados Especiais, o Superior Tribunal de Justiça vem, ao longo dos últimos anos, firmando vinculantes

precedentes de notável repercussão jurídica. À luz de tais considerações, analise as teses a seguir.

I. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos de justiça comum e membros do Sistema dos Juizados Especiais, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência, a qual possui natureza absoluta nos foros em que tenha sido instalado o correspondente Juizado, para as causas da sua alçada e matéria.

II. Ao autor que desejar litigar no âmbito do Juizado Especial Federal Cível, é lícito renunciar, de modo expresso e para fins de atribuição de valor à causa, aos montantes que excedam os 60 (sessenta) estipulados os mínimos previstos no Art. 3o, caput, da Lei nº 10.259/2001, aí incluídas, sendo o caso, as prestações vincendas.

III. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública têm competência para o julgamento de ações decorrentes de acidente de trabalho em que o Instituto Nacional do Seguro Social figura como parte.

IV. Não é possível propor aos Juizados Especiais da Fazenda Pública a execução de título executivo formado em ação coletiva que tramitou sob o rito ordinário, assim como importa o rito sumaríssimo da Lei no 12.153/2009 ao juízo comum da execução.

Está correto o que se afirma em

a) I e III, apenas.

b) II e III, apenas.

c) II, III e IV, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** Estão corretos os itens I, II e IV.

O Item I está correto, conforme artigo 1º, "caput", e art. 2º, § 4º, da Lei 12.153/2009. Vejamos: "Art. 1o Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência." Conforme o artigo 1º da Lei 12.153/2009, os Juizados Especiais da Fazenda Pública são criados pela União, Distrito Federal, Territórios e Estados para conciliação, processo, julgamento e execução nas causas de sua competência. "Art. 2o É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos. § 4o No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta."

O Item II está correto, conforme artigo 13, §5º, da Lei 12.153/2009. A saber: "Art. 13. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado: (...) § 5o Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório." Conforme o artigo 13, § 5º, da Lei 12.153/2009, é permitido ao autor renunciar ao montante que exceda os 60 salários mínimos para que a causa se enquadre na competência dos Juizados Especiais. Assim, é possível renunciar expressamente aos valores que ultrapassem o limite previsto para que a causa seja atribuída ao Juizado Especial Federal Cível.

O Item III está incorreto, conforme Tema 1053 do STJ: "Os Juizados Especiais da Fazenda Pública não têm competência para o julgamento de ações decorrentes de acidente de trabalho em que o Instituto Nacional do Seguro Social figure como parte." Segundo o Tema 1053 do STJ, os Juizados Especiais da Fazenda Pública não possuem competência para julgar ações decorrentes de acidente de trabalho em que o INSS seja parte.

O Item IV está correto, conforme Tema 1029 do STJ: "Não é possível propor nos Juizados Especiais da Fazenda Pública a execução de título executivo formado em Ação Coletiva que tramitou sob o rito ordinário, assim como impor o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 ao juízo comum da execução." Conforme o Tema 1029 do STJ, não é permitido propor a execução de títulos formados em ações coletivas que tramitam sob o rito ordinário nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Além disso, não é possível impor o rito sumaríssimo dos Juizados Especiais ao juízo comum da execução.

QUESTÃO 51. A respeito do fenômeno da constitucionalização do Direito Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. A função econômica da liberdade negocial afasta a incidência dos direitos fundamentais nas relações jurídicas de natureza privada.

II. A interpretação do Código Civil deve atribuir a todo corpo normativo codificado um significado coerente com a tábua de valores do ordenamento, que pretende transformar efetivamente a realidade a partir das relações jurídicas de natureza privada, segundo os ditames da solidariedade e da justiça social.

III. A ordem voluntarista da teoria contratual oitocentista instrumentaliza os princípios constitucionais de acordo com os ditames inafastáveis da lógica individualista. Está correto o que se afirma em

a) II, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre o conhecimento doutrinário acerca dos princípios e valores que regem o Direito Civil.

O item I está incorreto. A função econômica da liberdade negocial não exclui a aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. Na verdade, a constitucionalização do Direito Civil busca integrar os direitos fundamentais na esfera privada, promovendo a proteção da dignidade da pessoa humana e a justiça social.

O item II está correto. De fato, a interpretação do Código Civil deve refletir os valores constitucionais, promovendo uma visão que busca a solidariedade e a justiça social nas relações privadas. Isso implica que as normas do Direito Civil devem ser aplicadas de forma a respeitar e efetivar os direitos fundamentais.

O item II está incorreto. A teoria contratual oitocentista, ao enfatizar o voluntarismo e o individualismo, contrasta com a perspectiva atual que busca integrar princípios constitucionais, como a solidariedade e a função social dos contratos. Portanto, a afirmação não está correta na medida em que sugere que os princípios constitucionais são instrumentalizados por uma lógica puramente individualista.

QUESTÃO 52. Depois de receber um vasto conjunto de bens por herança, Henriqueta, que não tem herdeiros necessários, sentiu-se compelida a um ato de generosidade, doando diversos dos bens adquiridos para pessoas próximas e mantendo consigo o essencial para seu estilo de vida.

Para tanto, celebrou quatro contratos de doação:

I. Doou ações de uma companhia aberta a um nascituro, Enzo, o filho que sua amiga Cleonice (que aceitou de bom grado o presente) ainda carrega no ventre.

II. Doou uma jóia a seu afilhado Isaías, de seis anos de idade, sem impor-lhe qualquer encargo, mas sem que seus pais tenham aceitado a doação.

III. Doou uma sala comercial para a Associação de Defesa dos Transeuntes, que ainda está em fase de constituição.

IV. Doou um apartamento ao primeiro filho que Tobias venha a ter com sua atual esposa (Tobias ainda não tem filhos).

São válidas as seguintes doações:

a) I e II, apenas.

b) II e III, apenas.

c) I, II e IV, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre doação e sucessão.

O item I está correto, pois está de acordo com o art. 542 do Código Civil: "A doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal."

O item II está correto, pois está em consonância com o art. 543, CC: "Se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a aceitação, desde que se trate de doação pura."

O item III está correto, a doação é válida, pois uma associação pode receber doações, mesmo antes de sua constituição formal, desde que haja a intenção de constituição. Nesse sentido, o art. 554, CC: "A doação a entidade futura caducará se, em dois anos, esta não estiver constituída regularmente".

O item IV está correto, pois está em consonância com o art. 546, CC: "A doação feita em contemplação de casamento futuro com certa e determinada pessoa, quer pelos nubentes entre si, quer por terceiro a um deles, a ambos, ou aos filhos que, de futuro, houverem um do outro, não pode ser impugnada por falta de aceitação, e só ficará sem efeito se o casamento não se realizar".

QUESTÃO 53. Maria, advogada, celebrou com João, médico, um contrato de compra e venda irretratável de um imóvel no valor de R$600.000,00 (seiscentos mil reais), por instrumento particular. Nos termos do contrato celebrado, a compradora pagou uma entrada no valor de R$200.000,00 (duzentos mil reais) no ato da celebração; já o valor restante deveria ser pago no dia útil seguinte à averbação no registro de imóveis, realizada por João que, conforme cláusula contratual, deveria ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do pagamento do sinal. Foi ainda acordado que a não averbação no prazo estipulado configuraria inadimplemento absoluto e ensejaria a resolução do contrato com a restituição do valor em dobro.

João não logrou êxito ao realizar a averbação e procurou Maria para informar do óbice encontrado, a fim de que resolvessem conjuntamente a situação. No entanto, foi surpreendido com a recusa de Maria em contribuir para a solução do problema. Ao contrário, por ter se arrependido do negócio, Maria exigiu a restituição em dobro do valor pago como sinal. Diante do impasse, João moveu ação judicial e o juiz da causa declarou a nulidade do acordo e entendeu que o contrato de compra e venda do referido imóvel valeria como promessa de compra e venda. Acerca da situação hipotética narrada, assinale a opção que indica, corretamente, a técnica que foi aplicada ao negócio jurídico.

a) Conversão, restando contrato requalificado em conformidade com o pretendido pelas partes no negócio que foi declarado nulo.

b) Integração, restando preenchidas as lacunas do contrato com base nos princípios gerais do direito e no princípio da boa-fé.

c) Ratificação, restando a requalificação contratual confirmada por suprimento judicial.

d) Confirmação, restando eventual vício sanado, permitindo a produção de todos os efeitos pretendidos.

e) Redução, restando o contrato limitado em seus efeitos e extensão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre a conversão substancial do negócio jurídico nulo.

Para entendermos a alternativa, vale dizer que o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo (art. 169, CC), mas, segundo o art. 170, CC: "Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade".

No mais, o valor ultrapassa 30 salários-mínimos, e de acordo com o art. 108, CC: "Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no País".

QUESTÃO 54. Olavo é administrador da associação Viver Bem, um famoso clube em região litorânea. Para conseguir recursos para sua campanha política ao cargo de prefeito, prestou aval, em nome da associação, a um contrato de empréstimo com um banco.

A respeito da responsabilização de Olavo pelo ato praticado, assinale a afirmativa correta.

a) Só poderá ser responsabilizado pela garantia regressivamente, considerando que é inviável a desconsideração da personalidade jurídica de associação, entidade sem fins lucrativos, em que não há direitos e obrigações recíprocas entre os associados.

b) Não poderá ser responsabilizado pela garantia nem mesmo regressivamente, considerando que não há direitos e obrigações recíprocas entre os associados, de modo que não cabe a desconsideração da personalidade jurídica, tampouco o regresso contra associados.

c) Só será responsabilizado pela garantia se desconsiderada a personalidade jurídica da associação, observada a teoria maior.

d) Só será responsabilizado pela garantia se desconsiderada a personalidade jurídica da associação, observada a teoria menor.

e) Poderá ser diretamente responsabilizado pela garantia, sequer imputável à associação, independentemente de desconsideração de sua personalidade jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre desconsideração da personalidade jurídica.

Nos termos do art. 50, do Código Civil: "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso". Vale acrescentar que, a teoria maior é a regra adotada pelo nosso sistema jurídico e implica a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica nos casos de manipulação fraudulenta ou abusiva.

QUESTÃO 55. Alice Semedo, estrangeira, viúva, oriunda do país Alpha, proprietária de dois imóveis no Estado da Bahia, Brasil, realizou testamento no Brasil, deixando metade de todo seu patrimônio para uma Organização Não Governamental com sede em Salvador, Bahia.

Alice tem dois filhos brasileiros com idades de 5 e 7 anos. A legislação do país de Alice prevê que, em caso de falecimento, deixando o de cujus filhos, dois terços da herança devem ser destinados a eles na condição de herdeiros necessários.

Na situação hipotética narrada, assinale a opção que apresenta, corretamente, a legislação aplicável ao caso.

a) Como os bens imóveis situam-se no Brasil, a legislação brasileira será aplicada exclusivamente em detrimento da lei pessoal do de cujus.

b) O ordenamento jurídico impõe aplicação exclusiva da legislação pessoal do de cujus, independentemente da existência de filhos.

c) Deve ser cumprida a vontade do de cujus, visto que a autonomia da vontade sempre impera nos atos de última vontade.

d) A legislação brasileira impõe a junção da norma nacional com a lei pessoal do de cujus, limitando a vontade do de cujus, independentemente da existência de herdeiros necessários.

e) A sucessão de bens de estrangeiros, situados no país, será regulada pela lei brasileira em benefício dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre os artigos da LINDB e sucessão.

A alternativa A está incorreta. A alternativa alega que a legislação brasileira será aplicada exclusivamente, mas isso ignora a possível aplicação da lei do país de origem da falecida que poderia garantir os direitos dos filhos. Tal afirmativa contraria o §1º do art. 10 da LINDB: "A sucessão por morte

ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens. § 1º A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus".

A alternativa B está incorreta. A alternativa defende a aplicação exclusiva da legislação pessoal do de cujus, o que não é correto, já que os bens estão no Brasil e há filhos brasileiros, conforme mencionamos no artigo acima.

A alternativa C está incorreta. A afirmação sobre a autonomia da vontade é verdadeira, mas deve ser equilibrada com a proteção dos direitos dos herdeiros necessários.

A alternativa D está incorreta. Sugere que a norma nacional se junta à lei pessoal do de cujus, limitando a vontade dela, o que pode ser parcialmente verdadeiro, mas não podemos afirmar que independe da existência dos herdeiros necessários, já que a LINDB infere que a aplicação dar-se-á de acordo com a mais favorável ao herdeiro.

A alternativa E está correta, por estabelecer que a sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei brasileira em benefício dos filhos brasileiros, a menos que a lei pessoal do de cujus seja mais favorável, o que se alinha bem com a situação.

QUESTÃO 56. Osvaldo celebrou um contrato, com prazo de vigência de seis meses, pelo qual se comprometeu a vender os tomates que produz por R$3,00 (três reais) o quilo para um mercado local, devendo entregá-los toda segunda-feira de manhã.

Passados dois meses de execução regular do contrato, Osvaldo entendeu que o contrato se tornou injusto, pois houve significativa alta no valor do tomate em razão de pragas que atingiram os produtores da região. Diante disso, pretende a resolução do contrato por onerosidade excessiva.

Sobre o caso, analise as afirmativas a seguir.

I. A pretensão de Osvaldo somente poderá ser acolhida se a alta no valor do tomate em razão de pragas que atingiram os produtores da região for considerada um acontecimento imprevisível no momento da contratação.

II. Ainda que o pedido de Osvaldo tenha sido a resolução do contrato e não a sua revisão, o mercado pode evitar a extinção do negócio, oferecendo-se a aumentar equitativamente o preço que paga pelos tomates.

III. O fundamento para Osvaldo pretender a resolução é seu direito básico como consumidor, o que implica na revisão das cláusulas contratuais em razão de fatos supervenientes que as tornam excessivamente onerosas.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre onerosidade excessiva.

O item I está correto. A assertiva trata da teoria da imprevisão prevista no art. 478, CC: "Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação".

O item II está correto, conforme prevê o art. 479, CC: "Art. 479. A resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato."

O item III está incorreto, pois Osvaldo não é consumidor, mas sim produtor, não se aplicando o CDC ao caso.

QUESTÃO 57. Lenira, que acabara de perder o marido vítima de atropelamento, encontrando-se em situação financeira muito difícil para se sustentar e manter os quatro filhos, foi procurada por Dr. Tício, advogado, que ofereceu a ela os seus serviços para obter a pensão por morte que ela não conseguira administrativamente, mediante a remuneração de 60% (sessenta por cento) sobre a totalidade do benefício auferido na ação judicial.

Lenira, de pouca instrução e desesperada para obter ajuda, celebrou o negócio jurídico nesses termos com o referido advogado.

De acordo com a situação hipotética apresentada, Lenira pode propor ação de anulação

a) no prazo de dois anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base em coação moral.

b) no prazo de dois anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base no estado de perigo.

c) no prazo de dois anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base no dolo.

d) no prazo de quatro anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base na lesão.

e) no prazo de quatro anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base no erro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre decadência.

A alternativa D está correta, pois a questão trouxe uma hipótese de celebração de negócio jurídico que ocasiona lesão. Dessa forma, o Código Civil prevê em seu art. 178, inciso II, que o prazo decadencial para pleitear a anulação de tal negócio é de quatro anos a contar do dia em que este foi celebrado.

QUESTÃO 58. Anacleto viu no quadro de avisos do condomínio que sua vizinha Ofélia estava vendendo seu automóvel usado por R$50.000,00 (cinquenta mil reais). Ele procurou Ofélia, examinou o carro na garagem e fechou negócio nos termos ofertados.

Anacleto pagou imediatamente o valor acertado, mas Ofélia pediu para entregar o veículo somente no dia seguinte, já que, naquela noite, ela precisaria dele para visitar uma amiga, o que foi autorizado pelo comprador. Ocorre que, retornando da casa da amiga naquela noite, Ofélia causou um acidente por estar dirigindo embriagada, provocando a perda total do carro.

Sobre a hipótese narrada, assinale a opção que apresenta o que Anacleto pode exigir de Ofélia.

a) O equivalente pecuniário (valor de mercado) do automóvel perdido, mais perdas e danos.

b) O equivalente pecuniário (valor de mercado) do automóvel perdido.

c) O preço pago, R$50.000,00 (cinquenta mil reais), mais perdas e danos.

d) Apenas o preço pago, R$50.000,00 (cinquenta mil reais).

e) Outro automóvel da mesma espécie e qualidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre o direito das obrigações.

A alternativa A está correta. Para responder a questão, basta sabermos que, segundo o Código Civil: "Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos" (art. 239, CC). Portanto, a alternativa A é a única questão que possui embasamento legal.

QUESTÃO 59. A família de Teodoro Madureira notificou extrajudicialmente a sociedade empresária de previdência privada, Vida Longinqua S.A., informando o falecimento do segurado. A notificação do falecimento foi enviada ao negócio 72 horas após o ocorrido, anexando a certidão de óbito. Apesar disso, durante seis meses, a sociedade empresária de previdência privada depositou o valor do benefício da aposentadoria contratada. O contrato estipulava o

desembolso do benefício de maneira vitalícia, não havendo a incidência de pensão a qualquer beneficiário.

Diante da situação hipotética narrada, considerando que Vida Longinqua S.A. pretende a restituição dos valores pagos após o falecimento de Teodoro, assinale a afirmativa correta.

a) O ordenamento jurídico brasileiro admite a repetição, quando o devedor solveu obrigação judicialmente inexigível.

b) A inexistência de relação jurídica entre a família de Teodoro e a sociedade empresária de previdência privada desobriga a restituição.

c) O enriquecimento ilícito da família de Teodoro se presume, mas a falta de má-fé gera a restituição sem a atualização dos valores monetários.

d) Como o pagamento ocorreu voluntariamente, caberá à sociedade empresária de previdência privada o ônus probatório do erro.

e) A restituição é indevida, quando deixa de existir a causa que justifique o enriquecimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre enriquecimento sem causa.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 882, CC, há previsão de que "não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível".

A alternativa B está incorreta. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários (art. 876, CC).

A alternativa C está incorreta. Pois conforme previsão do art. 884 do Código Civil, a restituição será feita com a atualização dos valores monetários.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 877, CC: "àquele que voluntariamente pagou o indevido incumbe a prova de tê-lo feito por erro."

A alternativa E está incorreta, pois na verdade, na hipótese apresentada, a restituição é devida. O art. 885 do Código Civil prevê o oposto do que afirma a alternativa: "a restituição é devida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir."

QUESTÃO 60. Em 1º de setembro de 2024, Maria e Jorge celebraram contrato com o médico Zeno, por meio do qual este se obrigou a transmitir a propriedade de seu veículo particular (chassi ABCDEFGH) para aqueles, no valor de R$80.000,00 (oitenta mil reais), constando a favor dos compradores cláusula expressa de solidariedade ativa. Na minuta contratual, não consta taxa de juros moratórios convencionais ou índice de correção monetária.

Na data acordada, Zeno transmite a posse e a propriedade do veículo a ambos os compradores e, ao conferir a sua conta corrente, percebe que a transferência dos valores não foi realizada tal como informado pelos adquirentes, constando apenas o pagamento de metade do valor, realizado por Maria. Inconformado, decide propor ação contra Maria para cobrar o valor remanescente.

Com relação a esse evento, assinale a afirmativa correta.

a) O pedido deve ser julgado improcedente porque, como se trata de obrigação divisível, presume-se que o valor devido por Maria corresponde à metade do preço estipulado, já tendo ela realizado o pagamento de sua obrigação.

b) Zeno tem direito de cobrar a dívida inteira de Maria, em razão da cláusula de solidariedade expressamente estipulada.

c) A taxa legal de juros decorrente da mora deve corresponder à taxa referencial Selic, deduzido o índice de atualização monetária, vedando-se a possibilidade de juros zerados.

d) Maria responde por toda a dívida, em razão da indivisibilidade do bem alienado, de modo que, pagando a integralidade da obrigação, sub-roga-se no direito do credor em relação a Jorge.

e) Em razão da mora, Zeno deve cobrar o valor monetariamente atualizado pelo índice INPC ou IGP-M, podendo adotar o que lhe for mais favorável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre solidariedade ativa.

Na hipótese apresentada, por se tratar de dívida comum, o credor terá o direito de exigir e receber os valores remanescentes de qualquer um dos devedores e, aquele que pagar, poderá cobrar os valores dos outros devedores, conforme prevê o art. 275, CC: "O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto".

A alternativa A está incorreta, pois a cláusula de solidariedade ativa estabelece que cada um dos devedores pode ser cobrado pelo valor total da dívida. A obrigação não é considerada divisível em termos de pagamento.

A alternativa B está incorreta. O contrato apresentado possui solidariedade ativa, não havendo previsão de solidariedade passiva.

A alternativa C está incorreta. A legislação não prevê a dedução do índice de atualização da taxa de juros; a taxa Selic é aplicada integralmente, sem essa dedução.

A alternativa D está correta. A sub-rogação, de fato, só ocorre quando houver o pagamento da integralidade da dívida e a possibilidade do pagamento integral da dívida se dá pela indivisibilidade do objeto.

A alternativa E está incorreta. A atualização monetária não pode ser escolhida arbitrariamente pelo credor, esta deve estar estipulada em cláusula contratual.

QUESTÃO 61. Jeremias resolveu passar suas férias fora da cidade e, em razão disso, emprestou seu automóvel à sua irmã, Lucrécia. Quando retornou, ela se recusou a devolvê-lo no prazo que havia sido combinado. Somente duas semanas depois, graças à mediação da mãe de ambos, Lucrécia devolveu o veículo. Entretanto, ela cobrou de Jeremias as despesas que realizou nas duas últimas semanas: os gastos com gasolina, o conserto de um vazamento de óleo (que estava degradando o automóvel) e a instalação de ar-condicionado.

A respeito dessas despesas, Jeremias deve pagar

a) os gastos com gasolina, somente.

b) o conserto do vazamento de óleo, somente.

c) os gastos com gasolina e o conserto do vazamento de óleo, somente.

d) a instalação de ar-condicionado, somente.

e) o conserto do vazamento de óleo e a instalação de ar- condicionado, somente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre empréstimo e do comodato.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 584, CC: "O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada", portanto, Jeremias não deve pagar os gastos com a gasolina utilizada pela irmã.

A alternativa B está correta. Pois trata-se de uma benfeitoria necessária para o funcionamento do automóvel e portanto, Jeremias deve indenizar este gasto. Nesse sentido, o art. 678 do Código Civil: "É igualmente obrigado o mandante a ressarcir ao mandatário as perdas que este sofrer com a execução do mandato, sempre que não resultem de culpa sua ou de excesso de poderes".

A alternativa C está incorreta, pois conforme vimos acima, a gasolina utilizada não deve ser indenizada.

A alternativa D está incorreta. A instalação do ar-condicionado não é uma benfeitoria necessária e para tanto, não deve ser indenizada.

A alternativa E está incorreta, pois a instalação do ar-condicionado não deve ser indenizada.

QUESTÃO 62. Marcos, atualmente com 50 anos, em união estável com Ana sem pacto de convivência, teve três filhos, Pedro de 17 anos, Henrique de 15 anos e Júlia de 12 anos. Júlia é

portadora de uma síndrome rara e, por isso, Ana se viu obrigada a abandonar sua promissora carreira de jornalista para cuidar da filha.

Marcos é empresário e sempre foi um pai responsável. No entanto, nos últimos anos desenvolveu o vício em jogos de azar, potencializado pela facilidade das apostas online. A pedido de Ana, Marcos se submeteu a tratamento, mas não conseguiu largar o vício, fato confessado por ele e atestado pelo médico assistente. É raro o dia em que Marcos não está envolvido em apostas, o que causa grande desgaste da família, tanto emocional quanto financeiro, pois é comum ele vender bens para sustentar o vício. Além disso, o endividamento já coloca em risco a subsistência da família. Ana, então, decide propor ação de interdição, a fim de limitar os atos de Marcos na vida civil.

Diante da situação hipotética narrada e com base na legislação vigente, analise as afirmativas a seguir.

I. Em razão das modificações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, é Marcos considerado presumidamente capaz, devendo ser deferido, no caso, o processo de tomada de decisão apoiada e não a interdição.

II. Diante dos fatos narrados, Marcos enquadra-se em hipótese de incapacidade relativa, sujeitando-se à curatela restrita aos atos de natureza patrimonial.

III. Marcos, considerando a sua idade, a atividade empresarial que desempenha e o seu papel de provedor da família, independentemente do vício em jogos de azar, não se enquadra em nenhuma hipótese de incapacidade, razão pela qual não está sujeito à interdição.

IV. Julgada procedente a ação, Ana deverá ser nomeada curadora de Marcos e, em razão da união estável, será dispensada de eventual prestação de contas.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a curatela.

A assertiva I está incorreta. Marcos está sujeito à curatela, nos termos do art. 1.767 do Código Civil: "Estão sujeitos a curatela: [...] V - os pródigos". A tomada de decisão apoiada é aplicável às pessoas com deficiência, o que não é o caso de Marcos, que possui um vício.

A assertiva II está correta. Correto, conforme a explicação acima, Marcos está sujeito ao processo de curatela.

A assertiva III está incorreta. Marcos se enquadra sim em hipótese de incapacidade, podendo ser considerado pródigo.

A assertiva IV está correta. Nos termos do art. 1.775 do Código Civil: "O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito". E em razão da união estável, Ana será dispensada da prestação de contas (art. 1.783, CC).

QUESTÃO 63. O Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/1990) contempla regras de proteção ao consumidor no tocante à cobrança de dívidas e acesso às informações constantes de cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes. Assinale a opção que apresenta corretamente uma dessas regras.

a) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a dois anos.

b) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual a quantia que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

c) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los pública e mensalmente.

d) Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar o novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

e) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele, no prazo máximo de dez dias úteis, sob pena de reparação dos danos causados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema proteção ao consumidor no tocante à cobrança de dívidas.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 43, § 1º, do CDC, o período será não superior a 5 anos: "§ 1° Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos."

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 42, parágrafo único, do CDC, a repetição do indébito será o dobro do que o consumidor pagou em excesso. Vejamos: "Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável."

A alternativa C está incorreta. A periodicidade para divulgação é anual, e não mensal. Conforme art. 44, caput, do CDC: "Art. 44. Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor."

A alternativa D está correta. Conforme art. 43, § 5º, do CDC: "§ 5° Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores."

A alternativa E está incorreta. Não há que se falar em prazo, conforme art. 43, § 2º, do CDC: "§ 2° A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele."

QUESTÃO 64. Em relação à recuperação judicial, determina o Art. 49 da Lei nº 11.101/2005 que estão sujeitos a ela todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. A fim de fixar a orientação jurisprudencial sobre a interpretação do dispositivo, em atenção ao disposto no Art. 1.040 do CPC/2015, fixou-se no STJ a tese que considera a existência do crédito sendo determinada:

a) Pelo reconhecimento de sua legitimidade por sentença judicial ou acordo extrajudicial.

b) Pela data em que ocorreu o seu fato gerador.

c) Pelo momento da celebração do contrato, exceto se o crédito for ilíquido, quando a existência é aferida na data de sua liquidação.

d) Pela data do pedido de recuperação judicial, para os créditos vincendos, e pela data de sua exigibilidade, para os créditos já vencidos.

e) Pelo momento da execução do contrato, independentemente de o crédito ser líquido ou ilíquido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão dispõe sobre o tema recuperação judicial.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o Tema 1051 do STJ determina: "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador." (REsp 1.842.911-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 09/12/2020, DJe 17/12/2020. - Tema 1051). Ademais, a existência do

crédito não se prende à necessidade de uma decisão judicial ou acordo formal; a Lei 11.101/2005, em seu artigo 49, estabelece que todos os créditos existentes na data do pedido de recuperação judicial estão sujeitos a ela, independentemente de já terem sido reconhecidos judicialmente; a exigência de sentença ou acordo extrajudicial tornaria o processo de recuperação judicial mais complexo e burocrático.

A alternativa B está correta, pois é o que determina o Tema 1051 do STJ, veja: "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador." (REsp 1.842.911-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 09/12/2020, DJe 17/12/2020. - Tema 1051).

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o Tema 1051 do STJ determina: "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador." (REsp 1.842.911-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 09/12/2020, DJe 17/12/2020. - Tema 1051).

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o Tema 1051 do STJ determina: "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador." (REsp 1.842.911-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 09/12/2020, DJe 17/12/2020. - Tema 1051).

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o Tema 1051 do STJ determina: "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador." (REsp 1.842.911-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 09/12/2020, DJe 17/12/2020. - Tema 1051).

QUESTÃO 65. A sociedade unipessoal Cardoso Moreira Ltda., negativada em razão do não pagamento de duplicata de compra e venda sacada com base em contrato de consumo e protestada por falta de pagamento, ajuizou ação de obrigação de fazer, cumulada com pedido indenizatório, em face da sacadora e beneficiária do título, a sociedade Alfredo, Wagner & Cia. Ltda. A autora, justificando já ter realizado o pagamento, pretende que a ré seja compelida a promover o cancelamento do protesto perante o tabelionato. Mesmo assim, a ré não providenciou a medida e ela permanece negativada. Considerados os fatos narrados e as disposições da lei de protestos, assinale a afirmativa correta.

a) A ré não deve ser compelida a promover o cancelamento do protesto, pois esse ônus é sempre do devedor, sendo nula qualquer pactuação em sentido contrário.

b) A ré está obrigada a promover o cancelamento do protesto por se tratar de dívida oriunda de relação de consumo, na qual a vulnerabilidade do consumidor é presumida.

c) A ré não deve ser compelida a promover o cancelamento do protesto porque não há vulnerabilidade do consumidor por se tratar de pessoa jurídica.

d) A ré está obrigada a promover o cancelamento do protesto, pois é ela quem se beneficia do pagamento da dívida, sendo considerada interessada para efeitos legais.

e) A ré não deve ser compelida a promover o cancelamento do protesto, pois esse ônus é do devedor após a quitação da dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão dispõe sobre o cancelamento do protesto.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista o Tema 725 do STJ, que determina que o ônus é do devedor, após a quitação da dívida, salvo pactuação em contrário: "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto."

A alternativa B está incorreta, pois, conforme acima explicitado, o Tema 725 do STJ determina: "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista o Tema 725 do STJ, que determina: "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista o Tema 725 do STJ, que determina: "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto."

A alternativa E está correta, tendo em vista o Tema 725 do STJ, que determina: "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto."

QUESTÃO 66. Em razão do falecimento de seu pai, que era empresário individual, o menor relativamente incapaz João Câmara, assistido por sua mãe, requereu em juízo autorização para o prosseguimento da sociedade empresária. Acerca dessa situação, assinale a afirmativa correta.

a) O pedido de autorização deve ser indeferido, uma vez que João Câmara ainda não se encontra em pleno gozo da capacidade civil para ser empresário e não pode prosseguir a sociedade empresária iniciada por outrem.

b) O juiz, após exame das circunstâncias e dos riscos da sociedade empresária, bem como da conveniência em continuá-la, deverá conceder a autorização, que será mantida até o fim da incapacidade.

c) O pedido poderá ser deferido; contudo, se a mãe de João Câmara for pessoa impedida de exercer a atividade de empresário, ela nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.

d) O pedido poderá ser deferido, caso em que nenhum dos bens que João Câmara já possuía ao tempo da sucessão ficará sujeito ao resultado da sociedade empresária, devendo tal ressalva constar do alvará que conceder a autorização.

e) O pedido de autorização deve ser indeferido, uma vez que somente se permite o prosseguimento da sociedade empresária quando o empresário é interditado, e não para menores, absoluta ou relativamente incapazes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão dispõe sobre o prosseguimento de sociedade empresária por menor relativamente incapaz.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que legislação brasileira prevê a possibilidade de menores relativamente incapazes (entre 16 e 18 anos) continuarem sociedades empresárias iniciadas por seus pais, desde que devidamente autorizados judicialmente, com fundamento no princípio da continuidade das empresas, que visa garantir a preservação do patrimônio familiar e a manutenção das atividades econômicas. O artigo 974 do Código Civil dispõe: "Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. §1º Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros. §2º Não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização. §3º O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos: (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011) I – o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade; (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011) II – o capital social deve ser totalmente integralizado; (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011) III – o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais. (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011)."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que legislação brasileira de fato prevê a possibilidade de menores relativamente incapazes (entre 16 e 18 anos) continuarem sociedades empresárias iniciadas por seus pais, desde que devidamente autorizados judicialmente, com fundamento no princípio da continuidade das empresas, que visa garantir a preservação do patrimônio familiar e a manutenção das atividades econômicas. O artigo 974, §1º do Código Civil dispõe, contudo, que a autorização poderá ser revogada pelo juiz: "Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. §1º Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros."

A alternativa C está correta, tendo em vista que o artigo 975 do Código Civil dispõe: "Art. 975. Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes."

A alternativa D está incorreta, por contrariar o art. 974, § 2º do CC, vejamos: "Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. (...) § 2º Não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, a legislação brasileira prevê a possibilidade de menores relativamente incapazes (entre 16 e 18 anos) continuarem sociedades empresárias iniciadas por seus pais, desde que devidamente autorizados judicialmente, com fundamento no princípio da continuidade das empresas, que visa garantir a preservação do patrimônio familiar e a manutenção das atividades econômicas. O artigo 974 do Código Civil dispõe: "Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. §1º Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros."

QUESTÃO 67. Foi celebrado contrato de comissão, tendo por objeto a contratação de mútuo, pelo comissário, à conta do comitente, e constando desse contrato cláusula *del credere* parcial. Sobre esse contrato, assinale a afirmativa correta.

a) É nulo, e por ser acessória, também é nula a cláusula *del credere*, uma vez que o objeto do contrato está restrito a uma operação de compra ou venda pelo comissário em seu próprio nome e à conta do comitente.

b) É válido, pois a comissão pode ter por objeto a realização de mútuo pelo comissário, porém é vedada a inclusão de cláusula *del credere*.

c) É válido, mas a cláusula *del credere* parcial é nula, uma vez que ela sempre deverá ser pactuada para que o comissário responda integralmente perante o comitente pelo inadimplemento do terceiro com quem contratar.

d) É válido, pois a comissão pode ter por objeto a realização de mútuo pelo comissário, e a cláusula *del credere* pode ser total ou parcial.

e) É válido, mas a cláusula *del credere* é nula, uma vez que ela só é permitida, ainda que parcialmente, se o objeto da comissão for compra ou venda de bens pelo comissário em seu próprio nome e à conta do comitente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão dispõe sobre o contrato de comissão.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista o parágrafo único do art. 698, CC, que possibilita a parcialidade da cláusula *del credere*: "Se do contrato de comissão constar a cláusula *del credere*, responderá o comissário solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente, caso em que, salvo estipulação em contrário, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido. Parágrafo único. A cláusula del credere de que trata o caput deste artigo poderá ser parcial. (Incluído Lei nº 14.690, de 2023)".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista o parágrafo único do art. 698, CC, que, conforme supracitado, possibilita a parcialidade da cláusula *del credere*: "Se do contrato de comissão constar a cláusula *del credere*, responderá o comissário solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente, caso em que, salvo estipulação em contrário, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido. Parágrafo único. A cláusula *del credere* de que trata o caput deste artigo poderá ser parcial. (Incluído Lei nº 14.690, de 2023)".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista o parágrafo único do art. 698, CC, que, conforme acima explicitado, possibilita a parcialidade da cláusula *del credere*.

A alternativa D está correta, tendo em vista o parágrafo único do art. 698, CC, que prevê a parcialidade da cláusula em comento: "Se do contrato de comissão constar a cláusula *del credere*, responderá o comissário solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente, caso em que, salvo estipulação em contrário, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido. Parágrafo único. A cláusula del credere de que trata o caput deste artigo poderá ser parcial. (Incluído Lei nº 14.690, de 2023)". Assim sendo, constando a cláusula *del credere*, o comissário responde solidariamente com aqueles que contratar perante ao comitente, de modo que, caso o comprador da mercadoria não pague o comitente, este poderá cobrar a dívida do próprio comissário e do devedor final, e, consoante parágrafo único, comitente e comissário podem determinar, no contrato, que a solidariedade seja parcial.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista o parágrafo único do art. 698, CC, que, conforme acima explicitado, possibilita a parcialidade da cláusula *del credere*.

QUESTÃO 68. Loanda, Marialva e Astorga decidiram constituir uma sociedade, porém não se preocuparam com as formalidades de arquivamento do ato constitutivo, que estava sob a incumbência de Loanda. Considerando as disposições legais para a sociedade nessa condição, assinale a alternativa correta.

a) Apenas a sócia Loanda responderá pessoalmente pelas obrigações sociais enquanto não forem providenciadas as formalidades para a regularização da sociedade, já que ela era responsável pelos atos de constituição.

b) Os bens dos sócios respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer um dos sócios, sendo nulo qualquer pacto limitativo de poderes.

c) A sociedade será considerada em juízo, ativa e passivamente, pela pessoa que a quem couber a administração de seus bens.

d) Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual a sociedade e os sócios são titulares em comum.

e) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade por qualquer meio admitido em direito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata das disposições legais relativas à sociedade em comum.

A alternativa A está incorreta, pois a responsabilidade das sócias será comum, respondendo também Marialva e Astorga pelas obrigações sociais, conforme art. 988, CC, que dispõe: "Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum."

A alternativa B está incorreta, pois poderão haver pactos sociais que limitem a responsabilidade de seus sócios, dentro dos limites legais, conforme prevê art. 989 do CC: "Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer."

A alternativa C está correta, pois é o teor do Art. 75, IX do CPC, que determina: "Serão representados em juízo, ativa e passivamente: IX - a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens;".

A alternativa D está incorreta, pois contraria o art. 988, CC, que dispõe: "Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum."

A alternativa E está incorreta, pois os sócios só podem provar a existência da sociedade por escrito, conforme art. 987, CC: "Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo."

QUESTÃO 69. Afrodite é presidente da mineradora Fluminis e, com o objetivo de reduzir custos, determinou que a barragem de contenção dos dejetos provenientes do beneficiamento mineral fosse construída com material barato, embora contraindicado em parecer técnico. Por maioria, o conselho de administração da Fluminis referendou a decisão de Afrodite. Em decorrência da precariedade do material utilizado, a barragem veio a desmoronar, causando poluição e graves danos ambientais, fato, em tese, penalmente relevante pelas circunstâncias do caso.

Diante da hipótese narrada, em tema de responsabilidade penal da pessoa jurídica, assinale a afirmativa correta.

a) A mineradora não pode ser responsabilizada penalmente, uma vez que a legislação vigente permite a punição por crime contra o meio ambiente apenas se comprovado que a infração penal foi praticada por decisão prévia da direção institucional.

b) A mineradora pode ser responsabilizada por crime contra o meio ambiente mediante a aplicação da pena de interdição definitiva da atividade no local, a depender da comprovação da irreversibilidade dos danos causados.

c) A mineradora pode ser responsabilizada penalmente pelos crimes contra o meio ambiente praticados em seu interesse ou benefício, ainda que nenhum de seus dirigentes ou prepostos já tenham sido responsabilizados, cível ou criminalmente.

d) A extensão dos danos causados pode justificar a aplicação da pena de proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de até 15 (quinze) anos.

e) A responsabilidade penal da mineradora deverá ser reconhecida cumulativamente com a responsabilidade de Afrodite e dos membros do conselho que referendaram a utilização do material precário, uma vez que a legislação vigente acolhe a teoria da imputação subjetiva.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais.

A alternativa A está incorreta. A legislação ambiental brasileira (Lei 9.605/1998, art. 3º) prevê que a pessoa jurídica pode ser responsabilizada penalmente por crimes ambientais, independentemente da comprovação de decisão prévia da direção institucional, bastando que a infração tenha sido cometida em benefício da empresa. A exigência de uma decisão prévia não é um requisito necessário para a configuração da responsabilidade penal da pessoa jurídica.

A alternativa B está incorreta. Embora a interdição definitiva seja uma das penas aplicáveis a crimes ambientais (art. 21 da Lei 9.605/1998), ela não depende necessariamente da irreversibilidade dos danos. A interdição pode ser aplicada como medida punitiva em diversos contextos, inclusive como sanção proporcional à gravidade do crime, mas não está vinculada exclusivamente à irreversibilidade dos danos.

A alternativa C está correta. A Lei 9.605/1998, art. 3º, prevê a responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais quando praticados em seu interesse ou benefício, independentemente da responsabilização penal ou civil das pessoas físicas envolvidas. Ou seja, a mineradora pode ser punida mesmo que seus dirigentes ou prepostos ainda não tenham sido responsabilizados diretamente.

Superação da teoria da dupla imputação em crimes ambientais: Após o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 548.181 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 06.08.2013, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) modificou a sua jurisprudência e deixou de adotar a teoria da dupla imputação para a responsabilização das pessoas jurídicas por crimes ambientais. Assim, não é necessário que uma pessoa física seja imputada junto com a pessoa jurídica para que a responsabilidade penal da empresa seja reconhecida. Este entendimento reforça que a mineradora pode ser responsabilizada isoladamente, sem a necessidade de responsabilizar previamente seus dirigentes ou prepostos.

A alternativa D está incorreta. A Lei 9.605/1998, em seu art. 21, inciso III, prevê a possibilidade de aplicação da pena de proibição de contratar com o Poder Público, mas o prazo máximo é de 10 anos, e

não de 15 anos, como consta na assertiva. Além disso, a aplicação dessa sanção depende de uma análise do caso concreto, não sendo vinculada diretamente à extensão dos danos causados.

A alternativa E está incorreta. A legislação ambiental brasileira adota a teoria da dupla imputação em casos envolvendo a responsabilidade penal de pessoas jurídicas, mas não se aplica a teoria da imputação subjetiva, que exige dolo ou culpa direta dos agentes. No caso, a responsabilidade penal da pessoa jurídica é autônoma e pode coexistir com a responsabilização das pessoas físicas, mas não depende necessariamente de dolo subjetivo específico de cada membro do conselho.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 70. Marcela, empregada celetista de sociedade empresária terceirizada de determinado órgão público, subtraiu uma valiosa obra de arte pertencente à repartição pública, valendo-se do acesso facilitado pelo seu vínculo empregatício.

Entretanto, após a subtração da peça, que pretendia revender, percebeu que seria descoberta, pois havia câmeras de segurança que registraram toda a ação. Marcela soube que as autoridades competentes já haviam sido acionadas para que se iniciasse a persecução penal e, por isso, decidiu restituir a peça, o que foi feito antes mesmo do recebimento da denúncia.

Sobre os fatos, assinale a afirmativa correta.

a) Marcela pode ter a pena reduzida pelo arrependimento posterior, ante a integral restituição antes do recebimento da denúncia.

b) Ocorreu uma tentativa inidônea, pois as câmeras de vigilância tornariam impossível a consumação da subtração.

c) Marcela não é funcionária pública, devendo ser responsabilizada por furto qualificado pelo abuso de confiança.

d) Marcela pode ser beneficiada pela exclusão da tipicidade do arrependimento eficaz, afastando-se a sua responsabilidade penal pelo fato.

e) Há extinção da punibilidade do delito de peculato pela restituição integral da coisa antes da sentença.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre subtração de bem público, responsabilidade penal, arrependimento posterior, arrependimento eficaz, furto qualificado e peculato.

A alternativa A está correta. O art. 16 do Código Penal prevê a figura do arrependimento posterior, que ocorre quando o agente, após a consumação do crime, repara o dano ou restitui a coisa antes do recebimento da denúncia, por ato voluntário. Nesse caso, a pena pode ser reduzida de um a dois terços.

Como Marcela restituiu a obra de arte antes do recebimento da denúncia, ela pode ser beneficiada por essa redução de pena.

A alternativa B está incorreta. A existência de câmeras de vigilância não impede a consumação do delito de furto. O crime de furto foi consumado no momento em que Marcela subtraiu a obra de arte, independentemente de ser descoberta posteriormente pelas câmeras. A tentativa inidônea ocorre quando o crime jamais poderia ser consumado por ineficácia absoluta dos meios ou impropriedade do objeto, o que não é o caso.

A alternativa C está incorreta. Embora Marcela não seja funcionária pública, por ser empregada terceirizada, a jurisprudência entende que aqueles que, mesmo não sendo formalmente servidores públicos, exercem funções em órgãos públicos ou têm vínculo contratual que lhes permite ter acesso privilegiado podem responder por peculato, conforme art. 312 do Código Penal, e não furto qualificado. O fato de ela ter se valido de sua função para subtrair a obra configura o crime de peculato.

A alternativa D está incorreta. O arrependimento eficaz, previsto no art. 15 do Código Penal, ocorre quando o agente, antes da consumação do crime, impede a sua ocorrência. No caso, o crime já estava consumado, uma vez que a subtração da obra de arte foi concluída. Portanto, não há que se falar em arrependimento eficaz, mas sim em arrependimento posterior.

A alternativa E está incorreta. A restituição da coisa antes da sentença não gera extinção da punibilidade em casos de peculato, conforme o art. 312 do Código Penal. A restituição pode, no máximo, reduzir a pena com base no arrependimento posterior, mas não exclui a punibilidade do crime.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 71. Sobre o tema do concurso de crimes, assinale a afirmativa correta.

a) Não se admite continuidade delitiva em crimes contra a vida.

b) As penas aplicadas são somadas nos casos de concurso material, e o resultado da soma é usado como parâmetro para calcular o prazo prescricional.

c) As penas aplicadas são somadas nos casos de concurso formal impróprio, ou seja, quando dois ou mais crimes são praticados mediante uma só ação ou omissão, necessariamente dolosa, resultando os crimes concorrentes de desígnios autônomos.

d) Nos casos de concurso formal próprio, aplica-se o princípio da exasperação à pena de multa.

e) Segundo a regra do concurso material benéfico, a pena resultante da soma das penas não pode ser superior àquela cabível na aplicação do princípio da exasperação.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre concurso de crimes.

A alternativa A está incorreta. A jurisprudência admite a continuidade delitiva em crimes contra a vida, desde que preenchidos os requisitos previstos no art. 71 do Código Penal, como semelhança de modus operandi, tempo e local próximos. Isso ocorre, por exemplo, em casos de homicídios praticados em sequência, em condições semelhantes.

A alternativa B está incorreta. No concurso material, as penas são somadas (art. 69 do Código Penal), mas o prazo prescricional não é calculado com base na soma das penas. O prazo prescricional é calculado individualmente para cada crime, conforme o art. 119 do Código Penal, que determina que, no caso de concurso de crimes, as penas são consideradas separadamente para efeito de prescrição.

A alternativa C está correta. No concurso formal impróprio (art. 70, segunda parte, do Código Penal), quando o agente, mediante uma única ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes com desígnios autônomos (intenção de praticar mais de um crime), as penas são somadas, como no concurso material. Aqui, a vontade do agente é considerada fundamental para diferenciar o concurso formal próprio do impróprio.

A alternativa D está incorreta. No concurso formal próprio (art. 70, primeira parte, do Código Penal), aplica-se o princípio da exasperação apenas à pena privativa de liberdade, aumentando-se a pena de um dos crimes em até 1/6 a 1/2. O aumento não se aplica automaticamente à pena de multa, salvo disposição expressa.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão legal para uma "regra de concurso material benéfico". No concurso material (art. 69 do Código Penal), as penas são somadas sem limites, e não há restrição quanto ao total resultante da soma, ao contrário do concurso formal próprio, onde se aplica a exasperação com limite máximo de aumento de 1/2.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 72. Caio, Tício e Mévio integram um grupo de extermínio e decidem matar três integrantes de uma organização criminosa rival, cabendo a cada um o assassinato de uma das vítimas.

Caio abordou sua vítima em emboscada. Todavia ao efetuar o disparo, verificou que a arma de fogo estava desmuniciada. Tício efetuou um disparo de arma de fogo no tórax da vítima que era seu alvo. Porém, ao ver o homem agonizando e chamando por seus filhos, Tício se compadeceu e o levou ao hospital. O esforço foi, contudo, em vão, tendo em vista que a vítima faleceu na mesa cirúrgica em decorrência de hemorragia. Por fim, Mévio rendeu sua vítima apontando a arma de fogo para a cabeça. Nesse interim, a vítima propôs a Mévio o pagamento de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) para que ele não o matasse, pedido que foi aceito por Mévio. Ocorre que minutos depois uma viatura passava pelo local e prendeu Mévio em flagrante.

Diante do exposto, assinale a opção que indica a consequência jurídica que melhor se amolda às condutas de Caio, Tício e Mévio, respectivamente.

a) Tentativa de homicídio, homicídio doloso e arrependimento eficaz.

b) Crime impossível, homicídio doloso e desistência voluntária.

c) Tentativa de homicídio, arrependimento eficaz e desistência voluntária.

d) Crime impossível, arrependimento eficaz e desistência voluntária.

e) Crime impossível, homicídio doloso e tentativa de homicídio.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre crime impossível, homicídio doloso e desistência voluntária.

A alternativa A está incorreta. Caio não cometeu tentativa de homicídio, pois o crime não chegou a ser iniciado devido ao fato de a arma estar desmuniciada, o que configura crime impossível (art. 17 do Código Penal). Quanto a Tício, ele efetivamente consumou o homicídio (art. 121 do Código Penal), mesmo tendo se arrependido posteriormente, já que a vítima morreu. Em relação a Mévio, ele desistiu de consumar o crime, o que configura desistência voluntária (art. 15 do Código Penal), e não arrependimento eficaz.

A alternativa B está correta. Caio cometeu crime impossível (art. 17 do Código Penal) porque o fato de sua arma estar desmuniciada tornava impossível a consumação do homicídio, já que não havia chance real de lesionar a vítima. Tício, por sua vez, consumou o homicídio doloso (art. 121 do Código Penal), pois apesar de seu arrependimento e tentativa de salvar a vítima, esta acabou falecendo em decorrência do disparo. Em relação a Mévio, sua conduta caracteriza desistência voluntária (art. 15 do Código Penal), pois ele poderia ter concluído o homicídio, mas optou por não matar a vítima, aceitando a proposta de suborno e não efetuando o disparo.

A alternativa C está incorreta. Caio não cometeu tentativa de homicídio, pois a arma desmuniciada inviabilizou o início da execução do crime, configurando crime impossível. Tício não se enquadra no arrependimento eficaz, pois a vítima faleceu, e o arrependimento eficaz só se aplica quando o agente impede a consumação do crime. Mévio cometeu desistência voluntária, mas a tipificação de Caio e Tício está incorreta.

A alternativa D está incorreta. Embora Caio tenha cometido crime impossível e Mévio tenha praticado desistência voluntária, Tício não se enquadra no arrependimento eficaz, pois, apesar de ter tentado salvar a vítima, o crime se consumou com o óbito. O arrependimento eficaz requer que a consumação do delito seja evitada, o que não ocorreu.

A alternativa E está incorreta. Caio cometeu crime impossível, mas Tício consumou o homicídio, não sendo uma tentativa. Mévio cometeu desistência voluntária, afastando a tipificação de tentativa de homicídio, pois ele aceitou o suborno e decidiu não matar a vítima.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 73. Na solução do conflito aparente de normas penais, assinale a afirmativa correta.

a) O princípio da especialidade afirma que o ordenamento penal somente protege os bens jurídicos mais importantes para a vida pacífica em sociedade.

b) O princípio da taxatividade estabelece a prevalência da norma penal que descreve condutas de observância obrigatória para fins de proteção fiscal.

c) O princípio da fungibilidade considera a equivalência entre normas penais incriminadoras, que são preponderantes em relação às normas penais permissivas e explicativas.

d) O princípio da fragmentariedade considera a prevalência da norma penal que contém todos os elementos da norma geral, além de outros que a tornam distinta.

e) O princípio da alternatividade estabelece que, nos crimes de conteúdo variável, a incursão delitiva será única, ainda que sejam múltiplas as condutas típicas praticadas pelo mesmo sujeito no mesmo contexto.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre conflito aparente de normas.

A alternativa A está incorreta. O princípio da especialidade não se refere à importância dos bens jurídicos protegidos pelo direito penal. Esse princípio afirma que, quando duas normas se aplicam ao mesmo fato, a norma especial prevalece sobre a geral. Ou seja, uma norma que contém todos os elementos da norma geral, acrescida de outros elementos específicos, terá prevalência sobre a norma geral.

A alternativa B está incorreta. O princípio da taxatividade exige que as normas penais sejam claras e precisas, permitindo que os cidadãos compreendam exatamente o que é proibido ou permitido. Não tem relação com proteção fiscal ou com a prevalência de normas nesse sentido.

A alternativa C está incorreta. Não existe um princípio da fungibilidade no direito penal que trate da equivalência entre normas incriminadoras e normas permissivas. Fungibilidade, em outros contextos jurídicos, está relacionada à substituição de algo por outro bem equivalente, mas não se aplica ao conflito aparente de normas penais.

A alternativa D está incorreta. O princípio da fragmentariedade estabelece que o direito penal só deve intervir em casos onde houver lesão significativa a bens jurídicos relevantes e que a criminalização deve ser restrita a condutas gravemente lesivas. Não se refere à prevalência de normas penais mais detalhadas.

A alternativa E está correta. O princípio da alternatividade aplica-se a tipos penais que descrevem várias condutas como alternativas (crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado). Nesse caso, mesmo que o agente pratique várias condutas descritas no tipo penal, haverá apenas um crime. Por exemplo, se um agente em um mesmo contexto pratica atos de importar e exportar drogas, será considerado um único crime. Esse entendimento foi consolidado pelo STJ no AgRg no REsp 1807400/RS, que reafirmou que,

em crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado, a prática de mais de uma conduta no mesmo contexto não gera pluralidade de crimes.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 74. Acerca dos crimes contra a Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

a) O funcionário público que detém a posse de uma bicicleta particular em razão do cargo e concorre culposamente para a apropriação desse bem por outro funcionário público não incorre em prática delitiva, podendo, no entanto, responder por improbidade administrativa.

b) Em caso de prática do crime de peculato culposo, a reparação do dano extingue a punibilidade se for precedente à sentença irrecorrível ou, se for posterior, reduz à metade a pena imposta.

c) A reparação do dano causado não configura condição essencial para a progressão do regime de cumprimento da pena privativa de liberdade em relação aos condenados por crime contra a Administração Pública.

d) A circunstância de um dos agentes ser funcionário público é elementar do crime de concussão e, por isso, comunica-se ao agente concorrente particular, independentemente da ciência deste sobre a qualificação do primeiro.

e) A testemunha que faz afirmação falsa pode ser multada, mas não prática fato penalmente típico desde que inexista aceitação de vantagem indevida e o fato ocorra em fase pré-processual.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre crimes contra a Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. O crime de peculato culposo está previsto no art. 312, §2º, do Código Penal e ocorre quando o funcionário público, por negligência, imprudência ou imperícia, concorre para que outro funcionário se aproprie de um bem público ou particular. Nesse caso, o funcionário público que concorre culposamente responde por peculato culposo, que é uma prática delitiva. A improbidade administrativa também pode ocorrer, mas a prática delitiva não está afastada.

A alternativa B está correta. O art. 312, §3º, do Código Penal dispõe que, no crime de peculato culposo, se o agente repara o dano antes da sentença irrecorrível, a punibilidade é extinta. Se a reparação ocorre após a sentença, a pena será reduzida pela metade. Assim, a reparação do dano é fator relevante para extinguir ou reduzir a punibilidade.

A alternativa C está incorreta. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), em crimes contra a Administração Pública, a reparação do dano ou a devolução do produto do ilícito é requisito essencial para a progressão de regime. A falta de reparação pode, portanto, impedir a progressão do regime prisional.

A alternativa D está incorreta. A elementar de ser funcionário público não se comunica automaticamente ao particular que concorre para o crime, a menos que este tenha ciência da condição especial do funcionário. A comunicação de elementares depende do conhecimento do partícipe sobre a circunstância qualificadora do autor do delito.

A alternativa E está incorreta. A falsa testemunha ou quem faz afirmação falsa comete o crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal, independentemente de haver ou não aceitação de vantagem indevida, e não importa se a fase é pré-processual ou processual. O falso testemunho é um crime penalmente típico, e a aplicação de multa não exclui a tipicidade penal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 75. Jerônimo, porteiro de edifício residencial, ao perceber que uma entregadora está totalmente vestida de branco e usando guias de candomblé, diz a ela, no intuito de ofendê-la, que "ela é uma macumbeira endemoniada". Em seguida, Jerônimo fala para a entregadora que, em razão de sua religião, ela não poderá usar a entrada e o elevador sociais, devendo utilizar a entrada e o elevador de serviços para fazer a entrega ao morador que a solicitara.

Diante do caso narrado, Jerônimo deverá responder por

a) racismo, apenas.

b) injúria simples, apenas.

c) injúria qualificada, apenas.

d) injúria simples e racismo.

e) injúria qualificada e racismo.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre injúria simples, injúria qualificada e racismo.

A alternativa A está incorreta. Embora o caso contenha elementos que configuram o crime de racismo (art. 20 da Lei 7.716/1989), ele não se limita a isso, pois também há uma ofensa pessoal dirigida à entregadora em função de sua religião, o que caracteriza injúria qualificada.

A alternativa B está incorreta. O comportamento de Jerônimo não se enquadra apenas como injúria simples (art. 140 do Código Penal), pois envolve ofensa relacionada à religião da vítima, configurando injúria qualificada pelo preconceito, prevista no art. 140, § 3º, do Código Penal.

A alternativa C está incorreta. Jerônimo comete injúria qualificada por ofender a vítima com base em sua religião, mas também comete racismo, ao impedir que a entregadora utilize os espaços comuns do

prédio em razão de sua religião, o que configura segregação e tratamento discriminatório, típico do crime de racismo.

A alternativa D está incorreta. A ofensa proferida por Jerônimo não caracteriza apenas injúria simples, mas sim injúria qualificada pela motivação religiosa. Além disso, a conduta de segregar a vítima no uso dos espaços sociais do prédio caracteriza racismo (Art. 11 da Lei 7.7716/89).

A alternativa E está correta. Jerônimo deverá responder por injúria qualificada (art. 140, § 3º, do Código Penal) porque ofendeu a entregadora em razão de sua religião, e por racismo (artigos 11 e 20 da Lei 7.716/1989) ao impedir que ela utilizasse os espaços comuns do prédio (entrada e elevador sociais), com base em preconceito religioso. A discriminação religiosa no uso de espaços públicos ou privados abertos ao público é uma forma de racismo, que é imprescritível e inafiançável.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 76. A Criminologia é o ramo da Ciência Penal que abrange os conhecimentos relativos ao delito como fenômeno social, inclusive os processos de elaborar as leis, infringir as leis e reagir à infração das leis

Acerca das teorias criminológicas, analise as afirmativas a seguir.

I. A teoria ecológica do delito foi criada no contexto da Escola de Chicago e consiste na sustentação, baseada em pesquisas empíricas, da correlação entre o ambiente comunitário e a formação de determinados padrões infracionais.

II. A teoria da associação diferencial, também chamada de teoria da aprendizagem social, preconiza que as racionalidades motivacionais e metodológicas que envolvem o cometimento de ilicitudes podem ter origem genética, mas são principalmente transmitidas em circunstâncias específicas no curso da convivência grupal.

III. Os chamados crimes do colarinho branco são infrações praticadas por indivíduos dotados de elevado status socioeconômico no curso de atividades filantrópicas, sendo a razão pela qual as cifras negras não incidem sobre tais comportamentos ilícitos.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre escolas criminológicas e cifras negras.

A alternativa A está correta. A afirmativa I é a única correta, pois a teoria ecológica do delito foi de fato desenvolvida pela Escola de Chicago, baseando-se em pesquisas empíricas que demonstram a influência do ambiente social e físico na criminalidade. A desorganização social em determinadas áreas urbanas pode gerar maiores índices de comportamento delituoso.

A alternativa B está incorreta. Embora a afirmativa I esteja correta, a afirmativa II está errada. A teoria da associação diferencial de Edwin Sutherland afirma que o comportamento criminoso é aprendido socialmente em interação com outros indivíduos. A ideia de que o comportamento criminoso pode ter origem genética não faz parte dessa teoria, que se concentra no aprendizado social, e não em fatores genéticos.

A alternativa C está incorreta. A afirmativa I está correta, mas a afirmativa III está errada. Os crimes do colarinho branco são crimes cometidos por pessoas de status socioeconômico elevado no exercício de suas ocupações, mas isso não está limitado a atividades filantrópicas. Além disso, os crimes de colarinho branco também são afetados pelas cifras negras, pois muitas vezes não são denunciados ou são difíceis de detectar.

A alternativa D está incorreta. Tanto a afirmativa II quanto a III estão incorretas. A teoria da associação diferencial não menciona fatores genéticos como motivação para o comportamento criminoso, e a ideia de que os crimes do colarinho branco ocorrem apenas em atividades filantrópicas é equivocada. Além disso, esses crimes podem ser influenciados pelas cifras negras, contradizendo o que é dito na afirmativa III.

A alternativa E está incorreta. A afirmativa I está correta, mas tanto a II quanto a III estão incorretas. A teoria da associação diferencial não considera fatores genéticos e se baseia no aprendizado social, e os crimes do colarinho branco não são limitados a atividades filantrópicas e podem ser afetados pelas cifras negras.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 77. Aloysio, 81 anos de idade, residia sozinho em um bairro violento de uma grande metrópole. Em determinado dia, sua casa foi acometida por um curto-circuito que resultou na interrupção do abastecimento de energia elétrica no imóvel. Aloysio fez contato com o eletricista Miguel para que este fizesse o reparo. Miguel, todavia, informou que, em razão de compromissos profissionais anteriores, só poderia ir ao local no dia seguinte.

À noite, Aloysio acordou com o barulho de seu portão sendo arrombado. Posteriormente, viu um homem armado ingressando em seu quintal. Mesmo letárgico em razão da ingestão de remédio para dormir, temendo por sua vida. Aloysio pegou uma arma de fogo velha que guardava embaixo de sua cama e efetuou um único disparo contra o homem, que, atingido na barriga, faleceu no local.

Ato contínuo, Aloysio se aproximou do corpo e verificou que a vítima era Miguel, que tinha ido ao local para tentar reparar a rede elétrica da casa.

Diante do exposto, assinale a opção que indica o correto enquadramento da conduta de Aloysio.

a) Exclusão da ilicitude em razão da legítima defesa

b) Isenção de pena em razão da legítima defesa putativa.

c) Exclusão da tipicidade em razão de atos reflexos.

d) Inimputabilidade em razão do estado de sonolência.

e) Homicídio doloso.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre legítima defesa putativa, erro de tipo e isenção de pena.

A alternativa A está incorreta. A legítima defesa ocorre quando alguém reage a uma agressão injusta, atual ou iminente, para defender sua vida ou a de outrem (art. 25 do Código Penal). No caso, Aloysio acreditava erroneamente que estava sendo agredido por um ladrão, quando, na verdade, o homem era o eletricista Miguel. Portanto, trata-se de legítima defesa putativa, e não legítima defesa real, pois a agressão não era verdadeira.

A alternativa B está correta. A legítima defesa putativa ocorre quando alguém, por erro, acredita estar diante de uma agressão injusta e age para se defender, quando, na verdade, não existe tal agressão. No caso, Aloysio acreditou, erroneamente, que estava sendo vítima de um invasor armado, mas o homem era Miguel, que estava ali para consertar a rede elétrica. Este erro é um erro de tipo, e como foi provocado por circunstâncias razoáveis (barulho no portão, homem armado), há a possibilidade de isenção de pena (art. 20, §1º do Código Penal).

A alternativa C está incorreta. Atos reflexos são ações involuntárias realizadas pelo agente sem controle consciente, como espasmos ou reflexos involuntários. No caso de Aloysio, ele atirou consciente de sua ação, acreditando que estava em perigo. Portanto, a situação não caracteriza um ato reflexo.

A alternativa D está incorreta. Embora Aloysio estivesse letárgico em razão da ingestão de remédios para dormir, isso não o torna inimputável. O estado de sonolência, nesse caso, não retira sua capacidade de entendimento ou de agir conforme essa compreensão. A inimputabilidade só ocorre quando o agente não pode compreender o caráter ilícito do fato ou não pode se determinar de acordo com esse entendimento, o que não foi demonstrado no caso.

A alternativa E está incorreta. O dolo é a intenção de matar ou a aceitação do resultado morte. No caso, Aloysio não teve a intenção de matar Miguel, pois acreditava estar defendendo sua vida de um invasor. A conduta, portanto, se enquadra em legítima defesa putativa e não em homicídio doloso.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 78. Em 15 de junho de 2024, Técio buscou atendimento em hospital de sua cidade devido a uma indisposição gástrica, preencheu a ficha com seus dados, consignando no campo próprio que possuía alergia a dipirona, e foi, em seguida, encaminhado ao consultório onde estava de plantão o médico Caio.

Ao iniciar o atendimento, o paciente Técio relatou os sintomas de desconforto abdominal e náusea. O médico Caio, após exame clínico, acabou se esquecendo, negligentemente, de ler na ficha de atendimento do paciente o campo de suas declaradas alergias medicamentosas e o encaminhou para a enfermaria, com prescrição de aplicação de uma ampola de Buscopam (composto de butilbrometo de escopolamina e de dipirona sódica monoidrataca).

Chegando ao setor próprio para receber o prescrito medicamento, Técio foi recebido pelo enfermeiro Guilherme que, de pronto, não só o reconheceu como um vizinho por ele malquisto, como também constatou a notória inobservância do cuidado objetivo do médico Caio, já que, em sua prescrição de medicamento, havia um dos potenciais alérgenos declarados pelo paciente em sua ficha (dipirona).

Certo é que, mesmo percebendo o irresponsável equívoco do médico, Guilherme, desejando fortemente a morte do paciente Técio, aplicou-lhe o medicamento, gerando rápidas consequências em seu organismo, com grave choque anafilático e parada cardíaca que, por muito pouco, não custaram a vida do paciente. Técio só foi salvo por força de rápida e eficaz ação de outra equipe de plantonistas que se encontrava no nosocômio, vindo a vítima a sobreviver.

Considerando que todos os fatos foram devidamente comprovados, inclusive os aspectos subjetivo-normativos dos comportamentos dos envolvidos (atuação culposa de Caio e dolosa de Guilherme), e que o remédio prescrito seria o teoricamente adequado em qualidade e quantidade ao quadro de saúde de Técio, não fosse sua declarada alergia a uma das substâncias, assinale a afirmativa correta.

a) Caio e Guilherme responderão por crime de homicídio doloso na modalidade tentada, não havendo que se falar em concurso de pessoas.

b) Caio e Guilherme responderão por crime de lesão corporal dolosa grave pelo perigo de vida, em concurso de pessoas.

c) Caio responderá por crime de lesão corporal dolosa grave pelo perigo de vida, enquanto Guilherme estará sujeito às penas do homicídio doloso, na modalidade tentada, não havendo que se falar em concurso de agentes.

d) Caio responderá por crime de lesão corporal culposa grave, qualificada pelo perigo de vida, e Guilherme por crime de homicídio doloso, na modalidade tentada, não havendo que se falar em concurso de agentes.

e) Caio responderá por crime de lesão corporal culposa, e, Guilherme, por crime de homicídio doloso na modalidade tentada, não havendo que se falar em concurso de agentes.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre responsabilização penal por condutas culposas e dolosas.

A alternativa A está incorreta. Caio agiu de forma culposa, pois negligenciou a leitura da ficha médica do paciente, enquanto Guilherme agiu com dolo, desejando a morte de Técio ao aplicar deliberadamente o medicamento ao qual ele tinha alergia. Caio, portanto, não pode responder por homicídio doloso tentado, e não há concurso de pessoas entre eles.

A alternativa B está incorreta. Guilherme agiu com dolo direto ao tentar matar Técio, não com o objetivo de causar lesão corporal. Além disso, Caio agiu culposamente, e não de forma dolosa, portanto, eles não podem ser responsabilizados por lesão corporal dolosa, e tampouco existe concurso de pessoas.

A alternativa C está incorreta. Caio agiu de forma culposa, já que sua conduta foi negligente ao não verificar a ficha do paciente e prescrever um medicamento inadequado, o que caracteriza lesão corporal culposa, não dolosa. Guilherme, por sua vez, agiu com dolo ao tentar matar Técio, portanto responde por homicídio doloso tentado, mas Caio não pode responder por lesão dolosa.

A alternativa D está incorreta. Embora Caio responda por lesão corporal culposa e Guilherme por homicídio doloso tentado, a qualificação "grave" não se aplica à lesão culposa de Caio, pois o resultado foi evitado e a vítima não morreu. A gravidade está mais associada ao dolo de Guilherme, que efetivamente tentou matar a vítima.

A alternativa E está correta. Caio agiu com culpa ao prescrever um medicamento contendo substância à qual o paciente era alérgico, não verificando as informações da ficha médica. Isso configura lesão corporal culposa. Guilherme, por outro lado, agiu com dolo ao administrar deliberadamente o medicamento com o desejo de causar a morte de Técio, o que configura homicídio doloso tentado. Não há concurso de agentes, pois não houve vínculo subjetivo entre as condutas de Caio e Guilherme para que agissem conjuntamente na tentativa de matar a vítima.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 79. Antônio assistia a uma série televisiva noturna, quando foi surpreendido pelo inesperado toque da campainha de sua casa. Ao atender a porta, deparou-se com o funcionário de uma renomada loja de vinhos, que indagou se aquele seria o endereço para onde havia sido pedido por João da Silva uma celebrada garrafa de vinho, já devidamente paga por Pix pelo destinatário, no valor de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Percebendo o erro, mas dominado pela vontade de degustar a bebida, Antônio confirmou falsamente ser ele o autor encomenda, dando ainda como correto o endereço, o que fez com que

a garrafa fosse, em seguida, a ele voluntariamente entregue, sendo consumida por Antônio antes do engano ser percebido pela loja vendedora do produto e por seu funcionário.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Antônio responderá por furto qualificado pela fraude.

b) Antônio responderá por crime de estelionato.

c) Antônio responderá por crime de apropriação indébita simples.

d) Antônio responderá por apropriação indébita de coisa alheia havida por erro.

e) Antônio responderá por furto qualificado pela destreza.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre o crime de estelionato.

A alternativa A está incorreta. O crime de furto qualificado pela fraude (art. 155, §4º, II, do Código Penal) ocorre quando o agente emprega algum tipo de artifício ou fraude para subtrair coisa alheia. No caso, Antônio não subtraiu o vinho por meio de fraude com o objetivo de furtar diretamente, mas sim por meio de engano (falsa identidade), o que caracteriza o crime de estelionato.

A alternativa B está correta. O crime de estelionato (art. 171 do Código Penal) ocorre quando alguém obtém vantagem ilícita induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Antônio enganou o entregador ao se passar pelo comprador legítimo, induzindo-o ao erro e obtendo o vinho indevidamente, o que configura estelionato.

A alternativa C está incorreta. O crime de apropriação indébita (art. 168 do Código Penal) ocorre quando alguém, após receber legitimamente a posse de um bem, decide se apropriar dele indevidamente. No caso, Antônio não recebeu a posse legítima da garrafa de vinho, mas sim a obteve por meio de fraude, o que caracteriza estelionato, e não apropriação indébita.

A alternativa D está incorreta. A figura de apropriação indébita de coisa alheia havida por erro (art. 169, II, do Código Penal) se aplica quando alguém recebe algo por erro e, em vez de devolver, decide se apropriar. Aqui, Antônio não recebeu o vinho por mero erro, mas enganou conscientemente o entregador, o que caracteriza o crime de estelionato.

A alternativa E está incorreta. O furto qualificado pela destreza (art. 155, §4º, II, do Código Penal) ocorre quando a subtração de bens é feita com habilidade excepcional para evitar a vigilância da vítima. O caso narrado envolve fraude e engano, não destreza, o que configura estelionato e não furto.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 80. Segundo a teoria geral do crime, assinale a afirmativa correta.

a) Os crimes de dano são aqueles que demandam a comprovação da ameaça de lesão ao bem jurídico protegido.

b) Os crimes de mera conduta são consumados no momento da produção do resultado expressamente contido na descrição típica.

c) Os crimes de perigo concreto são aqueles que demandam a comprovação da ofensa material ao bem jurídico tutelado.

d) Os crimes materiais são aqueles em que o tipo penal descreve a conduta e o resultado, mas não exige a ocorrência deste último para fins de consumação.

e) Os crimes formais se consumam antes da ocorrência do resultado naturalístico previsto na descrição típica, sendo, por essa razão, também chamados de crimes de consumação antecipada.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre teoria geral do crime.

A alternativa A está incorreta. Os crimes de dano exigem a efetiva lesão ou dano ao bem jurídico protegido, e não apenas a ameaça de lesão. Um exemplo é o crime de furto, que só se consuma com a subtração da coisa alheia.

A alternativa B está incorreta. Os crimes de mera conduta são aqueles em que o tipo penal descreve apenas a conduta, sem exigir um resultado específico para a consumação do crime. Um exemplo é o crime de invasão de domicílio, que se consuma com a mera entrada não autorizada, independentemente de qualquer resultado adicional.

A alternativa C está incorreta. Os crimes de perigo concreto não exigem a ofensa material ao bem jurídico, mas sim a comprovação de que houve uma situação real de perigo para o bem jurídico. Um exemplo é o crime de dirigir embriagado, que se consuma com a criação de um risco concreto à segurança no trânsito, sem necessidade de efetiva lesão.

A alternativa D está incorreta. Nos crimes materiais, o tipo penal exige tanto a conduta quanto a produção de um resultado específico para a consumação do crime. Um exemplo é o homicídio, que só se consuma com a morte da vítima.

A alternativa E está correta. Nos crimes formais, a consumação ocorre independentemente da produção do resultado naturalístico previsto no tipo penal. A conduta descrita no tipo já é suficiente para a consumação do crime, mesmo que o resultado não ocorra. Por essa razão, também são chamados de crimes de consumação antecipada. Um exemplo é o crime de extorsão mediante ameaça, que se consuma com a prática da ameaça, ainda que o resultado pretendido (a obtenção da vantagem indevida) não ocorra.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

TJ-MT

QUESTÃO 01. "A pessoa humana foi, com justa causa, elevada ao patamar de epicentro dos epicentros. Como consequência, na responsabilidade civil, o dano à pessoa humana se objetiva em relação ao resultado, emergindo o direito de danos como o governo jurídico de proteção à vítima. Consolida-se a ideia de compensação pelo sofrimento. O direito civil, por isso, passa a 'inquietar-se com a vítima'." (FACHIN, Edson. Responsabilidade civil contemporânea no Brasil: notas para uma aproximação.) O dispositivo do Código Civil que bem representa a ideia invocada pelo texto é:

a) haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (Art. 927, § único);

b) aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz. (Art. 932);

c) os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação. (Art. 942, caput);

d) são também responsáveis pela reparação civil: o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições (Art. 932, II);

e) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança. (Art. 943).

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata da responsabilidade objetiva.

Nos termos do Professor Paulo Sousa, a responsabilidade civil é aquela na qual dispensa-se a culpa. Há responsabilidade, mesmo que prove que não tem culpa alguma.

A alternativa A está correta, já que é a única que representa a ideia trazida pelo texto, já que menciona um artigo do Código Civil que fala sobre a responsabilidade objetiva. As demais opções, dispõem artigos que não tem conexão com a ideia de responsabilidade objetiva trazida pelo enunciado.

QUESTÃO 02. Logro viaja a Las Vegas, nos Estados Unidos, e lá aproveita, licitamente todos os cassinos da cidade. Acaba perdendo muito dinheiro e emite cheques de um banco americano para cobrir a dívida. Retorna, então, ao Brasil, onde um cassino o executa judicialmente pelo cheque sem fundos passado.

Nesse caso, a obrigação executada é:

a) válida, eficaz e exigível;

b) nula;

c) anulável;

d) válida, porém ineficaz;

e) válida, eficaz, porém inexigível (natural).

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata de obrigações.

A alternativa A está correta, já que o STJ entende que a execução promovida por cassino que opera legalmente no exterior é válida. Veja entendimento jurisprudencial nesse sentido: "A cobrança de dívida de jogo contraída por brasileiro em cassino que funciona legalmente no exterior é juridicamente possível e não ofende a ordem pública, os bons costumes e a soberania nacional". STJ. 3ª Turma. REsp 1628974-SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 13/6/2017 (Info 610).

QUESTÃO 03. Reinoldo toma crédito do Banco Dinheiro Já para aquisição da casa própria. Como garantia, grava hipoteca sobre o bem adquirido, uma linda fazenda cortada por um aprazível riacho. Imediatamente imitido na posse, constroi uma voluptuária piscina e uma casa para um funcionário que cuidava do jardim, mas nada transcreve à matrícula. A par disso, verifica que seu terreno fora acrescido por aluvião às margens do riacho.

Todavia, em 2023, cai em inadimplência, razão pela qual o banco inicia a execução extrajudicial da hipoteca, adjudicando para si o imóvel. Como propusera demanda anulatória contra tal adjudicação, a imissão da instituição financeira na posse ainda demora, de modo que Reinoldo acresce benfeitoria necessária ao imóvel.

Nesse caso, é correto afirmar que Reinoldo:

a) não terá direito de retenção ou indenização sobre nada (piscina, casa, aluvião e benfeitoria necessária);

b) terá direito de retenção sobre a benfeitoria e de indenização pelo acréscimo por aluvião, uma vez que todos os demais melhoramentos estavam abrangidos pela hipoteca;

c) terá direito de retenção exclusivamente sobre a benfeitoria necessária construída após a execução da hipoteca, uma vez que todos os demais melhoramentos e acréscimos estavam abrangidos pela hipoteca;

d) terá direito de indenização apenas pelo acréscimo por aluvião, uma vez que os demais melhoramentos ou estavam abrangidos pela hipoteca ou foram implementados após a execução extrajudicial;

e) terá direito a retenção ou indenização pelos acréscimos e melhoramentos havidos antes da execução, não abrangidos pela hipoteca até por falta de transcrição na matrícula, mas não sobre a benfeitoria necessária após a execução, porque feita de boa-fé na pendência de demanda anulatória.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata da hipoteca.

A alternativa A está <u>correta,</u> já que a hipoteca abrange todas as acessões (terreno acrescido por aluvião), melhoramentos ou construções do imóvel (piscina e casa para o empregado). Já em relação a benfeitoria necessária, veja que ela foi realizada após a execução extrajudicial da hipoteca, por tanto, Reinoldo já se considerava possuidor de má-fé. Nessa perspectiva, Reinoldo tem direito ao ressarcimento pelas benfeitorias necessárias, mas não tem direito de retenção ou indenização. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 1.474. A hipoteca abrange todas as acessões, melhoramentos ou construções do imóvel. Subsistem os ônus reais constituídos e registrados, anteriormente à hipoteca, sobre o mesmo imóvel. Art. 1.219. O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis. Art. 1.220. Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias; não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias".

QUESTÃO 04. Em uma demanda indenizatória por dano-morte de filho com 15 anos, o juiz, no saneador, decide que o autor, para a procedência do pleito de pensionamento (alimentos indenizatórios), deverá comprovar:

i) a contribuição da vítima para o sustento de sua família, de baixa renda;

ii) o exercício de atividade laborativa pela vítima;

iii) o valor dos rendimentos da vítima falecida.

Nesse caso, considerando as presunções jurisprudenciais sobre o tema, o juiz:

a) errou ao impor tais comprovações;

b) acertou ao impor as comprovações de itens ii e iii;

c) acertou ao impor a comprovação de item ii;

d) acertou ao impor a comprovação de itens ie ii;

e) acertou ao impor a comprovação de item iii.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata de indenização.

A alternativa A está correta, já que o STJ entende que se a família é de baixa renda, existe uma presunção relativa de que todo mundo contribui para a renda familiar, então os pais desse filho falecido, fariam jus desde logo a essa pensão, sem necessidade de comprovar que o filho contribuía para a renda familiar: "A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, em se tratando de famílias de baixa renda, existe presunção relativa de dependência econômica entre os membros, sendo devido, a título de dano material, o pensionamento mensal aos genitores da vítima." EDcl no AgInt no REsp 1880254/MT, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 20/09/2021, DJe 24/09/2021.

Nessa mesma perspectiva, temos a Súmula 491 do STF: "É indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado".

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, já que para ganhar o pleito de pensionamento não deverá provar nenhuma das opções solicitadas pelo juiz.

QUESTÃO 05. Dona Ilka faleceu aos 60 anos, deixando de herança o apartamento em que residia sozinha, os móveis que o guarneciam e algum dinheiro guardado no banco. Não teve filhos, e seus pais e irmãos (todos bilaterais) eram pré-mortos. Deixou somente uma tia, Ofélia, já bastante idosa, dois sobrinhos, Enzo e Gael, e uma prima, Zenaide.

Sua herança deve ser dividida da seguinte forma:

a) metade para Enzo e metade para Gael;

b) metade para Ofélia, um quarto para Enzo e um quarto para Gael;

c) um terço para Ofélia, um terço para Enzo e um terço para Gael;

d) metade para Ofélia, um sexto para Enzo, um sexto para Gael e um sexto para Zenaide;

e) um quarto para Ofélia, um quarto para Enzo, um quarto para Gael e um quarto para Zenaide.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre sucessão legítima.

A alternativa A está correta, já que nos termos do artigo 1.829 do Código Civil, a sucessão legítima se defere na seguinte ordem: aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente;

aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; ao cônjuge sobrevivente; e por último, aos colaterais. Nessa perspectiva, os bens serão herdados pelos colaterais, já que o enunciado informa que Dona Ika não tem descentes, cônjuge ou ascendentes vivos. Em relação aos colaterais, nos termos do art. 1.843 na falta de irmãos, herdarão os filhos destes e, não os havendo, os tios. Por tanto, já que os filhos do irmão de Dona Ika estão vivos, cabe metade da herança para Enzo e a outra metade para Gael. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III - ao cônjuge sobrevivente; IV - aos colaterais. Art. 1.843. Na falta de irmãos, herdarão os filhos destes e, não os havendo, os tios. § 1 o Se concorrerem à herança somente filhos de irmãos falecidos, herdarão por cabeça. § 3 o Se todos forem filhos de irmãos bilaterais, ou todos de irmãos unilaterais, herdarão por igual".

QUESTÃO 06. Pari e Passu serão credores de uma mesma obrigação, mas não confiam um no outro. Assim, desejam que o devedor, caso cumpra a integralidade da pretensão em favor de um deles, só se desobrigue caso comprove que o outro ficou ciente e com isso concordou.

Nesse caso, independentemente da natureza da pretensão, deverão pactuar que a obrigação será:

a) solidária;

b) in solidum;

c) indivisível;

d) facultativa;

e) modal.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre obrigações.

As alternativas A e B estão <u>incorretas.</u> Nas obrigações solidárias quando há vários credores, se você pagar a um deles você se desobriga automaticamente do montante que foi pago.

A alternativa C está <u>correta</u>. O Código Civil determina que uma obrigação é indivisível naturalmente ou motivo por ordem econômica ou dada a razão do negócio jurídico. Nas obrigações indivisíveis se houver uma pluralidade credores, você só se desobriga como devedor se você pagar a um desses credores ou a todos juntos. E esse credor que recebe a dívida dá uma caução de ratificação dos outros credores. Veja o Código Civil: "Art. 258. A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.

Art. 260. Se a pluralidade for dos credores, poderá cada um destes exigir a dívida inteira; mas o devedor ou devedores se desobrigarão, pagando: I - a todos conjuntamente; II - a um, dando este caução de ratificação dos outros credores. Art. 269. O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago".

As alternativas D e E estão <u>incorretas,</u> já que não tem conexão com a situação trazida pelo enunciado. Uma obrigação modal é uma obrigação que se submete a um encargo ou modo e uma obrigação facultativa é aquela cujo objeto da prestação é único, mas permite ao devedor o direito de substituí-lo por outro.

QUESTÃO 07. Diversos investidores formaram, sob a forma de condomínio especial, um fundo de investimento em direitos creditórios, com limitação de sua responsabilidade. Sucede que os investimentos não foram bem-sucedidos e o fundo acabou acumulando prejuízos.

Nesse caso, se o fundo não tiver patrimônio suficiente para responder por suas dívidas:

a) seus gestores poderão ser subsidiariamente responsabilizados, de maneira objetiva;

b) os condôminos serão obrigados, na proporção de sua parte, a concorrer para as despesas de conservação ou liquidação do fundo, e a suportar os ônus a que estiver sujeito;

c) serão aplicáveis as regras da insolvência civil e do concurso de créditos;

d) serão aplicáveis as regras da insolvência empresarial e o concurso de credores por falência;

e) seus gestores poderão ser subsidiariamente responsabilizados, desde que comprovada culpa ou dolo.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre fundo de investimento.

A alternativa C está <u>correta</u>. O Código Civil determina expressamente que se o fundo de investimento ficar insolvente, serão aplicadas as regras da insolvência civil. Por tanto, se o fundo com limitação de responsabilidade não possui patrimônio suficiente para responder por suas dívidas, se aplicaram as regras contidas nos arts. 955 a 965 do Código Civil. Veja literalidade da lei: "Art. 1.368-E. Os fundos de investimento respondem diretamente pelas obrigações legais e contratuais por eles assumidas, e os prestadores de serviço não respondem por essas obrigações, mas respondem pelos prejuízos que causarem quando procederem com dolo ou má-fé. § 1º Se o fundo de investimento com limitação de responsabilidade não possuir patrimônio suficiente para responder por suas dívidas, aplicam-se as regras de insolvência previstas nos arts. 955 a 965 deste Código". Por tanto, serão aplicáveis as regras da insolvência civil e do concurso de créditos.

As demais alternativas estão incorretas, já que por se tratar de um fundo com limitação de responsabilidade, os gestores não serão os responsáveis pela dívida, mas o patrimônio do fundo.

QUESTÃO 08. Acreditando ter feito um bom negócio, Geneci adquiriu, pelo preço de 20 mil reais, o automóvel de Eniete, cujo valor de mercado era estimado em 30 mil reais. Entretanto, alguns dias depois, enquanto dirigia o veículo, foi parado por uma blitz policial. Após informarem que o veículo havia sido furtado do legítimo proprietário, as autoridades o apreenderam. Diante disso, Geneci acionou Eniete pretendendo ressarcimento pelo prejuízo sofrido.

Sobre o caso, é correto afirmar que Geneci pode exigir da vendedora:

a) somente os 30 mil reais equivalentes ao valor do carro;

b) apenas os 20 mil reais pagos pelo carro, salvo prova de má-fé de Eniete;

c) ressarcimento somente após decisão judicial que caracterize a evicção;

d) os 20 mil reais pagos pelo carro, além de indenização pelos prejuízos que diretamente resultarem da evicção;

e) os 30 mil reais equivalentes ao valor do carro, além de indenização pelos prejuízos que diretamente resultarem da evicção.

Comentários

A alternativa correta é a letra E, conforme gabarito preliminar oficial do concurso, porém nós discordamos e apontamos como alternativa correta a letra D. A questão trata sobre evicção.

A alternativa D está correta, já que cabe a Geneci a restituição integral do preço que pagou, além da indenização pelos prejuízos que resultaram da evicção.

Veja que Geneci perdeu totalmente seu bem, já que a propriedade do bem é atribuída a um terceiro, por um direito anterior ao contrato. Nesse sentido, o Código Civil dispõe: "Art. 450. Salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou: I - à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir; II - à indenização pelas despesas dos contratos e pelos prejuízos que diretamente resultarem da evicção; III - às custas judiciais e aos honorários do advogado por ele constituído".

QUESTÃO 09. Diante das queimadas que assolaram o município de Montes Altos, muitas pessoas precisaram de assistência médica para resolver problemas respiratórios. Dentre elas estava Thiago, que teve sua asma muito agravada e ficou entre a vida e a morte em razão da fumaça. O único posto de saúde do local foi coberto pelas chamas, e o único médico da região que tinha em seu consultório o material e a aparelhagem necessários para salvar Thiago cobrou o valor médio de mercado para atendê-lo e salva-lo, o que foi aceito na hora por Thiago. Após o salvamento, Thiago recebeu a conta dos honorários médicos para pagamento. Considerando absurda aquela cobrança, procurou um advogado, que propôs ação judicial para anular o negócio, desconstituindo o débito.

Nesse caso, o juiz deve julgar o pedido:

a) procedente, pois Thiago estava premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pelo médico;

b) procedente, pois atendimento médico emergencial não pode ser objeto de cobrança;

c) improcedente, visto que o médico não exigiu obrigação excessivamente onerosa;

d) improcedente, sem prejuízo de Thiago poder pleitear a revisão do valor devido por coação moral;

e) procedente, em razão de Thiago estar em situação de premente necessidade e inexperiência.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre os Defeitos do Negócio Jurídico.

A alternativa C está correta. O negócio jurídico é anulável por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores. Não houve coação porque não existe o fundado temor no caso em tela. Além disso, também não podemos considerar coação exercício regular do direito: o fato de o médico cobrar pelo serviço dele é regular. No caso do enunciado, vemos que Thiago se encontrava em uma grave situação, pois sua asma estava muito agravada. Porém, não pode ser configurado como estado de perigo, já que Thiago não assumiu uma obrigação excessivamente onerosa. Veja que o enunciado informa que o médico cobrou a Thiago pelo atendimento o valor médio por esse serviço. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 151. A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens. Art. 153. Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial. Art. 156. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa. Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: I - por incapacidade relativa do agente; II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores".

QUESTÃO 10. Otávio 62 anos, e Jacinta, 61 anos têm duas filhas: Silvana, de 22 anos, e Maria, de 28 anos. Maria, por sua vez, é casada com Jorge, e eles têm uma filha: Júlia, de 2 anos. De acordo com a situação hipotética apresentada, analise as afirmativas a seguir.

I. Se Silvana, por questões graves de saúde, não puder se sustentar, poderá requerer alimentos aos pais com fundamento na obrigação alimentar, decorrente do princípio da solidariedade familiar.

II. Se Otávio necessitar de alimentos, deverá demandá-los de ambas as filhas conjuntamente, vedado cobrá-los de somente uma delas, em virtude da ausência de solidariedade dos devedores de alimentos.

III. Se Júlia não puder ser sustentada por Maria e Jorge, os avós podem ser chamados a prestar alimentos em caráter subsidiário e complementar.

Está correto somente o que se afirma em:

a) I.

b) II.

c) III.

d) I e II.

e) I e III.

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre alimentos.

O Item I está <u>correto,</u> já que em caso de Silvana não consiga se sustentar por graves problemas de saúde, poderá solicitar alimentos aos pais, já que o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes. Veja o que dispõe o Código Civil: "Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação. Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros. Art. 1.697. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais. Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide".

O Item II está <u>incorreto,</u> já que a obrigação não é exigida em caráter solidário, mas em caráter proporcional: "Art. 1.694. § 1 º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada".

O Item III está <u>correto,</u> já que se os pais de Júlia não a conseguirem sustentar, sua avó poderá ser chamada a pagar alimentos, já que o direito aos alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, nos termos do Código Civil: "Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros. Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide".

QUESTÃO 11. Aerópago, adolescente de 17 anos, encontra na internet fotos suas em que aparece completamente nu. Por não ter consentido a essa divulgação, aciona judicialmente o provedor em que estão sediadas as publicações.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) por se tratar de Imagens Íntimas Não Consentidas (NCII, na sigla em inglês), o provedor tem a obrigação de remover o independentemente de interpelação do conteúdo interessado;

b) por se tratar de Imagens Íntimas Não Consentidas (NCII, na sigla em inglês), o provedor tem a obrigação de remover o conteúdo mediante interpelação do interessado, sem que se exija ordem judicial específica, desde que indicada a URL em que o conteúdo é disponibilizado;

c) por se tratar de Imagens Íntimas Não Consentidas (NCII, na sigla em inglês), o provedor tem a obrigação de remover o conteúdo mediante interpelação do interessado, sem que se exija ordem judicial específica da indicação da URL em que o conteúdo é disponibilizado;

d) mesmo em se tratando de Imagens Íntimas Não Consentidas (NCII, na sigla em inglês), o provedor só terá a obrigação de remover o conteúdo mediante ordem judicial específica, com a indicação da URL em que o conteúdo é disponibilizado; (E) mesmo em se tratando de Imagens Íntimas Não Consentidas

e) mesmo em se tratando de Imagens íntimas Não Consentidas (NCII, na sigla em inglês), o provedor só terá a obrigação de remover o conteúdo mediante ordem judicial específica, dispensada apenas a indicação da URL em que o conteúdo é disponibilizado.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre a Responsabilidade por Danos Decorrentes de Conteúdo Gerado por Terceiros

A alternativa B está correta, já que o provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, se após receber a notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo. Além disso, Aerópago deverá indicar especificamente qual é o material que viola sua intimidade e comprovar a legitimidade para solicitar a remoção desse conteúdo. Veja a literalidade do Marco Civil da Internet: "Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo. Parágrafo único. A

notificação prevista no caput deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido"'.

As demais alternativas estão incorretas, já que não há necessidade de uma sentença judicial para que o provedor de aplicações seja responsabilizado pelo conteúdo. Com a solicitação do interessado, o provedor já está ciente de que o compartilhamento desse conteúdo não foi autorizado e já é responsável pela violação da intimidade decorrente da divulgação, se após receber a notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.

QUESTÃO 12. A XX Ltda., uma sociedade especializada na produção de refeições congeladas, foi contratada pela sociedade YY para fornecer semanalmente cinquenta refeições. Insatisfeita com o valor cobrado pelo transporte oferecido pela própria XX, a YY preferiu estabelecer no negócio que ela própria, por meio de uma transportadora por ela contratada, iria mandar buscar as refeições no estabelecimento da XX. Na primeira semana a entrega foi bem-sucedida, e, na segunda semana, quando apareceu o mesmo motorista com o mesmo caminhão para buscar as refeições, no dia e horário combinados, a XX fez a entrega normalmente. Entretanto, alguns minutos depois, no mesmo dia, apareceu novo motorista com novo caminhão cobrando as refeições em nome da YY, o que gerou perplexidade. Por meio de contato por telefone, os funcionários da XX foram informados pela administração da YY que eles haviam contratado outro serviço de transporte para a segunda semana e que o motorista da semana anterior não mais atuava em nome deles, de modo que havia dado um golpe ao receber a remessa de refeições. Diante disso, a YY alega que houve falha da XX e exige nova entrega.

A partir dessas informações, é correto afirmar que a entrega das refeições feita pela XX como forma de cumprir sua obrigação contratual:

a) foi ineficaz, pois não entregou ao credor ou a quem de direito a representasse;

b) pode ser reputada eficaz porque feita de boa-fé a quem tinha aparência de preposto do credor;

c) somente poderia ser eficaz se o motorista que recebeu fosse portador de quitação emitida pelo credor;

d) somente poderia ser eficaz se o motorista que recebeu tivesse documento comprobatório de preposição;

e) foi ineficaz, mas poderia tornar-se eficaz se ratificada pelo credor, ou tanto quanto revertesse em seu proveito.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre cumprimento de obrigação.

A alternativa A está incorreta, já que afirma categoricamente que é ineficaz porque não foi entregue ao credor ou a quem de direito o representasse, porém não necessariamente o pagamento não será eficaz, já que, se for ratificado pelo credor ou se reverter em seu proveito, será eficaz.

A alternativa B está incorreta, já que só teriamos boa-fé, já se o motorista tivesse mostrado o documento de quitação. O devedor estava de boa-fé, mas essa boa-fé não justifica que tenha pagado a quem não mostrou a quitação, pois se espera que a empresa atue com diligência.

A alternativas C e D estão incorretas, já que o pagamento também poderia ter se tornado eficaz se for ratificado pelo credor, ou tanto quanto reverter em seu proveito.

A alternativa E está correta, já que o pagamento foi ineficaz, mas poderia ter se tornado eficaz pela ratificação do credor, ou tanto quanto reverter em seu proveito. Veja o que o Código Civil dispõe sobre o assunto: "Art. 308. O pagamento deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito. Art. 309. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor. Art. 310. Não vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar, se o devedor não provar que em benefício dele efetivamente reverteu. Art. 311. Considera-se autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, salvo se as circunstâncias contrariarem a presunção daí resultante".

QUESTÃO 13. A equipe técnica multidisciplinar de um juízo de família concluiu que

, pelas peculiaridades do caso concreto, era importante manter, na maior medida possível, o status quo vigente antes do divórcio, de modo a causar a menor interferência na vida e na rotina da criança, notadamente quanto ao lar em que reside. Apontou, ainda, que ambos os genitores estavam maduros e convergentes em dividir as responsabilidades na criação de seu filho.

Nesse caso, entre as opções disponíveis, a melhor será a guarda:

a) compartilhada clássica, fixado o domicílio no último lar conjugal;

b) alternada clássica;

c) unilateral, com o genitor que permaneceu no lar conjugal;

d) compartilhada nidal;

e) alterada nidal.

Comentários

A alternativa correta é a letra D, conforme gabarito preliminar oficial do concurso, porém nós discordamos e acreditamos que a questão deva ser anulada, por estar mal elaborada e não dar as informações mínimas que justifiquem assinalar qualquer alternativa. Subsidiariamente, consideraríamos a letra A como correta. A questão trata sobre guarda.

A alternativa A está correta, já que a guarda compartilhada, ocorre quando há responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns (art. 1.583, §1º do Código Civil). Caso os pais habitem em cidades diferentes, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses desses (§3º). Em regra, o juiz deve estabelecer a guarda compartilhada, mesmo que não haja acordo entre os pais. A guarda compartilhada passou a ser obrigatória ou compulsória, portanto. Só não será compartilhada se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor, prevê o §2º do art. 1.584.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, já que o enunciado informa que ambos os pais estão de acordo em dividir as responsabilidades na criação de seus filhos e as demais alternativas mostram possibilidades de guarda unilateral, as quais são atribuídas a um só dos genitores. Além disso, o enunciado não informa em nenhum momento que a criança permaneceria em uma só casa, por tanto, não temos indícios suficientes para considerar como correta a guarda nidal.

QUESTÃO 14. Writ, adolescente emancipada de 17 anos, é diagnosticada com grave doença para qual a medicina prescreve um tratamento que, embora não cause risco de vida, é proibido em sua prática religiosa.

Nesse caso, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, è correto afirmar que Writ:

a) o poderá recusar tratamento, porque a legislação civil, dentro da lógica constitucional de proteção à vida, só o permitiria caso houvesse risco a sua integridade;

b) o poderá recusar tratamento por ser menor de idade, ainda que haja alternativa terapêutica eficaz sem risco, seja emancipada e com isso concordem seus pais;

c) poderá recusar tratamento, mesmo sendo menor de idade, ainda que não haja alternativa terapêutica eficaz e sem risco, desde que, com isso, concordem seus pais, cujo consentimento será essencial a despeito de ela ser emancipada;

d) não poderá recusar tratamento por ser menor de idade, ainda que seja emancipada, salvo se houver alternativa terapêutica eficaz e sem risco e se com isso concordarem seus pais;

e) poderá recusar tratamento, mesmo sendo menor de idade, ainda que não haja alternativa terapêutica eficaz e sem risco e que seus pais não concordem com isso, porque a emancipação é suficiente para cumprir os requisitos previstos pela Suprema Corte.

Comentários

A alternativa apontada pelo gabarito preliminar da banca como correta é a letra D. No entanto, entende-se que, na verdade, a alternativa correta é a letra E.

A questão trata do tema Código Florestal, mais precisamente sobre a Área de Preservação Permanente (APP).

Sobre "utilidade pública", tal definição foi trazida no art. 3º, VII, "b", do Código Florestal (Lei 12.651/2012). Vejamos: "VIII - utilidade pública: b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, gestão de resíduos , energia, telecomunicações, radiodifusão, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais , bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;".

Ocorre que tal dispositivo foi alvo da ADC nº 42, na qual ficou decidido o seguinte: "(...) 22. (...) CONCLUSÃO: (i) interpretação conforme à Constituição aos incisos VIII e IX do artigo 3° da Lei n. 12.651/2012, de modo a se condicionar a intervenção excepcional em APP, por interesse social ou utilidade pública, à inexistência de alternativa técnica e/ou locacional à atividade proposta, e (ii) declaração de inconstitucionalidade das expressões "gestão de resíduos" e "instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais", do artigo 3°, VIII, b, da Lei n. 12.651/2012;".

Assim, de acordo com o julgamento da ADC 42 pelo STF a intervenção na APP poderá ser realizada caso não haja alternativa locacional para a realização do empreendimento.

Logo, apesar de o gabarito preliminar da banca ter apontado como correta a alternativa D, entende-se que, na verdade, a alternativa correta é a letra E.

Tomando por base o entendimento jurisprudencial acima colacionado, as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas. Inclusive, no tocante à alternativa D, esta se torna incorreta porque não há necessidade de declaração de utilidade pública, haja vista que o próprio legislador (artigo 3º, VIII, b, do CFlo) já considerou obra de energia como sendo de utilidade pública.

QUESTÃO 15. João é réu em ação movida por Regina. Regularmente citado, João ofertou contestação. Todavia, a peça foi protocolada à 00h30 do dia seguinte ao último dia do prazo, pois o advogado de João enfrentou problemas de indisponibilidade do sistema de processo eletrônico do Tribunal.

À luz do caso concreto, é correto afirmar que:

a) em razão da ausência de contestação tempestiva, João será considerado revel, sendo cabível o julgamento de procedência liminar do pedido em favor de Regina;

b) é ônus de João comprovar que a indisponibilidade teve início antes das 18h, pois o Código de Processo Civil permite o protocolo de petições até 20h;

c) comprovada a indisponibilidade do sistema de peticionamento eletrônico, o ato poderá ser considerado tempestivo, nos termos do Código de Processo Civil;

d) diante da revelia de João, os prazos em seu desfavor correrão da data da publicação do ato decisório no órgão oficial;

e) mesmo diante da falha no sistema, a prática do ato processual de João, após a meia-noite, será considerada intempestiva, pois a prorrogação de prazo não se aplica a atos eletrônicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 346, parágrafo único, do CPC: Parágrafo único. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 213, caput, do CPC: Art. 213. A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

A alternativa C está correta. Trata-se da previsão contida no artigo 224, §1º, do CPC: § 1º Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

A alternativa D está incorreta. João não é revel se comprovada a indisponibilidade do sistema, nos termos do artigo 224, §1º, do CPC: § 1º Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação

A alternativa E está incorreta. A prorrogação de prazo aplica-se a autos eletrônicos, se comprovada a indisponibilidade da comunicação eletrônica, nos termos do artigo 224, §1º, do CPC: § 1º Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação

QUESTÃO 16. André intentou ação indenizatória em face de Benjamin, pleiteando a condenação deste a lhe pagar verbas indenizatórias em razão de acidente automobilístico que vitimara fatalmente seu pai, Célio.

A petição inicial foi distribuída no dia 15 de maio de 2024 à Vara Cível da comarca X, tendo a citação de Benjamin sido realizada no dia 05 de junho de 2024.

Por sua vez, Daniel, também filho do falecido Célio, ajuizou ação indenizatória em desfavor de Benjamin, invocando os mesmos fundamentos fáticos e jurídicos da demanda de seu irmão André.

A peça exordial de Daniel foi distribuída no dia 22 de maio de 2024 à Vara Cível da comarca Y, efetivando-se a citação do réu em 03 de junho de 2024.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

a) há conexão entre ambas as ações, devendo os correspondentes feitos ser reunidos perante o juízo cível da comarca X, que é o prevento;

b) há continência entre ambas as ações, devendo os correspondentes feitos ser reunidos perante o juízo cível da comarca X, que é o prevento;

c) há conexão entre ambas as ações, devendo os correspondentes feitos ser reunidos perante o juízo cível da comarca Y, que é o prevento;

d) há continência entre ambas as ações, devendo os correspondentes feitos ser reunidos perante o juízo cível da comarca Y, que é o prevento;

e) não há conexão nem continência entre ambas as ações, devendo os correspondentes feitos tramitar separadamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A hipótese versada no enunciado trata-se de conexão. Com efeito, dispõe o artigo 55 do Código de Processo Civil: Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

§ 1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

Desse modo, tratando-se de ações conexas, as ações deverão ser reunidas no juízo prevento, que é aquele em que houve o primeiro registro ou distribuições da ação conexa.

Nesse sentido dispõem os artigos 58 e 59 do Código de Processo Civil:

Art. 58. A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente.

Art. 59. O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.

Desse modo, a alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

QUESTÃO 17. No que se refere às provas, é correto afirmar que:

a) pode o juiz, diante das peculiaridades da causa, atribuir o ônus da prova de modo diverso do disciplinado em lei, por meio de decisão insuscetível de impugnação por qualquer via recursal típica;

b) podem as partes convencionar distribuição diversa do ônus da prova, desde que a convenção seja celebrada antes da instauração do processo;

c) cabe ao juiz determinar, a requerimento das partes, as provas necessárias ao julgamento do mérito, sendo-lhe vedado atuar ex officio nesse sentido;

d) pode o juiz determinar que a parte que alegue direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário lhe prove o teor e a vigência;

e) deve o juiz deferir a diligência requerida pela parte, ainda que conclua que ela é inútil, de modo a prevenir o feito contra futura arguição de nulidade por cerceamento de defesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Consoante ao artigo 1015 do Código de Processo Civil: Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º ;

A alternativa B está incorreta. Dispõe o artigo 373 do Código de Processo Civil: Art. 373, § 3º A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando: I - recair sobre direito indisponível da parte; II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito. § 4º A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada antes ou durante o processo.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil: Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 376 do Código de Processo Civil: Art. 376. A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.

A alternativa E está incorreta. Conforme determina o artigo 370 do Código de Processo Civil: Art. 370, Parágrafo único. O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

QUESTÃO 18. No que concerne à multa cominada pelo órgão judicial para compelir o réu a cumprir a obrigação de fazer no prazo assinado na sentença condenatória proferida em seu desfavor, é correto afirmar que:

a) a cobrança do valor acumulado a título de astreintes é incompatível com a cobrança da multa a que estaria sujeita a parte pela eventual prática de ato atentatório à dignidade da justiça;

b) a decisão que fixa as astreintes é passível de cumprimento provisório, embora o levantamento de seu valor só deva ser autorizado após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte;

c) o demandado, caso seja beneficiário da gratuidade de justiça, estará isento de pagar o valor acumulado a título de astreintes;

d) o juiz poderá modificar o valor cumulado a título de astreintes, caso verifique que ele se tornou excessivo, desde que haja requerimento do devedor nesse sentido;

e) o valor acumulado a título de astreintes, caso não seja pago pelo devedor, será inscrito na dívida ativa da União ou do estado após o trânsito em julgado da decisão que as fixou.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Conforme entendimento pacífico do STJ, exposto no Resp 1.815.621, "é possível a cumulação da multa por ato atentatório à dignidade da Justiça e da multa diária, ou astreintes, dado que as penalidades possuem natureza jurídica distinta".

A alternativa B está correta. Trata-se do contido no artigo 537, §3º, do Código de Processo Civil: § 3º A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo Art. 98, § 4º A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

A alternativa D está incorreta. Consoante ao artigo 537, § 1º, do Código de Processo Civil: §1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que: I - se tornou insuficiente ou excessiva; II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.

A alternativa E está incorreta. Dispõe o artigo 537, § 2º, do Código de Processo Civil: §2º O valor da multa será devido ao exequente.

QUESTÃO 19. João, inconformado com sentença que lhe foi desfavorável em uma ação de indenização por danos morais, interpôs apelação ao Tribunal de Justiça do Estado Alfa, requerendo a reforma integral da decisão, por entender que não havia ocorrido a alegada lesão sofrida pelo autor da demanda.

Em sede recursal, o relator identificou a existência de um erro material na sentença proferida, no qual constava um valor de Indenização de R$100.000,00, quando, na realidade, o valor correto deveria ser de R$10.000,00, conforme pedido formulado na petição inicial.

A X Câmara Cível, no entanto, ao julgar a apelação, manteve a sentença de mérito no restante, não se manifestando sobre os argumentos de João quanto à inexistência de danos morais, mas corrigindo o valor da indenização de ofício.

João, insatisfeito com essa decisão, ato contínuo, interpôs recurso especial, alegando violação ao Art. 1.022 do Código de Processo Civil, sob o fundamento de que o tribunal de origem não havia se manifestado sobre todos os pontos suscitados no recurso de apelação, sendo omissa a decisão.

Tomando o caso concreto como premissa, é correto afirmar que:

a) o recurso especial deverá ser provido, pois a não manifestação sobre todos os pontos impugnados por João em seu recurso de apelação viola o princípio da ampla defesa e o devido processo legal, cabendo ao STJ reexaminar os fatos e as provas do processo para sanar o vício;

b) a X Câmara Cível agiu de forma inadequada ao corrigir o erro material de ofício, pois essa prerrogativa é exclusiva do juízo sentenciante, devendo o tribunal anular a sentença e remeter o processo para nova decisão pelo magistrado de origem;

c) o recurso especial poderá ser conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, pois eventuais omissões no acórdão recorrido, como na hipótese, dispensam prequestionamento da matéria nas instâncias ordinárias;

d) o recurso especial deve ser provido, pois, além de não ter havido a análise de todos os pontos impugnados, a correção de erro material pela instância superior configura julgamento extra petita, o que gera nulidade do acórdão recorrido;

e) o erro material na sentença pode ser corrigido de ofício pelo tribunal, não havendo necessidade de retorno dos autos ao juízo de primeira instância, pois admite-se a correção de erros materiais a qualquer tempo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Consoante entendimento Sumulado do STJ: Súmula 07. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial

A alternativa B está incorreta. O erro material não transita em julgado, sendo passível de correção a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, mediante provocação ou mesmo de ofício, sem que daí resulte ofensa à coisa julgada.

A alternativa C está incorreta. A parte deverá opor embargos de declaração, conforme previsto no artigo 1.025 do CPC: Art. 1.025. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

A alternativa D está incorreta. O erro material não transita em julgado, sendo passível de correção a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, mediante provocação ou mesmo de ofício, sem que daí resulte ofensa à coisa julgada.

A alternativa E está correta. Conforme mencionado, o erro material não transita em julgado, sendo passível de correção a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, mediante provocação ou mesmo de ofício, sem que daí resulte ofensa à coisa julgada.

QUESTÃO 20. João ingressou com uma ação de cobrança contra Maria, alegando a existência de uma dívida oriunda de contrato verbal entre as partes.

Regularmente citada, Maria apresenta contestação dentro do prazo legal, argumentando a inexistência da dívida e a prescrição do direito de João. No entanto, João percebe que se esqueceu de incluir documento essencial para provar a existência da dívida no momento da propositura da ação. O autor pretende agora, após a contestação de Maria, efetuar a Juntada do documento faltante.

A luz das disposições do Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

a) João poderá emendar a petição inicial para incluir o documento a qualquer tempo, independentemente da fase processual;

b) o ônus da prova quanto a eventual falsidade do documento incumbe a João, que é quem o detém em seu poder;

c) requerida a juntada do documento, o juiz ouvirá Maria, que disporá do prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar;

d) a juntada do documento é condicionada ao recolhimento das respectivas custas processuais;

e) não é cabível a juntada posterior do documento, pois todos os documentos destinados à prova das alegações do autor devem ser juntados na petição inicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 329 do CPC: Art. 329. O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu; II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao artigo 429 do CPC: Art. 429. Incumbe o ônus da prova quando: I - se tratar de falsidade de documento ou de preenchimento abusivo, à parte que a arguir;

A alternativa C está correta. Trata-se do disposto no artigo 347 do CPC: Art. 437. O réu manifestar-se-á na contestação sobre os documentos anexados à inicial, e o autor manifestar-se-á na réplica sobre os documentos anexados à contestação. § 1º Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 15 (quinze) dias para adotar qualquer das posturas indicadas no art. 436 .

A alternativa D está incorreta. Tal exigência carece de previsão legal, razão pela qual a alternativa está incorreta.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 435 do CPC: Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos. Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5º .

Texto 1

Caio ajuizou ação de reintegração de posse em face de Tício, tendo por objeto imóvel de sua propriedade. Alegou-se, na petição inicial, da qual constou a menção à ação possessória de

"força nova", que o esbulho fora perpetrado pelo réu havia dois meses, de modo que, sem prejuízo da tutela jurisdicional definitiva, pleiteou-se a concessão de medida liminar reintegratória.

Apreciando a peça exordial e os documentos que a instruíram, o magistrado indeferiu o pleito liminar, embora tenha procedido ao juizo positivo de admissibilidade da ação.

No entanto, logo em seguida, Caio protocolizou nova petição, na qual requeria a concessão de tutela provisória para ser reintegrado de imediato na posse do imóvel, já então invocando, como fundamento, o fumus boni iuris e o periculum in mora, consubstanciados, respectivamente, no seu prévio exercício legítimo da posse sobre o bem e na progressiva deterioração de seu estado, inclusive com o risco de desabamento.

Apreciando o novo requerimento de Caio, o juiz da causa tornou a indeferir a tutela provisória.

QUESTÃO 21. Em relação ao contexto relatado no texto 1, é correto afirmar que:

a) a tutela provisória requerida na petição inicial tem natureza cautelar, e a requerida posteriormente, de tutela antecipada;

b) a tutela provisória requerida na petição inicial tem natureza de tutela antecipada, e a requerida posteriormente, cautelar;

c) ambas as tutelas provisórias requeridas têm natureza de tutela antecipada;

d) ambas as tutelas provisórias requeridas têm natureza cautelar;

e) ambas as tutelas provisórias requeridas têm natureza cautelar, embora a posterior seja de evidência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

O principal objetivo da tutela provisória é, nas palavras de Marinoni, distribuir o ônus do tempo no processo.

Se o processo demora um tempo razoável até que seja concedida a tutela definitiva, é preciso que o peso do tempo seja repartido entre as partes, e não somente o demandante arque com ele.

O Código de Processo Civil divide as tutelas de provisórias de urgência em antecipada e cautelar.

A tutela antecipada é a tutela que serve ao reconhecimento ou efetivação do direito material.

Já a tutela cautelar é a tutela que serve para proteger, resguardar o reconhecimento ou efetivação de um outro direito. A tutela cautelar é uma tutela de segurança, para assegurar um outro direito.

A tutela cautelar sempre envolve 2 direitos, havendo um direito que resguarde a obtenção de um outro direito.

Se a agressão tiver ocorrido há menos de um ano e um dia (posse nova), aplica-se o procedimento especial possessório dos arts. 560 a 566.

Segundo Assumpção, a grande diferença desse procedimento em relação ao comum é a previsão de medida liminar (art. 562), até porque, depois dessa etapa, o procedimento passará a ser o comum (art. 566).

Assim, na hipótese de posse nova, a medida liminar será deferida bastando a comprovação da probabilidade de direito.

Já nos casos de posse velha, é possível até o autor obter tutela provisória, mas deverá seguir o procedimento comum e pleitear a medida respeitando os requisitos do art. 300, CPC, quais sejam, probabilidade do direito E perigo na demora.

No entanto, ambas possuem natureza antecipada, ou seja, caráter satisfativo.

Desse modo, a alternativa a ser assinalada é a letra C.

Fonte: Estratégia Carreira Jurídica. Curso Regular da Magistratura Estadual. Direito Processual Civil. Prof. Rodrigo Vaslin. Aula 18, p. 48.

QUESTÃO 22. Apreciando petição inicial de ação de mandado de segurança, o juiz constatou, à luz dos elementos carreados aos autos, que o impetrante não havia observado o prazo legal de cento e vinte dias, a partir de sua ciência do ato administrativo impugnado, para ajuizar o writ pedindo a sua anulação.

Assim, o magistrado indeferiu a peça exordial, pronunciando a ocorrência da decadência e a perda do direito do autor de ver anulado o ato estatal questionado. Constou do ato decisório, ainda, que o feito se extinguia com resolução do mérito, nos termos do Art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil.

Sete dias úteis depois de ter sido intimado da sentença proferida, o órgão do Ministério Público interpôs embargos de declaração, alegando que o ato decisório padecia de contradição.

No que se refere aos embargos declaratórios manejados pelo Parquet, é correto afirmar que:

a) não devem ser conhecidos, haja vista a falta de legitimidade recursal;

b) não devem ser conhecidos, haja vista o seu descabimento no procedimento da ação mandamental;

c) não devem ser conhecidos, haja vista a sua intempestividade;

d) devem ser conhecidos e providos;

e) devem ser conhecidos, porém desprovidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Os embargos de declaração, cujo prazo para interposição é de 05 dias, deverão ser conhecidos, uma vez que tempestivos. Note-se que o Ministério Público tem prazo em dobro para suas manifestações, conforme previsto no artigo 180 do CPC: Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º .

Conforme dispõe o artigo 23 da Lei n. 12.016/2009: Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Entendeu-se que esse prazo de 120 dias é decadencial, pois o próprio art. 23, LMS diz que o direito de impetrar MS se extinguirá. E, como sabemos, decadência é a perda de um direito potestativo, enquanto prescrição é a perda não do direito, mas apenas da pretensão.

Na ADI 4296, o STF decidiu que o prazo decadencial de 120 dias para a impetração do MS (artigo 23) é constitucional, conforme prevê a Súmula 632 do STF.

Ainda, o recurso deverá ser provido, pois a jurisprudência do STJ entende que é possível o ajuizamento de ação ordinária quando o juiz reconhece a intempestividade do mandado de segurança.

‘O prazo decadencial para impetrar mandado de segurança contra fixação de base de cálculo tida por ilegal - em ato de deferimento de aposentadoria de servidor público -inicia-se com a ciência desse ato, sem prejuízo de cobrança de parcelas pela via ordinária quando não indeferido o direito de fundo”. STJ. 2ª Turma.AgInt no AgInt no RMS 32.325-CE, Rel. Min. Afrânio Vilela, julgado em 6/2/2024 (Info 800).

Desse modo, não haveria a perda do direito do autor de ver anulado o ato estatal questionado.

Assim, a alternativa correta é a letra D.

QUESTÃO 23. Em relação ao caso narrado no texto 1, é correto afirmar que:

a) caso vislumbrasse o cabimento da tutela provisória requerida na petição inicial, o juiz não poderia deferi-la sem a prévia oitiva do réu;

b) caso vislumbrasse o cabimento da tutela provisória requerida posteriormente, o juiz nãp poderia deferi-la sem a prévia oitiva do réu;

c) a primeira decisão de indeferimento da tutela provisória é impugnável pelo recurso de agravo de instrumento, não o sendo, todavia, a segunda;

d) a segunda decisão de indeferimento da tutela provisória é impugnável pelo recurso de agravo de instrumento, não o sendo, todavia, a primeira;

e) ambas as decisões de indeferimento da tutela provisória são impugnáveis pelo recurso de agravo de instrumento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 562 do CPC: Art. 562. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

A alternativa B está incorreta. Conforme determina o artigo 562 do CPC: Art. 562. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

A alternativa C está incorreta. Ambas as decisões são impugnáveis por agravo de instrumento, conforme previsto no artigo 1015, I, do CPC.

A alternativa D está incorreta. Conforme mencionado, ambas as decisões são impugnáveis por agravo de instrumento, conforme previsto no artigo 1015, I, do CPC.

A alternativa E está correta. O examinador repetiu o erro, pois ambas são impugnáveis por agravo de instrumento, conforme previsto no artigo 1015, I, do CPC.

QUESTÃO 24. Intentada demanda em que o autor pedia que fosse declarada a aquisição, pela usucapião, de determinado apartamento de condomínio edilício, foi por ele requerida, na petição inicial, somente a citação da única pessoa em cujo nome o imóvel estava registrado na serventia imobiliária.

Apreciando a peça exordial, o juiz determinou que o demandante a emendasse, a fim de incluir, no polo passivo da relação processual, os proprietários dos imóveis confinantes.

A iniciativa do magistrado foi:

a) acertada, pois, constatada a inobservância do litisconsórcio passivo necessário, o juiz deve, de ofício, reconhecer o vício e determinar a sua correção pelo autor;

b) equivocada, pois, constatada a inobservância do litisconsórcio passivo necessário, o juiz deveria, de ofício, incluir os litisconsortes faltantes no feito;

d) equivocada, pois, embora constatada pelo juiz a inobservância do litisconsórcio passivo necessário, o reconhecimento do vício dependia de arguição pela parte ré;

d) equivocada, pois a hipótese dá azo à formação de litisconsórcio passivo facultativo;

e) equivocada, pois a hipótese não dá azo à formação de qualquer modalidade de litisconsórcio passivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A previsão contida no artigo 246, §3º, responde todas as alternativas.

Com efeito, conforme dispõe o aludido dispositivo, "Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada".

Desse modo, não há litisconsórcio dos confinantes, que ficam dispensados de participação na lide por expressa disposição legal.

Assim, a alternativa correta é a letra E.

QUESTÃO 25. José faleceu em 20/03/2019, vitimado por causas naturais. O finado era casado com Regina, sob o regime da comunhão parcial de bens, e deixou duas filhas: Luciana e Mariana.

Após seu falecimento, foi descoberta a existência de testamento público, no qual José reconhecera a paternidade de João, bem como legara para Cecília e Raquel, suas sobrinhas, um imóvel de alto padrão.

Sabedoras do testamento, Cecília e Raquel requereram em juízo o seu cumprimento, o que foi deferido. Ato contínuo, ambas ajuizaram ação de inventário e partilha.

Regularmente citada, Luciana arguiu a nulidade do testamento, alegando que a assinatura de José foi falsificada, o que poderia, segundo alega, ser provado mediante prova pericial e documental.

O juízo do inventário, sem determinar a produção de qualquer prova, não acolheu a alegação de Luciana, fundamentando sua decisão na presunção de veracidade do ato notarial, e determinou o prosseguimento do processo. Luciana recorreu da decisão, pedindo a declaração de nulidade do testamento e o prosseguimento do inventário para que a partilha obedecesse ao regime da sucessão a título universal.

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e nas regras do Código de Processo Civil (CPC) aplicáveis ao inventário, é correto afirmar que:

a) o STJ possui entendimento consolidado de que a decisão sobre a validade do testamento no curso do inventário pode ser atacada por apelação ou contrarrazões, por ser considerada uma decisão preliminar de mérito, conforme a sistemática do Art. 1.009 do Código de Processo Civil;

b) por se tratar de questão de alta indagação, a discussão acerca da validade da autenticidade da assinatura de José e, por conseguinte, da validade do testamento público deveria ter sido feita pelas vias ordinárias, não cabendo ao juízo do inventário decidir sobre o tema;

c) Cecília e Raquel, enquanto legatárias, não possuem legitimidade ativa para requerer o inventário e partilha dos bens deixados por José, a qual é outorgada somente ao herdeiro, ao cônjuge e ao companheiro;

d) o recurso interposto por Luciana é o agravo de instrumento, que possui efeito suspensivo automático na hipótese narrada, por se tratar de decisão cuja urgência é presumida pelo legislador, conforme dispõe o Código de Processo Civil;

e) por ser previsto como procedimento especial codificado, o cumprimento de testamento não está sujeito a qualquer disposição processual acerca do procedimento comum, sendo integralmente regido pelo respectivo procedimento especial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 1.015, parágrafo único do CPC, todas as decisões em inventário poderão ser objeto de agravo de instrumento: Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

A alternativa B está correta. No caso de enunciado, seria necessário perícia para apurar a falsidade. Assim, dispõe o artigo 612 do Código de Processo Civil: Art. 612. O juiz decidirá todas as questões de direito desde que os fatos relevantes estejam provados por documento, só remetendo para as vias ordinárias as questões que dependerem de outras provas.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 616, III, do CPC: Art. 161 Têm, contudo, legitimidade concorrente: III - o legatário.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão legal de efeito suspensivo automático. Nos temos do artigo 1.015, parágrafo único do CPC, todas as decisões em inventário poderão ser objeto de agravo de instrumento: Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

A alternativa E está incorreta. Todos os procedimentos especiais estão sujeitos às regras do procedimento comum em caso de omissão, conforme dispõe o artigo318 do CPC: Art. 318. Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei. Parágrafo único. O procedimento comum aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução.

QUESTÃO 26. Tendo sido intimado para pagar o débito, conforme condenação proferida em seu desfavor, o réu, tempestivamente, ofertou a sua impugnação ao cumprimento de sentença.

Para tanto, invocaram-se dois fundamentos: o excesso de execução e a novação, esta ocorrida supervenientemente à sentença que decidirá a fase de conhecimento do processo.

Constatando que o réu não havia indicado, na sua petição de impugnação ao cumprimento de sentença, o valor que entendia correto, tampouco tendo anexado demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo, o juiz determinou-lhe que suprisse essas omissões, o que, todavia, não foi atendido.

É correto afirmar, nesse cenário, que o juiz deverá:

a) rejeitar liminarmente a impugnação ao cumprimento de sentença, deixando de conhecer de seus dois fundamentos, em decisão insuscetível de impugnação por qualquer via recursal típica;

b) rejeitar liminarmente a impugnação a cumprimento de sentença, deixando de conhecer de seus dois fundamentos, em decisão impugnável por agravo de instrumento;

c) mandar processar a impugnação ao cumprimento de sentença, embora não lhe caiba examinar a alegação de excesso de execução;

d) mandar processar a impugnação ao cumprimento de sentença, embora não lhe caiba examinar a alegação de novação;

e) mandar processar a impugnação ao cumprimento de sentença, cabendo-lhe examinar as alegações de excesso de execução e de novação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. É cabível agravo de instrumento, nos termos do artigo 1.015, parágrafo único do CPC: Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

A alternativa B está incorreta. No caso apresentado, o juiz apenas não conhecerá o fundamento do excesso de execução, mas conhecerá do outro, conforme artigo 525, §5º, do CPC: § 5º Na hipótese do § 4º, não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, a impugnação será liminarmente rejeitada, se o excesso de execução for o seu único fundamento, ou, se houver outro, a impugnação será processada, mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução.

A alternativa C está correta. Trata-se do disposto no artigo 525, §5º, do CPC: § 5º Na hipótese do § 4º, não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, a impugnação será liminarmente rejeitada, se o excesso de execução for o seu único fundamento, ou, se houver outro, a impugnação será processada, mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução.

A alternativa D está incorreta. O juiz apenas não conhecerá o fundamento do excesso de execução, mas conhecerá do outro, conforme artigo 525, §5º, do CPC: § 5º Na hipótese do § 4º, não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, a impugnação será liminarmente rejeitada, se o excesso de execução for o seu único fundamento, ou, se houver outro, a impugnação será processada, mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução.

A alternativa E está incorreta. Consoante previsto no artigo 225, §5º, do CPC: § 5º Na hipótese do § 4º, não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, a impugnação será liminarmente rejeitada, se o excesso de execução for o seu único fundamento, ou, se houver outro, a impugnação será processada**,** mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução.

QUESTÃO 27. A sociedade empresária Juína Táxi Aéreo S/A vendeu uma aeronave para a sociedade empresária Juara Administradora de Imóveis S/A, que será utilizada com o objetivo de facilitar o deslocamento do acionista controlador, bem como dos diretores e empregados de alto escalão, e, com Isso, reduzir os custos de passagens e hospedagens da adquirente.

Considerando-se a natureza de sociedades empresárias das partes e o objeto da compra e venda, bem como o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça sobre a relação de consumo, é correto afirmar que:

a) há relação de consumo, adotando-se o conceito de consumidor a partir da teoria finalista mitigada, de modo que a pessoa jurídica, mesmo empresária, pode ser consumidora quando

adquirir o produto como destinatária final, utilizando-o para atender a uma necessidade sua, não de seus clientes;

b) inexiste relação de consumo em razão de o negócio ter sido celebrado entre pessoas jurídicas com natureza de sociedade empresária, qualquer que seja a destinação do bem para a adquirente;

c) há relação de consumo, adotando-se o conceito de consumidor a partir da teoria maxialista, de modo que a pessoa jurídica de qualquer natureza é consumidora quando adquire o produto para atender a uma necessidade sua ou de terceiros;

d) embora a pessoa jurídica possa ser caracterizada como consumidora, tratando-se de sociedade empresária, não se admite que a relação seja submetida às normas do direito do consumidor em razão da adoção da teoria finalista pura pelo CDC;

e) inexiste relação de consumo, adotando-se o conceito de consumidor a partir da teoria finalista pura, de modo que a pessoa jurídica, sendo sociedade empresária, não pode ser consumidora quando adquirir o produto para utilizá-lo direta ou indiretamente no seu processo produtivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A alternativa está em consonância com o julgado no REsp nº 1321083 / PR, que trouxe um julgado similar, em que uma empresa que comprou um avião para uso próprio teria direito as prerrogativas do Código de Defesa do Consumidor.

As demais alternativas estão incorretas, em razão do entendimento jurisprudencial sobre a matéria.

QUESTÃO 28. A Resolução Anatel n° 632, de 7 de março de 2014, aprovou o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC. Dentre estes direitos, detalhados no Anexo I da referida Resolução, é correto afirmar que o consumidor:

a) pode rescindir o contrato de prestação do serviço após o decurso de seis meses, sem prejuízo das condições aplicáveis às contratações com maior prazo de permanência;

b) deve ter restabelecida a integridade dos direitos relativos à prestação dos serviços em até 48 horas a partir da quitação do débito, ou de acordo celebrado com a prestadora;

c) pode transferir a titularidade de seu contrato de prestação de serviço, mediante cumprimento, pelo novo titular, dos requisitos necessários para a contratação do serviço a partir da data da transferência;

d) tem direito de receber o contrato de prestação de serviço, bem como o plano de serviço contratado, mediante solicitação prévia, que pode ser feita a qualquer tempo durante a vigência do contrato;

e) deve ter prévio conhecimento e informação adequada sobre as condições de contratação, prestação, meios de contato e suporte, formas de pagamento, permanência mínima, suspensão e alteração das condições de prestação dos serviços, especialmente os preços cobrados, bem como a periodicidade e o índice aplicável, em caso de reajuste.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Para responder a essa questão, o examinador exigiu do candidato o conhecimento da literalidade da Resolução Anatel n° 632.

A alternativa E está correta, sendo, portanto, a única alternativa em consonância com a Resolução Anatel n° 632. Vejamos: "Art. 3º O Consumidor dos serviços abrangidos por este Regulamento tem direito, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável e nos regulamentos específicos de cada serviço: IV - ao prévio conhecimento e à informação adequada sobre as condições de contratação, prestação, meios de contato e suporte, formas de pagamento, permanência mínima, suspensão e alteração das condições de prestação dos serviços, especialmente os preços cobrados, bem como a periodicidade e o índice aplicável, em caso de reajuste;"

As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 29. Jaciara precisou consertar dois computadores e procurou na rede mundial de computadores um prestador de serviço especializado.

Pelas indicações colhidas nas páginas que visitou e opiniões de outros consumidores, dirigiu-se ao estabelecimento físico da XX Computadores e Soluções Ltda. Lá foi atendida por um empregado, entregou os computadores e solicitou orçamento do custo do reparo.

Jaciara recebeu o referido orçamento cinco dias depois, com validade por 30 dias, descrevendo o documento o valor dos materiais, custo da mão de obra e o valor total do serviço.

Considerando a narrativa e as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

a) em se tratando da prestação de serviços especializados como o reparo de computadores, o Código de Defesa do Consumidor não obriga o fornecedor a entregar orçamento prévio à contratação;

b) o fornecedor de serviço é obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio, porém não é obrigado a informar a data de início dos serviços, apenas a data do término;

c) salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de 15 dias, contado de seu recebimento pelo consumidor;

d) uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento obriga os contraentes e somente pode ser alterado por ele mediante comunicação expressa ao fornecedor;

e) o consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O fornecedor de serviços é obrigado a entregar um orçamento prévio, detalhando o custo dos materiais, mão de obra e o valor total do serviço, conforme o art. 40 do CDC.

A alternativa B está incorreta. O art. 40 do CDC estabelece que o orçamento deve ser detalhado, o que inclui informações sobre a data de início e término dos serviços, além dos custos.

A alternativa C está incorreta. Embora o prazo de validade do orçamento possa ser estipulado pelo fornecedor, não há uma previsão específica de 15 dias no CDC para validade do orçamento, a menos que acordado pelas partes.

A alternativa D está incorreta. O orçamento aprovado obriga as partes, mas qualquer alteração deve ser feita com o consentimento mútuo (art. 40, §2º, CDC).

A alternativa E está correta. Vale reforçar que Jaciara não fez a contratação pela internet. Ela foi até a loja física para fazer a contratação do serviço. Portanto, aqui se aplica as regras das compras físicas.

Portanto, consoante o art. 40, §3º do CDC, é vedado ao fornecedor exigir do consumidor vantagens manifestamente excessivas, incluindo a cobrança de serviços não previstos no orçamento prévio. Vejamos: “Art. 40. O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços. §3° O consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.”

QUESTÃO 30. Guimarães levou sua família para jantar num restaurante da rede Teles Pires, de propriedade da sociedade empresária Azevedo Participações Ltda. O veículo automotor de Guimarães foi recepcionado pelo manobrista do restaurante e conduzido para dentro do estacionamento - um serviço prestado como cortesia aos clientes.

Ao sair do restaurante, Guimarães solicitou ao manobrista a retirada do veículo e, após esperar mais de 20 minutos, foi informado de que o veículo havia sido furtado por um passante que iludiu um dos manobristas, conseguiu abrir a porta do veículo, acionar a ignição do motor e dar partida.

Considerando-se os fatos e a posição pacificada no STJ sobre a responsabilidade civil pela guarda de veículo em estacionamentos, é correto afirmar que a sociedade empresária proprietária do restaurante:

a) não tem responsabilidade pelo furto do veículo automotor de Guimarães por se tratar de fato exclusivo de terceiro e sem relação com a atividade empresária;

b) responde perante Guimarães pela reparação do dano decorrente do furto do veículo automotor ocorrido em seu estacionamento;

c) não tem responsabilidade elo furto do veículo automotor de Guimarães por se tratar de fortuito externo, impossível de ser previsto diante de o manobrista ter sido iludido;

d) responde pela reparação do dano se o consumidor provar a culpa in custodiendo do preposto pela guarda do seu veículo;

e) não tem responsabilidade pelo furte do veículo automotor de Guimarães, porque não houve proveito econômico com o estacionamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Consoante AREsp n. 74.422/SP, a empresa responde objetivamente pela reparação do dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento. Isso ocorre porque, ao oferecer o serviço de estacionamento, mesmo gratuito, a empresa assume a responsabilidade pela guarda do veículo. Ainda, consoante a Súmula 130 do STJ, a empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, nesse sentido.

QUESTÃO 31. A Lei 9.656, de 03 de junho de 1998, contem várias disposições

de proteção ao consumidor na contratação de plano privado de assistência à saúde, abrangendo também a fase pré-contratual.

Em relação a esse tema, é correto afirmar que:

a) é facultada a oferta de plano privado de assistência à saúde quando incluir atendimento obstétrico, desde que haja: a) cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do consumidor, ou de seu dependente, durante os primeiros seis meses após o parto; e b) inscrição, como dependente; do mesmo recém-nascido, com isenção do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de dez dias do nascimento ou da efetivação da adoção;

b) para consumidores com mais de 60 anos de idade que participarem de planos privados de assistência à saúde, a variação das contraprestações pecuniárias estabelecidas nos contratos em razão da idade do consumidor somente poderá ocorrer após o decurso de 24 meses da vigência do contrato ou de sua renovação;

c) os contratos de plano privado de assistência à saúde celebrados individualmente têm vigência mínima de um ano, sendo permitidas a recontagem de carências e a cobrança de taxas ou qualquer outro valor no ato da renovação, se expressamente previstas no instrumento contratual;

d) ao consumidor titular de plano privado de assistência à saúde, individual ou familiar, será obrigatoriamente entregue, quando de sua inscrição, cópia do contrato, do regulamento ou das condições gerais do plano, além de material explicativo que descreva, em linguagem simples e precisa, todas as suas características, direitos e obrigações;

e) é vedada a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes à data de contratação de plano privado de assistência à saúde após 12 meses de vigência do aludido instrumento contratual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O art. 12, inciso III, da Lei 9.656/98 prevê que os planos de saúde com cobertura obstétrica devem garantir a assistência ao recém-nascido durante os primeiros 30 dias após o parto, não seis meses. Além disso, a inscrição do recém-nascido como dependente, com isenção de carência, deve ocorrer até 30 dias do nascimento ou da adoção, não dez dias.

A alternativa B está correta. O artigo 15, §3º, da Lei 9.656/98, modificado pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), proíbe o aumento das contraprestações pecuniárias em razão da idade para consumidores com mais de 60 anos que participem do plano há mais de 10 anos. Não há previsão de variação de preços após 24 meses.

A alternativa C está incorreta. O art. 13, II, da Lei 9.656/98 não permite a recontagem de carências, nem a cobrança de taxas ou outros valores no ato da renovação do contrato, salvo o reajuste anual de preço.

A alternativa D está correta. De acordo com o artigo 16, parágrafo único, da Lei 9.656/98, é obrigatória a entrega ao consumidor de cópia do contrato, regulamento, ou condições gerais do plano, além de um material explicativo em linguagem simples e clara.

Além disso, a inscrição do recém-nascido como dependente, com isenção de carência, deve ocorrer até 30 dias do nascimento ou da adoção, e não dez dias.

A alternativa E está incorreta. A exclusão pode ser limitada durante os primeiros 24 meses. (art. 11, Lei 9.656/98).

QUESTÃO 32. Comodoro, superendividado, requereu ao juiz da comarca do seu domicílio a instauração de processo de repactuação de dívidas, para que fosse realizada audiência de conciliação com a presença de todos os credores de dívidas de consumo.

Na audiência, presidida pelo juiz, Comodoro apresentou plano de pagamento com prazo de quatro anos, para pagamento parcelado, sem Incidência de juros de mora, e extinção das ações Judiciais em curso. Apenas dois dos sete credores aceitaram a proposta e repactuaram as dívidas do consumidor.

Considerando-se a situação dos demais credores que não aderiram ao plano de pagamento e não integraram o acordo, é correto afirmar que:

a) o juiz, de ofício e em até cinco dias da data da realização da audiência de conciliação, instaurará processo por superendividamento para repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório elaborado por ele e apresentado aos credores;

b o juiz, de ofício, instaurará processo por superendividamento para repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial voluntário a ser apresentado aos credores, assegurando-lhes, no mínimo, o valor do principal, corrigido monetariamente por índices oficiais de preço, e preverá a liquidação total da dívida no máximo em dois anos;

c) o juiz, a pedido de Comodoro e em até sete dias da data da audiência de conciliação, instaurará processo por superendividamento para repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório e procederá à intimação dos credores remanescentes para assiná-lo;

d) o juiz, a pedido de Comodoro, instaurará processo por superendividamento para repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório e procederá à citação dos credores remanescentes, para, no prazo de 15 dias, juntarem documentos e as razões da negativa de aceder ao plano ou de renegociar;

e) o juiz, de ofício ou a pedido de Comodoro e em até 15 dias da data da audiência de conciliação, instaurará processo por superendividamento para repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório e procederá à intimação dos credores para assiná-lo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. O artigo 104-B, caput e §2º, do CDC, prevê que o juiz, a pedido do consumidor superendividado, pode instaurar processo para repactuação das dívidas remanescentes e citar os credores para que, no prazo de 15 dias, apresentem documentos e justifiquem a recusa ao plano.

Veja que o CDC não estabelece que o juiz possa agir de ofício. Portanto, já podemos descartar as demais alternativas.

As demais alternativas estão incorretas, por contrariarem o disposto no art. 104-B do CDC.

QUESTÃO 33. Sobre a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica nas relações patrimoniais sujeitas ao Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

a) as sociedades coligadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor;

b) as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor;

c) a mera existência de grupo econômico sem a prova do abuso da personalidade jurídica caracterizado pelo desvio de finalidade não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica do fornecedor;

d) a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica da pessoa jurídica não pode ensejar a desconsideração da personalidade jurídica, ainda que a autonomia patrimonial seja obstáculo ao ressarcimento do consumidor;

e) o juiz, a pedido da parte interessada, determinará que a efetivação da responsabilidade da pessoa jurídica recaia sobre o acionista controlador, o sócio majoritário, os sócios-gerentes, os administradores societários e, no caso de grupo societário, sobre as sociedades que o integram.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. O Código de Defesa do Consumidor não impõe responsabilidade solidária às sociedades coligadas apenas pela sua condição de coligação.

A alternativa B está correta. O artigo 28, §3º, do CDC prevê que as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor, especialmente quando há confusão patrimonial e desvio de finalidade que impliquem em prejuízo ao consumidor.

A alternativa C está incorreta. A mera existência de um grupo econômico não é suficiente para justificar a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa D está incorreta. A simples expansão ou alteração da atividade econômica não é, por si só, motivo para a desconsideração.

A alternativa E está incorreta. A desconsideração da personalidade jurídica pode recair sobre os responsáveis mencionados, mas deve ser fundamentada em abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade ou confusão patrimonial, conforme previsto no art. 28 do CDC.

QUESTÃO 34. O Estatuto da Criança e do Adolescente passou por diversas alterações legislativas a partir de 2009, dentre as quais a instituição das audiências concentradas, que também foram regulamentadas pelo Provimento nº 165/2024, do CNJ.

Sobre as audiências concentradas, é correto afirmar que:

a) são obrigatórias, presenciais e ocorrem nas dependências das instituições de acolhimento, com a presença do Ministério Público, Defensoria Pública, crianças/adolescentes acolhidos, família dos acolhidos, Conselho Tutelar, para reavaliação individualizada de cada medida protetiva;

b) são facultativas, presenciais e ocorrem nas dependências das instituições de acolhimento, com a presença do Ministério Público, Defensoria Pública, equipe técnica, crianças/adolescentes acolhidos, família dos acolhidos, Conselho Tutelar, para reavaliação individualizada de cada medida protetiva;

c) são obrigatórias, presenciais e ocorrem nas dependências das instituições de acolhimento, com a presença do Ministério Público, Defensoria Pública, equipe técnica, crianças/adolescentes acolhidos, família dos acolhidos, Conselho Tutelar, para reavaliação geral das medidas protetivas aplicadas;

d) são obrigatórias, presenciais e ocorrem nas dependências da Vara da Infância, com a presença do Ministério Público, equipe técnica, crianças/adolescentes acolhidos, família dos acolhidos, Conselho Tutelar, para reavaliação individualizada de cada medida protetiva;

e) são obrigatórias, podendo ser realizadas virtualmente, com a intimação do Ministério Público, Defensoria Pública, equipe técnica, crianças/adolescentes acolhidos, Conselho Tutelar, para reavaliação individualizada de cada medida protetiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme o artigo 19, §1º, da Lei 8.069/90 as audiências concentradas são obrigatórias e ocorrem nas instituições de acolhimento, com a presença das autoridades mencionadas, para reavaliação individualizada das medidas protetivas.

As audiências concentradas não são facultativas, mas sim obrigatórias, conforme estabelecido no ECA e regulamentado pelo Provimento nº 165/2024 do CNJ.

Portanto, são obrigatórias e ocorrerão nas dependências da sede da instituição de acolhimento. Ainda, vale reforçar que a realização virtual não está prevista como uma opção, mas a depender do caso concreto, poderá ser feita de maneira virtual.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, conforme os comentários da alternativa A.

QUESTÃO 35. Antônio cumpre medida socioeducativa de liberdade assistida por fato praticado no ano de 2023. Em processo em curso por outro ato Infracional ocorrido em 2022, é aplicada a ele medida socioeducativa de semiliberdade.

Transitada em julgado a sentença que aplicou a medida de semiliberdade, deve ser determinado(a):

a) a suspensão do cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida, para que seja cumprida a de semiliberdade;

b) a imediata ida do adolescente para a instituição adequada, para cumprimento

medida socioeducativa de semiliberdade, e a regressão da medida de liberdade assistida;

c) que o adolescente continue a cumprir a medida de liberdade assistida anteriormente imposta e que, quando de sua extinção, seja iniciado o cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade;

d) que o adolescente cumpra a medida socioeducativa da semiliberdade, sendo determinada a unificação da execução das medidas aplicadas nas duas ações socioeducativas;

e) o cumprimento simultâneo das duas medidas socioeducativas aplicadas, tendo curso simultâneo os dois processos de execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A Lei do SINASE (Lei 12.594/12) prevê a unificação das medidas socioeducativas, e não a suspensão de uma medida para cumprir outra.

A alternativa B está incorreta. Não há previsão de regressão de medida no SINASE. Em vez disso, o sistema preconiza a unificação das medidas para o cumprimento simultâneo.

A alternativa C está incorreta. O art. 45 da Lei do SINASE prevê a unificação das medidas socioeducativas, não o cumprimento consecutivo das medidas.

A alternativa D está correta. O juiz da execução das medidas socioeducativas deverá unificar as execuções de medidas, nos termos do art. 45 da lei do SINASE.

Ainda vale ressaltar que deve ser considerado o tempo que o adolescente permaneceu em liberdade assistida.

A alterativa E está incorreta. Embora mencione o cumprimento simultâneo, a execução das medidas não deve ocorrer em processos separados, mas sim em um processo unificado, conforme previsto na Lei do SINASE.

QUESTÃO 36. João e Mariana têm dois filhos com idade de 2 e 4 anos. Em pesquisas realizadas em sítios eletrônicos, o casal lê textos que informam que as vacinas não devem ser ministradas nas pessoas, pois não previnem as doenças, mas, ao contrário, provocam autismo e outras doenças neurológicas nas crianças. Convencidos da veracidade desses textos, não levam seus filhos para serem imunizados durante as campanhas anuais de vacinação promovidas pelo poder público. Chegando tal fato ao conhecimento do conselho tutelar, os pais são chamados para atendimento e, mesmo com as diversas orientações dadas pelos conselheiros tutelares e pela equipe técnica que auxilia os conselheiros, inclusive com a informação de que a omissão coloca a vida das crianças em risco, os pais se mostram irredutíveis em vacinar seus filhos. O caso é encaminhado ao Ministério Público.

Em relação à proteção dessas crianças, é correto afirmar que:

a) o poder familiar é atributo conferido aos pais para que, com mais facilidade, possam tomar decisões para a vida de seus filhos, mas este não é absoluto. Assim, caso os pais não levem seus filhos para serem vacinados nas campanhas oficiais, devem ser encaminhados para cursos de orientação, na forma do Art. 129, IV, do ECA;

b) o poder familiar é atributo conferido aos pais para que, com mais facilidade, possam tomar decisões para a vida de seus filhos, e, por serem detentores deste poder-dever, têm o dever de tomar as decisões que acharem mais corretas para a vida de seus filhos, de modo que podem não levar seus filhos para tomar as vacinas obrigatórias;

c) o poder familiar é atributo conferido aos pais para que, com mais facilidade, possam tomar decisões para a vida de seus filhos, mas este não é absoluto. Assim, caso os pais não levem seus filhos para serem vacinados nas campanhas oficiais, serão destituídos, de imediato, do poder familiar, por terem violado o direito fundamental dos filhos à saúde;

d) o poder familiar é atributo conferido aos pais para que, com mais facilidade, possam tomar decisões para a vida de seus filhos, mas este não é absoluto. Assim, caso os pais não levem seus filhos para serem vacinados nas campanhas oficiais, responderão a processo pela prática da infração administrativa prevista no Art. 149, ECA; caso sejam condenados, deverão pagar multa, sendo esta a única sanção que podem ter por descumprirem dolosamente os deveres do poder familiar;

e) o poder familiar é atributo conferido aos pais para que com mais facilidade possam tomar decisões para a vida de seus filhos, mas este não é absoluto. Assim, caso os pais não levem seus filhos para serem vacinados nas campanhas oficiais, responderão a processo pela prática da infração administrativa prevista no Art. 149, ECA; nessa hipótese, caso sejam condenados, deverão pagar multa e, caso continuem a não cumprir com seu dever para com os filhos, poderão ter o poder familiar suspenso, com o consequente encaminhamento dos filhos para acolhimento.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

Contudo, essa questão poderá ser anulada, pois o examinador faz menção à literalidade do art. 149 do ECA, entretanto, o referido artigo diz respeito à medidas administrativas do juiz para

autorizar a entrada de crianças e adolescentes em eventos. Ou seja, nada se relaciona com o caso narrado.

Outrossim, o artigo que consideramos adequado ao caso narrado é o artigo 249 do ECA.

A alternativa E poderá estar <u>correta</u>, consoante o art. 14 §1º do ECA e também de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Tema de Repercussão Geral 1103, cuja tese do STF sobre o tema é que é constitucional a obrigatoriedade de vacinação por meio de uma vacina.

Em caso de descumprimento pelos pais, outras medidas são adotadas antes da destituição, como orientação, advertência, ou até suspensão temporária do poder familiar. O poder familiar não é absoluto, e dentre as providências que poderão ser tomadas, em casos graves, é a destituição imediata do poder familiar.

As demais alternativas estão <u>incorretas</u>.

QUESTÃO 37. Ana propõe ação de adoção do adolescente Manoel, em seu nome e no de seu falecido marido Roberto. Como prova de que Roberto cuidava de Manoel como filho, apresenta testemunhas, bem como o contrato de prestação de serviços do advogado que a representa, firmado por Roberto.

Sobre a proposta de adoção bilateral e póstuma descrita no enunciado, é correto afirmar que:

a) é necessária a citação da mãe de Roberto para que diga se concorda com o pedido, considerando os efeitos patrimoniais da adoção;

b) não pode prosseguir, dado que, em ações de adoção na modalidade póstuma, a ação deve ter sido proposta ainda durante a vida da pessoa falecida;

c) deve ser determinada emenda da inicial, sob pena de indeferimento, pois não é possível realizar, no curso do processo, a prova da inequívoca intenção do morto em adotar, devendo a prova já ser pré-constituída;

d) deverá ser realizada a comprovação da inequívoca vontade do morto, devendo ser chamados à lide todos os herdeiros do falecido para que digam se têm algo a opor ao pedido:

e) pode prosseguir, pois, embora a ação já devesse ter sido proposta em vida, a jurisprudência é unânime em aceitar provas de que esta era a inequívoca vontade do falecido, em correta interpretação do melhor interesse da criança e do adolescente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A citação dos familiares do falecido para concordar com o pedido de adoção não é requisito. A preocupação principal é com a demonstração da vontade inequívoca do falecido em adotar.

A alternativa B está incorreta. A adoção póstuma pode ser concedida mesmo após o falecimento do adotante, desde que haja provas inequívocas de que essa era a sua vontade.

A alternativa C está incorreta. Se houver prova da intenção inequívoca do falecido em adotar pode ser apresentada durante o processo, não é necessário que todas as provas sejam pré-constituídas antes da proposição da ação.

A alternativa D está correta. A comprovação da vontade inequívoca do falecido em adotar é essencial. Os herdeiros do falecido devem ser chamados à lide para que possam se manifestar sobre o pedido de adoção, conforme estabelecido pela jurisprudência do STJ. Isso garante que todos os interessados possam expressar sua posição e que o processo seja justo e transparente.

A alternativa E está incorreta. O correto procedimento inclui a oitiva dos herdeiros para que possam opor-se ou não ao pedido, garantindo a transparência e a justiça do processo.

QUESTÃO 38. Lucas, adolescente de 16 anos, é encaminhado pelo Conselho Tutelar para acolhimento institucional, eis que está correndo risco de vida na comunidade em que reside com sua mãe e irmãos. Indo os autos do procedimento de acolhimento ao Ministério Público, já com o relatório apresentado pela equipe Interprofissional do acolhimento, é verificado que a família é extremamente pobre, não tendo condições financeiras de sair da localidade em que vive. Verificando que, se a família conseguir se mudar, o motivo do acolhimento de Antônio cessará de imediato, o Promotor de Justiça da Infância propõe, com base no direito fundamental à convivência familiar e comunitária, em face do município, ação de obrigação de fazer para moradia para Lucas e sua família em outro bairro.

Ao receber os autos, o juiz da Infância deve:

a) indeferir de plano a petição inicial por possuir o Ministério Público legitimidade para a defesa de direito individual;

b) receber a petição inicial, determinando a citação do município. Se este, em preliminar de contestação, alegar a ilegitimidade do Ministério Público para a defesa de direito individual e, no mérito, a improcedência do pedido, a preliminar deve ser acolhida de imediato e o processo deve ser extinto sem análise de mérito;

c) receber a petição inicial, determinando a citação do ente público. Se este contestar o pedido, alegando a ilegitimidade do Ministério Público para a defesa de direito individual e a improcedência do pedido, a preliminar deve ser rejeitada de imediato e deve ser determinado o prosseguimento do feito;

d) receber a petição inicial, determinando a citação do ente público, que contesta o pedido, alegando a ilegitimidade do Ministério Público para a defesa de direito individual e, no mérito,

a improcedência do pedido, devendo ser determinada a abertura de vista ao autor e, após a manifestação deste, a preliminar deve ser rejeitada, determinando-se o prosseguimento do feito;

e) receber a petição inicial, determinando a citação do ente público, que contesta o pedido, alegando a ilegitimidade do Ministério Público para a defesa de direito individual, a incompetência do juízo e, no mérito, a improcedência do pedido, devendo ser determinada a abertura de vista ao autor, e, após a manifestação deste, deve ser acolhida a preliminar de incompetência do juízo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme o gabarito oficial divulgado pela banca examinadora. Contudo, entendemos que a alternativa C está correta, sendo essa questão passível de recurso.

A alternativa A está incorreta. O Ministério Público tem legitimidade para propor ações em defesa de direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos, especialmente quando se trata da proteção de crianças e adolescentes, conforme o artigo 201, incisos V e VIII, do ECA.

A alternativa B está incorreta. A preliminar de ilegitimidade não deve ser acolhida de imediato, uma vez que o Ministério Público tem legitimidade para atuar em defesa de direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

A alternativa C está correta. O artigo 201 do ECA concede legitimidade ao Ministério Público para promover e acompanhar ações de proteção de crianças e adolescentes, assegurando seus direitos fundamentais. Portanto, a ilegitimidade não deve ser acolhida e o processo deve prosseguir.

A alternativa D está incorreta. Embora seja necessário abrir vista ao autor para manifestação, a preliminar de ilegitimidade pode ser rejeitada de imediato com base na legitimidade do Ministério Público prevista no ECA.

A alternativa E está incorreta. A ilegitimidade do Ministério Público deve ser rejeitada com base no artigo 201 do ECA.

QUESTÃO 39. Júlia, em final de gravidez, informa à equipe da unidade da saúde onde realiza o acompanhamento pré-natal que deseja entregar seu filho para adoção. De imediato, é encaminhada para a Vara da Infância e da Juventude, onde é recebida pela equipe interprofissional, que, após o atendimento, encaminha relatório ao juiz informando o desejo definitivo de Júlia, o sigilo solicitado por ela, que indicou que sua família não deveria ser contactada, e a negativa de informar a identidade do suposto pai.

É correto afirmar que, após o nascimento:

a) a criança deverá ser colocada imediatamente para adoção, buscando-se família cadastrada;

b) deverá ser buscado membro da família extensa, pois o direito fundamental à convivência familiar e comunitária é superior ao direito ao sigilo do nascimento, requerido pela mãe;

c) a criança deverá ser imediatamente encaminhada para família acolhedora, onde deverá permanecer até que se encontre membro da família extensa ou que se descubra a identidade paterna, pois o direito fundamental à convivência familiar e comunitária é superior ao direito ao sigilo do nascimento, requerido pela mãe;

d) a criança deverá ser imediatamente encaminhada para família acolhedora, sendo designada audiência para oitiva de Júlia, quando será colhida sua manifestação de vontade de entregar seu filho para adoção, sendo respeitado o sigilo sobre a entrega e buscando-se, após, pessoa inscrita no cadastro de adoção;

e) deverá ser buscada família cadastrada, para a qual deverá ser concedida imediatamente a guarda provisória, sendo posteriormente designada audiência para colheita da manifestação de vontade de Júlia de entregar seu filho para adoção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. O art. 19-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata do direito ao sigilo do processo de entrega da criança para adoção. A mãe tem o direito de solicitar o sigilo e que o processo deve respeitar essa condição, priorizando sempre o melhor interesse da criança.

Ainda, corrobora com a alternativa o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o direito da mãe biológica ao sigilo é fundamental para garantir sua segurança e tranquilidade desde o pré-natal até o parto, protegendo o melhor interesse do recém-nascido e assegurando o respeito à vida e à convivência familiar afetiva.

A proteção ao sigilo na entrega voluntária para a adoção, ferece uma alternativa mais segura e humanizada, voltada para a proteção da vida digna do recém-nascido e para evitar práticas como o aborto clandestino e o abandono irregular de crianças.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 40. Finda a instrução de uma ação socioeducativa, é aplicada medida socioeducativa ao adolescente. Inconformada, a defesa interpõe recurso de apelação, sendo apresentada apenas a petição de interposição do recurso, isto no último dia do prazo, reservando-se a defesa o direito de apresentar suas razões recursais no tribunal.

Vindos os autos conclusos para decisão, o juiz deve:

a) determinar a subida dos autos ao Tribunal de Justiça, na forma requerida pela defesa;

b) realizar juízo de retratação e abrir vista ao Ministério Público;

c) determinar a abertura de vista ao Ministério Público para que se manifeste, apresentando suas contrarrazões;

d) determinar a subida dos autos ao Tribunal de Justiça para que o requerimento da defesa seja apreciado em segunda instância, visto que a função judicante já se encerrou;

e) declarar inexistente o recurso, já que o sistema recursal adotado pelo ECA é o processual civil, devendo as razões acompanhar a petição de interposição do recurso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta. O recurso deve ser considerado inexistente, pois o ECA adota o sistema recursal processual civil, que exige que as razões do recurso acompanhem a petição de interposição, conforme os artigos 198 do ECA e 1.010 do CPC.

Vejamos: "Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei n o 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil) , com as seguintes adaptações: (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012)"

As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 41. Sobre aspectos atinentes à disciplina penal da culpabilidade, é correto animar que:

a) a embriaguez preordenada constitui hipótese de circunstância atenuante;

b) a embriaguez involuntária isenta o réu de pena;

c) a coação moral resistível é prevista como circunstância agravante da pena;

d) são admitidas, no ordenamento jurídico brasileiro, situações supralegais de inexigibilidade de conduta diversa;

e) a emoção ou a paixão podem excluir a culpabilidade ou configurar situação de semi-imputabilidade do agente.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre culpabilidade.

A alternativa A está incorreta. A embriaguez preordenada ocorre quando o agente se embriaga deliberadamente para cometer o crime. Nesse caso, em vez de ser considerada uma atenuante, ela é uma agravante da pena, conforme o art. 61, II, "l", do Código Penal.

A alternativa B está incorreta. A embriaguez completa e involuntária, causada por caso fortuito ou força maior, pode isentar o agente de pena se causar inimputabilidade, conforme o art. 28, §1º, do CP. No entanto, a formulação da alternativa é muito genérica e não considera que a isenção depende da comprovação de que a embriaguez anulou totalmente a capacidade de entendimento do agente.

A alternativa C está incorreta. A coação moral resistível não agrava a pena, mas também não exclui a culpabilidade, já que o agente ainda possui condições de resistir. Apenas a coação moral irresistível exclui a culpabilidade, conforme o art. 22 do CP.

A alternativa D está correta. Embora a inexigibilidade de conduta diversa esteja prevista de forma implícita no Código Penal, o STF e o STJ admitem hipóteses supralegais, ou seja, não previstas diretamente na lei. Um exemplo é o reconhecimento de inexigibilidade em situações que envolvam grave conflito ético ou moral, desde que justificadas pelas circunstâncias do caso. (STJ, AgRg no REsp n. 1.264.697/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 17/12/2015).

A alternativa E está incorreta. A emoção ou a paixão não excluem a culpabilidade nem configuram situação de semi-imputabilidade, conforme o art. 28, I, do CP. Esses estados emocionais não afetam a capacidade de entendimento do agente sobre o caráter ilícito do fato nem sua autodeterminação.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 42. Elmo, casado com Filomena, mulher trans, após surpreendê-la nua na cama com outro homem, a expulsa imediatamente de casa, sequer permitindo que ela se vista, daí lhe resultando dano emocional.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Elmo:

a) no cometeu crime;

b) cometeu crime de injúria;

c) cometeu crime de constrangimento ilegal;

d) cometeu crimes de constrangimento ilegal e injúria;

e) cometeu crime de violência psicológica contra a mulher.

Comentários

Provavelmente a banca trará como correta a letra E, contudo, a letra A também poderia ser considerada correta a depender da interpretação. A questão trata sobre os crimes de injúria, constrangimento ilegal e violência psicológica contra a mulher.

Admitir que Elmo não cometeu crime exige considerar que sua conduta foi motivada por uma situação de grande emoção, ao surpreender Filomena em flagrante infidelidade. O art. 28, I, do CP prevê que a emoção ou paixão não excluem a imputabilidade, mas também não são, por si só, puníveis. Nesse contexto, a expulsão de Filomena de casa poderia ser interpretada como uma reação emocional desproporcional, mas não necessariamente criminosa. Essa abordagem considera o fato atípico por ausência de dolo específico para causar dano emocional.

Por outro lado, a conduta de Elmo pode ser interpretada como violência psicológica contra a mulher, nos termos do art. 147-B do CP, especialmente considerando o contexto de humilhação pública e dano emocional causado a Filomena. O fato de não permitir que Filomena se vestisse antes de ser expulsa de casa demonstra uma intenção de expô-la ao vexame, causando-lhe sofrimento psicológico, o que está protegido pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

Portanto, considerando as razões acima, a alternativa correta poderia ser a letra A ou E, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 43. Mauro, primário, com maus antecedentes, cumpre pena por delito comum na penitenciária central do estado, em Cuiabá.

Sobre essa situação, é correto afirmar que:

a) caso Mauro cometa falta disciplinar de fuga, o prazo para obtenção do livramento condicional será interrompido e a contagem, reiniciada;

b) para poder pleitear o livramento condicional, Mauro deverá cumprir um terço da pena;

c) se, após a obtenção do livramento condicional, Mauro praticar nova infração penal, o livramento será automaticamente suspenso e sua prisão, decretada;

d) no caso de revogação do livramento condicional, computa-se o tempo transcorrido durante o período de prova como pena cumprida;

e) se, durante o período de prova, Mauro praticar falta disciplinar de natureza grave, ele poderá perder até um terço dos dias remidos.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre livramento condicional.

A alternativa A está incorreta. A fuga não interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional, mas pode ser considerada para indeferir o benefício (art. 84, parágrafo único, do CP).

A alternativa B está correta. Apontada como correta pela banca, com base no entendimento de que Mauro, sendo primário, se enquadra na fração de um terço da pena prevista no art. 83, I, do CP para o livramento condicional. Apesar de possuir maus antecedentes, a primariedade é o elemento

predominante, e, em casos de dúvida, aplica-se o princípio da interpretação mais favorável ao réu, beneficiando Mauro com o prazo reduzido para pleitear o benefício.

A alternativa C está incorreta. A prática de nova infração penal não suspende automaticamente o livramento condicional; é necessária decisão judicial (art. 86 do CP).

A alternativa D está incorreta. Em caso de revogação do livramento, o tempo de prova é computado como pena cumprida, mas isso não se relaciona ao requisito temporal para concessão do benefício (art. 88 do CP).

A alternativa E está incorreta. A remição de pena não se aplica durante o livramento condicional, pois este não está submetido ao regime de encarceramento (art. 127 da LEP).

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 44. Calo conhece, pela Internet, Dario, maior de idade, que se apresenta como uma menina, de 11 anos. Depois de muitas horas de bate-papo virtual, Caio, acreditando estar interagindo com uma criança, manda para a suposta menina um vídeo pornográfico em que está se masturbando, com a finalidade de excitá-la, para que possa praticar com ela ato libidinoso.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Caio:

a) não cometeu crime;

b) cometeu crime de estupro de vulnerável;

c) cometeu crime de corrupção de menores;

d) cometeu crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente;

e) cometeu crime de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre crimes previstos no ECA e no CP.

A alternativa A está correta. A conduta de Caio é atípica porque não havia uma vítima menor de idade, elemento essencial para a configuração de crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Penal. Com base no art. 17 do CP, a tentativa de crime é considerada impossível, pois o objeto do crime (a suposta criança) era absolutamente impróprio para a consumação. Assim, a inexistência de uma criança real inviabiliza a punição. Sem essa vítima real, a conduta é atípica.

A alternativa B está incorreta. O crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP) exige a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos. Como a suposta vítima era um adulto, a consumação do

crime era impossível, configurando a hipótese do art. 17 do CP, que exclui a punição pela tentativa quando o objeto é absolutamente impróprio.

A alternativa C está incorreta. O crime de corrupção de menores (art. 244-B do ECA) exige a participação de uma pessoa menor de 18 anos em atos ilícitos. A inexistência de um menor como objeto do crime torna a tentativa impossível, nos termos do art. 17 do CP.

A alternativa D está incorreta. Nenhum dos crimes previstos no ECA se configura, pois todos exigem como elemento essencial a interação com uma criança ou adolescente real. No caso, a inexistência de uma vítima menor de idade impede a tipificação de crimes como aliciamento, assédio ou exposição de conteúdo pornográfico (art. 241-D do ECA).

A alternativa E está incorreta. O crime previsto no art. 218-C do CP exige que o material pornográfico seja divulgado ou compartilhado amplamente, o que não ocorreu. Além disso, a tentativa de configurar um crime com base em um objeto inexistente (a suposta criança) seria impossível, de acordo com o art. 17 do CP.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 45. Amadeus, residente em Alta Floresta/MT, é preso em flagrante praticando um furto em coautoria com sua companheira Amélia. Verifica-se, em consulta aos sistemas informáticos do estado, que Amadeus já possuía uma condenação.

Sobre sua situação, é correto afirmar que:

a) ainda que seja reincidente em crime doloso, se presentes os demais requisitos, Amadeus poderá obter a causa de diminuição de pena referente ao furto privilegiado;

b) caso Amadeus seja considerado reincidente e ele espontaneamente confesse a prática do delito, a jurisprudência admite a compensação entre ambas as circunstâncias;

c) por se tratar de circunstância elementar do crime, a pena de Amélia também será agravada por conta da reincidência de Amadeus;

d) ainda que seja reincidente em crime doloso, não haverá agravamento da pena com fulcro em julgamento do Supremo Tribunal Federal pela não recepção do instituto pela Constituição de 1988;

e) caso a condenação anterior seja por crime político ou militar, de qualquer natureza, Amadeus não poderá ser considerado reincidente.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre reincidência.

A alternativa A está incorreta. A causa de diminuição de pena prevista no art. 155, §2º, do CP (furto privilegiado) exige que o réu seja primário e tenha praticado o crime com reduzido valor da coisa furtada. A reincidência impede o reconhecimento do privilégio, ainda que os demais requisitos estejam presentes.

A alternativa B está correta. A confissão espontânea (art. 65, III, "d", do CP) é uma circunstância atenuante, enquanto a reincidência (art. 61, I, do CP) é agravante. A jurisprudência consolidada do STJ admite a compensação integral entre ambas as circunstâncias, especialmente quando não há elementos adicionais que indiquem maior gravidade na reincidência. (STJ, REsp n. 1.931.145/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 22/6/2022)

A alternativa C está incorreta. A reincidência é uma circunstância pessoal do agente e não se comunica entre coautores ou partícipes, conforme o art. 30 do CP, salvo quando a circunstância for elementar do crime, o que não se aplica à reincidência.

A alternativa D está incorreta. A reincidência foi recepcionada pela Constituição de 1988 e é amplamente reconhecida como agravante de pena (art. 61, I, do CP), sendo compatível com os princípios constitucionais.

A alternativa E está incorreta. Condenações anteriores por crimes políticos não geram reincidência, conforme o art. 64, I, do CP, mas os crimes militares podem gerar reincidência, desde que não sejam de natureza exclusivamente militar (ex.: deserção).

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 46. José foi preso em flagrante por ter propositadamente ateado fogo em trecho de floresta localizada no estado de Mato Grosso. Embora o fogo tenha se espalhado rapidamente, as chamas não chegaram a local próximo a regiões povoadas.

Sobre a situação narrada, é correto afirmar que:

a) José responderá pelo delito de incêndio tipificado na Lei de Crimes Ambientais, que é crime de perigo abstrato;

b) José responderá pelo delito de incêndio tipificado pelo Código Penal, que é crime de perigo abstrato;

c) José não responderá pelo delito de incêndio, pois se trata de crime de perigo concreto;

d) caso José comprove não ter agido com dolo, a conduta será considerada atípica, pois não há previsão legal de incêndio na forma culposa;

e) caso a área atingida pelo incêndio seja lavoura ou pastagem, a conduta será considerada atípica, pois a previsão legal abarca apenas o incêndio em mata ou floresta.

Comentários

Podem ser consideradas corretas as letras A ou E, devido as alterações promovidas pela Lei nº 14.944/2024. A questão trata sobre o delito de incêndio.

A alternativa A está correta. O incêndio em floresta, previsto no art. 41 da Lei nº 9.605/1998, é um crime de perigo abstrato, o que significa que não é necessário demonstrar o efetivo dano ao meio ambiente, bastando que a conduta coloque em risco o bem jurídico tutelado (a proteção ambiental). José, ao atear fogo em trecho de floresta, mesmo sem atingir regiões povoadas, responde pelo crime ambiental.

A alternativa B está incorreta. O art. 250 do CP trata do crime de incêndio geral, que abrange incêndios em locais urbanos, povoados, industriais ou outros bens materiais. Como o fato descrito ocorreu em área de floresta, aplica-se a legislação específica da Lei nº 9.605/1998, e não o Código Penal.

A alternativa C está incorreta. O art. 41 da Lei nº 9.605/1998 prevê o incêndio ambiental como crime de perigo abstrato, ou seja, não é necessário comprovar o dano concreto, apenas que a conduta criou risco ao bem jurídico tutelado (a preservação ambiental). O argumento de perigo concreto é incompatível com o tipo penal ambiental.

A alternativa D está incorreta. O art. 41, parágrafo único, da Lei nº 9.605/1998, prevê expressamente o incêndio culposo, com pena reduzida em relação ao doloso. Portanto, a conduta de José não seria atípica se ele tivesse agido sem dolo, mas poderia configurar o crime na forma culposa.

A alternativa E está incorreta. A Lei nº 14.944/2024 expandiu a aplicação do art. 41 da Lei nº 9.605/1998, deixando claro que o crime abrange lavouras, pastagens e outras formas de vegetação protegida por legislação ambiental, mesmo que não sejam florestas nativas. Assim, José poderá ser responsabilizado pelo incêndio em qualquer dessas áreas, desde que o ato tenha sido doloso ou culposo.

Portanto, considerando as razões acima, as alternativas corretas seriam a letra A ou E, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 47. Giles, em 13/09/2024, às 3 horas da madrugada arromba a porta de uma residência, cujo morador está viajando, e ingressa no imóvel, de onde retira, para si, bens, no valor total de R$ 1.200,00. Giles possui condenação anterior definitiva por crime da mesma espécie, cuja pena foi extinta em 06/02/2021 após o decurso, sem revogação, do período de prova do livramento condicional, o qual teve início em 06/07/2019.

Diante do caso narrado, Giles deverá responder, à luz da jurisprudência do STJ, por furto:

a) qualificado;

b) privilegiado;

c) qualificado privilegiado;

d) qualificado, com a incidência da causa de aumento de pena do repouso noturno;

e) qualificado privilegiado, com a incidência da causa de aumento de pena do repouso noturno.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre o crime de furto.

A alternativa A está incorreta. O furto qualificado pelo rompimento de obstáculo (art. 155, §4º, I, do CP) está presente, mas Giles é primário e os bens têm pequeno valor, o que permite o reconhecimento do furto privilegiado (art. 155, §2º, do CP). Segundo o Tema Repetitivo 1087 do STJ, é possível combinar o privilégio com qualificadoras objetivas, o que afasta a classificação exclusivamente como qualificado.

A alternativa B está incorreta. Embora Giles seja primário e o valor dos bens seja pequeno, o crime possui uma qualificadora objetiva (rompimento de obstáculo). A jurisprudência do STJ (Súmula 511) admite a aplicação simultânea do privilégio com qualificadoras objetivas, caracterizando o furto como qualificado privilegiado, e não apenas privilegiado.

A alternativa C está correta. Giles é primário (art. 64, I, do CP), os bens furtados têm pequeno valor (art. 155, §2º, do CP), e a qualificadora do rompimento de obstáculo (art. 155, §4º, I, do CP) pode coexistir com o privilégio, conforme o Tema Repetitivo 1087 do STJ. Assim, o furto é corretamente classificado como qualificado privilegiado.

A alternativa D está incorreta. A causa de aumento do repouso noturno (art. 155, §1º, do CP) pode ser aplicada em conjunto com a qualificadora do rompimento de obstáculo. Contudo, a condição de primariedade de Giles e o pequeno valor dos bens furtados permitem o reconhecimento do privilégio, afastando a exclusividade do enquadramento como furto qualificado com aumento de pena.

A alternativa E está incorreta. Embora possível acumular o privilégio, a qualificadora e a causa de aumento, a questão não evidencia claramente a necessidade de aplicação do repouso noturno como agravante adicional. A classificação mais adequada ao caso é o furto qualificado privilegiado.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 48. Ildebrando, frentista, assustado com constantes assaltos a postos de combustíveis, decide levar para o trabalho um revólver de calibre 38, arma de fogo de uso permitido, devidamente registrada em seu nome, cuja autorização para o porte ele não possui. Certo dia, quando ele está trabalhando, trazendo a citada arma de fogo no bolso de seu uniforme, percebe um indivíduo, armado, rendendo um pedestre, nas proximidades do posto de combustíveis, o que o leva a sacar sua arma e efetuar disparo para o alto, pondo em fuga o assaltante. Este é

perseguido e, logo em seguida, detido por policiais, que arrecadam com ele um simulacro de arma de fogo.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Ildebrando:

a) não cometeu crime;

b) cometeu crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido;

c) cometeu crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido;

d) cometeu crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e de disparo de arma de fogo;

e) cometeu crimes de posse irregular de arma de fogo de uso permitido e de disparo de arma de fogo.

Comentários

Podem ser consideradas corretas as letras B ou D. A questão trata sobre a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).

A alternativa A está incorreta. Apesar da intenção de Ildebrando de agir para proteger terceiros, sua conduta não pode ser considerada atípica. O porte ilegal de arma de fogo de uso permitido configura-se pelo simples fato de portar a arma fora de casa sem autorização, conforme o art. 14 da Lei nº 10.826/2003, e o disparo, ainda que para o alto, é tipificado no art. 15 da mesma lei.

A alternativa B está correta. Dependendo da interpretação da banca. Ildebrando cometeu o crime de porte ilegal de arma de fogo (art. 14 da Lei nº 10.826/2003), pois não tinha autorização para portar a arma fora de casa ou do local de trabalho autorizado. O disparo, se considerado como ato voltado à legítima defesa de terceiro, pode ter a ilicitude afastada, não configurando crime autônomo. Essa interpretação segue a ideia de consunção, onde o disparo estaria absorvido pela legítima defesa.

A alternativa C está incorreta. O crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/2003) não se aplica ao caso, pois a posse refere-se a manter a arma em casa ou no local de trabalho com registro irregular. No caso narrado, Ildebrando portava a arma fora de casa, o que caracteriza o porte ilegal.

A alternativa D está correta. Dependendo da interpretação da banca. Além do crime de porte ilegal de arma de fogo (art. 14), o disparo de arma de fogo (art. 15) também está configurado, pois Ildebrando efetuou um disparo em via pública. No entanto, o disparo pode ser justificado como legítima defesa de terceiro, afastando sua ilicitude. Se a banca interpretar que a legítima defesa não se aplica ou não afasta completamente a tipicidade, os dois crimes permanecem autônomos.

A alternativa E está incorreta. A posse irregular não se aplica porque Ildebrando estava portando a arma fora de casa, o que configura o crime de porte. O disparo de arma de fogo, no entanto, está configurado, mas não em conjunto com o crime de posse.

Portanto, considerando as razões acima, as alternativas corretas seriam a letra B ou D, estando incorretas as alternativas A, C e E.

QUESTÃO 49. Sobre os crimes contra a Administração Pública, analise as situações a seguir e a tipificação da conduta.

I. Funcionário público que exige, para si ou para outrem, tributo que sabe indevido, pratica, em tese, o crime de excesso de exação.

Il. Empresário que solicita quantia em dinheiro a outrem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função, pratica, em tese, o crime de corrupção ativa.

Ill. Advogado que telefona a delegado de polícia, ex-colega de turma, pedindo que, com base em sua amizade, manifeste-se pelo arquivamento de inquérito policial sob sua responsabilidade pratica, em tese, o crime de advocacia administrativa.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas;

b) l e ll, apenas:

c) I e lll, apenas;

d) Il e Ill, apenas;

e) I, Il e III.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre crimes contra a administração pública.

I. Correto. O crime de excesso de exação está previsto no art. 316, §1º, do CP, e ocorre quando o funcionário público exige tributo ou contribuição social que sabe ser indevido, ou quando emprega, na cobrança, meio vexatório ou gravoso não autorizado por lei. A conduta descrita encaixa-se perfeitamente nessa tipificação.

II. Incorreto. O crime descrito não é corrupção ativa (art. 333 do CP), mas sim tráfico de influência (art. 332 do CP). O tráfico de influência ocorre quando alguém solicita, exige ou recebe vantagem a pretexto de influir em decisão de funcionário público. A conduta do empresário ajusta-se a essa tipificação.

III. Incorreto. O crime de advocacia administrativa (art. 321 do CP) ocorre quando o funcionário público patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se de sua condição funcional. No caso narrado, o advogado não é funcionário público e, portanto, não pode ser enquadrado nesse crime. A conduta descrita pode ser moralmente reprovável, mas não configura crime.

A alternativa A está correta.

A alternativa B está incorreta.

A alternativa C está incorreta.

A alternativa D está incorreta.

A alternativa E está incorreta.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 50. Alberto, professor do ensino médio, ao término de sua aula, após dispensar a turma, pede que sua aluna Bianca, de 16 anos de idade, permaneça no local, pois precisa conversar reservadamente com ela. Ele, então, se aproxima da aluna, dizendo-lhe estar muito preocupado com suas últimas avaliações. Acrescenta que ela é muito bonita para ter esse tipo de problema e, na sequência, sussurra em seu ouvido: "Te quero". Surpresa e constrangida, Bianca deixa a sala, correndo.

Diante do caso narrado, Alberto deverá responder por:

a) assédio sexual;

b) importunação sexual;

c) corrupção de menores;

d) estupro, na forma tentada;

e) satisfação de lascívia, mediante presença de criança ou adolescente.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está correta. O crime de assédio sexual (art. 216-A do CP) ocorre quando alguém, prevalecendo-se de sua posição de superioridade hierárquica, constrange outra pessoa com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual. Alberto, como professor, utilizou sua

posição de ascendência sobre Bianca para sussurrar palavras de cunho sexual, causando constrangimento. A relação de poder e o objetivo sexual caracterizam o assédio.

A alternativa B está incorreta. A importunação sexual (art. 215-A do CP) exige a prática de ato libidinoso contra alguém, sem consentimento, para satisfazer a lascívia. Embora Alberto tenha dirigido palavras com conotação sexual à aluna, ele não realizou nenhum ato libidinoso físico ou direto, essencial para configurar este tipo penal.

A alternativa C está incorreta. O crime de corrupção de menores (art. 244-B do ECA) ocorre quando alguém induz ou facilita que um menor de 18 anos pratique infração penal ou atos moralmente reprováveis. Alberto não incitou Bianca a adotar condutas ilícitas ou imorais, mas sim constrangeu-a por meio de abuso de sua posição, o que não se enquadra como corrupção de menores.

A alternativa D está incorreta. O crime de estupro (art. 213 do CP) exige que o agente constranja alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso. No caso narrado, Alberto não utilizou violência nem grave ameaça, e a conduta foi limitada a palavras. Assim, não há tentativa de estupro.

A alternativa E está incorreta. O crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-B do CP) ocorre quando o agente utiliza a presença de menor para satisfazer sua própria lascívia por meio de atos libidinosos ou exibição de conduta sexual.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 51. Em processo instaurado em razão da prática do crime de roubo, tendo como acusados Rômulo e Jair, o primeiro foi citado por edital, porém não compareceu e não constituiu advogado. Por sua vez, Jair encontrava-se no exterior em local sabido, tendo sido expedida carta rogatória para a sua citação.

Diante desse cenário, quanto ao curso do processo e da prescrição relativamente a cada um dos acusados, é correto afirmar que:

a) em relação a Rômulo, será suspenso o curso do processo, mas não o do prazo da prescrição;

b) em relação a Jair, será suspenso o curso do prazo da prescrição até o cumprimento da carta rogatória;

c) em relação a Rômulo e a Jair, serão suspensos o curso do processo e o curso da prescrição;

d) em relação a Rômulo, será suspenso o curso do prazo da prescrição, mas não o do processo;

e) em relação a Jair, será suspenso o curso do processo e interrompido o curso da prescrição.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre citação por edital, citação por carta rogatória e prazo da prescrição.

A alternativa A está incorreta. O art. 366 do CPP determina que, em caso de citação por edital e ausência de comparecimento ou constituição de advogado, serão suspensos tanto o curso do processo quanto o prazo da prescrição, podendo ainda o juiz determinar a produção antecipada de provas. Logo, a prescrição também é suspensa no caso de Rômulo.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 368 do CPP, quando o acusado está no estrangeiro e sua citação depende de carta rogatória, o curso do prazo da prescrição fica suspenso até o cumprimento da carta. Nesse período, o curso do processo não está suspenso, pois a citação é apenas uma etapa.

A alternativa C está incorreta. Embora o curso do processo e o prazo de prescrição sejam suspensos no caso de Rômulo (art. 366 do CPP), a situação de Jair é diferente: apenas o prazo da prescrição é suspenso até o cumprimento da carta rogatória, conforme o art. 368 do CPP. O processo de Jair não é suspenso.

A alternativa D está incorreta. O art. 366 do CPP suspende tanto o curso do processo quanto o curso da prescrição em relação ao réu citado por edital que não comparece nem constitui advogado.

A alternativa E está incorreta. O art. 368 do CPP suspende o prazo da prescrição no caso de citação por carta rogatória, mas não menciona a suspensão do curso do processo nem a interrupção do prazo prescricional. A interrupção da prescrição ocorre apenas em situações previstas no art. 117 do CP (ex.: recebimento da denúncia ou sentença condenatória).

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 52. Em processo por crime de homicídio, o juiz, antes de proferir a decisão de pronúncia, determinou diligência para dirimir dúvida sobre ponto relevante, qual seja, a vinda aos autos do exame de confronto balístico, considerando que o Ministério Público não havia requerido esse exame.

Diante de tal cenário, é correto afirmar que o juiz:

a) poderá requisitar o exame, se com isso concordar previamente o Ministério Público;

b) não poderá requisitar o exame de ofício, pois houve preclusão no tocante à produção da prova;

c) poderá requisitar o exame de ofício, pois a diligência se destina a esclarecer aspecto relevante;

d) Não poderá requisitar o exame, pois isso implica quebra de sua imparcialidade;

e) poderá requisitar o exame, de com isso concordar previamente a defesa técnica do acusado.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre tribunal do júri.

A alternativa A está incorreta. O juiz pode determinar diligências de ofício para esclarecer dúvidas relevantes, independentemente de concordância do Ministério Público. O Código de Processo Penal (CPP) confere ao juiz poderes instrutórios, especialmente no Tribunal do Júri, para garantir a busca da verdade real (art. 156, I e art. 411, §1º do CPP).

A alternativa B está incorreta. Não há preclusão para o juiz determinar diligências necessárias para esclarecer dúvidas em casos de crimes dolosos contra a vida. A fase de instrução pré-pronúncia é orientada pelo princípio do *in dubio pro societate*, o que permite ao magistrado buscar elementos adicionais para fundamentar sua decisão de pronúncia ou impronúncia.

A alternativa C está correta. O art. 156, I, do CPP permite ao juiz determinar, de ofício, a produção de provas indispensáveis à elucidação de fatos. Essa prerrogativa é reforçada pelo art. 411, §1º, do CPP, que permite ao magistrado realizar diligências na fase de instrução. No caso, o confronto balístico é essencial para esclarecer dúvida relevante antes da decisão de pronúncia.

A alternativa D está incorreta. A requisição de diligências pelo juiz para esclarecer dúvidas relevantes não configura quebra de imparcialidade, pois essa atuação está dentro de suas atribuições legais, especialmente em processos do Tribunal do Júri, regidos pela busca da verdade real.

A alternativa E está incorreta. A requisição de exames ou diligências pelo juiz não depende da anuência da defesa técnica do acusado. A prerrogativa judicial para determinar provas de ofício está prevista em lei, desde que respeitado o contraditório e a ampla defesa na fase processual subsequente.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 53. Pedro Paulo cometeu crime de Injúria contra Rivaldo. Na audiência preliminar no Juizado Especial Criminal, houve composição dos danos civis, sendo o acordo homologado pelo juízo.

Diante desse contexto, é correto afirmar que o acordo:

a) não acarreta a extinção do feito, sendo oportunizado a Rivaldo exercer o direito de representação;

b) acarreta a renúncia ao direito de queixa, extinguindo-se a punibilidade;

c) acarreta o perdão tácito, devendo o processo ser extinto;

d) acarreta a renúncia ao direito de representação, devendo o processo ser extinto;

e) não acarreta a extinção do feito, sendo oportunizado a Rivaldo exercer o direito de queixa.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre Juizado Especial Criminal.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 74 da Lei 9.099/1995, em crimes de ação penal privada, a homologação da composição dos danos civis implica a renúncia ao direito de queixa, extinguindo a punibilidade. Não há continuidade do feito nem possibilidade de o ofendido exercer o direito de queixa após a homologação do acordo. Portanto, a extinção do processo é consequência automática da homologação.

A alternativa B está correta. A difamação, crime mencionado na questão corrigida, é de ação penal exclusivamente privada, e a composição dos danos civis homologada implica a renúncia ao direito de queixa, conforme art. 74 da Lei 9.099/1995. Essa renúncia extingue a punibilidade do autor, encerrando o processo.

A alternativa C está incorreta. A homologação de um acordo de composição dos danos civis não equivale ao perdão tácito, que pressupõe um comportamento inequívoco do ofendido indicando sua aceitação ou reconciliação com o autor da infração (art. 105 do CP). No caso da homologação judicial da composição, a extinção ocorre pela renúncia ao direito de queixa, e não por perdão tácito.

A alternativa D está incorreta. A renúncia ao direito de representação ocorre em crimes de ação penal pública condicionada, o que não é o caso da difamação, que é de ação penal exclusivamente privada. A homologação da composição neste caso leva à renúncia ao direito de queixa, e não ao direito de representação.

A alternativa E está incorreta. A difamação é de ação penal privada, e não condicionada à representação, o que torna essa alternativa inadequada. Além disso, a composição dos danos civis homologada extingue automaticamente o processo, inviabilizando qualquer prosseguimento ou exercício de direitos pelo ofendido.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 54. Robson foi condenado a uma pena de cinco anos em regime aberto pelo crime de roubo impróprio. O Ministério Público, na petição de interposição do recurso, limitou sua impugnação recursal ao regime de cumprimento de pena. Contudo, nas razões recursais, postulou também o aumento da pena. Robson e sua defesa técnica não recorreram da sentença condenatória.

Diante desse cenário, conhecido o recurso ministerial, é correto afirmar que o tribunal, no julgamento do recurso:

a) não poderá reduzir a pena de Robson, pois este não recorreu da sentença;

b) poderá aumentar a pena de Robson, dando provimento ao recurso ministerial;

c) não poderá modificar o regime de cumprimento da pena de Robson;

d) poderá reduzir a pena de Robson apesar de este não ter recorrido;

e) poderá aumentar a pena de Robson e fixar regime de cumprimento de pena mais gravoso.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre atuação do tribunal em sede recursal.

A alternativa A está incorreta. O tribunal, ao julgar o recurso, pode reconhecer erro ou ilegalidade na sentença mesmo que não tenha havido recurso da defesa, aplicando o princípio da busca da verdade real e o art. 617 do CPP, que autoriza a redução da pena ainda que o réu não tenha recorrido. Essa possibilidade é admitida desde que a redução decorra de reanálise do mérito devolvido pelo recurso.

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público, ao interpor o recurso, limitou sua impugnação ao regime de cumprimento da pena. Por isso, mesmo que nas razões recursais tenha requerido o aumento da pena, o tribunal não pode analisar essa questão, pois ela não foi abrangida pela petição de interposição. Isso decorre do princípio do *tantum devolutum quantum appellatum*, que restringe o tribunal a julgar apenas o que foi devolvido na petição inicial do recurso.

A alternativa C está incorreta. A petição de interposição do recurso ministerial limitou-se à questão do regime de cumprimento de pena, e, por isso, o tribunal pode analisá-la. Assim, é possível modificar o regime de cumprimento para mais gravoso (ex.: semiaberto) caso o recurso seja conhecido e provido.

A alternativa D está correta. O tribunal pode reduzir a pena do réu mesmo que ele não tenha recorrido, desde que identifique erro ou ilegalidade na fixação da pena. O art. 617 do CPP prevê que o tribunal, ao decidir recurso, pode beneficiar o réu mesmo em recurso exclusivo da acusação, desde que não ultrapasse os limites da devolução.

A alternativa E está incorreta. Como o Ministério Público limitou sua impugnação recursal ao regime de cumprimento da pena, o tribunal não pode aumentar a pena privativa de liberdade, pois essa questão não foi devolvida na petição inicial do recurso. O aumento da pena estaria fora dos limites recursais definidos pelo próprio recorrente.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 55. Ricardo, pronunciado pelo crime de homicídio triplamente qualificado, é reincidente e será julgado pelo Tribunal do Júri.

Durante os debates em plenário, o Ministério Público:

a) poderá fazer alusão à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que prejudique Ricardo, sem que haja nulidade;

b) não poderá fazer alusão ao silêncio do acusado como argumento de autoridade que o prejudique, sob pena de nulidade.

c) poderá fazer alusão à falta de interrogatório como argumento de autoridade que prejudique Ricardo, sem que haja nulidade;

d) não poderá fazer alusão aos antecedentes de Ricardo como argumento de autoridade, sob pena de nulidade;

e) poderá fazer alusão à decisão de pronúncia como argumento de autoridade que prejudique Ricardo, sem que haja nulidade.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre o Tribunal do Júri.

A alternativa A está incorreta. A Súmula Vinculante nº 11 do STF estabelece que o uso de algemas deve ser justificado pela necessidade de segurança ou risco de fuga, e sua utilização não pode ser empregada como argumento de autoridade para influenciar o julgamento. Qualquer alusão ao uso de algemas como forma de reforçar a periculosidade do réu viola o princípio da presunção de inocência, acarretando nulidade.

A alternativa B está correta. O direito ao silêncio é uma garantia constitucional expressa no art. 5º, LXIII, da Constituição Federal e no art. 186 do CPP, sendo vedado ao Ministério Público ou à acusação utilizar o silêncio do réu como argumento para convencimento dos jurados. A violação dessa garantia implica nulidade dos atos processuais subsequentes, conforme jurisprudência consolidada do STF e STJ.

A alternativa C está incorreta. O réu tem o direito de permanecer em silêncio ou até mesmo de não ser interrogado, sem que isso possa ser utilizado contra ele. Fazer alusão à falta de interrogatório como indicativo de culpa ou como estratégia para prejudicar o acusado viola o direito à não autoincriminação, podendo gerar nulidade do julgamento.

A alternativa D está incorreta. A menção aos antecedentes criminais do réu não é proibida no plenário do Tribunal do Júri, desde que sirva para contextualizar a tese acusatória ou para discutir a personalidade do acusado. Contudo, o uso abusivo ou desproporcional pode ser questionado se houver prejuízo indevido ao acusado. Não há previsão de nulidade automática pela menção aos antecedentes.

A alternativa E está incorreta. O art. 478, I, do CPP proíbe expressamente qualquer referência à decisão de pronúncia como argumento de autoridade no plenário do Júri. A decisão de pronúncia tem caráter meramente declaratório e não pode ser utilizada para influenciar os jurados, sob pena de nulidade.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 56. Em inquérito policial instaurado para apurar crime de furto, a autoridade policial concluiu pela existência de elementos mínimos sobre a autoria e a materialidade do delito e remeteu os autos ao Ministério Público. O promotor de justiça, discordando do relatório, promoveu o arquivamento fundamentadamente e comunicou à vítima, ao investigado, ao juiz e ao delegado de polícia.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

a) no caso de discordância do arquivamento, o delegado de polícia poderá remeter os autos ao procurador-geral de justiça para revisão;

b) no caso de discordância do arquivamento, o juiz poderá mandar desarquivar os autos do inquérito policial para a retomada das investigações;

c) no caso de discordância, o delegado de polícia poderá proceder ao desarquivamento do inquérito policial e continuar as investigações;

d) no caso de discordância do arquivamento levado a efeito pelo órgão ministerial, a vítima poderá ajuizar ação privada subsidiária da pública;

e) no caso de discordância, a vítima poderá, no prazo de 30 dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre arquivamento do inquérito policial.

A alternativa A está incorreta. O delegado de polícia não tem legitimidade para recorrer da decisão de arquivamento ou submetê-la à revisão. A atribuição de analisar e revisar atos relacionados ao arquivamento do inquérito cabe exclusivamente ao Ministério Público, sendo prerrogativa da vítima requerer revisão nos casos cabíveis, conforme o art. 28-A, §14, do CPP.

A alternativa B está incorreta. O juiz não pode determinar o desarquivamento do inquérito policial de ofício, em respeito ao princípio da imparcialidade e ao sistema acusatório (art. 3º-A do CPP). Somente o Ministério Público pode requerer o desarquivamento caso surjam novas provas substanciais (art. 18 do CPP).

A alternativa C está incorreta. Após o arquivamento do inquérito policial, a autoridade policial não pode prosseguir com as investigações, salvo se surgirem novas provas que justifiquem a reabertura, mediante provocação do Ministério Público (art. 18 do CPP). O delegado não possui autonomia para desarquivar inquéritos.

A alternativa D está incorreta. A ação penal privada subsidiária da pública é admitida apenas no caso de inércia do Ministério Público (art. 5º, LIX, da CF e art. 29 do CPP), o que não ocorre no arquivamento fundamentado. O arquivamento é um ato jurídico válido, e a vítima não pode ajuizar ação privada subsidiária nesse caso.

A alternativa E está correta. O art. 28-A, §14, do CPP, prevê que, em caso de discordância do arquivamento, a vítima pode submeter a matéria à revisão do órgão superior do Ministério Público. Esse prazo de 30 dias é garantido para que a vítima busque a revisão da decisão de arquivamento.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 57. Roberto, vítima do crime de estelionato, ajuizou ação privada subsidiária em face de Pedro, diante da inércia do Ministério Público em promover a ação penal. Contudo, durante a instrução, Roberto, apesar de intimado, deixou de dar andamento ao feito por mais de 60 dias, mostrando-se negligente.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

a) o feito deve ser extinto em razão da ocorrência da perempção;

b) o feito deve prosseguir, com a retomada da ação pelo Ministério Público como parte principal;

c) o feito deve ser extinto em razão da renúncia ao direito de queixa subsidiária;

d) o feito deve ser extinto em razão da ocorrência da renúncia ao direito de representação;

e) o feito deve prosseguir, e a Defensoria Pública deve retomar o processo como parte principal.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre ação penal privada subsidiária da pública.

A alternativa A está incorreta. A perempção só é aplicável em ações penais privadas puras. Na ação privada subsidiária, a negligência do querelante permite que o Ministério Público retome o processo, sem extinção por perempção.

A alternativa B está correta. Conforme o art. 29 do CPP, em caso de negligência do querelante, o Ministério Público retoma o controle da ação penal pública, garantindo a continuidade do processo.

A alternativa C está incorreta. Não há renúncia ao direito de queixa na ação privada subsidiária da pública. A negligência do querelante resulta na retomada do processo pelo Ministério Público, e não na extinção do feito.

A alternativa D está incorreta. A renúncia ao direito de representação aplica-se apenas em crimes de ação penal pública condicionada, o que não é o caso. Aqui, a negligência permite que o Ministério Público reassuma a ação.

A alternativa E está incorreta. A Defensoria Pública não pode assumir o papel de parte principal. A retomada da ação cabe exclusivamente ao Ministério Público, conforme o art. 29 do CPP.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 58. Lorenzo foi condenado pelo crime de calúnia em ação de iniciativa privada ajuizada por Pablo. Passados seis anos do trânsito em julgado, Lorenzo ajuizou revisão criminal, visando a desconstituir a sentença condenatória, e requereu justa indenização pelos prejuízos sofridos em razão da injustiça da condenação.

Diante desse contexto, é correto afirmar que:

a) será cabível a revisão criminal e Lorenzo não fará jus à indenização pelos prejuízos sofridos;

b) não será cabível a revisão criminal em razão de sua intempestividade;

c) não será cabível a revisão criminal em razão da decadência do direito de queixa;

d) não será cabível a revisão criminal por se tratar de ação de iniciativa privada;

e) será cabível a revisão criminal e Lorenzo faz jus a indenização pelos prejuízos sofridos.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre revisão criminal.

A alternativa A está correta. A revisão criminal é cabível a qualquer tempo, mas a indenização pelos prejuízos sofridos não é automática. Lorenzo precisará comprovar o erro judicial e os danos em um processo autônomo.

A alternativa B está incorreta. A revisão criminal pode ser requerida em qualquer tempo, conforme o art. 622 do CPP, não estando sujeita a prazo.

A alternativa C está incorreta. A decadência do direito de queixa refere-se ao início da ação penal privada, não ao cabimento de revisão criminal, que se baseia em erro judicial ou novas provas.

A alternativa D está incorreta. A revisão criminal é cabível tanto em ações penais públicas quanto privadas, desde que atendidos os requisitos do art. 621 do CPP.

A alternativa E está incorreta. A revisão criminal é cabível, mas o direito à indenização não decorre automaticamente. É necessária a comprovação do erro judicial e dos danos em um processo separado.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 59. O estado Alfa, na fase declaratória, desapropriou o imóvel rural de João, por motivo de interesse social, com o objetivo de promover o assentamento de cerca de cem famílias, de modo que pudessem trabalhar na produção rural e assegurar a sua subsistência. Irresignado com os termos desse decreto, o expropriado impetrou mandado de segurança, opondo grande resistência à validade do ato de desapropriação, argumentando que o estado invadira competência administrativa própria da União.

No momento oportuno, o juiz de direito observou corretamente que:

a) Alfa não pode desapropriar propriedades por motivo de interesse social

b) Somente a União pode desapropriar o imóvel para os fins descritos na narrativa

c) Alfa pode desapropriar o imóvel, incidindo a regra geral de justa e prévia indenização;

d) Alfa pode desapropriar o imóvel, devendo realizar o pagamento da indenização em títulos da dívida pública;

e) tanto Alfa como a União podem desapropriar o imóvel para os fins descritos na narrativa, distinguindo-se a forma de pagamento da indenização.

Comentários

A alternativa correta é a letra **B.**

A questão trata sobre a competência para a desapropriação rural.

A alternativa A está incorreta. A narrativa trata especificamente da hipótese de desapropriação para reforma agrária e, de acordo com o art. 184 da Constituição Federal, tal competência é da União: "compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização". No mais, o STF já se manifestou sobre o tema: "Os Estados-membros e os Municípios não dispõem do poder de desapropriar imóveis rurais, por interesse social, para efeito de reforma agrária, inclusive para fins de implementação de projetos de assentamento rural ou de estabelecimento de colônias agrícolas" - [RE 496.861 AgR, rel. min. Celso de Mello, j. 30-6-2015, 2ª T, DJE de 13-8-2015.]

A alternativa B está correta. De acordo com o artigo 184 da Constituição Federal, a desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária é de competência da União, conforme explicado na alternativa acima.

A alternativa C está incorreta. Como vimos anteriormente, para fins de reforma agrária, a competência para promover a desapropriação pertence à União.

A alternativa D está incorreta. O art. 5º, CF estabelece que o pagamento da indenização será feito em dinheiro: "XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição". Neste ínterim, vale dizer que o STF manifestou-se sobre o tema, entendendo que a justa e prévia indenização em dinheiro assegurada pelo art. 5º, XXIV, da Constituição Federal de 1988 se compatibiliza com o regime de precatórios instituído no art. 100 da mesma Carta.

A alternativa E está incorreta. Como vimos acima, o Estado Alfa não poderá promover a desapropriação.

QUESTÃO 60. Johan, alemão que se naturalizou brasileiro, foi acusado da prática de crime de opinião, o qual foi consumado na Alemanha, contra as instituições alemãs, em momento anterior à naturalização, o que levou à apresentação do seu pedido de extradição. Dias antes da formulação desse pedido de extradição, Johan tinha obtido a nacionalidade de um país asiático, onde tinha diversas propriedades, com o objetivo de ali viver no futuro. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

a) como Johan não é brasileiro nato, não há óbice à extradição;

b) é vedada, em qualquer hipótese, a extradição de brasileiros, o mesmo devendo ocorrer com Johan;

c) como se trata de crime comum, praticado em momento anterior à naturalização, Johan pode ser extraditado;

d) como Johan perdeu a nacionalidade brasileira ao se naturalizar no país asiático, é possível a sua extradição;

e) é vedada a extradição de Johan considerando a natureza do crime, sendo que ele preserva a nacionalidade brasileira.

Comentários

A alternativa correta é a letra **E.**

A questão trata sobre extradição.

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 5º, inciso LII, prevê: "não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião".

A alternativa B está incorreta. A Constituição proíbe a extradição de brasileiros natos em qualquer circunstância, mas não veda a extradição de brasileiros naturalizados, com algumas exceções.

A alternativa C está incorreta. A Constituição Federal, no artigo 5º, inciso LI, permite a extradição de brasileiros naturalizados no caso de cometimento de crime comum, se este tiver sido praticado antes da naturalização. No caso narrado, não se trata de uma prática de crime comum, mas sim de opinião.

A alternativa D está incorreta. A questão afirma que Johan perdeu a nacionalidade brasileira ao se naturalizar em outro país. No entanto, a Constituição brasileira, no artigo 12, § 4º, afirma que o brasileiro naturalizado pode perder a nacionalidade brasileira apenas em casos específicos. A simples aquisição de outra nacionalidade não implica a perda da nacionalidade brasileira. Portanto, ele continua sendo brasileiro, e a extradição é possível, mas não por esse motivo.

A alternativa E está correta. Por se tratar de crime de opinião, de fato Johan não poderá ser extraditado por motivo de crime de opinião, conforme previsto no art. 5º, LII, CF e, ainda, com o advento da EC 131, deixa de existir a hipótese de perda da nacionalidade brasileira decorrente da aquisição de nacionalidade estrangeira, que agora depende de pedido expresso do cidadão perante a autoridade brasileira competente.

QUESTÃO 61. Um dos integrantes do Tribunal de Justiça do Estado Alfa afirmou, durante o julgamento de uma ação em que se discutia temática constitucional, que "as peculiaridades do caso concreto não devem ser consideradas pelo intérprete ao conduzir o processo intelectivo, de viés argumentativo e decisório, que culminará no delineamento do significado a ser atribuído ao significante interpretado, o que é essencial para a preservação da coerência interna do ordenamento jurídico e para assegurar a isonomia na sua aplicação".

Considerando a afirmação realizada, é correto afirmar que ela:

a) é refratária à mutação constitucional;

b) é compatível com a técnica da ponderação;

c) indica uma adesão às concepções próprias do originalismo;

d) indica uma adesão às concepções próprias do realismo jurídico;

e) é refratária à influência da tópica na interpretação constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a letra **E.**

A questão trata sobre métodos de interpretação.

A alternativa A está incorreta. A mutação é a mudança do significado do próprio texto constitucional pela passagem do tempo, não é o que trata a questão.

A alternativa B está incorreta. A técnica da ponderação é utilizada quando há a colisão entre dois direitos ou valores constitucionais. Nesse caso, há a ponderação para que não haja a supressão de nenhum deles. A ponderação é justamente uma técnica que se ocupa da análise de contextos específicos, que não é o caso da questão.

A alternativa C está incorreta. O originalismo é uma teoria de interpretação constitucional que defende a interpretação das normas constitucionais de acordo com o significado original ou o entendimento histórico do texto no momento de sua promulgação. Trata-se de uma afirmação conforme a pretensão do constituinte, que preza pela estabilidade e rigidez da norma constitucional, não dependendo de modificações interpretativas baseadas em novas realidades.

A alternativa D está incorreta. O realismo jurídico é uma corrente que enfatiza a importância dos fatores extralegais, como as circunstâncias fáticas e sociais, na interpretação do direito. Os realistas jurídicos acreditam que o direito deve ser interpretado levando em conta o contexto social e as condições reais do caso. A afirmação de que "as peculiaridades do caso concreto não devem ser consideradas" está em oposição à abordagem do realismo jurídico, que justamente defende a consideração desses elementos fáticos e contextuais.

A alternativa E está correta. A tópica é uma técnica de argumentação jurídica que se concentra na utilização de diferentes argumentos (ou "tópicos") para construir uma interpretação das normas, especialmente em casos difíceis ou complexos. Dessa forma, a tópica pode ser vista como uma ferramenta que busca oferecer uma aplicação mais flexível das normas, conforme o caso concreto.

QUESTÃO 62. João, pessoa com deficiência física de natureza motora, vive com o pai, a mãe e três irmãos solteiros, sendo todos maiores de 21 anos. Apesar de receber uma pensão especial de natureza indenizatória, no valor de um salário mínimo, tendo a família a renda mensal total de três salários mínimos, requereu a fruição do benefício de prestação continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, sob o argumento de não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O requerimento, no entanto, foi denegado, sob o argumento de não terem sido preenchidos os requisitos legais. João, no entanto, ficou irresignado com o indeferimento, pois o benefício deveria ser concedido em

razão:

I. do grau de sua deficiência;

II. de sua dependência de terceiros; e

III. do comprometimento de parte do orçamento familiar com gastos médicos não supridos pelo SUS.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei no 8.742/1993, é correto afirmar que João:

a) não é elegível para o recebimento do benefício, por receber uma pensão especial de natureza indenizatória;

b) não é elegível para o recebimento do benefício, considerando que a renda familiar mensal per capita é superior a um quarto do salário mínimo;

c) é elegível para o recebimento do benefício, sendo que apenas o argumento apresentado em II pode ser utilizado para contornar o óbice apresentado pelo valor da renda familiar per capita;

d) é elegível para o recebimento do benefício, sendo que apenas os argumentos apresentados em I e II podem ser utilizados para contornar o óbice apresentado pelo valor da renda familiar per capita;

e) é elegível para o recebimento do benefício, pois os argumentos apresentados em I, II e III podem ser utilizados para contornar o óbice apresentado pelo valor da renda familiar per capita.

Comentários

A alternativa correta é a letra **E.**

A questão trata sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993).

A alternativa A está incorreta, pois no art. 20, §4º prevê a possibilidade de cumulação em caso de recebimento de pensão especial, como afirma a alternativa: "o benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória [...]". No mais, a doutrina ainda trata sobre a possibilidade de concessão do benefício em caso de comprovação de miserabilidade.

A alternativa B está incorreta. Esse critério não é absoluto. O STJ, inclusive, vem relativizando tal entendimento: "O art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 dispõe que, para efeito de concessão do benefício assistencial de prestação continuada, considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. Outrossim, segundo o § 11 do referido dispositivo, na redação dada pela Lei 13.146/2015, para concessão do benefício poderão ser utilizados outros elementos probatórios da condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade, conforme regulamento."

A alternativa C e D estão incorretas ao afirmar que o recebimento do benefício é elegível "apenas" em uma das hipóteses apresentadas, sendo que, na verdade, há diversos critérios para o recebimento do benefício e, nos três casos apresentados, todos são considerados para avaliação.

A alternativa E está correta, pois de fato os argumentos apresentados são critérios a serem observados para a concessão do benefício. Tais hipóteses estão previstas na lei em comento, em seu art. 20-B: "na avaliação de outros elementos probatórios da condição de miserabilidade e da situação de vulnerabilidade de que trata o § 11 do art. 20 desta Lei, serão considerados os seguintes aspectos para ampliação do critério de aferição da renda familiar mensal per capita de que trata o § 11-A do referido artigo: I – o grau da deficiência; II – a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária; e III – o comprometimento do orçamento do núcleo familiar de que trata o § 3º do art. 20 desta Lei exclusivamente com gastos médicos, com tratamentos de saúde, com fraldas, com alimentos

especiais e com medicamentos do idoso ou da pessoa com deficiência não disponibilizados gratuitamente pelo SUS, ou com serviços não prestados pelo Suas, desde que comprovadamente necessários à preservação da saúde e da vida".

QUESTÃO 63. Em determinada ação judicial ajuizada há poucos dias, constatou- se que a parte demandante invocou o disposto em um tratado que versa sobre direitos humanos, o qual ampararia a sua pretensão. O demandado, por sua vez, argumentou que o Presidente da República editou, no início do corrente ano, o Decreto no X, no qual tornou público que o referido tratado deixou de vigorar para o Brasil, considerando o registro da respectiva denúncia no âmbito do órgão indicado no referido ajuste internacional.

Ao apreciar os argumentos das partes, o Juiz de Direito concluiu corretamente que:

a) para que o tratado deixe de produzir efeitos na ordem interna, o ato do Presidente da República não prescinde da aprovação do Congresso; logo, o Decreto no X é incompatível com a Constituição;

b) como compete ao Presidente da República manter relações internacionais, cabe a ele decidir pela continuidade, ou não, das obrigações internacionais assumidas; logo, o Decreto no X é compatível com a Constituição;

c) apesar de ser um tratado que versa sobre direitos humanos, sua observância no direito interno pode ser afastada com base nas regras afetas à generalidade dos tratados; logo, o Decreto no X é compatível com a Constituição;

d) em razão da vedação ao retrocesso, o tratado que versa sobre direitos humanos, uma vez incorporado à ordem interna, não pode ser denunciado ou deixar de produzir efeitos no plano interno; logo, o Decreto no X é incompatível com a Constituição;

e) por ser um tratado que versa sobre direitos humanos, ele tem a natureza de emenda constitucional; logo, sua observância no direito interno somente pode ser afastada por espécie legislativa de igual natureza, indicativo de que o Decreto no X é incompatível com a Constituição.

Comentários

A alternativa correta é a letra **A.**

A questão trata sobre tratados internacionais e sua vigência.

A alternativa A está correta. Ao dizer que "não prescinde", afirma que é imprescindível a aprovação do Congresso. O STF já tratou sobre o tema, o ministro Dias Toffoli, afirmou que "a exclusão de normas internacionais do ordenamento jurídico brasileiro não pode ser mera opção do chefe de Estado. Como os tratados passam a ter força de lei quando são incorporados às leis brasileiras, sua revogação exige, também, a aprovação do Congresso".

A alternativa B está incorreta. Como já vimos, a situação apresentada é incompatível com a Constituição pela necessidade de ratificação pelo Congresso. Segundo o art. 84 da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República: "VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional".

A alternativa C está incorreta. Por ser um tratado que versa sobre direitos humanos, eles já possui um caráter supralegal. No caso de ser aprovado pelo rito das Emendas, tornar-se-ia equivalente às emendas. Portanto, não há paridade normativa com o direito interno.

A alternativa D está incorreta. A questão pode ser um pouco delicada, pois se estivermos falando de um direito individual, é possível defender que sim, pois estaríamos diante de uma cláusula pétrea. Mas se estivermos diante de um direito de segunda geração ou de direitos sociais, não há previsão no art. 60, §4º sobre tal vedação.

A alternativa E está incorreta, pois os tratados que versam sobre direitos humanos não possuem natureza de emenda constitucional, apenas se forem aprovados por tal rito. Caso contrário, estaremos diante da natureza supralegal.

QUESTÃO 64. Em razão de grave crise econômica que assola o estado-membro Alfa, João, deputado estadual, apresentou proposição legislativa disciplinando a criação de um programa de iniciação à atividade profissional, no qual seria estabelecido um vínculo direto entre o estudante adolescente e o órgão público estadual tomador do serviço, com o pagamento de uma ajuda de custo durante a duração do programa. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Alfa, argumentou-se com a inconstitucionalidade da proposição, que era dissonante da lei federal sobre estágio, dissonância esta que é verdadeira.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a proposição é:

a) constitucional, pois trata de matéria típica de regime jurídico, de competência estadual;

b) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho;

c) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação;

d) constitucional, pois compete concorrentemente à União e aos estados legislar sobre direitos da infância e da juventude;

e) constitucional, desde que a proposição tenha a forma de lei complementar e observe as normas gerais editadas pela União.

Comentários

A alternativa correta é a letra **B.**

A questão trata sobre a competência da União. Mais especificamente sobre o julgamento da ADI 3093 RJ.

A alternativa A está incorreta, pois estamos diante de uma competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho.

A alternativa B está correta. A questão fala sobre o Estado Alfa disciplinar matéria à iniciação profissional. O caso trata especificamente sobre o julgamento da ADI 3093. Nesse sentido: " a Lei n. 1.888/1991 do Estado do Rio de Janeiro, ao criar o "estágio supervisionado, educativo e profissionalizante" sob a forma de bolsa de iniciação ao trabalho, previu a constituição da relação jurídica diretamente entre a empresa ou entidade de direito público e o menor de 14 a 18 anos incompletos, deixando de prever a participação da instituição de ensino. Surge configurada a usurpação da competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho (CF, art. 22, I)".

As demais alternativas, C, D e E estão incorretas, pois no julgado acima, a inconstitucionalidade da lei se deu frente a usurpação de competência relativa à disciplina sobre o direito do trabalho.

QUESTÃO 65. O estado Alfa editou a Lei Estadual no X disciplinando determinada temática de competência legislativa concorrente com a União. Pouco após a sua edição, o diretório nacional do partido político Beta, com representação no Congresso Nacional, passou a defender sua incompatibilidade com o Art. W da Constituição da República, norma de reprodução obrigatória pelos estados. Em momento posterior, sobreveio a Emenda Constitucional no Y, que alterou o Art. Z da Constituição da República também norma de reprodução obrigatória e que, ao ver de Beta, era igualmente dissonante da Lei Estadual no X. Ao consultar sua assessoria em relação à possibilidade, ou não, de a referida lei estadual ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, foi corretamente esclarecido ao diretório nacional que:

a) a hipótese trata de revogação da norma inferior pela norma superior, o que impede a deflagração do controle concentrado;

b) é cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental que somente pode utilizar como paradigma de confronto o Art. Z;

c) é cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental, que pode utilizar como paradigma de confronto tanto o Art. W como o Art. Z;

d) somente é cabível a ação direta de inconstitucionalidade, considerando que a Lei Estadual no X foi editada sob a égide da Constituição da República;

e) embora seja cabível o controle concentrado de constitucionalidade, não compete ao Supremo Tribunal Federal a sua realização, mas, sim, ao Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. Mas a banca considerou como correta a **letra C**. Assim, entendemos que a questão é passível de recurso.

A questão trata sobre controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. De fato, em uma delas houve a revogação do paradigma, mas na outra não. Na primeira hipótese, ela não foi revogada, assim, ainda seria passível de controle concentrado através da ADI. Em relação a segunda norma, que foi revogada, ela seria passível de ADPF.

A alternativa B está correta. O art. W não foi revogada, e como a lei X foi editada após a norma W, para ela caberá ADPF, tendo a norma W como paradigma. Lembrando que a ADPF é subsidiária e só caberá quando não couber ADI. Já o art. Z, foi alterado posteriormente pelo art. Y, aqui, se houve uma alteração, não há mais um paradigma, nesse caso, estaremos diante de uma possibilidade de recepção ou não da lei estadual X.

Se é uma questão de recepção, não cabe ADI, pois esta última trata sobre contemporaneidade. Se o paradigma constitucional é posterior, estaremos diante de um juízo de recepção e não de constitucionalidade.

A alternativa C está incorreta, pois como o art. W não foi alterado, contra ele caberá ADI e não ADPF.

A alternativa D está incorreta, pois como houve a mudança do paradigma, caberá ADPF.

A alternativa E está incorreta, por ser Lei Estadual, há duplo controle, cabendo tanto ao STJ como ao STF.

QUESTÃO 66. João, publicitário, decidiu criar um jornal impresso para circulação gratuita no território do município Sigma. A viabilidade econômica do projeto, por sua vez, seria assegurada com a veiculação de anúncios que seriam custeados exclusivamente pela iniciativa privada.

Ao se informar em relação aos requisitos a serem observados para que o jornal pudesse circular no território de Sigma, João concluiu corretamente que:

a) o responsável pela edição do jornal deve ser formado em jornalismo;

b) a publicação do jornal independe de licença de qualquer estrutura estatal de poder;

c) a exigência de licença deve ser disciplinada pela União, pois compete privativamente a esse ente legislar sobre comunicação;

d) a Comunicação social livre à iniciativa privada, de modo que a exploração de atividades dessa natureza independe de qualquer permissivo concedido por autoridade;

e) a licença para a impressão do jornal, embora não seja exigida para a publicação, pode ser exigida para a distribuição, pelo órgão municipal competente, vedada a censura prévia.

Comentários

A alternativa correta é a letra **B.**

A questão trata sobre direitos fundamentais.

A alternativa A está incorreta, pois não é exigível formação em jornalismo. O STF já tratou sobre o tema no RESP 511.961-SP: "A ordem constitucional apenas admite a definição legal das qualificações profissionais na hipótese em que sejam elas estabelecidas para proteger, efetivar e reforçar o exercício profissional das liberdades de expressão e de informação por parte dos jornalistas. Fora desse quadro, há patente inconstitucionalidade da lei. A exigência de diploma de curso superior para a prática do jornalismo - o qual, em sua essência, é o desenvolvimento profissional das liberdades de expressão e de informação - não está autorizada pela ordem constitucional, pois constitui uma restrição, um impedimento, uma verdadeira supressão do pleno, incondicionado e efetivo exercício da liberdade jornalística, expressamente proibido pelo art. 220, §1 , da Constituição".

A alternativa B está correta e em conformidade com o art. 5º, inciso IX da Constituição Federal: "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença".

A alternativa C está incorreta, pois como vimos acima, não depende de licença.

A alternativa D está incorreta, ao dizer que "independe de qualquer" permissivo. A comunicação social possui certa regulamentação, como no art. 220, CF que diz: "[...] § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV". Note-se que alguns dispositivos da constituição devem ser observados, além de outros princípios, estes, previsto no art. 221, CF.

A alternativa E está incorreta. Embora a vedação, pela Constituição, à censura prévia, ela não autoriza qualquer tipo de licença para a distribuição de jornais. O Estado não pode exigir licenciamento para a circulação ou distribuição de publicações. A liberdade de imprensa e de expressão é protegida pela Constituição e, por isso, não pode ser condicionada à licença para a distribuição.

QUESTÃO 68. Com o objetivo de diminuir os efeitos deletérios do desemprego no ambiente social, bem como estabelecer níveis mínimos de equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº Y (MPY), que estabeleceu determinados direitos para os trabalhadores sempre que a relação de emprego fosse extinta, por iniciativa do empregador, sem justa causa. A MPY foi editada poucos dias antes da sessão em que o plenário do Senado Federal, casa revisora, iria apreciar uma proposição legislativa que tratava dessa temática de maneira distinta da referida medida provisória.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a MPY:

A) não apresenta nenhum vício;

B) apresenta vício em relação ao objeto;

C) apresenta vício em relação ao momento em que foi editada;

d) deve ser apensada à proposição legislativa a ser apreciada pelo Senado Federal;

e) deve ter sua eficácia suspensa até que o senado federal aprecie a proposição legislativa.

Comentários

A banca considerou correta a **letra B.** No entanto, entendemos que a correta seria a **letra A.**

A questão trata sobre a edição de Medida Provisória.

A alternativa A está incorreta, conforme o entendimento da banca. No entanto, entendemos que, dentro das alternativas apresentadas, nenhuma delas se enquadra no rol no art. 62 da Constituição Federal, uma vez que o direito editado pela Medida Provisória não é reservado à Lei Complementar, como parece entender a banca ao indicar como correta a alternativa B.

A alternativa B está correta. O art. 62, em seu parágrafo 1º, traz as matérias em que são vedadas a edição de Medidas Provisórias, dentre elas, aquelas que são reservadas à Lei Complementar. A banca parece entender que a questão se enquadra na previsão do art. 7º, inciso I da Constituição Federal. Mas, como mencionamos acima, há diversas leis que tratam sobre os direitos dos trabalhadores demitidos sem justa causa que não foram editadas por LC. No mais, O art. 7º, inc. I, refere-se a uma lei complementar que traria compensação indenizatória (indenização) e a questão não menciona isso, apenas prevê "que a MP estabeleceu determinados direitos", o que afastaria tal exigência de lei complementar

A alternativa C está incorreta, pois a vedação prevista no art. 62, parágrafo 1º, inciso IV veda a edição de medidas provisórias sobre matérias “já disciplinadas em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República”. Observe-se que, no presente caso, o projeto de lei ainda não foi aprovado pelo Congresso, não sendo, portanto, a nossa alternativa.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão constitucional de apensamento de MPs a proposições legislativas. A MP deve ser apreciada diretamente pelo Congresso Nacional e não é automaticamente apensada a outras proposições.

A alternativa E está incorreta, porque não há previsão constitucional de que a eficácia de uma MP seja suspensa automaticamente até a apreciação de uma proposição legislativa. A MP tem efeito imediato e deve ser apreciada pelo Congresso dentro de 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias.

QUESTÃO 67. Foi constatado que os diretórios municipais dos partidos políticos

Alfa, Beta e Gama praticaram as seguintes condutas:

I. Alfa recebeu recursos de origem não mencionada;

II. Beta recebeu recursos de pessoas jurídicas de direito privado; e III. Gama recebeu recursos de pessoa física ocupante de cargo público em comissão, a qual não estava filiada a esse partido político.

À luz da sistemática legal vigente, é correto afirmar, a respeito de Alfa, Beta e Gama, na respectiva esfera partidária em que as condutas foram praticadas, que:

a) Gama não praticou nenhuma irregularidade;

b) todos terão suspenso o recebimento de quotas do fundo partidário por um ano;

c) Beta e Gama não terão suspensa a participação no fundo partidário por um ano;

d) todos terão suspenso o recebimento de quotas do fundo partidário até que devolvam os respectivos recursos;

e) todos terão suspensa a participação no fundo partidário por dois anos, além de sofrerem multa correspondente ao valor recebido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Gama praticou sim irregularidades, de acordo com a Lei 9.096/95. Portanto, receber recursos de uma pessoa física ocupante de cargo público em comissão, que não está filiada ao partido, é uma irregularidade conforme a legislação eleitoral vigente.

A alternativa B está correta. Os partidos que recebem recursos de origem não mencionada, de pessoas jurídicas de direito privado, ou de pessoas físicas ocupantes de cargos públicos em comissão, estão sujeitos à suspensão do recebimento de quotas do fundo partidário por um ano, consoante o art. 36 da Lei 9.096/95.

A alternativa C está incorreta. Tanto Beta quanto Gama praticaram irregularidades que, conforme a legislação eleitoral, resultam na suspensão do recebimento de quotas do fundo partidário por um ano.

A alternativa D está incorreta. A suspensão do recebimento de quotas do fundo partidário é por um período de um ano, independentemente da devolução dos recursos recebidos irregularmente, nos termos do art. 37 da Lei 9.096/95.

A alternativa E está incorreta. A suspensão do recebimento de quotas do fundo partidário é por um ano, não dois anos. Além disso, a legislação não menciona a aplicação de multa correspondente ao valor recebido para essas infrações específicas, consoante o art. 36 da Lei 9.096/95.

QUESTÃO 69. Durante campanha eleitoral, Mévio, apoiador político do candidato a vereador Ticio, ofereceu para Calo R$ 1.000,00 para obter seu voto, entregando-lhe, de imediato, R$

500,00 e prometendo-lhe outros R$ 500,00, a serem entregues após a eleição, em caso de vitória do candidato. No dia da eleição, Caio decidiu não votar como prometido. Tício não foi eleito.

Considerando-se a legislação em vigor e a jurisprudência atualizada, é correto afirmar que:

a) a corrupção eleitoral não se consumou, uma vez que Caio não votou no candidato que ofereceu o dinheiro;

b) houve corrupção eleitoral na forma tentada, pois Tício não foi eleito;

c) incorreu corrupção eleitoral, vez que a pessoa a oferecer o dinheiro não era o candidato;

d) houve corrupção eleitoral na forma ada, pois, ao final, Caio não votou no candidato;

e) a corrupção eleitoral praticada ensejará o ajuizamento de representação, até a data da diplomação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A corrupção eleitoral se consuma com a oferta ou promessa de vantagem para obter o voto, independentemente do voto efetivamente dado.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 299 do Código Eleitoral.

A alternativa C está incorreta. A corrupção eleitoral pode ser praticada por qualquer pessoa, não necessariamente pelo candidato. O ato de oferecer dinheiro para obter votos configura corrupção eleitoral.

A alternativa D está incorreta. A corrupção eleitoral se consuma com a oferta ou promessa de vantagem, independentemente do voto efetivamente dado.

A alternativa E está correta. De acordo com ao art. 299 do Código Eleitoral, a prática de corrupção eleitoral enseja o ajuizamento de representação até a data da diplomação do candidato. A corrupção eleitoral é configurada pela oferta ou promessa de vantagem para obter o voto, independentemente do resultado da eleição ou do voto efetivamente dado.

QUESTÃO 70. No município Alfa, durante período de propaganda eleitoral, constatou-se que o partido X se utilizou de bandeiras com fotos de seu candidato a prefeito, em via pública. Durante a fiscalização, constatou-se, ainda, que houve propaganda do partido X através de colocação de mesas ao longo de calçadas, distribuindo-se material de campanha. Finalmente, foi verificado que o mesmo partido colocou propaganda de seu candidato em um tapume divisório de área pública.

Considerando as regras em vigor sobre propaganda política e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que:

a) a colocação de mesas ao longo de calçadas para distribuição de material de campanha é proibida, devendo a propaganda ser considerada ilícita;

b) a propaganda eleitoral será regular se houver utilização de bandeiras em vias públicas sem acarretar dificuldade no andamento do trânsito de veículos;

c) é permitida a colocação de propaganda eleitoral em tapumes, se esses foram instalados provisoriamente para demarcar a limitação do bem público;

d) não haverá propaganda eleitoral irregular se o partido colocar propaganda em bem público sem lhe causar dano, devendo este ser demonstrado para aplicação de penalidade;

e) a mobilidade das bandeiras se caracteriza pela sua utilização como propaganda no horário compreendido entre 7 horas da manhã e 22 horas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A colocação de mesas para distribuição de material de campanha é permitida, desde que não obstrua a passagem de pedestres e veículos, conforme a Lei 9.504/97.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 37 da Lei das Eleições, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados

A alternativa C está incorreta. A colocação de propaganda eleitoral em tapumes de áreas públicas é proibida, independentemente de serem provisórios ou permanentes, conforme a Lei 9.504/97.

A alternativa D está incorreta. A colocação de propaganda eleitoral em bens públicos é proibida, independentemente de causar dano ou não.

A alternativa E está incorreta. A legislação eleitoral permite a utilização de bandeiras em vias públicas, mas não especifica um horário fixo para sua utilização. O importante é que não causem dificuldades no trânsito de veículos ou obstruam a passagem de pedestres.

QUESTÃO 76. Em relação aos crimes na falência, recuperação judicial e extrajudicial, é correto afirmar que:

a) é fato atípico, posto não ser crime, apresentar, em recuperação extrajudicial, relação de créditos, habilitação de créditos ou reclamação falsas, ou juntar a eles título falso ou simulado.

b) não podem ser denunciados pela prática de crime falimentar na falência de sociedades, os seus sócios de responsabilidade limitada, diretores e conselheiros, por ser vedada a extensão dos efeitos da falência a essas pessoas;

c) a decretação da falência do devedor interrompe a prescrição dos crimes tipificados na Lei nº 11.101/2005 cuja contagem tenha iniciado com a concessão da recuperação judicial ou com a homologação do plano de recuperação extrajudicial;

d) é fato atípico, posto não ser crime, praticar, antes da sentença que conceder a recuperação judicial, ato de disposição ou oneração patrimonial ou gerador de obrigação, destinado a favorecer um ou mais credores em prejuízo dos demais;

e) são efeitos automáticos da condenação por crime falimentar: (i) a inabilitação para o exercício de empresa; (ii) o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração de sociedades empresárias; e (iii) a impossibilidade de gerir empresa por mandato.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre crimes falimentares previstos na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência).

A alternativa A está incorreta. Esse comportamento é tipificado como crime no art. 171 da Lei nº 11.101/2005, que prevê pena de reclusão de 2 a 4 anos e multa para quem apresentar títulos falsos ou simular créditos em recuperação judicial ou extrajudicial.

A alternativa B está incorreta. Sócios, diretores e conselheiros podem ser responsabilizados penalmente por crimes falimentares quando comprovado que participaram de atos ilícitos (art. 179 da Lei nº 11.101/2005). A limitação da responsabilidade na falência é patrimonial, mas não impede responsabilização penal.

A alternativa C está correta. A decretação da falência interrompe a prescrição dos crimes falimentares, conforme o art. 182 da Lei nº 11.101/2005, que prevê esse marco temporal para interromper a contagem do prazo prescricional.

A alternativa D está incorreta. Esse comportamento caracteriza crime previsto no art. 168 da Lei nº 11.101/2005, que descreve como infração penal qualquer ato praticado com o intuito de beneficiar alguns credores em detrimento dos demais.

A alternativa E está incorreta. Os efeitos mencionados não são automáticos. São penas acessórias que dependem de expressa imposição na sentença condenatória, conforme art. 181 da Lei nº 11.101/2005.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 71. Dentre os títulos de crédito criados pela Lei n° 11.076/2004 e vinculados ao agronegócio, está o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA). Trata-se de título nominativo, de livre negociação e representativo de promessa de pagamento em dinheiro.

Outra característica do CDCA é o fato de que:

a) sua emissão é exclusiva de sociedades limitadas ou cooperativas dedicadas às atividades agropecuárias ou de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários, florestais, agrícolas e extrativos;

b) o valor do título não pode exceder o valor total dos direitos creditórios do agronegócio a ele vinculados;

c) se trata de título executivo extrajudicial se protestado por falta de pagamento perante o tabelionato de registro de protestos;

d) o emitente responde pelo pagamento em dinheiro perante os beneficiários originários e endossatários, sendo equiparado ao emitente da nota promissória, como obrigado principal;

e) o título confere propriedade fiduciária ao beneficiário sobre os direitos creditórios a eles vinculados, independentemente de convenção, desde que haja registro do título perante o oficial de registro de títulos e documentos.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B** . A questão trata do tema títulos de crédito, em especial o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA).

A alternativa A está incorreta. As sociedades limitadas não podem emitir o CDCA, conforme o artigo 24 § 1° da Lei n°11.076/2004, a emissão do CDCA é exclusiva: "O CDCA é de emissão exclusiva de cooperativas agropecuárias e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos, insumos, máquinas e implementos agrícolas, pecuários, florestais, aquícolas e extrativos.";

A alternativa B está correta. É a literalidade do artigo 28 da Lei n° 11.076/2004 que assim dispõe: " O valor do CDCA e da LCA não poderá exceder o valor total dos direitos creditórios do agronegócio a eles vinculados.";

A alternativa C está incorreta. O CDCA se constitui desde a sua formação como título de crédito extrajudicial, não sendo o protesto condição para a sua configuração como tal. Conforme dispõe o artigo 24 da Lei n°11.076/2004: "Art. 24. O Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA é título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial.";

A alternativa D está incorreta. Não há tal previsão na lei de equiparação à nota promissória como obrigado principal. O artigo 29 em sua literalidade institui que : "Os emitentes de CDCA e de LCA respondem pela origem e autenticidade dos direitos creditórios a eles vinculados.";

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, é necessário que haja convenção entre as partes para que se configure a concessão da propriedade fiduciária, é o que se compreende da análise do artigo 41 da Lei n°11.076/2004, que faculta às partes a cessão fiduciária em garantia, não é, portanto, um efeito automático. Assim dispõe a norma: "É facultada a cessão fiduciária em garantia de direitos creditórios do agronegócio, em favor dos adquirentes do CDCA, da LCA e do CRA, nos termos do disposto nos arts. 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.".

QUESTÃO 72. Examinando conflito positivo de competência entre o juízo da recuperação judicial e o juízo da execução, a Segunda Seção do STJ firmou entendimento sumulado de que:

a) o juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação;

b) o juízo da execução não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação;

c) o juízo da recuperação judicial é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação;

d) o juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens abrangidos pelo plano de recuperação;

e) o juízo da execução é competente para decidir sobre a constrição de bens abrangidos pelo plano de recuperação.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A** . A questão trata do tema competência do juízo da recuperação judicial.

A alternativa A está correta. É a literalidade da súmula 480 do Superior Tribunal de Justiça – STJ que assim dispõe: "O juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação.";

A alternativa B está incorreta. Há modificação no texto da súmula, trocando o juízo da recuperação pelo juízo da execução;

A alternativa C está incorreta. A proposição delega competência ao juízo da recuperação judicial, contrariando a súmula 480 do STJ;

A alternativa D está incorreta. Em relação aos bens abrangidos pelo plano de recuperação o juízo da recuperação judicial terá a competência para decidir sobre a constrição dos bens;

A alternativa E está incorreta. O juízo da execução não possui tal competência, sendo esta do juízo da recuperação judicial.

QUESTÃO 73. Acerca de aspectos civis dos atos de concorrência desleal, é correto afirmar que:

a) o prejudicado, após o oferecimento de queixa-crime, poderá intentar as ações cíveis que considerar cabíveis;

b) o prejudicado tem direito de haver perdas e danos em ressarcimento de prejuízos causados por atos de concorrência desleal, desde que estejam previstos na lei própria, que é a Lei no 9.279/1996;

c) o juiz poderá determinar nos autos de ação incidental, mediante requerimento do prejudicado e após a citação do réu, a sustação da violação ou de ato que a enseje, mediante caução em dinheiro ou garantia fidejussória;

d) os lucros cessantes serão determinados pelo critério do fluxo de caixa projetado da empresa do prejudicado, tomando-se por base a receita que teria sido auferida se o ato não tivesse sido praticado;

e) a indenização será determinada pelos benefícios que o prejudicado teria auferido se a violação não tivesse ocorrido.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema concorrência desleal.

A alternativa A está incorreta. O crime de concorrência desleal é de ação penal pública, conforme o artigo Art. 199 da Lei n° 9.279/1996 que assim dispõe: " Nos crimes previstos neste Título somente se procede mediante queixa, salvo quanto ao crime do art. 191, em que a ação penal será pública.";

A alternativa B está incorreta. O prejudicado tem o direito ao ressarcimento por perdas e danos em decorrência dos atos de concorrência desleal, mesmo que não previstos na lei própria, conforme dispõe o artigo 209 da Lei n° 9.279/1996: "Fica ressalvado ao prejudicado o direito de haver perdas e danos em ressarcimento de prejuízos causados por atos de violação de direitos de propriedade industrial e atos de concorrência desleal não previstos nesta Lei, tendentes a prejudicar a reputação ou os negócios alheios, a criar confusão entre estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviço, ou entre os produtos e serviços postos no comércio.";

A alternativa C está incorreta. Neste caso não é necessária a citação do réu para a concessão da medida liminar, pois conforme disposto expressamente no artigo 209 § 1° da Lei n° 9.279/1996: " Poderá o juiz, nos autos da própria ação, para evitar dano irreparável ou de difícil reparação, determinar

liminarmente a sustação da violação ou de ato que a enseje, antes da citação do réu, mediante, caso julgue necessário, caução em dinheiro ou garantia fidejussória.";

A alternativa D está incorreta. A aferição dos lucros cessantes será determinada pelo critério mais favorável ao prejudicado, dentre os três previstos no artigo 210 da Lei n° 9.279/1996 : " Os lucros cessantes serão determinados pelo critério mais favorável ao prejudicado, dentre os seguintes: I - os benefícios que o prejudicado teria auferido se a violação não tivesse ocorrido; ou II - os benefícios que foram auferidos pelo autor da violação do direito; ou III - a remuneração que o autor da violação teria pago ao titular do direito violado pela concessão de uma licença que lhe permitisse legalmente explorar o bem.";

A alternativa E está correta. O artigo 208, I da Lei n° 9.279/1996 dispõe "A indenização será determinada pelos benefícios que o prejudicado teria auferido se a violação não tivesse ocorrido.".

QUESTÃO 74. Olímpia, uma das 15 sócias da Luminárias e Decoração Primavera do Leste Ltda., questiona, em juízo, a validade de deliberação social aprovada graças ao voto do procurador da sócia Vera. O contrato social, ao tratar da representação de sócios nas assembleias, não faz menção à possibilidade de ser qualquer sócio representado por advogado. Vera outorgou mandato para seu advogado representá-la na assembleia ordinária, e assim foi feito, tendo o voto sido proferido nos termos da vontade da mandante.

Analisando-se o caso à luz da legislação sobre o tipo societário, é correto afirmar que Vera:

a) não pode ser representada na assembleia por advogado diante da ausência de previsão no contrato social;

b) pode ser representada na assembleia por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados;

c) pode ser representada na assembleia por advogado, mediante outorga de mandato, cujo instrumento deve ser apresentado com antecedência mínima de sete dias em relação à data da assembleia;

d) não pode ser representada na assembleia por advogado, pois tal possibilidade está restrita às deliberações sociais em reunião, inaplicáveis às sociedades com mais de dez sócios;

e) pode ser representada na assembleia por advogado, mediante outorga de mandato, cujo instrumento deve ser apresentado até sete dias após a data da realização da assembleia.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de direito societário, em especial sobre representação dos sócios, prevista no Código Civil.

A alternativa A está incorreta. A sócia Vera pode ser representada por advogado, conforme prevê o artigo 1.074 § 1° do Código Civil: "O sócio pode ser representado na assembleia por outro sócio, ou por

advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata.";

A alternativa B está correta. É a previsão do já citado artigo 1.074 § 1° do Código Civil;

A alternativa C está incorreta. O Código Civil não prevê a antecedência mínima de sete dias para a apresentação do instrumento de representação;

A alternativa D está incorreta. Conforme já demonstrado, há previsão legal para a representação do sócio pelo advogado, prevista expressamente no já citado artigo 1.074 § 1° do Código Civil;

A alternativa E está incorreta. Não há na lei o prazo de sete dias para a apresentação do instrumento, que deverá ser levado a registro juntamente com a ata, conforme prevê o já citado artigo 1.074 § 1° do Código Civil.

QUESTÃO 75. Em relação ao capital social das sociedades cooperativas e sua divisão em quotas-partes, é correto afirmar que:

a) nenhum cooperado poderá subscrever mais de 1/5 do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao seu movimento financeiro ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados;

b) se previsto no estatuto, é permitido às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros, excetuando-se os juros até o máximo de 12% ao ano que incidirão sobre a parte integralizada;

c) tal qual as ações, as quotas-partes do capital das sociedades cooperativas devem adotar a forma nominativa, sendo a transferência averbada no Livro de Transferência de Quotas Nominativas, mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do diretor que o estatuto designar;

d) para a formação do capital social das sociedades cooperativas, é vedado estipular no estatuto que o pagamento das quotas-partes seja realizado mediante prestações periódicas, independentemente de chamada, por meio de contribuições em bens intangíveis;

e) a integralização das quotas-partes e o aumento do capital social poderão ser feitos com bens avaliados previamente e após homologação em assembleia geral, ou mediante retenção de determinada porcentagem do valor do movimento financeiro de cada associado.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema sociedades cooperativas.

A alternativa A está incorreta. O limite para a subscrição é de 1/3 e não de 1/5, conforme dispõe o artigo 24 § 1° da Lei n° 5.764/1971: "O capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no País.§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração.";

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe, expressamente, o artigo 24 § 1° da Lei n° 5.764/1971, é vedada a distribuição de quaisquer espécies de benefícios: "§ 3° É vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada.";

A alternativa C está incorreta. Não há previsão da forma nominativa como obrigatória para a formação das quotas partes, conforme o artigo 42 da Lei n° 5.764/1971: "Nas cooperativas singulares, cada associado presente não terá direito a mais de 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes."

A alternativa D está incorreta. O artigo 25 da Lei n° 5.764/1971 prevê a possibilidade de pagamento das quotas-partes ser realizado em prestações periódicas: "Para a formação do capital social poder-se-á estipular que o pagamento das quotas-partes seja realizado mediante prestações periódicas, independentemente de chamada, por meio de contribuições ou outra forma estabelecida a critério dos respectivos órgãos executivos federais.";

A alternativa E está correta. É a reprodução literal do artigo 27 da Lei n° 5.764/1971: "A integralização das quotas-partes e o aumento do capital social poderão ser feitos com bens avaliados previamente e após homologação em Assembleia Geral ou mediante retenção de determinada porcentagem do valor do movimento financeiro de cada associado.".

QUESTÃO 76. Em relação aos crimes na falência, recuperação judicial e extrajudicial, é correto afirmar que:

a) é fato atípico, posto não ser crime, apresentar, em recuperação extrajudicial, relação de créditos, habilitação de créditos ou reclamação falsas, ou juntar a elas título falso ou simulado;

b) não podem ser denunciados pela prática de crime falimentar, na falência de sociedades, os seus sócios de responsabilidade limitada, diretores e conselheiros, por ser vedada a extensão dos efeitos da falência a essas pessoas;

c) a decretação da falência do devedor interrompe a prescrição dos crimes tipificados na Lei no 11.101/2005 cuja contagem tenha iniciado com a concessão da recuperação judicial ou com a homologação do plano de recuperação extrajudicial;

d) é fato atípico, posto não ser crime, praticar, antes da sentença que conceder a recuperação judicial, ato de disposição ou oneração patrimonial ou gerador de obrigação, destinado a favorecer um ou mais credores em prejuízo dos demais;

e) são efeitos automáticos da condenação por crime falimentar: (i) a inabilitação para o exercício de empresa; (ii) o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração de sociedades empresárias; e (iii) a impossibilidade de gerir empresa por mandato.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema crimes na falência, recuperação judicial

A alternativa A está incorreta. A referida conduta é fato típico, portanto crime, conforme dispõe o artigo 175 da Lei n° 11.101/2005: "Apresentar, em falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, relação de créditos, habilitação de créditos ou reclamação falsas, ou juntar a elas título falso ou simulado: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.";

A alternativa B está incorreta. Não está excluída a extensão da responsabilização em relação aos diretores e conselheiros, conforme prevê o artigo 82-A da Lei n° 11.101/2005: "É vedada a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, admitida, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica.";

A alternativa C está correta. De fato haverá a interrupção do prazo prescricional na referida hipótese, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 182 da Lei n° 11.101/2005: "A decretação da falência do devedor interrompe a prescrição cuja contagem tenha iniciado com a concessão da recuperação judicial ou com a homologação do plano de recuperação extrajudicial.";

A alternativa D está incorreta. É fato típico, portanto crime, tal conduta, conforme dispõe o artigo 172 da Lei n° 11.101/2005: "Praticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar plano de recuperação extrajudicial, ato de disposição ou oneração patrimonial ou gerador de obrigação, destinado a favorecer um ou mais credores em prejuízo dos demais: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre o credor que, em conluio, possa beneficiar-se de ato previsto no caput deste artigo." ;

A alternativa E está incorreta. Os citados efeitos da sentença condenatória não são automáticos, devem ser motivadamente declarados na sentença, conforme dispõe o artigo 181 § 1° da Lei n° 11.101/2005: " Art. 181. São efeitos da condenação por crime previsto nesta Lei: I – a inabilitação para o exercício de atividade empresarial; II – o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das sociedades sujeitas a esta Lei; III – a impossibilidade de gerir empresa por mandato ou por gestão de negócio. § 1º Os efeitos de que trata este artigo não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença, e perdurarão até 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade, podendo, contudo, cessar antes pela reabilitação penal.".

QUESTÃO 77. A sociedade empresária Delta S/A é contribuinte de tributo sujeito a lançamento por homologação devido ao estado Zeta. A partir da revisão de seus livros e documentos fiscais e comerciais, a auditoria interna da Delta observou que o setor de contabilidade cometeu equívocos nas declarações, o que culminou em pagamento a menor do tributo em diversos meses do exercício financeiro de 2023. Sabe-se, ainda, que o índice de atualização de débitos referente ao tributo no estado Zeta é a taxa Selic, assim como o pagamento a destempo da exação enseja a aplicação de multa moratória fixada em 20% do valor do tributo.

Com a identificação do erro e inexistindo qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização promovidos pela Administração Tributária estadual, há interesse do conselho de administração da Delta S/A de cumprir suas obrigações tributárias o mais rápido possível, com o menor ônus tributário viável decorrente das penalidades tributárias em função da mora.

Diante da situação narrada, é correto afirmar que a multa moratória no valor de 20% do tributo deve ser excluída:

a) caso a Delta S/A adira a um parcelamento do débito tributário representado pela diferença a maior;

b) caso a Delta S/A declare integralmente o débito tributário, inclusive a diferença a maior, adimplindo-o no exercício financeiro seguinte ao da declaração;

c) caso a Delta S/A retifique sua declaração do débito, notifique a Administração Tributária do estado Zeta sobre a existência de diferença a maior e quite-a imediatamente;

d) caso a Delta S/A pague integralmente o débito tributário na primeira oportunidade após o início de procedimento administrativo movido pela Administração Tributária do estado Zeta;

e) em qualquer caso, pois a penalidade nesse patamar ofende o princípio constitucional tributário do não confisco.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C,** conforme tese fixada pelo STJ no tema repetitivo 385: "A denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente".

A questão aborda o tema Denúncia espontânea.

As alternativas A, B, D e E não refletem o entendimento do STJ, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 78. A empresa Máquinas Perfeitas Ltda. possui sua sede em Várzea Grande/MT e dedica-se às atividades de restauração, manutenção e conservação de máquinas agrícolas.

Nesse sentido, a sociedade empresária assinou, no município de Cuiabá/MT, contrato de prestação de serviço com os proprietários da Fazenda Fartura, localizada em Sorriso/MT. Na avença, ficou acertado que a manutenção de todo o maquinário destinado à produção de soja deveria ocorrer na própria propriedade rural.

Assim, por não possuir unidade empresarial autônoma em Sorriso/MT, a Máquinas Perfeitas enviou dois de seus funcionários à Fazenda Fartura por duas semanas para a realização da manutenção de máquinas.

Diante da situação descrita, é correto afirmar que o sujeito ativo da relação jurídico-tributária referente ao imposto sobre serviços de qualquer natureza devido em função da prestação de serviço narrada é o:

a) município de Sorriso/MT, pois ocorreu a prestação do serviço de manutenção de máquinas na Fazenda Fartura e houve o deslocamento de mão de obra da prestadora à propriedade rural;

b) município de Cuiabá/MT, pois foi o local de celebração do negócio jurídico que motivou posteriormente a prestação do serviço;

c) município de Sorriso/MT, pois é onde se situa a sede do tomador do serviço e restou caracterizada unidade empresarial autônoma da prestadora a partir do deslocamento de dois funcionários;

d) município de Várzea Grande/MT, mas também o município de Sorriso/MT, pois a competência tributária do ISSQN é compartilhada;

e) município de Várzea Grande/MT, pois é onde se situa a sede da empresa prestadora e não há estabelecimento desta no local de prestação do serviço, ocorrendo, na espécie simples, deslocamento de mão de obra.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão aborda o tema ISS.

A alternativa A está incorreta pois, nos termos do art. 3º da LC 116/2003, "O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador (...)".

A alternativa B está incorreta, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está incorreta pois o mero deslocamento de mão-de-obra não caracteriza unidade empresarial autônoma, conforme entendimento do STJ: "Inexistindo estabelecimento do prestador no local da prestação do serviço, deve-se ISSQN ao Município do local da empresa que efetivou a prestação. Nesse sentido, o mero deslocamento da mão de obra não seria apto a alterar a competência do ente

tributante. (...) (REsp n. 2.079.423/MG, relator Ministro Teodoro Silva Santos, Segunda Turma, julgado em 9/4/2024, DJe de 15/4/2024.)

A alternativa D está incorreta pois não há nenhuma previsão constitucional ou legal no sentido da existência de ISS compartilhado.

A alternativa E está correta pois reflete a inteligência do art. 3º da LC 116/2003, conforme comentário à alternativa A, bem como o entendimento do STJ, conforme comentário à alternativa C.

QUESTÃO 79. Sediada e com todas suas atividades no estado X, a sociedade limitada ABC realizou uma significativa operação interestadual de venda de mercadoria diretamente a consumidor final domiciliado no estado Y. ABC caracteriza-se como pequena empresa e é optante do regime tributário do Simples Nacional, conforme a Lei Complementar nº 123/2006. Em semelhante operação entre ABC e um consumidor também domiciliado no estado X, a alíquota interna cobrada é de 18%, ao passo que a alíquota interestadual é de 7%. Nesse contexto, o estado Y notificou a empresa para que pagasse, de forma antecipada, o diferencial de alíquota do ICMS em 11% sobre o valor da operação, nos termos de lei ordinária estadual. ABC buscou aconselhamento jurídico para saber se o pagamento do diferencial é devido.

De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a cobrança do diferencial de alíquota pelo estado Y é:

a) inválida, porque não há norma constitucional autorizando-a;

b) inválida, porque inexiste lei complementar nacional autorizando-a;

c) inválida, porque a adesão ao Simples Nacional garante a ABC o recolhimento de seus impostos por guia única;

d) válida, porque há lei complementar nacional e lei ordinária editada pelo ente estadual autorizando-a;

e) válida, porque a cobrança antecipada de diferencial de alíquota do ICMS prescinde de lei complementar nacional autorizando-a.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda o tema Cobrança de Difal dos optantes do Simples Nacional.

A alternativa A está incorreta pois o art. 155, §2º, da CF expressamente prevê a possibilidade de cobrança do diferencial de alíquotas de ICMS: "VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual; VIII - a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e

a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída: (...) b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto;"

A alternativa B está incorreta pois a LC 123/2006 autoriza a cobrança do diferencial de alíquotas de empresas optantes do SIMPLES Nacional, conforme decidido pelo STF: "1. Não há vício formal de inconstitucionalidade na hipótese em que lei complementar federal autoriza a cobrança de diferencial de alíquota. Art. 13, §1º, XIII, "g", 2, e "h", da Lei Complementar 123/2006. (...) (RE 970821, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 12-05-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-165 DIVULG 18-08-2021 PUBLIC 19-08-2021)".

A alternativa C está incorreta pois há tributos que não são recolhidos pela guia única, conforme art. 13, § 1º, da LC 123/2006: "O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas".

A alternativa D está correta pois há lei complementar autorizativa, conforme comentários à alternativa B, e há lei específica do ente, conforme entendimento do STF materializado nos temas 517 e 1284 da repercussão geral: "Tema 517: É constitucional a imposição tributária de diferencial de alíquota do ICMS pelo Estado de destino na entrada de mercadoria em seu território devido por sociedade empresária aderente ao Simples Nacional, independentemente da posição desta na cadeia produtiva ou da possibilidade de compensação dos créditos". "Tema 1284: A cobrança do ICMS-DIFAL de empresas optantes do Simples Nacional deve ter fundamento em lei estadual em sentido estrito".

A alternativa E está incorreta pois a cobrança não prescinde de lei complementar, todavia esta já existe, conforme comentários à alternativa B.

QUESTÃO 80. Com a finalidade de minorar o déficit fiscal primário para a lei orçamentária anual de 2025 a partir do aumento da arrecadação tributária, o governador de um estado-membro brasileiro editou medida provisória, publicada em 18 de novembro de 2024 e destinada a elevar a alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores em 1%. Após a devida apreciação pela Assembleia Legislativa, a MP restou convertida em lei no dia 10 de fevereiro de 2025, sem alterações substanciais no texto proveniente do Executivo.

À luz do cenário descrito, a exigibilidade do IPVA, com alíquota majorada, pode ser feita em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de:

a) 18 de novembro de 2024, pois a medida provisória tem força de lei e vigência imediata;

b) 1º de janeiro de 2025, pois é quando se ultrapassa o mesmo exercício financeiro em que foi publicada a medida provisória;

c) 17 de fevereiro de 2025, pois é quando ocorre o transcurso de 90 dias da data em que foi publicada a medida provisória;

d) 12 de maio de 2025, pois é quando se dá o transcurso de 90 dias da data em que foi publicada a lei de conversão;

e) 1º de janeiro de 2026, pois a medida provisória não foi convertida em lei até o último dia do exercício financeiro em que fora editada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme art. 62, § 2º, da CF: "Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada".

A questão aborda os temas medida provisória e princípio da anterioridade.

As alternativas A, B, C e D contrariam o art. 62, § 2º, da CF, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 81. A empresa de transportes Alfa Ltda. foi contratada pela sociedade empresária Omega S/A, fabricante de produtos eletrônicos e situada no estado A, para a realização do translado de seus produtos desde A até o estado B. Em B, localiza-se grande porto a partir do qual os produtos eletrônicos são destinados a diversos países.

Após a prestação do serviço, a Alfa Ltda. foi notificada para que realizasse o recolhimento do ICMS devido na operação de transporte de A para B, de acordo com legislação tributária estadual. Em reação, a empresa deduziu, perante o Poder Judiciário, sua irresignação frente à cobrança, sob o fundamento de não incidência de ICMS sobre o transporte de produtos eletrônicos destinados ao exterior.

Diante da situação, cabe ao magistrado do caso declarar a:

a) exigibilidade do ICMS, porque o serviço de transporte é ato distinto da operação de exportação;

b) inexigibilidade do ICMS, porque não incide o imposto sobre o serviço de transporte interestadual de mercadorias destinadas ao exterior;

c) exigibilidade do ICMS, porque a não incidência do imposto pressupõe a existência de isenção fiscal concedida por lei estadual;

d) exigibilidade do ICMS, porque é dado à legislação estadual prever a incidência do imposto, independentemente da destinação dos produtos eletrônicos;

e) inexigibilidade do ICMS, porque as operações de transporte de produtos eletrônicos são isentas do imposto em todo o território nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A,** conforme tese fixada no tema de repercussão geral 475: "A imunidade a que se refere o art. 155, § 2º, X, 'a', da CF não alcança operações ou prestações anteriores à operação de exportação".

A questão aborda o tema imunidade tributária.

As alternativas B, C, D e E não se amoldam ao entendimento do STF, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 82. João é proprietário de uma área rural que inclui uma reserva legal e áreas de preservação permanente. Ele vem mantendo essas áreas em boas condições ambientais e gostaria de obter uma compensação financeira por esses serviços. Diante disso, João procurou informações sobre a possibilidade de receber pagamento por serviços ambientais (PSA), com base na Lei n° 14.119/2021, que dispõe sobre a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Diante da situação descrita e da legislação aplicável, é correto afirmar que:

a) O PSA depende exclusivamente de recursos do governo federal e não pode contar com investimentos privados;

b) O PSA é aplicável apenas às áreas de reserva legal que estejam em processo de regularização ambiental;

c) O PSA pode incluir tanto modalidades de remuneração direta quanto benefícios indiretos, como compensação tributária ou concessão de títulos verdes;

d) O proprietário de uma área rural que mantém áreas de preservação permanente não pode ser beneficiado pelo PSA, já que a conservação dessas áreas é uma obrigação legal;

e) O PSA só pode ser realizado se a propriedade rural fizer parte de unidades de conservação da natureza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 6º, § 7º, da Lei n° 14.119/2021: "§ 7º Para o financiamento do PFPSA poderão ser captados recursos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas de direito privado e perante as agências multilaterais e bilaterais de cooperação internacional, preferencialmente sob a forma de doações ou sem ônus para o Tesouro Nacional, exceto nos casos de contrapartidas de interesse das partes."

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 8º da Lei n° 14.119/2021: "Art. 8º Podem ser objeto do PFPSA: I - áreas cobertas com vegetação nativa; II - áreas sujeitas a restauração ecossistêmica, a recuperação da cobertura vegetal nativa ou a plantio agroflorestal; III - unidades de conservação de proteção integral, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; IV - terras indígenas, territórios quilombolas e outras áreas legitimamente ocupadas por populações tradicionais, mediante consulta prévia, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais; V - paisagens de grande beleza cênica, prioritariamente em áreas especiais de interesse turístico; VI - áreas de exclusão de pesca, assim consideradas aquelas interditadas ou de reservas, onde o exercício da

atividade pesqueira seja proibido transitória, periódica ou permanentemente, por ato do poder público; VII - áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, assim definidas por ato do poder público."

A alternativa C está correta. Conforme art. 3º da Lei n° 14.119/2021: "Art. 3º São modalidades de pagamento por serviços ambientais, entre outras: I - pagamento direto, monetário ou não monetário; II - prestação de melhorias sociais a comunidades rurais e urbanas; III - compensação vinculada a certificado de redução de emissões por desmatamento e degradação; IV - títulos verdes (green bonds); V - comodato; VI - Cota de Reserva Ambiental (CRA), instituída pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012."

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 9º, p.u., da Lei n° 14.119/2021: "Parágrafo único. As Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e outras sob limitação administrativa nos termos da legislação ambiental serão elegíveis para pagamento por serviços ambientais com uso de recursos públicos, conforme regulamento, com preferência para aquelas localizadas no entorno de nascentes, localizadas em bacias hidrográficas consideradas críticas para o abastecimento público de água, assim definidas pelo órgão competente, ou em áreas prioritárias para conservação da diversidade biológica em processo de desertificação ou de avançada fragmentação."

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 9º, I, da Lei n° 14.119/2021: "Art. 9º Em relação aos imóveis privados, são elegíveis para provimento de serviços ambientais: I - os situados em zona rural inscritos no CAR, previsto na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dispensada essa exigência para aqueles a que se refere o inciso IV do caput do art. 8º desta Lei;"

QUESTÃO 83. Maria é proprietária de uma pequena empresa agrícola que utiliza água de um rio que corta sua propriedade para irrigação. Recentemente, ela foi notificada pela autoridade competente sobre a necessidade de obter uma outorga para a utilização desse recurso hídrico, conforme previsto na Lei nº 9.433/1997, que institui a política nacional de recursos hídricos. Preocupada com as implicações dessa exigência, Maria busca entender melhor os princípios e diretrizes dessa legislação. Com base na situação apresentada e na Lei nº 9.433/1997, sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, é correto afirmar que:

a) A obtenção de outorga para o uso de recursos hídricos é obrigatória apenas quando há risco de esgotamento do manancial utilizado;

b) A água é considerada um bem de domínio público, e o uso de recursos hídricos pode ser livre para qualquer fim, sem necessidade de regulação;

c) A cobrança pelo uso dos recursos hídricos é aplicada apenas em áreas urbanas e visa exclusivamente a arrecadar fundos para a administração pública;

d) A política nacional de recursos hídricos estabelece que a água tem valor econômico e que o uso de recursos hídricos deve ser cobrado, exceto para usos considerados insignificantes;

e) A outorga de direito de uso da água é irrestrita e permanente, garantindo ao usuário o uso indefinido dos recursos hídricos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997).

A alternativa A está incorreta. Não há qualquer disposição neste sentido no texto da PNRH.

A alternativa B está incorreta. De fato, a água é um bem de domínio público, mas seu uso não é livre para qualquer fim, sem necessidade de regulação. A Lei 9.433/1997 faz justamente tal regulação.

A alternativa C está incorreta. Não há, na Lei, restrição à cobrança apenas em área urbana. Ademais, a cobrança do uso de recursos hídricos possui, também, outras finalidades, conforme art. 19 da PNRH: "Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva: I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; II - incentivar a racionalização do uso da água; III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos."

A alternativa D está correta. De acordo com art. 1º, II, c/c art. 12, § 1º, II, da PNRH: "Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;"; e "§ 1º Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento: II - as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;"

A alternativa E está incorreta. Há uma série de condições em relação à outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, conforme art. 13 da PNRH: "Art. 13. Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso. Parágrafo único. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.". Ademais, mencione-se que a outorga pode ser suspensa, bem como não pode exceder o prazo de 35 anos, na forma dos artigos 15 e 16 da PNRH: "Art. 15. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias: (...)"; e "Art. 16. Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável."

QUESTÃO 84. O Estado X publicou a Lei n° 123, de iniciativa parlamentar, que simplificou e tornou mais célere o licenciamento ambiental para empreendimentos ou atividades de baixo e médio potencial poluidor, sob condições a serem disciplinadas em ato infralegal. Sobre o caso, é correto afirmar que a lei é:

a) Formal e materialmente constitucional, uma vez que, em matéria de licenciamento ambiental, os estados possuem competência suplementar;

b) Formalmente inconstitucional, por não ser de iniciativa do chefe do Poder Executivo, e materialmente constitucional;

c) Formalmente inconstitucional, por não ser de iniciativa do chefe do Poder Executivo, e materialmente inconstitucional, por violar o princípio de vedação ao retrocesso ambiental;

d) Formalmente constitucional e materialmente inconstitucional, por violar a competência privativa da União para legislar sobre licenciamento ambiental;

e) Formalmente constitucional e materialmente inconstitucional, por violar o princípio de vedação ao retrocesso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema licenciamento ambiental.

Quanto ao aspecto formal, a Lei X é formalmente constitucional, posto que os Estados possuem competência suplementar em matéria de licenciamento ambiental, na forma do art. 8º, XIV, da LC 140/2011: "Art. 8º São ações administrativas dos Estados: XIV - promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ressalvado o disposto nos arts. 7º e 9º;".

Quanto ao aspecto material, a Lei X é materialmente inconstitucional, conforme entendimento consolidado do STF. Vejamos exemplo, exarado no bojo da ADI 6288: "(...) 3. O art. 8º da Resolução COEMA 02/2019 criou hipóteses de dispensa de licenciamento ambiental para a realização de atividades impactantes e degradadoras do meio ambiente. O afastamento do licenciamento de atividades potencialmente poluidoras afronta o art. 225 da Constituição da República. Empreendimentos e atividades econômicas apenas serão considerados lícitos e constitucionais quando subordinados à regra de proteção ambiental. A atuação normativa estadual flexibilizadora caracteriza violação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e afronta a obrigatoriedade da intervenção do Poder Público em matéria ambiental. Inobservância do princípio da proibição de retrocesso em matéria socioambiental e dos princípios da prevenção e da precaução. Inconstitucionalidade material do artigo 8º da Resolução do COEMA/CE nº 02/2019.".

QUESTÃO 85. Considerando a situação de determinada sociedade de economia mista estadual que atua na área de saneamento, bem como o regime jurídico previsto na Lei Federal nº 13.303/2016, é correto afirmar que:

a) a alienação das ações que conferem o controle acionário da companhia não exige autorização legislativa;

b) a arbitragem é admitida para a solução de divergências entre acionistas controladores e minoritários, mas não quando houver divergência entre acionistas e a sociedade;

c) o acionista controlador, sendo ente da Administração Pública, não pode ser responsabilizado por atos praticados com abuso de poder, mas apenas os agentes públicos que agirem com dolo ou culpa grave;

d) a pessoa que houver atuado em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral nos últimos 36 meses não pode ser indicada para a diretoria da estatal;

e) os seus bens afetados ao exercício da atividade poderão ser penhorados e estão sujeitos à usucapião;

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Trata-se de questão relativa ao tema empresas estatais.

A alternativa A está incorreta, uma vez que destoa do entendimento fixado pelo STF, litteris: "A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação pública." (ADI 5624 MC-Ref, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 06-06-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-261 DIVULG 28-11-2019 PUBLIC 29-11-2019)

A alternativa B está incorreta, eis que agride a norma do art. 12, parágrafo único, da Lei 13.303/2016, que assim enuncia: "A sociedade de economia mista poderá solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários, nos termos previstos em seu estatuto social."

A alternativa C está incorreta, porquanto seu teor se mostra em rota de colisão com a norma do art. 15 da citada Lei Federal, ora transcrita: "O acionista controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista responderá pelos atos praticados com abuso de poder, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976"

A alternativa D está correta, pois em linha com a norma do art. 17, §2º, II, da Lei 13.303/2016 "É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria: (...)de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;"

A alternativa E está incorreta, tendo em conta que, ao menos em relação aos bens afetados ao exercício de atividades de interesse público, deve-se estender o regime jurídico aplicável aos bens públicos, de modo a obstar a penhora e a usucapião de tais bens, ainda que pertencentes a pessoas de direito privado.

QUESTÃO 86. Maria ajuizou demanda em face do município de Cuiabá/MT postulando o pagamento de indenização sob o argumento de que, ao atravessar a faixa de pedestre com o sinal fechado, teria caído em um buraco aberto na rua, o que ocasionou lesão em sua perna esquerda.

Sobre a responsabilidade civil do Estado e a situação apresentada, é correto afirmar que:

a) a demanda deverá ser julgada improcedente se não ficar demonstrado o nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima no caso em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso;

b) deve ser reconhecido o litisconsórcio passivo entre o município e os agentes públicos diretamente responsáveis pela conservação da via, cabendo à autora a demonstração do dolo ou culpa destes;

c) é facultativo o litisconsórcio entre o município e os agentes públicos diretamente responsáveis pela conservação da via, cabendo à autora a demonstração do dolo ou culpa destes;

d) a demanda deverá ser julgada procedente, pois a responsabilidade civil do Estado é objetiva, bastando a demonstração do dano e da precariedade do serviço público;

e) o processo deverá ser extinto por carência de ação, considerando que a legitimidade passiva na hipótese seria dos agentes públicos diretamente responsáveis pela conservação da via, cabendo à autora a demonstração do dolo ou culpa destes;

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão sob exame versa acerca do tema responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está correta, eis que, no âmbito da teoria do risco administrativo, o nexo de causalidade é elemento essencial para a configuração do dever de indenizar imputável ao ente estatal. Assim, diante de sua ausência, a pretensão de reparação civil deve ser julgada improcedente.

A alternativa B está incorreta, porquanto agride tese de repercussão geral firmada pelo STF (Tema 940): "A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa." (RE 1027633, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 14-08-2019, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-268 DIVULG 05-12-2019 PUBLIC 06-12-2019) Ademais, tratando-se de responsabilidade objetiva, equivocado, outrossim, sustentar a necessidade de comprovação de dolo ou culpa dos agentes públicos.

A alternativa C está incorreta, na medida reincide no erro de aduzir a pretensa legitimidade dos agentes públicos para responderem diretamente perante a vítima, o que foi rechaçado pelo STF, como acima demonstrado. O item ainda voltou a se equivocar no ponto em que aduzir a necessidade de prova de dolo ou culpa dos agentes.

A alternativa D está incorreta, eis que não basta a demonstração do dano e da precariedade do serviço público, devendo estar presente, como elemento essencial, o nexo de causalidade entre o dano e a conduta administrativa comissiva ou omissiva.

A alternativa E está incorreta, pelos mesmos fundamentos esposados nos comentários à letra B.

QUESTÃO 87. Analisando as contas do presidente da Câmara Municipal de determinado município mato-grossense, o órgão técnico do Tribunal de Contas identificou o pagamento de subsídios aos vereadores em patamar superior ao previsto no Art. 29, VI, da Constituição da República.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

a) a Câmara Municipal poderá majorar os subsídios dos vereadores durante a legislatura, respeitados os limites máximos previstos na Constituição;

b) o presidente da Câmara Municipal não poderá ser responsabilizado pessoalmente, pois é inviolável pelos votos proferidos no exercício do mandato;

c) O presidente da Câmara Municipal poderá ser responsabilizado pessoalmente, desde que demonstrado o seu dolo específico;

d) a Câmara Municipal poderá majorar os subsídios dos vereadores para a legislatura subsequente, caso em que não são aplicáveis os limites máximos previstos na Constituição;

e) o presidente da Câmara Municipal poderá ser responsabilizado pessoalmente se demonstrado o seu erro grosseiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

Trata-se de questão em que a Banca cobrou domínio sobre os temas controle exercido por tribunal de contas e responsabilização de agentes públicos.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que agride o teor do art. 29, VI, da CRFB: "o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subseqüente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:" Logo, não é dado majorar os subsídios dos vereadores durante a mesma legislatura, e sim, tão somente, para a subsequente.

A alternativa B está incorreta, considerando que não se compatibiliza com o disposto no art. 29-A, §3º, da CRFB: "Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo.", sendo certo que o §1º refere-se justamente ao limite de gastos com folha de pagamento, *in verbis:* "A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores."

A alternativa C está incorreta, seja porque a norma acima indicada não exige a presença de dolo específico, seja porque o art. 28 da LINDB contenta-se com a configuração de erro grosseiro para fins de responsabilização do agente público: "O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro."

A alternativa D está incorreta, pois a majoração dos subsídios, ainda que para a legislatura subsequente, não afasta a necessidade de observância dos limites máximos previstos na Constituição para gastos com folha de pagamento.

A alternativa E está correta, porquanto devidamente embasada nos citados arts. 29-A, §3º, da CRFB, e art. 28 da LINDB, acima já transcritos.

QUESTÃO 88. José, ocupante de cargo em comissão de determinado órgão da Administração Pública estadual, foi incluído no quadro de servidores efetivos desse mesmo órgão por ato administrativo de investidura em cargo efetivo sem prévio concurso público. O Ministério Público ajuizou ação civil pública buscando invalidar o ato administrativo em questão.

Nessa situação, é correto afirmar que:

a) a pretensão ministerial prescreve no prazo de cinco anos, a contar da investidura no cargo efetivo;

b) o direito à anulação do ato administrativo decai no prazo de cinco anos, a contar da investidura no cargo efetivo;

c) o direito à anulação do ato administrativo decai no prazo de cinco anos, a contar da investidura no cargo efetivo, salvo se o Ministério Público comprovar a má-fé de José;

d) a pretensão ministerial prescreve no prazo de cinco anos, a contar da investidura no cargo efetivo, salvo se o Ministério Público comprovar a má-fé de José;

e) não são aplicáveis os institutos da prescrição e da decadência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A presente questão abordou o tema controle judicial de atos do Poder Público.

O STF, em casos de provimento em cargo efetivo sem prévia aprovação em concurso público, possui compreensão firmada na linha de que a invalidação não fica adstrita ao prazo decadencial de 5 anos para a Administração anular seus próprios atos, considerando se tratar de violação flagrante da Constituição Federal.

No mesmo sentido, o STJ: *"A administração pública pode anular, a qualquer tempo, o ato de provimento efetivo flagrantemente inconstitucional, pois o decurso do tempo não possui o condão de convalidar os atos administrativos que afrontem a regra do concurso público."* (Jurisprudência em Teses, edição 103, enunciado n.º 4)

Portanto:

A alternativa A está incorreta, ao sustentar que a pretensão ministerial estaria sujeita a prazo prescricional de 5 anos.

As alternativas B e C estão incorretas, na medida em que sustentaram se tratar de ato sujeito a prazo decadencial para sua anulação, o que se viu não ser verdadeiro.

A alternativa D está incorreta, visto que insistiu na submissão da pretensão ministerial a um pretenso prazo prescricional, o que agride os entendimentos jurisprudenciais acima exibidos.

A alternativa E está correta, considerando que, de fato, tratando-se de ato que viole ostensivamente a Constituição, a anulação do ato pode se dar a qualquer tempo, sem incidência de prazos prescricionais ou decadenciais, consoante compreensão do STF e do STJ.

QUESTÃO 89. Guilherme, secretário municipal de obras, praticou ato de publicidade com recursos do erário de forma a promover seu inequívoco enaltecimento e personalização de obras da prefeitura.

No que tange ao regime jurídico dos atos de improbidade administrativa e à situação apresentada, é correto afirmar que:

a) a improbidade administrativa somente ocorrerá se comprovado, na conduta funcional de Guilherme, o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade;

b) o Ministério Público poderá celebrar acordo de não persecução civil no curso da investigação de apuração do ilícito, desde que, antes do ajuizamento da ação de improbidade, seja ouvido o município;

c) a legitimidade ativa para o ajuizamento da ação de improbidade é exclusiva do Ministério Público, sendo obrigatória a intimação do município para, querendo, intervir no processo;

d) o Ministério Público poderá celebrar acordo de não persecução civil no curso da ação de improbidade, desde que, antes do trânsito em julgado da sentença, seja ouvido o município;

e) Guilherme poderá incorrer nas penas de multa civil, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos, caso seja condenado por ato de improbidade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

Trata-se de questão referente ao tema improbidade administrativa, com disciplina prevista na Lei 8.429/92 (LIA).

A alternativa A está correta, visto que em perfeita sintonia com a regra do art. 11, §1º, da LIA: "Nos termos da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006, somente haverá improbidade administrativa, na aplicação deste artigo, quando for comprovado na conduta funcional do agente público o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade."

A alternativa B está incorreta, tendo em conta sua manifesta divergência em relação ao teor do art. 17-B, §1º, I, da LIA: "A celebração do acordo a que se refere o *caput* deste artigo dependerá, cumulativamente: da oitiva do ente federativo lesado, em momento anterior ou posterior à propositura da ação;" Logo, a oitiva do ente federado pode se operar em momento posterior à propositura da demanda, ao contrário do que foi aduzido pela Banca, equivocadamente.

A alternativa C está incorreta, considerando que o STF declarou inconstitucional a regra que atribuía legitimidade exclusiva ao Ministério Público para o manejo da ação de improbidade administrativa. No ponto, eis o trecho relevante do respectivo julgado: "A supressão da legitimidade ativa das pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade representa uma inconstitucional limitação ao amplo acesso à jurisdição (CF, art. 5º, XXXV) e a defesa do patrimônio público, com ferimento ao princípio da eficiência (CF, art. 37, caput) e significativo retrocesso quanto ao imperativo constitucional de combate à improbidade administrativa." (ADI 7042, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 31-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 27-02-2023 PUBLIC 28-02-2023)

A alternativa D está incorreta, pois o acordo de não persecução cível também pode ser celebrado quando da execução do julgado, isto é, em momento posterior ao trânsito em julgado, na forma do art. 17-B, §4º, da LIA: "O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória."

A alternativa E está incorreta. Em se tratando de ato de improbidade atentatório a princípios da administração pública, aplicam-se as sanções vazadas no art. 12, III, da LIA: "na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;" Portanto, não se aplicam as penalidades de perda da função pública e suspensão dos direitos políticos, tal como dito pela Banca, equivocadamente.

QUESTÃO 90. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.649, o Supremo Tribunal Federal afirmou o seguinte: "a discussão sobre a privacidade nas relações com a Administração Estatal não deve partir de uma visão dicotômica que coloque o interesse público como bem jurídico a ser tutelado de forma totalmente distinta e em confronto com o valor constitucional da privacidade e proteção de dados pessoais" (ADI 6649, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 15-09-2022).

Sobre o princípio da publicidade e a sua relação com o direito à proteção dos dados pessoais no âmbito da Administração Pública, é correto afirmar que:

a) as súmulas administrativas podem ser vinculantes ou suasórias em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, devendo ser publicadas em sítio eletrônico na Internet;

b) o Poder Público pode, mediante convênio comunicado à autoridade nacional de proteção de dados, transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso;

c) as entidades públicas devem divulgar, em sítios oficiais da Internet, as informações de interesse coletivo por elas produzidas no âmbito de suas competências, vedado o acesso automatizado por sistemas externos;

d) o pedido de acesso a informações às entidades públicas deve conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação;

e) as informações ou documentos classificados que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ultrapassar o prazo de cinco anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** Questão passível de recurso.

Trata-se de questão em que foram explorados conhecimentos atinentes ao tema princípio da publicidade e proteção de dados pessoais.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que as súmulas administrativas devem ter caráter vinculante, e não meramente suasório (persuasivo), consoante estabelece o art. 30, parágrafo único, da LINDB: "As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas. Os instrumentos previstos no caput deste artigo terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão."

A alternativa B está correta, mas é cabível recurso. Assim estabelece o art. 26, *caput* e §1º, IV, da Lei 13.709/2018 (LGPD), *litteris:* "O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei. É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto: (...) quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres; ou" Portanto, a norma refere-se ao uso compartilhado de dados, o que difere da simples transferência da gestão dos dados pessoais, tal como foi aduzido pela Banca, em divergência, assim, do figurino legal.

A alternativa C está incorreta, pois em manifesto desacordo à regra do art. 8º, §§2º e 3º, III, da Lei 12.527/2011 (LAI), que a seguir transcrevo: "Para cumprimento do disposto no *caput,* os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos: (...)possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;"

A alternativa D está incorreta, uma vez que a LAI, na realidade, veda a exigência de motivos determinantes da informação requerida, como se vê de seu art. 10, §3º "São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público".

A alternativa E está incorreta, visto que, na realidade, as informações versadas neste item, sequer podem ser objeto de restrição de acesso, a teor do art. 21, parágrafo único, da LAI: "As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso."

QUESTÃO 91. Decreto do governador do estado do Mato Grosso declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, determinado Imóvel de propriedade privada, com vistas à construção de uma rodoviária.

Nessa situação, é correto afirmar que:

a) a desapropriação poderá efetivar-se por mediação, desde que conduzida perante câmara de mediação criada pelo Poder Público;

b) efetivada a desapropriação pela via arbitral, assistirá ao Poder Público o direito de pagar a indenização pela sistemática de precatórios;

c) o Poder Público poderá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização ou ajuizar ação Judicial com a oferta de preço;

d) no processo judicial de desapropriação, poderá o expropriante ser imitido na posse se comprovar urgência e realizar o depósito prévio, cabendo ao réu o direito de levantar a integralidade do valor depositado;

e) sendo necessária a complementação da indenização, ao final do processo expropriatório, deverá o pagamento ser feito mediante depósito judicial direto se o Poder Público não estiver em dia com os precatórios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão sob exame abordou o tema desapropriação.

A alternativa A está incorreta, porquanto destoa do que reza o art. 10-B, caput e §2º, do Decreto-lei 3.365/41: "Feita a opção pela mediação ou pela via arbitral, o particular indicará um dos órgãos ou instituições especializados em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação. (...)Poderá ser eleita câmara de mediação criada pelo poder público, nos termos do art. 32 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015". Daí se vê que a condução por câmara de mediação não constitui imposição legal, como sugere a assertiva, mas sim mera possibilidade.

A alternativa B está incorreta, porquanto a sistemática de precatórios tem lugar no caso de pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária, o que não é caso da utilização de via arbitral.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que a notificação do proprietário e a oferta de indenização não constituem mera possibilidade, mas sim genuína imposição legal, a teor do art. 10-A do Decreto-lei 3.365/41: "O poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização."

A alternativa D está incorreta, uma vez que, na realidade, assim estabelece o art. 33, §2º, do Decreto-lei 3.365/41: "O desapropriado, ainda que discorde do preço oferecido, do arbitrado ou do fixado pela sentença, poderá levantar até 80% (oitenta por cento) do depósito feito para o fim previsto neste e no art. 15, observado o processo estabelecido no art. 34."

A alternativa E está correta, na medida em que se afina com entendimento externado pelo STF, em repercussão geral (Tema 865), cuja tese assim estabelece: "No caso de necessidade de complementação da indenização, ao final do processo expropriatório, deverá o pagamento ser feito mediante depósito judicial direto se o Poder Público não estiver em dia com os precatórios". (RE 922144, Relator(a): LUÍS ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 19-10-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 06-02-2024 PUBLIC 07-02-2024)

QUESTÃO 92. O governo do estado do Mato Grosso deseja criar uma fundação estatal cujo objeto é o atendimento à população em situação de rua.

Sendo essa uma fundação estatal de direito privado, é correto afirmar que:

a) a sua área de atuação deve ser definida por lei ordinária;

b) o regime de seu pessoal será o estatutário;

c) gozará de imunidade tributária recíproca.

d) seu patrimônio será composto por bens públicos;

e) submeter-se-á ao controle pelo Ministério Público, assim como as demais fundações privadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

Trata-se de questão referente ao tema fundações públicas.

A alternativa A está incorreta, uma vez que, na verdade, a área de atuação das fundações públicas deve ser definida em lei complementar, e não em lei ordinária, como se extrai do teor do art. 37, XIX, da CRFB: "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;"

A alternativa B está incorreta, porquanto, em se tratando de pessoa jurídica de direito privado, o regime de pessoal aplicável não é o estatutário, e sim o regime celetista.

A alternativa C está correta. A imunidade tributária recíproca possui base normativa no art. 150, VI, “a”, da CRFB, sendo que tal norma é estendida por meio do §2º do mesmo dispositivo constitucional, que assim estabelece: “A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público e à empresa pública prestadora de serviço postal, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.” Como daí se vê, a norma abraça as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, sem fazer distinções quanto à personalidade jurídica da fundação ser de direito público ou de direito privado. Ademais, o STF possui precedentes a estender tal imunidade às fundações de direito privado, considerando, ainda, o objeto social da entidade, vale dizer, direcionado ao desenvolvimento de atividades socialmente relevantes.

A alternativa D está incorreta, uma vez que, tratando-se de pessoas de direito privado, seus bens não devem ser tidos como bens públicos, a teor do art. 98 do Código Civil: “São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.”

A alternativa E está incorreta, pois não se aplica às fundações públicas o controle exercido pelo Ministério Público, na forma do art. 66 do Código Civil, mas sim o controle específico que recai sobre entidades administrativas, qual seja, a denominada tutela ou supervisão ministerial.

QUESTÃO 93. Considere a situação de uma sociedade que atua como concessionária de rodovia estadual.

Sobre o prazo da concessão, o regime de bens e a possibilidade de transferência, é correto afirmar que:

a) a transferência do controle societário da concessionária sem licitação e prévia anuência do poder concedente implica a caducidade da concessão;

b) concessionária da rodovia não pode cobrar pelo uso da faixa de domínio da via pública concedida em face de autarquia prestadora de serviços de saneamento básico;

c) o termo final do contrato de concessão da rodovia pode ser prorrogado por lei, mesmo que a prorrogação não esteja prevista no edital;

d) para a subconcessão da rodovia, a concessionária dependeria da autorização do poder concedente e de previsão editalícia, dispensada a necessidade de nova licitação;

e) a ocupação e a utilização, pelo poder concedente, dos bens reversíveis não amortizados ou depreciados ao fim do prazo do contrato de concessão de serviço público dependem de prévia indenização desses bens à concessionária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

Trata-se de questão relativa ao tema concessões de serviços públicos.

A alternativa A está incorreta, uma vez que não se mostra consentânea com o teor do art. 27 da Lei 8.987/95: "A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão." Como daí se vê, a norma não exige prévia licitação, e sim a anuência do poder concedente.

A alternativa B está correta, na medida em que devidamente apoiada em entendimento firmado pelo STJ, como se vê da seguinte tese: É indevida a cobrança promovida por concessionária de rodovia, em face de autarquia prestadora de serviços de saneamento básico, pelo uso da faixa de domínio da via pública concedida." (REsp n. 1.817.302/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, julgado em 8/6/2022, DJe de 15/6/2022.)

A alternativa C está incorreta, porquanto em desacordo ao disposto no art. 18, I, c/c art. 23, XII, a seguir transcritos: "O edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e conterá, especialmente: o objeto, metas e prazo da concessão;" e "São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas: às condições para prorrogação do contrato;"

A alternativa D está incorreta, visto que seu conteúdo diverge da norma do art. 26, §1º, da Lei 8.987/95, que exige a realização de concorrência para fins de subconcessão. É ler: "A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência."

A alternativa E está incorreta. A rigor, é a reversão, ao final do contrato, que pressupõe o pagamento de indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, a teor do art. 36 da Lei 8.987/95: "A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido."

QUESTÃO 94. O deputado estadual X, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, iniciou estudos com o objetivo de verificar a viabilidade de apresentar proposição legislativa destinada a operacionalizar a criação de microrregiões metropolitanas, para fins de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse do estado e de municípios limítrofes.

Ao fim de seus estudos, X concluiu, corretamente, consoante a Constituição do Estado de Mato Grosso, que a referida forma de organização administrativa:

a) deve ser integrada por pelo menos 4% dos municípios;

b) deve ser criada pelos próprios municípios interessados, não por meio de ato normativo estadual;

c) deve ser criada por ato normativo aprovado por 3/5 dos membros da Assembleia Legislativa;

d) não pode ser utilizada para o fim almejado, o que deve ser alcançado por meio das aglomerações urbanas;

e) não pode ser utilizada para o fim almejado, o que deve ser alcançado por meio das regiões metropolitanas.

Comentários

A banca considerou como correta a **alternativa A**. Preliminarmente, não conseguimos identificar a alternativa correta da questão, pois todas estariam incorretas pelos seguintes motivos:

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição do Mato Grosso (assim como a Constituição Federal) não especifica um número mínimo de municípios para a criação de microrregiões metropolitanas, mas sim outros requisitos relacionados à viabilidade e aos objetivos da organização. A exigência de um percentual específico de municípios não é uma condição prevista para sua criação.

A alternativa B está incorreta, pois a criação de microrregiões metropolitanas envolve, de acordo com a Constituição de Mato Grosso, a intervenção do Estado. A criação de microrregiões metropolitanas é uma medida que exige a aprovação de um ato normativo estadual, e não depende exclusivamente da vontade dos municípios envolvidos. No mais, a Constituição Federal, em seu art. 25, §3º, prevê: "os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum".

A alternativa C está incorreta, pois a Constituição Estadual do Mato Grosso não prevê tal requisito, sendo que a aprovação de três quintos, pela Assembleia Legislativa, é requisito para se efetivar a Emenda à Constituição Estadual (art. 302).

As alternativas D e E estão incorretas, pois, tanto no art. 302 da Constituição Estadual do Mato Grosso, quanto na Constituição Federal, não há tal diferenciação ontológica.

QUESTÃO 95. Determinada vara da comarca X, do estado de Mato Grosso, estava sendo submetida a uma correição, o que foi objeto de comunicação, no dia em que foi iniciada, a diversas estruturas orgânicas, de modo que pudessem apresentar críticas e sugestões. É correto afirmar que a correição assim realizada, conforme o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso:

a) deve ser realizada in loco, vedada a realização on-line;

b) é formada por um conjunto de atos, que deve seguir a forma detalhada em lei;

c) é de competência exclusiva do corregedor-geral ou de juiz de direito a quem ele delegar;

d) se ordinária, realizada pelo corregedor-geral, é feita sem prévio aviso, pelo menos uma vez por ano;

e) se extraordinária, deve ser necessariamente geral, sendo realizada pelo corregedor-geral ou juiz de direito, de ofício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão exigiu do candidato conhecimento acerca do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 81, §2º, do CODJ-MT: Art. 81, § 2.º A correição poderá ser realizada in loco ou on line.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao artigo 81, §1º, do CODJ-MT: Art. 81, § 1.º A correição não tem forma nem fi gura de juízo, consistindo no exame dos serviços realizados por Juízes, Cartórios e Escrivanias, a fim de regular a sua normal execução para o bom andamento da Justiça

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 81 do CODJ-MT: Art. 81, a) ao Corregedor-Geral, ou ao Juiz de Direito a quem ele delegar, em relação a todos os serviços do Estado, na forma prevista neste Código; b) a cada Juiz, quanto aos serviços de sua Comarca ou Vara, inclusive naquelas em que exercerem substituição.

A alternativa D está correta. Dispõe o artigo 84 do CODJ-MT: Art. 84. As correições ordinárias, pelo Corregedor-Geral da Justiça, serão feitas, sem prévio aviso, pelo menos uma vez por ano, podendo a mesma autoridade, a qualquer tempo, voltar à sede da Comarca já inspecionada, para conhecimento de ocorrências que mereçam sua intervenção e providências.

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o artigo 87 do CODJ-MT: Art. 87. As correições extraordinárias, que poderão ser gerais ou parciais, serão realizadas pelo Juiz de Direito, de ofício, ou mediante determinação do Conselho da Magistratura e do Corregedor-Geral, sempre que tenham conhecimento de irregularidades ou transgressões da disciplina judicial praticadas por Juízes de Paz, Servidores da Justiça ou Autoridades Policiais.

QUESTÃO 96. Y, juiz de direito no estado de Mato Grosso, ao assumir a titularidade de determinado órgão jurisdicional, analisou o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso em relação à sistemática de substituição nas situações em que for detectada a sua falta. Ao fim de sua análise, Y concluiu corretamente que:

a) é substituído de maneira casuistica, conforme a necessidade, a partir de ato do presidente do Tribunal de Justiça;

b) se enquadra em uma escala de substituição, aprovada pelo Conselho da Magistratura, tendo três substitutos sucessivos;

c) é substituído por um juiz tabelar previamente definido e, na sua falta, pelo juiz designado pelo Conselho da Magistratura;

d) é sempre substituído por agentes que ocupam cargos de juiz substituto na respectiva região, observada a ordem crescente de antiguidade;

e) é substituído conforme a escala de substituição publicada mensalmente, por iniciativa da coordenação de movimentação da presidência do Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão exigiu do candidato conhecimento acerca do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso.

A leitura do artigo 50 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso responde às alternativas. Isso porque, conforme dispõe o artigo 50 do aludido diploma: Art. 50. Em suas faltas ou impedimentos, os Juízes de Direito serão substituídos, uns pelo outros, segundo escala aprovada pelo Conselho da Magistratura. § 1.º Cada Juiz terá três substitutos sucessivos. § 2.º Quando se verificar falta ou impedimento dos três Juízes constantes da escala, será dado substituto especial ao titular da Comarca ou Vara pelo Conselho da Magistratura.

Assim, a alternativa correta a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 97. Quanto à aplicação do princípio *pro homine* no direito Internacional dos direitos humanos, é correto afirmar que:

a) em caso de conflito de princípios, deve prevalecer aquele que tutela os interesses dos seres humanos em relação aos direitos da natureza;

b) a eventual aposição de reserva por Estado signatário de tratado de direitos humanos deve ser interpretada ampliativamente;

c) cada Estado goza de autonomia para definir quais são os dispositivos dos tratados e convenções aplicáveis em seu ordenamento jurídico;

d) as cláusulas que garantem direitos humanos devem ser interpretadas de modo a não prejudicar a ordem pública e o interesse coletivo;

e) deve prevalecer a interpretação que favoreça a norma mais próxima à garantia dos direitos humanos.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre princípios em Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. O princípio pro homine determina que, no campo dos direitos humanos, deve prevalecer a interpretação mais favorável à proteção da pessoa humana, mas isso não implica que os direitos humanos sempre se sobreponham aos direitos da natureza. Existe uma interdependência e complementaridade entre direitos humanos e direitos da natureza, especialmente no contexto de direitos de povos indígenas e mudanças climáticas.

A alternativa B está incorreta. A aposição de reservas em tratados de direitos humanos deve ser interpretada restritivamente, considerando que o objetivo central desses tratados é a proteção da dignidade humana. A interpretação ampliativa de reservas pode enfraquecer a eficácia das normas de direitos humanos, contrariando os princípios pactuados pela comunidade internacional.

A alternativa C está incorreta. Embora os Estados possuam certa margem para internalizar tratados no direito interno, a autonomia não é absoluta. A aplicação dos dispositivos está vinculada ao compromisso internacional assumido, e o princípio *pro homine* orienta que os tratados devem ser aplicados sempre de forma a maximizar a proteção dos direitos humanos, independentemente de limitações impostas unilateralmente pelos Estados.

A alternativa D está incorreta. Apesar de a ordem pública e o interesse coletivo serem relevantes, o princípio *pro homine* exige que a interpretação priorize a máxima proteção do indivíduo, mesmo que eventualmente desafie normas de ordem pública. A aplicação restritiva baseada exclusivamente nesses conceitos pode comprometer a proteção dos direitos humanos.

A alternativa E está correta. O princípio *pro homine* é um dos pilares do direito internacional dos direitos humanos e estabelece que, em caso de dúvida ou conflito normativo, deve ser aplicada a interpretação ou a norma mais benéfica à proteção da pessoa humana. Isso assegura que os direitos humanos sejam efetivamente promovidos e resguardados.

QUESTÃO 98. Em análise e comparação entre o sistema global e o sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos, é correto afirmar que:

a) o sistema global de proteção de direitos humanos é coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Parlamento Europeu;

b) o Protocolo de San Salvador é um protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, não tendo, porém, sido promulgado no Brasil;

c) tanto o sistema global quanto o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos possuem como principal referência a Convenção Americana sobre Direitos Humanos;

d) o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais compõe o sistema global de proteção dos direitos humanos e garante o direito de todos os povos à autodeterminação;

e) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é órgão do sistema global de proteção dos direitos humanos, cabendo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a coordenação do sistema regional interamericano de proteção.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre sistemas de proteção dos direitos humanos.

A alternativa A está incorreta. O sistema global de proteção de direitos humanos é coordenado pelas Nações Unidas (ONU), por meio de órgãos como o Conselho de Direitos Humanos e os comitês de tratados. A OEA coordena o sistema regional interamericano, enquanto o Parlamento Europeu atua no âmbito do sistema regional europeu.

A alternativa B está incorreta. O Protocolo de San Salvador é, de fato, um protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, voltado para direitos econômicos, sociais e culturais. Entretanto, o Brasil ratificou e promulgou esse protocolo, conforme o Decreto nº 3.321/1999.

A alternativa C está incorreta. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) é a principal referência no sistema regional interamericano. No sistema global, as principais referências são a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de tratados como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

A alternativa D está correta. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) é um dos principais tratados do sistema global de proteção dos direitos humanos, e em seu artigo 1º estabelece o direito dos povos à autodeterminação, incluindo a liberdade de dispor de seus recursos naturais e determinar seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

A alternativa E está incorreta. Tanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos são órgãos do sistema regional interamericano, sob a coordenação da OEA. A Corte julga violações de direitos humanos cometidas por Estados que ratificaram a Convenção Americana, enquanto a Comissão atua na promoção e supervisão da proteção dos direitos humanos no continente.

QUESTÃO 99. O financiamento é importantíssimo para a atividade agrária. Por isso mesmo, a lei concede algumas proteções ao agente que se dispõe a disponibilizar crédito aos produtores. Uma delas é a impenhorabilidade dos bens vinculados à Cédula de Produto Rural (CPR). Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, prevalecerá a impenhorabilidade de bem já vinculado à satisfação da CPR em caso de:

a) Penhora determinada posteriormente à vigência do contrato de financiamento;

b) Concurso com crédito de natureza alimentar e trabalhista;

c) Não haver risco de esvaziamento da garantia, tendo em vista o valor do bem ou a preferência do crédito cedular;

d) Anuência do credor;

e) Execução fiscal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Cédula de Produto Rural.

Sobre o tema, em especial acerca da impenhorabilidade, o STJ já decidiu que esta prevalecerá em caso de concurso com créditos trabalhistas. Vejamos: RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. SISTEMA PRIVADO DE FINANCIAMENTO DO SETOR AGRÍCOLA. CÉDULA DE PRODUTO RURAL. TÍTULO DE CRÉDITO. LEI N. 8.929/1994. IMPENHORABILIDADE LEGAL DO BEM VINCULADO À CPR QUE PREVALECE MESMO DIANTE DA PENHORA QUE GARANTE O CRÉDITO TRABALHISTA. PRELAÇÃO JUSTIFICADA PELO INTERESSE PÚBLICO. (...) 4. Tendo em vista sua função social e visando garantir eficiência e eficácia à CPR, o art. 18 da Lei n. 8.929/1994 prevê que os bens vinculados à CPR não serão penhorados ou sequestrados por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestador da garantia real, cabendo a estes comunicar tal vinculação a quem de direito. (...) 7. Os bens vinculados à cédula rural são impenhoráveis em virtude de lei, mais propriamente do interesse público de estimular o crédito agrícola, devendo prevalecer mesmo diante de penhora realizada para garantia de créditos trabalhistas. 8. Recurso especial provido."

QUESTÃO 100. O estado do Mato Grosso pretende desapropriar, para fins de reforma agrária, parte de um imóvel situado em Querência. Sucede que, com isso, ficará substancialmente prejudicada a exploração econômica da parte subsistente do imóvel, isto é, a que não será desapropriada. O proprietário, então, pede que seja desapropriada a integralidade do bem. Nesse caso, invoca direito de:

a) Discriminação, previsto apenas para a desapropriação por utilidade pública, mas aplicável analogicamente à desapropriação por reforma agrária;

b) Extensão, previsto apenas para a desapropriação por utilidade pública, mas aplicável analogicamente à desapropriação por reforma agrária;

c) Perempção, previsto especificamente para a desapropriação por reforma agrária;

d) Extensão, previsto especificamente para a desapropriação por reforma agrária;

e) Retrocessão, previsto apenas para a desapropriação por utilidade pública, mas aplicável analogicamente à desapropriação por reforma agrária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

No caso narrado pelo enunciado da questão, como a desapropriação parcial prejudicou a exploração econômica da parte subsistente do imóvel, aplica-se o disposto no art. 4º, II, da LC 76/93, sendo possível o proprietário invocar o direito de extensão, para que o imóvel seja desapropriado em sua integralidade. Vejamos: "Art. 4º Intentada a desapropriação parcial, o proprietário poderá requerer, na contestação, a desapropriação de todo o imóvel, quando a área remanescente ficar: II - prejudicada substancialmente em suas condições de exploração econômica, caso seja o seu valor inferior ao da parte desapropriada."

Desta feita, correta a alternativa D. As alternativas A, C e E ficam automaticamente incorretas. A alternativa B, embora fale no direito de extensão, fica incorreta porque afirma que tal direito apenas se aplica à desapropriação por utilidade pública.

TJ-PE

QUESTÃO 01. A partir da vigência da Lei no 14.905/2024, os juros moratórios, se não houver convenção em sentido diverso, corresponderão a:

a) taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), sem qualquer dedução, inclusive se for negativa;

b) taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzida apenas do índice de correção monetária, inclusive se for negativa;

c) taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzida apenas do índice de correção monetária, salvo se for negativa, situação em que será considerada equivalente a zero;

d) taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), somada apenas ao índice de correção monetária, salvo se for negativa, situação em que será considerada equivalente a zero;

e) taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), somada apenas ao índice de correção monetária, inclusive se for negativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre taxas referenciais.

A alternativa C está correta, já que os juros moratórios, se não houver convenção em sentido diverso, corresponderão a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzida apenas do índice de correção monetária, salvo se for negativa, situação em que será considerada equivalente a zero, nos termos da literalidade do Código Civil: **"**Art. 406. Quando não forem convencionados, ou quando o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, os juros serão fixados de acordo com a taxa legal. § 1º A taxa legal corresponderá à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzido o índice de atualização monetária de que

trata o parágrafo único do art. 389 deste Código. § 3º Caso a taxa legal apresente resultado negativo, este será considerado igual a 0 (zero) para efeito de cálculo dos juros no período de referência".

QUESTÃO 02. Buscando cem mil reais emprestados para abrir um estabelecimento comercial, Abelardo procurou Mirtes, prometendo pagar-lhe de volta em um ano e oferecendo a ela, em garantia hipotecária, uma sala comercial de que é proprietário. Entretanto, Mirtes, alegando que a execução da hipoteca é muito burocrática e custosa, propôs a Abelardo a seguinte estratégia: ele vende a ela a sala comercial pelos cem mil reais imediatamente, mas eles preveem no contrato a prerrogativa de ele recomprar o imóvel em um ano, pelo valor atualizado e com juros. Desse modo, ele recebe o dinheiro, mas, caso não pague de volta, ela já detém a propriedade do imóvel dado em garantia.

O negócio proposto por Mirtes configura:

a) compra e venda com pacto de retrovenda, mas deve ser reputado simulado, pois tem por fim efetivar pacto comissório;

b) compra e venda com reserva de domínio, mas o contrato em questão deve ser declarado nulo por configurar hipótese de fraude à lei;

c) alienação fiduciária em garantia, e é um contrato valido por constituir modalidade legalmente regulada de negócio indireto;

d) venda a contento, que envolve estipulação válida de pacto marciano, já que a garantia imobiliária tem valor pré-estabelecido;

e) contrato estimatório, em que se efetiva negócio processual com o fim de agilizar a execução extrajudicial da garantia imobiliária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre contratos.

A alternativa A está correta, nos termos do Código Civil: "Art. 505. O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias".

A alternativa B está incorreta, pois não é uma venda com reserva de domínio, nos termos do Código Civil: "Art. 521. Na venda de coisa móvel, pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago".

A alternativa C está incorreta, pois não se trata de alienação fiduciária em garantia, nos termos da Lei 9.514/1997: "Art. 22. A alienação fiduciária regulada por esta Lei é o negócio jurídico pelo qual o fiduciante, com o escopo de garantia de obrigação própria ou de terceiro, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel".

A alternativa D está incorreta, já que o contrato descrito no enunciado não é uma venda contento, nos termos do Código Civil: "Art. 509. A venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob condição suspensiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue; e não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu agrado".

A alternativa E está incorreta, já que o contrato descrito no enunciado não é um contrato estimatório, nos termos do Código Civil:" Art. 534. Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada".

QUESTÃO 03. Preclusão e Prodrômico eram casados há anos. Ambos falecidos, o espólio de Preclusão, representado pelo inventariante e filho comum do casal, buscou a abertura do inventário de Prodrômico, mas o juízo competente negou a pretensão, justificando que Preclusão não se qualificava como herdeira de Prodrômico.

Essa decisão judicial se justificaria na seguinte circunstância:

a) vigia o regime da separação total de bens;

b) vigia o regime da separação obrigatória de bens por idade;

c) Prodrômico legou todo o seu patrimônio ao filho comum do casal;

d) Preclusão e Prodrômico morreram em um acidente aéreo e os corpos nunca foram encontrados;

e) o acervo sucessório de Prodrômico é composto unicamente por bens havidos por herança, não alcançados pelo regime da comunhão parcial.

Comentários

Entendemos que esta questão não tem alternativa correta, já que apresenta várias alternativas passiveis de serem consideradas corretas**: letras B e D.** A questão trata sobre sucessão.

A alternativa A está incorreta, pois no regime da separação total de bens, o cônjuge concorre com o descendente, nos termos do Código Civil: "Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;".

A alternativa B está correta, pois no regime da separação obrigatória de bens por idade, o descendente não concorre com o cônjuge sobrevivente, nos termos do art. 1.829 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois seria uma disposição inválida se Pleclusão fosse sucessora de Prodrômico, pois Pleclusão seria uma herdeira necessária de Prodrômico, por tanto, não poderia deixar todos os bens do casal ao filho.

A alternativa D está correta, pois em caso de comoriência, um não sucede o outro, nos termos do Código Civil: "Art. 8. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos".

A alternativa E está incorreta, pois os bens havidos por herança não ser partilhados em caso de divórcio, mas em caso de morte, Preclusão seria herdeira junto ao filho. Não confunda meação com sucessão.

QUESTÃO 04. Alex passou a ocupar um imóvel no interior de Pernambuco cujo proprietário registral era Mandamus. Três anos depois dessa ocupação, resolveu locar o imóvel a terceiros que ali passaram a residir, pagando aluguel a Alex.

Nesse caso, falecendo Alex, à luz da Lei no 8.245/1991:

a) extingue-se a locação;

b) os aluguéis serão devidos a seus herdeiros;

c) os aluguéis serão devidos a Mandamus;

d) os aluguéis serão devidos a seu espólio;

e) os aluguéis serão devidos a seus herdeiros apenas se já completado o prazo de usucapião; caso contrário, serão devidos a Mandamus.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre locação.

A alternativa B está correta. A doutrina se posiciona no sentido de que a Lei de Locações não exige que o locador seja proprietário, ou seja, a lei permite, que o possuidor realize a locação na posição de locador. Nessa perspectiva, veja o que dispõe a Lei de Locações: "Art. 10. Morrendo o locador, a locação transmite - se aos herdeiros".

QUESTÃO 05. Sinequanon conta 82 anos e ajuíza demanda contra seu plano de saúde, contratado em 1998, alegando abusividade do reajuste. Em contestação, o plano sustenta as seguintes teses:

I. O Estatuto do Idoso não se aplica à relação contratual, que foi firmada em 1998, antes da vigência dessa legislação protetiva;

II. Ainda que incidisse o Estatuto do Idoso, não se aplicaria a possibilidade de o autor recolher as custas judiciais ao final;

III. Da mesma forma, sem prova de incapacidade do autor ou de situação de risco, não seria necessária a intervenção do Ministério Público, ainda que se alegassem descumprimentos e abusividades específicas da legislação protetiva.

Nesse caso, o réu tem razão:

a) apenas nas teses I e II;

b) apenas nas teses I e III;

c) apenas nas teses II e III;

d) apenas na tese III;

e) em todas as teses levantadas.

Comentários

Entendemos que estão questão não tem alternativa correta, já que não há correspondência em base a nossa análise das alternativas. Por tanto, consideramos que é uma questão passível de recurso.

O Item I está incorreto, pois nos termos do entendimento do STJ: "os efeitos produzidos na vigência da lei anterior, são intocáveis pela lei nova (irretroatividade); já os efeitos que ocorrerão na vigência da nova lei, são por ela regulados (efeito imediato da lei).Negócio jurídico sujeito ao efeito imediato da lei que, ademais, só se aperfeiçoaria, gerando aquisição do direito (Cv. de 1916., art. 118), com o implemento da condição de idoso, só verificada quando proibido pelo ordenamento jurídico o aumento em decorrência de tal condição. Improvimento do recurso". STF Tema 381: "Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência". Por tanto, a afirmativa está incorreta, pois mesmo o plano tendo sido contratado em 1998 ele se submete sim ao Estatuto do Idoso, porque são prestações continuadas. Ou seja, desde que entrou em vigor o Estatuto, o plano é regulado por ele.

O Item II está correto, pois o recolhimento de custas judiciais ao final do processo cabe em ações coletivas, não em ações particulares, nos termos do Estatuto do Idoso: "CAPÍTULO III - Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos. Art. 88. Nas ações de que trata este Capítulo, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas".

O Item III está incorreto, pois em caso de descumprimentos e abusividades específicas da legislação protetiva cabe a intervenção do Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica, nos termos do CPC: "Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I - interesse público ou social; II - interesse de incapaz; III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana. Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público".

QUESTÃO 06. O Código Civil de 2002 é informado por uma base axiológica que se preocupa com a operabilidade, a sociabilidade e a eticidade. Por isto, consagrou, em diversos dispositivos, que ninguém poderá se valer da própria torpeza (nemo auditur propriam turpitudinem allegans). Nesse contexto, considere três situações:

I) vendedor argui a simulação do negócio jurídico em face do comprador;

II) menor de idade pretende se exonerar de restituir o que houvera por empréstimo maliciosamente celebrado com pessoa maior, sem assistência de seus pais;

III) alienante de bem imóvel situado em loteamento irregular e compreendido em área de domínio público argui nulidade do negócio jurídico celebrado com instrumento particular.

Nesse caso, o princípio segundo o qual ninguém poderá se beneficiar da própria torpeza:

a) não excepcionado por nenhuma das situações;

b) é excepcionado por todas as situações;

c) é excepcionado apenas pelas situações I e III;

d) é excepcionado apenas pela situação II;

e) é excepcionado apenas pelas situações I e II.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre negócio jurídico.

O Item I está correto, nos termos do Código Civil: "Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma".

O Item II está incorreto, já que o mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores, nos termos do Código Civil: "Art. 588. O mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores. Art. 589. Cessa a disposição do artigo antecedente: V - se o menor obteve o empréstimo maliciosamente".

O Item III está correto, nos termos da Lei de Loteamento: "Art. 37. É vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado".

QUESTÃO 07. Leia-se o Art. 54 da Lei no 13.097/2015:

"Art. 54. Os negócios jurídicos que tenham por fim constituir, transferir ou modificar direitos reais sobre imóveis são eficazes em relação a atos jurídicos precedentes, nas hipóteses em que não tenham sido registradas ou averbadas na matrícula do imóvel as seguintes informações:

(...)

V - Averbação, mediante decisão judicial, de qualquer tipo de constrição judicial incidente sobre o imóvel ou sobre o patrimônio do titular do imóvel, inclusive a proveniente de ação de improbidade administrativa ou a oriunda de hipoteca judiciária".

O dispositivo reforça o seguinte princípio registral:

a) continuidade;

b) publicidade;

c) boa-fé;

d) concentração;

e) qualificação

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre princípios registrais.

A alternativa D está correta. O princípio da concentração estabelece que todas as informações relevantes sobre o imóvel (como penhoras, ações judiciais ou outros ônus) devem ser registradas ou averbadas na matrícula do imóvel. Isso permite que terceiros, ao consultarem a matrícula, tenham acesso a todas as informações essenciais e evitem prejuízos em negociações.

QUESTÃO 08. Apertus e Clausus celebraram o seguinte contrato: Apertus haveria para si o carro de Clausus, que sempre cobiçou. Clausus, a seu turno, poderia escolher, em até quinze dias, qualquer bem de Apertus para transferir para si.

A avença é:

a) existente, válida e eficaz;

b) inexistente;

c) existente, porém nula;

d) existente, porém anulável;

e) existente e válida, porém de eficácia condicionada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre validade.

A alternativa C está correta, já que o negócio jurídico possui uma condição puramente potestativa, vedada pela lei, pois a contraprestação ao carro ficou ao puro arbítrio ao Clausus. Veja também que a lei traz a vedação dessa conduta, mas sem cominar sanção, por tanto estamos falando de nulidade. Nessa perspectiva, veja o que dispõe o Código Civil: "Art. 122. São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes. Art. 123. Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados: II - as condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita; Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando: VII - a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção".

QUESTÃO 09. Benedita alugou a vaga de garagem de seu vizinho, Arlindo, no condomínio edilício em que residem, o Edifício Jacinto. Figurou como fiadora de Benedita a síndica do edifício, Celina. Ficou convencionado que Benedita pagaria o aluguel até o quinto dia útil do mês, em dinheiro, na residência de Arlindo.

Sobre essa obrigação, é correto afirmar que:

a) se Arlindo reiteradamente aceitar que Benedita faça pagamento por transferência eletrônica (Pix), presume-se sua renúncia ao direito ao pagamento em sua residência;

b) se Celina falecer, ocorrerá automaticamente o vencimento antecipado das obrigações de pagar o aluguel impostas a Benedita;

c) se Arlindo se recusar a emitir recibo, Celina poderá realizar o pagamento em consignação, não lhe cabendo a retenção do valor devido;

d) Benedita pode pagar entregando prestação diversa a Arlindo independentemente do consentimento dele, desde que mais valiosa que o aluguel avençado;

e) se Celina efetuar o pagamento, tem direito a reembolsar-se do que pagar em face de Benedita, mas não se sub-roga nos direitos do credor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre adimplemento.

A alternativa A está correta, nos termos do Código Civil: "Art. 330. O pagamento reiteradamente feito em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato".

A alternativa B está incorreta, já que em caso de morte do fiador, a obrigação da fiança passará aos herdeiros, nos termos do Código Civil: "Art. 836. A obrigação do fiador passa aos herdeiros; mas a responsabilidade da fiança se limita ao tempo decorrido até a morte do fiador, e não pode ultrapassar as forças da herança".

A alternativa C está incorreta, já que cabe a Celina reter o valor devido, visto que Arlindo não cumpriu com sua obrigação contratual. Veja Código Civil: "Art. 335. A consignação tem lugar: I - se o credor não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma;".

A alternativa D está incorreta, nos termos do Código Civil: "Art. 313. O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa".

A alternativa E está incorreta, nos termos do Código Civil: "Art. 831. O fiador que pagar integralmente a dívida fica sub-rogado nos direitos do credor; mas só poderá demandar a cada um dos outros fiadores pela respectiva quota".

QUESTÃO 10. Abolitio, famoso cinegrafista, resolveu contar a vida de Arresto, craque do futebol, em um documentário. Em determinada altura da narrativa, menciona-se Precatório, goleiro que teria tomado um vergonhoso drible de Arresto.

Ambos, Arresto e Precatório, processam Abolitio, demandando indenização por danos morais por violação a seus direitos autorais e de imagem.

Nesse caso:

a) ambos os pedidos são improcedentes;

b) procede o pleito de Arresto, desde que provado o prejuízo, mas não o de Precatório;

c) ambos os pedidos são procedentes, desde que haja prova do prejuízo sofrido por cada qual;

d) procede o pleito de Arresto, independentemente de prova do prejuízo diante do intuito lucrativo, mas não o de Precatório;

e) ambos os pedidos são procedentes dispensada prova do prejuízo sofrido por cada qual, diante do intuito lucrativo do documentário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre direitos autorais.

A alternativa B está correta. Segundo o STF, é inexigível a autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes: ""Ação direta julgada procedente para dar interpretação conforme à Constituição aos arts. 20 e 21 do Código Civil, sem redução de texto, para, em consonância com os direitos fundamentais à liberdade de pensamento e de sua expressão, de criação artística, produção científica, declarar inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes). STF. Plenário. ADI 4815, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 10/06/2015". Porém, veja que esta produção feita pelo famoso cinegrafista Abolitio, tem fins econômicos e comerciais, por tanto, a regra geral não se aplica e fica

obrigado Abolitio solicitar autorização para o uso da imagem de Arresto. Veja entendimento nesse sentido: "Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais. A Súmula 403/STJ é inaplicável às hipóteses de representação da imagem de pessoa como coadjuvante em obra biográfica audiovisual que tem por objeto a história profissional de terceiro. STJ. 3ª Turma. REsp 1.454.016-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, Rel. Acd. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 12/12/2017 (Info 621)". Por tanto, procede o pleito de Arresto, desde que provado o prejuízo, mas não o de Precatório.

QUESTÃO 11. Virgulino teve seu automóvel danificado por uma manobra descuidada realizada por seu vizinho, Regis, enquanto este buscava estacionar seu próprio veículo. Assim que recebeu de Virgulino a fatura da oficina com o gasto empreendido no reparo, Regis prometeu reembolsá-lo, mas nunca chegou a fazê-lo. Buscando evitar o acirramento do conflito, Virgulino adiou o ajuizamento da ação até o último mês antes da prescrição, que ocorreria em agosto de 2020. Entretanto, quando decidiu fazê-lo, contratando advogado e juntando a documentação para esse fim, o contexto social era o da pandemia, com significativas restrições de circulação e deslocamento. Por essa razão, não lhe foi possível tomar as providências necessárias dentro do prazo, e a demanda somente pôde ser efetivamente ajuizada, com despacho e efetivação da citação, em novembro daquele ano.

Diante disso, é correto afirmar que:

a) a prescrição deverá ser conhecida de ofício pelo juízo, pois Virgulino assumiu esse risco ao deixar para ajuizar a demanda no final do prazo;

b) o reconhecimento da prescrição somente pode ser evitado se Virgulino comprovar a efetiva e concreta impossibilidade de ajuizar a ação no prazo, com base na teoria da actio nata;

c) não houve a prescrição de sua pretensão porque os prazos prescricionais consumados durante a pandemia foram prorrogados até 30 de outubro de 2020;

d) o prazo prescricional em questão é considerado suspenso por conta da pandemia, voltando a correr somente a partir de 30 de outubro de 2020;

e) a Lei no 14.010/2020 ("RJET") determinou a interrupção de todos os prazos prescricionais consumados entre 10 de junho e 30 de outubro de 2020.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão tratasobre os prazos prescricionais em base a RJET.

A alternativa D está correta, nos termos da Lei 14.010/20: "Art. 3º Os prazos prescricionais consideram-se impedidos ou suspensos, conforme o caso, a partir da entrada em vigor desta Lei até 30 de outubro de 2020".

QUESTÃO 12. A empreiteira Santa Obra contratou seguro de suas atividades produtivas, notadamente para cobrir danos a patrimônio alheio.

Nesse caso, se a Santa Obra conduzir uma empreitada em terreno alheio (construção de uma casa):

a) só haverá cobertura após o aceite pelo dono da obra;

b) não haverá cobertura, a menos que se trate de empreitada global;

c) só haverá cobertura após a regularização, na matrícula do imóvel, da acessão;

d) não haverá cobertura, a menos que se trate de empreitada de materiais;

e) haverá cobertura, desde a construção, independentemente do tipo de empreitada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão tratou sobre contratos.

No Código Civil a empreitada pode ser de mão de obra ou mista (mão de obra + materiais). Se o empreiteiro só forneceu mão-de-obra, todos os riscos em que não tiver culpa correrão por conta do dono (Art. 612 do CC). Se, por outro lado, houve o fornecimento de materiais, correm por sua conta os riscos até o momento da entrega da obra, a contento de quem a encomendou, se este não estiver em mora de receber. Mas se estiver, por sua conta correrão os riscos (art. 611 do CC). O seguro contratado pelo empreiteiro só terá de proceder à indenização pelos fatos sobre os quais este seja responsável. Ademais, leve em consideração que a averbação no registro não possui o condão de impor responsabilidade ao empreiteiro.

A alternativa A está incorreta, porque o aceite do dono da obra, como regra, ilide a responsabilidade do empreiteiro.

A alternativa B está incorreta, pois na empreitada global, o valor do contrato é fixo e engloba todos os custos necessários para a conclusão da obra. O preço e a retribuição são estipulados para a obra inteira, sem se considerar o fracionamento da atividade, ou seja, é uma empreitada global. Se se permitir variação do preço, será uma empreitada global relativa; se não, será uma empreitada global absoluta. O fato de a empreitada ser global, ou não, não muda a responsabilidade do empreiteiro no âmbito do código civil.

A alternativa C está incorreta, pois o registro também não influencia na responsabilidade do empreiteiro.

A alternativa D está correta, porque, como visto, na empreitada de materiais, correm por conta do empreiteiro-segurado os riscos até o momento da entrega da obra.

A alternativa E está incorreta, pois não são quaisquer danos que serão objeto de cobertura securitária, apenas aqueles sobre os quais o empreiteiro-segurado tenha responsabilidade.

QUESTÃO 13. Célia, 45 anos, e Ronaldo, 48 anos, casaram-se civilmente em 2015. Para reger as disposições patrimoniais do casamento os cônjuges optaram pelo regime da comunhão parcial de bens. Em 2024, Célia propôs ação de divórcio e partilha de bens.

Em relação a esse cenário, considere os bens a seguir.

I. As obras realizadas em 2023 para conserto do telhado, do muro e do forro da casa da serra que fora adquirida por Ronaldo antes do casamento.

II. Os três apartamentos recebidos por Ronaldo em 2021, por sucessão, em virtude do falecimento de sua mãe.

III. O carro recebido por Célia por ocasião de um sorteio de Natal de 2022 realizado por shopping local.

Deve(m) ser computado(s) na partilha apenas:

a) I;

b) II;

c) III;

d) II e III;

e) I e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre divórcio e partilha.

O Item I está correto, pois entram na comunhão as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge, nos termos do Código Civil: "Art. 1.660. Entram na comunhão: IV - as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge;".

O Item II está incorreto, já que os bens oriundos de herança não serão partilhas, nos termos do Código Civil: "Art. 1.659. Excluem-se da comunhão: I - os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar;".

O Item III está correto, pois entram na comunhão os bens adquiridos por fato eventual, como um sorteio, nos termos do Código Civil: "Art. 1.660. Entram na comunhão: II - os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior".

QUESTÃO 14. Como fazia todas as manhãs, um belo dia, Robson saiu de sua casa às oito horas para fazer a sua caminhada. No entanto, desta vez não retornou para o seu domicílio. Seus familiares procuraram em todos os lugares a que habitualmente ia e buscaram notícias junto aos

seus amigos e a pessoas que estavam nos lugares por onde Robson teria passado ao caminhar, mas ninguém sabia dele. Robson é divorciado há muitos anos e tem um primo em outra cidade chamado Aderbal, além de dois filhos que moram com ele: Cláudio, de 23 anos, e Laura, de 21 anos.

Sobre a ausência de Robson, é correto afirmar que:

a) todos os herdeiros, na fase de sucessão provisória da ação de ausência, podem ser imitidos na posse dos bens do ausente, desde que ofereçam garantia da restituição;

b) se for provado que Robson conta oitenta anos de idade na data da propositura da ação de ausência, e que datam de cinco anos as últimas notícias dele, é possível requerer diretamente a abertura da sucessão definitiva;

c) a morte de Robson será presumida com a abertura da sucessão provisória, mas, se ele retornar em até dez anos dessa data, poderá reaver os bens no estado em que se encontrarem;

d) se Robson retornar na fase de sucessão provisória, provado que sua ausência se deu de forma voluntária e imotivada, perderá os bens em benefício dos herdeiros necessários;

e) a existência de mandatário que possa e queira administrar os bens de Robson, com poderes suficientes para tal, impede a propositura da ação de ausência com abertura da sucessão provisória em qualquer tempo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre sucessão.

A alternativa A está incorreta, pois em caso de que os herdeiros que se imitirem na posse dos bens do ausente sejam os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, não precisarão de garantia, nos termos do Código Civil: "Art. 30. Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos. § 2 o Os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão, independentemente de garantia, entrar na posse dos bens do ausente".

A alternativa B está correta, por ser a literalidade do Código Civil: "Art. 38. Pode-se requerer a sucessão definitiva, também, provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele".

A alternativa C está incorreta, pois o prazo de 10 anos se conta a partir da sucessão definitiva e não provisória, nos termos do Código Civil: "Art. 39. Regressando o ausente nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, ou algum de seus descendentes ou ascendentes, aquele ou estes haverão só os bens existentes no estado em que se acharem, os sub-rogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo".

A alternativa D está incorreta, pois se Robson retornar na fase de sucessão provisória, provado que sua ausência se deu de forma voluntária e imotivada, perderá sua parte nos frutos e rendimentos, nos

termos do Código Civil: “Art. 33. O descendente, ascendente ou cônjuge que for sucessor provisório do ausente, fará seus todos os frutos e rendimentos dos bens que a este couberem; os outros sucessores, porém, deverão capitalizar metade desses frutos e rendimentos, segundo o disposto no art. 29 , de acordo com o representante do Ministério Público, e prestar anualmente contas ao juiz competente. Parágrafo único. Se o ausente aparecer, e ficar provado que a ausência foi voluntária e injustificada, perderá ele, em favor do sucessor, sua parte nos frutos e rendimentos”.

A alternativa E está incorreta, pois contraria as disposições do Código Civil: “Art. 26. Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão”.

QUESTÃO 15. Em um processo de execução fundada em título extrajudicial, o executado não foi localizado.

Nesse contexto, deverá o juiz:

a) determinar a remessa dos autos ao curador especial, a fim de que oferte embargos à execução em favor do devedor;

b) extinguir o feito, por falta de pressuposto processual de existência;

c) extinguir o feito, por falta de condição para o regular exercício do direito de ação;

d) determinar o prosseguimento regular do feito;

e) decretar a suspensão do feito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está correta. Nos termos da Súmula 196 do STJ: "Ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, será nomeado curador especial, com legitimidade para apresentação de embargos." A função do curador especial é assegurar os direitos do réu ausente ou revel, conforme o art. 72, II, do Código de Processo Civil. Quando o executado não é localizado, após a citação por edital e constatada a revelia, o juiz deve nomear um curador especial para representar os interesses do executado, sendo que o curador poderá, inclusive, apresentar embargos à execução. Esse mecanismo visa assegurar o contraditório e a ampla defesa, mesmo na ausência do devedor, preservando os princípios constitucionais do devido processo legal. Assim, a medida descrita na alternativa A está correta e de acordo com a jurisprudência consolidada do STJ.

A alternativa B está incorreta. Citação não é pressuposto processual de existência. Os pressupostos processuais de existência são requisitos mínimos que viabilizam a existência do processo, como a capacidade postulatória das partes, a jurisdição e a petição inicial válida. A não localização do executado não se enquadra como ausência de pressuposto processual de existência, pois a relação jurídica

processual pode ser formada independentemente da presença física do executado. A legislação prevê mecanismos para superar a ausência de localização do executado, como a citação por edital (art. 256 do CPC) e a nomeação de curador especial (art. 72 do CPC). Havendo alternativas para dar prosseguimento à execução, seria um equívoco extinguir o feito.

A alternativa C está incorreta. Citação não é condição para exercício do direito de ação. As condições da ação, analisadas sob a ótica do CPC/2015, são o interesse processual e a legitimidade. No caso de execução de título extrajudicial, essas condições estão presentes no momento do ajuizamento da ação, especialmente se o exequente apresenta título executivo válido, nos termos do art. 784 do CPC. A não localização do executado não configura ausência de condição da ação. O processo de execução é autônomo e segue mecanismos específicos para viabilizar seu prosseguimento, como a citação por edital ou a suspensão do processo.

A alternativa D está incorreta. Não é possível determinar o prosseguimento regular do feito sem a citação, ainda que ficta. O prosseguimento regular do feito pressupõe a citação válida do executado, o que não ocorreu na situação descrita. A citação é um ato essencial para a formação do processo (art. 239 do CPC), sendo indispensável para que o devedor tenha ciência do processo e possa exercer seu direito de defesa. Se o executado não for localizado, o processo não pode prosseguir normalmente até que seja realizada a citação por edital ou outras medidas previstas na legislação.

A alternativa E está incorreta. A suspensão do processo de execução ocorre em hipóteses específicas previstas no art. 921 do CPC, sendo utilizada quando não há elementos para viabilizar o prosseguimento da execução. O caso não se enquadra em nenhuma das hipóteses de suspensão, como a ausência de bens penhoráveis (art. 921, III, do CPC), por exemplo. Antes de suspender o feito, o juiz deve esgotar as alternativas para viabilizar a citação do executado, como a citação por edital. Caso essa citação seja realizada e o executado permaneça revel, a nomeação de curador especial será necessária, conforme a Súmula 196 do STJ.

QUESTÃO 16. Caio ajuizou ação pleiteando a condenação de Tício a cumprir uma obrigação de fazer derivada de contrato por ambos celebrado.

Encerradas as fases postulatória e da instrução probatória, o juiz da causa proferiu sentença em que acolhia o pedido do autor, condenando o réu a cumprir a obrigação em certo prazo e cominando multa por dia de descumprimento.

Levando em consideração que as astreintes cominadas pelo órgão judicial não haviam sido postuladas por Caio em sua petição inicial, é correto concluir que a sentença:

a) é nula, por ultra petita, cabendo ao tribunal, em sede de recurso de apelação, podar o seu excesso;

b) é nula, por ultra petita, cabendo ao tribunal, em sede de recurso de apelação, invalidá-la;

c) é nula, por extra petita, cabendo ao tribunal, em sede de recurso de apelação, invalidá-la;

d) é nula, por extra petita, cabendo ao tribunal, de ofício, invalidá-la;

e) é válida, já que proferida em conformidade com a disciplina legal aplicável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. A sentença ultra petita ocorre quando o juiz decide além do que foi pedido pela parte, excedendo os limites do que foi pleiteado. No caso em análise, as astreintes (multa diária pelo descumprimento de obrigação) são um instrumento previsto no art. 536, §1º, combinado com o art. 537 do CPC. O juiz tem o poder-dever de fixá-las, mesmo que não tenham sido requeridas pela parte, como forma de garantir a efetividade da decisão. Logo, a fixação das astreintes não configura decisão ultra petita, pois não se trata de concessão de algo além do pedido, mas de uma medida coercitiva necessária para assegurar o cumprimento da obrigação.

A alternativa B está incorreta. Além de não se tratar de decisão ultra petita, como já explicado, mesmo que houvesse algum excesso, isso não geraria a nulidade da sentença. O tribunal, em sede de apelação, poderia eventualmente corrigir o excesso, mas não declarar a nulidade. No caso, a fixação das astreintes pelo juiz está dentro de sua competência para garantir o cumprimento da decisão e é respaldada pela legislação.

A alternativa C está incorreta. Uma decisão extra petita ocorre quando o juiz decide sobre algo que não foi objeto do pedido nem está implícito no pleito da parte. No caso concreto, a fixação das astreintes não se caracteriza como julgamento extra petita, porque a medida coercitiva está implícita na pretensão de cumprimento da obrigação de fazer. É uma consequência natural do pedido do autor e está expressamente prevista na legislação processual (art. 537 do CPC). Portanto, não há julgamento extra petita, e a sentença não é nula por este motivo.

A alternativa D está incorreta. A sentença não é extra petita, pois a fixação de astreintes é uma medida que decorre do próprio pedido de cumprimento da obrigação de fazer. O juiz age no exercício de sua função de garantir a efetividade da decisão, em conformidade com o art. 537 do CPC. Não há nulidade na sentença.

A alternativa E está correta. A sentença está em conformidade com a disciplina legal prevista no Código de Processo Civil. O art. 537 do CPC autoriza o juiz a fixar multa por descumprimento de obrigação de fazer (ou não fazer), mesmo que a parte não tenha solicitado expressamente tal medida. O objetivo das astreintes é garantir a efetividade da decisão judicial, o que está alinhado ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição e ao dever de tutela jurisdicional efetiva. A jurisprudência do STJ e do STF reforça que as astreintes são uma medida acessória, de caráter coercitivo, cuja aplicação está dentro do poder do juiz.

QUESTÃO 17. O direito brasileiro possui a previsão de diversos recursos. Sobre eles, analise as afirmativas a seguir.

I. Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.

II. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

III. O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II, apenas;

b) I e III, apenas;

c) II, apenas;

d) III, apenas;

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Vamos analisar todos os itens.

O item I está correto. O art. 1.013, §2º, do Código de Processo Civil estabelece que, quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento, e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais. Este dispositivo busca evitar a preclusão de fundamentos que, embora não tenham sido analisados pelo juízo de primeira instância, podem ser relevantes para o julgamento pelo tribunal.

O item II está correto. Os embargos de declaração possuem natureza integrativa e são regidos pelos arts. 1.022 a 1.026 do CPC. Embora sua função principal seja sanar omissões, contradições, obscuridades ou corrigir erro material, eles não possuem efeito suspensivo, salvo em situações excepcionais determinadas por lei ou pela jurisprudência. Contudo, os embargos de declaração têm o efeito de interromper o prazo para interposição de outros recursos (art. 1.026, caput, do CPC). Isso significa que, após o julgamento dos embargos, o prazo para recorrer reinicia integralmente.

O item III está correto. O art. 932, parágrafo único, do CPC, prevê que o relator deve conceder prazo para a parte corrigir vícios processuais sanáveis, aplicando o princípio da primazia do julgamento de mérito, dispondo: "Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível." Essa regra também se aplica aos tribunais superiores, nos termos do § 3º do art. 1.029 do CPC: “O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave”. O objetivo dessa previsão é evitar decisões baseadas em formalismos excessivos, priorizando o julgamento do mérito em consonância com os princípios da razoável duração do processo e da instrumentalidade das formas.

QUESTÃO 18. No que se refere aos procedimentos de jurisdição voluntária, é correto afirmar que:

a) a sua extinção se dá por sentença, contra a qual cabe recurso de apelação;

b) a sua extinção se dá por decisão interlocutória, contra a qual não cabe nenhuma via recursal típica;

c) a intervenção do Ministério Público é obrigatória em todos os casos;

d) é vedada, em qualquer caso, a oitiva da Fazenda Pública;

e) o juiz deve decidir segundo critério de legalidade estrita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos procedimentos de jurisdição voluntária no Código de Processo Civil. Vamos analisar cada alternativa.

A alternativa A está correta. Nos procedimentos de jurisdição voluntária, a extinção do processo ocorre por meio de sentença. Isso está em consonância com o disposto no art. 203, §1º, do CPC, que classifica como sentença as decisões que põem fim à fase cognitiva ou extinguem a execução. Além disso, contra a sentença em jurisdição voluntária cabe recurso de apelação, conforme o art. 724 do CPC.

A alternativa B está incorreta. A extinção do processo em procedimentos de jurisdição voluntária não ocorre por decisão interlocutória, mas por sentença. Decisões interlocutórias são aquelas que resolvem questões incidentais sem encerrar o processo, sendo passíveis de agravo de instrumento nas hipóteses previstas no art. 1.015 do CPC.

A alternativa C está incorreta. O art. 178 do CPC prevê a intervenção obrigatória do Ministério Público em situações específicas, como as que envolvem interesse de incapazes, direitos indisponíveis ou interesse público. Essa intervenção não é obrigatória em todos os casos de jurisdição voluntária, sendo mantida apenas para os casos previstos no art. 178, conforme expresso no art. 721 do CPC.

A alternativa D está incorreta. Não há vedação à oitiva da Fazenda Pública nos procedimentos de jurisdição voluntária. Pelo contrário, em alguns casos, a participação da Fazenda Pública pode ser necessária, especialmente quando a decisão possa afetar interesses fiscais, patrimoniais ou administrativos. Nos termos do art. 722 do CPC, a Fazenda Pública será sempre ouvida nos casos em que tiver interesse.

A alternativa E está incorreta. Nos procedimentos de jurisdição voluntária, o juiz não está vinculado exclusivamente ao critério de legalidade estrita. De acordo com o parágrafo único do art. 723 do CPC, o magistrado pode decidir com base na conveniência e oportunidade. Isso significa que o juiz possui maior discricionariedade em sua atuação, podendo adotar soluções que melhor atendam aos interesses envolvidos, desde que respeitados os princípios fundamentais do direito. Esse caráter mais flexível é uma característica dos procedimentos de jurisdição voluntária.

QUESTÃO 19. Alex ajuizou ação em face do condomínio edilício em que tinha uma unidade autônoma, pleiteando a anulação das deliberações tomadas em assembleia que reputava inválida.

A petição inicial foi distribuída à 1ª Vara Cível da comarca X, mas, antes do juízo positivo de admissibilidade da demanda e da citação da parte ré, Alex manifestou desistência da ação, o que foi homologado por sentença pelo juízo.

Três meses depois, Alex intentou nova demanda em face do condomínio edilício, formulando o mesmo pedido e invocando a mesma causa petendi, embora, desta vez, também tenha integrado o polo ativo Carlos, outro condômino que reputava nulas as deliberações tomadas na assembleia questionada.

Tendo a petição inicial da segunda demanda sido distribuída à 2ª Vara Cível da mesma comarca X, o juiz que a apreciou, tendo tido ciência da existência do primeiro feito, declinou da competência em favor do juízo da 1ª Vara Cível.

Recebendo, então, o segundo processo, o juízo da 1º Vara Cível discordou do declínio operado e determinou a devolução dos autos ao juízo da 2ª Vara Cível.

Pode-se afirmar, nesse contexto, que:

a) errou o juízo da 2ª Vara Cível da comarca X, pois, ao apreciar a petição inicial da segunda demanda, cabia-lhe julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da coisa julgada;

b) errou o juízo da 2ª Vara Cível da comarca X, pois, ao apreciar a petição inicial da segunda demanda, cabia-lhe suscitar conflito negativo de competência;

c) acertou o juízo da 1ª Vara Cível da comarca X, pois, concluindo pela competência do juízo da 2ª Vara Cível, cabia-lhe determinar a devolução dos autos;

d) caso o juízo da 1ª Vara Cível da comarca X tivesse suscitado conflito negativo de competência, o tribunal deveria rejeitá-lo;

e) caso o juízo da 1ª Vara Cível da comarca X tivesse suscitado conflito negativo de competência, o tribunal deveria dele conhecer.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Não há coisa julgada no caso. A desistência da ação gera a extinção do processo sem resolução do mérito (art. 485, VIII, do CPC), o que não impede o ajuizamento de nova ação com o mesmo pedido e causa de pedir. A coisa julgada ocorre quando há uma decisão judicial definitiva sobre o mérito, não mais sujeita a recurso, nos termos do art. 502 do CPC. No caso narrado, o primeiro processo foi extinto sem resolução do mérito em razão da desistência da ação, homologada por sentença.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do parágrafo único do art. 66 do CPC, não deverá ser suscitado conflito quando atribuir a competência a outro juízo. No caso, o juízo da 2ª Vara Cível, atribuindo a competência ao juízo da 1ª Vara Cível, agiu corretamente no declínio de competência e remessa dos autos ao juízo competente.

A alternativa C está incorreta. O art. 286, I, do CPC, determina a competência por dependência quando houver relação processual com causa anteriormente ajuizada. O inciso II do mesmo artigo mantém a competência por dependência mesmo quando extinto o processo anterior sem resolução de mérito e parcialmente alteradas as partes, o que é exatamente o caso da questão. Portanto, a competência para julgamento é do juízo da 1ª Vara Cível.

A alternativa D está correta. O caso é de conflito negativo de competência, conforme art. 66, II, do CPC. O conflito pode ser suscitado pelo juiz, nos termos do art. 951 do CPC. O tribunal deverá rejeitar o conflito porque competente o juízo da 1ª Vara Cível, nos termos do art. 286, I e II, do CPC.

A alternativa E está incorreta. O conflito deve ser conhecido, vez que os artigos 951 e art. 953, I, do CPC autorizam o juízo a suscitá-lo, ainda que de ofício.

QUESTÃO 20. João, servidor público estadual, ajuizou ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, pleiteando a revisão de seus vencimentos com base em interpretação divergente de lei estadual que concede determinados benefícios. Em sua petição inicial, João quantifica o valor da causa em R$ 30.000,00.

Paralelamente, Maria ajuizou ação perante o Juizado Especial Federal, pleiteando a revisão do cálculo de sua aposentadoria por tempo de contribuição e pagamento dos valores em atraso, com causa de R$ 150.000,00.

Com base no caso concreto e nas normas que regem os Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/2001) e os Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009), é correto afirmar que:

a) João pode demandar perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, já que o valor de sua causa está dentro do limite de alçada, mas Maria deve demandar perante o juízo comum, pois o valor da causa ultrapassa a alçada aplicável aos Juizados Especiais Federais;

b) a competência dos Juizados Especiais Federais é privativa para causas previdenciárias e de responsabilidade civil da União, sendo estes incompetentes para ações judiciais que envolvam revisão de benefícios previdenciários;

c) a demanda de João deve ser ajuizada perante o juízo comum estadual, pois a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública não abrange servidores públicos estaduais, ainda que o valor da causa esteja dentro do limite legal;

d) tanto João quanto Maria devem ter suas causas remetidas aos juízos comuns competentes, pois os processos envolvendo servidores públicos são complexos e a simplificação processual dos Juizados Especiais não comporta demandas dessa natureza;

e) ambos, João e Maria, estão dentro do limite de alçada dos Juizados Especiais, visto que o valor das causas não ultrapassa 40 salários mínimos, seja nos Juizados Especiais da Fazenda Pública ou nos Juizados Especiais Federais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 2º, caput, da Lei nº 12.153/2009, que rege os Juizados Especiais da Fazenda Pública, o limite de alçada é de até 60 salários-mínimos para demandas contra Estados, Municípios, Distrito Federal e suas autarquias e fundações públicas. Como o valor da causa de João é de R$ 30.000,00, ele pode demandar perante o Juizado Especial da Fazenda Pública. Já no caso de Maria, o art. 3º, caput, da Lei nº 10.259/2001 fixa o limite de alçada dos Juizados Especiais Federais em 60 salários-mínimos para ações ajuizadas contra a União, autarquias, fundações públicas e empresas públicas federais. Como o valor da causa de Maria é de R$ 150.000,00, ultrapassa o limite de alçada, devendo sua demanda ser processada perante o juízo comum federal.

A alternativa B está incorreta. Os Juizados Especiais Federais têm competência para julgar causas previdenciárias contra o INSS e questões de responsabilidade civil da União, desde que respeitado o limite de 60 salários-mínimos, conforme o art. 3º, §1º, III, da Lei nº 10.259/2001.

A alternativa C está incorreta. O art. 5º, I, da Lei nº 12.153/2009, atribui legitimidade ativa nos processos dos Juizados Especiais da Fazenda Pública às pessoas físicas, sem qualquer restrição quanto aos servidores públicos. Portanto, João está correto em propor sua demanda no Juizado Especial da Fazenda Pública, considerando que o valor da causa está dentro do limite.

A alternativa D está incorreta. No caso de João, a revisão de vencimentos com base em interpretação de lei estadual não envolve, em regra, prova pericial complexa, e o valor está dentro do limite. Para Maria, o valor da causa ultrapassa o limite de 60 salários-mínimos, o que impede o processamento no Juizado, mas não pela complexidade da demanda. Até o limite de 60 salários-mínimos a competência é absoluta do Juizado Especial Federal, segundo art. 3º, caput, Lei 10.259/01.

A alternativa E está incorreta. O limite de alçada dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Federais não é de 40 salários-mínimos, mas de 60 salários-mínimos, conforme as respectivas leis (art. 2º, caput, da Lei nº 12.153/2009 e art. 3º, caput, da Lei nº 10.259/2001). Além disso, Maria está fora do limite, pois o valor da causa é de R$ 150.000,00, muito acima do teto permitido.

QUESTÃO 21. Após o juízo positivo de admissibilidade da ação, o oficial de justiça incumbido da diligência citatória, ao ser recebido pelo réu em sua residência, teve a impressão de que ele era mentalmente incapaz e não tinha condições de compreender o significado daquele ato.

Tendo o oficial de justiça exarado certidão da qual constava a descrição minuciosa da ocorrência, o juiz da causa, na sequência, deverá:

a) nomear médico para examinar o citando e apresentar o correspondente laudo;

b) extinguir o feito, sem resolução do mérito, por falta de pressuposto processual de validade;

c) decretar a suspensão do feito, até que se carreiem aos autos elementos que confirmem, ou não, a incapacidade do réu;

d) determinar a citação por edital do réu;

e) determinar a citação por hora certa do réu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Diante da certidão do oficial de justiça indicando fundada suspeita de incapacidade mental do réu, o art. 245, §1º, do CPC dispõe que o juiz deverá nomear médico para examiná-lo e apresentar laudo pericial. Esse mecanismo é essencial para proteger os direitos do réu e assegurar que ele tenha plena compreensão dos atos processuais ou, caso incapaz, seja representado ou assistido por um curador.

A alternativa B está incorreta. A suspeita de incapacidade mental do réu não é motivo para extinguir o processo. Extinguir o feito sem resolução do mérito por falta de pressuposto processual só seria aplicável se houvesse impossibilidade jurídica ou processual insuperável que inviabilizasse o prosseguimento da ação (art. 485, IV, do CPC). Nesse caso, não há qualquer elemento que justifique a extinção. O CPC prevê mecanismos para superar essa situação, como a verificação da capacidade do réu e a nomeação de curador especial, se necessário, conforme os arts. 72 e 245.

A alternativa C está incorreta. Embora a suspensão do processo seja possível em algumas situações, como nos casos de morte ou perda da capacidade processual da parte (art. 313, CPC), essa não é a medida adequada no caso em questão. O CPC prevê um procedimento específico para a averiguação da capacidade mental do réu, que é a nomeação de perito médico. Suspender o processo sem primeiro buscar elementos que esclareçam a situação retardaria o procedimento de forma indevida, contrariando os princípios da celeridade e eficiência processual.

A alternativa D está incorreta. A citação por edital (art. 256 do CPC) é utilizada quando o réu é desconhecido, está em local incerto ou inacessível, ou quando frustradas as tentativas de citação pessoal. No caso em questão, o oficial de justiça teve contato com o réu, mas levantou suspeitas sobre sua capacidade mental. Isso não justifica a citação por edital, que seria inválida em tais circunstâncias.

A alternativa E está incorreta. A citação por hora certa (art. 252 do CPC) aplica-se quando o réu, embora presente, tenta deliberadamente se ocultar para evitar a citação. Isso não é o caso na situação apresentada, onde a questão é a incapacidade mental do réu, e não a tentativa de ocultação. A citação por hora certa seria inadequada e violaria o direito do réu ao contraditório e à ampla defesa.

QUESTÃO 22. O estado de Pernambuco ajuizou execução fiscal em face da pessoa jurídica Solução Ltda. Foi efetuada a penhora de dois tratores de propriedade da empresa, assim como de três imóveis.

No curso do procedimento executivo, a Fazenda apurou indícios de que a executada havia alienado seus bens para a Inovação Ltda., de propriedade do mesmo grupo econômico, com o intuito de esvaziar o seu próprio patrimônio e frustrar a efetividade da execução fiscal.

Com base na legislação vigente e na jurisprudência aplicável, é correto afirmar que:

a) o juízo deverá citar a Inovação Ltda. antes de declarar eventual fraude à execução fiscal para, querendo, opor embargos de terceiro, no prazo de 15 dias;

b) a Fazenda Pública poderá requerer desde logo a penhora dos bens da Inovação Ltda., buscando, com isso, atingir ativos financeiros desta última;

c) a transferência de patrimônio entre as pessoas jurídicas é presumida fraudulenta, independentemente de registro da penhora ou comprovação de má-fé da Inovação Ltda.;

d) reconhecida a fraude à execução fiscal, a alienação de bens será anulada, fazendo com que as partes retornem ao estado anterior (status quo ante);

e) o juízo da execução fiscal, ao tomar conhecimento da transferência, poderá instaurar de ofício incidente de desconsideração da personalidade jurídica, com o intuito de fazer retornarem os bens ao patrimônio da Solução Ltda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O reconhecimento de fraude à execução não exige a citação prévia do terceiro adquirente para que este se manifeste ou apresente embargos de terceiro. A fraude à execução fiscal, conforme os arts. 185 do Código Tributário Nacional (CTN) e 792 do Código de Processo Civil, ocorre de forma objetiva, quando há alienação de bens do devedor que reduza seu patrimônio de forma a frustrar a execução, especialmente se houver registro de penhora ou insolvência.

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 10, Lei 6830/80, a penhora deve recair sobre bens do executado. A penhora de bens da Inovação Ltda. só seria possível após o reconhecimento da fraude à execução ou a instauração de um incidente de desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto nos arts. 133 a 137 do CPC. Antes disso, a Fazenda Pública não pode simplesmente requerer a penhora de bens de terceiros sem passar por essas etapas legais.

A alternativa C está correta. O artigo 185 do Código Tributário Nacional presume fraudulenta a alienação ou oneração de bens por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública. Essa presunção é relativa (juris tantum), ou seja, admite prova em contrário. Art. 185 do CTN: "Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa."

A alternativa D está incorreta. Embora, pelo aspecto material, haja uma alienação válida, seus efeitos diante do credor, no plano processual, serão considerados ineficazes (Art. 792 §1º CPC/2015). Isso quer dizer que, caso constatada a Fraude à Execução, o bem alienado não retornará ao patrimônio do alienante, mas os efeitos da alienação só incidirão a partir do montante que extrapole a dívida

(GONÇALVES, 2016, p. 746). Simplificando, os bens alienados serão destinados ao pagamento da dívida, ao credor, até o limite desta dívida, permanecendo os bens restantes, se houver, no patrimônio do terceiro adquirente (LIEBMAN, 1968).

A alternativa E está incorreta. Art. 133 do CPC: O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

QUESTÃO 23. A pessoa jurídica "A" ajuizou ação de revisão de contrato em face de "B", alegando que o contrato original tinha cláusulas abusivas e requerendo a sua revisão.

Em sede de contestação, "B" alegou que "A" não estava adequadamente representada, pois seu estatuto social, anexado à inicial, estava desatualizado e não refletia alterações recentes no quadro societário.

Considerando a parte geral do Código de Processo Civil e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

a) "A", enquanto pessoa jurídica, será necessariamente representada em juízo por quem o seu ato constitutivo designar ou, não havendo essa designação, por seus sócios ou por seus diretores;

b) a pessoa jurídica "A", caso não regularize sua representação processual, será considerada litigante de má-fé, a ser penalizada com multa superior a um por cento e inferior a cinco por cento do valor da causa;

c) a alegação de vício do estatuto social pode ser suscitada em preliminar de contestação, e a empresa "A" deve ser intimada para regularizar a sua situação processual antes do prosseguimento do feito;

d) o defeito de representação de "A" poderá ser apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial, ainda que a matéria não tenha sido originariamente debatida nas instâncias ordinárias;

e) eventual falta de regularização da representação de "A" fará o processo prosseguir à revelia do autor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O art. 75, VIII, do CPC estabelece que as pessoas jurídicas são representadas em juízo por quem os seus atos constitutivos designarem. Contudo, a alternativa sugere que, na ausência de designação, a pessoa jurídica seria representada por seus sócios, o que não é correto. Na ausência de previsão nos atos constitutivos, quem representará a pessoa jurídica será definido conforme a legislação aplicável ao tipo societário (geralmente os administradores, e não os sócios, exceto em casos específicos, como sociedades simples).

A alternativa B está incorreta. A irregularidade na representação processual não configura, por si só, litigância de má-fé. O art. 76, § 1º, inciso I, do CPC, estabelece que, se o autor não regularizar a representação no prazo fixado pelo juiz, o processo será extinto sem resolução do mérito. A litigância de má-fé exige a comprovação da intenção de prejudicar a parte contrária ou de agir de forma desleal, o que não se presume da mera irregularidade na representação.

A alternativa C está correta. O art. 76, caput, do CPC dispõe que, verificada a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício. A alegação de irregularidade na representação, como no caso do estatuto social desatualizado, pode ser feita em preliminar de contestação, e a empresa "A" deve ser intimada para regularizar a sua representação antes do prosseguimento do processo.

A alternativa D está incorreta. Súmula 211, STJ: Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.

A alternativa E está incorreta. A revelia ocorre quando o réu não apresenta contestação, conforme o art. 344 do CPC. No caso, a irregularidade na representação do autor não se confunde com revelia. Como já explicado, se o autor não regularizar a representação no prazo fixado pelo juiz, o processo será extinto sem resolução do mérito (art. 76, § 1º, I, do CPC).

QUESTÃO 24. No que concerne à ação popular, é correto afirmar que:

a) a sentença que rejeitar o pedido, por insuficiência de provas, é apta a ensejar a formação de coisa julgada material;

b) a sentença que rejeitar o pedido está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório;

c) a decisão concessiva da liminar requerida na petição inicial é insuscetível de impugnação por agravo de instrumento;

d) o órgão do Ministério Público deverá defender a validade do ato impugnado, não lhe assistindo legitimidade recursal;

e) o litisconsórcio ativo é vedado, tampouco sendo admissível que outro cidadão atue como assistente do autor popular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 18 da Lei nº 4.717/65, que regula a ação popular, "A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.". Isso ocorre porque a ação popular visa a proteger o interesse público, e não apenas o interesse individual do autor. Assim, se novas provas surgirem, é possível ajuizar nova ação para invalidar o ato lesivo ao patrimônio público.

A alternativa B está correta. O art. 19 da Lei nº 4.717/65 estabelece que "A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo". Isso significa que a sentença que julgar a ação popular, seja ela procedente ou improcedente, está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, ou seja, deve ser apreciada por um tribunal.

A alternativa C está incorreta. O art. 22 da Lei nº 4.717/65 dispõe que "Aplicam-se à ação popular as regras do Código de Processo Civil, naquilo em que não contrariem os dispositivos desta lei, nem a natureza específica da ação.". Além disso, o art. 1.015, inciso I, do CPC prevê que cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias que concederem, total ou parcialmente, a tutela provisória. Portanto, a decisão que concede a liminar em ação popular pode ser impugnada por agravo de instrumento.

A alternativa D está incorreta. Incorreta. O art. 6º, § 4º, da Lei nº 4.717/65 estabelece que "O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores".

A alternativa E está incorreta. O art. 6º, § 5º, da Lei nº 4.717/65 dispõe que "É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular". Portanto, o litisconsórcio ativo é permitido, assim como a assistência de outro cidadão ao autor da ação.

QUESTÃO 25. A autarquia previdenciária do município X, que não constitui capital do estado, foi condenada a pagar ao autor de uma ação indenizatória verba correspondente a duzentos salários mínimos.

Regularmente intimado da sentença condenatória, o órgão da Advocacia Pública incumbido da defesa da autarquia interpôs recurso de apelação, devidamente fundamentado.

A petição de apelação foi protocolizada pela parte ré 20 dias úteis depois da intimação pessoal do membro da Advocacia Pública, sem que tivesse sido efetuado o preparo.

É correto afirmar, nesse cenário, que:

a) a apelação não poderá ser conhecida em razão da falta de legitimidade recursal, pois cabe aos municípios interpor recursos em favor de suas autarquias;

b) a apelação não poderá ser conhecida em razão de sua intempestividade;

c) a apelação poderá ser conhecida, a despeito da ausência de preparo;

d) o reexame necessário não incide no caso, pois pressupõe a condenação, apenas, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

e) o reexame necessário não incide no caso, pois o valor da verba indenizatória arbitrada na sentença se situa abaixo do patamar legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. Art. 182 do CPC: "Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta". A Advocacia Pública da autarquia tem competência para atuar em juízo e interpor recursos em sua defesa. Assim, não há qualquer impedimento à legitimidade recursal da autarquia previdenciária.

A alternativa B está incorreta. Art. 183 do CPC: "A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal." O prazo regular para apelação é de 15 dias úteis (art. 1.003, §5º, do CPC), mas, para a Fazenda Pública, o prazo é de 30 dias úteis, desde a intimação pessoal do representante da Advocacia Pública. No caso descrito, o recurso foi interposto no prazo de 20 dias úteis, sendo, portanto, tempestivo.

A alternativa C está correta. Conforme o art. 1.007, §1º, do CPC, as autarquias, assim como a Fazenda Pública em geral, são isentas do pagamento de preparo no momento da interposição do recurso. Assim, a ausência de preparo não impede o conhecimento do recurso de apelação.

A alternativa D está incorreta. O art. 496, I, do CPC estabelece que as sentenças contrárias à Fazenda Pública, suas autarquias e fundações estão sujeitas ao reexame necessário, salvo se dispensadas pelas exceções previstas em lei. Assim, o reexame necessário incide sobre decisões que envolvam autarquias municipais, estaduais ou federais.

A alternativa E está incorreta. O art. 496, §3º, III, do CPC dispensa o reexame necessário apenas nos casos em que a condenação for inferior a 100 salários-mínimos para municípios que não sejam capitais e suas autarquias. No caso, a condenação foi de 200 salários-mínimos, que está acima do patamar para o reexame necessário. Por isso, o reexame necessário incide neste caso.

QUESTÃO 26. Em um determinado processo, o juiz determinou que o autor anexasse aos autos um documento essencial para a solução do mérito da causa. Assim, ordenou o magistrado a abertura de vista dos autos ao órgão da Defensoria Pública, que patrocinava a causa do demandante.

Na sequência, o Defensor Público ofertou manifestação em que ponderava que a determinação judicial só poderia ser cumprida pela própria parte, razão pela qual requereu a intimação pessoal de seu assistido para que apresentasse o documento exigido.

O juiz da causa, contudo, pontuou que a Defensoria Pública deveria manter contato frequente com o seu assistido e, verificando que o feito se achava paralisado por mais de trinta dias, sem que a parte autora tivesse promovido a diligência que lhe incumbia, julgou-o extinto.

Tomando ciência da sentença, o órgão da Defensoria Pública interpôs, tempestiva e regularmente, recurso de apelação para impugná-la.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

a) mesmo que o órgão a quo entenda faltar interesse recursal à apelação, já que a sentença proferida não obstaria repropositura da demanda, os autos deverão subir ao tribunal, que, então, não poderá conhecer do recurso;

b) caso entenda faltar interesse recursal à apelação, já que a sentença proferida não obstaria à repropositura da demanda, o órgão a quo poderá impedir a subida dos autos ao tribunal;

c) o órgão ad quem deverá conhecer da apelação, negando-lhe provimento;

d) o órgão ad quem deverá conhecer da apelação, dando-lhe provimento;

e) o órgão a quo não poderá se retratar da sentença proferida, após a interposição da apelação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O Tribunal deve conhecer do recurso, posto que tempestivo e regular.

A alternativa B está incorreta. Art. 1.010, §3º, CPC: Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade.

A alternativa C está incorreta. A apelação deve ser provida. Art. 186, §2º, CPC: A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.

A alternativa D está correta. A apelação deve ser provida. Art. 186, §2º, CPC: A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.

A alternativa E está incorreta. Art. 485, §7º, CPC: § 7º Interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.

QUESTÃO 27. Regina é servidora pública do estado Alfa. Inconformada com a ausência de inclusão, em seus vencimentos, de determinada gratificação, ajuizou ação condenatória em face

do ente público, pedindo: (i) a inclusão da parcela; (ii) pagamento dos valores em atraso; e (iii) o recebimento de indenização por danos morais.

A sentença condenou o estado Alfa a proceder à inclusão da parcela, bem como a efetuar o pagamento das verbas devidas desde o momento em que Regina preencheu os requisitos à sua percepção. Regina interpôs recurso de apelação com o intuito de obter indenização por danos morais, o qual foi conhecido e desprovido.

Certificado o trânsito em julgado, Regina requereu o cumprimento de sentença. O estado Alfa não ofertou impugnação.

Nesse caso, à luz das disposições legais vigentes e do entendimento do STJ, é correto afirmar que:

a) não incidem honorários advocatícios de execução na hipótese, pois o estado Alfa não ofertou impugnação ao cumprimento de sentença;

b) o estado Alfa deverá pagar honorários advocatícios de execução, desde que o pagamento do crédito de Regina se dê por meio de requisição de pequeno valor;

c) Regina poderia ter requerido o cumprimento provisório de sentença na pendência do julgamento da apelação, inclusive para recebimento de quantia;

d) o estado Alfa dispôs do prazo de 15 dias úteis para ofertar impugnação ao cumprimento de sentença;

e) a interposição de recurso de apelação por Regina ensejará a majoração dos honorários advocatícios devidos em favor de seu advogado, ainda que conhecido e desprovido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Não há honorários de execução porque o Estado Alfa não impugnou o cumprimento de sentença. Art. 85, § 7º, do CPC: Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

A alternativa B está incorreta. A forma de pagamento (RPV ou precatório) não altera a incidência de honorários. No tema 1190, julgado em 06/2024, o STJ decidiu que na ausência de impugnação à pretensão executória, não são devidos honorários advocatícios sucumbenciais em cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, ainda que o crédito esteja submetido a pagamento por meio de Requisição de Pequeno Valor - RPV.

A alternativa C está incorreta. O cumprimento provisório contra a Fazenda Pública para pagamento de valores é vedado.

A alternativa D está incorreta. O prazo para impugnação da Fazenda Pública é de 30 dias úteis, não 15.

A alternativa E está incorreta. A majoração de honorários não se aplica ao recurso desprovido da própria parte.

QUESTÃO 28. Jucati adquiriu, mediante pagamento em cartão de crédito, um aparelho de telefone celular e um fone de ouvido numa loja virtual mantida pela sociedade Jurema & Jatobá Ltda. No pacote de compra constou a adesão ao serviço de suporte técnico ao aparelho pelo prazo de seis meses. Constava, no sítio da loja na rede mundial de computadores, que o consumidor poderia devolver os produtos e cancelar a compra no prazo de sete dias, mediante comunicação por telefone ou aplicativo de mensagem para o número indicado. Sendo certo que Jucati se arrependeu da compra dos produtos e ainda está no prazo para a devolução e cancelamento da compra, é correto afirmar que:

a) o consumidor não poderá exercer seu direito de arrependimento por meio de mensagem para o endereço de correio eletrônico fornecido pela loja, pois deverá exclusivamente utilizar a comunicação por telefone ou aplicativo de mensagem;

b) a administradora do cartão de crédito, ciente do arrependimento de Jucati pelo fornecedor, deverá providenciar para que a transação não seja lançada na fatura ou para que seja efetivado o estorno do valor, caso o lançamento já tenha sido realizado;

c) o exercício do direito de arrependimento não implica a rescisão do serviço de suporte técnico ao aparelho, pois ele não se estende aos acessórios da contratação;

d) o fornecedor deve enviar a Jucati, no prazo de até 48 horas, a confirmação do recebimento da manifestação de arrependimento;

e) o exercício do direito de arrependimento será comunicado, em até dois dias úteis, à administradora do cartão de crédito utilizado por Jucati.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois, na forma do art. 5º, §1º, do Decreto 7.962/2013, o consumidor pode cancelar sua compra pelo mesmo meio de contratação ou por outro disponibilizado para comunicação com o fornecedor, tal como o correio eletrônico informado no sítio na internet da vendedora. Veja-se o texto do dispositivo legal: "art. 5º. O fornecedor deve informar, de forma clara e ostensiva, os meios adequados e eficazes para o exercício do direito de arrependimento pelo consumidor. §1º. O consumidor poderá exercer seu direito de arrependimento pela mesma ferramenta utilizada para a contratação, sem prejuízo de outros meios disponibilizados.".

A alternativa B está correta, pois atende o texto do art. 5º, §3º, incisos I e II, do Decreto 7.962/2013: "O exercício do direito de arrependimento será comunicado imediatamente pelo fornecedor à instituição financeira ou à administradora do cartão de crédito ou similar, para que: I - a transação não seja lançada na fatura do consumidor; ou II - seja efetivado o estorno do valor, caso o lançamento na fatura já tenha sido realizado.".

A alternativa C está incorreta, pois, cancelado o contrato principal, também o será o contrato acessório, já que este segue o destino do primeiro. Nesse sentido, inclusive, o art. 5º, §2º, do Decreto 7.962/2013: "O exercício do direito de arrependimento implica a rescisão dos contratos acessórios, sem qualquer ônus para o consumidor.". No mesmo sentido, o art. 54-F, §1º, do CDC: "O exercício do direito de arrependimento nas hipóteses previstas neste Código, no contrato principal ou no contrato de crédito, implica a resolução de pleno direito do contrato que lhe seja conexo.".

A alternativa D está incorreta, pois a confirmação de cancelamento deve ser imediata, conforme o previsto no art. 5º, §4º, do Decreto 7.963/2013: "O fornecedor deve enviar ao consumidor confirmação imediata do recebimento da manifestação de arrependimento.".

A alternativa E está incorreta, pois o cancelamento do contrato deve ser comunicado de imediato à administradora do cartão de crédito, conforme o previsto no supracitado art. 5º, §3º, do Decreto 7.963/2013.

QUESTÃO 29. Considerando-se as disposições acerca do inadimplemento da fatura, previstas na Resolução Normativa Aneel nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021, sobre a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, é correto afirmar que:

a) a distribuidora pode cobrar multa de até 10% sobre o valor total da fatura pelo atraso, além de atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e juros de mora de 1%, calculados *pro rata die* sobre o valor da multa;

b) o parcelamento é obrigatório, no caso de débito de unidade consumidora classificada em uma das subclasses residencial baixa renda, desde que haja solicitação do consumidor, observado o mínimo de dez parcelas, e desde que seja realizado na fatura de energia elétrica;

c) a distribuidora pode exigir o oferecimento de garantias, limitadas ao valor do débito, quando houver inadimplemento de mais de uma fatura mensal durante um período de 12 meses;

d) o prazo para cobrança de faturas em atraso é de até 120 meses, contados do primeiro dia útil do mês seguinte ao do vencimento de cada fatura inadimplida;

e) a distribuidora pode parcelar ou reparcelar o débito contido na(s) fatura(s) em atraso, com ou sem a solicitação expressa do consumidor e demais usuários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois, o art. 343, *caput,* e §1º da Resolução 1.000 da Aneel prevê que a multa está limitada ao patamar de 2%: "No caso de atraso no pagamento da fatura, a distribuidora pode cobrar multa, atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e juros de mora de 1% ao mês calculados **pro rata die**. § 1º A cobrança de multa pode ser realizada no percentual de até 2%.".

A alternativa B está incorreta, pois o parcelamento é obrigatório, para unidades de baixa renda, tão somente na hipótese de débito de, no mínimo, três parcelas, conforme o previsto no art. 344, *caput* e §1º, da Resolução 1.000, da Aneel: "A distribuidora pode parcelar ou reparcelar o débito, mediante solicitação expressa do consumidor e demais usuários. §1º. No caso de unidade consumidora classificada em uma das subclasses residencial baixa renda: I - o parcelamento do débito que não tenha sido anteriormente parcelado é obrigatório, desde que haja solicitação do consumidor e observado o mínimo de três parcelas; e II - o parcelamento deve ser realizado na fatura de energia elétrica ou, mediante solicitação do consumidor, por outro meio.".

A alternativa C está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 345, *caput,* da Resolução 1.000 da Aneel: "A distribuidora pode exigir o oferecimento de garantias, limitadas ao valor do débito, quando houver inadimplemento de mais de uma fatura mensal durante um período de 12 meses.".

A alternativa D está incorreta, pois o prazo para a cobrança da fatura em atraso é de 60 meses, não 120, conforme o previsto no art. 347 da Resolução 1.000 da Aneel: "O prazo para cobrança de faturas em atraso é de até 60 meses.". Além do mais, não se conta do mês seguinte ao do vencimento de cada fatura, mas do segundo mês seguinte, conforme redação do art. 348 da referida Resolução: "A distribuidora deve enviar mensalmente à ANEEL, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao mês de referência, o relatório de acompanhamento de inadimplência das unidades consumidoras, conforme instruções da ANEEL.".

A alternativa E está incorreta, pois, na forma do já citado art. 344, *caput,* da Resolução 1.000 da Aneel, o parcelamento do débito depende de solicitação do consumidor.

QUESTÃO 30. As entidades e órgãos da Administração Pública destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor poderão celebrar compromissos de ajustamento de conduta às exigências legais, na órbita de suas respectivas competências. Acerca desses compromissos, é correto afirmar que:

a) a celebração de termo de ajustamento de conduta não impede que outro, desde que mais vantajoso para o consumidor, seja lavrado por quaisquer das pessoas jurídicas de direito público integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;

b) o órgão subscritor, nos 30 dias seguintes à celebração do termo de ajustamento de conduta, poderá, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar o acordo firmado, determinando outras providências que se fizerem necessárias;

c) o compromisso de ajustamento de conduta conterá cláusula fixando condições sobre a sanção, pecuniária ou restritiva de direitos, pelo descumprimento do ajustado, levando-se em conta os seguintes critérios: a) o valor global da operação investigada; b) o valor do produto ou serviço em questão; c) os antecedentes do infrator; d) a situação econômica do infrator;

d) o termo de ajustamento de conduta poderá estipular obrigações de fazer ou compensatórias a serem cumpridas pelo compromissário, que deverão ser fixadas, obrigatoriamente, tendo como padrão de referência o valor do salário-mínimo em vigor na data da celebração;

e) o descumprimento do termo de ajustamento de conduta acarretará a perda dos benefícios concedidos ao compromissário, sem prejuízo da imposição da pena restritiva de direitos prevista no documento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois reproduz o texto do art. 6º, §1º, do Decreto 2.818/1997: "A celebração de termo de ajustamento de conduta não impede que outro, desde que mais vantajoso para o consumidor, seja lavrado por quaisquer das pessoas jurídicas de direito público integrantes do SNDC.".

A alternativa B está incorreta, pois órgão subscritor do termo de ajustamento de conduta pode retificá-lo ou complementá-lo a qualquer tempo, a teor do previsto no art. 6º, §2º, do Decreto 2.818/1997: "A qualquer tempo, o órgão subscritor poderá, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar o acordo firmado, determinando outras providências que se fizerem necessárias, sob pena de invalidade imediata do ato, dando-se seguimento ao procedimento administrativo eventualmente arquivado".

A alternativa C está incorreta, pois os critérios listados envolvem, somente, a sanção pecuniária, não restritiva de direitos, conforme o previsto no art. 6º, §3º, II, do Decreto 2.818/1997: "II - pena pecuniária, diária, pelo descumprimento do ajustado, levando-se em conta os seguintes critérios: a) o valor global da operação investigada; b) o valor do produto ou serviço em questão; c) os antecedentes do infrator; d) a situação econômica do infrator [...].".

A alternativa D está incorreta, pois as obrigações monetárias não ficam vinculadas ao salário mínimo, mas a valor nominalmente definido, conforme o previsto no art. 6º-A, do Decreto 2.818/1997: "O termo de ajustamento de conduta poderá estipular obrigações de fazer ou compensatórias a serem cumpridas pelo compromissário. Parágrafo único. As obrigações de que trata o *caput* deverão ser estimadas, preferencialmente, em valor monetário.".

A alternativa E está incorreta, pois o descumprimento do compromisso importa em pena pecuniária, conforme o previsto no art. 6º, §5º, do Decreto 2.818/1997: "O descumprimento do termo de ajustamento de conduta acarretará a perda dos benefícios concedidos ao compromissário, sem prejuízo da pena pecuniária diária a que se refere o inciso II do *caput* do § 3º.".

QUESTÃO 31. Vivência sofreu várias lesões e escoriações em razão de acidente rodoviário durante trajeto de viagem que fez de Recife até Serra Talhada para visitar seus parentes. As investigações realizadas pela polícia civil e a coleta de provas documentais, periciais e testemunhais comprovaram que a culpa pelo acidente não foi do motorista de ônibus, e sim do condutor de outro veículo que havia feito uma ultrapassagem. Vivência promoveu ação de responsabilidade civil em face da Transportadora Altos e Baixos Ltda. pelos danos materiais e morais advindos do acidente, imputando a ela responsabilidade objetiva, independente de culpa do preposto. A ré alegou a culpa exclusiva de terceiro e carreou aos autos provas da conduta do motorista causador do acidente, perícias e depoimentos, requerendo a improcedência do

pedido. Considerando-se os fatos narrados e a aplicação das normas de proteção ao consumidor, é correto afirmar que:

a) a ré deve ser responsabilizada pelos danos, ainda que tenham sido causados por culpa exclusiva de terceiro, em razão de os direitos básicos do consumidor não se limitarem às normas do Código de Defesa do Consumidor, podendo ter supedâneo na legislação interna ordinária, no caso o Código Civil;

b) a ré deve ser isenta de responsabilidade em razão da prova cabal da culpa exclusiva de terceiro, estando a relação de consumo sujeita tão somente ao campo de aplicação do Código de Defesa do Consumidor;

c) a ré deve ser responsabilizada pelos danos, ainda que tenham sido causados por culpa exclusiva de terceiro, em razão de não ser prevista no Código de Defesa do Consumidor a isenção de responsabilidade do fornecedor por este motivo, apenas por culpa exclusiva do consumidor;

d) a ré deve ser isenta de responsabilidade em razão da culpa exclusiva de terceiro e de os direitos básicos do consumidor se limitarem às normas do Código de Defesa do Consumidor, podendo excepcionalmente se estender a tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário;

e) a ré deve ser isenta de responsabilidade em razão da culpa exclusiva de terceiro e de os direitos básicos do consumidor se limitarem às normas do Código de Defesa do Consumidor, podendo excepcionalmente se estender a regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois, nos casos de indenização por danos sofridos em contrato de transporte, deve-se entender que se aplicam, em conjunto, as normas consumeristas e as civilistas sobre o tema, conforme o previsto no art. 7º, *caput,* do CDC: “Os direitos previstos neste código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e eqüidade.”. Assim, a culpa exclusiva de terceiro, por ser considerada como fortuito interno, não é causa excludente de responsabilidade civil do transportador, conforme o previsto no art. 735, do CC: “A responsabilidade contratual do transportador por acidente com o passageiro não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva.". Nesse sentido: “AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL DO TRANSPORTADOR. FORTUITO INTERNO. SÚMULA 187 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é contratual e objetiva, nos termos dos arts. 734, caput, 735 e 738, parágrafo único, do Código Civil de 2002, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro - quando este não guardar conexidade com a atividade de transporte. 2. Ademais, "A responsabilidade contratual do transportador, pelo acidente com o passageiro não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva." Súmula 187 do STF. 3. Agravo interno

não provido. (AgInt no REsp n. 1.786.289/CE, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 23/11/2020, DJe de 2/12/2020.)

A alternativa B está incorreta, pois contraria o texto do art. 735 do CC, já citado, bem como da Súmula 187 do STF: "A responsabilidade contratual do transportador, pelo acidente com o passageiro, não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva.".

A alternativa C está incorreta, pois o CDC prevê a culpa exclusiva de terceiro como fator de exclusão da responsabilidade do fornecedor, conforme o previsto no art. 14, §3º, II: "O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: [...] II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.". Apenas, não se aplica essa excludente aos contratos de transporte, em face da específica regra do já citado art. 735 do CDC.

A alternativa D está incorreta, pois o supracitado art. 735 do CC é aplicado ao caso, incluindo a responsabilidade exclusiva de terceiro como fortuito interno no contrato de transporte, em face do supracitado texto do art. 7º, *caput,* do CDC, o qual informa que o CDC não excluiu outros direitos previstos no ordenamento jurídico interno, além das normas internacionais.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 7º, *caput,* do CDC traz como fontes complementares ao direito do consumidor a legislação interna ordinária, bem como regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas, não sendo apenas essa última como fonte complementar. Assim, em face da redação do art. 735 do CC, especificamente por se tratar de transporte de pessoas, a culpa exclusiva de terceiro não ilide a responsabilidade do transportador.

QUESTÃO 32. Segundo o entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, o envio de cartão de crédito sem que o consumidor tenha solicitado:

a) não é prática comercial abusiva, pois está amparado pelos usos empresariais adotados pelo mercado de crédito na busca por novos consumidores do produto;

b) constitui prática comercial abusiva, configurando-se apenas ato ilícito indenizável, sem aplicação de multa administrativa;

c) não é prática comercial abusiva, porque o consumidor tem a oportunidade de cancelar o envio do produto quando quiser mediante comunicação à administradora do cartão de crédito;

d) constitui prática comercial abusiva, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa;

e) constitui prática comercial abusiva somente se, enviado o cartão de crédito sem prévia ciência do consumidor, a administradora se recusar a cancelá-lo ou impuser ônus para tal finalidade.

Comentários

A resposta correta é a **letra D.**

A alternativa D é a única correta, porque exprime o que preceitua o texto da Súmula 532 do STJ: "Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.". Logo, todas as demais estão incorretas.

QUESTÃO 33. O Código de Defesa do Consumidor NÃO considerou como direito básico do consumidor:

a) a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos ou serviços;

b) a participação e consulta na formulação das políticas que o afetam diretamente e a representação de seus interesses por intermédio das entidades públicas ou privadas de defesa do consumidor;

c) a informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida, tal como por quilo, por litro, por metro ou por outra unidade, conforme o caso;

d) a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

e) o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vista à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

Comentários

A resposta correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta, pois o referido direito está previsto no art. 6º, IV, do CDC: "São direitos básicos do consumidor: [...] IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços; [...].".

A alternativa B está correta, pois o direito de participação intermediada por instituições não está previsto no CDC. Ao revés, há, inclusive, em se tratando de fiscalização e controle do mercado de consumo, previsão de participação direta dos consumidores, conforme o previsto no art. 55, §§1º e 3º, do CDC: "[...] §1° A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias. [...] §3° Os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais com atribuições para fiscalizar e controlar o mercado de consumo manterão comissões permanentes para elaboração, revisão e atualização das normas referidas no § 1°, sendo obrigatória a participação dos consumidores e fornecedores.".

A alternativa C está incorreta, pois o referido direito está previsto no art. 6º, XIII, do CDC: "São direitos básicos do consumidor: [...] XIII - a informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida, tal como por quilo, por litro, por metro ou por outra unidade, conforme o caso.".

A alternativa D está incorreta, pois o referido direito está previsto no art. 6º, I, do CDC: "São direitos básicos do consumidor: [...] I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; [...].".

A alternativa E está incorreta, pois o referido direito está previsto no art. 6º, I, do CDC: "São direitos básicos do consumidor: [...] VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados; [...].".

QUESTÃO 34. Considerando-se as disposições da Lei nº 12.414/2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, é correto afirmar que:

a) o gestor do banco de dados pode, desde que haja justificativa e relevância, realizar anotações de informações excessivas, assim consideradas aquelas que não estiverem vinculadas à análise de risco de crédito ao consumidor, para melhor conhecimento do perfil do consumidor;

b) os órgãos de proteção e defesa do consumidor poderão aplicar medidas corretivas e estabelecer, aos bancos de dados que descumprirem as normas da Lei nº 12.414/2011, a obrigação de excluir do cadastro informações incorretas, no prazo de cinco dias;

c) as informações de adimplemento não poderão constar de bancos de dados por período superior a 15 anos, e aquelas sobre o cadastro constantes dos bancos de dados somente poderão ser acessadas por consulentes que com ele mantiverem ou pretenderem manter relação comercial ou creditícia;

d) o compartilhamento de informação de adimplemento só é permitido se autorizado expressamente pelo cadastrado, por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada;

e) as informações de adimplemento não poderão constar de bancos de dados por período superior a cinco anos, e aquelas sobre o cadastrado constante dos bancos de dados poderão ser acessadas por consulentes que com ele mantiverem relação comercial ou creditícia por período não superior a dois anos.

Comentários

A resposta correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta, pois a presença de informações excessivas é expressamente vedada pelo art. 3º, §3º, I, da Lei 12.414/2011: "[...] §3º Ficam proibidas as anotações de: I - informações excessivas,

assim consideradas aquelas que não estiverem vinculadas à análise de risco de crédito ao consumidor; [...].".

A alternativa B está incorreta, pois o prazo para excluir informações incorretas é de 10 dias, conforme o previsto no art. 17, §2º, da Lei 12.414/2011: "[...] §2º Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, os órgãos de proteção e defesa do consumidor poderão aplicar medidas corretivas e estabelecer aos bancos de dados que descumprirem o previsto nesta Lei a obrigação de excluir do cadastro informações incorretas, no prazo de 10 (dez) dias, bem como de cancelar os cadastros de pessoas que solicitaram o cancelamento, conforme disposto no inciso I do caput do art. 5º desta Lei.".

A alternativa C está correta, pois reproduz a literalidade dos artigos 14 e 15 da Lei 12.414/2011: "Art. 14. As informações de adimplemento não poderão constar de bancos de dados por período superior a 15 (quinze) anos. Art. 15. As informações sobre o cadastrado constantes dos bancos de dados somente poderão ser acessadas por consulentes que com ele mantiverem ou pretenderem manter relação comercial ou creditícia.".

A alternativa D está incorreta, pois o compartilhamento de informações de adimplemento, entre gestores, não depende de prévia anuência do cadastrado, conforme o previsto no art. 9º c/c art. 4º, III, da Lei 12.414/2011: "Art. 9º. O compartilhamento de informações de adimplemento entre gestores é permitido na forma do inciso III do caput do art. 4º desta Lei.". "Art. 4º. O gestor está autorizado, nas condições estabelecidas nesta Lei, a: [...] III - compartilhar as informações cadastrais e de adimplemento armazenadas com outros bancos de dados; [...].".

A alternativa E está incorreta, pois, conforme o previsto no supracitado art. 15 da Lei 12.414/2011, não há limitação temporal para acesso dos bancos de dados pelos consulentes que mantenham ou pretendam manter relação comercial ou creditícia.

QUESTÃO 35. Bruno, conselheiro tutelar, recebeu a ficha de comunicação de aluno infrequente de uma escola municipal de ensino fundamental, pois a criança Luisa, de 10 anos de idade, está faltando há duas semanas sem justificativa, sendo certo que todas as medidas que a escola poderia adotar foram feitas em vão, já que Luísa não voltou a estudar. Como os pais não cumpriram as medidas protetivas aplicadas pelo conselheiro tutelar, ele ajuizou ação de representação por Infração administrativa por descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar.

O juiz da Infância e Juventude deve:

a) julgar sem resolução do mérito, uma vez que o conselheiro tutelar não tem legitimidade para ajuizar a ação e, assim, não poderia propor em nome própria processo em face dos genitores;

b) encaminhar os autos ao Ministério Público para o Parquet emendar a inicial e assumir o polo ativa da demanda, já que o conselheiro tutelar deveria ter representado ao órgão ministerial para efeito dessas ações, e não ajuizado em nome próprio;

c) receber a inicial e obrigar imediatamente os pais a matricular Luisa escola e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar, uma vez que a aplicação dessa medida não poderia ser efetivada pelo conselho tutelar sem ordem judicial;

d) julgar sem resolução do mérito, pois o conselho tutelar não precisa de determinação judicial para aplicar as medidas especiais a pais ou responsáveis, tais como medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade;

e) receber a inicial e determinar a citação dos genitores para apresentação de defesa no prazo de dez dias. Com ou sem a resposta no prazo legal, deve abrir vista ao Ministério Público para manifestação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre deveres inerentes ao poder familiar.

A alternativa E está correta. A questão trata sobre representação para aplicação de sanções em razão da medida de proteção em relação à Luísa. Nos termos do art. 56, II do ECA, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares. Consoante o art. 194 do ECA, o procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível. Portanto, o Conselho Tutelar tem legitimidade ativa excepcional para propositura dessa ação, assim sendo, não é necessário que o Ministério Público assuma o polo ativo. O requerido terá prazo de dez dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação, que será feita, nos termos do art. 195 do ECA.

As demais alternativas estão incorretas, ao estarem em desconformidade com o dispositivo indicado acima.

QUESTÃO 36. Arthur nasceu de forma prematura e há três meses se encontra hospitalizado. Os genitores de Arthur registraram seu nascimento, mas o abandonaram no hospital e se encontram agora em local incerto e desconhecido. A criança nunca recebeu visita de nenhum parente, e, mesmo com todo o esforço do conselho tutelar e da equipe técnica do nosocômio, a família extensa da criança não quer se responsabilizar por ela. Por causa do abandono, o conselho tutelar imediatamente solicitou ao Juízo da Infância e Juventude o acolhimento da criança em serviço de acolhimento familiar, e desde então uma família do referido programa acompanha Arthur em sua internação.

Com a alta hospitalar, a família acolhedora leva a criança para case a equipe técnica do serviço elabora relatório fundamentado, no qual consta a descrição pormenorizada das providências adotadas com expressa recomendação de necessidade de ajuizamento da ação de destituição do poder familiar. Após três meses da alta de Arthur, durante a Audiência Concentrada, o juiz da Infância e Juventude daquela comarca verifica, que o Ministério Público ainda não ajuizou a ação

de destituição do poder familiar, nem fundamentou o motivo de não o fazer, opinando pela manutenção do acolhimento.

Diante desse fato, de acordo com o ordenamento jurídico atual sobre o tema, recomenda-se que a Magistrado:

a) aguarde o ajuizamento da ação, pois, como Arthur está em família substituta, o não ajuizamento da ação não é prejudicial a ele, que será criado e educado no seio de uma família, estando assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garante seu desenvolvimento integral;

b) encaminhe os autos ao advogado da família acolhedora para o ajuizamento da ação de destituição do poder familiar cumulada com adoção de Arthur, pois, como a família detém a guarda da criança desde o nascimento, já há comprovação da fixação de laços de afinidade e afetividade;

c) diante da excepcionalidade e provisoriedade da medida protetiva de acolhimento, encaminhe cópia dos autos ao procurador-geral de Justiça para eventual reexame, podendo, para tanto, se utilizar da analogia com o disposto no artigo 28 do Código de Processo Penal, ante o risco da perpetuação da indefinição da situação de Arthur;

d) determine a suspensão do poder familiar de ofício, mesmo em procedimento sem contraditório, e a busca no Sistema Nacional de Adoção de pretendentes habilitados para o ajuizamento da ação de destituição do poder familiar cumulada com adoção, diante da omissão do Ministério Público;

e) encaminhe os autos ao Conselho Tutelar e determine o ajuizamento da ação de destituição do poder familiar com pedido liminar de suspensão a fim de que a criança seja incluída no Sistema Nacional de Adoção e inserida em família substituta para futuro ajuizamento de ação de adoção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Arthur está em acolhimento familiar, ainda, o juiz deverá tomar providências ante a inércia do Ministério Público.

A alternativa B está incorreta. A família acolhedora não poderá adotar Arthur (art. 34, §3º, ECA).

A alternativa C está correta. Ante a inércia do Promotor de Justiça, deverá ser os autos remetidos ao Procurador-Geral de Justiça, para as medidas legais serem tomadas, e forma análoga ao artigo 28 do Código de Processo Penal, para evitar a perpetuação da situação indefinida de Arthur.

A alternativa D está incorreta. O juiz não pode determinar a suspensão do poder familiar de ofício sem procedimento adequado e sem garantir o contraditório e a ampla defesa.

A alternativa E está incorreta. O Conselho Tutelar não tem legitimidade para ajuizar ações de destituição do poder familiar.

QUESTÃO 37. Ana e Joaquim são pais de Mariana, uma criança de 2 anos de idade, e estão tentando matriculá-la há 1 ano em alguma creche municipal perto de sua residência. Como o município não indica uma vaga, resolveram, representando Mariana, ajuizar ação de obrigação de fazer, ou seja, executar uma política pública voltada para a população infantojuvenil, que é a educação.

Com base na jurisprudência atual e na legislação brasileira, o juiz de direito da Vara da Infância e Juventude julgará o pedido feito na ação como:

a) improcedente, pois o Poder Judiciário não pode impor a Administração Pública a efetivação de matrícula de Mariana em estabelecimento de educação infantil, uma vez que haveria a violação ao princípio constitucional da separação dos poderes;

b) improcedente, pois, embora os ensinos fundamental e médio sejam obrigatórios e gratuitos, a educação infantil só é obrigatória para crianças a partir dos 4 anos de idade, razão pela qual Mariana terá que esperar mais dois anos;

c) procedente para a realização imediata da matrícula de Mariana, uma vez que o Estado tem o dever constitucional de garantir o efetivo acesso e atendimento, em creches e unidades de pré-escola, de crianças de 0 a 5 anos, já que isso constitui direito fundamental;

d) parcialmente procedente, pois, embora o direito fundamental à educação diga respeito a todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - não há fundamento para a matrícula ser efetivada em local próximo à residência;

e) procedente, condenando o município a construir mais creche e, após a inauguração do estabelecimento, matricular Mariana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre direito à educação, nos termos do art. 54, IV e §1º do ECA.

A alternativa A está incorreta. O Poder Judiciário tem legitimidade para determinar a efetivação de políticas públicas, especialmente quando está em questão o direito fundamental à educação (art. 54, §1º, ECA).

A alternativa B está incorreta. O ECA e a Constituição Federal garantem o direito à educação infantil para crianças de 0 a 5 anos de idade, não apenas a partir dos 4 anos.

A alternativa C está correta. O município deverá ser condenado para a realização da matrícula imediata de Mariana, consoante o art. 54, IV e §1º do ECA. O Estado tem o dever constitucional de garantir o acesso à educação infantil para crianças de 0 a 5 anos, sendo esse um direito fundamental garantido pelo ECA e pela Constituição Federal.

A alternativa D está incorreta. O direito à educação inclui também a razoável proximidade da unidade educacional à residência da criança, para garantir acesso e permanência na escola.

A alternativa E está incorreta. Embora o município deva assegurar a existência de vagas, a solução judicial mais prática e imediata não seria necessariamente a construção de novas creches, mas a efetivação do direito já garantido de matrícula imediata.

QUESTÃO 38. Sofia, residente em Recife, contando com 14 anos de idade, foi autorizada por seus pais, há 6 meses, a viajar para a Inglaterra e encontrar uns tios que residem lá. Ao retornar ao Brasil, informou aos seus pais que desejava ir a um famoso festival de rock no estado de São Paulo. Sua mãe disse que não tinha mais dinheiro para levá-la e, por isso, não autorizaria a viagem; já seu pai nada disse. Sofia juntou o dinheiro da mesada e pediu a sua prima Rafaela, de 20 anos de idade, que a levasse a São Paulo.

De acordo com a legislação e atos normativos brasileiros em vigor sobre o tema, e correto afirmar que:

a) as meninas não conseguirão viajar juntas, uma vez que Sofia é uma criança e é imprescindível que tenha a autorização de ambos os pais para sair do seu estado de origem;

b) Sofia conseguirá viajar, pois está acompanhada de Rafaela, que e sua parente colateral, maior, de terceiro grau, bastando comprovar documentalmente o parentesco;

c) Sofia não poderá viajar, pois, independentemente da autorização de sua mãe, Rafaela não é sua representante legal e não solicitou a expressa autorização judicial;

d) Sofia conseguirá viajar com ou sem Rafaela; basta apresentar seu passaporte válido, onde consta expressa autorização para viajar desacompanhada ao exterior;

e) Sofia poderá viajar, pois é adolescente, e o Estatuto da Criança e Adolescente prevê que nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhada dos pais ou responsável e sem expressa autorização judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre autorização de viagem.

A alternativa A está incorreta. Sofia é considerada adolescente, não criança, de acordo com o ECA, que define adolescente como aquele entre 12 e 18 anos de idade. Além disso, a viagem interestadual pode ser feita com autorização de apenas um dos pais, não necessariamente ambos.

A alternativa B está incorreta. Rafaela não possui parentesco em terceiro grau com relação à Sofia, possuindo, na verdade, parentesco colateral em quarto grau. A legislação exige que para viagens sem os pais ou responsáveis, a autorização judicial é necessária, independentemente do parentesco com colaterais de terceiro grau.

A alternativa C está correta. Sofia não poderá viajar apenas com a prima Rafaela, pois Rafaela não é sua representante legal (art. 83, ECA).

A alternativa D está incorreta. A autorização no passaporte para viagens internacionais, prevista no art.84 do ECA, não é aplicável a viagens dentro do território nacional.

A alternativa E está incorreta. A regulamentação para viagens dentro do Brasil ainda exige autorização judicial para menores de idade viajando sem seus pais ou responsáveis legais (art. 83, ECA).

QUESTÃO 39. André, adolescente de 15 anos, está há quatro meses em cumprimento regular de medida socioeducativa de internação.

Os pareceres técnicos da instituição no plano individual de atendimento demonstram que ele aderiu a todos os encaminhamentos e expressamente sugerem a reavaliação da medida socioeducativa.

É recomendado ao Juízo da Infância e Juventude, segundo o Conselho Nacional de Justiça e os atos normativos sobre o tema, que:

a) aguarde mais dois meses para a realização da audiência de reavaliação da medida socioeducativa de internação, pois o adolescente necessita permanecer no mínimo seis meses em Cumprimento de cada medida socioeducativa para poder ser designada a audiência de reavaliação;

b) seja designada audiência de reavaliação, pois esta pode ser solicitada a qualquer tempo, a pedido da direção do programa de atendimento, do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsável, embora a medida socioeducativa só possa ser modificada após o prazo de seis meses de efetivo cumprimento pelo adolescente:

c) seja designada audiência concentrada de reavaliação com a intimação de André e outros socioeducandos para o mesmo ato, pois o princípio da individualização da pena existente para o adulto não se aplica à execução das medidas socioeducativas;

d) seja realizada a audiência concentrada, com a oitiva de André e facultando a palavra aos pais ou responsáveis para se manifestarem sobre sua participação no cumprimento do plano individual e formularem pedidos, sem prejuízo do processamento do pedido de reavaliação das medidas socioeducativas a qualquer tempo;

e) realize o processamento do pedido de reavaliação da medida socioeducativa de internação e decida nos autos do processo, não designando audiência, pois não há audiência para progredir medida socioeducativa, apenas para mantê-la ou regredi-la.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre medida socioeducativa de internação.

A alternativa A está incorreta. O prazo e reavaliação de seis meses é um prazo máximo (art. 121, §2º, ECA), podendo a reavaliação da medida socioeducativa de internação ser solicitada de maneira antecipada.

A alternativa B está incorreta. A medida socioeducativa pode ser modificada antes do prazo de seis meses, se houver justificativa técnica e fundamentada. A previsão da Lei do SINASE, o juiz poderá designar a audiência concentrada caso necessária (art. 42, Lei 12.594/2012).

A alternativa C está incorreta. O princípio da individualização das medidas socioeducativas é fundamental e deve ser aplicado. Cada adolescente deve ter seu caso analisado individualmente.

A alternativa D está incorreta. A audiência concentrada poderá ocorrer ou não, consoante o art. 42, Lei 12.594/2012.

A alternativa E está correta. O pedido de reavaliação da medida socioeducativa pode ser processado e decidido nos autos do processo, sem a necessidade de designar audiência específica, desde que sejam observadas as garantias processuais e a devida fundamentação. Nesse sentido, a Resolução 165/12 do CNJ prevê que a reavaliação poderá ser processada imediatamente após a remessa do relatório enviado pela unidade de internação ou semiliberdade. Ainda a Lei 12.594/2012 em seu art. 43, §1º, I estabelece que é justificado o pedido de reavaliação quando o desempenho adequado do adolescente com base no seu plano de atendimento individual, antes do prazo da reavaliação obrigatória, conforme o caso de André. Admitido o processamento do pedido, a autoridade judiciária, se necessário, designará audiência (art. 43, §3º, Lei 12.594/2012).

QUESTÃO 40. Maria, 11 anos de idade, encontrou no armário de sua mãe, Luzia, um camafeu de ouro, que ela guardava com todo amor, pois era a única lembrança de sua bisavó. Achando aquele objeto engraçado, Maria resolve levá-lo para a escola e mostrá-lo a seus amigos. Luciano, menino da sala de Maria com a mesma idade, tentou entender o que era aquilo, mas Maria não o deixou ver.

No momento do intervalo, quando Maria se distraiu, Luciano subtraiu o artefato da mochila e o levou para casa. Quando Maria chegou a casa, percebeu que o objeto não estava em sua bolsa e ligou para a escola informando o ocorrido. No dia seguinte, Luzia foi à delegacia para registrar ocorrência de furto. O delegado identificou Luciano como o autor da subtração e, quando o notificou para esclarecer os fatos, os pais do menino devolveram o camafeu, porém o objeto estava totalmente destruído.

À luz do ordenamento jurídico brasileiro atual, Luciano:

a) praticou ato infracional análogo ao crime de furto, podendo responder pelo procedimento de apuração de ato infracional disciplinado pelo Estatuto da Criança e Adolescente, Lei n° 8.069/1990;

b) praticou ato infracional análogo ao delito de furto, podendo ser aplicada pelo Conselho Tutelar, por exemplo, a medida de orientação, apoio e acompanhamento temporários;

c) praticou crime de furto, pois, embora os pais de Luciano tenham devolvido a coisa alheia, a consumação ocorreu, uma vez que a joia foi totalmente destruída;

d) não praticou ato infracional ou crime, uma vez que essas categorias não se aplicam a crianças, e por isso não há que se falar em aplicação de medida ao menino;

e) praticou ato infracional análogo ao delito de furto, podendo ser aplicada pelo juiz qualquer medida socioeducativa, exceto internação, pois não houve violência ou grave ameaça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre ato infracional.

A alternativa A está incorreta. Luciano possui a mesma idade de Maria, ou seja, possui 11 anos de idade, sendo considerado criança e para crianças, aplicam-se medidas de proteção, conforme o art.101 do ECA.

A alternativa B está correta. Luciano, sendo criança, não pode ser responsabilizado como adolescente infrator, mas o ato por ele praticado é considerado um ato infracional análogo ao furto. O Conselho Tutelar pode aplicar medidas de proteção, como orientação, apoio e acompanhamento temporários, conforme o art. 101, II do ECA.

A alternativa C está incorreta. Crianças menores de 12 anos não podem ser criminalmente responsabilizadas por ato infracional.

A alternativa D está incorreta. Embora crianças não possam ser responsabilizadas criminalmente, elas podem praticar atos infracionais análogos a crimes, e medidas de proteção podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar, consoante o art. 101 do ECA.

A alternativa E está incorreta. Medidas socioeducativas são aplicáveis a adolescentes. Para crianças, aplicam-se medidas de proteção.

QUESTÃO 41. Caio, policial civil, vai à residência de sua sogra, que enviuvou recentemente. Após conversar com ela, percebe que está muito triste com a perda do marido, chegando a falar em suicídio, o que desperta cobiça em Caio, já que, morto o seu filho único, herdará todos os bens em caso de falecimento de sua mãe. Ao sair da residência, Caio deixa, deliberadamente, a bolsa capanga com sua arma sobre a mesa, na expectativa de que a sogra a utilize para se matar. No caminho de casa, para criar um álibi, ele telefona para a mulher e, durante a conversa, diz que esqueceu a arma na casa da sogra e que voltará imediatamente para lá, pois está preocupado que ela possa fazer uma besteira. Chegando ao local, depois de tocar repetidamente a campainha, sem resposta, Caio arromba a porta e, assim que ingressa no imóvel, avista a sogra já morta, com marca de tiro na cabeça e sua arma próxima ao corpo, tendo ela efetivamente se matado com a arma ali deixada por ele.

Diante do caso narrado, Caio, em relação à morte da sogra:

a) cometeu o crime de homicídio doloso;

b) cometeu o crime de homicídio culposo;

c) cometeu o crime de omissão de cautela;

d) cometeu o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação;

e) cometeu os crimes de omissão de cautela e de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre responsabilização penal.

A alternativa A está incorreta. O homicídio doloso exige que o agente tenha a intenção de matar ou, ao menos, assuma o risco de produzir a morte, nos termos do art. 121 do Código Penal. No caso, embora Caio tenha agido com desídia, ao deixar a arma intencionalmente, ele não tinha a intenção direta de matar a sogra, mas sim de criar uma situação que pudesse levar ao suicídio dela, o que exclui o dolo direto ou eventual típico do homicídio.

A alternativa B está incorreta. O homicídio culposo ocorre quando o agente provoca a morte por imprudência, negligência ou imperícia. Apesar de Caio ter deixado a arma à disposição da sogra, a sua conduta revela intenção deliberada de criar uma situação propícia ao suicídio, o que afasta a caracterização da culpa e a tipificação no art. 121, §3º, do Código Penal.

A alternativa C está incorreta. Caio infringiu o art. 13 da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que pune a omissão de cautela ao deixar de adotar medidas necessárias para impedir que menor de 18 anos ou pessoa mentalmente incapaz tenha acesso à arma de fogo. Ao deliberadamente deixar a arma com a sogra, que estava em estado de fragilidade emocional, ele cometeu esse delito específico.

A alternativa D está correta. O crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio (art. 122 do Código Penal) exige a demonstração de que o agente tenha instigado, induzido ou auxiliado diretamente na prática do ato. No caso, a conduta de Caio foi passiva e não há evidência de que ele tenha efetivamente instigado ou induzido a sogra a cometer suicídio, afastando o tipo penal.

A alternativa E está incorreta. Para que houvesse a cumulação de crimes, seria necessário que a conduta de Caio enquadrasse tanto o art. 13 do Estatuto do Desarmamento quanto o art. 122 do Código Penal. Contudo, como já explicado, não há instigação, induzimento ou auxílio direto ao suicídio, o que inviabiliza a aplicação conjunta desses tipos penais.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 42. O Código Penal foi parcialmente modificado, em 2021, para a inclusão dos crimes de perseguição e violência psicológica contra a mulher.

Acerca dos citados crimes, é correto afirmar que:

a) ambos os crimes são próprios em relação ao sujeito ativo;

b) o sujeito passivo, nos dois crimes, somente pode ser mulher;

c) ambos os crimes são de ação penal pública condicionada a representação da vítima;

d) o crime de perseguição é material, ao passo que o de violência psicológica contra a mulher é formal;

e) o crime de perseguição é habitual, enquanto o de violência psicológica contra a mulher não exige a reiteração da conduta criminosa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre os crimes de perseguição e violência psicológica contra a mulher.

A alternativa A está incorreta. Ambos os crimes são de natureza comum quanto ao sujeito ativo, ou seja, podem ser praticados por qualquer pessoa. Não há exigência de qualificação específica do agente para configurar os crimes de perseguição (art. 147-A) e violência psicológica contra a mulher (art. 147-B do Código Penal).

A alternativa B está incorreta. No crime de violência psicológica contra a mulher (art. 147-B), o sujeito passivo deve ser necessariamente uma mulher, conforme previsto no tipo penal. No entanto, o crime de perseguição (art. 147-A) pode ter como vítima qualquer pessoa, não havendo restrição quanto ao gênero do sujeito passivo.

A alternativa C está incorreta. A ação penal para ambos os crimes é pública condicionada à representação, mas com uma exceção: o crime de violência psicológica contra a mulher pode ser processado por ação penal pública incondicionada nos casos em que a vítima for mulher e se enquadrar nas situações de violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha).

A alternativa D está incorreta. O crime de perseguição é formal, consumando-se com a prática reiterada de atos que invadam a privacidade da vítima ou lhe causem medo ou perturbação, sem a necessidade de resultado específico. Já o crime de violência psicológica contra a mulher também é formal, bastando a prática de atos que causem dano emocional ou controle sobre a vítima, independentemente de efeitos concretos.

A alternativa E está correta. O crime de perseguição é de natureza habitual, pois exige a reiteração de condutas que invadam a privacidade ou perturbem a vítima. Em contrapartida, o crime de violência psicológica contra a mulher não exige reiteração, podendo ser configurado por um único ato, desde que ele cause dano emocional ou comprometa a autodeterminação da vítima.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 43. Uma das maiores responsabilidades do/a magistrado/a criminal é a dosimetria da pena privativa de liberdade, em caso de condenação.

Sobre o tema e em atenção à jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

a) o fato de o réu ter permanecido foragido por vários anos após o crime justifica o incremento da pena-base por valoração negativa da conduta social;

b) a circunstância atenuante da confissão deixa de ser aplicada quando o réu busca proteger o corréu, afirmando ter praticado o crime sozinho;

c) a intenção de obter lucro fácil, em casos de delito de tráfico de drogas, não pode configurar circunstância judicial negativa quanto aos motivos do crime para o fim de exasperar a pena-base;

d) o fato de o réu estar em regime aberto ou semiaberto após progressão de regime por crime anterior não autoriza a valoração negativa da conduta social para o fim de exasperar a pena-base do novo delito;

e) o fato de o réu responder a outros inquéritos policiais ou ações penais em curso autoriza o aumento da pena-base.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre dosimetria da pena.

A alternativa A está incorreta. O fato de o réu ter permanecido foragido por vários anos não é suficiente para justificar a valoração negativa da conduta social, conforme entendimento consolidado pelo STJ. A conduta social deve ser avaliada no contexto das relações pessoais e profissionais do réu, e não no comportamento processual, que pode ser analisado em outra esfera.

A alternativa B está incorreta. A confissão espontânea é uma circunstância atenuante prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal e deve ser aplicada mesmo quando o réu tenta proteger um corréu. O STJ entende que, desde que a confissão contribua para a formação do convencimento do magistrado, deve ser reconhecida como atenuante, independentemente do intuito do réu.

A alternativa C está correta. A intenção de obter lucro fácil, por si só, não pode ser utilizada para valorar negativamente os motivos do crime de tráfico de drogas na primeira fase da dosimetria. A jurisprudência do STJ considera que o lucro é inerente à prática do tráfico, e sua utilização como fundamento para exasperação da pena violaria o princípio do *"bis in idem".*

A alternativa D está incorreta. O fato de o réu estar cumprindo pena em regime aberto ou semiaberto após progressão de regime não caracteriza, por si só, uma conduta social negativa. A conduta social refere-se ao comportamento do réu no meio social e familiar, e não à execução penal, conforme reiterado pelos Tribunais Superiores.

A alternativa E está incorreta. A existência de inquéritos policiais ou ações penais em curso não pode ser utilizada para valorar negativamente a pena-base, de acordo com a Súmula 444 do STJ. Isso porque tais registros não configuram condenações definitivas e, portanto, não podem ser considerados maus antecedentes.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 44. Mário, com a intenção de matar Rodrigo, efetua disparo de arma de fogo a média distância. Mário, porém, tropeça no momento do disparo, atingindo Rodrigo de raspão, no ombro, e vindo a ferir gravemente um desconhecido que caminhava pela rua. O desconhecido é socorrido e considerado fora de perigo, mas a ambulância que o levava ao hospital acaba se envolvendo em um acidente e ele vem a óbito em virtude da colisão.

Sobre a responsabilidade penal de Mário, é correto afirmar que Mário responderá:

a) apenas por homicídio consumado;

b) por duas tentativas de homicídio, em concurso formal;

c) por lesões corporais culposas em concurso formal com homicídio consumado;

d) por lesões corporais culposas em concurso formal com homicídio tentado;

e) por tentativa de homicídio em concurso formal com homicídio culposo.

Comentários

A banca indica que a alternativa correta é a **letra D**, contudo o professor discorda e justifica como correta a letra B. A questão trata sobre teoria do crime, concurso de crimes, dolo, culpa e nexo causal.

A questão aponta a letra D, que corresponde ao que parte da doutrina entende, de que o dolo, no caso de aberratio ictus com unidade complexa, se vincula ao resultado almejado, devendo o agente responder por culpa quanto ao resultado causado, além do almejado, por acidente ou erro no uso dos meios de execução.

No entanto, não é o entendimento do STJ, conforme destaca Michael Procópio Avelar: “Entretanto, se o agente atingir tanto a vítima a que visava quanto outra pessoa (unidade complexa), deve-se aplicar a regra do artigo 70 do Código Penal, ou seja, deve responder por ambos os delitos em concurso formal. Quando há unidade complexa, o dolo abrange tanto o resultado que o agente queria atingir quanto o que atingiu por erro no uso dos meios de execução ou por acidente. A extensão do dolo ocorre como na unidade simples, mas na unidade complexa abrange ambos os resultados. Por isso, o STJ definiu que: “A norma prevista no art. 73 do Código Penal afasta a possibilidade de se reconhecer a ocorrência de crime

culposo quando decorrente de erro na execução na prática de crime doloso"169." (AVELAR, Michael Procopio. Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial. 3 ed. São Paulo: JusPodivm, 2023).

É o que se nota dos seguintes julgados, provenientes da Quinta e da Sexta Turma do STJ:

"1. Ocorre aberratio ictus com resultado duplo, ou unidade complexa, de que dispõe o art. 73, segunda parte, do CP, quando, na execução do crime de homicídio doloso, além do resultado intencional, sobrevém outro não pretendido, decorrente de erro de pontaria, em que, além da vítima originalmente visada, outra é atingida por erro na execução.

2. Pronunciado como incurso nos arts. 121, § 2°, I e IV, e do art. 121, § 2o, e IV, c/c o art. 14, II, na forma do 73, do CP, o réu, em apelação, teve desclassificada a conduta, relativa ao resultado danoso não pretendido, para lesão corporal culposa.

3. Alvejada, além da pessoa que se visava atingir, vítima diversa, por imprecisão dos atos executórios, deve ser a ela estendido o elemento subjetivo (dolo), aplicando-se a regra do concurso formal.

4. "A norma prevista no art. 73 do Código Penal afasta a possibilidade de se reconhecer a ocorrência de crime culposo quando decorrente de erro na execução na prática de crime doloso" (HC 210.696/MS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017).

5. "Por se tratar de hipótese de aberratio ictus com duplicidade de resultado, e não tendo a defesa momento algum buscando desvincular os resultados do erro na execução, a tese de desclassificação do delito para a forma culposa em relação somente ao resultado não pretendido, só teria sentido se proposta também para o resultado pretendido" (HC 105.305/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2008, DJe 09/02/2009)." (REsp n. 1.853.219/RS, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 2/6/2020, DJe de 8/6/2020.)

"2. A norma prevista no art. 73 do Código Penal afasta a possibilidade de se reconhecer a ocorrência de crime culposo quando decorrente de erro na execução na prática de crime doloso. Reconhecido pelo Conselho de Sentença, o dolo na conduta do agente que efetua disparo de arma de fogo contra vítima e acaba por acertar terceiro em razão de erro na execução (aberratio ictus), se mostra contraditória resposta afirmativa no sentido de que a morte do terceiro decorreu de culpa (ut, HC n. 210.696/MS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 27/9/2017)." (AgRg no AREsp n. 1.604.763/MG, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 5/3/2020, DJe de 18/3/2020.)

"A norma prevista no art. 73 do Código Penal afasta a possibilidade de se reconhecer a ocorrência de crime culposo quando decorrente de erro na execução na prática de crime doloso. 3. Reconhecido pelo Conselho de Sentença o dolo na conduta do agente que efetua disparo de arma de fogo contra vítima e acaba por acertar terceiro em razão de erro na execução (aberratio ictus), se mostra contraditória resposta afirmativa no sentido de que a morte do terceiro decorreu de culpa." (HC n. 210.696/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 19/9/2017, DJe de 27/9/2017.)

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 45. Elmo adquire, com intenção comercial, 500 pinos de cocaína, que leva para um terreno baldio, onde os mantém em depósito, e passa a vendê-los, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, conforme usuários de drogas o abordam e lhe fazem os pedidos. Por meio de um drone, a polícia monitora a ação criminosa de Elmo, decidindo um dos policiais se passar por usuário, a fim de prendê-lo em flagrante. Ato contínuo, o policial, disfarçado de usuário, procura Elmo e lhe solicita 20 pinos de cocaína, indo Elmo até o local onde mantém a droga e voltando com a quantidade demandada. O policial paga o preço e, quando Elmo começa a lhe entregar os pinos de cocaína, identifica-se e lhe dá voz de prisão em flagrante, impedindo-o de concluir a venda e apreendendo a droga, inclusive aquela que ainda restava no terreno baldio.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Elmo:

a) não cometeu crime, pois houve flagrante esperado;

b) não cometeu crime, pois houve flagrante preparado;

c) cometeu o crime de tráfico de drogas, que se consumou no momento em que ele vendeu, ao policial disfarçado, 20 pinos de cocaína;

d) cometeu o crime de tráfico de drogas, que se consumou no momento em que ele adquiriu 500 pinos de cocaína, com intenção comercial;

e) cometeu o crime de tráfico de drogas, na forma tentada, quando iniciou a venda de 20 pinos de cocaína ao policial que se passou por traficante, não consumando o delito por circunstância alheia à sua vontade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre tráfico de drogas, Lei nº 11.343/2006 e tipos de flagrante.

A alternativa A está incorreta. O flagrante esperado ocorre quando a autoridade policial apenas aguarda que o agente cometa o crime, sem interferir em sua conduta. No caso, o policial disfarçado não apenas observou, mas induziu Elmo a fornecer os pinos de cocaína, configurando, em tese, um flagrante preparado, mas sem afastar a tipicidade de condutas anteriores ao momento da abordagem.

A alternativa B está incorreta. O flagrante preparado (ou provocado) é caracterizado quando o agente é induzido a praticar o crime pela polícia, criando-se uma situação artificial que impede a consumação do delito. Contudo, aqui o flagrante não invalida o crime já consumado previamente: Elmo adquiriu e armazenou drogas com intenção de comercializá-las, o que já configura o tráfico (art. 33, *caput*, da Lei de Drogas).

A alternativa C está incorreta. O crime de tráfico de drogas não se consumou no momento em que Elmo tentou vender ao policial disfarçado os 20 pinos de cocaína. Isso porque o tráfico, de acordo com a Lei nº 11.343/2006, é um crime de ação múltipla ou conteúdo variado, e qualquer uma das condutas descritas no caput do art. 33 (adquirir, guardar, transportar, entre outras) já configura a consumação.

A alternativa D está correta. O crime de tráfico de drogas consumou-se no momento em que Elmo adquiriu os 500 pinos de cocaína com a intenção de comercializá-los, pois o tráfico é um crime formal e de perigo abstrato. O simples fato de adquirir e armazenar a droga para fins de comércio já configura a consumação, independentemente da efetivação da venda.

A alternativa E está incorreta. Não há tentativa de tráfico na abordagem ao policial disfarçado, pois o crime já estava consumado desde a aquisição da droga com intenção comercial. As ações subsequentes (como guardar e tentar vender) apenas reiteram o dolo do agente, mas não afetam o momento da consumação.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 46. Alberto, depois de se embriagar voluntariamente em um bar, vai para casa, situada em uma vila residencial, com habitações padronizadas. Chegando à vila, confunde a casa da vizinha, Bianca, com a sua, e ali ingressa, aproveitando-se de que a porta, embora fechada, não está trancada. Ato contínuo, dirige-se para o quarto, onde, após se despir, se deita na cama, acreditando que a mulher ali dormindo seja sua companheira. Bianca acorda à noite e, ao perceber um homem nu dormindo ao seu lado, começa a gritar, despertando Alberto, que, assustado e sem entender bem o que está acontecendo, rapidamente se veste e deixa o local, correndo.

Diante do caso narrado, Alberto:

a) não cometeu crime;

b) cometeu o crime de ato obsceno;

c) cometeu o crime de importunação sexual;

d) cometeu o crime de violação de domicílio;

e) cometeu os crimes de violação de domicílio e importunação sexual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre elementos do tipo penal.

A alternativa A está correta. Alberto não cometeu crime, pois sua conduta foi resultante de erro plenamente justificável, provocado pela embriaguez voluntária e pela confusão das residências semelhantes. A ausência de dolo (intenção criminosa) inviabiliza a configuração dos crimes mencionados. Sua entrada na casa e permanência no local foram resultado de um equívoco de fato, excluindo o elemento subjetivo necessário para caracterizar o ilícito.

A alternativa B está incorreta. O crime de ato obsceno (art. 233 do Código Penal) exige que o agente pratique, em lugar público ou acessível ao público, ato que atente contra o pudor. No caso, Alberto não

tinha a intenção de expor sua nudez de forma ofensiva, pois acreditava estar em sua própria casa, ao lado de sua companheira. A ausência de dolo afasta o crime.

A alternativa C está incorreta. O crime de importunação sexual (art. 215-A do Código Penal) exige a prática de ato libidinoso contra alguém, sem o seu consentimento, com o objetivo de satisfazer a lascívia do agente. No caso, Alberto acreditava estar ao lado de sua companheira, e não há demonstração de que ele tenha agido com a intenção de molestar Bianca sexualmente, afastando o tipo penal.

A alternativa D está incorreta. O crime de violação de domicílio (art. 150 do Código Penal) ocorre quando o agente ingressa ou permanece em casa alheia contra a vontade expressa ou tácita do morador, com dolo específico. Contudo, Alberto entrou por engano, pensando tratar-se de sua própria residência, o que exclui a intenção criminosa (dolo).

A alternativa E está incorreta. Não há configuração dos crimes de violação de domicílio nem de importunação sexual, pois ambos exigem dolo, que está ausente no caso narrado. A conduta de Alberto foi resultado de erro de fato, sem qualquer intenção de invadir ou molestar.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 47. Analise as hipóteses a seguir, considerando que, em todas elas, Adalberto atua como partícipe, na condição de cúmplice ou instigador.

I. O autor principal comete um crime contra a vida, mas é considerado inimputável e é imposta medida de segurança.

II. O autor principal furta bem de valor irrelevante, sendo aplicado o princípio da insignificância.

III. O autor principal alega que agiu em estrito cumprimento de dever legal, argumento acolhido pelo juízo.

Com base na teoria da acessoriedade limitada, Adalberto responderá pelo crime, como partícipe, na(s) seguinte(s) hipótese(s):

a) I, apenas;

b) I e II, apenas;

c) I e III, apenas;

d) II e III, apenas;

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a teoria da acessoriedade limitada.

Hipótese I: Correta. Na teoria da acessoriedade limitada, o partícipe responde pelo crime desde que a conduta do autor principal seja típica e ilícita, ainda que ele seja inimputável. No caso, o autor principal cometeu um crime contra a vida (conduta típica e ilícita) e recebeu medida de segurança por sua inimputabilidade. Assim, Adalberto pode ser responsabilizado como partícipe.

Hipótese II: Incorreta. Quando o autor principal comete um fato atípico, como nos casos em que se aplica o princípio da insignificância (ausência de tipicidade material), a conduta do partícipe também não pode ser punida. A teoria da acessoriedade limitada exige que a conduta do autor principal seja típica e ilícita, o que não ocorre aqui.

Hipótese III: Incorreta. Quando o autor principal age em estrito cumprimento de dever legal, sua conduta não é ilícita, pois está protegida por uma excludente de ilicitude. Nesse caso, não há crime, e o partícipe também não pode ser responsabilizado, uma vez que a acessoriedade exige que a conduta do autor principal seja ilícita.

A alternativa A está correta. Adalberto responderá pelo crime apenas na hipótese I, pois a conduta do autor principal foi típica e ilícita, ainda que o autor principal seja inimputável.

A alternativa B está incorreta. Na hipótese II, o fato foi considerado atípico devido ao princípio da insignificância, o que impede a responsabilização do partícipe.

A alternativa C está incorreta. Na hipótese III, a conduta do autor principal não é ilícita por força da excludente de ilicitude (estrito cumprimento de dever legal), o que inviabiliza a punição de Adalberto.

A alternativa D está incorreta. Ambas as hipóteses (II e III) afastam a tipicidade ou a ilicitude do fato, impossibilitando a responsabilização do partícipe.

A alternativa E está incorreta. Adalberto não pode ser responsabilizado nas hipóteses II e III, pois nelas o autor principal não praticou fato típico e ilícito.

QUESTÃO 48. Dario, em um bloco que desfila pelas ruas de Olinda, no carnaval de 2024, percebendo que uma foliã está totalmente embriagada, passa a beijá-la lascivamente, sem seu prévio consentimento, embora ela não resista à abordagem, devido ao seu estado.

Diante do caso narrado, Dario cometeu o crime de:

a) estupro, crime de ação penal privada;

b) estupro, crime de ação penal pública incondicionada;

c) estupro de vulnerável, crime de ação penal pública incondicionada;

d) importunação sexual, crime de ação penal pública incondicionada;

e) estupro de vulnerável, crime de ação penal pública condicionada a representação da vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre crimes contra a dignidade sexual e natureza da ação penal.

A alternativa A está incorreta. O estupro (art. 213 do Código Penal) exige a prática de violência ou grave ameaça contra a vítima para forçá-la a praticar ou permitir ato libidinoso. No caso narrado, a vítima estava incapacitada de oferecer resistência devido à embriaguez extrema, configurando vulnerabilidade absoluta. Além disso, o estupro é de ação penal pública incondicionada, e não privada.

A alternativa B está incorreta. O estupro (art. 213 do Código Penal) não se aplica, pois o caso trata de vulnerabilidade absoluta da vítima, enquadrando-se no art. 217-A (estupro de vulnerável). Embora ambos os crimes sejam de ação penal pública incondicionada, o tipo penal correto para o caso narrado é o estupro de vulnerável.

A alternativa C está correta. O crime praticado por Dario é estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal), que ocorre quando o agente pratica ato libidinoso com pessoa que não pode oferecer resistência, como no caso da vítima completamente embriagada. O estado de embriaguez extrema caracteriza a vulnerabilidade absoluta da vítima, tornando o consentimento irrelevante. Esse crime é de ação penal pública incondicionada, nos termos da legislação.

A alternativa D está incorreta. O crime de importunação sexual (art. 215-A do Código Penal) ocorre quando o agente pratica ato libidinoso contra alguém sem consentimento, mas fora das hipóteses de estupro. No caso narrado, a conduta de Dario ultrapassou a importunação, pois se trata de estupro de vulnerável devido à incapacidade total da vítima de oferecer resistência.

A alternativa E está incorreta. O estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal) é crime de ação penal pública incondicionada, não dependendo de representação da vítima. A menção à ação penal condicionada torna a alternativa incorreta.

QUESTÃO 49. Em um processo criminal a que o réu responde como incurso no crime descrito no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, decide o juiz, na terceira fase da dosimetria da pena, aplicar o benefício previsto no §4º do citado artigo, reduzindo a pena aplicada, então no patamar mínimo cominado em lei, à razão de dois terços, para fixá-la em 1 ano e 8 meses de reclusão e 167 dias-multa.

Diante do narrado, deverá o juiz:

a) fixar o regime prisional inicialmente fechado, deixando de substituir a pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos;

b) fixar o regime prisional inicialmente semiaberto, deixando de substituir a pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos;

c) fixar o regime prisional inicialmente semiaberto, com a substituição da pena privativa de liberdade por 1 pena restritiva de direitos ou multa;

d) fixar o regime prisional inicialmente aberto, com a substituição da pena privativa de liberdade por 1 pena restritiva de direitos ou multa;

e) fixar o regime prisional inicialmente aberto, com a substituição da pena privativa de liberdade por 2 penas restritivas de direitos ou 1 pena restritiva de direitos e multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei nº 11.343/2006 (lei de drogas).

A alternativa A está incorreta. O regime fechado é incompatível com uma pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, salvo hipóteses excepcionais, como reincidência ou gravidade concreta da conduta, o que não é mencionado no enunciado. Além disso, o benefício do §4º do art. 33 pressupõe primariedade e bons antecedentes, permitindo um regime mais brando.

A alternativa B está incorreta. O regime semiaberto também é desproporcional para uma pena inferior a 4 anos, principalmente quando o réu é primário e há circunstâncias favoráveis. O art. 33, §2º, "c", do Código Penal recomenda o regime inicial aberto para penas menores que 4 anos, desde que não haja agravantes.

A alternativa C está incorreta. Embora o regime semiaberto seja mais brando que o fechado, a pena de 1 ano e 8 meses, combinada com os critérios favoráveis, possibilita a aplicação do regime inicial aberto. Além disso, a substituição de pena privativa de liberdade por uma única pena restritiva de direitos não atende ao art. 44, §2º, do Código Penal, que prevê duas restritivas para penas superiores a 1 ano.

A alternativa D está incorreta. A fixação do regime inicial aberto está correta, mas a substituição de pena privativa de liberdade por apenas uma pena restritiva de direitos ou multa não está em conformidade com o art. 44, §2º, do Código Penal, que exige duas penas restritivas ou uma pena restritiva combinada com multa para penas acima de 1 ano.

A alternativa E está correta. O juiz deve fixar o regime inicial aberto, considerando que a pena é inferior a 4 anos e o réu é primário, com circunstâncias judiciais favoráveis. Além disso, a substituição da pena privativa de liberdade deve ser feita por duas penas restritivas de direitos ou uma pena restritiva e multa, conforme art. 44, §2º, do Código Penal.

QUESTÃO 50. Maria, funcionária pública, propõe a João, profissional liberal, ação conjunta visando à subtração de bem pertencente ao órgão público em que trabalha, aproveitando-se da ausência de vigilância no estabelecimento.

Sobre a situação, é correto afirmar que:

a) Maria responderá pelo crime de peculato-furto e João, pelo crime de furto, pois o peculato-furto é um crime funcional próprio;

b) Maria responderá pelo crime de peculato-furto e João não responderá por nenhum delito, por não ser funcionário público;

c) segundo posição do Superior Tribunal de Justiça, a depender do valor do bem subtraído por Maria e João, é possível aplicar o princípio da insignificância;

d) João responderá por peculato-furto, pois ciente da condição funcional de Maria;

e) Maria e João responderão pelo delito de furto, pois o peculato só admite as formas de apropriação ou desvio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o crime de peculato-furto.

A alternativa A está incorreta. O peculato-furto é um crime funcional próprio, o que significa que somente pode ser praticado por quem possui a qualidade de funcionário público. Contudo, João, mesmo não sendo funcionário público, responderá pelo mesmo delito como partícipe ou coautor, desde que tenha ciência dessa condição de Maria, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial.

A alternativa B está incorreta. João também será responsabilizado, mesmo não sendo funcionário público, porque a sua participação no crime foi essencial e ele sabia da condição funcional de Maria, elemento que qualifica o crime como peculato-furto. O entendimento do STJ é claro: o terceiro que concorre para o crime funcional responde pelo mesmo tipo penal.

A alternativa C está incorreta. A aplicação do princípio da insignificância em crimes contra a Administração Pública é restritiva e depende de circunstâncias muito específicas, geralmente relacionadas à ausência de lesão relevante ao patrimônio público e ao caráter excepcional da situação. O enunciado não fornece elementos para concluir pela aplicação desse princípio.

A alternativa D está correta. João responderá por peculato-furto, pois sabia que Maria era funcionária pública e que a sua condição funcional foi determinante para a prática do crime. A jurisprudência do STJ reconhece que, em casos de crimes funcionais, o particular que concorre para a prática criminosa responde pelo mesmo delito, desde que tenha ciência da condição funcional do coautor.

A alternativa E está incorreta. O peculato não se limita às formas de apropriação ou desvio, pois o §1º do art. 312 do Código Penal prevê a modalidade de peculato-furto, caracterizada quando o funcionário público subtrai ou facilita a subtração de bens públicos, aproveitando-se de sua função.

QUESTÃO 51. Agripino foi denunciado pelo Ministério Público pelo crime de roubo impróprio. Encerrada a instrução criminal, o promotor de justiça opinou pela absolvição de Agripino, em razão de entender não haver prova suficiente para a sua condenação. Diante desse cenário, é correto afirmar que o juiz:

a) deverá remeter os autos ao procurador-geral de Justiça, pois o promotor não poderia ter desistido da ação penal;

b) poderá proferir sentença condenatória em desfavor de Agripino, apesar de o Ministério Público ter opinado pela absolvição;

c) deverá absolver Agripino, pois está adstrito às alegações finais do Ministério Público;

d) deverá absolver Agripino, se a defesa técnica deste concordar com o fundamento das alegações do Ministério Público;

e) poderá decretar a nulidade do feito, em razão do prejuízo proveniente da desistência da ação penal por parte do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o princípio da independência funcional.

A alternativa A está incorreta. O promotor de justiça não desistiu da ação penal. O Ministério Público não pode desistir da ação penal pública, conforme art. 42 do Código de Processo Penal. No caso, o promotor opinou pela absolvição com base em sua convicção formada durante a instrução. Não há necessidade de remessa ao procurador-geral, pois não há desistência do processo.

A alternativa B está correta. O juiz não está vinculado às alegações finais do Ministério Público, podendo proferir sentença condenatória caso encontre nos autos elementos suficientes para fundamentar sua decisão. Isso decorre do princípio do livre convencimento motivado (art. 155 do CPP), que garante ao juiz autonomia para valorar as provas colhidas.

A alternativa C está incorreta. O juiz não está adstrito às alegações finais do Ministério Público, pois sua função é independente e regida pelo princípio da busca da verdade real. Assim, ainda que o promotor peça a absolvição, o magistrado pode condenar o réu se entender que há elementos suficientes para tanto.

A alternativa D está incorreta. A concordância da defesa com as alegações finais do Ministério Público não é suficiente para vincular o juiz a uma decisão absolutória. O magistrado deve avaliar de forma independente as provas e fundamentos apresentados durante o processo.

A alternativa E está incorreta. Não houve desistência da ação penal por parte do Ministério Público, mas apenas a manifestação de uma opinião baseada nas provas dos autos. Assim, não há nulidade ou prejuízo processual decorrente dessa postura.

QUESTÃO 52. Rafael, portador de maus antecedentes, foi denunciado pelo Ministério Público em razão da prática do crime de homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, tendo sido requerida, pelo Parquet, a decretação de sua prisão preventiva.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

a) não será possível a decretação da prisão preventiva de Rafael, podendo ser decretada a sua prisão domiciliar;

b) será possível a decretação da prisão preventiva de Rafael para assegurar a garantia de aplicação da lei penal;

c) não será possível a decretação da prisão preventiva de Rafael, podendo ser decretada a sua prisão temporária;

d) será possível a decretação da prisão preventiva de Rafael por conveniência da instrução criminal;

e) não será possível a decretação da prisão preventiva de Rafael, pois incabível no caso concreto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre prisão preventiva.

A alternativa A está incorreta. A prisão domiciliar pode ser decretada como substitutiva à prisão preventiva, mas apenas quando esta for cabível e o agente preencher os requisitos do art. 318 do CPP, o que não é mencionado no caso. No entanto, a prisão preventiva não é cabível para crimes culposos, salvo situações excepcionais, o que torna essa alternativa inválida.

A alternativa B está incorreta. A prisão preventiva pode ser decretada para assegurar a aplicação da lei penal em casos em que houver risco concreto de fuga ou de o agente se esquivar da aplicação da pena. No entanto, o art. 313, I, do CPP estabelece que a prisão preventiva é cabível apenas para crimes dolosos com pena máxima superior a 4 anos, exceto em casos específicos, como violência doméstica. Sendo o homicídio culposo um crime não doloso, a prisão preventiva é incabível nessa situação.

A alternativa C está incorreta. A prisão temporária (Lei nº 7.960/1989) é uma medida cautelar aplicável em situações específicas, geralmente relacionadas à apuração de crimes dolosos graves, como tráfico de drogas, terrorismo, ou outros expressamente previstos. O crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor não está entre as hipóteses autorizadoras da prisão temporária.

A alternativa D está incorreta. A conveniência da instrução criminal é uma das hipóteses de decretação de prisão preventiva, mas apenas quando esta for cabível. No caso de crimes culposos, a gravidade abstrata do delito não autoriza a prisão preventiva, salvo as exceções previstas no art. 313 do CPP, que não se aplicam ao caso narrado.

A alternativa E está correta. A prisão preventiva não é cabível para crimes culposos, como disposto no art. 313 do CPP, que condiciona sua aplicação a crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos ou em casos de violência doméstica. O homicídio culposo, mesmo que praticado na direção de veículo automotor, não preenche os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

QUESTÃO 53. Em investigação relacionada à prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, Hélio, detentor de patrimônio patentemente incompatível com seus ganhos lícitos como funcionário público, foi indiciado no respectivo inquérito policial.

Na hipótese, relativamente à possibilidade de decretação da medida cautelar de sequestro e da posterior decretação, quando da sentença, da perda de bens, é correto afirmar que:

a) será possível ao juiz decretar, de ofício, o sequestro pelo equivalente, diante da desproporção entre o patrimônio de Hélio e seus ganhos lícitos;

b) será possível a decretação, de ofício, pelo juiz do sequestro alargado, se os bens de Hélio não forem encontrados ou se localizarem no exterior;

c) será possível a decretação da perda alargada de bens, quando da sentença condenatória e mediante requerimento do Ministério Público;

d) será possível a decretação da perda de bens pelo equivalente em caso de sentença absolutória para a recomposição do erário;

e) será possível a decretação de ofício pelo juiz da perda alargada de bens, não podendo o condenado demonstrar a inexistência da incompatibilidade de seu patrimônio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre decretação de medidas cautelares patrimoniais.

A alternativa A está incorreta. O juiz não pode decretar o sequestro pelo equivalente de ofício. As medidas cautelares patrimoniais, como o sequestro, dependem de provocação do Ministério Público ou da autoridade policial, conforme entendimento do art. 282, §2º, do Código de Processo Penal. Além disso, a desproporção entre patrimônio e ganhos lícitos exige análise específica para fundamentar o pedido.

A alternativa B está incorreta. O chamado "sequestro alargado" não é mencionado na legislação. No entanto, a Lei nº 13.964/2019 prevê a "perda alargada" no art. 91-A do Código Penal, aplicável na sentença condenatória, e não em fase cautelar. O juiz não pode decretar medidas dessa natureza de ofício.

A alternativa C está correta. O art. 91-A do Código Penal prevê a perda alargada de bens na sentença condenatória, desde que o réu seja condenado por crime cuja pena máxima seja superior a 6 anos e que haja comprovação da incompatibilidade entre seu patrimônio e seus rendimentos lícitos. A perda alargada deve ser requerida pelo Ministério Público ou pela parte interessada, não sendo decretada de ofício.

A alternativa D está incorreta. A perda de bens pelo equivalente, como medida destinada à recomposição do erário, pressupõe a condenação do réu. Em caso de sentença absolutória, essa medida é incabível, pois não há a responsabilidade penal que justificaria tal providência.

A alternativa E está incorreta. O juiz não pode decretar de ofício a perda alargada de bens. Além disso, o art. 91-A do Código Penal garante ao réu a possibilidade de demonstrar que os bens são compatíveis com seu patrimônio lícito, assegurando o direito ao contraditório e à ampla defesa.

QUESTÃO 54. José Nilton foi indiciado em inquérito policial pela prática do crime de estelionato, sendo ele, porém, primário e portador de bons antecedentes. Ouvido em sede policial, confessou formal e circunstancialmente o delito, comprometendo-se a reparar o dano causado à vítima. Contudo, 3 anos antes, José Nilton já havia sido beneficiado, em relação a outro crime, com o instituto da transação penal.

Diante desse cenário, relativamente ao crime de estelionato, é correto afirmar que:

a) poderá o Ministério Público oferecer acordo de não persecução penal a José Nilton;

b) poderá o Ministério Público oferecer proposta de transação penal a José Nilton;

c) poderá o juiz oferecer acordo de não persecução penal caso não o faça o Ministério Público;

d) poderá o juiz oferecer a transação penal a José Nilton, caso não o faça o Ministério Público;

e) poderá o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, propor a José Nilton a suspensão condicional do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre acordo de não persecução penal (ANPP) e a suspensão condicional do processo (*sursis processual*).

A alternativa A está incorreta. O acordo de não persecução penal (ANPP), previsto no art. 28-A do CPP, não pode ser oferecido a José Nilton porque ele já foi beneficiado anteriormente com a transação penal. A norma impede a concessão do ANPP em casos de reincidência, maus antecedentes ou quando o investigado tenha sido beneficiado por outro instituto despenalizador no prazo de 5 anos.

A alternativa B está incorreta. A transação penal, prevista no art. 76 da Lei nº 9.099/1995, não se aplica ao caso, tanto porque o crime de estelionato (art. 171 do CP) não é de menor potencial ofensivo (pena máxima superior a 2 anos) quanto porque José Nilton já foi beneficiado anteriormente com a transação penal, o que o impede de ser beneficiado novamente dentro do prazo de 5 anos.

A alternativa C está incorreta. O juiz não pode oferecer o ANPP caso o Ministério Público opte por não fazê-lo, pois isso violaria o princípio acusatório e a titularidade exclusiva da ação penal pelo Ministério Público, conforme o art. 28-A do CPP e a jurisprudência consolidada.

A alternativa D está incorreta. O juiz não pode oferecer a transação penal de ofício. Tal ato é prerrogativa exclusiva do Ministério Público, e o juiz deve se limitar à análise de legalidade e homologação dos acordos, respeitando a imparcialidade e o princípio acusatório.

A alternativa E está correta. A suspensão condicional do processo (*sursis processual*), prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/1995, pode ser oferecida pelo Ministério Público em casos de crimes cuja pena mínima não ultrapasse 1 ano. José Nilton, sendo primário, confessando o delito e comprometendo-se a reparar o dano, preenche os requisitos para a concessão do benefício, que pode ser proposto no momento do oferecimento da denúncia.

QUESTÃO 55. João Paulo, advogado, caluniou seu desafeto, Rubens, empresário de renome na comarca, imputando-lhe falsamente fato definido como crime.

Relativamente à investigação do crime de calúnia, com vistas a se determinar a sua existência e autoria, é correto afirmar que o inquérito policial poderá ser iniciado:

a) mediante requisição do juiz, caso não o faça o Ministério Público;

b) por requisição do Ministério Público, caso não o faça o ofendido;

c) por requisição do Ministro da Justiça, caso não o faça o juiz;

d) pela autoridade policial, mediante requerimento do ofendido;

e) de ofício pela autoridade policial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre inquérito policial.

A alternativa A está incorreta. O juiz não pode requisitar a instauração de inquérito policial em crimes de ação penal privada, como a calúnia. Tal prerrogativa cabe ao ofendido, que deve oferecer queixa-crime ou requerer a instauração do inquérito diretamente à autoridade policial.

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público pode requisitar a instauração de inquérito policial em crimes de ação penal pública. No caso da calúnia, que é um crime de ação penal privada, a instauração do inquérito depende de provocação da vítima, não sendo papel do Ministério Público iniciar a investigação.

A alternativa C está incorreta. A requisição do Ministro da Justiça só ocorre em crimes de ação penal pública condicionada à sua representação, como nos casos de crimes contra a honra do Presidente da República, conforme o art. 145, Parágrafo Único, do Código Penal. Este não é o caso narrado.

A alternativa D está correta. Nos crimes contra a honra, como a calúnia, que são de ação penal privada, o inquérito policial pode ser instaurado mediante requerimento do ofendido, conforme art. 5º, §5º, do Código de Processo Penal. A vítima deve provocar a autoridade policial para que a investigação seja iniciada.

A alternativa E está incorreta. A autoridade policial não pode instaurar o inquérito de ofício nos crimes de ação penal privada, como a calúnia, pois isso violaria o princípio da disponibilidade da ação penal privada, que exige provocação expressa do ofendido.

QUESTÃO 56. Em processo referente a crime de roubo, após a oitiva das testemunhas arroladas pelas partes, o juiz decidiu, de ofício, ouvir João e Pedro, pessoas a quem as testemunhas já

ouvidas fizeram referência, mas que não haviam sido arroladas pelo Ministério Público ou pela defesa do acusado.

Diante desse cenário e considerando a atividade do juiz, é correto afirmar que:

a) não será possível ao juiz ouvir as testemunhas referidas, pois isso implicaria violação de seu dever de imparcialidade;

b) será possível ao juiz ouvir as testemunhas referidas, pois ele desfruta de poderes instrutórios para a correta solução da lide;

c) não será possível ao juiz ouvir as testemunhas referidas, pois isso implicaria violação do princípio in dubio pro reo;

d) será possível ao juiz ouvir as testemunhas referidas, se com isso concordar a defesa técnica do acusado;

e) não será possível ao juiz ouvir as testemunhas referidas, pois tais testemunhos se configurariam prova ilícita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre poderes instrutórios do juiz no processo penal, princípio da imparcialidade e o modelo acusatório.

A alternativa A está incorreta. A oitiva de testemunhas referidas pelo juiz, mesmo de ofício, não viola o dever de imparcialidade, desde que esteja fundamentada na busca pela verdade real e no interesse da correta apuração dos fatos, como previsto no art. 209 do CPP. O juiz pode determinar a produção de provas necessárias à elucidação da verdade, sem com isso comprometer sua imparcialidade.

A alternativa B está correta. O art. 209 do Código de Processo Penal autoriza o juiz a ouvir testemunhas não arroladas pelas partes quando considerar necessário para a apuração da verdade. Essa prerrogativa decorre dos poderes instrutórios do magistrado, sendo compatível com o modelo acusatório, desde que respeitados os direitos das partes, como o contraditório e a ampla defesa.

A alternativa C está incorreta. A oitiva de testemunhas referidas pelo juiz não viola o princípio *in dubio pro reo*, pois este princípio aplica-se à avaliação das provas no momento da sentença e não à fase de produção probatória. A atuação do juiz visa esclarecer os fatos, respeitando o contraditório e a ampla defesa.

A alternativa D está incorreta. A concordância da defesa não é condição necessária para que o juiz ouça as testemunhas referidas. O juiz tem poderes instrutórios autônomos, desde que sua atuação esteja devidamente fundamentada e respeite os direitos das partes, conforme o art. 209 do CPP.

A alternativa E está incorreta. O testemunho das pessoas referidas pelas testemunhas já ouvidas não configura prova ilícita. O art. 209 do CPP prevê que o juiz pode ouvir testemunhas não arroladas pelas partes, desde que tal medida seja necessária à busca da verdade real e respeite as garantias processuais.

QUESTÃO 57. Humberto foi absolvido da imputação do crime de roubo, não tendo o Ministério Público recorrido da sentença absolutória. Passados 10 dias do prazo que o Ministério Público teria para recorrer, Cosme, vítima do crime, mesmo sem ter se habilitado no processo como assistente, interpôs recurso de apelação visando à reforma da sentença e à consequente condenação de Humberto.

Nesse contexto, é correto afirmar que o recurso de Cosme:

a) não deve ser recebido pelo juízo, pois intempestivo;

b) deve ser recebido pelo juízo, pois presentes a legitimidade e a tempestividade;

c) não deve ser recebido pelo juízo, pois ele não se habilitou como assistente;

d) deve ser recebido pelo juízo, se o Ministério Público concordar com a admissão do assistente;

e) não deve ser recebido pelo juízo, pois ausentes a legitimidade e o interesse em recorrer.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre recursos.

A alternativa A está incorreta. O recurso de Cosme não é intempestivo. O prazo de 10 dias mencionado refere-se ao prazo para o Ministério Público recorrer, mas o assistente de acusação, conforme o art. 598 do CPP, pode interpor recurso no mesmo prazo concedido ao Ministério Público, independentemente de sua habilitação anterior, desde que o faça dentro do prazo.

A alternativa B está correta. A vítima (Cosme) tem legitimidade para interpor recurso contra a sentença absolutória, mesmo que não tenha se habilitado previamente como assistente de acusação, desde que o faça no prazo previsto e em conformidade com o art. 598 do CPP. No caso narrado, o recurso foi tempestivo e há legitimidade para recorrer, pois a vítima é diretamente interessada na condenação do réu.

A alternativa C está incorreta. A habilitação prévia como assistente de acusação não é requisito indispensável para que a vítima recorra de uma sentença absolutória, conforme art. 598 do CPP. A vítima pode recorrer, habilitando-se como assistente no momento da interposição do recurso.

A alternativa D está incorreta. A interposição de recurso pelo assistente de acusação ou pela vítima não depende da concordância do Ministério Público. A vítima tem legitimidade autônoma, assegurada pelo art. 598 do CPP, para recorrer de sentença absolutória, respeitando o prazo legal.

A alternativa E está incorreta. A legitimidade e o interesse recursal da vítima estão presentes no caso. A vítima é parte interessada no processo e, como assistente de acusação, pode recorrer da sentença absolutória dentro do prazo legal, independentemente de sua habilitação prévia.

QUESTÃO 58. Após ser condenado à pena de multa em razão da prática de contravenção penal, Roberto não recorreu da sentença condenatória, deixando transcorrer o prazo recursal para impugnar a sentença. Seu pai, Ronaldo, entretanto, impetrou habeas corpus em favor de seu filho Roberto, visando a desconstituir a condenação transitada em julgado.

Diante desse contexto, é correto afirmar que:

a) será cabível nesse caso o habeas corpus, em razão da existência de coação à liberdade de Roberto;

b) não será cabível o habeas corpus, pois impetrado por outra pessoa que não o paciente;

c) poderá o habeas corpus impetrado por Ronaldo ser conhecido como revisão criminal a favor de Roberto;

d) será cabível nesse caso o habeas corpus, que pode ser impetrado por qualquer pessoa;

e) não será cabível o habeas corpus impetrado, por não haver risco à liberdade de locomoção de Roberto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre habeas corpus.

A alternativa A está incorreta. O habeas corpus é cabível apenas em casos de coação ou ameaça à liberdade de locomoção. No caso narrado, Roberto foi condenado a uma pena de multa, que não implica restrição à sua liberdade física. Conforme a Súmula 693 do STF, o habeas corpus não pode ser utilizado contra decisões condenatórias a penas exclusivamente pecuniárias, pois estas não afetam a liberdade de locomoção.

A alternativa B está incorreta. O habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, conforme o art. 654 do CPP e o art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal. No entanto, ele não é cabível no caso de penas exclusivamente pecuniárias, conforme a Súmula 693 do STF, que restringe sua aplicação a situações em que haja ameaça ou coação à liberdade de locomoção.

A alternativa C está incorreta. O habeas corpus não pode ser convertido em revisão criminal, pois são instrumentos processuais distintos com finalidades específicas. Além disso, a Súmula 693 do STF veda a utilização do habeas corpus para questionar penas de multa, reafirmando sua aplicação limitada a casos de coação à liberdade física.

A alternativa D está incorreta. Embora o habeas corpus possa ser impetrado por qualquer pessoa, conforme o art. 654 do CPP, ele só é cabível quando há risco ou coação à liberdade de locomoção. No caso narrado, a condenação à pena de multa não representa tal ameaça, conforme disposto na Súmula 693 do STF.

A alternativa E está correta. O habeas corpus é incabível no caso narrado, pois a condenação à pena de multa não afeta a liberdade de locomoção de Roberto. A Súmula 693 do STF reforça que o habeas corpus

não é cabível contra decisões condenatórias exclusivamente pecuniárias, já que estas não envolvem violência ou coação à liberdade física.

QUESTÃO 59. Após ampla mobilização popular, um grupo de deputados estaduais apresentou proposta de emenda à Constituição do Estado Alfa vedando que agentes públicos estaduais, qualquer que seja a forma de investidura ou a natureza do vínculo, participem de licitações organizadas pela Administração Pública estadual direta ou indireta, o mesmo ocorrendo em relação às contratações, ainda que realizadas diretamente. A proposta resultou na promulgação da Emenda Constitucional nº X, que veio a ser duramente criticada por associações e sindicatos de agentes públicos estaduais, que cogitavam deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade contra esse ato normativo.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Emenda Constitucional nº X é:

a) inconstitucional, considerando a competência legislativa privativa da União para legislar sobre a temática;

b) constitucional, considerando que o estado Alfa atuou no exercício de sua competência legislativa suplementar;

c) inconstitucional, considerando que viola a isonomia entre os potenciais contratantes com a Administração Pública estadual;

d) inconstitucional, pois teve origem em proposição de iniciativa parlamentar, não sendo a Constituição Estadual a sedes materiae adequada;

e) constitucional, considerando que a Constituição Estadual, por força do princípio da simetria, deve conter as normas básicas afetas ao regime jurídico dos agentes públicos estaduais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. Embora a União tenha competência privativa para legislar sobre normas gerais em licitações e contratos administrativos (art. 22, XXVII, da CF), os estados possuem competência suplementar para regulamentar essas normas em âmbito estadual. Assim, a vedação imposta pela Emenda Constitucional nº X não é inconstitucional apenas por tratar do tema, desde que respeite os limites constitucionais.

A alternativa B está correta. Embora a União tenha competência privativa para legislar sobre normas gerais em licitações e contratos administrativos (art. 22, XXVII, da CF), os estados possuem competência suplementar para regulamentar essas normas em âmbito estadual. Nos termos do art. 24, § 2º, da CF: A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

A alternativa C está incorreta. A vedação à participação de agentes públicos em licitações e contratos não viola o princípio da isonomia. Essa vedação se justifica pela necessidade de evitar conflitos de interesses e garantir a moralidade na Administração Pública, tratando-se de uma medida legítima para proteger o interesse público.

A alternativa D está incorreta. A Constituição Federal não impede que emendas constitucionais estaduais tratem de temas relacionados à administração pública, desde que respeitem os limites constitucionais. Além disso, a iniciativa parlamentar para a proposta de emenda constitucional é válida e compatível com o regime democrático.

A alternativa E está incorreta. Embora o princípio da simetria exija que as Constituições Estaduais sigam os parâmetros básicos da Constituição Federal, a norma em questão extrapola os limites desse princípio ao criar uma vedação ampla e irrestrita que viola o princípio da isonomia e desrespeita a proporcionalidade.

QUESTÃO 60. Após ampla mobilização das forças políticas em atuação junto à Assembleia Legislativa do Estado Alfa, a Constituição Estadual foi alterada pela Emenda Constitucional nº W, passando a dispor:

I. no Art. X, que é vedado ao servidor público estadual substituir, sobre qualquer pretexto, trabalhadores de empresas privadas em greve, ressalvada a legislação federal aplicável e a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos;

II. no Art. Y, que é facultada a conversão em pecúnia dos períodos de férias dos servidores públicos estaduais não gozados em razão de necessidade do serviço; e

III. no Art. Z, que o décimo terceiro salário deve ser pago na data e na forma previstas no preceito.

À luz do princípio da simetria, é correto afirmar, em relação à compatibilidade desses preceitos com a Constituição da República, que:

a) todos os artigos são constitucionais;

b) apenas o Art. Z é constitucional;

c) apenas o Art. X é constitucional;

d) apenas os Artigos X e Y são inconstitucionais;

e) apenas os Artigos Y e Z são inconstitucionais.

Comentários

Em nosso entendimento, não há resposta correta a ser assinalada, devendo a questão ser objeto de recurso para anulação. Vamos analisar cada artigo apresentado no caso.

O art. X é constitucional, conforme entendimento do STF no julgamento da ADI 232: "CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ART. 77, XXIII. IMPEDIMENTO À SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADORES DE EMPRESAS PRIVADAS POR SERVIDORES, RESSALVADA A LEGISLAÇÃO FEDERAL. LEGITIMIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE COMPROMETIMENTO DAS COMPETÊNCIAS DO GOVERNADOR DO ESTADO. MERA EXPLICITAÇÃO DE PRÁTICA DESABONADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. [...]. 3. O inciso XXIII do art. 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro não retira do Governador do Estado uma alternativa viável de aproveitamento dos servidores locais, mas apenas proíbe que a substituição dos grevistas venha a ser implementada para servir a pretextos outros, que não a emergencialidade. 4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 232, Relator Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 05/08/2015, publicado em 01/02/2016).

O art. Y é constitucional, conforme Tema nº 635 do STF: "É assegurada ao servidor público inativo a conversão de férias não gozadas, ou de outros direitos de natureza remuneratória, em indenização pecuniária, dada a responsabilidade objetiva da Administração Pública em virtude da vedação ao enriquecimento sem causa. Obs.: após a oposição de embargos de declaração o STF decidiu permitir o processamento do recurso extraordinário para julgar a questão em relação aos servidores públicos em atividade."

O Art. Z é inconstitucional, porque viola a competência privativa do Poder Executivo: "Disposição constitucional estadual que impõe o pagamento de 13º salário aos servidores estaduais em data e forma definidas. Abuso do poder constituinte estadual, por interferência indevida na programação financeira e na execução de despesa pública, a cargo do Poder Executivo, nos termos da CF." (ADI 1.448, red. do ac. min. Joaquim Barbosa, j. 16-8-2007, P, DJ de 11-10-2007.)

QUESTÃO 61. O Diretório Nacional de determinado partido político com representação no Congresso Nacional decidiu ingressar com a ação constitucional cabível, perante o Supremo Tribunal Federal, por entender que a Lei Federal nº Y/2002 era materialmente inconstitucional. Esse diploma normativo integrara a eficácia do Art. X da Constituição da República, norma de eficácia limitada e de princípio programático, que dispunha sobre certo direito.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que, caso a ação seja ajuizada, o acórdão que julgue procedente o pedido formulado:

a) apenas pode ter contornos de sentença supressiva;

b) não pode ter contornos de sentença aditiva de princípio;

c) terá caráter vinculante para todas as estruturas estatais de poder;

d) pode acolher a técnica do apelo ao legislador, que não é restrita ao controle das omissões legislativas;

e) deve ter natureza ambivalente, supressiva e aditiva, de modo a assegurar a força normativa da Constituição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. Embora o STF possa declarar a inconstitucionalidade de uma norma (efeito supressivo), especialmente em ADIs, ele também pode adotar a técnica do apelo ao legislador para que este suprima lacunas deixadas pela norma inválida, configurando um efeito aditivo.

A alternativa B está incorreta. O STF pode, sim, adotar contornos aditivos ao reconhecer a inconstitucionalidade de normas que integram princípios programáticos, solicitando ao legislador que regulamente tais princípios.

A alternativa C está incorreta. Embora as decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade tenham efeito vinculante e erga omnes, a questão central não está relacionada ao caráter vinculante, mas sim à natureza da sentença (supressiva, aditiva ou ambas).

A alternativa D está correta. O STF, ao julgar uma ADI que envolve uma norma de eficácia limitada (como um princípio programático), pode adotar a técnica do apelo ao legislador. Isso significa que, além de declarar a inconstitucionalidade da norma, o tribunal pode solicitar que o legislador elabore regulamentações necessárias para concretizar o princípio previsto na Constituição. Essa técnica não se restringe apenas ao controle de omissões, mas também à necessidade de complementação legislativa para garantir a eficácia plena da norma constitucional.

A alternativa E está incorreta. Embora a natureza supressiva seja comum em declarações de inconstitucionalidade, a natureza aditiva não é uma obrigação imposta pelo ordenamento jurídico. A utilização da técnica do apelo ao legislador é uma possibilidade, mas não uma obrigatoriedade de que todas as decisões tenham caráter ambivalente.

QUESTÃO 62. No curso da campanha eleitoral para as eleições de 2024, João e Pedro, filiados ao partido político Sigma, e candidatos, respectivamente, aos cargos de prefeito e de vice-prefeito do município Alfa, estavam conversando na praça de alimentação de um shopping center, ocasião em que reconheceram a prática de ilícitos no emprego de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Ivo, que participava da conversa, gravou-a sem o consentimento dos demais e sem autorização judicial, utilizando a gravação como base de uma notícia de ilícito eleitoral encaminhada ao promotor eleitoral.

A prova obtida por Ivo é:

a) ilícita, salvo se as condutas de João e Pedro configurarem infração penal;

b) lícita, considerando a natureza do local, cujo acesso era desprovido de qualquer controle;

c) lícita, considerando que, independentemente da natureza do local, a conversa foi gravada por um dos interlocutores;

d) ilícita, considerando a imprescindibilidade da autorização judicial para a interceptação da conversa ambiental;

e) ilícita, considerando que a gravação da conversa, por um dos interlocutores, sem autorização judicial, pressupõe autorização dos demais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. A licitude da gravação não depende exclusivamente de a conduta configurar infração penal. A gravação ambiental realizada por um dos interlocutores é considerada lícita em si, independentemente de autorização judicial ou da gravidade do fato apurado, desde que não viole expectativa de privacidade.

A alternativa B está correta. A gravação foi feita em um shopping center, um local público, onde não há expectativa razoável de privacidade. Esse aspecto torna a gravação lícita, já que o conteúdo da conversa foi captado sem invasão de um ambiente privado e por um dos interlocutores da conversa.

A alternativa C está incorreta. Embora a gravação por um dos interlocutores seja, em regra, considerada lícita, o local da conversa é um fator relevante para determinar a expectativa de privacidade. Em um ambiente onde se espera sigilo (como um escritório ou residência), a análise poderia ser diferente. No caso em questão, o local público reforça a licitude da prova.

A alternativa D está incorreta. Interceptação de conversa ambiental por terceiros realmente exige autorização judicial, mas este não é o caso descrito. A gravação foi feita por um dos participantes da conversa, o que não configura interceptação e dispensa autorização judicial, conforme jurisprudência do STF e STJ.

A alternativa E está incorreta. Não há exigência de autorização dos demais participantes para que um dos interlocutores grave a conversa. Esse tipo de gravação é lícito, desde que respeite os limites de privacidade e seja feita de forma legítima, como ocorreu no caso narrado.

QUESTÃO 63. Após um longo processo revolucionário, as forças populares de libertação do país Alfa lograram êxito em afastar a aristocracia que dominava o poder há décadas. Ato contínuo, foi publicada a nova Constituição de Alfa, cujo texto foi elaborado pelo comitê revolucionário, integrado pelas lideranças do movimento. Foram incorporados ao texto constitucional os valores que norteavam a sociedade naquele momento e que direcionaram a revolução, os quais adquiriram caráter normativo. Apesar de muito avançada e de prestigiar o princípio democrático, a Constituição de Alfa apresentava algumas dissonâncias em relação ao ambiente sociopolítico, as quais, com o passar dos anos, se mostraram insuperáveis, impedindo a sua projeção na realidade.

A Constituição de Alfa pode ser classificada como:

a) histórica e dirigente;

b) dogmática e nominal;

c) ortodoxa e semântica;

d) outorgada e normativa;

e) autoconstituição e cesarista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. Não é histórica nem dirigente.

A alternativa B está correta. A Constituição de Alfa é dogmática (fruto de um momento histórico) e nominal (não se projeta na realidade).

A alternativa C está incorreta. Não é ortodoxa nem semântica.

A alternativa D está incorreta. Não é outorgada nem normativa.

A alternativa E está incorreta. Não é autoconstituição nem cesarista.

QUESTÃO 64. O município Alfa celebrou um ajuste com a Organização Internacional Beta, que instalou um escritório no território desse ente federativo. Nesse ajuste, caracterizado pela convergência de interesses, o objetivo era o de desenvolver determinados projetos esportivos em prol de crianças carentes. Apesar do êxito do projeto, instaurou-se uma celeuma entre os celebrantes do ajuste em relação às contrapartidas ajustadas para determinada fase do projeto, o que levou Alfa a ajuizar uma ação em face de Beta.

Ao receber a ação após livre de distribuição, o juiz de direito da comarca Alfa constatou corretamente que:

a) é competente para processar e julgar o feito;

b) deve reconhecer sua incompetência e encaminhar o feito a um juiz federal;

c) deve reconhecer sua incompetência e encaminhar o feito ao Tribunal de Justiça;

d) deve reconhecer sua incompetência e encaminhar o feito ao Supremo Tribunal Federal;

e) deve reconhecer sua incompetência e encaminhar o feito ao Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão envolve análise da competência jurisdicional para processar e julgar litígios envolvendo organizações internacionais e entes federativos. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. Litígios que envolvam organizações internacionais e entes públicos, como o Município Alfa, não são de competência da Justiça Estadual, mas sim da Justiça Federal. Isso está previsto no art. 109, II e II, da Constituição Federal, que estabelecem a competência da Justiça Federal para processar e julgar causas em que organizações internacionais sejam parte. Portanto, o juiz estadual não é competente para julgar o feito.

A alternativa B está correta. O art. 109, II e II, da Constituição Federal dispõe que compete à Justiça Federal processar e julgar causas em que organizações internacionais sejam parte. O juiz estadual, ao reconhecer sua incompetência, deve encaminhar os autos ao juízo federal competente.

A alternativa C está incorreta. Litígios envolvendo organizações internacionais e entes públicos não são da competência originária dos Tribunais de Justiça, mas sim da Justiça Federal, quando envolvem organizações internacionais.

A alternativa D está incorreta. O Supremo Tribunal Federal possui competência originária para julgar algumas causas específicas, previstas no art. 102, I, da Constituição Federal, como aquelas que envolvem conflitos entre entes federados ou ações contra autoridades máximas dos Poderes da República. Litígios entre municípios e organizações internacionais não estão incluídos nessa competência. Portanto, o STF não é competente para julgar o caso.

A alternativa E está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é um tribunal de natureza recursal, com competência definida no art. 105 da Constituição Federal, especialmente para julgar recursos especiais e algumas causas originárias, como conflitos de competência entre tribunais ou entre juízes vinculados a tribunais diferentes. O STJ não possui competência originária para julgar ações contra organizações internacionais.

QUESTÃO 65. Maria celebrou contrato temporário com o município Alfa. No fim do penúltimo mês de contrato, descobriu que estava grávida. Em razão de certos aspectos fisiológicos decorrentes da gravidez, passou a se ausentar com maior frequência do ambiente de trabalho, de modo a buscar amparo médico, contando ainda com o total apoio do seu superior hierárquico imediato. Ao fim do contrato, quando ainda estava grávida, Maria foi desligada, o que a levou a ingressar com ação judicial para que fosse reconhecida a injuridicidade do seu desligamento.

O órgão jurisdicional observou corretamente que Maria:

a) não tem o direito de permanecer vinculada a Alfa, considerando a necessidade de ser observado o ato jurídico perfeito;

b) tem o direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, embora o seu regime seja contratual, de prazo determinado;

c) somente tem o direito à integralidade da licença-maternidade, não à estabilidade provisória após o exaurimento do contrato por prazo determinado;

d) tem o direito de ter renovado o contrato por prazo determinado por igual período, observado o limitador temporal de ordem constitucional;

e) somente tem o direito de receber, em pecúnia, o auxílio-maternidade, quer sua relação funcional seja regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, quer seja regida por regime próprio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. Embora o contrato temporário seja um ato jurídico perfeito, a estabilidade provisória da gestante é uma garantia constitucional de natureza superior que se sobrepõe ao término natural do contrato. Assim, o desligamento de Maria durante a gestação é juridicamente inválido, ainda que o contrato tenha prazo determinado.

A alternativa B está correta. A estabilidade provisória da gestante, garantida pelo art. 10, II, "b", do ADCT, aplica-se também a contratos por prazo determinado. A jurisprudência consolidada, incluindo o Tema 497 do STF, reconhece que o direito à estabilidade não depende do regime contratual, abrangendo tanto vínculos regidos pela CLT quanto regimes temporários no serviço público. Além disso, Maria também tem direito à licença-maternidade de 120 dias.

A alternativa C está incorreta. Embora a licença-maternidade seja garantida, a proteção da gestante abrange também a estabilidade provisória. Isso significa que Maria não poderia ter sido desligada ao final do contrato temporário enquanto estivesse grávida, e a garantia de estabilidade se estende até cinco meses após o parto.

A alternativa D está incorreta. A estabilidade provisória da gestante não implica a renovação automática do contrato temporário por igual período. Em vez disso, ela impede a extinção do vínculo durante o período de proteção (da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto), mesmo que o contrato tenha prazo determinado. Não há previsão legal que imponha a renovação do contrato por igual período.

A alternativa E está incorreta. Maria tem direito não apenas ao auxílio-maternidade, mas também à licença-maternidade e à estabilidade provisória enquanto durar o período de proteção da gestante. A limitação ao pagamento em pecúnia seria insuficiente para atender às garantias constitucionais da trabalhadora gestante.

QUESTÃO 66. Determinada reserva biológica situada no estado Alfa, gerida pela Fundação Estadual X, foi ocupada por diversos indígenas, que passaram a explorar os recursos vegetais ali existentes. Estabelecido o litígio em relação à posse da área, argumentava-se, de um lado, que a área era abrangida pela Portaria nº Y, do Ministério da Justiça (MJ), embora a demarcação não tivesse sido realizada; de outro lado, que a área não tinha nenhum traço de ocupação indígena há pelo menos quatro décadas, inexistindo, ademais, qualquer resistência indígena a um possível, mas inexistente, esbulho do estado Alfa na criação da reserva biológica.

A luz dos contornos da narrativa, é correto afirmar que:

a) a teoria do indigenato, acolhida pela ordem constitucional, é instrumentalizada pelo processo de demarcação, que se encontra ausente na hipótese, o que afasta o direito dos indígenas;

b) a posse indígena não se distingue dos elementos constitutivos da posse civil, não sendo possível falar em terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas com um hiato de quatro décadas na ocupação;

c) a necessidade de proteção ambiental reconhecida pela criação da reserva biológica é incompatível com o reconhecimento do direito dos indígenas à terra, considerando a forma como usualmente a exploram;

d) a ausência do ato de demarcação, por ter caráter meramente declaratório, não obsta que seja reconhecido o vínculo do indígena à terra, caso venha a ser demonstrado no laudo antropológico que deve ser elaborado;

e) apesar do caráter assimilacionista da sistemática constitucional afeta à proteção dos povos indígenas, o reconhecimento provisório do seu vínculo com a terra, pelo MJ, lhes assegura o direito de ocupá-la.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige conhecimento sobre os direitos dos povos indígenas na Constituição Federal de 1988, particularmente no que diz respeito às terras tradicionalmente ocupadas e à natureza jurídica do processo de demarcação, bem como as relações entre proteção ambiental e os direitos indígenas. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. A teoria do indigenato, acolhida pela Constituição Federal de 1988 no art. 231, estabelece que os direitos dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam são originários, ou seja, independem de reconhecimento formal por parte do Estado. O processo de demarcação é um ato administrativo declaratório e não constitutivo. Isso significa que, mesmo na ausência de demarcação formal, os indígenas mantêm o direito às terras tradicionalmente ocupadas, desde que essa ocupação seja demonstrada. Assim, o direito não está condicionado à existência de um ato de demarcação, tornando a afirmação incorreta.

A alternativa B está incorreta. A posse indígena é distinta da posse civil. O art. 231 da Constituição reconhece como terras indígenas aquelas tradicionalmente ocupadas, considerando os modos de vida próprios das comunidades indígenas, e não os critérios de posse previstos no Código Civil. O STF tem decidido que o hiato temporal, por si só, não descaracteriza a ocupação tradicional, desde que seja comprovado o vínculo histórico e cultural da comunidade indígena com a terra. O laudo antropológico é o principal instrumento para estabelecer esse vínculo. Assim, a ausência de ocupação contínua por quatro décadas não inviabiliza o direito à terra.

A alternativa C está incorreta. A Constituição Federal, no art. 231, §1º, estabelece que as terras indígenas são bens da União e têm como finalidade garantir a reprodução física e cultural das comunidades indígenas, conforme seus usos, costumes e tradições. Essas terras também desempenham importante papel na preservação ambiental. Além disso, a convivência entre proteção ambiental e terras indígenas é reconhecida pelo ordenamento jurídico. O STF e a legislação ambiental preveem formas de compatibilizar os direitos indígenas com as políticas de conservação, como em áreas sobrepostas (unidades de conservação e terras indígenas). Portanto, a afirmação de que a exploração indígena é incompatível com a proteção ambiental é equivocada.

A alternativa D está correta. O processo de demarcação é declaratório, conforme reiterado pela jurisprudência do STF. Ele apenas reconhece uma situação preexistente, ou seja, o direito originário dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam. A demonstração do vínculo com a terra, fundamental para o reconhecimento desse direito, ocorre por meio do laudo antropológico, que verifica a ocupação tradicional e o vínculo histórico e cultural. Assim, mesmo sem demarcação formal, os indígenas podem ter reconhecido o seu direito, caso o laudo comprove a ocupação tradicional.

A alternativa E está incorreta. A sistemática constitucional de proteção aos povos indígenas na Constituição de 1988 não é assimilacionista, mas sim pluralista e voltada à preservação da identidade cultural dos povos indígenas. O art. 231 consagra o respeito à autonomia, cultura e modos de vida dos povos indígenas, rompendo com políticas anteriores que buscavam a assimilação.

QUESTÃO 67. Em determinado órgão jurisdicional colegiado, foi analisada a interpretação a ser dispensada a certo artigo da Constituição da República.

Durante a prolação dos votos, a magistrada Maria sustentou que, no processo de interpretação, deve prevalecer um discurso de contornos sociológicos, e que preponderam as necessidades do ambiente sociopolítico. A magistrada Joana, por sua vez, defendeu que a preponderância deve ser atribuída ao discurso sociossemiótico, em que tanto os aspectos da linguagem como as necessidades do contexto devem influenciar no delineamento dos significados. Por fim, a magistrada Aline defendeu que o discurso semiótico deve preponderar, de modo que a linguagem direcione as conclusões do intérprete.

À luz dessas concepções do processo de interpretação, é correto afirmar, em relação às construções de Maria, Joana e Aline, que:

a) nenhuma delas se harmoniza com o formalismo;

b) apenas as de Aline se harmonizam com a tópica pura;

c) apenas as de Joana se harmonizam com o realismo jurídico;

d) apenas as de Maria se harmonizam com a Escola do Direito Livre;

e) apenas as de Joana e de Aline se harmonizam com o originalismo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. A concepção de Aline, que enfatiza a linguagem como direcionadora do intérprete, está alinhada ao formalismo jurídico. O formalismo prioriza a interpretação do texto legal com base em seus significados literais, o que está em consonância com a abordagem semiótica defendida por Aline.

A alternativa B está incorreta. A tópica pura, defendida por Theodor Viehweg, prioriza a resolução de problemas concretos a partir de uma abordagem casuística e prática, em que o contexto desempenha papel relevante. Nesse sentido, a visão de Aline, que dá primazia à linguagem, não se harmoniza com a tópica pura, pois esta rejeita o formalismo e busca soluções que considerem as peculiaridades do caso concreto.

A alternativa C está incorreta. O realismo jurídico enfatiza a importância dos fatos e da experiência na aplicação do Direito, questionando a ideia de que as normas jurídicas são capazes de prever e solucionar todos os casos concretos. A concepção de Joana, que considera tanto os aspectos da linguagem como as necessidades do contexto, se aproxima mais do método hermenêutico-concretizador, que busca integrar o texto legal à realidade social. O realismo jurídico, por sua vez, tende a dar mais ênfase à observação da prática judicial e aos fatores sociais, psicológicos e econômicos que influenciam as decisões.

A alternativa D está correta. A concepção de Maria, que adota uma abordagem sociológica centrada nas necessidades sociopolíticas, está próxima da Escola do Direito Livre, que enfatiza a liberdade do juiz para interpretar a norma de acordo com as demandas sociais.

A alternativa E está incorreta. O originalismo enfatiza a interpretação conforme o significado original do texto constitucional, o que está mais próximo da abordagem semiótica de Aline. A concepção de Joana, que equilibra texto e contexto, não se harmoniza com o originalismo, pois esta corrente não prioriza aspectos contextuais contemporâneos na interpretação.

QUESTÃO 68. João, oficial da Polícia Militar do Estado Alfa há seis anos, e filiado ao partido político Beta, requereu o registro de sua candidatura para concorrer ao cargo eletivo de deputado estadual na eleição a ser realizada no ano X.

Ao analisar o requerimento formulado, o órgão jurisdicional competente concluiu que João agiu corretamente, na medida em que ele:

a) se desincompatibilizou no prazo de filiação partidária exigido pelo estatuto de Beta;

b) se afastou definitivamente da atividade a partir do requerimento de registro de candidatura;

c) se afastou provisoriamente da atividade até o registro, de modo que, se eleito, será agregado pela autoridade superior no ato da diplomação;

d) foi agregado pela autoridade superior a partir do requerimento de registro, de modo que, se eleito, passará para a inatividade no ato da diplomação;

e) se afastou provisoriamente da atividade até três meses antes da eleição, de modo que poderá ser reaproveitado, caso não seja eleito, a partir da proclamação do resultado da eleição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre capacidade eleitoral.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas e a alternativa B está correta. Conforme artigo 14, §8º, I, da CF: "§8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade".

QUESTÃO 69. A propaganda política, gênero da qual são espécies a propaganda partidária, a intrapartidária e a eleitoral, é relevante fase do processo eleitoral. Permite-se a utilização de qualquer método persuasivo lícito para obter a adesão do eleitor. Garante-se a liberdade de expressão enquanto a propaganda não colidir com outros direitos fundamentais.

Considerando a moderna doutrina e os entendimentos do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) é proibida a propaganda em bens particulares, ainda que seja feita com a concordância do proprietário e que não configure efeito outdoor;

b) permite-se a propaganda em bens particulares desde que com a concordância do proprietário e com o devido pagamento pelo uso do espaço;

c) é regular a propaganda eleitoral realizada em estacionamento rotativo, pago, cuja propriedade é particular, com a concordância do proprietário;

d) veda-se a propaganda eleitoral nas dependências de Poder Legislativo, ainda que a Mesa Diretora da Casa assim o tenha permitido;

e) permite-se a apresentação musical de artistas para a arrecadação de recursos para a campanha eleitoral, devendo ser declarados os valores obtidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre propaganda eleitoral.

As alternativas A e B estão incorretas. Conforme artigo 37, §8º, da Lei 9.504/97: "§8º A veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares deve ser espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para esta finalidade".

A alternativa C está incorreta. A legislação veda propaganda em bens de uso comum, ainda que de propriedade particular, como estacionamentos rotativos pagos, por serem acessíveis ao público em geral (art. 37, caput, da Lei 9.504/1997).

A alternativa D está incorreta. Conforme artigo 37, §3º, da Lei 9.504/97: "§3º Nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da Mesa Diretora".

A alternativa E está correta. Conforme artigo 17, parágrafo único, II, da Resolução 23.671/21 do TSE: "Art. 17. É proibida a realização de showmício e de evento assemelhado, presencial ou transmitido pela internet, para promoção de candidatas e candidatos e a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral, respondendo a pessoa infratora pelo emprego

de processo de propaganda vedada e, se for o caso, pelo abuso de poder. Parágrafo único. A proibição de que trata o caput deste artigo não se estende: II - às apresentações artísticas ou shows musicais em eventos de arrecadação de recursos para campanhas eleitorais previstos no art. 23, § 4º, V, da Lei 9.504/1997".

QUESTÃO 70. Caio, candidato a vereador no município Alfa, recebeu, diretamente, doação em dinheiro de fundação mantida com recursos públicos. O partido político X ofereceu, no prazo legal, representação à Justiça Eleitoral, que posteriormente foi julgada procedente e confirmada, pelo Tribunal Superior Eleitoral, transitando em julgado. Inconformado, Caio ajuizou ação rescisória, juntando documentos que demonstrariam a inocorrência de doação irregular.

Considerando a legislação em vigor e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) o pedido formulado em ação rescisória deve ser julgado procedente, caso seja demonstrado, inequivocamente, que a doação irregular não ocorreu;

b) é cabível o ajuizamento de ação rescisória na hipótese versada no enunciado, uma vez que houve o trânsito em julgado da decisão;

c) é admissível ação rescisória contra acórdãos que julguem recursos em representações fundadas em captação e gasto ilícito de recursos;

d) inadmite-se ação rescisória de decisões proferidas por Tribunal Regional Eleitoral, ainda que demonstrado o efetivo trânsito em julgado;

e) admite-se ação rescisória de decisões do Tribunal Regional Eleitoral que versem sobre a incidência de causa de inelegibilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre recursos eleitorais.

A alternativa D está correta e as demais incorretas. Conforme Súmula 33 do TSE: "Somente é cabível ação rescisória de decisões do Tribunal Superior Eleitoral que versem sobre a incidência de causa de inelegibilidade".

QUESTÃO 71. O empresário individual João Alfredo requereu no juízo da comarca de Araripina a invalidação do ato de protesto de nota promissória por ele subscrita e a sustação de seus efeitos alegando a irregularidade de sua intimação pelo tabelião, feita por aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que:

a) o tabelião de protesto poderá utilizar aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para enviar as intimações, não sendo obrigatória a intimação por carta ou pessoal;

b) a intimação do devedor por outro meio que não seja através do serviço dos Correios, ou de forma pessoal, somente será possível se o credor e apresentante do título requerer ao tabelião que a intimação se faça por via eletrônica;

c) a intimação do devedor pelo tabelião deverá ser pessoal, por portador do próprio tabelião, e no endereço fornecido pelo apresentante do título ou documento, considerando-se cumprida quando comprovada a sua entrega no mesmo endereço;

d) a intimação do devedor pelo tabelião poderá ser pessoal ou através dos serviços dos Correios, considerando-se cumprida quando comprovada a sua entrega no mesmo endereço, tendo razão o devedor em sua argumentação;

e) a intimação do devedor pode ser feita por meio de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz; porém, se após 48 horas, contadas da remessa, não for comprovado o recebimento, deverá ser providenciada a intimação por portador do próprio tabelião.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata do tema intimação na lei n° 9.492/97 que trata de protesto de títulos.

A alternativa A está correta. Trata-se de previsão disposta no artigo 14 § 3° da Lei n° 9.492/97 § 3º: "O tabelião de protesto poderá utilizar meio eletrônico ou aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para enviar as intimações, caso em que a intimação será considerada cumprida quando comprovado o seu recebimento por meio de confirmação de recebimento da plataforma eletrônica ou outro meio eletrônico equivalente.";

A alternativa B está incorreta. Admite-se a intimação por qualquer meio, conforme disposto no art.14 § 1° da Lei n° 9.492/97: "§ 1º A remessa da intimação poderá ser feita por portador do próprio tabelião, ou por qualquer outro meio, desde que o recebimento fique assegurado e comprovado através de protocolo, aviso de recepção (AR) ou documento equivalente.";

A alternativa C está incorreta. Conforme já descrito, admite-se qualquer meio de intimação;

A alternativa D está incorreta. Conforme já descrito, admite-se qualquer meio de intimação;

A alternativa E está incorreta. O prazo é de 3(três) dias, e não de 48 horas, conforme o artigo 14 § 4º da Lei n° 9.492/97: "Após 3 (três) dias úteis, contados da remessa da intimação na forma do § 3º, sem que haja a comprovação de recebimento, deverá ser providenciada a intimação nos termos dos §§ 1º e 2º deste artigo.".

QUESTÃO 72. Acerca das disposições sobre os Títulos de Crédito no Código Civil, é correto afirmar que:

a) consideram-se lugar de emissão e de pagamento, quando não - indicados no título, respectivamente, o domicílio do emitente e o do beneficiário;

b) consideram-se não escritas no título a cláusula de juros, a de indicação a pagamento por intervenção, a proibitiva de endosso e a que dispense a observância de termos e formalidades prescritas;

c) o portador de título representativo de mercadoria tem o direito de transferi-lo somente por endosso, ou de receber aquela independentemente de quaisquer formalidades, além da entrega do título devidamente quitado;

d) enquanto o título de crédito estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa;

e) o título de crédito, incompleto ao tempo da emissão, deve ser preenchido em conformidade com os ajustes realizados, e o descumprimento dos ajustes pelos que deles participaram constitui motivo de oposição ao terceiro portador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema títulos de crédito no código civil.

A alternativa A está incorreta. Considera-se o domicílio do emitente, conforme dispõe o artigo 889 § 2º do Código Civil: "Considera-se lugar de emissão e de pagamento, quando não indicado no título, o domicílio do emitente.";

A alternativa B está incorreta. O art. 890 do Código Civil indica expressamente quais as cláusulas que se consideram não escritas: "Consideram-se não escritas no título a cláusula de juros, a proibitiva de endosso, a excludente de responsabilidade pelo pagamento ou por despesas, a que dispense a observância de termos e formalidade prescritas, e a que, além dos limites fixados em lei, exclua ou restrinja direitos e obrigações.";

A alternativa C está incorreta. Não há a restrição para transmissão somente por endosso, conforme dispõe o art. 894 do Código Civil: "O portador de título representativo de mercadoria tem o direito de transferi-lo, de conformidade com as normas que regulam a sua circulação, ou de receber aquela independentemente de quaisquer formalidades, além da entrega do título devidamente quitado.";

A alternativa D está correta. Corresponde à literalidade do artigo Art. 895 do Código Civil: "Enquanto o título de crédito estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa.";

A alternativa E está incorreta. Não haverá oposição automática ao terceiro portador de boa-fé, conforme dispõe o art. 891 do Código Civil: "O título de crédito, incompleto ao tempo da emissão, deve ser preenchido de conformidade com os ajustes realizados. Parágrafo único. O descumprimento dos

ajustes previstos neste artigo pelos que deles participaram, não constitui motivo de oposição ao terceiro portador, salvo se este, ao adquirir o título, tiver agido de má-fé."

QUESTÃO 73. A sociedade empresária Vicência Móveis e Decorações Ltda. requereu, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o registro, como desenho industrial, da forma plástica ornamental de uma cadeira, que proporciona resultado visual novo e original na sua configuração externa e é suscetível de fabricação industrial

Acerca do pedido de registro, é correto afirmar que:

a) apresentado o pedido, será ele submetido a exame formal preliminar e, se devidamente instruído, será protocolizado, considerada a data do depósito a da sua apresentação;

b) o pedido de registro de desenho industrial terá que se referir a um único objeto, vedada qualquer pluralidade de variações;

c) se o requerente, por ocasião do depósito, solicitar o sigilo, o pedido poderá ser retirado em até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do depósito;

d) o pedido de registro poderá ser aceito sem o comprovante de pagamento da retribuição relativa ao depósito, caso em que a retribuição deverá ser recolhida ao INPI no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento;

e) o INPI não poderá receber pedido de registro que não esteja formalmente instruído com a documentação exigida por lei, ainda que contenha dados suficientes relativos depositante, ao desenho industrial e ao autor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Propriedade Industrial.

A alternativa A está correta. Corresponde à literalidade do artigo 102 da LPI: "art. 102. Apresentado o pedido, será ele submetido a exame formal preliminar e, se devidamente instruído, será protocolizado, considerada a data do depósito a da sua apresentação.";

A alternativa B está incorreta. A LPI admite a pluralidade de variações, conforme dispõe o art. 104. "O pedido de registro de desenho industrial terá que se referir a um único objeto, permitida uma pluralidade de variações, desde que se destinem ao mesmo propósito e guardem entre si a mesma característica distintiva preponderante, limitado cada pedido ao máximo de 20 (vinte) variações."

A alternativa C está incorreta. O prazo é de 90 (noventa) dias e não 120 (cento e vinte), conforme dispõe o art. 105 da LPI. "Se solicitado o sigilo na forma do § 1º do art. 106, poderá o pedido ser retirado em até 90 (noventa) dias contados da data do depósito.";

A alternativa D está incorreta. O pagamento é um dos requisitos para o pedido de patente, conforme dispõe o artigo 109 da LPI: "O pedido de patente, nas condições estabelecidas pelo INPI, conterá: I -

requerimento; II - relatório descritivo; III - reivindicações; IV - desenhos, se for o caso; V - resumo; e VI - comprovante do pagamento da retribuição relativa ao depósito.";

A alternativa E está incorreta. A LPI admite a complementação posterior, conforme Art. 21: "O pedido que não atender formalmente ao disposto no art. 19, mas que contiver dados relativos ao objeto, ao depositante e ao inventor, poderá ser entregue, mediante recibo datado, ao INPI, que estabelecerá as exigências a serem cumpridas, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução ou arquivamento da documentação.".

QUESTÃO 74. A sociedade empresária Pedreira Barra de São Pedro Ltda. requereu, ao juízo da comarca de Jatinã, a homologação de plano de recuperação extrajudicial assinado por todos os credores a ele submetidos.

Considerando-se o procedimento para a homologação do plano e as providências a serem determinadas pelo juiz, é correto afirmar que:

a) o juiz ordenará a publicação de edital no órgão oficial e em jornal de grande circulação nacional ou das localidades da sede e das filiais do devedor, convocando todos os credores do devedor para tomarem ciência e, eventualmente, oferecer impugnação;

b) havendo prova de simulação de créditos ou vício de representação dos credores que subscreverem o plano, a homologação do plano de recuperação extrajudicial deverá ser indeferida pelo juiz;

c) decorrido o prazo para o devedor apresentar sua manifestação sobre as impugnações, os autos serão conclusos ao juiz para apreciação das impugnações, e este decidirá, no prazo de 15 dias, acerca do plano de recuperação extrajudicial;

d) ao receber a petição, e estando ela devidamente instruída, o juiz determinará, de ofício, a suspensão das execuções em curso, exclusivamente em relação aos créditos abrangidos no plano, com efeito retroativo à data de sua assinatura;

e) o juiz deverá indeferir o pedido de homologação se ficar comprovado por qualquer credor, na impugnação, que o devedor realizou pagamento de dívida vincenda dentro do termo legal, por ser essa prática ato objetivamente ineficaz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema recuperação judicial e falência.

A alternativa A está incorreta. A publicação será de edital eletrônico, conforme disposto no artigo 164 da LRF: "Recebido o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial previsto nos arts. 162 e 163 desta Lei, o juiz ordenará a publicação de edital eletrônico com vistas a convocar os credores do devedor para apresentação de suas impugnações ao plano de recuperação extrajudicial, observado o disposto no § 3º deste artigo.";

A alternativa B está correta. É o que dispõe o artigo 164 § 6º da LRF: "Havendo prova de simulação de créditos ou vício de representação dos credores que subscreverem o plano, a sua homologação será indeferida.";

A alternativa C está incorreta. O prazo para o juiz decidir é de 5 (cinco) dias e não 15 (quinze) dias, conforme o artigo 164 § 5º: "Decorrido o prazo do § 4º deste artigo, os autos serão conclusos imediatamente ao juiz para apreciação de eventuais impugnações e decidirá, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do plano de recuperação extrajudicial, homologando-o por sentença se entender que não implica prática de atos previstos no art. 130 desta Lei e que não há outras irregularidades que recomendem sua rejeição.";

A alternativa D está incorreta. A LRF em seu artigo 6°, inciso II prevê: "A suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência.";

A alternativa E está incorreta. No caso de prática de atos ineficazes, listados no artigo 129 da LFR, desafia ação própria ou incidental e não impugnação, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 129: "A ineficácia poderá ser declarada de ofício pelo juiz, alegada em defesa ou pleiteada mediante ação própria ou incidentalmente no curso do processo".

QUESTÃO 75. Gravatá Telecomunicações S/A, sociedade anônima de capital fechado e com sede na cidade do Recife/PE, irá incorporar todas as ações do capital social da Companhia Trindade de Cabos e Fibras Óticas, sociedade anônima de capital fechado e com sede na cidade de Caruaru/PE, para convertê-la em subsidiária integral da primeira.

Considerada a operação societária que se pretende realizar, é correto afirmar que:

a) a operação deve ser submetida à assembleia geral da incorporadora das ações/ porém são dispensáveis o protocolo e a justificação em razão de a Companhia Trindade de Cabos e Fibras Óticas vir a se tornar subsidiária integral de Gravatá Telecomunicações S/A;

b) a assembleia geral da Companhia Trindade de Cabos e Fibras Óticas somente poderá aprovar a operação por metade, no mínimo, das ações com direito a voto e, se a aprovar, autorizará o Conselho de Administração a subscrever o aumento do capital da incorporadora das ações, por conta dos seus acionistas;

c) aprovado o laudo de avaliação das ações da sociedade Companhia Trindade de Cabos e Fibras Óticas pela assembleia geral de Gravatá Telecomunicações S/A, será efetivada a incorporação, e os titulares das ações incorporadas receberão diretamente da incorporadora as ações que lhes couberem;

d) na proporção das ações que possuírem no capital de Gravatá Telecomunicações S/A, seus acionistas somente terão direito de preferência para adquirir ações do capital da futura subsidiária integral se a companhia decidir aliená-las no todo;

e) na proporção das ações que possuírem no capital de Gravatá Telecomunicações S/A, seus acionistas terão direito de preferência para subscrever aumento de capital da futura subsidiária integral se a companhia decidir mudar o objeto essencial dela ou transferir sua sede para fora do país.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema direito societário.

A alternativa A está incorreta. O protocolo e a justificação não são dispensáveis, conforme dispõe a Lei n° 6.404/76 em seu artigo 252: "A incorporação de todas as ações do capital social ao patrimônio de outra companhia brasileira, para convertê-la em subsidiária integral, será submetida à deliberação da assembléia-geral das duas companhias mediante protocolo e justificação, nos termos dos artigos 224 e 225.";

A alternativa B está incorreta. A autorização será concedida à Diretoria, e não ao Conselho de Administração, conforme o art. 252 § 2º "A assembleia geral da companhia cujas ações houverem de ser incorporadas somente poderá aprovar a operação por metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, se a aprovar, autorizará a diretoria a subscrever o aumento do capital da incorporadora, por conta dos seus acionistas, e os dissidentes da deliberação terão direito de se retirar da companhia, observado o disposto no inciso II do caput do art. 137 desta Lei, mediante o reembolso do valor de suas ações, nos termos do art. 230 desta Lei.";

A alternativa C está correta. É o que dispõe o artigo 252 § 3° da Lei n° 6.404/76 "§ 3º Aprovado o laudo de avaliação pela assembléia-geral da incorporadora, efetivar-se-á a incorporação e os titulares das ações incorporadas receberão diretamente da incorporadora as ações que lhes couberem.";

A alternativa D está incorreta. Também cabível quando a alienação for em parte, conforme dispõe o artigo 253 da Lei n° 6.404/76 "Na proporção das ações que possuírem no capital da companhia, os acionistas terão direito de preferência para: I - adquirir ações do capital da subsidiária integral, se a companhia decidir aliená-las no todo ou em parte.";

A alternativa E está incorreta. Não há esta previsão legal.

QUESTÃO 76. Acerca dos aspectos processuais relativos à ação revocatória, é correto afirmar que:

a) a sentença que julgar procedente a ação revocatória determinará o retorno dos bens à massa falida em espécie, com todos os acessórios, ou o valor de mercado dos bens, acrescido das perdas e danos;

b) o ato revogável em relação à massa não poderá ser desconstituído pela ação revocatória se tiver sido praticado antes da falência com base em decisão judicial, ficando albergado pela autoridade da coisa julgada;

c) o juiz poderá, de ofício ou a requerimento do autor da ação revocatória, ordenar, como medida preventiva, o sequestro dos bens retirados do patrimônio do devedor que estejam em poder de terceiros;

d) a ação revocatória deverá ser proposta pela massa falida, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de um ano contado da data da juntada do auto de arrecadação ao processo falimentar;

e) têm legitimidade passiva na ação revocatória os terceiros adquirentes, se o direito se originou de ato ineficaz em relação à massa falida, além de todos os que figuraram no ato ou foram por efeito dele pagos, garantidos ou beneficiados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre a ação revocatória, prevista na lei de falências e recuperação judicial.

A alternativa A está correta. É a literalidade do artigo 135 da LFR " A sentença que julgar procedente a ação revocatória determinará o retorno dos bens à massa falida em espécie, com todos os acessórios, ou o valor de mercado, acrescidos das perdas e danos."

A alternativa B está incorreta. Não há proteção da coisa julgada, conforme dispõe o art. 138 da LFR "O ato pode ser declarado ineficaz ou revogado, ainda que praticado com base em decisão judicial, observado o disposto no art. 131 desta Lei. Parágrafo único. Revogado o ato ou declarada sua ineficácia, ficará rescindida a sentença que o motivou.";

A alternativa C está incorreta. O juiz não pode decretar o sequestro de ofício, somente por requerimento, conforme disposto no Art. 137. "O juiz poderá, a requerimento do autor da ação revocatória, ordenar, como medida preventiva, na forma da lei processual civil, o seqüestro dos bens retirados do patrimônio do devedor que estejam em poder de terceiros.";

A alternativa D está incorreta. O prazo é de 3(três) anos e não de 1(um) ano, conforme art. 132 da LFR: " A ação revocatória, de que trata o art. 130 desta Lei, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 3 (três) anos contado da decretação da falência.";

A alternativa E está incorreta. No caso dos terceiros adquirentes é necessário o conhecimento da intenção de prejudicar os credores, conforme dispõe o art. 133 da LFR: "A ação revocatória pode ser promovida: I – contra todos os que figuraram no ato ou que por efeito dele foram pagos, garantidos ou beneficiados; II – contra os terceiros adquirentes, se tiveram conhecimento, ao se criar o direito, da intenção do devedor de prejudicar os credores; III – contra os herdeiros ou legatários das pessoas indicadas nos incisos I e II do **caput** deste artigo.".

QUESTÃO 77. A empresa ABC Ltda., sediada em município pernambucano, apurou e pagou antecipadamente os valores relativos ao imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), tributo submetido a regime de lançamento por homologação, referente ao exercício de 2018. No âmbito de fiscalização realizada pelo Fisco municipal no ano de 2024, a autoridade fazendária constatou que o pagamento foi realizado corretamente, mas não houve homologação expressa pela administração tributária municipal A despeito disso, identificou que a empresa omitira valores do tributo em 2018, não constatando a presença de dolo, fraude ou simulação na

omissão. Sendo assim, a Fazenda municipal procedeu em 2024 à constituição do crédito tributário para os valores não pagos.

Diante da situação descrita e na esteira do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) os créditos tributários referentes aos valores pagos antecipadamente e aos não pagos em 2018 foram extintos, pois o prazo decadencial para a homologação do lançamento se iniciou em 2018 e expirou em 2023; logo, não podem ser revistos pela Fazenda municipal;

b) o crédito tributário referente aos valores não pagos ainda pode ser constituído pela Fazenda municipal em 2024, pois o prazo decadencial conta-se a partir do primeiro dia do exercício de 2019;

c) o crédito tributário referente aos valores pagos antecipadamente pode ser revisto pela Fazenda municipal em 2024, pois o pagamento antecipado extingue o crédito sob condição resolutória;

d) o crédito tributário referente aos valores pagos antecipadamente pode ser revisto pela Fazenda municipal em 2024, pois o prazo decadencial inicia-se com a homologação expressa pela administração tributária;

e) o crédito tributário referente aos valores não pagos em 2018 está sujeito à contagem do prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador, encerrando-se em 2023, pois não houve dolo, fraude ou simulação na omissão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema constituição do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta. Conta-se o prazo a partir do fato gerador;

A alternativa B está incorreta. Conforme entendimento sumulado pelo STJ, súmula 555, a contagem será a partir do fato gerador.

A alternativa C está incorreta. Conforme entendimento sumulado pelo STJ, súmula 555, a contagem será a partir do fato gerador.

A alternativa D está incorreta. Conforme entendimento sumulado pelo STJ, súmula 555, a contagem será a partir do fato gerador.

A alternativa E está correta. Entendimento de acordo com a súmula 555 do STJ, que assim dispõe: "Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.".

QUESTÃO 78. Um magistrado vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco deve controlar a conduta fiscalizatória de um auditor-fiscal do Tesouro Estadual no que toca ao direito fundamental ao sigilo e à reserva de jurisdição com o intuito de aferir a realização de fato gerador do imposto sobre transmissão causa mortis e doação, o agente fazendário requisitou o compartilhamento de uma série de informações bancárias e fiscais, sem autorização judicial prévia.

Diante do questionamento em sede judicial pelo contribuinte fiscalizado desses atos, compete ao juiz declarar a invalidade do compartilhamento de dados bancários e fiscais, ainda que comprovada a instauração regular de processo administrativo e mediante solicitação do auditor estadual, por parte de:

a) auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil sobre o patrimônio e os rendimentos do fiscalizado, havendo indícios de infração administrativa;

b) auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil sobre ilícitos descritos em representação fiscal para fins penais encaminhada ao Ministério Público;

c) instituições e intermediadores financeiros e de pagamento acerca de transações de mercadoria ou serviço entre consumidor e beneficiário de pagamentos realizadas via PIX;

d) instituições financeiras constantes em seus registros na hipótese de o contribuinte ter sido notificado do expediente e o pedido de acesso ter sido avalizado por superior hierárquico do requerente;

e) auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil sobre informações prestadas pelo contribuinte aderente a programa de repatriação de ativos, cuja lei instituidora equipare a divulgação dessas informações à quebra de sigilo fiscal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema transferência de dados bancários e direito à intimidade.

A alternativa A está correta. Com o indício de infração administrativa se torna inválido o compartilhamento de dados;

A alternativa B está incorreta. Não se trata de hipótese de invalidade do compartilhamento, haja vista a representação fiscal para fins penais realizada pelo Ministério Público;

A alternativa C está incorreta. As operações realizadas via pix não constituem exceção ao poder de fiscalização;

A alternativa D está incorreta. Na hipótese houve a comunicação ao contribuinte e a autorização do superior hierárquico, afastada a invalidade portanto;

A alternativa E está incorreta. Não afasta a incidência do entendimento jurisprudencial o fato de ser transação referente à repatriação de ativos.

QUESTÃO 79. Uma entidade religiosa com sede e atuação em um município pernambucano foi notificada pela fazenda municipal sobre a lavratura de auto de infração. A fiscalização envolveu três imóveis. O primeiro foi um templo onde a entidade realiza suas atividades religiosas, localizado em um edifício alugado no Centro da cidade. O segundo referiu-se a uma chácara doada à entidade, que atualmente utiliza o local para tratamento de dependentes químicos, localizada em área urbana. O terceiro consistiu em um apartamento que faz parte do patrimônio da entidade e é destinado à residência de uma autoridade religiosa.

Diante dessa situação e com base na Constituição Federal de 1988, no Código Tributário Nacional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o auto de infração pode ser legitimamente justificado com os seguintes fundamentos fáticos- jurídicos:

a) não pagamento de IPTU em relação ao templo, dado que a entidade não é proprietária do imóvel;

b) não pagamento de IPTU em relação ao apartamento, dado que o local não se destina à realização de atos religiosos;

c) não exibição de documentos e papéis relativos a colaborador da entidade, quando a fiscalização busca averiguar o cumprimento de obrigações tributárias por terceiros;

d) não pagamento de IPTU em relação à chácara, dado que o uso para tratamento de dependentes químicos não está vinculado às suas finalidades essenciais;

e) não exibição, por conta da ausência de conservação, de livros obrigatórios relativos a fatos, cujos créditos tributários decorrentes estariam prescritos ao tempo da fiscalização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema imunidade tributária.

A alternativa A está incorreta. A imunidade tributária não é afastada neste caso.

A alternativa B está incorreta. O apartamento, por ser destinado à moradia de autoridade religiosa, está abarcado pela imunidade tributária;

A alternativa C está correta. A imunidade tributária não afasta o poder de fiscalização da Fazenda Municipal;

A alternativa D está incorreta. Não se afasta a imunidade tributária no caso concreto, pois a chácara é utilizada pela entidade religiosa;

A alternativa E está incorreta. Trata-se de créditos prescritos ao tempo da fiscalização.

QUESTÃO 80. Um município pernambucano ajuizou execução fiscal em face de uma empresa sediada em seu território para a cobrança de crédito tributário em valor inferior a um salário-mínimo. Diante da lide tributária, o magistrado da comarca decidiu por extinguir o processo, sem resolução do mérito, sob o fundamento de ausência de interesse de agir do município. Em recurso interposto em face dessa decisão, a procuradoria municipal alegou que, embora a execução fiscal seja de baixo valor, possui milhares de contribuintes inscritos em sua dívida em situação semelhante, de modo que, a prevalecer o entendimento do juízo, haveria incentivo à inadimplência e comprometimento da arrecadação tributária.

À luz da situação descrita, segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a decisão do magistrado da comarca está:

a) correta, caso precedida de tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa, assim como de protesto do título;

b) correta, independentemente do protesto do título, caso a tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa tenha se revelado frustrada;

c) correta, independentemente de qualquer providência administrativa prévia, por força do princípio constitucional da eficiência;

d) incorreta, pois a tutela jurisdicional caracteriza-se como uma sanção política em matéria tributária em desfavor da Fazenda municipal;

e) incorreta, porque, na ausência de autorização legal, a autonomia financeira do município pernambucano garante ao Poder Executivo a faculdade de perseguir seus créditos tributários mediante execução fiscal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme fixado pelo STF, tema 1184, não haverá protesto no caso concreto, pois não atende o princípio da eficiência o protesto de dívida de baixo valor.

A alternativa B está correta. Conforme tese fixada pelo STF, tema 1184: "É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.";

A alternativa C está incorreta. É necessário que haja a tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa, conforme Tema 1184 do STF;

A alternativa D está incorreta. A tutela jurisdicional não se caracteriza como uma sanção política.

A alternativa E está incorreta. Há ofensa ao princípio da eficiência, consubstanciado no artigo 37 da Constituição como um princípio da Administração Pública.

QUESTÃO 81. O Estado Fiscal caracteriza-se pela arrecadação de receitas públicas predominantemente derivada de impostos, e pela produção de riquezas realizada pelos contribuintes O recolhimento dos impostos corresponde à principal fonte de recursos para a realização das despesas gerais do Estado. Nesse contexto, o direito brasileiro adota o princípio da não vinculação das receitas de impostos, estabelecendo que, em regra, tais receitas não devem ser vinculadas a despesas específicas, exceto em algumas hipóteses expressamente previstas na Constituição.

Com base na Constituição Federal de 1988, corresponde a uma exceção à regra da não afetação dos impostos, no âmbito dos estados e do Distrito Federal, a hipótese de:

a) vinculação de percentual das receitas de impostos estaduais para pagamento de débitos com os fornecedores do estado;

b) vinculação de percentual das receitas de impostos estaduais às ações e serviços para manutenção e desenvolvimento do turismo;

c) vinculação das receitas de impostos estaduais para pagamento de servidores públicos pertencentes às carreiras das polícias civis e militares;

d) vinculação de percentual da receita tributária líquida ao financiamento de programas e projetos culturais, por meio de fundo estadual de fomento à cultura e exercitada essa faculdade pelo ente estadual;

e) vinculação de percentual da receita orçamentária a entidades desportivas dirigentes e associações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema princípio da não vinculação de receita.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de uma exceção ao princípio da não vinculação de receita;

A alternativa B está incorreta. Não se trata de uma exceção ao princípio da não vinculação de receita;

A alternativa C está correta.Não se trata de uma exceção ao princípio da não vinculação de receita;

A alternativa D está correta. Tal exceção ao princípio da não vinculação foi introduzida pela EC 42/03 e incluiu no texto constitucional, art. 216 o § 6° "É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais…";

A alternativa E está incorreta. Não se trata de uma exceção ao princípio da não vinculação de receita.

QUESTÃO 82. Momentos antes de um navio petroleiro de propriedade da pessoa jurídica X atracar no Porto de Suape, os órgãos de fiscalização verificam grande vazamento de petróleo advindo do aludido navio. Por conseguinte, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Capitania dos Portos aplicaram multas à pessoa jurídica X.

Sobre o caso, e correto afirmar que:

a) é possível a aplicação cumulativa das duas sanções decorrentes da mesma infração ambiental;

b) apenas o Ibama tem competência para aplicação da multa ambiental;

c) apenas a Capitania dos Portos tem competência para aplicação da multa ambiental;

d) a multa foi incorretamente aplicada, uma vez que apenas o estado onde ocorreu o dano tem competência para aplicar a multa ambiental;

e) a multa foi incorretamente aplicada, uma vez que apenas o município onde ocorreu o dano tem competência para aplicar a multa ambiental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ao julgar a REsp 2.032.619 em caso simular ao narrado, onde houve a aplicação de multa pelo Ibama e pela Capitania dos Portos, nesse sentido, o STJ validou as multas sendo que elas não se excluem, pelo contrário, se complementam.

As alternativas B e C estão incorretas. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça exarado no REsp 2.032.619, a Capitania dos Portos possui competência para aplicação de multa ambiental conjuntamente com o Ibama.

A alternativa D e E estão incorretas. No exercício de poder de polícia trata-se de competência comum entre os entes, consoante o art. 23 da CRFB/88.

QUESTÃO 83. A sociedade empresária A adquiriu terreno localizado dentro de área de preservação permanente para construção de estacionamento, sendo regularmente obtidas as licenças prévia e de instalação.

No entanto, antes mesmo da aquisição, no local do terreno, o antigo proprietário havia causado desmatamento ilegal.

Tendo em vista o dano ambiental causado, determinada associação civil propôs ação civil pública em face da sociedade empresária A, atual proprietária do terreno, com pedido de interrupção das suas atividades e reparação de danos.

Sobre o caso, e correto afirmar que:

a) a associação civil não possui legitimidade ativa para propor ação civil pública para tutela do meio ambiente, com pedido de interrupção das atividades:

b) a situação de consolidação da área degradada autoriza a permanência das instalações e atividades pela sociedade empresária A, com responsabilização da autoridade que concedeu a licença:

c) a situação de consolidação da área degradada autoriza a permanência das instalações e atividades pela sociedade empresária A, com responsabilização do antigo proprietário se terreno, que causou o desmatamento;

d) a situação de consolidação da área degradada autoriza a permanência das instalações pela sociedade empresária A, mas não a continuidade das suas atividades, com responsabilização do antigo proprietário do terreno, que causou o desmatamento;

e) o pedido da ação civil pública deve ser procedente, pois, ainda que obtidas as licenças ambientais, é necessária a suspensão das atividades da sociedade empresária A, com desocupação e demolição das edificações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, contrariando o disposto no art. 5º da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85).

A alternativa B está incorreta. Consoante a Sumula 613 do STJ, não se aplica a Teoria do Fato Consumado em caso de degradação do meio ambiente.

A alternativa C e D estão incorretas, ante a inaplicabilidade da Teoria do Fato Consumado, conforme o entendimento sumulado (Súmula 613/STJ).

A alternativa E está correta. A Responsabilidade civil ambiental é objetiva, solidária, imprescritível e pode decorrer de um ato lícito, conforme assim explica o professor Thiago Leite.

QUESTÃO 84. Tício extraia ilegalmente madeira em área de preservação permanente. Após o seu falecimento, o Ministério Público do Estado de Pernambuco propôs ação civil pública em face do espólio de Tício para reparação civil pelos danos decorrentes da extração ilegal de madeira.

Sobre o caso, e correto afirmar que:

a) prescreve em três anos a pretensão de reparação civil em razão de danos ambientais, sendo certo que a lavratura do auto de infração interrompe o prazo;

b) prescreve em cinco anos a pretensão de reparação civil em razão de danos ambientais, sendo certo que a lavratura do auto de infração interrompe o prazo:

c) prescreve em dez anos a pretensão de reparação civil em razão de danos ambientais, prescrição interrompida apenas com o despacho que ordena a citação;

d) a pretensão de reparação civil em razão de danos ambientais não está sujeita a prescrição;

e) a ação civil pública para a pretensão de reparação civil do dano é personalíssima, não podendo ser ajuizada em face do espólio de Tício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, estando em consonância com o entendimento jurisprudencial exarado no REsp 1.346.489, em que o Superior Tribunal de Justiça entendeu que em casos análogos ao narrado a responsabilidade civil ambiental é objetiva, solidária e imprescritível.

As demais alternativas estão incorretas, pois estão contrárias ao entendimento jurisprudencial sobre a matéria.

QUESTÃO 85. A sociedade empresária Y solicitou licença ambiental perante a autoridade competente, com o objetivo de iniciar a construção de empreendimento hoteleiro localizado em unidade conservação no município X.

Decorridos três anos e dois meses do protocolo do pedido, sem que tenha havido resposta formal da autoridade ambiental, a sociedade empresária Y inicia as obras de construção do empreendimento.

Sobre o caso, é correto afirmar que:

a) é possível o início das obras, sob condição resolutiva, tendo em vista o decurso de mais de três anos sem resposta da autoridade ambiental;

b) na ausência de uma manifestação formal por parte da autoridade ambiental competente, a sociedade empresária Y não está autorizada a iniciar as obras;

c) no âmbito das unidades de conservação de uso sustentável, o início das obras somente seria permitido após o transcurso de cinco anos da inércia da autoridade competente;

d) no âmbito das unidades de conservação de proteção integral, o início das obras somente seria permitido após o transcurso de cinco anos da inércia da autoridade competente;

e) decorrido um ano desde o protocolo do pedido de licença ambiental, sem que haja manifestação por parte da autoridade competente, a sociedade empresária Y está autorizada a

iniciar as obras, respondendo a autoridade competente pelos possíveis danos decorrentes da demora na resposta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O decurso do prazo não implica na emissão tácita da licença (art. 14, §3º, LC 140/11).

A alternativa B está correta. O decurso do prazo não implica na emissão tácita da licença, mas instaura a competência supletiva, consoante o art. 14, §3º, LC 140/11: "§3º O decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra, mas instaura a competência supletiva referida no art. 15."

A alternativa C está incorreta.

A alternativa D está incorreta. Não há a exigibilidade do transcurso de cinco anos (art. 14, §3º, LC 140/11).

A alternativa E está incorreta. Não há a exigibilidade do transcurso de um ano (art.14, §3º, LC 140/11).

QUESTÃO 86. "Uma decisão unânime do Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) [...] definiu que a prática de 'rachadinha' - a apropriação de parte do salário de servidores pelos políticos que os nomearam - configura enriquecimento ilícito e dano ao patrimônio público." (TSE decide que "rachadinha" configura enriquecimento ilícito e dano ao patrimônio público, notícia publicada no sítio eletrônico do TSE em 13/09/2021).

Sobre a ação de improbidade por atos que importam enriquecimento ilícito e causam prejuízo ao erário, é correto afirmar que:

a) se causar prejuízo ao erário e importar enriquecimento ilícito, o ato de improbidade administrativa deverá necessariamente ser indicado apenas um tipo dentre aqueles previstos na lei de regência;

b) na ação de improbidade administrativa, o juiz poderá modificar a capitulação legal apresentada pelo autor, observado o contraditório e vedada a modificação do fato principal;

c) se causar prejuízo ao erário e importar enriquecimento ilícito, o ato de improbidade administrativa poderá ser tipificado cumulativamente em mais de um dispositivo da lei de regência;

d) na ação de improbidade administrativa, o juiz poderá modificar o fato principal ou a capitulação legal apresentada pelo autor, observado o contraditório;

e) na ação de improbidade administrativa, o juiz poderá modificar a capitulação legal apresentada pelo autor, independentemente da prévia oitiva das partes, bem como modificar o fato principal, observado neste caso o contraditório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está correta. De acordo com o STJ: "É possível que uma só conduta ofenda simultaneamente mais de um dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade, hipótese em que prevalecerá a sanção mais grave. Aplica-se nesse caso o princípio da subsunção, segundo o qual a conduta e a sanção mais grave absorvem as de menor gravidade [...] (STJ - AREsp: 722364 DF 2015/0130571-7, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Publicação: DJ 29/06/2015)".

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 17, §10-C da Lei nº 8.429/92: "§ 10-C. Após a réplica do Ministério Público, o juiz proferirá decisão na qual indicará com precisão a tipificação do ato de improbidade administrativa imputável ao réu, sendo-lhe vedado modificar o fato principal e a capitulação legal apresentada pelo autor."

A alternativa C está incorreta. Embora uma mesma conduta possa violar mais de um dispositivo da Lei de Improbidade Administrativa (artigos 9º, 10 ou 11), a imputação deve ocorrer somente em relação ao enquadramento mais grave, conforme o princípio da subsunção. Essa interpretação está alinhada com a decisão do STJ no AREsp 722364 supracitado.

A alternativa D está incorreta. A afirmação não é compatível com o art. 17, §10-C da Lei de Improbidade Administrativa, que proíbe expressamente o juiz de modificar o fato principal e a capitulação legal apresentada pelo autor.

A alternativa E está incorreta. Essa alternativa viola o disposto no art. 17, §10-C da Lei de Improbidade Administrativa, que veda a modificação do fato principal e da capitulação legal pelo juiz. A prévia oitiva das partes ou a observância do contraditório não autorizam tais modificações.

QUESTÃO 87. O Tribunal de Contas do Estado, em dado exercício, reputou regulares despesas realizadas por determinado órgão público com diárias para seus servidores frequentarem seminário de gestão pública em outro estado da Federação. No exercício seguinte, contudo, o Tribunal de Contas julgou irregulares as despesas com diárias para que outros servidores desse órgão frequentassem o mesmo seminário, imputando débito ao ordenador de despesas e aos servidores beneficiados, por reputar ausente a vantajosidade para o erário, ante a existência de cursos de gestão pública no mesmo estado.

Nessa situação, é correto afirmar que o julgamento do Tribunal de Contas é:

a) ilegal, pois declarou inválida situação plenamente constituída com base em mudança posterior de orientação geral;

b) legal, pois o ordenador de despesas incorreu em erro grosseiro pela omissão em pesquisar cursos no mesmo estado;

c) legal, pois a Administração Pública pode declarar nulos seus próprios atos no exercício da autotutela;

d) ilegal, pois a imputação de débito somente é cabível ao ordenador de despesas, não abrangendo servidores beneficiados de boa-fé;

e) ilegal, pois somente o Poder Legislativo é competente para julgar as contas de gestão do Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do princípio da segurança jurídica, aspectos de direito público previstos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB e competência/atribuições do Tribunal de Contas.

A alternativa A está correta. Conforme o princípio da segurança jurídica e a previsão do art. 24 da LINDB, uma mudança de entendimento ou orientação administrativa não pode retroagir para prejudicar atos administrativos que foram considerados regulares à época de sua prática. Assim, se as despesas haviam sido julgadas regulares com base em critérios específicos, não se pode impor débito retroativamente apenas porque houve uma alteração no critério de avaliação no exercício seguinte. Assim: "Art. 24, LINDB: A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas".

A alternativa B está incorreta. O erro grosseiro seria relevante se a irregularidade fosse manifesta, mas o próprio enunciado indica que, no exercício anterior, o Tribunal de Contas julgou regulares despesas idênticas. Isso denota que a prática não era considerada claramente irregular à época, o que afasta a hipótese de erro grosseiro.

A alternativa C está incorreta. Embora a Administração Pública e o Tribunal de Contas possam rever seus próprios atos com base no poder de autotutela, tal poder deve respeitar o princípio da segurança jurídica. A revisão de um ato administrativo anterior que foi considerado válido não pode prejudicar aqueles que agiram de boa-fé com base no entendimento vigente.

A alternativa D está incorreta. Embora servidores que receberam valores de boa-fé não devam ser penalizados, essa alternativa limita indevidamente a responsabilidade. O Tribunal de Contas pode imputar débitos tanto ao ordenador de despesas quanto a servidores que tenham agido de má-fé ou com dolo. No entanto, o caso apresentado não sugere má-fé.

A alternativa E está incorreta. O Poder Legislativo julga as contas do Chefe do Executivo com auxílio do Tribunal de Contas, mas as contas de gestão de ordenadores de despesas são julgadas pelo Tribunal de Contas, conforme previsto no art. 71, II, da Constituição Federal: "Art. 71, CF: O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: [...] II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores

públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público".

QUESTÃO 88. "Em meio ao anúncio do programa Águas de Pernambuco, realizado ontem pela governadora Raquel Lyra, com aporte de R$ 6,1 bilhões, uma notícia escapou das manchetes: a construção da Barragem do Engenho Maranhão por meio de uma parceria Público-Privada (PPP), que deve ser formalizada em 2025. O projeto encontra-se em estágio avançado de estudos no BNDES. A Barragem do Engenho Maranhão é altamente estratégica para a nova economia, não só porque terá o dobro da capacidade de Pirapama, que pode acumular 55,2 milhões de m3, mas porque tende a servir às novas indústrias do hidrogênio verde (H2V). Essa obra consiste na reserva hídrica de que o Complexo de Suape disporá para atender os futuros projetos de H2V." (Barragem estratégica para cadeia do H2V será viabilizada por PPP, Folha de Pernambuco, 17/10/2024).

Sobre as parcerias público-privadas (PPPs), à luz da Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar que:

a) a Administração Pública poderá realizar adiantamento de contraprestação ao parceiro privado para a aquisição de insumos necessários à posterior disponibilização do serviço objeto do contrato de PPP;

b) o contrato de PPP poderá prever a constituição de sociedade de propósito específico, que assumirá a forma de companhia aberta e será incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria;

c) é permitida, na contratação de PPP, a delegação do exercício do poder de polícia, desde que expressamente prevista no edital de licitação e precedida de autorização da autoridade competente;

d) é vedada a prestação de garantia, por empresa estatal, de obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de PPP;

e) os autores ou responsáveis economicamente pelos projetos básico ou executivo podem participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obras ou serviços no âmbito da PPP.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata das Parcerias Público-Privadas (PPP's).

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 7º da Lei nº 11.079/2004: "Art. 7º A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada".

A alternativa B está incorreta. A constituição de sociedade de propósito específico deve ocorrer antes da celebração do contrato. Vejamos: "Art. 9º Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída

sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria. [...] § 2º A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado."

A alternativa C está incorreta. Dispõe o art. 4º, inciso III da Lei nº 11.079/2004: "Art. 4º Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes: [...] III – indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;"

A alternativa D está incorreta. Nos moldes do art. 8º da Lei nº 11.079/2004: "Art. 8º As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante: [...] V – garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;"

A alternativa E está correta. O art. 3º da Lei nº 11.079/2004 prevê: "Art. 3º As concessões administrativas regem-se por esta Lei, aplicando-se-lhes adicionalmente o disposto nos arts. 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e no art. 31 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995". Sobre a temática, dispõe o art. 31 da Lei nº 9.074/95: "Art. 31. Nas licitações para concessão e permissão de serviços públicos ou uso de bem público, os autores ou responsáveis economicamente pelos projetos básico ou executivo podem participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obras ou serviços".

QUESTÃO 89. Uma determinada sociedade de economia mista do estado de Pernambuco, cujo objeto é a gestão de ativos imobiliários em regime concorrencial, deseja celebrar contrato para a consecução de projeto contemplado no seu plano de negócios e investimentos.

Nessa situação, é correto afirmar, à luz da Lei Federal nº 13.303/2016, que:

a) o prazo contratual, que deve ser determinado, não pode ultrapassar cinco anos;

b) uma vez celebrado o contrato, será vedada a subcontratação parcial do seu objeto pela contratada;

c) uma vez celebrado o contrato, será vedada a sua alteração unilateral pela estatal;

d) a estatal será subsidiariamente responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, independentemente de culpa;

e) a contratada responderá por danos causados diretamente a terceiros quando comprovada a sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista.

A alternativa A está incorreta. Dispõe o art. 71 da Lei nº 13.303/2016: "Art. 71. A duração dos contratos regidos por esta Lei não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, exceto: I - para projetos contemplados no plano de negócios e investimentos da empresa pública ou da sociedade de economia mista; II - nos casos em que a pactuação por prazo superior a 5 (cinco) anos seja prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio. Parágrafo único. É vedado o contrato por prazo indeterminado."

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 78 da Lei nº 13.303/2016: "Art. 78. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista, conforme previsto no edital do certame."

A alternativa C está correta. Nos moldes do art. 72 da Lei nº 13.303/2016: "Art. 72. Os contratos regidos por esta Lei somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar."

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 77 da Lei nº 13.303/2016: "Art. 77. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. § 1º A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à empresa pública ou à sociedade de economia mista a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis".

A alternativa E está incorreta. Aduz o art. 76 da Lei nº 13.303/2016: "Art. 76. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato".

QUESTÃO 90. O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública em face do município de Itacuruba/PE pretendendo obrigá-lo a instalar e operar um centro de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, devendo ainda contratar e qualificar o pessoal especializado para atuar na instituição.

Nessa situação, é correto afirmar que:

a) ainda que identificada uma falha crônica no funcionamento das instituições estatais que cause violação a direito fundamental, não é possível ao Judiciário reformular a política pública, sob pena de violação à separação de poderes;

b) o monitoramento da implementação de decisões estruturais, após a sua prolação pelo Judiciário, compete ao administrador público, que possui legitimidade e expertise para realizar escolhas trágicas na formulação de políticas públicas, sem prejuízo da incidência de astreintes pelo descumprimento;

c) nos processos estruturais, ainda que a pretensão seja de alteração do estado de coisas ensejador da violação dos direitos, deve-se buscar solucionar pontualmente infringências legais, sob pena de intervenção grave na discricionariedade administrativa;

d) os processos estruturais comportam solução bifásica, dialógica e flexível, de modo que o reconhecimento do estado de desconformidade constitucional e dos fins a serem buscados consiste apenas em uma primeira etapa;

e) a formulação de pedidos diversos e complexos pelo autor coletivo enseja a determinação de emenda da inicial, sob pena de pretender-se, por meio da ação judicial, substituir a atividade do administrador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das decisões judiciais a respeito de políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais.

A alternativa A está incorreta. O STF já decidiu que, em casos de omissão ou deficiência grave de serviços que violam direitos fundamentais, a intervenção do Judiciário não viola a separação dos poderes. O Judiciário pode, sim, intervir, sem substituir a função administrativa, para assegurar os direitos fundamentais (RE 684.612/RJ).

A alternativa B está incorreta. Embora o administrador público tenha legitimidade para formular políticas públicas, o monitoramento da implementação de decisões estruturais pode ocorrer pela via judicial, especialmente quando se trata de garantir o cumprimento de decisões que envolvem direitos fundamentais.

A alternativa C está incorreta. Processos estruturais não se limitam a soluções pontuais, mas visam alterações sistêmicas e amplas para corrigir o estado de coisas que violam direitos fundamentais. A intervenção judicial, nesses casos, é legítima para modificar o quadro estrutural e garantir direitos essenciais, sem violar a discricionariedade administrativa.

A alternativa D está correta. O STF, no RE 684.612/RJ, enfatizou que a intervenção do Judiciário em políticas públicas, especialmente em casos de deficiência ou omissão grave de serviços essenciais, não viola o princípio da separação dos poderes. O Judiciário pode atuar em políticas públicas para assegurar a realização de direitos fundamentais, mas não substitui a atividade administrativa, apenas orienta quanto aos objetivos e resultados a serem atingidos. O processo tem uma natureza bifásica, em que a primeira fase é o reconhecimento do estado de desconformidade constitucional (identificação da violação de direitos fundamentais e das finalidades a serem buscadas), e a segunda fase envolve a implementação das soluções práticas para alcançar essas finalidades. Segundo o STF: "1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos Poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) - (RE 684.612/RJ).

A alternativa E está incorreta. O Judiciário pode analisar esses pedidos sem que isso signifique uma substituição da administração pública, mas uma orientação para que ela cumpra com sua obrigação de garantir direitos fundamentais (RE 684.612/RJ).

QUESTÃO 91. "Quase mil obras públicas estaduais e municipais estão paralisadas em Pernambuco, segundo levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do estado [...]. O orçamento dos contratos é de mais de R$ 5 bilhões, dos quais R$ 1,7 bilhão já pago [...] Mais de 1,4 mil contratos de 184 municípios foram identificados como parados e os entes públicos responsáveis receberam um ofício do TCE para que explicassem o motivo e as medidas adotadas para retomar as obras." (Quase mil obras públicas municipais e estaduais estão paradas em Pernambuco, notícia publicada pela Agência Brasil).

Sobre as medidas cabíveis para a hipótese de o contratado ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, é correto afirmar, à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, que:

a) a responsabilidade de contratado será atenuada caso comprovada a falha na fiscalização ou acompanhamento pelo contratante;

b) declarada a inidoneidade do contratado para licitar ou contratar, a sanção produzirá efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que a tiver aplicado;

c) declarada a inidoneidade do contratado para licitar ou contratar, a sanção produzirá efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;

d) aplicado ao contratado o impedimento de licitar e contratar, a sanção produzirá efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;

e) quando aplicado por órgão do Poder Executivo estadual, o impedimento de licitar e contratar será de competência exclusiva de secretário estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema contratos administrativos.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021: "Art. 120. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante."

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021, a sanção de declaração de inidoneidade tem efeitos nacionais, abrangendo todos os entes federativos.

A alternativa C está correta. Conforme o art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021, a sanção de declaração de inidoneidade impede o contratado de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta em todos os entes federativos, por prazo de 3 a 6 anos. Vejamos: "Art. 156. Serão aplicadas ao

responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: [...] IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar." e, ainda, "Art. 156 [...] § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos."

A alternativa D está incorreta. O impedimento de licitar e contratar, conforme art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021, tem efeitos limitados ao âmbito do ente federativo que aplicou a sanção. Confira-se: "Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: [...] III - impedimento de licitar e contratar;" e "§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos."

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Lei nº 14.133/2021: "Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: [...] III - impedimento de licitar e contratar;" e "Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir."

QUESTÃO 92. As Secretarias de Estado de Educação e de Fazenda de Pernambuco editaram portaria conjunta para disciplinar a aplicação de verbas destinadas à construção e manutenção de unidades de ensino.

Nessa situação, é correto afirmar que:

a) qualquer das secretarias envolvidas poderá revogar a portaria conjunta, desde que a revogação seja expressa;

b) qualquer das secretarias envolvidas poderá revogar a portaria conjunta, mediante a edição de portaria superveniente que discipline a matéria em sentido contrário;

c) a revogação da portaria conjunta constitui ato complexo, demandando a manifestação do chefe do Executivo, sob pena de invalidade;

d) qualquer das secretarias envolvidas poderá revogar a portaria conjunta, salvo se ultrapassado o prazo de cinco anos desde a sua edição, sob pena de caducidade;

e) a revogação da portaria conjunta constitui ato complexo, demandando a manifestação das duas secretarias envolvidas, sob pena de invalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema atos administrativos.

A alternativa A está incorreta. Portarias conjuntas são atos administrativos editados por dois ou mais órgãos de forma coordenada e a revogação unilateral por apenas uma das secretarias não é válida.

A alternativa B está incorreta. A portaria conjunta exige que a sua revogação seja feita por consenso das secretarias envolvidas, ou seja, por ato conjunto.

A alternativa C está incorreta. Não há exigência legal de manifestação do chefe do Executivo para a revogação de portarias conjuntas entre secretarias de Estado.

A alternativa D está incorreta. O prazo de cinco anos refere-se a situações relacionadas à prescrição administrativa, perda do prazo que a Administração Pública tem para rever os seus atos ou aplicar penalidades administrativas, e não ao prazo para revogação de atos normativos, que podem ser revogados enquanto forem eficazes, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade.

A alternativa E está correta. A portaria conjunta é um ato administrativo complexo, ou seja, aquele que exige a manifestação de vontade autônoma de dois ou mais órgãos diferentes, e, pelo princípio da simetria, sua revogação também deve ser conjunta, demandando a concordância de ambas as secretarias envolvidas.

QUESTÃO 93. Uma antena de telefonia despencou e atingiu casas e veículos no centro de Limoeiro, no agreste de Pernambuco, enquanto técnicos estavam fazendo manutenção na base do equipamento. Duas pessoas foram atingidas e lesionadas.

Sobre a responsabilidade civil da concessionária de serviços de telecomunicações ou a competência para o julgamento da ação judicial, é correto afirmar que:

a) a responsabilidade civil da concessionária será subjetiva caso não seja demonstrado que as vítimas são usuárias do serviço público;

b) a Anatel será parte legítima para a demanda entre o usuário do serviço e a concessionária, comprovada a relação contratual;

c) a ação de responsabilidade civil será de competência da Justiça Federal, pois a Anatel é litisconsorte passiva necessária;

d) a responsabilidade civil da concessionária é objetiva relativamente a terceiros, ainda que não usuários do serviço;

e) a responsabilidade civil pelos danos a terceiros não usuários do serviço é do poder concedente, respondendo a concessionária subsidiariamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade civil da concessionária de serviços públicos é objetiva, conforme o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, tanto para usuários do serviço quanto para terceiros não-usuários afetados.

A alternativa B está incorreta. A Anatel não é parte legítima para figurar como ré em ações de responsabilidade civil contra concessionárias, pois sua função é reguladora e fiscalizadora.

A alternativa C está incorreta. A Anatel não é litisconsorte passiva necessária em ações de responsabilidade civil contra concessionárias.

A alternativa D está correta. De acordo com o STF: "I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. II - A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado (RE 591874)".

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade direta e objetiva pelos danos causados é da concessionária em relação aos usuários e não-usuários.

QUESTÃO 94. Sobre a indenização e os consectários legais da desapropriação, é correto afirmar que:

a) os juros compensatórios são devidos nas ações de indenização por desapropriação indireta, abrangendo o período anterior à aquisição da propriedade ou da posse titulada pelo autor da ação;

b) os juros compensatórios incidem nas indenizações relativas às desapropriações que tiverem como pressuposto descumprimento da função social da propriedade;

c) os juros compensatórios são devidos mesmo que a propriedade se mostre impassível de qualquer espécie de exploração econômica atual ou futura, em decorrência/de limitações legais ou fáticas;

d) os honorários advocatícios sucumbenciais em desapropriação devem ser fixados por equidade quando a aplicação dos percentuais legais sobre a indenização tornar a verba excessiva;

e) a base de cálculo dos juros compensatórios em desapropriações corresponde à diferença entre 80% do preço ofertado pelo ente público e o valor fixado na sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema desapropriação.

A alternativa A está incorreta. Os juros compensatórios são devidos para compensar a perda de uso econômico da propriedade expropriada, mas não podem incidir sobre período anterior à aquisição da propriedade ou posse titulada pelo autor. Os juros compensatórios incidem, quando há imissão provisória na posse, a partir desta: "Súmula 164-STF: No processo de desapropriação, são devidos juros compensatórios desde a antecipada imissão de posse, ordenada pelo juiz, por motivo de urgência." e "Súmula 69-STJ: Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel". Além disso, "Art. 15-a, § 3º, Decreto-lei nº 3.365: Nas ações referidas no § 2º, o poder público não será onerado por juros compensatórios relativos a período anterior à aquisição da propriedade ou da posse titulada pelo autor da ação".

A alternativa B está incorreta. Não são devidos juros compensatórios nas desapropriações por descumprimento da função social, pois essa modalidade tem caráter sancionatório. Assim: "Art. 15-A, §1º, Decreto-lei nº 3.365 - Os juros compensatórios destinam-se apenas a compensar danos correspondentes a lucros cessantes comprovadamente sofridos pelo proprietário, não incidindo nas indenizações relativas às desapropriações que tiverem como pressuposto o descumprimento da função social da propriedade, previstas no art. 182, § 4º, inciso III, e no art. 184 da Constituição".

A alternativa C está incorreta. Os juros compensatórios visam compensar a perda do potencial econômico do bem. Quando não há possibilidade de exploração econômica, eles não são devidos. De acordo com o STJ: "São indevidos juros compensatórios quando a propriedade se mostrar impassível de qualquer espécie de exploração econômica seja atual ou futura, em decorrência de limitações legais ou da situação geográfica ou topográfica do local onde se situa a propriedade (REsp 1.116.364/PI)".

A alternativa D está incorreta. De acordo com o artigo 27, §1º do Decreto-lei nº 3.365 : " A sentença que fixar o valor da indenização quando este for superior ao preço oferecido condenará o desapropriante a pagar honorários do advogado, que serão fixados entre meio e cinco por cento do valor da diferença". Além disso, o STJ firmou entendimento, em regime de recurso repetitivo (Tema 1076/STJ), no sentido de que apenas se admite arbitramento de honorários por equidade quando, havendo ou não condenação: a) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou b) o valor da causa for muito baixo.

A alternativa E está correta. O STF decidiu interpretar conforme a Constituição o caput do art. 15-A do DL 3.365/41 de modo a entender que a base de cálculo dos juros compensatórios será a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença. Assim, o Supremo "1.c) deu interpretação conforme a Constituição ao "caput" do art. 15-A, de maneira a incidir juros compensatórios sobre a diferença entre 80% do preço ofertado em juízo pelo ente público e o valor do bem fixado na sentença [...] STF. Plenário ADI 2332/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 17/5/2018".

QUESTÃO 95. "O gás natural canalizado terá redução nas tarifas em Pernambuco a partir desta quinta-feira (19 de agosto de 2024). A redução acontece após recomposição trimestral da distribuição do produto, divulgada nesta quarta-feira (31) pela Agência de Regulação de Pernambuco (Arpe)." (Trecho da matéria intitulada Redução no preço do gás canalizado em Pernambuco deve beneficiar 100 mil motoristas. Diário de Pernambuco. 01/08/2024).

Sobre o regime jurídico das agências reguladoras, é correto afirmar que:

a) a função normativa das agências reguladoras se caracteriza pela edição de regulamentos autônomos com base na função regulamentadora da administração;

b) o poder normativo conferido às agências reguladoras não lhes atribui função para suplantar a lei na criação de direitos ou obrigações;

c) compete à agência reguladora, em última instância no âmbito do Poder Executivo, avaliar a existência de condutas ou regramentos contrários à legislação antitruste no seu setor de atuação;

d) o poder normativo conferido às agências reguladoras independe de previsão legal, abrangendo a criação de direitos e obrigações;

e) compete à agência reguladora, em única instância no âmbito do Poder Executivo, avaliar a existência de condutas ou regramentos contrários à legislação antitruste no seu setor de atuação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema agências reguladoras.

A alternativa A está incorreta. As agências reguladoras não possuem a função de editar regulamentos autônomos.

A alternativa B está correta. O poder normativo das agências reguladoras é limitado à regulamentação das leis e normas preexistentes. Elas não podem criar direitos ou obrigações que contrariem ou suplantem as leis, mas apenas detalhar e implementar os dispositivos legais já existentes.

A alternativa C está incorreta. Segundo o STJ: " [...] Em matéria de interrelação entre autoridades de defesa da concorrência e entidades normatizadoras setoriais, as Lei nº 12.529/2011 e 13.848/2019 amparam os modelos de articulação complementar e coordenada, conferindo, de um lado, proeminência à atuação da agência reguladora no estabelecimento das políticas e projetos concernentes ao exercício de atividades econômicas, sem prejuízo, de outra parte, do desempenho das atribuições de defesa da competitividade pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE enquanto entidade dotada de expertise geral quanto à matéria e à qual incumbe, em última instância no âmbito do Poder Executivo, avaliar a existência de condutas ou regramentos contrários à legislação antitruste ((REsp n. 1.899.040/SP).

A alternativa D está incorreta. O poder normativo das agências reguladoras depende de uma previsão legal específica e não pode criar direitos e obrigações sem respaldo na legislação.

A alternativa E está incorreta. Segundo o STJ: " [...] Em matéria de interrelação entre autoridades de defesa da concorrência e entidades normatizadoras setoriais, as Lei nº 12.529/2011 e 13.848/2019 amparam os modelos de articulação complementar e coordenada, conferindo, de um lado, proeminência à atuação da agência reguladora no estabelecimento das políticas e projetos concernentes ao exercício de atividades econômicas, sem prejuízo, de outra parte, do desempenho das atribuições de defesa da

competitividade pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE enquanto entidade dotada de expertise geral quanto à matéria e à qual incumbe, em última instância no âmbito do Poder Executivo, avaliar a existência de condutas ou regramentos contrários à legislação antitruste (REsp n. 1.899.040/SP).

QUESTÃO 96. Em determinada relação processual de natureza cível, Maria, que não era hipossuficiente, decidiu que seria favorável aos seus interesses intervir na lide como assistente simples. Ao receber os autos conclusos para a apreciação do requerimento formulado, o juiz de direito constatou que não foram recolhidas custas processuais.

Nesse caso, à luz da sistemática vigente no estado de Pernambuco, é correto afirmar que:

a) o requerimento de Maria deve ser julgado deserto;

b) Maria deve ser intimada para recolher as custas processuais no prazo de cinco dias;

c) Maria deve ser intimada para recolher as custas processuais no prazo de quinze dias;

d) custas processuais não incidem no referido ato, salvo se houver impugnação de uma das partes;

e) Maria deve ser intimada a recolher, no prazo legal, as custas processuais e a multa de vinte por cento sobre o valor devido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre legislação estadual – Pernambuco.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão no CPC para que o requerimento seja automaticamente julgado deserto devido à ausência de recolhimento das custas no momento do protocolo.

A alternativa B está incorreta e a alternativa C está correta. Embora o CPC, em algumas situações específicas, estabeleça prazos de cinco dias (como no art. 218, §3º, para atos processuais determinados pelo juiz), o prazo para recolhimento de custas processuais segue o prazo de 15 dias previsto no art. 290 do CPC.

A alternativa D está incorreta. As custas são devidas, conforme artigo 11, III, da Lei Estadual 17.116/20: "Art. 11. As custas processuais incidem: III - na assistência simples ou litisconsorcial e na denunciação da lide".

A alternativa E está incorreta. Não há previsão de multa automática em caso de ausência de recolhimento de custas no momento do protocolo de requerimentos.

QUESTÃO 97. A comarca Alfa, no estado de Pernambuco, é integrada por três varas com competência para determinada matéria. Uma dessas varas, a X, teve acúmulo de serviço, o que comprometeu a eficiência da prestação jurisdicional. Por tal razão, João, juiz de direito titular da Vara X, analisou o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco com o objetivo de verificar a possibilidade de ser declarado regime especial na referida Vara, bem como os respectivos efeitos.

Ao fim de sua análise, João concluiu corretamente que o referido regime:

a) pode acarretar a sustação temporária da distribuição de novos processos à Vara X;

b) pode ser requerido ao presidente do Tribunal de Justiça, que terá discricionariedade para deferi-lo ou não;

c) acarreta a imediata instauração de procedimento administrativo disciplinar em desfavor do juiz titular;

d) produz como único efeito a designação de um ou mais juízes para exercerem a jurisdição cumulativamente com o titular;

e) indica a realização de correição permanente na Vara X, enquanto perdurar o acúmulo, não influindo na distribuição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre legislação estadual – Pernambuco.

Inicialmente vejamos o artigo do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco que trata sobre a temática: "Art. 34. Em caso de acúmulo ou volume excessivo de serviços, poderá o Conselho declarar qualquer comarca ou vara em regime especial, por tempo determinado, designando um ou mais Juízes para exercerem, cumulativamente com o titular, a jurisdição da comarca ou vara. § 1º Os processos acumulados serão redistribuídos de conformidade com o que determinar o Regulamento do Regime Especial. § 2° Nas comarcas providas de mais de uma vara, o Conselho da Magistratura poderá determinar a temporária sustação, total ou parcial, da distribuição de novos processos a varas em regime especial. § 3º Findo o regime especial, será apresentado pela Corregedoria Geral da Justiça relatório circunstanciado ao Conselho da Magistratura, que, se comprovar a desídia do Juiz da comarca ou vara, encaminhará a matéria ao Tribunal, para fins de instauração de procedimento administrativo disciplinar.

A alternativa A está correta. De acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, especificamente o artigo 34, §2º, o Conselho da Magistratura pode determinar a sustação temporária, total ou parcial, da distribuição de novos processos a varas submetidas a regime especial.

A alternativa B está incorreta. O regime especial é declarado pelo Conselho da Magistratura, não sendo uma decisão discricionária do presidente do Tribunal de Justiça.

A alternativa C está incorreta. A instauração de procedimento administrativo disciplinar contra o juiz titular não é um efeito automático do regime especial. Conforme o artigo 34, §3º, após o término do

regime especial, a Corregedoria Geral da Justiça apresenta um relatório ao Conselho da Magistratura, se houver indícios de desídia do juiz, o Conselho pode encaminhar o caso ao Tribunal para possível instauração de procedimento disciplinar.

A alternativa D está incorreta. Além da designação de juízes auxiliares, o regime especial pode incluir outras medidas, como a sustação temporária da distribuição de novos processos, conforme mencionado.

A alternativa E está incorreta. O regime especial não implica necessariamente em correição permanente. Medidas como a sustação da distribuição de processos podem ser adotadas para lidar com o acúmulo de serviço.

QUESTÃO 98. A 1ª Turma da Câmara Regional do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, sediada em Caruaru, proferiu acórdão, alcançado pela coisa julgada formal, que foi considerado desfavorável aos interesses de Maria.

Caso Maria decida ingressar com uma ação autônoma de impugnação, tendo por objeto o referido acórdão, é correto afirmar que será competente para processá-la e julgá-la:

a) o Tribunal Pleno;

b) a Seção Criminal;

c) a Seção de Direito Público;

d) o Conselho da Magistratura;

e) um Grupo de Câmaras Cíveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre legislação estadual – Pernambuco.

A alternativa E está correta e as demais incorretas. Conforme artigo 68-A, I, "d", do Regimento Interno do TJPE: "Art. 68-A. O 1º Grupo de Câmaras Cíveis é composto pelas 1ª, 3ª, 5ª e 7ª Câmaras Cíveis, e o 2º Grupo de Câmaras Cíveis é composto pelas 2ª, 4ª, 6ª e 8ª Câmaras Cíveis, competindo-lhes, conforme o caso: I - processar e julgar: d) a ação rescisória de acórdão das Turmas de Câmara Regional, nas causas cíveis".

QUESTÃO 99. Desde o ano de 2014, a Corte Interamericana de Direitos Humanos vem se posicionando sobre alegações de graves violações de direitos humanos de pessoas privadas de liberdade no Complexo Prisional do Curado, situado em Recife, no estado de Pernambuco.

Sobre a situação e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso envolvendo o Complexo Prisional do Curado;

b) entre as medidas provisórias impostas pela Corte, consta a determinação de que o Estado brasileiro feche os estabelecimentos penais do Complexo do Curado;

c) as medidas provisórias impostas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos não têm caráter vinculante, sendo recebidas como recomendações pelo ordenamento jurídico brasileiro;

d) após a declaração do sistema prisional brasileiro como um "estado de coisas inconstitucional" pelo Supremo Tribunal Federal, em 2015, a situação foi considerada regularizada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos;

e) a Corte determinou o cômputo em dobro da pena de pessoas privadas de liberdade no Complexo do Curado, desde que não acusadas por crimes contra a vida, integridade física e dignidade sexual, sendo a medida validada pelo Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre jurisprudência da Corte IDH.

A alternativa A está incorreta. O Brasil não foi condenado pela Corte IDH no caso do Complexo do Curado; foram emitidas medidas provisórias para proteção dos direitos dos detentos.

A alternativa B está incorreta. As medidas provisórias não determinaram o fechamento dos estabelecimentos penais do Complexo do Curado, mas solicitaram melhorias nas condições e garantias dos direitos humanos.

A alternativa C está correta. No ordenamento jurídico brasileiro, as medidas provisórias da Corte Interamericana são recebidas como recomendações de caráter persuasivo, mas não têm força vinculante direta. Apesar disso, o Brasil, como signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, tem compromisso internacional de respeitar tais determinações, ainda que sua aplicação dependa de ações internas.

A alternativa D está incorreta. Após a declaração do "estado de coisas inconstitucional" pelo STF, a Corte IDH não considerou a situação regularizada, mantendo as medidas provisórias devido à persistência das violações.

A alternativa E está incorreta. Embora a Corte IDH tenha determinado o cômputo em dobro das penas para detentos do Complexo do Curado e o STF tenha validado a medida (HC 208.337), não houve a restrição para os crimes citados, abrangendo todos os presos do Complexo, apenas trazendo algumas condições para os condenados por crimes mais graves.

QUESTÃO 100. Sobre o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, é correto afirmar que:

a) tem por função a fiscalização do cumprimento do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seus protocolos;

b) sua jurisdição ainda não é reconhecida pelo Brasil;

c) admite o recebimento de reclamações individuais;

d) admite denúncias anônimas, desde que acompanhadas de provas robustas do alegado;

e) não exige o esgotamento dos recursos internos disponíveis para o juízo de admissibilidade das denúncias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Sistema Global de Proteção.

A alternativa A está incorreta. O Comitê de Direitos Humanos é responsável pela supervisão do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e seus protocolos facultativos. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) é monitorado por outro órgão: o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

A alternativa B está incorreta. O Brasil reconheceu a jurisdição do Comitê de Direitos Humanos da ONU ao ratificar o PIDCP em 1992 e o Protocolo Facultativo em 2009, que permite o recebimento de comunicações individuais.

A alternativa C está correta. O Comitê de Direitos Humanos admite o recebimento de reclamações individuais, desde que o Estado em questão tenha ratificado o Protocolo Facultativo ao PIDCP e os requisitos de admissibilidade, como o esgotamento dos recursos internos, sejam atendidos.

A alternativa D está incorreta. Denúncias anônimas não são admitidas pelo Comitê, as comunicações individuais devem identificar o autor da queixa e demonstrar sua legitimidade, além de apresentar provas do alegado.

A alternativa E está incorreta. Um dos requisitos de admissibilidade das reclamações individuais é o esgotamento dos recursos internos disponíveis e eficazes, salvo quando estes forem excessivamente demorados ou ineficazes.

MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPE-GO

QUESTÃO 01. Lei Municipal delegou ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel (novo não previsto na Planta Genérica de Valores, fixando os critérios para a avaliação técnica e assegurando ao contribuinte o direito ao contraditório.

Diante do exposto, é correto afirmar que a referida norma é

a) constitucional, pois é compatível com o princípio da anterioridade nonagesimal.

b) inconstitucional, pois viola o princípio da legalidade tributária.

c) inconstitucional, pois viola o princípio da separação de poderes.

d) constitucional, pois é compatível com o princípio da legalidade tributária.

e) inconstitucional, pois viola competência privativa da União para editar normas gerais sobre a matéria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Tema 1084 STF. Apreciação da constitucionalidade da norma que outorga ao poder administrativo municipal a atribuição de realizar a avaliação individualizada de imóveis para fins tributários, em específico o IPTU, quando estes não constam na lista da Planta Genérica de Valores no momento da imposição do tributo. Caso de referência: ARE 1245097. O recurso extraordinário em questão visa elucidar, sob a perspectiva dos artigos 30, 146, 150, I, e 156, I, da Constituição Federal, a validade jurídico-constitucional da Lei Municipal nº 7.303/97 de Londrina. Esta legislação é objeto de análise por conferir ao Poder Executivo local a prerrogativa de definir critérios de avaliação para determinar o valor venal de propriedades resultantes de loteamento urbano efetuado após a promulgação oficial da Planta Genérica de Valores.

Tese: É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 02. Determinado candidato estrangeiro, embora aprovado, foi excluído do concurso público para provimento de cargo de professor em universidade federal, em razão da sua nacionalidade.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o referido candidato

a) tem direito líquido e certo à nomeação em concurso público para provimento de cargo de professor em universidade pública, nos termos da Constituição Federal, mesmo que a restrição da nacionalidade esteja expressa no edital do certame e sem a necessidade de estar devidamente justificada.

b) não tem direito líquido e certo à nomeação em concurso público para provimento de cargo de professor em universidade pública, nos termos da Constituição Federal, ainda que a autorização de outra nacionalidade esteja expressa no edital do certame.

c) não tem direito líquido e certo à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor em universidade pública, mesmo que a restrição da nacionalidade esteja expressa no edital do certame, com o exclusivo objetivo de preservar o interesse público.

d) tem direito líquido e certo à nomeação em concurso público para provimento de cargo de professor em universidade pública, salvo se a restrição da nacionalidade estiver expressa no edital do certame, com o exclusivo objetivo de preservar o interesse público e desde que, sem prejuízo do controle judicial, devidamente justificada.

e) não tem direito líquido e certo à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor em universidade pública, já que a Constituição Federal veda expressamente que estrangeiro possa exercer a atividade de magistério público no ensino superior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Tema 1032 STF. Direito de candidato estrangeiro à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor, técnico e cientista em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, nos termos do art. 207, § 1º, da Constituição Federal. A repercussão foi reconhecida. Recurso extraordinário 1177699, de relatoria do Ministro Edson Fachin, em que se discute, à luz dos arts. 3º, inciso IV; 5º, caput; 37, incisos I e II; 39, § 3º; e 207, § 1º, da Constituição Federal, a constitucionalidade da negativa de nomeação para o cargo de professor de informática de candidato iraniano aprovado em concurso público realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), por ter ele nacionalidade diversa daquela permitida pelo edital do certame para o acesso ao cargo, no caso de candidato estrangeiro.

Tese: O candidato estrangeiro tem direito líquido e certo à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor, técnico e cientista em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, nos termos do art. 207, § 1º, da Constituição Federal, salvo se a restrição da nacionalidade estiver expressa no edital do certame com o exclusivo objetivo de preservar o interesse público e desde que, sem prejuízo de controle judicial, devidamente justificada.

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 03. Lei Y do Estado Beta, em razão da alta evasão populacional daquela territorialidade para outros estados do país, estabeleceu que é assegurada aos candidatos que nasceram e residem no referido Estado a bonificação de 10% (dez por cento) na nota obtida nos concursos públicos, na área de segurança pública.

Diante do exposto, é correto afirmar que a referida norma é

a) inconstitucional, pois o tratamento desigual conferido pela lei estadual impugnada, apesar de conferir efetividade aos princípios da isonomia e da impessoalidade, não atende ao interesse público.

b) inconstitucional, pois a imposição legal de critérios de distinção entre os candidatos não é constitucionalmente admitida, ainda que acompanhada de justificação plausível e decorra da natureza do cargo a ser preenchido.

c) constitucional, pois o tratamento desigual conferido pela lei estadual impugnada confere efetividade aos princípios da isonomia e do interesse público.

d) constitucional, pois a imposição legal de critérios de distinção entre os candidatos é admitida quando acompanhada de justificação plausível e não decorra da natureza do cargo a ser preenchido.

e) inconstitucional, pois o fator discriminatório é irrazoável e não se qualifica como critério idôneo apto a embasar tratamento mais favorável aos candidatos especificados na legislação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

Constituição Federal. Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONCURSO PÚBLICO. BÔNUS DE 10% NA NOTA AOS CANDIDATOS PARAIBANOS RESIDENTES NA PARAÍBA. LEI ESTADUAL Nº 12.753/23 - PB. DISCRIMINAÇÃO ARBITRÁRIA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE E DA ISONOMIA. OFENSA AOS ARTS. 5º, 19, II E 37, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE. 2. Discriminação em razão da origem. Critério espacial que não se justifica como discrímen na busca à garantia do fortalecimento da identidade regional no que concerne aos certames da área de segurança pública estadual. 3. Os princípios da administração pública da isonomia e da vedação à desigualdade entre brasileiros são corolários da igualdade perante a lei, vedadas distinções de qualquer natureza ou preferências que ofendam àqueles que preencham os requisitos legais para a investidura em cargo ou emprego público. 4. A imposição legal de critérios de distinção entre os candidatos é admitida tão somente quando acompanhada da devida justificativa em razão de interesse público e/ou em decorrência da natureza e das atribuições do cargo ou emprego a ser preenchido. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei 12.753/2023, do Estado da Paraíba. (ADI 7458, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 12-12-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 08-01-2024 PUBLIC 09-01-2024)

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 04. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi notificada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para prestar contas de suas atividades financeiras, em razão do serviço público prestado e por estar sujeita ao controle externo daquela instituição.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o TCU agiu de forma

a) correta, pois mostra-se imprescindível assegurar a observância dos princípios republicanos, da moralidade e da publicidade, a imporem transparência na gestão, inclusive mediante prestação de contas à sociedade.

b) incorreta, pois a OAB não é uma entidade da Administração Indireta, tal como as autarquias, porquanto não se sujeita a controle hierárquico ou ministerial da Administração Pública, nem a qualquer das suas partes está vinculada.

c) incorreta, pois a OAB é instituição que detém natureza jurídica própria, embora não seja dotada de autonomia e independência, características indispensáveis ao cumprimento de seus múnus públicos.

d) correta, pois além da atribuição de fiscalizar, funções institucionais ligadas aos postulados da República democrática brasileira, a OAB é instituição não estatal investida de competências públicas, a justificar a prestação de contas.

e) correta, pois prestará contas ao TCU qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais, em nome da União, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra** B.

Tema 1054. Controvérsia relativa ao dever, por parte da Ordem dos Advogados do Brasil, de prestar contas ao Tribunal de Contas da União. Leading Case: Recurso extraordinário n. 1182189, em que se discute, à luz do artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal, se a Ordem dos Advogados do Brasil deve prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Tese: O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa.

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 05. Lei ordinária (estadual) de 2023 permitiu a criação do Município Alfa, condicionada à divulgação de estudo favorável de viabilidade municipal.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A norma é constitucional, desde que tenha sido realizada consulta prévia às populações dos municípios envolvidos e a criação tenha sido aprovada, mediante plebiscito.

b) A norma é inconstitucional, uma vez que a divulgação de estudo de viabilidade municipal precisa ser anterior à aprovação da lei que autoriza a criação do Município.

c) A norma é inconstitucional, uma vez que ainda não foi editada a legislação complementar federal que discipline a criação de municípios e é da União a competência para disciplinar o tema.

d) A norma é constitucional, condicionada a consulta posterior, mediante referendo, às populações dos municípios envolvidos, após a divulgação de estudo favorável de viabilidade municipal.

e) A norma é inconstitucional, uma vez que a Constituição exige que a criação de municípios seja autorizada e regulamentada por lei complementar estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

ADI 4711. É inconstitucional lei estadual que permita a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios sem a edição prévia das leis federais previstas no art. 18, § 4º, da CF/88.

EMENTA: Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Leis estaduais que dispõem sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. 1. Ação direta proposta pelo Procurador-Geral da República contra a Lei Complementar nº 13.587/2010, do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. A cadeia normativa impugnada pelo autor inclui, ainda, as Leis Complementares nºs 13.535/2010, 10.790/1996, 9.089/1990 e 9.070/1990, todas do mesmo Estado. 2. A declaração de inconstitucionalidade em abstrato de normas legais, diante do efeito repristinatório que lhe é inerente, importa a restauração dos preceitos normativos revogados pela lei declarada inconstitucional, de modo que o autor deve impugnar toda a cadeia normativa pertinente. 3. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal exige a impugnação da cadeia de normas revogadoras e revogadas até o advento da Constituição de 1988, porquanto o controle abstrato de constitucionalidade abrange tão somente o direito pós-constitucional. Nada obstante, esta Corte admite o cabimento de ação direta de inconstitucionalidade nos casos em que o autor, por precaução, inclui, em seu pedido, também a declaração de revogação de normas anteriores à vigência do novo parâmetro constitucional. 4. A redação original do art. 18, § 4º, da CF/1988 condicionava a criação de municípios à edição de lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e a uma consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas. Esse procedimento simplificado, que delegou exclusivamente à esfera estadual a regulamentação dos parâmetros para a emancipação, propiciou a proliferação de entes municipais no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988. 5. Atento a essa realidade, o constituinte derivado alterou o texto constitucional e dificultou a criação de municípios, restringindo a fragmentação da federação. O art. 18, § 4º, da CF/1988, com redação dada pela EC nº 15/1996, passou a exigir, além dos requisitos anteriormente previstos, a edição de lei complementar federal e a divulgação prévia dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. 6. Esta Corte firmou jurisprudência no sentido de que a inexistência da lei complementar federal a que se refere o art. 18, §

4º, da CF/1988 impede a criação, fusão, incorporação ou desmembramento de novos municípios. Precedentes. 7. Ao promulgar a Lei Complementar nº 13.587/2010, o legislador gaúcho instaurou procedimento administrativo e legislativo que se esgota no âmbito estadual, praticamente repristinando a redação originária do art. 18, § 4º, da CF/1988. A atual dicção desse dispositivo constitucional impõe a aprovação prévia de leis federais para que os Estados sejam autorizados a iniciar novos processos de emancipação municipal. Até que isso ocorra, leis estaduais que versem sobre o tema são inconstitucionais. 8. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 13.587/2010 e a não recepção das Leis Complementares nº 10.790/1996, 9.089/1990 e 9.070/1990, todas do Estado do Rio Grande do Sul. 9. Fixação da seguinte tese de julgamento: "É inconstitucional lei estadual que permita a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios sem a edição prévia das leis federais previstas no art. 18, § 4º, da CF/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/1996". (ADI 4711, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-185 DIVULG 15-09-2021 PUBLIC 16-09-2021)

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 06. O Governador do Estado Alfa ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade contra dispositivo de Lei estadual Y, que determinou o afastamento parcelado do orçamento estadual, que não refletia o ciclo da safra de determinados segmentos dos programas agrícolas. A referida Lei estadual foi fruto de projeto de lei de iniciativa popular.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A Lei Y é inconstitucional, pois a CRFB/88, ao disciplinar o orçamento público dos entes da Federação, prevê de forma categórica, no Art. 165, a iniciativa do orçamento executivo para propositura de leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, em função da competência técnica da Administração Pública para gerir as finanças e definir as políticas do ente.

b) A Lei Y é inconstitucional, pois a CRFB/88 determina que as normas orçamentárias anuais promovam políticas públicas por contínua revisão das prioridades de gastos e da alocação dos recursos escassos, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro e a sustentabilidade fiscal do ente político, sendo impossibilitada a vinculação de receitas para determinado setor econômico.

c) A Lei Y é constitucional, pois o STF consolidou o entendimento de que a aplicabilidade da regra de iniciativa do Art. 61, § 1º, inciso II, alínea b, da CRFB/88 é restrita aos Territórios e, além disso, também não se verifica ofensa à regra de não vinculação de receita de impostos preconizada no Art. 167, inciso IV, da Lei Maior, uma vez que o dispositivo impugnado diz respeito à política financeira do Estado.

d) A Lei Y é constitucional, pois apesar da iniciativa legislativa em matéria orçamentária ser reservada ao Chefe do Poder Executivo, conforme preconiza o Art. 61, § 1º, inciso II, alínea b, da CRFB/88, houve a convalidação do vício de iniciativa decorrente da sanção do projeto de lei.

e) A Lei Y é constitucional, pois a iniciativa popular é uma garantia e fundamento que assegura a efetividade da democracia participativa e a legitimidade democrática das normas de orçamento público, uma vez que é exercida pela apresentação de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

ADI 2674. EMENTA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL. AFETAÇÃO DE DEZ POR CENTO DO ORÇAMENTO BRUTO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS. LEI DE INICIATIVA POPULAR. INICIATIVA RESERVADA AO EXECUTIVO. PRECEDENTES. CARÁTER CÍCLICO DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO CONSTITUCIONAL. PROCEDÊNCIA. 1. O Supremo consolidou o entendimento de que a aplicabilidade da regra de iniciativa a que alude o art. 61, § 1º, II, "b", da Constituição Federal é restrita aos Territórios. 2. A Constituição de 1988, ao disciplinar o orçamento público dos entes da Federação, prevê de forma categórica, no art. 165, a iniciativa do Poder Executivo para a propositura de leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, em função da competência técnica do dirigente da Administração Pública para gerir as finanças e definir as políticas do ente. 3. As regras do processo legislativo são corolário da autonomia, independência e harmonia dos Poderes e reveladoras do sistema federativo (CF, arts. 1º e 2º). Constituem, portanto, normas de reprodução obrigatória pelos Estados e pelo Distrito Federal. Precedentes. 4. A elaboração de ato normativo que afeta receitas orçamentárias a partir de projeto de lei de iniciativa popular usurpa a iniciativa exclusiva do Governador do Estado, subtraindo de sua alçada a avaliação a respeito da conveniência e da oportunidade dos investimentos públicos. 5. A Constituição Federal determina que as normas legais de índole orçamentária passem por renovações periódicas, por meio da contínua revisão das prioridades de gastos, da reorganização das despesas e da alocação dos recursos escassos, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro e a sustentabilidade fiscal do ente político. Disso decorre a inviabilidade de se supor que todos os anos seja necessário investir ao menos 10% do orçamento em projetos agrícolas, o que descaracterizaria a natureza do sistema orçamentário constitucional. 6. Pedido julgado procedente. (STF, ADI n. 2674, Relator Ministro Nunes Marques, julgado em 22/08/2023, publicado em 20/09/2023)

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 07. Determinada Confederação Nacional representante de setor regulado por agência reguladora ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade de dispositivos que impediam participação de membros que exercem cargos em (organização) sindical na composição das diretorias colegiadas, órgãos de gestão e organização em que são discutidos os processos decisórios das respectivas agências reguladoras.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A ação deve ser julgada improcedente, pois as agências reguladoras - apesar de não guardarem autonomia para uma atuação independente, esta será levada a efeito por órgãos

colegiados com notória especialização - devem seguir as orientações políticas do governo, sem a participação dos setores regulados na tomada de decisão.

b) A ação deve ser julgada improcedente, pois a exigência de preenchimento de certos requisitos para a ocupação de cargos públicos, quando devidamente justificada e por meio legal, não implica discriminação inconstitucional. No caso, há a justificativa racional de preservar a atuação técnica e imparcial das agências.

c) A ação deve ser julgada procedente, pois os dispositivos impugnados estabelecem restrições inconstitucionais para participação na estrutura diretiva de agências reguladoras, porquanto são discriminatórios no que toca às atividades sindicais.

d) A ação deve ser julgada procedente, pois a restrição configura intervenção, por via transversal, do poder público na liberdade de organização sindical e a exclusão de pessoas qualificadas para o exercício dos cargos em questão viola os princípios da impessoalidade, da moralidade e da eficiência.

e) A referida Confederação não tem legitimidade para propor a ação, pois não havendo confederação que represente todos os setores regulados por agências, não há interesse destas nas decisões de profissões não abraçadas diretamente ou por entidades fortemente vinculadas ao setor regulado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

ADI 6276. Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEGITIMIDADE ATIVA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTE – CNT. ALTERAÇÃO DO ART. 8º-A, II E VII, DA LEI N. 9.986/2008, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.848/2019. VEDAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PESSOA QUE EXERÇA CARGO EM ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA O CONSELHO DIRETOR OU DIRETORIA COLEGIADA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS. OFENSA AOS ARTS. 1º, 5º, VIII, XIII E XVII, 8º, I, 19, III, e 37, I E VI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. OFENSA AOS ARTS. 4º E 5º DA CONVENÇÃO 121 DA OIT. INEXISTÊNCIA. AÇÃO DIRETA CONHECIDA E PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. 1. A requerente visa à declaração de inconstitucionalidade de normas que impedem a participação de membros que exerçam cargo na organização sindical na composição das Diretorias Colegiadas, órgãos de gestão e organização, em que são discutidos os processos decisórios. Não havendo confederação que represente todos os setores regulados por agências, há interesse da CNT nas decisões proferidas no âmbito da Diretoria da ANTT. Tal interpretação vai ao encontro, assim, da desejada ampliação do debate democrático no âmbito da jurisdição constitucional, de modo que reconheço a legitimidade da entidade autora, rejeitando a preliminar arguida. 2. A regulação tem como objetivo promover o interesse público, atingindo seu objetivo quando veicula um processo político eficiente acompanhado de atuação de agências reguladoras também eficientes. 3. A atuação independente e tecnicamente justificada deve ser realizada por um Conselho Diretor ou Diretoria Colegiada imparcial, sendo os impedimentos previstos pelo legislador destinados à impessoalidade da gestão. 4. A exigência de preenchimento de certos requisitos para a ocupação de cargos públicos, quando devidamente justificada e por meio legal, não implica discriminação inconstitucional. No caso, há a justificativa racional de preservar a atuação técnica e impessoal das agências. 5. Pedido de declaração de

inconstitucionalidade julgado improcedente. (ADI 6276, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 20/09/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-192 DIVULG 24-09-2021 PUBLIC 27-09-2021)

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 08. Lei estadual dispôs sobre o reconhecimento de diploma obtido por instituições de ensino superior de países estrangeiros e reconheceu a internalização de títulos acadêmicos de mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior localizadas nos países integrantes do MERCOSUL e de Portugal.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A norma é constitucional, pois os Estados possuem competência suplementar para legislar sobre a matéria, na forma prevista no Art. 24, inciso IX, § 2º, da CRFB/88.

b) A norma é inconstitucional, pois apesar do Estado ter competência suplementar para legislar sobre a matéria, houve afronta ao princípio da igualdade.

c) A norma é constitucional, pois os Estados possuem competência para legislar sobre a matéria, desde que digam respeito ao reconhecimento de diplomas de servidores públicos estaduais.

d) A norma é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

e) A norma é constitucional, pois os Estados possuem competência para legislar sobre a matéria, desde que digam respeito ao reconhecimento de diplomas de servidores públicos estaduais que sejam profissionais da educação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

ADI 6592. EMENTA: Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei estadual que dispõe sobre a admissão de diplomas expedidos por instituições de ensino superior de Portugal e de países do Mercosul. 1. Ação direta contra a Lei nº 245/2015, do Estado do Amazonas, que dispõe sobre a admissão de diplomas de pós-graduação stricto sensu originários de países do MERCOSUL e de Portugal. 2. Há inconstitucionalidade formal, por violação à regra que confere competência privativa à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV, da CF). Precedentes (ADI 5.341, Rel. Min. Edson Fachin; ADI 5.168, Relª. Minª. Cármen Lúcia). 3. Procedência do pedido. Fixação da seguinte tese de julgamento: "É inconstitucional lei estadual que dispõe sobre a aceitação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras". (ADI 6592, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-185 DIVULG 15-09-2021 PUBLIC 16-09-2021)

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 09. Determinado partido político com representação no Congresso Nacional ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de concessão de medida cautelar, contra artigos de Resolução do Tribunal Superior Eleitoral, alegando que o ato impugnado inova no ordenamento jurídico, mediante estabelecimento de novas vedações e sanções distintas das previstas em lei, viola a competência legislativa da União sobre Direito Eleitoral e fere a liberdade de manifestação do pensamento, tendente à liberdade censura prévia, ao vedar a divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados, locução cuja vagueza conceitual não há de alcançar a liberdade de opinião e o direito à informação sobre esses mesmos fatos, bem como permite indevidamente a suspensão temporária de perfis existentes em redes sociais.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o pleito deve ser julgado

a) procedente, pois o Tribunal Superior Eleitoral, ao exercer a atribuição de elaboração normativa em relação à propaganda eleitoral, usurpou a competência legislativa da União.

b) improcedente, pois a competência normativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é admitida pela Constituição, mesmo que os dispositivos do ato normativo estendam implicações em censura prévia, em razão do exercício do poder de polícia.

c) procedente, pois ao inovar no ordenamento jurídico por resolução o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) violou o princípio da legalidade.

d) procedente, pois no âmbito do processo eleitoral, as regras definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) devem respeitar princípios como a igualdade política, a igualdade de oportunidades e a liberdade de expressão político-eleitoral.

e) improcedente, pois a liberdade de expressão não é direito absoluto e a resolução teve o objetivo de resguardar a democracia por meio de eleições livres.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

ADI 7261. EMENTA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL. CONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÃO TSE Nº. 23.714/2022. ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO CAPAZ DE ATINGIR A INTEGRIDADE DO PROCESSO ELEITORAL. 1. Não se reveste de fumus boni iuris a alegação de que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao exercer a sua atribuição de elaboração normativa e o poder de polícia em relação à propaganda eleitoral, usurpa a competência legislativa da União, porquanto a Justiça Especializada vem tratando da temática do combate à desinformação por meio de reiterados precedentes jurisprudenciais e atos normativos, editados ao longo dos últimos anos. 2. A Resolução TSE nº. 23.714/2022 não consiste em exercício de censura prévia. 3. A disseminação de notícias falsas, no curto prazo do processo eleitoral, pode ter a força de ocupar todo espaço público, restringindo a circulação de ideias e o livre exercício do direito à informação. 4. O fenômeno da desinformação veiculada por meio da internet, caso não fiscalizado pela autoridade eleitoral, tem o condão de restringir

a formação livre e consciente da vontade do eleitor. 5. Ausentes elementos que, nesta fase processual, conduzam à decretação de inconstitucionalidade da norma impugnada, há que se adotar atitude de deferência em relação à competência do Tribunal Superior Eleitoral de organização e condução das eleições gerais. 6. Medida cautelar indeferida. (STF, ADI 7261 MC-REF / DF, Relator Min. Edson Fachin, Julgado em 26/10/2022, Publicado em 10/11/2022)

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 10. O Estado Beta, com o objetivo de incentivar atividades menos nocivas ao meio ambiente, editou a Lei W que dispensou o licenciamento ambiental para atividades econômicas que combinem espécies florestais, produção animal e outras culturas agrícolas.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A Lei W é constitucional, pois o Estado no exercício da competência suplementar tem a possibilidade de complementação da legislação federal para o atendimento de interesse regional.

b) A Lei W é inconstitucional, pois a dispensa de licenciamento ambiental, independentemente do potencial de degradação, e a consequente dispensa do prévio estudo de impacto ambiental implicam proteção deficiente ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

c) A Lei W é inconstitucional, pois compete ao Município, e não ao Estado, no exercício da competência suplementar a complementação da legislação ambiental para o atendimento de interesse local.

d) A Lei W é constitucional, pois a dispensa de licenciamento ambiental para atividades econômicas com menor potencial lesivo garante uma proteção eficiente ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

e) A Lei W é inconstitucional, pois compete à União, privativamente, legislar sobre meio ambiente, não podendo o Estado, em nenhuma hipótese, suplementar a legislação federal para o atendimento de interesse regional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

Constituição Federal.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 11. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado Gama declarou incidentalmente a inconstitucionalidade formal de artigo de lei federal, com fundamento na interpretação do Art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, sem apontar diretamente o desrespeito às normas constitucionais pertinentes ao processo legislativo.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) O OETJ agiu incorretamente, pois em observância à separação dos poderes, quando não caracterizada violação direta às normas constitucionais, é defeso ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do alcance de normas regimentais das Casas Legislativas, por se tratar de matéria interna corporis.

b) O OETJ agiu corretamente, pois quando as normas regimentais geram um resultado inconstitucional, a liberdade de conformação do Poder Legislativo deve ser mitigada, tomando-se como parâmetro de controle não somente os dispositivos constitucionais pertinentes especificamente ao processo legislativo, mas o texto constitucional como um todo.

c) O OETJ agiu incorretamente, pois mesmo quando as normas regimentais geram um resultado inconstitucional, a liberdade de conformação do Poder Legislativo não pode ser mitigada, e qualquer vício de procedimento durante o processo legislativo será sanado após a promulgação da norma.

d) O OETJ agiu corretamente, pois constatados o vício procedimental e a supressão de uma fase do processo legislativo, está configurada a inconstitucionalidade formal e material, devendo o poder judiciário, em observância ao princípio da separação de poderes, declarar a inconstitucionalidade.

e) O OETJ agiu incorretamente, pois só as normas constantes da Constituição podem ser parâmetro de controle, sendo os dispositivos que forem aprovados sem a observância das regras previstas no regimento interno das Casas Legislativas apenas suscetíveis de controle de legalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

RE 1297884. Não se pode declarar a inconstitucionalidade formal da lei sob o argumento de que houve mero descumprimento das regras do regimento interno, sendo indispensável o desrespeito às normas constitucionais que tratam sobre o processo legislativo.

EMENTA Repercussão geral. Tema nº 1.120 da sistemática de repercussão geral. Constitucional. Penal. Utilização de arma branca no roubo majorado (art. 157, § 2º, inciso I, do CP). Exclusão da causa de aumento decorrente da revogação promovida pelo art. 4º da Lei nº 13.654/2018. Declaração incidental de inconstitucionalidade formal do artigo em tela pelo Órgão Especial do TJDFT, com fundamento na interpretação do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal. Suposta ofensa à interpretação e ao alcance das normas meramente regimentais das Casas Legislativas. Ausente demonstração de afronta às normas pertinentes ao processo legislativo previstas nos arts. 59 a 69 da Constituição Federal. Impossibilidade de controle jurisdicional, por se tratar de matéria interna corporis. Precedentes. Recurso ao qual se dá provimento, cassando-se o acórdão recorrido na parte em que nele se reconheceu como inconstitucional o art. 4º da Lei nº 13.654/2018, a fim de que o Tribunal de origem recalcule a dosimetria da pena imposta ao réu. Fixação da seguinte tese: Em respeito ao princípio da separação dos poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal, quando não caracterizado o desrespeito às normas constitucionais pertinentes ao processo legislativo, é defeso ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas meramente regimentais das Casas Legislativas, por se tratar de matéria interna corporis". (RE 1297884, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 14/06/2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-155 DIVULG 03-08-2021 PUBLIC 04-08-2021)

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 12. Dispositivo de norma estadual permitiu única reeleição de membros das mesas diretoras das Assembleias Legislativas para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura. Considerando o exposto e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o referido dispositivo é

a) constitucional, em razão da necessidade de observância do princípio da simetria em normas que tratam da matéria em referência.

b) inconstitucional, em razão da necessidade de observância do princípio da simetria em normas que tratam da matéria em referência.

c) constitucional, pois a eleição deve observar o limite de uma única reeleição ou recondução, independentemente de os mandatos consecutivos referirem-se à mesma legislatura.

d) inconstitucional, pois a eleição não pode ser limitada a uma única reeleição ou recondução, podendo os mandatos consecutivos se referiram à diversa legislatura.

e) inconstitucional, pois a eleição deve observar o limite de uma única reeleição ou recondução, desde que os mandatos consecutivos não se refiram à mesma legislatura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

ADI 6654. EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PERDA DE OBJETO. INOCORRÊNCIA. MESA DIRETORA DE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. REELEIÇÃO ILIMITADA AO MESMO CARGO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS REPUBLICANO, DEMOCRÁTICO E DO PLURALISMO POLÍTICO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. 1. O art. 57, § 4º, da Constituição Federal não consiste em preceito de observância obrigatória pelos Estados, de modo que tampouco pode funcionar como parâmetro de controle da constitucionalidade de regra inserida em Constituição estadual. Precedentes: ADI 6684, 6707, 6709 e 6710, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Redator do acórdão Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe de 06/12/2021; ADI 6721, Rel. Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe de 17/12/2021. 2. Ainda que observada a relativa autonomia das Casas legislativas estaduais para reger o processo eletivo para Mesa diretora, esse campo jurídico é estreitado por outros princípios constitucionais, que exigem o implemento de mecanismos que impeçam resultados inconstitucionais às deliberações regionais. A afirmação do princípio republicano, no que assentada a alternância de poder e a temporariedade dos mandatos, reconhecida à unanimidade pelo colegiado, impõe o estabelecimento de limite objetivo à reeleição de membros da Mesa. 3. O redimensionamento que a EC 16/1997 causou no princípio republicano serve ao equacionamento da questão constitucional ao fornecer o critério objetivo de 1 (uma) única reeleição/recondução sucessiva para o mesmo cargo da Mesa, independentemente da legislatura dos mandatos consecutivos. Precedentes: ADI 6685, Rel. Min. Alexandre de Moraes; ADI 6719, Rel. Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado na Sessão Virtual de 10/12/2021 a 17/12/2021. 4. Em situações de nova interpretação do texto constitucional, impõe-se ao Tribunal, tendo em vista razões de segurança jurídica, a tarefa de proceder a uma ponderação das consequências e ao devido ajuste do resultado, adotando a técnica de decisão que possa melhor traduzir a evolução jurisprudencial. Precedentes: ADI 6704, Rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe de 17/11/2021; ADI 6685 e 6699, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, DJe de 05/11/2021; ADI 6684, 6707, 6709 e 6710, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Redator do acórdão Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe de 06/12/2021. 5. Procedência em parte do pedido para conferir interpretação conforme a Constituição Federal ao o art. 30, § 4º, da Constituição do Estado de Roraima e estabelecer que é permitida apenas uma reeleição ou recondução sucessiva ao mesmo cargo da Mesa Diretor, mantida a composição da Mesa de Assembleia Legislativa eleita antes da publicação da ata de julgamento da ADI 6524 (7.1.2021). 6. Teses de julgamento: (i) a eleição dos membros das Mesas das Assembleias Legislativas estaduais deve observar o limite de uma única reeleição ou recondução, limite cuja observância independe de os mandados consecutivos referirem-se à mesma legislatura; (ii) a vedação à reeleição ou recondução aplica-se somente para o mesmo cargo da mesa diretora, não impedindo que membro da mesa anterior se mantenha no órgão de direção, desde que em cargo distinto; (iii) o limite de uma única reeleição ou recondução, acima veiculado, deve orientar a formação da Mesa da Assembleia Legislativa no período posterior à data de publicação da ata de julgamento da ADI 6.524, de modo que não serão consideradas, para fins de inelegibilidade, as composições eleitas antes de 7.1.2021, salvo se configurada a antecipação fraudulenta das eleições como burla ao entendimento do Supremo Tribunal Federal. (STF, ADI 6.654 RO, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Rel. para o Acórdão Min. Gilmar Mendes, Julgado em 19/04/2023, Publicado em 15/08/2023).

As demais alternativas estão <u>incorretas</u>.

QUESTÃO 13. O Ministério Público do Estado Alfa ajuizou ação civil pública contra o Estado Alfa e um policial militar, sob o fundamento do tutela do patrimônio público, postulando a anulação

do ato administrativo que transferiu o referido policial para a reserva, porquanto ele não contava com tempo de serviço suficiente para esse fim, além de pleitear a exclusão do pagamento de gratificações e limitação da remuneração ao teto salarial estadual.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A referida ação não merece prosperar, pois há restrição, de ordem constitucional, que veda ao Ministério Público a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

b) A referida ação merece prosperar, pois o Ministério Público possui legitimidade concorrente com o ente estatal para, na qualidade de substituto processual de toda a coletividade, exercer a tutela do patrimônio público.

c) A referida ação não merece prosperar, pois a extensão material do conceito de patrimônio público se limita aos bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.

d) A referida ação merece prosperar, pois é função institucional do Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, desde que não titularizado por uma pessoa jurídica de direito público.

e) A referida ação não merece prosperar, pois entende-se que o direito deduzido nos autos é individual e disponível, sufocado legitimidade do Ministério Público para exercer a defesa em juízo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

RE 409356. O Ministério Público pode ajuizar ACP para anular aposentadoria que lese o erário.

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM REPERCUSSÃO GERAL. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. LEGITIMIDADE COLETIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. ARTIGOS 127, CAPUT, E 129, II, III E IX, DA CONSTITUIÇÃO. RELEVÂNCIA CONSTITUCIONAL DA ATUAÇÃO COLETIVA DO PARQUET NA DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO. VEDAÇÃO À REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E CONSULTORIA JURÍDICA DE ENTIDADES PÚBLICAS. INAPLICABILIDADE. EXCEPCIONALIDADE DAS RESTRIÇÕES À LEGITIMIDADE COLETIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE TAMBÉM CONFERIDA A QUALQUER CIDADÃO (ART. 5º, LXXIII, CRFB). NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES DO PLENÁRIO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO. 1. O Ministério Público ostenta legitimidade para a tutela coletiva destinada à proteção do patrimônio público, mormente porque múltiplos dispositivos Constitucionais evidenciam a elevada importância que o constituinte conferiu à atuação do parquet no âmbito das ações coletivas. 2. O Ministério Público, por força do art. 127, caput, da Carta Magna, tem dentre suas incumbências a "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", mercê de o art. 129 da Lei Maior explicitar as funções institucionais do Ministério Público no sentido de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados" na Constituição (inciso II), "promover o inquérito civil e a

ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (inciso III) e "exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas" (inciso IX). 3. A tutela coletiva exercida pelo Ministério Público se submete apenas a restrições excepcionais, como, verbi gratia a norma que veda ao Ministério Público a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas (art. 129, IX, in fine, da CRFB), sendo certo que a Carta Magna atribui ao parquet ampla atribuição no campo da tutela do patrimônio público, interesse de cunho inegavelmente transindividual, bem como que sua atuação na proteção do patrimônio público não afasta a atuação do próprio ente público prejudicado, conforme prevê o art. 129, § 1º, da Constituição: "A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei". 4. O parquet, ao ajuizar ação coletiva para a tutela do Erário, não age como representante da entidade pública, e sim como substituto processual de uma coletividade indeterminada, é dizer, a sociedade como um todo, titular do direito à boa administração do patrimônio público, da mesma forma que qualquer cidadão também poderia fazê-lo por meio de ação popular (art. 5º, LXXIII, da CRFB). 5. O combate em juízo à dilapidação ilegal do Erário configura atividade de defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e do patrimônio público, sendo todas essas funções institucionais atribuídas ao Ministério Público pelos artigos 127 e 129 da Constituição, de modo que entendimento contrário não apenas afronta a textual previsão da Carta Magna, mas também fragiliza o sistema de controle da Administração Pública, visto que deixaria a persecução de atos atentatórios à probidade e à moralidade administrativas basicamente ao talante do próprio ente público no bojo do qual a lesão ocorreu. 6. A jurisprudência do Plenário deste Supremo Tribunal Federal reconhece a legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ação coletiva destinada à proteção do patrimônio público: RE 225777, Relator(a): Min. EROS GRAU, Relator(a) p/ Acórdão: Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 24/02/2011; RE 208790, Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO, Tribunal Pleno, julgado em 27/09/2000. 7. In casu: a) O Ministério Público do Estado de Rondônia ajuizou ação civil pública contra o Estado de Rondônia e um policial militar, postulando a anulação do ato administrativo que transferiu o referido policial para a reserva, porquanto ele não contava com tempo de serviço suficiente para esse fim, mercê de pleitear também exclusão do pagamento de gratificações e limitação da remuneração ao teto salarial estadual. b) A alegação recursal de impossibilidade de exercício de controle de constitucionalidade incidental no bojo de ação civil pública demanda interpretação do art. 103 do Código de Defesa do Consumidor, o qual versa sobre os limites subjetivos da coisa julgada nas ações coletivas, revelando-se incabível o Recurso Extraordinário para "rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida", nos termos da Súmula n.º 636 deste Supremo Tribunal Federal. c) Por sua vez, a causa de pedir recursal que sustenta o direito à incorporação da gratificação por cargo de gerenciamento superior aos proventos do Recorrente demanda o exame da legislação local, não havendo questão propriamente constitucional a ser apreciada, de modo que incide o óbice da Súmula n.º 280 desta Corte, verbis: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário." 8. Recurso Extraordinário parcialmente conhecido e, na parte conhecida, desprovido, fixando-se a seguinte tese para aplicação a casos idênticos, na forma do art. 1.040, III, do Código de Processo Civil de 2015: "O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública que vise anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão patrimônio público".

(RE 409356, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 25/10/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-187 DIVULG 28-07-2020 PUBLIC 29-07-2020)

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 14. Dispositivo da Constituição do Estado Gama estabelece que o chefe da Procuradoria-Geral daquele estado deve ser escolhido entre os integrantes da carreira.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a norma da Constituição estadual é

a) constitucional, pois a Procuradoria-Geral do Estado é instituição de Estado, com função essencial à Justiça, relacionada ao controle dos atos administrativos, devendo obrigatoriamente o Procurador-Geral do Estado ser integrante da carreira.

b) inconstitucional, pois a Procuradoria-Geral do Estado é vinculada ao chefe do Poder Executivo, e apesar de instituição de Estado, com função essencial à Justiça, não é dotada de autonomia e independência.

c) constitucional, uma vez que inserida na margem de conformação atribuída ao constituinte estadual no exercício de sua auto-organização, norma que restringe a escolha do procurador-geral aos integrantes da carreira da advocacia pública local.

d) inconstitucional, por violação ao princípio da simetria, a previsão, em ato normativo estadual, de obrigatoriedade de escolha do Procurador-Geral do Estado entre os integrantes da carreira da advocacia pública local.

e) constitucional, em observância ao princípio da simetria, a previsão, em ato normativo estadual, de obrigatoriedade da escolha do seu procurador-geral aos integrantes da carreira da advocacia pública local.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

ADI 3056. Constituição Estadual pode exigir que o Procurador-Geral do Estado seja obrigatoriamente um membro da carreira.

Ementa: Direito constitucional e administrativo. Norma de constituição estadual que rege a escolha do procurador-geral do Estado do Rio Grande do Norte. 1. Ação direta de inconstitucionalidade contra dispositivo da Constituição estadual que estabelece que o chefe da Procuradoria-Geral do Estado deve ser escolhido entre os integrantes da carreira. 2. A regra estabelecida no art. 131, § 1º, da CF/1988 para a escolha do Advogado-Geral da União não é aplicável aos Estados-membros por simetria. Assim, os demais entes públicos podem editar normas que fixem requisitos diversos para a escolha de seus Procuradores-Gerais. Precedentes. 3. O critério eleito pela norma impugnada se insere em margem legítima de conformação atribuída ao constituinte estadual. Isso porque, embora a Procuradoria-Geral do Estado seja vinculada ao Governador, não há dúvida de que se trata de verdadeira instituição de Estado, com funções relacionadas ao controle de juridicidade dos atos administrativos que extrapolam a mera aderência à vontade de governos transitórios. 4. Pedido julgado improcedente, com a fixação da seguinte tese de julgamento: "Não ofende a Constituição Federal a previsão, em ato normativo estadual,

de obrigatoriedade de escolha do Procurador-Geral do Estado entre os integrantes da respectiva carreira".

(ADI 3056, Relator(a): NUNES MARQUES, Relator(a) p/ Acórdão: LUÍS ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 25-09-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 11-10-2023 PUBLIC 16-10-2023)

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 15. O Decreto Y estabeleceu uma faculdade em benefício de candidato com deficiência, autorizando a utilização de suas próprias tecnologias assistivas e adaptações adequadas, se assim preferir, e definiu critérios de aprovação nas provas físicas que poderão ser os mesmos para candidatos com e sem deficiência.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

a) É constitucional a exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência, em razão da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ainda não ter sido incorporada à ordem jurídica brasileira com o status de Emenda Constitucional, na forma do Art. 5º, § 3º, da CRFB/88.

b) É constitucional a exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência, em razão da observância ao bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mesmo que ainda não incorporada à ordem jurídica brasileira.

c) É inconstitucional a exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência, pois viola o bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à ordem jurídica brasileira com o status de Emenda Constitucional.

d) É constitucional a exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência, em razão da observância ao bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à ordem jurídica brasileira com o status de Emenda Constitucional.

e) É inconstitucional a exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência, pois viola o bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à ordem jurídica brasileira com o status de Lei Ordinária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

ADI 6476. É inconstitucional ato normativo que exclui o direito dos candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos.

EMENTA: Direito Constitucional e Administrativo. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Referendo da Medida Cautelar. Conversão em Julgamento de Mérito. Concurso Público. Decreto que exclui a adaptação de provas físicas para candidatos com deficiência. 1. Ação direta contra decreto que tem por objeto "excluir a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelecer que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos". 2. De acordo com o art. 2º da Convenção de Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD, a recusa de adaptação razoável é considerada discriminação por motivo de deficiência. 3. O art. 3º, VI, do Decreto nº 9.508/2018, estabelece uma faculdade em benefício do candidato com deficiência, que pode utilizar suas próprias tecnologias assistivas e adaptações adicionais, se assim preferir. É inconstitucional a interpretação que exclua o direito desses candidatos à adaptação razoável. 4. O art. 4º, § 4º, do Decreto nº 9.508/2018, que estabelece que os critérios de aprovação nas provas físicas poderão ser os mesmos para candidatos com e sem deficiência, somente é aplicável às hipóteses em que essa exigência for indispensável ao exercício das funções próprias de um cargo público específico. É inconstitucional a interpretação que submeta candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios nas provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o desempenho da função pública. 5. Referendo da medida cautelar convertido em julgamento de mérito. Pedido julgado procedente, com a fixação das seguintes teses de julgamento: 1. É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos; 2. É inconstitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.

(ADI 6476, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-185 DIVULG 15-09-2021 PUBLIC 16-09-2021)

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 16. No tocante à *parte especial* do Código Penal, assinale a afirmativa correta.

a) Aquele que conduz veículo automotor com número do chassi ou placa de identificação adulterada, devendo ter ciência da adulteração, responde pelo delito de receptação.

b) A pena em caso de furto mediante fraude por meio de dispositivo eletrônico ou informático é aumentada de 1/3 até a metade, se o crime é praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional e, de 1/3 ao dobro, se o crime for praticado contra idoso ou vulnerável.

c) Na extorsão mediante sequestro, se o concorrente denunciar o crime à autoridade policial, facilitando a libertação do sequestrado, a pena será reduzida de um a dois terços.

d) Inexiste causa de diminuição da pena pela imputação de prática de contravenção em crime de denunciação caluniosa.

e) Inexiste causa de aumento de pena, se a vítima é menor ou tem diminuída a capacidade de resistência no caso de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação, assim como se a prática decorre de motivo egoístico, torpe ou fútil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme a literalidade do art. 159, § 4º, do CP: "Art. 159 - Sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate: Pena - reclusão, de oito a quinze anos [...] § 4º - Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços".

A alternativa A está incorreta, pois a conduta descrita no enunciado é uma figura equiparada do crime de adulteração de sinal identificador de veículo, incluída pela Lei n.º 14.562/2023, conforme se verifica do novo § 2º, III, do art. 311 do CP: "Art. 311. Adulterar, remarcar ou suprimir número de chassi, monobloco, motor, placa de identificação, ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, de semirreboque ou de suas combinações, bem como de seus componentes ou equipamentos, sem autorização do órgão competente: Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa [...] § 2º Incorrem nas mesmas penas do caput deste artigo: (Redação dada pela Lei nº 14.562, de 2023) [...] III – aquele que adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, mantém em depósito, desmonta, monta, remonta, vende, expõe à venda, ou de qualquer forma utiliza, em proveito próprio ou alheio, veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, semirreboque ou suas combinações ou partes, com número de chassi ou monobloco, placa de identificação ou qualquer sinal identificador veicular que devesse saber estar adulterado ou remarcado. (Incluído pela Lei nº 14.562, de 2023)".

A alternativa B está incorreta, pois a causa de aumento do furto praticado mediante fraude por meio de dispositivo eletrônico ou informático é de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), conforme art. 155, § 4º-B e § 4º-C, I, do CP: "Art. 155 [...] § 4º-B. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se o furto mediante fraude é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.§ 4º-C. A pena prevista no § 4º-B deste artigo, considerada a relevância do resultado gravoso: I – aumenta-se de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional".

A alternativa D está incorreta, pois existe sim causa de diminuição caso a imputação seja de contravenção penal, conforme art. 339, § 2º, do CP: "Art. 339 [...] § 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção".

A alternativa E está incorreta, pois as hipóteses do enunciado implicam na aplicação da pena em dobro, conforme art. 122, 3º, do CP: "Art. 122 [...] § 3º A pena é duplicada: I - se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil; II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência".

QUESTÃO 17. Leia o texto a seguir.

(...) ***Lagarde (apud CHAKIAN, 2018) sustenta que o feminicídio pode ser praticado pelo atual ou ex-parceiro da vítima, parente, familiar, colega de trabalho, desconhecido, grupos de criminosos, de modo individual ou serial, ocasional ou profissional; e, em com um, denota intensa crueldade e menosprezo para com as mulheres, tratadas como mero objetos e, portanto, descartáveis, destituídas de direitos. Cuida-se de verdadeiro crime de ódio contra as mulheres para o qual também concorre a negligência e omissão das autoridades encarregadas de prevenir e erradicar esses delitos, razão pela qual o feminicídio seria também um crime de Estado. Na análise do que denominou de teoria del feminicídio, a também antropóloga Rita Laura Segato (apud CHAKIAN, 2018) ressalta que esse impulso de ódio com relação à mulher se explica como consequência à violação às duas leis do patriarcado: a norma de controle e possessão sobre o corpo feminino e a norma de superioridade, de hierarquia masculina.***

Dessa forma, a reação de ódio surge quando a mulher exerce autonomia no uso de seu corpo, desrespeitando regras de fidelidade ou de celibato. Ou, ainda, quando a mulher ascende posições de autoridade, de poder econômico ou político, tradicionalmente ocupadas por homens, desafiado o equilíbrio assimétrico.

BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silvia, Crimes contra Mulheres: Lei Maria da Penha, Crimes Sexuais, Feminicídio, Violência Política de Gênero. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023.

Ciente das lições trazidas, no que pertine ao feminicídio, analise as afirmativas a seguir.

I. A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 até a metade se o crime for praticado na presença física ou virtual de descendente ou ascendente da vítima, assim como em caso de descumprimento apenas das medidas protetivas de urgência previstas no Art. 22, *caput*, incisos Il e Ill, da Lei n° 11340/2006.

II. A *legítima defesa da honra* não pode ser invocada como argumento inerente à plenitude de defesa própria do tribunal do júri e sua utilização, direta ou indiretamente pela defesa, sendo que sua utilização configura nulidade, que não poderá ser arguida pelo acusado que dela se valeu.

Ill. X matou várias mulheres, sendo que ao falar sobre os crimes afirmou que escolhia as vítimas de forma aleatória. Todas elas eram garotas de programa com quem se relacionou. Nesse contexto, X não pode ser considerado como autor de crime de ódio, porque as vítimas não eram estranhas a ele.

IV. Caso Flávio, ciente de que Bianca, sua esposa, está grávida de 4 meses, atire nela e, com isso, cause seu falecimento e o do feto, ele responderá pelo feminicídio consumado e pelo aborto consumado sem consentimento da gestante, em concurso formal.

Está correto o que se afirma em

a) I e II, apenas.

b) I e Ill, apenas.

c) I e IV, apenas.

d) II e III, apenas.

e) II e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, tendo em vista que apenas os itens II e IV estão corretos.

A afirmativa I está incorreta, pois a causa de aumento do feminicídio prevista no art. 121, § 7º, IV, engloba os incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei Maria da Penha: "Art. 121 [...] § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: [...] IV - em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006".

A afirmativa II está correta, conforme entendimento do STF no julgamento da ADPF n.º 779: "[...] Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada parcialmente procedente para (i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CF), da proteção da vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 23, inciso II, ao art. 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa; (iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento; e (iv) diante da impossibilidade de o acusado beneficiar-se da própria torpeza, fica vedado o reconhecimento da nulidade referida no item anterior na hipótese de a defesa ter-se utilizado da tese da legítima defesa da honra com essa finalidade [...]".

A afirmativa III está incorreta, pois o que ilustra a existência de crime de ódio é a existência de uma aversão completa ao outro, onde o ódio tende a eliminação, de modo que os crimes de ódio pressupõem violência física e psicológica, podendo ser desde homicídio até uma injúria motivada por uma característica específica de pertencimento de uma pessoa a um determinado grupo. Neste sentido, são exemplos de crimes de ódio, o racismo, a homofobia, o feminicídio, o etnocentrismo, a LGBTfobia, a xenofobia e a intolerância religiosa. Deste modo, o indivíduo que mata várias pessoas (mulheres) pertencentes a determinado grupo social (garotas de programa) comete crime de ódio, uma vez que não se exige que o agente conheça as vítimas.

A afirmativa IV está correta, tendo em vista que na hipótese narrada o agente praticou uma conduta (atirar na vítima) e produziu mais de um resultado, aplicando-se a regra do art. 70 do CP: "Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior".

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 18. Leia os fragmentos a seguir.

O Instituto Avon no estudo *"Misoginia e Violência contra mulheres na internet: um levantamento sobre fóruns anônimos"*, realizado em parceria com a empresa Timelens, constatou que, dentre as regras dos Chans, está a proibição de participação de mulheres e que, *quando as mulheres não correspondem às expectativas dos frequentadores, são articulados ataques coordenados*, bem como que as mulheres inclusive denominadas de *depósito*.

Estudo disponível em: https://institutoavon.org.br/estudo-do-instituto-avon-traz-dados-sobre-misoginia-e-violencia-contra-mulheres-na-internet/

Já, Danielle Keats Ciron, em seu livro "Hate Crimes in CyberSpace" ressaltou que estudos evidenciaram que usuários com nomes femininos receberam em média "cem mensagens privadas maliciosas", que o estudo define como "linguagem sexualmente explicita ou ameaçadora", para cada quatro recebidas por usuários masculinos; que usuários humanos masculinos visavam especificamente os femininos; e que ser mulher aumenta o risco de assédio cibernético e, para mulheres lésbicas, transexuais ou bissexuais e mulheres negras o risco pode ser maior.

Harvard University Press, 2014.

Considerando os fragmentos acima, analise as afirmativas a seguir.

I. O delito de perseguição tem a pena majorada quando é cometido contra criança, adolescente ou idoso; mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos da lei; ou mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas ou com o emprego de arma.

II. Considerando que o delito de perseguição foi previsto no Art. 147-A, do Código Penal, por força da Lei n° 14132/2021, bem como que esta mesma lei revogou o disposto no Art. 65 do Decreto-lei n° 3688/1941, é possível afirmar que, pela jurisprudência, inexistiu automática *abolítio criminis* para todos os fatos que estavam enquadrados no Art. 65, citado, uma vez que permanece a reprovação penal em continuidade normativo-típica.

III. Considera-se também relação íntima de afeto, a fim de ensejar a aplicação da Lei Maria da Penha, aquela estabelecida e/ou mantida por meio da rede mundial de computadores.

Está correto o que se afirma em

a) I e Il, apenas.

b) I e III, apenas.

c) Il e III, apenas.

d) I, II, III.

e) II, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, uma vez que todas as afirmativas estão corretas.

A afirmativa I está correta, conforme art. 147-A, § 1º, do CP: "Art. 147-A [...] § 1º A pena é aumentada de metade se o crime é cometido: I – contra criança, adolescente ou idoso; II – contra mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código; III – mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas ou com o emprego de arma".

A afirmativa II está correta, conforme entendimento do STJ: "[...] Incide ao caso o princípio da continuidade normativo-típica, pois, embora a Lei n. 14.342/21 tenha revogado o art. 65 do Decreto-Lei n.º 3.888/1941, a conduta que ele reprovava continua punível, pois a própria lei revogadora deslocou tal ação para o tipo penal do art. 147-A do Código Penal, não se cuidando, portanto, como já afirmado, de hipótese de abolitio criminis. Importante destacar que tal ato teria ocorrido pelo menos duas vezes, não se tratando se fato isolado como defensivo pelo agravante". (AgRg no HC n.º 680.738/DF, Rel. Min. Ribeiro Dantas, 5ª Turma, julgado em 28/9/2021, DJe de 4/10/2021).

A afirmativa III está correta, conforme Enunciado n.º 50 da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID): "Enunciado nº 50 da COPEVID: Considera-se também relação íntima de afeto, a fim de ensejar a aplicação da Lei Maria da Penha, aquela estabelecida e/ou mantida por meio da rede mundial de computadores".

Assim, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 19. Com relação à *prescrição*, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A decisão confirmatória da pronúncia proferida pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial sempre interrompe a prescrição, nos termos do Art. 117, inciso III, do Código Penal.

( ) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, em caso de sentença absolutória imprópria a prescrição pelo máximo da pena em abstrato cominada ao delito.

( ) A prescrição da pretensão executória tem curso durante o cumprimento de suspensão condicional da pena.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F - V - F.

b) F - V - V.

c) V - F - F.

d) F - F - V.

e) V - V - F.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra A**.

A primeira afirmativa é falsa, pois de acordo com o STJ: "As decisões proferidas pelo Superior Tribunal Justiça, em recurso interposto contra o acórdão confirmatório da pronúncia, não se inserem no conceito do art. 117, inciso III, do Código Penal como causa interruptiva da prescrição". (HC n.º 826.977-SP, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Rel. para acórdão Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª Turma, julgado em 5/12/2023, informativo n.º 798). Assim, nem sempre haverá interrupção da prescrição hipótese.

A segunda afirmativa é verdadeira, conforme entendimento do STJ: "A prescrição da medida de segurança imposta em sentença absolutória imprópria é regulada pela pena máxima abstratamente prevista para o delito". (RHC n.º 39.920-RJ, Rel. Min. Jorge Mussi, 5ª Turma, julgado em 6/2/2014, Informativo n.º 535).

A terceira afirmativa é falsa, pois conforme entende do STF: "Durante a suspensão condicional da pena não corre o prazo prescricional". (Ext n.º 1254/Romênia, 2ª Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 29/4/2014, Informativo n.º 744). Aliás, o próprio Código Penal dispõe em seu art. 112, I, que a prescrição da pretensão executória começa a correr do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional, assim, é incabível de qualquer modo, a fluência do prazo prescricional da execução da pena.

Assim, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 20. Isabel e os filhos, Carlos, Eduardo e Luiz, crianças de sete, nove e onze anos, comemoravam o aniversário de Carlos, quando foram surpreendidos pela entrada de Caio no imóvel.

Caio, sob influência de álcool, exibiu arma de fogo a Isabel e sua família para impedir que eles resistissem, e, assim, subtrair os pertences dela. Assustado, Luiz começou a chorar e a gritar por socorro, após o que Carlos o agrediu com coronhadas para que permanecesse em silêncio e garantir o sucesso da empreitada. Isabel, então, colocou-se entre Carlos e o filho, após o que Carlos atirou na cabeça de Isabel e de seus filhos, que vieram a óbito.

Na sequência, Carlos pegou o computador, as joias é a quantia de R$20.000,00, quantia esta que Isabel escondia no armário. Após, evadiu-se do local, na posse dos mencionados bens de Isabel. Do lado de fora do imóvel, estava Pedro, pessoa com quem Carlos ajustou que iria praticar o furto, enquanto ele vigiava a aproximação de policiais, mas que estava ciente de que Carlos trazia com ele arma de fogo.

Diante destes fatos, assinale a afirmativa correta.

a) Carlos, de acordo com a jurisprudência mais atual tanto do Supremo Tribunal como do Superior Tribunal de Justiça, deverá responder, em concurso material por quatro latrocínios.

b) Carlos, segundo a jurisprudência mais atual tanto do Supremo Tribunal como do Superior Tribunal de Justiça, deverá responder, em concurso formal impróprio.

c) Carlos, nos termos da jurisprudência mais atual tanto do Supremo Tribunal como do Superior Tribunal de Justiça, restará configurada a continuidade delitiva.

d) A pluralidade de vítimas de violência não afasta, pelo Supremo Tribunal Federal, quando há subtração de um só patrimônio, o reconhecimento de crime único de latrocínio.

e) Configurada hipótese de cooperação dolosamente distinta, nos termos do Art. 29, *caput*, do Código Penal, Pedro deve responder por furto, não sendo caso de se reconhecer dolo eventual por parte de Pedro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme entendimento do STF, que foi seguido pelo STJ: "[...] 7. Caracterizada a prática de latrocínio consumado, em razão do atingimento de patrimônio único. 8. O número de vítimas deve ser sopesado por ocasião da fixação da pena-base, na fase do art. 59 do CP [...]" (HC n.º 109.539, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, julgado em 7/5/2013). "[...] Segundo entendimento acolhido por esta Corte, a pluralidade de vítimas atingidas pela violência no crime de roubo com resultado morte ou lesão grave, embora único o patrimônio lesado, não altera a unidade do crime, devendo essa circunstância ser sopesada na individualização da pena [...]" (HC n.º 96.736, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª Turma, julgado em 17/9/2013). "Subtraído um só patrimônio, a pluralidade de vítimas da violência não impede o reconhecimento de crime único de latrocínio". (AgRg no AREsp n.º 2.119.185/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, 3ª Seção, julgado em 13/9/2023, Informativo n.º 789).

As alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 21. Isabela vivia com sua mãe Patrícia, seu avô, Maurício, e seus dois irmãos mais velhos, Diego e Ricardo, de 10 e 12 anos, respectivamente, em Rochester, Inglaterra.

Maurício, aproveitando-se dos momentos em que Patrícia o deixava supervisionando os filhos, diariamente, acariciava os seios e a vagina da neta. Em certa ocasião, vizinhos ouviram gritos de socorro e acionaram a polícia local, que encontrou a pequena com hemorragia e ferimentos na região da vagina e nádegas e os irmãos, Diego e Ricardo, trancados dentro do armário, com fitas adesivas nos tornozelos e sinais, com hematomas e marcas de queimadura nas costas e tórax, em vários estágios de cicatrização. Os policiais não encontraram Maurício no local, porque este fugira para o Brasil, após notar que a Polícia tinha sido acionada.

Os infantes Diego e Ricardo, em contato com a rede protetiva inglesa, ainda esclareceram que Maurício, rotineiramente, queimava as costas dos netos com cigarro, utilizava alicate para

causar cortes na barriga deles e desferia tapas e golpes com cinto, quando eles o desobedeciam, bem como pontuaram que ficavam trancados no armário, de onde tinham visão, por ser de vidro, de tudo o que ocorria no quarto, enquanto o avô abusava da irmã, e que foram eles que gritaram por socorro, permitindo o acionamento da polícia. Em avaliação, as crianças apresentavam sinais indicativos de transtorno de estresse pós-traumático.

Ciente da narrativa acima, assinale a afirmativa correta.

a) Apesar do lugar do crime não ser o Brasil, aplica-se a lei brasileira ao caso, com base nos princípios da nacionalidade passiva e da justiça universal.

b) A conduta de Maurício de acariciar a neta Isabela configura, de acordo com recente julgado do Superior Tribunal de Justiça, importunação sexual e a de ferir Diego e Ricardo, na presença dela, configura violência psicológica, na forma da Lei n° 13431/2017.

c) A violência empregada contra Diego e Ricardo, por configurar tortura, não admite a aplicação da Lei brasileira, nos termos da Lei n° 9455/1997, porque, mesmo as vítimas sendo brasileiras, Maurício não está mais no território nacional.

d) De acordo como Superior Tribunal de Justiça, como não se pode delimitar o número de atos libidinosos perpetrados por Maurício contra a neta não é possível aplicar o aumento máximo previsto no Art. 71 do Código Penal.

e) Para a violência sexual perpetrada por Maurício, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr da data em que a vítima completar dezoito anos salvo se, a esse tempo, já tiver sido proposta ação penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme art. 111, V, do CP, conforme alteração promovida pela Lei n.º 14.344/2022: "Art. 111 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr: [...] V - nos crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam violência contra a criança e o adolescente, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal".

A alternativa A está incorreta, pois não basta que o agente seja brasileiro para a aplicação da lei brasileira, tendo em vista que o crime praticado não está no rol de crimes cuja extraterritorialidade é incondicionada, nos termos do art. 7º, I, do CP: "Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: I - os crimes: a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República; b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público; c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço; d) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil".

A alternativa B está incorreta, por duas razões. A primeira razão é que no caso narrado houve estupro de vulnerável, conforme entendimento do STJ: "Presente o dolo específico de satisfazer à lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta,

não sendo possível a desclassificação para o delito de importunação sexual (art. 215-A do CP)". (REsp n.º 1.959.697/SC, Rel. Min. Ribeiro Dantas, 3ª Seção, julgado em 8/6/2022 (Recurso Repetitivo – Tema 1121), Informativo n.º 740)". A segunda razão é que a violência descrita no enunciado é física e não psicológica, conforme art. 4º, I, da Lei n.º 13.431/2017: "Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: I - violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico".

A alternativa C está incorreta, pois a lei brasileira se aplica independentemente de o crime ter sido cometido no território nacional, nos termos do art. 2º da Lei n.º 9.455/1997: "Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira".

A alternativa D está incorreta, pois a impossibilidade de deliminar o número de infrações não afasta a possibilidade de aplicação da continuidade delitiva, conforme entendimento do STJ: "No crime de estupro de vulnerável, é possível a aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, caput, do Código Penal, ainda que não haja a delimitação precisa do número de atos sexuais praticados, desde que o longo período de tempo e a recorrência das condutas permita concluir que houve 7 (sete) ou mais repetições". (REsp n.º 2.029.482/RJ e REsp n.º 2.050.195/RJ, Rel. Min. Laurita Vaz, 3ª Seção, julgado em 17/10/2023 (Recurso Repetitivo – Tema 1202) Informativo n.º 792).

QUESTÃO 22, Sobre a classificação das *infrações penais*, analise as afirmativas a seguir.

I. No crime omissivo espúrio, a omissão é descrita no próprio tipo penal e não admite a tentativa nem a modalidade culposa.

II. Ricardo desferiu uma facada no pescoço de Carlos, com objetivo de matá-lo. Na sequência, para assegurar o resultado, ele desferiu um disparo de arma de fogo contra a cabeça de Carlos. Carlos veio a falecer em virtude dos ferimentos causados pelo disparo da arma de fogo. Este homicídio é exemplo de crime de passagem.

III. A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, originando-se o dever de agir somente de dever de cuidado, proteção ou vigilância oriundos da lei e de assunção de responsabilidade para impedir o resultado.

Está correto o que se afirma em

a) II e III, apenas.

b) I e III, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II, apenas.

e) II, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois apenas a afirmativa II está correta.

A afirmativa I está incorreta, pois nos crimes omissivos impróprios (ou espúrios) é possível a tentativa, de acordo com a doutrina, em razão da possibilidade de fracionamento dos atos executórios do crime.

A afirmativa II está correta, pois corresponde a descrição correta do crime de passagem.

A afirmativa III está incorreta, pois a afirmativa não considerou a hipótese prevista no art. 13, § 2º, "c", do CP: "Art. 13 [...] § 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: [...] c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado".

Assim, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 23. No tocante à *parte geral* do Código Penal, assinale a afirmativa correta.

a) Ricardo conduzia uma ambulância em alta velocidade. Ao ultrapassar o sinal vermelho, colidiu com o carro em que estava Mariana, que veio a falecer em virtude dos ferimentos suportados. Todavia, ele o fez para levar Felipe, criança de 5 anos, que corria risco de vida; ao hospital para ser socorrido após tentativa de homicídio. Neste contexto restará configurado estrito cumprimento de um dever legal.

b) A frustração, embora solvente, da execução da pena de muita e não reparação do dano, sem motivo justificado, configuram causas de revogação obrigatória da suspensão condicional da pena.

c) Considerando a disciplina sobre o estado de necessidade, inexiste qualquer causa de diminuição de pena quando o sacrifício do direito próprio ou alheio ameaçado fosse razoável exigir, nos termos do Art. 78 do Código Penal.

d) Bruno, em 30/01/2023, subtraiu durante o período noturno, mediante escalada, computadores e televisões de uma loja na cidade de Sorocaba. Não satisfeito, em 09/03/2023, ele retornou à loja mencionada e, valendo-se das mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, subtraiu mais televisões, computadores, tablets e relógios. Considerando a posição do Supremo Tribunal Federal, não é possível o reconhecimento da continuidade delitiva.

e) A pena, unificada nos termos do Art. 75 do Código Penal, é a utilizada para identificação do prazo para livramento condicional, nos termos da Corte Suprema.

Comentários

A alternativa correta é a letra **D,** porque é a incorreta. Nos termos do art. 71 do Código Penal "Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser

havidos como continuação do primeiro". A jurisprudência entende que as mesmas condições de tempo são aquelas que ocorrem em até trinta dias de distância entre si, o que não é o caso da alternativa, afinal, as ações de Bruno ocorreram com cerca de dois meses de distância entre si, não sendo possível reconhecer a continuidade delitiva, o que torna por correta a alternativa.

QUESTÃO 24. Sobre os *crimes de furto e roubo*, analise as afirmativas a seguir.

I. De acordo com a teoria da *contrectatio*, a consumação do crime de furto ocorre quando há o contato físico com a coisa alheia móvel, desde que haja a inversão da posse.

II. Há delito de furto e não de roubo quando o sujeito ativo se vale de narcóticos para reduzir a vítima à impossibilidade de resistência para se apoderar dos pertences dela.

III. Não é cabível tentativa de roubo impróprio.

Está correto o que se afirma em

a) Ill, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, tendo em vista que apenas a afirmativa III está correta.

A afirmativa I está incorreta, pois para a teoria da *concretactio*, não é necessária a inversão da posse da coisa, sendo bastante o contato do agente com a coisa.

A afirmativa II está incorreta, pois o uso de narcóticos para praticar a subtração é fato se amolda ao art. 157 do CP (roubo), tendo em vista que, embora não houve violência ou grave ameaça, houve a impossibilidade de resistência da vítima, elementar do crime de roubo.

A afirmativa III está correta. Vejamos a diferenciação realizada pela doutrina do roubo próprio e do roubo impróprio: " Enquanto no roubo próprio o agente usa a violência ou grave ameaça para retirar os bens da vítima, no roubo impróprio "a violência ou a grave ameaça ocorrem após a consumação da subtração, visando o agente assegurar a posse da coisa subtraída ou a impunidade do crime" (MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal, 18 ed., p. 238).

Assim, de acordo com a doutrina majoritária, não há como haver tentativa no roubo impróprio. Se o agente é impedido de praticar a subtração e não pratica qualquer ato executório, não há crime. Se o

agente subtrai a coisa, mas não consegue empregar a violência ou grave ameaça por qualquer motivo, haverá crime de furto.

Assim, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 25. Leia as opções a seguir e assinale a afirmativa correta.

a) No estrito cumprimento de um dever legal, este dever funda-se em disposição jurídico-normativa e moral.

b) A pena é aumentada de 1/3 a 2/3 no crime de divulgação de cena de estupro, de sexo ou pornografia, se a vítima é pessoa com quem o sujeito ativo mantenha ou tenha mantido relação íntima de afeto ou com a finalidade de vingança ou humilhação.

c) Em caso de ilegalidade aparente em ordem de superior hierárquico, o subordinado será responsabilizado pelo ato ilícito na qualidade de autor mediato.

d) A apropriação de coisa perdida configura o crime de furto.

e) É possível a aplicação do princípio da insignificância ao delito de lesão corporal, quando os ferimentos suportados pela vítima forem reduzidíssimos, mesmo nos casos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois está de acordo com o art. 218-C, § 1º, do CP: "Art. 218-C [...] § 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação".

A alternativa A está incorreta, pois a excludente de ilicitude do estrito cumprimento de dever legal, como o próprio nome sugere, se funda em disposição normativa apenas. Vejamos o que a doutrina majoritária dispõe sobre: "Ao contrário do que fez em relação ao estado de necessidade e à legítima defesa, o Código Penal não apresentou o conceito de estrito cumprimento de dever legal, nem seus elementos característicos. Pode-se defini-lo, contudo, como a causa de exclusão da ilicitude que consiste na prática de um fato típico, em razão de cumprir o agente uma obrigação imposta por lei, de natureza penal ou não" (MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal. Parte geral. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v. 1, p. 185).

A alternativa C está incorreta, pois na hipótese, o subordinado seria o autor imediato do crime.

A alternativa D está incorreta, pois a apropriação de coisa perdida configura crime autônomo previsto no art. 169, parágrafo único, II, do CP: "Art. 169 - Apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza: Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa. Parágrafo único - Na mesma pena incorre: [...] Apropriação de coisa achada II - quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, total ou parcialmente, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro no prazo de quinze dias".

A alternativa E está incorreta, pois não é aplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticadas contra a mulher no âmbito das relações domésticas, nos termos da Súmula n.º 589 do STJ: "Súmula n.º 589: É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas".

QUESTÃO 26. No curso de uma persecução penal processual, em que se imputa a suposta prática do crime de roubo a Tarcísio, a acusação argui, por escrito, a falsidade de documento constante dos autos. Em assim sendo, o juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca Alfa, após a observância de todas as formalidades previstas em lei, decide que, de fato, o documento impugnado é falso.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a defesa poderá interpor

a) recurso em sentido estrito em face da decisão judicial, no prazo de cinco dias.

b) recurso de apelação em face da decisão judicial, no prazo de cinco dias.

c) carta testemunhável em face da decisão judicial, no prazo de oito dias.

d) recurso de apelação em face da decisão judicial, no prazo de oito dias.

e) correição parcial em face da decisão judicial, no prazo de cinco dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema recursos no CPP.

A alternativa A está correta. Conforme previsto no artigo 581, XVIII, do Código Processo Penal:

"Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: (...) XVIII - que decidir o incidente de falsidade;". Portanto, é correta a interposição do RESE.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da letra A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da letra A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da letra A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da letra A.

QUESTÃO 27. José responde, em juízo, pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável, que teria sido perpetrado durante as festividades de réveillon, na presença de três pessoas, quais sejam:

i. Caio, que tem 13 anos de idade;

ii. Matheus, que possui 17 anos de idade; e

iii. Maria, genitora do acusado.

Buscando elucidar os fatos, o Ministério Público requer a oitiva dos indivíduos, ora elencados, em sede judicial. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

a) Caio e Matheus não poderão se eximir da obrigação de prestar depoimento, mas os dois não prestarão o compromisso legal de dizer a verdade. Por sua vez, Maria poderá se recusar a depor, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias, hipótese em que será ouvida sem prestar o compromisso legal de dizer a verdade.

b) Caio e Matheus não poderão se eximir da obrigação de prestar depoimento, mas o primeiro não prestará o compromisso de dizer legal e verdade. Por sua vez, Maria poderá se recusar a depor, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias, hipótese em que será ouvida sem prestar o promisso legal de dizer a verdade.

c) Caio e Matheus estão proibidos de prestar depoimento. Por sua vez, Maria poderá se recusar a depor, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias, hipótese em que será ouvida sem prestar o compromisso legal de dizer a verdade.

d) Caio e Matheus não poderão se eximir da obrigação de prestar depoimento, sendo certo que os dois prestarão o compromisso legal de dizer a verdade. Por sua vez, Maria está proibida de prestar depoimento.

e) Caio e Matheus estão proibidos de prestar depoimento. Por sua vez, Maria não poderá se recusar a depor, mas não prestará o compromisso legal de dizer a verdade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre prova testemunhal.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da letra B.

A alternativa B está correta. O caso em apreço exige uma leitura conjunta dos artigos 206 e 208 do CPP. Enquanto o artigo 206 exime alguns indivíduos de prestar o depoimento, tal qual o ascendente: "A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.". O artigo 208 estabelece que certas pessoas, embora prestem depoimento, não assumem o compromisso de falar a verdade, dentre esses os menores de 14

anos: "Não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 14 (quatorze) anos, nem às pessoas a que se refere o art. 206.".

Desta forma, como regra, Caio, por ser menor de 14 anos não prestará o compromisso de dizer a verdade, embora deva depor. Matheus deverá depor, prestando o compromisso. Já Maria poderá se recusar a depor, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias, hipótese em que será ouvida sem prestar o promisso legal de dizer a verdade, em razão da parte final do artigo 208 do CPP, acima transcrito.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da letra B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da letra B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da letra B.

QUESTÃO 28. José, responsável por grande operação de subtração e posterior alienação de motocicletas em âmbito nacional, adquiriu diversos imóveis com os valores pecuniários arrecadados por intermédio da atividade ilícita. Desta forma, após tomar ciência dos fatos, João, Delegado de Polícia, deflagra inquérito policial para investigar os crimes perpetrados por José, mapeando todos os apartamentos e casas que pertencem ao agente e que são proventos das diversas infrações penais perpetradas, visando à adoção das medidas legais cabíveis. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

a) O juiz de ofício, a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia.

b) O sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo investigado com os proventos da infração, é cabível, salvo se já tiveram sido transferidos a terceiro.

c) O sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de trinta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.

d) O sequestro autuar-se-á em apartado e admitirá embargos infringentes e de nulidade.

e) Para a decretação do sequestro, bastará a existência de indícios mínimos da proveniência ilícita dos bens.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A .** A questão trata sobre sequestro**.**

A alternativa A está correta. A afirmativa traz a literalidade do artigo 127 do CP, o qual prevê: "O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o seqüestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa."

A alternativa B está incorreta. A transferência a terceiro não é impeditivo da realização do sequestro, nos termos do artigo 125 do CP: "Caberá o seqüestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro".

A alternativa C está incorreta. Diferentemente do afirmado pela alternativa, o lapso é de 60 dias e não de 30 dias. Neste sentido, o artigo 131,I, do CPP estabelece que o sequestro será levantado: "se a ação penal não for intentada no prazo de sessenta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência;"

A alternativa D está incorreta. Os embargos infringentes e de nulidades são espécies recursais cabíveis em face de decisões colegiadas, de segunda instância, não unânimes e manejável apenas pela defesa. Desse modo, no caso do sequestro, embora seja autuado em apartado, contra ele, caberá embargos de terceiro, nos termos do artigo 129 do CPP: "O seqüestro autuar-se-á em apartado e admitirá embargos de terceiro."

A alternativa E está incorreta. Conforme o artigo 126 do CPP, os indícios devem ser veementes: "Para a decretação do seqüestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens."

QUESTÃO 29. José responde, em juízo, pela prática dos crimes de homicídio qualificado (feminicídio) e de descumprimento de medida protetiva - conexos -, em concurso material. Finda a instrução probatória na primeira fase do procedimento bifásico inerente ao Tribunal do Júri, há a apresentação de alegações finais orais pelo Ministério Público e pela defesa técnica. O Parquet, requer, em síntese, a pronúncia do acusado. A defesa, por sua vez, traz à baila a tese de insuficiência probatória, e, subsidiariamente, alega e comprova a inimputabilidade do acusado, o qual, ao tempo da ação, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito dos fatos, em razão de doença mental grave.

À luz do acervo probatório produzido, o juiz, titular de Vara Criminal com competência exclusiva de Tribunal do Júri, se convence que há prova da existência dos fatos e indícios suficientes de autoria, malgrado a inimputabilidade do réu seja cabal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz deverá

a) absolver sumariamente o acusado José em relação ao homicídio qualificado e declinar da competência para o julgamento do crime de descumprimento de medida protetiva.

b) pronunciar o acusado José em relação ao homicídio qualificado e absolvê-lo sumariamente no que se refere ao crime de descumprimento de medida protetiva.

c) absolver sumariamente o acusado José em relação ao homicídio qualificado e ao crime de descumprimento de medida protetiva.

d) impronunciar o acusado José em relação ao homicídio qualificado e ao crime de descumprimento de medida protetiva.

e) pronunciar o acusado José em relação ao homicídio qualificado e ao crime de descumprimento de medida protetiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre o Tribunal do Júri**.**

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da letra E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da letra E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da letra E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da letra E.

A alternativa E está correta. A questão exige a análise do artigo 415, parágrafo único, do CPP, o qual trata das possibilidades da absolvição sumária. Neste sentido, causas de isenção de pena ou exclusão do crime podem levar à absolvição sumária demonstradas. Todavia, o parágrafo único do artigo 415 do CPP traz regra própria para os casos de inimputabilidade: "Não se aplica o disposto no inciso IV do caput deste artigo ao caso de inimputabilidade prevista no caput do art. 26 do Código Penal, salvo quando esta for a única tese defensiva.". Ou seja, apenas quando a inimputabilidade seja a única tese defensiva é que ela poderá levar à absolvição sumária.

QUESTÃO 30. Mário, advogado criminalista, passou a estudar, nas nuances, as inovações trazidas à baila pela Lei nº 13.964/2019, em especial a implementação do instituto do Juiz das garantias, em razão do potencial impacto no exercício de suas funções. Registre-se que o escritório de Mário atua em quatro diferentes áreas, quais sejam:

I. processos de competência do Tribunal do Júri;

ii. casos de violência doméstica e familiar;

iii. crimes previstos na Lei 11.343/2006 (Lei de drogas); e

iv. processos de competência originária dos Tribunais.

Nesse cenário, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que Mário deverá observar as normas relativas ao juiz das garantias na(s) seguinte(s) área(s) de atuação do seu escritório de advocacia:

a) processos de competência do Tribunal do Júri; casos de violência doméstica e familiar: e processos de competência originária dos Tribunais.

b) casos de violência doméstica e familiar; crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas); e processos de competência originária dos Tribunais.

c) crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas); e processos de competência originária dos Tribunais.

d) processos de competência do Tribunal do Júri; e casos de violência doméstica e familiar.

e) crimes previstos na Lei n® 11.343/2006 (Lei de Drogas).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre juiz das garantias**.**

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da letra E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da letra E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da letra E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da letra E.

A alternativa E está correta. O STF, no julgamento das ADIs 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF e 6.305/DF, analisou a constitucionalidade dos dispositivos que introduziram o juiz das garantias no CPP. Dentre estes, definiu-se que o artigo 3º-C do CPP, que dispõe que : "A competência do juiz das garantias abrange todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo, e cessa com o recebimento da denúncia ou queixa na forma do art. 399 deste Código" , deve ser interpretado conforme a constituição, de modo que "as normas relativas ao juiz das garantias não se aplicam às seguintes situações: a) processos de competência originária dos tribunais, os quais são regidos pela Lei 8.038/1990; b) processos de competência do tribunal do júri; c) casos de violência doméstica e familiar; e d) infrações penais de menor potencial ofensivo".

QUESTÃO 31. Maria após ser agredida e ameaçada por João, companheiro de data, conseguiu fugir, logrando êxito em localizar, nas proximidades, uma viatura da Polícia Militar, ocasião em que narrou o ocorrido.

Em assim sendo, os policiais militares se dirigiram ao domicílio do casal e prenderam o agente em flagrante, encaminhando-o à Delegacia de Polícia especializada. Na sequência, João foi direcionado ao sistema prisional para a realização da audiência de custódia.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça sobre a audiência de custódia, assinale a afirmativa correta.

a) Proferida a decisão que resultar no relaxamento da prisão em flagrante, na concessão da liberdade provisória sem ou com a imposição de medida cautelar alternativa à prisão ou quando determinado o imediato arquivamento do inquérito, a autoridade policial será cientificada e, se a vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher não estiver presente na audiência, deverá, em até vinte e quatro horas, contadas da expedição do alvará de soltura, ser notificada da decisão sem prejuízo intimação do seu advogado ou do seu defensor público.

b) A ata da audiência conterá, apenas e resumidamente, a deliberação fundamentada do magistrado quanto à legalidade e à manutenção da prisão, cabimento de liberdade provisória sem ou com a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, considerando-se o pedido de cada parte, como também, em caso da constatação de indícios de tortura e maus tratos, a expedição de ofício, com cópias dos autos, ao órgão ao qual estão veiculados os agentes públicos executores da prisão.

c) Proferida a decisão que resultar no relaxamento da prisão em flagrante, na concessão da liberdade provisória sem ou com a imposição de medida cautelar, ou quando determinado o imediato arquivamento do inquérito, a pessoa presa em flagrante delito será colocada em liberdade em até vinte e quatro horas, mediante à expedição de alvará de soltura, e será informada sobre seus direitos e obrigações, salvo se, por outro motivo, tenha que continuar presa.

d) Concluída a audiência de custódia, cópia da sua ata será entregue a pessoa presa em flagrante delito, ao Defensor e ao Ministério Público, tomando-se à ciência de todos, e apenas o auto de prisão em flagrante, com antecedentes e cópia da ata, seguirá para livre distribuição.

e) A oitiva do preso será registrada, preferencialmente, em mídia, como também haverá a formalização de termo de manifestação de pessoa presa ou do conteúdo das postulações das partes, ficando arquivada na unidade responsável pela audiência de custódia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata da Audiência de Custódia**.**

A alternativa A está incorreta. Conforme previsto no artigo 8º,§§ 5 e 6, da Resolução 213/15 do CNJ: "§ 5º Proferida a decisão que resultar no relaxamento da prisão em flagrante, na concessão da liberdade provisória sem ou com a imposição de medida cautelar alternativa à prisão, ou quando determinado o imediato arquivamento do inquérito, a pessoa presa em flagrante delito será prontamente colocada em liberdade, mediante a expedição de alvará de soltura, e será informada sobre seus direitos e obrigações, salvo se por outro motivo tenha que continuar presa. § 6º Na hipótese do § 5º, a autoridade policial será cientificada e se a vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher não estiver presente na audiência, deverá, antes da expedição do alvará de soltura, ser notificada da decisão, sem prejuízo da intimação do seu advogado ou do seu defensor público.".

Ou seja, no caso de violência doméstica, não estando presente a vítima na audiência, a notificação desta deverá anteceder a expedição do alvará de soltura.

A alternativa B está incorreta. Conforme o artigo 8,§3, da Resolução 213 do CNJ estabelece que a " A ata da audiência conterá (...) as providências tomadas, em caso da constatação de indícios de tortura e maus tratos.". Deste modo, a alternativa, ao restringir que na ata constará a expedição de ofício, ignorando demais medidas que devem ser tomadas, conforme estabelecido no artigo 11, da referida Resolução, está incorreta.

A alternativa C está incorreta. Conforme previsto no artigo 8º,§ 5, da Resolução 213/15 do CNJ, a pessoa custodiada, nesses casos, deverá ser prontamente colocada em liberdade e não aguardar por 24 horas: "§ 5º Proferida a decisão que resultar no relaxamento da prisão em flagrante, na concessão da liberdade

provisória sem ou com a imposição de medida cautelar alternativa à prisão, ou quando determinado o imediato arquivamento do inquérito, a pessoa presa em flagrante delito será prontamente colocada em liberdade, mediante a expedição de alvará de soltura, e será informada sobre seus direitos e obrigações, salvo se por outro motivo tenha que continuar presa".

A alternativa D está correta. A alternativa traz a redação do artigo 8,§4º, da Resolução 213 do CNJ: "Concluída a audiência de custódia, cópia da sua ata será entregue à pessoa presa em flagrante delito, ao Defensor e ao Ministério Público, tomando-se a ciência de todos, e apenas o auto de prisão em flagrante, com antecedentes e cópia da ata, seguirá para livre distribuição."

A alternativa E está incorreta. Conforme o artigo 8,§4º, da Resolução 213 do CNJ, é dispensada a formalização de termo de manifestação da pessoa presa: "A oitiva da pessoa presa será registrada, preferencialmente, em mídia, dispensando-se a formalização de termo de manifestação da pessoa presa ou do conteúdo das postulações das partes, e ficará arquivada na unidade responsável pela audiência de custódia.".

Questão 32. Lucas, membro do Ministério Público, ao deflagrar um procedimento investigatório criminal, escarnece às vítimas sobre seus direitos materiais e processuais, afirmando, ainda, que adotará todas as medidas necessárias para a reparação dos danos por elas sofridos e para preservar seus direitos fundamentais, em especial a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem. Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, é correto afirmar que

a) O membro do Parquet que preside o procedimento investigatório criminal até o ajuizamento da ação penal, deverá providenciar o encaminhamento da vítima ou de testemunhas, caso presentes os pressupostos legais, para inclusão em Programa de Proteção de Assistência a Vítimas e a Testemunhas ameaçadas ou em Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados, conforme o caso.

b) O membro do Parquet que preside o procedimento investigatório criminal providenciará o encaminhamento da Vítima e outras pessoas atingidas pela prática do fato criminoso apurado e rede de assistência, para atendimento multidisciplinar, especialmente nas áreas psicossocial, de assistência jurídica e de saúde, à expensas do Ministério Público.

c) Em caso de medidas de proteção ao investigado, as vítimas e testemunhas, o membro do Ministério Público observará a tramitação prioritária do feito, bem como providenciar, se o caso, a oitiva antecipada dessas pessoas ou pedirá a antecipação dessa oitiva em juízo.

d) O membro do Parquet velará pela segurança de vítimas e testemunhas que sofrerem ameaça ou que, de modo concreto, estejam suscetíveis a sofrer intimidação por parte de acusados, de parentes deste ou pessoas a seu mando, podendo, inclusive, solicitar ao juiz competente proteção policial em seu favor.

e) Nos procedimentos de acolhimento, oitiva e atenção à vítima, o membro do Ministério Público diligenciará para que a ela seja assegurada e possibilidade de prestar declarações e informações

em geral, eventualmente sugerir diligências, indicar meios de prova e deduzir alegações, que deverão ser avaliadas e respondidas, fundamentadamente, no prazo de dez dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre o Procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. Conforme previsto no artigo 17,§2º, da Resolução 181/2017 do CNMP, o dever de encaminhamento para inclusão em Programa de Proteção de Assistência a Vítimas e a Testemunhas ameaçadas ou em Programa de Proteção se mantém mesmo após proposta a ação penal: "O membro do Ministério Público que preside o procedimento investigatório criminal, no curso da investigação ou mesmo após o ajuizamento da ação penal, deverá providenciar o encaminhamento da vítima ou de testemunhas, caso presentes os pressupostos legais, para inclusão em Programa de Proteção de Assistência a Vítimas e a Testemunhas ameaçadas ou em Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados, conforme o caso."

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto no artigo 17,§4º, da Resolução 181/2017 do CNMP, o dever de arcar com os custos é do Estado e não do MP: "O membro do Ministério Público que preside o procedimento investigatório criminal providenciará o encaminhamento da vítima e outras pessoas atingidas pela prática do fato criminoso apurado à rede de assistência, para atendimento multidisciplinar, especialmente nas áreas psicossocial, de assistência jurídica e de saúde, a expensas do ofensor ou do Estado."

A alternativa C está correta. A alternativa traz a literalidade do artigo 17, §3º, da Resolução 181/2017 do CNMP: “Em caso de medidas de proteção ao investigado, as vítimas e testemunhas, o membro do Ministério Público observará a tramitação prioritária do feito, bem como providenciará, se o caso, a oitiva antecipada dessas pessoas ou pedirá a antecipação dessa oitiva em juízo."

A alternativa D está incorreta. A alternativa está incorreta, pois a solicitação de proteção policial não precisa ser feita por intermédio do juiz, conforme o artigo 17, §1º, da Resolução 181/2017 do CNMP: "O membro do Ministério Público velará pela segurança de vítimas e testemunhas que sofrerem ameaça ou que, de modo concreto, estejam suscetíveis a sofrer intimidação por parte de acusados, de parentes deste ou pessoas a seu mando, podendo, inclusive, requisitar proteção policial em seu favor."

A alternativa E está incorreta. A parte final da alternativa, ao prever a avaliação e resposta no prazo de dez dias, não está adequada, à luz do artigo 17, §5º, da Resolução 181/2017 do CNMP: "Nos procedimentos de acolhimento, oitiva e atenção à vítima, o membro do Ministério Público diligenciará para que a ela seja assegurada a possibilidade de prestar declarações e informações em geral, eventualmente sugerir diligências, indicar meios de prova e deduzir alegações, que deverão ser avaliadas fundamentadamente pelo Ministério Público.”

QUESTÃO 33. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Fábio, imputando-lhe a prática de dois crimes em concurso formal próprio. Em síntese, o denunciado ingressou em um coletivo e simulando portar uma arma de fogo, determinou que duas pessoas entregassem os seus

pertences, o que fora prontamente atendido. Na sequência, Fábio se evadiu na posse dos telefones celulares dos ofendidos.

Sobre a hipótese, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante é correto afirmar que o processo e julgamento dos crimes de roubo perpetrados dar-se-á em conjunto em razão da

a) continência por cumulação subjetiva,

b) continência por cumulação objetiva.

c) conexão concursal.

d) conexão objetiva.

e) conexão lógica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre Conexão e Continência**.**

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da letra B.

A alternativa B está correta. Conforme previsto no artigo 77,II, do CPP: "A competência será determinada pela continência quando: II - no caso de infração cometida nas condições previstas nos arts. 51, § 1o, 53, segunda parte, e 54 do Código Penal (atuais artigos 70, 73 e 74 do Código Penal)".

Portanto, a continência objetiva determina a reunião de julgamento de fatos cometidos em concurso formal, com *aberratio ictus* (erro na execução) ou *aberratio criminis* (resultado diverso do pretendido). Logo, aplicável ao caso narrado.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da letra B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da letra B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da letra B.

QUESTÃO 34. Matheus, Promotor de Justiça no âmbito do Ministério Público do Estado de Goiás, preside investigação em face de João, suposto autor de crime contra o patrimônio. Durante a tramitação do procedimento, o Investigado argui a suspeição do membro do Parquet.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a afirmativa correta,

a) Com a recusa fundamentada da alegação de suspeição por parte do presidente do procedimento investigatório criminal e, encaminhados os autos ao Procurador-Geral de Justiça,

este poderá, sendo relevante o fundamento da arguição de suspeição, suspender liminarmente a tramitação do feito, pelo prazo máximo de sessenta dias, dando ciência ao Promotor de Justiça e ao excipiente.

b) O presidente do procedimento investigatório criminal, caso não concorde com a alegação de suspeição, lançará nos autos da exceção, no prazo de cinco dias, manifestação fundamentada ne qual recusará a suspeição, remetendo os autos, em três dias, ao Procurador-Geral de Justiça para decisão, a ser tomada no prazo máxima de trinta dias.

c) presidente do procedimento investigatório criminal, caso concorde com a alegação de suspeição, transferirá a presidência ao substituto legal, dando conhecimento dos fatos, em três dias, ao Procurador-Geral.

d) A arguição de suspeição será formalizada em peça própria, cujas razões deverão ser apresentadas no prazo de 2 dias, instruídas com a prova do fato constitutivo alegado, sob pena de não conhecimento.

e) Os autos do procedimento Investigatório criminal, se transferida a presidência da investigação, tramitarão na Promotoria de Justiça do substituto legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre o Procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. A alternativa afronta o disposto no artigo 18,§1º, da Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás: "No caso do inciso I deste artigo, o Procurador-Geral de Justiça poderá, sendo relevante o fundamento da arguição de suspeição ou de impedimento, suspender liminarmente a tramitação do procedimento investigatório criminal até sua final decisão, dando ciência ao presidente da investigação e ao excipiente.". A suspensão, portanto, é até a a decisão final.

A alternativa B está correta. A alternativa traz a literalidade do disposto no artigo 18,caput e I, da Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás: "O presidente do procedimento investigatório criminal lançará nos autos da exceção, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestação fundamentada na qual: I - recusará a suspeição ou o impedimento, remetendo os autos, em 3 (três) dias, ao Procurador-Geral de Justiça para decisão, a ser tomada no prazo máximo de 30 (trinta) dias;".

A alternativa C está incorreta. Conforme disposto no artigo 18, caput e II, da Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, não há menção de comunicação ao Procurador-Geral: "Art. 18. O presidente do procedimento investigatório criminal lançará nos autos da exceção, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestação fundamentada na qual: II - concordará com a alegação, com o que ficará, automaticamente, transferida a presidência da investigação a seu substituto."

A alternativa D está incorreta. Conforme disposto no artigo 16 da Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, a arguição já deve ser acompanhada

das razões: "A arguição de suspeição ou de impedimento será formalizada em peça própria, acompanhada das respectivas razões, e instruída com a prova do fato constitutivo alegado, sob pena de não conhecimento."

A alternativa E está incorreta. Conforme disposto no artigo 18,§2º, da Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás: "Ainda que transferida a presidência da investigação, os autos do procedimento investigatório criminal permanecerão tramitando na Promotoria de Justiça de origem."

QUESTÃO 35. Daniel, primário e portador de bons antecedentes, está sendo investigado por ter praticado, em tese, o crime de estelionato.

Preocupado com o andamento do inquérito policial, o agente contrata um advogado, que lhe informa sobre as vantagens e desvantagens dos institutos despenalizadores que existem na ordem jurídica pátria, em especial o acordo de não persecução penal.

Sobre a hipótese narrada, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) No caso de recusa de oferecimento do acordo de não persecução penal pelo membro do Parquet, o recurso dirigido às instâncias administrativas contra o parecer de instância superior do Ministério Público detém efeito suspensivo capaz de sustar o andamento de ação penal.

b) Após a assinatura do acordo de não persecução penal pelas partes, os autos serão encaminhados ao juiz, o qual, verificada a legalidade e voluntariedade do negócio jurídico processual, o homologará.

c) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz encaminhará os autos ao juízo da execução penal, para dar início ao cumprimento das condições postas.

d) A revogação do acordo de não persecução penal não exige que o Investigado seja intimado para justificar o descumprimento das condições impostas na avença.

e) O Ministério Público deve notificar o investigado acerca da proposta do Acordo de Não Persecução Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre o ANPP.

A alternativa A está incorreta. A alternativa afronta entendimento do STJ proferido pela 5ª Turma, e veiculado no informativo 780, segundo o qual: "No caso de recusa de oferecimento do acordo de não persecução penal pelo representante do Ministério Público, o recurso dirigido às instâncias administrativas contra o parecer da instância superior do Ministério Público não detém efeito suspensivo capaz de sustar o andamento de ação penal.". Portanto, não há efeito suspensivo em tais casos.

A alternativa B está incorreta. Conforme exposto pelo artigo 28-A,§4º, do CPP, o juiz deverá realizar "audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade".

A alternativa C está incorreta. Embora a literalidade do artigo 28-A,§6, do CPP indique que a execução se dará perante o juízo da execução: "Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal". O STJ, por meio da 3ª Seção, no julgamento do CC 192.158-MT, estabeleceu que: "A competência para a execução do acordo de não persecução penal é do Juízo que o homologou".

A alternativa D está correta. A afirmativa está de acordo com o posicionamento do STJ, o qual decidiu, no HC 809.639/GO, veiculado no informativo 795, que: "Prevê o § 10 do art. 28-A do Código de Processo Penal que o descumprimento das condições impostas no acordo de não persecução penal implica a revogação do benefício, devendo o Ministério Público comunicar o fato ao juízo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia, não havendo previsão legal para que o investigado seja intimado, mesmo que por edital, para justificar o descumprimento das condições pactuadas.".

A alternativa E está incorreta. Conforme posicionamento do STJ, exposto no REsp 2.024.381: "III - Na legislação vigente atualmente que permanece em vigor não existe a obrigatoriedade do Ministério Público notificar o investigado em caso de recusa em se propor o acordo de não persecução penal."

QUESTÃO 36. José e Mário, patrocinados pela Defensoria Pública, respondem, em juízo, pela suposta prática do crime de homicídio triplamente qualificado. Funda a instrução probatória na primeira fase do procedimento bifásico inerente ao Tribunal do Júri, o juiz concederá a palavra à acusação e, em seguida, à defesa para que apresentem alegações finais orais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o Ministério Público e a Defensoria Pública terão a palavra pelo prazo de

a) vinte minutos, prorrogáveis por mais quinze minutos, sendo certo que, mesmo havendo mais de um réu, o tempo previsto para a acusação e a defesa de cada um deles será contado globalmente.

b) quinze minutos, prorrogáveis por mais dez minutos, sendo certo que, mesmo havendo mais de um réu, o tempo previsto para a acusação e a defesa de cada um deles será contado globalmente.

c) trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze minutos, sendo certo que, por haver mais de um réu, o tempo previsto para a acusação e a defesa de cada um deles será individual.

d) Vinte minutos prorrogáveis por mais dez minutos, sendo certo que, por haver mais de um réu, o tempo previsto para a acusação e a defesa de cada um deles será individual.

e) quinze minutos, prorrogáveis por mais dez minutos, sendo certo que, por haver mais de um réu, o tempo previsto para a acusação e a defesa de cada um deles será individual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre o Procedimento do Tribunal do Júri**.**

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da letra D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da letra D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da letra D.

A alternativa D está correta. Conforme previsto no artigo 411,§§ 4º e 5º, do CPP: "§ 4º As alegações serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez).

§ 5º Havendo mais de 1 (um) acusado, o tempo previsto para a acusação e a defesa de cada um deles será individual."

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da letra D.

QUESTÃO 37. João, Delegado de Polícia, recebe denúncia anônima no sentido de que na Rua XYZ, próximo ao número 123, haveria um grande depósito, contendo, em seu interior, centenas de discos clássicos que consistem em reproduções totais de obras artísticas de profissional brasileiro consagrado pela crítica especializada.

Com efeito, após apurar a verossimilhança do alegado, a autoridade policial obtém, em juízo, mandado de busca e apreensão, vindo a constatar, in loco, que as Informações recebidas eram fidedignas. Sobre a hipótese narrada, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial, assinale a alternativa correta.

a) A autoridade policial procederá à apreensão dos bens ilicitamente reproduzidos, em sua totalidade, juntamente com os equipamentos, suportes e materiais que possibilitaram a sua existência, desde que sejam bens cujo fabrico constitua fato ilícito.

b) Ressalvada a possibilidade de preservar o corpo de delito o juiz poderá determinar de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público ou do ofendido, a destruição dos bens apreendidos, desde que não haja impugnação quanto à sua ilicitude.

c) no caso de haver o crime deixado vestígio, a denúncia não será recebida se não for instruída com o exame pericial dos objetos que constituam o corpo de delito, vedando-se à realização de perícia do produto apreendido por amostragem.

d) Na ocasião da apreensão será lavrado termo, assinado por três ou mais testemunhas, com a descrição de todos os bens apreendidos e as informações sobre suas origens, o qual deverá integrar o inquérito policial ou o processo.

e) Após a apreensão, será realizada, por perito oficial, ou, na falta deste, por pessoa tecnicamente habilitada, perícia sobre todos os bens apreendidos e elaborado o laudo que deverá integrar o inquérito policial ou o processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão trata sobre o processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial.

A alternativa A está incorreta. A afirmação está equivocada, pois contraria o artigo 530-B do CPP: "Art. 530-B. Nos casos das infrações previstas nos §§ 1o, 2o e 3o do art. 184 do Código Penal, a autoridade policial procederá à apreensão dos bens ilicitamente produzidos ou reproduzidos, em sua totalidade, juntamente com os equipamentos, suportes e materiais que possibilitaram a sua existência, desde que estes se destinem precipuamente à prática do ilícito", visto que, tal dispositivo não exige que equipamentos, suportes e materiais sejam, em si, de natureza ilícita.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto o artigo 530-F do CPP: "Ressalvada a possibilidade de se preservar o corpo de delito, o juiz poderá determinar, a requerimento da vítima, a destruição da produção ou reprodução apreendida quando não houver impugnação quanto à sua ilicitude ou quando a ação penal não puder ser iniciada por falta de determinação de quem seja o autor do ilícito.". Verifica-se, assim, que o juízo não poderá atuar de ofício, nem apenas por requerimento do Ministério Público.

A alternativa C está incorreta. A alternativa viola o disposto na Súmula 574 do STJ, a qual estabelece que: "Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem". Logo, é suficiente a perícia realizada por amostragem.

A alternativa D está incorreta. O termo deve ser assinado por duas ou mais testemunhas, conforme o artigo 530-C do CPP: Art. 530-C. Na ocasião da apreensão será lavrado termo, assinado por 2 (duas) ou mais testemunhas, com a descrição de todos os bens apreendidos e informações sobre suas origens, o qual deverá integrar o inquérito policial ou o processo.

A alternativa E está correta. A alternativa traz a literalidade do artigo 530-D do CPP: "Subseqüente à apreensão, será realizada, por perito oficial, ou, na falta deste, por pessoa tecnicamente habilitada, perícia sobre todos os bens apreendidos e elaborado o laudo que deverá integrar o inquérito policial ou o processo."

QUESTÃO 38. Fábio, em dezembro de 2023 foi condenado, definitivamente, em diferentes persecuções penais processuais, pela prática dos seguintes delitos, praticados nos anos 2022 e 2023:

i. homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade);

ii. roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca;

iii. comércio ilegal de arma de fogo;

iv. organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciada pelo emprego de arma; e

v. furto qualificado pelo emprego de explosivo.

Nesse contexto, o juízo competente, visando à aplicabilidade dos benefícios inerentes à execução penal, estuda as referidas condenações e as coteja com a Lei dos Crimes Hediondos. Considerando as disposições da Lei nº 8.072/1990, assinale a opção que indica os crimes hediondos que Fábio teria cometido.

a) Homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade); roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca; comércio ilegal de arma de fogo; e organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciado pelo emprego de arma.

b) Homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade); roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca; e organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciada pelo emprego de arma.

c) Comércio ilegal de arma de fogo; e furto qualificado pelo emprego de explosivo.

d) Comércio ilegal de arma de fogo; organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciado pelo emprego de arma; e furto qualificado pelo emprego de explosivo.

e) Homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade); organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciado pelo emprego de arma; e furto qualificado pelo emprego de explosivo.

Comentários

<u>Questão anulada pela banca.</u>

A alternativa correta é a **letra C**.

O ordenamento jurídico penal adota o sistema da legalidade para a definição dos crimes hediondos. De acordo com Renato Brasileiro: "O critério adotado pela legislação brasileira para rotular determinada conduta como hedionda é o sistema legal. De modo a saber se uma infração penal é (ou não) hedionda, incumbe ao operador tão somente ficar atento ao teor do art. 1 º da Lei nº 8.072/90: se o delito constar do rol taxativo de crimes ali enumerados, a infração será considerada hedionda, sujeitando-se a todos os gravames inerentes a tais infrações penais, independentemente da aferição judicial de sua gravidade concreta. Lado outro, se a infração penal praticada pelo agente não constar do art. 1° da Lei nº 8.072/90, jamais será possível considerá-la hedionda, ainda que as circunstâncias fáticas do caso concreto se revelem extremamente gravosas. Afinal, por força da adoção do sistema legal, os crimes hediondos constam do rol taxativo do art. 1 ° da Lei nº 8.072/90, que não pode ser ampliado com base na analogia nem por meio de interpretação extensiva".

Portanto, é possível classificar os delitos praticados por Fábio da seguinte forma:

i) homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade): não é crime hediondo, por ausência de previsão legal. De acordo com o art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.072/90 são considerados hediondos: o homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX).

ii) roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca: não é crime hediondo, por ausência de previsão legal. Conforme o disposto no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.072/90 são considerados hediondos: II - roubo: a) circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V); b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B); c) qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (art. 157, § 3º).

iii) comércio ilegal de arma de fogo: é crime hediondo, nos termos do art. 1º, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.072/90. Aduz o dispositivo legal que: "Parágrafo único. Consideram-se também hediondos, tentados ou consumados: III - o crime de comércio ilegal de armas de fogo, previsto no art. 17 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003".

iv) organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciada pelo emprego de arma: não é crime hediondo, por ausência de previsão legal. Cumpre destacar que o crime de organização criminosa somente é considerado hediondo quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado (art. 1º, parágrafo único, inciso V, da Lei nº 8.072/90). Nesse sentido, analisando a alternativa, constata-se que o crime de extorsão circunstanciada pelo emprego de arma não é crime hediondo, por ausência de previsão legal. Portanto, a organização criminosa direcionada à prática do mencionado delito igualmente não é crime hediondo.

v) furto qualificado pelo emprego de explosivo: é crime hediondo. De acordo com o art. 1º, inciso IX, da Lei nº 8.072/90: "Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: IX - furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A)".

Ante o exposto, verifica-se que são hediondos na situação narrada somente os delitos de: comércio ilegal de arma de fogo; e furto qualificado pelo emprego de explosivo.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas pelo fundamento supramencionado.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 1º, inciso IX e parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.072/90.

QUESTÃO 39. O Ministério Público ofereceu denúncia, no âmbito do Juizado Especial Criminal, em face de José, sob o fundamento de que o último praticou infração penal de menor potencial ofensivo em detrimento de Mário. O juízo, contudo, em decisão fundamentada, rejeitou a peça acusatória. Irresignado com a decisão judicial, o Promotor de Justiça demonstra o interesse em recorrer do provimento jurisdicional. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o membro do Ministério Público deverá interpor um(a)

a) recurso inominado, no prazo de dez dias, por petição escrita ou oralmente, sem prejuízo do prazo subsequente de dois dias para apresentação das razões e do pedido do recorrente.

b) apelação, no prazo de cinco dias, por petição escrita ou oralmente, sem prejuízo do prazo subsequente de dois dias para apresentação das razões e do pedido do recorrente.

c) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

d) recurso inominado, no prazo de cinco dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

e) apelação, no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

As alternativas A, C e D estão incorretas, pois o recurso cabível da decisão que rejeita a peça acusatória no âmbito dos Juizados Especiais Criminais é apelação, no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente, conforme dispõe o art. 82, caput e §1º, da Lei nº 9.099/1995.

A alternativa B está incorreta, pois a apelação será interposta no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. Conforme dispõe o art. 82, §1º, da Lei nº 9.099/1995: "§ 1º A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente".

A alternativa E está correta, nos termos do art. 82, caput e §1º, da Lei nº 9.099/1995, que assim dispõe: "Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado. § 1º A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente".

QUESTÃO 40. Tiago, estudante de Direito, cursando, atualmente, o oitavo período, foi capturado em flagrante por policiais civis que atuam na Delegacia Especializada de Repressão a Entorpecentes, quando transportava grande quantidade de *ecstasy*. Após meses de investigação, a Polícia Civil concluiu que o agente era o responsável por distribuir material entorpecente no ambiente universitário, o que foi objeto de confissão por Tiago, após ser cientificado de todos os direitos constitucionais e convencionais a que faz jus. Em sede de audiência de custódia, houve a conversão da prisão flagrancial em prisão preventiva, com o encaminhamento de Tiago ao sistema prisional. Consigne-se que o advogado constituído por Tiago compareceu à unidade prisional em que o último se encontra acautelado, ocasião em que ambos, conhecedores dos

aspectos processuais atinentes à Lei de Drogas, conversaram sobre o diploma legal visando à adoção da melhor estratégia defensiva. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, assinale a afirmativa correta.

a) Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o acusado poderá arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, até o número de oito, arrolar testemunhas.

b) O juiz, se a resposta não for apresentada no prazo, nomeará defensor para oferecê-la em dez dias, concedendo-lhe vista dos autos no ato de nomeação.

c) O juiz, se entender imprescindível, determinará, no prazo máximo de quinze dias, a apresentação do preso, realização de diligências, exames e perícias.

d) O juiz, oferecida a denúncia, ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa preliminar, por escrito, no prazo de quinze dias.

e) O juiz, apresentada a defesa preliminar, decidirá em dez dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois o acusado poderá arrolar até o número de 5 (cinco) testemunhas, conforme dispõe o art. 55, §1º, da Lei nº 11.343/2006: "Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o acusado poderá argüir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, até o número de 5 (cinco), arrolar testemunhas".

A alternativa B está correta, nos termos do art. 55, §3º, da Lei nº 11.343/2006: "Se a resposta não for apresentada no prazo, o juiz nomeará defensor para oferecê-la em 10 (dez) dias, concedendo-lhe vista dos autos no ato de nomeação."

A alternativa C está incorreta, pois o prazo máximo é 10 (dez) dias. De acordo com o art. 55, §5º, da Lei nº 11.343/2006: "Se entender imprescindível, o juiz, no prazo máximo de 10 (dez) dias, determinará a apresentação do preso, realização de diligências, exames e perícias".

A alternativa D está incorreta, pois o prazo para apresentação da defesa preliminar, por escrito, é 10 (dez) dias, nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 11.343/2006: "Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

A alternativa E está incorreta, pois apresentada a defesa, o juiz decidirá em 5 (cinco) dias, conforme dispõe o art. 55, §4º, da Lei nº 11.343/2006: "Apresentada a defesa, o juiz decidirá em 5 (cinco) dias".

QUESTÃO 41. Tiago, após ganhar na loteria, compareceu a uma concessionária e adquiriu o carro importado dos seus sonhos, com motor extremamente potente. Para testar o automóvel, que

ainda estava sem placa, Tiago foi para uma estrada pouco movimentada e passou a trafegar, de forma imprudente, a cento e quinze quilômetros por hora, malgrado a velocidade máxima permitida para a via fosse de sessenta quilômetros por hora. Em um determinado momento, o condutor colidiu com um transeunte que caminhava pela faixa de pedestre, o qual, por sorte, sofreu, apenas, lesões corporais leves. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.503/1997, é correto afirmar que Tiago responderá pela prática do crime de lesão corporal culposa na condução de veículo automotor, com a incidência de

a) uma causa de aumento de pena e de uma agravante, sendo certo que a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido.

b) uma causa de aumento de pena e de uma agravante, sendo certo que a ação penal é pública incondicionada.

c) duas causas de aumento de pena, sendo certo que a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido.

d) duas agravantes, sendo certo que a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido.

e) duas causas de aumento de pena, sendo certo que a ação penal é pública incondicionada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A causa de aumento de pena consiste na prática do crime de lesão corporal culposa na condução de veículo automotor em faixa de pedestres, pois, de acordo com o enunciado: "o condutor colidiu com um transeunte que caminhava pela faixa de pedestre, o qual, por sorte, sofreu, apenas, lesões corporais leves". Nesse sentido, o art. 303, §1º, da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) prevê que: "Art. 303. Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor: § 1º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses do § 1º do art. 302".

Nesse contexto, o art. 302, §1º, II, do diploma legal dispõe que a pena é aumentada se o agente: "II - praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada".

Ademais, a agravante do art. 298, II, está presente no caso do enunciado, tendo em vista que Tiago conduzia o automóvel sem placa. De acordo com a norma citada: "Art. 298. São circunstâncias que sempre agravam as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração: II - utilizando o veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas".

Por fim, cumpre destacar que a ação penal é pública incondicionada. No caso narrado, afasta-se a incidência do art. 88 da Lei nº 9.099, que afirma que dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas, tendo em vista que Tiago trafegava, de forma imprudente, a 115 km/h (cento e quinze quilômetros por hora), apesar da velocidade máxima permitida para a via ser de 60 km/h (sessenta quilômetros por hora). Trata-se de exceção expressamente prevista no art. 291, §1º, da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro):

§ 1º Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver: III - transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinqüenta quilômetros por hora).

A alternativa B está correta, pois Tiago responderá pela prática do crime de lesão corporal culposa na condução de veículo automotor, com a incidência de uma causa de aumento de pena e de uma agravante, sendo certo que a ação penal é pública incondicionada.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 42. João e Antônio, primários e portadores de bons antecedentes, são capturados em flagrante pela suposta prática do crime de estelionato majorado, em razão da vítima ser pessoa idosa, considerada a relevância do resultado gravoso. Em sede de audiência de custódia, o juiz homologa as prisões flagranciais, mas deixa de convertê-las em prisão preventiva, concedendo liberdade provisória com fiança, arbitrada, para cada um, em R$2.000,00.

No curso da persecução penal processual subsequente, João, regularmente intimado para ato do processo, deixa de comparecer sem motivo justo. Antônio, por sua vez, comete

Nova infração peral dolosa.

Nesse cenário, considerando a disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

a) a conduta de João dará azo ao quebramento da fiança, importando na perda da metade do seu valor. Por sua vez, o comportamento de Antônio ensejará a cassação da fiança, gerando a perda da totalidade do seu valor.

b) a conduta de João dará azo à cassação da fiança, importando na perda da metade do seu valor. Por sua vez, o comportamento de Antônio ensejará o quebramento da fiança, gerando a perda da totalidade do seu valor.

c) a conduta de João dará azo ao quebramento da fiança, importando na perda da totalidade do seu valor. Por sua vez, o comportamento de Antônio ensejará a cassação da fiança, gerando a perda da totalidade do seu valor.

d) conduta de João e o comportamento Antônio darão azo ao quebramento da fiança, importando a perda da metade do seu valor.

e) a conduta de João e o comportamento Antônio darão azo à cassação da fiança, importando na perda da totalidade do seu valor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre Fiança.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da letra D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da letra D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da letra D.

A alternativa D está correta. Ambos os casos são listados no CPP como hipóteses de quebramento da fiança, conforme se depreende do art. 341, I e V, do CPP: "Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado: I - regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo; V - praticar nova infração penal dolosa."

O artigo 343 do CPP, ao seu turno, estabelece que a consequência do quebramento é a perda da metade do valor desta: "O quebramento injustificado da fiança importará na perda de metade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva."

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da letra D.

QUESTÃO 43. João, José e Carlos, militares do Exército Brasileiro, após receberem ordem legal de Petrônio, superior hierárquico, reuniram-se espontaneamente e, mediante o emprego de arma de fogo, negaram-se a cumpri-la. Registre-se, que, no momento da recusa ao cumprimento da determinação, Márcio, militar subordinado a Petrônio, agindo com dolo e sem dispor de prévio conhecimento sobre os fatos, deixou de utilizar de todos os meios ao seu alcance para impedir o ato criminoso. Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 1.001/1969 (Código Penal Militar), assinale a afirmativa correta.

a) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.

b) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de motim.

c) João, José e Carlos responderão pelo crime de revolta. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.

d) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.

e) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A conduta de João, José e Carlos, militares do Exército Brasileiro, que após receberem ordem legal de Petrônio, superior hierárquico, reuniram-se espontaneamente e, mediante o emprego de arma de fogo,

negaram-se a cumpri-la, amolda-se ao tipo penal previsto no parágrafo único do art. 149 do Decreto-Lei nº 1.001/1969 (Código Penal Militar):

Art. 149. Reunirem-se militares:

I - agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la;

Revolta

Parágrafo único. Se os agentes estavam armados:

Pena - reclusão, de oito a vinte anos, com aumento de um têrço para os cabeças.

Quanto à conduta de Márcio, verifica-se que está caracterizado o crime de omissão de lealdade militar, previsto no art. 155 do Decreto-Lei nº 1.001/1969 (Código Penal Militar):

Omissão de lealdade militar

Art. 151. Deixar o militar de levar ao conhecimento do superior o motim ou a revolta de cuja preparação teve notícia ou, se presenciar o ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo: Pena - reclusão, de três a cinco anos.

Diante do exposto, passamos à análise das alternativas.

A alternativa C está correta, pois João, José e Carlos praticaram o crime de revolta. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa C.

QUESTÃO 44. Luiz condenado definitivamente pela prática de crime contra o patrimônio, obtém, em observância às formalidades legais, o direito de se ausentar, por um determinado período, do estabelecimento prisional. Antes de retornar ao presídio onde cumpre pena, o agente cometeu um latrocínio, gerando grande repercussão na imprensa e comoção social, fazendo exsurgir movimentos para que haja modificações na legislação de regência sobre a matéria. Sobre o tema, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), assinale a afirmativa correta.

a) A autorização para saída temporária será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da existência de comportamento adequado, do cumprimento mínimo de um sexto da pena, se o condenado for primário ou um terço, se reincidente, além da compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

b) A ausência de vigilância direta ao condenado que obtém permissão de saída não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica, quando assim determinar a administração penitenciária.

c) A autorização para saída temporária será concedida por prazo não superior a dez dias, podendo ser renovada por três vezes durante o ano, com prazo mínimo de quarenta e cinco dias entre uma e outra.

d) O condenado que cumpre pena em regime semiaberto poderá obter permissão de saída do estabelecimento, sem vigilância direta, no caso de visita à família, preenchidos os requisitos legais para tanto.

e) Não terá direito à saída temporária o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. No caso do condenado reincidente, a Lei de Execução Penal exige o requisito de cumprimento mínimo de 1/4 (um quarto) da pena. De acordo com o art. 123 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal): "Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos: I - comportamento adequado; II - cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente; III - compatibilidade do benefício com os objetivos da pena".

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal): "§ 1º A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução".

A alternativa C está incorreta, conforme dispõe o art. 124, caput, da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal): "Art. 124. A autorização será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano." Ademais, quando se tratar de frequência a curso profissionalizante, de instrução de ensino médio ou superior, o tempo de saída será o necessário para o cumprimento das atividades discentes (art. 124, §2º). Por outro lado, nos demais casos, as autorizações de saída somente poderão ser concedidas com prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias de intervalo entre uma e outra (art. 124, §3º).

A alternativa D está incorreta, pois a hipótese de visita à família é caso de concessão de saída temporária. É importante distinguir as hipóteses que autorizam a saída temporária e a permissão de saída. Acerca da saída temporária, dispõe o art. 122 que: Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: I - visita à família; II - freqüência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução; III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

Por outro lado, as hipóteses de permissão de saída estão previstas no art. 120: Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos: I - falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão; II - necessidade de tratamento médico (parágrafo único do artigo 14).

A alternativa E está correta, nos termos do art. 122, §2º, da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal): "Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos (...) § 2º Não terá direito à saída temporária a que se refere o caput deste artigo o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte".

QUESTÃO 45. João compareceu à sede de um pequeno estabelecimento comercial, no âmbito do qual adquiriu determinados bens essenciais à saúde. Após a realização do pagamento, João solicitou a Tício, proprietário da loja, o fornecimento de nota fiscal relativa à venda das mercadorias, o que fora prontamente negado. Ato contínuo, tão logo o consumidor deixou o local, Tício comemorou a venda e, em especial, a conduta adotada, que acabou por suprimir tributo. Sobre a hipótese narrada, considerando as disposições da Lei nº 8.137/1990 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a conduta de Tício, em tese, caracteriza crime contra a ordem tributária,

a) com a incidência de uma causa de aumento de pena, por envolver o comércio de bens essenciais à saúde, sendo prescindível o lançamento definitivo do tributo.

b) com a incidência de uma agravante, por envolver o comércio de bens essenciais à saúde, sendo prescindível o lançamento definitivo do tributo.

c) com a incidência de uma agravante, por envolver o comércio de bens essenciais à saúde e desde que haja o lançamento definitivo do tributo.

d) sem a incidência de agravante ou de causa de aumento de pena, sendo prescindível o lançamento definitivo do tributo.

e) sem a incidência de agravante ou de causa de aumento de pena, desde que haja o lançamento definitivo do tributo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Depreende-se do enunciado que Tício, proprietário da loja, ao negar prontamente o fornecimento de nota fiscal relativa à venda das mercadorias, praticou o delito previsto no art. 1º, V, da Lei nº 8.137/1990: "Art. 1° Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação".

Ademais, por consistir em comércio de determinados bens essenciais à saúde, incidirá a causa de aumento de pena do art. 12, III, do mesmo diploma legal: "Art. 12. São circunstâncias que podem agravar de 1/3 (um terço) até a metade as penas previstas nos arts. 1°, 2° e 4° a 7°: III - ser o crime praticado em relação à prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde".

Sobre o tema, afirma Renato Brasileiro que: "a despeito do verbo agravar utilizado pelo legislador no art. 12 da Lei nº 8.137/90, cuida-se, na verdade, de verdadeira causa de aumento de pena - majoração da pena de 1/3 (um terço) até a ½ (metade) -, a ser aplicada na terceira fase do cálculo da pena".

Cumpre destacar que, no caso narrado, é prescindível o lançamento definitivo do tributo. De acordo com a súmula vinculante nº 24: Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo. Verifica-se, portanto, que seu âmbito de aplicação está restrito exclusivamente às condutas previstas nos incisos I a IV, sendo possível concluir a conduta do inciso V e a do parágrafo único do art. 1 ° não teriam o lançamento definitivo do tributo como condição objetiva de punibilidade para a deflagração da persecução penal.

A alternativa B está incorreta, pois embora tenha sido utilizado o verbo "agravar" no art. 12 da Lei nº 8.137/90, cuida-se, na verdade, de verdadeira causa de aumento de pena a ser aplicada na terceira fase do cálculo da pena, conforme aduz Renato Brasileiro.

A alternativa C está incorreta, pois embora tenha sido utilizado o verbo "agravar" no art. 12 da Lei nº 8.137/90, cuida-se, na verdade, de verdadeira causa de aumento de pena a ser aplicada na terceira fase do cálculo da pena, conforme aduz Renato Brasileiro. Além disso, a conduta do inciso V do art. 1º não tem o lançamento definitivo do tributo como condição objetiva de punibilidade para a deflagração da persecução penal.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, por consistir em comércio de determinados bens essenciais à saúde, incidirá a causa de aumento de pena do art. 12, III, do mesmo diploma legal: "Art. 12. São circunstâncias que podem agravar de 1/3 (um terço) até a metade as penas previstas nos arts. 1°, 2° e 4° a 7°: III - ser o crime praticado em relação à prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde".

A alternativa E está incorreta, pois, diante do comércio de determinados bens essenciais à saúde, incidirá a causa de aumento de pena do art. 12, III, do mesmo diploma legal: "Art. 12. São circunstâncias que podem agravar de 1/3 (um terço) até a metade as penas previstas nos arts. 1°, 2° e 4° a 7°: III - ser o crime praticado em relação à prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde". Além disso, a conduta do inciso V do art. 1º não tem o lançamento definitivo do tributo como condição objetiva de punibilidade para a deflagração da persecução penal.

QUESTÃO 46. João, Delegado de Polícia, presidiu investigação que buscou identificar as lideranças de uma organização criminosa especializada na prática de crimes violentos contra o patrimônio e que vem ampliando a sua esfera de influência e de atuação para dezenas de Municípios do Estado Alfa. Nada obstante, em razão da complexidade da matéria, a autoridade policial enfrenta dificuldades consideráveis para o adequado deslinde do procedimento investigatório. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.850/2013, assinale a afirmativa correta.

a) será admitida a ação de agentes de polícia infiltrados virtuais, observadas as formalidades legais, na internet, com o fim de investigar os crimes previstos na Lei nº 12.850/2013 e a eles conexos, praticados por organizações criminosas, desde que demonstrada sua necessidade e indicados o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e,

quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas.

b) As informações quanto à necessidade da operação de infiltração serão dirigidas diretamente ao juiz competente, que decidirá no prazo de cinco dias, após manifestação do Ministério Público na hipótese de representação do delegado de polícia, devendo-se adotar as medidas necessárias para o êxito das investigações e a segurança do agente infiltrado.

c) Findo o prazo da infiltração de agentes, o relatório circunstanciado e todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser registrados, gravados, armazenados e apresentados ao juiz competente, o qual, no prazo de cinco dias, cientificará o Ministério Público.

d) No curso do inquérito policial, o delegado de polícia poderá determinar aos seus agentes, e o Ministério Público e o juiz competente poderão requisitar, a qualquer tempo, relatório da atividade de infiltração, que será fornecido em até vinte e quatro horas.

e) A infiltração será autorizada pelo prazo de até cento e oitenta dias, sem prejuízo de eventuais renovações, mediante ordem judicial fundamentada, desde que o total não exceda a trezentos e sessenta dias e seja comprovada sua necessidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 10-A da Lei nº 12.850/2013: "Art. 10-A. Será admitida a ação de agentes de polícia infiltrados virtuais, obedecidos os requisitos do caput do art. 10, na internet, com o fim de investigar os crimes previstos nesta Lei e a eles conexos, praticados por organizações criminosas, desde que demonstrada sua necessidade e indicados o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas".

A alternativa B está incorreta, pois o prazo é 24 (vinte e quatro) horas, conforme o art. 12, §1º, da Lei nº 12.850/2013: "As informações quanto à necessidade da operação de infiltração serão dirigidas diretamente ao juiz competente, que decidirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após manifestação do Ministério Público na hipótese de representação do delegado de polícia, devendo-se adotar as medidas necessárias para o êxito das investigações e a segurança do agente infiltrado".

A alternativa C está incorreta, pois o Ministério Público será imediatamente cientificado, nos termos do art. 10, § 4º, da Lei nº 12.850/2013: "Findo o prazo previsto no § 3º, o relatório circunstanciado será apresentado ao juiz competente, que imediatamente cientificará o Ministério Público".

A alternativa D está incorreta, pois o juiz competente não poderá requisitar o relatório. Além disso, a lei não prevê o prazo de até vinte e quatro horas para que o relatório da atividade de infiltração seja fornecido. De acordo com o art. 10, § 5º, da Lei nº 12.850/2013: "No curso do inquérito policial, o delegado de polícia poderá determinar aos seus agentes, e o Ministério Público poderá requisitar, a qualquer tempo, relatório da atividade de infiltração".

A alternativa E está incorreta, pois a infiltração será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei nº 12.850/2013. Cumpre destacar que a lei não estipula um prazo máximo total referente às renovações.

QUESTÃO 47. Maria, primária e possuidora de bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional, foi condenada, definitivamente, pela prática de três crimes de furto qualificado pelo abuso de confiança, em continuidade delitiva, em detrimento do seu patrão, perpetrados em 2023. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que Maria, que se encontra grávida, progredirá de regime com o cumprimento de

a) dezesseis por cento da pena.

b) vinte por cento da pena.

c) um décimo da pena

d) um oitavo da pena.

e) um sexto da pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O art. 112, §3º, da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) prevê que:

§ 3º No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente:

I - não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente;

III - ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior;

IV - ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento;

V - não ter integrado organização criminosa.

No caso narrado, estão presentes todos os requisitos legais para a progressão de regime de acordo com a norma citada, vejamos:

i) No caso de mulher gestante: Maria se encontra grávida;

ii) Não ter cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa: Maria foi condenada pela prática de três crimes de furto qualificado;

iii) Não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente: Maria foi condenada pela prática de três crimes de furto qualificado em detrimento do seu patrão;

iv) Ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento: Maria é primária e possuidora de bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional;

v) Não ter integrado organização criminosa: no enunciado não há elementos indicativos de que Maria integrava organização criminosa.

Ante o exposto, é correto afirmar que Maria progredirá de regime com o cumprimento de 1/8 (um oitavo) da pena.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

QUESTÃO 48. Maria comparece à Delegacia de Polícia do Município Alfa, que não é sede de comarca, ocasião em que é recebida pelo policial João. Ato contínuo, a mulher afirma que é vítima de violência doméstica e familiar, perpetrada por Sérgio, seu marido, e comprova a existência de risco iminente à sua integridade física. A ofendida declara, ainda, que está com muito receio de retornar ao local de convivência com o ofensor. Registre-se que, no momento da denúncia, não há Delegado de Polícia disponível na localidade, mas apenas no Município Beta, que também não sede de comarca. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, é correto afirmar que Sérgio será imediatamente afastado do local de convivência com a ofendida pelo

a) Delegado de Polícia do Município Beta, que será informado sobre os fatos, incontinente, pelo policial João, sendo certo que o juiz será comunicado no prazo máximo de quarenta e oito horas e decidirá, em igual período, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

b) Delegado de Polícia do Município Beta, que será informado sobre os fatos, incontinente, pelo policial João, sendo certo que o juiz será comunicado no prazo máximo de vinte e quatro horas e decidirá em igual período, após ouvir o Ministério Público, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada.

c) policial João, sendo certo que o juiz será comunicado, no prazo máximo de vinte e quatro horas, e decidirá, em igual período, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

d) policial João, sendo certo que o juiz será comunicado, no prazo máximo de quarenta e oito horas, e decidirá em igual período, após ouvir o Ministério Público, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada.

e) policial João, sendo certo que o juiz será comunicado, no prazo máximo de vinte e quatro horas, e decidirá em igual período, após ouvir o Ministério Público, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O art. 12-C da Lei nº 11.340/2006 dispõe que:

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

I - pela autoridade judicial;

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou

III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

Após a leitura do dispositivo legal, passamos à análise das alternativas.

A alternativa A está incorreta. Considerando que o Município não é sede de comarca e não há delegado disponível no momento da denúncia, conforme ocorre na hipótese do enunciado, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pelo policial (art. 12-C da Lei nº 11.340/2006). Além disso, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas (art. 12-C, §1º, da Lei nº 11.340/2006).

A alternativa B está incorreta. Considerando que o Município não é sede de comarca e não há delegado disponível no momento da denúncia, conforme ocorre na hipótese do enunciado, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pelo policial, nos termos do art. 12-C da Lei nº 11.340/2006.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 12-C, caput e §1º, da Lei nº 11.340/2006, ipsis litteris:

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

I - pela autoridade judicial;

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou

III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

A alternativa D está incorreta, pois o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme dispõe o art. 12-C, §1º, da Lei nº 11.340/2006.

A alternativa E está incorreta, pois é dispensável a prévia oitiva do Ministério Público, que será cientificado concomitantemente, nos termos do art. 12-C, §1º, da Lei nº 11.340/2006: "Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente".

QUESTÃO 49. Após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal, a sociedade empresária XYZ foi condenada pela prática de crime contra o meio ambiente, nos termos da legislação de regência e em observância às disposições constitucionais, que consagraram a possibilidade de a pessoa jurídica responder na esfera processual penal. Nesse cenário, considerando as disposições criminais da Lei nº 9.605/1998, aplicáveis às pessoas jurídicas, assinale a afirmativa correta.

a) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido na Lei nº 9.605/1998, terá decretada sua liquidação forçada, sendo certo que seu patrimônio será considerado instrumento do crime e, como tal, perdido em favor de fundo destinado à reconstituição do meio ambiente.

b) A suspensão de atividades, espécie de pena restritiva de direitos aplicável à pessoa jurídica, será adotada quando o estabelecimento, obra ou atividade da entidade estiver funcionando sem a devida autorização, em desacordo com a concedida ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

c) Eventual multa aplicada à pessoa jurídica será calculada segundo os critérios do Código Penal, sendo certo que, caso se revele ineficaz, ainda que fixada no valor máximo, poderá ser aumentada até cinco vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.

d) A interdição, espécie de pena restritiva de direitos aplicável à pessoa jurídica, será adotada quando a entidade não estiver obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente.

e) A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações, espécie de pena restritiva de direitos aplicável à pessoa jurídica, não poderá exceder o prazo de dez anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois, nessa hipótese, o patrimônio da pessoa jurídica será perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional, nos termos do art. 24 da Lei nº 9.605/1998: "Art. 24. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional".

A alternativa B está incorreta, pois trouxe o conceito referente à pena restritiva de interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade. De acordo com o art. 22, § 2º, da Lei nº 9.605/1998: "A interdição será aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar."

A alternativa C está incorreta, pois eventual multa poderá ser aumentada até 3 (três) vezes, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.605/1998: "A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida".

A alternativa D está incorreta, pois trouxe o conceito da pena de suspensão parcial ou total de atividades, conforme dispõe o art. 22, § 1º, da Lei nº 9.605/1998: "1º A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente".

A alternativa E está correta. Segundo o art. 22 da Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente:

Art. 22. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são:

I - suspensão parcial ou total de atividades;

II - interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

III - proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

§ 1º A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente.

§ 2º A interdição será aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

§ 3º A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de dez anos.

QUESTÃO 50. João, Delegado de Polícia, preside investigação complexa, que versa sobre dois latrocínios, em concurso material, que ocorreram no Município Alfa, chocando a comunidade local. Em assim sendo, a autoridade policial estuda a possibilidade de representar, em juízo, pela interceptação telefônica em detrimento dos investigados, seguindo uma das linhas investigatórias sugeridas pela sua equipe de policiais, visando à correta elucidação dos fatos. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.296/1996, assinale a afirmativa correta.

a) A decisão que autoriza a interceptação telefônica será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de dez dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.

b) O juiz poderá, excepcionalmente, admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação telefônica, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.

c) A autoridade policial, cumprida a diligência, encaminhará o resultado da interceptação telefônica ao juiz e ao Ministério Público, acompanhado de auto circunstanciado, que conterá o resumo das operações realizadas.

d) A autoridade policial, deferido o pedido, conduzirá os procedimentos de interceptação telefônica, dando ciência ao Ministério Público, que deverá acompanhar a sua realização.

e) O juiz, no prazo máximo de quarenta e oito horas, decidirá sobre o pedido de interceptação telefônica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois a execução da diligência não poderá exceder o prazo de quinze dias. Dispõe o art. 5º da Lei nº 9.296/1996 que: "A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova".

A alternativa B está correta, nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 9.296/1996: "Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo".

A alternativa C está incorreta, pois a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação telefônica somente ao juiz. Conforme o disposto no art. 6º, §§2º e 3º, da Lei nº 9.296/1996: "§ 2° Cumprida a diligência, a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação ao juiz, acompanhado de auto circunstanciado, que deverá conter o resumo das operações realizadas. § 3° Recebidos esses elementos, o juiz determinará a providência do art. 8º, ciente o Ministério Público".

A alternativa D está incorreta, pois o Ministério Público poderá acompanhar a realização dos procedimentos de interceptação telefônica, nos termos do art. 6º: "Deferido o pedido, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização".

A alternativa E está incorreta, pois o prazo máximo é de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 4º, §2º, da Lei nº 9.296/1996: "O juiz, no prazo máximo de vinte e quatro horas, decidirá sobre o pedido".

QUESTÃO 51. O Projeto Florença, coordenado por Mauro Cappelletti, delineou três ondas renovatórias enquanto analisava os obstáculos ao acesso à Justiça.

Sobre as ondas renovatórias, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

I. A primeira onda renovatória concentra-se na abordagem da desigualdade de gênero nos sistemas de justiça, buscando a implementação de ações destinadas a reestruturar o sistema jurídico em prol dos direitos das mulheres.

II. A segunda onda renovatória caracteriza-se pela busca mais eficaz da proteção de direitos metaindividuais, como os direitos das áreas de proteção ambiental e dos consumidores, sejam eles difusos ou coletivos.

III. A terceira onda renovatória abrange a assistência jurídica gratuita, referindo-se à prestação de serviços jurídicos para indivíduos em situação de hipossuficiência.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

a) F, V, F.

b) F, V, V.

c) V, F, F.

d) V, V, F

e) F, F, V.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A.**

A primeira afirmação está incorreta, tendo em vista que a primeira onda renovatória diz respeito à assistência judiciária aos pobres, com vistas à superação dos obstáculos financeiros daqueles que necessitam de acesso à Justiça. Para Mauro Cappelletti, "[...] medidas muito importantes foram adotadas nos últimos anos para melhorar os sistemas de assistência judiciária. Como consequência, as barreiras ao acesso à Justiça começaram a ceder. Os pobres estão obtendo assistência judiciária em números cada

vez maiores, não apenas por causas de família ou defesa criminal, mas também para reivindicar seus direitos novos, não tradicionais, seja como autores ou como réus. É de esperar que as atuais experiências sirvam para eliminar essas barreiras [...]". (CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução de Ellen Gracie Nothfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988. p.17.)

A segunda afirmação está correta, já que, de fato, a segunda onda renovatória refere-se à busca da proteção de direitos metaindividuais. Vejamos: "[...] centrando seu foco de preocupação especificamente nos interesses difusos, esta segunda onda de reformas forçou a reflexão sobre noções tradicionais muito básicas do processo civil e sobre o papel dos tribunais. Sem dúvida, uma verdadeira "revolução" está se desenvolvendo dentro do processo civil [...]" (CAPPELLETTI; GARTH, 2002, p.18).

A terceira afirmação está incorreta, já que a terceira onda renovatória refere-se à necessidade de superação de entraves processuais. Vejamos: "[...] essa "terceira onda" de reforma inclui advocacia, judicial ou extrajudicial, seja por meio de advogados particulares ou públicos, mais vai além. Ela centra sua atenção no conjunto geral de instituições e mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para processar e mesmo prevenir disputas nas sociedades modernas. Nós denominamos "o enfoque do acesso à justiça" por sua abrangência. Seu método não consiste em abandonar as técnicas das duas primeiras ondas de reforma, mas em tratá-las com apenas algumas de uma série de possibilidades para melhorar o acesso [...]" (CAPPELLETTI; GARTH, 2002. p.25).

Dessa forma, a alternativa a conter a correta associação entre as afirmações e seus valores é a letra A, o que torna as demais, B, C, D e E incorretas.

QUESTÃO 52. O Ministério Público desempenha um papel contínuo ao acompanhar a política urbana dos municípios. A REURB engloba um conjunto de normas gerais e procedimentos destinados a implementar medidas jurídicas, ambientais e urbanísticas que viabilizem a inserção de determinados núcleos urbanos e seus habitantes na legalidade. Seu propósito é impulsionar o pleno desenvolvimento das funções sociais e ambientais da cidade, ao mesmo tempo em que desestimula a formação de novos núcleos urbanos informais.

Em relação a esse importante instrumento de política urbana, assinale a afirmativa correta.:

a) A REURB de interesse Social (REURB-S) é a regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada como baixa renda;

b) REURB de interesse específico (REURB-E) é a regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal;

c) A classificação de REURB pode ser realizada de maneira integral ou fragmentada. Isso implica na possibilidade de coexistirem as modalidades REURB dentro do mesmo núcleo urbano informal, cumpridas as condições legais;

d) A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato judicial de aprovação da REURB e formaliza a conclusão do processo judicial de regularização fundiária independentemente da observância de um conteúdo mínimo legalmente previsto;

e) A REURB Inominada, que diz respeito à regularização de glebas parceladas após o advento da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, é aplicada à regularização de parcelamento perante o Registro Imobiliário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A lei n.º: 13.465/17 dispõe sobre dispõe, entre outros assuntos, sobre a regularização fundiária rural e urbana.

Regra geral, a cessão de crédito abrange todos os acessórios, salvo disposição em contrário.

De acordo com o art. 36, § 2º, da lei n.º: 13.465/17, a Reurb pode ser implementada por etapas, abrangendo o núcleo urbano informal de forma total ou parcial.

Art. 36. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, indicação:

§ 2º A Reurb pode ser implementada por etapas, abrangendo o núcleo urbano informal de forma total ou parcial.

A Reurb compreende duas modalidades: Reurb de Interesse Social (Reurb-S) e Reurb de Interesse Específico (Reurb-E).

De acordo com o decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018, no mesmo núcleo urbano informal poderá haver as duas modalidades de Reurb, desde que a parte ocupada predominantemente por população de baixa renda seja regularizada por meio de Reurb-S e o restante do núcleo por meio de Reurb-E.

Art. 5º, § 4º: No mesmo núcleo urbano informal poderá haver as duas modalidades de Reurb, desde que a parte ocupada predominantemente por população de baixa renda seja regularizada por meio de Reurb-S e o restante do núcleo por meio de Reurb-E.

A alternativa A está incorreta, pois a Reurb-S é regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Público municipal ou distrital.

A alternativa B está incorreta, pois a Reurb-E é a regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de Reurb-S.

Art. 5º do Decreto n.º 9.310/2018: A Reurb compreende duas modalidades:

I - Reurb-S - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Público municipal ou distrital; e

II - Reurb-E - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I.

A alternativa D está incorreta, pois a Certidão de Regularização Fundiária - CRF é o documento expedido pelo Município ou pelo Distrito Federal ao final do procedimento da Reurb, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado, do termo de compromisso relativo a sua execução e, no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos.

Art. 3º Para fins do disposto na Lei nº 13.465, de 2017, e neste Decreto, considera-se:

V - Certidão de Regularização Fundiária - CRF - documento expedido pelo Município ou pelo Distrito Federal ao final do procedimento da Reurb, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado, do termo de compromisso relativo a sua execução e, no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos;

A alternativa E está incorreta, pois a Regularização Fundiária Inominada (Reurb–I) consiste na regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais consolidados em data anterior à Lei do Parcelamento do Solo Urbano - Lei 6.766/1979, de 19 de dezembro 1979 (art. 69, da Lei 13.465/2017).

Art. 69. As glebas parceladas para fins urbanos anteriormente a 19 de dezembro de 1979, que não possuírem registro, poderão ter a sua situação jurídica regularizada mediante o registro do parcelamento, desde que esteja implantado e integrado à cidade, podendo, para tanto, utilizar-se dos instrumentos previstos nesta Lei.

§ 1º O interessado requererá ao oficial do cartório de registro de imóveis a efetivação do registro do parcelamento, munido dos seguintes documentos:

I - planta da área em regularização assinada pelo interessado responsável pela regularização e por profissional legalmente habilitado, acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), contendo o perímetro da área a ser regularizada e as subdivisões das quadras, lotes e áreas públicas, com as dimensões e numeração dos lotes, logradouros, espaços livres e outras áreas com destinação específica, se for o caso, dispensada a ART ou o RRT quando o responsável técnico for servidor ou empregado público;

II - descrição técnica do perímetro da área a ser regularizada, dos lotes, das áreas públicas e de outras áreas com destinação específica, quando for o caso;

III - documento expedido pelo Município, atestando que o parcelamento foi implantado antes de 19 de dezembro de 1979 e que está integrado à cidade.

§ 2º A apresentação da documentação prevista no § 1º deste artigo dispensa a apresentação do projeto de regularização fundiária, de estudo técnico ambiental, de CRF ou de quaisquer outras manifestações, aprovações, licenças ou alvarás emitidos pelos órgãos públicos.

Nesse sentido, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 53. Ciente de que o poder público deve garantir o pleno exercício dos direitos fundamentais às pessoas com deficiência, a família de um indivíduo com deficiência, necessitando de tratamento de saúde, procurou orientação junto ao Ministério Público (MP) sobre os direitos garantidos a ele.

Assinale a opção que apresenta a orientação correta dada pelo membro do MP.

a) Para a realização de tratamento, procedimento e hospitalização, o consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência, como regra geral, é dispensável.

b) Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, sempre será dispensada sua participação para a obtenção de consentimento.

c) A criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação é obrigatória, apenas nos estabelecimentos de saúde privados.

d) Se necessário, é garantido o atendimento domiciliar de saúde à pessoa portadora de deficiência grave, não internada.

e) As operadoras de planos e seguros privados de saúde não têm obrigação legal de garantir a pessoa com deficiência todos os serviços e produtos oferecidos aos demais clientes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. O artigo 12, caput, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPCD), exige o consentimento livre e esclarecido.

Art. 12. O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.

A alternativa B está incorreta. Conforme parágrafo 1º, do artigo 12 do EPCD.

§ 1º Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, deve ser assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de consentimento.

A alternativa C está incorreta. A criação da rede de serviços especializados também deve ocorrer na rede pública.

A alternativa D está correta. A Lei 7.853/89, no artigo 2º, inciso III, alínea e, especificação à pessoa com deficiência grave não internada.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

II - na área da saúde:

e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;

A alternativa E está incorreta. Artigo 20 do EPCD.

Art. 20. As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.

QUESTÃO 54. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) é uma região integrada de desenvolvimento econômico para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal. Consideram-se de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal, aos Estados de Goiás e Minas Gerais e aos Municípios que a integram, relacionados com as diversas áreas, entre elas o transporte de passageiros.

Idosos residentes em uma das cidades goianas que integram a região da RIDE, buscaram o Ministério Público para relatar múltiplas violações de seus direitos no transporte de passageiros. Considerando o Estatuto do Idoso, no contexto do direito ao transporte, assinale a afirmativa correta.

a) Para que o idoso tenha acesso à gratuidade no transporte semi-urbano deverá apresentar contracheque ou carteira de trabalho para comprovar a renda de até 2 (dois) salários mínimos.

b) O Estatuto do Idoso assegura aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

c) Conforme preceitua o Estatuto do Idoso, os veículos de transporte coletivo deverão manter (10%) dez por cento dos assentos reservados para pessoas idosas, devidamente identificados com a placa "reservado preferencialmente para pessoas idosas".

d) No caso das pessoas compreendidas na faixa etária acima de 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício do gratuidade nos meios de transporte.

e) No transporte semi-urbano a gratuidade está vinculada à reserva de 2 (duas) vagas por veículo para pessoas idosas com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Artigo 39 do Estatuto da Pessoa Idosa (EPI), parágrafo 1º. Exige apresentação de documento pessoal com comprovação da idade, apenas.

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que a pessoa idosa apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

A alternativa B está incorreta. Pessoa idosa é aquela com 60 anos ou mais. Gratuidade de transporte é a partir dos 65 anos.

Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

A alternativa C está correta. Artigo 39, parágrafo 2º do EPI.

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para as pessoas idosas, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para pessoas idosas. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)

A alternativa D está incorreta. Não existe a previsão mencionada.

A alternativa E está incorreta. Essa baliza serve para o transporte coletivo interestadual. Artigo 40 do EPI.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: (Regulamento) (Vide Decreto nº 5.934, de 2006)

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para pessoas idosas com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos; (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)

II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para as pessoas idosas que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

QUESTÃO 55. O Ministério Público do Estado de Goiás recebeu inúmeras notícias de que uma grande empresa farmacêutica comercializou um determinado medicamento para dor de cabeça em estado impróprio para consumo, gerando danos à saúde de inúmeros consumidores. Instaurado inquérito civil para apurar o fato, o Promotor de Justiça com atribuição verificou que algumas ações Individuais haviam sido ajuizadas objetivando indenizações por danos materiais

e morais decorrentes desse fato. Considerando as peculiaridades da sistemática processual das ações coletivas de consumo, analise as afirmativas a seguir.

I. O ajuizamento de ação coletiva não induz litispendência para as ações individuais que em curso, mas, caso julgada procedente, os efeitos da coisa julgada não beneficiarão, em regra, os autores das ações individuais que não tiverem requerido sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

II. Uma associação constituída há mais de um ano e que inclua, dentre suas finalidades institucionais, a proteção dos consumidores, tem legitimidade para celebrar compromisso de ajustamento de conduta com a empresa farmacêutica para o recolhimento dos medicamentos impróprios e indenização dos consumidores afetados.

III. Não são admitidas hipóteses de intervenção de terceiros nas ações coletivas de consumo em razão do interesse público tutelado.

Está correto o que se afirma em

a) I e III, apenas.

b) III, apenas.

c) I, apenas.

d) II, apenas.

e) I e II, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está correto, de acordo com o art. 104 do CDC, para o autor da ação individual já proposta aproveitar o transporte *in utilibus* da coisa julgada coletiva, deverá requerer a suspensão da sua ação individual em 30 dias, a contar da data em que o autor é avisado, nos autos da ação individual, de que há uma ação coletiva. Trata-se do exercício da opção de ser excluído da abrangência da decisão coletiva, chamado no sistema norte-americano do *class action* de *right to opt out*. Vejamos: "As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva."

O item II está incorreto, conforme art. 5º, §6º, da LACP: "Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial."

O item III está incorreto, pois, no processo coletivo é plenamente possível a intervenção de terceiros, sendo mais comum na modalidade assistência. Do mesmo modo, nada obsta à utilização da denunciação

da lide no processo coletivo, sempre que presente um dos requisitos de cabimento previsto pelo art. 125 do CPC, em especial a hipótese prevista pelo inciso III. A vedação da sua utilização deve ser expressa pela lei, como ocorre no art. 88 do CDC.

Portanto, apenas o item I está correto, devendo ser assinalada a alternativa C.

QUESTÃO 56. A assistência social, direito inalienável do cidadão e responsabilidade do Estado, constitui uma Política de Seguridade Social não contributiva. É por meio dela que se desenvolvem programas, projetos e ações que visam a suprir carências imediatas, mas também fomentar a autonomia e a participação cidadã, com o fortalecimento dos laços comunitários.

A respeito do Sistema Único de Assistência Social relacione os conceitos listados a seguir aos seus respectivos objetivos.

1. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)

2. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

3. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

4. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

( ) Integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

( ) Destinado(a) à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias, em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social e à articulação dos serviços socioassistenciais no território de abrangência.

( ) Tem a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, nos termos do regulamento.

( ) Destinado(a) à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenção especializada da proteção social especial, de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional.

Assinale a opção que indica, segundo a ordem apresentada, a relação correta.

a) 4 – 2 – 1 – 3.

b) 3 – 4 – 2 – 1.

c) 1 – 4 – 2 – 3.

d) 4 – 3 – 1 – 2.

e) 2 – 1 – 3 – 4.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) está previsto na Lei 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

1. CadÚnico - Art. 6º-F Fica instituído o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, nos termos do regulamento. (Redação dada pela Lei nº 14.601, de 2023).
2. CRAS - Art. 6o-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3o desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) § 1o O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
3. CREAS - Art. 6o-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3o desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) (...) § 2o O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.
4. PAIF - Art. 24-A. Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos Cras, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

QUESTÃO 57. O aumento da divulgação, por parte da mídia, de incidentes violentos nas escolas, muitos dos quais relacionados a adolescentes, tem se tornado cada vez mais comum. Esses eventos despertam preocupações crescentes e chamam a atenção para a necessidade urgente de compreender e abordar as causas subjacentes a essas situações.

Sobre os procedimentos administrativos de acompanhamento que o Ministério Público poderá iniciar, com vistas a implementar medidas que protejam a integridade de toda a comunidade escolar, analise as afirmativas a seguir.

I. Verificar as medidas de capacitação dos professores e outros profissionais da educação, para a conscientização, a prevenção e o combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas.

II. Atuar com foco na priorização do fortalecimento das medidas repressivas/punitivas e cobrador intransigentes quanto à existência de programa de enfrentamento ao adolescente infrator, para fortalecer ações que estimulem a coação e o constrangimento dos adolescentes nas escolas de forma periódica.

III. Fomentar a solução consensual de conflitos com a participação e a capacitação de profissionais da educação e da comunidade escolar, tendo como objetivo a construção de uma cultura de paz nas escolas, com iniciativas como mediação escolar, justiça restaurativa, rodas de conversa, comunicação não violenta, círculo de construção de paz, combate ao discurso de ódio etc.

Está correto o que se afirma em

a) I e III, apenas.

b) I e II, apenas.

c) II e III, apenas.

d) II, apenas.

e) I, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão tem fundamento superficial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e fundamento mais forte na Lei de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) - Lei 13.185/2015.

Item I está correto. Artigo 4º, II, da Lei do Bullying.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no caput do art. 1º: II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

Item II está incorreta. Artigo 4º, VIII, da Lei do Bullying. A lei não é punitiva. Há previsão de mecanismos alternativos.

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

Item III está correta. Artigo 4º, VII, da Lei do Bullying.

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

QUESTÃO 58. O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça está baseado no Protocolo para Julgar com Perspectiva de Gênero, criado pelo Estado do México, após uma determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Este protocolo é um instrumento adicional para promover a igualdade de gênero, alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5) da Agenda 2030 da ONU. Segundo as disposições constantes no referido protocolo, assinale a afirmativa correta.

a) O Protocolo orienta, no primeiro momento, a necessidade de desensibilização das assimetrias de poder envolvidas no conflito, exclusivamente em casos que apresentem questões de gênero de maneira autoevidente.

b) Os métodos tradicionais de interpretação como analogia, dedução, indução, argumentos consequencialistas e aplicação de princípios devem ser empregados de forma autônoma e desvinculada do método dogmático trazido pelo protocolo para Julgamento com perspectiva de gênero.

c) A aplicação do protocolo significa dizer que a resolução do conflito será sempre favorável à presença do grupo subordinados já que esse modo de julgar permitirá uma atuação jurisdicional mais transparente, legítima, fundamentada e respeitosa às partes envolvidas.

d) A compreensão de que as vivências de opressão de gênero influenciadas por diferentes formas é conceituada como "interseccionalidade". Essa noção se conecta com a ideia de discriminação múltipla ou agravada, abordada na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

e) Em relação aos conflitos que aparentemente são neutros, ao avaliá-los com uma perspectiva de gênero, os julgadores podem ser considerados parciais. Assim, o Protocolo recomenda que esses casos sejam analisados de maneira abstrata e desvinculada do gênero, visando assegurar maior igualdade e justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. O protocolo atenta para uma atuação em questões de gênero, mesmo para casos em que pareça haver neutralidade da aplicação da norma. A lógica é que em casos aparentemente neutros, a situação em si pode trazer uma situação de desigualdade estrutural a ser identificada pelo órgão julgador. O erro está na palavra exclusivamente.

A alternativa B está incorreta. O protocolo informa que o julgamento com interpretação com aplicação de perspectiva de gênero deve ser utilizado com os demais métodos de interpretação. Há uma complementação da interpretação.

A alternativa C está incorreta. Nem sempre o julgamento será favorável. O método não existe para gerar julgamento sempre favoráveis. Busca-se imparcialidade, transparência e legitimidade. Com fundamentação na legitimidade das partes.

A alternativa D está correta. Há a associação entre interseccionalidade, discriminação com base em mais de um elemento, exemplo, mulher, negra, pobre e trans, e discriminação multipla ou agravada.

A alternativa E está incorreta. O protocolo recomenda o contrário, analisando-se o julgamento a partir da questão de gênero.

QUESTÃO 59. Conforme estipulado pela Constituição Federal de 1988, as funções institucionais do Ministério Público incluem a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteger os interesses difusos e coletivos. Além disso, o órgão tem a competência de expedir notificações nos procedimentos administrativos e requisitar informações e documentos para instruí-los.

Em relação ao poder de requisição constitucionalmente atribuído ao Ministério Público, assinale a afirmativa correta.

a) A Notícia de Fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 60 (sessenta) dias; o membro do Ministério Público poderá colher informações preliminares imprescindíveis para deliberar sobre a instauração do procedimento próprio, com a expedição de requisições.

b) O membro do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar apenas nas hipóteses legais de sigilo.

c) Quaisquer membros do Ministério Público podem requisitar informações, exames periciais, certidões e outros documentos diretamente a autoridade federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

d) No Inquérito Civil Público, os ofícios de requisições do Ministério Público terão um prazo razoável estabelecido para resposta, que não precisam ser fundamentadas.

e) No âmbito do procedimento preparatório, todos os ofícios de requisição devem ser justificados e acompanhados por uma cópia da portaria que deu início ao procedimento ou indicar o endereço eletrônico oficial onde essa peça esteja disponível.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta, pois contraria o artigo 3º da Resolução 174 do CNMP, que estipula prazo diverso, vejamos: "Art. 3º A Notícia de Fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias."

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Resolução 181 do CNMP, vejamos: "Art. 7º. O membro do Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e sem prejuízo de outras providências inerentes a sua atribuição funcional, poderá: [...] § 9º O membro do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, inclusive nas hipóteses legais de sigilo e de documentos assim classificados."

A alternativa C está incorreta, pois o artigo 26, inciso I, alínea b, da Lei 8625, estipula: "Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá: I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los: b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;".

A alternativa D está incorreta, pois contraria a resolução 164 do CNMP, em seu artigo 8º, que determina: "Art. 8º A recomendação conterá a indicação de prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, indicando-as de forma clara e objetiva."

A alternativa E está correta, pois está de acordo com a resolução 23 do CNMP, em seu artigo 6º, § 10, vejamos: "Art. 6º A instrução do inquérito civil será presidida por membro do Ministério Público a quem for conferida essa atribuição, nos termos da lei. § 10 Todos os ofícios requisitórios de informações ao inquérito civil e ao procedimento preparatório deverão ser fundamentados e acompanhados de cópia da portaria que instaurou o procedimento ou da indicação precisa do endereço eletrônico oficial em que tal peça esteja disponibilizada."

QUESTÃO 60. O Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) moveu uma Ação Civil Pública em defesa do Meio Ambiente, alegando sérias falhas no mérito do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) utilizado para justificar a instalação de um aterro sanitário.

Com base nas conclusões de um laudo técnico pericial, o MPGO afirmou a grande probabilidade de vazamento do chorume do aterro, podendo afetar a bacia do manancial que abastece o município. Em função da gravidade do risco descrito, o Ministério Público de Goiás formulou pedido de tutela inibitória.

Sobe a tutela inibitória prevista no Código de Processo Civil (CPC), assinale a alternativa correta.

a) A tutela inibitória possui requisitos diferentes quando visa evitar a prática do ato ilícito em comparação àquela direcionada para impedir sua reiteração, continuidade ou remoção. Esta última requer a demonstração prévia de existência de culpa ou dolo.

b) Na formulação do pedido para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática do ato de instalação do aterro sanitário no local indicado no EIA, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.

c) A tutela inibitória tem como objetivo combater atos ilícitos, porém, ainda requer a demonstração de culpa ou dolo como pressupostos. Isso se dá porque o interesse do Estado-Juiz é tanto reprimir o dano quanto prevenir a ocorrência ou a continuidade do ilícito.

d) O CPC aborda a tutela inibitória, reconhecendo-a como uma medida destinada a prevenir o ilícito, sua repetição, continuidade ou remoção; destaca-se que a comprovação do dano é um requisito fundamental no processo para assegurar essa proteção jurisdicional.

e) A tutela inibitória tem como base a necessidade de correlação entre repressão e dano, diversamente da prevenção e afastamento do ilícito, conforme descrito no CPC.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B,** pois encontra-se em conformidade com o Código de Processo Civil, em seu artigo 497, vejamos: "Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente. Parágrafo único. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo."

As demais alternativas, A, C, D e E, trazem como necessária, para a concessão da tutela específica inibitória, a comprovação de ocorrência de dano ou existência de dolo ou culpa, o que, conforme instituto legal supracitado, é irrelevante.

QUESTÃO 61. O agravamento na frequência, intensidade e impacto de eventos climáticos extremos, somado à vulnerabilidade dos assentamentos humanos, provoca desastres urbanos, tais como inundações, desmoronamentos de edifícios, deslizamentos de terra, entre outros. Cada vez mais, testemunhamos no nosso país, situações em que construções e atividades irregulares em Áreas de Preservação Permanente, especialmente às margens de rios, encostas, restingas e manguezais, resultam em tragédias recorrentes, muitas vezes fatais. Essas ocorrências acarretam danos patrimoniais devastadores, sobrecarregam o orçamento público, destroem propriedades privadas e são terreno fértil para corrupção e desvio de fundos de emergenciais.

Sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), no que se refere a assuntos que impactam os desastres socioambientais e as mudanças climáticas, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso:

( ) Para o STJ, a violação ao dever do Estado de fiscalização ambiental contribui como causa indireta do dano, resultando em responsabilidade objetiva, conforme previsto na Lei nº 6.938/1981. Quando o dano é causado ativamente por indivíduos privados, é imputada uma responsabilidade civil solidária, sendo o Estado responsável subsidiariamente pela reparação.

( ) O Supremo Tribunal Federal firmou, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, o entendimento de que a prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental não exclui a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória.

( ) Para o STJ, poderá ser autorizada, excepcionalmente, a construção de residências de veraneio e estabelecimentos comerciais em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida. Isso ocorre para preservar os efeitos assegurados ao possuidor de boa-fé, levando em conta a situação já consumada e consolidada.

a) V – V – F;

b) F – V - F;

c) V – F - V;

d) F – V – V;

e) V – F - F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A primeira assertiva está correta, pois de acordo com o STJ, a responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva e solidária. Nos casos em que o Poder Público concorre para o prejuízo por omissão, a sua responsabilidade solidária é de execução subsidiária ou com ordem de preferência. (STJ. 2ª Turma. AREsp 1.756.656-SP, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 18/10/202)

Inclusive, o STJ possui entendimento sumulado nesse sentido: Súmula 652-STJ: A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

A segunda assertiva está correta, pois o STF, no julgamento da ADI 4757, analisou a constitucionalidade do § 3º do art. 17 da LC 140/2011 e decidiu pela sua constitucionalidade conferindo interpretação conforme no sentido de que a prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental não exclui a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória.

No exercício da cooperação administrativa cabe atuação suplementar — ainda que não conflitiva — da União com a dos órgãos estadual e municipal. (STF. Plenário. ADI 4757/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 12/12/2022)

Eis o teor da literalidade do § 3º do art. 17 da LC 140/2011.

Art. 17. Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo

para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

§ 3º O disposto no caput deste artigo não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização a que se refere o caput.

A terceira assertiva está incorreta, pois para o STJ, é vedada tal autorização não se aplicando, em tema de Direito Ambiental, a teoria do fato consumado.

AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO. CASA DE VERANEIO. MANGUEZAL. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ART. 3º, XIII, E 4º, VII, DO CÓDIGO FLORESTAL DE 2012. FUNÇÃO ECOLÓGICA DA PROPRIEDADE. TERRENO DE MARINHA. TERRENOS MARGINAIS DO RIO ITAPOCU. BEM DE USO COMUM DO POVO E DE USO ESPECIAL. ARTS. 98, 99, 100, 102, 104, II, 166, II, 168, 169 E 186 DO CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL VÁLIDAS. ESTADO ECOSSOCIAL DE DIREITO. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO NATURA. GRILAGEM AMBIENTAL. 1. Trata-se, na origem, de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal contra proprietários de casa de veraneio - construída sobre imóvel localizado inteiramente em terreno de marinha e Área de Preservação Permanente (manguezal e faixa ciliar do Rio Itapocu) - e contra o Município de Araquari/SC. Sentença e acórdão condenaram, além da municipalidade, os corréus, solidariamente, a demolirem as edificações ilegais e retirarem detritos remanescentes. 2. No principal, incidem as Súmulas 7 e 83 do STJ, pois o acórdão recorrido está amparado em fatos e provas, além de seguir o atual entendimento do STJ, motivo pelo qual não merece prosperar a irresignação. Ademais, "Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental." (Súmula 613 da Primeira Seção). No mesmo sentido: "Esta Corte é pacífica no sentido de que não há direito adquirido a poluir ou degradar o meio ambiente." (REsp 1.222.723/SC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/11/11); "a concessão de licenciamento ambiental, por si só, não afasta a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, mormente quando reconhecida a ilegalidade do aludido ato administrativo" (AgInt no REsp 1.419.098/MS, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 21/5/2018). 3. O manguezal integra o domínio público federal, in usu público sunt. No Código Florestal de 2012, encontram-se sua definição legal e seu regime jurídico de proteção ambiental como Área de Preservação Permanente, ou seja, o instrumento mais rigoroso do regime especial da flora. 4. Segundo o acórdão recorrido, o Município expediu Alvará de construção para a casa de veraneio impugnada, ignorando por inteiro a União, titular do bem (terreno de marinha e manguezal), e o órgão ambiental estadual, que também deveria ter sido ouvido. Muito pode o Município em matéria urbanístico-ambiental. A ele se recusa, contudo, nos termos do pacto federativo vigente no Brasil, competência para, direta ou indiretamente (por meio de leis municipais ou alvará de construção, p. ex.), ignorar, reduzir, enfraquecer ou estorvar o grau de proteção estatuído na legislação federal e na estadual. Perfeitamente invocável o interesse local para agregar, mesmo no plano legislativo, salvaguardas ambientais, existam lacunas ou não. No entanto, tal esforço se legitima somente se orientado a ampliar e fortalecer os instrumentos de controle ambiental, inclusive as Áreas de Preservação Permanente, já que o microssistema ambiental federal representa piso, e não teto, não esgotando a disciplina jurídica da matéria. Se o desiderato for rebaixar o patamar federal ou estadual, em vez de atuação regular, configurará insurreição contra pilar estruturante da federação, nomeadamente em biomas ou regiões fitogeográficas constitucionalmente batizados de "patrimônio nacional", in casu a Zona Costeira, a Mata Atlântica e a Serra do Mar. 5. Alegam os recorrentes que se

limitaram a trocar e expandir uma casa de madeira por outra de alvenaria. Quem substitui ou amplia construção ou empreendimento precisa iterar, do zero, o licenciamento ambiental. A preexistência deste não implica, nem viabiliza sucessão de licença ou autorização, atos administrativos que não se transmitem ou transmudam com o fito de acomodar o novo ou o reformado. Com maior razão quando se põe abaixo o que antes existia ou, pior, quando a suposta licença pretérita é nula ou antagoniza os requisitos atuais. 6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (STJ - REsp: 1732700 SC 2018/0052074-4, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 25/09/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/08/2020)

Destaca-se que o art. 8º da Lei 12.651/2012 dispõe que: A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.

§ 2º A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 4º poderá ser autorizada, excepcionalmente, em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização, inseridas em projetos de regularização fundiária de interesse social, em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda.

Nesse sentido, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 62. O Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente realiza assembleias extraordinárias, a fim de deliberar sobre políticas públicas prioritárias para o atual biênio. Em uma das assembleias, o gestor do Sistema Socioeducativo do Estado, que integra o Conselho de Direitos, indaga aos demais Conselheiros qual será o percentual de recursos do fundo estadual de direitos da criança e do adolescente (FIA) a ser aplicado no financiamento de ações previstas na Lei nº 12.594/12 (SINASE) sendo respondido pelo Presidente do Conselho que tal política não é considerada prioritária no atual biênio e que não haverá a destinação de verbas oriundas do FIA para o financiamento de políticas públicas do sistema socioeducativo.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei nº 12.594/12 (SINASE), assinale a afirmativa correta.

a) O SINASE é cofinanciado apenas com recursos dos orçamentos fiscal e de seguridade social, inexistindo previsão legal de utilização de verbas oriundas do FIA.

b) A utilização de verbas do FIA para o financiamento da política socioeducativa dependerá de ato discricionário do Governador do Estado.

c) O percentual de recursos do FIA a serem aplicados no financiamento das ações previstas na Lei do SINASE será definido, obrigatoriamente, pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, a cada ano.

d) O FIA tem como únicas destinações obrigatórias o incentivo ao acolhimento e programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade, conforme previsto no ECA.

e) Os entes federados beneficiados com recursos do FIA para ações de atendimento socioeducativo prestarão informações sobre o desempenho dessas ações diretamente ao Poder Judiciário, ao final de cada exercício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Artigo 31 da Lei do SINASE.

Art. 31. Os Conselhos de Direitos, nas 3 (três) esferas de governo, definirão, anualmente, o percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações previstas nesta Lei, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação.

A alternativa B está incorreta. Ver resposta da alternativa A.

A alternativa C está correta. Ver resposta da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. A destinação dos recursos do FIA, conforme artigo 260, parágrafo 1º-A, do ECA, não é unicamente para a atenção integral à primeira infância.

Art. 260. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

§ 1 o -A. Na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelos fundos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, serão consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e as do Plano Nacional pela Primeira Infância. (Redação dada dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

A alternativa E está incorreta. Não há essa previsão.

QUESTÃO 63. Município da Região Metropolitana instituiu um centro de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência, contando, em sua estrutura, com núcleo de delegacia especializada, serviços de saúde e de perícia médico-legal, em observância ao disposto na Lei nº 13.431/17.

Ao receber o fluxo de atendimento estabelecido pelo referido serviço, o Promotor de Justiça constata que está prevista a realização de uma escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas pela autoridade policial, tendo o objetivo informado de coletar provas para a instrução criminal. Além disso, caso as provas se mostrem insuficientes, prevê-se, ainda, que caberá à autoridade policial realizar uma segunda escuta especializada, na busca pela verdade real.

Considerando o disposto na Lei nº 13.431/17, assinale a afirmativa correta.

a) A escuta especializada é o procedimento de oitiva da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

b) O depoimento especial é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitando o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

c) A realização de sucessivas escutas especializadas não é apta a causar a revitimização de crianças e adolescentes, na medida em que se buscará prova para a responsabilização criminal de seu agressor.

d) O procedimento a ser realizado pela autoridade policial é o depoimento especial, de caráter excepcional, observadas as diretrizes traçadas pela Lei nº 13.431/17 para o depoimento especial em juízo.

e) A escuta especializada é procedimento cuja realização observará os protocolos previstos em lei, sendo de atribuição exclusiva do serviço de saúde encarregado de atender a crianças e adolescentes vítimas em cada município.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

O fundamento da resposta encontra-se na Lei n 13.431/17.

A alternativa A está incorreta. Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

A alternativa B está incorreta. Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

A alternativa C está incorreta. A realização de sucessivas escutas especializadas é apta a causar a revitimização. Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.

A alternativa D está correta. O depoimento especial é feito para fins criminais. Art. 11. O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

A alternativa E está incorreta. A escuta especializada não tem fins criminais. Ver comentário da letra A.

QUESTÃO 64. Uma determinada instituição financeira com atuação em todo o território nacional decidiu criar e implementar a cobrança de uma tarifa de todos os seus correntistas em violação direta às normas contidas no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Após receber inúmeras reclamações de consumidores goianos sobre cobranças indevidas da referida tarifa pelo banco e apurar a abusividade da conduta em questão no bojo do respectivo Inquérito Civil, um promotor de Justiça do MPGO ajuizou na capital do estado a primeira ação coletiva do país em face da instituição financeira, com o objetivo de proibir a referida cobrança e obrigá-la a indenizar seus clientes pelos danos causados, com a devolução em dobro do valor arrecadado ilegalmente.

Com relação à atuação do Ministério Público na Tutela Coletiva do Consumidor, analise as afirmativas a seguir.

I. Caso o pedido da referida ação civil pública seja julgado procedente, a eficácia da sentença estará limitada às filiais e consumidores localizados no estado de Goiás.

II. Não pode o Ministério Público promover a fluid recovery por mera estimativa de consumidores lesados, devendo coletar as informações necessárias a quantificar adequadamente os correntistas prejudicados pela prática abusiva.

III. Sendo julgada procedente a ação, eventual recurso de apelação da instituição financeira não terá efeito suspensivo automático, mas este poderá ser concedido pelo juiz ou pelo tribunal, dependendo das circunstâncias do caso.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) III, apenas.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A afirmação I está incorreta, pois o STF, no Tema 1075, declarou a inconstitucionalidade do artigo 16 da Lei da Ação Civil Pública, vejamos: "É inconstitucional o art. 16 da Lei nº 7.347/85, na redação dada pela Lei nº 9.494/97." e "É inconstitucional a delimitação dos efeitos da sentença proferida em sede de ação civil pública aos limites da competência territorial de seu órgão prolator." (STF. Plenário. RE 1101937/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 7/4/2021).

A afirmação II está incorreta, pois no julgamento do Recurso Especial nº 1.927.098, o STJ decidiu que, caso não seja viável identificar os lesados individualmente, a fluid recovery terá caráter residual. Vejamos: "Se for viável definir a quantidade de beneficiários da sentença coletiva, bem como o montante exato do prejuízo sofrido individualmente por cada um deles, a fluid recovery terá caráter residual. De outro lado, se esses dados forem inacessíveis, a reparação fluida assumirá natureza sancionatória,

evitando-se, com isso, a ineficácia da sentença e a impunidade do autor do ilícito." (REsp n. 1.927.098/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 22/11/2022, DJe de 24/11/2022.)

A afirmação III está correta, pois segue o artigo 14 da Lei 7347/85, vejamos: "Art. 14. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte."

Sendo assim, a única alternativa a conter somente a afirmação III, correta, é a letra E, o que torna as demais alternativas, A, B, C e D, incorretas.

QUESTÃO 65. No âmbito criminal, o Ministério Público do Estado Alfa celebrou acordo de colaboração premiada com o réu João, sendo que uma das cláusulas do acordo previa que os seus efeitos se estenderiam para si no âmbito da improbidade administrativa.

Diante das informações e documentos trazidos por João, devidamente ratificados por outras provas sobre os atos de corrupção, o MP ajuizou ação de improbidade administrativa contra outras pessoas físicas e jurídicas envolvidas nos atos ilícitos. Citadas, essas pessoas apresentaram contestação alegando que é inconstitucional a utilização de colaboração premiada em ação de improbidade administrativa em razão da ausência de previsão legal.

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei nº 12.850/2013, no âmbito civil, em ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público, é

a) inconstitucional, diante do princípio da independência das instâncias de responsabilização e da intranscendência subjetiva das sanções

b) inconstitucional, pois, pelo princípio da especialidade, deveria ser celebrado um acordo de não persecução cível, instituto de direito negocial legalmente previsto no ordenamento jurídico para consensualidade no âmbito da improbidade administrativa.

c) constitucional, desde que observadas algumas diretrizes, como, por exemplo, a obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização.

d) inconstitucional, pois deveria ser celebrado, adicionalmente, um acordo de leniência, instituto de direito negocial legalmente previsto no ordenamento jurídico para consensualidade no âmbito administrativo, que pode ser estendido para ações de improbidade administrativa, por força da teoria do diálogo das fontes.

e) constitucional, desde que observadas algumas diretrizes, como, por exemplo, o acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, independentemente da interveniência da pessoa jurídica interessada, mas devidamente homologado pela autoridade judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Trata-se de entendimento apresentado no Tema 1043 do STF: "É constitucional a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei 12.850/2013, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público, observando-se as seguintes diretrizes: (1) Realizado o acordo de colaboração premiada, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação: regularidade, legalidade e voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 4º da referida Lei 12.850/2013; (2) As declarações do agente colaborador, desacompanhadas de outros elementos de prova, são insuficientes para o início da ação civil por ato de improbidade; (3) A obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização; (4) O acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, com a interveniência da pessoa jurídica interessada e devidamente homologado pela autoridade judicial; (5) Os acordos já firmados somente pelo Ministério Público ficam preservados até a data deste julgamento, desde que haja previsão de total ressarcimento do dano, tenham sido devidamente homologados em Juízo e regularmente cumpridos pelo beneficiado.".

Incorretas, portanto, as demais alternativas.

QUESTÃO 66. A Lei n° 14.230/2021 promoveu uma série de mudanças na Lei de Improbidade Administrativa (LIA), alterando substancialmente o combate à corrupção pública e o próprio regime jurídico de tutela do patrimônio público. Chamado a decidir sobre a constitucionalidade de diversos dispositivos oriundos da Reforma de 2021 da Lei de Improbidade Administrativa, o Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral, fixou tese no sentido de que

a) o novo regime prescricional, previsto na Lei n° 14.230/2021, é retroativo, haja vista que é mais benéfico, aplicando-se os novos marcos temporais inclusive aos fatos ocorridos antes publicação da lei.

b) é necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se, para configuração dos atos de improbidade tipificados nos artigos 98, 10 e 11 da LIA, a presença do elemento subjetivo do dolo ou culpa grave.

c) é constitucional a norma que estabelece que somente o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de improbidade e celebrar acordo de não persecução cível, tal como ocorre com o exercício privativo da ação penal pública pelo Parquet, diante da indisponibilidade dos bens jurídicos tutelados.

d) é vedada, em qualquer caso, a defesa judicial do agente público que cometeu ato de improbidade por parte da Advocacia Pública, pois a sua predestinação constitucional, enquanto função essencial à Justiça, identifica-se com a representação judicial e extrajudicial dos entes públicos.

e) a norma benéfica da Lei nº 14.230/2021, referente à revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, é irretroativa, em virtude do Art, 5º, inciso XXXVI, da CRFB/88, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada, nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa apresenta a tese do Tema nº 1199 do STF, Leading Case: ARE 843989, que assim dispõe: "É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se — nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA — a presença do elemento subjetivo — DOLO; A norma benéfica da Lei 14.230/2021 — revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa —, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude de sua revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei. ARE 843989/PR, relator Min. Alexandre de Moraes, julgamento finalizado em 18.8.2022".

A alternativa A está incorreta. Nos termos do tema apresentado anteriormente, o novo regime prescricional não irá retroagir para marcos temporais anteriores a norma.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do tema apresentado anteriormente, é necessário dolo, não sendo suficiente a modalidade culposa.

A alternativa C está incorreta. O Supremo, ADI 7042 e 7043, declarou inválidos dispositivos da Lei de Improbidade, que conferiam ao Ministério Público (MP) legitimidade exclusiva para a propositura das ações por improbidade.

A alternativa D está incorreta. A lei de improbidade prevê, em seu texto, a defesa judicial por parte da advocacia pública. “Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei. § 20. A assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público ficará obrigada a defendê-lo judicialmente, caso este venha a responder ação por improbidade administrativa, até que a decisão transite em julgado."

QUESTÃO 67. O processo coletivo brasileiro tem por base a influência das normas intercomunicantes que integram o microssistema normativo. A respeito do panorama legislativo que viabiliza a garantia dos direitos transindividuais no país, assinale a afirmativa correta.

a) Os pilares fundamentais do microssistema ou minissistema e tutela coletiva são estabelecidos pelas primeiras e mais relevantes normas, representadas pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC) e pela lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

b) O CDC incluiu uma referência à Lei de Ação Civil Pública, permitindo sua aplicação em questões relacionadas aos direitos do consumidor. Além disso, por meio do CDC, o atual Art. 21 foi incorporado à Lei nº 7.347/85. Essa forma de aplicação normativa mútua é também chamada de "normas de reenvio".

c) O Código de Proteção e Defesa do Consumidor determina uma remissão à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, ao declarar expressamente que para a defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais do consumidor, aplica-se os dispositivos da Lei nº 9.099/95.

d) O conceito delineado no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, estipula que os interesses difusos são direitos transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

e) No Brasil, é possível afirmar que já existe uma regulamentação específica, consolidada em uma lei única, que codifica e estrutura o sistema de tutela coletiva.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois são incabíveis as ações coletivas em sede de Juizados Especiais. Vejamos o Enunciado 139, que trata deste tema: "ENUNCIADO 139 (substitui o Enunciado 32) – A exclusão da competência do Sistema dos Juizados Especiais quanto às demandas sobre direitos ou interesses difusos ou coletivos, dentre eles os individuais homogêneos, aplica-se tanto para as demandas individuais de natureza multitudinária quanto para as ações coletivas. Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil coletiva, remeterão peças ao Ministério Público e/ou à Defensoria Pública para as providências cabíveis" (Alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA).

A alternativa B está correta, pois encontra-se em conformidade com os artigos 117, do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe: "Art. 117. Acrescente-se à Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, o seguinte dispositivo, renumerando-se os seguintes: Art. 21. Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor"; e em conformidade com o artigo 21 da Lei da Ação Civil Pública, vejamos: "Art. 21. Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor."

A alternativa C está incorreta, pois não há tal remissão no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

A alternativa D está incorreta, pois o conceito apresentado refere-se aos direitos coletivos stricto sensu, definidos no inciso II, parágrafo único, do artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor, vejamos: " Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo

individualmente, ou a título coletivo. Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: II - Interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base."

A alternativa E está incorreta, pois o que existe é um microssistema de tutela coletiva, formada por leis esparsas. Vejamos: "[...] o microssistema de tutela coletiva pode ser conceituado, como um conjunto de normas materiais, processuais e híbridas, positivadas ao longo do ordenamento jurídico, que versam sobre o processo coletivo, regulando o funcionamento de demandas [...]". (BASTOS, FABRÍCIO ROCHA. Do microssistema de tutela coletiva e sua interação com o CPC/2015. Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 68, abr./jun. 2018. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1242829/Fabricio_Rocha_Bastos.pdf. Acesso em: 29/01/2024).

QUESTÃO 68. O Ministério Público recebeu representação de um grupo de pessoas que denunciou situações envolvendo os direitos de comunidades específicas, sejam elas raciais, étnicas ou religiosas.

No que se refere à proteção dos interesses descritos, assinale a alternativa correta.

a) A ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados à honra e dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos devem ser exclusivamente impetradas por Organizações Não-Governamentais (ONGs), cabendo ao Ministério Público agir apenas como fiscal da lei.

b) Os legitimados aptos para provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhes informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil pública e indicando-lhes os elementos de convicção, são apenas o servidor público e a associação legalmente constituída.

c) Poderá intentar ação principal, com o intuito de prevenir danos aos interesses difusos e coletivos relacionados à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, associação estabelecida há pelo menos 2 (dois) anos conforme a legislação civil, ou que inclua, entre seus propósitos institucionais, a proteção dos interesses abordados na ação.

d) Os valores pecuniários provenientes de danos resultantes de atos de discriminação étnica, em ações civis públicas, serão direcionados para iniciativas de promoção da igualdade étnica conforme definição dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local.

e) Passados noventa dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, caso a associação autora não inicie a execução, o Ministério Público tem a prerrogativa de fazê-lo, não sendo possível tal iniciativa aos demais legitimados.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois a Lei da Ação Civil Pública permite a tutela desses interesses descritos, vejamos: "Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: VII - à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. (Incluído pela Lei nº 12.966, de 2014). Ademais, a mesma traz em seu artigo 5º um rol de legitimados, vejamos: "Art. 5º. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I - o Ministério Público; II - a Defensoria Pública; III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; V - a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico."

A alternativa B está incorreta, pois contraria o artigo 6º da Lei da Ação Civil Pública, que dispõe: "Art. 6º Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção."

A alternativa C está incorreta, pois contraria o artigo 5º da Lei da Ação Civil Pública, que estipula o prazo de 1 (um) ano de constituição da associação, vejamos: "Art. 5º. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: V - a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico."

A alternativa D está correta, pois o Estatuto da Igualdade Racial incluiu o artigo 13, § 2º, à Lei da Ação Civil Pública, que dispõe: "Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados. § 2º Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1o desta Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o caput e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente." (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010).

A alternativa E está incorreta, pois contraria o princípio da obrigatoriedade da execução coletiva, previsto nos seguintes diplomas legais: Lei 7.347/85, em seu artigo 15: "Art. 15. Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados."; bem como a Lei 4.717/65, em seu artigo 16, vejamos: "Art. 16. Caso decorridos 60 (sessenta) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução. o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave."

QUESTÃO 69. Em todo o mundo, foram desenvolvidos diferentes modelos de tutela jurisdicional dos direitos coletivos. Sobre o processo coletivo e seus modelos, assinale a alternativa correta.

a) As Class Actions norte-americanas, garantem um sistema de tutela de direitos de grupos e opera de maneira mais restrita em comparação ao modelo da Verbandsklage e às ações coletivas brasileiras. Sua ênfase principal reside na proteção de obrigações de fazer e não fazer.

b) O modelo da Verbandsklage, amplamente difundido na Europa Continental, visa tutelar os direitos coletivos de forma abrangente, envolvendo a substituição do grupo de indivíduos com interesses comuns. Tradicionalmente é direcionado principalmente para a obrigação de indenizar.

c) Algumas características do modelo brasileiro de processo coletivo são a não-taxatividade dos direitos tutelados e a atipicidade da ação, o que implica a admissibilidade de todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

d) O sujeito ativo, passivo e a relação jurídica litigiosa são elementos essenciais para caracterizar o processo coletivo. Assim, no modelo brasileiro, somente se presentes o sujeito coletivo nos dois polos da ação está-se diante de um processo coletivo.

e) Quando a questão envolve a defesa de direitos individuais homogêneos dos consumidores relacionados a alegações de ilegalidade no reajuste das mensalidades escolares, o Ministério Público brasileiro não possui legitimidade, visto que se trata de um interesse patrimonial.

Comentários

Os dois modelos de tutela jurisdicional dos direitos coletivos destacados nas alternativas são: o Modelo da Verbandsklage (ações associativas), cujas características são: 1) a legitimação ativa das associações especiais: com a escolha de um "sujeito supraindividual" para tutelar em nome próprio o direito que passa ser considerado como próprio. Ex: associações de consumidores, associações ambientais; 2) duas formas de tutela para as associações: ou representa o indivíduo, mediante sua autorização; ou representa um direito supraindividual, porém em hipóteses restritíssimas e excepcionais; 3) afastamento da tutela dos direitos individuais de forma extremada e radical: nesse modelo não há espaço, em nenhuma hipótese, de tutela individual; o dano deve ser ressarcido para o Estado; 4) a tutela permitida em juízo é somente a inibitória ou injuncional: ou seja, tutela voltada para as obrigações de fazer e não fazer, e, consequentemente, nesse caso, com caráter meramente de advertência ou de admoestação, sem, de fato, garantir a reparação de danos.

O segundo modelo é o Class Action, voltado para a proteção integral do direito coletivo. São suas características: 1) a legitimidade do indivíduo ou de um grupo de indivíduos, caracterizada pelo controle jurisdicional da "adequada representação"; 2) vinculatividade da coisa julgada para toda a classe, quer beneficiando--a, quer prejudicando-a, no caso da improcedência da ação (no Brasil é um pouco diferente do modelo norteamericano puro, uma vez que a coisa julgada erga omnes ou ultra partes, nos termos do art. 103 do CDC, é secundum eventum litis, ou seja, só beneficia); 3) adequada notificação para aderir à iniciativa aos indivíduos: visando proteger o "direito de colocar-se a salvo da coisa julgada" (right to opt out). Ou seja, se o membro da classe entender mais vantajoso fazer valer seu direito com uma ação individual, ele tem o direito de "sair" do grupo ou classe comunicando ao legitimado que não pretende ser representado na demanda coletiva; 4) atribuição de amplos poderes

ao juiz: o que distingue esse modelo do modelo tradicional de litígio (vinculado predominantemente a atividade das partes e a uma radical neutralidade judicial). (ARAUJO, Évelyn Cintra. Direito Processual Civil Coletivo. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-federal-do-piaui/contabilidade-geral-2/direitos-difusos-e-coletivos/73134441>. Acesso em: 29/01/2024.)

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois, conforme acima explicitado, o modelo das Class Actions é mais abrangente que o Verbandsklage. Ademais, a alternativa inverte as características das duas tutelas, já que a tutela permitida em juízo nas Verbandsklage é somente a inibitória ou injuncional: ou seja, tutela voltada para as obrigações de fazer e não fazer, conforme acima explicitado.

A alternativa B está incorreta, pois, conforme acima explicitado, o modelo Verbandsklage é utilizado em hipóteses restritas e excepcionais; Ademais, a alternativa inverte as características das duas tutelas, já que a tutela permitida em juízo nas Verbandsklage é somente a inibitória ou injuncional: ou seja, tutela voltada para as obrigações de fazer e não fazer, conforme acima explicitado.

A alternativa C está correta, pois trata-se da abrangência da tutela coletiva brasileira, que é regida pelo princípio da atipicidade da ação e do processo coletivo, vejamos: "[...] esse princípio preza pela observação e conhecimento do conteúdo e não somente da forma, já que essa não deve aniquilar aquela. Nesse sentido qualquer tipo de direito coletivo pode ser protegido e deve ser protegido [...]" (ALMEIDA, Gregório Assagra de. Direito processual coletivo brasileiro: um novo ramo do direito processual. Op. Cit., p.575.)

A alternativa D está incorreta, pois não há tal previsão normativa.

A alternativa E está incorreta, pois contraria a Súmula 643 do STF, vejamos: "O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares."

QUESTÃO 70. As demandas dirigidas aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público podem se materializar por meio da realização de atendimentos, bem como pela entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações.

Sobre a resolução nº 17/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a instauração e tramitação da Notícia de Fato, analise as afirmativas a seguir.

I. Poderão ser criados mecanismos de triagem, autuação, seleção e tratamento das Notícias de Fato para favorecer a tramitação futura de procedimentos decorrentes, consoante critérios para racionalização de recursos e máxima efetividade e resolutividade da atuação finalística, observadas as diretrizes do Planejamento Estratégico de cada ramo do Ministério Público.

II, O membro do Ministério Público a quem for encaminhada a Notícia de Fato poderá entender que a atribuição para apreciá-la é de outros órgão do Ministério Público e promover a sua remessa a este. Em todos os casos a remessa só poderá ser concretizada após a homologação pelo Conselho Superior ou pela Câmara de Coordenação e Revisão.

III. A Notícia de Fato não pode ser arquivada com base na possibilidade de solução por meio de atuação mais abrangentes e resolutivas, mediante ações, projetos e programas alinhados ao Planejamento Estratégico de cada ramo, com vistas à concretização da unidade institucional.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) II e III, apenas.

c) I e III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, apenas.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A afirmação I está correta, pois está em conformidade com o artigo 2º, § 4º da resolução nº 17/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. Vejamos: "Art. 2º A Notícia de Fato deverá ser registrada em sistema informatizado de controle e distribuída livre e aleatoriamente entre os órgãos ministeriais com atribuição para apreciá-la. § 4º Poderão ser criados mecanismos de triagem, autuação, seleção e tratamento das notícias de fato com vistas a favorecer a tramitação futura de procedimentos decorrentes, consoante critérios para racionalização de recursos e máxima efetividade e resolutividade da atuação finalística, observadas as diretrizes do Planejamento Estratégico de cada ramo do Ministério Público."

A afirmação II está incorreta, pois contraria o artigo 2º, § 3º da resolução nº 17/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. Vejamos: "Art. 2º A Notícia de Fato deverá ser registrada em sistema informatizado de controle e distribuída livre e aleatoriamente entre os órgãos ministeriais com atribuição para apreciá-la. §3º Na hipótese do parágrafo anterior, a remessa se dará independentemente de homologação pelo Conselho Superior ou pela Câmara de Coordenação e Revisão se a ausência de atribuição for manifesta ou, ainda, se estiver fundada em jurisprudência consolidada ou orientação desses órgãos."

A afirmação III está incorreta, pois contraria o artigo 4º, § 5º da resolução nº 17/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. Vejamos: "Art. 4º A Notícia de Fato será arquivada quando: § 5º A Notícia de Fato também poderá ser arquivada quando seu objeto puder ser solucionado em atuação mais ampla e mais resolutiva, mediante ações, projetos e programas alinhados ao Planejamento Estratégico de cada ramo, com vistas à concretização da unidade institucional."

Dessa forma, a letra E é a única a conter apenas a afirmação I, correta, o que torna as letras A, B, C e D incorretas.

QUESTÃO 71. Mariana, solteira, não convivente em união estável, relativamente incapaz em razão da idade, sem filhos e sem ascendentes vivos, elaborou, de próprio punho, testamento particular o qual foi lido por ela na presença de três testemunhas que o subscreveram, dispondo sobre a destinação post mortem de todos os bens integrantes de seu patrimônio. Pelo instrumento, Mariana determinou que o imóvel no qual reside, recebido por herança de seus pais, seria transferido à Clara, sua amiga de infância, gravado com cláusula de inalienabilidade e incomunicabilidade. Dispôs ainda que as ações de sua titularidade seriam destinadas à Associação Patinhas e a constituição de uma fundação de defesa dos interesses dos animais, sem determinar como seria a divisão de quotas. Destinou um imóvel rural, também recebido por herança de seus pais, ao filho que Pedro, seu primo, viesse a ter. Por fim, destinou a biblioteca de livros jurídicos, incluindo obras raras, que pertenceu ao seu avô já falecido, para Túlio, estudante de direito e filho de Joana, uma das testemunhas que subscreveu o testamento. Considerando a situação hipotética narrada e as normas jurídicas que regem a sucessão testamentária, assinale a opção correta.

a) O testamento de Mariana, em razão da sua incapacidade civil no momento da sua elaboração, independentemente da sua capacidade no momento da abertura da sucessão, é anulável, assim como a deixa em favor de Túlio é nula, por ser ele presumidamente pessoa interposta a não legitimado a suceder.

b) A incapacidade relativa de Mariana no momento da elaboração do testamento afeta a validade do ato, mas a deixa em favor de Clara constitui legado que, em razão da abusividade dos gravames impostos, será tido como puro e simples.

c) A incapacidade relativa de Mariana no momento da elaboração do testamento não afeta a validade do ato, assim como é válida a deixa em favor do filho que Pedro vier a ter, mas a deixa em favor de Túlio é nula.

d) A incapacidade relativa de Mariana no momento da elaboração do testamento não afeta a validade do ato, mas a destinação do imóvel rural ao filho que Pedro vier a ter será tida por não escrita, na eventualidade de o contemplado não ser coexistente ao autor da herança.

e) A incapacidade relativa de Mariana no momento da elaboração do testamento não afeta a validade do ato, mas a destinação do imóvel rural ao filho que Pedro vier a ter é inválida; a deixa das ações para a Associação Patinhas e para a constituição de uma fundação de defesa dos interesses dos animais é válida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

As alternativas A e B estão incorretas, pois a incapacidade relativa de Mariana no momento da elaboração do testamento não afeta a validade do ato, nos termos do art. 1.860, parágrafo único, do CC: "Podem testar os maiores de dezesseis anos".

A alternativa C está correta. A incapacidade relativa de Mariana no momento da elaboração do testamento não afeta a validade do ato, nos termos do art. 1.860, parágrafo único, do CC: "Podem testar os maiores de dezesseis anos".

Além disso, foram observados os requisitos legais na elaboração do testamento previstos no art. 1.876, caput e §1º, do CC: "Art. 1.876. O testamento particular pode ser escrito de próprio punho ou mediante processo mecânico. § 1º Se escrito de próprio punho, são requisitos essenciais à sua validade seja lido e assinado por quem o escreveu, na presença de pelo menos três testemunhas, que o devem subscrever".

Cumpre destacar a validade da disposição que destinou um imóvel rural, também recebido por herança de seus pais, ao filho que Pedro, seu primo, viesse a ter. De acordo com o art. 1.799, I, do CC: "Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder: I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão".

Por outro lado, é nula a disposição que destinou a biblioteca de livros jurídicos, incluindo obras raras, que pertenceu ao seu avô já falecido, para Túlio, estudante de direito e filho de Joana, uma das testemunhas que subscreveu o testamento. Aduz o art. 1.801, II, do CC que: "Não podem ser nomeados herdeiros nem legatários: II - as testemunhas do testamento". Ademais, conforme o art. 1.802, caput e parágrafo único, do CC: "São nulas as disposições testamentárias em favor de pessoas não legitimadas a suceder, ainda quando simuladas sob a forma de contrato oneroso, ou feitas mediante interposta pessoa. Parágrafo único. Presumem-se pessoas interpostas os ascendentes, os descendentes, os irmãos e o cônjuge ou companheiro do não legitimado a suceder".

A alternativa D está incorreta, pois é válida a disposição que destinou um imóvel rural, também recebido por herança de seus pais, ao filho que Pedro, seu primo, viesse a ter. De acordo com o art. 1.799, I, do CC: "Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder: I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão".

A alternativa E está incorreta, pois é válida a disposição que destinou um imóvel rural, também recebido por herança de seus pais, ao filho que Pedro, seu primo, viesse a ter. De acordo com o art. 1.799, I, do CC: "Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder: I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão".

QUESTÃO 72. Edivaldo Reis, produtor de soja em Jataí, celebrou com Dionísio Celso, exportador de grãos, em 10/01/2023, contrato de compra e venda da safra de soja de 2023, que seria colhida em setembro do mesmo ano. Considerando a área cultivada e as safras anteriores, Dionísio Celso estimou que a produção seria de cerca de 20.000 toneladas e, visando garantir o melhor preço, comprometeu-se a adquirir a totalidade (100%) da soja cultivada, pagando por 18.000 toneladas, o preço equivalente a R$105,00 por saca de 60kg de soja, independentemente da quantidade colhida, desde que superior a 10.000 toneladas. Foi estabelecido que o pagamento e a entrega da coisa seriam realizados em 10/10/2023, sendo de responsabilidade de Dionísio Celso a retirada do produto. No dia 10/10/2023, Dionísio Celso não compareceu, forçando Edivaldo Reis a armazenar a referida soja em um galpão de uma fazenda vizinha, pois o seu próprio já estava comprometido por contrato, a partir do dia 11/10/2023. Em 15/10/2023, Dionísio Celso procura Edvaldo Reis para pagar o preço e retirar a mercadoria, quando toma ciência de que ele receberá 11.220 toneladas de soja. O comprador, indignado, diz que não pagará por 18.000 toneladas de soja, ao que Edvaldo Reis exige o pagamento integral, nos termos contratualmente ajustados. Explica ainda que entre julho e agosto de 2023, a plantação foi negativamente impactada pela brusca mudança de temperatura provocada pelo fenômeno La Niña, acarretando a perda de cerca de 40% do cultivo. Para piorar a situação, sem que soubesse

ou pudesse saber, o galpão da fazenda vizinha estava contaminado por um fungo raro, o que resultou na perda de outros 15% da colheita. Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Dionísio Celso tomou o risco de a safra de soja vir a existir em qualquer quantidade e, por essa razão, deverá pagar a integralidade do preço ajustado para as 18.000 toneladas, ainda que só receba 11.220 toneladas.

b) Dionísio Celso tomou o risco de a safra de soja vir a existir em qualquer quantidade, mas, em virtude dos acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, o contrato poderá ser resolvido.

c) Dionísio Celso tomou o risco de a safra de soja vir a existir em qualquer quantidade, mas não será obrigado ao pagamento das 18.000 toneladas em razão do perecimento parcial da coisa por fato de força maior.

d) Dionísio Celso tomou o risco de a safra de soja vir a existir em qualquer quantidade, devendo pagar o preço ajustado, descontados os valores referentes ao que se perdeu em razão da contaminação por fungo.

e) Dionísio Celso tomou o risco de a safra de soja vir a existir em qualquer quantidade, mas em virtude da contaminação por fungo, poderá enjeitar a totalidade das sacas de soja, resolvendo o contrato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 459 do CC: "Se for aleatório, por serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, desde que de sua parte não tiver concorrido culpa, ainda que a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada".

O caso narrado consiste em contrato aleatório, pois Dionísio Celso comprometeu-se a adquirir a totalidade (100%) da soja cultivada, pagando por 18.000 toneladas, o preço equivalente a R$105,00 por saca de 60kg de soja, independentemente da quantidade colhida, desde que superior a 10.000 toneladas. Nesse contexto, considerando que a quantidade colhida foi superior ao estipulado, Dionísio Celso tomou o risco de a safra de soja vir a existir em qualquer quantidade e, por essa razão, deverá pagar a integralidade do preço ajustado para as 18.000 toneladas, ainda que só receba 11.220 toneladas.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, pelo fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 73. Em junho de 2014, Melissa firmou compromisso de compra e venda de unidade autônoma em construção com a incorporadora Construir S/A, que se comprometeu a entregar as chaves em janeiro de 2016, com cláusula expressa de tolerância de 180 dias. O imóvel foi entregue em maio de 2016, sob protestos de Melissa quanto ao atraso na entrega do bem. De todo modo, já na posse do imóvel, Melissa, fortemente atingida pela pandemia de covid-19, já

não consegue suportar as prestações mensais do imóvel, motivo pelo qual deixa de efetuar o pagamento a partir do mês de outubro de 2023, sendo notificada em novembro de 2023 para purgar a mora, sob pena de desfazimento do contrato. Melissa havia financiado o saldo do preço, por ocasião da entrega das chaves, com o banco Sonho Vivo S/A, transferindo a propriedade do bem em garantia fiduciária ao credor, em contrato devidamente registrado em cartório, com previsão de quitação da dívida no prazo de 8 (oito) anos. A mora não foi purgada, consolidando-se a propriedade em dezembro de 2023, oportunidade na qual o fiduciário busca inaugurar o procedimento de leilão público para alienação do imóvel. Diante deste caso, responda, levando-se em conta a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

a) considerando o inadimplemento do devedor, devidamente constituído em mora, a resolução do pacto deverá observar a forma prevista na Lei nº 9.514/97, aplicando-se também, segundo a tese do diálogo das fontes, o Código de Defesa do Consumidor.

b) a defesa não pode alegar adimplemento substancial, porque a Corte Superior já decidiu, em decisão colegiada, que, em caso de alienação fiduciária de coisa imóvel, não é admissível a alegação da tese do adimplemento substancial.

c) consolidada a propriedade em seu nome, o fiduciário deve promover o leilão público para a alienação do imóvel no prazo de 30 (trinta) dias.

d) na hipótese de segundo leilão, caso não haja lance que atenda ao referencial mínimo estabelecido pela lei, o fiduciário ficará investido na livre disponibilidade do imóvel e exonerado da obrigação de restituir a importância que sobejar.

e) na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador integralmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta, nos termos da redação do art. 27 da Lei nº 9.514/1997 antes do advento da Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023, que alterou o mencionado dispositivo legal. Constava da redação anterior que: "Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, o fiduciário, no prazo de trinta dias, contados da data do registro de que trata o § 7º do artigo anterior, promoverá público leilão para a alienação do imóvel".

Cumpre destacar a redação vigente após a Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023: Art. 27. Consolidada a propriedade em seu nome, o fiduciário promoverá leilão público para a alienação do imóvel, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data do registro de que trata o § 7º do art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.711, de 2023)

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme o fundamento da alternativa C.

QUESTÃO 74. Carlota, comodatária, recebeu notificação de Joaquim, comodante, para que restitua o bem imóvel no prazo de 90 (noventa) dias. Transcorrido o prazo, Carlota decide manter a posse do bem, porque ainda não encontrou um imóvel ideal para morar, considerando que os bens que visitou para locação não atendem aos seus interesses. Assim, informou ao comodante que só sairá após ter uma residência garantida, requerendo um prazo de graça até a desocupação voluntária. Carlota justifica sua ação com base no princípio da função social da posse e da propriedade. Joaquim não concorda e aciona sua advogada para cuidar de seus interesses. Dois dias após o transcurso do prazo, o encanamento da residência, que não passou por manutenção durante os anos em que a comodatária residiu no imóvel, estourou, após o uso simultâneo de todos os chuveiros da casa. Diante do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) Carlota, ao negar a restituição do imóvel, viola o princípio do equilíbrio contratual, tornando o contrato excessivamente oneroso ao comodante.

b) Carlota, ao negar a restituição do imóvel, viola o princípio da boa-fé objetiva, qualificando-se, por consequência, como possuidora de má-fé, após o transcurso do prazo da desocupação.

c) Carlota, ao negar a restituição do imóvel, pode usar como fundamento legítimo o princípio da função social da posse, na medida em que teria o seu direito à moradia prejudicado.

d) Carlota só responde pela deterioração da coisa se restar comprovado que ela contribuiu diretamente para o evento danoso, verificando-se o nexo causal direto e imediato.

e) Carlota não tem razão em invocar a função social da posse e propriedade, pois a noção contemporânea de função social não subordina interesses individuais legítimos a interesses ou entidades supraindividuais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta, com fundamento nas lições de Gustavo Tepedino apresentadas no artigo denominado "O princípio da função social no direito civil contemporâneo", publicado na Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro: MPRJ, n. 54, out./ dez. 2014. Ao tratar acerca da função social e a autonomia privada, o autor afirma que "a noção contemporânea de função social em nenhum momento subordina os interesses individuais legítimos a interesses ou entidades supraindividuais. A funcionalização imposta pelo constituinte, ao revés, postula a plena promoção da dignidade da pessoa humana e de seus interesses existenciais".

Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2507838/Gustavo_Tepedino.pdf>. Acesso em 29/01/2024.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme o fundamento da alternativa E.

QUESTÃO 75. Pedro Silva é o sócio majoritário das sociedades empresárias pertencentes à família Silva: Silva Eventos Ltda., Silva Tour Ltda. e Silva Alimentos e Bebidas Ltda. A Silva Eventos Ltda. foi constituída há 2 anos e é administrada diretamente por Carlos, filho mais novo de Pedro, com 20 anos de idade. A sociedade empresária enfrenta dificuldades financeiras, deixando de cumprir algumas obrigações. Em razão disso, Carlos não faz qualquer retirada, nem mesmo a título de pro labore. No entanto, utiliza o cartão de crédito da sociedade para algumas despesas pessoais de pequeno valor, como transporte e alimentação. A Silva Tour Ltda. foi constituída há mais de 30 anos e sempre foi a grande realização de Pedro Silva que, justamente por isso, não poupa esforços e estratégias para reerguer a sociedade empresária que perdeu muitos clientes e está deficitária desde 2020. Já a Silva Alimentos e Bebidas Ltda. vem apresentando crescimento e lucros consideráveis. Diante dos resultados das três empresas e visando preservar ao máximo, o patrimônio da família, Pedro Silva transfere parte considerável dos bens móveis e imóveis da Silva Alimentos e Bebidas Ltda. para Silva Tour Ltda., além de pagar os credores da Silva Tour com recursos da Silva Alimentos e Bebidas Ltda. A estratégia é bem-sucedida para salvar a Silva Tour Ltda. mas a Silva Alimentos e Bebidas passa a acumular dívidas e entra em colapso financeiro, deixando de cumprir suas obrigações com diversos credores. Diante da situação hipotética narrada, analise as afirmativas a seguir.

I. A utilização do cartão de crédito da Silva Eventos Ltda. para as despesas de transporte e alimentação de Carlos configura confusão patrimonial, independentemente do valor de tais despesas.

II. A existência do grupo econômico, por si só, autoriza a desconsideração da personalidade jurídica para a satisfação dos credores.

III. A estratégia adotada por Pedro Silva para salvar a Silva Tour Ltda. configura confusão patrimonial.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) l e ll, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está incorreto, pois a utilização do cartão de crédito da Silva Eventos Ltda. para algumas despesas pessoais de pequeno valor não configura confusão patrimonial. De acordo com o art. 50, § 2º, II, do CC: "Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios,

caracterizada por: II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante".

O item II está incorreto, nos termos do art. 50, § 4º, do CC: "A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica".

O item III está correto, pois a estratégia adotada por Pedro Silva consistente em transferir parte considerável dos bens móveis e imóveis da Silva Alimentos e Bebidas Ltda. para Silva Tour Ltda., além de pagar os credores da Silva Tour com recursos da Silva Alimentos e Bebidas Ltda. caracteriza confusão patrimonial prevista no art. 50, §2º, do CC. Sobre o tema, é importante a leitura completa do dispositivo legal.

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

§ 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por:

I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa;

II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e

III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.

Portanto, a alternativa C está correta, pois apenas o item III está certo.

QUESTÃO 76. Paulo Roberto, após muitos estudos e um completo planejamento, decidiu empreender na área de artigos desportivos. Para viabilizar seu negócio, celebra contrato de mútuo feneratício com José em 10/08/2023. Pelo referido contrato, José emprestou a quantia de R$20.000,00 a Paulo Roberto, que se comprometeu a restituir o valor, acrescido de 10%, em 10/10/2023. Ocorre que, antes do vencimento do mútuo, Paulo Roberto precisou de um novo aporte financeiro e procurou novamente José. Em 20/09/2023 celebraram novo contrato, pelo qual José emprestou a importância de R$20.000,00 à Paulo Roberto, sendo estabelecido a incidência de juros de 10% e o vencimento dessa nova obrigação em 10/11/2023. Paulo Roberto inadimpliu ambos os contratos, mas, em 10/12/2023, conseguiu juntar a importância de R$22.000,00 e procurou José para saldar parte da sua dívida. Diante da situação hipotética narrada, analise as afirmativas a seguir.

I. Paulo Roberto tem o direito de indicar a qual dos débitos oferece pagamento, mas o pagamento será imputado primeiro nos juros vencidos, salvo se convencionarem diversamente.

II. Paulo Roberto tem o direito de indicar a qual dos débitos oferece pagamento, mas se não o declarar, José poderá fazê-lo, indicando sua escolha na quitação.

III. Se Paulo Roberto não indicar a qual dos débitos oferece pagamento e José também não indicar na quitação, o pagamento será referente ao empréstimo celebrado em 10/08/2023.

Está correto o que afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está correto, nos termos do art. 352 do CC: "A pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos". Além disso, havendo capital e juros, o pagamento imputar-se-á primeiro nos juros vencidos, e depois no capital, salvo estipulação em contrário, ou se o credor passar a quitação por conta do capital, conforme dispõe o art. 354 do CC.

O item II está correto, nos termos do art. 352 do CC: "A pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos". Ademais, conforme o art. 353: "Não tendo o devedor declarado em qual das dívidas líquidas e vencidas quer imputar o pagamento, se aceitar a quitação de uma delas, não terá direito a reclamar contra a imputação feita pelo credor, salvo provando haver ele cometido violência ou dolo".

O item III está correto, conforme o disposto na primeira parte do art. 355 do CC: "Se o devedor não fizer a indicação do art. 352, e a quitação for omissa quanto à imputação, esta se fará nas dívidas líquidas e vencidas em primeiro lugar".

Portanto, a alternativa E está correta, pois os itens I, II e III estão certos.

QUESTÃO 77. Pietro, aposentado, pai de Bento e Sofia, frutos do seu matrimônio com Clara, falecida há 10 anos, mantém união estável há 5 anos com Tereza, 28 anos, mãe de Túlio de apenas 2 anos de idade. Pietro e Tereza não tiveram filhos comuns. Apesar de Bento e Sofia gostarem muito de Pietro, romperam relações com ele, pois não aceitaram o relacionamento dele com Tereza. Em respeito aos sentimentos dos filhos, Pietro convenceu Tereza a abandonar sua carreira e a se mudar com ele para um sítio, localizado em Caldas Novas. Além disso, celebrou

pacto de convivência com Tereza, pelo qual optaram pelo regime da separação de bens. Diante do contexto, Pietro, preocupado com o futuro de Tereza, contratou um seguro de vida no valor de R$ 5 milhões de reais, indicando-a como única beneficiária. Na última sexta-feira, Pietro e Tereza foram a Goiânia, levar o pequeno Túlio para a casa do pai, com quem passaria duas semanas de férias. No retorno, Pietro e Tereza envolveram-se em grave acidente de trânsito, resultando na morte de ambos, não sendo possível precisar quem faleceu primeiro. Diante da situação hipotética narrada, assinale a opção correta.

a) Pietro e Tereza são comorientes e o capital segurado será pago a Bento, Sofia e Túlio por direito sucessório.

b) Pietro e Tereza são comorientes e o capital segurado será pago a Bento e Sofia por direito obrigacional.

c) Pietro e Tereza são comorientes e o capital segurado será pago a Túlio, por direito obrigacional.

d) Pietro e Tereza são comorientes e o capital segurado será pago a Bento e Sofia, por direito sucessório.

e) Pietro e Tereza são comorientes e o capital segurado será pago a Túlio, por direito sucessório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O art. 8º do Código Civil dispõe que: "Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos."

De acordo com Cristiano Chaves: "somente haverá comoriência entre pessoas sucessíveis entre si ou que tenham estabelecido, entre si, uma relação jurídica de transmissão de direitos (como, por exemplo, um contrato de seguro de vida). É que não há interesse jurídico em determinar quem precedeu a morte de quem em relação a pessoas que não travam qualquer relação jurídica de transmissão de direitos. (...) Daí a importância do instituto para o Direito das Sucessões, produzindo seu mais relevante efeito: faz cessar os direitos sucessórios entre os comorientes, que não poderão suceder uns aos outros ou receber indenizações a título de seguro de vida".

Portanto, a indenização decorrente de apólice de seguro de vida, em que Tereza constava como beneficiária, deve ser paga ao herdeiro de Tereza, no caso, o capital segurado será pago a Túlio, por direito sucessório, na qualidade de descendente da beneficiária. Nesse sentido, dispõe o art. 1.829, I, do CC que: "A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares".

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme o fundamento apresentado na alternativa E.

QUESTÃO 78. José Leôncio e João Inocêncio, proprietários de fazendas vizinhas, apenas separadas pelo leito de um rio, sempre mantiveram uma relação pautada pelo respeito e pela cordialidade. No entanto, em 05 de novembro de 2022 ocorreu um forte temporal na região que, entre outras consequências, resultou no desprendimento de porção considerável de terra da fazenda de João Inocêncio, situada à margem direita do rio que faz divisa entre as fazendas, vindo a se juntar de forma natural e súbita, ao terreno de José Leôncio, sito à margem esquerda do rio. Diante do ocorrido, em 08 de novembro de 2023, João Inocêncio ajuizou ação em face de José Leôncio, na qual foi provado, por meio de perícia, que, em razão da tempestade, houve o desprendimento da porção de terra do autor e que essa veio a se juntar a propriedade do réu. Em razão da disputa judicial, cortaram relações. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Em razão da aluvião, José Leôncio adquiriu a propriedade da porção de terra acrescida, não sendo devida qualquer indenização à João Inocêncio.

b) Em razão da aluvião, José Leôncio adquiriu a propriedade da porção de terra acrescida, mas deverá indenizar João Inocêncio.

c) Em razão da avulsão, José Leôncio adquiriu a propriedade da porção de terra acrescida, não sendo devida qualquer indenização a João Inocêncio.

d) Em razão da avulsão, José Leôncio adquiriu a propriedade da porção de terra acrescida, mas deverá indenizar João Inocêncio.

e) Em razão da avulsão e da ação judicial tempestiva, José Inocêncio pode exigir que se remova a parte de terra acrescida, mas não tem direito à indenização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com o art. 1.251 do CC, que trata da avulsão: "Quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo, se indenizar o dono do primeiro ou, sem indenização, se, em um ano, ninguém houver reclamado".

Portanto, o enunciado narra uma hipótese de avulsão, tendo em vista que, em decorrência de forte temporal na região, ocorreu um desprendimento de porção considerável de terra da fazenda de João Inocêncio, situada à margem direita do rio que faz divisa entre as fazendas, vindo a se juntar de forma natural e súbita, ao terreno de José Leôncio, sito à margem esquerda do rio.

Além disso, segundo o dispositivo mencionado, José Leôncio adquirirá a propriedade do acréscimo se indenizar João Inocêncio (dono da primeira porção de terra), pois, em 08 de novembro de 2023, João Inocêncio ajuizou ação em face de José Leôncio.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 1.251 do CC.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme o fundamento supramencionado.

QUESTÃO 79. A Associação *Patinhas Fofíneas* foi criada e estabelecida em Goiânia - GO, voltada à proteção da causa animal, conforme estabelecido em seu estatuto social. Recentemente, a Associação propôs ação civil pública em face do Município de Goiânia, requerendo a condenação do ente municipal a construir cinco hospitais veterinários, um em cada região da cidade, com vistas a atender animais abandonados. Ao tomar o primeiro contato com a petição inicial, o juízo intimou a Associação a apresentar autorização assemblear dos associados para propor a ação coletiva e relação dos filiados naquele momento, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Ato contínuo, a Associação apresentou petição informando que, por se tratar de ação civil pública para defesa do direito ao meio ambiente equilibrado, bem como por haver relação com sua atividade de proteção da causa animal, de previsão estatutária, não haveria necessidade de autorização assemblear para propositura da demanda, nem de juntada de relação nominal de filiados. Sobre o caso acima, assinale a opção correta.

a) O caso traduz hipótese de representação processual, pelo que a autorização em assembleia, bem como a juntada da relação nominal de associados, é essencial para fins de admissibilidade da ação civil pública.

b) Tanto para a propositura de ações coletivas em geral quanto para o ajuizamento de ação civil pública é indispensável a autorização em assembleia, bem como a juntada da relação nominal de associados, assistindo razão ao juízo.

c) A associação autora, enquanto representante processual, necessita apresentar a autorização assemblear para propositura da demanda, dispensando-se a juntada de relação nominal de filiados, necessária apenas para eventual cumprimento de sentença.

d) Ainda que se trate de ação civil pública, proposta para a defesa de direito difuso, a juntada do rol de filiados é indispensável, pois destinada à verificação da eficácia subjetiva do título executivo posteriormente formado.

e) Por se tratar de ação civil pública, proposta para a defesa de direito difuso, cuja proteção é finalidade da associação prevista em seu estatuto, a autorização em assembleia e a juntada de relação de filiados é desnecessária, pois a associação atua, no caso, como substituta processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta, pois nos casos de substituição processual, a Associação, como legitimada adequada, substitui toda a coletividade indeterminada que sofre as consequências provocadas pelos danos sofridos por animais abandonados, o que atinge um indeterminado número de indivíduos, todos ligados entre si por uma situação de fato. Assim, por se tratar de legitimação extraordinária, não há necessidade de autorização assemblear ou de juntada da relação nominal dos associados, o que apenas é exigido nos casos de representação processual, o que ocorre tão somente quando a associação defende interesses individuais de seus associados. Nesse sentido: "(...) 1. Ação civil pública, ajuizada pelo

Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, na qual sustenta a nulidade de cláusulas de contratos de arrendamento mercantil. (...) 3. Por se tratar do regime de substituição processual, a autorização para a defesa do interesse coletivo em sentido amplo é estabelecida na definição dos objetivos institucionais, no próprio ato de criação da associação, sendo desnecessária nova autorização ou deliberação assemblear. (...) 9. As teses de repercussão geral resultadas do julgamento do RE 612.043/PR e do RE 573.232/SC tem seu alcance expressamente restringido às ações coletivas de rito ordinário, as quais tratam de interesses meramente individuais, sem índole coletiva, pois, nessas situações, o autor se limita a representar os titulares do direito controvertido, atuando na defesa de interesses alheios e em nome alheio. (...) STJ. 3ª Turma. AgInt no REsp 1799930/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 26/08/2019.".

Essa justificativa torna todas as demais incorretas, portanto.

QUESTÃO 80. Joana ajuizou ação de divórcio, cumulada com partilha de bens e fixação de alimentos em face de Pedro. O casal não teve filhos e ambos são maiores e capazes. Após a oferta de contestação por Pedro, o juiz decretou o divórcio, prosseguindo o processo para fins de partilha de bens e fixação de alimentos. Não foi interposto recurso em face da decisão que decretou o divórcio. Ao fim da fase instrutória, foi aberta vista ao Ministério Público. Embora tenha entendido não ser caso de intervenção obrigatória do *Parquet,* João, promotor de justiça, decidiu ofertar parecer, de modo a melhor subsidiar a decisão do órgão julgador. Ato contínuo, o juiz proferiu sentença, fixando a partilha de bens e condenando Pedro a pagar alimentos em favor de Joana pelo período de três anos, no percentual de 15% de seus rendimentos líquidos mensais, incluídos férias e décimo-terceiro salário. Inconformado, Pedro interpôs recurso de apelação, pugnando pela reforma da sentença no capítulo que fixou alimentos em favor de Joana. Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta:

a) Por se tratar de ação de família, a intervenção do Ministério Público é obrigatória em todo e qualquer caso, não assistindo razão a João.

b) A decisão que decretou o divórcio possui natureza jurídica de sentença impugnável, portanto, mediante recurso de apelação.

c) Por se tratar de ação de família sem parte incapaz, é dispensada a realização de esforços para a solução consensual da controvérsia.

d) A apelação interposta por Pedro terá efeito meramente devolutivo por expressa disposição do CPC.

e) É possível afirmar que o mandado de citação de Pedro foi obrigatoriamente acompanhado de cópia da petição inicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois a intervenção do Ministério Público, mesmo em se tratando de ações de família, só ocorre nas hipóteses em que houver interesse de incapaz e em casos de violência doméstica, conforme o texto do art. 698, do CPC: "Nas ações de família, o Ministério Público somente intervirá quando houver interesse de incapaz e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo. Parágrafo único. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). ".

A alternativa B está incorreta, pois o divórcio foi decretado por ocasião do saneamento do feito, o que importa em decisão interlocutória parcial de mérito, recorrível por meio de agravo de instrumento, conforme o previsto no art. 356, II e §5º, do CPC: "O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: [...] II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355. [...] §5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento.". Também, no mesmo sentido, o art. 1.015, II, do CPC: " Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: [...] II - mérito do processo; [...].".

A alternativa C está incorreta, pois a mediação é estimulada pelo nosso Código em todos os conflitos, em especial, nas ações de família, conforme o expresso texto do art. art. 694, *caput,* do CPC: "Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.".

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o expresso texto do art. 1.012, §1º, II, do CPC: "Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: [...] II - condena a pagar alimentos; [...]".

A alternativa E está incorreta, pois o mandado de citação, em ações de família, não é acompanhado de cópia da petição inicial, conforme o previsto no art. 695, §1º, do CPC: "O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.".

QUESTÃO 81. O advogado Noel foi procurado por seu cliente Fernando acerca de uma eventual ação monitória para ingresso no Poder Judiciário, em razão de um cheque emitido em seu favor por João, visando a quitação de serviços prestados, o qual não foi pago em razão de insuficiência de fundos junto à instituição financeira. A respeito do instituto da monitória, assinale a afirmativa correta.

a) Em razão de se tratar de procedimento especial, a ação monitória não admite citação por edital, mas apenas por correio ou oficial de justiça.

b) Não é admissível a propositura de ação monitória fundada em cheque prescrito, diante da eficácia executiva do título.

c) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.

d) Na ação monitória admite-se a reconvenção, bem como a reconvenção à reconvenção.

e) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é trienal a contar do dia seguinte à data da emissão estampada na cártula.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o CPC admite, expressamente, a citação por edital na ação monitória, conforme o texto de seu art. 700, §7º: "Na ação monitória, admite-se citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum." Ainda, no mesmo sentido, veja-se a Súmula 282 do STJ: "Cabe a citação por edital em ação monitória.".

A alternativa B está incorreta, pois, mesmo tendo título executivo, é admissível que a parte se valha da ação monitória, se assim entender mais adequado no caso concreto, conforme o previsto no art. 785 do CPC: "A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.". E, no mesmo sentido, é o enunciado da Súmula 299 do STJ: "É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito".".

A alternativa C está correta, pois a descrição da *causa debendi* é facultativa na ação monitória, conforme o enunciado da Súmula 531 do STJ: “Em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.”.

A alternativa D está incorreta, pois inadmite-se, na ação monitória, a reconvenção da reconvenção, conforme expresso texto do art. 702, §6º, do CPC: "Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.".

A alternativa E está incorreta, pois o prazo prescricional é quinquenal, conforme o enunciado da Súmula 503 do STJ: "O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.".

QUESTÃO 82. Genésio, no quarto dia de prazo, interpôs recurso de apelação em face de decisão do Juízo da X Vara Cível da Comarca Y, a qual não acolheu impugnação ao cumprimento de sentença deflagrada por João em seu desfavor. Três dias depois, no sétimo dia de prazo, Genésio interpôs recurso de agravo de instrumento em face da mesma decisão, por entender ser esse o recurso apropriado no caso concreto. Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

a) Em razão do princípio da fungibilidade, o Tribunal poderá escolher qualquer dos recursos para fins de conhecimento, desde que assentada a boa-fé de Genésio.

b) Não conhecer nenhum dos recursos, em razão da preclusão consumativa do direito de recorrer, exercido pela interposição do recurso de apelação.

c) Conhecer o segundo recurso, por se tratar do recurso correto em face da decisão de desacolhimento da impugnação ao cumprimento de sentença, não conhecendo do primeiro recurso, ante seu descabimento na hipótese.

d) Não conhecer nenhum dos recursos, eis que a decisão que não acolhe a impugnação ao cumprimento de sentença é irrecorrível, eis que não elencada nas hipóteses legais de seu cabimento previstas no Código de Processo Civil.

e) Conhecer o primeiro recurso, por se tratar do recurso correto em face da decisão de desacolhimento da impugnação ao cumprimento de sentença, não conhecendo do segundo recurso, ante seu descabimento na hipótese.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, pois se a parte interpõe o recurso equivocado, já exerceu seu direito e apenas este será examinado. Logo, um segundo recurso, mesmo corrigindo o equívoco do primeiro, não é examinado em face da preclusão consumativa. Nesse sentido: "[...] 2. A antecedente preclusão consumativa proveniente da interposição de um recurso contra determinada decisão enseja a inadmissibilidade do segundo recurso, simultâneo ou subsequente, interposto pela mesma parte e contra o mesmo julgado, haja vista a violação ao princípio da unirrecorribilidade, pouco importando se o recurso posterior seja o adequado para impugnar a decisão e tenha sido interposto antes de decorrido, objetivamente, o prazo recursal." (REsp n. 2.075.284/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 8/8/2023, DJe de 15/8/2023.).

Essa justificativa torna todas as demais incorretas, portanto.

QUESTÃO 83. O Juízo da X Vara Cível da Comarca X concedeu tutela antecipada antecedente, atendendo a requerimento formulado por Jonas em face do Hospital *Beta.* O Hospital *Beta,* tempestivamente, ofertou contestação, na qual, além da defesa de mérito, pugnou pela não estabilização dos efeitos da tutela antecipada antecedente. Não houve a interposição tempestiva de agravo de instrumento em face da decisão de concessão da tutela, bem como Jonas aditou a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final. Tendo em vista as disposições do Código de Processo Civil e a jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça, sobre o caso acima assinale a afirmativa correta:

a) O impedimento à estabilização da tutela antecipada antecedente prescinde da interposição de recurso, sendo a contestação meio suficiente para tal tarefa.

b) Apenas a interposição de agravo de instrumento contra a decisão concessiva da tutela requerida em caráter antecedente impediria a estabilização.

c) O Hospital *Beta* poderá demandar Jonas para reformar a tutela antecipada antecedente, no prazo de cinco anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.

d) O aditamento à inicial somente é legítimo, caso tenha sido feito após a concessão de prazo legal de cinco dias, nos termos do Código de Processo Civil.

e) O aditamento feito por Jonas, após a decisão concessiva da tutela antecipada antecedente, foi feito com incidência de novas custas processuais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B foi apontada como correta, pois, a contestação não tem força de impedir a estabilização da tutela antecipada antecedente, só ocorrendo o fenômeno com a interposição de agravo de instrumento, conforme expresso texto do art. 304, *caput,* do CPC: "A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303 , torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.". Nesse sentido, dando uma interpretação literal ao dispositivo: "PROCESSUAL CIVIL. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE. ARTS. 303 E 304 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NÃO INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECLUSÃO. APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. I - Nos termos do disposto no art. 304 do Código de Processo Civil de 2015, a tutela antecipada, deferida em caráter antecedente (art. 303), estabilizar-se-á, quando não interposto o respectivo recurso. II - Os meios de defesa possuem finalidades específicas: a contestação demonstra resistência em relação à tutela exauriente, enquanto o agravo de instrumento possibilita a revisão da decisão proferida em cognição sumária. Institutos inconfundíveis. III - A ausência de impugnação da decisão mediante a qual deferida a antecipação da tutela em caráter antecedente, tornará, indubitavelmente, preclusa a possibilidade de sua revisão. IV - A apresentação de contestação não tem o condão de afastar a preclusão decorrente da não utilização do instrumento processual adequado - o agravo de instrumento. V - Recurso especial provido. (REsp 1797365/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Rel. p/ Acórdão Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/10/2019, DJe 22/10/2019). Em 2023, a 1ª Turma do STJ reafirmou essa posição: "[...] III - Acórdão embargado que acolheu a tese no sentido de que apenas a interposição de agravo de instrumento contra a decisão antecipatória dos efeitos da tutela requerida em caráter antecedente seria capaz de impedir a estabilização e voto condutor no qual consignada a determinação de retorno dos autos ao tribunal de origem para julgamento da apelação, quando, em verdade, deveria ter registrado o reestabelecimento da sentença como consequência do provimento do Recurso Especial. [...] (EDcl no REsp n. 1.797.365/RS, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 26/6/2023, DJe de 28/6/2023.). Sugere-se essa alternativa por se tratar da posição jurisprudencial mais recente e que está de acordo com o texto literal do CPC.

A alternativa A, por sua vez, foi apontada como incorreta, mas representa posição da 3ª Turma do STJ, que adota uma interpretação extensiva e sistemática. Nesse sentido: "RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE. ARTS. 303 E 304 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE REVOGOU A DECISÃO CONCESSIVA DA TUTELA, APÓS A APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO PELO RÉU, A DESPEITO DA AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRETENDIDA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE. EFETIVA IMPUGNAÇÃO DO RÉU. NECESSIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. 1. A controvérsia discutida neste recurso especial consiste em saber se poderia o Juízo de primeiro grau, após analisar as razões apresentadas na contestação, reconsiderar a decisão que havia deferido o pedido de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, nos termos dos arts. 303 e 304 do CPC/2015, a despeito da ausência de interposição de recurso pela parte ré no momento oportuno. [...] 3.2. É de se observar, porém, que, embora o caput do art. 304 do CPC/2015 determine que "a tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso", a leitura

que deve ser feita do dispositivo legal, tomando como base uma interpretação sistemática e teleológica do instituto, é que a estabilização somente ocorrerá se não houver qualquer tipo de impugnação pela parte contrária, sob pena de se estimular a interposição de agravos de instrumento, sobrecarregando desnecessariamente os Tribunais, além do ajuizamento da ação autônoma, prevista no art. 304, § 2º, do CPC/2015, a fim de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada. 4. Na hipótese dos autos, conquanto não tenha havido a interposição de agravo de instrumento contra a decisão que deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela requerida em caráter antecedente, na forma do art. 303 do CPC/2015, a ré se antecipou e apresentou contestação, na qual pleiteou, inclusive, a revogação da tutela provisória concedida, sob o argumento de ser impossível o seu cumprimento, razão pela qual não há que se falar em estabilização da tutela antecipada, devendo, por isso, o feito prosseguir normalmente até a prolação da sentença. 5. Recurso especial desprovido. (REsp n. 1.760.966/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 4/12/2018, DJe de 7/12/2018.).".

A alternativa C está incorreta, pois o prazo para ajuizamento da ação de revisão da tutela antecedente estabilizada é de dois anos, conforme art. 304, §5º, do CPC: "O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada, previsto no § 2º deste artigo, extingue-se após 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo, nos termos do § 1º.".

A alternativa D está incorreta, pois o prazo para aditamento da inicial é de 15 (quinze) dias da intimação da concessão da tutela antecedente (se o juiz não fixar prazo maior), conforme art. 303, §1º, I, do CPC: §1º Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo: I - o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar; [...].".

A alternativa E está incorreta, pois não há incidência de novas custas processuais no aditamento da inicial, conforme o expresso texto do art. 303, §3º: "O aditamento a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo dar-se-á nos mesmos autos, sem incidência de novas custas processuais.".

QUESTÃO 84. O Condomínio *Flor de Pedra* ofertou execução fundada em título extrajudicial em face de Urbano, com vistas à satisfação de crédito de contribuições extraordinárias para a manutenção do condomínio edilício. Urbano foi citado e, no prazo legal, apresentou embargos à execução, nos quais alegou que a dívida não existe, eis que os boletos de cobrança teriam sido adimplidos. Ato contínuo, durante a fase instrutória dos embargos à execução, o Condomínio requereu a penhora do imóvel de Urbano, pedido esse que foi deferido. Ao fim da fase instrutória dos embargos à execução, o pedido foi julgado procedente. O juízo entender assistir razão a Urbano, que apresentou comprovantes de pagamento dos boletos de cobrança, extinguindo a execução e condenando o Condomínio Lindinho aos ônus da sucumbência. Na sequência, Urbano formulou requerimento de liquidação dos prejuízos oriundos da efetivação da penhora, sustentando que perdeu excelente oportunidade de negócio em razão de tal ato, pois o imóvel não pôde ser vendido à época. O Condomínio, em defesa, alegou que agiu de boa-fé, confiando na higidez da escrita contábil elaborada pela administradora, bem como não ter atuado dolosa ou culposamente de modo a causar dano a Urbano. Sobre o caso acima, assinale a alternativa correta.

a) O Condomínio é responsável pelos prejuízos causados a Urbano, pois buscou em juízo a satisfação de dívida inexistente, cabendo sua responsabilidade objetiva, à luz do Código de Processo Civil.

b) A via eleita pelo Condomínio foi inadequada, eis que o crédito de contribuições condominiais não tem eficácia executiva, demandando a propositura de ação de conhecimento para sua cobrança.

c) A penhora do imóvel foi indevida, pois a mera propositura de embargos à execução impede a prática de atos executivos, independentemente da concessão de efeito suspensivo.

d) Cabe a Urbano demonstrar o dolo ou a culpa do Condomínio *Flor de Pedra* em propor a execução lastreada em dívida inexistente.

e) Não é cabível a fixação de honorários advocatícios em sede de execução de título extrajudicial, pelo que agiu mal o juízo ao estabelecer tal ônus em desfavor do Condomínio *Flor de Pedra*.

Comentários

A resposta correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta, pois os embargos de execução não têm efeito suspensivo automático e, mesmo se concedido, não impedem a realização de penhora, conforme art. 919, *caput* e §1º, do CPC: "Os embargos à execução não terão efeito suspensivo. §1º O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.". Por outro lado, o exequente responde objetivamente pelos atos praticados no curso da execução, a qual deve se dar em seu exclusivo risco, conforme art. 776 do CPC: " O exequente ressarcirá ao executado os danos que este sofreu, quando a sentença, transitada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que ensejou a execução.". Assim, se a execução infundada provocou prejuízos ao executado, deve o exequente indenizá-los, sendo tal responsabilidade objetiva, ou seja, baseada na teoria do risco criado. Nesse sentido: "O exequente responde objetivamente pela reparação de eventuais prejuízos causados ao executado, tendo em vista o risco da execução. STJ, 4ª T, REsp 1.931.620-SP, Rel. Min. Raul Araújo, d.j. 5/12/23, info 798.".

A alternativa B está incorreta, pois o crédito relativo a cobranças condominiais é espécie de título executivo extrajudicial, a teor do previsto no art. 784, VIII, do CPC: "São títulos executivos extrajudiciais: [...] X - o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas; [...].".

A alternativa C está incorreta, pois é contrária ao texto do já citado art. 919, *caput,* e §1º, do CPC. Destaca-se que a concessão do efeito suspensivo depende de requerimento da parte, da presença dos requisitos da tutela provisória (probabilidade do direito e urgência) e da segurança do juízo.

A alternativa D está incorreta, pois a demonstração de dolo ou culpa é requisito, tão somente, para condenação por litigância de má-fé (art. 79 e 80 do CPC) e na pena civil do art. 940, do CC (repetição do indébito em dobro), nesse caso, a teor da Súmula 159 do STF.

A alternativa E está incorreta, pois no despacho inicial da execução de título extrajudicial são fixados, de forma antecipada, os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito executado, conforme o previsto no art. 827, *caput*, do CPC: "Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado.".

QUESTÃO 85. João, Joel e Jonas conversavam sobre o incidente de assunção de competência. Inicialmente, João afirmou que o incidente é cabível nos processos de competência originária de tribunal. Por sua vez, Joel afirmou que o incidente é cabível desde que trate sobre questão de direito e de fato. Por fim, José afirmou ser necessária grande repercussão social e repetição em múltiplos processos para fins do cabimento do incidente de assunção de competência. Tendo em vista o caso acima, é correto afirmar que

a) Os três amigos estão corretos.

b) Apenas Joel está correto.

c) Apenas João está correto.

d) Apenas João e Jonas estão corretos.

e) Apenas Joel e Jonas estão corretos.

Comentários

A resposta correta é a **letra C.**

A alternativa C está correta, pois o incidente de assunção de competência é cabível no julgamento de processos de competência originária dos tribunais, conforme o previsto no art. 947, do CPC: "É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.". Logo, apenas João está correto. Joel está equivocado, pois só cabe o incidente quando o tema a ser pacificado for relevante questão de direito, não se aplicando a questões de fato. Já o erro de José foi afirmar que o incidente exige repetição em múltiplos processos, quando, na verdade, esse incidente é preventivo. O incidente que exige múltiplos processos é o de resolução de demandas repetitivas, conforme art. 976, I, do CPC: "É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: [...] I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito.".

Essa justificativa torna todas as demais incorretas, portanto.

QUESTÃO 86. Maria ocupa indevidamente determinado imóvel, que é bem público dominical do Estado Ômega, há mais de vinte anos, sem qualquer oposição do proprietário, de modo que, em tese, preenche os requisitos necessários para a usucapião.

Ela conferiu função social ao imóvel em questão, considerando que nele constituiu sua moradia, mas, enquanto visitava parentes em uma cidade distante, o bem foi invadido por Laura, de modo que Maria visa a ajuizar ação possessória em face de Laura para debelar o esbulho.

Diante dessa situação hipotética, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca dos bens públicos, assinale a afirmativa correta.

a) Diante do preenchimento dos respectivos requisitos houve a aquisição do bem público por Maria por meio da usucapião.

b) O bem público não poderia ser adquirido por Maria, a quem, não obstante, são reconhecidos os efeitos da posse, inclusive, em face do Poder Público.

c) Maria apenas poderia se valer de proteção possessória em face de Laura se o bem público em questão fosse de uso comum.

d) Não é possível reconhecer nenhuma proteção possessória para Maria, nem mesmo para debelar o esbulho realizado por Laura.

e) Apesar de não ter proteção possessória em face do proprietário do bem público, o direito de Maria, no tocante ao imóvel, é passível de proteção nas contendas entre particulares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Conforme decidido de forma reiterada pelo STJ: "A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias. (SÚMULA 619, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/10/2018, DJe 30/10/2018). No entanto, para o STJ, frente ao poder público, o ocupante irregular não é considerado possuidor, mas mero detentor. Contudo, frente a outros particulares, não existe subordinação nem dependência, de modo que o ocupante irregular pode ser considerado como possuidor e, inclusive, defender sua posse. REsp 1.484.304-DF, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 10/3/2016, DJe 15/3/2016 (Info 579)."

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 340 do STF – "Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião."

A alternativa B está incorreta. Vejamos trecho de um julgado: "3. A jurisprudência do STJ é sedimentada no sentido de que o particular tem apenas detenção em relação ao Poder Público, não se cogitando de proteção possessória. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.964 - DF (2011/0292082-2) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO)"

A alternativa C está incorreta. Vejamos trecho de um julgado: "6. Nos bens do patrimônio disponível do Estado (dominicais), despojados de destinação pública, permite-se a proteção possessória pelos ocupantes da terra pública que venham a lhe dar função social. 7. A ocupação por particular de um bem público abandonado/desafetado - isto é, sem destinação ao uso público em geral ou a uma atividade administrativa -, confere justamente a função social da qual o bem está carente em sua essência. 8. A exegese que reconhece a posse nos bens dominicais deve ser conciliada com a regra que veda o

reconhecimento da usucapião nos bens públicos (STF, Súm 340; CF, arts. 183, § 3°; e 192; CC, art. 102); um dos efeitos jurídicos da posse - a usucapião - será limitado, devendo ser mantido, no entanto, a possibilidade de invocação dos interditos possessórios pelo particular. 9. Recurso especial não provido. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.964 - DF (2011/0292082-2) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO)"

A alternativa D está incorreta. Vejamos trecho de um julgado: "4. É possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público dominical, pois entre ambos a disputa será relativa à posse. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.964 - DF (2011/0292082-2) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO)"

QUESTÃO 87. No exercício de suas atribuições como Promotor de Justiça do Estado de Goiás, Joaquim encontrou as seguintes demandas, que envolvem os efeitos do tempo no âmbito do ressarcimento ao erário

1ª situação: ação regressiva ajuizada por certo Município em face do servidor Álvaro, nove anos após a condenação do ente federativo no dever de indenizar Ana em sede de responsabilidade civil, diante dos prejuízos por ele dolosamente ocasionados quando atuava na qualidade de agente público.

2ª situação: execução fundada em decisão do Tribunal de Contas, que determinou o ressarcimento ao erário, ajuizada nove anos depois de sua constituição definitiva no âmbito da aludida Corte de Contas.

Sobre a hipótese apresentada, à luz do entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) Não ocorreu a prescrição em nenhuma das hipóteses, na medida em que as ações de ressarcimento ao erário são imprescritíveis

b) Não ocorreu a prescrição em nenhuma das hipóteses, considerando que o prazo prescricional em ambos os casos é de dez anos

c) Ocorreu a prescrição apenas em relação à pretensão do Município (1ª situação), em decorrência do ressarcimento decorrer de responsabilização civil.

d) Ocorreu a prescrição somente em relação à hipótese relacionada ao Tribunal de Contas (2ª situação), considerando que a pretensão versa sobre título extrajudicial.

e) Não ocorreu a prescrição em nenhuma das hipóteses, pois somente são consideradas imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato de improbidade doloso.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D**. **Questão passível de recurso**

Quanto ao ressarcimento, válido apontar o seguinte julgado: "São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa (RE 852475/SP)."

A questão, entretanto, necessita que o candidato pressuponha que houve um ato de improbidade administrativa, razão pela qual a questão é passível de anulação, uma vez que é elemento essencial para a resposta.

Já sobre a decisão do tribunal de contas, destaca-se o Tema 899 do STF: "É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas". (RE 636886, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-157 DIVULG 23-06-2020 PUBLIC 24-06-2020)"

Incorretas, portanto, as demais alternativas.

QUESTÃO 88. Com vistas a acompanhar a gestão de recursos e programas realizados por certo Município para a recuperação da cidade, após ela ter sido assolada por uma tragédia climática, certa organização da sociedade civil, que se dedica a buscar a transparência nas contas e políticas públicas, solicitou, junto ao órgão competente, os dados atinentes à implementação, acompanhamento e resultados dos respectivos programas, projetos e ações, bem como aqueles relacionados às metas e indicadores propostos para tanto.

A autoridade competente deferiu em parte a solicitação, fornecendo apenas informações quanto às ações adotadas. No ponto em que o acesso foi negado, houve a indicação dos seguintes fundamentos: a requerente não apresentou a motivação necessária para a obtenção de alguns dados; inexistência de obrigatoriedade de fornecer as informações atinentes às metas e indicadores propostos; os projetos relacionados à situação descrita são, em essência sigilosos.

A aludida organização da sociedade civil apresentou recurso administrativo para impugnar o indeferimento do acesso, exatamente uma semana depois de tomar ciência da decisão impugnada. A irresignação foi dirigida à mesma autoridade que decidiu anteriormente, que não a admitiu, em razão da intempestividade.

Diante disso, a organização da sociedade civil representou ao Ministério Público para solicitar providências quanto ao descumprimento do disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei n° 12.527/2011).

Nesse contexto, à luz da mencionada legislação, assinale a afirmativa correta.

a) Não há direito de obter acesso aos projetos em questão, na medida em que eles realmente são sigilosos, em essência, independentemente da classificação.

b) A irresignação apresentada é tempestiva, na medida em que o prazo para tanto é de 10 (dez) dias, a contar da ciência da decisão impugnada.

c) O órgão competente agiu corretamente ao indeferir a divulgação dos dados para os quais não foram apresentados os motivos determinantes da solicitação.

d) O recurso administrativo foi adequadamente dirigido para a autoridade responsável pela decisão impugnada.

e) O fundamento da decisão no sentido de que não há obrigatoriedade de informação quanto às aludidas metas e indicadores está em consonância com a norma em questão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Nos termos da lei: "Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

A alternativa A está incorreta. Apenas as informações pessoais terão acesso restrito independentemente de classificação de sigilo: " Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. § 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e".

A alternativa C está incorreta. Nos termos da lei: "Art. 10 (...) § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público."

A alternativa D está incorreta. Nos termos da lei: "Art.15 (...) Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias."

A alternativa E está incorreta. Nos termos da lei: "Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão."

QUESTÃO 89. Lúcia e Inalda cursaram a faculdade de Direito, estudaram juntas para concurso público, mas foram aprovadas em certames distintos.

Lúcia ingressou como advogada em uma sociedade de economia mista de capital majoritariamente público, que presta exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado, em regime não concorrencial, e não tem intuito primário de lucro.

Inalda ingressou como advogada em empresa pública que atua em regime de concorrência, que distribui lucro entre os sócios e que não recebe qualquer aporte financeiro do Poder Público para o pagamento de pessoal ou para o custeio de atividades em geral.

Sobre as semelhanças e diferenças dos regimes jurídicos atinentes a cada uma das aludidas entidades administrativas, à luz da orientação dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) A remuneração percebida por Inalda pelo seu trabalho junto à entidade administrativa em questão não está sujeita ao teto remuneratório, diante de suas peculiaridades.

b) A entidade em que Lúcia atua tem tratamento equiparado às pessoas jurídicas de direito público, razão pela qual, após três anos de efetivo exercício, deve ser a ela assegurada a garantida da estabilidade prevista para os servidores públicos na Constituição da República.

c) Há de ser reconhecida a imunidade tributária recíproca para a entidade em que Inada atua, em razão dela integrar a Administração Pública Indireta, apesar da personalidade jurídica de direito privado.

d) As entidades administrativas em questão, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não podem ser delegatárias da fase de sancionamento no exercício do poder de polícia, ainda que mediante determinação legal.

e) Não há possibilidade de se reconhecer o regime dos precatórios para nenhuma das entidades administrativas em questão, considerando que ambas são pessoas jurídicas de direito privado, que não integram o conceito de Fazenda Pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Nos termos da Constituição, não se aplica o teto às empresas que não recebem recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou custeio geral: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; § 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral."

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 41 da Constituição a estabilidade não abrange o emprego público: Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

A alternativa C está incorreta. Não distribuir lucro é requisito para concessão da imunidade. Tema 1140 do ST, Leading Case: RE 1320054 " As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço."

A alternativa D está incorreta. Tema 532 do STF - Aplicação de multa de trânsito por sociedade de economia mista "É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial."

A alternativa E está incorreta. "4. É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial. Precedentes. 5. Ofensa aos princípios constitucionais do sistema financeiro e orçamentário, em especial ao da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF), aos princípios da independência e da harmonia entre os Poderes (art. 2º da CF) e ao regime constitucional dos precatórios (art. 100 da CF). 6. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada procedente. (ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 387 PIAUÍ RELATOR : MIN. GILMAR MENDES 23/03/2017)"

QUESTÃO 90. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal prolatou decisão envolvendo o controle de políticas públicas, especificamente em uma situação em que o Tribunal de origem acolheu pleito formulado pelo Ministério Público por meio de ação civil pública objetivando a realização de concursos públicos, a contratação de servidores e execução de obras com vistas a implementar o direito social à saúde, diante de problemas graves verificados no funcionamento de certo hospital público, devidamente verificados e apontados, inclusive, pelos Conselhos Profissionais na respectiva área, notadamente com relação ao déficit de profissionais.

Considerando os parâmetros estabelecidos pelo STF na aludida situação, assinale a afirmativa correta.

a) Incumbe ao Poder Judiciário formular e implementar políticas sociais e econômicas que visem a garantir aos cidadãos o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, independentemente da atuação do Poder Executivo.

b) A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais em questão é vedada, pois viola a separação de poderes, ainda que verificada a ausência ou deficiência grave na prestação do serviço de saúde.

c) As decisões judiciais devem, em regra, determinar medidas pontuais a serem realizadas pelo Poder Público para fins de concretizar as políticas públicas de saúde, em lugar de apontar finalidades a serem alcançadas pela Administração.

d) No caso dos serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprimido por concurso público e pelo remanejamento de recursos humanos ou, ainda, pela contração de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

e) Verificada a ausência ou deficiência grave do serviço em questão, devem ser afastados os parâmetros de controle no âmbito das políticas públicas de saúde, situação em que o Poder Judiciário não precisa respeitar o espaço de discricionariedade do Administrador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Fixação das seguintes teses de julgamento pelo STF: "1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)". (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023)

Incorretas, portanto, as demais alternativas.

QUESTÃO 91. No Município Delta observou-se que a Lei local ABC exige o depósito ou arrolamento de bens para a admissibilidade de recurso administrativo, bem como determina que o efeito suspensivo para tal irresignação depende de apreciação da autoridade competente, salvo disposição legal em contrário.

Além disso, a mencionada norma prevê a possibilidade de agravamento de sanções e penalidades que se revelem em desacordo com a lei, de ofício, mesmo que em decorrência de impugnação apresentada apenas pelo particular, independentemente de sua prévia notificação.

Diante dessas circunstâncias, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

a) todas as normas em questão são inválidas, pois cada uma delas viola aspecto distinto do princípio do devido processo legal, aplicável em âmbito administrativo.

b) é válida a exigência de prestação de caução ou arrolamento de bens para a apresentação de recurso administrativo, pois não foi consagrado, no ordenamento pátrio, o duplo grau de jurisdição obrigatório na esfera administrativa.

c) apesar de o agravamento de penalidades ser possível, em tese, no exercício da autotutela, para a adequação aos parâmetros legais, há necessidade de prévia notificação do interessado, à luz dos consectários do devido processo legal.

d) não há qualquer invalidade em nenhuma das mencionadas normas, na medida em que todas se revelam em consonância com o princípio do devido processo legal, aplicável em âmbito administrativo.

e) é inválido o condicionamento de apreciação da autoridade competente para fins de conceder efeito suspensivo aos recursos administrativos, pois viola a regra geral de que as impugnações são dotadas de tal efeito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Nos termos da lei 9784/99, é necessária a intimação do interessado: "Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência. Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão."

A alternativa B está incorreta. Em acordo com Súmula Vinculante 21: "É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo". Dessa forma, não é correta a exigência da caução.

A alternativa E está incorreta. Quanto ao efeito suspensivo, a própria lei de procedimento administrativo determina que a regra é a não verificação de tal efeito, entretanto, a autoridade pode conceder se verificar a necessidade. " Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo. Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso."

Nos termos justificados, nas alternativas anteriores, possível verificar que as assertivas A e D também estão incorretas.

QUESTÃO 92. Na interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização, considerando a definição e contornos constantes do Programa de Parcerias de Investimentos (PPl) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que relicitação

a) é inconstitucional, por autorizar a prorrogação de contrato por prazo indeterminado.

b) é equiparada a uma alteração unilateral do contrato, de modo que pode ser imposta pelo Poder Público, observados os limites estabelecidos pela norma.

c) corresponde à alteração do prazo de vigência do contrato de parceria, quando expressamente admitida, realizada a critério do órgão ou da entidade competente e de comum acordo com o contratado, produzindo efeitos antes do término da vigência do ajuste.

d) Importará no sobrestamento das medidas destinadas a instaurar ou dar seguimento a processos de caducidade eventualmente em curso contra o contratado, caso o contrato seja qualificado para tanto nos termos da lei.

e) é matéria de competência legislativa privativa da União, de modo que é inconstitucional norma municipal que estabeleça diretrizes gerais para sua realização nos contratos de parceria entre o ente federativo e a iniciativa privada, ainda que não verse sobre novas figuras de licitação e contratação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão cobra conhecimentos sobre a Lei nº 13447/2017 que " Estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.". A norma em questão assim dispõe: "Art. 4º (...) III - relicitação: procedimento que compreende a extinção amigável do contrato de parceria e a celebração de novo ajuste negocial para o empreendimento, em novas condições contratuais e com novos contratados, mediante licitação promovida para esse fim."

Nota-se, assim, que a alternativa é uma cópia da letra da lei: "Art. 14. A relicitação de que trata o art. 13 desta Lei ocorrerá por meio de acordo entre as partes, nos termos e prazos definidos em ato do Poder Executivo. § 3º Qualificado o contrato de parceria para a relicitação, nos termos do art. 2º desta Lei, serão sobrestadas as medidas destinadas a instaurar ou a dar seguimento a processos de caducidade eventualmente em curso contra o contratado." Incorretas, portanto, as demais alternativas.

QUESTÃO 93. Jaime foi condenado por tráfico de drogas por decisão criminal transitada em julgado, sendo certo que, atualmente, está em livramento condicional e vem estudando para concursos públicos relacionados a cargos da área administrativa da Administração Pública Direta e Indireta, que não se revelam incompatíveis com a infração penal por ele cometida.

Nesse contexto, Jaime foi aprovado em certame realizado para cargo que era o seu foco em entidade autárquica, cujo respectivo ente federativo tem lei que exige que o candidato esteja em pleno gozo dos direitos políticos para fins de nomeação, o que não é a situação de Jaime, que está com tais direitos suspensos em decorrência da mencionada decisão criminal, nos termos de Art. 15, inciso III, da CRFB/88.

Diante dessa situação hipotética, à luz da orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) É inviável a nomeação e posse de Jaime no cargo em questão enquanto estiver com os seus direitos políticos suspensos, tal como vedado pela aludida norma local, diante do princípio da legalidade.

b) É inviável a nomeação e posse de Jaime no cargo em questão, diante do impedimento do ingresso no serviço público, a qualquer tempo, como efeito do trânsito em julgado da decisão criminal, em razão do princípio da moralidade.

c) É viável a nomeação e posse de Jaime no cargo em questão, diante dos princípios da dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho, sendo que o início do efetivo exercício no cargo ficará condicionado ao regime de pena ou à decisão do juízo da execução penal, que analisará a compatibilidade de horário.

d) É inviável a pronta nomeação e posse de Jaime no cargo em questão, na medida em que o princípio da presunção de inocência não pode ser a ele aplicado, mas ele poderá ingressar no serviço público após o cumprimento integral da penalidade a ele aplicada por meio da condenação criminal transitada em julgado.

e) É viável a investidura de Jaime no cargo em questão, diante do dever do Estado de proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, de modo que o efetivo exercício independe do regime de cumprimento da pena ou da inexistência de conflito de horários com a jornada de trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Fixada, para fins de repercussão geral, a seguinte tese ao TEMA 1190: É inconstitucional, por violação aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (CF, artigo 1º, III e IV), a vedação a que candidato aprovado em concurso público venha a tomar posse no cargo, por não preencher os requisitos de gozo dos direitos políticos e quitação eleitoral, em razão de condenação criminal transitada em julgado (CF, artigo 15, III), quando este for o único fundamento para sua eliminação no certame, uma vez que é obrigatoriedade do Estado e da sociedade fornecer meios para que o egresso se reintegre à sociedade. O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao término da pena ou à decisão judicial. (RE 1282553, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 04-10-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 11-12-2023 PUBLIC 12-12-2023 REPUBLICAÇÃO: DJe-s/n DIVULG 14-12-2023 PUBLIC 15-12-2023)

Incorretas, portanto, as demais alternativas.

QUESTÃO 94. O Art. 15, inciso Ill, da Constituição Federal de 1988 prevê, como hipótese de suspensão dos direitos políticos, a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Considerando a legislação em vigor e o posicionamento atualizado do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a afirmativa correta.

a) A pendência de pagamento da pena de multa, ou sua cominação isolada nas sentenças criminais transitadas em julgado, não tem condão de ensejar a suspensão dos direitos políticos.

b) A suspensão dos direitos políticos decorrentes de condenação criminal transitada em julgado depende de reabilitação ou de prova de reparação de danos.

c) A suspensão dos direitos políticos não deve ser imposta a quem aceita proposta de transação penal, aplicando-se a suspensão aquele que celebra acordo de não persecução penal, por ausência de previsão legal em contrário.

d) A decisão que impõe medida de segurança não enseja suspensão dos direitos políticos uma vez que se trata de sentença absolutória imprópria.

e) Aquele que tem contra si decretada prisão civil decorrente de débito de alimentos não tem os direitos políticos suspensos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

Conforme previsão constitucional, Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: [...] III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Logo, a suspensão depende de condenação criminal transitada em julgado, não bastando a mera decretação de prisão civil.

QUESTÃO 95. João, candidato a prefeito no Município Alfa, teve seu registro de candidatura deferido pelo Juízo eleitoral competente. Não houve impugnação ao pedido inicial desse registro pelo Ministério Público, no prazo legal.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

a) O Ministério Público somente possui legitimidade para recorrer de decisão que deferiu o registro de candidatura se houver apresentado, anteriormente, impugnação ao pedido inicial.

b) No processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o indeferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional.

c) O Ministério Público, ainda que tenha apresentado anterior impugnação ao pedido inicial de registro de candidatura, não possui legitimidade para recorrer da decisão que deferiu o registro.

d) No processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade, em qualquer hipótese, para recorrer da sentença que o indeferiu.

e) O Ministério Público possui legitimidade para recorrer de decisão que deferiu o registro de candidatura apenas se não houver sido interposto por algum partido, no prazo legal, o recurso cabível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

Trata-se do teor da Súmula 11 do TSE, segundo a qual "No processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional".

QUESTÃO 96. O Estado Beta editou lei estadual dispondo que as despesas da folha complementar do exercício de 2023 não poderão exceder a 1% (um por cento) da despesa anual da folha normal de pagamento de pessoal projetada para o exercício de 2023, em cada um dos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como no Ministério Público Estadual. Quanto ao Ministério Público, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, essa limitação de despesas da folha complementar do MP Estadual em percentual da despesa anual da folha normal de pagamento é

a) constitucional, pelo princípio da separação dos poderes, haja vista que são leis de iniciativa do Poder Executivo aquelas referentes ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e aos orçamentos anuais.

b) constitucional, pois a Constituição da República dispõe que ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira, mas não há previsão de autonomia orçamentária e financeira.

c) constitucional, pois a Constituição da República assegura expressamente a autonomia financeira do MP e estabelece que, durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos adicionais e extraordinários.

d) inconstitucional, pois textualmente a Seção da Constituição a República sobre o Ministério Público lhe assegura autonomia funcional, administrativa e financeira, e, se a proposta orçamentária do MP for encaminhada em desacordo com os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, mediante prévio parecer do Tribunal de Contas.

e) inconstitucional caso não haja a devida participação efetiva do órgão financeiramente autônomo no ato de estipulação em conjunto dessa limitação na Lei de Diretrizes Orçamentárias,

pois, apesar de textualmente a Seção da Constituição sobre o MP não assegurar expressamente sua autonomia financeira, esta é corolário da independência funcional, sendo que a Constituição da República consagra a autonomia orçamentária do MP ao prever a prerrogativa de elaboração da proposta orçamentária, além de que a autonomia financeira expressamente assegurada ao Poder Judiciário deve ser aplicada, sem qualquer distinção, ao MP.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta, pois a referida lei estadual não oportunizou a devida participação do MP, afrontando a sistemática orçamentária e financeira fixada na Constituição da República.

A alternativa B está incorreta, pois a Constituição Federal prevê em seu art. 127, §2º, que, ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa.

A alternativa C está incorreta, pois, nos termos do art. 127, §6º, da CF, durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

A alternativa D está incorreta, pois, ao contrário do afirmado, o texto constitucional prevê assegura textualmente apenas a autonomia funcional e administrativa ao Ministério Público.

A alternativa E está correta. O regime constitucional pertinente à autonomia financeira do Ministério Público equipara-se às prerrogativas institucionais do Poder Judiciário. Conforme o art. 99, § 1º, da Constituição da República, os limites balizadores das propostas orçamentárias dos Poderes e órgãos autônomos presentes na Lei de Diretrizes Orçamentárias devem ser estipulados conjuntamente. Assim, é direito subjetivo público do Ministério Público a participação efetiva no ciclo orçamentário. (ADI 7073, Relator André Mendonça, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2022)

QUESTÃO 97. Acerca do regime jurídico dos membros do Ministério Público, analise as afirmativas a seguir.

I. É dever do membro do MP manter ilibada conduta pública e particular, bem como residir, se titular, na respectiva Comarca.

II. É vedado ao membro do MP exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.

III. Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas, a membro do Ministério Público, nos termos da lei, algumas vantagens, como a gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral, equivalente àquela devida ao Magistrado ante o qual oficiar.

De acordo com Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), que dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) l e ll, apenas.

d) II e Ill, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está correto, pois se encontra em conformidade com o art. 91, II, da Lei nº 8.625/93, segundo o qual é dever do membro do Ministério Público, além de outros previstos em lei, manter conduta ilibada e irrepreensível na vida pública e particular, guardando decoro pessoal.

O item II está correto, pois, de acordo com o art. 92, III, da Lei nº 8.625/93, aos membros do Ministério Público é vedado exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.

O item III está correto, pois se encontra em conformidade com o art. 100, VIII, da Lei nº 8.625/93, segundo o qual, além dos vencimentos, será outorgada ao membro do Ministério Público gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral, com os recursos desta e equivalente à devida ao Magistrado perante o qual oficie.

A alternativa E está correta, pois os itens I, II e III estão corretos.

QUESTÃO 98. A Lei Orgânica do Ministério Público do Estado Delta estabelece que é prerrogativa institucional dos membros do Ministério Público daquele estado sentar-se no mesmo plano imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem. Determinado legitimado para o controle concentrado de constitucionalidade impugnou a norma, indicando que no atual ordenamento jurídico- pátrio, por necessidade de paridade das armas dos atores do processo, a concepção cênica da sala de audiência desenhada pela lei orgânica do Estado Delta ofende o princípio da isonomia. Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, a norma que estabelece a prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento é

a) constitucional, e a natureza as funções desempenhadas pelo Ministério Público, sempre voltadas à proteção do interesse público e dos valores constitucionais a ele confiados, não permite dissociar completamente a sua atuação como parte processual e fiscal da lei.

b) inconstitucional, por violação aos princípios da isonomia (na vertente da igualdade formal), do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e, em última análise, do democrático.

c) objeto de interpretação conforme à Constituição, de maneira que a prerrogativa apenas não seja aplicada nos casos de competência do Tribunal de Júri, pela natureza e função dos jurados, sobretudo pelo sistema da íntima convicção.

d) objeto de interpretação conforme à Constituição, de maneira que a prerrogativa apenas não seja aplicada na esfera criminal, diante da natureza do jus puniendi.

e) objeto de interpretação conforme à Constituição, de maneira que a prerrogativa seja aplicada apenas nos casos em que o Ministério Público oficie como fiscal da lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. No julgamento da ADI 4768/DF, o Supremo Tribunal Federal considerou que as normas que garantem a membros do Ministério Público a prerrogativa de se sentarem do lado direito de juízes durante sessões de julgamentos e nas salas de audiência são constitucionais. De acordo com esse entendimento, o membro do MP tem exatamente as mesmas garantias, prerrogativas e vedações do magistrado, mas atua com funções diversas. Para os ministros, cabe ao Poder Legislativo redimensionar, excluir ou transferir, por meio de lei, as normas sobre o posicionamento das partes nos fóruns, nas salas de audiências e nos tribunais. (ADI 4768/DF, Relatora Cármen Lúcia, julgado em 23/11/2022)

A alternativa B está incorreta, pois no julgamento da ADI 4768/DF, considerou-se que "a Constituição não exige nenhum tipo de organização dos assentos, e a conclusão de que o simbolismo da posição física das partes traria prejuízo ao equilíbrio processual, especialmente no processo penal, é especulativa".

A alternativa C está incorreta. No julgamento da ADI 4768/DF, ficou vencida, em parte, a Ministra Rosa Weber (Presidente), que conferia interpretação conforme a Constituição aos mesmos dispositivos exclusivamente quanto aos julgamentos pelo Tribunal do Júri.

A alternativa D está incorreta, pois não houve fixação do referido entendimento no julgamento da ADI 4768/DF.

A alternativa E está incorreta. No julgamento da ADI 4768/DF, ficou vencido, em parte, o Ministros Ricardo Lewandowski, o qual apresentou voto divergente por entender que deveria haver procedência do pedido a fim de que a prerrogativa seja garantida ao MP apenas quando seus membros atuarem como fiscais da lei.

QUESTÃO 99. Os Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Maria e João,

integrantes da mesma carreira, instância e entrância, desejam realizar permuta, preservada a respectiva antiguidade no cargo. De acordo com a atual redação da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado de Goiás, no caso tela, deve ser observado que

a) a permuta será apreciada pelo Órgão Especial do Colégio dos Procuradores de Justiça.

b) não se admite, em qualquer caso, a remoção por permuta de membros em estágio probatório.

c) remoção por permuta impede a remoção voluntária para a localidade de lotação anterior, pelo prazo de 2 (dois) anos e vice-versa.

d) nova permuta somente será permitida após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da publicação do ato administrativo que a houver deferido.

e) o prazo para a conclusão do procedimento administrativo instaurado a partir do requerimento de permuta será de, no máximo, 30 (trinta) dias, prorrogáveis uma vez por igual período.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 169, §1º da LC .25/1998, a remoção por permuta poderá ser indeferida pelo Conselho Superior do Ministério Público por motivo de interesse público.

A alternativa B está incorreta, pois não há qualquer disposição nesse sentido na LC 25/1998.

A alternativa C está correta, pois, nos termos do art. 169, §3º, da LC 25/1998, a renovação de remoção por permuta só será admitida após o decurso de 2 (dois) anos.

A alternativa D está incorreta, pois o prazo previsto no art. 169, §3º, da LC 25/1998 é de 2 (dois) anos.

A alternativa E está incorreta, pois não há qualquer disposição nesse sentido na LC 25/1998.

QUESTÃO 100. No Estado Alfa, nos últimos, intensificaram-se os conflitos fundiários, caracterizados pela disputa da posse ou propriedade de imóvel urbano ou rural, públicos e privados, envolvendo famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis, que na garantia do direto humano demandam a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia.

Assim, o Estado Alfa editou lei estadual, de iniciativa parlamentar, prevendo regras para a atuação do Ministério Público no cumprimento de medidas possessórias de caráter coletivo relacionadas à operação que envolva força policial estadual para despejar de imóveis, áreas ou prédios públicos ou privados, urbanos ou rurais, quantidade superior a cinquenta pessoas, ressalvados os despejos fundados em contratos de locação.

A norma estadual estabelece que "a força policial do Estado Alfa, sempre que requisitada, judicial ou administrativamente, a atuar em medidas possessórias que produzam efeitos coletivos em prédios públicos ou privados deverá se fazer acompanhada na operação, pelo membro representante do Ministério Público estadual".

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a norma reproduzida acima é

a) constitucional, haja vista que tutela direitos individuais homogêneos indisponíveis, de relevância social, diante da coletividade determinada que é afetada pela medida.

b) inconstitucional, por usurpar a prerrogativa legislativa conferida ao Procurador-Geral de Justiça e ofender a autonomia e a independência do Ministério Público.

c) constitucional, eis que está de acordo com a função institucional ministerial de defender o Estado Democrático de Direito, entre cujos fundamentos está a dignidade da pessoa humana, na dimensão do direito à moradia.

d) objeto de interpretação conforme à Constituição, pois, não cabendo ao Ministério Público a defesa de direitos individuais, sua participação obrigatória no cumprimento de medidas possessórias é constitucional apenas quando houver interesse de populações indígenas.

e) constitucional, uma vez que compatível com as funções Institucionais do parquet, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, sobretudo de direitos fundamentais, como o da moradia digna.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional lei estadual que tornava obrigatória a presença de integrante do Ministério Público em operações de execução de ordem judicial ou administrativa de despejos que envolvessem mais de 50 pessoas, no julgamento da ADI 3238.

A alternativa B está correta. No julgamento da ADI 3228, fixou-se entendimento no sentido de que lei estadual, ao instituir espécie de controle e fiscalização do Ministério Público sobre as operações policiais de cumprimento de medidas possessórias, inova o rol de atribuições do órgão. “Ainda que se conclua, à luz do art. 129, IX, da Constituição Federal, pela compatibilidade da referida atuação com os objetivos do Parquet, fica configurado o vício de iniciativa, pois o diploma ora em exame é fruto de proposição legislativa de origem parlamentar”. (ADI 3238, Relator: Nunes Marques, Tribunal Pleno, julgado em 28/08/2023)

A alternativa C está incorreta. O relator da ADI 3228, ministro Nunes Marques, reafirmou princípios constitucionais garantidos ao Ministério Público, como a independência e o autogoverno, e ressaltou a autonomia do chefe do MP para conduzir a instituição sem interferência dos três Poderes. Assim, a referida lei estadual de iniciativa parlamentar desrespeita a autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.

A alternativa D está incorreta, pois não foi fixado qualquer entendimento nesse sentido no julgamento em que o STF invalidou lei de Pernambuco que previa a presença do MP em despejos coletivos.

A alternativa E está incorreta. No julgamento da ADI 3238, considerou-se que o Poder Legislativo não tem iniciativa para tratar da organização, das atribuições e do estatuto dos MPs. Portanto, lei estadual, ao criar novas atribuições para o MP, não poderia ter origem parlamentar.

MPE-RJ

QUESTÃO 01. Mévio praticou contra Tícia conjunção carnal e coito anal, além de a ter forçado a praticar nele sexo oral. As condutas foram praticadas no mesmo contexto, em um período de pouco mais de uma hora. De acordo com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) Mévio praticou três crimes de estupro contra Tícia, haja vista que foram três condutas ofensivas à sua dignidade sexual, em concurso material, dado que o tipo penal do estupro é misto cumulativo.

b) Mévio praticou dois crimes de estupro contra a Tícia, haja vista que, além da conjunção camal, foram praticados atos libidinosos diversos, em concurso material, dado que o tipo penal do estupro é misto cumulativo.

c) Mévio praticou um único crime de estupro contra Tícia, haja vista que o tipo penal do estupro é misto alternativo.

d) Mévio praticou três crimes de estupro contra Tícia, haja vista que foram três condutas ofensivas à sua dignidade sexual, em concurso formal, dado que o tipo penal do estupro é misto cumulativo.

e) Mévio praticou dois crimes de estupro contra Tícia, haja vista que, além da conjunção camal, foram praticados atos libidinosos diversos em concurso formal, dado que o tipo penal é misto cumulativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre Classificação dos Crimes quanto ao núcleo do tipo.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. C. Inicialmente, cumpre esclarecer que os tipos mistos se caracterizam pela previsão típica de mais de uma conduta. Sendo assim, a doutrina classifica os tipos mistos em 1) alternativo, quando a prática de uma ou várias das condutas previstas no tipo levam à punição por um só delito e 2) cumulativo, quando a prática de mais de uma conduta, prevista no tipo, indica a realização de mais de um crime, punidos em concurso material.

O estupro é exemplo de tipo misto alternativo, de modo que o agente que realiza, em um mesmo contexto fático, conjunção carnal e atos libidinosos, praticará um só crime, conforme decidido pelo STJ no HC 212.305/DF: "A nova redação do artigo 213 do CP descreve delito misto alternativo, em que a realização de mais de uma das condutas previstas não implica concurso de delitos."

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 02. Considerando os crimes tributários, é correto afirmar que

a) nos crimes tributários funcionais, previstos no artigo 3º da Lei nº 8.137/90, tal qual ocorre nos crimes previstos nos artigos 1º e 2º, do mesmo Diploma Legal, o pagamento do tributo, feito a qualquer tempo, extingue a punibilidade.

b) a despeito da Súmula Vinculante 24, é possível dar início à persecução penal antes de encerrado o procedimento administrativo, nos casos de embaraço à fiscalização tributária ou diante de indícios da prática de outros delitos, de natureza não fiscal.

c) nos termos da Súmula Vinculante 24, o crime descrito no inciso V, do artigo 1º, da Lei nº 8.127/90 (negar ou deixar de fornecer nota fiscal) é material, consumando-se somente quando da constituição definitiva do débito tributário e inscrição em dívida ativa.

d) com exceção do crime previsto no inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.137/90 (elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato), todos os demais delitos previstos em referida legislação são praticados mediante dolo.

e) nos crimes tributários, dada a natureza do bem jurídico protegido, inaplicável o princípio da insignificância.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata dos crimes tributários positivados na Lei 8.137/90.

A alternativa A está incorreta. A extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo, a qualquer tempo, somente pode ocorrer para os delitos dos arts. 1º e 2º da Lei 8.137/90, como está previsto no seguinte dispositivo da Lei 10.684/03:

"Art. 9º: É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137/90, e nos arts. 168-A e 337-A do Código Penal, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento.

[...] §2º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios."

Portanto, essa possibilidade não abrange os delitos do art. 3º da Lei 8.137/90, tendo em vista que eles não objetivam proteger somente a ordem tributária, mas, sim, a própria moralidade administrativa, o que justifica um tratamento diferenciado e mais gravoso nesse caso.

A alternativa B está correta. Apesar de, em regra, a Súmula Vinculante 24 condicionar a tipificação dos delitos previstos no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/90, ao prévio lançamento definitivo do tributo, a própria jurisprudência do STF mitiga essa necessidade nas hipóteses em que, no caso concreto, seja possível constatar a existência de um embaraço à fiscalização tributária ou, ainda, de indícios da prática de outros delitos de natureza extrafiscal.

Por exemplo, veja a seguinte decisão do STF: "Não obstante a jurisprudência pacífica quanto ao termo inicial dos crimes contra a ordem tributária, o Supremo Tribunal Federal tem decidido que a regra contida na Súmula Vinculante 24 pode ser mitigada de acordo com as peculiaridades do caso concreto, sendo possível dar início à persecução penal antes de encerrado o procedimento administrativo, nos casos de embaraço à fiscalização tributária ou diante de indícios da prática de outros delitos, de natureza não fiscal" (AgRg no ARE 936.653, 2016).

A alternativa C está incorreta. O crime tipificado no inciso V do art. 1º da Lei 8.137/90, ao contrário daqueles previstos nos incisos I a IV do mesmo artigo, é classificado como formal, logo, basta que o agente pratique a conduta criminosa para que o delito se considere consumado, independentemente da ocorrência de qualquer resultado naturalístico e, também, independentemente da constituição definitiva do crédito tributário.

Essa conclusão pode ser extraída da própria Súmula Vinculante 24, que estabelece: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo". Perceba que a Súmula limita a sua incidência aos crimes definidos nos incisos I a IV, não abrangendo, portanto, o inciso V.

A alternativa D está incorreta. O delito do inciso IV do art. 1º da Lei 8.137/90, na verdade, também é praticado somente na forma dolosa, pois o dispositivo é claro ao mencionar as expressões "que saiba ou deva saber falso ou inexato", o que denota a necessidade de presença de dolo, seja ele direto ou eventual.

A alternativa E está incorreta. A jurisprudência possui o entendimento consolidado de que o princípio da insignificância também é aplicável aos crimes tributários. Como exemplo, podemos citar o Tema 157 do STJ: "Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda".

QUESTÃO 03. A respeito da extinção da punibilidade, nos crimes ambientais, nos termos da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) A assinatura de termo de ajustamento de conduta pela pessoa jurídica acusada de crime ambiental implica extinção da punibilidade.

b) Tratando-se de crime ambiental ocorrido no âmbito da empresa, a ausência de imputação à pessoa física implica extinção da punibilidade da pessoa jurídica.

c) Em vista do princípio da intranscendência da pena, a incorporação da pessoa jurídica acusada por crime ambiental por outra empresa implica extinção da punibilidade, por aplicação análoga do art. 107, inciso I, do CP.

d) Tratando-se de crime ambiental ocorrido no âmbito da empresa, a ausência de imputação à pessoa jurídica implica extinção da punibilidade da pessoa física responsável pelo ato lesivo ao meio ambiente.

e) Tratando-se de imputação à pessoa jurídica, antes de transitar em julgado a condenação, o prazo prescricional é de 02 (dois) anos, por aplicação subsidiária do art. 114, do CP.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata da extinção da punibilidade no âmbito dos crimes ambientais.

A alternativa A está incorreta. A mera assinatura de um termo de ajustamento de conduta (TAC) por parte da pessoa jurídica acusada de crime ambiental não é suficiente para gerar a sua extinção da punibilidade. Na verdade, trata-se apenas de uma circunstância que, em caso de condenação, deve ser considerada na dosimetria da pena.

Esse, inclusive, é o entendimento do STJ: "A assinatura do termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental estadual não impede a instauração da ação penal, pois não elide a tipicidade formal das condutas imputadas ao acusado, repercutindo, na hipótese de condenação, na dosimetria da pena" (APn 888, 2018).

A alternativa B está incorreta. Na verdade, já está consolidado o entendimento de que, para que a pessoa jurídica possa ser responsabilizada pela prática de um crime ambiental, não é necessária a simultânea persecução penal de nenhuma pessoa física. Em outras palavras, a pessoa jurídica pode ser responsabilizada de modo isolado em âmbito penal, sem necessidade de dupla imputação.

Para ilustrar, veja a seguinte decisão do STF: "O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação. [...] Condicionar a aplicação do art. 225, §3º, da Carta Política a uma concreta imputação também a pessoa física implica indevida restrição da norma constitucional, expressa a intenção do constituinte originário não apenas de ampliar o alcance das sanções penais, mas também de evitar a impunidade pelos crimes ambientais frente às imensas dificuldades de individualização dos responsáveis internamente às corporações, além de reforçar a tutela do bem jurídico ambiental" (RE 548.181, 2013).

A alternativa C está correta. Se a pessoa jurídica acusada da prática de um crime ambiental for incorporada por outra, a responsabilidade penal pelo delito em questão ficará extinta, pois, em razão do princípio da intranscendência da pena, não haverá possibilidade de imputar a responsabilidade a essa nova pessoa jurídica.

O STJ entende da mesma maneira: "A pretensão punitiva estatal não se enquadra no conceito jurídico-dogmático de obrigação patrimonial transmissível, tampouco se confunde com o direito à reparação civil dos danos causados ao meio ambiente. Logo, não há norma que autorize a transferência da responsabilidade penal à incorporadora. [...] Extinta legalmente a pessoa jurídica ré – sem nenhum indício de fraude, como expressamente afirmou o acórdão recorrido –, aplica-se analogicamente o art. 107, I, do CP, com a consequente extinção de sua punibilidade" (REsp 1.977.172, 2022).

Vale destacar, todavia, que esse entendimento se aplica exclusivamente à responsabilização penal (ou seja, não abrange a responsabilização civil, pois ela pode ser transmitida à incorporadora), e desde que não haja qualquer indício de fraude na incorporação. Havendo indício de fraude, a responsabilidade penal não será extinta.

A alternativa D está incorreta. Como já comentado na alternativa B, a jurisprudência pátria afirma que é desnecessária a dupla imputação para a responsabilização da pessoa jurídica e da pessoa física nos crimes ambientais. Portanto, o mero fato de a pessoa jurídica não estar sofrendo persecução penal por um determinado crime ambiental não é suficiente para que seja considerada extinta a punibilidade da pessoa física envolvida.

A alternativa E está incorreta. O art. 114 do CP prevê o prazo prescricional de 2 anos para as hipóteses em que a pena de multa seja a única cominada ou aplicada. Então, de fato, se o crime praticado pela pessoa jurídica estiver sujeito somente à aplicação da pena de multa, a prescrição da pretensão punitiva ocorrerá no prazo de 2 anos.

Todavia, o art. 21 da Lei 9.605/98 é claríssimo ao estabelecer que a pessoa jurídica pode receber também alguma pena restritiva de direito, e, nessas situações, o prazo prescricional a ser aplicado será o mesmo previsto para as penas privativas de liberdade, como se vê a partir do parágrafo único do art. 109 do CP. Portanto, em tais casos, ficará afastado o prazo prescricional de 2 anos, o que torna a alternativa incorreta.

Veja o entendimento do STJ: "Nos crimes ambientais, aplicada a pena restritiva de direito às pessoas jurídicas, os parâmetros de aferição de prazos prescricionais a serem considerados devem ser os disciplinados pelo Código Penal. Com fulcro no art. 109, do Código Penal, antes de transitar em julgado a sentença final, aplica-se, às penas restritivas de direito, o mesmo prazo previsto para as privativas de liberdade" (AgRg no REsp 1.589.299, 2017).

QUESTÃO 04. Mévio, técnico de futebol do X Sport Clube, recebeu de Tício, presidente do Y Sport Clube, a quantia de 10.000,00 (dez mil reais), para deixar de convocar o jogador Zeca, considerado o craque do time X, para o jogo realizado entre os dois times, com o objetivo de aumentar a chance de vitória do time Y. Mévio efetivamente deixou de convocar o jogador Zeca, entretanto, ainda assim, o time X logrou-se vencedor. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Mévio e Tício praticaram crimes contra a incerteza do resultado esportivo, previstos, respectivamente, nos artigos 198 e 199, da Lei nº 14.597/2023.

b) Mévio e Tício praticaram o crime de corrupção privada no esporte (art. 165, da Lei nº 14.597/2023).

c) Mévio e Tício não praticaram qualquer crime, pois os crimes de corrupção privada no esporte e contra a incerteza do resultado esportivo são materiais e exigem que o resultado almejado se realize.

d) Mévio praticou o crime contra a incerteza do resultado esportivo (art. 198, da Lei nº 14.597/2023), e Tício praticou o crime de corrupção privada no esporte (art. 165, da Lei nº 14.597/2023).

e) Mévio praticou o crime de corrupção privada no esporte (art. 165, da Lei nº 14.597/2023), e Tício praticou o crime contra a incerteza do resultado esportivo (art. 199, da Lei nº 14.597/2023).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata dos crimes previstos na Lei Geral do Esporte (Lei 14.597/2023).

A alternativa A está correta. Tício, presidente do Y Sport Clube, incorreu no crime do art. 199 da Lei 14.597/2023 ao oferecer uma vantagem patrimonial (quantia de R$ 10.000,00) para que o treinador do time adversário deixasse seu melhor jogador fora de uma partida, por se tratar de uma conduta objetivamente capaz de alterar o resultado da competição esportiva em questão.

Por sua vez, Mévio, presidente do X Sport Clube, ao aceitar a vantagem patrimonial oferecida por Tício, incorreu no crime do art. 198 da Lei 14.597/2023, sendo totalmente irrelevante o fato de que o seu time ainda tenha se sagrado vencedor.

Destacamos que ambos os crimes são classificados como formais, de modo que a não obtenção do resultado pretendido não tem o condão de afastar a consumação.

A alternativa B está incorreta. O delito do art. 165 da Lei 14.597/2023 pune a seguinte conduta criminosa: "Exigir, solicitar, aceitar ou receber vantagem indevida, como representante de organização esportiva privada, para favorecer a si ou a terceiros, direta ou indiretamente, ou aceitar promessa de vantagem indevida, a fim de realizar ou de omitir ato inerente às suas atribuições". Esse delito é próprio quanto ao sujeito ativo, logo, somente pode ser praticado pelos representantes de alguma organização esportiva privada, como, por exemplo, os representantes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Portanto, pelo fato de os dois envolvidos não ostentarem essa condição, eles não podem ser tidos como sujeitos ativos do delito em questão.

A alternativa C está incorreta. Como afirmado nos comentários da alternativa A, os crimes dos arts. 198 e 199 da Lei 14.597/2023, nos quais Tício e Mévio incorreram, são considerados como formais, logo, a sua consumação independe da ocorrência de qualquer resultado naturalístico.

As alternativas D e E estão incorretas, pois, como afirmado nos comentários da alternativa B, o crime de corrupção privada no esporte somente pode ser praticado por representantes de organizações esportivas privadas, logo, considerando que Tício e Mévio não ostentam essa condição, não podem figurar como sujeitos ativos desse delito.

QUESTÃO 05. Caio, de 25 anos, e Mévio, de 16 anos, compartilham entre si, fotografias e vídeos contendo cenas de pornografia envolvendo criança e adolescente. Também armazenavam fotografias e vídeos contendo cenas de pornografia envolvendo crianças, muitas delas não compartilhadas entre si. O compartilhamento de fotos não envolvia qualquer contraprestação financeira, não se sabendo, outrossim, de quem partiu a iniciativa de compartilhar e armazenar material pornográfico entre si e com terceiros. Diante da situação hipotética e tendo em conta a jurisprudência dominante atual do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Caio praticou o crime previsto no art. 241-A, do ECA (oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir). O crime previsto no art. 241-B, do ECA (possuir ou armazenar), pelo princípio da consunção, restou absorvido pelo crime previsto no art. 241-A do ECA. Praticou também, em concurso material, o crime de corrupção de menores (art. 244-B, do ECA).

b) Caio praticou o crime previsto no art. 241-A, do ECA (oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir). O crime previsto no art. 241-B do ECA (possuir ou armazenar), pelo princípio da consunção, restou absorvido pelo crime previsto no art. 241-A, do ECA. Não praticou o crime de corrupção de menor (art. 244-B, do ECA), se restar demonstrado que Mévio já se dedicava à prática delitiva anteriormente.

c) Caio praticou o crime previsto no art. 241-A, do ECA (oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir), e o crime previsto no art. 242-B, do ECA (possuir ou armazenar), em concurso material. Não praticou o crime de corrupção de menores (art. 244-B, do ECA), se restar demonstrado que Mévio já se dedicava à prática delitiva anteriormente.

d) Caio praticou o crime previsto no art. 241-B, do ECA (possuir ou armazenar). Não praticou o crime previsto no art. 241-A, do ECA (oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir), que exige contraprestação financeira. Praticou, outrossim, o crime de corrupção de menor (art. 244-B, do ECA).

e) Caio praticou o crime previsto no art. 241-A, do ECA (oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir), e o crime previsto no art. 242-B, do ECA (possuir ou armazenar), em concurso material. Praticou também, em concurso material, o crime de corrupção de menores (art. 244-B, do ECA).

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata dos delitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de acordo com a jurisprudência do STJ.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. Em primeiro lugar, vamos relembrar a redação dos três tipos penais relacionados com a questão:

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.

Ao realizar o compartilhamento de fotografias e vídeos com cenas de pornografia envolvendo crianças e adolescentes, Caio incorreu na prática do art. 241-A, pois praticou o verbo "trocar", junto com o adolescente Mévio. Vale destacar que o recebimento de contraprestação financeira não é uma elementar do tipo penal em questão, logo, ela não precisa estar presente para a consumação do delito.

Ainda, ao armazenar outros vídeos e fotografias que continham conteúdo da mesma natureza, Caio também praticou uma conduta nuclear do delito do art. 241-B. Inclusive, o enunciado foi claro ao destacar que os vídeos armazenados nem sempre eram compartilhados entre os dois sujeitos envolvidos, o que significa dizer que os objetos materiais dos dois crimes eram distintos, logo, fica afastada qualquer alegação de absorção de um delito pelo outro.

Nesse mesmo sentido, o próprio STJ também afirma que o delito do art. 241-A e o delito do art. 241-B são totalmente autônomos, o que impede a aplicação do princípio da consunção entre eles. Para ilustrar, veja o Tema 1.168: "Os tipos penais trazidos nos arts. 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente são autônomos, com verbos e condutas distintas, sendo que o crime do art. 241-B não configura fase normal, tampouco meio de execução para o crime do art. 241-A, o que possibilita o reconhecimento de concurso material de crimes".

Por isso, a alternativa está totalmente correta ao afirmar que Caio deverá responder pelos dois delitos em concurso material, tendo em vista que, ao praticar duas condutas autônomas, ele efetivamente incorreu em mais de uma ação ou omissão.

Por fim, considerando que a conduta do art. 241-A foi praticada em conjunto com Mévio, que é adolescente, Caio também incorreu na prática do delito do art. 244-B (corrupção de menores). Nesse

caso, é absolutamente irrelevante averiguar se Mévio já se dedicava a atividades criminosas em momento anterior, tendo em vista que o delito em questão é de natureza formal e, portanto, não exige qualquer prova de efetiva corrupção do menor de idade envolvido.

Esse entendimento já foi pacificado na Súmula 500 do STJ: "a configuração do crime do artigo 244-B do ECA independe de prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal".

Sendo assim, é possível concluir que Caio irá responder pelos três delitos (arts. 241-A, 241-B e 244-B), em concurso material.

QUESTÃO 06. Mévia, inconformada com o fim do relacionamento, no período de julho a outubro de 2020, todos os dias, por diversas vezes, contatou Tício seu ex-namorado, homem de 65 anos, expressando o sentimento de mágoa, raiva e desejo de vingança. Inicialmente, os contatos foram através de ligação telefônica, passando a mensagens por aplicativo WhatsApp. Bloqueados tais meios, o contato passou a se dar por mensagens de texto, Instagram e e-mail que, igualmente bloqueados, fez com que Mévia passasse a criar perfis falsos, para o envio de mensagens. Diante desses atos, Tício procura a autoridade competente, em novembro de 2021, manifestando inequívoco desejo de ver os fatos processados. Mévia é denunciada pela contravenção penal de perturbação da tranquilidade (art. 65, do Decreto-lei no 3.688/41), vindo a se tomar ré, em fevereiro de 2021, sendo que, em 15 de março, iniciada a instrução, a vítima é ouvida, ratificando a sua versão e o desejo de ver a ré punida pelos fatos Finalizada a instrução, os autos seguem à conclusão para sentença, em janeiro de 2022. Diante da situação hipotética e considerando que a Lei no 14.132/2021, que tipificou o crime de perseguição, revogando, expressamente, a contravenção penal de perturbação da tranquilidade (art. 65, do Decreto-lei no 3.688/41), entrou em vigor em 31 de março de 2021, assinale a alternativa correta.

a) A punibilidade de Mévia não está extinta, por força do princípio da continuidade normativo-típica, vez que as condutas previstas na contravenção penal revogada permanecem tipificadas no crime de perseguição. Se condenada, Mévia ficará sujeita às penas do novo crime, não sendo caso de intimação de Tício para fins de representação, vez que a ação penal pública incondicionada, em razão de ele ser idoso.

b) A punibilidade de Mévia não está extinta, por força do princípio da continuidade normativo-típica, vez que as condutas previstas na contravenção penal revogada permanecem tipificadas no crime de perseguição. Se condenada, Mévia ficará sujeita às penas do novo crime, sendo, no entanto, necessária a intimação de Tício, para fins de representação, vez que a ação penal é pública condicionada.

c) Extinta a punibilidade de Mévia, por *abolitio criminis* dada a revogação expressa da contravenção penal de perturbação da tranquilidade, não se podendo falar em princípio da continuidade normativo-típica, visto que o crime de perseguição exige vítima mulher.

d) A punibilidade de Mévia não está extinta, por força do princípio da continuidade normativo-típica, vez que as condutas previstas na contravenção penal revogada permanecem tipificadas no crime de perseguição. Se condenada, Mévia ficará sujeita às penas da contravenção penal,

restando, ainda, inequívoco o desejo de Tício de vê-la processada e condenada pelo depoimento prestado em Juízo.

e) Extinta a punibilidade de Mévia, por *abolitio criminis*, dada a revogação expressa da contravenção penal de perturbação da tranquilidade.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre o crime de perseguição.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. A lei n. 14.132/2021 acrescentou o crime de perseguição ao CP, que consiste no ato de perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade. A lei 14.132/2021 também revogou expressamente o art. 65 da Lei de Contravenções Penais, que previa a infração penal de perturbação da tranquilidade.

A despeito da revogação do art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, não houve a automática *abolitio criminis* para todas as condutas que estavam contidas na referida contravenção penal. A possibilidade de continuidade típico-normativa do art. 65 da Lei de Contravenções Penais e do art. 147-A do CP deve ser analisada segundo o caso concreto, tendo em vista que, embora os bens jurídicos protegidos pelos referidos artigos sejam coincidentes (liberdade ou privacidade), a conduta descrita no art. 147-A do CP exige uma prática reiterada, não comportando casos isolados. Assim, dá-se ensejo a duas possíveis situações: 1) O indivíduo está respondendo ou foi condenado por molestamento e, ao se analisar a sua conduta no caso concreto, percebe-se que ela se adequa à descrição do crime de perseguição; nessa situação, podemos afirmar que não houve *abolitio criminis*, mas sim continuidade normativo-típica e o indivíduo continuará respondendo pela contravenção de molestamento; ou 2) O indivíduo está respondendo ou foi condenado por molestamento e, ao se analisar sua conduta, percebe-se que ela não se adequa ao crime de perseguição, concluindo-se que houve abolitio criminis e a consequente extinção da punibilidade.

No caso em análise, a conduta praticada por Mévia subsume-se ao novo tipo penal do crime de perseguição, permitindo a persecução penal. Contudo, tendo em vista que a nova lei prevê sanção penal mais grave que a anterior, deve-se aplicar às penas da contravenção penal, já que os fatos foram praticados em sua vigência, em obediência ao princípio da anterioridade do direito penal e da ultratividade da lei penal mais benéfica. Por fim, o art. 147-A, §3º do CP estabelece que o crime de perseguição somente se procede mediante representação. Tal requisito encontra-se atendido, tendo em vista que a vítima já havia manifestado seu desejo em ver os fatos processados perante o juízo. Os tribunais superiores entendem que a representação se despe de rigores formais. Assim, basta que a vítima ou seu representante deixem claro seu interesse em ver o delito apurado, sendo suficiente, por

exemplo, que façam constar do boletim de ocorrência que desejam ver responsabilizados os autores do crime.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 07. Tendo em conta os preceitos relacionados à pena (espécies, aplicação, reabilitação) constantes do Código Penal e a sua execução, constantes da Lei de Execução Penal, com base na jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Tício, decorrido 2 (dois) anos do dia em que terminou de cumprir a pena a que foi condenado, tendo firmado acordo de não persecução penal por crime diverso, praticado neste interregno, poderá ter o pedido de reabilitação indeferido, por mau comportamento público e privado.

b) Tício, condenado por crime de roubo qualificado, embora reincidente, não teve a condição reconhecida na sentença, circunstância que obsta que o Juízo da Execução a utilize para fins de análise da concessão de benefícios.

c) Tício, condenado por crime de roubo, com simulacro de arma de fogo, a 4 anos de reclusão, conforme o art. 44, inciso I, do CP, poderá ter a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direito.

d) Mévio, condenado em continuidade delitiva, pela prática de crime de apropriação indébita previdenciária, por cinco vezes, terá a incidência da fração de aumento da metade.

e) Caio, condenado pelo crime de tortura (art. 1o, inciso II, da Lei no 9.455/97), pela submissão do filho com deficiência mental, cuja guarda detém, a atos de violência como forma de castigo, não terá a pena agravada, pela circunstância de o crime ter sido praticado em detrimento de descendente (art. 61, II, e), do CP).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre efeitos da condenação.

A alternativa A está correta. O pedido de reabilitação será dirigido ao juiz criminal que proferiu a condenação que se pretende os efeitos da reabilitação. Na apreciação do pedido, serão observados os requisitos previstos no artigo 94, do Código Penal, sendo eles: 1) que se tenha decorrido 02 anos do dia em que for extinta a pena; 2) ressarcimento do dano, salvo absoluta impossibilidade de fazê-lo, até o dia do pedido; 3) domicílio no país; e 4) bom comportamento público e privado durante os dois anos.

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do REsp 2.059.742/RS, decidiu que o fato de o acordo de não persecução penal (ANPP) não gerar reincidência ou maus antecedentes não necessariamente implica o reconhecimento de bom comportamento público e privado para fins de reabilitação criminal, conforme estabelecido no artigo 94, inciso II, do Código Penal (CP).

Segundo o colegiado, a avaliação do bom comportamento deve ser feita com base nas condutas cotidianas do indivíduo, englobando ações éticas, respeitosas e socialmente aceitáveis em todas as áreas da vida, independentemente de estar em um ambiente público ou privado.

A alternativa B está incorreta. A 3ª Seção do STJ concluiu (Tema 1.208) que a reincidência pode ser admitida pelo juiz das execuções penais para análise da concessão de benefícios, ainda que não tenha sido reconhecida pelo juízo que prolatou a sentença condenatória.

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 44, I, do CP, a pena privativa de liberdade não poderá ser substituída por restritiva de direitos quando aplicada pena privativa de liberdade superior a 4 anos e o crime for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. A utilização de simulacro de arma de fogo configura a elementar "grave ameaça" do tipo penal do roubo, devendo ser incluída na hipótese legal que veda a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, conforme entendeu a 3ª Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.994.182.

A alternativa D está incorreta. Conforme a súmula n. 659 do STJ, a fração de aumento de pena no crime continuado deve levar em consideração o número de infrações cometidas, aplicando-se 1/6 pela prática de duas infrações, 1/5 para três, 1/4 para quatro, 1/3 para cinco, 1/2 para seis e 2/3 para sete ou mais.

A alternativa E está incorreta. A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que é possível aplicar, no crime de tortura previsto pelo artigo 1º, inciso II, da Lei 9.455/1997, a agravante definida pelo Código Penal para os casos de delito cometido contra descendente (artigo 61, inciso II, alínea "e", do CP), sem que a incidência da agravante configure *bis in idem*.

QUESTÃO 08. Tendo em conta os Crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que

a) não se aplica o princípio da insignificância, para afastar a tipicidade material da conduta, ao crime de contrabando, por menor que seja a ofensividade da conduta.

b) no crime de peculato-furto, a condição de funcionário público não se comunica ao particular que subtrai o bem, com a concorrência do agente público, respondendo o particular por crime de furto.

c) a importação clandestina de medicamentos configura o crime de contrabando, aplicando-se, excepcionalmente, o princípio da insignificância aos casos de importação não autorizada de pequena quantidade para uso próprio.

d) o crime de usurpação de função pública não se caracteriza se o agente é funcionário público, sem prejuízo de caracterizar, em tese, o crime de exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.

e) a cobrança, pelo médico do SUS, de valores correspondentes a ressarcimento de despesas por técnica cirúrgica não coberta pelo SUS, tipifica o crime de corrupção passiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre Crimes contra a Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a compreensão exarada pelos tribunais superiores, o contrabando é incompatível com a incidência do princípio da insignificância, uma vez que o dano causado com esse delito suplanta a esfera patrimonial, uma vez que a importação de produtos absoluta ou relativamente proibidos tem o condão de causar potencialmente danos de maior gravidade, o que impediria a aplicação do princípio da insignificância a tais crimes.

A alternativa B está incorreta. O particular pode figurar como coautor do crime descrito no § 1º do art. 312 do Código Penal (Peculato-furto). Isto porque, nos termos do artigo 30 do CP, '*não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal,* salvo quando elementares do crime'. Se a condição de funcionário público é elementar do tipo descrito no artigo 312 do Código Penal, esta é de se comunicar ao co-autor (particular), desde que ciente este da condição funcional do autor.

A alternativa C está correta. Em hipóteses excepcionais, o STJ permite o reconhecimento da infração bagatelar do crime de contrabando, se a quantidade de produtos apreendidos é pequena e destinada ao consumo próprio. Isso ocorre tendo em vista a falta de lesão ou perigo de lesão ao bem juridicamente tutelado pela norma penal incriminadora, sob o ponto de vista da tipicidade material (AgRg no REsp 1724405/RS).

A alternativa D está incorreta. O particular que desempenha uma função pública de forma indevida e um funcionário público que exerce função estranha a sua praticam o crime do art. 328 do Código Penal. Logo, é crime comum, que permite até mesmo um funcionário público como sujeito ativo.

A alternativa E está incorreta. Entendeu o STJ, no julgamento do HC 541.447/SP, que para tipificação do art. 317 do Código Penal - corrupção passiva -, deve ser demonstrada a solicitação ou recebimento de vantagem indevida pelo agente público, não configurada quando há mero ressarcimento ou reembolso de despesa. Portanto, a cobrança, pelo médico do SUS, de valores correspondentes a ressarcimento de despesas por técnica cirúrgica não coberta pelo SUS, configura conduta penalmente atípica.

QUESTÃO 09. Caio foi condenado pelo crime de lavagem de dinheiro pelo Juízo da X Vara Criminal, por ter ocultado e dissimulado a natureza de dinheiro proveniente de crimes de roubo qualificado. Houve a incidência da causa de aumento prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro, em razão de o crime ter sido praticado por intermédio de organização criminosa e de forma reiterada. Também se reconheceu a continuidade delitiva, ensejando o aumento da pena, dada a multiplicidade de atos de lavagem. Em sede de Apelação, o Tribunal entendeu pela impossibilidade de incidir a causa de aumento ao crime de lavagem de dinheiro, em decorrência de ter sido praticado por intermédio de organização criminosa, ao argumento de que os fatos foram praticados antes da Lei nº 12.850/2013, que tipificou o crime de organização criminosa. No entanto, em vista da reiteração, o Tribunal manteve a incidência da causa de aumento, sendo mantido, ainda, o reconhecimento da continuidade delitiva, dada a multiplicidade de atos de lavagem. Diante da situação hipotética e tendo em conta a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) A incidência da causa de aumento, prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro, em decorrência de o crime ter sido praticado por intermédio de organização criminosa, a fatos praticados

anteriormente à vigência da Lei nº 12.850/2013, não implica violação ao princípio da anterioridade, dado que, à época, havia a tipificação do crime de quadrilha ou bando, no Código Penal, equiparável.

b) A incidência de causa de aumento, prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro, em decorrência da reiteração, cumulada com o aumento da pena, pelo reconhecimento da continuidade delitiva, implica *bis in idem*, prevalecendo a primeira, pelo princípio da especialidade.

c) A incidência da causa de aumento, prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro, em decorrência de o crime ter sido praticado por intermédio de organização criminosa, a fatos praticados anteriormente à vigência da Lei nº 12.850/2013, não implica violação ao princípio da anterioridade, dado que o delito em tela já contava com previsão em tratados internacionais.

d) A incidência de causa de aumento, prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro, pela reiteração, cumulada com o aumento da pena, pelo reconhecimento da continuidade delitiva, não implica *bis in idem*, pois a primeira diz respeito à habitualidade, e a segunda visa punir a multiplicidade de crimes.

e) A incidência de causa de aumento prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro, em decorrência da reiteração, cumulada com o aumento da pena pelo reconhecimento da continuidade delitiva, implica *bis in idem*, prevalecendo a segunda, por se tratar de norma de caráter geral, constante do Código Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, de acordo com a banca. Todavia, entendemos que está correta a letra E.

A questão trata dos delitos de lavagem de dinheiro (Lei 9.613/98) e de organização criminosa (Lei 12.850/13).

A alternativa A está incorreta. Os fatos praticados antes do surgimento do conceito legal de organização criminosa (que foi primeiramente dado pela Lei 12.694/12 e, na sequência, pela Lei 12.850/13) não podem justificar a incidência da causa de aumento de pena do crime de lavagem de dinheiro, justamente pelo fato de que, à época em que foram praticados, ainda não existia qualquer conceituação acerca do que poderia vir a ser considerado como uma organização criminosa.

Uma vez definido esse conceito por meio da legislação, a causa de aumento de pena passa a poder ser aplicada, mas, em razão do princípio da anterioridade, somente os fatos posteriores à criação da lei poderão receber punição. Ainda, não há espaço para a aplicação do antigo crime de quadrilha ou bando (atualmente chamado de "associação criminosa"), tendo em vista que seus requisitos são distintos daqueles estabelecidos para a organização criminosa.

Nesse mesmo sentido, inclusive, já decidiu o STF: "O crime de quadrilha não se confunde com o de organização criminosa, até hoje sem definição na legislação pátria" (HC 96.007, 2012).

A alternativa B está correta, de acordo com a banca. Para solucionar a questão, precisamos analisar o conteúdo do art. 71 do CP e, também, do art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98.

Art. 71, CP: Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

Art. 1º, §4º, Lei 9.613/98: A pena será aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada, por intermédio de organização criminosa ou por meio da utilização de ativo virtual.

Como se pode perceber a partir da leitura dos dois dispositivos, ambos têm o condão de punir o agente pela reiteração da conduta criminosa. Portanto, em tese, se o agente praticar vários crimes de lavagem de dinheiro de forma reiterada e em condições nas quais se possa constatar a existência da continuidade delitiva, ele estará inserido dentro do campo de abrangência de duas causas de aumento de pena que contam com objetivos muito semelhantes.

Todavia, a incidência simultânea dessas causas de aumento implica, de fato, em uma violação ao princípio da vedação do *bis in idem*, tendo em vista que, nessa situação, o agente terá a sua pena agravada duas vezes em decorrência do mesmo fato, qual seja, a reiteração da conduta criminosa.

Portanto, para evitar esse resultado indesejado, a jurisprudência afirma (como se verá abaixo) que somente uma das duas causas de aumento deverá incidir no caso concreto. Até aqui, a alternativa B está perfeitamente correta.

Todavia, acreditamos que o erro está em afirmar que deverá prevalecer a causa de aumento de pena do art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98. Isso porque, de acordo com o entendimento do STJ, deve prevalecer o aumento de pena decorrente da continuidade delitiva. Para ilustrar, veja os julgados abaixo:

STJ, AgRg no REsp 1.985.757, 2023: Esta Corte Superior possui entendimento no sentido de que é incabível a aplicação da majorante do § 4º, do artigo 1º, da Lei nº 9.613/98, com base na prática reiterada dos crimes, quando tal fundamento já foi considerado no reconhecimento da continuidade delitiva, sob pena de ocorrência de *bis in idem*.

STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.667.301, 2019: Considerando que os agravantes foram condenados, em continuidade delitiva, pelo delito de lavagem de dinheiro, mostra-se inadmissível a incidência da majorante decorrente da habitualidade, prevista no art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/98, na sua redação original, porquanto acarretaria ofensa ao princípio do *non bis in idem*.

Portanto, aplicando-se o entendimento da Corte Superior, o correto seria afastar a causa de aumento de pena da Lei 9.613/98 e aplicar o aumento decorrente da continuidade delitiva, nos termos do art. 71 do CP, o que tornaria a alternativa B incorreta.

A alternativa C está incorreta. Aqui, aplicam-se os mesmos comentários já feitos na alternativa A, acerca da impossibilidade de aplicação da majorante para os fatos anteriores à publicação da lei responsável por definir o conceito de organização criminosa.

Ainda, o mero fato de esse conceito já ter sido previsto anteriormente em uma convenção internacional não é suficiente para a aplicação de uma sanção penal, pois isso configuraria uma violação ao princípio da reserva legal, tendo em vista que somente a lei em sentido estrito pode criar crimes e cominar penas.

Veja, por exemplo, essa decisão do STF: "As convenções internacionais, como a Convenção de Palermo, não se qualificam, constitucionalmente, como fonte formal direta legitimadora da regulação normativa concernente à tipificação de crimes e à cominação de sanções penais" (RHC 121.835, 2015).

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa E está correta, na nossa visão. Como já foi exposto nos comentários da alternativa B, a incidência simultânea da causa de aumento prevista na Lei 9.613/98 (em decorrência da reiteração), e do aumento de pena pelo reconhecimento da continuidade delitiva resulta em inequívoco *bis in idem*.

Nessa hipótese, de acordo com o entendimento firmado pelo STJ no AgRg no REsp 1.985.757 e no AgRg nos EDcl no REsp 1.667.301 (transcritos acima), deve prevalecer o aumento de pena decorrente da continuidade delitiva, ficando afastada a causa de aumento da Lei 9.613/98. Por essa razão, entendemos que a alternativa está correta.

QUESTÃO 10. Considerando os crimes em licitação e contratos administrativos, é correto afirmar.

a) o crime de omissão grave de dado ou de informação por projetista é omissivo puro, caracterizando-se pelo não fazer, sendo, ainda, material, exigindo, para a configuração, o prejuízo ao erário.

b) o crime de fraude à licitação ou contrato tem por objeto material tanto licitações e contratos para aquisição de bens e mercadorias, quanto para a contratação de serviços.

c) o crime de frustração do caráter competitivo de licitação é material, exigindo, para se configurar, o prejuízo ao erário.

d) o crime de contratação inidônea pune de forma diferenciada o agente público que contrata empresa ou profissional inidôneo e aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

e) o crime de patrocínio de contratação indevida é comum, não sendo próprio de funcionário público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre Crimes em licitações e contratos administrativos.

A alternativa A está incorreta. A alternativa está correta ao afirmar que o referido tipo penal é omissivo puro, pois, para sua consumação, basta a abstenção ou a desobediência ao dever de agir, de modo que o resultado desta omissão é irrelevante, se caracterizando como delitos de mera conduta. Todavia, não é correto afirmar que tal delito é material, exigindo o prejuízo ao erário.

A alternativa B está correta. A Fraude em licitação ou contrato está prevista no artigo 337-L do CP, estabelecendo tanto condutas que fraudam a contratação de serviços como de entrega de mercadoria,

como fica claro da leitura dos incisos do referido dispositivo legal: "Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante: I - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais; II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido; III - entrega de uma mercadoria por outra; IV - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido; V - qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato.

A alternativa C está incorreta. A Súmula 645 do STJ estabelece que tal delito é formal, prescindindo o prejuízo ao erário: "O crime de fraude à licitação é formal, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.".

A alternativa D está incorreta. A Contratação inidônea está tipificada no artigo 337-M do CP, o qual estabelece: "Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo". Conforme o § 2º do CP: "Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.", portanto a alternativa está incorreta.

A alternativa E está incorreta. Conforme destaca Fernando Capez, o artigo 337-G tipifica a conduta daquele que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidade vier a ser decretada pelo Poder Judiciário. Sendo este um crime próprio, que somente poderá ser cometido por funcionário público.

QUESTÃO 11. Tendo em conta a Lei de Drogas, assinale a alternativa correta.

a) Se o agente, além de traficar substância entorpecente, também financiar a prática do tráfico, será punido pelos crimes de tráfico de entorpecentes (art. 33, da Lei nº 11.343/2006) e financiar ou custear a prática de tráfico (art. 36, da Lei nº 11.343/2006), em concurso material.

b) O crime de conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de droga (art. 39, da Lei nº 11.343/2006) é de perigo abstrato.

c) A colaboração eventual, como informante, com associação criminosa destinada à prática de crime, caracteriza o crime de associação para o tráfico (art. 35, da Lei nº 11.343/2006).

d) O médico que prescreve substância especificada como droga, capaz de causar dependência, pelo órgão competente, propositadamente, em paciente que dela não precisa, pratica o crime de prescrever ou ministrar droga (art. 38, da Lei nº 11.343/2006).

e) Ao tráfico de entorpecentes praticado no âmbito de Igreja, pelo princípio da reserva legal, não incide a causa de aumento prevista no art. 40, inciso III, da Lei nº 11.343/2006 (que estabelece a majorante em razão do local em que praticado o crime).

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata dos crimes previstos na Lei de Drogas (Lei 11.343/2006).

A alternativa A está incorreta. Apesar de existir uma certa controvérsia doutrinária a respeito da tipificação da conduta do agente que realiza o autofinanciamento para o tráfico de drogas (ou seja, que pratica as condutas do art. 33 da Lei 11.343/2006 e que, ao mesmo tempo, financia a prática do tráfico), o STJ possui o entendimento de que, nesse caso, ele responderá apenas pelo crime do art. 33, majorado pela causa de aumento de pena do art. 40, VII, da Lei 11.343/06.

STJ, HC 306.136, 2015: "Em relação aos casos de tráfico de drogas cumulado com o financiamento ou custeio da prática do crime, o legislador previu, de maneira expressa, a causa especial de aumento de pena prevista no inciso VII do art. 40 da Lei n. 11.343/2006. O agente que atua diretamente na traficância - executando, pessoalmente, as condutas tipificadas no art. 33 da legislação de regência - e que também financia ou custeia a aquisição das drogas, deve responder pelo crime previsto no art. 33 com a incidência da causa de aumento prevista no art. 40, VII, da Lei n. 11.343/2006 (por financiar ou custear a prática do crime), afastando-se, por conseguinte, a conduta autônoma prevista no art. 36 da referida legislação".

Portanto, o delito do art. 36 da Lei 11.343/2006 deve ser aplicado somente nas hipóteses em que o financiador não estiver envolvido nas condutas inerentes ao tráfico de drogas em si.

A alternativa B está incorreta. O crime do art. 39 da Lei 11.343/2006 se constitui como um crime de perigo concreto, pois o seu preceito primário contém a expressão "expondo a dano potencial a incolumidade de outrem". Logo, percebe-se que o dano não foi presumido de maneira abstrata e antecipada pelo próprio legislador, de modo que, para a configuração do crime, é necessária a sua efetiva verificação no caso concreto, sob pena de atipicidade da conduta.

A alternativa C está incorreta. Na verdade, a colaboração eventual, na condição de informante, configura o delito do art. 37 da Lei 11.343/2006: "Colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei". Trata-se de uma conduta criminosa dissociada do delito de associação para o tráfico (art. 35, Lei 11.343/2006).

Entendeu o legislador que a conduta do informante eventual é menos grave e, portanto, não justifica a aplicação da punição prevista para o delito de associação para o tráfico. Todavia, para a sua incidência, é imprescindível que a colaboração seja realmente eventual, pois, se for demonstrado que o agente colaborava com o grupo criminoso de maneira constante e rotineira, ele passará a ser enquadrado na associação para o tráfico, pois terá deixado de ser um mero informante eventual.

A alternativa D está incorreta. Na verdade, a conduta do médico que prescreve ou ministra drogas para seu paciente de maneira proposital (ou seja, de maneira dolosa) incorre no delito de tráfico de drogas, previsto no *caput* do art. 33 da Lei 11.343/2006, que também conta com os verbos "prescrever" e "ministrar". O delito do art. 38 da Lei 11.343/2006, por outro lado, é destinado exclusivamente às condutas culposas.

A alternativa E está correta. De fato, o local em que o crime de tráfico de drogas é realizado pode resultar na incidência de uma causa de aumento de pena, de acordo com a redação da própria Lei 11.343/2006: "Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se: [...] III - a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos".

Perceba que as igrejas não estão expressamente inseridas no inciso transcrito acima. Diante disso, o STJ consolidou o entendimento de que o delito de tráfico de drogas cometido nas imediações das igrejas não recebe essa causa de aumento: "Uma vez que, no Direito Penal incriminador, não se admite a analogia *in malam partem* e porque a hipótese dos autos (tráfico de drogas cometido em local próximo a igrejas) não foi contemplada pelo legislador no rol das majorantes previstas no inciso III do art. 40 da Lei n. 11.343/2006, deve ser afastada a causa especial de aumento de pena em questão" (HC 528.851, 2020).

QUESTÃO 12. Tendo em conta as situações hipotéticas elencadas e a Lei de Abuso de Autoridade, assinale a alternativa correta.

a) O agente penitenciário que impede o advogado de comunicar-se com o seu cliente preso, pratica o crime de violação de prerrogativa do advogado, excepcionada a situação em que o preso se encontrar incomunicável, por falta grave.

b) O auditor fiscal que, em depoimento judicial, presta informações inverídicas a respeito de autuação fiscal, com a finalidade de prejudicar o acusado, em tese, pratica o crime de prestar informação falsa sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo (art. 29, da Lei nº 13.869/2019).

c) O particular que prende pessoa em flagrante delito e não impede que a ação seja filmada por populares, implicando exposição vexatória, em tese, pratica crime de constrangimento ao preso (art. 13, inciso II, da Lei nº 13.869/2019).

d) O particular que, em conjunto com o agente policial, introduz em local de ocorrência de crime, objetos com DNA e digitais de pessoa diversa, com o fim de incriminá-la, em tese, comete o crime de fraude processual (art. 23, da Lei nº 13.869/2019).

e) O serventuário cartorário que, por excesso de trabalho, deixa de submeter à apreciação do Juiz, pedido de liberdade provisória, em tese, comete o crime de impedimento ou retardamento de pleito de preso à autoridade competente (art. 19, da Lei nº 13.869/2019).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata de diversos delitos previstos na Lei 13.869/19 (Lei de Abuso de Autoridade).

A alternativa A está incorreta. Na verdade, mesmo que o preso se encontre incomunicável, ainda configura crime o ato de impedir o advogado de comunicar-se com ele, como se vê a partir da leitura do art. 7º, III, c/c art. 7º-B, ambos da Lei 8.906/94.

A alternativa B está incorreta. O erro da alternativa está na expressão "em depoimento judicial", pois, na verdade, o auditor fiscal que presta informações falsas no âmbito de um depoimento judicial pratica o delito de falso testemunho, previsto no art. 342 do CP: "Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral". Nessa hipótese, portanto, fica afastada a tipificação do delito do art. 29 da Lei 13.869/19.

A alternativa C está incorreta. As condutas típicas da Lei 13.869/19 são consideradas como próprias, pois todas têm o agente público como sujeito ativo, sendo certo que os particulares não podem figurar sozinhos como autores dos delitos previstos na legislação em questão. Portanto, mesmo que um particular eventualmente realize uma prisão em flagrante delito (conduta autorizada pelo art. 301 do CPP), não impeça a filmagem da ação por populares e, consequentemente, acabe dando causa a uma exposição vexatória do preso, não estará configurado o delito do art. 13, inciso II, da Lei 13.869/19, pois esse particular não pode, sozinho, ser considerado como sujeito ativo do referido delito.

A alternativa D está correta. O art. 23 da Lei 13.869/19 estabelece a seguinte conduta criminosa: "Inovar artificiosamente, no curso de diligência, de investigação ou de processo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de eximir-se de responsabilidade ou de responsabilizar criminalmente alguém ou agravar-lhe a responsabilidade".

Portanto, se um particular e um policial, atuando em conjunto, realizarem a inserção fraudulenta de DNA e digitais de uma pessoa em um local de crime com a finalidade específica de incriminá-la, terão praticado a conduta típica acima descrita.

Vale ressaltar que os delitos da Lei 13.869/19 são próprios, pois exigem que o sujeito ativo detenha a qualidade de agente público. Portanto, é certo que o particular, por si só, não pode responder por nenhum dos seus tipos penais, mas, nas hipóteses em que ele estiver atuando em conjunto com o agente público, essa circunstância se comunicará para ele, como prevê o art. 30 do CP: "Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime". Logo, o particular, quando acompanhado na empreitada criminosa por um agente público, poderá ser tido como autor dos tipos penais da Lei 13.869/19.

A alternativa E está incorreta. A alternativa foi clara ao afirmar que a conduta do agente público em questão foi uma decorrência do excesso de trabalho a que ele estava submetido, de modo que não é possível verificar a presença de dolo específico em suas ações, o que afasta a possibilidade de condenação pelos delitos da Lei 13.869/19.

Essa afirmação é fundamentada no art. 1, §1º, da referida legislação: "As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal". Portanto, ausente as finalidades específicas referidas nesse dispositivo (por exemplo, a finalidade de beneficiar a si mesmo), a conduta do agente público não irá se subsumir a qualquer tipo penal lá exposto.

QUESTÃO 13. Sobre o foro por prerrogativa de função, é correto afirmar que:

a) o foro por prerrogativa de função se estende a magistrado aposentado.

b) a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente por Constituição Estadual.

c) compete ao Supremo Tribunal Federal o processamento e julgamento de parlamentar federal por crime comum, praticado quando já diplomado, ainda que não relacionado à função.

d) a instauração de inquérito policial e demais atos investigativos, inclusive os promovidos pelo Ministério Público, em face de agentes detentores de foro por prerrogativa da função, necessita de prévia autorização do órgão judiciário competente para processar e julgar a ação originária.

e) compete ao Superior Tribunal de Justiça o processamento e julgamento de desembargador, por crime comum, desde que relacionado à função judicante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre competência processual penal.

A alternativa A está incorreta. O STJ entende que a superveniente aposentadoria da autoridade detentora do foro por prerrogativa de função cessa a competência do Superior Tribunal de Justiça para o processamento e julgamento do feito, mesmo que o fato delituoso tenha ocorrido quando o agente ainda era detentor de prerrogativa de foro.

A alternativa B está correta. A súmula vinculante nº 45 preconiza que a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente por Constituição Estadual.

A alternativa C está incorreta. O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas, conforme entendimento pacificado do STF (AP 937).

A alternativa D está incorreta. Sobre a necessidade de prévia autorização para instauração de atos de investigação, como regra geral, a jurisprudência não exige a atuação da Corte responsável pelo julgamento: "3. Diferentemente das autoridades sujeitas ao regime de prerrogativa de foro nesta Suprema Corte, onde há norma regimental expressa a condicionar a instauração do inquérito à determinação/autorização do Ministro Relator (artigo 21, XV, do RISTF), não existe disciplina normativa equivalente com relação aos Prefeitos Municipais (artigo 29, X, da CF), que se sujeitam, quanto à instauração do inquérito, às normas comuns do CPP. Por outro lado, os inquéritos instaurados contra Prefeitos submetem-se à supervisão judicial, sob a consequência de invalidade dos atos investigativos colhidos contra o detentor da prerrogativa. (...) Já quanto aos Prefeitos, a norma do artigo 29, X, da CF, garante apenas o "julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça", e nada dispõe a respeito de autorização/determinação judicial para o início das investigações. Submetem-se os Prefeitos Municipais, desse modo, quanto à instauração do inquérito, às normas ordinárias do CPP,

aplicável à generalidade dos cidadãos, as quais não exigem autorização jurisdicional para a mera abertura de investigações preliminares. (...) 26.1. Em outros termos, é desnecessária autorização judicial para o início das investigações, porém, é imprescindível que o inquérito tramite sob supervisão judicial – registrado e distribuído no Tribunal competente para o julgamento do titular da prerrogativa de foro -, sob a consequência de invalidade dos elementos probatórios colhidos contra o detentor da prerrogativa. (STF, AP 912/PB, 1ª T, J. 07/03/2017)";

"2. A jurisprudência tanto do Pretório Excelso quanto deste Sodalício é assente no sentido da desnecessidade de prévia autorização do Judiciário para a instauração de inquérito ou procedimento investigatório criminal contra agente com foro por prerrogativa de função, dada a inexistência de norma constitucional ou infraconstitucional nesse sentido, conclusão que revela a observância ao sistema acusatório adotado pelo Brasil, que prima pela distribuição das funções de acusar, defender e julgar a órgãos distintos. 3. O Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento de que o mero indiciamento em inquérito policial, desde que não seja abusivo e ocorra antes do recebimento da exordial acusatória, não constitui manifesto constrangimento ilegal a ser sanável na via estreita do writ. (STJ, AgRg no HC 404228 / RJ, 5ª T, 01/03/2018)".

Destaca-se que, quando a prerrogativa de foro é do próprio STF há necessidade desta autorização: "5. A Polícia Federal não está autorizada a abrir de ofício inquérito policial para apurar a conduta de parlamentares federais ou do próprio Presidente da República (no caso do STF). No exercício de competência penal originária do STF (CF, art. 102, I, "b" c/c Lei nº 8.038/1990, art. 2º e RI/STF, arts. 230 a 234), a atividade de supervisão judicial deve ser constitucionalmente desempenhada durante toda a tramitação das investigações desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia pelo dominus litis. 6. Questão de ordem resolvida no sentido de anular o ato formal de indiciamento promovido pela autoridade policial em face do parlamentar investigado. (STF, Inq. 2.411QO/MT, Pleno, J. 10/10/2007)"

A alternativa E está <u>incorreta.</u> O STJ entende que o crime cometido por desembargador, <u>mesmo que não esteja relacionado com suas funções,</u> deverá ser julgado pelo STJ se a remessa para a 1ª instância significar que o réu seria julgado por um juiz de 1º grau vinculado ao mesmo tribunal que o desembargador (APn 878-DF).

QUESTÃO 14. No corrente ano, aproveitando as férias, Tício, maior, viajou de ônibus para a sua cidade natal. Durante o trajeto (dentro do mesmo estado da federação), próximo ao seu destino, o ônibus é parado pela Polícia Rodoviária Federal, para inspeção de praxe. Diante do nervosismo de Tício, o agente decide vistoriar suas bagagens, nas quais foram encontrados 400 gramas de haxixe. Tício foi preso em flagrante delito, optando por ficar em silêncio. Uma vez lavrado o auto de prisão pela autoridade policial competente, o feito é remetido à Justiça Estadual, sendo realizada audiência de custódia, no dia seguinte, pelo juiz de garantias, em vara criada, recentemente, na região, em conformidade com o julgamento da matéria, no STF. Embora o Ministério Público tenha se oposto à concessão da liberdade provisória, apontando a presença de antecedentes criminais, o juiz a concede, mediante a fixação de fiança. A substância apreendida foi submetida a uma perícia preliminar, que atestou o princípio ativo do entorpecente. O laudo definitivo, embora tenha chegado à mesma conclusão, foi juntado sem a assinatura do técnico, o que se deu por um lapso, haja vista a identificação, na peça, do nome do perito oficial responsável para exará-lo. Observados os prazos legais, foi ofertada denúncia,

imputando tráfico de entorpecentes (art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006). Diante disso, o juiz de garantias intima o acusado para apresentação da defesa preliminar, a qual é ofertada, tendo recebido a acusação. A partir de então, o caso é distribuído a uma das Varas Criminais, para prosseguimento do feito, sendo que, ao fim da instrução, o réu é absolvido, por falta de materialidade, dada a nulidade do laudo definitivo, exarado sem assinatura do perito.

Acerca do caso listado, assinale a alternativa correta.

a) Não poderia ter sido concedida liberdade ao preso, pois, sendo o tráfico equiparado a crime hediondo, tanto a liberdade provisória quanto a sua concessão, mediante fiança, estão vedadas.

b) A ausência de assinatura do perito, no laudo definitivo, é causa de nulidade irremediável, ainda que, no caso analisado, houvesse outro exame preliminar, atestando a natureza ilícita da droga.

c) Uma vez ofertada a acusação formal, deveria cessar, de imediato, a competência do juiz de garantias, tendo invadido a competência funcional do juiz do processo ao realizar juízo positivo de admissibilidade da acusação.

d) Considerando que a apreensão das drogas foi realizada pela Polícia Rodoviária Federal, a competência para apuração do crime de tráfico deveria ser da Justiça Federal e não da competência estadual.

e) A revista empreendida pela Polícia Rodoviária Federal na bagagem de Tício, redundando na apreensão da droga e em sua prisão em flagrante, configura prova ilícita, eis que necessária a demonstração de fundada suspeita para a diligência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do crime de tráfico de drogas, previsto na Lei 11.343/2006.

A alternativa A está incorreta. A CF (art. 5º, XLIII), a Lei 8.072/1990 (art. 2º, II) e a Lei 11.343/2006 (art. 44) estabelecem, de maneira taxativa, a vedação à concessão de fiança para os crimes hediondos e equiparados, dentre os quais se inclui o delito de tráfico de drogas. Portanto, a alternativa está correta ao mencionar a impossibilidade de fiança nesse caso.

Todavia, o seu erro está em afirmar que não é possível a concessão da liberdade provisória. Há muito tempo, o STF já consagrou o entendimento de que a vedação à concessão de fiança não é, por si só, argumento suficiente para negar o direito à liberdade provisória nas hipóteses em que não estiverem presentes os requisitos para a segregação cautelar do agente (arts. 312 e 313, CPP). Em razão do princípio da presunção de inocência e, também, da natureza cautelar das prisões processuais, deve ser reconhecido ao acusado o direito de receber a liberdade provisória quando a sua segregação não se justificar, sendo possível, inclusive, a imposição de alguma medida cautelar diversa da prisão (desde que não seja a fiança, pois, em crimes hediondos ou equiparados, ela é vedada).

Recentemente, reafirmando a sua jurisprudência, o STF fixou a seguinte tese no Tema 959: É inconstitucional a expressão "e liberdade provisória", constante do caput do artigo 44 da Lei nº 11.343/2006.

Com isso, apesar de o art. 44 da Lei 11.343/2006 vedar a liberdade provisória, essa vedação é inconstitucional, logo, a alternativa está incorreta.

A alternativa B está incorreta. Na verdade, o STJ possui entendimento consolidado afirmando que a mera ausência de assinatura do laudo toxicológico por parte do perito não gera a sua nulidade, desde que seja possível comprovar a identidade do perito em questão e, também, a natureza da droga.

Isso foi recentemente definido no Tema 1.206: "A simples falta de assinatura do perito encarregado pela lavratura do laudo toxicológico definitivo constitui mera irregularidade e não tem o condão de anular a prova pericial na hipótese de existirem outros elementos que comprovem a sua autenticidade, notadamente quando o expert estiver devidamente identificado e for constatada a existência de substância ilícita".

A alternativa C está correta. Apesar de o art. 3º-C do CPP estabelecer que a competência do juiz das garantias cessa com o recebimento da denúncia ou da queixa, o STF recentemente afirmou que, na verdade, a atuação do juiz das garantias se encerra com o oferecimento da denúncia ou queixa, de modo que o seu recebimento é uma atribuição do juiz da instrução da ação penal (ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305). Portanto, no caso concreto narrado pelo enunciado, de fato, o juiz das garantias, ao realizar o juízo positivo de admissibilidade da peça acusatória, invadiu a competência funcional do juiz da instrução.

A alternativa D está incorreta. O fato de uma instituição federal ter sido responsável por realizar a prisão em flagrante do agente não é suficiente para que se possa considerar a Justiça Federal como competente para seu processo e julgamento. Isso porque as regras de competência devem estar sempre expostas de maneira taxativa na legislação, e, no caso da Justiça Federal, essas regras se encontram no art. 109 da CF, o qual não faz menção a nenhuma situação semelhante a essa.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, o STJ possui entendimento de que a inspeção realizada pela Polícia Rodoviária Federal nas bagagens pertencentes aos passageiros de ônibus, durante uma inspeção de rotina, tem natureza meramente administrativa e, portanto, não necessita de qualquer indicação prévia de fundada suspeita (HC 625.274, 2023). Logo, não houve qualquer ilicitude na conduta dos policiais envolvidos na apreensão.

QUESTÃO 15. Sônia sempre manteve uma vida correta. Contudo, em virtude da perda do emprego, no período da crise sanitária de covid-19, se viu em uma situação econômica bastante delicada, razão pela qual decidiu se aventurar e adquirir, para revenda, milhares de cigarros estrangeiros, sem registro na ANVISA, para seu azar, quando estava voltando do Paraguai, já no Brasil, é instada a parar em uma Blitz da Polícia Militar do Estado do Paraná. Desesperada, com medo de ser presa, não atende à ordem, arrancando para cima da polícia, atropelando e matando um deles. Embora presa em flagrante delito, é solta, na audiência de custódia, sendo-lhe concedida liberdade provisória, com condições. Pelos fatos acima, é acusada da prática de homicídio duplamente qualificado (art. 121, § 2o, incisos V e VII, CP), além de contrabando (334-

a, II, CP) e resistência, perante o Tribunal do Júri, na esfera federal. Ao final da primeira fase do procedimento, é pronunciada pelos três crimes. Perante o Plenário, é absolvida pelo Júri, com base na negativa ao quesito da autoria (2º quesito), sendo os demais delitos, contudo, diante da absolvição do crime doloso contra a- vida, analisados e julgados pelo Juiz Presidente, que condenou a ré à pena de 2 meses, pela resistência, além de 2 anos, pelo contrabando. A acusação recorre apenas sob a alegação de que a absolvição foi manifestamente contrária à prova dos autos. A defesa, por seu turno, apela das condenações, alegando que o Júri popular deveria apreciar também os demais crimes, e não o Juiz Presidente. O tribunal deu provimento a ambos os apelos, anulando tudo. Em novo julgamento, a acusada é condenada pelos três crimes, no Júri popular, sendo aplicadas as penas de 13 anos e 10 meses, pelo homicídio duplamente qualificado, além de 3 anos, pelo contrabando, e de 4 meses, pela resistência, tendo a sua prisão sido decretada, no ato, por força da condenação final à pena igual ou superior a 15 anos.

Acerca do caso, assinale a alternativa correta.

a) Ainda que tenha havido novo julgamento, as penas anteriormente fixadas para os crimes de resistência e contrabando, considerando a inexistência de recurso ministerial para majorá-las, não poderiam ter sido exasperadas, sob pena de *reformatio in pejus* indireta.

b) Ainda que a absolvição, pela negativa da autoria, fosse manifestamente contrária à prova dos autos, incabível o recurso para anular o julgamento, dada a soberania dos veredictos e a decisão mais favorável ao réu, conforme julgados do Supremo Tribunal Federal, que, inclusive, reconheceu a repercussão geral da matéria.

c) Dada a inexistência de interesse da União, sendo o homicídio praticado contra um policial militar da esfera estadual, bem como a falta de conexão entre os crimes, a competência para apurar o crime doloso contra a vida, além da resistência, deveria tramitar no Tribunal do Júri, na esfera estadual, havendo desmembramento quanto ao contrabando, cuja apuração deve tramitar perante a Justiça Federal.

d) Havendo absolvição do crime doloso contra a vida, a competência dos jurados cessa para julgar os demais crimes, sendo a anulação do julgamento equivocada.

e) A decretação da prisão imediata não observou a lei infraconstitucional, pois a condenação, para fins de execução, apenas leva em consideração a condenação pelo crime doloso contra a vida, que foi inferior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre competência do tribunal do júri.

A alternativa A está correta. O artigo 617 traz a proibição da reforma da decisão em prejuízo do réu recorrente, quando ausente recurso da acusação, tal dispositivo enuncia o princípio basilar recursal da "*non reformatio in pejus*", o qual traz garantias mínimas para o acusado recorrente.

Proíbe-se, também e como consectário lógico, a *reformatio in pejus* indireta, impedindo que, nos casos em que a decisão impugnada pelo acusado seja anulada pelo tribunal, a nova decisão venha a ser mais gravosa aos interesses da defesa. Nestes casos, a primeira sentença gera um efeito prodrômico em

relação à segunda, visto que, no segundo julgamento, o órgão julgador tem como patamar máximo a pena imposta na primeira sentença. Sendo assim, a alternativa está correta.

A alternativa B está incorreta. A garantia constitucional da soberania dos veredictos do júri (art. 5º, XXXVIII, c, da CF) tem como reflexo a imutabilidade relativa da decisão tomada pelos jurados, pois somente aos juízes leigos é dado deliberar sobre a procedência ou improcedência da pretensão punitiva estatal. O postulado constitucional é temperado, todavia, pela possibilidade de interposição de apelação contra a decisão do júri, na hipótese de o veredicto revelar-se manifestamente contrário à prova dos autos (art. 593, III, d, do CPP).

A alternativa C está incorreta. O CPP dispõe, no seu art. 78, I, que o júri exerce força atrativa para julgar os crimes conexos e continentes, salvo se militares ou eleitorais. Dessa forma, os crimes federais conexos com crimes dolosos contra a vida de competência estadual serão julgados pelo Tribunal do Júri.

A alternativa D está incorreta. Se os jurados absolveram o acusado do crime principal doloso contra vida, afere-se que reconheceram sua competência para julgamento, logo sobre eles também recairá a competência de julgar o crime conexo.

A alternativa E está incorreta. A Lei nº 13.964/19 (Pacote Anticrime) promoveu alterações ao artigo 492 e seus parágrafos, tratando da sentença no Tribunal do Júri. Destarte, conferiu nova redação à alínea "e", do inciso I, do artigo 492 do CPP, prevendo que, em caso de condenação pelo Tribunal do Júri, quando for aplicada pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão, a regra será a execução provisória das penas, com expedição do mandado de prisão, se for o caso, sem prejuízo do conhecimento de recursos que vierem a ser interpostos. O dispositivo legal em análise menciona "execução provisória das penas" no plural e não no singular. Isso porque pode haver concurso de crimes dolosos contra a vida e delitos conexos que também serão julgados pelo Tribunal do Júri. Desse modo, se a soma das penas do crime comum com aquele da competência do Tribunal do Júri ou a pena aplicada ao crime doloso contra a vida for igual ou superior a 15 anos de reclusão, a regra será a execução provisória da pena.

QUESTÃO 16. Semprônia mulher trans, mantém um relacionamento amoroso com Caio, homem cis, há alguns anos. Recentemente, em virtude da perda do emprego, Caio, devido a quadro depressivo, passou a se dar ao hábito de beber além do razoável, tomando-se uma pessoa mais agressiva e violenta. Diante disso, Semprônia resolve encerrar o relacionamento, sendo que, desde então, Caio passa a ameaçá-la, dizendo que, se eles não reatassem, iria dar cabo de sua vida e depois da sua própria. Diante disso, temerosa de que a situação pudesse se concretizar, comparece perante o Juizado da Vara de violência doméstica e familiar contra a mulher, na sua região, e subscreve, de próprio punho, uma breve exposição dos fatos, fazendo pedido para que a Justiça a proteja, sendo que, diante disso, o juiz, com base nas suas declarações, concede as medidas protetivas de urgência, consistentes na proibição de aproximação da ofendida, bem como de contato com ela, fixando o prazo de 180 dias para reavaliação da situação. Após a concessão das medidas protetivas, Semprônia registra boletim de ocorrência e representa pelos fatos, sendo então instaurado o inquérito policial, levando ao oferecimento de denúncia pelo crime de ameaça (art. 147, caput, CP). Antes de proceder à análise do juízo de admissibilidade da inicial, o juiz, a pedido do acusado, designa audiência virtual, para que a vítima confirme, ou não, a sua representação. Em referida audiência, a vítima manifesta o desejo de desistir da apuração, mediante renúncia, requerendo, contudo, a manutenção das medidas protetivas,

sendo ambos os pedidos acatados pelo juiz. No que concerne ao exemplo hipotético trazido, assinale a alternativa correta.

a) Embora a Lei no 11.340/2006 não imponha um limite temporal máximo para vigência das medidas protetivas, deve-se observar o prazo mínimo de 90 dias, para reavaliação, conforme sistemática das medidas cautelares penais, sob pena de revogação imediata.

b) Embora possível a designação de audiência com a finalidade específica quanto à verificação da renúncia da representação, tal ato só pode ocorrer mediante pedido da ofendida e não da outra parte.

c) Uma vez encerrada a investigação criminal, por arquivamento, sem oferecimento de acusação, ou extinta a punibilidade do ofensor, as eventuais medidas protetivas concedidas deverão ser extintas, por falta de cautelaridade, independentemente da oitiva da vítima.

d) As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas independentemente da tipificação do fato, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial, embora fosse necessário o registro anterior de boletim de ocorrência.

e) A ofendida, por se tratar de pessoa trans, não faria jus às medidas protetivas de urgência previstas na lei de violência doméstica e familiar contra a mulher, dado que a legislação leva em consideração apenas o sexo biológico, e não o gênero, da vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre a lei 11.340/2006.

A alternativa A está incorreta. A redação originária da Lei Maria da Penha não previu prazo de duração para as medidas protetivas de urgência deferidas em favor da vítima de violência doméstica. Nada obstante, a Lei 14.550/2023, que acrescentou o § 6º ao art. 19 daquela norma especial, preconizou a vigência "enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida e de seus dependentes". Desse modo, cabe ao juiz analisar as particularidades de cada caso a fim de manter tais medidas por um período adequado e suficiente a garantir a proteção da mulher.

A alternativa B está correta. O STF realizou interpretação conforme a CF desse dispositivo e concluiu que apenas a vítima pode requerer a audiência prevista no art. 16 para a renúncia de sua representação, sendo vedado ao poder judiciário designá-la de ofício ou a requerimento de outra parte (ADI 7267).

A alternativa C está incorreta. A Terceira Seção do STJ decidiu que, independentemente da extinção da punibilidade do autor, a mulher em situação de violência deve ser ouvida acerca da necessidade da manutenção de medidas protetivas de urgência, antes de sua cessação (REsp 1.775.341).

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 18, §5º, do CP, as medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

A alternativa E está incorreta. A Sexta Turma do STJ estabeleceu que a Lei 11.340/2006 também deve ser aplicada aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transgênero.

QUESTÃO 17. Quanto à conduta que o magistrado deve adotar, em prol do devido processo legal e da regularidade formal do procedimento, assinale a alternativa correta.

a) Uma vez ofertada denúncia, havendo alegação defensiva de recusa injustificada de proposta de acordo de não persecução penal, por parte do promotor de justiça, o magistrado, verificando sua plausibilidade, deverá ofertar o benefício, garantindo a fruição deste direito pelo imputado.

b) Tratando-se de ação penal por de crime de estelionato, por fatos ocorridos antes da Lei no 13.964/2019, quando não se exigia representação, por denúncia formulada após a entrada em vigor, o juiz, verificando a ausência de manifestação inequívoca da vítima quanto ao interesse na persecução, deve intimá-la, para que, no prazo de 30 dias, represente, para prosseguimento.

c) Uma vez ofertada denúncia, havendo alegação defensiva de recusa injustificada de proposta de acordo de não persecução penal, por parte do promotor de justiça, o magistrado, verificando sua plausibilidade, deverá rejeitar a acusação, com base na falta de interesse processual.

d) Constatada ofensa de correlação entre acusação e sentença, o tribunal, de ofício, em recurso exclusivo da defesa, deverá anular a condenação, a fim de que a acusação possa emendar a inicial, para que outra sentença seja proferida.

e) Uma vez constatada a inépcia da inicial, em vez de rejeitar, de plano, a acusação, o juiz deve encaminhar o feito, para emenda do órgão acusador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre o devido processo legal.

A alternativa A está incorreta. O STF entende que "não cabe ao Poder Judiciário, que não detém atribuição para participar de negociações na seara investigatória, impor ao MP a celebração de acordos." (HC 194677/SP, veiculado no informativo 1017). Neste sentido, quando o magistrado não concorda com o não oferecimento do ANPP, este deve utilizar o artigo 28-A,§14, o qual estabelece a remessa dos autos ao órgão superior, nos termos do artigo 28 do CPP.

A alternativa B está correta. O STF entende que há retroatividade da lei penal no que tange a necessidade de representação no delito de estelionato, visto que tal norma tem natureza híbrida, pois trata de tema processual penal, mas também afeta o poder de punir estatal. Sendo assim, "a aplicação da nova norma deve ocorrer nos processos em andamento ,mesmo após o oferecimento da denúncia, mas desde que antes do trânsito em julgado" HC 208.817/RJ.

O prazo de 30 dias para oferecer a representação foi extraído do artigo 91 da lei 9.099/95: "quando não houver inequívoca manifestação de vontade da vítima no sentido do interesse na persecução criminal, cumpre intimar a pessoa ofendida para oferecer representação, nos moldes do previsto no art. 91 da Lei 9.099/95, aplicado por analogia". (HC 180.421AgR/SP).

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme entendimento do STJ, quando o Tribunal, em recurso exclusivo da defesa, reconhece ofensa ao princípio da correlação, deverá anular a sentença e absolver o réu e não determinar o retorno dos autos para o juízo *a quo*: "Reconhecido, em recurso exclusivo da defesa, que a sentença condenou o réu por fatos que não estavam descritos na denúncia, cabe ao Tribunal somente anular a sentença e absolver o réu, mas não determinar o retorno dos autos ao primeiro grau. (AgRg no HC 559.214/SP)

A alternativa E está incorreta. Diferentemente do que é afirmado pela alternativa, o juízo não deve determinar o retorno dos autos ao MP, mas sim rejeitar a acusação: "Resulta forçoso concluir que a necessária consequência do reconhecimento da inépcia de denúncia, ante a ausência de individualização da conduta do paciente, deve ser a rejeição da peça acusatória, impondo-se o trancamento da ação penal, ainda que possibilitando ao órgão acusatório, a proposição de nova inicial. Ordem concedida, em consonância com o parecer ministerial, para, reconhecida a inépcia da denúncia, determinar o trancamento da Ação Penal n. 0009215-17.2015.8.03.0001, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, sem prejuízo de que o Ministério Público ofereça nova denúncia contra o paciente, se preenchidos os requisitos mínimos do art. 41 do CPP e observados os prazos prescricionais aplicáveis." (HC 347.748/AP).

QUESTÃO 18. Acerca do julgamento quanto à constitucionalidade do juiz de garantias, implementado pela Lei no 13.964/2019, no Supremo Tribunal Federal, e da interpretação conferida pela Suprema Corte à lei e de sua repercussão no processo, assinale a alternativa correta.

a) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão.

b) O juiz de garantias não se aplica aos processos de competência originária dos tribunais, processos de competência do tribunal do júri, aos casos de violência doméstica e familiar e aos casos de menor potencial ofensivo.

c) Após o recebimento da denúncia ou queixa, o juiz da instrução e julgamento deverá reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso, no prazo máximo de quinze dias.

d) Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará a vítima, o investigado e a autoridade policial, não podendo o magistrado submeter o arquivamento à revisão da instância competente do órgão ministerial.

e) O juiz que, na fase de investigação, praticar qualquer ato incluído nas competências do juiz de garantias ficará impedido de funcionar no processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre juiz de garantias.

A alternativa A está incorreta. A alternativa traz a literalidade do artigo 157, §5º, do CPP, que dispõe: "O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão.". Tal dispositivo foi declarado inconstitucional no julgamento das ADIs 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF e 6.305/DF pelo STF.

A alternativa B está correta. No julgamento das ADIs 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF e 6.305/DF, pelo STF, tópico X restou determinado que: "por unanimidade, atribuir interpretação conforme à primeira parte do caput do art. 3º-C do CPP, para esclarecer que as normas relativas ao juiz das garantias não se aplicam às seguintes situações: (a) processos de competência originária dos tribunais, os quais são regidos pela Lei 8.038/1990; (b) processos de competência do tribunal do júri; (c) casos de violência doméstica e familiar; e (d) infrações penais de menor potencial ofensivo;".

A alternativa C está incorreta. O STF, no julgamento das ADIs 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF e 6.305/DF, declarou a inconstitucionalidade do termo "recebimento" contido no § 2º do art. 3º-C do CPP, e atribuiu interpretação conforme ao dispositivo para assentar que, após o oferecimento da denúncia ou queixa, o juiz da instrução e julgamento deverá reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso, no prazo máximo de dez dias.

A alternativa D está incorreta. O STF, no julgamento das ADIs 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF e 6.305/DF, por maioria, atribuiu interpretação conforme ao caput do art. 28 do CPP, para assentar que, ao se manifestar pelo arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público submeterá sua manifestação ao juiz competente e comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial, podendo encaminhar os autos para o Procurador-Geral ou para a instância de revisão ministerial, quando houver, para fins de homologação, na forma da lei.

A alternativa E está incorreta. O STF, no julgamento das ADIs 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF e 6.305/DF, declarou a inconstitucionalidade do caput do artigo 3º-D do CPP, que estabelecia: "O juiz que, na fase de investigação, praticar qualquer ato incluído nas competências dos arts. 4º e 5º deste Código ficará impedido de funcionar no processo.".

QUESTÃO 19. Tício, denunciado pelo crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei no 11.343/2006), encerrada a instrução penal, teve a conduta desclassificada para o tráfico privilegiado (art. 33, parágrafo 4, da Lei no 11.343/2006). Por força da desclassificação, o Juiz determinou que o Ministério Público se manifestasse a respeito da proposta de acordo de não persecução penal, embora Tício, ao longo de toda a instrução, tenha negado a prática delitiva. O Ministério Público apresentou a proposta de não persecução penal, que foi aceita por Tício, que se comprometeu a uma série de obrigações, dentre as quais, manter atualizado o endereço residencial. Homologado judicialmente o acordo, Tício não foi localizado no endereço então fornecido, para dar início ao cumprimento do acordo. Intimado o defensor, para fins de atualização do endereço, este informou ter perdido contato com o cliente, pleiteando a intimação, por edital. Dada a não localização de Tício, o Ministério Público manifestou-se pela rescisão do acordo de não persecução penal, pleito acatado pelo Juiz.

Diante da situação hipotética e, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Uma vez que não se oportunizou a Tício justificar o inadimplemento das obrigações a que se comprometeu, através de intimação válida é equivocada a rescisão do acordo de não persecução penal.

b) Uma vez que o acordo de não persecução penal é inaplicável a qualquer modalidade de tráfico é equivocada a proposta de acordo de não persecução a Tício.

c) Não tendo confessado a prática delitiva ao longo de toda a instrução é equivocada a proposta de acordo de não persecução penal a Tício.

d) A confissão, embora requisito ao acordo de não persecução penal, pode ser colhida na oportunidade da celebração do acordo, razão pela qual a negativa de autoria de Tício, ao longo da instrução, não implicou obstáculo à propositura e homologação do ato negocial.

e) Uma vez que o acordo de não persecução penal é ato negocial preliminar à ação penal é equivocada a proposta de acordo de não persecução penal a Tício, visto que a desclassificação se deu apenas após encerrada a instrução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre o acordo de não persecução penal (ANPP).

A alternativa A está incorreta. Conforme entendimento do STJ, o artigo 28-A do CPP, que estabelece regras acerca do ANPP, não exige intimação do investigado, para justificar as razões do descumprimento do acordo: "Prevê o §10 do art. 28-A do Código de Processo Penal que o descumprimento das condições impostas no acordo de não persecução penal implica a revogação do benefício, devendo o Ministério Público comunicar o fato ao juízo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia, não havendo previsão legal para que o investigado seja intimado, mesmo que por edital, para justificar o descumprimento das condições pactuadas, tampouco sendo o caso de aplicação analógica do art. 118, §2º, da Lei de Execuções Penais, visto que o paciente não se encontra em situação de execução de pena privativa de liberdade." HC nº 809.639/GO.

A alternativa B está incorreta. O STJ entende cabível a aplicação do ANPP ao tráfico privilegiado: "Uma vez reconhecida a aplicação da minorante do tráfico privilegiado, os patamares abstratos de pena estabelecidos na lei situam-se dentro do limite de 4 anos para a pena mínima, previsto no art. 28-A do CPP. Além disso, com a aplicação da minorante neste STJ, o acusado tem direito ao ANPP, mesmo se o Parquet tiver descrito os fatos na denúncia de maneira imperfeita, pois o excesso de acusação (overcharging) não deve prejudicar o acusado. No caso dos autos estão presentes os requisitos para proposta do ANPP, quais sejam: 1) confissão formal e circunstanciada; 2) infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos; e 3) necessidade e suficiente para reprovação e prevenção do crime." (HC 822.947/GO)

A alternativa C está incorreta. A jurisprudência do STF e do STJ entendem que a confissão, em sede do ANPP, é formal e circunstanciada, sendo exigida apenas quando do oferecimento deste, e não como requisito prévio. Neste sentido, o STJ asseverou que: "Deve-se, por conseguinte, diferenciar a postura legítima do réu que nega envolvimento com crime apurado em ação penal com a posição de parte do ANPP, certamente muito mais favorável do que aquela que lhe valeria o cumprimento de pena privativa de liberdade nos estabelecimentos penais à disposição nesse país, devendo lhe ser permitida a

confissão, tal qual àquele que nega a conduta no interrogatório policial e, em juízo, a confessa, contradição que não impossibilita o reconhecimento da atenuante em seu favor. A dúvida remanescente residiria sobre o momento a formalização da confissão para fins do ANPP diferido, ao que se responde prontamente: no ato da assinatura do acordo. O Código de Processo Penal, em seu art. 28-A, não determinou quando a confissão deve ser colhida, apenas que ela deve ser formal e circunstanciada. Isso pode ser providenciado pelo próprio órgão ministerial, se decidir propor o acordo, devendo o beneficiário, no momento de firmá-lo, se assim o quiser, confessar formal e circunstanciadamente, perante o Parquet, o cometimento do crime." HC 837.239/RJ.

A alternativa D está correta. Conforme já destacado no comentário anterior, o STJ entende que é possível colher a confissão apenas no momento em que o ANPP torna-se viável: "O Código de Processo Penal, em seu art. 28-A, não determinou quando a confissão deve ser colhida, apenas que ela deve ser formal e circunstanciada. Isso pode ser providenciado pelo próprio órgão ministerial, se decidir propor o acordo, devendo o beneficiário, no momento de firmá-lo, se assim o quiser, confessar formal e circunstanciadamente, perante o Parquet, o cometimento do crime." HC 837.239/RJ.

A alternativa E está incorreta. No precedente do AgRg no REsp 2.016.905/SP, a Quinta Turma do STJ estabeleceu que, em casos de alteração do enquadramento jurídico ou desclassificação do delito, é possível aplicar o ANPP, desde que preenchidos os requisitos legais. Esse precedente reconheceu a aplicação adaptada da Súmula 337/STJ, que prevê ser cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e procedência parcial da pretensão punitiva.

QUESTÃO 20. A respeito do instituto da colaboração premiada, prevista no art. 4º, caput, da Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar que:

a) é admitida a fixação de sanções premiadas atípicas no acordo, vedada, entretanto, a privação da liberdade do colaborador, ainda que em regime domiciliar, a partir da homologação, por implicar imposição de pena sem processo.

b) não se admite a fixação de sanções premiadas atípicas, estando as partes limitadas aos benefícios elencados na Lei nº 12.850/2013.

c) somente tem aplicabilidade para o crime de organização criminosa, vedada à celebração para crimes outros que, eventualmente, contam com institutos negociais próprios.

d) a homologação de acordo de colaboração premiada fixa a competência para o processamento e julgamento dos fatos nele relatados.

e) a decisão que recusa a homologação do acordo de colaboração premiada é impugnável por recurso de apelação, sendo, incabível, outrossim, excetuadas situações especialíssimas, a impugnação da celebração do acordo, pelo terceiro delatado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata do tema da colaboração premiada, instituto positivado na Lei 12.850/2013.

A alternativa A está incorreta. A primeira parte da alternativa está correta, tendo em vista que, de fato, as sanções premiadas atípicas podem ser estipuladas no âmbito do acordo de colaboração premiada (conforme comentários da alternativa B). Todavia, o erro está na afirmação de que a privação da liberdade do colaborador é vedada, pois, em verdade, a legislação admite expressamente a concessão da sanção premiada de redução de pena privativa de liberdade em até 2/3 (art. 4º, *caput*, Lei 12.850/2013), logo, por consectário lógico, percebe-se que é perfeitamente possível a privação da liberdade do colaborador.

A alternativa B está incorreta. Apesar de existir uma certa discussão doutrinária a respeito da legalidade de fixação de sanções premiadas que não estejam inseridas expressamente no rol do art. 4º da Lei 12.850/2013, tanto o STF quanto o STJ já proferiram decisões nas quais admitiram a utilização de sanções premiadas atípicas.

Portanto, de acordo com o entendimento dos dois Tribunais, é possível a formalização de um acordo de colaboração premiada no qual as partes estipulem alguma sanção premiada não prevista na legislação, como, por exemplo, um regime de cumprimento de pena mais benéfico ao colaborador. Não há qualquer violação ao princípio da legalidade nessa situação, tendo em vista que o intuito desse princípio é resguardar os particulares frente ao poder punitivo estatal, logo, ele não pode ser tido como violado na hipótese em que o colaborador esteja sendo beneficiado por uma sanção premiada não expressamente prevista na legislação (se ele estivesse sendo prejudicado, então, sim, seria possível arguir a violação ao princípio da legalidade).

STF, 1ª Turma, AgRg no Inq 4.405, 2018: "A fixação de sanções premiais não expressamente previstas na Lei nº 12.850/2013, mas aceitas de modo livre e consciente pelo investigado não geram invalidade do acordo. O princípio da legalidade veda a imposição de penas mais graves do que as previstas em lei, por ser garantia instituída em favor do jurisdicionado em face do Estado. Deste modo, não viola o princípio da legalidade a fixação de pena mais favorável, não havendo falar-se em observância da garantia contra o garantido".

STJ, Corte Especial, AgRg nos EDcl na Pet 13.974, 2022: "Não há invalidade, em abstrato, na fixação de sanções penais atípicas, desde que não haja violação da Constituição da República ou do ordenamento jurídico, bem como da moral e da ordem pública. Da mesma forma, em respeito às garantias fundamentais individuais, a sanção premial não pode agravar a situação jurídica do colaborador, com a fixação de penas mais severas do que aquelas previstas abstratamente pelo legislador".

A alternativa C está incorreta. Na verdade, a jurisprudência possui o entendimento de que a utilização da colaboração premiada não está restrita ao delito de organização criminosa. Portanto, apesar de esse meio de obtenção de prova estar previsto principalmente na Lei 12.850/2013, entende-se que ele pode ser perfeitamente aplicável a outros crimes cometidos em concurso de agentes.

Veja, por exemplo, a seguinte decisão do STJ: "Em quaisquer condutas praticadas em concurso de agentes é possível celebrar acordo de colaboração premiada" (6ª Turma, HC 582.678, 2022).

A alternativa D está incorreta. O STF possui entendimento consolidado em sentido contrário, afirmando que o fato de um determinado magistrado ter sido o responsável pela homologação do acordo de colaboração premiada não é suficiente para que seja fixada em seu favor a competência para processo

e julgamento dos fatos relatados no acordo em questão. Mesmo nesses casos, devem ser observadas as regras de competência estabelecidas de maneira taxativa e abstrata na legislação, sendo certo que a colaboração premiada não é um critério de determinação da competência, tampouco de prevenção do juízo.

Para ilustrar, veja a seguinte decisão: “O juízo que homologa o acordo de colaboração premiada não é, necessariamente, competente para o processamento de todos os fatos relatados no âmbito das declarações dos colaboradores” (STF, Pet 7.074, 2017).

A alternativa E está correta. De fato, o STJ possui o entendimento de que, sendo recusada a homologação do acordo de colaboração premiada, será cabível a interposição do recurso de apelação. Isso pode ser visto na seguinte decisão: "Analisadas as espécies de recursos elencados no Código de Processo Penal, tem-se que a apelação criminal é apropriada para confrontar a decisão que recusar a homologação da proposta de acordo de colaboração premiada" (REsp 1.834.215, 2020).

Além disso, o terceiro delatado, em regra, não é parte legítima para questionar os termos da celebração do acordo de colaboração premiada: "O acordo de colaboração premiada, negócio jurídico personalíssimo celebrado entre o Ministério Público e o réu colaborador, gera direitos e obrigações apenas para as partes, em nada interferindo na esfera jurídica de terceiros, ainda que referidos no relato da colaboração. Assim sendo, supostos coautores ou partícipes do réu colaborador nas infrações desveladas, ainda que venham a ser expressamente nominados no respectivo instrumento no “relato da colaboração e seus possíveis resultados” (art. 6º, I, da Lei nº 12.850/13), não possuem legitimidade para contestar a validade do acordo." (STJ, RHC 68.542, 2016).

QUESTÃO 21. José Lins, vereador de determinada cidade do Estado do Rio de Janeiro, perdeu seu mandato em tumultuada sessão na Câmara Municipal, decidindo aquela Casa Legislativa, por maioria simples, ter havido por parte do vereador quebra de decoro parlamentar em razão de determinado comportamento a ele atribuído. A partir de tal informação, assinale a alternativa correta.

a) José Lins não poderá concorrer cargo de vereador para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura.

b) José Lins poderá concorrer novamente ao cargo de vereador, sem qualquer restrição, por n ã o ter sido observada a regra da maioria absoluta na sessão legislativa em que se decidiu pela perda de seu mandato.

c) José Lins poderá concorrer ao cargo de vereador apenas na próxima legislatura.

d) José Lins não poderá concorrer ao cargo de vereador apenas para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito.

e) José Lins poderá concorrera qualquer cargo e a qualquer tempo, por não se aplicarem as regras de inelegibilidade a vereadores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão abordou sobre a Lei de Inexigibilidade (LC nº 64/1990).

A alternativa A está correta. José Lins infringiu dispositivo constitucional no tocante ao decoro parlamentar (art. 55, II, da CRFB/88), estando impossibilitado de concorrer cargo de vereador para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura nos termos do art. 1º, I, K da LC nº 64/1990.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 22. No que se refere à filiação partidária, assinale a alternativa correta.
a) Não perde o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar do partido pelo qual foi eleito sem justa causa.

b) Não perde o mandato o detentor de cargo eletivo que muda de partido durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.

c) Havendo coexistência de filiações partidárias, prevalecerá a mais antiga.

d) Perde o mandato o detentor de cargo eletivo que se desvia de forma reiterada do programa partidário.

e) A discriminação política pessoal não pode ser considerada como motivo à perda de mandato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. A alternativa encontra fundamento no Art. 22-A, Parágrafo único, I, a saber: "Art. 22-A. Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito. Parágrafo único. Consideram-se justa causa para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses: I – mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;"

As demais alternativas estão incorretas, consoante o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 23. A respeito do regramento da propaganda político-eleitoral pela Lei n° 9.504/1997, é correto afirmar que

a) A veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares pode ser feita mediante paga ao contrário do que ocorre em bens públicos.

b) Nos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita não é permitida a veiculação de cenas externas nas quais o candidato exponha falhas administrativas e deficiências verificadas em obras e serviços públicos em geral.

c) Nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da Mesa Diretora.

d) A realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral devem ser comunicadas à Justiça Eleitoral com antecedência de 48 horas.

e) A propaganda eleitoral paga a ser veiculada no rádio e na televisão restringe-se a determinado horário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não é permitido que a veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares seja feita mediante pagamento, conforme prevê o art. 37, §8º da Lei n° 9.504/1997.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, conforme o art. 54, §2º, é permitida a veiculação de entrevistas com o candidato e de cenas externas.

A alternativa C está correta. Nos exatos termos do art. 37, §3º da c, nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da Mesa Diretora.

A alternativa D está incorreta. Tal prática possui vedação legal, nos termos do art. 39, §7º da Lei n° 9.504/1997.

A alternativa E está incorreta. A Lei n° 9.504/1997 veda a propaganda eleitoral paga em rádio ou televisão, nos termos do art. 44, caput.

QUESTÃO 24. Em relação a ações que tramitam na Justiça Eleitoral, assinale a alternativa correta

a) A ação de impugnação de mandato eletivo é uma ação eleitoral prevista na Constituição Federal e possibilita que o mandato do candidato eleito possa ser questionado perante a Justiça Eleitoral até o dia da sua diplomação.

b) O representante do Ministério Público Eleitoral ter legitimidade para subscrever impugnação a pedido de registro de candidatura, salvo se tiver exercido atividade político-partidária nos quatro anos anteriores.

c) A legitimidade do Ministério Público para ingresso de ação por captação ou gasto ilícito de recurso pare fins eleitorais decorrer de expressa previsão legal.

d) A ação de investigação judicial eleitoral tem previsão constitucional e pode ser apresentada até a data da diplomação do candidato.

e) O recurso contra a expedição do diploma tem natureza jurídica de ação eleitoral autônoma e visa à cassação de diploma expedido em favor de candidato cuja candidatura foi impugnada judicialmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, possuindo entendimento jurisprudencial nesse sentido. O Ministério Público Eleitoral possui legitimidade para recorrer de decisão que julga o pedido de registro de candidatura (ARE 728188, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 18/12/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-154 DIVULG 08-08-2014 PUBLIC 12-08-2014). Contudo, não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos 4 (quatro) anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária, nos termos do art. 3º, §2º, da LC 64-90.

Ad demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 25. José do Zinco, candidato a vereador na cidade de Angra dos Reis-RJ, instado a prestar contas de sua candidatura, declarou não ter condições de prestá-las, dizendo ser a prestação de contas de responsabilidade de seu partido político.
Com base nessas informações referidas, elevando-se em conta o procedimento de prestação de contas previsto na legislação eleitoral, assinale a alternativa correta

a) A Justiça Eleitoral no caso em questão poderá decidir pela aprovação das contas condicionada, espécie de aprovação em que o candidato se compromete a regularizar sua situação no prazo de 48 horas

b) Eventuais débitos de campanha não quitados até a data de apresentação da prestação de contas não poderão ser assumidos pelo partido político.

c) Erros formais e materiais corrigidos não autorizam e rejeição das contas.

d) A apresentação de contas será feita no caso dos candidatos às eleições majoritárias pela coligação e não pelo partido a que pertence o candidato, mas no caso de candidatos às eleições proporcionais será feita pelo partido político a que pertencer o candidato.

e) A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas não impede sua diplomação, caso seja eleito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão exigiu conhecimentos acerca da Resolução 23.607/2019, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições.

As alternativas A e D estão incorretas, por não possuírem previsão legal nesse sentido.

A alternativa B está incorreta. Os débitos poderão ser assumidos pelo partido político (art. 33, §2º)

A alternativa C está correta. A alternativa encontra fundamento no art. 76, estabelecendo o seguinte: "Erros formais e/ou materiais corrigidos ou tidos como irrelevantes no conjunto da prestação de contas não ensejam sua desaprovação e aplicação de sanção (Lei nº 9.504/1997, art. 30, §§ 2º e 2º-A)".

A alternativa E está incorreta. A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação (art. 83).

QUESTÃO 26. Ulisses e Márcio, vizinhos, decidiram apostar R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em um jogo de azar no qual Ulisses restou como vencedor. Diante da obrigação resultante da aposta realizada, assinale a alternativa correta.

a) Márcio poderá exercer a *condictio indebiti*, mas Ulisses não possui a *soluti retentio*.

b) Trata-se de uma obrigação moral, uma vez que se Márcio não cumprir voluntariamente, Ulisses não dispõe de ação creditória.

c) Márcio poderá compensar a dívida de jogo com uma eventual dívida oriunda da prestação de um serviço não pago por Ulisses.

d) a execução parcial de obrigação autoriza Ulisses a exigir o pagamento restante.

e) A obrigação tem como característica produzir a irretratabilidade do pagamento feito em seu cumprimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. A *conditio indebiti* é o direito de exigir o que se pagou indevidamente. Por sua vez, a *soluti retentio* é o direito à retenção do pagamento. No entanto, nas dívidas de jogo, não se pode exigir o pagamento, nem se pode recobrar o que se pagou. não são elas passíveis de ação processual. Trata-se de dívidas nas quais há dever (*Schuld* ou *debitum*) sem consequente responsabilidade (*Haftung* ou *obligatio*). Nos termos do artigo 814 do Código Civil: Art. 814. As dívidas de jogo ou de aposta não obrigam a pagamento; mas não se pode recobrar a quantia, que voluntariamente se pagou, salvo se foi ganha por dolo, ou se o perdente é menor ou interdito.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 814 do Código Civil: Art. 814. As dívidas de jogo ou de aposta não obrigam a pagamento; mas não se pode recobrar a quantia, que voluntariamente se pagou, salvo se foi ganha por dolo, ou se o perdente é menor ou interdito.

A alternativa C está incorreta. Considerando que a dívida de jogo não obriga o pagamento, razão pela qual, tratando-se de forma de pagamento, não autoriza a compensação.

A alternativa D está incorreta. Consoante lição de Pontes de Miranda, as dívidas decorrentes de jogo são classificadas como obrigações mutiladas, uma vez que possuem todos os elementos e características de quaisquer obrigações, exceto a pretensão ("exigibilidade processual"), ou seja, não são elas passíveis de ação processual. Trata-se de dívidas nas quais há dever (*Schuld* ou *debitum*) sem consequente responsabilidade (*Haftung* ou *obligatio*).

A alternativa E está correta. Nos termos do artigo 814 do Código Civil: Art. 814. As dívidas de jogo ou de aposta não obrigam a pagamento; mas não se pode recobrar a quantia, que voluntariamente se pagou, salvo se foi ganha por dolo, ou se o perdente é menor ou interdito.

Fonte: Ebook. Estratégia Carreira Jurídica. Magistratura Estadual. Direito Civil – LDI.

QUESTÃO 27. Marcela, com fortes dores no abdome, dirigiu-se ao pronto-socorro do Hospital X, conveniado do seu plano de saúde. Chegando lá, Marcela foi atendida por Alexandre, médico plantonista contratado pelo Hospital X, que constatou que se tratava de apendicite e realizou a cirurgia de remoção do apêndice. Marcela teve alta e voltou para casa, no entanto, a dor abdominal permaneceu, o que fez com que ela retomasse ao hospital. Após a realização de exames, restou constatado que a dor abdominal de Marcela estava sendo causada por um bisturi que foi esquecido no interior do seu corpo. Marcela decide então processar, por danos materiais e morais, o Hospital X e o médico Alexandre. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, Marcela

a) deverá processar apenas Alexandre, uma vez que houve erro médico, e as obrigações do Hospital X limitam-se ao fornecimento de recursos materiais adequados à prestação dos serviços médicos.

b) poderá processar tanto Alexandre quanto o Hospital X, sendo que a responsabilidade de ambos é objetiva.

c) poderá processar Alexandre, que responde de forma subjetiva, sendo certo que o Hospital X é responsável solidariamente.

d) poderá processar tanto Alexandre quanto o Hospital X, sendo que a responsabilidade deste é subjetiva e daquele objetiva.

e) não poderá processar Alexandre, uma vez que a relação de consumo se deu entre ela e o Hospital X.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois se trata de entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual a responsabilidade do hospital por erro médico é objetiva e solidária.

Por sua vez, aplica-se aos médicos o art. 14, § 4º do CDC, que prevê a responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais: Art. 14. (...) § 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Veja o que diz a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"(i) as obrigações assumidas diretamente pelo complexo hospitalar limitam-se ao fornecimento de recursos materiais e humanos auxiliares adequados à prestação dos serviços médicos e à supervisão do paciente, hipótese em que a responsabilidade objetiva da instituição (por ato próprio) exsurge somente em decorrência de defeito no serviço prestado (artigo 14, caput, do CDC)"; [...] e

(iii) quanto aos atos técnicos praticados de forma defeituosa pelos profissionais da saúde vinculados de alguma forma ao hospital, respondem solidariamente a instituição hospitalar e o profissional responsável, apurada a sua culpa profissional. Nesse caso, o hospital é responsabilizado indiretamente por ato de terceiro, cuja culpa deve ser comprovada pela vítima de modo a fazer emergir o dever de indenizar da instituição, de natureza absoluta (artigos 932 e 933 do Código Civil), sendo cabível ao juiz, demonstrada a hipossuficiência do paciente, determinar a inversão do ônus da prova (artigo 6º, inciso VIII, do CDC).

STJ. 4ª Turma. REsp 1.145.728/MG, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/acórdão Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 28/06/2011.

Ainda, em recente julgado, reafirmou o STJ que O hospital responde, objetivamente, pelos danos decorrentes da prestação defeituosa dos serviços relacionados ao exercício da sua própria atividade". STJ. 4ª Turma. AgInt no AgInt no REsp 1.718.427-RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 6/3/2023 (Info 768).

QUESTÃO 28. Juliano, dependente de drogas há mais de cinco anos, com diversas interações hospitalares em decorrência do uso de entorpecentes, foi internado mais uma vez no hospital municipal de Cabo Frio. Os familiares foram visitar, mas não convenceram Juliano a realizar uma internação voluntária para realizar um tratamento a fim de se abster do consumo de drogas, restando somente a opção de uma internação involuntária. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que a internação involuntária

a) poderá ser realizada em comunidades terapêuticas acolhedoras.

b) poderá ser interrompida, a qualquer tempo, por meio de requerimento da família ou do representante legal ao médico.

c) deverá ser informada em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, ao Ministério Público, por meio de sistema informatizado único.

d) poderá ser requerida a pedido de familiar ou do responsável legal ou, na absoluta falta deste, de servidor público da área de saúde ou de membro do Ministério Público.

e) perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 3º da Lei n. 10.216/2001: Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do artigo 8º, §2º, da Lei n. 10.216/2001: § 2º O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o artigo 8º, §1º, da Lei n. 10.216/2001: § 1º A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o artigo 6º, parágrafo único, da Lei n. 10.216/2001: II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro;

A alternativa E está incorreta. A Lei n. 10.216/2001 não prevê prazo mínimo. De acordo com o artigo 8º, §2º: § 2º O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento.

QUESTÃO 29. Thais e Isabel, irmãs, compraram terrenos vizinhos, de cem metros quadrados cada, na cidade de Teresópolis. Thais iniciou a construção de um chalé em seu terreno. Durante a construção, sem perceber, invadiu o terreno de Isabel, ocupando quatro metros quadrados com o seu chalé, sendo que o valor da construção, por ser de alto padrão, excede o valor da área invadida.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Thais

a) adquire a propriedade da parte do solo invadido e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente.

b) não tem a possibilidade de adquirir a propriedade do solo, ainda que a construção exceda consideravelmente o valor do terreno.

c) é obrigada a demolir o que construiu no solo invadido, pagando as perdas e danos apurados, que serão devidos em dobro.

d) adquire a propriedade do solo invadido e responde por perdas e danos abrangendo o dobro do valor que a invasão acrescer à construção, mais o da área perdida e o da desvalorização da área remanescente.

e) adquire a propriedade da parte do solo que invadiu, pagando em dobro as perdas e danos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois, de acordo com o artigo 1.258 do Código Civil: Art. 1.258. Se a construção, feita parcialmente em solo próprio, invade solo alheio em proporção não superior à vigésima parte deste, adquire o construtor de boa-fé a propriedade da parte do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente. Parágrafo único. Pagando em décuplo as perdas e danos previstos neste artigo, o construtor de má-fé adquire a propriedade da parte do solo que invadiu, se em proporção à vigésima parte deste e o valor da construção exceder consideravelmente o dessa parte e não se puder demolir a porção invasora sem grave prejuízo para a construção.

QUESTÃO 30. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade é automático, sendo necessária decisão judicial, mediante contraditório, nos próprios autos, para a sua manutenção.

b) O Ministério Público não tem legitimidade ativa para ajuizar ação/execução de alimentos em favor de criança ou adolescente.

c) Cabe prisão civil do inventariante em virtude do descumprimento pelo espólio do dever de prestar alimentos.

d) É possível a modificação da forma da prestação alimentar (em espécie ou in natura), desde que haja alteração na condição financeira das partes.

e) Os valores pagos a título de alimentos são insuscetíveis de compensação, salvo quando configurado o enriquecimento sem causa do alimentando.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça: O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Súmula 594 do Superior Tribunal de Justiça, “O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não cabe a prisão civil do inventariante em razão do inadimplemento do espólio. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. DIREITO DE FAMÍLIA. ALIMENTOS. EXECUÇÃO. ESPÓLIO. RITO DO ART. 733 DO CPC. DESCUMPRIMENTO. PRISÃO CIVIL DO INVENTARIANTE. IMPOSSIBILIDADE. 1. Malgrado a divergência doutrinária e jurisprudencial sobre o alcance da alteração sobre o tema no âmbito do Código Civil de 2002, e apesar de sua natureza personalíssima, o fato é que previu o novo Código que "a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor" (art. 1.700), não podendo a massa inventariada nem os herdeiros, contudo, responder por valores superiores à força da herança, haja vista ser a dívida oriunda de obrigação pretérita do morto e não originária daqueles (arts. 1.792 e 1.997 e En. 343 do CJF). 2. Nessa ordem de ideias, e seja qual for a conclusão quanto a transmissibilidade ou não da obrigação alimentar, não parece possível a decretação de prisão civil do inventariante do Espólio, haja vista que a restrição da liberdade constitui sanção também de natureza personalíssima e que não pode recair sobre terceiro, estranho ao dever de alimentar, como sói acontecer com o inventariante, representante legal e administrador da massa hereditária. 3. De fato, "a prisão administrativa atinge, apenas, ao devedor de alimentos, segundo o art. 733, §1°, do CPC, e não a terceiros" e em sendo o inventariante um terceiro na relação entre exequente e executado - ao espólio é que foi transmitida a obrigação de prestar alimentos (haja vista o seu caráter personalíssimo) - "configura constrangimento ilegal a coação, sob pena de prisão, a adimplir obrigação do referido espólio, quando este não dispõe de rendimento suficiente para tal fim" (CAHALI, Yussef Said. Dos alimentos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 750-751). 4. Na hipótese, a verba alimentar foi estabelecida com base nas necessidades do alimentando e nas extintas possibilidades do alimentante, falecido, e não em virtude das forças da herança, não se sabendo, ao certo, se o monte-mor tem quantias em dinheiro ou rendimentos pecuniários para a mantença dos mesmos patamares. Além disso, há uma nova situação pessoal do alimentado, que pode ter sofrido grande alteração em decorrência de sua participação na própria herança, ficando alterados o binômio necessidade/possibilidade - que deve nortear o pagamento de alimentos. 5. Há considerar, ainda, que o próprio herdeiro pode requerer pessoalmente ao juízo, durante o processamento do inventário, a antecipação de recursos para a sua subsistência, podendo o magistrado conferir eventual adiantamento de quinhão necessário à sua mantença, dando assim efetividade ao direito material da parte pelos meios processuais cabíveis, sem que se ofenda, para tanto, um dos direitos fundamentais do ser humano, a sua liberdade; ademais, caso necessário, pode o juízo destituir o inventariante pelo descumprimento de seu munus. 6. Não se pode deixar de levar em conta - o que é incontroverso nos autos - que o alimentado goza de pensão previdenciária, além de ter recebido, no curso do inventário, crédito de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) decorrente de reclamação trabalhista proposta pelo espólio e que não foi devidamente habilitado na massa hereditária (motivo que ensejou a destituição da herdeira Emmanuela da inventariança); o que, por si só, poderia ensejar a exoneração ou redução da obrigação alimentar. 7. Ordem de habeas corpus concedida. (HC 256.793/RN, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 15/10/2013)

A alternativa D está incorreta. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "É possível a modificação da forma da prestação alimentar (em espécie ou in natura), desde que demonstrada a razão pela qual a modalidade anterior não mais atende à finalidade da obrigação, ainda que não haja alteração na condição financeira das partes nem pretensão de modificação do valor da pensão" (REsp 1505030 / MG7).

A alternativa E está correta. Trata-se de entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, consubstanciado na Tese de n. 13 da Jurisprudência em Teses: 13) Os valores pagos a título de alimentos são insuscetíveis de compensação, salvo quando configurado o enriquecimento sem causa do alimentando (REsp 1332808/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, Julgado em 18/12/2014,DJE 24/02/2015)

QUESTÃO 31. João, usuário de um provedor de conexão à internet e de um provedor de aplicações de internet, publica, sem autorização, um vídeo contendo cenas de nudez protagonizadas por Maria. O vídeo é rapidamente denunciado por Maria e por outros usuários. Ambos os provedores são notificados da existência do conteúdo, mas, com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, não removem o conteúdo do site. Maria, então, envia uma notificação extrajudicial, contendo elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da sua intimidade e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido, solicitando a remoção do conteúdo. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que

a) ambos os provedores serão responsabilizados civilmente independentemente de solicitação, por se tratar de conteúdo que viola a intimidade de terceiros.

b) o provedor de aplicações de internet será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação se não indisponibilizar o conteúdo.

c) o provedor de aplicações de internet não será responsabilizado civilmente por danos de conteúdo gerado por terceiros.

d) o provedor de conexão à internet será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

e) o provedor de conexão à internet será responsabilizado civilmente apenas se a solicitação de remoção do conteúdo for feita judicialmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

Segundo o art. 21 da Lei nº 12.965/2014 - Marco Civil da Internet: Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de

forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo. Parágrafo único. A notificação prevista no caput deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido.

Decidiu o Superior Tribunal de Justiça: "7. Nesse sentido, a jurisprudência deste E. STJ, em consonância com os princípios do art. 19, da Lei 12.965/2014, é assente ao indicar que a responsabilidade dos provedores de conteúdo de internet depende da existência do controle editorial do material disponibilizado na rede. Não havendo este controle, somente será responsabilizado o provedor de internet se, mesmo após notificação judicial para a retirada do material, ele se mantiver inerte". (REsp 1568935/RJ, TERCEIRA TURMA, DJe 13/04/2016; REsp 1501187/RJ, QUARTA TURMA, DJe 03/03/2015; REsp 1694405/RJ, TERCEIRA TURMA, DJe 29/06/2018; REsp 1783269/MG, QUARTA TURMA, DJe 18/02/2022)

Ademais, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade do provedor, nessas hipóteses, é subsidiaria: "18. Por oportuno, destaca-se que a própria Lei nº 12.965/14 consagra exceção à reserva de jurisdição para a retirada de conteúdo infringente da internet na hipótese "de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado" (art. 21). Nessas circunstâncias, o provedor passa a ser subsidiariamente responsável a partir da notificação extrajudicial formulada pelo particular interessado na remoção desse conteúdo, e não a partir da ordem judicial com esse comando" (REsp 1593249/RJ, TERCEIRA TURMA, DJe 09/12/2021; REsp 1930256/SP, TERCEIRA TURMA, DJe 17/12/2021).

QUESTÃO 32. Rogério é casado com Cláudio e ambos são pais de João. Em razão de uma oportunidade de trabalho, Rogério passa a semana em Cabo Frio e volta para o Rio de Janeiro aos finais de semana para ficar com o marido e filho. Dois anos após o início das viagens de Rogério, ele passou a se relacionar, durante as semanas com Vitor, sendo publicamente reconhecido como seu companheiro em Cabo Frio e continuou casado com Cláudio, com o qual passava os finais de semana. A situação perdurou por oito anos, até que, em um acidente de carro, Rogério veio a falecer. Diante da situação hipotética e de acordo com o atua entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correte afirmar que

a) seria possível o reconhecimento da união estável apenas se se tratasse de relacionamento heteroafetivo.

b) não seria possível a configuração da união estável entre Rogério e Vitor, mas a este caberia metade da pensão por morte do INSS por ser daquele dependente.

c) seria possível a configuração da união estável entre Rogério e Vitor, caso Rogério estivesse separado de fato de Cláudio.

d) seria possível a configuração da união estável entre Rogério e Vitor, caso Rogério convivesse em união estável com Cláudio.

e) é possível a configuração da união estável entre Rogério e Vitor considerando que a relação entre eles era pública, duradoura e contínua.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do tema 526 de repercussão geral, "É incompatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável" (RE 883168).

Por sua vez, no julgamento do Tema de Repercussão Geral 529, o Supremo Tribunal Federal ressaltou a vedação ao reconhecimento concomitante de relação conjugal e de união estável, ressalvado o disposto no artigo 1.723, §1º, do Código Civil, segundo qual "§ 1 º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente".

De acordo com o STF "A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1.723, § 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro" (Tema 529, Repercussão Geral, STF).

QUESTÃO 33. Joaquim nasceu no dia 8 de janeiro de 2024 na cidade de Petrópolis e foi registrado no 1º Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. Ocorre que, na certidão de nascimento, apesar de haver a descrição precisa do local de nascimento, não há indicação do Município relativo ao nascimento de Joaquim ou de sua naturalidade. Acerca da possibilidade de retificação do registro de nascimento de Joaquim, assinale a alternativa correta.

a) É possível a retificação do registro de nascimento mediante simples pedido verbal e pagamento de selos e taxas.

b) O Ministério Público poderá impugnar o pedido de retificação do registro, caso em que o juiz determinará a produção da prova no prazo de cinco dias e, após oitiva dos interessados, decidirá em dez dias.

c) O representante legal de Joaquim requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz ordene a retificação, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias.

d) O oficial retificará o registro mediante petição assinada pelo representante legal de Joaquim, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público.

e) Considerando se tratar de um mero erro material, não é possível a retificação do registro de nascimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 110, § 5º, da Lei n. 6.015/1973: §5º Nos casos em que a retificação decorra de erro imputável ao oficial, por si ou por seus prepostos, não será devido pelos interessados o pagamento de selos e taxas.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 109, §1º, da Lei n. 6.015/1973: § 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de hipótese em que não é necessária ordem judicial. Aplica-se ao caso o disposto no artigo 110 da Lei n. 6.015/1973, por se tratar de omissão passível de retificação que não exige qualquer indagação: Art. 110. O oficial retificará o registro, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento do interessado, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, nos casos de: I - erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção;

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 110, caput, da Lei n. 6.015/1973: Art. 110. O oficial retificará o registro, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento do interessado, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, nos casos de: [...]

A alternativa E está incorreta. É permitida a retificação, nos termos do artigo 110 da Lei n. 6.015/1973: Art. 110. O oficial retificará o registro, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento do interessado, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, nos casos de:

I - erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção;

II - erro na transposição dos elementos constantes em ordens e mandados judiciais, termos ou requerimentos, bem como outros títulos a serem registrados, averbados ou anotados, e o documento utilizado para a referida averbação e/ou retificação ficará arquivado no registro no cartório;

III - inexatidão da ordem cronológica e sucessiva referente à numeração do livro, da folha, da página, do termo, bem como da data do registro;

IV - ausência de indicação do Município relativo ao nascimento ou naturalidade do registrado, nas hipóteses em que existir descrição precisa do endereço do local do nascimento;

V - elevação de Distrito a Município ou alteração de suas nomenclaturas por força de lei.

QUESTÃO 34. Marjorie e Vinicius eram casados e tiveram uma filha, Beatriz. Dois anos após o nascimento da filha, em razão de diversas brigas e desentendimentos, Marjorie e Vinicius decidiram se divorciar de forma amigável. Na ação de divórcio, estabeleceram a guarda compartilhada e o valor dos alimentos devidos. Um ano após o divórcio, Marjorie começou um relacionamento com Matheus. Vinicius, enciumado, decidiu mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência de Beatriz com Marjorie. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Considerando o indício da prática de ato de alienação parental, o juiz obrigatoriamente determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

b) Marjorie deverá propor, em até 30 (trinta) dias, ação que poderá ser autônoma ou incidental, para que o juiz utilize instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar os efeitos da alienação parental.

c) Em caso de mudança abusiva de endereço, o juiz poderá declarar a suspensão da autoridade parental de Vinícius.

d) O juiz poderá, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal, estipular multa a Vinícius e determinar a fixação cautelar do domicílio de Beatriz.

e) Os instrumentos processuais para inibir ou atenuar os efeitos da alienação parental não podem ser simultaneamente cumulados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 5º da Lei n. 12.318/2010: Art. 5º Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 4 da Lei n. 12.318/2010: Art. 4º Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

A alternativa C está incorreta. Conforme previsto no artigo 6º, § 1º, da Lei n. 12.318/2010: §1º Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

A alternativa D está correta. Trata-se da previsão contida no artigo 6º, inciso III, da Lei n. 12.318/2010: Art. 6o Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla

utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso: III - estipular multa ao alienador.

A alternativa E está incorreta. Consoante ao artigo 6º, caput, da Lei n. 12.318/2010: Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

QUESTÃO 35. Ricardo emprestou R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a Carlos que se comprometeu a pagar de volta em sessenta dias. Após o prazo estipulado, Carlos pagou apenas R$ 15.000,00 (quinze mil reais), se comprometendo a pagar o restante em uma semana. Um mês após a data de pagamento da quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), Carlos ainda não havia pagado Ricardo. Inconformado, Ricardo postula ação requerendo a condenação de Carlos ao pagamento de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Carlos, devidamente citado, apresenta contestação reconhecendo ser devedor de Ricardo, mas apenas do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Diante da situação hipotética narrada, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o juiz deverá proferir julgamento

a) antecipado parcial do mérito que não dependerá de ulterior confirmação, uma vez que ela já é definitiva e pode resultar em coisa julgada material antes mesmo de o processo ser extinto.

b) antecipado parcial do mérito, impugnável por agravo de instrumento, sendo certo ser possível a aplicação do princípio da fungibilidade no caso de interposição de apelação.

c) imediato total do mérito, impugnável por apelação.

d) antecipado parcial do mérito que, ainda que não seja objeto de recurso entre as partes, não faz coisa julgada, sendo possível que uma sentença proferida posteriormente indefira todo pleito inicial.

e) parcial do mérito para reconhecer a existência de obrigação liquida, sendo vedado o reconhecimento da existência de obrigação ilíquida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Trata-se de hipótese de julgamento antecipado parcial de mérito prevista no artigo 356 do CPC, que, segundo o §3º, e definitiva: Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355 . [...]§ 3º Na hipótese do § 2º, se houver trânsito em julgado da decisão, a execução será definitiva.

A alternativa B está incorreta. Embora seja aplicável o recurso de agravo de instrumento, nos termos do artigo 356, §5º, do CPC, não é possível a fungibilidade pela apelação, uma vez que os autos devem permanecer em juízo para prosseguimento do feito quanto a parcela controvertida.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de hipótese de julgamento antecipado parcial de mérito prevista no artigo 356 do CPC, que, segundo o §3º, e definitiva: Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355 . É impugnável por agravo de instrumento: § 5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento.

A alternativa D está incorreta. Consoante do artigo 356, § 3º, do CPC: Na hipótese do § 2º, se houver trânsito em julgado da decisão, a execução será definitiva.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 356, §1º, do CPC: § 1º A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.

QUESTÃO 36. Bruno e Renata, pais de dois filhos menores, estão se divorciando e não conseguem chegar a um acordo sobre a guarda dos filhos e o valor dos alimentos. Bruno quer a guarda compartilhada, enquanto Renata quer a guarda unilateral. Com a ajuda de um mediador, o casal chega ao seguinte acordo: Bruno terá a guarda unilateral dos filhos, e Renata terá direito a visitas regulares. No que diz respeito aos alimentos não houve acordo. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Uma vez estabelecido que o conflito será decidido por meio da mediação, ambas as partes serão obrigadas a permanecer no procedimento.

b) No caso hipotético, ainda que o conflito tenha sido resolvido por mediação, é exigida a oitiva do Ministério Público.

c) Por se tratar a guarda dos filhos de um direito indisponível, não é possível a solução do conflito por mediação.

d) Considerando que na situação hipotética houve consenso entre as partes, basta a assinatura de um termo perante o mediador, não sendo necessária a homologação em juízo.

e) Não é possível a mediação apenas sobre parte do conflito, sendo necessário, no caso, a resolução de ambos os conflitos em juízo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 2º, §2º, da Lei n. 13.140/2015: § 2º Ninguém será obrigado a permanecer em procedimento de mediação.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do artigo 3º, §2º, da Lei n. 13.140/2015: § 2º O consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas transigíveis, deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 3º da Lei n. 13.140/2015: Art. 3º Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 3º, §2º, da Lei n. 13.140/2015: §2º O consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas transigíveis, deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público.

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o artigo 3º da Lei n. 13.140/2015: Art. 3º Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.

QUESTÃO 37. O pronunciamento judicial que condicionar a análise de pedido de tutela provisória a qualquer exigência é

a) irrecorrível.

b) passível de apelação.

c) nulo.

d) agravável.

e) passível de reclamação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois conforme previsto no artigo 1.015, I, do Código de Processo Civil, Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias.

QUESTÃO 38. João, com 17 anos de idade, deseja se emancipar para poder trabalhar e estudar fora de casa. Ele é filho de pais separados e mora com a mãe, que é contra a sua emancipação. Acerca do procedimento para emancipação, é correto afirmar que

a) da sentença proferida caberá apelação sem efeito suspensivo.

b) por se tratar de um procedimento de jurisdição voluntária, a presença do advogado é facultativa.

c) o juiz deverá decidir acerca do pedido de emancipação no prazo de 5 dias, podendo adotar a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.

d) a emancipação continuará correndo mesmo durante as férias forenses desde que reste comprovado que o adiamento irá prejudicar o procedimento.

e) considerando haver interesse de menor, o Ministério Público será intimado para que se manifeste, querendo, no prazo de 15 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. As hipóteses de apelação sem efeito suspensivo estão previstas no artigo 1.012, entre as quais não se encontra aquela que decide sobre a emancipação: Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo. § 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: I - homologa divisão ou demarcação de terras; II - condena a pagar alimentos; III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado; IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem; V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; VI - decreta a interdição.

A alternativa B está incorreta. Em razão da necessidade da capacidade postulatória para estar em Juízo, não há exceção à representação por advogado nos procedimentos de jurisdição voluntária.

A alternativa C está incorreta. Consoante ao artigo 723 do CPC: art. 723. O juiz decidirá o pedido no prazo de 10 (dez) dias. Parágrafo único. O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 215 do CPC: Art. 215. Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas: I - os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos, quando puderem ser prejudicados pelo adiamento;

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do artigo 721 do CPC: Art. 721. Serão citados todos os interessados, bem como intimado o Ministério Público, nos casos do art. 178 , para que se manifestem, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 39. Em um dia chuvoso, Juliana, dirigindo um carro, e Leandro, dirigindo uma moto, envolvem-se em um acidente. O carro de Juliana bate na traseira da moto de Leandro, que cai no chão e sofre apenas ferimentos leves. Juliana informa Leandro que possui seguro contra terceiros pela seguradora Viva Bem. Diante da situação hipotética, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) se Leandro ajuizar ação de indenização em face de Juliana e ela denunciar à lide a seguradora Viva Bem, esta não poderá ser condenada a pagar diretamente a Leandro sem que Juliana pague antes e, depois, o seguro faça apenas o ressarcimento.

b) se Leandro ajuizar ação de indenização apenas em face de Juliana, cobrando as despesas do conserto, ela poderá chamar ao processo a seguradora Viva Bem.

c) Leandro pode ajuizar, direta e exclusivamente, ação judicial em face da seguradora Viva Bem.

d) se Leandro ajuizar ação em face de Juliana, ela poderá denunciar à lide a seguradora Viva Bem, que poderá ser condenada, de forma direta e solidária, a indenizar Leandro.

e) Leandro não poderá ajuizar ação de indenização contra Juliana e a seguradora Viva Bem em litisconsórcio passivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Trata-se de hipótese objeto de entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, consubstanciado na Súmula 537, segundo a qual "Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denunciação ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice".

QUESTÃO 40. Assinale a alternativa que representa o atual entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça acerca da interdição.

a) O laudo médico não pode ser dispensado na propositura da ação de interdição.

b) A sentença de interdição possui natureza constitutiva, pois, além de declarar uma incapacidade preexistente, ela constitui uma nova situação jurídica, de sujeição do interditado à curatela, com efeitos ex tunc.

c) Os atos do interditado anteriores à interdição devem ser reconhecidos como nulos, decorrendo automaticamente da sentença de interdição.

d) Nas causas em que a intervenção do Ministério Público é obrigatória, por envolver interesse de incapaz, é necessária a demonstração de prejuízo para que haja o reconhecimento da nulidade processual.

e) A ordem dos legitimados para ajuizamento da ação de interdição prevista no Código de Processo Civil é preferencial e deve ser seguida sob pena de nulidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça definiu que o laudo médico previsto no artigo 750 do CPC como necessário à propositura da ação de interdição pode ser dispensado se o

interditando não quiser se submeter ao exame. A ministra Nancy Andrighi, relatora do recurso no STJ, que segue em segredo de Justiça, observou que, embora o artigo 750 do CPC mencione o laudo médico como necessário à propositura da ação de interdição, esse mesmo dispositivo legal ressalva, expressamente, a possibilidade de tal documento ser dispensado na hipótese em que for impossível juntá-lo à petição inicial.

A relatora também ressaltou que o laudo precisa apenas fornecer elementos indiciários, que tornem juridicamente plausível a tese de que estariam presentes os requisitos para a interdição, de modo a viabilizar o prosseguimento da ação. Ela ponderou que o laudo não substitui a prova pericial a ser produzida em juízo, de forma que o julgador não deve ser demasiadamente rigoroso diante da alegação de impossibilidade de apresentá-lo.

A alternativa B está incorreta. Ao julgar o AgInt nos EDcl no REsp 1.834.877, de relatoria do ministro Raul Araújo, a Quarta Turma reafirmou o entendimento de que a sentença de interdição possui natureza constitutiva, pois, além de declarar uma incapacidade preexistente, ela constitui uma nova situação jurídica, de sujeição do interditado à curatela, com efeitos *ex nunc*.

A alternativa C está incorreta. Ao julgar o AgInt nos EDcl no REsp 1.834.877, a Quarta Turma reafirmou o entendimento de que os atos do interditado anteriores à interdição até podem ser reconhecidos como nulos, mas esse não é um efeito automático da sentença de interdição, devendo ser proposta ação específica de anulação do ato jurídico, na qual precisará ser demonstrado que já havia incapacidade na época de sua realização.

A alternativa D está correta. Quanto à falta de intimação do MP, o ministro Salomão, relator, no julgamento do REsp 1.694.984, afirmou que a intervenção do órgão nos processos que envolvem interesse de incapaz "se justifica na possibilidade de desequilíbrio da relação jurídica e no eventual comprometimento do contraditório em função da existência da parte vulnerável".

A alternativa E está incorreta. Para a Terceira Turma, a ordem dos legitimados para o ajuizamento da ação de interdição não é preferencial, e qualquer pessoa que se enquadre no conceito de parente do Código Civil (CC) é parte legítima para propor esse tipo de ação.

QUESTÃO 41. Em um processo de indenização por danos morais, Maria alega que foi vítima de um acidente de trânsito causado por Pedro. Na petição inicial, Maria apresenta ao juiz um laudo pericial que comprova que ela sofreu danos físicos e psicológicos em decorrência do acidente. O laudo pericial apresentado foi elaborado por um perito judicial nomeado pelo juiz em outro processo, movido por Raquel contra Pedro também relativo ao engavetamento. Pedro devidamente citado apresenta contestação alegando que a prova apresentada é inválida, pois foi produzida em outro processo. Diante da situação hipotética, o juiz deverá decidir que

a) não é possível a utilização da prova emprestada, pois não há identidade de partes.

b) é possível a utilização da prova emprestada, pois basta a identidade do objeto da prova.

c) é possível a utilização de prova produzida em outro processo, mesmo que sem identidade de partes e de objeto, cabendo ao juiz atribuir à prova o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

d) seria possível a utilização da prova emprestada casa os dois processos fossem de competência do mesmo juiz.

e) para que seja possível a utilização da prova emprestada é necessária a cumulação de três requisitos, quais sejam: a identidade de partes e de objeto e que a prova emprestada tenha sido produzida na presença de um juiz natural.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois, conforme previsão literal do artigo 372 do Código de Processo Civil, "O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório".

De acordo com o Enunciado 30, I JDPC do CJF – É admissível a prova emprestada, ainda que não haja identidade de partes, nos termos do art. 372 do CPC.

Não há exigência de que as provas sejam produzidas no mesmo juízo competente.

QUESTÃO 42. De acordo com a Resolução GPGJ nº 2.227, de 12 de julho de 2018, assinale a alternativa correta acerca do inquérito civil.

a) Para a instrução do inquérito civil e do procedimento preparatório, o órgão de execução, observados os permissivos constitucionais e legais, poderá promover inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades, órgãos e entidades relativos ao seu Estado; se relativos a outros Estados, deve ser providenciada prévia autorização judicial.

b) O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Pública e para a adoção das demais medidas inseridas em sua esfera de atribuição.

c) Para a realização da instrução do inquérito civil, o Presidente poderá, mediante termo de compromisso, designar servidores, desde que estatutários, efetivos e estáveis, para secretariá-lo.

d) O procedimento preparatório do inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, uma única vez, por meio de promoção fundamentada.

e) O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez desde que demonstrada a necessidade de realização de novas diligências imprescindíveis para a

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 19, II, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018: Art. 19 - Para a instrução do inquérito civil e do procedimento preparatório, o órgão de execução, observados os permissivos constitucionais e legais, poderá, especialmente: [...] II – requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

A alternativa B está incorreta. Consoante ao artigo 11 da Resolução GPGJ n. 2.227/2018: Art. 11 - O inquérito civil, de natureza inquisitiva, unilateral e facultativa, destina-se à colheita das provas necessárias à atuação do Ministério Público, nos termos da legislação de regência. Parágrafo único - O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público nem para a adoção das demais medidas inseridas em sua esfera de atribuição.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o artigo 17 da Resolução GPGJ n. 2.227/2018: Art. 17 - O inquérito civil e o procedimento preparatório serão presididos pelo membro do Ministério Público a quem for conferida atribuição, nos termos da normatização de regência. § 1º - O Presidente poderá designar servidor do Ministério Público para secretariá-lo ou, na sua falta, pessoa idônea, que firmará termo de compromisso.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 16, §2º, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018: § 2º - O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, uma única vez, por meio de promoção fundamentada.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 25 da Resolução GPGJ n. 2.227/2018: Art. 25 - O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, que poderá ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação

QUESTÃO 43. Acerca da intervenção do Ministério Público na recuperação judicial, é correto afirmar que

a) a intervenção do Ministério Público é obrigatória em ações relevantes, levando-se em consideração o interesse público.

b) o Ministério Público pode intervir nos processos de recuperação judicial quando a lei expressamente o autorizar, especificamente, a praticar o ato pretendido

c) a Lei de Falência e Recuperação de Empresas exige a atuação obrigatória do Ministério Público em todas as ações em que empresas em recuperação judicial figurem como parte.

d) ao Ministério Público é obrigatório atuar em todas as fases do processo de recuperação judicial, ressalvada a legitimidade recursal, por se tratar de direitos patrimoniais das partes envolvidas.

e) na recuperação judicial, ao Ministério Público é franqueada a possibilidade de requerer o que entender de direito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta. A atuação do Ministério Público é obrigatória em todas as fases do processo de recuperação judicial, sendo que o texto normativo que resultou na atual Lei de Falência e Recuperação de Empresas saiu do Congresso Nacional com uma roupagem que exigia do Ministério Público atuação em todas as fases dos processos de recuperação judicial e de falência. Essas amplas e genéricas hipóteses de intervenção originalmente previstas foram restringidas pela Presidência da República, mas nem por isso reduziu-se a importância do papel da instituição na tramitação dessas ações, haja vista ter-se franqueado ao MP a possibilidade de "requerer o que entender de direito (REsp 1884860/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2020, DJe 29/10/2020).

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa E.

QUESTÃO 44. Acerca da alienação fiduciária de coisa imóvel, o regime jurídico especial é formado por um conjunto de normas extravagantes, dentre as quais a Lei n° 9.514/97, que "Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências". Diante disso, é correto afirmar

a) a alienação fiduciária de coisa imóvel é negócio juridico que poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, sendo privativa das entidades que operam no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI).

b) o registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título, tem natureza constitutiva, sem o qual a propriedade fiduciária e a garantia dela decorrente não se perfazem.

c) com a constituição da propriedade fiduciária a partir do registro, no competente Registro de Imóveis, a obrigação de arcar com o custo do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) caberá ao fiduciário.

d) é necessário o registro, no competente Registro de Imóveis, para a constituição da propriedade fiduciária de coisa imóvel, tomando-se o fiduciante possuidor indireto, e o fiduciário, possuidor direto da coisa imóvel.

e) o registro se impõe como requisito para fins de publicidade, sendo, portanto, desnecessário o registro do contrato de alienação fiduciária de coisa imóvel para que sejam constituídas a propriedade fiduciária e a respectiva garantia.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 23 da Lei 9.514/97, a saber: Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.

Ainda, cumpre esclarecer que alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no SFI, podendo ter como objeto, além da propriedade plena, conforme o art. 22, §1º.

As demais alternativas estão incorretas, de acordo com o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 45. Uma vez decretada a falência da sociedade empresária limitada, é correto afirmar que

a) na classificação dos créditos na falência, os créditos e multas tributárias têm à sua frente os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidente do trabalho e os créditos gravados com direito real de garantia, até o limite do bem gravado.

b) implica a extinção da personalidade jurídica da sociedade empresária falida, operando a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida.

c) a massa falida, que detém personalidade jurídica e judiciária, sucede a empresa em todos os seus direitos e obrigações.

d) a mera decretação da quebra não implica a extinção da personalidade jurídica da sociedade empresária, sendo admitida a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida, com a observância do art. 50 do Código Civil.

e) implica a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida, que será decretada pelo juízo falimentar, acarretando a falência dos sócios, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, encontrando seu fundamento no art. 82-A da Lei 11.101/2005, em que prevê o seguinte: " É vedada a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios

de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, admitida, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020)".

Ainda, cumpre esclarecer que, na forma dos precedentes deste Superior Tribunal de Justiça, "a mera decretação da quebra não implica extinção da personalidade jurídica do estabelecimento empresarial. Ademais, a massa falida tem exclusivamente personalidade judiciária, sucedendo a empresa em todos os seus direitos e obrigações. Em consequência, o ajuizamento contra a pessoa jurídica, nessas condições, constitui mera irregularidade, sanável nos termos do art. 284 do CPC e do art. 2º, § 8º, da Lei 6.830/1980" (REsp 1.192.210/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 4/2/2011).

QUESTÃO 46. Emitida a duplicata sem a correlata causa debendi e desprovida de aceite, com transmissão por endosso translativo à instituição Financeira que, diante da falta de paga-mento, efetua o protesto e inscreve o nome do sacado nos órgãos de proteção ao crédito, mesmo inexistindo contrato de venda mercantil ou de prestação de serviços. Ocorrendo essa situação fática, é correto afirmar que

a) o endosso translativo tem o condão de desvincular a relação jurídica subjacente, e a duplicata deixa de ser um título de crédito causal, via de consequência, a Instituição Financeira não pode ser responsabilizada.

b) o endossatário que recebe, por endosso translativo, título de crédito contendo vício formal, sendo inexistente a causa para conferir lastro à emissão de duplicata, não responde pelos danos causados diante do protesto indevido, pois a responsabilidade é exclusiva do emitente da cártula.

c) a duplicata sem aceite, desde que devidamente protestada, afasta a subordinação da duplicata à relação jurídica, sob pena de infringir os principios dos títulos de crédito (cartularidade, literalidade, autonomia, abstração e independência).

d) não se admite a desvinculação dos títulos de crédito causais da relação jurídica subjacente, ante a mitigação da teoria da abstração, sendo reconhecida a responsabilização civil da endossatária, que apresenta a protesto duplicatas mercantis desprovidas de aceite e de causa debendi.

e) a inexistência de lastro à emissão da duplicata constitui vício de natureza formal para a emissão do título, convolando-se com os endossos sucessivos, o que toma legítimo o protesto da duplicata.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda sobre a responsabilidade decorrentes de protesto indevido. A questão exigia do examinando, além dos conhecimentos teóricos da matéria, o conhecimento da Súmula 475 do STJ.

A alternativa D está correta. A questão encontra seu fundamento Súmula 475 do STJ, em que fixa a seguinte tese: "Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas."

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa D.

QUESTÃO 47. Acerca da controvérsia existente em relação ao cheque pagável a vista e o cheque pós-datado (ou pré-datado), é correto afirmar o seguinte entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça:

a) O cheque admite aceite, e o emitente (devedor principal) garante o pagamento, considerando-se não escrita qualquer disposição em contrário.

b) O cheque é ordem de pagamento à vista a terceiro, em razão da existência de fundos do emitente na instituição financeira sacada, vedado à Instituição Financeira sacada promover o pagamento antes do dia indicado como data de emissão.

c) O prazo prescricional de 6 (seis) meses para o exercício da pretensão à execução do cheque pelo respectivo portador é contado do encerramento do prazo de apresentação, respeitando-se, no caso de cheque pós-datado, a data pactuada com o emitente, independentemente da sua apresentação à Instituição Financeira sacada.

d) Não se desconhece a existência do costume relativo à emissão de cheque pós-datado, assim, é eficaz a pactuação extracartular, operando os efeitos almejados pelo emitente, no tocante à dilação do prazo de apresentação da cártula.

e) A pactuação da pós-datação de cheque, para que seja hábil a ampliar o prazo de apresentação à Instituição Financeira sacada, deve espelhar a data de emissão estampada no campo específico da cártula, sendo possível, no prazo para a execução cambial, o protesto cambiário com a indicação do emitente do cheque como devedor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta, encontrando seu fundamento no tema 945 de Recursos Repetitivos do STJ. A tese firmada prevê o seguinte: "A pactuação da pós-datação de cheque, para que seja hábil a ampliar o prazo de apresentação à instituição financeira sacada, deve espelhar a data de emissão estampada no campo específico da cártula, em que sempre será possível, no prazo para a execução cambial, o protesto cambiário de cheque, com a indicação do emitente como devedor.

As demais alternativas estão incorretas, consoante o comentário da alternativa E.

QUESTÃO 48. A respeito do poder constituinte, assinale a alternativa correta.

a) A teoria política norte-americana também adotou a distinção entre o poder constituinte e o poder constituído, embora com outra terminologia, bem como se valeu dessa distinção para desenvolver um arranjo institucional capaz de afirmar a supremacia da constituição não apenas no plano político, mas também jurídico.

b) De acordo com as concepções positivistas da Ciência do Direito, as normas constitucionais podem ter o seu conteúdo justificado materialmente e tem como foco principal a organização dos poderes políticos e a positivação das liberdades fundamentais.

c) A ideia de poder constituinte decorre da teoria constitucional francesa, norte-americana e inglesa, estando atrelada à noção de Estado Liberal e da necessidade de instituição de uma constituição como instrumento institucional de garantia da liberdade.

d) O conceito de poder constituinte é tratado tradicionalmente na obra de Emmanuel Sieyès, para quem o primeiro Estado deveria indicar representantes responsáveis por elaborar a Constituição e atuar para abolir os privilégios, que feririam a igualdade e a liberdade dos direitos.

e) O estudo da teoria do poder constituinte deve ser realizado com base na dogmática jurídica, sendo essa suficiente para esclarecer suas características, possíveis limites e condicionamentos

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre poder constituinte.

No julgamento do caso *Marbury* vs *Madinson* (doutrina Marshall) se forma a ideia no constitucionalismo norte-americano no que tange a supremacia da Constituição e possibilidade de controle pelo Poder Judiciário eventuais atos em desacordo com a Constituição. Neste contexto, a ideia de poder constituído (instituído), isto é, os poderes criados pela Constituição e poder constituinte (força criadora e soberana, titularizada pelo povo) possibilita a garantia da estabilidade política e jurídica ao possibilitar a invalidação de normas pelo Poder Judiciário – no caso, pelas via difusa (concreta) -, contrárias ao texto constitucional.

A alternativa B está incorreta, pois na concepção positivista não fazer sentido um conteúdo sendo justificado em uma norma. A própria norma estaria justificada simplesmente por ser norma jurídica, dispensando justificação material.

A alternativa C está incorreta, pois não necessariamente a ideia de poder constituinte decorre da teoria constitucional francesa, norte-americana e inglesa, tendo em vista que existem outras manifestações do constitucionalismo na antiguidade, a exemplo do constitucionalismo hebreu.

A alternativa D está incorreta, pois embora o abade Emmanuel-Joseph Sieyès tenha sido o primeiro a idealizar uma teoria de poder constituinte, em sua obra "O que é o Terceiro Estado?" (e não o primeiro Estado), e em sua concepção, poder constituinte é o responsável pela formação do Estado e poder constituído é aquele que criado pelo constituinte busca a atualização da Carta Constitucional.

A alternativa E está incorreta, pois é na zetética (e não da dogmática) jurídica que o estudo do poder constituinte se funda.

QUESTÃO 49. A respeito dos direitos fundamentais, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) A criação de cadastro estadual de usuários de drogas e dependentes químicos é constitucional, pois a seletividade social do cadastro está fundada na proteção do usuário, sendo compatível o princípio da igualdade material e da dignidade da pessoa humana.

b) A invocação da legítima defesa da honra não pode ser suscitada em processos sujeitos ao rito do Tribunal do Juri, pois a plenitude da defesa (CF/1988, art. 5°, XXXVII) não autoriza a invocação de argumentos extrajurídicos.

c) Dada a proteção constitucional conferida ao direito à vida, à saúde e à boa-fé, o segurado de plano de saúde está isento de devolver produtos e serviços prestados em virtude de provimento jurisdicional para custear direitos fundamentais de natureza essencial, salvo se, à época do provimento, o medicamento ou serviço não possuíssem o respectivo registro nos órgãos competentes.

d) A segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica contribui para a perpetuação de uma inaceitável seletividade socioeconômica do sistema de justiça criminal, sendo incompatível com o princípio da igualdade e com o Estado democrático de Direito.

e) A instituição de plano nacional de segurança pública sem indicadores de acompanhamento de mortes causadas por agentes de segurança pública não ofende, *prima facie*, o art. 5º, da CF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, sendo que a questão tratou sobre direitos fundamentais, conforme a jurisprudência do STF.

Conforme decisão do STF na ADPF n.º 334: "[...] 4. Não há amparo constitucional, contudo, para a segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica, tratando-se de mera qualificação de ordem estritamente pessoal que contribui para a perpetuação de uma inaceitável seletividade socioeconômica do sistema de justiça criminal, incompatível com o princípio da igualdade e com o Estado democrático de Direito. 5. Ausente qualquer justificativa que empregue sentido válido ao fator de discrímen indicado na norma impugnada, a conclusão é a de que a prisão especial, em relação aos portadores de diploma de nível superior, é inconciliável com o preceito fundamental da isonomia (art. 3º, IV, e art. 5º, caput, CF). [...]" (ADPF n.º 334/DF, Rel. Min. Alexandre de Moares, julgado em 3/4/2023).

A alternativa A está incorreta, pois conforme o STF decidiu na ADI n.º 6.561, a instituição de tal cadastro é inconstitucional: "[...] 1. A norma é formalmente inconstitucional, uma vez que, ao criar o Cadastro Estadual de Usuários e Dependentes de Drogas (art. 1º) no âmbito da Secretaria Estadual de Segurança Pública com informações concernentes ao registro de ocorrência policial (§1º), inclusive sobre

reincidência (§4º), invade competência privativa da União para legislar sobre matéria penal e processual penal (CRFB, art. 22, I). 2. Ademais, o exercício da competência concorrente em matéria de direito sanitário (CRFB, art. 24, XII), no federalismo cooperativo, deve maximizar direitos fundamentais e não pode ir de encontro à norma federal. No caso, nos termos da Lei federal n. 11.343/2006, a sistematização de informações é competência da União (art. 8º-A, XII). 3. Materialmente, também há inconstitucionalidade. A seletividade social do cadastro é incompatível com o Estado de Direito e os direitos fundamentais que a Constituição de 1988 protege, especialmente, a igualdade (CRFB, art. 5º, caput), a dignidade da pessoa humana (CRFB, art. 1º, III), o direito à intimidade e à vida privada (CRFB, art. 5º, X) e o devido processo legal (CRFB, art. 5º, LIV). Inexistência tampouco de protocolo claro de proteção e tratamento desses dados [...]". (ADI n.º 6.561, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 4/9/2023).

A alternativa B está incorreta, pois os argumentos extrajurídicos (ex: clemência) são sim admitidos no júri. No caso da legítima defesa da honra no júri, seu uso é rechaçado por, nos termos do que o STF entendeu na ADPF n.º 779: "[...] contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CF), da proteção da vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 23, inciso II, ao art. 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa [...]".(ADPF n.º 779, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 1/8/2023).

A alternativa C está incorreta, pois a alternativa está em desacordo com o entendimento da 2ª Turma do STF: "Dada a proteção constitucional conferida ao direito à vida, à saúde e à boa-fé, o segurado de plano de saúde está isento de devolver produtos e serviços prestados em virtude de provimento jurisdicional para custear direitos fundamentais de natureza essencial, ainda que, à época do provimento, o medicamento ou serviço não possuíssem o respectivo registro nos órgãos competentes". (RE n.º 1.319.935 AgR ED/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 19/9/2023, Informativo n.º 1.109)

A alternativa E está incorreta, pois nos termos do que o STF decidiu na ADI n.º 7.013/DF: "A ausência de disciplina objetiva e expressa dos objetivos, metas, programas e indicadores para acompanhamento de feminicídios e mortes decorrentes da intervenção de agentes de segurança pública no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social II (PNSP II - Decreto 10.822/2021) configura retrocesso social em matéria de direitos fundamentais e proteção deficiente dos direitos à vida e à segurança pública (arts. 5º, caput; e 144, CF/88)". (ADI n.º 7.013/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 1/7/2023, Informativo n.º 1.102).

QUESTÃO 50. Considere que o Poder Legislativo do Estado X aprovou lei que veda a inscrição de usuário dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em cadastro de proteção ao crédito quando inadimplente, sob a justificativa de que os serviços, ainda quando concedidos a inciativa privada, permanecem sendo serviços públicos e, nessa condição, devem ter os seus termos regulados pelo ente político dotado da competência constitucional para prestá-los. A mesma lei também obriga empresas prestadoras do serviço de televisão por assinatura – e que já possuam Serviço de Atendimento ao Consumidor – a fornecerem atendimento telefônico gratuito a seus clientes. A proposição legislativa foi sancionada pelo Governador do Estado. Inconformadas, entidades representativas dos respectivos segmentos econômicos pediram a realização de uma reunião com representantes do Ministério Público, por entenderem que as duas normas teriam impacto no custo do serviço e consequentemente seriam

prejudiciais ao consumidor. O membro do Ministério Público presente na reunião poderá informar, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que

a) as duas normas são constitucionais, pois compete ao Estado-Membro legislar sobre relações de consumo nas partes em que prevalecem interesses locais e sem impacto para além de suas fronteiras.

b) a norma que institui o dever de empresas fornecerem atendimento telefônico gratuito a clientes é inconstitucional, por ofender o princípio da livre iniciativa, bem como por competir à União legislar sobre o direito civil.

c) a norma que institui o dever de empresas fornecerem atendimento telefônico gratuito a clientes é constitucional, pois, sob o viés do fortalecimento do federalismo centrífugo, não fere o modelo de repartição constitucional de competências a legislação estadual supletiva que amplie a esfera protetiva do consumidor.

d) a norma que proíbe a inscrição dos consumidores em cadastros restritivos de crédito é constitucional, pois o fato de o Código de Defesa do Consumidor só impedir que sejam inscritas em cadastros restritivos dívidas prescritas ou informações referentes a período de cinco anos não obsta o Estado de ampliar a esfera de proteção dos consumidores.

e) a norma que proíbe a inscrição dos consumidores no cadastro restritivo de consumidores é constitucional, pois compete a cada ente federativo regular o serviço público de sua titularidade, não se aplicando a esse tipo de relação jurídica as normas previstas na legislação consumerista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, de modo que a questão tratou sobre competências legislativas previstas na CF conforme a jurisprudência do STF.

A letra C está correta, pois a segunda lei é constitucional, conforme o entendimento do STF adotado na ADI n.º 4.118/RJ: "É válida lei estadual que obrigue empresas prestadoras de serviços de televisão por assinatura e estabelecimentos comerciais de vendas no varejo e no atacado — que já possuam Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) — a fornecerem atendimento telefônico gratuito a seus clientes". (ADI n.º 4.118/RJ, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 25/2/2022, Informativo n.º 1.045).

A alternativa A está incorreta, pois embora a segunda lei seja constitucional (ver o comentário da alternativa anterior), a primeira lei é inconstitucional, conforme entendimento do STF na ADI n.º 6.668/MG: "É inconstitucional lei estadual que vede a inscrição em cadastro de proteção ao crédito de usuário inadimplente dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário". (ADI n.º 6.668/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 11/2/2022, Informativo n.º 1043).

A alternativa B está incorreta, pois a segunda norma é constitucional, conforme comentários à alternativa C.

As alternativas D e E estão incorretas, pois a primeira norma é inconstitucional, conforme comentários à alternativa A.

QUESTÃO. 51. A respeito dos papeis das supremas cortes e dos tribunais constitucionais nas democracias contemporâneas, é correto afirmar que

a) a legitimidade democrática da jurisdição constitucional está assentada também na proteção dos direitos fundamentais, que correspondem à reserva de justiça de uma comunidade política e que somente pode ser suprimida por decisão política da maioria.

b) em países dotados de constituições analíticas, o papel da jurisdição constitucional não se resume à declaração de inconstitucionalidade de uma lei, como acontece normalmente no *judicial review*, pois envolve também a criação de norma temporária para suprir inconstitucionalidades por omissão.

c) o papel contramajoritário exercido pelas supremas cortes e tribunais constitucionais é incompatível com o princípio democrático, pois este pressupõe que o exercício do poder seja precedido de legitimação popular.

d) o papel iluminista deve ser exercido de maneira corrente pelas supremas cortes, pois cabe a elas promover avanços imprescindíveis para a sociedade em nome da razão e da vontade majoritária da sociedade.

e) as supremas cortes não são providas de um papel representativo, pois a democracia contemporânea é formada a partir de votos, direitos e razões.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre o papel da jurisdição constitucional nas democracias contemporâneas.

O exemplo claro da afirmação contida na letra B é a tradição constitucional brasileira, em que além realizar o filtro de constitucionalidade das normas, seja pela via difusa ou concentrada, cria soluções temporárias a fim de suprir omissões do Poder Legislativo, como, por exemplo, na solução dada para viabilizar o direito de greve dos servidores públicos (uso da norma destinada aos trabalhadores da iniciativa privada até a edição de norma pelo Congresso Nacional) e na criminalização da homofobia e da transfobia (aplicação da Lei n.º 7.716/1989 até a edição de norma pelo Congresso Nacional para a proteção dos grupos vulneráveis).

A alternativa A está incorreta, pois nem mesmo a decisão política da maioria poderá suprimir a proteção aos direitos fundamentais das minorias, aliás, é neste contexto que o papel contramajoritário da jurisdição constitucional se faz necessário.

A alternativa C está incorreta, pois o exercício do papel contramajoritário é justamente o que garante a higidez do sistema democrático, "protegendo-o de si mesmo". Em outras palavras, o professor Lênio Streck compara o papel contramajoritário exercido pelo Judiciário como "as correntes que amarram Ulisses ao barco, evitando que ele se atire ao mar ao ouvir os cantos das sereias e por elas seja devorado". As sereias seriam as "vozes das maiorias". Já as correntes seriam o texto constitucional, que evitaria que o "timoneiro colocasse tudo a perder".

A alternativa D está incorreta, pois é justamente o papel de contenção do ímpeto das maiorias que o Poder Judiciário deve desempenhar nas democracias contemporâneas.

A alternativa E está incorreta, pois a exemplo do Brasil, embora não sejam eleitos, os membros da Suprema Corte são escolhidos pelo executivo e aprovados (ou não) pelo Poder Legislativo, portanto, dois poderes com membros eleitos, daí porque há sim um papel representativo.

QUESTÃO 52. A respeito dos princípios constitucionais sensíveis, é correto afirmar que

a) correspondem a regras de organização da União, que se estendem obrigatoriamente aos Estados-membros.

b) são normas constitucionais que não se estendem aos Estados-membro, podendo ser apontadas como exemplo as regras que conferem ao Presidente da República a iniciativa privativa para propor determinados projetos de lei.

c) são normas que possuem geralmente natureza institucional e definem antecipadamente a organização dos Poderes e das instituições dos Estados-membros.

d) estão previstos de forma exemplificativa na Constituição Federal.

e) caso violados, autorizam a realização de intervenção federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, de modo que a questão tratou sobre os princípios constitucionais sensíveis, previstos no art. 34, VI, da CF: "Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: [...] VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta. e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)".

Conforme se depreende do dispositivo, a violação dos princípios constitucionais sensíveis autoriza a intervenção federal.

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 53. A respeito do Poder Judiciária, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) Compete à Justiça Federal julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, ainda que a Anatel [Agência Nacional de Telecomunicação] não seja litisconsorte passiva necessária, assistente nem opoente.

b) Compete à Justiça do Trabalho o julgamento de processos envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais, uma vez que a sua competência também abarca as relações de trabalho e não apenas as de emprego.

c) Compete à Justiça comum processar e julgar causas sobre complementação de aposentadoria instituída por lei cujo pagamento seja, originariamente ou por sucessão, da responsabilidade da Administração Pública direta ou indireta, por derivar essa responsabilidade de relação jurídico-administrativa.

d) A competência constitucional do tribunal do júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.

e) É da Justiça Federal a competência para processar e julgar o crime de incitação à discriminação racial por meio da internet cometido contra pessoas determinadas, pois se presume que o resultado ultrapassa as fronteiras territoriais brasileiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre competência processual, conforme a jurisprudência do STF.

A alternativa correta está de acordo com o tema de repercussão geral n.º 1.092 do STF: "Competência para processar e julgar demandas sobre complementação de aposentadoria instituída por lei, cuja responsabilidade pelo pagamento recaia diretamente sobre a Administração Pública direta ou indireta".

A alternativa A está incorreta, pois nos termos da Súmula Vinculante n.º 27, a competência é da Justiça Estadual (e não Federal): "Súmula Vinculante n.º 27: Compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem opoente".

A alternativa B está incorreta, pois a competência é da Justiça Estadual, conforme o tema de repercussão geral n.º 500 do STF: "Preenchidos os requisitos dispostos na Lei 4.886/65, compete à Justiça Comum o julgamento de processos envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais, uma vez que não há relação de trabalho entre as partes".

A alternativa D está incorreta, pois a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece, nos termos da Súmula Vinculante n.º 45: "Súmula Vinculante: 45 A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual".

A alternativa E está incorreta, pois a 1ª Turma do STF, no HC n.º 121.283/DF, decidiu que a competência é da Justiça Estadual: "Compete à justiça Estadual processar e julgar crime de incitação à discriminação cometido via internet, quando praticado contra pessoas determinadas e que não tenha ultrapassado as

fronteiras territoriais brasileiras". (HC n.º 121.283/DF, 1ª Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 29/4/2014, Informativo n.º 744).

QUESTÃO 54. A respeito da Ordem Social, com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) A Ordem Social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

b) Os Estados e o Distrito Federal devem vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, cabendo ao Ministério Público fiscalizar o cumprimento da norma.

c) O Poder Judiciário não admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas.

d) Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, ficando proibido que sejam dirigidos a entidades privadas, ainda que confessionais ou filantrópicas.

e) Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental e médio, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre a ordem social.

A alternativa correta está de acordo com a literalidade do art. 193 da CF: "Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais".

A alternativa B está incorreta, pois se trata de uma faculdade dos entes (e não uma obrigação), conforme dispõe o art. 218, § 5º, da CF: "Art. 218 [...] § 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica".

A alternativa C está incorreta, pois o Poder Judiciário poderá sim intervir, conforme art. 217, § 1º, da CF: "Art. 217 [...] § 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei".

A alternativa D está incorreta, pois os recursos podem ser destinados a instituições privadas, confessionais ou filantrópicas, nos termos do art. 213 da CF: "Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades".

A alternativa E está incorreta, pois a CF (art. 208, § 3º) não dispõe sobre o ensino médio (apenas o fundamental): "Art. 208 [...] § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola".

QUESTÃO 55. Considere que o Contribuinte X, propôs, no ano de 2002 ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária da cobrança de ISSQN, por entender que a atividade por ele desempenhada não representava uma obrigação de fazer e, portanto, não se sujeitava à exigência do tributo, ainda que prevista em item de lei complementar nacional. O processo transitou em julgado em 2008 com decisão favorável ao contribuinte.

A decisão conflitava ao tempo com decisões proferidas pelo Plenário do STF, que em sede de controle incidental de constitucionalidade, já havia se pronunciado pela validade da cobrança.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, reconheceu a validade da cobrança, dado que a competência municipal não precisa ser precedida de uma obrigação de fazer, mas sim do fornecimento de uma utilidade remunerada em favor do tomador de serviço e que esteja prevista em lei complementar nacional.

O Município X autuou a empresa em 2010, exigindo o pagamento dos créditos tributários não atingidos pela decadência – 2005/2009 –, pois a coisa julgada não deveria prevalecer nessa situação, bem como por ter as decisões, proferidas em controle abstrato de constitucionalidade, eficácia retroativa.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) a decisão proferida em controle abstrato pelo STF tem eficácia normativa e a capacidade de autorizar a sustação imediata dos efeitos da decisão proferida na ação individual, sendo necessários, no caso, a garantia da irretroatividade da cobrança e o respeito aos princípios constitucionais tributários.

b) a decisão com trânsito em julgado somente poderia ser desconstituída por meio da propositura de ação rescisória, pois a coisa julgada é um direito fundamental que densifica o princípio da segurança jurídica.

c) as decisões plenárias do STF, por si só, eram suficientes para desconstituir os efeitos da coisa julgada material, por ser a Corte dotada da atribuição institucional de garantir a unidade da Constituição.

d) as decisões proferidas em sede de controle difuso somente teriam efeitos sobre a coisa julgada se proferidas já no regime da repercussão geral, hipótese em que poderia ter eficácia retroativa apta a autorizar a cobrança, dos créditos não atingidos pela decadência e a impedir a própria formação da coisa julgada em favor da empresa.

e) a decisão proferida pelo STF em sede de controle abstrato constitucionalidade suspende imediatamente os efeitos da sentença que transitou em julgado sendo desnecessário, nesse caso,

o respeito aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal, por ser desprovida a decisão de eficácia normativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão tratou sobre o controle de constitucionalidade e coisa julgada, conforme decisão casuística do STF no tema n.º 885 de repercussão geral: "1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo".

Assim, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 56. A respeito da interpretação constitucional, assinale a alternativa correta.

a) Os conceitos jurídicos constitucionais indeterminados não se confundem com os princípios jurídicos constitucionais e não cabe ao Supremo Tribunal Federal interpretar os seus temos para definir o seu campo de incidência, por se tratar de tarefa reservada aos Poderes Executivo e Legislativo.

b) A concepção de princípios próprios para a interpretação constitucional não toma irrelevante elementos tradicionais da hermenêutica – gramatical, sistemático, teleológico ou histórico –, mas visa superar as limitações da interpretação jurídica tradicional, concebida sobretudo em função da legislação infraconstitucional.

c) A cultura jurídica pós-positivista, embora produza impacto na teoria da interpretação constitucional, não autoriza o intérprete a conceber que a solução dos problemas jurídicos não se encontram integralmente na norma jurídica e que ao intérprete cabe se valer de outros domínios de conhecimento, como a economia, a moral e a filosofia.

d) A interpretação constitucional contemporânea dá ênfase à norma jurídica, que deve ser interpretada e aplicada ao caso concreto, pois nela está contida a prescrição que regerá o caso. O intérprete, por sua vez, desempenha a função de descrever o campo de aplicação da norma, de forma objetiva e neutra.

e) A teoria da interpretação constitucional moderna não nega a crença de que as normas jurídicas constitucionais possuem um sentido único, objetivo e válido para todos os cenários em que possam incidir.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre interpretação constitucional.

A alternativa correta traduz exatamente a ideia por trás dos princípios da hermenêutica constitucional (unidade da constituição, concordância prática ou harmonização, máxima efetividade, eficiência ou interpretação efetiva, justeza ou correção funcional, ou conformidade funcional, ou exatidão funcional e efeito integrador), que visam justamente superar as limitações dos vetores tradicionais de interpretação das normas jurídicas, frente à complexidade que as questões constitucionais tendem a tomar nas democracias contemporâneas.

A alternativa A está incorreta, pois interpretar os princípios jurídicos constitucionais é justamente uma das funções precípuas do STF.

A alternativa C está incorreta, pois o paradigma pós-positivista reconhece a impossibilidade de a norma jurídica prever abstratamente todas as situações possíveis no mundo fático, assim, com o uso de cláusulas legais e conceitos jurídicos indeterminados, propõe a distinção entre texto e norma, em superação à literalidade dos textos, atribuindo ao intérprete da norma o poder de criar soluções concretas para situações não previstos em norma jurídica.

A alternativa D está incorreta, pois adotando a concepção de Alexy, que distingue regras e princípios enquanto espécies de norma, não é correto afirmar que na norma está contida a prescrição que regerá o caso, pois nem sempre a norma-regra conterá a solução para o caso, devendo o intérprete recorrer às normas-princípio.

A alternativa E está incorreta, pois, pelo contrário, as normas constitucionais podem ter mais de um sentido, o que deve ser resolvido através do uso dos princípios hermenêuticos constitucionais (unidade da constituição e concordância prática ou harmonização).

QUESTÃO 57. Considere que o Poder Executivo lançou edital para a constituição de um fundo de investimento imobiliário, que tem como objetivo dinamizar a gestão do patrimônio imobiliário público de determinada região da cidade, fomentando o seu desenvolvimento. Para viabilizar esse projeto, o edital prevê a contratação de duas empresas, que serão responsáveis pela gestão e pela administração do fundo.

Dentre as atribuições dessas empresas estão a curadoria do patrimônio incorporado ao fundo e a elaboração de relatórios, que devem ser submetidos a um comitê de investimento, integrado por agentes públicos e responsável por validar as decisões da gestora e da administradora.

Após o recebimento de representação formulada por Deputado Estadual impugnando o Edital, um dos Conselheiros do Tribunal de Contas, por decisão monocrática, suspendeu a licitação. Interposto agravo regimental pela Procuradoria do Estado, o Órgão Pleno do Tribunal de Contas deliberou pala continuidade da licitação.

Ao fim do processo, a Corte entendeu que o edital e a minuta de contrato continham vícios, que consistiriam basicamente na impossibilidade de a Administração Pública não adotar modelo de contratação taxativamente previsto em lei, bem como na impossibilidade de o fundo de

investimento se valer de instrumentos de gestão apenas aplicados por empresas privadas, razão pela qual decidiu pela imediata anulação do contrato administrativo.

Com base na situação hipotética, a respeito das atribuições dos Tribunais de Contas, é correto afirmar que

a) a representação foi recebida de maneira correta, pois o Tribunal de Contas também é considerado um importante instrumento do controle social da Administração pela sociedade. Em função da relação da ação da instituição com a democracia participativa, o Supremo Tribunal Federal por decisões de seu Plenário tem reconhecido o poder do Tribunal de Contas de suspender licitações e contratos administrativos, sem prévia intervenção de outros poderes constituídos, com base nos princípios da legitimidade e da economicidade.

b) as decisões do Tribunal de Contas estão incorretas, pois a Corte não possui atribuição constitucional para suspender licitações e contratos administrativos. Caso constatada irregularidade dessa natureza, deve cientificar o Ministério Público, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

c) as decisões do Tribunal de Contas estão corretas, pois o princípio da legalidade impõe à Administração o poder de somente realizar ações previamente previstas em lei, o que a impede de adotar medidas de gestão inovadoras sem prévia chancela do Poder Legislativo. Além disso, dispõe o Tribunal de Contas de competência para anular de imediato contrato administrativo, quando a medida se mostrar necessária para garantir a supremacia do interesse público.

d) o Tribunal de Contas pode exercer o juízo de conformidade de uma política pública sob a perspectiva da legitimidade, que corresponde a um juízo de adequação entre a medida e a sua capacidade de atender ao interesse público, mas não pode anular um contrato administrativo sem prévia manifestação do Poder Legislativo e do próprio Poder Executivo, o que toma a última decisão incorreta.

e) a Constituição Federal foi alterada para somente autorizar a suspensão de licitações por decisões colegiadas dos Tribunais de Contas, motivo pelo qual a primeira decisão é inválida. Além disso, o controle de legitimidade da ação administrativa corresponde ao juízo de conformidade da ação com o procedimento previsto em lei, o que não se confunde com o mérito da própria política pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou das atribuições dos Tribunais de Contas.

A alternativa correta pois os Tribunais de Contas são dotados do poder de cautela, isto é, podem, com o uso da expertise técnica, antever riscos e avaliar a própria utilidade da deliberação final, sendo certo que, nos termos do art. 71, §§ 1º e 2º e art. 75 da CF, somente após ser facultada a manifestação do Poder Legislativo: "Art. 71 [...] § 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis. § 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito. [...] Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção

aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios".

A alternativa A está incorreta, pois contraria o que o STF decidiu no AgReg, no ED, na Suspensão de Segurança n.º 5.306/PI, em que a Corte admitiu a suspensão do pagamento, mas fez a clara distinção e asseverou a necessidade de comunicação ao Poder Legislativo em caso de suspensão do contrato: "[...] suspensão do pagamento [...] não se confunde com a suspensão do contrato como um todo. Caso assim o fosse, ensejaria a necessidade de se notificar a correspondente assembleia legislativa para a anulação da avença considerada lesiva ao patrimônio público". (AgRg, no ED, na Suspensão de Segurança n.º 5.306/PI, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 18/3/2023)

A alternativa B está incorreta, pois os Tribunais de Contas podem anular ou suspender licitações e contratos, conforme comentário à alternativa D.

A alternativa C está incorreta, pois os Tribunais de Conta, embora possam anular ou suspender licitações e contratos, não podem o fazer de forma direta e imediata, isto é, sem a prévia participação do Poder Legislativo.

A alternativa E está incorreta, conforme comentário à alternativa D.

QUESTÃO 58. Considere que o Presidente da República, por melo de medida provisória estendeu de cinco para dez anos o prazo de prescrição para a cobrança de créditos tributários decorrentes de taxas de polícia. A justificativa é a de que a mudança de posicionamento dos Tribunais Superiores com relação ao modo de contagem da prescrição intercorrente estaria gerando graves prejuízos ao património público, pois uma quantia expressiva de créditos tributários dessa natureza estaria sendo extinta dessa forma. Inconformado com o ato legislativo, um partido político com representação no Congresso Nacional propôs ação direta de inconstitucionalidade em face da medida provisória.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) a medida provisória revogou a lei anterior que disciplinava o assunto. Caso o congresso nacional reprove a inovação legislativa, a lei anterior passará a ter eficácia após a rejeição tática ou expressa.

B) a medida provisória pode ser objeto de questionamento em controle abstrato de constitucionalidade, e a sua conversão em lei não torna prejudicado, de acordo com todos os precedentes do STF, o debate sobre o atendimento dos pressupostos de admissibilidade do seu uso (relevância e urgência).

c) em julgado recente, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os requisitos da relevância e urgência não estão sujeitos a controle jurisdicional, bem como que a rejeição tácita ou expressa da medida provisória faz com que a ação direta de inconstitucionalidade perca o seu objeto.

d) o Supremo Tribunal Federal não dispõe de competência para suspender, em caráter liminar, medida provisória em sede de ADI, pois não essa espécie normativa não tem a capacidade de inovar de maneira definitiva no ordenamento jurídico, motivo pelo qual não se sujeita ao controle abstrato constitucionalidade.

e) embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido a desnecessidade de lei complementar tratar dos marcos temporais da prescrição intercorrente, a definição do prazo de prescrição em si é reservada à lei complementar, motivo pelo qual a medida provisória em questão é inconstitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, sendo que a questão tratou sobre prescrição do crédito tributário e suas repercussões.

A alternativa correta, está de acordo com o que decidiu no STF no RE n.º 636.562/SC, em 17/2/2023: "[...] 6. Desnecessidade de lei complementar para dispor sobre prescrição intercorrente tributária. A prescrição intercorrente tributária foi introduzida pela Lei nº 6.830/1980, que tem natureza de lei ordinária. O art. 40 desse diploma não afronta o art. 146, III, b, da CF/1988, pois o legislador ordinário se limitou a transpor o modelo estabelecido pelo art. 174 do CTN, adaptando-o às particularidades da prescrição intercorrente. Observa ainda o art. 22, I, da CF/1988, porquanto compete à União legislar sobre direito processual". (RE n.º 636.562/SC, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 17/2/2023).

O STF decidiu que prescrição intercorrente tributária não é matéria privativa de lei complementar.

Por outro lado, a definição do prazo de prescrição em si é matéria de lei complementar, nos termos do art. 146, III, "b", da CF: "Art. 146. Cabe à lei complementar: [...] III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: [...] b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários". A prescrição está disciplinada no art. 174 do CTN, recepcionado pela CF de 1988 com status de lei complementar federal: "Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva". Por fim, o art. 62, § 1º, III, da CF veda o uso das medidas provisórias em matérias reservadas à lei complementar: "Art. 62 [...] § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: [...] III - reservada a lei complementar". Logo, a alteração do prazo é matéria reservada a lei complementar.

A alternativa A está incorreta, pois a medida provisória perderá sua eficácia desde a edição, logo, a lei anterior produzirá efeitos como se nunca tivesse sido modificada, podendo haver modulação de efeitos pode decreto legislativo, nos termos do art. 61, § 3º, da CF: "Art. 62 [...] § 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes".

A alternativa B está incorreta, pois a jurisprudência do STF oscila sobre a prejudicialidade ou não da conversão da medida provisória em lei:

"A conversão de medida provisória em lei, com absorção de conteúdo, torna prejudicado o debate sobre o atendimento dos pressupostos de sua admissibilidade". (ADI n.º 4.980, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 10/3/2022).

"A conversão de medida provisória em lei não prejudica o debate jurisdicional sobre o atendimento dos pressupostos de admissibilidade desse espécime de ato da ordem legislativa". (ADI 3.330, Rel. Min. Ayres Britto, julgado em 3/5/2012).

"Conversão da medida provisória na Lei 11.658/2008, sem alteração substancial. Aditamento ao pedido inicial. Inexistência de obstáculo processual ao prosseguimento do julgamento. A lei de conversão não convalida os vícios existentes na medida provisória". (ADI n.º 4.048 MC, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 14/5/2008).

A alternativa C está incorreta, pois embora excepcional, é possível que a análise da relevância e urgência sejam objeto de controle pelo Poder Judiciário: "Inexistindo comprovação da ausência de urgência, não há espaço para atuação do Poder Judiciário no controle dos requisitos de edição de medida provisória pelo chefe do Poder Executivo". (ADI n.º 5.599/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 23/10/2020, Informativo n.º 996).

A alternativa D está incorreta, pois contraria entendimento antigo e consolidado do STF: "O STF dispõe de competência para exercer, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, o poder geral de cautela de que se acham investidos todos os órgãos judiciários, independentemente de expressa previsão constitucional. A prática da jurisdição cautelar, nesse contexto, acha-se essencialmente vocacionada a conferir tutela efetiva e garantia plena ao resultado que deverá emanar da decisão final a ser proferida no processo objetivo de controle abstrato. (...) O provimento cautelar deferido, pelo STF, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, além de produzir eficácia erga omnes, reveste-se de efeito vinculante, relativamente ao Poder Executivo e aos demais órgãos do Poder Judiciário". (ADC n.º 8-MC, rel. min. Celso de Mello, julgado em 13/10/1999).

QUESTÃO 59. A respeito das imunidades de Deputados e Senadores, com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

a) as imunidades de Deputados e Senadores não subsistirão durante o estado de sítio.

b) os Deputados e Senadores podem ser obrigados a testemunhar sobre informações recebidas em razão do exercício do Mandato.

c) os Deputados e Senadores militares, em tempo de guerra, serão incorporados as Forças Armadas, independentemente de deliberação da respectiva Casa.

d) a sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

e) os Deputados e Senadores, a partir da posse, serão submetidos cível e penalmente a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, de modo que a questão tratou sobre imunidades parlamentares.

A alternativa correta está de acordo com a literalidade do art. 53, § 5º, da CF: "Art. 53 [...] § 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato".

A alternativa A está incorreta, pois está em desacordo com o art. 53, § 8º, da CF: "Art. 53 [...] § 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida".

A alternativa B está incorreta, pois os parlamentares não podem ser obrigados a testemunhar sobre informações recebidas em razão do mandato, nos termos do art. 53, § 6º, da CF: "Art. 53 [...] § 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações".

A alternativa C está incorreta, pois é necessária a deliberação da respectiva casa na hipótese, conforme art. 53, § 7º, da CF: "Art. 53 [...] § 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva".

A alternativa E está incorreta, pois é desde a expedição do diploma (e não da posse), conforme art. 53, § 1º, da CF: "Art. 53 [...] § 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal".

QUESTÃO 60. A respeito da mutação constitucional, assinale a alternativa correta.

a) A mutação constitucional deve ser encarada como um poder constituinte difuso e utilizada sempre que houver mudança no contexto social, dada a necessidade de que o Poder Judiciário seja protagonista no processo de atualização da norma constitucional às circunstâncias sociais.

b) Não são fatores relevantes para o processo de mutação constitucional a plasticidade das normas constitucionais, o dinamismo social, a rigidez constitucional e a cultura jurídica prevalente.

c) A sua adoção é incompatível com sistemas constitucionais que adotam o modelo rígido de Constituição, pois a modificação da norma constitucional, nesses sistemas, pressupõe a atuação qualificada do poder constituinte reformador.

d) A mutação constitucional permite que os fatores reais de poderes subvertam a força normativa da Constituição, pois as condicionantes sociais que afetam a compreensão da norma passam a prevalecer sobre a literalidade do texto constitucional.

e) A mutação constitucional decorre do reconhecimento de que a norma jurídica não se confunde com o texto, motivo pelo qual mudanças na sociedade possuem impacto na forma como se interpreta o texto constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, sendo que a questão tratou sobre a mutação constitucional (poder constituinte difuso).

A alternativa E reflete exatamente à compreensão da doutrina majoritária sobre a mutação constitucional.

A mutação constitucional consiste na mudança informal no sentido, nos preceitos e no conteúdo da Constituição. Dessa forma, para uma constante readequação à parcela da realidade que a constituição deve ordenar é preciso uma perene atualização de sentidos, porquanto o texto da constituição é diferente da norma construída decorrente do processo interpretativo. Essa atualização informal de sentidos é dada pela mutação constitucional, processo que altera a constituição sem modificação pela via de emenda ou revisão.

A alternativa A está incorreta, pois não há, necessariamente, um protagonismo do Poder Judiciário no processo de atualização da norma constitucional às circunstâncias sociais.

A alternativa B está incorreta, pois todos os fatores indicados na alternativa são relevantes para o processo de mutação constitucional.

A alternativa C está incorreta, pois não há necessária incompatibilidade, já que a mutação constitucional, por essência, dispensa a edição de emenda ou revisão, dada a sua natureza informal,

A alternativa D está incorreta, pois existem limites no poder constituinte difuso, de modo que os mecanismos de proteção e contenção da democracia constitucional se encarregam, ao menos em tese, de frear os ímpetos autoritários que eclodem eventualmente no seio social.

QUESTÃO 61. Considere que o Congresso Nacional aprovou projeto de lei que visa assegurar, a agricultores familiares políticas de fomento emergencial, mediante a recuperação da capacidade produtiva dos estabelecimentos rurais familiares, bem como a instituição de garantia-safra, concedida a todos os agricultores que tenham obtido laudo junto a órgãos municipais. O Chefe do Poder Executivo vetou a proposição, por entender que seria inconstitucional, ao não prever a fonte de custeio das medidas, veto esse que veio a ser derrubado pelo Congresso Nacional.

Passados dois anos, o Chefe do Poder Executivo continua não dando aplicação da lei, o que motivou a proposição de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) a ADPF não se mostra cabível no caso, pois não é cabível o controle jurisdicional sobre o veto, ainda que desborde da margem de discricionaridade titularizada pelo Chefe do Poder Executivo.

e) é cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental, pois as demais medidas de controle abstrato de constitucionalidade não podem ser utilizadas para suprir omissão do Poder Executivo no cumprimento da legislação.

c) a ação não é cabível, pois a implementação das medidas demanda a prévia realização de atos instrutórios, que são incompatíveis com o rito do processo objetivo de constitucionalidade.

d) não é cabível intervenção judicial nesse tipo de conduta, pois o Chefe do Poder Executivo possui a prerrogativa de deixar de aplicar norma que considere inconstitucional, ainda que não haja proposto medida judicial para sanar o problema.

e) a questão não envolve diretamente a violação a preceito fundamental, pois a ofensa à dignidade da pessoa humana e à primazia do trabalho demandam a análise da legislação infraconstitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, de modo que a questão tratou sobre o controle concentrado de constitucionalidade. A ADPF, dada a sua natureza residual, é cabível quando nenhuma outra ação de controle for cabível.

A ADI é um instrumento utilizado para solicitar ao STF que alguma lei federal ou estadual seja declarada incompatível com a Constituição Federal, ou seja, que ela seja declarada inconstitucional, logo, não se aplica ao caso do enunciado.

A ADC é uma ação que visa a declaração da constitucionalidade de lei federal, sendo similar à ADI, quanto ao rol de legitimados, no entanto, uma importante diferença é que apenas leis federais podem ser objetos de ADC perante o STF, não cabendo, em nenhuma hipótese, o ajuizamento de leis estaduais ou municipais via ADC, assim, não se aplica ao caso no enunciado.

A ADO é um mecanismo utilizado quando há a inércia do Poder Legislativo ou da Administração em elaborar determinada norma para regulamentar algum dispositivo constitucional, o qual não é autoaplicável. Ela é muito similar ao mandado de injunção, porém, enquanto este é utilizado apenas em determinado caso concreto, a ADO é utilizada para o controle abstrato de constitucionalidade. Perceba que a ADO é um tipo de ADI, porém, a ADO pode ser considerada uma Ação Direta de Constitucionalidade por ação, enquanto a ADO é uma Ação Direta de Constitucionalidade por omissão. Desse modo, os seus procedimentos são extremamente similares. No caso, já existe norma, razão pela qual não cabe ADO, já que o que está ocorrendo é o descumprimento da norma já elaborada.

Por fim, a ADPF é um mecanismo utilizado para suprir lacunas não contempladas pelas ADI e ADC. Desse modo, ela é considerada como uma ação subsidiária, de caráter residual, ou seja, apenas será utilizada quando não for possível a utilização de qualquer outro mecanismo de controle concentrado, como ocorre na hipótese do enunciado.

Assim, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 62. A empresa Beta Ltda. resulta de uma fusão da empresa Alfa Ltda. com outra sociedade em 2023, ambas pessoas jurídicas de Direito Privado. A Alfa Ltda. está sendo investigada por denúncia de facilitar a aquisição de bens por preço superior ao de mercado pela administração direta, com prejuízo ao erário público, o que teria ocorrido anteriormente à transformação societária. No caso em análise, à luz da Lei nº 8.429/92, se demonstrada a efetiva prática do ato de improbidade:

a) empresa Alfa Ltda. poderá ser responsabilizada se comprovado que induziu ou concorreu dolosamente para a prática do ato de improbidade. Seus sócios e a Beta Ltda., no entanto, não podem ser responsabilizados, salvo se detectada fraude ou simulação da transformação societária.

b) tanto a empresa Alfa Ltda. como a empresa Beta Ltda. poderão ser responsabilizadas se comprovado que a Alfa Ltda. induziu ou concorreu dolosamente para a prática do ato de improbidade. Os sócios da empresa Alfa Ltda., no entanto, não poderão ser responsabilizados, se não detectada fraude ou simulação da transformação societária.

c) a empresa Alfa Ltda. poderá ser responsabilizada se comprovado que induziu ou concorreu dolosamente para a prática do ato de improbidade. No caso da empresa Beta Ltda., no entanto, a responsabilidade como sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, se não detectada fraude ou simulação da transformação societária.

d) nem as empresas, nem seus sócios podem ser responsabilizados, pois a Lei nº 8.429/92 aplica-se apenas aos atos de agentes públicos.

e) a empresa Alfa Ltda. e seus sócios poderão ser responsabilizados se comprovado que induziram ou concorreram dolosamente para a prática do ato de improbidade. A empresa Beta Ltda., no entanto, não poderá ser responsabilizada, se não detectada fraude ou simulação da transformação societária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão exigiu domínio no que tange à responsabilidade de pessoas jurídicas por atos de improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta, pois a empresa Beta poderia, sim, ser responsabilizada, em relação à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, conforme base normativa indicada na alternativa C.

A alternativa B está incorreta, porquanto a responsabilidade da empresa Beta deve se restringir à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na LIA, decorrentes de atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação, exceto no caso de simulação ou de evidente intuito de fraude, devidamente comprovados, conforme base normativa indicada na alternativa C.

A alternativa C está correta, eis que em conformidade à regra do art. 8º-A, *caput* e parágrafo único, da LIA, que assim estabelecem: "A responsabilidade sucessória de que trata o art. 8º desta Lei aplica-se também na hipótese de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária. (...) Nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação, exceto no caso de simulação ou de evidente intuito de fraude, devidamente comprovados."

A alternativa D está incorreta, uma vez que a LIA não é aplicável apenas a agentes públicos, mas sim, igualmente, a particulares, sejam pessoas físicas ou jurídicas não integrantes da administração pública, desde que tenham induzido ou concorrido dolosamente para a prática do ato ímprobo.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que: i) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação; e ii) a empresa Beta pode vir a ser responsabilizada, no que tange à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, mesmo que não tenha sido detectada fraude ou simulação da transformação societária.

QUESTÃO 63. Em 2023, a Prefeitura de Rio Pardo do Norte contrata diretamente o cantor estreante Ari Carlos para a comemoração dos 50 anos do Município. Ocorre que em 2015, Ari Carlos foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, ao pagamento de indenização pecuniária pela contratação de menor aprendiz com 13 anos de idade. Diante do exposto, a contratação realizada pela Municipalidade

a) poderia prescindir de licitação, pois o intuito legal é incentivar novos talentos; contudo, a condenação pela contratação de menor aprendiz com 13 anos de idade em 2015 impede Ari Carlos de disputar licitação.

b) não poderia prescindir de licitação, pois a contratação de profissional do setor artístico não a dispensa. Ademais, a condenação pela contratação de menor aprendiz com 13 anos de idade em 2015 impede Ari Carlos de disputar licitação.

c) não poderia prescindir de licitação, pois a contratação foi realizada diretamente com o cantor, quando o contrato deveria ter sido firmado com pessoa jurídica com direitos de representá-lo.

d) não poderia prescindir de licitação, pois a contratação de profissional do setor artístico, com as caraterísticas apresentadas no caso em análise, não a dispensa. A Municipalidade deveria iniciar processo licitatório, do qual Ari Carlos poderia participar.

e) poderia prescindir de licitação, pois o intuito legal é incentivar novos talentos; contudo, devido à condenação pela contratação de menor aprendiz com 13 anos de idade em 2015, o contrato deveria ter sido firmado com pessoa jurídica com direitos de representar Ari Carlos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão abordou o tema da possibilidade, ou não, de contratação direta por parte da Administração, relativamente a profissionais do setor artístico.

A alternativa A está incorreta, uma vez que o caso descrito no enunciado não autoriza contratação direta. Ademais, a condenação pela contratação de menor aprendiz não impediria Ari Carlos de disputar a licitação.

A alternativa B está incorreta, pois a contratação de profissional do setor artístico pode, em tese, autorizar contratação direta, desde que preenchidos os requisitos atinentes à inexigibilidade de licitação. Além disso, a condenação pela contratação de menor aprendiz não impediria Ari Carlos de disputar a licitação.

A alternativa C está incorreta, uma vez que a lei faculta a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, a teor do art. 74, II, da Lei 14.133/2021, que assim estabelece: "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;". Assim sendo, a justificativa da impossibilidade de contratação direta, via inexigibilidade, não estaria no fato de a contratação ter sido efetivada diretamente com o profissional, e sim pelo não preenchimento do requisito atinente à consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública, já que o caso seria de cantor "estreante".

A alternativa D está correta, pois, ausente o preenchimento do requisito legal consistente na consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública, é verdadeiro dizer que a contratação realizada pela Municipalidade não poderia prescindir de licitação. Afinal, a contratação de profissional do setor artístico, com as caraterísticas apresentadas, não dispensaria a abertura de disputa. Ademais, uma vez aberto o certame, o referido artista poderia dele participar, não sendo óbice para tanto a condenação ao pagamento de indenização pecuniária, na forma descrita no enunciado.

A alternativa E está incorreta, uma vez que inaplicável ao caso descrito a contratação direta, via inexigibilidade, assim como também não é verdade que o contrato deveria ter sido firmado com pessoa jurídica com direitos de representar Ari Carlos.

QUESTÃO 64. Determinado contrato administrativo previa que a obtenção de licenciamento ambiental para realização da obra ficaria a cargo da Administração Pública, que não toma as providências necessárias e não cumpre a obrigação assumida, rompendo os prazos contratuais avençados. Diante do exposto, é correto afirmar que

a) o contrato poderá ser extinto sem necessidade de prévia autorização escrita da autoridade competente. Sua extinção dá ao contratado direito ao ressarcimento dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, o pagamento de custos com a desmobilização e a devolução da garantia.

b) o contrato poderá ser extinto, e sua extinção deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. Sua extinção dá ao contratado direito ao ressarcimento dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido e devolução de garantia, não alcançado o pagamento de custos com a desmobilização.

c) o contrato poderá ser extinto, e sua extinção deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. Sua extinção dá ao contratado direito ao

ressarcimento dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, o pagamento de custos com a desmobilização e a devolução da garantia.

d) o contrato poderá ser extinto, e sua extinção deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. Sua extinção dá ao contratado direito ao ressarcimento dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido e o pagamento de custos com a desmobilização, não alcançando a devolução da garantia.

e) o contrato poderá ser extinto sem necessidade de prévia autorização escrita da autoridade competente. Sua extinção dá ao contratado direito ao ressarcimento dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido e devolução de garantia, não alcançado o pagamento de custos com a desmobilização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão demandou domínio no que concerne ao tema da extinção de contratos administrativos.

A alternativa A está incorreta. A extinção do contrato estaria embasada no teor do art. 137 , VI, da Lei 14.133/2021: "Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações: VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;" Nada obstante, seria exigível prévia autorização escrita da autoridade competente, a teor do art. 138, §1º, do mesmo diploma: "A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo."

A alternativa B está incorreta, uma vez que o contratado faz, sim, jus ao pagamento de custos com a desmobilização, consoante se verifica do art. 138, §2º, do mesmo diploma legal: "Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a: I - devolução da garantia; II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; III - pagamento do custo da desmobilização."

A alternativa C está correta, tendo em vista a combinação dos embasamentos normativos constantes do art. 138, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/2021, ambos acima já transcritos.

A alternativa D está incorreta, considerando que o contratado teria direito à devolução da garantia, na forma do inciso I do art. 138, §2º, da Lei 14.133/2021.

A alternativa E está incorreta, eis que haveria necessidade de autorização escrita da autoridade competente, a teor do art. 138, §1º, assim como porque o contratado faria jus ao pagamento de custos com a desmobilização.

QUESTÃO 65. Determinada concessionária de serviços públicos pretende realizar uma alteração do controle acionário da empresa, alterando substancialmente o perfil originalmente contratado pelo poder concedente. Nessa hipótese, a alteração societária pretendida

a) não implicará na caducidade da concessão, desde que haja prévia concordância do poder concedente, e a nova configuração atenda às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e que a sociedade se comprometa a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

b) não implicará na caducidade da concessão, desde que haja a apresentação de reforço de garantia para assegurar a continuidade da prestação dos serviços por parte dos sócios originalmente participantes do quadro societário e os novos sócios comprometam-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

c) não implicará na caducidade da concessão, havendo apenas necessidade de outra concorrência para validar a nova configuração da concessionária.

d) implicará na caducidade da concessão, pois a alteração societária desconfigura por completo a concorrência outrora realizada, maculando o processo irremediavelmente.

e) não implicará na caducidade da concessão, havendo apenas necessidade de comprovação, ao poder concedente, após a efetivada a reorganização, que se manteve a capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal da sociedade, e que a sociedade se compromete a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão versou acerca da concessão de serviços públicos.

A alternativa A está correta, porquanto devidamente apoiada na norma do art. 27, *caput* e §1º, da Lei 8.987/95, que assim estabelece: "A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão. Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá: I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor."

A alternativa B está incorreta, eis que inexiste respaldo normativo no sentido de se exigir a apresentação de reforço de garantia para assegurar a continuidade da prestação dos serviços por parte dos sócios originalmente participantes do quadro societário, associada a que os novos sócios comprometam-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor, tal como afirmado neste item, equivocadamente.

A alternativa C está incorreta, pois, acaso não obtida prévia anuência do poder concedente, a alteração do controle acionário da empresa implicará a caducidade da concessão, a teor do art. 27, *caput*, da Lei 8.987/95, acima transcrito.

A alternativa D está incorreta, dado o caráter peremptório da afirmativa, que desconsidera por completo a possibilidade, efetivamente aberta pela lei, de a concessionária obter prévia anuência do poder concedente para fins de viabilizar a pretendida alteração do controle acionário.

A alteração E está incorreta, tendo em vista que a lei exige prévia anuência do poder concedente, como condição para que a caducidade não seja decretada.

QUESTÃO 66. Alaide, durante toda sua gravidez, realizou acompanhamento pré-natal em hospital público. Após o parto, também realizado em hospital público, verificou-se que o feto nasceu em péssimas condições vitais, apresentando convulsões, tendo sido internado em leito de UTI com grave quadro clínico em decorrência de Sofrimento Fetal Agudo, Asfixia Perinatal Grave e Síndrome Hipóxico-Isquêmica, tendo permanecido internado na UTI por quase nove meses. Em decorrência de tais complicações, evoluiu com encefalopatia crônica (paralisia cerebral com graves sequelas neurológicas irreversíveis), com dependência total de terceiros para sua sobrevivência e acompanhamento médico especializado e contínuo. O laudo do perito judicial concluiu que as lesões graves e irreversíveis decorreram de imperícia grave da equipe médica que realizou o parto.

Nesse caso em análise:

a) não há responsabilidade civil do Estado por erro médico, pois além de demonstração da culpa genérica da Administração, por não ter atuado para impedir a ocorrência do dano, faz-se imprescindível a individualização da conduta culposa do agente.

b) há responsabilidade civil do Estado por erro médico, caracterizado como conduta por omissão, bastando que se comprove a existência de nexo de causalidade entre o dever do Estado de agir e o dano sofrido pelos indivíduos.

c) não há responsabilidade civil do Estado por erro médico, posto que a causadora dos danos sofridos pelos indivíduos foi a equipe médica, essa sim responsável pela indenização daí resultante.

d) há responsabilidade civil do Estado, que responde subjetivamente pelos atos e omissões da equipe médica que, no exercício de suas funções, cause danos a terceiros, não admitindo excludente de responsabilidade.

e) não há responsabilidade civil do Estado por erro médico, posto que somente é cabível a responsabilização estatal por ação e não por omissão

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão cobrou domínio relativamente ao tema da responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que: i) haveria, sim, responsabilidade civil do Estado, em vista do erro médico cometido; ii) o caso não seria de demonstração de culpa genérica, e sim de violação de dever específico de agir para evitar resultado danoso; e iii) não haveria necessidade de individualização da culpa de determinado agente público.

A alternativa B está correta, porquanto a hipótese versada seria de responsabilidade civil por omissão específica do dever de evitar o resultado danoso, configurando o erro médico. Ademais, nesse caso, realmente, aplica-se a responsabilidade objetiva do Estado, de modo que basta a comprovação da existência de nexo de causalidade entre o dever do Estado de agir e o dano sofrido pelas respectivas vítimas.

A alternativa C está incorreta, uma vez que, tratando-se de procedimentos médicos realizados em hospital da rede pública, a responsabilidade primária e direta deve ser imputada ao ente estatal, e não à equipe médica, a qual pode vir a responder apenas regressivamente, em caso de dolo ou culpa.

A alternativa D está incorreta, seja porque a responsabilidade civil do Estado seria objetiva, e não subjetiva, seja porque se trata de modalidade de responsabilização que admite, sim, a incidência de causas excludentes, à luz da teoria do risco administrativo.

A alternativa E está incorreta, tendo em conta que nada impede, conforme firme magistério da doutrina, acompanhado da jurisprudência, a responsabilização estatal por condutas omissivas de seus agentes.

QUESTÃO 67. Bernardo, atualmente parlamentar, está respondendo uma ação de improbidade administrativa praticada durante o exercício do cargo de ministro de Estado. A esse respeito, à luz da Lei de Improbidade Administrativa,

a) as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso são prescritíveis.

b) se o magistrado identificar a existência de irregularidades administrativas a serem sanadas, desde que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções ao agente incluído no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública.

c) não se aplica na ação de improbidade administrativa o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.

d) a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil culposo é imprescritível.

e) o foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações comuns é extensível às ações de improbidade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão demandou conhecimentos pertinentes ao tema da improbidade administrativa, disciplinada pela Lei 8.429/92 (LIA).

A alternativa A está incorreta, eis que o STF firmou compreensão no sentido de que as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso são imprescritíveis, *in verbis:* "São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa." (RE 852475, rel. Ministro ALEXANDRE DE MORAES, rel. p/ Acórdão Ministro EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 08-08-2018, publicado em 25-03-2019)

A alternativa B está incorreta, pois afronta o teor do art. 17, §16, da LIA, segundo o qual: "A qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública, regulada pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985."

A alternativa C está correta, na medida em que alinhada ao que preceitua o art. 17, §19, IV, da LIA, conforme o qual: "Não se aplicam na ação de improbidade administrativa: o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito."

A alternativa D está incorreta, tendo em conta que, na verdade, a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil culposo é prescritível. No ponto, o STF reconheceu a imprescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário fundada em atos dolosos, e não culposos.

A alternativa E está incorreta, considerando decisão já exarada pelo STF, na linha da qual "O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns não é extensível às ações de improbidade administrativa, de natureza civil." (Pet 3240 AgR, rel. Ministro TEORI ZAVASCKI, rel. p/ acórdão Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 10-05-2018, publicado em 22-08-2018)

QUESTÃO 68. Trata-se de um remédio constitucional aplicável aos casos em que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Essa descrição refere-se

a) ao *habeas data*, que somente pode ser impetrado individualmente.

b) ao mandado de injunção, que somente pode ser impetrado individualmente.

c) ao mandado de segurança, que pode ser impetrado tanto individual como coletivamente.

d) ao mandado de segurança, que somente pode ser impetrado individualmente.

e) ao mandado de injunção, que pode ser impetrado tanto individual como coletivamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, sendo que a questão tratou sobre o mandado de injunção.

A hipótese descrita no enunciado é exatamente a que autoriza o manejo do mandado de injunção, conforme dispõe o art. 5º, LXXI, da CF: "Art. 5º [...] LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania".

Além disso, a Lei n.º 13.300/2016, que disciplina o procedimento do mandado de injunção, deixa claro que ele pode ser manejado tanto individualmente, quanto coletivamente: "Art. 1º Esta Lei disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo, nos termos do inciso LXXI do art. 5º da Constituição Federal".

A alternativa A está incorreta, pois não se trata de hipótese de uso do *habeas data*, remédio constitucional este que serve para: (a) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; (b) a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo; e (c) complementação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

A alternativa B está incorreta, pois é possível o manejo do mandado de injunção, tanto individual, quanto coletivo.

A alternativa C está incorreta, pois o mandado de segurança se destina a proteger o direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data" (caráter residual), quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

A alternativa D está incorreta, pois além do fundamento da alternativa C, o mandado de segurança pode ser impetrado coletivamente, vide o art. 21 da Lei n.º 12.016/2009: "Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial".

QUESTÃO 69. Raimundo é proprietário de um imóvel de grandes dimensões, localizado em área rural, no Município de Pilar do Sul. Nos últimos anos, Raimundo tem sido fiscalizado e autuado por órgãos ambientais, devido às constantes áreas desmatadas sem autorização ambiental para supressão de vegetação. Verificou-se que a área é totalmente improdutiva e não cumpre sua função social. Diante do exposto, esse imóvel poderá ser

a) desapropriado por interesse social, para fins de reforma agrária, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, cuja competência é do Município.

b) confiscado e destinado à reforma agrária, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, cuja competência é do Município.

c) confiscado e destinado à reforma agrária, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

d) desapropriado por interesse social, para fins de reforma agrária, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, cuja competência é da União.

e) confiscado e destinado à reforma agrária, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, cuja competência é da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão cobrou domínio acerca da intervenção do Estado na propriedade privada, mediante desapropriação, no caso de imóvel rural que não observe sua função social.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária é de competência da União, e não dos Municípios.

A alternativa B está incorreta, pois a providência adequada não é o confisco do bem, e sim sua desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, cuja competência é da União, e não dos Municípios.

A alternativa C está incorreta, considerando que a providência adequada não seria o confisco, e sim a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Além disso, referida modalidade expropriatória pressupõe o pagamento de indenização em títulos da dívida agrária, e não sem qualquer indenização, como aqui afirmado pela Banca, incorretamente.

A alternativa D está correta, uma vez que se ajusta ao teor do art. 184, *caput*, da Constituição da República: "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei."

A alternativa E está incorreta, considerando que o caso não seria de confisco, mas sim de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, de competência da União.

QUESTÃO 70. Alaor foi selecionado pela Administração Pública para explorar uma lanchonete localizada dentro de um hospital público. Foi firmado um contrato de adesão, pelo prazo máximo de cinco anos, prorrogável por igual período, sem possibilidade de transferir a sua titularidade. Nesse caso, o ato administrativo trata-se de uma

a) permissão, ou seja, um ato administrativo discricionário, sendo possível controle desse ato administrativo pelo Poder Judiciário quanto à sua legalidade, e não de seu mérito.

b) concessão, ou seja, um ato administrativo discricionário, sendo possível controle desse ato administrativo pelo Poder Judiciário quanto à sua legalidade, e não de seu mérito.

c) permissão, ou seja, um ato administrativo vinculado, sendo possível controle desse ato administrativo pelo Poder Judiciário quanto à sua legalidade, e não de seu mérito.

d) permissão, ou seja, um ato administrativo discricionário, sendo possível controle desse ato administrativo pelo Poder Judiciário tanto quanto à sua legalidade como de seu mérito.

e) concessão, ou seja, um ato administrativo vinculado, sendo possível controle desse ato administrativo pelo Poder Judiciário tanto quanto à sua legalidade como de seu mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão exigiu domínio acerca do tema concernente aos instrumentos que viabilizam o uso privativo de bem público por particulares.

A alternativa A está correta, tendo em vista que a permissão de uso de bem público é tida pela doutrina, realmente, como ato discricionário, de modo que o controle jurisdicional deve se ater aos aspectos de legalidade, não podendo invadir o mérito administrativo.

A alternativa B está incorreta, pois a concessão ostenta natureza contratual, ao passo que o enunciado, em sua parte final, afirmou se tratar de ato administrativo, e não de contrato.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que a permissão de uso não tem natureza vinculada, e sim discricionária.

A alternativa D está incorreta, visto que ao Judiciário não é dado exercer controle de mérito sobre atos discricionários, mas sim, tão somente, em relação à legalidade de tais atos.

A alternativa E está incorreta, considerando que o enunciado se refere a ato administrativo, ao passo que a concessão de uso tem cunho contratual. Além disso, não apresenta natureza vinculada. E, mesmo que assim o fosse, não teria mérito administrativo. Por fim, ao Judiciário não é dado exercer controle de mérito, e sim apenas de legalidade.

QUESTÃO 71. Abelardo foi preso e condenado injustamente por roubo, permanecendo preso de 20.12.2017 a 21.10.2020, período em que ficou submetido a todos os problemas do sistema penitenciário, permanecendo, sem motivo, afastado do convívio social e familiar. Antes disso, durante as investigações, as vítimas informaram à polícia judiciária que o perpetrador era pardo, "manco" e possuía uma cicatriz bastante visível no rosto. Mesmo sem portar qualquer deficiência ou cicatriz, Abelardo foi encarcerado apenas por ser pardo. Importante salientar que,

mesmo após perder sua liberdade, crimes semelhantes continuavam a ser cometidos por um autor identificado com a mesma descrição: "manco", com cicatriz e pardo. Após a condenação, um dos agentes policiais compareceu espontaneamente à Defensoria Pública e relatou os equívocos perpetrados pela investigação, dando ensejo ao pedido de revisão criminal e consequente absolvição pela Câmara Criminal. Abelardo ingressa com pedido de recebimento de indenização por danos morais por ele formulado em desfavor do Estado, em vista do erro cometido.
Considerada a situação fática, assinale a alternativa correta.

a) A responsabilização do Estado pelos danos dessa natureza que seus agentes causarem a terceiros depende da prova de ilicitude do ato.

b) A responsabilidade do Estado por erro judiciário depende de prova de que houve dolo por parte dos agentes públicos.

c) O pleito deve ser indeferido, pois já houve coisa julgada material e formal quanto à condenação.

d) No mérito, o pleito é legítimo, contudo, a indenização deve ser endereçada aos agentes públicos, pessoas físicas, responsáveis pelos equívocos cometidos durante a investigação.

e) É cabível a indenização do Estado, pois, de acordo com a Constituição Federal, é legítima a indenização ao condenado por erro judiciário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão exigiu demandou conhecimentos relativos à responsabilidade civil do Estado por erro judiciário.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que, uma vez caracterizado o erro judiciário, que acarretou prisão indevida, não há que se exigir prova da ilicitude do ato, por se tratar de hipótese de responsabilidade objetiva.

A alternativa B está incorreta, considerando que, tratando-se de responsabilidade objetiva, não há que se exigir prova de dolo por parte dos agentes públicos envolvidos.

A alternativa C está incorreta, tendo em conta que a formação de coisa julgada material, no sentido da condenação indevida do acusado, seguida do cumprimento de pena, igualmente de forma indevida, constitui, na verdade, o próprio fato gerador do dever de indenizar imputável ao ente estatal, derivado da configuração de erro judiciário.

A alternativa D está incorreta, porquanto a responsabilidade primária e objetiva pertence ao Estado, e não aos agentes públicos causadores dos danos, os quais podem responder apenas regressivamente, desde que tenham agido com dolo ou culpa.

A alternativa E está correta, eis que devidamente amparada na regra do art. 5º, LXXV, da CRFB: "o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;"

QUESTÃO 72. Em 2022, a empresa Alfa Ltda. passou por séria crise financeira, gerando a necessidade de demissão de seu pessoal administrativo. Em 2023, durante uma fiscalização de rotina, a empresa é autuada por falha na entrega de declarações contábeis e fiscais de 2022. Até então, a empresa sempre havia sido zelosa no cumprimento tanto de suas obrigações tributárias principais como acessórias. Diante desses fatos, a responsabilidade pelo ato infracional

a) independe da intenção do agente ou do responsável, mas será afastada no caso em análise por se tratar de falta de observância a obrigação tributária acessória.

b) será afastada, pois embora a responsabilidade por infrações da legislação tributária independa da intenção do agente ou do responsável, os efeitos do ato são limitados e podem ser facilmente sanados.

c) independe da intenção do agente ou do responsável, e é aplicada devido à materialidade do ato.

d) será afastada, pois não houve intenção do agente de praticar o ato infracional.

e) será afastada, pois embora a responsabilidade por infrações da legislação tributária independa da intenção do agente ou do responsável, a falha em questão é imaterial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois revela o teor do art. 136 do CTN: "Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato."

A questão aborda o tema repartição responsabilidade por infrações à legislação tributária.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, D e E não revelam a inteligência do CTN, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 73. Determinado estado brasileiro publica lei que tem por objetivo majorar a base de cálculo e a alíquota do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA com aplicação imediata, gerando grande repercussão entre os contribuintes. A esse respeito, considerando os princípios constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar que

a) a majoração da base de cálculo não necessita observar o princípio da anterioridade nonagesimal e da anterioridade de exercício. Já a majoração da alíquota deve respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal e da anterioridade de exercício.

b) tanto a majoração da base de cálculo, quanto da alíquota devem respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal e da anterioridade de exercício.

c) tanto a majoração da base de cálculo, quanto da alíquota não necessitam observar o princípio da anterioridade nonagesimal e da anterioridade de exercício.

d) tanto a majoração da base de cálculo, quanto da alíquota devem respeitar o princípio da anterioridade de exercício, e o aumento da alíquota deve respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal.

e) a majoração da alíquota não necessita observar o princípio da anterioridade nonagesimal e da anterioridade de exercício. Já a majoração da base de cálculo deve respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal e da anterioridade de exercício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema princípio da anterioridade tributária.

A alternativa A está incorreta, pois a majoração da base de cálculo do IPVA precisa observar o princípio da anterioridade de exercício, conforme comentários à alternativa D abaixo.

A alternativa B está incorreta, pois a majoração da base de cálculo do IPVA não precisa observar o princípio da anterioridade nonagesimal, conforme comentários à alternativa D abaixo.

A alternativa C está incorreta, pois (i) a majoração da base de cálculo do IPVA precisa observar o princípio da anterioridade de exercício e (ii) a majoração da alíquota do IPVA precisa observas os princípios da anterioridade de exercício e nonagesimal, conforme comentários à alternativa D abaixo.

A alternativa D está correta, pois a majoração da base de cálculo do IPVA é exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal, conforme art. 150, III, "b" e "c" c/c art. 150, §1º, da CF: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; § 1º A vedação do inciso III, *b,* não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, *c,* não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, *[IPVA]* e 156, I."

A alternativa E está incorreta, pois (i) a majoração da alíquota de IPVA precisa observar os princípios da anterioridade de exercício e nonagesimal e (ii) a majoração da base de cálculo do IPVA não precisa observar o princípio da anterioridade nonagesimal, conforme comentários à alternativa D acima.

QUESTÃO 74. A empresa Delta limitada realizou a declaração e o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, em 01 de setembro de 2015. Após fiscalização, foi

lavrado auto de infração e a respeito do qual a Delta foi notificada em 30 de março de 2016, em virtude da constatação de recolhimento a menor dos valores devidos e proposta execução fiscal em 15 de novembro de 2020. A Delta apresenta embargos à execução tendo em vista a falta de prévio processo administrativo para constituição do crédito tributário e a prescrição do direito de cobrança do crédito tributário.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

a) O direito de cobrança do crédito tributário está extinto, no caso em análise, pois o prazo prescricional é de cinco anos contados do fato gerador do tributo.

b) O direito de cobrança do crédito tributário não está extinto, no caso em análise, pois o prazo prescricional é de cinco anos contados da lavratura do auto de infração.

c) O direito de cobrança do crédito tributário está prescrito, pois era necessária a propositura de processo administrativo para sua constituição.

d) O direito de cobrança do crédito tributário está extinto, no caso em análise, pois o prazo prescricional é de cinco anos contados da data do lançamento por homologação do tributo.

e) O direito de cobrança do crédito tributário não está extinto, no caso em análise, pois o prazo prescricional é de cinco anos contados do término de ano fiscal no qual ocorreu o fato gerador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o tema extinção do crédito tributário e o entendimento dos Tribunais Superiores.

A alternativa A está incorreta por dois motivos. (i) O prazo de cinco anos contados a partir do da ocorrência do fato gerador é decadencial e não prescricional, ou seja, é o prazo para o Fisco constituir o crédito tributário, especialmente do valor declarado a menor, conforme entendimento do STJ: (...) no caso de pagamento antecipado, mesmo que a menor, e não havendo dolo ou fraude, a regra legal aplicável para decadência é a do art. 150, § 4º, do CTN. (STJ - REsp: 1810778 MG 2019/0073002-8, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 11/06/2019, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/07/2019); (ii) o direito de cobrança não está extinto pois o prazo de cinco anos para ajuizamento da execução fiscal conta-se da data da constituição do crédito, conforme art. 174 do CTN: "A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva."

A alternativa B está correta pois o crédito tributário foi constituído dentro do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador e a execução fiscal foi ajuizada dentro do prazo prescricional, conforme seguintes dispositivos do CTN. "Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. § 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e

definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. (...) Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva."

A alternativa C está incorreta pois, caso o contribuinte discordasse do valor lançado pelo Fisco, deveria ele próprio manejar o processo administrativo, conforme entendimento do STJ: "2. Nos tributos com lançamento de ofício, a ausência de prévio processo administrativo não enseja a nulidade da CDA, porquanto cabe ao contribuinte o manejo de competente processo administrativo caso entenda incorreta a cobrança tributária, e não ao Fisco que, com observância da lei aplicável ao caso, lançou o tributo. (STJ - AgRg no AgRg no AREsp: 235651 MG 2012/0203330-2, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/08/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/09/2014)" Frise-se que o lançamento que verifica declaração a menor é lançamento de ofício, nos termos do CTN: "Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos: V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte *[lançamento por homologação]*;"

A alternativa D está incorreta pois (i) o direito de cobrança do crédito não está extinto, conforme comentários às alternativas A e B.

A alternativa E está incorreta pois, embora o crédito não esteja extinto, os motivos são aqueles expostos nos comentários às alternativas A e B.

QUESTÃO 75. O Prefeito do Município de Cocaia do Sul envia projeto de lei prevendo a isenção do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano para idosos, com mais de 65 anos, proprietários de apenas um imóvel, com validade para os próximos dois exercícios fiscais. Para que o projeto esteja de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá

a) estar acompanhado de comprometimento por parte do proponente de que envidará seus melhores esforços para o cumprimento das metas de resultados fiscais.

b) alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes.

c) prever medidas de compensação pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

d) estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes.

e) estar acompanhado de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda o tema da renúncia de receita.

A alternativa A está incorreta, pois a concessão de benefício fiscal poderá estar acompanhada de demonstração de que a renúncia não afetará as metas de resultados fiscais, conforme art. 14, I, da LRF: "demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;"

A alternativa B está incorreta, pois a concessão de benefício fiscal deve atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e não alterá-la, conforme art. 14, *caput*, da LRF: "Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições".

A alternativa C está incorreta, pois apenas é admitida a medida de compensação de aumento receita, mas não da redução permanente de despesa, conforme art. 14, II, da LRF: "estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição".

A alternativa D está incorreta, pois a estimativa do impacto orçamentário-financeiro deve ser feita para o exercício em que o benefício deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, não três, conforme art. 14, *caput*, da LRF: "Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições".

A alternativa E está correta, pois revela a medida apta a compensar o benefício fiscal concedido, conforme art. 14, II, da LRF: "estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição".

QUESTÃO 76. O Município de Alonsópolis do Sul pretende instituir uma taxa sobre atividade de fiscalização e licença para instalação de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz em seu território. Para o cálculo do valor desse tributo, será aplicada alíquota única, especificamente definida para a taxa, calculada sobre a mesma base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

a) É inconstitucional a instituição da taxa pela Municipalidade, embora seja constitucional a adoção, no cálculo de uma taxa, da base de cálculo própria do IPTU, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

b) São inconstitucionais tanto a instituição da taxa pela Municipalidade, como a adoção, no cálculo do seu valor, da base de cálculo própria do IPTU, sendo que a instituição de taxa dessa natureza compete aos Estados e ao Distrito Federal.

c) São constitucionais tanto a instituição da taxa pela Municipalidade, como a adoção, no cálculo do valor de taxa, da base de cálculo própria do IPTU, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

d) São inconstitucionais tanto a instituição da taxa pela Municipalidade, como a adoção, no cálculo do seu valor, da base de cálculo própria do IPTU, sendo que a instituição de taxa dessa natureza compete à União.

e) É constitucional a instituição da taxa pela Municipalidade, mas não a adoção, no cálculo do valor de taxa, da base de cálculo própria do IPTU.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois revela o teor de dois entendimentos consolidados do STF.

Tese fixada no Tema 919 da Repercussão Geral: "A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal, não competindo aos Municípios instituir referida taxa."

Súmula Vinculante 29: "É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra."

A questão aborda o tema das taxas.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas B, C, D e E não revelam o entendimento do STF, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 77. Na análise da Súmula nº 492 STJ ("O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente"), à vista dos princípios da Infância e da Juventude e da natureza do ato infracional alvo do enunciado, é correto afirmar que

a) o princípio da excepcionalidade permite a aplicação da medida de internação ao adolescente, ainda que onerosa ao seu direito de liberdade, considerado o direito coletivo à segurança e à saúde.

b) a interação deve ser aplicada se a medida socioeducativa em meio aberto for desaconselhada por laudo técnico oficial.

c) condensa os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.

d) a internação deve ser aplicada se descortinadas cumulativamente, as hipóteses previstas no artigo 122, incisos I e II, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

e) o entendimento sumulado exclui possibilidade de aferição, para a aplicação de internação, de atos infracionais anteriores, considerada a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. De acordo com o Princípio da Excepcionalidade, a internação só se justifica quando não houver outra medida que se mostre adequada. Ademais, de acordo com o artigo 122, §2º, do ECA: §2º Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

A alternativa B está incorreta. O legislador definiu, em rol taxativo, quando será aplicada uma medida em específico apenas em relação à internação. Ele fez isso porque a medida socioeducativa de internação constitui uma medida séria e grave. Em relação às demais medidas, o juiz da infância e juventude terá liberdade para aplicá-la de acordo com as circunstâncias do caso concreto e com base na avaliação efetuada pela equipe técnica da Vara de Infância.

A alternativa C está correta. A gravidade do ato infracional análogo ao de tráfico de entorpecentes não pode ser o suficiente para fundamentar a decisão de internação do adolescente infrator é preciso verificar no caso concreto a ocorrência de algumas das hipóteses do art.122 para a decretação da internação como por exemplo a reiteração.

A alternativa D está incorreta. As hipóteses previstas no artigo 122, I e II, do ECA não são cumulativas e se presente qualquer delas isoladamente, o juiz aplicará a medida de internação, observados os princípios que regem o sistema de medida socioeducativa.

A alternativa E está incorreta. Para aplicação da medida de internação, são analisados os atos anteriores, nos termos do artigo 122 do ECA: "A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta".

QUESTÃO 78. O artigo 208, inciso I, da Constituição Federal prevê que o dever do Estado à educação será efetivado mediante a educação básica obrigatória e gratuita. Nesse contexto, a recusa da municipalidade à construção de creches, por comprovada falta de dotação orçamentária,

a) está justificada por falta de meios concretos para a garantia do direito da criança à educação básica, limitado pela falta de recursos financeiros do ente municipal, a vista do conteúdo dos princípios da oportunidade e discricionariedade da administração pública.

b) afronta direito da criança, indispensável ao seu desenvolvimento integral, como primeira etapa do processo de educação básica, dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade,

reconhecida a disponibilidade do direito para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

c) o princípio do possível será oponível por ente governamental, como justificativa para não construir creches por falta de verba, mediante o exercício de direito de ação, com observância ao prazo decadencial previsto em lei.

d) legitima os pais ou responsáveis, de forma exclusiva, ao ajuizamento de ação de obrigação de fazer por falta de concretude a garantia constitucionalmente prevista, com possibilidade de pedido de tutela de urgência.

e) constitui omissão do ente público por cumprir à Municipalidade, ente governamental, oferecer, de forma absolutamente prioritária, meios concretos para a garantia da criança à educação básica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. A jurisprudência dos tribunais superiores tem entendido que a tese da reserva do possível não tem cabimento diante do direito à educação, por se tratar de direito subjetivo e de prioridade. Nesse sentido, a jurisprudência: "ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL – ACESSO À CRECHE AOS MENORES DE ZERO A SEIS ANOS – DIREITO SUBJETIVO – RESERVA DO POSSÍVEL – TEORIZAÇÃO E CABIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE ARGUIÇÃO COMO TESE ABSTRATA DE DEFESA – ESCASSEZ DE RECURSOS COMO O RESULTADO DE UMA DECISÃO POLÍTICA – PRIORIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS – CONTEÚDO DO MÍNIMO EXISTENCIAL – ESSENCIALIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO – PRECEDENTES DO STF E STJ" (RECURSO ESPECIAL Nº 1.185.474 - SC (2010/0048628-4)).

A alternativa B está incorreta. A educação, direito social, é indisponível, previsto no artigo Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Ademais, dispõe o artigo 208, §1º, da Constituição Federal: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

A alternativa C está incorreta. Consoante comentários formulados à alternativa "a", a jurisprudência dos tribunais superiores têm entendido que a tese da reserva do possível e escassez de recursos não têm cabimento diante do direito à educação, por se tratar de direito subjetivo e de prioridade. Nesse sentid: "ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL – ACESSO À CRECHE AOS MENORES DE ZERO A SEIS ANOS – DIREITO SUBJETIVO – RESERVA DO POSSÍVEL – TEORIZAÇÃO E CABIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE ARGUIÇÃO COMO TESE ABSTRATA DE DEFESA – ESCASSEZ DE RECURSOS COMO O RESULTADO DE UMA DECISÃO POLÍTICA – PRIORIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS – CONTEÚDO DO MÍNIMO EXISTENCIAL – ESSENCIALIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO – PRECEDENTES DO STF E STJ (RECURSO ESPECIAL Nº 1.185.474 – SC" (2010/0048628-4)).

A alternativa D está incorreta. O Ministério Público também detém a legitimidade ao ajuizamento de ação de obrigação de fazer por falta de concretude a garantia constitucionalmente prevista. Nesse sentido, prevê o artigo 5º, da Lei n. 9.394/1996: art. 5º - O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

A alternativa E está correta. Conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça, "[...] 9. Eis a razão pela qual o art. 227 da CF e o art. 4º da Lei n. 8.069/90 dispõem que a educação deve ser tratada pelo Estado com absoluta prioridade. No mesmo sentido, o art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente prescreve que é dever do Estado assegurar às crianças de zero a seis anos de idade o atendimento em creche e pré-escola. Portanto, o pleito do Ministério Público encontra respaldo legal e jurisprudencial. Precedentes: REsp 511.645/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 18.8.2009, DJe 27.8.2009; RE 410.715 AgR / SP - Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 22.11.2005, DJ 3.2.2006, p. 76".

QUESTÃO 79. A Direção de Presídio Masculino, estabelecido em zona rural do Estado, aos argumentos de inadequação do ambiente carcerário para crianças e adolescentes e dificuldades de acesso por falta de linha de transporte regular, proibiu a realização de visitas periódicas de crianças e adolescentes, filhos de presos, acompanhados de seus responsáveis. A vista do que dispõe o artigo 19, §4, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura a convivência da criança ou adolescente com a mãe ou pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas, a proibição deve ser revogada porque

a) a proibição não menciona as crianças e os adolescentes em acolhimento institucional, aos quais se estende o direito à convivência.

b) o direito de convivência não sofre limitações e tem por objetivo precípuo manter a unidade da família, seja ela natural, extensa ou substituta.

c) o exercício do direito de convivência depende de prévia autorização judicial, ouvido o Ministério Público, a demonstrar a impropriedade do regramento.

d) o direito à convivência é absoluto, orientado pelos princípios da proteção integral e da absoluta prioridade e deve ser exercitado sem qualquer limitação.

e) o direito à convivência deve ser interpretado em conjunto com o direito da criança e do adolescente à dignidade e se limita pela avaliação de risco objetivo à segurança e à integridade física e psíquica da criança e/ou do adolescente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC 98.518 responde a todas as alternativa, uma vez que, conforme entendeu a corte suprema, "O art. 120 da Lei 8.069/1990 garante a realização de atividades externas independentemente de autorização judicial. O Estado tem o dever

de assegurar à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar (art. 227, caput, da Constituição do Brasil). O objetivo maior da Lei 8.069/1990 é a proteção integral à criança e ao adolescente, aí compreendida a participação na vida familiar e comunitária. Restrições a essas garantias somente são possíveis em situações extremas, decretadas com cautela em decisões fundamentadas, o que no caso não se dá. Ordem parcialmente concedida para permitir ao paciente a realização de atividades externas e visitas à família sem a imposição de qualquer condição pelo juízo da Vara da Infância e Juventude". [HC 98.518, rel. min. Eros Grau, j. 25-5-2010, 2ª T, DJE de 18-6-2010.]

QUESTÃO 80. No tocante à fiscalização e ao monitoramento das medidas socioeducativas, o Conselho Tutelar

a) pode ter as suas decisões revistas, de ofício, pela autoridade judiciária, nos termos do artigo 137 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

b) tem atribuição para fiscalizar e monitorar o cumprimento das medidas socioeducativas, comunicando à autoridade judiciária o seu desenrolar, nos termos do artigo 136, VI, cc o artigo 101, incisos I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

c) na medida em que encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, além de fiscalizar e monitorar as medidas socioeducativas, nos termos do artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente, pode revogá-las e aplicar outras em substituição.

d) não tem atribuição para fiscalizar e monitorar as medidas socioeducativas, por não exercer parcela de poder público, à vista da forma de investidura, consoante dispõe o artigo 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

e) tem competência jurisdicional limitada à aplicação, mas não ao monitoramento e à fiscalização das medidas socioeducativas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 137 do ECA: Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

A alternativa B está correta. Trata-se da previsão contida no artigo 136, inciso VI, do ECA: Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: [...] VI. providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

A alternativa C está incorreta. A revogação ou substituição é competência exclusiva do Juiz, nos termos do artigo 148 do ECA: Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para: I - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis.

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o artigo 136 do Conselho Tutelar: Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: [...] VI. providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

A alternativa E está incorreta. O Conselho Tutelar não possui competência jurisdicional, que é exclusiva do Juiz.

QUESTÃO 81. No que diz respeito à adoção internacional, diante das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e do regramento da Convenção de Haia, relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional, é correto afirmar:

a) por se tratar de adoção internacional, atribui-se ao adotado a condição de filho para todos os efeitos, desligando-o de qualquer vínculo (jurídico, pessoal ou patrimonial) com os pais biológicos, consoante dispõe o art. 41 do Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive no que diz respeito aos impedimentos para o casamento.

b) a partir do momento em que é constituída pela sentença judicial e é retificado o registro de nascimento, a adoção gera efeitos, e o adotado adquire os mesmos direitos e obrigações como qualquer filho, razão por que, em caso de adoção internacional, perde a nacionalidade brasileira.

c) ainda que internacional, a adoção se caracteriza pelo lugar da residência do adotante, seja o postulante à adoção de nacionalidade brasileira ou estrangeira, em decorrência dos princípios da proteção integral e da absoluta prioridade e da soberania nacional.

d) são requisitos gerais da adoção internacional: 1. a impossibilidade de reintegração do menor em sua família natural ou extensa; 2. o exaurimento de possibilidades de encaixar a criança ou jovem em família substituta brasileira, e 3. a consulta ao maior de 12 anos, para obtenção de consentimento, com observância aos requisitos de compatibilidade com o adotante e o local para onde segue.

e) para a adoção internacional, o postulante deve residir, ainda que temporariamente, em território nacional e pretender adotar em Estado-parte da Convenção de Haia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 41 do ECA: Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

A alternativa B está incorreta. Conforme forma de garantia prioritária aos direitos da criança e do adolescente, este não perderá a nacionalidade brasileiro, na hipótese de adoção por estrangeiros. A adoção internacional, assim, não é causa de perda da nacionalidade.

A alternativa C está incorreta. A adoção internacional é caracterizada pela residência no exterior, seja de brasileiro ou de estrangeiro, nos termos do artigo 51 do ECA: Art. 51. Considera-se adoção internacional aquela na qual o pretendente possui residência habitual em país-parte da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, promulgada pelo Decreto no 3.087, de 21 junho de 1999, e deseja adotar criança em outro país-parte da Convenção.

A alternativa D está correta. Trata-se dos requisitos previstos no artigo 51, §1º, do ECA: § 1° A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil SOMENTE terá lugar quando restar comprovado: 1) que a colocação em família adotiva é a solução adequada ao caso concreto; 2) que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família adotiva brasileira, com a comprovação, certificada nos autos, da inexistência de adotantes habilitados residentes no Brasil com perfil compatível com a criança ou adolescente, após consulta aos cadastros mencionados nesta Lei; 3) que, em se tratando de adoção de adolescente, este foi consultado, por meios adequados ao seu estágio de desenvolvimento, e que se encontra preparado para a medida, mediante parecer elaborado por equipe interprofissional, observado o disposto nos §§ 1o e 2o do art. 28 desta Lei.

A alternativa E está incorreta. Não se exige que o adotante resida no Brasil. Exige-se, apenas, que o período de convivência com o adotando seja cumprido no Brasil, nos termos do artigo 46, §3º, do ECA: §3º Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência será de, no mínimo, 30 (trinta) dias e, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

QUESTÃO 82. Quanto ao Direitos da criança e do adolescente à Saúde, é correto afirmar que

a) a proteção do direito à saúde se inicia com o atendimento pré e perinatal, a justificar o disposto no art. 8º, §10, do Estatuto da Criança e do Adolescente, voltado à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, e que dispõe sobre o cumprimento do calendário vacinal.

b) a vacinação das crianças e dos adolescentes é obrigatória nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, nos termos do artigo 14, §1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

c) há prioridade máxima estabelecida por lei ao atendimento de crianças de até seis anos completos com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza pelo serviço de saúde e de assistência social, nos termos do artigo 13, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras providências legais.

d) se as gestantes ou mães manifestarem interesse em entregar seus filhos para adoção, poderão ser encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude, após as advertências legais e a assinatura de termo de responsabilidade, nos termos do artigo 13, §1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

e) os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde da gestante, públicos e particulares, deverão disponibilizar os prontuários médicos pelo período de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 10, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. O artigo 8º, §10º, do ECA não dispõe acerca do calendário vacinal: § 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança.

A alternativa B está incorreta. O artigo 14, §1º, trata apenas da obrigatoriedade da vacinação da criança: § 1 o É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 13, §2º, do ECA: Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. [...]§ 2 o Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar.

A alternativa D está incorreta. As gestantes ou mães serão encaminhadas sem constrangimento à Justiça da Infância e da Juventude:§ 1 o As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 10, I, do ECA, o prazo para manutenção de registros é de 18 anos: Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

QUESTÃO 83. Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo juízo de domicílio da mãe biológica, autora da ação cautelar incidental, que se mudou do Município de Rio de Janeiro para o de Cabo Frio, durante o trâmite da ação principal. O Juízo suscitante indica como competente o Juízo suscitado, da Comarca do Município de Niterói, domicílio da avó materna, onde exercida a guarda de fato da criança. Qual a solução para o conflito de competência, de acordo com entendimento dos tribunais superiores e do Estatuto da Criança e do Adolescente?

a) O juízo competente é o da Comarca de Niterói, de domicilio da avó da criança, nos termos do art. 147, II, do ECA, que encerra regra de competência territorial, mas de natureza absoluta, conforme enunciado da Súmula 383 do STJ e de acordo com os melhores interesses da criança.

b) Declarada, preliminarmente, a *perpetuatio jurisdictionis* (perpetuação da jurisdição), nos termos do artigo 87 do Código de Processo Civil, aplicável, de forma subsidiária, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, na medida em que as normas trazidas pelo artigo 147, incisos I e II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, são de competência absoluta e, portanto, competente o juízo da Comarca do Rio de Janeiro.

c) O juízo competente é o do domicílio da Comarca de Cabo Frio, da mãe biológica, nos termos do art. 147, 1, do ECA, que encerra regra de competência territorial, mas de natureza geral e absoluta.

d) Não deve ser conhecido o conflito pelo Tribunal de Justiça, porque se trata de regra de competência relativa, e, assim, deveria ter sido oposta a exceção de competência pelo interessado, não cabendo ao juiz agir ex officio.

e) Declarada, preliminarmente, pelo Tribunal de Justiça, a *perpetuatio jurisdictionis* (perpetuação da jurisdição), nos termos do artigo 87 do Código de Processo Civil, aplicável, de forma subsidiária, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, na medida em que as normas trazidas pelo artigo 147, incisos 1 e II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, são de competência relativa, e, portanto, competente o juízo da Comarca do Rio de Janeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Conforme dispõe a Súmula 383 do STJ: Súmula 383 – A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.

A alternativa B está incorreta. A regra da perpetuatio jurisdicionis não se aplica à incompetência absoluta, nos termos do artigo 43 do CPC: Art. 43. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta. Observe-se que a alternativa menciona artigo do Código de Processo Civil revogado, de 1973. Atualmente, o dispositivo referente ao princípio da perpetuatio jurisdicionis é o artigo 43 do Código de Processo Civil de 2015.

A alternativa C está incorreta. A regra do artigo 147, I, ECA (Art. 147. A competência será determinada: I - pelo domicílio dos pais ou responsável) se aplica quando a criança está na companhia dos pais ou responsáveis porque se a criança ou o adolescente NÃO estiver na companhia de seus pais ou responsáveis adotaremos a segunda regra. Assim, a competência sempre será fixada de acordo com o local onde está a criança ou adolescente. Embora estejamos tratando de competência territorial ela terá natureza absoluta.

A alternativa D está incorreta. Embora estejamos tratando de competência territorial ela terá natureza absoluta.

A alternativa E está incorreta. Conforme mencionado nas alternativas anteriores, embora estejamos tratando de competência territorial ela terá natureza absoluta, razão pela qual é inaplicável o princípio da perpetuatio jurisdicionis. Observe-se que a alternativa menciona artigo do Código de Processo Civil revogado, de 1973. Atualmente, o dispositivo referente ao princípio da perpetuatio jurisdicionis é o artigo 43 do Código de Processo Civil de 2015.

QUESTÃO 84. Quanto a remissão pré-processual (ministerial) ou processual (judicial), é correto afirmar que

a) somente exclui o processo se concedida por juiz.

b) não implica, necessariamente, o reconhecimento ou comprovação de responsabilidade pela prática do ato infracional.

c) pode ser fundamento, em qualquer de suas modalidades, para a aplicação futura de medida socioeducativa de internação, com base na reiteração no cometimento de outras infrações graves.

d) é forma de extinção da medida socioeducativa

e) prevalece para efeito de antecedentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 126, caput, do ECA: Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do artigo 127 do ECA: Art. 127. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semiliberdade e a internação.

A alternativa C está incorreta. Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios: I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto. Assim, considerando que as investigações não podem subsidiar a condenação do adulto, da mesma maneira, a remissão não poderá fundamentar futura medida socioeducativa.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de hipótese de exclusão do processo, nos termos do artigo 126, caput, do ECA: Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

A alternativa E está incorreta. A remissão não prevalece para efeito de antecedentes, não podendo prejudicá-lo se vier a ser julgado em uma ação socioeducativa no futuro.

QUESTÃO 85. Considerando que a ação civil pública é instrumento para defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de crianças e adolescentes, é correto afirmar que

a) O Estatuto da Criança e do Adolescente não confere legitimação ao Ministério Público para tutela de interesses de uma só criança por meio da ação civil pública, voltada aos interesses de coletividade de crianças e/ou adolescentes.

b) Com a Emenda Constitucional 45/2004, o artigo 114 da Constituição Federal sedimenta a compreensão de que a competência da Vara da Infância e da Juventude prevalece sobre a da Justiça do trabalho, em julgamento de ação civil pública fundada em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e adolescente.

c) a legitimação para a defesa dos interesses metaindividuais de crianças e adolescentes decorre da integração da Lei da Ação Civil Pública, do Código de Defesa do Consumidor, do Código de Processo Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

d) na tutela jurisdicional coletiva, a multa aplicada em sentença proferida em ação civil pública, desde que operado o trânsito em julgado, é revertida ao autor da ação.

e) o juiz somente poderá conferir efeito suspensivo ao recurso interposto contra sentença proferida em ação civil pública para evitar dano irreparável à parte, sendo possível formular o requerimento de tutela recursal em primeiro ou segundo grau de jurisdição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 201 do ECA: Art. 201. Compete ao Ministério Público: V – promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3º inciso II, da Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. É da Justiça do Trabalho, e não da Justiça Comum, a competência para apreciar pedido de autorização para trabalho de menores.

A alternativa C está incorreta. A defesa dos direitos metaindividuais da criança e do adolescente não incluir o Código de Processo Penal.

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o artigo 13 da Lei n. 7347/85: Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados. 1o. Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária.§ 2o Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1o desta Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o caput e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente.

A alternativa E está correta. Trata-se de previsão contida no artigo 14 da Lei n. 7347/85. Art. 14. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

QUESTÃO 86. Considere que Thiago, promotor de justiça do Estado do Rio de Janeiro, ajuizou, no dia 20 novembro de 2020, ação civil pública de responsabilidade civil por danos ambientais em face da B.R. Petrolífera que despejou material contaminante no Rio Acari, provocando a morte de centenas de peixes e o desequilíbrio da biota, em 1° de janeiro de 2020, sendo que a re foi citada no dia 18 de dezembro de 2020. Paulo, pescador diretamente afetado pelo dano ambiental, propôs ação indenizatória individual com a mesma causa de pedir da ação coletiva no dia 15 de dezembro de 2023.
Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, e correto afirmar que

a) Paulo propôs a ação indenizatória após o prazo de prescrição, que se extinguiu em 20 de novembro de 2023.

b) a ação proposta por Paulo está prescrita, pois com a distribuição do processo houve a suspensão da prescrição, que voltou a correr um dia após a citação válida.

c) Paulo propôs a ação indenizatória após o prazo de prescrição, que se extinguiu em 19 de janeiro de 2023.

d) a ação proposta por Paulo não está prescrita, pois a citação válida do demandado na ação coletiva interrompe o prazo de prescrição para ajuizamento da ação individual.

e) o Parquet ajuizou a ação coletiva por danos ambientais dentro do prazo decadencial, que é de 05 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda sobre a prescrição em demanda coletiva.

A alternativa D está correta. A ação proposta por Paulo não está prescrita, pois a citação válida em ação coletiva, configura causa interruptiva da prescrição, conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido: "A citação válida em ação coletiva, mesmo que versando sobre direitos difusos, configura causa interruptiva do prazo de prescrição para o ajuizamento da ação individual. (STJ. 3ª Turma. AgInt no AREsp 1831684/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 20/09/2021)".

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, consoante o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 87. A respeito do Dano Moral Coletivo, assinale a alternativa que está de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

a) A inserção de cartões informativos no interior das embalagens de cigarros constitui pratica de publicidade abusiva apta a caracterizar dano moral coletivo.

b) O tráfego de veículos com excesso de peso gera dano moral coletivo consistente no agravamento dos riscos à saúde e à segurança de todos.

c) É devida a indenização em danos morais coletivos em razão da exigência, pela instituição financeira, de tarifa bancária considerada indevida.

d) A exploração de jogo de azar ilegal não configura, em si mesma, dano moral coletivo in re ipsa.

e) O estacionamento de veículo em vaga reservada a pessoa com deficiência configura dano moral coletivo in re ipsa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão exige do examinando o conhecimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do dano moral coletivo.

A alternativa B está correta. A alternativa corresponde à literalidade do entendimento do Superior Tribunal de Justiça assentado no julgamento do REsp 1.574.350-SC, firmando seguinte entendimento: "O tráfego de veículos com excesso de peso gera responsabilidade civil em razão dos danos materiais às vias públicas e do dano moral coletivo consistente no agravamento dos riscos à saúde e à segurança de todos, sendo viável, como medida coercitiva, a aplicação de multa civil (*astreinte*), ainda que já imputada multa administrativa.".

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 88. Considere que, no âmbito do Município X, é a Concessionária ABC que explora comercialmente o serviço de lotes e jazigos de cinco dos quinze cemitérios existentes na cidade. No contrato firmado entre a Concessionária e os Munícipes, consta cláusula que permite que a

empresa rescinda unilateralmente a avença e que a cada doze meses o contrato seja reajustado pela Taxa Selic. Após receber diversas manifestações dos munícipes que se sentiram lesados pelas referidas cláusulas, Mário, membro do Ministério Público responsável, propôs ação civil pública em face da Concessionária, requerendo a declaração de abusividade das cláusulas citadas e indenização dos consumidores que já aderiram ao contrato. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) como a Concessionária ABC explora comercialmente apenas um terço dos cemitérios do Município X, não é possível a propositura da ação civil pública, pois, no caso, não há interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

b) carece de legitimidade o Ministério Público, pois, no caso concreto, não há nem direito individual homogêneo nem relevante interesse social.

c) o Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública para reconhecimento da abusividade de cláusulas previstas em contrato de adesão estipulado por empresa que explora os serviços de concessão de lotes e jazigos em cemitério.

d) no âmbito da ação coletiva, o Ministério Público não tem legitimidade para requerer indenização aos consumidores lesados.

e) como os lesados são individualizados, o Ministério Público não tem legitimidade para a propositura da ação civil pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda sobre a propositura da ação civil pública.

A alternativa A está incorreta. O fato de a Concessionária ABC explorar comercialmente parte dos cemitérios do Município X não descaracteriza a existência de direitos individuais homogêneos.

A alternativa C está correta. No caso narrado se caracteriza tutela de direito individual homogêneo, cuja propositura é de legitimidade do Ministério Público. Vejamos:

"Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base."

"Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;".

As Alternativas B, D e E estão incorretas, conforme o comentário da alternativa C.

QUESTÃO 89. Considere que Luís, membro do Ministério Público do Estado X, propôs ação coletiva em face do Banco Renda Mais, requerendo a não aplicação de juros capitalizados nos contratos bancários e a devolução em dobro do que todos os consumidores lesados pagaram nos últimos cinco anos. Após devidamente citado, o réu, em sede de preliminar de contestação, requereu a extinção do feito sem julgamento do mérito, em face da inépcia da inicial, sob o argumento de que o pedido formulado é genérico, prejudicando até mesmo a elaboração da defesa, em face da incerteza e indeterminabilidade. Em seguida, o juiz acolheu o pedido do réu e julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, por considerar inepta a petição inicial. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) o juiz agiu corretamente, pois no âmbito da tutela coletiva é inadmissível pedido genérico e, caso Luís apresente apelação, deverá ser diretamente condenado em litigância de má-fé.

b) apresentada e provida a apelação, com o retorno dos autos à primeira instância, se Luís requerer a realização de perícia, o Banco deverá arcar com o adiantamento dos honorários periciais.

c) o juiz deverá se retratar e determinar a emenda à inicial se o membro do Ministério Público apresentar apelação e, se julgar procedente a ação, deverá condenar o Banco em honorários advocatícios.

d) em sendo apresentada apelação por Luís e esta seja provida para determinar o retorno dos autos à primeira instância, caso o juiz determine a realização de perícia contábil, o Ministério Público deverá adiantar os honorários periciais.

e) o juiz deveria ter oportunizado a emenda da inicial, ainda que já contestada a ação, pois no âmbito de processo coletivo vigora o princípio da máxima efetividade, que legitima o aumento dos poderes do órgão jurisdicional, uma vez presente o interesse público subjacente à lide.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, no âmbito da tutela coletiva é permitido o pedido genérico, em razão do princípio da generalidade das tutelas coletivas, pois não é possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato, não incidindo na aplicabilidade do art. 324, § 1º, inciso II, do CPC.

A alternativa B e D estão incorretas. Se Luís requerer a realização de perícia, a ele será incumbida a responsabilidade de pagar pelo adiantamento dos honorários periciais,e ainda, caso seja determinada de ofício plo juiz, ela deverá ser rateada pelas partes, nos termos do art. 95 do Código de Processo Civil, a saber: "Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes."

A alternativa C está incorreta. Não se trata de hipótese de juízo de retratação.

A alternativa E está correta. De acordo com o a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, hipóteses relacionadas à propositura de ação civil pública, o julgador deve determinar a emenda da petição inicial sempre que forem detectados defeitos ou irregularidades relacionados ao pedido, mesmo após a apresentação de contestação pela outra parte.

QUESTÃO 90. A respeito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assinale a alternativa correta.

a) Os recursos do cofinanciamento do SUAS, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

b) Ao SUAS compete a gestão das ações na área de assistência social, que deve ser feita de forma centralizada, mas com a participação indireta dos demais entes federativos.

c) O SUAS é integrado exclusivamente pelos respectivos conselhos de assistência social dos estados e pelas entidades e organizações de assistência social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

d) As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivos exclusivos a proteção à família, à infância, à adolescência e à velhice, não se aplicando nas questões relativas ao mercado de trabalho.

e) Cabe à instância controladora da Política Nacional de Assistência Social normatizar e padronizar o emprego e a divulgação da identidade visual do SUAS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, sendo a literalidade do art. 6º-E da Lei nº 8.742/93, no seguinte: "Os recursos do cofinanciamento do Suas, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo CNAS. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)."

A alternativa B está incorreta. A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.742/93.

A alternativa C está incorreta. O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei da Assistência Social, conforme o art. 6º, §2º da Lei nº 8.742/93.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário, o Suas tem por objetivo também aa promoção da integração ao mercado de trabalho, a saber: "Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)."

A alternativa E está incorreta. Cabe à instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social normatizar e padronizar o emprego e a divulgação da identidade visual do Suas, nos termos do art. 6º, §4º da Lei nº 8.742/93.

QUESTÃO 91. A respeito do Inquérito Civil, assinale a alternativa correta.
a) O inquérito civil deve ser instaurado por meio de portaria, com o fim de investigar especificamente fatos determinados, aplicando-se analogicamente a inversão do ônus da prova disposta no inc. VIII do art. 6° do CDC, uma vez demonstrado o preenchimento dos requisitos.

b) O inquérito civil deve ser utilizado para averiguar lesões a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, não cabendo impetração de mandado de segurança para trancá-lo, na forma da jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal.

c) O inquérito civil não pode ser considerado como processo, mas sim como procedimento investigatório contraditório, podendo-se mete decidir-interesses, alterar relações jurídicas e aplicar sanções.
d) Em face do princípio da incolumidade do separável, os vícios do inquérito civil não influenciam a ação judicial.

e) A comprovação da prévia instauração do inquérito civil-é pressuposto processual implícito para que o Ministério Público proponha ação coletiva, e, caso ele esteja em andamento, os colegitimados devem esperar sua conclusão para ajuizarem a respectiva ação coletiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A e C estão incorretas, não havendo inversão do ônus da prova, o inquérito civil é um procedimento inquisitório, ou seja, não cabendo o contraditório ou a ampla defesa, servindo penas para colher elementos ou informações com o fim de formar-se a convicção do órgão do Ministério Público para eventual propositura ou não das ações a seu cargo.

O inquérito civil é um procedimento inquisitório, ou seja, não cabendo o contraditório ou a ampla defesa, servindo penas para colher elementos ou informações com o fim de formar-se a convicção do órgão do Ministério Público para eventual propositura ou não das ações a seu cargo, conforme assim ensina Hugo Nigro Mazzilli, a saber: "O inquérito civil não é processo administrativo e, sim, mero procedimento; nele não há uma acusação nem nele se aplicam sanções; nele não se criam direitos nem se impõem sanções; nele não se limitam, nem se restringem, nem se cassam direitos. Em suma, no inquérito civil não se decidem interesses; não se aplicam penalidades; ele serve apenas para colher elementos ou informações com o fim de formar-se a convicção do órgão do Ministério Público para eventual propositura ou não das ações a seu cargo."

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o Inquérito Civil poderá ser trancado por meio da impetração do mandado de segurança.

A alternativa D está correta. Consoante a jurisprudência do STJ, a decretação judicial de nulidade não ensejaria vantagem ao agravante, já que não anularia as diligências até o momento realizadas sob a égide do princípio da incolumidade do separável.

A alternativa E está incorreta. O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público, tampouco para demais medidas de sua atribuição própria, nos termos doa art. 1º, parágrafo único da Resolução 23/2007.

QUESTÃO 92. A respeito do Compliance, assinale a alternativa correta.

a) Em sintonia com a doutrina estadunidense, a Lei n° 12.846/2013 previu a obrigatoriedade de que as empresas notifiquem, em até três dias úteis, o Ministério Público do resultado de uma investigação interna ocorrida em função da adoção das práticas de compliance.

b) Uma vez constatado qualquer indício de violação ao programa de compliance por parte dos dirigentes da empresa, a Lei n° 12.846/13 prevê a obrigatoriedade de contratação de um advogado especializado em programas de integridade para ser responsável pela investigação, eliminando-se, assim, a influência dos superiores hierárquicos.

c) Atualmente não se admite que as empresas prevejam anistias internas no caso de violações ao programa de compliance, nem a adoção de medidas cautelares, como o afastamento preventivo de dirigentes.

d) A Lei n° 12.846/2013 determina que as empresas devem realizar a revisão continuada do programa de compliance no mínimo a cada 12 (doze) meses, sob pena de aplicação de multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício da pessoa jurídica.

e) No âmbito de uma empresa, é preciso que haja previsão antecipada das sanções aplicadas no caso de violações ao programa de compliance, e que as medidas punitivas tenham proporcionalidade com a infração cometida.

Comentários

A alternativa E está correta.

A alternativa correta é a **letra E**. A responsabilização das empresas devem encontrar um equilíbrio e proporcionalidade, a qual, em ambiente de consensualidade, pois, nos termos do art. 7º, I, da Lei n° 12.846/2013, quando aplicadas as sanções em caso de violações ao programa de compliance, estas deverão considerar a gravidade da infração.

As demais alternativas estão incorretas, não havendo previsão de legal nesse sentido.

QUESTÃO 93. Considere que a Associação Menos Impostos impetrou mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Estado em face de João. Secretário da Fazenda do Estado X, requerendo a declaração de inconstitucionalidade/ilegalidade da Lei Estadual n° 1.234/22, que determinou a aposição de selos de controle fiscal nas embalagens de água mineral, para que seja concedida a segurança e evitada a prática de lançamento fiscal ex officio. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) João foi corretamente indicado para figurar no polo passivo, pois entende-se que a autoridade coatora é aquela que orienta os órgãos subordinados a respeito da aplicação da lei no âmbito administrativo.

b) o processo deve ser extinto sem julgamento do mérito ante a evidente indicação errônea da autoridade coatora, condenando a entidade autora às custas e honorários advocatícios.

c) João, Secretário de Estado da Fazenda, não está legitimado a figurar, como autoridade coatora, em mandados de segurança que visam evitar a prática de lançamento fiscal.

d) deve ser aplicada a teoria da encampação ao caso, ainda que João não seja a autoridade coatora, mitigando a indicação errônea do polo passivo da impetração.

e) será aplicada automaticamente a teoria da encampação, validando-se os atos, ainda que João não seja a autoridade coatora, se ele apresentar manifestação a respeito do mérito do mandado de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o Secretário de Estado da Fazenda, não está legitimado a figurar, como autoridade coatora, em mandados de segurança que visam evitar a prática de lançamento fiscal.

De acordo com a Primeira Turma do STJ, ao julgar, tanto o RMS 40.373/MS (DJe de 14/05/2013), quanto o RMS 38.960/MS (DJe de 22/05/2013), e, posteriormente, o RMS 38.735/CE (DJe de 19/12/2013), reafirmou que o respectivo Secretário de Estado da Fazenda não está legitimado a figurar, como autoridade coatora, em mandados de segurança que visam evitar a prática de lançamento fiscal.

Colacionamos também a seguinte ementa neste sentido: "TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENSÃO DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 25 DA LEI 6.875, DE 04/08/2016, DO ESTADO DO PIAUÍ. IMPETRAÇÃO CONTRA LEI EM TESE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 266/STF. ILEGITIMIDADE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA PARA FIGURAR, COMO AUTORIDADE IMPETRADA, NO POLO PASSIVO DO MANDADO DE SEGURANÇA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. (...)IX. Não se aplica ao caso a teoria da encampação, pois a indevida presença do Secretário de Estado da Fazenda, no polo passivo deste

Mandado de Segurança, implicou modificação da competência jurisdicional, disciplinada pela Constituição do Estado do Piauí."

QUESTÃO 94. Considere que Mauro e Paulo, deputados do Estado X, foram acusados e condenados pela prática do crime de corrupção passiva e de lavagem de capitais por se utilizarem pessoalmente do patrimônio público, desviando recursos para contas comentes de laranjas. Ao proferir a condenação, o juiz condenou ambos por danos morais coletivos a serem pagos de forma solidária em favor do fundo a que se refere o art. 13 da Lei n° 7.347/1985. Com base nessa situação hipotética e no disposto na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) se admite a condenação, ainda que o Ministério Público não tenha requerido na peça acusatória a condenação dos réus à reparação dos danos morais coletivos, pois, sempre que um interesse metaindividual for violado, configura-se o dano, o que justifica a reparação ex officio.

b) é incabível a condenação por danos morais coletivos, uma vez ausente a demonstração das pessoas diretamente lesadas pelos crimes cometidos por Mauro e Paulo, bem como o nexo causal, quer tenha a condenação natureza pedagógica ou punitiva.

c) se admite a condenação solidária dos réus em danos morais coletivos, uma vez comprovado o desrespeito aos princípios constitucionais de observância obrigatória, e, como têm função punitiva, a sua quantificação deve ser feita pelo caráter pedagógico, que admite a prevenção individual como a geral.

d) a condenação por danos morais coletivos só é possível em ação autônoma, com representatividade adequada, nos termos do microssistema brasileiro de processo coletivo.

e) o juiz agiu errado, pois não se admite a condenação por dano moral coletivo em sede de ação penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta, sendo este o entendimento de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. De acordo com a Suprema Corte, os danos morais coletivos possuem função eminentemente punitiva, razão pela qual a sua quantificação deve ser guiada primordialmente pelo seu caráter pedagógico, que acolhe tanto a prevenção individual como a geral.

Colacionamos a seguinte ementa: "AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. EX-SENADOR DA REPÚBLICA. PRELIMINARES REJEITADAS. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA DELITIVAS. DELITOS DE CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL), LAVAGEM DE DINHEIRO (ART. 1º. DA LEI 9.613/98) E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288 DO CÓDIGO PENAL). CONDENAÇÃO DO RÉUS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO QUANTO AO DELITO DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. AÇÃO PENAL JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. DANOS MATERIAIS NÃO ARBITRADOS. FIXAÇÃO DE DANOS MORAIS COLETIVOS. [...]. 12. Danos morais

coletivos fixados em R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a ser adimplido solidariamente pelos condenados, em benefício do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.357/1985. [...]. 15. Prejudicado o pedido de perda do mandato parlamentar, tendo presente que o réu Fernando Affonso Collor de Mello não mais exerce o cargo de Senador da República". (AP 1.025/DF, relator Ministro Edson Fachin, redator do acórdão Ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 1/6/2023, DJe de 21/9/2023 - destaques acrescidos ao original.)".

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 95. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Nacional de Saneamento Básico.

a) Os consórcios intermunicipais de saneamento básico terão como objetivo, exclusivamente, o financiamento das iniciativas de implantação de medidas estruturais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais, vedada a formalização de contrato de programa com sociedade de economia mista ou empresa pública, ou a subdelegação do serviço prestado pela autarquia intermunicipal sem prévio procedimento licitatório.

b) O serviço regionalizado de saneamento básico deverá obedecer a plano regional de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos e deverá ser renovado a cada cinco anos.

c) O lixo originário de atividades comerciais industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador deve ser considerado resíduo sólido urbano.

d) A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, admitindo-se excepcionalmente a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

e) Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico, mas sua utilização na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda sobre a Lei Nacional de Saneamento Básico, exigindo do examinando conhecimentos acerca das diretrizes nacionais para o saneamento básico.

A alternativa A está correta. A alternativa encontra fundamento no art. 8º, §1º, II da Lei 11.445/2007, que prevê o seguinte: os consórcios intermunicipais de saneamento básico terão como objetivo, exclusivamente, o financiamento das iniciativas de implantação de medidas estruturais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais, vedada a formalização de contrato de programa com sociedade

de economia mista ou empresa pública, ou a subdelegação do serviço prestado pela autarquia intermunicipal sem prévio procedimento licitatório. (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)".

A alternativa B está incorreta. As disposições constantes do plano regional de saneamento básico prevalecerão sobre aquelas constantes dos planos municipais, quando existirem (art. 17, §2º (Lei nº 14.026, de 2020).

A alternativa C está incorreta. Pode ser considerado resíduo sólido urbano, desde que decisão do poder público seja nesse sentido (art. 6º, Lei 11.445/2007).

A alternativa D está incorreta. É vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, nos termos do art. 10, da Lei 11.445/2007.

A alternativa E está incorreta. Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico (art. 4º Lei 11.445/2007).

QUESTÃO 96. Considere que o Ministério Público do Estado X instituiu, por meio de Resolução, Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) como órgão integrante da estrutura administrativa e permanente da Procuradoria-Geral de Justiça, para auxiliar o promotor natural, prestando-lhe suporte técnico e operacional na identificação, na prevenção e na repressão de crimes complexos. Segundo a Resolução, a atuação do Grupo pode se dar mediante pedido formulado expressamente pelo promotor natural ou mediante prévia e expressa anuência do membro do Ministério Público com atribuição, se a iniciativa partir do próprio Grupo. A atuação pode se dar tanto na fase investigatória como na fase judicial. Posteriormente, o Procurador-Geral de Justiça propôs projeto de lei complementar, que foi aprovado, autorizando também que, para além da atuação acima, se obtenha a cessão de servidores de corporações policiais para integrar o Grupo, sob a coordenação de um Promotor de Justiça.

Determinado representante popular, em entrevista a uma revista especializada, questionou a constitucionalidade do Gaeco, por considerar que a sua instituição ofenderia, entre outros, o princípio do promotor natural e por ser a atividade de investigação reservada à polícia judiciária. O promotor de justiça com atuação no Gaeco foi procurado pela assessoria de imprensa do Ministério Público para prestar esclarecimentos jurídicos sobre o assunto e subsidiar a elaboração de nota de esclarecimento ao veículo de imprensa. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o promotor poderá afirmar, de maneira correta, que

a) A norma não padece de inconstitucionalidade material, sendo autorizado, ainda, que o promotor de justiça tome decisões relacionadas a quaisquer questões referentes às atribuições internas das corporações policiais, ainda que estranhas à atuação do Gaeco.

b) A norma prevista na resolução não padece de inconstitucionalidade material, pois o Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, tratando-se de competência que decorre implicitamente do monopólio da titularidade da ação penal.

c) A lei complementar padece de inconstitucionalidade material, pois os servidores públicos civis não podem ter como superiores hierárquicos agentes públicos estranhos à estrutura do Poder Executivo.

d) A norma prevista na Resolução realmente padece de vício de inconstitucionalidade formal, pois a organização do Ministério Público se dá por lei complementar estadual e pela aplicação supletiva da Lei Orgânica Nacional.

e) A regulação do tema por Resolução padece de inconstitucionalidade formal, pois a organização de cada Ministério Público deve se dar mediante lei complementar, proposta pelo Chefe do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda a instituição do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO).

A alternativa A está incorreta, pois apesar de o STF, no julgamento da ADI 7170, decidir que a resolução do MPRJ que reestrutura o Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no âmbito da instituição é constitucional, tal competência ocorre no âmbito administrativo interno do órgão especializado. Veja trecho do julgado: "Nos dispositivos impugnados apenas se estabeleceu a estruturação de órgão administrativo interno de cooperação com os promotores naturais. Não se constituíram novas atribuições e competências. Nelas se dispôs apenas sobre o funcionamento de um órgão especializado no auxílio ao combate do crime organizado, de atuação facultativa, a depender do pedido do promotor natural."

A alternativa B está correta, pois o STF, no julgamento da ADI 7170, decidiu que a resolução do MPRJ que reestrutura o Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no âmbito da instituição é constitucional, por se inserir no rol de competências do Ministério Público. Veja trecho da Ementa: "[...] 4. A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal fixou tese com repercussão geral, no Recurso Extraordinário n. 593.727 (DJe 8.9.2015), no sentido de que os poderes investigatórios do Ministério Público decorrem implicitamente do monopólio da titularidade da ação penal conferida ao órgão pelo inc. I do art. 129 da Constituição da República, não se tratando de atividade exclusiva da polícia judiciária." (STF, ADI 7170, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, Julgado em: 03/07/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 21-08-2023 PUBLIC 22-08-2023).

A alternativa C está incorreta, pois o Plenário do STF, no julgamento da ADI 7170, reconheceu a constitucionalidade de resolução do MPRJ que reestrutura o Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no âmbito da instituição, atribuindo ao Ministério Público a função de presidir e conduzir investigações criminais, sendo cabível uma atuação conjugada entre o mesmo e demais servidores civis, veja: "[...] Da mesma maneira, não há qualquer inconstitucionalidade na Resolução impugnada na presente Ação Direta, na medida em que previu a designação de membros do GAECO para atuarem em auxílio ao Promotor natural no casos relacionados à repressão de organizações criminosas, mediante o fornecimento de suporte administrativo para bom desempenho dessa atribuição. A norma também trata da coordenação de ações internas e colaboração com outras instituições para o combate ao crime organizado, à corrupção de agentes públicos, à lavagem de dinheiro e demais crimes que atentem contra o interesse público, que, por suas características,

demandem atuação especializada. [...]" (STF, ADI 7170, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, Julgado em: 03/07/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 21-08-2023 PUBLIC 22-08-2023).

A alternativa D está incorreta, pois o STF, no julgamento da ADI 7170, ao reconhecer a constitucionalidade de resolução do MPRJ que reestrutura o Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no âmbito da instituição, refutou a tese da necessidade de Lei Complementar para tanto. Veja: "Tampouco é necessária a edição de lei formal, pois as normas impugnadas não inovam nem alteram, menos ainda usurpam atribuições do promotor natural. Tratam apenas da organização interna de órgão facultativo de apoio do Ministério Público do Rio de Janeiro, estando na esfera de autonomia administrativa do órgão. Afasto, portanto, a ocorrência de inconstitucionalidade formal dos dispositivos questionados." (STF, ADI 7170, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, Julgado em: 03/07/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 21-08-2023 PUBLIC 22-08-2023).

A alternativa E está incorreta, pois conforme supracitado, no julgamento da ADI 7170 o STF decidiu pela prescindibilidade de lei formal, por tratar-se da organização interna de órgão facultativo de apoio do Ministério Público do Rio de Janeiro, sendo, portanto, esfera de autonomia administrativa do órgão. Veja trecho do julgado: "Tampouco é necessária a edição de lei formal, pois as normas impugnadas não inovam nem alteram, menos ainda usurpam atribuições do promotor natural. Tratam apenas da organização interna de órgão facultativo de apoio do Ministério Público do Rio de Janeiro, estando na esfera de autonomia administrativa do órgão. Afasto, portanto, a ocorrência de inconstitucionalidade formal dos dispositivos questionados." (STF, ADI 7170, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, Julgado em: 03/07/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 21-08-2023 PUBLIC 22-08-2023).

QUESTÃO 97. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a respeito do Ministério Público, é correto afirmar que

a) É inconstitucional, por violação ao princípio da independência funcional, norma que estabelece o dever de membro do Ministério Público e que preside inquérito civil, ao concluir que o procedimento é de atribuição de outro Ministério Público, submeter a sua decisão a referendo de órgão de revisão competente.

b) É constitucional lei estadual que divide as atribuições entre membros do Ministério Público para atuar em inquéritos civis e ações civis públicas.

c) É inconstitucional norma estadual que confere ao Procurador-Geral de Justiça a competência para conduzir inquérito civil quando a responsabilidade decorrer de ato praticado por determinadas autoridades.

d) É constitucional norma que estabelece regra que concede preferência à promoção para cargos específicos a promotores que eventualmente exerceram as funções atribuídas a tais cargos, pois a promoção não precisa seguir necessariamente os critérios de antiguidade e merecimento.

e) As normas organizacionais internas, que estabelecem critérios de distribuições de competência dentro do Ministério Público, ofendem o princípio da independência funcional,

pois este é um atributo da instituição Ministério Público e do próprio promotor de justiça, que não pode ser mitigado pelo princípio da unicidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o tema das jurisprudências do STF a respeito do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta, pois conforme o atual entendimento do STF, no julgamento da ADI 5434/DF, tal norma possui caráter constitucional. Veja trecho da Ementa: "[...] 3. O Conselho Nacional do Ministério Público age dentro dos limites constitucionais ao editar resolução para esclarecer que deve ser referendada, pelo órgão de revisão competente, a decisão do membro do Parquet que conclui, após a instauração do inquérito civil ou do respectivo procedimento preparatório, ser este ou aquele de atribuição de outro ramo do Ministério Público. [...]" (ADI 5434/DF, rel. Min. Alexandre de Moraes, red. p/ o ac. Min. Edson Fachin, julgamento em 26.4.2018.)

A alternativa B está correta, pois, no julgamento da ADI 1285, o Tribunal Pleno do STF decidiu pela constitucionalidade de lei estadual que segmente as atribuições entre membros do Ministério Público para atuar em inquéritos civis e ações civis públicas, firmando a seguinte tese: "(ii) é constitucional lei estadual que divide as atribuições entre membros do Ministério Público para atuar em inquéritos civis e ações civis públicas, não havendo violação à competência federal para legislar sobre Direito Processual, tampouco ao princípio da independência funcional;".

A alternativa C está incorreta, pois, no julgamento da ADI 1285, o Plenário do STF decidiu que, neste caso, não haveria violação à competência privativa da União para legislar a respeito de matéria processual, firmando a seguinte tese: "(ii) é constitucional lei estadual que divide as atribuições entre membros do Ministério Público para atuar em inquéritos civis e ações civis públicas, não havendo violação à competência federal para legislar sobre Direito Processual, tampouco ao princípio da independência funcional;".

A alternativa D está incorreta, pois o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu, no julgamento da ADI 1285, que é inconstitucional norma que estabeleça regra referente à promoção para cargos específicos a promotores que não sigam necessariamente os critérios de antiguidade e merecimento, fixando a seguinte tese: "(iii) é inconstitucional lei estadual que estabelece critério de preferência para a promoção de membros do Ministério Público, por desrespeito aos critérios constitucionais de antiguidade e merecimento estabelecidos pelo art. 129, § 4º c/c art. 93, II, CF."

A alternativa E está incorreta, pois não há tal previsão jurisprudencial. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público institui, em seu artigo 2º: "Lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público. Parágrafo único. A organização, atribuições e estatuto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios serão objeto da Lei Orgânica do Ministério Público da União."

QUESTÃO 98. A respeito do acordo de não persecução cível, assinale a alternativa correta.

a) O acordo de colaboração visa à obtenção de informações e meios de prova que comprovem o ilícito, sendo necessário que se tenha, como resultado, a identificação de demais coautores e a localização de bens que decorram da vantagem indevida obtida.

b) Embora o acordo precise passar por homologação judicial, em razão das sanções cominadas ao ato de improbidade administrativa, para a sua celebração é prescindível a concordância do órgão com atribuição para arquivar o inquérito civil.

c) O acordo será cabível ainda que o membro do Ministério Público não identifique indícios suficientes da existência do ato de improbidade de responsabilização do agente público, desde que a medida seja adotada para cautelarmente preservar o interesse público.

d) O acordo de não persecução cível não poderá ser celebrado posteriormente à sentença.

e) É compatível com a Lei de Improbidade Administrativa o acordo de não persecução cível de colaboração, no qual o agente deve oferecer algo ao poder público para que o ajuste seja celebrado, bem como deve ser admitida a consensualidade por reprimenda, na qual essa exigência não é apresentada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda o tema do acordo de não persecução cível.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com a resolução GPGJ nº 2.469 de 25/05/22, que disciplina no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro o acordo de não persecução cível, este fica condicionado à identificação dos demais coautores, partícipes e beneficiários do ato ilícito ou à localização de bens, direitos e valores, não sendo necessário a presença de ambos para que ocorra a premiação ajustada. Vejamos: "Art. 5º - O acordo de colaboração visa à obtenção de informações e meios de prova que comprovem o ilícito, sendo que a premiação ajustada fica condicionada à colaboração efetiva e voluntária, com a investigação e com o processo, e desde que advenha um ou mais dos seguintes resultados: I - identificação dos demais coautores, partícipes e beneficiários do ato ilícito; II - localização de bens, direitos e valores para fins de ressarcimento".

A alternativa B está incorreta, pois contraria a resolução GPGJ nº 2.469 de 25/05/22, que disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o acordo de não persecução cível e que estabelece que é necessária a concordância do Conselho Superior do Ministério Público. Veja: "Art. 6º - O acordo de não persecução cível será submetido à homologação judicial, sendo exigida a prévia aprovação do Conselho Superior do Ministério Público em se tratando de ajuste extrajudicial." Ao Conselho Superior do Ministério Público cabe o arquivamento de inquérito civil, consoante Lei nº 8.625, veja: "Art. 30. Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento de inquérito civil, na forma da lei."

A alternativa C está incorreta, pois a presença de tais indícios é indispensável para o cabimento do acordo de não persecução penal, consoante resolução GPGJ nº 2.469 de 25/05/22, veja: "Art. 1º - A

presente Resolução disciplina o acordo de não persecução cível, negócio jurídico celebrado entre o Ministério Público e pessoas físicas ou jurídicas, investigadas pela prática de improbidade administrativa, devidamente assistidas por advogado ou defensor público. § 2º - Quando o membro do Ministério Público não identificar indícios suficientes da existência do ato de improbidade de responsabilidade do agente público ou de terceiro, não será cabível o acordo de não persecução cível."

A alternativa D está incorreta, pois conforme resolução GPGJ nº 2.469 de 25/05/22, que disciplina no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro o acordo de não persecução cível, o mesmo poderá ser celebrado após a sentença. Vejamos: "Art. 7º - O acordo de não persecução cível poderá ser celebrado posteriormente à sentença, presentes os requisitos estabelecidos nesta Resolução."

A alternativa E está correta, pois é o que dispõe a resolução GPGJ nº 2.469 de 25/05/22. Vejamos: "Art. 1º - A presente Resolução disciplina o acordo de não persecução cível, negócio jurídico celebrado entre o Ministério Público e pessoas físicas ou jurídicas, investigadas pela prática de improbidade administrativa, devidamente assistidas por advogado ou defensor público. (...) Art. 3º - O acordo de não persecução cível pode ser de pura reprimenda ou de colaboração, neste último caso diante da complexidade dos fatos ou da participação de outros envolvidos. Art. 4º - O acordo de pura reprimenda abrevia o procedimento de responsabilização, mediante aplicação imediata das medidas sancionatórias convencionadas. Art. 5º - O acordo de colaboração visa à obtenção de informações e meios de prova que comprovem o ilícito, sendo que a premiação ajustada fica condicionada à colaboração efetiva e voluntária, com a investigação e com o processo, e desde que advenha um ou mais dos seguintes resultados (...)".

QUESTÃO 99. Com base na Resolução CNMP n° 181/2017, que dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público, é correto afirmar que

a) As diligências serão documentadas em autos de modo sucinto e circunstanciado.

b) As requisições do Ministério Público serão feitas fixando-se prazo razoável de até 15 (quinze) dias para atendimento, prorrogável mediante solicitação.

c) A pedido do investigado, deverá ser feita a transcrição dos depoimentos colhidos na fase investigatória.

d) O autor do fato investigado poderá apresentar, querendo, as informações que considerar adequadas, devendo ser acompanhado por defensor.

e) Correspondências, notificações, requisições e intimações do Ministério Público, quando tiverem como destinatário o Presidente da República, serão encaminhadas pelo promotor natural do caso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão aborda a Resolução nº 181/2017 do CNMP.

A alternativa A está correta, pois é o que determina a Resolução nº 181/2017 do CNMP em seu art. 10, veja: "As diligências serão documentadas em autos de modo sucinto e circunstanciado. (Redação dada pela Resolução n° 183, de 24 de janeiro de 2018)".

A alternativa B está incorreta, pois o prazo prescrito pela Resolução nº 181/2017 do CNMP é de até 10 (dez) dias úteis, vejamos: "Art. 7º O membro do Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e sem prejuízo de outras providências inerentes a sua atribuição funcional, poderá: (Redação dada pela Resolução n° 183, de 24 de janeiro de 2018) § 3º As requisições do Ministério Público serão feitas fixando-se prazo razoável de até 10 (dez) dias úteis para atendimento, prorrogável mediante solicitação justificada."

A alternativa C está incorreta, pois tais transcrições somente serão admitidas em casos excepcionais e imprescindíveis, consoante a Resolução nº 181/2017 do CNMP, vejamos: "§ 1º Somente em casos excepcionais e imprescindíveis deverá ser feita a transcrição dos depoimentos colhidos na fase investigatória. (Redação dada pela Resolução n° 183, de 24 de janeiro de 2018)".

A alternativa D está incorreta, pois, conforme a Resolução nº 181/2017 do CNMP, a presença do defensor é facultada ao autor do fato investigado, quando da apresentação das informações que considerar adequadas. Veja: "Art. 9º O autor do fato investigado poderá apresentar, querendo, as informações que considerar adequadas, facultado o acompanhamento por defensor. (Redação dada pela Resolução n° 183, de 24 de janeiro de 2018)".

A alternativa E está incorreta, pois caberá ao Procurador-Geral da República encaminhar tais correspondências, notificações, requisições e intimações ao Presidente da República, conforme a Resolução nº 181/2017 do CNMP. Vejamos: "Art. 7º O membro do Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e sem prejuízo de outras providências inerentes a sua atribuição funcional, poderá: (Redação dada pela Resolução n° 183, de 24 de janeiro de 2018) § 6º As correspondências, notificações, requisições e intimações do Ministério Público quando tiverem como destinatário o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, membro do Congresso Nacional, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado, Ministro de Tribunal Superior, Ministro do Tribunal de Contas da União ou chefe de missão diplomática de caráter permanente serão encaminhadas e levadas a efeito pelo Procurador-Geral da República ou outro órgão do Ministério Público a quem essa atribuição seja delegada."

QUESTÃO 100. Com base na Resolução CNMP n° 243/2021, que dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas, é correto afirmar que

a) A Política Institucional prevista na Resolução não se aplica a pessoas jurídicas vítimas.

b) As unidades do Ministério Público deverão implementar, de imediato, Núcleos ou Centros de Apoio às Vítimas, levando em consideração a gravidade e as características do fato vitimizante.

c) Considera-se vítima indireta a pessoa que possua relação de afeto ou parentesco com a vítima direta, desde que conviva, esteja sob seus cuidados ou desta dependa.

d) É recomendável que cada unidade do Ministério Público inclua como meta de seu Planejamento Estratégico tornar a vítima objeto principal de defesa institucional.

e) Estão abrangidas pelas políticas contempladas na Resolução as vítimas de desastres naturais e calamidades públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda a Resolução nº 243/2021 do CNMP.

A alternativa A está incorreta, pois a Resolução nº 243/2021 do CNMP, no que diz respeito às diretrizes de atendimento às vítimas, inclui as pessoas jurídicas como alvo das medidas. Vejamos: "Art. 3º Entende-se por vítima qualquer pessoa natural que tenha sofrido danos físicos, emocionais, em sua própria pessoa, ou em seus bens, causados diretamente pela prática de um crime, ato infracional, calamidade pública, desastres naturais ou graves violações de direitos humanos, sendo destinatários da proteção integral de que trata a presente Resolução: § 1º Aplicam-se às pessoas jurídicas vítimas, no que couber, as medidas de proteção e os direitos assegurados nesta Resolução."

A alternativa B está incorreta, pois tais medidas deverão ser implementadas de forma gradual, consoante art. 2º da Resolução nº 243/2021 do CNMP, veja: "As unidades do Ministério Público deverão implementar, gradualmente e de acordo com sua autonomia administrativa, Núcleos ou Centros de Apoio às Vítimas, levando em consideração a gravidade, a magnitude e as características do fato vitimizante, e a consequente violação de direitos, sendo orientados pelos princípios da dignidade, da igualdade, do respeito, da autonomia da vontade, da confidencialidade, do consentimento e da informação, sem prejuízo do atendimento rotineiro das vítimas pelo órgão ministerial."

A alternativa C está incorreta, pois para que seja considerada vítima indireta, não basta que haja relação de afeto ou parentesco com a vítima, devendo este ser até o terceiro grau; veja o que dispõe a Resolução nº 243/2021 do CNMP: "Art. 3º Entende-se por vítima qualquer pessoa natural que tenha sofrido danos físicos, emocionais, em sua própria pessoa, ou em seus bens, causados diretamente pela prática de um crime, ato infracional, calamidade pública, desastres naturais ou graves violações de direitos humanos, sendo destinatários da proteção integral de que trata a presente Resolução: II - vítima indireta: pessoas que possuam relação de afeto ou parentesco com a vítima direta, até o terceiro grau, desde que convivam, estejam sob seus cuidados ou desta dependam, no caso de morte ou desaparecimento causado por crime, ato infracional ou calamidade pública;".

A alternativa D está incorreta, pois conforme a Resolução nº 243/2021 do CNMP não é discricionária a implementação das vítimas como objeto principal de defesa institucional, no que diz respeito às metas de seu Planejamento Estratégico. Vejamos: "Art. 14. Cada unidade do Ministério Público deverá incluir, obrigatoriamente, como meta de seu Planejamento Estratégico, tornar a vítima o objeto principal de defesa institucional, fomentando cursos de formação inicial e de capacitação continuada de membros e servidores, para atendimento especial de vítimas de infrações penais e atos infracionais."

A alternativa E está correta, pois está em conformidade com a previsão da Resolução nº 243/2021 do CNMP, que abrange as vítimas de desastres naturais e calamidades públicas. Veja: "Art. 1º Esta Resolução estabelece a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e de Apoio às Vítimas, com o objetivo de assegurar direitos fundamentais às vítimas de infrações penais, atos infracionais, desastres naturais, calamidades públicas e graves violações de direitos humanos, garantindo-lhes acesso à informação, comunicação, participação, verdade, justiça, diligência devida, segurança, apoio, tratamento profissional individualizado e não discriminatório, proteção física, patrimonial, psicológica e de dados pessoais, participação e reparação dos danos materiais, morais e simbólica, suportados em decorrência do fato vitimizante."

MPE-SC

QUESTÃO 01. Lei de Santa Catarina dispôs sobre a suspensão temporária do pagamento de tarifas de energia elétrica aos trabalhadores que não dispuserem de qualquer remuneração. A despeito da competência legislativa suplementar sobre consumo, o diploma catarinense é inconstitucional, considerando a competência privativa outorgada à União Federal em tema de organização do setor energético.

Comentários

O item está **certo**.

A respeito da competência sobre a matéria de energia elétrica (art. 21, XII da CRFB/88) trata-se de competência da União a prestação de serviço diretamente ou mediante concessão, bem como, lhe compete de maneira privativa a competência para legislar sobre energia. (art. 22, V)

Os Estados-Membros, sob o pretexto da competência suplementar em matéria consumerista (art. 24), não podem editar leis que impactam nas relações jurídicos contratuais de concessões de serviços públicos que não são da alçada do respectivo Estado-Membro, mas sim da União. Portanto, é formalmente inconstitucional.

QUESTÃO 02. É formalmente inconstitucional lei ordinária estadual, aprovada na vigência da atual ordem constitucional, que organiza e disciplina as atribuições e regulamenta o Estatuto dos respectivos membros do Ministério Público. Há vício de inconstitucionalidade porque a Constituição de 1988 exige reserva de lei complementar neste caso.

Comentários

O item está certo.

O art. 128, §5º, da CRFB/88, exige reserva de lei complementar para leis vão estabelecer a organização, atribuição e estatuto dos Ministérios Públicos Estaduais, que são de iniciativa privativa do PGJ. Sendo um regramento pós-Constituição de 1988, portanto, não sendo possível que lei ordinária verse sobre esses assuntos, pois trata-se de reserva de lei complementar para disciplinar a matéria.

QUESTÃO 03. Lei estadual, de iniciativa parlamentar, que cria atribuição de atuação do Ministério Público nas operações policiais de cumprimento de medidas possessórias de caráter coletivo, é constitucional frente à compatibilidade da referida atuação com os objetivos do Parquet estabelecidos de modo não exauriente na Constituição Federal em vigor.

Comentários

O item está **errado**.

É do Procurador-Geral da República e dos procuradores-gerais de justiça a iniciativa do processo legislativo para a elaboração de lei sobre a organização dos respectivos órgãos (ADI 3238/2023).

A lei surge com vício de iniciativa, não se tratando de atribuição do Ministério Público. Nos termos do art. 128, §5º da CRFB/88, fixa a competência privativa do PGJ para propor projetos de lei complementar que verse sobre as atribuições do Ministério Público. Logo, não pode haver iniciativa parlamentar desse conteúdo.

QUESTÃO 04. O pressuposto da dupla vacância, previsto para o modelo federal, é de observância obrigatória pelos estados-membros. Desse modo, é inconstitucional norma de Constituição

estadual que determine eleição avulsa no caso de vacância do cargo de vice-governador, considerando que o modelo constitucional previu a investidura em tal cargo enquanto consequência da eleição do chefe do Poder.

Comentários

O item está **certo**.

A dupla vacância é a situação excepcionalíssima que há a vacância de Chefe e Vice Chefe do Poder Executivo.

O STF adota o seguinte posicionamento, de que os Estados-Membros possuem uma autonomia relativa para solucionar a dupla vacância. A autonomia é de se fazer o que se enquadra nas normas constitucionais, sendo uma dessas balizas decorrentes do princípio da unicidade. Nesse sentido, segue a tese fixada na ADI 999 julgada em 2023: "É inconstitucional — por violar o pressuposto da dupla vacância, previsto para o modelo federal e cuja observância pelos estados-membros é obrigatória —, norma de Constituição estadual que determina, em caso de vacância, eleição avulsa para o cargo de vice-governador pela Assembleia Legislativa."

O art. 81 da CRFB/88 soluciona a dupla vacância em relação à União, contudo, não é norma de observância obrigatória.

QUESTÃO 05. A lei complementar federal que fixa os valores mínimos a serem aplicados anualmente pelos Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde pode dispor que as respectivas Constituições ou Leis Orgânicas deverão ser observadas sempre que os percentuais nelas estabelecidos forem superiores aos fixados na referida lei.

Comentários

O item está **errado**.

Nos termos do art. 198, §3º determina que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios apliquem recursos mínimos em ações de serviços de saúde. Vejamos: " As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: § 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015) II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)".

Este dispositivo é pormenorizado pela Lei Complementar 145/2012, em seu art. 11 diz o seguinte, se a lei estadual ou lei orgânica do município prever percentual superior do que a LC 141/2012 fixa, os Estados-Membros devem observar o percentual da Constituição Estadual, ainda que seja um "mínimo

maior", injetando mais recursos à saúde. Vejamos: "Art. 11. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar o disposto nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas sempre que os percentuais nelas estabelecidos forem superiores aos fixados nesta Lei Complementar para aplicação em ações e serviços públicos de saúde."

Nesse sentido, ao julgar a ADI 5897, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade deste dispositivo, pois o art. 11 da Lei Complementar 141/2012 amplia a exceção constitucional.

Sobre as teorias acerca da Constituição e das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 06. O debate atual em torno da teoria da Constituição envolve o fenômeno do constitucionalismo abusivo, descrito originalmente como aquele engendrado por governos ou grupos autoritários mediante a utilização de mecanismos, instrumentos e formas inconstitucionais para viabilizar golpes de Estado para chegar ou manter-se no poder.

Comentários

O item está **incorreta**.

A assertiva está incorreta, pois define constitucionalismo abusivo conectando ao golpe de Estado, quando é justamente ao contrário.

De acordo com o preconizador do Constitucionalismo Abusivo, Landau compreende que esta modalidade de constitucionalismo, em geral, é conduzido por emendas constitucionais ou novas constituições que abre caminho para instalação de governos autoritários ou semiautoritários, sem que, para isso, seja necessário implementar o golpe de Estado. Diferentemente com a ruptura da origem constitucional dado pelo autoritarismo.

Ou seja, há um abuso de dispositivos constitucionais, derrubando as perspectivas de controle, instalando de maneira sorrateira um golpe de Estado.

QUESTÃO 07. Utilizando-se a tradicional classificação de José Afonso da Silva a respeito da eficácia jurídica das normas constitucionais, podemos encontrar em um mesmo dispositivo da Constituição normas com classificações diversas. Exemplo disso é o dispositivo que prevê a regra geral de acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas aos brasileiros e estrangeiros.

Comentários

O item está **certo**.

De acordo com o art. 37, I da CRFB/88, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei. Trata-se de um dispositivo com duas nomas.

A primeira norma refere-se aos brasileiros, sendo norma de eficácia contida. Tem aplicabilidade imediata e a lei poderá conter a extensão da aplicabilidade.

Em relação aos estrangeiros, será norma de eficácia limitada, quando houver lei superveniente que irá viabilizar a assunção de cargos, empregos e funções aos estrangeiros.

Avalie os itens a seguir, considerando os direitos fundamentais previstos na Constituição da República Federativa de 1988 e sua regulamentação pela legislação infraconstitucional e por outros diplomas normativos e/ou regulamentares.

QUESTÃO 08. Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público que dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas no âmbito do Ministério Público é inconstitucional, por exceder os limites da sua competência regulamentar e desrespeitar a competência privativa da União para legislar sobre direito processual.

Comentários

O item está **errado**.

ADI 4263 e ADI 5315 examinaram a constitucionalidade da Resolução 36/2019 do CNMP, que versa sobre o pedido e utilização das interceptações telefônicas no âmbito do Ministério Público.

As referidas Ações Declaratórias de Inconstitucionalidade discutiram-se se a Resolução adentrou a competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal.

O STF assentou o entendimento que a Resolução 36/2019 é constitucional, estando o teor da referida resolução a orientar os membros do Ministério Público e não os demais atores da persecução penal, tampouco sendo uma norma de reprodução obrigatória.

QUESTÃO 09. É constitucional lei estadual que, visando o cumprimento de política pública, crie cadastro de usuários e dependentes de drogas no âmbito do ente, com informações concernentes ao registro de ocorrência policial e reincidência. Não há afronta à dignidade da pessoa humana e à competência privativa da União para legislar sobre matéria penal e processual penal, tratando-se de norma afeta à proteção e defesa da saúde, cuja competência legislativa é concorrente.

Comentários

O item está **errado**.

A questão está de acordo com a ADI 6561/2023, em que o STF examinou uma lei estadual que criava o cadastro estadual de usuários e dependentes de drogas, havendo uma dupla inconstitucionalidade, formal e material. Sendo formalmente inconstitucional, pois há a invasão da competência da União para legislar sobre direito penal e processual penal e há inconstitucionalidade material por violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e direito à intimidade e privacidade.

QUESTÃO 10. A Emenda Constitucional n° 131, de 3 de outubro de 2023, dentre outras alterações, promoveu a supressão da hipótese de perda da nacionalidade brasileira em razão da aquisição voluntária de outra nacionalidade, bem como passou a permitir a figura do *heimatlos*, considerando a possibilidade de a pessoa brasileira requerer a perda da própria nacionalidade.

Comentários

O item está **errado**.

Heimatlos se refere à figura dos apátridas. A EC 131/2023 alterou o art. 12 da CF e mudou alguns aspectos acerca das hipóteses de perda da nacionalidade, dentre uma delas, a supressão da perda da nacionalidade brasileira em razão da aquisição de outra nacionalidade. Entretanto, ao contrário do que afirma a questão, trouxe resguardo aos apátridas, a saber o art. 12, §4º, II da CF: "II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)."

Sobre a Constituição do Estado de Santa Catarina, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 11. O deputado estadual Nero, em pleno exercício de suas funções parlamentares, foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina pela prática de condutas que configuram crime de peculato e organização criminosa. A pena imposta a Nero foi de 15 anos de reclusão, em regime fechado, e a sentença penal condenatória transitou em julgado.

Comentários

O item está **errado**.

O art. 44 da Constituição do Estado de Santa Catarina é um texto semelhante ao art. 55 da CF, no que se refere à perda do mandato por parlamentares. A saber: "Art. 44. Perderá o mandato o Deputado: § 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Assembleia Legislativa, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa. (Redação dada pela EC/66, de 2013)."

A pena imposta a Nero foi de 15 anos de reclusão, em regime fechado, e a sentença penal condenatória transitou em julgado. Pois bem, o Supremo Tribunal Federal ao julgar a Ação Penal 694 assentou o entendimento que, se a ausência do comparecimento se der em razão de condenação de pena privativa de liberdade, fazendo com que deixe de comparecer às sessões no quantitativo mínimo necessário, haverá a perda do mandado de modo AUTOMÁTICO, dada a natureza da pena privativa de liberdade.

O parlamentar condenado em 15 anos de reclusão, perderá o mandato de maneira automática, em razão da pena privativa de liberdade atingir o quantitativo mínimo de comparecimento às sessões da Casa Legislativa.

Vejamos: "DEPUTADO FEDERAL. OPERAÇÃO SANGUESSUGA. INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO CONFIGURADA. QUADRILHA E CRIMES LICITATÓRIOS. PRESCRIÇÃO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ATIPICIDADE. CORRUPÇÃO PASSIVA E LAVAGEM DE DINHEIRO. COLABORAÇÃO PREMIADA. CORROBORAÇÃO DAS PROVAS OBTIDAS. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CONDENAÇÃO. 7. Perda do mandato parlamentar: É da competência das Casas Legislativas decidir sobre a perda do mandato do Congressista condenado criminalmente (artigo 55, VI e § 2º, da CF). Regra excepcionada – adoção, no ponto, da tese proposta pelo eminente revisor, Ministro Luís Roberto Barroso -, quando a condenação impõe o cumprimento de pena em regime fechado, e não viável o trabalho externo diante da impossibilidade de cumprimento da fração mínima de 1/6 da pena para a obtenção do benefício durante o mandato e antes de consumada a ausência do Congressista a 1/3 das sessões ordinárias da Casa Legislativa da qual faça parte. Hipótese de perda automática do mandato, cumprindo à Mesa da Câmara dos Deputados declará-la, em conformidade com o artigo 55, III, § 3º, da CF. Precedente: MC no MS 32.326/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, 02.9.2013."

Como regra, Nero perderá o mandato de Deputado Estadual com a declaração de ofício pela Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, pois foi condenado a crime contra a Administração Pública em regime fechado de cumprimento de pena. Entretanto, havendo requerimento da própria Mesa da Assembleia Legislativa ou de partido político com representação na Casa, a perda do mandato será decidida pelo voto secreto da maioria absoluta dos Deputados Estaduais catarinenses.

QUESTÃO 12. Foi apresentado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina um projeto de lei dispondo sobre a proibição, no âmbito de circunscrição do Estado, da lavratura de contrato de doação de bens móveis no valor de até cinco mil reais por meio de instrumento particular. O projeto de lei concluiu todas as fases na Casa legislativa e seguiu para a apreciação do Governador do Estado, que o sancionou. A nova legislação passa a existir a partir da sanção do Governador do Estado, entretanto, ainda que existente, é inconstitucional e essencialmente nula.

Comentários

O item está **certo**.

A nova legislação sobre a validade do negócio jurídico, nesse sentido, tratando de matéria de direito civil e de registros públicos. A União tem competência privativa para legislar sobre direito civil e registros públicos (art. 22, I e XXV). Entretanto, trata-se de lei formalmente constitucional, possuindo vício de validade, em razão da Teoria da Nulidade dos Atos Inconstitucionais.

Portanto, ainda que exista no mundo jurídico, é eivada de vício por inconstitucionalidade formal por usurpação de competência.

QUESTÃO 13. A Constituição do Estado de Santa Catarina, ao tratar do instituto da intervenção estadual disciplinou que a intervenção em Município ocorrerá por decreto do Governador do Estado, de ofício ou mediante representação fundamentada da maioria absoluta da Câmara Municipal ou do Tribunal de Contas, nos casos indicados no texto da Constituição Estadual.

Considerando os termos dessa normativa, é inconstitucional a atribuição conferida pela Constituição Estadual ao Tribunal de Contas para requerer ao Governador de Estado a intervenção em Município.

Comentários

O item está **certo**.

De acordo com o art. 11, §1º, I da Constituição Estadual de Santa Catarina, prevê a hipóteses de intervenção Estadual que poderá ocorrer por intermédio do poder municipal ou por intermédio do Tribunal de Contas, a saber: "Art. 11. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando: § 1º A intervenção no Município se dará por decreto do Governador do Estado: I – de ofício, ou mediante representação fundamentada da maioria absoluta da Câmara Municipal ou do Tribunal de Contas, nos casos dos incisos I, II e III;"

Já o entendimento do Supremo Tribunal Federal nesse sentido (ADI 3029) é a vedação das Constituições Estaduais preverem novas hipóteses de intervenção estadual em municípios, sendo o art. 35 da CF como norma de reprodução obrigatória. Nesse sentido, não havendo hipóteses de que o Tribunal de Contas poderá representar pedido de intervenção estadual, quebra o paralelismo das formas, tornando a norma do Estado de Santa Catarina inconstitucional.

QUESTÃO 14. Após enumerar os bens cujo domínio é do Estado de Santa Catarina, a Constituição Estadual, expressamente dispôs que a doação / ou utilização gratuita de bens imóveis depende de prévia autorização legislativa. Considerando a disposição constitucional, a norma constitucional ofende o princípio da separação dos poderes e viola a Constituição Federal quanto à competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação pública, especialmente a respeito da disposição de bens públicos.

Comentários

O item está **errado**.

O afastamento cautelar pode fazer com que o Governador seja afastado, de acordo com o STJ em decisão cautelar.

Nos termos do art. 73 da Constituição Estadual de Santa Catarina condiciona à autorização legislativa. Contudo, de acordo com o STF a referida previsão é inconstitucional, de acordo com o entendimento assentado na ADI 4346.

A previsão do afastamento automático do Governador uma vez instaurada ação penal pelo STJ por força de Constituição Estadual também é inconstitucional. Nos termos do entendimento da ADI 4362 não pode haver o afastamento automático, se não há um controle legislativo sobre a denúncia, não pode haver o afastamento automático, o que ocorrerá apenas no caso de afastamento do Presidente da República.

QUESTÃO 15. Ao disciplinar sobre a responsabilização criminal do Governador de Estado pela prática de crimes comuns, a Constituição do Estado de Santa Catarina não poderá exigir que, para a instauração de processo criminal em seu desfavor, seja necessária a prévia autorização da Assembleia Legislativa do Estado. Entretanto, é possível que o texto constitucional estadual discipline, por simetria a Constituição Federal, a possibilidade de afastamento automático do Governador, se contra ele houver instauração de uma ação penal.

Comentários

O item está **errado**.

O afastamento cautelar pode fazer com que o Governador seja afastado, de acordo com o STJ em decisão cautelar.

Nos termos do art. 73 da Constituição Estadual de Santa Catarina condiciona à autorização legislativa. Contudo, de acordo com o STF a referida previsão é inconstitucional, de acordo com o entendimento assentado na ADI 4346.

A previsão do afastamento automático do Governador uma vez instaurada ação penal pelo STJ por força de Constituição Estadual também é inconstitucional. Nos termos do entendimento da ADI 4362 não pode haver o afastamento automático, se não há um controle legislativo sobre a denúncia, não pode haver o afastamento automático, o que ocorrerá apenas no caso de afastamento do Presidente da República.

QUESTÃO 16. No âmbito do processo legislativo estadual, a Constituição do Estado de Santa Catarina estabelece as matérias cuja regulamentação obrigatoriamente se dará por meio de edição de lei complementar, determinando que a aprovação dessa espécie normativa dependerá da maioria absoluta dos votos dos Deputados. Desse modo, o Poder Constituinte derivado decorrente possibilita à Constituição Estadual inovar sobre as normativas fixadas pela Constituição Federal em relação ao processo legislativo e, dessa maneira, ampliar as hipóteses de matérias que serão reservadas à lei complementar estadual.

Comentários

O item está **errado**.

As normas gerais acerca do processo legislativo previstas na CF são normas de reprodução obrigatória, no âmbito dos Estados-Membros. Dentre elas, a matéria que pode exigir reserva de lei complementar em determinadas matérias. Ou seja, a Constituição não pode ampliar o rol de matérias.

Nesse sentido, foi julgada a ADI 5003: "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. ARTIGO 57, PARÁGRAFO ÚNICO, IV, V, VII E VIII, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. HIPÓTESES DE RESERVA DE LEI COMPLEMENTAR NÃO CONTIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO, À SEPARAÇÃO DE PODERES E À SIMETRIA. PRECEDENTES. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONHECIDA E JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO. 4. A ampliação da reserva de lei complementar, para além daquelas hipóteses

demandadas no texto constitucional, portanto, restringe indevidamente o arranjo democrático-representativo desenhado pela Constituição Federal, ao permitir que Legislador estadual crie, por meio do exercício do seu poder constituinte decorrente, óbices procedimentais – como é o quórum qualificado – para a discussão de matérias estranhas ao seu interesse ou cujo processo legislativo, pelo seu objeto, deva ser mais célere ou responsivo aos ânimos populares."

QUESTÃO 17. Quanto à proteção dos direitos fundamentais pela Constituição do Estado de Santa Catarina, dentro da sua esfera de competência legislativa, com a finalidade de assegurar a proteção dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, em especial garantir a aplicação do princípio da igualdade, o Estado de Santa Catarina poderá impor sanções de natureza administrativa, econômica e financeira a entidades que incorrerem em discriminação por motivo de origem, raça, cor, sexo, idade, estado civil, crença religiosa, orientação sexual ou de convicção política ou filosófica, e de outras quaisquer formas, independentemente das medidas judiciais previstas em lei.

Comentários

O item está **certo**.

Nos termos do art. 4, IV da Constituição do Estado de Santa Catarina prevê expressamente o seguinte: "Art. 4º O Estado, por suas leis e pelos atos de seus agentes, assegurará, em seu território e nos limites de sua competência, os direitos e garantias individuais e coletivos, sociais e políticos previstos na Constituição Federal e nesta Constituição, ou decorrentes dos princípios e do regime por elas adotados, bem como os constantes de tratados internacionais em que o Brasil seja parte, observado o seguinte: IV – a lei cominará sanções de natureza administrativa, econômica e financeira a entidades que incorrerem em discriminação por motivo de origem, raça, cor, sexo, idade, estado civil, crença religiosa, orientação sexual ou de convicção política ou filosófica, e de outras quaisquer formas, independentemente das medidas judiciais previstas em lei; (Redação dada pela EC/23, de 2002)."

Os Estados-Membros podem prevê as sanções de natureza administrativa, econômica e financeira. Paralelamente, é possível compreender que não há impedimento em criar leis estaduais que incorram em sanções às entidades que cometam em discriminação por motivo de origem, raça, cor, sexo, idade, estado civil, crença religiosa, orientação sexual ou de convicção política ou filosófica, e de outras quaisquer formas.

Há lei semelhante, a Lei 18.349/2022 que trouxe a sanção administrativa em entidades que incorrem em discriminação religiosa.

Em relação ao controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 18. Tendo em vista o controle de constitucionalidade no ordenamento brasileiro, com o advento da Constituição de 1988 foram apresentadas algumas novidades normativas relacionadas ao controle de constitucionalidade, das quais se pode destacar a reformulação da ação direta de inconstitucionalidade na esfera estadual, previsão que permitiu aos Tribunais de

Justiça Estaduais o controle concentrado de constitucionalidade em âmbito estadual. O controle concentrado em âmbito estadual foi estabelecido na Constituição de 1946, que disciplinou acerca da competência originária do Tribunal de Justiça para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato de Município em conflito com a Constituição do Estado.

Comentários

O item está **correto**.

O controle concentrado abstrato de constitucionalidade no âmbito da constituição estadual surge por intermédio da EC 16/65, que inseriu dispositivo da Constituição Federal de 1946, vigente à época que o instituto surgiu. Até então o que foi permitido foi o controle de constitucionalidade de lei municipal em face da constituição estadual.

A referida emenda previa que a lei ia estabelecer o processo legislativo. Ocorre que, de acordo com a doutrina, nunca houve um controle estadual, em que pese a previsão constitucional.

A Constituição da República de 1988, em seu art. 125, §2º, trouxe também a hipótese de controle concentrado abstrato de constitucionalidade no âmbito da constituição estadual, cuja previsão foi suprimida na Constituição da República de 1967. A luz do art. 125, §2º, podemos nos dar conta de que é uma norma ampliativa, prevendo que cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.

QUESTÃO 19. Em alguns casos, o STF declara a inconstitucionalidade de norma sem que, para tanto, ocorra a declaração de sua nulidade. Isso é possível com a utilização de determinadas técnicas de decisão em controle de constitucionalidade. A declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto constitui técnica de decisão interpretativa que possibilita ao STF, diante de uma norma que apresenta mais de um sentido possível de interpretação, declarar a inconstitucionalidade daquele sentido que ostenta contrariedade com a Constituição Federal. Essa técnica de decisão, conforme previsão infraconstitucional, é equivalente àquela denominada interpretação conforme a Constituição.

Comentários

O item está **errado.**

Na declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução a de texto se refere a inconstitucionalidade de determinada hipótese alcançada pela norma. Excluindo a perspectiva de aplicação da norma. Essa técnica é aplicada pelo STF em caso de normas que tenham o sentido claro, unívoca em seu sentido, mas que demanda o controle de constitucionalidade.

Na interpretação conforme estamos diante de texto normativo de múltiplos sentidos, sendo preciso identificar o sentido que é constitucional ou não, de acordo com a interpretação constitucional.

O que torna a afirmativa incorreta é a conexão da norma que apresenta mais de um sentido (inconstitucionalidade conforme) e ao fazer a menção de equivalência entre essas duas técnicas de controle de constitucionalidade.

QUESTÃO 20. Considerando a evolução do controle de constitucionalidade no direito brasileiro, tem-se que a Constituição de 1946 introduziu no direito brasileiro a ação genérica de inconstitucionalidade, atribuindo ao STF a competência originária para processar e julgar a representação contra inconstitucionalidade de lei ou ato de natureza normativa, federal ou estadual, encaminhada pelo Procurador-Geral da República, inaugurando a possibilidade da realização de controle concentrado de constitucionalidade.

Comentários

O item está **certo**.

O controle concentrado abstrato por meio de ação de declaração de inconstitucionalidade genérica surge a partir da EC 16/65, na Constituição de 1946, vigente à época, conferindo a legitimidade exclusiva ao PGR.

A indagação desta assertiva não é sobre o momento que surgiu a ação genérica de inconstitucionalidade, portanto, não a torna incorreta.

Considerando a competência constitucional dos Tribunais de Justiça dos Estados para o exercício do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 21. Em uma ação de controle abstrato de constitucionalidade, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina está apto a apreciar tão somente leis municipais e estaduais. Não é permitido ao Tribunal Estadual em sede controle concentrado de constitucionalidade apreciar lei federal, ainda que o parâmetro de controle seja a Constituição Estadual.

Comentários

O item está **certo**.

Nos termos do art. 125, §2º da CF, os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição, cabendo aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

QUESTÃO 22. É possível que a Constituição Estadual estabeleça normativa que autorize o Tribunal de Justiça do Estado a exercer o controle abstrato de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal que viole diretamente Lei Orgânica de Município.

Comentários

O item está **errado**.

A Lei Orgânica Municipal não é norma apta a realizar controle de constitucionalidade, e sim, de legalidade.

A adoção de lei orgânica municipal como parâmetro de controle abstrato de constitucionalidade estadual, em face de ato normativo municipal uma vez que a Constituição da República, no art. 125, § 2°, estabelece como parâmetro apenas a constituição estadual. Vejamos:

"Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição §2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão."

Nesse sentido, inclusive, foi julgada improcedente a ADI 5.548/PE, vejamos: "Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 61, I, L; 63, § 3°, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. OFENSA AOS ARTS. 52, X, E 125, § 2°, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONTRA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. SUSPENSÃO DE LEI DECLARADA INCONSTITUCIONAL EM CONTROLE CONCENTRADO PELO PODER LEGISLATIVO. INCONSTITUCIONALIDADES. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. I – Não cabe controle concentrado de constitucionalidade de leis ou ato normativos municipais contra a Lei Orgânica respectiva. Precedente. II - Não compete ao Poder Legislativo de qualquer das esferas federativas suspender a eficácia de ato normativo declarado inconstitucional em controle concentrado de constitucionalidade. Precedente. III - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente".

QUESTÃO 23. Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão faz-se obrigatória a indicação na petição inicial da omissão total ou parcial e quanto ao cumprimento do dever constitucional de legislar ou quanto à adoção de providência de índole administrativa. Para a configuração da omissão legislativa, basta a demonstração do simples dever geral do legislador.

Comentários

O item está errado.

Lei 9868/99, art. 12-B prevê os requisitos da ADO, dentre eles a necessidade de indicar a omissão constitucional. Entretanto, deve-se ater na indicação da previsão constitucional no que se refere o dever constitucional em legislar, caso ao contrário, a ADO será inepta.

"Art. 12-B. A petição indicará: (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009). I - a omissão inconstitucional total ou parcial quanto ao cumprimento de dever constitucional de legislar ou quanto à adoção de providência de índole administrativa; (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009)."

Portanto, incorreto afirmar que basta a demonstração do simples dever geral do legislador.

QUESTÃO 24. Sobre a legitimação à propositura de ADI estadual, não há vedação à ampliação do rol de legitimados pela Constituição do Estado de Santa Catarina à propositura de ADI estadual, nem há necessidade de que o rol de legitimados guarde semelhança com aqueles elencados na Constituição Federal para a propositura de ação de controle concentrado de constitucionalidade.

Comentários

O item está **certo**.

É correto afirmar que não há vedação em ampliar o rol de legitimados à propositura de ADI Estadual. O art. 103 da CF não é norma de observância obrigatória dos Estados-Membros, exigindo apenas, que não se confira a um único legitimado.

Para propositura da ADI, contudo, exige-se que os legitimados guardem pertinência temática com a matéria. Nesse sentido, no julgamento da ADI 305MC, "há de se entender que a Constituição quer dar, a essas entidades de representação das diferentes categorias profissionais, uma via, para que todas essas categorias possam, também, defender seus interesses, diante da lei ou do ato normativo inconstitucional, perante o Supremo Tribunal Federal, em ação direta". Por isso, deveria "existir vinculação entre o interesse, a destinação da entidade, aquilo que compõe os seus fins e a norma que possa prejudicar esses interesses e fins"

QUESTÃO 25. O município X, querendo realizar projetos de infraestrutura, opta por realizar uma Parceria Público-Privada (PPP). Para tanto, realiza licitação na modalidade concorrência, firmando, posteriormente, o contrato com o parceiro privado pelo prazo de 22 anos. O valor da PPP é de 15 milhões de reais. No contrato, consta cláusula de *step-in rights*, autorizando a transferência do controle da sociedade de propósito específico para os seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços. Pelas informações narradas, não se apura nenhuma ilegalidade na contratação realizada.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata da Parceria Público-Privada (PPP), instituto previsto na Lei 11.079/2004.

A formalização de uma PPP pode ser realizada por meio de uma licitação na modalidade concorrência ou na modalidade diálogo competitivo (art. 10, Lei 11.079/2004). O seu prazo de duração não pode ser inferior a 5 anos e o valor do contrato não pode ser inferior a 10 milhões de reais (art. 2º, §4º, Lei 11.079/2004).

Ainda, a celebração do contrato de PPP exige a prévia constituição de uma sociedade de propósito específico, a qual ficará incumbida de gerenciar o objeto da parceria, que, nesse caso, consiste na

realização de projetos de infraestrutura. Desde que haja previsão em contrato, essa sociedade de propósito específico pode vir a ter o seu controle transferido para os financiadores ou garantidores, contanto que o objetivo dessa transferência seja promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços (art. 5º, §2º, I, Lei 11.079/2004).

Assim, percebemos que, no enunciado, a PPP foi realizada por meio de uma das modalidades de licitação autorizadas pela legislação, que seu prazo e seu valor são superiores aos mínimos legais e, por fim, que existe expressa previsão contratual autorizando a transferência do controle da sociedade de propósito específico, razões pelas quais o item está perfeitamente correto.

QUESTÃO 26. Com o fenômeno da agencificação administrativa no Brasil, as Agências Reguladoras vêm tendo grande destaque no exercício da atividade normativa, ocupando lacunas até então existentes. Nesse sentido, no exercício de seu poder normativo, as referidas Agências podem inovar primariamente a ordem jurídica, ainda que regulamentando matéria para a qual inexista um prévio conceito genérico em sua lei instituidora.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do poder normativo das agências reguladoras.

As agências reguladoras, criadas como autarquias em regime especial, possuem diversas características marcantes, dentre as quais é possível destacar, justamente, o seu poder normativo, o qual é responsável por lhes conferir a atribuição de editar normas técnicas direcionadas ao setor regulado.

A existência desse poder normativo se fundamenta no fato de que o Legislativo não é dotado do conhecimento técnico necessário para regular de maneira adequada as minúcias de cada setor econômico e produtivo. Em razão disso, o legislador pode optar por editar uma lei que estabeleça apenas as diretrizes e os limites (*standards*) que irão balizar a atuação da agência reguladora, a qual, desde que respeite os referidos limites, poderá editar normas técnicas e específicas voltadas a uma correta regulação do setor em que ela atua. Essa prática recebe o nome de "deslegalização" (ou "delegificação"), pois consiste na retirada, por parte do próprio legislador, de determinadas matérias do domínio da lei, passando-as para o domínio dos regulamentos, ou seja, dos atos infralegais.

Todavia, o STF possui o entendimento de que, na ausência de uma lei que estabeleça conceitos genéricos e autorize a agência reguladora a especificá-los por meio do seu poder normativo, ela não poderá inovar primariamente na ordem jurídica, o que torna a questão incorreta. Veja a seguinte decisão: "As Agências Reguladoras não poderão, no exercício de seu poder normativo, inovar primariamente a ordem jurídica sem expressa delegação, tampouco regulamentar matéria para a qual inexista um prévio conceito genérico em sua lei instituidora (*standards*), ou criar ou aplicar sanções não previstas em lei, pois, assim como todos os Poderes, Instituições e órgãos do poder público, estão submetidas ao princípio da legalidade" (STF, ADI 7.031, 2022).

De acordo com a nova Lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), julgue os itens a seguir (questões 27 e 28).

QUESTÃO 27. Diversas falhas comumente encontradas ao longo dos procedimentos licitatórios decorrem de planejamentos deficientes (ou mesmo a sua total ausência). Um importante instrumento preparatório, trazido pela Lei nº 14.133/2021, é o Estudo Técnico Preliminar (ETP), que tem como uma de suas finalidades evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução. É justamente no ETP que deverão constar, dentre outros aspectos, os requisitos da contratação.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata das licitações e, especificamente, do estudo técnico preliminar, de acordo com a Lei 14.133/2021.

A resposta pode ser encontrada a partir da leitura do inciso III do §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021: " § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos: [...] III - requisitos da contratação".

A partir disso, percebemos que o estudo técnico preliminar, de fato, se destina a evidenciar o problema a ser resolvido e também a sua melhor solução, pois isso está expresso no §1º acima citado. Além disso, conforme o inciso III, ele deve ser elaborado de modo a conter os requisitos da futura contratação, de modo que a questão está perfeitamente correta.

QUESTÃO 28. Trata-se de requisitos expressos para a contratação por inexigibilidade dos serviços técnicos especializados de natureza intelectual elencados na lei: que os contratados sejam profissionais ou empresas de notória especialização; e que o serviço a ser prestado possua singularidade.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata da inexigibilidade de licitação.

A resposta pode ser encontrada a partir da leitura do art. 74, *caput* e inciso III, da Lei 14.133/2021: “Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...] III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação”.

Com base nisso, podemos concluir que a questão está correta ao afirmar que, para a contratação direta por inexigibilidade de licitação em caso de serviços técnicos especializados de natureza intelectual, a

legislação exige expressamente que os contratados sejam profissionais ou empresas de notória especialização, mas, por outro lado, está incorreta ao afirmar que o serviço a ser prestado deve possuir singularidade, pois essa previsão não está no dispositivo acima.

Em verdade, a previsão de singularidade existia na Lei 8.666/93 (art. 25, II), mas ela não foi repetida na Lei 14.133/2021. Sendo assim, a questão está, de fato, incorreta.

QUESTÃO 29. A sociedade de economia mista é uma das pessoas jurídicas de direito privado que integram a Administração Pública Indireta. Nessa condição, possui a função social de realização do interesse coletivo ou de atendimento a imperativo da segurança nacional expressa no instrumento de autorização legal para a sua criação. No entanto, a referida realização do interesse coletivo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata das sociedades de economia mista.

Para encontrar a resposta, é necessário ter o conhecimento das disposições expressas no art. 27, *caput* e §1º, da Lei 13.303/2016: "Art. 27. A empresa pública e a sociedade de economia mista terão a função social de realização do interesse coletivo ou de atendimento ao imperativo da segurança nacional expressa no instrumento de autorização legal para a sua criação. §1º A realização do interesse coletivo de que trata este artigo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela empresa pública e pela sociedade de economia mista, bem como para o seguinte:"

Portanto, de fato, as sociedades de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito privado e integrantes da Administração Pública Indireta, devem voltar as suas ações para a busca do interesse coletivo ou do imperativo de segurança nacional que motivaram a sua criação. Ainda, na atuação em prol do referido interesse coletivo, devem ser buscados o bem-estar econômico e a alocação eficiente dos recursos geridos pela entidade.

QUESTÃO 30. Uma vez que os Conselhos de Fiscalização Profissional possuem natureza jurídica de autarquia, conforme já decidido pelo STF (com exceção da figura da OAB), eles se submetem, ainda que parcialmente, ao regime jurídico de Direito Público. Desta feita, devem, por exemplo, realizar licitações para a aquisição de bens, se submeter ao sistema de precatórios e prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata dos conselhos de fiscalização profissional.

Os conselhos de fiscalização profissional, de acordo com a jurisprudência do STF (ADC 36), possuem natureza jurídica de autarquia. Em decorrência disso, a eles deve ser aplicado o regime jurídico de direito público, ainda que com certas limitações e mitigações.

Entre as consequências advindas dessa classificação, podemos citar a necessidade de realização de licitação para a aquisição de bens e, também, de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União. Todavia, pelo fato de possuírem um patrimônio próprio e dissociado do orçamento público, o STF entende que os conselhos de fiscalização profissional não podem se valer do sistema de precatórios para o pagamento das suas dívidas.

Para demonstrar esse posicionamento da Corte, transcrevemos a seguinte decisão: "A execução de débito de Conselho de Fiscalização não se submete ao sistema de precatório" (STF, RE 938.837, Tema 877).

QUESTÃO 31. De acordo com o entendimento do STF, a possibilidade de se realizar a transferência da concessão de serviço público para terceiro, por configurar uma forma de subconcessão de serviço, viola o Art. 175 da Constituição Federal, que exige licitação para a prestação de serviços públicos por concessão e permissão.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema da concessão de serviço público.

A possibilidade de transferência da concessão de serviço público para um terceiro está regulamentada no art. 27 da Lei 8.987/95, que dispõe o seguinte: "Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão. Parágrafo único. Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo o pretendente deverá: I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor".

Esse dispositivo teve a sua constitucionalidade questionada perante o STF, sob o fundamento de que a transferência da concessão de serviço público para um terceiro, sem licitação, seria uma violação ao art. 175 da CF.

Todavia, a Corte entendeu que a possibilidade de transferência é constitucional e independe de prévia licitação, pois, em verdade, a Administração Pública permanece vinculada à proposta mais vantajosa, logo, se os seus termos forem mantidos, não será possível afirmar a existência de qualquer burla à obrigatoriedade de licitação, pois a vantajosidade da contratação continuará existindo.

Veja a seguinte decisão: "Do cotejo da norma impugnada com o parâmetro constitucional de controle, verifica-se que eles se referem a momentos distintos da contratação, possuindo diferentes âmbitos de

incidência. O art. 175 da Constituição exige a realização de licitação para a outorga inicial da prestação dos serviços públicos a particulares. Enquanto isso, o art. 27 da Lei nº 8.987/95 só se aplica após licitada a prestação do serviço público e formalizado o respectivo contrato de concessão. É no decorrer da execução contratual, e havendo anuência do poder concedente, que se procede à transferência da concessão ou do controle societário. [...] Na espécie, não se constata a alegada burla à exigência constitucional de prévia licitação para a concessão de serviços públicos, constante do art. 175 da CF, a qual é devidamente atendida com o certame levado a cabo para sua outorga inicial e cujos efeitos jurídicos são observados e preservados no ato de transferência mediante a anuência administrativa" (ADI 2.946, 2022).

Portanto, desde que exista a prévia anuência do poder concedente, a transferência da concessão pode ser efetuada, independentemente da realização de licitação.

QUESTÃO 32. A Lei nº 9.790/1999 institui e disciplina o Termo de Parceria. Sabe-se que a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), conforme já manifestado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por si só, não assegura a regularidade dos termos de parceria, sendo também necessário que o ajuste celebrado se destine efetivamente à execução de alguma das atividades de interesse público previstas no Art. 3º da referida lei.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata dos termos de parceria, regulamentados pela Lei 9.790/1999.

A nomenclatura "organização da sociedade civil de interesse público" (Oscip) é uma qualificação que pode vir a ser outorgada a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que estejam em funcionamento regular há pelo menos três anos, e desde que exerçam alguma das atividades mencionadas no art. 3º da Lei 9.790/1999, como, por exemplo, a promoção da assistência social, a defesa do meio ambiente e a promoção gratuita da educação ou da saúde.

Tendo recebida essa qualificação, a entidade se habilita a formalizar termos de parceria com o Poder Público, cuja finalidade abrange o fomento e a execução das atividades mencionadas no art. 3º (acima citado). Portanto, é imprescindível que o termo de parceria efetivamente se destine àquelas atividades, sob pena de ilegalidade.

O TCU possui o mesmo entendimento: "A qualificação como Oscip, por si só, não assegura a regularidade dos termos de parceria, sendo também necessário que o ajuste celebrado se destine efetivamente à execução de alguma das atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei 9.790/1999" (Acórdão 2294/2017-Plenário).

QUESTÃO 33. Em que pese a importância do princípio da legalidade para o Direito Administrativo, hoje prevalece a ideia de uma crise da lei, que, do ponto de vista estrutural, confunde-se com a própria crise de representação e legitimidade dos parlamentos e, do ponto

de vista funcional, é a própria crise da ideia de legalidade como parâmetro de conduta aos particulares e ao Estado.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do princípio da legalidade.

O princípio da legalidade é alvo de severas críticas doutrinárias, as quais alegam que a expressão "legalidade" não mais se adequa ao ordenamento jurídico atual, tendo em vista que a Administração Pública não está submetida apenas aos ditames da legislação propriamente dita, mas, em verdade, ela está submetida ao ordenamento jurídico como um todo.

A partir disso, percebe-se que o Poder Público, além de dever obediência à lei, também está obrigado a respeitar os princípios basilares do direito administrativo, os precedentes judiciais vinculantes (art. 927, CPC), os precedentes administrativos e demais fontes do direito, mesmo que eles não possam ser inseridos no conceito de lei em sentido estrito. Por isso, essa corrente doutrinária afirma que a expressão "princípio da legalidade" deve ser substituída pela expressão "princípio da juridicidade", que melhor representa a submissão da Administração Pública ao direito de uma maneira global.

Além disso, também é possível verificar uma ascensão do princípio da consensualidade e da participação, que preconiza a utilização de mecanismos voltados à garantia da participação popular na tomada de decisões, com o intuito de estabelecer uma maior legitimidade democrática às decisões administrativas, o que visa, justamente, solucionar ou amenizar a crise de representação e de legitimidade dos parlamentos.

Portanto, devem ser buscados meios voltados ao aumento da participação popular no processo decisório da Administração Pública. Dentre esses meios, é possível destacar a possibilidade de convocação de audiências públicas, o que pode ocorrer, por exemplo, na fase preparatória de uma licitação (art. 21, Lei 14.133/2021) e durante um processo administrativo (arts. 31 a 34, Lei 9.784/99), com o intuito de melhor subsidiar a decisão que será tomada pelo gestor público.

QUESTÃO 34. Em 22/12/2016, José morava, fazia 8 anos, de forma ininterrupta, em um terreno pertencente ao Município, localizado na área urbana, que não estava sendo usado pela Administração Pública. Esse imóvel, que mede 200 m^2, era utilizado para fins residenciais, não possuindo José outro imóvel. Diante desse cenário, pode-se dizer que José faria jus ao reconhecimento administrativo da usucapião urbanística, passando a se tornar proprietário do bem.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema da usucapião.

Ao mencionar a possibilidade de usucapião urbanística de um imóvel pertencente a um Município, a questão se tornou incorreta. Isso porque, de acordo com disposição expressa e literal do §3º do art. 183 da CF, os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. Em razão da taxatividade do dispositivo, entende-se, majoritariamente, que essa regra se aplica a todos os tipos de bens públicos, inclusive aos bens dominicais, razão pela qual José não pode receber a usucapião urbanística do bem em questão.

Em verdade, ele teria direito à concessão de uso especial para fins de moradia, que está prevista no art. 1º da Medida Provisória 2.220/2001: "Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural". Portanto, se a questão tivesse mencionado que José faria jus a essa concessão, ela estaria correta.

QUESTÃO 35. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá determinar o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.

Comentários

O item está errado, de acordo com a banca. Todavia, entendemos que ele está certo.

Para encontrar a resposta correta, é necessário ter conhecimento do art. 11 da Lei 7.437/1985: "Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor".

Perceba que o dispositivo legal é quase integralmente idêntico ao enunciado da questão, tendo sido apenas feita a troca da expressão "determinará", que foi substituída por "poderá determinar". Todavia, entende-se que essa alteração não é capaz de tornar errada a alternativa, haja vista que, mesmo diante da situação prevista na norma, o juiz deve proferir a sua decisão de acordo com o seu livre convencimento motivado.

Sendo assim, acreditamos que a questão está correta.

QUESTÃO 36. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

Trata-se de outra questão que exigiu o conhecimento da legislação. A resposta pode ser encontrada no art. 34 da Lei 12.527/2011: "Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso".

Portanto, ocorrendo algum dano em decorrência de uma divulgação não autorizada ou da utilização indevida de informações sigilosas ou pessoais, a Administração Pública irá responder diretamente por esse dano, arcando com o dever de indenizar a pessoa prejudicada. Todavia, em momento posterior, ela poderá se valer do direito de regresso contra o verdadeiro causador do dano, com o intuito de obter o ressarcimento daquilo que teve de desembolsar em razão da conduta dele.

QUESTÃO 37. A auditoria interna governamental poderá adicionar valor e melhorar as operações das organizações para o alcance de seus objetivos, mediante a abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gestão de riscos e de controle, por meio de realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, conforme os padrões de auditoria e de ética profissional reconhecidos internacionalmente; adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento de suas atividades e para a definição do escopo, da natureza, da época e da extensão dos procedimentos de auditoria; promoção da prevenção, da detecção e da investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata da política de governança.

A resposta pode ser encontrada a partir da leitura do art. 18 do Decreto 9.203/2017, que regulamenta a política de governança da Administração Pública Federal: "Art. 18: A auditoria interna governamental deverá adicionar valor e melhorar as operações das organizações para o alcance de seus objetivos, mediante a abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles e da governança, por meio da: I - realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, segundo os padrões de auditoria e ética profissional reconhecidos internacionalmente; II - adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento de suas atividades e para a definição do escopo, da natureza, da época e da extensão dos procedimentos de auditoria; e III - promoção à prevenção, à detecção e à investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais".

A partir da leitura do dispositivo, percebe-se que ele foi quase integralmente reproduzido no comando da questão. Todavia, o problema está na substituição da palavra "deverá" pela palavra "poderá", o que é suficiente para tornar a questão incorreta, tendo em vista que aquela possui uma conotação de

imperatividade, enquanto essa possui uma conotação de facultatividade e dá a entender que as medidas e as atividades indicadas no art. 18 seriam apenas uma indicação aos entes públicos, o que não é verdadeiro.

QUESTÃO 38. Diante da afirmativa sobre o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos, considerando o caráter contributivo e solidário, analise a situação a seguir: um ente federativo, em meio a uma crise financeira, decide suspender o repasse das contribuições previdenciárias dos servidores ativos, aposentados e pensionistas ao regime próprio de previdência social. Essa medida é legal, uma vez que o ente federativo tem autonomia para gerir suas finanças e priorizar seus gastos de acordo com as necessidades emergenciais.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do financiamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

De acordo com o *caput* do art. 40 da CF, os RPPS são financiados mediante contribuições do respectivo ente federativo, dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Como regra geral, esses recursos devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento dos benefícios previdenciários do regime, como se vê a partir da leitura do inciso III do art. 1º da Lei 9.717/98: "as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais".

Especificamente quanto às contribuições dos ativos, dos aposentados e dos pensionistas, é necessário destacar que elas são retidas pelo ente federativo e posteriormente repassadas ao RPPS em questão, juntamente com as contribuições devidas pelo próprio ente federativo. Todavia, é absolutamente vedado que o ente realize a retenção das contribuições dos ativos, aposentados e pensionistas, tendo em vista que essas verbas não são pertencentes ao ente, mas, sim, aos próprios servidores e segurados do RPPS, logo, se o ente federativo pudesse realizar a sua retenção sob a alegação de crise financeira, ele estaria se apropriando de uma verba que não lhe pertence.

Essa conduta, inclusive, se amolda ao crime de apropriação indébita previdenciária, prevista no art. 168-A do Código Penal: "Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional".

Ademais, como reforço argumentativo, é possível citar o fato de que, durante a pandemia causada pelo Covid-19, a Lei Complementar 173/2020 autorizou a suspensão de recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios aos seus respectivos RPPS, como se pode ver dos dispositivos abaixo citados: "Art. 9º Ficam suspensos, na forma do regulamento, os pagamentos dos refinanciamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020. § 2º A suspensão de que trata este artigo se estende ao recolhimento

das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, desde que autorizada por lei municipal específica".

Todavia, essas disposições foram posteriormente regulamentadas pela Portaria 14.816/2020, que definiu o seguinte: "Art. 2º São vedadas: I - a suspensão do repasse das contribuições dos servidores ativos, aposentados e pensionistas devidas ao RPPS".

Portanto, percebe-se que, em uma época de grande crise financeira em todo o território nacional, foi editada uma legislação que autorizou os Municípios a suspenderem os repasses das contribuições previdenciárias patronais aos seus respectivos RPPS. Porém, essa possibilidade não alcança as contribuições dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, tendo em vista que, como já dito acima, essas verbas não são pertencentes ao ente federativo, logo, não podem sofrer apropriação por parte dele.

QUESTÃO 39. Em um processo administrativo, diversos órgãos e entidades participantes devem colaborar na tomada de decisão coordenada sobre um determinado tema. Cada um desses órgãos ou entidades é responsável por elaborar um documento específico sobre o assunto relacionado à sua competência. Um dos órgãos se recusa a elaborar o documento, alegando falta de tempo e recursos. A recusa é ilegal, pois o Art. 8º da Lei nº 9.784/1999 determina que cada órgão ou entidade participante é responsável pela elaboração de documento específico sobre o tema atinente à sua competência, a fim de subsidiar os trabalhos e integrar o processo da decisão coordenada.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata da decisão coordenada nos processos administrativos.

O instituto da decisão coordenada está previsto no art. 49-A da Lei 9.784/1999, podendo ser utilizado quando for necessária a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, e desde que seja justificável pela relevância da matéria e pela existência de discordância capaz de prejudicar a celeridade do processo administrativo decisório.

A questão está quase integralmente correta, pois, de fato, cada órgão ou entidade participante é responsável pela elaboração de documento específico sobre o tema atinente à respectiva competência, mas o erro está no fato de que essa obrigação não está inserida no art. 8º da legislação em questão, e, sim, no art. 49-E. Abaixo, iremos transcrever os dois dispositivos: “Art. 8º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário. Art. 49-E. Cada órgão ou entidade participante é responsável pela elaboração de documento específico sobre o tema atinente à respectiva competência, a fim de subsidiar os trabalhos e integrar o processo da decisão coordenada.”.

Portanto, considerando que o enunciado foi taxativo ao afirmar que a determinação da elaboração de documento específico por cada órgão ou entidade está no art. 8º, a questão está incorreta, tendo em vista que, na verdade, essa disposição se encontra no art. 49-E.

QUESTÃO 40. Um servidor público titular de cargo efetivo, após completar as exigências para a aposentadoria voluntária, decide permanecer em atividade. Ele solicita o abono de permanência, porém, o ente federativo nega seu pedido alegando dificuldades financeiras. A negativa é legal, pois o abono de permanência é facultativo e não constitui um direito adquirido do servidor, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do abono de permanência.

A sistemática do abono de permanência foi modificada com o advento da EC 103/19 (a última Reforma da Previdência). No regramento anterior, o abono de permanência era um direito estabelecido diretamente pela própria CF (art. 40, §19, na redação dada pela EC 41/03), independentemente da edição de alguma lei local para regulamentar a matéria. Todavia, atualmente, o abono de permanência deve ser instituído mediante lei do respectivo ente federativo, como se vê a partir da redação atual do §19 do art. 40 da CF: "Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória".

Especificamente quanto aos servidores federais, a EC 103/19 trouxe uma regra transitória (art. 3º, §3º) concedendo a eles o direito ao abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária. Portanto, para os servidores da Administração Pública Federal, não há necessidade de edição de uma lei federal para que seja garantido o direito ao abono de permanência, pois a própria EC 103/19 já se adiantou e estabeleceu essa regra transitória, que, futuramente, pode vir a ser alterada por meio de lei, se o legislador ordinário assim o desejar.

Por outro lado, quanto aos servidores estaduais, distritais e municipais, a EC 103/19 não previu nenhuma regra transitória. Esse fato é bastante prejudicial aos servidores em questão, tendo em vista que, antes do advento da referida Emenda, não era necessário ter nenhuma lei regulamentando o tema, e, agora, eles passam a depender da edição de lei local para que possam fazer jus ao abono de permanência. Por essa razão, existe um entendimento doutrinário que afirma que, no que tange ao abono de permanência, as regras anteriores à EC 103/19 devem continuar sendo aplicáveis aos entes subnacionais até que sobrevenha uma legislação local para tratar do tema.

Independentemente dessa discussão, a questão está incorreta ao afirmar que a negativa do ente público, sob a alegação de dificuldades financeiras, é legal. Na verdade, uma vez instituído o direito ao abono de permanência por meio da legislação, o servidor que completar os requisitos para a aposentadoria voluntária e que decidir permanecer em atividade passará a fazer jus ao recebimento do benefício em questão, sendo certo que uma eventual dificuldade financeira não configura justificativa adequada para negar a sua concessão.

QUESTÃO 41. Um servidor público recorre de uma decisão administrativa, alegando que esta contraria um enunciado da súmula vinculante. A autoridade responsável pela decisão, ao receber o recurso, não o reconsidera e decide encaminhá-lo à autoridade superior, sem explicitar as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula. No caso, a conduta da autoridade está correta.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata de processos administrativos.

A Lei 9.784/99 é clara ao afirmar que as decisões administrativas são recorríveis (art. 56), e, inclusive, estabelece uma sistemática a ser obrigatoriamente seguida em caso de suposta violação a uma Súmula Vinculante. Isso está expresso no §3º do art. 56 da Lei 9.784/99: "Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso".

Portanto, se o recorrente, nas suas razões recursais, afirmar a existência de uma violação a um enunciado de Súmula Vinculante, a autoridade prolatora da decisão recorrida, se não a reconsiderar, estará obrigada a indicar as razões pelas quais entende que aquele caso concreto é, conforme o caso, aplicável ou é inaplicável àquela Súmula Vinculante, e somente depois poderá encaminhar o recurso à autoridade competente para julgá-lo.

QUESTÃO 42. Em uma ação por improbidade administrativa, o Ministério Público formula um pedido de indisponibilidade de bens dos réus para garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. Os réus contestam esse pedido, alegando que a medida é desnecessária e desproporcional. Neste caso, o pedido de indisponibilidade de bens é legal, uma vez que visa garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito, conforme o artigo 16 da Lei nº 8.429/1992.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata da indisponibilidade de bens no âmbito da ação de improbidade administrativa.

O pedido de indisponibilidade de bens possui previsão no art. 16 da Lei 8.429/92: "Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito".

A concessão da indisponibilidade de bens, por ser uma medida cautelar, exige a presença dos requisitos da tutela de urgência, que são, em suma, a probabilidade do direito (*fumus boni juris*) e o perigo de dano

ou risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*). Todavia, considerando que a questão sequer menciona qualquer requisito e se limita a afirmar, em abstrato, o cabimento da indisponibilidade de bens, ela deve ser considerada correta.

QUESTÃO 43. Uma empresa celebrou um acordo de leniência com a Administração Pública para colaborar com as investigações de atos ilícitos praticados por ela. No entanto, durante o cumprimento do acordo, a empresa descumpriu algumas das obrigações estabelecidas no acordo. Diante disso, a Administração Pública pode aplicar sanção, impedindo a empresa de celebrar novo acordo de leniência pelo prazo de três anos.

Comentários

O item está errado.

A questão trata do acordo de leniência.

A Lei 12.846/2013 estabelece que a formalização do acordo de leniência com pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos ilícitos estabelecidos naquela legislação é possível, desde que o celebrante colabore efetivamente com as investigações e com o processo administrativo, de modo a possibilitar a identificação dos demais envolvidos na infração e, também, a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito que está sendo apurado (art. 16, caput, Lei 12.846/2013).

Se os termos do acordo vierem a ser descumpridos, a pessoa jurídica em questão ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 anos, contados do conhecimento, por parte da Administração Pública, do descumprimento em questão (art. 16, §8º, Lei 12.846/2013). O erro da questão, portanto, reside no fato de que, da maneira como o enunciado foi redigido, pode-se acabar entendendo que a aplicação da sanção é uma mera faculdade da Administração Pública (dada a presença da expressão "pode aplicar sanção"), mas, na verdade, a legislação não atribui ao ente público uma faculdade de agir nessa hipótese, e, sim, um dever, tendo em vista que o §8º do art. 16 da Lei 12.846/2013, acima mencionado, estabelece expressamente que a pessoa jurídica "ficará impedida" de celebrar novo acordo por 3 anos.

QUESTÃO 44. Certo indivíduo impetrou um mandado de segurança contra uma autoridade coatora perante o Poder Judiciário. Após análise do caso, o juiz competente concede o mandado de segurança. Nesse contexto, o inteiro teor da sentença é transmitido por intermédio do oficial do juízo, ou pelo correio, mediante correspondência com aviso de recebimento, o inteiro teor da sentença à autoridade coatora e à pessoa jurídica interessada.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do mandado de segurança.

A resposta correta pode ser encontrada a partir da leitura do art. 13 da Lei 12.016/2009: "Concedido o mandado, o juiz transmitirá em ofício, por intermédio do oficial do juízo, ou pelo correio, mediante correspondência com aviso de recebimento, o inteiro teor da sentença à autoridade coatora e à pessoa jurídica interessada".

A questão reproduz a literalidade do dispositivo acima transcrito. É necessário destacar que ele, por ter sido criado no ano de 2009, faz referência a algumas formas de comunicação que se aplicam com mais frequência ao processo físico. Ainda, em caso de urgência, o juiz pode se valer de algum dos meios citados no art. 4º da Lei 12.016/2009 (telegrama, radiograma, fax) para comunicar a autoridade coatora e a pessoa jurídica interessada acerca do teor da decisão proferida.

QUESTÃO 45. João, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação), acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente. Nesse caso, resta configurada a denúncia espontânea.

Comentários

O item está **certo**.

A questão aborda o tema denúncia espontânea em tributos sujeitos a lançamento por homologação.

O STJ fixou tese no Tema Repetitivo nº 385 no mesmo sentido do enunciado: "A denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente."

QUESTÃO 46. Determinada doação não foi oportunamente declarada pelo contribuinte ao fisco estadual. Nessa hipótese, a contagem do prazo decadencial para a constituição do crédito tributário tem início na data em que o Fisco teve conhecimento da ocorrência do fato gerador do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Comentários

O item está **errado**.

A questão aborda o tema constituição do crédito tributário de ITCMD.

O STJ fixou tese no Tema Repetitivo nº 1.048 em sentido oposto ao do enunciado: "O Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCDM, referente a doação não oportunamente declarada pelo contribuinte ao fisco estadual, a contagem do prazo decadencial tem início no primeiro dia do exercício

seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, observado o fato gerador, em conformidade com os arts. 144 e 173, I, ambos do CTN."

QUESTÃO 47. A prestação de caução por Marcos, mediante o oferecimento de fiança bancária, desde que no montante integral do valor devido, equipara-se ao depósito integral do débito para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Comentários

O item está **errado**.

A questão aborda o tema suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

O STJ fixou tese no Tema Repetitivo nº 378 em sentido oposto ao do enunciado: "A fiança bancária não é equiparável ao depósito integral do débito exequendo para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, ante a taxatividade do art. 151 do CTN e o teor do Enunciado Sumular n. 112 desta Corte."

De acordo com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 48. Na hipótese de contrato de alienação fiduciária em que pessoa jurídica de direito público surge como devedora, incide o IPVA, não se aplicando a chamada imunidade tributária recíproca.

Comentários

O item está **errado**.

A questão aborda o tema imunidade tributária recíproca.

O STF fixou tese no Tema de Repercussão Geral nº 685 em sentido oposto ao do enunciado: "Não incide IPVA sobre veículo automotor adquirido, mediante alienação fiduciária, por pessoa jurídica de direito público."

De acordo com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 49. De acordo com o STJ, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é lançado de ofício no início de cada exercício e constituído definitivamente com a cientificação do contribuinte para o recolhimento da exação, a qual pode ser realizada por

qualquer meio idôneo, como o envio de carnê ou a publicação de calendário de pagamento, com instruções para a sua efetivação.

Comentários

O item está **certo**.

A questão aborda o tema lançamento tributário.

O STJ fixou tese no Tema Repetitivo nº 903 no mesmo sentido do enunciado: "A notificação do contribuinte para o recolhimento do IPVA perfectibiliza a constituição definitiva do crédito tributário, iniciando-se o prazo prescricional para a execução fiscal no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação."

Na emenda do julgado, consta expressamente os modos de notificação do contribuinte: "1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é lançado de ofício no início de cada exercício (art. 142 do CTN) e constituído definitivamente com a cientificação do contribuinte para o recolhimento da exação, a qual pode ser realizada por qualquer meio idôneo, como o envio de carnê ou a publicação de calendário de pagamento, com instruções para a sua efetivação. (REsp n. 1.320.825/RJ, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 10/8/2016, DJe de 17/8/2016.)

QUESTÃO 50. Com fulcro nas disposições da Lei nº 4.320/1964, acerca da execução do orçamento público, o empenho de despesa – que não poderá exceder o limite dos créditos concedidos – é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Comentários

O item está **certo**.

A questão aborda o tema fases da despesa, especificamente o empenho.

O item revela corretamente a inteligência dos artigos 58 e 59 da Lei nº 4.320/1964: "Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Art. 59 - O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos."

QUESTÃO 51. Tendo em vista as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa total com pessoal nos Estados, em cada período de apuração, não poderá exceder a sessenta por cento da receita corrente líquida, cabendo ao Ministério Público Estadual no máximo dois por cento desse limite.

Comentários

O item está **certo**.

A questão aborda o tema limite de despesas com pessoal.

O item revela corretamente a inteligência dos artigos 19, II, e 20, II, d, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: II - Estados: 60% (sessenta por cento); Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais: II - na esfera estadual: d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;"

QUESTÃO 52. Considerando as disposições da Lei no 6.830/1980, determinado executado possui um automóvel, uma fazenda e dinheiro em conta corrente. Desconsiderando-se a discussão acerca do patrimônio mínimo e impenhorabilidade, a ordem para a penhora ou arresto de bens, para fins da Lei de Execução Fiscal, deve-se realizar inicialmente no dinheiro, depois no veículo e finalmente na fazenda.

Comentários

O item está **errado**.

A questão aborda o tema ordem de penhora na execução fiscal.

O item inverte, dentre os bens apresentados, a ordem de penhora entre imóveis e veículos, nos termos do art. 11 da Lei de Execução Fiscal: "A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: I - dinheiro; IV - imóveis; VI - veículos;"

QUESTÃO 53. Tendo como base as disposições da Lei nº 8.137/1990, caso Tício, auditor fiscal da receita federal, patrocine interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da sua qualidade de funcionário público, estará cometendo crime funcional contra a ordem tributária, podendo ser apenado com reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Comentários

O item está **certo**.

A questão aborda o tema crimes contra a ordem tributária.

A conduta de Tício está tipificada no art. 3º da Lei nº 8.137/1990: "Constitui crime funcional contra a ordem tributária, além dos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal (Título XI, Capítulo I) : III - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público. Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa."

QUESTÃO 54. De acordo com as disposições do Decreto-Lei nº 3.240/1941, é possível o sequestro de bens em crimes contra a ordem tributária, determinado por ordem judiciária, *inaudita altera pars*, a requerimento do Ministério Público, com indicação dos bens que devam ser objeto da medida, podendo recair sobre todos os bens do indiciado, de origem lícita ou ilícita, desde que haja indícios veementes da responsabilidade.

Comentários

O item está **certo**.

A questão aborda o tema sequestro de bens de pessoas indiciadas por crime de que resulta prejuízo para a fazenda pública.

O procedimento exposto no item revela a inteligência dos arts. 2º, *caput,* 3º e 4º do Decreto-Lei nº 3.240/1941: "Art. 2º O sequestro é decretado pela autoridade judiciária, sem audiência da parte, a requerimento do ministério público fundado em representação da autoridade incumbida do processo administrativo ou do inquérito policial. Art. 3º Para a decretação do sequestro é necessário que haja indícios veementes da responsabilidade, os quais serão comunicados ao juiz em segredo, por escrito ou por declarações orais reduzidas a termo, e com indicação dos bens que devam ser objeto da medida. Art. 4º O sequestro pode recair sobre todos os bens do indiciado, e compreender os bens em poder de terceiros desde que estes os tenham adquirido dolosamente, ou com culpa grave."

Tendo como base as normativas e os entendimentos dos Tribunais Superiores que norteiam o direito eleitoral Brasileiro, avalie os itens a seguir.

QUESTÃO 55. A data de fixação do domicílio eleitoral, inclusive para fim de registro de candidatura, é aquela em que requerida a operação de alistamento ou transferência que venha a ser perfectibilizada, podendo, entretanto, ser interpretada tal diretriz de forma teleológica, assente com os princípios democráticos da soberania popular, quando houve provas contundentes de que o candidato tem residência no município onde pretende concorrer ao pleito há mais de três anos.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema fixação de domicílio eleitoral.

Conforme os diplomas normativos e a jurisprudência atual, o prazo de residência a ser comprovado pelo candidato no município onde pretende concorrer ao pleito, que constituirá vínculo jurídico- político, será de 3 (três) meses, e não de 3 anos. Vejamos o que a Resolução nº 23.659 de 26 de outubro de 2021 traz a esse respeito: "Art. 37. A transferência será realizada quando a pessoa desejar alterar seu domicílio eleitoral, em conjunto ou não com eventual retificação de dados ou regularização de inscrição cancelada, e for encontrado em seu nome, em município diverso ou no exterior, número de inscrição

regular, suspensa ou, se cancelada, por motivo que permita sua reutilização. Art. 38. A transferência só será admitida se satisfeitas as seguintes exigências: (...) III - tempo mínimo de três meses de vínculo com o município, dentre aqueles aptos a configurar o domicílio eleitoral, nos termos do art. 23 desta Resolução, pelo tempo mínimo de três meses, declarado, sob as penas da lei, pela própria pessoa (Lei nº 6.996/1982, art. 8º)".

QUESTÃO 56. O uso de filmagens de bens públicos de uso restrito, como hospitais, enfermarias, leitos de UTI e escritórios da gestão municipal, em propaganda eleitoral, com o objetivo de beneficiar candidatos em pleito eleitoral, sendo eles agentes públicos, é prática ilícita não sendo relevante para a caracterização da ilicitude da propaganda eleitoral em cotejo apurar o fato da gravação ter sido (ou não) concedida apenas para um candidato em detrimento de outro e, muito menos, a forma (voluntária ou mediante pressão) com que os servidores participaram. É irrelevante, ainda, a constatação (ou não) de quebra da normalidade e a realização dos trabalhos no órgão público.

Comentários

O item está **certo.**

A questão trata do tema propaganda eleitoral.

A afirmativa encontra-se em conformidade com a Lei nº 9504, que proíbe o uso de bens públicos em propaganda eleitoral, veja: "Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015) (Vide ADPF Nº 548)".

QUESTÃO 57. A situação fática comprovada nos autos, pelo depoimento colhido de várias testemunhas, demonstra que se promoveu, na Câmara de Vereadores de certo Município, evento festivo que reuniu dirigentes dos partidos coligados, cujo convite fora estendido ao público em geral, e em que não se deliberou sobre a escolha de candidatos nem a formação de alianças. Não obstante, de forma livre e conscientes, os dirigentes dos partidos coligados e candidatos confeccionaram atas do evento festivo afirmando que representariam a ocorrência da Convenção Partidária e as entregariam à Justiça Eleitoral com o objetivo de viabilizar o deferimento de Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários e de candidaturas. Entretanto, a tipicidade da conduta inexiste, uma vez que os papéis (atas) teriam que ser verificados pela Justiça Eleitoral para que desse exame se inferisse a tipicidade da conduta, não sendo as Atas, por si só, aptas a provar a ilicitude do procedimento, sendo indispensável que o juiz perquira a fidedignidade das informações nelas constantes.

Comentários

O item está **errado.**

A questão trata do tema crime de falsidade ideológica no âmbito eleitoral.

Conforme a jurisprudência do TSE, a conduta do artigo 350 do Código Eleitoral, tratado na questão, constitui crime formal, não demandando posterior apuração pela Justiça Eleitoral para que se caracterize como ilícito penal. Vejamos jurisprudência nesse sentido: "[...] 2. No crime de falsidade ideológica (art. 350 do Código Eleitoral), o elemento subjetivo que descreve o fim eleitoral como dolo específico realiza-se pelo mero agir de forma livre e consciente capaz de ferir o bem jurídico tutelado. Tratando-se de crime formal, ou seja, que não exige resultado naturalístico, a potencialidade lesiva caracteriza-se pelo risco ou ameaça à fé pública, a qual se traduz na confiança, lisura e veracidade das informações prestadas no âmbito das eleições. De outra parte, não se identifica nenhum elemento cronológico no tipo, de modo que a entrega do ajuste de contas após o pleito afigura-se irrelevante na tipificação do ilícito. [...]" (Ac. de 22.10.2020 no AgR-REspEl nº 060216566, rel. Min. Luis Felipe Salomão.)

QUESTÃO 58. Prestadas as contas de determinado partido político foi verificado pela Fiscalização exercida pela Justiça Eleitoral que fora recolhido IPTU incidente sobre imóvel de propriedade da agremiação política. A fiscalização concluiu pela irregularidade do gasto, uma vez que os partidos políticos possuem imunidade tributária. Entretanto, entendeu pela desnecessidade de ressarcimento ao Erário do valor desembolsado para o recolhimento do tributo, já que este fora destinado aos cofres públicos.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata dos impostos sobre patrimônio de partidos políticos.

A Constituição Federal veda a instituição de impostos sobre patrimônios, rendas ou serviços dos partidos políticos, veja: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993) c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;". Dessa forma, haverá ressarcimento, tendo em vista que o IPTU é imposto de competência municipal, previsto pelo art. 156 da CF, vejamos: "Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana;", de forma que difere do caixa da União. Por fim, o Fundo Partidário, instituído pela Lei nº 9.096, é constituído de outras receitas que não as de impostos propriamente ditos, veja: "Art. 38. O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é constituído por: I - multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas; II - recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual; III - doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário; IV - dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995."

QUESTÃO 59. Houve representação em face de determinado candidato ao cargo máximo da República, por prática de propaganda irregular mediante publicações na rede social Twitter, após o pleito, com conteúdo sabidamente inverídico, em prejuízo da candidatura da coligação representante, que pugnou pela imposição de multa. Entretanto, como o pleito já havia findado, sagrando-se vitoriosa a coligação partidária que efetivou a representação, a decisão correta é pela perda de objeto, finda a competência da Justiça Eleitoral, ante o término do pleito.

Comentários

O item está errado, pois com o término do pleito, ocorre a decadência do direito de representação por propaganda irregular, mas não a perda de objeto, dado que seria cabível a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, cujos objetivos são precisamente acoimar a prática de abuso de poder econômico, corrupção ou fraude bem como garantir a normalidade e a legitimidade do pleito. Veja o que prescreve a CF: "Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: (...) § 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. § 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé."

QUESTÃO 60. Para atuar em cada Tribunal Regional Eleitoral, será nomeado, pelo procurador-geral da República, um procurador regional da República do respectivo estado ou do Distrito Federal que - para um mandato de dois anos, permitida uma recondução - cuidará das atividades do MPE nos respectivos estados, exercendo suas funções nas causas de competência do respectivo Tribunal Regional Eleitoral. A despeito de competir ao Ministério Público Federal a função eleitoral, em primeiro grau de jurisdição, esta é delegada por lei complementar ao Ministério Público dos estados e do Distrito Federal.

Comentários

O item está certo, pois em conformidade com os diplomas legais; dispõe a Lei Complementar nº 75/93: "Art. 76. O Procurador Regional Eleitoral, juntamente com o seu substituto, será designado pelo Procurador-Geral Eleitoral, dentre os Procuradores Regionais da República no Estado e no Distrito Federal, ou, onde não houver, dentre os Procuradores da República vitalícios, para um mandato de dois anos. § 1º O Procurador Regional Eleitoral poderá ser reconduzido uma vez. § 2º O Procurador Regional Eleitoral poderá ser destituído, antes do término do mandato, por iniciativa do Procurador-Geral Eleitoral, anuindo a maioria absoluta do Conselho Superior do Ministério Público Federal."

Sobre a competência do Procurador Regional eleitoral, dispõe a LC nº 75/93: "Art. 77. Compete ao Procurador Regional Eleitoral exercer as funções do Ministério Público nas causas de competência do Tribunal Regional Eleitoral respectivo, além de dirigir, no Estado, as atividades do setor. Parágrafo único. O Procurador-Geral Eleitoral poderá designar, por necessidade de serviço, outros membros do Ministério Público Federal para oficiar, sob a coordenação do Procurador Regional, perante os Tribunais Regionais Eleitorais."

Finalmente, atuará como promotor eleitoral no primeiro grau de jurisdição um membro do Ministério Público Estadual, que exercerá suas funções perante os juízes e juntas eleitorais: "Art. 78. As funções eleitorais do Ministério Público Federal perante os Juízes e Juntas Eleitorais serão exercidas pelo Promotor Eleitoral."

QUESTÃO 61. Em determinada localidade o prefeito foi afastado, estando no início de seu primeiro mandato. Assumiu, interinamente, o seu filho, então Presidente da Câmara de Vereadores. Nesse caso, não se aplica a regra do Art. 14. 7º da Constituição Federal que dispõe serem inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição, uma vez que o cônjuge e os parentes do chefe do Executivo são elegíveis para o mesmo cargo do titular, quando este for reelegível. Acresça-se que o deferimento do registro de candidatura do recorrido não importou a extensão indevida da permanência do grupo familiar no poder, sendo certo que o mandato que em tese poderia ser disputado pelo pai acabou circunstancialmente sendo disputado pelo filho.

Comentários

O item está **certo.**

A questão trata da reeleição de grupo familiar.

De fato, não se aplica a regra do Art. 14, § 7º da Constituição Federal, por ser considerada reeleição do grupo familiar. O titular, ao encontrar-se em seu primeiro mandato, poderia concorrer à reeleição, caso não tivesse sido afastado; da mesma forma, seu filho poderia concorrer ao cargo de prefeito. Nesse sentido: "[...] Prefeito. Renúncia. Eleição indireta. Parente. Reeleição. Possibilidade. [...] Na jurisdição do titular, a elegibilidade de parente de prefeito para o mesmo cargo depende de renúncia daquele, nos seis meses que antecedem o pleito, e que o mandato atual não seja fruto de reeleição". (Res. nº 21799 na Cta nº 1052, de 3.6.2004, rel. Min. Humberto Gomes de Barros.) "[...] Elegibilidade de parente de prefeito eleito para o primeiro mandato. Na linha da atual jurisprudência desta Corte, no território de jurisdição do titular, são elegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, desde que o titular não esteja no exercício de mandato conquistado em face de sua reeleição e se desincompatibilize seis meses antes do pleito". (Res. nº 21406 na Cta nº 877, de 10.6.2003, rel. Min. Francisco Peçanha Martins.)

QUESTÃO 62. A configuração de abuso de poder político será constatada quando o ato de agente público (vinculado à Administração ou detentor de mandato eletivo) for praticado com desvio de finalidade eleitoreira, que atinge bens e serviços públicos ou prerrogativas do cargo ocupado, em prejuízo à isonomia entre candidaturas, sendo que a gravidade é elemento típico das práticas abusivas, que se desdobra em um aspecto qualitativo (alto grau de reprovabilidade da conduta) e outro quantitativo (significativa repercussão em um determinado pleito) sem necessidade de contextualizar a conduta, provando-se pela simples constatação do ato.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema abuso de poder político.

Para a configuração do ato que caracterize abuso de poder político, será levada em conta a gravidade, que, porém, demanda uma análise contextual da conduta. Vejamos o seguinte trecho do julgado do TSE na Ac. de 7.8.2012 no RO nº 11169: "[...] Abuso de poder político. Potencialidade. [...] 1. Na espécie, a secretária municipal de assistência social teria realizado três reuniões com servidores públicos da respectiva secretaria, nas quais os teria pressionado a aderir a eventos da campanha eleitoral da esposa do prefeito municipal, candidata ao cargo de deputado federal nas Eleições 2010. [...] 3. No caso dos autos, a conduta investigada não se revelou suficientemente grave para caracterizar abuso de poder, pois não alcançou repercussão social relevante no contexto da disputa eleitoral nem teve o condão de prejudicar a normalidade e a legitimidade do pleito. [...]" (Ac. de 7.8.2012 no RO nº 11169, rel. Min. Nancy Andrighi.)"

QUESTÃO 63. Cabe ao Ministério Público Estadual, exercendo a função de Ministério Público Eleitoral, a fiscalização dos recursos repassados por agremiação partidária, instituída pelo partido e vinculada à legenda, não cabendo tal mister ao Tribunal de Contas da União.

Comentários

O item está **certo.**

A questão trata do tema competências do MPE.

A prestação de contas eleitorais é feita judicialmente, e não perante Tribunais de Contas. Nesse sentido, temos o artigo 32 da Lei 9096, que dispõe: "O partido está obrigado a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de junho do ano seguinte. § 1º O balanço contábil do órgão nacional será enviado ao Tribunal Superior Eleitoral, o dos órgãos estaduais aos Tribunais Regionais Eleitorais e o dos órgãos municipais aos Juízes Eleitorais." Veja também a Questão de Ordem na prestação de contas nº 19265, na qual restou decidido que: "ii) por maioria, fixar a tese, que valerá a partir do exercício financeiro de 2021, no sentido de que "a Justiça Eleitoral é competente para processar e julgar as contas anuais das fundações vinculadas aos partidos políticos envolvendo a aplicação de verbas do Fundo Partidário", nos termos do voto do Ministro Luís Felipe Salomão."

QUESTÃO 64. A prova dos gastos eleitorais deve ser realizada por meio de documento fiscal idôneo, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação do emitente e do destinatário ou dos contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço. Entretanto, além da nota fiscal, a Justiça Eleitoral pode admitir, para fins de comprovação de gasto, qualquer meio idôneo de prova, inclusive outros documentos, a exemplo do contrato, do comprovante de entrega do material ou do serviço prestado, do demonstrativo bancário de pagamento e da Guia de Recolhimento do FGTS e de

Informações da Previdência Social. Dessa forma, conclui-se que, mesmo que o partido político apresenta nota fiscal formalmente regular, contendo todos os detalhes da contratação - com destaque para o serviço prestado ou o material fornecido - cabe, em regra, exigir provas adicionais, para que a Justiça possa concluir pela regularidade da despesa havida.

Comentários

O item está **errado.**

A questão trata do tema prova dos gastos eleitorais.

O exame de contas eleitorais, em regra, é formal, consoante artigo 37, §1º da Lei 9096, sendo a determinação de diligências adicionais pela Justiça Eleitoral uma exceção. Vejamos: "Art. 37. A desaprovação das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 20% (vinte por cento). § 1º. A Justiça Eleitoral pode determinar diligências necessárias à complementação de informações ou ao saneamento de irregularidades encontradas nas contas dos órgãos de direção partidária ou de candidatos."

QUESTÃO 65. Suponha que Joana tem a posse e está portando arma de fogo de uso permitido. Acontece que, seu registro está vencido a três meses. Nesta situação, a conduta de Joana é atípica, tratando-se de mera infração administrativa.

Comentários

O item está **errado**, sendo que a questão tratou sobre o Estatuto do Desarmamento.

O fato de Joana ter a posse da arma não lhe autoriza a portá-la, mas apenas mantê-la apenas dentro de sua residência ou em suas dependências, ou ainda, de em seu local de trabalho, caso ela seja a titular ou a responsável legal pelo estabelecimento.

Conforme precedentes do STJ a "posse" da arma (crime do art. 12 da Lei n.º 10.826/2003) com o registro vencido não é conduta típica: "[...] Não obstante a reprovabilidade comportamental, a omissão restringe-se à esfera administrativa, não logrando repercussão penal a não revalidação periódica do certificado de registro [...]" (RHC n.º 80.365/SP, publicado no DJe em 22/3/2017). "[...] Se o agente já procedeu ao registro da arma, a expiração do prazo é mera irregularidade administrativa que autoriza a apreensão do artefato e aplicação de multa. A conduta, no entanto, não caracteriza ilícito penal [...]" (APn n.º 686/AP, publicado no DJe em 29/10/2015).

No caso, a conduta de Joana não é atípica, mas sim típica, pois ela estava "portando" a arma, podendo configurar crime do art. 14 ou 16 da Lei n.º 10.826/2003.

QUESTÃO 66. Recusar ou omitir dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitadas pelo juiz, Ministério Público ou delegado de e polícia, no curso de investigação, ou

do processo que envolve crime praticado por organizações criminosas, comete o crime de desobediência disposto no Código Penal.

Comentários

O item está **errado**, sendo que a questão tratou de crime previsto na Lei n.º 12.850/2013.

A conduta descrita configura o crime do art. 21 da Lei n.º 12.850/2013: "Art. 21. Recusar ou omitir dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitadas pelo juiz, Ministério Público ou delegado de polícia, no curso de investigação ou do processo: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa".

QUESTÃO 67. João Marcos, maior e capaz, sem antecedentes criminais, foi preso em flagrante delito por portar sete quilos de maconha em sua e bolsa. Ao ser interrogado, disse que não pertencia a ele, posto que só estava transportando a substância em troca de dinheiro. Nesta situação, se João Marcos for condenado pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes, a grande quantidade de maconha apreendida com ele não poderá ensejar, simultaneamente, o aumento da sua pena-base e a negação do benefício de redução da pena nos termos da Lei nº 11.343/2006.

Comentários

O item está **certo**.

A questão tratou sobre o crime de tráfico de drogas.

Conforme entendimento pacificado do STJ e constante na Edição n.º 131 do Jurisprudência em Teses (Compilado: Lei de Drogas), tese n.º 45: "45) A natureza e a quantidade da droga não podem ser utilizadas simultaneamente para justificar o aumento da pena-base e para afastar a redução prevista no §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, sob pena de caracterizar *bis in idem*".

QUESTÃO 68. Marcos, com dolo de matar, ministra dose letal de veneno no suco de Margarida. No entanto, antes que a substância produzisse o efeito esperado, Margarida é atacada por um leão e morre em razão do ataque do animal. Nessa situação hipotética, Marcos deverá responder por tentativa de homicídio.

Comentários

O item está **certo**, sendo que a questão tratou da relação de causalidade.

Na hipótese do enunciado houve a incidência de concausa absolutamente independente (ataque do leão) que por si só produziu o resultado, devendo o agente responder pelos atos praticados (a tentativa).

QUESTÃO 69. O agente que mata uma pessoa para ocultar a prática de jogo do bicho pratica homicídio qualificado disposto no Código Penal brasileiro, já que o motivo do homicídio é assegurar a execução de outro crime.

Comentários

O item está **errado**, pois a prática de jogo do bicho é "contravenção penal", que está prevista no art. 58 da Lei das Contravenções Penais e não "crime", logo, não pode ser qualificadora do crime de homicídio: "Explorar ou realizar a loteria denominada jogo do bicho, ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração: Pena – prisão simples, de quatro meses a um ano, e multa, de dois a vinte contos de réis".

A interpretação das normas penais incriminadoras deve ser restrita, portanto, a contravenção penal (exploração de jogo do bicho) não pode ser valorada como "crime", por ser espécie de infração penal diversa da que consta na figura qualificada do art. 121, § 2º, V, do CP: "Art. 121 [...] § 2° Se o homicídio é cometido: [...] V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime: Pena - reclusão, de doze a trinta anos."

QUESTÃO 70. João e Marcos, maiores e capazes, praticam o crime de furto na casa de Maria, pessoa idosa que morava sozinha em sua residência. Destaca-se que nenhum dos autores do crime sabiam dessa condição da vítima, e, que a mesma não se encontrava no local no momento da prática do crime. Diante a situação hipotética, deve ser aplicada a agravante relativa à vítima idosa.

Comentários

O item está **errado**. A agravante a que se refere a questão é a prevista no art. 61, II, "h", do CP: "Art. 61. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: [...] II - ter o agente cometido o crime: [...] h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida".

Para o STJ, a agravante não se aplica na hipótese, tendo em vista que a vítima não se encontrava no imóvel: "Não se aplica a agravante prevista no art. 61, II, "h", do Código Penal na hipótese em que o crime de furto qualificado pelo arrombamento à residência ocorreu quando os proprietários não se encontravam no imóvel, não havendo que se falar, portanto, em ameaça à vítima ou em benefício do agente para a prática delitiva em razão de sua condição de fragilidade". (HC n.º 593.219/SC, Rel. Min. Ribeiro Dantas, 5ª Turma., julgado em 25/08/2020, informativo n.º 679).

QUESTÃO 71. Samuel, maior e capaz, na saída de um mercado, ao encontrar seus desafetos, Joaquim, Maria e Matheus em um veículo automotor, aproveitando-se de uma distração deles, atirou uma bomba de gás lacrimogênio no veículo, causando lesões nas vítimas e a morte de uma delas por asfixia. Nessa situação hipotética, Samuel deverá responder por concurso material e formal impróprio de crimes.

Comentários

O item está **errado**.

A questão tratou sobre o concurso formal de crimes.

A hipótese é de concurso formal impróprio (art. 70, parte final, do CP).

Samuel praticou uma única conduta e com ela produziu mais de um resultado em relação aos seus três desafetos, podendo-se sustentar validamente a existência de designíos autônomos, de modo que as consequências práticas são iguais a do concurso material (cúmulo material):

"Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior".

QUESTÃO 72. Imagine que Marcelo tenha sido condenado à uma pena de dois meses, com início no dia 15 de dezembro. Nesse caso, é correto afirmar que o cumprimento integral da pena de Marcelo ocorrerá no dia 15 de fevereiro seguinte.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata sobre contagem de prazos materiais penais.

Conforme art. 10 do CP, que traz a regra de contagem do prazo de natureza material penal, a pena estaria cumprida integralmente em 14 de fevereiro, tendo em vista que o dia do começo (15 de dezembro) seria incluído no cômputo: "Art. 10 - O dia do começo, inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum".

QUESTÃO 73. No Brasil, foram adotados dois critérios para aplicação da pena, um bifásico, no caso da aplicação da pena de multa, e um trifásico para aplicação da pena privativa de liberdade.

Comentários

O item está **certo**.

A questão tratou sobre os critérios de fixação das penas de multa e privativa de liberdade.

Para a fixação da pena de multa, primeiro se fixa o número de dias-multa (1ª fase) e depois o valor de cada dia-multa (2ª fase), conforme art. 49, § 1º, do CP: "Art. 49 - A pena de multa consiste no pagamento

ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa. § 1º - O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário".

Por outro lado, para a fixação da pena privativa de liberdade, primeiro se fixa a pena base nos termos do art. 59 do CP (1ª fase), depois analisa a existência de agravantes ou atenuantes, fixando a pena intermediária (2ª fase) e, por fim, fixa a pena definitiva aplicando eventuais causas de aumento ou diminuição de pena (3ª fase).

QUESTÃO 74. Em face do disposto na Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), é hediondo o homicídio cometido em atividade típica de milicia, ainda que por um só agente. Da atual regência do Código Penal brasileiro, observando a sistemática dos crimes contra o patrimônio, julgue os itens a seguir.

Comentários

O item está **errado**, pois a redação literal do art. 1º, I, da Lei dos Crimes Hediondos trata sobre a hediondez dos crimes praticados em atividade típica de "grupos de extermínio" e não "milícia", conceitos que tecnicamente não são sinônimos: "Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX)".

QUESTÃO 75. Se um indivíduo subtrai, para si ou para outrem, uma bicicleta de velocidade do tipo GROOVE OVERDRIVE 50, cujo valor de mercado, nova, é de, aproximadamente, sete mil e quatrocentos reais, pratica a conduta típica de furto previsto no Art. 155 do CP. No entanto, em relação ao furto, o juiz não poderá deixar de aplicar a pena caso o meliante tenha devolvido para a vítima uma bicicleta idêntica, nova, e ainda entregue a mesma a quantia de dois mil reais antes do oferecimento da denúncia, mesmo sendo primário e tendo bons antecedentes, vez que não há previsão dessa causa de isenção de pena e a reparação do dano, por si só, não extingue.

Comentários

O item está **certo**.

A questão tratou sobre o crime de furto.

A reparação do dano que precede o oferecimento da denúncia em crimes sem violência ou grave ameaça é considerada causa de diminuição de pena prevista no art. 16 do CP (arrependimento posterior): "Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços".

QUESTÃO 76. Se um indivíduo deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, na ordem de um milhão e 3 duzentos mil reais no prazo e forma legal ou convencional, comete o crime de apropriação indébita previdenciária. Nessa caso de apropriação indébita, é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o autor da apropriação tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios. Todavia, a jurisprudência, no que tange à apropriação indébita previdenciária, tem sido mais tolerante, admitindo a extinção da punibilidade mesmo com a ocorrência do pagamento após o recebimento da denúncia.

Comentários

O item está **certo**, conforme o entendimento do STJ e do STF: "O pagamento do débito tributário, a qualquer tempo, até mesmo após o advento do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, é causa de extinção da punibilidade do acusado". (RHC n.º 128.245, 2ª Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 23/08/2016).

No mesmo sentido entendeu a 5ª Turma do STJ no HC n.º HC 362.478/SP, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 14/9/2017, informativo n.º 611): "[...] 1. Com o advento da Lei 10.684/2003, no exercício da sua função constitucional e de acordo com a política criminal adotada, o legislador ordinário optou por retirar do ordenamento jurídico o marco temporal previsto para o adimplemento do débito tributário redundar na extinção da punibilidade do agente sonegador, nos termos do seu artigo 9º, § 2º, sendo vedado ao Poder Judiciário estabelecer tal limite. 2. Não há como se interpretar o referido dispositivo legal de outro modo, senão considerando que o pagamento do tributo, a qualquer tempo, até mesmo após o advento do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, é causa de extinção da punibilidade do acusado. 3. Como o édito condenatório foi alcançado pelo trânsito em julgado sem qualquer mácula, os efeitos do reconhecimento da extinção da punibilidade por causa que é superveniente ao aludido marco devem ser equiparados aos da prescrição da pretensão executória. 4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para declarar extinta a punibilidade do paciente, com fundamento no artigo 9º, § 2º, da Lei 10.684/2003".

QUESTÃO 77. A natureza jurídica da tentativa é, primeiramente, uma causa de diminuição da pena prevista. Do ponto de vista normativo, trata-se de norma de adequação típica. O problema central da tentativa é justamente a separação entre atos preparatórios (impunes) e atos de execução (puníveis). Para a chamada teoria subjetiva são atos de execução aqueles que representam o início da realização dos elementos do tipo.

Comentários

O item está **errado**, sendo que a questão tratou sobre a natureza jurídica da tentativa.

Existem duas teorias em relação à tentativa: a subjetiva e a objetiva.

A teoria subjetiva apregoa que se o agente der início aos atos de execução, mesmo que não consume o delito por circunstâncias alheias à sua vontade, deve ser responsabilizado como se tivesse consumado o crime, pautando-se no dolo do agente.

Neste sentido, não é correto afirmar que a descrição feita ao final da questão se refere a teoria subjetiva, pois se refere a uma das correntes da teoria objetiva.

QUESTÃO 78. Antônio foi denunciado por injúria racial (Art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989), pois, em 6 de maio de 2023, ofendeu Dandara, em razão da cor de sua pele preta e o aspecto do seu cabelo do tipo *Black*, com comentários jocosos durante um jantar, no qual arrancava gargalhadas dos participantes, constrangendo a ofendida. Em sua resposta a acusação alegou que não teve o *animus* de injuriar e que seus comentários não passaram de piada com *animus jocandi*. Na audiência, os fatos foram comprovados pelas testemunhas. Ao final, o juiz absolveu Antônio acolhendo a tese de ausência de dolo de ofender e sim de *animus jocandi*. Nesse caso o Ministério Público, em seu recurso, poderá fundamentar, inclusive, que o racismo recreativo ao contrário de ser uma excludente de tipicidade é uma causa de aumento da pena.

Comentários

O item está **certo**.

A questão tratou sobre a Lei dos Crimes de Racismo.

De acordo com o art. 20-A, incluído à Lei n.º 7.716/1989 pela Lei nº 14.532/2023, ao racismo praticado com o intuito de provocar descontração, diversão ou recreação aplica-se a causa de aumento de pena de 1/3 (um terço): "Art. 20-A. Os crimes previstos nesta Lei terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação".

QUESTÃO 79. Com a Lei Anticrime surge o instituto do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), cujo cumprimento integral traduz-se em uma causa de extinção da punibilidade. Todavia, o marco legal do ANPP veda a aplicação do acordo nos crimes de violência doméstica e nos crimes de racismo, o que encontra respaldo, incontroverso, na doutrina e na jurisprudência. É preciso lembrar, também, que não deve ser oferecido o acordo se no momento da lavratura do auto de prisão em flagrante o preso não confessar circunstanciadamente. Ademais, a referida lei, no que tange ao acordo de não persecução penal, não pode ser aplicado a fatos ocorridos antes de sua vigência.

Comentários

O item está **errado**.

A questão tratou do ANPP.

O primeiro erro está no fato de não se exigir que a confissão se dê no momento da lavratura do auto de prisão em flagrante ou mesmo no inquérito, podendo ocorrer em momento posterior: "[...] 2. A ausência de confissão, como requisito objetivo, ao menos em tese, pode ser aferida pelo Juiz de direito para negar a remessa dos autos à PGJ nos termos do art. 28, § 14, do CPP. Todavia, ao exigir a existência de confissão formal e circunstanciada do crime, o novel art. 28-A do CPP não impõe que tal ato ocorra necessariamente no inquérito, sobretudo quando não consta que o acusado – o qual estava desacompanhado de defesa técnica e ficou em silêncio ao ser interrogado perante a autoridade policial – haja sido informado sobre a possibilidade de celebrar a avença com o Parquet caso admitisse a prática da conduta apurada. 3. Não há como simplesmente considerar ausente o requisito objetivo da confissão sem que, no mínimo, o investigado tenha ciência sobre a existência do novo instituto legal (ANPP) e possa, uma vez equilibrada a assimetria técnico-informacional, refletir sobre o custo-benefício da proposta, razão pela qual "o fato de o investigado não ter confessado na fase investigatória, obviamente, não quer significar o descabimento do acordo de não persecução" (CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. Manual do Acordo de Não Persecução Penal à luz da Lei 13.963/2019 (Pacote Anticrime). Salvador: JusPodivm, 2020, p. 112) [...]". (HC n.º 657.165/RJ, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, 6ª turma, julgado em 9/8/2022).

O segundo erro está no fato de que o ANPP se aplica à fatos anteriores a sua vigência.

Os precedentes da 5ª turma do STJ e 1ª e 2ª turma do STF são no sentido de que é possível a aplicação do ANPP a fatos anteriores à sua vigência, havendo alguma divergência quanto a até quando poderá retroagir, em razão de possuir conteúdo material.

A 5ª turma do STJ e 1ª turma do STJ entendem que é impossível realizar o ANPP quando já recebida a denúncia em data anterior à entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019.

Já a 2ª Turma do STF entende como possível a aplicação retroativa do art. 28-A do CPP mesmo que já tenha sido proferida sentença condenatória.

QUESTÃO 80. Giovana, mulher trans, professora de uma faculdade privada, enquanto esperava seu companheiro, João, homem cis e empresário, foi abordada por um jovem aluno que aproveitou a oportunidade para tirar uma dúvida sobre a aula. João, que sempre demonstrou muito ciúme de Giovana, ao ver a cena teve uma crise de ciúmes gritando com Giovana que ela não iria mais trabalhar, que não precisa de emprego, porque seu trabalho é pretexto para ficar de conversa com outros homens. Ordenou aos gritos que Giovana entrasse no carro e ela, assustada, se recusou, quando então João deu um soco da face de Giovana. Com a chegada da polícia, Giovana foi conduzida para exame de corpo de delito, tendo sido constatado hematoma na região orbital e palpebral do olho direito. Giovana, em seu depoimento policial, manifestou o desejo de obter as medidas protetivas de urgência, destacadamente para evitar que João se aproxime dela. No caso em exame, a Lei Maria da Penha (Lei n° 11.340/2006) não se aplica, vez que exige que a violência seja baseada no gênero e que a vítima seja do sexo feminino.

Comentários

O item está **errado**, tendo a questão tratado da aplicação da Lei Maria da Penha.

De acordo com o STJ, a Lei Maria da Penha também se aplica à mulher transsexual: "[...] 4. Para alicerçar a discussão referente à aplicação do art. 5º da Lei Maria da Penha à espécie, necessária é a diferenciação entre os conceitos de gênero e sexo, assim como breves noções de termos transexuais, transgêneros, cisgêneros e travestis, com a compreensão voltada para a inclusão dessas categorias no abrigo da Lei em comento, tendo em vista a relação dessas minorias com a lógica da violência doméstica contra a mulher. 5. A balizada doutrina sobre o tema leva à conclusão de que as relações de gênero podem ser estudadas com base nas identidades feminina e masculina. Gênero é questão cultural, social, e significa interações entre homens e mulheres. Uma análise de gênero pode se limitar a descrever essas dinâmicas. O feminismo vai além, ao mostrar que essas relações são de poder e que produzem injustiça no contexto do patriarcado. Por outro lado, sexo refere-se às características biológicas dos aparelhos reprodutores feminino e masculino, bem como ao seu funcionamento, de modo que o conceito de sexo, como visto, não define a identidade de gênero. Em uma perspectiva não meramente biológica, portanto, mulher trans mulher é. [...] 8. Recurso especial provido, a fim de reconhecer a violação do art. 5º da Lei n. 11.340/2006 e cassar o acórdão de origem para determinar a imposição das medidas protetivas requeridas pela vítima L. E. S. F. contra o ora recorrido". (REsp n.º 1.977.124/SP, Rel. Min, Rogério Schietti Cruz, julgado em 5/4/2022).

QUESTÃO 81. O STF, em relação à ação penal privada subsidiária da pública fez uma leitura a partir de sua matriz constitucional. O instituto constitui verdadeiro direito fundamental. Embora haja poucos julgados sobre o tema, o plenário já se pronunciou no sentido de que não é possível pensar que a ação penal privada subsidiária deve ser exercida no mesmo tempo exigido para a ação penal exclusivamente privada e que a inércia do Ministério Público justifica o oferecimento de queixa subsidiária pelo ofendido, até que ocorra a prescrição, já que não se trata de ação exclusivamente privada, mas pública, não havendo previsão legal de prazo decadencial para que aquela seja oferecida. Assim, o STF afastou a incidência da decadência nas hipóteses de ação penal privada subsidiária da pública.

Comentários

O item está **errado**, pois há sim decadência nos casos de ação penal privada subsidiária da pública, sendo que o prazo de 6 (seis) meses será contado do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público, nos termos do art. 38 do CPP.

QUESTÃO 82. Riobaldo e sua esposa Diadorim estavam desempregados desde a pandemia; não se recolocaram no mercado de trabalho. Na manhã do dia 20 de novembro de 2023, abriram os armários e não havia nada para comer. Na noite anterior já não tinham comido. Assim, premeditaram um plano. Foram até o supermercado próximo de sua casa com o intuito de subtraírem algo para comer. Todavia, chamaram a atenção do segurança do estabelecimento por estarem com roupas velhas e muito cobertos em um dia de Sol. Desconfiando, o segurança passou o informe por rádio aos demais seguranças, que passaram, discretamente, a observar o casal circulando pelo mercado, bem como acionaram o responsável pelo monitoramento por câmeras de segurança para observar o casal. Notaram, assim, Riobaldo colocando sorrateiramente no casaco, um pedaço de carne que mais tarde veio se saber tratar-se de 1 Kg de came do tipo Patinho. De igual modo, viram em outro corredor, Diadorim colocar na cintura,

embaixo da blusa, um pacote de macarrão. Na sequência o casal se dirigiu para à saída do supermercado e, ao pisarem na calçada, na frente do mercado, foram abordados pelo segurança que estava no encalço e que logrou, após revista pessoal, encontrar os produtos (carne e macarrão), avaliados em vinte e oito reais e oitenta centavos. Nesse caso, os fundamentos para o arquivamento do inquérito são: trata-se de crime impossível que exclui a tipicidade; o valor dos produtos subtraídos reclama a aplicação do princípio da bagatela.

Comentários

O item está certo, sendo que a questão tratou sobre crime impossível e princípio da insignificância.

A Súmula n.º 567 do STJ: "Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto".

No entanto, a despeito de entendimento sumulado, no caso concreto a ação do casal foi monitorada de forma instantânea e constante pelo funcionários do supermercado, de modo que a consumação do crime se tornou impossível pela absoluta ineficácia do meio empregado pelos agentes.

Ademais, o valor dos itens é inferior a 10% do salário-mínimo, sendo, pois, cabível se falar na aplicação do princípio da insignificância:

"[...] 3. Além de o crime de furto ter sido qualificado pelo concurso de agentes, circunstância objetiva que denota a maior reprovabilidade da conduta, o valor da res furtiva não é insignificante pois equivale a 40% do salário mínimo vigente à época. E conforme a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é 'incabível a aplicação do princípio da insignificância quando o montante do valor da res furtiva superar o percentual de 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos [...]". (AgRg no RHC n.º 161.195/PR, Rel. Min. Laurita Vaz, 6ª Turma, julgado em 13/3/2023, DJe de 23/3/2023).

QUESTÃO 83. Bentinho, tendo sido flagrado com 20 gramas de maconha que se destinava a venda em uma favela dominada por uma organização criminosa, ou seja, em território sob o domínio de uma facção de traficantes, não pode, mesmo sendo primário e de bons antecedentes, ser beneficiado pela causa de diminuição do parágrafo 4º do Art. 33, da Lei n° 11.343/2006, o chamado tráfico privilegiado, pois, presume-se, em razão do território, que o agente integra a organização criminosa

Comentários

O item está **errado**. A questão tratou do crime de tráfico de drogas.

Para que a causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/2006 seja afastada deve haver prova efetiva que Bentinho se dedica a atividades criminosas ou faça parte de organização criminosa, não se admitindo presunções em desfavor do réu.

QUESTÃO 84. O sistema constitucional proíbe que uma lei penal, qualquer que seja, possa ser aplicada a fatos ocorridos antes de sua vigência. Todavia, a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

Comentários

O item está **errado**, pois é possível que a lei penal mais benéfica produza efeitos retroativos, conforme art. 5º, XL, da CF: "Art. 5º [...] XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu".

QUESTÃO 85. Em relação aos crimes e aos procedimentos previstos na Lei n° 11.101/2005, sabe-se que a sentença que decreta a falência concede a recuperação judicial ou a recuperação extrajudicial é condição objetiva de punibilidade das infrações penais descritas nessa Lei.

Comentários

O item está **certo**, tendo a questão abordado sobre aspectos penais da Lei de Falências e Recuperação.

O item está de acordo com a literalidade do art. 180 da Lei n.º 11.101/2005: "Art. 180. A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial de que trata o art. 163 desta Lei é condição objetiva de punibilidade das infrações penais descritas nesta Lei".

QUESTÃO 86. Ana afirmou ser vítima de violência doméstica praticada pelo seu ex-namorado, José, com quem se relacionou durante um ano, até romperem em decorrência dos ciúmes excessivos do rapaz. Nos meses subsequentes ao término, José, inconformado, começou a realizar diuturnas ligações telefônicas para o aparelho celular da ex-namorada pela manhã, tarde, noite e alta madrugada. Ana pediu a troca de número a sua operadora diversas vezes. José conseguiu obter os novos números, prosseguiu nas tentativas de contato telefônico e começou a enviar e-mails diários ao perceber que Ana não o respondia. Desesperada e atormentada psicologicamente, Ana procurou uma delegacia e obteve, da magistrada competente, medida protetiva de urgência que determinou que seu ex-namorado, José, não a procurasse por quaisquer meios de comunicação, determinação que ele, entretanto, descumpriu ao descobrir que Ana havia viajado para Jurerê Internacional no carnaval 2024. As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher estão, taxativamente, previstas no Art. 7º da Lei ne 11.340/2006 não sendo objeto de medidas protetivas de urgência outras senão aquelas elencadas nesse dispositivo O caso dá azo à aplicação da medida.

Comentários

O item está **errado**.

A questão tratou da Lei Maria da Penha.

O art. 7º da Lei Maria da Penha "não" traz um rol taxativo, mas "meramente exemplificativo", conforme se infere da expressão "entre outras": "Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: [...]".

QUESTÃO 87. Considerando o Estatuto da Pessoa Idosa, o indivíduo que se apropria de pensão da pessoa idosa, dando-lhe destinação diversa daquela definida como sua finalidade comete crime, previsto na referida lei, que respeitará o procedimento previsto na Lei n° 9.099, de 1995, sendo vedada a transação penal.

Comentários

O item está **certo**.

A questão tratou sobre os crimes previstos no Estatuto do Idoso e suas repercussões processuais.

A conduta descrita no enunciado está prevista no art. 102 do Estatuto do Idoso: "Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da pessoa idosa, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade: (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa".

Por outro lado, por força do art. 94 do Estatuto do Idoso, com base no que decidiu o STF na ADI n.º 3.096, aplica-se o rito sumaríssimo aos crimes com pena máxima de até 4 (quatro) anos, mas os seus institutos despenalizadores (transação penal e SURSIS) não se aplicam: "Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal".

"Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por unanimidade, não conheceu da ação direta relativamente ao art. 39 da Lei nº 10.741/2003. Prosseguindo no julgamento, após o voto da Senhora Ministra Cármen Lúcia (Relatora), julgando parcialmente procedente a ação para dar interpretação conforme ao art. 94 da referida lei, no sentido de aplicar-se apenas o procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 e não outros benefícios ali previstos, e após o voto do Senhor Ministro Eros Grau, julgando-a improcedente, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Carlos Britto. Ausentes, licenciados, os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Menezes Direito. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 19.08.2009". (ADI n.º 3.096).

QUESTÃO 88. Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei n° 13.146 de 2015, destina-se a assegurar e a promover, em condições iguais o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, tendo como escopo à sua inclusão social e cidadania. Nesse diapasão, o crime de abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento, ou congêneres próprio e não admite tentativa. A consumação ocorrerá no momento em que a vítima for abandonada nos locais indicados no caput do Art. 90 da Lei nº 13.146/2015.

Comentários

Questão Anulada pela Banca

O item está **errado**. A questão tratou sobre os crimes previstos na Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa Com Deficiência).

O crime do art. 90 da Lei n.º 13.146/2015 prevê: "Art. 90. Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa".

O item está errado, pois não existe razão que impeça qualquer pessoa de praticar o crime, não se trata de crime comissivo por omissão, tratando-se de crime comum. É dispensável o vínculo entre o autor do fato e a vítima. Além disso, é um crime que admite tentativa.

QUESTÃO 89. No que concerne à responsabilidade penal das pessoas jurídicas e a consequente aplicação da pena pela prática de crimes ambientais, previstos na Lei nº 9.605/1998, pode-se afirmar que nos delitos tipificados nesta normativa é admitida a suspensão condicional da pena, *sursis* ambiental, nos casos de condenação à pena privativa de liberdade não superior dois anos.

Comentários

O item está **errado**, tendo a questão abordado a Lei n.º 9.605/1998.

A norma mencionada (Lei n.º 9.605/1998) trata sobre a responsabilidade penal de pessoas jurídicas, isto é, de ficções jurídicas criadas por pessoas físicas, que por serem abstratas, não podem sofrer pena corporal (privativa de liberdade), como consta do enunciado.

O art. 21 da referida lei trata sobre as penas aplicáveis às pessoas jurídicas: "Art. 21. As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, de acordo com o disposto no art. 3º, são: I - multa; II - restritivas de direitos; III - prestação de serviços à comunidade".

Daí porque não se cogita falar em aplicação de pena privativa de liberdade.

QUESTÃO 90. João Paulo, idoso contando com 68 anos, em 10/02/2021, foi vítima de estelionato praticado por Fernando, contando com 70 anos de idade na data do cometimento da conduta. O crime foi presenciado por Natália, amiga de João Paulo, que, na manhã seguinte, compareceu à delegacia, momento em que foi ouvida como testemunha. João Paulo, embora conheça a autoria do crime, preferiu não ir comparecer à delegacia, deixando de ser ouvido em sede extrajudicial. Oito meses após a data do crime, o Ministério Público denunciou Fernando pelo crime de estelionato praticado contra João Paulo. Considerando o caso hipotético narrado, a denúncia deverá ser rejeitada, ante a decadência, eis que, com a nova lei, a ação penal do crime de estelionato passou a ser pública condicionada à representação do ofendido em todos os casos.

Comentários

O item está **errado**, pois não será em todos os casos que será necessária a representação do ofendido, conforme se infere do art. 171, § 5º, do CP: "Art. 171 [...] § 5º Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for: I - a Administração Pública, direta ou indireta; II - criança ou adolescente; III - pessoa com deficiência mental; ou IV - maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz".

QUESTÃO 91. Tendo como base a Lei nº 7.210/1984, e as alterações realizadas com o advento do pacote anticrime, tem-se, que no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), passou a existir o direito do preso à saída da cela por duas horas diárias para banho de sol, em grupos de até três presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso.

Comentários

O item está **errado**.

A questão tratou sobre o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), previsto na LEP.

Os grupos para o banho de sol podem ser de até 4 (quatro) e não de 3 (três) presos, conforme art. 52, IV, da LEP: "Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: [...] IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso".

QUESTÃO 92. João enviou duas fotografias com cenas de sexo explícito envolvendo Maria e Catarina, crianças contando com seis e oito anos de idade, respectivamente, por meio de um e-mail, para Vitório. No momento do cumprimento do mandado de busca e apreensão na residência de João, foram encontradas e apreendidas outras dez fotos de pornografia infantil em seu computador, além de um álbum contendo mais cem fotografias de adolescentes em cenas de nudez. De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se concluir que João será responsabilizado, exclusivamente, pelo crime preceituado no Art. 241-A do ECA. O crime elencado no Art. 241-B, da Lei nº 8.069/1990, será absorvido, princípio da consunção, pelo tipo previsto no Art. 241-A, porque constitui meio de execução desse crime, conforme entendimento consolidado do STJ e do STF. Cumpre destacar que a conduta elencada no Art. 241-A do ECA é hedionda.

Comentários

O item está **errado**, tendo a questão tratado sobre o princípio da consunção e sobre crimes previstos no ECA.

Conforme o tema repetitivo do STJ n.º 1.168 não aplica o princípio da consunção entre as condutas do art. 241-A e 241-B do ECA, considerando a distinção entre os bens jurídicos tutelados pela norma: "Os tipos penais trazidos nos arts. 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente são autônomos, com verbos e condutas distintas, sendo que o crime do art. 241-B não configura fase normal, tampouco meio de execução para o crime do art. 241-A, o que possibilita o reconhecimento de concurso material de crimes".

Além disso, é o art. 241-B do ECA que é crime hediondo (e não o art. 241-A): "Art. 1º [...] Parágrafo único. Consideram-se também hediondos, tentados ou consumados: [...] VII - os crimes previstos no § 1º do art. 240 e no art. 241-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). (Incluído pela Lei 14.811, de 2024)".

QUESTÃO 93. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece expressamente como crime a conduta específica de simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual.

Comentários

O item está **certo**, tendo a questão trato de crimes previstos no ECA.

A conduta descrita no enunciado se trata do crime previsto no art. 241-C do ECA: "Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa".

QUESTÃO 94. No que concerne aos crimes contra a ordem tributária, econômica e as relações de consumo, estabelecidos na legislação e pátria, a conduta de promover publicidade que deveria saber ser passível de induzir os consumidores a comportarem-se de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde, como conduzirem motocicletas em alta velocidade e sem capacetes, configura crime nas relações de consumo.

Comentários

O item está **errado**, pois não existe a tipificação dessa conduta em lei. Na verdade, tal conduta caracteriza-se como publicidade abusiva, nos termos do art. 37, § 2º, do CDC: "Art. 37 [...] § 2° É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança".

QUESTÃO 95. A função do controle externo da atividade policial tem como uma de suas modalidades o controle difuso, que é aquele realizado por todos os membros do Ministério Público com atribuição das áreas criminal ou cível, quando do exame de procedimentos investigatórios de qualquer natureza, bem como processos judiciais que lhes forem atribuídos.

Comentários

O item está **certo.**

Nos termos do art. 4º, da Resolução 279, do CNMP, que trata sobre o Controle externo da atividade policial: "Art. 4º As funções de controle externo da atividade policial serão exercidas por intermédio das seguintes modalidades: I - em sede de controle difuso, por todos os membros do Ministério Público com atribuição nas áreas criminal ou cível, quando do exame de procedimentos investigatórios de qualquer natureza, bem como processos judiciais que lhes forem atribuídos; e II - em sede de controle concentrado, por órgãos especializados que deverão dispor de condições materiais, técnicas e operacionais necessárias e compatíveis para o exercício dessas atribuições."

QUESTÃO 96. Sobre os temas que norteiam a ação *ex delicto*, para o STJ, em situações envolvendo o dano moral presumido (*in re ipsa*), a definição de um valor mínimo para reparação dos danos não exige instrução probatória específica, requer um pedido expresso; e, a indicação do valor pretendido pela acusação na denúncia.

Comentários

O item está **certo.**

Consoante restou decidido no tema repetitivo 983: Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória.

A atual jurisprudência desta Corte, firmada pela Terceira Seção, na apreciação do REsp n. 1.986.672/SC, sob a relatoria do Ministro Ribeiro Dantas, em julgamento realizado em 8/11/2023, "alterou a compreensão anteriormente sedimentada, firmando o entendimento de que, em que pese a possibilidade de se dispensar a instrução específica acerca do dano - diante da presunção de dano moral in re ipsa [...] -, é imprescindível que constem na inicial acusatória (i) o pedido expresso de indenização para reparação mínima dos danos causados pelo fato delituoso e (ii) a indicação clara do valor pretendido a esse título, sob pena de violação ao princípio do contraditório e ao próprio sistema acusatório" (AgRg no REsp n. 2.089.673/RJ, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 30/11/2023, DJe de 5/12/2023).

QUESTÃO 97. Em relação à jurisdição e competência, de acordo com a jurisprudência do STF, é absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência por prevenção.

Comentários

O item está correta.

O gabarito preliminar oficial apontou a questão como correta, no entanto, é caso de alteração do gabarito para errado, diante do teor da Súmula 706, do STF: É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

QUESTÃO 98. Considerando o Decreto-lei nº 3.240/1941, o sequestro só pode ser embargado por terceiros e a ação penal terá início dentro de noventa dias contados da decretação do sequestro.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme previsto no artigo 2º, §§1º e 2º do Decreto-lei n. 3.240/41: "Art. 2º, § 1º A ação penal terá início dentro de noventa dias contados da decretação do sequestro. § 2º O sequestro só pode ser embargado por terceiros."

Tendo como base o Código de Processo Penal, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 99. Em regra, a conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento. No entanto, caso em que o corréu, em virtude de doença mental era inimputável ao tempo da prática do crime, cessará referida unidade de julgamento e o processo ficará suspenso em relação a este, até que se restabeleça.

Comentários

O item está **errado.**

A separação ocorrerá apenas se houver superveniência de doença mental.

Nesse sentido, dispõe o artigo 79 do Código de Processo Penal: "A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo: § 1o Cessará, em qualquer caso, a unidade do processo, se, em relação a algum co-réu, sobrevier o caso previsto no art. 152."

QUESTÃO 100. Na primeira fase do rito do Júri, as decisões de pronúncia e a desclassificação são atacáveis mediante recurso em sentido estrito e as decisões de impronúncia e absolvição sumária são atacáveis mediante apelação. No caso de pronúncia, com decote de qualificadora (desqualificação), a decisão é atacável mediante recurso em sentido estrito.

Comentários

O item está **certo.**

Ao final da primeira fase do tribunal do júri há 4 possíveis decisões: pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação.

A decisão de desclassificação comporta recurso em sentido estrito (RESE), com fundamento no art. 581, II do CPP.

QUESTÃO 101. O Código Penal de 1980, ao tratar do crime de adultério, estabelecia que "contra o corréu adúltero não serão admissíveis outras provas senão o flagrante delito, e a resultante de documentos escritos por ele". Pode-se dizer que se trata de um exemplo de adoção do sistema tarifado de provas.

Comentários

O item está **certo.**

Também denominado de sistema da prova legal, da certeza moral do legislador, da verdade legal e da verdade formal, esse método de apreciação da prova tem como traço característico o estabelecimento antecipado e em abstrato do valor probatório de determinadas provas pelo próprio legislador. Não é o juiz que valora e atribui credibilidade em relação ao conteúdo de cada prova; o valor já é preestabelecido pela norma.

Fonte: Estratégia Carreira Jurídica. Direito Processual Penal. Magistratura Estadual. LDI, aula 6.5.2.

QUESTÃO 102. Para o STF, em respeito ao sigilo das comunicações nos presídios, é inválida a abertura de carta, telegrama, pacote ou meio análogo mesmo que haja indícios fundamentados da prática de atividades ilícitas.

Comentários

O item está **errado.**

Conforme foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Julgamento do RE 1.116.949, objeto do Tema de Repercussão Geral n. 1.041: Tese de julgamento: 1. Sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais, é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama, pacote ou meio análogo, salvo se ocorrida em estabelecimento penitenciário, quando houver fundados indícios da prática de atividades ilícitas. 2. Em relação à abertura de encomendas postadas nos Correios, a prova somente será lícita quando houver fundados indícios da prática de atividades ilícitas, formalizando-se as providências adotadas para fins de controle administrativo ou judicial."

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu, na sessão desta quinta-feira (30), que é válida a abertura de encomenda postada nos Correios por funcionários da empresa, desde que haja indícios

fundamentados da prática de atividade ilícita. Nesse caso, é necessário formalizar as providências adotadas para permitir o posterior controle administrativo ou judicial.

Tendo em vista as doutrinas e os entendimentos dos Tribunais Superiores, bem como as jurisprudências que norteiam o Processo Penal brasileiro, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 103. A Constituição de 1891 instituiu a pluralidade processual, com cada Estado podendo ter seu Código de Processo Penal, enquanto a Constituição Federal de 1934 restaurou a unidade processual – um Código de Processo Penal para todo o país.

Comentários

O item está **certo.**

Com a promulgação da primeira Constituição de nossa era republicana, e atentos ao espírito federalista que a dominava, os estados da federação passaram a ter a iniciativa legislativa para a normatização de suas respectivas leis processuais (penais e civis), ressalvando-se apenas aquelas que dissessem respeito às normas atinentes à Justiça federal [1]. Tratava-se, na verdade, e nas palavras de Vicente de Azevedo, de mais uma imitação da carta constitucional dos Estados Unidos da América do Norte.

Com efeito, dispunha o artigo 34, nº 23, de nossa primeira Constituição republicana competir privativamente ao Congresso Nacional legislar sobre Direito Civil, Direito Comercial e Direito Criminal, além do Direito Processual da Justiça federal.

A partir dessa disposição constitucional, e cindida que restara a unidade do Direito Processual (Civil e Penal), quase todos os estados da federação passaram a ter os seus próprios Códigos de Processo Civil e Penal [3].

Com a Constituição de 1934, a situação foi modificada e a unidade processual brasileira passou a ser exigida no texto constitucional, mais exatamente no seu artigo 5º, inciso XIX, estabelecendo-se que competia à União, privativamente, legislar sobre Direito Penal, Direito Comercial, Direito Civil, Direito Aéreo e Direito Processual, além da matéria relativa aos registros públicos e às juntas comerciais. Fonte: CONJUR

QUESTÃO 104. No Direito Processual Penal incide o princípio da aplicabilidade imediata das normas, ou seja, a norma processual aplica-se tão logo em vigor, sem prejuízo da validade dos atos já praticados anteriormente. A aplicação imediata leva em consideração não o momento da prática do crime, mas do ato processual.

Comentários

O item está **certo.**

O tema trata da aplicabilidade imediata das normas. Não importa a data do crime e sim a da prática do ato processual.

Nesse sentido, de acordo com o artigo 2º do Código de Processo Penal: "Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior."

QUESTÃO 105. De acordo com o Ato n. 397/2018/PGJ/MPSC e suas alterações posteriores, a possibilidade de cabimento de acordo de colaboração premiada, como possível instrumento mais eficiente para a reprovação e prevenção de crimes, não precisará ser avaliada pelo membro do Ministério Público antes da propositura de acordo de não persecução penal.

Comentários

O item está **errado.**

De acordo com o Art. 23, § 4º, do Ato n. 397/2018/PGJ/MPSC: A possibilidade de cabimento de acordo de colaboração premiada, como possível instrumento mais eficiente para a reprovação e prevenção de crimes, deverá ser avaliada pelo membro do Ministério Público antes da propositura de acordo de não persecução penal.

Sobre o Juiz das Garantias e o entendimento do STF no julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 106. As normas relativas ao juiz das garantias não se aplicam às seguintes situações: processo de competência originária dos tribunais; processos de competência do tribunal do júri; casos de violência doméstica e familiar; e infrações penais de menor potencial ofensivo.

Comentários

O item está **certo.**

O Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedentes as ADIs 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF e 6.305/DF para: "[...]x) atribuir interpretação conforme à primeira parte do caput do art. 3º-C do CPP, para esclarecer que as normas relativas ao juiz das garantias não se aplicam às seguintes situações: a) processos de competência originária dos tribunais, os quais são regidos pela Lei 8.038/1990; b) processos de competência do tribunal do júri; c) casos de violência doméstica e familiar; e d) infrações penais de menor potencial ofensivo; [...]". STF. Plenário. ADI 6.298/DF, ADI 6.299/DF, ADI 6.300/DF e ADI 6.305/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgados em 24/08/2023 (Info 1106).

QUESTÃO 107. A competência do juiz das garantias cessa com o recebimento da denúncia.

Comentários

O item está errado.

O Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedentes as ADIs 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF e 6.305/DF para: "[...] xi) declarar a inconstitucionalidade da expressão "recebimento da denúncia ou queixa na forma do art. 399 deste Código" contida na segunda parte do caput do art. 3º-C do CPP, e atribuir interpretação conforme para assentar que a competência do juiz das garantias cessa com o oferecimento da denúncia [...]". STF. Plenário. ADI 6.298/DF, ADI 6.299/DF, ADI 6.300/DF e ADI 6.305/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgados em 24/08/2023 (Info 1106).

QUESTÃO 108. O STF fixou prazo, improrrogável, de doze meses, a contar da publicação da ata do julgamento, para que sejam adotas as medidas legislativas e administrativas necessárias à adequação das diferentes leis de organização judiciária, à efetiva implantação e ao efetivo funcionamento do juiz das garantias em todo o país, tudo conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e sob a supervisão dele.

Comentários

O item está **errado.**

O Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedentes as ADIs 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF e 6.305/DF para: "[...] ii) declarar a constitucionalidade do caput do art. 3º-B do CPP, mas fixar o prazo de 12 meses para que sejam adotadas as medidas legislativas e administrativas necessárias à adequação das diferentes leis de organização judiciária, à efetiva implantação e ao efetivo funcionamento do juiz das garantias em todo o País, tudo conforme as diretrizes do CNJ. Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo doze meses, devendo a devida justificativa ser apresentada em procedimento realizado junto ao CNJ; [...]". STF. Plenário. ADI 6.298/DF, ADI 6.299/DF, ADI 6.300/DF e ADI 6.305/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgados em 24/08/2023 (Info 1106).

QUESTÃO 109. O STF atribuiu interpretação para que todos os atos praticados pelo Ministério Público como condutor de investigação criminal se submetam ao controle judicial e fixou o prazo de até noventa dias, contados da publicação da ata do julgamento, para os representantes do Ministério Público encaminharem, sob pena de nulidade, todos os PIC e outros procedimentos de investigação criminal, mesmo que tenham outra denominação, ao respectivo juiz natural, independentemente de o juiz das garantias já ter sido implementado na respectiva jurisdição.

Comentários

O item está **certo.**

O Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedentes as ADIs 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF e 6.305/DF para: iv) atribuir interpretação conforme aos incisos IV, VIII e IX do art. 3º-B do CPP, para que todos os atos praticados pelo Ministério Público, como condutor de investigação penal, se submetam ao controle judicial; STF. Plenário. ADI 6.298/DF, ADI 6.299/DF, ADI 6.300/DF e ADI 6.305/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgados em 24/08/2023 (Info 1106).

O STF determinou, ainda, que, no prazo de até 90 dias, os representantes do Parquet encaminhem, sob pena de nulidade, todos os PIC e outros procedimentos de investigação criminal, mesmo que tenham outra denominação, ao respectivo juiz natural.

Duas crianças, 7 e 5 anos, sofreram abusos sexuais praticados pelo padrasto no final de 2023. Os fatos foram descobertos pela genitora em janeiro de 2024, quando se deparou com vídeos dos abusos enquanto procurava fotos antigas em um HD externo. A mãe das vítimas não teve coragem de contar as descobertas para ninguém, nem mesmo para os próprios filhos. À luz da legislação vigente e do entendimento do STJ, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 110. O promotor de Justiça poderá requisitar a instauração de inquérito policial para que, no âmbito do referido procedimento administrativo investigatório, as crianças sejam ouvidas pela autoridade policial mediante depoimento especial.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo 8º da Lei n. 13.431/17 Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

Ademais, consoante ao artigo 11, §1º, da mesma lei: § 1º O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova: I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos; II - em caso de violência sexual.

QUESTÃO 111. A competência para processar e julgar os crimes cometidos pelo padrasto enquanto não criada vara especializada em violência doméstica, independentemente do gênero das crianças.

Comentários

O item está **certo.**

Após o advento do art. 23 da Lei n. 13.431/2017, nas comarcas em que não houver vara especializada em crimes contra a criança e o adolescente, compete à vara especializada em violência doméstica, onde houver, processar e julgar os casos envolvendo estupro de vulnerável cometido pelo pai (bem como pelo padrasto, companheiro, namorado ou similar) contra a filha (ou criança ou adolescente) no ambiente doméstico ou familiar.

Nesse sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL ACERCA DA COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR CRIME DE ESTUPRO PERPETRADO CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. CRITÉRIO ETÁRIO INAPTO A AFASTAR A COMPETÊNCIA ESTABELECIDA NA LEI N. 11.340/2006. ADVENTO DA LEI N. 13.431/2017. COMPETÊNCIA DA VARA

ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE E, DE FORMA SUBSIDIÁRIA, DA VARA ESPECIALIZADA EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL A QUO RESTABELECIDO. 1. A Lei n. 11.340/2006 não estabeleceu nenhum critério etário para incidência das disposições contidas na referida norma, de modo que a idade da vítima, por si só, não é elemento apto a afastar a competência da vara especializada para processar os crimes perpetrados contra vítima mulher, seja criança ou adolescente, em contexto de violência doméstica e familiar. 2. A partir da entrada em vigor da Lei n. 13.431/2017, estabeleceu-se que as ações penais que apurem crimes envolvendo violência contra crianças e adolescentes devem tramitar nas varas especializadas previstas no caput do art. 23, no caso de não criação das referidas varas, devem transitar nos juizados ou varas especializados em violência doméstica, independentemente de considerações acerca da idade, do sexo da vítima ou da motivação da violência, conforme determina o parágrafo único do mesmo artigo. Assim, somente nas comarcas em que não houver varas especializadas em violência contra crianças e adolescentes ou juizados/varas de violência doméstica é que poderá a ação tramitar na vara criminal comum. 3. Embargos acolhidos para fixar a tese de que, após o advento do art. 23 da Lei n. 13.431/2017, nas comarcas em que não houver vara especializada em crimes contra a criança e o adolescente, compete à vara especializada em violência doméstica, onde houver, processar e julgar os casos envolvendo estupro de vulnerável cometido pelo pai (bem como pelo padrasto, companheiro, namorado ou similar) contra a filha (ou criança ou adolescente) no ambiente doméstico ou familiar. Restabelecido o acórdão exarado na Corte de origem. 4. A tese ora firmada terá sua aplicação modulada nos seguintes termos: a) nas comarcas em que não houver juizado ou vara especializada nos moldes do art. 23 da Lei 13.431/2017, as ações penais que tratam de crimes praticados com violência contra a criança e o adolescente, distribuídas até a data da publicação do acórdão deste julgamento (inclusive), tramitarão nas varas às quais foram distribuídas originalmente ou após determinação definitiva do Tribunal local ou superior, sejam elas juizados/varas de violência doméstica, sejam varas criminais comuns; b) nas comarcas em que não houver juizado ou vara especializada nos moldes do art. 23 da Lei 13.431/2017, as ações penais que tratam de crimes praticados com violência contra a criança e o adolescente, distribuídas após a data da publicação do acórdão deste julgamento, deverão ser obrigatoriamente processadas nos juizados/varas de violência doméstica e, somente na ausência destas, nas varas criminais comuns." (EAREsp n. 2.099.532/RJ, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 26/10/2022, DJe de 30/11/2022.)

QUESTÃO 112. É controversa a aplicabilidade da Lei Maria da Penha nos casos de estupro de vulnerável cometido contra crianças do gênero feminino no ambiente familiar. Há entendimento no sentido de que o critério etário seria preponderante e afastaria a competência do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher e, por outro lado, entendimento que o gênero feminino bastaria para a definição da competência.

Comentários

O item está **errado.**

A controvérsia foi resolvida pela terceira seção em 2022. De fato, a Quinta Turma do STJ entende que, para que a competência dos Juizados Especiais de Violência Doméstica seja firmada, não basta que o crime seja praticado contra mulher no âmbito doméstico ou familiar, exigindo-se que a motivação do acusado seja de gênero, ou que a vulnerabilidade da ofendida seja decorrente da sua condição de mulher. Já a Sexta Turma, em recentes julgados, vem compreendendo que o estupro de vulnerável

cometido por pessoa relacionada à ofendida pelo vínculo doméstico e familiar deve ser destinado à Vara Especializada em Violência Doméstica, nos termos da Lei n. 11.340/2006.

QUESTÃO 113. Assim como não é possível ao juízo reconhecer circunstância agravante não descrita na denúncia, a indenização mínima pelo dano moral deve ser fixada na sentença penal condenatória por crime praticado contra a mulher no âmbito doméstico, desde que haja pedido expresso da acusação ou da ofendida, conforme entendimento do STJ.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo 385 do Código de Processo Penal: Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.

QUESTÃO 114. Aos crimes cometidos contra idosos, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse quatro anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099/1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal. O STF, contudo, vedou, nesses casos, a possibilidade de que fossem aplicadas quaisquer das medidas despenalizadoras previstas na Lei nº 9.099/1995.

Comentários

O item está errado.

A questão tratou sobre os crimes cometidos contra os idosos.

Numa leitura rápida, pode-se confundir com os crimes previstos no Estatuto do Idoso, mas em momento algum o enunciado menciona o dispositivo legal.

O art. 94 do Estatuto do Idoso dispõe:

“Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal”.

Claramente, a norma dispõe “Aos crimes previstos nesta Lei”, logo, não é todo e qualquer crime praticado contra o idoso que irá se aplicar a regra do art. 94 do Estatuto, razão pela qual, o item está errado.

QUESTÃO 115. João conduzia veículo automotor imprimindo a velocidade de 95 km/h numa via cuja sinalização indicava o limite máximo de 40 km/h. Ao pegar o celular para enviar uma mensagem, atropelou Pedro, causando-lhe lesões leves. A ação penal será condicionada à representação, salvo se João estivesse embriagado.

Comentários

O item está **errado**. A questão tratou sobre aspectos criminais do CTB. De acordo com a regra geral do art. 291, "caput", do CTB, em caso de lesão leve/culposa, o crime proceder-se-á mediante representação do ofendido: "Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber".

No entanto, na hipótese do enunciado, João conduzia o veículo a 95 km/ph, logo, 55 km/ph acima da velocidade máxima permitida (40 km/ph), razão pela qual aplica-se a regra do art. 291, § 1º, III, do CTB: "Art. 291 [...] § 1º Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver: [...] III - transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinqüenta quilômetros por hora)".

Logo, no caso a ação penal será pública incondicionada, dispensando a representação.

QUESTÃO 116. João, jovem negro morador de uma favela, foi abordado por Policiais Militares quando se aproximava de sua residência. A busca pessoal foi motivada pela atitude suspeita, visto o evidente nervosismo apresentado ao ver a viatura. Na sua posse foram encontrados cinquenta gramas de maconha, dividido em cinco porções de dez gramas. João foi capturado e conduzido à autoridade policial, onde permaneceu em silêncio. Os militares afirmaram que João teria confessado a destinação comercial do entorpecente. O Delegado ratificou o flagrante e comunicou a prisão à autoridade judicial competente, para quem João deverá ser apresentado em até 24 horas da comunicação do flagrante. Caso a autoridade judicial entenda pela ilegalidade da busca e determine o relaxamento da prisão, João deverá ser colocado imediatamente em liberdade, independentemente da expedição de alvará de soltura.

Comentários

O item está **errado**.

A ilegalidade conduz ao relaxamento da prisão. Nos termos do artigo 8º, § 5º, da Resolução n. 213 do CNJ: Proferida a decisão que resultar no relaxamento da prisão em flagrante, na concessão da liberdade provisória sem ou com a imposição de medida cautelar alternativa à prisão, ou quando determinado o imediato arquivamento do inquérito, a pessoa presa em flagrante delito será prontamente colocada em liberdade, mediante a expedição de alvará de soltura, e será informada sobre seus direitos e obrigações, salvo se por outro motivo tenha que continuar presa.

QUESTÃO 117. O reconhecimento pessoal é espécie de prova nominada, típica e irrepetível. Nominada porque é prevista expressamente na lei e típica porque seu procedimento probatório também está previsto em ato normativo. A despeito de ser prova irrepetível, não é possível ao juiz fundamentar a condenação exclusivamente no ato de reconhecimento, mesmo quando a vítima do roubo tenha manifestado grau máximo de confiança quanto ao reconhecimento do suspeito.

Comentários

O item está **errado.**

O reconhecimento pessoal é prova nominada, típica e repetível. O reconhecimento de pessoas e coisas não se confunde com o retrato falado. Este é formado a partir de informações prestadas ao perito por pessoa que tenha visto o autor do delito, sendo considerado não um meio de prova, mas sim um meio de investigação (Lima, 2017).

De acordo com o artigo 226 do Código de Processo Penal: "Art. 226. Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma: I - a pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida; II - a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la; III - se houver razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela; IV - do ato de reconhecimento lavrar-se-á auto pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por duas testemunhas presenciais. Parágrafo único. O disposto no nº III deste artigo não terá aplicação na fase da instrução criminal ou em plenário de julgamento."

QUESTÃO 118. O compartilhamento, para fins penais, de dados bancários e fiscais de contribuinte obtidos por meio da atividade fiscalizatória da Receita Federal com o Ministério Público, depende de prévia autorização do Poder Judiciário.

Comentários

O item está **errado**, pois na hipótese narrada não é necessária autorização judicial, conforme decidiu o STF no tema de repercussão geral n.º 990: "1. É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil, que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional. 2. O compartilhamento pela UIF e pela RFB, referente ao item anterior, deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios".

QUESTÃO 119. A Lei Federal n° 12.850/2013 conceitua organização criminosa de modo diverso do que estabelece a Convenção das Nações e Unidas, pois exige, para sua configuração, a associação de quatro ou mais pessoas. A despeito da diferença numérica para a caracterização de uma organização criminosa, ambas as definições normativas exigem que o grupo exista há algum tempo e que atue de modo estruturado e ordenado/concertado com a finalidade de obtenção de vantagens mediante a prática de infrações penais.

Comentários

O item está **errado**, pois o art. 1º, § 1º, da Lei n.º 12.850/2013 não exige que o grupo exista há algum tempo: "Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado. § 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional".

QUESTÃO 120. Dentre as técnicas especiais de investigações previstas na Lei nº 12.850/2013, a colaboração premiada mereceu especial atenção do legislador quando da reforma legislativa promovida pela Lei nº 13.964/2019. A norma atual estabelece que para verificar a regularidade, legalidade e voluntariedade do acordo o juiz deverá realizar a oitiva sigilosa do colaborador. Antes da reforma legislativa, a oitiva sigilosa era possível, mas não obrigatória.

Comentários

O item está **certo**, tendo a questão tratado sobre a colaboração premiada.

Conforme art. 4º, § 7º, da Lei n.º 12.850/2013: "Art. 4º [...] § 7º Realizado o acordo na forma do § 6º deste artigo, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)".

O verbo utilizado na redação atual é o "dever". A redação antiga trazia a seguinte disposição: "Art. 4º [...] § 7º Realizado o acordo na forma do § 6º , o respectivo termo, acompanhado das declarações do colaborador e de cópia da investigação, será remetido ao juiz para homologação, o qual deverá verificar sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo para este fim, sigilosamente, ouvir o colaborador, na presença de seu defensor".

Verifica-se que era uma faculdade do juiz ouvir ou não o colaborador em audiência.

QUESTÃO 121. Nos depoimentos que prestar, o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade." Conforme decidiu o STF, o dispositivo não é inconstitucional, mas o termo "renúncia" deve ser

interpretado conforme a Constituição, na medida em que o direito ao silêncio é irrenunciável e inalienável.

Comentários

O item está **certo**, tendo a questão tratado sobre a colaboração premiada.

Conforme decidiu o STF na ADI n.º 5.567: "[...] 5. Apesar da consagração do direito ao silêncio (art. 5º, LIV e LXIII, da CF/88), não existirá inconstitucionalidade no fato da legislação ordinária prever a concessão de um benefício legal que proporcionará ao acusado melhora na sua situação penal (atenuantes genéricas, causas de diminuição de pena, concessão de perdão judicial) em contrapartida da sua colaboração voluntária. Caberá ao próprio indivíduo decidir, livremente e na presença da sua defesa técnica, se colabora (ou não) com os órgãos responsáveis pela persecução penal. Os benefícios legais oriundos da colaboração premiada servem como estímulo para o acusado fazer uso do exercício de não mais permanecer em silêncio. Compreensível, então, o termo "renúncia" ao direito ao silêncio não como forma de esgotamento da garantia do direito ao silêncio, que é irrenunciável e inalienável, mas sim como forma de "livre exercício do direito ao silêncio e da não autoincriminação pelos colaboradores, em relação aos fatos ilícitos que constituem o objeto dos negócios jurídicos", haja vista que o acordo de colaboração premiada é ato voluntário, firmado na presença da defesa técnica (que deverá orientar o investigado acerca das consequências do negócio jurídico) e que possibilita grandes vantagens ao acusado. Portanto, a colaboração premiada é plenamente compatível com o princípio do *"nemo tenetur se detegere"* (direito de não produzir prova contra si mesmo) [...]". (ADI n.º 5.567, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 21/11/2023).

QUESTÃO 122. Ao prever que o Art. 16 que só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público", o dispositivo foi interpretado por diversos órgãos do Poder Judiciário como se fosse obrigatória a designação de audiência antes do recebimento da denúncia, sob pena de nulidade. A controvérsia foi afetada ao rito dos recursos repetitivos no STJ. O STF, por sua vez, reconheceu ser inconstitucional a designação da audiência de ofício ou a requerimento da outra parte que não a ofendida.

Comentários

O item está **certo**.

A questão tratou sobre a audiência do art. 16 da Lei Maria da Penha.

Conforme decidiu o STF na ADI n.º 7.267: "[...] 5. Apenas a ofendida pode requerer a designação da audiência para a renúncia à representação, sendo vedado ao Poder Judiciário designá-la de ofício ou a requerimento de outra parte. 6. Ação direta julgada parcialmente procedente, para reconhecer a inconstitucionalidade da designação, de ofício, da audiência nele prevista, assim como da inconstitucionalidade do reconhecimento de que eventual não comparecimento da vítima de violência doméstica implique retratação tácita ou renúncia tácita ao direito de representação [...]". (ADI n.º 7.267, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 22/8/2023).

QUESTÃO 123. No contexto de violência doméstica contra a mulher, a ação penal no crime de ameaça é condicionada à representação, mas a ação penal devido à agressão física leve – contravenção penal de vias de fato e lesão corporal leve – é processada mediante ação penal pública incondicionada. No caso da lesão corporal leve praticada contra a mulher no âmbito doméstico, a ação penal será pública incondicionada porque não se aplica a Lei nº 9.099/1995, que passou a exigir a condição específica de procedibilidade para o processamento dos crimes de lesão corporal leve.

Comentários

O item está **certo**, sendo que a questão tratou sobre a ação penal nos crimes praticados no ambiente doméstico, com e sem ameaça.

O item está correto conforme se infere do art. 147, parágrafo único, do CP, que prevê a necessidade de representação para a ameaça, do art. 17 da Lei das Contravenções Penais, que prevê ação penal pública para todas as contravenções e da Súmula n.º 542 do STJ, que consolida a posição do STJ em entender como de ação penal pública incondicionada a referente ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher: "Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. Parágrafo único - Somente se procede mediante representação". "Art. 17. A ação penal é pública, devendo a autoridade proceder de ofício".

"Súmula n.º 542 do STJ: A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada".

QUESTÃO 124. A despeito da inovação legislativa, que estabeleceu que "as medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência", prevalece a controvérsia no âmbito do STJ quanto à natureza jurídica das medidas protetivas de urgência. Enquanto uma Turma entende que tais medidas têm natureza penal a outra sustenta sua natureza de tutela inibitória.

Comentários

O item está **certo**.

A questão tratou das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha.

De acordo com o art. 19, § 5º, da Lei Maria da Penha, incluído pela Lei nº 14.550/2023, a concessão das medidas protetivas independem de: (a) tipificação penal da violência; (b) do ajuizamento de ação penal ou cível; (c) da existência de inquérito policial, ou; (d) do registro de boletim de ocorrência: "Art. 19 [...] § 5º As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência".

Além disso, de fato, há uma controvérsia entre a 5ª e 6ª turma do STJ acerca da natureza jurídicas das medidas protetivas.

A 5ª turma entende que possui natureza penal: "As medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do art. 22 da Lei Maria da Penha têm natureza de cautelares penais, não cabendo falar em citação do requerido para apresentar contestação, tampouco a possibilidade de decretação da revelia, nos moldes da lei processual civil". (REsp n.º 2.009.402-GO, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Rel. Acd. Min. Joel Ilan Paciornik, 5ª Turma, por maioria, julgado em 08/11/2022.)

A 6ª turma entende que possui natureza inibitória: "A natureza jurídica das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha é de tutela inibitória e não cautelar, inexistindo prazo geral para que ocorra a reavalição de tais medidas, sendo necessário que, para sua eventual revogação ou modificação, o Juízo se certifique, mediante contraditório, de que houve alteração do contexto fático e jurídico". (REsp n.º 2.036.072-MG, Rel. Min. Laurita Vaz, 6ª Turma, julgado em 22/8/2023, DJe 30/8/2023.)

João foi preso sob a acusação de tráfico de drogas. Há suspeita de que sua abordagem teria sido realizada com abuso por parte dos agentes policiais, que teriam plantado a droga e forjado o flagrante. O caso ganhou destaque na mídia, especialmente pelo fato de João ser jovem, negro e morador de uma comunidade carente, levantando preocupações sobre a atuação policial e o sistema de justiça criminal. Julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 125. A teoria do etiquetamento argumenta que o processo de rotulação de um indivíduo como criminoso pode aumentar a probabilidade de reincidência; no entanto, destaca que, em certos casos, a aplicação de rótulos pode ser necessária para manter a ordem social, desafiando a ideia de que o etiquetamento é sempre prejudicial.

Comentários

O item está **errado**.

A questão tratou sobre a teoria do etiquetamento social ou "*labelling approach*".

Trata-se de uma teoria que precede à criminologia crítica que conhecemos atualmente, e que buscava apontar o Estado como um autor de processos de estigmatização e marginalização, sendo, portanto, uma prática que não trazia quaisquer benefícios, razão pela qual o item está errado.

QUESTÃO 126. Considerando a teoria do etiquetamento, é essencial que o Ministério Público adote uma abonordagem mais individualizada e no controle da atividade policial, visando evitar estigmatização e discriminação.

Comentários

O item está **certo**.

A questão tratou sobre a teoria do etiquetamento social ou "*labelling approach*".

Como sendo uma teoria com viés crítico aos processos de criminalização, a teoria do etiquetamento denuncia a questão referente ao perfilamento racial na criminalização secundária, que os agentes do Estado identificam determinados grupos sociais como criminosos ou como potencialmente criminosos, o que exige do promotor de justiça postura no sentido de confrontar os depoimentos dos agentes com os demais depoimentos, sem subvalorizar ou supervalorizar a prova do seu depoimento.

QUESTÃO 127. A Política Nacional sobre Drogas no Brasil preconiza a responsabilidade concentrada do Estado na promoção das atividades do Sisnad, na abordagem repressiva e na adoção de estratégias alternativas.

Comentários

O item está **certo**, tendo em vista que é a política criminal adotada no Brasil. Aliás, neste sentido, foi editado o Decreto n.º 9.761/2019 aprovando a Política Nacional sobre Drogas, sendo que o artigo 3º do instrumento deixa claro o protagonismo do Estado na promoção das atividades: "Art. 3º A Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública articularão e coordenarão a implementação da Pnad, no âmbito de suas competências".

Maria foi casada com João por dez anos. Em uma década de coabitação, o casal teve discussões constantes, com xingamentos e agressões verbais, especialmente por parte de João. Houve algumas separações esporádicas e de curta duração, nas quais Maria chegou a se envolver amorosamente com outras pessoas. Todavia, sempre retornou ao convívio de João, em uma situação de dependência emocional. Recentemente, após mais uma briga, Maria decidiu pedir divórcio e dar fim à relação. João, ao ser comunicado da decisão, não a aceitando, agrediu sua esposa e foi processado criminalmente por isso. Julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 128. O questionamento à vítima, na audiência de instrução criminal, sobre seu comportamento sexual pretérito e as discussões do casal, não causa revitimização, tampouco implica em ilegalidade, uma vez que há relação com os fatos da causa.

Comentários

O item está **errado**. A questão tratou sobre os processos revitimização ou vitimização secundária.

Na hipótese, ao questionamento sobre o comportamento sexual pretérito da vítima, elemento que não guarda relação com os fatos, constitui odiosa conduta, que provoca a vitimização secundária à ofendida e que é rechaçada pelo ordenamento, inclusive, através da Lei Mariana Ferrer, que incluiu ao CPP o art. 400-A: "Art. 400-A. Na audiência de instrução e julgamento, e, em especial, nas que apurem crimes contra a dignidade sexual, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão zelar pela integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas: I - a

manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos; II - a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas".

QUESTÃO 129. O fato de Maria ter recorrentemente retornado ao convívio de João influenciou na dinâmica do relacionamento e, em caso de condenação, serve como circunstância judicial favorável a João na dosimetria da pena, uma vez que o comportamento da vítima facilitou o delito.

Comentários

O item está **errado**, pois em hipótese alguma o comportamento da vítima "facilita" o comportamento do agressor que pratica violência doméstica contra a mulher, seja ela física, ou psicológica.

QUESTÃO 130. O ciclo da violência doméstica contra a mulher é comumente descrito pela teoria criminológica como possuindo três fases - a tensão; o ato de violência; e, a lua de mel, que costumam se suceder nessa ordem.

Comentários

O item está **certo**.

A questão tratou do ciclo da violência doméstica.

De fato, o ciclo da violência, trata das três fases mencionada, a saber:

1ª) Tensão: o agressor se mostra irritado por fatos insignificantes, chegando a picos de raiva, humilhando e ameaçando a vítima.

2ª) Ato de violência: é o ápice da raiva do agressor, que resulta em ato de violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial.

3ª) Lua de mel: caracteriza-se pelo arrependimento do agressor em busca da reconciliação, o que, geralmente, faz a vítima ceder achando que de fato o agressor irá mudar de comportamento.

Obtida a reconciliação, o ciclo de reinicia e, não raras vezes, o ato de violência resulta em feminicídio.

QUESTÃO 131. Suponha que a Joaquim sobrevenha doença mental no curso da execução de sua pena privativa de liberdade. Não poderá a pena ser convertida em medida de segurança, uma vez que tratar-se-á de agravamento ao apenado, posto que não há limitação no tempo de cumprimento da pena.

Comentários

O item está **errado**. A questão tratou sobre doença mental superveniente e limitação temporal das medidas de segurança.

O item está errado por dois motivos. O primeiro é porque o juiz poderá determinar a substituição, inclusive de ofício, conforme prescreve o art. 183 da LEP: "Art. 183. Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da autoridade administrativa, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança".

O segundo erro está na afirmação de que não há limitação de tempo para cumprimento da medida de segurança, pois conforme a Súmula n.º 527 do STJ, a duração da medida de segurança não poderá superar o máximo da pena cominada para o delito em abstrato: "Súmula n.º 527: O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado".

QUESTÃO 132. A prática de fato previsto como crime culposo constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.

Comentários

O item está **errado**.

A questão tratou sobre a falta grave.

A prática de crime culposo não se insere no rol taxativo de hipóteses de cometimento de falta grave previstas no art. 50 e 51 da LEP: "Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina; II - fugir; III - possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem; IV - provocar acidente de trabalho; V - descumprir, no regime aberto, as condições impostas; VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei. VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo. (Incluído pela Lei nº 11.466, de 2007) VIII - recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético. [...] Art. 51. Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que: I - descumprir, injustificadamente, a restrição imposta; II - retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta; III - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei".

O art. 52 da LEP em seu "caput" indica que constituiu falta grave a prática de crime "doloso" que ocasione subversão da ordem ou disciplina internas poderá ensejar a adoção do RDD, mas não dispõe sobre crime "culposo": "Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: I - duração máxima de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção

por nova falta grave de mesma espécie; II - recolhimento em cela individual; III - visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas; IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso; V - entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário; VI - fiscalização do conteúdo da correspondência; VII - participação em audiências judiciais preferencialmente por videoconferência, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso".

QUESTÃO 133. Marcos, maior e capaz, é condenado por homicídio doloso. Nesta situação, Marcos será submetido obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (Ácido Desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.

Comentários

O item está **certo**.

A questão tratou sobre a identificação de perfil genético.

A regra indicada no enunciado está prevista no art. 9º-A da LEP, incluído pela Lei n.º 13.964/2019: "Art. 9º-A. O condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional".

QUESTÃO 134. No Brasil, são vedadas as sanções coletivas aos presos que praticam falta grave em estabelecimento prisional, tratando-se de um desdobramento lógico do princípio constitucional da personalidade da pena (Art. 5º, XLV), havendo a necessidade da individualização da conduta para o reconhecimento da falta grave praticada pelo apenado em autoria coletiva.

Comentários

O item está **certo**.

A questão tratou acerca de disposições gerais sobre sanções na execução penal.

O item está certo, pois está de acordo com a regra constitucional mencionada (art. 5º, XLV) e com a regra do art. 45, § 3º, da LEP:

"Art. 5º [...] XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido".

"Art. 45. Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar. [...] § 3º São vedadas as sanções coletivas".

QUESTÃO 135. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, será remunerado, estando sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, não podendo ser inferior a um salário mínimo.

Comentários

O item está **errado**.

A questão tratou sobre o trabalho do apenado.

O item está errado pois a regra do art. 29 da LEP não impõe a obrigatoriedade do salário-mínimo, dispondo apenas que o apenado não poderá receber menos que 75% do salário-mínimo: "Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo".

Por sua vez, o STF em sede de controle concentrado de constitucionalidade, declarou como constitucional a norma do art. 29 da LEP: "O patamar mínimo diferenciado de remuneração aos presos previsto no art. 29, caput, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP) não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário-mínimo prevista no art. 7º, IV, da Constituição Federal". (ADPF n.º 336/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 27/2/2021, informativo n.º 1.007).

QUESTÃO 136. Sebastião, preso provisório, é líder em organização criminosa. Não é aplicável o regime disciplinar diferenciado; porém, é possível sua transferência para estabelecimento prisional federal.

Comentários

O item está **errado**.

A questão tratou sobre o regime disciplinar diferenciado (RDD).

O RDD se aplica na hipótese descrita, em que Sebastião, embora seja um preso provisório, é líder de organização criminosa, conforme a regra do art. 52, § 1º, II, da LEP: "Art. 52 [...] § 1º O regime disciplinar diferenciado também será aplicado aos presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros: [...] II - sob os quais recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em

organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, independentemente da prática de falta grave".

QUESTÃO 137. Luíza e Carlos querem se casar, entretanto não têm onde morar após a sua união. A mãe de Luíza, que reside em uma pequena casa em uma comunidade, ofereceu a eles a possibilidade de construírem sobre a laje da sua residência, o que foi feito. Não existiu contrato escrito entre as partes. Levando em conta os bens reciprocamente considerados, pela falta de contrato escrito e pelo princípio do acessório acompanha o principal, a aplicação da lei e da jurisprudência implicam que o que foi construído se acresce ao patrimônio da mãe de Luíza, não havendo direitos a serem reclamados por Luíza e Carlos. Caso houvesse um contrato escrito ou a edificação tivesse sido feita no terreno ao fundo do lote e não na laje da casa seria possível requerer-se eventual indenização pelo que foi gasto com a edificação. Na situação que foi narrada, não existe esta hipótese.

Comentários

O item está **errado**.

Na situação narrada, existe a hipótese de eventual requerimento de indenização pelo que foi gasto com a edificação. Nos termos dos arts. 1.253 e 1.255 do Código Civil, in verbis: "Art. 1.253. Toda construção ou plantação existente em um terreno presume-se feita pelo proprietário e à sua custa, até que se prove o contrário. Art. 1.255. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções; se procedeu de boa-fé, terá direito a indenização".

QUESTÃO 138. Havendo simulação de negócio jurídico, o vício que se aplica ao negócio jurídico deve ser considerado relativo e, por natureza, passível de anulação em ação própria para este fim.

Comentários

O item está **errado**.

No Código Civil de 2002, a simulação é causa de nulidade negocial. Nesse sentido, dispõe o art. 167 do Código Civil: "É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma".

QUESTÃO 139. O testamento vital é um instrumento de garantia do exercício de autonomia da vontade, o qual o indivíduo, em vida, dispõe sobre sua vontade para determinadas ocorrências incertas e futuras que possam acometer sua capacidade de decidir sobre situações que envolvam sua saúde. Trata-se de negócio jurídico atípico, sem forma prescrita em lei, e plurilateral, uma vez que envolve a vontade do indivíduo, vinculando futuramente aqueles que lhe oferecem tratamento de saúde e os familiares do testador.

Comentários

O item está **errado**.

O testamento vital, também denominado de diretivas antecipadas, consiste em negócio jurídico unilateral, consoante afirma a doutrina majoritária. Sobre o tema, a Resolução 1.995, do Conselho Federal de Medicina (CFM), estabelece os critérios para que qualquer pessoa – desde que maior de idade e plenamente consciente – possa definir junto ao seu médico quais os limites de terapêuticos na fase terminal. De acordo com Cristiano Chaves: "Através dessas diretivas antecipadas (também chamadas de testamento vital ou living will), o paciente pode definir, enquanto estiver no gozo de suas faculdades mentais, os limites terapêuticos a serem adotados em seu tratamento de saúde, em eventual hipótese de estado terminal. Exige-se, para tanto, declaração expressa de vontade (diretiva antecipada de vontade, consoante a expressão consagrada na Espanha). Esta declaração, por óbvio, terá validade e eficácia e prevalecerá inclusive, sobre qualquer outro parecer não médico e sobre a própria manifestação de vontade dos familiares (§ 3º do art. 2º da Resolução)".

QUESTÃO 140. Ocorre a ineficácia do negócio jurídico classificada como pendente ou simples, quando falta um elemento necessário à eficácia de um negócio jurídico em formação, seja um elemento acessório, por exemplo, uma condição suspensiva definida pelas partes. Podendo ser um elemento alheio à vontade das partes que instituíram, por exemplo, a transferência de propriedade imóvel, já escriturada, entretanto, pendente da tradição da posse. Por outro lado, ocorre a ineficácia relativa quando em realidade o negócio jurídico é válido e eficaz entre as partes; no entanto, não é válido e eficaz em relação a uma terceira pessoa, por não ser oponível contra esta, por qualquer razão que seja.

Comentários

O item está **certo**.

Em sua obra "Ineficácia do ato jurídico e a reforma do Código Civil", Francisco Pereira de Bulhões Carvalho afirma que: "Ocorre ineficácia pendente ou simples quando falta um elemento integrativo à plena eficácia dum negócio em formação, quer se trate dum elemento acessório exigido pela vontade das partes (negócio sob condição suspensiva), quer de elemento estranho àquela vontade ... Ocorre ineficácia relativa, ou inoponibilidade, se o contrato, válido entre as partes, não é oponível a terceiro".

QUESTÃO 141. Foi constituída uma sociedade limitada cujo capital social declarado no Contrato Social é de um milhão de reais. No ato de constituição, consta que foram integralizados, no ato de constituição, metade deste valor, quinhentos mil reais em dinheiro e bens, fato que pode ser comprovado. Após dois anos de funcionamento, a Limitada possui patrimônio no valor total de 1,5 milhão de reais, devido ao lucro que foi apurado nos dois primeiros exercícios. Em nenhum momento foi feita a integralização de quinhentos mil reais relativos ao que foi prometido no Contrato Social original pelos sócios, bem como não houve qualquer documento que indicasse que o lucro da sociedade foi utilizado para este fim. Neste contexto, podemos afirmar que o Capital Social está integralizado, uma vez que a sociedade tem patrimônio superior ao que

consta no Contrato Social, ainda que advindo de lucro pela operação e, desta feita, não seria possível em caso de endividamento exigir-se dos sócios que completem a integralização do capital, conforme constante no Contrato Social.

Comentários

O item está **errado.**

Assim dispõe o art. 1.052 do CC/2002: "Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."

QUESTÃO 142. Uma Fundação privada, instituída em 1972, tem por objeto a prestação de serviços de saúde e é a mantenedora de um hospital em um determinado município de Santa Catarina. Exercendo a função de "zelar" pelas fundações privadas, o Promotor de Justiça local, analisando as contas e balanços patrimoniais da fundação dos últimos anos, percebeu que a situação financeira está precária, com clara deterioração do patrimônio de instituição. Concluindo em sua análise que o problema do desequilíbrio financeiro está atrelado à má gestão, com pagamentos excessivos a diretores e conselheiros e gestão temerária do hospital, o Promotor promoveu Ação Civil Pública, com pedido liminar de afastamento dos diretores e conselheiros e nomeação de interventor, para buscar o reequilíbrio financeiro da Fundação e propiciar a manutenção do funcionamento do hospital da mantenedora. A atitude do Promotor está juridicamente correta.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme a legislação, cabe às fundações prestar assistência social à pessoa carente, na área da Saúde e em outras áreas assistenciais, com atendimento gratuito àqueles que necessitarem. Logo, uma fundação privada, como toda fundação, tem como finalidade a execução de serviços de interesse difuso ou coletivo.

Assim dispõe o art. 62, parágrafo único, IV, do CC/2002: "Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins de: (Redação dada pela Lei nº 13.151, de 2015) (...) IV – saúde; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)

Por sua vez, o art. 66 do CC/2002 determina que velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.

Ademais, segundo arts. 1º, IV, e 4º da Lei de Ação Civil Pública: "Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (...) IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (...) Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico."

QUESTÃO 143. A desconsideração inversa da personalidade jurídica é o ato jurídico pelo qual no início do processo judicial se faz o pedido de responsabilização contra a sociedade e, também, contra os sócios, sob o fundamento de fraude ou de confusão patrimonial. Neste caso, ao contrário da desconsideração tradicional, na qual uma vez que não se encontra o patrimônio da sociedade para satisfazer eventual crédito e, por consequência, instaura-se procedimento incidental de desconsideração, para tentar alcançar o patrimônio dos sócios, na desconsideração inversa, desde o início do processo judicial, já existe a demanda contra a sociedade e os sócios.

Comentários

O item está **errado**.

No que se refere à desconsideração inversa da personalidade jurídica, também denominada de desconsideração às avessas, busca-se responsabilizar a sociedade (pessoa jurídica) por obrigações assumidas pessoalmente pelos sócios. Ademais, ao discorrer acerca da possibilidade de desconsideração inversa, o art. 50, § 3º, do Código Civil afirma que: "O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)".

QUESTÃO 144. O domicílio do preso é necessário, sendo onde cumprir a sentença. No caso de pessoa jurídica, ainda que o estatuto social indique um domicílio especial, cada estabelecimento em local diferente será considerado domicílio para os atos nele praticados. Neste segundo caso, uma vez que as obrigações sejam contratuais e não sejam de natureza de consumo, os contratantes podem especificar o domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes e decorrentes, o que será válido, para os efeitos legais.

Comentários

O item está **certo**.

A primeira parte do item está correta, com fundamento no art. 76, caput e parágrafo único, do Código Civil: "Art. 76. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. Parágrafo único. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença". A segunda parte do item também está certa, nos termos do art. 75, IV e §1º, do Código Civil: "Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos. § 1º Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados". Além disso, destaca-se o teor do art. 78 do diploma civilista, segundo o qual: "Art. 78. Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes".

QUESTÃO 145. Um indivíduo, em representação formal de outro, praticou um ato que estava dentro dos poderes expressos no instrumento de representação, ainda que de forma genérica; entretanto, o ato praticado pelo representante, de forma nítida, foi contrário aos interesses do representado. Considerando que pode ser comprovada a não intenção do representado em permitir a realização do ato, nos termos em que foi realizado, o negócio jurídico em desafio será anulável, independentemente da boa-fé do terceiro com quem foi firmado o negócio. O representante será responsável por ressarcir os prejuízos que tenha dado causa ao representado ou ao terceiro, uma vez anulado o negócio jurídico.

Comentários

O item está **errado**.

Na situação apresentada, será preservado o direito de terceiro adquirente de boa-fé, em atenção à teoria da aparência. De acordo com o art. 119 do Código Civil: "Art. 119. É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou". Ademais, a solução do caso apresentado também exige a análise do entendimento do STJ no EDcl no REsp 1747956/SP: "3.1 Na hipótese dos autos, a procuração foi outorgada por empresa que adequada e legitimamente representava a pessoa jurídica, titular do imóvel. Como se tratava de ato de gestão, inerente ao seu objeto social, a empresa administradora poderia realizar a venda do imóvel diretamente ou por meio de procuração. Haveria, nesse último caso, contudo, de especificar os atos e as operações que poderiam ser praticadas pelo mandatário, o que não foi observado no ato então em exame. Assim, embora a procuração outorgada pela administradora ao mandatário não contivesse, em seu conteúdo, nenhuma falsidade ou finalidade proibida em lei, não teria o condão de produzir os efeitos pretendidos e delimitados na escritura pública de compra e venda. Reconheceu-se, nesse quadro, que o excesso de mandato a que incorreu a administradora, por ato de seu Diretor-Presidente, não poderia ser oposto ao terceiro adquirente de boa-fé, em atenção à Teoria da aparência. (EREsp n. 1.747.956/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Segunda Seção, julgado em 9/8/2023, DJe de 16/8/2023.)".

QUESTÃO 146. Em um processo judicial, discute-se a possibilidade de alteração de nome e gênero no registro civil, mesmo sem que a pessoa tenha passado por cirurgia de transgenitalização (mudança de sexo). Neste feito, o Ministério Público se manifestou, entendendo ser parte legítima para tanto, pelo fato de o mérito referir-se aos registros públicos e ser papel do Parquet zelar pela veracidade das informações constantes nos registros públicos. Também fundamentando a manifestação no fato de ser papel do Ministério Público a defesa e tutela da dignidade da pessoa humana, entendendo que a identidade de gênero, enquanto compreensão da pessoa em relação a si mesma, é claramente um direito da personalidade e, enquanto tal, passível de manifestação da Promotoria, enquanto interesse coletivo frente à alteração do registro. Os argumentos apresentados são corretos e justificam a atuação ministerial.

Comentários

O item está **certo**.

Considerando que o indivíduo optou por exercer a faculdade de alteração do nome pela via judicial, verifica-se que o item está certo, pois a intervenção do Ministério Público tem como fundamento o art. 178, I, do Código de Processo Civil: "Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I - interesse público ou social". Além disso, há previsão de atuação ministerial no art. 109, caput e §1º, da Lei 6.015/1973: "Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. § 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias".

Porém, a questão é passível de anulação, pois a redação do item encontra-se desatualizada e em desacordo com o entendimento do STF no julgamento do Recurso Extraordinário 670.422 (Tema 761 da repercussão geral), no qual fixou a seguinte tese: "I) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa".

QUESTÃO 147. Márcia e Pedro celebraram um instrumento particular, que foi assinado por ambas as partes. O referido instrumento prova as obrigações convencionais de qualquer valor; mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público.

Comentários

O item está **certo**.

Trata-se da redação literal do art. 221 do Código Civil, in verbis: "O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor; mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público".

QUESTÃO 148. Luíza, uma adolescente de dezesseis anos, sem o consentimento de seus responsáveis legais, realiza compras na Loja Utilidades Ltda. No entanto, Luíza excede o limite de compras e causa um grande prejuízo financeiro à sua família. Luíza responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ela responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

Comentários

O item está **certo**.

Trata-se da responsabilidade civil do incapaz, nos termos do art. 928 do Código Civil: "Art. 928. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. Parágrafo único. A indenização prevista neste artigo, que deverá ser eqüitativa, não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem". De acordo com o entendimento do STJ, a responsabilidade civil do incapaz pela reparação dos danos é subsidiária e mitigada, conforme trecho do julgado do REsp n. 1.436.401/MG: "É subsidiária porque apenas ocorrerá quando os seus genitores não tiverem meios para ressarcir a vítima; é condicional e mitigada porque não poderá ultrapassar o limite humanitário do patrimônio mínimo do infante (CC, art. 928, par. único e En. 39/CJF); e deve ser equitativa, tendo em vista que a indenização deverá ser equânime, sem a privação do mínimo necessário para a sobrevivência digna do incapaz (CC, art. 928, par. único e En. 449/CJF)".

QUESTÃO 149. Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais, garantido, também, que: as partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução; a alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada; e, a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.

Comentários

O item está **certo**.

Trata-se da literalidade do art. 421-A, caput e incisos I a III, do Código Civil, que foi incluído pela Lei nº 13.874, de 2019: "Art. 421-A. Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais, garantido também que: I - as partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução; II - a alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada; e III - a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada".

QUESTÃO 150. Maria adquire um celular em uma loja de eletrônicos. Após algumas semanas de uso, o aparelho começa a apresentar defeitos recorrentes, afetando seu funcionamento. Maria procura a loja para solicitar a troca do celular ou um abatimento no preço, mas a loja se recusa a atender ao pedido. O direito de Maria decai no prazo de trinta dias contado da data do defeito do produto, ou se já estava na posse, o prazo conta-se da data da entrega, reduzido à metade.

Comentários

O item está **errado**.

Na situação hipotética, trata-se de relação consumerista, cujo prazo decadencial é de 90 (noventa) dias, nos termos do art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor: "Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis".

QUESTÃO 151. Se a obrigação for indeterminada, e não houver na lei ou no contrato disposição fixando a indenização devida pelo inadimplente, apurar-se-á o valor das perdas e danos na forma que a lei processual determinar.

Comentários

O item está **certo**.

Dispõe o art. 946 do Código Civil: "Art. 946. Se a obrigação for indeterminada, e não houver na lei ou no contrato disposição fixando a indenização devida pelo inadimplente, apurar-se-á o valor das perdas e danos na forma que a lei processual determinar".

QUESTÃO 152. João decide comprar um terreno para construir a casa dos seus sonhos. Ele encontra um vendedor, Carlos, que lhe oferece um terreno com uma excelente localização e por um preço razoável. João, confiante na negociação, adquire o terreno e paga o valor acordado. No entanto, alguns meses depois, João é surpreendido por uma ação judicial movida por outra pessoa, Maria, que reivindica a propriedade do terreno com base em um documento anterior registrado em cartório. Após análise da situação, é determinado que Maria possui de fato o direito de propriedade sobre uma parte do terreno que João adquiriu. Neste caso, considera-se uma evicção parcial, mas considerável, pois João perdeu parte do terreno que comprou devido à reivindicação legítima de Maria. Diante disso, João tem o direito de optar entre duas alternativas: a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.

Comentários

O item foi considerado pela banca como **correto**, com base, provavelmente, no art. 455 do CC. No entanto, o enunciado não permite concluir que a evicção foi considerável, pois o examinador não detalhou a área perdida, razão pela qual a questão deve ser anulada.

No caso, indica-se que Maria seria dona de uma parcela do terreno de João, mas não há qualquer indício do tamanho da área. Dessa forma, Maria poderia possuir direito sobre $1m^2$, situação na qual, a toda evidência, a evicção não seria considerável. A omissão, portanto, faz a questão padecer de vício, passível de recurso, pois prejudica o julgamento objetivo do item.

No caso, a extensão da evicção parcial é relevante, pois a solução jurídica é diversa de acordo com a hipótese (se considerável ou se não for considerável).

Dispõe o art. 455 do Código Civil que: "Se parcial, mas considerável, for a evicção, poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido. Se não for considerável, caberá somente direito a indenização".

QUESTÃO 153. João, após ser demitido de seu emprego, descobre que possui uma dívida antiga com um antigo fornecedor de serviços. Sabendo que existe a possibilidade de prescrição da dívida, João procura orientação jurídica para entender quais circunstâncias podem impedir ou suspender o prazo prescricional. Se a dívida de João for relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos irá prescrever em três anos.

Comentários

O item está **certo**.

De fato, no caso o prazo prescricional é de 3 (três) anos, nos termos do art. 206, §3º, I, do Código Civil: "Art. 206. Prescreve: § 3º Em três anos: I - a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos".

João e Maria, amigos de longa data, decidem empreender juntos e abrem uma empresa de prestação de serviços. No entanto, após alguns meses, a empresa enfrenta dificuldades financeiras e acaba contraindo uma dívida considerável com um fornecedor. Diante disso, surge a discussão sobre a responsabilidade das obrigações de João e Maria em relação a essa dívida. Julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 154. Se João falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível; mas todos reunidos poderão ser considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores.

Comentários

O item está **errado**.

De acordo com o art. 265 do Código Civil: "Art. 265. A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes".

Portanto, considerando que a questão não afirma expressamente que há solidariedade passiva, é inaplicável o art. 276 do Código Civil ao caso, que traz regra específica para a hipótese de morte de um dos devedores solidários: "Art. 276. Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores".

QUESTÃO 155. Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada herdeiro terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder à parte da herança que lhe foi destinada, independentemente da obrigação ser ou não indivisível.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata de tema relacionado com a solidariedade ativa. Dispõe o art. 270 do Código Civil que: "Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível". Analisando o dispositivo legal, Flávio Tartuce afirma que: "A premissa não deverá ser aplicada se a obrigação for naturalmente indivisível, como no exemplo da entrega de um animal para fins de reprodução ou de um veículo. Nesse caso, se um dos credores falecer, o cumprimento dessa obrigação indivisível ocorrerá se o objeto for entregue a qualquer um dos sucessores deste. É pertinente frisar que esse efeito não mantém relação com a solidariedade, mas sim com a indivisibilidade da obrigação".

QUESTÃO 156. Paulo contratou os serviços de uma empresa de reformas para realizar obras em sua casa. Após o início dos trabalhos, a empresa não cumpriu o prazo estabelecido e deixou várias pendências na obra, gerando prejuízos para Paulo. Diante disso, Paulo decide acionar judicialmente a empresa. Ainda que se não alegue prejuízo, é obrigado o devedor aos juros da mora que se contarão assim às dívidas em dinheiro, como às prestações de outra natureza, uma vez que lhes esteja fixado o valor pecuniário por sentença judicial, arbitramento, ou acordo entre as partes.

Comentários

O item está **certo**.

Nos termos do art. 407 do Código Civil: "Ainda que se não alegue prejuízo, é obrigado o devedor aos juros da mora que se contarão assim às dívidas em dinheiro, como às prestações de outra natureza, uma vez que lhes esteja fixado o valor pecuniário por sentença judicial, arbitramento, ou acordo entre as partes".

Nos termos da Lei nº 10.406/2002, que institui o Código Civil, e da jurisprudência do STJ, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 157. Em se tratando de usufruto estabelecido por ato inter vivos, o usufrutuário sobrevivente tem o dever de prestar contas dos frutos referentes ao quinhão de usufrutuário falecido no processo de inventário.

Comentários

O item está **errado**.

De acordo com o entendimento do STJ no REsp 1.942.097-MT, o usufrutuário sobrevivente não tem o dever de prestar contas dos frutos referentes ao quinhão de usufrutuário falecido no processo de inventário. Destaca-se trecho da ementa do mencionado julgado: "2. Não tendo sido estipulada cláusula prevendo o direito de se acrescer o quinhão do usufrutuário falecido ao quinhão do usufrutuário sobrevivente, a partir da sua morte, aquele quinhão volta ao nu-proprietário. 3. Não há como entender que o usufrutuário sobrevivente deveria prestar contas dos frutos referentes ao quinhão de usufrutuário falecido no processo de inventário, haja vista que o referido quinhão não foi acrescido ao seu e nem transmitido aos herdeiros. (REsp n. 1.942.097/MT, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 7/11/2023, DJe de 10/11/2023.)".

QUESTÃO 158. Subsistindo o condomínio sobre determinado bem imóvel após a partilha, por ato voluntário dos coerdeiros que aceitaram a herança, os sucessores coproprietários do imóvel respondem solidariamente pelas respectivas despesas condominiais, independentemente da expedição do formal de partilha, resguardado o direito de regresso.

Comentários

O item está **certo**.

Acerca do tema, destaca-se trecho do julgamento do STJ no REsp 1.994.565-MG: "5. Portanto, subsistindo o condomínio sobre determinado bem imóvel após a partilha, não mais por disposição legal, mas por ato voluntário dos coerdeiros que aceitaram a herança, respondem solidariamente os sucessores coproprietários do imóvel pelas respectivas despesas condominiais, independentemente da expedição do formal de partilha, aí não se aplicando a regra legal de que o herdeiro somente responde pelas forças da herança, resguardado o direito de regresso constante do art. 283 do CC. 6. Recurso especial desprovido. (REsp n. 1.994.565/MG, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 26/9/2023, DJe de 3/10/2023.)".

QUESTÃO 159. É inválida a disposição testamentária que institui filha coerdeira como curadora especial dos bens deixados à irmã incapaz, ainda que relativamente aos bens integrantes da parcela disponível da herança, desde que esta se encontre sob o poder familiar ou tutela de terceiro.

Comentários

O item está **errado**.

De acordo com o entendimento do STJ, é válida a mencionada disposição testamentária. A seguir destaca-se trecho do REsp 2.069.181-SP: "1. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 1.733 do Código Civil, 'quem institui um menor herdeiro, ou legatário seu, poderá nomear-lhe curador especial para os bens deixados, ainda que o beneficiário se encontre sob o poder familiar, ou tutela'. 4. Na hipótese, em atenção à soberania da vontade da testadora, a considerar a existência de expressa previsão normativa a facultar

a nomeação de curador especial de patrimônio testado à criança ou adolescente, independentemente do exercício do poder familiar pelo genitor, impõe-se o provimento do apelo extremo para declarar a validade da disposição testamentária. 3. Recurso especial provido. (REsp n. 2.069.181/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 10/10/2023, DJe de 26/10/2023.)

QUESTÃO 160. A respeito da celebração do casamento, quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a de seu substituto, poderá o casamento ser celebrado na presença de seis testemunhas, que com os nubentes não tenham parentesco em linha reta, ou, na colateral, até segundo grau.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do casamento nuncupativo (em viva voz) ou in extremis vitae momentis, ou in articulo mortis, previsto no art. 1.540 do CC. De acordo com o dispositivo legal: "Art. 1.540. Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a de seu substituto, poderá o casamento ser celebrado na presença de seis testemunhas, que com os nubentes não tenham parentesco em linha reta, ou, na colateral, até segundo grau".

QUESTÃO 161. Acerca do direito real de laje, em caso de alienação de qualquer das unidades sobrepostas, terão direito de preferência, em igualdade de condições com terceiros, os titulares da construção-base e da laje, nessa ordem, que serão cientificados por escrito para que se manifestem no prazo de trinta dias, salvo se o contrato dispuser de modo diverso.

Comentários

O item está **certo**.

Trata-se da redação literal do art. 1.510-D do Código Civil a seguir transcrito: "Art. 1.510-D. Em caso de alienação de qualquer das unidades sobrepostas, terão direito de preferência, em igualdade de condições com terceiros, os titulares da construção-base e da laje, nessa ordem, que serão cientificados por escrito para que se manifestem no prazo de trinta dias, salvo se o contrato dispuser de modo diverso".

QUESTÃO 162. Sobre a aceitação e a renúncia da herança, ninguém pode suceder, representando herdeiro renunciante, mas, se ele for o único legítimo da sua classe, ou se todos os outros da mesma classe renunciarem a herança, poderão os filhos vir à sucessão, por direito próprio, e por cabeça.

Comentários

O item está **certo**.

Trata-se da redação literal do art. 1.811 do Código Civil: "Ninguém pode suceder, representando herdeiro renunciante. Se, porém, ele for o único legítimo da sua classe, ou se todos os outros da mesma classe renunciarem a herança, poderão os filhos vir à sucessão, por direito próprio, e por cabeça".

QUESTÃO 163. Com base no Contrato de Administração Fiduciária de Garantias, introduzido no Código Civil pela Lei nº 14.711/2023, tem-se que após receber o valor do produto da realização da garantia, o agente de garantia disporá do prazo de cinco dias úteis para efetuar o pagamento aos credores.

Comentários

O item está **errado**.

O prazo é de 10 (dez) dias úteis, nos termos do art. 853-A, §6º, do Código Civil, que foi incluído pela Lei nº 14.711, de 2023: "§ 6º Após receber o valor do produto da realização da garantia, o agente de garantia disporá do prazo de 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento aos credores".

QUESTÃO 164. O registro de aquisição originária ensejará a abertura de matrícula relativa ao imóvel adquirido, se não houver, ou quando atingir parte de imóvel objeto de registro anterior ou atingir, total ou parcialmente, mais de um imóvel objeto de registro anterior. As matrículas atingidas deverão, conforme o caso, ser encerradas ou receber averbação dos respectivos desfalques, sendo indispensável, para esse fim, a retificação do memorial descritivo da área remanescente.

Comentários

O item está **errado**.

O erro encontra-se na parte final do item, tendo em vista que é dispensada a retificação do memorial descritivo da área remanescente, nos termos do art. 176-A, § 2º, da Lei nº 6.015/1973, in verbis: "As matrículas atingidas deverão, conforme o caso, ser encerradas ou receber averbação dos respectivos desfalques, dispensada, para esse fim, a retificação do memorial descritivo da área remanescente". Além disso, destaca-se que a primeira parte do item está certa, consoante o disposto no art. 176, caput e incisos I e II, da Lei nº 6.015/1973: "Art. 176-A. O registro de aquisição originária ensejará a abertura de matrícula relativa ao imóvel adquirido, se não houver, ou quando: I - atingir parte de imóvel objeto de registro anterior; ou II - atingir, total ou parcialmente, mais de um imóvel objeto de registro anterior".

QUESTÃO 165. Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla

utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso, declarar a suspensão da autoridade parental do genitor alienador.

Comentários

O item está **errado**.

A redação do item refere-se ao inciso VII do art. 6º da Lei 12.318/2010, que foi revogado pela Lei 14.340/2022. Dessa forma, no ordenamento jurídico atual, o juiz não poderá declarar a suspensão da autoridade parental. Sobre o tema, cumpre destacar a redação completa do art. 6º da Lei 12.318/2010: "Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso: I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador; II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado; III - estipular multa ao alienador; IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial; V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão; VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente".

QUESTÃO 166. Nos termos da Lei nº 8.009/1990, a alienação de imóvel que serve como residência do devedor e de sua família, mesmo após a citação do devedor em processo de execução, não afasta a cláusula de impenhorabilidade do bem de família e não configura fraude à execução.

Comentários

O item está **certo**.

Trata-se de jurisprudência pacificada na Primeira Seção do STJ. Sobre o tema, destaca-se trecho da ementa do AREsp 2.174.427-RJ: "1. Ambas as Turmas da Primeira Seção desta Corte Superior adotam a orientação segundo a qual a alienação de imóvel que sirva de residência do executado e de sua família após a constituição do crédito tributário não afasta a cláusula de impenhorabilidade do bem, razão pela qual resta descaracterizada a fraude à execução fiscal. Precedentes. (AgInt no AREsp n. 2.174.427/RJ, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 18/9/2023, DJe de 20/9/2023.)."

Sobre tutela de evidência, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 167. Pode ser concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, observado os demais requisitos previstos em lei.

Comentários

O item está **certo.**

Nos termos do art. 311 do CPC: "A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo (...)"

QUESTÃO 168. É sempre deferida em cognição sumária, possuindo caráter provisória e será substituída pelo provimento definitivo, situação que permite sua revogação ou modificação a qualquer momento.

Comentários

O item está **certo.**

Tutela provisória é uma decisão fundada em cognição sumária e, por isso, provisória, ou seja, precisa ser substituída por outra, precisa ser ratificada, confirmada.

Nos termos do artigo 296 do Código de Processo Civil: A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

Fonte: Ebook. Estratégia Carreira Jurídica. Magistratura Estadual. Direito Processual Civil. Prof. Rodrigo Vaslin. Aula 11, pág. 4.

QUESTÃO 169. Poderá ser concedida em caso de alegações de fato comprovável por depoimento testemunhal desde que fundada em tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo 311 do Código de Processo Civil: A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: (...) II - as alegações de fato puderem ser comprovadas **apenas documentalmente** e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

Sobre a denunciação à lide, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 170. Essa forma intervenção é obrigatória nos termos do CPC vigente, tal como na vigência do CPC de 1973, sob pena de perda do direito de regresso.

Comentários

O item está **errado.**

Trata-se de modalidade de intervenção facultativa. Consoante ao artigo 125, §1º, do Código de Processo Civil: O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida

QUESTÃO 171. Nessa forma de intervenção, não há relação direta entre o denunciado e o adversário do denunciante, e, portanto, não constitui litisconsórcio.

Comentários

O item está **errado.**

Pode constituir litisconsórcio na denunciação da lide, quando o denunciado pelo autor acrescentar novos argumentos à petição inicial ou o denunciado pelo réu contestar o pedido do autor.

Consoante ao 127 do Código de Processo Civil: Feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.

Ademais, dispõe o artigo 128 do mesmo diploma legal: Feita a denunciação pelo réu: I - se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, em litisconsórcio, denunciante e denunciado; (...)

Em relação à atuação do Ministério Público à luz do Código de Processo Civil, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 172. É nulo o processo quando o membro do ministério público mandou for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir mesmo quando seu representante, intimado, se manifestar pela inexistência de prejuízo.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo 279 do Código de Processo Civil: É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. (...)

§ 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

QUESTÃO 173. O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pelo Ministério Público, caso seu representante não tenha comparecido à audiência.

Comentários

O item está **certo.**

Nos termos do artigo 362, §2º, do Código de Processo Civil: O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.

QUESTÃO 174. O Ministério Público deverá ser intimado no caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas.

Comentários

O item está **certo.**

Nos termos do artigo 178 do Código de Processo Civil: O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: (...) III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

QUESTÃO 175. A legitimidade do Ministério Público em requer inventário e partilha em favor do herdeiro incapaz não tem previsão no Código de Processo Civil.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo 626 do Código de Processo Civil: Feitas as primeiras declarações, o juiz mandará citar, para os termos do inventário e da partilha, o cônjuge, o companheiro, os herdeiros e os legatários e intimar a Fazenda Pública, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento.

QUESTÃO 176. A intervenção do Ministério Público é obrigatória, quando não for parte, nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica.

Comentários

O item está **certo.**

Consoante ao artigo 698, parágrafo único, do Código de Processo Civil: "O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)."

Considerando as disposições relacionadas ao auxílio direto, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 177. Cabe auxílio direto quando a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira, dependendo de exequatur.

Comentários

O item está **errado.**

Conforme determina o artigo 28 do Código de Processo Civil: Cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.

QUESTÃO 178. Cabe auxílio direto no caso de obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos jurisdicionais.

Comentários

O item está **certo.**

Nos termos do artigo 30 do Código de Processo Civil: "Além dos casos previstos em tratados de que o Brasil faz parte, o auxílio direto terá os seguintes objetos: I - obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos ou jurisdicionais findos ou em curso;"

Tendo como base as disposições referentes à remessa necessária, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 179. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença que julgar embargos à execução fiscal, rejeitando-o.

Comentários

O item está **errado.**

Conforme determina o artigo 496 do Código de Processo Civil: "Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: (...) II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal."

QUESTÃO 180. Sentença fundada em enunciado de súmula de Tribunal de Justiça sobre direito local está sujeita à remessa necessária.

Comentários

O item está **correto.**

A hipótese não está listada em nenhum parágrafo que excepciona a aplicação do instituto, previsto no artigo 196 do Código de Processo Civil.

Nos termos do artigo 496, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil: "§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. § 4º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em: I - súmula de tribunal superior; II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa."

QUESTÃO 181. Considerando o cumprimento de sentença, o juiz poderá de ofício reduzir o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la fixada no cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, caso verifique que se tornou excessiva.

Comentários

O item está **certo.**

Nos termos do artigo 537, §1º, do Código de Processo Civil: "O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que: I - se tornou insuficiente ou excessiva;"

Após uma denúncia da comunidade local, o ministério público interessa com uma ação civil pública contra uma empresa de grande porte que, alegadamente, vem despejando resíduos tóxicos em um rio próximo, causando danos ambientais significativos. Julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 182. A ação civil pública pode ser proposta exclusivamente pelo ministério público, não sendo admitida a participação de outros legitimados para a propositura da ação, conforme Lei n. 7.347/1985.

Comentários

O item está **errado.**

Conforme dispõe o artigo 5º da Lei n. 7.347/85: "Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I - o Ministério Público; II - a Defensoria Pública; III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; V - a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico."

QUESTÃO 183. Além do Ministério Público, outras entidades podem propor ação civil pública, como a União, os Estados, os Municípios, as autarquias, as empresas públicas e privadas e as fundações instituídas pelo poder público, desde que tenham legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente, do consumidor, da ordem econômica e de outros interesses difusos e coletivos, conforme Lei n. 7.347/1985.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme dispõe o artigo 5º da Lei n. 7.347/85: "Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I - o Ministério Público; II - a Defensoria Pública; III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; V - a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico."

QUESTÃO 184. Da sentença que conceder ou negar o habeas data cabe apelação dotada, apenas, de efeito suspensivo.

Comentários

O item está **certo.**

Nos termos do artigo 5º, do Decreto n. 20.910/32: "Não tem efeito de suspender a prescrição a demora do titular do direito ou do crédito ou do seu representante em prestar os esclarecimentos que lhe forem reclamados ou o fato de não promover o andamento do feito judicial ou do processo administrativo durante os prazos respectivamente estabelecidos para extinção do seu direito à ação ou reclamação."

Após uma série de contestações sobre a aplicação da prescrição quinquenal em processos de execução fiscal, o governo decide editar o Decreto n° 20.910/1932 para regulamentar esse prazo e garantir a segurança jurídica nas cobranças fiscais. O referido Decreto estabelece que não tem efeito de suspender a prescrição a demora do titular do direito ou do crédito ou do seu

representante em prestar os esclarecimentos que lhe forem reclamados ou o fato de não promover o andamento do feito judicial ou do processo administrativo durante os prazos respectivamente estabelecidos para extinção do seu direito à ação ou reclamação.

QUESTÃO 185. Após uma longa batalha judicial, Josefina obteve uma decisão favorável em uma ação contra o município, determinando o pagamento de uma indenização no valor de setenta mil reais. Alega Josefina que necessita do referido valor pois está passando necessidades. Assim, conforme estabelece a Lei n° 12.153/2009, se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme dispõe o art. 13, §5º, da Lei n. 12.153/09. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.

QUESTÃO 186. E uma disputa jurídica complexa envolvendo questões tributárias, diversas empresas questionam judicialmente a aplicação de determinada norma fiscal. Diante da multiplicidade de demandas idênticas, surge a discussão sobre a possibilidade de instauração do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) para tratar do tema. Alegam que é cabível o incidente de resolução e demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo art. 976, §4º, do Código de Processo Civil: "É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva."

Após uma longa disputa judicial, Maria, como parte vencida em um processo civil, decide interpor recurso de embargos declaração contra a decisão proferida pelo Juiz. No recurso, Maria alega que a sentença apresenta contradições que precisam ser esclarecidas pelo magistrado. Julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 187. Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de cinco dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo 1024, §4º, do Código de Processo Civil: "Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração."

QUESTÃO 188. Se os embargos de declaração forem rejeitados ou alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela e outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.

Comentários

O item está **errado.**

Consoante ao artigo 1024, §5º, do Código de Processo Civil: "Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação."

QUESTÃO 189. Carlos parte vencida em um processo civil perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, decide interpor recurso e extraordinário para o STF, alegando violação direta da Constituição Federal. Ao final do referido processo, o STF considerou como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no referido recurso, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, e remeteu o mesmo ao Tribunal de origem (TJMG) para julgamento como recurso especial.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo 1033 do Código de Processo Civil: "Se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, remetê-lo-á ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento como recurso especial."

QUESTÃO 190. O STF não possui competência originária para processar e julgar ação popular, ainda que ajuizada contra atos do Presidente da República.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento da Pet. n. 5856 em AgR: "A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – quer sob a égide da vigente Constituição republicana, quer sob o domínio da Carta Política anterior – firmou-se no sentido de reconhecer que não se incluem na esfera de competência originária da Corte Suprema o processo e o julgamento de ações populares constitucionais, ainda que ajuizadas contra atos e/ou omissões do Presidente da República".

QUESTÃO 191. O terreno cuja unidade habitacional encontra-se em fase de construção, para fins de residência, está protegido pela impenhorabilidade por dívidas, por se considerar antecipadamente bem de família.

Comentários

O item está **certo.**

Trata-se de entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial n. 1.960.026/SP: "RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CONTRATO DE MÚTUO - PENHORA DE TERRENO COM UNIDADE HABITACIONAL EM FASE DE CONSTRUÇÃO - IMPUGNAÇÃO - PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA - INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUE REPUTARAM PENHORÁVEL O BEM IMÓVEL PERTENCENTE AOS EXECUTADOS, POR NÃO OSTENTAR A QUALIDADE DE RESIDÊNCIA, ANTE O FATO DE ESTAR EM EDIFICAÇÃO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE EXECUTADA. Hipótese: a controvérsia recursal consiste em definir se é alcançável pela proteção de que trata a Lei nº 8.009/90 (bem de família) terreno cuja unidade habitacional está em fase de construção. 1. O Tribunal de origem concluiu pela penhorabilidade do bem, sob o fundamento de ser requisito ao deferimento da proteção legal estabelecida na Lei nº 8.009/90, servir o imóvel como residência, qualidade que não ostentaria o terreno com unidade habitacional em fase de construção/obra. 2. A interpretação conferida pelas instâncias ordinárias não se coaduna à finalidade da Lei nº 8.009/90, que visa a proteger a entidade familiar, razão pela qual as hipóteses permissivas da penhora do bem de família devem receber interpretação restritiva. Precedentes. 2.1. A impenhorabilidade do bem de família busca amparar direitos fundamentais, tais como a dignidade da pessoa humana e a moradia, os quais devem funcionar como vetores axiológicos do nosso ordenamento jurídico. 2.2. A interpretação que melhor atende ao escopo legal é a de que o fato de a parte devedora não residir no único imóvel de sua propriedade, por estar em fase de construção, por si só, não impede seja ele considerado bem de família. 2.3. No caso, inviável reconhecer, de plano, a alegada impenhorabilidade, pois os requisitos para que o imóvel seja considerado bem de família não foram todos objeto de averiguação pela instância de origem, sendo incabível proceder-se à aplicação do direito à espécie no âmbito desta Corte Superior, por demandar o exame de fatos e provas, cuja análise compete ao Tribunal local. 3. Recurso especial parcialmente

provido, a fim de cassar o acórdão recorrido e determinar o retorno dos autos à Corte a quo, para que, à luz da proteção conferida ao bem de família pela Lei nº 8.009/1990, e afastada a necessidade do interessado residir no imóvel penhorado, bem como, da moradia já estar edificada, proceda a Corte de origem ao rejulgamento do agravo de instrumento, analisando se o imóvel penhorado, no caso concreto, preenche os demais requisitos para o amparo pretendido."(REsp n. 1.960.026/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 11/10/2022, DJe de 29/11/2022.)

QUESTÃO 192. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, entre as quais estão as ações de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo 3º, §1º, da Lei n. 9.099/95: "Compete ao Juizado Especial promover a execução: (...) II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei."

QUESTÃO 193. As controvérsias jurídicas que envolvam a Administração Pública federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de transação por adesão, amparada por parecer do Advogado-Geral da União, com base na jurisprudência do STF.

Comentários

O item está **certo.**

Trata-se de previsão legal, consoante ao artigo 35, da Lei n. 13.140/15: "As controvérsias jurídicas que envolvam a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de transação por adesão, com fundamento em: (...) II - parecer do Advogado-Geral da União, aprovado pelo Presidente da República."

QUESTÃO 194. Da sentença que conceder ou negar o habeas data cabe apelação dotada, apenas, de efeito translativo.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo 15 da Lei n. 9.507/97: Da sentença que conceder ou negar o habeas data cabe apelação. Parágrafo único. Quando a sentença conceder o habeas data, o recurso terá efeito meramente devolutivo.

QUESTÃO 195. O termo inicial de contagem dos prazos processuais, em caso de duplicidade de intimações feita por meio eletrônico, dá-se com a realização pelo portal eletrônico, que prevalece sobre a publicação no Diário de Justiça.

Comentários

O item está **certo.**

Trata-se de entendimento firmado no julgamento do EAREsp 1.663.952-RJ do Superior Tribunal de Justiça: "2. Embora não haja antinomia entre as duas formas de intimação previstas na Lei, ambas aptas a ensejar a válida intimação das partes e de seus advogados, não se pode perder de vista que, caso aconteçam em duplicidade e em diferentes datas, deve ser garantida aos intimados a previsibilidade e segurança objetivas acerca de qual delas deve prevalecer, evitando-se confusão e incerteza na contagem dos prazos processuais peremptórios. 3. Assim, há de prevalecer a intimação prevista no art. 5º da Lei do Processo Eletrônico, à qual o § 6º do art. 5º atribui status de intimação pessoal, por ser forma especial sobre a genérica, privilegiando-se a boa-fé processual e a confiança dos operadores jurídicos nos sistemas informatizados de processo eletrônico, bem como garantindo-se a credibilidade e eficiência desses sistemas."

QUESTÃO 196. Da decisão que decretar a prisão do devedor de alimentos, caberá apelação, cuja interposição não suspende a execução da ordem de prisão.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo 19, §2º, da Lei n. 5.478/68: "Da decisão que decretar a prisão do devedor, caberá agravo de instrumento."

QUESTÃO 197. Confirmando o posicionamento lógico e hipotético concebido por Hans Kelsen, o jusfilósofo brasileiro Miguel Reale afirma que "o que efetivamente caracteriza uma norma jurídica, de qualquer espécie, é o fato de ser uma estrutura proposicional enunciativa de uma forma de organização ou de conduta, que deve ser seguida de maneira objetiva e obrigatória".

Comentários

O item está **errado**.

Segundo Miguel Reale, "o que efetivamente caracteriza uma norma jurídica, de qualquer espécie, é o fato de ser uma estrutura proposicional enunciativa de uma forma de organização ou de conduta, que deve ser seguida de maneira objetiva e obrigatória".

Por outro lado, para Hans Kelsen, o que diferencia a norma jurídica de uma não jurídica é a punição que ocasiona no descumprimento. Para ele, toda norma jurídica tem sanção, e as normas morais, não.

Logo, não há coincidência das ideias de Miguel Reale e Kelsen nesse aspecto.

QUESTÃO 198 O Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor de Florianópolis recebeu uma Notícia de Fato, informando que diversos consumidores teriam sido lesados por uma agência de turismo e por uma companhia aérea, em virtude de atrasos de voos e falta de assistência. Reclamaram, portanto, a aplicação do CDC, sendo objetiva a responsabilidade do transportador - risco da atividade, fortuito interno - e pleitearam os danos materiais e morais decorrentes do ilícito. Instaurado o respectivo procedimento e ouvidas as partes reclamadas, comprovaram a incidência de algumas restrições contratuais impostas por normas e tratados internacionais ao caso concreto e alegaram que, a antinomia aparente entre tais normas limitadoras da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal e o Código de Defesa do Consumidor, deve ser resolvida pelo critério da especialidade, prevalecendo as normas internacionais sobre a lei brasileira. No caso, por isso, afastar-se-ia a responsabilidade dos fornecedores. Segundo as empresas, quanto à ordenação do transporte internacional, o Art. 178 da Constituição estabelece regra especial de solução de antinomias, no sentido da prevalência dos tratados sobre a legislação doméstica, seja ela anterior ou posterior àqueles. Essa conclusão também se aplica quando o conflito envolve o CDC. Face o exposto e nos termos do entendimento do STF, é correta a decisão de proceder-se ao arquivamento do feito ministerial.

Comentários

O item está **errado**.

Em 2017, o STF fixou a seguinte tese e sede de repercussão geral: “Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.” (STF. Plenário. RE 636331/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes e ARE 766618/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, julgados em 25/05/2017 (Repercussão Geral – Tema 210))

Contudo, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor em detrimento das Convenções de Varsóvia e Montreal nos casos em que se discute a responsabilidade das empresas de transporte aéreo internacional por DANO MORAL resultante de atraso ou cancelamento de voo e de extravio de bagagem.

Em embargos de declaração, o STF fez um esclarecimento quanto a tese 210:

“ Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as

Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor. O presente entendimento não se aplica às hipóteses de danos extrapatrimoniais." (STF. Plenário. ARE 766618 ED/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 30/11/2023 (Repercussão Geral – Tema 210))

QUESTÃO 199. Em sua clássica obra Fundamentação da Metafísica dos Costumes, *Immanuel Kant* preconiza a separação entre direito e moral, apenas sob o aspecto formal, mas não material. A obediência do homem à sua própria vontade livre e autônoma constitui, para *Kant*, a essência da moral e do direito natural.

Comentários

O item está **certo.**

Segundo o jusnaturalismo de Kant, sendo racional e livre, o homem é capaz de impor a si mesmo normas de conduta, designadas por normas éticas.

A obediência do homem à sua própria vontade livre e autônoma constitui a essência da moral e do direito natural. O direito natural kantiano aparece como uma filosofia social da liberdade, por atribuir um valor moral que se manifesta numa teoria dos direitos subjetivos (MASCARO, 2018).

QUESTÃO 200. Quanto às sanções, as normas jurídicas podem ser assim classificadas: perfeita, quando prevê a nulidade do ato jurídico na hipótese de sua violação; menos que perfeita, quando não estipula a nulidade nem a anulação do ato que a contraria e nem comina castigo ao infrator; imperfeita, quando determina apenas a penalidade, quando descumprida.

Comentários

O item está **errado.**

Leis perfeitas são as normas cuja violação leva a autorizar a declaração de nulidade ou a possibilidade de anulação do ato praticado contra a sua disposição e não há aplicação de pena ao violador. Lei menos que perfeitas são as que dirigem uma sanção ao violador, mas não anula o negócio jurídico. E a violação da lei imperfeita não acarreta qualquer consequência jurídica (nem punição, nem nulidade).

PROVA VESPERTINA

O texto a seguir se refere às questões 1 a 10.

No mínimo, as tecnologias deveriam ser desenvolvidas para atender às necessidades de todas as pessoas, sem distinção alguma. No entanto, o Grupo de Pesquisa em Acessibilidade Digital, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, concluiu que, apesar do escasso número

de avaliações dos usuários com deficiência visual ou condições oculares - fotofobia, daltonismo, baixa visão – em aplicativos, os feedbacks são suficientes para revelar falhas graves nas usabilidades dos aplicativos. Geralmente, as avaliações são utilizadas para aprimorar o refino das interfaces, ou para que os desenvolvedores projetem um novo software.

"As avaliações não são suficientes numericamente. Imagina só, você tem um aplicativo com um bilhão de downloads. Mas, só há 300 pessoas questionando sobre acessibilidade. Por mais que deem feedbacks, as empresas responsáveis por essas tecnologias não priorizarão adotar novas posturas", explica Marcelo Eler, coordenador da pesquisa e professor da EACH. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 36 milhões de pessoas no mundo são cegas e outras 217 milhões têm baixa visão. No Brasil, a ausência de dados atualizados por meio do Censo prejudica estimar atualmente dados mais precisos.

O estudo é resultado das pesquisas de doutorado de Alberto de Oliveira e Paulo dos Santos, do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação (PPgSI) da EACH, sob a orientação de Marcelo. Além disso, a pesquisa teve a colaboração de Wilson Júnior e Danilo Eler, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e Wajdi Aljedaani, da Universidade do Norte do Texas (UNT), nos Estados Unidos. Eles observam que é "preciso que o mecanismo de avaliações seja explorado para deixar evidente às empresas que os problemas de usabilidade existem, importam e têm consequências sérias" [...].

"Para as pessoas sem deficiência, alguns comentários avaliando positivamente, solicitando melhorias, ou expondo alguma reclamação, podem parecer um detalhe ou uma frescura. E não é! A ausência de interfaces acessíveis impede as pessoas de serem autónomas, pois precisarão de alguém para auxiliá-las, como, por exemplo, num pedido de entrega de alimentos", explica Marcelo ao mencionar a necessidade de evidências empíricas para romper com esses preconceitos ou atitudes capacitistas, ou seja, discriminação as pessoas com alguma deficiência.

Texto: Danilo Queiroz. (Disponível em: https://jornal.usp.br/diversidade. Adoptado.)

QUESTÃO 01. Produzindo um efeito contrastivo no enunciado em que está inserido, observa-se o emprego do termo "Mas" (2º§) na quebra de expectativa criada pela proposição anterior.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema conjunções.

A conjunção "mas" é adversativa. Logo, seu efeito é, de fato, contrastivo, pois quebra a expectativa criada pela proposição anterior.

QUESTÃO 02. A forma verbal destacada no período "Geralmente, as avaliações são utilizadas para aprimorar o refino das interfaces, ou para que os desenvolvedores <u>projetem</u> um novo software." (1º§) exprime um fato futuro já concluído em relação a outro fato futuro.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema verbo.

A forma verbal "projetem" está no tempo verbal presente do subjuntivo; logo, exprime uma possibilidade futura, e não um fato futuro já concluído.

QUESTÃO 03. De acordo com o tipo de sujeito e a expressão que assume tal função em "No entanto, o Grupo de Pesquisa em Acessibilidade Digital, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, concluiu que, [...]" (1º§) pode-se afirmar que é facultada a concordância do verbo com tal sujeito, podendo ser empregado no singular ou no plural.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema concordância verbal.

O núcleo do sujeito é o termo "grupo", que está no singular; logo, o verbo "concluir" deverá com ele concordar, ficando, também, no singular ("concluiu").

QUESTÃO 04. No trecho "[...] outras 217 milhões têm baixa visão." (2º§), o termo "outras" poderia ser substituído por "outros", estabelecendo concordância com o substantivo masculino "milhões".

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema concordância nominal.

O núcleo do sujeito é o termo "milhões"; logo, o termo "outros" deve com ele concordar, ficando no masculino plural.

QUESTÃO 05. No segundo parágrafo, o emprego de aspas em: "As avaliações não são suficientes numericamente. Imagina só, você tem um aplicativo com um bilhão de downloads. Mas, só há 300 pessoas questionando sobre acessibilidade. Por mais que deem feedbacks, as empresas responsáveis por essas tecnologias não priorizarão adotar novas posturas" indica expressão de autoria alheia, ainda que esteja incorporada ao discurso do autor do texto.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema pontuação.

Percebe-se que no trecho há o uso do discurso direto; ou seja, as aspas funcionam como forma de citação direta de discurso alheio.

QUESTÃO 06. A correção gramatical seria preservada se o trecho "No mínimo, as tecnologias deveriam ser desenvolvidas para atender às necessidades de todas as pessoas, sem distinção alguma." (1º§) fosse substituído por "No mínimo, as tecnologias deveriam ser desenvolvidas com o fim de atender à todos os indivíduos e suas necessidades, sem quaisquer restrição."

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema crase.

Não é possível a utilização de crase antes de termos no masculino. Como o termo "todos" é pronome indefinido que está no masculino plural, não é possível utilizar crase antes dele.

Logo, na substituição proposta pelo item, a correção gramatical não fica preservada.

QUESTÃO 07. Em caso de omissão do sinal grave indicador de crase em "[...] seja explorado para deixar evidente às empresas que os problemas de usabilidade existem [...]" (3º§), haveria desvio gramatical, considerando-se como termo regente o vocábulo "evidente".

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema crase.

A utilização da crase, no trecho acima, é obrigatória em razão da regência nominal do termo "evidente", o qual exige preposição.

Logo, a omissão do sinal indicador de crase, de fato, ocasionaria desvio gramatical.

QUESTÃO 08. No período destacado a seguir "Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 36 milhões de pessoas no mundo são cegas e outras 217 milhões têm baixa visão." (2º§),

entre as ocorrências de acento gráfico, há uma que é justificada por motivo relacionado à concordância verbal estabelecida.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema acentuação.

O verbo "ter" deve concordar com o núcleo do sujeito "milhões", que está no plural.

Neste caso, a gramática prevê que o plural da forma verbal "tem" é feito com a utilização do acento circunflexo, resultando na forma verbal "têm".

QUESTÃO 09. No primeiro parágrafo, o emprego do termo "para" em mais de uma ocorrência no desenvolvimento textual tem como função indicar um efeito visado em relação a informação antecedente.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema preposição.

No primeiro parágrafo, a preposição "para" traz a ideia de "finalidade" em mais de uma ocorrência. Ressalte-se que a expressão "efeito visado" equivale ao termo "finalidade".

As ocorrências são as seguintes: "No mínimo, as tecnologias deveriam ser desenvolvidas para atender às necessidades de todas as pessoas, sem distinção alguma." e "Geralmente, as avaliações são utilizadas para aprimorar o refino das interfaces, ou para que os desenvolvedores projetem um novo software."

QUESTÃO 10. No trecho "[...] explica Marcelo ao mencionar a necessidade de evidências empíricas para romper com esses preconceitos ou atitudes capacitistas, ou seja, discriminação às pessoas com alguma deficiência." (4º§), "esses" têm como função referenciar atitudes citadas anteriormente que indicam julgamentos acerca de pessoas com deficiência.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema pronomes.

O pronome "esses" tem função anafórica, retomando o que o autor diz na segunda linha do parágrafo: "(...) podem parecer um detalhe ou uma frescura."

O texto a seguir se refere às questões 11 a 15.

Trecho do conto Feliz Aniversário, de Clarice Lispector.

A família foi pouco a pouco chegando. Os que vieram de Olaria estavam muito bem vestidos porque a visita significava ao mesmo tempo um passeio a Copacabana. A nora de Olaria apareceu de azul-marinho, com enfeito de paetês e um drapejado disfarçando a barriga sem cinta. O marido não veio por razões óbvias: não queria ver os irmãos. Mas mandaram sua mulher para que nem toso os laços fossem cortados – e esta vinha com seu melhor vestido para mostrar que não precisava de nenhum deles, acompanhada dos três filhos: duas meninas já de peito nascendo, infantilizadas em babados cor-de-rosa e anáguas engomadas, e o menino acovardado pelo terno novo e pela gravata.

Tendo Zilda – a filha com quem a aniversariante morava – disposto cadeiras unidas ao longo das paredes, como numa festa em que se vai danças, a nora de Olaria, depois de cumprimentar com cara fechada aos de casa, aboletou-se numa das cadeiras e emudeceu, a boca em bico, mantendo sua posição de ultrajada. "Vim para não deixar de vir", dissera ela a Zilda, e em seguida sentara-se ofendida. As duas mocinhas de cor-de-rosa e o menino, amarelos e de cabelo penteado, não sabiam bem que atitude tomar e ficaram de pé ao lado da mãe, impressionados com seu vestido azul-marinho e com os paetês.

Depois veio a nora de Ipanema com dois netos e a babá. O marido viria depois. E como Zilda – a única mulher entre os seis irmãos homens e a única que, estava decidido já havia anos, tinha espaço e tempo para alojar a aniversariante –, e como Zilda estava na cozinha a ultimar com a empregada os croquetes e sanduíches, ficaram: a nora de Olaria empertigada com seus filhos de coração inquieto ao lado; a nora de Ipanema na fila oposta das cadeiras fingindo ocupar-se com o bebê para não encarar a concunhada de Olaria; a babá ociosa e uniformizada, com a boca aberta.

E à cabeceira da mesa grande a aniversariante, que fazia hoje oitenta e nove anos.

(LISPECTOR, Clarice. Feliz aniversário. IN: Laços de família. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. Fragmento.)

QUESTÃO 11. A regência do verbo "precisar" empregado em "[...] e esta vinha com o seu melhor vestido para mostrar que não precisava de nenhum deles, [...]" (1º§) é a mesma de do verbo "implicar", desde que seu sentido no contexto do enunciado seja: "causar", "acarretar", conforme visto em "Os maus hábitos alimentares implicaram à grave deficiência de vitaminas no organismo."

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema regência verbal.

Ao passo em que o verbo “precisar” é transitivo indireto, pedindo a preposição “de”, o verbo “implicar” é transitivo direto, não exigindo nenhuma preposição.

O acento indicativo de crase (“à grave”) fica, pois, incorreto. O correto seria “Os maus hábitos alimentares implicaram a grave deficiência de vitaminas no organismo.”

QUESTÃO 12. Em “Os que vieram de Olaria estavam muito bem vestidos <u>porque</u> a visita significava ao mesmo tempo um passeio a Copacabana.” (2°§) ainda que ocorra alteração quanto à posição do termo destacado, em que a oração por ele introduzida dê início ao período, sua grafia não será modificada.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema uso dos porquês.

Caso ocorra a modificação proposta, a frase ficará da seguinte maneira: “Porque a visita significava ao mesmo tempo um passeio a Copacabana, os que vieram de Olaria estavam muito bem vestidos”.

Observe que o termo “porque” continua sendo conjunção causal, não importando se ele está no meio ou início da frase. Logo, continua sendo grafado na forma “porque”, junto e sem acento.

QUESTÃO 13. Em “[...] como numa festa em que se vai dançar, [...]” (2°§), o pronome “se” – na construção em análise – não pode ser colocado após o verbo “vai”, o que ocasionaria incorreção gramatical.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema pronomes.

Não é possível a ênclise do pronome “se” ao verbo “vai” (“vai-se”), pois o termo “que” é uma palavra atrativa, a qual atrai o pronome “se” para antes do verbo.

QUESTÃO 14. As formas verbais destacadas em “Mas <u>mandara</u> sua mulher para que nem todos os laços fossem cortados – e esta vinha com o seu melhor vestido para mostrar que não <u>precisava</u> de nenhum deles, [...].” (1°§) são equivalentes quanto ao aspecto temporal por elas indicado, demonstrando a correção do texto.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema verbo.

O aspecto temporal das formas destacadas é diferente, e não equivalente. Enquanto a forma verbal "mandara" está no tempo pretérito mais que perfeito, indicando ação pontual e anterior à outra, a forma verbal "precisava" está no tempo pretérito imperfeito, indicando ação durativa.

QUESTÃO 15. No primeiro período do trecho transcrito, caso a expressão "pouco a pouco" fosse substituída por "à pouco", o emprego da crase preservaria a correção gramatical.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema crase.

Não é possível a utilização de crase antes de termos no masculino. Como o termo "pouco" está no masculino, não é possível utilizar crase antes dele.

O texto a seguir se refere às questões 16 a 20.

Aquele carro que invadiu um supermercado arrastando até a esposa do motorista me lembrou a minha, cada vez mais distante, infância. Morei naquela área quando era menino. Na época chamávamos o Largo do Marrão, em Niterói, de "Largo do Marrom". Nunca conheci um sujeito marrom que fosse dono do largo, mas era assim que as crianças chamavam o largo.

Bem no lugar daquele mercado tinha um cinema decadente chamado Mandaro. Para atrair fregueses, passava dois filmes de segunda a quarta e mais dois de quinta a domingo. O sujeito entrava às duas e só saía às seis da tarde. Eu e meus irmãos vivíamos lá. Bastava economizar no lanche e voltar a pé da escola pra juntar o suficiente pro ingresso. Tinha semana em que assistíamos a quatro filmes. Tudo lixo. O mais trash de todos foi "A volta do espadachim de um braço só". Juro que alguém filmou isso. E eu assisti!

(PAIVA, Cláudio. Revista O Globo, 15/06/2008, Fragmento.)

QUESTÃO 16. A preposição "Para", que inicia o período "Para atrair fregueses, passava dois filmes de segunda a quarta e mais dois de quinta a domingo.", foi empregada indicando especificidade em relação ao número de filmes exibidos conforme citado.

Comentários

O gabarito preliminar apontado pela banca foi "errado"; no entanto, entende-se que o item, na verdade, está certo.

A questão trata do tema preposição.

A preposição "para", que indica finalidade, foi utilizada para indicar especificamente o número de filmes, pois no texto é dito, em outras palavras, que o número de filmes exibidos tinha por finalidade atrair fregueses.

QUESTÃO 17. Caso a escolha do autor fosse unir os dois últimos períodos do texto em um único período, a conjunção "e" poderia ser substituída pela locução "não obstante", havendo o emprego da vírgula depois da locução.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema conjunções.

Não é possível utilizar o termo "não obstante" no trecho mencionado. A conjunção "e" tem função aditiva, enquanto "não obstante" traz ideia de oposição.

Ademais, ainda que a substituição fosse feita, não seria possível colocar vírgula depois do termo "não obstante", pois este estaria intercalado.

QUESTÃO 18. A palavra "que" pode apresentar diversas classificações e ainda exercer funções sintáticas de acordo com seu emprego no enunciado. Assim, dentre as ocorrências do emprego do termo "que" no texto, pode-se afirmar que em "Aquele carro <u>que</u> invadiu um supermercado [...]" e "Nunca conheci um sujeito marrom <u>que</u> fosse dono do largo, [...]" evidencia-se sua função de sujeito da oração.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema uso da palavra "que".

Ambas são pronomes relativos com função de sujeito. Na primeira ocorrência, "que" é sujeito do verbo "invadiu", referindo-se a "aquele carro"; e na segunda ocorrência, "que" é sujeito do verbo "fosse", referindo-se a "um sujeito marrom".

QUESTÃO 19. Acerca da estrutura linguística apresentada em "Tinha semana em que assistíamos a quatro filmes." Pode-se afirmar que caso o verbo "ter" fosse substituído pelo verbo "haver", ainda que "semana" fosse substituído por "semanas", a forma verbal a ser utilizada seria na 3ª pessoa do singular.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema concordância verbal.

O verbo "haver", quando indica tempo decorrido, é impessoal, ou seja, não se flexiona para o plural.

QUESTÃO 20. As preposições "em" e "a" em "Tinha semana em que assistíamos a quatro filmes." foram empregadas de acordo com a norma padrão da língua, ou seja, as duas introduzindo complementos do verbo "assistir".

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema preposição.

De fato, a preposição "a" indica complemento do verbo assistir ("a quatro filmes").

No entanto, a preposição "em" não introduz complemento de "assistir". Na verdade, indica adjunto adverbial de tempo.

O texto a seguir se refere às questões 21 a 25.

O artigo percorre um viés filosófico e dispõe acerca da ética e da filosofia da libertação esculpida nos países subdesenvolvidos com enfoque crítico e direcionado à temática abordada. Demonstra o alijamento a que estão submetidos os deficientes físicos e investiga a possibilidade de praticar políticas de inclusão, tal como a acessibilidade, e dessa forma, atingir o exercício prático da democracia. A problemática é atual, haja vista que conforme os dados das Instituições Governamentais, há um número significativo de indivíduos que estão excluídos do convívio social. É apresentada a necessidade de implementação de políticas públicas e interdisciplinares que se adéquem à inclusão dos deficientes físicos para que assim possam usufruir dos direitos fundamentais que lhes são garantidos constitucionalmente.

(Álvaro dos Santos Maciel, Fabiana Polican Ciena. Acessibilidade: A Inclusão do portador de deficiência física sob um ponto de vista filosófico. Adaptado. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br. Acesso em: março de 2024.)

QUESTÃO 21. Em "(...) há um número significativo de indivíduos que estão excluídos do convívio social.", é possível identificar o emprego de verbo impessoal "haver", a substituição de "há" por "existe" promove a manutenção do emprego desse tipo de verbo, impessoal.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema verbo.

O verbo "haver", de fato, é impessoal. No entanto, o verbo "existir" é pessoal. Logo, não há manutenção do emprego impessoal.

QUESTÃO 22. Os vocábulos "países" e "excluídos" são acentuados graficamente de acordo com a mesma justificativa gramatical, assim como sua forma no singular, em que é preservado o acento.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema acentuação.

Em ambos os casos, a acentuação gráfica se dá pela mesma justificativa gramatical, qual seja, presença de hiato. Vejamos: "pa-í-ses" e "ex-clu-í-dos".

Ademais, no singular, ambas as palavras manteriam o acento gráfico, e pela mesma justificativa gramatical, qual seja, presença de hiato. Vejamos: "pa-ís" e "ex-clu-í-do".

QUESTÃO 23. Em "O artigo percorre um viés filosófico e dispõe acerca da ética e da filosofia da libertação esculpida nos países subdesenvolvidos com enfoque crítico e direcionado à temática abordada.", o ponto e vírgula poderia ser empregado logo após "O artigo", separando e enfatizando elementos coordenados.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema sintaxe.

Não é possível a utilização do ponto e vírgula após o termo "o artigo", pois este é sujeito da frase, e não é possível separar o sujeito do predicado, por nenhum sinal de pontuação.

QUESTÃO 24. Em "Demonstra o alijamento <u>a que</u> estão submetidos os deficientes físicos e investiga a possibilidade de praticar políticas de inclusão [...]" pode-se afirmar quanto à expressão destacada que "a que" poderia ser substituída por "ao qual".

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema preposição.

O termo "a que" retoma o termo "alijamento", que é substantivo masculino singular. Logo, é possível trocar "a que" por "ao qual", já que o antecedente está no masculino singular.

QUESTÃO 25. A expressão "haja vista" trata-se de locução verbal invariável, que não admite flexão de gênero nem de número, qualquer que seja o elemento a que se refira, sendo a possível reescrita "haja vista os dados" correta de acordo com a norma padrão da língua.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema locução verbal.

A gramática tradicional da língua portuguesa e a maioria dos autores consideram o termo "haja vista" como impessoal. Ressalte-se, no entanto, que alguns autores, minoritários, consideram possível a flexão "hajam vista".

O texto a seguir se refere às questões 26 a 35.

A efetividade das cotas no mercado de trabalho para pessoas com deficiência e as alterações trazidas pela Lei nº 13.146/2015.

[...] Em 2015 foi implantado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei nº 13.146/2015, o qual aborda os direitos da pessoa com deficiência e traz detalhes pontuais para cada "momento" garantindo a igualdade, inclusão social e cidadania das pessoas.

O desenvolvimento desse artigo deixa claro que a pessoa com deficiência deve ser respeitada e ter condições de igualdade sem distinção de qualquer natureza com os demais. Logo, se desde a Constituição de 1988, o PCD tem seus direitos garantidos, o que muda com a Lei de Cotas e o Estatuto da Pessoa com Deficiência?

Muda a aplicabilidade da lei.

A Constituição traz os direitos fundamentais e a igualdade sem distinção de qualquer natureza, no entanto, não traz penalidades à não aplicabilidade em relação ao mercado de trabalho, por exemplo. Ou seja, a pessoa com deficiência tem esse direito garantido apenas com a Constituição, no entanto, a falta de critérios para que a teoria seja convertida em prática deixa as pessoas em situação vulnerável e basicamente "a contar com a sorte" de uma empresa humanizada dar a oportunidade da vaga.

Por essa razão, a Lei nº 8.213/1991 dispõe da obrigatoriedade desse direito, ou seja, as empresas deixam de ter que ir pelo princípio da igualdade para a obrigatoriedade de contratar as pessoas com deficiência. Com o advento dessa lei, houve então o quantitativo de vagas a serem destinadas e quais empresas têm que cumprir o dispositivo, pois o não cumprimento acarreta uma multa. Em 2023, os valores variavam de R$ 3.100,06 até R$ 310.004,70 por profissional PCD não contratado, conforme o grau de descumprimento. (MTP/ME nº 23)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, por sua vez, engloba os direitos fundamentais, já regidos pela Constituição; as porcentagens de vagas destinadas às pessoas com deficiência, regidas pela Lei de Cotas e o diferencial que é a obrigatoriedade de adaptação à inclusão.

(Justiliana Sousa. Disponivel em: https://www.migalhas.com.br. Acesso em 2 de fevereiro de 2024. Adaptado.)

QUESTÃO 26. As duas ocorrências do emprego de aspas no texto, "momento" e "a contar com a sorte", demonstram atribuição de ironia em relação ao uso dos vocábulos, contribuindo para a construção da mensagem proposta.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema pontuação.

Não há de se falar em atribuição de ironia. A utilização de aspas na palavra "momento" se deu para destacar que o vocábulo está sendo usado fora de seu sentido usual. Já a utilização de aspas na expressão "a contar com a sorte" se deu para destacar que se trata de uma expressão coloquial, em sentido figurado.

QUESTÃO 27. Se a vírgula empregada antecedendo o termo "pois" em "dispositivo, pois o não cumprimento acarreta uma multa." (5º§) fosse retirada, não haveria prejuízo quanto à correção gramatical do segmento destacado.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema pontuação.

O uso da vírgula, neste caso, é obrigatório, pois introduz uma explicação.

QUESTÃO 28. Em "[...] o qual aborda os direitos da pessoa com deficiência e traz detalhes pontuais [...]" (1º§), o conectivo expresso é característico das orações exemplificadas indicando a coexistência dos fatos mencionados.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema orações.

O conectivo "e" é conjunção aditiva que une orações em que ambos os fatos ocorrem ao mesmo tempo, expressos pelas formas verbais "aborda" e "traz".

QUESTÃO 29. A expressão destacada em "Em 2015 foi implantado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei nº 13.146/15, o qual aborda os direitos da pessoa com deficiência e traz detalhes pontuais para cada "momento" garantindo a igualdade, inclusão social e cidadania das pessoas." (1º§), poderia ser substituída por "implantou-se", de acordo com a correção gramatical do texto.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema verbo.

A referida substituição é, sim possível. No caso, estar-se trocando a voz passiva analítica ("foi implantado") pela voz passiva sintética (implantou-se").

QUESTÃO 30. A substituição da expressão destacada em "[...] o qual aborda os direitos da pessoa com deficiência e traz detalhes pontuais para cada "momento" garantindo a igualdade, inclusão social e cidadania das pessoas." (1º§) por seu referente, implicaria em comprometimento, nesse trecho, da correção textual.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema sintaxe.

O referente de "o qual" é "Estatuto".

Caso haja a referida substituição, ter-se-á uma repetição de vocábulo que gera comprometimento da correção textual. Vejamos como ficaria: "Em 2015 foi implantado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei nº 13.146/2015, o Estatuto aborda os direitos da pessoa com deficiência...". Perceba

que seria necessário retirar a vírgula, colocar um ponto e recomeçar um novo período; caso contrário, haveria incoerência.

QUESTÃO 31. A expressão "no entanto" em "A Constituição traz os direitos fundamentais e a igualdade sem distinção de qualquer natureza, no entanto, não traz penalidades à não aplicabilidade em relação ao mercado de trabalho, por exemplo." (3º§) poderia ser substituída por "conquanto" ou "porquanto".

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema conjunção.

A substituição não seria possível, pois as conjunções têm sentidos diferentes. "No entanto" tem sentido adversativo, ao passo que "conquanto" tem sentido concessivo e "porquanto" tem sentido explicativo.

QUESTÃO 32. Em "Ou seja, a pessoa com deficiência tem esse direito garantido apenas com a Constituição, no entanto, a falta de critérios para que a teoria seja convertida em prática deixa as pessoas em situação vulnerável e basicamente "a contar com a sorte" de uma empresa humanizada dar a oportunidade da vaga." (2º§), a locução conjuntiva inicial é invariável e permite reconhecer sua característica explicativa em relação às informações anteriores.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema conjunção.

De fato, a locução conjuntiva "ou seja" é invariável, não sendo possível grafá-la no plural. Ademais, possui sentido explicativo, conforme mencionado pela questão.

QUESTÃO 33. Seria mantido o tempo verbal caso a seguinte alteração fosse realizada: A locução "deve ser" em "a pessoa com deficiência deve ser respeitada" (2º§) fosse substituída por "deveria ser efetivamente".

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema verbo.

A substituição não mantém o tempo verbal. Enquanto a locução “deve ser” está no tempo verbal presente do indicativo, “deveria ser” está no tempo verbal futuro do pretérito.

QUESTÃO 34. Pode-se reconhecer que o período “O desenvolvimento desse artigo deixa claro que a pessoa com deficiência deve ser respeitada e ter condições de igualdade sem distinção de qualquer natureza com os demais.” (2º§) tem, em sua composição, oração que exerce função substantiva estabelecendo relação sintática com outra oração.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema orações.

De fato, há oração que exerce função substantiva. A oração “que a pessoa com deficiência deve ser respeitada e ter condições de igualdade sem distinção de qualquer natureza com os demais.” funciona como objeto direto do verbo “deixar”.

Logo, tem-se uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

QUESTÃO 35. Os vocábulos empregados no texto como “pessoa”, “deficiência” e “distinção” apresentam grafia correta em que letras diferentes representam um mesmo fonema, ou seja, o som que representam, a mesma correção pode ser vista em: absolver, dispensa e inscipiente.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema grafia das palavras.

Os vocábulos, na forma proposta pelo enunciado (“dispenssa” e “inscipiente”) têm erros de grafia. O correto seria “dispensa” e “incipiente”.

O texto a seguir se refere às questões 36 a 45.

Em 2024, segurança pública é prioridade para os direitos humanos no Brasil.

Em sua primeira coluna do ano, Pedro Dallari especula sobre as perspectivas para os direitos humanos no Brasil em 2024. Na opinião dele, teremos em 2024 um quadro bastante preocupante para a preservação e promoção dos direitos humanos da população brasileira. “Além de sofrer os reflexos das crises que atingem atualmente o mundo - com destaque para o agravamento do aquecimento global e as guerras na Ucrânia e no Oriente Médio -, o Brasil sofre as consequências

de uma realidade econômica e social profundamente injusta, com forte concentração da renda e muita desigualdade social." Esse cenário geral prejudica enormemente a possibilidade de afirmação dos direitos humanos.

Nesse contexto preocupante, merece atenção o crescimento exponencial da presença do crime organizado no Brasil, uma situação que reproduz fenômeno que também ocorre na América Latina e em outras regiões do planeta. Associado principalmente ao tráfico de drogas ilícitas, o crime organizado vai se fazendo presente em outros campos de atuação, até mesmo pela aquisição do controle efetivo e ilegal de setores da administração pública e de áreas do território brasileiro, de modo a facilitar a realização de atividades criminosas. É o caso, por exemplo, dos cartéis para corrupção da administração pública, das milícias em bairros de muitas cidades brasileiras ou dos garimpos clandestinos na floresta amazônica.

A célebre Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que "todo individuo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". No entanto, o crescimento do crime organizado ameaça não só a segurança das pessoas, mas, ao comprometer o funcionamento regular dos órgãos públicos, pode prejudicar gravemente a prestação dos serviços de saúde, educação e transporte, direitos também previstos na Declaração. Em síntese, como a promoção dos direitos humanos depende do bom desempenho dos órgãos públicos, deve ser dada prioridade ao combate ao crime organizado e a uma situação que ameaça o próprio funcionamento do Estado.

(Globalização e Cidadania. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp, Fragmento.)

QUESTÃO 36. Caso fosse incluído o termo "bastante" imediatamente após "ameaça" em "que ameaça o próprio funcionamento do Estado." (3°§), ele permaneceria invariável mesmo que a oração fosse reescrita no plural.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema concordância.

O termo "bastante", ainda que a oração seja escrita no plural, tem função de advérbio, e os advérbios são invariáveis.

QUESTÃO 37. Há correção gramatical no livre comentário acerca do texto apresentado: "Observa-se muitas vezes dedicação sobre-humana às causas sociais com o propósito de amenizar desigualdades que geram diversos tipos de consequências."

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema hífen.

Na translineação de palavras com hífen, este deverá ser repetido tanto na linha anterior, após o primeiro termo (“sobre-“), quanto na posterior, antes do segundo termo (“-humana”).

QUESTÃO 38. A utilização da preposição “sobre” torna-se obrigatória no trecho destacado a seguir “Em sua primeira coluna do ano, Pedro Dallari especula sobre as perspectivas para os direitos humanos no Brasil em 2024.” (1º§) em decorrência da exigência da regência nominal estabelecida.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema regência verbal.

A utilização da preposição “sobre” se dá em razão da regência verbal – e não nominal – do verbo “especular”, que necessita de preposição por ser transitivo indireto.

QUESTÃO 39. Em “[...] de modo a facilitar a realização de atividades criminosas.” (2º§), as ocorrências do termo “a” são classificadas gramaticalmente de formas diferentes; tendo assim, também, funções diferentes.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema preposição.

Trata-se de classes gramaticais diferentes e, portanto, de funções diferentes. No trecho “de modo a facilitar”, o termo “a” é preposição, funcionando como conectivo. Já no trecho “a realização”, o termo “a” é artigo.

QUESTÃO 40. Em “Na opinião dele, teremos em 2024 um quadro bastante preocupante para a preservação e promoção dos direitos humanos da população brasileira.” (1º§), a ausência de marca desinencial na forma verbal possibilita a ocultação do sujeito como termo fundamental da estrutura oracional.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema orações.

Não há de se falar em "ausência de marca desinencial". Pelo contrário: O sujeito é oculto e desinencial, havendo marca desinencial na forma verbal, indicando a primeira pessoa do plural "nós".

QUESTÃO 41. Em "[...] até mesmo pela aquisição do controle efetivo e ilegal de setores da administração pública e de áreas do território brasileiro [...]" (2°§), a expressão "pela aquisição" indica o agente da ação verbal, referente ao controle especificado.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema semântica.

A expressão "pela aquisição", na verdade, tem valor semântico de meio, e não de agente. Perceba que "pela" poderia ser substituído, sem prejuízo, por "por meio da".

QUESTÃO 42. Mantendo-se a correção gramatical, o trecho "Nesse contexto preocupante, merece atenção o crescimento exponencial da presença do crime organizado no Brasil, uma situação que reproduz fenômeno que também ocorre na América Latina e em outras regiões do planeta." (2º§) pode apresentar como reescrita: "Nesse contexto preocupante, cujo o crescimento exponencial da presença do crime organizado no Brasil merece atenção, uma situação a qual demonstra fenômeno reproduzido também na América Latina e em outras regiões do planeta."

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema pronome.

O pronome "cujo" nunca poderá vir seguido de artigo. Portanto, a forma "cujo o" está incorreta, tornando a reescrita proposta também incorreta.

QUESTÃO 43. No primeiro parágrafo do texto é possível observar o emprego do travessão duplo cuja função é assinalar uma expressão intercalada, podendo ser substituído por parênteses de acordo com a intenção do enunciador, o que manteria a correção gramatical.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do tema pontuação.

De fato, há uma intercalação, sendo possível a substituição do travessão duplo por parênteses, a depender da intenção do enunciador. Se a intenção for enfatizar, utiliza-se o travessão; mas se a intenção for retirar a ênfase, utiliza-se o parêntese. Em ambos os casos, a correção gramatical se mantém.

QUESTÃO 44. No último período do texto, a expressão "Em síntese," pode ser substituída por "Assim, contudo," de acordo com a função estabelecida de equivalência entre as duas expressões citadas.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema semântica.

Não há equivalência entre as duas expressões. Enquanto a expressão "em síntese" tem sentido conclusivo, o termo "contudo" tem sentido adversativo.

Logo, não é possível a reescritura proposta.

QUESTÃO 45. O resultado, a seguir, do acréscimo de algumas expressões ao último período do texto manteria a correção gramatical: "Em síntese, como a promoção dos direitos humanos depende do bom desempenho dos órgãos públicos e de uma eficiente infraestrutura, deve ser dada prioridade ao combate ao crime organizado e a uma situação que ameaça o próprio funcionamento do Estado, utilizando até mesmo de instrumentos como Decretos-lei."

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata do tema semântica.

O verbo "utilizar" é transitivo direto, dispensando preposição. Portanto, a forma "utilizando (...) de instrumentos..." está incorreta, havendo erro de regência. O correto seria "utilizando (...) instrumentos...". Outra possibilidade seria usar o verbo em sua forma pronominal, caso em que a preposição seria necessária; veja: "utilizando-se (...) de instrumentos...".

Um sócio-administrador de determinada empresa, antevendo situação de crise econômico-financeira futura, comete, em janeiro de 2020, crime falimentar consistente em ato fraudulento que resultou prejuízo aos credores. Posteriormente requereu recuperação judicial, cujo processamento foi regularmente deferido. Houve descumprimento de obrigação prevista no plano de recuperação judicial, acarretando a convolação da recuperação judicial em falência. De

acordo com as disposições da Lei nº 11.101/2005 e de entendimentos do STF, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 46. Aplica-se ao crime falimentar as causas interruptivas da prescrição previstas no Código Penal.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata das causas interruptivas da prescrição no crime falimentar.

É o que prescreve a súmula 592 do STF: "Nos crimes falimentares, aplicam-se as causas interruptivas da prescrição, previstas no Código Penal."

QUESTÃO 47. O fato de o crime ter sido praticado antes ou depois da sentença que decretou a falência e antes da concessão da recuperação judicial é irrelevante para a tipicidade da referida conduta, mas a sentença de falência é condição objetiva de punibilidade.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata da sentença de falência.

O art. 180 da Lei 11.101/05 prevê a sentença de falência como condição objetiva de punibilidade, veja: "A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial de que trata o art. 163 desta Lei é condição objetiva de punibilidade das infrações penais descritas nesta Lei."

QUESTÃO 48. Aplica-se ao caso o enunciado de súmula do STF, que prevê que a prescrição de crime falimentar começa a correr da data em que deveria estar encerrada a falência, ou do trânsito em julgado da sentença que a encerrar ou que julgar cumprida.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata da prescrição do crime falimentar.

Ocorreu a superação da súmula 147 do STF, incidindo, neste caso, o art. 182 da lei 11.101/05, que dispõe como marco da prescrição de crime falimentar o dia da decretação da falência, da concessão da recuperação judicial ou da homologação do plano de recuperação extrajudicial, veja: "Art. 182. A prescrição dos crimes previstos nesta Lei reger-se-á pelas disposições do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de

dezembro de 1940 - Código Penal, começando a correr do dia da decretação da falência, da concessão da recuperação judicial ou da homologação do plano de recuperação extrajudicial. Parágrafo único. A decretação da falência do devedor interrompe a prescrição cuja contagem tenha iniciado com a concessão da recuperação judicial ou com a homologação do plano de recuperação extrajudicial."

QUESTÃO 49. A decretação da falência interrompeu a prescrição, cuja contagem se iniciou com a concessão da recuperação judicial.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata da interrupção da prescrição no crime falimentar.

É precisamente o que dispõe a Lei 11.101/05, veja: "Art. 182. A prescrição dos crimes previstos nesta Lei reger-se-á pelas disposições do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, começando a correr do dia da decretação da falência, da concessão da recuperação judicial ou da homologação do plano de recuperação extrajudicial. Parágrafo único. A decretação da falência do devedor interrompe a prescrição cuja contagem tenha iniciado com a concessão da recuperação judicial ou com a homologação do plano de recuperação extrajudicial."

QUESTÃO 50. A medida processual cautelar de indisponibilidade de bens, em processos civis gerados em razão de atos de improbidade administrativa, sempre foi tida como uma das médias mais eficientes no combate extracriminal à corrupção. Há quase dez anos, a Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.366.721/BA, DJe 19/9/2014 (rito do Art. 543-C do CPC/73, correspondente ao Art. 1.036 e seguintes do CPC/15), havia assentado que, bastava o fumus boni uris - indícios da prática de atos de improbidade - para o deferimento da medida cautelar de indisponibilidade, sendo presumido o requisito do periculum in mora, entendimento este que vinha sendo tranquilo na jurisprudência da Corte Superior. Todavia, a nova redação do Art. 16, caput e 5 39, da Lei n° 8.429/1992, passou a exigir, além da plausibilidade do direito invocado, a demonstração do requisito da urgência. Segundo a atual jurisprudência do STJ, a demonstração do requisito da urgência para a indisponibilidade de bens, prevista no referido dispositivo da Nova Lei de improbidade Administrativa tem aplicação imediata ao processo em curso dado o caráter processual da medida, em razão de que o próprio órgão jurisdicional perante o qual estiver em curso o processo deve renovar a análise dos requisitos da medida e substituir a decisão já proferida, se for o caso, inclusive em grau recursal, no julgamento de Agravo de Instrumento, nos termos do Art. 16, 6 99 da Lei de Improbidade e do Art. 1.019, l, do CPC.

Comentários

O item está **certo**.

A demonstração do requisito da urgência para a indisponibilidade de bens, prevista no art. 16 da Lei de Improbidade Administrativa (com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021), tem aplicação imediata ao processo em curso dado o caráter processual da medida. STJ. 1ª Turma. AREsp 2.272.508-RN, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 6/2/2024 (Info 800).

QUESTÃO 51. O Ministério Público do Estado de Santa Catarina ajuizou uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, com pedido de concessão liminar de tutela provisória de urgência, inaudita altera pars (Art. 11 da Lei n° 7.347/1985), em desfavor do Município de Itajai/SC, em razão da negativa expressa de fornecimento contínuo de insulina, solicitado administrativamente por paciente comprovadamente diabético, já inscrito no cadastro do Sistema Único de Saúde. Por um lapso, o Promotor de Justiça olvidou-se de requerer a cominação de multa diária (astreinte) ao demandado, em caso de descumprimento da decisão liminar rogada, a fim de compeli-lo ao integral adimplemento, com o alerta de que ocasional descumprimento de decisão poderia acarretar ato de improbidade administrativa por lesão ao erário, justamente em decorrência da multa decorrente de eventual desobediência gerada pelos gestores públicos responsáveis. Recebida a inicial, o magistrado, de ofício, deferiu o pedido de tutela provisória de urgência, ordenando o imediato fornecimento do medicamento, sob pena de multa diária ao município, fixada em de um mil reais por eventual descumprimento, a contar de 24h após a intimação. O ente municipal interpôs recurso de Agravo de Instrumento, ao fundamento de violação ao princípio da correlação entre pedido e provimento jurisdicional, por decisão ultra petita, nos termos dos Arts. 141 e 942 do CPC. O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina acolheu as razões recursais, deu provimento ao recurso e reformou a decisão liminar, excluindo a multa cominatória fixada de ofício pelo juízo de primeiro grau e consignando que ao recorrido (MP) caberia formular o pedido, em sede inicial ou incidental, restando-lhe, agora, pleitear medida cautelar com o efeito desejado.

Comentários

O item está **errado**.

Nos termos do art.536 do CPC, em cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. Ainda, o §1º define que, para atender ao disposto no caput, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

Sobre os dois modelos de ações coletivas mais difundidos na doutrina processual coletiva - Modelo da *Verbandsklage* e Modelo das *Class Actions*, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 52. No modelo das *Class Actions*, a vinculatividade de coisa julgada a toda a classe representada ocorre pro et contra, em benefício ou em prejuízo dos substitutos processuais, no caso de improcedência do(s) pedido(s), enquanto no modelo do Processo Coletivo Brasileiro, a coisa julgada tem efeitos erga omnes ou ultra partes *secundum eventos litis*, estendendo seus resultados apenas para beneficiar os titulares dos direitos individuais.

Comentários

O item está **certo**.

A vinculatividade da coisa julgada para toda a classe, quer beneficiando-a, quer prejudicando-a, no caso de improcedência da ação. Essa é uma das grandes diferenças se comparada ao modelo brasileiro, já que aqui há coisa julgada erga omnes ou ultra partes apenas se beneficiar os titulares dos direitos individuais (*secundum eventum litis*).

Nos Estados Unidos, o primeiro Código de Processo Civil estadunidense em âmbito federal, dentro da qual a Rule 23 foi responsável pela criação das *Class Actions*, regra esta reformada em 1966.

Segundo Teori Zavascki, nas *Class Actions*: "Admite-se que um ou mais membros de uma classe promova ação em defesa dos interesses de todos os seus membros, desde que:

(a) seja inviável, na prática, o litisconsórcio ativo dos interessados;

(b) estejam em debate questões de fato ou de direito comuns à toda a classe;

(c) as pretensões e as defesas sejam tipicamente de classe e

(d) os demandantes estejam em condições de defender eficazmente os interesses comuns. Duas grandes espécies de pretensões podem ser promovidas mediante "*class action*": (a) pretensões de natureza declaratória ou relacionadas com direitos cuja tutela se efetiva mediante provimentos com ordens de fazer ou não fazer, geralmente direitos civis ("*injuctions class actions*"); e

(b) pretensões de natureza indenizatória de danos materiais individualmente sofridos ("*class actions for damages*"). [...] Atendidos os requisitos de admissibilidade e de desenvolvimento do processo, a sentença fará coisa julgada com eficácia geral, vinculando a todos os membros da classe, inclusive os que não foram dele notificados, desde que tenha ficado reconhecida a sua adequada representação."

QUESTÃO 53. Diferentemente do modelo aberto das *Class Actions*, o modelo da *Verbandsklage* adota métodos, instrumentos e técnicas processuais fechados e admite exclusivamente as tutelas específicas das obrigações de fazer e de não-fazer, excluindo-se de seu espectro as ações de cunho condenatório.

Comentários

O item está **certo**.

A tutela permitida em juízo é somente aquele onde o pedido contém uma tutela inibitória ou injuncional, voltadas para as obrigações de fazer e não fazer, e não para obrigações de pagar.

QUESTÃO 54. As *Verbandsllage* têm como principais características a especial legitimação ativa das associações, pela qual se escolhe um o sujeito para tutelar em nome próprio direito e que passa a ser considerado próprio, o distanciamento extremo da tutela de direitos individuais e a

excepcionalidade das hipóteses em que a associação defende de fato um interesse supraindividual, porquanto, geralmente, a associação somente poderá atuar mediante a autorização do titular da relação jurídica individual.

Comentários

O item está **certo**.

A legitimidade especial ativa das associações, com escolha de um 'sujeito supraindividual', para tutelar, em nome próprio, faz com que o direito passe a ser considerado como direito próprio (tutela dos consumidores por associação de consumidores, tutela do meio ambiente por associações ambientais etc.).

Ainda, há o distanciamento da tutela de direitos individuais. A exemplo, Taruffo diz que a lei italiana sobre meio ambiente não prevê nenhuma hipótese de tutela individual, voltando-se a responsabilidade pelo dano para a reparação ao Estado.

QUESTÃO 55. O §3º do Art. 1 da Lei nº 8.437/1992, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do poder público e dá outras providências, prescreve que: "Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto de ação." O Art. 2% da mesma lei diz que "No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após e audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas". A par disso, o MPSC ajuizou uma ACP em face do Município de Bombinhas e do Estado de Santa Catarina, com pedido de deferimento de medida liminar *inaudita altera pars* para fornecimento de medicamento, o que foi indeferido pelo juízo de piso, justamente com base nos referidos dispositivos legais. Ao recurso próprio aviado pelo *Parquet* Catarinense, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina negou provimento, ao fundamento de que a reforma decisão primeva e provimento da antecipação da tutela acarretariam violação a expresso dispositivo legal, cuja interpretação deve ser restritiva e que poderia ocasionar prejuízos irreversíveis ao erário e aos fluxos de fornecimento dos serviços de atenção básica à saúde, previstos na Lei n° 8.080/1990.

Comentários

O item está **errado**.

Ao contrário do que afirma a assertiva, o esgotamento do objeto da ação não é aplicável quando há a esgotabiilidade das duas partes. Ao não conceder a tutela deferindo a entrega do medicamento, a parte requerente pode vir a óbito.

Na ADI 4296, o STF declarou inconstitucional os artigos 22, parágrafo único da Lei do Mandado de Segurança, podendo deferir tutela de urgência em face do Poder Público, sob pena de violações de princípios fundamentais do processo.

Portanto, é possível a concessão da liminar sem ouvir o Poder Público em caso de fornecimento de medicamentos. Nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA – LEGITIMIDADE

DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A DEFESA DOS INTERESSES INDIVIDUAIS RELATIVOS À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – INTELIGÊNCIA DO ART. 201, V, DA LEI 8.069/90 – MEDICAMENTO NECESSÁRIO AO TRATAMENTO DE MENOR – RISCO DE DANO IRREPARÁVEL – CONCESSÃO DE LIMINAR SEM A PRÉVIA MANIFESTAÇÃO DO PODER PÚBLICO – POSSIBILIDADE – DEVER DO ESTADO DE GARANTIR A SAÚDE E A VIDA DOS INDIVÍDUOS – RECURSO NÃO PROVIDO – DECISÂO UNÂNIME. -É possível a concessão de medida liminar inaudita altera parte em face do poder público, nos casos em que houver o risco iminente de grave lesão à saúde. - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são solidariamente responsáveis pela saúde pública, sendo perfeitamente possível exigir-se do Estado do Paraná a concessão de medicamentos aos cidadãos necessitados. - Por se tratar de dever do Estado, o tratamento de paciente carente não caracteriza lesão aos cofres públicos. (TJPR, AI – 143371000, Rel. Dês. Antônio Lopes de Noronha, 2ª Câmara Cível, Unânime, DJ 18/02/2004).”

QUESTÃO 56. Com base na jurisprudência consolidada da 1ª Seção do STJ, aplicável a ações com pedido de fornecimento público de medicamentos, muito comum no desempenho das funções do Ministério Público. No caso de ser competente o Juizado Especial Fazenda Pública, faculta-se ao autor optar livremente pelo manejo de seu pleito contra o estado no foro de seu domicílio, no de fato ou ato ensejador da demanda, no de situação da coisa litigiosa ou, ainda, na capital do estado, observada a competência absoluta do Juizado, se existente no local de opção (Art. 52, parágrafo único, do CPC/2015, c/c o Art. 2º, § 4º, da Lei n° 12.153/2009).

Comentários

O item está **correto**.

Nos termos do IAC 10 do STJ, foi assentada a referida tese: “São absolutas as competências: i) da Vara da Infância e da Juventude do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou a omissão, para as causas individuais ou coletivas arroladas no ECA, inclusive sobre educação e saúde, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores (arts. 148, IV, e 209 da Lei n. 8.069/1990 e Tese n. 1.058/STJ); ii) do local de domicílio do idoso nas causas individuais ou coletivas versando sobre serviços de saúde, assistência social ou atendimento especializado ao idoso portador de deficiência, limitação incapacitante ou doença infectocontagiosa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores (arts. 79 e 80 da Lei n. 10.741/2003 e 53, III, e, do CPC/2015); iii) do Juizado Especial da Fazenda Pública, nos foros em que tenha sido instalado, para as causas da sua alçada e matéria (art. 2º, § 4º, da Lei n. 12.153/2009); iv) nas hipóteses do item (iii), faculta-se ao autor optar livremente pelo manejo de seu pleito contra o estado no foro de seu domicílio, no do fato ou ato ensejador da demanda, no de situação da coisa litigiosa ou, ainda, na capital do estado, observada a competência absoluta do Juizado, se existente no local de opção (art. 52, parágrafo único, do CPC/2015, c/c o art. 2º, § 4º, da Lei n. 12.153/2009).”

QUESTÃO 57. Tendo em vista o processo estrutural, as denominadas pela doutrina "decisões em cascata" são um fenômeno nocivo ao processo estrutural, na medida em que desestabilizam o núcleo fundamental do provimento jurisdicional sobre o problema estrutural julgado, e ocasionam insegurança jurídica, impedindo a efetiva concretização do resultado visado pela decisão principal.

Comentários

O item está **errado**.

O processo estrutural possui como características típicas as Decisões em Cascatas, portanto, incorreto afirmar que é fenômeno nocivo, podendo o juiz ir modulando os efeitos da decisão com o objetivo de atingir o Estado Ideal de Coisas.

Portanto, muitas vezes, à decisão principal seguem-se inúmeras outras que têm por objetivo resolver problemas decorrentes da efetivação das decisões anteriores de modo a permitir a efetiva concretização do resultado visado pela decisão principal – é o que Sérgio Cruz Arenhart chama de provimentos em cascata: 'Assim, por exemplo, é típico das medidas estruturais a prolação de uma primeira decisão, que se limitará a fixar em linhas gerais as diretrizes para a proteção do direito a ser tutelado, criando o núcleo da posição jurisdicional sobre o problema a ele levado. Após essa primeira decisão – normalmente, mais genérica, abrangente e quase 'principiológica', no sentido de que terá como principal função estabelecer a 'primeira impressão' sobre as necessidades da tutela jurisdicional – outras decisões serão exigidas, para a solução de problemas e questões pontuais, surgidas na implementação da "decisão-núcleo", ou para a especificação de alguma prática devida.

QUESTÃO 58. Caso o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolva relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos, o relator proporá - de ofício ou a requerimento da parte, do Ministério Público ou da Defensoria Pública - que seja o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar, eis que admissível a assunção de competência.

Comentários

O item está **correto**.

Nos termos do art. 947 do CPC, é admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos. § 1º Ocorrendo a hipótese de assunção de competência, o relator proporá, de ofício ou a requerimento da parte, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, que seja o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar.

QUESTÃO 59. Com relação aos princípios do Processo Civil Coletivo, em especial à máxima amplitude da tutela coletiva, nos termos de precedentes recentes do STJ e STF, o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública, que tem por objetivo pleitear tratamento médico ou compelir os entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.

Comentários

O item está **correto**.

O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação civil pública com objetivo de compelir entes federados a entregarem medicamentos a portadores de certa doença, tutelando direitos individuais homogêneos ou uma única pessoa hipossuficiente (RE 605533).

QUESTÃO 60. De acordo com o Código de Processo Civil (Lei n° 13.105/2015) acerca do incidente de resolução de demandas repetitivas, é cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente efetiva a repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão-fática e de direito - e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. A sua inadmissão por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.

Comentários

O item está **errado**.

O art. 976 do CPC prevê o seguinte: "É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. (...) § 3º A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado."

QUESTÃO 61. O Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), previsto na Lei federal n° 7.347/1985, é normatizado pela Lei Complementar Estadual nº 738/2019. Destina-se a ressarcir a coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens e direitos de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. Ele tem sede na Capital do Estado, devendo ser gerido por um Conselho Gestor, presidido por um representante do MPSC, indicado dentre qualquer um de seus membros.

Comentários

O item está **errado**.

De acordo com a Lei Complementar Estadual 738/2019 em seu art. 281, parágrafo único, prevê que o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), previsto no art. 13 da Lei federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, é instituído no Estado de Santa Catarina. O FRBL será então vinculado ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e será gerido por um Conselho Gestor, constituído na forma estabelecida pela referida Lei. Contudo, incorreto afirmar que o representante será indicado dentre os seus membros. O art. 286 prevê que será presidido pelo representante do Ministério Público de 2º grau.

QUESTÃO 62. Sobre os efeitos da coisa julgada nos processos coletivos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, as ações para a defesa dos interesses, mas os efeitos da coisa julgada - que será ultra partes em caso de procedência do pedido - beneficiarão os autores das ações individuais, se for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

Comentários

O item está **certo**.

As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* ou *ultra partes* a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva, conforme assim prevê o art. 104 do Código de Defesa do Consumidor.

Em relação a coisa julgada, o art. 103 estabelece o seguinte: "Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: (...) II - ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81".

QUESTÃO 63. A Resolução n° 23, de 17/09/2007, CNMP e o Ato 395, da PGJ do Ministério Público do Estado de Santa Catarina de 11/06/2018, disciplinam a notícia de fato, a instauração e tramitação de inquérito civil e de procedimento preparatório, a expedição de recomendações e a celebração de compromisso de ajustamento de conduta no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina. O inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes as suas funções institucionais, sendo condição de procedibilidade para O ajuizamento das ações a Cargo do Ministério Público e para a realização das demais medidas de sua atribuição própria.

Comentários

O item está **errado**.

O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público.

De acordo com a Resolução 23/2007, CNMP, em seu artigo 1º, o inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais. Parágrafo único. O inquérito civil não

é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público, nem para a realização das demais medidas de sua atribuição própria.

Havendo todos os elementos para instaurar o Inquérito Civil, poderá assim procedido.

Tendo em vista as disposições da Lei da Ação Civil Pública (Lei na 7.347/1985) e da Lei da Ação Popular (Lei n 4.717/1965), julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 64 O Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos individuais homogêneos dos beneficiários do seguro DPVAT.

Comentários

O item está **errado**.

A Súmula foi cancelada 470 do STJ. O MP poderá tutelar direitos individuais homogêneos em caso de indisponibilidade ou quando disponível, haver relevância social. O Seguro DPVAT é matéria de relevância social (grande, aliás) e, portanto, pode ser tutelada pelo Ministério Público.

QUESTÃO 65. Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória de Ação Popular ou de Ação Civil Pública, sem que autor ou terceiro lhe promova a respectiva execução, deverá fazê-lo necessariamente o Ministério Público - nos trinta dias seguintes, sob pena de falta grave.

Comentários

O item está **errado**.

O examinador mistura os dois institutos e neles contém previsões diferentes em relação à propositura da Ação Popular e da Ação Civil Pública.

Nos termos do art. 15 da Lei da ACP, inicia a contagem do prazo a partir do transito em julgado da sentença condenatória. A saber: "Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados."

Já o art. 16 da Ação Popular inicia a contagem a partir da publicação da sentença. A saber: "Art. 16. Caso decorridos 60 (sessenta) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução. o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave."

Considerando a Lei n. 11.445/2007, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 66. Para efeitos da referida normativa, inclui-se expressamente na definição de saneamento básico, conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes.

Comentários

O item está **certo.**

Trata-se da previsão contida no Art. 3, I, d, Lei n. 11445/2007: Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se: I - saneamento básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes.

QUESTÃO 67. As diretrizes trazidas pela União para o setor de saneamento básico, por meio da Lei nº 11.445/2007, Art. 1º, dependem, para sua incidência, da concordância, colaboração e consenso dos demais entes federativos.

Comentários

O item está **errado.**

As diretrizes trazidas pela União não dependem da concordância dos demais entes, As diretrizes são de incidência. Com efeito, o artigo 1º da Lei nº 11.445/2007 tem caráter nacional e determina que as diretrizes norteiam a política federal, que engloba todos os entes da federação: Art. 1º. Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

Com fulcro nas normativas que regem o Direito Ambiental brasileiro, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 68. O STF entendeu que a Lei Municipal que proíbe, sob qualquer forma, o emprego de fogo para fins de limpeza do solo é inconstitucional por violar uma norma federal que estabelece a extinção gradativa do uso do fogo como meio facilitador da atividade.

Comentários

O item está **certo.**

No julgamento do Recurso Extraordinário n. 586224, sob o regime de Repercussão Geral, o Supremo Tribunal Federal decidiu que é inconstitucional lei municipal que proíba integralmente a queima de cana, por se tratar de tema multidisciplinar que afronta a legislação federal sobre a matéria. Nesse

sentido: "Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL. LIMITES DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL QUE PROÍBE A QUEIMA DE PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR E O USO DO FOGO EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS. LEI MUNICIPAL Nº 1.952, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995, DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA. RECONHECIDA REPERCUSSÃO GERAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 23, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, Nº 14, 192, § 1º E 193, XX E XXI, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO E ARTIGOS 23, VI E VII, 24, VI E 30, I E II DA CRFB. 1. O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja e harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB). 2. O Judiciário está inserido na sociedade e, por este motivo, deve estar atento também aos seus anseios, no sentido de ter em mente o objetivo de saciar as necessidades, visto que também é um serviço público. 3. In casu, porquanto inegável conteúdo multidisciplinar da matéria de fundo, envolvendo questões sociais, econômicas e políticas, não é permitido a esta Corte se furtar de sua análise para o estabelecimento do alcance de sua decisão. São elas: (i) a relevante diminuição – progressiva e planejada – da utilização da queima de cana-de-açúcar; (ii) a impossibilidade do manejo de máquinas diante da existência de áreas cultiváveis acidentadas; (iii) cultivo de cana em minifúndios; (iv) trabalhadores com baixa escolaridade; (v) e a poluição existente independentemente da opção escolhida. 4. Em que pese a inevitável mecanização total no cultivo da cana, é preciso reduzir ao máximo o seu aspecto negativo. Assim, diante dos valores sopesados, editou-se uma lei estadual que cuida da forma que entende ser devida a execução da necessidade de sua respectiva população. Tal diploma reflete, sem dúvida alguma, uma forma de compatibilização desejável pela sociedade, que, acrescida ao poder concedido diretamente pela Constituição, consolida de sobremaneira seu posicionamento no mundo jurídico estadual como um standard a ser observado e respeitado pelas demais unidades da federação adstritas ao Estado de São Paulo. 5. Sob a perspectiva estritamente jurídica, é interessante observar o ensinamento do eminente doutrinador Hely Lopes Meireles, segundo o qual "se caracteriza pela predominância e não pela exclusividade do interesse para o município, em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau, e não de substância."; (Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 1996. p. 121.) 6. Função precípua do município, que é atender diretamente o cidadão. Destarte, não é permitida uma interpretação pelo Supremo Tribunal Federal, na qual não se reconheça o interesse do município em fazer com que sua população goze de um meio ambiente equilibrado. 7. Entretanto, impossível identificar interesse local que fundamente a permanência da vigência da lei municipal, pois ambos os diplomas legislativos têm o fito de resolver a mesma necessidade social, que é a manutenção de um meio ambiente equilibrado no que tange especificamente a queima da cana-de-açúcar. 8. Distinção entre a proibição contida na norma questionada e a eliminação progressiva disciplina na legislação estadual, que gera efeitos totalmente diversos e, caso se opte pela sua constitucionalidade, acarretará esvaziamento do comando normativo de quem é competente para regular o assunto, levando ao completo descumprimento do dever deste Supremo Tribunal Federal de guardar a imperatividade da Constituição. 9. Recurso extraordinário conhecido e provido para declarar a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 1.952, de 20 de dezembro de 1995, do Município de Paulínia." (RE 586224, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 05/03/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-085 DIVULG 07-05-2015 PUBLIC 08-05-2015)

QUESTÃO 69. Sobre os instrumentos processuais para a tutela ambiental, em ação civil pública, a formação de litisconsórcio ativo facultativo entre o Ministério Público Estadual e o Federal

depende da demonstração de alguma razão específica que justifique a presença de ambos na lide.

Comentários

O item está **certo.**

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.254.428-MG, "Em ação civil pública, a formação de litisconsórcio ativo facultativo entre o Ministério Público Estadual e o Federal depende da demonstração de alguma razão específica que justifique a presença de ambos na lide". STJ. 3ª Turma. REsp 1.254.428-MG, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 2/6/2016 (Info 585).

QUESTÃO 70. Na condição de terceira geração, o direito ao meio ambiente apresenta-se simultaneamente, como direito de defesa e recuperação da qualidade ambiental degradada.

Comentários

O item está **certo.**

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado, nessa tríade de gerações de Vasak, direito fundamental de terceira geração (dimensão), tendo em vista sua titularidade difusa, indefinida e indeterminável, de natureza nitidamente transindividual que exige esforços do Estado para sua efetivação e defesa. Neste sentido, trata-se de um direito de proteção, buscando-se a defesa do meio ambiente por intermédio de normas proibitivas e ao mesmo tempo prestacionais, exigindo comportamento ativo do Estado e da sociedade na sua preservação e defesa (caráter bifronte).

Fonte: Estratégia Carreira Jurídica. Magistratura Estadual. Direito Ambiental. Aula 2.6. Prof. Thiago Leite. LDI.

QUESTÃO 71. No que se refere aos princípios fundamentais que regem o direito ambiental, o Art. 225 da CF/88 denota que "Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações", representa o princípio da equidade intergeracional.

Comentários

O item está **certo**.

O princípio representado no enunciado melhor representa a solidariedade ou equidade intergeracional.

O princípio da solidariedade intergeracional está relacionado à equidade social. É a aplicação do princípio da solidariedade com um viés à proteção do meio ambiente.

O princípio busca destacar a responsabilidade que existe entre gerações humanas partindo da ideia de que as gerações presentes devem zelar pela qualidade do meio ambiente para que as gerações futuras possam usufruir desse direito em outro momento.

QUESTÃO 72. A empresa MA LTDA. pretende instalar, em determinado município, uma indústria que fabricará blocos e telhas cerâmicas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado. Antes da expedição da licença, o órgão estadual de meio ambiente deverá desenvolver o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e emitir o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para evitar, mitigar e compensar os impactos ambientais do empreendimento.

Comentários

Questão anulada pela banca.

O item está **errado.**

O EIA/RIMA é realizado por equipe multidisciplinar, conforme Art. 2, XXI, da RES. CONSEMA 98/2017: "Art. 2º Para fins desta resolução adotam-se as seguintes definições: [...] XXI - Estudo de Impacto Ambiental (EIA): estudo técnico elaborado por equipe multidisciplinar que oferece elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de significativa degradação do meio ambiente. O EIA deve abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e socioeconômico, buscando a elaboração de um diagnóstico integrado das áreas de influência direta e indireta do empreendimento, possibilitando a avaliação dos impactos diretos e indiretos resultantes da implantação do empreendimento e a definição das medidas mitigadoras, de controle ambiental e compensatórias".

QUESTÃO 73. O município Alfa pretende construir uma estrada para melhorar a ligação da cidade com os municípios Beta e Gama, situados no mesmo Estado. A obra gerará impactos nos três municípios. Nesse caso, a competência para executar o licenciamento ambiental é da União, pois o impacto, além de ser regional, será também nacional.

Comentários

O item está **errado.**

Perceba que todos os municípios estão dentro do mesmo Estado. Logo o impacto é regional, pois não ultrapassa os limites do Estado, razão pela qual é deste a competência para licenciamento.

Ademais, a Lei Complementar n. 140/2011 estabelece os critérios para atribuição de competência quanto ao licenciamento ambiental.

De acordo com o artigo 8º, XIV, São ações administrativas do Estado: [...] XIV - promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou

potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ressalvado o disposto nos arts. 7º e 9º.

Por sua vez, o artigo 7º, inciso XIV, da referida Lei elenca as hipóteses de competência da União para licenciamento ambiental, dentre as quais não está a situação apresentada no enunciado: Art. 7º. São ações administrativas do Estado: [...] XIV - Promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades: a) localizados ou desenvolvidos conjunta- mente no Brasil e em país limítrofe; b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva; c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas; d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental; e) localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados; f) de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999; g) destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); ou h) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento."

QUESTÃO 74. A audiência pública é parte integrante do processo que envolve elaboração do EIA/RIMA. O órgão ambiental somente promoverá a audiência pública quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por cinquenta ou mais cidadãos.

Comentários

O item está **errado.**

A audiência pública também será realizada sempre que o órgão ambiental julgar necessário, ou seja, será determinada ex officio, nos termos do Art. 2, Res CONAMA 9/87: “Art. 2o Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinqüenta) ou mais cidadãos, o Órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública [...]”

QUESTÃO 75. A Lei nº 12.305/2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros aspectos, estabelece que os geradores de resíduos sólidos domiciliares têm cessada sua responsabilidade pela destinação final dos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou sua devolução adequada em casos contemplados pela logística reversa.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme dispõe o Art. 28, da Lei n. 12.305/2010: Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

QUESTÃO 76. A Lei Complementar nº 240/201 trata da competência em matéria ambiental. Nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade, o ente federativo que tiver conhecimento do fato deverá determinar medidas para evita-la, fazer cessá-la ou mitiga-la, passando a ser o responsável por tomar as providências cabíveis.

Comentários

O item está **errado.**

Trata-se da hipótese prevista no Art. 17, §2º, da Lei Complementar n. 140/11: "Nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade ambiental, o ente federativo que tiver conhecimento do fato deverá determinar medidas para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la, comunicando imediatamente ao órgão competente para as providências cabíveis".

QUESTÃO 77. No que tange à Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/1997, cabe afirmar que a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário e marítimo, com vistas ao desenvolvimento sustentável, é um dos seus objetivos.

Comentários

Questão anulada pela banca.

O item está **errado.**

O artigo 2° da Lei n. 9.433/97 prevê os objetivos das Lei de Recursos Hídricos e entre eles não há referência a transporte marítimo. Veja o que dispõe o aludido dispositivo, em especial o inciso II:"Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos: I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais. IV - incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais."

QUESTÃO 78. A Lei Estadual nº 12.854/2003 estabelece que é proibida a prática de vivissecção sem uso de anestésico, bem como a sua realização em estabelecimentos escolares de ensino fundamental e médio, exceto os que mantenham cursos profissionalizantes especializados.

Comentários

O item está **certo.**

Trata-se da literalidade do Art. 20, Lei Estadual n. 12.854/2003: "Art. 20. É proibida a prática de vivissecção sem uso de anestésico, bem como a sua realização em estabelecimentos escolares de ensino fundamental e médio, exceto os que mantenham cursos profissionalizantes especializados. § 1º Os relaxantes musculares, parciais ou totais, não serão considerados anestésicos. § 2º Será obrigatória a presença de profissional habilitado quando da realização do experimento de vivissecção."

QUESTÃO 79. Nos termos do Estatuto da Cidade, o direito de preempção confere ao poder público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares e será exercido sempre que o poder público necessitar de áreas para regularização fundiária; execução de programas e projetos habitacionais de interesse social; constituição de reserva fundiária; ordenamento e direcionamento da expansão urbana; implantação de equipamentos urbanos e comunitários; criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental; proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico; e outras finalidades de interesse social ou de utilidade pública, definidas no plano diretor.

Comentários

O item está **errado.**

Não há previsão dessa última hipótese (“outras finalidades”). Veja o que dispõem os artigos 25 e 26, do Estatuto da Cidade, que tratam do direito de preempção: "Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. § 1o Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência. § 2o O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma do § 1o, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel. Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para: I – regularização fundiária; II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social; III – constituição de reserva fundiária; IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana; V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários; VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental; VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico; IX – (VETADO) Parágrafo único. A lei municipal prevista no § 1o do art. 25 desta Lei deverá enquadrar cada área em que incidirá o direito de preempção em uma ou mais das finalidades enumeradas por este artigo."

QUESTÃO 80. O STF declarou a inconstitucionalidade material dos dispositivos da Lei nº 12.587/2012, que permitem a livre alienabilidade das outorgas de serviço de táxi, sob o fundamento de violação dos princípios da proporcionalidade, da isonomia, da impessoalidade e da eficiência administrativa.

Comentários

O item está **certo.**

Trata-se do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 5337, onde restou decidido que: "são inconstitucionais os dispositivos impugnados, que permitem a transferência inter vivos ou causa mortis da outorga do serviço de táxi, na medida em que não passam pelo crivo da proporcionalidade, da isonomia, da impessoalidade e da eficiência administrativa, gerando, adicionalmente, potenciais efeitos econômicos e sociais perversos que não resistem a uma análise custo-benefício".

Veja a ementa do acórdão: "[...] 2. In casu, a transferência do direito à exploração do serviço de táxi aos sucessores do titular da outorga implica tratamento preferencial, não extensível a outros setores econômicos e sociais, que vai de encontro ao princípio da proporcionalidade, porquanto: (i) não é adequada ao fim almejado, pois não gera diminuição dos custos sociais gerados pelo controle de entrada do mercado de táxis, contribuindo para a concentração de outorgas de táxi nas mãos de poucas famílias; (ii) tampouco é necessária, na medida em que ao Estado é possível a tutela dos taxistas e das respectivas famílias sem a restrição ainda mais intensa da liberdade de iniciativa de terceiros (e.g. a concessão de benefícios fiscais, regulação das condições de trabalho, etc.); e (ii) não passa, em especial, pelo filtro da proporcionalidade em sentido estrito, por impor restrição séria sobre a liberdade de profissão e a livre iniciativa de terceiros sem qualquer indicação de que existiria, in concreto, uma especial vulnerabilidade a ser suprida pelo Estado, comparativamente a outros segmentos econômicos e sociais. 3. A livre alienabilidade das outorgas de serviço de táxi, por sua vez, oportuniza aos seus detentores auferir proveitos desproporcionais na venda da outorga a terceiros, contribuindo para a concentração naquele mercado e gerando incentivos perversos para a obtenção de outorgas - não com a finalidade precípua de prestação de um serviço de qualidade, mas sim para a mera especulação econômica. 4. O sobrepreço na comercialização da outorga dificulta o acesso à exploração do serviço por interessados com menor poder aquisitivo, o que contribui para que motoristas não autorizatários sejam submetidos a condições mais precárias de trabalho, alugando veículos e operando como auxiliares dos detentores das outorgas. 5. A possibilidade de alienação da outorga a terceiros é fator incentivador de comportamento oportunista (rent-seeking), tanto pelo taxista individualmente, que busca auferir o maior preço possível na revenda da outorga, quanto para a própria categoria profissional, que passa a se mobilizar em prol da manutenção da escassez na oferta de transporte individual, como forma de preservar os lucros extraordinários auferidos com a transferência da outorga. 6. In casu, são inconstitucionais os dispositivos impugnados, que permitem a transferência inter vivos ou causa mortis da outorga do serviço de táxi, na medida em que não passam pelo crivo da proporcionalidade, da isonomia, da impessoalidade e da eficiência administrativa, gerando, adicionalmente, potenciais efeitos econômicos e sociais perversos que não resistem a uma análise custo-benefício. 7. Ação direta CONHECIDA e julgado PROCEDENTE o pedido, para declarar inconstitucionais os S$ 1º, 2ª e 3ª do artigo 12-A da Lei 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, com a redação dada pela Lei 12.865/2013".

QUESTÃO 81. Tendo em vista a Lei da Biossegurança, as organizações públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, e financiadoras ou patrocinadoras de atividades e projetos que envolvam organismo geneticamente modificado e seus derivados, relacionados ao ensino com manipulação de organismos vivos, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à produção industrial, devem exigir a apresentação de Certificado de Qualidade em Biossegurança, emitido pela Comissão Interna de Biossegurança, sob pena de se tornarem

corresponsáveis pelos eventuais efeitos decorrentes do descumprimento desta Lei ou de sua regulamentação.

Comentários

O item está **errado.**

A autorização é emitida pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, nos termos do Art. 2º, parágrafo 3°, da Lei n. 11.105/2005: "Art. 2º As atividades e projetos que envolvam OGM e seus derivados, relacionados ao ensino com manipulação de organismos vivos, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à produção industrial ficam restritos ao âmbito de entidades de direito público ou privado, que serão responsáveis pela obediência aos preceitos desta Lei e de sua regulamentação, bem como pelas eventuais conseqüências ou efeitos advindos de seu descumprimento. § 1º Para os fins desta Lei, consideram-se atividades e projetos no âmbito de entidade os conduzidos em instalações próprias ou sob a responsabilidade administrativa, técnica ou científica da entidade. § 2º As atividades e projetos de que trata este artigo são vedados a pessoas físicas em atuação autônoma e independente, ainda que mantenham vínculo empregatício ou qualquer outro com pessoas jurídicas. § 3º Os interessados em realizar atividade prevista nesta Lei deverão requerer autorização à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, que se manifestará no prazo fixado em regulamento. § 4º As organizações públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, financiadoras ou patrocinadoras de atividades ou de projetos referidos no caput deste artigo devem exigir a apresentação de Certificado de Qualidade em Biossegurança, emitido pela CTNBio, sob pena de se tornarem co-responsáveis pelos eventuais efeitos decorrentes do descumprimento desta Lei ou de sua regulamentação."

QUESTÃO 82. Nos termos das normas constitucionais, da Lei dos Crimes Ambientais - Lei nº 9.605/1998, do Decreto nº 6.514/2008 e das jurisprudências do STF, configura extravasamento da atuação legislativa estadual, em detrimento das diretrizes gerais estabelecidas pela União, a proibição de destruição e inutilização de bens particulares apreendidos em operações de fiscalização ambiental.

Comentários

O item está **certo.**

No julgamento da ADI 7203, o Supremo Tribunal Federal declarou, por unanimidade, a inconstitucionalidade de lei do Estado de Rondônia que proibia órgãos ambientais e a Polícia Militar de destruir ou inutilizar bens particulares apreendidos em operações e fiscalizações ambientais. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7203, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República, foi julgada procedente pelo colegiado na sessão virtual finalizada em 28/2. Na sessão virtual anterior, o Plenário havia decidido de forma semelhante em relação a lei de Roraima.

QUESTÃO 83. Nos termos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e das jurisprudências do STF, tem-se que a

alteração de uma unidade de conservação somente é permitida por intermédio de lei em sentido estrito.

Comentários

O item está **errado.**

A alteração para aumentar pode ser por meio diferente de lei específica, nos termos do Art. 22, §6º, Lei n. 9.985/2000, segundo o qual: Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público. [...] § 6º A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

QUESTÃO 84. Nos termos da Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, entende-se por mitigação o processo, a atividade ou o mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

Comentários

O item está **errado.**

Trata-se do conceito de sumidouro, previsto no Art. 2º, IX, Lei 12187/2009: "Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: IX - sumidouro: processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa; e [...]"

QUESTÃO 85. Nos termos da Lei nº 11.428/2006, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de atividades minerárias, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo trinta por cento da área total coberta por esta vegetação.

Comentários

O item está **errado.**

Refere-se a áreas em perímetros urbanos para fins de loteamento ou edificação, e não atividades minerárias, conforme previsto no Art. 31, §1º, da Lei n. 11.428/2006: "§ 1º Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação."

QUESTÃO 86. Nos termos da Lei nº 7.661/1988, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro será elaborado e executado observando normas, e critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, que contemplem, entre outros, os seguintes aspectos: urbanização, ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e remembramento do solo; prevenção e controle de erosão marítima, erosão fluvial de municípios da zona costeira e inundação costeira; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme dispõe o Art. 5 da Lei n. 7.661/88: "Art. 5º O PNGC será elaborado e executado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente estabelecidos pelo CONAMA, que contemplem, entre outros, os seguintes aspectos: urbanização, ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e remembramento do solo; prevenção e controle de erosão marítima, erosão fluvial de Municípios da Zona Costeira e inundação costeira; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico. § 1º Os Estados e Municípios poderão instituir, através de lei, os respectivos Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro, observadas as normas e diretrizes do Plano Nacional e o disposto nesta lei, e designar os órgãos competentes para a execução desses Planos. § 2º Normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis, poderão ser estabelecidas nos Planos de Gerenciamento Costeiro, Nacional, Estadual e Municipal, prevalecendo sempre as disposições de natureza mais restritiva."

QUESTÃO 87. A Lei nº 12.608/2012 trata de Política e Sistema de Proteção e Defesa Civil, dessa forma é autorizada a permanência de e escolas e de hospitais em área de risco de desastre, desde que seja elaborado e implantado plano de contingência que contenha sistema de alerta à população potencialmente atingida, rotas de fuga e pontos seguros a serem alcançados no momento do acidente ou desastre.

Comentários

O item está **errado.**

É vedada a permanência de escolas e de hospitais em área de risco de desastre, conforme dispõe o Art. 12-F, da Lei n. 12.608/2012: "Art. 12-F. É vedada a permanência de escolas e de hospitais em área de risco de desastre. Parágrafo único. É obrigação do empreendedor realocar escolas e hospitais para local seguro previamente à implantação de seu empreendimento, em acordo com os mantenedores dessas instituições."

QUESTÃO 88. A atualização ou alteração dos dados inseridos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) só poderá ser efetuada pelo proprietário ou possuidor rural ou representante legalmente constituído. Caso sejam detectadas pendências ou inconsistências nas informações declaradas e nos documentos apresentados no CAR, o órgão responsável deverá notificar o requerente, de uma única vez, para que preste informações complementares ou promova a correção e adequação das informações prestadas, sob pena de cancelamento da sua inscrição no CAR.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme previsto nos artigos Art. 6, §4, combinado com o Art. 7, ambos do Decreto n. 7.830/2012: "Art. 6º, § 4º A atualização ou alteração dos dados inseridos no CAR só poderão ser efetuadas pelo proprietário ou possuidor rural ou representante legalmente constituído. Art. 7 º Caso detectadas pendências ou inconsistências nas informações declaradas e nos documentos apresentados no CAR, o órgão responsável deverá notificar o requerente, de uma única vez, para que preste informações complementares ou promova a correção e adequação das informações prestadas. § 1º Na hipótese do **caput,** o requerente deverá fazer as alterações no prazo estabelecido pelo órgão ambiental competente, sob pena de cancelamento da sua inscrição no CAR. § 2º Enquanto não houver manifestação do órgão competente acerca de pendências ou inconsistências nas informações declaradas e nos documentos apresentados para a inscrição no CAR, será considerada efetivada a inscrição do imóvel rural no CAR, para todos os fins previstos em lei. § 3º O órgão ambiental competente poderá realizar vistorias de campo sempre que julgar necessário para verificação das informações declaradas e acompanhamento dos compromissos assumidos."

QUESTÃO 89. Considerando o Decreto-Lei nº 25/1937, a ausência de óbice à visibilidade ou de ofensa à harmonia estética do conjunto arquitetônico tombado não constitui razão suficiente para a demolição de uma construção adjacente, ainda que esta careça de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Comentários

O item está **certo.**

Trata-se do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1527252/BA, onde estou assentado que “Inexistindo ofensa à harmonia estética de conjunto arquitetônico tombado, não há falar em demolição de construção acrescida” (REsp 1527252/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 30/06/2015).

QUESTÃO 90. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o Projeto de Lei Orçamentária Anual será acompanhado do demonstrativo e regionalizado, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme prevê o art. 5º da Lei Complementar n. 101/2005: "O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar: (...) II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado."

Por sua vez, o citado documento, previsto no § 6º do art. 165 da Constituição, refere-se à: "§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia."

QUESTÃO 91. A Lei nº 13.709/2018 protege a liberdade de expressão; de informação; de comunicação; e, de opinião.

Comentários

Questão anulada pela banca.

O item está **certo**.

Trata-se da literalidade do artigo Art. 2º, III, da Lei Geral de Proteção de Dados -Lei nº 13.709/2018, segundo o qual a disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.

Considerando a Lei nº 8.429/1992 e suas alterações, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 92. Dentre as teses fixadas pelo STF tem-se que a nova Lei de Improbidade nº 14.230/2021, aplica-se aos atos de improbidade e administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da Lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 843989/PR, sob Repercussão Geral: “Por força do art. 5º, XXXVI, da CF/88, a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, promovida pela Lei nº 14.230/2021, é irretroativa, de modo que os seus efeitos não têm incidência em relação à eficácia da coisa julgada, nem durante o processo de execução das penas e seus

incidentes". STF. Plenário. ARE 843989/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 18/8/2022 (Repercussão Geral – Tema 1199) (Info 1065).

QUESTÃO 93. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que haja o integral ressarcimento do dano.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 1.175.650/PR, sob Repercussão Geral "É constitucional a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei 12.850/2013, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público, observando-se as seguintes diretrizes: 1) Realizado o acordo de colaboração premiada, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação: regularidade, legalidade e voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 4º da referida Lei 12.850/2013; 2) As declarações do agente colaborador, desacompanhadas de outros elementos de prova, são insuficientes para o início da ação civil por ato de improbidade; 3) A obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização; 4) O acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, com a interveniência da pessoa jurídica interessada e devidamente homologado pela autoridade judicial; 5) Os acordos já firmados somente pelo Ministério Público ficam preservados até a data deste julgamento, desde que haja previsão de total ressarcimento do dano, tenham sido devidamente homologados em Juízo e regularmente cumpridos pelo beneficiado." (STF. Plenário. ARE 1.175.650/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 01/7/2023(Repercussão Geral – Tema 1043))

QUESTÃO 94. Sobre a prática de atos administrativos praticados por agentes públicos e privados, para os efeitos da Lei nº 8.429/1992, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas na normativa supracitada.

Comentários

O item está **certo.**

De acordo com o Art. 2º da Lei n. 8.429/1992: "Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei."

QUESTÃO 95. Os princípios gerais norteadores da Administração Pública previstos expressamente no Art. 37 da Constituição são legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Comentários

O item está **certo.**

Trata-se da literalidade do Art. 37 da Constituição Federal: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"

QUESTÃO 96. Dentre os atos de improbidade tipificados pela Lei nº 8.429/1992, inclui-se deixar de informar à Administração Pública informações relativas à vida privada do servidor.

Comentários

O item está **errado.**

Não há previsão do ato de deixar de informar à Administração Pública informações relativas à vida privada do serviços. Tal conduta, a propósito, viola o direito à intimidade e privacidade, que são assegurados pelo artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, segundo o qual "X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;"

QUESTÃO 97. Segundo a Lei nº 9.504/1997, é ato de improbidade administrativa o não pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral, que é uma obrigação solidária entre os candidatos e os respectivos partidos.

Comentários

O item está **errado.**

Não há previsão da conduta mencionada no enunciado como ato de improbidade administrativa. Nos termos do artigo 73 § 7º, da Lei nº 9.504/1997: "§7º As condutas enumeradas no *caput* caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e sujeitam-se às disposições daquele diploma legal, em especial às cominações do art. 12, inciso III."

Por sua vez, dispõe o caput do artigo 73 mencionado: "Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre

candidatos nos pleitos eleitorais: I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária; II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram; III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado; IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público; V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados: a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República; c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo; d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo; e) a transferência ou remoção *ex officio* de militares, policiais civis e de agentes penitenciários; VI - nos três meses que antecedem o pleito: a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública; b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral; c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo; VII - empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito; VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos."

QUESTÃO 98. A Lei nº 10.257/2001 prevê atos específicos de improbidade administrativa aplicáveis aos prefeitos; desse modo, o Prefeito incorre em improbidade administrativa quando o Município procede ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

Comentários

O item está **errado.**

De acordo com o artigo 52 da Lei **nº** 10.257/2001: "Art. 52. Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o Prefeito incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, quando: I – (VETADO) II – deixar de proceder, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público, conforme o disposto no § 4º do art. 8º desta Lei; III – utilizar áreas obtidas por meio do direito de preempção em desacordo com o disposto no art. 26 desta Lei; IV – aplicar os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso em desacordo com o previsto no art. 31 desta Lei; V – aplicar os recursos auferidos com operações consorciadas em desacordo com o previsto no § 1º do art. 33 desta Lei; VI – impedir ou deixar de garantir os requisitos contidos nos incisos I a III do § 4º do art. 40 desta Lei; VII – deixar de tomar as providências necessárias para garantir a observância do disposto no § 3º do art. 40 e no art. 50 desta Lei; VIII – adquirir imóvel objeto de direito de preempção, nos termos dos arts. 25 a 27 desta Lei, pelo valor da proposta apresentada, se este for, comprovadamente, superior ao de mercado."

Tendo em vista os princípios que norteiam a moralidade administrativa, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 99. O STF, por meio da súmula vinculante, sedimentou o entendimento que as nomeações de administradores públicos devem obedecer aos princípios da moralidade e da impessoalidade previstos no artigo 37, caput, da Constituição brasileira.

Comentários

O item está **certo.**

Trata-se da Súmula Vinculante n. 13, segundo a qual "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

QUESTÃO 100. O princípio da eficiência foi introduzido na Constituição pela Emenda Constitucional nº 19/1998.

Comentários

O item está **certo**.

Na redação original do artigo 37 da Constituição Federal, não havia a previsão da eficiência, que foi incluído após a reforma administrativa, pela Emenda Constitucional n. 19 de 1998, que adotou o sistema gerencial, passando a ter a seguinte redação: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]"

QUESTÃO 101. O princípio da impessoalidade traduz a ideia de que os entes da Administração não se confundem nem se identificam com as pessoas que, em dado momento, estejam investidas em função de mando, cujas atuações não podem dirigir-se à satisfação de interesses pessoais ou de grupos episodicamente relacionados com o poder ou ser manipuladas com o objetivo de prejudicar quem quer que seja. O princípio da impessoalidade somente se aplica à Administração Pública direta, não sendo aplicável à Administração Pública indireta.

Comentários

O item está **errado.**

Conforme previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal, o princípio da impessoalidade se aplica à Administração Direta e Indireta: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]"

Tendo em vista as normativas que norteiam o tema improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 102. Além do Ministério Público, a pessoa jurídica interessada tem legitimidade para firmar acordo de não persecução civil no contexto do combate à improbidade administrativa, por decorrência lógica da própria legitimidade ativa concorrente para a referida ação.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADIs 7042/DF e 7043/DF: "Os entes públicos que sofreram prejuízos em razão de atos de improbidade também estão autorizados, de forma concorrente com o Ministério Público, a propor ação e a celebrar acordos de não persecução civil em relação a esses atos." (STF. Plenário. ADI 7042/DF e ADI 7043/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgados em 31/8/2022)

QUESTÃO 103. O MPSC propôs ação de improbidade com objetivo de punir agente público catarinense por utilização de caminhão da Prefeitura X de SC em obra particular. Mas, no curso do processo judicial, o juízo percebeu que não está cabalmente provado o elemento subjetivo do dolo para a aplicação de sanções ao(s) agentes(s) envolvido(s). No entanto, há provas de malversação do patrimônio público. Na hipótese, o juízo extinguirá o feito sem resolução do mérito, devendo o órgão ministerial propor a ação cabível, uma vez que a ação de improbidade tem caráter repressivo, não se prestando à proteção do patrimônio público.

Comentários

O item está **errado.**

Nos termos do artigo 17, §16, da Lei n. 8.429/1992, o juiz deverá converter a ação de improbidade em ação civil pública: "§ 16. A qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública, regulada pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985."

QUESTÃO 104. O Ministério Público ajuizou ação civil pública, postulando a condenação de ex-agente político e de outros cinco réus pela prática de atos de improbidade administrativa decorrentes de nomeação, pelo primeiro réu, dos demais réus, para cargos em comissão, embora não exercessem, de fato, qualquer atividade de caráter público ("funcionários fantasmas"). O juízo de piso reconheceu a prescrição em relação a um dos réus, recebeu a inicial e determinou o prosseguimento da ação apenas em relação aos demais. De acordo com a prescrição da pretensão punitiva dos atos de improbidade administrativa. Na ação civil pública por ato de improbidade administrativa, hipótese do caso em análise, não é possível o prosseguimento da demanda para pleitear exclusivamente o ressarcimento do dano ao erário quando declaradas prescritas as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa - LIA.

Comentários

O item está **errado.**

Sob a sistemática dos recursos especiais repetitivos (Tema 1.089), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu a tese de que é possível o prosseguimento da ação civil pública por ato de improbidade administrativa para pleitear o ressarcimento do dano ao erário, ainda que sejam declaradas prescritas as demais sanções previstas no artigo 12 da Lei 8.429/1992.

A tese firmada foi a seguinte: “Na ação civil pública por ato de improbidade administrativa é possível o prosseguimento da demanda para pleitear o ressarcimento do dano ao erário, ainda que sejam declaradas prescritas as demais sanções previstas no art. 12 da Lei 8.429/92” (REsp 1899407/DF).

QUESTÃO 105. Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação, sendo vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de interesse público. Dados com informação pessoal de outrem poderão ser fornecidos independentemente de consentimento para prevenção e diagnóstico médico, realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, ordem judicial, defesa de direitos humanos ou proteção do interesse público em geral preponderante, cabendo ação civil pública pelo orgão ministerial, em caso de negativa, visando à condenação do ente público em obrigação de fazer.

Comentários

O item está **certo.**

Trata-se da previsão contida no artigo 31 da Lei de Acesso à Informação - Lei n. 12.527/2011, em especial o §3º do aludido dispositivo: "Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. § 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem. § 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido. § 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias: I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico; II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem; III - ao cumprimento de ordem judicial; IV - à defesa de direitos humanos; ou V - à proteção do interesse público e geral preponderante. § 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância. § 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal."

QUESTÃO 106. A pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos reconhecida em acórdão de Tribunal de Contas é prescritível.

Comentários

O item está **certo.**

O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636886, com repercussão geral reconhecida (tema 899), concluiu que é prescritível a ação de ressarcimento ao erário baseada em decisão de Tribunal de Contas: "EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REPERCUSSÃO GERAL. EXECUÇÃO FUNDADA EM ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESCRITIBILIDADE. 1. A regra de prescritibilidade no Direito brasileiro é exigência dos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal, o qual, em seu sentido material, deve garantir efetiva e real proteção contra o exercício do arbítrio, com a imposição de restrições substanciais ao poder do Estado em relação à liberdade e à propriedade individuais, entre as quais a impossibilidade de permanência infinita do poder persecutório do Estado. 2. Analisando detalhadamente o tema da "prescritibilidade de ações de ressarcimento", este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL concluiu que, somente são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato de improbidade administrativa doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa – Lei 8.429/1992 (TEMA 897). Em relação a todos os demais atos ilícitos, inclusive àqueles atentatórios à probidade da administração não dolosos e aos anteriores à edição da Lei 8.429/1992, aplica-se o TEMA 666, sendo prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública. 3. A excepcionalidade reconhecida pela

maioria do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no TEMA 897, portanto, não se encontra presente no caso em análise, uma vez que, no processo de tomada de contas, o TCU não julga pessoas, não perquirindo a existência de dolo decorrente de ato de improbidade administrativa, mas, especificamente, realiza o julgamento técnico das contas à partir da reunião dos elementos objeto da fiscalização e apurada a ocorrência de irregularidade de que resulte dano ao erário, proferindo o acórdão em que se imputa o débito ao responsável, para fins de se obter o respectivo ressarcimento. 4. A pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos reconhecida em acórdão de Tribunal de Contas prescreve na forma da Lei 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal). 5. Recurso Extraordinário DESPROVIDO, mantendo-se a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição. Fixação da seguinte tese para o TEMA 899: "É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas"." (RE 636886/AL).

Plinio, prefeito do município Y, apropriou-se, no último ano do seu mandato, de mais de cem mil reais do erário municipal. Apresentada a denúncia pelo Ministério Público no Poder Judiciário estadual competente, o juiz recebeu a denúncia. A defesa impetrou habeas corpus alegando que a denúncia não poderia ter sido recebida, uma vez que o Juiz não ordenou a notificação do acusado para apresentar defesa prévia. Sobre os crimes de responsabilidade de prefeitos, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 107. O Poder Judiciário do estado a que pertence o município é competente para julgar os atos praticados por Plínio. No entanto, a ação mandamental deverá ser denegada, caso fique demonstrado que o paciente, ao tempo do oferecimento da denúncia, não exercia função ou cargo público.

Comentários

O item está **certo.**

Primeira, a competência para julgamento do Prefeito é do Tribunal de Justiça do Estado do município governado pelo interessado. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. ART. 14, DA LEI N.º 10.826/03. CRIME COMUM, SUPOSTAMENTE PRATICADO POR PREFEITO, EM OUTRO ESTADO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MUNICÍPIO GOVERNADO PELO INTERESSADO. ART. 29, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRERROGATIVA DE FORO CRIADA EM FUNÇÃO DA RELEVÂNCIA DO CARGO DE PREFEITO PARA O RESPECTIVO ESTADO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO, PARA RECONHECER A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL SUSCITADO. 1. No caso, o Interessado, prefeito do Município de Rafael Fernandes/RN, foi autuado em flagrante-delito em ocasião em que portava um revólver calibre 38 sem autorização ou registro, em rodovia no Município de Salgueiro/PE. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, posteriormente, expediu alvará de soltura. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, então, suscitou o presente conflito, sob o fundamento de que a Corte potiguar não tinha jurisdição sobre crime comum ocorrido em município pernambucano. 2. O Poder Constituinte, ao criar a prerrogativa prevista no art. 29, inciso X, da Constituição da República, previu que o julgamento dos Prefeitos, em razão do cometimento de crimes comuns, ocorre perante o Tribunal de Justiça. 3. A razão teleológica dessa regra é a de que, devido ao relevo da função de um Prefeito, e o interesse que isso gera ao Estado em que localizado o Município, a apreciação da conduta deve se dar pelo Tribunal de Justiça da respectiva

unidade da Federação. 4. Ora, a Constituição é clara ao prever como um dos preceitos que regem o Município o "julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça". Ressalte-se: está escrito no inciso X do Art. 29 da Carta Magna "perante o Tribunal de Justiça", e não "perante Tribunal de Justiça". O artigo definido que consta na referida redação, conferida pelo Constituinte, determina sentido à norma que não pode ser ignorado pelo aplicador da Lei, impedindo a interpretação de que se utilizou a Corte Suscitante. 5. Outrossim, relembre-se o que já esclareceu o eminente Ministro MARCO AURÉLIO, do Supremo Tribunal Federal: "[a] prerrogativa de foro, prevista em norma a encerrar direito estrito, visa a beneficiar não a pessoa, mas o cargo ocupado" (HC 88.536/GO, 1.ª Turma, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 15/2/2008). 6. Desta feita, não há nenhuma lógica em reconhecer a competência da Corte do local do delito no julgamento do feito, em detrimento do interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte em apreciar causa referente a Prefeito - cujo cargo é ocupado em Município daquela unidade da Federação. 7. Nem se diga ainda que, em razão de regra processual existente em legislação infraconstitucional, poderia prevalecer, no caso, a competência em razão do local do cometimento do crime. Isso porque a única interpretação que pode ser dada à hipótese é a de que qualquer regra de hierarquia inferior sobre processo não pode sobrepor-se a determinação da Carta Magna, como por diversas vezes já esclarecido pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Corte. 8. Conflito de competência conhecido, para declarar como competente o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte." (CC 120.848/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 27/03/2012).

Ademais, conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RHC n. 163.645/TO, “Se, no momento do oferecimento da denúncia, o acusado não exercer função/cargo público, torna-se dispensável a defesa prévia prevista no art. 2°, I, do Decreto-Leinº 201/1967”. STJ. 5ª Turma. AgRg no RHC 163.645-TO, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 16/08/2022 (Info 746).

QUESTÃO 108. A Lei de Improbidade Administrativa não se aplica ao caso hipotético, pois a conduta praticada por Plínio já é prevista como crime de responsabilidade, de modo que, ao se punir o agente político por improbidade e por crime de responsabilidade pelo mesmo fato, incorre-se em bis in idem.

Comentários

O item está **errado.**

O entendimento do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade não impede sua responsabilização civil pelos mesmos atos de improbidade administrativa.

O STF, apreciando o tema 576 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator. Em seguida, fixou-se a seguinte tese: "O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) não impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, em virtude da autonomia das instâncias". Plenário, Sessão Virtual de 06.09.2019 a 12.09.2019.

Na execução do contrato de prestação de serviços de coleta de lixo, Vamos Limpar Bem Ltda. celebra deliberadamente aditivo contratual com o município Z, a fim de elevar a contraprestação devida, causando prejuízo ao erário, nos termos do Art. 10 da Lei nº 8.429/1992. Tal fato chegou ao conhecimento do MPSC por meio de representação, que de imediato apurou e confirmou o relato. De acordo com as regras sobre termo de ajustamento de conduta, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 109. É cabível o compromisso de ajustamento de conduta na hipótese, a fim de evitar o ajuizamento da ação de improbidade administrativa, podendo ser objeto de transação parte do ressarcimento do dano ao erário, desde que cumpridas todas as condições no acordo expostas.

Comentários

O item está **errado.**

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 1.175.650/PR, sob regime de Repercussão Geral – Tema 1043: "[...] 3) A obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização; STF. Plenário. ARE 1.175.650/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 01/7/2023 (Repercussão Geral – Tema 1043) (Info 1101)".

Ademais, prevê o artigo 25, §2º, do ATO n. 00395/2018/PG/MPSC: "§ 2º É cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, assegurando-se o ressarcimento ao erário e a aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado."

QUESTÃO 110. Na hipótese, o termo de ajustamento de conduta poderá ser celebrado no curso do inquérito civil, no curso da ação de improbidade, inclusive em fase recursal, ou até mesmo no momento da execução da sentença condenatória e dependerá sempre da homologação judicial para se tornar um título executivo extrajudicial, independentemente do momento em que se der o acordo.

Comentários

O item está **certo.**

Segundo a doutrina de Hugo Nigro Mazzilli, o artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei 7.347/85 (ACP), admite o termo de ajustamento de conduta (TAC). Trata-se de acordo judicial, do qual somente órgãos públicos podem transacionar.

De acordo com a Lei de Ação Civil Pública, Art. 5º, § 6°: "Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial."

Consoante art. 3º, da Res. 179/2017, o CAC/TAC será tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento correlato ou mesmo no curso da ação judicial. Art. 3º O

compromisso de ajustamento de conduta será tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento correlato (procedimento preparatório de inquérito civil – PPIC), ou no curso da ação judicial, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis, salvo peculiaridades do caso concreto, e ser assinado pelo órgão do Ministério Público e pelo compromissário.

QUESTÃO 111. Para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido no caso hipotético, tendo sido efetivamente comprovado o prejuízo de ordem patrimonial ao erário, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, no prazo de noventa dias, quanto aos parâmetros utilizados para o cômputo, medida inclusive ratificada pela STF, em razão dos direitos envolvidos.

Comentários

O item está **errado.**

Tal hipótese está prevista no artigo 17-B, §3º, da Lei n. 8.429/1992: § 3º Para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 90 (noventa) dias.

No entanto o Supremo Tribunal Federal suspendeu a eficácia do aludido dispositivo, na ADI 7236, conforme ementa abaixo colacionada: "(...) CONHEÇO PARCIALMENTE da presente ação direta de inconstitucionalidade e DEFIRO PARCIALMENTE A MEDIDA CAUTELAR para: (I) DECLARAR PREJUDICADOS os pedidos referentes ao art. 1º, §§ 1º, 2º e 3º, e 10 da Lei 8.429/1992, incluídos ou alterados pela Lei 14.230/2021; (II) INDEFERIR A MEDIDA CAUTELAR em relação aos artigos 11, caput e incisos I e II; 12, I, II e III, §§ 4º e 9º, e art. 18-A, parágrafo único; 17, §§ 10-C, 10-D e 10-F, I; 23, caput, § 4º, II, III, IV e V, e § 5º da Lei 8.429/1992, incluídos ou alterados pela Lei 14.230/2021; (III) DEFERIR PARCIALMENTE A MEDIDA CAUTELAR, ad referendum do Plenário desta SUPREMA CORTE, com fundamento no art. 10, § 3º, da Lei 9.868/1999, e no art. 21, V, do RISTF,, para SUSPENDER A EFICÁCIA dos artigos, todos da Lei 8.429/1992, incluídos ou alterados pela Lei 14.230/2021: (a) 1º, § 8º; (b) 12, § 1º; (c) 12, § 10; (d) 17-B, § 3º; (e) 21, § 4º. (IV) DEFERIR PARCIALMENTE A MEDIDA CAUTELAR, ad referendum do Plenário desta SUPREMA CORTE, com fundamento no art. 10, § 3º, da Lei 9.868/1999, e no art. 21, V, do RISTF, para CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME ao artigo 23-C, da Lei 8.429/1992, incluído pela Lei 14.230/2021, no sentido de que os atos que ensejem enriquecimento ilícito, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de recursos públicos dos partidos políticos, ou de suas fundações, poderão ser responsabilizados nos termos da Lei 9.096/1995, mas sem prejuízo da incidência da Lei de Improbidade Administrativa. Publique-se. Brasília, 27 de dezembro de 2022."

Em relação à ação popular e à ação civil pública, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 112. A despeito de o Parquet não poder ser autor de ação popular, ele necessariamente acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar e a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, podendo recorrer e até mesmo executar a sentença coletiva caso o autor não o faça (legitimado subsidiário). Todavia, é vedado

ao órgão ministerial, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.

Comentários

O item está **certo**.

Trata-se de previsão contida no artigo 6º, §4º, da Lei n. 4.717/1965: "§ 4º O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores."

QUESTÃO 113. Sobre a ação popular e a ação civil pública, conforme a previsão constitucional, são instrumentos que se prestam à tutela do patrimônio público e social, do meio ambiente, da moralidade administrativa e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, diferenciando-se, no entanto, quanto à legitimidade ad causam ativa.

Comentários

O item está **errado.**

A ação popular tem caráter mais restrito do que a ação civil pública. Ação popular é o meio constitucional posto à disposição de qualquer cidadão para obter a invalidação de atos ou contrato administrativos – ou a este equiparados – ilegais e lesivos do patrimônio federal, estadual ou municipal, ou de suas autarquias, entidades paraestatais e pessoas jurídicas subvencionadas com dinheiros públicos.

A ação popular se presta à tutela de interesses difusos, tornando seu objeto mais restrito que o da ação civil pública (difusos, coletivos e individuais homogêneos).

Ainda, pode abordar apenas direitos difusos de quatro espécies: patrimônio público, moralidade administrativa, meio ambiente e patrimônio histórico-cultural.

Dispõe o art. 5º, LXXIII, da CF: “Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”;

Por sua vez, estabelece a Lei de Ação Popular - Lei n. 4.717/1965: "Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita ânua, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas

pelos cofres públicos. § 1º - Consideram-se patrimônio público para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico."

De acordo com a Lei n° 8.078/1990 e sua interpretação dada pelo STJ, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 114. Uma entidade empresária desenvolvedora de softwares classificada como EIRELI realizou a contratação de outra sociedade empresária por ações transnacional, com grande patrimônio, para fazer a gestão de cobranças on-line. Estabelecida uma ide por pretenso descumprimento contratual por parte da contratada, a contratante recorreu ao Poder Judiciário e reclamou a aplicação do CDC ao caso. Segundo a jurisprudência do STJ, que, por vezes, adota a Teoria Finalista Mitigada, no caso concreto, seria admissível a aplicação do códex consumerista, porque prescindível a comprovação efetiva pela autora de sua vulnerabilidade.

Comentários

O item está **errado**.

O que a assertiva afirma é que dispensável a comprovação de vulnerabilidade. De acordo com a jurisprudência do STJ, conforme a Teoria Finalista Mitigada se aplica em situação que o adquirente não seja o destinatário final, mas que se encontre em posição de vulnerabilidade. Vejamos: "RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE GESTÃO DE PAGAMENTOS. CHARGEBACKS. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. IMPOSSIBILIDADE. RELAÇÃO DE CONSUMO. AUSÊNCIA. UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADE ECONÔMICA. AUSÊNCIA DE VULNERABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONHECIMENTO. 3. Há duas teorias acerca da definição de consumidor: a maximalista ou objetiva, que exige apenas a existência de destinação final fática do produto ou serviço, e a finalista ou subjetiva, mais restritiva, que exige a presença de destinação final fática e econômica. O art. 2º do CDC ao definir consumidor como "toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final" adota o conceito finalista. 4. Nada obstante, a jurisprudência do STJ, pautada em uma interpretação teleológica do dispositivo legal, adere à teoria finalista mitigada ou aprofundada, a qual viabiliza a aplicação da lei consumerista sobre situações em que, apesar do produto ou serviço ser adquirido no curso do desenvolvimento de uma atividade empresarial, haja vulnerabilidade técnica jurídica ou fática da parte adquirente frente ao fornecedor. 5. Nessas situações, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor fica condicionada à demonstração efetiva da vulnerabilidade da pessoa frente ao fornecedor. Então, incumbe ao sujeito que pretende a incidência do diploma consumerista comprovar a sua situação peculiar de vulnerabilidade. 6. Na hipótese dos autos, a aplicação da teoria finalista não permite o enquadramento da recorrente como consumidora, porquanto realiza a venda de ingressos on-line e contratou a recorrida para a prestação de serviços de intermediação de pagamentos. Ou seja, os serviços prestados pela recorrida se destinam ao desempenho da atividade econômica da recorrente. Ademais, a Corte de origem, com base nas provas constantes do processo, concluiu que a recorrente não é vulnerável frente à recorrida, de modo que a alteração dessa conclusão esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ.7. A incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da CF. 8. Recurso especial conhecido e não provido."

QUESTÃO 115. Na ação consumerista, o Ministério Público faz jus à inversão do ônus da prova, independentemente daqueles que figurem como autores ou réus na demanda

Comentários

O item está **certo**.

Em vista da proteção do consumidor tutelada no art. 6° do CDC, em se tratando de direitos básicos do consumidor, independe quem seja o autor da demanda para ter seus direitos assim resguardados. Nesse sentido, colacionamos a seguinte jurisprudência que entendeu que o Ministério Público fazia jus à inversão do ônus da prova. A saber: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ABUSIVIDADE NA COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA A FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. TUTELA DE DIREITOS E DE SEUS TITULARES, E NÃO PROPRIAMENTE DAS PARTES DA AÇÃO. 1. Trata-se, na origem, de ação civil pública movida pelo recorrido em face da recorrente em que se discute abusividade na comercialização de combustíveis. Houve, em primeiro grau, inversão do ônus da prova a favor do Ministério Público, considerando a natureza consumerista da demanda. Esta conclusão foi mantida no agravo de instrumento interposto no Tribunal de Justiça. 2. Nas razões recursais, sustenta a recorrente ter havido violação aos arts. 535 do Código de Processo Civil (CPC), ao argumento de que o acórdão recorrido é omisso, e 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), pois o Ministério Público não é hipossuficiente a fim de que lhe se permita a inversão do ônus da prova. Quanto a este último ponto, aduz, ainda, haver dissídio jurisprudencial a ser sanado. 3. Em primeiro lugar, é de se destacar que os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, bastando que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Constituição da República vigente. Isto não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Precedentes. 4. Em segundo lugar, pacífico nesta Corte Superior o entendimento segundo o qual o Ministério Público, no âmbito de ação consumerista, faz jus à inversão do ônus da prova, a considerar que o mecanismo previsto no art. 6º, inc. VIII, do CDC busca concretizar a melhor tutela processual possível dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos e de seus titulares - na espécie, os consumidores -, independentemente daqueles que figurem como autores ou réus na ação. Precedentes. 5. Recurso especial não provido. (REsp 1253672/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/08/2011, DJe 09/08/2011)"

QUESTÃO 116. Uma Convenção Coletiva de Consumo fora firmada em 24/11/2023, para dispor sobre redução de preços durante o rés de dezembro de 2023 (promoções de Natal) e amplamente divulgada nas mídias sociais. Todavia, o instrumento somente foi levado formalmente a registro, no cartório de títulos e documentos, em 10/01/2024. Diante da manutenção dos preços originais pelos fornecedores, a associação civil dos consumidores subscritora do instrumento reclamou ao Judiciário a aplicação da convenção às vendas ocorridas depois de seu firmamento, com base no que dispõe sobre o tema o Código de Defesa do Consumidor Foi dada vista ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina se manifestar, na qualidade de custus iuris. A manifestação do Parquet foi favorável ao deferimento do pedido autoral. A atuação do MPSC está conforme com o que dispõe a lei de regência das relações de consumo.

Comentários

O item está **errado**.

A Convenção se torna obrigatória a partir do Registro do instrumento no cartório de títulos e documentos, nos termos do art. 107, §1º, do CDC: "Art. 107. As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo. § 1° A convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos."

QUESTÃO 117. Nas hipóteses de interesses ou direitos individuais homogêneos, a coisa julgada é classificada como *secundum eventum litis*, com efeitos *erga omnes*, apenas em caso de procedência do pedido. Em caso de improcedência, aqueles que tiverem figurado no processo coletivo como litisconsortes sofrerão, necessariamente, os efeitos da coisa julgada material, pro et contra, não se aplicando o julgamento *secundum eventus litis*, e não poderão intentar ação de indenização a título individual.

Comentários

O item está **errado**.

Em caso de indeferimento, segundo o efeito *evetum litis*, a consequência será somente para quem ajuizou a demanda.

A coisa julgada *secundum eventum litis* se trata da coisa julgada que se forma em apenas um dos resultados possíveis, tratando as partes de forma desigual e colocando uma delas em uma situação de vantagem.

O efeito erga omnes da sentença possui regras estabelecidas pelo art. 103 do CDC, a saber: "Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81; II - ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81; III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81."

QUESTÃO 118. Uma funcionária idosa de uma loja de um determinado shopping center sofreu um acidente na área comum do referido, conglomerado comercial, durante seu horário de trabalho e, em razão disto, ajuizou uma demanda indenizatória em face da administradora do shopping, pleiteando a aplicação da Lei n° 8.080/1990 ao caso, em seu favor. Foi dada vista ao

MP para parecer final que. Superada a questão da necessidade de intervenção em razão da condição etária da autora, veiculou a impossibilidade de aplicação do códex, eis que a autora não se encontrava na condição de consumidora, mas, de funcionária de uma das lojas, em horário de trabalho.

Comentários

O item está **errado.**

Sendo a funcionária equiparada como consumidora por equiparação, ainda que seja funcionária, não havendo distinção nesse caso de acidente em relação de consumo. Nesse sentido: "Art. 2° Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo."

Ainda, aplica-se ao caso também o art. 17 do Código de Defesa do Consumidor em que, se tratando de responsabilidade acerca do fato ou de serviço, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.

Nesse sentido, o STJ, no julgamento do REsp nº 2.080.225-SP, entendeu que funcionária de loja localizada no interior do shopping ao utilizar o banheiro, assim como qualquer cliente, a funcionária estabelece com a referida pessoa jurídica uma verdadeira relação de consumo, porquanto presentes os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º do CDC. Para o Ministra Relatora Nancy Andrigui: "O fato da vítima ser funcionária de loja em shopping center e ter sofrido acidente durante o horário de trabalho em área comum (banheiro) não afasta a aplicação do CDC." E quanto à desnecessidade de adquisição de produtos e serviços destacou a Ministra relatora: "Ao acessar o ambiente disponibilizado pelo shopping center, o cliente passa a desfrutar, direta ou indiretamente, do serviço prestado, ainda que não adquira novos produtos ou serviços no local, estando caracterizada, portanto, relação de consumo."

QUESTÃO 119. O prazo prescricional para o exercício da pretensão de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto, em patente relação de consumo, sujeita-se à regulação do Código Civil e não do Código de Defesa do Consumidor.

Comentários

O item está **errado**.

De acordo com a súmula 412 do STJ, em caso de pretensão de repetição de indébito sujeita ao prazo estabelecido pelo Código Civil. Vejamos: "Súmula 412-STJ: A ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto sujeita-se ao prazo prescricional estabelecido no Código Civil."

QUESTÃO 120. Ainda durante o curso de formação, após extenuantes partidas de *beach tennis*, um recém-empossado Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina convida sua noiva para um jantar romântico em um pomposo restaurante de Florianópolis. Após minuciosa análise da

carta de vinhos, ele escolhe um caríssimo exemplar tinto e, ao verificar o rótulo do produto e ver sua altíssima classificação em um aplicativo em seu celular de última geração, preocupado com sua dieta e forma física, questiona veementemente o *sommelier* sobre a ausência de informações a respeito da quantidade de sódio e de calorias no rótulo do produto, em ofensa ao CDC. Exaltado, além de citar que tais informações seriam uma exigência da ANVISA, leu em voz alta o Art. 69, III, da Lei consumerista. Muito educadamente, o *sommelier* responde que, de acordo com o entendimento pacificado pelo STJ, inexiste a obrigação legal de se inserir nos rótulos dos vinhos informações acerca da quantidade de sódio ou de calorias presentes no produto.

Comentários

Questão anulada pela banca.

O item está **certo.**

De acordo com o entendimento assentado pelo STJ, a quantidade de sódio ou de calorias contidas no vinho não precisa constar nos rótulos das garrafas, tendo em vista que a legislação aplicável não obriga os fabricantes a fornecer tais informações ao consumidor (Recurso Especial 1.605.489 – SP): "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VINHO. RÓTULO. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. ARTIGO 2º DA LEI Nº 8.918/1994. DECRETO Nº 6.871/2009. OBSERVÂNCIA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. NÃO APLICABILIDADE. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. DIREITO DE GARANTIA DECORRENTE DE LEI OU DE CONTRATO. INEXISTÊNCIA. 1. À luz do art. 70, III, do CPC/1973, é imprescindível que o litisdenunciado esteja obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda, o que não ocorre na hipótese. 2. O artigo 2º da Lei nº 8.918/1994, que prevê o registro necessário para a comercialização de bebidas, e o seu decreto regulamentador (Decreto nº 6.871/2009) não se aplicam às bebidas derivadas da uva. 3. Inexiste a obrigação legal de se inserir nos rótulos dos vinhos informações acerca da quantidade de sódio ou de calorias (valor energético) presente no produto. 4. Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor ao caso concreto ante o princípio da especialidade. 5. A rotulagem dos produtos que a recorrente fabrica atende estritamente às normas administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização governamentais, tendo obtido sua aprovação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 6. Recurso especial provido."

De acordo com o texto do Decreto n° 11.150/2022 e a Lei n° 8.078/1990, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 121 Excluem-se do processo de repactuação de dívidas junto aos credores do consumidor super endividado as dívidas oriundas de contratos celebrados dolosamente sem o propósito de realizar pagamento, ainda que decorrentes de relações de consumo; e as dividas provenientes de contratos de financiamentos imobiliários e de crédito rural, salvo os contratos de crédito com garantia real.

Comentários

O item está **errado**.

Os créditos de garantia real serão excluídos do processo de repactuação as dívidas, ainda que decorrentes de relações de consumo, oriundas de contratos celebrados dolosamente sem o propósito

de realizar pagamento, bem como as dívidas provenientes de contratos de crédito com garantia real, de financiamentos imobiliários e de crédito rural, nos termos do art. 104-A do CDC.

QUESTÃO 122. O pedido de repactuação de super dívida não importará em declaração de insolvência civil e poderá ser repetido somente após decorrido o prazo de dois anos, contado da apresentação do plano de pagamento homologado, ainda que não liquidadas as obrigações, sem prejuízo de eventual repactuação.

Comentários

O item está **errado**.

A contagem do decurso do prazo de dois anos será contado da liquidação das obrigações previstas no plano de pagamento homologado, sem prejuízo de eventual repactuação, nos termos do art. 104-A, §5º, do CDC.

QUESTÃO 123. No âmbito da conciliação administrativa ou judicial das situações de superendidamento em dividas de consumo, a repactuação persevera as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas, nos termos do disposto no caput do Art. 104-A da Lei nº 8.078/1990.

Comentários

O item está **certo**.

A assertiva está de acordo com a previsão legal do art. 104-A, vejamos: "Art. 104-A. A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores de dívidas previstas no art. 54-A deste Código, na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas. (Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021)".

Sobre a liquidação de sentença coletiva pelo Ministério Público, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 124 O requerimento de liquidação da sentença coletiva, promovida pelo Ministério Público interrompe o prazo prescricional para o exercício da pretensão individual de liquidação e execução pelas vítimas e seus sucessores.

Comentários

O item está **errado**.

Ressalvada a hipótese da reparação fluida do art. 100 do CDC, o Ministério Público não tem legitimidade para promover a liquidação correspondente aos danos individualmente sofridos pelas vítimas ou sucessores, tampouco para promover a execução coletiva da sentença, sem a prévia liquidação individual, incumbindo a estes - vítimas e/ou sucessores - exercer a respectiva pretensão, a contar da sentença coletiva condenatória, conforme o entendimento assentado no julgamento do REsp 1758708 / MS.

QUESTÃO 125. Em casos de danos materiais e morais individuais homogêneos, ressalvada a hipótese da reparação fluida, o Ministério Público não tem legitimidade para promover a liquidação correspondente aos danos individualmente sofridos pelas vítimas ou sucessores, tampouco para promover a execução coletiva da sentença, sem a prévia liquidação individual, incumbindo a estes - vítimas e/ou sucessores - exercer a respectiva pretensão, a contar da sentença coletiva condenatória.

Comentários

O item está **certo**.

A ilegitimidade do Ministério Público se revela porque: (i) a liquidação da sentença coletiva visa a transformar a condenação pelos prejuízos globalmente causados em indenizações pelos danos particularmente sofridos, tendo, pois, por objeto os direitos individuais disponíveis dos eventuais beneficiados; (ii) a legitimidade das vítimas e seus sucessores prefere à dos elencados no rol do art. 82 do CDC, conforme prevê o art. 99 do CDC; (iii) a legitimação para promover a liquidação coletiva é subsidiária, na forma do art. 100 do CDC, e os valores, conforme o entendimento assentado no julgamento do REsp 1758708 / MS.

QUESTÃO 126. A prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, prevista no Art. 43, §2º do CDC pode ser feita tanto por meio físico quanto por meio eletrônico.

Comentários

O item está **errado**.

A anotação do nome do consumidor em cadastro de devedores inadimplentes deve ser precedida de notificação premonitória (CDC, art. 43, § 2º), estando esta obrigação afeta exclusivamente à entidade arquivista, a quem, de forma a evidenciar que guardara subserviência ao legalmente exigido quando lhe é imputada inobservância do prescrito, fica debitado o ônus de evidenciar que remetera a notificação e que fora recebida por seu destinatário ou em sua residência, presumindo-se a não consumação da medida quando a comunicação for encaminhada a endereço eletrônico diverso do utilizado pelo notificado, de acordo com a Súmula 359 do STJ (07082306020208070020, Relator: TEÓFILO CAETANO, Primeira Turma Cível, data de julgamento: 17/11/2021, publicado no DJe: 29/11/2021.)

Ainda, em decisão recente, o Superior Tribunal de Justiça entendeu ser vedada a comunicação exclusiva por e-mail a notificação prévia à inscrição em cadastro de inadimplentes. A saber: "RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE. NOTIFICAÇÃO POR E-MAIL. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE CORRESPONDÊNCIA AO ENDEREÇO DO CONSUMIDOR. 1. Ação de cancelamento de registro e indenizatória ajuizada em 10/12/2021, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 16/2/2023 e concluso ao gabinete em 11/5/2023. 4. É dever do órgão mantenedor do cadastro notificar o consumidor previamente à inscrição - e não apenas de que a inscrição foi realizada -, conferindo prazo para que este tenha a chance (I) de pagar a dívida, impedindo a negativação ou (II) de adotar medidas extrajudiciais ou judiciais para se opor à negativação quando ilegal. 5. Na sociedade brasileira contemporânea, fruto de um desenvolvimento permeado, historicamente, por profundas desigualdades econômicas e sociais, não se pode ignorar que o consumidor, parte vulnerável da relação, em muitas hipóteses, não possui endereço eletrônico (e-mail) ou, quando o possui, não tem acesso facilitado a computadores, celulares ou outros dispositivos que permitam acessá-lo constantemente e sem maiores dificuldades, ressaltando-se a sua vulnerabilidade técnica, informacional e socioeconômica. 6. A partir de uma interpretação teleológica do §2º, do art. 43, do CDC, e tendo em vista o imperativo de proteção do consumidor como parte vulnerável, conclui-se que a notificação do consumidor acerca da inscrição de seu nome em cadastro restritivo de crédito exige o envio de correspondência ao seu endereço, sendo vedada a notificação exclusiva através de e-mail. 7. Na hipótese dos autos, merece reforma o acórdão recorrido, com o cancelamento da inscrição mencionada na inicial, pois, à luz das disposições do CDC, não se admite a notificação do consumidor, exclusivamente, através de e-mail. 8. No que diz respeito à eventual compensação por danos morais, não é possível o seu arbitramento neste momento processual, pois não se extrai dos fatos delineados pelo acórdão recorrido a existência ou não, em nome da parte autora, de inscrições preexistentes e válidas além daquela que compõe o objeto da presente demanda, o que afastaria a caracterização do dano extrapatrimonial alegado. 9. Recurso especial conhecido e provido para determinar o cancelamento da inscrição mencionada na exordial por ausência da notificação exigida pelo art. 43, § 2º, do CDC, e o retorno dos autos à origem para que examine a caracterização ou não dos danos morais, a partir das peculiaridades da hipótese concreta."

Considerando a Lei n° 8.078/1990 e o Decreto n° 11.034/2022, bem como os entendimentos dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 127. Nos termos do Decreto nº 11.034/2022, norma regulamentadora do CDC para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao consumidor, no âmbito dos fornecedores de serviços regulados pelo Poder Executivo Federal, "o acesso ao SAC estará disponível, ininterruptamente, durante vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, com a disponibilização de atendimento por humano em horário não inferior a seis horas diárias.

Comentários

O item está **errado**.

De acordo com o art. 5º, I, do Decreto nº 11.034/2022 o horário é fixado em, no mínimo, 8 horas diárias. Vejamos: "Art. 5º Os órgãos ou as entidades reguladoras competentes observarão as seguintes condições mínimas para o atendimento telefônico do consumidor: I - horário de atendimento não inferior a oito horas diárias, com disponibilização de atendimento por humano;".

QUESTÃO 128. A sanção administrativa prevista no Art. 57 do Código de Defesa do Consumidor funda-se no Poder de Polícia que o PROCON e detém para aplicar multas relacionadas à transgressão dos preceitos da Lei n° 8.078/1990, independentemente da reclamação ser realizada por um único consumidor, por dez, cem ou milhares de consumidores.

Comentários

O item está **certo**.

Se refere ao poder de polícia que possui o PROCON, independente do número de reclamações, caberá a ele aplicar multa em caso de transgressão de direitos consumeristas.

É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual a sanção administrativa prevista no artigo 57 do Código de Defesa do Consumidor funda-se no Poder de Polícia que o PROCON detém para aplicar multas relacionadas à transgressão dos preceitos da Lei n. 8.078/1990, independentemente da reclamação ser realizada por um único consumidor, por dez, cem ou milhares de consumidores. (AgInt no REsp 1594667/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 17/08/2016)

QUESTÃO 129. São lícitos os descontos de parcelas de empréstimos bancários comuns em conta corrente, ainda que utilizada para recebimento de salários, desde que previamente autorizados pelo mutuário e enquanto está autorização perdurar.

Comentários

O item está **certo**.

São lícitos os descontos de parcelas de empréstimos bancários comuns em conta corrente, ainda que utilizada para recebimento de salários, desde que previamente autorizados pelo mutuário e enquanto esta autorização perdurar, não sendo aplicável, por analogia, a limitação prevista no § 1º do art. 1º da Lei n. 10.820/2003, que disciplina os empréstimos consignados em folha de pagamento (STJ, tema repetitivo n. 1085).

Tendo como base os entendimentos do STJ, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 130. Segundo o STJ, o Código de Defesa do Consumidor não se aplica no caso em que o produto ou serviço é contratado para a implementação de atividade econômica, já que não estaria configurado o destinatário final da relação de consumo, adotando a teoria

finalista ou subjetiva, não se admitindo o abrandamento da regra.

Comentários

O item está **errado**.

Nos termos da Teoria Finalista Mitigada, é possível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor ainda que não seja destinatário final do produto ou serviço. De acordo com a jurisprudência do STJ, pautada em uma interpretação teleológica do dispositivo legal, adere à teoria finalista mitigada ou aprofundada, a qual viabiliza a aplicação da lei consumerista sobre situações em que, apesar do produto ou serviço ser adquirido no curso do desenvolvimento de uma atividade empresarial, haja vulnerabilidade técnica jurídica ou fática da parte adquirente frente ao fornecedor (Recurso Especial 2.020.811 - SP)

QUESTÃO 131. A jurisprudência do STJ entende que a captação de recursos decorrente de "pirâmide financeira" em operações que envolvam a compra ou venda de criptomoedas não se amolda a Lei n° 1.521/1951, que trata dos crimes contra a economia popular.

Comentários

O item está **errado**.

No CC 146.153, a Terceira Seção estabeleceu que a captação de recursos por meio de pirâmide não se enquadra no conceito de atividade financeira para fins de incidência da Lei 7.492/1986 (que define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional), amoldando-se mais ao delito previsto no artigo 2º, inciso IX, da Lei 1.521/1951 (que dispõe sobre os crimes contra a economia popular).

QUESTÃO 132. Segundo entendimento do STJ, o vazamento de dados pessoais, de natureza comum, de cunho pessoal, mas não considerados de índole íntima, de pessoa natural por pessoa jurídica, não tem o condão, por si só, de gerar dano moral indenizável presumidamente.

Comentários

O item está **certo.**

De acordo com o entendimento do STJ, o vazamento de dados pessoais, a despeito de se tratar de falha indesejável no tratamento de dados de pessoa natural por pessoa jurídica, não tem o condão, por si só, de gerar dano moral indenizável. Ou seja, o dano moral não é presumido, sendo necessário que o titular dos dados comprove eventual dano decorrente da exposição dessas informações (AREsp n. 2.130.619/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 7/3/2023, DJe de 10/3/2023.).

QUESTÃO 133. Considerando a Lei Geral do Esporte, Lei n° 14.597/2023, tem-se que as relações de consumo em eventos esportivos regulam-se subsidiariamente pelo Código de Defesa do Consumidor, sendo direito do espectador que os ingressos para as partidas integrantes de competições em que compitam atletas profissionais sejam colocados à venda até vinte e quatro horas antes do início da partida correspondente.

Comentários

O item está **errado**.

Nos termos do art. 143 da Lei Geral do Esporte, Lei n° 14.597/2023, é direito do espectador que os ingressos para as partidas integrantes de competições em que compitam atletas profissionais sejam colocados à venda até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da partida correspondente.

QUESTÃO 134. Em relação à coibição da comercialização irregular de combustíveis, de acordo com a Lei Estadual n° 14.954/2009, quando for demonstrada a irregularidade, ou quando os testes preliminares realizados imediatamente após a coleta de amostras de combustíveis revelarem indícios ou evidências de desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente, serão efetuadas a lacração e interdição do respectivo tanque ou bomba, mediante termo próprio lavrado pela autoridade que proceder a ação, não podendo a lacração e interdição de tanque ou bomba exceder o período de quinze dias do trânsito em julgado da decisão administrativa ou judicial.

Comentários

O item está **errado**.

De acordo com a Lei 14.954/2009, que dispõe sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis e adota outras providências, prevê em seu art. 7º que, demonstrada a irregularidade, ou quando os testes preliminares realizados imediatamente após a coleta de amostras de combustíveis revelarem indícios ou evidências de desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente, serão efetuadas a lacração e interdição do respectivo tanque ou bomba, mediante termo próprio lavrado pela autoridade que proceder a ação.

QUESTÃO 135. Nos termos da Lei n° 4.591/1964, caberá ao Estado administrador definir o regime de afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, manter-se-ão apartados do patrimônio do incorporador e constituirão patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes.

Comentários

O item está **errado.**

A critério do incorporador, a incorporação poderá ser submetida ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, manter-se-ão apartados do patrimônio do incorporador e constituirão patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes, conforme o art. 31-A.

QUESTÃO 136. O critério de vedação ao crédito consignado - a soma da idade do cliente com o prazo do contrato não pode ser maior que oitenta anos - não representa discriminação negativa que coloque em desvantagem exagerada a população idosa.

Comentários

O item está **certo.**

Conforme o entendimento da jurisprudência nesse sentido, ao julgar o Recurso Especial 1.783.731/PR, o critério de vedação ao crédito consignado – a soma da idade do cliente com o prazo do contrato não pode ser maior que 80 anos – não representa discriminação negativa que coloque em desvantagem exagerada a população idosa que pode se socorrer de outras modalidades de acesso ao crédito bancário.

QUESTÃO 137. O reajuste de mensalidade de plano de saúde individual ou familiar fundado na mudança de faixa etária do beneficiário é válido desde que sejam observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou aleatórios que, concretamente e sem base atuarial idônea.

Comentários

Questão anulada pela banca.

O item está **correto.**

No julgamento do Tema 952, definiu que "o reajuste de mensalidade de plano de saúde individual ou familiar fundado na mudança de faixa etária do beneficiário é válido desde que (i) haja previsão contratual, (ii) sejam observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e (iii) não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou aleatórios que, concretamente e sem base atuarial idônea, onerem excessivamente o consumidor ou discriminem o idoso".

QUESTÃO 138. Nos termos do Código Civil, e da jurisprudência do STJ, é possível a modificação do lar de referência de criança sob guarda compartilhada para um país distinto daquele em que reside um dos genitores.

Comentários

O item está **certo**.

De acordo com o entendimento da Terceira Turma do STJ, na guarda compartilhada, não se exige a custódia física conjunta da criança, motivo pelo qual é possível que esse regime seja fixado mesmo quando os pais morem em países diferentes. Essa flexibilidade do compartilhamento da guarda não afasta, contudo, a possibilidade de convivência da criança com ambos os genitores e a divisão de

responsabilidades – o que pode ser feito com o suporte da tecnologia. Nesse sentido, destaca-se trecho da ementa do REsp n. 2.038.760/RJ: "8 - É admissível a fixação da guarda compartilhada na hipótese em que os genitores residem em cidades, estados ou, até mesmo, em países diferentes, especialmente porque, com o avanço tecnológico, é plenamente possível que, à distância, os pais compartilhem a responsabilidade sobre a prole, participando ativamente das decisões acerca da vida dos filhos. Precedente. (REsp n. 2.038.760/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 6/12/2022, DJe de 9/12/2022.)".

QUESTÃO 139. Tendo como base a Lei nº 13.257/2016, tem-se que a criação de comitês intersetoriais de políticas públicas para a primeira infância nos níveis federal, estadual, distrital e municipal é obrigatória, com a finalidade de assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, sendo garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos.

Comentários

O item está **errado**.

Não é obrigatória a criação dos comitês intersetoriais de políticas públicas para a primeira infância nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. De acordo com o art. 7º da Lei nº 13.257/2016: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, nos respectivos âmbitos, comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância com a finalidade de assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos".

QUESTÃO 140. A Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Para garantir a oferta de programa de atendimento socioeducativo de meio aberto, os Municípios podem instituir consórcios públicos ou qualquer outro instrumento jurídico adequado, como forma de compartilhar responsabilidades.

Comentários

O item está **certo**.

Nos termos do art. 5º, §1º, da Lei nº 12.594 (SINASE), que trata das competências dos Municípios, in verbis: "§ 1º Para garantir a oferta de programa de atendimento socioeducativo de meio aberto, os Municípios podem instituir os consórcios dos quais trata a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, ou qualquer outro instrumento jurídico adequado, como forma de compartilhar responsabilidades".

QUESTÃO 141. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança estabelece que os Estados Partes devem respeitar as normas do direito humanitário internacional aplicáveis em

casos de conflito armado, garantindo que pessoas com menos de quinze anos de idade não participem diretamente de hostilidades e abstendo-se de recrutá-las para suas forças armadas.

Comentários

O item está **certo**.

Dispõe o art. 38 da Convenção sobre os Direitos da Criança que: "Artigo 38. 1. Os Estados Partes se comprometem a respeitar e a fazer com que sejam respeitadas as normas do direito humanitário internacional aplicáveis em casos de conflito armado no que digam respeito às crianças. 2. Os Estados Partes adotarão todas as medidas possíveis a fim de assegurar que todas as pessoas que ainda não tenham completado quinze anos de idade não participem diretamente de hostilidades. 3. Os Estados Partes abster-se-ão de recrutar pessoas que não tenham completado quinze anos de idade para servir em suas forças armadas. Caso recrutem pessoas que tenham completado quinze anos mas que tenham menos de dezoito anos, deverão procurar dar prioridade aos de mais idade".

Considerando a Resolução nº 177/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 142. A Resolução define a excessiva medicalização como a administração desnecessária de medicamentos em crianças e adolescentes com doenças terminais, proibindo tal prática para deter o sofrimento injustificado.

Comentários

O item está **errado**.

De acordo com o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 177/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA): "Para os fins desta Resolução, define-se excessiva medicalização como a redução inadequada de questões de aprendizagem, comportamento e disciplina a patologias, em desconformidade com o direito da criança e do adolescente à saúde, ou que configure negligência, discriminação ou opressão".

QUESTÃO 143. As deliberações dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada.

Comentários

Questão anulada pela banca.

O item está **errado**.

Não há previsão legal expressa na Resolução nº 177/2015 de que as deliberações dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada.

Nos termos da Lei nº 8.069/1990 e da jurisprudência do STJ, julgue o item a seguir.

QUESTÃO 144. Na execução de medida socioeducativa, o período de tratamento médico relativo a transtorno mental superveniente deve ser contabilizado no prazo de três anos para a duração máxima da medida de internação.

Comentários

O item está **certo**.

De acordo com o entendimento do STJ no REsp n. 1.956.497/PR: "2. O período de tratamento deve ser computado no prazo de 3 anos, imposto pelo art. 121, § 3º, do ECA, como limite máximo à medida socioeducativa de internação. Aplicação analógica do art. 183 da LEP, com a interpretação que lhe dá este Tribunal Superior, e da Súmula 527/STJ. 3. Na execução de medida socioeducativa, a adolescente não pode ser submetida a condição mais gravosa do que a aplicável a um adulto que tenha praticado a mesma conduta ilícita. Inteligência do art. 35, I, da Lei 12.594/2012. 6. Recurso especial provido, a fim de que o período de tratamento médico seja contabilizado no prazo de 3 anos para a duração máxima da medida socioeducativa de internação, nos termos do art. 121, § 3º, do ECA. (REsp n. 1.956.497/PR, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 5/4/2022, DJe de 8/4/2022.)".

QUESTÃO 145. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar configura infração administrativa sujeita à pena de multa de três a vinte salários mínimos, sendo vedada a redução a valor aquém do mínimo legal. Contudo, a vulnerabilidade econômica da entidade familiar impede a aplicação da referida multa, ainda que os requisitos de sua incidência estejam presentes, em proteção ao escasso patrimônio da família, para evitar o desfalque de recursos necessários ao bem-estar da criança ou do adolescente.

Comentários

O item está **errado**.

A primeira parte do item está certa, pois a conduta narrada configura infração administrativa prevista no art. 249 do ECA: "Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência". Porém, a segunda parte do item está errada, tendo em vista que, de acordo com o entendimento do STJ, a vulnerabilidade socioeconômica dos pais não impede a aplicação da multa prevista no ECA quando os requisitos de sua incidência estiverem presentes. Segue trecho da ementa do REsp n. 1.658.508/RJ: "5- Hipótese em que a multa, reduzida para aquém do patamar legal, é medida que se impõe em razão da gravidade dos atos praticados pela genitora em desfavor da filha, de modo

que a hipossuficiência financeira ou a vulnerabilidade da família, nessas circunstâncias, deve ser levada em consideração somente na fixação do quantum, mas não na exclusão absoluta da medida sancionatória, inclusive em virtude de seu caráter preventivo e inibidor de repetição da conduta censurada. (REsp n. 1.658.508/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 23/10/2018, DJe de 26/10/2018.)".

QUESTÃO 146. É constitucional a legislação estadual que proíbe toda e qualquer atividade de comunicação comercial dirigida às crianças nos estabelecimentos de educação básica.

Comentários

O item está **certo**.

No julgamento da ADI 5631/BA, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional uma lei do Estado da Bahia que proíbe propagandas impressas (cartazes, banners e outdoors) e não impressas de produtos infantis dentro do espaço físico dos estabelecimentos de educação básica. De acordo com o entendimento do STF, veiculado no Informativo de Jurisprudência 1011, é constitucional legislação estadual que proíbe toda e qualquer atividade de comunicação comercial dirigida às crianças nos estabelecimentos de educação básica. Os estados federados têm competência legislativa para restringir o alcance da publicidade dirigida à criança enquanto estiverem nos estabelecimentos de educação básica. Essa restrição promove a proteção da saúde de crianças e adolescentes, dever que a própria Constituição Federal (CF) define como sendo de absoluta prioridade.

QUESTÃO 147. É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, desde que, apesar de ter sido incluída no Programa Nacional de Imunizações, não tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei e nem seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico.

Comentários

Questão anulada pela banca.

O item está **certo**.

No caso hipotético, a recusa dos pais é legítima, pois a vacina não teve sua aplicação obrigatória determinada em lei, tampouco foi objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico. Sobre o tema da recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, o STF fixou a seguinte tese no Tema 1.103 de Repercussão Geral: "É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, estado, Distrito Federal ou município, com base em consenso médico-científico.

Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar".

QUESTÃO 148. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, vedada, porém, a indicação do projeto que receberá a destinação de recursos, entre os projetos aprovados por Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Comentários

O item está **errado**.

O erro encontra-se na vedação constante da parte final do item, pois é possível a indicação do projeto que receberá a destinação de recursos. De acordo com o §2º-A do art. 260 do ECA (incluído pela Lei nº 14.692, de 2023): "§ 2º-A. O contribuinte poderá indicar o projeto que receberá a destinação de recursos, entre os projetos aprovados por conselho dos direitos da criança e do adolescente. (Incluído pela Lei nº 14.692, de 2023)". Ademais, cumpre destacar que a primeira parte da questão está correta, nos termos do art. 260, caput, do ECA: "Art. 260. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites".

QUESTÃO 149. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária deverá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum. Caso o Município não seja sede de Comarca, o agressor será imediatamente afastado pelo delegado de polícia ou, se não houver delegado disponível no momento da denúncia, pelo policial.

Comentários

O item está **errado**.

Há 2 (dois) erros na questão. O primeiro erro diz respeito à ausência do requisito legal previsto no art. 14 da Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel) referente à "existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da criança e do adolescente, ou de seus familiares". Em segundo lugar, a parte final do item também está errada, pois o afastamento do lar somente pode ser realizado por policial desde que observados dois requisitos: i) o Município não seja sede de comarca; e ii) não haja delegado disponível no momento da denúncia. Nos termos do art. 14 da Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel): "Art. 14. Verificada a ocorrência de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar, com a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da criança e do adolescente, ou de seus familiares, o agressor será imediatamente afastado do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima: I - pela autoridade judicial; II - pelo delegado de polícia, quando o

Município não for sede de comarca; III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia".

QUESTÃO 150. Quando se tratar de criança de zero a três anos de idade em acolhimento institucional, dar-se-á especial atenção à atuação de educadores de referência estáveis e qualitativamente significativos, às rotinas específicas e ao atendimento das necessidades básicas, incluindo as de afeto como prioritárias.

Comentários

O item está **certo**.

Nos termos do art. 92, §7º, do ECA: "§ 7º Quando se tratar de criança de 0 (zero) a 3 (três) anos em acolhimento institucional, dar-se-á especial atenção à atuação de educadores de referência estáveis e qualitativamente significativos, às rotinas específicas e ao atendimento das necessidades básicas, incluindo as de afeto como prioritárias".

QUESTÃO 151. O tutor nomeado por testamento, deverá, no prazo de trinta dias após a abertura da sucessão, ingressar com pedido destinado ao controle judicial do ato, somente sendo deferida a tutela à pessoa indicada na disposição de última vontade, se restar comprovado que a medida é vantajosa ao tutelando e que não existe outra pessoa em melhores condições de assumi-la.

Comentários

O item está **certo**.

Conforme dispõe o art. 37, caput e parágrafo único, do ECA: "Art. 37. O tutor nomeado por testamento ou qualquer documento autêntico, conforme previsto no parágrafo único do art. 1.729 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias após a abertura da sucessão, ingressar com pedido destinado ao controle judicial do ato, observando o procedimento previsto nos arts. 165 a 170 desta Lei. Parágrafo único. Na apreciação do pedido, serão observados os requisitos previstos nos arts. 28 e 29 desta Lei, somente sendo deferida a tutela à pessoa indicada na disposição de última vontade, se restar comprovado que a medida é vantajosa ao tutelando e que não existe outra pessoa em melhores condições de assumi-la".

QUESTÃO 152. É inconstitucional a lei estadual, de iniciativa parlamentar, que determina a reserva de vagas, no mesmo estabelecimento de ensino, para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar, pois a disciplina sobre a organização e o funcionamento da administração é privativa do Poder Executivo.

Comentários

O item está **errado**.

Trata-se de norma constitucional. Acerca da reserva de vagas para irmãos na mesma escola, o STF decidiu na ADI 7149/RJ que: "É constitucional lei estadual, de iniciativa parlamentar, que determina a reserva de vagas, no mesmo estabelecimento de ensino, para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar, pois disciplina medida que visa consolidar políticas públicas de acesso ao sistema educacional e do maior convívio familiar possível". Ademais, de acordo com a jurisprudência da Corte, não viola a competência reservada ao chefe do Poder Executivo lei de iniciativa parlamentar que reafirma ou densifica o conteúdo de direitos fundamentais previstos na própria Constituição Federal e cujo conteúdo é de observância obrigatória pelos estados-membros (CF/1988, art. 61, § 1º, II, e; e art. 84, VI, a).

QUESTÃO 153. Considerando as disposições da Recomendação nº 33/2016 do Conselho Nacional do Ministério Público às Procuradorias Gerais de Justiça devem promover a criação de uma promotoria adicional especializada e com atribuições exclusivas em infância e juventude estruturada com equipe multidisciplinar quando as Comarcas atingirem trezentos mil habitantes, justificando à Corregedoria Nacional do Ministério Público em caso de impossibilidade do cumprimento da recomendação.

Comentários

O item está **certo**.

De acordo com o art. 1º, II, da Recomendação nº 33/2016 do CNMP: "Art. 1º As Procuradorias Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios deverão: II – promover, quando a comarca atingir 300.000 (trezentos mil) habitantes, a criação de uma promotoria adicional especializada e com atribuições exclusivas em infância e juventude". Ademais, dispõe o art. 6º da Recomendação nº 33/2016 do CNMP que: "Na impossibilidade de cumprimento desta Recomendação, o Ministério Público estadual deverá encaminhar a justificativa à Corregedoria Nacional do Ministério Público, acompanhada do cronograma de implementação das ações, observada a disponibilidade orçamentária e financeira".

QUESTÃO 154. Considerando a Lei Estadual nº 11.603/2000, é dever do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar dos municípios encaminhar relatórios anuais de atividades para que seja emitido parecer avaliatório pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, sob pena de não repasse de verbas de assistência social, subvenção social, nem cessão de funcionários ao Município, por parte do Poder Executivo Estadual.

Comentários

O item está **certo**.

Trata-se de previsão expressa nos arts. 1º e 2º da Lei Estadual nº 11.603/2000, *in verbis*: "Art. 1º O Poder Executivo Estadual não repassará verbas de assistência social, subvenção social, nem cederá funcionários ao Município que não tiver instalado, em pleno e eficaz funcionamento, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, nos termos da Lei federal n. 8.069. Art. 2º A comprovação de pleno funcionamento e a constatação de sua eficiência dar-se-á através dos relatórios anuais de atividades a serem enviados ao Poder Executivo Estadual pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Tutelar, contendo suas deliberações, encaminhamentos, notificações e outras atividades inerentes a cada conselho, para que seja emitido parecer avaliatório pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família".

QUESTÃO 155. Tendo como base o Provimento 149 CNJ, de 30/08/2023, hipoteticamente, se Ana Maria, vó materna de Francisca, menor com quatorze anos, a tenha criado, sendo conhecida como sua mãe na escola, comércio em geral, estabelecimentos de saúde, na comunidade em que moram e pela própria Francisca que a chama de mãe, sendo correspondida por Ana, que lhe trata por filha, poderá Ana reconhecer a maternidade socioafetiva de Francisca, bastando, para o reconhecimento voluntário da maternidade socioafetiva, que compareça perante oficial de registro civil de pessoas naturais.

Comentários

O item está **errado**.

Nos termos do art. 505, §3º, do Provimento 149 CNJ: "§ 3.º Não poderão reconhecer a paternidade ou a maternidade socioafetiva os irmãos entre si nem os ascendentes". Dessa forma, Ana não poderá reconhecer a maternidade socioafetiva de Francisca, mediante o reconhecimento voluntário perante oficial de registro civil de pessoas naturais, tendo em vista sua qualidade de ascendente (avó materna).

QUESTÃO 156. Tendo em vista a Lei Estadual nº 11.697/2001 e o Estatuto da Criança e Adolescente, se Tícia, dona de conhecido botequim em Florianópolis, vende cigarros a menores de dezoito anos, estará sujeita à pena de detenção de dois a quatro anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave, fora as penalidades constantes em norma regulamentar estadual.

Comentários

O item está **certo**.

De acordo com o art. 1º da Lei Estadual nº 11.697/2001: "Art. 1º Fica proibida a venda de cigarros e produtos similares a menores de dezoito anos nos estabelecimentos comerciais do Estado de Santa Catarina, ainda que a aquisição se destine a terceiros". Ademais, referida norma legal prevê que: "Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os infratores às sanções cabíveis previstas em norma regulamentar, sem prejuízo da penalidade prevista no art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e do disposto na legislação penal". Nesse contexto, o art. 243 do ECA dispõe que: "Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar

dependência física ou psíquica: Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave".

QUESTÃO 157. Considerando as disposições da Lei nº 13.431/2017, se a criança ou o adolescente é vítima ou testemunha de violência, deverá ser ouvido, sobre o fato, em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a sua privacidade, quando de sua escuta especializada ou de seu depoimento especial, devendo ser resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento.

Comentários

O item está **certo**.

A primeira parte do item está certa, de acordo com o art. 4º, §1º, da Lei nº 13.431/2017: "§ 1º Para os efeitos desta Lei, a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial". Nesse contexto, afirma o art. 10 da Lei nº 13.431/2017, in verbis: "Art. 10. A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência". Além disso, a justificativa da segunda parte do item consta do art. 9º da Lei nº 13.431/2017: "Art. 9º A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento".

QUESTÃO 158. Tendo como base a Lei Estadual nº 11.435/2000, hipoteticamente, se José, dono de banca de revistas da grande Florianópolis, quiser expor e vender revistas e publicações pornográficas, elas deverão estar lacradas e protegidas com embalagem opaca, não podendo, em qualquer caso, ser vendido referido produto a criança ou adolescente sob pena de multa de três a vinte salários de referência, duplicando-se a pena em caso de reincidência, sem prejuízo de apreensão da revista ou publicação.

Comentários

O item está **certo**.

Dispõe o art. 5º da Lei Estadual nº 11.435/2000 que: "Art. 5º É proibida a venda à criança ou adolescente de revistas e publicações aludidas nos arts 1º e 2º desta Lei". No mesmo diploma legal estadual, os arts. 1º e 2º afirmam que: "Art. 1º As revistas e publicações que contenham material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagens lacradas, com advertência de seu conteúdo e de forma destacada. Art. 2º As bancas de jornais e outros estabelecimentos que comercializem revistas e publicações pornográficas somente poderão vendê-las se as mesmas estiverem lacradas e protegidas com embalagem opaca". De modo semelhante, o art. 78 do ECA aduz que: "Art. 78. As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu

conteúdo. Parágrafo único. As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca". Ainda sobre o tema, o ECA prevê que a inobservância da obrigação legal configura infração administrativa do art. 257, in verbis: "Art. 257. Descumprir obrigação constante dos arts. 78 e 79 desta Lei: Pena - multa de três a vinte salários de referência, duplicando-se a pena em caso de reincidência, sem prejuízo de apreensão da revista ou publicação".

QUESTÃO 159. Se Valentina, moradora de Florianópolis, com 15 anos, desejar viajar junto com uma amiga da mesma idade, apenas, para visitar o Jardim Botânico da cidade vizinha, São José, necessitará, obrigatoriamente de autorização para a viagem expressamente autorizado por qualquer de seus genitores ou responsável legal, por meio de escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida por semelhança ou autenticidade.

Comentários

O item está **errado**.

Na situação hipotética narrada, não é necessária a autorização para a viagem, pois trata-se de comarca vizinha. Nos termos do art. 83, §1º, do ECA: "§ 1º A autorização não será exigida quando: a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana".

De acordo com as disposições da Lei nº 13.819/2019, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 160. Se Joana, diretora de escola estadual, perceber que um de seus alunos tem várias marcas em ambos os antebraços, aparentemente feitas por instrumento cortante, o que parece configurar automutilação, deverá realizar a oitiva dos pais ou responsáveis e, facultativamente, notificar o caso ao Conselho Tutelar de sua cidade.

Comentários

O item está **errado**.

Há dois erros na questão. Inicialmente, constata-se que a Lei nº 13.819/2019 não possui previsão legal no sentido de que a diretora de escola estadual realizará oitiva dos pais ou responsáveis. Além disso, a diretora de escola estadual tem a obrigatoriedade (não a faculdade) de notificar o caso ao Conselho Tutelar de sua cidade. Nos termos do art. 6º da Lei nº 13.819/2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio: "Art. 6º Os casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada são de notificação compulsória pelos: II – estabelecimentos de ensino públicos e privados ao conselho tutelar".

QUESTÃO 161. É dever dos estabelecimentos de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (*bullying*), que pode ocorrer, inclusive, através de comentários sistemáticos e apelidos pejorativos, grafites pejorativos e expressões preconceituosas, dentre outras.

Comentários

O item está **errado**.

O Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) foi instituído pela Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Logo, o erro da questão consiste em afirmar que a referida previsão legal consta das disposições da Lei nº 13.819/2019. Por outro lado, analisando o item sob a ótica da Lei nº 13.185, cumpre destacar que a primeira parte está correta, nos termos do art. 5º: "Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (*bullying*)". Contudo, ao tratar dos atos de intimidação sistemática, o item possui um erro quanto aos grafites pejorativos, pois na redação legal consta o termo "grafites depreciativos". Dispõe o art. 2º da Lei nº 13.185/2015 que: "Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (*bullying*) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda: III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; V - grafites depreciativos; VI - expressões preconceituosas".

A Lei Brasileira de Inclusão - Lei Federal nº 13.146/2015, dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência; julgue os itens a seguir

QUESTÃO 162. A despeito de estabelecer normas gerais, a normativa não traz em seu texto conceito de pessoa com deficiência; é constitucional lei estadual que disponha sobre tal aspecto, tendo em vista a autonomia do ente e, por se tratar de legitimo exercício de competência legislativa concorrente suplementar, estabelecida pela Constituição da República.

Comentários

O item está **errado**.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência define o conceito de pessoa com deficiência, sendo: "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas." Inclusive, o STF ao julgar a ADI 7028, declarou inconstitucional a lei estadual que intenta redefinir o conceito de pessoa com deficiência.

QUESTÃO 163. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, embora mencione os impedimentos de longo prazo de natureza sensorial, não cita expressamente, dentre as condições consideradas como deficiência, o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A seu turno,

o Estado de Santa Catarina assim o fez, inserindo dispositivo na legislação estadual para dispor que a pessoa com TEA e considerada, para todos os efeitos legais, pessoa com deficiência.

Comentários

O item está **correto**.

Os impedimentos de natureza sensorial estão incluídos no critério de definição legal de pessoa com deficiência, porém, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência não faz menção expressa às pessoas com TEA.

"Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas."

Nesse sentido, a Lei 17.792/2017 prevê o seguinte: "Art. 22. Fica instituída, no Estado de Santa Catarina, a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista."

Em cada um dos itens seguir é apresentada uma situação hipotética a ser julgada com base na legislação brasileira protetiva da pessoa idosa.

QUESTÃO 164. O crime de estelionato tem sua pena aumentada de um terço ao dobro, se cometido contra pessoa idosa.

Comentários

O item está **correto**.

O estelionato contra idoso ou vulnerável, conforme o art. 171, §4º, do CP, prevê que a pena será aumenta de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é cometido contra idoso ou vulnerável, considerada a relevância do resultado gravoso.

QUESTÃO 165. A empresa XYZ deixou de cumprir as determinações do Estatuto da Pessoa Idosa sobre a prioridade no atendimento à pessoa idosa. Tal conduta configura crime e terá seu procedimento de apuração iniciado por requisição do Ministério Público.

Comentários

O item está **errado**.

Se trata de uma infração de natureza administrativa e não de tipo penal. Vejamos: "CAPÍTULO IV Das Infrações Administrativas (...) Art. 58. Deixar de cumprir as determinações desta Lei sobre a prioridade no atendimento à pessoa idosa: (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)".

QUESTÃO 166. As transações relativas a alimentos à pessoa idosa poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, E que as referendará, prescindindo tais acordos de homologação judicial; passarão, assim, a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

Comentários

O item está **certo**.

A assertiva está de acordo com o art. 13 do Estatuto da Pessoa idosa, estabelecendo o seguinte: "as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil. (Redação dada pela Lei nº 11.737, de 2008)".

Considere a seguinte situação hipotética: Tício, encontrando-se em situação de pobreza extrema e com vínculos familiares interrompidos, passa a utilizar de forma permanente prédio público abandonado - onde antes funcionava unidade de pronto atendimento de saúde - como espaço de moradia e sustento.

QUESTÃO 167. Segundo Recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público, deve ser garantido a Tício o direito de acesso às dependências do Ministério Público, ainda que a sua situação de asseio ou vestimenta não sejam condizentes com as exigidas pelo órgão. Caso não possua documentos de identificação pessoal e as normas de segurança interna exijam a exibição de tal documento para o acesso, o servidor responsável deverá encaminhar Ticio à unidade da assistência social local, para que sejam tomadas providências para a confecção de seu documento de identificação e posterior atendimento no Órgão Ministerial.

Comentários

O item está **errado**.

A questão aborda a Resolução 53/2017 do CNMP, em que recomenda a garantia do acesso das pessoas em situação de rua às dependências do Ministério Público brasileiro.

De acordo com o art. 2º, a situação de asseio ou vestimenta não condizentes com as eventualmente exigidas por órgãos do Ministério Público não constituirá óbice ao exercício do direito previsto no artigo anterior pela população em situação de rua.

O art. 3º prevê o seguinte: "Se as normas de segurança interna exigirem a exibição de documento pessoal para acesso às dependências do Ministério Público, será concedida autorização especial para o ingresso de pessoas em situação rua, sem que lhe sejam impostas situações de constrangimento ou humilhação."

Ainda, nos casos que a pessoa em situação de rua não possua o documento, o servidor ou colaborador responsável pelo acesso às dependências do Ministério Público a encaminhará, após a realização do

atendimento, à unidade da assistência social local, para que sejam tomadas providências para sua confecção, nos termos do art. 5º da Resolução 53/2017 do CNMP.

QUESTÃO 168. Ticio se enquadra no conceito de população em situação de rua trazido pelo decreto que institui a respectiva Política Nacional; este grupo, contudo, ainda não conta com Serviço Socioassistencial específico segundo a tipificação nacional promovida pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Comentários

O item está **errado**.

De acordo com o conceito normativo de pessoa em situação de rua, definido pelo Decreto 7503/2009, sendo população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Entretanto, conforme a Resolução 109/2009 institui as organizações e serviços especializados de saúde, habilitação e reabilitação, destinadas às pessoas em situação de rua.

QUESTÃO 169. A habitação no prédio público abandonado, diante dos elementos descritos, pode caracterizar o conceito de domicílio para fins de proteção constitucional, de modo que ninguém nele possa penetrar sem consentimento de Tício, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Comentários

O item está **correto**.

O prédio público abandonado, diante dos elementos descritos, pode caracterizar o conceito de domicílio para fins de proteção constitucional, em favor da pessoa em situação de rua. "A habitação em prédio abandonado de escola municipal pode caracterizar o conceito de domicílio em que incide a proteção disposta no art. 5º, inciso XI da Constituição Federal. STJ. 5ª Turma. AgRg no HC 712.529-SE, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 25/10/2022 (Info 755)."

A respeito do enfrentamento ao preconceito, a promoção de igualdade e o direito antidiscriminatório, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 170. Segundo o Estatuto da Liberdade Religiosa no Estado de Santa Catarina, dentre outros aspectos, as organizações religiosas e/podem dispor com autonomia sobre os direitos e deveres religiosos dos seus membros, sem prejuízo da liberdade religiosa destes e permitidas cláusulas de salvaguarda da identidade religiosa e do caráter próprio da confissão professada.

Comentários

Questão anulada pela banca.

O item está **correto**.

Nos termos do art. 24, III e §1º, as organizações religiosas possuem autonomia sobre os direitos e deveres religiosos dos seus membros, sem prejuízo da liberdade religiosa destes e permitidas cláusulas de salvaguarda da identidade religiosa e do caráter próprio da confissão professada.

QUESTÃO 171 O documento "Princípios sobre a aplicação do direito internacional dos direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero" (Princípios de Yogyakarta) foi ratificado pelo Brasil, possuindo status supralegal no ordenamento jurídico.

Comentários

O item está **errado**.

Princípios de Yogyakarta, trata-se de Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero não é um tratado internacional de direitos humanos, portanto, não há o que se falar em ratificação pelo Brasil.

Os Princípios de Yogyakarta afirmam normas jurídicas internacionais vinculantes, que devem ser cumpridas por todos os Estados. Os Princípios prometem um futuro diferente, onde todas as pessoas, nascidas livres e iguais em dignidade e prerrogativas, possam usufruir de seus direitos, que são natos e preciosos.

QUESTÃO 172. A discriminação racial indireta, alusiva à *disparate impact doctrine*, é aquela que ocorre, em qualquer esfera da vida pública ou privada, quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro, sem objetivo ou justificativa razoável e legitima à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos, tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico, com base em razões de raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica, ou, ainda, as coloca em desvantagem.

Comentários

O item está **certo**.

De acordo com a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância pelo Decreto 10.932/2022, a discriminação racial indireta "é aquela que ocorre, em qualquer esfera da vida pública ou privada, quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico." A teoria disparate impact doctrine, que é a teoria do impacto desproporcional, sendo aplicada em casos de diversos que versem sobre a discriminação racial indireta.

QUESTÃO 173. É resguardado o proselitismo no âmbito da liberdade religiosa, inclusive com reprodução de orientações constantes de e qualquer livro sagrado de qualquer religião porventura contrários as relações homoafetivas, não caracterizadas como discurso de ódio.

Comentários

O item está **correto**.

O Supremo Tribunal Federal ressalva o discurso religioso à salvo da criminalização, num contexto do pleno exercício da liberdade religiosa. Nos termos da ADO 26, firmando a seguinte tese: "Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, "in fine"); II - A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás ou clérigos muçulmanos e líderes ou celebrantes das religiões afro-brasileiras, entre outros) é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero; III - O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito."

Sobre as comunidades terapêuticas de acordo com as disposições da Lei n° 13.840/2019 e RDC n° 29/2011 da ANVISA, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 174. As pessoas com comprometimentos psicológicos de natureza grave que mereçam atenção médico-hospitalar contínua podem é ser acolhidas em comunidade terapêutica.

Comentários

O item está **errado**.

De acordo com o art. 26-A, §1º, da Lei n° 13.840/2019 não são elegíveis para o acolhimento as pessoas com comprometimentos biológicos e psicológicos de natureza grave que mereçam atenção médico-hospitalar contínua ou de emergência, caso em que deverão ser encaminhadas à rede de saúde.

QUESTÃO 175. O acolhimento involuntário do usuário ou dependente de drogas em comunidade terapêutica acolhedora poderá ser autorizado judicialmente mediante oitiva prévia do Ministério Público e do representante legal.

Comentários

O item está **errado**.

A internação involuntária (sinônimo de acolhimento involuntário) se dá, sem o consentimento do dependente, a pedido de familiar ou do responsável legal ou, na absoluta falta deste, de servidor público da área de saúde, da assistência social ou dos órgãos públicos integrantes do Sisnad, com exceção de servidores da área de segurança pública, que constate a existência de motivos que justifiquem a medida, conforme assim prevê o art. 23-A, II da Lei n° 13.840/2019. Além disso, deverão ser informadas, em, no máximo, de 72 (setenta e duas) horas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização, por meio de sistema informatizado único.

QUESTÃO 176 A família ou o representante legal poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico a interrupção do tratamento em regime de internação involuntária.

Comentários

O item está **certo**.

Nos temos do art. 23-A, §5º, IV, a família ou o representante legal poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico a interrupção do tratamento. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019).

A respeito da Política Antimanicomial do Poder Judiciário instituída pela Resolução CNJ n° 487/2023, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 177. A autoridade judicial avaliará a possibilidade de extinção da medida de segurança, no mínimo, anualmente, ou a qualquer e tempo, quando requerido pela defesa ou indicada pela equipe de saúde que acompanha o paciente.

Comentários

O item está **certo**.

Nos termos do art. 12, §5º, da Resolução CNJ n° 487/2023, a autoridade judicial avaliará a possibilidade de extinção da medida de segurança, no mínimo, anualmente, ou a qualquer tempo, quando requerido pela defesa ou indicada pela equipe de saúde que acompanha o paciente, não estando condicionada ao término do tratamento em saúde mental.

QUESTÃO 178. As disposições da Política Antimanicomial não se aplicam às pessoas em sofrimento relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

Comentários

O item está **errado**.

Nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Resolução CNJ n° 487/2023, estão abrangidas pela Política Antimanicomial as pessoas em sofrimento ou com transtorno mental relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

QUESTÃO 179. É possível suscitar o incidente de insanidade mental de ofício mesmo em caso de oposição da defesa do acusado.

Comentários

O item está **errado**.

O incidente de insanidade mental que subsidiará a autoridade judicial na decisão sobre a culpabilidade ou não do réu é prova pericial constituída em favor da defesa, não é possível determiná-la compulsoriamente em caso de oposição desta, nos termos do art. 10, parágrafo único, da Resolução CNJ n° 487/2023.

QUESTÃO 180. A ausência de suporte familiar pode ser um dos fundamentos para a imposição, manutenção ou cessação do tratamento ambulatorial.

Comentários

O item está **errado**.

A ausência de suporte familiar não deve ser entendida como condição para a imposição, manutenção ou cessação do tratamento ambulatorial ou, ainda, para a desinternação condicional, nos termos do art. 12, §3º da Resolução CNJ n° 487/2023.

Em relação à tutela dos direitos humanos e cidadania na área da saúde, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 181. É permitida a veiculação, através de qualquer meio de comunicação social de anúncio que configure apelo público para a arrecadação de fundos para o financiamento de transplante ou enxerto de órgãos ou tecidos do corpo humano em benefício de particulares.

Comentários

O item está **errado**.

É proibida a veiculação, através de qualquer meio de comunicação social de anúncio que configure apelo público para a arrecadação de fundos para o financiamento de transplante ou enxerto em benefício de particulares (art. 11, da Lei 9.434/97).

QUESTÃO 182. O paciente com neoplasia maligna tem direito de se submeter ao primeiro tratamento no Sistema Único de Saúde no prazo de até cento e vinte dias contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico ou em prazo menor, conforme a necessidade terapêutica do caso registrada em prontuário único.

Comentários

O item está **errado**.

O paciente com neoplasia maligna tem direito de se submeter ao primeiro tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), no prazo de até 60 (sessenta) dias contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico ou em prazo menor, conforme a necessidade terapêutica do caso registrada em prontuário único (art. 2º da Lei 12. 732/2012).

QUESTÃO 183. É direito fundamental da pessoa com câncer a prioridade na tramitação dos processos judiciais e administrativos.

Comentários

O item está **certo**.

Para que o paciente com câncer tenha direito à prioridade na tramitação de processos judiciais e administrativos, é necessário que apresente prova de sua condição por meio de laudo médico.

“Art. 1.048. Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais:
I - em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou portadora de doença grave, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 ;

QUESTÃO 184. A demora injustificada para acomodar a mulher no quarto após o trabalho de parto não configura violência obstetrícia.

Comentários

O item está **errado**.

Ao contrário do que afirma a Lei Estadual 18.322, de 5 de janeiro de 2022, a demora injustificada em acomodar a mulher no quarto, após o trabalho de parto, configura violência obstétrica.

QUESTÃO 185. O visto temporário para tratamento de saúde poderá ser concedido ao imigrante e a seu acompanhante, desde que o imigrante comprove possuir meios de subsistência suficientes

Comentários

O item está **certo**.

Nos termos da Lei 13. 445/ 2018, seu art. 14, §2º, o visto temporário para tratamento de saúde poderá ser concedido ao imigrante e a seu acompanhante, desde que o imigrante comprove possuir meios de subsistência suficientes.

QUESTÃO 186. O Corregedor-Geral de Justiça verificou conduta que entende passível de instauração de procedimento disciplinar relativo à conduta de um Promotor de Justiça. Analisando os fatos e elementos relativos à conduta, de forma discricionária e sem consultar o Conselho Superior do Ministério Público, o Corregedor-Geral resolveu oferecer ao Promotor, de forma anterior à instauração do processo administrativo disciplinar, um acordo correcional. Aceito o acordo pelo Promotor, não será instaurado o processo administrativo disciplinar, não sendo necessária a aprovação do Conselho Superior ou do Procurador-Geral.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata das competências do Corregedor-Geral do MP.

Caberia ao Corregedor-Geral do Ministério Público tal acordo correcional, não possuindo outras autoridades poderes de ingerência sobre os atos interna corporis do Ministério Público. Sobre esse tema, dispõe o ato n. 256/2022/PGJ/CGMP que: "Art. 6º Identificada a possibilidade do acordo correcional, sua admissibilidade será materializada em despacho e ofertada a proposta ao membro por meio eletrônico. §1º Compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público decidir e propor o acordo correcional a Promotor de Justiça e ao Procurador-Geral de Justiça a Procurador de Justiça, neste caso mediante encaminhamento do primeiro."

QUESTÃO 187. O Conselho Superior do Ministério Público de Santa Catarina, através de decisão colegiada, encaminhou ao Procurador-Geral de Justiça sugestão de edição de recomendações, com caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o aprimoramento dos serviços. Uma vez publicada a recomendação, com caráter vinculativo, nos termos da sugestão do Conselho Superior, chegou ao conhecimento deste que um determinado Promotor não estava seguindo a orientação, aplicando norma de forma contrária à publicada. Desta feita, *ex officio*, o Conselho solicitou ao Procurador-Geral de Justiça informações sobre a conduta funcional do Promotor, para fins de requerer à Corregedoria de Justiça a abertura de correição.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata das recomendações expedidas pelo MP.

As recomendações expedidas pelo Ministério Público não terão caráter vinculativo, gozando o membro do MP de independência funcional, assegurada pela CF, em seu art. 127, vejamos: "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional." Ademais, a Resolução do CNMP nº 164/17 esclarece o conceito de recomendação: "Art. 1º A recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas. Parágrafo único. Por depender do convencimento decorrente de sua fundamentação para ser atendida e, assim, alcançar sua plena eficácia, a recomendação não tem caráter coercitivo".

QUESTÃO 188. O Corregedor-Geral do Ministério Público de Santa Catarina instaurou ex officio processo administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público. Não houve qualquer sindicância antes da instauração do processo administrativo. Ipso facto, encaminhou o processo disciplinar ao Procurador-Geral de Justiça.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata das atribuições do Corregedor-Geral do MPSC.

É o que determina o art. 41, inciso XI da Lei Complementar nº 738, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina, e que dispõe sobre as atribuições do Corregedor-Geral do MP: "Art. 41. São atribuições do Corregedor-Geral do Ministério Público: XI – instaurar, de ofício ou por recomendação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo administrativo disciplinar contra membros do Ministério Público, precedido ou não de sindicância,

presidindo-o e aplicando as sanções que lhe forem cabíveis, ou encaminhando-o ao Procurador-Geral de Justiça;".

QUESTÃO 189. Um membro do Ministério Público de Santa Catarina, em horário compatível com as suas atividades, também exerce em faculdade local, atividade de magistério, o que é permitido pelas normas. Entretanto, caso o membro do Parquet exercesse atividade de direção e administração nesta Instituição, esta atividade não seria considerada de magistério, sendo vedado o exercício da atividade. Na hipótese da atividade ser de coordenação acadêmica (de ensino ou curso), por sua vez, a atividade é considerada como de magistério e, por consequência, permitida, havendo compatibilidade de horários.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do exercício do magistério pelo membro do MP.

O ato conjunto nº 68/2012, da PGJ e Corregedoria Geral do Ministério Público, estabelece ser possível ao membro do MP exercer, em paralelo à sua função, a atividade de magistério, sendo, contudo, vedadas as atividades de direção e administração dessas instituições. Veja: "art. 2º É permitido o exercício da docência ao membro do Ministério Público catarinense, público ou particular, se houver compatibilidade de horário com o exercício das funções ministeriais, sendo vedada a atividade de direção, de natureza administrativo-institucional, e qualquer outra com atribuição de gestão de instituição de ensino. (NR)". Ademais, a Resolução nº 73/2011 do Ministério Público prevê o exercício de coordenação de ensino ou curso como compreendida na atividade de magistério. Veja: "Art. 1º. Ao membro do Ministério Público da União e dos Estados, ainda que em disponibilidade, é defeso o exercício de outro cargo ou função pública, ressalvado o magistério, público ou particular. (Redação dada pela Resolução n° 133, de 22 de setembro de 2015). § 1º. A coordenação de ensino ou de curso é considerada compreendida no magistério e poderá ser exercida pelo membro do Ministério Público se houver compatibilidade de horário com as funções ministeriais."

QUESTÃO 190. O Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, frente à forte pressão da mídia, querendo que seja apresentada denúncia contra indivíduo que teria praticado crime contra um menor de idade, requereu informações sobre o caso para o Promotor de Justiça natural responsável. Apresentadas as informações, o Procurador-Geral de Justiça avocou para si a competência sobre o processo, entendendo que estavam presentes os elementos para apresentar a denúncia e o processo e, imediatamente o fez, mesmo sem a concordância do Promotor originalmente responsável pelo caso.

Comentários

O item está **errado.**

A questão trata do Princípio da independência funcional.

No caso em tela haveria violação ao princípio da independência funcional e invasão à competência do promotor natural, de acordo com a jurisprudência pátria. Nesse sentido, veja trecho do julgamento da ADI 2854: "(...) 3. A avocação de atribuições de membro do Ministério Público pelo Procurador-Geral implica quebra na identidade natural do promotor responsável, já que não é atribuição ordinária da Chefia do Ministério Público atuar em substituição a membros do órgão. Essa hipótese de avocação deve ser condicionada à aceitação do próprio promotor natural, cujas atribuições se pretende avocar pelo PGJ, para afastar a possibilidade de desempenho de atividades ministeriais por acusador de exceção, em prejuízo da independência funcional de todos os membros. (...)" (ADI 2854, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 13/10/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-293 DIVULG 15-12-2020 PUBLIC 16-12-2020).

QUESTÃO 191. Determinado candidato foi aprovado no concurso para o Ministério Público de Santa Catarina e, efetivada sua posse, ele recebeu sua carteira funcional, ao qual sabe que é válida também como documento hábil ao porte de arma. Neste sentido, promoveu o registro da arma de fogo no órgão competente, uma vez que tal registro é necessário ao porte.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata do porte de armas de fogo pelo membro do MP.

O membro do Ministério Público está autorizado a portar arma de fogo, de acordo com a Resolução Conjunta nº 4, elaborada entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ); porém, além de portar, o membro deve registar a arma de fogo, o que ocorrerá nos órgãos competentes. Veja o que diz o professor do Estratégia Concursos, Ricardo Torques: "O Ministério Público e o Poder Judiciário podem ter servidores de seu quadro efetivo que exerçam funções de segurança, e nesse caso eles também podem portar arma de fogo, de acordo com regulamento próprio. As armas de fogo utilizadas pelos servidores serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas instituições, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo estas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da instituição." (TORQUES, Ricardo. Estratégia Concursos, 2022. Aula 00 (equipe legislação). Disponível em: https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/. Acesso em: 17 de mar. 2024.)

QUESTÃO 192. Chegou ao conhecimento do Ministério Público relato de situação envolvendo um centro de repouso e saúde para idosos acima de setenta anos, onde os internos estariam sendo tratados de forma inadequada, não receberiam medicamentos corretos, nem alimentação adequada e ficariam amontoados dividindo camas. O Promotor que recebeu a denúncia resolveu arquivar, sem tomar providências, uma vez que o local indicado era particular e não recebe subvenções públicas de qualquer natureza. Como tal, o interesse a ser tutelado é de natureza privada e está fora das atribuições do Ministério Público, cabendo aos indivíduos que lá estejam a proteção de seus interesses de forma individual.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata da tutela dos direitos indisponíveis pelo MP.

A atuação do Ministério Público na tutela dos direitos indisponíveis e dos direitos individuais homogêneos é ampla; vejamos a Súmula 601, STJ: "O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público." Ademais, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741) consagra o dever do MP de fiscalizar os estabelecimentos públicos e privados de atendimento ao idoso, veja: "Art. 52. As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso serão fiscalizadas pelos Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei."

QUESTÃO 193. O Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos em ações propostas contra entes federativos, desde que o faça de forma coletiva e não individualizada. Não cabe ao Ministério Público, salvo na defesa dos incapazes, pleitear remédios ou tratamento em favor de beneficiário individualizado.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata da tutela de direitos indisponíveis pelo MP.

O direito à saúde é individual indisponível, bem como um direito difuso por excelência, e a atuação do MP nesses casos é ampla. Nesse sentido, leciona o professor do Estratégia Concursos, Rodrigo Vaslin: "(...) o Ministério Público tem legitimidade ativa para intentar ação civil pública para defesa de: a) qualquer direito difuso: b) qualquer direito coletivo stricto sensu; c) direitos individuais homogêneos desde que: i- sejam direitos indisponíveis OU ii- sejam direitos disponíveis de interesse social (aqui incluída a parte final da súmula “DIH dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público”, como é o caso de ação que discute a legalidade da tarifa de transporte público – STJ, 1ª Turma, REsp nº 929.792/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, d.j. 18/02/2016)". (VASLIN, Rodrigo. Informativo STJ 618: Conheça a Súmula 601, sobre a legitimidade ativa do Ministério Público. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/informativo-stj-618-sumula-601/. Acesso em: 17 mar. 2024.)

QUESTÃO 194. O corregedor nacional do Ministério Público emitiu recomendação relativa à adoção de medidas destinadas a assegurar a atuação da Instituição ministerial com perspectiva de gênero. A recomendação, uma vez publicada, tem força concreta no sentido de obrigar de forma cogente as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro a adequarem de forma imediata os seus protocolos, no sentido de garantir a efetiva implantação da recomendação do CNMP em seus exatos termos.

Comentários

O item está **errado**.

A resposta apontada pela banca no gabarito preliminar é a de que o item está incorreto. Entretanto, entendemos que o item, na verdade, está certo, pois encontra-se em conformidade com a Recomendação nº 2 de março 2023, que exorta os Ministérios Públicos a cumprirem os protocolos de atendimento com perspectivas de gênero, veja: " Art. 1º Recomendar às Unidades e Ramos do Ministério Público brasileiro a adoção de medidas destinadas a assegurar a atuação da Instituição ministerial com perspectiva de gênero voltada a modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher."

QUESTÃO 195. O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça não afastados da carreira; dentre as suas competências estão julgar os recursos contra decisão condenatória, absolutória ou que celebrar acordo correcional em procedimento administrativo disciplinar, salvo nos casos de sua competência, bem como decidir sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar.

Comentários

Questão anulada pela banca.

O item está **errado**.

A questão trata da revisão de processo administrativo disciplinar no MP.

A atribuição de decidir sobre pedido de revisão de processo administrativo disciplinar é do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do MPSC, consoante o Ato n. 407/2016/OECPJ, que dispõe: "Art. 6º Compete ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça: VI - decidir sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar;".

QUESTÃO 196. A correição ordinária será realizada pelo Corregedor-Geral, pelo Subcorregedor-Geral, ou, ainda, por delegação desses, pelo Promotor de Justiça Secretário da Corregedoria-Geral ou pelos Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral, podendo ser designados, de maneira temporária e transitória, Promotores de Justiça da mais alta entrância da carreira para a realização das correições ordinárias. Por regra, a correição ordinária será efetuada nas Promotorias de Justiça, tendo por finalidade verificar a regularidade do serviço, a eficiência e a pontualidade do Promotor de Justiça no exercício de suas funções, o cumprimento das obrigações legais e das determinações da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério Público, sua participação em atividades comunitárias, prevenindo ou dirimindo conflitos, participando de reuniões, palestras, audiências públicas e vistorias, sua contribuição para a consecução dos objetivos institucionais do Ministério Público, assim como sua conduta pessoal.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata das correições ordinárias.

De acordo com o Ato nº 55 da Corregedoria Geral do MPSC, as correições ordinárias poderão ser realizadas por todas as autoridades elencadas no item. Veja: "Art. 116. A correição ordinária será realizada pelo Corregedor-Geral, pelo Subcorregedor-Geral, ou, ainda, por delegação desses, pelo Promotor de Justiça Secretário da Corregedoria-Geral ou pelos Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral. Parágrafo único. Poderão ser designados, de maneira temporária e transitória, Promotores de Justiça da mais alta entrância da carreira para a realização das correições ordinárias".

QUESTÃO 197. Foi promulgada lei em município de Santa Catarina a qual o membro do Ministério Público local entende ser inconstitucional. Segundo a interpretação do Promotor, a lei viola norma Constitucional tanto no que tange à contrariedade direta quanto à contrariedade por omissão. Frente ao fato, para evitar dano com a aplicação inconstitucional da norma, tomou a atitude de propor Ação Direta de Inconstitucionalidade da norma municipal em face da Constituição da República diretamente no STF.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata das competências do Promotor de Justiça do MP.

O Promotor de Justiça não tem legitimidade para atuar junto ao STF; tal legitimidade cabe ao Procurador Geral da República. Vejamos a Lei Complementar nº 75: "Art. 46. Incumbe ao Procurador-Geral da República exercer as funções do Ministério Público junto ao Supremo Tribunal Federal, manifestando-se previamente em todos os processos de sua competência. Parágrafo único. O Procurador-Geral da República proporá perante o Supremo Tribunal Federal: I - a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e o respectivo pedido de medida cautelar;". Ademais, a norma local não pode ser contestada por meio do controle concentrado, em face da Constituição Federal. Nesse sentido: “Inexiste controle concentrado de lei ou ato normativo municipal frente a CF, quer perante os tribunais de justiça dos estados, quer perante o STF (CF, art. 102, I, a; art. 125, § 2º). A CF somente admite o controle, em abstrato, de lei ou ato normativo municipal em face da constituição estadual, junto ao tribunal de justiça do estado (CF, art. 125, § 2º.)” [ADI 1.268 AgR, rel. min. Carlos Velloso, j. 20-9-1995, P, DJ de 20-10-1995.] = RE 599.633 AgR, rel. min. Eros Grau, j. 23-11-2009, dec. monocrática, DJE de 11-12-2009.

QUESTÃO 198. Dentre as garantias legais que desfrutam os membros do Ministério Público dos Estados podemos citar a garantia de inamovibilidade, assegurando sua permanência em sua função e Comarca, salvo por ato de sua vontade. Entretanto, por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa, a inamovibilidade pode ser afastada, ainda que contra a vontade do indivíduo.

Comentários

O item está **errado**.

A questão trata das garantias legais do MP.

O quórum que permite afastar a inamovibilidade do membro do MP, por motivo de interesse público, é de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão colegiado competente. Veja o que determina a Lei Complementar nº 738/19: "Art. 209. Os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial, gozam de independência no exercício de suas funções e têm as seguintes garantias: (...) II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa; e (...)".

QUESTÃO 199. Considerando a aplicação do princípio da unidade, em um processo penal no qual foi apresentada apelação em favor da condenação do réu, pelo Membro do Ministério Público, havendo a substituição legal, deste, no decurso do processo, não é possível ao novo responsável pelo feito, em reanálise dos autos, sem existência de fatos novos, propugnar pela absolvição do réu.

Comentários

Questão anulada pela banca.

O item está **errado**.

A questão trata dos princípios institucionais do MP.

Um dos princípios que regem a atividade do Ministério Público é o da independência funcional. O art. 127, §1º da Constituição dispõe que: "(...) § 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional." Ainda sobre o tema, leciona o professor do Estratégia Concursos, Renan Araújo: "Este princípio garante que os membros do Ministério Público, no exercício de suas funções, não se submetem a nenhuma hierarquia de ordem ideológico-jurídica. O membro do MP tem liberdade total para atuar conforme suas ideias jurídicas. Exemplo: Imaginem que em determinado estado da Federação, um Procurador-Geral de Justiça elabore uma portaria, determinando que, a partir daquela data, seria vedado aos membros daquele MP arquivar inquéritos policiais e pedir a absolvição em processos criminais. Essa portaria seria flagrantemente inconstitucional, pois violaria o princípio da independência funcional, já que cada membro do MP tem a prerrogativa de agir conforme sua convicção. Se o membro acha que não há elementos que indiquem que o investigado cometeu o crime, ele tem total liberdade para mandar arquivar o inquérito ou pedir a absolvição, no caso de já ter sido ajuizada a ação." (ARAÚJO, Renan. Regime Jurídico do Ministério Público, 2015. Disponível em: https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/. Acesso em: 17 de mar. 2024.)

QUESTÃO 200. O Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina, mediante solicitação do Promotor Natural, após ouvidos a Subprocuradoria-Geral de Justiça para assuntos jurídicos e o

Centro de Apoio Operacional correspondente à área de atuação, decidiu criar força-tarefa para atuação conjunta, integrada e temporária, para uma determinada investigação de grave repercussão social. No ato de instituição, foi definido, pelo Procurador-Geral, o objeto da investigação e o prazo estimado de funcionamento da força-tarefa. Este ato do Procurador-Geral de Justiça está de acordo com as normas institucionais e não viola o princípio da independência funcional do Ministério Público.

Comentários

O item está **certo**.

A questão trata dos princípios que regem o MP.

O princípio da independência funcional do Ministério Público, associado ao princípio do promotor natural, visa garantir a atuação livre de hierarquias funcionais bem como evitar designações casuísticas, princípios estes que foram respeitados no caso em questão. Sobre tais princípios, esclarece o professor do Estratégia Concursos, Igor Maciel: "(...) o princípio da independência funcional consubstancia-se na ideia de que o órgão do Ministério Público é independente no exercício de suas funções, não ficando sujeito às ordens de quem quer que seja, somente devendo prestar contas de seus atos à Constituição, às leis e à sua consciência (...). Em que pese, não estar expressamente previsto na Constituição, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência do princípio do Promotor Natural, no sentido de proibirem-se designações casuísticas efetuadas pela chefia da Instituição, que criariam a figura do promotor de exceção, em incompatibilidade com a Constituição Federal, que determina que somente o promotor natural é que deve atuar no processo, pois ele intervém de acordo com seu entendimento pelo zelo do interesse público, garantia esta destinada a proteger , principalmente, a imparcialidade da atuação do órgão do Ministério Público, tanto em sua defesa quanto essencialmente em defesa da sociedade, que verá a Instituição atuando técnica e juridicamente." (MACIEL, Igor. Estratégia Concursos, Aula 00 - Legislação do Ministério Público p/ MP-GO (Promotor) Com Videoaulas - Pós-Edital. Disponível em: https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/. Acesso em: 17 de mar. 2024.)

MPE-RO

QUESTÃO 01. A respeito da insignificância, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

a) não se aplica a crimes ambientais, ainda que ínfima a ofensividade da conduta.

b) não se aplica ao crime de dano qualificado por prejuízo ao patrimônio público.

c) é cabível para afastar a tipicidade material de crime de violação de direito autoral.

d) é cabível para afastar a tipicidade material da conduta de introduzir no território nacional medicamento falsificado ou não autorizado (artigo 273, §1 e §1-B, do CP).

e) é cabível para afastar a tipicidade material dos crimes de estelionato, ainda que praticado contra o seguro desemprego.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre o princípio da insignificância.

A alternativa A está incorreta. Nos crimes ambientais, é cabível a aplicação do princípio da insignificância como causa excludente de tipicidade da conduta, desde que presentes os seguintes requisitos: conduta minimamente ofensiva, ausência de periculosidade do agente, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e lesão jurídica inexpressiva (AgRg no REsp 1845406/SC).

A alternativa B está correta. Não é possível aplicar o princípio da insignificância ao crime de dano qualificado ao patrimônio público, diante da lesão a bem jurídico de relevante valor social, que afeta toda a coletividade (AgRg no HC 676181/SC).

A alternativa C está incorreta. O STJ entende ser inaplicável o princípio da insignificância ao delito de violação de direito autoral (AgRg nos EDcl nos EDcl no AgRg no RHC 110831/MT).

A alternativa D está incorreta. Conforme entendimento estabelecido na Edição 221 de Jurisprudência em teses, o STJ, no ponto 8, fixou que: "Inaplicável o princípio da insignificância ao crime do art. 273 do CP, qualquer que seja a quantidade de medicamentos apreendidos, pois a conduta traz prejuízos efetivos à saúde pública." Sendo assim, o referido tribunal "tem-se orientado no sentido de ser descabida a incidência do princípio da insignificância na hipótese em que o agente introduz no território nacional medicamentos não autorizados pelas autoridades competentes, tendo em vista o alto grau de reprovabilidade da importação irregular de medicamentos. Precedentes" (AgRg no AREsp n. 1.674.306/RS, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 30/6/2020, DJe de 7/8/2020).".

A alternativa E está incorreta. Há diversos julgados do STJ no sentido de não ser cabível a aplicação do princípio da insignificância ao crime de estelionato praticado em detrimento da AP, como pode ser visto, por exemplo, no AgRg no REsp 2007197/SE. Também há entendimentos específicos, a respeito da não aplicação quando da obtenção de vantagem econômica indevida mediante fraude ao programa do seguro-desemprego (AREsp 1644157/PB).

QUESTÃO 02. Tendo em conta as situações hipotéticas a seguir e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a respeito da imposição de medida de segurança, assinale a alternativa correta.

a) Mévio, inimputável, sentenciado à medida de segurança, pelo homicídio simples de Seprônio, poderá permanecer internado por período indeterminado, enquanto persista a periculosidade.

b) Caio, ao ter reconhecida a inimputabilidade superveniente, enquanto cumpria a pena privativa de liberdade pelo crime a que foi condenado, será submetido à medida de segurança, cuja duração não poderá ultrapassar o tempo da pena que restava cumprir.

c) Tício, inimputável por doença mental, sentenciado à medida de segurança, por fato tipificado como crime, sancionado com reclusão, não poderá ser submetido a tratamento ambulatorial, devendo necessariamente permanecer internado, em hospital de custódia.

d) Mévia, considerada semi-imputável, condenada à pena privativa de liberdade de 5 anos de reclusão por crime de roubo, substituída por medida de segurança, permanecerá internada por prazo indeterminado, enquanto persista a periculosidade.

e) Tícia, inimputável por doença mental, sentenciada à medida de segurança, por fato tipificado como crime, poderá permanecer internada em hospital psiquiátrico particular, custeado por sua família.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre Medida de Segurança.

A alternativa A está incorreta. No que tange ao prazo máximo de duração da medida de segurança, uma vez que o CP não fixe uma duração determinada, a jurisprudência cuidou do tema, embora haja uma divergência de entendimentos: o STF entende que o prazo máximo seria de 40 anos, fazendo uma analogia com o prazo máximo previsto pelo CP para penas privativas de liberdade; já o STJ entende que o prazo máximo da medida de segurança equivale à pena máxima em abstrato prevista para cada crime (súmula n. 527). De toda forma, a medida de segurança jamais poderá ter duração indefinida.

A alternativa B está correta. Conforme o art. 183 da Lei de Execução Penal, quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da autoridade administrativa, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança. Nesse caso, a sua duração está limitada ao tempo que resta para o cumprimento da pena estabelecida na sentença condenatória, em respeito à coisa julgada, conforme entendimento do STJ (HC 130.162).

A alternativa C está incorreta. O CP estabelece, no seu art. 97, que se o fato cometido pelo agente for punido com pena de reclusão, a sua internação é obrigatória; contudo, esse critério é alvo de muitas críticas por não se adequar ao princípio da proporcionalidade, por isso, o STF e o STJ firmaram jurisprudência no sentido de que é perfeitamente possível aplicar o tratamento ambulatorial mesmo quando o fato praticado pelo agente é punido com reclusão, desde que o fato concreto assim recomende.

A alternativa D está incorreta. A sentença endereçada ao semi-imputável sempre será condenatória (nunca absolutória imprópria), mas o CP estabelece uma causa de diminuição de pena nesse caso, que irá incidir na terceira fase da dosimetria, permitindo que a pena seja reduzida de 1/3 a 2/3 (art. 26, p. único do CP). Se, após a condenação, o juiz analisar o caso e verificar que o réu é dotado de periculosidade e necessita de especial tratamento curativo, poderá substituir a pena diminuída por uma medida de segurança (art. 98 do CP). Contudo, a medida de segurança não poderá se prolongar indefinidamente, devendo obedecer aos parâmetros impostos pelos tribunais superiores: limite máximo das penas, previsto no art. 75, caput, do CP, conforme o STF, ou limite máximo de pena prevista para o tipo penal a que foi condenado, de acordo com a súmula n. 527 do STJ.

A alternativa E está incorreta. O art. 96, I, do CP dispõe que a medida de internação será cumprida em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta deste, em outro estabelecimento adequado. Percebe-se, assim, que a possibilidade de cumprimento em local outro que não HCTP só é possível se não houver vagas neste, não sendo, portanto, uma escolha discricionária da parte do sentenciado ou de sua família.

QUESTÃO 03. Mévio, brasileiro, em voo com destino ao exterior, em aeronave de propriedade de empresa aérea brasileira, quando já em espaço aéreo estrangeiro, a fim de satisfazer a própria lascívia, aproveitando-se que a passageira ao lado dormia, masturba-se, ejaculando sobre o corpo da mulher que, imediatamente, acorda. A mulher também é brasileira. Mévio é detido, assim que a aeronave pousa em solo estrangeiro. No entanto, pouco tempo depois, por decisão judicial que julgou a conduta por ele praticada atípica, não abarcada no tipo penal estrangeiro equivalente ao crime de estupro e ante a inexistência de tipo penal estrangeiro equivalente ao crime de importunação sexual, é absolvido. Logo após a decisão absolutória, Mévio retorna ao Brasil, sendo certo que aqui, em vista da repercussão do caso na imprensa, por iniciativa da autoridade policial, passa a ser investigado por crime de importunação sexual.

A respeito da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Em vista da regra de extensão territorial, que considera praticado no país, os crimes ocorridos em aeronaves brasileiras, contra brasileiro, Mévio será julgado e processado pela lei brasileira, mesmo diante da absolvição por decisão estrangeira.

b) Em vista da regra de extensão territorial, que considera praticado no país, os crimes ocorridos em aeronaves brasileiras, por brasileiro, Mévio será julgado e processado pela lei brasileira, mesmo diante da absolvição por decisão estrangeira.

c) Ainda que cometido o crime no estrangeiro, Mévio será processado e julgado pela lei brasileira, mesmo diante da absolvição por decisão estrangeira, vez que se trata de crime que por convenção ou tratado, o Brasil se comprometeu a reprimir.

d) Embora a absolvição por decisão estrangeira não seja obstáculo, Mévio não poderá ser julgado e processado se inexistente representação da vítima, vez que o crime de importunação sexual é de ação penal pública condicionada.

e) Uma vez que houve julgamento e absolvição no estrangeiro, Mévio não poderá ser processado e julgado pela lei brasileira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre Territorialidade.

A alternativa A está incorreta. O art. 7º, II, c do CP prevê hipótese de extensão territorial, aplicando-se a lei brasileira aos crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro, desde que neste não sejam julgados. No caso em apreço, a conduta foi submetida a julgamento criminal no país estrangeiro, motivo pelo qual não ser possível aplicar esta regra de extensão territorial.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir de fato correspondem a uma hipótese de extensão territorial, sendo possível a aplicação da lei brasileira

ainda que cometidos em território estrangeiro (art. 7º, II, a, do CP). Ocorre que esta hipótese está sujeita à extraterritorialidade condicionada, de forma que apenas aplica-se a lei brasileira quando preenchidas determinadas condições, dispostas no art. 7º, §2º, do CP. São condições cumulativas para aplicação da regra da extensão territorial: 1)Entrar o agente em território nacional; 2)Ser o fato punível também no país em que foi praticado; 3)Estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; 4)Não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou ter lá cumprido a pena; e 5)Não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável. No caso em análise, percebe-se que o agente foi julgado e absolvido no estrangeiro, além do fato não ser punível no país em que foi rpaticado. Dessa feita, não é possível a aplicação da regra da extensão territorial, por ausência do preenchimento de requisitos essenciais, de forma a que ele venha a ser julgado pelos mesmos fatos no Brasil.

A alternativa D está incorreta. A absolvição do agente no estrangeiro descaracteriza a aplicação da regra de extensão territorial, de forma a que venha a ser processado pelos mesmos fatos no Brasil. Ademais, o crime de importunação sexual é de ação pública incondicionada, não dependendo, portanto, de representação da vítima, conforme disposto no art. 225, do CP.

A alternativa E está correta. Conforme o art. 7º, §2º, d, do CP, não poderá ser aplicada a regra da extensão territorial, com o consequente processamento e julgamento dos fatos praticados no estrangeiro, caso o agente tenha sido absolvido no estrangeiro.

QUESTÃO 04. Caio, bombeiro salva-vidas aposentado, que atualmente é instrutor de aula de surfe, está na praia, aguardando possíveis clientes. Tício, bombeiro salva-vidas, que precisava levar o filho em consulta médica, pede a Caio que o substitua, por duas horas. Caio não aceita o encargo, pois precisa trabalhar no seu negócio. Tício, mesmo assim, resolve se ausentar. Caio, enquanto observava o mar, vê Mévio nadando em local perigoso e, de imediato, grita para o homem retroceder, avisando do perigo. O homem não atende Caio e ainda o xinga de velho caquético, afirmando saber nadar. Pouco tempo depois, Mévio começa a se afogar. Caio, ao perceber o afogamento de Mévio, não presta socorro, deixando a orla da praia. Tício, que retornava à praia para ocupar sua função de bombeiro, presta socorro a Mévio que, entretanto, não sobrevive devido ao tempo que permaneceu na água.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Caio praticou o crime de omissão de socorro.

b) Tício não incorreu em qualquer crime, visto que, embora ostentasse a qualidade de garante, o socorro foi prestado por terceiro, mostrando-se ineficaz.

c) Caio praticou o crime de homicídio culposo, por omissão, vez que, na qualidade de garante, tinha o dever de agir na primeira oportunidade para tentar impedir a realização do resultado morte.

d) Caio praticou o crime de omissão de socorro tentado, uma vez que o socorro foi prestado por terceiro, ainda que ineficaz.

e) Caio praticou o crime de homicídio doloso, por omissão imprópria, vez que, na qualidade de garante, tinha o dever de agir na primeira oportunidade para tentar impedir a realização do resultado morte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre Crimes omissivos e comissivos por omissão.

A alternativa A está correta. No caso apresentado, Caio, que possui conhecimentos de natação e capacidade de salvar uma pessoa de um afogamento, deixou de prestar socorro a Mévio. Desta forma, Caio incorreu no tipo penal do artigo 135 do CP, o qual dispõe: "Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.". Destaca-se que Caio não aceitou o encargo oferecido por Tício, qual seja, atuar durante certo período com salva-vidas naquela praia, portanto, não tinha qualquer dever especial de cuidado, proteção ou vigilância. Portanto, não é possível imputar a Caio eventual crime omissivo por comissão ou omissivo impróprio, nos termos do artigo 13,§2º, "a", "b" e "c', do CP: § 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado". No caso dos crimes omissivos impróprios, o agente, embora tenha se omitido em determinada situação, em razão da posição que ocupa, nos termos do artigo 13,§2º, "a", "b" e "c', do CP, responderá pelo resultado verificado e não pela mera omissão. No caso narrado, se Caio tivesse assumido a posição de Tício, este responderia pelo homicídio de Mévio, visto que não atuou para evitá-lo.

A alternativa B está incorreta. No caso apresentado, o socorro não foi prestado por terceiro, mas sim por Tício, que não logra êxito por conta de seu atraso. A alternativa traz certa dubiedade, uma vez que, em relação ao crime omissivo impróprio de homicídio, seria possível argumentar que, no caso narrado, Tício, estava fisicamente impossibilitado de agir, pois não estava no local e o artigo 13,§2º, do CP traz a possibilidade de atuação para tipificação da omissão imprópria. Todavia, a alternativa afirma que Tício não cometeu qualquer crime, ou seja, nã0 restringe ao delito omissivo impróprio, de modo que é possível estabelecer que Tício praticou o delito de abandono de posto, trazido no artigo 195 do CPM: "Art. 195. Abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, antes de terminá- lo: Pena – detenção, de três meses a um ano."

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A. Vale destacar que, mesmo que Caio tivesse adotado a posição de garante, no caso apresentado, ele não deixou de agir por imprudência, negligência ou imperícia (art. 18,II, do CP), mas sim com dolo, logo, o crime seria doloso.

A alternativa D está incorreta. O crime de omissão de socorro, art. 135 do CP, é formal, ou seja, embora a lei preveja um resultado naturalístico, não o exige para a consumação do delito. Portanto, a consumação do referido tipo se dá com a prática da omissão, independentemente de resultado.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 05. Considerando os crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro:

a) Tício, ao se evadir do local, deixando de prestar socorro imediato a Caio, que atropelou conduzindo seu veículo, a fim de se furtar das responsabilidades penais, pratica apenas o crime de omissão de socorro (artigo 304, do CTB), vez que o crime de evasão para fugir às responsabilidades (artigo 305, do CTB) foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

b) Mévia, ao deixar de prestar imediato socorro a Tícia, que atropelou e matou conduzindo seu veículo, pratica os crimes de omissão de socorro (artigo 304, do CTB) e o crime de homicídio culposo no trânsito (artigo 302, do CTB), em concurso material.

c) Tício, condenado à pena de 5 anos de reclusão, pelo homicídio culposo (artigo 302, parágrafo 3, do CTB) praticado na condução de veículo, em estado de embriaguez, por expressa previsão do Código de Trânsito Nacional, não poderá ter a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direito.

d) Caio, sem habilitação, ao causar lesões corporais de natureza grave em Seprônia, conduzindo seu veículo, pratica os crimes de lesão corporal na condução de veículo (artigo 303, do CTB) e o de dirigir sem a devida habilitação ou com o direito cassado (artigo 309, do CTB), em concurso material.

e) Caio, que voltava de uma festa em veículo conduzido por Tício, tendo-o instigado a participar de racha, que resultou na morte de Mévio, condutor de outro veículo, pratica o crime de homicídio na condução de veículo (artigo 302, do CTB), em coautoria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata dos crimes de trânsito.

A alternativa A está incorreta. O art. 305 do CTB pune a seguinte conduta criminosa: "Afastar-se o condutor do veículo do local do sinistro, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída". De acordo com a doutrina, trata-se de um delito cuja objetividade jurídica é a tutela da administração da Justiça, tendo em vista que a conduta incriminada por ele é capaz de dificultar (ou até mesmo impedir) a correta identificação do condutor que se evadiu e, consequentemente, dificultar a sua responsabilização penal ou civil decorrente do sinistro.

Todavia, ao contrário daquilo que foi mencionado na alternativa, esse dispositivo foi declarado constitucional pelo STF no ano de 2018. Veja a tese fixada pela Corte no julgamento: "A regra que prevê o crime do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) é constitucional, posto não infirmar o princípio da não incriminação, garantido o direito ao silêncio e ressalvadas as hipóteses de exclusão da tipicidade e da antijuridicidade" (Tema 907, RE 971.959).

A alternativa B está incorreta. Na verdade, a conduta de Mévia se subsume ao delito do art. 302 do CTB (homicídio culposo na direção de veículo automotor), com a incidência da causa de aumento de pena decorrente da omissão de socorro, que está estabelecida no §1º, III, do mesmo tipo penal. Veja os

dispositivos: “Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: §1º No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente: [...] III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do sinistro”.

É importante realizar a seguinte distinção: para o condutor que deu causa ao sinistro e omitiu socorro, aplica-se o delito de homicídio culposo ou lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (conforme o caso) e, ainda, a causa de aumento de pena para a omissão de socorro, de acordo com os arts. 302, §1º, e 303, §1º, ambos do CTB; por outro lado, para o condutor que não deu causa ao sinistro, mas que estava envolvido nele, será aplicado o crime autônomo do art. 304 do CTB se ele omitir socorro a alguma vítima.

No mesmo sentido está a doutrina de Renato Brasileiro de Lima, que afirma: “Enquanto a majorante é aplicável àquele que deu causa ao homicídio culposo, o crime do art. 304 do CTB deve ser aplicado apenas ao condutor de veículo que, agindo sem culpa em relação a eventual homicídio ou lesão corporal, se envolver em acidente e não socorrer imediatamente a vítima. Exemplificando, se o agente "A", culposamente, atropelar e matar "B", deixando de prestar socorro quando possível fazê-lo sem risco pessoal, deverá responder pelo crime do art. 302, §1 º, III, do CTB. Se o indivíduo "C", que também teve seu carro abalroado no local do acidente, deixar de socorrer "B", deverá responder pelo delito do art. 304 do CTB”.

Portanto, nessa hipótese, pelo fato de Mévia ter sido a causadora do sinistro, ela responderá pelo homicídio culposo majorado pela omissão de socorro, como visto acima. Por óbvio, não há como sustentar que a omissão de socorro possa, ao mesmo tempo, justificar a incidência da causa de aumento e, também, de um crime autônomo, pois estaríamos diante de um indisfarçável *bis in idem*.

A alternativa C está correta. Desde a publicação da Lei 14.071/2020, que alterou o CTB, os delitos de homicídio culposo e lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, quando qualificados pela embriaguez do condutor, não mais admitem a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. Essa vedação está no art. 312-B do CTB, que estabelece: “Aos crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303 deste Código não se aplica o disposto no inciso I do caput do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)”.

Apesar de a redação do dispositivo não ter sido a mais adequada (pois ele deveria ter se referido ao art. 44 do CP como um todo), o objetivo da norma, indubitavelmente, foi estabelecer a vedação à aplicação de penas restritivas de direitos para os delitos em questão, e ela permanece válida até o presente momento. Portanto, no caso concreto narrado pelo enunciado, está correto afirmar que Tício, por ter sido condenado pelo delito de homicídio culposo na direção de veículo automotor qualificado pela embriaguez, não terá direito à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.

Por fim, é interessante destacar o posicionamento do STJ, segundo o qual essa vedação não se aplica aos crimes praticados antes da vigência da Lei 14.071/2020: “Outrossim, o crime foi praticado pelo Paciente em 13/07/2018, ou seja, antes da edição da Lei n. 14.071/2020, que acrescentou ao Código de Trânsito Brasileiro o art. 312-B – dispositivo que prescreveu que "[a]os crimes previstos no § 3º do art. 302 e no § 2º do art. 303 deste Código não se aplica o disposto no inciso I do caput do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940". Portanto, é indiscutível que não há vedação legal para que, no crime de homicídio culposo na direção de veículo cometido sob a influência de álcool ou de qualquer outra

substância psicoativa que determine dependência, praticado antes do início da vigência da nova redação do art. 312-B do CTB, ocorra a substituição da reprimenda reclusiva por sanções restritivas de direitos" (HC 673.337, 2021).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, no caso concreto narrado nessa alternativa, Caio irá responder pelo delito de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor com uma causa de aumento de pena pelo fato de ser inabilitado. Essa conclusão pode ser extraída a partir da conjugação do art. 302, §1º, e do art. 303, §1º, ambos do CTB, como se verá abaixo: "Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: §1º No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente: I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação. Art. 303. Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor: §1º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses do §1º do art. 302". Portanto, nessa hipótese, para evitar a ocorrência de *bis in idem*, ficará afastado o crime autônomo do art. 309 do CTB, que também pune a conduta de dirigir sem habilitação.

A alternativa E está incorreta, pois, na verdade, os dois envolvidos irão responder pelo delito do art. 308, §2º, do CTB: "Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada: [...] §2º Se da prática do crime previsto no caput resultar morte, e as circunstâncias demonstrarem que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena privativa de liberdade é de reclusão de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo". Portanto, está correto afirmar que Caio e Tício responderão como coautores, tendo em vista que ambos praticaram condutas culposas que, juntas, foram capazes de produzir o resultado (ou seja, a morte de Mévio). Todavia, a responsabilização não será pelo art. 302 do CTB, pois a alternativa foi clara ao mencionar que os dois estavam participando de um "racha", o que atrai o delito acima mencionado, que é dotado de maior gravidade.

QUESTÃO 06. Caio, comerciante, contratou dois rapazes para distribuir panfletos anunciando a venda de mercadoria com prazo de validade vencido há poucos dias, por preço muito inferior ao praticado no mercado. Logo que iniciada a distribuição, um dos rapazes, sem saber, entrega um dos panfletos a agente policial, não identificado, em dia de folga, que passava pelo local. O policial, ao constatar o teor do panfleto, de imediato, interrompeu a distribuição antes que qualquer outra pessoa recebesse o papel. Levado à loja de Caio, pelos rapazes, o policial não localizou nenhuma mercadoria no estabelecimento com prazo de validade vencido exposta à venda ou em depósito. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Caio, em tese, incorreu no crime de fazer publicidade abusiva (artigo 67, do Código de Defesa do Consumidor), na forma tentada.

b) Caio, em tese, incorreu no crime de vender mercadoria imprópria ao consumo (artigo 7, inciso IX, da Lei 8.137/90), na forma tentada.

c) Caio, em tese, incorreu no crime de fazer publicidade abusiva (artigo 67, do Código de Defesa do Consumidor), na forma consumada.

d) Caio, em tese, incorreu no crime de fazer publicidade abusiva, que induza o consumidor a se colocar em perigo (artigo 68, do Código de Defesa do Consumidor), na forma tentada.

e) Caio, em tese, incorreu no crime de induzir o consumidor a erro (artigo 7, inciso VII, da Lei 8.137/90), na forma consumada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata dos crimes contra o consumidor previstos no CDC e na Lei 8.137/90.

A alternativa A está incorreta. O art. 67 do CDC pune a seguinte conduta: "Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva". Por sua vez, os conceitos de publicidade enganosa e publicidade abusiva podem ser extraídos dos parágrafos do art. 37 do CDC, que estabelece o seguinte: "§1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. §2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança." Nessa situação específica, não ocorreu, sequer na forma tentada, qualquer publicidade enganosa ou abusiva, pois o enunciado foi claro ao afirmar que os panfletos publicitários distribuídos estavam anunciando claramente a venda de mercadorias com prazo de validade vencido, razão pela qual, inclusive, elas estariam supostamente sendo vendidas por um preço muito inferior ao praticado no mercado. Logo, dada a ausência das elementares "enganosa" ou "abusiva", fica afastado o delito do art. 67 do CDC.

A alternativa B está incorreta. O inciso IX do art. 7º da Lei 8.137/90 pune a seguinte conduta: "vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo". Esse delito teria sido praticado se Caio efetivamente vendesse, tivesse em depósito ou expusesse a venda alguma matéria-prima ou mercadoria imprópria para o consumo, que, nesse caso, seria a mercadoria com prazo de validade vencido. Todavia, o enunciado foi claro ao afirmar que, em verdade, não havia nenhuma mercadoria em tais condições sendo vendida ou armazenada em depósito, razão pela qual esse delito fica afastado.

A alternativa C está incorreta. Como já extensamente mencionado nos comentários da alternativa A, não houve a realização de qualquer publicidade enganosa ou abusiva nesse caso concreto, o que afasta totalmente a configuração do delito do art. 67 do CDC, seja na forma tentada, seja na forma consumada.

A alternativa D está correta. O art. 68 do CDC pune a seguinte conduta: "Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança". No caso concreto narrado pelo enunciado, o comerciante Caio tentou promover uma publicidade capaz de induzir seus consumidores a atuarem de modo prejudicial à saúde, pois buscava fazer com que eles adquirissem um produto já fora do prazo de validade. Trata-se de um delito de natureza formal, que se consuma com a mera realização ou promoção da publicidade, independentemente da efetiva produção de um resultado danoso a algum consumidor. Todavia, nesta

situação, a publicidade sequer foi promovida, tendo em vista que o único sujeito a receber um panfleto distribuído foi um policial que estava passando pelo local e que realizou a prisão em flagrante dos envolvidos, razão pela qual o crime foi apenas tentado, já que a execução foi interrompida por circunstâncias alheias à vontade dos agentes (art. 14, II, CP).

A alternativa E está incorreta. O inciso VII do art. 7º da Lei 8.137/90 pune a seguinte conduta: "induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade do bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária". Aqui, para que o delito possa ser consumado, é imprescindível que o consumidor seja efetivamente induzido a erro para que realize a aquisição do bem ou serviço em questão. Portanto, considerando que nenhum consumidor foi atingido pela conduta dos agentes (já que apenas o policial foi alvo da divulgação publicitária, e ele também não foi induzido a erro para adquirir algum produto), não houve a prática do delito em questão.

QUESTÃO 07. Caio contrata Mévio, para matar Seprônia, sua ex-chefe, que não perdoa por ter sido demitido. Antes, contudo, solicita que Mévio mantenha Seprônia presa, por alguns dias, em um quarto fechado, infestado de baratas, inseto do qual ela tem fobia. Para tanto, Caio entrega a Mévio metade do valor convencionado, comprometendo-se a pagar o restante somente após a morte. Mévio passa a seguir Seprônia e, no dia em que ela caminhava, sozinha, por rua sem movimento, a aborda, com arma de fogo, obrigando-a a entrar no carro, partindo para um bairro distante, onde já tinha uma casa alugada, para mantê-la, em cárcere privado. Seprônia é trancada em um quarto fechado, todo escuro, sem ventilação, infestado de baratas. Passados alguns minutos presa, Seprônia percebe a presença das baratas e começa a gritar, em desespero. Mévio a mantém presa, por três horas, mas, tendo se excitado com os gritos de pavor de Seprônia, decide tirá-la do quarto, mantendo com ela, sob ameaça de arma de fogo, conjunção carnal forçada. Após, Mévio volta a manter Seprônia presa, no quarto.

Durante o período em que Seprônia é mantida trancada, Caio e Mévio se falam. Mévio não conta que submeteu Seprônia à conjunção carnal forçada, apenas reportando a ele o desespero dela, em razão das baratas. No dia em que Mévio mataria Seprônia, ele vê no jornal televisivo a notícia do desaparecimento dela, seguida de entrevista da mãe, chorando pelo sumiço da filha. Neste momento, Mévio se dá conta de que Seprônia é filha de Tícia, sua professora de infância, que o ensinou a ler, além de auxiliar sua família carente, ao longo de anos. Diante disso, Mévio decide não mais matar Seprônia, libertando-a, após a manter em cárcere privado, por 5 dias. Mévio comunica a decisão a Caio, que disse que por conta de Seprônia permanecer viva, tudo viria à tona e eles acabariam presos. Caio ainda falou que nada mais devia a Mévio, já que ele não cumpriu com metade do acordo. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Mévio responderá pelo crime de sequestro e cárcere privado qualificado pelo intenso sofrimento causado (artigo 148, parágrafo 2, do CP). Caio responderá pelo homicídio qualificado pelo emprego de tortura, na forma tentada (artigo 121, parágrafo 2, inciso III, do CP). Mévio também responderá pelo estupro (artigo 213, do CP).

b) Mévio responderá pelo crime de sequestro e cárcere privado qualificado pelo intenso sofrimento causado (artigo 148, parágrafo 2, do CP). Caio responderá pelo homicídio qualificado pelo emprego de tortura, na forma tentada (artigo 121, parágrafo 2º, inciso III, do CP). Caio e

Mévio responderão também pelo crime de estupro (artigo 213, do CP), que, embora praticado por Mévio, Caio, ao contratá-lo, assumiu o risco de prática de crimes diversos.

c) Caio e Mévio responderão pelo crime de sequestro e cárcere privado qualificado pelo intenso sofrimento causado (artigo 148, parágrafo 2, do CP). Caio e Mévio responderão também pelo crime de estupro (artigo 213, do CP), que, embora praticado por Mévio, Caio, ao contratá-lo, assumiu o risco de prática de crimes diversos.

d) Caio e Mévio responderão pelo homicídio qualificado pelo emprego de tortura, na forma tentada (artigo 121, parágrafo 2, inciso III, do CP). Mévio responderá também pelo crime de estupro (artigo 213, do CP).

e) Caio e Mévio responderão pelo crime de sequestro e cárcere privado qualificado pelo intenso sofrimento causado (artigo 148, parágrafo 2, do CP). Mévio responderá também pelo crime de estupro (artigo 213, do CP).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre iter criminis e concurso de pessoas.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. No caso narrado não se verifica, a partir das condutas de Mévio, o início dos atos de execução do homicídio, em verdade, este praticou, até a libertação da vítima, atos de preparação para o crime para o qual foi contratado. Os atos de Mévio, ademais, com exceção da conjunção carnal, foram requeridos por Caio, o qual desejava, também, que este matasse Seprônia após sequestrá-la e torturá-la. Portanto, considerando esses fatos, Caio e Mévio agiram em concurso, nos termos do artigo 29 do CP: "Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.". Sendo Caio o mandante e Mévio o executor dos fatos. Mévio, todavia, realiza conjunção carnal com Seprônia, em desacordo com o que fora ajustado, logo, por tal fato, deverá responder sozinho. Sendo assim, Caio e Mévio responderão pelo crime de sequestro e cárcere privado qualificado pelo intenso sofrimento causado (artigo 148, §2º, do CP) e Mévio responderá também pelo crime de estupro (artigo 213, do CP).

QUESTÃO 08. A respeito dos procedimentos relacionados a crimes praticados no âmbito doméstico contra a mulher, é correto afirmar que

a) a palavra da vítima, em crimes praticados em âmbito doméstico, ainda que normalmente praticados sem a presença de testemunhas, não possui relevância apta a embasar o recebimento de denúncia contra o agressor.

b) o Juízo da Vara Especializada em Violência Doméstica e, na ausência, o Juízo Criminal é o competente para apreciar o pedido de medida protetiva de manutenção do vínculo trabalhista da vítima, em razão do afastamento do trabalho, por violência doméstica.

c) a competência para a persecução penal de crimes praticados no âmbito de violência doméstica contra a mulher é do local dos fatos, entretanto, por força de mudança de domicílio, eventual concessão de qualquer outra medida de urgência pelo Juízo do novo domicílio implicará modificação da competência.

d) compete à Justiça Estadual apreciar pedido de medida protetiva de urgência decorrente de crime de ameaça contra a mulher, cometido por meio de rede social de grande alcance, quando iniciado no estrangeiro e o seu resultado ocorra no Brasil.

e) a suspensão condicional do processo e a transação penal, embora inaplicáveis aos crimes cometidos em âmbito doméstico, aplicam-se ao crime de descumprimento de medida protetiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata de regras procedimentais envolvendo os delitos praticados no âmbito da Lei 11.340/06.

A alternativa A está incorreta. Em verdade, a palavra da vítima, nos crimes cometidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, possui um grande valor probatório e pode justificar o recebimento da denúncia, justamente pelo fato de que, em regra, tais crimes são cometidos em uma situação de clandestinidade, o que dificulta (ou até impossibilita) a eventual produção de prova testemunhal e de prova pericial a respeito dos fatos. Esse, inclusive, é o entendimento do STJ, como pode ser visto a partir da leitura dos julgados abaixo: STJ, AgRg no AREsp 2.285.584: "O entendimento do Tribunal a quo está em consonância com a jurisprudência desta Corte que é firme no sentido de que a palavra da vítima, em harmonia com os demais elementos presentes nos autos, possui relevante valor probatório, especialmente em crimes que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher". STJ, AgRg no AREsp 1.127.994: "Tendo a Corte de origem, soberana na apreciação da matéria fático-probatória, concluído que há indícios mínimos de autoria e materialidade para o recebimento da denúncia, consubstanciado na palavra da vítima da ameaça sofrida, a pretensão do agravante de alterar tal entendimento exigiria revolvimento fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ". STJ, APn 943: "A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é firme no sentido de que inexiste qualquer ilegalidade no fato de a acusação referente aos delitos praticados em ambiente doméstico ou familiar estar lastreada no depoimento prestado pela ofendida, já que tais ilícitos geralmente são praticados à clandestinidade, sem a presença de testemunhas, e muitas vezes não deixam rastros materiais, motivo pelo qual a palavra da vítima possui especial relevância".

A alternativa B está correta, pois representa integralmente o entendimento atual do STJ, que pode ser ilustrado com o seguinte julgado: "Tem competência o juiz da vara especializada em violência doméstica e familiar ou, caso não haja na localidade o juízo criminal, para apreciar pedido de imposição de medida protetiva de manutenção de vínculo trabalhista, por até seis meses, em razão de afastamento do trabalho de ofendida decorrente de violência doméstica e familiar, uma vez que o motivo do afastamento não advém de relação de trabalho, mas de situação emergencial que visa garantir a integridade física, psicológica e patrimonial da mulher" (REsp 1.757.775). O art. 9º, §2º, II, da Lei

11.340/06 garante a manutenção do vínculo trabalhista da vítima de violência doméstica e familiar que precisar se afastar do local de trabalho, por até 6 meses, em decorrência da violência sofrida. Trata-se de uma medida que visa preservar a integridade física e psicológica da vítima, e a sua análise não cabe à Justiça do Trabalho, mas, sim, ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (ou, na sua falta, ao juízo criminal da localidade), tendo em vista que não se trata de uma matéria relacionada com o direito do trabalho em si, mas, sim, de uma matéria advinda do âmbito criminal.

A alternativa C está incorreta. Uma vez fixada a competência para processo e julgamento do feito em favor do juízo do local dos fatos, eventual deferimento de medidas protetivas de urgência por parte do juízo do novo domicílio da vítima não resultaria em alteração de competência, tendo em vista que essa situação, de acordo com a jurisprudência, poderia configurar uma violação ao princípio do juiz natural, já que permitiria que a vítima, por vontade própria, alterasse o juízo competente no curso da persecução penal. O STJ entende da mesma maneira: "Além disso, admitir a possibilidade da ação ser proposta no domicílio da Vítima, inclusive quando decorrentes de mudança de domicílio posterior aos fatos delituosos, abriria a possibilidade de "escolha" do Juízo em que seria proposta a ação penal, ofendendo, também o referido princípio constitucional. [...] O processamento da ação penal no domicílio da Vítima prejudicaria a busca da verdade real e dificultaria a elucidação e punição dos crimes. Para isso, o melhor local é o dos fatos, tanto que é a regra primeva de fixação de competência no Código de Processo Penal. Sem prejuízo da fixação da competência para a persecução penal, incumbe ao Juízo do domicílio da Vítima apreciar o pedido urgente de concessão de medidas protetivas, como ocorreu no caso concreto, sem que isso gere qualquer tipo de prevenção para a análise do feito criminal. Isso possibilita à Vítima obter a tutela jurisdicional com a rapidez e urgência necessárias, recebendo do Poder Judiciário, a proteção devida, em caráter imediato" (CC 187.852).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, de acordo com o entendimento atual do STJ, essa situação atrai a competência da Justiça Federal, tendo em vista que a conduta criminosa em questão viola a Convenção de Belém do Pará e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ambas ratificadas pelo Brasil), razão pela qual deve ser aplicado, ao caso concreto, o inciso V do art. 109 da CF. Esse entendimento já foi firmado pelo próprio STJ: "Compete à Justiça Federal apreciar o pedido de medida protetiva de urgência decorrente de crime de ameaça contra a mulher cometido, por meio de rede social de grande alcance, quando iniciado no estrangeiro e o seu resultado ocorrer no Brasil" (CC 150.712).

A alternativa E está incorreta. Na verdade, o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência (art. 24-A, Lei 11.340/06) também não admite a concessão da transação penal ou da suspensão condicional do processo, em razão da vedação exposta no art. 41 da mesma legislação: "Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995". Assim, considerando que o delito do art. 24-A sempre é praticado em um contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher (pois é esse contexto que justifica a concessão das medidas protetivas que o agente vem a descumprir), deve ser aplicado o art. 41 para impedir a aplicação dos consectários da Lei 9.099/95, dentre os quais se destacam a transação penal e a suspensão condicional do processo.

QUESTÃO 09. No âmbito de uma investigação de organização criminosa, voltada ao tráfico de drogas e de armas, por representação da autoridade policial, após manifestação do Ministério Público, foram deferidas a interceptação telefônica, a quebra de sigilo de dados telemáticos, bem

como a infiltração de agentes, esta última pelo prazo de seis meses. Ao longo das investigações, foram sendo prorrogadas as interceptações telefônicas, com base em representação da autoridade policial, sem justificação pormenorizada da necessidade. Com a proximidade do término do prazo anteriormente fixado para a infiltração de agentes, a autoridade policial representou pela prorrogação, que contou com a concordância do Ministério Público. O Juiz, mais que deferir a prorrogação da infiltração de agentes, nos moldes anteriormente autorizados, de ofício, autorizou a infiltração de agentes em meio virtual, caso os investigadores julgassem necessário, com expressa menção à possibilidade de monitoramento via espelhamento do software WhatsApp Web, em virtude de, no curso da investigação, surgirem elementos a indicar que a organização criminosa também se dedicava a crimes de venda de material pornográfico envolvendo criança e adolescente. Cabe destacar que a autoridade policial também comunicou o Juízo da utilização da ação controlada, que não contou com autorização judicial, tanto que na decisão que prorrogou a infiltração de agentes e autorizou o espelhamento do WhatsApp, não há menção a ela. Dada a autorização, os investigadores, por intermédio do espelhamento via aplicativo WhatsApp Web, acessaram diversas comunicações, documentando-as em relatórios de investigações. Com base na situação hipotética e tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) O Estatuto da Criança e Adolescente possibilita a infiltração de agentes em meio virtual para crimes que envolvam a produção, posse, compartilhamento e venda de material pornográfico contendo criança e adolescente, com expressa menção ao monitoramento de comunicação via espelhamento do software WhatsApp Web, mediante autorização judicial, inclusive, de ofício.

b) Embora a lei de organização criminosa preveja a infiltração de agentes em meio virtual, o monitoramento de comunicação via espelhamento do software WhatsApp Web implica hipótese de quebra de sigilo de dados telemáticos não contemplada na Lei de Interceptação Telefônica, sendo ilegal o seu emprego.

c) A lei de organização criminosa, que prevê a infiltração de agentes em meio virtual, conjugada à Lei de Interceptação Telefônica, autoriza o monitoramento de comunicações via espelhamento do software WhatsApp Web, desde que autorizada judicialmente.

d) A ação controlada, prevista tanto na Lei de Drogas quanto na Lei de Organização Criminosa, não precisa de autorização judicial, sendo exigível apenas a comunicação prévia de seu emprego ao Juiz.

e) A exigência de decisão judicial motivada e fundamentada acerca da necessidade e imprescindibilidade da interceptação telefônica para a investigação limita-se à primeira decretação, não se exigindo para as sucessivas prorrogações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata de temas variados envolvendo a Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13), a Lei de Interceptação Telefônica (Lei 9.296/96) e a Lei de Drogas (Lei 11.340/06).

A alternativa C está correta. Recentemente, a 5ª Turma do STJ proferiu um julgado no qual entendeu ser lícita a realização de monitoramento do fluxo de comunicações entre os integrantes da organização criminosa por meio do espelhamento do WhatsApp Web, desde que com a devida autorização judicial. Veja um trecho da decisão: "É possível a utilização, no ordenamento jurídico pátrio, de ações encobertas, controladas virtuais ou de agentes infiltrados no plano cibernético, desde que o uso da ação controlada na investigação criminal esteja amparado por autorização judicial. A chancela jurídica, portanto, possibilita o monitoramento legítimo, inclusive via espelhamento do software Whatsapp Web, outorgando funcionalidade à persecução virtual, de inestimável valia no mundo atual. A prova assim obtida, via controle judicial, não se denota viciada, não inquinando as provas derivadas, afastando-se a teoria do *fruits of the poisounous tree* na hipótese" (AgRg no AREsp 2.309.888). Para chegar a essa conclusão, a Corte considerou o fato de que a Lei 12.850/13 já autoriza a infiltração de agentes policiais em âmbito virtual para a investigação de crimes praticados por organizações criminosas (art. 10-A), e, de outro lado, a Lei 9.296/96 já permite a realização de interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática (art. 1º, parágrafo único), desde que, em ambos os casos, exista a prévia autorização judicial. Esses dois dispositivos, quando conjugados, representam a autorização legal para a realização do espelhamento do WhatsApp Web, que representa uma medida mais adequada para o combate da criminalidade moderna, tendo em vista que, atualmente, a troca de informações já não é mais realizada por meio de ligações telefônicas, e, sim, por meio de mensagens escritas, e o ordenamento jurídico deve se adequar a essa nova realidade.

As alternativas A e B estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

A alternativa D está incorreta. De fato, a ação controlada possui previsão legal nas duas legislações mencionadas na alternativa, e, na Lei 12.850/13, não há a exigência de prévia autorização judicial para a sua realização, basta a prévia comunicação ao juízo competente (art. 8º, §1º). Todavia, na Lei 11.343/06, o legislador expressamente exigiu a prévia autorização judicial (art. 53, II), de modo que a simples comunicação não é suficiente, razão pela qual a alternativa está incorreta.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, a exigência de autorização judicial abrange tanto a primeira decretação de interceptação telefônica quanto as suas sucessivas prorrogações, de modo que, a cada nova prorrogação, devem ser demonstrados o preenchimento dos pressupostos da Lei 9.296/96 e a imprescindibilidade da medida. No mesmo sentido entende o STJ: "É possível a prorrogação da interceptação telefônica, sem limite de vezes, mas sempre com autorização judicial, devendo ser demonstrada a indispensabilidade da escuta como meio de prova e a permanência dos pressupostos previstos na Lei n. 9.296/1996" (AgRg no RHC 136.245).

QUESTÃO 10. Haja vista o envio de relatórios de inteligências financeiras pelo COAF, no exercício de suas atribuições, reportando ao Ministério Público movimentações financeiras suspeitas de X, funcionário público, e de seus familiares, é requisitada a instauração de Inquérito Policial, o que é atendido pela autoridade competente. Após oitivas dos envolvidos, o inquérito policial é encerrado, com o indiciamento dos investigados, por lavagem, ato que acarretou o automático afastamento de X de suas funções. Uma vez remetidos os autos ao Ministério Público, este entendeu por solicitar, mediante autorização judicial, cópia das declarações de imposto de renda dos investigados, dos últimos 05 anos. A decisão judicial não só acata o pedido de quebra do sigilo fiscal, mas também, com base nos indícios presentes, determina, de ofício, busca e apreensão nos domicílios dos alvos, haja vista a provável ocultação de outros bens de valor.

Cumpridas as diligências e de posse tanto das declarações de renda, veiculando renda declarada incompatível com as movimentações apontadas pelo COAF, bem como a apreensão de diversos bens valiosos, de origem não comprovada, o Ministério Público denuncia todos, sendo imputados os tipos de lavagem e corrupção passiva a X e apenas o delito de lavagem aos seus familiares. Embora um dos acusados por lavagem não tenha sido localizado, sendo citado por edital, o prosseguimento do processo é mantido, com constituição de defensor público. Os demais são pessoalmente citados, constituindo defensor de confiança. Após juízo de admissibilidade positivo e regular instrução, é proferida sentença condenatória contra todos, pelos delitos imputados. Mesmo sem pedido expresso na exordial, é determinado o confisco alargado de bens e valores considerados sem lastro nos rendimentos habituais dos investigados. Considerando a situação hipotética e tendo em conta a jurisprudência dos tribunais superiores,

a) o prosseguimento do processo, em relação ao acusado citado por edital violou o contraditório, maculando o feito de nulidade.

b) a busca e apreensão não poderia ser determinada de ofício, não ostentando o juiz poderes instrutórios durante a investigação.

c) ainda que não houvesse pedido expresso, o confisco alargado de bens e valores, por ser efeito da condenação, poderia ser determinado, de ofício, na decisão, não havendo ofensa ao princípio da correlação entre acusação e sentença.

d) o afastamento automático de X, pelo indiciamento pelo delito de lavagem, vulnera a proporcionalidade, sendo ato manifestamente ilegal.

e) o procedimento, como um todo, estaria maculado por vício originário (ilicitude de prova), sendo vedado ao órgão de fiscalização (COAF) enviar ao Ministério Público informações bancárias sem autorização judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão tratou de aspectos acerca da Lei n.º 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Capitais).

O art. 17-D da referida lei dispõe: "Art. 17-D. Em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno". Trata-se claramente de hipótese de afastamento automático do servidor público de suas funções em caso de indiciamento. A regra declarada inconstitucional pelo STF nos autos da ADI n.º 4.911: "O indiciamento não gera e não pode gerar efeitos materiais em relação ao indiciado, já que se trata de mero ato de imputação de autoria de natureza preliminar, provisória e não vinculante ao titular da ação penal, que é o Ministério Público". Logo, tal ato constitui uma "grave medida restritiva de direitos".

A alternativa A está incorreta, pois o art. 366 do CPP, que prevê a suspensão do processo e do curso da prescrição nos processos em que o réu é citado por edital e é revel, não se aplica, nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei n.º 9.613/1998, já que se trata de imputação de crime de lavagem de capitais, regido pela lei especial mencionada: "Art. 2º [...] § 2o No processo por crime previsto nesta Lei, não se aplica o disposto no art. 366 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), devendo o

acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por edital, prosseguindo o feito até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo. (Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012)".

A alternativa B está incorreta, pois o art. 4º da Lei n.º 9.613/1998 atribui ao magistrado o poder de determinar, inclusive de ofício, medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado: "Art. 4º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes".

A alternativa C está incorreta, pois o art. 91-A, § 3º, do Código Penal dispõe que deverá haver pedido expresso do Ministério Público para a decretação do confisco alargado: "Art. 91-A [...] § 3º A perda prevista neste artigo deverá ser requerida expressamente pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação da diferença apurada".

A alternativa E está incorreta, pois o compartilhamento de dados pelo COAF na hipótese do enunciado, conforme decidiu o STJ no tema de repercussão geral n.º 990, dispensa autorização judicial, não havendo o que se falar em vícios: "1. É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil, que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional. 2. O compartilhamento pela UIF e pela RFB, referente ao item anterior, deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios".

QUESTÃO 11. A respeito da ação civil *ex delicto*, é correto afirmar que a sentença

a) absolutória imprópria, por reconhecer a tipicidade e antijuricidade do fato, além da autoria, é título executivo para fins de reparação civil.

b) condenatória transitada em julgado, ainda que extinta a pretensão executória da pena, é título executivo para fins de reparação civil.

c) homologatória de acordo de não persecução penal é título executivo para fins de reparação civil.

d) absolutória, por exclusão da ilicitude putativa, obsta a propositura de ação *ex delicto* para fins de reparação do dano.

e) concessiva de perdão judicial, embora implique extinção da punibilidade, dada a natureza condenatória, é título executivo para fins de reparação civil.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão tratou da ação civil *ex delicto.*

A alternativa B está de acordo com o entendimento que se extrai do art. 67, II, do CPP, considerando que a extinção da pretensão executória da pena se dá por meio da prescrição intercorrente, hipótese de extinção da punibilidade: "Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: [...] II - a decisão que julgar extinta a punibilidade".

A alternativa A está incorreta. A sentença absolutória imprópria absolve o réu por ser ele inimputável ao tempo da infração penal (ausência de culpabilidade), aplicando-se medida de segurança (tratamento ambulatorial ou em HCTP). Deste modo, por ser absolutória, não se presta a impor os efeitos penais ou extrapenais em desfavor do sentenciado, razão pela qual, não origina título executivo (que ocorre em caso de decisão condenatória), o que, logicamente, não impede o ofendido de exercer sua pretensão em âmbito cível por meio de ação de conhecimento.

A alternativa C está incorreta, pois a sentença que se destina a tal fim é a condenatória, e não a homologatória do ANPP.

A alternativa D está incorreta, pois a sentença absolutória não constitui título executivo para ação *ex delicto*, nos termos do art. 67, III, do CPP: "Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: [...] III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime".

A alternativa E está incorreta, pois a sentença que concede o perdão judicial é, nos termos da Súmula n.º 18 do STJ, "é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório", razão pela qual, não constitui título executivo para tal fim.

QUESTÃO 12. Considerando os processos incidentes, é correto afirmar que

a) contra a decisão que julga procedente a exceção de coisa julgada, cabível recurso em sentido estrito.

b) o reconhecimento da suspeição do magistrado implica o seu afastamento e remessa dos autos ao substituto legal, mas não a nulidade dos atos processuais por ele praticados, ainda que posteriores à situação que gerou a suspeição.

c) contra a decisão que julga procedente a exceção de litispendência, cabível recurso de apelação.

d) contra a decisão que julga improcedente a exceção de incompetência, cabível recurso em sentido estrito, ainda que posteriores ao fato que gerou a suspeição.

e) contra decisão proferida pelo Juiz Criminal que defere ou indefere o pedido de restituição, cabível recurso em sentido estrito. Da decisão que determina a remessa das partes ao juízo cível, não há previsão de recurso específico, podendo-se impetrar mandado de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão tratou sobre os recursos no processo penal. A alternativa correta possui fundamento no art. 581, III, do CPP: "Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: [...] III - que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição".

A alternativa B está incorreta, pois conforme o art. 564, I, do CPP, a suspeição do juiz é uma causa que enseja a nulidade: "Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos: I - por incompetência, suspeição ou suborno do juiz".

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 581, III, do CPP, salvo a exceção de suspeição, das decisões que julgam procedentes as demais exceções caberá recurso em sentido estrito (RESE).

A alternativa D está incorreta, pois na hipótese caberá apelação nos termos do art. 593, II, do CPP: "Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...] II - das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos não previstos no Capítulo anterior".

A alternativa E está incorreta, pois a decisão que defere ou indefere o pedido de restituição, não é cabível recurso em sentido estrito, tendo em vista não constar do rol do art. 581 do CPP, sendo cabível, pois, a interposição do recurso de apelação, nos termos do art. 593, II, do CPP: "Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...] II - das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos não previstos no Capítulo anterior".

QUESTÃO 13. Tendo em conta os elementos consensuais de prova, previstos em legislações especiais, assinale a alternativa correta.

a) A colaboração premiada, prevista na Lei de Drogas, é causa especial de diminuição de pena, mas, para tanto, exige-se, em caráter cumulativo, a identificação dos demais coautores e partícipes e a recuperação total do produto do crime, no caso, a substância entorpecente.

b) A delação premiada, prevista na lei dos crimes hediondos, prevê a redução de pena ao participante ou associado que denunciar a existência de associação criminosa voltada à prática de crimes hediondos ou a eles equiparados, possibilitando o seu desmantelamento.

c) A colaboração premiada, prevista na lei de proteção de testemunhas, é causa especial de diminuição de pena, aplicável apenas a acusados e investigados primários.

d) A delação premiada, prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro, prevê a redução de pena, a possibilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito e, expressamente, veda a possibilidade de perdão judicial ao delator.

e) A colaboração premiada, prevista na Lei de Organização Criminosa, prevê expressamente a renúncia ao direito ao silêncio e o compromisso de dizer a verdade, disposições, contudo, declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata da colaboração premiada e da delação premiada na Lei de Drogas (Lei 11.343/06), na Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), na Lei de Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/99), na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98) e na Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13).

A alternativa A está incorreta. Na sistemática estabelecida pela Lei 11.343/06, a colaboração premiada, para que possa justificar a diminuição de pena do agente colaborador, deve resultar na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e, também, na recuperação total ou parcial do produto do crime. Isso está previsto no art. 41 da referida legislação: "O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços". Portanto, pelo fato de a alternativa ter expressamente mencionado que a recuperação do produto do crime deve ser total, ela está incorreta, já que, como visto acima, a legislação autoriza a concessão da minorante também em caso de recuperação parcial.

A alternativa B está correta. De fato, a Lei 8.072/90 possui essa previsão em favor do agente que denunciar à autoridade a associação criminosa voltada à prática de crimes hediondos ou equiparados, como se vê no art. 8º da referida legislação: "Será de três a seis anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo. Parágrafo único. O participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois terços". É necessário destacar que, pela redação restritiva do dispositivo acima transcrito, essa modalidade de "delação premiada" só pode incidir quando o agente efetivamente delatar uma associação criminosa destinada a praticar crimes hediondos ou equiparados. Se a referida associação possuir a finalidade de praticar outros crimes, não será aplicada essa causa de diminuição de pena.

A alternativa C está incorreta. Na verdade, a Lei 9.807/99 autoriza a concessão da diminuição de pena decorrente da colaboração premiada mesmo que o réu não seja primário, desde que a sua colaboração seja efetiva para a identificação dos demais coautores ou partícipes do crime, para a localização da vítima com vida e para a recuperação total ou parcial do produto do crime (art. 14). Por outro lado, se o réu efetivamente for primário, a legislação autoriza que, ocorridos todos os resultados citados acima, o juiz conceda o perdão judicial e considere extinta a punibilidade do agente colaborador (art. 13). Então, percebe-se que, na sistemática estabelecida pela Lei 9.807/99, o colaborador primário realmente possui um tratamento mais benéfico, pois pode obter inclusive o perdão judicial, mas o colaborador que não seja primário também pode se valer da causa de diminuição de pena, o que torna a alternativa incorreta.

A alternativa D está incorreta. A Lei 9.613/98, além de permitir a redução da pena de 1/3 a 2/3, a aplicação dos regimes aberto ou semiaberto e a substituição por penas restritivas de direitos, também autoriza expressamente a aplicação do perdão judicial por parte do magistrado. Isso pode ser comprovado a partir da leitura do §5º do art. 1º da referida legislação: "A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime".

A alternativa E está incorreta. De fato, a Lei 12.850/13 possui essa previsão no §14 do seu art. 4º: "Nos depoimentos que prestar, o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio

e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade". Recentemente, na ADI 5.567, o STF afirmou que esse dispositivo é constitucional, mas apenas concedeu a ele uma interpretação conforme à Constituição, com o objetivo de declarar que a "renúncia" mencionada no dispositivo deve ser interpretada apenas como uma opção do colaborador de não permanecer em silêncio naquele caso concreto, mas não como uma forma de esgotamento desse direito. Veja um trecho da decisão: "Apesar da consagração do direito ao silêncio (art. 5º, LIV e LXIII, da CF/88), não existirá inconstitucionalidade no fato da legislação ordinária prever a concessão de um benefício legal que proporcionará ao acusado melhora na sua situação penal (atenuantes genéricas, causas de diminuição de pena, concessão de perdão judicial) em contrapartida da sua colaboração voluntária. Caberá ao próprio indivíduo decidir, livremente e na presença da sua defesa técnica, se colabora (ou não) com os órgãos responsáveis pela persecução penal. Os benefícios legais oriundos da colaboração premiada servem como estímulo para o acusado fazer uso do exercício de não mais permanecer em silêncio". Portanto, o dispositivo em questão é constitucional, o que torna a alternativa incorreta.

QUESTÃO 14. Sobre as Ciências Criminais, é correto afirmar que

a) o Direito Penal é uma ciência zetética, indutiva, empírica e interdisciplinar.

b) a Medicina Legal e a Criminologia confundem-se, por serem responsáveis pela aplicação de conhecimentos científicos na elucidação de crimes.

c) a Criminologia emprega conhecimentos da Medicina para o esclarecimento de fatos de interesse da justiça.

d) a Política Criminal dedica-se a elucidar os crimes, procurando vestígios, provas, realizando perícias.

e) a Criminologia tem por uma de suas funções a compreensão da etiologia do crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos conceitos das ciências criminais.

A alternativa A está incorreta. Direito Penal. O Direito Penal é parte do Direito que se ocupa das normas de comportamento que impõem sanções (penas) a determinadas condutas consideradas crimes. Ele é normativo e dogmático, não empírico. Ou seja, o Direito Penal estabelece o que é crime e as penas aplicáveis, seguindo uma lógica mais dedutiva (do geral para o específico) baseada em leis e princípios, ao contrário do descrito na alternativa.

A alternativa B está incorreta. Medicina Legal e Criminologia. Embora ambas contribuam para a elucidação de crimes, elas têm focos diferentes. A Medicina Legal utiliza conhecimentos médicos para fins jurídicos, como determinar a causa de uma morte, enquanto a Criminologia estuda o crime de uma perspectiva mais ampla, incluindo suas causas, consequências e formas de prevenção. Elas não se confundem, mas podem se complementar.

A alternativa C está incorreta. Criminologia e Medicina: A Criminologia, de fato, pode empregar conhecimentos de diversas áreas, incluindo a Medicina, mas seu escopo não se limita ao esclarecimento de fatos de interesse da justiça. Seu objetivo é mais amplo, buscando compreender e analisar o fenômeno criminal em sua totalidade.

A alternativa D está incorreta. Política Criminal. A Política Criminal diz respeito ao conjunto de diretrizes que orientam o combate ao crime, incluindo a prevenção do crime e a definição de penas. Seu foco não é a elucidação de crimes específicos através da busca por vestígios ou provas, mas sim o estabelecimento de estratégias e políticas públicas para a gestão da criminalidade e do sistema penal como um todo.

A alternativa E está correta. Etiologia do crime. A Criminologia é uma ciência que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social. Uma de suas principais funções é entender a etiologia (causas) do crime, buscando compreender os fatores biológicos, psicológicos, sociais e econômicos que contribuem para a ocorrência do crime. Dessa forma, ela se propõe a analisar não apenas o ato criminoso em si mas também os diversos fatores que levam à sua realização.

QUESTÃO 15. Sabe-se que há, atualmente, quatro grandes modelos teóricos da Criminologia. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

a) Duas das características do Modelo do Enfoque Dinâmico são: o determinismo radical e a preocupação com a dogmática legal.

b) No Modelo Positivista, o crime é fruto de uma decisão livre e consciente do delinquente, impulsionada pela oportunidade e pelo resultado.

c) O Modelo Positivista também é conhecido como Criminologia do Desenvolvimento.

d) São dois exemplos do Modelo da Reação Social a Teoria do Etiquetamento e a Criminologia Crítica.

e) No Modelo Clássico e Neoclássico da Opção Racional, o crime é fruto da Etiologia Criminal, cujos fatores biológicos, psicológicos e sociológicos são predominantes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema modelos teóricos da Criminologia.

A alternativa A está incorreta. Modelo do Enfoque Dinâmico: Não é caracterizado pelo determinismo radical nem pela preocupação com a dogmática legal. Esses aspectos não definem o enfoque dinâmico, que mais adequadamente se relacionaria a uma visão que considera as mudanças e processos sociais em sua abordagem sobre o crime.

A alternativa B está incorreta. Modelo Positivista: Contrário ao afirmado, o Modelo Positivista não vê o crime como resultado de uma decisão livre e consciente do delinquente. Pelo contrário, ele enfatiza fatores biológicos, psicológicos e sociais como determinantes do comportamento criminoso, afastando-se da ideia de livre arbítrio.

A alternativa C está incorreta. Modelo Positivista e Criminologia do Desenvolvimento: O Modelo Positivista é distinto e não é conhecido como Criminologia do Desenvolvimento. A Criminologia do Desenvolvimento envolve o estudo de como os fatores de risco e proteção afetam o desenvolvimento individual ao longo do tempo e não é sinônimo do Positivismo.

A alternativa D está correta. O Modelo da Reação Social, também conhecido como interacionismo simbólico, foca na forma como as reações sociais contribuem para a definição de comportamentos como criminosos e na maneira como essas definições afetam os indivíduos. Dentro deste modelo, tanto a Teoria do Etiquetamento (Labeling Theory) quanto a Criminologia Crítica são relevantes. Teoria do Etiquetamento: Propõe que a criminalidade é uma consequência da reação da sociedade ao indivíduo, ou seja, indivíduos são "etiquetados" como criminosos, levando a uma profecia autorrealizável. Criminologia Crítica: Busca entender as relações de poder dentro da sociedade e como elas influenciam o conceito de crime, destacando a ideia de que o que é considerado crime é frequentemente determinado pelas estruturas de poder vigentes.

A alternativa E está incorreta. Modelo Clássico e Neoclássico da Opção Racional: Este modelo, de fato, considera o crime como resultado de uma escolha racional do indivíduo, avaliando custos e benefícios. No entanto, é incorreto associar este modelo à Etiologia Criminal com predominância de fatores biológicos, psicológicos e sociológicos. Pelo contrário, o Modelo Clássico e Neoclássico enfatiza a capacidade do indivíduo de escolher cometer um crime com base em racionalidade, ao invés de ser impulsionado por tais fatores. Trata-se do livre arbítrio.

QUESTÃO 16. Dentro do tema Vitimização, denomina-se

a) revitimização, quando a vítima, por ser familiar de outra vítima, acaba sofrendo, junto a esta, as consequências do crime.

b) sobrevitimização, quando a vítima sobrevive ao crime contra ela praticado.

c) heterovitimização, quando ocorre a autorrecriminação da vítima, pela ocorrência do delito.

d) vitimização indireta, quando a vítima sofre a falta de amparo de sua família e de seu círculo de amigos.

e) vitimização primária, quando a vítima sofre a falta de amparo das instâncias formais de controle social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema vitimização.

A alternativa A está incorreta. "Revitimização" refere-se ao dano adicional sofrido por vítimas devido à maneira como as instituições formais de controle social, como delegacias e o Ministério Público, lidam com seus casos. Este conceito engloba as adversidades e o sofrimento amplificados pela intervenção do sistema legal, destacando como procedimentos e tratamentos inadequados por parte dessas entidades podem intensificar o trauma da vítima.

A alternativa B está incorreta. “Sobrevitimização” é sinônimo de "Revitimização". Referem-se ao fenômeno de uma vítima sofrer múltiplas instâncias de vitimização, seja por crimes distintos ou pela interação prejudicial com o sistema de justiça. Ambos destacam a vulnerabilidade contínua da vítima, abordando como experiências repetidas exacerbam o trauma e dificultam a recuperação.

A alternativa C está correta. A “Heterovitimização” descreve o processo pelo qual a vítima se culpa pelo crime sofrido, questionando suas próprias ações que, aos seus olhos, poderiam tê-la tornado suscetível ao delito. Isso inclui situações como não trancar o carro ou assinar um cheque em branco, levando-a a assumir uma parcela de responsabilidade pelo ocorrido.

A alternativa D está incorreta. A “Vitimização Indireta” acontece quando indivíduos ligados por laços afetivos ou de parentesco até o terceiro grau à vítima direta — incluindo aqueles que convivem com ela, estão sob seus cuidados ou dela dependem financeiramente — são afetados emocional ou materialmente em situações de morte, desaparecimento decorrente de crime, ato infracional ou catástrofe.

A alternativa E está incorreta. “Vitimização Primária” refere-se ao dano ou trauma direto sofrido por indivíduos como resultado direto de um crime ou ato violento. “Vitimização Secundária” ocorre quando a resposta do sistema de justiça, sociedade ou mídia ao crime aumenta o sofrimento da vítima, por meio de estigmatização, descrença ou tratamento insensível.

QUESTÃO 17. Rebeca e Renato são casados há oito anos e não conseguem ter filho, razão pela qual decidiram realizar fertilização in vitro. No procedimento foram obtidos cinco embriões, mas apenas três foram implantados. Passados três anos, a clínica X, local onde os dois embriões encontram-se congelados, entrou em contato com Rebeca e Renato informando que as células-tronco embrionárias seriam vendidas, como objeto de estudo, para uma faculdade de medicina. Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a clínica X

a) poderá doar, três anos após o congelamento, e com consentimento de Rebeca e Renato.

b) poderá vender as células-tronco embrionárias para a faculdade, uma vez que estas serão objeto de estudo.

c) poderá doar, passados cinco anos do congelamento, e desde que os embriões sejam inviáveis.

d) não poderá nem vender nem doar, mas apenas utilizar para pesquisas.

e) poderá doar apenas se os embriões forem inviáveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o conhecimento sobre o entendimento do STF em relação às pesquisas com células-tronco embrionárias. Para responder ao questionamento proposto é necessária a análise conjunta da ADI 3.510 e do artigo 5º da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005).

A alternativa A está correta. Por ocasião do julgamento da ADI 3.510, o Plenário do STF validou o artigo 5º da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005), que autoriza a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento. Dispõe o art. 5º da Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança) que: "Art. 5º É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições: I – sejam embriões inviáveis; ou II – sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento. § 1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores". Portanto, a clínica X poderá doar (não poderá vender, pois há vedação expressa no texto legal) os 2 (dois) embriões que se encontram congelados, desde que estejam congelados há 3 (três) anos ou mais e que haja consentimento dos genitores (Rebeca e Renato).

A alternativa B está incorreta. A clínica X não poderá vender as células-tronco embrionárias para a faculdade, tendo em vista que há vedação legal expressa da comercialização do referido material biológico. Nesse sentido, dispõe o §3º do art. 5º da Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança): "§ 3º É vedada a comercialização do material biológico a que se refere este artigo e sua prática implica o crime tipificado no art. 15 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997". Nesse contexto, cumpre destacar o disposto no art. 15 da Lei nº 9.434: "Art. 15. Comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano: Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa, de 200 a 360 dias-multa. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem promove, intermedeia, facilita ou aufere qualquer vantagem com a transação".

A alternativa C está incorreta, pois a clínica X poderá doar, desde que transcorridos 3 (três) anos do congelamento, ou desde que os embriões sejam inviáveis.

A alternativa D está incorreta, pois a clínica X não poderá vender as células-tronco embrionárias para a faculdade, tendo em vista a vedação legal expressa no §3º do art. 5º da Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança): "§ 3º É vedada a comercialização do material biológico a que se refere este artigo e sua prática implica o crime tipificado no art. 15 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997". Por outro lado, a clínica poderá doar, três anos após o congelamento, e com consentimento de Rebeca e Renato.

A alternativa E está incorreta, pois a clínica X também poderá doar na hipótese de embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação da Lei, ou que, já congelados na data da publicação da, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento. De acordo com o art. 5º da Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança): "Art. 5º É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições: I – sejam embriões inviáveis; ou II – sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento. § 1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores".

QUESTÃO 18. Assinale a alternativa que apresenta uma situação hipotética na qual resta caracterizada a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica.

a) Ainda que diante da sua utilização com o propósito de lesar credores, a pessoa jurídica Alfa não pode invocar, a seu favor, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

b) A pessoa jurídica Gama, que repetidamente cumpre as obrigações do seu sócio, pode ser desconsiderada, desde que demonstrada a sua insolvência.

c) Bernardo, que se utiliza da pessoa jurídica Ômega com o propósito de lesar credores, pode ter o seu patrimônio pessoal atingido apenas se restar demonstrado que ele se beneficiou de forma direta do abuso praticado.

d) Abel, sócio de uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, transfere grande parte de seus ativos para a pessoa jurídica, sem separação de fato entre os patrimônios e sem a efetiva contraprestação.

e) A pessoa jurídica Beta encerra irregularmente as suas atividades.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta, pois, mesmo que diante da sua utilização com o propósito de lesar credores, a pessoa jurídica Alfa pode sim invocar, a seu favor, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Nesse sentido, o Enunciado 285 da IV Jornada de Direito Civil descreve que "A teoria da desconsideração, prevista no art. 50 do Código Civil, pode ser invocada pela pessoa jurídica em seu favor".

A alternativa B está incorreta, pois a insolvência não é pressuposto para a decretação da desconsideração da personalidade jurídica. A alternativa estaria correta se contivesse a seguinte afirmação: "A pessoa jurídica Gama, que repetidamente cumpre as obrigações do seu sócio, pode ser desconsiderada, ainda que não demonstrada a sua insolvência". De acordo com o STJ: "6. Nas causas em que a relação jurídica subjacente ao processo for cível-empresarial, a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica será regulada pelo art. 50 do Código Civil, nos casos de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial. 7. A inexistência ou não localização de bens da pessoa jurídica não é condição para a instauração do procedimento que objetiva a desconsideração, por não ser sequer requisito para aquela declaração, já que imprescindível a demonstração específica da prática objetiva de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial. 8. Recurso especial provido. (REsp n. 1.729.554/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 8/5/2018, DJe de 6/6/2018.)". Por fim, cumpre destacar que, o fato da pessoa jurídica Gama repetidamente cumprir as obrigações do seu sócio evidencia abuso da personalidade jurídica caracterizado pela confusão patrimonial, o que enseja a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do art. 50, caput e §2º, I, do Código Civil: "Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. (...) § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios,

caracterizada por: (...) I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa".

A alternativa C está incorreta, pois a desconsideração da personalidade jurídica não atinge apenas o sócio que se beneficiou de forma direta do abuso praticado. De acordo com o art. 50, caput, do Código Civil a desconsideração da personalidade jurídica alcança o patrimônio pessoal de sócios beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso: "Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso".

A alternativa D está correta, pois caracteriza uma hipótese de desconsideração da personalidade jurídica. No caso narrado, há abuso da personalidade jurídica caracterizado pela confusão patrimonial, pois Abel, na qualidade de sócio, transferiu grande parte de seus ativos para a pessoa jurídica, sem separação de fato entre os patrimônios e sem a efetiva contraprestação. De acordo com o art. 50, caput e §2º, II, do Código Civil: "Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. (...) § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: (...) II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante".

A alternativa E está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ, "a presença de indícios de encerramento irregular da sociedade somada à inexistência de bens suficientes para pagamento do crédito exequendo não constitui motivo bastante para a desconsideração da personalidade jurídica, sendo necessária a comprovação do abuso da personalidade jurídica. (AgInt no AREsp n. 2.205.498/DF, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 28/11/2022, DJe de 30/11/2022.)".

QUESTÃO 19. Assinale a alternativa que descreve corretamente a diferenciação entre a cláusula penal e as arras.

a) A cláusula penal é livremente pactuada pelas partes, ao passo que as arras podem ser reduzidas pelo juiz.

b) A exigibilidade da cláusula penal dependerá da alegação de prejuízo, e a exigibilidade das arras depende apenas da prova da ocorrência do inadimplemento da obrigação.

c) Na obrigação com cláusula penal, o devedor não poderá ofertar a pena em resgate da obrigação principal, nas arras, libera-se o devedor com a entrega do objeto principal, permitindo-se-lhe a substituição por outro no ato do pagamento.

d) A cláusula penal beneficia o devedor, e as arras, o credor.

e) A cláusula penal é exigível em caso de inadimplemento ou mora, e as arras são pagas por antecipação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre a cláusula penal e as arras.

A alternativa A está incorreta. O Código Civil prevê que apenas a cláusula penal será reduzida equitativamente pelo juiz em determinadas hipóteses. Assim, não há previsão legal de redução judicial das arras. De acordo com o art. 413 do diploma civilista: "Art. 413. A penalidade deve ser reduzida eqüitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio".

A alternativa B está incorreta. A exigibilidade da cláusula penal não depende da alegação de prejuízo, nos termos do art. 416 do Código Civil que: "Art. 416. Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo". Além disso, a parte final da alternativa está incorreta, pois a exigibilidade das arras não ocorre apenas diante do inadimplemento da obrigação. Nesse contexto, o art. 417 do Código Civil prevê as arras confirmatórias, que atuam como modo de garantia e reforço da execução de um futuro contrato e princípio de pagamento, sem que se admita o arrependimento: "Art. 417. Se, por ocasião da conclusão do contrato, uma parte der à outra, a título de arras, dinheiro ou outro bem móvel, deverão as arras, em caso de execução, ser restituídas ou computadas na prestação devida, se do mesmo gênero da principal".

A alternativa C está incorreta, pois é possível, em caso de inadimplemento total, que na obrigação com cláusula penal, o devedor oferte a pena em resgate da obrigação principal. De acordo com o art. 410 do Código Civil: "Art. 410. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor". A segunda parte da alternativa também está incorreta, pois não há substituição do objeto principal por outro no ato do pagamento. Dispõe o art. 417 do Código Civil que: "Art. 417. Se, por ocasião da conclusão do contrato, uma parte der à outra, a título de arras, dinheiro ou outro bem móvel, deverão as arras, em caso de execução, ser restituídas ou computadas na prestação devida, se do mesmo gênero da principal".

A alternativa D está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ: "A cláusula penal inserta em contratos bilaterais, onerosos e comutativos deve voltar-se aos contratantes indistintamente, ainda que redigida apenas em favor de uma das partes. (REsp 1536354/DF, 3.ª Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 07.06.2016, DJe 20.06.2016)". Além disso, a segunda parte da alternativa também está incorreta, de acordo com o art. 418 do Código Civil, se o contrato em que se adiantaram as arras não for objeto de cumprimento, poderá a parte inocente agir de duas formas, conforme a sua posição no negócio jurídico: "Art. 418. Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as; se a inexecução for de quem recebeu as arras, poderá quem as deu haver o contrato por desfeito, e exigir sua devolução mais o equivalente, com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado".

A alternativa E está correta, nos termos dos arts. 408 e 417 do Código Civil: "Art. 408. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora. Art. 417. Se, por ocasião da conclusão do contrato, uma parte der à outra, a título de arras, dinheiro ou outro bem móvel, deverão as arras, em caso de execução, ser restituídas ou computadas na prestação devida, se do mesmo gênero da principal".

QUESTÃO 20. Martha está procurando um imóvel para comprar e encontra um anúncio de Pedro, na internet, que lhe interessa. Martha entra em contato com o vendedor, combinam data e horário para avaliação presencial do bem, negocia valores e decide comprar o imóvel de Pedro pelo valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mediante empréstimo do Banco X. Cinco meses depois, Martha recebe uma notificação judicial com o inteiro teor de uma decisão judicial determinando a devolução do imóvel para Cleusa, a verdadeira dona do imóvel. Diante da situação hipotética, Martha terá direito de

a) obter o valor das benfeitorias necessárias ou úteis realizadas após a propositura da ação reivindicatória.

b) cobrar o valor de Pedro, no prazo prescricional de 2 anos, contados da propositura da ação de evicção.

c) receber a restituição integral do preço que pagou, além dos valores relativos aos prejuízos decorrentes dos juros adquiridos no empréstimo tomado para pagar o valor do imóvel.

d) reclamar apenas a restituição integral do valor de R$ 300.000,00 com atualização monetária e honorários advocatícios.

e) demandar pela evicção, movendo ação contra Pedro, ainda que ela soubesse do risco e no contrato houvesse cláusula de exclusão da responsabilidade pela evicção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre o instituto da evicção, previsto nos arts. 447 a 457 do Código Civil.

A alternativa A está incorreta, pois Martha terá direito de obter o valor das benfeitorias necessárias ou úteis realizadas antes da propositura da ação reivindicatória. Nos termos do art. 453 do Código Civil: "Art. 453. As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante". De acordo com Cristiano Chaves, "relativamente às benfeitorias, o alcance da restituição será regido pelas normas que disciplinam os efeitos da posse (arts. 1.219 a 1.222 do Código Civil)". Dessa forma, considerando que Martha estava de boa fé, serão indenizadas as benfeitorias necessárias e úteis, nos termos do art. 1.219 do Código Civil: "Art. 1.219. O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis".

A alternativa B está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ, o prazo prescricional para ressarcimento por evicção é de três anos. Segue trecho da ementa: "4. Independentemente do seu nomen juris, a natureza da pretensão deduzida em ação baseada na garantia da evicção é tipicamente de reparação civil decorrente de inadimplemento contratual, a qual se submete ao prazo prescricional de três anos, previsto no art. 206, § 3º, V, do CC/02. 5. Reconhecida a evicção, exsurge, nos termos dos arts. 447 e seguintes do CC/02, o dever de indenizar, ainda que o adquirente não tenha exercido a posse do bem, já que teve frustrada pelo alienante sua legítima expectativa de obter a transmissão plena do

direito. 6. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao valor fixado para honorários advocatícios, exige o reexame de fatos e provas, vedado em recurso especial pela Súmula 7 do STJ. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. (REsp n. 1.577.229/MG, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 8/11/2016, DJe de 14/11/2016.)".

A alternativa C está correta, nos termos do art. 450 do Código Civil: "Art. 450. Salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou: I - à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir; II - à indenização pelas despesas dos contratos e pelos prejuízos que diretamente resultarem da evicção; III - às custas judiciais e aos honorários do advogado por ele constituído".

A alternativa D está incorreta, pois Martha tem direito a receber a restituição integral do preço que pagou, além dos valores relativos aos prejuízos decorrentes dos juros adquiridos no empréstimo tomado para pagar o valor do imóvel. De acordo com o art. 450 do Código Civil: "Art. 450. Salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou: I - à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir; II - à indenização pelas despesas dos contratos e pelos prejuízos que diretamente resultarem da evicção; III - às custas judiciais e aos honorários do advogado por ele constituído".

A alternativa E está incorreta, pois, mesmo diante da cláusula que exclui a garantia contra a evicção, Martha teria direito a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção. De acordo com o art. 449 do Código Civil: "Art. 449. Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu".

QUESTÃO 21. Acerca da classificação da posse, assinale a alternativa correta.

a) Os atos de mera permissão e tolerância tornam a posse justa.

b) A posse direta, em regra, é temporária, pois se extingue ao fim do tempo que a determina.

c) A posse injusta é aquela praticada com má-fé.

d) Considera-se de boa-fé a posse pública, pacífica, não precária e que observa sua função social e os deveres com o meio ambiente.

e) Há presunção juris et de jure de posse de boa-fé quando o possuidor da coisa é portador do chamado justo título.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre a classificação da posse.

A alternativa A está incorreta, pois os atos de mera permissão e tolerância não induzem posse, nos termos do art. 1.208 do Código Civil: "Art. 1.208. Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade".

A alternativa B está correta, nos termos do art. 1.197 do Código Civil: "Art. 1.197. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto". Além disso, conforme Cristiano Chaves: "A posse direta é marcada pela temporariedade, pois o desdobramento da posse baseia-se em relação transitória de transferência de poderes dominais. De fato, em algum momento, a relação jurídica real ou obrigacional que deu margem ao desdobramento atingirá seu termo final, e a posse íntegra volverá ao proprietário".

A alternativa C está incorreta. A injustiça da posse é excepcional e o art. 1.200 do Código Civil deve ser interpretado restritivamente: "Art. 1.200. É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária". Nas lições de Cristiano Chaves, "Posse injusta é a que se instala no mundo fático por modo proibido e vicioso, ou então, mesmo iniciada de forma pacífica e pública, se converte em viciosa em momento posterior".

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 1.201, caput, do Código Civil: "Art. 1.201. É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa".

A alternativa E está incorreta, pois há presunção relativa (presunção juris tantum), que admite prova em sentido contrário, na posse de boa-fé quando o possuidor da coisa é portador do chamado justo título. Cumpre destacar que não há presunção absoluta (presunção juris et de jure) nessa hipótese. De acordo com o art. 1.201, parágrafo único, do Código Civil: "Parágrafo único. O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa-fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção".

QUESTÃO 22. Ubirajara, indígena integrado, ocupou como próprio, por cinco anos, trecho de terra equivalente a cinquenta hectares. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Ubirajara

a) não poderá usucapir as terras, uma vez que, para obter o benefício da usucapião indígena, é necessário o prazo mínimo de dez anos e que o trecho seja inferior a cinquenta hectares.

b) poderá usucapir, desde que as terras não sejam do domínio da União e não estejam ocupadas por grupos tribais.

c) poderá usucapir as terras, se comprovar que as utilizou para subsistência própria ou do grupo tribal.

d) não poderá usucapir as terras, uma vez que, para obter o benefício da usucapião especial indígena, é necessário que ele seja um indígena não integrado.

e) poderá usucapir as terras, se não for proprietário de outro imóvel.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conhecimento sobre a modalidade de usucapião especial indígena, prevista no art. 33 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio).

A alternativa A está correta. No caso hipotético narrado, Ubirajara não preencheu os requisitos legais da usucapião especial indígena, razão pela qual não poderá usucapir as terras. De acordo com o art. 33 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio): "Art. 33. O índio, integrado ou não, que ocupe como próprio, por dez anos consecutivos, trecho de terra inferior a cinqüenta hectares, adquirir-lhe-á a propriedade plena". Observe que, de acordo com o enunciado, Ubirajara ocupou as terras pelo lapso temporal de 5 (cinco) anos, além disso o trecho de terra equivale a cinquenta hectares. Assim, é possível concluir que Ubirajara não cumpriu os requisitos legais para a obtenção do benefício.

A alternativa B está incorreta, pois Ubirajara não poderá usucapir as terras, tendo em vista que não preencheu os requisitos legais da usucapião especial indígena. Sobre o tema, cumpre destacar que o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio) preconiza que: "Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às terras do domínio da União, ocupadas por grupos tribais, às áreas reservadas de que trata esta Lei, nem às terras de propriedade coletiva de grupo tribal".

A alternativa C está incorreta, pois Ubirajara não poderá usucapir as terras, tendo em vista que não preencheu os requisitos legais da usucapião especial indígena.

A alternativa D está incorreta. A primeira parte da alternativa está correta, pois, de fato, Ubirajara não poderá usucapir as terras. Porém a justificativa é diferente do que foi apresentado na alternativa. Cumpre destacar que a usucapião especial é facultada tanto ao índio integrado como ao índio isolado – que não possui contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, desde que preenchidos os requisitos do art. 33 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio): "Art. 33. O índio, integrado ou não, que ocupe como próprio, por dez anos consecutivos, trecho de terra inferior a cinqüenta hectares, adquirir-lhe-á a propriedade plena".

A alternativa E está incorreta, pois Ubirajara não poderá usucapir as terras, tendo em vista que não preencheu os requisitos legais da usucapião especial indígena.

QUESTÃO 23. Júlia e Flávia, em regime de condomínio, são multiproprietárias de um imóvel na cidade de Alto Paraíso, do qual cada uma delas é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida por elas de forma alternada. Júlia foi transferida em seu emprego para Fortaleza, razão pela qual decidiu vender a sua fração de tempo à sua prima, Ana. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) É necessária a cientificação de Flávia para que Júlia possa vender a sua fração de tempo.

b) Caso Júlia decida vender para Flávia, a multipropriedade se extinguirá automaticamente, considerando ser ela a proprietária de todas as frações de tempo.

c) Júlia será subsidiariamente responsável pelas obrigações condominiais caso Ana não obtenha a declaração de inexistência de débitos referente à fração de tempo no momento de sua aquisição.

d) Não é necessária a anuência de Flávia para que ocorra a venda para Ana.

e) Flávia tem direito de preferência, que deverá ser exercido no prazo de 30 dias, sobre a venda de fração de tempo por Júlia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre o instituto da multipropriedade.

A alternativa A está incorreta, pois o Código Civil não exige que Flávia seja cientificada para que Júlia possa vender a sua fração de tempo. De acordo com o art. 1.358-L, caput, do Código Civil: "Art. 1.358-L. A transferência do direito de multipropriedade e a sua produção de efeitos perante terceiros dar-se-ão na forma da lei civil e não dependerão da anuência ou cientificação dos demais multiproprietários".

A alternativa B está incorreta, pois a multipropriedade não se extinguirá automaticamente na hipótese de Flávia se tornar a única proprietária de todas as frações de tempo. Nos termos do art. 1.358-C, parágrafo único, do Código Civil: "Art. 1.358-C. Parágrafo único. A multipropriedade não se extinguirá automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário".

A alternativa C está incorreta, pois, nessa hipótese, a responsabilidade de Júlia será solidária. O art. 1.358-J, inciso I, do Código Civil afirma que são obrigações do multiproprietário: "I - pagar a contribuição condominial do condomínio em multipropriedade e, quando for o caso, do condomínio edilício, ainda que renuncie ao uso e gozo, total ou parcial, do imóvel, das áreas comuns ou das respectivas instalações, equipamentos e mobiliário". Especificamente na hipótese de transferência da multipropriedade, o art. 1.358-L, §2º, do Código Civil dispõe que: "§ 2º O adquirente será solidariamente responsável com o alienante pelas obrigações de que trata o § 5º do art. 1.358-J deste Código caso não obtenha a declaração de inexistência de débitos referente à fração de tempo no momento de sua aquisição". Portanto, Júlia (alienante) e Ana (adquirente) serão solidariamente responsáveis pelas obrigações condominiais caso Ana não obtenha a declaração de inexistência de débitos referente à fração de tempo no momento de sua aquisição.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 1.358-L, caput, do Código Civil: "Art. 1.358-L. A transferência do direito de multipropriedade e a sua produção de efeitos perante terceiros dar-se-ão na forma da lei civil e não dependerão da anuência ou cientificação dos demais multiproprietários".

A alternativa E está incorreta, pois Flávia não tem direito de preferência sobre a venda de fração de tempo por Júlia. Nos termos do art. 1.358-L, §1º, do Código Civil: "§ 1º Não haverá direito de preferência na alienação de fração de tempo, salvo se estabelecido no instrumento de instituição ou na convenção do condomínio em multipropriedade em favor dos demais multiproprietários ou do instituidor do condomínio em multipropriedade".

QUESTÃO 24. Acerca do processo de habilitação para o casamento, assinale a alternativa correta.

a) O requerimento de habilitação para o casamento é ato personalíssimo e deverá ser firmado por ambos os nubentes, de próprio punho ou mediante processo mecânico.

b) A habilitação será feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil, com a audiência do Ministério Público.

c) É dever do membro do Ministério Público esclarecer os nubentes a respeito dos fatos que podem ocasionar a invalidade do casamento, bem como sobre os diversos regimes de bens.

d) A eficácia da habilitação será de sessenta dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.

e) O oficial do registro dará aos nubentes ou a seus representantes nota da oposição, indicando os fundamentos e as provas, devendo ser preservado o sigilo do nome de quem a ofereceu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o conhecimento sobre as regras do processo de habilitação para o casamento, previstas nos arts. 1.525 a 1.532 do Código Civil.

A alternativa A está incorreta, pois o requerimento de habilitação para o casamento não é ato personalíssimo. De acordo com o Código Civil, o requerimento pode ser realizado pessoalmente pelos noivos ou mediante procurador constituído por escritura pública com poderes especiais para tanto. Nos termos do art. 1.525, caput, do Código Civil: "Art. 1.525. O requerimento de habilitação para o casamento será firmado por ambos os nubentes, de próprio punho, ou, a seu pedido, por procurador, e deve ser instruído com os seguintes documentos".

A alternativa B está correta, pois o Código Civil exige a intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica no procedimento de habilitação para o casamento, apesar de sua natureza jurídica de procedimento administrativo. De acordo com o art. 1.526 do Código Civil: "Art. 1.526. A habilitação será feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil, com a audiência do Ministério Público. Parágrafo único. Caso haja impugnação do oficial, do Ministério Público ou de terceiro, a habilitação será submetida ao juiz".

A alternativa C está incorreta, pois trata-se de dever conferido ao Oficial do Cartório do Registro Civil, nos termos do art. 1.528 do Código Civil: "Art. 1.528. É dever do oficial do registro esclarecer os nubentes a respeito dos fatos que podem ocasionar a invalidade do casamento, bem como sobre os diversos regimes de bens".

A alternativa D está incorreta. Após cumpridas as formalidades legais e verificada a inexistência de fato obstativo, o oficial do registro extrairá o certificado de habilitação, momento no qual se inicia o prazo decadencial de 90 (noventa) dias para a celebração do matrimônio, conforme os arts. 1.531 e 1.532 do Código Civil: "Art. 1.531. Cumpridas as formalidades dos arts. 1.526 e 1.527 e verificada a inexistência de fato obstativo, o oficial do registro extrairá o certificado de habilitação. Art. 1.532. A eficácia da habilitação será de noventa dias, a contar da data em que foi extraído o certificado".

A alternativa E está incorreta, pois não há sigilo em relação ao nome de quem ofereceu a oposição. De acordo com o art. 1.530 do Código Civil: "Art. 1.530. O oficial do registro dará aos nubentes ou a seus representantes nota da oposição, indicando os fundamentos, as provas e o nome de quem a ofereceu".

QUESTÃO 25. De acordo com a atual jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta acerca da filiação.

a) A filiação socioafetiva, para fins de herança, depende de registro civil.

b) A filiação socioafetiva não pode ser reconhecida extrajudicialmente, dependendo, portanto, de decisão judicial transitada em julgado.

c) Há direito de receber herança do pai biológico mesmo já tendo recebido herança do pai socioafetivo.

d) É permitida a retificação do documento civil para alterar o nome da mãe biológica para o nome da mãe afetiva, não sendo possível cumular os dois nomes.

e) Há hierarquia entre filiação biológica e afetiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento da jurisprudência dos tribunais superiores acerca da multiparentalidade.

A alternativa A está incorreta, pois a filiação socioafetiva, para fins de herança, não depende de registro civil. Para o STJ: "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp n. 1.622.330/RS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe de 2/2/2018.)".

A alternativa B está incorreta, pois é possível o reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva, independentemente de decisão judicial transitada em julgado. Nesse sentido, o Provimento nº 149/2023 do CNJ dispõe sobre o reconhecimento voluntário da paternidade e maternidade socioafetiva perante o oficial de registro civil das pessoas naturais.

A alternativa C está correta. Para o STJ: "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp n. 1.622.330/RS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe de 2/2/2018.)". Ademais, de acordo com o entendimento fixado pelo STF em sede de repercussão geral (Tema 622): "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não

impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios".

A alternativa D está incorreta, pois é possível o reconhecimento da multiparentalidade. O STF, em julgamento histórico de repercussão geral (RE 898.060/SC), reconheceu o valor jurídico da afetividade para a constituição de vínculos de parentesco, admitindo, inclusive, a coexistência da paternidade socioafetiva com a biológica (multiparentalidade). De acordo com o entendimento fixado pelo STF em sede de repercussão geral (Tema 622): "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios".

A alternativa E está incorreta, pois não há hierarquia entre filiação biológica e afetiva, tendo em vista que é possível o reconhecimento concomitante dos vínculos socioafetivo e biológico. Para o STJ: "2. A possibilidade de cumulação da paternidade socioafetiva com a biológica contempla especialmente o princípio constitucional da igualdade dos filhos (art. 227, § 6º, da CF). Isso porque conferir "status" diferenciado entre o genitor biológico e o socioafetivo é, por consequência, conceber um tratamento desigual entre os filhos. 4. Recurso especial provido para reconhecer a equivalência de tratamento e dos efeitos jurídicos entre as paternidades biológica e socioafetiva na hipótese de multiparentalidade. (REsp n. 1.487.596/MG, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 28/9/2021, DJe de 1/10/2021.)". Além disso, de acordo com o entendimento fixado pelo STF em sede de repercussão geral (Tema 622): "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios".

QUESTÃO 26. Matheus, filho de um milionário, aos dezesseis anos, decide escrever, de próprio punho, seu testamento. No testamento, escrito em língua francesa, Matheus decide dispor da totalidade de seus bens. Passados cinco meses, mediante escrito particular seu, datado e assinado, Matheus decide fazer disposições especiais sobre o seu enterro. Além disso, decide alterar seu testamento, dispondo apenas de seus bens imóveis. Passados dois meses, decide novamente alterar seu testamento, dispondo novamente da totalidade de seus bens. Tanto a elaboração do testamento quanto suas retificações foram lidas e assinadas por Matheus na presença de três testemunhas, que o subscreveram. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O testamento não é válido, sendo necessária a maioridade para sua validade ou a participação do Ministério Público, enquanto menor.

b) O codicilo só é válido se não houver testamento; havendo testamento, as disposições de última vontade deverão nele ser incluídas.

c) O testamento pode ser escrito em língua estrangeira desde que as testemunhas a compreendam.

d) O testamento é ato personalíssimo, podendo ser alterado a qualquer tempo mediante manifestação favorável do Ministério Público.

e) Extingue-se em três anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo de sua abertura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre testamento.

A alternativa A está incorreta, pois é desnecessária a maioridade para a validade do testamento. De acordo com o art. 1.860, parágrafo único, do Código Civil: "Parágrafo único. Podem testar os maiores de dezesseis anos".

A alternativa B está incorreta, pois a existência de testamento, por si só, não torna o codicilo inválido. De acordo com o art. 1.882: "Art. 1.882. Os atos a que se refere o artigo antecedente, salvo direito de terceiro, valerão como codicilos, deixe ou não testamento o autor". Além disso, cumpre destacar que o codicilo somente será revogado por testamento na hipótese de testamento posterior, de qualquer natureza, que não confirmar ou modificar o codicilo. Assim dispõe o art. 1.884 do Código Civil: "Art. 1.884. Os atos previstos nos artigos antecedentes revogam-se por atos iguais, e consideram-se revogados, se, havendo testamento posterior, de qualquer natureza, este os não confirmar ou modificar".

A alternativa C está correta, nos termos do art. 1.880 do Código Civil: "Art. 1.880. O testamento particular pode ser escrito em língua estrangeira, contanto que as testemunhas a compreendam".

A alternativa D está incorreta, pois a alteração do testamento não depende de manifestação do Ministério Público. Nos termos do art. 1.858 do Código Civil: "Art. 1.858. O testamento é ato personalíssimo, podendo ser mudado a qualquer tempo".

A alternativa E está incorreta, pois o prazo é de 5 (cinco) anos, contados da data do registro do testamento. De acordo com o art. 1.859 do Código Civil: "Art. 1.859. Extingue-se em cinco anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro".

QUESTÃO 27. Nathália deu à luz o seu filho Adilson, em janeiro de 2024, na cidade de Porto Velho. Em razão de complicações no parto, seu marido, Pedro, compareceu ao Cartório de Registro Civil de Nascimento quarenta e cinco dias após o parto. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O nascimento deverá ser registrado dentro do prazo de quinze dias, que poderá ser ampliado em até três meses para os casos de necessidade, mediante requisição fundamentada.

b) Adilson poderá ser registrado a qualquer tempo, no entanto, considerando que o registro será realizado fora do prazo legal de quinze dias, Pedro deverá pagar multa equivalente a meio salário-mínimo.

c) O registro fora do prazo legal, como no caso narrado, dependerá de requerimento dos pais ou responsáveis, assinado por duas testemunhas.

d) O registro civil de nascimento de Adilson deve ser feito na localidade onde nasceu ou na de residência dos genitores.

e) O registro fora do prazo legal, como no caso narrado, pode ser feito em qualquer idade, de forma gratuita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre registro tardio de nascimento.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo de quinze dias somente será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório. Conforme dispõe o art. 50 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): "Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório".

A alternativa B está incorreta, pois o ordenamento jurídico não prevê multa como penalidade em decorrência do registro fora do prazo legal.

A alternativa C está incorreta. Depreende-se do enunciado que Adilson tem menos de 12 (doze) anos de idade, pois Pedro compareceu ao Cartório de Registro Civil de Nascimento 45 (quarenta e cinco) dias após o parto, razão pela qual aplica-se a norma que dispensa o requerimento dos pais ou responsáveis, bem como a assinatura de duas testemunhas para o registro tardio. De acordo com o art. 486 do Provimento Nº 149 de 30/08/2023 do CNJ: "Art. 486. Sendo o registrando menor de 12 anos de idade, ficará dispensado o requerimento escrito e o comparecimento das testemunhas mencionadas neste Capítulo se for apresentada pelo declarante a Declaração de Nascido Vivo (DNV) instituída pela Lei n. 12.662, de 5 de junho de 2012, devidamente preenchida por profissional da saúde ou parteira tradicional".

A alternativa D está incorreta, pois, em virtude do transcurso do prazo legal de 15 (quinze) dias, o registro civil de nascimento de Adilson deve ser feito no local de residência do interessado. De acordo com o art. 46 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): "Art. 46. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão registradas no lugar de residência do interessado".

A alternativa E está correta, pois o registro fora do prazo legal, como no caso narrado, pode ser feito em qualquer idade, de forma gratuita. Nesse contexto, o Provimento Nº 149 de 30/08/2023 do CNJ traz regramento específico em relação às pessoas com menos de 12 (anos) de idade e às pessoas que já tenham completado 12 anos de idade. Dispõe o art. 483 Provimento Nº 149 de 30/08/2023 do CNJ que: "Art. 483. Se a declaração de nascimento se referir à pessoa que já tenha completado 12 anos de idade, as duas testemunhas deverão assinar o requerimento na presença do oficial, ou de preposto expressamente autorizado, que examinará seus documentos pessoais e certificará a autenticidade de suas firmas, entrevistando-as, assim como entrevistará o registrando e, sendo o caso, seu representante legal, para verificar, ao menos". Além disso, de acordo com o art. 486 do Provimento Nº 149 de 30/08/2023 do CNJ: "Art. 486. Sendo o registrando menor de 12 anos de idade, ficará dispensado o requerimento escrito e o comparecimento das testemunhas mencionadas neste Capítulo se for apresentada pelo declarante a Declaração de Nascido Vivo (DNV) instituída pela Lei n. 12.662, de 5 de junho de 2012, devidamente preenchida por profissional da saúde ou parteira tradicional".

QUESTÃO 28. O promotor de justiça José foi acusado de receber propina de uma empresa de mineração situada no Município de Ariquemes em troca do arquivamento de uma investigação sobre a empresa. A denúncia foi feita por um funcionário da empresa, que teria testemunhado o pagamento da propina, apresentando inclusive documentos comprobatórios. Foi instaurado um processo administrativo disciplinar para apurar as acusações, foram ouvidas testemunhas e analisadas provas. Ao final do processo administrativo disciplinar, restou comprovado o recebimento da propina, que culminou na demissão de José. Passados quatro meses, ainda inconformado com a sua demissão, José requer ao Conselho Nacional do Ministério Público a revisão do seu processo administrativo disciplinar. O Conselho Nacional do Ministério Público manteve a pena de demissão. Ainda inconformado, José decide propor ação ordinária requerendo, judicialmente, a revisão da pena a ele imputada. De acordo com o atual entendimento dos Tribunais Superiores, a ação deverá ser proposta perante

a) uma das Varas Estaduais da Comarca de Ariquemes.

b) o Supremo Tribunal Federal.

c) uma das Varas Federais de Porto Velho.

d) o Superior Tribunal de Justiça.

e) o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da jurisprudência dos tribunais superiores para julgar ações em face do CNMP.

A alternativa A está incorreta. A competência para julgar ações contra decisões do CNMP não é da justiça estadual, mas sim do STF.

A alternativa B está correta. O art. 102, I, "r", da Constituição Federal estabelece a competência exclusiva do STF para processar e julgar originariamente todas as ações contra atos do CNMP proferidos no exercício de suas funções institucionais. Esta disposição não diferencia o tipo de ação (ordinária, mandado de segurança, etc.), conferindo ao STF uma ampla competência para assegurar a autonomia e a independência do CNMP em suas funções constitucionais. Decisões como Pet 4770 AgR/DF e Rcl 33459 AgR/PE reforçam essa interpretação, enfatizando que o STF tem jurisdição para julgar ações que questionam atos do CNMP, resguardando a função institucional desse órgão.

A alternativa C está incorreta. A competência para julgar atos do CNMP está exclusivamente atribuída ao STF, conforme art. 102, I, "r", da CF/88.

A alternativa D está incorreta. O STJ tem competências bem definidas pela Constituição, mas o julgamento de ações contra o CNMP não está entre elas. Essa atribuição é exclusiva do STF.

A alternativa E está incorreta. O TJRO é parte do judiciário estadual, o qual não tem competência para julgar ações contra o CNMP, uma entidade de abrangência nacional cuja revisão de atos compete ao STF.

QUESTÃO 29. Inês propôs ação de indenização por danos materiais em face de Rodrigo que, devidamente citado, apresentou contestação. Produzidas as provas, a ação foi julgada procedente, condenando Rodrigo ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Buscando protelar o pagamento e prejudicar Inês, Rodrigo decide opor embargos de declaração, mesmo sabendo que a sentença não possui erro material e nem está viciada por omissão, contradição ou obscuridade.

A respeito do caso, assinale a alternativa correta

a) Não é possível a condenação de multa por litigância de má-fé, uma vez que os embargos de declaração protelatórios já possuem multa própria, sob pena de configuração de bis in idem.

b) O juiz deverá condenar Rodrigo ao pagamento de multa fixada em até dez vezes o valor do salário mínimo.

c) O valor da indenização será arbitrado pelo juiz e liquidado em autos apartados.

d) Além da multa estipulada pelo juiz, Rodrigo deverá indenizar Inês pelos prejuízos que ela sofreu e arcar com os honorários advocatícios dela e com todas as despesas que ela efetuou.

e) A condenação por litigância de má-fé depende de requerimento de Inês, mediante simples petição, nos próprios autos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos temas litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da justiça.

A alternativa A está incorreta. O CPC permite a condenação em multa por litigância de má-fé, além da multa específica para os embargos de declaração protelatórios. A aplicação de uma multa por má-fé não se confunde com a multa por embargos declaratórios protelatórios (artigo 1.026, §2º, do CPC), não configurando bis in idem, pois se referem a penalidades por motivações distintas.

A alternativa B está incorreta. A fixação de multa pelo juiz devido à litigância de má-fé não é limitada a um valor máximo de dez vezes o salário mínimo, segundo o CPC. O valor da multa é arbitrado de acordo com a discricionariedade do juiz, considerando o prejuízo causado à parte adversa e o caráter pedagógico da penalidade. Conforme o artigo 81 e o seu parágrafo 2º do CPC, a multa deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa. Entretanto, quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 vezes o salário mínimo e não em 10 vezes como afirma a alternativa.

A alternativa C está incorreta. A liquidação de indenização por danos materiais ou morais decorrentes de litigância de má-fé pode ser feita no mesmo processo, não sendo necessário que ocorra em autos

apartados. O CPC prevê a possibilidade de o juiz determinar o valor da reparação dentro do próprio processo em que se configurou a má-fé, conforme parágrafo 3º do artigo 81.

A alternativa D está correta. Segundo o artigo 81 do CPC, a litigância de má-fé inclui a condenação ao pagamento de multa, honorários advocatícios e outras despesas processuais causadas pela conduta indevida. Além disso, o artigo 80, incisos VI e VII, do CPC, define como atos de má-fé, entre outros, interpor recurso com intuito manifestamente protelatório e usar o processo para conseguir objetivo ilegal, como prejudicar a parte contrária.

A alternativa E está incorreta. A condenação por litigância de má-fé pode ser decretada de ofício pelo juiz, não dependendo necessariamente de requerimento da parte interessada (artigo 81 do CPC). Embora a parte possa alegar e requerer a aplicação de penalidades por litigância de má-fé, o juiz tem autonomia para identificar e sancionar tal conduta independentemente de provocação.

QUESTÃO 30. Contra decisão que indefere o ingresso de terceiro na qualidade de amicus curiae em recurso especial representativo de controvérsia

a) não cabe recurso.

b) cabe agravo interno.

c) cabe agravo em recurso especial.

d) cabe recurso ordinário.

e) cabe recurso extraordinário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema amicus curiae.

A alternativa A está correta. Segundo o artigo 138 do CPC, o amicus curiae pode ser admitido no processo em qualquer momento processual, mas a decisão que admite ou não a sua participação é discricionária, ou seja, depende da análise do juízo responsável pelo caso. O CPC prevê expressamente no artigo que a decisão é irrecorrível.

Além disso, para o STF, a decisão do Relator que ADMITE ou INADMITE o ingresso do amicus curiae é irrecorrível. STF. Plenário. RE 602584 AgR, Rel. para acórdão Min. Luiz Fux, julgado em 17/10/2018.

Por ser irrecorrível a decisão, as demais hipóteses indicadas nas alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 31. Aquele que se sentiu lesado pela atuação do Ministério Público

a) em caso de dolo ou fraude não poderá acionar o agente causador, devendo acionar o Estado, que responde de forma objetiva, sem a possibilidade da propositura da ação de regresso.

b) em caso de fraude deverá acionar o agente causador, que será solidariamente responsável.

c) em caso de dolo deverá acionar diretamente o agente causador do dano, buscando a indenização, que não poderá ultrapassar o valor de um salário mínimo vigente no país.

d) em caso de atraso na devolução do processo físico em carga, o membro do Ministério Público responsável pelo ato poderá receber multa correspondente à metade do salário mínimo vigente no país.

e) em caso de não cumprimento, com exatidão, das decisões jurisdicionais de natureza provisória poderá pleitear a aplicação de multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, ao responsável pelo não cumprimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema responsabilidade civil dos membros do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. Esta opção falha ao considerar a possibilidade de ação exclusivamente contra o Estado sem mencionar a ação regressiva. A legislação, especificamente o Artigo 181 do Código de Processo Civil (CPC) e o § 6º do Artigo 37 da Constituição Federal, estabelece a responsabilidade civil e regressiva dos membros do Ministério Público por atos realizados com dolo ou fraude. Essa estrutura de responsabilização segue a Teoria da Dupla Garantia, onde inicialmente o Estado é acionado e, após sua condenação, tem o direito de regresso contra o membro do MP responsável pelo ato lesivo.

A alternativa B está incorreta. O erro desta alternativa reside na afirmação de responsabilidade solidária do membro do Ministério Público. Na realidade, a responsabilidade é subsidiária, indicando que a ação inicial é contra o Estado, não permitindo uma responsabilização direta e conjunta do membro do MP.

A alternativa C está incorreta. Além de apresentar um entendimento equivocado sobre a forma de responsabilização, esta alternativa erra ao impor um limite máximo de indenização igual a um salário mínimo em casos de atuação dolosa do membro do MP. A legislação não prevê tal limite, determinando que a indenização deve equivaler ao dano efetivamente sofrido pela parte lesada, de acordo com os princípios do direito civil e o § 6º do Art. 37 da Constituição Federal.

A alternativa D está correta. A alternativa D é correta pois está em consonância com os princípios gerais de responsabilização de membros do Ministério Público por atos praticados no exercício de suas funções. A possibilidade da aplicação de multa por atraso na devolução de processo físico alinha-se aos mecanismos de responsabilização dos membros do MP por condutas inadequadas, conforme disposto no Art. 181 do CPC, que prevê responsabilidade civil e regressiva em casos de dolo ou fraude. Ademais, estabelece o CPC: Art. 234. Os advogados públicos ou privados, o defensor público e o membro do Ministério Público devem restituir os autos no prazo do ato a ser praticado. (...) § 2º Se, intimado, o advogado não devolver os autos no prazo de 3 (três) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário-mínimo. (...) § 4º Se a situação envolver

membro do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, a multa, se for o caso, será aplicada ao agente público responsável pelo ato.

A alternativa E está incorreta. Não há essa previsão no CPC.

QUESTÃO 32. Acerca das práticas autocompositivas no âmbito do Ministério Público, previstas nas Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público no 118/2014, é(são) recomendada(s) a(s)

a) conciliação para solucionar controvérsias ou conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes.

b) negociação para as controvérsias ou conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal.

c) mediação para controvérsias ou conflitos que envolvam direitos ou interesses nas áreas de atuação do Ministério Público como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções, propondo soluções para a resolução das controvérsias ou dos conflitos.

d) convenções processuais nas situações para as quais seja viável a busca da reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre o(s) seu(s) autor(es) e a(s) vítima(s), com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos.

e) práticas restaurativas toda vez que o procedimento deva ser adaptado ou flexibilizado para permitir a adequada e efetiva tutela jurisdicional aos interesses materiais subjacentes, bem como para resguardar âmbito de proteção dos direitos fundamentais processuais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público no 118/2014.

A alternativa A está incorreta. A Resolução nº 118/2014 do CNMP realmente incentiva a utilização da conciliação pelo Ministério Público, mas não de maneira restrita às situações que exigem "a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes". A conciliação é recomendada como um mecanismo amplo para solucionar controvérsias e conflitos, incluindo, mas não limitando-se a, relações jurídicas específicas. Portanto, essa descrição é limitada demais e não captura completamente o escopo da recomendação da Resolução para o uso da conciliação. Resolução nº 118/2014 do CNMP. "Art. 11. A conciliação é recomendada para controvérsias ou conflitos que envolvam direitos ou interesses nas áreas de atuação do Ministério Público como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções propondo soluções para a resolução das controvérsias ou dos conflitos. Art. 12. A conciliação será empreendida naquelas situações em que seja necessária a intervenção do membro do Ministério Público, servidor ou voluntário, no sentido de propor soluções para a resolução de conflitos ou de controvérsias, sendo aplicáveis as mesmas normas atinentes à mediação."

A alternativa B está correta. Esta alternativa reflete com precisão um dos principais objetivos da Resolução nº 118/2014, que é o de promover mecanismos de solução de conflitos, como a negociação, especialmente em contextos onde o Ministério Público atua na defesa dos direitos ou interesses da sociedade. A Resolução reconhece o papel do Ministério Público como um ator chave na negociação de conflitos, podendo atuar diretamente na defesa de interesses sociais, coletivos e individuais indisponíveis, portanto, a negociação é um meio adequado e eficaz para a solução dessas controvérsias. Resolução nº 118/2014 do CNMP: "Art. 8º A negociação é recomendada para as controvérsias ou conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal (art. 129, III, da CR/1988); Parágrafo único. A negociação é recomendada, ainda, para a solução de problemas referentes à formulação de convênios, redes de trabalho e parcerias entre entes públicos e privados, bem como entre os próprios membros do Ministério Público."

A alternativa C está incorreta. Embora a mediação seja um dos métodos autocompositivos promovidos pela Resolução nº 118/2014, sua descrição na alternativa não está de acordo com a resolução. A Resolução promove o uso da mediação em um espectro mais amplo de situações do que apenas aquelas em que o MP atua como órgão interveniente. A mediação é encorajada como um método de solução de conflitos em diversas áreas de atuação do Ministério Público, não se limitando a situações de intervenção. Resolução nº 118/2014 do CNMP. "Art. 9º A mediação é recomendada para solucionar controvérsias ou conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes."

A alternativa D está incorreta. As convenções processuais referem-se a acordos sobre procedimentos judiciais entre as partes de um litígio. A Resolução nº 118/2014 do CNMP as aborda diretamente como uma ferramenta específica a ser usada pelo Ministério Público na solução de conflitos. Resolução nº 118/2014 do CNMP. "Art. 15. As convenções processuais são recomendadas toda vez que o procedimento deva ser adaptado ou flexibilizado para permitir a adequada e efetiva tutela jurisdicional aos interesses materiais subjacentes, bem assim para resguardar âmbito de proteção dos direitos fundamentais processuais."

A alternativa E está incorreta. Embora as práticas restaurativas sejam encorajadas pela Resolução nº 118/2014, a descrição nesta alternativa não reflete adequadamente o escopo de sua aplicação conforme a Resolução. As práticas restaurativas são recomendadas em um contexto mais amplo do que apenas a adaptação ou flexibilização do procedimento jurisdicional. Elas visam a reparação dos danos e a restauração das relações entre as partes envolvidas em um conflito, promovendo a pacificação social em um sentido mais abrangente do que apenas a tutela jurisdicional de interesses materiais. Resolução nº 118/2014 do CNMP. "Art. 13. As práticas restaurativas são recomendadas nas situações para as quais seja viável a busca da reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre o (s) seu (s) autor (es) e a (s) vítima (s), com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos."

QUESTÃO 33. Acerca da atuação do Ministério Público como parte e como fiscal da ordem jurídica nos tribunais, de acordo com o disposto na Recomendação CNMP no 54/2017, assinale a alternativa correta.

a) Não viola o princípio da unidade institucional que, nas causas em que o Ministério Público atue como parte em primeiro grau de jurisdição, ele atue como fiscal da ordem jurídica em segundo grau de jurisdição.

b) Havendo posicionamentos conflitantes entre os membros do Ministério Público que atuam em instâncias diversas, deverá prevalecer o posicionamento daquele que atuou em primeiro grau de jurisdição.

c) A manifestação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica poderá limitar-se a corroborar o posicionamento já firmado pelo membro oficiante na instância inferior nas ações em que o Ministério Público for fiscal da ordem jurídica.

d) É fundamental a identificação dos casos em que se faça necessária a apresentação de manifestação como fiscal da ordem jurídica, superando-se atuação meramente parecerista nos tribunais para uma atuação mais proativa na condição de parte, ainda que com prejuízo do exercício da função de fiscal da ordem jurídica.

e) É fundamental que seja reestruturada a função do Ministério Público nos Tribunais, de modo a ser evitado o retrabalho sobre questões já muito bem defendidas pelo órgão do Ministério Público de instância inferior em prol de uma atuação mais eficiente, proativa e resolutiva nos tribunais.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Recomendação CNMP no 54/2017.

A alternativa A está incorreta. Sob o ponto de vista da teoria institucional do Ministério Público a opção estaria correta. Porém a alternativa torna-se incorreta porque a Recomendação CNMP nº 54/2017 não aborda diretamente a questão da violação do princípio da unidade institucional com base na atuação do MP como parte em um grau e como fiscal da ordem jurídica em outro. A recomendação foca mais na eficiência e na estratégia de atuação do MP nos tribunais

A alternativa B está incorreta. A premissa de que deverá prevalecer o posicionamento do membro do MP que atuou em primeiro grau não é sustentada pela Recomendação CNMP nº 54/2017. O Ministério Público, por seus princípios de unidade e indivisibilidade, permite a revisão e a mudança de posicionamento conforme a evolução do entendimento jurídico e institucional, sempre visando à proteção da ordem jurídica e do regime democrático. Ademais, a alternativa desrespeita o princípio da independência funcional, uma vez que o membro do MP que atua na segunda instância poderá ter entendimento jurídico diverso do membro que atuou em primeiro grau.

A alternativa C está incorreta. Limitar a atuação do MP como fiscal da ordem jurídica a meramente corroborar posicionamentos anteriores restringe indevidamente a sua função institucional. A Recomendação CNMP nº 54/2017 busca uma atuação mais substantiva e efetiva nos tribunais, que vá além da reiteração de manifestações prévias, encorajando um papel ativo na defesa da ordem jurídica.

A alternativa D está incorreta. Essa opção mistura conceitos de forma que não reflete as orientações da Recomendação CNMP nº 54/2017. Embora a recomendação incentive uma atuação proativa e eficiente, não sugere que isso deva ser feito com prejuízo à função de fiscal da ordem jurídica. Pelo contrário, busca-se uma atuação equilibrada que maximize a eficácia do MP em ambas as funções.

A alternativa E está correta. A Recomendação CNMP nº 54/2017 enfatiza a necessidade de otimizar a atuação do Ministério Público nos tribunais para promover uma atuação mais eficiente, evitando o retrabalho e priorizando questões que demandem uma intervenção mais significativa do MP como fiscal da ordem jurídica. Ela sugere a busca por eficiência, proatividade e uma atuação resolutiva, alinhada ao princípio da eficiência administrativa e à necessidade de evitar redundâncias e otimizar recursos humanos e materiais do MP. Recomendação CNMP nº 54/2017. "Art. 1º Sem prejuízo da respectiva autonomia administrativa, cada ramo do Ministério Público adotará medidas normativas e administrativas destinadas a estimular a atuação resolutiva dos respectivos membros e a cultura institucional orientada para a entrega à sociedade de resultados socialmente relevantes observando, dentre outros, os parâmetros desta recomendação."

QUESTÃO 34. Juliana, Guilherme e Antônio são irmãos. Em vida, Zeca, viúvo e pai dos três, antecipou para Juliana seu único bem imóvel. Quando do falecimento de Zeca,

a) se Juliana negar o recebimento do imóvel, o juiz, ouvidas as partes no prazo comum de 5 (cinco) dias e após manifestação do Ministério Público, decidirá à vista das alegações e das provas produzidas.

b) Juliana deverá trazer à colação o referido apartamento, não se computando no seu valor as benfeitorias por ela realizadas.

c) o juiz determinará que se proceda à licitação do bem imóvel entre os herdeiros, sendo certo que Juliana poderá concorrer na licitação e, em igualdade de condições, terá preferência sobre os herdeiros.

d) se a matéria exigir dilação probatória documental, Juliana poderá receber o seu quinhão hereditário, independentemente de prestar caução.

e) se Juliana for excluída da herança, ela se exime de conferir, para o efeito de repor a parte inoficiosa, as liberalidades que obteve do doador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A menciona um procedimento judicial específico para o caso de Juliana negar o recebimento do imóvel, mas o Código Civil, nos artigos citados, não descreve este procedimento específico no contexto da colação. O foco dos artigos 2002 e seguintes é na obrigação dos herdeiros de trazerem para a colação os bens que receberam em vida do de cujus para igualar as legítimas, não especificando procedimentos judiciais para negação de recebimento de bens.

A alternativa B está incorreta conforme a banca. Todavia, acreditamos que esta alternativa esteja correta. Segundo o art. 2004, § 2º, as benfeitorias realizadas pelos herdeiros nos bens doados não entram na colação, contrariando a afirmativa de que Juliana não poderia computar o valor das benfeitorias realizadas no apartamento. Esse dispositivo expressamente exclui as benfeitorias do cálculo da colação, fazendo com que a alternativa B seja incorreta.

A alternativa C está correta conforme a banca. Todavia, acreditamos que esta alternativa esteja incorreta. Esta alternativa sugere que, em caso de licitação do bem imóvel entre os herdeiros, Juliana pode concorrer e ter preferência em igualdade de condições. O Código Civil não especifica diretamente o procedimento de licitação entre herdeiros, ele estabelece regras gerais para a partilha e igualdade nas legítimas.

A alternativa D está incorreta. A alternativa D sugere que Juliana pode receber seu quinhão hereditário sem prestar caução, mesmo que a matéria exija dilação probatória documental. O Código Civil não especifica essa possibilidade nos artigos relativos à colação. As normas da colação focam na necessidade de igualar as partes dos herdeiros, considerando as doações recebidas em vida, sem mencionar a dispensa de caução em tais circunstâncias. No entanto, em matéria de Direito Processual Civil, o CPC recomenda a possibilidade de exigir caução, conforme parágrafo 1º do artigo 300.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 2008 do Código Civil, mesmo quem renunciou à herança ou dela foi excluído deve conferir as doações recebidas, para o fim de repor o que exceder a parte disponível. Assim, Juliana ainda estaria obrigada a conferir as liberalidades recebidas. Então, por este dispositivo, mesmo se renunciar a herança, o beneficiário tem o dever de levar à colação o seu legado para conferir a limitação da legítima.

QUESTÃO 35. Marco é um jovem que nasceu de mãe solteira e nunca conheceu o seu pai. Marco sempre teve curiosidade sobre a identidade do seu pai e sua mãe lhe dizia que seu pai era Hugo, um homem conhecido da família com quem ela teria tido um relacionamento na época em que Marco foi concebido. Quando Marco completou 18 anos, ele decidiu tentar descobrir quem era seu pai, propondo ação de investigação de paternidade em face de Hugo, requerendo, para tanto, a realização de exame de DNA. Antes da citação, Hugo faleceu. Marco então, requereu em juízo a realização do exame de DNA em parentes do seu suposto pai. Diante da situação hipotética, é correto afirmar:

a) se à época da ação não houve a realização de exame de DNA e, portanto, não foi possível ter-se certeza sobre o vínculo genético, não é possível a relativização da coisa julgada.

b) se os parentes se recusarem a realizar o exame de DNA e a ação for julgada procedente, é possível a relativização da coisa julgada.

c) a ação de investigação de paternidade é personalíssima, não sendo possível o requerimento da realização do exame de DNA em parentes do seu suposto pai.

d) se os parentes se recusarem a realizar o exame de DNA, é lícita a exumação dos restos mortais de Hugo, ainda que existam outras provas capazes de elucidar os fatos.

e) o juiz determinará, a expensas de Marco, a realização do exame DNA em parentes consanguíneos, preferindo-se os de grau mais próximo aos mais distantes, importando a recusa em presunção de paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Lei n. 8.560/1992 que regula a investigação de paternidade.

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa é incorreta porque a relativização da coisa julgada pode ocorrer em casos excepcionais, especialmente em ações de estado, como a investigação de paternidade, quando surgem novas provas. Se o exame de DNA não foi realizado e surgem novas evidências ou possibilidades de realização de tal exame (por exemplo, com parentes do suposto pai), isso pode justificar a revisão da decisão anterior. Deve ser relativizada a coisa julgada estabelecida em ações de investigação de paternidade em que não foi possível determinar-se a efetiva existência de vínculo genético a unir as partes, em decorrência da não realização do exame de DNA, meio de prova que pode fornecer segurança quase absoluta quanto à existência de tal vínculo. STF. Plenário. RE 363889, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 02/06/2011 (repercussão geral).

A alternativa B está incorreta. A alternativa B é incorreta pois sugere que, se os parentes se recusarem a fazer o exame de DNA e a ação for julgada procedente, haveria relativização da coisa julgada. No entanto, a questão da relativização da coisa julgada envolve a apresentação de novas provas ou circunstâncias que não foram consideradas anteriormente, e não simplesmente a recusa dos parentes em realizar o exame. Súmula 301-STJ: "Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris tantum de paternidade."

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa é incorreta porque, embora a ação de investigação de paternidade seja de fato personalíssima, a lei permite, em casos específicos como o falecimento do suposto pai, que o exame de DNA seja feito em parentes consanguíneos. Essa possibilidade visa garantir o direito à identidade genética e à filiação, que são direitos personalíssimos e disponíveis da pessoa.

A alternativa D está incorreta. A alternativa D é incorreta porque, apesar de ser possível a exumação dos restos mortais para realização do exame de DNA, essa medida é considerada extremamente invasiva e só é tomada quando não há outras formas de se estabelecer a paternidade. A exumação é, portanto, um último recurso, não sendo "lícita" de forma automática, especialmente se existem outras provas que podem elucidar a questão da paternidade sem recorrer a tal medida.

A alternativa E está correta. A alternativa reflete a possibilidade prevista na legislação de se buscar a comprovação da paternidade por meio de exames de DNA, inclusive com parentes do suposto pai falecido, quando este não pode ser testado diretamente. A lei e a jurisprudência brasileiras permitem a realização de exame em parentes consanguíneos do suposto pai para investigação de paternidade, especialmente em situações onde o suposto pai já faleceu. A recusa em realizar o exame pode ser interpretada pelo juiz dentro do conjunto probatório, considerando as circunstâncias e as evidências disponíveis, podendo levar a uma presunção de paternidade. Lei n. 8.560/1992. "Art. 2o-A. Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos. (Incluído pela Lei nº 12.004, de 2009). § 1º. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético - DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório. (Incluído pela Lei nº 12.004, de 2009). (Renumerado do parágrafo

único, pela Lei nº 14.138, de 2021) § 2º Se o suposto pai houver falecido ou não existir notícia de seu paradeiro, o juiz determinará, a expensas do autor da ação, a realização do exame de pareamento do código genético (DNA) em parentes consanguíneos, preferindo-se os de grau mais próximo aos mais distantes, importando a recusa em presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório".

QUESTÃO 36. Rebeca e Felipe são proprietários de fazendas vizinhas há trinta anos. Rebeca, cansada da vida no interior, decidiu que iria vender a sua fazenda. No entanto, quando verificou a matrícula do imóvel, percebeu que uma área de dois mil metros quadrados estava sendo ocupada irregularmente por Felipe. Decidiu então falar amigavelmente com Felipe, que se recusou a devolver a área e propôs ação de usucapião em face de Rebeca, requerendo a propriedade de uma parcela do imóvel, mas deixou de requerer a individualização da área a ser usucapida. Realizadas as citações necessárias e produzidas todas as provas, a ação de usucapião foi julgada procedente, e o juiz determinou a liquidação para individualizar a área usucapida, mesmo sem o pedido expresso de Felipe na inicial. Diante da situação hipotética, de acordo com o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a sentença deve ser considerada

a) citra petita.

b) de acordo com o princípio da congruência.

c) extra petita.

d) ultra petita.

e) nula.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do entendimento do STJ sobre o Princípio da Congruência na Ação de Usucapião.

A alternativa A está incorreta. A decisão não é citra petita, porque a sentença não deixou de julgar parte do pedido. Pelo contrário, a decisão atendeu integralmente à demanda de usucapião, incluindo a necessária individualização da área, mesmo sem pedido expresso.

A alternativa B está correta. Para o STJ, Não configura decisão extra petita a sentença que, reconhecendo a usucapião, determina a liquidação para individualizar a área usucapida, ainda que não haja pedido expresso na inicial. (AgInt no REsp n. 1.802.192/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 12/12/2022, DJe de 15/12/2022.)

A alternativa C está incorreta. Não configura decisão extra petita porque o julgamento não concedeu coisa diversa do que foi pedido. Não configura extra petita a decisão que resolve questões implícitas na inicial, ultrapassando a ideia de absoluta congruência para efetivar a tutela jurisdicional adequada.

A alternativa D está incorreta. Não configura decisão ultra petita, a decisão não concedeu mais do que o pedido, mas interpretou os pedidos implícitos como parte do requerido, em uma extensão justa e equânime.

A alternativa E está incorreta. A decisão não é nula pois não há nenhuma violação de normas processuais ou substanciais que justifique a nulidade da sentença. Pelo contrário, ressalta-se a adequação do procedimento adotado para garantir a justa resolução da controvérsia.

QUESTÃO 37. Acerca da distinção e superação dos precedentes nos Tribunais, assinale a alternativa correta.

a) Não é ônus da parte identificar os fundamentos determinantes ou demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento, devendo o juiz demonstrar, por meio de jurisprudência, precedente ou enunciado de súmula, a distinção.

b) A realização da distinção compete apenas ao órgão jurisdicional de instância superior, independente da origem do precedente invocado.

c) O precedente vinculante deverá será seguido, ainda que o juiz demonstre tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta, uma vez que, para que se imponha solução jurídica diversa, é necessária hipótese jurídica distinta.

d) As normas sobre fundamentação adequada, quanto à distinção e superação e sobre a observância somente dos argumentos submetidos ao contraditório, são aplicáveis a todo o microssistema de formação de precedentes.

e) A decisão que aplica a tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos precisa enfrentar os fundamentos, mesmo que já analisados na decisão paradigma, não sendo suficiente a mera correlação fática e jurídica entre o caso concreto e aquele apreciado no incidente de solução concentrada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema distinção e superação dos precedentes nos Tribunais.

A alternativa A está incorreta. Entende-se que é ônus das partes identificar os fundamentos determinantes dos precedentes e demonstrar a existência de distinção no caso concreto ou a superação do entendimento. Não basta ao juiz apenas demonstrar a distinção por meio de jurisprudência, precedente ou enunciado de súmula; é necessário que as partes tragam essa argumentação no processo. Nestes termos, por exemplo, verifica-se que a apelação, Art. 1.010, III, do CPC, deverá conter as razões do pedido de reforma ou decretação de sua nulidade. Trata-se do efeito devolutivo dos recursos. No memo sentido, é o Art. 1.013 do CPC, o qual informa que a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

A alternativa B está incorreta. A realização da distinção não compete exclusivamente aos órgãos jurisdicionais de instância superior. Qualquer juiz ou tribunal pode distinguir um precedente diante de um caso concreto que apresente peculiaridades que justifiquem uma solução jurídica diferente, conforme a lógica do sistema de precedentes estabelecida no CPC. Todavia, num primeiro momento, é dever dos juízes e dos tribunais, manter a jurisprudência estável, integra e coerente, conforme Art. 926 do CPC.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa é incorreta porque, segundo o sistema de precedentes do CPC, mesmo um precedente vinculante pode não ser seguido se o juiz ou tribunal demonstrar que o caso em análise se distingue do caso paradigma por hipóteses fáticas distintas. A existência de uma hipótese fática distinta é suficiente para justificar a não aplicação do precedente, desde que devidamente fundamentada.

A alternativa D está correta. O CPC estabelece que as decisões judiciais devem ser fundamentadas com base nos precedentes. Além disso, o microssistema de precedentes vinculantes introduzido pelo CPC em seu art. 927 e seguintes visa assegurar a estabilidade, previsibilidade e a segurança jurídica nas decisões judiciais. O CPC estabelece a obrigatoriedade de observância dos precedentes, mas também reconhece a importância de distinguir ou superar esses precedentes quando as circunstâncias do caso concreto assim exigirem. A norma sobre fundamentação adequada exige que os juízes e tribunais justifiquem suas decisões, especialmente quando optam por não seguir um precedente, seja por distinção (distinguishing) ou por superação (overruling). Essa exigência de fundamentação aplica-se a todo o sistema de precedentes, garantindo que apenas os argumentos submetidos ao contraditório sejam considerados.

A alternativa E está incorreta. Segundo o CPC, especialmente em seu art. 927, ao aplicar a tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos, os tribunais não são obrigados a enfrentar novamente todos os fundamentos que já foram amplamente discutidos no julgamento do caso paradigma. Basta que demonstrem a correlação fática e jurídica entre o caso concreto e o julgado utilizado como referência. O CPC visa a eficiência e a economia processual, evitando a redundância de fundamentações já estabelecidas. Veja-se os deveres do relator. CPC: "Art. 932. Incumbe ao relator: (...) IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;".

QUESTÃO 38. A respeito do constitucionalismo, assinale a alternativa correta.

a) O constitucionalismo moderno francês teve como marco inicial a Revolução Francesa, e como protagonista do processo constitucional o Poder Legislativo, tendo tal modelo constitucional relevância marcante ao longo do século XIX e início do século XX. No entanto, a ideia de supremacia do Legislativo vem sendo superada pela difusão global da jurisdição constitucional.

b) O constitucionalismo moderno fundamenta-se em quatro pilares: limitação do poder dos governantes, garantia dos direitos fundamentais de segunda geração, democracia representativa e valorização da propriedade privada.

c) Foi no final da Idade Média que se desenvolveu a ideia do constitucionalismo moderno, sobretudo com os pactos estamentais, como a Magna Carta firmada pelo Rei João Sem Terra, que trouxe, pela primeira vez na história, a noção da universalidade dos direitos individuais.

d) O constitucionalismo liberal-burguês foi marcado pela igualdade de todos perante a lei, com garantias materiais para os mais pobres, proteção da propriedade privada, voto universal, bem como com a desterritorialização do poder.

e) Na Grécia, berço do constitucionalismo antigo, havia um regime político que se preocupava em limitar os poderes das autoridades e conter o arbítrio, visando, assim, ao bem comum e à proteção dos direitos individuais em face das ingerências dos governantes. Em Roma já se percebia o constitucionalismo em sentido moderno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema constitucionalismo.

Pode-se citar como autores de referência Paulo Bonavides, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Celso Antônio Bezerra de Melo e José Afonso da Silva.

A alternativa A está correta. O constitucionalismo moderno francês realmente teve início com a Revolução Francesa, marcando um período de transição no qual o Poder Legislativo assumiu um papel central no processo constitucional. Essa ênfase no legislativo refletiu a busca por uma nova ordem que limitasse os poderes do monarca e instituísse a separação de poderes como um princípio fundamental. No entanto, a afirmação da supremacia do Legislativo começou a ser questionada e, eventualmente, superada pela expansão da jurisdição constitucional, um fenômeno observado globalmente onde cortes ou tribunais constitucionais passam a ter o papel de guardiães da constituição, garantindo a supremacia da norma constitucional e protegendo os direitos fundamentais, especialmente após a Segunda Grande Guerra Mundial.

A alternativa B está incorreta. O constitucionalismo moderno de fato se apoia em princípios fundamentais como a limitação do poder dos governantes e a garantia dos direitos fundamentais. No entanto, a menção exclusiva aos direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) como um pilar esquece que os direitos de primeira geração (civis e políticos) e os de terceira (direitos transindividuais) são igualmente fundamentais. A democracia representativa e a valorização da propriedade privada são corretas, mas a definição fornecida pela alternativa B é incompleta e simplifica demais a base sobre a qual o constitucionalismo se fundamenta. Veja-se que o constitucionalismo moderno também possui bases solidaristas.

A alternativa C está incorreta. Embora a Magna Carta de 1215 seja um marco importante na história do constitucionalismo, ao limitar o poder do rei e estabelecer direitos fundamentais, considerá-la como parte do "constitucionalismo moderno" é um anacronismo. O constitucionalismo moderno, com seus princípios e características distintas, começa a se formar mais claramente no século XVIII, especialmente com as revoluções americana e francesa, não no final da Idade Média.

A alternativa D está incorreta. O constitucionalismo liberal-burguês priorizou, de fato, a igualdade perante a lei e a proteção da propriedade privada, mas a afirmação de que ele incluía garantias materiais para os mais pobres, voto universal e a desterritorialização do poder não correta. Na verdade, muitos

desses elementos só vieram a ser amplamente incorporados em movimentos constitucionais e reformas posteriores, especialmente no século XX. Resumidamente, o constitucionalismo liberal-burguês assegurava igualdade formal e não material.

A alternativa E está incorreta. Embora as civilizações antiga da Grécia e Roma tenham tido sistemas políticos que, de alguma forma, buscavam limitar o poder das autoridades e proteger o bem comum, é um exagero dizer que essas civilizações praticavam o "constitucionalismo" no sentido moderno do termo. O conceito moderno de constitucionalismo envolve a existência de uma constituição escrita que define e limita os poderes do governo, uma prática que não se aplicava nesses contextos antigos da maneira como entendemos hoje.

Na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, Pós-Revolução Francesa, especificamente no artigo 16, previa-se que "Qualquer sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos, nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição." Nesta expressão, encontra-se as bases do constitucionalismo moderno.

QUESTÃO 39. A respeito das Teorias da Constituição, assinale a alternativa correta.

a) Rudolf Smend, crítico às teorias ideais e formais da Constituição, formulou uma teoria que definiu a Constituição como um processo de integração, realizado de acordo com a dinâmica social.

b) O pós-positivismo, que tem como característica principal o estabelecimento de um elo entre o Direito e a Moral, recorre-se de valores metafísicos e tem aplicação restrita ao âmbito do Direito Constitucional.

c) A teoria da Constituição total foi formulada por Friedrich Müller, que propôs o conceito de Constituição como manifestação concreta do poder político, não sendo fundamentada em critérios de justiça ou racionalidade abstrata.

d) A teoria estruturante, de autoria de Herman Heller, excluiu o elemento normativo da Constituição, aprimorando a teoria sociológica concebida por Ferdinand Lassalle, no final do século XIX.

e) A Constituição, na visão concretista formulada por Heller, deve integrar as dimensões normativas, sociais e políticas, sob pena de não ter eficácia social e vir a ser superada por via da mutação constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das Teorias da Constituição.

A alternativa A está correta. Rudolf Smend é conhecido por sua contribuição à teoria constitucional com a formulação da teoria integrativa ou da integração. A principal obra de Rudolf Smend, jurista alemão é "Verfassung und Verfassungsrecht" (Constituição e Direito Constitucional), publicada em 1928. Ele criticava as abordagens meramente formalistas ou ideais da Constituição, argumentando que a

Constituição deveria ser vista como um processo contínuo de integração da sociedade, refletindo e moldando a dinâmica social. Isso significa que, para Smend, a Constituição vai além de um documento legal; ela é um mecanismo vivo de organização social que contribui para a coesão e identidade da comunidade política.

A alternativa B está incorreta. Para o entendimento sobre o pós-positivismo, recomenda-se a leitura dos textos do Ministro Luís Roberto Barroso. O pós-positivismo é uma corrente filosófica do Direito que, de fato, enfatiza a relação entre o Direito e a moral, argumentando contra a separação estrita entre ambos. No entanto, essa teoria não se limita apenas ao Direito Constitucional e não se apoia em valores metafísicos de maneira restrita. Ela busca uma interpretação do Direito que considere princípios éticos e morais, mas sua aplicação se estende a várias áreas do Direito, não se restringindo ao constitucional. Além disso, pode-se dizer que o pós-positivismo é uma corrente filosófica, jurídica e social.

A alternativa C está incorreta. Outro jurista alemão, Friedrich Müller é conhecido por sua teoria da normatividade da Constituição, cuja principal obra é "Strukturierende Rechtslehre" (Doutrina Jurídica Estruturante), mas a descrição fornecida mistura conceitos. A teoria da Constituição como uma "manifestação concreta do poder político" se aproxima mais das ideias de Carl Schmitt, em suas obras principais, "A Teoria da Constituição" ("Verfassungslehre"), publicada em 1928, e "O Conceito do Político" ("Der Begriff des Politischen"), originalmente publicado em 1932 e expandido em 1933. Müller, por sua vez, destaca a importância da interpretação textual da Constituição e de sua compreensão dentro do contexto social e político, mas sempre enfatizando a necessidade de justiça e racionalidade na interpretação constitucional. Enquanto que Carl Schmitt justificaria a aplicação do direito naquilo que ele entendia como Poder Político, sendo a constituição a forma de justificar o poder.

A alternativa D está incorreta. A descrição mistura elementos de várias teorias. Herman Heller é conhecido por suas contribuições à teoria do Estado e do Direito, mas a teoria estruturante da Constituição é, na verdade, associada a Friedrich Müller (aqui parece haver uma confusão de nomes). A teoria estruturante enfatiza a estrutura normativa da Constituição em seu contexto social e político, sem excluir o elemento normativo. Lassalle, por outro lado, argumentava que a Constituição real de um país é determinada pelas relações de poder reais que existem na sociedade, mas isso não é o mesmo que excluir o elemento normativo.

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa parece confundir contribuições de diferentes autores. Heller, mencionado aqui, não formulou uma "visão concretista" da Constituição que integra dimensões normativas, sociais e políticas.

QUESTÃO 40. O art. 170, VIII, da Constituição Federal, impõe como princípio da ordem econômica a busca do pleno emprego. Com base na doutrina sobre normas constitucionais, é possível afirmar que tal disposição constitucional pode ser classificada como uma norma de

a) eficácia plena e aplicabilidade imediata, não podendo ser restringida pelo legislador.

b) princípio programático, de eficácia indireta e reduzida.

c) princípio institutivo, que tem eficácia impeditiva de retrocesso social.

d) princípio programático, que independe de regulamentação e tem eficácia relativa e restringível.

e) princípio institutivo, que tem eficácia contida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema eficácia das normas constitucionais.

A alternativa A está incorreta. As normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata são aquelas que, desde a promulgação da Constituição, já têm sua aplicabilidade integral, não necessitando de legislação complementar para que possam ser aplicadas. Este não é o caso do princípio do pleno emprego, que requer atuação concreta do Estado por meio de políticas públicas para sua efetivação. Essa teoria das normas de aplicabilidade plena, contida e limitada foi desenvolvida por José Afonso da Silva, sendo sua principal obra" Aplicabilidade das Normas Constitucionais", publicada inicialmente em 1968.

A alternativa B está correta. O princípio do pleno emprego, conforme estabelecido no artigo 170, VIII, da Constituição Federal do Brasil, é um exemplo clássico de norma programática. As normas programáticas definem objetivos a serem alcançados pelo Estado, estabelecendo diretrizes para a ação governamental nas áreas econômica, social, ambiental, entre outras. Elas possuem uma eficácia indireta e reduzida no sentido de que não produzem, por si só, todos os seus efeitos jurídicos imediatos e dependem de medidas legislativas, administrativas e de políticas públicas para sua plena realização. Portanto, a busca pelo pleno emprego orienta a atuação do Estado na formulação de políticas econômicas, mas não gera, automaticamente, direitos subjetivos diretos sem a intermediação do legislador ou do administrador. Quem melhor escreve sobre as normas de princípio institutivo e as normas de conteúdo programático é J.J. Gomes Canotilho, em sua obra "Direito Constitucional e Teoria da Constituição".

A alternativa C está incorreta. Princípios institutivos ou organizativos são aqueles que estabelecem estruturas dentro do Estado, como a criação de órgãos públicos. A ideia de eficácia impeditiva de retrocesso social é uma interpretação moderna relacionada a alguns direitos fundamentais, especialmente na área dos direitos sociais, que visa impedir o desmonte de estruturas e conquistas sociais já alcançadas. O princípio do pleno emprego, contudo, é melhor enquadrado como programático, não se encaixando perfeitamente na categoria de princípio institutivo.

A alternativa D está incorreta. A caracterização de um princípio programático como independente de regulamentação e com eficácia relativa e restringível confunde as categorias. Enquanto é verdade que princípios programáticos como o do pleno emprego orientam a atuação estatal e dependem de ação legislativa e administrativa para sua plena realização, eles não são "independentes de regulamentação". Pelo contrário, sua eficácia é justamente condicionada pela implementação de políticas específicas.

A alternativa E está incorreta. Princípios institutivos com eficácia contida são aqueles que, apesar de terem aplicabilidade imediata, podem ser regulamentados de forma a restringir seu alcance. Essa categoria não se aplica ao princípio do pleno emprego, que é fundamentalmente programático e voltado para a orientação da atuação estatal em busca de objetivos econômicos e sociais.

QUESTÃO 41. A respeito da Interpretação constitucional, assinale a alternativa correta.

a) O uso de argumentos consequencialistas é prática recorrente no Supremo Tribunal Federal, devendo ser alargada a aplicação do criptoconsequencialismo, uma vez que todo consequencialismo tem caráter utilitarista.

b) Como resultado do neoconstitucionalismo, defende-seque o Poder Judiciário, sobretudo o Supremo Tribunal Federal, é o intérprete exclusivo da Constituição.

c) De acordo com o princípio das razões públicas, no campo da política, ao tratar de temas essenciais, como os direitos humanos, apenas argumentos independentes de doutrinas religiosas ou metafísicas devem ser admitidos

d) Utilizando-se do elemento filológico, é correto afirmar que o texto atualmente se confunde com a norma jurídica.

e) Na hermenêutica jurídica contemporânea, a concepção subjetiva prevalece sobre a objetiva, sendo resultado da influência do originalismo proveniente do direito norte-americano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema hermenêutica constitucional.

A alternativa A está incorreta. O consequencialismo, uma teoria ética que julga as ações pelos seus resultados, não necessariamente tem um caráter utilitarista, apesar de o utilitarismo ser uma forma de consequencialismo. Além disso, o termo "criptoconsequencialismo" não é um conceito amplamente reconhecido ou utilizado na interpretação constitucional pelo STF. Sabe-se que esta corte age com certo voluntarismo. Todavia, não se pode dizer que a maioria das decisões suas sejam consequencialistas.

A alternativa B está incorreta. O neoconstitucionalismo enfatiza a força normativa da Constituição, o papel dos princípios e direitos fundamentais, e a importância da interpretação constitucional para a concretização desses valores. No entanto, não defende que o Judiciário seja o único intérprete da Constituição. Pelo contrário, reconhece a interpretação constitucional como uma atividade que deve ser compartilhada entre os poderes do Estado, cada um dentro de suas competências e limites. Peter Häberle é o grande responsável pela Teoria da Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição.

A alternativa C está correta. O princípio de hermenêutica constitucional das razões públicas, é especialmente discutido no contexto do neoconstitucionalismo e da teoria da justiça de John Rawls. Este princípio sugere que, em uma sociedade democrática, decisões políticas, especialmente aquelas que afetam direitos fundamentais e questões de justiça básica, devem ser justificadas por razões que todos os cidadãos possam aceitar. Isto é, os argumentos não devem se basear em doutrinas religiosas, filosóficas ou morais particulares que não sejam compartilhadas por todos os membros da sociedade. O objetivo é garantir que as leis e políticas sejam justas e legítimas aos olhos de todos, independentemente de suas crenças particulares.

A alternativa D está incorreta. A análise filológica do texto legal refere-se ao estudo preciso das palavras e expressões utilizadas na lei, considerando seu significado, evolução e contexto. No entanto, entender o texto legal como sinônimo da norma jurídica é uma simplificação excessiva. A norma jurídica é um

conceito mais amplo, que abrange não apenas o texto da lei, mas também sua interpretação, aplicação e os valores que promove. Resumidamente, norma é a interpretação que se alcança pelo texto.

A alternativa E está incorreta. O originalismo, uma teoria de interpretação constitucional que enfatiza o significado original do texto constitucional, é apenas uma das muitas abordagens de interpretação. Além disso, a hermenêutica jurídica contemporânea não privilegia necessariamente a interpretação subjetiva sobre a objetiva. Pelo contrário, busca equilibrar diferentes métodos interpretativos, incluindo tanto elementos objetivos (como o texto da lei e os fatos sociais) quanto subjetivos (como a intenção do legislador), para alcançar interpretações que sejam justas e coerentes com os princípios constitucionais.

QUESTÃO 42. Considere que Maurício, governador do Estado X, ajuizou simultaneamente ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e no âmbito federal, requerendo a declaração de nulidade da Lei Estadual no 1.234/2020, sob o fundamento de que tal norma viola a Constituição do Estado X e a Constituição Federal, uma vez que a norma constitucional estadual é mera reprodução obrigatória da Constituição Federal.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) a ação direta de inconstitucionalidade estadual deve ser extinta, uma vez caracterizada a litispendência com a ADI federal, e Mauricio deve ser condenado a pagar multa por litigância de má-fé e honorários advocatícios de até 20% do valor da causa.

b) caso a ADI estadual seja julgada improcedente, com a declaração de constitucionalidade da norma impugnada, o Procurador-Geral do Estado X pode interpor Recurso Extraordinário, ainda que verificado que o parâmetro de controle não é norma de reprodução obrigatória.

c) a legitimidade de Maurício para ajuizar ADI no âmbito federal depende de a petição inicial estar devidamente assinada pelo Procurador-Geral do Estado X, sob pena de inépcia da inicial.

d) caso o Tribunal de Justiça do Estado X julgue a Lei no 1.234/2020 constitucional antes do pronunciamento do STF, a ADI federal deve ser extinta por perda de objeto, e Maurício, condenado a pagar honorários advocatícios, na forma da Lei no 9868/1999.

e) se houver declaração de inconstitucionalidade da Lei no 1.234/2020 pelo Tribunal de Justiça, com base na norma constitucional estadual que constitua reprodução obrigatória de dispositivo da Constituição Federal, subsiste a jurisdição do STF para o controle abstrato, tendo por parâmetro de confronto o dispositivo da Constituição Federal reproduzido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. A existência simultânea de ADI no âmbito estadual e federal não configura litispendência, uma vez que as ações têm objetos distintos (constitucionalidade perante a Constituição

Estadual e a Constituição Federal). Ademais, o ajuizamento dessas ações não caracteriza, por si só, litigância de má-fé.

A alternativa B está incorreta. O recurso extraordinário ao STF requer que a decisão recorrida contrarie dispositivo da Constituição Federal ou declare a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal. A improcedência de uma ADI estadual por si só não abre espaço para recurso extraordinário.

A alternativa C está incorreta. A legitimidade para ajuizar ADI perante o STF é definida pela Constituição Federal e não depende da assinatura do Procurador-Geral do Estado. Governadores têm legitimidade ativa independente da representação por procuradores-gerais. Lei 9.868/1999: "Art. 2o Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade: (Vide artigo 103 da Constituição Federal) I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional."

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa é incorreta pois o julgamento de constitucionalidade de uma lei pelo Tribunal de Justiça do Estado não extingue o objeto de uma ADI federal. O STF pode julgar a constitucionalidade da mesma lei em relação à Constituição Federal, independente do julgamento estadual. Portanto, não há perda de objeto na ADI federal devido a um julgamento estadual.

A alternativa E está correta. A alternativa alinha-se com o entendimento do STF, como demonstrado no Informativo 927 ((ADI 3659, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 13/12/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-094 DIVULG 07-05-2019 PUBLIC 08-05-2019). A jurisdição do STF subsiste mesmo após a decisão do Tribunal de Justiça estadual, pois o controle de constitucionalidade exercido pelo STF tem como parâmetro a Constituição Federal. Assim, mesmo que uma lei estadual seja declarada inconstitucional em âmbito estadual com base em uma norma que reproduz a Constituição Federal, o STF ainda pode exercer seu controle abstrato de constitucionalidade em relação a essa mesma lei, tendo como parâmetro o dispositivo correspondente da Constituição Federal.

QUESTÃO 43. A respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), é correto afirmar que recentemente o Supremo Tribunal Federal decidiu que

a) é inconstitucional a aplicação da modulação de efeitos temporais da decisão em sede de ADPF, uma vez que viola frontalmente a supremacia da Constituição.

b) por violar o princípio do juiz natural, a arguição incidental foi considerada inconstitucional.

c) embora a ADPF integre o âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, não é possível aplicar ao julgamento a modulação de efeitos, em face da reserva de Constituição

d) a possibilidade de suspensão de processos ou efeitos de decisões judiciais em sede de ADPF representa importante instrumento de economia processual e de uniformização da orientação jurisprudencial.

e) a arguição incidental é inconstitucional, por violar o princípio de reserva de Constituição e pelo fato de o constituinte originário não ter conferido ampla margem de discricionariedade ao legislador ordinário para regulamentar a ADPF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema ADPF, especialmente de sua constitucionalidade, declarada na ADI 2231.

A alternativa A está incorreta. A afirmação de que é inconstitucional a aplicação da modulação de efeitos temporais em sede de ADPF por violar a supremacia da Constituição não encontra respaldo na recente decisão do STF que entendeu que a Lei 9882/1999 é constitucional em todos os seus dispositivos. Lei 9882/1999: "Art. 11. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de argüição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado."

A alternativa B está incorreta. A arguição incidental de inconstitucionalidade não é considerada inconstitucional, muito menos viola o princípio do juiz natural. Pelo contrário, esse mecanismo, que ocorre no contexto do controle difuso de constitucionalidade, permite que qualquer juiz ou tribunal analise a constitucionalidade das leis ou atos normativos aplicáveis ao caso concreto sob sua apreciação, não havendo, portanto, violação ao princípio do juiz natural.

A alternativa C está incorreta. A alternativa é incorreta ao afirmar que, embora a ADPF integre o âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, não é possível aplicar ao julgamento a modulação de efeitos, em face da reserva de Constituição. Como mencionado, a modulação dos efeitos das decisões em sede de ADPF é prática constitucionalmente aceita e aplicada pelo STF para promover a segurança jurídica e atender às exigências do interesse público.

A alternativa D está correta. A possibilidade de suspensão de processos ou efeitos de decisões judiciais em sede de ADPF é reconhecida pelo STF como um importante instrumento de economia processual e de uniformização da orientação jurisprudencial. Isso decorre da natureza da ADPF, que é uma ferramenta do controle concentrado de constitucionalidade, visando evitar ou reparar lesões a preceitos fundamentais decorrentes de atos do poder público. A capacidade de suspender processos ou efeitos de decisões judiciais permite ao STF intervir de forma efetiva para preservar a supremacia da Constituição enquanto se aguarda o julgamento final da questão constitucional em apreço, contribuindo assim para a estabilidade jurídica e a previsibilidade das relações jurídicas.

Na ADI 2231, julgada pelo STF em 22/05/2023, a Lei nº 9.882/99, que dispõe sobre a ADPF, foi entendida como constitucional. Nesta ação, o Conselho Federal da OAB argumentou que a previsão do artigo 5º, § 3º, da Lei nº 9.882/1999, que possibilita ao STF deferir medida cautelar para suspender o andamento de processos ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, também afronta os princípios do juiz natural e do devido processo legal (art. 5º, XXXVII e LIV, CF), bem como o artigo 102, § 1º, da CF. Todavia, como visto, a norma foi declarada constitucional.

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa também é incorreta ao afirmar que a arguição incidental é inconstitucional por violar o princípio de reserva de Constituição. A arguição incidental é um mecanismo integrante do controle difuso de constitucionalidade, pelo qual qualquer juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos no caso concreto. Essa prática é amplamente reconhecida e aceita no ordenamento jurídico brasileiro, sem que constitua violação ao princípio de reserva de Constituição. Ademais, conforme trecho da ementa, o "desenho dessa modalidade de arguição pelo legislador infraconstitucional visou justamente a possibilitar a provocação do Supremo Tribunal Federal para apreciar relevantes controvérsias constitucionais concretamente debatidas em qualquer juízo ou tribunal, quando não houvesse outra forma idônea de tutelar preceitos fundamentais. A previsão impugnada não viola os princípios do juiz natural ou do devido processo legal, mas veicula mecanismo eficaz de decisão de uma mesma questão de direito, de forma isonômica e uniforme, contribuindo para maior segurança jurídica." (ADI 2231, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22/05/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 14-06-2023 PUBLIC 15-06-2023)

QUESTÃO 44. A respeito do Poder Legislativo, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

a) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.

b) Compete privativamente ao Congresso Nacional avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

c) É da competência exclusiva do Congresso Nacional mudar temporariamente sua sede, desde que com a sanção do Presidente da República.

d) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, militares e em tempo de guerra, independerá de prévia licença da Casa respectiva.

e) Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita pela Mesa do Congresso Nacional na última sessão ordinária do período legislativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Poder Legislativo na Constituição.

A alternativa A está correta. Ela está de acordo com o artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, que atribui ao Senado Federal a competência exclusiva para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de governadores de territórios federais, dentre outros cargos.

A alternativa B está incorreta. A Constituição não especifica que compete exclusivamente ao Congresso Nacional avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. A análise periódica da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional é de competência privativa do Senado Federal, conforme artigo 52, XV, da Constituição.

A alternativa C está incorreta. Conforme Art. 49, VI, da Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional mudar temporariamente sua sede.

A alternativa D está incorreta. Estabelece o Art. 53, parágrafo 7º, da Constituição Federal que A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

A alternativa E está incorreta. Conforme artigo 58, parágrafo 4º, da Constituição, a Comissão representativa do Congresso Nacional não é eleita Mesa do Congresso Nacional. Mas sim, por suas respectivas casas.

QUESTÃO 45. Considere que no âmbito do Estado X foi aprovada a Lei Ordinária no 5.000/2020 que disciplinou a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público (MP), tendo especificamente possibilitado que qualquer (i) membro do MP integre comissão de sindicância estranha ao órgão ministerial, desde que com autorização do Procurador-Geral de Justiça, (ii) com autorização do Conselho Superior do órgão ministerial, membro do MP ocupe cargo de confiança no âmbito da secretaria de direitos humanos do Estado X.

Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) a Lei Ordinária no 5.000/2020 não padece de vício de inconstitucionalidade formal ou material, estando integralmente congruente com as disposições constitucionais relacionadas ao Ministério Público.

b) desde que com autorização específica do Conselho Superior do órgão ministerial, admite-se que membro do MP integre comissão de sindicância estranha ao órgão ministerial, uma vez presente hipótese de discricionariedade administrativa.

c) a Lei Ordinária no 5.000/2020 tem apenas inconstitucionalidade formal, uma vez que a Constituição Federal impõe a observância de reserva de lei complementar para regulamentar o Estatuto dos membros do MP, seja em âmbito federal ou estadual.

d) desde que com autorização específica do Procurador--Geral de Justiça, admite-se que membro do MP ocupe cargo de confiança no âmbito da secretaria de direitos humanos ou da segurança pública, por envolver atribuições congêneres às desempenhadas enquanto parquet.

e) a Lei Ordinária no 5.000/2020 padece de vício de inconstitucionalidade formal e material, na medida em que a Constituição Federal estabelece reserva de lei complementar para organizar e disciplinar as atribuições e o Estatuto de cada Ministério Público, e membros do Ministério Público não podem ocupar cargos públicos, fora do âmbito da Instituição, salvo função de magistério, admitindo-se também o exercício de função pública estranha à carreira por membro que tenha ingressado antes da promulgação da atual Constituição e que haja optado pelo regime anterior, conforme previsão do art. 29, § 3o, do ADCT

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema organização do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. Contraria o entendimento do STF ao sugerir que a lei ordinária poderia regular matéria que exige lei complementar, além de contrariar a vedação constitucional de membros do MP ocuparem outros cargos públicos.

A alternativa B está incorreta. Ignora que a discricionariedade administrativa não pode sobrepor-se a proibições constitucionais claras quanto à atuação dos membros do MP em funções estranhas à instituição, salvo magistério.

A alternativa C está incorreta. Apesar de reconhecer a inconstitucionalidade formal, falha ao não considerar a inconstitucionalidade material relacionada à ocupação de cargos públicos fora do MP.

A alternativa D está incorreta. Encontra-se em desacordo com a interpretação constitucional de que membros do MP estão proibidos de exercer cargos de confiança no âmbito do Poder Executivo, mesmo com autorização específica do Procurador-Geral de Justiça, pois tal prática comprometeria a independência e a imparcialidade do Ministério Público.

A alternativa E está correta. A Lei Ordinária nº 5.000/2020 apresenta inconstitucionalidade tanto formal quanto material. A inconstitucionalidade formal se deve ao fato de que a Constituição Federal exige lei complementar para organizar o Ministério Público e disciplinar o estatuto de seus membros (art. 128, §5º). Isso significa que uma lei ordinária não possui a hierarquia normativa adequada para tratar dessa matéria. A inconstitucionalidade material decorre da vedação expressa aos membros do Ministério Público de ocuparem quaisquer cargos públicos fora do âmbito da instituição, com exceção de cargos de magistério (art. 128, §5º, II, "d" da CF). Tal proibição objetiva preservar a independência funcional e a imparcialidade do Ministério Público, elementos essenciais para o exercício de suas funções constitucionais. A decisão da ADPF 388 reforça essa interpretação, ao julgar procedente a ação para estabelecer que membros do MP não podem ocupar cargos públicos fora da instituição, exceto aqueles ligados ao ensino, e declarar a inconstitucionalidade de normas que permitiam o contrário.

QUESTÃO 46. Considere que Gustavo é deputado federal e está passando por problemas familiares, o que fez com que ele perdesse, na última sessão legislativa, metade das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

a) não há qualquer problema na conduta de Gustavo, pois a Constituição prevê a perda do cargo exclusivamente nas faltas às sessões extraordinárias.

b) para que Gustavo perdesse o cargo, ele precisaria perder dois terços das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados.

c) Gustavo perderá o mandato de deputado.

d) como há justificativa para a perda das sessões ordinárias, ainda que não haja licença ou afastamento para tratar de interesse particular, Gustavo não perderá o cargo.

e) atualmente se prevê que a perda do mandato parlamentar depende da votação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema perda do mandato para os congressistas.

A alternativa A está incorreta. A Constituição não limita a perda do cargo exclusivamente nas faltas às sessões extraordinárias. Pelo contrário, especifica a perda do mandato por falta a mais de um terço das sessões ordinárias.

A alternativa B está incorreta. O texto constitucional menciona a perda do mandato quando o parlamentar falta a mais de um terço das sessões ordinárias, e não dois terços, como afirma a opção.

A alternativa C está correta. De acordo com o Artigo 55, inciso III, da Constituição, Gustavo perderá o mandato se deixar de comparecer a mais de um terço das sessões ordinárias, sem justificativa aceitável como licença ou missão autorizada. Se ele perdeu metade das sessões, excedeu esse limite, o que justifica a perda do mandato.

A alternativa D está incorreta. Ainda que haja justificativa para as faltas, o texto constitucional exige que haja uma licença ou autorização para missão concedida pela Casa legislativa para que as ausências não sejam consideradas para fins de perda do mandato. Problemas familiares, sem a devida licença ou autorização, não excluem a possibilidade de perda do mandato.

A alternativa E está incorreta. A Constituição não estabelece que a perda do mandato parlamentar dependa da votação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional nesse contexto específico de faltas às sessões ordinárias. O processo de perda do mandato por faltas é automático, dependendo do registro de presença e das justificativas formalmente aceitas pela Casa, embora possa haver um processo interno para a efetivação da perda do mandato que envolva deliberação dos pares.

QUESTÃO 47. Considere que lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual concedeu, por seis meses, isenção das tarifas de água e esgoto e de energia elétrica aos consumidores residenciais e comerciais atingidos por enchentes no estado.

Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a lei é

a) constitucional quanto à isenção das tarifas de água e esgoto apenas se o município for o acionista majoritário das empresas concessionárias dos serviços de saneamento básico.

b) inconstitucional, pois a lei estadual afronta o esquema de competências legislativa e administrativa previsto na Constituição.

c) inconstitucional, por não respeitar os postulados da razoabilidade e proporcionalidade.

d) constitucional apenas quanto à concessão de isenção das tarifas de energia elétrica.

e) constitucional apenas quanto à concessão de isenção das tarifas de água, por se coadunar com os objetivos da agenda 2030 da ONU.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema iniciativa de propositura de lei do chefe do executivo estadual.

A alternativa A está incorreta. A isenção de tarifas de água e esgoto não depende da condição de o município ser acionista majoritário das empresas concessionárias. A questão central é a violação do princípio da competência, conforme esclarecido pelo STF, que aponta para a inconstitucionalidade da lei estadual independentemente da participação acionária em empresas de saneamento.

A alternativa B está correta. Segundo a decisão do STF na ADI 6912, uma lei estadual que concede isenção das tarifas de serviços essenciais, como água, esgoto e energia elétrica, viola a distribuição de competências estabelecida pela Constituição Federal. A competência para legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo o saneamento básico, é dos municípios (CF, art. 30, I), e a regulação tarifária, especialmente no caso de energia elétrica, envolve também competências federais.

A alternativa C está incorreta. A inconstitucionalidade apontada pelo STF não se baseia na violação dos postulados da razoabilidade e proporcionalidade, mas sim na violação das regras de distribuição de competência entre os entes federativos.

A alternativa D está incorreta. A concessão de isenção das tarifas de energia elétrica por lei estadual também é inconstitucional, pois invade competências que não são atribuídas aos estados, mas sim ao governo federal e às agências reguladoras federais, além de interferir em contratos de concessão que têm um equilíbrio econômico-financeiro a ser preservado.

A alternativa E está incorreta. A constitucionalidade da isenção das tarifas de água não se justifica por estar alinhada com os objetivos da Agenda 2030 da ONU. A decisão do STF destaca a importância do respeito às competências constitucionais, independentemente dos objetivos políticos ou sociais visados pela lei, o que torna a norma do enunciado inconstitucional.

QUESTÃO 48. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) Assim como na Lei Fundamental Alemã, a Constituição Federal contém norma expressa assegurando a titularidade de direitos fundamentais às pessoas jurídicas.

b) Para a doutrina majoritária, a expansividade do catálogo constitucional dos direitos e garantias fundamentais se limita ao reconhecimento da existência de direitos e garantias de natureza individual, em paralelo ao disposto no art. 5o da Constituição Federal.

c) De acordo com a teoria interna, há uma diferença entre os direitos fundamentais e as restrições a eles impostas.

d) É a dimensão objetiva dos direitos fundamentais que possibilita que o titular do direito possa utilizar-se do Poder Judiciário para garantir sua observância.

e) Considerados em sentido duplo, pode-se sustentar que os direitos fundamentais cumprem, em regra, uma dupla função, abrangendo, ao mesmo tempo, uma dimensão positiva e negativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema direitos e garantias fundamentais.

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal do Brasil, assim como a Lei Fundamental Alemã, reconhece a titularidade de direitos fundamentais às pessoas jurídicas, mas não de forma absoluta. A titularidade de direitos fundamentais por pessoas jurídicas é mais limitada em comparação aos direitos fundamentais individuais, das pessoas físicas. A Constituição brasileira não faz uma equiparação total entre pessoas físicas e jurídicas em termos de direitos fundamentais, havendo uma adaptação conforme a natureza dos direitos.

A alternativa B está incorreta. A doutrina majoritária entende que a expansividade do catálogo constitucional dos direitos e garantias fundamentais não se limita apenas aos direitos de natureza individual. Os direitos fundamentais também incluem direitos sociais, econômicos, culturais, entre outros, que transcendem o escopo do artigo 5º da Constituição Federal brasileira. Assim, observa-se que os direitos fundamentais, estão espalhados por toda a Constituição.

A alternativa C está incorreta. A noção de que a distinção entre direitos fundamentais e as restrições aplicáveis a eles não emerge da "teoria interna" é crucial. Este debate gira em torno da ideia de que os direitos fundamentais, embora assegurados pela Constituição, não são inquestionáveis e podem enfrentar limitações. Estas devem estar claramente estabelecidas por lei, ser necessárias e proporcionais aos objetivos pretendidos, sempre protegendo o essencial dos direitos em questão. Segundo a teoria interna, os direitos fundamentais são considerados absolutos e, como tal, não estariam sujeitos a restrições externas, sendo apenas limitados por condições intrínsecas definidas na própria Constituição. Por outro lado, a teoria externa reconhece a possibilidade de limitação dos direitos fundamentais, operando em duas etapas: inicialmente, identifica-se as normas legais aplicáveis ao caso; subsequentemente, realiza-se uma análise de balanceamento entre os interesses em conflito.

A alternativa D está incorreta. A dimensão objetiva dos direitos fundamentais refere-se ao papel que esses direitos desempenham como elementos fundamentais da ordem jurídica, influenciando e orientando a interpretação das leis e a atuação do Estado. Embora a dimensão objetiva de fato contribua para a proteção dos direitos fundamentais, a possibilidade de o titular do direito recorrer ao Poder Judiciário para garantir sua observância não se limita ou se origina exclusivamente dessa dimensão. A proteção judicial dos direitos fundamentais está assegurada tanto pela sua dimensão objetiva quanto pela sua dimensão subjetiva (direitos do indivíduo perante o Estado).

A alternativa E está correta. De fato, os direitos fundamentais são considerados sob uma dupla dimensão: positiva e negativa. A dimensão positiva refere-se à obrigação do Estado de realizar ações positivas para garantir o exercício dos direitos fundamentais (por exemplo, fornecer educação ou saúde). A dimensão negativa, por outro lado, implica a obrigação do Estado de se abster de interferir nos direitos fundamentais dos indivíduos (por exemplo, não violar a liberdade de expressão). Essa

compreensão dupla dos direitos fundamentais é amplamente reconhecida na teoria dos quatro status, desenvolvida por Georg Jellinek (final do século XIX).

QUESTÃO 49. Considere que, visando consagrar o princípio da moralidade administrativa, uma emenda à Constituição do Estado X estabeleceu a possibilidade de intervenção do Estado nos Municípios quando confirmada a prática de ato de improbidade administrativa, por meio de decisão colegiada, por parte dos Chefes do Poder Executivo municipais.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) o rol do artigo 35 da Constituição Federal é taxativo, mas admite a interpretação extensiva, admitindo-se a intervenção na hipótese narrada.

b) a doutrina moderna entende que as hipóteses de intervenção previstas na Constituição Federal são exemplificativas, admitindo-se novas previsões por parte do legislador ordinário, desde que fundamentadas nos princípios constitucionais.

c) a emenda somente será considerada inconstitucional se for de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual.

d) a emenda é inconstitucional, na medida em que prevê hipótese de intervenção do estado no município fora das elencadas na Constituição Federal, violando a autonomia dos entes federados e o equilíbrio federativo.

e) a emenda será constitucional formalmente se for de iniciativa dos membros da Assembleia Legislativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema intervenção do Estado no Município

A alternativa A está incorreta. Esta interpretação contradiz o entendimento do STF de que o rol é taxativo e não sujeito a expansão interpretativa para além das hipóteses expressamente previstas.

A alternativa B está incorreta. Esta visão conflita com a jurisprudência do STF que considera o rol taxativo, não permitindo expansões pelo legislador estadual ou por emendas às Constituições Estaduais.

A alternativa C está incorreta. A questão da inconstitucionalidade, conforme o caso citado, centra-se na violação da taxatividade das hipóteses de intervenção previstas na CF e não na origem da iniciativa da emenda.

A alternativa D está correta. Reflete diretamente o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à inconstitucionalidade de emendas à Constituição Estadual que prevejam hipóteses de intervenção do Estado nos Municípios que não estão expressamente elencadas no artigo 35 da Constituição Federal. Segundo a jurisprudência do STF, especificamente na ADI 6619, o rol de hipóteses

para intervenção estadual em municípios previsto no artigo 35 da Constituição Federal é taxativo, e qualquer tentativa de ampliá-lo por meio de constituições estaduais viola o princípio da autonomia dos entes federados e o equilíbrio federativo, configurando uma afronta aos artigos 18, 29, e 35 da Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. Mesmo que procedimentalmente a emenda siga o trâmite correto e seja iniciada por um órgão competente, ela será materialmente inconstitucional se criar hipóteses de intervenção não previstas na CF, violando assim a autonomia dos entes federativos.

QUESTÃO 50. A respeito dos Princípios de Direito Eleitoral, assinale a alternativa correta.

a) A Constituição Federal de 1988 conferiu status de norma constitucional ao princípio da anterioridade eleitoral.

b) O princípio da isonomia é de observância obrigatória no processo eleitoral, sendo a distribuição de recursos do Fundo Partidário e o tempo no horário eleitoral gratuito dois mecanismos de garantia da igualdade material.

c) Os princípios democrático, da soberania popular e o republicano, confundem-se atualmente.

d) Em decorrência do princípio da verdade material, entende-se que o princípio da celeridade não tem aplicação no âmbito do Direito Eleitoral.

e) Como o Brasil adotou a República como forma de governo, afirma-se que o princípio da preclusão não tem aplicação no âmbito da legislação eleitoral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. O princípio da anualidade, também conhecido como princípio da antinomia eleitoral ou anterioridade eleitoral, é considerado o princípio mais importante do Direito Eleitoral, e está previsto no art. 16, da CF: "A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. "

A alternativa B está incorreta. A distribuição de recursos do Fundo Partidário e o tempo no horário eleitoral gratuito não são mecanismos de garantia, mas sim, o próprio direito, que é garantido por ações eleitorais.

A alternativa C está incorreta. Os princípios democrático, da soberania popular e o republicano, embora se entrelacem, não se confundem. A democracia constitui um regime de governo que se caracteriza pela atribuição do poder ao povo. Segundo a expressão grega, democracia significa o "Governo do povo" (*Kratos* + *demo*). Por sua vez, a República é forma de governo. Forma de governo é a expressão que se refere à maneira como deve ser exercido o poder no Estado, bem como quem poderá exercê-lo. Diz respeito à relação entre governante e governados. A República se origina da "*res publica*", ou seja, da "coisa pública", coisa do povo. Trata-se de forma de governo oponível à monarquia em que o poder na

sociedade é exercido por quem o povo elege para atuar como seu representante, de maneira a garantir um governo em que prevaleça a vontade soberana do povo. Esses líderes políticos recebem um mandato e adquirem o dever de prestação de contas de seus atos aos titulares do poder – o povo. A soberania popular, por outro lado, é a forma como o poder pelo povo é exercido.

Nos termos do artigo 14 da Constituição Federal: Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular.

A alternativa D está incorreta. O princípio da celeridade é comum a diversos ramos processuais do direito. Aqui, no Direito Eleitoral, o princípio da celeridade ganha contornos próprios no sentido de que as decisões eleitorais devem ser imediatas, evitando-se delongas para as fases posteriores à data da diplomação, sendo verdadeiras exceções os casos que possam demandar um julgamento para além da posse, de acordo com Marcos Ramayana. Notem que a celeridade eleitoral se aproxima da imediaticidade. No Direito Eleitoral, o processo deve ser o mais rápido possível. Nesse contexto, temos o princípio da preclusão imediata das decisões eleitorais como faceta da celeridade. Assim, se o partido político desejar recorrer de decisão no dia das eleições perante a Junta, deve impugnar de forma imediata, sob pena de preclusão. A finalidade desse princípio é evitar o prolongamento de decisões eleitorais após a posse dos eleitos e após o início do exercício do mandato eletivo. Nesse contexto, é relevante o art. 257, parágrafo primeiro, da Lei nº 4.737/1965, que adota a tutela da imediaticidade, segundo a qual a execução das decisões eleitorais será imediata, com a adoção de meios eficazes e práticos de intimação, tais como telegrama e *fax*. Vejamos o dispositivo: § 1º A execução de qualquer acórdão será feita imediatamente, através de comunicação por ofício, telegrama, ou, em casos especiais, a critério do presidente do Tribunal, através de cópia do acórdão. Há, ainda, um importante dispositivo da Lei nº 9.504/1997 que disciplina o prazo de um ano entre a propositura da ação e o resultado final do julgamento para as ações que possam resultar na perda de mandato eletivo.

A alternativa E está incorreta. Admite-se a preclusão no âmbito eleitoral a fim de garantir a segurança jurídica.

Fonte: Livro Digital Interativo - LDI. Estratégia Carreira Jurídica. Promotor de Justiça. Direito eleitoral.

QUESTÃO 51. A respeito dos Direitos Políticos, assinale a alternativa correta.

a) O direito de voto está previsto nas Declarações de Direitos desde o século XVII, quando incorporado no Bill of Rights na Inglaterra, em 1689, tendo importância central num Estado Democrático.

b) A cidadania, que, necessariamente, pressupõe a nacionalidade, guarda relação direta com o status activus do indivíduo.

c) É no plano supranacional que os direitos políticos encontram sua formatação concreta, com o estabelecimento de minúcias gerais do direito de sufrágio.

d) A soberania popular é exercida mediante plebiscito e referendo, únicos instrumentos expressamente previstos no texto constitucional.

e) Ainda que seja adotada a concepção alargada de direitos fundamentais, entende-se que apenas o direito de voto e a filiação partidária são direitos fundamentais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. O voto foi incorporado no Bill of Rights na Inglaterra, em 1689. Trata-se do instrumento principal de exercício do direito ao sufrágio. É por intermédio do voto que os cidadãos escolhem os representantes, responsáveis pela condução do País. Por ser importante instrumento da expressão de vontade dos eleitores possui características próprias e algumas são protegidas pela constituição como cláusulas pétreas.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário, a nacionalidade é pressuposto da cidadania. E com a cidadania é possível exercer os direitos políticos.

A alternativa C está incorreta. É por meio do plano nacional, onde o indivíduo exerce sua cidadania que os direitos políticos encontram sua formatação concreta, com o exercício do voto, e dos demais mecanismos de participação política, a fim de direcionar o destino a unidade política em que vive.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 14 da Constituição Federal: A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular.

A alternativa E está incorreta. Os direitos políticos formam a base do nosso sistema eleitoral. São prerrogativas ligadas a cidadania e garantem o exercício da soberania popular oportunizando aos cidadãos a possibilidade de interferir no governo do país. A matéria é colocada na Constituição como Direito Fundamental e vem disciplinada nos arts. 14 a 16. Cabendo a União legislar sobre cidadania e direito eleitoral na forma do art. 22 I e XIII da CF. Na realidade, além do Capítulo IV, do Título II, que expressamente refere-se aos "Dos Direitos Políticos", existem diversos outros direitos políticos fundamentais no Texto Constitucional, tais como regras referentes às eleições e aos sistemas eleitorais. No estudo das dimensões dos direitos fundamentais, em Direito Constitucional, afirma-se que os direitos políticos constituem direitos de primeira dimensão, ao lado dos direitos civis, como a liberdade. Marcelo Novelino conceitua os direitos políticos como: Os direitos políticos são direitos públicos subjetivos fundamentais conferidos aos cidadãos para participarem dos negócios políticos do Estado. Decorrentes do princípio democrático, os "direitos de participação" ("status activae civitatis") são adquiridos mediante o alistamento eleitoral. Fonte: Livro Digital Interativo - LDI. Estratégia Carreira Jurídica. Promotor de Justiça. Direito eleitoral.

QUESTÃO 52. Considere que o Partido Político X elegeu 25 Deputados Federais em um terço das unidades da Federação e, no dia 01 de fevereiro de 2024, durante a propaganda partidária gratuita na televisão, incentivou a filiação partidária e difundiu a participação política dos jovens e dos negros, participando da inserção Nora, digital influencer, não filiada ao partido responsável pelo programa.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei dos Partidos Políticos, é correto afirmar que

a) a legislação correlata determina que, do tempo total disponível para o partido político, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser destinados à promoção e à difusão da participação política dos jovens e dos negros.

b) em decorrência da participação de Nora, o Partido Político X será punido com a cassação do tempo equivalente a 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o tempo da inserção ilícita, no semestre seguinte.

c) como o Partido Político X elegeu mais de 20 Deputados Federais, a ele é assegurado o direito à utilização do tempo total de 10 minutos por semestre para inserções de 30 segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais.

d) considerando a quantidade de Deputados Federais eleitos, ao Partido Político X é assegurado o direito à utilização do tempo total de 10 minutos por semestre para inserções de 30 segundos nas redes nacionais, e da metade do tempo nas emissoras estaduais.

e) o Partido Político X agiu corretamente ao difundir a participação política dos jovens e dos negros, mas incidiu em conduta vedada ao incentivar a filiação partidária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Não há a previsão do mínimo de tempo total disponível na propaganda para jovens e negros, como faz a Lei dos Partidos Políticos – Lei n. 9.096/95, com relação às mulheres, conforme artigo 50-B, §2º: Do tempo total disponível para o partido político, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à promoção e à difusão da participação política das mulheres.

A alternativa B está correta. Nos termos do artigo 50-B § 4º a Lei dos Partidos Políticos – Lei n. 9.096/95: Ficam vedadas nas inserções: I - a participação de pessoas não filiadas ao partido responsável pelo programa.

Ainda, de acordo com o § 5º do aludido dispositivo: Tratando-se de propaganda partidária no rádio e na televisão, o partido político que descumprir o disposto neste artigo será punido com a cassação do tempo equivalente a 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o tempo da inserção ilícita, no semestre seguinte.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 50-B, § 1º, Lei dos Partidos Políticos – Lei n. 9.096/95: Os partidos políticos que tenham cumprido as condições estabelecidas no § 3º do art. 17 da Constituição Federal terão assegurado o direito de acesso gratuito ao rádio e à televisão, na proporção de sua bancada eleita em cada eleição geral, nos seguintes termos: I - o partido que tenha eleito acima de 20 (vinte) Deputados Federais terá assegurado o direito à utilização do tempo total de 20 (vinte)

minutos por semestre para inserções de 30 (trinta) segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais.

A alternativa D está incorreta. Conforme já mencionado na alternativa anterior, nos termos do artigo 50-B, § 1º, Lei dos Partidos Políticos – Lei n. 9.096/95: Os partidos políticos que tenham cumprido as condições estabelecidas no § 3º do art. 17 da Constituição Federal terão assegurado o direito de acesso gratuito ao rádio e à televisão, na proporção de sua bancada eleita em cada eleição geral, nos seguintes termos: I - o partido que tenha eleito acima de 20 (vinte) Deputados Federais terá assegurado o direito à utilização do tempo total de 20 (vinte) minutos por semestre para inserções de 30 (trinta) segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 50-B da Lei dos Partidos Políticos – Lei n. 9.096/95: O partido político com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral poderá divulgar propaganda partidária gratuita mediante transmissão no rádio e na televisão, por meio exclusivo de inserções, para: IV - incentivar a filiação partidária e esclarecer o papel dos partidos na democracia brasileira

QUESTÃO 53. A respeito da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), de acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que

a) é vedada a propositura de AIME para apurar violação à cota de gênero.

b) a ausência de alegações finais acarreta a nulidade do processo, porquanto a legislação estabelece a obrigatoriedade de sua apresentação.

c) as coligações partidárias têm legitimidade para a propositura de ação de impugnação de mandato eletivo.

d) no âmbito da AIME é vedado apurar abuso de poder político entrelaçado com abuso de poder econômico, dado o caráter restrito da ação constitucional.

e) se admite a ampla apreciação das condutas vedadas em sede de ação de impugnação de mandato eletivo, visando, com isso, o combate à fraude e à corrupção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Conforme decidiu o TSE: "Eleições 2020 [...] 1. É firme a Jurisprudência desta Corte Superior eleitoral no sentido de admitir a propositura de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (Aime) para apurar violação à cota de gênero. 2. A fraude à cota de gênero de candidaturas femininas representa afronta aos princípios da igualdade, da cidadania e do pluralismo político, na medida em que a ratio do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997 é ampliar a participação das mulheres no processo político-eleitoral. [...]" (Ac. de 12.8.2022 no REspEl nº 060000120, rel. Min. Alexandre de Moraes; no mesmo sentido o Ac. de 16.12.2021 no AgR-REspEl nº 190, rel. Min. Alexandre de Moraes.)

A alternativa B está incorreta. Consoante ao entendimento do TSE: "Eleições 2020 [...] AIME [...] 2. A ausência de alegações finais não acarreta, necessariamente, a nulidade do processo, porquanto o art. 6º da LC nº 64/1990 estabelece tão somente a faculdade – e não a obrigatoriedade – da sua apresentação. [...]" (Ac. de 12.8.2022 no AREspEl nº 060000186, rel. Min. Mauro Campbell Marques)

A alternativa C está correta. Consoante entendimento do TSE: "Eleições 2012 [...] As coligações partidárias têm legitimidade para a propositura de ação de impugnação de mandato eletivo. [...]" (Ac. de 4.10.2016 no AgR-AI nº 1211, rel. Min. Luciana Lóssio.)

A alternativa D está incorreta. O TSE entende que: "[...] Eleições 2016 [...] Abuso de poder político e econômico. Conduta vedada. [...] 1. A teor da jurisprudência desta Corte Superior: 'possível apurar, em Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), abuso de poder político entrelaçado com abuso de poder econômico. Trata-se de hipótese em que agente público, mediante desvio de sua condição funcional, emprega recursos patrimoniais, privados ou do Erário, de forma a comprometer a legitimidade das eleições e a paridade de armas entre candidatos'. Precedente.[...]" (Ac. de 24.5.2018 no AgR-REspe nº 3611, rel. Min. Rosa Weber.)

A alternativa E está incorreta. Conforme entendimento do TSE: "[...] 1. A AIME tem objeto restrito e destina-se à apuração do abuso do poder econômico, corrupção e fraude e não à apreciação de conduta vedada. [...]" (Ac. de 27.5.2008 no REspe nº 28007, rel. Min. Gerardo Grossi, red. designado Min. Marcelo Ribeiro.)

QUESTÃO 54. Considere que houve fraude à cota de gênero, por meio do lançamento fictício de candidaturas femininas para preencher o mínimo legal, sem a realização de ato de campanhas e de arrecadação de recursos. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que

a) a fraude à cota de gênero é conduta que afeta diretamente o pluralismo político, a isonomia e lisura do pleito, mas não afeta a legitimidade.

b) são três os legitimados a propor a ação de investigação judicial eleitoral, que é o meio hábil a apurar fraude à cota de gênero, os partidos, candidatos e o Ministério Público.

c) como não houve realização de ato de campanhas e de arrecadação de recursos, não se configura hipótese de fraude à cota de gênero.

d) o objeto da ação de investigação judicial eleitoral é restrito, não sendo constitucional sua utilização como meio para apurar fraude à cota de gênero.

e) deve haver a cassação do diploma ou do registro de todos os beneficiários do ato abusivo ou fraudulento, sendo consequência da procedência da ação

de investigação judicial eleitoral, que é meio hábil a apurar a fraude à cota de gênero.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. De acordo com a jurisprudência do TSE: "Eleições 2020. [...] Ação de impugnação de mandato eletivo. Fraude à cota de gênero. Art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97. Candidatura fictícia. Caracterização. [...] 5. A partir do leading case de Jacobina/BA (AgR-AREspE 0600651-94, red. para o acórdão Min. Alexandre de Moraes, DJE de 30.6.2022), julgado que serve de paradigma para o julgamento de ações similares alusivas ao pleito de 2020, a jurisprudência deste Tribunal tem reiteradamente assentado que 'a obtenção de votação zerada ou pífia das candidatas, a prestação de contas com idêntica movimentação financeira e a ausência de atos efetivos de campanha são suficientes para evidenciar o propósito de burlar o cumprimento da norma que estabelece a cota de gênero, quando ausentes elementos que indiquem se tratar de desistência tácita da competição' (REspEl 0600001- 24, rel. Min. Carlos Horbach, julgado em 18.8.2022). [...] 6. O Supremo Tribunal Federal, em recente julgamento da ADI 6.338/DF, analisou, entre outros, o entendimento firmado por este Tribunal no REspe 193-92 acerca dos elementos indiciários da fraude à cota de gênero, assentando que 'fraudar a cota de gênero - consubstanciada no lançamento fictício de candidaturas femininas, ou seja, são incluídos, na lista de candidatos dos partidos, nomes de mulheres tão somente para preencher o mínimo de 30% (trinta por cento), sem o empreendimento de atos de campanhas, arrecadação de recursos, dentre outros - materializa conduta transgressora da cidadania (CF, art. 1º, II), do pluralismo político (CF, art. 1º, V), da isonomia (CF, art. 5º, I), além de, ironicamente, subverter uma política pública criada pelos próprios membros - os eleitos, é claro - das agremiações partidárias' (ADI 6.338/DF, rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, sessão virtual, DJE de 4.4.2023) [...]". (Ac. de 26.10.2023 no AREspE nº 060000436, rel. Min. Floriano de Azevedo Marques.)

A alternativa B está incorreta. Como estabelecido no art. 22, caput, da Lei Complementar nº 64/1990, são partes legítimas para representar à Justiça Eleitoral: a) partidos (caput do art. 22 da LC 64/1990); b) coligações (caput do art. 22 da LC 64/1990); c) candidatos (caput do art. 22 da LC 64/1990); d) Ministério Público (art. 127, CF e caput do art. 22 da LC 64/1990).

A alternativa C está incorreta. Consoante jurisprudência do TSE: "[...] Eleições 2020. Vereador. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude. Cota de gênero. Art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97. Candidatas fictícias. Provas robustas. Óbice relevante à candidatura. Indeferimento. Renúncia. Substituição. Ausência. Inércia dolosa. Votação inexpressiva. Ausência de movimentação financeira. [...] 2. De acordo com o entendimento desta Corte, a fraude à cota de gênero deve ser aferida caso a caso, a partir das circunstâncias fáticas de cada hipótese, notadamente levando-se em conta aspectos como falta de votos ou votação ínfima, inexistência de atos efetivos de campanha, prestações de contas zeradas ou notoriamente padronizadas entre as candidatas, dentre outras, de modo a transparecer o objetivo de burlar o mínimo de isonomia entre homens e mulheres que o legislador pretendeu assegurar no art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97. 3. Em recentíssimo julgado, este Tribunal consignou que as agremiações partidárias devem se comprometer ativamente com o lançamento de candidaturas femininas juridicamente viáveis, minimamente financiadas e com pretensão efetiva de disputa. Nessa perspectiva, sobrevindo impugnação ao registro, devem os partidos, quando houver tempo hábil, substituir aquelas que não reúnam condições jurídicas para serem deferidas ou sobre as quais paire dúvida razoável sobre a sua viabilidade, ou, ainda, proceder às adequações necessárias à obediência da proporção mínima entre os gêneros, sob pena serem consideradas fictícias [...]". (Ac. de 9.11.2023 no REspEl nº 060121835, rel. Min. Benedito Gonçalves.)

A alternativa D está incorreta. A jurisprudência do TSE admite a utilização da Ação Judicial Eleitoral para apuração da fraude à cota de gênero: Conforme jurisprudência do TSE: "[...] Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude à cota de gênero. Art. 10, § 3º, da lei 9.504/97. Candidaturas fictícias. Configuração. Precedentes. [...]"(Ac. de 16.2.2023 no AgR-REspEl nº 060164691, rel. Min. Benedito Gonçalves.).

A alternativa E está correta. Conforme jurisprudência do TSE: "[...] Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude à cota de gênero. Art. 10, § 3º, da lei 9.504/97. Candidaturas fictícias. Configuração. [...] 13. Impõe–se manter a cassação do diploma dos vereadores eleitos pela grei, na condição de beneficiários do ilícito, pois, como esta Corte já assentou em diversas oportunidades, a fraude à cota de gênero macula toda a chapa e torna inadmissível que se preservem quaisquer votos por ela obtidos. Precedentes. [...]"(Ac. de 16.2.2023 no AgR-REspEl nº 060164691, rel. Min. Benedito Gonçalves.)

QUESTÃO 55. A respeito da origem do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

a) É pacífico na doutrina que a origem do Direito Administrativo está associada ao desenvolvimento do Estado de Direito, o que significa dizer que os institutos do direito

administrativo e os princípios definidores do seu regime jurídico foram previamente disciplinados por lei.

b) O direito administrativo surge de forma concomitante nos sistemas romano-germânico e nos de origem anglo-saxões, pois em ambos há o compartilhamento de valores comuns da revolução francesa e a concepção de que o poder extroverso do Estado deve estar associado à execução do interesse público.

c) O desenvolvimento do contencioso administrativo e do processo administrativo, nos países que adotam o modelo de jurisdição administrativa, não serviu para imunizar as decisões do Poder Executivo e não se contraporia ao princípio da separação dos poderes.

d) Para parte da doutrina, o Direito Administrativo foi construído a partir de uma participação ativa da jurisprudência do Conselho de Estado francês, derrogatória do direito comum, o que geraria uma espécie de contradição entre a sua origem real e a ideia de subordinação do Poder Executivo à vontade geral, expressa pelo Poder Legislativo.

e) A descontinuidade das constituições, em contraste com a continuidade da burocracia, legitima que o Direito Administrativo seja formado por categorias, institutos, princípios e regras próprios, não sujeitos às mutações constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A presente questão explorou domínio acerca da origem do direito administrativo.

A alternativa A está incorreta. Não há o alegado consenso doutrinário acerca do surgimento do direito administrativo. A discordar da posição mais tradicional, cite-se o seguinte trecho da doutrina de Gustavo Binenbojm: "A associação da gênese do direito administrativo ao advento do Estado de direito e do princípio da separação de poderes na França pós-revolucionária caracteriza erro histórico e reprodução acrítica de um discurso de embotamento da realidade repetido por sucessivas gerações, constituindo aquilo que Paulo Otero denominou ilusão garantística da gênese." (BINENBOJM, Gustavo. *Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: Um novo paradigma para o direito administrativo.* Revista de Direito Administrativo n.º 239. Rio de Janeiro: Jan/Mar – 2005, p. 1-31)

A alternativa B está incorreta, pois traz uma inverdade, qual seja, a alegada simultaneidade de surgimento do direito administrativo nos sistemas romano-germânico e anglo-saxões. Sobre a origem diversa do modelo romano-germânico, confira-se a seguinte lição de Di Pietro: "Enquanto na França o Direito Administrativo surgiu após a revolução, que rompeu inteiramente com o sistema anterior, na Alemanha não houve a mesma ruptura, pois resultou, esse ramo do direito, de longa evolução, não processada pela mesma forma nos diferentes Estados." (DI Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 8).

A alternativa C está incorreta. Como ensina, uma vez mais, Binenbojm, operou-se, sim, a imunização das decisões do Executivo, em contradição ao princípio da separação de poderes. Acerca deste aspecto, confira-se: "É curioso anotar como a separação de poderes serviu, contraditoriamente, a esse processo de imunização decisória dos órgãos do Poder Executivo. O mesmo princípio que justificara a criação do contencioso administrativo, intestino ao Executivo, será invocado para impedir que os órgãos de

controle exerçam sobre os outros órgãos da Administração poderes de injunção e substituição, em princípio legítimos e até naturais entre órgãos situados no interior da mesma estrutura de Poder." (BINENBOJM, Gustavo. *Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: Um novo paradigma para o direito administrativo.* Revista de Direito Administrativo n.º 239. Rio de Janeiro: Jan/Mar – 2005, p. 1-31)

A alternativa D está correta e seu acerto pode ser bem visualizado pelo seguinte trecho da doutrina de Gustavo Binenbojm: "A conhecida origem pretoriana do direito administrativo, como construção jurisprudencial do Conselho de Estado derrogatória do direito comum, traz em si esta contradição: a criação de um direito especial da Administração Pública resultou não da vontade geral, expressa pelo Legislativo, mas de decisão autovinculativa do próprio Executivo." (BINENBOJM, Gustavo. *Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: Um novo paradigma para o direito administrativo.* Revista de Direito Administrativo n.º 239. Rio de Janeiro: Jan/Mar – 2005, p. 1-31)

A alternativa E está incorreta, uma vez que não se mostra acertado dizer que o direito administrativo esteja imune às mutações constitucionais. No ponto, a chamada constitucionalização do direito administrativo, a partir de uma releitura de seus dogmas à luz da Constituição, permite que seus institutos fundamentais sejam reinterpretados sob a influência direta de princípios constitucionais, em especial o da dignidade da pessoa humana. Neste sentido, a posição de Patrícia Ferreira Baptista: "Da condição de súdito, de mero sujeito subordinado à Administração, o administrado foi elevado à condição de cidadão. Essa nova posição do indivíduo, amparada no desenvolvimento do discurso dos direitos fundamentais, demandou a alteração do papel tradicional da Administração Pública. Direcionada para o respeito à dignidade da pessoa humana, a Administração, constitucionalizada, vê-se compelida a abandonar o modelo autoritário de gestão da coisa pública para se transformar em um centro de captação e ordenação dos múltiplos interesses existentes no substrato social." (BAPTISTA. Patrícia Ferreira. *Transformações do Direito Administrativo*, Renovar: 2003, p.129-30).

QUESTÃO 56. Considere que o Estado X autorizou, por lei, a criação de fundação de direito privado para atuar no âmbito da saúde. A entidade é dotada de personalidade jurídica de direito privado, e os agentes a ela vinculados estão sujeitos à legislação trabalhista, em contraposição aos servidores públicos da Administração Direta e que atuam na área da saúde, que são submetidos ao regime estatutário. Recentemente empossado no cargo de Promotor de justiça e designado para atuar na promotoria que fiscaliza a ação de fundações, Mário achou a situação jurídica intrigante. Ao avaliar o cenário e levar a consideração à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Mário concluirá, de forma correta, que

a) a criação da fundação é inválida, pois os serviços públicos de saúde, quando executados pela Administração, devem ser prestados por pessoas jurídicas de direito público.

b) a criação da fundação é válida, pois, no cenário atual, somente é vedada a instituições de entidades dessa natureza para a prestação de serviços que exijam a atuação exclusiva do Estado.

c) a criação dessa entidade é válida, pois não cabe à lei complementar definir o campo de atuação de fundações dessa natureza, devendo os seus agentes ser considerados servidores públicos estatutários, ante a obrigação de instituição do regime jurídico único se estender para fundações de direito privado.

d) a criação de fundações na área da saúde, após a EC nº 19, é formalmente inválida, pois não foi promulgada lei complementar nacional definindo a sua área de atuação.

e) a criação da fundação terá sido válida se houver legislação complementar estadual definindo que ela poderá prestar o serviço público de saúde, pois compete a cada um dos entes federativos, definido o âmbito de ação de suas fundações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

Cuida-se de questão em que se exigiu conhecimentos acerca da prestação de serviços de saúde por meio de fundação pública de direito privado.

A alternativa A está incorreta. Acerca do tema, o STF fixou tese na seguinte linha: "É constitucional a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde". (ADI 4197, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 01-03-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 08-03-2023 PUBLIC 09-03-2023 REPUBLICAÇÃO: DJe-s/n DIVULG 22-03-2023 PUBLIC 23-03-2023)

A alternativa B está correta. O teor deste item está alinhado ao que preconiza o art. 5º, IV, do Decreto-lei 200/67, segundo o qual é legítima a criação de fundação pública para o desenvolvimento de atividades "que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público". Com base neste trecho, do voto do relator, no mesmo precedente acima indicado, constou: "Logo, até que a questão seja revisitada pelo legislador complementar, deve-se observar o art. 5º, IV, do Decreto-Lei nº 200/1967, que veda a atuação de fundações públicas em atividades que exijam a atuação exclusiva do Estado – os denominados serviços públicos inerentes, dos quais são exemplos a defesa nacional, a diplomacia, a segurança pública e a jurisdição."

A alternativa C está incorreta, eis que contraria o disposto no art. 37, XIX, da CRFB, em sua parte final, que exige, sim, lei complementar, no caso das fundações públicas, para definir as áreas de sua atuação. No ponto, confira-se: "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;" Ademais, em sendo pessoas de direito privado, nada impede que o regime jurídico de seu pessoal seja celetista, ao invés do estatutário.

A alternativa D está incorreta. A uma, pois afronta o teor da tese firmada pelo STF, na linha da constitucionalidade da criação de fundações públicas de direito privado para atuarem na área de saúde. A duas, pois, ainda de acordo com o STF, até que seja editada lei complementar, prevalece a disposição do citado art. 5º, IV, do Decreto-lei 200/67, que foi recepcionado pela nova ordem constitucional com eficácia de lei complementar.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de assertiva que, ao exigir lei complementar estadual, insere condicionante a rigor inexistente, o que também agride a compreensão estabelecida pelo STF, conforme demonstrou-se linhas acima, sendo certo, ainda, que, na ausência de lei complementar, prevalece a disposição contida no art. 5º, IV, do aludido Decreto-lei 200/67, na esteira do que restou decidido por nossa Suprema Corte.

QUESTÃO 57. Considere que o Ministério Público, no âmbito de um inquérito civil, está apurando a omissão do Município X na realização de medidas efetivas para impedir que famílias localizadas em comunidades próximas ao rio Y sejam afetadas no período das chuvas. Em reunião técnica realizada na última semana, na sede do Ministério Público, compareceu engenheiro da Secretaria X informando que há um projeto com estudos avançados para a construção de uma lagoa de captação em determinada região da cidade para garantir a retenção da água das chuvas de determinados bairros e que esta entre no sistema de drenagem, impedindo a sobrecarga do rio em anos com chuvas dentro da normalidade ou 30% (trinta por cento) acima da normalidade. Relata, contudo, haver um gargalo financeiro para a sua implementação, pois há dúvidas sobre como seria viabilizado o pagamento da indenização das desapropriações dos imóveis localizados na região em que será implantada a lagoa, bem como um gargalo político, pois os moradores da área já estão se articulando para propor ações judiciais, questionando a legitimidade das desapropriações, e sinalizaram que não aceitarão os valores que o Município pretenda pagar de forma administrativa. Com base na situação hipotética, na legislação e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Promotor de Justiça pode afirmar, de maneira correta, que

a) as desapropriações, independentemente da existência ou não de débitos em precatórios, devem ser viabilizadas mediante a realização de depósitos judiciais em dinheiro, pois a Constituição Federal assegura que os indivíduos que tenham os seus bens expropriados sejam indenizados de forma prévia e justa.

b) o Município, em função da urgência, efetuará o depósito judicial para viabilizar a imissão provisória na posse, bem como juros compensatórios, que incidirão a partir do trânsito em julgado da ação de desapropriação.

c) se o Município estiver em débito com precatórios e desejar fazer a imissão provisória na posse dos bens, deverá alegar urgência e efetuar o pagamento da indenização, de acordo com os critérios previstos na legislação. Ao final da ação, caso reconhecido que o valor foi inferior ao devido, deverá efetuar novo depósito judicial da parcela remanescente, que não se sujeitará ao sistema de precatórios.

d) caso o Município ajuíze ações de desapropriação, os interessados não poderão propor ações diferentes tratando do mesmo assunto, pois a cognição que o Poder Judiciário pode exercer nas ações de desapropriação é ampla, abarcando a justiça da desapropriação e o próprio valor das indenizações.

e) caso a desapropriação não seja feita de forma amigável, o Poder Público poderá propor ação de desapropriação para viabilizar a imissão provisória na posse, devendo efetuar o pagamento da indenização ao final da ação, por meio do sistema de precatórios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A presente questão exigiu domínio no que pertine ao tema desapropriação.

A alternativa A está incorreta, uma vez que, de acordo com entendimento firmado pelo STF, o pagamento da indenização devida ao proprietário do bem, no bojo de ação de desapropriação, pode ser efetivada por meio de precatório, desde que o ente público esteja em dia com os respectivos precatórios. É o que se conclui, a *contrario sensu*, da tese fixada pelo Supremo, *litteris*: "No caso de necessidade de complementação da indenização, ao final do processo expropriatório, deverá o pagamento ser feito mediante depósito judicial direto se o Poder Público não estiver em dia com os precatórios". (RE 922144, Relator(a): LUÍS ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 19-10-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 06-02-2024 PUBLIC 07-02-2024)

A alternativa B está incorreta, pois os juros compensatórios incidem a partir da imissão provisória na posse, e não do trânsito em julgado da sentença. Assim, o art. 15-A do Decreto-lei 3.365/41: "Art. 15-A. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou na desapropriação por interesse social prevista na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, na hipótese de haver divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença, expressos em termos reais, poderão incidir juros compensatórios de até 6% a.a. (seis por cento ao ano) sobre o valor da diferença eventualmente apurada, contado da data de imissão na posse, vedada a aplicação de juros compostos."

A alternativa C está correta, eis que seu conteúdo mostra-se alinhado ao entendimento consolidado pelo STF, conforme se extrai da mesma tese de repercussão geral exibida nos comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, visto que o objeto da ação de desapropriação deve se ater apenas à análise de eventuais vícios do processo, assim como em relação ao preço ofertado pelo Poder Público, ao passo que outras matérias, se for o caso, devem ser discutidas em demanda autônoma. No ponto, o art. 9º do Decreto-lei 3.365/41 "Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública." E, ainda, o art. 20 do mesmo diploma legal: "A contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta."

A alternativa E está incorreta. A uma, pois, para fins de imissão provisória na posse, deve haver o depósito a que se refere o art. 15 do Decreto-lei 3.365/41. A duas, o eventual valor complementar, fixado na sentença, também poderá ter de ser pago através de depósito judicial (e não por precatórios), acaso o ente público não esteja em dia com suas obrigações atinentes aos precatórios judiciais, conforme decidido pelo STF, no mesmo julgado acima indicado.

QUESTÃO 58. A respeito da teoria do serviço público, assinale a alternativa correta.

a) No direito brasileiro, há uma relação automática entre serviço público e exclusividade estatal, razão pela qual não se admitem a introdução da competição e a convivência de regimes jurídicos diferentes dentro de uma mesma atividade.

b) A concessão de um serviço público para a iniciativa privada, realizada dentro de um processo de desestatização, tem como consequência retirar do Estado a obrigação de garantir que a atividade atenderá aos deveres de isonomia, continuidade e universalidade.

c) Os serviços públicos, no Direito Brasileiro, não sofrem gradações no seu regime jurídico, pois a indicação de que estão sujeitos a regras de direito público impõe-lhes um regime jurídico uniforme.

d) A definição de serviço público, no Direito Brasileiro, não depende apenas da importância da utilidade que será objeto da execução estatal, pois é também necessário que o sistema jurídico - a Constituição Federal ou a lei - atribua ao Estado a função de prestá-lo e enquadre a atividade como tal.

e) Enquadra-se também no conceito de serviço público a atividade de fomento, por meio da qual o Estado intervém no domínio econômico para induzir comportamentos de agentes privados a fim de que estes realizem atividades de interesse coletivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Trata-se de questão que abordou o tema serviços públicos.

A alternativa A está incorreta. Inexiste a alegada relação automática entre serviço público e exclusividade estatal. Tanto assim o é que, via de regra, os serviços podem ser objeto de delegação a particulares. Ademais, há certas atividades que podem ser submetidas a regimes jurídicos distintos, como é o caso da educação e da saúde, realizadas como serviços públicos, quando prestadas pelo Estado, e como atividades empresariais, quando realizadas pela iniciativa privada, sem a necessidade de delegação estatal.

A alternativa B está incorreta. Ainda que a atividade seja objeto de desestatização, permanece o dever de regulação estatal, fundado em seu poder de polícia, a fim de assegurar parâmetros mínimos relacionados, dentre outros aspectos, a isonomia, continuidade e universalidade.

A alternativa C está incorreta. Inexiste o alegado caráter uniforme de regime jurídico incidente sobre todas as atividades qualificadas como serviços públicos. No ponto, há aqueles serviços que são submetidos a preceitos mais rígidos, como os serviços de segurança pública e de defesa nacional, por exemplo, insuscetíveis de delegação, ao passo que outros admitem o influxo de normas mais flexíveis, notadamente aqueles passíveis de delegação a particulares.

A alternativa D está correta. De fato, a definição de serviço público abrange o aspecto material, ligado à ideia de relevância social da atividade prestacional efetivada pelo Estado. Nada obstante, faz-se necessário que a atividade seja prevista juridicamente como serviço público, o que pode se dar através da Constituição ou das leis, fazendo com que a atividade seja retirada da livre iniciativa privada, ao que se denomina de *publicatio*.

A alternativa E está incorreta. O fomento não se enquadra no conceito de serviço público. Este último exige uma prestação concreta realizada pelo Estado ou por seus delegatários, consubstanciada no oferecimento de comodidades ou utilidades materiais à população. De seu turno, o fomento é consubstanciado, em linhas gerais, no oferecimento de incentivos estatais ao desenvolvimento de certas

atividades privadas que se mostrem socialmente importantes, o que pode se materializar, por exemplo, através de incentivos fiscais ou creditícios.

QUESTÃO 59. A respeito do exercício da atividade de controle externo, com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que

a) o Administrador Público, ao decidir com base em valores jurídicos abstratos, deve considerar as consequências práticas de suas decisões.

b) a LINDB impõe que a edição de atos normativos pela Administração Pública seja precedida de consulta pública.

c) a Lei não autoriza que os indivíduos sejam compensados em situações nas quais a simples existência de processos lhes cause prejuízos anormais.

d) a Lei excluiu a responsabilidade pessoal do agente público pela prática de erro.

e) o ato em desconformidade com o Direito deve ser anulado, em função do princípio constitucional da legalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**

A alternativa A está correta, eis que tem apoio explícito na regra do art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que assim estabelece: "Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão."

A alternativa B está incorreta, pois, nos termos do art. 29, *caput*, da LINDB, a realização de consulta pública, como medida prévia à edição de atos normativos, não constitui genuína imposição legal, e sim mera possibilidade franqueada à Administração. No ponto, é ler: "Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão."

A alternativa C está incorreta, uma vez que não se compatibiliza com o que preceitua o art. 27 da LINDB: "A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos."

A alternativa D está incorreta, pois o art. 28 da LINDB contempla, sim, a responsabilidade pessoal do agente público, nos casos de dolo ou erro grosseiro. Confira-se: "O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro."

A alternativa E está incorreta. O princípio da legalidade deve ser ponderado à luz de outros postulados, notadamente a segurança jurídica, de modo que a necessidade de estabilização de relações jurídicas consolidadas pelo tempo pode se mostrar prevalente, no caso concreto, em detrimento da legalidade estrita. O art. 24 da LINDB confere embasamento neste sentido: "A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas."

QUESTÃO 60. A respeito dos servidores públicos, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) é constitucional lei estadual, de iniciativa parlamentar, que estende aposentadoria especial prevista para a função de magistério para agentes públicos que exercem atividades administrativas em unidades escolares.

b) é inconstitucional norma estadual que impede a exoneração a pedido e a aposentadoria voluntária de servidor que responde a processo administrativo disciplinar.

c) é constitucional norma de Constituição estadual que prevê a edição de lei complementar para disciplinar as atribuições e o estatuto das carreiras exclusivas de Estado, ainda que essa exigência não encontre paralelo na Constituição Federal.

d) é constitucional norma estadual que, ao regulamentar o afastamento de servidor público estável para o exercício de mandato sindical, assegura-lhe o direito de licença sem remuneração.

e) não é válido o recebimento acumulado de dois benefícios de pensão por morte, ainda que decorram de cargos acumuláveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa A está incorreta, uma vez que em franco desacordo à jurisprudência do STF, consoante se extrai do seguinte trecho de julgado: "*In casu*, a lei estadual impugnada estende a aposentadoria especial para atividades administrativas, técnico-pedagógicas e outras específicas que não propriamente a de professor, inclusive a de representação sindical, por isso que, além dos vícios de iniciativa e de competência, a norma também padece de inconstitucionalidade material, por ofender o núcleo da

disposição constitucional que restringe a aposentadoria especial a funções de magistério." (ADI 856, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 04-09-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 29-09-2023 PUBLIC 02-10-2023).

A alternativa B está incorreta, pois o STF já decidiu que "A possibilidade de cumulação de sanções e a vinculação da Administração indicam que é constitucional a previsão legal que impede a exoneração a pedido e a aposentadoria voluntária de servidor que responde a processo disciplinar." (ADI 6591, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 03/05/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 19-05-2023 PUBLIC 22-05-2023).

A alternativa C está incorreta, porquanto contraria jurisprudência firmada pelo STF, segundo a qual "É inconstitucional — por ofender o princípio da simetria — norma de Constituição estadual que prevê a edição de lei complementar para disciplinar as atribuições e o estatuto das carreiras exclusivas de Estado, visto que essa exigência não encontra paralelo na Constituição Federal." (ADI 2926, rel. Ministro NUNES MARQUES, DJ 22.05.2023 – Informativo STF 1087/2023).

A alternativa D está correta, na medida em que exibe a compreensão firmada pelo STF, *in verbis:* "É constitucional norma estadual que, ao regulamentar o afastamento de servidor público estável para o exercício de mandato sindical, assegura-lhe o direito de licença sem remuneração." (ADI 7242, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 18/04/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 24-04-2023 PUBLIC 25-04-2023 – Informativo STF 1091/2023).

A alternativa E está incorreta, eis que agride o entendimento adotado pelo STF, *litteris*: "Não há qualquer obstáculo ao recebimento acumulado de dois benefícios de pensão por morte se eles decorrerem de cargos acumuláveis, expressamente previstos no art. 37, XVI, da Constituição Federal." (RE 658999, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 17-12-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 21-03-2023 PUBLIC 22-03-2023 – Informativo 1080/2023).

QUESTÃO 61. Com base na teoria dos bens públicos, a retirada da destinação pública anteriormente atribuída a um bem público pode ser conceituada como

a) adestinação.

b) consagração.

c) desdetinação.

d) tredestinação lícita.

e) desafetação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** Trata-se de questão que explorou domínio acerca dos bens públicos.

A alternativa A está incorreta. A adestinação configura-se na hipótese em que um dado bem é desapropriado e a Administração, todavia, permanece omissa em lhe atribuir destinação pública. Portanto, não se trata de retirada de destinação pública anteriormente atribuída ao bem, tal como dito no enunciado da questão.

A alternativa B está incorreta. A consagração é expressão de conteúdo idêntico à afetação, isto é, consiste na atribuição de destinação pública a um bem. Cuida-se, portanto, de fenômeno inverso àquele exposto no enunciado da presente questão.

A alternativa C está incorreta. A desdestinação opera-se na hipótese em que um bem é desapropriado, sendo a ele atribuída uma dada finalidade pública, que posteriormente vem a ser retirada. O enunciado da questão não cogita de desapropriação prévia, de modo que não se pode dizer estar ali descrito, com todos os seus elementos, o instituto da desdestinação, tal como concebido pela doutrina.

A alternativa D está incorreta. A tredestinação lícita se dá no caso em que a Administração atribui ao bem desapropriado finalidade pública diversa daquela constante do decreto expropriatório. O bem permanece afetado, portanto, sem dar azo à retrocessão.

A alternativa E está correta. O enunciado, de fato, conceituou o instituto da desafetação de bens públicos, assim entendida a retirada da finalidade coletiva que, até então, se verificava em relação ao bem.

QUESTÃO 62. Considere que Francisca é vereadora do Município Z e direcionou-se à sede do Ministério Público para apresentar uma denúncia. Relata a edil que o Prefeito, João, não apresentou as prestações de contas relativas ao exercício anterior ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, o que demandaria uma ação mais enérgica de parte do Parquet. Mesmo após passado o prazo constitucional, as contas foram apresentadas e julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que

a) se a omissão teve por fim ocultar irregularidades, o ato se enquadra como espécie de improbidade administrativa por causar prejuízo ao erário.

b) não havia irregularidade na não apresentação de contas à Câmara Municipal, pois compete ao Tribunal de Contas julgá-las.

c) o parecer prévio do Tribunal de Contas não vincula a Câmara Municipal, e as contas somente serão reprovadas após a deliberação desta, pois não é admitida, nesta hipótese, a aprovação por decurso de prazo.

d) a simples omissão em prestar contas configura improbidade administrativa por ofensa aos princípios da Administração Pública e a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 12 anos.

e) o julgamento das contas pelo Tribunal de Contas somente pode abranger as contas de gestão, pois compete à Câmara Municipal a apreciação das contas de governo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Trata-se de questão que abordou o tema controle da administração pública.

A alternativa A está incorreta, considerando que a narrativa do enunciado, mesmo considerada em tese, não se configuraria como ato de improbidade causador de lesão ao erário, e sim, no plano meramente teórico, como ato atentatório a princípios da administração pública, a teor do art. 11, VI, da Lei 8.429/92 (LIA): "Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;"

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a competência para julgamento das contas ofertadas pela Chefia do Executivo pertence ao Parlamento, em todas as esferas da federação, e não ao respectivo tribunal de contas, que, neste caso, apenas aprecia as contas por meio de parecer prévio. É o que deflui do art. 49, IX, da CRFB: "É da competência exclusiva do Congresso Nacional: julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;"

A alternativa C está correta, uma vez que exibe o entendimento firmado pelo STF, em repercussão geral, consoante tese a seguir: "O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo." (RE 729744, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10-08-2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-186 DIVULG 22-08-2017 PUBLIC 23-08-2017)

A alternativa D está incorreta, porquanto, nos termos do art. 11, VI, da LIA, transcrito nos comentários à letra A, exige-se que o administrador público disponha de condições para apresentar suas contas, assim como que intencione ocultar irregularidades. Logo, a simples omissão em prestar contas, por si só, é insuficiente para que se possa afirmar a configuração de tal ato ímprobo.

A alternativa E está incorreta, pois em desacordo ao entendimento externado pelo STF, em tese de repercussão geral, de seguinte redação: "Para fins do art. 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a apreciação das contas de prefeito, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores". (RE 848826, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Relator(a) p/ Acórdão: RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 10-08-2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-187 DIVULG 23-08-2017 PUBLIC 24-08-2017)

QUESTÃO 63. Com base na Lei nº 13.019/2014, que trata do regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, assinale a alternativa correta.

a) A vigência do termo de colaboração ou de fomento não pode ser alterada por pedido da organização da sociedade civil.

b) Os termos de colaboração são instrumentos por meio dos quais são formalizadas parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, por propostas destas, para a consecução de finalidades de interesse público.

c) Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica indicada pela instituição escolhida pela contratada, que arcará com as tarifas bancárias necessárias a sua manutenção.

d) É autorizada a celebração de parcerias previstas na Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam indiretamente delegação das funções de regulação e fiscalização de exercício público.

e) A estruturação de um projeto por meio de procedimento de manifestação de interesse social não torna desnecessária a realização de chamamento público para a celebração de parceria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**

Cuida-se de questão que exigiu conhecimentos acerca das disposições contidas na Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

A alternativa A está incorreta, eis que agride a regra do art. 55, *caput*, da Lei 13.019/2014: "A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto."

A alternativa B está incorreta, porquanto, na verdade, os termos de colaboração têm como característica o fato de sua iniciativa partir da própria Administração, e não das organizações da sociedade civil, consoante se vê da leitura do art. 2º, VII, da Lei 13.019/2014: "Para os fins desta Lei, considera-se: termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros;"

A alternativa C está incorreta, pois diverge da regra do art. 51, *caput*, da Lei 13.019/2014: "Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública."

A alternativa D está incorreta, na medida em que afronta a norma do art. 40 da Lei 13.019/2014: "É vedada a celebração de parcerias previstas nesta Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado."

A alternativa E está correta, porquanto se ajusta à regra contida no art. 21, *caput*, da Lei 13.019/2014: "A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração." Portanto, se, mesmo após o procedimento de manifestação de interesse social, a Administração

permanece com discricionariedade para realizar, ou não, o chamamento público, é possível afirmar, com acerto, que a simples efetivação do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não torna desnecessária a realização do sobredito chamamento.

QUESTÃO 64. Considere que foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar se João praticou ato de improbidade administrativa, por ter praticado conduta por meio da qual obteve vantagem patrimonial indevida que resultou em seu enriquecimento ilícito. Após a realização das primeiras diligências e ouvidas testemunhas no inquérito civil, João procura diretamente Matias, promotor natural do caso, para tratar de proposta de acordo de não persecução cível. As partes agendaram uma reunião inicial para a potencial discussão dos termos. A respeito do assunto, Matias poderá informar na reunião, de maneira correta, que

a) o acordo de não persecução cível precisa ser celebrado com Ministério Público, pois a instituição tem a legitimidade privativa para transacionar em casos dessa natureza.

b) para que o acordo seja celebrado, é necessário que a conduta se amolde em um dos incisos do art. 9o, da Lei no 8.429/92, bem como que haja o ressarcimento do dano causado ao erário e a perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente.

c) o acordo de não persecução cível obsta a responsabilização nas esferas administrativas e criminal pelo mesmo fato e nele João deverá identificar os demais coatores e beneficiários do ato de improbidade.

d) o acordo poderá ser celebrado após proferida sentença condenatória e ter, por fim, a pura reprimenda, sem envolver necessariamente a colaboração para a apuração de ilícito complexo.

e) o acordo de não persecução cível e os documentos que instruem o processo serão públicos, devendo o termo de acordo apontar expressamente que João renuncia aos sigilos fiscal e bancário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. De acordo com a Lei n. 8.429/1992, o legitimado para propor o acordo seria apenas o Ministério Público (art. 17-B. Porém, julgando as ADIs 7042 e 7043, o STF declarou a inconstitucionalidade da legitimidade ativa exclusiva do *parquet* para propositura da ação de improbidade administrativa, afirmando a sua legitimidade concorrente com o ente público prejudicado, bem como a possibilidade de o ente público prejudicado propor o ANPC.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao art. 17-B da Lei n. 8.429/1992: O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: I - o integral ressarcimento do dano; II - a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados. A lei,

portanto, não exige que o ato seja necessariamente previsto no artigo 9º, sendo possível o Acordo de Não Persecução Civel para as demais hipóteses de improbidade administrativa.

A alternativa C está incorreta. A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil. A Lei n. 14.230/2021 incluiu na Lei n. 8.429 duas situações distintas em que uma decisão de outra esfera poderia vincular a ação de improbidade administrativa: a) Sentença civil e penal de 1º grau que reconhece a inexistência da conduta ou da autoria: comunica com a ação de improbidade administrativa, para definir o julgamento pela improcedência. b) Decisão penal, confirmada por decisão colegiada, por qualquer dos motivos do art. 386, do CPP: impede o trâmite da ação de improbidade. Por fim, as sanções eventualmente aplicadas em outras esferas deverão ser compensadas com as sanções aplicadas, nos termos da lei de improbidade administrativa (art. 21, §5º), o que já era estabelecido pelo STJ. Convém destacar que a compensação das sanções somente ocorre quando se tratar de penas aplicadas em esferas distintas em razão do mesmo fato.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 17-B, § 4º, da Lei n. 8.429/1992, "O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória".

A alternativa E está incorreta. A Lei n. 8.429/1992 não excepciona o princípio da publicidade das ações por improbidade administrativa.

QUESTÃO 65. Considere que a empresa Y apresentou ao Ministério Público representação suscitando que contrato celebrado entre o município X e a empresa Z é irregular e, portanto, precisa ser anulado. O contrato tem por objeto a construção de três terminais de ônibus, em que serão realizadas baldeações e interligações entre os mais variados modais de transporte urbano de passageiros. Na denúncia, narra que a empresa vencedora da licitação não possuía, ao tempo da assinatura do contrato, certidões de regularidade fiscal e há fortes suspeitas de superfaturamento na execução da obra. Com base na situação hipotética e na atuação do Ministério Público no controle das contratações públicas, é correto afirmar que

a) para recomendar que o município declare a nulidade do contrato, o Ministério Público deverá avaliar se os vícios não são passíveis de saneamento, bem como, dentre outros aspectos, o custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas e o custo de oportunidade do capital diante do período de paralização.

b) estará caracterizado o superfaturamento se preço orçado para licitação ou contratado tiver valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, bem como na hipótese de alteração do projeto que gere desequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratado.

c) caso seja comprovada a irregularidade na fase de licitação e superfaturamento, a execução da obra deve ser, mediante autorização judicial, paralisada, e o contrato, ao final, anulado.

d) se declarada a nulidade do contrato por culpa concorrente do contratado, estará a Administração exonerada do dever de indenizá-lo pelo que houver executado até a data em que for declarada a invalidação.

e) caso declarada a nulidade do contrato, o Ministério Público não pode concordar que a eficácia desse ato se protraia para o futuro, pelo tempo suficiente para se efetuar uma nova contratação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Trata-se da previsão contida no artigo 147 da Lei de Licitações – Lei n. 14.133/2021: "Art. 147. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:"

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 6º, LVII, da Lei n. 14.133/2021: Para fins desta Lei, consideram-se: [...] LVII - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por: a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas; b) deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança; c) alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado; d) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços;

A alternativa C está incorreta. Não é necessária a ordem judicial para a paralisação, podendo ser determinada pela Administração Pública, conforme se depreende do artigo 147, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 149 da Lei n. 14.133/2021: "Art. 149. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa. "

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 148, § 2º, da Lei n. 14.133/2021: Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

QUESTÃO 66. Com relação à improbidade administrativa, é correto afirmar que

a) o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a norma nacional que obriga a Advocacia Pública a exercer a defesa do agente público que realizou conduta considerada improba e que contou com prévia manifestação da assessoria jurídica, por entender que a prática ofende o princípio da moralidade administrativa.

b) a legitimidade processual das pessoas jurídicas lesadas pela prática de improbidade administrativa tem base na Constituição Federal, sendo inválida a tentativa de reservá-la ao Ministério Público.

c) a Constituição Federal de 1988 não foi a primeira Constituição a prever a possibilidade de responsabilização e aplicação de graves sanções pela prática de improbidade administrativa.

d) a obrigação de ressarcimento ao erário por agente que celebra acordo de colaboração premiada deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, inclusive sobre as condições para pagamento.

e) o princípio da retroatividade benéfica não se aplica nas ações de improbidade administrativa, em função da sua natureza civil, sendo insuficiente para conferir essa eficácia a indicação de que se aplica à improbidade administrativa o direito administrativo sancionador.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. A Lei 14.230/2021 inseriu o § 20 no art. 17 da Lei nº 8.429/92 prevendo que "A assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público ficará obrigada a defendê-lo judicialmente, caso este venha a responder ação por improbidade administrativa, até que a decisão transite em julgado." O STF declarou a inconstitucionalidade parcial, com redução de texto, desse dispositivo para dizer que não existe "obrigatoriedade de defesa judicial". Não deve existir obrigatoriedade de defesa judicial do agente público que cometeu ato de improbidade por parte da Advocacia Pública, pois a sua predestinação constitucional, enquanto função essencial à Justiça, identifica-se com a representação judicial e extrajudicial dos entes públicos. Contudo, permite-se essa atuação em caráter extraordinário e desde que norma local assim disponha. STF. Plenário. ADI 7042/DF e ADI 7043/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgados em 31/8/2022 (Info 1066).

A alternativa B está correta. De acordo com a Lei n. 8.429/1992, o legitimado para propor o acordo seria apenas o Ministério Público (art. 17-B. Porém, julgando as ADIs 7042 e 7043, o STF declarou a inconstitucionalidade da legitimidade ativa exclusiva do *parquet* para propositura da ação de improbidade administrativa, afirmando a sua legitimidade concorrente com o ente público prejudicado, bem como a possibilidade de o ente público prejudicado propor o ANPC.

A alternativa C está incorreta. Desde a Constituição de 1981 há previsão de ato de improbidade administrativa praticada pelo Presidente da República: Art 54 - São crimes de responsabilidade os atos do Presidente que atentarem contra: 6º) a probidade da administração;

A alternativa D está incorreta. Conforme decidiu o STF "A obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização" STF. Plenário. ARE 1.175.650/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 01/7/2023(Repercussão Geral – Tema 1043) (Info 1101).

A alternativa E está incorreta. Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 843989, "as normas no campo do direito administrativo sancionador são equiparadas às normas penais. Por essa característica, que a lei mais benéfica deve retroagir para alcançar atos ocorridos antes de sua vigência, mesmo quando houver trânsito em julgado". As teses de repercussão geral fixadas foram as seguintes: 1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, é irretroativa, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do tipo culposo, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente. 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.

QUESTÃO 67. A respeito da transparência da gestão fiscal do Estado, com base na Lei Complementar no 101/00, é correto afirmar que

a) os entes da federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, excetuadas aos referentes a recursos extraordinários.

b) as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, no respectivo Poder Legislativo, até 31 de julho do ano seguinte, para consulta e apreciação pelos cidadãos.

c) os municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda as informações para a constituição do registro centralizado e atualizado das dívidas internas e externas, sob pena de que os entes

sejam proibidos de receber transferências voluntárias, exceto as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.

d) a transparência na gestão fiscal fica também assegurada mediante a instituição de mecanismos que garantam a participação de pelo menos 5% da população na realização de audiências públicas na elaboração da proposta orçamentária.

e) as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo serão encaminhadas ao Poder Legislativo e, em cópia, ao Ministério Público, até o dia 31 de março do ano subsequente a que se refiram.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: [...]II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 49 da Lei Complementar 101/00. Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

A alternativa C está correta. Trata-se do disposto no artigo 32, § 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão: [...] Por sua vez, dispõe o artigo 25 §1º, inciso IV, "c": § 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias: [...]IV - comprovação, por parte do beneficiário, de: [...] c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal. Ainda, dispõe o artigo 51, §2º: O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o Poder ou órgão referido no art. 20 receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.

A alternativa D está incorreta. Não há limite percentual para participação popular, consoante ao artigo 48, §1º, I, da Lei Complementar n. 101/00: § 1º A transparência será assegurada também mediante: I

– incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal: Compete privativamente ao Presidente da República: [...] XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

QUESTÃO 68. Determinado município levou a protesto a Certidão de Dívida Ativa – CDA contra a empresa Alvorada Terceirizações Ltda., decorrente do não pagamento de certo tributo municipal. Tendo em vista a não existência de lei municipal que autorizasse a medida adotada, a empresa ingressou com ação ordinária objetivando a nulidade da cobrança.

Diante da situação hipotética e com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o referido protesto é

a) legítimo, pois independe de lei municipal, uma vez que está embasado em dispositivo de lei federal.

b) nulo, porque expõe a público a situação financeira da devedora, sendo certo que a CDA goza de sigilo fiscal, hodiernamente acrescido da proteção da Lei de Acesso à Informação.

c) legítimo, pois, em se tratando de crédito público, é desnecessária qualquer previsão legal que o autorize, bastando, para esse fim, a apresentação da CDA.

d) nulo, haja vista a necessidade de lei municipal que o autorize, dada a competência tributária e legislativa concorrente dos municípios para essa finalidade.

e) nulo, porque o crédito tributário já goza de preferência e privilégios que o fazem prevalecer sobre outros créditos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois revela o teor da tese fixada no Tema Repetitivo nº 777: "A Fazenda pública possui interesse e pode efetivar o protesto da CDA, documento de dívida, na forma do art. 1º, parágrafo único, da Lei 9.492/1997, com a redação dada pela Lei 12.767/2012."

A questão aborda o tema cobrança do crédito tributário.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas B, C, D e E não revelam o entendimento do STJ, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 69. Quando a lei, no modelo tributário adotado no Brasil, possibilita ao sujeito passivo optar pela adoção do lucro real ou do lucro presumido, para fins de tributação, tem-se uma das aplicações do princípio tributário implícito da

a) estabilidade.

b) razoabilidade.

c) ingerência.

d) praticidade.

e) proporcionalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema princípios tributários.

A alternativa A está incorreta pois estabilidade sequer é princípio de direito tributário

A alternativa B está incorreta pois o princípio da razoabilidade em direito tributário (como no direito em geral) busca coibir atos estatais abusivos, o que não se verifica no caso da alternativa.

A alternativa C está incorreta pois ingerência sequer é princípio de direito tributário

A alternativa D está correta pois, pelo princípio da praticidade ou praticabilidade, todos os meios e técnicas devem ser utilizadas com o objetivo de tornar simples e viável a execução das leis. Em geral, presunções, ficções legais, lucros presumidos, dentre outras técnicas, são meios dos quais se socorre o legislador para conferir praticidade à execução das leis.

A alternativa E está incorreta pois o princípio da proporcionalidade em direito tributário (tal qual o princípio da razoabilidade) busca coibir atos estatais abusivos, o que não se verifica no caso da alternativa. Vale lembrar que, como regra, o STF utiliza os princípios da proporcionalidade e razoabilidade como sinônimos, embora haja divergência doutrinária.

QUESTÃO 70. No que se refere aos orçamentos, estabelece a Constituição Federal que as emendas individuais impositivas, apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual, poderão alocar recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios por meio de transferência especial ou transferência com finalidade definida.

A esse respeito, é correto afirmar que

a) o ente federativo beneficiado pela transferência especial ou pela transferência com finalidade definida poderá optar pela aplicação dos recursos delas provenientes para pagamento dos encargos referentes ao serviço da dívida, quando o objetivo for a diminuição do saldo devedor.

b) os recursos recebidos por transferência especial ou por transferência com finalidade definida são considerados na receita do ente federativo beneficiado, para fins do cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo.

c) os recursos obtidos por transferência com finalidade definida pertencerão ao Estado, ao Município ou ao Distrito Federal e serão repassados diretamente ao ente beneficiado ao qual passarão a pertencer no ato da efetiva transferência financeira.

d) dos recursos provenientes das transferências especiais, pelo menos 75% deverão ser aplicados em despesas de custeio do ente beneficiado e para fins de pagamento dos encargos referentes ao serviço da dívida.

e) quando obtidos em razão de transferência com finalidade definida, os recursos serão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar e aplicados em áreas de competência da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda o tema emendas impositivas ao Orçamento.

A alternativa A está incorreta pois é vedada a aplicação de recursos oriundos de emendas impositivas em pagamentos de encargos referentes ao serviço da dívida, conforme art. 166-A, § 1º, II, da CF: "Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de: II - encargos referentes ao serviço da dívida."

A alternativa B está incorreta pois contraria o disposto no art. 166-A, § 1º, da CF: "Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de:"

A alternativa C está incorreta pois as características apresentadas se referem a transferência especial e não às transferências com finalidade definida, conforme art. 166-A, § 2º, da CF: "Na transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo, os recursos: I - serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere; II - pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira; e III - serão aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado, observado o disposto no § 5º deste artigo."

A alternativa D está incorreta pois a regra é que haja afetação de 70% da receita proveniente de transferências especiais às despesas de capital, restando apenas 30% ou menos para aplicação em despesas de custeio, conforme art. 166-A, § 5º, da CF: "Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do caput deste artigo deverão ser aplicadas em despesas de capital, observada a restrição a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo". Ainda, é vedada a aplicação de recursos oriundos de transferências especiais em pagamentos de encargos referentes ao serviço da dívida, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa E está correta pois revela o teor do art. 166-A, § 4º, da CF: "Na transferência com finalidade definida a que se refere o inciso II do caput deste artigo, os recursos serão: I - vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar; e II - aplicados nas áreas de competência constitucional da União.

QUESTÃO 71. De acordo com o que estabelece a Lei nº 4.320/1964, é classificada como investimento a dotação destinada

a) à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidade de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital.

b) à manutenção de serviços criados anteriormente, inclusive para atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

c) a planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização das últimas.

d) a despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

e) a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema classificação da despesa pública.

A alternativa A está incorreta pois a despesa descrita é classificada como inversão financeira, conforme art. 12, §5º, II, da Lei nº 4.320/1964: "Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital".

A alternativa B está incorreta pois a despesa descrita é classificada como despesa de custeio, conforme art. 12, § 1º, da Lei nº 4.320/1964: "Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis".

A alternativa C está correta, pois revela o teor do art. 12, § 4º, da Lei nº 4.320/1964: "Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro".

A alternativa D está incorreta, pois a despesa descrita é classificada como transferência corrente, conforme art. 12, §2º, da Lei nº 4.320/1964: "Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado."

A alternativa E está incorreta, pois a despesa descrita é classificada como inversão financeira, conforme art. 12, §5º, III, da Lei nº 4.320/1964: "Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: III - constituição ou aumento do capital de entidades ou emprêsas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros".

QUESTÃO 72. João não declarou nem pagou certo tributo sujeito a lançamento por homologação e devido relativamente a uma operação cujo fato gerador ocorreu na data de 15 de março de 2018. Em consequência, na data de 20 de outubro de 2023, João foi autuado e notificado pela autoridade fazendária, sendo certo que, não tendo sido cumprido o pagamento decorrente da autuação, a dívida foi inscrita em 15 de dezembro do mesmo ano e promovida a competente ação executiva fiscal em 15 de janeiro de 2024. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que

a) o crédito tributário constituiu-se na data do fato gerador, pois, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, é dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco, de modo que João deverá, em sede de exceção de pré-executividade, arguir prescrição do direito fiscal, cujo termo inicial da contagem é a data de 15 de março de 2018.

b) a autuação deu-se dentro do prazo para sua efetivação, tendo em vista que, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação e diante da ausência de declaração e de pagamento por parte de João, a contagem do prazo decadencial iniciara- -se em 1o de janeiro de 2019, nada podendo ser alegado em sentido contrário.

c) João, em sede de embargos do devedor, deverá arguir prescrição do direito fiscal, cujo termo final da contagem deu-se em 16 de março de 2023, pois, tratando-se de tributo lançado por homologação, que independe de qualquer outra providência fiscal, a constituição definitiva do crédito deu-se na data da ocorrência do fato gerador.

d) a autoridade fazendária pode cobrar seu crédito dentro de cinco anos, iniciando-se a contagem do prazo na data da inscrição na dívida ativa, qual seja, até 15 de dezembro de 2023, data da constituição definitiva do crédito tributário.

e) João, em sede de exceção de pré-executividade, deverá arguir decadência do direito fiscal, cuja contagem do prazo decadencial iniciara-se na data da ocorrência do fato gerador, por se tratar de tributo sujeito a lançamento por homologação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda os temas constituição do crédito tributário, prescrição e decadência.

A alternativa A está incorreta pois o crédito tributário é constituído pelo lançamento e não com a ocorrência do fato gerador, conforme art. 142 do CTN: "Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível". Ademais, o lançamento deverá ser efetuado de ofício, com fundamento no art. 149, II, do CTN: "O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos: II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária".

A alternativa B está correta pois revela o teor da Súmula 555 do STJ: "Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa". O art. 173, I, do CTN, por sua vez, expressa o seguinte: "O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".

A alternativa C está incorreta pelos mesmos motivos da alternativa A.

A alternativa D está incorreta pois o prazo prescricional tem início com a constituição definitiva do crédito tributário e não com a inscrição do crédito em dívida ativa, conforme art. 174, *caput*, do CTN: "A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva."

A alternativa E está incorreta pelos mesmos motivos da alternativa A.

QUESTÃO 73. Acerca da representação penal para fins fiscais, a jurisprudência exige, em regra, a constituição definitiva do crédito tributário, admitindo, todavia, quando se tratar de crime material, a instauração de inquérito como medida imprescindível para a própria apuração do tributo devido. Entre as previsões da Lei nº 8.137/1990, a jurisprudência, contudo, não exige a prévia constituição definitiva do crédito, quando a conduta do agente for a de

a) negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativo a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-lo em desacordo com a legislação.

b) fraudar a fiscalização, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.

c) falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.

d) omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.

e) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema crimes contra a ordem tributária.

A alternativa A está correta pois revela o teor da Súmula Vinculante 24: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo". A conduta descrita na alternativa está prevista no art. 1º, V, da Lei nº 8.137/1990, não sendo alcançada, portanto, pelo enunciado sumular.

A alternativa B está incorreta pois contraria o teor da Súmula Vinculante 24: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo". A conduta descrita na alternativa está prevista no art. 1º, II, da Lei nº 8.137/1990.

A alternativa C está incorreta pois contraria o teor da Súmula Vinculante 24: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo". A conduta descrita na alternativa está prevista no art. 1º, III, da Lei nº 8.137/1990.

A alternativa D está incorreta pois contraria o teor da Súmula Vinculante 24: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo". A conduta descrita na alternativa está prevista no art. 1º, I, da Lei nº 8.137/1990.

A alternativa E está incorreta pois contraria o teor da Súmula Vinculante 24: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo". A conduta descrita na alternativa está prevista no art. 1º, IV, da Lei nº 8.137/1990.

QUESTÃO 74. Um membro do Ministério Público exercia o magistério em uma universidade particular da comarca em que atua, em horário compatível com o exercício de suas funções. Com o grande sucesso de suas aulas, muito apreciadas entre os alunos, o membro optou por constituir uma sociedade limitada unipessoal, que tem por objeto a gravação e comercialização de aulas em plataforma online.

Diante dessa situação hipotética, o membro do Ministério Público

a) Infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, pois realizou atos de comércio e exerceu o magistério de forma remunerada, práticas vedadas aos membros do Ministério Público.

b) Não infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, pois os atos realizados relacionam-se ao magistério e a sociedade da qual participa é empresária, e não sociedade simples.

c) Infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, pois exerceu o magistério de forma remunerada, prática vedada aos membros do Ministério Público.

d) Não infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, pois os atos realizados relacionam-se ao magistério, prática permitida aos membros do Ministério Público.

e) Infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, pois desempenhou atividade empresarial de forma individualizada, em sociedade unipessoal, prática vedada aos membros do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão aborda as vedações aos membros do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta, pois a infração à Lei Orgânica Nacional do Ministério Público ocorreu no que diz respeito às práticas de comércio ou de sociedade comercial, consoante art. 44, III, da Lei 8.625, que determina: "Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;". Ademais, o desempenho da atividade de magistério de forma remunerada não é prática vedada ao membro do Ministério Público, podendo, inclusive, dar-se enquanto função pública, veja: "Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério;".

A alternativa B está incorreta, pois houve infração à Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, que veda quaisquer práticas de comércio, com exceção das condições de cotista ou acionista. Veja: "Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;".

A alternativa C está incorreta, pois a prática da atividade de magistério de forma remunerada não é prática vedada ao membro do Ministério Público, podendo, inclusive, dar-se enquanto função pública, veja: "Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério;". Ademais, os membros do Ministério Público da União e dos Estados somente não poderão exercer o magistério caso haja incompatibilidade de horário com os de exercício das funções institucionais, consoante Resolução n° 73 do CNMP, veja: " Art. 2º Somente será permitido o exercício da docência ao membro, em qualquer hipótese, se houver compatibilidade de horário com o do exercício das funções ministeriais, e desde que o faça em sua comarca ou circunscrição de lotação, ou na mesma região metropolitana. (Redação dada pela Resolução n° 132, de 22 de setembro de 2015)".

A alternativa D está incorreta, pois a instituição de uma sociedade limitada unipessoal pelo membro do MP constitui atividade de comércio/empresarial, vedada pela Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, veja: "Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;". Além disso, conforme a Resolução n° 73 do CNMP, as atividades de gerenciamento da instituição não se enquadram como de magistério, veja: "§ 4º Não estão compreendidas nas atividades previstas no parágrafo anterior as de natureza administrativo-institucional e outras atribuições relacionadas à gestão da instituição de ensino."

A alternativa E está correta, pois, de fato, o membro do MP infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público ao desempenhar atividade empresarial de forma individualizada, em sociedade unipessoal, prática vedada aos membros do Ministério Público. Veja: "Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;".

QUESTÃO 75. O Tribunal de Justiça de determinado Estado publica decisão de um recurso tempestivo em certa ação civil pública, acolhendo integralmente a manifestação exarada pelo promotor público que atuou em primeiro grau de jurisdição. Não obstante, o membro do Ministério Público que atua em segunda instância discorda do teor da decisão e pretende recorrer.

Em vista dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O membro do Ministério Público de segunda instância poderá recorrer com base na hierarquia institucional superior desse membro em relação ao promotor de primeiro grau de jurisdição.

b) A atuação do membro do Ministério Público de segunda instância não poderá confrontar a atuação do promotor de primeiro grau de jurisdição, pois tal ação contraria o princípio institucional da indivisibilidade.

c) A atuação do membro do Ministério Público de segunda instância não poderá confrontar a atuação do promotor de primeiro grau de jurisdição, pois tal ação contraria o princípio institucional da unidade.

d) O membro do Ministério Público de segunda instância poderá recorrer com base no princípio institucional da independência funcional.

e) A atuação do membro do Ministério Público de segunda instância não poderá confrontar a atuação do promotor de primeiro grau de jurisdição com base no princípio da economia processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda os princípios que regem o Ministério Público.

A alternativa A está incorreta, pois o membro do Ministério Público de segunda instância poderá recorrer com base no princípio da independência funcional, tendo em vista que não há hierarquia funcional no âmbito das atividades institucionais do MP, sendo ela considerada somente em relação a atos administrativos e de gestão. Assim dispõe a CF: "Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional." Outrossim, de acordo com o professor do Estratégia Concursos Renan Araújo, sobre o princípio da Independência Funcional: "(...) este princípio garante que os membros do Ministério Público, no exercício de suas funções, não se submetam a nenhuma hierarquia de ordem ideológico-jurídica. O membro do MP tem liberdade total para atuar conforme suas ideias jurídicas (...)". (ARAÚJO, Renan. Estratégia Concursos. Disponível em: <https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>. Acesso em: 09 de abr. 2024.)

A alternativa B está incorreta, pois é possível que o membro do Ministério Público de segunda instância recorra, com base no princípio da independência funcional; não se trata, assim, do princípio da indivisibilidade, que, de acordo com o professor do Estratégia Concursos, Renan Araújo: "Pelo princípio da indivisibilidade, os membros do MP (do mesmo ramo) podem se substituir uns aos outros, sem qualquer impedimento. Na verdade, esse princípio deriva do princípio da unidade, pois tira seu fundamento daquele. Vejamos: Por que os membros do MP podem se substituir uns aos outros? Porque quem atua no processo não é o promotor (ou Procurador da República, Procurador do Trabalho, etc.), é o MP. O membro do MP é apenas o meio utilizado para a materialização da vontade do MP." (ARAÚJO, Renan. Estratégia Concursos. Disponível em: <https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>. Acesso em: 09 de abr. 2024.)

A alternativa C está incorreta, pois é possível que o membro do Ministério Público de segunda instância recorra, com base no princípio da independência funcional; não se trata do princípio da unidade, que, de acordo com o professor do Estratégia Concursos, Renan Araújo: "Por princípio da unidade entende-se que o MP é apenas um, embora cada membro seja o “próprio MP”. Sendo assim, a manifestação de um membro do MP em um processo, por exemplo, representa a vontade do MP enquanto instituição. Todos os membros do MP formam um só corpo. Não se pode dizer que, num dado processo, o Procurador fulano pediu a condenação do réu. Quem pediu a condenação não foi o Procurador, foi o Ministério Público, pois ele age em nome do MP. Ou melhor, o promotor, no exercício das suas atribuições, é o MP." (ARAÚJO, Renan. Estratégia Concursos. Disponível em: <https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>. Acesso em: 09 de abr. 2024.)

A alternativa D está correta, pois, de fato, o membro do Ministério Público de segunda instância poderá recorrer, com base no princípio institucional da independência funcional. Assim dispõe a CF: "Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional." Sobre o princípio da independência funcional, o professor do Estratégia Concursos, Igor Maciel, explica que: "(...) consubstancia-se na ideia de que o órgão do Ministério Público é independente no exercício de suas funções, não ficando sujeito às ordens de quem quer que seja, somente devendo prestar contas de seus atos à Constituição, às leis e à sua consciência. A hierarquia existente na instituição restringe-se às questões de caráter administrativo, realizada pelo Chefe da

Instituição, mas nunca, como dito, de caráter funcional." (MACIEL, Igor. Estratégia Concursos. Disponível em: <https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>. Acesso em: 09 de abr. 2024.)

A alternativa E está incorreta, pois é possível que o membro do Ministério Público de segunda instância recorra, com base no princípio da independência funcional; o princípio da economia processual rege o processo como um todo, não se tratando de princípio institucional do MP, consoante a Constituição: "Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional." Sobre o princípio da economia processual, seu objetivo é orientar os atos processuais, a fim de que a atividade jurisdicional seja prestada de forma a produzir o máximo de resultados com o mínimo de esforços. Segundo Gonçalves (2009, p. 26): "(...) deve-se buscar os melhores resultados possíveis com o menor dispêndio de recursos e esforços (...)". (GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. Volume 1: teoria geral e processo de conhecimento. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.)

QUESTÃO 76. Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que integram a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, pretende-se

a) assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos, aumentando, até 2030, em pelo menos um terço a taxa global de melhoria da eficiência energética.

b) assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

c) erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, sendo que, até 2030, será mantida a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens.

d) assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar e a saúde mental para todos, em todas as idades; até 2030, reduzir pela metade, via prevenção e tratamento, a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis.

e) até 2030, erradicar a pobreza extrema – atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 2,00 por dia – para todas as pessoas em todos os lugares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme se verifica do Objetivo n.º 4 para o Desenvolvimento Sustentável: “Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Além disso, o item 4.6 destaca como objetivo específico: “Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática”.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com a meta 7.3, o objetivo é: "Até 2030, dobrar (e não aumentar em 1/3) a taxa global de melhoria da eficiência energética".

A alternativa C está incorreta, pois conforme meta 2.5 a manutenção da diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens será mantida até 2020 (e não até 2030).

A alternativa D está incorreta, pois conforme a meta 3.4, o objetivo é: "Até 2030, reduzir em um terço (e não pela metade) a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar".

A alternativa E está incorreta, pois o critério de valor utilizado para definir pobreza extrema é quem vive com até US$ 1,25 por dia, conforme meta 1.1: "Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia".

QUESTÃO 77. João tem diploma de curso superior, mas, em razão do rompimento dos seus vínculos familiares, é morador de rua há mais de 10 anos. Nesse momento, é atendido por um lar temporário. Sempre tentou exibir as mínimas condições de higiene e vestimenta. Estava passando em frente à sede do Ministério Público do Estado X e, sabendo que tal órgão faz atendimento ao público, entrou no recinto para pedir uma informação. O segurança do prédio pediu que se retirasse, pois, pela regra do local, da forma como ele estava trajado, não poderia lá permanecer.

Diante desse cenário hipotético, com base na Recomendação nº 53, de 28 de março de 2017 (CNMP), assinale a alternativa correta.

a) As regras apresentadas pelo segurança do local são válidas e aplicáveis a quaisquer cidadãos que adentrarem ao prédio do Ministério Público.

b) Qualquer cidadão, incluindo João, que queira ser atendido pelo Ministério Público deve marcar um horário previamente.

c) João não pode ser caracterizado nesse momento como pessoa em situação de rua, pois está sendo assistido por um lar temporário.

d) Por questões de segurança, o acesso de João ao local depende da apresentação de um documento de identificação.

e) A Unidade Ministerial poderá adotar mecanismos próprios de segurança institucional, e João deverá ser atendido em ambiente adequado, acompanhado por agente de segurança ou colaborador devidamente capacitado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão aborda o acesso das pessoas em situação de rua às dependências do Ministério Público brasileiro.

A alternativa A está incorreta, pois o acesso às dependências do Ministério Público é garantido a todos, inclusive à população em situação de rua, sem qualquer formalidade discriminatória. É o teor do artigo 1º, da Recomendação nº 53, de 28 de março de 2017 do CNMP, veja: "Os ramos do Ministério Público da União e dos Estados devem garantir o direito de acesso da população em situação de rua às dependências do Ministério Público, sem qualquer formalidade discriminatória." Ademais, as vestimentas da pessoa em situação de rua não constituirão óbice à sua entrada nos recintos, veja: "Art. 2º A situação de asseio ou vestimenta não condizentes com as eventualmente exigidas por órgãos do Ministério Público não constituirá óbice ao exercício do direito previsto no artigo anterior pela população em situação de rua."

A alternativa B está incorreta, pois conforme a resolução do CNMP nº 88, de 28 de agosto de 2012, o atendimento do Ministério Público a qualquer cidadão prescinde de agendamento de horários. Vejamos: "Art. 1º O membro do Ministério Público, no exercício das funções institucionais previstas no art. 129 da Constituição da República ou de sua atuação em face da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, deve prestar atendimento ao público, sempre que solicitado, e em local e horário adequados, com a finalidade de avaliar as demandas que lhe sejam dirigidas. § 1º O disposto no caput deste artigo inclui o atendimento ao advogado de qualquer uma das partes ou de terceiros interessados, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada."

A alternativa C está incorreta, pois a Recomendação do CNMP nº 53, de 28 de março de 2017, inclui como "pessoa em situação de rua" mesmo aquelas que se encontrem em unidades de acolhimento temporário, veja: "Art. 1º Os ramos do Ministério Público da União e dos Estados devem garantir o direito de acesso da população em situação de rua às dependências do Ministério Público, sem qualquer formalidade discriminatória. Parágrafo único. Para os fins desta Recomendação, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória."

A alternativa D está incorreta, pois mesmo que as normas de segurança interna determinem a apresentação de um documento de identificação, à pessoa em situação de rua será concedida autorização especial para o ingresso no recinto. Veja: "Art. 3º Se as normas de segurança interna exigirem a exibição de documento pessoal para acesso às dependências do Ministério Público, será concedida autorização especial para o ingresso de pessoas em situação de rua, sem que lhe sejam impostas situações de constrangimento ou humilhação. Parágrafo único. A autorização especial não dispensará a identificação da pessoa em situação de rua, como o registro fotográfico e o fornecimento de informações pessoais, quando possível."

A alternativa E está correta, pois é o que prevê o art. 4º da Recomendação nº 53, de 28 de março de 2017 do CNMP, veja: "A garantia de amplo acesso às dependências do Ministério Público não impede que a Unidade Ministerial adote mecanismos próprios de Segurança Institucional, como o atendimento da pessoa em situação de rua em ambiente adequado e o seu acompanhamento por agente de segurança ou colaborador devidamente capacitado."

QUESTÃO 78. Marta, aos 18 anos, sofreu um acidente de automóvel e ficou com sua capacidade cognitiva diminuída, sendo que sua mãe, Joana, é sua curadora definitiva e tem com ela os cuidados cotidianos. Hoje Marta está com 45 anos, e Joana agendou exames ginecológicos para si e para sua filha.

Nesse contexto hipotético, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.080/90 (Sistema Único de Saúde), assinale a alternativa correta.

a) Tanto Marta quanto Joana, durante a realização de exames em unidades públicas ou privadas, têm direito a um acompanhante, por todo o período de atendimento, mesmo sem qualquer notificação prévia ao estabelecimento onde farão exames e consultas.

b) Joana só poderia estar assistida por um acompanhante nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), da rede própria ou conveniada, se estivesse em trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

c) Se Joana necessitar fazer exame que lhe diminua a consciência, com uso de sedativos, e não estiver com um acompanhante, o exame não será realizado, mesmo que ela renuncie, por escrito, ao direito de ter um acompanhante.

d) Passando Marta por uma situação de urgência e emergência, os profissionais de saúde devem aguardar a presença de Joana para atuar na defesa de sua saúde, já que ela é curadora definitiva da filha.

e) Joana deve ter como acompanhante sua mãe em todos os procedimentos, inclusive se necessitar de atendimento realizado em Unidade de Terapia Intensiva, mesmo que o corpo clínico alegue que tal acompanhamento possui restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão aborda o uso de acompanhantes por mulheres em procedimentos nas unidades de saúde.

A alternativa A está correta, pois é o que prevê o art. 19-J da Lei nº 8.080/90, veja: "Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023)"

A alternativa B está incorreta, pois a Lei nº 8080/90 garante à mulher, seja em consultas, exames ou demais procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, o direito a um acompanhante maior de idade. Veja: "Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023)".

A alternativa C está incorreta, pois na hipótese de procedimentos que reduzam a consciência da paciente, caso não indique acompanhante, é facultado à mesma aceitar a pessoa designada pela unidade de saúde, solicitar a indicação de outra pessoa, bem como renunciar a tais direitos, desde que por escrito, com no mínimo 24 horas de antecedência. Veja: "Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023). § 2º No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente, que poderá recusar o nome indicado e solicitar a indicação de outro, independentemente de justificativa, registrando-se o nome escolhido no documento gerado durante o atendimento. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023) § 2º-A Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto neste artigo deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, assinada por ela e arquivada em seu prontuário. (Incluído pela Lei nº 14.737, de 2023)".

A alternativa D está incorreta, pois neste caso, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente. Veja o que determina a Lei 8.080/90: "Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023) § 5º Em casos de urgência e emergência, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente, ainda que na ausência do acompanhante requerido. (Incluído pela Lei nº 14.737, de 2023)".

A alternativa E está incorreta, pois nas unidades de terapia intensiva, caso o corpo clínico alegue que tal acompanhamento possui restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, ele poderá restringir-se a acompanhante que seja profissional da saúde. Veja: "Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023) § 4º No caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, somente será admitido acompanhante que seja profissional de saúde. (Incluído pela Lei nº 14.737, de 2023)".

QUESTÃO 79. Hipoteticamente, Ana é casada com Jordan há 25 anos. Nos últimos anos, Jordan vinha apresentando um comportamento oscilante, entre intensa euforia e momentos de grave depressão, sendo diagnosticado há três anos como portador de Transtorno Bipolar Tipo I (grave). Foi orientado a se medicar e fazer terapia, sendo que Ana controla seus medicamentos e o leva às terapias semanalmente, fazendo de tudo para que o tratamento de seu marido o ajude a ficar emocionalmente estável. Recentemente, Jordan teve um surto e, agindo em estágio de euforia, distribuiu 200 mil reais em dinheiro às pessoas que passavam pela rua. Jordan não tem, nesse momento, qualquer tipo de curatela e está descontrolado há três semanas, mesmo estando medicado e comparecendo às sessões de terapias. Considerando que, nesse momento, Jordan está na fase agressiva e depressiva de sua patologia e ameaça matar Ana, além de dizer que se

matará se alguém tentar impedi-lo, assinale a alternativa correta, com base na Lei no 10.216/2001.

a) Ana poderá requerer a internação compulsória de Jordan, em razão de ser sua esposa, desde que assine para isso um termo de responsabilidade.

b) Ana só poderia requerer a internação involuntária de Jordan caso portasse um termo de curatela do marido, mesmo que provisória.

c) Jordan poderá ser internado involuntariamente a pedido de Ana, sendo que, em 72 horas de sua internação, o responsável técnico do estabelecimento deverá avisar o Ministério Público Estadual sobre o acolhimento ao paciente.

d) Sendo Jordan internado involuntariamente, sua alta somente ocorrerá quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento, por ser essa a única hipótese prevista na legislação em análise.

e) Jordan não poderá ser internado, por ser um paciente em tratamento com medicamentos, devendo, então, serem utilizadas outras ferramentas de auxílio ao controle à doença antes de submetê-lo a uma internação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata das modalidades de internação previstas na Lei 10.216/01.

A alternativa A está incorreta. Na condição de esposa de Jordan, Ana possui legitimidade ativa para formular o pedido de internação compulsória de seu marido, que deverá ser apreciado pelo magistrado e somente poderá ser decretado mediante um laudo médico circunstanciado que descreva os motivos da internação, e desde que o estabelecimento em questão possua condições de segurança para receber o paciente. Todavia, a legislação não faz qualquer exigência de apresentação de um termo de responsabilidade por parte de Ana para que ela possa requerer a internação compulsória, o que torna a alternativa incorreta.

Vejamos o que diz a Lei 10.216/01: "Art. 6º A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. [...] Art. 9º A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários".

A alternativa B está incorreta. A internação voluntária, pela sua própria natureza, pode ser requerida por um terceiro, sendo que, em regra, esse terceiro é um familiar ou uma pessoa próxima do paciente em questão. No caso concreto, como já dito acima, Ana possui legitimidade para requerer a internação de seu marido, o que também abrange a internação involuntária. O erro da alternativa está na menção ao termo de curatela, que é absolutamente dispensado, tendo em vista que a sua exigência acabaria obrigando a realização de uma prévia ação de interdição, o que resultaria em uma maior estigmatização das pessoas portadoras de doenças mentais. A Lei 10.216/01, ao tratar da internação involuntária,

menciona o seguinte: "Art. 6º [...] Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica: [...] II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro. [...] Art. 8º A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento". Percebe-se, a partir da leitura dos dispositivos, que não há qualquer necessidade de apresentação de um termo de curatela para que o terceiro (nesse caso, a esposa) possa solicitar a internação involuntária do paciente.

A alternativa C está correta. Como já estabelecemos acima, Ana possui legitimidade ativa para requerer a internação involuntária de seu marido. Além disso, a Lei 10.216/01 estabelece expressamente a necessidade de comunicação ao Ministério Público a respeito da implementação da medida em questão, como se vê do §1º do art. 8º da referida legislação: "A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta".

A alternativa D está incorreta. Em verdade, na hipótese de internação involuntária, a legislação estabelece outras hipóteses em que a alta poderá ocorrer. Isso está no §2º do art. 8º da Lei 10.216/01: "O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento". Portanto, percebe-se que a decisão do especialista responsável pelo tratamento não é a única hipótese legalmente prevista para a realização da alta hospitalar.

A alternativa E está incorreta, pois não existe vedação legal à internação de um paciente que esteja sendo tratado por medicamentos. Todavia, é fato que a internação psiquiátrica não pode ser a primeira medida a ser adotada, pois, por expressa previsão legal, ela se destina às situações em que os recursos extra-hospitalares (incluindo, aqui, os medicamentos) não se mostrarem suficientes para a resolução do problema. Nessa situação concreta, é possível afirmar que a internação se faz necessária, tendo em vista que o enunciado foi claro ao afirmar que, mesmo com o uso de medicamentos e a realização de terapia contínua, a situação de Jordan ainda está se deteriorando, o que pode justificar o uso da medida extrema prevista na legislação. Para comprovar o que foi afirmado acima, podemos verificar o que diz a Lei 10.216/01: "Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. §1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio. §2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros. §3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no §2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º".

QUESTÃO 80. Hipoteticamente, Joana Antunes é uma mulher transexual, que não fez cirurgia para alteração de sexo biológico e que, na universidade pública estadual em que está matriculada, pretende assim ser tratada, e não pelo seu nome registral, que atualmente é João Antunes. De acordo com a Nota Técnica 08/2016 do CNMP, assinale a alternativa correta.

a) Se Joana fosse adolescente, não teria reconhecido o seu direito a ser tratada pelo nome social, pois tal determinação se aplica apenas para maiores de idade.

b) Deve-se garantir o direito ao reconhecimento e à adoção de nome social em benefício de Joana, mediante solicitação dela perante a universidade.

c) Joana só poderia ter seu nome alterado nos registros da universidade se já tivesse feito a cirurgia para alteração de sexo biológico.

d) Somente se o registro de nascimento de Joana estivesse alterado, a universidade estaria obrigada a tratá-la pelo nome pretendido.

e) Para que Joana assim seja tratada pela universidade, deverá apresentar uma ordem judicial que garanta seu direito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre a atuação do Ministério Público na proteção do direito fundamental à não discriminação e não submissão a tratamentos desumanos e degradantes de pessoas travestis e transexuais, especialmente quanto ao direito ao uso do nome social, nos termos da Nota Técnica do CNMP n.º 8/2016. Como argumentos trazidos no instrumento mencionado, cabe de destacar: "O processo judicial de alteração do nome civil é longo e demorado. Usualmente, muito antes da alteração do nome civil já há a consolidação de uma apresentação social em gênero diverso do constante do registro civil, com o uso de nome social adequado à orientação de gênero. A ordem jurídica, constitucional, legal e infralegal, ampara o direito ao reconhecimento do nome social da população LGBTI, razão pela qual a sua obstaculização afronta os valores e princípios constitucionais da vedação à discriminação odiosa, da igualdade, da liberdade de consciência, da privacidade, da proscrição de todas as formas de discriminação, da proibição de tratamentos desumanos ou degradantes, assim como ofende a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, art. 3º, inciso IV, art. 5º, caput, e incisos III, VI, VIII, X e XLI, todos da CF/88)". (Nota Técnica do CNMP n.º 8/2016, p. 9)

A alternativa A está incorreta, pois a Nota Técnica é clara quanto à possibilidade do reconhecimento à adolescentes do direito ao uso e reconhecimento do nome social: "O direito ao reconhecimento da identidade de gênero também alcança adolescentes, no seu tratamento escolar. A atuação nesses casos deve considerar o efetivo amadurecimento desse autorreconhecimento pelo adolescente, em sua transição para uma apresentação social distinta de seu sexo biológico, o acompanhamento a ser realizado pela família do adolescente para que seja aceita sua identidade de gênero e a necessária mediação com a comunidade escolar". (Nota Técnica do CNMP n.º 8/2016, p. 14)

A alternativa C está incorreta, pois o reconhecimento e uso do nome social independe de procedimento cirúrgico: "[...] o contexto atual em que estão inseridos os direitos da população LGBT vem possibilitando o reconhecimento do direito ao nome social no tratamento pelos órgãos públicos, ainda mais diante do atual cenário jurisprudencial, que vem admitindo a possibilidade de alteração do prenome de transexuais e/ou travestis (denominados "trans") perante o registro civil, independentemente de prévia cirurgia de mudança de sexo, tendo em vista o direito fundamental ao autorreconhecimento. O fato de não haver lei regulamentando o uso do nome social não impede a eficácia imediata dos direitos fundamentais imbrincados". (Nota Técnica do CNMP n.º 8/2016, p. 14)

A alternativa D está incorreta, pois conforme comentário à alternativa B, é dispensável qualquer alteração no registro civil para o reconhecimento do direito ao uso do nome social.

A alternativa E está incorreta, pois o pleito de Joana independe de decisão judicial, podendo ser obtido administrativamente.

QUESTÃO 81. Acerca do entendimento jurisprudencial do STF sobre questões que envolvem o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

a) Compete à Justiça Estadual processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente, quando praticados por meio virtual.

b) É dever estatal assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade.

c) O § 1º do artigo 75 da Lei nº 6.815/1980 não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, sendo possível a expulsão de estrangeiro cujo filho brasileiro foi reconhecido ou adotado posteriormente ao fato ensejador do ato expulsório.

d) Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira.

e) É inconstitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações, ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei, ou (iii) seja objeto de determinação da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, com base em consenso médico-científico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento acerca da jurisprudência do STF em temas relacionados ao Direito da Criança e do Adolescente.

A alternativa A está incorreta, pois trata-se de competência da justiça federal, consoante entendimento fixado pelo STF em sede de repercussão geral no Tema 393: "Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico, acessível transnacionalmente, envolvendo criança ou adolescente, quando praticados por meio da rede mundial de computadores (arts. 241, 241-A e 241-B da Lei nº 8.069/1990)".

A alternativa B está incorreta, pois é dever estatal assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade. Sobre o conteúdo, destaca-se o Tema 548 de Repercussão Geral do STF, segundo o qual: "1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever

jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica". Ademais, o IV do art. 208 da Constituição Federal trata do dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças até 5 (cinco) anos de idade, nos seguintes termos: "Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade".

A alternativa C está incorreta, pois, de acordo com o entendimento do STF, a expulsão de estrangeiro com filho brasileiro nascido depois do fato criminoso que motivou o ato expulsório é incompatível com os princípios constitucionais da proteção à criança e à família. A Corte fixou a seguinte tese de repercussão geral: "O § 1º do artigo 75 da Lei nº 6.815/1980 não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, sendo vedada a expulsão de estrangeiro cujo filho brasileiro foi reconhecido ou adotado posteriormente ao fato ensejador do ato expulsório, uma vez comprovado estar a criança sob guarda do estrangeiro e deste depender economicamente".

A alternativa D está correta, eis que em conformidade com a tese fixada pelo STF em sede de repercussão geral no Tema 822: "Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira".

A alternativa E está incorreta. A tese de repercussão geral fixada no ARE 1267879 foi a seguinte: "É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar".

QUESTÃO 82. Sobre a atual jurisprudência do STJ acerca das questões ambientais, assinale a alternativa correta.

a) É possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais independentemente da persecução penal concomitante da pessoa física que a represente, logo não incide a Teoria da Dupla Imputação.

b) A cumulação de obrigação de fazer, de não fazer e de indenizar na reparação de dano ambiental é obrigatória e está relacionada à impossibilidade de recuperação total da área degradada.

c) As ações propostas por pescadores artesanais que visam à reparação de danos materiais e morais decorrentes de dano ambiental devem ser ajuizadas no foro do seu domicílio.

d) A responsabilidade administrativa ambiental é de natureza objetiva.

e) O regime registral brasileiro não admite a averbação de informações facultativas de interesse ao imóvel, inclusive ambientais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da jurisprudência do STJ quanto aos crimes da Lei 9.605/98.

A alternativa A está correta. Atualmente, já está consolidado na jurisprudência o entendimento de que, para que a pessoa jurídica possa ser responsabilizada pela prática de um crime ambiental, não é obrigatória a simultânea persecução penal de nenhuma pessoa física. Em outras palavras, a pessoa jurídica pode ser responsabilizada de modo isolado em âmbito penal, sendo desnecessária a realização da dupla imputação. Esse entendimento foi fixado pelo STF no julgamento do RE 548.181, e, posteriormente, foi encampado também pelo STJ, como se pode ver a partir deste julgado: "A jurisprudência desta Corte, após o julgamento do RE 548.181 pela Suprema Corte, de relatoria da Ministra ROSA WEBER, DJe 30/10/2014, consolidou o entendimento segundo o qual é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que a represente" (AgRg no REsp 1.988.504).

A alternativa B está incorreta. Na verdade, essa cumulação, apesar de ser possível, não é obrigatória, pois nem sempre ela se verificará no caso concreto, já que, se for possível realizar a reparação completa do dano ambiental, poderá ser afastada a obrigação de natureza pecuniária. De um lado, o STJ possui entendimento sumulado afirmando a possibilidade de realização da cumulação: "Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar" (Súmula 629). De outro lado, a mesma Corte também afirma que essa cumulação não é obrigatória: "Ao decidir pela possibilidade, porém ausência de obrigatoriedade, na cumulação de condenações em reparação do dano ambiental e em indenização pecuniária, a instância de origem alinhou-se ao entendimento firmado no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, segundo o qual 'Embora se admita, a princípio, a cumulação da obrigação reparatória do dano ambiental com a indenizatória, nos casos em que é possível a reparação completa, esta Corte Superior de Justiça tem o entendimento de que deve ser afastada a obrigação de natureza pecuniária'" (AgInt no REsp 1.538.112).

A alternativa C está incorreta. Na verdade, o entendimento atual do STJ afirma que, nessa hipótese, os pescadores, considerados consumidores por equiparação (art. 17, CDC), possuem a faculdade de ajuizar a ação de reparação de danos no foro do seu domicílio se assim o desejarem (art. 101, I, CDC), mas, por outro lado, também poderão ajuizá-la no local em que ocorreu o dano (art. 93, I, CDC). O seguinte julgado demonstra bem o entendimento da Corte: "A jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que, nas ações ajuizadas por pescadores artesanais visando à reparação de danos materiais e morais decorrentes de dano ambiental, aplica-se o disposto no art. 17 do Código de Defesa do Consumidor, sendo facultado ao consumidor o ajuizamento da ação no foro do seu domicílio" (AgInt no AREsp 1.724.320).

A alternativa D está incorreta. Ao contrário da responsabilidade civil ambiental, que, de fato, possui natureza objetiva, a responsabilidade administrativa ambiental tem natureza subjetiva, logo, a sua caracterização depende da presença de dolo ou culpa na conduta do agente transgressor. O referido entendimento é atualmente adotado pelo STJ: "No que tange à controvérsia recursal, de fato, consoante estampa o acórdão recorrido, esta Corte firmou entendimento segundo o qual a responsabilidade administrativa ambiental tem caráter subjetivo, exigindo-se a demonstração de dolo ou culpa e do nexo causal entre conduta e dano" (AgInt nos EDcl no REsp 1.967.742).

A alternativa E está incorreta. Essa alternativa contraria frontalmente o precedente qualificado firmado recentemente pelo STJ no âmbito do IAC 13, no qual a Corte fixou, entre outras, a seguinte tese: "O

regime registral brasileiro admite a averbação de informações facultativas de interesse ao imóvel, inclusive ambientais".

QUESTÃO 83. A Lei no 12.187/2009 dispõe sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Nessa legislação há o seguinte conceito: "os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais". Trata-se de

a) emissões.

b) sumidouro.

c) impacto.

d) vulnerabilidade.

e) efeitos adversos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Lei de Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009).

A alternativa A está incorreta. O conceito de emissões está no inciso III do art. 2º da legislação em questão, e é o seguinte: "liberação de gases de efeito estufa ou seus precursores na atmosfera numa área específica e num período determinado".

A alternativa B está incorreta. O conceito de sumidouro está no inciso IX do art. 2º da legislação em questão, e é o seguinte: "processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa".

A alternativa C está correta. De fato, o conceito mencionado no enunciado é exatamente aquele que a legislação estabelece para o impacto, que está previsto no inciso VI do art. 2º: "os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais".

A alternativa D está incorreta. O conceito de vulnerabilidade está no inciso X do art. 2º da legislação em questão, e é o seguinte: "grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos".

A alternativa E está incorreta. O conceito de efeitos adversos da mudança do clima está no inciso II do art. 2º da legislação em questão, e é o seguinte: "mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos".

QUESTÃO 84. Hipoteticamente, um idoso de 61 anos questiona o Ministério Público de seu Estado se possui direito a transporte interestadual gratuito. Com base no texto atual do Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a resposta adequada a ser fornecida a esse idoso.

a) Idosos a partir de 65 anos têm direito a pagar apenas metade do valor da passagem interestadual, independentemente da comprovação de sua renda mensal, sendo que tal gratuidade se restringe ao transporte municipal.

b) Somente idosos a partir de 65 anos têm direito à gratuidade de transporte interestadual, se comprovado que possuem renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos, sendo reservadas quatro vagas por veículo para esse fim.

c) Todos os idosos a partir de 60 anos têm direito a transporte interestadual gratuito, independentemente de sua renda mensal.

d) O direito ao transporte interestadual gratuito é garantido a idosos a partir de 65 anos com renda menor ou igual a um salário mínimo.

e) Idosos a partir de 60 anos têm direito à gratuidade de transporte interestadual se possuírem renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos, sendo reservadas duas vagas por veículo para esse fim.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre o direito ao transporte gratuito, previsto no Estatuto da Pessoa Idosa. A alternativa está de acordo com o que dispõe o art. 40, I, do Estatuto da Pessoa Idosa: "Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para pessoas idosas com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos".

A alternativa A está incorreta, por três razões básicas. Na hipótese (transporte interestadual) o benefício da gratuidade ou desconto(a) se destina à pessoa idosa (60 ou +) e não apenas aos que possuem a partir de 65 anos. Além disso, há a previsão do critério de renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 40, II, do Estatuto da Pessoa Idosa: "Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: [...] II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para as pessoas idosas que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)". Por fim, como já se viu, a gratuidade não se aplica apenas ao transporte municipal, mas também ao transporte interestadual, nos termos do já transcrito art. 40, I, do Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa B está incorreta, pois a pessoa idosa (com 60 anos ou mais) possui direito à gratuidade no transporte interestadual (não apenas quem tem 65 anos ou mais), de modo que são 2 (e não 4) vagas reservadas para tal finalidade, conforme o já mencionado art. 40, I, do Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa C está incorreta, pois a renda mensal igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos é um critério para o idoso acessar o benefício da gratuidade no transporte interestadual, nos termos do art. 40, I, do Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa D está incorreta, pois a pessoa idosa (com 60 anos ou mais) possui direito à gratuidade no transporte interestadual (não apenas quem tem 65 anos ou mais), sendo que o critério de renda é de até 2 (dois) e não apenas de até 1 (um) salário mínimo, nos termos do art. 40, I, do Estatuto da Pessoa Idosa.

QUESTÃO 85. Para que Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos sejam incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro, são necessários alguns procedimentos para lhes dar validade. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

a) Para que um tratado internacional sobre direitos humanos tenha força de emenda constitucional, ele deverá ser aprovado em um turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

b) Para validade dos tratados internacionais sobre direitos humanos, aplica-se o modelo de duplicidade de vontades, sendo que o Legislativo aprova tal tratado por Decreto Legislativo, ingressando sempre como norma supraconstitucional no ordenamento jurídico brasileiro.

c) A primeira fase de incorporação do tratado internacional de direitos humanos na legislação nacional é promulgação interna do texto, seguida da ratificação e do depósito.

d) Os tratados sobre direitos humanos são aprovados aplicando-se a teoria do duplo estatuto dos tratados de Direitos Humanos, adotada pelo Supremo Tribunal Federal.

e) A segunda fase de processo de incorporação interna do tratado internacional sobre direitos humanos se denomina "ratificação e depósito" e antecede a aprovação do texto pelo Congresso Nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre a incorporação de instrumentos internacionais à ordem jurídica brasileira. Para que um tratado obrigue o Estado brasileiro internamente ele deverá passar por quatro fases: (1ª) Assinatura Internacional; (2ª) Aprovação pelo Congresso Nacional; (3ª) Ratificação e depósito, e; (4ª) Promulgação interna. Os tratados internacionais são assinados, no Brasil, pelo Presidente da República, que possui competência privativa para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, na forma do artigo 84, VIII, da CRFB, no entanto, também estão sujeitos a referendo pelo Congresso Nacional, o que traduz a aplicação do Modelo de Duplicidade de Vontades, junção de vontades ou teoria dos atos complexos. Esse modelo de duplicidade de vontades consiste no fato de que, além da assinatura do tratado internacional pelo Presidente da República (1ª manifestação de vontade), é necessário que o tratado também seja aprovado pelo Poder Legislativo (2ª manifestação de vontade).

A alternativa A está incorreta, pois na hipótese, a aprovação precisa ocorrer em dois turnos, e não em um único turno, nos termos do art. 5º, § 3º, da CRFB: "Art. 5º [...] § 3º Os tratados e convenções

internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais".

A alternativa B está incorreta, pois conforme comentário à alternativa A, nem sempre o tratado ingressará com status de norma supralegal, podendo ter o status de Emenda Constitucional.

A alternativa C está incorreta, pois a primeira fase é a assinatura internacional. A promulgação interna ocorre ao final (4ª fase).

A alternativa E está incorreta, pois a ratificação e depósito corresponde à 3ª fase de incorporação de um tratado internacional, que ocorre após a aprovação do Congresso Nacional, que por sua vez corresponde à 2ª fase.

QUESTÃO 86. Sobre o entendimento do STJ acerca de regras constantes do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

a) A ausência de informação relativa a preço, por si só, caracteriza publicidade enganosa.

b) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor em resolução de contrato de compra e venda de imóvel com garantia de alienação fiduciária registrado em cartório, na hipótese de inadimplemento de devedor constituído em mora.

c) A condenação por danos a mercadoria ou carga em transporte aéreo internacional, contratada em território nacional, não está sujeita aos limites previstos nas convenções e nos tratados internacionais, sendo aplicável o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

d) É de cobertura obrigatória pelos planos de saúde a cirurgia plástica de caráter reparador ou funcional indicada pelo médico assistente em pacientes pós-cirurgia bariátrica, visto ser parte decorrente do tratamento da obesidade mórbida.

e) Há possibilidade de responsabilizar órgão de proteção ao crédito por incluir em seus registros elementos constantes em banco de dados públicos de cartório de distribuição do judiciário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, sendo que a questão tratou obrigações na cadeia consumerista.

A alternativa está de acordo com o que o STJ decidiu no Tema Repetitivo n.º 1.069, cuja tese dispõe: "(i) É de cobertura obrigatória pelos planos de saúde a cirurgia plástica de caráter reparador ou funcional indicada pelo médico assistente, em paciente pós-cirurgia bariátrica, visto ser parte decorrente do tratamento da obesidade mórbida. (ii) Havendo dúvidas justificadas e razoáveis quanto ao caráter eminentemente estético da cirurgia plástica indicada ao paciente pós-cirurgia bariátrica, a operadora de plano de saúde pode se utilizar do procedimento da junta médica, formada para dirimir a divergência técnicoassistencial, desde que arque com os honorários dos respectivos profissionais e sem prejuízo do

exercício do direito de ação pelo beneficiário, em caso de parecer desfavorável à indicação clínica do médico assistente, ao qual não se vincula o julgador".

A alternativa A está incorreta, pois o STJ entendeu justamente o contrário no julgamento do REsp n.º 1.705.278-MA: "A ausência de informação relativa ao preço, por si só, não caracteriza publicidade enganosa". (REsp n.º 1.705.278-MA, Rel. Min. Antônio Carlos Ferreira, 4ª Turma, por unanimidade, julgado em 19/11/2019, DJe 02/12/2019).

A alternativa B está incorreta, pois na hipótese do enunciado, não se aplica o CDC, prevalecendo a legislação especial (Lei n.º 9.514/1997), nos termos da tese firmada no Tema Repetitivo n.º 1.095: "Em contrato de compra e venda de imóvel com garantia de alienação fiduciária devidamente registrado em cartório, a resolução do pacto, na hipótese de inadimplemento do devedor, devidamente constituído em mora, deverá observar a forma prevista na Lei nº 9.514/97, por se tratar de legislação específica, afastando-se, por conseguinte, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor".

A alternativa C está incorreta, pois na hipótese do enunciado, as regras previstas nos instrumentos internacionais prevalecem sobre o CDC em relação aos danos materiais, conforme já assentou o STF em sede de repercussão geral (tema n.º 210): "Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor. O presente entendimento não se aplica às hipóteses de danos extrapatrimoniais".

A alternativa E está incorreta, pois a afirmativa contraria a posição do STJ, firmada no julgamento do Tema Repetitivo n.º 806, cuja tese dispõe: "Diante da presunção legal de veracidade e publicidade inerente aos registros do cartório de protesto, a reprodução objetiva, fiel, atualizada e clara desses dados na base de órgão de proteção ao crédito - ainda que sem a ciência do consumidor - não tem o condão de ensejar obrigação de reparação de danos".

QUESTÃO 87. Marília é dona de uma confecção renomada e, em nome de sua empresa, que tem mais de 100 costureiras contratadas, comprou um lote de 50 máquinas de costura da empresa X, pois a confecção passaria a costurar peças em couro. No ato da compra, o vendedor prometeu que tal equipamento costurava materiais mais grossos. Quando as máquinas foram entregues, as costureiras passaram a reclamar que as agulhas não suportavam costurar couro e acabavam quebrando. Então, Marília analisou o manual de instruções e tomou conhecimento de que as máquinas, em verdade, eram indicadas apenas para tecidos finos. Nesse contexto hipotético, sob a análise da atual jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

a) Em que pese a empresa de Marília seja a parte que adquiriu os produtos da empresa X para sua atividade empresarial, em sendo comprovada sua vulnerabilidade, dada a aplicação da teoria finalista mitigada, é possível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

b) O Código de Defesa do Consumidor só seria aplicado se a compra tivesse sido realizada pela pessoa física de Marília, tendo em vista que a teoria finalista mitigada adotada pelo STJ não se aplica a aquisições em nome de pessoas jurídicas.

c) Dada a aplicação da teoria finalista pura, que é praticada atualmente pelo STJ, o Código de Defesa do Consumidor deverá ser aplicado, independentemente de qualquer prova de vulnerabilidade.

d) Como Marília adquiriu os equipamentos para se beneficiar economicamente produzindo peças para revenda, pela aplicação da teoria maximalista que hoje é usada pelo STJ para interpretação do conceito de destinatário final, não será aplicado a essa relação jurídica o Código de Defesa do Consumidor.

e) Tendo em vista que não era Marília a pessoa que seria beneficiada diretamente da compra das máquinas, mas a sua empresa, o STJ vem aplicando ao caso a teoria maximalista, e serão aplicadas aos fatos as regras do Código de Defesa do Consumidor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão tratou sobre a teoria finalista mitigada e a aplicação da proteção das normas do CDC. Dispõe o art. 2º do CDC: "toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final". A teoria maximalista (ou objetiva), exige apenas a existência de destinação final fática do produto ou serviço. Já a teoria a finalista (ou subjetiva), com viés mais restritivo, exige a presença de destinação final fática e econômica (teoria adotada pelo CDC). No entanto, o STJ acaba "mitigando" a regra do art. 2º do CDC, vejamos: "[...] 4. Nada obstante, a jurisprudência do STJ, pautada em uma interpretação teleológica do dispositivo legal, adere à teoria finalista mitigada ou aprofundada, a qual viabiliza a aplicação da lei consumerista sobre situações em que, apesar de o produto ou serviço ser adquirido no curso do desenvolvimento de uma atividade empresarial, haja vulnerabilidade técnica jurídica ou fática da parte adquirente frente ao fornecedor. 5. Nessas situações, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor fica condicionada à demonstração efetiva da vulnerabilidade da pessoa frente ao fornecedor. Então, incumbe ao sujeito que pretende a incidência do diploma consumerista comprovar a sua situação peculiar de vulnerabilidade [...]" (REsp n.º 2.020.811/SP)

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentário à alternativa A.

QUESTÃO 88. Há 20 dias, Jurema comprou pela internet um computador na loja Y. Após essa compra, teve conhecimento de que seus dados não sensíveis foram vazados pelo site dessa empresa e comercializados para terceiros, que passaram a importuná-la com inúmeras ligações de telemarketing. O prazo de entrega do computador é de 30 dias úteis, e o produto ainda não chegou até Jurema. Diante disso, a cliente quer desfazer o negócio com a loja. Nesse contexto hipotético, é correto afirmar, considerando a atual legislação vigente e a jurisprudência do STJ, que Jurema

a) poderá, em 90 dias a partir da data do recebimento, se arrepender, por se tratar de um produto durável, sem ter o dever de prestar esclarecimentos dos motivos de sua decisão.

b) terá direito a reparação por danos morais se comprovar os danos sofridos, em razão do fato de seus dados terem sido vazados pela loja Y.

c) não poderá se valer do direito de arrependimento, pois teria prazo de 7 dias para se arrepender a contar da data de compra, sendo que, já passados 20 dias, nada poderá fazer nesse sentido.

d) terá direito a reparação por danos morais *in re ipsa*, em razão do fato de seus dados terem sido comprovadamente vazados pela loja Y.

e) terá 30 dias para se arrepender da compra, prazo esse de sanação, sendo que contará a partir da data da entrega do produto, não sendo necessário esclarecer os motivos do arrependimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, tendo a questão abordado o tema da responsabilidade civil nas relações de consumo.

A alternativa B está de acordo com o entendimento do STJ, vejamos: "[...] V - O vazamento de dados pessoais, a despeito de se tratar de falha indesejável no tratamento de dados de pessoa natural por pessoa jurídica, não tem o condão, por si só, de gerar dano moral indenizável. Ou seja, o dano moral não é presumido, sendo necessário que o titular dos dados comprove eventual dano decorrente da exposição dessas informações [...]" (REsp n.º 2.130.619/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 7/3/2023).

A alternativa A está incorreta, pois em se tratando de compra feita fora do estabelecimento (pela *internet*), o prazo de arrependimento é de 7 (sete) dias, contados, na hipótese, do ato de recebimento do produto, nos termos do art. 49 do CDC: "Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio".

A alternativa C está incorreta, pois Jurema possui o direito de arrependimento, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois conforme decidiu o STJ no REsp n.º 2.130.619/SP transcrito anteriormente, não há dano moral presumido na hipótese.

A alternativa E está incorreta, pois o prazo para arrependimento é de 7 (sete) e não de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 49 do CDC.

QUESTÃO 89. Sobre o que dispõe a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), é correto afirmar que

a) autoridade nacional é órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua, em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário, a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.

b) uso compartilhado de dados é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

c) encarregado é pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

d) bloqueio é a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

e) anonimização é a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda o conhecimento acerca de conceitos previstos no texto da Lei nº 13.709/2018, denominada de Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A alternativa A está incorreta, pois traz o conceito de órgão de pesquisa, nos termos do inciso XVIII do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): "XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico". Por outro lado, a definição de autoridade nacional está prevista no inciso XIX do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): "XIX - autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional".

A alternativa B está incorreta, pois se refere à definição de "tratamento", conforme o disposto no inciso X do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): "X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração". Em contrapartida, o conceito de "uso compartilhado de dados" está no inciso XVI do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): "XVI - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados".

A alternativa C está incorreta, pois aborda a definição de "controlador" prevista no inciso VI do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): "VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais". Enquanto o conceito de "encarregado" consta do inciso VIII do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): "VIII -

encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)".

A alternativa D está incorreta, pois versa sobre o conceito de "eliminação" previsto no inciso XIV do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): "XIV - eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado". Lado outro, o "bloqueio" consiste na "suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados", nos termos do inciso XIII do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

A alternativa E está correta, uma vez que trata da literalidade do disposto no inciso XI do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): "Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se: XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo".

QUESTÃO 90. Hipoteticamente, a União propôs uma ação contra a mineradora X, que estava extraindo areia ilegalmente do leito de um rio. Entre os pedidos, estavam a recuperação das áreas degradadas, o ressarcimento pela retirada ilegal da areia e uma indenização por danos morais coletivos. Sobre a orientação do STF acerca da prescrição dos pedidos feitos pela União, é correto afirmar que

a) o pedido referente à recuperação das áreas degradadas é imprescritível, e o ressarcimento pelos danos materiais e morais coletivos prescreve em 5 anos.

b) os pedidos de dano material e recuperação da área degradada são imprescritíveis, e o pedido de dano moral coletivo prescreve em 5 anos.

c) todos os pedidos formulados são imprescritíveis, pois no caso são decorrentes da exploração irregular do patrimônio mineral da União, porquanto indissociável do dano ambiental causado.

d) o pedido referente à recuperação das áreas degradadas é imprescritível, e o ressarcimento pelos danos materiais e morais coletivos prescreve em 10 anos.

e) todos os pedidos formulados pela União prescrevem em 20 anos a contar do início da exploração ilegal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento acerca do Direito Ambiental, especificamente no que se refere ao entendimento do STF sobre a imprescritibilidade da reparação civil em razão de danos ambientais.

A alternativa C está correta. Depreende-se da situação hipotética que, em virtude da extração ilegal de areia do leito de um rio, a União formulou 3 (três) pedidos em ação movida contra a mineradora X, quais

sejam: i) recuperação das áreas degradadas; ii) ressarcimento pela retirada ilegal da areia e; iii) indenização por danos morais coletivos.

Acerca da reparação civil de dano ambiental, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 654833, com repercussão geral (Tema 999), o STF decidiu que a pretensão de reparação civil (por danos morais ou materiais) em razão de danos ambientais não está sujeita à prescrição.

Nesse sentido, cumpre destacar o seguinte excerto da ementa: "2. Em nosso ordenamento jurídico, a regra é a prescrição da pretensão reparatória. A imprescritibilidade, por sua vez, é exceção. Depende, portanto, de fatores externos, que o ordenamento jurídico reputa inderrogáveis pelo tempo. 3. Embora a Constituição e as leis ordinárias não disponham acerca do prazo prescricional para a reparação de danos civis ambientais, sendo regra a estipulação de prazo para pretensão ressarcitória, a tutela constitucional a determinados valores impõe o reconhecimento de pretensões imprescritíveis. 4. O meio ambiente deve ser considerado patrimônio comum de toda humanidade, para a garantia de sua integral proteção, especialmente em relação às gerações futuras. Todas as condutas do Poder Público estatal devem ser direcionadas no sentido de integral proteção legislativa interna e de adesão aos pactos e tratados internacionais protetivos desse direito humano fundamental de 3ª geração, para evitar prejuízo da coletividade em face de uma afetação de certo bem (recurso natural) a uma finalidade individual. 5. A reparação do dano ao meio ambiente é direito fundamental indisponível, sendo imperativo o reconhecimento da imprescritibilidade no que toca à recomposição dos danos ambientais. (RE 654833, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20-04-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-157 DIVULG 23-06-2020 PUBLIC 24-06-2020)".

No referido julgamento, o STF fixou a seguinte tese de repercussão geral: "É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental".

Portanto, é possível concluir que todos os pedidos formulados pela União são imprescritíveis, tendo em vista que decorrem da exploração irregular do patrimônio mineral da União, sendo indissociável do dano ambiental causado.

A alternativa A está incorreta, pois o pedido de ressarcimento pelos danos materiais e morais coletivos é imprescritível, nos termos da tese de repercussão geral (Tema 999): "É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental".

A alternativa B está incorreta, pois o pedido de dano moral coletivo é imprescritível, nos termos da tese de repercussão geral (Tema 999): "É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental".

A alternativa D está incorreta, pois o pedido de ressarcimento pelos danos materiais e morais coletivos é imprescritível, nos termos da tese de repercussão geral (Tema 999): "É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental".

A alternativa E está incorreta, pois todos os pedidos formulados pela União são imprescritíveis, conforme o disposto na tese de repercussão geral (Tema 999): "É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental".

QUESTÃO 91. Considerando regras do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), é obrigatória a intervenção do Ministério Público em ação de

a) parcelamento do solo de imóvel particular.

b) extinção de condomínio.

c) usucapião ordinária urbana, sem exceções.

d) usucapião especial urbana.

e) usucapião familiar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, conforme previsão legal expressa no art. 12, §1º, da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade): "§ 1º Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público".

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, pois a única hipótese na qual o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) prevê a intervenção obrigatória do Ministério Público é na ação de usucapião especial urbana. De acordo com o art. 12, §1º, da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade): "§ 1º Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público".

QUESTÃO 92. Marcelo é um menino de 16 anos, que apresenta hoje a condição de obesidade mórbida. Há um grupo de três rapazes, Joaquim, Antônio e Lucas, que fazem parte de sua turma de sala de aula e corriqueiramente o agridem com palavras, chamando-o de "baleia", dizendo que, "com aquele tamanho", ele nunca terá amigos e convencendo os demais colegas de turma a isolarem Marcelo. Além disso, os rapazes chantageiam Marcelo, dizendo que, se ele não os ajudar nos trabalhos da escola, será obrigado a fazer o que eles quiserem. Certa vez, Marcelo ficou nervoso e pediu que parassem com aquela situação, quando Joaquim e Antônio seguraram Marcelo, e Lucas desferiu um soco em seu rosto, ferindo o supercílio da vítima. Nesse contexto hipotético, é correto afirmar que

a) o ataque físico a Marcelo não se caracteriza como prática de bullying.

b) a chantagem praticada contra Marcelo sugere bullying psicológico.

c) quando os agressores de Marcelo pedem que os demais colegas de turma se afastem dele, sugere-se a prática de bullying verbal.

d) o xingamento "baleia" nesse contexto sugere bullying social.

e) ao amedrontarem Marcelo com a fala de que, por ser obeso, nunca terá amigos, sugere-se a prática de bullying físico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), no contexto do Direito da Criança e do Adolescente.

A alternativa A está incorreta, pois o ataque físico a Marcelo se caracteriza como prática de bullying, nos termos do art. 2º da Lei nº 13.185/2015, in verbis: "Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (bullying) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda: I - ataques físicos". Além disso, a conduta de desferir um soco no rosto de Marcelo, ferindo seu supercílio, caracteriza-se como bullying físico, conforme o disposto no art. 3º, VI, da Lei nº 13.185/2015: "Art. 3º A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: VI - físico: socar, chutar, bater".

A alternativa B está correta, pois a chantagem praticada contra Marcelo consiste em bullying psicológico. Nos termos do art. 3º, V, da Lei nº 13.185/2015: "Art. 3º A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar".

A alternativa C está incorreta, pois o ato de pedir que os demais colegas de turma se afastem de Marcelo, isolando-o, caracteriza a prática de bullying social. De acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 13.185/2015: "Art. 3º A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: IV - social: ignorar, isolar e excluir".

A alternativa D está incorreta, pois o xingamento "baleia" nesse contexto indica a prática de bullying verbal, consoante o disposto no art. 3º, I, da Lei nº 13.185/2015: "Art. 3º A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente".

A alternativa E está incorreta, pois há bullying psicológico na prática de amedrontar Marcelo com a fala de que, por ser obeso, nunca terá amigos. Nesse sentido, dispõe o art. 3º, V, da Lei nº 13.185/2015 que: "Art. 3º A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar".

QUESTÃO 93. A Lei nº 12.587/2012 instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Assinale a alternativa que apresenta uma das atribuições dos Estados descritas nessa legislação.

a) Planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano.

b) Propor política tributária específica e de incentivos para a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

c) Prestar, diretamente ou por delegação ou gestão associada, os serviços de transporte público interestadual de caráter urbano.

d) Prestar, direta, indiretamente ou por gestão associada, os serviços de transporte público coletivo urbano, que têm caráter essencial.

e) Fomentar a implantação de projetos de transporte público coletivo de grande e média capacidade nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento acerca das atribuições dos entes federativos no âmbito da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A alternativa A está incorreta, pois se refere a uma atribuição dos Municípios, conforme o art. 18, I, da Lei nº 12.587/2012: "Art. 18. São atribuições dos Municípios: I - planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano".

A alternativa B está correta, pois consiste em atribuição dos Estados, consoante a redação expressa do art. 17, II, da Lei nº 12.587/2012: "Art. 17. São atribuições dos Estados: II - propor política tributária específica e de incentivos para a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana".

A alternativa C está incorreta, pois diz respeito a uma atribuição da União, conforme art. 16, VII, da Lei nº 12.587/2012: "Art. 16. São atribuições da União: VII - prestar, diretamente ou por delegação ou gestão associada, os serviços de transporte público interestadual de caráter urbano".

A alternativa D está incorreta, pois consiste em atribuição dos Municípios, conforme o art. 18, II, da Lei nº 12.587/2012: "Art. 18. São atribuições dos Municípios: II - prestar, direta, indiretamente ou por gestão associada, os serviços de transporte público coletivo urbano, que têm caráter essencial".

A alternativa E está incorreta, pois trata-se de atribuição da União, conforme art. 16, IV, da Lei nº 12.587/2012: "Art. 16. São atribuições da União: IV - fomentar a implantação de projetos de transporte público coletivo de grande e média capacidade nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas".

QUESTÃO 94. A Lei nº 11.445/2007 estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, sendo que tal regramento apresenta importantes conceitos. Assinale o conceito correto disposto em tal legislação.

a) Sistema individual alternativo de saneamento são funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município.

b) Serviços públicos de saneamento básico de interesse local correspondem às funções desempenhadas pelas redes coletoras de esgoto sanitário, assentadas em posição viável no interior dos lotes ou do conjunto de habitações, interligadas à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizadas onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento.

c) Sistema separador absoluto é o conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar exclusivamente esgoto sanitário.

d) Sistema unitário é aquele que atende aos dispositivos legais pertinentes à prestação de serviços públicos de saneamento básico.

e) Sistema condominial é aquele que observa integralmente as disposições constitucionais, legais e contratuais relativas ao exercício da titularidade e a contratação, prestação e regulação dos serviços.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento acerca dos conceitos previstos na Lei nº 11.445/2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

A alternativa A está incorreta, pois traz o conceito de "serviços públicos de saneamento básico de interesse local", nos termos do inciso XV do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: "XV - serviços públicos de saneamento básico de interesse local: funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município". Por outro lado, a definição de "sistema individual alternativo de saneamento" está prevista no inciso XVII do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: "XVII - sistema individual alternativo de saneamento: ação de saneamento básico ou de afastamento e destinação final dos esgotos, quando o local não for atendido diretamente pela rede pública".

A alternativa B está incorreta, pois se refere à definição de "sistema condominial", conforme o disposto no inciso XVI do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: "XVI - sistema condominial: rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento". Em contrapartida, o conceito de "serviços públicos de saneamento básico de interesse local" está previsto no inciso XV do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: "XV - serviços públicos de saneamento básico de interesse local: funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município".

A alternativa C está correta, pois versa sobre o conceito de "sistema separador absoluto" previsto expressamente no inciso XVIII do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: "XVIII - sistema separador absoluto: conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar exclusivamente esgoto sanitário".

A alternativa D está incorreta, pois aborda a definição de "contratos regulares" prevista no inciso IX do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: "IX - contratos regulares: aqueles que atendem aos dispositivos legais pertinentes à prestação de serviços públicos de saneamento básico". Enquanto o conceito de "sistema unitário" consta do inciso XIX do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: "XIX - sistema unitário: conjunto de

condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar conjuntamente esgoto sanitário e águas pluviais".

A alternativa E está incorreta, pois traz a definição de "operação regular", nos termos do inciso XIII do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: "XIII - operação regular: aquela que observa integralmente as disposições constitucionais, legais e contratuais relativas ao exercício da titularidade e à contratação, prestação e regulação dos serviços". Lado outro, o "sistema condominial" está disposto no inciso XVI do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: "XVI - sistema condominial: rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento".

QUESTÃO 95. Assinale a alternativa que apresenta corretamente, entre outras, uma das competências da União, instituída pela Lei nº 12.608/2012, que trata sobre a Política Nacional da Defesa Civil.

a) Identificar e mapear as áreas de risco de desastres.

b) Organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança.

c) Promover a fiscalização das áreas de risco de desastres e vedar novas ocupações nessas áreas.

d) Instituir e manter sistema de informações e monitoramento de desastres.

e) Manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento acerca das competências dos entes federativos no âmbito da Política Nacional da Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608/2012.

A alternativa A está incorreta, pois se refere a uma competência atribuída aos Municípios, conforme o art. 8º, IV, da Lei nº 12.608/2012: "Art. 8º Compete aos Municípios: IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres".

A alternativa B está incorreta, pois consiste em competência atribuída aos Municípios, conforme o art. 8º, VIII, da Lei nº 12.608/2012: "Art. 8º Compete aos Municípios: VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança".

A alternativa C está incorreta, pois diz respeito a uma competência atribuída aos Municípios, conforme o art. 8º, V, da Lei nº 12.608/2012: "Art. 8º Compete aos Municípios: V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas".

A alternativa D está correta. De fato, é competência da União instituir e manter sistema de informações e monitoramento de desastres no âmbito da Política Nacional da Defesa Civil. De acordo com o art. 6º, V, da Lei nº 12.608/2012: "Art. 6º Compete à União: V - instituir e manter sistema de informações e monitoramento de desastres".

A alternativa E está incorreta, pois trata-se de competência atribuída aos Municípios, conforme o art. 8º, IX, da Lei nº 12.608/2012: "Art. 8º Compete aos Municípios: IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres".

QUESTÃO 96. Considere que o Sindicato dos Servidores do Estado X, na qualidade de substituto processual, ajuizou uma ação coletiva em face do Estado X, com o fim de obrigá-lo a avaliar o desempenho de inúmeros servidores públicos, a qual foi devidamente distribuída para a 1a Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado X. O pedido foi julgado procedente, e a ação transitou em julgado. Na fase de execução, a obrigação de avaliar foi convertida em perdas e danos, e os substituídos tiveram direito ao reajuste de seus vencimentos em 10% (dez por cento). A decisão igualmente transitou em julgado. Denise, servidora pública substituída, que mora no interior do estado, na Cidade Y, formulou pedido de cumprimento individual da sentença coletiva, requerendo perdas e danos de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) Denise não pode propor, nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, o pedido de cumprimento individual de sentença formado em ação coletiva, que tramitou sob o rito ordinário, assim como, impor o rito sumaríssimo ao juízo comum da execução.

b) Independentemente de onde estiver localizado o domicílio de Denise, ela deverá apresentar seu pedido de cumprimento individual de sentença na Capital do Estado X, sob pena de ser considerada inepta a petição.

c) Denise deve formular o pedido de cumprimento individual da sentença coletiva no Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital do Estado X, pois, nas causas de até 60 salários-mínimos, a competência do Juizado é absoluta.

d) Em face do princípio da *perpetuatio jurisdictionis,* Denise é obrigada a apresentar o pedido de cumprimento individual de sentença na 1 Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado X.

e) Em face de o valor do cumprimento de sentença ser inferior a 60 salários-mínimos, Denise pode propor a execução do título executivo formado em ação coletiva no Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca Y.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão aborda o tema cumprimento individual de sentença coletiva.

A alternativa A está correta, pois é o entendimento do STJ, no julgamento do REsp 1804186/SC, fixado no Tema 1.029/STJ, no sentido de que é vedada a execução de título executivo formado em ação coletiva que tramitou sob o rito ordinário em sede de Juizado Especial da Fazenda Pública, veja: "Não é possível propor nos Juizados Especiais da Fazenda Pública a execução de título executivo formado em Ação Coletiva que tramitou sob o rito ordinário, assim como impor o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 ao juízo comum da execução." (REsp 1804186/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2020, DJe 11/09/2020).

A alternativa B está incorreta, pois a jurisprudência do STJ, conforme julgamento do REsp 1804186/SC, é no sentido de que a execução individual possa ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário. Veja: "3. Com relação à execução de sentenças coletivas, o STJ firmou a compreensão, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, de que "a liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC.) (REsp 1.243.887/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 19.10.2011, DJe de 12.12.2011)" (REsp 1804186/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2020, DJe 11/09/2020).

A alternativa C está incorreta, pois o entendimento do STJ, no julgamento do REsp 1804186/SC e do AgInt no AREsp nº 2.298.479/SE, é de que a competência para a liquidação e o cumprimento de sentença coletiva poderá ser do foro em que foi prolatada a decisão da ação civil pública ou do domicílio dos beneficiários e seus sucessores. Veja: "1. O entendimento prevalente nesta Corte Superior é de que a competência para a liquidação e o cumprimento de sentença coletiva poderá ser do foro em que prolatada a decisão da ação civil pública ou do domicílio dos beneficiários ou seus sucessores." (REsp n. 1.866.440/AL, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 9/5/2023, DJe de 12/5/2023.)

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o STJ, no julgamento do REsp n. 1.866.440/AL, a competência para a liquidação e o cumprimento de sentença coletiva poderá ser do foro em que foi prolatada a decisão da ação civil pública ou do domicílio dos beneficiários e seus sucessores, não estando Denise obrigada a propor o cumprimento de sentença na capital do Estado X. Veja: "1. O entendimento prevalente nesta Corte Superior é de que a competência para a liquidação e o cumprimento de sentença coletiva poderá ser do foro em que prolatada a decisão da ação civil pública ou do domicílio dos beneficiários ou seus sucessores." (REsp n. 1.866.440/AL, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 9/5/2023, DJe de 12/5/2023.)

A alternativa E está incorreta, pois não será possível propor a execução do título, formado em ação coletiva, no Juizado Especial da Fazenda Pública, mesmo que o valor seja inferior a 60 S.M., conforme tese assentada pelo STJ: "2. Na hipótese tratada no presente tema repetitivo, o Tribunal de origem assentou que, por ser absoluta a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (§ 4º do art. 2º da Lei 12.153/2009), o cumprimento de sentença oriundo de Ação Coletiva em que o valor da causa seja inferior a 60 (sessenta) salários mínimos deve seguir o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009,

independentemente de haver Juizado Especial instalado na comarca competente." (REsp 1804186/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2020, DJe 11/09/2020).

QUESTÃO 97. Considere que a Associação ABC ajuizou, perante a Justiça Estadual, ação coletiva em face da Mais Alimentos Ltda, empresa que atua no ramo da alimentação infantil, requerendo a indenização da ré em danos morais coletivos, em face da propaganda enganosa veiculada na internet no início do ano de 2022. O juízo de primeiro grau julgou procedente a ação, condenando a ré a pagar 5 milhões de reais ao fundo de combate à fome. Mais Alimentos Ltda interpôs apelação, à qual foi negado provimento. Em seguida, a ré interpôs recurso especial requerendo o reconhecimento da ilegitimidade ativa da autora, pois, no prazo para recorrer, tomou conhecimento de que a Associação ABC foi dissolvida judicialmente em face da ausência de representatividade adequada e de desvio de finalidade, decisão que transitou em julgado na data do julgamento da apelação pelo Tribunal de Justiça. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) Como a Associação ABC foi extinta por decisão judicial, o processo deve ser extinto sem julgamento do mérito.

b) Exclusivamente nas hipóteses de desistência infundada ou de abandono da ação por parte da associação autora de ação civil pública, admite-se a substituição processual pelo Ministério Público.

c) Como a ação civil pública está em andamento no Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público Federal é quem possui legitimidade para substituir a associação extinta por decisão judicial, ainda que a ação tenha sido proposta perante a Justiça Estadual.

d) Interpretando-se a mens legis do artigo 5º, §º 3, da Lei de Ação Civil Pública, e protegendo a coletividade envolvida no processo, o Ministro relator do recurso especial deve determinar que, em até 15 dias, outra associação assuma a titularidade ativa, sob pena de multa.

e) em caso de dissolução, por decisão judicial, da associação autora de ação civil pública, é possível a substituição processual pelo Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão aborda a substituição processual realizada pelo Ministério Público.

A alternativa A está incorreta, pois no caso de dissolução judicial da associação em ação civil pública, o entendimento do STJ é o de que o Ministério Público poderá fazer a substituição processual. Veja: "(...) como não cabe ao intérprete estabelecer distinções onde a própria lei não distinguiu, é irrelevante ao deferimento da substituição processual a circunstância da associação haver sido extinta por decisão judicial. Nesse sentido, também esta Corte já deixou claro que "se o dispositivo não restringiu, não pode o aplicador do direito interpretar a norma a ponto de criar uma restrição nela não prevista" (REsp 1.113.175/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, julgado em 24/5/2012, DJe 7/8/2012). O que

importa é que tanto nos casos de desistência infundada ou de abandono da ação quanto na hipótese de extinção da associação por decisão judicial, o objetivo legítimo consiste em não deixar desprotegidas as pessoas que de fato tinham o interesse naquela tutela e até então eram substituídas pela associação. Assim sendo, o fundamento para o deferimento da substituição processual não depende de se tratar de desistência infundada ou de abandono da ação, mas, sim, da necessidade de proteger os consumidores." (AgInt no REsp 1.582.243-SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 14/2/2023.)

A alternativa B está incorreta, pois, no caso de dissolução judicial da associação em ação civil pública, o entendimento do STJ é o de que o Ministério Público poderá fazer a substituição processual, além dos casos de desistência infundada ou de abandono de ação. Veja: "O que importa é que tanto nos casos de desistência infundada ou de abandono da ação quanto na hipótese de extinção da associação por decisão judicial, o objetivo legítimo consiste em não deixar desprotegidas as pessoas que de fato tinham o interesse naquela tutela e até então eram substituídas pela associação. Assim sendo, o fundamento para o deferimento da substituição processual não depende de se tratar de desistência infundada ou de abandono da ação, mas, sim, da necessidade de proteger os consumidores." (STJ. 4ª Turma. AgInt no REsp 1.582.243-SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 14/2/2023 (Info 764).)

A alternativa C está incorreta, pois o entendimento do STJ é o de que, ainda que o processo esteja em curso no Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público Federal não possui legitimidade para substituir a associação extinta por decisão judicial, em ação civil pública que tenha sido proposta perante a Justiça Estadual. Vejamos: "A pretensão do MPF de substituir a associação civil é inadmissível porquanto a presente ação tramitou na Justiça do Estado de Minas Gerais. Embora tenha legitimidade para oficiar nos processos em curso nesta Corte, essa legitimidade não se estende à assunção do polo ativo de ação civil pública proposta perante a Justiça estadual e que nela teve tramitação por não se enquadrar na competência da Justiça Federal (CF, art. 109)." (STJ. 4ª Turma. REsp 1.678.925-MG, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 14/2/2023 (Info 764).)

A alternativa D está incorreta, pois no caso de dissolução judicial da associação em ação civil pública, o entendimento do STJ é o de que o Ministério Público poderá fazer a substituição processual. Veja: "Como não cabe ao intérprete estabelecer distinções onde a própria lei não distinguiu, é irrelevante ao deferimento da substituição processual a circunstância da associação haver sido extinta por decisão judicial. Nesse sentido, também esta Corte já deixou claro que "se o dispositivo não restringiu, não pode o aplicador do direito interpretar a norma a ponto de criar uma restrição nela não prevista" (REsp 1.113.175/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, julgado em 24/5/2012, DJe 7/8/2012).

A alternativa E está correta, pois é o entendimento do STJ, no julgamento do AgInt no REsp 1.582.243-SP, veja: "Em caso de dissolução, por decisão judicial, da associação autora de ação civil pública, é possível a substituição processual pelo Ministério Público." (STJ. 4ª Turma. AgInt no REsp 1.582.243-SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 14/2/2023 (Info 764).)

QUESTÃO 98. A respeito do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), assinale a alternativa que está de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

a) O acórdão que inadmite o IRDR é recorrível por meio de recurso especial.

b) O órgão julgador que julgar o IRDR será competente para fixar a tese jurídica em abstrato, cabendo o julgamento do caso concreto contido no recurso ao órgão originário.

c) Não cabe recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato em julgamento do IRDR.

d) Cabe reclamação ao Superior Tribunal de Justiça com fundamento em inobservância de acórdão proferido em recurso especial em IRDR.

e) Caberá a instauração de IRDR, ainda que já encerrado o julgamento de mérito do recurso ou da ação originária, desde que pendentes de julgamento os embargos de declaração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

A alternativa A está incorreta, pois o entendimento do STJ é o de que não é cabível recurso especial neste caso, veja: "(...) 2- Não é cabível recurso especial em face do acórdão que inadmite a instauração do IRDR por falta de interesse recursal do requerente, pois, apontada a ausência de determinado pressuposto, será possível a instauração de um novo IRDR após o preenchimento do requisito inicialmente faltante, sem que tenha ocorrido preclusão, conforme expressamente autoriza o art. 976, §3º, do CPC/15 (...)". (REsp 1631846/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 22/11/2019).

A alternativa B está incorreta, pois contraria o parágrafo único do art. 978 do CPC, que estabelece caber ao órgão julgador que julgar o IRDR a competência para, além de fixar a tese jurídica em abstrato, julgar o caso presente no recurso, remessa necessária ou o processo de competência originária que originou o referido incidente, veja: "Art. 978. O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal. Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente."

A alternativa C está correta, pois é o entendimento do STJ sobre o não cabimento de recurso especial em face do acórdão proferido pelo Tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato em julgamento do IRDR, veja: "Admitir a competência para analisar teses em abstrato, sem uma profunda e cuidadosa reflexão sobre os impactos que tal opção possa causar, é potencialmente capaz de gerar resultados não esperados pela comunidade jurídica e pelo próprio Superior Tribunal de Justiça. (...) Portanto, em síntese, não cabe recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato em julgamento do IRDR, por ausência do requisito constitucional de cabimento de "causa decidida", mas apenas naquele que aplica a tese fixada, que resolve a lide, desde que observados os demais requisitos constitucionais do art. 105, III, da Constituição Federal e dos dispositivos do Código de Processo Civil que regem o tema." (REsp 1.798.374-DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Corte Especial, por unanimidade, julgado em 18/05/2022.)

A alternativa D está incorreta, pois o entendimento do STJ é pelo descabimento da reclamação, veja: "(...) 3. Verifica-se, assim, que a reclamação proposta com alicerce em suposta inobservância, pelo tribunal reclamado, de acórdão do Superior Tribunal de Justiça proferido em recurso especial em IRDR,

não se amolda à hipótese legal descrita no art. 988, IV, do CPC/2015, uma vez que não corresponde ao IRDR em si, mas sim ao recurso especial repetitivo (...)". (Rcl n. 43.019/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Segunda Seção, julgado em 28/9/2022, DJe de 3/10/2022.)

A alternativa E está incorreta, pois o entendimento do STJ é pelo não cabimento de IRDR, caso já encerrado o julgamento de mérito do recurso ou da ação originária, ainda que pendentes de julgamento os embargos de declaração, veja: "(...) V - O cerne da controvérsia consiste em decidir se seria admissível a instauração do IRDR pela escolha de um caso que já tenha sido objeto de julgamento, mas cujos embargos de declaração ainda não foram julgados. Ocorre que, após o julgamento do mérito do recurso do qual se extrairia a tese jurídica, não há que se falar em pendência do caso para fins de instauração do IRDR, diante do obstáculo à formação concentrada do precedente obrigatório. VI - O cabimento do IRDR, condiciona-se à pendência de julgamento, no tribunal, de uma causa recursal ou originária. Se já encerrado o julgamento, não caberá mais a instauração do IRDR, senão em outra causa pendente; mas não naquela que já foi julgada. Nesse sentido, o Enunciado n. 344 do Fórum Permanente de Processualistas Civis." (AREsp 1470017/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 18/10/2019)

QUESTÃO 99. Considere que um órgão de pesquisa vinculado à Universidade X está realizando estudos em saúde pública a respeito do comportamento da Doença de Alzheimer em pessoas entre 45 e 60 anos de idade. Para tanto, utiliza-se da base de dados pessoais dos cinco maiores hospitais do país. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, é correto afirmar que:

a) A utilização da base de dados pessoais por parte do órgão de pesquisa deve ocorrer por meio da observância obrigatória da anonimização e pseudonimização dos dados.

b) A divulgação dos resultados ou de qualquer excerto da pesquisa sobre o comportamento da Doença de Alzheimer em nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais.

c) A Universidade X será a responsável pela segurança da informação da base de dados pessoais.

d) Caso o órgão de pesquisa assine um contrato de colaboração com agência de pesquisa de saúde estrangeira, poderá revelar os dados pessoais, desde que na avença haja cláusula de confidencialidade.

e) É ilegal o acesso a bases de dados pessoais, devendo o órgão de pesquisa e os cinco hospitais serem condenados ao pagamento de multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão aborda a Lei Geral de Proteção de Dados.

A alternativa A está incorreta, pois a LGPD determina que, no uso de dados para estudos em saúde pública, a anonimização ou pseudonimização dos mesmos ocorrerá sempre que possível, não sendo,

assim, compulsórias. Veja: "Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas."

A alternativa B está correta, pois é o que determina o § 1º, artigo 13 da LGPD, veja: "Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas. § 1º A divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo ou da pesquisa de que trata o caput deste artigo em nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais."

A alternativa C está incorreta, pois a responsável pela segurança das informações não é a Universidade, mas o órgão de pesquisa, consoante a LGPD, veja: "Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas. § 2º O órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação prevista no caput deste artigo, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro."

A alternativa D está incorreta, pois a LGPD veda a transferência dos dados pessoais, utilizados nos estudos em saúde pública, a terceiros, sob qualquer circunstância. Veja: "Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas. § 2º O órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação prevista no caput deste artigo, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro."

A alternativa E está incorreta, pois a Lei Geral de Proteção de Dados garante o acesso a dados pessoais, com fins de estudos em saúde pública. Vejamos: "Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas."

QUESTÃO 100. Considere que a Associação 123 ajuizou ação coletiva na Capital do Estado A, sob o rito ordinário, em face da União, com o fim de obter a repetição de valores indevidamente

descontados dos servidores. A ação foi julgada procedente e transitou em julgado. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que os beneficiários do título executivo formado são aqueles residentes

a) Em qualquer cidade do Brasil, e que detinham, antes do ajuizamento, a condição de filiados, independentemente de constarem ou não na lista apresentada com a peça inicial.

b) Na área compreendida na jurisdição do órgão julgador e detinham, até o trânsito em julgado, a condição de filiados.

c) Em qualquer cidade do Brasil e que detinham, antes do ajuizamento da ação, a condição de filiados.

d) No Estado A e que se filiaram até a data do trânsito em julgado da ação coletiva.

e) No âmbito da jurisdição do órgão julgador, que fossem filiados em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, e constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda os beneficiários do título executivo em sede de ação coletiva.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com a jurisprudência do STF, a eficácia da coisa julgada em decorrência de ação coletiva abrange somente aqueles que residam na área de jurisdição do órgão julgador e que, antes do ajuizamento, detinham a condição de afiliados, constando da lista apresentada com a peça inicial, veja: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados somente alcança os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação juntada à inicial do processo de conhecimento." (STF. (2017). RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 612.043 PR. Relator Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/05/2017.)

A alternativa B está incorreta, pois o entendimento do STF é no sentido de que a condição de filiado deveria estar consolidada até a propositura da demanda, veja: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados somente alcança os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação juntada à inicial do processo de conhecimento." (STF. (2017). RECURSO EXTRAORDINARIO: RE 612.043 PR. Relator Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/05/2017).

A alternativa C está incorreta, pois o entendimento do STF é no sentido de que apenas os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador seriam alcançados pela eficácia subjetiva da coisa julgada, veja: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados somente alcança os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação juntada à inicial do processo de conhecimento." (STF.

(2017). RECURSO EXTRAORDINARIO: RE 612.043 PR. Relator Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/05/2017).

A alternativa D está incorreta, pois o entendimento do STF é no sentido de que a condição de filiado deveria estar consolidada até a propositura da demanda, e não até o trânsito em julgado, veja: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados somente alcança os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação juntada à inicial do processo de conhecimento." (STF. (2017). RECURSO EXTRAORDINARIO: RE 612.043 PR. Relator Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/05/2017).

A alternativa E está correta, pois é o que decidiu o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 612.043, de forma que a eficácia da coisa julgada, em decorrência de ação coletiva, abrange somente aqueles que residam na área de jurisdição do órgão julgador e que, antes do ajuizamento, detinham a condição de afiliados, constando da lista apresentada com a peça inicial. Veja: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados somente alcança os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação juntada à inicial do processo de conhecimento." (STF. (2017). RECURSO EXTRAORDINARIO: RE 612.043 PR. Relator Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/05/2017).

MPT

QUESTÃO 01. Considerando que as convenções internacionais sobre direitos humanos podem ser equivalentes a emendas constitucionais, analise as assertivas:

I - Dependem de quórum qualificado de aprovação, em cada uma das casas do Congresso Nacional, por dois terços dos votos de seus membros.

II - É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

III - O ato de depósito do instrumento de ratificação de um tratado ou convenção junto ao organismo internacional é suficiente para a sua entrada em vigor e aplicação no Brasil, diante do caráter de direitos humanos inserido no documento internacional.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas a assertiva I está correta.

b) Apenas a assertiva II está correta.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema convenções internacionais sobre direitos humanos.

A assertiva I está incorreta porque afirma que as convenções internacionais sobre direitos humanos dependem de quórum qualificado de aprovação, por dois terços dos votos dos membros de cada uma das casas do Congresso Nacional, para terem equivalência a emendas constitucionais. Contudo, de acordo com o artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal (CF), apenas os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. O quórum mencionado na questão (dois terços) não se aplica a este processo, mas sim o quórum de três quintos.

A assertiva II está correta e é confirmada pelo artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece como competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Isso significa que somente o Congresso Nacional pode dar a última palavra sobre a ratificação e a aplicabilidade desses instrumentos internacionais.

A assertiva III está incorreta porque sugere que o simples depósito do instrumento de ratificação de um tratado ou convenção internacional junto ao organismo internacional é suficiente para que este entre em vigor e tenha aplicabilidade no país, apenas por tratar de direitos humanos. No entanto, conforme estabelece o artigo 49, V, da CF e o processo de incorporação de tratados internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro, a entrada em vigor de tais tratados no Brasil depende de sua promulgação por meio de um decreto presidencial, após a ratificação pelo Congresso Nacional. O depósito do instrumento de ratificação é um passo necessário no âmbito internacional, mas, internamente, a promulgação é essencial para que o tratado tenha eficácia jurídica.

Portanto, considerando que apenas o item II está correto, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 02. A Constituição Federal consagra a participação da sociedade nos processos de formulação, monitoramento, controle e avaliação de políticas públicas, o que ocorre comumente, na forma da lei, por meio de conselhos de direitos. Analise as assertivas:

I - A participação social em conselhos de direitos por organizações representativas visa a formulação de políticas públicas, cujos controles estão previstos constitucionalmente na assistência social, na saúde e na educação com repercussão em outros setores.

II - A natureza constitucional da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência permite afirmar que em todos os processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, em especial as políticas públicas, serão realizadas consultas com a participação ativa de pessoas com deficiência, inclusive crianças com deficiência, por meio de suas organizações representativas.

Além disso, conselhos criados na forma da lei, em todos os níveis da federação, têm legitimidade para elaborar, monitorar e controlar políticas públicas que lhes são afetas.

III - Os conselhos criados na forma da lei, em todos os níveis da federação, têm legitimidade para elaborar, monitorar e controlar políticas públicas que lhes são afetas.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas a assertiva I está correta.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema conselho de direitos.

A assertiva I está correta. A participação social em conselhos de direitos para a formulação de políticas públicas está prevista na Constituição Federal nos artigos relacionados à assistência social, saúde e educação, e tem efeitos em outros setores. Especificamente, o artigo 204, inciso II, da Constituição Federal, que versa sobre a assistência social, estabelece a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Igualmente, os artigos 198 e 206 da CF reforçam esse mecanismo de participação social nos setores da saúde e da educação, respectivamente.

A assertiva II está correta. O artigo 4º, parágrafo 3º, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ao qual o Brasil é signatário e que foi recepcionado com status constitucional, exige que os Estados Partes consultem as pessoas com deficiência, por meio de suas organizações representativas, na formulação e implementação de legislações e políticas públicas que lhes digam respeito. Isso assegura a participação ativa desse grupo na tomada de decisões, garantindo que suas necessidades e direitos sejam adequadamente contemplados.

A assertiva III está correta. Conforme estabelecido pelo artigo 204, inciso II, da Constituição Federal, os conselhos criados na forma da lei em todos os níveis da federação (federal, estadual e municipal) têm a prerrogativa de participar da elaboração, monitoramento e controle das políticas públicas de assistência social, o que é extensível por analogia a outros setores, como saúde e educação, conforme os princípios de participação social inscritos na CF.

Portanto, considerando que todos os itens I, II e III estão corretos, as alternativas, B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 03. Considerando a Constituição de 1988, interpretada pela jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas:

I - O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo.

II - A proibição da segunda reeleição é absoluta e torna inelegível para determinado cargo de Chefe do Poder Executivo o cidadão que já exerceu dois mandatos consecutivos em cargo da mesma natureza, ainda que em ente da Federação diverso.

III - É constitucional o uso de ações afirmativas, tal como a utilização do sistema de reserva de vagas por critério étnico-racial, na seleção para ingresso no ensino superior público.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos temas 832, 564 e 203 do STF em sua jurisprudência consolidada.

A assertiva I está correta. Direito de Acesso a Informações (Tema 832 STF). O direito fundamental de acesso a informações está assegurado no artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral. O Supremo Tribunal Federal, através do Tema 832, reforça que o parlamentar, na sua condição de cidadão, tem pleno direito de acesso a essas informações, tanto de interesse pessoal quanto coletivo. Isso enfatiza a transparência e a prestação de contas como princípios fundamentais do regime democrático, garantindo o exercício de fiscalização pelo cidadão e pelos representantes eleitos.

A assertiva II está correta. Proibição da Segunda Reeleição (Tema 564 STF). O artigo 14, § 5º, da Constituição Federal, discorre sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos do Poder Executivo em caso de reeleição. O STF, no Tema 564, esclareceu que essa proibição é absoluta, aplicando-se a situação em que um cidadão que já tenha exercido dois mandatos consecutivos em um cargo de Chefe do Poder Executivo (como Presidente, Governador ou Prefeito), mesmo que em entidades federativas diferentes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), torna-se inelegível para um terceiro mandato consecutivo na mesma categoria de cargo. Essa interpretação visa evitar a perpetuação no poder e assegurar a alternância no exercício de cargos executivos, fortalecendo a democracia.

A assertiva III está correta. Uso de Ações Afirmativas no Ensino Superior (Tema 203 STF). O STF, por meio do Tema 203, reconheceu a constitucionalidade das políticas de ações afirmativas, incluindo o sistema de reserva de vagas (cotas) por critérios étnico-raciais, para ingresso no ensino superior público. Essa decisão fundamenta-se na promoção da igualdade material e no combate às desigualdades históricas e sociais enfrentadas por grupos marginalizados. As cotas são vistas como instrumentos para alcançar uma sociedade mais justa e equitativa, em linha com os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana e do objetivo fundamental de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Portanto, considerando que todos os itens I, II e III estão corretos, as alternativas, B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 04. Considerando a Constituição de 1988, interpretada pela jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:

a) É lícito ao Poder Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana, sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível e o princípio da separação dos poderes.

b) Município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

c) Os entes da Federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, não compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento das prestações, conforme as regras de repartição de competências, e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

d) É inconstitucional a promulgação, pelo Chefe do Poder Executivo, de parte incontroversa de projeto de lei que não foi vetada, antes da manifestação do Poder Legislativo pela manutenção ou pela rejeição do veto.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de jurisprudências consolidadas do STF.

A alternativa A está incorreta. O RE 592.581 contradiz a afirmação feita nesta opção: "É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o artigo 5º (inciso XLIX) da Constituição Federal, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos Poderes"

A alternativa B está correta. Conforme o Tema 145 do STF, o município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da Constituição Federal).

A alternativa C está incorreta. Nos termos do tema 793 do STF, os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

A alternativa D está incorreta. Ainda, o tema 595 do STF informa que é constitucional a promulgação, pelo Chefe do Poder Executivo, de parte incontroversa de projeto da lei que não foi vetada, antes da manifestação do Poder Legislativo pela manutenção ou pela rejeição do veto, inexistindo vício de inconstitucionalidade dessa parte inicialmente publicada pela ausência de promulgação da derrubada dos vetos.

A alternativa E está incorreta. A questão possui resposta na letra B.

QUESTÃO 05. Analise as assertivas, considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal:

I - A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.

II - Em razão do princípio da supremacia do interesse público, não é possível a inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes que impeça a realização de convênios, acordos ou ajustes visando a transferência voluntária de recursos.

III - Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas a assertiva III está correta.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das jurisprudências consolidadas no STF.

A assertiva I está correta. Tema 280 do STF - A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.

A assertiva II está incorreta. Tema 327 do STF - A inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes (ou outro que dê causa à negativa de realização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres que impliquem transferência voluntária de recursos), pressupõe o respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, somente reconhecido: a) após o julgamento de tomada de contas especial ou procedimento análogo perante o Tribunal de Contas, nos casos de descumprimento parcial ou total de convênio, prestação de contas rejeitada, ou existência de débito decorrente de ressarcimento de recursos de natureza contratual (salvo os de conta não prestada); b) após a devida notificação do ente faltoso e o decurso do prazo nela previsto (conforme constante em lei, regras infralegais ou em contrato), independentemente de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, não fornecimento de informações, débito decorrente de conta não prestada, ou quaisquer outras hipóteses em que incabível a tomada de contas especial.

A assertiva III está correta. Tema 366 do STF - Tese: Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

Portanto, considerando que todos os itens I e III estão corretos e item II está incorreto, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 06. Sobre as previsões constitucionais expressas relacionadas ao Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Compete ao Ministério Público promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores apontados por comissões parlamentares de inquérito, que possuem poderes de investigação próprios de autoridades judiciais.

b) A organização do Ministério Público é fixada por lei de iniciativa privativa do Presidente da República.

c) Os Ministérios Públicos da União e dos Estados formarão lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

d) O Ministério Público deve intervir em todos os atos processuais das demandas promovidas diretamente por indígenas, suas comunidades ou organizações para a defesa dos seus direitos e interesses.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema previsões constitucionais expressas relacionadas ao Ministério Público.

Embora a banca tenha apontado pela alternativa C como incorreta, o Curso Estratégia Carreiras Jurídicas entende que a alternativa B também está incorreta, motivo pelo qual deve anular a questão.

A alternativa A está correta. Artigo 58, parágrafo 3º, da Constituição Federal: "§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores."

A alternativa B está correta. O Artigo 61, § 1º, II, "d" da Constituição estabelece que a organização do Ministério Público da União e do Ministério Público do Trabalho, entre outros, é de iniciativa privativa do Presidente da República: "d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;"

Todavia, o Artigo 128, § 5º, estabelece: "§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:"

Assim, pelo princípio da Unidade da Constituição, a interpretação que deve ser dada ao aparente conflito entre as normas é a de que a iniciativa para normas gerais sobre a organização do Ministério Público é concorrente entre o Presidente da República e o Procurador-Geral da República (PGR). Já sobre organização específica, a iniciativa normativa seria atribuição do PGR ou do Procurador-Geral de Justiça, no âmbito estadual. Motivo pelo qual a alternativa também seria incorreta sob o ponto de vista deste curso preparatório.

A alternativa C está incorreta. Conforme o artigo 128, § 3º, da Constituição Federal "Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução."

Enquanto que o artigo 128, § 1º, da CF, prevê: "O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução."

Assim, não há que se falar na formação de lista tríplice no âmbito da União.

A alternativa D está correta. Consoante Artigo 232 da CF: "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo."

A alternativa E está correta. A questão foi respondida na alternativa C.

QUESTÃO 07. Assinale a alternativa INCORRETA à luz da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre o estado de coisas inconstitucional:

a) O estado de coisas inconstitucional caracteriza-se pela situação de violação massiva de direitos fundamentais, inércia ou incapacidade reiterada de persistente das autoridades públicas em modificarem a situação e necessidade de atuação, visando a superar as transgressões de uma pluralidade de órgãos.

b) O Supremo Tribunal Federal deverá promover o diálogo interinstitucional e social, de modo a legitimar a intervenção judicial em matéria de política pública, incorporando a participação dos demais Poderes, de especialistas e da comunidade na construção da solução, em atenção às distintas capacidades institucionais.

c) É possível ao Supremo Tribunal Federal a determinação de elaboração, pelo Poder Executivo, de um plano nacional para a superação, em prazo determinado, do estado de coisas inconstitucional.

d) A determinação de fiscalização, pelo Conselho Nacional de Justiça, de eventual plano de ação proposto pelo Executivo caracteriza usurpação da competência legislativa da União e violação dos princípios federativo e de separação dos poderes.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema discutido na ADPF 347 do STF.

A alternativa A está correta. Descreve adequadamente o conceito de estado de coisas inconstitucional, destacando a violação massiva de direitos fundamentais e a inércia das autoridades públicas.

A alternativa B está correta. Reflete a necessidade de diálogo interinstitucional e social para legitimar a intervenção judicial em matérias de políticas públicas, conforme destacado pelo STF em diversos casos, neles incluindo a ADPF 347.

A alternativa C está correta. Sim, é possível. O Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer um estado de coisas inconstitucional, pode determinar ao Poder Executivo a elaboração de um plano nacional com prazos específicos para sua superação, visando corrigir violações massivas de direitos fundamentais e restaurar a ordem constitucional.

A alternativa D está incorreta. Não caracteriza usurpação. Na ADPF 347, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de um estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro, caracterizado por uma violação massiva de direitos fundamentais dos detentos. Foi estabelecido que para superar tal estado, é necessária a atuação cooperativa entre diversas autoridades, instituições e a comunidade. Neste contexto, a Corte determinou que União, Estados, Distrito Federal e o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) deveriam elaborar planos de ação para a superação dos problemas identificados, os quais deveriam ser submetidos à homologação do STF. Portanto, longe de caracterizar usurpação de competência ou violação dos princípios federativo e de separação de poderes, a participação do CNJ, conforme orientado pelo STF, visa à implementação de medidas judiciais efetivas para enfrentar o estado de coisas inconstitucional, em linha com as suas atribuições de fiscalização e monitoramento do Poder Judiciário.

A alternativa E está correta. A questão foi respondida na alternativa D.

QUESTÃO 08. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A ação direta de inconstitucionalidade representa meio de ativação da jurisdição constitucional concentrada, ensejando ao Supremo Tribunal Federal o desempenho de típica função política no processo de verificação da compatibilidade vertical de normas estatais contestadas em face da Constituição Federal.

b) A Constituição de 1988 há de ser entendida em função do próprio espírito que a anima na elaboração teórica do conceito de bloco de constitucionalidade, cujo significado projeta-se para além da totalidade das regras constitucionais escritas e dos princípios contemplados na Constituição formal, não abrangendo, porém, normas de caráter infraconstitucional.

c) Além da compatibilidade vertical, na aferição, em abstrato, da constitucionalidade de determinado ato normativo, é possível que o Supremo Tribunal Federal analise o vínculo de ordem temporal entre a norma constitucional e os atos estatais hierarquicamente inferiores.

d) A Emenda Constitucional posterior à instauração do processo de controle normativo abstrato que tenha suprimido ou alterado, substancialmente, o dispositivo constitucional tido por violado, acarreta a prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema discutido na ADI 2971 AgR/RO.

A alternativa A está correta. A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) é um instrumento de controle concentrado de constitucionalidade, permitindo ao STF analisar a compatibilidade de normas estatais com a Constituição, exercendo uma função que tem importantes implicações políticas.

A alternativa B está incorreta. Contraria o entendimento expresso pelo Supremo Tribunal Federal sobre o conceito de bloco de constitucionalidade, especialmente considerando o julgamento da ADI 2971. O bloco de constitucionalidade é um conjunto de normas que, embora não estejam formalmente no texto da Constituição, são consideradas essenciais para a interpretação e aplicação de seus princípios e direitos fundamentais. Isso inclui normas de caráter infraconstitucional que, por sua natureza, estão alinhadas aos valores e princípios constitucionais, ampliando, assim, o entendimento e a eficácia da Constituição. Portanto, a afirmativa de que o bloco de constitucionalidade "não abrangendo, porém, normas de caráter infraconstitucional" é incorreta, visto que o conceito de bloco de constitucionalidade justamente permite a inclusão de normas infraconstitucionais que complementam e dão efetividade aos princípios constitucionais.

A alternativa C está correta. O STF pode, de fato, considerar o vínculo temporal entre normas constitucionais e atos estatais inferiores ao avaliar a constitucionalidade destes últimos, analisando a sua compatibilidade com a Constituição à luz do momento de sua criação. Assim, ao falar em controle de constitucionalidade o parâmetro, leia-se constituição, deverá ser anterior à norma submetida ao controle. Caso a norma seja anterior ao parâmetro, leia-se, novamente, constituição, não se tem controle de constitucionalidade. Mas sim, juízo de recepção ou não recepção constitucional.

A alternativa D está correta. Se uma Emenda Constitucional alterar ou suprimir o dispositivo constitucional que está sendo questionado em uma ADI, tal fato pode tornar a ação sem objeto, pois o parâmetro de controle não existe mais na forma que estava no início do processo constitucional.

A alternativa E está correta. A questão foi respondida na alternativa B.

QUESTÃO 09. Analise as assertivas:

I - As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, com direção compartilhada a cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; e participação da comunidade.

II - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos, entre outros: a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal a toda pessoa com deficiência e idosa.

III - Para assegurar a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida e ao meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Apenas a assertiva III está correta.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos temas seguridade social e meio ambiente.

A assertiva I está incorreta. A Constituição Federal, em seu artigo 198, inciso I, estabelece que as ações e serviços públicos de saúde devem ser organizados de acordo com a descentralização, com direção única em cada esfera de governo, e não com direção compartilhada como mencionado. Esse princípio visa garantir a eficiência e a responsabilidade de cada esfera do governo (federal, estadual e municipal) na gestão dos serviços de saúde, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS).

A assertiva II está incorreta. Conforme o artigo 203, inciso V, da Constituição, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. No entanto, a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal não se aplica a toda pessoa com deficiência e idosa de forma indiscriminada, mas apenas àquelas que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. Esse é o critério para o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A assertiva III está correta. O artigo 225, parágrafo 5º, da Constituição, atribui ao Poder Público a responsabilidade de controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. Este dispositivo enfatiza a obrigação estatal de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, abordando de maneira direta a preocupação com a saúde pública e a proteção ambiental.

Portanto, considerando que os itens I e II estão incorretos e item III está correto, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 10. Analise as assertivas de acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal:

I - A demarcação de terras indígenas consiste em procedimento declaratório do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena.

II - A posse tradicional indígena não se distingue da posse civil, consistindo na ocupação das terras: habitadas em caráter permanente pelos indígenas; utilizadas para suas atividades

produtivas; imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar; e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

III - A ocupação tradicional das terras indígenas é compatível com a tutela constitucional do meio ambiente, sendo assegurado o exercício das suas atividades tradicionais.

IV - É dever da União efetivar o procedimento demarcatório das terras indígenas, sendo admitida a formação de áreas reservadas somente diante da absoluta impossibilidade de concretização da ordem constitucional de demarcação, devendo ser ouvida, em todo caso, a comunidade indígena.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Apenas a assertiva III está correta.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema 1031 do STF.

A assertiva I está correta. A demarcação de terras indígenas é um procedimento declaratório do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidades indígenas. Isso confirma o entendimento do STF de que o direito dos indígenas à terra é anterior e independente de qualquer ato estatal.

A assertiva II está incorreta. A posse tradicional indígena tem um conceito específico e diferenciado da posse civil, de acordo com a jurisprudência do STF. A posse indígena é determinada por critérios próprios, ligados à ocupação tradicional e aos usos, costumes e tradições das comunidades indígenas, não se encaixando na categoria de posse entendida no direito civil comum.

A assertiva III está correta. Reflete o entendimento de que a ocupação tradicional das terras indígenas é compatível com a proteção ao meio ambiente prevista na Constituição, e que é assegurado aos indígenas o exercício de suas atividades tradicionais dentro dessas terras.

A assertiva IV está correta. Estabelece o dever da União de efetivar o procedimento demarcatório das terras indígenas, indicando que a criação de áreas reservadas é uma medida excepcional, devendo sempre ser ouvida a comunidade indígena afetada. Esse princípio reforça a participação indígena no processo demarcatório e a busca por soluções que respeitem seus direitos originários.

Portanto, considerando que todos os itens I, III e IV estão corretos e item II está incorreto, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 11. Com relação aos direitos constitucionalmente garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais, assinale a alternativa CORRETA:

a) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou com justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos.

b) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

c) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

d) Participação nos lucros ou resultados vinculada à remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do artigo 7º da Constituição Federal - direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

A alternativa A está incorreta. A Constituição, no artigo 7º, inciso I, protege a relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que deverá prever indenização compensatória, entre outros direitos. A alternativa está incorreta porque confunde as condições da proteção contra despedida, especificando incorretamente como "arbitrária ou com justa causa", quando na verdade é "arbitrária ou sem justa causa".

A alternativa B está incorreta. O seguro-desemprego é garantido em caso de desemprego involuntário (não voluntário), como previsto no artigo 7º, inciso II, da Constituição. Esta garantia visa proteger o trabalhador em situações de desemprego forçado, não abrangendo decisões voluntárias de deixar o emprego.

A alternativa C está correta. De acordo com o artigo 7º, inciso VI, da Constituição Federal, que assegura a irredutibilidade do salário, exceto quando previsto em convenção ou acordo coletivo. Este dispositivo garante proteção ao salário do trabalhador, permitindo a flexibilização apenas mediante negociação coletiva, o que reflete o princípio da valorização do trabalho humano e da negociação coletiva como mecanismos de ajuste das relações laborais.

A alternativa D está incorreta. A participação nos lucros ou resultados é assegurada como direito dos trabalhadores no artigo 7º, inciso XI, da Constituição, sendo expressamente desvinculada da remuneração. A possibilidade de participação na gestão da empresa é prevista como excepcional e conforme definido em lei. A alternativa está incorreta ao afirmar que a participação nos lucros ou resultados é vinculada à remuneração.

A alternativa E está incorreta. A questão foi respondida na alternativa C.

QUESTÃO 12. Analise as assertivas:

I - É da competência do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, a ação em que todos os membros da magistratura, ainda que indiretamente interessados, e aqueles em que todos os membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam indiretamente interessados.

II - O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de catorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

III - Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas a assertiva I está correta.

b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

c) Apenas a assertiva III está correta.

d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos temas julgamento de magistrados, composição do CNMP e incidente de deslocamento de competência.

A assertiva I está incorreta. A competência para processar e julgar, originariamente, a ação em que todos os membros da magistratura sejam, direta ou indiretamente, interessados, ou em que todos os membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam indiretamente interessados, é do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme o artigo 102, I, "n", da Constituição Federal, e não do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Esse tipo de competência origina-se da necessidade de preservar a imparcialidade do julgamento.

A assertiva II está incorreta. Esta assertiva é incorreta porque afirma que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é composto por catorze membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria simples do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução. No entanto, a Constituição, em seu artigo 130-A, especifica a composição do CNMP e o processo de nomeação dos seus membros, implicando que a aprovação pelo Senado Federal deve ser por maioria absoluta, e não simples.

A assertiva III está correta. O artigo 109, §5º, da Constituição Federal, que estabelece a possibilidade de o Procurador-Geral da República suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em qualquer fase do inquérito ou processo, o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos. Essa disposição visa assegurar o cumprimento das obrigações internacionais do Brasil em matéria de direitos humanos.

Portanto, considerando que todos os itens I e II estão incorretos e item III está correto, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 13. Acerca dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, é INCORRETO afirmar:

a) Não estão explicitamente previstos em dispositivos normativos constitucionais.

b) Não são violados por lei municipal que estabelece a obrigação da implantação, nos shoppings centers, de ambulatório médico ou serviço de pronto-socorro equipado para o atendimento de emergência.

c) Orientam a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal que não afasta a estabilidade provisória da gestante ocupante de cargo em comissão.

d) Estão previstos explicitamente na lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assim como na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema princípios constitucionais implícitos - razoabilidade e proporcionalidade.

A alternativa A está correta. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade não estão explicitamente previstos na Constituição Federal, mas são reconhecidos e aplicados pelo Supremo Tribunal Federal como princípios implícitos, derivados do devido processo legal e dos fundamentos dos direitos e garantias fundamentais.

A alternativa B está incorreta. A alternativa sugere que a imposição legal para shoppings centers de manterem ambulatório médico ou serviço de pronto-socorro equipado não viola os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Contudo, a análise sobre a violação ou não desses princípios depende do contexto específico, das exigências impostas e da capacidade dos estabelecimentos de cumprir tais obrigações de maneira razoável. O RE 833.291 fornece um contexto em que tal obrigação foi questionada, evidenciando que a determinação de razoabilidade ou proporcionalidade de uma lei envolve análise detalhada e contextual.

A alternativa C está correta. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como indicado no RE 842.844, sustenta que a estabilidade provisória da gestante se aplica inclusive para ocupantes de cargo

em comissão, demonstrando a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na proteção dos direitos trabalhistas das gestantes.

A alternativa D está correta. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade estão explicitamente mencionados em leis infraconstitucionais, como a Lei 9.784/1999, artigo 2º, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e a Lei 14.133/2021, artigo 5º, Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Essas menções legislativas reforçam a aplicabilidade desses princípios nas ações da administração pública.

A alternativa E está correta. A questão foi respondida na alternativa B.

QUESTÃO 14. Quanto à competência legislativa dos entes federativos, analise as assertivas:

I - Compete concorrentemente à União e aos Municípios legislar sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem de compras por supermercados ou similares.

II - Compete privativamente à União legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, ilícitos e responsabilidade na área de dados pessoais.

III - É compatível com a Constituição de 1988, lei municipal que impõe sanção mais gravosa que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro.

IV - Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema competência legislativa dos entes federativos.

A assertiva I está incorreta. É competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre questões de defesa do consumidor, de acordo com o artigo 24, V e VIII, da Constituição Federal. Municípios não possuem competência concorrente com a União para legislar sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem de compras por

supermercados ou similares. A decisão do STF no RE 839950/RS reitera que questões específicas como estas não se enquadram na competência municipal. Entretanto, alguns aspectos do consumo podem se relacionar à competência suplementar dos municípios para tratar de questões locais.

A assertiva II está correta. De acordo com o artigo 22, inciso XXX, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, incluindo os ilícitos e a responsabilidade na área de dados pessoais. Essa competência privativa reflete a necessidade de uma regulamentação uniforme em todo o território nacional sobre um tema que afeta diretamente a privacidade e a proteção de informações pessoais dos cidadãos.

A assertiva III está incorreta. A competência para legislar sobre trânsito e transporte é privativa da União, conforme o artigo 22, inciso XI, da Constituição Federal. Assim, uma lei municipal que impõe sanção mais gravosa que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro está em desacordo com a Constituição, uma vez que interfere em uma matéria de competência privativa da União.

A assertiva IV está correta. O artigo 24, incisos IX e seguintes, da Constituição Federal estabelecem a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação. Isso significa que esses entes federativos podem legislar sobre essas matérias de forma a complementar e harmonizar as normas gerais estabelecidas pela União com as especificidades regionais e locais.

Portanto, considerando que os itens II e IV estão corretos e os itens I e III estão incorretos, as alternativas A C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 15. Sobre o instituto da intervenção, analise as assertivas:

I - A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para, entre outros, manter a integridade nacional, repelir invasão de uma unidade da Federação em outra, prover a execução de ordem ou decisão judicial e assegurar a observância dos direitos da pessoa humana.

II - A União intervirá nos Estados para assegurar a observância da aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; e os Estados intervirão em seus Municípios quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

III - A intervenção dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal ou de qualquer dos Poderes da Federação; de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho ou do Superior Tribunal Militar no caso de desobediência à ordem ou à decisão judiciária; de representação do Procurador-Geral da República, para observância dos princípios constitucionais e no caso de recusa à execução de lei federal. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

c) Apenas a assertiva I está correta.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema intervenção federal.

A assertiva I está correta. A Constituição Federal, no artigo 34, estabelece as situações em que a União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal, incluindo para manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra, prover a execução de ordem ou decisão judicial, e assegurar a observância dos direitos da pessoa humana. Portanto, essa assertiva está correta conforme especificado pelo artigo 34 da CF.

A assertiva II está correta. Conforme o artigo 34, inciso VII, e o artigo 35, inciso III, da Constituição Federal, a União pode intervir nos Estados, e os Estados podem intervir em seus Municípios, para assegurar a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. Essa previsão tem como objetivo garantir o cumprimento dos mínimos constitucionais de investimento em áreas essenciais, como educação e saúde.

A assertiva III está incorreta. A assertiva III está incorreta em relação aos detalhes sobre o procedimento de intervenção. De acordo com o artigo 36, II, da Constituição Federal, a intervenção dependerá, entre outros critérios, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Todavia, não há possibilidade de intervenção à pedido do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ou Superior Tribunal Militar (STM).

Portanto, considerando que os itens I e II estão corretos e o item III está incorreto, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 16. Assinale a alternativa CORRETA:

a) O princípio da universalidade dos direitos humanos pressupõe sua aplicação exclusiva a todos os cidadãos de um país, independentemente de qualquer condição ou de onde se encontrem.

b) A respeito da progressividade dos direitos humanos, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece que os Estados Partes se comprometem a adotar providências, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem dos direitos econômicos, sociais e culturais, contantes da Carta das Organização dos Estados Americanos, independentemente dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

c) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego, não lhe sendo garantido, entretanto, igual remuneração por igual trabalho.

d) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas, sendo-lhe garantida, também, uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Convenção Americana de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. O princípio da universalidade dos direitos humanos não se aplica exclusivamente aos cidadãos de um país, mas a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade ou qualquer outra condição. A universalidade implica que os direitos humanos são garantidos a todas as pessoas em todo o mundo.

A alternativa B está incorreta. Embora a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) estabeleça a obrigação dos Estados de adotar providências para a progressiva efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais, ela especifica que isso deve ser feito "na medida dos recursos disponíveis" (Artigo 26 da CADH), o que contradiz a afirmação de que é independente dos recursos disponíveis.

A alternativa C está incorreta. A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que toda pessoa tem direito à igual remuneração por trabalho igual, sem qualquer distinção (Artigo 23, inciso II). Isso contradiz a afirmação de que não há garantia de igual remuneração por igual trabalho.

A alternativa D está correta. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, especificamente nos artigos 23 e 24, estabelece o direito ao trabalho, a condições justas e favoráveis de trabalho, à limitação razoável das horas de trabalho, a férias remuneradas periódicas e a uma remuneração justa e satisfatória. Esses direitos visam assegurar a todos uma existência compatível com a dignidade humana, reconhecendo a importância do descanso, do lazer e da proteção social.

A alternativa E está incorreta. A questão foi respondida na alternativa D.

QUESTÃO 17. Sobre os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, analise as assertivas:

I - Os Estados devem garantir a todos, incluindo empresas, a proteção contra violações a direitos humanos cometidas em seu território e/ou jurisdição por terceiros, devendo adotar as medidas adequadas para prevenir, investigar, punir e reparar essas violações por meio de políticas públicas, normas, regulamentação e apreciação judicial. II - A responsabilidade das empresas

de respeitar os direitos humanos refere-se àqueles internacionalmente reconhecidos, entendidos, no mínimo, como os direitos expressos na Carta Internacional de Direitos Humanos e os princípios de direitos fundamentais estabelecidos na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

III - A responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos aplica-se a todas elas, independentemente de seu tamanho, setor, contexto operacional, propriedade e estrutura.

IV - Como parte de seu dever de proteção contra violações a direitos humanos relacionadas com atividades empresariais, os Estados devem tomar medidas adequadas para garantir, por meios judiciais, administrativos, legislativos ou outros meios apropriados que, quando essas violações ocorram em seu território ou jurisdição, os indivíduos ou grupos impactados tenham acesso a mecanismos de reparação eficazes.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D**, conforme apontado pela banca. Todavia, há a possibilidade de se discutir o erro do item I já que as empresas, segundo a maioria da doutrina, não são titulares de direitos humanos. A questão trata do tema Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

A assertiva I está correta. Esta assertiva está alinhada com o Princípio número 1 dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, que afirma que os Estados têm o dever de proteger contra violações dos direitos humanos em seu território e/ou jurisdição por terceiros, incluindo empresas. Embora a doutrina tradicional ensine que as pessoas jurídicas, em regra, não são titulares de direitos humanos (com exceções como sindicatos em contextos específicos), esta assertiva foca no dever do Estado de proteger contra violações, o que inclui ações para prevenir, investigar, punir e reparar violações de direitos humanos envolvendo empresas.

Assim, embora a banca examinadora tenha apontado o item I como correto, pode-se questionar a validade da alternativa, diante da doutrina majoritária, a qual aponta que empresas não são titulares de direitos humanos.

A assertiva II está correta. Esta assertiva reflete o Princípio 12 dos Princípios Orientadores, que determina a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, abrangendo, no mínimo, os direitos expressos na Carta Internacional dos Direitos Humanos e os princípios da Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

A assertiva III está correta. De acordo com o Princípio 14 dos Princípios Orientadores, a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos se aplica a todas, independentemente de seu tamanho, setor, contexto operacional, propriedade e estrutura. Este princípio enfatiza a universalidade da obrigação empresarial em respeitar os direitos humanos.

A assertiva IV está correta. Conforme o Princípio 25 dos Princípios Orientadores, é dever do Estado garantir por meios judiciais, administrativos, legislativos ou outros meios apropriados que, quando violações dos direitos humanos ocorram em relação com atividades empresariais, os indivíduos ou grupos impactados tenham acesso a mecanismos de reparação eficazes.

Portanto, considerando que todos os itens estão corretos, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 18. Assinale a alternativa CORRETA:

a) De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, toda mulher tem o direito a ser livre de violência, abrangendo o direito a ser livre de todas as formas de discriminação, de ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

b) Para os efeitos da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, não será entendida como tortura a aplicação de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima ou a diminuir sua capacidade física ou mental, quando não causarem dor física ou angústia psíquica.

c) Para os fins da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em razão da hipossuficiência e da subordinação jurídica, não serão considerados responsáveis pelo delito de tortura os empregados que, atuando nessa condição, ordenem sua comissão ou insistem ou induzam a ela.

d) De acordo com o Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte, não será admitida reserva alguma ao seu teor, sendo vedado aquele, no momento da ratificação ou adesão, os Estados Partes declararem que se reservam o direito de aplicar a pena de morte em tempo de guerra.

e) Não respondida.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Convenção Americana de Direitos Humanos.

A alternativa A está correta. A alternativa reflete corretamente os princípios e disposições da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (também conhecida como Convenção de Belém do Pará), que visa proteger as mulheres contra todas as formas de violência e discriminação, conforme artigo 3º desta Convenção.

A alternativa B está incorreta. A Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura considera tortura qualquer ato que cause dor ou sofrimento físico ou mental a uma pessoa, com fins como a obtenção de informações ou confissões, ou por qualquer razão baseada em discriminação. Portanto, a afirmação de que métodos que anulam a personalidade da vítima ou diminuem sua capacidade física ou mental, sem causar dor física ou angústia psíquica, não seriam considerados tortura é incorreta segundo o artigo 2º da Convenção.

A alternativa C está incorreta. De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, não há isenção de responsabilidade para os empregados que ordenam, instigam ou induzem à tortura, independentemente de sua posição hierárquica. Portanto, a afirmação de que empregados que ordenam a comissão de tortura não seriam considerados responsáveis é incorreta conforme o artigo 3º da Convenção.

A alternativa D está incorreta. O Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte permite que os Estados, no momento da ratificação ou adesão, declarem reservas permitindo a aplicação da pena de morte em tempos de guerra, conforme estabelecido em seu texto. Essa possibilidade contradiz a afirmação de que não seria admitida reserva alguma ao seu teor, conforme artigo 2º do Protocolo.

A alternativa E está incorreta. A questão foi respondida na alternativa A.

QUESTÃO 19. Assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Convenção Interamericana Sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas:

a) Entende-se por desaparecimento forçado a privação de liberdade de uma ou mais pessoas, seja de que forma for, desde que praticada por funcionários do Estado, seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes.

b) Os suspeitos dos atos constitutivos do delito do desaparecimento forçado de pessoas só poderão ser julgados pelas jurisdições de direito comum competentes, sem que Estado, com exclusão de qualquer outra jurisdição especial, particularmente a militar.

c) Somente em circunstâncias excepcionais, tais como estado de guerra ou ameaça de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, estará justificado o desaparecimento forçado de pessoas.

d) Toda pessoa privada de liberdade deve ser mantida em lugares de detenção oficialmente reconhecidos e apresentada, no prazo de até setenta e duas horas, à autoridade judiciária competente.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema da Convenção Interamericana Sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas.

A alternativa A está incorreta. Embora a alternativa "a" descreva de maneira próxima o conceito de desaparecimento forçado, ela é considerada incorreta porque simplifica o entendimento do desaparecimento forçado ao não incluir que este ato também pode ser realizado por pessoas ou grupos de pessoas que atuam com a autorização, apoio ou consentimento do Estado, conforme estabelecido no artigo 2º da Convenção.

A alternativa B está correta. Esta alternativa reflete o conteúdo da Convenção Interamericana Sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, especificamente no artigo 9º, que estipula que esses delitos devem ser tratados dentro da jurisdição de direito comum, excluindo a jurisdição militar ou qualquer outra especial.

A alternativa C está incorreta. A alternativa é expressamente contradita pelo artigo 10 da Convenção, que estabelece que, em nenhum caso, situações excepcionais como estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública podem ser invocadas para justificar o desaparecimento forçado. Portanto, o desaparecimento forçado não é justificado sob nenhuma circunstância.

A alternativa D está incorreta. A alternativa aponta para uma prática que deveria ser seguida pelos Estados para garantir os direitos da pessoa privada de liberdade, mas a Convenção enfatiza que todas as pessoas privadas de liberdade devem ser mantidas em lugares de detenção oficialmente reconhecidos e serem apresentadas sem demora à autoridade judiciária competente, de acordo com a legislação interna (artigo 11). A especificação de um prazo de setenta e duas horas não está expressamente mencionada na Convenção para essa finalidade.

A alternativa E está incorreta. A questão foi respondida na alternativa B.

QUESTÃO 20. Analise as assertivas a respeito das atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos:

I - Receber denúncias pertinentes às violações aos direitos assegurados na Convenção Americana, apresentadas por pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização dos Estados Americanos.

II - Requerer à Corte Interamericana a imposição de medidas provisórias, em casos de extrema gravidade e urgência, para evitar danos irreparáveis às vítimas.

III - Formular recomendações aos governos dos Estados membros, quando considerar conveniente, para que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos no âmbito de suas leis internas e seus preceitos constitucionais, bem como disposições apropriadas para promover o devido respeito a esses direitos.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A assertiva I está correta. Conforme o artigo 44 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), tem o direito de apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos denúncias de violações dos direitos assegurados pela Convenção. Isso inclui a capacidade de receber e processar petições individuais que aleguem violações desses direitos.

A assertiva II está correta. O artigo 63 da CADH autoriza a Corte Interamericana de Direitos Humanos a adotar medidas provisórias em casos de extrema gravidade e urgência, e de risco de danos irreparáveis às pessoas. A Comissão também pode requerer à Corte a imposição dessas medidas provisórias para proteger as vítimas de violações de direitos humanos.

A assertiva III está correta. De acordo com o artigo 41, alínea "d", da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, uma das funções da Comissão Interamericana de Direitos Humanos é formular recomendações aos governos dos Estados membros, com o objetivo de fomentar a proteção dos direitos humanos. Isso inclui recomendar a adoção de medidas progressivas que estejam alinhadas com as leis internas e os preceitos constitucionais dos Estados, além de disposições para promover o respeito a esses direitos.

Portanto, considerando que todos os itens estão corretos, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 21. Analise as assertivas:

I - São exemplos da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos humanos a proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade; prevenção e repressão a penas, torturas e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e a prevenção e combate à violência de gênero.

II - O reconhecimento da condição de refugiado impede o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão do refúgio, em atendimento ao princípio da proibição da devolução do refugiado. Por sua vez, o asilo político baseia-se em premissas distintas, constituindo ato discricionário do Estado.

III - A Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta de sete juízes, nacionais dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, eleitos a título pessoal entre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, não devendo haver mais de um juiz da mesma nacionalidade.

IV - A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos será definitiva e inapelável, comprometendo-se os Estados a cumpri-la em todo caso em que forem partes.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b)Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de diversos temas como: atribuições do Ministério Público, condição de refugiado e asilo político, composição dos juízes da Corte IDH e eficácia da sentença desta Corte.

A assertiva I está correta. A atuação do Ministério Público na defesa dos direitos humanos inclui a proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade, a prevenção e repressão à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, além do combate à violência de gênero. Essas são áreas prioritárias de intervenção do Ministério Público para promover e proteger os direitos humanos.

A assertiva II está correta. De acordo com o artigo 33 da Lei 9.474/97, que regula a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 no Brasil, o reconhecimento da condição de refugiado impede o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão do refúgio. Isso está em linha com o princípio da não-devolução (non-refoulement), que proíbe a devolução de refugiados ao país onde possam enfrentar perseguição. O asilo político, de fato, é baseado em premissas distintas e constitui um ato discricionário do Estado.

A assertiva III está correta. Conforme o artigo 52 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José), a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta de sete juízes, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral e de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, garantindo que não haja mais de um juiz da mesma nacionalidade. Isso assegura a independência e a diversidade na composição da Corte.

A assertiva IV está correta. Os artigos 67 e 68 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelecem que as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos são definitivas e inapeláveis, e que os Estados partes se comprometem a cumpri-las integralmente. Isso reforça a autoridade da Corte e a obrigação dos Estados de implementar suas decisões.

Portanto, considerando que todos os itens estão corretos, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 22. Analise as assertivas no contexto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos:

I - O Pacto de São José da Costa Rica é um tratado internacional que prevê direitos e liberdades que devem ser respeitados pelos Estados Partes, estabelecendo a competência privativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos contraídos pelos Estados Partes.

II - A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judiciária autônoma cujo objetivo é a aplicação e a interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

III - As relações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos com os Estados, com a Organização dos Estados Americanos e seus organismos, e com outros organismos internacionais de caráter governamental relacionados com a promoção e a defesa dos direitos humanos serão regulamentadas mediante convênios especiais e tratados bilaterais. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas a assertiva II está correta.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos temas Convenção Americana de Direitos Humanos, Corte e Comissão.

A assertiva I está incorreta. A assertiva I é incorreta porque, embora o Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos) estabeleça direitos e liberdades que devem ser

respeitados pelos Estados Partes, ele não atribui competência privativa à Corte Interamericana de Direitos Humanos para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos dos Estados Partes. Conforme o artigo 33 da Convenção, o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos é composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, cada um com suas funções específicas dentro do sistema.

A assertiva II está correta. A Corte Interamericana de Direitos Humanos é efetivamente uma instituição judiciária autônoma, cujas principais funções são a aplicação e interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Este ponto está correto e é confirmado pelo artigo 1º do Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos, destacando o papel da Corte no sistema de proteção dos direitos humanos no continente americano.

A assertiva III está incorreta. A assertiva III está incorreta porque a relação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos com os Estados, com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e seus organismos, e com outros organismos internacionais governamentais relacionados à promoção e defesa dos direitos humanos, não requer regulamentação por meio de convênios especiais ou tratados bilaterais. A Comissão é um órgão principal e autônomo da OEA, criado pela Carta da OEA, e suas relações estão definidas nas disposições gerais e regulamentos internos da organização, não sendo necessária a criação de tratados específicos para regulamentar essas interações.

Portanto, considerando que apenas o item II está correto e os itens I e III estão incorretos, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 23. Considerando o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O Direito do Trabalho é considerado Direito Humano, sendo que as ofensas perpetradas pelo Estado, em ato comissivo ou omissivo, podem ser submetidas ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.

b) Qualquer país integrante da Organização dos Estados Americanos que não tenha ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos pode ser representado na Comissão Interamericana diante de ofensas aos direitos humanos, hipótese em que se aplica a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

c) Na hipótese de desrespeito ao Direito Humano do Trabalho em solo brasileiro, é possível acionar o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, por meio da Comissão Interamericana e da Corte Interamericana.

d) As deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no exercício de suas funções contenciosa e consultiva, constituem precedentes para os Estados integrantes do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Direito ao/do Trabalho.

A alternativa A está correta. O Direito do Trabalho é, de fato, considerado um Direito Humano, e violações nesse âmbito podem ser submetidas ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos se configurarem violações aos direitos humanos consagrados nos instrumentos pertinentes.

A alternativa B está correta. Países que fazem parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) e não ratificaram a Convenção Americana sobre Direitos Humanos ainda estão sujeitos à jurisdição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos com base na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa é incorreta porque, embora o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos possa ser acionado em casos de violações de direitos humanos, incluindo direitos relacionados ao trabalho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos não pode ser acionada diretamente por indivíduos. Apenas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode receber petições de indivíduos ou entidades acerca de supostas violações dos direitos humanos. Caso a Comissão considere que um caso é admissível e requer julgamento após os procedimentos aplicáveis, ela pode encaminhá-lo à Corte. Ademais, os indivíduos não têm locus standi para acionar a Corte diretamente; essa prerrogativa é reservada à Comissão ou aos Estados membros. Conforme artigo 61 da CADH, somente os Estados-Partes e a Comissão têm direito de submeter caso à decisão da Corte.

A alternativa D está correta. As deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, tanto em sua função contenciosa quanto consultiva, orientam os Estados membros do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e constituem precedentes importantes, oferecendo interpretações autorizativas dos direitos humanos que são referência para os Estados.

A alternativa E está correta. A questão foi respondida na alternativa C.

QUESTÃO 24. Em relação à competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, assinale a alternativa CORRETA:

a) Tem competência para obrigar o Estado Parte a responsabilizar o infrator, no campo penal, assim como para alterar a legislação nacional, a fim de adequá-la a norma internacional de direitos humanos, mas não para determinar ao Estado Parte medidas que assegurem assistência médica e psicológica, de forma gratuita e imediata, inclusive o fornecimento de medicamentos.

b) Tem competência para condenar o Estado Parte ao pagamento de indenização por danos materiais e morais às vítimas diretas da conduta lesiva e, também, a seus familiares, conforme autorizem as circunstâncias do caso concreto, mas não para impor ao Estado Parte o restabelecimento do direito da vítima, da sua situação social e vida familiar.

c) Tem competência para determinar diretamente ao Estado Parte a cessação da violação ao direito e, também, a adoção de providências objetivando tornar sem efeito decisão de tribunal nacional em desacordo com norma de proteção fixada pela Convenção.

d) Tem competência para declarar a prescrição de ação de anulação ajuizada pelo infrator, perante o Estado Parte, visando a possibilitar a continuidade da investigação e a punição da conduta violadora de direitos humanos.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema competência da Corte IDH.

A alternativa A está incorreta. A Corte Interamericana tem, sim, competência para ordenar que o Estado Parte adote medidas para assegurar assistência médica e psicológica às vítimas de violações de direitos humanos. Isso inclui o fornecimento de medicamentos quando necessário, visando a reparação integral da vítima.

A alternativa B está incorreta. A Corte Interamericana pode, de fato, impor ao Estado Parte o restabelecimento do direito da vítima e de sua situação social e vida familiar. Esta competência está em linha com o princípio da reparação integral das vítimas de violações de direitos humanos, buscando restaurar, tanto quanto possível, a situação anterior à violação.

A alternativa C está correta. A alternativa está correta porque reflete as amplas competências da Corte Interamericana de Direitos Humanos conforme o artigo 63 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH). A Corte tem poderes para assegurar a proteção dos direitos violados e ordenar medidas reparatórias adequadas, incluindo a adoção de providências para tornar sem efeito decisões nacionais incompatíveis com a Convenção.

A alternativa D está incorreta. A Corte Interamericana de Direitos Humanos não tem competência para declarar a prescrição de ações de anulação ajuizadas pelo infrator dentro da jurisdição nacional dos Estados Partes. A função da Corte é garantir a proteção dos direitos consagrados na Convenção, ordenando medidas reparatórias apropriadas e não intervir diretamente nas regras processuais internas dos Estados, como a prescrição de ações penais.

A alternativa E está incorreta. A questão foi respondida na alternativa C.

QUESTÃO 25. Considerando a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, analise as assertivas:

I - Em matéria de proteção da propriedade industrial, especialmente de invenções, desenhos, modelos, marcas de fábrica, nome comercial e em matéria de proteção da propriedade literária, artística e científica, um refugiado se beneficiará, no país em que tem sua residência habitual, da proteção que é conferida aos nacionais do referido país.

II - O estatuto pessoal de um refugiado será regido pela lei do país de sua domiciliação ou, na falta de domicílio, pela lei do país de sua residência.

III - Os Estados Contratantes darão aos refugiados que se encontram regular ou irregularmente no seu território tratamento tão favorável quanto possível e, em todo caso, tratamento não menos favorável do que aquele que é dado, nas mesmas circunstâncias, aos estrangeiros em geral, no que concerne ao exercício de uma profissão não assalariada na agricultura, na indústria, no artesanato e no comércio, bem como à instalação de firmas comerciais e industriais.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas a assertiva II está correta.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Convenção de Genebra sobre os Refugiados.

A assertiva I está correta. De acordo com a Convenção de Genebra, especificamente no artigo relacionado à proteção da propriedade intelectual e industrial, estipula que os refugiados devem receber no país de sua residência habitual a mesma proteção conferida aos nacionais do país em matéria de propriedade industrial e propriedade literária, artística e científica. Isso assegura que os refugiados tenham direitos equivalentes aos cidadãos do país em que residem no que tange à proteção de suas criações intelectuais e industriais.

A assertiva II está correta. O estatuto pessoal do refugiado, incluindo aspectos como casamento, divórcio, testamento, entre outros, será regido pela lei do país de seu domicílio ou, na falta de domicílio, pela lei do país de sua residência. Esta disposição está clara no artigo 12 da Convenção de Genebra, assegurando que os refugiados sejam submetidos à legislação local para questões de estatuto pessoal.

A assertiva III está incorreta. Embora a Convenção de Genebra estipule que os Estados Contratantes devem dar aos refugiados tratamento favorável em relação ao exercício de profissões não assalariadas e à instalação de firmas comerciais e industriais, ela não especifica que este tratamento deva ser extendido a refugiados que se encontram irregularmente no território. A ênfase é no tratamento não menos favorável do que é dado a estrangeiros em geral sob as mesmas circunstâncias, mas não inclui explicitamente a condição de estadia irregular como critério para este tratamento.

Portanto, considerando que os itens I e II estão corretos e que o item III está incorreto, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 26. A respeito do contrato de aprendizagem, analise as assertivas:

I - O contrato de aprendizagem da pessoa com deficiência extinguir-se-á quando o aprendiz completar vinte e quatro anos.

II - A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, caso em que haverá a caracterização de vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços.

III - Os estabelecimentos obrigados à contratação de aprendizes poderão destinar o equivalente a até dez por cento de sua cota de aprendizes à formação técnico-profissional metódica em áreas relacionadas a práticas de atividades desportivas.

IV - A entidade sem fins lucrativos empregadora, que tenha por objetivo a educação profissional, poderá contratar número de aprendizes superior a quinze por cento dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Analise a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas l e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Comentaremos as assertivas uma a uma.

A assertiva I está incorreta. Nos termos do art. 428, §5º da CLT, o contrato de aprendizagem da pessoa com deficiência não se aplica a idade máxima de 24 anos. A saber: "Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (...) §5º A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência."

A assertiva II está incorreta. Nos termos do art. 431 da CLT, a contratação do aprendiz não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços. Vejamos: "A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas nos incisos II e III do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços".

A assertiva III está correta, estando de acordo com o art. 429, § 1º-B, CLT. Vejamos: "Os estabelecimentos a que se refere o caput poderão destinar o equivalente a até 10% (dez por cento) de sua cota de aprendizes à formação técnico-profissional metódica em áreas relacionadas a práticas de atividades desportivas, à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, incluindo as atividades de construção, ampliação, recuperação e manutenção de instalações esportivas e à organização e promoção de eventos esportivos."

A assertiva IV está correta, nos termos do art. 429, §1-A da CLT, a entidade sem fins lucrativos empregadora, que tenha por objetivo a educação profissional, poderá contratar número de aprendizes superior a quinze por cento dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, pois o limite fixado - cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento - não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional.

A alternativa C está correta, pois as assertivas III e IV estão corretas.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários acima.

QUESTÃO 27. Sobre o instituto do estágio, assinale a alternativa incorreta:

a) É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, férias de trinta dias, acrescidas de um terço, a serem gozadas preferencialmente durante suas férias escolares.

b) A manutenção de estagiários em desconformidade com a lei de regência caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio.

c) A parte concedente do estágio deverá ofertar instalações que proporcionem ao estagiário as atividades profissionais, sociais e culturais e, em se tratando de estagiário com deficiência, ambientes acessíveis e inclusivos, com o fornecimento de tecnologia assistiva.

d) O estágio será supervisionado e terá acompanhamento específico de professor orientador da instituição de ensino e de supervisor da parte concedente, sendo que termo de compromisso será incorporado o plano de atividades do estagiário.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está correta, estando incorreta a assertiva. Ao contrário do que afirma, o estagiário não possui determinados direitos trabalhistas, pois não configura vínculo empregatício. Logo, o estagiário

não faz jus ao gozo de um terço de férias. Vejamos o art. 13 da Lei nº 11.788/2008 nesse sentido: "É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares."

A alternativa B está incorreta. A assertiva está correta, consoante o art. 3º, § 2º, Lei nº 11.788/2008: "O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária."

A alternativa C está incorreta. A assertiva está correta, é dever do concedente, seja este pessoa jurídica de direito público ou privado, ofertar instalações para o desempenho do estágio que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, em especial, às pessoas com deficiências têm o direito de estagiar em um ambiente inclusivo e acessivo.

A saber, o Art. 9º da Lei nº 11.788/2008 prevê o seguinte: "As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações: (...) I – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;"

Não obstante, o art. 34, Lei nº 13.146/2015 assim prevê: "A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. § 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos."

A alternativa D está incorreta. A assertiva está correta, nos termos do art. 1º, § 1º, Lei nº 11.788/2008: "O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final."

"Art. 7º, Parágrafo único, , Lei nº 11.788/2008. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3o desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante."

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 28. Sobre o trabalho do preso e a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, assinale a alternativa correta:

a) A empresa terceirizada prestadora de serviços a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, valendo-se de mão de obra de pessoas presas e egressas, deverá, por medida de segurança, providenciar uniforme que os distinga dos demais terceirizados.

b) O Supremo Tribunal Federal decidiu que não foi recepcionada pela Constituição de 1988 a previsão contida na Lei de Execução Penal que fixa o valor de três quartos do salário-mínimo como remuneração mínima para o trabalho do preso.

c) O respeito as diversidades étnico-raciais, religiosas, em razão de gênero e orientação sexual, origem, opinião política, para com as pessoas com deficiência, entre outras, e a humanização da pena são alguns dos princípios da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional.

d) A Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional destina-se às pessoas privadas de liberdade em cumprimento de pena no regime fechado, semiaberto e aberto, bem como as pessoas egressas do sistema prisional, não alcançando os presos provisórios.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o uniforme deverá ser idêntico ao utilizado pelos demais terceirizados, nos termos do Art. 7º, II, do Decreto 9.540/2018.

A alternativa B está incorreta. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal prevê o contrário, o patamar mínimo diferenciado de remuneração aos presos previsto no art. 29, caput, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP) não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário-mínimo prevista no art. 7º, IV, da Constituição Federal. (STF. Plenário. ADPF 336/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 27/2/2021 - Info 1007).

A alternativa C está correta. Nos temos do art. 2º, III e IV, do Decreto 9.540/2018, sendo o respeito às diversidades étnico-raciais, religiosas, em razão de gênero e orientação sexual, origem, opinião política, para com as pessoas com deficiência, entre outras, bem como, da humanização da pena, princípios da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 1º, § 1º, Decreto 9.540/2018, a Pnat destina-se aos presos provisórios, às pessoas privadas de liberdade em cumprimento de pena no regime fechado, semiaberto e aberto e às pessoas egressas do sistema prisional.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 29. A respeito das espécies de extinção do contrato de trabalho e seus efeitos, analise as assertivas:

I - A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito as verbas rescisórias de natureza indenizatória.

II - A prática de improbidade é justa causa aplicável somente aos empregados exercentes de altos cargos administrativos.

III - Na extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador, o empregado tem direito a movimentar sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, limitada até oitenta por cento do valor dos depósitos.

IV - A extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador autoriza o ingresso do trabalhador no Programa de Seguro-Desemprego e o recebimento de três parcelas diante da comprovação de, pelo menos, doze meses de trabalho.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas l e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Comentaremos as assertivas uma a uma.

A assertiva I está correta. Nos termos da Súmula nº 73 do TST, a ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

A assertiva II está incorreta, não encontrando fundamentação legal a essa restrição.

A assertiva III está correta. Nos termos do art. 484-A, §10, o empregado tem direito a movimentar sua conta até oitenta por cento do valor dos depósitos referentes ao FGTS. Vejamos: "A extinção do contrato prevista no caput deste artigo permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na forma do inciso I-A do art. 20 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos."

A assertiva IV está incorreta. Ao contrário, nos termos do art. 484-A, § 2º, CLT, a extinção do contrato por acordo prevista no caput deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.

A alternativa B está correta. De acordo com os comentários das assertivas I e III.

As alternativas A C, D e E estão incorretas, de acordo com os comentários das demais assertivas.

QUESTÃO 30. Assinale a alternativa incorreta:

a) O vínculo empregatício entre entidades religiosas e seus membros caracteriza-se quando estes se dedicam, parcial ou integralmente, a atividades ligadas à administração da entidade ou instituição a que se vinculam.

b) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até seis consultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez.

c) A modalidade de contrato de trabalho intermitente não se aplica aos aeronautas.

d) No contrato de trabalho intermitente, a recusa, pelo empregado, da convocação para a prestação de serviços não descaracteriza a subordinação.c

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está correta. É incorreto afirmar que existe vínculo empregatício entre entidades religiosas e seus membros. Nos termos do art. 442, § 2º, CLT, não existe vínculo empregatício entre entidades religiosas de qualquer denominação ou natureza ou instituições de ensino vocacional e ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, ou quaisquer outros que a eles se equiparem, ainda que se dediquem parcial ou integralmente a atividades ligadas à administração da entidade ou instituição a que estejam vinculados ou estejam em formação ou treinamento.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 473, X, da CLT, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até 6 (seis) consultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 443, § 3º, da CLT, o contrato de trabalho intermitente não se aplica aos aeronautas.

A alternativa D está incorreta. A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente, nos termos do art. 45-A, § 3º da CLT.

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 31. Assinale a alternativa incorreta:

a) A Lei n° 14.611/2023, que trata da igualdade salarial, estabelece a obrigação de publicação semestral de relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios pelas pessoas jurídicas de direito privado com cem ou mais empregados, observada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

b) A Lei Maria da Penha prevê expressamente a manutenção do vínculo trabalhista da mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando necessário o afastamento do local de trabalho para preservar sua integridade física e psicológica, por até doze meses.

c) O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a exigência, pelo empregador, de apresentação de atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, para afastamento da empregada gestante ou lactante de atividades insalubres em qualquer grau.

d) Conforme jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, a garantia de emprego à gestante só autoriza a sua reintegração durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está correta de acordo com o art. 5, Lei nº 14.611/2023. Vejamos: "Fica determinada a publicação semestral de relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios pelas pessoas jurídicas de direito privado com 100 (cem) ou mais empregados, observada a proteção de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)."

A alternativa B está correta. A assertiva está incorreta, pois a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho da mulher em situação de violência doméstica e familiar, por até seis meses, nos termos Art. 9º, § 2º, da Lei nº 11.340/2006.

A alternativa C está incorreta. A assertiva está correta, sendo inconstitucional a expressão 'quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento', contida nos incisos II e III do art. 394-A da CLT, inseridos pelo art. 1º da Lei nº 13.467/2017 (ADI 5938/DF).

A alternativa D está incorreta. A assertiva está correta, nos termos da Súmula nº 244 do TST. A saber: "(...) II - A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade."

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 32. Assinale a alternativa incorreta:

a) O fornecimento de moradia ao empregado doméstico na própria residência ou em morada anexa, de qualquer natureza, não gera ao empregado qualquer direito de posse ou de propriedade sobre a referida moradia.

b) Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a cinquenta por cento do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.

c) Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

d) O auxilio-alimentação, ainda que pago em dinheiro, não se incorpora ao contrato de trabalho e não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está correta, de acordo com o art. 18, § 4º, LC 150/2015: "O fornecimento de moradia ao empregado doméstico na própria residência ou em morada anexa, de qualquer natureza, não gera ao empregado qualquer direito de posse ou de propriedade sobre a referida moradia."

A alternativa B está incorreta. A assertiva está correta, estando de acordo com a Súmula nº 101 do TST. Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinqüenta por cento) do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.

A alternativa C está incorreta. A assertiva está correta, nos termos do art. 457, 4º, CLT. Vejamos: "Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades."

A alternativa D está correta. A assertiva está incorreta, pois é vedado o pagamento em dinheiro do o auxílio-alimentação, nos termos do art. 457, § 2º, CLT. A saber: "As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário."

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 33. Assinale a alternativa correta:

a) De acordo com o Estatuto de Igualdade Racial, compete ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial a formulação de políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho.

b) No caso de assédio sexual, configurado apenas quando em face de uma mulher cisgênero, há de se levar em consideração a situação de vulnerabilidade da empregada.

c) O visto temporário para trabalho poderá ser concedido ao imigrante que venha exercer atividade laboral, com ou sem vínculo empregatício no Brasil, desde que comprove oferta de trabalho formalizada por pessoa jurídica em atividade no país, dispensada esta exigência se o imigrante for de nacionalidade portuguesa.

d) É vedada a restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) formulará políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho e orientará a destinação de recursos para seu financiamento, conforme dispõe o art. 40, Lei nº 12.288/2010.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, o assédio sexual não se restringe às mulheres cisgênero.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário, a comprovação de oferta de trabalho no País se dará por meio de contrato individual de trabalho ou de contrato de prestação de serviços, e, quanto aos marítimos, os imigrantes a bordo de embarcação de bandeira brasileira deverão possuir contrato individual de trabalho no País, nos termos do art. 38, I e II, do Decreto 9.100/2017.

A alternativa D está correta. É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena, nos termos do art. 34, § 3º, Lei nº 13.146/2015.

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 34. Acerca da alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta:

a) A suspensão por justa causa de dirigente sindical, por trinta dias, é cautelar e, nesse prazo prescricional, deve o empregador ingressar com o inquérito para apuração de falta grave.

b) Em caso de dispensa do empregado no período da suspensão contratual para participação em curso de qualificação profissional, o empregador obriga-se a pagar as parcelas indenizatórias previstas em lei e, também, a multa respectiva estabelecida em convenção ou acordo coletivo, cuja quantia corresponderá a, no mínimo, cem por cento do valor da última remuneração mensal anterior a suspensão.

c) O empregado não tem o direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa quando suspenso o contrato de trabalho, ainda que em virtude de auxílio-doença acidentário ou de aposentadoria por invalidez.

d) A aposentadoria por invalidez implica suspensão do contrato de trabalho, ressalvada a hipótese de o órgão previdenciário, em perícia médica realizada posteriormente à concessão do benefício correspondente, certificar no procedimento a irreversibilidade da invalidez, caso em que o contrato deverá ser extinto pelo empregador.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 403 do STF, é de 30 dias o prazo para instauração do inquérito judicial, sendo este um prazo decadencial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável.

A alternativa B está correta. O art. 476-A, § 5º, da CLT prevê o seguinte: "Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão contratual ou nos três meses subseqüentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa a ser estabelecida em convenção ou acordo coletivo, sendo de, no mínimo, cem por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato."

A alternativa C está incorreta. O empregado tem direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa, ainda que suspenso o contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença acidentário ou de aposentadoria por invalidez, nos termos do entendimento assentado na Súmula nº 440 do TST.

A alternativa D está incorreta. Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador, indenizá-lo na forma da lei, nos termos da Súmula nº 160 do TST.

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das alternativas anteriores.

QUESTÃO. 35 Sobre o contrato de trabalho, analise as assertivas:

I - Convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública indireta, continua a existir após a sua privatização.

II - Gera nulidade ex nunc, garantindo ao empregado apenas o direito aos salários, o contrato firmado entre o trabalhador e uma empresa que realiza contratos de mútuo, cuja atividade seja cobrar as dívidas, constrangendo o devedor, mediante violência ou grave ameaça.

III - Não há nulidade absoluta do contrato de trabalho mesmo quando a atividade do trabalhador, consistente em serviços de garçom, ocorre em empreendimento que explore jogos de bingo e de roleta.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas l e III estão corretas.

b) Apenas as assertivas l e II estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Vamos comentar as assertivas uma a uma.

A assertiva I está correta. De acordo com a Súmula nº 430 do TST, convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após a sua privatização.

A assertiva II está incorreta, ante a Ilicitude do objeto, não faz jus ao reconhecimento de direitos trabalhistas (OJ 199, SDI-I).

A assertiva III está correta. Ainda que no empreendimento que explore jogos de bingo e de roleta, não subsiste nulidade absoluta do contrato de trabalho de garçom. Nesse sentido, colacionamos o seguinte julgado: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 126/TST. DECISÃO DENEGATÓRIA. MANUTENÇÃO. Presentes os cinco elementos fático-jurídicos da relação de emprego e sendo lícita a específica atividade do trabalhador (serviços de garçom e limpeza), mantém-se o reconhecimento do vínculo empregatício entre as partes, ainda que o empreendimento do empregador (casa de jogos) configure atividade contravencional (art. 50 do Decreto-lei nº 3688/1941). Apenas se a atividade específica do trabalhador fosse também contravencional é que se negaria validade ao respectivo contrato, em vista da nulidade de seu objeto. Dessa maneira, não há como assegurar o processamento do recurso de revista quando o agravo de instrumento interposto não desconstitui os fundamentos da decisão denegatória, que subsiste por seus próprios fundamentos. Agravo de instrumento desprovido. (AIRR - 72-32.2013.5.09.0009 , Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 19/03/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 21/03/2014)AGRAVO DE INSTRUMENTO. JOGO DE BICHO. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO. ATIVIDADE ILÍCITA. Confirmada a ordem de obstaculização do recurso de revista, na medida em que não demonstrada a satisfação dos requisitos de admissibilidade, insculpidos no artigo 896 da CLT. Agravo de instrumento não provido. (AIRR - 68200-15.2009.5.07.0005 , Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, Data de Julgamento: 18/04/2012, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/04/2012)

A alternativa A está correta. Estão corretas as assertivas I e III.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme os comentários das demais assertivas.

QUESTÃO 36. Analise as assertivas pertinentes a modelos de organização do trabalho:

I - A produção de bens, de forma homogeneizada e em massa, mediante trabalho prevalentemente manual, com tarefas e movimentos repetitivos realizados pelos trabalhadores constitui a principal característica do Taylorismo.

II - A produção submetida à imposição de ritmo de trabalho cronometrado, de acordo com o tipo específico de bem, visando ao aumento da produtividade e a evitar desperdício na linha de montagem, é da essência do Toyotismo.

III - A produção em parceria, em favor de terceiro, por meio de sistema digital, mediante uniformização do serviço, padrão remuneratório mínimo, autonomia plena do trabalhador e vedação de alterações unilaterais e sanções contratuais pela empresa expressa o núcleo da Uberização.

IV - A produção célere, podendo abranger mais de um bem em uma linha de montagem, valorizando o trabalho em equipe e a subcontratação de serviços, integra o eixo fundamental do Fordismo.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas a assertiva l está incorreta.

b) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I, II e III estão incorretas.

d) Todas as assertivas estão incorretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Passamos a analisar as assertivas uma a uma.

A assertiva I está incorreta. A Produção homogeneizada e em massa é característica do Fordismo.

A assertiva II está incorreta. O tempo cronometrado é característica do Taylorismo.

A assertiva III está incorreta. Não existe a vedação à aplicação de sanções contratuais na uberização.

A assertiva IV está incorreta. A linha de montagem no Fordismo envolve apenas um bem.

QUESTÃO 37. Sobre a renúncia e a indisponibilidade de direitos trabalhistas, analise as assertivas:

I - A renúncia do empregado ao aviso prévio é permitida por meio de acordo extrajudicial celebrado com o empregador e homologado pela Justiça do Trabalho.

II - Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, o empregado tem o direito de renunciar à opção anteriormente formalizada pela aplicação das normas do regulamento mais recente quando verificar que suas regras são menos benéficas.

III - É indisponível o direito ao percentual de acréscimo da remuneração das horas extras correspondente a, no mínimo, cinquenta por cento sobre o valor da hora normal, salvo se for pactuado em convenção coletiva de trabalho, mediante a garantia de cláusula compensatória.

IV - É indisponível o direito do empregado de não ser transferido, com mudança de endereço, para localidade diversa daquela pactuada no contrato de trabalho, a exceção da hipótese de existência de acerto, prevendo como condição implícita ou explícita, a transferência decorrente de necessidade de serviço.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas l e II estão incorretas.

b) Apenas as assertivas l e III estão incorretas.

c) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.

d) Todas as assertivas estão incorretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Analisaremos as assertivas uma a uma.

A assertiva I está incorreta. De acordo com a Súmula nº 276 do TST, o direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado, assim, o pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.

A assertiva II está incorreta. É válida a opção do empregado por um dos regulamentos de empresa, não havendo vício, ainda que a norma empresarial não trouxe outros benefícios aos optantes (PROCESSO Nº TST-RR-21019-80.2015.5.04.0008).

A assertiva III está incorreta. Nos termos do art. 611-B, X CLT, constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução da remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal.

A assertiva IV está incorreta. É vedado ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio, nos termos do art. 469, CLT.

QUESTÃO 38. A respeito dos danos morais no âmbito das relações trabalhistas, analise as assertivas:

I - A Consolidação das Leis do Trabalho exclui o direito a reparação por dano em ricochete, admitindo, porém, o dano moral indireto.

II - A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal assenta que não há limite obrigatório fixado para o valor máximo do arbitramento do dano moral.

III - As normas da Consolidação das Leis do Trabalho referem-se aos danos morais individuais, não prevendo regramento sobre a forma da reparação por danos morais coletivos.

IV - A Consolidação das Leis do Trabalho prevê, em caso de reincidência da conduta lesiva do ofensor, que a reparação do dano moral deverá ser elevada ao dobro do valor da indenização anterior.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Analisaremos as assertivas uma a uma.

A assertiva I está incorreta. As redações conferidas aos art. 223-A e 223-B, ambos da CLT , não excluem o direito à reparação por dano moral indireto ou dano em ricochete (dano reflexo) no âmbito das relações de trabalho, a ser apreciado nos termos da legislação civil" (ADI 6.050/DF, ADI 6.069/DF e ADI 6.082/DF).

A assertiva II está correta. Os critérios de quantificação de reparação por dano extrapatrimonial previstos no art. 223-G, caput e § 1º, da CLT, deverão ser observados pelo julgador como orientativos de fundamentação da decisão judicial, sendo constitucional, porém, o arbitramento judicial do dano em valores superiores aos limites máximos dispostos nos incisos I a IV do § 1º do art. 223-G, quando consideradas as circunstâncias do caso concreto e os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da igualdade" (ADI 6.050/DF, ADI 6.069/DF e ADI 6.082/DF)

A assertiva III está correta. De fato, a CLT não prevê regramento acerca da reparação por danos morais coletivos, estando as formas de reparações na tutela do direito coletivo nos termos da Leis n. 7347/85 e Lei n. 8078/90, componentes do microssistema de tutela coletiva.

A assertiva IV está incorreta. Nos termos do art. 223A, § 3º, da CLT, em caso de reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização.

QUESTÃO 39. A vista das condutas elencadas nas assertivas seguintes, assinale a alternativa em que todas as situações retratam características típicas do trabalho escravo contemporâneo, de acordo com a normativa nacional e internacional:

I - A submissão do trabalhador a serviços forçados; a retenção dos documentos do trabalhador; e o pagamento de remuneração de modo fracionado.

II - A imposição ao trabalhador de jornada exaustiva; a não realização dos exames médicos periódicos; e a restrição da locomoção do trabalhador.

III - A retenção dos objetos pessoais do trabalhador; a violação da sua correspondência; e a vigilância ostensiva no local de trabalho.

IV - A sujeição do trabalhador a condições degradantes; a cobrança abusiva de adiantamento salarial; e o impedimento físico para deslocamento externo.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas l e III estão incorretas.

b) Apenas as assertivas l e IV estão incorretas.

c) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.

d) Todas as assertivas estão incorretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão requereu que o examinando assinalasse a alternativa em que todas as condutas conferem a situações retratam características típicas do trabalho escravo contemporâneo.

O trabalho escravo contemporâneo caracteriza pela submissão a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, a sujeição a condições degradantes de trabalho e a restrição de locomoção do trabalhador.

O conceito de trabalho escravo contemporâneo trazido pelo ordenamento brasileiro representa grande avanço no combate à essa dura realidade, pois evidencia que, nos tempos atuais, sua configuração vai muito além da privação de liberdade, ocorrendo nas mais amplas situações de ofensa à dignidade do ser humano, como em hipóteses de submissão a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas ou forçadas por dívidas impostas aos trabalhadores.

A assertiva I está incorreta. O pagamento da remuneração de forma fracionada não configura forma de trabalho escravo contemporâneo, pois a falta de verbas trabalhista, dentre elas, o salário, são componentes que caracterizam o trabalho escravo.

A assertiva II está incorreta. A não realização de exames médicos periódicos não configuram trabalho escravo.

A assertiva III está incorreta. Violação da correspondência não se trata de trabalho escravo.

A assertiva IV está incorreta. A cobrança abusiva de adiantamento salarial não configura trabalho escravo.

QUESTÃO 40. Assinale a alternativa em que constam iniciativas de políticas públicas da União já implementadas na área trabalhista:

a) A proteção ao trabalho do idoso, da pessoa privada de liberdade, da mulher e da pessoa com deficiência.

b) A aprendizagem, o seguro-desemprego, o auxilio-reclusão e o abono salarial.

c) O combate ao trabalho infantil, a desigualdade de gênero no trabalho artístico, a exploração do trabalho do migrante e a exploração sexual comercial.

d) A qualificação e requalificação para o emprego, a garantia da segurança e saúde no trabalho via plataformas digitais e o benefício por incapacidade temporária.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta conforme a banca examinadora. Contudo, entendemos que a alternativa B também está correta, uma vez não se limitam às iniciativas de políticas públicas da União apenas a proteção do trabalho do idoso, da pessoa privada de liberdade, da mulher e da pessoa com deficiência.

O trabalho do idoso possui proteção na Lei 10.741/2003, em seus arts. 26 e seguintes, tutelando a pessoa idosa, tendo ela o direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

O trabalho das pessoas privadas de liberdade está previsto no art. 10 da Lei de Execução Penal.

A CLT prevê normas que venham a proteger a mulher em diversos aspectos, principalmente físicos, como a exemplo do art. 390 da CLT, que proíbe ao empregador contratar mulher para serviço que demande esforço muscular superior a 20 quilos no trabalho contínuo, ou 25 quilos, no trabalho ocasional. A regra está prevista no Capítulo III da CLT, que trata da "Proteção do Trabalho da Mulher".

Quanto a pessoa com deficiência, a Lei 13.146/2015, a Lei Brasileira da Inclusão, prevê que a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (art. 33). Inclusive, atribuindo ao poder público o dever de implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse.

Nesse sentido, tratam-se também de iniciativas de políticas públicas da União implementadas na área trabalhista a aprendizagem, nos termos do art. 428 e seguintes da CLT; auxílio-reclusão, previsto na Lei nº 8.213; seguro-desemprego previsto pela Lei nº 7.998/90 e o abono salarial, previsto na Lei nº 7.998/90.

Portanto, não se exaurem nas hipóteses previstas em uma única alternativa, a qual compreendemos ser uma questão passível de recurso.

QUESTÃO 41. Quanto ao atleta profissional, é incorreto afirmar:

a) São nulos de pleno direito os contratos firmados pelo atleta ou por seu representante legal com agente desportivo, pessoa física ou jurídica, bem como as cláusulas contratuais ou de instrumentos procuratórios que versem sobre o gerenciamento de carreira de atleta em formação com idade inferior a dezoito anos.

b) O direito ao uso da imagem do atleta pode ser por ele cedido ou explorado, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com o contrato especial de trabalho desportivo. No entanto, o valor correspondente ao uso da imagem não poderá ultrapassar cinquenta por cento da remuneração total paga ao atleta, composta pela soma do salário e dos valores pagos pelo direito ao uso da imagem.

c) No contrato especial de trabalho desportivo firmado entre o atleta profissional e a entidade de prática desportiva deve constar, obrigatoriamente, cláusula expressa de sua prorrogação automática quando ocorrer a suspensão do pacto por mais de noventa dias, em decorrência de ato ou evento de exclusiva responsabilidade do atleta, desvinculado da atividade profissional.

d) Pertence às entidades de prática desportiva o direito de arena, consistente na prerrogativa exclusiva de negociar, autorizar ou proibir a captação, fixação, emissão, transmissão, retransmissão ou reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, de espetáculo desportivo de que participem.

e) Não respondida.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está correta ao afirmar que são nulos de pleno direito os contratos firmados pelo atleta ou por seu representante legal com agente desportivo, pessoa física ou jurídica, bem como as cláusulas contratuais ou de instrumentos procuratórios que versem sobre o gerenciamento de carreira de atleta em formação com idade inferior a 18 (dezoito) anos, nos termos do art. 27-C, VI, da Lei nº 9.615/1998.

A alternativa B está incorreta. A assertiva está correta, pois nos termos do art. 87-A da Lei nº 9.615/1998, o direito ao uso da imagem do atleta pode ser por ele cedido ou explorado, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com o contrato especial de trabalho desportivo. Parágrafo único. Quando houver, por parte do atleta, a cessão de direitos ao uso de sua imagem para a entidade de prática desportiva detentora do contrato especial de trabalho desportivo, o valor correspondente ao uso da imagem não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) da remuneração total paga ao atleta, composta pela soma do salário e dos valores pagos pelo direito ao uso da imagem.

A alternativa C está correta. A assertiva está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, a prorrogação automática dependerá de cláusula expressa, nos termos do art. 28. §§ 7º e 8º da Lei nº 9.615/1998. Vejamos:

"A entidade de prática desportiva poderá suspender o contrato especial de trabalho desportivo do atleta profissional, ficando dispensada do pagamento da remuneração nesse período, quando o atleta for impedido de atuar, por prazo ininterrupto superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de ato ou evento de sua exclusiva responsabilidade, desvinculado da atividade profissional, conforme previsto no referido contrato. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011)."

"§ 8º O contrato especial de trabalho desportivo deverá conter cláusula expressa reguladora de sua prorrogação automática na ocorrência da hipótese prevista no § 7º deste artigo."

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 42 da Lei nº 9.615/1998, pertence às entidades de prática desportiva o direito de arena, consistente na prerrogativa exclusiva de negociar, autorizar ou proibir a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, de espetáculo desportivo de que participem.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 42. Quanto ao trabalho portuário, assinale a alternativa correta:

a) A remuneração, a definição das funções, a composição dos ternos, a multifuncionalidade e as demais condições do trabalho avulso serão objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores portuários avulsos e dos operadores portuários, garantida, ao trabalhador portuário avulso, remuneração mensal não inferior ao salário-mínimo, nos termos da Convenção 137 da Organização Internacional do Trabalho.

b) O Órgão Gestor de Mão de Obra exerce funções no campo disciplinar e da organização do trabalho. Apesar disso, não se pode considerá-lo empregador dos trabalhadores portuários.

c) O trabalho portuário nos portos organizados será realizado por trabalhadores portuários avulsos ou por trabalhadores portuários com vínculo empregatício por prazo indeterminado, neste caso, recrutados fora do quadro de trabalhadores portuários avulsos registrados.

d) Quanto à formulação do Programa de Gerenciamento de Riscos, cabe exclusivamente ao operador portuário elaborá-lo e implementá-lo, nos termos da Norma Regulamentadora 1.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 2º da Convenção 137 da OIT, em todo caso, um mínimo de períodos de emprego ou um mínimo de renda deve ser assegurado aos portuários sendo que sua extensão e natureza dependerão da situação econômica e social do país ou do porto de que se tratar. A saber: "Artigo 2º, 2. Em todo caso, um mínimo de períodos de emprego ou um mínimo de renda deve ser assegurado aos portuários, sendo que sua extensão e natureza dependerão da situação econômica e social do país ou do porto de que se tratar."

A alternativa B está correta. As normas que regem o chamado "lockout" (arts. 722 da CLT e 17 da Lei nº 7.789/83) possuem natureza proibitiva e punitiva, não admitindo interpretação extensiva ou aplicação por analogia. Assim, tendo em conta que as referidas disposições de lei têm por destinatário inequívoco o empregador - a quem é vedado fechar de forma arbitrária o estabelecimento ou praticar ato injusto visando à paralisação total ou parcial das atividades, obstando o ingresso dos empregados na unidade produtiva com a finalidade de enfraquecer pleitos coletivos -, não se pode aplicá-las à relação entre o trabalhador portuário avulso e os operadores portuários, porque inexistente a figura do empregador (Informativo nº 30 do TST)."

A alternativa C está incorreta. INCORRETA. Nos termos do art. 40, § 2º, Lei nº 12.815, a contratação de trabalhadores portuários de capatazia, bloco, estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício por prazo indeterminado será feita exclusivamente dentre trabalhadores portuários avulsos registrados.

A alternativa D está incorreta. A Norma Regulamentadora 1 não possui previsão nesse sentido.

A alternativa E está incorreta, de acordo com os comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 43. De acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta:

a) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

b) A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo.

c) Em caso de greve dos servidores públicos, se ficar demonstrado que esta foi provocada por conduta ilícita do Poder Público, é incabível o desconto dos dias de paralisação.

d) A Justiça do Trabalho é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema greve.

A alternativa A está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Conforme Tema 541 de Repercussão Geral do STF: "1. O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública."

As alternativas B e C estão incorretas, pois trazem informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com o Tema 531 de Repercussão Geral do STF: "A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público."

A alternativa D está correta, pois é a única alternativa que traz uma inverdade (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Diversamente do afirmado, a justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas, conforme Tema 544 de Repercussão Geral do STF, senão vejamos: "A justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas."

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa D.

QUESTÃO 44. Analise as assertivas:

I - É constitucional a exigência de comum acordo entre as partes para ajuizamento de dissídios coletivos de naturezas econômica e jurídica.

II - As previsões contidas na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho são aplicáveis tanto aos empregados públicos celetistas quanto aos servidores públicos estatutários.

III - De acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, em razão da indisponibilidade do interesse público, é incabível qualquer espécie de dissídio coletivo em face de pessoa jurídica de direito público.

Assinale a alternativa correta:

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas a assertiva II está correta.

c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema dissídios coletivos.

O item I está incorreto. De acordo com a tese do tema 841 de repercussão geral, é "constitucional a exigência de comum acordo entre as partes para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica, conforme o artigo 114, § 2º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004". Assim, ao contrário do consignado no item, não se exige o comum acordo para dissídio coletivo de natureza jurídica.

O item II está correto. Segundo o artigo 1, item 1, da Convenção 151 da OIT, que trata do Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública, a presente Convenção deverá ser aplicada a todas as pessoas empregadas pela administração pública, senão vejamos: Art. - 1. A presente Convenção deverá ser aplicada a todas as pessoas empregadas pela administração pública, na medida em que não lhes forem aplicáveis disposições mais favoráveis de outras Convenções Internacionais do Trabalho."

O item III está incorreto. De acordo com a OJ nº 5 da SDC, em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social. Observe: "OJ-SDC-5: DISSÍDIO COLETIVO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. POSSIBILIDADE JURÍDICA. CLÁUSULA DE NATUREZA SOCIAL. Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social. Inteligência da Convenção n.º 151 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Decreto Legislativo n.º 206/2010."

Portanto, correta a letra B: Apenas a assertiva II está correta.

QUESTÃO 45. Sobre o custeio sindical, assinale a alternativa incorreta:

a) O Supremo Tribunal Federal considerou constitucional a facultatividade da contribuição sindical devida não apenas pelos trabalhadores participantes das categorias profissionais ou das profissões liberais, mas, também, pelas empresas e instituições integrantes das categorias econômicas.

b) O Supremo Tribunal Federal afirmou a constitucionalidade da instituição, por convenção ou acordo coletivo, de contribuições assistenciais impostas a todos os empregados da categoria,

sindicalizados ou não, desde que assegurado o direito de oposição manifestado pelo trabalhador, não especificada, porém, a forma procedimental para o exercício desse direito.

c) O Supremo Tribunal Federal declarou que a contribuição confederativa de que trata o artigo 89, inciso IV, da Constituição de 1988, fixada em assembleia geral mediante quórum diferenciado, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

d) O Supremo Tribunal Federal estabeleceu que a promulgação de lei para afastar o pagamento obrigatório da contribuição sindical não configura indevida interferência na autonomia dos sindicatos e que a supressão do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical nem configura retrocesso social ou violação aos direitos básicos de proteção ao trabalhador.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema sindicatos.

A alternativa A está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Na ADI 5794, o STF considerou constitucional a Lei nº 13.467/2017, no ponto em que afastou o pagamento obrigatório da contribuição sindical, ao fundamento de que a Carta Magna não contém qualquer comando impondo a compulsoriedade da contribuição sindical, na medida em que o art. 8º, IV, da Constituição remete à lei a tarefa de dispor sobre a referida contribuição. Considerou, ainda, que a supressão do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical, previsto no art. 8º, I, da Carta Magna, nem configura retrocesso social e violação aos direitos básicos de proteção ao trabalhador.

Cabe ressaltar que foi objeto da ADI a redação dada pela Lei 13.467/2017 aos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da Consolidação das Leis Trabalhistas, que tratam da facultatividade da contribuição sindical devida pelos participantes de categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal.

A alternativa B está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Conforme tese fixada no Tema 935 de Repercussão Geral do STF: "É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição."

A alternativa C está correta, pois é a única alternativa que traz uma inverdade (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De fato, o STF, na Súmula Vinculante nº 40, fixou o entendimento de que "A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo". Todavia, diversamente do afirmado pela alternativa, o STF nada estipulou a respeito da necessidade de "quórum diferenciado" para a fixação da contribuição confederativa em assembleia geral.

A alternativa D está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Conforme decidido pelo STF na ADI 5794, a supressão do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical, previsto no art. 8º, I, da Carta Magna, nem configura retrocesso social e violação aos direitos básicos de proteção ao trabalhador insculpidos nos artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da Constituição, senão vejamos: "Ementa: Direito Constitucional e Trabalhista. Reforma Trabalhista. Facultatividade da Contribuição Sindical. Constitucionalidade. Inexigência de Lei Complementar. Desnecessidade de lei específica. Inexistência de ofensa à isonomia tributária (Art. 150, II, da CRFB). Compulsoriedade da contribuição sindical não prevista na Constituição (artigos 8º, IV, e 149 da CRFB). Não violação à autonomia das organizações sindicais (art. 8º, I, da CRFB). Inocorrência de retrocesso social ou atentado aos direitos dos trabalhadores (artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da CRFB). Correção da proliferação excessiva de sindicatos no Brasil. Reforma que visa ao fortalecimento da atuação sindical. Proteção às liberdades de associação, sindicalização e de expressão (artigos 5º, incisos IV e XVII, e 8º, caput, da CRFB). Garantia da liberdade de expressão (art. 5º, IV, da CRFB). Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas improcedentes. Ação Declaratória de Constitucionalidade julgada procedente [...] A supressão do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical, previsto no art. 8º, I, da Carta Magna, nem configura retrocesso social e violação aos direitos básicos de proteção ao trabalhador insculpidos nos artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da Constituição. (ADI 5794, Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-083. DIVULG 22-04-2019. PUBLIC 23-04-2019)."

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa C.

QUESTÃO 46. Analise as assertivas a respeito do direito sindical:

I - O sistema sindical brasileiro prevê a organização de sindicatos por categoria profissional, por categoria profissional diferenciada, por empresa e por segmento empresarial.

II - As centrais sindicais não têm reconhecida por lei a legitimação para, ainda que excepcionalmente, representar categorias profissionais em âmbito nacional e firmar acordos coletivos.

III - Durante o período de mandato de membro de comissão de representantes dos empregados, o contrato de trabalho permanecerá suspenso, devendo o empregado ser afastado de suas funções.

IV - A Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, ao tratar sobre a liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização, previu o direito de as organizações de trabalhadores e de empregadores constituírem federações e confederações, assim como de filiarem-se às mesmas e, também, o direito de toda organização, federação ou confederação filiar-se a organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema sindicatos.

O item I está incorreto. Diversamente do afirmado, o sistema sindical brasileiro não prevê a organização sindical por empresa ou segmento empresarial, já que a base territorial mínima do sindicato não pode ser inferior à área de um Município. De acordo com art. 8º, II, CF: "II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;"

Ademais, na forma do art. 511 da CLT: "Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas. § 1º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica. § 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional. § 3º Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares."

O item II está correto. A Lei 11.648/2008 dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais, atribuindo-lhes as seguintes prerrogativas, conforme seu art. 1º, I e II: "Art. 1º A central sindical, entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, terá as seguintes atribuições e prerrogativas: I - coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e II - participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores."

Constata-se, portanto, que as centrais sindicais não detêm poderes de negociação coletiva, nem mesmo de forma excepcional (Art. 611, § 2º, da CLT), mesmo porque não compõem a pirâmide sindical brasileira (sindicatos, federações e confederações), constituindo, do ponto de vista social, político, ideológico e institucional, entidades líderes do movimento sindical, que atuam e influem em toda a pirâmide regulada pela ordem jurídica, mas sem deter prerrogativa da negociação coletiva.

O item III está incorreto. Diversamente do que se afirma, dispõe o artigo 510-D, § 2º, da CLT que o "mandato de membro de comissão de representantes dos empregados não implica suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, devendo o empregado permanecer no exercício de suas funções".

O item IV está correto. Conforme estabelece o artigo 5º da Convenção 87 da OIT, que trata da Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização: "Art. 5 - As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de constituir federações e confederações, bem como o de filiar-se às mesmas, e toda organização, federação ou confederação terá o direito de filiar-se às organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores."

Portanto, correta a letra C: Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 47. A respeito da dispensa em massa de trabalhadores, à luz do ordenamento jurídico e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

a) A dispensa em massa de trabalhadores não exige prévia intervenção do sindicato para confirmação e certificação formal de motivação adequada.

b) A iniciativa da empresa para dispensa em massa de trabalhadores deve ser justificada formalmente por motivo de natureza técnica e econômica, mediante a comunicação prévia dos fatos aos trabalhadores e ao sindicato da categoria profissional.

c) Efetuada a dispensa em massa de trabalhadores pela empresa e, posteriormente, verificada a ausência de prova da motivação, assegura-se o direito à reintegração dos empregados afastados.

d) A participação do sindicato no procedimento de dispensa em massa de trabalhadores exige a convocação prévia de assembleia geral da categoria profissional para autorizar a atuação.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do tema dispensa em massa de trabalhadores.

Acerca da dispensa em massa, o STF, ao analisar o RE 999435, fixou a tese do Tema 638 de Repercussão Geral, cujo teor é o seguinte: "A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo."

Dessa forma, ao deliberar sobre a matéria, o STF apenas fixou a intervenção sindical prévia como exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa, deixando claro que a intervenção sindical não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de acordo coletivo.

Ademais, nem o Ordenamento Jurídico, tampouco o STF, preveem a necessidade de motivação para as dispensas coletivas, tampouco de apresentação de justificação formal amparada em motivos de natureza técnica ou econômica como pressuposto da dispensa em massa, nem mesmo exigem a convocação de assembleia geral da categoria para legitimar a atuação do sindicato. Dessa forma, estão incorretas as alternativas B, C e D.

Desse modo, a alternativa A está correta e é o gabarito do enunciado, pois, de fato, a intervenção sindical prévia não se faz para confirmação e certificação formal de motivação adequada, mesmo porque o Ordenamento Jurídico não exige motivação para as dispensas coletivas.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa A.

QUESTÃO 48. A respeito das hipóteses de prevalência das convenções e acordos coletivos de trabalho sobre a lei, assinale a alternativa correta:

a) A Consolidação das Leis do Trabalho prevê expressamente, em enumeração exaustiva, as matérias em que a norma coletiva prepondera sobre a norma legal.

b) É obrigatória a participação de todos os sindicatos que celebraram convenção coletiva de âmbito nacional em ação anulatória proposta pelo Ministério Público do Trabalho, objetivando a anulação de cláusula cujo conteúdo alterou a idade mínima do contrato de aprendizagem.

c) A limitação, por meio de acordo coletivo firmado entre empresa e sindicato profissional, relativamente à forma de registro de jornada de trabalho estabelecida em lei viola direito absolutamente indisponível dos trabalhadores, considerando que o controle adequado do período de labor é regido por norma concernente à garantia da saúde e da segurança no trabalho.

d) É vedada a redução, por meio de convenção coletiva de trabalho, dos direitos correspondentes ao número de dias de férias devidas ao trabalhador, ao seguro contra acidentes de trabalho, ao trabalho intermitente e à igualdade entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema convenções e acordos coletivos de trabalho.

A alternativa A está incorreta. O artigo 611-A da CLT prevê rol meramente exemplificativo de matérias sobre as quais há prevalência do negociado sobre o legislado, senão vejamos: "Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:"

A alternativa B está correta. Conforme o artigo 611-B, XXIII, da CLT, constitui objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho a redução da idade mínima do contrato de aprendizagem, senão vejamos: "Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: XXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"

Diante disso, o MPT tem legitimidade para ajuizar ação anulatória da referida cláusula, conforme estabelece o artigo 83, IV, da LC 75/93, in verbis: "Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: IV - propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores;"

Cabe notar que, segundo o artigo 611-A, § 5º, da CLT, os "sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho deverão participar, como litisconsortes necessários, em ação individual ou coletiva, que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos".

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do consignado, nos termos do artigo 611-A, X, da CLT, a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre "modalidade de registro de jornada de trabalho", não configurando direito absolutamente indisponível, notadamente diante da previsão contida no artigo 611-B, parágrafo único, da CLT, segundo a qual as regras "sobre duração do trabalho e intervalos não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança do trabalho para os fins do disposto neste artigo".

A alternativa D está incorreta. A teor do artigo 611-B, XI, XX e XXV da CLT, constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho a redução dos direitos correspondentes ao número de dias de férias devidas ao trabalhador, ao seguro contra acidentes de trabalho e à igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso, senão vejamos: "Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: XI - número de dias de férias devidas ao empregado; (...) XX - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador; (...) XXV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso;"

Todavia, diversamente do que se afirma, nos termos do artigo 611-A, VIII, da CLT: "Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: VIII - teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente".

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa B.

QUESTÃO 49. Em relação aos atos considerados antissindicais, analise as assertivas:

I - A prática dos atos antissindicais pode ser atribuída ao empregador, ao Estado, às entidades sindicais de todos os graus e seus dirigentes, aos trabalhadores e, também, a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas.

II - As condutas antissindicais que afetam direta e individualmente trabalhadores de uma mesma empresa legitimam a atuação do sindicato da categoria exclusivamente para a defesa de cada trabalhador afetado.

III - O ato antissindical, diante da sua natureza, especificidade e características, não pode configurar, concomitantemente, a prática de assédio eleitoral.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apena a assertiva II está correta.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Apenas a assertiva I está correta.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema atos antissindicais.

O item I está correto. Conforme o Manual de Atuação do MPT de Atos Antissindicais, in verbis: "A prática dos atos antissindicais se atribui não só ao empregador e ao Estado, mas também às entidades sindicais (patronais e profissionais), aos próprios trabalhadores e a terceiros (empresas, associações, mídia, indivíduos etc.)". (Atos Antissindicais Manual de Atuação do MPT. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/manuais/atos-antissindicais-manual-de-atuacao/@@display-file/arq

uivo_pdf>. Acesso em 07/04/2024).

O item II está incorreto. Conforme o artigo 8º, III, da Constituição Federal: "Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;"

Dessa forma, tratando-se de interesses ou direitos individuais homogêneos dos trabalhadores afetados pela conduta antissindical, ou, ainda, de interesse coletivo em sentido estrito, sindicado pode ajuizar ação coletiva (Art. 8º, III, da CF), conforme previsto no artigo 81, parágrafo único, II e III, do CDC: "Art. 81. (...) Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum."

O item III está incorreto. Diversamente do que se afirma, o ato antissindical pode configurar concomitantemente a prática de assédio eleitoral, como ocorre com a situação de dispensa discriminatória pela participação em chapa eleitoral. Nesse sentido, cita-se o seguinte precedente: "RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA LYNX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E REINTEGRAÇÃO. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. PARTICIPAÇÃO EM CHAPA ELEITORAL. CONDUTA ANTISSINDICAL. O exercício da atividade econômica, legitimado em um sistema capitalista de produção, está condicionado pelo art. 170 da Constituição à observância dos princípios nele enumerados, entre os quais se incluem a valorização do trabalho humano, a existência digna, de acordo com a justiça social (caput) e a função social da propriedade (inciso III), este último perfeitamente lido como função social da empresa. Ademais, estabelece vínculo direto e indissociável com os princípios contidos no art. 1º da Constituição, que fundamentam o Estado Democrático de Direito, entre os quais se incluem os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (inciso IV), sem se falar na dignidade da pessoa humana (inciso III). Nesse contexto, informados por princípios basilares da atual ordem constitucional pátria, mormente na centralidade da pessoa humana, que decorre da dignidade que é ostentada por todos os indivíduos, forçoso concluir que o rol de condutas discriminatórias, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 9.029/95, é meramente exemplificativo. No caso dos autos, o Tribunal Regional, com base na prova oral produzida, concluiu que a ruptura do contrato de trabalho foi discriminatória, haja vista que aqueles empregados que participaram em abril de 2007, de chapa eleitoral do sindicato da categoria, foram dispensados após alguns meses ela ré. Ficou demonstrada, ainda, a existência de tratamento discriminatório e a perseguição aos participantes de chapa eleitoral por parte dos representantes da ré. Ademais, é importante ressaltar que a reclamada praticou ato qualificado como "conduta antissindical", e não apenas violou o direito fundamental do trabalhador ao livre desenvolvimento da sua atividade sindical, como também comprometeu, ainda que por via oblíqua, o desenvolvimento da categoria do sindicato que os representa, em virtude da possibilidade de comprometer uma das mais importantes garantias para o exercício da atividade sindical: a liberdade. Assim, demonstrado o dano decorrente da conduta discriminatória do empregador, deve ser mantido o acórdão regional que determinou a reintegração do autor, no mesmo local e mesma função exercida quando da rescisão contratual, com pagamento dos salários e demais parcelas no período do afastamento; bem com da indenização por danos morais. Recurso de revista de que não se conhece. [...]" (RR-358500-51.2009.5.09.0662, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 30/06/2017).

Portanto, correta a letra D: Apenas a assertiva I está correta.

QUESTÃO 50. Sobre a criação e o reconhecimento das entidades sindicais, assinale a alternativa incorreta:

a) Incumbe ao Ministério do Trabalho e Emprego registrar as entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade até a superveniência de lei dispondo a respeito, podendo, também, indeferir o pedido de registro nas hipóteses de não caracterização da categoria pleiteada ou coincidência total de categoria e base territorial com outra entidade sindical já cadastrada.

b) A criação de sindicato de categoria profissional diferenciada deve abranger necessariamente trabalhadores que exercem profissões ou funções distinguidas em razão de estatuto profissional especial ou, então, particularizadas em decorrência de condições de vida singulares.

c) O registro no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, perante o Ministério do Trabalho e Emprego, é exigido para sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais.

d) Ainda que se trate de categoria econômica, é proibida a criação de mais de um sindicato na base territorial mínima correspondente à área de um Município, vedação que também se aplica ao segmento das empresas de tecnologia digital caracterizadas pela diversidade, deslocalização e fragmentação das atividades e serviços.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema criação e o reconhecimento das entidades sindicais.

A alternativa A está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com a Súmula 677 do STF: "Até que lei venha a dispor a respeito, incumbe ao Ministério do Trabalho proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade."

Cabe salientar que, a teor do art. 22 da Portaria 3.472/2023 do Ministério do Trabalho, os pedidos de registro serão indeferidos em algumas situações, dentre as quais na hipótese de não caracterização da categoria pleiteada ou de coincidência total de categoria e base territorial do sindicato requerente com sindicato registrado. Vejamos: "Art. 22. Os pedidos de registro serão indeferidos pelo Diretor do Departamento de Relações do Trabalho da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento em análise técnica da Coordenação-Geral de Registro Sindical, nos termos desta Portaria, nas seguintes hipóteses: I - não caracterização da categoria pleiteada, nos termos do art. 511 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT; (...) V - coincidência total de categoria e base territorial do sindicato requerente com sindicato registrado no sistema CNES;"

A alternativa B está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Conforme artigo 511, § 3º, da CLT: "§ 3º Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares."

A alternativa C está correta, pois é a única alternativa que traz uma inverdade (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Diversamente do que se afirma, o registro no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais é exigido apenas para sindicatos, federações e confederações, a teor da Portaria 3.472/2023 do Ministério do Trabalho, notadamente porque as Centrais Sindicais não integram a pirâmide sindical, nem detém personalidade sindical.

A alternativa D está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Segundo o artigo 8º, II, da CF: "II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município".

Tal preceito constitucional consagra o princípio da unicidade sindical, aplicável tanto para categoria profissional ou econômica, não havendo nenhuma ressalva de acordo com a especificidade da atividade econômica.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa C.

QUESTÃO 51. Sobre a vigilância em saúde e meio ambiente do trabalho, assinale a alternativa correta:

a) A vigilância em saúde do trabalhador é uma das ações atribuídas ao Sistema Único de Saúde, mas não há autorização constitucional expressa para sua participação nas iniciativas de controle e fiscalização de produtos tóxicos.

b) As ações de vigilância em saúde do trabalhador, juntamente com as de vigilância sanitária e de vigilância epidemiológica, são de atribuição do Sistema Único de Saúde, sistema que também participa da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico necessárias para a redução do risco de doenças.

c) A proteção ao meio ambiente do trabalho compreende a realização de ações de vigilância em saúde do trabalhador nas empresas, com o apoio do Sistema Único de Saúde, que realiza o incremento tecnológico dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho.

d) A vigilância em saúde do trabalhador e a colaboração na proteção do meio ambiente do trabalho são atribuições do Sistema Único de Saúde, bem como a participação nas decisões a respeito de autorização do funcionamento de empreendimentos que possam causar riscos de degradação ambiental.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema vigilância em saúde e meio ambiente do trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 200, VII, da CF: "Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (...) VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;"

A alternativa B está correta. De acordo com artigo 200, incisos II e IV, da CF: "Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (...) II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; (...) IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;"

A alternativa C está incorreta. Esta é atribuição do próprio SUS, de acordo com art. 200, II, da CF: "Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (...) (...) II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;"

Ademais, no artigo 200 da CF, que traz as atribuições do SUS, não há menção a "incremento tecnológico dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho".

A alternativa D está incorreta. A "autorização do funcionamento de empreendimentos que possam causar riscos de degradação ambiental" não é competência do SUS, e sim do órgão ambiental competente. De acordo com art. 1º, I, da Resolução nº 237 do CONAMA: "Art. 1º. Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições: I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;"

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa B.

QUESTÃO 52. Quanto ao acesso à informação no direito ambiental, à luz da jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas:

I - O direito de acesso à informação no direito ambiental brasileiro compreende a transparência ativa, passiva e reativa, consideradas como o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração Pública não sujeitos a sigilo; o direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais especificas não publicadas; e o direito a requerer a produção de informação ambiental não disponível para a Administração Pública.

II - Presume-se a obrigação do Estado em favor da transparência ambiental, sendo ônus da Administração Pública justificar seu descumprimento, sempre sujeito a controle judicial. Considera-se efetiva a justificativa quando: demonstradas as razões adequadas para a opção de não publicar; enquadrada a informação nas razões legais e taxativas de sigilo; e pela irrazoabilidade da pretensão de produção de informação inexistente.

III - O regime registral brasileiro admite a averbação de informações facultativas de interesse público, inclusive as ambientais, sobre imóveis.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

c) Apenas a assertiva III está correta.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema acesso à informação no direito ambiental, sob a ótica jurisprudencial.

Analisemos os itens propostos.

O item I está correto. De acordo com a tese firmada pelo STJ no julgamento do IAC 13: "O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa); ii) o direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva); e iii) direito a requerer a produção de informação ambiental não disponível para a Administração (transparência reativa);" (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13).

O item II está correto. De acordo com a tese firmada pelo STJ no julgamento do IAC 13: "Presume-se a obrigação do Estado em favor da transparência ambiental, sendo ônus da Administração justificar seu descumprimento, sempre sujeita a controle judicial, nos seguintes termos: i) na transparência ativa, demonstrando razões administrativas adequadas para a opção de não publicar; ii) na transparência passiva, de enquadramento da informação nas razões legais e taxativas de sigilo; e iii) na transparência ambiental reativa, da irrazoabilidade da pretensão de produção da informação inexistente;" (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13).

O item III está correto. De acordo com a tese firmada pelo STJ no julgamento do IAC 13: "O regime registral brasileiro admite a averbação de informações facultativas sobre o imóvel, de interesse público, inclusive as ambientais;" (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13).

Portanto, a alternativa correta é a letra D: Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 53. Assinale a alternativa incorreta:

a) Não é obrigação legal das empresas que têm Comissão Interna de Prevenção de Acidentes prestar assistência psicológica às mulheres vítimas de assédio sexual e demais formas de violência no trabalho.

b) O Brasil é signatário da Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho, que impõe aos membros aderentes a implantação de uma política nacional em matéria de segurança e saúde dos trabalhadores e de meio ambiente de trabalho, com vistas a prevenir acidentes e danos à saúde que sejam consequência do trabalho, guardem relação com a atividade profissional ou sobrevenham durante o trabalho.

c) As empresas obrigadas a constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, nos termos da Norma Regulamentadora 5, devem adotar a inclusão de regras de conduta a respeito do assédio sexual e de outras formas de violência nas normas internas da empresa.

d) Para o cumprimento do Programa de Gerenciamento de Riscos, compete ao empregador implementar medidas de prevenção, ouvidos os trabalhadores, de acordo com a seguinte ordem de prioridade: 1°) adoção de medidas de proteção individual; 2ª) minimização e controle dos fatores de risco, com adoção de medidas administrativas ou de organização do trabalho; 39) minimização e controle dos fatores de risco, com adoção de medidas de proteção coletiva; e 4°) eliminação dos fatores de risco.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema segurança e saúde do trabalhador.

A alternativa A está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Embora o item 5.3, alínea "j", da NR-5 preveja a atribuição da CIPA de incluir temas referentes à prevenção e ao combate ao assédio sexual e outras formas de violência e prática, não prevê expressamente a prestação de assistência psicológica: "5.3 Atribuições. 5.3.1 A CIPA tem por atribuição: (...) j) incluir temas referentes à prevenção e ao combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no trabalho nas suas atividades e práticas."

A alternativa B está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De fato, o Brasil é signatário, desde 1992, da Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi escrita na 67ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em Genebra, em junho de 1981.

De acordo com art. 4º da Convenção 155, realmente há a necessidade da criação de uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho com vistas a prevenir acidentes e danos à saúde que sejam consequência do trabalho, guardem relação com a atividade profissional ou sobrevenham durante o trabalho. Vejamos: "Artigo 4: 1 - Qualquer membro deverá, à luz das condições e da prática nacionais e em consulta com as organizações de empregadores e trabalhadores mais representativas, definir, pôr em prática e reexaminar periodicamente uma política nacional coerente em matéria de segurança, saúde dos trabalhadores e ambiente de trabalho. 2 - Essa política terá como objetivo a prevenção dos acidentes e dos perigos para a saúde resultantes do trabalho quer estejam relacionados com o trabalho quer ocorram durante o trabalho, reduzindo ao mínimo as causas dos riscos inerentes ao ambiente de trabalho, na medida em que isso for razoável e praticamente realizável."

Assim, em novembro de 2011, foi instituída no Brasil a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) por meio do Decreto Federal nº 7.602.

A alternativa C está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com item 1.4.1.1, alínea "a", da NR 01, incluído pela Portaria MPT nº 4.219/2022: "1.4.1.1 As organizações obrigadas a constituir CIPA nos termos da NR-05 devem

adotar as seguintes medidas, além de outras que entenderem necessárias, com vistas à prevenção e ao combate ao assédio sexual e às demais formas de violência no âmbito do trabalho: a) inclusão de regras de conduta a respeito do assédio sexual e de outras formas de violência nas normas internas da empresa, com ampla divulgação do seu conteúdo aos empregados e às empregadas;"

A alternativa D está correta, pois é a única das alternativas que traz informações incorretas (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com item 1.4.1, alínea "g" da NR 1: "1.4.1 Cabe ao empregador: (...) g) implementar medidas de prevenção, ouvidos os trabalhadores, de acordo com a seguinte ordem de prioridade: I. eliminação dos fatores de risco; II. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas de proteção coletiva; III. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas administrativas ou de organização do trabalho; e IV. adoção de medidas de proteção individual". Observe que a ordem de prioridade proposta pela alternativa D encontra-se incorreta, levando-se em consideração o texto transcrito da NR 01.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa D.

QUESTÃO 54. Assinale a alternativa incorreta:

a) Os princípios da prevenção, da precaução e do poluidor-pagador impõem que os recursos financeiros direcionados à reparação do dano sejam arbitrados com base nos prejuízos verificados no momento da constatação do evento lesivo, independentemente dos impactos ambientais futuros.

b) O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei nº 9.055/95, que permitia a extração, industrialização, comercialização e utilização do amianto, superando, assim, a tese do uso seguro, que permitia exposição ocupacional à substância.

c) A substituição dos agentes químicos cancerígenos nos ambientes de exposição ocupacional, em especial do amianto crisotila, é tratada sistematicamente em normas internacionais produzidas pela Organização Internacional do Trabalho, como em suas Convenções 139 e 162.

d) A legislação nacional estabelece controle médico pós-contratual, pelo empregador, por período não inferior a trinta anos, em decorrência da exposição ocupacional ao amianto, cujos agravos e doenças relacionadas se tipificam por um período de latência que se estende ao longo de décadas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do tema segurança e saúde do trabalhador.

A alternativa A está correta, pois é a alternativa que traz a inverdade (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com entendimento doutrinário majoritário, devem ser

levados em conta também os impactos futuros, e não apenas os atuais. Vejamos: "Para que haja a responsabilidade por danos futuros, deve-se levar em consideração três aspectos: o primeiro, que diz respeito a análise probatória de um risco vir a se tornar um dano ambiental futuro; o segundo, que considera a irreversibilidade destes danos potenciais; e um terceiro, que avalia a tolerabilidade excessiva do risco ambiental. (CARVALHO, 2007). Estes três aspectos evidenciam a necessidade de medidas preventivas que sejam capazes de evitar a ocorrência do dano ambiental, razão pela qual se preconiza nesta sociedade de risco o princípio da precaução. (...) Ao tratar da atuação do Poder Público na prevenção de hipotéticos futuros, é necessário ter em mente a importância da aplicação do princípio da precaução, criado para lidar com os danos advindos da sociedade de risco. (...) Assim, considerando a relação intima entre a prevenção de riscos hipotéticos e a aplicação do princípio de prevenção, é de se supor que na tomada de decisão do Poder Público para a liberação de atividades com riscos hipotéticos ao meio ambiente tal relação fosse clara, uma vez que o Poder Público tem o dever de proteger o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, especialmente em casos paradigmáticos julgados pelo Supremo Tribunal Federal, uma vez que esta é a intérprete oficial do texto constitucional." (FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. CARNEIRO, Dayanny Evellyn Pantoja. Prevenção de danos ambientais futuros pelo estado e sua tomada em consideração nos julgados do supremo tribunal federal envolvendo a lei de biossegurança. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod= 432ff29e76b94b98).

A alternativa B está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Em agosto de 2017, no julgamento da ADI 3937, o Plenário do STF entendeu ser constitucional lei do Estado de São Paulo que proibia o uso do mineral e declarou, incidentalmente (sem pedido direto nas ações), a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei federal 9.055/1995, que permitia a sua utilização. Vejamos trecho da decisão proferida: "(...) 3. O art. 1º da Lei Federal nº 9.055/1995 proibiu a extração, a produção, a industrialização, a utilização e a comercialização de todos os tipos de amianto, com exceção da crisotila. Em seu art. 2º, a lei autorizou a extração, a industrialização, a utilização e a comercialização do amianto da variedade crisotila (asbesto branco) na forma definida na lei. (...) 4. No entanto, o art. 2º da Lei Federal nº 9.055/1995 passou por um processo de inconstitucionalização, em razão da alteração nas relações fáticas subjacentes à norma jurídica, e, no momento atual, não mais se compatibiliza com a Constituição de 1988. Se, antes, tinha-se notícia dos possíveis riscos à saúde e ao meio ambiente ocasionados pela utilização da crisotila, falando-se, na época da edição da lei, na possibilidade do uso controlado dessa substância, atualmente, o que se observa é um consenso em torno da natureza altamente cancerígena do mineral e da inviabilidade de seu uso de forma efetivamente segura, sendo esse o entendimento oficial dos órgãos nacionais e internacionais que detêm autoridade no tema da saúde em geral e da saúde do trabalhador. (...) 7. (i) O consenso dos órgãos oficiais de saúde geral e de saúde do trabalhador em torno da natureza altamente cancerígena do amianto crisotila, (ii) a existência de materiais alternativos à fibra de amianto e (iii) a ausência de revisão da legislação federal revelam a inconstitucionalidade superveniente (sob a óptica material) da Lei Federal nº 9.055/1995, por ofensa ao direito à saúde (art. 6º e 196, CF/88), ao dever estatal de redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, inciso XXII, CF/88), e à proteção do meio ambiente (art. 225, CF/88)."

A alternativa C está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). No julgamento da ADI 3937, inclusive, O STF menciona: "(...) 5. A Convenção nº 162 da Organização Internacional do Trabalho, de junho de 1986, prevê, dentre seus princípios gerais, a necessidade de revisão da legislação nacional sempre que o desenvolvimento técnico e o progresso no conhecimento científico o requeiram (art. 3º, § 2). A convenção também determina a substituição do amianto por material menos danoso, ou mesmo seu efetivo banimento,

sempre que isso se revelar necessário e for tecnicamente viável (art. 10). Portanto, o Brasil assumiu o compromisso internacional de revisar sua legislação e de substituir, quando tecnicamente viável, a utilização do amianto crisotila."

Vejamos, por exemplo, o texto do art. 10 da Convenção 162 da OIT: "Artigo 10. Quando for necessário para a proteção da saúde dos trabalhadores, e seja tecnicamente realizável, a legislação nacional deve prever uma ou mais das seguintes medidas: a) Sempre que for possível, a substituição do amianto, de certos tipos de amianto ou de certos produtos que contenham amianto, por outros materiais ou produtos, ou a utilização de tecnologias alternativas, cientificamente avaliadas pela autoridade competente como inofensivas ou menos nocivas; b) A proibição total ou parcial da utilização do amianto, de certos tipos de amianto ou de certos produtos que contenham amianto, em determinados processos de trabalho."

A alternativa D está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com item 19 do Anexo 12 da NR-15, o controle médico se dará pelo prazo de 30 anos: "19. Cabe ao empregador, após o término do contrato de trabalho envolvendo exposição ao asbesto, manter disponível a realização periódica de exames médicos de controle dos trabalhadores durante 30 (trinta) anos."

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa A.

QUESTÃO 55. A respeito do denominado processo estrutural no campo das relações laborais, assinale a alternativa correta:

a) Tem como base um quadro fático complexo de ilicitude ampliada e reiterada, a exigir mudança abrangente para assegurar, por meio de demanda judicial coletiva, a concretização de direitos sociais fundamentais, com possibilidade, no atingimento desse objetivo, mesmo de obter-se a alteração de política púbica vigente.

b) Envolve quadro fático de real gravidade, não restrito a um ato antijurídico violador de direitos, mas a desconformidades e omissões prejudiciais a comunidades de trabalhadores, ensejando como solução necessária a propositura de um conjunto de ações civis públicas pelo Ministerio Público do Trabalho e/ou pelos sindicatos profissionais em face dos empregadores.

c) É aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho a regra do Código de Processo Civil que determina a realização prévia de audiência pública, com rito apropriado a processos de natureza estrutural, assim como o dever de cooperação na busca da participação ativa das partes, do magistrado e de todos os interessados, objetivando a construção de soluções adequadas.

d) O direito processual do trabalho e as normas processuais que a ele se aplicam não autorizam ações coletivas estruturais diante dos limites pertinentes à competência da Justiça do Trabalho e às pretensões possíveis de veiculação nas demandas coletivas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, correspondendo a definição de processo estrutural. Além disso, conforme ensina Fredir Didier, o processo estrutural é aquele que tem por objeto um problema estrutural, e o que o define é seu objeto, ou seja, um problema enraizado, uma situação de desconformidade permanente para cuja solução há necessidade da tomada de uma série de atos de reestruturação.

A alternativa B está incorreta. O que torna esta definição incorreta é que o processo estrutural não se limita a quadro fático de real gravidade de omissões, mas um quadro fático complexo de ilicitude ampliada.

A alternativa C está incorreta. O processo estrutural é mais flexível nas relações laborais, não sendo uma determinação expressa a realização prévia de ausência pública, podendo utilizar o juiz de outros mecanismos, não somente o Código de Processo Civil, para atingir o objetivo pretendido pelo processo coletivo.

A alternativa D está incorreta. Os processos estruturais são aplicáveis à justiça do trabalho, ao contrário do que se afirma a assertiva. Conforme Lourival Barão Marques Filho e Thiago Mira de Assumpção Rosado assim ensinam, o processo estrutural é plenamente aplicável ao processo do trabalho, já que em simbiose com sua principiologia e resulta em relação jurídica processual que tem a capacidade de solucionar, de modo perene e a longo prazo, aqueles litígios complexos que estão enraizados e que geram um problema de desconformidade permanente.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 56. Quanto à intervenção processual do Ministério Público do Trabalho como fiscal da ordem jurídica em demandas trabalhistas, assinale a alternativa incorreta:

a) É obrigatória a intervenção, perante os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior do Trabalho, nos processos que envolvam a Organização Mundial do Comércio e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

b) Não é obrigatória a intervenção em todos os processos em que for parte a Fazenda Pública.

c) É obrigatória a intervenção nas ações que envolvam acidentes de trabalho ou reparação por dano moral.

d) E obrigatória a intervenção nos processos que envolvam direito à posse de terra rural, em litígio originário de relações laborais, envolvendo grupo de trabalhadores e empregadores.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está correta, de acordo com o art. 83, Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC 75/93). A saber: "Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: XIII - intervir obrigatoriamente em todos os feitos nos segundo e terceiro graus de jurisdição da Justiça do Trabalho, quando a parte for pessoa jurídica de Direito Público, Estado estrangeiro ou organismo internacional."

A assertiva B está incorreta. A assertiva está correta. Não é necessária a intervenção do Ministério Público em execução fiscal, porquanto o interesse público que a justificaria (art. 82, III, CPC) não se identifi ca com o da Fazenda Pública, que é representada por procurador e se beneficia do duplo grau obrigatório (art. 475, III, CPC), ainda, inobstante, tornar obrigatória a intervenção do MP, no executivo fi scal seria reduzir a inutilidade o advogado de Estado (REsp n. 63.529-PR, 1ª Turma do STJ, unânime, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, publicado no DJ de 07.08.1995).

A alternativa C está correta. Ao contrário do que afirma a assertiva, a intervenção do Ministério Público do Trabalho não é obrigatória em ações que envolvam acidentes de trabalho ou reparação por dano moral, salvo, à tutela de eventuais direitos trabalhistas envolve direito de herança de incapazes, o que atrai a intervenção obrigatória do MPT.

A alternativa D está incorreta. A assertiva está correta, de acordo com o art. 178, III, CPC. Vejamos: "Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana."

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 57. Sobre as provas no processo do trabalho, assinale a alternativa correta:

a) A ausência do Ministério Público do Trabalho à audiência de instrução, em demanda coletiva, não configura confissão ficta, ainda que na ata de audiência conste o registro padrão de advertência de sua aplicação.

b) As regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente ocorre somente podem ser aplicadas pelo juiz quando a prova testemunhal apresentada pelas partes for insuficiente ou contraditória.

c) Havendo situação de excessiva dificuldade para a parte autora realizar a prova do fato constitutivo do seu direito, o juiz deve inverter este ônus, por meio de decisão fundamentada proferida após os interrogatórios, fixando prazo para a parte contrária desincumbir-se do encargo.

d) Na hipótese de a matéria controvertida do processo ter menor complexidade, o juiz poderá determinar, tão somente a requerimento da parte, em substituição à perícia, a realização de prova técnica simplificada consistente na inquirição de especialista que possua formação acadêmica especifica pertinente ao objeto da questão.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Em caso de demandas coletivas, em específico dissídios coletivos que envolvam direitos indisponíveis de terceiros, representados pelo Ministério Público do Trabalho, ausência do Ministério Público do Trabalho à audiência de instrução não produz a produção da confissão das matérias de fato, nos termos do art. 392, §1º do CPC, a saber: "Art. 392. Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis. § 1º A confissão será ineficaz se feita por quem não for capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados."

A alternativa B está incorreta. As regras de experiência comum são aplicáveis, inclusive, para avaliar a necessidade ou não da prova testemunhal.

A alternativa C está incorreta. A alternativa está incorreta ao afirmar que a inversão do ônus da prova poderá ocorrer após os interrogatórios, uma vez que deve ocorrer antes da instrução do processo, conforme assim prevê o art. 818, §1º da CLT. A saber: "Art. 818. O ônus da prova incumbe: (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) § 1o Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos deste artigo ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)."

A alternativa D está incorreta. A possibilidade de realização de prova técnica simplificada no processo do trabalho não se limita a requerimento da parte. Nos termos do art. 464, §2º do CPC, a referida prova poderá ser requerida de ofício.

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 58. A respeito da tutela provisória aplicável no processo do trabalho, assinale a alternativa correta:

a) É taxativa a enumeração legal das medidas judiciais pertinentes à tutela provisória de urgência, de natureza cautelar.

b) A tutela provisória de evidência deve ser concedida pelo juiz em caso de verificação do abuso de direito de defesa da parte reclamada, ainda que não haja a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

c) Antes da determinação da medida pertinente à tutela provisória, havendo dúvida sobre o juízo competente para apreciar a demanda, obriga-se o juiz a ouvir a parte contrária, independentemente da urgência observada no caso concreto.

d) Se a efetivação da tutela de urgência gerar prejuízo à parte adversa, não haverá responsabilização do autor na hipótese de ser, em momento posterior, declarada judicialmente prescrita a sua pretensão.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 311 do CPC prevê o seguinte: "A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo."

As demais alternativas estão incorretas, ante a ausência de previsão legal.

QUESTÃO 59. Assinale a alternativa correta:

a) Não deve ser admitida a exceção de suspeição oposta pela parte recusante da atuação do magistrado quando estiver evidenciado no processo que ela já conhecia anteriormente o motivo e deixou de alegá-lo, ressalvada a hipótese de apresentação de um ou mais novos motivos.

b) Não cabe recurso dos julgamentos das exceções de suspeição e de incompetência, facultando-se à parte novamente suscitá-las no apelo cabível da decisão final.

c) A exceção de suspeição, quando oposta, suspende o processo, enquanto a exceção de incompetência territorial, por sua natureza relativa, não suspende o feito, permitindo que seja apreciada na audiência inaugural.

d) São enumeradas, de maneira exaustiva, as hipóteses de suspeição e impedimento do magistrado previstas na Consolidação das Leis do Trabalho concernentes à existência de inimizade pessoal, de amizade íntima, de parentesco por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau e de interesse particular na causa.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 800, parágrafo único da CLT. Vejamos: "Art. 801 - O juiz, presidente ou vogal, é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado, por algum dos seguintes

motivos, em relação à pessoa dos litigantes: Parágrafo único - Se o recusante houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do juiz, não mais poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo. A suspeição não será também admitida, se do processo constar que o recusante deixou de alegá-la anteriormente, quando já a conhecia, ou que, depois de conhecida, aceitou o juiz recusado ou, finalmente, se procurou de propósito o motivo de que ela se originou."

A alternativa B está incorreta. Em se tratando de incompetência, o processo poderá ser remetido a Tribunal competente por meio da redistribuição do processo.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 800, §1º da CLT, em caso de alegação de incompetência suspende o processo.

A alternativa D está incorreta. A Consolidação das Leis do Trabalho carece de previsão acerca do impedimento, cuja aplicação não será exaustiva.

QUESTÃO 60. Sobre os embargos de declaração no processo do trabalho, assinale a alternativa correta:

a) São cabíveis os embargos de declaração para sanar a omissão, a contradição e a obscuridade verificadas exclusivamente na sentença ou no acórdão.

b) Os erros materiais deverão ser corrigidos a requerimento de quaisquer das partes ou de ofício pelo magistrado, não cabendo embargos de declaração para essa finalidade.

c) Os embargos de declaração têm cabimento para corrigir manifesto equivoco de decisão do magistrado de primeiro grau concernente ao exame dos pressupostos extrínsecos do recurso ordinário, do agravo de petição e do agravo de instrumento.

d) prequestionamento de matéria fática invocada em recurso e sem menção no acórdão não pode ser obtido mediante embargos de declaração, que se restringe ao prequestionamento de questão de direito.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Os embargos de declaração serão interponíveis em face de qualquer decisão, não se limitando, exclusivamente, em caso de sentença ou acórdão. A saber: "Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial (...)".

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, os embargos de declaração é cabível em face de qualquer decisão judicial, inclusive, para sanar erros materiais (art. 1.022 do CPC).

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 1.022 do CPC, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial, permitindo, inclusive, para corrigir manifesto equívoco de decisão do magistrado. "Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial (...)".

A alternativa D está incorreta. De acordo com a Súmula 297 do TST, incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 61. Assinale a alternativa incorreta:

a) Antes de proferir decisão sem resolução do mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.

b) O juiz poderá conhecer de ofício as questões pertinentes à existência de perempção, de convenção de arbitragem anteriormente firmada pelas partes e de litispendência.

c) Se, por negligência da parte reclamante, o processo permanecer sem andamento por mais de um ano, o juiz determinará a sua intimação pessoal para que seja suprida a falta, no prazo de cinco dias, não sendo válida a intimação realizada por meio do sistema PJe ou de Diário Oficial Eletrônico.

d) Na hipótese de o juiz verificar que determinado requisito processual seja dispensável, poderá proferir sentença de mérito, desde que seja favorável à parte a quem aproveitaria a extinção do processo sem a resolução da questão de fundo.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 317 do CPC. Vejamos: "Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício."

A alternativa B está incorreta. A convenção de arbitragem não poderá ser decidida de ofício, nos termos do art. 337, §5º. A saber: "Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: § 5º Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo."

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 485 do CPC, pois trata-se de caso de extinção do processo sem resolução de mérito.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 488 do CPC, desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485.

A alternativa E está incorreta. As demais alternativas estão incorretas de acordo com os comentários das questões anteriores.

QUESTÃO 62. Considerando a aplicação das normas processuais sobre o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer, assinale a alternativa incorreta:

a) Na demanda de natureza coletiva, a pena pecuniária aplicada pelo juiz em caso de descumprimento da ordem judicial concernente às obrigações de fazer ou não fazer deve ser suficiente e com elas compatíveis, incidindo até o dia em que a parte cumprir as respectivas obrigações ou, conforme prevê a lei, até o momento em que se alcance o limite do valor integral da pena pecuniária fixada na decisão

b) Ainda que na fase de conhecimento da ação civil pública a empresa ré comprove que corrigiu a conduta ilícita a ela imputada, não se configurará a perda do objeto da demanda quanto ao pedido específico de inibição da prática do ato e, igualmente, não se exigirá a demonstração da existência de culpa ou dolo ou mesmo da ocorrência de dano.

c) No âmbito da ação civil pública, para garantir a efetivação da tutela específica pleiteada, o magistrado pode determinar de ofício as medidas necessárias ao cumprimento de obrigação de fazer estabelecida na sentença, inclusive a imposição de multa ou o seu acréscimo posterior, em caso de se tornar insuficiente.

d) O descumprimento injustificado da determinação judicial correspondente às obrigações de fazer ou não fazer objeto da ação coletiva implica a responsabilização da parte executada por crime de desobediência e, também, na caracterização de litigância de má-fé.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está correta. O que torna a alternativa incorreta é acerca do limite do valor da obrigação, pois a lei não prevê nesse sentido.

A alternativa B está incorreta. A alternativa está correta, de acordo com a jurisprudência do TST.

A tutela jurisdicional inibitória volta-se para o futuro, prescindindo da reiterada ocorrência do dano, visando à efetivação do acesso à Justiça como meio capaz de impedir a violação do direito (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal e arts. 497 e 536, § 1º, do CPC atual).

A conduta ilícita constatada pelos órgãos fiscalizatórios tenha sido reconhecida pelo TRT como regularizada, deve ser observada a necessária aplicação da tutela inibitória uma vez que se trata de medida processual que pode ser imposta com o intuito de prevenir o descumprimento de decisão judicial e a ofensa às normas do ordenamento jurídico. Nesse sentido, é certo que o parágrafo único do art. 497 do CPC/2015 estabelece que, para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.

"Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

Parágrafo único. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo."

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 574, do CPC, o juiz poderá determinar de ofício as medidas necessárias ao cumprimento de obrigação de fazer estabelecida na sentença, dentre elas, a aplicação de multa. Vejamos:

"Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

§ 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:

I - se tornou insuficiente ou excessiva;

II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento."

A alternativa D está incorreta. O artigo 536, §3º do CPC prevê o seguinte: "Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. § 3º O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé quando injustificadamente descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência."

Portanto, o descumprimento injustificado da determinação judicial correspondente às obrigações de fazer ou não fazer objeto da ação coletiva implica a responsabilização da parte executada por crime de desobediência e, também, na caracterização de litigância de má-fé.

QUESTÃO 63. A respeito da penhora na execução trabalhista, assinale a alternativa correta:

a) Os equipamentos e as máquinas agrícolas pertencentes a pessoa física ou a empresa individual produtora rural podem ser penhorados em execução de sentença proferida em ação civil pública.

b) São penhoráveis, no âmbito do processo coletivo, os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, mesmo que submetidos ao regime de incorporação imobiliária e vinculados à execução da obra.

c) É vedada a penhora de recurso público recebido por instituição privada para aplicação compulsória em educação, saúde, assistência social, transporte, alimentação e segurança.

d) A ordem preferencial da penhora de bens e direitos elencados na lei não comporta exceção.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 833, §3º, equipamentos e as máquinas agrícolas pertencentes a pessoa física ou a empresa individual produtora rural podem ser penhorados em execução de sentença proferida em ação civil pública, em que respondam por dívidas trabalhistas.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 833, XII do CPC, são impenhoráveis os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, penhora em ação trabalhista não abrange recursos nas áreas de transporte, alimentação e segurança. Os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social são impenhoráveis (artigo 833, IX, do CPC).

A alternativa D está incorreta. De acordo com a doutrina de Daniel Amorim, A utilização do termo "preferencialmente" no art. 835, caput, do CPC é suficiente para demonstrar que a ordem legal não é peremptória, podendo ser modificada pelo juiz no caso concreto, ainda que o próprio dispositivo afirme que a ordem é preferencial, com isso não torna a norma mera sugestão ao juiz, apenas permitindo, excepcionalmente, que a ordem seja invertida, quando então se exigirá do juiz a prolação de decisão fundamentada justificando a inversão da ordem legal.

A alternativa E está incorreta, de acordo com os comentários das demais alternativas.

QUESTÃO 64. A respeito da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação civil pública à luz da jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta:

a) Se a extensão do dano abranger a jurisdição das varas do trabalho da capital de um Estado e, também, a jurisdição de outras duas varas do trabalho de Municípios do mesmo Estado, a vara da capital do Estado tem competência, não se aplicando a prevenção.

b) Se a extensão do dano abranger a jurisdição de duas varas do trabalho situadas em Estados diferentes e vinculadas a Tribunais Regionais do Trabalho distintos, a competência é de qualquer uma das varas do trabalho, aplicando-se a prevenção.

c) Se o dano tiver abrangência nacional, é competente e preventa a vara do trabalho da capital do Estado em que se encontra a sede da empresa.

d) Se o dano for de abrangência suprarregional, a competência é de uma das varas do trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho, sendo preventa a vara do trabalho em que se encontra a sede da empresa.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. A questão aborda acerca da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a ação civil pública. A questão é respondida com fundamento na OJ 130. Vejamos:

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA. LOCAL DO DANO. LEI Nº 7.347/1985, ART. 2º. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ART. 93 (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) – Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I – A competência para a Ação Civil Pública fixa-se pela extensão do dano.

II – Em caso de dano de abrangência regional, que atinja cidades sujeitas à jurisdição de mais de uma Vara do Trabalho, a competência será de qualquer das varas das localidades atingidas, ainda que vinculadas a Tribunais Regionais do Trabalho distintos.

III – Em caso de dano de abrangência suprarregional ou nacional, há competência concorrente para a Ação Civil Pública das varas do trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

IV – Estará prevento o juízo a que a primeira ação houver sido distribuída."

Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das varas do trabalho da capital do estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa B.

QUESTÃO 65. Analise as assertivas:

I - A mediação pode ser utilizada na autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público e particulares, inclusive para a prevenção e a resolução de conflitos que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos de terceirização de serviços celebrados pela Administração Pública.

II - Na mediação, o dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes e a seus advogados, ressalvadas as questões técnicas que exijam assessoramento de terceiros.

III - O mediador auxiliará os interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

Analisaremos as assertivas uma a uma.

A assertiva I está correta. A mediação poderá ser utilizada na autocomposição de conflitos em que envolvam o equilíbrio econômico-financeiro de contratos de terceirização de serviços celebrados pela Administração Pública, nos termos do art. 32, §5º, da Lei 13.140/2015.

A assertiva II está incorreta. O dever de confidencialidade abrange terceiros, uma vez que o dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, sob a égide do princípio da confidencialidade, previsto no art. 2º, VI, da da Lei 13.140/2015.

A assertiva III está correta. Trata-se de uma definição da mediação. A mediação é uma técnica de negociação na qual um terceiro, indicado ou aceito pelas partes, as ajuda a encontrar uma solução que atenda a ambos os lados. Nesse sentido, a figura do o mediador atua nas ações na quais as partes possuem vínculos, com objetivo de restabelecer o diálogo e permitir que elas proponham soluções para o caso.

A alternativa A está correta, estando correta as assertivas I e III.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários das assertivas.

QUESTÃO 66. Considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

a) Não compete à Justiça do Trabalho julgar ação proposta por servidor celetista contra o Poder Público em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.

b) Não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar causas ajuizadas contra o empregador nas quais se pretenda o reconhecimento de verbas de natureza trabalhista e os reflexos nas respectivas contribuições para a entidade de previdência privada a ele vinculada.

c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.

d) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações acidentárias que, propostas pelo trabalhador, visem à prestação de benefício previdenciário.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal decidiu, é da Justiça Comum a competência para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o poder público em que se discuta direito de natureza administrativa. A decisão, por maioria de votos, foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1288440, com repercussão geral (Tema 1.143).

A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: "A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa". Barroso ressaltou que, apesar de o caso concreto tratar de servidores públicos submetidos à CLT contratados por entidade da Administração Pública indireta, dotada de personalidade jurídica de direito público, a tese firmada neste julgamento aplica-se a todas as contratações do Poder Público regidas pela CLT.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 67. De acordo com a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta:

a) É incompatível com a Constituição Federal exigência de depósito prévia como condição made admissibilidade do recurso extraordinário.

b) A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.

c) Em mandado de segurança, somente cabe remessa de ofício se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Isto não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa jurídica de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

d) Falta interesse de agir para a ação individual, singular ou plúrima, quando o direito já foi reconhecido em decisão normativa, cabendo, no caso, ação de cumprimento.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está correta ao afirmar que a exigência do depósito prévio como condição de admissibilidade do recurso extraordinário é incompatível com a Constituição Federal, nos termos da Tema 679 do STF.

A alternativa B está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não implica em cerceamento de defesa o deferimento de provas posteriores, nos termos da Súmula 74 do STS. Vejamos: "A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta (art. 400, I, CPC), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores. (ex-OJ nº 184 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000)."

A alternativa C está incorreta. A assertiva está correta e de acordo com a Súmula 303 do TST, vejamos: "Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da Constituição Federal de 1988, decisão contrária à Fazenda Pública."

A alternativa D está incorreta. A assertiva está correta, nos termos da OJ 188 do TST.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das alternativas anteriores.

QUESTÃO 68. Considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as assertivas:

I - O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível. Assim sendo, o termo conciliatório transita em julgado na data da sua homologação judicial, salvo para o Ministério Público quando não interveio no processo.

II - Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.

III - A exceção de incompetência, ainda que aposta no prazo recursal, sem ter sido aviado o recurso próprio, não tem o condão de afastar a consumação da coisa julgada e, assim, postergar o termo inicial do prazo decadencial para a ação rescisória.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e ll estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A assertiva I está incorreta. Nos termos do art. 831,parágrafo único da CLT, o termo que foi lavrado em conciliação valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas. O acordo será invalidado quando o Ministério Público intervir pela sua nulidade.

A assertiva II está correta, nos termos da OJ 122 da SDI 2.

A assertiva III está correta, nos termos da Súmula 100 do TST.

A alternativa A está correta, estando corretas as assertivas II e III.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários das assertivas.

QUESTÃO 69. A respeito da litigância de má-fé e das condutas atentatórias à dignidade da justiça, assinale a alternativa correta:

a) A multa por litigância de má-fé é arbitrada pelo juiz em valor superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, podendo ser ampliado o percentual em caso de reincidência.

b) Considera-se litigante de má-fé a parte que frauda a execução ou interpõe recurso com intuito manifestamente protelatório.

c) Dificultar a realização da penhora e opor-se maliciosamente à execução, por meio de ardis, são condutas que tipificam atentado à dignidade da justiça e geram a aplicação de multa destinada por lei ao fundo de modernização do Poder Judiciário.

d) A prática de inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso constitui ato atentatório à dignidade da justiça, situação que resulta em multa de até vinte por cento do valor da causa.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 81, §2º, CPC. Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.

Ressalte-se que não há previsão legal de aumento da multa pela reincidência da parte em ato de litigância de má-fé. Entretanto existe um julgado do TST no seguinte sentido: "EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INTERPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO PELA SDI-II DESTA CORTE NO JULGAMENTO DE RECURSO ORDINÁRIO EM AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO INCABÍVEL. ERRO GROSSEIRO. NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. São incabíveis embargos de divergência interpostos contra acórdão proferido pela SDI-II desta Corte no julgamento de recurso ordinário em mandado de segurança. A interposição de embargos de divergência na hipótese dos autos caracteriza erro grosseiro, sendo inaplicável o princípio da fungibilidade. Precedentes. Recurso de que não se conhece. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INCABÍVEL. PERSISTÊNCIA DA IMPETRANTE EM ATITUDES QUE CARACTERIZAM LITIGÂNCIA MÁ-FÉ. MAJORAÇÃO DA CONDENAÇÃO REQUERIDA EM CONTRARRAZÕES. A impetrante já foi condenada por litigância de má-fé nesta ação, por ter impetrado e dado andamento concomitante a dois mandados de segurança com o mesmo objeto, tendo esta SDI-I dado parcial provimento ao recurso ordinário por ela interposto, para reduzir a condenação, de 5% para 1%. Não obstante, a impetrante interpõe recurso manifestamente incabível, revelando o intuito protelatório da medida adotada e opondo injustificada resistência ao andamento do processo, nos temos dos incs. IV e VII do art. 80 do CPC. Essas premissas revelam a persistência da impetrante na adoção de atitudes que caracterizam litigância de má-fé e justificam a majoração do percentual da condenação, para 9% do valor atualizado da causa, nos termos do art. 81 do CPC" (ROT-289-42.2020.5.06.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Sergio Pinto Martins, DEJT 23/09/2022).

Acredito que, ainda assim, a alternativa está errada, pois ela cita o intervalo percentual (entre 1% e 10%) e diz que pode haver ampliação pela reincidência e o julgado acima, trata de majoração dentro do intervalo (para 9%).

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 774 do CPC: Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; (...)

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 774 do CPC: Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: (...) II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; (...)

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.

A alternativa D está correta. Trata-se do disposto no artigo 77, §2º, do CPC: Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: (...) VI - não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso. (...)

§ 2º A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

A alternativa E está incorreta, pois a letra D responde a questão.

QUESTÃO 70. Assinale a alternativa correta:

a) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ressalvada a hipótese de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

b) A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, obstando, porém, que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa.

c) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

d) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 10 do CPC: O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

A alternativa B está incorreta. Conforme determina o artigo 24 do CPC: A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da

mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 24, parágrafo único, do CPC: A pendência de causa perante a jurisdição brasileira não impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do art. 113, §1º, do CPC: O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

A alternativa E está incorreta, pois a letra D responde a questão.

QUESTÃO 71. Analise as assertivas:

I - O juiz, considerando a repercussão social da controvérsia, pode, por decisão irrecorrível, de ofício, solicitar a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de quinze dias de sua intimação.

II - O incidente de desconsideração da personalidade jurídica pode ser instaurado de ofício, a pedido da parte ou do Ministério Público, na fase de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

III - É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, mas a nulidade só pode ser decretada após a sua intimação, quando se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas Il e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A assertiva I está correta. Nos termos do art. 138 do CPC: O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá,

por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

A assertiva II está incorreta. Nos termos do artigo 133 do CPC: O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

A assertiva III está correta. Trata-se da literalidade do art. 279, §2º, do CPC: É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. § 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

Assim, considerando que as assertivas I e III estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra C.

QUESTÃO 72. Assinale a alternativa correta:

a) A decisão que concede a tutela antecipada não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes.

b) Apenas na hipótese de direito incontroverso, o juiz decidirá parcialmente o mérito quanto a um ou mais dos pedidos formulados.

c) A audiência deverá ser adiada nas hipóteses de ocorrência de interesse de uma das partes ou se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar.

d) A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, independentemente da concordância das partes.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Trata-se da previsão contida no art. 304, §6º, do CPC: A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do § 2º deste artigo.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 356 do CPC: O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355.

A alternativa C está incorreta. Conforme determina o art. 362 do CPC: A audiência poderá ser adiada: I - por convenção das partes; II - se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar; III - por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 365 do CPC: A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes.

A alternativa E está incorreta, pois a letra A responde à questão.

QUESTÃO 73. Analise as assertivas:

I - A autocomposição judicial pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.

II - A caução prevista para o cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de pagar quantia certa poderá ser dispensada quando o crédito for de natureza alimentar, ressalvada a situação de manifesto risco de grave dano de difícil ou incerta reparação.

III - Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento na ação de consignação em pagamento, o autor requererá o depósito e a citação dos possíveis titulares do crédito para provarem o seu direito. Comparecendo mais de um credor, o juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os presuntivos credores, observado o procedimento comum.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as alternativas I e III estão corretas.

c) Apenas a assertiva II está correta.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A assertiva I está correta. Nos termos do art. 515, §2º, do CPC: A autocomposição judicial pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.

A assertiva II está correta. Conforme dispõe o art. 521 do CPC: A caução prevista no inciso IV do art. 520 poderá ser dispensada nos casos em que: I - o crédito for de natureza alimentar, independentemente de sua origem; (...)

Parágrafo único. A exigência de caução será mantida quando da dispensa possa resultar manifesto risco de grave dano de difícil ou incerta reparação.

A assertiva III está correta. Nos termos dos artigos 547 e 547 do CPC: Art. 547. Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento, o autor requererá o depósito e a citação dos possíveis titulares do crédito para provarem o seu direito.

Art. 548. No caso do art. 547: (...) III - comparecendo mais de um, o juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os presuntivos credores, observado o procedimento comum.

QUESTÃO 74. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito da audiência de instrução e julgamento, assinale a alternativa incorreta:

a) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se, preferencialmente, em primeiro lugar, o perito e os assistentes técnicos.

b) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.

c) Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de vinte minutos para cada um, prorrogável por dez minutos, a critério do juiz.

d) A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, diretamente por quaisquer das partes, dependendo de autorização judicial, por força de norma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 361 do CPC: As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente: I - o perito e os assistentes técnicos, que responderão aos quesitos de esclarecimentos requeridos no prazo e na forma do art. 477, caso não respondidos anteriormente por escrito.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do artigo 362, §2º, do CPC: O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 364 do CPC: Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos, a critério do juiz.

A alternativa D está incorreta. É o gabarito da questão. Conforme dispõem os §§5º e 6º do artigo 367 do CPC: Art. 367, §5º. A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, desde que assegure o rápido acesso das partes e dos órgãos julgadores, observada a legislação específica. Art. 367, §6º. A gravação a que se refere o §5º também pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.

A alternativa E está incorreta, pois a letra D responde a questão.

QUESTÃO 75. Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta:

a) A decisão de mérito transitada em julgado pode ser rescindida, entre outras hipóteses, quando for proferida por juiz impedido ou por juízo absoluta ou relativamente incompetente.

b) Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, estão sujeitos à ação rescisória.

c) Na ação rescisória fundada em obtenção de prova nova, o termo inicial do prazo decadencial será a data da sua descoberta, observado o prazo máximo de cinco anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

d) A propositura da ação rescisória suspende o cumprimento da decisão rescindenda.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 966 do CPC: A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: (...) II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao disposto no art. 966, §4º, do CPC: Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à anulação, nos termos da lei.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 975, §2º, do CPC: Se fundada a ação no inciso VII do art. 966, o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 969 do CPC: A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

A alternativa E está incorreta, pois a letra C responde a questão.

QUESTÃO 76. Analise as assertivas:

I - A convenção das partes para distribuição diversa do ônus da prova pode ser celebrada antes ou durante o processo.

Il - A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

III - A declaração sobre a falsidade do documento, quando suscitada como questão principal, constará da parte dispositiva da sentença e sobre ela incidirá a autoridade da coisa julgada.

IV - A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato e de coação.

Neste caso, a demanda anulatória é de legitimidade exclusiva do confitente e intransferível aos herdeiros.

Assinale a alternativa correta:

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas Il e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e Il estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A assertiva I está correta. Nos termos do artigo 373, §§3º e 4º, do CPC: Art. 373, §3º. A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes (...). Art. 373, §4º. A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada antes ou durante o processo.

A assertiva II está incorreta. Nos termos do art. 381, §3º, do CPC: A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

A assertiva III está correta. Consoante ao art. 433 do CPC: A declaração sobre a falsidade do documento, quando suscitada como questão principal, constará da parte dispositiva da sentença e sobre ela incidirá também a autoridade da coisa julgada.

A assertiva IV está incorreta. Nos termos do art. 393 do CPC: A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação. Parágrafo único. A legitimidade para a ação prevista no caput é exclusiva do confitente e pode ser transferida a seus herdeiros se ele falecer após a propositura.

Assim, considerando que as assertivas I e III estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 77. Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil, analise as assertivas:

I - É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

II - Quando não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente de resolução de demandas repetitivas e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

III - É admissível o incidente de assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de fato e de direito, com grande repercussão social e repetição em múltiplos processos.

IV - O Ministério Público deverá ser ouvido obrigatoriamente como fiscal da ordem jurídica em todos os conflitos de competência.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e Il estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, Il e IV estão corretas.

d) Apenas a assertiva I está correta.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A assertiva I está correta. Nos termos do art. 976 do CPC: É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

A assertiva II está correta. Consoante ao art. 976, §2º, do CPC: Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

A assertiva III está incorreta. Nos termos do art. 947 do CPC: É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.

A assertiva IV está incorreta. Nos termos do art. 951, parágrafo único, do CPC: O Ministério Público somente será ouvido nos conflitos de competência relativos aos processos previstos no art. 178, mas terá qualidade de parte nos conflitos que suscitar.

Assim, considerando que as assertivas I e II estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 78. Analise as assertivas:

I – O termo de compromisso de ajustamento de conduta pode ser tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento correlato, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis, salvo peculiaridades do caso concreto.

II – O termo de compromisso de ajustamento de conduta colhido pelo membro do Ministério Público representa ato de autoridade suscetível de questionamento por mandado de segurança.

III – O investigado possui o direito procedimental de receber, antes de o membro do Ministério Público do Trabalho ajuizar ação civil pública, proposta para assinatura de termo de compromisso de ajustamento de conduta.

IV – A fiscalização do cumprimento do termo de compromisso de ajustamento de conduta dar-se-á na forma nele prevista, podendo ocorrer por meio de requisição de procedimento de fiscalização à Secretaria Regional do Trabalho e Emprego, à Vigilância Sanitária ou ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e, ainda, mediante a realização de inspeção pelo próprio Ministério Público do Trabalho.

Assinale a alternativa correta:

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre o Termo de Ajustamento de Conduta.

O item I está correto, nos termos do art. 3º da Resolução nº 179 do CNMP, in verbis: "Art. 3º O compromisso de ajustamento de conduta será tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento correlato, ou no curso da ação judicial, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis, salvo peculiaridades do caso concreto, e ser assinado pelo órgão do Ministério Público e pelo compromissário".

O item II está incorreto. O gabarito preliminar da banca examinadora apontou o item como incorreto, ou seja, o ato do Ministério Público na celebração de TAC não se insere no conceito de ato de autoridade para fins de impetração de mandado de segurança. Contudo, é possível a interposição de recurso, na medida em que há julgado do STJ acerca do cabimento de mandado de segurança questionando ato praticado pelo MP no bojo do TAC. Segue excerto do julgado: "1. O mandado de segurança tem o escopo de tutelar direito comprovado de plano, sujeito à lesão ou ameaça de lesão por ato abusivo ou ilegal de autoridade. 2. O Ministério Público, instituição vocacionada constitucionalmente para a defesa da ordem jurídica, regime democrático e dos interesses individuais e sociais indisponíveis (art. 127 da CF), com esteio na Lei da Ação Civil Pública, firmou Termo de Ajustamento de Conduta, instrumento formal de adequação das condutas às exigências legais, visando o combate da violência no estádio Serra Dourada. Atuou, portanto, no exercício das atribuições a ele conferidas, nos termos dos arts. 26 da Lei 8.625/93, 14 da Resolução 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e 129 da CF. 3. In casu, a proibição de vender bebida alcoólica não decorreu de ato ilegal ou abusivo e, sim, da imposição estabelecida na Lei 10.671/03 (Estatuto do Torcedor) e na Política Nacional sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas (Decreto 6.117/07) (RMS n. 31.064/GO, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 21/9/2010, DJe de 1/10/2010.)".

O item III está incorreto, pois não há direito subjetivo à propositura de TAC. Sobre o tema, cumpre destacar que a atuação do Ministério Público está fundamentada no princípio da independência funcional. Além disso, a proposta para assinatura de termo de compromisso de ajustamento de conduta não é condição para o ingresso de ação civil pública. Nesse sentido, destaca-se o seguinte julgado veiculado no informativo 377 do STJ: "TERMO. AJUSTAMENTO. CONDUTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Discute-se a obrigatoriedade de o Ministério Público propor termo de ajustamento de conduta antes da propositura de ação civil pública, à luz do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985. Para a Min. Relatora, o ordenamento jurídico brasileiro não confere ao referido instrumento o caráter obrigatório defendido pela recorrente, em que pese sua notória efetividade. Ademais, julgada a ação há mais de quatro anos, não é razoável extingui-la sob a alegada ausência de prévio esgotamento pelo parquet das medidas disponíveis na via administrativa. O dispositivo da mencionada lei não tem o alcance por ela pretendido. REsp 895.443-RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 20/11/2008".

O item IV está correto, pois a fiscalização do TAC pode ser realizada de modo compartilhado com outros órgãos. De acordo com o entendimento do STJ: "[...] a fiscalização do cumprimento do TAC não é restrita

ao órgão público que o entabulou, podendo ser realizada pelos demais entes legitimados, pelo Ministério Público e, inclusive, pelos indivíduos interessados na sua execução. Contudo, descabe às vítimas, quando do ajuizamento da execução individual, comprovar a inércia da contraparte nas tratativas individuais ou a negativa de indenização extrajudicial, sob pena de imputar à parte vulnerável o ônus de constituir prova negativa. Lado contrário, a empresa executada apresenta melhores condições de demonstrar que está adimplindo as disposições do TAC, o que poderá ser suscitado em embargos à execução".

Portanto, a alternativa C está correta, pois apenas as assertivas I e IV estão corretas.

QUESTÃO 79. Considerando os poderes de investigação do membro do Ministério Público do Trabalho, assinale a alternativa incorreta a respeito do depoimento de testemunha no âmbito da instrução do inquérito civil:

a) A testemunha tem o dever de comparecimento à audiência, podendo ocorrer a determinação de sua condução coercitiva em caso de ausência injustificada.

b) Se a testemunha se recusar a assinar o depoimento, os termos nele constantes serão tomados como meras declarações.

c) A testemunha obriga-se ao compromisso legal de dizer a verdade, sob pena de incidir em crime tipificado no Código Penal, não se aplicando o tipo penal previsto na Lei da Ação Civil Pública.

d) A oitiva de testemunha é atribuição exclusiva do membro do Ministério Público do Trabalho, a ser realizada mediante atendimento das formalidades legais, não sendo cabível a prisão em flagrante quando configurado o crime de falso testemunho.

e) Não respondida.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre o depoimento de testemunha no âmbito da instrução do inquérito civil.

A alternativa A está incorreta. De fato, no âmbito do inquérito civil, a testemunha tem o dever de comparecimento à audiência, podendo ocorrer a determinação de sua condução coercitiva em caso de ausência injustificada. Nesse contexto, destaca-se o art. 8º, I, da Lei Complementar nº 75/1993: "Art. 8º Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência: I – notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada". No mesmo sentido, o art. 26, I, "a", da Lei nº 8.625/1993 dispõe que: "Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá: I – instaurar inquéritos civis e outras medidas e

procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los: a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei".

A alternativa B está correta, pois a recusa da testemunha em assinar o termo não transforma o ato em mera declaração. No caso, mantém-se a característica de depoimento. Na hipótese, ocorrerá a presença das testemunhas fedatárias, que presenciam o ato em si e confirmam sua autenticidade. De acordo com o disposto no art. 6º, §3º, da Resolução nº 69 do CSMPT: "Art. 6º. § 3º As declarações e os depoimentos sob compromisso serão tomados por termo pelo membro do Ministério Público do Trabalho, assinado pelos presentes ou, em caso de recusa, tal fato deverá constar em ata firmada pelo Procurador e pelo secretário de audiência".

A alternativa C está incorreta. A testemunha obriga-se ao compromisso legal de dizer a verdade, sob pena de incidir no crime de falso testemunho tipificado no art. 342 do Código Penal: "Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa". Além disso, no caso, não se aplica o tipo penal previsto na Lei da Ação Civil Pública, que prevê como crime a conduta consistente em recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público. Dispõe o art. 10 da Lei nº 7.347/85 que: "Art. 10. Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público".

A alternativa D está incorreta. Sobre o tema, há divergência acerca se o falso em sede de inquérito civil caracteriza o crime do artigo 342 do Código Penal. De acordo com Hugo Mazzilli, por exemplo, a conduta é atípica. Por outro lado, o STJ possui julgado afirmando que o falso em sede de inquérito civil caracteriza o crime do artigo 342 do Código Penal. Segue trecho da ementa do REsp n. 1.792.068/SP: "1. É cediço, no âmbito desta Corte, que o crime de falso testemunho, por albergar o prestígio e a incolumidade da administração da justiça, possui natureza formal, cuja consumação - efetivada no momento em que o agente termina seu depoimento, ulteriormente averbado em ata com sua assinatura, no âmbito de processo judicial (penal ou civil), administrativo (inquérito civil ou sindicância), inquérito policial ou, ainda, perante câmara arbitral - prescinde da ocorrência de qualquer resultado naturalístico, vale dizer, consuma-se de forma antecipada com a mera prática, pelo depoente, de alguma das condutas previstas no caput do art. 342 do Código Penal, de ação múltipla. (AgRg no REsp n. 1.792.068/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 20/8/2019, DJe de 2/9/2019.)". Assim, adotando o entendimento de Hugo Mazzilli ao considerar que a conduta é atípica, não é cabível a prisão em flagrante por falso testemunho no âmbito do inquérito civil.

A alternativa E está incorreta, pois a alternativa a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 80. Sobre o regime jurídico do Ministério Público do Trabalho, analise as assertivas:

I – São órgãos superiores da Instituição o Conselho Superior, a Câmara de Coordenação e Revisão, a Corregedoria, a Ouvidoria e as Coordenadorias Nacionais Temáticas.

II – O Conselho Superior possui atribuição para autorizar designações de membros, em caráter excepcional, para exercício de atribuições processuais perante juízos, tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria.

III – O exercício das funções de Vice-Procurador-Geral do Trabalho, Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão, Corregedor e Ouvidor é privativo de Subprocuradores-Gerais do Trabalho.

IV – Os Subprocuradores-Gerais do Trabalho oficiam perante o Tribunal Superior do Trabalho e nos ofícios da Câmara de Coordenação e Revisão, podendo atuar perante outros órgãos jurisdicionais mediante autorização do Conselho Superior, tal qual ocorre com os Procuradores do Trabalho.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre o regime jurídico do Ministério Público do Trabalho.

O item I está incorreto, pois a Ouvidoria e as Coordenadorias Nacionais Temáticas não são órgãos que compõem a estrutura do MPT. De acordo com o art. 85 da Lei Complementar nº 75/1993: "Art. 85. São órgãos do Ministério Público do Trabalho: I – o Procurador-Geral do Trabalho; II – o Colégio de Procuradores do Trabalho; III – o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; IV – a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho; V – a Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; VI – os Subprocuradores-Gerais do Trabalho; VII – os Procuradores Regionais do Trabalho; VIII – os Procuradores do Trabalho".

O item II está correto, nos termos do art. 98, XI, da Lei Complementar nº 75/1993: "Art. 98. Compete ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho: XI – autorizar a designação, em caráter excepcional, de membros do Ministério Público do Trabalho, para exercício de atribuições processuais perante juízos, tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria".

O item III está incorreto, pois a função de Ouvidor não é privativa de Subprocuradores-Gerais do Trabalho. Trata-se de função que será exercida por qualquer membro que esteja em atividade e com mais de 10 anos de efetivo exercício, nos termos do art. 3º da Resolução nº 95/2013 do CNMP: "Art. 3º A função de Ouvidor do Ministério Público será exercida por membro em atividade e com mais de 10

anos de efetivo exercício, preferencialmente em caráter de exclusividade, de acordo com o disposto nos regulamentos e leis em vigor". Cumpre destacar que a primeira parte do item está correta, pois o exercício das funções de Vice-Procurador-Geral do Trabalho é privativo de Subprocuradores-Gerais do Trabalho, conforme art. 89 da LC nº 75/93: "Art. 89. O Procurador-Geral do Trabalho designará, dentre os Subprocuradores-Gerais do Trabalho, o Vice-Procurador-Geral do Trabalho, que o substituirá em seus impedimentos". Além disso, as funções de Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão e de Corregedor também são privativas de Subprocuradores-Gerais do Trabalho, nos termos do art. 108 da LC nº 75/93: "Art. 108. Cabe aos Subprocuradores-Gerais do Trabalho, privativamente, o exercício das funções de: I - Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho; II - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho".

O item IV está correto, nos termos do art. 107 da Lei Complementar nº 75/1993: "Art. 107. Os Subprocuradores-Gerais do Trabalho serão designados para oficiar junto ao Tribunal Superior do Trabalho e nos ofícios na Câmara de Coordenação e Revisão. Parágrafo único. A designação de Subprocurador-Geral do Trabalho para oficiar em órgãos jurisdicionais diferentes do previsto para a categoria dependerá de autorização do Conselho Superior". Cumpre destacar, ainda, que o mesmo regramento é aplicável aos Procuradores do Trabalho, nos termos do art. 98, XI, da Lei Complementar nº 75/1993: "Art. 98. Compete ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho: XI – autorizar a designação, em caráter excepcional, de membros do Ministério Público do Trabalho, para exercício de atribuições processuais perante juízos, tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria".

Portanto, a alternativa C está correta, pois apenas as assertivas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 81. No que se refere à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, analise as assertivas:

I – As Coordenadorias Nacionais Temáticas exercem, por delegação, atribuições da Câmara de Coordenação e Revisão, promovendo a coordenação da atividade funcional, mantendo intercâmbio com órgãos ou entidades que atuem em áreas afins e produzindo informações técnico-jurídicas para os demais órgãos institucionais.

II – Observados critérios objetivos definidos pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, compete à Câmara de Coordenação e Revisão resolver sobre a distribuição especial de feitos e procedimentos quando a matéria, por sua natureza e relevância, assim o exigir.

III – O termo de compromisso de ajustamento de conduta pressupõe a homologação, pela Câmara de Coordenação e Revisão, para garantia de sua eficácia como título executivo extrajudicial. Assinale a alternativa correta:

a) Apenas a assertiva I está correta.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas a assertiva II está correta.

d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre as Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.

O item I está incorreto, pois as Coordenadorias Nacionais Temáticas atuam sob orientação da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), de modo que não há exercício de atribuições da CCR por delegação. Nesse sentido, dispõe o art. 1º, §1º, da Resolução nº 137 do CSMPT: "§1º As Coordenadorias atuarão sob orientação da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR)".

O item II está correto, nos termos do art. 103, IV, da Lei Complementar nº 75/1993: "Art. 103. Compete à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho: IV - resolver sobre a distribuição especial de feitos e procedimentos, quando a matéria, por sua natureza ou relevância, assim o exigir".

O item III está incorreto, pois não há necessidade de homologação do termo de compromisso de ajustamento de conduta pelo CSMPT para garantir a eficácia como título executivo extrajudicial. Ademais, cumpre destacar que o TAC tem força executiva atribuída pelo art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85: "§ 6° Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial". No mesmo sentido, de acordo com o art. 784, XII, do Código de Processo Civil: "Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais: XII - todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva".

Portanto, a alternativa C está correta, pois apenas a assertiva II está correta.

QUESTÃO 82. Em relação ao processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa incorreta:

a) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.

b) É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

c) As instâncias administrativa e criminal guardam independência entre si, de modo que os prazos de prescrição previstos na lei penal não se aplicam às infrações disciplinares tipificadas também como crime.

d) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, não sendo possível incursão no mérito

administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda o tema processo administrativo disciplinar.

A alternativa A está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). A presente proposição expõe a literalidade da Súmula 592 do STJ: "O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa."

A alternativa B está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). A afirmativa reflete jurisprudência consolidada pelo STJ, como se extrai, por exemplo, do seguinte trecho de julgado: "é possível a utilização, como prova emprestada, de interceptações telefônicas derivadas de processo penal, com autorização judicial, no processo administrativo disciplinar, desde que seja assegurada a garantia do contraditório." (MS n. 24.031/DF, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, julgado em 28/8/2019, DJe de 16/10/2019.)

A alternativa C está correta, uma vez que seu teor é inverídico (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). A presente afirmativa diverge do entendimento externado pelo STJ, consoante divulgado em seu Informativo 651: "O prazo prescricional previsto na lei penal se aplica às infrações disciplinares também capituladas como crime independentemente da apuração criminal da conduta do servidor." (MS 20.857-DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ acórdão Min. Og Fernandes, Primeira Seção, por maioria, julgado em 22/05/2019, DJe 12/06/2019)

A alternativa D está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Trata-se de assertiva em linha com a Súmula 665 do STJ: "O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada."

A alternativa E está incorreta, considerando que a resposta encontra-se na alternativa C.

QUESTÃO 83. De acordo com a Lei de Licitações, assinale a alternativa correta:

a) Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por violação ao meio ambiente do trabalho, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições

análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

b) Admite-se o contrato de eficiência cujo objeto é a prestação de serviços, podendo incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base percentual da economia gerada.

c) A concorrência é modalidade de licitação para a contratação de bens e serviços especiais, assim como de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser, exclusivamente, de menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço ou maior retorno econômico.

d) Entende-se por contrato de eficiência aquele cujo objeto é a prestação de serviços apenas para realização de obras visando a proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão aborda o tema licitações, nos moldes da Lei 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, uma vez que em desacordo ao que dispõe o art. 14, VI, do citado diploma legal, que não engloba a violação ao meio ambiente do trabalho. Confira-se: "Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista."

A alternativa B está correta, considerando que seu teor reflete a definição legal contida no art. 6º, LIII, da Lei 14.133/2021: "Para os fins desta Lei, consideram-se: contrato de eficiência: contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada;"

A alternativa C está incorreta, porquanto a concorrência também comporta o critério de julgamento por maior desconto, que não foi citado na assertiva, de maneira que o uso do vocábulo "exclusivamente" torna-a equivocada. No ponto, o art. 6º, XXXVIII, "e", da Lei 14.133/2021: "Para os fins desta Lei, consideram-se: concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: (...)maior desconto;"

A alternativa D está incorreta, pois, conforme definição legal do contrato de eficiência, transcrita na alternativa B, tal ajuste pode incluir a realização de obras, de modo que se trata de mera possibilidade.

A alternativa E está incorreta, uma vez que a resposta encontra-se na alternativa B.

QUESTÃO 84. Analise as assertivas sobre o regime de remuneração de servidores, conforme a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal:

I. É constitucional o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário-mínimo ao servidor público quando labore em jornada reduzida de trabalho.

II. Não cabe ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

III. É inconstitucional a vinculação de remunerações de carreiras pertencentes a entes federativos distintos ao subsídio de ministros do Supremo Tribunal Federal.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas a assertiva III está correta.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda o tema regime remuneratório de servidores públicos.

O item I está incorreto, porquanto seu teor afronta o entendimento fixado pelo STF, em repercussão geral, conforme a seguinte tese: "[é] defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho". (RE 964659, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 08-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-174 DIVULG 31-08-2022 PUBLIC 01-09-2022)

O item II está correto, na medida em que se afina com a Súmula Vinculante 37 do STF: "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia."

O item III está correto, pois espelha uma das teses firmadas pelo STF, na ADI 7264, em repercussão geral, que ora transcreve-se: "É inconstitucional, por violação ao art. 37, X e XIII, e ao art. 39, § 1º, da CF, a vinculação de remunerações de carreiras pertencentes a entes federativos distintos ao subsídio de

Ministros do Supremo Tribunal Federal;" (ADI 7264, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22-05-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 06-06-2023 PUBLIC 07-06-2023)

Assim sendo, apenas as proposições II e III estão corretas.

QUESTÃO 85. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa incorreta:

a) É vedado o ajuizamento de ação por improbidade administrativa para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

b) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, salvo se, posteriormente, vier a ser prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

c) Os sócios, os cotistas e os diretores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

d) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão aborda o tema improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Trata-se de afirmativa que encontra apoio explícito na regra do art. 17-D da Lei 8.429/92 (LIA): "A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil, vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos."

A alternativa B está correta, tendo em vista que seu teor é inverídico (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). O conteúdo da afirmativa diverge da norma vazada no art. 1º, §8º, da LIA: "Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário." Sem embargo, registre-se que a

norma acima indicada encontra-se com sua eficácia suspensa, por força de medida cautelar deferida pelo STF, no bojo da ADI 7.236 MC/DF, rel. Ministro ALEXANDRE DE MORAES.

A alternativa C está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). A proposição em análise exibe a literalidade do art. 3º, §1º, da LIA: "Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação."

A alternativa D está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Cuida-se de assertiva que tem apoio explícito no art. 16, *caput,* da LIA: "Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito."

A alternativa E está incorreta, uma vez que a resposta encontra-se na alternativa B.

QUESTÃO 86. Considerando o regime jurídico dos servidores públicos civis federais, assinale a alternativa correta:

a) A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, que só poderá ocorrer por decisão judicial.

b) A recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado quando inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo.

c) O servidor estável perderá o cargo em razão de eleição para cargo eletivo.

d) A readaptação é a investidura do servidor em cargo cuja lotação seja compatível com a preservação da unidade familiar.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão explorou conhecimentos sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis federais.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a reintegração pode derivar de decisão judicial ou administrativa, a teor do art. 28*, caput*, da Lei 8.112/90: "A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens."

A alternativa B está correta, eis que devidamente apoiada no que estabelece o art. 29, I, da Lei 8.112/90: "Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de: inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;"

A alternativa C está incorreta. A eleição para cargo eletivo não é causa de perda de cargo público por servidor estável, mas sim de seu eventual afastamento, observando-se a disciplina do art. 38, I a III, da CRFB: "Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função; investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;"

A alternativa D está incorreta, porquanto se mostra em franco desacordo à definição legal de readaptação, conforme art. 24 da Lei 8.112/90: "Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica."

A alternativa E está incorreta, uma vez que a resposta correta encontra-se na letra B.

QUESTÃO 87. Com base nas disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

a) A decisão judicial que decretar a invalidação de um contrato não é obrigada a indicar expressamente as suas consequências jurídicas, ressalvada a situação em que um dos contratantes seja a Administração Pública.

b) A lei posterior revoga a anterior unicamente nas hipóteses em que de maneira expressa o declare, quando regule inteiramente a matéria da lei anterior ou seja com ela incompatível.

c) O juiz, em caso de omissão da lei, decidirá de acordo com os princípios gerais de direito, a analogia, os costumes e o direito comparado.

d) Para que ocorra a repristinação, não é preciso que haja previsão normativa expressa.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

A alternativa A está incorreta, pois há exigência legal no sentido de que a decisão judicial que decretar a invalidação de um contrato indique expressamente as suas consequências jurídicas. Sobre o tema,

assim dispõe o art. 21 da LINDB: "Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas".

A alternativa B está correta, pois trata-se do teor do art. 2º, §1º, da LINDB: "§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior".

A alternativa C está incorreta, pois o direito comparado não consiste em forma de integração da norma jurídica. De acordo com o art. 4º da LINDB: "Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito".

A alternativa D está incorreta. De acordo com Flávio Tartuce, "o efeito repristinatório é aquele pelo qual uma norma revogada volta a valer no caso de revogação da sua revogadora". Segundo o disposto no art. 2º, §3º, da LINDB: "§ 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência". Verifica-se, portanto, que a LINDB não admite o efeito repristinatório automático. Assim, somente é possível que a lei revogada volta a viger quando o legislador assim o determinar expressamente.

A alternativa E está incorreta, pois a alternativa correta é a letra B.

QUESTÃO 88. Ana permaneceu de licença remunerada por catorze dias, em decorrência de enfermidade causada por condições inadequadas no meio ambiente laboral, que gerou a redução da capacidade de trabalho para o exercício da sua função. Além disso, não recebeu auxílio da empresa para as despesas médicas e foi reabilitada para outra função, de menor padrão salarial. Diante desse quadro fático e das normas sobre responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

a) Ana tem direito à indenização por dano moral resultante da lesão à saúde corporal, à reparação por dano existencial pelo prejuízo à convivência familiar e também à indenização por danos patrimoniais correspondentes às despesas com o tratamento médico, não fazendo jus à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou.

b) Ana não tem direito à indenização por dano moral, uma vez que foi devidamente reabilitada para continuar a trabalhar, mas faz jus à indenização por dano existencial em razão do prejuízo à convivência familiar, à indenização por danos patrimoniais correspondentes às despesas com o tratamento médico e à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou.

c) Ana não tem direito à indenização por dano moral, uma vez que foi devidamente reabilitada e a licença remunerada correspondeu a catorze dias, não fazendo jus à indenização pelo dano existencial por não ter sido privada do direito ao descanso, mas tem direito à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou, além do direito à indenização por danos patrimoniais correspondentes à despesa com tratamento médico.

d) Ana tem direito à reparação por dano moral resultante da lesão à saúde corporal, à indenização por danos patrimoniais correspondentes às despesas com o tratamento médico e à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou, mas não faz jus à indenização por dano existencial, por sua não configuração.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre a responsabilidade civil no caso de lesão ou outra ofensa à saúde.

A alternativa A está incorreta. É possível identificar 2 (dois) erros na alternativa. Inicialmente, Ana não tem direito à reparação por dano existencial, pois o enunciado não afirmou expressamente que ocorreu prejuízo à convivência familiar. O segundo erro está na parte final da alternativa, pois Ana tem direito à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou, tendo em vista que a enfermidade causada por condições inadequadas no meio ambiente laboral gerou a redução da capacidade de trabalho para o exercício da sua função. Nesse sentido, dispõe o art. 950 do Código Civil que: "Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu".

A alternativa B está incorreta, pois, no caso analisado, Ana tem direito à indenização por dano moral em decorrência da lesão à saúde corporal, nos termos do art. 186 do Código Civil: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". No mesmo contexto, destaca-se excerto do REsp n. 1.406.245/SP no âmbito do STJ, transcrito nos comentários da alternativa D. Por outro lado, não tem direito à reparação por dano existencial, pois o enunciado não afirmou expressamente que ocorreu prejuízo à convivência familiar de Ana.

A alternativa C está incorreta, pois, no caso analisado, Ana tem direito à indenização por dano moral em decorrência da lesão à saúde corporal, nos termos do art. 186 do Código Civil: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". No mesmo contexto, destaca-se excerto do REsp n. 1.406.245/SP no âmbito do STJ, transcrito nos comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. Na situação hipotética, Ana tem direito à reparação por dano moral resultante da lesão à saúde corporal, nos termos do art. 186 do Código Civil: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". Além disso, destaca-se excerto do REsp n. 1.406.245/SP no âmbito do STJ: "4. O direito à compensação de dano moral, conforme a expressa disposição do art. 12 do CC, exsurge de condutas que ofendam direitos da personalidade (como os que se extraem, em numerus apertus, dos arts. 11 a 21 do CC), bens tutelados que não têm, per se, conteúdo patrimonial, mas extrema relevância conferida pelo ordenamento jurídico, quais sejam: higidez física e psicológica, vida, liberdade (física e de pensamento), privacidade, honra, imagem, nome, direitos morais do autor de

obra intelectual. Nessa linha de intelecção, como pondera a abalizada doutrina especializada, mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. (REsp n. 1.406.245/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 24/11/2020, DJe de 10/2/2021.)".

Ademais, Ana também tem direito à indenização por danos patrimoniais correspondentes às despesas com o tratamento médico, nos termos do art. 949 do Código Civil: "Art. 949. No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido".

Ainda, Ana tem direito à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou, tendo em vista que a enfermidade causada por condições inadequadas no meio ambiente laboral gerou a redução da capacidade de trabalho para o exercício da sua função. Nesse sentido, dispõe o art. 950 do Código Civil que: "Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu".

Por fim, não há direito à reparação por dano existencial, pois o enunciado não afirmou expressamente que ocorreu prejuízo à convivência familiar de Ana.

A alternativa E está incorreta, pois a alternativa correta a ser assinalada é a letra D.

QUESTÃO 89. Com relação ao inadimplemento das obrigações contratuais, assinale a alternativa incorreta:

a) Somente na hipótese de o devedor expressamente assumir a responsabilidade, responderá pelos danos resultantes de caso fortuito ou força maior.

b) O devedor de obrigação oriunda de ato ilícito por ele praticado incorrerá em mora a partir do dia em que receber a citação judicial.

c) Nas obrigações de pagamento em dinheiro, se o credor demonstrar que os juros de mora não cobrem o prejuízo sofrido, o juiz poderá conceder indenização suplementar desde que as partes não tenham convencionado diretamente a aplicação de multa.

d) A multa contratual é exigível, independentemente da existência de prejuízo para o credor.

e) Não respondida.

Comentários

Questão anulada pela banca.

O gabarito preliminar da banca examinadora apontou a alternativa B como resposta a ser assinalada. Contudo, a questão merece anulação, pois há 2 (duas) respostas possíveis.

A questão aborda o conhecimento sobre o inadimplemento das obrigações contratuais.

A alternativa A está correta. Em regra, o devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior. Contudo, excepcionalmente, o devedor responderá pelos danos resultantes de caso fortuito ou força maior quando expressamente assumir a responsabilidade. Nos termos do art. 393, caput, do Código Civil: "Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado". Cumpre destacar que, de igual modo, o art. 399 do Código Civil também prevê hipótese na qual o devedor responde por prejuízos decorrentes de caso fortuito ou força maior: "Art. 399. O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada". Assim, o Código Civil prevê 2 (duas) hipóteses nas quais o devedor responde pelos prejuízos decorrentes de caso fortuito ou de força maior. Verifica-se, portanto, que a alternativa está equivocada ao afirmar que somente na hipótese de o devedor expressamente assumir a responsabilidade, responderá pelos danos resultantes de caso fortuito ou força maior.

A alternativa B está correta, pois, nessa hipótese, a mora estará caracterizada a partir da prática do ato ilícito. Nesse sentido, dispõe o art. 398 do Código Civil: "Art. 398. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou".

A alternativa C está incorreta. Trata-se do conteúdo do art. 404 do Código Civil: "Art. 404. As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional. Parágrafo único. Provado que os juros da mora não cobrem o prejuízo, e não havendo pena convencional, pode o juiz conceder ao credor indenização suplementar".

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 416 do Código Civil: "Art. 416. Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo".

A alternativa E está incorreta, pois as alternativas a serem assinaladas são as letras A e B.

QUESTÃO 90. De acordo com a lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a alternativa correta:

a) Na recuperação judicial, não é permitido ao Ministério Público do Trabalho requerer ao administrador judicial a modificação de crédito derivado de ação civil pública anteriormente habilitado do quadro-geral de credores.

b) Após a homologação do quadro-geral de credores, se o Ministério Público do Trabalho não tiver habilitado o crédito oriundo de execução judicial de termo de compromisso de ajustamento de conduta, não poderá requerer ao juízo da falência ou da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito.

c) A petição inicial de recuperação judicial será obrigatoriamente instruída com a relação integral dos empregados, nela constando as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas devidas, com o correspondente mês de competência e a discriminação dos valores pendentes de pagamento.

d) Estão sujeitos à recuperação extrajudicial os créditos de natureza trabalhista e por acidente de trabalho, desde que objeto de negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional.

e) Não respondida.

Comentários

O gabarito preliminar da banca examinadora apontou a alternativa D como resposta a ser assinalada. Contudo, a questão merece anulação, pois há 2 (duas) respostas corretas.

A alternativa A está incorreta, pois é possível a atuação do Ministério Público nesse sentido. De acordo com o art. 6º, §2º, da Lei nº 11.101/05: "§ 2º É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8º desta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença". Ademais, de acordo com o entendimento do STJ, em relação ao crédito já habilitado, ainda que já tenha sido homologado pelo juízo da recuperação, nada impede que sobrevenham acréscimos ou decréscimos por força de provimento jurisdicional definido em demandas judiciais em curso, a ensejar a aplicação da condição especial definida no plano de recuperação ao novo valor do débito judicialmente reconhecido. Destaca-se excerto da ementa do REsp 1.700.606: "2. Cinge-se a controvérsia a definir se a homologação do plano de recuperação judicial impede a rediscussão do débito em ação revisional de contrato relativa à mesma dívida, já habilitada e homologada. 6. Sobre o crédito habilitado, ainda que já tenha sido homologado pelo juízo da recuperação, nada obsta que sobrevenham acréscimos ou decréscimos por força de provimento jurisdicional exarado em demandas judiciais em curso, a ensejar a aplicação da condição especial definida no plano de recuperação judicial ao novo valor do débito, judicialmente reconhecido. (REsp n. 1.700.606/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 7/6/2022, DJe de 13/6/2022.)".

A alternativa B está incorreta, pois, mesmo após a homologação do quadro-geral, os credores não habilitados poderão requerer ao juízo da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito, observado, no que couber, o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil, conforme o disposto no art. 10, § 6º, da Lei nº 11.101/05: "Art. 10. § 6º Após a homologação do quadro-geral de credores, aqueles que não habilitaram seu crédito poderão, observado, no que couber, o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil, requerer ao juízo da falência ou da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito".

A alternativa C está correta. Dispõe o art. 51 da Lei nº 11.101/05: "Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com: IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento". Em que pese a banca

examinadora ter considerado a alternativa incorreta, com fundamento na literalidade da norma legal que traz a expressão "outras parcelas a que têm direito" em lugar de "outras parcelas devidas", é importante destacar que a expressão "parcelas devidas" pode ser usada para definir as parcelas a que o sujeito tenha direito, e, eventualmente não foram pagas. Dessa forma, a alternativa também pode ser considerada correta.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 161, §1º, da Lei nº 11.101/05: "§ 1º Estão sujeitos à recuperação extrajudicial todos os créditos existentes na data do pedido, exceto os créditos de natureza tributária e aqueles previstos no § 3º do art. 49 e no inciso II do caput do art. 86 desta Lei, e a sujeição dos créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho exige negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional".

A alternativa E está incorreta, pois as alternativas C e D estão corretas.

QUESTÃO 91. Com base na legislação previdenciária sobre a caracterização dos acidentes e doenças do trabalho, assinale a alternativa correta:

a) Não se equipara a acidente de trabalho aquele sofrido pelo trabalhador segurado, no horário e local de trabalho, decorrente de caso fortuito ou de força maior, para os quais não contribuiu o empregador.

b) A doença endêmica não é doença do trabalho, exceto se tornar-se pandêmica, pois, nesse caso, não se exige a comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

c) A doença endêmica não é doença do trabalho, independentemente da região onde resida o trabalhador segurado, por não constar na lista de doenças relacionadas ao trabalho publicada pelo Ministério da Previdência Social, não sendo suficiente sua inclusão na lista de doenças de responsabilidade do Ministério da Saúde.

d) A doença endêmica adquirida por trabalhador segurado habitante de região em que ela se desenvolva é considerada doença do trabalho se for comprovado que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata dos acidentes de trabalho.

A alternativa A está incorreta. Em verdade, os acidentes sofridos pelo segurado no local e no horário de trabalho, em decorrência de caso fortuito ou força maior, são, sim, equiparados aos acidentes de trabalho, independentemente de qualquer contribuição do empregador para a sua ocorrência. Isso pode ser visto no seguinte dispositivo da Lei 8.213/91: "Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do

trabalho, para efeitos desta Lei: [...] II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de: [...] e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior".

Portanto, o segurado que, dentro do local e do horário de trabalho, eventualmente vier a ser vitimado por um evento danoso ocasionado por caso fortuito ou força maior (como, por exemplo, uma inundação decorrente de fortes chuvas) fará jus aos benefícios de natureza acidentária decorrentes desse evento. Logo, se ele, por exemplo, permanecer incapacitado para as suas atividades habituais por mais de 15 dias, irá receber o auxílio por incapacidade temporária de natureza acidentária.

A alternativa B está incorreta. A legislação não estabelece qualquer distinção entre as doenças endêmicas e as doenças pandêmicas, de modo que o regramento das doenças endêmicas deve ser utilizado para ambas as situações. Assim, é necessário observar o art. 20, §1º, "d", da Lei 8.213/91: "Art. 20. [...] §1º Não são consideradas como doença do trabalho: [...] d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho".

Portanto, o mero fato de uma doença se tornar pandêmica não é suficiente para, por si só, atrair a configuração de um acidente de trabalho, dada a ausência de qualquer previsão legal nesse sentido.

A alternativa C está incorreta, pois, de acordo com o art. 20, §1º, "d", da Lei 8.213/91, em regra, a doença endêmica não será considerada como doença do trabalho, mas desde que ela seja adquirida por um segurado habitante da região em que ela se desenvolva. Além disso, é desnecessário que ela seja inserida em qualquer rol ministerial para que possa ser tida como uma doença do trabalho, tendo em vista que a própria legislação, no dispositivo citado acima, já estabeleceu expressamente uma hipótese na qual essa classificação lhe será outorgada.

A alternativa D está correta, pois reproduz perfeitamente a literalidade do art. 20, §1º, "d", da Lei 8.213/91, que já foi transcrito acima. Por exemplo, imagine que o segurado resida em uma região do Brasil na qual está se espalhando uma determinada doença endêmica, caso em que, como regra, a sua eventual contaminação não será considerada como uma doença do trabalho, de modo que, se ela eventualmente resultar em uma incapacidade temporária para o trabalho por mais de 15 dias, o segurado somente fará jus ao auxílio por incapacidade temporária de natureza previdenciária, mas não terá o benefício de natureza acidentária.

Essa distinção possui relevantes repercussões práticas. Isso porque o benefício de natureza acidentária gera a estabilidade provisória de 12 meses a partir da data do retorno (art. 118, Lei 8.213/91), gera a obrigatoriedade de contribuições ao FGTS por parte do empregador durante o período de afastamento (art. 15, §5º, Lei 8.036/90) e, ainda, atrai a competência da Justiça Estadual, por expressa exclusão constitucional (art. 109, I, parte final, CF); por outro lado, o benefício de natureza previdenciária não gera a estabilidade provisória de 12 meses, não resulta na obrigação de pagamento de contribuições ao FGTS por parte do empregador e, por fim, é de competência da Justiça Federal.

Para concluir com outro exemplo, imagine um vendedor que, seguindo ordens de seu empregador, foi obrigado a ir até o local em que a doença endêmica estava se espalhando e, nessa oportunidade, acabou sendo contaminado. Nessa situação, está configurado um acidente de trabalho (art. 20, §1º, "d", parte final, Lei 8.213/91), e, caso o trabalhador necessite se afastar das suas atividades laborais por um período, fará jus aos benefícios de natureza acidentária, com todos os consectários mostrados acima.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa D.

QUESTÃO 92. Galvão trabalha em Brasília como empregado de uma empresa de tecnologia e obteve financiamento de sua empregadora para realizar curso sobre inteligência artificial em uma Universidade de São Paulo, em decorrência de plano de capacitação instituído pela empregadora, com garantia do afastamento das atividades laborais. Deslocou-se no seu próprio carro até aquela capital e, ao entrar na cidade, sofreu grave acidente de trânsito, que o incapacitou para realizar as atividades acadêmicas na instituição de ensino. Diante desse fato, Galvão requereu o auxílio por incapacidade temporária. Assinale a alternativa correta, de acordo com a legislação previdenciária:

a) Galvão não tem direito a receber auxílio por incapacidade temporária para o trabalho, pois o acidente não está caracterizado como acidente de trabalho em razão de ter recebido financiamento para estudo e ter se deslocado para outra cidade no seu veículo por interesse próprio.

b) Galvão não tem direito a receber auxílio por incapacidade temporária para o trabalho, pois o acidente não está caracterizado como acidente de trabalho, uma vez que não estava executando ordens ou realizando serviço sob a autoridade da empresa.

c) Galvão tem direito a receber auxílio por incapacidade temporária para o trabalho, pois o seu acidente está caracterizado como acidente de trabalho, posto que estava em viagem para atualização profissional em razão do plano da empresa para capacitar mão de obra.

d) Galvão tem direito a receber auxílio por incapacidade temporária para o trabalho, pois o seu acidente está caracterizado como acidente de trabalho, em razão de que, embora o financiamento do estudo não esteja entre as hipóteses equiparáveis à execução de ordens do empregador, a empresa o dispensou do trabalho e, por essa circunstância, o empregado não pode ficar sem remuneração e sem cobertura previdenciária.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata dos acidentes de trabalho.

A alternativa A está incorreta, pois ela contraria frontalmente a Lei 8.213/91, que dispõe: "Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei: [...] IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho: [...] c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado".

Portanto, a partir da leitura da alínea "c", acima transcrita, podemos concluir que o fato de Galvão ter se deslocado com seu próprio veículo para a realização do curso e ter recebido financiamento da empresa não é suficiente para afastar a configuração do acidente de trabalho sofrido por ele.

A alternativa B está incorreta. Para a caracterização do acidente de trabalho, não é estritamente necessário que o segurado esteja executando ordens ou realizando serviços sob a autoridade da empresa, pois o inciso IV do art. 21 da Lei 8.213/91 traz diversas situações nas quais os acidentes sofridos pelo segurado, ainda que fora do local e do horário de trabalho, podem vir a ser considerados como acidentes de trabalho, sendo certo que o evento que vitimou Galvão merece essa classificação, como se pode ver a partir da leitura da alínea "c" do referido dispositivo.

A alternativa C está correta. Como já visto anteriormente, o fato de o segurado estar realizando uma viagem financiada pela empresa para melhor capacitação da mão de obra é suficiente para que, nessa situação, um evento danoso sofrido por ele (por exemplo, um acidente de trânsito) possa vir a ser considerado um acidente de trabalho, de acordo com o art. 21, IV, "c", da Lei 8.213/91. O motivo disso está no fato de que a empresa irá obter um grande proveito com a maior capacitação da mão de obra do segurado, logo, ela também deverá arcar com os prejuízos eventualmente advindos da viagem na qual ocorreu o evento danoso.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, como já dito, a viagem financiada pela empresa para a melhor capacitação da mão de obra é uma situação capaz de atrair a configuração do acidente de trabalho em caso de ocorrência de um evento danoso (art. 21, IV, "c", Lei 8.213/91). Por isso, está incorreto afirmar que a viagem financiada para esse fim não é uma "hipótese equiparável à execução de ordens do empregador", já que, por expressa previsão legal, existem diversas situações nas quais o acidente de trabalho pode se configurar independentemente de o segurado estar executando ordens dadas pelo empregador ou de estar fora do local e do horário de trabalho, e o caso concreto narrado no enunciado é um bom exemplo disso.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa C.

QUESTÃO 93. De acordo com a legislação previdenciária, é correto afirmar:

a) A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social considera caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar a ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças.

b) O nexo técnico epidemiológico deve ser aplicado, pela Previdência Social, para a concessão de auxílios por incapacidade temporária, nos casos em que há recusa de emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho pela empresa, gerando, em qualquer caso, o direito a auxílio de natureza não acidentária com o mesmo valor do auxílio acidentário.

c) A perícia médica federal considera caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar a existência de nexo técnico epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças, não sendo admitido recurso com efeito suspensivo da decisão.

d) A presunção de natureza acidentária é relativa quando verificado o nexo técnico epidemiológico, podendo ser afastada pela perícia médica federal, por decisão fundamentada, à vista das provas e argumentos baseados nos Programas de Gerenciamento de Risco apresentados pelas empresas em recurso dotado de efeito meramente devolutivo.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata da perícia médica em caso de acidente de trabalho.

A alternativa A está correta, pois ela reproduz a literalidade do art. 21-A da Lei 8.213/91: "A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa ou do empregado doméstico e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID), em conformidade com o que dispuser o regulamento".

Portanto, existindo uma relação de causalidade entre o trabalho desenvolvido pela empresa e a lesão ou doença sofrida, ficará configurada a natureza acidentária da incapacidade que acomete o trabalhador.

A alternativa B está incorreta. Não há previsão legal para que o nexo técnico epidemiológico seja aplicado em todas as hipóteses nas quais ocorra a recusa de emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho por parte da empresa, pois, de acordo com o art. 21-A da Lei 8.213/91, a sua aplicação exige a devida presença da relação de causalidade entre o trabalho desenvolvido pela empresa e a doença motivadora da incapacidade. Somente nessas situações é que o nexo técnico epidemiológico poderá ser aplicado e, assim, poderá resultar na concessão de um benefício de natureza acidentária.

A alternativa C está incorreta. A alternativa está quase integralmente correta, mas o erro está em afirmar que não se admitirá recurso com efeito suspensivo da decisão a respeito da aplicação do nexo técnico epidemiológico, pois o §2º do art. 21-A da Lei 8.213/91 prevê expressamente a possibilidade desse recurso: "A empresa ou o empregador doméstico poderão requerer a não aplicação do nexo técnico epidemiológico, de cuja decisão caberá recurso, com efeito suspensivo, da empresa, do empregador doméstico ou do segurado ao Conselho de Recursos da Previdência Social".

A alternativa D está incorreta. A natureza acidentária da incapacidade é decorrente da aplicação do nexo técnico epidemiológico, o qual é atestado pela própria perícia médica federal (art. 21-A, Lei 8.213/91), logo, não há lógica em afirmar que essa situação produz uma presunção relativa que pode ser afastada pela perícia médica, tendo em vista que ela própria está atestando o fato de que a incapacidade é efetivamente acidentária, o que torna a alternativa totalmente incorreta.

Por fim, outro erro dessa alternativa está na afirmação de que o recurso apresentado pela empresa é dotado de efeito meramente devolutivo, tendo em vista que a legislação é expressa ao lhe conceder também o efeito suspensivo (art. 21-A, §2º, Lei 8.213/91).

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa A.

QUESTÃO 94. Assinale a alternativa correta:

a) A Lei dos Agrotóxicos tipifica como crime a produção, a utilização ou a comercialização de agrotóxicos não registrados ou não autorizados, prevendo a majoração em dobro da pena se do crime resultar dano ao meio ambiente.

b) O crime de rufianismo consiste em submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de dezoito anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato.

c) Constitui crime a exigência de perícia ou de exame relativo a estado de gravidez, para efeitos admissionais, ressalvada a hipótese de autorização da trabalhadora, caso seja maior de dezoito anos.

d) A divulgação, sem justa causa, de conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, configura crime contra a inviolabilidade de segredos, ainda que não resulte dano.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre Crimes em espécie.

A alternativa A está incorreta. A Lei de Agrotóxico (Lei nº 14.785/23) tipifica a conduta descrita na questão no artigo 56. O referido dispositivo, todavia, estabelece o aumento de pena, para o caso de dano ao meio ambiente em 1/3 até metade e não o dobro: Art. 56. Produzir, armazenar, transportar, importar, utilizar ou comercializar agrotóxicos, produtos de controle ambiental ou afins não registrados ou não autorizados: Pena: reclusão, de 3 (três) a 9 (nove) anos, e multa. Parágrafo único. A pena será aumentada: I - de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço), se do crime resultar dano à propriedade alheia; II - de 1/3 (um terço) até a metade, se do crime resultar dano ao meio ambiente; III - da metade até 2/3 (dois terços), se do crime resultar lesão corporal de natureza grave em outrem; IV - de 2/3 (dois terços) até o dobro, se do crime resultar a morte.

A alternativa B está incorreta. A conduta descrita na alternativa se refere ao crime de "Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável", o qual está tipificado no artigo 218-B do CP: "Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone".

O rufianismo está previsto no artigo 230 do CP, o qual tipifica a conduta de: "Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.".

A alternativa C está incorreta. A Lei 9.029/95 estabelece que constitui crime as práticas discriminatórias, dentre as quais (art. 2,I, da Lei nº 9.029/95) "I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez;". Tal norma não prevê a ressalva trazida na alternativa.

A alternativa D está correta. O artigo 153 está dentro da seção sobre crimes contra a inviolabilidade dos segredos, tipificando a conduta de Divulgação de Segredos. Neste sentido, estabelece o referido dispositivo legal: "Art. 153 - Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem".

Percebe-se, assim, que o dano não é exigência do tipo, mas apenas se exige que a divulgação do segredo possa gerar dano, a ocorrência deste é mero exaurimento, de modo que tal tipo penal é considerado formal, pela doutrina: "Momento consumativo: Quando a conduta é praticada, independentemente de resultado naturalístico." NUCCI

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa D.

QUESTÃO 95. Assinale a alternativa correta:

a) O tráfico de pessoas é um exemplo de crime comissivo ou omissivo, na medida em que é praticado mediante um fazer ou uma abstenção.

b) A desistência voluntária, também conhecida como tentativa qualificada, ocorre quando o sujeito ativo abandona a execução do crime antes da sua consumação. Já o arrependimento posterior ocorre quando o sujeito do crime, após terminada a execução do tipo penal, adota nova conduta para evitar a consumação.

c) O crime tentado ocorre quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Caso se trate de contravenção penal, a tentativa não é punível.

d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não responde pelos atos já praticados.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre *iter criminis*.

A alternativa A está incorreta. O tráfico de pessoas é conduta prevista no art. 149-A, que o define como o ato de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de (I)remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; (II) submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; (III) submetê-la a qualquer tipo de servidão; (IV) adoção ilegal; ou (V) exploração sexual. Percebe-se que todas as condutas elencadas no tipo penal exigem um *facere* do agente, tratando-se, portanto, de crime

comissivo. Dessa feita, a alternativa encontra-se incorreta por não prever uma modalidade omissivo do crime de tráfico de pessoas.

A alternativa B está incorreta. A primeira parte da alternativa encontra-se correta. De fato, a desistência voluntária pode ser entendida como tentativa qualificada, que se caracteriza quando o resultado não ocorre por circunstâncias intrínsecas à vontade do autor. Contudo, o ato do agente, após a execução do crime, praticar conduta que vise a impedir que este se consume, reflete o instituto do arrependimento eficaz. Já o arrependimento posterior é uma causa de diminuição da pena, quando, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, o agente repara o dano ou restitui a coisa até o recebimento da denúncia ou queixa.

A alternativa C está correta. O art. 14, II, do CP define tentativa como o crime que tem sua execução iniciada, mas deixa de se consumar por circunstâncias alheias à vontade do agente. Constitui uma norma de adequação típica por subordinação mediata ou indireta, uma verdadeira extensão temporal da figura típica, que propicia alcançar condutas temporalmente anteriores ao momento consumativo. A tentativa é uma causa de diminuição obrigatória, que será levada em consideração na terceira fase de dosimetria, provocando uma redução da sanção imposta, de um a dois terços. A segunda parte da alternativa também se afigura correta, uma vez que, de acordo com o art. 4º, da Lei de Contravenções Penais, a tentativa não é punida nas contravenções.

A alternativa D está incorreta. Trata-se da definição trazida pelo CP, em seu art. 15, acerca das figuras da desistência voluntária e do arrependimento eficaz. Quando o agente voluntariamente escolhe interromper sua conduta ao longo do *iter criminis*, responderá apenas pelos atos já praticados.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa C.

QUESTÃO 96. Sobre os crimes contra a administração da Justiça, assinale a alternativa correta:

a) No crime de denunciação caluniosa, não configura causa de aumento da pena a circunstância de o agente se servir de anonimato ou de nome suposto.

b) No crime de favorecimento pessoal, não há previsão no Código Penal de isenção de pena se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso.

c)A finalidade de favorecer interesse próprio ou alheio constitui elemento essencial à caracterização do crime de coação no curso do processo.

d) Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em juízo arbitral constitui conduta atípica.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre crimes contra a administração pública.

A alternativa A está incorreta. O artigo art. 339, §1º, do CP estabelece o aumento de pena em 1/6 nos casos em que o agente se serve de anonimato ou de nome suposto: "Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa. § 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto."

A alternativa B está incorreta. O artigo art. 348,§2º, do CP estabelece a causa de isenção de pena para aquele que é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso e o auxilia: "Art. 348 - Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão: Pena - detenção, de um a seis meses, e multa. § 1º - Se ao crime não é cominada pena de reclusão: Pena - detenção, de quinze dias a três meses, e multa. § 2º - Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena."

A alternativa C está correta. O artigo 344 do CP traz a finalidade de favorecer interesse próprio ou alheio como elemento do crime de coação no curso do processo: "Art. 344 - Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitra."

A alternativa D está incorreta. A referida conduta esta tipificada no artigo 342 do CP se caracterizando como "falso testemunho ou falsa perícia": "Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.".

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa C.

QUESTÃO 97. Sobre o Mercado Comum do Sul, assinale a alternativa correta:

a) O Grupo Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul, com atribuição para a sua condução política e tomada de decisões a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a sua constituição definitiva.

b) O mecanismo de solução de controvérsias do Mercosul, estabelecido pelo Protocolo de Olivos, prevê a possibilidade de interposição de recurso de revisão em face de laudo arbitral emitido por Tribunal Arbitral Ad Hoc ao Tribunal Permanente de Revisão.

c) O Protocolo de Olivos prevê mecanismos de solução de controvérsias entre Estados-Membros, inexistindo previsão de mecanismo de reclamação de particulares.

d) O Protocolo de Olivos assegura aos particulares, pessoas físicas ou jurídicas, a possibilidade de acionamento direto do Tribunal Permanente de Revisão.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. O grupo mercado comum – GMC é um órgão decisório, executivo do MERCOSUL, mas é responsável pela fixação dos programas de trabalho e de negociar acordo em nome do MERCOSUL.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do artigo 17, item 1, do Protocolo de Olivos: 1. Qualquer das partes na controvérsia poderá apresenta um recurso de revisão do laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc ao Tribunal Permanente de Revisão, em prazo não superior a quinze (15) dias a partir da notificação do mesmo.

A alternativa C está correta. O Protocolo de Olivos permite a solução de controvérsia por particulares, conforme previsto no artigo 39: O procedimento estabelecido no presente Capítulo aplicar-se-á às reclamações efetuadas por particulares (pessoas físicas ou jurídicas) em razão da sanção ou aplicação, por qualquer dos Estados Partes, de medidas legais ou administrativas de efeito restritivo, discriminatórias ou de concorrência desleal, em violação do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, dos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL.

A alternativa D está correta. O acionamento é perante a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum, conforme previsto no artigo 40, item 1, do Protocolo de Olivos: 1. Os particulares afetados formalizarão as reclamações ante a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum do Estado Parte onde tenham sua residência habitual ou a sede de seus negócios.

A alternativa E está correta, pois a alternativa B está correta.

QUESTÃO 98. Assinale a alternativa correta:

a) Conforme jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, às organizações internacionais aplica-se, quanto à imunidade de jurisdição, a regra do direito consuetudinário relativa à natureza dos atos praticados.

b) Conforme a Convenção de Viena de 1967, a ruptura das relações diplomáticas entre dois Estados acarretará, ipso facto, a ruptura das relações consulares.

c) Conforme a ordem jurídica brasileira, os tribunais nacionais podem excepcionalmente admitir provas que a lei brasileira desconheça.

d) Para aplicação da lei estrangeira, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro determina expressamente a observância do princípio da ordem pública.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Em relação às organizações internacionais, nós temos Orientação Jurisprudencial 416 da SDI -1 do TST: " "IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. ORGANIZAÇÃO OU ORGANISMO INTERNACIONAL. As organizações ou organismos internacionais gozam de imunidade absoluta de jurisdição quando amparados por norma internacional incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, não se lhes aplicando a regra do Direito Consuetudinário relativa à natureza dos atos praticados. Excepcionalmente, prevalecerá a jurisdição brasileira na hipótese de renúncia expressa à cláusula de imunidade jurisdicional".

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 2º, item 3 da Convenção de Viena de 1967, "3. A ruptura das relações diplomáticas não acarretará *ipsó facto* a ruptura das relações consulares".

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 13 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Art. 13. A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 17 da Lei de Introdução das Normas do Direito Brasileiro: Art. 17. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

A alternativa E está incorreta, pois a letra D responde a questão.

QUESTÃO 99. A respeito da Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal do Conselho da Europa, assinale a alternativa correta:

a) A Convenção tem por finalidade proteger apenas as pessoas europeias ou estrangeiros residentes na União Europeia no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais.

a) O tratamento de dados deverá ser proporcional à finalidade legítima buscada e refletir, em todas as fases do tratamento, um justo equilíbrio entre todos os interesses envolvidos, públicos ou privados, e os direitos e liberdades em causa.

c) A respeito dos direitos do titular dos dados, é correto afirmar que não poderão ser objeto de uma decisão que o afete significativamente, com base exclusivamente em tratamento automatizado de dados, ainda que os seus pontos de vista sejam tomados em consideração.

d) Os dados pessoais sujeitos a tratamento deverão ser recolhidos para finalidades explícitas ou implícitas, específicas e legítimas, salvo quando necessária inobservância dessa regra por razões de interesse público ou privado.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

O artigo 1º da Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal do Conselho da Europa responde todas as alternativas.

De acordo com o artigo 1º: A presente Convenção destina-se a garantir, no território de cada Parte, a todas as pessoas singulares, seja qual for a sua nacionalidade ou residência, o respeito pelos seus direitos e liberdades fundamentais, e especialmente pelo seu direito à vida privada, face ao tratamento automatizado dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito («protecção dos dados»).

A alternativa A está correta. Trata-se da universalidade da proteção dos direitos fundamentais, que inclui a proteção de dados.

A alternativa B está correta. Trata-se da proporcionalidade dos princípios fundamentais, que, nos termos do artigo 1º, constitui finalidade da proteção de dados.

A alternativa C está incorreta. O tratamento automatizado é justamente a finalidade da lei, que rege a proteção dos dados.

A alternativa D está incorreta. A alternativa mostrou-se contraditória, pois não é possível a utilização de finalidades ilegítimas de forma excepcional, como mencionado ao final.

A alternativa E está incorreta, pois a letra B responde a questão.

QUESTÃO 100. Assinale a alternativa correta:

a) De acordo com o princípio do centro de gravidade, as regras de Direito Internacional Privado deixarão de ser aplicadas sempre que o juiz entender que existe, diante da gravidade de um caso concreto, uma norma mais favorável à parte hipossuficiente, dando maior liberdade ao juiz para decidir.

b) Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a soberania do Estado costeiro estende-se além do seu território e das suas águas interiores. Esta soberania não se estende ao espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial.

c) Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, todo Estado deve tomar medidas eficazes para impedir e punir o transporte de escravos em navios de sua bandeira, considerando-se ipso facto, livre, todo escravo que se refugie num navio, qualquer que seja a sua bandeira.

d) Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os navios pertencentes a um Estado ou por ele operados e utilizados unicamente em serviço oficial não comercial não

gozam, no alto mar, de completa imunidade de jurisdição que não seja o da sua bandeira, devendo se submeter à jurisdição do país mais próximo de sua localização.

e) Não respondida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. No julgamento da ED-RR, a Ministra do TST bem definiu o que vem a ser o princípio do centro da gravidade: "O princípio do centro de gravidade, ou, como chamado no direito norte-americano, most significant relationship, afirma que as regras de Direito Internacional Privado deixarão de ser aplicadas, excepcionalmente, quando, observadas as circunstâncias do caso, verifica-se que a causa tem uma ligação muito mais forte com outro direito. É o que se denomina "válvula de escape", dando maior liberdade ao juiz para decidir que o direito aplicável ao caso concreto" (Processo: ED-RR - 12700- 42.2006.5.02.0446 Data de Julgamento: 06/05/2009, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8a Turma, Data de Publicação: DEJT 22/05/2009.)

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 2º, itens 1 e 2, da Convenção da ONU sobre direito do Mar: 1. A soberania do Estado costeiro estende-se além do seu território e das suas águas interiores e, no caso de Estado arquipélago, das suas águas arquipelágicas, a uma zona de mar adjacente designada pelo nome de mar territorial. 2. Esta soberania estende-se ao espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como ao leito e ao subsolo deste mar.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do artigo 99 da Convenção da ONU sobre direito do Mar: Todo Estado deve tomar medidas eficazes para impedir e punir o transporte de escravos em navios autorizados e arvorar a sua bandeira e para impedir que, com esse fim, se use ilegalmente a sua bandeira. Todo escravo que se refugie num navio, qualquer que seja a sua bandeira, ficará, ipso facto, livre.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 96 da Convenção da ONU sobre direito do Mar: Os navios pertencentes a um Estado ou por ele operados e utilizados unicamente em serviço oficial não comercial gozam, no alto mar, de completa imunidade de jurisdição relativamente a qualquer Estado que não seja o da sua bandeira.

A alternativa E está incorreta, pois a letra C responde a questão.

MPE-MG

QUESTÃO 01. Sobre a autoaplicabilidade de preceitos constitucionais a favor de crianças de 0 a 5 anos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e seu não-oferecimento pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade do poder público competente.

b) Entre os deveres constitucionais do Estado com a educação está a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

c) O Poder Judiciário pode impor à Administração Pública a efetivação de matrícula de crianças de zero a cinco anos de idade em estabelecimento de educação infantil, sem que haja violação ao princípio constitucional da separação dos poderes.

d) O direito social à educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade, constitui norma de aplicabilidade direta e de eficácia imediata, sendo plenamente possível exigir judicialmente do Estado uma determinada prestação material para sua concretização.

e) A educação infantil compreende creche (de 0 a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos) e sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 208, §1º da Constituição Federal, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo. Portanto, seu não-oferecimento, ou a oferta irregular, implica a responsabilidade da AUTORIDADE competente.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 208, VII, da Constituição Federal determina que o Estado deve garantir atendimento ao educando por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A alternativa C está incorreta. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que é possível ao Poder Judiciário impor à Administração Pública a efetivação de matrícula de crianças em estabelecimentos de educação infantil, ao apreciar o RE 1008166/SC. Conforme o STF, se trata de assegurar um direito fundamental previsto na Constituição.

A alternativa D está incorreta. Consoante o art. 08, IV, da Constituição Federal estabelece que a educação infantil é um direito de crianças até 5 anos, sendo, portanto, norma de aplicabilidade direta e de eficácia imediata, possibilitando sua exigência judicial.

A alternativa E está incorreta. A educação infantil é dividida em creche e pré-escola (art. 208, IV, CF), cabendo ao Poder Público a obrigação de ofertar vagas para todas as crianças nessa faixa etária.

QUESTÃO 02. Considerando as assertivas relacionadas ao modelo constitucional de administração pública:

I. Não há previsão expressa do dever de apresentar os resultados alcançados na ordem constitucional brasileira para a Administração Pública, mas essa dimensão deontológica é extraída do princípio da eficiência administrativa.

II. O planejamento administrativo, por não ser expressamente normatizado na ordem constitucional, representa faculdade jurídica do Administrador Público.

III. A eficiência administrativa, prevista no artigo 37, caput, da Constituição da República, integra o modelo de Administração Pública pós-burocrática.

IV. A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância da prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

É CORRETA a seguinte alternativa:

a) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.

b) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.

c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.

d) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

e) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. Vamos analisar item a item.

O item I está I é falso. A Constituição Federal prevê em seu art. 37, caput, os princípios da administração pública, dentre os quais inclui o da publicidade, que implica na transparência e na prestação de contas dos resultados alcançados.

O item II é falso. O planejamento administrativo é normatizado na Constituição Federal, especialmente no art. 174, que trata das funções de planejamento como determinantes para o setor público e indicativas para o setor privado.

O item III é verdadeiro. O princípio da eficiência está previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal e faz parte do modelo de Administração Pública pós-burocrática, tendo em vista o objetivo de maior eficiência e eficácia na administração pública.

O item IV é verdadeira. A Constituição Federal, em seu art. 34, VII, "d", permite a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância da prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

A alternativa D está correta. Conforme os comentários expostos, apenas os itens III e IV são verdadeiros e correspondentes ao disposto na Constituição Federal. As demais alternativas estão incorretas, estando os itens I e II incorretos, conforme comentários dos itens acima expostos.

QUESTÃO 03. O tratamento jurídico à tecnologia previsto na Constituição Federal é disperso em vários dispositivos, demonstrando a multidisciplinaridade do tema. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, a lei assegurará, aos autores de inventos industriais, privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos.

b) Compete concorrentemente à União, Estados e Distrito Federal proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

c) A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente o incentivo à pesquisa e à tecnologia.

d) Às instituições de pesquisa científica e tecnológica são asseguradas autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, próprias das universidades.

e) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa A está incorreta. Consoante o art. 5º, XXIX, da Constituição Federal ao prever que a lei garantirá aos autores de inventos industriais privilégio o temporário para sua utilização, assim como proteção às criações industriais, marcas, nomes de empresas e outros signos distintivos.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 23, V da Constituição Federal, trata-se de competência comum, não concorrente, conforme afirma a alternativa. A competência comum, também chamada de competência administrativa, refere-se ao âmbito administrativo.

A alternativa C está incorreta. O art. 187 da Constituição Federal estabelece que a política agrícola será planejada e executada conforme a lei e incluirá a participação de produtores, trabalhadores rurais e setores de comercialização, armazenamento e transporte, com ênfase na pesquisa e tecnologia.

A alternativa D está incorreta. Segundo o art. 207 da Constituição Federal, é assegurada às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Essa autonomia se estende também às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

A alternativa E está incorreta. O art. 218 da Constituição Federal dispõe que a pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, visando o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

QUESTÃO 04. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do controle de constitucionalidade:

a) Modulação e interpretação conforme a Constituição representam temas distintos. Modulação é técnica decisória aplicada ao se declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo, regulando-se os efeitos da decisão, por razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social. Interpretação conforme a Constituição é técnica decisória e/ou princípio hermenêutico que se destina a conferir sentido normativo compatível com a Constituição.

b) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

c) Proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória.

d) Lei municipal não pode ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal. Nada obstante, pode ser objeto do controle abstrato de constitucionalidade, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça.

e) A Constituição do Estado de Minas Gerais, a partir de 2021, trouxe a previsão expressa da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), no âmbito estadual.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A alternativa A está correta. A alternativa A está incorreta porque comete um equívoco ao tratar da modulação de efeitos. Modulação é uma técnica geralmente aplicada ao se declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo, e não ao se declarar a sua constitucionalidade, como mencionado na alternativa.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de uma característica das decisões do Supremo Tribunal Federal quando exerce o controle concentrado de constitucionalidade.

A alternativa C está incorreta. A Ação Direta de Inconstitucionalidade é uma ação proposta ao Supremo Tribunal Federal visando declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo. Já a Ação Declaratória de Constitucionalidade é o contrário, pois se visa declarar a constitucionalidade de uma lei ou ato normativo. Portanto, essa afirmação está segundo a lógica das decisões em ações de controle de constitucionalidade.

A alternativa D está incorreta. Os Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados. Logo, o STF não tem competência para julgar a constitucionalidade de leis municipais diretamente. Isso é competência dos Tribunais de Justiça dos Estados.

A alternativa E está incorreta. As Constituições estaduais podem prever a ADPF no âmbito estadual, conforme suas disposições próprias. Nas palavras de Mendes (2013), a ADPF amplia o universo do controle abstrato, vez que, "De certa forma, a arguição de descumprimento de preceito fundamental completa o quadro das "ações declaratórias", ao permitir que não apenas o direito federal, mas também o direito estadual e municipal possam ser objeto de pedido de constitucionalidade."

QUESTÃO 05. O exame das normas jurídicas expressamente inseridas nas Constituições da República e do estado de Minas Gerais viabiliza a afirmação de que é INCORRETO:

a) A Constituição mineira não optou por reproduzir os princípios da Administração Pública previstos no artigo 37, caput, da Constituição da República. Apresentou, nesse sentido, elenco normativo contendo alguns princípios que não se encontram expressamente disciplinados na Constituição da República.

b) O princípio da sustentabilidade é norma expressa na Constituição mineira.

c) O princípio da razoabilidade apresenta-se expressamente fixado na Constituição mineira.

d) O dever de motivar o ato administrativo praticado, com a explicitação dos fundamentos legais, fáticos e a finalidade, é obrigação do agente público que decorre da sistemática constitucional nacional e estadual, sem previsão expressa na Constituição mineira.

e) O dever de eficácia dos serviços públicos se encontra expresso entre os objetivos prioritários do Estado de Minas Gerais.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. Para responder a essa questão, exigiu do candidato o conhecimento da Constituição do Estado de Minas Gerais.

A alternativa A está incorreta. A Constituição do Estado de Minas Gerais contém alguns princípios que não são expressamente mencionados na Constituição Federal, refletindo uma abordagem mais ampla em alguns aspectos.

A alternativa B está incorreta. Conforme assim prevê o art. 13 da Constituição de Minas Gerais, o princípio da sustentabilidade é um princípio expresso, refletindo uma preocupação com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A alternativa C está incorreta. O princípio da razoabilidade está expressamente previsto na Constituição de Minas Gerais, visando garantir a proporcionalidade e a justiça nas ações administrativas (art. 13).

A alternativa D está correta. Constituição de Minas Gerais prevê expressamente o dever de motivar os atos administrativos, inclusive com a explicitação dos fundamentos legais, fáticos e a finalidade, em consonância com a sistemática constitucional nacional, consoante o art. 13 da Constituição de Minas Gerais.

A alternativa E está incorreta. A eficácia dos serviços públicos é um dos objetivos prioritários da administração pública do Estado de Minas Gerais, conforme sua Constituição (art. 2º, II).

QUESTÃO 06. Partindo do pressuposto de que há, no direito administrativo brasileiro, tratamentos diversos conforme o tipo de ilegitimidade de atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

a) A decisão administrativa que decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa prescinde da indicação de suas consequências jurídicas e administrativas.

b) As disposições introduzidas pela Lei Federal nº 13.655/18, na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, consagraram o princípio do "consequencialismo jurídico", obrigando a administração a considerar os efeitos e repercussões jurídicas e do mundo real como condição de validade de atos jurídicos.

c) Considerando a garantia constitucional de que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (art. 5º, inc. XXXV, da CF), as consequências jurídicas e administrativas da decisão judicial que decretar a invalidade do processo licitatório não precisam, necessariamente, estar expressamente previstas no ato decisório judicial.

d) O ato decisório administrativo poderá ser baseado em princípios fundamentais abstratos, independentemente dos efeitos práticos da decisão, quando as circunstâncias fáticas incluírem a confiança legítima e boa-fé objetiva como pressuposto da relação entre administração pública e os administrados.

e) Considerando que o "ato administrativo vinculado" é aquele que contém todos os seus elementos constitutivos delineados pela lei, os obstáculos e dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas decorrentes de seu cargo não são óbice à interpretação das normas sobre gestão pública.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata dos atos administrativos e das normas de direito público previstas na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB).

A alternativa A está incorreta. Segundo a LINDB, "Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas". Assim, não basta apenas decretar a invalidade, é necessário avaliar os efeitos concretos da decisão.

A alternativa B está correta. A Lei Federal nº 13.655/18 introduziu na LINDB o princípio do consequencialismo jurídico, que exige que a administração pública e os tribunais considerem as consequências práticas das decisões. O art. 20 da LINDB impõe essa análise como condição para a validade dos atos jurídicos. Confira-se: "Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão".

A alternativa C está incorreta. A decisão judicial que invalida atos administrativos, como um processo licitatório, deve considerar e expor expressamente as suas consequências jurídicas e administrativas. De acordo com a LINDB, "Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas".

A alternativa D está incorreta. A decisão administrativa não pode ser baseada apenas em princípios abstratos sem considerar os efeitos práticos. Consoante a LINDB: "Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão".

A alternativa E está incorreta. A LINDB reconhece que os obstáculos e dificuldades reais dos gestores públicos e as exigências das políticas públicas devem ser considerados na interpretação e aplicação das normas de gestão pública. Isso é explicitado no art. 22 da LINDB, que preconiza uma interpretação mais flexível das normas em razão das dificuldades reais da administração. Assim: "Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados".

QUESTÃO 07. A respeito da proteção de dados pessoais, incorporada como direito fundamental na Constituição Federal, inclusive na modalidade digital, nos termos da lei, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo.

b) Os órgãos notariais e de registro devem fornecer acesso aos dados por meio eletrônico para a administração pública, considerando o atendimento à finalidade pública, a persecução do interesse público e com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

c) Não se aplica a LGPD para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado, atividades de investigação e repressão de infrações penais, ou provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.

d) O tratamento de dados pessoais sensíveis, assim entendidos aqueles que tangenciam origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural, sem consentimento do titular, é possível na hipótese em que for indispensável cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo encarregado.

e) No âmbito do poder público os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação

de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra D. A questão trata da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A alternativa A está correta. O art. 21 da LGPD prevê: "Art. 21. Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo".

A alternativa B está correta. Dispõe o §5º do art. 23 da LGPD: "Art. 23. O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, desde que: [...] § 5º Os órgãos notariais e de registro devem fornecer acesso aos dados por meio eletrônico para a administração pública, tendo em vista as finalidades de que trata o caput deste artigo".

A alternativa C está correta. Está em consonância ao art. 4º da LGPD, segundo o qual: "Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: [...] III - realizado para fins exclusivos de: a) segurança pública; b) defesa nacional; c) segurança do Estado; ou d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou IV - provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei".

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 11, II, "a" da LGPD, o tratamento de dados pessoais sensíveis pode ocorrer sem o consentimento do titular, desde que seja indispensável para o cumprimento de uma obrigação legal ou regulatória pelo controlador e não pelo encarregado, como mencionado na alternativa. Assim, "Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador".

A alternativa E está correta. De acordo com a LGPD: "Art. 25. Os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral".

QUESTÃO 08. No atual modelo de administração pública pós-burocrática, fruto das reformas administrativas do estado brasileiro, para a satisfação das necessidades públicas na área da saúde, é CORRETO afirmar:

a) Os serviços públicos de saúde demandam a criação de cargos públicos a serem preenchidos por concurso público. As ressalvas consubstanciam-se, exclusivamente, na contratação temporária, em casos excepcionais, temporários e com determinabilidade temporal ou, ainda, nas hipóteses de chefia, direção e assessoramento, inerentes aos cargos em comissão.

b) Os serviços públicos de saúde demandam a criação de cargos públicos, considerando a essência fundamental do direito envolvido, a serem preenchidos por concurso público, sendo inconstitucionais as leis de contratação temporária nessa área, por força do caráter ordinário permanente da saúde pública.

c) Os serviços públicos de saúde demandam a criação de cargos públicos, a serem preenchidos por concurso público ou, em viés gerencial permeado pelo princípio da eficiência administrativa, de cargos em comissão, para fins de assessoramento nas atividades estatais de saúde, com vínculo precário, possibilidade de demissão ad nutum e elemento fiduciário.

d) Os serviços públicos de saúde possibilitam aos gestores públicos caminhos jurídicos diversos para as suas estruturações administrativas, entre eles a contratação de organizações da sociedade civil de interesse público ou a contratação de organizações sociais.

e) Os serviços públicos de saúde são incompatíveis com os cargos em comissão no atual desenho constitucional brasileiro, que veda práticas tendentes a fomentar o nepotismo direto, transverso ou cruzado na administração pública.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata da temática serviço público de saúde e Administração Pública.

As alternativas A, B e C estão incorretas. A contratação de profissionais na área de saúde pode, de fato, ser realizada por concurso público, mas o STF permitiu o remanejamento de recursos humanos e até mesmo a contratação de organizações sociais (OS) e OSCIPs. Assim, "No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)" - (RE 684.612/RJ).

A alternativa D está correta. A contratação de OS e OSCIPs como formas de organização e gestão dos serviços de saúde foi reforçada pelo STF, permitindo maior flexibilidade e eficiência na administração pública. Nesse sentido: "No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)" - (RE 684.612/RJ).

A alternativa E está incorreta. Os cargos em comissão não são incompatíveis com os serviços de saúde, desde que sejam atendidos os requisitos constitucionais. O STF já decidiu que os serviços de saúde podem ser organizados com a contratação por organizações sociais e OSCs (organizações da sociedade civil de interesse público), além da possibilidade de remanejamento de profissionais. Isso, porém, não elimina a possibilidade de cargos em comissão, desde que respeitada a moralidade e a vedação ao nepotismo (RE 684.612/RJ).

QUESTÃO 09. Considerando que a concessão de serviço público é o instituto por meio do qual o estado atribui o exercício de um serviço público a outra pessoa jurídica ou consórcio que aceita

prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo poder público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço, é CORRETO afirmar:

a) O concessionário não pode interromper a prestação do serviço público, que deverá manter-se em funcionamento em qualquer situação, inclusive de emergência, sob pena de caracterização da descontinuidade do serviço.

b) Com a revogação da Lei 8.666/93, as disposições da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/21, não se aplicam ao regime das concessões disciplinado pela Lei 8.987/95.

c) Com a finalidade de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais regulamentares e legais pertinentes, o poder público deverá editar portaria específica que disporá sobre a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

d) A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, observado o edital de licitação e demais normas pertinentes, sendo vedada a revogação unilateral do contrato pelo poder concedente.

e) Encampação, caducidade, rescisão e anulação são formas de extinção da concessão pública.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema concessão de serviços públicos.

A alternativa A está incorreta. O concessionário pode interromper a prestação do serviço público em algumas circunstâncias excepcionais, como previsto no art. 6º, §3º da Lei nº 8.987/95: "Art. 6º [...] § 3o Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando: I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e, II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade". O que a lei proíbe é a interrupção do serviço de forma injustificada, o que configuraria a descontinuidade do serviço público, conforme o princípio da continuidade dos serviços públicos.

A alternativa B está incorreta. A nova Lei nº 14.133/21 se aplica, de forma subsidiária, ao regime das concessões públicas disciplinado pela Lei nº 8.987/95, conforme previsto no art. 186 da Lei de Licitações: "Art. 186. Aplicam-se as disposições desta Lei subsidiariamente à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 [...]".

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 32 da Lei nº 8.987/95, a intervenção na concessão não se faz por meio de portaria, mas sim por decreto do poder concedente. Assim, "Art. 32. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Parágrafo único. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida".

A alternativa D está incorreta. Pelo que se depreende do art. 40 da Lei nº 8.987/95, não é vedada a revogação unilateral do contrato pelo poder concedente. Vejamos: "Art. 40. A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente".

A alternativa E está correta. Segundo o art. 35 da Lei nº 8.987/95: "Art. 35. Extingue-se a concessão por: I - advento do termo contratual; II - encampação; III - caducidade; IV - rescisão; V - anulação; e VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual".

QUESTÃO 10. Após vencer o procedimento licitatório, a empresa "construtora cimento forte ltda." foi contratada pelo município de "lagoa dos patos" para construção de uma escola pública, uma vez que o prédio antigo foi destruído pelas chuvas. Quando já havia sido executado mais de 50% (cinquenta por cento) da obra, o procedimento licitatório foi considerado nulo de pleno direito pelo próprio poder público municipal, em razão de direcionamento da licitação por parte dos membros da comissão de licitação em conluio com a empresa vencedora. Com base na lei de licitações, e considerando o fato ora descrito, assinale a opção CORRETA:

a) A empresa contratada terá direito à indenização pelo que houver executado até a data em que a nulidade foi declarada.

b) A nulidade do procedimento licitatório somente gerará efeitos no contrato administrativo após o julgamento definitivo do processo judicial instaurado especificamente para essa finalidade.

c) Se a contratação da empresa fosse celebrada por dispensa de licitação, não haveria necessidade de prévia manifestação dos interessados para contestar a decisão administrativa que decretou a anulação do contrato.

d) Ao pronunciar a nulidade do procedimento de licitação, a autoridade administrativa competente deverá indicar expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, para que seja realizada a apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

e) Considerando que o prédio antigo da escola municipal foi destruído pelas chuvas, o Município poderia ter celebrado contrato verbal com a construtora para construção do novo prédio.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata do tema contratos administrativos.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a nova Lei de Licitações, a nulidade do contrato não exime a Administração Pública de indenizar a empresa contratada pelo que já foi executado, desde que a empresa não tenha agido de má-fé. No caso descrito, como houve conluio entre a empresa e a comissão de licitação, isso caracteriza má-fé. Dessa forma, a empresa não tem direito à indenização pelo serviço

já realizado, pois a nulidade decorreu de uma conduta ilícita praticada pela própria empresa. Assim, "Art. 149. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa".

A alternativa B está incorreta. A nulidade de um procedimento licitatório pode ser declarada pela própria Administração Pública, independentemente de decisão judicial, conforme o princípio da autotutela, também previsto na nova Lei de Licitações. A declaração de nulidade administrativa gera efeitos imediatos e não depende de decisão judicial definitiva. Vejamos: "Art. 147, Lei 14.133/2021. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público [...]" e "Art. 148. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 desta Lei, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos".

A alternativa C está incorreta. Mesmo em casos de dispensa de licitação, quando o contrato administrativo é anulado, a Administração Pública deve observar os princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme o art. 137 da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21). Vejamos: "Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa [...]".

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 71, §1º da Lei 14.133/2021: "Art. 71, §1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.".

A alternativa E está incorreta. Prevalece a regra de que a contratação com a Administração Pública deve se dar por escrito, conforme o art. 91 da Lei nº 14.133/21, segundo o qual "Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial."

QUESTÃO 11. Referente à "Lei do Governo Digital" (Lei nº 14.129/21), que inscreve no âmbito infraconstitucional a "dimensão digital de direitos", é INCORRETA a alternativa:

a) A chamada "Lei do Governo Digital" se aplica aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público da União; às entidades da administração pública indireta federal, empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, inclusive as que não prestam serviço público, assim como as autarquias e fundações públicas; e às administrações diretas e indiretas dos demais entes federados, desde que adotem os comandos desta lei por meio de atos normativos próprios.

b) A prestação digital dos serviços públicos, adotada em Minas Gerais através do Decreto 48.383/22, realizada preferencialmente mediante autosserviço, deverá ocorrer por meio de

tecnologias de amplo acesso pela população, inclusive pela de baixa renda ou residente em áreas rurais e isoladas, sem prejuízo do direito do cidadão a atendimento presencial.

d) Considera-se 'governo como plataforma' a infraestrutura tecnológica que facilita o uso de dados de acesso público, promovendo a interação entre diversos agentes, de forma segura, eficiente e responsável, para estímulo à inovação, à exploração de atividade econômica e à prestação de serviços à população.

d) Entre os princípios e diretrizes da mencionada lei estão a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis; o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos; a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos; a presunção de boa-fé do usuário dos serviços públicos; a permanência da possibilidade de atendimento presencial, de acordo com as características, a relevância e o público-alvo do serviço.

e) São garantidos aos usuários da prestação digital de serviços públicos, além de outros já previstos na legislação, os seguintes direitos: gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital; atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário; padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital; recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas; e indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata da Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital).

A alternativa A está incorreta. Segundo §1º do art. 2º da Lei nº 14.129/2021, o referido diploma normativo não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que não prestem serviço público, ao contrário do que é afirmado na alternativa. Confira-se: "Art. 2º Esta Lei aplica-se: I - aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União, e o Ministério Público da União; II - às entidades da administração pública indireta federal, incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que prestem serviço público, autarquias e fundações públicas; e III - às administrações diretas e indiretas dos demais entes federados, nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, desde que adotem os comandos desta Lei por meio de atos normativos próprios. § 1º Esta Lei não se aplica a empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que não prestem serviço público".

A alternativa B está correta. Está em conformidade com o art. 14 da Lei do Governo Digital: "Art. 14. A prestação digital dos serviços públicos deverá ocorrer por meio de tecnologias de amplo acesso pela população, inclusive pela de baixa renda ou residente em áreas rurais e isoladas, sem prejuízo do direito do cidadão a atendimento presencial. Parágrafo único. O acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço".

A alternativa C está correta. Dispõe o art. 4º, inciso VII da Lei do Governo Digital: "Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se: [...] VII - governo como plataforma: infraestrutura tecnológica que facilite o uso de dados de acesso público e promova a interação entre diversos agentes, de forma segura, eficiente e responsável, para estímulo à inovação, à exploração de atividade econômica e à prestação de serviços à população".

A alternativa D está correta. Consoante o art. 3º, incisos I, VI, XIV, XV e XVI da Lei nº 14.129/2021: "Art. 3º São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública: I - a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis; [...] VI - o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos; [...] XIV - a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos; XV - a presunção de boa-fé do usuário dos serviços públicos; XVI - a permanência da possibilidade de atendimento presencial, de acordo com as características, a relevância e o público-alvo do serviço".

A alternativa E está correta. Dispõe o artigo 27 da Lei do Governo Digital: "Art. 27. São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos, além daqueles constantes das Leis nºs 13.460, de 26 de junho de 2017, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais): I - gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital; II - atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário; III - padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital; IV - recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas; e V - indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público".

QUESTÃO 12. Concernente à responsabilidade civil do Estado decorrente de omissão no dever de fiscalizar lojas de fogos de artifícios ou falha na concessão indevida de licença, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Para configuração da responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público em ambiente que comercializa ou armazena fogos de artifício devem ser demonstrados: i) conduta omissiva; ii) nexo de causalidade entre a conduta e o dano ocorrido; iii) dano; iv) ausência de excludente da responsabilidade estatal.

b) A Constituição Federal, no art. 37, § 6º, consagra a responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos, que responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

c) Para a responsabilização objetiva das pessoas jurídicas de direito público responsáveis pela fiscalização dos estabelecimentos comerciais de fogos de artifício, considerando a violação e danos a direitos fundamentais causados a inúmeras vítimas, aplica-se a teoria do risco integral, independentemente de dolo ou culpa.

d) A responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público nos casos de omissão estatal exige o incumprimento de dever de agir específico, aquele inserido em legislação ou regulação que o enumera e vincula ao cumprimento de obrigações determinadas, não se confundindo com as hipóteses de atuação pelos deveres genéricos.

e) Entre as hipóteses de incumprimento de deveres específicos pode ser indicada a expedição de licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C. A questão trata do tema Responsabilidade Civil do Estado.

A alternativa A está correta. A responsabilidade civil do Estado, em regra, é direta e objetiva, lastreada na teoria do risco administrativo. Para sua configuração, faz necessária a observância de alguns requisitos, como: i) conduta; ii) nexo de causalidade entre a conduta e o dano ocorrido (demonstração de que o dano foi causado pela conduta); iii) dano; iv) ausência de excludente da responsabilidade estatal, como a culpa exclusiva do proprietário. No que toca a conduta, para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, a conduta omissiva do ente público, violadora de um dever jurídico específico de agir, deve ser consubstanciada na concessão de licença para funcionamento sem as cautelas legais ou na hipótese de ser de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular (RE 136861/SP).

A alternativa B está correta. O artigo 37, §6º da Constituição Federal estabelece a responsabilidade civil objetiva do Estado: "Art. 37 [...] § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

A alternativa C está incorreta. A teoria do risco integral, que não exige demonstração de dolo ou culpa, é exceção no direito brasileiro e não se aplica a casos de responsabilidade civil por omissão do Estado. Conforme o STF no julgado do RE 136861/SP, a responsabilidade por omissão do Estado exige demonstração de violação de um dever jurídico específico de agir e caracteriza a responsabilidade civil objetiva. Confira-se: "Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular".

As alternativas D e E estão corretas. É o que se depreende do entendimento firmado no RE 136861/SP, segundo qual "Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular".

QUESTÃO 13. Em relação às finanças públicas e à responsabilidade na gestão fiscal, assinale a opção INCORRETA:

a) A União, Estado, Distrito Federal e Municípios estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) As empresas de economia mista e empresas públicas não estão sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) É vedado ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

d) É nula de pleno direito a desapropriação de imóvel urbano sem o prévio depósito judicial do valor da indenização.

e) Compete ao Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e ao sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público a fiscalização das normas previstas na Lei de Responsabilidade Civil.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra B. A questão aborda os temas finanças públicas e responsabilidade fiscal.

A alternativa A está correta, conforme art. 1º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios".

A alternativa B está incorreta pois as empresas estatais dependentes estão sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme art. 1º: "Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição. (...) § 3o Nas referências: I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos: (...) b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes".

A alternativa C está correta, conforme art. 42 da LRF: "É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito".

A alternativa D está correta, conforme art. 46 da LRF: "É nulo de pleno direito ato de desapropriação de imóvel urbano expedido sem o atendimento do disposto no § 3o do art. 182 da Constituição, ou prévio depósito judicial do valor da indenização".

A alternativa E está correta, conforme art. 59 da LRF: "O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento desta Lei Complementar, consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de que trata o art. 67, com ênfase no que se refere a: (...)".

QUESTÃO 14. O prefeito do município de Pirapora, após obter o licenciamento ambiental pertinente, publicou edital para licitação para contratação de execução indireta de obra de construção de uma estação de ETE – Estação de Tratamento de Esgoto – com tecnologias modernas, a fim de garantir maior eficiência e controle no tratamento dos dejetos residenciais e, desse modo, melhorar a qualidade da água devolvida ao Rio São Francisco. Considerando que o procedimento licitatório é um ato administrativo, assinale a opção CORRETA:

a) Na decisão que julgar integralmente procedente pedido em ação civil pública movida pelo Ministério Público arguindo a nulidade do procedimento licitatório, o juiz revogará o procedimento licitatório.

b) Considerando que um dos objetivos da licitação é assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, as empresas brasileiras licitantes podem ter tratamento diferenciado em relação às empresas estrangeiras que participarem da licitação.

c) A licitação será considerada válida, desde que não haja impacto direto da obra contratada na proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial.

d) De acordo com a Súmula 473 do STF, o prefeito de Pirapora, no exercício do poder de autotutela da Administração, poderá revisar toda a licitação, inclusive anular ou revogá-la, caso verifique a presença de vícios quanto à forma ou quanto à legalidade.

e) Considerando a complexidade da obra de construção da ETE objeto da licitação promovida pela Prefeitura de Pirapora, não haverá necessidade de projeto executivo, mesmo sem a adoção da Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. Questão passível de recurso. Em que pese a Banca Examinadora ter apontado a alternativa "D" como correta, entendemos que todas as assertivas se encontram em dissonância ao ordenamento jurídico. Senão, vejamos.

A alternativa A está incorreta. A alternativa pretende confundir os conceitos de revogação e anulação no âmbito do Direito Administrativo. A revogação é um ato administrativo que ocorre por motivos de conveniência e oportunidade, enquanto a anulação ocorre quando há vício de legalidade. O juiz, ao julgar ação civil pública que versa sobre a nulidade de um processo licitatório, pode declarar sua anulação, mas não pode revogar o procedimento. A revogação, como ato discricionário, é prerrogativa exclusiva da Administração Pública.

A alternativa B está incorreta. Segundo a Lei nº 14.133/2021: "Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos [...] II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras".

A alternativa C está incorreta. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar normas relativas à proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, considerando não

somente o impacto direto, mas também o impacto indireto que tais obras contratadas possam causar. Assim, consoante o art. 45, inciso V da Lei nº 14.133/2021: "Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a: [...] V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas". Além disso, a observância de tal requisito não é o único para determinar a validade de um procedimento licitatório.

A alternativa D está incorreta. O examinador, quando da redação da alternativa, atribuiu equivocadamente a verificação da presença de vícios quanto à forma ou legalidade como condição para que o Prefeito revisasse a licitação, tanto para anular quanto revogar. Não coadunamos com esse entendimento, pois. A Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal aduz: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". Assim, observa-se que os motivos de conveniência e oportunidade, que não se confundem com "vícios quanto à forma ou legalidade", também podem ensejar a revisão do procedimento licitatório, de modo a revogá-lo. A revogação só ocorre por razões de conveniência e oportunidade, isto é, quando o ato é legal, mas deixou de ser adequado ou vantajoso para o interesse público. Portanto, o prefeito de Pirapora, no exercício do poder de autotutela da Administração, poderá revisar toda a licitação. Porém, quando constatar a presença de vícios quanto à forma ou quanto à legalidade poderá tão somente invocar a anulação.

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Lei nº 14.133/21 (nova Lei de Licitações), o projeto executivo é etapa obrigatória para a execução de obras públicas, especialmente obras de grande complexidade, conforme o §1º do artigo 46, segundo o qual "§ 1º É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 18 desta Lei". A ressalva do §3º do art. 18 se refere à hipótese em que "se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos", que não se aplica ao caso em comento, tendo em vista a complexidade da obra, que foi apontada pelo Examinador na assertiva.

QUESTÃO 16. Tem-se verificado, desde o advento da Reforma do Judiciário, por meio da EC 45/04, o reconhecimento e a adoção de novos instrumentos essenciais à estabilidade, coerência e uniformidade ao sistema jurídico, como as súmulas vinculantes e os recursos reconhecidos pelos Tribunais Superiores de repercussão geral. A observância à jurisprudência, assim, passa a nortear, até mesmo como fonte formal do Direito (arts. 926 e 927, CPC/15), o comportamento tanto da Administração Pública como de todos os sujeitos do processo – partes, Ministério Público e Juiz.

Nessa ordem de ideias, assinale a alternativa CORRETA, que se identifica com as decisões vinculantes proferidas pelo STF e STJ em matéria tributária:

a) É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD.

b) Aplica-se a imunidade tributária do Imposto de Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI, em relação à incorporação de imóveis ao patrimônio de empresa, mesmo nos casos em que o valor total desses bens excederem o limite do capital social a ser integralizado.

c) Incide Imposto de Renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função.

d) É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.

e) É inconstitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, ainda que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão aborda os temas imunidade tributária, isenção tributária e princípio da anterioridade.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema 21 de repercussão geral: "É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCD".

A alternativa B está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema 796 de repercussão geral: "A imunidade em relação ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado".

A alternativa C está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema 808 de repercussão geral: "Não incide imposto de renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função".

A alternativa D está correta pois vai ao encontro da tese fixada pelo STF no Tema 1184 de repercussão geral: "1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado (...).

A alternativa E está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema 1084 de repercussão geral: "É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório".

QUESTÃO 17. O interesse público envolvido nas atividades financeiras do Estado revela a necessidade de disciplinar, cada vez mais, a regulamentação, fiscalização e controle das despesas e das receitas públicas.

Considerando o "direito do cidadão ao Governo honesto" (STF, Inq. n. 3.983/DF, rel. Min. Celso de Mello), a Constituição da República estabelece uma série de princípios que visam resguardar a boa governança e a gestão financeira dos Entes públicos, com condições adequadas de crescimento socioeconômico.

Neste contexto, assinale a alternativa INCORRETA, que não se identifica com tais diretrizes:

a) Considera-se despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

b) Limite de prudência consiste na comunicação por parte dos Tribunais de Contas a cada Poder ou Ente Público ao verificar que os gastos totais com pessoal ultrapassam 90% da receita corrente líquida.

c) A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as respectivas metas anuais de resultado primário do Governo Central, para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública.

d) É vedado ao titular de Poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

e) São vedados o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, bem como a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra B. A questão aborda o tema responsabilidade fiscal.

A alternativa A está correta, conforme art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios".

A alternativa B está incorreta pois o limite prudencial é "ativado" quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, conforme art. 22, parágrafo único, da LRF: "Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: (...)" O limite referido na alternativa é o limite alerta, encontrado no art. 59, § 1º, da LRF: "Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem: (...) II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite".

A alternativa C está correta, conforme art. 2º da LC 200/2023: "A lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as

respectivas metas anuais de resultado primário do Governo Central, para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública.".

A alternativa D está correta, conforme art. 42 da LRF: "É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito".

A alternativa E está correta, conforme art. 167 da CF: "São vedados: I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual; (...) V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;".

QUESTÃO 18. Como ramo especial do Direito, o Direito Eleitoral contém normas que asseguram a organização e o exercício, fundamentalmente, de direitos políticos dos cidadãos brasileiros votarem e serem votados. Para tanto, regulamenta, desde o alistamento dos eleitores à investidura dos candidatos a cargos eletivos, forte no devido processo eleitoral, desde a organização dos partidos políticos e a inscrição dos candidatos, até a apuração dos votos e a diplomação dos eleitos, para garantir que as eleições sejam livres, justas e transparentes, assegurando a participação democrática da população. Compete à Justiça Eleitoral, especializada que é, exercer poder plúrimo, tanto administrativo, legislativo e jurisdicional, realizando o controle do devido processo eleitoral, para concretizá-lo. Marque a alternativa CORRETA sobre o registro de candidaturas para controle da elegibilidade dos candidatos:

a) A análise, pela Justiça Eleitoral, das regras legais que configurem a inelegibilidade de um candidato e possam impedir o registro de sua candidatura, deve ser interpretada de modo restritivo, para que não abarque situações que a lei não contempla, impedindo que candidatos disputem eleições.

b) A análise, pela Justiça Comum federal, das regras legais que configurem a inelegibilidade de um candidato e possam impedir o registro de sua candidatura, deve ser interpretada de modo restritivo, para que não abarquem situações que a lei não contempla, impedindo que candidatos disputem eleições.

c) A análise, pela Justiça Eleitoral, das regras legais que configurem a inelegibilidade de um candidato e possam impedir o registro de sua candidatura, deve ser interpretada extensivamente, para que abarquem outras situações que a lei não contempla, impedindo que candidatos disputem eleições.

d) Cabe à Justiça Eleitoral, por seu Tribunal Superior Eleitoral, conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade, quando se tratar de candidato a senador, governador, vice-governador de estado e do Distrito Federal, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital.

e) Cabe à Justiça Eleitoral, por seus Tribunais Regionais Eleitorais, conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade, quando se tratar de candidato a prefeito, vice-prefeito e vereador.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata do tema condições de elegibilidade.

A alternativa A está correta, a análise das condições de elegibilidade é verificada pela Justiça Eleitoral e deve ser interpretado de modo restritivo, conforme já decidido pelo Ministro Marco Aurélio no julgamento de Recurso Especial Eleitoral: "As normas regedoras das inelegibilidades são de direito estrito, descabendo a adoção de forma interpretativa que importe em elastecer-lhes o teor. A inelegibilidade da alínea `d 'do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/90 pressupõe que se trata de eleições pretéritas ou futuras, o trânsito em julgado do provimento emanada da Justiça Eleitoral, que, no bojo de representação, haja implicado o lançamento ao mundo jurídico da ocorrência de abuso do poder econômico ou político. Não há como dissociar a regra insculpida no inciso XIV do artigo 22 da Lei Complementar nº 64/90 da condição imposta na referida alínea `d'. (Recurso Especial Eleitoral nº 12.236, rel. Min. Marco Aurélio, de 26.8.1994.)";

A alternativa B está incorreta, pois a análise é realizada pela Justiça Eleitoral, que tem competência para matéria eleitoral, e não pela Justiça Comum Federal;

A alternativa C está incorreta, conforme dispõe o já mencionado Recurso Especial Eleitoral na alternativa A, a interpretação é restritiva e não extensiva;

A alternativa D está incorreta, pois a arguição somente caberá ao Tribunal Superior Eleitoral quando se tratar de arguição de inelegibilidade de candidato a Presidente ou Vice - Presidente, conforme dispõe o artigo 2° da lei complementar 64/90: "Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade. Parágrafo único. A arguição de inelegibilidade será feita perante: I - o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice-Presidente da República; II - os Tribunais Regionais Eleitorais, quando se tratar de candidato a Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital;

A alternativa E está incorreta, conforme o art. 2° da lei complementar 64/90 esta atribuição cabe aos Juízes Eleitorais: "Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade. Parágrafo único. A arguição de inelegibilidade será feita perante: III - os Juízes Eleitorais, quando se tratar de candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

QUESTÃO 19. Segundo o §11, do art. 14, da CR/88: "a ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má fé". Quanto à ação de impugnação de mandato eletivo – AIME – prevista constitucionalmente, está INCORRETA:

a) Os legitimados ativos podem propor a AIME de forma isolada ou em litisconsórcio (partidos políticos, coligações, candidatos e Ministério Público), já que a legitimidade ativa é concorrente. Durante o processo eleitoral, partido político coligado não tem legitimidade para propor isoladamente uma AIME, mas a possui exclusivamente para questionar a validade da própria coligação. Findo o pleito, o partido político, antes coligado, pode propor a AIME de forma isolada. Já para a legitimidade passiva ad causam, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária, em razão do princípio da indivisibilidade da chapa.

b) O mandato eletivo poderá ser impugnado por AIME, proposta perante a Justiça Eleitoral, no prazo decadencial de quinze dias, a fluir no primeiro dia subsequente à cerimônia de diplomação, não importando se tal dia seja útil ou tenha expediente forense, instruída a inicial com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

c) A decisão exarada na AIME tem eficácia imediata, por impugnar o mandato que foi conseguido através do abuso de poder econômico, corrupção ou fraude, o que afasta a aplicação do art. 216 do Código Eleitoral: "Enquanto o Tribunal Superior não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, poderá o diplomado exercer o mandato em toda a sua plenitude".

d) Por ter a AIME nítido propósito investigativo, qualquer partido político, coligação, candidato, cidadão ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, em benefício de candidato ou de partido político.

e) A definição da competência para julgamento da AIME se dá em razão de ser a mesma para a diplomação dos eleitos – do TSE para impugnação de Presidente e Vice-Presidente da República; TRE para impugnação de governador e respectivo vice, deputados estaduais e federais, senadores e respectivos suplentes e do Juízo Eleitoral para impugnação de prefeitos, respectivos vices e vereadores – consequentemente, a ela não se aplicam as regras de prerrogativa de função, já que a AIME não é ação penal eleitoral.

Comentários

A questão pede a alternativa incorreta, portanto o gabarito é a letra D. A questão trata do tema Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.

A alternativa A está correta, de fato os legitimados ativos e passivos estão corretamente listados, e o entendimento sobre a indivisibilidade sedimentado na súmula n° 38 do TSE: "Nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária.";

A alternativa B está correta, a norma contida no art 14 § 10 da Constituição Federal que assim dispõe:"O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.";

A alternativa C está correta, a decisão exarada na AIME tem eficácia imediata, excepcionando-se a aplicação do art.216 do Código Eleitoral;

A alternativa D está incorreta, pois o cidadão não tem legitimidade para propor a AIME. São legitimados para a ação a) partidos; b) coligações; c) candidatos; e d) Ministério Público.

A alternativa E está correta, a AIME é uma ação constitucional eleitoral e para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a AIME ocupa uma preferred position em relação às demais ações eleitorais, ante a jusfundamentalidade formal e material gravada pelo constituinte de 1988.

QUESTÃO 20. "Os crimes eleitorais são infrações que atentam contra bens jurídicos eleitorais. O objetivo da tipificação penal é zelar por bens relevantes, como a autenticidade do processo eleitoral, o funcionamento do serviço eleitoral, a liberdade eleitoral e os padrões éticos ou igualitários nas atividades eleitorais" RAIS, Diogo (coord.). Direito eleitoral digital. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters

Brasil, 2022. E-book. Disponível em: https://proview.thomsomreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/133438/v3.

Quanto aos crimes tipicamente eleitorais e a atuação do órgão do Ministério Público, está CORRETA:

a) No dia da eleição, pratica o delito de boca de urna, (art. 39, § 5º, inc. II, in fine, da Lei n. 9.504/97) punido com detenção e multa, o indivíduo que distribui material de propaganda ou arregimenta eleitores ou, ainda, manifesta sua intenção eleitoral de forma tácita, individual e silenciosa; portanto, nos termos da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o crime não é de mera conduta.

b) Pratica crime eleitoral o eleitor que, no dia eleição, publica ou impulsiona novos conteúdos nas aplicações de internet, podendo ser mantidos em funcionamento as aplicações dos conteúdos publicados anteriormente.

c) São proibidas a realização de comícios e a utilização de aparelhagens de sonorização fixas no período compreendido entre 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas, inclusive no dia do comício de encerramento da campanha.

d) É vedada a propaganda eleitoral mediante outdoors, exceto eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular, afastado o pagamento de multa.

e) Promoção de desordem, em seção eleitoral, no dia do pleito: o mero tumulto causado por insatisfação com a fila de votação, tendo o eleitor proferido palavras de baixo calão aos mesários, sem paralisar ou interromper os trabalhos já é bastante para configuração do delito previsto no art. 296 do Código Eleitoral, pois não se exige o efetivo prejuízo aos trabalhos eleitorais para sua tipificação.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema crimes eleitorais.

A alternativa A está incorreta, pois não pratica o delito de boca de urna quem se manifesta de forma individual e silenciosa, conforme dispõe a lei n° 9.504/97: “Art. 39-A. É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.”

A alternativa B está correta, pois de acordo com a literalidade do artigo 39, §5°, inciso IV da lei n°9.504/97 : “ Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR: a publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet de que trata o art. 57-B desta Lei, podendo ser mantidos em funcionamento as aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.”;

A alternativa C está incorreta, pois contraria o artigo 39 § 4° da lei n 9.504/97: “A realização de comícios e a utilização de aparelhagens de sonorização fixas são permitidas no horário compreendido entre as 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais 2 (duas) horas.”;

A alternativa D está incorreta, pois a vedação também abrange os outdoors eletrônicos, conforme dispõe o 39 § 8° da lei n 9.504/97: "É vedada a propaganda eleitoral mediante outdoors, inclusive eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 15.000,00 (quinze mil reais).";

A alternativa E está incorreta, pois o elemento do tipo penal exige que a desordem tenha de fato prejudicado os trabalhos eleitorais. No caso concreto pode haver a configuração do crime de desacato pelas palavras de baixo calão proferidas contra os mesários.

QUESTÃO 21. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Em razão do princípio da legalidade, a estrutura semântica da lei incriminadora deve ser rigorosamente observada e suas elementares devem encontrar adequação fática para que o comando secundário seja aplicado, exercendo o tipo penal uma imprescindível função de garantia.

b) Todos os tipos comissivos dolosos também admitem punição a título de culpa, se presente a negligência, imprudência ou imperícia, sendo que em ambos os casos (dolo ou culpa) a tipicidade material poderá ser inferida independentemente da violação do bem jurídico tutelado.

c) A tipicidade é a ratio cognoscendi da antijuridicidade, isto é, a adequação do fato ao tipo faz surgir o indício de que a conduta é antijurídica, sendo essa presunção afastada apenas diante da configuração de uma causa de justificação.

d) Os elementos normativos do tipo auxiliam o legislador na tarefa de descrever o comportamento proibido, caracterizando-se por circunstâncias que não se limitam em descrever o natural, mas implicam um juízo de valor.

e) Na tipicidade conglobante, o juízo de tipicidade é analisado partindo do sistema normativo considerado em sua globalidade, sendo imprescindível verificar não apenas a subsunção da conduta ao tipo, mas também se o comportamento é antinormativo, ou seja, não determinado ou incentivado por qualquer ramo do Direito.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra B. A questão trata sobre princípios e elementos essenciais do Direito Penal, como a tipicidade, antijuridicidade, dolo e culpa, e a função da lei penal.

A alternativa A está correta. O princípio da legalidade é um dos pilares do Direito Penal, garantindo que ninguém será punido sem prévia cominação legal. Isso implica que a descrição da conduta no tipo penal deve ser rigorosamente observada, para que haja adequação fática entre o fato ocorrido e a norma incriminadora. Este princípio atua como uma garantia contra arbitrariedades, exigindo clareza e precisão na tipificação das condutas.

A alternativa B está incorreta. Nem todos os tipos dolosos admitem punição a título de culpa. O Direito Penal prevê que alguns crimes são exclusivamente dolosos, ou seja, só podem ser cometidos com a

intenção (dolo), não havendo previsão de punição por culpa (negligência, imprudência ou imperícia). Além disso, a tipicidade material depende da violação de um bem jurídico tutelado, sendo essencial que haja dano ou perigo concreto ao bem protegido para que se configure o crime. A jurisprudência dos tribunais superiores reforça a necessidade da análise da ofensa ao bem jurídico para caracterizar a tipicidade.

A alternativa C está correta. O entendimento doutrinário e jurisprudencial afirma que a tipicidade é um indício de antijuridicidade, isto é, ao se subsumir uma conduta a um tipo penal, presume-se que ela seja antijurídica, salvo a presença de uma causa de justificação, como legítima defesa.

A alternativa D está correta. Os elementos normativos são aqueles que exigem uma avaliação de valor ou interpretação jurídica para serem compreendidos, como "honra" ou "funcionário público". Eles complementam a descrição típica, e essa avaliação é fundamental para a caracterização da conduta criminosa.

A alternativa E está correta. A teoria da tipicidade conglobante, desenvolvida por Zaffaroni, tem sido aceita pela doutrina e jurisprudência brasileira, especialmente nos tribunais superiores. Ela estabelece que a tipicidade deve ser analisada de forma global, considerando se o comportamento é realmente antinormativo, ou seja, contrário ao ordenamento jurídico como um todo, verificando se a conduta não foi permitida ou incentivada por outras normas do direito.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra B, estando corretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 22. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A culpabilidade analisada sob o vértice da potencial consciência da ilicitude encontra-se atrelada ao seu sentido estrito, enquanto integrante do conceito analítico de crime, e não se confunde com a valoração afeta às circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal.

b) A punibilidade não integra o conceito analítico de crime, sendo sua consequência jurídica.

c) A ilicitude ou antijuridicidade compõe o conceito analítico de crime, podendo ser excluída se presentes causas de justificação, consistentes na legítima defesa, no estado de necessidade, no estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular do direito.

d) Constituem o mesmo instituto penal a culpabilidade enquanto integrante do substrato do crime e enquanto circunstância judicial a ser valorada na aplicação da pena.

e) Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade estão de tal forma relacionadas entre si que cada elemento posterior do delito pressupõe o anterior.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra D. A questão aborda o conceito analítico de crime e os seus elementos (tipicidade, ilicitude e culpabilidade), além de diferenciar a culpabilidade enquanto elemento do crime e como circunstância judicial no momento da dosimetria da pena.

A alternativa A está correta. A culpabilidade, no conceito analítico de crime, refere-se à reprovabilidade da conduta, o que inclui a potencial consciência da ilicitude. Já as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal são utilizadas para determinar a pena dentro do mínimo e máximo legal, sendo uma etapa posterior à análise da culpabilidade enquanto elemento do crime. A doutrina e a jurisprudência fazem essa distinção clara entre a culpabilidade como elemento do crime e sua função na dosimetria da pena.

A alternativa B está correta. A punibilidade não faz parte do conceito analítico de crime (que inclui tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade). A punibilidade é a consequência jurídica da prática do crime, ou seja, a aplicação da sanção penal.

A alternativa C está correta. A ilicitude é um dos elementos do conceito analítico de crime e pode ser excluída pelas chamadas causas de justificação, como a legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito, conforme previsto no Código Penal.

A alternativa D está incorreta. A culpabilidade como elemento do crime e a culpabilidade como circunstância judicial são institutos distintos. No conceito analítico do crime, a culpabilidade refere-se à reprovabilidade da conduta e é um dos elementos necessários para a configuração do delito. Já no momento da dosimetria da pena, a culpabilidade é uma das circunstâncias judiciais consideradas para determinar a pena adequada, conforme o art. 59 do Código Penal. A doutrina e a jurisprudência destacam essa distinção, sendo equivocada a afirmação de que ambos os conceitos são o mesmo instituto.

A alternativa E está correta. O conceito analítico de crime é estruturado de forma sequencial: primeiro, verifica-se a tipicidade; em seguida, a antijuridicidade; e, por fim, a culpabilidade. Se um dos elementos estiver ausente, o crime não se configura.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra D, estando corretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 23. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada, verificando-se nos prazos previstos no Código Penal, que não são afetados pela reincidência do condenado.

b) A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

c) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

d) Nos crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam violência contra a criança e o adolescente, previstos no Código Penal ou em legislação especial, a prescrição começa a correr da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

e) A interrupção da prescrição produz efeitos relativamente a todos os autores do crime, exceto quando a interrupção decorre da reincidência, ou pelo início ou continuação do cumprimento da pena.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra A. A questão trata de aspectos relacionados à prescrição penal e à extinção da punibilidade.

A alternativa A está incorreta. Embora a prescrição, após o trânsito em julgado, se regule pela pena aplicada, a reincidência do condenado afeta o cálculo da prescrição. Nos termos do art. 110, §1º, e art. 61, I, do Código Penal, a reincidência aumenta o prazo prescricional em um terço. Portanto, a reincidência interfere sim nos prazos da prescrição, o que torna essa alternativa incorreta.

A alternativa B está correta. A extinção da punibilidade de um crime que sirva como pressuposto ou agravante de outro não se estende a esse outro crime. Crimes conexos mantêm suas características autônomas e podem agravar a pena, mesmo que a punibilidade de um seja extinta. Este entendimento está de acordo com o art. 108 do Código Penal.

A alternativa C está correta. A prescrição, após o trânsito em julgado para a acusação, é determinada com base na pena aplicada, conforme o art. 110 do Código Penal. O termo inicial da prescrição nunca pode ser anterior à denúncia ou queixa.

A alternativa D está correta. Essa alternativa reflete corretamente o disposto no art. 111, V, do Código Penal, que determina que, para crimes contra a dignidade sexual envolvendo menores, o prazo da prescrição começa a contar a partir do momento em que a vítima atinge a maioridade, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

A alternativa E está correta. A interrupção da prescrição se aplica a todos os coautores e partícipes do crime, exceto nos casos específicos mencionados, como a reincidência, que afeta apenas o condenado reincidente, e o início ou continuação do cumprimento da pena, que afetam diretamente o condenado que está cumprindo a pena. Este entendimento é corroborado pelo art. 117 do Código Penal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra A, estando corretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 24. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Para a caracterização do crime de estupro de vulnerável, basta que o agente tenha conjunção carnal ou pratique qualquer ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos. O consentimento da vítima, sua eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso entre o agente e a vítima não afastam a ocorrência do crime.

b) Nas hipóteses em que há imprecisão acerca do número exato de eventos abusivos à dignidade sexual da vítima, praticados ao longo de um extenso período, é inadequado o aumento de pena pela continuidade delitiva em patamar superior ao mínimo legal.

c) Presente o dolo específico de satisfazer à lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável, independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta, não sendo possível a desclassificação para o delito de importunação sexual.

d) O estado de sono ou o avançado estado de embriaguez da vítima, que lhe retire a capacidade de oferecer

resistência, são circunstâncias aptas a revelar sua vulnerabilidade, levando a prática da conjunção carnal ou outro ato libidinoso a caracterizar o estupro de vulnerável, independentemente da idade da vítima.

e) A contemplação lasciva configura o ato libidinoso constitutivo dos crimes de estupro e estupro de vulnerável, sendo irrelevante, para a consumação dos delitos, que haja contato físico entre ofensor e vítima.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra B. A questão aborda os elementos constitutivos do crime de estupro de vulnerável e outros crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está correta. O crime de estupro de vulnerável, conforme previsto no art. 217-A do Código Penal, é configurado sempre que há prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos. Não importa o consentimento da vítima, sua experiência sexual ou a existência de um relacionamento amoroso entre vítima e agente. A jurisprudência consolidada do STJ e STF reafirma que menores de 14 anos são incapazes de consentir validamente para atos sexuais, tornando irrelevantes essas circunstâncias.

A alternativa B está incorreta. O entendimento jurisprudencial é no sentido de que, mesmo havendo imprecisão quanto ao número exato de abusos praticados ao longo de um período extenso, o aumento de pena pela continuidade delitiva pode ser superior ao mínimo legal, a depender das circunstâncias do caso concreto. O STJ já decidiu que, quando há clara evidência de múltiplos atos ilícitos praticados repetidamente contra a vítima, é possível a majoração do patamar acima do mínimo previsto no art. 71 do Código Penal. Portanto, a alternativa está incorreta.

A alternativa C está correta. A prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, com o dolo específico de satisfazer à lascívia, configura estupro de vulnerável, de acordo com o art. 217-A do Código Penal. A jurisprudência tem reiterado que, independentemente da gravidade ou superficialidade do ato, quando há esse dolo, não é possível a desclassificação para o crime de importunação sexual, que exige uma conduta menos grave.

A alternativa D está correta. O estado de sono ou embriaguez extrema que impede a vítima de resistir pode caracterizar a vulnerabilidade exigida para o crime de estupro de vulnerável, conforme entendimento do STJ. Não se exige que a vítima seja menor de 14 anos, desde que a incapacidade de

resistência seja demonstrada, a vulnerabilidade fica configurada e o crime de estupro de vulnerável é caracterizado.

A alternativa E está correta. A contemplação lasciva, embora sem contato físico, pode configurar ato libidinoso, conforme entendimento jurisprudencial. O ato libidinoso não precisa necessariamente envolver contato físico, desde que seja um comportamento sexualmente invasivo ou constrangedor para a vítima. Portanto, a jurisprudência considera que atos como a contemplação lasciva podem caracterizar estupro de vulnerável, conforme o contexto.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra B, estando corretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 25. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes cometidos contra a Administração Pública, ainda que o valor seja irrisório, porquanto a norma penal busca tutelar não somente o patrimônio, mas também a moral administrativa.

b) É possível o agravamento da pena-base nos delitos praticados contra a Administração Pública com fundamento no elevado prejuízo causado aos cofres públicos, a título de consequências do crime.

c) Há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa, uma vez que estão previstos em tipos penais distintos e autônomos, são independentes e a comprovação de um deles pressupõe a do outro.

d) A prática de crime contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de elevada responsabilidade ou por membros de poder justifica a majoração da pena-base.

e) A consumação do crime de peculato-desvio ocorre no momento em que o funcionário efetivamente desvia o dinheiro, valor ou outro bem móvel, em proveito próprio ou de terceiro, ainda que não obtenha a vantagem indevida.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C. A questão trata sobre crimes contra a Administração Pública, como peculato, corrupção passiva e ativa; aplicabilidade do princípio da insignificância e a possibilidade de agravamento de pena.

A alternativa A está correta. A jurisprudência do STF e do STJ é consolidada no sentido de que o princípio da insignificância não se aplica a crimes contra a Administração Pública, mesmo que o valor seja pequeno. Isso ocorre porque esses crimes tutelam não apenas o patrimônio público, mas também a moralidade administrativa e a confiança pública. Assim, o simples fato de o valor ser irrisório não exclui a tipicidade do crime.

A alternativa B está correta. A jurisprudência admite o agravamento da pena-base nos crimes contra a Administração Pública quando há elevado prejuízo aos cofres públicos. Isso pode ser considerado como

uma circunstância negativa das "consequências do crime", conforme o art. 59 do Código Penal, justificando a majoração da pena em razão da gravidade do dano.

A alternativa C está incorreta. A corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) e a corrupção ativa (art. 333 do Código Penal) são crimes distintos e autônomos, mas não dependem necessariamente da comprovação de um para a configuração do outro. Embora sejam delitos correlacionados — já que um envolve o recebimento e o outro o oferecimento de vantagem indevida —, é possível que se comprove um dos crimes sem que haja a efetiva configuração do outro. Por exemplo, pode haver tentativa de corrupção ativa sem que o agente público aceite a vantagem, ou corrupção passiva mesmo sem a comprovação do oferecimento.

A alternativa D está correta. A jurisprudência do STF e STJ entende que a prática de crimes contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de maior responsabilidade justifica a majoração da pena, pois aumenta a gravidade do comportamento ilícito. Isso é uma aplicação do princípio da proporcionalidade, dado que quanto maior a responsabilidade do agente, maior a reprovabilidade da conduta.

A alternativa E está correta. O crime de peculato-desvio (art. 312 do Código Penal) se consuma no momento em que o agente público desvia dinheiro ou bem móvel em proveito próprio ou de terceiros, independentemente de obter a vantagem indevida. A consumação ocorre com o ato de desvio, não sendo necessário o resultado de enriquecimento do agente.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra C, estando corretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 26. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A restituição imediata e integral do bem furtado não constitui, por si só, motivo suficiente para a incidência do princípio da insignificância.

b) No crime de extorsão, a ameaça a que se refere o caput do art. 158 do CP, exercida com o fim de obter a indevida vantagem econômica, pode ter, por conteúdo, grave dano aos bens da vítima.

c) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

d) Há concurso formal impróprio no crime de latrocínio nas hipóteses em que o agente, mediante uma única subtração patrimonial, provoca, com desígnios autônomos, dois ou mais resultados morte.

e) O roubo praticado em um mesmo contexto fático, mediante uma só ação, contra vítimas diferentes, enseja o reconhecimento de crime único, não havendo que se falar em concurso de crimes.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra E. A questão trata sobre crimes contra o patrimônio, como furto, roubo, extorsão e latrocínio; princípio da insignificância, consumação e concurso de crimes.

A alternativa A está correta. A jurisprudência do STF e STJ entende que a restituição do bem furtado, ainda que imediata e integral, não é suficiente para a aplicação do princípio da insignificância. Esse princípio exige, além do pequeno valor do bem, outros requisitos como a ausência de periculosidade social da ação e a mínima ofensividade da conduta. A devolução do bem é um fator a ser considerado, mas não determina, isoladamente, a aplicação da insignificância.

A alternativa B está correta. No crime de extorsão, previsto no art. 158 do Código Penal, a ameaça pode envolver grave dano, tanto físico quanto patrimonial, à vítima. O importante é que essa ameaça seja suficiente para constranger a vítima a entregar uma vantagem econômica indevida ao agente.

A alternativa C está correta. A jurisprudência do STJ entende que o crime de roubo se consuma com a inversão da posse do bem, mediante violência ou grave ameaça, independentemente de o agente manter a posse de forma tranquila ou por longo tempo. O fato de a coisa roubada ser recuperada logo após o crime, como no caso de perseguição imediata, não impede a consumação do delito, pois o que se exige é apenas a inversão da posse.

A alternativa D está correta. O concurso formal impróprio ocorre quando, com uma só conduta, o agente provoca dois ou mais resultados, mas com desígnios autônomos (ou seja, a intenção de causar múltiplos resultados). No caso de latrocínio, se o agente, em uma única subtração patrimonial, provoca duas ou mais mortes com intenções autônomas, configura-se o concurso formal impróprio.

A alternativa E está incorreta. O entendimento jurisprudencial é que o roubo praticado contra vítimas diferentes, ainda que no mesmo contexto fático, configura concurso de crimes, pois cada vítima representa um crime distinto. A jurisprudência do STJ e STF segue a orientação de que há pluralidade de crimes (concurso formal) quando um agente, em uma única ação, atinge várias vítimas, pois se trata de lesão a bens jurídicos individuais (patrimônio de cada vítima).

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra E, estando corretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 27. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Considera-se vítima de especial vulnerabilidade aquela cuja singular fragilidade resulte, especificamente, de sua idade, gênero, estado de saúde ou de deficiência, bem como do fato de o tipo, o grau e a duração da vitimização terem resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições de sua integração social.

b) Considera-se vítima coletiva o grupo social, comunidades ou organizações sociais atingidas pela prática de crime, ato infracional ou calamidade pública que ofenda bens jurídicos coletivos, tais como a saúde pública, o meio ambiente, o sentimento religioso, o consumidor, a fé pública, a administração pública.

c) Entendem-se como fatos vitimizantes a ação ou omissão que causa dano, menoscaba ou coloca em perigo os bens jurídicos ou direitos de uma pessoa, convertendo-a em vítima, assim entendidos os exclusivamente tipificados como crime.

d) Observado o dolo específico, constitui crime de abuso de autoridade submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência ou outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização.

e) Consideram-se vítimas indiretas as pessoas que possuam relação de afeto ou parentesco com a vítima direta, até o terceiro grau, desde que convivam, estejam sob seus cuidados ou desta dependam, no caso de morte ou desaparecimento causado por crime, ato infracional ou calamidade pública.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C. A questão trata sobre conceitos relacionados à vitimologia, incluindo tipos de vítimas (vulneráveis, coletivas e indiretas) e vitimização.

A alternativa A está correta. A Resolução nº 243/2021/CNMP define vítimas de especial vulnerabilidade como pessoas que, devido a fatores específicos como idade, gênero ou deficiência, sofrem maior impacto psicológico e social. Esta definição está de acordo com a proteção especial que a norma confere a essas vítimas.

A alternativa B está correta. Vítimas coletivas são reconhecidas quando há ofensa a bens jurídicos de interesse coletivo ou difuso, como saúde pública e meio ambiente. A Resolução nº 243/2021/CNMP também contempla a proteção de vítimas em situações de crimes que afetam direitos de coletividades ou grupos sociais.

A alternativa C está incorreta. A vitimização não se restringe apenas a crimes tipificados. A Resolução nº 243/2021 e a doutrina reconhecem que tanto ações quanto omissões que causem dano ou perigo a bens jurídicos podem vitimizar uma pessoa, mesmo que não se trate de um crime tipificado, abrangendo também situações como abuso e negligência.

A alternativa D está correta. A Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) e a Resolução nº 243/2021 do CNMP visam proteger vítimas e testemunhas contra procedimentos que as levem a reviver, sem necessidade, situações traumáticas, evitando a vitimização secundária.

A alternativa E está correta. A Resolução nº 243/2021/CNMP reconhece a existência de vítimas indiretas, que incluem familiares e pessoas com laços afetivos com a vítima direta, especialmente quando dependem dela ou sofrem com sua morte ou desaparecimento em razão de um crime ou calamidade.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra C, estando corretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 28. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) De acordo com o princípio da acessoriedade limitada, o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição da infração penal antecedente não acarreta a atipicidade do delito de lavagem.

b) Nos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, é legítima a exasperação da pena-base pela valoração negativa das consequências do crime, quando há movimentação de expressiva quantia de recursos que extrapole o elemento natural do tipo penal.

c) É inadmissível a autolavagem, isto é, a imputação simultânea, ao mesmo réu, da infração antecedente e do crime de lavagem, ainda que demonstrados atos diversos e autônomos da primeira infração penal, caso em que ocorrerá o fenômeno da consunção.

d) É desnecessário que o autor do crime de lavagem de dinheiro tenha sido autor ou partícipe da infração penal antecedente. Basta que tenha ciência da origem ilícita dos bens, direitos e valores e concorra para sua ocultação ou dissimulação.

e) O crime de lavagem de dinheiro é de ação múltipla ou plurinuclear, consumando-se com a prática de qualquer dos verbos mencionados na descrição típica, relacionados com qualquer das fases da lavagem de dinheiro (ocultação, dissimulação, integração), não sendo exigida demonstração da ocorrência de todas as fases.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C. A questão trata sobre o crime de lavagem de dinheiro, princípios como acessoriedade, possibilidade de autolavagem e aspectos relacionados à dosimetria da pena.

A alternativa A está correta. O princípio da acessoriedade limitada estabelece que a infração penal antecedente não precisa ser punível para que o crime de lavagem de dinheiro seja configurado. Mesmo que a infração antecedente esteja prescrita ou seja extinta, o crime de lavagem de dinheiro ainda pode ser punido, conforme jurisprudência do STF.

A alternativa B está correta. A jurisprudência admite a exasperação da pena-base quando o montante de recursos envolvidos na lavagem de dinheiro for expressivamente elevado, extrapolando as circunstâncias ordinárias do crime. Isso pode ser considerado como uma circunstância agravante na dosimetria da pena, conforme o art. 59 do Código Penal.

A alternativa C está incorreta. A autolavagem é admitida pela jurisprudência brasileira, desde que o crime de lavagem de dinheiro configure uma conduta autônoma e posterior à infração penal antecedente. Não há consunção entre a infração antecedente e a lavagem de dinheiro quando há atos distintos. O STJ tem reiterado que, se a lavagem de dinheiro for um ato desvinculado e autônomo, é possível imputar ambos os crimes ao mesmo réu.

A alternativa D está correta. A lei de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998) não exige que o autor do crime de lavagem seja o mesmo autor da infração antecedente. O importante é que o agente tenha ciência da origem ilícita dos recursos e atue para ocultá-los ou dissimulá-los.

A alternativa E está correta. O crime de lavagem de dinheiro é de ação múltipla, podendo ser consumado com a prática de qualquer dos atos descritos na lei (ocultação, dissimulação, integração, etc.). Não é

necessário que todas as fases do processo de lavagem sejam demonstradas, basta que uma delas tenha ocorrido para a configuração do crime.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra C, estando corretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 29. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A regra contida na Súmula Vinculante 24, do Supremo Tribunal Federal, pode ser mitigada de acordo com as peculiaridades do caso concreto, sendo possível iniciar a persecução penal antes de encerrado o procedimento administrativo, nos casos de embaraço à fiscalização tributária ou diante de indícios da prática de outros delitos, de natureza não fiscal.

b) O contribuinte que, de forma contumaz e com dolo de apropriação, deixa de recolher o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço, pratica o crime de omissão de recolhimento (ou apropriação indébita tributária).

c) O expressivo valor do tributo sonegado pode ser considerado como fundamento idôneo para caracterizar "grave dano à coletividade" e justificar a majoração de 1/3 (um terço) até a metade da pena do crime tributário.

d) É inaplicável o princípio da insignificância aos crimes tributários, independentemente do valor do tributo suprimido ou reduzido em razão das condutas praticadas pelos agentes, ainda que a Advocacia Pública não ajuíze ação de execução fiscal para cobrança do crédito tributário devido.

e) A autoria e a participação nos crimes tributários prescindem de que os agentes integrem o quadro da pessoa jurídica, o polo passivo do procedimento administrativo-fiscal, ou ainda, sejam responsáveis pelo cumprimento da obrigação tributária, desde que demonstrado o envolvimento com a prática criminosa.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra D. A questão trata sobre crimes tributários, como sonegação fiscal, apropriação indébita tributária e aplicação do princípio da insignificância.

A alternativa A está correta. A Súmula Vinculante 24 estabelece que a persecução penal por crimes tributários depende da conclusão do procedimento administrativo, porém, pode ser mitigada em casos de embaraço à fiscalização ou indícios de crimes não fiscais, como lavagem de dinheiro. A jurisprudência do STF permite essa flexibilização.

A alternativa B está correta. O STF reconhece que a omissão do recolhimento do ICMS cobrado de terceiros, quando há dolo de apropriação, configura o crime de apropriação indébita tributária. Essa conduta é punida com base no art. 2º, II, da Lei 8.137/1990.

A alternativa C está correta. O valor expressivo do tributo sonegado pode ser considerado circunstância agravante para a majoração da pena, conforme o art. 12, I, da Lei 8.137/1990. A jurisprudência

reconhece que grandes montantes sonegados causam dano à coletividade, justificando o aumento da pena.

A alternativa D está incorreta. O princípio da insignificância é aplicável aos crimes tributários, desde que o valor do tributo suprimido seja ínfimo. O STF tem estabelecido que valores abaixo de R$ 20.000,00, com base na Portaria nº 75/2012 da PGFN, podem justificar a aplicação do princípio da insignificância, afastando a tipicidade penal. A ausência de execução fiscal também pode ser um indício relevante.

A alternativa E está correta. Nos crimes tributários, a autoria ou participação pode ser imputada a agentes que, mesmo não integrando formalmente a pessoa jurídica, estejam envolvidos na prática criminosa. O importante é a demonstração do envolvimento ativo e doloso na infração. A jurisprudência confirma que não é necessário ser o responsável direto pela obrigação tributária para ser responsabilizado penalmente.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra D, estando corretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 30. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A elaboração ou apresentação de estudo falso ou enganoso no processo de licenciamento não constitui crime ambiental autônomo, mas pode configurar circunstância agravante para a pena.

b) É possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais independentemente da persecução penal concomitante da pessoa física que a represente, não se aplicando, portanto, a Teoria da Dupla Imputação.

c) A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) não impede a persecução criminal pela prática de crime ambiental, mas pode eventualmente repercutir na dosimetria da pena.

d) São penas restritivas de direito aplicáveis à pessoa jurídica no caso de crimes ambientais: a suspensão parcial ou total das atividades, a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

e) Nos crimes ambientais, é possível responsabilizar gerentes e administradores da pessoa jurídica por conduta omissiva, quando, tendo conhecimento de conduta criminosa e poder de impedi-la, não o fazem.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra A. A questão solicita que seja assinalada a alternativa incorreta. A questão trata do tema crimes ambientais.

A alternativa A está incorreta, pois o crime de elaboração ou apresentação de estudo ambiental falso constitui crime autônomo previsto na lei de crimes ambientais, n° 9.605/98: “Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão.”;

A alternativa B está correta, não se aplica a teoria da dupla imputação, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal: "É possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome. Conforme orientação da Primeira Turma do STF, "O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação" (RE 548.181, Primeira Turma, DJe 29/10/2014). Diante dessa interpretação, o STJ modificou sua anterior orientação, de modo a entender que é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome. Precedentes citados: RHC 53.208-SP, Sexta Turma, DJe 1º/6/2015; HC 248.073-MT, Quinta Turma, DJe 10/4/2014; e RHC 40.317-SP, Quinta Turma, DJe 29/10/2013. RMS 39.173-BA, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 6/8/2015, DJe 13/8/2015.";

A alternativa C está correta, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "A assinatura do termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental estadual não impede a instauração da ação penal, pois não elide a tipicidade formal das condutas imputadas ao acusado, repercutindo, na hipótese de condenação, na dosimetria da pena. (APn 888/DF, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 02/05/2018, DJe 10/05/2018).";

A alternativa D está correta, corresponde ao disposto na lei n° 9.605/98. Art. 8º: "As penas restritivas de direito são: II - interdição temporária de direitos; III - suspensão parcial ou total de atividades; e IV - prestação pecuniária."; Art. 10: "As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.";

A alternativa E está correta, corresponde a entendimento fixado na jurisprudência em tese do Superior Tribunal de Justica (tese n° 8) da edição 216: "Nos crimes ambientais, é possível responsabilizar, por conduta omissiva, gerentes e administradores da pessoa jurídica que tendo conhecimento de conduta criminosa e, com poder de impedi-la, não o fizeram.".

QUESTÃO 31. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O fenótipo do agente não autoriza buscas pessoais praticadas como rotina ou praxe do policiamento ostensivo, com finalidade preventiva e motivação exploratória, mas apenas buscas pessoais com finalidade probatória e motivação correlata.

b) O fato de o agente ficar nervoso diante da abordagem policial configura atitude suspeita, caracterizadora da justa causa para a busca pessoal, confirmada pelo encontro de substância entorpecente e pelo acerto do tirocínio policial.

c) Um traficante de drogas pode negar o desbloqueio e o acesso às mensagens pretéritas armazenadas no aparelho celular regularmente apreendido, ainda que o desbloqueio seja solicitado por policiais, se ausentes ordem judicial.

d) Por força do Pacto de São José da Costa Rica, bem como da Constituição da República do Brasil, o agente suspeito de portar drogas que for abordado por policiais é dispensado de ser advertido quanto ao seu direito ao silêncio (Miranda warning).

e) Caracteriza excesso policial a realização de busca minuciosa no interior de veículo automotor, durante fiscalização de rotina (blitz) e sob o fundamento de que existem em relação ao condutor de veículo registros criminais anteriores.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra B. A questão trata sobre busca e apreensão.

A alternativa A está correta, pois a questão corresponde ao entendimento jurisprudencial do STJ. Ao julgar o HC 158.580, o Ministro Rogério Schietti Cruz elucida que: "o art. 244 do CPP não autoriza buscas pessoais praticadas como "rotina" ou "praxe" do policiamento ostensivo, com finalidade preventiva e motivação exploratória, mas apenas buscas pessoais com finalidade probatória e motivação correlata".

A alternativa B está incorreta - pois encontra-se incompatível como entendimento jurisprudencial do STJ. Ainda no julgamento do HC 158.580, a Corte ressaltou: "esta Corte Superior de Justiça tem reiteradamente decidido que atitude considerada suspeita e nervosismo do acusado ao avistar os policiais não constituem fundada suspeita a autorizar busca pessoal."

A alternativa C está correta, pois encontra-se em conformidade com o entendimento jurisprudencial do STJ. Nesse sentido, a respeito dos dados obtidos de aparelho celular por órgão investigativo, o relator Min. João Otávio Noronha no HC 646.771/PR manifestou que estes: "somente são admitidos como prova lícita no processo penal quando há precedente mandado de busca e apreensão expedido por juiz competente ou quando há autorização voluntária de interlocutor da conversa."

A alternativa D está correta. Segundo a jurisprudência do STJ, não há tal exigência na legislação processual penal no momento na abordagem, mas tão somente nos interrogatórios policial e judicial.

A alternativa E está correta. O tema já foi tratado pela jurisprudência do STJ. Assim, as diligências realizadas pela blitz, devem se restringir à finalidade legal que as autoriza, ou seja, a verificação do cumprimento das normas de trânsito.

QUESTÃO 32. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) No caso de violência doméstica, é viável a concessão de medida protetiva de urgência e, por se tratar de medida de natureza cautelar, dispensa-se a citação do requerido para contestação e contraditório, nos moldes da lei processual civil.

b) A oitiva judicial de vítima de violência doméstica se orienta por evitar a revitimização, dispensando a inquirição em contraditório direto sobre o mesmo fato, primeiro no âmbito administrativo e depois criminal.

c) Na violência doméstica, o princípio da reserva de jurisdição para afastamento de garantia fundamental se aplica de forma diferida, por meio de referendo judicial de medida pré-cautelar de afastamento do lar, se requerida a agente de polícia.

d) O recurso de medidas cautelares na violência doméstica observa as normas do Código de Processo Penal e Civil, ressalvado o princípio da especialidade, que afasta a fungibilidade entre o uso da apelação e do agravo de instrumento.

e) A medida protetiva não pode ser autonomizada e estabilizada por causa de sua referibilidade mutável, durando por prazo razoável e reavaliada periodicamente, vedada a analogia com o prazo da prisão preventiva.

Comentários

O gabarito é a letra D. A questão solicita a alternativa incorreta. A questão trata do tema medidas protetivas no âmbito da Lei Maria da Penha.

A alternativa A está correta, conforme decidido pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 2009402 / GO (2022/0191386-8): "Deve-se aplicar às medidas protetivas de urgência o regramento previsto pelo Código de Processo Penal no que tange às medidas cautelares. Dessa forma, não cabe falar em instauração de processo próprio, com citação do requerido, tampouco com a possibilidade de decretação de sua revelia em caso de não apresentação de contestação no prazo de cinco dias.";

A alternativa B está correta, conforme dispõe a Lei Maria da Penha no Art. 10-A: "É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados.§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes: III - não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada;

A alternativa C está correta, conforme dispõe a Lei Maria da Penha: "Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. § 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.";

A alternativa D está incorreta, O princípio da fungibilidade é um corolário do princípio da instrumentalidade das formas, que se baseia na ideia de que o ato processual é um instrumento para atingir um objetivo, mesmo que tenha vícios. Não há nenhuma vedação à sua aplicação no âmbito da proteção contra a violência doméstica e familiar;

A alternativa E está correta, A Lei Maria da Penha, em seu art.§ 6º dispõe: “As medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes”.

QUESTÃO 33. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A confissão extrajudicial introduzida no processo por outros meios de prova (como, por exemplo, o testemunho do policial que a colheu) é admissível pela ausência de hierarquia entre os meios de prova.

b) A confissão extrajudicial admissível pode servir apenas como meio de obtenção de provas, indicando à polícia ou ao Ministério Público possíveis fontes de provas na investigação, mas não pode embasar a sentença condenatória.

c) A confissão extrajudicial somente será admissível no processo judicial se feita formalmente e de maneira documentada, dentro de um estabelecimento estatal público e oficial.

d) A confissão judicial, em princípio, é lícita. Todavia, para a condenação, apenas será considerada a confissão que encontre algum sustento nas demais provas, por sua compatibilidade ou concordância.

e) O silêncio do acusado não importará em confissão, não constituirá elemento para a formação do convencimento do juiz e nem poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra A.nA questão trata sobre confissão extrajudicial.

A alternativa A está incorreta. A questão aborda entendimento jurisprudencial do STJ sobre o tema no julgamento da AREsp 2.123.334-MG, o Rel Min. Ribeiro Dantas, Terceira Seção, por unanimidade decidiu que: “a confissão extrajudicial somente será admissível no processo judicial se feita formalmente e de maneira documentada, dentro de um estabelecimento estatal público e oficial. Tais garantias não podem ser renunciadas pelo interrogado e, se alguma delas não for cumprida, a prova será inadmissível. A inadmissibilidade permanece mesmo que a acusação tente introduzir a confissão extrajudicial no processo por outros meios de prova (como, por exemplo, o testemunho do policial que a colheu)”.

A alternativa B está correta. No mesmo sentido, o STJ, no AREsp 2.123.334-MG decidiu que: “a confissão extrajudicial admissível pode servir apenas como meio de obtenção de provas, indicando à polícia ou ao Ministério Público possíveis fontes de provas na investigação, mas não pode embasar a sentença condenatória.”

A alternativa C está correta, conforme o elucidado nos comentários da alternativa A.

A alternativa D está correta. A questão está em conformidade com o entendimento jurisprudencial do STJ: “A confissão judicial, em princípio, é, obviamente, lícita. Todavia, para a condenação, apenas será considerada a confissão que encontre algum sustento nas demais provas, tudo à luz do art. 197 do CPP”.

A alternativa E está correta. Apesar de o art. 198 do CPP prever que "o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz", a parte final do dispositivo é considerada revogada tacitamente pela doutrina, pois o art. 186 do CPP, dada pela Lei nº 10.792/03 prevê que "o silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa", prevalecendo, portanto, a norma mais recente.

QUESTÃO 34. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O fato de o réu ser assistido pela Defensoria Pública autoriza a presunção absoluta miserabilidade da isenção de custas, cuja exigibilidade fica dispensada de prova no juízo da execução.

b) É viável o reconhecimento judicial de falta grave na execução da pena, se o Conselho Disciplinar reconheceu administrativamente apenas a falta média. Isso, graças à interdependência das instâncias, já que não se trata de absolvição penal.

c) O inadimplemento da pena de multa, após cumprida a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, não obsta a extinção da punibilidade, ante a alegada hipossuficiência do condenado, salvo se diversa e motivadamente entender o juiz.

d) A prisão domiciliar não é regime de cumprimento de pena e sua imposição acontece em situações restritas (numerus clausus). Porém, é possível a prisão domiciliar humanitária em situações excepcionalíssimas, que afetam o estado de dignidade do preso.

e) A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, desde que o juiz da execução verifique que os estabelecimentos de regime semiaberto e aberto não são adequados.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra A. A questão trata sobre a hipossuficiência.

A alternativa A está incorreta, pois, ao contrário do que a questão afirma, a representação pela Defensoria Pública não presume a miserabilidade absoluta do representado. Nesse sentido, o STJ firmou o seguinte entendimento: "a simples circunstância do patrocínio da causa pela Defensoria Pública não faz presumir a hipossuficiência econômica do representado, não podendo ser presumida a concessão da gratuidade de justiça".

A alternativa B está correta. É o entendimento jurisprudencial do STJ. Segundo o julgamento do AResp nº 1.738.977-MG: "É possível o reconhecimento judicial da conduta imputada ao reeducando como falta grave, ainda que o Conselho Disciplinar Penitenciário tenha entendido se tratar de infração de natureza média, uma vez que as esferas judicial e administrativa são autônomas e independentes entre si".

A alternativa C está correta e em conformidade com o entendimento jurisprudencial do STJ. O Min. Rogério Schietti concluiu no REsp nº 2090454-SP que: "ante a alegada hipossuficiência do condenado, extinguir a punibilidade, salvo se diversamente entender o juiz competente, em decisão suficientemente

motivada e apoiada em prova constante dos autos, a indicar a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária"

A alternativa D está correta. Além das hipóteses previstas no art. 177 da LEP, há entendimento jurisprudencial sobre a possibilidade da prisão domiciliar humanitária, de forma excepcional, para preservação da dignidade da pessoa humana. Como exemplo, o TJDF manifestou no Acórdão 1253041: "embora a agravante se encontre reclusa no regime semiaberto, a situação de excepcionalidade evidenciada nos autos, enseja a concessão de prisão domiciliar humanitária, lastreada no princípio da dignidade da pessoa humana."

A alternativa E está correta. Nesse sentido, a súmula vinculante do STF preconiza: "A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS."

QUESTÃO 35. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A decisão tomada pelos jurados, ainda que seja injusta ou desajustada com a jurisprudência dominante, é soberana e por isso se mantém.

b) O respeito ao princípio da soberania dos veredictos constitui materialização do poder popular que é exercido diretamente no Tribunal do Júri.

c) A soberania dos veredictos se concilia com o princípio do duplo grau, legitimando o Tribunal de apelação a valorar a prova e decidir pela tese mais acertada.

d) O princípio da soberania dos veredictos e a íntima convicção do jurado o autorizam a não fundamentar a escolha da versão que parecer mais verossímil.

e) A soberania dos veredictos é garantia que cede, se a decisão é teratológica e manifestamente oposta à prova, cabendo outro julgamento.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C. A questão trata sobre a soberania do tribunal do juri.

A alternativa A está correta. Segundo a Sexta Turma do STJ: "A decisão tomada pelos jurados, ainda que não seja a mais justa ou a mais harmônica com a jurisprudência dominante, é soberana, conforme disposto no art. 5º, XXXVIII, "c", da CF/1988."

A alternativa B está correta conforme entendimento doutrinário.

A alternativa C está incorreta. Nesse sentido: "A decisão impugnada está alinhada com a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a determinação de realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri não contraria o princípio constitucional da soberania dos veredictos quando a decisão for manifestamente contrária à prova dos autos". - (STF – HC 181307 AgR / MT, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO Julgamento: 29/05/2020).

A alternativa D está correta. Segundo Nucci: "no Tribunal do Juri, não há necessidade de fundamentação, pois trata-se de ato jurisdicional vinculado ao veredicto dado pelos jurados. Estes, por sua vez, em excessão constitucionalmente assimilada pelo princípio do sigilo das votações, decidem por livre convicção plena".

A alternativa E está correta. O Código de Processo penal, em seu art. 593 prevê as hipóteses em que o veredicto dos jurados poderá ser revistos, sendo que, a decisão teratológica (contrárias aos princípios e fundamentos jurídicos) e a contrária às provas acostadas nos autos, são passíveis de apelação.

QUESTÃO 36. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) É possível a suspensão condicional do processo nas infrações penais em concurso material, formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório ou pela incidência da majorante, for inferior a um ano.

b) Além das condições da c do processo, o juiz pode impor obrigações equivalentes a sanções penais (como a prestação de serviços comunitários), mas que se apresentam tão somente como condições para a incidência do instituto.

c) Nos procedimentos do Processo Penal, é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, se em decorrência resultar pena cominada inferior a um ano.

d) Descabe cogitar de direito subjetivo, mas sim de poder-dever do Ministério Público, titular da ação, a quem cabe, com exclusividade, analisar a possibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo, desde que o faça de forma fundamentada.

e) Se descumpridas as condições, mas expirado o prazo do período de prova sem que tenha havido revogação da suspensão condicional do processo pelo inadimplemento do acordado, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra E. A questão trata sobre suspensão condicional.

A alternativa A está correta, conforme a súmula nº 243, STJ: "O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano."

A alternativa B está correta, conforme previsão do art. 89, §2º da Lei 9.099/95: "O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado."

A alternativa C está correta. A questão está de acordo com o que prevê o art. 89 da Lei 9.099/95, que elucida as hipóteses de cabimento da suspensão condicional do processo e com a súmula vinculante do

STJ, que prevê "ser cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e procedência parcial da pretensão punitiva, devendo os autos do processo retornarem à instância de origem para aplicação desses institutos".

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ: "A suspensão condicional do processo não é direito subjetivo do acusado, mas sim um poder-dever do Ministério Público, titular da ação penal, a quem cabe, com exclusividade, analisar a possibilidade de aplicação do referido instituto, desde que o faça de forma fundamentada' (AgRg no AREsp n. 607.902/SP, relator Min. Gurgel de Faria, Quinta Turma).

A alternativa E está incorreta, e portanto, a nossa alternativa. O STJ já firmou tese a respeito do tema, concluindo que: "é possível a revogação da suspensão condicional do processo, ainda que expirado o período da suspensão do curso do processo, desde que comprovado que houve o descumprimento das condições impostas ou que o beneficiado passou a ser processado por outro crime no curso do prazo da suspensão"

QUESTÃO 37. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Considerar-se-á intimado pessoalmente o Promotor de Justiça, com a entrega dos autos físicos, mediante vista.

b) Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação.

c) Considerar-se-á intimado pessoalmente o Defensor Público, com a entrega dos autos físicos, mediante vista e prazo em dobro para recorrer.

d) Considerar-se-á realizada a intimação do Assistente por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.

e) Considerar-se-á intimado pessoalmente o Defensor Dativo, com a entrega dos autos físicos e prazo em dobro para recorrer.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra E. A questão trata sobre intimações.

A alternativa A está correta. Nesse sentido, o STJ: "É incontroverso que o Ministério Público Estadual dispõe da prerrogativa de intimação pessoal, o que se formaliza através da entrega dos autos com vista. Essa disposição está prevista no art. 41, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8625/93)."

A alternativa B está correta. O entendimento firmado pelo STJ é de que: "nos termos do art. 5º, §§1º e 3º, da Lei 11.419/2006, a intimação eletrônica considera-se realizada no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, a qual pode ser realizada em até 10 dias, contados da data do

seu envio, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo (HC 400.310/SP, Min. Reynaldo Soares, Quinta Turma)

A alternativa C está correta, conforme entendimento jurisprudencial do STJ.

A alternativa D está correta, conforme o art. 370, § 1 do CPP: "a intimação do [...] assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca"

A alternativa E está incorreta, pois o defensor dativo é o defensor nomeado pelo juiz para os acusados que não tem advogado constituído nos autos, não sendo pertencente à Defensoria Pública, consequentemente, não possui prazo em dobro.

QUESTÃO 38. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) As medidas assecuratórias patrimoniais independem de ordem judicial para sua implementação.

b) Para decretação judicial das medidas assecuratórias patrimoniais, basta o mero risco de dilapidação patrimonial, não sendo necessária sua efetiva comprovação.

c) Para a decretação do sequestro, basta a existência de indícios veementes de que os bens têm origem ilícita, ainda que estejam em posse de terceiros.

d) No caso de risco de perda do valor dos bens, por estarem sujeitos à deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção, o juiz determinará a alienação antecipada para preservação.

e) A hipoteca legal atinge apenas bens do suposto autor da infração penal, não podendo, em regra, atingir bens de terceiros. Admite-se, no entanto, a hipoteca de bens de pessoas jurídicas titularizadas pelo próprio autor do ilícito.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra A. A questão trata sobre medidas assecuratórias.

A alternativa A é a única que se encontra em dissonância com o que preceitua o Código de Processo Penal, que prevê em seu art. 282, §2º: "As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público", portanto, dependem de ordem judicial.

A alternativa B e D estão corretas, pois é o posicionamento do Min. Herman Benjamin, no julgamento do REsp nº 1.587.576 - PA, assim as tornam. Veja: "É firme o entendimento no STJ, de que a decretação de indisponibilidade dos bens não se condiciona à comprovação de dilapidação efetiva ou iminente de patrimônio, porquanto visa, justamente, a evitar dilapidação patrimonial. Ademais, tal medida consiste em "tutela de evidência, uma vez que o periculum in mora não é oriundo da intenção do agente dilapidar seu patrimônio e, sim, da gravidade dos fatos e do montante do prejuízo causado ao erário, o que atinge toda a coletividade".

A alternativa C está correta, pois, conforme o art. 125: "caberá o seqüestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro". No mais, o art. 126 do Código de Processo Penal prevê que: "para a decretação do seqüestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens."

A alternativa E está correta. Tal possibilidade é prevista no art. 64, CPP: "sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a ação para ressarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível, contra o autor do crime e, se for caso, contra o responsável civil".

QUESTÃO 39. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A documentação da cadeia de custódia afasta a cogitação de desconfiança sobre a prova, com a preservação de sua autenticidade e integridade.

b) A quebra da cadeia de custódia é insuficiente para tornar a prova inadmissível, embora possa gerar a dúvida que impede a condenação.

c) A quebra da cadeia de custódia importa em nulidade da prova coletada, independentemente da demonstração do risco de adulteração dos vestígios coletados.

d) A quebra da cadeia de custódia com a alteração de quantidade natureza objeto apreendido torna prova ilícita, por violação ao princípio da mesmidade.

e) A cadeia de custódia tem natureza processual, razão pela qual seus dispositivos não se aplicam a feitos que apuram atos praticados antes da sua vigência.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C. A questão trata sobre a cadeia de custódia.

No julgamento do AREsp 1.847.296, a Quinta Turma do STJ, decidiu que a alegada quebra da cadeia de custódia não invalida a condenação se esta foi amparada em evidências suficientes da materialidade do crime. O colegiado seguiu o entendimento de que, no processo penal, o reconhecimento de nulidade exige a comprovação de prejuízo efetivo. Tal entendimento, tornam todas as questões corretas, com exceção da letra C, pois a nulidade exige, sim, a comprovação de prejuízo efetivo. Vale acrescentar que no julgamento do HC 653-515-RJ, o STJ pronunciou que: "as irregularidades constantes da cadeia de custódia devem ser sopesadas pelo magistrado com todos os elementos produzidos na instrução, a fim de aferir se a prova é confiável." Por fim, a quebra da custódia não invalida a prova coletada, mas pode assim ser considerada, caso o magistrado entenda que a prova não é confiável.

QUESTÃO 40. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Muito embora a Lei de interceptações telefônicas não determine a juntada do conteúdo integral degravado das interceptações em juízo, sua juntada é sempre necessária, dispensando-se apenas sua transcrição.

b) A Lei autoriza a realização de operação policial disfarçada para a instalação de dispositivo de captação ambiental, desde que se observe a garantia de inviolabilidade do domicílio no período noturno.

c) A extração de dados de dispositivos móveis, para fins de prova criminal, independe de qualquer análise técnica, desde que seja feita por dispositivo forense e haja prévia autorização judicial.

d) É permitido o compartilhamento de dados de inteligência pela unidade de inteligência financeira nacional, sem prévia autorização judicial, desde que sejam adotadas as cautelas de sigilo e as formalidades na comunicação.

e) Aplicam-se à cautelar de quebra de nuvem as disposições legais referentes à interceptação telefônica e telemática, já que a medida possibilita o acesso ao fluxo de comunicações e dados estáticos.

Comentários

A questão solicita a alternativa incorreta, o gabarito é a letra E. A questão trata sobre a lei de interceptação telefônica.

A alternativa A está correta, pois segundo a jurisprudência do STF: "Não é necessária a transcrição integral das conversas interceptadas, desde que possibilitado ao investigado o pleno acesso a todas as conversas captadas, assim como disponibilizada a totalidade do material que, direta e indiretamente, àquele se refira, sem prejuízo do poder do magistrado em determinar a transcrição da integralidade ou de partes do áudio.". (STF. Plenário. Inq 3693/PA, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 10/4/2014- Info 742);

A alternativa B está correta, a Lei de interceptações telefônicas assim dispõe, quando: "Art. 8º-A. Para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos. § 2º A instalação do dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, exceto na casa, nos termos do inciso XI do caput do art. 5º da Constituição Federal.".

A alternativa C está correta, conforme decidido pelo Superior Tribunal de Justiça: "A falta de procedimentos para garantir a idoneidade e integridade dos dados extraídos de um celular apreendido resulta na quebra da cadeia de custódia e na inadmissibilidade da prova digital.". (STJ. 5ª Turma. AgRg no HC 828.054-RN, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 23/4/2024 - Info 811).

A alternativa D está correta, pois entende o STF que: "É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira do COAF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil (RFB), que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional.

2. O compartilhamento pela UIF* e pela RFB, referente ao item anterior, deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios.

STF.". (Plenário. RE 1055941/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 4/12/2019 (repercussão geral – Tema 990 - Info 962).

A alternativa E está incorreta, em julgado que tramita em segredo de justiça no TJDFT fixou-se o seguinte entendimento: "os dados armazenados em nuvem não evidenciam uma comunicação de dados, mas representam o armazenamento de dados em um provedor de serviços na nuvem (cloud storage)". Acrescentou que a quebra de sigilo de dados armazenados em nuvem não está abrangida pela lei que disciplina a inviolabilidade das comunicações telefônicas (Lei 9.296/96), pois não há interceptação, mas acesso a informações armazenadas.".

QUESTÃO 41. Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa INCORRETA, nos termos da legislação vigente:

a) Quando a existência do fato ou a identificação do autor da ofensa tiver sido decidida no juízo criminal, estas questões não podem mais ser questionadas na apuração da responsabilidade civil.

b) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.

c) Quem demandar por dívida já paga, sem ressalvar as quantias recebidas, ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir.

d) O curador é solidariamente responsável pelos danos causados pelo curatelado.

e) Poderá o juiz reduzir equitativamente a indenização, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra B. A questão trata sobre a responsabilidade civil.

A alternativa A está correta e em conformidade com o art. 935, CC, que prevê a impossibilidade de se questionar sobre a existência do fato, ou sobre a autoria deste, quando tais questões já tiverem sido superadas no juízo criminal.

A alternativa B está incorreta, pois confronta o que prevê o art. 943 do Código Civil: "O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança", portanto, esta é a alternativa da nossa questão.

A alternativa C está correta e transcreve, ipsis litteris, o que diz o art. 940 do Código Civil: "Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais

do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".

A alternativa D está correta, pois o art. 932, do Código Civil, prevê a responsabilidade civil do curador, pelos danos causados pelo curatelado, sendo estabelecida a solidariedade no art. 242 do mesmo código.

A alternativa E está correta e em conformidade com o parágrafo único do art. 944 do Código Civil: "Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização."

QUESTÃO 42. Considere as assertivas a seguir:

I. Não corre a prescrição para José (72 anos) cobrar de Paulo (40 anos) dívida decorrente de não pagamento de empréstimo, porque José é pai de Paulo.

II. A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

III. É válida a renúncia à decadência fixada em contrato.

IV. Maria causou acidente automobilístico no ano de 2015. As vítimas do acidente podem hoje pretender a reparação civil, porque, no caso, é de 10 anos o prazo prescricional.

V. A interrupção da prescrição ocorrerá por qualquer ato, ainda que extrajudicial, que constitua em mora o devedor.

Assinale a alternativa CORRETA, nos termos da legislação vigente:

a) Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.

b) Apenas as assertivas I, III e V são verdadeiras.

c) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.

d) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

e) Apenas as assertivas IV e V são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre prescrição e decadência.

A assertiva I está incorreta, pois o art. 195 prevê que não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes, enquanto perdurar o poder familiar, ou seja, até alcançada a maioridade do descendente ou sua emancipação.

A assertiva II está correta e transcreve ipsis litteris o art. 203 do Código Civil.

A assertiva III está correta. A renúncia à decadência é, em regra, vedada. O art. 209 do Código Civil, prevê que é nula a renúncia à decadência fixada em lei. No entanto, como exceção, a renúncia à decadência convencional é permitida e somente a parte a quem aproveita a pode alegar, e em qualquer grau de jurisdição conforme estabelece o art. 211 do Código Civil.

A assertiva IV está incorreta, pois a pretensão de reparação civil prescreve em três anos, conforme previsão do art. 206, §3º, V do Código Civil.

A assertiva V está incorreta, pois o art. 202, inciso V do Código Civil, apenas prevê a interrupção da prescrição por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

QUESTÃO 43. Assinale a alternativa INCORRETA, nos termos da legislação vigente:

a) O Ministério Público poderá promover a liquidação judicial da sociedade cuja autorização para funcionar houver se extinguido.

b) Tornando-se inútil a finalidade a que visa a fundação, o Ministério Público lhe promoverá a extinção.

c) O Ministério Público pode, em qualquer demanda, requerer a desconsideração da personalidade jurídica, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

e) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C. A questão trata sobre falência, desconsideração da personalidade jurídica e intervenção do MP.

A alternativa A está correta, pois, de fato, o Ministério Público poderá promover a liquidação judicial da sociedade quando sua autorização para funcionar tiver se extinguido, hipótese em que ocorrerá a dissolução da sociedade. Para tanto, o art. 1.037 do Código Civil, prevê que o Ministério Público promoverá tal liquidação, se os administradores não o tiverem feito nos trinta dias seguintes à perda da autorização, ou se o sócio não houver exercido a faculdade de promovê-la após a dissolução da sociedade.

A alternativa B está correta, pois o art. 69 do Código Civil prevê que “tornando-se inútil a finalidade a que visa a fundação, o órgão do Ministério Público lhe promoverá a extinção”.

A alternativa C está incorreta, pois o Ministério Público não pode requerer a desconsideração da personalidade jurídica em qualquer demanda, como informa a alternativa, mas apenas naquelas em que lhe couber intervir no processo, conforme previsto no art. 50 do Código Civil.

A alternativa D está correta, pois é exatamente o que prevê o art. 167-A, §5º da Lei de Falência.

A alternativa E está correta e transcreve, ipsis litteris, o que prevê o art. 49 da Lei nº 11.101/2005 (Lei da Falência).

QUESTÃO 44. Considere as assertivas a seguir:

I. A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.

II. Não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.

III. O possuidor de má-fé tem direito às despesas de produção e custeio dos frutos colhidos e percebidos.

IV. O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo.

V. Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.

b) Apenas as a sertivas I, II, III e V são verdadeiras.

c) Apenas as assertivas III, IV e V são verdadeiras.

d) Apenas as assertivas II, III, e IV são verdadeiras.

e) As assertivas I, II, III, IV e V são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre a aquisição e efeitos da posse.

A assertiva I está correta, pois transcreve, ipsis litteris, o art. 1.206 do Código civil.

A assertiva II está correta, pois transcreve, ipsis litteris, o art. 1.210, §2 do Código civil.

A assertiva III está correta, pois o art. 1.216 do Código civil prevê o direito, do possuidor de má-fé, às despesas de produção e custeio dos frutos colhidos e percebidos.

A assertiva IV está correta, pois transcreve, ipsis litteris, o art. 1.210, §1 do Código civil.

A assertiva V está correta, pois é exatamente o que prevê o art. 1.208 do Código civil.

QUESTÃO 45. Assinale a alternativa INCORRETA, nos termos da legislação vigente:

a) É válida a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

b) No condomínio de lotes, para fins de incorporação imobiliária, a implantação de toda a infraestrutura ficará a cargo do empreendedor.

c) Multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada.

d) Não se pode transferir o usufruto por alienação; mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.

e) São direitos reais os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas e a respectiva cessão e promessa de cessão.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra A. A questão trata sobre propriedade fiduciária.

A alternativa A está incorreta, pois, na verdade, tal cláusula é nula, conforme prevê o art. 1.365 do Código Civil: "É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento". Como o comando da questão pede pela alternativa incorreta, este é o nosso gabarito.

A alternativa B está correta, pois há expressa previsão legal no Código Civil em seu art. 1.358-A, § 3º: "Para fins de incorporação imobiliária, a implantação de toda a infraestrutura ficará a cargo do empreendedor".

A alternativa C está correta, pois é exatamente o que prevê o texto do Código Civil em seu art. 1.358-C.

A alternativa D está correta, pois transcreve, ipsis litteris, o art. 1.393 do Código civil.

A alternativa E está correta. O art. 1.225 do Código Civil traz em seus incisos quais são os direitos reais, dentre eles, o disposto no inciso XIV, prevê que são integrantes da definição "os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas e a respectiva cessão e promessa de cessão", consonante com a alternativa.

QUESTÃO 46. Sobre a curatela, assinale a alternativa CORRETA, nos termos da legislação civil vigente:

a) Considerando o princípio do melhor interesse do incapaz, o contexto do caso e as necessidades do curatelado, o curador poderá alienar bens móveis e imóveis, independentemente de autorização judicial.

b) Considerando o princípio do melhor interesse do incapaz, o contexto do caso e o comportamento do curatelado, não é imprescindível o laudo médico para o deferimento da curatela definitiva.

c) Considerando o princípio do melhor interesse do incapaz, o contexto do caso e as necessidades do curatelado, o curador poderá doar bens móveis e imóveis, desde que seja para os descendentes do curatelado.

d) Considerando o princípio do melhor interesse do incapaz, o contexto do caso e as necessidades do curatelado, a nomeação de curador poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.

e) Considerando o princípio do melhor interesse do incapaz, a curatela definitiva julgada por sentença não pode ser revista.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre curatela.

A alternativa A está incorreta. O art. 1.748 do Código Civil prevê que compete ao tutor alienar os bens móveis e imóveis com a autorização judicial e, caso efetue as vendas sem tal autorização, a eficácia da alienação só se dará com a aprovação ulterior do juiz.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 750 do Código de Processo Civil prevê o dever do requerente em juntar laudo médico para comprovar suas alegações ou informar a possibilidade de fazê-lo.

A alternativa C está incorreta. O art. 1.781 do código Civil prevê que “as regras a respeito do exercício da tutela aplicam-se ao da curatela”. Assim, art. 1.749 veda ao tutor, dispor dos bens do menor a título gratuito, ainda que com autorização judicial.

A alternativa D está correta. É exatamente o que prevê o art. 1.775-A do Código Civil: “Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa”.

A alternativa E está incorreta, pois a curatela pode ser revista a qualquer tempo. No mais, o art. 756 trata do levantamento da curatela, que se dará quando cessadas as causas que a determinou, podendo ser requerida pelo interdito, pelo curador ou pelo Ministério Público.

QUESTÃO 47. Sobre a exclusão da sucessão, assinale a alternativa CORRETA, nos termos da legislação civil vigente:

a) Pode ser excluído da sucessão o herdeiro condenado por homicídio culposo contra o autor da herança, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

b) Os descendentes e ascendentes do herdeiro excluído nunca sucederão ao autor da herança.

c) Aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente indicado em testamento válido.

d) Pode ser excluído da sucessão o herdeiro que houver acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou seus descendentes e ascendentes.

e) São inválidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da sentença de exclusão.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre os excluídos da sucessão.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 1.814 prevê que o herdeiro é excluído da sucessão o herdeiro condenado por homicídio doloso, e não culposo como informa a questão.

A alternativa B está incorreta, pois nos termos do art. 1.818 do Código Civil: "aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico", havendo, portanto, a possibilidade dos ascendentes e descendentes sucederem ao autor da herança.

A alternativa C está correta, pois é exatamente o que prevê o art. 1.818 do Código Civil: "aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico".

A alternativa D está incorreta, pois a alternativa prevê uma das hipóteses elencadas no art. 1.184, que trata sobre o herdeiro ser excluído no caso de caluniar em juízo o autor da herança.

A alternativa E está incorreta, pois "as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da sentença de exclusão, são válidas", como expresso no art. 1.817 do Código Civil.

QUESTÃO 48. Donald, pai de três filhos menores, se casou com Dayse no regime de separação total de bens em 20 de março de 2020. Como a mãe das crianças é enfermeira e trabalhou na linha de frente de hospitais públicos para o combate à pandemia da Covid 19, as crianças ficaram com o pai, que trabalhava em "home office", nos anos de 2020 e 2021. Dayse é pedagoga e sempre manifestou desejo pela maternidade. Inconformada com o retorno dos enteados para o domicílio materno em 2023, Dayse ingressou com ação de modificação de guarda dos enteados sob o argumento de que teria maior disponibilidade para os cuidados dos infantes.

Neste contexto, assinale a alternativa CORRETA:

a) Considerando que Dayse tem maior disponibilidade, a guarda provisória deverá ser deferida a ela.

b) Considerando a formação de Dayse, a guarda provisória deverá ser deferida a ela.

c) Considerando que o pai não se opõe ao pedido, a guarda deverá ser deferida a Dayse e a mãe pagará alimentos aos três filhos.

d) Considerando que Dayse não é titular do poder familiar, ela não tem legitimidade para o pedido.

e) Considerando o desejo de Dayse de ser mãe e os melhores interesses das crianças, a guarda provisória deverá ser deferida a ela.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre poder familiar.

A alternativa D é a correta. O pleno exercício do poder familiar compete a ambos os pais, sendo que tais direitos são exercidos sem qualquer interferência de novo cônjuge ou companheiro. É o que preconiza o art. 1.636 do Código Civil: "o pai ou a mãe que contrai novas núpcias, ou estabelece união estável, não perde, quanto aos filhos do relacionamento anterior, os direitos ao poder familiar, exercendo-os sem qualquer interferência do novo cônjuge ou companheiro". Portanto, as demais questões não possuem amparo legal.

QUESTÃO 49. De acordo com a legislação em vigor, assinale a alternativa CORRETA quanto à novação:

a) A obrigação anterior se torna inválida, mas os direitos do credor permanecem.

b) A obrigação anterior é substituída por uma nova, extinguindo a anterior.

c) A nova obrigação é considerada um aditamento da anterior.

d) A nova obrigação não altera a responsabilidade do devedor.

e) A obrigação anterior continua existindo, mas com novos termos.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre novação.

A alternativa A está incorreta, pois assim como a obrigação anterior, os direitos anteriores do credor também são substituídos com a novação.

A alternativa B está correta. O art. 360 do Código Civil estabelece que: "dá-se a novação: I - quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior".

A alternativa C está incorreta, pois não se trata de um aditamento da dívida anterior e sim de sua substituição.

A alternativa D está incorreta. A nova obrigação altera a responsabilidade do devedor, tendo em vista que este contrai uma nova dívida com o credor.

A alternativa E está incorreta, pois com a novação, a obrigação anterior é extinguida e substituída pela nova.

QUESTÃO 50. Sobre o direito das obrigações, traçando-se um paralelo entre a cláusula penal compensatória e a cláusula penal moratória, assinale a alternativa CORRETA:

a) A cláusula penal compensatória se refere a danos e a moratória a atrasos.

b) Ambas têm os mesmos efeitos, mas são nomeadas de forma diferente.

c) A cláusula penal moratória não pode ser fixada em contratos.

d) A cláusula penal compensatória só se aplica em contratos administrativos.

e) A cláusula penal moratória só é válida em contratos de adesão.

Comentários

A alternativa correta é a letra A, conforme o gabarito oficial. A questão trata sobre as cláusulas penais aplicáveis no inadimplemento das obrigações.

A banca considerou como correta a alternativa A. Contudo, a alternativa não está correta.

A alternativa afirma que a cláusula penal compensatória se refere a danos e a moratória a atrasos. A cláusula penal é uma prestação acessória que é devida nos casos de inadimplemento absoluto ou relativo ou ainda de descumprimento de alguma cláusula específica, na dicção do art. 406, do CC. Em caso de inexecução completa da obrigação, aplica-se a cláusula compensatória. Segundo o art. 410, do CC cabe ao credor escolher se prefere o cumprimento da obrigação principal ou da acessória. Aqui, chama-se cláusula penal disjuntiva, pois o credor tem apenas uma opção e não pode exigir ambas as obrigações, ou exige a obrigação principal ou a indenização substitutiva. Assim, a cláusula penal compensatória não se refere somente a danos, podendo ser usada em casos de mora, como por exemplo, a não entrega de um vestido de noiva na data certa. Por sua vez, em casos de infração de uma cláusula ou mora, aplica-se a cláusula moratória. Nesse caso, pode o credor exigir o cumprimento da obrigação principal e a cláusula penal, conjuntamente, na dicção do art. 411, do CC. Aqui, fala-se que a cláusula penal é cumulativa, portanto, em indenização complementar. Portanto, a cláusula moratória não é aplicada somente em caso de mora, mas também em caso de infração de uma cláusula contratual específica. Ainda, mora, do mesmo modo, não equivale apenas à falta de pagamento no prazo, no tempo certo, mas também no modo e no lugar devidos, conforme art. 394.

QUESTÃO 51. Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, EXCETO:

a) Na tutela monitória de urgência.

b) Quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

c) Quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

d) Na ação monitória quando, evidente o direito do autor, o juiz deferir a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.

e) Todas as alternativas acima.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão trata sobre o princípio da vedação à decisão surpresa, exigindo do examinando o conhecimento do art. 9º do CPC.

A alternativa A está incorreta. Consoante o art. 9º, I, do CPC, a parte deverá ser previamente ouvida em se tratando de tutela de urgência.

A alternativa B está incorreta. Consoante o arts.9º, II e 311, II, CPC, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

A alternativa C está incorreta. Consoante o arts.9º, II e 311, III, CPC, em se tratando de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa, uma das partes deve ser ouvida.

A alternativa D está incorreta. Consoante o art. 701 do CPC, em ação monitória que é evidente o direito do autor, uma das partes deve ser ouvida, sob pena de violação ao princípio da vedação à decisão surpresa.

A alternativa E está correta. Conforme os comentários anteriores, as demais alternativas, quando não respeitada a determinação do Código de Processo Civil, configurará decisão surpresa.

QUESTÃO 52. A petição inicial deve indicar, EXCETO:

a) O juízo a que é dirigida.

b) Os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o CPF ou CNPJ, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu e o valor da causa.

c) As provas com que o réu pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

d) A opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

e) O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre os requisitos da petição inicial, disposto no art. 319 do Código de Processo Civil, devendo o examinando indicar a exceção.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 319, I, a petição inicial deverá indicar o juízo a que é dirigida.

A alternativa B está incorreta. Trata-se do requisito presente no art. 319, II do CPC. Vejamos: "os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu."

A alternativa C está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, deverá o AUTOR indicar as provas que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados por ele, nos termos do art. 319, VI, CPC.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 319, VII, o autor deverá indicar se possui ou não interesse na audiência de conciliação, ou mediação.

A alternativa E está incorreta. O fato e os fundamentos jurídicos do pedido deverão ser indicados na petição inicial, consoante o art. 319, III, CPC.

QUESTÃO 53. Considere as assertivas a seguir:

I. Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.

II. O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais disponíveis e indisponíveis.

III. Nos casos de jurisdição voluntária, o juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.

IV. O município sempre será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu prefeito ou procurador.

V. Desde que não esteja atuando como parte ou requerente, o Ministério Público deve obrigatoriamente ser intimado para manifestação em qualquer hipótese de processo em que a fazenda pública seja parte.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) As assertivas I e III são verdadeiras.

b) As assertivas I e IV são verdadeiras.

c) As assertivas II e V são verdadeiras.

d) As assertivas II e III são verdadeiras.

e) As assertivas IV e V são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. Passaremos a analisar item por item.

O item I é verdadeiro. Qualquer pessoa que esteja no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo, conforme o art. 7º do CPC.

O item II é falso. Interesses disponíveis não são de competência do Ministério Público, conforme o art. 127 da CRFB/88.

O item III é verdadeiro. Em se tratando de casos de jurisdição voluntária, o magistrado tem maior liberdade para adotar a solução mais conveniente ou oportuna, conforme o art. 723, parágrafo único, do CPC.

O item IV está incorreto. Ao contrário do que afirma a alternativa, o município pode ser representado em juízo por outros representantes legais ou procuradores, conforme a Lei Orgânica do Município e as leis pertinentes.

O item V é falso. O Ministério Público não precisa ser intimado em todos os casos que envolvam a fazenda pública, apenas naqueles onde sua atuação é necessária por lei.

A alternativa A está correta. As assertivas I e III são verdadeiras, conforme a explicação dos itens acima.

As demais alternativas estão incorretas. Conforme vimos, os itens II, IV e V estão incorretos.

QUESTÃO 54. Analisando o Código de Processo Civil, é correto afirmar, EXCETO:

a) A atividade satisfativa da tutela jurisdicional deve ser prestada com duração razoável.

b) O princípio processual da congruência ou adstrição está diretamente ligado ao princípio do contraditório.

c) O juiz pode aplicar as regras de experiência técnica, ressalvado o exame pericial.

d) Na formação do conjunto probatório, a iniciativa do juiz é admitida por expressa disposição legal e implica limitação ao princípio dispositivo.

e) Incumbe o ônus da prova à parte que contestar a autenticidade da assinatura lançada em documento apresentado pela parte contrária.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A alternativa A está incorreta. Trata-se da duração razoável do processo, prevista no art. 139, II, do CPC.

A alternativa B está incorreta. Embora sejam princípios distintos, podemos afirmar que eles são complementares m termos de garantir um processo justo, sendo fundamentais para a justiça processual.

A alternativa C está incorreta. Consoante o disposto no art. 375 do CPC, é possível que o juiz aplique, além das regras de experiência comum, as regras de experiência técnica.

A alternativa D está incorreta. A iniciativa probatória do juiz é admitida expressamente por lei, conforme o art. 370 do CPC.

A alternativa E está correta. O erro dessa alternativa é afirmar que o ônus da prova será da parte contrária, sendo que, o art. 429, II, CPC prevê que, na verdade, é incumbência da parte que produziu o documento.

QUESTÃO 55. Assinale a alternativa CORRETA, nos termos do Código de Processo Civil:

a) A exigência de comportamento com boa-fé aplica-se somente às partes.

b) O princípio processual do duplo grau de jurisdição não é previsto expressamente na Constituição Federal, sendo princípio implícito do texto constitucional e limitável por lei infraconstitucional.

c) O juiz não pode aplicar as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece.

d) Em qualquer caso, pelo princípio da impugnação específica, o réu deve impugnar um a um os fatos narrados na petição inicial, sob pena de presumir-se a sua veracidade.

e) A solução consensual dos conflitos é incentivada somente em momentos pré-processuais.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa A está incorreta. A exigência de comportamento com boa-fé aplica-se a todos os sujeitos do processo, incluindo o juiz, advogados, e demais envolvidos, conforme o art. 5º do CPC.

A alternativa B está correta. O princípio do duplo grau de jurisdição não é expressamente previsto na Constituição Federal, mas é considerado implícito.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 375 do CPC, é permitido ao juiz aplicar as regras de experiência comum e as regras de experiência técnica, baseadas na observação do que ordinariamente acontece.

A alternativa D está incorreta. O réu deve impugnar especificamente os fatos alegados na petição inicial, conforme o art. 341 do CPC.

A alternativa E está incorreta. A solução consensual dos conflitos é incentivada em todas as fases do processo, não apenas em momentos pré-processuais, conforme o Art. 3º, §3º do CPC.

QUESTÃO 56. O membro do Ministério Público está sujeito às mesmas regras de impedimento e suspeição dos juízes. Partindo desta premissa, assinale a alternativa CORRETA:

a) A suspeição do membro do Ministério Público pode ser alegada mesmo por quem não é parte no processo.

b) As causas de impedimento e suspeição somente se aplicam ao Ministério Público quando este for parte.

c) Na ação rescisória, estará impedido de intervir o membro do Ministério Público que tiver atuado no processo do acórdão rescindendo.

d) A participação de Promotor de Justiça em inquérito civil não impede sua atuação na ação civil pública.

e) Não há impedimento do Promotor de Justiça que anteriormente atuou no processo como perito.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 465, §1º, I, CPC, a alegação de suspeição é uma incumbência das partes.

A alternativa B está incorreta. As causas de impedimento e suspeição aplicam-se ao Ministério Público tanto quando atua como parte quanto quando atua como fiscal da lei, pois a lei não faz distinção.

Ainda, nesse sentido, vale aqui indicarmos o disposto no art. 252 do Código Penal: “I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive,

como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;"

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não há impedimento específico que proíba o membro do Ministério Público de intervir em uma ação rescisória por ter atuado no processo original.

A alternativa D está correta. Conforme Robson Renault Godinho, "(...) a homologação do arquivamento do inquérito civil – ou o não cumprimento da decisão que não o homologou – não impede a propositura da ação civil pública posteriormente pelo próprio Ministério Público e especialmente, claro, por qualquer outro legitimado; e a diferença principal e fundamental: no caso da ação penal, a atribuição é legalmente transferida para o Procurador-Geral, já no processo coletivo inexiste deslocamento vertical de atribuição, permanecendo a atividade finalística aos órgãos ordinários de execução."

A alternativa E está incorreta. A atuação como perito anteriormente pelo então Promotor de Justiça caracteriza hipótese de suspeição, nos termos do art. 144, I, do CPC.

QUESTÃO 57. Sobre a disciplina do recurso de apelação no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) Em respeito ao princípio constitucional do duplo grau de jurisdição, é vedado ao tribunal, no julgamento da apelação, apreciar, originariamente, pedido sobre o qual a sentença tiver sido omissa, hipótese em que se impõe a declaração de nulidade da sentença citra petita, com retorno dos autos à primeira instância, para integral julgamento da demanda.

b) Caso reforme sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, deverá o tribunal julgar o mérito, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.

c) Se o réu apresentar dois fundamentos distintos e individualmente suficientes para a improcedência do pedido do autor e a sentença acolher apenas um deles, sem nem mesmo abordar o outro, é lícito ao tribunal, no julgamento da apelação do autor, afastar o fundamento defensivo acolhido na sentença e, originariamente, analisar o segundo fundamento do réu.

d) É vedado à parte, sob pena de inadmissível supressão de instância, suscitar na apelação questão de fato não proposta no juízo inferior.

e) Caso o apelado, no prazo de que dispõe para responder o recurso, interponha apelação adesiva, o apelante deverá ser intimado para apresentar contrarrazões. Não há, diversamente, previsão de intimação ao apelante para manifestação, caso o apelado, nas contrarrazões, suscite questão resolvida, na fase de conhecimento, por decisão interlocutória não impugnável por agravo de instrumento, em atenção à preclusão consumativa decorrente da interposição da apelação sem se suscitar a correspondente questão preliminar.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre o recurso de apelação.

A alternativa A está incorreta. O recurso cabível nesse caso é embargos de declaração, nos termos do art. 1.022, II, CPC, e o recurso de apelação.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, ao reconhecer a decadência ou a prescrição, o tribunal, se possível, julgará o mérito, examinando as demais questões, consoante o art. 1.013, CPC.

A alternativa C está correta. Isso assegura uma decisão mais completa e evita a necessidade de retorno dos autos à primeira instância apenas para análise do fundamento não apreciado inicialmente, conforme preconiza o princípio da economia processual.

A alternativa D está incorreta. Sim, pois na apelação não será apreciado fato novo.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão para que o apelante seja intimado a se manifestar novamente caso o apelado, nas contrarrazões, levante questões já decididas por decisões interlocutórias que não foram objeto de agravo de instrumento.

QUESTÃO 58. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor.

b) O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão.

c) O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido.

d) Na petição inicial do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o valor da causa deve levar em consideração o pedido de tutela final.

e) A toda causa será atribuído valor certo, salvo se não tiver conteúdo econômico imediatamente aferível.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A alternativa A está incorreta. Consoante o art. 292, §2º, do CPC, deverá o juiz corrigir, inclusive de ofício, o valor da causa, caso ela não seja correspondente ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor.

A alternativa B está incorreta. Conforme prevê o art. 293 do CPC, o valor atribuído à causa pelo autor poderá ser impugnado em preliminar da contestação.

A alternativa C está incorreta. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção, conforme assim determina o art. 292, caput, CPC.

A alternativa D está incorreta. Em caso de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o valor da causa deve considerar o pedido de tutela final, consoante o art. 303, §4º, do CPC.

A alternativa E está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível, toda causa terá seu valor certo, conforme determina o art. 291, CPC.

QUESTÃO 59. Considerando as disposições expressas do Código de Processo Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito da comunicação dos atos processuais e das nulidades, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O defeito ou a inexistência da citação opera-se no plano da existência da sentença, caracterizando-se como vício transrescisório que pode ser suscitado a qualquer tempo, mediante simples petição ou por meio de ação declaratória de nulidade (querela nullitatis).

b) Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. A citação será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.

c) Ainda que se trate de processo eletrônico, a publicação da decisão no órgão oficial somente será dispensada quando a parte estiver representada por advogado cadastrado no sistema do Poder Judiciário, ocasião em que a intimação se dará de forma eletrônica.

d) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de execução, o réu será considerado revel.

e) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A alternativa A está incorreta. A inexistência ou defeito na citação é um vício que afeta a própria existência da sentença, sendo um vício que compromete a validade do processo. Para recorrer desta questão, poderá o autor, por meio ação declaratória de nulidade, também conhecida como querela nullitatis, admitido quando se trata de falta ou nulidade de citação.

A alternativa B está incorreta. Nos exatos termos do art. 238, parágrafo único, do CPC, a citação será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.

A alternativa C está incorreta. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.951.656). Para a Terceira Turma do STJ, é necessária a publicação em diário oficial das decisões proferidas em

processo eletrônico quando o réu revel não constituir advogado nos autos. Mesmo em processo eletrônico, a publicação no órgão oficial somente será dispensada quando as partes estiverem representadas por advogados cadastrados no sistema eletrônico do Poder Judiciário, pois assim a intimação se fará pelo próprio sistema.

A alternativa D está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, quando rejeitada a alegação de nulidade, o réu será considerado revel em processo de CONHECIMENTO, corresponde ao disposto no art. 239, §1, §2º, I e II, do CPC.

A alternativa E está correta. A alternativa corresponde o disposto no art. 283 do CPC.

QUESTÃO 60. A Lei nº 13.140/2015 dispõe que a mediação será orientada pelos princípios da imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, oralidade, informalidade, autonomia da vontade das partes, busca do consenso, confidencialidade e boa-fé. No que diz respeito à confidencialidade, assinale a alternativa CORRETA:

a) Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, não podendo ser revelada sequer em processo arbitral ou judicial, salvo se as partes expressamente decidirem de forma diversa ou quando sua divulgação for exigida por lei ou necessária para cumprimento de acordo obtido pela mediação.

b) O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, não alcançando opinião ou sugestão formulada por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito.

c) A informação relativa à ocorrência de crime de ação pública está abrigada pela regra de confidencialidade.

d) Será confidencial a informação prestada por uma parte em sessão privada, não podendo o mediador revelá-la às demais, ainda que expressamente autorizado.

e) O dever de confidencialidade não alcança a manifestação de aceitação de proposta de acordo apresentada pelo mediador.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A alternativa A está correta. A afirmação está alinhada com o art. 30 da Lei nº 13.140/2015, que dispõe sobre a confidencialidade das informações relativas ao procedimento de mediação.

A alternativa B está incorreta. O dever de confidencialidade se aplica a todas essas pessoas, e alcança também as opiniões e sugestões formuladas por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito, consoante o art. 30, §1º, da Lei nº 13.140/2015.

A alternativa C está incorreta. Não está abrigada pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública, nos termos do art. 30, §3º, da Lei nº 13.140/2015.

A alternativa D está incorreta. O mediador pode revelar informações prestadas em sessão privada às demais partes se expressamente autorizado.

A alternativa E está incorreta. A manifestação de aceitação de proposta de acordo também está sujeita ao dever de confidencialidade (art. 30, §1º,III).

QUESTÃO 61. Em relação à medida de indisponibilidade de bens, na ação de improbidade administrativa, é CORRETO afirmar que:

a) O pedido de indisponibilidade de bens poderá ser formulado em caráter incidental antecedente à propositura da ação.

b) Nos termos da Lei nº 14.230/21, na seara da improbidade administrativa, a demonstração de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo é presumida.

c) É vedada a substituição do valor da indisponibilidade por caução idônea, fiança bancária ou seguro-garantia judicial.

d) Conforme a nova sistemática introduzida, é vedada a indisponibilidade de bens de terceiro.

e) Por se tratar de instituto diverso da penhora, não há óbice para a decretação de indisponibilidade do bem de família.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está correta. De acordo com a Lei nº 8.429/92: "Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus [...]".

A alternativa B está incorreta. Confira-se a redação da Lei nº 8.429/92: "Art. 16 [...] § 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo [...]".

A alternativa C está incorreta. Consoante a Lei nº 8.429/92: "Art. 16 [...] § 6º O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo".

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Lei nº 8.429/92: "Art. 16 [...] § 7º A indisponibilidade de bens de terceiro dependerá da demonstração da sua efetiva concorrência para os atos ilícitos apurados

ou, quando se tratar de pessoa jurídica, da instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, a ser processado na forma da lei processual".

A alternativa E está incorreta. Segundo a Lei nº 8.429/92: "Art. 16 [...] § 14. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei".

QUESTÃO 62. Nos termos da Lei nº 8.080/90, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A execução de ações de vigilância sanitária e de vigilância epidemiológica está no campo de atuação do Sistema Único de Saúde.

b) Entre os princípios e diretrizes que norteiam as ações e serviços públicos de saúde, estão a universalidade, a integralidade da assistência, a preservação da autonomia, a igualdade de assistência e o direito à informação.

c) A organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras, em conformidade com a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, também se constituiu em relevante diretriz de atuação do Sistema Único de Saúde.

d) O Sistema Único de Saúde se orienta, entre outros, pela integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.

e) Em todas as esferas do Sistema Único de Saúde, é vedado o pagamento de medicamento e produto em que a indicação de uso seja distinta daquela aprovada no registro na Anvisa, mesmo que seu uso tenha sido recomendado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

Comentários

A alternativa incorreta é a letra E. A questão aborda a organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado na Lei nº 8.080/90.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 6º, I, da Lei nº 8.080/90, a execução de ações de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica fazem parte do campo de atuação do SUS. Essas atividades são fundamentais para a proteção da saúde pública, uma vez que envolvem o monitoramento, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde.

A alternativa B está correta. A universalidade, integralidade, preservação da autonomia, igualdade de assistência e o direito à informação são de fato princípios e diretrizes fundamentais que orientam o SUS, conforme os incisos do art. 7º da Lei nº 8.080/90.

A alternativa C está correta. A Lei nº 12.845/2013 dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual no âmbito do SUS, incluindo atendimento psicológico e, quando necessário, cirurgias plásticas reparadoras. Assim, o atendimento especializado para mulheres e vítimas

de violência doméstica e sexual está incluído nas diretrizes do SUS, reforçando sua atuação para atender a esse público de forma integral.

A alternativa D está correta. O art. 7º, inciso X da Lei nº 8.080/90 estabelece que a atuação do SUS tem como diretriz a "integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico".

A alternativa E está incorreta. A legislação e a jurisprudência têm permitido o uso de medicamentos fora da bula (off-label), desde que haja recomendação da Conitec ou decisão judicial que reconheça sua eficácia e necessidade. Embora o uso de medicamentos fora da indicação original (off-label) seja um tema sensível e que requer cautela, a Conitec pode recomendar o uso de tecnologias ou medicamentos em circunstâncias específicas, mesmo que sua indicação não esteja aprovada pela Anvisa para aquela finalidade. Portanto, a vedação total ao uso de medicamentos fora da indicação aprovada pela Anvisa, mesmo com recomendação da Conitec, não reflete o entendimento vigente. No dia 13/09/2024, o STF finalizou o Tema 1.234 de Repercussão Geral, sobre a competência da Justiça Federal nas demandas que versem sobre fornecimento de medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, mas não padronizados no Sistema Único de Saúde – SUS. Apesar de o julgamento não ser especificamente sobre a utilização off-label, tais temas foram parte do debate e constam no acórdão.

QUESTÃO 63. Nos termos previstos na Lei nº 14.852/2024, nos jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que possibilitem a interação entre usuários por meio de mensagens de texto, áudio, vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona, deve ser garantida a aplicação de salvaguardas a direitos de crianças e adolescentes, com a disponibilização dos seguintes instrumentos, EXCETO:

a) Sistema para recebimento e processamento de reclamações e denúncias de abusos e irregularidades cometidos por usuários.

b) Garantia de ressarcimento em relação a conteúdos considerados impróprios ou inadequados.

c) Instrumentos para solicitar revisão de decisão e reversão de penalidades impostas.

d) Sanções a serem aplicadas aos usuários infratores, incluídas as medidas utilizadas para impedir que os usuários criem contas adicionais em caso de banimento.

e) Atualização e manutenção de ferramentas de supervisão e de moderação parental que respeitem o desenvolvimento progressivo das capacidades e a autonomia das crianças e dos adolescentes usuários, garantindo, ainda, seu direito à informação sobre a ativação e os parâmetros do mecanismo de supervisão.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata de jogos eletrônicos, em especial quando destinados a crianças e adolescentes.

A alternativa A está incorreta, pois a lei nº 14.852/2024 traz expressamente esta previsão: "Art. 16. Nos jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que possibilitem a interação entre usuários por

meio de mensagens de texto, áudio, vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona, deve ser garantida a aplicação de salvaguardas a direitos de crianças e adolescentes, com a disponibilização de, no mínimo: I – sistema para recebimento e processamento de reclamações e denúncias de abusos e irregularidades cometidos por usuários.";

A alternativa B está correta, pois não há esta previsão na lei nº 14.852/2024;

A alternativa C está incorreta, pois a lei nº 14.852/2024 traz expressamente esta previsão: "Art. 16 - Nos jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que possibilitem a interação entre usuários por meio de mensagens de texto, áudio, vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona, deve ser garantida a aplicação de salvaguardas a direitos de crianças e adolescentes, com a disponibilização de, no mínimo: III – instrumentos para solicitar revisão de decisão e reversão de penalidades impostas.";

A alternativa D está incorreta, há expressa previsão legal neste sentido na lei nº 14.852/2024 "Art. 16 - Nos jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que possibilitem a interação entre usuários por meio de mensagens de texto, áudio, vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona, deve ser garantida a aplicação de salvaguardas a direitos de crianças e adolescentes, com a disponibilização de, no mínimo: IV – transparência social sobre: d) as sanções a serem aplicadas aos usuários infratores, incluídas as medidas utilizadas para impedir que os usuários criem contas adicionais em caso de banimento.";

A alternativa E está incorreta, por expressa previsão na lei nº 14.852/2024 "Art. 16. Nos jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que possibilitem a interação entre usuários por meio de mensagens de texto, áudio, vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona, deve ser garantida a aplicação de salvaguardas a direitos de crianças e adolescentes, com a disponibilização de, no mínimo: VI – atualização e manutenção de ferramentas de supervisão e de moderação parental que respeitem o desenvolvimento progressivo das capacidades e a autonomia das crianças e dos adolescentes usuários, garantindo, ainda, seu direito à informação sobre a ativação e os parâmetros do mecanismo de supervisão.".

QUESTÃO 64 Nos termos do que dispõe a Lei de Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), assinale a alternativa incorreta:

a) O poder público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

b) O poder público fomentará o pleno acesso da população negra às práticas desportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais.

c) Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a posse, facultando-lhe o acesso à justiça para obtenção dos títulos respectivos.

d) O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende, entre outros, a coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades religiosas e sociais das respectivas religiões.

e) O poder público elaborará e implementará políticas públicas capazes de promover o acesso da população negra à terra e às atividades produtivas no campo.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C. A questão dispõe sobre a Lei da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).

A alternativa A está correta, tendo em vista que é, ipsis litteris, o que traz o art. 17 da supracitada Lei, veja: "O poder público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos arts. 215 e 216 da Constituição Federal."

A alternativa B está correta, pois é o que consta do art. 21 da referida Lei, veja: "O poder público fomentará o pleno acesso da população negra às práticas desportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais."

A alternativa C está incorreta, por ser dever do Estado a emissão dos respectivos títulos - e não faculdade. Veja: "Art. 31. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."

A alternativa D está correta, tendo em vista que é o teor do art. 24, VI, da Lei nº 12.288/2010, veja: "O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende: (...) VI - a coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades religiosas e sociais das respectivas religiões;".

A alternativa E está correta, pois é o que determina o art. 27 da referida Lei, veja: "O poder público elaborará e implementará políticas públicas capazes de promover o acesso da população negra à terra e às atividades produtivas no campo."

QUESTÃO 65. Assinale a alternativa CORRETA que justifique, nos termos da decisão monocrática proferida por ministro do STF, no âmbito da ADPF 743, a extrapolação do teto de gastos da Lei de Responsabilidade Fiscal para custear ações de combate a incêndios no país:

a) As consequências negativas para a Responsabilidade Fiscal serão muito maiores devido à erosão das atividades produtivas vinculadas às áreas afetadas pelas queimadas e pela seca do que em decorrência da suspensão momentânea da Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) Os gastos com proteção, prevenção, reparação e conservação do meio ambiente não se sujeitam aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos da chamada Responsabilidade Ambiental imposta ao gestor.

c) A possibilidade de suplementação orçamentária, durante o ano correspondente, permite a adequação das balizas anteriormente previstas com a finalidade de adequação da execução orçamentária à realidade fiscal.

d) A Lei de Responsabilidade Fiscal permite, em situações excepcionais, abertura de créditos extraordinários para fazer frente às despesas emergenciais, especialmente em relação à chamada "pandemia de incêndios e secas".

e) Sob a perspectiva de conflito entre valores constitucionais (Responsabilidade Fiscal e Responsabilidade Ambiental), deve preponderar aquele que possui o maior risco de extinguir-se irremediavelmente, qual seja, o equilíbrio econômico-fiscal preponderante na LRF.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra A. A questão aborda o tema responsabilidade fiscal.

A alternativa A está correta pois traduz o entendimento esposado na decisão monocrática do Ministro Flávio Dino na ADPF 743: "É nítido o vetor da concordância prática dessa conclusão interpretativa, mormente levando em consideração os reflexos da emergência climática para a produção nacional, e, consequentemente, para o Produto Interno Bruto. Em outras palavras, pode-se dizer que as consequências negativas para a Responsabilidade Fiscal serão muito maiores devido à erosão das atividades produtivas vinculadas às áreas afetadas pelas queimadas e pela seca do que em decorrência da suspensão momentânea, e apenas para estes últimos quatro meses do exercício financeiro de 2024, da regra do § 7º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal".

A alternativa B está incorreta pois contraria o entendimento esposado na decisão monocrática do Ministro Flávio Dino na ADPF 743: "Isso significa que, ainda que os créditos extraordinários não impactem o limite de gastos primários imposto pela Lei Complementar no 200/2023, inexistindo norma proveniente de lei complementar que crie tal exceção, eles continuam a ser contabilizados no esforço fiscal que visa ao cumprimento da meta de resultado primário.".

A alternativa C está incorreta pois contraria o entendimento esposado na decisão monocrática do Ministro Flávio Dino na ADPF 743: "A jurisprudência desta Suprema Corte também alberga a proteção ambiental como marco definidor do Estado de Direito contemporâneo, sendo exemplo disto o julgamento das presentes ADPFs (nº 743, 746 e 857), bem como da ADPF 760 e ADO 64, atualmente de relatoria do Ministro André Mendonça. Nestas últimas ações, esta Corte manifestou-se no seguinte sentido: "(...) Como já reconhecido por esta Suprema Corte, a questão relacionada à concretização do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado, plasmado no art. 225 da Lei Maior e titularizado pelas presentes e futuras gerações, através da efetiva implementação de programas e ações governamentais eficientes, "é um dos temas jurídicos e sociais mais relevantes da atualidade, tanto na perspectiva nacional quanto internacional" (ADO nº 59/DF, Rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, j. 03/11/2022, p. 16/08/2023), possuindo inegável estatura constitucional. (...) 8. O dever constitucional de proteção ao meio ambiente reduz a esfera de discricionariedade do Poder Público em matéria ambiental, pois há uma imposição de agir a fim de afastar a proteção estatal deficiente e a proibição do retrocesso. A inércia do administrador ou sua atuação insuficiente configura inconstitucionalidade, autorizando a intervenção judicial. (...) 12. A complexidade do problema, associada a razões de interesse social, segurança jurídica, repercussão internacional e outras externalidades negativas orientam, contudo, para o não reconhecimento de um estado de coisas inconstitucional em relação à política

pública de proteção ambiental atualmente adotada pelos poderes públicos, nos diversos níveis federativos e instâncias governamentais nacionais. 13. Assunção, como alternativa, de um "compromisso significativo" (meaningful engagement) referente ao desmatamento ilegal da Floresta Amazônica, com a determinação de (i) elaboração de plano de ação voltado à efetiva execução do PPCDAm ou outro instrumento de planejamento e formatação da política pública ambiental para a região amazônica atualmente em vigor; (ii) elaboração de plano específico de fortalecimento institucional do Ibama, do ICMBio, da Funai e outros órgãos envolvidos na defesa e proteção do meio ambiente; (iii) apresentação, em sítio eletrônico a ser indicado pela União, de relatórios objetivos, transparentes, claros e em linguagem de fácil compreensão ao cidadão brasileiro, contendo as ações e os resultados das medidas adotadas em cumprimento aos comandos determinados por este Supremo Tribunal Federal; (iv) abertura de créditos extraordinários, com vedação de contingenciamento orçamentário, em relação às rubricas ambientais; e, (v) expedição de notificação ao Congresso Nacional acerca do contido na presente decisão". (ADPF 760, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Relator(a) p/ Acórdão: ANDRÉ MENDONÇA, Tribunal Pleno, julgado em 14-03-2024, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG25-06-2024 PUBLIC 26-06-2024)".".

A alternativa D está incorreta pois contraria o entendimento esposado na decisão monocrática do Ministro Flávio Dino na ADPF 743: "O já transcrito § 7º do art. 4º da Lei Complementar no 101/2000 foi incluído pela Lei Complementar nº 200/2023. Esta e as demais alterações objetivaram a instituição de regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País. Por se tratar de regra contida em lei complementar, em virtude da limitação prescrita pelo inciso III do § 1º do art. 62 da Constituição da República, o Governo Federal não pode editar medida provisória para suplantar momentaneamente tal obstáculo.".

A alternativa E está incorreta pois contraria o entendimento esposado na decisão monocrática do Ministro Flávio Dino na ADPF 743, conforme comentários à alternativa A.

QUESTÃO 66. São objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, previstos na Lei nº 12.587/2012, EXCETO:

a) Reduzir as desigualdades e promover a inclusão social.

b) Promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais.

c) Proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e sustentabilidade.

d) Promover o desenvolvimento sustentável com mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades.

e) Consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre mobilidade urbana.

A alternativa A está incorreta. Conforme artigo 7º, I, da Lei 12.587/12: "Art. 7 A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: I - reduzir as desigualdades e promover a inclusão social".

A alternativa B está incorreta. Conforme artigo 7º, II, da Lei 12.587/12: "Art. 7 A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: II - promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais".

A alternativa C está correta. O correto seria acessibilidade e mobilidade, conforme artigo 7º, III, da Lei 12.587/12: "Art. 7 A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: III - proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade".

A alternativa D está incorreta. Conforme artigo 7º, IV, da Lei 12.587/12: "Art. 7 A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: IV - promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades".

A alternativa E está incorreta. Conforme artigo 7º, V, da Lei 12.587/12: "Art. 7 A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: V - consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana".

QUESTÃO 67. Sobre a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é INCORRETO afirmar que:

a) Entende-se por rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

b) Entende-se por resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia, nos termos desta Lei.

c) São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; outras formas vedadas pelo poder público.

d) A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

e) É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, exceto se para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.

Comentários curtos.

A alternativa incorreta é a letra E. A questão trata sobre resíduos sólidos.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 3º, XV, da Lei 12.305/10: "XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada".

A alternativa B está correta. Conforme artigo 3º, XVI, da Lei 12.305/10: "XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível".

A alternativa C está correta. Conforme artigo 47 da Lei 12.305/10: "Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; II - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; IV - outras formas vedadas pelo poder público".

A alternativa D está correta. Conforme artigo 37 da Lei 12.305/10: "Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos".

A alternativa E está incorreta. Inexiste a exceção apresentada pela alternativa, conforme artigo 49 da Lei 12.305/10: "Art. 49. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação".

QUESTÃO 68. Sobre a Lei Estadual nº 23.291/2019, que instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens, é INCORRETO afirmar que:

a) O empreendedor é o responsável pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento das ações necessárias para garantir a segurança nas fases de planejamento, projeto, instalação, operação e desativação e em usos futuros da barragem.

b) A construção, a instalação, o funcionamento, a ampliação e o alteamento de barragens no Estado dependem de prévio licenciamento ambiental, na modalidade trifásica, que compreende a apresentação

preliminar de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e as etapas sucessivas de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO), permitida, excepcionalmente, a licença corretiva.

c) O licenciamento e a fiscalização ambiental de barragens no Estado competem a órgãos e entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), sem prejuízo das ações de fiscalização previstas no âmbito da PNSB.

d) O empreendedor fica obrigado a notificar formalmente ao órgão fiscalizador e à entidade fiscalizadora do Sisema a data de início e as dimensões da ampliação, do alteamento e eventuais obras de manutenção corretiva da barragem, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis contados da data de início da ampliação, do alteamento ou da manutenção corretiva.

e) Fica vedada a concessão de licença ambiental para construção, instalação, ampliação ou alteamento de barragem em cujos estudos de cenários de rupturas seja identificada comunidade na zona de autossalvamento.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra B. A questão trata sobre a Política Estadual de Segurança de Barragens.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 3º da Lei Estadual 23.291/2019: "Art. 3º – O empreendedor é o responsável pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento das ações necessárias para garantir a segurança nas fases de planejamento, projeto, instalação, operação e desativação e em usos futuros da barragem".

A alternativa B está incorreta. A licença corretiva é vedada, conforme artigo 6º da Lei Estadual 23.291/2019: "Art. 6º – A construção, a instalação, o funcionamento, a ampliação e o alteamento de barragens no Estado dependem de prévio licenciamento ambiental, na modalidade trifásica, que compreende a apresentação preliminar de Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – Rima – e as etapas sucessivas de Licença Prévia – LP –, Licença de Instalação – LI – e Licença de Operação – LO –, vedada a emissão de licenças concomitantes, provisórias, corretivas e ad referendum".

A alternativa C está correta. Conforme artigo 4º da Lei Estadual 23.291/2019: "Art. 4º – O licenciamento e a fiscalização ambiental de barragens no Estado competem a órgãos e entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, sem prejuízo das ações de fiscalização previstas no âmbito da PNSB".

A alternativa D está correta. Conforme artigo 10 da Lei Estadual 23.291/2019: "Art. 10 – O empreendedor fica obrigado a notificar formalmente ao órgão fiscalizador e à entidade fiscalizadora do Sisema a data de início e as dimensões da ampliação, do alteamento e eventuais obras de manutenção corretiva da barragem, com antecedência mínima de quinze dias úteis contados da data de início da ampliação, do alteamento ou da manutenção corretiva.".

A alternativa E está correta. Conforme artigo 12 da Lei Estadual 23.291/2019: "Art. 12 – Fica vedada a concessão de licença ambiental para construção, instalação, ampliação ou alteamento de barragem em cujos estudos de cenários de rupturas seja identificada comunidade na zona de autossalvamento".

QUESTÃO 69. Sobre a Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, é INCORRETO afirmar que:

a) É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar comunitária.

b) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

c) A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.

d) O Dia Mundial do Trabalho, 1º de maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas.

e) Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra E.

A alternativa A está correta. Exatamente o art. 3º do Estatuto da Pessoa Idosa: "É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária."

A alternativa B está correta. Exatamente o art. 8º do Estatuto da Pessoa Idosa: "O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente."

A alternativa C está correta. Exatamente o art. 12 do Estatuto da Pessoa Idosa: "A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.

A alternativa D está correta. Exatamente o art. 32 do Estatuto da Pessoa Idosa: "O Dia Mundial do Trabalho, 1º de Maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas."

A alternativa E está incorreta. A gratuidade aos 65 anos, e não aos 60, conforme o art. 39 do Estatuto da Pessoa Idosa: "Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares."

QUESTÃO 70. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar que:

a) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

b) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

c) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, mediante autorização judicial e oitiva prévia do Ministério Público.

d) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.

e) As pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C. A questão dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990).

A alternativa A está correta, tendo em vista ser, ipsis litteris, o art. 19 da Lei 8069/1990: "É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)".

A alternativa B está correta, tendo em vista que o art. 19, §2º da Lei 8069/1990 determina exatamente o que a alternativa afirma: "Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) §2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, consoante Lei 8069/1990, tais visitas independem de autorização judicial, veja: "Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) § 4 o Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)".

A alternativa D está correta, tendo em vista ser o teor do Art. 19-A da referida Lei: "A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)".

A alternativa E está correta, pois é o que determina o art. 19-B do ECA: "A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017) § 3º Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)".

QUESTÃO 71. Desde a publicação da Lei de Ação Civil Pública em 1985, portanto antes mesmo da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, muitos debates e discussões judiciais foram travados sobre a legitimidade do Ministério Público na defesa dos interesses difusos e coletivos.

Neste tema, é INCORRETO afirmar que:

a) O Ministério Público tem legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública contra a cobrança abusiva de honorários advocatícios em demandas previdenciárias que envolvam pessoas idosas.

b) O Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública objetivando a cessação dos jogos de azar.

c) O Ministério Público Federal, em razão da relevância social do bem jurídico tutelado e da vulnerabilidade dos povos indígenas, é parte legítima para pleitear compensação por danos morais coletivos e individuais em decorrência do óbito de menor indígena por falha na prestação de serviço médico.

d) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa dos interesses de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, visto que presente o relevante interesse social da matéria.

e) O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) em benefício do segurado.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra B. A questão aborda a legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ações coletivas.

A alternativa A está correta. Em decisão recente, o STJ afirmou a legitimidade: “O Ministério Público possui legitimidade para propor ação civil pública que trate de contrato de honorários advocatícios abusivos quando houver litigantes hipossuficientes e repercussão social que transcenda a esfera dos interesses particulares.” (REsp n. 2.079.440/RO, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 20/2/2024, DJe de 1/3/2024) A cobrança abusiva de honorários advocatícios, especialmente de pessoas idosas, vulneráveis a esse tipo de prática, configura lesão a interesses individuais homogêneos de consumidores. O Ministério Público possui legitimidade para defender

esses interesses em ações coletivas em defesa dos direitos de pessoas idosas, um grupo considerado hipervulnerável.

A alternativa B está incorreta. Item n. 9 edição n. 19 da Jurisprudência em Teses do STJ: "O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública objetivando a cessação dos jogos de azar". A exploração de jogos de azar é ilegal no Brasil, e sua prática causa danos à ordem pública e à saúde pública, configurando interesses difusos. O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação civil pública visando coibir essa prática ilegal.

A alternativa C está correta. A proteção dos direitos indígenas, incluindo o direito à saúde, é um interesse difuso e coletivo. O Ministério Público Federal tem legitimidade para defender esses direitos em juízo, inclusive pleiteando indenização por danos morais coletivos e individuais, conforme arts. 127 e 129, III, da CF. falha na prestação de serviços médicos, especialmente quando envolve o óbito de menor indígena, justifica a atuação do MPF, tanto na defesa de direitos individuais homogêneos quanto de direitos difusos e coletivos.

A alternativa D está correta. O STJ já reconheceu a legitimidade do Ministério Público para propor ações civis públicas em defesa de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), inclusive publicando tese de jurisprudência no item n. 12 da edição n. 19 da Jurisprudência em Teses do STJ: "O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa dos interesses de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, visto que presente o relevante interesse social da matéria". O relevante interesse social e o impacto coletivo da matéria justificam a atuação do MP na defesa dos mutuários, uma vez que envolve questões de moradia, um direito fundamental e social. Essa atuação visa proteger direitos individuais homogêneos de um grande grupo de pessoas, que têm interesse na mesma questão jurídica.

A alternativa E está correta. Item 13 da edição n. 19 da Jurisprudência em Teses do STJ: "O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) em benefício do segurado." O DPVAT é um seguro individual, e a indenização decorrente de acidente de trânsito é um direito individual do segurado ou de seus beneficiários. Nesse caso, o Ministério Público não possui legitimidade para atuar, pois não se trata de defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos. A legitimidade para pleitear a indenização do DPVAT é do próprio segurado ou de seus herdeiros.

QUESTÃO 72. Prevê o art. 1.022 do CPC, aplicável ao processo coletivo por força do art. 19 da Lei de Ação Civil Pública e do art. 90 do Código de Defesa do Consumidor, a possibilidade de interposição de recurso de embargos de declaração contra qualquer decisão judicial por vício de obscuridade, contradição, omissão, ou, ainda, para corrigir erro material.

É CORRETO afirmar que:

a) O recurso de embargos de declaração oposto na origem contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial não interrompe o prazo para a interposição do recurso de agravo, uma vez que manifestamente incabível.

b) A ausência de indicação, nas razões do recurso de embargos declaratórios, da presença de quaisquer dos vícios de cabimento do recurso não implica o não conhecimento dos aclaratórios por fundamentação recursal deficiente.

c) O recurso de embargos de declaração oposto por uma das partes interrompe ou suspende o prazo que a outra dispõe para embargar a mesma decisão, pois o prazo para recorrer não é comum entre elas.

d) Nos casos em que o órgão colegiado julga matéria submetida à sistemática da repercussão geral, não se admite, nem mesmo em caso excepcional, a oposição de recurso de embargos de declaração para atribuir-lhes efeitos modificativos, anular o acórdão embargado e determinar a devolução dos autos ao tribunal de origem para exercer juízo de conformação após o julgamento do paradigma.

e) É possível, em recurso de embargos de declaração, ampliar as questões veiculadas no recurso para incluir teses que não foram anteriormente suscitadas, desde que se trate de matéria de ordem pública, caso excepcional em que se afastam as restrições às hipóteses em que existe vício no julgado.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata de recursos no processo coletivo.

A alternativa A está correta. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem consolidado o entendimento de que, quando são interpostos embargos de declaração manifestamente incabíveis (ou seja, que não têm a finalidade de sanar obscuridade, contradição, omissão ou erro material), eles não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos. Quando a decisão é de inadmissibilidade de recurso especial, se os embargos declaratórios não apontam um vício real na decisão, eles não suspendem ou interrompem o prazo para o agravo.

A alternativa B está incorreta. Para que os embargos de declaração sejam conhecidos, é necessário que a parte recorrente indique qual vício específico pretende sanar (obscuridade, contradição, omissão ou erro material), conforme art. 1.022 do CPC. Se o recurso não aponta de forma clara a existência de algum desses vícios, a jurisprudência dos tribunais superiores entende que isso configura fundamentação recursal deficiente, levando ao não conhecimento dos embargos. Ou seja, a ausência de indicação clara dos vícios impede o processamento adequado do recurso.

A alternativa C está incorreta. No processo coletivo, o prazo para interposição de recurso é comum a todos os litisconsortes, ainda que em polos distintos. Assim, os embargos de declaração opostos por uma das partes interrompem o prazo para todas as demais, inclusive as que estão no polo oposto da demanda. Os embargos de declaração, quando interpostos, interrompem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso, conforme o art. 1.026 do CPC.

A alternativa D está incorreta. Embora o art. 1.022 do CPC permita a interposição de embargos de declaração para sanar vícios no julgado, incluindo omissões ou contradições, há casos em que os tribunais superiores podem admitir embargos de declaração com efeitos modificativos, inclusive para anular o acórdão embargado. No entanto, na sistemática da repercussão geral, quando o órgão colegiado decide uma questão vinculada a um precedente do STF, pode haver a necessidade de conformação, o que pode ensejar novos julgamentos ou ajustes, dependendo da decisão proferida. A regra é que os embargos de declaração não modifiquem o mérito, mas, em situações excepcionais, isso pode ocorrer.

A alternativa E está incorreta. Os embargos de declaração são um recurso de fundamentação vinculada, ou seja, só podem ser utilizados para sanar os vícios do art. 1.022 do CPC. Não se admite a inovação recursal, com a inclusão de teses novas. Mesmo que se trate de matéria de ordem pública, os embargos de declaração não são a via adequada para a inclusão de novas teses ou para ampliar o escopo da discussão, uma vez que o recurso tem finalidades limitadas e formais.

QUESTÃO 74. A Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, alterou o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, que regula os direitos das pessoas com 60 anos ou mais), substituindo as expressões "idoso" e "idosos" por "pessoa idosa" e "pessoas idosas".

Na defesa judicial das pessoas idosas, é INCORRETO afirmar que:

a) É absoluta a competência do foro do domicílio do idoso nas causas, individuais ou coletivas, que versam sobre serviços de saúde, assistência social ou atendimento especializado à pessoa idosa com deficiência, limitação incapacitante ou doença infectocontagiosa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.

b) Sendo o consumidor pessoa idosa (hipervulnerável), a responsabilidade da instituição financeira por falha na prestação de serviços bancários deve ser imputada com base no Estatuto da Pessoa Idosa e na Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.

c) O Estado é parte legítima para compor lide coletiva para imposição de obrigação de fazer consistente em criar instituições de longa permanência (abrigos públicos), para acolher idosos em situação de hipervulnerabilidade.

d) A proteção da pessoa idosa, especialmente daquelas em situação de risco (hipervulnerável), é obrigação constitucional e legal irrenunciável, bem como dever da coletividade, da família e do Estado, que não se insere na órbita da discricionariedade do administrado.

e) As transações relativas a alimentos prestados a pessoa idosa, cuja obrigação é solidária na forma da lei civil, poderá ser celebrada perante o Ministério Público ou a Defensoria Pública, submetida a homologação judicial.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra E.

A alternativa A está correta. O art. 80 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) estabelece a competência absoluta do foro do domicílio da pessoa idosa: "As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio da pessoa idosa, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores".

A alternativa B está correta. A pessoa idosa é considerada hipervulnerável nas relações de consumo, e o Estatuto do Idoso, em conjunto com o Código de Defesa do Consumidor e a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, reforçam essa proteção especial.

A alternativa C está correta. O Estatuto do Idoso prevê a criação de instituições de longa permanência para idosos como uma das formas de atendimento, e o Estado, como responsável pela efetivação dos direitos sociais, pode ser demandado judicialmente para cumprir essa obrigação, inclusive em ações coletivas.

A alternativa D está correta. A proteção da pessoa idosa é um dever constitucional e legal, expresso no art. 230 da Constituição Federal e regulamentada pelo Estatuto do Idoso. A responsabilidade de garantir essa proteção é solidária entre a família, a sociedade e o Estado. Não se trata de uma questão discricionária para o administrador público, uma vez que envolve direitos fundamentais, especialmente em relação aos idosos em situação de hipervulnerabilidade. Isso significa que o Estado não pode escolher quando ou como atuar, devendo agir para garantir esses direitos em qualquer circunstância.

A alternativa D está incorreta. O art. 13 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) estabelece: "As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil". Portanto, a celebração da transação perante Promotor de Justiça ou Defensor Público afasta a necessidade de homologação judicial, passando imediatamente a produzir efeitos de título executivo extrajudicial.

QUESTÃO 75. A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Na defesa dos interesses das pessoas com deficiência, é incorreto afirmar que:

a) A associação, cujo estatuto institucional tem por finalidade a atuação em políticas públicas de interesse social, possui legitimidade ativa para propor demanda que tutela o fornecimento de transporte público especial municipal para os munícipes com deficiência ou mobilidade reduzida.

b) A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave configura má prestação do serviço e enseja a propositura de ação para impor responsabilidade à empresa aérea para reparação dos danos causados.

c) A previsão da existência de equipamentos e arquitetura de acesso deve constar obrigatoriamente nos projetos arquitetônicos e de equipamentos e mobiliário antes de sua implementação. Não se pode exigir, por processo coletivo, que as estruturas e imóveis outrora erigidos sem considerar a necessidade de prover o acesso às pessoas com deficiência devam sofrer adaptações, com absoluta prioridade.

d) O Poder Judiciário, em casos excepcionais e configurada a inércia ou morosidade da Administração, pode determinar a implementação pelo Estado de políticas públicas para assegurar o exercício de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como o acesso de adolescente deficiente ao prédio escolar, sem que isso configure violação ao princípio da separação dos poderes.

e) É de competência concorrente do Poder Legislativo Municipal, nos termos do art. 24, XIV, da Constituição Federal, determinar a construção de rampas da via pública até a calçada e desta ao interior dos estabelecimentos bancários, para facilitar o acesso de idosos e de deficientes físicos.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C. A questão dispõe sobre a defesa dos interesses das pessoas com deficiência.

A alternativa A está correta, tendo em vista que é o teor da Edição 213 de Jurisprudência em teses (STJ), que firmou o seguinte entendimento: "1) A associação, cujo estatuto institucional tem por finalidade a atuação em políticas públicas de interesse social, possui legitimidade ativa para propor demanda que tutela o fornecimento de transporte público especial municipal para os munícipes com deficiência ou mobilidade reduzida."

A alternativa B está correta, tendo em vista ser o entendimento firmado na Edição 164 de Jurisprudência em teses (STJ) e que determinou: "3) A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave configura má prestação do serviço e enseja a responsabilidade da empresa aérea pela reparação dos danos causados (art. 14 da Lei n. 8.078/1990)." Nesse sentido, veja o julgado: "RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - ACESSIBILIDADE EM TRANSPORTE AÉREO - CADEIRANTE SUBMETIDO A TRATAMENTO INDIGNO AO EMBARCAR EM AERONAVE - AUSÊNCIA DOS MEIOS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO INGRESSO DESEMBARAÇADO NO AVIÃO DO DEPENDENTE DE TRATAMENTO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE DA PRESTADORA DE SERVIÇOS CONFIGURADA - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO IMPROCEDENTE. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. Hipótese: Trata-se de ação condenatória cuja pretensão é o reconhecimento da responsabilidade civil da companhia aérea por não promover condições dignas de acessibilidade de pessoa cadeirante ao interior da aeronave. 1. Recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do STJ. (...) 4. Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 8.078/90, o fornecedor de serviços responde, objetivamente, pela reparação dos danos causados ao consumidor, em razão da incontroversa má-prestação do serviço por ela fornecido, o que ocorreu na hipótese." (REsp 1611915/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 04/02/2019).

A alternativa C está incorreta, pois contraria a lei da acessibilidade (Lei nº 10.098/2000) que determina que todas as edificações, construídas ou em construção, deverão ter como base o princípio de desenho universal, que viabiliza a mobilidade de qualquer pessoa, independentemente do tipo ou do grau de deficiência que ela apresente. Prescreve seu art. 23: "A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso." A Lei nº 13.146/2015 traz o conceito de acessibilidade: Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;".

A alternativa D está correta, pois é o entendimento pacificado das Cortes Superiores, veja: “Agravo regimental no agravo de instrumento. Constitucional. Ação civil pública. Obrigação de fazer.

Implementação de políticas públicas. Possibilidade. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação de poderes. 2. Agravo regimental não provido." (AI 708.667-AgR/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma)."

A alternativa E está correta, tendo em vista que a competência para regular a matéria de calçadas é do município, como prevê o art. 30, VIII, da Constituição Federal, que assim dispõe: "Art. 30. Compete aos Municípios: (...) VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;". Ademais, nas palavras de Rebecca Bezerra sobre a importância das calçadas no direito à acessibilidade das pessoas com deficiência, temos: "As calçadas, também chamadas de passeios públicos, constituem importantíssimo fator de acessibilidade em uma cidade, pois se esta se desenvolve apenas com a preocupação de construir edifícios acessíveis, sem levar em conta a necessidade de se ter uma calçada também acessível, será constituída por "ilhas de acessibilidade"." (BEZERRA, Rebecca Monte Nunes. A acessibilidade como condição de cidadania. In: GUGEL, Maria Aparecida; MACIEIRA, Waldir; RIBEIRO, Lauro (Org.). Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência. Florianópolis: Ed. Obra Jurídica, 2007.)

QUESTÃO 76. A improbidade administrativa é conduta dolosa cometida por agente público, servidor ou não, que importa em enriquecimento ilícito, causa lesão ao erário ou que atenta contra os princípios da administração pública. Em processos coletivos, que buscam apurar a prática de ato de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

a) A retroatividade da Lei de Improbidade Administrativa (com redação da Lei nº 14.230/2021) está adstrita aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência da lei anterior, com condenação transitada em julgado.

b) O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é retroativo, aplicando-se os novos marcos temporais antes de sua publicação.

c) É possível a aplicação retroativa da Lei nº 14.230/2021 aos atos ímprobos culposos não transitados em julgados, inclusive na hipótese de não conhecimento do recurso (juízo de admissibilidade).

d) Não é possível a homologação judicial de acordo de não persecução cível em ação de improbidade administrativa em fase recursal.

e) Todas as alternativas estão incorretas.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta. O STF decidiu que: “Por força do art. 5º, XXXVI, da CF/88 a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, promovida pela Lei nº 14.230/2021, é

irretroativa de modo que os seus efeitos não têm incidência em relação à eficácia da coisa julgada, nem durante o processo de execução das penas e seus incidentes (ARE 843989/PR)".

A alternativa B está incorreta. No julgamento do ARE 843989/PR, o STF entendeu que "o novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei".

A alternativa C está correta. A Suprema corte definiu: "A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente (ARE 843989/PR)".

A alternativa D está incorreta. Segundo a Lei de Improbidade Administrativa: "Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: [...] § 4º O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória. Nesse sentido, manifestou-se o STJ: "É possível a homologação judicial de acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa em fase recursal (EAREsp 102585-RS)".

A alternativa E está incorreta. Isso porque a alternativa C está correta.

QUESTÃO 77. A Lei nº 14.181, conhecida como Lei do Superendividamento, entrou em vigor no Brasil em julho de 2021 e alterou o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso. É INCORRETO afirmar que:

a) A Lei de Superendividamento instituiu mecanismo processual de proteção ao consumidor pessoa natural, de boa-fé, para pagamento da totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, como forma de evitar a exclusão social do consumidor.

b) Excluem-se do processo de repactuação as dívidas, ainda que decorrentes de relações de consumo, oriundas de contratos celebrados dolosamente sem o propósito de realizar pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.

c) A Lei do Superendividamento criou uma forma de negociação em bloco das dívidas para as pessoas físicas. É um processo parecido com a recuperação judicial feita com empresas.

d) O acordo firmado perante os órgãos públicos de defesa do consumidor, em caso de superendividamento do consumidor pessoa natural, incluirá a data a partir da qual será providenciada a exclusão do consumidor de bancos de dados e de cadastros de inadimplentes, bem como o condicionamento de seus efeitos à abstenção,

pelo consumidor, de condutas que importem no agravamento de sua situação de superendividamento, especialmente a de contrair novas dívidas.

e) Na oferta de crédito ao consumidor, é possível condicionar o atendimento de pretensões do consumidor à renúncia e à desistência de demandas judiciais, ao pagamento de honorários advocatícios ou a depósitos judiciais.

Comentários

A alternativa correta é a letra E, já que é a única alternativa incorreta. A questão trata do tema superendividamento.

A alternativa A está correta, a lei n° 14.181 alterou o código de defesa do consumidor e incluiu no art. 6° a proteção contra o superendividamento: "XI - a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, por meio da revisão e da repactuação da dívida, entre outras medidas; XII - a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito.";

A alternativa B está correta, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor: "Art. 54-A - Este Capítulo dispõe sobre a prevenção do superendividamento da pessoa natural, sobre o crédito responsável e sobre a educação financeira do consumidor. § 3º O disposto neste Capítulo não se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.";

A alternativa C está correta, de fato a Lei criou um mecanismo que se assemelha à recuperação judicial, conforme disposto no Art. 104-A: "A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores de dívidas previstas no art. 54-A deste Código, na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.";

A alternativa D está correta, pois apresenta a literalidade do artigo 104 – C § 2º: "O acordo firmado perante os órgãos públicos de defesa do consumidor, em caso de superendividamento do consumidor pessoa natural, incluirá a data a partir da qual será providenciada a exclusão do consumidor de bancos de dados e de cadastros de inadimplentes, bem como o condicionamento de seus efeitos à abstenção, pelo consumidor, de condutas que importem no agravamento de sua situação de superendividamento, especialmente a de contrair novas dívidas.";

A alternativa E está incorreta, trata-se de vedação expressa, prevista no Art. 54-C do Código de Defesa do Consumidor: "É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não: V - condicionar o atendimento de pretensões do consumidor ou o início de tratativas à renúncia ou à desistência de demandas judiciais, ao pagamento de honorários advocatícios ou a depósitos judiciais.".

QUESTÃO 78. No julgamento do Tema 698 do STF, de repercussão geral, foram fixadas as seguintes teses:

"1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.

2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem lançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado.

3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)."

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A sujeição da vida animal a experiências de crueldade, que coloquem em perigo sua função ecológica ou que provoquem a extinção de espécies, não é compatível com o texto constitucional. Ademais, o estágio evolutivo da humanidade impõe o reconhecimento da dimensão ecológica do Estado de Direito, com a reformulação do princípio da dignidade para além da pessoa humana. Diante tais considerações, é possível tutelar o interesse dos animais e buscar a imposição de políticas públicas por ações civis públicas propostas pelo Ministério Público.

b) A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Não há falar em ingerência de esfera própria na fixação de políticas públicas quando em pauta o atendimento a direitos fundamentais prioritários, como o acesso das pessoas com deficiência.

c) Agindo a Caixa Econômica Federal na qualidade de agente executor e operador de políticas públicas para a promoção de moradia para consumidores de baixa renda, deve responder solidariamente com a incorporadora pelos danos causados ao consumidor em razão do atraso na entrega do imóvel.

d) A educação infantil compreende a creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos) e sua oferta pelo poder público pode ser exigida apenas coletivamente. O poder público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.

e) O poder público tem o dever constitucional de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares (art. 226, § 8º, da CF). A proteção de mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaça, em razão de violência doméstica ou familiar, inclui a criação de casas-abrigo (art. 8º, "d", da Convenção de Belém do Pará). Também a Lei nº 11.340/06 impõe às três esferas de governo a obrigação de criar casas-abrigo para mulheres e seus dependentes menores.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra D.

A alternativa A está correta. Reproduz trecho do voto do relator na ADI 2514: "A sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil." (STF, ADI 2514, Relator EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 29-06-2005). O STF, em diversos julgados, tem reconhecido a importância da proteção da fauna e da preservação ambiental, em consonância com o art. 225 da

Constituição Federal, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente, incluindo a proteção da fauna, vedando práticas que submetam os animais à crueldade. Ações civis públicas são instrumentos adequados para a defesa de direitos difusos, como o meio ambiente ecologicamente equilibrado, que abrange a proteção da fauna.

A alternativa B está correta. A acessibilidade é um direito fundamental, previsto no art. 227, §2º da Constituição Federal, e garantido também pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional. O Poder Judiciário tem legitimidade para intervir e exigir a implementação de políticas públicas que garantam a acessibilidade quando houver omissão ou ineficácia do poder público, não configurando violação ao princípio da separação dos poderes, conforme as teses fixadas pelo STF no Tema 698.

A alternativa B está correta. Repete trecho da ementa de julgado recente do STJ: "Agindo a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente executor e operador de políticas públicas para a promoção de moradia para consumidores de baixa renda, deve responder solidariamente com a incorporadora pelos danos causados ao consumidor em razão do atraso na entrega do imóvel." (AgInt no REsp n. 1.871.457/RN, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 9/9/2024, DJe de 12/9/2024.)

A alternativa D está incorreta. O STF, no julgamento do RE 1.008.166, que deu origem ao Tema 548 de Repercussão Geral, fixou a tese de que a educação infantil, compreendendo creche e pré-escola, pode ser exigida individualmente por meio de ações judiciais. A educação infantil é um direito fundamental previsto no art. 208, inciso IV da Constituição Federal, e o poder público tem o dever de garantir esse acesso, que pode ser pleiteado tanto individual quanto coletivamente.

A alternativa E está correta. O art. 226, § 8º da Constituição Federal impõe ao Estado a responsabilidade de coibir a violência no âmbito familiar. Além disso, a Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil, reforça essa obrigação, impondo a adoção de medidas para proteger mulheres em situação de risco, como a criação de casas-abrigo. A Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) também prevê explicitamente a criação de casas-abrigo como parte das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

QUESTÃO 79. Considerando o disposto na Lei nº 23.291/2019, que instituiu no âmbito do Estado de Minas Gerais a política estadual de segurança de barragens, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Para a Licença Prévia, o empreendedor deve apresentar um projeto conceitual com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

b) A comprovação da implementação de caução ambiental é necessária na fase de Licença de Operação.

c) O plano de segurança da barragem deve incluir um Plano de Ação de Emergência (PAE) e análise de performance do sistema.

d) A realização de estudos sobre risco geológico e estrutural é uma exigência para a obtenção da Licença Prévia.

e) O órgão competente pode promover audiências públicas para discutir o projeto conceitual da barragem antes da análise do pedido de Licença Prévia.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra B. A questão trata sobre Política Estadual de Segurança de Barragens.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 7º, I, a, da Lei Estadual 23.291/2019: "I – para a obtenção da LP, o empreendedor deverá apresentar, no mínimo: a) projeto conceitual na cota final prevista para a barragem, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART".

A alternativa B está incorreta. Embora seja pequena a diferença, a alternativa está incompleta ao comparar com o artigo 7º, III, b, da Lei Estadual 23.291/2019: "III – para a obtenção da LO, o empreendedor deverá apresentar, no mínimo: b) comprovação da implementação da caução ambiental a que se refere a alínea "b" do inciso I do caput, com a devida atualização;".

A alternativa C está correta. Conforme artigo 7º, II, b, da Lei Estadual 23.291/2019: "b) plano de segurança da barragem contendo, além das exigências da PNSB, no mínimo, Plano de Ação de Emergência – PAE –, observado o disposto no art. 9º, análise de performance do sistema e previsão da execução periódica de auditorias técnicas de segurança".

A alternativa D está correta. Conforme artigo 7º, I, e, da Lei Estadual 23.291/2019: "I – para a obtenção da LP, o empreendedor deverá apresentar, no mínimo: e) estudos sobre o risco geológico, estrutural e sísmico e estudos sobre o comportamento hidrogeológico das descontinuidades estruturais na área de influência do empreendimento".

A alternativa E está correta. Conforme artigo 7º, §2º, da Lei Estadual 23.291/2019: "§ 2º – Antes da análise do pedido de LP, o órgão ou a entidade competente do Sistema promoverá audiências públicas para discussão do projeto conceitual da barragem, considerando suas diversas fases de implantação até a cota final, para as quais serão convidados o empreendedor, os cidadãos afetados direta ou indiretamente residentes nos municípios situados na área da bacia hidrográfica onde se situa o empreendimento, os órgãos ou as entidades estaduais e municipais de proteção e defesa civil, as entidades e associações da sociedade civil, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Ministério Público Federal e a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.".

QUESTÃO 80. Acerca da destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva, analise as afirmativas a seguir.

É vedada a destinação de bens para:

I. Manutenção de custeio de atividades do Poder Judiciário e Ministério Público.

II. Remuneração ou promoção pessoal, direta ou indiretamente, de membros ou servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público ou de integrantes das instituições, entidades ou órgãos beneficiários.

III. Destinatários que representem um conflito entre o interesse público e interesses privados.

IV. Destinatários de bens ou recursos que tenham deixado de aplicá-los na finalidade prevista.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Os itens I, II, III e IV são verdadeiros.

b) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.

c) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.

d) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

e) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão trata sobre a destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva, regulamentada pela Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024.

O item I está correto: o art. 7º, inciso I, da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024 veda expressamente a destinação de bens e recursos para "manutenção ou custeio de atividades do Poder Judiciário e Ministério Público".

O item II está correto: o art. 7º, inciso II, da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024 veda a destinação para "remuneração ou promoção pessoal, direta ou indiretamente, de membros ou servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público ou de integrantes das instituições, entidades ou órgãos beneficiários".

O item III está correto: o art. 7º, inciso X, da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024 veda a destinação para "destinatários que representem um conflito entre o interesse público e interesses privados".

O item IV está correto: o art. 7º, inciso IV, da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024 veda a destinação para "destinatários de bens ou recursos que tenham deixado de aplicá-los na finalidade prevista".

MPE-MS

QUESTÃO 01. A ocorrência do ativismo judicial é um fenômeno aparentemente crescente no Brasil, no qual presenciamos uma atuação proativa de magistrados na interpretação das normas, exercendo seu papel para além da simples aplicação destas. Com base nisso, é correto definir tal fenômeno como:

a) A conformação nacional, pelas Cortes Superiores, da jurisprudência nos casos de ordem sociopolítica.

b) O elevado número de demandas judiciais no Poder Judiciário, mormente nas causas envolvendo normas de direito público.

c) O dever direto do direcionamento de políticas públicas e decisões legislativas inerentes à função típica do Poder Judiciário.

d) A atuação do Poder Judiciário em funções originariamente reservadas ao Legislativo ou Executivo, sob o argumento de garantir direitos fundamentais ou corrigir omissões normativas.

e) A interferência ativa (ex officio) do Poder Judiciário nos demais poderes constituídos no que concerne ao exercício de suas funções típicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema ativismo judicial.

De acordo com o professor e Ministro Luís Roberto Barroso, o ativismo judicial pode ser definido como uma "participação mais ampla e intensa do Judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros dois Poderes. Em muitas situações sequer há confronto, mas mera ocupação de espaços vazios". Para ele, existem três condutas que caracterizam a postura ativista do Judiciário: "a) a aplicação direta da Constituição a situações não expressamente contempladas em seu texto e independentemente de manifestação do legislador ordinário [...] b) a declaração de inconstitucionalidade de atos normativos emanados do legislador, com base em critérios menos rígidos que os de patente e ostensiva violação da Constituição [...] c) a imposição de condutas ou de abstenções ao Poder Público [...] Todas essas hipóteses distanciam juízes e tribunais de sua função típica de aplicação do direito vigente e os aproximam de uma função que mais se assemelha à de criação do próprio direito." (BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012b., p. 371-372).

Portanto, a alternativa correta é a letra D: A atuação do Poder Judiciário em funções originariamente reservadas ao Legislativo ou Executivo, sob o argumento de garantir direitos fundamentais ou corrigir omissões normativas.

Todas as demais alternativas ficam automaticamente incorretas, pois não trazem o conceito de ativismo judicial.

QUESTÃO 02. A assistência social, como descrito na Constituição Federal de 1988, será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I. A redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza;

II. O amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

III. A promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV. A universalização dos direitos e das garantias individuais;

V. A garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por terceiros;

VI. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

Assinale a alternativa que contenha apenas as corretas.

a) I, II e III, apenas.

b) I, II, III, IV e VI, apenas.

c) I, II, III, e VI, apenas.

d) I, II, III, V e VI, apenas.

e) I, II, IV, V e VI, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema "Ordem Social", mais precisamente sobre a seguridade e a assistência social.

O Item I está correto. Conforme determina art. 203, inciso VI, da CF: "Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza."

O Item II está correto. Conforme determina art. 203, inciso II, da CF: "Art. 203. (...) II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;"

O Item III está correto. Conforme determina art. 203, inciso III, da CF: "Art. 203. (...) III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;"

O Item IV está incorreto. Não consta tal objetivo no rol do art. 203 da CF.

O Item V está incorreto. Conforme determina art. 203, inciso V, da CF: "Art. 203. (...) V - a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei."

O Item VI está correto. Conforme determina art. 203, inciso I, da CF: "Art. 203. (...) I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;"

Portanto, correta a alternativa C: apenas os itens I, II, III, e VI estão certos.

QUESTÃO 03. Uma das garantias conferidas pelo princípio (ou subprincípio) do juiz natural, historicamente previsto no Brasil em todas as Constituições, exceto a de 1937, é a de que ninguém será processado e sentenciado senão por autoridade competente. Sobre o tema, é correto afirmar que:

a) O princípio do juiz natural é empregado na utilização de regras de competência jurisdicional para garantir independência funcional e unidade decisória ao órgão julgador.

b) O princípio do juiz natural garante que tribunais de exceção sejam criados em território nacional.

c) Com fundamento no princípio do juiz natural, determinada vara da fazenda pública será sempre competente para processar e julgar demandas que envolvam entes públicos e seus interesses.

d) Pelo princípio do juiz natural, não se admite, como regra geral de distribuição, a escolha específica, nem a exclusão de um magistrado de determinado caso.

e) A transferência de um processo entre tribunais, quando requerido por ambas as partes e de forma fundamentada, é permitida, devendo ser autorizada pelo juiz natural da causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema princípios constitucionais, mais precisamente sobre o princípio do juiz natural.

A alternativa A está incorreta. A independência funcional é um princípio institucional do Ministério Público que está disposto no art. 127, § 1º, da CF/1988. Vejamos: "§ 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional."

A alternativa B está incorreta. A criação de tribunais de exceção é expressamente proibida pela Constituição Federal, em seu art. 5º, XXXVII. Vejamos: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;"

A alternativa C está incorreta. O fato de haver ente público no polo passivo não faz com que, necessariamente, a competência seja sempre da Vara da Fazenda Pública. Por exemplo, em uma Ação Civil Pública que envolva direitos de crianças e adolescentes, a competência será da Vara da Infância e Juventude, nos termos do art. 148 do ECA. Vejamos: "Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para: IV - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209;"

A alternativa D está correta. O princípio do juiz natural leva a uma distribuição livre entre os juízos aprioristicamente competentes, de modo que está correta a ideia de que, como regra geral, não pode haver a escolha específica de juízo ou a exclusão. De acordo com Pedro Lenza: "Nery, em interessante estudo, caracteriza a garantia do juiz natural como tridimensional: "não haverá juízo ou tribunal ad hoc, isto é, tribunal de exceção; todos têm o direito de submeter-se a julgamento (civil ou penal) por juiz competente, pré-constituído na forma da lei; o juiz competente tem de ser imparcial. (Nelson Nery Junior, Princípios do processo civil na Constituição Federal, 7. ed., p. 66-67)". (LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza - 24. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p-1.262).

A alternativa E está incorreta. Como regra, o princípio do juiz natural não permite que as partes escolham o juízo da causa, que será definido pelas regras de competência. Porém, de modo excepcional, havendo expressa autorização legal, será possível a eleição de foro, como se dá, v.g., nos termos do art. 63 do CPC: "Art. 63. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações. § 1º A eleição de foro somente produz efeito quando constar de instrumento escrito, aludir expressamente a determinado negócio jurídico e guardar pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação, ressalvada a pactuação consumerista, quando favorável ao consumidor."

QUESTÃO 04. A ordem social, tal como disposta na Constituição Federal de 1988 em seu "TÍTULO VIII", contempla normas, postulados e princípios que se prestam a regular a vida dos indivíduos e suas relações sociais. Na prática, ela (ordem social) se materializa quando os atores sociais atuam de forma equânime e organizada, satisfazendo expectativas mútuas, segundo uma estrutura pré-concebida e aceita. Sobre a ordem social, assinale a alternativa correta.

a) Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no princípio da universalidade, seja de atendimento, seja quanto ao seu financiamento.

b) O primado do trabalho é base da ordem social, objetivando a concretude do mínimo existencial.

c) Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, executar políticas públicas relativas ao saneamento básico.

d) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória dos 4 (quatro) aos 18 (dezoito) anos de idade.

e) O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura universal.

Comentários

A alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar da banca é a letra A. No entanto, entende-se que a **letra C** também está correta. A questão trata do tema "Ordem Social".

A alternativa A, apontada pelo gabarito preliminar da banca como correta, gera questionamentos em razão da imprecisão de seu texto. De fato, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social. No entanto, se tomarmos por base a letra "fria" da Constituição, é impreciso dizer que um de seus objetivos é a "universalidade de financiamento", mas, sim, a "diversidade das bases de financiamento". Conforme art. 194, p.u., incisos I e VI, da CF: "Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; (...) VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;". Portanto, a alternativa pode ser considerada correta, embora imprecisa.

A alternativa B está incorreta. O objetivo é o bem estar e a justiça social. Na forma do art. 193 da CF: "Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais."

A alternativa C, apensar de apontada como incorreta pelo gabarito preliminar da banca, na verdade está correta. Conforme determina art. 200, IV, da CF: "Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;".

A alternativa D está incorreta. A educação básica obrigatória se dá dos 4 aos 17 anos. Conforme art. 208, I, da CF: "Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;"

A alternativa E está incorreta. O Estado deve garantir o acesso às fontes da cultura nacional, e não universal. Conforme art. 215, caput, da CF: "Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais."

QUESTÃO 05. A Emenda Constitucional n.º 132/2023, conhecida como Emenda da Reforma Tributária, dentre inúmeras alterações, atribuiu competência tributária entre os entes públicos para a instituição de três novos tributos que, paulatinamente, substituirão os tributos que atualmente incidem sobre as relações de consumo. A respeito da EC n.º 132/2023, assinale a alternativa que contenha os três novos tributos mencionados e que deverão ser instituídos por norma infraconstitucional.

a) Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

b) Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo.

c) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo.

d) Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Imposto Seletivo.

e) Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema "Sistema Tributário Nacional" e reforma tributária.

Em relação aos Impostos da União, a EC 132 trouxe o chamado "Imposto Seletivo", ao incluir o inciso VIII no artigo 153 da CF. Vejamos: "Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: (...) VIII - produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar." Já em relação aos Impostos dos Estados, DF e Municípios, a EC 132 incluiu o art. 156-A na CF, para trazer o "Imposto Sobre Bens e Serviços", de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Este imposto irá substituir o ICMS (competência dos Estados) e o ISS (competência dos Municípios) Vejamos: "Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios." Ademais, a EC 132 criou, também a Contribuição sobre Bens e Serviços, ao incluir o inciso V ao art. 195 da CF, relativo às contribuições sociais. Vejamos: "Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: V - sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar.".

Portanto, a alternativa correta é a letra C: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 06. Com base nos principais conceitos de Constituição desenvolvidos pelos teóricos, assinale a alternativa correta.

a) Para Ferdinand Lassalle, a Constituição deve ser compreendida como os fatores reais de poder que regem uma sociedade, sendo que a Constituição escrita sempre reflete a Constituição real.

b) A Constituição, no sentido sociológico, exige a análise da Constituição real e efetiva de um Estado e da sociedade, transcendente aos limites do direito, sendo um problema que cabe aos sociólogos e aos cientistas políticos.

c) Hans Kelsen defende que a normatividade do direito depende necessariamente de decisões políticas, que expressam explicitamente a vontade política de uma sociedade.

d) Hans Kelsen considera a Constituição uma fusão das ciências sociais, propondo a unificação dos estudos jurídicos, políticos e sociológicos em uma única análise.

e) Carl Schmitt argumenta que a Constituição é o produto da cultura de uma sociedade, resultando de uma combinação de aspectos como moral, direito, economia e filosofia. Essa

versão clarifica melhor o enunciado e a distinção entre as teorias apresentadas, facilitando a compreensão e a escolha da alternativa correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Teoria da Constituição, mais precisamente sobre os conceitos de Constituição.

A alternativa A está incorreta. De fato, para Lassalle, a Constituição deve ser compreendida como os fatores reais de poder que regem uma sociedade. Vejamos: "Esta é, em síntese, em essência, a Constituição de um país: a soma dos fatores reais do poder que regem uma nação. Juntam-se esses fatores reais do poder, os escrevemos em uma folha de papel e eles adquirem expressão escrita. A partir desse momento, incorporados a um papel, não são simples fatores reais do poder, mas sim verdadeiro direito – instituições jurídicas. Quem atentar contra eles atenta contra a lei e por conseguinte é punido." (LASSALLE, Ferdinand. A Essência da Constituição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 33, 2000). No entanto, não é possível afirmar que a Constituição escrita sempre reflete a Constituição real. Para Lassalle, se a Constituição escrita não corresponder à Constituição real, aquela não passará de uma "folha de papel" sem importância. Vejamos: "Onde a constituição escrita não corresponder à real irrompe inevitavelmente um conflito que é impossível evitar e no qual, mais dia menos dia, a constituição escrita, a folha de papel, sucumbirá necessariamente, perante a constituição real, a das verdadeiras forças vitais do país". (LASSALLE, Ferdinand. A Essência da Constituição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 33, 2000).

A alternativa B está correta. De acordo com a doutrina: "Os diversos fatores de poder ditam o que será escrito no documento de organização do Estado. A Carta política é fruto das forças resultantes da estrutura do Estado, mormente do poder econômico. Todavia, esses fatores de poder não aparecem explicitamente na Constituição; antes, a Lei Maior aparenta garantir uma igualdade a todos os indivíduos, mas não passa de ficção de "letra morta". Destarte, para Lassalle, uma Constituição escrita apenas será duradoura quando corresponder à Constituição real, pois do contrário sucumbirá perante as forças políticas vigentes." (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-MS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.2. Sentidos de Constituição - Livro Digital Interativo).

A alternativa C está incorreta. Essa é a visão de Carl Schmitt. Para o estudioso, a Constituição é aquilo que decorre de uma decisão política fundamental. Vejamos: "A essência da Constituição não está contida numa lei ou numa norma. No fundo de toda normatização reside uma decisão política do titular do poder constituinte, quer dizer, do Povo na Democracia e do Monarca na Monarquia autêntica". (SCHMITT, Carl. Teoría de la Constitución. Tradução de Alfredo Gallego Anabitarte. Madrid: Revista de Drecho Privado, 1932, p. 27). No mesmo sentido, é a doutrina atual: "O segundo sentido que estudaremos foi desenvolvido por Carl Schmitt, jurista, filósofo e professor alemão que defendeu ser a Constituição uma decisão política fundamental, um conjunto de opções políticas de um Estado, e não um reflexo da sociedade. Na obra "Teoria da Constituição" (tradução), publicada em 1928, o jurista afirmou que o fundamento da Constituição não está em uma norma jurídica precedente e nem em si mesma, mas na vontade política que a antecede. Dessa feita, a decisão política tem existência autônoma e não se subordina à Lei organizadora do Estado." (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-MS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.2. Sentidos de Constituição - Livro Digital Interativo).

A alternativa D está incorreta. Para Kelsen, o fundamento da Constituição é o próprio Direito, não havendo de se falar em "fusão das ciências sociais". Vejamos: "O Sentido Jurídico da Constituição foi idealizado por Hans Kelsen, judeu austríaco, oponente de Carl Schmitt. Para Kelsen, a Constituição

consiste num sistema de normas jurídicas, paradigma de validade de todo o ordenamento jurídico. Por essa concepção jurídica, também denominada Teoria Pura do Direito, a Constituição é norma pura, puro dever ser, sem dar relevância a questões filosóficas, políticas ou sociológicas, porque o plano de validade da constituição é jurídico. Assim a validade do direito posto é completamente independente de sua aceitação pelo sistema de valores sociais ou morais de uma comunidade. No sentido jurídico, o texto constitucional equivale à norma positiva suprema, que regula a criação de outras normas e dá validade a todo o ordenamento jurídico." (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-MS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.2. Sentidos de Constituição - Livro Digital Interativo).

A alternativa E está incorreta. Conforme já explicado na justificativa da alternativa C, para Carl Schmitt, a Constituição uma decisão política fundamental, um conjunto de opções políticas de um Estado, e não um produto da cultura.

QUESTÃO 07. Sobre o controle externo das atividades policiais, a Constituição Federal dispõe implícita e explicitamente de mecanismos e de diretrizes das relações de controle do Ministério Público sobre as atividades policiais, condicionando seu pleno exercício à regulamentação em lei complementar. Dentre os fundamentos constitucionais do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, NÃO se pode classificar como atividade inerente a essa fiscalização:

a) O controle procedimental do inquérito policial, visando à eficiência da investigação criminal (direção mediata derivada da titularidade da ação penal).

b) O controle procedimental do inquérito policial, visando a evitar arbitrariedades da investigação criminal (função de fiscal da legalidade constitucional).

c) O controle extraprocessual de eficiência das políticas de segurança pública (Ombudsman).

d) O controle extraprocessual, via auditoria rotineira de inquéritos policiais, visando à busca de eventuais irregularidades procedimentais potencialmente cometidas pelas autoridades policiais (função de auditoria).

e) O controle extraprocessual, com a possibilidade de participação de membro do Ministério Público em procedimento administrativo disciplinar instaurado para processar servidor público estadual por prática de ato infracional (função de fiscal da legalidade institucional).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Controle externo das atividades policiais pelo Ministério Público.

O Promotor de Justiça no Distrito Federal, Professor e Doutor Thiago Pierobom de Ávila possui substanciosa produção na temática do controle externo da atividade policial. Segundo o autor: "Analisando-se as finalidades delineadas no art. 3º da LC 75/1993, conclui-se que a atuação do Ministério Público no controle externo da atividade policial pode estar relacionada ao policiamento de segurança pública em geral ou à atividade de investigação criminal, pode ser incidental ao inquérito

policial (procedimental) ou extraprocessual, pode se relacionar com a proibição de excesso (não arbitrariedades) e de insuficiência (eficiência), bem como a intervenção sobre arbitrariedades pode ter foco na prevenção de novos desvios ou na promoção da responsabilização. Cada uma das modalidades de atuação terá fundamentos e abrangências distintos. Assim, podemos sintetizar a atuação de controle externo nas seguintes modalidades de atuação: (i) controle procedimental do inquérito policial para a eficiência da investigação criminal (direção mediata derivada da titularidade da ação penal); (ii) controle procedimental do inquérito policial para a não arbitrariedade da investigação criminal (custos legis); (iii) controle extraprocessual de eficiência da investigação criminal; (iv) controle extraprocessual de eficiência das políticas de segurança pública; (v) controle extraprocessual de não arbitrariedade da investigação criminal e do policiamento de segurança pública (prevenção e responsabilização).” (ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Controle externo de atividade policial pelo Ministério Público: fundamentos e áreas de atuação. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Processo Penal. Marco Antonio Marques da Silva (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/438/edicao-1/controle-externo-de-atividade-policial-pelo-ministerio-publico:-fundamentos-e-areas-de-atuacao).

Portanto, a alternativa E é a correta, pois é a única que não traz uma atividade inerente à fiscalização da atividade policial pelo Ministério Público, conforme o Professor, Doutor e Promotor de Justiça Thiago André Pierobom de Ávila.

QUESTÃO 08. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre o Poder Legislativo:

a) A competência privativa do Congresso Nacional para aprovar o orçamento anual inclui a definição dos vencimentos dos membros do Judiciário, sem a necessidade de sanção presidencial.

b) A iniciativa de leis complementares e ordinárias é exclusiva do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, vedada a participação dos cidadãos e de outras instituições.

c) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal exercem suas funções de forma independente, cabendo exclusivamente ao Senado Federal a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União.

d) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre matérias de competência da União, inclusive as que envolvem planos plurianuais e diretrizes orçamentárias.

e) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre matérias de competência da União, em sua totalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Poder Legislativo.

Conforme art. 48, II, da CF: "Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: (...) II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;"

Portanto, correta a alternativa D. Tomando por base o mesmo dispositivo constitucional, as alternativas A e E ficam automaticamente incorretas.

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 61 da CF: "Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição."

A alternativa C está incorreta. Na forma do art. 70 da CF: "Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

QUESTÃO 09. Com base na Constituição Federal de 1988, sobre a competência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), assinale a alternativa correta.

a) O CNMP possui competência para exercer controle concentrado de constitucionalidade dos atos administrativos praticados por membros do Ministério Público, podendo declarar a inconstitucionalidade desses atos com efeito vinculante.

b) O CNMP tem como uma de suas atribuições o controle de constitucionalidade dos atos administrativos praticados pelo Ministério Público, podendo revogá-los sem a necessidade de intervenção judicial.

c) O CNMP não possui competência para exercer o controle concentrado de constitucionalidade de atos administrativos, limitando-se ao controle administrativo dos membros do Ministério Público, podendo desconstituir atos que contrariem a Constituição ou a lei.

d) O CNMP pode exercer o controle de constitucionalidade apenas dos atos administrativos relacionados à gestão orçamentária e financeira do Ministério Público, sendo os demais atos sujeitos exclusivamente ao controle judicial.

e) O CNMP não possui competência para exercer o controle concentrado de constitucionalidade de atos administrativos, limitando-se ao controle administrativo dos membros do Ministério Público, não podendo, entretanto, desconstituir atos praticados por membros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Entre as competências do CNMP, destaca-se que este não possui competência para exercer o controle concentrado de constitucionalidade. É o que decidiu o STF no julgamento do MS 27744/DF. Vejamos: "O CNMP não possui competência para realizar controle de constitucionalidade de lei, considerando que se trata de órgão de natureza administrativa, cuja atribuição se resume a fazer o controle da legitimidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público federal e estadual (art. 130-A, § 2º, da CF/88)." (STF. 1ª Turma. MS 27744/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 14/4/2015). De pronto, as alternativas A, B e D ficam incorretas, pois falam na possibilidade de realização de controle de constitucionalidade pelo CNMP. Em verdade, pode-se afirmar que a competência do CNMP se limita ao controle administrativo dos membros do Ministério Público. O referido órgão pode, inclusive, desconstituir atos que contrariem a Constituição ou a lei. É o que determina art. 130-A, § 2º, II, da CF: "§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo lhe: II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;".

Logo, a alternativa C está correta. Tomando por base o mesmo dispositivo constitucional, a alternativa E fica automaticamente incorreta.

QUESTÃO 10. Sobre o Tribunal de Justiça, sediado na capital do estado e com jurisdição em todo o território estadual, de acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul de 1989 e sua atribuição de competências, disposta pelo art. 114, é correto afirmar que:

a) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, demandas entre o estado e os municípios ou os municípios entre si.

b) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os crimes comuns e os de responsabilidade os deputados estaduais e o Governador.

c) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, apenas os crimes comuns cometidos por deputados estaduais e o Governador.

d) Compete ao Tribunal de Justiça o julgamento de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, sob a condição e o pressuposto da existência de demandas pendentes de julgamento no tribunal.

e) Compete ao Tribunal de Justiça, privativamente, propor à Assembleia Legislativa a criação de tribunais de segundo grau com jurisdição territorial regional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul, mais precisamente sobre o Tribunal de Justiça.

A alternativa A está correta. Conforme art. 114, II, alínea "g", da CE/MS: "Art. 114. Compete ao Tribunal de Justiça: II - processar e julgar, originariamente: g) as causas e conflitos entre o Estado e os Municípios ou entre estes;"

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 114, II, alínea "a", da CE/MS: "Art. 114. Compete ao Tribunal de Justiça: II - processar e julgar, originariamente: a) nos crimes comuns e nos de responsabilidade, os Deputados estaduais, Secretários de Estado, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, o Procurador-Geral da Defensoria Pública, os Procuradores de Justiça, os membros do Ministério Público, os Procuradores do Estado, os Procuradores da Defensoria Pública, os Defensores Públicos e os Prefeitos municipais;".

Tomando por base o mesmo dispositivo acima, a alternativa C está incorreta.

A alternativa D está incorreta. A instauração do IRDR não pressupõe a existência de processo pendente. É o que determina § 4º do art. 114 da CE/MS: "§ 4º A instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas não pressupõe a existência de processo pendente no tribunal."

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 114, I, alínea "e", da CE/MS: "Art. 114. Compete ao Tribunal de Justiça: I - privativamente: e) propor à Assembleia Legislativa a criação de tribunais inferiores de segundo grau; as alterações da organização e divisão judiciárias do Estado; a criação de Juizados Especiais e de Justiça de Paz e a fixação dos vencimentos da Magistratura;"

11. Os tratados e as convenções de Direitos Humanos são conquistas sociais que refletem os valores buscados pela sociedade internacional, correspondendo a um padrão mínimo de proteção. Sobre o controle de convencionalidade dos tratados internacionais de Direitos Humanos e sua relação com o ordenamento jurídico nacional, analise as afirmativas a seguir:

I. Os tratados internacionais de Direitos Humanos em vigor no Brasil são também paradigma de controle da produção normativa doméstica.

II. O controle de convencionalidade é o exercício pelo qual a norma interna inconvencional é declarada propriamente inválida pelo órgão com poder para tanto.

III. A teoria do Controle de Convencionalidade foi formalmente adotada no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, por meio do julgamento do Caso Almonacid Arellano e outros versus Chile pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no ano de 2006.

IV. No Brasil, todos os tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo Congresso Nacional possuem automaticamente status de Emenda Constitucional, prevalecendo sobre o ordenamento jurídico interno.

V. A aplicação dos tratados internacionais de Direitos Humanos no Brasil é limitada, uma vez que eles só podem ser utilizados para resolver conflitos entre normas internas de nível infra-constitucional.

VI. O Controle de Convencionalidade das leis pode se dar somente na via de ação de controle concentrado.

Assinale a alternativa que contenha apenas as corretas.

a) I, II e III, apenas.

b) I, II, IV, apenas.

c) I, II, III e VI, apenas.

d) I, V e VI, apenas.

e) I, II, III, IV, V e VI.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre controle de convencionalidade.

O item está correto, pois, de fato, os tratados internacionais de Direitos Humanos são referência para o controle das normas internas.

O item II está correto. O controle de convencionalidade pode declarar uma norma interna incompatível com tratados internacionais.

O item III está correto. No caso Almonacid *vs* Chile (2006), a Corte Interamericana de Direitos Humanos explicitou o entendimento de que os tribunais internos dos países signatários da Convenção Americana de Direitos Humanos estão obrigados a aplicar a Convenção e a jurisprudência da Corte.

O item IV está incorreto. Nem todos os tratados internacionais de direitos humanos têm status de emenda constitucional. Apenas terão tal status aqueles que atenderem os requisitos do art. 5º, § 3º da Constituição Federal.

O item V está incorreto. Os tratados internacionais de Direitos Humanos podem ser aplicados para resolver conflitos em normas constitucionais também.

O item IV está incorreto. O controle de convencionalidade pode ser realizado tanto de forma concentrada quanto difusa.

QUESTÃO 12. O mínimo existencial, de conceito intimamente ligado ao da dignidade da pessoa humana, pode ser entendido/definido pelas seguintes assertivas, EXCETO:

a) pode-se dizer que há previsão expressa do mínimo existencial de forma sinônima (mínimos sociais) na Lei n.° 8.742 de 1993 (Lei da Assistência Social).

b) o dever estatal na concessão de benefícios sociais às pessoas em situação de vulnerabilidade está relacionado ao conteúdo do mínimo existencial.

c) para Robert Alexy, o mínimo existencial se relaciona com a parcela dos direitos fundamentais sociais que exigem proteção mais intensa, vez que essa parcela diz respeito a normas vinculantes que tratam de direitos subjetivos definitivos a prestações.

d) o mínimo existencial corresponde às condições elementares de educação, saúde e renda que permitam, em determinada sociedade, o acesso aos valores civilizatórios e a participação esclarecida no processo político e debate público.

e) a doutrina especializada vincula os direitos difusos e coletivos ao conceito do mínimo existencial, à medida que tais direitos integram o núcleo de garantias indivisíveis e transindividuais.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E.** A questão trata sobre a dignidade da pessoa humana.

A alternativa A está correta. A Lei nº 8.742 de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) aborda a assistência social como direito do cidadão e como dever do Estado, especialmente a assistência a indivíduos em situação de vulnerabilidade, o que pode ser associado ao conceito de mínimo existencial ou mínimos sociais. A lei trata da garantia de um patamar mínimo de condições para a sobrevivência e dignidade das pessoas.

A alternativa B está correta. O mínimo existencial refere-se à ideia de que o Estado tem o dever de garantir condições mínimas de sobrevivência e dignidade, e isso inclui a concessão de benefícios sociais a pessoas em situação de vulnerabilidade, como no caso de programas de assistência social e políticas públicas voltadas para a garantia de acesso a direitos básicos (como saúde, educação e renda).

A alternativa C está correta. Robert Alexy afirma que o mínimo existencial está ligado aos direitos sociais que exigem uma proteção mais intensa, porque envolvem prestações positivas do Estado, como serviços públicos essenciais (saúde, educação, moradia etc.). O mínimo existencial, nesse sentido, é uma parte fundamental dos direitos sociais que garantem condições mínimas para uma vida digna.

A alternativa D está correta. O conceito de mínimo existencial está relacionado a condições mínimas de educação, saúde e renda, pois são esses elementos essenciais que garantem que uma pessoa possa viver com dignidade, acessar os valores civilizatórios da sociedade e participar do processo político e do debate público de forma informada e consciente. Esses elementos são fundamentais para que se exerçam outros direitos e liberdades.

A alternativa E está incorreta e, portanto, é o nosso gabarito. A alternativa mistura o conceito de direitos difusos e coletivos com o conceito de mínimo existencial, que se refere a condições mínimas de dignidade humana e não necessariamente à garantia de direitos coletivos ou transindividuais.

QUESTÃO 13. Para garantir o cumprimento de obrigações oriundas de tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte, quando da ocorrência de situações de grave violação de Direitos Humanos, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal poderá ser suscitado, em qualquer fase do inquérito ou processo, ao:

a) Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República.

b) Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República ou pelo Advogado-Geral da União.

c) Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República, pelo Advogado-Geral da União ou pelo Presidente do Congresso Nacional.

d) Superior Tribunal de Justiça pelo Procurador-Geral da República.

e) Superior Tribunal de Justiça pelo Procurador-Geral da República ou pelo Advogado-Geral da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre incidente de deslocamento de competência.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, pois o deslocamento deverá ser suscitado perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e não ao Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, conforme o art. 109, § 5º, da CF, o pedido deverá ser feito pelo Procurador-Geral da República e não pelo Advogado-Geral da União ou pelo Presidente do Congresso Nacional conforme prevê as alternativas.

A alternativa D está correta, pois está em conformidade com o que prevê o art. 109, § 5º da Constituição Federal: "Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal".

QUESTÃO 14. Qual dos crimes abaixo NÃO é considerado hediondo pela legislação brasileira?

a) Lesão corporal dolosa gravíssima, prevista no art. 129, § 2.º c/c § 12, do Código Penal, praticada contra um guarda municipal em decorrência da função.

b) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, com numeração raspada, previsto no art. 16, § 1.º, IV, da Lei n.º 10.826/2003.

c) Sequestro praticado contra um adolescente de 17 (dezessete) anos.

d) Furto qualificado pelo emprego de explosivo.

e) Armazenar em um computador fotografia contendo cena pornográfica com envolvimento de uma adolescente de 16 (dezesseis) anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre crimes hediondos.

A alternativa A está incorreta. Porque a lesão corporal gravíssima contra agentes de segurança pública em função da atividade é crime hediondo, conforme o art. 1º, I-A, da Lei 8.072/1990 (com redação dada pela Lei 13.142/2015).

A alternativa B está correta. Porque o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido com numeração raspada (art. 16 da Lei 10.826/2003) não consta no rol de crimes hediondos.

A alternativa C está incorreta. Porque o sequestro ou cárcere privado de adolescentes é considerado hediondo (art. 1º, XI, da Lei 8.072/1990).

A alternativa D está incorreta. Porque o furto qualificado pelo emprego de explosivo é crime hediondo (art. 1º, IX, da Lei 8.072/1990).

A alternativa E está incorreta. Porque armazenar material pornográfico envolvendo adolescentes é crime hediondo, conforme art. 1º, Parágrafo Único, VII, da Lei 8.072/1990.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 15. Assinale a alternativa correta.

a) Aquele que dissimula a localização e a propriedade de valores provenientes diretamente de contravenção penal de estabelecimento ou de exploração de jogo de azar não pratica o crime de lavagem de capitais previsto no art. 1.º da Lei n.º 9.613/98, em razão da atipicidade da conduta, pois este somente ocorre quando os valores são decorrentes de crimes previstos em seu rol taxativo.

b) Prevalece no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que não incide a majorante do art. 40, III, da Lei n.º 11.343/2006, quando o agente transporta grande quantidade de drogas no bagageiro de um ônibus que realiza o transporte público intermunicipal, mas sem a intenção de realizar o comércio diretamente no interior do veículo.

c) O crime de frustração do caráter competitivo de licitação depende, para sua consumação, da demonstração não apenas de que a competição foi inviabilizada, mas também do recebimento de vantagem indevida pelo agente e de dano ao erário, sendo que, de contrário, haverá a chamada tentativa perfeita.

d) Quando praticado em um mesmo contexto fático, o crime de embriaguez ao volante absorve o crime de dirigir sem habilitação gerando perigo de dano, visto que é apenado de forma mais rigorosa e porque ambos possuem a mesma finalidade jurídica.

e) Constitui crime contra a administração pública efetuar loteamento do solo para fins urbanos em terrenos com declividade igual ou superior a 20% (vinte por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, crimes relacionados à licitação, crimes de trânsito e crimes contra a administração pública ambiental.

A alternativa A está incorreta. O rol do art. 1.º da Lei 9.613/98 não é taxativo, mas sim exemplificativo, abrangendo não apenas crimes expressamente mencionados, mas também contravenções penais, como exploração de jogo de azar. Assim, dissimular valores provenientes de contravenções penais pode configurar o crime de lavagem de capitais.

A alternativa B está correta. Para que incida a majorante do art. 40, III, da Lei 11.343/2006 (utilização de transporte público), é necessário que o transporte seja parte da atividade de tráfico diretamente ligada ao uso do veículo para distribuir ou comercializar drogas. Apenas transportar a droga no bagageiro de um ônibus, sem essa finalidade específica, não caracteriza a majorante. Esse entendimento é pacificado na jurisprudência.

A alternativa C está incorreta. O crime de frustração do caráter competitivo de licitação é formal e se consuma com a prática da conduta que inviabiliza a competição, independentemente de haver vantagem indevida ou prejuízo ao erário. A necessidade de vantagem ou dano seria requisito para outros crimes, como corrupção.

A alternativa D está incorreta. São crimes autônomos, com bens jurídicos distintos: a embriaguez ao volante protege a segurança no trânsito, enquanto dirigir sem habilitação com perigo de dano protege tanto a segurança no trânsito quanto a regularidade administrativa. Assim, é plenamente possível a cumulação das penas, mesmo em um único contexto fático.

A alternativa E está incorreta. Porque o art. 3.º, parágrafo único, III, da Lei 6.766/79 proíbe o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, salvo exigências específicas, tratando-se de infração administrativa e não de crime contra a administração pública, além de errar ao mencionar o limite de 20%.

QUESTÃO 16. Assinale a alternativa correta.

a) Conforme entendimento pacificado no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, é atípica a conduta daquele que, após ter sido flagrado cometendo um delito, atribui-se falsa identidade perante autoridade policial, seja em razão da aplicação do princípio do *nemo tenetur se detegere*, seja porque configura crime impossível pela absoluta ineficácia do meio nos

termos do art. 17 do Código Penal, já que as autoridades públicas possuem amplos meios de identificação pessoal, inclusive pela coleta e posterior pesquisa de impressões digitais.

b) O agente que instiga alguém a suicidar-se responde pelo delito previsto no art. 122 do Código Penal na modalidade de participação moral.

c) É aplicável a lei penal brasileira para um crime de genocídio cometido na cidade de Paris, na França, por um cidadão espanhol, domiciliado há 3 (três) anos no estado do Rio de Janeiro, mesmo se absolvido no país onde o delito se consumou.

d) A previsão de aplicação da lei penal brasileira a um crime de homicídio praticado por um cidadão italiano contra uma vítima peruana, no interior de uma embarcação brasileira mercante enquanto se achava em alto-mar, deve-se ao fenômeno da extraterritorialidade e, por consequência, ao princípio da justiça penal cosmopolita, que leva em conta a gravidade do crime ou a importância do bem jurídico violado para justificar a punição do fato, independentemente do local onde foi praticado e da nacionalidade do agente.

e) Configura hipótese de crime de latrocínio consumado, nos termos da Súmula 610 do Supremo Tribunal Federal, quando o agente aponta uma arma de fogo para a vítima, anunciando assalto e exigindo a entrega dos bens que trazia consigo, mas esta, diante do grave temor provocado, acaba por sofrer um infarto agudo do miocárdio e morrer instantaneamente, o que faz com que o criminoso, assustado, fuja do local sem nada subtrair.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre princípios, normais gerais de direito penal e teoria geral do crime.

A alternativa A está incorreta. O STF e o STJ possuem entendimento pacificado de que a atribuição de falsa identidade perante autoridade policial não é atípica. O agente responde pelo crime do art. 307 do Código Penal (falsa identidade), pois o direito ao silêncio (*nemo tenetur se detegere*) não autoriza mentir ou fornecer identidade falsa. Ademais, não se trata de crime impossível, pois a conduta é idônea a produzir efeitos, mesmo que a falsidade seja posteriormente descoberta.

A alternativa B está incorreta. A instigação ao suicídio configura crime autônomo previsto no art. 122 do Código Penal, e não mera participação moral. Esse tipo penal é próprio e exige que a instigação, induzimento ou auxílio seja direcionado ao suicídio de outrem, sendo punido de forma independente.

A alternativa C está correta. O genocídio é um crime de extraterritorialidade incondicionada, conforme o art. 7º, I, "d", e §1º, do Código Penal. Assim, a lei brasileira pode ser aplicada ao cidadão espanhol domiciliado no Brasil, mesmo se absolvido no local do fato.

A alternativa D está incorreta. A aplicação da lei penal brasileira nesse caso não decorre do princípio da justiça penal cosmopolita, mas sim do princípio da territorialidade, uma vez que a embarcação mercante brasileira é considerada extensão do território nacional, nos termos do art. 5º, § 1º, do Código Penal. Assim, o local do crime define a aplicação da lei brasileira.

A alternativa E está incorreta. A Súmula 610 do STF dispõe que o latrocínio se consuma com a morte da vítima, independentemente da subtração patrimonial. No entanto, para configurar o crime, é necessário que o resultado morte seja dolosamente provocado ou ao menos assumido como risco pelo agente. No caso descrito, a morte decorreu de um infarto causado pelo temor, o que não caracteriza o dolo ou mesmo culpa do agente em relação à morte. O crime seria tentado, pois não houve a subtração do bem.

QUESTÃO 17. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Apesar de sua Súmula 593 estabelecer que "o crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente" e da tese jurídica firmada sob o rito de recurso repetitivo (Tema Repetitivo 918), o próprio Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, tem aplicado a técnica do *distinguishing* em relação ao acórdão paradigma em casos em que existe relacionamento amoroso entre autor e vítima, pouca diferença de idade entre ambos, nascimento de filho dessa relação e intenção de conviverem e constituírem família, situações em que entende desnecessária a atuação punitiva estatal, diante da não afetação relevante do bem jurídico, consoante os princípios da fragmentariedade, da subsidiariedade e da proporcionalidade.

b) O Superior Tribunal de Justiça, por meio de sua 5ª Turma, já decidiu que ingressar com chip de celular no interior de estabelecimento prisional, sem autorização legal, é conduta atípica, em homenagem ao princípio da legalidade.

c) A descrição que tipifica o crime de genocídio é exemplo da chamada lei penal incompleta ou em branco às avessas.

d) A qualificadora do art. 121, § 2.º, inciso VII, do Código Penal não pode ser aplicada ao agente que mata o filho adotivo de um policial militar em razão dessa condição, uma vez que essa hipótese não foi contemplada pela norma e não se mostra possível suprir a lacuna com a utilização de analogia *in malam partem*.

e) É entendimento pacífico no Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal recentemente fixou tese em tema de repercussão no sentido de que a conduta de trazer consigo arma branca em via pública, prevista no art. 19 do Decreto-Lei n.º 3.688/41, é atípica, visto que o princípio da legalidade no ponto em que o elemento normativo do tipo contravencional "sem licença da autoridade" carece de regulamentação, pois, atualmente, não há qualquer previsão de como obter licença para portar armas brancas fora de casa ou de suas dependências.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre princípios constitucionais aplicados ao direito penal.

A alternativa A está correta. A Súmula 593 do STJ define que o estupro de vulnerável é configurado com menores de 14 anos, independentemente de consentimento ou relação amorosa. Contudo, o STJ, em

situações excepcionais, já aplicou a técnica do *distinguishing*, reconhecendo a inexistência de lesão relevante ao bem jurídico quando há pouca diferença de idade, relação amorosa estável e intenção de constituir família, em observância aos princípios penais da fragmentariedade e subsidiariedade.

A alternativa B está correta. O STJ já decidiu que o ingresso de chip de celular em estabelecimento prisional não configura o crime do art. 349-A do Código Penal (introdução de aparelho de comunicação em presídio), pois o dispositivo em si (chip) não é capaz de realizar a comunicação. Assim, a conduta é atípica, com base no princípio da legalidade.

A alternativa C está correta. A tipificação do crime de genocídio (Lei nº 2.889/56) é considerada um exemplo de norma penal em branco às avessas, pois a descrição básica do tipo penal já está completa, mas exige complemento para os elementos subjetivos específicos, como a intenção de destruir determinado grupo étnico, nacional, racial ou religioso.

A alternativa D está correta. O inciso VII do § 2º do art. 121 do Código Penal prevê a qualificadora para homicídios praticados contra policiais, seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos até terceiro grau, em razão dessa condição. Filhos adotivos não estão contemplados, e a inclusão dessa hipótese seria possível apenas por analogia *in malam partem*, vedada no Direito Penal.

A alternativa E está incorreta. A conduta de portar arma branca em via pública continua sendo considerada típica pelo art. 19 da LCP, uma vez que o elemento normativo "sem licença da autoridade" não foi considerado inconstitucional ou inaplicável por falta de regulamentação. Nem o STJ nem o STF firmaram entendimento no sentido de que a norma seria ineficaz. O princípio da legalidade não foi comprometido, pois a norma ainda é aplicada na prática, sendo um instrumento de controle penal em situações de risco social.

QUESTÃO 18. Assinale a alternativa correta.

a) O Superior Tribunal de Justiça, por meio de sua Terceira Seção, firmou tese jurídica em sede de temática de recursos repetitivos no sentido de que o princípio da insignificância é aplicável ao crime de contrabando de cigarros quando a quantidade apreendida não ultrapassar 1.000 (mil) maços, excetuada a hipótese de reiteração da conduta, circunstância apta a afastar a atipicidade material, diante da maior reprovabilidade e periculosidade social da ação.

b) Quando a Súmula 711 do Supremo Tribunal Federal define que "a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência", está a aplicar o fenômeno da extra-atividade da lei penal em sua espécie de ultra-atividade.

c) Quando um funcionário público concorre culposamente para que um particular subtraia bem público do interior de uma repartição pública, apesar de se tratar de hipótese de concurso de pessoas, aquele responderá por peculato culposo e este último por furto, como exceção à teoria unitária ou monista adotada pelo Código Penal Brasileiro.

d) Ao contendor que sofra lesão corporal grave durante rixa da qual participava, não se aplica a pena da qualificadora, prevista no parágrafo único do art. 137 do Código Penal, em decorrência do princípio da alteridade ou transcendentalidade.

e) O crime de sequestro, qualificado pela finalidade de praticar atos libidinosos contra a vítima, não passará da esfera da tentativa se, após a privação da liberdade por tempo juridicamente relevante, nenhum ato de conotação sexual chegar a ser praticado, por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre princípio da insignificância, a extra-atividade da lei penal, a teoria do concurso de pessoas, a aplicação do princípio da alteridade e a consumação de crimes qualificados por intenções específicas.

A alternativa A está correta. O STJ, em sede de recursos repetitivos, já decidiu que o princípio da insignificância não é aplicável ao crime de contrabando de cigarros devido à lesividade ao bem jurídico tutelado (saúde pública e arrecadação tributária). Contudo, há precedentes que reconhecem a insignificância apenas em casos excepcionais, como quando a quantidade é pequena (geralmente inferior a 1.000 maços) e não há reiteração delitiva, pois a habitualidade afasta a atipicidade material.

A alternativa B está incorreta. A Súmula 711 do STF não trata de ultra-atividade, mas sim da aplicação da lei vigente ao tempo do término do crime continuado ou permanente, sendo este o momento consumativo relevante para aplicação da lei penal. Essa regra decorre do princípio da atividade da lei penal, e não da ultra-atividade.

A alternativa C está incorreta. A teoria unitária ou monista (art. 29 do CP) estabelece que todos os coautores e partícipes de um crime respondem pelo mesmo fato típico, com exceções previstas em lei. Contudo, no exemplo citado, o funcionário público que age culposamente responderia por peculato culposo (art. 312, § 2º, do CP), enquanto o particular responderia por furto qualificado, mas essa distinção não configura uma exceção à teoria monista, já que há crimes distintos em razão das características dos agentes e da conduta.

A alternativa D está incorreta. O princípio da alteridade (ou transcendentalidade) estabelece que o Direito Penal não pode punir condutas que lesem apenas o próprio agente. No caso de rixa, contudo, a lesão grave sofrida pelo participante não exclui a qualificadora, já que esta é aplicável a todos os contendores, independentemente de quem foi vítima ou causador do resultado, devido ao caráter de responsabilidade coletiva do crime.

A alternativa E está incorreta. O crime de sequestro ou cárcere privado se consuma com a privação da liberdade da vítima por tempo juridicamente relevante, independentemente da concretização da finalidade específica. Assim, mesmo que o ato libidinoso não seja realizado, o crime de sequestro estará consumado, podendo ser imputada a qualificadora pela finalidade específica. A ausência do ato sexual praticado pode configurar uma tentativa de outro crime (ex.: estupro), mas não altera a consumação do sequestro.

QUESTÃO 19. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que a deformidade permanente, exigida para configuração do crime de lesão corporal gravíssima, deve ser decorrente exclusivamente de lesão física, especificamente a lesão estética de certa monta, capaz de causar desconforto a quem a vê ou ao seu portador, não sendo aplicável a referida circunstância qualificadora em hipótese em que, em razão da ofensa à sua integridade corporal, a vítima fora acometida de transtorno de estresse pós-traumático e alteração permanente de personalidade.

b) O crime de intimidação sistemática (*bullying*) é classificado como habitual próprio, dependendo, para sua configuração, da reiteração de conduta.

c) O agente que, depois de constranger a vítima, mediante violência, consistente em diversos socos e chutes, causando-lhe sofrimento físico com o fito de obter uma informação, mata-a, a golpes de faca, a fim de garantir sua impunidade em relação a esse crime anterior, pratica crime de tortura simples e homicídio qualificado pela conexão, em concurso formal, e não crime de tortura qualificada pelo resultado morte.

d) O crime de perseguição pode ser praticado de forma livre, é habitual e de conteúdo variado, ao passo que o delito de violência psicológica contra a mulher é instantâneo e material.

e) A prática do golpe popularmente conhecido como "Boa Noite Cinderela", em que o agente utiliza-se de sonífero para fazer a vítima dormir e com isso ter liberdade para subtrair-lhe coisas móveis, configura crime de roubo mediante violência imprópria.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre configuração de crimes específicos, interpretação de qualificadoras e tipos penais, classificação de delitos e concurso de crimes.

A alternativa A está correta. A deformidade permanente, prevista no art. 129, § 2º, IV, do Código Penal, refere-se exclusivamente à lesão física de caráter estético, conforme entendimento consolidado no STJ. Lesões psicológicas ou alterações na personalidade, como transtorno de estresse pós-traumático, não se enquadram como deformidade permanente para fins de qualificação.

A alternativa B está correta. O crime de intimidação sistemática (*bullying*), previsto no art. 146-A do Código Penal, é classificado como habitual próprio, ou seja, exige a reiteração de condutas ofensivas para sua configuração. A prática isolada de uma conduta não configura o tipo penal.

A alternativa C está incorreta. No caso descrito, o agente pratica tortura qualificada pelo resultado morte (art. 1º, § 3º, da Lei nº 9.455/1997), e não dois crimes em concurso formal. Isso porque o homicídio decorre diretamente da prática da tortura, configurando o resultado qualificador. A doutrina e a jurisprudência são uníssonas ao afirmar que, quando o resultado morte é provocado no contexto da tortura, o crime é unificado e qualificado pelo resultado, não havendo concurso de crimes.

A alternativa D está correta. O crime de perseguição (art. 147-A do CP) pode ser praticado por qualquer meio (forma livre), é classificado como habitual, pois exige repetição de condutas, e seu conteúdo é

variado, abrangendo diferentes formas de perseguição. Já o crime de violência psicológica contra a mulher (art. 147-B do CP) é considerado instantâneo, consumando-se com o ato que cause dano emocional ou prejuízo à autoestima, e material, pois exige prova concreta do dano psicológico sofrido pela vítima.

A alternativa E está correta. O uso de soníferos para incapacitar a vítima caracteriza violência imprópria, que é uma das formas qualificadas do crime de roubo. O golpe conhecido como "Boa Noite Cinderela" configura roubo, pois a subtração é realizada mediante a supressão da capacidade de resistência da vítima.

QUESTÃO 20. Assinale a alternativa correta.

a) Juvenal matou sua esposa Tibéria em situação de violência doméstica e familiar. Para tanto, agiu instigado por seu amigo Sinézio, que, ao tomar conhecimento de suas motivações, o incentivou a seguir seu plano, inclusive sugerindo meios de execução. Nessa hipótese, Sinézio não poderá ser enquadrado no novel tipo penal descrito no art. 121-A do Código Penal, visto que circunstâncias e condições de caráter pessoal não se comunicam com os partícipes, salvo se elementos do crime, o que não é o caso da hipótese narrada. Assim, enquanto Juvenal incidirá nas penas do art. 121-A, Sinézio incidirá no art. 121, *caput*, ambos do Código Penal.

b) O Superior Tribunal de Justiça vem admitindo que, no caso de furto qualificado pelo concurso de pessoas, ao invés de se aplicar as penas da qualificadora seja aplicada a causa de aumento de pena do roubo por circunstância idêntica, valendo-se da analogia *in bonam partem*, em observância ao princípio da proporcionalidade, eis que a pena final resulta em patamar menor.

c) O crime de integrar organização criminosa direcionada à prática de golpes que configurem crime de fraude eletrônica, previsto no art. 171, § 2º-A, do Código Penal, é classificado como hediondo.

d) Considerando que um dos requisitos do crime de apropriação indébita é a entrega voluntária do bem pela vítima e outro é a necessidade de que a posse ou a detenção sejam desviadas, o agente que solicita e recebe peças de carne bovina no setor de açougue no interior de um grande supermercado e, posteriormente, resolve não efetuar o pagamento, coloca os produtos no interior de uma mochila e passa pelo setor de caixas, levando-os consigo, comete o crime de furto e não de apropriação indébita.

e) Para o Superior Tribunal de Justiça, o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido com registro vencido é conduta atípica, por constituir mera irregularidade administrativa, que enseja apenas a apreensão do artefato e a aplicação de multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre concurso de pessoas, classificação de crimes e distinção entre tipos penais.

A alternativa A está incorreta. Porque Sinézio pode ser enquadrado no art. 121-A do Código Penal, já que as circunstâncias pessoais elementares do crime, como a violência doméstica prevista no § 1º, comunicam-se ao coautor ou partícipe conforme o § 3º, de modo que ele responderá pelo mesmo crime de feminicídio praticado por Juvenal, e não pelo homicídio simples do art. 121, *caput*, do CP.

A alternativa B está incorreta. O STJ não admite essa interpretação. A aplicação de analogia *in bonam partem* não pode ser usada para substituir a pena de uma qualificadora por uma causa de aumento de outro tipo penal, pois são institutos distintos e aplicados a crimes diferentes. No caso de furto qualificado pelo concurso de pessoas, aplica-se a qualificadora específica, sem qualquer vinculação com as disposições do crime de roubo.

A alternativa C está incorreta. O crime de integrar organização criminosa só é considerado hediondo quando a organização tem como objetivo cometer crimes hediondos ou equiparados. Os crimes hediondos estão taxativamente previstos na Lei 8.072/1990 e a fraude eletrônica não integra esse rol.

A alternativa D está correta. Porque o crime de apropriação indébita exige que o agente receba a posse do bem de forma lícita e voluntária por parte da vítima, rompendo posteriormente o vínculo de confiança ao desviar o bem para proveito próprio, enquanto no crime de furto o agente subtrai o bem sem consentimento, obtendo a posse de forma ilícita desde o início. No caso narrado, a posse inicial do agente não é legítima, pois ele não tinha a intenção de pagar pelas peças de carne, e ao ocultar os produtos em uma mochila e passar pelo setor de caixas sem efetuar o pagamento, configura-se o crime de furto, conforme art. 155 do Código Penal, já que houve subtração de coisa alheia móvel sem consentimento do proprietário.

A alternativa E está incorreta. O STJ entende que o porte ilegal de arma de fogo com registro vencido não é atípico, configurando crime previsto no art. 14 da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), já que o registro vencido torna a arma sem autorização válida para o porte. A mera posse de arma de fogo com registro vencido em residência pode ser considerada irregularidade administrativa, mas o porte implica ilicitude.

QUESTÃO 21. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Após decidir que até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei n.º 7.716, de 08 de janeiro de 1989, o STF ainda fixou entendimento de que atos de homotransfobia praticados diretamente contra membros da comunidade LGBTQIA+, por serem gênero da espécie racismo, configuram injúria racial.

b) No entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, a incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.

c) Constitui crime a conduta de permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa que não seja habilitada ou que se encontre em qualquer das situações previstas no art. 310 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), independentemente da ocorrência de lesão ou de perigo de dano concreto na condução do veículo.

d) É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados à pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos se favoráveis às circunstâncias judiciais.

e) O curso da prescrição da pretensão punitiva interrompe-se, dentre outras hipóteses, pela reincidência.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre jurisprudência do STF e STJ, Lei 7.716/1989, crime do CTB, regras sobre agravantes e atenuantes, regime prisional e causas interruptivas da prescrição.

A alternativa A está correta. O STF reconheceu que a homofobia e transfobia são formas de racismo social e devem ser punidas de acordo com a Lei nº 7.716/1989 até que o Congresso Nacional legisle sobre o tema. Além disso, o tribunal fixou que atos de homotransfobia dirigidos a indivíduos também podem ser enquadrados como injúria racial, conforme a distinção entre racismo genérico e específico.

A alternativa B está correta. O STJ possui entendimento consolidado de que, para a aplicação da atenuante da confissão espontânea, é necessário que o réu confesse os elementos essenciais do crime imputado. No caso do tráfico de drogas, a simples admissão de posse para uso próprio não configura confissão da prática de tráfico, inviabilizando a atenuante.

A alternativa C está correta. O art. 310 do CTB tipifica como crime a conduta de permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou suspensa, ou que esteja sob efeito de álcool ou drogas. Trata-se de crime de perigo abstrato, ou seja, independe da ocorrência de lesão ou perigo de dano concreto para sua consumação.

A alternativa D está correta. A jurisprudência do STF e do STJ admite a fixação do regime semiaberto para reincidentes condenados à pena igual ou inferior a 4 anos, desde que as circunstâncias judiciais (art. 59 do CP) sejam favoráveis, afastando a obrigatoriedade do regime fechado nesses casos. Essa interpretação considera o princípio da individualização da pena.

A alternativa E está incorreta. A reincidência não é causa de interrupção do prazo prescricional, mas sim um fator que agrava a pena (art. 61, I do CP) e influencia na contagem da prescrição, uma vez que aumenta os prazos prescricionais nos termos do art. 110 do CP. As causas de interrupção da prescrição estão taxativamente previstas no art. 117 do CP, e a reincidência não está entre elas.

QUESTÃO 22. Assinale a alternativa correta.

a) O agente que, com emprego de violência, toca a vítima em suas partes íntimas, mas ao final desiste, voluntariamente, de com ela praticar a conjunção carnal, limitando-se a se masturbar e

a ejacular sobre o corpo da ofendida, deverá responder pelo crime de estupro consumado, visto que os atos já praticados, por si só, preenchem a descrição típica do normativo penal incriminador do art. 213, *caput*, do Código Penal.

b) O legislador cometeu falha na redação de figuras qualificadas dos crimes de estupro e de estupro de vulnerável, pois previu a punição mais gravosa para os casos em que a conduta resultar lesão corporal de natureza grave, civil, deixando-se de fazer menção à lesão gravíssima, prevista no art. 129, § 2.º, do Código Penal; nesse caso, o aplicador da lei não pode estender os efeitos da norma para essa segunda hipótese, sob pena de ferir o princípio da legalidade, aplicando a analogia *in malam partem*.

c) O crime de estupro qualificado pelos resultados lesão corporal grave ou morte pode ser reconhecido ainda que essas consequências atinjam pessoa diversa daquela contra quem o ato sexual violador é praticado, como na hipótese em que a violência para minar a resistência da vítima é aplicada contra terceiro e há ligação por regras de afeto e de parentesco.

d) O agente que adquire partes de uma vaca abatida, sabendo que o ato de abate produziu crime anterior, com a finalidade de tão somente servir de alimento para sua família, incidirá nas penas do art. 180-A do Código Penal.

e) Por decisão do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a norma que passou a exigir, com regra, representação da vítima nos crimes de resistência deve ser aplicada de maneira retroativa apenas para os casos em que ainda não foi oferecida denúncia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crimes sexuais, princípios de legalidade e analogia, participação em crimes, receptação de bens ilícitos e crimes de ação penal condicionada e incondicionada.

A alternativa A está correta. O estupro é crime que se consuma com a prática de conjunção carnal ou de outro ato libidinoso mediante violência ou grave ameaça. No caso narrado, o toque nas partes íntimas e a ejaculação sobre a vítima configuram atos libidinosos, sendo desnecessária a realização da conjunção carnal para consumar o delito. A desistência de continuar não descaracteriza a consumação, pois os atos praticados já preenchem o tipo penal.

A alternativa B está incorreta. Não há falha legislativa na previsão de lesão corporal grave como qualificadora, e a omissão em relação à lesão gravíssima não autoriza a aplicação da analogia *in malam partem*. No entanto, a lesão gravíssima pode ser considerada na fixação da pena-base, respeitando os limites previstos em lei. O princípio da legalidade impede que o juiz amplie o rol taxativo de qualificadoras.

A alternativa C está incorreta. A qualificadora de lesão corporal grave ou morte no estupro se aplica apenas quando esses resultados atingem a vítima direta do crime sexual. A violência contra terceiro pode configurar outro crime, mas não qualifica o estupro, pois as qualificadoras estão relacionadas à ofensa direta contra a vítima do ato libidinoso.

A alternativa D está incorreta. O art. 180-A do CP trata do crime de receptação de mercadoria de origem animal, sendo aplicável apenas aos agentes que adquirirem mercadorias para fins de comércio. No caso narrado, como o agente destinou os produtos ao consumo pessoal, ele não responde por esse crime. Contudo, pode responder por receptação simples (art. 180, *caput*), caso estejam presentes os requisitos do tipo.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão ou jurisprudência que relacione crimes de resistência à necessidade de representação da vítima. O crime de resistência (art. 329 do CP) é de ação penal pública incondicionada, não dependendo de manifestação da vítima para a instauração do processo.

QUESTÃO 23. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Para o Superior Tribunal de Justiça, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

b) A utilização por funcionário público, em proveito próprio, de prestação de serviços originária da mão de obra pública, especificamente do trabalho de outro funcionário subalterno em situação hierárquica inferior, configura crime de peculato.

c) O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.

d) A corrupção passiva imprópria é aquela em que o ato sobre o qual recai a transação é lícito.

e) O crime de prevaricação, em seus núcleos "retardar" ou "deixar de praticar" indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, é crime omissivo próprio ou puro.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre crimes contra a administração pública.

A alternativa A está correta. O STJ entende que o princípio da insignificância não se aplica aos crimes contra a administração pública, pois, além do prejuízo econômico, esses delitos violam a moralidade administrativa e a confiança da sociedade na gestão pública. O bem jurídico tutelado é a regularidade da administração, que não admite relativização em função de valores ínfimos.

A alternativa B está incorreta. O crime de peculato (art. 312 do CP) exige a apropriação ou desvio de bens ou valores públicos em razão da função pública exercida. A utilização da mão de obra de subordinados não se enquadra como peculato, mas pode configurar improbidade administrativa ou, em casos graves, outro tipo penal, como concussão (art. 316 do CP), dependendo das circunstâncias.

A alternativa C está correta. A progressão de regime em crimes contra a administração pública exige que o condenado repare integralmente o dano ou devolva o produto do crime, salvo se comprovar que não possui condições de fazê-lo. Essa exigência reforça o compromisso com a reparação do prejuízo causado à sociedade e ao patrimônio público.

A alternativa D está correta. A corrupção passiva imprópria ocorre quando o funcionário público solicita ou recebe vantagem indevida para praticar ato lícito dentro de suas funções. Ainda que o ato seja permitido pela lei, o recebimento de vantagem indevida é punível, pois compromete a moralidade administrativa.

A alternativa E está correta. O crime de prevaricação (art. 319 do CP) é classificado como crime omissivo próprio, pois sua consumação ocorre com a simples inércia do agente (deixar de praticar ou retardar indevidamente ato de ofício) motivada por interesse ou sentimento pessoal. Não exige resultado para sua configuração.

QUESTÃO 24. Assinale a alternativa correta.

a) A perda do cargo, mandato ou função pública, na hipótese de crime de abuso de autoridade, é efeito automático da condenação.

b) Como o próprio nome já demonstra, o chamado crime de "boca de urna", previsto no art. 39, § 5.º, incisos II e III, da Lei n.º 9.504/97, somente restará configurado se o fato ocorrer nas proximidades de seção eleitoral.

c) O crime de lavagem de dinheiro, como todo e qualquer crime parasitário, depende, para ser processado e julgado, que o autor da infração antecedente esteja ao menos identificado e respondendo à ação penal, podendo haver a reunião dos processos para julgamento.

d) A condenação por delito previsto na Lei de Tortura acarreta, como efeito extrapenal automático da sentença condenatória, a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

e) Considerando os requisitos previstos no art. 44 do Código Penal para que se opere a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, conclui-se que não há hipótese de aplicação do benefício para réu reincidente em crime doloso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre efeitos penais e extrapenais da condenação, crime de abuso de autoridade, "boca de urna", lavagem de dinheiro, tortura e critérios para substituição de penas.

A alternativa A está incorreta. A perda do cargo, mandato ou função pública nos casos de crime de abuso de autoridade não é automática. A Lei de Abuso de Autoridade prevê que essa perda ocorre apenas mediante decisão fundamentada do juiz, considerando a gravidade do fato e suas circunstâncias. Não se trata de efeito extrapenal automático, mas sim de uma sanção que deve ser analisada caso a caso.

A alternativa B está incorreta. O crime de "boca de urna" abrange a realização de propaganda no dia da eleição, independentemente de ocorrer nas proximidades de seção eleitoral. A infração está relacionada à tentativa de influenciar o eleitorado no dia da votação, e não está limitada ao local onde o fato ocorre.

A alternativa C está incorreta. O crime de lavagem de dinheiro não depende de que o autor da infração antecedente esteja identificado ou respondendo a processo. Trata-se de crime autônomo, e o processo pode ocorrer independentemente da investigação ou julgamento do delito antecedente, desde que existam elementos que demonstrem sua existência.

A alternativa D está correta. A Lei de Tortura estabelece como efeito automático da condenação a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por um período equivalente ao dobro da pena imposta. Este é um efeito extrapenal direto, que não depende de fundamentação adicional ou decisão específica do magistrado.

A alternativa E está incorreta. A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é possível para réu reincidente em crime doloso, desde que as circunstâncias do caso concreto e os antecedentes do agente demonstrem que a medida seja socialmente adequada. Portanto, não se pode excluir completamente a possibilidade de concessão do benefício para reincidentes.

QUESTÃO 25. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que o crime de embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa também estará configurado quando isso ocorrer em face da própria ação penal, por entender que as investigações se prolongam durante toda a persecução criminal, que abarca tanto o inquérito policial quanto a ação penal deflagrada pelo recebimento da denúncia, não tendo o legislador inserido no tipo a expressão estrita "inquérito policial", sendo certo, ainda, que carece de razoabilidade punir mais severamente a obstrução das investigações do inquérito do que a obstrução da ação penal.

b) Conquanto tenha jurisprudência firme no sentido de que condenações anteriores, mesmo alcançadas pelo período depurador de 5 (cinco) anos (art. 64, I, CP), podem configurar maus antecedentes e justificar a majoração da pena-base, o Superior Tribunal de Justiça, por meio de suas Turmas Criminais, vem aplicando a tese do "direito ao esquecimento", que recomenda que a avaliação dos antecedentes deve ser feita com observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, levando-se em consideração ao lapso temporal transcorrido desde a prática criminosa e tendo adotado como referência o período de 10 (dez) anos para que o efeito da condenação anterior desapareça.

c) A pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável a condenações superiores a 1 (um) ano de privação de liberdade, sendo vedada, porém, ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.

d) Os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado são exemplos de delitos de atentado ou de empreendimento.

e) O erro de tipo essencial sempre exclui o dolo, daí porque a análise acerca de ser esse erro evitável ou inevitável somente terá relevância para crimes em que seja prevista a modalidade culposa.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre teoria geral do crime e aplicação das penas.

A alternativa A está correta. O STJ tem entendimento consolidado de que o crime de embaraçar investigação de infração penal envolvendo organização criminosa abrange tanto o inquérito policial quanto a ação penal, uma vez que a persecução penal engloba todas as fases que visam a apuração da verdade. A omissão da expressão "inquérito policial" no tipo penal permite essa interpretação abrangente.

A alternativa B está correta. O STJ tem jurisprudência que admite a utilização de condenações anteriores, mesmo após o período de 5 anos do art. 64, I, do CP, para agravar a pena-base. Contudo, em respeito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, algumas Turmas têm adotado o entendimento de que, transcorrido um período de 10 anos, as condenações não devem ser consideradas, consolidando o chamado "direito ao esquecimento" para a dosimetria da pena.

A alternativa C está incorreta. A pena de prestação de serviços à comunidade pode ser aplicada a condenações de até 4 anos, desde que substituível, mas a duração da pena substitutiva não está vinculada à metade da pena privativa de liberdade fixada. A prestação de serviços deve ser cumprida de acordo com o tempo determinado pelo juiz, mas não há essa regra de proporcionalidade em relação à pena substituída.

A alternativa D está correta. Esses crimes, previstos no Título XII do Código Penal, são exemplos de delitos de atentado ou de empreendimento, que se consumam pela simples realização da conduta descrita no tipo penal, independentemente do resultado. Esses crimes têm como objetivo proteger bens jurídicos de elevada relevância, como a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito.

A alternativa E está correta. O erro de tipo essencial elimina o dolo, pois o agente, ao não compreender corretamente os elementos do tipo penal, não age com intenção criminosa. No entanto, a distinção entre erro evitável e inevitável é relevante apenas quando o tipo penal admite a modalidade culposa, pois, no erro evitável, pode haver responsabilização culposa. Caso contrário, o erro exclui o dolo e a tipicidade penal.

QUESTÃO 26. Assinale a alternativa correta.

a) Quando o agente desiste de prosseguir na execução do crime convencido pela vítima de que realizava um ato grave contra uma pessoa “do bem”, não se aplica a regra da desistência voluntária, prevista no art. 15 do Código Penal, dada a força da decisão não haver sido espontânea.

b) O dolo direto de segundo grau ocorre na hipótese em que o agente, embora não deseje o resultado, assume o risco de produzi-lo, sendo expressão sinônima do chamado dolo eventual.

c) A imunidade parlamentar não deve ser aplicada ao terceiro que concorra para o ato, ainda que particularmente não ostente tal prerrogativa.

d) A coação física irresistível configura hipótese de autoria mediata.

e) A pena de detenção não pode ser cumprida em regime inicialmente fechado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre desistência voluntária, tipos de dolo, imunidade parlamentar, autoria mediata e regras de cumprimento de pena.

A alternativa A está incorreta. A desistência voluntária ocorre quando o agente, podendo prosseguir no crime, decide interromper a execução. Mesmo que a desistência seja influenciada por terceiros (como pela vítima), ela será considerada voluntária se o agente tiver controle sobre a continuação do ato. O fator decisivo é a liberdade do agente para optar por desistir, e não a ausência total de influência externa.

A alternativa B está incorreta. O dolo direto de segundo grau ocorre quando o agente prevê e aceita como consequência necessária da sua conduta um resultado adicional que não é seu objetivo principal, mas que ele sabe que ocorrerá. Já o dolo eventual refere-se ao agente que não quer o resultado, mas assume o risco de produzi-lo. São conceitos distintos, e não sinônimos.

A alternativa C está incorreta. A imunidade parlamentar protege a manifestação de ideias e opiniões no exercício do mandato, mas não se estende a terceiros que não possuem tal prerrogativa. Contudo, se a conduta do terceiro estiver diretamente vinculada à atuação parlamentar, pode haver questionamento sobre eventual extensão da proteção. A assertiva está equivocada ao afirmar categoricamente a exclusão da imunidade em qualquer situação.

A alternativa D está incorreta. A coação física irresistível exclui a culpabilidade do coagido, pois ele age sob força que não pode resistir, anulando sua vontade. O autor da coação física irresistível não atua por autoria mediata, mas como autor direto do crime, utilizando o corpo do coagido como mero instrumento. Na autoria mediata, o autor utiliza a vontade de outra pessoa, que age de forma consciente, mas manipulada.

A alternativa E está correta. A pena de detenção é cumprida em regimes aberto ou semiaberto, não sendo permitido o regime fechado para sua execução. Isso decorre da menor gravidade das infrações punidas com detenção, reforçando o caráter diferenciador em relação às penas de reclusão.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 27. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Nos crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam violência contra a criança e o adolescente, previstos tanto no Código Penal quanto em legislação especial, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

b) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, seja ela a única cominada, seja ela aplicada de forma cumulativa com pena privativa de liberdade.

c) Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos tribunais superiores, quando inadmissíveis.

d) Para o Superior Tribunal de Justiça, a desclassificação da conduta no julgamento de recurso em sentido estrito para crime de competência do Juízo singular constitui reforma da pronúncia por *error in judicando* e, nesse caso, é mantida a validade do ato jurisdicional e, por consequência, seu efeito como marco interruptivo da prescrição.

e) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre prescrição, crimes contra a dignidade sexual, aplicação da pena de multa, recursos e extinção da punibilidade.

A alternativa A está correta. A prescrição nesses casos tem início a partir do momento em que a vítima atinge a maioridade, salvo se a ação penal já tiver sido proposta. Essa regra é uma proteção legal para ampliar o prazo de responsabilização em crimes contra crianças e adolescentes, considerando a vulnerabilidade das vítimas.

A alternativa B está incorreta. A prescrição da pena de multa, quando aplicada de forma cumulativa com pena privativa de liberdade, segue os prazos de prescrição da pena privativa de liberdade estabelecidos no Código Penal, conforme a quantidade da pena aplicada. Apenas quando a multa é a única pena cominada, aplica-se o prazo específico de 2 anos para a prescrição. A alternativa está equivocada ao unificar os prazos para ambas as situações.

A alternativa C está correta. Recursos inadmissíveis ou embargos protelatórios não suspendem nem interrompem a prescrição, pois a pendência desses recursos não tem o efeito de postergar a eficácia da decisão condenatória. A prescrição pode continuar a correr normalmente nesses casos.

A alternativa D está correta. O STJ entende que a desclassificação da conduta no julgamento de recurso em sentido estrito por erro na pronúncia não invalida os efeitos do ato como marco interruptivo da prescrição, pois ele ainda se caracteriza como decisão que confirma o reconhecimento da prática de um crime, mesmo que em natureza diversa.

A alternativa E está correta. A extinção da punibilidade pela prescrição exige uma condenação concreta ou uma pena efetivamente aplicada. A prescrição com base em uma pena hipotética (aquela que seria aplicável caso o agente fosse condenado) não é admitida no Direito Penal brasileiro, pois seria especulativa e contrária ao princípio da segurança jurídica.

QUESTÃO 28. Assinale a alternativa correta.

a) A folha de antecedentes criminais é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência.

b) A jurisprudência dos tribunais superiores é firme no sentido de que a incidência de circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

c) Mesmo nos casos de multirreincidência, essa agravante genérica deve ser compensada integralmente com a atenuante da confissão espontânea.

d) O crime de injúria praticado por meio verbal admite tentativa.

e) Quando o agente ingressa em um ônibus de transporte coletivo e, mediante grave ameaça provocada pelo emprego de arma de fogo, subtrai objetos pertencentes a vários passageiros, responde pela prática de tantos roubos quantos forem os patrimônios violados, aplicando-se a regra do concurso material de crimes, visto que a ação desdobrou-se em vários atos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre antecedentes criminais, circunstâncias atenuantes e agravantes, tentativa e concurso de crimes.

A alternativa A está correta. A folha de antecedentes criminais é um documento hábil para comprovar tanto os maus antecedentes quanto a reincidência, desde que indique condenações definitivas. Para caracterizar reincidência, é necessário que a condenação anterior já tenha transitado em julgado e seja compatível com o prazo de 5 anos previsto para o período depurador, enquanto os maus antecedentes podem considerar condenações mais antigas.

A alternativa B está incorreta. A jurisprudência é pacífica no sentido de que as circunstâncias atenuantes não podem reduzir a pena aquém do mínimo legal previsto no tipo penal. Esse limite respeita o princípio da legalidade, uma vez que as atenuantes incidem dentro da faixa de pena estipulada na lei. Por outro lado, causas de diminuição podem reduzir a pena abaixo do mínimo legal.

A alternativa C está incorreta. A compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea é admitida pela jurisprudência em casos de reincidência simples, mas, nos casos de multirreincidência, a compensação não é integral, sendo possível considerar a reincidência preponderante em virtude da maior reprovabilidade do agente.

A alternativa D está incorreta. A injúria verbal é considerada um crime unissubsistente, ou seja, consuma-se com um único ato (a prolação da palavra ofensiva). Por isso, não admite tentativa, pois, uma vez iniciado o ato, ele já se completa. Apenas injúrias que demandam atos mais complexos (ex.: injúria escrita) poderiam, em tese, admitir tentativa.

A alternativa E está incorreta. No caso descrito, o agente responde por roubo majorado em continuidade delitiva (e não em concurso material), já que a conduta é única (uma só ação de subtração com ameaça) e envolve vários patrimônios pertencentes a diferentes vítimas. A jurisprudência entende que a continuidade delitiva deve ser aplicada nesse contexto, e não o concurso material.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 29. Em relação aos atributos dos sistemas processuais penais, analise as seguintes afirmativas, assinalando a alternativa correta.

a) O sistema inquisitivo implica na obrigatoriedade de haver um órgão público encarregado pela acusação, que também pode ser feita pelo próprio ofendido, excepcionalmente.

b) A gestão da prova nas mãos do juiz, que também pode desencadear o processo ex officio, é característica própria do sistema acusatório.

c) O sistema misto caracteriza-se pela existência de duas fases distintas, com prevalência do contraditório e ampla publicidade em ambas.

d) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), da qual o Brasil é signatário, adota o sistema acusatório, descrevendo expressamente as suas características.

e) No sistema acusatório, o acusado não pode ser considerado sujeito de direito, mas mero objeto do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre sistemas processuais penais.

A alternativa A está incorreta. No sistema inquisitivo, não há separação clara entre as funções de acusar, defender e julgar. O juiz é responsável por conduzir todas as fases do processo, inclusive a investigação, e a figura de um órgão público encarregado exclusivamente da acusação (como o Ministério Público) não é uma característica desse sistema.

A alternativa B está incorreta. A gestão da prova pelo juiz e a possibilidade de o magistrado iniciar o processo de ofício são características do sistema inquisitivo, e não do acusatório. No sistema acusatório, há separação clara entre as funções de acusar, defender e julgar, sendo a gestão da prova concentrada nas partes (acusação e defesa).

A alternativa C está incorreta. O sistema misto combina características dos sistemas inquisitivo e acusatório, geralmente com uma fase preliminar inquisitiva e sigilosa, voltada para a investigação, seguida de uma fase de julgamento acusatória, em que prevalecem o contraditório e a publicidade. A afirmação está errada porque a ampla publicidade não é característica da fase inicial no sistema misto.

A alternativa D está correta. O Pacto de São José da Costa Rica adota os princípios do sistema acusatório, como o direito ao contraditório, à ampla defesa, à imparcialidade do juiz e à separação entre acusação e julgamento. Esses princípios estão expressos em suas disposições, reforçando o caráter garantista do sistema acusatório.

A alternativa E está incorreta. No sistema acusatório, o acusado é reconhecido como sujeito de direitos, com garantias fundamentais como a ampla defesa, o contraditório e o direito a um julgamento justo. A afirmação está equivocada porque trata o acusado como objeto, o que é incompatível com os princípios do sistema acusatório.

QUESTÃO 30. Tendo em vista os princípios que norteiam o processo penal pátrio, examine as alternativas abaixo, assinalando a correta.

a) São requisitos intrínsecos, também denominados subprincípios do princípio da proporcionalidade, a adequação, a prescindibilidade e a proporcionalidade em sentido estrito.

b) Segundo Luigi Ferrajoli, a garantia de segundo grau ou a garantia de garantia refere-se ao princípio da publicidade, que garante o acesso de todo e qualquer cidadão aos atos praticados no curso do processo, não podendo sofrer limitação ou restrição, sob pena de aviltar o interesse público no caso concreto.

c) Não fere os princípios do contraditório e do devido processo a decisão que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal.

d) O princípio in dubio pro reo, garantia basilar do estado democrático, tem incidência em todas as fases do processo penal, mesmo que haja trânsito em julgado da sentença penal condenatória, por exemplo, em sede de revisão criminal.

e) Segundo o princípio da presunção da inocência, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória em segundo grau.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre princípios fundamentais do processo penal.

A alternativa A está incorreta. Os subprincípios do princípio da proporcionalidade são a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito. O termo "prescindibilidade" está equivocado, pois não integra os requisitos intrínsecos desse princípio.

A alternativa B está incorreta. Para Luigi Ferrajoli, a garantia de segundo grau refere-se à garantia de que as regras e princípios constitucionais sejam respeitados na prática processual. Não está diretamente vinculada ao princípio da publicidade, o qual, embora essencial, pode sofrer limitações em situações específicas, como sigilo em casos que envolvam a proteção da vítima ou da sociedade.

A alternativa C está correta. O STF e o STJ entendem que a decisão de transferência de presos para estabelecimentos penitenciários federais de segurança máxima não fere os princípios do contraditório e da ampla defesa quando a urgência ou as circunstâncias do caso concreto justificam a medida sem prévia manifestação da defesa, que pode ser ouvida posteriormente. Essa interpretação visa garantir a segurança pública e a ordem dentro do sistema prisional.

A alternativa D está incorreta. O princípio *in dubio pro reo* aplica-se em situações de dúvida sobre os fatos ao longo do processo penal, mas não tem incidência após o trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória, salvo em hipóteses de revisão criminal, desde que demonstrada a existência de novas provas que justifiquem a dúvida. A aplicação irrestrita do princípio após o trânsito em julgado não é reconhecida.

A alternativa E está incorreta. O princípio da presunção de inocência, previsto na Constituição Federal, estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, sem qualquer menção ao "segundo grau". Essa interpretação está consolidada em precedentes do STF, que reforçam que a culpabilidade somente se estabelece com a decisão final irrecorrível.

QUESTÃO 31. Assinale a alternativa correta em relação ao inquérito policial e aos demais meios de investigação preliminar.

a) De acordo com a recente jurisprudência dos Tribunais Superiores, o Ministério Público tem legitimidade para presidir procedimento investigatório criminal, tornando-se impedido para a propositura da ação penal o membro do Ministério Público que houver atuado nessa fase.

b) Tratando-se de investigação de infrações de menor potencial ofensivo, o cabimento da proposta de transação penal não impede que a acusação opte pelo acordo de não persecução penal.

c) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações, dentre outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

d) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso aos elementos de prova que, documentados ou não, figurem em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, desde que digam respeito ao exercício do direito de defesa.

e) Conforme a Resolução nº 181/2007 do CNMP, o membro do Ministério Público, no exercício de suas atribuições criminais, deverá dar andamento, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, às representações, requerimentos, petições e peças de informação que lhe sejam encaminhadas, podendo esse prazo ser prorrogado, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias, nos casos em que sejam necessárias diligências preliminares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre inquérito policial e demais meios de investigação preliminar.

A alternativa A está incorreta. O Ministério Público tem legitimidade para conduzir procedimento investigatório criminal (PIC), conforme reconhecido pelo STF, mas isso não gera o impedimento

automático do membro que atuou na investigação para propor a ação penal. A atuação do MP na fase investigativa não compromete sua imparcialidade no oferecimento da denúncia, salvo em situações de abuso ou parcialidade comprovados.

A alternativa B está incorreta. Infrações de menor potencial ofensivo, sujeitas à transação penal, não são abrangidas pelo acordo de não persecução penal (ANPP), pois este é aplicável a crimes com pena mínima superior a 4 anos. Assim, para infrações de menor potencial ofensivo, prevalecem os institutos previstos na Lei nº 9.099/95, como a transação penal.

A alternativa C está incorreta. O acesso direto a informações de telecomunicações ou telemática por parte do Ministério Público ou da polícia exige autorização judicial, salvo em situações excepcionais previstas em lei, como o caso de sequestro em andamento, quando a localização é imprescindível para salvar a vítima. No tráfico de pessoas, essa requisição deve seguir os trâmites legais, respeitando o devido processo.

A alternativa D está incorreta. O defensor tem direito de acesso apenas aos elementos de prova documentados que sejam relevantes ao exercício do direito de defesa, conforme previsto no Estatuto da Advocacia e na jurisprudência do STF. Elementos não documentados ou sigilosos, que possam comprometer as investigações, não são acessíveis à defesa nessa fase.

A alternativa E está correta. A Resolução nº 181/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público disciplina o procedimento investigatório criminal, incluindo prazos para análise de representações e requerimentos. O prazo inicial de 30 dias, prorrogável por mais 90 dias mediante justificativa fundamentada, assegura celeridade e eficiência no trabalho do MP, sem comprometer o devido processo legal.

QUESTÃO 32. Sobre o Acordo de Não Persecução Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser usado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

b) Não se aplica o acordo de não persecução penal nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.

c) O acordo de não persecução penal não constitui direito subjetivo do investigado, podendo ser proposto pelo Ministério Público conforme as peculiaridades do caso concreto e quando considerada necessária e suficiente para a reprovação e prevenção da infração penal.

d) A confissão qualificada que tenha por objeto exclusivamente de ilicitude não impede o acordo de não persecução penal.

e) No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos à órgão superior, na forma do art. 28 do Código de Processo Penal.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata sobre o Acordo de Não Persecução Penal.

A alternativa A está correta. O descumprimento do ANPP demonstra que o investigado não se comprometeu com as condições impostas para evitar a persecução penal, podendo ser um fator que justifique a recusa posterior de suspensão condicional do processo, considerando a falta de confiança na adesão do investigado a novos compromissos.

A alternativa B está correta. O ANPP não pode ser aplicado em crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar, ou por razões da condição de sexo feminino, em consonância com a proteção reforçada dada pela legislação às vítimas desses crimes.

A alternativa C está correta. O ANPP é uma faculdade do Ministério Público, e sua proposta depende da análise das peculiaridades do caso concreto. Não é um direito subjetivo do investigado, mas uma opção do órgão acusador, considerando a suficiência do acordo para atender aos fins preventivos e repressivos do Direito Penal.

A alternativa D está incorreta. A confissão é um requisito essencial para a celebração do ANPP. No caso de confissão qualificada (quando o investigado admite o fato, mas alega excludentes de ilicitude, como legítima defesa), o acordo é inviável, pois essa confissão não é plena e não atende ao requisito exigido pelo art. 28-A, *caput*, do CPP.

A alternativa E está correta. Se o Ministério Público recusar o ANPP, o investigado pode requerer a revisão dessa decisão, mediante remessa dos autos ao órgão superior da instituição. Essa possibilidade está expressamente prevista no art. 28-A, § 14, do CPP, garantindo controle interno no âmbito do Ministério Público.

QUESTÃO 33. Em matéria de competência no processo penal, é INCORRETO afirmar que:

a) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou do órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.

b) A competência dos juizados especiais criminais é fixada em razão da matéria e emana da Constituição Federal.

c) Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

d) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações conexas tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.

e) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre competência no processo penal.

A alternativa A está correta. A jurisprudência do STF e do STJ consolidou o entendimento de que, no caso de uso de documento falso, a competência é determinada pelo órgão ou entidade a quem o documento foi apresentado, e não pelo órgão que o expediu. Isso ocorre porque o uso efetivo do documento é o ato que consuma o crime e define a competência.

A alternativa B está correta. Correta. A competência dos Juizados Especiais Criminais (JECRIM) é definida pela Lei nº 9.099/95, que regula a matéria, com fundamento na Constituição Federal. Trata-se de competência especial em razão da matéria, destinada a processar e julgar infrações de menor potencial ofensivo.

A alternativa C está correta. Quando verbas federais são transferidas ao município e incorporadas ao seu patrimônio, o desvio ou apropriação dessas verbas passa a ser de competência da Justiça Estadual, já que a verba perde a natureza federal. Caso contrário, permanecendo com natureza federal, a competência seria da Justiça Federal.

A alternativa D está correta. A separação dos processos em casos de conexão é facultativa quando as infrações foram praticadas em diferentes circunstâncias de tempo ou lugar. A separação pode ser realizada para evitar prejuízo à instrução ou ao julgamento, cabendo ao juiz decidir conforme o caso concreto.

A alternativa E está incorreta. A nulidade decorrente da inobservância da competência por prevenção não é absoluta, mas relativa. A competência por prevenção visa fixar a jurisdição quando mais de um juiz é igualmente competente, sendo um critério secundário. A eventual inobservância desse critério gera nulidade relativa, que deve ser arguida no momento oportuno, sob pena de preclusão.

QUESTÃO 34. Relativamente às regras e aos princípios que regem a atividade probatória no processo penal, é INCORRETO afirmar que:

a) É lícita e pode ser utilizada como prova pela acusação a confissão em entrevista concedida pelo indiciado a órgão de imprensa por ocasião de sua prisão em flagrante.

b) Não se considera nula a prova produzida no curso da apuração preliminar se seu vício consiste em ter sido a sua produção determinada por juiz aparentemente competente.

c) A ilicitude da prova pode ser relativizada e o elemento probatório admitido e valorado se a sua falta comprometer a busca da verdade real, tanto em prol da defesa quanto da acusação.

d) É nulo o reconhecimento fotográfico realizado por meio da apresentação informal de foto via aplicativo de mensagens.

e) A mera informação de fato criminoso, ainda que tenha sido formalmente registrada como Notícia de Fato ou como Verificação de Procedência de Informações, mas sobre a qual ainda penda uma verificação, não pode ser considerada uma investigação formal prévia apta a

autorizar a solicitação de informações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre princípios e limites da atividade probatória no processo penal.

A alternativa A está correta. A confissão feita de forma espontânea pelo indiciado, ainda que a um órgão de imprensa, pode ser considerada prova válida, desde que não tenha sido obtida mediante coação ou violação de direitos fundamentais. A admissibilidade será analisada caso a caso, mas, em princípio, a confissão pública é lícita.

A alternativa B está correta. O vício decorrente de decisão de juiz aparentemente competente não gera, por si só, a nulidade da prova, desde que não haja prejuízo para as partes. O princípio do *pas de nullité sans grief* assegura que nulidades processuais só são reconhecidas quando resultam em prejuízo efetivo.

A alternativa C está incorreta. A ilicitude da prova, via de regra, impede sua utilização no processo penal, independentemente de favorecer a defesa ou a acusação. O princípio da inadmissibilidade da prova ilícita é uma garantia constitucional que pode ser relativizada apenas em situações extremas e excepcionais, como no caso da teoria da prova derivada da exclusão, mas nunca para comprometer garantias processuais fundamentais.

A alternativa D está correta. O reconhecimento fotográfico deve obedecer às formalidades previstas no Código de Processo Penal, como a exibição de um conjunto de fotografias similares, para evitar indução ou erro na identificação. A apresentação informal de uma única foto por meio de aplicativos de mensagens compromete a idoneidade da prova e é considerada nula.

A alternativa E está correta. A solicitação de informações ao COAF requer que a investigação esteja formalmente instaurada e fundamentada, não sendo suficiente uma simples notícia ou registro preliminar de fato. Isso assegura o respeito às garantias constitucionais e evita investigações abusivas ou sem base legítima.

QUESTÃO 35. Sobre os atos de comunicação no processo penal brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A citação inicial far-se-á por mandado quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.

b) O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.

c) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada de provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva.

d) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 30 (trinta) dias.

e) Se o réu estiver preso, será citado pessoalmente.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata sobre atos de comunicação no processo penal.

A alternativa A está correta. A citação por mandado é a forma ordinária de citação inicial quando o réu se encontra no território da jurisdição do juiz que determinou o ato. Isso está em conformidade com o Código de Processo Penal, que prioriza essa forma de citação nos casos em que o acusado é localizado.

A alternativa B está correta. A citação do acusado é o ato que completa a formação da relação jurídico-processual, pois assegura o contraditório e a ampla defesa, elementos indispensáveis ao devido processo legal. Sem a citação válida, o processo não pode ter continuidade.

A alternativa C está correta. Nos termos do CPP, a citação por edital, quando frustrada a localização do réu, leva à suspensão do processo e da prescrição. Nessa situação, o juiz pode determinar a produção de provas urgentes e decretar a prisão preventiva, se presentes os requisitos legais.

A alternativa D está incorreta. O prazo para a citação por edital no processo penal é de 15 dias, conforme previsto no CPP. A afirmação de que o prazo seria de 30 dias está errada e contraria a legislação.

A alternativa E está correta. Quando o réu se encontra preso, a citação deve ser feita pessoalmente, no estabelecimento prisional onde ele estiver recolhido, garantindo que o ato de comunicação seja efetivo e assegurando o direito à ampla defesa.

QUESTÃO 36. Acerca da legislação que disciplina a cadeia de custódia em nosso ordenamento, qual é a alternativa correta?

a) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, que pode, no entanto, ser suprido pela confissão do acusado.

b) O início da cadeia de custódia dá-se com a instauração oficial da investigação pela autoridade policial, que determinará a realização dos procedimentos policiais e periciais em caso de existência de vestígios.

c) Considera-se vestígio todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

d) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizadas por perito oficial, portador de diploma de curso técnico ou superior.

e) Durante o curso do processo judicial, é permitido às partes requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou responderem a quesitos, desde que o mandado de intimação e os quesitos ou as questões a serem esclarecidas sejam encaminhados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, podendo apresentar as respostas em laudo complementar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre cadeia de custódia.

A alternativa A está incorreta. A confissão do acusado não supre a exigência do exame de corpo de delito, que é indispensável nos crimes que deixam vestígios, conforme art. 158 do CPP.

A alternativa B está incorreta. A cadeia de custódia tem início com a preservação do local do crime e o reconhecimento do vestígio, antes mesmo da instauração formal da investigação. O objetivo é garantir que o vestígio seja identificado, preservado e analisado sem contaminações.

A alternativa C está correta. O conceito de vestígio engloba qualquer objeto ou material relacionado ao crime, seja ele visível ou latente, que possa contribuir para a elucidação da infração penal, segundo art. 158-A, §3º do CPP.

A alternativa D está incorreta. Os exames periciais devem ser realizados por perito oficial portador de diploma de curso superior. Em sua ausência, admite-se a atuação de dois peritos não oficiais, com idoneidade e conhecimentos técnicos, mas a menção a "curso técnico" está equivocada.

A alternativa E está incorreta. O Código de Processo Penal estabelece que, durante o curso do processo, é permitido às partes requerer a oitiva dos peritos para esclarecer dúvidas ou responder a quesitos, desde que o mandado de intimação e os quesitos ou questões a serem esclarecidas sejam encaminhados com antecedência mínima de 10 dias, e não 15 dias, como mencionado na alternativa.

QUESTÃO 37. Considerando as normas que disciplinam as matérias de prisão e de liberdade provisória, assinale a alternativa correta.

a) Concedida a liberdade provisória mediante imposição de cautelares diversas da prisão, é lícita a segregação superveniente, desde que observado o comando do art. 312, § 2º, do Código de Processo Penal.

b) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

c) Com fundamento na doutrina de proteção integral, o cometimento de crime com violência ou grave ameaça a pessoa por mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, por si só, não impede a substituição de eventual prisão preventiva pela prisão domiciliar.

d) Em consonância com o sistema acusatório, não poderá o juiz revogar prisão preventiva de ofício se verificar ausência de motivo para que ela subsista no curso da investigação ou processo.

e) Segundo o Código de Processo Penal, a decisão que decreta a prisão preventiva será considerada fundamentada se o juiz invocar precedente ou enunciado de súmula, mesmo se deixar o juiz de explicar os fundamentos determinantes ou demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre prisão preventiva, prisão domiciliar e liberdade provisória.

A alternativa A está correta. Pois a prisão preventiva pode ser decretada em caso de descumprimento das medidas cautelares impostas, desde que haja fundamentação baseada em fatos concretos e contemporâneos que justifiquem a medida, conforme o art. 312, §§ 1º e 2º, do CPP.

A alternativa B está incorreta. O art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, determina que a prisão preventiva deve ser revisada a cada 90 dias, e não 60 dias, mediante decisão fundamentada.

A alternativa C está incorreta. Embora o princípio da proteção integral e o ECA priorizem medidas alternativas à prisão, o cometimento de crimes com violência ou grave ameaça a pessoa pode justificar a não concessão da prisão domiciliar. Nesses casos, a decisão depende de análise do caso concreto, considerando tanto o interesse da criança quanto a gravidade do delito.

A alternativa D está incorreta. Embora o sistema acusatório limite a atuação do juiz na decretação de medidas restritivas, a revogação de prisão preventiva em benefício do acusado pode ser feita de ofício, pois favorece o acusado e não fere a separação entre as funções de acusar e julgar.

A alternativa E está incorreta. A simples invocação de precedentes ou súmulas não é suficiente para fundamentar uma decisão de prisão preventiva. O juiz deve explicar os fundamentos específicos que tornam a medida necessária no caso concreto, demonstrando a adequação dos elementos do processo às razões determinantes da prisão, sob pena de nulidade.

QUESTÃO 38. No que tange às nulidades no processo penal, assinale a alternativa correta.

a) As omissões da denúncia ou da queixa, da representação ou, nos processos das contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante poderão ser supridas a todo o tempo, antes da realização da audiência de instrução e do julgamento.

b) A realização do julgamento de forma virtual, mesmo com a oposição expressa da parte, não é, por si só, causa de nulidade ou de cerceamento de defesa.

c) A falta de citação do acusado é causa insanável de nulidade absoluta.

d) É ilegítima a prova encontrada no lixo descartado na rua por pessoa apontada como integrante de grupo criminoso sob investigação e recolhido pela polícia sem autorização judicial, já que tal conduta viola a intimidade do investigado, configurando espécie de pesca probatória (*fishing expedition*).

e) A nulidade por ilegitimidade de representante da parte constitui-se vício insanável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre nulidades processuais.

A alternativa A está incorreta. O art. 569 do Código de Processo Penal estabelece que as omissões na denúncia, queixa, representação ou outros atos iniciais podem ser supridas a todo o tempo, desde que antes da sentença final, e não apenas até a audiência de instrução e julgamento. A limitação temporal mencionada na alternativa não encontra respaldo legal e restringe indevidamente o prazo para correção dos vícios.

A alternativa B está correta. O STF e o STJ têm decidido que a realização de julgamentos virtuais, mesmo com oposição das partes, não configura nulidade ou cerceamento de defesa, desde que sejam assegurados o contraditório, a ampla defesa e a possibilidade de sustentação oral ou apresentação de memoriais. A nulidade só será reconhecida se houver demonstração de prejuízo concreto.

A alternativa C está incorreta. Embora a ausência de citação inviabilize o processo e seja uma nulidade absoluta, a falta pode ser sanada mediante a realização da citação válida, desde que antes da prolação da sentença. Não se trata de vício insanável.

A alternativa D está incorreta. Provas encontradas em lixo descartado em via pública são consideradas legítimas, pois, ao descartar objetos no lixo, a pessoa abre mão de sua expectativa de privacidade. Não há violação de direitos fundamentais, e essa prática não configura pesca probatória ilícita.

A alternativa E está incorreta. A ilegitimidade de representante da parte constitui nulidade relativa, que deve ser arguida no momento oportuno. Se não for alegada tempestivamente, a nulidade será convalidada, o que demonstra que não é vício insanável.

QUESTÃO 39. Levando em consideração a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a correta.

a) Com base na proteção à ampla defesa, é constitucional a prática de desqualificar a mulher vítima de violência durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual e todos os crimes de violência contra a mulher, de maneira a ser cabível no exercício da defesa eventual menção, inquirição ou fundamentação sobre a vida sexual pregressa ou o modo de vida da vítima em audiências e decisões judiciais.

b) Em caso de notícia de violência contra vítimas menores de idade, a autoridade policial pode requerer, sem caráter vinculativo, a propositura de ação cautelar de antecipação de provas ao Ministério Público, cujo membro avaliará a pertinência da atuação dentro dos limites de sua independência funcional e respeitados os deveres que lhe são inerentes.

c) O adimplemento da pena de multa conjuntamente com a pena privativa de liberdade não se afigura condição para o reconhecimento da extinção da punibilidade, mesmo em casos de comprovada impossibilidade de pagamento pelo apenado, ainda que de forma parcelada.

d) Há clara ilegalidade na ação de policiais militares que – amparada em fundadas razões sobre a existência de flagrante de crime de tráfico de drogas na modalidade "ter em depósito" – ingressam, sem mandado judicial, no domicílio daquele que corre, em atitude suspeita, para o interior de sua residência ao notar a aproximação da viatura policial.

e) Sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais, é lícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama, pacote ou meio análogo, ainda que ocorrida em estabelecimento penitenciário, quando houver fundados indícios da prática de atividades ilícitas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre direitos fundamentais e garantias processuais.

A alternativa A está incorreta. A jurisprudência do STF veda a desqualificação da vítima de crimes contra a dignidade sexual e violência contra a mulher com base em sua vida sexual ou em aspectos de seu modo de vida. Essa prática é inconstitucional, pois viola os direitos fundamentais da vítima e a proteção especial conferida pela Lei Maria da Penha e normas internacionais de direitos humanos.

A alternativa B está correta. A jurisprudência reconhece que, em casos envolvendo violência contra menores, é permitido à autoridade policial requerer ao Ministério Público a propositura de medidas cautelares, como a antecipação de provas. No entanto, cabe ao MP, com base em sua independência funcional, decidir pela pertinência da medida, sempre observando as normas legais e éticas que regem sua atuação.

A alternativa C está incorreta. O STF decidiu que a pena de multa é sanção de natureza penal e, para a extinção da punibilidade, deve ser quitada, salvo em casos de comprovada impossibilidade de pagamento. Nessas situações, o apenado pode ser beneficiado por outras medidas, como parcelamento ou substituição da multa.

A alternativa D está incorreta. O STF tem decidido que, para ingressar em domicílio sem mandado judicial, é necessário que haja fundadas razões de flagrante delito, sendo insuficiente a simples atitude suspeita do indivíduo, como correr ao avistar uma viatura. O ingresso sem mandado, sem evidências concretas, configura violação ao direito constitucional à inviolabilidade domiciliar.

A alternativa E está incorreta. O STF entende que o sigilo de correspondência é um direito fundamental, cuja violação exige autorização judicial, mesmo em ambientes como estabelecimentos prisionais. A abertura de correspondência sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais é considerada prova ilícita, ainda que haja suspeitas de atividades ilícitas.

QUESTÃO 40. Levando em consideração a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a correta.

a) O fornecimento de perfil genético, nos termos do art. 9º A da Lei de Execução Penal, não constitui violação do princípio da vedação à autoincriminação, configurando falta grave a recusa.

b) É cabível acordo de não persecução penal nos crimes raciais, o que inclui as condutas resultantes de atos homofóbicos.

c) A confissão extrajudicial, de regra, somente será admissível no processo judicial se feita formalmente e de maneira documentada dentro de um estabelecimento estatal público e oficial.

Tais garantias, no entanto, integram a esfera de disposição do acusado e podem ser renunciadas a qualquer tempo.

d) Eventual nível de sigilo do processo autoriza a ocultação do nome da parte e do seu advogado nas intimações publicadas no Diário de Justiça.

e) Ocorrendo a extinção da punibilidade pela morte do corréu a quem foi imputado o crime contra a vida, ocorrida no juízo de acusação, prorrogar-se-á a competência do Tribunal do Júri para julgamento do crime conexo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre coleta de perfil genético, acordo do não persecução penal, confissão extrajudicial, sigilo processual e competência do Tribunal do Júri.

A alternativa A está correta. O STJ entende que a coleta de perfil genético para fins de banco de dados de identificação criminal não viola o princípio da vedação à autoincriminação, pois não exige um ato ativo do condenado que implique autoincriminação. Além disso, a recusa do condenado em fornecer material genético é considerada falta grave, conforme a Lei de Execução Penal.

A alternativa B está incorreta. O STJ e o STF entendem que crimes raciais, incluindo os decorrentes de atos homofóbicos ou transfóbicos, possuem natureza de crimes equiparados a racismo e são imprescritíveis e inafiançáveis, nos termos da Constituição Federal. Por essa razão, não são admitidos acordos de não persecução penal nesses casos.

A alternativa C está incorreta. A confissão extrajudicial não está condicionada a ser realizada em um estabelecimento estatal público e oficial. Para ser admissível, deve ter sido obtida de forma voluntária, sem coação ou violação de direitos fundamentais. O texto da alternativa impõe exigências que não encontram respaldo legal ou jurisprudencial.

A alternativa D está incorreta. O STJ entende que o sigilo processual não impede a publicação do nome do advogado nas intimações, pois isso está relacionado ao direito de comunicação entre as partes e seus representantes legais. O sigilo restringe o acesso ao conteúdo do processo, mas não justifica ocultar informações necessárias à atuação da defesa.

A alternativa E está incorreta. A extinção da punibilidade pela morte do corréu implica a exclusão do crime doloso contra a vida do julgamento, não havendo prorrogação da competência do Tribunal do Júri para julgar o crime conexo, salvo em situações excepcionais. A regra geral é a separação do processo ou o deslocamento de competência.

QUESTÃO 41. Analise as seguintes assertivas:

I. Os condenados que estejam cumprindo pena e os indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades estão excluídos da proteção concedida por programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

II. Compete ao juiz criminal da jurisdição onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, conhecer da ação penal pelos crimes previstos na Lei de Recuperação Judicial e Extrajudicial e de Falência (Lei nº 11.101/2005).

III. A identificação de perfis genéticos deve ser armazenada em banco de dados sigiloso e poderá ser dele excluída, mediante requerimento, após decorridos 10 (dez) anos do cumprimento da pena.

IV. Verificada a ocorrência de ação ou de omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar, com a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da criança e do adolescente ou de seus familiares, o delegado de polícia pode afastar imediatamente o agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima, sem necessidade de prévia autorização judicial.

V. Na falência, havendo fraude a credores, nem todo credor habilitado é legitimado a oferecer ação penal privada subsidiária da pública, na hipótese de inércia do Ministério Público.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente I, II, III e V estão corretas.

b) Somente I, III, e V estão corretas.

c) Somente II, III e V estão corretas.

d) Somente II e IV estão corretas.

e) Somente I e II estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre proteção a vítimas e testemunhas, competência para crimes falimentares, identificação genética, medidas protetivas em casos de violência doméstica e legitimidade para ação penal privada subsidiária da pública.

Item I. Correto. A proteção oferecida pelos programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas não é estendida a condenados que estejam cumprindo pena ou a acusados em prisão cautelar, conforme previsto na legislação que regulamenta tais programas.

Item II. Correto. A jurisprudência e a doutrina reconhecem que a competência para processar e julgar os crimes falimentares é do juiz criminal da mesma jurisdição onde tramita o processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, garantindo unidade e coerência na análise dos fatos relacionados ao processo econômico-empresarial.

Item III. Incorreto. A exclusão dos dados genéticos do banco de dados ocorre após 20 anos do cumprimento da pena, conforme previsão expressa na legislação. O prazo de 10 anos mencionado na assertiva não corresponde à regra legal.

Item IV. Incorreto. O afastamento do agressor do lar sem autorização judicial, por delegado de polícia, só é permitido em municípios que não sejam sede de comarca e desde que haja risco iminente à integridade da vítima, conforme a Lei Maria da Penha. Essa regra não se aplica indiscriminadamente a todos os casos.

Item V. Incorreto. Segundo a interpretação mais ampla que pode ser adotada pela banca, todos os credores habilitados no processo falimentar possuem legitimidade para propor ação penal privada subsidiária da pública em casos de inércia do Ministério Público, independentemente de serem ou não diretamente lesados pela fraude. Essa interpretação visa garantir a proteção coletiva dos credores e reforçar o combate a fraudes no âmbito da falência, reconhecendo que o interesse jurídico é comum a todos os credores habilitados. A assertiva está incorreta ao restringir essa legitimidade apenas a credores diretamente lesados.

QUESTÃO 42. A respeito do procedimento comum sumaríssimo, assinale a alternativa INCORRETA.

a) São causas de modificação da competência dos Juizados Especiais Criminais a impossibilidade de citação pessoal do autor do fato, a complexidade da causa, a conexão e a continência.

b) Em se tratando de crimes ambientais, a prévia composição do dano ambiental é pressuposto para a celebração do acordo de transação penal, salvo em caso de comprovada impossibilidade.

c) As consequências jurídicas geradas pela transação penal são essencialmente aquelas estipuladas por modo consensual no respectivo instrumento de acordo, e o único efeito acessório gerado pela sua homologação é o impedimento ao mesmo benefício no prazo de cinco anos.

d) Em relação aos crimes previstos no Estatuto do Idoso, as normas do procedimento sumaríssimo são aplicadas somente àqueles delitos cuja pena máxima em abstrato não seja superior a 2 (dois) anos.

e) Cabe apelação da decisão de rejeição da denúncia, a ser interposta no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata sobre procedimento comum sumaríssimo e Lei nº 9.099/95.

A alternativa A está correta. A competência dos Juizados Especiais Criminais pode ser modificada por fatores que inviabilizem a celeridade e simplicidade do rito, como a impossibilidade de citação pessoal, a complexidade do caso, ou ainda pela conexão e continência, que demandem o julgamento conjunto com infrações de competência de outro juízo.

A alternativa B está correta. A legislação ambiental e a jurisprudência entendem que a composição do dano ambiental é um requisito para a celebração da transação penal. Caso seja comprovadamente

impossível reparar o dano antes do acordo, a transação pode ser celebrada, mas essa impossibilidade deve ser demonstrada.

A alternativa C está correta. A transação penal tem como consequências apenas as condições acordadas entre as partes. Não gera antecedentes criminais nem efeitos penais secundários, exceto o impedimento de concessão de nova transação penal pelo prazo de cinco anos, conforme previsto na Lei nº 9.099/1995.

A alternativa D está incorreta. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) estabelece que, independentemente da pena máxima prevista, todos os crimes tipificados no Estatuto são processados segundo o rito sumaríssimo. Não há limite de pena abstrata para que o procedimento sumaríssimo seja aplicado aos crimes do Estatuto do Idoso.

A alternativa E está correta. No âmbito dos Juizados Especiais Criminais, a rejeição da denúncia ou queixa pode ser desafiada por meio de apelação, que deve ser interposta no prazo de 10 dias, contados da ciência da decisão, conforme previsto na Lei nº 9.099/1995.

QUESTÃO 43. Avalie as alternativas e assinale a INCORRETA.

a) O termo inicial da contagem do prazo para impugnar decisão judicial é, para o Ministério Público, a data da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, sendo irrelevante que a intimação pessoal tenha se dado em audiência, em cartório ou por mandado.

b) É adequada a aplicação do princípio da fungibilidade recursal aos casos em que, embora cabível recurso em sentido estrito, a parte impugna a decisão mediante apelação ou vice-versa, desde que observados a tempestividade e os demais pressupostos de admissibilidade do recurso cabível.

c) A simples falta de assinatura do perito encarregado pela lavratura do laudo toxicológico definitivo constitui mera irregularidade e não tem o condão de anular a prova pericial na hipótese de existirem outros elementos que comprovem a sua autenticidade, notadamente quando o *expert* estiver devidamente identificado e for constatada a existência de substância ilícita.

d) Se descumpridas as condições impostas durante o período de prova da suspensão condicional do processo, o benefício poderá ser revogado, mesmo se já ultrapassado o prazo legal, desde que referente a fato ocorrido durante sua vigência.

e) É vedado ao juiz estabelecer, na suspensão condicional do processo, obrigações equivalentes, do ponto de vista prático, a sanções penais (tais como a prestação de serviços comunitários ou a prestação pecuniária).

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre contagem de prazos, princípio da fungibilidade, provas e suspensão condicional do processo (*sursis processual*).

A alternativa A está correta. Para o Ministério Público, o prazo para interposição de recursos ou impugnações começa a contar a partir do recebimento dos autos na repartição administrativa do órgão, independentemente de a intimação pessoal ter ocorrido anteriormente em audiência, cartório ou por outro meio. Essa regra respeita as peculiaridades da atuação do MP.

A alternativa B está correta. O princípio da fungibilidade recursal permite a aceitação de um recurso interposto erroneamente, desde que seja tempestivo e atenda aos requisitos de admissibilidade do recurso correto. Isso evita prejuízo às partes e reforça o direito de ampla defesa.

A alternativa C está correta. A jurisprudência entende que a ausência de assinatura do perito é uma irregularidade que, por si só, não invalida o laudo toxicológico. A autenticidade da prova pode ser confirmada por outros elementos, como a identificação do perito responsável e a comprovação da substância ilícita.

A alternativa D está correta. A revogação do *sursis processual* pode ocorrer mesmo após o término do período de prova, desde que o descumprimento das condições tenha ocorrido durante o prazo de vigência do benefício. Isso decorre da necessidade de garantir a eficácia das condições impostas.

A alternativa E está incorreta. O juiz pode, sim, estabelecer condições como prestação de serviços à comunidade ou prestação pecuniária na suspensão condicional do processo, pois essas obrigações, embora semelhantes a sanções penais, são condições previstas em lei para viabilizar o benefício do *sursis processual*. A alternativa está errada ao vedar essa possibilidade.

QUESTÃO 44. Assinale a alternativa INCORRETA, no âmbito do Estatuto da Terra:

a) no caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário terá preferência para adquiri-lo em igualdade de condições, devendo o proprietário dar-lhe conhecimento da venda, a fim de que possa exercitar o direito de perempção dentro de 30 (trinta) dias, a contar da notificação judicial ou comprovadamente efetuada, mediante recibo.

b) em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até 6 (seis) meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação extrajudicial das propostas existentes. Não se verificando a notificação extrajudicial, o contrato considera-se automaticamente renovado, desde que o arrendador, nos 30 (trinta) dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos.

c) é vedado contrato de arrendamento ou de parcela na exploração de terras de propriedade pública.

d) ao proprietário é vedado exigir do arrendatário ou do parceiro exclusividade da venda da colheita.

e) sem expresso consentimento do proprietário, é vedado o subarrendamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre disposições do Estatuto da Terra, a qual é a lei que regulamenta as relações de propriedade e uso da terra no Brasil, especialmente em relação ao arrendamento e parcerias rurais. O examinador requer que seja identificada a alternativa que está incorreta em relação às regras estabelecidas pelo Estatuto da Terra.

A alternativa C está incorreta. A vedação ao arrendamento de terras públicas não está alinhada com as disposições do Estatuto da Terra, que prevê certas situações em que o arrendamento de terras públicas pode ser permitido, como a exemplo do art. 95 do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64). As demais alternativas estão corretas, por estarem em consonância com a Lei 4.504/64.

QUESTÃO 45. Assinale a alternativa correta.

a) Quando a cláusula de irrevogabilidade for condição de um negócio bilateral ou tiver sido estipulada no exclusivo interesse do mandatário, a revogação do mandato será ineficaz.

b) O distrato faz-se por qualquer forma, não se exigindo que seja a mesma exigida para o contrato.

c) O mútuo feito à pessoa menor, com ou sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, mas poderá ser reavido pelos seus fiadores.

d) A responsabilidade contratual do transportador por acidente com o passageiro é elidida por culpa de terceiro.

e) A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação podem ser opostos a terceiros, antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre disposições do código civil acerca Das Várias Espécies de Contratos.

A alternativa A está correta, estando em consonância com o art. 684 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato, conforme o art. 472, CC.

A alternativa C está incorreta. Neste caso, conforme o art. 588 do CC, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores.

A alternativa D está incorreta. Não será elidida por culpa de terceiro. Ainda o art. 735 do CC prevê a possibilidade de ação regressiva.

A alternativa E está incorreta. O art. 980 do CC prevê que a sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação não podem ser opostos a terceiros, antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

QUESTÃO 46. Assinale a alternativa INCORRETA no âmbito da Lei do Parcelamento do Solo Urbano.

a) Ao longo das águas correntes e dormentes, as áreas de faixas não edificáveis deverão respeitar a lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento de planejamento territorial e que definir e regulamentar a largura das faixas marginais de cursos d'água naturais em área urbana consolidada, nos termos da Lei n.° 12.651, de 25 de maio de 2012, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho de margem, indicada em diagnóstico socioambiental elaborado pelo Município.

b) As alterações de uso do solo rural para fins urbanos não dependerão de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), prevalecendo a autonomia federativa dos municípios.

c) Em caso de resolução contratual por fato imputado ao adquirente, respeitado o disposto no § 2º do art. 32-A, deverão ser restituídos os valores pagos por ele, atualizados com base no índice contratualmente estabelecido para a correção monetária das parcelas do preço do imóvel, podendo ser descontados dos valores pagos, dentre outros, o montante devido por cláusula penal e despesas administrativas, inclusive arras ou sinal, limitado a um desconto de 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato.

d) É vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou de desmembramento não registrado.

e) É vedada a aprovação de projeto de loteamento e de desmembramento em áreas de risco definidas como não edificáveis no plano diretor ou em legislação dele derivada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Lei do Parcelamento do Solo Urbano, que regulamenta o uso do solo em áreas urbanas, incluindo o loteamento e desmembramento de terrenos. O examinador requer a indicação da alternativa em desacordo com a legislação.

A alternativa A está incorreta. A redação está conforme o art. 4, III-B da Lei 6.766/79, inclusive em respeito à Lei n.º 12.651/2012 (Código Florestal).

A alternativa B está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o art. 53 prevê que a transformação do solo rural para fins urbanos deve envolver audiência do INCRA, pois, afinal, esta alteração tem implicações para a política nacional de reforma agrária e ordenamento territorial.

A alternativa C está incorreta. A restituição dos valores pagos em casos de resolução contratual está em conformidade com a legislação vigente.

A alternativa D está incorreta. A alternativa está incorreta, pois constitui crime contra a Administração Pública, nos termos do art. 50, parágrafo único, I, da Lei 6.766/79.

A alternativa E está incorreta. Projetos em áreas de risco definidas como não edificáveis são vedados, consoante o art. 12, §3º, da Lei 6.766/79.

QUESTÃO 47. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo à pessoa ou à coisa, contra riscos predeterminados.

b) Nos seguros de pessoas, o capital segurado é livremente estipulado pelo proponente, que pode contratar mais de um seguro sobre o mesmo interesse, com o mesmo ou diversos seguradores.

c) Na modalidade de contrato de seguro de vida coletivo, cabe exclusivamente ao estipulante, mandatário legal e único sujeito que tem vínculo anterior com os membros do grupo segurável (estipulação própria), a obrigação de prestar informações prévias aos potenciais segurados acerca das condições contratuais quando da formalização da adesão, incluídas as cláusulas limitativas e restritivas de direito previstas na apólice mestre.

d) Não é válida a instituição do companheiro como beneficiário se ao tempo do contrato o segurado era separado judicialmente ou já se encontrava separado de fato.

e) O segurado e o segurador são obrigados a guardar na conclusão e na execução do contrato a mais estrita boa-fé e veracidade, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e das declarações a ele concernentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A alternativa está em consonância com o art. 757 do Código Civil. Vejamos: "Art. 757. Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados."

A alternativa B está incorreta. A alternativa está em consonância com o art. 789 do Código Civil. Vejamos: "Art. 789. Nos seguros de pessoas, o capital segurado é livremente estipulado pelo proponente, que pode contratar mais de um seguro sobre o mesmo interesse, com o mesmo ou diversos seguradores."

A alternativa C está incorreta. Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o REsp 1825716, entendeu que o dever de informar sobre cláusulas do seguro de vida em grupo é exclusivo do estipulante.

A alternativa D está correta. A instituição do companheiro como beneficiário é válida independentemente do estado civil do segurado na época do contrato, desde que expressamente

designado como tal, conforme assim autoriza o art. 793 do Código Civil. A separação judicial ou de fato do segurado não invalida a indicação do companheiro como beneficiário.

A alternativa E está incorreta. Tanto o segurado quanto o segurador devem agir com boa-fé e veracidade na conclusão e na execução do contrato de seguro, conforme princípios contratuais estabelecidos no Código Civil.

QUESTÃO 48. Assinale a alternativa correta, no âmbito da Lei de Recuperação Judicial:

a) as instituições financeiras públicas ou privadas, cooperativas de crédito, consórcios, entidades de previdência complementar, sociedades operadoras de plano de assistência à saúde, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores podem requerer recuperação judicial.

b) sujeitam-se aos efeitos da recuperação judicial os contratos e as obrigações decorrentes dos atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas com seus cooperados, na forma do art. 79 da Lei n.° 5.764, de 16 de dezembro de 1971, consequentemente, aplicando-se a vedação contida no inciso II do art. 2° quando a sociedade operadora de plano de assistência à saúde for cooperativa médica.

c) é permitido ao devedor, até a aprovação do plano de recuperação judicial, distribuir lucros ou dividendos a sócios e acionistas.

d) considerar-se-á aprovada a proposta que obtiver votos favoráveis de credores que representem mais de dois terços do valor total dos créditos presentes à assembleia-geral.

e) é de 180 (cento e oitenta dias), prorrogáveis por igual período, o denominado stay period.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre disposições da Lei 11.101/05, a Lei de Recuperação Judicial.

A alternativa A está incorreta. A Lei de Recuperação Judicial, nos termos do art. 2º, II, não se aplica à instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

A alternativa B está incorreta. Os contratos e obrigações decorrentes de atos cooperativos não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, conforme o art. 6º, §13, da Lei 11.101/05.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de conduta vedada pelo art. 6º-A da Lei 11.101/05.

A alternativa D está incorreta. O quórum exigido é de votos favoráveis de credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembleia-geral (art. 42, Lei 11.101/05).

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 6º, §4º, da Lei 11.101/05 é de 180 dias o prazo de suspensão da prescrição e das execuções que tramitam em seu desfavor: "Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)"

QUESTÃO 49. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.

b) Ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.

c) Constituído o usufruto em favor de duas ou mais pessoas, extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem, salvo se, por estipulação expressa, o quinhão dessa couber ao sobrevivente.

d) Prescreve em 3 (três) anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

e) O crédito real prefere ao pessoal de qualquer espécie; o crédito pessoal privilegiado, ao simples; e o privilégio especial, ao geral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 412 do CC, o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.

A alternativa B está incorreta. O art. 655 do CC autoriza que, ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.

A alternativa C está incorreta. Consoante o art. 1.411 do CC, quando constituído o usufruto em favor de duas ou mais pessoas, extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem, salvo se, por estipulação expressa, o quinhão desses couber ao sobrevivente.

A alternativa D está correta. Na verdade, a prescrição para haver prestações alimentares é de dois anos, contados da data que se vencerem. Portanto, a afirmativa está incorreta, contrariando o disposto no art. 206, §2º do Código Civil.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 961 do CC, o crédito real prefere ao pessoal de qualquer espécie; o crédito pessoal privilegiado, ao simples; e o privilégio especial, ao geral.

QUESTÃO 50. Assinale a alternativa correta.

a) A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes não impede o reconhecimento de um novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, mesmo que não haja separação de fato.

b) Independentemente de esforço comum, são incomunicáveis os bens adquiridos na constância da união estável contraída por septuagenário, em virtude da separação obrigatória dos bens.

c) Pedro e João, irmãos entre si, casaram-se, cada qual, com Joana e Maria, irmãs entre si, e ambos os casais tiveram filhos, Bianca e Adão, respectivamente. Nessa situação, Bianca e Adão são parentes colaterais em linha duplicada.

d) A sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento produz efeitos ex nunc, sem retroação.

e) A renúncia da herança não pode ser tácita, exigindo manifestação expressa, com indispensável assistência de advogado, em instrumento público ou termo judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O Código Civil, em seu art. art. 1.521, VI, não admite a existência de mais de um vínculo matrimonial ou de união estável simultaneamente.

A alternativa B está incorreta. O regime de separação obrigatória de bens se aplica apenas ao casamento contraído por septuagenário e não à união estável, salvo disposição expressa em contrário, conforme o art. 1.641, II do CC.

A alternativa C está correta. Bianca e Adão são primos paralelos bilaterais, colaterais em linha duplicada, nos termos do art. 1.593, compartilhando parentesco duplo devido aos pais serem irmãos entre si e as mães serem irmãs entre si.

A alternativa D está incorreta. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, todas as alterações em valor de pensão alimentícia, inclusive redução e exoneração, retroagem à data da citação, consoante a previsão do art. 13 da Lei 5.748/68.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 1.806 do CC, a renúncia da herança deve ser expressa, mas não é obrigatória a assistência de advogado.

QUESTÃO 51. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) O local da contratação define o domicílio para as relações que lhe corresponderem quando houver o exercício da profissão em lugar diverso.

b) Após a promulgação da EC n.° 66/2010, a separação judicial não é mais requisito para o divórcio, nem subsiste como figura autônoma no ordenamento jurídico. Sem prejuízo, preserva-se o estado civil das pessoas que já estão separadas, por decisão judicial ou escritura pública, por se tratar de ato jurídico perfeito (art. 50, XXXVI, da CF).

c) Os descendentes do herdeiro excluído por indignidade sucedem como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão, pois são pessoais os efeitos da exclusão. O excluído da sucessão não terá direito ao usufruto ou à administração dos bens que a seus sucessores couberem na

herança, nem à sucessão eventual desses bens.

d) Extingue-se o bem de família com a morte de ambos os cônjuges e a maioridade dos filhos, desde que não sujeitos à curatela.

e) Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão requer a indicação da alternativa que contraria as disposições do Código Civil e da a legislação vigente.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 72, parágrafo único do Código Civil, em caso da pessoa exercitar profissão em lugares diversos, onde alternadamente viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas. As demais alternativas estão incorretas, estando conforme a legislação vigente.

QUESTÃO 52. Assinale a alternativa correta. De acordo com Súmula do STJ:

a) o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as 3 (três) prestações anteriores à intimação do executado para pagamento e as que vencerem no curso do processo.

b) o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as 3 (três) prestações anteriores à citação do executado para pagamento e as que vencerem no curso do processo.

c) o cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

d) a renúncia aos alimentos na separação judicial exclui o direito da mulher à pensão previdenciária por morte do ex-marido, sem a possibilidade de revisão posterior.

e) a obrigação alimentar dos avós é subsidiária, mas não complementar, somente se configurando na impossibilidade total de seu cumprimento pelos pais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o entendimento das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca do débito alimentar.

A alternativa C está correta. De acordo com a Súmula 358 do STJ, o cancelamento da pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

As demais alternativas estão incorretas, pois não estão de acordo com o entendimento consolidado em Súmulas do STJ.

QUESTÃO 53. Sobre a alteração de nome e sobrenome no registro civil brasileiro, é correto afirmar que:

a) os pais podem alterar, extrajudicialmente e a qualquer tempo, os nomes e os sobrenomes dos filhos até o final da incapacidade absoluta deles.

b) para alteração, administrativa e imediata, do nome e do sobrenome do recém-nascido no Registro Civil é necessária a anuência da mãe e do pai, salvo se este for desconhecido.

c) a pessoa somente pode requerer a alteração do seu nome no Registro Civil pelo período de 01 (um) ano após completar 18 (dezoito) anos.

d) os pais, mediante fundamentação, somente podem alterar extrajudicialmente os nomes e sobrenomes dos filhos até 15 (quinze) dias após o registro.

e) para a alteração de nome e de sobrenome de pessoa maior e capaz, é vedado ao Cartório de Registro Civil exigir qualquer tipo de certidão do requerente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a alteração de nome e sobrenome no registro civil.

A alternativa A está incorreta. A alteração legislativa pela Lei 14.382/22 à Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/1973), estabelece que a alteração do nome, via extrajudicial, poderá ser feita uma única vez. Portanto, não pode ser feita extrajudicialmente a qualquer tempo.

A alternativa B está correta. É permitida a alteração administrativa e imediata do nome e do sobrenome do recém-nascido no Registro Civil, ainda que o pai seja desconhecido, conforme o art. 54, §1º da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/1973).

A alternativa C está incorreta. A alteração de nome pode ser solicitada por qualquer pessoa ao atingir a maioridade (18 anos), mas não há um limite estrito de um ano para essa solicitação, conforme o art. 56 da Lei 6.015/1973.

A alternativa D está incorreta. A legislação não prevê esse prazo específico de 15 dias para alteração extrajudicial dos nomes e sobrenomes dos filhos pelos pais.

A alternativa E está incorreta. Consoante o art. 57 da Lei de Registros Públicos, o Cartório de Registro Civil pode exigir certidões e documentos que comprovem a justificativa para a alteração do nome e sobrenome de pessoa maior e capaz.

QUESTÃO 54. Em relação ao registro público, assinale a alternativa correta:

a) os oficiais são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem aos interessados no registro, independentemente de dolo ou de culpa.

b) os serviços de registros públicos, cartorários e notariais, por possuírem personalidade jurídica, respondem civilmente, de forma solidária, com o titular do cartório, pelos atos decorrentes dos serviços que prestam.

c) a responsabilidade civil dos registradores é subjetiva e solidária com o Estado.

d) em caso de morte de criança menor de 1 (um) ano de idade, basta o registro do óbito, dispensando-se o registro de nascimento se este ainda não tiver sido realizado.

e) a responsabilidade do Estado pelos danos causados pelos registradores e seus prepostos, pelos atos decorrentes dos serviços que prestam, é objetiva e subsidiária, mas não solidária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre as disposições acerca da Lei 8.935/1994.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 22 da Lei 8.935/1994, a responsabilidade civil dos oficiais de registro depende de dolo ou culpa

A alternativa B está incorreta. A responsabilidade atribuída diretamente aos oficiais ou notários, de maneira subjetiva, consoante o art. 22 da Lei 8.935/1994.

A alternativa C está correta. De acordo com o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 842846, com repercussão geral reconhecida, a responsabilidade civil dos registradores é subjetiva, pois depende de dolo ou culpa. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal assentou o entendimento de que a responsabilidade do Estado é direta, primária e solidária.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 77, §1º da Lei 6.015/73, antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito.

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade do Estado é solidária dependendo do caso, especialmente em questões de falhas nos serviços notariais e registrais, conforme a Constituição Federal, em seu art. 236, §1º e Lei n.º 8.935/1994, art. 22.

QUESTÃO 55. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Nas certidões de nascimento, não pode constar o estado civil dos pais.

b) No caso de nascimento de gêmeos, tal condição deverá constar da certidão de nascimento de ambos.

c) O óbito pode ser declarado, pelas pessoas legitimadas, perante o Ofício do Registro Civil da localidade do falecimento ou do lugar da última residência do falecido.

d) Exigem tradução juramentada a legalização ou apostilamento dos termos extrajudiciais dos instrumentos particulares ou de escrituras públicas declaratórias de união estável, bem como dos respectivos distratos lavrados no exterior.

e) Diferentemente da lavratura do óbito, o inventário extrajudicial somente poderá ocorrer no local do último domicílio do falecido ou onde se localizarem os bens deixados para a sucessão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão requer a indicação da alternativa incompatível com a legislação vigente.

A alternativa E está correta. A Lei 11.441/07 alterou o Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. Assim, passou a vigorar com a seguinte redação: "Art. 982. Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial; se todos forem capazes e concordes, poderá fazer-se o inventário e a partilha por escritura pública, a qual constituirá título hábil para o registro imobiliário." Ou seja, o inventário extrajudicial pode ser feito em qualquer cartório de notas, independentemente do domicílio das partes, do local de situação dos bens ou do local do óbito do falecido. Não se aplicam as regras de competência do Código de Processo Civil ao inventário extrajudicial. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 56. Sobre os limites da jurisdição nacional, é INCORRETO afirmar que:

a) os arts. 21 e 22 do Código de Processo Civil (CPC) estabelecem casos de competência internacional concorrente, enquanto o art. 23 do CPC trata da competência internacional exclusiva. Assim, as situações tratadas naqueles dispositivos podem instaurar-se perante órgão jurisdicional estrangeiro, condicionados seus efeitos e homologação, mas nos casos previstos no art. 23 do CPC só pode instaurar-se perante órgão jurisdicional brasileiro, não sendo sentença estrangeira suscetível de homologação para que produza seus efeitos no Brasil.

b) é caso de competência concorrente o processamento e o julgamento de agências em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.

c) compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, em matéria de sucessão hereditária, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira.

d) não compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento de ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, desde que arguida pelo réu na contestação e se trate de competência internacional concorrente.

e) compete, ainda, à autoridade judiciária brasileira processar e julgar ações de alimentos quando o réu obtiver benefícios econômicos no Brasil, desde que o credor aqui seja domiciliado ou tenha residência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema limites da jurisdição nacional.

A alternativa A está correta. De fato, os artigos 21 e 22 do CPC tratam da atuação do juízo brasileiro no caso de competência concorrente, enquanto o art. 23 do mesmo diploma trata de competência exclusiva do juízo brasileiro. Vejamos: "Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: I - o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil; II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação; III - o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil. Parágrafo único. Para o fim do disposto no inciso I, considera-se domiciliada no Brasil a pessoa jurídica estrangeira que nele tiver agência, filial ou sucursal. Art. 22. Compete, ainda, à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações: I - de alimentos, quando: a) o credor tiver domicílio ou residência no Brasil; b) o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos; II - decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil; III - em que as partes, expressa ou tacitamente, se submeterem à jurisdição nacional. Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil; II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional; III - em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional."

A alternativa B está correta. Dispõe o art. 21, inciso I do CPC: "Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: I - o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;".

A alternativa C está correta. Consoante o art. 23, inciso II do CPC: "Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;"

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 25 do CPC: "Art. 25. Não compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação. § 1º Não se aplica o disposto no caput às hipóteses de competência internacional exclusiva previstas neste Capítulo [...]".

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 22 do CPC: "Art. 22. Compete, ainda, à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações: I - de alimentos, quando: a) o credor tiver domicílio ou residência no Brasil; b) o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos;"

QUESTÃO 57. Sobre os deveres das partes e de seus procuradores, segundo o Código de Processo Civil, analise as seguintes afirmações:

I - Os deveres das partes, dos procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo estão exaustivamente previstos no art. 77 do Código de Processo Civil.

II - Constitui ato atentatório à dignidade da justiça o descumprimento do dever de informar e manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário.

III - A multa por ato atentatório à dignidade da justiça pode ser aplicada aos advogados privados.

IV - O valor das sanções impostas ao litigante de má-fé reverterá em benefício da parte contrária, exceto aquelas aplicadas aos serventuários.

V - O reconhecimento da litigância de má-fé depende de requerimento da parte interessada.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas III, IV e V estão corretas.

b) Nenhuma está correta.

c) Apenas IV está correta.

d) Apenas III e IV estão corretas.

e) Apenas I e V estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema partes e procuradores.

O Item I está incorreto. Da redação do caput do art. 77 do CPC, depreende-se que não se trata de rol exaustivo. Confira-se: "Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: [...]".

O Item II está incorreto. Segundo o §1º do art. 77 do CPC: "§ 1º Nas hipóteses dos incisos IV e VI, o juiz advertirá qualquer das pessoas mencionadas no caput de que sua conduta poderá ser punida como ato atentatório à dignidade da justiça.". Assim sendo: "Art. 77 [...] IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação; e VI - não praticar

inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.". Logo, a hipótese trazida no item não constitui ato atentatório à dignidade de justiça.

O Item III está incorreto. Consoante o §§2º e 6º do art. 77 do CPC: "§ 2º A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta. [...] § 6º Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica o disposto nos §§ 2º a 5º, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará.".

O Item IV está correto. De acordo com os artigos 81 e 96, ambos do CPC: "Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou." e "Art. 96. O valor das sanções impostas ao litigante de má-fé reverterá em benefício da parte contrária, e o valor das sanções impostas aos serventuários pertencerá ao Estado ou à União."

O Item V está incorreto. Pode ser de ofício ou a requerimento. Confira-se: "Art. 81, CPC: De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou."

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 58. Sobre o litisconsórcio, é INCORRETO afirmar:

a) um dos critérios de classificação do litisconsórcio é a força aglutinadora das razões de sua formação, sendo ele definido como facultativo ou necessário. Neste, sua formação é essencial para que o processo atinja seu fim normal e naquele, o facultativo, depende da vontade das partes em sua forma, não estando presente nenhuma das causas da necessidade.

b) segundo o Código de Processo Civil, é possível a limitação pelo juiz do litisconsórcio facultativo multitudinário quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. Essa limitação pode ocorrer de ofício ou a requerimento da parte e interrompe o prazo para manifestação ou resposta.

c) outro critério de classificação do litisconsórcio é o regime de tratamento dos litisconsortes. De acordo com ele, o litisconsórcio pode ser chamado unitário ou simples. No unitário, o juiz deve decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes e, assim sendo, os atos e as omissões de um do podendo prejudicar os demais.

d) a sentença de mérito, quando proferida sem integração do contraditório, será nula se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo, porém será ineficaz nos outros casos apenas para os que não forem citados.

e) é exemplo da relativa independência dos litisconsortes a regra prevista no art. 391 do CPC, segundo a qual a confissão judicial faz prova contra o confidente, prejudicando, inclusive, os litisconsortes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema litisconsórcio.

A alternativa A está correta. O litisconsórcio pode, de fato, ser classificado em: facultativo, quando depende da vontade das partes, não havendo obrigação de formação conjunta, ou necessário, quando é indispensável para que o processo alcance seu fim. Assim, vejamos: "Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando: I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide; II - entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir; III - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito [...]" e "Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes".

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 113, §§ 1º e 2º do CPC: "§ 1º O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença. § 2º O requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar."

A alternativa C está correta. Conforme artigos 116 e 117 do CPC: "Art. 116. O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes." e "Art. 117. Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar."

A alternativa D está correta. Dispõe o art. 115 do CPC: "Art. 115. A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será: I - nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo; II - ineficaz, nos outros casos, apenas para os que não foram citados."

A alternativa E está incorreta. A confissão judicial não prejudica os litisconsortes. Nos termos do art. 391 do CPC, a confissão judicial faz prova apenas contra o confitente. Assim: "Art. 391, CPC. A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes".

QUESTÃO 59. Sobre a intervenção de terceiros, é correto afirmar que:

a) segundo o Código de Processo Civil, a assistência será admitida em qualquer procedimento, mas não em todos os graus de jurisdição.

b) transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este em nenhuma situação poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão. Esse efeito é conhecido como eficácia da intervenção.

c) feita a denúncia pelo réu, se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, apenas o denunciado.

d) nos processos em que há substituição processual, é possível ao substituído intervir como assistente litisconsorcial do seu substituto.

e) a ausência de denunciação da lide gera a preclusão do direito de a parte promovê-la, bem como a possibilidade do direito de regresso, mesmo que por meio de demanda autônoma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema intervenção de terceiro.

A alternativa A está incorreta. Conforme o parágrafo único do art. 119 do CPC: "Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre."

A alternativa B está incorreta. Nos moldes do art. 123 do CPC: "Art. 123. Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que: I - pelo estado em que recebeu o processo ou pelas declarações e pelos atos do assistido, foi impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença; II - desconhecia a existência de alegações ou de provas das quais o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu."

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 128, inciso I do CPC: "Art. 128. Feita a denunciação pelo réu: I - se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, em litisconsórcio, denunciante e denunciado;"

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 18, parágrafo único do CPC: "Art. 18. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico."

A alternativa E está incorreta. Depreende-se do art. 125, §2º do CPC: "§ 2º Admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma."

QUESTÃO 60. Sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica e o amicus curiae, analise as seguintes afirmações:

I - O incidente de desconsideração da personalidade jurídica pode ser instaurado de ofício ou por provocação da parte interessada ou, quando atue no processo, do Ministério Público.

II - O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível em qualquer fase do processo de conhecimento no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

III - Instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, suspende-se o processo, mesmo quando a desconsiderado for requerida na petição inicial.

IV - A decisão que indeferiu e aquela que defere a intervenção do amicus curiae é recorrível, segundo o Código de Processo Civil.

V - O amicus curiae, possuindo a chamada representatividade adequada, pode intervir em qualquer tipo de processo, independentemente da relevância da matéria, do tema objeto da demanda ou da repercussão social da controvérsia.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas I, II e IV estão corretas.

b) Apenas IV está correta.

c) Apenas I e II estão corretas.

d) Apenas III e IV estão corretas.

e) Apenas II está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema incidente de desconsideração da personalidade jurídica e o amicus curiae.

O Item I está incorreto.Não pode ser instaurado de ofício. Vejamos: "Art. 133, CPC. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo."

O Item II está correto. Conforme o art. 134, CPC: "Art. 134. O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial."

O Item III está incorreto. De acordo com os §§2º e 3º do art. 134 do CPC: "§ 2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica. § 3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do § 2º."

O Item IV está incorreto. De acordo com o STF, a decisão que admite ou inadmite o ingresso do amicus curiae é irrecorrível (STF. Plenário. ADO 70 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 04/07/2022; RE 1017365 AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe de 24/9/2020). Além disso, o art. 138 do CPC/2015 expressamente prevê que se trata de decisão irrecorrível. Confira-se: "Art. 138. O juiz ou o

relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação."

O Item V está incorreto. A intervenção do amicus curiae não ocorre de maneira irrestrita. Ela depende de critérios como relevância da matéria, especificidade do tema e repercussão social da controvérsia. Assim: "Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação."

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 61. Sobre a comunicação dos atos processuais, é INCORRETO afirmar que:

a) a interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, retroage à data da propositura da ação, caso adotadas pelo autor as providências necessárias para viabilizar a citação no prazo de 10 (dez) dias.

b) nas ações de estado, a citação será feita na pessoa do réu, sendo vedada a citada eletrônica.

c) de acordo com a Lei n.º 11.419/2006, quando a intimação se dá por meio de Diário de Justiça Eletrônico, considera-se intimada a parte no primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

d) segundo o Código de Processo Civil, em todos os casos de nulidade da intimação, a parte limitar-se-á a arguir o vício, sendo-lhe restituído o prazo no caso de reconhecimento.

e) a multa decorrente do fato da parte requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras, na forma do art. 258 do CPC, reverter em benefício do citado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema comunicação dos atos processuais.

A alternativa A está correta. Dispõe os §§1º e 2º do art. 240 do CPC: "§ 1º A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação." e "§ 2º Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1º."

A alternativa B está correta. Nos moldes dos artigos 247, inciso I e 395, §3º, ambos do CPC: "Art. 247. A citação será feita por meio eletrônico ou pelo correio para qualquer comarca do País, exceto: I - nas ações de estado, observado o disposto no art. 695, § 3º ;" e "Art. 695 [...] § 3º A citação será feita na pessoa do réu."

A alternativa C está correta. Conforme art. 4º, §3º da Lei n.º 11.419/2006: "§ 3º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico".

A alternativa D está incorreta. Depreende-se do §9º do art. 272 do CPC: "§ 9º Não sendo possível a prática imediata do ato diante da necessidade de acesso prévio aos autos, a parte limitar-se-á a arguir a nulidade da intimação, caso em que o prazo será contado da intimação da decisão que a reconheça".

A alternativa E está correta. Consoante o art. 258 do CPC: "Art. 258. A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo. Parágrafo único. A multa reverterá em benefício do citando."

QUESTÃO 62. Sobre a tutela provisória, é correto afirmar que:

a) a medida destinada a acautelar contra o chamado periculum in mora inverso é a imposição pelo juiz de caução real ou fidejussória idônea para a concessão de tutela de urgência. Essa providência não comporta exceção.

b) a tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada por meio das medidas exaustivamente constantes do art. 301 do CPC, não havendo que se falar da existência do poder geral de cautela no CPC.

c) a previsão do CPC no sentido de que a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão comporta exceção, mormente naquelas situações denominadas de irreversibilidade recíproca.

d) a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo são exigências da tutela da evidência, nos termos do art. 311 do CPC.

e) o abuso do direito de defesa não é uma das hipóteses de concessão da tutela da evidência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema tutelas provisórias.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 300, §1º do CPC: "§ 1 o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la."

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 301 do CPC: "Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito."

A alternativa C está correta. Consoante o art. 300, §1º do CPC: "§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão." Além disso, o Enunciado nº 419 do FPPC: "Não é absoluta a regra que proíbe tutela provisória com efeitos irreversíveis."

A alternativa D está incorreta. Conforme o caput do art. 311 do CPC: "Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando [...]"

A alternativa E está incorreta. Dispõe o art. 311, inciso I do CPC: "Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;"

QUESTÃO 63. Sobre as provas no processo civil, analise as seguintes afirmações:

I - A produção antecipada de prova será admitida quando a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito ou mesmo evitar o ajuizamento da ação.

II - É exemplo do modelo adversarial de organização do processo, informado pelo princípio dispositivo e adotado pelo CPC, a possibilidade do juiz de ofício determinar a produção de prova.

III - Segundo firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Processo Civil deixou de adotar o chamado livre convencimento motivado como sistema de valoração da prova.

IV - O art. 373, §§1° e 2º, do CPC trata da redistribuição do ônus probatório por decisão judicial, providência integralmente aplicável aos processos envolvendo a Lei n.º 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), conforme previsão expressa nela constante. Em substituição da perícia, o juiz poderá determinar a produção de prova técnica simplificada. A prova técnica simplificada consistirá apenas na inquirição de especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico. Essa substituição só poderá ocorrer a requerimento das partes, não de ofício.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas I está correta.

b) Apenas IV está correta.

c) Apenas II e IV estão corretas.

d) Todas estão corretas.

e) Apenas I, II e IV estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema provas no processo civil.

O Item I está correto. Dispõe os incisos II e III do art. 381 do CPC: "Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação; II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação."

O Item II está incorreto. A doutrina costuma identificar dois modelos de estruturação do processo: o modelo adversarial e o modelo inquisitorial. Não obstante haja muita discussão em torno da caracterização de tais modelos, bem como seja criticável a terminologia, a dicotomia ainda continua sendo bastante utilizada e serve, pois, como uma apresentação, ao menos para fins didáticos, do tema. Em suma, o modelo adversarial assume a forma de competição ou disputa, desenvolvendo-se como um conflito entre dois adversários diante de um órgão jurisdicional relativamente passivo, cuja principal função é a de decidir. O modelo inquisitorial (não adversarial) organiza-se como uma pesquisa oficial, sendo o órgão jurisdicional o grande protagonista do processo. No primeiro sistema, a maior parte da atividade processual é desenvolvida pelas partes; no segundo, cabe ao órgão judicial esse protagonismo. Nesse sentido, o art. 370 do CPC aduz: "Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito." A iniciativa probatória do juiz, pois, está mais relacionada ao modelo inquisitorial do que ao modelo adversarial.

O Item III está incorreto. O CPC/2015 manteve o sistema do livre convencimento motivado, que confere ao juiz liberdade para valorar as provas, desde que fundamente sua decisão com base nos elementos constantes dos autos. O STJ segue reconhecendo a aplicação desse sistema. Confira-se: "Art. 371. O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento."

O Item IV está incorreto. De acordo com o art. 17, §19 da Lei de Improbidade Administrativa: "§ 19. Não se aplicam na ação de improbidade administrativa: [...] II - a imposição de ônus da prova ao réu, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 373 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);". Além disso, dispõe o art. 464, §§2º e 3º, CPC: "§ 2º De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade. § 3º A prova técnica simplificada consistirá apenas na inquirição de especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico."

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 64. Sobre o cumprimento de sentença, é INCORRETO afirmar que:

a) segundo jurisprudência do STJ, é necessária a intimação pessoal do devedor para cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação de fazer ou não fazer.

b) o juiz pode determinar de ofício a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes no caso de execução de prestação alimentar.

c) o cumprimento de sentença, em quaisquer de suas modalidades, inicia-se de ofício pelo órgão julgador.

d) segundo jurisprudência do STJ, a prisão civil no caso de execução de alimentos depende de requerimento, não podendo ser decretada de ofício, porém pode ser determinada se houver pedido do Ministério Público.

e) segundo jurisprudência do STJ, a teoria do adimplemento substancial não se aplica à execução de alimentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema cumprimento de sentença.

A alternativa A está correta. Conforme a Súmula 410-STJ: "A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação de fazer ou não fazer".

A alternativa B está correta. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça admitiu a possibilidade de inscrição do nome do devedor de alimentos definitivos em cadastro de proteção ao crédito. Vejamos: "Em execução de alimentos devidos a filho menor de idade, é possível o protesto e a inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito. Mostra-se juridicamente possível o pedido do credor para que seja realizado protesto e inclusão do nome do devedor de alimentos nos cadastros de proteção ao crédito (SPC e Serasa), como medida executiva a ser adotada pelo magistrado para garantir a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. (STJ. 3ª Turma. REsp 1469102-SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 8/3/2016; STJ. 4ª Turma. REsp 1533206-MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 17/11/2015.)

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 513, §1º do CPC: "Art. 513. O cumprimento da sentença será feito segundo as regras deste Título, observando-se, no que couber e conforme a natureza da obrigação, o disposto no Livro II da Parte Especial deste Código. § 1º O cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á a requerimento do exequente."

A alternativa D está correta. Segundo o art. 528 e art. 532, ambos do CPC: "Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. [...] § 3º Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses." e "Art. 532. Verificada a conduta procrastinatória do executado, o juiz deverá, se for o caso, dar ciência ao Ministério Público dos indícios da prática do crime de abandono material." Ainda: "Art. 178, CPC. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem

jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: [...] II - interesse de incapaz;"

A alternativa E está correta. Segundo o STJ, a teoria do adimplemento substancial não tem incidência nos vínculos jurídicos familiares, revelando-se inadequada para solver controvérsias relacionadas a obrigações de natureza alimentar. (STJ. 4ª Turma. HC 439973-MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Rel. Acd. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 16/08/2018.

QUESTÃO 65. Sobre a reclamação, segundo o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que:

a) caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para garantir a autoridade das decisões de qualquer Tribunal.

b) será admissível reclamar, ainda que transitada em julgado a decisão reclamada.

c) quando não for o reclamante, o Ministério Público será ouvido como fiscal da ordem jurídica na reclamação.

d) se necessário, ao despachar a reclamação, o relator ordena a suspensão do processo ou do ato impugnado para evitar dano irreparável.

e) qualquer outro interessado poderá ingressar no processo para impugnar o pedido do reclamante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema reclamação no processo civil.

A alternativa A está correta. Conforme art. 988, inciso II do CPC: "Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para: [...] II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;"

A alternativa B está incorreta. Dispõe o art. 988, §5º do CPC: "§ 5º É inadmissível a reclamação: [...] I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada;"

A alternativa C está correta. Consoante o art. 991 do CPC: "Art. 991. Na reclamação que não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo por 5 (cinco) dias, após o decurso do prazo para informações e para o oferecimento da contestação pelo beneficiário do ato impugnado."

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 989 do CPC: "Art. 989. Ao despachar a reclamação, o relator: [...] II - se necessário, ordenará a suspensão do processo ou do ato impugnado para evitar dano irreparável;"

A alternativa E está correta. Nos moldes do art. 990 do CPC: "Art. 990. Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante."

QUESTÃO 66. Sobre os recursos no Código de Processo Civil, analise as seguintes afirmações:

I - Segundo jurisprudência do STJ, o Ministério Público é legitimado a recorrer nos processos em que atua como fiscal da lei, mesmo que as partes não tenham recorrido.

II - Segundo jurisprudência do STJ, o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

III - A apelação interposta contra sentença que decreta a interdição não terá efeito suspensivo, segundo expressa disposição legal.

IV - Há presunção absoluta de repercussão geral da questão constitucional sempre que o recurso extraordinário foi interposto contra decisão que contraria enunciado de súmula ou jurisprudência dominante do STF.

V - Negada a existência de repercussão geral, eventuais recursos extraordinários que estejam pendentes ainda no tribunal de origem e que versem sobre a mesma questão constitucional tendo seguimento negado.

Assinale a alternativa correta.

a) Todas estão corretas.

b) Apenas I, III, IV e V estão corretas.

c) Apenas I, III e IV estão corretas.

d) Apenas I, IV e V estão corretas.

e) Apenas II, III, IV e V estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema recursos.

O Item I está correto. Conforme Súmula 99-STJ: "O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte".

O Item II está correto. Segundo o STJ: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação. (STJ. Corte Especial.REsp 1704520-MT, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 05/12/2018 - recurso repetitivo)

O Item III está correto. Nos termos do art. 1.012, §1º, inciso VI do CPC: "Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo. § 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: [...] VI - decreta a interdição."

O Item IV está correto. Dispõe o art. 1.035 do CPC: "Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo. [...] § 3º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que: I - contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal;"

O Item V está correto. Depreende-se do §8º do art. 1.035 do CPC: "§ 8º Negada a repercussão geral, o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos extraordinários sobrestados na origem que versem sobre matéria idêntica."

QUESTÃO 67. Sobre o processo coletivo, analise as seguintes afirmações:

I - Segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é possível exigir do Ministério Público o adiantamento de honorários periciais em ações civis públicas.

II - O princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva permite ao Ministério Público desistir ou não continuar na ação.

III - Segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não pode ocorrer o pagamento de honorários advocatícios em favor do membro do Ministério Público.

IV - O modelo inquisitivo ou inquisitório predomina no processo civil coletivo e essa característica, justifica a doutrina, decorre principalmente do direito material envolvido, da legitimada por substituto processual e do menor espaço para negociado processual e disponibilidade do direito material.

V - Segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o juízo da ação coletiva pode, de ofício, determinar a suspensão dos processos individuais que tratarem da mesma questão abordada no processo coletivo.

Assinale a alternativa correta.

a) Todas estão corretas.

b) Apenas I, II, III e IV estão corretas.

c) Apenas I, III e IV estão corretas.

d) Apenas III e IV estão corretas.

e) Apenas III está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema processo coletivo.

O Item I está correto. Segundo o STJ: "3. Não é possível se exigir do Ministério Público o adiantamento de honorários periciais em ações civis públicas. (REsp 1253844/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/03/2013, DJe 17/10/2013)".

O Item II está correto. O princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva permite que o Ministério Público desista de uma ação civil pública, desde que tenha fundamento.

O Item III está correto. Conforme Jurisprudência em Teses do STJ - Edição nº 188: "7) Na ação civil pública por improbidade administrativa, por critério de simetria, é incabível a condenação da parte vencida ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em favor do Ministério Público, salvo comprovada má-fé."

O Item IV está correto. No processo civil coletivo, predomina o modelo inquisitivo, onde o juiz possui um papel mais ativo. Isso decorre da necessidade de proteção de direitos difusos e coletivos, que exigem maior intervenção do Estado.

O Item V está correto. De acordo com o STJ, "É possível determinar a suspensão do andamento de processos individuais até o julgamento, no âmbito de ação coletiva da questão jurídica de fundo neles discutida. (STJ. 1ª Seção. REsp 1353801-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 14/8/2013 - recurso repetitivo)."

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 68. A respeito da tutela coletiva, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A Lei da Ação Civil Pública (LACP - Lei n.° 7.347/85), embora tenha sido o primeiro grande diploma a sistematizar a tutela processual de certas espécies de direitos difusos e coletivos, não chegou a fornecer seu conceito.

b) A Constituição Federal de 1988 trouxe pela primeira vez ao ordenamento jurídico a expressão "direitos difusos e coletivos" (art. 129, III), assim como o conceituou.

c) A definição legal das categorias jurídicas de "direitos difusos e coletivos" ,assim como dos direitos individuais e homogêneos, somente foi estabelecida posteriormente à Lei n.° 7.347/85 e à Constituição Federal, no parágrafo único do art. 81 do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

d) Considerando que a Lei n.° 7.347/85 não se limita à tutela de direitos dos consumidores (art. 1°, I e III a VI), é mister concluir que as definições do art. 81 do Código de Defesa do Consumidor aplicam-se não apenas aos interesses pertinentes das relações de consumo, mas a interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de quaisquer naturezas.

e) O CPC/2015, no art. 139, X, reforça o art. 6° da LACP, ao prever que incumbe ao juiz, quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiar ao Ministério Público, à Defensoria Pública e, na medida do possível, aos outros legitimados segundo a LACP ou o CDC, para, se for o caso, promover a respectiva ação coletiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a tutela coletiva, com ênfase na Lei da Ação Civil Pública, a Lei n.° 7.347/85. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta.

A alternativa A está incorreta. De fato, a Lei da Ação Civil Pública (Lei n.° 7.347/85) foi pioneira na sistematização da tutela de direitos difusos e coletivos, mas não forneceu um conceito específico para esses direitos.

A alternativa B está correta. A CRFB/88 introduziu a expressão "direitos difusos e coletivos" em seu artigo 129, III. Entretanto, somente com o advento do Código de Defesa do Consumidor que o conceito foi definido. O art. 81, parágrafo único, I, estabelece o seguinte: “interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”

A alternativa C está incorreta. A definição das categorias de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos foi formalizada no Código de Defesa do Consumidor, no parágrafo único do art. 81.

A alternativa D está incorreta. As definições do art. 81 do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis a interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em geral, não se limitando às relações de consumo.

A alternativa E está incorreta. O Código de Processo Civil de 2015 reforça a importância da ação coletiva ao prever que o juiz deve oficiar ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros legitimados quando identificar demandas individuais repetitivas, para que promovam a ação coletiva adequada.

QUESTÃO 69. Sobre os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, assinale as assertivas a seguir:

I.Principiando a análise dos conceitos do art. 81 do Código de Defesa do Consumidor, nota-se que, para diferenciar as espécies de direitos transindividuais (difusos, coletivos e Individuais homogêneos), o referido diploma legal (CDC) empregou três critérios, tendo o primeiro uma dimensão objetiva (é relacionado ao objeto do direito) e os demais uma dimensão subjetiva (são relacionados aos titulares do direito): a) a divisibilidade do seu objeto; b) o fator de agregação dos sujeitos (situação de fato e de relação jurídica em comum; ambas se complementam); e c) a possibilidade de identificar os seus titulares.

II. Além da utilização dos três critérios, doutrina e jurisprudência vêm observando a necessidade da presença de um requisito específico para a admissibilidade da tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos em que seja recomendável o tratamento conjunto dos direitos ou dos interesses individuais, em razão da utilidade coletiva dessa tutela.

III. Nos termos do art. 81, parágrafo único, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, são "interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato". O legislador empregou o termo "indeterminadas", mas a norma deve ser interpretada no sentido de admitir também o significado "'indeterminàveis" já que os titulares desses direitos não são passíveis de determinação.

IV. A divisibilidade do objeto confere a coisa julgada em ações coletivas sobre direitos difusos efeitos erga omnes, que significa que a sentença que versar sobre tais direitos emanará sua eficácia tão somente para as partes do processo, não beneficiando a todos, sendo que aqueles que não compuseram um dos polos processuais, tiverem ameaçado ou lesado o direito versado em juízo terão que ingressar com demandas próprias.

IV. A divisibilidade do objeto confere a coisa julgada em ações coletivas sobre direitos difusos efeitos erga omnes, que significa que a sentença que versar sobre tais direitos emanará sua eficácia tão somente para as partes do processo, não beneficiando a todos, sendo que aqueles que não compuseram um dos polos processuais, tiverem ameaçado ou lesado o direito versado em juízo terão que ingressar com demandas próprias.

Estão INCORRETAS as seguintes afirmativas:

a) I, II e III, apenas.

b) II, III e IV, apenas.

c) I, IV e V, apenas.

d) IV e V, apenas.

e) II, III e V, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, requerendo a indicação da alternativa incorreta. Vamos analisar item a item.

O item I está incorreto. O Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 81, utiliza esses critérios para diferenciar as espécies de direitos transindividuais, entretanto, a divisão em critérios objetivos e subjetivos conforme descrita não está expressa no próprio texto do artigo.

O item II está correto. A doutrina e jurisprudência indicam a necessidade de utilidade coletiva para a tutela dos direitos individuais homogêneos, justificando o tratamento conjunto desses direitos.

O item III está correto. Código de Defesa do Consumidor define os direitos difusos como transindividuais, indivisíveis, e cujos titulares são pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato. A interpretação de "indeterminadas" como "indeterminàveis" é aceita.

O item IV está incorreto. A coisa julgada em ações coletivas sobre direitos difusos tem efeito erga omnes, ou seja, a sentença beneficia todos os titulares dos direitos, mesmo que não tenham participado do processo (art. 103, CDC).

O item V está incorreto. A sentença em ações coletivas sobre direitos difusos beneficia todos os titulares dos direitos, mesmo que não tenham participado do processo (art. 103, I, CDC).

A alternativa C está correta. Como visto nos comentários acima, apenas os itens I, IV e V estão incorretos.

QUESTÃO 70. No que diz respeito à conceituação dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, analise as assertivas a seguir:

I. O que caracteriza um direito difuso é que todos os seus titulares são titulares exatamente por estarem numa determinada situação fática e jurídica homogêneas.

II. Nos direitos coletivos, ocorre situação diversa do que ocorre nos direitos difusos, ao que, para cuja defesa coletiva, se exige que os titulares do direito atacado estejam ligados por um vínculo jurídico entre si ou com a parte contrária. Na defesa dos direitos difusos, o liame é fático, não jurídico. Basta que as pessoas se encontrem na situação fática amoldável à norma de direito material que lhes confere o direito.

III. Os direitos individuais homogêneos são indi-visíveis, quer dizer, a lesão sofrida por cada titular não pode ser reparada na proporção da respectiva ofensa, não permitindo ao lesado optar pelo ressarcimento de seu prejuízo via ação individual, assim como acontece nos direitos difusos e nos coletivos.

IV. Se os direitos difusos e os coletivos são semelhantes no que se refere à indivisibilidade de seus objetos, distanciam-se quando o assunto é a determinabilidade dos titulares. Em princípio, em ambas as espécies, os titulares estão indeterminados (não precisam, nem devem ser identificados individualmente na fase processual de conhecimento). Sem embargo, nos difusos, essa indeterminabilidade é absoluta (a individualização e impossível), ao passo que nos coletivos ela é relativa.

Estão corretas as seguintes afirmativas:

a) I, III e IV, apenas.

b) I, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e IV, apenas.

e) II, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Vamos analisar item a item.

O item I está incorreto. O que caracteriza um direito difuso é que ele é de natureza indivisível e seus titulares são pessoas indeterminadas e indetermináveis, ligadas por circunstâncias de fato, e não necessariamente por uma situação jurídica homogênea.

O item II está correto. Nos direitos coletivos, os titulares precisam estar ligados por uma relação jurídica comum, enquanto nos direitos difusos, o vínculo é fático.

O item III está incorreto. Ao contrário do que afirma a assertiva, os titulares desses direitos podem optar por buscar reparação por meio de ações individuais. Os direitos individuais homogêneos são, na verdade, divisíveis, pois cada titular pode ter seu prejuízo reparado proporcionalmente à ofensa sofrida.

O item IV está incorreto. Nos direitos difusos, a indeterminabilidade dos titulares é absoluta, ou seja, é impossível identificar individualmente os titulares.

Já nos direitos coletivos, a indeterminabilidade é relativa, pois os titulares estão vinculados por uma relação jurídica comum e podem ser identificados.

A alternativa D está correta. Conforme os comentários acima, apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 71. Sobre a principiologia empregada na tutela coletiva, é correta afirmar que:

a) o Princípio da máxima prioridade jurisdicional da tutela coletiva significa que há várias razões que recomendam que se de prioridade ao processamento e julgamento dos feitos coletivos em relação aos individuais: a) pela solução das lides coletivas, pode-se evitar a proliferação de processos individuais, ainda que não seja lícito aos interessados individuais aproveitar-se dos efeitos da coisa julgada coletiva; b) em se priorizando o julgamento dos processos coletivos, pode-se, muitas vezes, afastar o indesejável efeito das sentenças individuais conflitantes entre si e com a sentença coletiva; e c) a prioridade é recomendada pela regra interpretativa do sopesamento, uma vez que, em geral, o interesse social prevalece sobre os individuais, então nada mais justo que dar preferência à solução das lides coletivas.

b) pelo Princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva, a desistência infundada ou o abandono da ação coletiva demandam a assunção do polo ativo pelo Ministério Público ou por outro legitimado (LACP, art. 5º, §3°; e LAP, art. 9º). Mesmo em caso de a desistência ser fundada (motivada), o Ministério Público não estará dispensado de assumir o polo ativo da demanda.

c) o Princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva quer dizer que, quando o autor da ação for o Ministério Público e este desistir da ação, o magistrado poderá se opor a uma desistência que considere infundada ou ao abandono da ação, submetendo tal ato ao controle de um outro órgão do Parquet.

d) no caso das ações coletivas, vige o princípio da maior coincidência entre o direito e sua realização, o que significa que, ante a indisponibilidade material (direitos difusos e coletivos) ou

processual (direitos individuais homogêneos), é dado ao autor da ação ofertar ao titular do direito material envolvido solução diversa da restituição do próprio direito em espécie.

e) segundo o Princípio da informação aos órgãos legitimados, qualquer pessoa pode, inclusive o servidor público, levar ao conhecimento dos órgãos legitimados para ajuizar uma ação coletiva a ocorrência de fatos que possam motivá-la.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a principiologia empregada na tutela coletiva.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, de que não é lícito aos interessados individuais aproveitarem-se dos efeitos da coisa julgada coletiva, o art. 103 do CDC estabelece que a coisa julgada em ações coletivas pode beneficiar os indivíduos, desde que o pedido seja julgado procedente.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 5º, §3º, da Lei 7.347, prevê a possibilidade, não a obrigatoriedade da intervenção do Ministério Público.

A alternativa C está correta. O princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva estabelece que o juiz pode se opor à desistência infundada ou ao abandono da ação, submetendo o ato ao controle de outro órgão do Ministério Público, consoante o art.5º, §3º, da Lei 7.347/ 85.

A alternativa D está incorreta. O princípio da maior coincidência entre o direito e sua realização não permite ao autor da ação ofertar ao titular do direito material envolvido uma solução diversa da restituição do próprio direito em espécie, especialmente quando se trata de direitos indisponíveis (art. 1º, da Lei 7.347/ 85).

A alternativa E está incorreta. Consoante a interpretação do art. 82 do CDC, qualquer indivíduo, cidadão ou servidor público que tenha conhecimento de fatos que possam ser objeto de uma ação coletiva, pode levar esses fatos ao conhecimento de um órgão legitimado. Dentre os órgãos legitimados: incluem: o Ministério Público, Defensoria Pública, associações civis, entre outros. Esses órgãos têm a competência para ajuizar ações coletivas em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogéneos.

QUESTÃO 72. A respeito do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

a) Somente com o CDC tornou-se possível o manejo das ações civis públicas em prol de qualquer outro interesse difuso ou coletivo, inclusive para o Ministério Público.

b) O art. 94 do CDC assegura que "proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor." Tal regra se aplica, tão-somente, às ações coletivas em prol das vítimas das relações de consumo.

c) Não são admitidas hipóteses de intervenção de terceiros nas ações coletivas de consumo em razão do interesse público tutelado.

d) A sentença de procedência do pedido na ação coletiva para a defesa dos interesses individuais homogêneos tem eficácia erga omnes e deverá ser executada por um dos colegitimados do art. 82 do Código de Defesa do Consumidor, sendo vedado ao titular do direito individual promover o cumprimento de sentença em relação ao dano por ele sofrido.

e) O art. 104 do CDC dispõe que as ações coletivas, previstas nos incisos I e II e no parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes a que aludem os incisos II e III do art. 103 não beneficiarão os autores das ações individuais se não for requerida sua suspensão no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. As ações civis públicas já eram possíveis antes do CDC, com a Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/85). O CDC ampliou os mecanismos, mas não foi o primeiro a permitir tais ações.

A alternativa B está incorreta. O art. 94 do CDC se aplica a ações coletivas, em geral, e não apenas às ações em prol das vítimas das relações de consumo.

A alternativa C está incorreta. A intervenção de terceiros é admitida nas ações coletivas, inclusive no âmbito das relações de consumo, quando houver interesse.

A alternativa D está incorreta. A sentença que julga procedente uma ação coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos não tem eficácia erga omnes (art. 103, CDC).

A alternativa E está correta. Consoante o art. 104 do CDC, as ações coletivas não induzem litispendência para ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes não beneficiarão os autores das ações individuais se não for requerida sua suspensão dentro do prazo de 30 dias.

QUESTÃO. 73. No tocante à Ação Civil Pública, analise as assertivas abaixo:

I. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem reconhecido que não se pode pleitear a inconstitucionalidade de determinado ato normativo na ação civil pública incidenter tantum. A mesma vedação se aplica para alcançar a declaração de inconstitucionalidade com efeitos erga omnes.

II. O STJ já externou que não há falar-se em má-fé quando o Ministério Público não leva à ação civil pública todos os documentos constantes do inquérito civil, pois, da própria natureza desse procedimento, lhe é possível descartar aqueles que não lhe parecem relevantes.

III. Os tribunais de superposição (STF e STJ), em diversas ações civis públicas, já reconheceram a impossibilidade jurídica de pedidos, visando a compelir a administração a regularizar, às

expensas do implantador, loteamentos clandestinos e irregulares, para respeito dos padrões urbanísticos e o bem-estar da população (art. 40 da Lei n.° 6.766/1979).

IV. Em ações civis públicas, a jurisprudência do STF caminha precisamente no sentido da inadmissibilidade da invocação da cláusula da reserva do possível nos processos em que esteja em jogo o mínimo existencial, entendendo por mínimo existencial um complexo de prerrogativas adequadas à manutenção digna das pessoas, exigindo do poder público a prática de atos que viabilizem os direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à segurança.

V. Ainda que a competência para processar e julgar originariamente a ação civil pública na justiça comum seja dos órgãos judiciários de primeiro grau, nos Ministérios Públicos Estaduais, inclusive no Ministério Público de Mato Grosso do Sul, a atribuição para ajuizá-la em face do Governador do Estado, do Presidente da Assembleia Legislativa ou dos presidentes de tribunais, bem como para instaurar o inquérito civil e o procedimento preparatório em que tais autoridades sejam investigadas, é do respectivo PGJ e não de um Promotor de Justiça, limitando-se o rol às referidas autoridades, e tão somente para a defesa do patrimônio público e social, a probidade e a legalidade administrativas quando a responsabilidade decorrer de ato praticado, em razão de suas funções.

Estão INCORRETAS as seguintes afirmativas:

a) Apenas I, III e V.

b) Apenas II e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas III e V.

e) Apenas I.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre a Ação Civil Pública. Vamos analisar item a item.

O item I está incorreto. A declaração de inconstitucionalidade com efeitos erga omnes pode ser alcançada em controle concentrado de constitucionalidade, dessa forma, a inconstitucionalidade não pode ser declarada incidenter tantum, ou seja, apenas para o caso concreto.

O item II está correto. O Superior Tribunal de Justiça entende que o Ministério Público pode selecionar os documentos relevantes do inquérito civil para a ação civil pública, não caracterizando má-fé (REsp n. 313.936-SP).

O item III está incorreto. A jurisprudência reconhece a possibilidade jurídica de pedidos para compelir a administração a regularizar loteamentos clandestinos e irregulares, às expensas do implantador, conforme o art. 40 da Lei n.º 6.766/1979 (REsp 1164893/SE).

O item IV está correto. A jurisprudência do STF considera inadmissível a cláusula da reserva do possível em processos envolvendo o mínimo existencial, que compreende os direitos sociais básicos necessários à dignidade humana (ARE 639337 AgR).

O item V está incorreto. Embora a atribuição para processar e julgar ações civis públicas contra altas autoridades estaduais seja do Procurador-Geral de Justiça (PGJ), isso não se limita apenas à defesa do patrimônio público, probidade e legalidade administrativas, mas pode incluir outros temas relevantes.

A alternativa A está correta. Aponta as assertivas I, III e V como incorretas.

QUESTÃO 74. Quanto ao inquérito civil, é INCORRETO afirmar que:

a) o inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público e nem para a realização das demais medidas de sua atribuição própria. O mesmo raciocínio é aplicável ao procedimento preparatório.

b) na esteira da Constituição Federal, a Lei Complementar n.° 75/1993 (LOMPU) dispôs que as requisições terão prazo razoável de até (10) dez dias úteis para cumprimento (art. 8°, §5°). Como a LOMPU é aplicável, subsidiariamente, aos Ministérios Públicos Estaduais, quando suas respectivas leis orgânicas forem omissas, o prazo será o mesmo. Tal não é o que ocorre no Ministério Público de Mato Grosso do Sul, que, no art. 22, §9°, da Resolução n.° 15/2007, de 27 de novembro de 2007-PGJ, previu expressamente prazo diverso.

c) excepcionalmente, também será admissível a instauração de inquérito civil para a defesa de determinadas espécies de interesses meramente individuais (isto é, que não sejam difusos, coletivos, nem individuais homogêneos), quais sejam: a) direitos individuais relativos à infância e à adolescência (ECA, art. 201, V) e direitos individuais indisponíveis de idosos (EI, art. 74, I).

d) quanto à iniciativa para instauração de inquérito civil, tal pode se dar por determinação do Procurador-Geral de Justiça (PGJ) ou do Conselho Superior do Ministério Público (no caso de MPs estaduais). A instauração por determinação do PG] pode ocorrer nos casos em que ele mesmo tenha atribuição para instaurá-lo, mas a delegue a outro membro da instituição. Já a instauração por determinação do CSMP ou demais órgãos revisores ocorrerá se o membro com atribuição para instaurar o inquérito civil indeferir uma representação ou arquivar peças de informação, e tais decisões não forem acata-das pelo órgão revisor, que, então, determinará a instauração do procedimento, sendo designado outro membro para tal mister. Nesse caso, não haverá falar-se em violação do princípio da independência funcional, pois o membro designado para instaurar o procedimento será distinto do que se recusou a fazê-lo e estará agindo como longa manus do órgão que determinou a instauração.

e) o conflito de atribuições entre membros de ramos diversos do MPU (por exemplo, MPF e MPT) é resolvido pelo Procurador-Geral da República. No entanto, quando o conflito se dá entre um

dos ramos do MPU e um Ministério Público Estadual, o ordenamento jurídico é silente. A decisão do conflito por órgão de um dos ramos envolvidos importaria indevida intromissão na autonomia do outro. Para a solução do problema, o STF, com base numa interpretação extensiva da alínea f do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, vem se declarando competente para resolvê-lo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. A Lei Complementar n.º 75/1993 prevê que as requisições tenham um prazo de até 10 dias úteis para cumprimento. No entanto, como mencionado, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul tem previsão expressa de prazo diverso em sua resolução interna.

As demais alternativas estão incorretas, estando em consonância com a legislação acerca do inquérito civil.

QUESTÃO 75. Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, leia as assertivas a seguir:

I. O art. 208, inciso I, da Constituição Federal prevê que o dever do Estado à educação será efetivado mediante a Educação Básica obrigatória e gratuita. Nesse contexto, a recusa da municipalidade à construção de creches, por comprovada falta de dotação orçamentária, constitui omissão do ente público por cumprir à municipalidade, ente governamental, oferecer, de forma absolutamente prioritária, meios concretos para a garantia da criança à Educação Básica.

II. O art. 227 da CF e o art. 4º da Lei nº 8.069/90 dispõem que a educação deve ser tratada pelo Estado com absoluta prioridade. No mesmo sentido, o art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente prescreve que é dever do Estado assegurar às crianças de zero a 6 (seis) anos de idade o atendimento em creche e em pré-escola.

III. Compete ao Ministério Público impetrar mandado de segurança, de injunção e *habeas corpus*, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente, devendo haver, exclusivamente nas ações constitucionais, intimação pessoal do Ministério Público.

IV. Nos casos em que o Ministério Público promove a ação de destituição do poder familiar ou de acolhimento institucional, não é obrigatória a nomeação da Defensoria Pública como curadora especial.

V. O consentimento dos pais à adoção, prestado em juízo na presença do Ministério Público, é retratável até a publicação da sentença constitutiva da adoção, nos moldes do art. 166, §5°, do ECA.

Estão corretas as seguintes afirmativas:

a) I, II e IV, apenas.

b) I e IV, apenas.

c) II, III e V, apenas.

d) III, IV e V, apenas.

e) I, IV e V, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A afirmação I está correta, por estar em conformidade ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 790.767 - MG (2015/0248784-0), vejamos: "(...) 9. Eis a razão pela qual o art. 227 da CF e o art. 4º da Lei n. 8.069/90 dispõem que a educação deve ser tratada pelo Estado com absoluta prioridade. No mesmo sentido, o art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente prescreve que é dever do Estado assegurar às crianças de zero a seis anos de idade o atendimento em creche e pré-escola. Portanto, o pleito do Ministério Público encontra respaldo legal e jurisprudencial. Precedentes: REsp 511.645/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 18.8.2009, DJe 27.8.2009; RE 410.715 AgR/SP – Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 22.11.2005, DJ 3.2.2006, p. 76".

A afirmação II está incorreta, tendo em vista que o art. 54 do ECA trata do dever do Estado de assegurar o ensino a crianças e adolescentes, e, nesse diapasão, o de garantir atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade, vejamos: "Art. 54. (...) IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)".

A afirmação III está incorreta, pois a intimação do Ministério Público será pessoal em qualquer caso, nos termos do art. 203, do ECA. Vejamos: "Art. 203. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente."

A afirmação IV está correta, por ser o teor da Tese firmada pelo STJ, na 27ª edição da Jurisprudência em Teses, vejamos: "10) Nos casos em que o Ministério Público promove a ação de destituição do poder familiar ou de acolhimento institucional não é obrigatória a nomeação da Defensoria Pública como curadora especial."

A afirmação V está incorreta, pois contraria o que determina o art. 166 do ECA, veja: "Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência (...) § 5º O consentimento é retratável até a data da realização da audiência especificada no § 1º deste artigo, e os pais podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)." Já o §1º traz: "Na hipótese de concordância dos pais, o juiz: (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017) I - na presença do Ministério Público, ouvirá as partes, devidamente assistidas por advogado ou por defensor público, para verificar sua concordância com a adoção, no

prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do protocolo da petição ou da entrega da criança em juízo, tomando por termo as declarações; e (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017) II - declarará a extinção do poder familiar. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)".

Assim sendo, a alternativa B está correta, por ser a única a trazer apenas itens corretos, a saber I e IV, estando as demais, letras A, C, D e E, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 76. No que condiz à Lei n.° 14.344/2022, que cria mecanismos para prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é correto afirmar que:

A) configura violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial: I - no âmbito do domicílio ou da residência da criança e do adolescente, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, exclusivamente com vínculo familiar; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que compõem a família natural, ampliada ou substituta, por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; e III - em qualquer relação doméstica e familiar na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, desde que haja de coabitação.

B) verificada a ocorrência de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar, com a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da criança e do adolescente ou de seus familiares, o agressor será imediatamente afastado do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima, decisão esta que é exclusiva da autoridade judicial.

c) as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, da autoridade policial, do Conselho Tutelar ou a pedido da pessoa que atue em favor da criança e do adolescente. Quando o Ministério Público não for o requerente das medidas protetivas, a manifestação deste órgão é imprescindível, sob pena de nulidade.

d) não é obrigatória a notificação do responsável legal pela criança ou pelo adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar dos atos processuais relativos ao agressor, bastando a intimação do advogado constituído ou defensor público.

e) na hipótese de ocorrência de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis, inclusive em relação ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O conceito de violência doméstica e familiar é mais abrangente e não está limitado ao vínculo familiar exclusivo (Lei 14.344/2022).

A alternativa B está incorreta. A autoridade policial também tem competência para adotar medidas protetivas de urgência, incluindo o afastamento imediato do agressor, quando houver risco iminente, conforme previsão do art. 14, da Lei 4.344/2022.

A alternativa C está incorreta. As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas pelo juiz a requerimento de diversos legitimados, mas a manifestação do Ministério Público não é imprescindível em todas as situações, especialmente quando o requerente for a autoridade policial ou o Conselho Tutelar (Lei 14.344/2022).

A alternativa D está incorreta. A notificação do responsável legal pela criança ou pelo adolescente é obrigatória, pois garante a devida ciência e acompanhamento dos atos processuais relacionados ao agressor (art. 18, da Lei 4.344/2022).

A alternativa E está correta. Conforme a Lei 4.344/2022 em seu art. 11, a autoridade policial deve adotar de imediato as providências legais cabíveis ao tomar conhecimento de ações ou omissões que impliquem ameaça ou violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, inclusive no caso de descumprimento de medidas protetivas de urgência deferidas.

QUESTÃO 77. Com relação à Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, qual das alternativas está incorreta?

a) Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

b) A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.

c) O depoimento especial reger-se-á por protocolos e será realizado sempre que as partes dos processos entenderem necessários, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

d) O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova tão somente: I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos; e II - em caso de violência sexual.

e) O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento: I - os profissionais especializados esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhes os seus direitos e os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais; II - é assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos; III - no curso do processo judicial, o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo; IV - findo o procedimento previsto no inciso II desse artigo, o juiz, após consultar o Ministério Público, o defensor e os assistentes técnicos, avaliará a pertinência de perguntas complementares, organizadas em bloco; V - o profissional especializado poderá adaptar as perguntas à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente; e VI - o depoimento especial será gravado em áudio e vídeo.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com a Lei nº 13.431/2017, que determina: "Art. 1º Esta Lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal , da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência. (...) § 1º Para os efeitos desta Lei, a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial."

A alternativa B está correta, pois é o que determina o art. 10 da Lei nº 13.431/2017, veja: "A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência."

A alternativa C está incorreta, pois contraria o art. 11 da Lei nº 13.431/2017, que determina sua realização, sempre que possível, uma única vez, veja: "O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado."

A alternativa D está correta, por ser o que determina a Lei nº 13.431/2017, veja: "Art. 11. O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado. § 1º O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova: I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos; II - em caso de violência sexual."

A alternativa E está correta, por ser precisamente o que determina o art. 12 da Lei nº 13.431/2017, veja: "O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento: I - os profissionais especializados esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhe os seus direitos e os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais; II - é assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos; III - no curso do processo judicial, o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo; IV - findo o procedimento previsto no inciso II deste artigo, o juiz, após consultar o Ministério Público, o defensor e os assistentes técnicos, avaliará a pertinência de perguntas complementares, organizadas em bloco; V - o profissional especializado poderá adaptar as perguntas à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente; VI - o depoimento especial será gravado em áudio e vídeo."

QUESTÃO 78. Acerca dos crimes ambientais previstos na Lei n.° 9.605/98, analise as seguintes assertivas:

I. As condutas delituosas previstas nos arts. 54, §1°, I, II, III e IV e §30 e 56, §1°, I e II, c/c 58, I, da Lei n.° 9.605/1998, que se resumem na ação de causar poluição ambiental que provoque danos à população e ao meio ambiente e na omissão em adotar medidas de precaução nos casos de risco de dano grave ou irreversível ao ecossistema, são de natureza permanente, motivo pelo qual a prescrição tem início com a cessação de sua permanência.

II. O crime de poluição previsto na primeira parte do art. 54 da Lei n.° 9.605/1998 é de natureza material; assim a potencialidade de danos à saúde humana não é suficiente para configurar a conduta delitiva, imprescindível a realização de perícia.

III. O crime previsto no art. 34, parágrafo único,

II, da Lei n.° 9.605/1998 é norma penal em branco heterogênea, ou seja, carece de complementação de fonte legislativa diversa da que a produziu para estabelecer quais as quantidades de peixes que podem ser pescadas e quais os petrechos permitidos e não permitidos.

IV. Nos crimes ambientais, é cabível a aplicação do princípio da insignificância como causa excludente de tipicidade da conduta, desde que presentes os seguintes requisitos: conduta minimamente ofensiva, ausência de periculosidade do agente, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e lesão jurídica inexpressiva.

V. Na hipótese de apreensão de ave silvestre domesticada, jamais se aplicará o princípio da razoabilidade, no sentido de afastar a prioridade legal de sua reintegração ao habitat natural e permitir, com base na dimensão ecológica do princípio da dignidade humana, a permanência definitiva do animal de estimação com o seu possuidor.

Estão INCORRETAS as seguintes afirmativas:

a) I, II e III, apenas.

b) II, III e IV, apenas.

c) III e V, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

e) II e V, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está correto. A prescrição para crimes de natureza instantânea começa a contar a partir do momento em que o crime é consumado, enquanto para crimes permanentes, começa a partir da cessação da atividade criminosa.

O item II está incorreto. A potencialidade de danos à saúde humana por si só não configura o crime; é necessária a realização de perícia para comprovar os danos causados.

O item III está correto. Trata-se de norma penal em branco heterogênea.

O item IV está correto. princípio da insignificância pode ser aplicado aos crimes ambientais, excluindo a tipicidade da conduta quando os requisitos mencionados estão presentes.

O item V está incorreto. O princípio da razoabilidade pode ser aplicado em casos de apreensão de aves silvestres domesticadas, permitindo que, em determinadas situações, o animal permaneça com o seu possuidor. Isso pode ocorrer com base na análise de cada caso concreto, visando a melhor solução para o bem-estar do animal e a proteção do meio ambiente.

QUESTÃO 79. No que tange ao Sistema Único de Saúde, analise as assertivas acerca da orientação dominante do Supremo Tribunal Federal:

I. O estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais. Não há nenhuma hipótese em que o Poder Judiciário possa obrigar o estado a fornecê-los. É uma regra sem exceção.

II. A ausência de registro na Anvisa impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial. No entanto, cabe ao estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na Anvisa, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprova-da a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar constante das listas oficiais de dispensação de medicamentos e os protocolos de intervenção terapêutica do SUS.

III. As ações que demandem o fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa deverão ser prioritariamente propostas em face da União.

IV. A posição nos tribunais superiores atualmente é de que há legitimidade do Ministério Público para intentar ação civil pública de cunho individual nos casos que envolvem direito à saúde.

V. A elaboração da proposta orçamentária do Sistema Único de Saúde é atribuição concorrente da União e dos estados, excluídos os municípios, tendo em vista a maior amplitude financeira do ente federal e estadual.

Estão corretas as seguintes afirmativas:

a) apenas I, II e IV.

b) apenas II e IV.

c) apenas I, III e V.

d) apenas II, III e IV.

e) apenas III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O item I está correto. O STF, ao julgar o Tema 500 da repercussão geral (RE 657.718), decidiu que: [...] '1. O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais. 2. A ausência de registro na ANVISA impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial. 3. É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da ANVISA em apreciar o pedido de registro (prazo superior ao previsto na Lei nº 13.411/2016).

O item II está correto. Embora a regra geral seja a não concessão judicial de medicamentos sem registro na Anvisa, há exceções. Se a Anvisa autoriza a importação e os critérios (incapacidade econômica, imprescindibilidade clínica e ausência de alternativa no SUS) são atendidos, o fornecimento pode ser determinado judicialmente (RE 1.165.959).

O item III está incorreto. As ações para fornecimento de medicamentos não registrados na Anvisa devem ser prioritariamente propostas contra a União (RE 657718).

O item IV está incorreto. A jurisprudência do STF e STJ reconhece a legitimidade do Ministério Público para propor ações civis públicas, inclusive de cunho individual, para a proteção do direito à saúde, considerando a relevância social e o interesse coletivo (ADIS 7042 e 7043).

O item V está incorreto. Ao contrário do que afirma a assertiva, a participação dos municípios é fundamental para a alocação dos recursos e a execução das políticas de saúde pública.

QUESTÃO 80. Em relação a indisponibilidade de bens de que trata a Lei n.° 8.429/92, analise as assertivas a seguir:

I. Poderá recair a indisponibilidade sobre bens de terceiro, ainda que pessoa jurídica, desde que haja decisão de decretação da desconsideração da personalidade jurídica.

II. Segundo o ST], para o deferimento da indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa, exige-se a demonstração do requisito da urgência, além da plausibilidade do direito invocado.

III. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre o acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.

IV. No caso de bem de família cuja aquisição fora fruto de vantagem patrimonial indevida, devidamente comprovada, poderá ser-lhe decretada a indisponibilidade.

IV. No caso de bem de família cuja aquisição fora fruto de vantagem patrimonial indevida, devidamente comprovada, poderá ser-lhe decretada a indisponibilidade.

V. O STJ entende que a necessidade de demonstração do requisito da urgência para o deferimento da medida cautelar de indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa reveste-se de caráter material, e, portanto, a alteração legislativa promovida pela Lei n.° 14.230/2021 não poderá ser aplicada imediatamente aos processos em curso.

Estão corretas as seguintes afirmativas:

a) I, II e IV, apenas.

b) I e IV, apenas.

c) I, III e V, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

e) III e V, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre indisponibilidade de bens de que trata a Lei n.º 8.429/92.

O item I está incorreto. A desconsideração da personalidade jurídica permite que bens de terceiros, inclusive de pessoas jurídicas, sejam atingidos pela indisponibilidade, se houver evidências de que a pessoa jurídica está sendo utilizada para ocultar ou proteger bens de responsáveis por atos de improbidade.

O item II está correto. A decretação da indisponibilidade de bens em ações de improbidade administrativa, não é necessária a demonstração do requisito da urgência, bastando a plausibilidade do direito invocado e indícios de atos de improbidade que possam resultar em lesão ao erário ou enriquecimento ilícito (Súmula 703).

O item III está correto. Nos termos do art. 16, §10º, a indisponibilidade de bens pode incluir valores para garantir não apenas o ressarcimento do dano ao erário.

O item IV está correto. O bem de família pode ser alvo de indisponibilidade se for comprovado que sua aquisição resultou de vantagem patrimonial indevida (Súmula 364).

O item V está incorreto. Lei n.º 14.230/2021 modificou a Lei de Improbidade Administrativa e estabeleceu que a indisponibilidade de bens deve atender aos requisitos de urgência, podendo ser aplicada em processos em curso.

QUESTÃO 81. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.° 8.429/92), analise as seguintes assertivas:

A sanção de multa poderá ser aumentada até o quádruplo se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor calculado nas formas descritas no art. 12, I, II e III da Lei n.° 8.429/92 for ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.

II. Segundo o STF, o art. 12 da Lei n.° 8.429/92 contraria a garantia da intransmissibilidade da sanção, não sendo possível responsabilizar a pessoa jurídica que tenha o particular condenado por ato de improbidade administrativa sendo sócio majoritário dela, ainda que este tenha atuado ostensivamente no controle e direcionamento da atividade empresarial.

III. Não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

IV. Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade Administrativa - Lei n.° 8.429/92 - não servirá como redução do ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.

V. As sanções aplicadas às pessoas jurídicas com base na Lei de Improbidade Administrativa - Lei n.° 8.429/92 - e na Lei Anticorrupção - Lei n.° 12.846/2013 - deverão observar o princípio constitucional do non bis in idem.

Estão corretas as seguintes afirmativas:

a) I, II e IV, apenas.

b) I e IV, apenas.

c) I, III e V, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

e) III e V, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92).

O item I está incorreto. A multa será aplicada até o dobro (art. 12, §2º, Lei 8.429/92).

O item II está correto. Segundo a Lei 8.429/92, a responsabilidade pode ser atribuída à pessoa jurídica em determinadas circunstâncias, especialmente quando há evidências de que o sócio majoritário usou a entidade para práticas ímprobas.

O item III está correto. A mera nomeação ou indicação política não configura ato de improbidade, exceto se houver dolo e finalidade ilícita comprovada (art. 11, Lei n.º 8.429/92).

O item IV está correto. Conforme o art. 12, Lei 8.429/92, a reparação do dano no âmbito da improbidade administrativa não afeta as sanções de ressarcimento em outras instâncias.

O item V está incorreto. A sobreposição normativa é legitimada pela proteção do direito fundamental à probidade administrativa.

QUESTÃO 82. Sobre a Lei n.° 12.846/2013 - Lei Anticorrupção, considere as assertivas abaixo:

I. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, é possível a dissolução compulsória de pessoa jurídica constituída para dificultar a fiscalização tributária, mormente as chamadas "empresas de fachada".

II. A celebração do acordo de leniência suspende o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção - Lei n.°12.846/2013.

III. Nas ações de responsabilização judicial de que trata a Lei n.°12.846/2013 - Lei Anticorrupção, será adotado o rito previsto na Lei n.°7.347/1985 - Lei de Ação Civil Pública.

IV. O Superior Tribunal de Justiça entende que a instauração de processo administrativo é *conditio sine qua non* para apurar eventual infração à lei Anticorrupção - Lei n.º 12.846/2013.

V. A proposta de acordo de leniência rejeitada não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado.

Estão corretas as seguintes afirmativas:

a) I, II e IV.

b) I e IV, apenas.

c) I, III e V.

d) II, III e IV.

e) III e V, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está correto. O STJ reconhece a possibilidade de dissolução compulsória de pessoas jurídicas constituídas para dificultar a fiscalização tributária, especialmente no caso de "empresas de fachada" (REsp 1.808.952).

O item II está incorreto. A celebração do acordo de leniência não suspende o prazo prescricional dos atos ilícitos. A lei prevê que o acordo pode resultar em mitigação de sanções, mas não afeta o prazo prescricional (art. 16, da Lei n.º 12.846/2013).

O item III está correto. A responsabilização judicial dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção adota o rito da Lei de Ação Civil Pública (art. 20, da Lei n.º 12.846/2013)

O item IV está incorreto. Conforme o entendimento assentado no julgamento do REsp 1.808.952-RN, entendeu-se que a Lei 12.846/2013 não condiciona a apuração judicial das infrações nela descritas à prévia instauração de processo administrativo.

O item V está correto. A rejeição de uma proposta de acordo de leniência não implica o reconhecimento da prática de ato ilícito.

A alternativa C está correta. As assertivas corretas são I, III e V, portanto.

QUESTÃO 83. Assinale a alternativa correta.

a) São modalidades de licitação previstas expressamente no art. 28 da Lei n.º 14.133/2021: leilão, concurso, concorrência, convite e diálogo competitivo.

b) De acordo com o art. 33 da Lei n.º 14.133/2021, o julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios: I — menor prego; II - melhor técnica ou conteúdo artístico; III - técnica e maior retorno econômico; e IV - melhor lance, no caso de concurso.

c) De acordo com o art. 27, inciso I, da Lei n.º 12.527/2011, a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência, no grau de ultrassecreto, especificamente (rol exaustivo) das seguintes autoridades: a) Presidente da República; b) Ministro da Defesa; c) Procurador-Geral da República; d) Comandante da Marinha; e) Comandante da Aeronáutica; e f) Comandante do Exército.

d) De acordo com o artigo 8°, §1° da Lei n.º 12846/2013 (Anticorrupção), a competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica por atos lesivos à Administração Pública poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

e) O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 3 (três) anos, contados da data em que foram praticados, consoante estabelece o art. 54 da Lei n.º 9.784/99.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos temas licitações e contratos administrativos, acesso à informação, anticorrupção e processo administrativo federal.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 28 da Lei 14.133/21: "Art. 28. São modalidades de licitação: I - pregão; II - concorrência; III - concurso; IV - leilão; V - diálogo competitivo."

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 33 da Lei 14.133/21: "Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios: I - menor preço; II - maior desconto; III - melhor técnica ou conteúdo artístico; IV - técnica e preço; V - maior lance, no caso de leilão; VI - maior retorno econômico."

A alternativa C está incorreta. Consoante o art. 27 da Lei 12.527/2011: "Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades: a) Presidente da República; b) Vice-Presidente da República; c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;"

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 8°, §1° da Lei 12.846/13:"§1º A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, vedada a subdelegação."

A alternativa E está incorreta. Dispõe o art. 54 da Lei 9.784/99: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé."

QUESTÃO 84. É correto afirmar que:

a) a despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios não pode exceder os seguintes limites, previstos na Lei Complementar n.º 101/2000: I - União: 60% (sessenta por cento); II - Estados: 50% (cinquenta por cento); e III - Municípios: 50% (cinquenta por cento).

b) como regra, o art. 17 da nova Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021) estabelece que o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III- de habilitação; IV — de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; V - de julgamento; VI - recursal; e VII - de homologação.

c) à luz do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), são instrumentos da política urbana voltados para o planejamento municipal, em especial: plano diretor; plano anual; vedação a disciplina do parcelamento, uso e ocupação do solo; gestão orçamentária participativa; planos, programas e projetos que não sejam setoriais; e planos prioritários de desenvolvimento social.

d) conforme a Lei n.° 11.107/2005, o consórcio público constituirá associação privada ou pessoa jurídica de direito privado, sendo prescindível a observância dos princípios e normas que regulam o Sistema Único de Saúde (SUS), no caso de consórcios firmados na área da saúde.

e) de acordo com a Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), às pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nessa lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não. Além disso, a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações e Contratos, Estatuto da Cidade, Consórcios Públicos e Lei Anticorrupção.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 19 da Lei Complementar 101/2000: "Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: I - União: 50% (cinqüenta por cento); II - Estados: 60% (sessenta por cento); III - Municípios: 60% (sessenta por cento)."

A alternativa B está incorreta. Nos moldes do art. 17 da Lei 14.133/21: "Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; VII - de homologação."

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 4°, inciso III da Lei 10.257/2001: "Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos: [...] III – planejamento municipal, em especial: a) plano diretor; b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; c) zoneamento ambiental; d) plano plurianual; e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual; f) gestão orçamentária participativa; g) planos, programas e projetos setoriais; h) planos de desenvolvimento econômico e social;"

A alternativa D está incorreta. Consoante o art. 1° da Lei 11.107/2005, §§ 1º e 2°: "§ 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado. [...] § 3º Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS."

A alternativa E está correta. Dispõe os artigos 2°e 3° da Lei 12.846/2013: "Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não." e "Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito."

QUESTÃO 85. A Lei n.º 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) apresenta definições acerca de institutos pertinentes para a sua compreensão. Sobre tais definidas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) são serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual aqueles realizados em trabalhos relativos, dentre outros, a: a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral; c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias; d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços; e e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas.

b) estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratado que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e da base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

c) projeto básico é o conjunto de elementos mínimos, com nível de precisão mínimo para definir e dimensionar a obra, ou o complexo de obras objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos exaustivos e que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto social do empreendimento, possibilitando a avaliação do prego da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter, dentre outros, os seguintes elementos: a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioculturais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida; b) soluções técnicas gerais, não necessariamente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e dá realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao prego e ao prazo inicialmente definidos; e c) identificação dos tipos de obras a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificidades, de modo a assegurar os mínimos resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, descartando-se os riscos e os perigos identificados.

d) concurso é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

e) credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que a administração pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciarem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Licitações Públicas.

A alternativa A está correta. Dispõe o art. 6° da Lei 14.133/2021: "XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a: a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral; c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias; d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços; e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas; [...]".

A alternativa B está correta. Dispõe o art. 6° da Lei 14.133/2021: "XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;"

A alternativa C está incorreta. Dispõe o art. 6° da Lei 14.133/2021: "XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra

ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos: a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida; b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos; c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;"

A alternativa D está correta. Dispõe o art. 6° da Lei 14.133/2021: "XXXIX - concurso: modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor;"

A alternativa E está correta. Dispõe o art. 6° da Lei 14.133/2021: "XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;"

QUESTÃO 86. A Lei n.º 13.460/2017 estabelece diretrizes que devem ser observadas pelos agentes públicos e pelos prestadores de serviços públicos. Analise as assertivas a seguir.

I - Dentre as diretrizes, está a adequação entre meios e fins, permitida a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções previstas na legislação.

II - Dentre as diretrizes, está a observância de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido.

III - Dentre as diretrizes, estão a urbanidade, o respeito, a acessibilidade e a cortesia no atendimento aos usuários.

IV - Dentre as diretrizes, está a aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao usuário e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações.

Assinale a alternativa correta:

a) apenas III e IV estão corretas.

b) apenas I, III e IV estão corretas.

c) apenas I e II estão corretas

d) apenas IV está correta.

e) apenas I, II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema serviços públicos.

O Item I está incorreto. Nos termos do art. 5º da Lei 13.460/2017: "Art. 5º O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes: [...] IV - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções não previstas na legislação"

O Item II está incorreto. Nos termos do art. 5º da Lei 13.460/2017: "Art. 5º O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes: [...] XI - eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; "

O Item III está correto. Nos termos do art. 5º da Lei 13.460/2017: "Art. 5º O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes: [...] I - urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos usuários;"

O Item IV está correto. Nos termos do art. 5º da Lei 13.460/2017: "Art. 5º O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes: [...] XIII - aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao usuário e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações;"

QUESTÃO 87. De acordo com a Lei n.° 13.655/2018, que introduziu novos artigos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB — Decreto-lei n.º 4.657/1942), assinale a alternativa INCORRETA:

a) na esfera administrativa, não se decide com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

b) a decisão judicial que decretar a invalidade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deve indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. Referida decisão judicial poderá, se for o caso, indicar as condições para que a regularizado ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

c) na interpretação de normas sobre gestão pública, sendo considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

d) a decisão administrativa que estabelecer interpretação ou orientação sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transigido quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

e) a revisão na esfera judicial quanto a validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situadas plenamente constituídas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB.

A alternativa A está correta. Confira a redação da LINDB: "Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas."

A alternativa B está incorreta. Trata-se de um dever e não de uma prerrogativa. Vejamos o que dispõe LINDB: "Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos."

A alternativa C está correta. De acordo com a LINDB: "Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados."

A alternativa D está correta. Dispõe a LINDB: "Art. 23. A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais."

A alternativa E está correta. Consoante a LINDB: "Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado

que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas."

QUESTÃO 88. Sobre o direito tributário, é INCORRETO afirmar que:

a) de acordo com o STF, as normas relativas à prescrição tributária devem ser sempre reservadas à lei complementar.

b) a denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação), acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da administração tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.

c) no Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCDM), referente à doação não oportunamente declarada pelo contribuinte ao fisco estadual, a contagem do prazo decadencial tem início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, observado o fato gerador, em conformidade com os arts. 144 e 173, I, ambos do Código Tributário Nacional.

d) nos crimes contra a ordem tributária, é possível, a pedido do Ministério Público, baseado em representação da autoridade incumbida do processo administrativo ou do inquérito policial, com fundados indícios de responsabilidade penal, o juiz conceder, sem audiência da parte, o sequestro sobre todos os bens do indiciado, mesmo que de origem lícita.

e) de acordo com o STF, a fixação do prazo para recolhimento do tributo deve ser fixado por lei, sujeito assim ao princípio da legalidade.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E.** A questão trata sobre os princípios tributários.

A alternativa A está correta, o STF já se manifestou nesse sentido: "As normas relativas à prescrição e à decadência tributárias têm natureza de normas gerais de direito tributário, cuja disciplina é reservada a lei complementar, tanto sob a Constituição pretérita (art. 18, § 1º, da CF/1967/1969) quanto sob a Constituição atual (art. 146, b, III, da CF/1988). - [RE 556.664, rel. min. Gilmar Mendes, P, j. 12-6-2008, DJE 216 de 14-11-2008.]

A alternativa B está correta, pois a denúncia espontânea ocorre quando o contribuinte, antes de qualquer procedimento de fiscalização ou cobrança, retifica a declaração original, corrigindo a diferença tributária e quitando o valor devido.

A alternativa C está correta. O prazo decadencial para o lançamento do ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) começa no primeiro dia do exercício seguinte ao fato gerador, conforme o artigo 173, I, do CTN.

A alternativa D está correta. De acordo com o Decreto-Lei nº 3.240, é possível, a pedido do Ministério Público, o sequestro de bens do indiciado, mesmo que os bens sejam de origem lícita, desde que haja indícios de responsabilidade penal.

A alternativa E está incorreta, e, portanto, é o nosso gabarito. O STF tem entendimento contrário ao que afirma a alternativa. Nesse sentido, ao julgar o RE 598677 / RS, a Suprema Corte afirma que a reserva legal não se aplica para a estipulação de prazo para o recolhimento do tributo. No mais, o art. 160 do CTN prevê que será de trinta dias o vencimento do crédito quando a legislação tributária não fixar o tempo para o pagamento. Assim, depreende-se a possibilidade de a legislação tributária não fixar o prazo para o pagamento de tributos.

QUESTÃO 89. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.° 101/200), assinale a alternativa correta:

a) para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução, retenção ou ressalvas.

b) a repartição dos limites globais de despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida nos seguintes percentuais, em âmbito estadual: a) 2,5% (dois e meio por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; b) 6% (seis por cento) para o Judiciário; c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo; e d) 2,5% (dois e meio por cento) para o Ministério Público dos estados.

c) é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder Judiciário ou Ministério Público.

d) se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público que houver incorrido no excesso a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

e) o Poder Judiciário e o Ministério Público devem utilizar sistemas próprios de execução orçamentária e financeira, independente dos mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre despesas com pessoal, previstas na LRF.

A alternativa A está incorreta. De fato, para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção. No entanto, o erro da alternativa está em afirmar que não há ressalvas. Elas existem e estão previstas no art. 18, §3º da LRF: "Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal".

A alternativa B está incorreta, as porcentagens corretas relativas ao âmbito estadual estão previstas no art. 20, inciso II da LRF: "a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; b) 6% (seis por cento) para o Judiciário; c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo; d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados".

A alternativa C está incorreta, pois, em verdade, o art. 21, inciso II da LRF, estabelece que tal ato será nulo nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20, e não dos 120 dias anteriores.

A alternativa D está correta, pois, de fato, quando a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite estipulado, o art. 22 da LRF estabelece diversas vedações aos poderes previstos no art. 20, dentre elas, a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesas.

A alternativa E está incorreta, pois a LRF estabelece que os Poderes devem buscar integração nos sistemas de execução orçamentária e financeira, e não que o Judiciário e o Ministério Público devem manter sistemas próprios. O objetivo da LRF é promover a gestão fiscal integrada e eficiente entre os órgãos.

QUESTÃO 90. Sobre a Justiça Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral, assinale a alternativa correta.

a) O Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais eleitorais e os juízes eleitorais podem responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político.

b) O Tribunal Superior Eleitoral não pode regulamentar a propaganda na internet, prevista na Lei n.° 9.504/97, de acordo com o cenário e as ferramentas tecnológicas existentes em cada momento eleitoral.

C) O Tribunal Superior Eleitoral escolherá seu presidente entre os ministros do Supremo Tribunal Federal que compõem o Tribunal e seu vice-presidente entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça.

d) O Procurador Regional Eleitoral, designado pelo Procurador-Geral Eleitoral, para um mandato de 2 (dois) anos poderá ser escolhido entre membros do Ministério Público Federal ou do Ministério Público Estadual.

e) O prazo de 5 (cinco) dias, previsto no art. 3° da LC n.° 64/90, para o Ministério Público impugnar o registro inicia-se com a publicação do edital, caso em que é excepcionada a regra que determina a sua intimação pessoal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 23, XII, do Código Eleitoral, trata-se de competência privativa do Tribunal Superior Eleitoral.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. art. 57-J da Lei n.º 9.504/97, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem a competência para regulamentar a propaganda eleitoral, incluindo a propaganda na internet.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão para a escolha do vice-presidente entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A alternativa D está incorreta. O Procurador Regional Eleitoral deve ser designado dentre os membros do Ministério Público Federal, conforme previsto na Lei Complementar 75/93, art. 76.

A alternativa E está correta. Em consonância com o art. 3º da Lei Complementar n.º 64/90, o prazo para a impugnação será de 5 (cinco) dias, a contar da publicação do edital relativo ao pedido de registro.

QUESTÃO 91. Em relação às condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, salvo quando fixada em 18 (dezoito) anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro.

b) A decisão que julga não prestadas as contas de campanha impede o candidato de obter a certidão de quitação eleitoral durante o curso do mandato ao qual concorreu, persistindo esses efeitos, após esse período, até a efetiva apresentação das contas.

c) O Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente, sem necessidade de afastamento do cargo.

d) São inelegíveis para qualquer cargo os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por crimes contra a administração pública, até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após condenação.

e) Não cabe à Justiça Eleitoral decidir sobre o acerto ou desacerto das decisões proferidas por outros órgãos do Judiciário ou dos tribunais de contas que configurem causa de inelegibilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre as condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade, devendo ser indicada a alternativa que está em desacordo com a legislação vigente.

A alternativa D está correta. De acordo com a Lei Complementar 64/90 (Lei das Inelegibilidades), em seu art. 1º, "e", são inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o

cumprimento da pena. A inelegibilidade por crimes contra a administração pública é contada a partir do cumprimento da pena, não da condenação. Portanto, a redação apresentada está incorreta.

As demais alternativas estão incorretas, pois estão de acordo com a legislação vigente.

QUESTÃO 92. A respeito do registro de candidatura e da cota de gênero, assinale a alternativa correta:

a) cada partido ou federação poderá registrar candidatos nas eleições proporcionais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher.

b) os partidos, as federações e as coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até às 19 horas do dia 05 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

c) a fraude à cota de gênero se configura com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos: (1) votação zerada ou inexpressiva; (2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (3) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros.

d) o reconhecimento de fraude à cota de gênero acarretará, entre outras medidas, na cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, conforme a prova de participação, ciência ou anuência deles.

e) nos processos de registro de candidatura, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre registro de candidatura e cota de gênero.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 10 da Lei n.º 9.504/97, estabelece que cada partido ou federação registre candidatos nas eleições proporcionais no total de até 100% do número de lugares a preencher.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 11 da Lei n.º 9.504/97, o prazo para registro de candidaturas seja até às 19 horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

A alternativa C está correta. Consoante o entendimento dado pela Súmula 73 do TSE, a fraude à cota de gênero pode ser identificada por fatores como votação zerada ou inexpressiva, prestação de contas sem movimentação financeira relevante e ausência de atos efetivos de campanha, divulgação ou promoção da candidatura.

A alternativa D está incorreta. Embora o reconhecimento de fraude à cota de gênero tenha implicações severas, não necessariamente leva à cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) ou dos diplomas dos candidatos vinculados, exceto se comprovada a participação, ciência ou anuência deles, conforme a interpretação do 23 da Resolução TSE n.º 23.609/2019.

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Súmula 38 do TSE, nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária. Fique atento pois aqui trata-se de hipótese de CASSAÇÃO.

QUESTÃO 93. A propaganda eleitoral possui uma série de restrições legais, sendo INCORRETO afirmar que:

a) não configura propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolva pedido explícito de voto, a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais.

b) bens de uso comum, para fins eleitorais, abrangem também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios e estádios, ainda que de propriedade privada.

c) é permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

d) é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado e contratado por partidos, federações, coligações, candidatos e seus apoiadores.

e) é vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet em sítios de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre propaganda eleitoral, devendo ser indicada a alternativa contrária à legislação vigente.

A alternativa D está incorreta. Na verdade, o art. 57-C estabelece a vedação da veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes.

As demais alternativas estão corretas, estando conforme a legislação vigente.

QUESTÃO 94. As ações cíveis eleitorais visam a combater condutas ilícitas, sendo correto afirmar que:

a) a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo pode ser protocolada até 15 (quinze) dias da eleição e visa a combater o abuso do poder econômico, a corrupção ou a fraude.

b) a Ação de Investigação Judicial Eleitoral visa a apurar abuso do poder econômico, abuso do poder político ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, podendo ser ajuizada desde o registro de candidatura até a data da posse.

c) o Recurso Contra a Expedição do Diploma pode ser interposto no prazo 3 (três) dias da diplomação e será suspenso no período compreendido entre os dias 20 de dezembro e 07 de janeiro, a partir do que retomará seu cômputo.

d) a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura tem por objetivo verificar se o candidato preenche as condições de elegibilidade e não incide em causas de inelegibilidade, podendo ser protocolada no prazo de 5 (cinco) dias contado do fim do prazo do registro de candidatura.

e) a Representação por Captação Ilícita de Sufrágio também poderá ser ajuizada contra quem praticar atos de violência ou grave ameaça a pessoa com o fim de obter-lhe o voto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre ações cíveis eleitorais.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art.14, §10, da CRFB/88, a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) pode ser ajuizada no prazo de 15 dias após a diplomação do candidato eleito, e não 15 dias da eleição.

A alternativa B está incorreta. A Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) pode ser proposta desde o registro de candidatura até a diplomação do candidato eleito, e não até a data da posse, conforme o art. 22, "j" da Lei Complementar 64/90.

A alternativa C está incorreta. Consoante o art. 262, §3º, do Código Eleitoral, o Recurso Contra a Expedição do Diploma (RCED) deve ser interposto no prazo de três dias contados da diplomação, mas não há previsão legal para suspensão do prazo durante o recesso do Judiciário.

A alternativa D está incorreta. A Ação de Impugnação de Registro de Candidatura não incide em causas de inelegibilidade, não havendo previsão legal nesse sentido.

A alternativa E está correta. A Representação por Captação Ilícita de Sufrágio pode ser ajuizada contra quem pratica atos de violência ou grave ameaça para obter votos, configurando captação ilícita de sufrágio, nos termos do art. 41, da Lei 9.504/97.

QUESTÃO 95. Sobre os crimes eleitorais e processo penal eleitoral, assinale a alternativa correta:

a) embora todos os crimes eleitorais sejam de ação penal pública incondicionada, admite-se a ação penal privada subsidiária da pública.

b) considerando o bem jurídico tutelado, nos crimes eleitorais não se admite a aplicação do princípio da insignificância, nem a aplicação do acordo de não persecução penal.

c) quando o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo da pena, entende-se que será de 30 (trinta) dias para a pena de detenção e de 1 (um) ano para a de reclusão.

d) a coação eleitoral exercida pelo empregador que se utiliza de grave ameaça contra o trabalhador para votar em determinado candidato não possui tipificação criminal.

e) o crime eleitoral de violência política de gênero é delito material, pois exige o resultado de impedir ou de dificultar a campanha eleitoral ou o desempenho do mandato eletivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crimes eleitorais.

A alternativa A está correta. Todos os crimes eleitorais são de ação penal pública incondicionada. No entanto, a ação penal privada subsidiária da pública é admitida em casos de inércia do Ministério Público (art. 5º, LIX, CRFB/88).

A alternativa B está incorreta. A aplicação do princípio da insignificância pode ser admitida nos crimes eleitorais, assim como o acordo de não persecução penal em determinados casos.

A alternativa C está incorreta. Quando não há indicação de pena mínima pelo Código Eleitoral (norma específica), devem ser observadas as disposições gerais do Código Penal, conforme regras estabelecidas no art. 33, § 2º, "b" e "c", do Código Penal.

A alternativa D está incorreta. A coação eleitoral é um crime tipificado no art. 301 do Código Eleitoral e pode ser exercida por qualquer pessoa, incluindo o empregador.

A alternativa E está incorreta. Segundo a Lei n.º 14.192/2021, em seu art. 3º, o crime de violência política de gênero pode ser considerado delito formal, já que a conduta por si só é suficiente para caracterizar o crime, independentemente do resultado efetivo.

QUESTÃO 96. De acordo com a Lei Complementar n° 72/94, assinale a alternativa incorreta:

a) Compete ao Conselho Superior do Ministério Público editar regulamento, estabelecendo as normas gerais do concurso de ingresso na carreira e eleger os membros da Comissão de Concurso.

b) compete ao Procurador-Geral de Justiça promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e social, quando a responsabilidade for decorrente de ato praticado, em razão de suas funções, por Prefeito Municipal.

c) compete ao Colégio de Procuradores de Justiça aprovar, por maioria absoluta de seus membros, proposta de alteração de lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional.

d) Os Centros de Apoio Operacional são dirigidos por coordenadores designados dentre os Procuradores de Justiça.

e) O Procurador-Geral de Justiça poderá agregar Procurador ou Promotor de Justiça com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos na carreira para assessoramento dos coordenadores dos Centros de Apoio Operacional nos respectivos Núcleos de Apoio Técnico, Grupos de Apoio Operacional e Grupos de Atuação Especial.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C.**

A alternativa A está correta, pois está de acordo com o art. 15, I da Lei Complementar n° 72/94, veja: "Ao Conselho Superior do Ministério Público compete: I - editar regulamento, estabelecendo as normas gerais do concurso de ingresso na carreira, e eleger os membros da Comissão de Concurso, na forma desta Lei;".

A alternativa B está correta, pois é o teor do art. 30, X, alínea d da Lei Complementar n° 72/94, vejamos: "Além das atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e em outras leis, compete ao Procurador-Geral de Justiça: X - promover o inquérito civil e a ação civil pública* (*ADI 1.916 julgada improcedente – publicada no DJE nº 110, de 18.6.2010) para a defesa do patrimônio público e social, bem como da probidade e legalidade administrativas, quando a responsabilidade for decorrente de ato praticado, em razão de suas funções, por: d) Prefeito Municipal;".

A alternativa C está incorreta, pois não há tal competência prevista na Lei Complementar n° 72/94 ao Colégio de Procuradores de Justiça.

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o art. 37 § 1º da referida Lei, veja: "Os Centros de Apoio Operacional - C.A.O. - são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes, na forma desta Lei Orgânica, entre outras atribuições: § 1º O Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores de Justiça, instituirá os Centros de Apoio Operacional, dirigidos por coordenadores designados por aquele, dentre os Procuradores de Justiça".

A alternativa E está correta, pois é o que determina o art. 37, § 3º da referida Lei, veja: "Os Centros de Apoio Operacional - C.A.O. - são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes, na forma desta Lei Orgânica, entre outras atribuições: § 3º O Procurador-Geral de Justiça poderá agregar Procurador ou Promotor de Justiça com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos na carreira para assessoramento dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional nos respectivos Núcleos de Apoio Técnico, Grupos de Apoio Operacional e Grupos de Atuação Especial. (Redação dada pela Lei Complementar nº 305, de 19 de dezembro de 2022)".

QUESTÃO 97. Sobre o Estatuto dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, previsto na Lei Complementar n° 72/94, no que tange à promoção e à remoção, analise as assertivas a seguir.

I. O membro do Ministério Público que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar por infração que possa acarretar demissão ou não vitaliciamento não poderá concorrer à promoção.

II. O membro do Ministério Público que estiver em disponibilidade por motivo de interesse público somente pode concorrer a promoção por antiguidade.

III. É vedada a remoção a pedido, para outra Promotoria de Justiça, do membro do Ministério Público que tenha sido promovido ou removido voluntariamente no período de 2 (dois) anos anterior ao pedido de inscrição, salvo se não houver outro inscrito.

IV. Fica sem efeito a permuta caso ocorra 1 (um) ano antes de vacância gerada por qualquer dos permutantes, em razão de aposentadoria voluntária ou compulsória, demissão, remoção voluntária, exoneração ou posse em outro cargo público inacumulável.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas I, III e IV estão corretas.

b) Apenas I, II e III estão corretas.

c) Apenas II e III estão corretas.

d) Apenas I e IV estão corretas.

e) Todas estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A afirmação I está correta, por ser o teor do art. 66 da Lei Complementar n° 72/94, vejamos: "O membro do Ministério Público que estiver respondendo a processo disciplinar não poderá concorrer à promoção".

A afirmação II está incorreta, pois nesse caso, o membro não poderá concorrer, nos termos do art. 64: "Não poderá concorrer à promoção o membro do Ministério Público que estiver em disponibilidade por motivo de interesse público".

A afirmação III está incorreta, pois contraria o seu art. 71, veja: "A remoção do membro do Ministério Público, sempre para cargo de igual entrância, poderá ser: (...) Parágrafo único. É vedada a remoção, a pedido, para outra comarca, do membro do Ministério Público que tenha sido promovido ou removido voluntariamente no período de doze meses anterior ao pedido de inscrição."

A afirmação IV está correta, por ser o teor da Resolução nº 02/2022 do Conselho Superior do Ministério Público, que em seu art. 19 determina: "Ficam acrescentados os artigos 35-A, 35-B, 35-C e 35-D à Resolução CSMP nº 02/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação: (...) Art. 35-B. Fica sem efeito a permuta, desde que realizada 1 (um) ano antes de vacância gerada por qualquer dos permutantes, em

razão de aposentadoria voluntária ou compulsória, demissão, remoção voluntária, exoneração ou posse em outro cargo público inacumulável."

Assim sendo, a única alternativa a trazer somente afirmações corretas é a letra D, estando as demais, A, B, C e E, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 98. Sobre a Organização do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, previsto na Lei Complementar n° 72/94, analise as assertivas a seguir.

I. Os Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça são de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Procurador-Geral de Justiça, dentre os Procuradores de Justiça.

II. A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça, será dirigida por um Diretor-Geral, Procurador ou Promotor de Justiça, que ficará afastado de suas funções de execução, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.

III. O Corregedor-Geral do Ministério Público indicará um Procurador de Justiça para as funções de Corregedor-Geral Substituto ao Procurador-Geral de Justiça, que o designará, no prazo de 5 (cinco) dias e, não o fazendo, caberá ao Colégio de Procuradores de Justiça promover a nomeação, no mesmo prazo, salvo se houver impedimento legal.

IV. O Corregedor-Geral do Ministério Público será substituído, nos casos de impedimentos ou de suspeição, pelo Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público e, na falta ou ausência deste, pelo membro do Conselho Superior do Ministério Público mais antigo na segunda instância.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas I, II e III estão corretas.

b) Apenas I e II estão corretas.

c) Apenas I e III estão corretas.

d) Apenas II e IV estão corretas.

e) Apenas III e IV estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A afirmação I está incorreta, vejamos o que a Lei Complementar n° 72/94 traz sobre o tema: "Art. 31-A. Os Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça são de livre escolha, nomeação e exoneração pelo

Procurador-Geral de Justiça, entre os membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e trinta e cinco anos de idade, preenchido ao menos com um Procurador de Justiça."

A afirmação II está incorreta, vejamos o que a Lei Complementar n° 72/94 traz sobre o tema: "Art. 41-A. A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça, será dirigida por um Diretor-Geral, Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça da mais elevada entrância, escolhido pelo Procurador-Geral de Justiça, depois de ouvido o Conselho Superior do Ministério Público".

A afirmação III está correta, por ser o que determina o art. 17 da Lei Complementar n° 72/94, vejamos: "O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça, dentre seus integrantes, para mandato de dois anos, na primeira quinzena do mês que anteceder o término do mandato, permitida uma recondução, em que se observará mesmo procedimento. § 8º O Corregedor-Geral do Ministério Público indicará um Procurador de Justiça para as funções de Corregedor-Geral Substituto ao Procurador-Geral de Justiça, que o designará, no prazo de cinco dias e, não o fazendo, caberá ao Colégio de Procuradores de Justiça promover a nomeação, no mesmo prazo, salvo se houver impedimento legal."

A afirmação IV está correta, por ser o que estipula o art. 17 da Lei Complementar n° 72/94, vejamos: "O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça, dentre seus integrantes, para mandato de dois anos, na primeira quinzena do mês que anteceder o término do mandato, permitida uma recondução, em que se observará mesmo procedimento. (...) § 9º Em seus afastamentos, férias e licenças, o Corregedor-Geral do Ministério Público será substituído pelo Corregedor-Geral Substituto e, nos casos de impedimentos ou suspeição, pelo Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público e, na falta ou ausência deste, pelo membro do Conselho Superior do Ministério Público mais antigo na segunda instância."

Assim sendo, a única alternativa a trazer somente afirmações corretas é a letra E, estando as demais, A, B, C e D, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 99. No que tange à Lei Complementar nº 72/94, assinale a alternativa correta.

a) O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes ativos que tenha vitaliciedade e 35 (trinta e cinco) anos de idade, em lista tríplice elaborada, por meio de votação, pelos membros da carreira em efetivo exercício, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo procedimento.

b) Nas hipóteses de impedimento ou de suspeição, o Procurador-Geral de Justiça será substituído, de forma automática e sucessiva, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional e pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo.

c) Ocorrendo vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça, este será exercido, interina e sucessivamente, pelo Procurador de Justiça mais antigo no cargo.

d) O Conselho Superior do Ministério Público será composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos membros natos, e por 7 (sete) Procuradores de Justiça eleitos pelo voto obrigatório e secreto de todos os integrantes da carreira, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo procedimento.

e) As funções de Ouvidor e de Ouvidor Substituto serão exercidas por membros em atividade do Ministério Público que contem com mais de 10 (dez) anos de carreira e 35 (trinta e cinco) anos de idade, mediante designação do Procurador-Geral de Justiça para mandato de 2 (dois) anos, sujeitando-se as designações a referendo do Colégio de Procuradores de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta, pois não há previsão de vitaliciedade como requisito na Lei Complementar nº 72/94, vejamos: "Art. 6º A Procuradoria-Geral de Justiça, órgão de Administração Superior do Ministério Público, será dirigida pelo Procurador-Geral de Justiça, na forma do regimento interno, que disciplinará sua organização e funcionamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 145, de 22 de abril de 2010) § 1º O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes ativos que contem com mais de 10 (dez) anos de carreira e 35 (trinta e cinco) anos de idade, em lista tríplice elaborada, por meio de votação, pelos membros da carreira em efetivo exercício, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo procedimento".

A alternativa B está incorreta, pois tal substituição ocorrerá da seguinte forma: "Art. 6º A Procuradoria-Geral de Justiça, órgão de Administração Superior do Ministério Público, será dirigida pelo Procurador-Geral de Justiça, na forma do regimento interno, que disciplinará sua organização e funcionamento. § 11. Nas hipóteses de impedimento ou suspeição, o Procurador-Geral de Justiça será substituído, de forma automática e sucessiva, pelo Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público e, na falta ou ausência deste, pelo membro do Conselho Superior do Ministério Público mais antigo na segunda instância, salvo em relação às matérias de gestão administrativa, aplicando-se neste caso o disposto § 10."

A alternativa C está incorreta, pois o art. 6º da supracitada Lei determina: "A Procuradoria-Geral de Justiça, órgão de Administração Superior do Ministério Público, será dirigida pelo Procurador-Geral de Justiça, na forma do regimento interno, que disciplinará sua organização e funcionamento (...) § 12. Ocorrendo vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça, este será exercido, interina e sucessivamente, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e, na falta ou ausência destes, pelo Procurador de Justiça mais antigo no cargo e, no prazo de sessenta dias, o Procurador-Geral de Justiça interino deverá realizar nova eleição, para mandato de dois anos, observado o mesmo procedimento do § 1º deste artigo".

A alternativa D está incorreta, pois o Conselho Superior do Ministério Público será composto por nove e não sete Procuradores de Justiça, veja: "Art. 10. O Conselho Superior do Ministério Público, órgão de administração superior e de execução da Instituição, fiscalizará e superintenderá a atuação do Ministério Público, velando por seus princípios institucionais. (Redação dada pela Lei Complementar nº

145, de 22 de abril de 2010) § 1º O Conselho Superior do Ministério Público será composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos membros natos, e por nove Procuradores de Justiça eleitos pelo voto obrigatório e secreto de todos os integrantes da carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo procedimento."

A alternativa E está correta, pois é o que determina o art. 37-B. "As funções de Ouvidor e Ouvidor Substituto serão exercidas por membros em atividade do Ministério Público que contem com mais de dez anos de carreira e trinta e cinco anos de idade, mediante designação do Procurador-Geral de Justiça para mandato de dois anos, sujeitando-se as designações a referendo do Colégio de Procuradores de Justiça".

QUESTÃO 100. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n° 8.625/93), analise as assertivas a seguir.

São atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça:

I. decidir sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar;

II. decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público;

III. sugerir ao Procurador-Geral a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;

IV. eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas I e IV estão corretas.

b) Apenas II, III e IV estão corretas.

c) Apenas I, II e III estão corretas.

d) Apenas I e II estão corretas.

e) Apenas III e IV estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A afirmação I está correta, por ser o que determina o art. 12, IX, da Lei n° 8.625/93, veja: "O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe: IX - decidir sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar;"

A afirmação II está incorreta, pois compete ao Colégio de Procuradores decidir recurso sobre tanto, consoante supracitada Lei, veja: "Art. 12. O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe: VIII - julgar recurso contra decisão: a) de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público;".

A afirmação III está incorreta, tendo em vista que, conforme Lei n° 8.625/93, a ele compete: "Art. 12. O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe: I - opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de um quarto de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional; II - propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;".

A afirmação IV está correta, por ser o que determina a Lei n° 8.625/93, veja: "Art. 12. O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe: V - eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público;

Assim sendo, a única alternativa a trazer somente afirmações corretas é a letra A, estando as demais, B, C, D e E, automaticamente, incorretas.

PROCURADORIAS

PGM MOGI DAS CRUZES/SP

QUESTÃO 01. No controle de constitucionalidade difuso no Brasil, pela letra da Constituição Federal, o efeito vinculante e a eficácia *erga omnes* na declaração de inconstitucionalidade dependeriam da intervenção do Senado para suspender a execução da norma objeto da demanda judicial. Todavia, o Supremo Tribunal Federal (STF) veio dar novo entendimento sobre a matéria por meio da

a) declaração de inconstitucionalidade, sem redução de texto, com base na teoria dos motivos determinantes.

b) mutação constitucional, adotando a teoria da abstrativização do controle difuso.

c) declaração de inconstitucionalidade, com redução de texto, com base na teoria dos motivos determinantes.

d) mutação constitucional, baseada na transcendência os motivos determinantes.

e) declaração de inconstitucionalidade por arrastamento, adotando a teoria da mutação constitucional

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. A declaração de inconstitucionalidade, sem redução de texto, com base na teoria dos motivos determinantes, refere-se a uma técnica de controle de constitucionalidade em que a norma é considerada inconstitucional pelos seus motivos determinantes, ou seja, pela fundamentação que levou à sua criação. Essa opção não aborda diretamente o tema da eficácia erga omnes ou do efeito vinculante no controle difuso nem a mutação constitucional relacionada à abstrativização do controle difuso.

A alternativa B está correta. Reflete o fenômeno da mutação constitucional adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, através da qual o tribunal vem entendendo que decisões tomadas no âmbito do controle difuso de constitucionalidade podem, em certas circunstâncias, ter efeitos que se aproximam dos efeitos do controle concentrado, especialmente no que se refere à eficácia erga omnes (que afeta a todos) e ao efeito vinculante (que obriga todos os órgãos judiciários e a administração pública). Essa abordagem é conhecida como teoria da abstrativização do controle difuso.

Conforme estabelece a Constituição Federal: "Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: (...) X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;"

No caso da Reclamação 4.355/AC, para ultrapassar a redação explícita da Constituição Federal, os ministros Gilmar Mendes e Eros Grau utilizaram o conceito de "mutação constitucional". Eles argumentaram que, embora a Constituição estipule que "é de competência exclusiva do Senado Federal suspender a execução, total ou parcial, de uma lei considerada inconstitucional por decisão final do Supremo Tribunal Federal", na verdade, isso deveria ser interpretado como "é de competência exclusiva do Senado Federal notificar a suspensão da execução, efetivada pelo Supremo Tribunal Federal, de uma lei considerada inconstitucional, total ou parcialmente, por decisão final do Supremo.

A alternativa C está incorreta. A declaração de inconstitucionalidade, com redução de texto, com base na teoria dos motivos determinantes, é uma técnica específica que envolve remover parte do texto de uma norma para sanar a inconstitucionalidade, mantendo o restante em vigor. Embora seja uma técnica de controle de constitucionalidade, não está relacionada à abstrativização do controle difuso nem explica a adoção de efeitos erga omnes e vinculantes em tal contexto.

A alternativa D está incorreta. A mutação constitucional baseada na transcendência dos motivos determinantes mistura conceitos de diferentes teorias. A transcendência dos motivos determinantes refere-se à aplicabilidade dos fundamentos de uma decisão a casos futuros semelhantes, mas não explica por si só a adoção de efeitos erga omnes e vinculantes no controle difuso de constitucionalidade.

A alternativa E está incorreta. A declaração de inconstitucionalidade por arrastamento, adotando a teoria da mutação constitucional, mistura conceitos de maneira imprecisa. A declaração de inconstitucionalidade por arrastamento ocorre quando a inconstitucionalidade de uma norma leva à inconstitucionalidade de outras normas com ela relacionadas. Esse conceito é distinto da mutação constitucional que levou à abstrativização do controle difuso.

QUESTÃO 02. Considere a hipótese em que estejam tramitando, simultaneamente, duas ações diretas de inconstitucionalidade, uma no Tribunal de Justiça e outra no Supremo Tribunal Federal (STF), contra a mesma lei ou ato normativo estadual lesivo à "norma de reprodução obrigatória". Nesse caso, se o STF declarar a constitucionalidade da lei ou do ato normativo estadual perante a Constituição Federal, é correto afirmar que a ação que tramita no Tribunal de Justiça

a) deverá ser declarada extinta, sem julgamento de mérito, com fundamento na perda superveniente do direito de agir ante o julgamento primeiro da Suprema Corte Federal.

b) poderá prosseguir para julgamento, tendo o Tribunal de Justiça competência e poder para declarar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da norma, independentemente do fundamento.

c) deverá seguir o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que tem caráter vinculante e efeitos erga omnes, devendo declarar a constitucionalidade da norma.

d) será automaticamente extinta em razão da eficácia vinculante da decisão do STF que prevalece sobre eventual decisão do Tribunal de Justiça.

e) poderá prosseguir para julgamento e o Tribunal de Justiça (TJ) poderá pronunciar a inconstitucionalidade da norma em vista da Carta Estadual, mas por fundamento distinto daquele utilizado pela Suprema Corte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. A ação não deverá ser declarada extinta sem julgamento de mérito simplesmente porque o STF julgou primeiro. O julgamento do STF sobre a constitucionalidade de uma lei em face da Constituição Federal não impede o Tribunal de Justiça de julgar a mesma lei sob a ótica da Constituição Estadual, desde que não contrarie a decisão do STF.

A alternativa B está incorreta. A ação pode prosseguir para julgamento no Tribunal de Justiça, mas não de maneira completamente independente do fundamento. Se o STF declarar a lei constitucional perante a Constituição Federal, o TJ pode analisar a lei sob a perspectiva da Constituição Estadual, mas não pode contrariar o entendimento do STF sobre questões federais.

A alternativa C está incorreta. A decisão do STF tem caráter vinculante e efeitos erga omnes em relação à constitucionalidade perante a Constituição Federal, mas isso não impede o Tribunal de Justiça de analisar a norma sob a ótica da Constituição Estadual. O TJ deve seguir o entendimento do STF em matéria federal, mas pode julgar a lei sob o ângulo da Constituição Estadual.

A alternativa D está incorreta. A ação no Tribunal de Justiça não é automaticamente extinta pela decisão do STF. Os Tribunais de Justiça têm competência para julgar a constitucionalidade de leis estaduais em

relação à Constituição Estadual, mesmo após uma decisão do STF sobre a constitucionalidade da mesma lei em relação à Constituição Federal.

A alternativa E está correta. A alternativa reflete a complexidade e a especificidade do federalismo brasileiro, onde o Supremo Tribunal Federal (STF) tem a última palavra em matéria de constitucionalidade perante a Constituição Federal, mas os Tribunais de Justiça (TJs) dos estados têm competência para analisar a constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, desde que essa constitucionalidade estadual não infrinja a Constituição Federal.

QUESTÃO 03. A respeito da imunidade parlamentar dos vereadores, é correto afirmar que

a) os vereadores gozam de imunidade formal e material por suas palavras, opiniões e voto, semelhantemente aos deputados e senadores.

b) os vereadores somente podem ser presos em flagrante delito por crime inafiançável ou após a licença da Casa Legislativa.

c) aos vereadores aplica-se a regra da cassação imediata dos mandatos no caso de condenação criminal transitada em julgado.

d) a imunidade parlamentar, de modo geral, passa a valer depois da diplomação do vereador, podendo esse, todavia, renunciar à prerrogativa.

e) a suspensão dos direitos políticos do vereador condenado criminalmente não é automática, dependendo de decisão da Casa Legislativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema imunidades parlamentares de vereadores.

A alternativa A está incorreta. Os vereadores gozam de imunidade material limitada às opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do município, conforme estabelecido pelo Artigo 29, VIII, da Constituição Federal. Esta proteção é mais restrita em comparação com a dos deputados e senadores, cuja imunidade material se estende a qualquer lugar do país.

Vejamos o texto constitucional: "Art. 29. (...) VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município; (Renumerado do inciso VI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)"

A alternativa B está incorreta. Esta opção confunde a regra aplicável aos deputados federais e senadores com a aplicável aos vereadores. Para vereadores, a imunidade em relação à prisão segue o que é estabelecido para os demais cidadãos, com a ressalva de que não podem ser presos salvo em flagrante de crime inafiançável, como estabelecido na legislação penal e processual penal comum, mas não há menção específica sobre a necessidade de licença da Casa Legislativa para a prisão.

A alternativa C está correta. A cassação de mandatos de vereadores, assim como de outros parlamentares, em caso de condenação criminal transitada em julgado, depende de procedimentos específicos e não é automática. A Constituição Federal, em seu artigo 15, inciso III, prevê a suspensão dos direitos políticos em caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto a perda do mandato é regulada por legislação específica e pela Casa Legislativa correspondente, de acordo com o processo disciplinar interno.

A alternativa D está incorreta. A imunidade parlamentar para vereadores, assim como para deputados e senadores, começa a valer a partir da diplomação. No entanto, não é uma prerrogativa que possa ser renunciada, pois não é um direito pessoal do parlamentar, mas uma garantia institucional para a independência do exercício do mandato.

A alternativa E está incorreta. A suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão, incluindo os vereadores, em caso de condenação criminal transitada em julgado, é uma consequência legal direta dessa condenação, conforme estabelecido pelo artigo 15, inciso III, da Constituição Federal. Não depende de decisão da Casa Legislativa.

QUESTÃO 04. Considerando o seu regime jurídico, bem como o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da matéria, é correto afirmar que as Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprio das autoridades judiciais, podendo, portanto, determinar a

a) quebra de sigilo bancário e fiscal do investigado.

b) prisão de investigado que se recusa a colaborar.

c) indisponibilidade de bens do investigado.

d) busca e apreensão domiciliar.

e) escuta telefônica para instrução processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema poderes das CPIs.

A alternativa A está correta. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) no Brasil têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais até certo ponto, o que inclui a capacidade de determinar a quebra de sigilo bancário e fiscal do investigado. Este poder está fundamentado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e na legislação que regula as CPIs, conferindo-lhes ampla capacidade investigatória para o cumprimento de suas funções.

Nestes termos: "A quebra do sigilo, por ato de CPI, deve ser necessariamente fundamentada, sob pena de invalidade. A CPI – que dispõe de competência constitucional para ordenar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas sob investigação do Poder Legislativo – somente poderá praticar tal ato, que se reveste de gravíssimas consequências, se justificar, de modo adequado, e sempre

mediante indicação concreta de fatos específicos, a necessidade de adoção dessa medida excepcional. Precedentes. A fundamentação da quebra de sigilo há de ser contemporânea à própria deliberação legislativa que a decreta. A exigência de motivação – que há de ser contemporânea ao ato da CPI que ordena a quebra de sigilo – qualifica-se como pressuposto de validade jurídica da própria deliberação emanada desse órgão de investigação legislativa, não podendo ser por este suprida, em momento ulterior, quando da prestação de informações em sede mandamental. [MS 23.868, rel. min. Celso de Mello, j. 30-8-2001, P, DJ de 21-6-2002.]"

A alternativa B está incorreta. As CPIs não têm poder para determinar a prisão de investigados. A prisão de um indivíduo, no contexto da legislação brasileira, é uma medida que só pode ser ordenada por autoridade judicial, exceto em casos de flagrante delito. A recusa em colaborar com uma CPI pode levar a outras consequências, como a imposição de multas ou a comunicação do fato à autoridade judicial para que tome as medidas cabíveis, mas a CPI por si só não pode determinar prisões.

A alternativa C está incorreta. A indisponibilidade de bens do investigado é uma medida cautelar que também escapa à competência das CPIs, sendo uma prerrogativa do Poder Judiciário. Essa medida visa assegurar a efetividade de futuras decisões judiciais que possam implicar em ressarcimento ao erário ou em condenações de natureza civil.

A alternativa D está incorreta. A busca e apreensão domiciliar é uma medida restrita ao Poder Judiciário, que só pode ser autorizada por um juiz, mediante a demonstração de prova ou indícios suficientes da ocorrência de um crime ou da localização de objetos relacionados à investigação. As CPIs podem solicitar ao Judiciário que autorize tais medidas, mas não têm poder para determiná-las diretamente.

A alternativa E está incorreta. A realização de escutas telefônicas como meio de obtenção de prova em investigações também é exclusiva do Poder Judiciário, necessitando de autorização judicial prévia, fundamentada em indícios veementes da autoria ou participação em infração penal. As CPIs podem requerer que a justiça autorize a interceptação, mas não podem elas próprias determinar a realização de escutas.

QUESTÃO 05. Considerando as espécies de intervenção federal, assinale a alternativa correta.

a) No caso de intervenção federal provocada por solicitação, quando de sua ocorrência, o chefe do Poder Executivo tem a obrigatoriedade da sua decretação, não havendo discricionariedade nessa hipótese.

b) A intervenção para garantir o livre exercício dos Poderes nas unidades da Federação se constitui numa hipótese de intervenção espontânea, em que o Chefe do Executivo, com base na discricionariedade, deve agir de ofício.

c) A intervenção para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial dependerá de análise e aprovação do Congresso Nacional, que se constitui no denominado controle político.

d) Quando a intervenção tiver por objeto assegurar a observância, entre outros, do princípio constitucional da autonomia municipal, ela dependerá de provimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de representa ção do Procurador-Geral da República.

e) Se o Poder Judiciário estiver sofrendo coação, a requisição para que ocorra a intervenção federal deverá vir do Superior Tribunal de Justiça após provimento de representação do Procurador Geral da República.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema intervenção federal.

A alternativa A está incorreta. A intervenção federal provocada por solicitação (ex.: solicitação de intervenção pelo Poder Legislativo ou Executivo estadual) não torna a decretação de intervenção uma obrigatoriedade automática pelo Presidente da República. A Constituição prevê casos em que a intervenção pode ser solicitada, mas a decisão de decretá-la envolve a análise da situação e, em alguns casos, aprovação pelo Congresso Nacional, não sendo puramente obrigatória sem margem para análise.

A alternativa B está incorreta. Embora a intervenção para garantir o livre exercício dos Poderes nas unidades da Federação possa ser iniciada de ofício pelo Presidente da República, essa não é uma hipótese de intervenção espontânea baseada puramente em discricionariedade. O procedimento segue critérios constitucionais específicos e é realizado para resolver uma situação em que os poderes locais não estão sendo capazes de manter a ordem constitucional.

A alternativa C está incorreta. A intervenção federal para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial é decretada pelo Presidente da República e, dependendo do caso, deve ser posteriormente comunicada ao Congresso Nacional, que pode exercer controle sobre tal medida. No entanto, a decretação da intervenção pelo Presidente para atender a esses casos não depende de análise e aprovação prévia do Congresso.

A alternativa D está correta. Esta alternativa reflete adequadamente um dos procedimentos para a intervenção federal prevista na Constituição Federal do Brasil. De acordo com o Artigo 34, VII, "d", da Constituição, a União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância de princípios constitucionais, como o princípio da autonomia municipal. Nesse caso, a intervenção depende de provimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de representação feita pelo Procurador-Geral da República. Esse mecanismo está previsto para garantir que os entes federativos respeitem os princípios estabelecidos pela Constituição.

A alternativa E está incorreta. Quando o Poder Judiciário estiver sofrendo coação e a intervenção federal for necessária para garantir o livre exercício de suas funções, a requisição para a intervenção pode ser feita diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF), e não ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Constituição prevê que, nesses casos, a intervenção pode ser solicitada pelo próprio tribunal afetado ou pelo Procurador-Geral da República, mas o STF é o órgão competente para deliberar sobre a intervenção federal em situações que envolvem coação contra o Judiciário.

QUESTÃO 06. O Prefeito Municipal pretende ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) perante o Tribunal de Justiça para impugnar lei municipal que entende estar em contrariedade à Constituição Estadual. Assim, ele consulta a Procuradoria-Geral do Município se ele pode preparar a petição inicial e ele mesmo assiná-la.

Como resposta ao Prefeito, na hipótese aventada, é correto afirmar que

a) o Prefeito pode assinar a petição inicial da ADI sem a necessidade de assinatura conjunta com o Procurador do Município, pois detém capacidade postulatória, nesse caso.

b) somente o Procurador-Geral do Município tem competência para assinar a petição inicial da ADI sem necessidade de Procuração, tendo em vista que tem poderes ex vi legis.

c) qualquer Procurador do Município pode ajuizar a ADI, desde que o Prefeito outorgue procuração com poderes específicos, e que o Prefeito não precisa assinar a petição inicial.

d) o Prefeito pode assinar a petição inicial em conjunto com qualquer Procurador do Município, sendo desnecessária a outorga de mandato específico para o procurador.

e) o Prefeito pode assinar a petição inicial sozinho, sem procurador, ou em conjunto com qualquer Procurador municipal, outorgando procuração com poderes genéricos para ajuizar a ação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade em âmbito estadual.

A alternativa A está correta. Diante da Constituição do Estado de São Paulo, o prefeito tem a capacidade postulatória para assinar a petição inicial de uma ADI estadual, especialmente considerando sua posição como chefe do Poder Executivo municipal questionando a constitucionalidade de uma lei municipal.

Vejamos o que diz a Constituição do Estado de São Paulo: "Artigo 90 - São partes legítimas para propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estaduais ou municipais, contestados em face desta Constituição ou por omissão de medida necessária para tornar efetiva norma ou princípio desta Constituição, no âmbito de seu interesse: I - o Governador do Estado e a Mesa da Assembleia Legislativa; II - o Prefeito e a Mesa da Câmara Municipal; III - o Procurador-Geral de Justiça; IV - o Conselho da Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil; V - as entidades sindicais ou de classe, de atuação estadual ou municipal, demonstrando seu interesse jurídico no caso; VI - os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa, ou, em se tratando de lei ou ato normativo municipais, na respectiva Câmara. §1° - O Procurador-Geral de Justiça será sempre ouvido nas ações diretas de inconstitucionalidade. §2° - Quando o Tribunal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral do Estado, a quem caberá defender, no que couber, o ato ou o texto impugnado. §3° - Execução suspensa pelo Senado Federal, na forma do art. 52, X, da Constituição Federal. - § 3° com execução suspensa pela Resolução do Senado Federal n° 46, de 28/06/2005. §4° - Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma desta Constituição, a decisão será comunicada ao Poder competente para a adoção das providências necessárias à prática do ato que lhe compete ou início do processo legislativo, e, em se tratando de órgão administrativo, para a sua ação em trinta dias, sob pena de responsabilidade. §5° - Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou de seu órgão especial poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, como objeto de ação direta. §6° - Nas declarações incidentais, a decisão dos Tribunais dar-se-á pelo órgão jurisdicional colegiado competente para exame da matéria.

A alternativa B está incorreta. A alternativa generaliza que somente o Procurador-Geral do Município tem essa competência, ignorando a possibilidade de o prefeito ter legitimidade e capacidade postulatória conforme Constituição Estadual.

A alternativa C está incorreta. O procurador municipal pode ajuizar a ADI, sem que seja autorizado pelo prefeito, conforme a Constituição do Estado de São Paulo.

A alternativa D está incorreta. Não é necessário a assinatura conjunta do prefeito com o procurador do município para a interposição de ADI Estadual em São Paulo.

A alternativa E está incorreta. A representação do procurador independe de mandado e decorre de autorização *ex lege*.

QUESTÃO 07. Tendo em vista o disposto na Constituição Federal, bem como o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca dos tratados de direitos humanos no Brasil, um tratado que tenha sido incorporado ao direito pátrio pelo procedimento existente antes da Emenda Constitucional no 45/04 tem seu status considerado como:

a) infralegal.

b) legal.

c) constitucional.

d) supralegal, não mais podendo obter outro status.

e) supralegal, mas pode obter o status constitucional por nova votação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema tratados de direitos humanos.

A alternativa A está incorreta. Infralegal significa que estaria abaixo da legislação ordinária, o que não corresponde ao entendimento do STF sobre tratados de direitos humanos antes da EC 45/2004.

A alternativa B está incorreta. Legal é um status que iguala os tratados de direitos humanos ao de leis ordinárias. Embora essa fosse a interpretação anterior à EC 45/2004, o STF evoluiu para considerar esses tratados como supralegais, mas não meramente legais.

A alternativa C está incorreta. Constitucional seria o status conferido aos tratados de direitos humanos aprovados com o procedimento específico pós-EC 45/2004, não se aplicando automaticamente aos tratados anteriores a essa Emenda.

A alternativa D está incorreta. Supralegal, não mais podendo obter outro status implica uma limitação que o STF não reconhece. A Corte admite a possibilidade de tratados anteriores à EC 45/2004 serem elevados ao status constitucional mediante o procedimento adequado.

A alternativa E está correta. A alternativa espelha a posição do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro sobre o status dos tratados de direitos humanos no Brasil, particularmente após a Emenda Constitucional nº 45/2004, conhecida como Reforma do Judiciário. Essa Emenda introduziu o § 3º no Artigo 5º da Constituição Federal, especificando o procedimento para que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos tenham equivalência às emendas constitucionais, ou seja, status constitucional, desde que aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Esta tese foi fixada no HC 90.983-SP "E M E N T A: "HABEAS CORPUS" - DENEGAÇÃO DE MEDIDA LIMINAR – SÚMULA 691/STF – SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS QUE AFASTAM A RESTRIÇÃO SUMULAR - PRISÃO CIVIL – DEPOSITÁRIO JUDICIAL – A QUESTÃO DA INFIDELIDADE DEPOSITÁRIA - CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (ARTIGO 7º, n. 7) – HIERARQUIA CONSTITUCIONAL DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS – PEDIDO DEFERIDO. (...)"

QUESTÃO 08. Assinale a alternativa correta a respeito da imunidade parlamentar.

a) A imunidade parlamentar material não protege o parlamentar dentro do plenário contra eventuais indenizações por danos material e moral.

b) O nexo funcional na conduta do parlamentar é prescindível para reconhecer a sua imunidade em face de terceiros.

c) A inviolabilidade penal parlamentar alcança o suplente e o deputado ou senador licenciado.

d) A respectiva Casa Legislativa pode sustar o andamento da ação penal contra o parlamentar quando vislumbrar ofensa à sua independência funcional.

e) A imunidade formal é inaplicável em face de eventual crime cometido antes da diplomação do parlamentar.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema imunidades parlamentares.

A alternativa A está incorreta. A imunidade parlamentar material protege o parlamentar contra processos por opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato e em qualquer local, não só dentro do plenário. Contudo, ela não exclui a possibilidade de responsabilização por danos morais e materiais em determinadas circunstâncias, especialmente em contextos que não estejam diretamente relacionados ao exercício do mandato.

A alternativa B está incorreta. O nexo funcional, isto é, a relação entre a conduta do parlamentar e suas funções legislativas, é essencial para que se reconheça a imunidade parlamentar, tanto material quanto formal. Sem esse nexo, a imunidade não se aplica.

A alternativa C está incorreta. A inviolabilidade parlamentar, de fato, estende-se ao suplente quando este estiver exercendo o mandato, assim como ao deputado ou senador licenciado, mas apenas nas manifestações relacionadas ao exercício da atividade parlamentar. A redação, no entanto, pode levar a uma interpretação mais ampla do que a realidade jurídica permite, especialmente porque a proteção não cobre atos fora do âmbito funcional.

A alternativa D está correta. A alternativa indica a compreensão sobre a imunidade parlamentar, conforme previsto na constituição. Para fixar, vejamos o que diz a Constituição Federal: "Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001) § 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001) § 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001) § 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001) § 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001) § 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001) § 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001) § 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001) § 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

A alternativa E está incorreta. A imunidade formal (ou processual) refere-se à proteção contra prisão (salvo em casos de flagrante por crime inafiançável) e à necessidade de autorização da Casa respectiva para o processamento de ações penais contra parlamentares. De fato, essa imunidade é inaplicável a crimes cometidos antes da diplomação, pois se refere a atos relacionados ao exercício do mandato após a oficialização do parlamentar no cargo.

QUESTÃO 09. A respeito do regime jurídico dos Tribunais de Contas, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que

a) a Câmara Municipal tem competência para rever o ato do Tribunal de Contas do Estado que nega o registro de admissão de pessoal.

b) os Tribunais de Contas têm prazo de 5 anos para julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

c) é imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.

d) o respectivo Estado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal.

e) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por ser autarquia federal, deve prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema regime jurídico dos tribunais de contas.

A alternativa A está incorreta. A Câmara Municipal não tem competência para rever atos do Tribunal de Contas do Estado que nega o registro de admissão de pessoal. Essa competência é exclusiva do Poder Judiciário, por meio de ação específica, caso haja discordância com a decisão do Tribunal de Contas.

A alternativa B está correta. Entendimento indicado em Súmula Vinculante do STF.

"Súmula Vinculante 3 - Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o Contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão."

A alternativa C está incorreta. A imprescritibilidade se refere somente a atos dolosos.

A alternativa D está incorreta. O legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal não é necessariamente o "respectivo Estado", mas sim o próprio ente (município, estado ou União) prejudicado ou a quem a multa foi revertida, conforme a natureza do ato fiscalizado e a jurisdição do Tribunal de Contas.

A alternativa E está incorreta. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apesar de ser uma entidade de fiscalização da profissão advocatícia, possui natureza jurídica particular, não sendo considerado uma autarquia federal. Dessa forma, não está sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) da maneira que as autarquias federais estão.

QUESTÃO 10. O Prefeito Municipal recebeu um projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal e, ao analisar o projeto junto com a sua assessoria, entendeu que uma parte do projeto seria inconstitucional. O Prefeito, então, consulta a Procuradoria do Município para saber se poderia vetar parcialmente o referido projeto.

Nessa situação hipotética, a Procuradoria Municipal poderia corretamente responder ao Chefe do Poder Executivo que

a) o projeto deve ser sancionado ou vetado totalmente, não sendo possível proceder um ou outro de forma parcial.

b) é possível vetar parcialmente o projeto, mas a parte não vetada deve aguardar a apreciação da Câmara Municipal sobre o veto parcial, antes de ser promulgada.

c) é possível vetar parcialmente o projeto, sendo que a parte não vetada deve seguir para a fase de promulgação, mesmo antes da apreciação legislativa do veto parcial.

d) o Prefeito poderá vetar parcialmente o projeto, e, nessa hipótese, terá a opção de enviar a parte não vetada para promulgação ou aguardar a apreciação do veto parcial, para depois enviar o projeto integral para ser promulgado.

e) na hipótese de veto parcial, que é admitido, a parte não vetada não poderá ser promulgada, salvo se a parte vetada for rejeitada pelo veto político, o qual não prejudica a lei como um todo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema processo legislativo municipal.

A alternativa A está incorreta. É possível o veto parcial de um projeto de lei pelo chefe do Poder Executivo, contrariando a afirmação de que o projeto deve ser sancionado ou vetado totalmente.

A alternativa B está incorreta. A parte do projeto não vetada não precisa aguardar a apreciação da Câmara Municipal sobre o veto para ser promulgada; ela deve seguir para promulgação imediatamente após o veto.

A alternativa C está correta. Reflete o processo legislativo brasileiro quanto ao veto parcial pelo Prefeito a um projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, dentro do contexto da Constituição Federal do Brasil e das normas aplicáveis aos municípios. Vamos esclarecer por que esta alternativa é correta e as outras não se alinham exatamente com a prática e a teoria jurídica. A Constituição Federal, em seu artigo 66, § 1º, embora se refira especificamente ao processo legislativo federal, serve de modelo para o processo nos estados e municípios, por analogia e pela aplicação dos princípios gerais do direito público. Segundo esse artigo, o Presidente da República tem a capacidade de vetar parcialmente um projeto de lei, desde que o veto parcial não abranja texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea. A parte do projeto de lei não vetada deve ser promulgada e convertida em lei, independente da apreciação do veto pelo Congresso Nacional, que tem o poder de manter ou derrubar o veto posteriormente.

A alternativa D está incorreta. Não há opção para o Prefeito enviar ou não a parte não vetada para promulgação; a parte não vetada do projeto deve ser promulgada como lei, independentemente da apreciação do veto parcial pela Câmara Municipal.

A alternativa E está incorreta. A parte não vetada do projeto pode e deve ser promulgada independentemente do que ocorre com a parte vetada. A apreciação do veto pela Câmara Municipal não impede a promulgação da parte não vetada do projeto.

QUESTÃO 11. No tocante às regras referentes à substituição e sucessão da chefia do Poder Executivo Municipal, na hipótese de dupla vacância do cargo, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que

a) não precisam seguir o modelo federal, tendo em vista que essa matéria diz respeito à autonomia municipal.

b) devem seguir o modelo federal, pelo princípio da simetria, para as hipóteses de vacância e de impedimento.

c) devem seguir o modelo federal, pelo princípio da simetria, apenas para a hipótese de vacância.

d) devem seguir o modelo federal, pelo princípio da simetria, apenas para a hipótese de impedimento.

e) devem seguir o modelo estadual estabelecido na Constituição do Estado para a chefia do Poder Executivo estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema vacância da chefia do executivo.

A alternativa A está correta. A Constituição Federal, em seus artigos 18 e 29, assegura aos municípios autonomia para organizar-se, governar-se por suas leis, eleger seus representantes e gerir seus interesses locais. Isso implica que os municípios têm liberdade para estabelecer, por meio de suas leis orgânicas, as regras específicas sobre a substituição e sucessão nos cargos do Poder Executivo Municipal, adaptando-as às suas necessidades e realidades locais.

Embora o princípio da simetria sugira que as organizações político-administrativas dos entes federativos devem guardar harmonia e coerência com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, isso não significa que os municípios devem replicar integralmente as regras aplicáveis à União. A autonomia municipal permite que os municípios estabeleçam suas próprias normas para situações de vacância dos cargos de prefeito e vice-prefeito, considerando as diretrizes gerais da Constituição, mas adaptando-as à governança local.

A possibilidade de os municípios estabelecerem suas próprias regras para substituição e sucessão na chefia do Executivo Municipal reconhece a diversidade e as particularidades de cada município brasileiro. Isso permite que as soluções adotadas sejam mais adequadas às realidades locais, fortalecendo o princípio federativo de autonomia e a capacidade de auto-organização dos entes federativos.

Diante da justificativa indicada, as demais alternativas B, C, D e E estão incorretas por não se enquadrarem à justificação acima.

QUESTÃO 12. Considerando o seu regime jurídico, a respeito do mandado de injunção, é correto afirmar que a respectiva sentença

a) terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora.

b) terá eficácia ultra partes e erga omnes, salvo se o relator conferir-lhe eficácia limitada às partes.

c) poderá ter seus efeitos estendidos aos casos análogos por decisão monocrática do relator até o trânsito em julgado.

d) proferida no mandato de injunção coletivo, induz litispendência em relação aos individuais.

e) somente produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema mandado de injunção.

A alternativa A está correta. A decisão proferida em um mandado de injunção tem eficácia subjetiva limitada às partes envolvidas no processo e produz efeitos até que seja editada a norma regulamentadora que venha a suprir a lacuna legislativa que motivou a impetração do mandado. Isso está de acordo com a função do mandado de injunção, que é justamente suprir a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais, e de prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

A alternativa B está incorreta. A decisão em um mandado de injunção tem eficácia inter partes (limitada às partes), e não ultra partes (que afeta terceiros) ou erga omnes (que afeta todos). A possibilidade de conferir eficácia ultra partes ou erga omnes não se aplica diretamente ao mandado de injunção segundo a legislação brasileira.

A alternativa C está incorreta. Não é possível estender os efeitos de uma decisão proferida em mandado de injunção a casos análogos por decisão monocrática do relator até o trânsito em julgado. O mandado de injunção tem sua eficácia limitada às partes envolvidas no caso concreto.

A alternativa D está incorreta. O mandado de injunção coletivo, embora possa ser impetrado para proteger direitos coletivos ou individuais homogêneos, a sua propositura não induz litispendência em relação aos mandados de injunção individuais. Isso porque cada mandado de injunção visa proteger situações jurídicas específicas, podendo coexistir ações coletivas e individuais sem que uma interfira diretamente na outra.

A alternativa E está incorreta. A decisão proferida em mandado de injunção começa a produzir efeitos imediatamente após sua publicação, não sendo necessário aguardar o trânsito em julgado. O objetivo é garantir o exercício dos direitos afetados pela falta de norma regulamentadora de forma célere.

QUESTÃO 13. De acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal (STF), regular o horário do comércio nos Municípios é uma competência

a) dos Municípios, ainda que contrarie legislação estadual ou federal sobre a matéria.

b) concorrente dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal.

c) dos Municípios, mas não pode infringir leis estaduais ou federais válidas.

d) comum a todos os entes da Federação.

e) privativa dos Municípios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema competência dos entes federativos.

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa sugere que os Municípios podem regular o horário do comércio mesmo que contrarie legislação estadual ou federal sobre a matéria, o que não é correto. A autonomia dos Municípios, embora garantida, não os autoriza a desrespeitar normas de hierarquia superior que tenham competência constitucionalmente definida sobre o tema.

A alternativa B está incorreta. A alternativa indica que a competência é concorrente entre Municípios, Estados e o Distrito Federal. No entanto, a competência concorrente, prevista no artigo 24 da Constituição Federal, refere-se a matérias específicas nas quais a União estabelece normas gerais, e os Estados e o Distrito Federal têm a competência para suplementar a legislação. O horário de comércio localiza-se mais precisamente dentro da competência municipal por ser um assunto de interesse local.

A alternativa C está correta. A alternativa o princípio da autonomia municipal dentro do sistema federativo brasileiro, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 30, I, e 18. De acordo com a Constituição, os Municípios têm competência para legislar sobre assuntos de interesse local, o que inclui a regulação do horário do comércio local. No entanto, essa competência não é absoluta e deve respeitar as legislações estaduais e federais existentes sobre a matéria, desde que estas não invadam a competência municipal.

A alternativa D está incorreta. Esta opção sugere que a competência é comum a todos os entes da Federação, o que confunde as competências comuns (artigo 23 da CF) com as competências específicas dos Municípios. As competências comuns são aquelas compartilhadas por todos os entes federativos para cuidar de assuntos de interesse comum, como proteção ao meio ambiente e combate à pobreza, e não se aplicam especificamente à regulação do horário do comércio.

A alternativa E está incorreta. A alternativa indica que a competência é privativa dos Municípios. Embora os Municípios tenham autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local, essa autonomia não é exclusiva ou privativa, pois deve respeitar as leis estaduais e federais aplicáveis.

QUESTÃO 14. "O feudalismo, construído sobre o princípio da autoridade, era incompatível com a subordinação do senhor feudal a um sistema jurídico de administração. Também nos Estados absolutos, em que a vontade do soberano era a última lei, não havia clima para a formação do Direito Administrativo. A administração não se submetia a regras e condições limitativas e

flutuava ao sabor da conveniência política ou dos ditames pessoais da suprema autoridade do Estado. A juridicidade da administração pública é fruto do liberalismo político. Os direitos do homem geram os deveres do Estado. Nos regimes absolutos, o administrador – veículo da vontade do soberano — é, como êste, irresponsável. A administração é, apenas, uma técnica a serviço de privilégios de nascimento. O Estado de Direito, ao contrário submete o Poder ao domínio da Lei: a atividade arbitrária se transforma em atividade jurídica". (...) (TÁCITO, Caio. Evolução histórica do Direito Administrativo. Revista do Serviço Público, ano 1955, v.66, n.03, p. 536-537) Com relação à origem do Direito Administrativo, de acordo com a visão externada pelo autor referenciado, é correto afirmar que sua concepção

a) remonta-se ao período do regime escravagista, na medida em que o poder do senhorio estava ligado à necessidade de atribuir legitimidade às suas ações.

b) se opõe à ideia de regime absolutista, na medida em que a atribuição de direitos ao homem resultou na responsabilidade do Estado, limitando seu poder, razão pela qual se tem a conformação do Estado de Direito.

c) atravessa distintos períodos históricos, pois sua concepção varia de acordo com o regime de governo predominante, se absolutista, liberalista ou democrático.

d) não se confunde com juridicidade, uma vez que as regras sobre as atividades do Poder Público sempre foram uma constante no contexto da vida social, ainda que utilizadas como subterfúgio para ações de regimes autoritários.

e) não se coaduna com regimes monárquicos, independentemente do modelo adotado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão aborda o tema da origem do Direito Administrativo.

A alternativa A está incorreta, pois, na verdade, a origem do Direito administrativo não remonta ao período escravagista, e sim ao advento do liberalismo político, que subordinou as autoridades públicas aos ditames da lei, a partir de quando se passou a conhecer genuínos Estados de Direito.

A alternativa B está correta, uma vez que o surgimento do Direito Administrativo, realmente, está ligado ao fim do período absolutista, período esse em que o Estado ainda era considerado irresponsável por seus atos, dada a origem divina do poder atribuído ao monarca, do que derivava sua alegada infalibilidade (*"the king can do no wrong"*). Com o surgimento dos ideais político-liberais, o Estado passou a se submeter às leis, de modo que o exercício do poder também passou a conhecer limites objetivos, assim como os atos do Poder Público tornaram-se passíveis de responsabilização.

A alternativa C está incorreta, eis que a criação do Direito Administrativo está atrelada a um período histórico específico, qual seja, o surgimento do Estado de Direito, marcado pela subordinação às leis vigentes, e não a distintos períodos históricos, ao sabor de regimes de governo predominantes, sobretudo aqueles de feições totalitárias, como os absolutistas.

A alternativa D está incorreta, porquanto a concepção do Direito Administrativo está, sim, ligada à ideia de juridicidade, vale dizer, ao governo das leis, próprio dos Estados de Direito, em que a Administração deve máxima observância ao princípio da legalidade.

A alternativa E está incorreta, uma vez que a existência do Direito Administrativo não é incompatível com a forma monárquica de Estado. O fundamental é que haja subordinação dos governantes às leis em vigor, independentemente de se estar diante de uma monarquia ou de uma república.

QUESTÃO 15. Analise as situações concretas descritas a seguir e assinale a alternativa que corresponda a, respectivamente, um interesse público primário e secundário.

a) Oferecer, gratuitamente, o direito à educação; defesa da Administração Pública em processo judicial para garantir vaga na creche às crianças da municipalidade.

b) Cobrar multas administrativas; defesa da Administração Pública em execução fiscal.

c) Defender seus interesses em juízo; dever de preservar o patrimônio público contra danos.

d) Oferecer, gratuitamente, o direito à saúde; dever de estabelecer Vigilância Sanitária.

e) Proteger os povos indígenas; estabelecer política de segurança pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão aborda a diferença entre o interesse público primário e o secundário.

De início, cumpre pontuar que o interesse público primário coincide com o interesse de toda a coletividade, ao passo que o interesse público secundário é aquele ligado à defesa de direitos e situações materiais próprias das pessoas que integram o aparelho do Estado, como é o caso dos direitos de caráter estritamente patrimonial, por exemplo.

Fixada essa premissa teórica, vejamos as opções lançadas pela Banca.

A alternativa A está correta, pois o oferecimento do direito à educação, por parte do Estado, atende a anseios fundamentais de toda a coletividade, de modo que se trata de interesse público primário. De seu turno, a defesa da Administração, em processo em que se postulam vagas em creches, constitui atuação voltada ao atendimento de interesse público secundário. Nesse caso, o ente estatal se defende, em juízo, da pretensão contra ele dirigida, como qualquer outra pessoa se defenderia na hipótese de ser demandada em um dado processo judicial. Portanto, não se cuida de atuação que vise a satisfazer os interesses de toda a coletividade.

A alternativa B está incorreta, uma vez que a cobrança de multas administrativas representa hipótese de atendimento do interesse público secundário.

A alternativa C está incorreta, eis que a defesa dos interesses estatais em juízo vem a ser hipótese de interesse público secundário, e não primário.

A alternativa D está incorreta, porquanto exibe dois exemplos de interesse público primário, de modo que não atende ao comando do enunciado da questão, que pediu identificação da opção que contenha, respectivamente, um caso de interesse público primário e outro secundário.

A alternativa E está incorreta, uma vez que, novamente, apresenta dois casos de satisfação do interesse público primário.

QUESTÃO 16. A respeito do conceito de discricionariedade, assinale a alternativa correta.

a) Assegura o cumprimento do dever legal, nos limites estritos da norma e de sua regulamentação.

b) Atribui ao servidor público certa liberdade de atuação, tendo como parâmetros a própria lei e o dever de fundamentar sua escolha, como sendo aquela mais adequada ao interesse público.

c) Delega ao gestor público o poder de gerenciar suas ações, com base em critérios técnicos e previdentes, sem espaço para escolhas.

d) Opõe-se ao conceito de ato vinculado, uma vez que a discricionariedade não permite a escolha do gestor público, restringindo sua atuação administrativa.

e) Prevê opções de ação ao gestor público, que agirá de acordo com parâmetros subjetivos e fundados no direito consuetudinário, balizadores do processo de escolha para garantia do interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão exige conhecimentos acerca do conceito de discricionariedade.

A alternativa A está incorreta, pois a atuação administrativa nos estritos limites da norma e de sua regulamentação, na verdade, retrata noção conceitual atinente à vinculação, e não à discricionariedade, tal como exigido no enunciado.

A alternativa B está correta, uma vez que a discricionariedade, de fato, consiste na existência de certa margem de atuação ao agente público competente, com balizas em lei, a fim de que, diante do caso concreto, adote a providência mais consentânea com o interesse público, à luz de critérios de conveniência e oportunidade.

A alternativa C está incorreta, eis que a discricionariedade pressupõe, sim, a existência de espaço para escolhas a serem feitas pelo gestor público, sob critérios de conveniência e oportunidade, desde que nos limites da lei e de forma fundamentada.

A alternativa D está incorreta, porquanto reincide no erro de afirmar a inexistência de espaço para escolhas no exercício de competências discricionárias, o que não é verdadeiro. Ademais, a restrição administrativa é ideia pertinente à vinculação, e não à discricionariedade.

A alternativa E está incorreta, na medida em que as balizas que fixam os limites de atuação discricionária do gestor devem estar contidas em lei, e não no direito consuetudinário.

QUESTÃO 17. Determinada Prefeitura Municipal concede, com base no Estatuto da Pessoa Idosa, autorização para estacionar nas vagas reservadas a esta parcela da população. Ricardo pediu a autorização após completar 60 anos, porém seu pedido foi negado. A esse respeito, é correto afirmar que o ato administrativo

a) possui lastro normativo, vez que se trata de ato vinculado, dado que a prioridade somente é aplicável para pessoas com mais de 65 anos, no caso de homens.

b) possui lastro normativo, vez que se trata de ato discricionário, dado que a concessão do benefício depende da aferição dos critérios de conveniência e oportunidade para a Administração Pública, considerado o recenseamento local.

c) é eivado de nulidade, vez que se trata de ato vinculado, ou seja, que deve observar tão somente o critério etário, disposto na legislação.

d) não possui vícios em sua conformação, sendo possível ao administrando, no entanto, recorrer ao Poder Judiciário para questionar sua forma.

e) é eivado de nulidade, na medida em que se trata de ato discricionário, sendo possível ao administrado, no entanto, recorrer ao Poder Judiciário para questionar seu mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda a Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

A alternativa A está incorreta, pois o citado Estatuto prevê como enquadrados no conceito de pessoas idosas os indivíduos com idade igual ou superior a 60 (sessenta anos), como se vê de seu art. 1º: "É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos." Logo, está errado indicar como aplicável a idade de 65 anos, no caso de homens.

A alternativa B está incorreta, uma vez que o direito a que se refere o enunciado da questão não se submete a juízos de conveniência e oportunidade da Administração. Trata-se, na verdade, de ato vinculado, de modo que, uma vez preenchido o requisito legal, o ente público deve, necessariamente, expedir o ato de autorização de estacionamento para o idoso.

A alternativa C está correta, tendo em vista que a negativa do pedido teria inobservado a legislação de regência, o que torna o ato inválido, dada a sua natureza vinculada.

A alternativa D está incorreta, na medida em que, ao violar a lei aplicável, o ato contém, sim, vício em sua conformação, sendo que a manifestação da Administração deveria ser no sentido do deferimento do pedido, e não o oposto.

A alternativa E está incorreta, porquanto reincide no erro de sustentar um suposto caráter discricionário do ato administrativo ora versado, quando, em rigor, se cuida de ato vinculado. O item ainda se equivoca, em sua parte final, ao aduzir que seria possível ao particular ir a juízo questionar o mérito do ato. No ponto, há duas incorreções latentes na afirmativa, a saber: i) sendo o ato vinculado, não possui mérito administrativo; e ii) mesmo que houvesse mérito, não caberia ao Judiciário exercer controle de mérito, sob pena de violação à separação de poderes, mas sim, tão somente, o controle de juridicidade sobre os atos administrativos.

QUESTÃO 18. Considerando os conceitos de delegação e avocação, assinale a alternativa correta.

a) A delegação e a avocação são institutos que tratam das competências de autoridade hierarquicamente superior, sendo ambas de caráter excepcional.

b) Os atos de delegação e de avocação somente serão possíveis se previstos em lei.

c) A delegação pode ocorrer sobre toda a competência, enquanto a avocação compreende apenas parte desta.

d) Enquanto a delegação envolve o exercício de competência por agente hierarquicamente inferior, a avocação envolve o exercício de competência por agente hierarquicamente superior.

e) Tanto a delegação como a avocação envolvem o exercício de competência por agente hierarquicamente inferior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda os institutos de delegação e da avocação de competências.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a delegação de competência não pode ser apontada como de caráter excepcional. A rigor, a doutrina ensina que se cuida de prerrogativa inerente à forma hierarquizada com que se organiza a Administração, de maneira que a regra geral é a possibilidade de delegação, ao passo que as vedações constituem exceções.

A alternativa B está incorreta, pois o ordenamento não exige que a lei indique, caso por caso, todas as situações em que a delegação e a avocação serão possíveis. Como dito no item anterior, a delegação é, em regra, viável, sendo uma decorrência lógica da estrutura hierárquica da Administração. Quanto à

avocação, embora excepcional, a lei prevê fórmulas genéricas de cabimento, sem esmiuçar, caso a caso, todas as hipóteses em que as autoridades poderão avocar competências.

A alternativa C está incorreta. Não é verdade que a delegação possa recair sobre toda a competência, e sim, tão somente, de forma parcial, como se depreende do art. 12 da Lei 9.784/99: "Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial."

A alternativa D está correta. De fato, a regra consiste em que a delegação se opere da autoridade hierarquicamente superior para um subordinado, que passa a exercer, portanto, a competência a ele delegada. O inverso se dá no caso da avocação, em que a autoridade de nível superior chama para si, de forma excepcional e fundamentada, o exercício de competência atribuída a seu subordinado.

A alternativa E está incorreta, pois, como demonstrado no item anterior, a avocação não envolve o exercício de competência por agente hierarquicamente inferior, mas sim pelo superior hierárquico.

QUESTÃO 19. Acerca da administração indireta, assinale a alternativa correta.

a) Está sujeita à tutela, por meio do controle da administração direta.

b) Contempla autarquias, fundações públicas, empresas públicas e órgãos de governo.

c) Predomina a desconcentração frente ao ente governamental a que está vinculado.

d) A responsabilização objetiva de natureza civil se aplica a situações previamente previstas em lei.

e) Compreende órgãos públicos, como os tribunais de contas e judiciários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão exige conhecimentos pertinentes à administração indireta.

A alternativa A está correta, uma vez que, realmente, as entidades integrantes da administração indireta submetem-se ao controle de caráter finalístico denominado como tutela ou supervisão ministerial. O conteúdo desse controle, como ensina a doutrina, consiste, na essência, em aferir se a entidade mantém-se fiel às suas finalidades institucionais.

A alternativa B está incorreta, visto que os órgãos de governo não compõem a administração indireta, e sim a administração direta.

A alternativa C está incorreta, pois as entidades componentes da administração indireta resultam da técnica de descentralização administração, e não de desconcentração.

A alternativa D está incorreta, uma vez que a responsabilidade civil objetiva encontra-se prevista no art. 37, §6º, da CRFB, sendo destinada, genericamente, a pessoas de direito público ou de direito privado prestadoras de serviços públicos. Portanto, havendo essa explícita base constitucional, não é verdade que tal espécie de responsabilização deva se aplicar apenas a situações previamente previstas em lei.

A alternativa E está incorreta, eis que os tribunais de contas e judiciários, na verdade, não integram a administração indireta, e sim são órgãos públicos pertencentes à administração direta.

QUESTÃO 20. A respeito dos consórcios públicos, nos termos da Lei Federal nº 11.107/05, assinale a alternativa correta.

a) O consórcio público constituirá pessoa jurídica de direito público.

b) É permitida a participação da União junto com os Municípios, ainda que os respectivos Estados não integrem o consórcio.

c) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

d) É permitida a aplicação dos recursos para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

e) O Chefe do Poder Executivo pode requerer a retirada do ente da Federação do consórcio público, sendo vedada a delegação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda o tema dos consórcios públicos, cuja disciplina legal encontra-se na Lei 11.107/2005.

A alternativa A está incorreta, uma vez que os consórcios públicos podem constituir pessoas de direito público ou de direito privado, a teor do art. 1º, §1º, do citado diploma legal: "O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado."

A alternativa B está incorreta, pois agride a norma do art. 1º, §2º, da referida lei federal: "A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados."

A alternativa C está correta, eis que apenas exibe a literalidade do art. 8º, caput, da Lei 11.107/2005: "Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio." Logo, sem reparos a serem aqui assinalados.

A alternativa D está incorreta, porquanto dispõe contra texto expresso de lei, vale dizer, o art. 8º, §2º, do mencionado diploma legal, que assim estabelece: "É vedada a aplicação dos recursos entregues por

meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito."

A alternativa E está incorreta, uma vez que não se compatibiliza com a norma do art. 11, *caput*, da citada lei federal, em vista do qual "A retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembléia geral, na forma previamente disciplinada por lei."

QUESTÃO 21. Determinada Prefeitura Municipal pretende firmar contrato de gestão com organização social para prestar serviços de saúde pública, cedendo alguns servidores públicos. Considerada essa situação e as disposições da Lei Federal nº 9.637/1998, assinale a alternativa correta.

a) Deve ser incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social, se a cessão perdurar por mais de 3 anos.

b) Admite-se o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão.

c) Sendo determinada a cessão do servidor, este passa a responder perante os dirigentes da organização social.

d) Admite-se a cessão de servidores de cargos administrativos, não sendo permitida a de servidores de primeiro ou segundo escalão.

e) Deve ser precedida de lei ordinária, de iniciativa do Poder Executivo, que preveja as condições da cessão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão exigiu domínio acerca das disposições pertinentes às Organizações Sociais, com disciplina prevista na Lei 9.637/98.

A alternativa A está incorreta, eis que em rota de colisão com a regra vazada no art. 14, §1º, do referido diploma legal: "Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social."

A alternativa B está incorreta, pois afronta texto expresso de lei, a saber, o art. 14, §2º, da citada Lei 9.637/98: "Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria."

A alternativa C está correta. Em sendo efetivada a cessão do servidor, este passa a exercer funções dentro da estrutura de pessoal pertencente à Organização Social. Desta forma, a decorrência lógica, daí

extraída, é na linha de que o mencionado servidor passa a se reportar à Direção da entidade privada em que se encontra atuando, e não mais no âmbito de seu órgão de origem integrante da Administração.

A alternativa D está incorreta, porquanto invoca uma suposta vedação legal, a rigor inexistente. Com efeito, a norma de regência não traz qualquer impedimento à cessão de servidores integrantes de "primeiro ou segundo escalão". No ponto, eis o que enuncia o art. 14, caput, da Lei 9.637/98: "É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem."

A alternativa E está incorreta, uma vez que a própria Lei 9.637/98 já oferece o regramento normativo pertinente à cessão de servidores públicos às Organizações Sociais, não havendo qualquer previsão no sentido de que, para cada cessão, seja editada nova lei autorizativa, de iniciativa do Poder Executivo, tal como afirmado no presente item, incorretamente.

QUESTÃO 22. Determinada Organização da Sociedade civil de Interesse Público (OSCIP) expandiu suas atividades e adquiriu bem imóvel com recursos provenientes do Termo de Parceria celebrado com o Poder Público. Considerando as disposições da Lei Federal nº 9.790/1999, é correto afirmar que a aquisição do imóvel

a) é passível de anulação, visto que foi realizada sem anuência do Poder Público.

b) depende da oferta de garantia de bem alienável ao Poder Público, em contrapartida.

c) depende da anuência de dois terços dos dirigentes da OSCIP para ser considerada válida.

d) deve, obrigatoriamente, ser gravado com cláusula de inalienabilidade.

e) pode servir como garantia para aquisição de empréstimos, se houver autorização específica do Poder Público no Termo de Parceria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão demandou conhecimentos relativos à Lei 9.790/99, que disciplina as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's.

A alternativa A está incorreta, uma vez que o art. 15 do sobredito diploma é explícito ao contemplar a possibilidade de a entidade adquirir bem imóvel com recursos advindos do termo de parceria, condicionando tal possibilidade, tão somente, a que o bem seja gravado com cláusula de inalienabilidade. No ponto, é ler: "Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade."

A alternativa B está incorreta, uma vez que a condicionante da lei consiste em que o bem seja gravado com cláusula de inalienabilidade, e não da oferta de garantia de bem alienável ao Poder Público, em contrapartida.

A alternativa C está incorreta, porquanto também não há respaldo legal para se exigir anuência de dois terços dos dirigentes da OSCIP, como condição para que a aquisição do bem imóvel, com recurso do termo de parceria, seja efetivada validamente.

A alternativa D está correta, na medida em que perfeitamente embasada no acima transcrito art. 15 da Lei 9.790/99.

A alternativa E está incorreta, pois, se o bem deve ser gravado com cláusula de inalienabilidade, é evidente que não pode ser concedido em garantia de empréstimos contraídos pela OSCIP. Afinal, em caso de inadimplemento da entidade, a garantia não poderia ser executada, em vista da inalienabilidade do bem.

QUESTÃO 23. Determinado ente federativo enfrenta crise no seu ensino público, cujos índices apontam para déficits consideráveis de alfabetização, resultando em distorção frente à idade dos alunos e ao conteúdo que deveria ter sido objeto de aproveitamento para aquela etapa do ensino. Tendo em vista essa situação, o gestor público pretende contratar professores para ministrar aulas de reforço no contraturno escolar, porém não há orçamento suficiente para tornar a medida uma política de governo.
Considerando as possibilidades para contratação de servidores públicos e os limites da situação apresentada, é correto afirmar, nos termos da Constituição Federal, que

a) dada a situação excepcional, a contratação pode ocorrer nos mesmos moldes do setor privado, com aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho.

b) se admite a contratação de servidor estatutário, por meio de concurso público de provas e títulos.

c) se admite a contratação de estagiários, dada a situação excepcional, ainda que não possuam título de ensino superior.

d) é possível a contratação temporária, por ser a medida menos onerosa, sendo necessário demonstrar excepcional interesse público, na forma da lei.

e) a urgência da demanda permite a contratação temporária, pelo período máximo de 90 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão cobrou domínio acerca da contratação temporária de servidores públicos, em vista de contingências prementes.

O enunciado descreve situação fática de crise no ensino público, enfatizando a necessidade de contratação de novos professores para aulas de reforço escolar, a despeito da inexistência de orçamento suficiente capaz de tornar a medida uma política de governo.

Diante de tal cenário fático, tudo estaria a recomendar a contratação de professores por tempo determinado, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme permissivo do art. 37, IX, da CRFB: "a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;"

Adicione-se que o Município de Mogi das Cruzes disciplinou a matéria por meio de sua Lei Complementar n.º 154/2021, que, dentre os casos legitimadores de contratação temporária, assim estabeleceu no art. 2º, IV: "Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...)a necessidade inadiável de pessoal docente para o regular funcionamento das escolas, unidades de prestação de serviços essenciais, quando decorrente de fatos imprevisíveis ou, ainda que previsíveis, cujo momento de ocorrência não possa ser previamente conhecido pela Administração, e desde que essa necessidade não possa ser suprida pelo esforço extraordinário dos demais servidores lotados na mesma unidade e encarregados da mesma função ou por remanejamento de pessoal, observado o disposto no artigo 64 da LEI Complementar nº 145, de 7 de agosto de 2019;"

Fixadas as premissas teóricas acima, eis a análise de cada uma das opções lançadas pela Banca:

A alternativa A está incorreta, porquanto a contratação de servidores temporários não se dá com base na CLT, mas sim em regime jurídico próprio, de caráter administrativo

A alternativa B está incorreta, eis que, tratando-se de demanda pública eminentemente transitória, e diante da ausência de orçamento suficiente, como dito no enunciado, a providência administrativa adequada não poderia consistir na criação de cargos efetivos a serem providos por concurso público, seja em vista da premência da situação, incompatível com a demora na realização de certame, seja em vista do caráter permanente desta espécie de contratação.

A alternativa C está incorreta, uma vez que, a toda evidência, o exercício do magistério não pode ser cometido a estagiários, e sim tão somente a profissionais de educação devidamente habilitados

A alternativa D está correta, ao defender ser caso de contratação temporária, para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público, conforme anteriormente fundamentado.

A alternativa E está incorreta, porquanto em desacordo ao disposto no art. 3º, I, da citada Lei Complementar do Município de Mogi das Cruzes, que estabelece o prazo de 12 meses, no caso versado no inciso IV do art. 2º, ou seja, contratação temporária de docentes.

QUESTÃO 24. Gabriela recebe pensão em função de morte de servidor público há mais de dez anos. O Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício de suas funções de controle, decidiu recentemente que houve vício na concessão do benefício, razão pela qual determinou sua imediata interrupção, momento em que Gabriela tomou conhecimento do ato revisional. Considerando as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) é necessário garantir o contraditório e a ampla defesa quando a decisão do TCU resultar em anulação ou revogação de ato administrativo que beneficiava o interessado.

b) se admite o ato revisional do TCU, ainda que após o transcurso temporal de dez anos, cuja decisão independe de direito de defesa prévio.

c) o ato revisional do TCU deve surtir efeitos a partir de sua homologação pelo Poder Judiciário.

d) a garantia do contraditório e da ampla defesa devem ocorrer no âmbito do TCU, o que, por sua vez, impede sua revisão judicial.

e) a falta de defesa técnica por advogado não anula o ato revisional do TCU.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão é passível de recurso, por conter duas alternativas corretas.

A questão em análise versa acerca do controle exercido pelo Tribunal de Contas da União no que tange a atos de concessão de benefícios previdenciários.

A alternativa A está correta, porquanto alinhada ao teor da Súmula Vinculante 3 do STF: "Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão." Refira-se, por importante, que o enunciado não afirmou se tratar de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, de modo que não incidiria a ressalva constante da parte final deste verbete do Supremo.

A alternativa B está incorreta, uma vez que, como acima demonstrado, seria necessária a observância do contraditório e da ampla defesa.

A alternativa C está incorreta, na medida em que descabida e inaplicável a suposta exigência de homologação jurisdicional, a fim de que o ato revisional do TCU surta efeitos.

A alternativa D está incorreta, pois o fato de haver observância do contraditório e da ampla defesa no âmbito do TCU não afasta a possibilidade de revisão judicial do ato respectivo, à luz do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (CRFB, art. 5º, XXXV).

A alternativa E está incorreta, de acordo com posição adotada pela Banca. No entanto, deve ser tida como correta, por força do fundamento contido na Súmula Vinculante 5 do STF, "A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição." No ponto, embora não se trate de processo administrativo disciplinar, aplica-se ao caso a mesma essência justificadora deste entendimento do Supremo, de modo que a ausência de defesa técnica, no processo administrativo de caráter revisional, no âmbito de tribunal de contas, também não deve servir como supedâneo para a anulação do ato.

QUESTÃO 25. Determinado órgão público instaurou processo administrativo disciplinar para apurar conduta de servidor público. Nos termos da Lei Federal nº 9.784/99, é correto afirmar que

a) se admite a avocação da decisão de recursos administrativos, a critério exclusivo da autoridade competente.

b) se admite a delegação da decisão de recursos administrativos, se a decisão recorrida for no sentido da absolvição do servidor.

c) os atos administrativos devem ser divulgados somente às partes envolvidas; os atos decisórios, por sua vez, devem ser publicados em Diário Oficial.

d) o servidor que não comunicar seu impedimento para atuar no processo incorre em falta gravíssima, apenada com demissão a bem do serviço público.

e) as sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurado sempre o direito de defesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão demandou domínio acerca de disposições contidas na Lei 9.784/99, que disciplina o processo administrativo na órbita federal.

A alternativa A está incorreta, pois a mesma razão fundamental que veda a delegação de competências, para fins de análise de recursos administrativos ("Art. 13. Não podem ser objeto de delegação: (...)II - a decisão de recursos administrativos;"), deve ser aplicada no tocante ao instituto da avocação de competências.

A alternativa B está incorreta, uma vez que, conforme se depreende do mesmo dispositivo legal acima transcrito, a delegação de competências é vedada no caso de decisão de recursos administrativos, sem que haja qualquer ressalva no tocante ao caso versar sobre decisão absolutória do servidor.

A alternativa C está incorreta, porquanto em desacordo à regra do art. 2º, parágrafo único, V, da Lei 9.784/99, na linha do qual: "Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: (...)divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;" Assim, à luz do princípio da publicidade, equivocado aduzir que a divulgação de atos administrativos deva se ater às partes envolvidas no processo.

A alternativa D está incorreta, eis que, na verdade, trata-se de conduta que constitui falta grave, e não "gravíssima", conforme foi sustentado pela Banca, o que se depreende do teor do art. 19, parágrafo único, da citada Lei Federal: "A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares."

A alternativa E está correta, pois exibe a literalidade do art. 68 da Lei 9.784/99: "As sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer

ou de não fazer, assegurado sempre o direito de defesa." Nada a retocar, portanto, em relação ao teor deste item.

QUESTÃO 26. A respeito do controle interno e externo, considerando as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

a) As Constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão compostos por sete Conselheiros.

b) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

c) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao respectivo Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

d) Admite-se a criação de tribunais ou conselhos de contas em municípios com mais de 200 mil habitantes.

e) O controle interno do Poder Executivo pode ser exercido com apoio técnico do respectivo tribunal de contas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda o tema do controle exercido por tribunais de contas.

A alternativa A está incorreta, visto que em franco desacordo à regra do art. 75, parágrafo único, da CRFB, que assim estabelece: "As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros." Como daí se extrai, inexiste comando no sentido de que as leis orgânicas dos municípios devam, também, dispor sobre os Tribunais de Contas respectivos.

A alternativa B está incorreta, porque, na verdade, os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, e não do Supremo Tribunal Federal, conforme se vê da literalidade do art. 73, §3º, da CRFB: "Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40."

A alternativa C está correta, na medida em que reflete, com fidelidade, a norma do art. 74, §1º, da CRFB: "Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária."

A alternativa D está incorreta, pois a Constituição da República é explícita ao vedar a criação de Tribunais e Conselhos de Contas municipais, na forma de seu art. 31, §4º: "É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais."

A alternativa E está incorreta, pois não é competência constitucionalmente atribuída aos tribunais de contas a de prestar apoio técnico ao respectivo Poder Executivo, relativamente ao controle interno. Em verdade, as Cortes de Contas são órgãos que prestam auxílio ao Poder Legislativo no exercício do controle externo, a teor do art. 71, *caput*, da CRFB: "O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:"

QUESTÃO 27. Rafael é lavrador e enfrentava dificuldades para agendar consulta médica no posto de saúde. Ato contínuo, foi até o gabinete da Prefeitura Municipal a fim de registrar uma reclamação. No entanto, foi impedido pelo Chefe de Gabinete de conversar com a autoridade, sob o fundamento de que seus trajes simples de trabalho desrespeitavam o decoro esperado no gabinete, situação que foi presenciada por dezenas de munícipes que estavam no local. Considerando essa situação e o instituto da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

a) Rafael pode ingressar com ação indenizatória em face da Prefeitura Municipal, em função do constrangimento sofrido, sendo cabível ação de regresso em face do Chefe de Gabinete.

b) Rafael pode ingressar com ação indenizatória somente em face do Chefe de Gabinete, dado que a situação não atrai a responsabilização civil do Município.

c) A conduta descrita, embora vexatória, não é suficiente para fundamentar ação indenizatória e sustentar ilegalidade, uma vez que houve mero aborrecimento.

d) A conduta descrita, embora vexatória, é suficiente apenas para iniciar processo administrativo disciplinar em face da autoridade pública.

e) A autoridade pública agiu em exercício regular de direito, a fim de garantir o decoro do local.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão aborda o tema da responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está correta. De fato, é cabível a propositura de ação indenizatória contra o respectivo ente público, no caso, o Município de cujos quadros funcionais o agente público causador dos danos é integrante. Na espécie, a humilhação experimentada pelo cidadão, agravada por ter ocorrido em público, diante de dezenas de pessoas, não pode ser classificada como mero aborrecimento, chegando, sim, às raias da configuração de danos morais. Ademais, seria cabível o exercício do direito de regresso, pelo Município, contra o agente estatal que gerou os danos, na forma da parte final do art. 37, §6º, da CRFB: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos

responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

A alternativa B está incorreta, porquanto agride jurisprudência consolidada pelo STF, em repercussão geral, na linha da ilegitimidade passiva do agente público para responder diretamente perante a vítima pelos danos que vier a ocasionar no exercício de suas funções. No ponto, confira-se: "A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa." (RE 1027633, rel. Ministro Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 14-08-2019, publicado em 06-12-2019)

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, conforme sustentou-se linhas acima, a situação fática descrita no enunciado supera o que se pode considerar como mero aborrecimento, alcançando, sim, o patamar de humilhação grave, a ponto de ensejar reparação civil por danos morais experimentados.

A alternativa D está incorreta, uma vez que a instauração de processo administrativo disciplinar em face da autoridade pública constitui medida que deve ser adotada em paralelo, sem prejuízo, todavia, da responsabilização civil do Estado, pelos danos causados por seu agente, assim como do posterior exercício do direito de regresso contra o mesmo.

A alternativa E está incorreta, porquanto o enunciado da questão revela, na verdade, a prática de comportamento ilícito, permeado de tons preconceituosos, dirigido contra cidadão humilde, conduta essa geradora de danos morais ao ofendido, o que, por óbvio, jamais poderia ser classificado como exercício regular de direitos.

QUESTÃO 28. A respeito da Lei Federal nº 12.527/2011, que trata sobre o acesso às informações públicas, é correto afirmar que

a) comandante da Marinha tem competência para classificar informação como ultrassecreta, que permanecerá em sigilo por 25 anos, cuja decisão deve ser ratificada pelo respectivo Ministro de Estado.

b) é vedada a delegação da competência para classificar informação como ultrassecreta.

c) os titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista podem classificar informações somente no grau reservado, vedada a subdelegação.

d) a autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento, o conteúdo integral das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses.

e) as informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como secretas e ficarão sob sigilo pelo prazo de 15 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão exigiu domínio relativamente à Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

A alternativa A está correta, uma vez que encontra expresso apoio normativo no que estabelece o art. 27, I, "d", e §2º, da LAI, que ora transcreve-se: "A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades: (...)d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; (...)A classificação de informação no grau de sigilo ultrassecreto pelas autoridades previstas nas alíneas 'd' e 'e' do inciso I deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento."

A alternativa B está incorreta, pois o §1º do art. 27 da LAI permite, sim, a delegação de competência para classificar informações como ultrassecretas, *in verbis*: "A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que os titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista podem classificar informações no grau secreto, e não somente no reservado, a teor do art. 27, II, da LAI: "A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: (...) no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e"

A alternativa D está incorreta, eis que viola a regra do art. 30, I, da LAI, que assim preceitua: "A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento: rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;" Conforme daí se extrai, a publicação diz respeito apenas ao rol de informações desclassificadas, e não ao seu conteúdo integral.

A alternativa E está incorreta, porquanto, na verdade, trata-se aqui de informações que deverão ser classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição, conforme se vê do art. 24, §2º, da LAI: "As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição." Dessa maneira, incorreto dizer que devam ser classificadas no grau secreto, assim como que devam permanecer sob sigilo por 15 anos.

QUESTÃO 29. Suponha que um órgão de controle externo declarou a nulidade de um contrato administrativo sob a justificativa de que ele não atende ao princípio da economicidade. Considerando que se trata de um valor jurídico abstrato, com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que

a) a decisão por si só é inválida, pois a LINDB não estabelece parâmetros para o exercício da atividade realizada por autoridades controladoras.

b) a decisão deve indicar, ainda, de modo expresso as suas consequências jurídicas e administrativas.

c) as consequências práticas não precisarão ser expostas na decisão, pois o exercício do controle de uma ação administrativa deve avaliar exclusivamente a sua juridicidade.

d) a decisão será válida, ainda que sujeite aos afetados ônus ou perdas anormais ou excessivos.

e) a decisão, por si só, é inválida, pois a LINDB proibiu a realização do controle de contratos da Administração com base em valores jurídicos abstratos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 13.655/2018 alterou a LINDB para incluir disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, dentre as quais inseriu expressamente a realização do controle de contratos da Administração com base em valores jurídicos abstratos.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 20 da LINDB: "Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão". Além disso, dispõe o art. 21 da LINDB: "A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas".

A alternativa C está incorreta, pois o exercício do controle de uma ação administrativa não se restringe a sua juridicidade, de modo que, no caso, também devem ser avaliadas as consequências práticas da decisão. De acordo com o art. 20 da LINDB: "Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão". No mesmo sentido, o art. 21 da LINDB: "A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas".

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 21, parágrafo único, da LINDB: "A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos".

A alternativa E está incorreta. A Lei nº 13.655/2018 alterou a LINDB para incluir disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, dentre as quais inseriu expressamente a possibilidade do controle de contratos da Administração com base em valores jurídicos abstratos. De acordo com o art. 20 da LINDB: "Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão".

QUESTÃO 30. A respeito da nulidade e da anulabilidade dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

a) Os vícios sociais correspondem às situações em que há uma discordância entre a vontade do agente e a declaração de vontade.

b) A anulabilidade do negócio jurídico, em regra, fundamenta-se em razões de ordem pública e admite ser sanada pelas próprias partes.

c) O sistema jurídico brasileiro admite a conversão substancial do negócio jurídico, por meio da qual, respeitados certos requisitos, transforma um negócio absolutamente inválido em outro, com o objetivo de preservar a vontade das partes.

d) A simulação absoluta corresponde à situação em que as partes ocultam a realização de um negócio jurídico por meio de outro, a que se efetivamente direciona a intenção do agente, motivo pelo qual resultará, caso identificada, na declaração da nulidade do ato.

e) O princípio da conservação dos negócios jurídicos tem como consequência atribuir ao interessado o dever de suscitar a nulidade do negócio jurídico, bem como de preservar a sua eficácia até que haja a declaração expressa de órgão jurisdicional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois nos vícios sociais não há discordância entre a vontade do agente e a declaração de vontade. Os defeitos do negócio jurídico subdividem-se em vícios de consentimento (vontade) e vícios sociais. De acordo com Cristiano Chaves: "Os vícios de consentimento dizem respeito a hipóteses nas quais a manifestação de vontade do agente não corresponde ao íntimo e verdadeiro intento do agente. Ou seja, detecta-se mácula na vontade declarada, exteriorizando divergência entre a vontade que se percebe e o real desejo do declarante. São vícios de vontade o erro, o dolo, a coação, a lesão e o estado de perigo. Já nos vícios sociais a vontade é exteriorizada em conformidade com a intenção do agente. No entanto, há uma deliberada vontade de prejudicar terceiro ou burlar a lei, motivo pelo qual o vício não é interno, endógeno, mas externo, de alcance social. No ordenamento jurídico pátrio encontra-se como vício social a fraude contra credores".

A alternativa B está incorreta. No plano da validade do negócio jurídico, estão incluídas as hipóteses de nulidade (arts. 166 e 167 do Código Civil) e anulabilidade (art. 171 do Código Civil). Acerca da distinção entre nulidade e anulabilidade, afirma Cristiano Chaves que: "A nulidade viola interesses públicos, cuja proteção interessa a todos, à própria pacificação social. A anulabilidade, por sua vez, é vício menos grave, comprometendo interesses particulares, servindo essa distinção para fixar, desde logo, a legitimidade para pleitear o reconhecimento da invalidade: em se tratando de nulidade, qualquer pessoa pode suscitá-la e o magistrado pode conhecer de ofício; se, por outro turno, o caso é de anulabilidade, somente o interessado poderá provocá-la".

A alternativa C está correta. Dispõe o art. 170 do Código Civil que: "Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade". Trata-se do instituto da conversão substancial que consiste no "meio jurídico através do qual, respeitados certos requisitos, transforma-se um negócio jurídico inválido absolutamente (nulo) em outro, com o intuito de preservar a intenção das partes que declaram vontade", nas lições de Cristiano Chaves.

A alternativa D está incorreta, pois a alternativa traz o conceito de simulação relativa. Sobre o tema, aduz Cristiano Chaves: "A simulação absoluta tem lugar quando o ato negocial é praticado para não ter eficácia. Ou seja, na realidade, não há nenhum negócio, mas mera aparência. É o exemplo de um compromisso de compra e venda de imóvel fictício celebrado pelo locador, apenas para possibilitar uma ação de despejo. Já a simulação relativa, por sua vez, oculta um outro negócio (que fica dissimulado), sendo aquela em que existe intenção do agente, porém a declaração exteriorizada diverge da vontade interna. Em ambas as hipóteses, a simulação gera nulidade do negócio jurídico, não produzindo efeitos".

A alternativa E está incorreta, pois o princípio da conservação dos negócios jurídicos tem como consequência atribuir ao interessado o dever de suscitar a anulabilidade do negócio jurídico, bem como de preservar a sua eficácia até que haja a declaração expressa de órgão jurisdicional. De acordo com Cristiano Chaves: "O ato ou negócio jurídico anulável produzirá regulares efeitos até que lhe sobrevenha decisão judicial, no sentido de impedir que continuem se produzindo. A anulabilidade". Por outro lado, o ato nulo não produz qualquer efeito, segundo o autor: "em virtude da gravidade do vício infringido, violado, considera o ordenamento jurídico que o ato ou negócio nulo não produza qualquer efeito jurídico. [...] A nulidade de qualquer negócio será reconhecida através de decisão judicial meramente declaratória (limitando-se o magistrado a afirmar que não se produziu qualquer efeito, sendo desnecessário desconstituir qualquer situação) e, por conseguinte, imprescritível, produzindo efeitos ex tunc".

QUESTÃO 31. A respeito das Servidões, assinale a alternativa correta.

a) Se o possuidor não tiver título, o prazo da usucapião da servidão será de quinze anos.

b) A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, e constitui-se exclusivamente mediante declaração expressa dos proprietários.

c) Constituída para certo fim, a servidão não se pode ampliar a outro.

d) Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, passados dez anos de sua instituição.

e) É vedada a remoção da servidão, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente e à sua custa, ainda que em nada diminua as vantagens do prédio dominante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo da usucapião será de 20 (vinte) anos. Nos termos do art. 1.379, parágrafo único, do Código Civil: "O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, nos termos do art. 1.242, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Parágrafo único. Se o possuidor não tiver título, o prazo da usucapião será de vinte anos".

A alternativa B está incorreta, pois a servidão também pode ser constituída por testamento. Dispõe o art. 1.378 do Código Civil: "A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subseqüente registro no Cartório de Registro de Imóveis".

A alternativa C está correta, nos termos do art. 1.385, §1º, do Código Civil: "Constituída para certo fim, a servidão não se pode ampliar a outro".

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 1.387 do Código Civil: "Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada".

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 1.384 do Código Civil: "A servidão pode ser removida, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente e à sua custa, se em nada diminuir as vantagens do prédio dominante, ou pelo dono deste e à sua custa, se houver considerável incremento da utilidade e não prejudicar o prédio serviente".

QUESTÃO 32. Considere que Márcio era funcionário de Juliana, devidamente registrado e em conformidade com os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho. No dia 01 de fevereiro de 2020, Juliana o demitiu, sem justa causa. Passados seis meses da demissão, no dia 01 de agosto de 2020, eles encontraram-se e discutiram de forma calorosa, tendo Juliana gritado que o demitiu, porque ele havia furtado dois relógios em janeiro; mas, como não tinha provas, o demitiu sem justa causa. No dia 01 de fevereiro de 2024, Márcio ajuizou uma ação de reparação por danos morais, requerendo a condenação de Juliana em R$ 10.000,00, sob a alegação de que ela o ofendeu ao afirmar que ele havia furtado durante o contrato de trabalho. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) Márcio deve comprovar na petição inicial o preenchimento dos requisitos para aplicação da teoria do desvio produtivo.

b) a hipótese configura dano moral in re ipsa, que independe de nexo causal.

c) uma vez provado o dano, nexo causal e a conduta de Juliana, o pedido deve ser julgado procedente e a indenização deve ser fixada observando o método trifásico.

d) a pretensão de Márcio está prescrita, uma vez que se aplica o prazo prescricional trienal.

e) se Márcio comprovar os requisitos ensejadores da responsabilidade civil, a demanda deverá ser julgada procedente, pois se aplica o prazo prescricional quinquenal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois a teoria do desvio produtivo ocorre no âmbito das relações de consumo, logo, não incide no caso hipotético da relação trabalhista de Márcio e Juliana. Acerca da teoria do desvio produtivo, o jurista Marcos Dessaune descreve, no artigo denominado "Teoria Aprofundada do Desvio Produtivo do Consumidor: um panorama" (disponível em edição da revista Direito em Movimento, da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro), que o desvio produtivo do consumidor (também denominado desvio dos recursos produtivos do consumidor) consiste no "fato ou evento danoso que se consuma quando o consumidor, sentindo-se prejudicado, gasta o seu tempo vital – que é um recurso produtivo – e se desvia das suas atividades cotidianas – que geralmente são existenciais. Por sua vez, a esquiva abusiva do fornecedor de se responsabilizar pelo referido problema, que causa diretamente o evento de desvio produtivo do consumidor, evidencia a relação de causalidade existente entre a prática abusiva do fornecedor e o evento danoso dela resultante".

A alternativa B está incorreta, pois o dano moral presumido ou "in re ipsa" é aquele que dispensa prova para sua configuração, sendo necessária a demonstração do nexo causal. De acordo com o STJ: "1. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, 'se, por um lado, o dano moral coletivo não está relacionado a atributos da pessoa humana e se configura in re ipsa, dispensando a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral, de outro, somente ficará caracterizado se ocorrer uma lesão a valores fundamentais da sociedade e se essa vulneração ocorrer de forma injusta e intolerável' (REsp 1502967/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018)".

A alternativa C está incorreta, pois a pretensão de Márcio está prescrita, uma vez que se aplica o prazo prescricional trienal. No caso, a pretensão de compensação dos danos morais configura reparação civil e está sujeita ao prazo prescricional de 3 (três) anos previsto no art. 206, §3º, V, do Código Civil: "Art. 206. Prescreve: § 3º Em três anos: V - a pretensão de reparação civil". Logo, considerando que Márcio ajuizou uma ação de reparação por danos morais no dia 01 de fevereiro de 2024, após o decurso de mais de 3 (três) anos da data da violação do direito (ocorrida no dia 01 de agosto de 2020), verifica-se que a pretensão de Márcio está prescrita.

A alternativa D está correta. A pretensão de compensação dos danos morais configura reparação civil e, como tal, está sujeita ao prazo prescricional de 3 (três) anos previsto no art. 206, §3º, V, do Código Civil: "Art. 206. Prescreve: § 3º Em três anos: V - a pretensão de reparação civil". Ademais, o termo inicial é a data da violação do direito, ocorrida no dia 01 de agosto de 2020, quando Juliana gritou que o demitiu porque ele havia furtado dois relógios em janeiro. De acordo com o art. 189 do Código Civil: "Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206". Portanto, considerando que Márcio ajuizou uma ação de reparação por danos morais no dia 01 de fevereiro de 2024, após o decurso de mais de 3 (três) anos da data da violação do direito, verifica-se que a pretensão de Márcio está prescrita.

A alternativa E está incorreta, pois aplica-se o prazo trienal. A pretensão de compensação dos danos morais configura reparação civil e, como tal, está sujeita ao prazo prescricional de 3 (três) anos previsto no art. 206, §3º, V, do Código Civil: "Art. 206. Prescreve: § 3º Em três anos: V – a pretensão de reparação civil".

QUESTÃO 33. A respeito da Prescrição e da Decadência, assinale a alternativa que está de acordo com o Código Civil.

a) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença de primeira instância.

b) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aproveita aos outros, independentemente da natureza da obrigação.

c) Prescreve em três anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

d) Prescreve em cinco anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.

e) A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas no Código Civil e no Código de Processo Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois, no caso, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva, nos termos do art. 200 do Código Civil: "Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva".

A alternativa B está incorreta, pois somente aproveita aos outros se a obrigação for indivisível. De acordo com o art. 201 do Código Civil: "Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível".

A alternativa C está incorreta, pois o prazo é quinquenal, conforme o disposto no art. 206, §5º, III, do Código Civil: "Art. 206. Prescreve: § 5º Em cinco anos: III - a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo".

A alternativa D está incorreta, pois prescreve em 3 (três) anos, nos termos do art. 206, §3º, VI, do Código Civil: Art. 206. Prescreve: § 3º Em três anos: III - a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela".

A alternativa E está correta, conforme redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022 ao art. 206-A do Código Civil: "A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas neste Código e observado o disposto no art. 921 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)".

QUESTÃO 34. No que se refere a Direitos das Obrigações, assinale a alternativa correta.

a) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

b) Na obrigação dar coisa certa, se sobrevier melhoramento ou acréscimo à coisa, sem trabalho do devedor, em face do princípio que veda o enriquecimento sem causa, deverá o credor indenizar o devedor.

c) Na obrigação de dar coisa incerta, também denominada de obrigação genérica, a determinação se faz pela concentração, que constitui um ato jurídico bilateral.

d) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, excluindo-se a possibilidade de perdas e danos.

e) Na obrigação composta objetiva conjuntiva, existe mais de uma prestação, mas o sujeito passivo deve cumprir apenas uma delas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 238 do Código Civil: "Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda".

A alternativa B está incorreta, pois o credor não deverá indenizar o devedor. De acordo com o art. 241 do Código Civil: "Se, no caso do art. 238, sobrevier melhoramento ou acréscimo à coisa, sem despesa ou trabalho do devedor, lucrará o credor, desobrigado de indenização".

A alternativa C está incorreta, pois constitui ato jurídico unilateral. De acordo com Flávio Tartuce: "coisa incerta não quer dizer qualquer coisa, mas coisa indeterminada, porém suscetível de determinação futura. A determinação se faz pela escolha, denominada concentração, que constitui um ato jurídico unilateral".

A alternativa D está incorreta, pois incluem-se as perdas e danos, conforme o art. 239 do Código Civil: "Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos".

A alternativa E está incorreta. Aduz Flávio Tartuce que "a obrigação composta objetiva cumulativa ou conjuntiva (ou tão somente obrigação cumulativa) o sujeito passivo deve cumprir todas as prestações previstas, sob pena de inadimplemento total ou parcial. Desse modo, a inexecução de somente uma das prestações já caracteriza o descumprimento obrigacional. Geralmente, essa forma de obrigação é identificada pela conjunção e, de natureza aditiva". Por outro lado, nas obrigações alternativas, "São duas prestações distintas, independentes, das quais uma tem de ser cumprida, ficando a escolha ao arbítrio do devedor, ou, anormalmente do credor", conforme a clássica lição de Clovis Beviláqua.

QUESTÃO 35. A respeito da Regularização Fundiária Urbana (Reurb), assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 13.465/17.

a) Poderão requerer a Reurb os proprietários de imóveis ou de terrenos e loteadores, excetuando-se os incorporadores.

b) O requerimento de instauração da Reurb por proprietários de terreno e loteadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, não os eximirá da responsabilidade criminal, apenas da administrativa e civil.

c) Na Reurb, é vedada aos Municípios e ao Distrito Federal a admissão do uso misto de atividades.

d) Para fins da Reurb, os Municípios não poderão dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público.

e) A aquisição do primeiro direito real sobre unidade imobiliária derivada da Reurb-S é isenta de custas e emolumentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 14, III, da Lei nº 13.465/2017: "Art. 14. Poderão requerer a Reurb: III - os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores".

A alternativa B está incorreta, pois não os eximirá de responsabilidades administrativa, civil ou criminal. De acordo com o art. 14, §3º, da Lei nº 13.465/2017: "§ 3º O requerimento de instauração da Reurb por proprietários de terreno, loteadores e incorporadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, ou os seus sucessores, não os eximirá de responsabilidades administrativa, civil ou criminal".

A alternativa C está incorreta, pois é admitido o uso misto de atividades. Dispõe o art. 13, § 4º, da Lei nº 13.465/2017 que: "Na Reurb, os Municípios e o Distrito Federal poderão admitir o uso misto de atividades como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda no núcleo urbano informal regularizado".

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 13.465/2017: "Para fins da Reurb, os Municípios poderão dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edilícios".

A alternativa E está correta, conforme o disposto no art. 13, §1º, VI, da Lei nº 13.465/2017: "§ 1º Serão isentos de custas e emolumentos, entre outros, os seguintes atos registrais relacionados à Reurb-S: VI - a aquisição do primeiro direito real sobre unidade imobiliária derivada da Reurb-S".

QUESTÃO 36. Considere que Laura assinou um contrato de compra e venda de um imóvel de João e que, no instrumento contratual, foi fixada a utilização da taxa Selic como índice de correção monetária das parcelas ajustadas. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) o Código Civil veda a utilização da taxa Selic como índice de correção monetária das parcelas previstas em contrato de compra e venda de imóvel.

b) se não houver a incidência cumulativa de juros remuneratórios, admite-se a utilização da taxa Selic como forma de correção monetária das parcelas estipuladas no contrato.

c) como a taxa Selic abrange apenas correção monetária, pode ser utilizada livremente em qualquer instrumento contratual que demande atualização monetária, independentemente de previsão.

d) a utilização da taxa Selic pode ser cumulada com os juros compensatórios, desde que expressamente prevista no instrumento contratual.

e) como os juros remuneratórios indenizam o credor pelo atraso no pagamento da dívida, e a taxa Selic é utilizada para corrigir o débito, podem ser empregados de forma cumulativa no contrato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, conforme o entendimento do STJ. Destaca-se trecho da ementa do REsp 2011360/MS: "4. A taxa SELIC abrange juros e correção monetária. Em razão disso, não pode ser cumulada a nenhum outro índice que exprima tais consectários. Precedentes. Assim, se for pactuada a incidência da taxa Selic a título de correção monetária das parcelas contratuais, não será possível cumulá-la com juros remuneratórios, uma vez que os juros já estão englobados nesse índice. Isso não impedirá, contudo, a estipulação de juros de mora, já que possuem finalidade distinta dos juros remuneratórios. 5. Na espécie, o contrato de compra e venda celebrado entre as partes prevê a incidência da taxa Selic a título de correção monetária das parcelas do contrato, sem a incidência cumulativa de juros remuneratórios. A previsão contratual não é, portanto, abusiva. Somente haveria que se falar em abusividade se houvesse convenção de incidência simultânea de correção monetária das parcelas pela taxa Selic e de juros remuneratórios, pois se estaria diante de verdadeiro bis in idem. 6. Recurso especial conhecido e provido. (REsp n. 2.011.360/MS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 25/10/2022, DJe de 27/10/2022.)"

As alternativas A, C e D estão incorretas, conforme o fundamento da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o STJ: "Por sua vez, os juros têm a natureza de frutos civis e constituem obrigação acessória dos contratos onerosos, com fins de recompensar o credor ou de ressarcir a demora no pagamento do débito. Eles se subdividem em duas espécies: a) os remuneratórios ou compensatórios, cuja função é remunerar o credor pela privação do seu capital e b) os moratórios, que têm o papel de indenizar o credor pelo atraso no pagamento da dívida. (REsp n. 2.011.360/MS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 25/10/2022, DJe de 27/10/2022.)".

QUESTÃO 37. Considere que Daniela foi recentemente aprovada no vestibular e precisa se mudar para São Paulo. Como ela não tem um grande poder aquisitivo, Janaína, amiga da família, fez um contrato de comodato por prazo indeterminado de um apartamento de 55 m² que é de sua propriedade, emprestando-o para Daniela. Passados dois anos, sem apresentar justificativa, Janaína enviou uma notificação extrajudicial para que Daniela desocupasse o imóvel em 90 dias. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) o contrato de comodato é nulo, pois é vedado que seja estabelecido sem prazo definido.

b) como Daniela ainda precisa usar o bem, para que haja a desocupação é preciso que Janaína ajuíze uma ação de despejo.

c) como Janaína não apresentou qualquer justificativa e como não estabeleceu um prazo de pelo menos 180 dias, Daniela não precisa desocupar o bem.

d) é vedada a denúncia vazia no âmbito do contrato de comodato.

e) como o apartamento ficou por um prazo razoável à disposição de Daniela, Janaína tem o direito potestativo de pedi-lo de volta, sendo suficiente, para tanto, a notificação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois é possível que o comodato seja estabelecido sem prazo definido. De acordo com o art. 581 do Código Civil: "Se o comodato não tiver prazo convencional, presumir-se-lhe-á o necessário para o uso concedido; não podendo o comodante, salvo necessidade imprevista e urgente, reconhecida pelo juiz, suspender o uso e gozo da coisa emprestada, antes de findo o prazo convencional, ou o que se determine pelo uso outorgado".

A alternativa B está incorreta, pois a ação de despejo é típica do contrato locatício, sendo utilizada pelo locador para reaver o imóvel, seja qual for o fundamento do término da locação, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.245/91. Ademais, aduz Cristiano Chaves que: "A toda evidência, a medida processual cabível para a retomada da coisa pelo comodante é a ação de reintegração de posse, e não a ação de despejo, que é típica do contrato locatício, ou a ação de busca e apreensão, cuja essência é cautelar e não satisfativa. A jurisprudência vem tolerando o ajuizamento de ação reivindicatória, quando o comodante for o legítimo proprietário do bem".

A alternativa C está incorreta, pois a lei não estabelece prazo mínimo para a devolução do bem. Conforme o STJ, no comodato precário, "a constituição do devedor em mora reclamará, no caso, a prévia notificação judicial ou extrajudicial (mora ex persona), com a estipulação de prazo razoável para a restituição da coisa (REsp n. 1.327.627/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 25/10/2016, DJe de 1/12/2016)".

A alternativa D está incorreta. Acerca da denúncia vazia no âmbito do contrato de comodato, destaca-se o seguinte trecho do voto da ministra relatoria Maria Isabel Gallotti no AgInt no REsp 1641241/SP: "Entendo que o direito potestativo de rescindir o contrato é do proprietário do bem, que, por ato de liberalidade, faz o comodato e pode, sem declinar nenhuma razão, realizar a denúncia vazia do comodato, requerendo a coisa de vota, desde que esta tenha ficado por um prazo razoável à disposição do comodatário". Ademais, de acordo com Cristiano Chaves: "Pode o contrato se encerrar, ademais, pela resilição unilateral (denúncia). Nesse caso, a parte interessada tem de providenciar a notificação da outra, dando ciência da cessação negocial e estipulando um prazo razoável para a conclusão".

A alternativa E está correta. Destaca-se trecho da ementa do REsp n. 1.327.627/RS: "2. Como de sabença, o comodato é espécie de empréstimo gratuito, mediante o qual o comodante cede, temporariamente, ao comodatário um bem infungível, para fins de uso, assumindo este último o dever de conservar a coisa para posterior restituição. 3. A temporariedade é uma das características estruturais do comodato, uma vez consabido que a entrega gratuita de bem sem intenção de restituição caracteriza o contrato de doação e não o de empréstimo. Não há, portanto, que se falar em comodato vitalício ou perpétuo. 4. Celebrado comodato por prazo certo, não poderá o comodante, em regra, reclamar a restituição do bem antes do decurso do lapso assinalado. Por outro lado, advindo o termo contratual, exsurgirá o dever do comodatário de restituir a coisa, sob pena de configuração automática da mora, não havendo, portanto, necessidade de interpelação judicial ou extrajudicial do devedor (mora ex re). Nessa hipótese, a não devolução da coisa emprestada no prazo fixado constitui a posse precária do comodatário e, consequentemente, caracteriza o esbulho ensejador da pretensão reintegratória do comodante. 5. De outro giro, cuidando-se de comodato precário - isto é, sem termo certo -, o comodante, em regra, somente poderá invocar o direito de retomada (hipótese de resilição unilateral ou denúncia) após o transcurso do intervalo suficiente à utilização do bem, pelo comodatário, conforme sua destinação. A constituição do devedor em mora reclamará, no caso, a prévia notificação judicial ou extrajudicial (mora ex persona), com a estipulação de prazo razoável para a restituição da coisa, cuja inobservância implicará a caracterização do esbulho autorizador do interdito possessório. (REsp n. 1.327.627/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 25/10/2016, DJe de 1/12/2016.)".

QUESTÃO 38. A respeito da teoria da imprevisão, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

a) a revisão dos contratos em razão de uma pandemia sanitária constitui uma decorrência lógica e automática de sua concretização.

b) para ser aplicada, exige-se que o fato (superveniente) seja imprevisível e extraordinário, e que, desse fato, além do desequilíbrio econômico-financeiro, decorra situação de vantagem extrema para uma das partes.

c) os contratos de locação comercial, em período de pandemia sanitária, não podem ser revistos, em virtude da natureza empresarial de uma das partes.

d) o fato de uma relação contratual ser paritária – ou seja, não regidas pelas normas do direito do consumidor – não impede a revisão contratual com base em desvalorização cambial excessiva.

e) o aumento do custo da mão de obra em razão de reajuste salarial fixado em convenção coletiva de trabalho configura fato imprevisível capaz de justificar a repactuação contratual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, consoante as diretrizes firmadas no julgamento do REsp nº 1.998.206/DF, "a revisão dos contratos em razão da pandemia não constitui decorrência lógica ou automática, devendo ser analisadas a natureza do contrato e a conduta das partes - tanto no âmbito material como na esfera processual -, especialmente quando o evento superveniente e imprevisível não se encontra no domínio da atividade econômica das partes" (REsp n. 1.998.206/DF, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 14/6/2022, DJe de 4/8/2022).

A alternativa B está correta. Destaca-se trecho da ementa do REsp 1.998.206: "1. A revisão dos contratos com base nas teorias da imprevisão ou da onerosidade excessiva, previstas no Código Civil, exige que o fato (superveniente) seja imprevisível e extraordinário e que dele, além do desequilíbrio econômico e financeiro, decorra situação de vantagem extrema para uma das partes, situação evidenciada na hipótese".

A alternativa C está incorreta, pois o STJ considerou cabível a revisão judicial de contrato de locação não residencial, com redução proporcional do valor dos aluguéis em razão de fato superveniente decorrente da pandemia da Covid-19. Destaca-se trecho da ementa do REsp 1.984.277: "4. Nesse passo, embora não se contestem os efeitos negativos da pandemia nos contratos de locação para ambas as partes - as quais são efetivamente privadas do uso do imóvel ou da percepção dos rendimentos sobre ele - no caso em debate, considerando que a empresa locatária exercia a atividade de coworking e teve seu faturamento drasticamente reduzido, a revisão do contrato mediante a redução proporcional e temporária do valor dos aluguéis constitui medida necessária para assegurar o restabelecimento do equilíbrio entre as partes. 5. Recurso especial não provido. (REsp n. 1.984.277/DF, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 16/8/2022, DJe de 9/9/2022.)".

A alternativa D está incorreta, pois, de acordo com o STJ, tratando-se de relação contratual paritária – a qual não é regida pelas normas do direito do consumidor –, a maxidesvalorização do real ocorrida em janeiro de 1999 não autoriza a aplicação da teoria da imprevisão ou da teoria da onerosidade excessiva para promover a revisão de cláusula de indexação ao dólar americano. Segue trecho da ementa do REsp n. 1.321.614/SP: "4. O histórico inflacionário e as sucessivas modificações no padrão monetário experimentados pelo país desde longa data até julho de 1994, quando sobreveio o Plano Real, seguido de período de relativa estabilidade até a maxidesvalorização do real em face do dólar americano, ocorrida a partir de janeiro de 1999, não autorizam concluir pela imprevisibilidade desse fato nos contratos firmados com base na cotação da moeda norte-americana, em se tratando de relação contratual paritária. [...] 6. Em que pese sua relevante inovação, tal teoria, ao dispensar, em especial, o requisito de imprevisibilidade, foi acolhida em nosso ordenamento apenas para as relações de consumo, que demandam especial proteção. Não se admite a aplicação da teoria do diálogo das fontes para estender a todo direito das obrigações regra incidente apenas no microssistema do direito do consumidor, mormente com a finalidade de conferir amparo à revisão de contrato livremente pactuado com observância da cotação de moeda estrangeira. 7. Recurso especial não provido. (REsp n. 1.321.614/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, relator para acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 16/12/2014, DJe de 3/3/2015.)".

A alternativa E está incorreta, pois, no julgamento do agravo interno no REsp 1.797.714, o STJ reafirmou o entendimento de que o aumento do custo da mão de obra em razão de reajuste salarial fixado em convenção coletiva de trabalho não configura fato imprevisível capaz de justificar a repactuação contratual. Segue trecho da ementa: "1. Conforme pacífica orientação jurisprudencial deste Tribunal Superior e à luz do art. 65, inc. II, alínea "d", da Lei n. 8.666/1993, por ser previsível o advento de sua ocorrência, convenções ou acordos coletivos de trabalho não autorizam a repactuação dos valores referentes à mão-de-obra da respectiva categoria profissional; por isso, à míngua de previsão contratual, não há necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em razão de convenção coletiva de trabalho celebrada após o contrato administrativo. Precedentes. (AgInt no REsp n. 1.797.714/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 27/9/2021, DJe de 30/9/2021.)"

QUESTÃO 39. "O Poder Judiciário deve prover todos os esforços para viabilizar o julgamento do mérito a despeito da existência de vícios que possam impedir ou dificultar a realização dessa tarefa." Assinale a alternativa que corresponde ao princípio demonstrado nessa afirmação.

a) Inércia.

b) Primazia do mérito.

c) Cooperação.

d) Probidade Processual.

e) Motivação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, sendo que a questão exige o conhecimento sobre os princípios e as normas fundamentais do processo civil.

O art. 4º do CPC dispõe: "Art. 4º As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa".

Em suma, a primazia da decisão de mérito impõe ao órgão julgador a priorização da decisão de mérito, devendo agir, em cooperação com as partes, para prevenir a ocorrência de eventuais nulidades e extinções do feito sem resolução do mérito.

Caso alguma irregularidade ocorra, deve ainda ser oportunizada às partes (contraditório e dever de consulta), a manifestação sobre a existência ou não de prejuízo e, ainda, sobre a sanabilidade do vício.

Caso o processo seja extinto sem resolução do mérito, que seja dada a possibilidade ao julgador de se retratar, tudo com o desiderato de ultrapassar as questões prévias e decidir integralmente o mérito.

Assim, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 40. Em julho de 2023, Júnior propôs ação de resolução contratual em face de Diana. Ocorre que, em janeiro de 2023, Júnior já havia proposto uma ação de resolução contratual em face de Diana. Na ação proposta em janeiro, além da resolução contratual, Júnior requeria também o pagamento de indenização por danos materiais sofridos. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que haverá

a) conexão entre as ações, que deverão ser julgadas simultaneamente.

b) conexão entre as ações, sendo certo que a ação proposta em janeiro deverá ser julgada antes do julgamento da proposta em julho.

c) continência entre as ações, sendo que na ação proposta em julho será proferida sentença sem resolução do mérito.

d) continência entre as ações, sendo que elas serão necessariamente reunidas.

e) continência entre as ações, sendo que a sentença relativa à ação proposta em janeiro deverá ser proferida anteriormente à sentença relativa à ação proposta em julho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, sendo que a questão exigiu o conhecimento sobre competência no processo civil.

A hipótese é de "continência", porque entre as duas ações há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma (a ação de janeiro) é mais amplo, abrangendo o pedido da outra (a de julho), nos termos do art. 56 do CPC.

A solução da questão está no art. 57 do CPC: "Art. 57. Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas".

Sendo assim, como a ação que foi proposta primeiro tinha objeto mais abrangente que a primeira e identidade em relação a um capítulo – a resolução contratual – a segunda ação deve ser extinta sem resolução do mérito, conforme alternativa C.

Assim, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 41. Juliana propôs ação de alimentos em face de seu ex-marido, Ronaldo, requerendo o pagamento mensal no valor de mil reais. Ao final, estabeleceu como valor da causa o valor de dez mil reais. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O valor da causa está correto e a ação deverá prosseguir normalmente.

b) Ronaldo poderá impugnar o valor atribuído à causa a qualquer momento e o juiz decidirá a respeito.

c) Ronaldo deverá impugnar o valor atribuído à causa em preliminar da contestação, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, julgando, se for o caso, a extinção da ação sem resolução do mérito.

d) O juiz poderá corrigir de ofício, determinando o recolhimento das custas correspondentes, além do pagamento de multa por litigância de má-fé.

e) O juiz corrigirá de ofício e por arbitramento, caso em que Juliana procederá ao recolhimento das custas correspondentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, sendo que a questão exigiu o conhecimento sobre o tema "valor da causa".

A alternativa está correta conforme art. 292, § 3º, do CPC: "Art. 292 [...] § 3º O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes".

A alternativa A está incorreta, pois o valor da causa está incorreto, eis que deve corresponder à soma a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor, logo, R$ 12 mil, nos termos do art. 292, III, do CPC: "Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: [...] III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor".

A alternativa B está incorreta, pois o réu deve alegar a incorreção do valor da causa em momento oportuno, isto é, na contestação, antes de discutir o mérito, na forma do art. 293 e art. 337, III, do CPC, sob pena de preclusão: "Art. 293. O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas". "Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: [...] III - incorreção do valor da causa".

A alternativa C está incorreta, pois na hipótese, o juiz corrigirá de ofício e por arbitramento, mandando recolher as custas residuais, nos termos do já mencionado art. 292, § 3º, do CPC.

A alternativa D está incorreta, pois a hipótese não se amolda a ato que enseje a penalidade da multa por litigância de má-fé, mas mera irregularidade formal, sem maiores implicações no processo, já que o juiz poderá corrigir de ofício.

QUESTÃO 42. Acerca da estabilização da tutela provisória de urgência antecipada antecedente, assinale a alternativa correta.

a) A tutela antecipada torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso com efeito suspensivo.

b) Apenas a parte sucumbente poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada.

c) O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada extingue-se após 2 (dois) anos, contados da data em que foi proferida a decisão que extinguiu o processo.

d) A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes.

e) A tutela antecipada conservará seus efeitos enquanto não revista, reformada ou invalidada por qualquer decisão, de mérito ou não, proferida na ação que tenha o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Esse tema estava na nossa revisão de véspera e a alternativa correta está conforme redação expressa do art. 304, §§ 2º e 6º, do CPC: "Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303 , torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. [...] § 2º Qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada nos termos do caput . [...] § 6º A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do § 2º deste artigo".

A alternativa A está incorreta, pois basta a interposição do recurso para impedir a estabilização, não sendo necessário o efeito suspensivo, conforme a literalidade do "caput" do art. 304 do CPC. Além disso, doutrina e jurisprudência entendem que não apenas o recurso, mas qualquer forma de insurgência pelo réu é suficiente de impedir a estabilização (ex.: contestação, pedido de reconsideração, pedido de suspensão de liminar pela Fazenda, etc).

A alternativa B está incorreta, pois não é apenas a parte sucumbente que poderá demandar para rever, reformar ou invalidar a tutela estabilizada, mas "qualquer das partes", conforme o já mencionado art. 304, § 2º, do CPC.

A alternativa C está incorreta, pois o prazo não é contado da data em que foi proferida a decisão, mas da sua ciência, conforme art. 304, § 5º, do CPC: "Art. 304 [...] § 5º O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada, previsto no § 2º deste artigo, extingue-se após 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo, nos termos do § 1º".

A alternativa E está incorreta, pois a decisão que revisar, reformar ou invalidar a tutela provisória estabilizada será necessariamente de mérito, nos termos do art. 304, § 3º, do CPC: "Art. 304 [...] § 3º A tutela antecipada conservará seus efeitos enquanto não revista, reformada ou invalidada por decisão de mérito proferida na ação de que trata o § 2º".

QUESTÃO 43. Assinale a alternativa que corresponde à competência para decidir o pedido de suspensão de liminar contra o Poder Público.

a) Juiz de primeira instância, a competência é do Presidente do Tribunal de Justiça que teria competência para julgar o recurso contra a decisão.

b) Membro do Tribunal de Justiça, a competência é sempre do Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

c) Membro do Tribunal Federal, a competência é sempre do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

d) Membro de Tribunal Superior, a competência, desde que a causa não tenha fundamento constitucional, é do Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

e) Membro de Tribunal Superior e a causa tiver fundamento constitucional, não há possibilidade de pedido de suspensão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, sendo que a questão tratou do tema "suspensão de liminar contra o Poder Público", prevista na Lei n.º 8.437/1992, que abordamos na nossa revisão de véspera.

A resposta da alternativa decorre da interpretação do art. 4º da Lei n.º 8.437/1992: "Art. 4° Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".

A alternativa B está incorreta. Competência do Presidente do STJ (se matéria infraconstitucional) ou Presidente do STF (se matéria constitucional, ou se matéria infraconstitucional E constitucional).

A alternativa C está incorreta. Competência do Presidente do STJ (se matéria infraconstitucional) ou Presidente do STF (se matéria constitucional, ou se matéria infraconstitucional E constitucional).

A alternativa D está incorreta. Competência é do Presidente do STF, se houver fundamento constitucional. Se não houver, não cabe o pedido de suspensão.

A alternativa E está incorreta, pois da decisão de membro de Tribunal Superior caberá pedido de suspensão ao Presidente do STF, se houver fundamento constitucional.

QUESTÃO 44. Quando a sentença de mérito tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo, é correto afirmar que o processo será

a) interrompido, sendo necessário o requerimento das partes para a sua retomada.

b) interrompido pelo prazo de um ano.

c) suspenso pelo prazo de seis meses.

d) suspenso e haverá conexão com o outro processo, sendo o julgamento de ambos realizado em conjunto.

e) suspenso, sendo vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, sendo que o tema trata da suspensão do processo civil.

A alternativa correta está de acordo com o art. 314 do CPC: "Art. 314. Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição".

As alternativas A e B estão incorretas, pois nos casos enunciados, haverá a suspensão do processo, nos termos do art. 313, V, b, do CPC: "Art. 313. Suspende-se o processo: [...] V - quando a sentença de mérito: [...] b) tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo".

A alternativa C está incorreta, pois é caso de suspensão, mas o prazo máximo é de um ano, nos termos do art. 313, § 4º, do CPC: "Art. 313 [...] § 4º O prazo de suspensão do processo nunca poderá exceder 1 (um) ano nas hipóteses do inciso V e 6 (seis) meses naquela prevista no inciso II".

A alternativa D está incorreta, pois embora seja caso de caso de suspensão, não é hipótese de conexão com o outro processo, vide o art. 55 do CPC, sobre requisitos da conexão: "Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir".

QUESTÃO 45. Acerca da reconvenção, assinale a alternativa correta.

a) Proposta a reconvenção, o autor será intimado pessoalmente para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

b) Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

c) Não é possível propor reconvenção da reconvenção.

d) É lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa, não sendo possível a sua apresentação caso não seja oferecida a contestação.

e) A ocorrência de causa extintiva que impeça o exame do mérito da ação obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, sendo que a questão tratou da reconvenção.

A alternativa correta está de acordo com o art. 343, § 5º, do CPC: "Art. 343 [...] § 5º Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual".

A alternativa A está incorreta, pois a intimação do autor para contestar a reconvenção será através do advogado, nos termos do art. 343, § 1º, do CPC: "Art. 343 [...] § 1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias".

A alternativa C está incorreta. O do art. 702, § 6º, do CPC veda a reconvenção à reconvenção somente na ação monitória: "Art. 702 [...] § 6º Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção". Logo, a contrario sensu, cabe reconvenção à reconvenção nas outras ações. Aliás, não é outro o entendimento do STJ: "O sistema processual brasileiro admite a reconvenção sucessiva (reconvenção a reconvenção), desde que seu exercício tenha se tornado viável a partir de questão suscitada na contestação ou na primeira reconvenção". (REsp n.º 1.690.216/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Rel. Acd. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 22/9/2020, Informativo n.º 680).

A alternativa D está incorreta, pois o réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação, nos termos do art. 343, § 6º, do CPC: "Art. 343 [...] § 6º O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação".

A alternativa E está incorreta, pois a desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção, nos termos do art. 343, § 2º, do CPC: "Art. 343 [...] § 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção".

QUESTÃO 46. É correto afirmar que a audiência de instrução e julgamento poderá ser adiada

a) por convenção das partes, por apenas uma vez.

b) apenas no caso de uma das partes não poder participar.

c) caso haja atraso injustificado do seu início em tempo superior a uma hora do horário marcado.

d) caso uma das testemunhas necessárias não possa comparecer, por motivo justificado.

e) caso qualquer pessoa que deva dela participar não puder comparecer, sendo certo que o impedimento quanto ao comparecimento deverá ser comprovado até um dia antes da data de abertura da audiência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, sendo que a questão tratou da audiência de instrução e julgamento.

A alternativa correta, está de acordo com o art. 362, II, do CPC: "Art. 362. A audiência poderá ser adiada: [...] II - se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar".

A alternativa A está incorreta, pois o art. 362, I, do CPC, não limita o número de adiamentos por convenção das partes: "Art. 362. A audiência poderá ser adiada: I - por convenção das partes".

A alternativa B está incorreta, pois existem outras hipóteses de adiamento listadas no art. 362 do CPC, à exemplo da já mencionada convenção das partes.

A alternativa C está incorreta, pois o limite temporal previsto pelo CPC na hipótese é 30 (trinta) minutos e não 1 (uma) hora, vide o art. 362, III, do CPC: "Art. 362. A audiência poderá ser adiada: [...] III - por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado".

A alternativa E está incorreta, pois a comprovação do impedimento até a abertura da audiência, nos termos do art. 362, § 1º, do CPC: "Art. 362 [...] § 1º O impedimento deverá ser comprovado até a abertura da audiência, e, não o sendo, o juiz procederá à instrução".

QUESTÃO 47. A sentença que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador é uma sentença com ausência de

a) fundamentação e, portanto, inexistente.

b) dispositivo e, portanto, nula.

c) relatório e, portanto, absolutamente nula.

d) fundamentação e, portanto, nula.

e) dispositivo e, portanto, inexistente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, sendo que a questão tratou do dever de fundamentação das decisões judiciais.

A alternativa correta possui fundamento no art. 489, § 1º, IV, do CPC: "Art. 489 [...] § 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: [...] IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador".

A alternativa A está incorreta, pois embora o defeito seja na fundamentação, o vício decorrente não é o de inexistência, mas de nulidade. A sentença existirá, pois possui os seus elementos formais essenciais, de modo que a fundamentação inadequada ensejará a sua nulidade.

As alternativas B e E estão incorretas, pois o dispositivo é a parte da decisão em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem, logo, o defeito mencionado – da falta de enfrentamento de todos os argumentos - ocorre na fundamentação da decisão.

A alternativa C está incorreta, pois o relatório é o trecho da sentença que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo, não possuindo conteúdo persuasivo ou decisório, não sendo o defeito na decisão mencionada.

QUESTÃO 48. Ricardo propôs ação de indenização por danos morais em face de Rafaela, que, citada, apresentou contestação. A ação foi julgada procedente e condenou Rafaela ao pagamento de indenização no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Após o trânsito em julgado, Ricardo iniciou o cumprimento de sentença, apresentando seu cálculo de liquidação. Rafaela, por sua vez, apresentou impugnação ao cálculo apresentado por Ricardo, alegando incorreção. O juiz, após analisar os argumentos das partes, julgou improcedente a impugnação apresentada por Rafaela, mantendo o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Inconformada com a decisão do juiz, Rafaela poderá apresentar

a) apelação que terá efeito suspensivo.

b) apelação que não terá efeito suspensivo.

c) agravo de instrumento.

d) recurso especial.

e) reclamação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, sendo que a questão tratou dos recursos no processo civil.

O pronunciamento judicial que rejeita a impugnação ao cumprimento de sentença tem natureza de decisão interlocutória, uma vez que não coloca fim ao processo nem extingue a execução, nos termos do art. 203, § 2º, CPC: "Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 1º Ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487 , põe fim à

fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução. § 2º Decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não se enquadre no § 1º".

Além disso, o art. 1.015, parágrafo único, do CPC, traz a possibilidade expressa de agravo de instrumento das decisões interlocutórias proferidas em cumprimento de sentença: "Art. 1.015 [...] Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário".

A decisão proferida no caso do enunciado se deu nos autos de um cumprimento de sentença e não pôs fim ao procedimento em si, mas tão somente rejeitou a impugnação da devedora, de modo que o processo deverá seguir em seus ulteriores atos expropriatórios, caso não haja o pagamento.

Logo, o recurso cabível contra a decisão interlocutória em comento é o agravo de instrumento, com base em fundamento expresso no art. 1.015, parágrafo único, do CPC.

Assim, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 49. A revisão da tese jurídica firmada no incidente de resolução de demandas repetitivas

a) far-se-á perante o Supremo Tribunal Federal.

b) não poderá ser realizada de ofício, sendo necessário requerimento das partes.

c) poderá ser requerida pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.

d) somente poderá ser feita dois anos após a publicação da tese firmada.

e) depende do pagamento de custas processuais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, sendo que a questão tratou da revisão de tese em IRDR.

A alternativa correta está de acordo com o art. 986 e art. 977, III, ambos do CPC: "Art. 986. A revisão da tese jurídica firmada no incidente far-se-á pelo mesmo tribunal, de ofício ou mediante requerimento dos legitimados mencionados no art. 977, inciso III". "Art. 977 [...] III - pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição."

A alternativa A está incorreta, pois a revisão da tese jurídica firmada no incidente far-se-á pelo mesmo tribunal, nos termos do já mencionado art. 986 do CPC.

A alternativa B está incorreta, pois a revisão da tese jurídica firmada no incidente pode ser realizada de ofício, nos termos do já mencionado art. 986 do CPC.

A alternativa D está incorreta, pois não existe essa exigência em lei.

A alternativa E está incorreta, pois não existe tal exigência em lei para a revisão da tese, sendo que para o IRDR em si, há expressa previsão no CPC, de que não serão exigidas custas processuais, vide o art. 976, § 5º: "Art. 976 [...] § 5º Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas".

QUESTÃO 50. Matheus propôs ação monitória em face do Município de Nova Cruz, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo, exigindo o cumprimento de obrigação de fazer. Sendo evidente o direito de Matheus, o juiz deferiu a expedição de mandado para execução da obrigação de fazer. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O Município de Nova Cruz terá o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa.

b) Se o Município de Nova Cruz opuser embargos à ação monitória proposta por Matheus, suspender-se-á a eficácia da decisão que deferiu a expedição do mandado para execução da obrigação de fazer até o julgamento em primeiro grau.

c) Se o Município de Nova Cruz cumprir o mandado no prazo, estará isento do pagamento dos honorários advocatícios.

d) Depois de prestada a prévia segurança do juízo, o Município de Nova Cruz poderá opor, nos próprios autos, embargos à ação monitória.

e) Apresentados embargos à execução pelo Município de Nova Cruz, Matheus será intimado para responder os embargos no prazo de 5 (cinco) dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, sendo que a questão tratou da ação monitória, que é cabível contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 700, § 6º, do CPC: "aRT. 700 [...] § 6º É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública".

A alternativa correta está de acordo com o art. 702, § 4º, do CPC: "Art. 702 [...] § 4º A oposição dos embargos suspende a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau".

A alternativa A está incorreta. O prazo para o Município cumprir o mandado de execução de obrigação de fazer será, de fato, de 30 dias (o prazo geral é de 15 dias – art. 701, caput, e aplica-se em dobro para a Fazenda, na forma do art. 183, todos do CPC), contudo, tal prazo não se aplica para o pagamento dos honorários advocatícios de 5%.

Lembremos que as execuções de pagar quantia contra a Fazenda Pública submetem-se ao regime especial de precatório ou RPV (a depender do valor), de modo que o Município não poderia, neste momento inicial, realizar o pagamento voluntário dos honorários.

Note-se que o art. 701, §4º, do CPC, expressamente estabelece que Sendo a ré Fazenda Pública, não apresentados os embargos previstos no art. 702 , aplicar-se-á o disposto no art. 496 , observando-se, a seguir, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial.

Ou seja: será preciso primeiro observar se é caso de remessa necessária (art. 496), e depois a execução da quantia observará a disciplina do art. 534 e seguintes do CPC.

Portanto, o erro da alternativa "A" consiste em afirmar que o Município terá o prazo de 30 dias para o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa.

A alternativa C está incorreta, pois a isenção na hipótese será do pagamento das custas, nos termos do art. 701, § 1º, do CPC.

A alternativa D está incorreta, pois a oposição dos embargos monitórios independe de prévia segurança do juízo, nos termos do art. 702 do CPC: "Art. 702. Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo previsto no art. 701 , embargos à ação monitória".

A alternativa E está incorreta, pois o autor terá 15 (quinze) e não 5 (cinco) dias para se manifestar sobre os embargos, conforme art. 702, § 5º, do CPC: "Art. 702 [...] § 5º O autor será intimado para responder aos embargos no prazo de 15 (quinze) dias".

QUESTÃO 51. Assinale a alternativa que corresponde a um caso hipotético que seja de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.

a) O morador do bairro X propõe ação de indenização por danos morais, no valor de 30 (trinta) salários mínimos em face do Município Y, em decorrência da demora em providenciar em seu lote a disponibilização de sistema de coleta de esgoto, já existente para os demais lotes do bairro.

b) A Microempresa X propõe uma execução fiscal em face do Município Y, visando ao cancelamento da cobrança do IPTU no valor de 10 (dez) salários mínimos.

c) Em razão de uma falta grave, Marcela, servidora pública estadual, foi demitida. Inconformada com a pena de demissão, propõe ação de impugnação da pena recebida, estabelecendo como valor da causa a quantia de 20 (vinte) salários mínimos.

d) A Empresa X Ltda propõe ação de obrigação de fazer em face do Município X para a conclusão da revitalização de uma pequena praça em frente à sede de sua empresa, no valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

e) Camila impetra mandado de segurança em face do Município X em decorrência de ato ilegal do Secretário de Saúde, que vedou a concessão de medicamento de uso contínuo, no valor de 50 (cinquenta) salários mínimos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, sendo que a questão exigiu o tema da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, regidos pela Lei n.º 12.153/2009, que também abordamos na revisão de véspera.

A alternativa correta está de acordo com o art. 2º da Lei n.º 12.153/2009, sendo certo que o objeto e o valor da causa estão dentro do espectro de incidência da norma de competência: "Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos".

A alternativa B está incorreta, pois Microempresa não é parte legítima para propor execução fiscal.

A alternativa C está incorreta, pois não é competência do Juizado Especial da Fazenda Pública julgar impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares, nos termos do art. 2º, § 1º, III, da Lei n.º 12.153/2009: "Art. 2º [...] § 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública: [...] III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

A alternativa D está incorreta, pois a obrigação de fazer diz respeito a interesse coletivo lato sensu, que não de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos do art. 2º, § 1º, I, da Lei n.º 12.153/2009: "Art. 2º [...] § 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública: [...] I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos".

A alternativa E está incorreta, pois não cabe mandado de segurança em Juizado Especial da Fazenda Pública, conforme o já mencionado art. 2º, § 1º, I, da Lei n.º 12.153/2009.

QUESTÃO 52. Movida a ação de Execução Fiscal em face da empresa Alvorada S/A, olvidou-se o Procurador de mencionar na petição inicial o número de inscrição no cadastro de pessoa jurídica (CNPJ) da executada e de anexar o demonstrativo do débito exequendo. Em decorrência, a petição inicial foi indeferida pelo Juízo. Nessa situação hipotética,

a) a indicação do CNPJ da executada constitui informação primordial que deve constar do texto da petição inicial, a fim de que se possa atribuir os efeitos da sentença à pessoa certa e determinada, omissão que, por si só, já justifica o indeferimento da inicial.

b) a ausência do demonstrativo do cálculo do débito exequendo torna inviável a certeza quanto ao valor da causa, omissão que, por si só, já justifica o indeferimento da inicial.

c) a falta da indicação do CNPJ e do demonstrativo do cálculo do débito exequendo não são requisitos exigidos pela lei que rege o executivo fiscal, de modo que o indeferimento da inicial se mostra equivocado

d) ainda que a inicial pudesse ser emendada para fazer constar a indicação do CNPJ, a ausência do demonstrativo do cálculo do débito exequendo tornaria inviável tal determinação, visto que o valor a ser exigido, por consistir no mérito da ação, justifica o indeferimento da inicial.

e) a juntada do demonstrativo do cálculo do débito exequendo poderia ser objeto de emenda da inicial, todavia a ausência do CNPJ inviabiliza tal possibilidade por estar relacionado a uma das condições da ação.

Comentários

A resposta correta é a **letra C.** A questão trata sobre requisitos da execução fiscal.

O entendimento pacificado e regular do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de dispensa da apresentação de demonstrativo de cálculo e documentos pessoais, para fins de execução fiscal. Vejamos a súmula e o tema repetitivo sobre o assunto:

"Súmula 559-STJ: Em ações de execução fiscal, é desnecessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, por tratar-se de requisito não previsto no art. 6º da Lei n. 6.830/1980. STJ. 1ª Seção. Aprovada em 09/12/2015. DJe 15/12/2015."

"Tema Repetitivo 876 do STJ: Em ações de execução fiscal, descabe indeferir a petição inicial sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG da parte executada (pessoa física), visto tratar-se de requisito não previsto no art. 6º da Lei nº 6.830/80 (LEF), cujo diploma, por sua especialidade, ostenta primazia sobre a legislação de cunho geral, como ocorre frente à exigência contida no art. 15 da Lei nº 11.419/06."

A alternativa A está incorreta. Não é necessária apresentação do CNPJ.

A alternativa B está incorreta. Não é necessária apresentação do demonstrativo de cálculo.

A alternativa D está incorreta. Não é necessária apresentação do demonstrativo de cálculo.

A alternativa E está incorreta. Não é necessária apresentação do CNPJ.

QUESTÃO 53. De acordo com a jurisprudência e o regramento legal do Mandado de Segurança, da decisão do relator que, no caso de competência originária do tribunal, concede a medida liminar, cabe

a) recurso ordinário.

b) recurso especial.

c) agravo de instrumento.

d) agravo interno.

e) embargos de divergência.

Comentários

A resposta correta é a **letra D.** A questão trata sobre a lei do Mandado de Segurança.

A resposta, em questão, pode ser encontrada na letra da Lei 12016/2009, que Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, vejamos: Art. 16. Nos casos de competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, sendo assegurada a defesa oral na sessão do julgamento do mérito ou do pedido liminar. Parágrafo único. Da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar caberá agravo ao órgão competente do tribunal que integre.

Assim, por força expressa de lei, incorretas as demais alternativas.

QUESTÃO 54. Determina a Lei no 4.320/1964 que a Lei do Orçamento deverá conter a discriminação da receita e da despesa de modo a evidenciar a política econômica e o programa do Governo, obedecidos os princípios da

a) unidade, anterioridade e equivalência

b) universalidade, equivalência e anterioridade

c) unidade, seletividade e equivalência.

d) uniformidade, equivalência e anualidade.

e) unidade, universalidade e anualidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão aborda o tema princípios orçamentários, previsto na Lei nº 4.320/1964.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, pois expressamente contrárias ao texto de lei do artigo 2º da Lei nº 4.320/1964, vejamos: "Art. 2° A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade."

A alternativa E está correta, pois trouxe os princípios expressamente previstos no artigo 2º da Lei nº4.320/1964.

QUESTÃO 55. O produto de receitas específicas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços e ao qual se faculta a adição de normas peculiares de aplicação, corresponde, de acordo com as disposições da Lei no 4.320/1964, ao conceito de

a) fundo especial.

b) subvenção econômica.

c) subvenção social.

d) crédito especial.

e) subsídio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema fundos especiais, previsto na Lei nº 4.320/1964.

A alternativa A está correta, pois traz exatamente o conceito de fundo especial previsto no artigo 71 da Lei nº 4.320/1964: "Artigo 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação."

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, pois não se coadunam com o conceito requerido no enunciado da questão.

QUESTÃO 56. Assegura a Constituição Federal que as emendas individuais impositivas, apresentadas ao projeto de lei orçamentária, possam alocar recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios por meio de transferência especial ou de transferência com finalidade definida. Assinale a alternativa correta acerca do tema.

a) Os recursos por esse meio transferidos passarão a integrar a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo.

b) O ente federado que for beneficiado pela transferência especial pode firmar contratos de cooperação técnica para fins de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária na aplicação dos recursos.

c) Tratando-se de transferência com finalidade definida, será vedada a aplicação dos recursos nas áreas de competência constitucional da União.

d) Dos recursos provenientes das transferências especiais, pelo menos 70% deverão ser aplicados no pagamento dos encargos referentes ao serviço da dívida.

e) Pelo menos 50% dos recursos provenientes das transferências especiais e das transferências com finalidade definida deverão ser aplicados no pagamento das despesas sociais com pensionistas e o restante deverá ser aplicado nos encargos dos serviços da dívida.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A questão aborda o tema emendas impositivas, previsto na Constituição Federal a partir do artigo 166-A.

A alternativa A está incorreta, pois expressamente contrária ao que dispõe o artigo 166-A, §1º da Constituição Federal, vejamos: "Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de: § 1º Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de (...)".

A alternativa B está correta, já que contempla exatamente o que dispõe o artigo 166-A, §3º da Constituição Federal, vejamos: "Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de: § 3º O ente federado beneficiado da transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo poderá firmar contratos de cooperação técnica para fins de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária na aplicação dos recursos.".

A alternativa C está incorreta, pois não há vedação quanto à aplicação dos recursos, ao revés, é expressamente permitido, conforme dispõe o artigo 166-A, §4º da Constituição Federal: "Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de: § 4º Na transferência com finalidade definida a que se refere o inciso II do caput deste artigo, os recursos serão: I - vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar; e II - aplicados nas áreas de competência constitucional da União.".

A alternativa D está incorreta, pois há vedação expressa quanto à utilização do montante reservado para o pagamento dos serviços de dívida, conforme disposição do artigo 166-A, §5º e §1º, inciso II da Constituição Federal: "Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de: § 1º Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, e com pensionistas; e II - encargos referentes ao serviço da dívida. (...) § 5º Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do caput deste artigo deverão ser aplicadas em despesas de capital, observada a restrição a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo."

A alternativa E está incorreta, já que não há essa previsão no texto constitucional, conforme o artigo 166-A, §5º da Constituição Federal: "Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de: (...) § 5º Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do caput deste artigo deverão ser aplicadas em despesas de capital, observada a restrição a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo."

QUESTÃO 57. A entidade assistencial São José Operário adquire cobertores para as pessoas carentes que abriga. Todavia, ao realizar essa compra, o representante legal da entidade, verificando a cobrança de ICMS na nota fiscal, entende ser indevida a tributação, haja vista a imunidade tributária constitucional da qual goza referida entidade.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta tendo por base a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) O imposto, de fato, não pode ser exigido da entidade tendo em vista ser objetiva a imunidade constitucional da qual goza.

b) Na qualidade de contribuinte de direito, a entidade goza de imunidade constitucional subjetiva, fato que impede a cobrança do imposto

c) A entidade, nessa situação, possui a qualidade de contribuinte de fato e deve pagar o imposto, não se lhe aplicando a imunidade da qual goza.

d) A imunidade genérica, no caso em questão, limita o poder de tributar e impede a ocorrência do fato gerador do imposto.

e) A imunidade específica da qual goza a entidade a desqualifica como sendo contribuinte do imposto.

Comentários

A resposta correta é a **letra C.** A questão trata sobre imunidade tributária.

O Supremo já enfrentou o tema, e a alternativa reproduz o entendimento fixado em repercussão geral. Nesse sentido: "A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante, para a verificação da existência do beneplácito constitucional, a repercussão econômica do tributo envolvido. STF. Plenário. RE 608872/MG, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 22 e 23/2/2017 (repercussão geral) (Info 855)."

O entendimento anterior é totalmente contrário as demais alternativas, havendo incompatibilidade total com o pacificado pelo STF.

QUESTÃO 58. Na repartição das receitas tributárias, do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), pertence aos Municípios o percentual de _____%, cujas parcelas serão creditadas, considerando-se _____ %, de acordo com o que dispuser a lei estadual, e _____ %, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações e prestações realizadas em seus territórios.

Completam corretamente as lacunas os percentuais de

a) 21,5 ... 60 ... 40

b) 22,5 ... 40 ... 60

c) 22,5 ... 70 ... 30

d) 25 ... 35 ... 65

e) 25 ... 65 ... 35

Comentários

A resposta correta é a **letra D.** A questão trata sobre repasse do ICMS aos municípios.

A resposta é encontrada diretamente na CF, vejamos: "Art. 158. Pertencem aos Municípios: IV - 25% (vinte e cinco por cento): a) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; § 1º As parcelas de receita pertencentes aos Municípios mencionadas no inciso IV, "a", serão creditadas conforme os seguintes critérios: I - 65% (sessenta e cinco por cento), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios; II - até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos.

A questão cobra apenas os percentuais fixados na própria Constituição Federal, de forma bem objetiva e quantitativa, não havendo margem para considerar nenhuma das outras alternativas.

QUESTÃO 59. Determinado município, a título de prevenção e combate a incêndios, pretende instituir taxa que passará a ser cobrada dos proprietários de imóveis da localidade a partir do exercício seguinte ao qual se der a publicação da lei que a venha instituir.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que referida taxa será

a) legítima, posto que atenderá aos princípios da legalidade e da anterioridade, conforme exigidos pela Constituição Federal, possuindo o município competência privativa para instituí-la, desde que a lei seja publicada, no mínimo, noventa dias antes do encerramento do exercício.

b) legítima, posto que esse tipo de taxa decorre do exercício regular do poder de polícia, constituindo obrigação do município zelar pelo combate a incêndios, motivo por que lhe compete, em razão de sua competência tributária concorrente, a instituição de taxa com essa finalidade

c) legítima, posto que o serviço a ser prestado é específico e divisível porquanto de utilização singularizada, possuindo o município competência concorrente para a instituição da taxa, além da observância aos princípios constitucionais

d) inconstitucional, posto que a competência exclusiva para manutenção desse tipo de serviço é do Estado, a quem cabe zelar pela segurança pública por meio do Corpo de Bombeiros, cujo custeio tanto pode ser feito pela receita decorrente de imposto quanto pela eventual instituição de taxa dos Estados-Membros.

e) inconstitucional, posto que o município não detém competência para instituir esse tipo de taxa, visto que o serviço público de prevenção e combate a incêndios é de índole geral, indivisível e de utilidade genérica, a ser custeado com a receita proveniente de impostos.

Comentários

A resposta correta é a **letra E.** A questão trata sobre julgado do STF sobre taxa de incêndio municipal.

A taxa de incêndio e sinistro, foi tema específico de julgado do Supremo, sendo tema recorrente nas provas de concurso. A inconstitucionalidade é patente – tendo em vista que o vício não atinge apenas a competência, mas a "taxa" em si, uma vez que a cobrança deveria ser viabilizada por meio de imposto. Vejamos a Tese fixada pelo STF: "A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como a viabilizá-la a arrecadação de impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para tal fim." STF. Plenário. RE 643247/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 1º/8/2017 (repercussão geral) (Info 871).

Para fins de esclarecimento, interessante, ainda, pontuar trecho da ementa da ADI que enfrentou o tema: "3. A taxa anual de segurança contra incêndio tem como fato gerador a prestação de atividade essencial geral e indivisível pelo corpo de bombeiros, sendo de utilidade genérica, devendo ser custeada pela receita dos impostos. 4. Taxa de aprovação de projetos de construção pelo exercício de poder de polícia. A análise de projetos de sistemas de prevenção contra incêndio e pânico é serviço público antecedente e preparatório de prática do ato de polícia, concretizado na aprovação ou não do projeto e, consequentemente, na autorização ou não de se obterem licenças e alvarás de construção. Serviços preparatórios específicos e divisíveis, voltados diretamente ao contribuinte que pretende edificar em Sergipe, podendo ser custeados por taxas AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.908 SERGIPE RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA".

QUESTÃO 60. Assinale a alternativa que está em consonância com as determinações da Resolução no 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e alterações posteriores, no que se refere à parcela superpreferencial.

a) Independe de contraditório o pedido de superpreferência, anterior à expedição do precatório, quando estiver devidamente instruído com a prova da moléstia grave ou da deficiência do requerente.

b) O preenchimento dos requisitos, na superpreferência por idade, deve ser aferido de ofício com os dados constantes dos autos, independente de requerimento, inclusive no âmbito da Presidência do Tribunal.

c) O pedido de superpreferência relativo à moléstia grave ou deficiência, para precatórios já expedidos, deve ser dirigido ao Juízo de origem do precatório, que decidirá a respeito, assegurando o contraditório, vedada a delegação ao presidente do tribunal.

d) O pagamento superpreferencial importa em ordem de pagamento imediato, independentemente da ordem de preferência.

e) Será permitido novo pagamento da parcela superpreferencial, desde que sob fundamento diverso surgido posteriormente, mantida a ordem de preferência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão aborda o tema dos precatórios no âmbito do Poder Judiciário, regulamentado na Resolução do CNJ nº 303/2019.

A alternativa A está incorreta, pois o contraditório é assegurado, conforme artigo 9º, §1º da Resolução do CNJ nº 303/2019, vejamos: "Art. 9º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, sejam idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais, até a monta equivalente ao triplo fixado em lei como obrigação de pequeno valor, admitido o fracionamento do valor da execução para essa finalidade. (...) § 1º Antes da expedição do precatório, o pedido de superpreferência, devidamente instruído com a prova da moléstia grave ou da deficiência do requerente, será apresentado ao juízo da execução, assegurando-se o contraditório."

A alternativa B está correta, conforme expressa previsão legal do artigo 9º, §2º da Resolução do CNJ nº 303/2019, vejamos: "Art. 9º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, sejam idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais, até a monta equivalente ao triplo fixado em lei como obrigação de pequeno valor, admitido o fracionamento do valor da execução para essa finalidade. (...) § 2º Na hipótese de superpreferência por idade, o preenchimento de seus requisitos deve ser aferido de ofício com os dados pessoais constantes dos autos, independente de requerimento, inclusive no âmbito da Presidência do Tribunal.".

A alternativa C está incorreta, pois o pedido deve ser dirigido ao presidente do tribunal, conforme expressa previsão legal do artigo 9º, §3º da Resolução do CNJ nº 303/2019, vejamos: "Art. 9º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, sejam idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais, até a monta equivalente ao triplo fixado em lei como obrigação

de pequeno valor, admitido o fracionamento do valor da execução para essa finalidade. (...) § 3º Para os precatórios já expedidos, o pedido de superpreferência relativo à moléstia grave ou deficiência do requerente deve ser dirigido ao presidente do tribunal de origem do precatório, que decidirá, na forma do seu regimento interno, assegurando-se o contraditório, permitida a delegação, pelo tribunal, ao juízo do cumprimento de sentença.".

A alternativa D está incorreta, pois expressamente contrária ao que dispõe o artigo 9º, §4º da Resolução do CNJ nº 303/2019, vejamos: "Art. 9º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, sejam idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais, até a monta equivalente ao triplo fixado em lei como obrigação de pequeno valor, admitido o fracionamento do valor da execução para essa finalidade. (...) § 4º O pagamento superpreferencial será efetuado por credor e não importará em ordem de pagamento imediato, mas apenas em ordem de preferência.".

A alternativa E está incorreta, pois expressamente contrária ao que dispõe o artigo 9º, §6º da Resolução do CNJ nº 303/2019, vejamos: "Art. 9º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, sejam idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais, até a monta equivalente ao triplo fixado em lei como obrigação de pequeno valor, admitido o fracionamento do valor da execução para essa finalidade. (...) § 6º É defeso novo pagamento da parcela superpreferencial, ainda que por fundamento diverso, mesmo que surgido posteriormente.".

QUESTÃO 61. Para efeito das definições adotadas pela Lei Complementar no 101/2000 e observadas as exigências que prevê, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da federação são equiparados a

a) concessão de garantia.

b) concessão de contragarantia.

c) refinanciamento da dívida mobiliária

d) operação de crédito.

e) garantia de encargo.

Comentários

Questão passível de **recurso.**

A questão 61 cobrou dos candidatos conhecimento acerca da literalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, especificamente previsto no artigo 29, §1º que traz a definição de operação de crédito por equiparação**.**

A questão questionou os candidatos o seguinte: “Para efeito das definições adotadas pela Lei Complementar no 101/2000 e observadas as exigências que prevê, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da federação são equiparados a”.

De acordo com o gabarito publicado pela banca a resposta correta seria “concessão de contragarantia”.

Entretanto, esta resposta não está de acordo com o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 29, §1º que prevê o seguinte: "Art. 29. (...) § 1º Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16."

Desta forma, o gabarito indicado pela banca para a questão 61 (letra B) está incorreto, devendo ser alterado para a **letra D** que traz como resposta correta “operação de crédito”.

QUESTÃO 62. Relativamente aos temas das fontes, princípios, interpretação, integração e aplicação do direito do trabalho, assinale a alternativa correta.

a) Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, súmulas e outros enunciados de jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho podem instituir obrigações que não estejam previstas em lei, uma vez que não há hierarquia das fontes trabalhistas.

b) De acordo com a regra da condição mais benéfica ao empregado, que decorre do princípio da proteção, as instituídas por convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre as normas legais, por terem, aquelas, destinação mais específica.

c) Existindo mais de um diploma normativo regulando determinada situação fática, deverá ser aplicado na relação de emprego aquele que for mais benéfico ao empregado, exceto no caso de conflito entre acordo coletivo de trabalho e convenção coletiva de trabalho, situação em que prevalecerá, de acordo com a CLT, as disposições do acordo coletivo de trabalho, por serem mais específicas, ainda que disponham de forma menos benéfica ao empregado.

d) Sobre a interpretação das normas jurídicas trabalhistas, a aplicação da teoria do conglobamento consiste no fracionamento do conteúdo dos textos normativos, retirando-se os preceitos e institutos singulares de cada um que se destaque por seu sentido mais favorável ao trabalhador.

e) Os preceitos constantes da CLT aplicam-se às atividades de direção e assessoramento nos órgãos, institutos e fundações dos partidos políticos, assim definidas em normas internas de organização partidária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema fontes, princípios, interpretação, integração e aplicação do direito do trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 8º, § 2º, da CLT: "§ 2º Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei."

A alternativa B está incorreta. O princípio correto a que a alternativa se refere é o princípio da norma mais favorável ao trabalhador (havendo duas normas aplicáveis ao caso concreto, opta-se por aquela mais favorável ao empregado), o qual possui algumas exceções, consagradas nos artigos 611-A e 620 da CLT. Vejamos: Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:"; "Art. 620. As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho."

O princípio da condição mais benéfica, na verdade, garante ao empregado que os benefícios conquistados no decorrer da relação de emprego não possam ser retirados. Observa-se que a questão misturou os conceitos de maneira equivocada.

A alternativa C está correta. De acordo com art. 620 da CLT: "Art. 620. As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho."

A alternativa D está incorreta. De acordo com entendimento pacífico da doutrina: "A Teoria do Conglobamento, por sua vez, ao comparar as fontes, elege, exclusivamente uma: a que, em seu conjunto, for mais benéfica ao trabalhador. Logo, por essa teoria, os institutos jurídicos objetos de confronto não são fracionados, de forma a se processar a uma verdadeira miscelânea de cláusulas normativas de diferentes fontes. Importante ressaltar que, no exame que se faz para determinar a norma mais globalmente favorável, considera-se a coletividade interessada e não trabalhadores individualmente. (MATTOS, Dominique Rocha. Teoria do Conglobamento e Necessidade de Contrapartida Diante da Flexibilização Trabalhista no Brasil. Revista Ciências do Trabalho - Nº 2. maio a outubro de 2014. p. 108).

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 7º, alínea "f", da CLT: "Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando for em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: f) às atividades de direção e assessoramento nos órgãos, institutos e fundações dos partidos, assim definidas em normas internas de organização partidária."

QUESTÃO 63. Acerca da duração e jornada de trabalho, considerando a jurisprudência do TST e o disposto na CLT, assinale a alternativa correta.

a) Será computado como período extraordinário de trabalho aquele que exceder a jornada normal, quando o empregado permanecer nas dependências da empresa para troca de roupa ou uniforme, ainda que não haja a obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.

b) A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, não sendo válido esse tipo de ajuste mediante acordo coletivo ou convenção coletiva.

c) O regime compensatório na modalidade banco de horas pode ser instituído por acordo individual escrito entre empregado e empregador, desde que a compensação ocorra no período máximo de três meses.

d) É válido o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

e) É facultado às partes, exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema duração e jornada de trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 4º, § 2º, VIII, da CLT: "§ 2o Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1o do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras: VIII - troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa."

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 59, § 2º, da CLT: "§ 2o Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 59, § 5º, da CLT: "§ 5º O banco de horas de que trata o § 2º deste artigo poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses."

A alternativa D está correta. De acordo com art. 59, § 6º, da CLT: "§ 6º É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês."

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 59-A da CLT: "Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação."

QUESTÃO 64. Configura situação de suspensão do contrato de trabalho a ausência do empregado

a) por um período de 2 (dois) meses para participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador nos termos da CLT.

b) por até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.

c) por até 2 (dois) dias, consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.

d) pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer em juízo.

e) por até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do tema suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 476-A da CLT: "Art. 476-A. O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta Consolidação."

A alternativa B está incorreta. Trata-se de interrupção do contrato de trabalho, e não de suspensão. De acordo com art. 473, I, da CLT: "Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;"

A alternativa C está incorreta. Trata-se de interrupção do contrato de trabalho, e não de suspensão. De acordo com art. 473, V, da CLT: "Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: V - até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva."

A alternativa D está incorreta. Trata-se de interrupção do contrato de trabalho, e não de suspensão. De acordo com art. 473, VIII, da CLT: "Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo."

A alternativa E está incorreta. Trata-se de interrupção do contrato de trabalho, e não de suspensão. De acordo com art. 473, XII, da CLT: "Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: XII - até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada."

QUESTÃO 65. Relativamente à regulamentação das questões atinentes à segurança e medicina do trabalho constantes na CLT, assinale a alternativa correta.

a) A utilização de equipamentos de proteção individual pelo trabalhador, ainda que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância, não gera a eliminação ou a neutralização da insalubridade.

b) O trabalho em condições de insalubridade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

c) O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional de 40% (quarenta por cento), segundo classificação de grau máximo, incidente sobre o salário contratual com os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

d) O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) calculado sobre o salário-mínimo da região.

e) São consideradas atividades perigosas aquelas realizadas pelo trabalhador em motocicleta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata do tema segurança e medicina do trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 191, II, da CLT: "Art. 191 - A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá: II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância."

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 192 da CLT: "Art. 192 - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 193, § 1º, da CLT: "§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 193, § 1º, da CLT: "§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa."

A alternativa E está correta. De acordo com art. 193, § 4º, da CLT: "§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta."

QUESTÃO 66. Acerca dos períodos de descanso regulamentados pela CLT, assinale a alternativa correta.

a) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e não poderá exceder, em qualquer caso, de 2 (duas) horas.

b) Para o trabalho que não exceda de 6 (seis) horas é obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a sua duração ultrapassar 4 (quatro) horas.

c) Os intervalos de descanso serão computados na duração do trabalho.

d) Quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

e) A concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, obriga o empregador ao pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema períodos de descanso e intervalos.

A alternativa A está incorreta. De fato, em caso de trabalhos de duração superior a 6 horas, deve-se conceder intervalo de no mínimo 1 horas e no máximo 2 horas. De acordo com art. 71 da CLT: "Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas."

No entanto, a alternativa fica incorreta devido ao uso do termo "em qualquer caso", pois acordo escrito ou contrato coletivo podem reduzir essa 1 hora mínima, respeitado o limite de 30 minutos. De acordo com art. 611-A, III, da CLT: "Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;"

A alternativa B está correta. De acordo com art. 71, § 1º, da CLT: "§ 1º - Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 71, § 2º, da CLT: "§ 2º - Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho."

As alternativas D e E estão incorretas. De acordo com art. 71, § 4º, da CLT: "§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho."

QUESTÃO 67. A luz da jurisprudência sumulada do STF acerca da competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

a) A Justiça do Trabalho não é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, pois trata-se de ações previdenciárias inseridas na competência material da Justiça Comum Federal.

b) Cabe à Justiça Comum processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

c) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

d) A competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores, não alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir nem os acordos por ela homologados.

e) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações acidentárias que, propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visem à prestação de benefícios relativos a acidentes de trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema competência da Justiça do Trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a SV 22 do STF: "A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional 45/2004."

A alternativa B está incorreta. De acordo com a SV 23 do STF: "A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada."

A alternativa C está correta. De acordo com a Súmula 736 do STF: "Compete à justiça do trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 114, VIII, da CF: "Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a", e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;"

A alternativa E está incorreta. Tema 414 de repercussão geral do STF: "Compete à Justiça Comum Estadual julgar as ações acidentárias que, propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visem à prestação de benefícios relativos a acidentes de trabalho."

QUESTÃO 68. Acerca das provas no direito processual do trabalho, assinale a alternativa correta.

a) O ônus da prova cabe ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante, podendo o juízo, mediante decisão fundamentada, atribuir ônus diverso sempre que entender pertinente.

b) Como regra geral do rito ordinário, cada uma das partes não poderá indicar mais de seis testemunhas.

c) O depoimento da testemunha surda-muda será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente, cujas despesas correrão por conta da parte a que interessar o depoimento, ainda que beneficiária de justiça gratuita.

d) A testemunha que for parente até o quarto grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.

e) As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação e não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata do tema provas em direito processual do trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 818, caput e § 1º da CLT: "Art. 818. O ônus da prova incumbe: I - ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante. § 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos deste artigo ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão

fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído."

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 821 da CLT: "Art. 821. Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a seis."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 819 da CLT: "Art. 819 - O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente. § 1º Proceder-se-á da forma indicada neste artigo, quando se tratar de surdo-mudo, ou de mudo que não saiba escrever. § 2º As despesas decorrentes do disposto neste artigo correrão por conta da parte sucumbente, salvo se beneficiária de justiça gratuita."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 829 da CLT: "Art. 829 - A testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação."

A alternativa E está correta. De acordo com arts. 822 e 825 da CLT: "Art. 825 - As testemunhas comparecerão a audiência independentemente de notificação ou intimação."; "Art. 822 - As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas."

QUESTÃO 69. No âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias à súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, caberá:

a) Recurso de Revista no prazo de 8 dias.

b) Recurso Inominado no prazo de 5 dias.

c) Agravo Interno no prazo de 15 dias.

d) Embargos no prazo de 8 dias.

e) Embargos de Declaração no prazo de 5 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema recursos em direito processual do trabalho.

De acordo com art. 894, II, da CLT: "Art. 894. No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias: II - das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas

pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal."

Portanto, correta a alternativa D. As alternativas A, B, C e E ficam, por exclusão, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 70. A respeito do efeito da condenação, previsto no art. 91-A, do CP, consistente na perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito, assinale a alternativa correta.

a) É cabível na hipótese de condenação por infração penal para a qual a lei comine pena máxima superior a 4 (quatro) anos de reclusão.

b) É cabível na hipótese de condenação à pena privativa de liberdade superior a 04 anos de reclusão.

c) É cabível na hipótese de condenação por crime contra a administração pública, independentemente da pena abstratamente cominada ou aplicada.

d) Por patrimônio do condenado, para efeito da perda, entende-se todos os bens de sua titularidade, ou em relação aos quais ele tenha domínio e o benefício direto ou indireto, na data da infração penal ou recebidos posteriormente.

e) A perda poderá ser decretada pelo Juiz, na sentença, ainda que o pedido não tenha sido feito de forma expressa pelo Ministério Público, desde que o pleito tenha sido feito quando da apresentação das alegações finais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre efeitos da condenação.

A alternativa A está incorreta. O art. 91-A do Código Penal preconiza que o confisco alargado é aplicado às condenações por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 anos de reclusão.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário da letra A.

A alternativa C está incorreta. O confisco alargado é um efeito da condenação aplicado à quaisquer crimes cujo pena máxima seja superior a 6 anos de reclusão.

A alternativa D está correta. Conforme o §1º do art. 91-A do CP, para efeito do confisco alargado entende-se por patrimônio do condenado todos os bens de sua titularidade, ou em relação aos quais ele tenha domínio e o benefício direto ou indireto, na data da infração penal ou recebidos posteriormente.

A alternativa E está incorreta. Segundo dispõe o §3º do art. 91-A do CP, a perda dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível

com o seu rendimento lícito deve ser expressamente requerida pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação da diferença apurada.

QUESTÃO 71. Tendo em conta as disposições constantes no Código Penal, referente aos crimes contra a honra, é correto dizer que

a) a exceção da verdade é admitida nos crimes de calúnia e difamação, desde que o ofendido seja funcionário público e a ofensa seja relativa ao exercício de suas funções.

b) a retratação, antes da sentença, implica extinção da punibilidade nos crimes de injúria e difamação, não se aplicando, entretanto, ao crime de calúnia.

c) a injúria por preconceito religioso é punida de forma qualificada e se processa por ação penal privada.

d) injuriar, difamar ou caluniar alguém, mediante paga ou promessa de recompensa, é punido com as penas, em dobro.

e) o pedido de explicações, em Juízo, por aquele que se julga ofendido, cabe nos crimes de calúnia e difamação, mas não no de injúria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre crimes contra a honra.

A alternativa A está incorreta. Apenas o crime de difamação exige, para fins de oposição da exceção da verdade, que o ofendido seja funcionário público e que a ofensa seja relativa ao exercício de suas funções (art. 139, p. único, do CP). Já no que toca à exceção da verdade quanto ao crime de calúnia, esta será admitida em qualquer caso, salvo quando (I) o fato for crime de ação privada e o ofendido não for condenado por sentença irrecorrível, (II) se o fato é imputado contra o Presidente da República ou chefe de governo estrangeiro, ou (III) no caso de crime de ação pública, o ofendido tenha sido absolvido por sentença irrecorrível.

A alternativa B está incorreta. A retratação é um instituto aplicado apenas aos crimes de calúnia e difamação. Assim, conforme o art. 143 do CP, o querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou difamação fica isento de pena.

A alternativa C está incorreta. O crime de injúria praticado mediante a utilização de elementos referentes a religião constitui modalidade qualificada do delito (art. 140, §3º, do CP), porém apenas se processa mediante representação do ofendido, conforme previsto no art. 145, p. único, do CP.

A alternativa D está correta. Trata-se de causa de aumento de pena aplicável às três modalidades de crimes contra a honra, conforme art. 141, §1º, do CP: "§ 1º - Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dobro."

A alternativa E está incorreta. Se, de referências, alusões ou frases, se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julga ofendido pode pedir explicações em juízo (art. 144 do CP).

QUESTÃO 72. Sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta.

a) O crime de moeda falsa, previsto no artigo 289, do CP, em todas as modalidades, é próprio, exigindo condição ou qualidade especial do autor.

b) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra, previsto no artigo 300, do CP, tem por objeto jurídico somente documento público.

c) O crime de certidão ou atestado ideologicamente falso, previsto no artigo 301, do CP, é comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa. Já o crime de falsidade material de atestado ou certidão, previsto no parágrafo primeiro, do mesmo dispositivo legal, é próprio de funcionário público.

d) O crime de supressão de documento, previsto no artigo 305, do CP, tem por objeto jurídico documento público e particular, apenando de forma idêntica, qualquer que seja a natureza do documento.

e) O crime de falsa identidade, previsto no artigo 307, do CP, requer elemento subjetivo especial, consistente na finalidade de obtenção de vantagem ou de causar dano a terceiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre crimes contra fé pública.

A alternativa A está incorreta. Os crimes próprios são aqueles que exigem determinada característica do sujeito ativo, o qual reúne condições especiais e, tão somente estes podem realizar o tipo penal. O delito de moeda falsa possui diversas modalidades e, diferentemente do que é afirmado na alternativa, apenas a modalidade trazida no §3º do artigo 289 do CP é considerada como crime próprio, pois exige que o sujeito ativo seja "o funcionário público ou diretor, gerente, ou fiscal de banco de emissão que fabrica, emite ou autoriza a fabricação ou emissão":

Art. 289 - Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro:

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem, por conta própria ou alheia, importa ou exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda ou introduz na circulação moeda falsa.

§ 2º - Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é punido com detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 3º - É punido com reclusão, de três a quinze anos, e multa, o funcionário público ou diretor, gerente, ou fiscal de banco de emissão que fabrica, emite ou autoriza a fabricação ou emissão(...)

§ 4º - Nas mesmas penas incorre quem desvia e faz circular moeda, cuja circulação não estava ainda autorizada.

A alternativa B está incorreta. Diferentemente do afirmado, o documento poderá ser público ou particular: "Art. 300 - Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público; e de um a três anos, e multa, se o documento é particular."

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do afirmado pela alternativa, o crime de certidão ou atestado ideologicamente falso, previsto no artigo 301, do CP, é próprio, podendo ser praticado por aquele que exerce função pública e o crime de falsidade material de atestado ou certidão, previsto no parágrafo primeiro, do mesmo dispositivo legal, é comum: "Art. 301 - Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem. § 1º - Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem."

A alternativa D está incorreta. A alternativa está incorreta, pois a pena quando o objeto é um documento público é maior que quando este é um documento particular: "Art. 305 - Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular."

A alternativa E está correta. Conforme se depreende da leitura do artigo 307, é exigido a busca de vantagem; proveito próprio ou alheio; ou provocar dano a outrem": "Art. 307 - Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave."

QUESTÃO 73. Tendo em vista as disposições referentes ao inquérito policial e à ação penal, constantes do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) O direito à representação é personalíssimo, e se extingue com a morte do ofendido, passando, no entanto, ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, em caso de decisão judicial que o declarar ausente.

b) A representação poderá ser retratada a qualquer tempo, enquanto não proferida sentença.

c) A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

d) Da decisão de arquivamento do inquérito policial, se a vítima não concordar, cabe recurso à instância judicial competente e, nas ações penais relativas a crimes praticados em detrimento da União, o recurso caberá à chefia do órgão a quem couber a representação.

e) Seja qual for o crime, se praticado em detrimento da União e dos Estados, a ação penal será pública; se em detrimento do Município, pública condicionada à representação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra .** A questão trata sobre inquérito policial e ação penal.

A alternativa A está incorreta. O direito de representação, nas ações penais condicionadas à representação, não é personalíssimo, neste sentido, o artigo 24,§1º, do CPP estabelece a possibilidade dos sucessores do ofendido representarem em caso de morte deste: "§ 1o No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão."

A alternativa B está incorreta. O direito de retratação da representação se encerra após o oferecimento da denúncia, nos termos do artigo 25 do CPP: "A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia."

A alternativa C está correta. A alternativa traz a literalidade do artigo 21 do CPP: "Art. 21. A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.".

Não se desconhece, todavia, que, para grande maioria da doutrina esse dispositivo não foi recepcionado pela Constituição Federal. Ora, o art. 5°, inc. LXII, da CF estabelece que "a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada", ou seja, há um direito fundamental à comunicação da prisão. Ademais, o artigo 136, §3º,IV, da CF, o qual trata do Estado de Defesa, situação que ocorrem em grave instabilidade institucional, veda, expressamente, a incomunicabilidade do preso. Portanto, se até nesses casos a incomunicabilidade é vedada, em situações ordinárias, não há razão para autorizar que um despacho a estabeleça

A alternativa D está incorreta. Diferentemente do que é afirmado pela alternativa, a revisão não cabe à instância judicial, mas sim à instancia de revisão do Ministério Público: "Art. 28. § 1º Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica. § 2º Nas ações penais relativas a crimes praticados em detrimento da União, Estados e Municípios, a revisão do arquivamento do inquérito policial poderá ser provocada pela chefia do órgão a quem couber a sua representação judicial."

A alternativa E está incorreta. A afirmação contraria o disposto no artigo 24,§2º, do CPP: "art. 24. § 2o Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública."

QUESTÃO 74. Sobre as regras de competência, constantes do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) Nos crimes de ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou de residência do réu, mesmo quando conhecido o lugar da infração. Já nas ações penais públicas, não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

b) Iniciado o processo perante um Juiz, em havendo desclassificação para infração de competência de outro, a competência do primeiro será prorrogada, exceto no caso de competência privativa do Tribunal do Júri que, em havendo desclassificação para infração sujeita à competência de juiz singular, a este será remetido o processo.

c) Na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri; já no concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar a que for cominada a pena de detenção ou a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.

d) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, excepcionada a hipótese de excessivo número de acusados, em que a separação será obrigatória, a fim de dar efetividade ao princípio da duração razoável do processo.

e) A competência pela prerrogativa de função é do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes de responsabilidade. Os crimes comuns ficam sujeitos às demais regras de competência jurisdicional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre competência.

A alternativa A está correta. Conforme o art. 73 do CPP, nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração. Já nos casos de ação penal pública, conforme o art. 72 do CPP, não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o §2º, do art. 74 do CPP, se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, salvo se mais graduada for a jurisdição do primeiro, que, em tal caso, terá sua competência prorrogada. Ademais, conforme a literalidade do §3º do mencionado artigo, se o juiz da pronúncia desclassificar a infração para outra atribuída à competência de juiz singular, o processo será a este remetido; mas, se a desclassificação for feita pelo próprio Tribunal do Júri, a seu presidente caberá proferir a sentença.

A alternativa C está incorreta. A primeira parte da alternativa se encontra correta, conforme disposto no art. 78, I, do CPP. Contudo, no que tange ao concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do local da infração a que for cominada a pena mais grave e, se as respectivas penas forem de igual gravidade, prevalecerá a do local em que houver ocorrido o maior número de infrações (art. 78, II, a e b, do CPP).

A alternativa D está incorreta. Será facultativa a separação dos processos quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação (art. 80 do CPP).

A alternativa E está incorreta. A competência pela prerrogativa de função é do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade (art. 84 do CPP).

QUESTÃO 75. A respeito da sentença, nos termos do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) O Juiz, se entender por atribuir definição jurídica diversa e, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, determinará a intimação da defesa, para nova manifestação, no prazo de 05 dias.

b) O Juiz, se entender por atribuir definição jurídica diversa e, em consequência, houver a possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, assim procederá de acordo com o disposto na lei.

c) O Juiz, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em razão de circunstância não contida na acusação, procederá o seu aditamento, abrindo prazo de 05 dias para as partes, para nova manifestação.

d) O Juiz não poderá proferir decreto condenatório, se o Ministério Público opinou pela absolvição do acusado. Poderá, no entanto, reconhecer agravante, embora nenhuma tenha sido alegada.

e) A intimação da sentença, absolutória ou condenatória, ao réu será sempre de forma pessoal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre sentença processual penal.

A alternativa A está incorreta. O art. 383 do CPP retrata a figura da *emendatio libelli*, segundo a qual o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em conseqüência, tenha de aplicar pena mais grave. Tendo por base a ideia de que o réu defende-se da descrição fática, e não da classificação a ele dada, o CPP prevê que o juiz pode diretamente condenar o réu na classificação que entenda ser a correta, sendo dispensável qualquer formalidade como aditamento da denúncia ou queixa, ou oitiva das partes.

A alternativa B está correta. Se, em conseqüência de definição jurídica diversa, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o juiz procederá de acordo com o disposto na lei (art. 383, §1º, do CPP).

A alternativa C está incorreta. Trata-se da figura da *mutatio libelli*, que ocorrerá se o juiz entender cabível nova definição jurídica do fato, em conseqüência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação. Nesse caso, o juiz não procederá de ofício, como ocorre na *emendatio libelli*, mas sim oficiará o Ministério Público para que adite a denúncia ou queixa, no prazo de 5 dias (art. 384, caput, do CPP). Após, ouvido o defensor do acusado no prazo de 5 dias e admitido o aditamento, o juiz, a requerimento de qualquer das partes, designará dia e hora para continuação da audiência, com inquirição de testemunhas, novo interrogatório do acusado, realização de debates e julgamento (art. 384, §2º, do CP

A alternativa D está incorreta. Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada (art. 385 do CPP).

A alternativa E está incorreta. A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, se estiver preso ou ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança (art. 392, I e II, do CPP).

QUESTÃO 76. Assinale a alternativa correta com relação ao alistamento eleitoral:

a) dentro de 90 dias anteriores à data das eleições não serão recebidos requerimentos de alistamento eleitoral;

b) é facultado o alistamento eleitoral da pessoa com 15 anos de idade completos;

c) o alistamento eleitoral é obrigatório aos brasileiros e estrangeiros com residência fixa no país há mais de um ano, com 18 anos completos e incidirá multa na hipótese de não efetivação do alistamento após os dezenove anos completos.;

d) em caso de eleitor alistado antes do início do período de conscrição, a inscrição eleitoral terá seus efeitos suspensos, desde que ocorra o início do processo para aferição de convocação do serviço militar obrigatório, mediante comunicação feita pela autoridade competente;

e) não será deferido o alistamento eleitoral de pessoa analfabeta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão versa de sobre o alistamento eleitoral. Para responde-la vamos nos valer de dois diplomas importantes: Constituição Federal e a Lei 9.504/97 (Lei das Eleições).

A alternativa A está incorreta, pois o prazo é 150 dias que antecedem à data das eleições.

Art. 91 da Lei 9.504/97. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos centos e cinqüenta dias anteriores à data da eleição.

Parágrafo único. A retenção de título eleitoral ou do comprovante de alistamento eleitoral constitui crime, punível com detenção, de um a três meses, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade por igual período, e multa no valor de cinco mil a dez mil UFIR.

A alternativa B está correta. De acordo com o TSE, na Resolução do TSE nº 23.659/2021, o eleitor com 15 anos de idade pode alistar-se, no entanto, precisa ter 16 anos no dia do pleito para votar. Lembrando que esse voto é facultativo.

Art. 30. A partir da data em que a pessoa completar 15 anos, é facultado o seu alistamento eleitoral.

(...)

§ 3º O título eleitoral emitido nas condições deste artigo somente surtirá o efeito previsto no art. 11 desta Resolução quando a pessoa completar 16 anos.

Art. 14 da CF/88: (...)

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

A alternativa C está incorreta, pois é vedado, aos estrangeiros, alistar-se como eleitores.

Art. 14 da CF/88: (...)

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

A alternativa D está incorreta. Durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos não podem alistar-se como eleitores. O art. 14, § 8º , da CF/88 regulamenta a questão do militar. Vejamos:

Art. 14 da CF/88: (...)

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

A alternativa E está incorreta, pois a pessoa analfabeta pode alistar-se sendo o voto facultativo.

Art. 14 da CF/88: (...)

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Nesse sentido, as alternativas A, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 77. Com relação à elegibilidade, assinale a alternativa correta:

a) o irmão do prefeito de um município "X" deseja candidatar-se ao cargo de vereador nas próximas eleições municipais. O prefeito declarou que não irá se candidatar à reeleição. Diante da situação fática apresentada conclui-se que o irmão do prefeito poderá concorrer nas próximas eleições municipais ao cargo de vereador, no mesmo município em que seu irmão é prefeito;

b) a pessoa maior de 35 anos poderá concorrer a cargo majoritário municipal, individualmente e sem a necessidade de filiação partidária, desde que preenchidos os demais requisitos de seus direitos políticos;

c) pode concorrer ao cargo de prefeito, o cidadão em pleno gozo dos direitos políticos e com idade mínima de 18 anos no ano da eleição;

d) pode concorrer aos cargos de deputado federal, estadual ou distrital, o cidadão em pleno gozo dos direitos políticos e com idade mínima de 21 anos no ano da eleição;

e) pode concorrer aos cargos de governador e vice -governador, o cidadão em pleno gozo dos direitos políticos e com idade mínima de 25 anos no ano da eleição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda sobre as algumas condições no tocante à elegibilidade. A fundamentação dessa questão encontra-se na Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta, pois o irmão do prefeito não é titular de mandato eletivo e tampouco candidato à reeleição.

Art. 14. (...)

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

A alternativa B está incorreta, pois a idade está em desacordo com a CF/88, bem como, para concorrer às eleições é imprescindível que o candidato esteja previamente filiado a algum partido político.

Art. 14. (...)

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

A alternativa C está incorreta, pois, além dos demais requisitos, é necessária a idade mínima de 21 anos.

Art. 14. (...)

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

A alternativa D está correta, conforme previsão do art. 14 da CF/88.

Art. 14. (...)

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

A alternativa E está incorreta, pois, além dos demais requisitos, é necessária a idade mínima de 30 anos.

Art. 14. (...)

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 78. Em relação à propaganda partidária, assinale a alternativa correta:

a) serão autorizadas somente 20 inserções de 30 segundos por dia de propaganda partidária por rede;

b) não serão veiculadas inserções de propaganda partidária nos anos em que se realizam eleições;

c) a emissora de rádio e tv que não exibir as inserções partidárias nos termos da lei, ficará obrigada a ressarcir o partido político com exibição de resumo da decisão judicial que a condenou pela desídia;

d) a propaganda partidária no rádio e na tv fica restrita aos horários gratuitos definidos em lei, à exceção da propaganda paga pelo partido político;

e) é assegurado ao partido político com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral o direito à utilização gratuita de escolas públicas ou casas legislativas para realização de suas reuniões ou convenções, responsabilizando-se pelos danos porventura causados com a realização do evento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão aborda o conhecimento de regras referentes à propaganda partidária. A fundamentação encontra-se na Lei n.º 9.504/97 (Lei das Eleições).

A alternativa A está incorreta, pois o tempo das inserções desentenderá do cargo concorrido.

Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos trinta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

§ 1º A propaganda será feita:

(...)

VII - ainda nas eleições para Prefeito, e também nas de Vereador, mediante inserções de trinta e sessenta segundos, no rádio e na televisão, totalizando setenta minutos diários, de segunda-feira a domingo, distribuídas ao longo da programação veiculada entre as cinco e as vinte e quatro horas, na proporção de 60% (sessenta por cento) para Prefeito e 40% (quarenta por cento) para Vereador.

Art.51. Durante o período previsto no art. 47 desta Lei, as emissoras de rádio e televisão e os canais por assinatura mencionados no art. 57 desta Lei reservarão setenta minutos diários para a propaganda eleitoral gratuita, a serem usados em inserções de trinta e de sessenta segundos, a critério do respectivo partido ou coligação, assinadas obrigatoriamente pelo partido ou coligação, e distribuídas, ao longo da programação veiculada entre as cinco e as vinte quatro horas, nos termos do § 2o do art. 47 desta Lei, obedecido o seguinte:

A alternativa B está incorreta, pois será justamente no ano das eleições que serão realizadas as propagandas partidárias.

Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos trinta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo

A alternativa C está incorreta, pois haverá a suspensão da programação normal da emissora.

Art. 56. A requerimento de partido, coligação ou candidato, a Justiça Eleitoral poderá determinar a suspensão, por vinte e quatro horas, da programação normal de emissora que deixar de cumprir as disposições desta Lei sobre propaganda.

§ 1º No período de suspensão a que se refere este artigo, a Justiça Eleitoral veiculará mensagem de orientação ao eleitor, intercalada, a cada 15 (quinze) minutos.

§ 2º Em cada reiteração de conduta, o período de suspensão será duplicado.

A alternativa D está incorreta, pois é vedada propaganda política paga.

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição.

§ 2º Não será permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.

A alternativa E está correta. Para fins de realização das convenções partidárias podem ser utilizados bens móveis ou imóveis pertencentes ao poder público.

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 79. Assinale a alternativa correta com relação aos partidos políticos:

a) um dos requisitos para que o partido político em formação possa registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, para comprovação do caráter nacional, é o apoiamento de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 1,0% dos votos dados na última eleição geral para Câmara dos Deputados, distribuídos por, no mínimo, sete estados da federação;

b) para desligar-se do partido político, o filiado deve comunicar sua intenção ao Juiz Eleitoral da Zona em que é inscrito e, em seguida, a Justiça Eleitoral comunicará o desligamento do filiado ao órgão de direção municipal do partido para concretização do ato;

c) é facultado ao partido político estabelecer, em seus estatutos, prazos superiores a seis meses de filiação partidária para que o filiado possa concorrer a candidatura a cargos eletivos, mas não é permitida a alteração estatutária desse prazo no ano eleitoral;

d) a fusão ou incorporação de partidos políticos somente será admitida se estes possuírem registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral há, no mínimo, dois anos;

e) o partido político pode receber doações somente de pessoas físicas para constituição de seus fundos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão versa sobre regras aplicáveis aos partidos políticos. Destaca-se que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. Vamos embasar a nossa resposta na Lei n.º 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos).

A alternativa A está incorreta, pois a porcentagem, bem como a distribuição encontram-se em desacordo com a previsão legal.

Art. 7º O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, registra seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoiamento de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.

A alternativa B está incorreta, pois nesse caso, o filiado deve primeiro comunicar ao partido político. Se não existir órgão partidário no município ou este se recurse a receber a comunicação, basta que o interessado comunique a desfiliação ao cartório eleitoral. Após isso, o ex filiado deve procurar o cartório da Zona Eleitoral de sua inscrição para informar a desfiliação.

Art. 21. Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.

Parágrafo único. Decorridos dois dias da data da entrega da comunicação, o vínculo torna-se extinto, para todos os efeitos.

A alternativa C está correta, de acordo com o art. 20 é "facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos nesta Lei, com vistas a candidatura a cargos eletivos.

O parágrafo único estabelece que os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.

A alternativa D está incorreta, pois o prazo mínimo é de 5 anos.

Art. 29. Por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação, dois ou mais partidos poderão fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro.

(...)

§ 7º Havendo fusão ou incorporação, devem ser somados exclusivamente os votos dos partidos fundidos ou incorporados obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, para efeito da distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao rádio e à televisão.

A alternativa E está incorreta, pois podem ser recebidas doações de pessoas jurídicas.

Art. 38. O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é constituído por:

II - doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário;

Art. 39. Ressalvado o disposto no art. 31, o partido político pode receber doações de pessoas físicas e jurídicas para constituição de seus fundos.

Nesse sentido, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 80. Assinale a alternativa correta em relação ao abuso de poder político e econômico:

a) deve ser observada a potencialidade do fato que altere o resultado da eleição, sem prejuízo da gravidade das circunstâncias que o caracterizam para efeito de reconhecimento do ato abusivo;

b) o juízo competente para processar e julgar a representação de abuso do poder econômico em eleição para prefeito é da Zona Eleitoral responsável pela análise do registro de candidatura;

c) a ação ilícita de candidato a cargo do executivo em eleição majoritária é suficiente para caracterizar o abuso do poder político, sendo despicienda, nessa hipótese, a presença de autoridade pública mesmo que por equiparação;

d) a legitimidade para propor representação de abuso do poder político é exclusiva do Ministério Público Eleitoral;

e) o abuso de poder econômico é caracterizado somente se verificada a utilização de recursos públicos para afetar a igualdade de condições na disputa eleitoral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão versa sobre condutas que caracterizam abuso de poder político e econômico previstas na LC64/90.

A alternativa A está incorreta, pois conforme entendimento do TSE, para se caracterizar o abuso de poder, impõe-se a comprovação, de forma segura, da gravidade dos fatos imputados, demonstrada a partir da verificação do alto grau de reprovabilidade da conduta (aspecto qualitativo) e de sua significativa repercussão a fim de influenciar o equilíbrio da disputa eleitoral (aspecto quantitativo).

"[...] Abuso do poder econômico. [...] Utilização eleitoreira de programa filantrópico denominado dentistas sem fronteiras. [...] 6.9. '[...] embora o art. 22, XVI, da LC 64/1990 tenha afastado, como elemento configurador do ilícito, a potencialidade de o fato alterar o resultado do pleito, nada impede que o julgador a utilize como aspecto secundário para aferição da gravidade' [...] 6.10. Inexistente elementos probatórios que sustentem o cenário fático narrado na AIJE, é inviável a condenação pelo cogitado abuso do poder econômico. [...]".

(Ac. de 14.3.2023 no RO-El nº 060173077, rel. Min. Raul Araújo.)

A alternativa B está correta, pois é exatamente o disposto do art. 24:

Art. 24. Nas eleições municipais, o Juiz Eleitoral será competente para conhecer e processar a representação prevista nesta lei complementar, exercendo todas as funções atribuídas ao Corregedor-Geral ou Regional, constantes dos incisos I a XV do art. 22 desta lei complementar, cabendo ao representante do Ministério Público Eleitoral em função da Zona Eleitoral as atribuições deferidas ao Procurador-Geral e Regional Eleitoral, observadas as normas do procedimento previstas nesta lei complementar.

A alternativa C está incorreta, pois é imprescindível a presença de uma gente público, valendo-se de sua condição funcional, para a caracterização do abuso do poder político.

"[...] 4.1. Os recorrentes não apontaram elemento fundamental para a possível configuração do abuso do poder político, qual seja, a autoridade pública que teria praticado os fatos indicados como abusivos. 4.2. O TSE teve a oportunidade de assentar que, para a "caracterização do abuso do poder político, é essencial demonstrar a participação, por ação ou omissão, de ocupante de cargo ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional" [...] 4.3. Como as entidades sindicais não fazem parte da Administração Pública, a figura dos representantes sindicais não corresponde ao conceito de agente público, elemento essencial à análise do abuso do poder político, motivo pelo qual é inviável examinar os fatos sob essa ótica.

(Ac. de 10.3.2022 no RO-El nº 060303755, rel. Min. Mauro Campbell Marques.)

A alternativa D está incorreta, pois a legitimidade não é exclusiva do membro do Ministério Público.

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito.

A alternativa E está incorreta, pois a o abuso do poder econômico exige, para a sua configuração, potencialidade lesiva da conduta praticada (não necessariamente utilizadora de recursos públicos), apta a influir no resultado do pleito.

Nesse sentido, as alternativas A, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 81. Assinale a alternativa que apresenta uma conduta NÃO vedada aos agentes públicos no período eleitoral:

a) o uso de bens móveis e imóveis pertencentes à administração direta do município em favor de partido político para realização de convenção partidária;

b) ceder empregado em atividade da administração indireta do município, em favor de comitê de campanha eleitoral de partido político, durante o horário de expediente normal;

c) permitir uso promocional, em favor de partido político, de distribuição gratuita de serviços de caráter

social subvencionados pelo Poder Público.;

d) autorizar publicidade institucional, dois meses antes da eleição, de serviços de entidades da administração indireta municipal, que não tenha concorrência no mercado e sem urgência;

e) fazer revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, 15 dias após a votação, que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão versa sobre condutas vedadas aos agentes públicos. Estão previstas na Lei n.º 9.504/97 (Lei das Eleições).

A alternativa A está correta, pois quando for para fins de realização da convenção partidária poderá ser cedidos bens móveis ou imóveis públicos.

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

A alternativa B está incorreta, pois trata-se de conduta vedada.

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;

A alternativa C está incorreta, pois trata-se de conduta vedada.

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

A alternativa D está incorreta, pois trata-se de conduta vedada.

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

A alternativa E está incorreta, pois trata-se de conduta vedada.

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos.

Nesse sentido, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 82. O processo coletivo é regulado por várias leis esparsas.

As várias leis existentes, leis gerais e especiais, são aplicadas de forma integrada, mediante suprimento recíproco de lacunas, para resultar em uma disciplina integrada de determinado instituto do processo coletivo. Pode se afirmar que o descrito denomina-se

a) macrossistema da tutela coletiva.

b) equidade na tutela processual coletiva.

c) hierarquia da lei geral sobre a lei especial.

d) sistema de vasos comunicantes.

e) aplicação analógica das normas processuais coletivas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema microssistema do processo coletivo.

A alternativa A está incorreta. Macrossistema da tutela coletiva: Embora o processo coletivo faça parte de um macrossistema de tutela coletiva, esta expressão, por si só, não descreve especificamente a interação integrada e suplementar entre leis gerais e especiais para preencher lacunas. O termo "macrossistema" refere-se mais à ideia ampla do conjunto de normas que regem a tutela coletiva, sem focar na mecânica de como essas normas interagem especificamente.

A alternativa B está incorreta. Equidade na tutela processual coletiva: A equidade é um princípio que busca alcançar a justiça em casos específicos, permitindo certa flexibilidade na aplicação das leis. No entanto, a descrição dada na questão foca na forma como as leis se completam mutuamente para cobrir lacunas, e não na aplicação equitativa da lei.

A alternativa C está incorreta. Hierarquia da lei geral sobre a lei especial: Essa alternativa sugere uma relação de superioridade de uma lei geral sobre as leis especiais, o que não reflete a ideia de suplementação e integração mútua. Na realidade, leis gerais e especiais muitas vezes coexistem sem uma hierarquia clara de superioridade, especialmente no contexto do processo coletivo, onde a aplicação integrada visa preencher lacunas de maneira coesa.

A alternativa D está correta. A expressão “sistema de vasos comunicantes” é utilizada para descrever a forma como as diversas leis que regulam o processo coletivo interagem entre si. As leis gerais e especiais são aplicadas de maneira integrada, suprindo as lacunas uma da outra, de modo a criar um sistema coeso que regula determinados institutos do processo coletivo. A metáfora dos "vasos comunicantes" ilustra bem essa interação, indicando que o conteúdo (neste caso, as disposições legais) flui de um "vaso" (lei) para outro, conforme necessário, para manter um nível consistente de regulamentação.

A alternativa E está incorreta. Aplicação analógica das normas processuais coletivas: A aplicação analógica acontece quando uma situação não prevista expressamente na lei é regulada por uma norma que trata de caso semelhante. Embora a aplicação analógica possa ser utilizada para preencher lacunas na legislação, a descrição dada na questão fala especificamente sobre a interação entre leis gerais e especiais de forma integrada, o que vai além da mera aplicação analógica de normas.

QUESTÃO 83. Pode-se corretamente afirmar que a associação que figurou como autora de ação civil pública, na tutela de direitos individuais homogêneos, em relação ao cumprimento da sentença,

a) não possui legitimidade.

b) possui legitimidade exclusiva.

c) possui legitimidade concorrente com os associados beneficiados.

d) possui legitimidade disjuntiva e excludente, caso proponha primeiramente o cumprimento de sentença antes do associado.

e) possui legitimidade subsidiária, caso não haja habilitação por parte dos beneficiários ou haja em número incompatível com a gravidade do dano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema legitimidade das associações na ação civil pública.

A alternativa A está incorreta. A associação possui legitimidade para figurar como autora na ação civil pública na defesa de direitos individuais homogêneos dos seus associados. A Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985) confere a várias entidades, incluindo associações que preencham certos requisitos, a capacidade de promover ação civil pública para a proteção de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

A alternativa B está incorreta. A legitimidade não é exclusiva das associações, pois outros entes, como o Ministério Público, a Defensoria Pública e outros órgãos e entidades também têm legitimidade para promover a defesa de tais direitos. Portanto, a associação atua de forma concorrente com esses outros legitimados.

A alternativa C está incorreta. A associação possui legitimidade concorrente, sim, mas a alternativa é imprecisa ao sugerir que essa concorrência é apenas com os associados beneficiados. Na verdade, a concorrência se estende a outros entes legitimados, conforme mencionado anteriormente.

A alternativa D está incorreta. A legitimidade das associações para agir na defesa dos direitos individuais homogêneos não é disjuntiva e excludente apenas por propor o cumprimento de sentença antes do associado. A legislação e a jurisprudência permitem que tanto a associação quanto os associados possam buscar o cumprimento da sentença, não estabelecendo uma exclusividade que impeça um ou outro de agir caso um deles tome a iniciativa primeiro.

A alternativa E está correta. A legitimidade subsidiária das associações ocorre quando não há habilitação dos beneficiários diretamente lesados ou quando a habilitação desses beneficiários é incompatível com a gravidade do dano. Isso permite que a associação atue em nome dos interesses coletivos ou individuais dos associados de forma subsidiária, ou seja, em casos em que os próprios beneficiários não se mobilizam para buscar a tutela jurisdicional de seus direitos.

QUESTÃO 84. Acerca da legitimação de associações para a propositura de ações judiciais, no âmbito coletivo, assinale a alternativa correta.

a) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

b) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

c) A previsão estatutária genérica é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo dispensável, nesse caso, autorização expressa.

d) Somente a autorização individual legitima a propositura de ação coletiva pela associação.

e) A previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo indispensável autorização expressa, ainda que deliberada em assembleia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema legitimação de associações para a propositura de ações judiciais no âmbito coletivo.

A alternativa A está incorreta. Não é necessária a autorização dos associados para a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor de seus membros. A jurisprudência dos tribunais superiores entende que, se a entidade de classe tem entre seus fins institucionais a defesa dos interesses de seus membros, pode impetrar mandado de segurança coletivo sem necessidade de autorização específica de cada um dos associados.

A alternativa B está incorreta. As entidades de classe têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo mesmo quando a pretensão veiculada interessa apenas a uma parte da respectiva categoria. O importante é que os membros beneficiados sejam determináveis e que a questão jurídica seja comum a este subgrupo.

A alternativa C está incorreta. As entidades de classe têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo mesmo quando a pretensão veiculada interessa apenas a uma parte da respectiva categoria. O importante é que os membros beneficiados sejam determináveis e que a questão jurídica seja comum a este subgrupo.

A alternativa D está incorreta. A autorização individual dos associados não é um requisito para a propositura de ação coletiva pela associação. O que se exige é a previsão no estatuto da entidade da defesa de direitos coletivos ou individuais homogêneos dos associados, dispensando-se a autorização expressa de cada um dos filiados quando se tutela direito difusos e coletivos em sentido estrito.

A alternativa E está correta. A previsão estatutária genérica de defesa de direitos coletivos ou individuais homogêneos dos associados não é, por si só, suficiente para legitimar a atuação de associações em juízo, sem necessidade de autorização expressa individual ou mesmo deliberada em assembleia para cada caso específico. É necessário que haja um mínimo de pertinência temática.

QUESTÃO 85. Serão observadas as seguintes diretrizes para a concessão de benefícios no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS:

a) os valores de benefícios serão diretamente proporcionais à capacidade de pagamento das famílias beneficiárias.

b) concepção do subsídio como benefício pessoal e transferível.

c) finalidade de complementar a capacidade de pagamento do beneficiário para o acesso à moradia, ajustando-a ao valor de venda do imóvel, vedado o uso de valores para pagamento de aluguel.

d) impedimento de concessão de benefícios a proprietários, promitentes compradores, arrendatários ou cessionários de imóvel residencial.

e) os contratos celebrados e os registros cartorários deverão constar, facultativamente, no nome da mulher.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda sobre o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHI), mas especificamente acerca dos benefícios e subsídios financeiros do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, exigindo o conhecimento da Lei 11.124/05.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 23, §1º, os valores de benefícios inversamente proporcionais à capacidade de pagamento das famílias beneficiárias e não diretamente proporcionais.

A alternativa B está incorreta. O benefício será pessoal e intransferível, nos termos do art. 23, §1º, IV.

A alternativa C está incorreta. O beneficiário poderá utilizar o subsídio para o pagamento de aluguel, conforme mandamento permissivo do art. 23. §1º, IV parte final.

A alternativa D está correta. A alternativa encontra fundamento no art. 23, §1º, V da lei 11.124/05 nos exatos termos: "Os benefícios concedidos no âmbito do SNHIS poderão ser representados por: § 1º Para concessão dos benefícios de que trata este artigo serão observadas as seguintes diretrizes: V – impedimento de concessão de benefícios de que trata este artigo a proprietários, promitentes compradores, arrendatários ou cessionários de imóvel residencial;".

A alternativa E está incorreta. Os contratos celebrados e os registros cartorários deverão constar, preferencialmente, no nome da mulher, como assim prevê o inciso VI do art. 23, §1º, da lei 11.124/05.

QUESTÃO 86. A teoria da encampação no Mandado de Segurança

a) pode ser aplicada nos casos em que inexiste vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou as informações e a que ordenou o ato impugnado.

b) possibilita a correção da autoridade coatora, bem como da pessoa jurídica, desde que presentes os requisitos para sua aplicação.

c) prescinde de manifestação a respeito do mérito das informações prestadas.

d) pode resultar em modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

e) apesar de prevista pelo Código de Processo Civil, não é aceita pela Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão requereu do candidato conhecimento sobre a Teoria da Encampação e a sua aplicabilidade no mandado de segurança. Pois bem, para responder essa questão, esperava o conhecimento da Súmula 628 do STJ, a qual dispõe sobre a aplicabilidade da referida teoria no mandado de segurança.

A alternativa B está correta. De acordo com Súmula 628 do STJ a teoria da encampação poderá ser aplicada, desde que preenchido alguns requisitos. Vejamos o que determina a Súmula: A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal."

As demais alternativas estão incorretas, consoante o fundamento e comentário da alternativa B.

QUESTÃO 87. O Plano de Mobilidade Urbana é

a) obrigatório para todos os Municípios que tenham sistema de transporte urbano por ônibus, trem ou qualquer meio de locomoção coletiva de pessoas.

b) facultativo aos Municípios que tenham regulamentação do transporte urbano em suas leis orgânicas.

c) obrigatório para Municípios integrantes de aglomerações urbanas com população total superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes.

d) obrigatório para Municípios com mais de 10.000 (dez mil) habitantes.

e) facultativo para áreas de interesse turístico, que têm sua dinâmica de mobilidade normalmente alterada nos finais de semana, feriados e períodos de férias, em função do aporte de turistas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda sobre o Plano de Mobilidade Urbana, cujas diretrizes se encontram na Lei 12.587/12.

A alternativa A está incorreta. A obrigatoriedade de implementação de sistema de transporte urbano por ônibus não consta no rol de Plano de Mobilidade Urbana, previsto no art. 24 da Lei 12.587/12.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não é facultativo ao Município a regulamentação do transporte urbano, sendo uma atribuição legal a ele atribuída, conforme assim prevê de maneira imperativa o art. 18, I, da Lei 12.587/12. A saber: "São atribuições dos Municípios: I -

planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano;".

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 24, §1º, II, da Lei 12.587/12, ficam obrigados a elaborar e a aprovar Plano de Mobilidade Urbana os Municípios integrantes de regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 24, §1º, I, da Lei 12.587/12 a aprovação do plano de mobilidade urbana será obrigatória em Municípios que contarem com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, em áreas de interesse turístico, será obrigatório que os Municípios promovam a elaboração e a aprovação do Plano de Mobilidade Urbana, nos termos do art. 24, §1º, III, da Lei 12.587/12.

QUESTÃO 88. Tendo em vista a disciplina da Lei nº 13.089/2015, o espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, denomina-se:

a) Metrópole.

b) Aglomeração urbana.

c) Região metropolitana.

d) Área metropolitana.

e) Consórcio metropolitano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão abordou conceitos expressos no Estatuto da Metrópole, exigindo do examinando o conhecimento da Lei nº 13.089/2015, mais precisamente sobre o conceito de Metrópole.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 2º, V, da Lei nº 13.089/2015, considera-se Metrópole o espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, de acordo com o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 89. O loteamento irregular

a) somente poderá ser regularizado pelo loteador perante o Município, podendo o loteador, após o requerimento de regularização, levantar os valores referentes às prestações depositadas pelos adquirentes dos lotes, corrigidas monetariamente conforme índice oficial ou contratado.

b) poderá ser regularizado pelo Município, não podendo, nesse caso, o loteador ser demandado por valores referentes às despesas com equipamentos urbanos ou expropriações, tendo em vista que a regularização resulta na transferência da propriedade da área para os adquirentes dos lotes, restando, entretanto, possível a responsabilização criminal de quem promoveu o parcelamento irregular do solo.

c) poderá ser regularizado pelo Município que, a título de ressarcimento das importâncias despendidas com equipamentos urbanos ou expropriações necessárias para a regularização, obterá judicialmente autorização para o levantamento das prestações depositadas, com os respectivos acréscimos de correção monetária e juros.

d) mesmo após regularizado, o adquirente do lote deverá firmar outro compromisso de venda e compra com o regularizador, tendo em vista a nulidade do instrumento anterior firmado com o loteador irregular, por ter objeto ilícito.

e) permite a responsabilização subsidiária do grupo econômico ou financeiro do qual o loteador faça parte, bem como qualquer pessoa física ou jurídica desse grupo, beneficiária pelo loteamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda sobre o loteamento irregular no tocante a regularização do loteamento.

A alternativa C está correta. A regularização do loteamento poderá ser feita pelo Município, o qual obterá judicialmente o levantamento das prestações depositadas, com os respectivos acréscimos de correção monetária e juros e correção monetária, nos termos do art. 40, §1º, da Lei 6.766/79. A saber: "A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, que promover a regularização, na forma deste artigo, obterá judicialmente o levantamento das prestações depositadas, com os respectivos acréscimos de correção monetária e juros, nos termos do § 1º do art. 38 desta Lei, a título de ressarcimento das importâncias despendidas com equipamentos urbanos ou expropriações necessárias para regularizar o loteamento ou desmembramento.".

As alternativas A, B e C estão incorretas, conforme o fundamento da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. A responsabilização do grupo econômico será solidária, nos termos do art. 47. Vejamos: "Se o loteador integrar grupo econômico ou financeiro, qualquer pessoa física ou jurídica desse grupo, beneficiária de qualquer forma do loteamento ou desmembramento irregular, será

solidariamente responsável pelos prejuízos por ele causados aos compradores de lotes e ao Poder Público."

QUESTÃO 90. O Banco Beta S/A é credor de uma dívida líquida e certa registrada em Cédula de Crédito Bancário, no valor de R$ 100.000,00, emitida em 31 de janeiro de 2018, com vencimento em 31 de janeiro de 2019. O emitente da Cédula não paga o valor devido à instituição financeira, que pretende cobrar judicialmente o montante inadimplido em 31 de janeiro de 2023. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que:

a) o título encontra-se prescrito para sua execução por ação de natureza cambial. Todavia, o credor poderá propor ação monitória para sua execução, pois esta prescreve em cinco anos, a contar do vencimento do título não pago;

b) o título encontra-se prescrito, não sendo possível a execução por ação de natureza cambial ou ação monitória. Todavia, o credor poderá propor ação de cobrança para sua execução, pois esta prescreve em cinco anos, a contar da emissão do título;

c) é cabível a execução do título vencido e não pago tanto por ação de natureza cambial quanto por ação monitória;

d) o título encontra-se prescrito para sua execução por ação de natureza cambial. Todavia, o credor poderá propor ação monitória para sua execução, pois esta prescreve em cinco anos, a contar da emissão do título;

e) o título encontra-se prescrito para sua execução por ação de natureza cambial. Todavia, o credor poderá propor ação monitória para sua execução, pois esta prescreve em cinco anos, a contar do término do prazo prescricional para propositura de ação cambial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão versa sobre a Cédula de Crédito Bancário e sua resposta pode ser encontrada na Lei n.º 10.931/04.

A alternativa A está correta, pois o prazo prescricional é de 3 anos. Podendo o exequente se valer da ação monitória cujo prazo prescricional é de 5 anos.

A cédula de crédito bancário se submete à regência da lei 10.931 /04 que em seu artigo 44 dispõe ser aplicável a legislação cambial naquilo que não contrariar a especial. Assim, aplica-se ao referido título o prazo trienal da prescrição para a cobrança pela via executiva, consoante o artigo 70, do Decreto 57.663 /1966 (AgInt no AREsp 1508950/SE)

Dessa forma, pelas razões expostas acima, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 91. A empresa Alfa Ltda. pretende expandir a venda de seus produtos e celebra um contrato de colaboração empresarial com Beta Ltda. com essa finalidade. No instrumento que formaliza essa relação jurídica, há a inserção de cláusula del credere. Essa previsão:

a) faculta ao representante comercial emitir títulos de créditos para cobrança de comissões;

b) torna o comissário solidariamente responsável com as pessoas com que houver contratado em nome do comitente pelo cumprimento da obrigação assumida e descumprida por essas pessoas;

c) concede direito à indenização se o proponente, sem justa causa, cessar o atendimento das propostas ou reduzi-lo tanto que se torna antieconômica a continuação do contrato;

d) faculta a qualquer das partes resolver o contrato por prazo indeterminado mediante aviso prévio de noventa dias, desde que transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto do investimento exigido do agente;

e) determina que o comissário, em caso de dispensa, terá direito a ser remunerado pelos serviços úteis prestados ao comitente, ainda que tenha dado motivo à rescisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda a disciplina prevista no Código Civil para contrato em comissão.

O contrato de comissão tem por objeto a aquisição ou a venda de bens pelo comissário, em seu próprio nome, à conta do comitente.

A alternativa D está correta, pois a instituição da clásula del credere faz com o que haja a responsabilidade solidária do comissário com as pessoas com quem contratar.

Art. 698. Se do contrato de comissão constar a cláusula *del credere* , responderá o comissário solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente, caso em que, salvo estipulação em contrário, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido.

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 92. A Lei n.º 11.101/2005 exclui da recuperação judicial alguns tipos de credores, tais como:

a) os credores de contrato de câmbio de qualquer natureza e os garantidos por alienação fiduciária em garantia. Nessa última hipótese, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça limita essa exclusão somente em relação ao montante alcançado pelos bens alienados em garantia;

b) os credores de adiantamento a contrato de câmbio para exportação e os garantidos por alienação fiduciária em garantia. Na primeira hipótese, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça limita essa exclusão somente em relação ao montante expressamente previsto no contrato de comércio exterior referente à venda de bens e não à prestação de serviços;

c) os credores de adiantamento a contrato de câmbio para exportação e os garantidos por alienação fiduciária em garantia. Nessa última hipótese, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça limita essa exclusão somente em relação ao montante alcançado pelos bens alienados em garantia;

d) os credores de contrato de câmbio de qualquer natureza e os garantidos por alienação fiduciária em garantia. Nessa última hipótese, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça limita essa exclusão ao valor da dívida contratada;

e) os credores de adiantamento a contrato de câmbio para exportação e os garantidos por alienação fiduciária em garantia. Nessa última hipótese, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça limita essa exclusão ao valor da dívida contratada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda o conhecimento da incidência da Lei n.º 11.101/05 que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

A alternativa C está correta. Em regra, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, conforme disposto no art. 49 da Lei.

No entanto, o próprio artigo excepciona algumas hipóteses de não incidência da Lei de Recuperação Judicial, dentre eles, o disposto no § 4º. Vejamos:

Art. 49. (...)

(...)

§ 4º Não se sujeitará aos efeitos da recuperação judicial a importância a que se refere o inciso II do art. 86 desta Lei.

Art. 86. Proceder-se-á à restituição em dinheiro:

(...)

II – da importância entregue ao devedor, em moeda corrente nacional, decorrente de adiantamento a contrato de câmbio para exportação, na forma do art. 75, §§ 3º e 4º , da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, desde que o prazo total da operação, inclusive eventuais prorrogações, não exceda o previsto nas normas específicas da autoridade competente;

Portanto, os valores relacionados com adiantamento a contrato de câmbio são considerados créditos extraconcursais.

(...) o crédito resultante de adiantamento de contrato de câmbio não se submete aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, § 4º, da Lei n. 11.101/2005.

STJ. 3ª Turma. AgRg no REsp 1444410/PR, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 27/10/2015.

No entanto, os encargos derivados do adiantamento de contratos de câmbio não estão incluídos no § 4º do art. 49 e, por essa razão, se submete à Lei de Falência, não sendo considerados crédito extraconcursais, portanto.

O crédito referente ao efetivo adiantamento do contrato de câmbio deve ser objeto de pedido de restituição nos autos da recuperação judicial e os respectivos encargos reclamam habilitação no quadro geral de credores, por estarem sujeitos ao regime especial, mostrando-se inadequada a execução direta. (STJ. 3ª Turma. REsp 1.723.978-PR, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 22/03/2022)

Nesse sentido, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 93. No que se refere à sociedade simples, assinale a afirmativa correta:

a) quando, por lei ou pelo contrato social, competir aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por unanimidade dos sócios com direito a voto;

b) o administrador, nomeado por instrumento em separado, deve averbá-lo à margem da inscrição da sociedade e, pelos atos que praticar, antes de requerer a averbação, responde subsidiariamente com a sociedade;

c) nos trinta dias subsequentes à sua constituição, a sociedade simples deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, do local de sua sede;

d) a administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete separadamente a cada um dos sócios; se a administração competir separadamente a vários administradores, cada um pode impugnar operação pretendida por outro, cabendo a decisão aos sócios por maioria de votos.;

e) os administradores respondem subsidiariamente perante os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão versa sobre sociedade simples e a questão pode ser respondida através dos artigos legais previstos no Código Civil. A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público.

A alternativa A está incorreta, pois as deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Art. 1.010. Quando, por lei ou pelo contrato social, competir aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas de cada um.

A alternativa B está incorreta, pois nesse caso, o administrador responderá pessoal e solidariamente com a sociedade.

Art. 1.012. O administrador, nomeado por instrumento em separado, deve averbá-lo à margem da inscrição da sociedade, e, pelos atos que praticar, antes de requerer a averbação, responde pessoal e solidariamente com a sociedade.

A alternativa C está incorreta, deverá requerer no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Art. 998. Nos trinta dias subsequentes à sua constituição, a sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.

A alternativa D está correta, pois elenca a literalidade do art. 1.013 do Código Civil.

Art. 1.013. A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete separadamente a cada um dos sócios.

§ 1 º Se a administração competir separadamente a vários administradores, cada um pode impugnar operação pretendida por outro, cabendo a decisão aos sócios, por maioria de votos.

§ 2 º Responde por perdas e danos perante a sociedade o administrador que realizar operações, sabendo ou devendo saber que estava agindo em desacordo com a maioria.

A alternativa E está incorreta, pois, nesse caso, o administrador responderá solidariamente.

Art. 1.016. Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 94. À luz da Lei nº 6.404/76, a transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro. Considerando as disposições desse normativo, assinale a alternativa correta:

a) nos casos de incorporação, o prazo para exercício do direito de retirada será contado a partir da data de realização da assembleia que aprovar o protocolo ou a justificação, mas o pagamento do preço de reembolso somente será devido se a operação vier a efetivar-se;

b) a fusão exige o consentimento unânime dos sócios ou acionistas, salvo se prevista no estatuto ou no contrato social, caso em que o sócio dissidente terá o direito de retirar-se da sociedade;

c) a incorporação não pode ser operada entre sociedades de tipos diferentes;

d) as ações do capital da sociedade a ser incorporada que forem de propriedade da companhia incorporadora poderão, conforme dispuser o protocolo de incorporação, ser integralmente extintas, ou substituídas por ações em tesouraria da incorporadora, incluindo o limite da reserva legal;

e) se a fusão envolver companhia aberta, a sociedade que a suceder será também aberta, devendo promover a admissão de negociação das novas ações no mercado secundário, no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados da data da assembleia geral que aprovou a operação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão versa sobre Lei nº 6.404/76 que dispõe sobre sociedade por ações.

A alternativa A está incorreta, pois o reembolso da ação deve ser reclamado à companhia no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação da ata da assembleia-geral.

Art. 137. A aprovação das matérias previstas nos incisos I a VI e IX do art. 136 dá ao acionista dissidente o direito de retirar-se da companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (art. 45), observadas as seguintes normas:

IV - o reembolso da ação deve ser reclamado à companhia no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação da ata da assembléia-geral;

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, se maior quórum não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre:

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra;

A alternativa B está correta, pois para a transformação é imprescindível a unanimidade dos votos.

Art. 221. A transformação exige o consentimento unânime dos sócios ou acionistas, salvo se prevista no estatuto ou no contrato social, caso em que o sócio dissidente terá o direito de retirar-se da sociedade.

Não confundir com fusão ou incorporação!

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, se maior quórum não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre:

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra;

A alternativa C está incorreta, pois nos termos do art. 136, a incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais ou diferentes e deverão ser deliberadas na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.

A alternativa D está incorreta, pois se exclui o limite de reserva legal.

Art. 226. As operações de incorporação, fusão e cisão somente poderão ser efetivadas nas condições aprovadas se os peritos nomeados determinarem que o valor do patrimônio ou patrimônios líquidos a serem vertidos para a formação de capital social é, ao menos, igual ao montante do capital a realizar.

§ 1º As ações ou quotas do capital da sociedade a ser incorporada que forem de propriedade da companhia incorporadora poderão, conforme dispuser o protocolo de incorporação, ser extintas, ou substituídas por ações em tesouraria da incorporadora, até o limite dos lucros acumulados e reservas, exceto a legal.

A alternativa E está incorreta, pois o prazo é de 120 dias.

Art. 223 (...)

§ 3º Se a incorporação, fusão ou cisão envolverem companhia aberta, as sociedades que a sucederem serão também abertas, devendo obter o respectivo registro e, se for o caso, promover a admissão de negociação das novas ações no mercado secundário, no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data da assembléia-geral que aprovou a operação, observando as normas pertinentes baixadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Nesse sentido, as alternativas A, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 95. Robert é parente por afinidade de John, que é vereador do Município de Mogi das Cruzes. Três meses após John concluir o seu mandato, Robert está para assinar um contrato com o Município para prestar serviços na Prefeitura.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que Robert

a) não poderá ser contratado pelo Município, em razão de ser parente de John, ainda que esse tenha encerrado seu mandato, salvo se o contrato contiver cláusulas e condições que sejam uniformes para todos os interessados.

b) poderá ser regularmente contratado pelo Município, tendo em vista que o parentesco do interessado com um vereador não é motivo previsto na Lei Orgânica que proíba a sua contratação.

c) poderá ser regularmente contratado pelo Município, pois, embora haja proibição de contratação de familiares de vereadores, Robert tem parentesco apenas por afinidade com John.

d) não poderá ser contratado pelo Município em razão de ser parente de John, ainda que esse tenha encerrado seu mandato e que o contrato tenha cláusulas e condições uniformes para todos os interessados.

e) poderá ser regularmente contratado pelo Município, ainda que haja restrição legal para a contratação de parentes de vereadores, uma vez que John já concluiu seu mandato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes.

De acordo com art. 36, caput e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes: "Artigo 36 - O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas que com qualquer deles mantenha vínculo de matrimônio ou parentesco por afinidade, consanguinidade ou adoção até o segundo grau, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após findar as respectivas funções. Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados."

Portanto, a alternativa A está correta. Tomando por base o mesmo dispositivo legal, as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 96. A respeito da Procuradoria-Geral do Município, assinale a alternativa que está em conformidade com a Lei nº 7.078/2015.

a) A função de confiança de Procurador-Geral do Município será exercida por Procurador do Município nomeado pelo Prefeito dentre aqueles escolhidos em lista tríplice pelos integrantes da carreira.

b) O Subprocurador-Geral do Município será escolhido e nomeado pelo Procurador-Geral do Município, competindo-lhe o seu assessoramento e substituição em suas ausências, faltas e impedimentos.

c) O Subprocurador-Geral do Município poderá exercer, sob a supervisão do Procurador-Geral, qualquer de suas funções, salvo propor ações civis públicas, ações de improbidade e arguição de inconstitucionalidade de leis.

d) O Serviço de Expediente e Apoio da Procuradoria do Contencioso Geral será dirigido por um Chefe de Divisão de livre nomeação pelo Prefeito.

e) O mandato dos Procuradores eleitos para o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município será de 2 (dois) anos, sendo vedada a sua recondução, realizando-se a eleição na forma estabelecida pelo Conselho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata da Procuradoria-Geral do Município de Mogi das Cruzes (Lei Municipal nº 7.078/2015).

A alternativa A está incorreta. Não se fala em lista tríplice. De acordo com art. 5º da Lei Municipal nº 7.078/2015: "Art. 5º. A função de confiança de Procurador-Geral do Município será exercida por Procurador do Município nomeado pelo Prefeito."

A alternativa B está incorreta. A nomeação é feita pelo Prefeito. De acordo com art. 7º da Lei Municipal nº 7.078/2015: "Art. 7º A função de confiança de Subprocurador-Geral do Município será exercida por Procurador do Município nomeado pelo Prefeito, competindo-lhe assessorar o Procurador-Geral do Município e substituí-lo em suas ausências, faltas e impedimentos."

A alternativa C está incorreta. Não há tal ressalva. De acordo com art. 7º, p.u., da Lei Municipal nº 7.078/2015: "Parágrafo único. O Subprocurador-Geral do Município poderá exercer, sob a supervisão do Procurador-Geral, qualquer de suas funções."

A alternativa D está correta. De acordo com art. 11, p.u., da Lei Municipal nº 7.078/2015: "Parágrafo único. O Serviço de Expediente e Apoio da Procuradoria do Contencioso Geral será dirigido por um Chefe de Divisão de livre nomeação pelo Prefeito."

A alternativa E está incorreta. É permitida a recondução. De acordo com art. 8º, p.u., da Lei Municipal nº 7.078/2015: "Parágrafo único. O mandato dos Procuradores eleitos para o Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução, realizando-se a eleição na forma estabelecida pelo Conselho."

QUESTÃO 97. Narciso é servidor público do Município e contra ele foi apresentada, perante a autoridade competente, uma denúncia sobre irregularidade que teria sido cometida por ele há um ano, conduta essa que poderá ensejar a sua suspensão do serviço público.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Complementar n° 82/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos), é correto afirmar que

a) ainda que a autoridade entenda que o fato narrado não configura infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia deverá ser processada e o servidor terá direito à defesa.

b) em se tratando de eventual pena de suspensão, será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar para aplicação dessa penalidade ao servidor.

c) a denúncia somente poderá ser apurada se contiver a identificação e o endereço do denunciante e tenha sido formulada por escrito, confirmada a autenticidade.

d) a sindicância deverá estar concluída no prazo de 30 (trinta) dias, que somente poderá ser prorrogada, por igual período, mediante justificação fundamentada.

e) Narciso não mais poderá sofrer penalidade disciplinar pela referida conduta, tendo em vista a ocorrência da prescrição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mogi das Cruzes (Lei Complementar n° 82/2011).

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 171, p.u., da Lei Complementar n° 82/2011: "Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto."

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 169 da Lei Complementar n° 82/2011: "Art. 169 Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar."

A alternativa C está correta. De acordo com art. 171 da Lei Complementar n° 82/2011: "Art. 171 As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 175 da Lei Complementar n° 82/2011: "Art. 175 A sindicância deverá estar concluída no prazo de 60 (sessenta) dias, que só poderá ser prorrogada, por igual período, mediante justificação fundamentada."

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 165, II, da Lei Complementar n° 82/2011: "Art. 165. A ação disciplinar prescreverá: II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;"

QUESTÃO 98. Na hipótese de a Administração de Mogi das Cruzes notificar o proprietário de um imóvel e esse descumprir as condições e os prazos previstos para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios do imóvel, o Plano Diretor do Município (Lei Complementar n° 150/2019) estabelece que

a) o imóvel será desapropriado de imediato e a indenização será paga em títulos da dívida púbica, resgatáveis no prazo de dez anos.

b) a ele será aplicado o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração anual da alíquota.

c) o imóvel será desapropriado de imediato e a indenização será paga em títulos da dívida púbica, resgatáveis no prazo de quinze anos.

d) a ele será aplicado o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota a cada dois anos.

e) o imóvel será desapropriado de imediato e a indenização será paga em títulos da dívida púbica, resgatáveis no prazo de vinte anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do Plano Diretor do Município de Mogi das Cruzes (Lei Complementar Municipal n° 150/2019).

De acordo com art. 65 da Lei Complementar Municipal n° 150/2019: "Art. 65. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios dos imóveis notificados pela Administração Municipal, será a tais aplicado o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) Progressivo no Tempo, mediante a majoração anual da alíquota."

Portanto, a alternativa correta é a letra B.

As alternativas A, C e E estão incorretas. De acordo com art. 65 da Lei Complementar Municipal n° 150/2019, acima colacionado, o imóvel não será desapropriado de imediato; antes, haverá aplicação do IPTU progressivo no tempo. A desapropriação somente se dará se, decorrido o prazo de 5 anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo, ainda assim os proprietários dos imóveis não cumpram a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel. Conforme art. 66 da Lei Complementar Municipal n° 150/2019: "Art. 66. Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo sem que os proprietários dos imóveis tenham cumprido a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso, a Administração Municipal poderá proceder à desapropriação desses imóveis com pagamento em títulos da dívida pública."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 65 da Lei Complementar Municipal n° 150/2019, acima colacionado, a majoração da alíquota será anual.

QUESTÃO 99. A respeito da implantação de loteamentos industriais no Município de Mogi das Cruzes, a Lei de Parcelamento do Solo Urbano no Município (Lei nº 7.999/2023) dispõe expressamente que

a) o empreendedor fica obrigado a ofertar as áreas institucionais e de lazer nos mesmos percentuais exigidos por essa lei para os demais loteamentos.

b) fica proibida a implantação de vias locais para loteamentos industriais.

c) para a implantação de novos loteamentos, fica dispensada a apresentação do Relatório Ambiental Preliminar, sendo exigido apenas o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA).

d) a taxa de permeabilidade poderá ser reduzida, para a sua implantação, com base em estudos técnicos produzidos pelo loteador, com anuência da Administração.

e) a sua implantação somente poderá ser efetivada na zona urbana e com área superior a 20.000 m2.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata da Lei de Parcelamento do Solo Urbano no Município de Mogi das Cruzes (Lei Municipal nº 7.999/2023).

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 48, p.u., da Lei de Parcelamento do Solo Urbano no Município de Mogi das Cruzes (Lei Municipal nº 7.999/2023): "Parágrafo único. No caso de loteamento industrial, o empreendedor fica dispensado de ofertar as áreas institucionais e de lazer nos percentuais exigidos por esta lei."

A alternativa B está correta. De acordo com art. 46 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano no Município de Mogi das Cruzes (Lei Municipal nº 7.999/2023): "Art. 46. Fica proibida a implantação de vias locais para loteamentos industriais."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 47 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano no Município de Mogi das Cruzes (Lei Municipal nº 7.999/2023): "Art. 47. Para a implantação de novos loteamentos industriais, deverá ser observada integralmente a legislação ambiental em vigor, em especial a apresentação do Relatório Ambiental Preliminar - RAP e/ou Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente - RIMA, quando necessário, bem como as demais exigências previstas na legislação em vigor."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 45 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano no Município de Mogi das Cruzes (Lei Municipal nº 7.999/2023): "Art. 45. Para a implantação de loteamentos industriais deverão ser observados os parâmetros técnicos, a taxa de permeabilidade e a dimensão dos lotes previstos na Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo."

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 86 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano no Município de Mogi das Cruzes (Lei Municipal nº 7.999/2023): "Art. 86. Aos desmembramentos na zona urbana com área superior a 20.000,00m^2 (vinte mil metros quadrados) aplicam-se as disposições urbanísticas exigidas para loteamentos, em especial a destinação de áreas institucionais e áreas de lazer, nos percentuais e características previstos nesta lei, salvo quando o imóvel estiver localizado em Zonas destinadas ao uso industrial previstas na Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo."

Ademais, de acordo com art. art. 44 da Lei: de Parcelamento do Solo Urbano no Município de Mogi das Cruzes (Lei Municipal nº 7.999/2023): "Os loteamentos destinados ao uso industrial deverão estar localizados em zonas reservadas à instalação de indústrias localizadas em Zonas Especiais de Desenvolvimento Econômico - ZEDE-3, em áreas para indução à ocupação de áreas industriais, conforme estabelece o Plano Diretor do Município de Mogi das Cruzes e na Zona de Uso Predominantemente Industrial 2 - ZUPI-2, Zona de Uso Predominantemente Industrial 1 - ZUPI-1 ou na Zona de Dinamização Urbana 3 - ZDU-3, previstas na Lei do Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo, compatibilizando as atividades industriais com o entorno e a proteção ambiental."

QUESTÃO 100. Suponha que um contribuinte do Município de Mogi das Cruzes tenha cometido infração punida em grau máximo ou reincidir na violação das normas estabelecidas no Código Tributário Municipal.

Nessa situação hipotética, é correto afirmar, conforme a Lei nº 1.961/1970, que o referido contribuinte

a) sofrerá sanções punitivas e, em especial, a indisponibilidade de seus bens.

b) terá cassada a sua inscrição de contribuinte do Município.

c) ficará impedido de emitir novas notas fiscais até a regularização da sua situação.

d) somente poderá fazer novas transações comerciais com autorização da fiscalização.

e) poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata do Código Tributário Municipal de Mogi das Cruzes (Lei Municipal nº 1.961/1970).

De acordo com art. do Código Tributário Municipal de Mogi das Cruzes (Lei Municipal nº 1.961/1970): "Art. 72 O contribuinte que houver cometido infração punida em grau máximo ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste Código e em outras leis e regulamentos municipais poderá ser submetido a regime especial de fiscalização."

Portanto, a alternativa E está correta. Tomando por base o mesmo dispositivo legal, as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

PGE-SP

QUESTÃO 01. O Supremo Tribunal Federal reconheceu que há um "estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro" responsável pela violação massiva de direitos fundamentais dos presos, ao julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 347/DF. É correto afirmar sobre o tema:

a) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) foi considerada o meio processual adequado a ser adotado no presente caso diante do seu caráter subsidiário e dinâmico, o qual permite celeridade na emissão de medida cautelar pelo quórum simples dos membros do Supremo Tribunal Federal, com eficácia pelo prazo de 180 dias.

b) diante do grave impacto sobre a segurança pública, em especial, na formação e expansão de organizações criminosas que operam de dentro do cárcere e afetam a população de modo geral, restou determinado que todas as novas medidas deverão ser submetidas previamente a Audiências Públicas,

convocadas pelo Supremo Tribunal Federal, respeitada a competência privativa da União para legislar sobre direito penitenciário.

c) a intervenção judicial nos processos estruturais é legítima quando se detecta violação dos direitos fundamentais por uma falha crônica no funcionamento das instituições estatais, razão pela qual há necessidade de reconhecer o estado de desconformidade constitucional e acompanhar o detalhamento das medidas, a homologação e o monitoramento da execução da reformulação das políticas públicas.

d) o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária deve ser reelaborado pela União, no âmbito da sua competência privativa, e homologado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com ênfase em programas de Justiça Restaurativa a serem realizados pelos Estados e Distrito Federal.

e) deverão ser realizados estudos e criadas varas judiciárias novas em quantidade proporcional à população carcerária de cada unidade da federação, pelo Poder Executivo, visando superar as falhas crônicas no funcionamento das instituições estatais e o denominado "ponto cego legislativo" gerado pela ausência do devido debate parlamentar

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema da ADPF 347 - estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro.

A alternativa A está incorreta. O quórum para medida cautelar requer a maioria absoluta, nos termos da Lei 9.882/99: "Art. 5º. O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na argüição de descumprimento de preceito fundamental. § 1o Em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, ad referendum do Tribunal Pleno. § 2o O relator poderá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado-Geral da União ou o Procurador-Geral da República, no prazo comum de cinco dias. § 3o A liminar poderá consistir na determinação de que juízes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da argüição de descumprimento de preceito fundamental, salvo se decorrentes da coisa julgada."

A alternativa B está incorreta. Direito Penitenciário é competência concorrente e não competência privativa, conforme a Constituição Federal. "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;" Na ADPF 347, o Supremo verificou grave violação a direitos fundamentais da população carcerária. Entendeu-se que, reiteradamente, o Poder Público tem abandonado a população carcerária.

A alternativa C está correta. É o posicionamento adotado na ADPF 347, diante da formulação das políticas públicas entendidas pelo STF.

A alternativa D está incorreta. Há uma Política Criminal e Penitenciária que deve ser elaborada pela União, em conjunto com os Estados e com o Distrito Federal, a ser homologada pelo STF, não pelo CNJ.

A alternativa E está incorreta. Cabe ao CNJ fazer o estudo sobre a criação de varas de execuções penais. Esta quantidade de VEPs deverá ser proporcional ao número de presos.

QUESTÃO 02. Ao Estado de São Paulo cumpre proporcionar o bem-estar social, garantindo o pleno acesso aos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento individual e coletivo, sendo correto afirmar que a Constituição paulista assegura:

a) a competência do Estado em garantir o ensino fundamental público e gratuito aos jovens e adultos que, na idade própria, a ele não tiveram acesso, com organização adequada às características dos alunos, assim como, ao Município, a competência para definir as normas, autorização de funcionamento, supervisão e fiscalização da educação da criança de zero a seis anos.

b) o atendimento médico à mulher, em todas as fases da vida, pelo corpo clínico especializado da rede pública de saúde, excluída a prática do aborto nos casos excludentes de antijuridicidade, previstos na legislação penal.

c) a construção de políticas públicas pelo Sistema Estadual de Ensino deve atender a todos os níveis e modalidades, incluindo a educação para as pessoas com deficiência, ou seja, inclui a definição de normas gerais de funcionamento das escolas públicas estaduais, com exceção das escolas particulares, que gozarão de plena autonomia para organizar sistemas de ensino.

d) diante da natureza emergencial e compensatória, a prevalência dos programas de assistência social sobre a formulação e aplicação de políticas sociais básicas nas áreas de saúde, educação, abastecimento, transporte e alimentação.

e) ao paciente, internado em hospitais da rede pública ou privada, a faculdade de ser assistido, religiosa e espiritualmente, por ministro de culto religioso, assim como o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão trata do tema Constituição do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 248, parágrafo único c/c art. 250 da CE/SP: “Artigo 248 - (...) Parágrafo único - Aos Municípios, cujos sistemas de ensino estejam organizados, será delegada competência para autorizar o funcionamento e supervisionar as instituições de educação das crianças de zero a seis anos de idade.”; “Artigo 250 - O Poder Público responsabilizar-se-á pela manutenção e expansão do ensino médio, público e gratuito, inclusive para os jovens e adultos que, na idade própria, a ele não tiveram acesso, tomando providências para universalizá-lo.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 224 da CE/SP: “Artigo 224 - Cabe à rede pública de saúde, pelo seu corpo clínico especializado, prestar o atendimento médico para a prática do aborto nos casos excludentes de antijuridicidade, previstos na legislação penal.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 239 da CE/SP: “Artigo 239 - O Poder Público organizará o Sistema Estadual de Ensino, abrangendo todos os níveis e modalidades, incluindo a

especial, estabelecendo normas gerais de funcionamento para as escolas públicas estaduais e municipais, bem como para as particulares."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 233 da CE/SP: "Artigo 233 - As ações governamentais e os programas de assistência social, pela sua natureza emergencial e compensatória, não deverão prevalecer sobre a formulação e aplicação de políticas sociais básicas nas áreas de saúde, educação, abastecimento, transporte e alimentação."

A alternativa E está correta. De acordo com artigo 231 c/c art. 244 da CE/SP: "Artigo 231 - Assegurar-se-á ao paciente, internado em hospitais da rede pública ou privada, a faculdade de ser assistido, religiosa e espiritualmente, por ministro de culto religioso."; "Artigo 244 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental."

QUESTÃO 03. Segundo Tércio Sampaio Ferraz Jr: "A interpretação legitima meios, alterando a realidade social, de modo que os fins positivamente vinculados possam ser alcançados. [...] A interpretação legitima os fins, de modo que a realidade seja alterada, a fim de que os meios, se não existentes, possam ser adequadamente criados pelo legislador"; nesse contexto, é correto afirmar sobre o tema da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais:

a) a eficácia significa correlacionar condições técnicas, axiológicas e fáticas da atuação da norma jurídica, de modo que não há norma constitucional sem eficácia, como nos casos das normas constitucionais de princípio institutivo impositivas, as quais indicam sempre o sentido dos fins sociais e do bem comum que almejam, com normatividade suficiente à sua incidência imediata.

b) a eficácia exaurida de uma norma objeto de ação de controle abstrato de constitucionalidade conduz o Supremo Tribunal Federal a decretar a extinção do processo por perda superveniente do objeto, efeito a ser replicado automaticamente em todos os processos individuais nos quais se discutem eventuais lesões advindas da mesma norma.

c) a vigência é o modo específico de existência da norma jurídica; a constituição pode ser promulgada em determinada data, com cláusula de vigência que estabelece outro momento em que ela começará a vigorar e, com isso, tornar-se apta a produzir os efeitos próprios do seu conteúdo, conforme modelos adotados nas Constituições brasileiras de 1934, 1946 e 1967.

d) a aplicabilidade é a qualidade do que é executável; significa que a norma tem capacidade para produzir efeitos, como nos casos das normas constitucionais de eficácia limitada, as quais receberam do constituinte normatividade suficiente para reger os interesses relativos a determinada matéria, mas deixando margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do Poder Público, razão pela qual possuem aplicabilidade não integral e indireta.

e) a efetividade da norma constitucional expressa o seu cumprimento pela materialização dos preceitos legais no mundo dos fatos; simboliza a aproximação entre o dever-ser e o ser da realidade social, conforme visão doutrinária impulsionada pelas teorias do neoconstitucionalismo e da teoria dos direitos fundamentais.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.

A alternativa A está incorreta. As normas constitucionais de princípio institutivo são normas de aplicabilidade futura, cuja implementação integral depende de regulamentação infraconstitucional. Além disso, as normas de princípios institutivos são direcionadas à criação de órgãos, enquanto que as normas programáticas é que direcionam a atividade social do Estado.

A alternativa B está incorreta. É preciso considerar o prejuízo individual da norma que está exaurida. Mas esse prejuízo será aferido durante o período em que a norma declarada inconstitucional produziu os seus efeitos.

A alternativa C está incorreta. As constituições do Brasil entram em vigor de imediato, sem o período de espera conhecido como vacatio constitutionis, diferentemente do que ocorre com a vacatio legis para outras normas. As disposições constitucionais são aplicadas assim que promulgadas, exceto quando o próprio texto constitucional estabelece um prazo específico para sua entrada em vigor, como aconteceu com a Constituição de 1969.

A alternativa D está incorreta. A alternativa trouxe o conceito da norma de eficácia contida, a qual pode receber restrições legais. Por outro lado, a norma de eficácia limitada é aquela que depende de norma regulamentadora para surtir seus efeitos.

A alternativa E está correta. A efetividade da norma constitucional expressa o seu cumprimento pela materialização dos preceitos legais. A realidade aproxima-se da norma. Busca-se que as normas constitucionais tenham, além de eficácia jurídica, a eficácia social, conforme a doutrina do Ministro Roberto Barroso. Há um viés neoconstitucionalista de defesa dos Direitos Fundamentais que exige aproximação do texto constitucional com a realidade.

QUESTÃO 04. Assinale a alternativa correta sobre a aferição dos parâmetros constitucionais do direito ao saneamento básico.

a) O tratamento constitucional diferenciado dado às matérias que envolvem saneamento básico e saúde reflete a opção pela promoção de estruturas organizacionais autônomas na condução das diretivas setoriais; assim, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi concebido em forma de rede regionalizada e hierarquizada, sem ingerência na formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

b) A participação dos Municípios e dos Estados deve ser ajustada com o fim de promover programas de saneamento básico específicos, em conformidade com as diretrizes normativas gerais fixadas pela União e com as leis complementares criadas pelos Estados para instituir regiões metropolitanas.

c) A realidade brasileira histórica de desatendimento às essencialidades sanitárias decorrentes dos problemas de cooperação interfederativa e da falta de sustentabilidade econômico-financeira dos modelos adotados estabeleceu a diretriz jurisprudencial de que compete à União legislar e promover

programas de saneamento básico, a serem executados de forma exclusiva pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

d) A regra geral fixada é a da competência concorrente entre os entes da federação para legislar sobre o saneamento básico, saúde, combate à poluição, proteção ao meio ambiente, águas e energia, temas interligados, que visam proteger os direitos fundamentais envolvidos.

e) O arranjo institucional baseado no perfil de dados dos entes federados, e não em sua localização territorial, faz com que o serviço de saneamento possa se beneficiar de mecanismos automatizados de tomada de decisão em grande escala, razão pela qual compete à União legislar e promover programas específicos de saneamento básico, com foco nas regiões metropolitanas.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema direito ao saneamento básico.

A alternativa A está incorreta. O SUS tem ingerência na formulação da política e da execução das ações de saneamento básico, conforme estabelecido na Constituição Federal: "Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (...) IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;"

A alternativa B está correta. O artigo 23 da Constituição apresenta o saneamento básico como competência material comum para todos os entes federativos, bem como o artigo 30, V e VI, informa ser assunto de interesse local do município. Além disso, o posicionamento do STF na ADI 6583 estabelece que, nas regiões metropolitanas, implementadas por lei complementar, o Estado passa a ter ingerência no saneamento básico, delimitando normas a serem respeitadas pelos municípios que formam esta região metropolitana.

A alternativa C está incorreta. Não cabe exclusivamente à Agência Nacional de Águas, a regra é que o tema é de competência comum, como visto.

A alternativa D está incorreta. Legislar sobre água e energia é competência privativa da União, conforme artigo 22 da Constituição.

A alternativa E está incorreta. Nas regiões metropolitanas, a competência para os programas de saneamento básico recai sobre os Estados, por meio de Lei Complementar.

QUESTÃO 05. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, aos quais é assegurada a autonomia para definir a sua estrutura interna e estabelecer regras sobre sua organização e funcionamento, sendo correto afirmar sobre as diretrizes constitucionais estabelecidas:

a) cada partido deve fixar parâmetros transparentes sobre o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão, considerando o número de mulheres candidatas, a partir de critérios específicos a serem definidos pelas suas normas estatutárias, tendo em conta a autonomia e o interesse partidário.

b) os partidos políticos devem aplicar no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

c) os Deputados Estaduais que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos poderão perder o mandato, de modo que a migração de partido será computada para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão, sendo sempre irrelevante a anuência dos partidos envolvidos.

d) somente terão acesso gratuito ao rádio e à televisão os partidos políticos que conseguirem eleger, no mínimo, 15 (quinze) Deputados Federais, distribuídos em pelo menos 1/3 (um terço) das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas.

e) ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos pela Constituição Federal para ter acesso gratuito ao rádio e à televisão é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha preenchido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos para o fundo partidário e para o acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema partidos políticos.

A questão cobrou a literalidade do artigo 17 da Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta. É preciso seguir a proporcionalidade de candidaturas femininas, segundo entendimento do STF na ADI 5617.

A alternativa B está incorreta. O percentual é de 5%, conforme o texto constitucional: "Art. 17. (...) § 7º Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 117, de 2022)"

A alternativa C está incorreta. Deputados Estaduais que se desligarem dos partidos pelos quais foram eleitos, poderão perder seus mandatos. Veja o que diz a Constituição Federal: "Art. 17. (...) § 6º Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)"

A alternativa D está incorreta. Os critérios são alternativos para a cláusula de desempenho, consoante a Constituição: "Art. 17. (...) § 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017) I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades

da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017) II - tiverem elegido pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)"

A alternativa E está correta. Literalidade do texto constitucional: "Art. 17. (...) § 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)"

QUESTÃO 06. Assinale a alternativa correta quanto ao desenho constitucional estabelecido para a promoção e o incentivo de ações com vistas ao desenvolvimento científico, capacitação tecnológica e inovação.

a) As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por escolas públicas, escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas poderão receber apoio financeiro do Poder Público, opção não extensível às universidades e instituições de educação profissional e tecnológica.

b) O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) deve ser organizado pela União com vistas a promover a cultura de inovação e visão empreendedora, no âmbito da sua competência privativa, devendo prever a participação colaborativa de entes públicos e privados em Conselhos, inclusive para a composição de distribuição orçamentária e financeira.

c) A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante prévia autorização legislativa.

d) O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional pode ser destinado para a promoção de ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação, mediante a entrega de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, fixados por parâmetros constitucionais denominados coeficientes individuais de participação, regulamentados e calculados pelo Tribunal de Contas da União.

e) As pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação devem ser essencialmente direcionadas para a solução dos problemas nacionais e para o desenvolvimento do sistema produtivo regional, razão pela qual não cabe ao Poder Público incentivar, promover e financiar a atuação das instituições públicas nessa área, no exterior.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata dos temas ciência, tecnologia e inovação.

A alternativa A está incorreta. As Universidades também poderão receber apoio financeiro, conforme estabelecido na Constituição Federal: "Art. 213. (...) § 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de

estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)"

A alternativa B está incorreta. Não é o que estabelece a Constituição: "Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015) § 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCTI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015) § 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)"

A alternativa C está incorreta. Não se exige autorização de lei para transferência de recursos de uma área para outra dentro da pesquisa científica. Estabelece a Constituição: "Art. 167. (...) § 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)"

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do texto constitucional, cobrou-se atualização feita pela EC 132/2023: "Art. 159-A. Fica instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais, nos termos do art. 3º, III, mediante a entrega de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal para: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)"

A alternativa E está incorreta. O incentivo para pesquisa no exterior está previsto no texto constitucional: " Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015) (...) § 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)"

QUESTÃO 07. Assinale a alternativa correta no que se refere à posição da jurisprudência brasileira sobre o tema "direito ao esquecimento".

a) O direito ao esquecimento é parte da proteção dos dados pessoais em face da memória coletiva, enfatizado pelos efeitos da chamada era das informações; assim, no conflito entre liberdades comunicativas, há o direito de não ser lembrado contra a própria vontade nos casos de natureza criminal, com predileção constitucional para soluções protetivas da dignidade da pessoa humana.

b) O acesso à informação é assegurado a todos, em consonância com a livre expressão da atividade de comunicação, independentemente de censura, o que implica ao intérprete considerar, em seu esforço hermenêutico, o denominado direito à verdade histórica no âmbito do princípio da solidariedade entre gerações, não sendo possível, do ponto de vista jurídico, que uma geração negue à próxima o direito de saber a sua história.

c) A concepção da Constituição Federal brasileira é compatível com a teoria do direito ao esquecimento, a qual possibilita impedir a divulgação de qualquer fato ou dado desabonador ou desagradável em meios de comunicação digital, por força da passagem do tempo e do respeito aos direitos de proteção à personalidade.

d) A Suprema Corte brasileira acatou a acepção de que é necessário proteger o direito de personalidade nos casos de acesso ilimitado da mídia à pessoa do criminoso e à sua privacidade, de modo que a tutela aos direitos da personalidade prepondera sobre a liberdade de comunicação, adotando-se a tese fixada pelo Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, nos históricos casos denominados "Casos Lebach I e II".

e) É legítima a conduta dos veículos da imprensa em divulgar fatos ocorridos no passado, direito que não perece pelo transcurso do tempo, razão pela qual, na ponderação entre conflitos de direitos fundamentais, afasta-se integralmente a tese da responsabilidade, por não se tratar de dano injusto, mas de exercício regular de direito que afasta a ideia da censura.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do direito ao esquecimento previsto no Tema 786 do STF (Recurso Extraordinário 1.010.606-RJ).

Fatos da vida pessoal seriam apagados da história para não serem mais revividos. Entendeu o STF que este direito ao esquecimento criaria uma forma de censura que seria sempre inconstitucional.

A alternativa A está incorreta. A alternativa trouxe o conceito do direito ao esquecimento, porém ele não tem aplicabilidade no Brasil.

A alternativa B está correta. Trata-se de paráfrase daquilo que foi decidido pelo STF. Deve-se observar que a garantia do acesso à informação para todos está alinhada com a liberdade de expressão e comunicação, livre de censura. Isso exige que, na interpretação das normas, se leve em conta o chamado direito à verdade histórica, fundamentado no princípio da solidariedade intergeracional. Juridicamente, não é aceitável que uma geração prive a seguinte do direito de conhecer sua própria história.

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário, entendeu o STF que a nossa Constituição não é compatível com o direito ao esquecimento.

A alternativa D está incorreta. Mais uma vez, não se adotou a tese do direito ao esquecimento.

A alternativa E está incorreta. Não se afasta integralmente a responsabilidade dos meios de comunicação que divulgam informações pessoais de terceiros. Todavia, embora não se possa fazer uma censura prévia, havendo excessos, quem os tiver praticado, irá responder, incluindo a impressa.

QUESTÃO 08. Segundo a Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar sobre os parâmetros do processo legislativo das leis orçamentárias:

a) as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária destinadas às ações e aos serviços públicos de saúde devem corresponder no mínimo a 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo e podem ser utilizadas somente em projetos que envolvam despesas de custeio, capital e pagamento de pessoal.

b) a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as metas e prioridades da administração pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

c) é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com fim preciso, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta.

d) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, bem como suas emendas, serão apreciados pela Assembleia Legislativa, podendo o Governador enviar mensagens ao Legislativo para propor modificações até o início da deliberação pelo Plenário.

e) os recursos que ficarem sem despesas correspondentes em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual não poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão trata do tema Constituição do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 175, § 6º, da CE/SP: "§ 6° - As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão de 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que, no mínimo, a metade do percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde."

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 174, § 2º, da CE/SP: "§2° - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento."

A alternativa C está correta. De acordo com art. 176, III, da CE/SP: "Artigo 176 - São vedados: III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com fim preciso, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta;"

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 175, § 3º, da CE/SP: "§3° - O Governador poderá enviar mensagem ao Legislativo para propor modificações nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada, na Comissão competente, a votação da parte cuja alteração é proposta."

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 175, § 5º, da CE/SP: "§5° - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa."

QUESTÃO 09. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de um direito fundamental autônomo à proteção de dados pessoais e à autodeterminação informacional, que restou positivado pela Emenda Constitucional no 115, de 10 de fevereiro de 2022, por meio do artigo 5o , inciso LXXIX. Nesse contexto, assinale a alternativa correta quanto ao tratamento de dados pessoais pelo Estado brasileiro.

a) O compartilhamento de informações pessoais em atividades de inteligência deve observar a adoção de medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, bem como a instauração de procedimento administrativo formal, acompanhado de prévia e exaustiva motivação, para permitir o controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

b) O tratamento de dados pessoais pelo Estado é essencial para a execução de políticas e prestação de serviços, razão pela qual prevalece o interesse público de acesso à informação como bem jurídico a ser tutelado no exercício de prerrogativas estatais típicas, em desfavor da privacidade e da proteção de dados pessoais.

c) Por força de evolução do tema, o Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que houve mutação constitucional para reconhecer a subtração de eventuais aplicações ou interpretações que conflitem com o direito fundamental à proteção de dados pessoais, do campo semântico das normas.

d) O fortalecimento da tutela da privacidade considera a natureza ostensiva ou reservada dos dados pessoais para fins de análise do direito à autodeterminação informática; assim, quando há o envolvimento de informações simples ou triviais, pelo baixo grau de sensibilidade, prevalece a interpretação que zela pelo princípio da eficiência e do interesse público envolvido.

e) Os processos de habeas data terão prioridade sobre todos os atos judiciais, enquanto instrumento de tutela material do direito à autodeterminação informativa de retificação de dados ou para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, assegurando o controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata do tema dados pessoais. Houve cobrança do decidido na ADI 6649 do STF.

A alternativa A está correta. Paráfrase da decisão do STF. Nestes termos, a divulgação de dados pessoais no contexto das atividades de inteligência deve ser regida pela implementação de ações que sejam proporcionais e indispensáveis à satisfação do interesse público. Ademais, é necessário que seja estabelecido um procedimento administrativo formal, com uma fundamentação prévia e detalhada, a fim de possibilitar a verificação de sua legalidade pelo Judiciário.

A alternativa B está incorreta. Nem sempre haverá a prevalência do interesse público sobre a privacidade dos indivíduos. Esta é a essência da ponderação entre entre princípios constitucionais. O caso concreto é que ditará a solução.

A alternativa C está incorreta. O que houve foi interpretação conforme a constituição e não mutação constitucional. A interpretação conforme a Constituição ajusta a compreensão de normas infraconstitucionais à Constituição, sem alterá-las, enquanto a mutação constitucional modifica o sentido da própria Constituição sem mudança textual, refletindo novas interpretações ou práticas sociais.

A alternativa D está incorreta. A defesa da informação pessoal desconsidera a natureza ostensiva de direitos da coletividade. Ou seja, ao defender as informações de caráter pessoal, dados pessoais, protege-se o particular contra ingerências do Poder Público.

A alternativa E está incorreta. O habeas data e mandado de segurança tem preferência, mas que não ultrapassa a preferência do habeas corpus. Vejamos o que diz a Lei n. 9.507/97: "Art. 19. Os processos de habeas data terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto habeas-corpus e mandado de segurança. Na instância superior, deverão ser levados a julgamento na primeira sessão que se seguir à data em que, feita a distribuição, forem conclusos ao relator."

QUESTÃO 10. A respeito do controle judicial de constitucionalidade, sob a ótica da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) A técnica denominada superação total (overruling) pressupõe respeitar de forma impositiva a força vinculante do precedente fixado pela Corte Constitucional, de modo a garantir a manutenção da segurança jurídica alicerçada no sistema da dupla coerência (previsibilidade e proteção da confiança legítima).

b) A declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução do texto é uma técnica decisória que sempre parte da interpretação conforme a Constituição, para reconhecer a improcedência da ação constitucional, com a fixação de ressalvas expressas sobre a interpretação do conteúdo de determinado dispositivo normativo.

c) A lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência por força dos efeitos repristinatórios da declaração de inconstitucionalidade em abstrato, lógica aplicável a toda a cadeia normativa pertinente.

d) A possibilidade de modulação de efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade não implica o afastamento da supremacia da Constituição, mas uma ponderação entre a norma violada e as normas constitucionais que protegem os efeitos produzidos pela lei inconstitucional.

e) A declaração de inconstitucionalidade por arrastamento ou reverberação normativa tem lugar quando peculiaridades fáticas ou sociais impõem o deslocamento da norma inconstitucional para ser validada em outro momento, com a finalidade de evitar a situação de anomia ou dano ainda maior à ordem constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. O overruling ocorre quando um precedente judicial é completamente superado por uma nova decisão, indicando uma mudança na jurisprudência. Embora o efeito vinculante de decisões anteriores obrigue as instâncias inferiores, ele não restringe o Supremo Tribunal Federal (STF), que possui autonomia para revisar e alterar seus próprios entendimentos.

A alternativa B está incorreta. Na declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto, quando a ação é julgada procedente, o que é declarado inconstitucional é uma ou outra interpretação dada ao dispositivo infraconstitucional impugnado.

A alternativa C está incorreta. Declarada a inconstitucionalidade da norma, um dos efeitos da decisão é o efeito temporal retroativo desde a origem, eficácia “ex tunc”, e repristinatório de norma anterior. Assim, a norma revogada volta a valer devido à perda da eficácia da norma revogadora.

A alternativa D está correta. Para garantir o interesse da coletividade ou a segurança jurídica é possível fazer a modulação do efeito temporal, criando efeito para o futuro, conforme ADI 2231. Assim, não necessariamente, a decisão de controle de eficácia terá efeitos “ex tunc”.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, a declaração de inconstitucionalidade por arrastamento ou reverberação normativa ocorre quando a inconstitucionalidade de uma norma específica leva à invalidação de outras normas relacionadas ou dependentes, sem que estas tenham sido diretamente questionadas, devido à sua conexão lógica ou funcional com a norma originalmente considerada inconstitucional.

QUESTÃO 11. O Estado "X" pretende realizar acordo de cooperação com organização da sociedade civil (OSC), sob as regras da Lei nº 13.019/2014. Assinale a alternativa que apresenta cláusula confeccionada para fins de inclusão na minuta do instrumento de parceria que se revela adequada ao negócio jurídico a ser celebrado.

a) "A entidade parceira declara preencher o requisito de prazo mínimo de existência, com cadastro ativo na Secretaria de Receita Federal do Brasil, nos termos da Lei nº 13.019/2014".

b) "Fica dispensada a apresentação de plano de trabalho pela entidade parceira, que poderá ser substituído por carta de intenções subscrita pelo dirigente da entidade, a ser disponibilizada no prazo de cinco dias a contar da assinatura do ajuste".

c) "A parceria produzirá efeitos jurídicos a partir da data de assinatura, sem prejuízo da oportuna publicação do ajuste no diário oficial do Estado".

d) "Em vista da vedação legal à celebração de parcerias com organizações de cunho religioso, a entidade parceira declara não ostentar tal natureza".

e) "As atividades previstas no plano de trabalho serão inteiramente financiadas pela OSC parceira, a quem caberá, portanto, a responsabilidade pela captação dos recursos necessários para sua execução".

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão aborda o tema da celebração de parcerias entre a Administração e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, à luz da Lei 13.019/2014.

A alternativa A está incorreta, pois, em se tratando de acordo de cooperação, inexiste a alegada exigência de prazo mínimo de existência, com cadastro ativo na Secretaria de Receita Federal do Brasil. A rigor, por força do art. 33, I e §1º, da referida lei federal, exige-se apenas que a entidade possua objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.

A alternativa B está incorreta, porquanto, nos termos do parágrafo único do art. 42 da sobredita lei federal, "Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável." Logo, é equivocado sustentar a possibilidade de dispensa da apresentação de plano de trabalho pela entidade parceira.

A alternativa C está incorreta, uma vez que afronta a regra do art. 38 da Lei 13.019/2014, na linha do qual "O termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública". Assim sendo, o marco inicial da produção de efeitos jurídicos consiste na publicação dos extratos, e não na data de assinatura do instrumento.

A alternativa D está incorreta, na medida em que o art. 2º, I, "c", da Lei 13.019/2014 prevê como organização da sociedade civil as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos, de maneira que inexiste a alegada vedação legal à celebração de parcerias com organizações de cunho religioso.

A alternativa E está correta, pois, de fato, os acordos de cooperação constituem instrumentos de parceria que não preveem transferências de recursos financeiros por parte da Administração à entidade privada, de modo que cabe à respectiva organização da sociedade civil o ônus captação dos recursos necessários à execução do respectivo projeto ou atividade.

QUESTÃO 12. A Lei estadual de Processos Administrativos (Lei nº 10.177/1998) determina que

a) o descumprimento injustificado, pela Administração, dos prazos previstos na lei gera responsabilidade disciplinar, imputável aos agentes públicos encarregados do assunto e a nulidade do procedimento em que ocorreu o atraso.

b) os procedimentos sancionatórios serão acessíveis a qualquer pessoa que demonstre legítimo interesse.

c) a instância máxima para conhecer do recurso administrativo, no caso da Administração descentralizada, será o Secretário de Estado a que esteja vinculada a pessoa jurídica.

d) a Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, ainda que deles não resulte qualquer prejuízo.

e) o interessado poderá considerar deferido o requerimento na esfera administrativa, se ultrapassado o prazo legal sem decisão da autoridade competente, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão trata do tema Processos Administrativos no Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.177/98).

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 90 da Lei Estadual nº 10.177/98: "Artigo 90 - O descumprimento injustificado, pela Administração, dos prazos previstos nesta lei gera responsabilidade disciplinar, imputável aos agentes públicos encarregados do assunto, não implicando, necessariamente, em nulidade do procedimento."

A alternativa B está correta. De acordo com art. 64 da Lei Estadual nº 10.177/98: "Artigo 64 - O procedimento sancionatório será sigiloso até decisão final, salvo em relação ao acusado, seu procurador ou terceiro que demonstre legítimo interesse."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 40 da Lei Estadual nº 10.177/98: "Artigo 40 - Salvo disposição legal em contrário, a instância máxima para o recurso administrativo será: I - na Administração centralizada, o Secretário de Estado ou autoridade a ele equiparada, excetuados os casos em que o ato tenha sido por ele praticado originariamente; e II - na Administração descentralizada, o dirigente superior da pessoa jurídica."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 10, II, da Lei Estadual nº 10.177/98: "Artigo 10 - A Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando: II - da irregularidade não resultar qualquer prejuízo;"

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 33, § 1º, da Lei Estadual nº 10.177/98: "Artigo 33 - O prazo máximo para decisão de requerimentos de qualquer espécie apresentados à Administração será de 120 (cento e vinte) dias, se outro não for legalmente estabelecido. § 1° - Ultrapassado o prazo sem decisão, o interessado poderá considerar rejeitado o requerimento na esfera administrativa, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário."

QUESTÃO 13. A propósito da responsabilidade por ato de improbidade, a Lei nº 8.429/1992, em sua redação vigente, veda a responsabilização

a) dos sócios, cotistas, diretores e colaboradores de pessoa jurídica de direito privado a que tenha sido imputado ato de improbidade, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

b) dos integrantes do Poder Judiciário e Tribunais de Contas, ainda que em exercício de funções administrativas.

c) dos administradores de empresas públicas e de sociedade de economia mista pela prática de atos de gestão comercial.

d) do sucessor ou herdeiro do condenado por ato improbo, em observância do princípio da intranscendência penal.

e) dos agentes políticos sujeitos a processo por crime de responsabilidade, nos casos previstos na Constituição Federal.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão aborda disposições da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA).

A alternativa A está correta, pois se mostra em absoluta sintonia com a regra do art. 3º, §1º, da LIA, segundo o qual "Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação."

A alternativa B está incorreta, uma vez que membros do Poder Judiciário, assim como de Tribunais de Contas, são agentes públicos e, por conseguinte, não se furtam à incidência das disposições contidas na LIA, mormente quando no exercício de funções meramente administrativas.

A alternativa C está incorreta, porquanto inexiste a alegada vedação à responsabilização de administradores de empresas públicas e de sociedade de economia mista pela prática de atos de gestão comercial. Trata-se de agentes públicos, estando, pois, abraçados pelo conceito amplo contido no art. 2º da LIA.

A alternativa D está incorreta, na medida em que a LIA é explícita ao contemplar, em seu art. 8º, a possibilidade de responsabilização de herdeiros e sucessores, desde que observado o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido, in verbis: "O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido."

A alternativa E está incorreta, pois não apenas inexiste a pretensa vedação genérica à punição de agentes políticos, ainda que respondam (também) por crime de responsabilidade, como, na verdade, o STF possui entendimento firmado no sentido da independência de tais instâncias. No ponto, confira-se: "O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) não impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, em virtude da autonomia das instâncias" (RE 976566, rel. Ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 13-09-2019, publicado em 26-09-2019).

QUESTÃO 14. O Serviço de Patrimônio do Estado "X" constata que, em determinado perímetro territorial, há glebas de terras que considera devolutas, havendo incerteza dominial, decorrente da possível sobreposição de terras privadas na mesma área, cuja titulação é de legitimidade duvidosa, em virtude do histórico de "grilagem" da região. Diante dessa situação e caso tenha se revelado inviável a solução administrativa da questão, a Procuradoria Geral do Estado deverá ajuizar ação

a) reivindicatória.

b) discriminatória.

c) demarcatória.

d) possessória.

e) divisória.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão aborda o tema do instrumento processual adequado para fins de se determinar os limites e a abrangência de terras devolutas.

A alternativa B está correta, pois se revela devidamente embasada na regra do art. 1º da Lei 6.383/76, na linha do qual “O processo discriminatório das terras devolutas da União será regulado por esta Lei.”

As alternativas A, C, D e E estão, por conseguinte, incorretas, porquanto indicaram outros instrumentos processuais como supostamente adequados à finalidade descrita no enunciado da questão, o que não é verdade. Trata-se de hipótese de questão em que a identificação do item correto elimina, por si só, as demais opções arroladas pela Banca.

QUESTÃO 15. Com o intuito de promover programa de moradia destinado à população de baixa renda, o Estado "X" pretende implantar um conjunto habitacional em terreno pertencente a determinado Município. Para execução de sua obra, celebrou contratação integrada com a empreiteira "W", sendo que o contrato prevê que a contratada deverá promover a desapropriação do terreno em questão. No citado terreno, há um núcleo urbano informal, ocupado predominantemente por população de baixa renda. Diante de tal situação e nos termos da legislação aplicável,

a) não é possível delegar à empreiteira contratada os poderes expropriatórios, visto que apenas as delegatárias de serviço público podem exercer tal incumbência.

b) a autorização legislativa para a desapropriação não será necessária, visto que promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais é matéria de competência comum dos entes envolvidos na situação.

c) corre o prazo de dois anos, a partir da decretação da referida desapropriação, para efetivação da aludida desapropriação e início das providências de aproveitamento do bem expropriado.

d) a existência de núcleo urbano informal não exige providências por parte do ente expropriante, visto que a questão da posse não é objeto da ação de desapropriação.

e) tendo em vista a natureza de desapropriação por interesse social para cumprimento da função social da propriedade urbana, deverá ser aprovada lei municipal específica autorizando a desapropriação.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão aborda o tema da desapropriação, em especial no tocante à destinação de terreno para fins de implantação de programa de moradia a cidadãos de baixa renda.

A alternativa A está incorreta, pois a Lei 14.133/2021, em seu art. 25, §5º, II, é explícita ao possibilitar que o edital estabeleça a responsabilidade do contratado pela realização da desapropriação autorizada pelo poder público.

A alternativa B está incorreta, na medida em que a autorização legislativa se faz necessária, sim, em se tratando de desapropriação de bem público, por força do art. 2º, §2º, do Decreto-lei 3.365/41: "Será exigida autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados."

A alternativa C está correta, uma vez que, em se tratando de hipótese de desapropriação por interesse social, aplica-se o prazo previsto no art. 3º da Lei 4.132/62, litteris: "O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado."

A alternativa D está incorreta, porquanto em desacordo à regra do art. 4º-A do Decreto-lei 3.365/41, em vista do qual "Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do §2º do art. 9º da Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias." Logo, está errado afirmar que a hipótese não exigiria providências por parte do ente expropriante.

A alternativa E está incorreta, uma vez que, tratando-se de desapropriação promovida por estado-membro, não é verdade que haja necessidade de aprovação prévia de lei municipal específica autorizando a desapropriação. A rigor, a autorização legislativa a ser concedida deve partir do próprio ente expropriante, no caso, o estado-membro, na forma do art. 2º, §2º, do Decreto-lei 3.365/41, acima já transcrito.

QUESTÃO 16. Assinale a alternativa correta a respeito dos critérios de julgamento das licitações de acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos).

a) O julgamento por maior retorno econômico, utilizado para a celebração de quaisquer contratos que impliquem dispêndio financeiro, considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.

b) No julgamento por melhor técnica, uma vez classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço dos licitantes e à negociação das condições propostas, com a proponente mais bem classificada, tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima.

c) O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, sendo vedado o aditamento do contrato resultante da disputa realizada com base nesse critério.

d) O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, considerados apenas os custos diretos e atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

e) No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão aborda o tema dos critérios de julgamento de licitações, nos termos da Lei 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, pois o julgamento por maior retorno econômico somente se destina a contratos de eficiência, a teor do art. 39, caput, da citada lei federal: “O julgamento por maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que o julgamento por melhor técnica não tem por referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima.

A alternativa C está incorreta, eis que em franco desacordo à regra do art. 34, §2º, da nova Lei de Licitações, da leitura do qual vê-se que o julgamento por maior desconto admite, sim, extensão aos termos aditivos: “O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.”

A alternativa D está incorreta, porquanto não devem ser considerados exclusivamente os custos indiretos, tal como afirmado nesta assertiva, o que se vê do art. 34, §1º, da Lei 14.133/2021: “Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme

disposto em regulamento." Como daí se extrai, a lei abre a possibilidade expressa de outros fatores também serem objeto de consideração.

A alternativa E está correta, pois exibe a literalidade do art. 36, §2º, do mencionado diploma legal: "No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica."

QUESTÃO 17. Após regular licitação, o Estado "X" firmou contrato de obra para construção de um hospital público com determinada empreiteira, em regime de empreitada integral, com previsão de prestação de seguro-garantia, nos termos da Lei nº 14.133/2021. No caso, não houve elaboração de matriz de riscos para orientar a alocação dos riscos contratuais. Durante a execução do contrato, a falência de subcontratado escolhido pela empreiteira acabou ocasionando o atraso na entrega de parcelas da obra e o aumento dos custos de execução contratual. Em vista disso, a contratada pleiteou o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, de modo a que seja alterado o preço inicialmente ofertado, para contemplar os encargos decorrentes da situação imprevista. Diante de tal pleito, a Administração deverá

a) negar o reequilíbrio solicitado, pois o seguro-garantia contratado fornece cobertura a esse tipo de evento.

b) conceder o reequilíbrio solicitado, pois a situação configura hipótese contemplada na teoria do risco administrativo, impondo-se a responsabilidade objetiva estatal.

c) negar o reequilíbrio solicitado, pois, no caso de contratação em regime de empreitada integral, não cabe reequilíbrio econômico-financeiro em nenhuma hipótese.

d) negar o reequilíbrio solicitado, uma vez que a contratação em regime de empreitada integral pressupõe a assunção pela contratada dos riscos relativos às decisões adotadas para execução do objeto.

e) conceder o reequilíbrio solicitado, pois o evento se qualifica como álea administrativa, suportada pela teoria da imprevisão.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão aborda o tema da empreitada integral como regime de execução de obra pública, assim como as consequências, daí decorrentes, em caso de atraso na entrega do objeto contratado.

A alternativa A está incorreta, pois a existência do seguro-garantia não é justificativa para a negativa do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro. O fundamento correto, na realidade, consiste na própria responsabilidade da empreiteira contratada, em se tratando de obra por regime de empreitada integral, de modo que não lhe é dado transferir riscos do negócio à Administração.

A alternativa B está incorreta, uma vez que o pedido de reequilíbrio, na verdade, deveria ser negado, considerando a assunção de riscos inerentes ao negócio, pela empreiteira, em se tratando de regime de empreitada integral.

A alternativa C está incorreta, porquanto também não é acertado dizer que, na empreitada integral, não seja cabível o reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato em nenhuma hipótese. A rigor, o caso descrito no enunciado, consistente em falência de empresa contratada, é que não legitimaria tal pedido de reequilíbrio, por se tratar de acontecimento abarcado pelos riscos inerentes ao regime de empreitada integral, derivados da opção de subcontratar parcela dos serviços.

A alternativa D está correta, eis que devidamente amparada na própria noção conceitual do regime de empreitada integral, tal como se visualiza do art. 6º, XXX, da Lei 14.133/2021: "contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;".

A alternativa E está incorreta, pois o pedido não deveria ser acatado, tendo em vista que a hipótese não legitimaria a aplicação da teoria da imprevisão, tratando-se, na verdade, de riscos ordinários que devem ser suportados pela empreiteira contratada no bojo de contrato de obra pública por empreitada integral.

QUESTÃO 18. A respeito do tratamento que a Constituição dá ao tema dos serviços públicos, o Supremo Tribunal Federal, por decisão proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade, fixou ser

a) constitucional legislação federal que estabelece gratuidade do direito de passagem para instalação de infraestrutura de telecomunicações em faixas de domínio e bens públicos de uso do povo, ainda que de titularidade de outros entes federativos.

b) constitucional legislação estadual que confere ao Governador do Estado o poder de isentar tarifas de energia elétrica aos usuários que tenham sido afetados por calamidades públicas.

c) constitucional legislação estadual que obrigue as concessionárias de serviços públicos de fornecimento de água a oferecer aos consumidores a opção de pagamento da dívida por cartão de crédito ou débito, antes da suspensão do serviço.

d) inconstitucional a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde.

e) inconstitucional a transferência da concessão, prevista no artigo 27 da Lei nº 8.987/1995, visto que o instituto viola o princípio da licitação e a natureza intuitu personae desse contrato.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão aborda o tema do tratamento que a Constituição dá ao tema dos serviços públicos, à luz da jurisprudência do STF.

A alternativa A está correta, na medida em que afinada com o que restou decidido pelo STF, conforme trecho de julgado a seguir: "O art. 12, caput, da Lei 13.116/2015 institui verdadeiro ônus real sobre o direito de propriedade dos bens de Estados e Municípios nas vias públicas, faixas de domínio e outros bens públicos de uso comum do povo. Dado que o direito de propriedade não se revela de caráter absoluto, essa restrição 'pode ser admitida constitucionalmente quando decorrer da necessidade de prestação de serviço público no interesse da coletividade. Este privilégio ainda se reveste da maior importância quando se trata de ocupação de bens públicos de qualquer natureza quando esta ocupação for indispensável à própria exploração do serviço'. (CAVALCANTI, Themistocles Brandão. Tratado de Direito Administrativo, vol. IV. Rio de janeiro: Editora Freitas Bastos, 1943, p. 404-405)." (ADI 6482, rel. Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 18-02-2021, publicado em 21-05-2021).

A alternativa B está incorreta, uma vez que o STF, na realidade, considerou inconstitucional lei estadual que concede isenção de tarifas de energia elétrica (ADI 7337, rel. Ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 27-03-2023, publicado em 04-04-2023).

A alternativa C está incorreta, porquanto o Supremo, na verdade, afirmou a inconstitucionalidade de lei estadual que obrigue as concessionárias de serviços públicos de fornecimento de água a oferecer aos consumidores a opção de pagamento da dívida por cartão de crédito ou débito, antes da suspensão do serviço (ADI 7405, relatora Ministra Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 27-11-2023, publicado em 07-12-2023).

A alternativa D está incorreta, pois o STF fixou tese em direção oposta àquela ora sustentada pela Banca, in verbis: "É constitucional a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde" (ADI 4197, rel. Ministro Luís Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 01-03-2023, publicado em 23-03-2023).

A alternativa E está incorreta, na medida em que o STF, a rigor, julgou constitucional a transferência da concessão, prevista no artigo 27 da Lei nº 8.987/1995 (ADI 2946, rel. Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 09-03-2022, publicado em 18-05-2022).

QUESTÃO 19. O Município "X" disponibiliza aos munícipes a prestação do chamado "serviço de atendimento móvel de urgência"(SAMU). Em dada ocasião, um cidadão faleceu depois de aguardar duas horas pela prestação do serviço, que fora acionado por familiares. Investigação policial realizada concluiu que o motorista da ambulância havia se ausentado durante o serviço para participar de uma confraternização com amigos e que o cidadão provavelmente teria sobrevivido se prestado o serviço no tempo adequado. A família do falecido – cônjuge e filhos – tem pretensão de ser indenizada pelo evento danoso. Diante de tais fatos, a responsabilidade civil

a) do ente público será subsidiária, caso o motorista, responsável direto, não tenha patrimônio para satisfazer eventual condenação.

b) será atribuível exclusivamente ao ente público, com base na teoria do risco integral.

c) não subsistirá, visto que a morte natural descaracteriza o nexo causal, pois é considerada circunstância de força maior.

d) do ente público será afastada, visto que a culpa exclusiva de terceiro, no caso, do motorista da ambulância, descaracteriza o nexo causal.

e) será imputável ao ente público, em razão da prestação deficiente do serviço, sendo cabível a responsabilização do motorista apenas em caráter regressivo.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão aborda o tema da responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta, pois a responsabilidade direta e primária pelos danos causados a terceiros por agentes públicos, no exercício de suas funções, pertence ao próprio Estado (sentido amplo), na forma do art. 37, §6º, da Constituição Federal, de modo que está errado sustentar que a hipótese seria de responsabilidade meramente subsidiária por parte do ente público.

A alternativa B está incorreta, uma vez que nosso ordenamento abraça, na verdade, a teoria do risco administrativo, sendo a teoria do risco integral aplicável apenas a casos deveras excepcionais, o que não seria a hipótese versada na questão.

A alternativa C está incorreta, uma vez que teria restado comprovado que o atraso acentuado na prestação do serviço acarretou o evento morte, de maneira que haveria nexo causal entre a ausência do serviço e o dano ocorrido. Jamais poderia ser acatado, portanto, o argumento de causa natural do óbito, a título de uma pretensa força maior.

A alternativa D está incorreta, pois a responsabilidade civil direta pertenceria ao ente público, tendo o STF, inclusive, fixado tese na linha da ilegitimidade passiva do agente público para responder diretamente pelos danos que vier a ocasionar no exercício de suas funções, in verbis: “A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”(RE 1027633, relator Ministro Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 14-08-2019, publicado em 06-12-2019)

A alternativa E está correta, uma vez que teria restado comprovado que a ausência da prestação do serviço público foi causa determinante para a eclosão do dano, o que configura a responsabilidade civil do Estado, em faceta omissiva. De seu turno, caberia a ação regressiva contra o agente público, em caso de dolo ou culpa, consoante parte final do art. 37, §6º, da CRFB.

QUESTÃO 20. Segundo a Lei estadual n° 10.294/1999 (proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado), a qualidade do serviço público é pautada por determinados princípios, dentre os quais a

a) autonomia, conceituada como a capacidade de eleger os meios mais adequados para atingir as metas referentes à prestação do serviço.

b) efetividade da gestão pública, conceituada como a capacidade de atendimento das reais necessidades da população.

c) produtividade, conceituada como a capacidade de gerar bens e serviços de forma célere e com economia de recursos.

d) eficácia dos gastos públicos, conceituada como a capacidade de promover os resultados pretendidos com o dispêndio mínimo de recursos.

e) eficiência administrativa, conceituada como a capacidade de promover os resultados pretendidos com o alcance máximo da meta traçada.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão trata do tema proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo (Lei Estadual n° 10.294/1999).

A alternativa A está incorreta. O princípio da autonomia não consta no rol de princípios do art. 7º-A da Lei Estadual n° 10.294/1999: "Artigo 7°-A - A qualidade do serviço público é pautada pelos princípios da efetividade da gestão pública, eficiência administrativa e eficácia dos gastos públicos."

A alternativa B está correta. De acordo com art. 7º-A, parágrafo único, item 1, da Lei Estadual n° 10.294/1999: "Artigo 7°-A - A qualidade do serviço público é pautada pelos princípios da efetividade da gestão pública, eficiência administrativa e eficácia dos gastos públicos. Parágrafo único - Fica determinado que os princípios descritos no "caput" são conceituados da seguinte forma: 1. efetividade da gestão pública: capacidade de atendimento das reais necessidades da população;"

A alternativa C está incorreta. O princípio da produtividade não consta no rol de princípios do art. 7º-A da Lei Estadual n° 10.294/1999: "Artigo 7°-A - A qualidade do serviço público é pautada pelos princípios da efetividade da gestão pública, eficiência administrativa e eficácia dos gastos públicos."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 7º-A, parágrafo único, item 3, da Lei Estadual n° 10.294/1999: "Artigo 7°-A - A qualidade do serviço público é pautada pelos princípios da efetividade da gestão pública, eficiência administrativa e eficácia dos gastos públicos. Parágrafo único - Fica determinado que os princípios descritos no "caput" são conceituados da seguinte forma: 3. eficácia dos gastos públicos: capacidade de promover os resultados pretendidos com o alcance máximo da meta traçada."

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 7º-A, parágrafo único, item 2, da Lei Estadual n° 10.294/1999: "Artigo 7°-A - A qualidade do serviço público é pautada pelos princípios da efetividade da

gestão pública, eficiência administrativa e eficácia dos gastos públicos. Parágrafo único - Fica determinado que os princípios descritos no "caput" são conceituados da seguinte forma: 2. eficiência administrativa: capacidade de promover os resultados pretendidos com o dispêndio mínimo de recursos;

QUESTÃO 21. A respeito dos agentes públicos do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

a) Os policiais militares são regidos pelo Estatuto das Forças Armadas e permanecem necessariamente vinculados ao Sistema de Proteção Social quando em gozo de licença-prêmio.

b) Os titulares de mandato eletivo são regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e permanecem necessariamente vinculados ao Regime Geral de Previdência Social quando afastados para exercer cargo de Secretário de Estado.

c) Os servidores admitidos em caráter temporário, nos termos do inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual, são regidos por legislação específica e permanecem necessariamente vinculados ao Regime Geral de Previdência Social durante o gozo de licença-maternidade.

d) Os servidores titulares de cargo efetivo são regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e permanecem necessariamente vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social quando licenciados para tratar de interesses particulares.

e) Os servidores ocupantes de emprego público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e serão necessariamente vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social quando afastados para ocupar, exclusivamente, cargo em comissão na Administração Direta.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão trata do tema agentes públicos do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Os policiais militares não são regidos pelo Estatuto das Forças Armadas; este estatuto rege os militares federais (Exército, Marinha e Aeronáutica). De acordo com artigos 1º e 2º da Lei 6880/90: “Art. 1º O presente Estatuto regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas. Art. 2º As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, e destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. São instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.”

A alternativa B está incorreta. Os titulares de mandato eletivo não se submetem ao Estatuto dos Servidores Públicos, mas sim a regime próprio dos agentes políticos. De acordo com art. 1º da Lei 10,261/68: “Artigo 1º - Esta lei institui o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado.”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 126, § 2º, da CE/SP: "§ 13 - Ao agente público ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário - inclusive aos detentores de mandato eletivo - ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social."

A alternativa D está incorreta. Quando licenciados para tratar de interesses particulares, os servidores titulares de cargo efetivo não recebem remuneração, não havendo contribuição previdenciária; logo, não podem estar regidos pelo RPPS, que é contributivo. Para não deixar esse intervalo em seu vínculo, o servidor possui 3 opções: trabalhar na iniciativa privada durante o período da licença não remunerada; recolher contribuições ao Regime Próprio ao qual está vinculado; ou recolher contribuições ao Regime Geral como segurado facultativo.

Veja o que determina art. 183, §§ 2º e 3º,da Lei 8.112/90: "§ 2º O servidor afastado ou licenciado do cargo efetivo, sem direito à remuneração, inclusive para servir em organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo ou com o qual coopere, ainda que contribua para regime de previdência social no exterior, terá suspenso o seu vínculo com o regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público enquanto durar o afastamento ou a licença, não lhes assistindo, neste período, os benefícios do mencionado regime de previdência. § 3º Será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, inclusive, as vantagens pessoais."

A título de exemplo, veja decisão do TJ-MG: "EMENTA: APELAÇÃO - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - FHEMIG - AFASTAMENTO - LICENÇA DE SERVIÇO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR - AUSÊNCIA DE REMUNERAÇÃO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COTA PATRONAL - EXIGÊNCIA INDEVIDA - VIOLAÇÃO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE - PEDIDO PROCEDENTE - SENTENÇA MANTIDA. A exigência de pagamento pelo servidor público da cota patronal da contribuição previdenciária, no período da licença para tratar de interesses particulares, quando já está em prejuízo de sua remuneração, viola o princípio da solidariedade (art. 40, CF), pois descaracteriza a repartição do custeio dos benefícios previdenciários. Precedente do Supremo Tribunal Federal. (TJ-MG - AC: 10000170902480003 MG, Relator: Kildare Carvalho, Data de Julgamento: 21/10/2021, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/10/2021)."

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 126, § 2º, da CE/SP: "§ 13 - Ao agente público ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário - inclusive aos detentores de mandato eletivo - ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social."

QUESTÃO 22. Suponha que a Assessoria Técnico-Legislativa é instada a examinar anteprojeto de lei que almeja promover reestruturação administrativa, unificando as carreiras de Analista Administrativo I, cuja remuneração inicial equivale a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e Analista Administrativo II, cuja remuneração inicial equivale a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), as quais passarão a compor a carreira de Especialista em Administração Pública, cuja remuneração inicial será de R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais).

O requisito para ingresso nas duas carreiras sempre foi graduação em Administração Pública, a qual também será exigida para ingresso na nova carreira, e, em ambos os casos, as atribuições são equivalentes àquelas que o anteprojeto prevê para a carreira de Especialista em Administração Pública.

Diante disso, na qualidade de Procurador do Estado-Assessor competente para opinar acerca desse ponto do anteprojeto, será correto afirmar que a proposta é juridicamente:

a) viável, pois, nessa hipótese, a ascensão funcional não implica lesão ao princípio do concurso público.

b) viável, pois, nessa hipótese, a transformação de cargos não implica lesão ao princípio do concurso público.

c) inviável, pois, como a remuneração atribuída às carreiras não é equivalente, a pretendida ascensão funcional implica lesão ao princípio do concurso público.

d) inviável, pois, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, transposição, transformação e ascensão são modalidades de provimento vedadas pela Constituição de 1988.

e) inviável, pois, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o provimento derivado em regra implica lesão ao princípio do concurso público.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão trata do tema agentes públicos.

De acordo com decisão proferida pelo STF no bojo da ADI 4616, não há transposição de carreira quando não houver: alteração substancial da remuneração; alteração do requisito de ingresso; e alteração substancial das atribuições. Vejamos: "EMENTA: AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE. JULGAMENTO CONJUNTO. REFORMULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. TRANSPOSIÇÃO DO CARGO DE TÉCNICO DO TESOURO NACIONAL PARA O CARGO DE TÉCNICO DA RECEITA FEDERAL. MEDIDA PROVISÓRIA 1.915/1999 E LEI FEDERAL 10.593/2002. TRANSFORMAÇÃO DO CARGO DE TÉCNICO DA RECEITA FEDERAL EM CARGO DE ANALISTA-TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS DA SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA PARA A RECEITA FEDERAL DO BRASIL. LEI FEDERAL 11.457/2007. AMPLIAÇÃO DOS EFEITOS DA TRANSFORMAÇÃO A OUTROS CARGOS INICIALMENTE NÃO CONTEMPLADOS. EMENDA PARLAMENTAR. PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO. VETO. SUPERAÇÃO DO VETO. LEI FEDERAL 11.907/2009. 1. A reestruturação de cargos públicos pressupõe similitude entre as atribuições, a equivalência salarial e a identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos envolvidos. A transposição do cargo de Técnico do Tesouro Nacional para o cargo de Técnico da Receita Federal (Art. 9º da MP 1.915/1999 e Art. 17 da Lei 10.593/2002) se mostra ofensiva à regra constitucional do concurso público (Art. 37, II da CF/88) por representar provimento derivado em cargo de nível de escolaridade distinto. Inconstitucionalidade. Modulação de Efeitos. Precedentes. 2. A transformação do cargo de Técnico da Receita Federal em cargo de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil se mostra compatível com a Constituição Federal ante a similitude entre as atribuições e a identidade dos requisitos de escolaridade. Equivalência salarial. Comparação inaplicável. Constitucionalidade. Precedentes. 3. Mostra-se ofensivo à isonomia e à eficiência administrativa a não

inclusão do cargo de Analista Previdenciário dentre os cargos transformados em Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil. Distinções e particularidades quanto ao requisito da equivalência salarial. Interpretação conforme sem redução de texto. 4. É inconstitucional, porque ofensiva à reserva de iniciativa do chefe do Poder Executivo, a ampliação, via emenda parlamentar, dos cargos inicialmente previstos na estreita transformação de cargos enunciada na redação original do Art. 10, II da Lei 11.457/2007. 5. Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4.151 e 4.616 julgadas parcialmente procedentes. Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.966 julgada procedente, referendando-se a medida cautelar anteriormente deferida. (STF - ADI: 4616 DF, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 27/11/2023, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 08-01-2024 PUBLIC 09-01-2024)

No caso narrado pelo enunciado, não foi alterado o requisito de ingresso (continuará sendo graduação em Administração Pública), não há alteração substancial da remuneração (irá de R$ 5.000 reais para R$ 5.300 reais), e as atribuições são equivalentes. Portanto, não houve lesão ao princípio do concurso público. Correta, portanto, a alternativa B.

Tomando por base o mesmo entendimento jurisprudencial acima colacionado, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 23. Desde os idos de 1999, Abdias Nascimento é titular de cargo efetivo de Professor em universidade estadual, pelo qual percebe remuneração equivalente a R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Em 2022, aprovado em concurso público, passou a exercer emprego público de Pesquisador Científico em uma autarquia paulista, fazendo jus a remuneração equivalente a R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Além desses dois vínculos, Abdias é sócio de uma empresa de consultoria, pelo que percebe “pro labore” mensal equivalente a R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Nessas circunstâncias, é correto afirmar que a situação de acúmulo em questão é:

a) irregular, pois o acúmulo entre os vínculos de Professor e de Pesquisador Científico é vedado pela Constituição da República; mas, caso o acúmulo fosse autorizado, o teto remuneratório incidiria, isoladamente, sobre a remuneração devida por cada vínculo funcional havido entre o Estado e Abdias.

b) irregular, pois o acúmulo entre os vínculos de Professor e de Pesquisador Científico é vedado pela Constituição da República; mas, caso o acúmulo fosse autorizado, o teto remuneratório incidiria sobre a soma das remunerações devidas pelo Estado a Abdias.

c) regular, pois nem o emprego público nem a sociedade em empresa privada são considerados pela Constituição da República para fins de acúmulo de cargos; no caso, o teto remuneratório incidirá sobre a soma das remunerações devidas pelo Estado a Abdias.

d) regular, pois o acúmulo entre os vínculos de Professor e de Pesquisador Científico é autorizado pela Constituição da República; no caso, o teto remuneratório incidirá isoladamente, sobre a remuneração devida por cada vínculo funcional havido entre o Estado e Abdias.

e) irregular, pois o tríplice acúmulo verificado implicaria incompatibilidade de horários e, por conseguinte, incidência da vedação constitucional; mas, caso o acúmulo fosse autorizado, o teto remuneratório incidiria sobre a soma das remunerações devidas pelo Estado a Abdias.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão trata do tema agentes públicos, mais precisamente acerca da remuneração.

Em regra, não é possível cumular dois cargos públicos, esta proibição também vale, inclusive, para empregos e funções da administração indireta, conforme art. 37, XVII, da CF: "XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;"

No entanto, há exceções, trazidas pela própria CF. De acordo com artigo 37, XVI, da CF: "XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"

Desta feita, conforme artigo 37, XVI, alínea "b", da CF, a acumulação dos cargos de Professor em universidade estadual e de Pesquisador Científico em autarquia é plenamente possível, pois se trata de cargo de professor + cargo científico.

Neste caso de acumulação lícita, o STF decidiu que o texto constitucional incidirá individualmente sobre cada vínculo, e não sobre a soma das remunerações recebidas nos cargos acumulados. Veja tese fixada no julgamento do RE 612975: "Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público. (RE 612975. Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 27/04/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 06-09-2017 PUBLIC 08-09-2017).

Por fim, o vínculo privado de Abdias na empresa de consultoria não precisa obedecer ao teto constitucional, pois não é vínculo público.

Assim sendo, a situação de Abdias é totalmente regular, pois o acúmulo entre os vínculos de Professor e de Pesquisador Científico é autorizado pela Constituição da República; no caso, o teto remuneratório incidirá isoladamente, sobre a remuneração devida por cada vínculo funcional havido entre o Estado e Abdias. Correta, portanto, a letra D.

As alternativas A, B e E estão incorretas, pois falam em irregularidade e, conforme explicado acima, a situação de Abdias é regular.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 37, XVII, da CF, acima transcrito, o emprego público é sim considerado para fins de acúmulo de cargos.

QUESTÃO 24. Aos 27 de abril de 2019, titular de cargo de efetivo foi demitido a bem do serviço público por ter incorrido, aos 15 de setembro de 2017, em assédio sexual no ambiente de trabalho, infração funcional correspondente, nos termos do artigo 257, inciso XIII, da Lei n° 10.261/1968, a "praticar ato definido em lei como de improbidade", eis que, àquela altura, o artigo 11 da Lei n° 8.429/1992 caracterizava "qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições" como ato de improbidade administrativa.

Com o advento da Lei n° 14.230/2021, o ex-professor solicitou, em sede revisional, sua reintegração ao cargo. Na esteira das decisões já proferidas pelo Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, é correto concluir que o requerente:

a) não tem direito à reintegração, com fundamento no princípio da retroatividade mitigada.

b) tem direito à reintegração, com fundamento no princípio "tempus regit actum".

c) tem direito à reintegração, com fundamento no princípio da ultratividade mitigada.

d) tem direito à reintegração, com fundamento no princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.

e) não tem direito à reintegração, com fundamento no princípio da ultratividade da lei penal mais benéfica.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão trata do tema agentes públicos no Estado de São Paulo, mais especificamente sobre formas de provimento.

Até o advento da Lei 14.230/2021, a conduta praticada pelo agente seria, de fato, enquadrada como ato administrativo que atentava contra os princípios da administração pública.

Ocorre que, com o advento da Lei 14.230/2021, o artigo 11 da Lei 8.429/92 foi modificado, e seu rol passou a ser taxativo, não constando, em nenhum de seus incisos, a conduta de "assédio sexual" como ato de improbidade. Vejamos: "Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)".

Nesses casos, o STF tem entendimento pacífico de que a norma administrativa mais benéfica retroage para beneficiar o agente público, nos casos de direito administrativo disciplinar.

Ocorre que o assédio sexual, mesmo não se configurando mais como ato de improbidade, continua sendo uma conduta que leva à demissão a bem do serviço público, conforme inciso I do art. 257 da Lei Estadual nº 10.261/1968. Vejamos: "Artigo 257 - Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço

público ao funcionário que: I - for convencido de incontinência pública e escandalosa e de vício de jogos proibidos;"

Então, embora o fundamento pelo qual o agente foi demitido não exista mais, existem outros fundamentos que levam à manutenção de sua demissão.

Portanto, no caso narrado, o agente não tem direito à reintegração, com fundamento no princípio da retroatividade mitigada. Correta, portanto, a letra A.

As alternativas B, C e D estão incorretas, pois falam que o agente teria direito à reintegração.

A alternativa E está incorreta, pois não houve modificação na lei penal, e sim em uma lei administrativa.

QUESTÃO 25. Cora Coralina ingressou no serviço público estadual, em cargo exclusivamente em comissão, aos 25 de fevereiro de 1990. Aprovada em concurso público, em 17 de junho de 1998, exonerou-se do cargo em comissão e, na mesma data, tomou posse e iniciou o exercício do cargo efetivo de Executivo Público, no qual permanece até os dias atuais. Ao completar 60 (sessenta) anos, em 5 de fevereiro de 2024, Cora requereu aposentadoria.

A partir desses dados, é correto afirmar que a servidora

a) faz jus à aposentadoria voluntária, nos termos do artigo 40, § 1o , III, da Constituição da República, na redação anterior à EC no 103/2019 (direito adquirido), com proventos necessariamente equivalentes à média aritmética simples das remunerações de contribuição, correspondentes a 100% (cem por cento) de todo o período contributivo, e reajustados nos termos da lei.

b) ainda não faz jus à aposentadoria voluntária.

c) faz jus à aposentadoria voluntária, nos termos do artigo 2o , III, da Lei Complementar no 1.354/2020 (regra permanente), com proventos equivalentes à média aritmética simples das remunerações de contribuição, correspondentes a 100% (cem por cento) de todo o período contributivo, e reajustados nos termos da lei.

d) faz jus à aposentadoria voluntária, nos termos do artigo 6o , da EC no 41/2003 (direito adquirido), com proventos calculados segundo a regra da integralidade e reajustados paritariamente.

e) faz jus à aposentadoria voluntária, nos termos do artigo 26, da EC no 103/2019 (regra de transição), com proventos necessariamente equivalentes à média aritmética simples das maiores remunerações de contribuição, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo, e reajustados nos termos da lei.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

Essa questão aborda sobre regras de transição e acerca do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo, exigindo do examinando conhecimentos específicos do art. 3º da ECE 49/2020, do art. 26-A da Lei 1.354/2020 e do art. 6º da EC 41/2003.

Cora entrou no Regime Geral em 1990 e ingressou em 1998 para o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo, ela teria em fevereiro de 2024 quase 34 anos de contribuição.

A EC 103, ela deixou para os entes fazerem sua própria reforma previdenciária. Então as regras anteriores seguiam aplicadas até a reforma que eles fizessem. Ou seja, até dia 05/03/2020 a regra para Cora era: 55 nãos de idade, 30 nãos de contribuição, 10 anos de serviço público e 05 anos no cargo.

Já que ela era uma servidora que entrou antes da EC 41, ela teria que completar: 30 nãos de contribuição, 55 nãos de idade. Porém, o tempo de efetivo exercício que ela teria que ter era de 20 nãos de serviço público, 10 nãos de cargo e 05 nãos na carreira, para conservar o direito à integralidade e paridade.

Em 06/03/2020, Cora tinha 30 anos de contribuição, isto é de 1990 a 2020. Ela tinha 56 anos de idade em fevereiro de 2020. Tinha 20 anos de serviço público, de 1998 a 2024 contava com mais de 20 anos, sendo 10 cargo e 5 na carreira, pois a questão não demonstra que houve mudança de cargo.

Portanto, quando veio a reforma do estado, ela já tinha cumprido as condições para se aposentar com as regras anteriores. A reforma lhe garantiu o direito de se aposentar com as regras anteriores.

Sendo Cora uma segurada que preencheu todos os requisitos para ter a paridade e a integralidade, art. 6º EC 41/2003.

Em que pese à referida Emenda Constitucional ter sido revogada, continuou valendo para os entes que não tinham feito a reforma.

Assim, computando de 1990 a 2020, Cora faz jus à aposentadoria voluntária, nos termos do artigo 6º, da EC no 41/2003 (direito adquirido), com proventos calculados segundo a regra da integralidade e reajustados paritariamente.

A alternativa A está incorreta. Em verdade Cora faz jus a aposentadoria com integralidade e paridade por ser anterior a EC 41, portanto, não podemos considerar 100% média aritmética simples das remunerações de contribuição, a regra anterior correspondia a média dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% do período contributivo. Essa foi uma importante alteração trazida pela EC 103/2019 no art. 26.

A alternativa B está incorreta. Se não considerarmos o período de 1990 a 1988 ela teria 8 anos de contribuição. E se não for considerado para a contagem recíproca, na data da Reforma, Cora contaria com 22 anos de contribuições e em 2024 ela contaria com 26 anos, não tendo direito a aposentadoria. Contudo, o examinador não aponta que o tempo que exerceu o cargo de contribuição teria sido utilizado para a contagem recíproca com o período abrangido pelo RGPS.

A alternativa C e D estão incorretas. Ela teria que ter 66 anos de idade, sendo 2% para cada ano que excede 20 anos de contribuição.

A regra de transição é no seguinte sentido, aplica-se o coeficiente de 60% (sessenta por cento) da média do salário de benefício + 2% para cada ano de contribuição que exceder 20 (vinte) anos de contribuição para os homens e 15 (quinze) anos para as mulheres. Vejamos o art. 26, §2º nesse sentido: "O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no caput e no § 1º, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos (...)".

A alternativa E está incorreta. A regra de transição para Cora é do Estado de São Paulo, o qual utilizou os mesmos métodos para a aposentadoria de servidores públicos federais, nos termos do art. 34 da EC 103/19: "Na hipótese de extinção por lei de regime previdenciário e migração dos respectivos segurados para o Regime Geral de Previdência Social, serão observados, até que lei federal disponha sobre a matéria.

QUESTÃO 26. No âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo, a contagem recíproca de tempo de atividade exercida com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes

a) não deve ser admitida, diante da vedação legal à contagem recíproca de tempo de atividade sob condições especiais.

b) deve ser admitida, independentemente do período, desde que para fins de elegibilidade à aposentadoria especial por exercício de atividade em condições de prejuízo à saúde ou à integridade física.

c) deve ser admitida, desde que referente a período anterior ao advento da EC nº 103/2019 e somente para fins de elegibilidade à aposentadoria especial por exercício de atividade em condições de prejuízo à saúde ou à integridade física.

d) deve ser admitida, desde que referente a período anterior ao advento da Lei Complementar no 1.354/2020 e para fins de conversão de tempo especial em comum.

e) deve ser admitida, desde que referente a período anterior ao advento da Lei Complementar no 1.354/2020, para fins de conversão de tempo ou de elegibilidade à aposentadoria especial por exercício de atividade em condições de prejuízo à saúde ou à integridade física.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa B está correta. Conforme a Lei 3.048/99 que regulamenta a Previdência Social a contagem recíproca de tempo de atividade exercida com efetiva exposição a agentes nocivas à saúde deve ser admitida, independentemente do período, desde que para fins de elegibilidade à aposentadoria especial, nos termo do art. 127, IX. Vejamos: "O tempo de contribuição de que trata este Capítulo será contado consoante a legislação pertinente, observadas as seguintes normas: IX - para fins de elegibilidade às aposentadorias especiais referidas no § 4º do art. 40 e no § 1º do art. 201 da Constituição, os períodos reconhecidos pelo regime previdenciário de origem como de tempo especial sem conversão em tempo

comum deverão estar incluídos nos períodos de contribuição compreendidos na certidão de tempo de contribuição e discriminados de data a data. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)".

As alternativas A e C estão incorretas, conforme o fundamento da alternativa B.

O art.40, §4º da CRFB/88 determina o seguinte: "O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) (...) § 4º "É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto nos §§ 4º-A, 4º-B, 4º-C e 5º (...) § 4º-C. "Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)".

As alternativas D e E estão incorretas. A conversão do tempo especial em tempo comum poderá ser feita somente para períodos de 12/11/2019, pois essa regra vale para todos os entes da aprovação da EC 103/2013, nos termos do art. 10, §3º, a saber: "A aposentadoria a que se refere o § 4º-C do art. 40 da Constituição Federal observará adicionalmente as condições e os requisitos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, naquilo em que não conflitarem com as regras específicas aplicáveis ao regime próprio de previdência social da União, vedada a conversão de tempo especial em comum.".

QUESTÃO 27. Constituem vantagens a que fazem jus os militares do Estado de São Paulo:

a) proteção social e proventos calculados de acordo com o tempo de contribuição.

b) adicional por tempo de serviço e encostamento.

c) adicional de insalubridade e estabilidade após aprovação em estágio probatório com duração de 2 (dois) anos;

d) adicional de local de exercício e abono de permanência.

e) gratificação pela sujeição ao regime especial de trabalho policial e licença para tratar de interesse particular.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão aborda sobre vantagens atribuídas aos militares do Estado de São Paulo, exigindo conhecimento da Lei Complementar 731/93, da Lei Orgânica da Polícia, Lei nº 10.123/68 e do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado de São Paulo (Lei 10.261/68).

A alternativa A está incorreta. De acordo com a LC 1.357/2020, os proventos da inatividade se baseiam na remuneração do servidor na ativa. Poderá ser proporcionalmente quando não completa o tempo todo, mas provento de acordo com o tempo de contribuição está incorreto, nos termos do art. 10, §§ 6º e 8º da § 6° - Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão: 1 - à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, observado o disposto no § 8°, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público, com vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social, até 31 de dezembro de 2003, desde que cumpridos 5 (cinco) anos no nível ou classe em que for concedida a aposentadoria (...) §8° - Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria que tenham fundamento no disposto no item 1 do § 6°, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, observados os demais critérios legais.".

As alternativas B, C e D estão incorretas diante da ausência de previsão legal.

A alternativa E está correta. O policial militar possui gratificação pela sujeição ao regime especial de trabalho policial, nos termos do art. 3º, I, da LC 731/93. Vejamos: “As vantagens pecuniárias a que se refere o artigo 1° desta lei complementar são as seguintes:

I - gratificação pela sujeição ao Regime Especial de Trabalho Policial Militar, de que trata o artigo 1° da Lei n.° 10.291, de 26 de novembro de 1968, e gratificação pela sujeição ao Regime Especial de Trabalho Policial, de que trata o artigo 45 da Lei Complementar n.° 207, de 5 de janeiro de 1979, calculadas em 100% (cem por cento) do valor do respectivo padrão de vencimento, fixado na forma do artigo 2° desta lei complementa.”.

Ainda, faz jus à licença para tratar de interesse particular, nos termos do o art. 33, da Lei nº 10.123/68, vejamos: "No que respeita aos deveres, direitos, vantagens e regimes de trabalho, aplicam-se aos servidores policiais as disposições do Estatuto dos Servidores Civis do Estado, exceto no que contrariarem as desta lei e a da legislação especifica." Deve ser feita leitura concomitante ao Estatuto dos Funcionários Civis do Estado de São Paulo (Lei 10.261/68), cuja disposição acerda da licença para tratar de interesses particulares estão disposta na seção VII: "Artigo 202 - Depois de 5 (cinco) anos de exercício, o funcionário poderá obter licença, sem vencimento ou remuneração, para tratar de interesses particulares, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

§ 1º - Poderá ser negada a licença quando o afastamento do funcionário for inconveniente ao interesse do serviço.

§ 2º - O funcionário deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

§ 3º - A licença poderá ser gozada parceladamente a juízo da Administração, desde que dentro do período de 3 (três) anos.

§ 4º - O funcionário poderá desistir da licença, a qualquer tempo, reassumindo o exercício em seguida.

Artigo 203 - Não será concedida licença para tratar de interesses particulares ao funcionário nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercício do cargo.

Artigo 204 - Só poderá ser concedida nova licença depois de decorridos 5 (cinco) anos do término da anterior.”.

QUESTÃO 28. Com o falecimento do Major PM Mário Quintana, em 24 de julho de 2023, um menor, que estava sob sua guarda por decisão judicial, solicitou habilitação à pensão legada pelo militar paulista, que ainda se encontrava em atividade, por ocasião do óbito. Considerando tais informações, é correto afirmar que o benefício solicitado deverá ser

a) deferido, com fundamento na legislação estadual, e corresponderá ao valor dos proventos a que o militar faria jus se estivesse reformado.

b) deferido, com fundamento na legislação federal, e corresponderá ao valor da remuneração do militar.

c) deferido, com fundamento na legislação estadual, e corresponderá ao valor da remuneração do militar.

d) indeferido, eis que não há previsão legal para concessão de pensão militar a menor sob guarda.

e) deferido, com fundamento na legislação federal, e corresponderá ao valor dos proventos a que o militar faria jus se estivesse reformado.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão exige do examinando a compreensão que a legislação da polícia militar dos Estados segue a regra da lei das forças armadas para fins de benefício de pensão militar.

Houve falecimento de militar que estava na ativa, assim, a pensão militar será conforme o valor da remuneração do militar que se encontrava na ativa.

A alternativa B está correta. Com fundamento na legislação federal. Com a reforma da trazida pela Lei 13.954/2019 altera o Decreto 667/69 nos seguintes termos: "Art. 24-B. Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios as seguintes normas gerais relativas à pensão militar: (Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019) (Regulamento) (Vigência) I - o benefício da pensão militar é igual ao valor da remuneração do militar da ativa ou em inatividade; (Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019) (...) III - a relação de beneficiários dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, para fins de recebimento da pensão militar, é a mesma estabelecida para os militares das Forças Armadas. (Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019)" Veja que a relação de beneficiários dos militares dos Estados para fins de recebimento da pensão militar, é a mesma estabelecida para os militares das Forças Armadas. Logo, o benefício será deferido com fundamento na legislação federal, e corresponderá ao valor da remuneração do militar.

A alternativa C está incorreta. Veja que o que difere é a parte da fundamentação, pois como vimos no fundamento da alternativa B, segue as normas gerais relativas à pensão militar.

As alternativas demais alternativas estão incorretas, conforme o fundamento da alternativa B.

QUESTÃO 29. Carolina de Jesus ingressou em emprego público no Departamento de Estradas de Rodagem – DER em 7 de dezembro de 1973. Embora a Lei no 200/1974 tenha revogado as normas que contemplavam o benefício de complementação de aposentadoria, em 9 de novembro de 2018, a servidora alcançou inatividade no âmbito do Regime Geral de Previdência Social e solicitou ao DER a correspondente complementação. O pleito foi deferido mas, em 1º de dezembro de 2019, Carolina veio a falecer e o viúvo houve por bem solicitar complementação de pensão à autarquia. Nesse contexto, é correto afirmar que o ato de deferimento da complementação de aposentadoria é

a) regular, na medida em que a Lei no 200/1974 assegurou expectativas de direito dos empregados admitidos até sua vigência; mas o viúvo não faz jus à complementação de pensão.

b) regular, na medida em que a Lei no 200/1974 assegurou o direito adquirido dos empregados até sua vigência; mas o viúvo não faz jus à complementação de pensão.

c) regular, na medida em que a Lei no 200/1974 assegurou expectativas de direito dos empregados admitidos até sua vigência; e o viúvo faz jus à complementação de pensão.

d) irregular, na medida em que a Lei no 200/1974 não assegurou expectativas de direito dos empregados; e o viúvo não faz jus à complementação de pensão.

e) irregular, na medida em que a Lei no 200/1974 não assegurou o direito adquirido dos empregados admitidos até sua vigência; e o viúvo não faz jus à complementação de pensão.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A alternativa correta conforme o entendimento da banca examinadora é a letra A. Contudo, essa é uma questão passível de recurso, pois a alternativa B também está correta.

O ato de deferimento da complementação de aposentadoria é regular, pois o art. 1º lei 200/1974 extingue essa complementação de aposentadorias e pensões. Contudo, no seu parágrafo único deixa claro que aqueles empregados admitidos até a data da vigência da lei e seus beneficiários terão seus direitos ressalvo, a saber: "Os atuais beneficiários e os empregados admitidos até a data da vigência desta lei, ficam com seus direitos ressalvados, continuando a fazer jus aos benefícios decorrentes da legislação ora revogada.".

A banca entendeu como correta a alternativa A. Entende-se que seja a letra B a mais correta, por estar em consonância com julgados recentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo:

Nesse mesmo sentido, o TJSP em 2023, em situação análoga ao caso narrado, falece após a EC 103/19, compreendendo o Tribunal tem direito à complementação da pensão. Vejamos a seguinte ementa:

AgInt n° AREsp 2339350/SP EM

RECURSO ESPECIAL 2023/0116545-8 (Ministro Relator Francisco Falcão, Segunda Turma, aprovado por unanimidade, DJ 07/11/2023, Publicação 10/11/2023).

EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. COMPLEMENTAÇÃO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REGIME SUI GENERIS. LEI DE CARÁTER CONTRATUAL. EXPRESSA RESSALVA. EX-FUNCIONÁRIOS DE EMPRESA PÚBLICA. CONSTITUIÇÃO EMENDADA. PONDERAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. PREVALÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ OBJETIVA, SEGURANÇA JURÍDICA E CONFIANÇA LEGÍTIMA. DIREITO ADQUIRIDO. ART. 6º, §2º DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. TERMO PRÉ-FIXO. EVENTO MORTE. DIGNIDADADE DA PESSOA HUMANA E PROTEÇÃO DA PESSOA IDOSA. MATÉRIA PREQUESTIONADA E DEBATIDA. HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA DECISÃO DE MÉRITO.

Note que a alteração do art. 37, §15 da CRFB/88 torna-se irrelevante, pois a extinção do benefício da complementação de aposentadoria e pensão no âmbito do Estado de São Paulo ocorreu com a Lei nº 200/74, sendo resguardado o direito adquirido dos empregados (e futuros beneficiários) admitidos até a vigência desta norma.

Portanto, consideramos a alternativa C como correta, pois há respaldo da jurisprudência e da legislação nesse sentido, sendo uma questão passível de recurso.

As alternativas A, D e E estão incorretas. Depreende-se com a leitura do art. 1º, parágrafo único, da lei 200/1974 que a aposentaria complementar é regular. A servidora falece em 1º de dezembro de 2019, data em que já estava em vigor a EC 103/19, que altera o §15 do art. 37 da CRFB/88. Dessa forma, a lei 200/1974 assegurou uma expectativa de direito. Ainda, quanto ao direito adquirido, não foi assegurado, pois não havia direito adquirido, mas a expectativa de um direito, pois caso aposentasse, faria jus à complementação.

QUESTÃO 30. O princípio da unicidade da advocacia pública:

a) não obsta a contratação de assessores jurídicos especiais no âmbito de cada Secretaria.

b) obsta a contratação, pelo ente de advocacia pública, de jurista para a emissão de parecer sobre matéria específica.

c) não obsta a existência de procuradorias jurídicas próprias para universidades públicas.

d) não obsta a criação de procuradorias jurídicas próprias para autarquias.

e) obsta a existência de procuradorias jurídicas próprias para a Assembleia Legislativa.

Comentários

A alternativa apontada correta pela banca é a letra C, mas entende-se correta a letra A.

A questão trata do tema agentes públicos no Estado de São Paulo.

De acordo com entendimento fixado pelo STF no julgamento da ADI 5215: "EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE CRIA O CARGO DE PROCURADOR AUTÁRQUICO, EM ESTRUTURA PARALELA À PROCURADORIA DO ESTADO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL. (...) 2. O exercício da atividade de representação judicial e de consultoria jurídica no âmbito dos Estados e do Distrito Federal é de competência exclusiva dos Procuradores do Estado (art. 132, CF/88), sendo vedada a criação de Procuradoria Autárquica para a consultoria e o assessoramento jurídico das autarquias e fundações estaduais. 3. O modelo constitucional da atividade de representação judicial e consultoria jurídica dos Estados exige a unicidade orgânica da advocacia pública estadual, incompatível com a criação de órgãos jurídicos paralelos para o desempenho das mesmas atribuições no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta, com exceção dos seguintes casos: (i) procuradorias jurídicas nas Assembleias Legislativas e Tribunais de Contas para a defesa de sua autonomia e assessoramento jurídico de suas atividades internas (ADI 94, Rel. Min. Gilmar Mendes); (ii) contratação de advogados particulares em casos especiais (Pet 409-AgR, Rel. Min. Celso de Mello); e (iii) consultorias paralelas à advocacia estadual que já exerciam esse papel à época da promulgação da Constituição de 1988 (art. 69 do ADCT). (...) 6. Procedência do pedido, com a fixação da seguinte tese: "É inconstitucional a criação de Procuradorias Autárquicas no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, em razão da violação à unicidade orgânica da advocacia pública estadual"."

A partir deste entendimento, pode-se concluir que as alternativas B, C, D e E estão incorretas. Explique-se.

A alternativa B está incorreta. Conforme fixado pelo STF no bojo da ADI 5215, acima transcrita, é sim possível a contratação de advogados particulares em casos especiais.

A alternativa C está incorreta. Há sim este óbice. Somente podem continuar a existir as procuradorias de universidade que já existiam à época da promulgação da CF/88, não sendo mais possível sua criação atualmente. Na forma do art. 69 do ADCT: "Art. 69. Será permitido aos Estados manter consultorias jurídicas separadas de suas Procuradorias-Gerais ou Advocacias-Gerais, desde que, na data da promulgação da Constituição, tenham órgãos distintos para as respectivas funções."

Ademais, de modo geral, a alternativa está em contrariedade com o entendimento pacífico do STF: "Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Emenda Constitucional 59/2018 à Constituição do Estado de Roraima. Vício de iniciativa. 3. Emenda Constitucional 61/2018. PEC de iniciativa do Governador do Estado de Roraima. Vício formal sanado. 5. Emenda Constitucional 61 com idêntica redação dada a Emenda Constitucional 59. Vício material. 6. Emenda Constitucional que amplia a autonomia universitária, conferindo autonomia administrativa, financeira e orçamentária à Universidade estadual, iniciativa privativa para propositura de lei, eleição de reitor e procuradoria jurídica própria. 7. Inconstitucionalidade material. Caput e §§1º, 3º, 4º e 5º do art. 154 da Constituição estadual, na redação dada pela EC 61/2018. Violação ao princípio da separação dos poderes. Usurpação de competência do Poder Executivo. 8. Constitucionalidade do §2º do art. 154 da Constituição estadual, na redação dada pela EC 61/2018. Possibilidade de repasse orçamentário por duodécimo. 8. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente. (ADI 5946, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 24/05/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-118 DIVULG 18-06-2021 PUBLIC 21-06-2021)."

A alternativa D está incorreta. De acordo com tese fixada pelo STF no bojo da ADI 5215, acima transcrita: "É inconstitucional a criação de Procuradorias Autárquicas no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, em razão da violação à unicidade orgânica da advocacia pública estadual".

A alternativa E está incorreta. De acordo com julgamento da ADI 5215, acima transcrita, é possível a existência de procuradorias jurídicas nas Assembleias Legislativas e Tribunais de Contas para a defesa de sua autonomia e assessoramento jurídico de suas atividades internas.

Por fim, a alternativa A está correta. É plenamente possível a existência de assessores jurídicos especiais no âmbito de cada Secretaria, se esses assessores não possuírem atribuições típicas de Procuradores do Estado, como elaboração de parecer etc. A título de exemplo, veja o que determinam os artigos 3º, V, e 14 do Decreto Estadual 52182/1969: "Artigo 3.º - A Secretaria da Saúde compreende: V - Consultoria Jurídica;"; "Artigo 14 - A Consultoria Jurídica, compete: I - Emitir parecer em processos e assuntos que envolvam matéria jurídica e cujo exame lhe for determinado pelo Secretário de Estado ou solicitado pelos diretores dos órgãos mencionados no artigo 3.º deste decreto; II - elaborar ou rever os projetos de lei, decretos e atos de interesse da Secretaria; III - rever as minutas de contratos ou convênios a serem firmados pela Secretaria; IV - emitir parecer nos pedidos de informação oriundos do Congresso Nacional, Assembleia Legislativa do Estado e Câmaras Municipais, quando envolvam matéria jurídica; V - preparar informações em mandados de segurança impetrados contra atos emanados da Secretaria: VI - assessorar grupos de trabalhos e comissões constituídas na Secretária; VII - organizar o fichamento, registro, índice de leis, decretos, atos oficiais, jurisprudência e doutrina relativos a assuntos de interesse da Secretaria."

QUESTÃO 31. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) foi instituído pela Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) em 2009 no Estado de São Paulo e, desde então, já foram desenvolvidos diversos projetos como o Projeto Conexão Mata Atlântica e, mais recentemente, o PSA Guardiões da Floresta e o PSA Mar sem Lixo. Sobre o instituto do pagamento por serviços ambientais, assinale a alternativa correta:

a) a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) estabelecida pela Lei n.o 14.119/2021 tem como um de seus objetivos a adequação do imóvel rural e urbano à legislação ambiental;

b) os Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais no âmbito do Estado de São Paulo não poderão adotar como modalidade de pagamento a retribuição

monetária direta;

c) para os fins da Lei n.o 14.119/2021, são considerados serviços ambientais aqueles que constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros;

d) de acordo com o Decreto Estadual n.o 66.549/2022, o Comitê Consultivo do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais será composto por 9 (nove) membros titulares e seus respectivos suplentes, com representantes do Governo do Estado, do setor produtivo e da sociedade civil;

e) as modalidades de pagamento por serviços ambientais são estabelecidas taxativamente pelo artigo 3o da Lei n.o 14.119/2021.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A Lei n.º 14.119/2021institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e alterou as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.

A alternativa A está incorreta, pois não elenca os dos objetivos elencados pela lei. Vejamos:

Art. 4º Fica instituída a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), cujos objetivos são:

I - orientar a atuação do poder público, das organizações da sociedade civil e dos agentes privados em relação ao pagamento por serviços ambientais, de forma a manter, recuperar ou melhorar os serviços ecossistêmicos em todo o território nacional;

II - estimular a conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, do solo, da biodiversidade, do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado;

III - valorizar econômica, social e culturalmente os serviços ecossistêmicos;

IV - evitar a perda de vegetação nativa, a fragmentação de habitats , a desertificação e outros processos de degradação dos ecossistemas nativos e fomentar a conservação sistêmica da paisagem;

V - incentivar medidas para garantir a segurança hídrica em regiões submetidas a escassez de água para consumo humano e a processos de desertificação;

VI - contribuir para a regulação do clima e a redução de emissões advindas de desmatamento e degradação florestal;

VII - reconhecer as iniciativas individuais ou coletivas que favoreçam a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos, por meio de retribuição monetária ou não monetária, prestação de serviços ou outra forma de recompensa, como o fornecimento de produtos ou equipamentos;

VIII - estimular a elaboração e a execução de projetos privados voluntários de provimento e pagamento por serviços ambientais, que envolvam iniciativas de empresas, de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e de outras organizações não governamentais;

IX - estimular a pesquisa científica relativa à valoração dos serviços ecossistêmicos e ao desenvolvimento de metodologias de execução, de monitoramento, de verificação e de certificação de projetos de pagamento por serviços ambientais;

X - assegurar a transparência das informações relativas à prestação de serviços ambientais, permitindo a participação da sociedade;

XI - estabelecer mecanismos de gestão de dados e informações necessários à implantação e ao monitoramento de ações para a plena execução dos serviços ambientais;

XII - incentivar o setor privado a incorporar a medição das perdas ou ganhos dos serviços ecossistêmicos nas cadeias produtivas vinculadas aos seus negócios;

XIII - incentivar a criação de um mercado de serviços ambientais;

XIV - fomentar o desenvolvimento sustentável.;

A alternativa B está incorreta. O decreto n.º 66.549/2022 disciplina a aplicação, no âmbito do Estado de São Paulo, da Lei federal nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA, o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PPSA e o Cadastro Estadual de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais.

De acordo com o decreto poderá haver o pagamento monetário direto.

Artigo 9º - Os Projetos de PSA poderão adotar as seguintes modalidades de pagamento por serviços ambientais:

I - pagamento monetário direto;

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 2o, III, da Lei, são serviços ambientais as atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos.

A alternativa elencou o conceito de serviços culturais que são os que constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

II - serviços ecossistêmicos: benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, nas seguintes modalidades:

d) serviços culturais: os que constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros;

A alternativa D está correta, pois conforme art. 6o, do Decreto Estadual n.o 66.549/2022: o Comitê Consultivo do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais será composto por 9 (nove) membros titulares e seus respectivos suplentes, com representantes do Governo do Estado, do setor produtivo e da sociedade civil,

A alternativa E está incorreta, pois não são modalidades previstas em rol taxativo. O próprio artigo menciona que outras modalidades de pagamento por serviços ambientais poderão ser estabelecidas por atos normativos do órgão gestor da PNPSA.

Art. 3º São modalidades de pagamento por serviços ambientais, entre outras:

I - pagamento direto, monetário ou não monetário;

II - prestação de melhorias sociais a comunidades rurais e urbanas;

III - compensação vinculada a certificado de redução de emissões por desmatamento e degradação;

IV - títulos verdes (green bonds);

V - comodato;

VI - Cota de Reserva Ambiental (CRA), instituída pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

§ 1º Outras modalidades de pagamento por serviços ambientais poderão ser estabelecidas por atos normativos do órgão gestor da PNPSA.

§ 2º As modalidades de pagamento deverão ser previamente pactuadas entre pagadores e provedores de serviços ambientais.

Nesse sentido, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 32. A respeito das Áreas de Preservação Permanente, trazidas pela Lei no 12.651/2012 (Código Florestal), é correto afirmar:

a) a supressão indevida de vegetação em área de preservação permanente obriga apenas o proprietário do imóvel à época da supressão a promover a sua recomposição;

b) a intervenção em área de preservação permanente para fins de interesse social ou utilidade pública prescinde da comprovação de existência de alternativa técnica e/ou locacional;

c) o Superior Tribunal de Justiça decidiu, quando do julgamento do Tema 1.010, pela prevalência do Código Florestal (Lei no 12.651/2012) sobre a Lei de Parcelamento Urbano do Solo (Lei no 6.766/79);

d) são áreas de preservação permanente apenas as áreas protegidas cobertas por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

e) o conceito de Amazônia Legal trazido pela Lei no 12.651/2012 é geográfico, limitando-se aos Estados da Região Norte do Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão cobra o conhecimento sobre a Área de Preservação Permanente disciplinada na Lei n.o 12.651/2012 (Código Florestal).

A alternativa A está incorreta, pois a as obrigações ambientais possuem natureza propter rem, ou seja, podem ser cobradas do proprietário/possuidor atual ou anterior, conforme entendimento sumulado do STJ:

Súmula 623 do STJ: As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.

Para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano ambiental, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem. (STJ. 2ª Turma. REsp 650.728/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 2/12/2009)

Atenção ao julgado do STJ que complementa a Súmula 623 do STJ: As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo possível exigi-las, à escolha do credor, do proprietário ou possuidor atual, de qualquer dos anteriores, ou de ambos, ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente. (STJ. 1ª Seção. REsps 1.953.359-SP e REsp 1.962.089-MS, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 13/9/2023 - Recurso Repetitivo – Tema 1204).

A alternativa B está incorreta, pois é para a intervenção em área de preservação permanente para fins de interesse social ou utilidade pública é imprescindível a comprovação de existência de alternativa técnica e/ou locacional.

A resolução do CONAMA n.º 369/2006 disciplina o assunto.

Art. 3o da Resolução: A intervenção ou supressão de vegetação em APP somente poderá ser autorizada quando o requerente, entre outras exigências, comprovar:

I - a inexistência de alternativa técnica e locacional às obras, planos, atividades ou projetos propostos;

II - atendimento às condições e padrões aplicáveis aos corpos de água;

III - averbação da Área de Reserva Legal; e

IV - a inexistência de risco de agravamento de processos como enchentes, erosão ou movimentos acidentais de massa rochosa.

A alternativa C está correta, de acordo com o STJ, no julgamento de recursos especiais repetitivos (Tema 1.010), o Código Florestal (Lei 12.651/2012) deve ser aplicado para a delimitação da extensão da faixa não edificável a partir das margens de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas, não se aplicando os limites menores previstos na Lei do Parcelamento do Solo Urbano.

O Código Florestal além de ser mais específico garante uma proteção maior ao meio ambiente.

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o art. 3o, II, do Código Florestal, considera-se Área de Preservação Permanente – APP, a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

A alternativa E está incorreta, pois de acordo o art. 3o, I, do Código Florestal considera-se Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão.

Nesse sentido, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 33. A discussão acerca da litigância climática tem crescido no mundo em conjunto com a preocupação com a responsabilidade ambiental e com a injustiça intergeracional ambiental. O Brasil também tem visto crescer o número

de litígios dessa natureza, sobretudo na série de ações pautadas para julgamento pelo Supremo Tribunal Federal desde 2018, que ficou conhecida como “Pauta Verde”.

Sobre a referida pauta, é correto afirmar:

a) no julgamento da ADI 6808, o STF julgou o pedido improcedente para declarar constitucional a concessão automática de licença ambiental para funcionamento de empresas que exerçam atividades classificadas como de risco médio;

b) a ADI 6148 foi julgada procedente declarando a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA n.o 491/2018, que dispõe sobre os padrões de qualidade do ar;

c) a decisão que julgou a ADO 59, que trata da implementação das prestações normativas e materiais da área da Amazônia Legal, especialmente aquelas relativas ao Fundo Amazônia, não reconheceu o estado de coisas inconstitucional na Amazônia Legal;

d) foi julgada procedente a ADPF 735 que questionava a atuação das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem para ações subsidiárias, no período de 11 de maio a 10 de junho de 2020, na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal, visando a realização de ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, direcionadas ao desmatamento ilegal e ao combate a focos de incêndio;

e) com relação à ADPF 651, que trata do Fundo Nacional do Meio Ambiente, o STF, recebendo a arguição como Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgou procedente a ação para declarar inconstitucional a norma do artigo 5o do Decreto no 10.224/2020, pela qual se extinguiu a participação da sociedade civil no Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão cobra o conhecimento de precedentes do STF. Vamos analisar o teor de cada um.

A alternativa A está incorreta, pois no julgamento da ADI 6808, o STF decide pela inconstitucionalidade da concessão de licença ambiental pelo método simplificado.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 6º E 11-A DA LEI N. 11.598/2007, ALTERADOS PELO ART. 2º DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.040/2021. CONVERSA~O DA MEDIDA PROVISO´RIA N. 1.040/2021 NA LEI N. 14.195/2021. INEXISTÊNCIA DE ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DAS NORMAS IMPUGNADAS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PELO NÃO ADITAMENTO TEMPESTIVO DA PETIÇÃO INICIAL. CONVERSÃO DA APRECIAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR EM JULGAMENTO DE MÉRITO. PROCEDIMENTO AUTOMÁTICO E SIMPLIFICADO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E LICENÇAS AMBIENTAIS PARA ATIVIDADE DE RISCO MÉDIO NO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO REDESIM. VEDAÇÃO DE COLETA DE DADOS ADICIONAIS PELO ÓRGÃO RESPONSÁVEL À REALIZADA NO SISTEMA REDESIM PARA A EMISSÃO DAS LICENÇAS E ALVARÁS PARA FUNCIONAMENTO DE EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS. DESOBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO E AO DEVER DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO (ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA). AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA DAR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO. 1. Conversão da apreciação da medida cautelar em julgamento de mérito: prescindibilidade de novas informações. Princípio da razoável duração do processo. Precedentes. 2. A ausência de aditamento à petição inicial não importa no prejuízo da ação quando não constatada alteração substancial das normas impugnadas. Precedentes. 3. São inconstitucionais as normas pelas quais simplificada a obtenção de licença ambiental no sistema responsável pela integração (Redesim) para atividade econômica de risco médio e vedada a coleta adicional de informações pelo órgão responsável à realizada no sistema Redesim para a emissão das licenças e alvarás para o funcionamento do empresário ou da pessoa jurídica, referentes a empreendimentos com impactos ambientais. Não aplicação das normas questionadas em relação às licenças ambientais. 4. Ação direta conhecida quanto ao disposto no art. 6º-A e inc. III do art. 11-A da Lei n. 14.195/2021, decorrentes da conversão, respectivamente, do art. 6º e inc. II do art. 11 da Medida Provisória n. 1.040/2021. Julgamento de mérito. Parcial procedência do pedido do pedido para dar interpretação conforme à Constituição ao art. 6º-A e ao inc. III do art. 11-A da Lei n. 14.195/2021 no sentido de excluir a aplicação desses dispositivos às licenças em matéria ambiental. (STF - ADI: 6808 DF 0052474-24.2021.1.00.0000, Relator: CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 28/04/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 14/07/2022)

A alternativa B está incorreta, pois a Resolução do Conama foi declarada constitucional, no entanto, o STF estabeleceu o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, para que o CONAMA edite novo ato que represente um avanço material na política pública relacionada à qualidade do ar.

(...) Reconhecimento de que a Resolução CONAMA nº 491, de 2018, afigura-se “ainda constitucional”. Determinação ao CONAMA de edição de nova resolução sobre a matéria que considere (i) as atuais orientações da Organização Mundial de Saúde sobre os padrões adequados da qualidade do ar; (ii) a realidade nacional e as peculiaridades locais; e (iii) os primados da livre iniciativa, do desenvolvimento social, da redução da pobreza e da promoção da saúde pública. 10. Se decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sem a edição de novo ato que represente avanço material na política pública relacionada à qualidade do ar, passarão a vigorar os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde enquanto perdurar a omissão administrativa na edição da nova Resolução. 11. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente. (STF - ADI: 6148 DF, Relator: CÁRMEN LÚCIA, Data de

Julgamento: 05/05/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-184 DIVULG 14-09-2022 PUBLIC 15-09-2022)

A alternativa C está incorreta, pois no julgamento da ADO 59 o STF reconheceu o estado de coisas inconstitucional.

Na visão do STF, "o quadro normativo e fático da Amazônia Legal traduz a realidade de um autêntico estado de coisas inconstitucionais na Amazônia Legal, a revelar um cenário de tutela insuficiente e deficiente dos biomas patrimônios nacionais por parte do Estado brasileiro.

O retrato contemporâneo da Amazônia Legal não responde aos deveres de tutela assumidos pelo Estado constitucional brasileiro, expressamente desenhado no art. 225 da Constituição e na arquitetura legislativa, como prescreve a Lei n. 12.187 /2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. Tampouco responde à normativa internacional, devidamente ratificada e promulgada pelo Estado brasileiro, a demonstrar seu comprometimento político e jurídico com a centralidade e importância da tutela do meio ambiente, em particular a proteção contra o desmatamento e as mudanças climáticas, a saber a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas de 1992 (Decreto n. 2.652 de 01 de julho de 1998); o Protocolo de Kyoto, de 2005 (Decreto n. 5.445 de 12 de maio de 2015); e o Acordo de Paris, aprovado no final de 2015 e em vigor desde 2016 (Decreto n. 9.073 , de 05 de junho de 2017). (...)" (STF - ADO: 59 DF, Relator: ROSA WEBER, Data de Julgamento: 03/11/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 15-08-2023 PUBLIC 16-08-2023)

A alternativa D está incorreta. O decreto n.º 10.341/2020 autorizou o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal. O referido Decreto foi revogado pelo Decreto nº 11.367, de 2023.

A ADPF tratada na questão foi extinta por perda superveniente do objeto, pois os decretos tinham efeitos temporários.

A alternativa E está correta, pois de acordo com o STF é inconstitucional a restrição ou exclusão da participação da sociedade civil em órgãos ambientais. O STF no julgamento da ADPF 651 julgou inconstitucional o art. 5º do Decreto nº 10.224/2020, que extinguiu a participação da sociedade civil no Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

"São inconstitucionais as normas que, a pretexto de reestruturarem órgãos ambientais, afastam a participação da sociedade civil e dos Governadores do desenvolvimento e da formulação de políticas públicas, bem como reduzem, por via de consequência, o controle e a vigilância por eles promovidos. STF. Plenário. ADPF 651/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 28/4/2022"

Por essa razão, as alternativas A, B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 34. Sobre os princípios do Direito Ambiental, assinale a alternativa correta:

a) muito embora sejam amplamente utilizados pelo sistema jurídico ambiental brasileiro, os princípios da precaução e do usuário-pagador não se encontram positivados em nenhum instrumento normativo;

b) o Princípio das Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas, norteia o Direito Climático, estabelecendo diretriz normativa para atribuição de carga maior de obrigações voltadas à adoção de medidas de redução na emissão de gases do efeito estufa às nações menos desenvolvidas;

c) O princípio da proibição ao retrocesso ecológico, apesar de largamente difundido na América Latina, não encontra aplicação no Direito Ambiental Brasileiro;

d) Como critério para solucionar antinomias no Direito Ambiental, destaca-se o princípio hermenêutico in dubio pro natura;

e) A dimensão ecológica da dignidade humana traduz a ideia em torno de um bem-estar ambiental (qualidade, equilíbrio e segurança ambiental), que não significa, contudo, o reconhecimento de um direito-garantia ao mínimo existencial ecológico.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão cobra o conhecimento sobre princípios do direito ambiental, bem como alguns julgados acerca do tema.

A alternativa A encontra-se incorreta, tanto o princípio da precaução, quanto o princípio do usuário pagador estão positivados no ordenamento jurídico brasileiro.

Pelo princípio da precaução quando não há certeza dos danos ambientais advindos de uma determinada atividade, protege-se o meio ambiente impedindo que aquela atividade se desenvolva. É do princípio da precaução que advém a inversão do ônus probatório, cabendo ao empreendedor, portanto, a incumbência de provar que a instalação do a sua atividade não causará consideráveis danos ambientais.

Segundo o ministro Herman Benjamin, no julgamento do REsp 883.656, o preceito é reconhecido implícita e explicitamente pelo direito brasileiro e "estabelece, diante do dever genérico e abstrato de conservação do meio ambiente, um regime ético-jurídico em que o exercício de atividade potencialmente poluidora, sobretudo quando perigosa, conduz à inversão das regras de gestão da licitude e causalidade da conduta, com a imposição ao empreendedor do encargo de demonstrar a sua inofensividade."

Na legislação pátria pode-se citar vários dispositivos legais que expressam esse princípio, como, por exemplo, inciso IV do §1º do artigo 225 própria Constituição Federal, que exige o estudo prévio de impacto ambiental em relação às atividades potencial ou efetivamente causadoras de significativa degradação ambiental, bem como o §3º do artigo 53 do Decreto nº 4.297/02 estabelece o princípio da precaução como instrumento de proteção ao meio ambiente.

Por sua vez, pelo princípio do usuário-pagador aquele que se utiliza de recursos ambientais naturais deve pagar por eles. Como exemplo desse princípio, tem-se o art. 36 da Lei 9.985/00.

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de

unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1o O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento. (Vide ADIN nº 3.378-6, de 2008)

§ 2o Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3o Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

§ 4º A obrigação de que trata o caput deste artigo poderá, em virtude do interesse público, ser cumprida em unidades de conservação de posse e domínio públicos do grupo de Uso Sustentável, especialmente as localizadas na Amazônia Legal.

A alternativa C está incorreta, a proibição ao retrocesso ecológico é consagrada no direito brasileiro. São vários os precedentes em que se adota referido princípio. Vejamos:

"É inconstitucional — por invadir a competência legislativa geral da União (art. 24, VI, §§ 1º e 2º, da CF/88) e violar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, § 1º, IV, da CF/88) — norma estadual que cria dispensa do licenciamento ambiental para atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. (STF. Plenário. ADI 4529/MT, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 21/11/2022)"

"É inconstitucional a redução ou a supressão de espaços territoriais especialmente protegidos, como é o caso das unidades de conservação, por meio de medida provisória. Isso viola o art. 225, § 1º, III, da CF/88.

Assim, a redução ou supressão de unidade de conservação somente é permitida mediante lei em sentido formal.

A medida provisória possui força de lei, mas o art. 225, § 1º, III, da CF/88 exige lei em sentido estrito. (STF. Plenário. ADI 4717/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 5/4/2018)".

A alternativa D está correta, pelo princípio in dubio pro natura em caso de dúvida deve ser aplicada a norma que seja mais favorável ao meio ambiente. A tradução do termo é "Na dúvida, pró natureza".

A alternativa E está incorreta, a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana, diferente do que dispõe a alternativa, exige o reconhecimento de um direito-garantia ao mínimo existencial ecológico.

Por esse motivo, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 35. Apesar do forte protagonismo das discussões sobre mudanças climáticas no cenário brasileiro em 2023, o Brasil e o Estado de São Paulo já contavam com normativas relacionadas à Política sobre Mudança do Clima (Lei Federal no 12.187/2012 e Lei Estadual no 13.798/2009). Sobre o tema, considerando as normas internacionais, nacionais e estaduais, bem como a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

a) o STF julgou procedente a ADPF 708 fixando a tese de que o Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do Fundo Clima, para fins de mitigação das mudanças climáticas, estando vedado seu contingenciamento;

b) a Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei Federal no 12.187/2012) conceitua como efeitos adversos da mudança do clima aqueles que possam ser direta ou indiretamente atribuídos à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

c) O rol de medidas a serem fomentadas pelo Poder Público que privilegiem padrões sustentáveis de produção, comércio e consumo, de maneira a reduzir a demanda de insumos, utilizar materiais menos impactantes e gerar menos resíduos, previsto pela Lei Estadual no 13.798/2009, é taxativo.

d) para fins da Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei Federal no 12.187/2012), entende-se por mitigação as iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.

e) a Comunicação Estadual, documento oficial do Governo do Estado de São Paulo sobre políticas e medidas abrangentes para a proteção do sistema climático global, será realizada com periodicidade bienal, em conformidade com os métodos aprovados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão cobra o conhecimento sobre a Política sobre Mudança do Clima.

A alternativa A está correta, pois trouxe exatamente a decisão do STF no julgamento da ADPF 708, em que fixou a seguinte tese: O Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do Fundo Clima, para fins de mitigação das mudanças climáticas, estando vedado seu contingenciamento, em razão do dever constitucional de tutela ao meio ambiente (CF, art. 225), de direitos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (CF, art. 5º, § 2º), bem como do princípio constitucional da separação dos poderes (CF, art. 2º, c/c o art. 9º, § 2º, LRF)". (STF - ADPF: 708 DF, Relator: ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 04/07/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-194 DIVULG 27-09-2022 PUBLIC 28-09-2022)

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o art 2o, II, da Lei n.12.187/09, entende-se por efeitos adversos da mudança do clima: mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de

ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos.

A alternativa C está incorreta, pois o rol é meramente exemplificativo. A Lei Estadual n.o 13.798/2009 institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, contendo seus princípios, objetivos e instrumentos de aplicação.

Dispõe o art. 11 da Lei que “cabe ao Poder Público propor e fomentar medidas que privilegiem padrões sustentáveis de produção, comércio e consumo, de maneira a reduzir a demanda de insumos, utilizar materiais menos impactantes e gerar menos resíduos, com a consequente redução das emissões dos gases de efeito estufa.”

Por sua vez, o art. 12 elenca um rol de medidas, mas, não exclui a possibilidade de adoção de outras. Vejamos: "Artigo 12 - Para os fins do artigo 11 deverão ser consideradas, dentre outras, as iniciativas nas áreas de: (...)"

A alternativa D está incorreta, pois dispõe o art. 2o, VII, da Lei Federal que a mitigação consiste nas mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.

A alternativa E está incorreta, pois, nos termos do art. 7o da Lei, a Comunicação Estadual será realizada com periodicidade quinquenal, em conformidade com os métodos aprovados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

Por essa razão, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 36. Sobre os instrumentos previstos pela Lei n.o 6.938/1981, é correto afirmar:

a) são exemplos de instrumentos coercitivos ou de comando e controle o licenciamento ambiental, a fiscalização e aplicação de penalidades administrativas aos infratores ambientais e o seguro ambiental;

b) de acordo com o quanto decidido no bojo da ADI 4757, a prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental não exclui a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória;

c) o instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental deve incluir apenas os seguintes itens: memorial descritivo da área e prazo da servidão;

d) cabe ao Estado mais populoso promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados;

e) o decurso do prazo de licenciamento sem a emissão de licença pelo órgão competente implica licenciamento tácito da atividade ou serviço, interpretando- -se o silêncio administrativo como anuência.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão cobra o conhecimento da Lei n.o 6.938/1981 e precedentes relacionados. A Lei n.o 6.938/1981 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

A alternativa A está incorreta, pois a fiscalização das atividades não é um dos instrumentos da Política Nacional, mas sim, o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; aplicação de penalidades administrativas aos infratores ambientais e o seguro ambiental, todos com previsão no art. 9º da Lei.

A alternativa B está correta, no julgamento da ADI 4757 o STF declarou que a LC 140/2011 é constitucional. No entanto, alguns dispositivos sofrerem interpretação conforme, dentre eles, o § 3º do art. 17 da LC 140/2011:

Art. 17. Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

§ 3o O disposto no caput deste artigo não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização a que se refere o caput.

De acordo com o STF, o § 3o deve ser interpretado da seguinte forma: "A prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental não exclui a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória. No exercício da cooperação administrativa cabe atuação suplementar — ainda que não conflitiva — da União com a dos órgãos estadual e municipal. (STF. Plenário. ADI 4757/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 12/12/2022)

A alternativa C está incorreta, pois o art. 9o-A, § 1o, da Lei n.o 6.938/1981, elenca um rol mínimo, básico com os itens que deve conter o instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental. Vejamos:

Art. 9o-A. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.

§ 1o O instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental deve incluir, no mínimo, os seguintes itens:

I - memorial descritivo da área da servidão ambiental, contendo pelo menos um ponto de amarração georreferenciado;

II - objeto da servidão ambiental;

III - direitos e deveres do proprietário ou possuidor instituidor;

IV - prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental.

A alternativa D está incorreta, pois cabe à União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados, conforme disposto no art. Art. 7o, XIV, "e", da Lei n.o 6.938/1981.

A alternativa E está incorreta, pois o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra, mas instaura a competência supletiva referida no art. 15 da Lei n.o 6.938/1981.

Nesse sentido, as alternativas A, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 37. O Estado de São Paulo possui cerca de 120 Unidades de Conservação em seu território, regulamentadas a partir da Lei no 9.985/2000 (SNUC). Tomando por base o referido diploma legal, assinale a alternativa correta:

a) a visitação pública ao MoNa (Monumento Natural Estadual) da Pedra Grande está sujeita às condições e restrições estabelecidas pelos proprietários das áreas particulares incluídas em seus limites;

b) na Estação Ecológica Jureia-Itatins, unidade de conservação de proteção integral, são permitidas pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares;

c) no Parque Estadual da Serra do Mar, unidade de conservação de proteção integral instituída no Estado de São Paulo, é possível o consumo e coleta de recursos naturais;

d) a Lei no 9.985/2000 traz como conceito de conservação da natureza o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

e) a Lei no 9.985/2000 (SNUC) estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e áreas de Reserva Legal.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão cobra o conhecimento da Lei n.o 9.985/2000 que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

A alternativa A está incorreta, pois conforme dispõe o art. 13, § 3o, da Lei, a visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

A alternativa B está correta, pois a Estação Ecológica integra o grupo das Unidades de Proteção Integral, conforme art. 8o, I, da Lei do SNUC. Dispõe o art. 9o, § 4o, da Lei que na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de: IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.

A alternativa C está incorreta, pois no Parque Nacional não há previsão da possibilidade do consumo e coleta de recursos naturais. Vejamos:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1o O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2o A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3o A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4o As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o art. 2o, II, da Lei do SNUC, a conservação da natureza consiste no o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

A alternativa E está incorreta, pois a Lei n.o 9.985/2000 que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Nesse sentido, as alternativas A, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 38. Lavrado Auto de Infração Ambiental pela Polícia Militar Ambiental, impondo-se a penalidade de multa ao infrator em razão de supressão de vegetação em área protegida e não tendo sido

interpostos recursos administrativos, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística encaminhou o processo administrativo à Procuradoria Geral do Estado para a adoção das medidas judiciais cabíveis. Considerando a legislação e jurisprudência acerca da responsabilidade administrativa, civil e criminal do poluidor, assinale a alternativa correta:

a) constatada pelo Auto de Infração Ambiental lavrado a construção de edificação na área em que a vegetação foi indevidamente suprimida, caberá pedido de demolição na ação judicial a ser ajuizada, uma vez que não se aplica a teoria do fato consumado na seara ambiental;

b) a pretensão de cobrança de eventual multa cominada em razão da infração ambiental cometida é imprescritível em razão da natureza de direito fundamental que ostenta o direito a um meio ambiente saudável;

c) apesar do princípio da reparação integral do dano ambiental, eventual ação a ser ajuizada não pode cumular os pedidos de reparação do dano in natura, do dano ambiental intermitente e do dano moral à coletividade;

d) a aplicação de penalidades administrativas como decorrência da prática de infrações administrativas ambientais pelos poluidores é tarefa dos órgãos ambientais que integram o SISNAMA que, contudo, não detém o poder de polícia ambiental;

e) o Procurador do Estado que receber o processo administrativo deverá ajuizar ação civil pública visando à reparação de dano ambiental apenas contra o proprietário da área à época da infração.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão cobra o conhecimento de precedentes a respeito da responsabilidade em decorrência de danos gerados ao meio ambiente.

A alternativa A está correta, pois caberá judicialmente o pedido de demolição, não se aplicando, ao direito ambiental, a Teoria do Fato Consumado, conforme entendimento sumulado do STJ.

Súmula 613 do STJ: Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.

A alternativa B está incorreta, pois a multa administrativa por infração ao meio ambiente prescreve em 5 anos.

Súmula 467-STJ: Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.

A alternativa C está incorreta, é perfeitamente possível a cumulação de pedidos justamente porque se busca a reparação integral do meio ambiente.

A jurisprudência do STJ está firmada no sentido da viabilidade, no âmbito da Lei 7.347/85 e da Lei 6.938/81, de cumulação de obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar (REsp 1.145.083/ MG, Rel.

Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 4.9.2012; REsp 1.178.294/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10.9.2010; AgRg nos EDcl no Ag 1.156.486/PR, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 27.4.2011; REsp 1.120.117/AC, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 19.11.2009; REsp 1.090.968/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 3.8.2010; REsp 605.323/MG, Rel. Ministro José Delgado, Rel. p/ Acórdão Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 17.10.2005; REsp 625.249/PR, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 31.8.2006, entre outros).

A alternativa D está incorreta, pois os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e são detentores do poder de polícia ambiental.

A alternativa E está incorreta, pois a obrigação de reparar os danos ambientais possui natureza jurídica de obrigação propter rem, podendo ser cobradas do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.

Súmula 623-STJ: As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.

Nesse sentido, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 39. Com relação à biodiversidade, os biomas originais encontrados no território paulista são Mata Atlântica e Cerrado. Estima-se que a área original da Mata Atlântica recobria aproximadamente 68% da área do Estado, com o restante sendo ocupado principalmente pelo Cerrado. Sobre a Lei da Mata Atlântica (Lei no 11.428/2006), é correto afirmar:

a) o STF, quando do julgamento da ADI 6446, acolheu o pedido inicial para declarar a nulidade parcial, sem redução de texto, dos artigos 61-A e 61-B da Lei no 12.651/2012 (Código Florestal) e dos artigos 2o , parágrafo único, 5o e 17 da Lei no 11.428/2006, de modo a excluir do ordenamento jurídico a interpretação que impeça a aplicação do regime ambiental de áreas consolidadas às áreas de preservação permanente inseridas no bioma da Mata Atlântica;

b) é vedada, em qualquer hipótese, a supressão de vegetação primária ou secundária em estágio avançado do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica;

c) a supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração poderá ser autorizada nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio;

d) a conservação, em imóvel rural ou urbano, da vegetação primária ou da vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração do Bioma Mata Atlântica cumpre função social e é de interesse público, podendo, a critério do proprietário, as áreas sujeitas à restrição de que trata esta Lei serem computadas para efeito da Reserva Legal e seu excedente utilizado para fins de compensação ambiental ou instituição de Cota de Reserva Ambiental – CRA, excetuadas as áreas de preservação permanente;

e) o corte, a supressão e a exploração da vegetação do Bioma Mata Atlântica não terão qualquer distinção no que diz respeito ao tipo da vegetação (primária ou secundária), levando-se em conta apenas o estágio de regeneração.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão cobra o conhecimento da Lei da Mata Atlântica (Lei no 11.428/2006) e julgados relacionados.

A alternativa A está incorreta, pois o STF não conheceu a ADI 6446. Vejamos:

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO AMBIENTAL. ARTIGOS 61-A E 61-B DA LEI FEDERAL 12.651/2012 (CÓDIGO FLORESTAL) E ARTIGOS 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, 5º E 17 DA LEI FEDERAL 11.428/2006 (LEI DA MATA ATLÂNTICA). PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE PARCIAL, SEM REDUÇÃO DE TEXTO, DE MODO A EXCLUIR DO ORDENAMENTO JURÍDICO A INTERPRETAÇÃO QUE IMPEÇA A APLICAÇÃO DO REGIME AMBIENTAL DE ÁREAS CONSOLIDADAS ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE INSERIDAS NO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA. ALEGADA OFENSA AOS ARTIGOS 1º, IV; 5º, CAPUT , XXII E XXIII; 170, II, III E VI; E 225, CAPUT E § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONTROVÉRSIA A RESPEITO DO ALCANCE DE REGIME JURÍDICO PREVISTO EM NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. EVENTUAL OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO. INVIABILIDADE DE EXAME EM SEDE DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO. AÇÃO NÃO CONHECIDA.

(ADI 6446, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 13-06-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 26-06-2023 PUBLIC 27-06-2023)

A alternativa B está incorreta. O erro da questão está na expressão “qualquer hipótese” e no que tange à disciplina referente à vegetação secundária em estágio avançado.

Art. 30 da Lei n.o 11.428/06: É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes restrições:

I - nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente e somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em no mínimo 50% (cinqüenta por cento) da área total coberta por esta vegetação, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei e atendido o disposto no Plano Diretor do Município e demais normas urbanísticas e ambientais aplicáveis;

II - nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência desta Lei, é vedada a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica para fins de loteamento ou edificação.

A alternativa C está incorreta, pois vai de encontro com o disposto no artigo 30 acima citado.

A alternativa D está correta, pois elenca exatamente o disposto no art. 35 da Lei n.o 11.428/06:

Art. 35. A conservação, em imóvel rural ou urbano, da vegetação primária ou da vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração do Bioma Mata Atlântica cumpre função social e é de interesse público, podendo, a critério do proprietário, as áreas sujeitas à restrição de que trata esta Lei ser computadas para efeito da Reserva Legal e seu excedente utilizado para fins de compensação ambiental ou instituição de Cota de Reserva Ambiental - CRA.

Parágrafo único. Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, as áreas de preservação permanente não integrarão a reserva legal.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 8o da Lei n.o 11.428/06 dispõe de maneira diversa: o corte, a supressão e a exploração da vegetação do Bioma Mata Atlântica far-se-ão de maneira diferenciada, conforme se trate de vegetação primária ou secundária, nesta última levando-se em conta o estágio de regeneração.

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 40. Sobre as medidas de compensação ambiental previstas tanto pelo Código Florestal (Lei no 12.651/2012) como pela Lei do SNUC (Lei no 9.985/2000), assinale a alternativa correta:

a) conforme prevê o § 1o do artigo 36 da Lei do SNUC, que teve sua constitucionalidade confirmada pelo STF na ADI 3378/DF, o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para compensação ambiental não pode ser inferior a 10% dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento;

b) a compensação de reserva legal prevista pelo Código Florestal prescinde da inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e pode ser feita somente mediante aquisição de Cota de Reserva Ambiental – CRA ou doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária;

c) o proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido no artigo 12, do Código Florestal, poderá regularizar sua situação, desde que realize a adesão ao Programa de Regulação Ambiental (PRA), adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente: recomposição da Reserva Legal, Regeneração natural na área de Reserva Legal e Compensação.;

d) o STF, quando do julgamento da ADC 42 e das ADIs 4937 e 4901, declarou constitucional o artigo 48, § 2o , do Código Florestal afastando o entendimento de que a compensação por meio de Cota de Reserva Ambiental (CRA) somente pode ser realizada entre áreas com identidade ecológica;

e) a medida compensatória prevista pela Lei do SNUC para os casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental que obriga o empreendedor a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral representa a

aplicação do princípio do poluidor-pagador e responsabilização do empreendedor pelo dano ambiental causado.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão cobra o conhecimento de duas leis bastante incidentes em concursos públicos com os precedentes correlatos.

A alternativa A está incorreta, pois, na verdade, o STF declarou a inconstitucionalidade da porcentagem estabelecida.

"(...) Inconstitucionalidade da expressão "não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento", no § 1º do art. 36 da Lei nº 9.985/2000. O valor da compensação-compartilhamento é de ser fixado proporcionalmente ao impacto ambiental, após estudo em que se assegurem o contraditório e a ampla defesa. Prescindibilidade da fixação de percentual sobre os custos do empreendimento. 6. Ação parcialmente procedente.

(STF - ADI: 3378 DF 0005394-60.2004.1.00.0000, Relator: CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 09/04/2008, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 20/06/2008)"

A alternativa B está incorreta, pois a compensação da Reserva Legal deverá ser precedida pela inscrição da propriedade no CAR e podendo ser feita mediante I - aquisição de Cota de Reserva Ambiental – CRA. Vejamos:

Art. 66 do Código Florestal: (...)

§ 5º A compensação de que trata o inciso III do caput deverá ser precedida pela inscrição da propriedade no CAR e poderá ser feita mediante:

I - aquisição de Cota de Reserva Ambiental - CRA;

II - arrendamento de área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal;

III - doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária;

IV - cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal, em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, com vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma.

A alternativa C está incorreta, pois a regularização independe de adesão ao PRA.

Art. 66. O proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido no art. 12, poderá regularizar sua situação, independentemente da adesão ao PRA, adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:

I - recompor a Reserva Legal;

II - permitir a regeneração natural da vegetação na área de Reserva Legal;

III - compensar a Reserva Legal.

A alternativa D está incorreta, pois, na verdade, na ADC 42, o STF conferiu interpretação conforme a Constituição ao art. 48, §2º, para permitir compensação apenas entre áreas com identidade ideológica.

A alternativa E está correta, pois pelo princípio do poluidor-pagador, o empreendedor deve arcar com os custos da reparação do dano causado ao meio ambiente por ele causado, importando, ao poluidor/empreendedor, os custos de sua atividade geradora de significativo impacto ambiental.

Por essa razão, as alternativas A, B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 41. A Constituição Federal, no artigo 150, inciso VI, alínea "a", proíbe os entes federados de instituírem impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros. Trata-se da chamada imunidade recíproca. Os parágrafos 2o e 3o do mesmo dispositivo constitucional ampliam a aplicação dessa imunidade a entes componentes da administração indireta. Diante disso, considerando o decidido pelo E. Supremo Tribunal Federal nos leading cases dos temas 1.140 e 508 da Repercussão Geral, assinale a alternativa correta.

a) A imunidade recíproca estende-se apenas às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público prestadoras de serviços públicos essenciais, desde que não cobrem tarifas como contraprestação dos serviços prestados.

b) Sociedade de economia mista com ações negociadas em bolsa e inequivocamente voltada à remuneração do capital de seus investidores públicos e privados tem direito à imunidade recíproca se prestar serviço público essencial.

c) Sociedade de economia mista delegatária de serviço público essencial, desde que não distribua lucros a acionistas privados, tem direito ao gozo da imunidade recíproca, contanto que isso não implique risco ao equilíbrio concorrencial, ainda que haja cobrança de tarifas como contraprestação dos serviços.

d) A imunidade recíproca estende-se apenas às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público prestadoras de serviços públicos essenciais, ainda que cobrem tarifas como contraprestação dos serviços.

e) As empresas públicas têm direito ao gozo de imunidade recíproca, ainda que não se dediquem à prestação de serviços públicos essenciais e cobrem tarifas dos usuários.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

Trata-se do Tema 1.140, Leading Case: RE 1320054, do STF: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.”

A alternativa A está incorreta. Não existe qualquer impedimento para a cobrança de tarifas, vide julgado acima.

A alternativa B está incorreta. Há vedação para a remuneração do capital dos investidores, vide julgado acima.

A alternativa D está incorreta. Não há óbice para a imunidade de empresas públicas e sociedades de economia mista, se atendidos os requisitos, vide julgado acima.

A alternativa E está incorreta. Há vedação para a prestação de serviços não essenciais, vide julgado acima.

QUESTÃO 42. Sobre o tema da competência tributária atribuída aos entes federados e suas características, assinale a alternativa correta.

a) Se não exercida por um longo período, a competência para a instituição do tributo caduca, tendo em vista o princípio da segurança jurídica e o brocardo jurídico segundo o qual o direito não socorre aos que dormem.

b) A despeito da competência para instituição do tributo ser facultativa, no sentido de que o ente político, em geral, não está obrigado a exercer a competência que lhe foi franqueada constitucionalmente, deixar de exercer essa competência não enseja a perda do poder de instituir o tributo.

c) A privatividade ou exclusividade não se aplica aos tributos vinculados a uma atuação estatal, seja direta ou indiretamente, de modo que taxas e contribuições de melhoria podem ser instituídas por ente diverso daquele que, respectivamente, prestou o serviço ou realizou a obra pública.

d) Embora o seu não exercício, ainda que por longo tempo, não implique a perda do poder de instituir o tributo, o ente competente pode renunciá-la, desde que o faça por meio de lei.

e) Em razão da parafiscalidade, a competência para instituição do tributo pode ser delegada a outra pessoa jurídica que esteja devotada ao interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

Conforme ensina o professor Felipe Duque: “Não há que se confundir competência tributária com capacidade tributária ativa, porque trata-se de fenômenos bastante distintos. Enquanto a competência

tributária diz respeito à aptidão para instituir tributos, a capacidade tributária ativa compreende a sua arrecadação ou fiscalização, ou seja, concerne a quem ocupa o polo ativo da relação jurídica de direito tributário. É possível apontar a existência de quatro características fundamentais da competência tributária: facultatividade, indelegabilidade, irrenunciabilidade e incaducabilidade."

As demais alternativas estão, por exclusão, incorretas.

QUESTÃO 43. Sobre o princípio da anterioridade tributária, considerando que a anterioridade geral está prevista na alínea "b" do inciso III do artigo 150 da Constituição Federal e a anterioridade nonagesimal, na alínea "c" do mesmo dispositivo constitucional, assinale a alternativa correta.

a) A majoração do imposto de importação submete-se apenas à anterioridade nonagesimal e não à geral.

b) O empréstimo compulsório instituído para subsidiar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional não se submete aos princípios da anterioridade nonagesimal e geral.

c) Os princípios da anterioridade geral e nonagesimal aplicam-se aos impostos sobre a propriedade territorial urbana e sobre a propriedade de veículos automotores em toda e qualquer situação, sem exceção.

d) A lei que majora o Imposto sobre Produtos Industrializados submete-se aos princípios da anterioridade geral e nonagesimal.

e) Uma lei que majora o Imposto de Renda, publicada em dezembro do ano de 2023, aplica-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 01 de janeiro de 2024, uma vez que a ele se aplica apenas a anterioridade geral e não a nonagesimal.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão cobra a leitura atenta do art. 150 da Constituição Federal, buscando diferenciar os impostos que se submetem a cada uma das modalidades do princípio da anterioridade. Vejamos: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; § 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I."

A alternativa A está incorreta. Imposto de importação é uma exceção as duas anterioridades, conforme dispositivo constitucional apresentado.

A alternativa B está incorreta. empréstimo compulsório instituído para subsidiar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional se submete à Anterioridade anual.

A alternativa C está incorreta. A fixação base de cálculo do IPTU e IPVA constituem exceção à anterioridade nonagesimal apenas.

A alternativa D está incorreta. O Imposto sobre Produtos Industrializados é uma exceção apenas à anterioridade anual.

QUESTÃO 44. O Código Tributário Nacional, no artigo 151, inciso II, prevê que o depósito do montante integral suspende a exigibilidade do crédito tributário. É cediço que, já há certo tempo, os contribuintes lançam mão do seguro garantia e da fiança bancária para garantia de créditos tributários, seja em ações anulatórias, seja em execuções fiscais. Sobre a eficácia destas modalidades de garantia do crédito tributário, assinale a alternativa correta, conforme entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em sede representativa de controvérsia.

a) Fiança bancária e seguro garantia equivalem a depósito integral para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, ainda que em montante que abranja exclusivamente o valor do crédito tributário, sem o acréscimo de 30% (trinta por cento).

b) Fiança bancária e seguro garantia não equivalem a depósito integral para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário; todavia, desde que apresentados como garantia em execução fiscal no valor integral atualizado do crédito, permitem a obtenção, pelo devedor, de Certidão de Regularidade Fiscal, na forma do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

c) Fiança bancária e seguro garantia não equivalem a depósito integral para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário e não permitem a obtenção, pelo devedor, de Certidão de Regularidade Fiscal, na forma do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

d) Fiança bancária e seguro garantia equivalem a depósito integral para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, desde que em montante que abranja o valor do crédito tributário acrescido de 30% (trinta por cento).

e) Fiança bancária e seguro garantia equivalem a depósito integral para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário; somente quando apresentados em execução fiscal em substituição a depósito judicial e desde que em montante que abranja o valor do crédito tributário acrescido de 30% (trinta por cento).

Comentários

A alternativa correta é a letra B

Trata-se de julgado previsto no Tema Repetitivo nº 378 do STJ: “A fiança bancária não é equiparável ao depósito integral do débito exequendo para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, ante a taxatividade do art. 151 do CTN e o teor do Enunciado Sumular n. 112 desta Corte.” Art. 206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

O tema repetitivo não abordou, em definitivo, nenhum percentual necessário ao acréscimo do crédito tributário, embora tribunais regionais tenham feito tal distinção em momento anterior. Incorretas, portanto, as demais alternativas.

QUESTÃO 45. Sobre as figuras do contribuinte e do responsável tributário no âmbito do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, considere a seguinte situação hipotética:

O proprietário de um veículo automotor efetuou a sua venda para um terceiro no dia 30.03.2022 e tanto ele quanto o comprador não informaram a alienação ao Fisco Estadual, de modo que o veículo, no cadastro estadual, permaneceu em nome do antigo proprietário. No ano seguinte, o Fisco notificou o alienante do lançamento tributário do IPVA de 2023, feito em seu nome, dando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento do débito.

O contribuinte, então, ingressou com ação para anular o crédito tributário, sob o argumento de que, com a tradição do automóvel ao comprador, ele deixou de manter qualquer vínculo com a situação que constitui o fato gerador – a propriedade do veículo – o que torna a cobrança ilegal, pois não poderia figurar como sujeito passivo da obrigação tributária, seja na qualidade de contribuinte, seja na de responsável.

Considerando o teor da Súmula 585 do Superior Tribunal de Justiça e o decidido por este mesmo Tribunal Superior no julgamento do tema repetitivo 1.118, assinale a alternativa correta.

a) A ação anulatória deve ser julgada improcedente, desde que haja expressa previsão legal dessa hipótese de responsabilidade tributária em lei estadual específica.

b) A ação anulatória deve ser julgada improcedente, porque o contribuinte do imposto é quem figura nessa qualidade no cadastro do veículo junto ao Fisco Estadual, não tendo qualquer importância o fato de ele ter sido vendido antes da ocorrência do fato gerador.

c) A ação anulatória deve ser julgada improcedente, pois a responsabilização do alienante do veículo é legítima, sendo despicienda a sua previsão em lei estadual, bastando para tanto a previsão na legislação de trânsito.

d) A ação anulatória deve ser julgada procedente, pois fere o disposto no artigo 128 do Código Tributário Nacional a imposição de responsabilidade tributária ao alienante de veículos, dado que este, com a tradição, não mantém mais relação direta ou indireta com o fato gerador do IPVA.

e) A ação anulatória deve ser julgada procedente, dado que a obrigação de informar a alienação do veículo compete exclusivamente ao comprador, sendo, portanto, ilegal punir o vendedor pelo descumprimento de um dever que não lhe compete.

Comentários

A alternativa correta é a letra A

O Tema 1.118 do STJ determina a necessidade de lei estadual ou distrital específica para responsabilizar o antigo proprietário, e o entendimento sumulado dita que não há responsabilidade referente ao IPVA após alienação do veículo. Vejamos os dois enunciados.

A Súmula 585 do STJ assim disciplina: “A responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação."

Já o Tema 1.118 do STJ possui a seguinte redação: “Somente mediante lei estadual/distrital específica poderá ser atribuída ao alienante responsabilidade solidária pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA do veículo alienado, na hipótese de ausência de comunicação da venda do bem ao órgão de trânsito competente.”

Todas as demais alternativas são contraditórias ao entendimento sumulado e ao tema julgado, estando, portanto, incorretas.

A alternativa B está incorreta. Nos termos da súmula, o momento da alienação deve ser considerado para fins de responsabilidade.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do Tema anterior, é necessária a existência de norma estadual ou distrital.

A alternativa D está incorreta. A questão depende do disposto em lei estadual ou distrital, não sendo possível tal afirmativa de modo genérico.

A alternativa E está incorreta. A questão depende do disposto em lei estadual ou distrital, não sendo possível tal afirmativa de modo genérico.

QUESTÃO 46. Considere a seguinte situação em relação à não cumulatividade do ICMS e aos institutos da prescrição e da decadência tributárias: um contribuinte de ICMS realizou operações de saídas de mercadorias no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para um determinado mês de referência e, nesse mesmo mês, adquiriu mercadorias no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Diante desse quadro, tendo ainda em vista que ele não detinha saldo credor de ICMS relativo às referências passadas para transferir, ele declarou, constituindo o crédito tributário mediante apresentação de Guia de Informação e Apuração de ICMS-GIA-ICMS, débito no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) e fez o pagamento integral desse montante dentro do prazo de vencimento.

Considerando, hipoteticamente, que a alíquota do ICMS é de 20% (vinte por cento), analise as alternativas a seguir e assinale aquela que está correta.

a) O contribuinte declarou ICMS em valor inferior ao devido, cabendo ao Fisco Estadual efetuar a cobrança do valor não declarado no prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contados da data do vencimento, sendo desnecessária a realização de lançamento, nos moldes da Súmula 436 do Superior Tribunal de Justiça.

b) O contribuinte declarou ICMS em valor inferior ao devido, cabendo ao Fisco Estadual efetuar o lançamento do valor não declarado dentro do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contados da data do vencimento.

c) O contribuinte declarou ICMS em valor inferior ao devido, cabendo ao Fisco Estadual efetuar o lançamento do valor não declarado dentro do prazo decadencial de 5 (cinco) anos, contados da data do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ser efetuado, porquanto não se cogitou da ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

d) O contribuinte declarou ICMS em valor inferior ao devido, cabendo ao Fisco Estadual efetuar o lançamento do valor não declarado dentro do prazo decadencial de 5 (cinco) anos, contados da data da ocorrência do fato gerador

e) O contribuinte declarou o ICMS em valor inferior ao devido, mas como efetuou o pagamento antecipado do valor, o Fisco não pode efetuar o lançamento do valor remanescente.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. Passível de recurso

A questão cobra, inicialmente, o conhecimento sobre a Súmula nº 555 do STJ: “Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. (SÚMULA 555, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 15/12/2015)”.

Deve, entretanto, ser observado, também, o momento de início do prazo decadencial quinquenal para que seja possível eliminar todas as alternativas apresentadas pela banca.

O STJ assim julgou sobre o tema recentemente: O termo inicial do prazo decadencial de tributo sujeito a lançamento por homologação - como é o caso, em regra, do ICMS -, depende da circunstância de ter o contribuinte antecipado, ou não, o pagamento da exação. Com efeito, nos termos da Súmula 555 do STJ, "quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" . Ou seja, não antecipado o pagamento, o prazo decadencial inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que poderia ter sido efetuado o lançamento. Por outro lado, antecipado o pagamento do tributo, o prazo decadencial observa o art. 150, § 4º, do CTN, ou seja, desde a ocorrência do fato gerador inicia-se o prazo decadencial para o lançamento suplementar, sob pena de homologação tácita do lançamento. Nesse sentido: STJ, AgInt no REsp 1.817.191/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 24/04/2020.

O enunciado, em conjunto com as alternativas, entretanto, não deixa claro se o prazo em questão se refere ao excedente não pago ou ao que foi adimplido. Se considerado que diz respeito ao montante que não foi pago, deve ser observada a regra geral do art. 173 do CTN, que remete o início da contagem ao exercício seguinte àquele que o lançamento deveria ter sido efetuado. O STJ, inclusive, já se manifestou nesse sentido. Vejamos:

Nos tributos sujeitos à homologação em que não há o pagamento destes, o início do prazo decadencial para a constituição do crédito tributário ocorre a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (art. 173, inciso I, do CTN). 3. Entendimento reiterado pela Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 973.733/SC, relatoria Min. Luiz Fux, submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC). 4. O inconformismo posterior ao julgado 'representativo da controvérsia' implica, em regra, a aplicação da multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC. [...]" (AgRg no AREsp 260213 PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 25/04/2013.

Dessa forma, a questão apresenta duplicidade de gabarito, a depender da interpretação dada pelo candidato, em razão da insuficiência de clareza do enunciado e das alternativas apresentadas.

QUESTÃO 47. Sobre o regime jurídico da isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações, assinale a alternativa correta.

a) Apesar da autonomia dos Estados, decorrente do princípio federativo e do princípio da estrita legalidade tributária, é legítima a concessão de isenção de ICMS tão logo celebrado Convênio pelos Estados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, independentemente de sua ratificação, tácita ou expressa, pelo Poder Executivo do respectivo Estado Federado.

b) Apesar da autonomia dos Estados, decorrente do princípio federativo e do princípio da estrita legalidade tributária, a isenção de ICMS prevista em Convênio celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ é legítima tão logo o Poder Executivo respectivo ratifique-o, mesmo que outros Estados tenham-no rejeitado.

c) Apesar da autonomia dos Estados, decorrente do princípio federativo e do princípio da estrita legalidade tributária, a concessão de isenções de ICMS depende de autorização por intermédio de Convênio celebrado pelos Estados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, ratificado, tácita ou expressamente, pelo Poder Executivo de todos os entes federados, sem o que sua aplicação torna-se ilegítima.

d) Em razão da autonomia dos Estados, decorrente do princípio federativo e do princípio da estrita legalidade tributária, é legítima a concessão de isenção de ICMS por meio de lei estadual, independentemente de autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, tal qual exigido pela Lei Complementar no 24/75.

e) Em razão do princípio da autonomia dos entes federados e da proibição da concessão de isenções heterônomas, considerando que o CONFAZ é órgão federal, a Lei Complementar no 24/75 não foi recepcionada pela Constituição Federal, cabendo exclusivamente aos Estados decidir acerca da isenção do ICMS em seus respectivos territórios.

Comentários

A alternativa correta é a letra C

A resposta para a questão pode ser encontrada na Lei Complementar 24/1975, vejamos: "Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei." E "Art. 4º - Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo assinalado neste artigo."

É certo que os Estados devem observar a autorização do CONFAZ e a ratificação pelo Poder Executivo, sem que isso comprometa a autonomia do ente federativo. Tais comandos legais não encontram disposição diversa na Constituição Federal, inexistindo comando de não recepção da norma. Estão incorretas, portanto, as demais alternativas.

QUESTÃO 48. Considere a seguinte situação: o sujeito passivo de uma obrigação tributária ingressa com ação anulatória do débito fiscal, que é julgada procedente por sentença, que foi mantida pelo Tribunal de Justiça por ocasião do julgamento da apelação. O Estado interpõe recursos especial e extraordinário. Diante desse quadro, assinale a alternativa correta.

a) Deve o Procurador do Estado oficiante efetuar pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial e, somente após a decisão acerca desse pedido, caso indeferido, requerer à Secretaria da Fazenda a anotação da extinção do crédito tributário em razão de sua anulação pelo Acórdão.

b) Deve o Procurador do Estado oficiante efetuar pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso extraordinário e, somente após a decisão acerca desse pedido, caso indeferido, requerer a anotação da extinção do crédito tributário em razão de sua anulação pelo Acórdão.

c) Deve o Procurador do Estado oficiante solicitar a anotação da extinção do crédito tributário, tendo em vista que os recursos interpostos não são dotados de efeito suspensivo ope legis.

d) Deve o Procurador do Estado oficiante efetuar pedido de atribuição de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário e, somente após a decisão acerca desses pedidos, caso indeferidos, requerer a anotação da extinção do crédito tributário em razão de sua anulação pelo Acórdão.

e) Considerando que não há decisão judicial transitada em julgado, a anotação da extinção do crédito tributário não deve ser solicitada pelo Procurador do Estado oficiante, o que somente deve ser feito após o julgamento definitivo dos recursos especial/extraordinário.

Comentários

A alternativa correta é a letra E

Nos termos do CTN, deve-se aguardar o trânsito em julgado da demanda para que seja verificada a extinção do crédito tributário. Nesse sentido: "Art. 156. Extinguem o crédito tributário: X - a decisão judicial passada em julgado."

Em artigo da Revista Da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, o procurador Daniel Colen, afirma que "A eficácia da sentença constitutiva não retroage, sendo ex nunc como regra geral, salvo na anulação de atos jurídicos, art. 182 do Código Civil, assim como na anulação de negócios jurídicos de direito privado, atos administrativos ou do casamento, tendo eficácia retroativa, ex tunc. O momento de vigor da decisão constitutiva é o trânsito em julgado, quando ocorre a efetiva tutela jurisdicional. Não há execução provisória, já que não cabe execução forçada, nem existem títulos executivos, já que os efeitos decorrem da decisão, modificando a situação jurídica. Além da doutrina do professor Cândido Rangel Dinamarco, que coloca a necessidade do trânsito em julgado para poder se cumprir os provimentos constitutivos, há a disposição tributária no art. 156, X do Código Tributário Nacional que determina a necessidade do trânsito em julgado para poder ser extinto o crédito tributário.".

Restam, portanto, incorretas as demais alternativas, que não consideram o momento do trânsito em julgado como de real extinção do crédito tributário.

QUESTÃO 49. Considere o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC 49: "O deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular não configura fato gerador da incidência de ICMS, ainda que se trate de circulação interestadual" e assinale a alternativa correta.

a) Tendo em vista que essas remessas não consubstanciam operações de circulação de mercadorias, mas meras transferências de estoque, houve o reconhecimento de que não é devido ICMS nessas operações, sem qualquer modulação dos efeitos dessa decisão, de modo que está aberta a possibilidade de restituição do que foi cobrado nos exercícios anteriores por parte dos contribuintes.

b) Uma vez decidida a inconstitucionalidade da incidência de ICMS na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da mesma pessoa jurídica, presentes razões de segurança jurídica e interesse social, foram modulados os efeitos da decisão para que se aplique às operações de circulação de mercadorias ocorridas a partir de 01/01/2024, ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data da publicação da ata de julgamento da decisão de mérito da ADC 49.

c) Em razão do disposto no inciso II do § 2o do artigo 155 da Constituição Federal, a operação, interna ou interestadual, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes e acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores, uma vez que equivale a uma não incidência.

d) Embora essas remessas não consubstanciem operações de circulação de mercadorias, mas meras transferências de estoque, restou decidido que se os Estados não disciplinarem a transferência dos créditos entre os estabelecimentos do mesmo titular, para evitar a guerra fiscal, eles (os créditos) serão anulados nas remessas interestaduais.

e) Tendo em vista que estas remessas não consubstanciam operações de circulação de mercadorias, mas meras transferências de estoque, o crédito não é anulado e, desde logo, fixou o Supremo Tribunal Federal, vislumbrando a omissão legislativa, que eles (os créditos) devem ser assegurados integralmente pelas unidades federadas de origem e de destino na mesma proporção (metade para cada unidade federada), nas operações interestaduais, em aplicação do princípio da igualdade dos entes federativos.

Comentários

A alternativa correta é a letra B

O caso de modulação apresentado é exatamente o levantado no julgamento da ADC, em seu item 3, apresentado no enunciado. Vejamos: "1. Uma vez firmada a jurisprudência da Corte no sentido da inconstitucionalidade da incidência de ICMS na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da mesma pessoa jurídica (Tema 1099, RG) inequívoca decisão do acórdão proferido. 2. O reconhecimento da inconstitucionalidade da pretensão arrecadatória dos estados nas transferências de mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica não corresponde a não-incidência prevista no art.155, §2º, II, ao que mantido o direito de creditamento do contribuinte. 3. Em presentes razões de segurança jurídica e interesse social (art.27, da Lei 9868/1999) justificável a modulação dos efeitos temporais da decisão para o exercício financeiro de 2024 ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito. Exaurido o prazo sem que os Estados disciplinem a transferência de créditos de ICMS entre estabelecimentos de mesmo titular, fica reconhecido o direito dos sujeitos passivos de transferirem tais créditos. 4. Embargos declaratórios conhecidos e parcialmente providos para a declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do art. 11, § 3º, II, da Lei Complementar nº87/1996, excluindo do seu âmbito de incidência apenas a hipótese de cobrança do ICMS sobre as transferências de mercadorias entre estabelecimentos de mesmo titular."

Todas as demais alternativas encontram óbice no próprio julgado apresentado pela questão. Estão, portanto, incorretas as alternativas "a", "c", "d" e "e".

QUESTÃO 50. Sobre o direito à restituição do indébito tributário, assinale a alternativa correta, tendo em vista o disposto no Código Tributário Nacional, artigos 165 e 166, bem como o decidido pelo E. Superior Tribunal de Justiça nos Recursos Especiais representativos de controvérsia nos 1.125.550, 903.394 e 1.299.303.

a) O direito à restituição do indébito, nos tributos indiretos, é do contribuinte de direito, condicionado à demonstração de que arcou com o respectivo encargo financeiro ou à expressa autorização de quem efetivamente arcou com o referido encargo, cabendo tal direito ao contribuinte de fato apenas no caso em que o indébito decorra de ICMS sobre energia elétrica.

b) O direito à restituição do indébito, nos tributos indiretos, é do contribuinte de direito, que pode exercê-lo independentemente da demonstração de que arcou com o respectivo encargo financeiro.

c) O direito à restituição do indébito, nos tributos diretos, é do contribuinte de direito, condicionado à demonstração de que arcou com o respectivo encargo financeiro ou à expressa autorização de quem efetivamente arcou com o referido encargo.

d) O direito à restituição do indébito tributário, nos tributos indiretos, é sempre do contribuinte de fato, uma vez que é ele quem arca com ônus financeiro do tributo indevido e, portanto, é quem sofre o dano patrimonial decorrente de sua cobrança.

e) Não há direito à restituição do indébito tributário nos tributos indiretos, encontrando-se de acordo com a atual ordem constitucional o enunciado da Súmula 71 do STF – "Embora pago indevidamente, não cabe restituição de tributo indireto.".

Comentários

A alternativa correta é a letra A

A regra geral sobre legitimidade pode ser encontrada no Tema Repetitivo 537 do STJ: "Diante do que dispõe a legislação que disciplina as concessões de serviço público e da peculiar relação envolvendo o Estado-concedente, a concessionária e o consumidor, esse último tem legitimidade para propor ação declaratória c/c repetição de indébito na qual se busca afastar, no tocante ao fornecimento de energia elétrica, a incidência do ICMS sobre a demanda contratada e não utilizada."

Entretanto, deve ser considerada a exceção da alternativa, que remete ao Tema 752 do STF que considerou a "Legitimidade do consumidor final para propor ação de repetição de indébito tributário relativo a valores do ICMS incidente sobre a demanda contratada de energia elétrica.". Tal tema foi uma confirmação do julgado anterior do STJ, por entender que a questão era de cunho infraconstitucional, mas é encontrada – de forma expressa - como anotação no Tema 537, já apresentado.

QUESTÃO 51. Suponha que no bojo de discussões no âmbito do Programa Estadual de Desestatização esteja sendo cogitada a alienação de parcela das ações de uma sociedade de economia mista detida pelo Estado, de forma que esse deixará de ser o detentor da maioria das ações com direito a voto. Nas discussões, ficou claro que o Estado pretende manter a prerrogativa de influir na decisão sobre determinados temas que considera estratégicos. De acordo com os preceitos da legislação societária, para atingir tal objetivo, o modelo de desestatização

a) deveria ter sido concebido na forma de alienação integral de bloco de controle, uma vez que somente em tal modalidade é possível identificar o acionista ou grupo de acionistas que exercem poder de controle e imputar obrigações estatutárias ou legais.

b) somente poderá contemplar tal prerrogativa se também estabelecer que o Estado permanecerá com percentual relevante de ações, ordinárias ou preferenciais, de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, dado o princípio de "uma ação, um voto".

c) somente poderá assegurar tal objetivo por meio da regulação do serviço público prestado pela companhia, não havendo instrumentos societários que possam estabelecer direitos diferenciados aos acionistas ou emissão de ações de diferentes classes.

d) poderá prever a criação de ação preferencial de classe especial a ser detida pelo Estado, à qual o estatuto social poderá conferir o poder de veto às deliberações da assembleia-geral nas matérias que especificar.

e) deverá prever a emissão de ações ordinárias a serem detidas pelo Estado, as quais, não obstante não atribuam direito de voto, conferem o direito de eleger um terço dos administradores da companhia.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão aborda o tema ações Golden Share, previsto na Lei de Sociedade Anônima (Lei nº 6.404/1976).

A alternativa A está incorreta, pois a hipótese legal da alienação de controle, prevista no artigo 254-A da Lei de Sociedade Anônima, objetiva a proteção do acionista minoritário, conforme ensina a doutrina[1], o que não é o objetivo trazido pela questão, que informou que o Estado desejava influir nas questões estratégicas apenas.

A alternativa B está incorreta, pois a mudança na legislação introduzida pela Lei nº 14.195/2021 revogou o §2º do artigo 110 da Lei de Sociedade Anônima que vedava o voto plural, flexibilizando, assim, o princípio de "uma ação, um voto", portanto, é possível, com a mudança legislativa, a adoção do voto plural.

A alternativa C está incorreta, pois há, na legislação em vigor, instrumentos societários que podem estabelecer direitos diferenciados aos acionistas, ou ainda, emissão de ações de classes diferentes. Conforme leciona a doutrina especializada[2], há três tipos principais de ações: a) ordinárias, que conferem direitos normais ao seu titular; b) preferenciais, que conferem uma preferência ou vantagem ao seu titular; c) de fruição, que conferem apenas direitos de gozo ao seu titular.

A alternativa D está correta, pois se trata da previsão legal disposta no artigo 17, §7º da Lei de Sociedade Anônima, denominada Golden Share, que dispõe: "Nas companhias objeto de desestatização poderá ser criada ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva do ente desestatizante, à qual o estatuto social poderá conferir os poderes que especificar, inclusive o poder de veto às deliberações da assembléia-geral nas matérias que especificar."

A alternativa E está incorreta, pois as ações ordinárias, ao contrário do que a assertiva afirma, conferem aos seus titulares o direito ao voto, conforme artigo 110 da Lei de Sociedade Anônima: "Art. 110. A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações da assembléia-geral."

QUESTÃO 52. Considere que o Estado pretenda transferir a propriedade de um imóvel à empresa por ele controlada, como forma de integralização de ações subscritas em face de aumento de capital deliberado em Assembleia de Acionistas. De acordo com o que disciplina a legislação de regência,

a) trata-se de prerrogativa do acionista controlador que seja pessoa jurídica de direito público, conferida para cumprimento de relevante interesse coletivo que justificou a criação da empresa pública ou sociedade de economia mista, não sendo a mesma possibilidade conferida a acionistas privados.

b) a integralização de participação acionária em bens somente se afigura juridicamente possível quando se trata de empresa pública, na qual o Estado e outras entidades da Administração indireta detenham a integralidade do capital social, e depende de avaliação pelo critério patrimonial contábil.

c) é possível a integralização do capital subscrito em bens, com preço aferido em avaliação de mercado, desde que a Assembleia de Acionistas que deliberou sobre o aumento tenha autorizado tal modalidade e desde que se trate de companhia fechada, sem ações ou títulos negociados em bolsa de valores.

d) a operação configura abuso do acionista controlador, uma vez que a regra é a integralização do capital subscrito em dinheiro ou em ativos financeiros com liquidez para negociação no mercado de capitais ou em mercado secundário, salvo para formação do capital inicial da companhia.

e) a integralização em bens condiciona-se à avaliação, mediante laudo fundamentado, realizada por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembleia-geral, constituindo abuso do acionista controlador a realização em bens estranhos ao objeto social da companhia.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão aborda o tema de integralização do capital social e abuso no poder de controle, também previstos na Lei de Sociedade Anônima (Lei nº 6.404/1976).

A alternativa A está incorreta, pois a integralização do capital não se trata de prerrogativa conferida ao acionista controlador, tampouco os artigos 7º e 8º diferenciam a forma de integralização por bens a depender do tipo de pessoa jurídica, se de direito público ou de direito privado. Vejamos a literalidade da lei: "Art. 7º O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro. Art. 8º A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembléia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número."

A alternativa B está incorreta, pois, novamente, a legislação, no artigo 7º, não limita a integralização de capital social por bens somente às empresas públicas.

A alternativa C está incorreta, pois o artigo 170, §3º da Lei de Sociedade Anônima determina que a integralização do capital por bens deverá obedecer o artigo 8º o qual, por sua vez, determina, em seu parágrafo 1º, que o preço da avaliação seja feita por peritos que indicarão os critérios de avaliação. Vejamos os dispositivos legais: "Art. 170. Depois de realizados 3/4 (três quartos), no mínimo, do capital social, a companhia pode aumentá-lo mediante subscrição pública ou particular de ações. (...) § 3º A subscrição de ações para realização em bens será sempre procedida com observância do disposto no artigo 8º, e a ela se aplicará o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 98." e "Art. 8º A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembléia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número. § 1º Os peritos ou a empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados, e estarão presentes à assembléia que conhecer do laudo, a fim de prestarem as informações que lhes forem solicitadas."

A alternativa D está incorreta, pois o artigo 7º da Lei de Sociedade Anônima permite, expressamente, a integralização do capital social por bens, não só em dinheiro ou ativos como trouxe a assertiva, vejamos o dispositivo legal: "Art. 7º O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro"

A alternativa E está correta, conforme expressa previsão legal no artigo 8º da Lei de Sociedade Anônima e, ainda, como dispõe o artigo 117, §1º, alínea "h": Art. 117. O acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder. § 1º São modalidades de exercício abusivo de poder: (...) h) subscrever ações, para os fins do disposto no art. 170, com a realização em bens estranhos ao objeto social da companhia."

QUESTÃO 53. Pedro, servidor público ocupante de cargo permanente, foi indicado para integrar o Conselho de Administração de sociedade de economia mista controlada pelo Estado. Ocorre que, por ocasião da Assembleia de Acionistas em que se daria a eleição, um grupo de acionistas minoritários apresentou impugnação à eleição de Pedro, alegando que, pelo fato de ter sido nomeado Secretário Executivo (cargo em comissão) no Governo do Estado, haveria impedimento à sua eleição de acordo com as regras previstas na Lei das Estatais. Alegaram referidos acionistas, ainda, que haveria conflito de interesses impeditivo à eleição de Pedro pelo fato de já integrar o Conselho de Administração de empresa pública federal. Na condição de Procurador encarregado de avaliar as referidas impugnações, caberia:

a) afastar ambas as impugnações, uma vez que a existência de vínculo efetivo com a administração pública permite a eleição para Conselho de Administração da estatal ainda que, cumulativamente, o indicado seja Secretário de Estado ou Secretário Executivo, e, além disso, só caberia falar em conflito de interesses se o indicado participasse de órgão estatutário de empresa privada.

b) afastar a primeira impugnação, uma vez que o impedimento previsto na Lei das Estatais recai sobre os que ocupam exclusivamente cargo em comissão, bem como sobre Secretário de Estado (agente político); e, quanto à segunda impugnação, considerar cabível, caso se trate de empresa considerada concorrente no mercado, podendo a Assembleia-Geral autorizar a eleição.

c) acolher ambas as impugnações, uma vez que a Lei das Estatais veda a participação de quaisquer agentes públicos nos órgãos diretivos das sociedades de economia mista, admitindo que integrem apenas o Conselho Fiscal e, além disso, há conflito presumido quando o indicado integra outro Conselho de Administração, salvo o de empresa estatal controlada pelo mesmo ente.

d) acolher a primeira impugnação, eis que configurado impedimento previsto na Lei das Estatais, o que, por si só, já vedaria a eleição de Pedro, não obstante descabida a segunda impugnação, eis que a legislação não contempla hipótese de conflito de interesse em tese ou ex ante, cabendo avaliar a ocorrência de conflito apenas em situações concretas em função da matéria.

e) acolher ambas as impugnações, na medida em que ocupantes de cargo em comissão são impedidos de integrar Conselho de Administração de empresa estatal, independentemente de possuírem também vínculo efetivo, e, além disso, a legislação veda, por potencial conflito de interesses, a atuação simultânea em órgãos estatutários de empresas controladas por entes de diferentes esferas governamentais.

Comentários

Questão com gabarito pela Banca como letra :B

Não há alternativa correta.

A questão aborda o tema das Empresas Estatais, tratada na Lei nº 13.303/2016.

A questão traz dois fundamentos em cada alternativa, porém, em nenhuma delas ambos os fundamentos estão corretos.

QUESTÃO 54. Suponha que o Estado manifeste a intenção de instituir um programa de apoio a comerciantes que atuam em regiões onde tem sido verificado o fechamento de estabelecimentos e o aumento dos índices de criminalidade. Pretende, com isso, fomentar a economia local e induzir a requalificação do espaço público com o maior fluxo de pessoas. O programa idealizado contempla a criação de uma linha de crédito a juros abaixo daqueles praticados no mercado financeiro, destinada a capital de giro dos comerciantes, e prevê a celebração de convênio com instituições financeiras, que deverão ofertar essas linhas com juros subsidiados ao público alvo e receberão recursos do Estado destinados à cobertura do subsídio. Tendo sido a matéria submetida à análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado (PGE), caberá ao procurador oficiante no feito apontar

a) a obrigatoriedade de operação das citadas linhas de crédito por agência ou banco de fomento estadual, devendo os recursos destinados à equalização de juros ingressarem mediante aporte de capital.

b) que o programa somente será viável se comprovado que os destinatários da linha de crédito enquadram-se como elegíveis para recebimento de subvenção social e, ainda, desde que haja previsão orçamentária para suportar as despesas correspondentes.

c) que o programa envolve subvenção econômica por parte do Estado, demandando, assim, autorização legislativa específica, não sendo suficiente apenas a previsão dos recursos destinados à equalização de juros na Lei Orçamentária Anual.

d) que a instituição do programa ensejará a geração de despesa de caráter continuado e, embora prescinda de autorização legal específica, deverá comprovar sua adequação com as projeções e metas estabelecidas no Plano Plurianual.

e) a inviabilidade jurídica do modelo proposto, que viola regras do sistema financeiro nacional, as quais vedam a oferta de crédito subvencionado com recursos.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão aborda o tema da destinação de recursos públicos para o setor privado.

A alternativa A está incorreta pois não há necessidade de que as linhas de crédito sejam operadas por banco de fomento, requisito esse não previsto na legislação, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa B está incorreta pois as subvenções sociais são transferências destinadas a instituições de caráter assistencial ou cultural, conforme art. 12, § 3º, I, da Lei nº 4.320/1964: "subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa".

A alternativa C está correta. Com efeito, trata-se de subvenção econômica nos moldes do art. 12, § 3º, II, da Lei nº 4.320/1964: "Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril."

Como se trata de benefício creditício, deve ainda ser aplicado dispositivo da LRF, que determina a necessidade de lei específica para concessão de empréstimo com juros subsidiados: "Art. 27. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação. Parágrafo único. Dependem de autorização em lei específica as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito, bem como a concessão de empréstimos ou financiamentos em desacordo com o caput, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária."

A alternativa D está incorreta pois é necessária lei específica, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa E está incorreta pois não há óbice à concessão de benefício creditício, havendo dispositivo específico permitindo a prática, conforme comentários à alternativa C.

QUESTÃO 55. Considere que o Estado pretenda contratar operação de crédito com organismo multilateral, que contará com garantia da União junto ao financiador, tendo sido exigida contragarantia do Estado, proveniente do produto da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e do fluxo de recebíveis oriundos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A operação, tal como estruturada, afigura-se juridicamente

a) viável, uma vez que é admissível a vinculação de produto de imposto para pagamento de dívidas e constituição de garantia perante a União, valendo notar que não seria admissível que o Estado ofertasse garantia direta ao financiador sobre produto da arrecadação de ICMS ou outro tributo de sua competência instituidora.

b) inviável, uma vez que o oferecimento de garantia incidente sobre a receita oriunda da participação do Estado no produto de impostos da União caracteriza vinculação de receita futura, vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, salvo em operações de securitização de recebíveis realizadas perante o Mercado de Capitais.

c) viável, desde que a contragarantia limite-se aos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), uma vez que a Constituição veda a vinculação, em garantia ou contragarantia de operações de crédito, do produto de imposto pelo ente que detém a respectiva competência instituidora.

d) inviável, uma vez que a prestação de garantia pela União em operação de crédito cujo tomador seja o Estado configura financiamento indireto a ente subnacional, somente sendo admitida em hipótese de adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal.

e) admissível, no que concerne à contragarantia exigida do Estado, apenas na hipótese de a garantia da União importar extrapolação do limite global fixado pelo Senado Federal, o que demanda reforço mediante vinculação de receitas tributárias e não tributárias do Estado.

Comentários

A alternativa correta é a letra A, pois é permitida a vinculação de receitas de ICMS e do FPE para prestação de contragarantia pelo Estado à União, conforme art. 167, § 4º, da CF: "É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d" e "e" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia."

A questão aborda os temas crédito público e vinculação de receitas.

As alternativas B, C, D e E, ao imporem restrições às vinculações, violam o art. 167, § 4º, da CF, sendo incorretas.

QUESTÃO 56. Considere que no primeiro quadrimestre do exercício financeiro em curso tenha ocorrido o ingresso de um montante elevado de receitas extraorçamentárias, o que significa, de acordo com a legislação de regência, que

a) ocorreu excesso de arrecadação em relação às previsões constantes na Lei Orçamentária Anual, podendo tais receitas constituir fonte para abertura de créditos adicionais ou suplementares, mediante decreto.

b) se trata de receitas que pertencem ao exercício anterior e que, pelo princípio da anualidade, somente podem ser utilizadas para o pagamento de despesas daquele exercício que não tenham sido inscritas em restos a pagar.

c) se trata de recursos provenientes da alienação de ativos, que, pela sua natureza, não são previstos na Lei Orçamentária Anual e que somente poderão ser aplicados em despesas de capital.

d) tais recursos, embora transitem pelo caixa do Tesouro, sendo objeto de lançamento, não serão passíveis de utilização para suportar despesas públicas previstas na Lei Orçamentária Anual ou a abertura de créditos especiais, uma vez que já estão comprometidos com um passivo exigível.

e) se procedeu ao cancelamento de restos a pagar processados, cujo valor correspondente passa a ser de livre alocação em despesas do exercício corrente, com prioridade para as despesas de pessoal e custeio.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão aborda o tema classificação das receitas.

A alternativa A está incorreta, pois, apesar de não previsto na LOA, o excesso de arrecadação detém natureza de receita orçamentária, pois não há necessidade de devolução dos recursos.

A alternativa B está incorreta, pois o Brasil adotou o regime de caixa para a receita pública, pertencendo ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, conforme Lei nº 4.320/1964: "Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nele arrecadadas".

A alternativa C está incorreta, pois a receita decorrente de alienação de ativos é receita de capital, podendo fazer frente às despesas públicas, ao contrário das receitas extraorçamentárias.

A alternativa D está correta. Conforme entendimento doutrinário, as receitas extraorçamentárias são aquelas que, cumulativamente: (i) não sejam previstas no orçamento; e (ii) haja necessidade de devolução dos recursos que ingressaram temporariamente. Assim, não basta não estar prevista no orçamento para ser denominada de receita extraorçamentária, pois existem receitas públicas que não são previstas no orçamento, mas que detêm natureza de receita orçamentária, como é o caso do excesso de arrecadação. São receitas extraorçamentárias, portanto, os ingressos financeiros que transitam pelo caixa, sendo objeto de lançamento contábil, porém não passíveis de utilização para suportar despesas públicas previstas na Lei Orçamentária Anual.

A alternativa E está incorreta, pois o cancelamento de restos a pagar não se enquadra no conceito de receita extraorçamentária, conforme comentários à alternativa D.

QUESTÃO 57. Tratando-se de programação orçamentária decorrente de dotação introduzida na Lei Orçamentária Anual do Estado por emenda parlamentar individual impositiva, ou seja, aprovada no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao encaminhamento do projeto, é correto afirmar que

a) poderá ser destinada a ações executadas por Municípios, inclusive na forma de transferência especial, que, observadas as regras constitucionais, independe da celebração de convênio ou instrumento congênere.

b) deverá ser integralmente executada (empenhada, liquidada e paga) no exercício correspondente, vedada a inscrição em restos a pagar.

c) não poderá ser afetada por limitação geral de empenho (contingenciamento) e tampouco cancelada ou remanejada por inviabilidade técnica de execução da ação correspondente.

d) demanda, na hipótese de ação a ser executada mediante transferência de recursos a Município, a comprovação da adimplência do ente no que concerne a obrigações perante o Estado e a União.

e) não poderá ser considerada para verificação do cumprimento dos limites mínimos constitucionais de aplicação de recursos em despesas com saúde e educação, ainda que contemple ação nas referidas áreas.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão aborda o tema das emendas parlamentares individuais impositivas ao Orçamento.

A alternativa A está correta. É o teor do art. 166-A, § 2º, I, da CF: "Na transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo, os recursos serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere".

A alternativa B está incorreta. O art. 166, § 17, da CF prevê a possibilidade de inscrição em restos a pagar na hipótese: "Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 deste artigo poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto de lei orçamentária, para as programações das emendas individuais, e até o limite de 0,5% (cinco décimos por cento), para as programações das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal."

A alternativa C está incorreta. O art. 166, § 13, da CF prevê a possibilidade de inexecução em caso de inviabilidade técnica: "As programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica."

A alternativa D está incorreta. O art. 166, § 16, da CF dispõe que as transferências independerão da adimplência do ente federativo: "Quando a transferência obrigatória da União para a execução da programação prevista nos §§ 11 e 12 deste artigo for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independerá da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o caput do art. 169."

A alternativa E está incorreta. O art. 166, § 10, da CF prevê o cômputo do montante recebido para fins do cumprimento do mínimo de aplicação em serviços de saúde: "A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 9º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais."

QUESTÃO 58. De acordo com a Lei no 12.529, de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, presume-se que uma empresa detém posição dominante no mercado relevante em que atua

a) desde que caracterizada a inequívoca existência de poder de mercado, decorrente da concentração vertical, essa que se dá pelo controle de um determinado nível da cadeia produtiva e configura presunção absoluta de infração à ordem econômica.

b) quando controla ao menos 30% (trinta por cento) do mercado em questão, podendo tal percentual ser desconsiderado pelo CADE para setores específicos da economia nos quais a concentração favoreça ganhos de eficiência, comprovados em estudos técnicos.

c) apenas se constatada a existência de mercado imperfeito, com a formação de monopólio, demandando do CADE medidas de entrada forçada de concorrentes, inclusive mediante venda compulsória de ativos, após o necessário processo administrativo.

d) desde que haja indícios de prática de ato de concentração horizontal, que corresponda à presença do mesmo agente econômico controlando, direta ou indiretamente, os diferentes níveis da cadeia produtiva no mercado em questão.

e) sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar, unilateral ou coordenadamente, as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante, podendo esse percentual ser alterado pelo CADE para setores específicos da economia.

Comentários

A alternativa correta é a letra E, pois obedece ao disposto no art. 36, §2º, da Lei nº 12.159/2011: "Presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia."

A questão aborda o tema das infrações da ordem econômica e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC.

As alternativas A, B, C e D não apresentam o conceito legal de presunção de posição dominante, estando incorretas.

QUESTÃO 59. De acordo com a disciplina de operações de crédito e endividamento público, estabelecida na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de operação de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) enfrenta algumas vedações e também condicionantes e, nesse sentido, verifica-se, entre outras, a

a) vedação de realização no último quadrimestre do mandato do Chefe do Executivo, exceto se os recursos forem destinados para cobertura do déficit do regime de previdência próprio ou geral dos servidores e haja autorização legal específica.

b) obrigatoriedade de liquidar a operação, com juros e outros encargos incidentes, até 10 de dezembro do exercício em que tenha sido realizada, sendo vedada a realização de uma segunda ARO sem que a primeira tenha sido integralmente resgatada.

c) ilegalidade da destinação dos recursos captados para despesas de custeio, os quais somente podem ser destinados a despesas de capital, sob pena de violação à denominada "regra de ouro" e obrigatoriedade de liquidação do montante antecipado até o exercício subsequente.

d) obrigatoriedade de contratação com instituição financeira oficial e a vedação de repetição de operação da mesma natureza em exercício subsequente, admitindo-se apenas duas AROs no mesmo mandato do Chefe do Executivo.

e) necessidade de observância do limite de endividamento do Estado, fixado em resolução do Senado Federal e a obrigatoriedade de incorporação do valor total da operação (principal e juros) ao saldo da dívida consolidada.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão aborda o tema operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.

A alternativa A está incorreta, pois a vedação é para realização no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, conforme LRF. "Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes: IV - estará proibida: b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal."

A alternativa B está correta. É o regramento da LRF. "Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes: II - deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano; (...) IV - estará proibida: a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada".

A alternativa C está incorreta. Conforme visto nos comentários à alternativa B, a operação deverá ser liquidada até o dia dez de dezembro de cada ano.

A alternativa D está incorreta. Não há obrigatoriedade de contratação com instituição financeira oficial, mas com a instituição financeira vencedora de processo competitivo, conforme art. 38, §2º, da LRF: "As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.". Ademais, não há limite para a contratação da operação, desde que se observe que somente poderá ser contratada operação se a anterior já estiver integralmente resgatada, conforme art. 38, IV, a, da LRF.

A alternativa E está incorreta. Não há necessidade de incorporação do valor total da operação ao saldo da dívida consolidada, pois, para a dívida consolidada, são consideradas as operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, conforme art. 29, I, da LRF: "dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses". Como a operação de crédito por ARO deve ser integralmente resgatada dentro do exercício financeiro, não se enquadra no conceito.

QUESTÃO 60. A denominada Reserva de Contingência, de acordo com a disciplina estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal, corresponde a

a) dotação global, em montante estabelecido no Anexo de Riscos Fiscais, destinada a suportar a abertura de créditos especiais, adicionais ou suplementares, sem a necessidade de indicação de cancelamento de outras dotações ou comprovação de excesso de arrecadação, mediante autorização legal específica.

b) dotação orçamentária fixada na Lei Orçamentária Anual, não atrelada à programação de despesa específica, que pode ser utilizada exclusivamente para fazer frente à abertura de créditos extraordinários para suportar despesas geradas em situações de decretação de calamidade pública.

c) montante da despesa que deve ser contingenciado, em percentual fixado na Lei Orçamentária Anual, caso não sejam cumpridas as metas de arrecadação previstas no Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou haja extrapolação do percentual previsto para crescimento de despesas de caráter continuado.

d) montante máximo fixado no Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias a ser utilizado para suportar medidas compensatórias de renúncia fiscal, configurando limitação para os impactos orçamentários-financeiros dos benefícios fiscais em cada exercício.

e) montante destinado a fazer frente a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, definido com base na receita corrente líquida, na forma estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, essa última que contempla também o Anexo de Riscos Fiscais.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão aborda o tema reserva de contingência.

A alternativa A está incorreta, pois o montante da reserva de contingência será estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias e não no anexo de riscos fiscais dessa lei, conforme Art. 5º, III, da LRF: “O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

A alternativa B está incorreta, pois, conforme art. 5º, III, b, da LRF, a reserva de contingência se destina ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Assim, não se destina exclusivamente à abertura de créditos extraordinários, já que outros pagamentos inesperados que não puderam ser previstos durante a programação do orçamento, como por exemplo aqueles decorrentes de ações judiciais trabalhistas, cíveis etc., que não ensejam a abertura de crédito extraordinário poderão ser atendidos.

A alternativa C está incorreta, pois o montante da reserva de contingência deve ser estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois o montante da reserva de contingência deve ser estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa E está correta, pois a reserva de contingência é destinada a fazer frente a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, definido com base na receita corrente líquida, na forma estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme comentários à alternativa B e, ademais, a LDO deve conter o anexo de riscos fiscais, conforme art. 4º, §3º, da LRF: "A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem."

QUESTÃO 61. Assinale a alternativa que contém ato ou negócio jurídico, válido e eficaz, realizado por menor relativamente incapaz, com idade de 17 anos, não emancipado e sem assistência de seus pais ou responsáveis ou posterior aprovação destes.

a) Pacto antenupcial feito pelo menor no qual é previsto o regime da separação convencional de bens.

b) Mútuo feito pelo credor ciente da menoridade do devedor, para alimentos deste, em razão da pessoa responsável pela guarda do menor, apesar de presente, não possuir recursos suficientes.

c) Obrigação contraída pelo menor que não declarou sua idade por não ter sido inquirido pela outra parte.

d) Testamento feito pelo menor, por instrumento particular.

e) Quitação dada pelo credor menor ao devedor que conhecia a idade daquele, tendo em vista a presunção legal de que o valor reverteu em benefício do menor.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A alternativa A está incorreta, pois o pacto antenupcial celebrado pelo menor, com previsão do regime da separação convencional de bens, tem a sua eficácia condicionada à aprovação de seu representante legal. Nos termos do art. 1.654 do Código Civil: "A eficácia do pacto antenupcial, realizado por menor, fica condicionada à aprovação de seu representante legal, salvo as hipóteses de regime obrigatório de separação de bens". De acordo com Cristiano Chaves: "Sintetizando: sendo celebrado um casamento entre menores, com o regular consentimento dos pais, não havendo nova intervenção dos genitores para a celebração de um pacto antenupcial, prevalecerá o regime supletivo (comunhão parcial). Havendo convenção pré-nupcial celebrada pelos noivos, condiciona o legislador a sua eficácia à aprovação pelos assistentes do adolescente, não se confundindo esta com a própria autorização para que o menor venha a casar. O pacto antenupcial, contudo, não poderá produzir efeitos quando se tratar de casamento submetido ao regime de separação obrigatória, nos casos em que o menor necessita de autorização judicial para casar".

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 588 do Código Civil: "O mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores". De acordo com Flávio Tartuce: "Em regra, o mútuo feito a menor sem a autorização do seu representante, ou daquele sob cuja guarda estiver, não poderá ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores (art. 588 do CC). Trata-se, portanto, de caso de ineficácia do negócio, pois a obrigação é natural ou incompleta: a dívida existe, mas não há a correspondente responsabilidade ("Schuld sem Haftung")."

A alternativa C está incorreta, pois, nessa hipótese, o negócio jurídico não é válido. Observe que a situação da alternativa, na qual o "menor não declarou sua idade por não ter sido inquirido pela outra parte", afasta o disposto no art. 180 do Código Civil, que prevê a validade e eficácia de negócio jurídico quando o menor invocar a sua idade para eximir-se de obrigação após ocultá-la dolosamente quando inquirido pela outra parte.

Dispõe o art. 180: "O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior". No mesmo sentido afirma Flávio Tartuce: "Também no que concerne ao menor púbere (de 16 a 18 anos), não pode este valer-se da própria torpeza, beneficiando-se de ato malicioso (a malícia supre a idade). Não pode, portanto, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior. O negócio jurídico reputa-se válido e gera efeitos, afastando-se qualquer anulabilidade (art. 180 do CC)".

A alternativa D está correta, nos termos do parágrafo único do art. 1.860 do Código Civil: "Parágrafo único. Podem testar os maiores de dezesseis anos". Aduz Cristiano Chaves que: "O próprio texto legal já estabelece uma ressalva no que diz respeito ao maior de dezesseis anos de idade. Malgrado ainda esteja incluso no rol dos relativamente incapazes, já lhe é autorizada a elaboração de testamento, independentemente de assistência (por conta do caráter personalíssimo do ato), considerando que a sua incapacidade decorre de uma causa etária, e não psíquica".

A alternativa E está incorreta, pois a quitação dada pelo credor menor, com 17 anos, somente será válida se houver a assistência de seus pais ou responsáveis, tendo em vista que é relativamente incapaz, nos termos do art. 4º, I, do Código Civil: "São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos". Cumpre destacar que a quitação consiste em um negócio jurídico unilateral, portanto, deve observar o regramento civilista no que diz respeito aos requisitos de validade do negócio jurídico previstos no art. 104 do Código Civil. De acordo com Cristiano Chaves: "No primeiro plano (existência), os elementos aparecem, estruturam o negócio. Já no plano seguinte (validade), aqueles mesmos elementos se qualificam, para que se tornem aptos a produzir efeitos. Assim, qualificando os elementos existenciais, tem-se como requisitos da validade do negócio jurídico, a partir da leitura do art. 104 do Código Civil: i) agente capaz; ii) objeto lícito, possível, determinado ou determinável; iii) forma adequada (prescrita ou não defesa em lei); iv) vontade exteriorizada conscientemente, de forma livre e desembaraçada. Em primeiro lugar, veja-se que o agente deve ser capaz, respeitadas as hipóteses de absoluta e relativa incapacidade traçadas pelos arts. 3º e 4º da Codificação".

QUESTÃO 62. A cláusula "se constituíres sociedade empresarial com João, dar-te-ei a quantia de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)" pode ser classificada como uma condição

a) puramente potestativa.

b) promíscua.

c) mista.

d) simplesmente potestativa.

e) perplexa.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

Nos termos do art. 121 do Código Civil: "Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto".

As alternativas A e D estão incorretas. De acordo com Flávio Tartuce, as condições potestativas: "são aquelas que dependem do elemento volitivo, da vontade humana, sendo pertinente a seguinte subclassificação: – Condições simplesmente ou meramente potestativas – dependem das vontades intercaladas de duas pessoas, sendo totalmente lícitas. Exemplo: alguém institui uma liberalidade a favor de outrem, dependente de um desempenho artístico (cantar em um espetáculo). – Condições puramente potestativas – dependem de uma vontade unilateral, sujeitando-se ao puro arbítrio de uma das partes (art. 122 do CC, parte final). São ilícitas, segundo esse mesmo dispositivo. Exemplo: dou-lhe um veículo, se eu quiser".

A alternativa B está incorreta. Maria Helena Diniz conceitua a condição promíscua como aquela "que se caracteriza no momento inicial como potestativa, vindo a perder tal característica por fato superveniente, alheio à vontade do agente, que venha a dificultar sua realização. Por exemplo, 'dar-lhe-ei um carro se você, campeão de futebol, jogar no próximo torneio'. Essa condição potestativa passará a ser promíscua se o jogador vier a se machucar".

A alternativa C está correta, pois, na condição mista, conjuga-se a vontade de um dos agentes (dar-te-ei a quantia de R$ 1.000.000,00) e outra circunstância externa (se constituíres sociedade empresarial com João). De acordo com Cristiano Chaves, a condição poderá ser classificada por diferentes prismas, considerando critérios diversos. Nesse contexto, quanto à fonte de onde deriva, o autor afirma que: "a condição pode ser casual, potestativa ou mista, se originou de evento fortuito, da vontade de um dos negociantes ou, a um só tempo, da vontade de um dos agentes e de outra circunstância. Se a condição depende do acaso, diz-se casual (exemplo nítido é a não ocorrência de uma tempestade). Se decorrer da vontade de uma das partes, é potestativa (lembrando que somente são admitidas as condições simplesmente ou meramente potestativas, sendo aquelas dependentes de manifestação volitiva de uma das partes, como no exemplo de realizar uma viagem, pois as condições puramente potestativas são vedadas pelo art. 122 do Código Civil). Finalmente, a condição mista é a que conjuga a vontade de uma das partes e uma circunstância externa, como na doação que se realizará se o donatário casar com determinada pessoa."

A alternativa E está incorreta. O conceito de condição perplexa é encontrado no artigo publicado pelo Estratégia Concursos intitulado "Elementos acidentais dos negócios jurídicos: Condição". Assim, de

acordo com o resumo, as condições perplexas ocorrem quando “a própria condição inserida no negócio jurídico é incompreensível ou contraditória de tal forma que priva todo o efeito do negócio jurídico (ex.: empresto a alguém um imóvel desde que não more nele e nem o alugue)”. Artigo disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/elementos-acidentais-negocios-juridicos/>. Acesso em: 26/02/2024.

QUESTÃO 63. Assinale a alternativa correta sobre prazos prescricionais, tendo em vista o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

a) Aplica-se o prazo prescricional trienal — previsto no Código Civil de 2002 — às ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo quinquenal contido no Decreto nº 20.910/32.

b) É trienal o prazo prescricional para que o condomínio geral ou edilício (vertical ou horizontal) exercite a pretensão de cobrança de taxa condominial ordinária ou extraordinária, constante em instrumento público ou particular, a contar do dia seguinte ao vencimento da prestação.

c) É ânuo o prazo prescricional para exercício de qualquer pretensão do segurado em face do segurador — e vice-versa — baseada em suposto inadimplemento de deveres.

d) A pretensão de reparação civil lastreada na responsabilidade contratual submete-se ao prazo quinquenal.

e) A pretensão de repetição de indébito de contrato de cédula de crédito rural prescreve no prazo de cinco anos.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A alternativa A está incorreta, pois aplica-se o prazo quinquenal (Decreto 20.910/32) às ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública. De acordo com a tese firmada pelo STJ no Tema Repetitivo 553: “Aplica-se o prazo prescricional quinquenal – previsto do Decreto 20.910/32 – nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002”.

A alternativa B está incorreta, pois o prazo é quinquenal. De acordo com a tese firmada pelo STJ no Tema Repetitivo 949: “Na vigência do Código Civil de 2002, é quinquenal o prazo prescricional para que o condomínio geral ou edifício (horizontal ou vertical) exercite a pretensão de cobrança da taxa condominial ordinária ou extraordinária constante em instrumento público ou particular, a contar do dia seguinte ao vencimento da prestação”.

A alternativa C está correta, nos termos da tese fixada pelo STJ no Tema/IAC 2: “É ânuo o prazo prescricional para exercício de qualquer pretensão do segurado em face do segurador – e vice-versa – baseada em suposto inadimplemento de deveres (principais, secundários ou anexos) derivados do

contrato de seguro, ex vi do disposto no artigo 206, § 1º, II, "b", do Código Civil de 2002 (artigo 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916).”

A alternativa D está incorreta, pois a pretensão de reparação civil lastreada na responsabilidade contratual submete-se ao prazo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 205 do Código Civil. A Corte Especial do STJ definiu que, nas pretensões relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 do CC/02), que prevê 10 anos de prazo prescricional e, nas demandas que versarem sobre responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do mesmo diploma, com prazo prescricional de 3 anos. Nesse sentido, destaca-se trecho do seguinte julgado proferido no EREsp n. 1.280.825/RJ: “4. O instituto da prescrição tem por finalidade conferir certeza às relações jurídicas, na busca de estabilidade, porquanto não seria possível suportar uma perpétua situação de insegurança. 5. Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do CC/02, com prazo de três anos”.

A alternativa E está incorreta, nos termos da tese firmada pelo STJ no Tema Repetitivo 919: “I – A pretensão de repetição de indébito de contrato de cédula de crédito rural prescreve no prazo de vinte anos, sob a égide do art. 177 do Código Civil de 1916, e de três anos, sob o amparo do art. 206, §3º, IV, do Código Civil de 2002, observada a norma de transição do art. 2.028 desse último Diploma Legal; II – O termo inicial da prescrição da pretensão de repetição de indébito de contrato de cédula de crédito rural é a data da efetiva lesão, ou seja, do pagamento.”

QUESTÃO 64. José, em razão de contrato oneroso, era devedor da obrigação alternativa de dar a João o veículo modelo Mustang Fastback 1967 ou o veículo modelo Landau V8 1970. Não foi previsto no instrumento de contrato a quem caberia a escolha da prestação. Antes da data prevista para a entrega, em razão de um incêndio na garagem de José, causado por uma instalação elétrica inadequada por ele feita, o veículo modelo Mustang Fastback 1967 foi totalmente destruído. Uma semana depois, ainda antes da data prevista para a entrega, em razão de um acidente provocado por inadequada manutenção do sistema de freios realizada por José, o modelo Landau V8 1970 também foi totalmente destruído. Tendo em vista o caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta.

a) A prerrogativa da escolha da prestação era de José, estando ele obrigado a pagar a João indenização equivalente ao valor do Landau V8 1970, mais as perdas e os danos que o caso determinar.

b) Independentemente de quem tinha a prerrogativa da escolha da prestação, José deverá pagar o valor do veículo mais valioso, acrescido de perdas e danos que o caso determinar.

c) Independentemente de quem tinha a prerrogativa da escolha da prestação, José deverá pagar o valor do veículo menos valioso, acrescido de perdas e danos que o caso determinar.

d) A prerrogativa da escolha da prestação era de João, podendo este escolher o valor de quaisquer dos veículos que se perderam, mais as perdas e os danos que o caso determinar.

e) Não tendo ocorrido dolo na perda dos veículos, mas apenas culpa indireta, independentemente de quem tinha a prerrogativa da escolha da prestação, a obrigação estará extinta, devendo José pagar a João o equivalente à metade do valor do veículo que por último se perdeu.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A situação hipotética narrada consiste em uma obrigação alternativa, na qual, conforme Cristiano Chaves: "a particularidade das obrigações alternativas reside no fato de que, apesar da pluralidade de prestações possíveis e distintas, estas se excluem no pressuposto de que apenas uma delas deverá ser satisfeita. Na clássica lição de Clovis Beviláqua, 'São duas prestações distintas, independentes, das quais uma tem de ser cumprida, ficando a escolha ao arbítrio do devedor, ou, anormalmente do credor'. O devedor se liberta da obrigação com o cumprimento de apenas uma das prestações. Por isso é fácil identificar a obrigação alternativa pela conjunção disjuntiva ou. Exemplificando, A pagará a dívida perante B, mediante a entrega de R$ 200.000,00 ou de um apartamento nesse valor. Enfim, o devedor exonera-se do débito quando oferece uma das prestações".

Após breve introdução, passamos à análise das alternativas.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 252 do Código Civil: "Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou". Logo, é correto afirmar que a prerrogativa da escolha da prestação era de José (devedor). Além disso, no caso concreto, José está obrigado a pagar a João uma indenização equivalente ao valor do Landau V8 1970, mais as perdas e os danos que o caso determinar, em razão da incidência do art. 254 do Código Civil: "Se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar".

As alternativas B e C estão incorretas, pois a solução é diversa conforme quem tinha a prerrogativa da escolha da prestação. Quando a escolha couber ao devedor, este ficará obrigado a pagar o valor da prestação que por último se impossibilitou, conforme o disposto no art. 254 do Código Civil: "Se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar".

Por outro lado, quando a escolha couber ao credor, e se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexeqüíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos. Nesse caso há aplicação da 2ª parte do art. 255 do Código Civil: "Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa do devedor, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos; se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexeqüíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos".

A alternativa D está incorreta, pois a prerrogativa da escolha da prestação era de José (devedor), nos termos do art. 252 do Código Civil: "Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou". Ademais, João não pode escolher o valor de quaisquer dos veículos que se perderam, pois aplica-se ao caso o teor do art. 254 do Código Civil: "Se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar".

A alternativa E está incorreta. No caso hipotético, a impossibilidade de cumprimento das prestações decorreu de culpa de José, pois o veículo modelo Mustang foi totalmente destruído em razão de um

incêndio na garagem de José, causado por uma instalação elétrica inadequada por ele feita, além disso o modelo Landau V8 1970 também foi totalmente destruído em razão de um acidente provocado por inadequada manutenção do sistema de freios realizada por José. Nesse contexto, considerando que a escolha cabia ao devedor (José), este ficará obrigado a pagar o valor da prestação que por último se impossibilitou, conforme o disposto no art. 254 do Código Civil: "Se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar".

QUESTÃO 65. O Município X localizou imóveis urbanos inseridos em seu território, sem moradores ou possuidores, bem como sem o pagamento de tributos imobiliários por período superior a 5 (cinco) anos. Foram adotadas as providências pelo Município para dar início aos processos administrativos visando à arrecadação dos imóveis em razão do abandono presumido, na forma prevista na legislação federal e conforme procedimento previsto em decreto do Prefeito. Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

a) Os proprietários poderão reivindicar a posse dos imóveis declarados abandonados em até cinco anos da arrecadação, mediante ressarcimento prévio, e em valor atualizado, de todas as despesas em que eventualmente houver incorrido o Município, inclusive tributárias, em razão do exercício da posse provisória.

b) Devem ser notificados os titulares do domínio para, querendo, apresentarem impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de recebimento da notificação, sob pena de concordância tácita.

c) O procedimento da arrecadação não poderia ter sido disciplinado por decreto do Prefeito, tendo em vista que se trata de assunto sujeito à reserva de lei.

d) Respeitado o procedimento da arrecadação, o Município terá a posse provisória dos imóveis arrecadados e poderá realizar os investimentos necessários para que eles atinjam prontamente os objetivos sociais a que se destinam.

e) Poderá ser dispensada a abertura de processo administrativo específico para tratar da arrecadação, caso tenha havido manifestação dos proprietários dos imóveis nos processos administrativos dos tributos imobiliários devidos.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo é trienal. De acordo com o art. 64, §5º, Lei 13.465/17: "§ 5º Na hipótese de o proprietário reivindicar a posse do imóvel declarado abandonado, no transcorrer do triênio a que alude o art. 1.276 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), fica assegurado ao Poder Executivo municipal ou distrital o direito ao ressarcimento prévio, e em valor atualizado, de todas as despesas em que eventualmente houver incorrido, inclusive tributárias, em razão do exercício da posse provisória".

A alternativa B está incorreta, pois o prazo para impugnação é de 30 (trinta) dias. Acerca do procedimento, aduz o art. 64, §2º, Lei 13.465/17 que: "§ 2º O procedimento de arrecadação de imóveis urbanos abandonados obedecerá ao disposto em ato do Poder Executivo municipal ou distrital e observará, no mínimo: I – abertura de processo administrativo para tratar da arrecadação; II – comprovação do tempo de abandono e de inadimplência fiscal; III – notificação ao titular do domínio para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação". Cumpre destacar que "a ausência de manifestação do titular do domínio será interpretada como concordância com a arrecadação", nos termos do art. 64, §3º, Lei 13.465/17.

A alternativa C está incorreta, pois o procedimento da arrecadação poderia ter sido disciplinado por decreto do Prefeito, tendo em vista expressa previsão legal. De acordo com o art. 64, §2º, Lei 13.465/17: "O procedimento de arrecadação de imóveis urbanos abandonados obedecerá ao disposto em ato do Poder Executivo municipal ou distrital".

A alternativa D está correta, nos termos do art. 64, §4º, Lei 13.465/17: "Art. 64. Os imóveis urbanos privados abandonados cujos proprietários não possuam a intenção de conservá-los em seu patrimônio ficam sujeitos à arrecadação pelo Município ou pelo Distrito Federal na condição de bem vago. § 4º Respeitado o procedimento de arrecadação, o Município poderá realizar, diretamente ou por meio de terceiros, os investimentos necessários para que o imóvel urbano arrecadado atinja prontamente os objetivos sociais a que se destina".

A alternativa E está incorreta, pois a lei prevê que é necessária a abertura de processo administrativo para tratar da arrecadação. Dispõe o art. 64, §2º, Lei 13.465/17 que: "§ 2º O procedimento de arrecadação de imóveis urbanos abandonados obedecerá ao disposto em ato do Poder Executivo municipal ou distrital e observará, no mínimo: I – abertura de processo administrativo para tratar da arrecadação".

QUESTÃO 66. O Estado da Federação X, após regular trâmite de processo judicial de desapropriação por utilidade pública, obteve carta de adjudicação expedida pelo juiz que foi encaminhada para registro ao Cartório de Registro de Imóveis. A carta de adjudicação descrevia um polígono de 2 000 m2. Foi constatado pelo Cartório de Registro de Imóveis que o polígono descrito na carta de adjudicação era formado pela Transcrição A, de 1 600 m2, e pela Transcrição B, de 390 m2. Ademais, foi constatado pelo Cartório de Registro de Imóveis que a descrição constante da carta de adjudicação era divergente das descrições contidas nas Transcrições A e B. Tendo em vista o caso hipotético, em relação ao pedido de registro da carta de adjudicação, o Oficial de Registro de Imóveis deverá

a) negar o registro, pois a descrição divergente dos registros anteriores constante da carta de adjudicação ofende os princípios da especialidade objetiva e da disponibilidade.

b) realizar o registro e proceder à abertura de nova matrícula, devendo a informação sobre a diferença apurada ser averbada na matrícula aberta.

c) condicionar o registro da carta de adjudicação à prévia retificação dela para adequação da sua descrição às descrições constantes das Transcrições A e B.

d) averbar, nas Transcrições A e B, a aquisição derivada da propriedade pelo Estado X, devendo desconsiderar a diferença da área, pois inferior a um vigésimo da área registrada, condicionando a abertura de nova matrícula ao prévio procedimento administrativo de retificação de área.

e) negar o registro da carta de adjudicação, tendo em vista que a área nela descrita é maior que as áreas registradas, resultando em ofensa ao princípio da especialidade objetiva.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa B está correta. Dispõe o art. 176-A, § 5º, II, da Lei nº 6.015/73 que: "O disposto neste artigo aplica-se, sem prejuízo de outros, ao registro de: II – carta de adjudicação, em procedimento judicial de desapropriação". Assim, considerando o disposto no enunciado, aplica-se ao caso hipotético o disposto no art. 176-A da Lei nº 6.015/73, segundo o qual: "O registro de aquisição originária ensejará a abertura de matrícula relativa ao imóvel adquirido, se não houver". Ademais, nos termos do art. 176-A, § 4º-A, da Lei nº 6.015/73: "Eventuais divergências entre a descrição do imóvel constante do registro e aquela apresentada pelo requerente não obstarão o registro". Portanto, em relação ao pedido de registro da carta de adjudicação, o Oficial de Registro de Imóveis deverá realizar o registro e proceder à abertura de nova matrícula.

Além disso, considerando que a "descrição constante da carta de adjudicação era divergente das descrições contidas nas Transcrições A e B", deve a informação sobre a diferença apurada ser averbada na matrícula aberta, nos termos do art. 176-A, § 4º, da Lei nº 6.015/73: "Se a área adquirida em caráter originário for maior do que a constante do registro existente, a informação sobre a diferença apurada será averbada na matrícula aberta. (Redação dada pela Lei nº 14.620, de 2023)".

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 67. Um terreno onde cada um dos proprietários tem a propriedade exclusiva sobre o seu lote, havendo partes de propriedade comuns dos condôminos, bem como outras partes onde foram instituídos direitos reais sobre coisa alheia em benefício do poder público, da população em geral e da proteção da paisagem urbana, denomina-se condomínio

a) de lotes.

b) de acesso controlado.

c) misto.

d) em multipropriedade.

e) urbano simples.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 1.358-A do Código Civil, inserido na seção que trata do condomínio de lotes: "Pode haver, em terrenos, partes designadas de lotes que são propriedade exclusiva e partes que são propriedade comum dos condôminos".

A alternativa B está incorreta. Dispõe o art. 2º, §§1º e 8º, da Lei nº 6.766/79: "Art. 2º. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes. § 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. § 8º Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento, definida nos termos do § 1º deste artigo, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados".

A alternativa C está incorreta. Em apertada síntese, o condomínio misto ou empreendimento misto diz respeito à propriedade que apresenta construções com fins comerciais e residenciais.

A alternativa D está incorreta. Segundo o art. 1.358-C do Código Civil: "Multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada".

A alternativa E está incorreta. O condomínio urbano simples está previsto no art. 61 da Lei nº 13.465/17, segundo a qual: "Art. 61. Quando um mesmo imóvel contiver construções de casas ou cômodos, poderá ser instituído, inclusive para fins de Reurb, condomínio urbano simples, respeitados os parâmetros urbanísticos locais, e serão discriminadas, na matrícula, a parte do terreno ocupada pelas edificações, as partes de utilização exclusiva e as áreas que constituem passagem para as vias públicas ou para as unidades entre si. Parágrafo único. O condomínio urbano simples será regido por esta Lei, aplicando-se, no que couber, o disposto na legislação civil, tal como os arts. 1.331 a 1.358 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)".

QUESTÃO 68. Acerca da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) incidente sobre bens públicos, assinale a alternativa correta.

a) Na Reurb-E, promovida sobre bem público, havendo solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do justo valor da unidade imobiliária regularizada, mediante apuração do valor da terra, das acessões e das benfeitorias do ocupante, bem como da valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias.

b) As áreas de propriedade do poder público registradas no Registro de Imóveis que sejam objeto de ação judicial versando sobre a sua titularidade não poderão ser objeto da Reurb, salvo por meio de acordo judicial ou extrajudicial, dispensada a homologação deste.

c) Para as terras de sua propriedade, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ficam autorizados a instaurar, processar e aprovar a Reurb-S ou a Reurb- E.

d) Fica facultado aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal utilizar a prerrogativa de venda direta aos ocupantes de suas áreas públicas objeto da Reurb-E, dispensada a licitação, desde que a ocupação tenha ocorrido até 11 de julho de 2017.

e) A Reurb sobre áreas públicas deve ser instrumentalizada mediante legitimação de posse, vedado o uso da legitimação fundiária.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A alternativa A está incorreta, pois não devem ser considerados os valores das acessões e das benfeitorias do ocupante, tampouco a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias. Dispõe o art. 16 da Lei nº 13.465/17: "Na Reurb-E, promovida sobre bem público, havendo solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do justo valor da unidade imobiliária regularizada, a ser apurado na forma estabelecida em ato do Poder Executivo titular do domínio, sem considerar o valor das acessões e benfeitorias do ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias".

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 16, parágrafo único, da Lei nº 13.465/17: "Parágrafo único. As áreas de propriedade do poder público registradas no Registro de Imóveis, que sejam objeto de ação judicial versando sobre a sua titularidade, poderão ser objeto da Reurb, desde que celebrado acordo judicial ou extrajudicial, na forma desta Lei, homologado pelo juiz".

A alternativa C está correta, nos termos do art. 30, §4º, da Lei nº 13.465/17: "§ 4º Para as terras de sua propriedade, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ficam autorizados a instaurar, processar e aprovar a Reurb-S ou a Reurb-E e a utilizar os demais instrumentos previstos nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023)".

A alternativa D está incorreta, pois, de acordo com a lei, os imóveis devem se encontrar ocupados até 22 de dezembro de 2016. Dispõe o art. 98 da Lei nº 13.465/17: "Fica facultado aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal utilizar a prerrogativa de venda direta aos ocupantes de suas áreas públicas objeto da Reurb-E, dispensados os procedimentos exigidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e desde que os imóveis se encontrem ocupados até 22 de dezembro de 2016, devendo regulamentar o processo em legislação própria nos moldes do disposto no art. 84 desta Lei".

A alternativa E está incorreta, pois, conforme dispõe o art. 15 da Lei nº 13.465/17: "Poderão ser empregados, no âmbito da Reurb, sem prejuízo de outros que se apresentem adequados, os seguintes institutos jurídicos: I – a legitimação fundiária e a legitimação de posse, nos termos desta Lei".

QUESTÃO 69. João vivia em união estável com Maria, tendo com ela uma relação pública, contínua e duradoura, formalizada por meio de escritura pública, com o objetivo de constituir família. Entretanto, João conheceu Pedro e, após alguns meses de amizade, iniciaram uma relação amorosa homoafetiva. A relação entre João e Maria manteve o caráter de continuidade. Por vários anos, João manteve-se em união estável com Maria e, concomitantemente, em relação amorosa homoafetiva com Pedro. João faleceu e, na data da sua morte, permanecia em união estável com Maria e em relação amorosa homoafetiva com Pedro. Este pretende ingressar com uma ação judicial visando ao reconhecimento da sua relação amorosa homoafetiva com João como união estável, para fins sucessórios e previdenciários. Acerca do caso hipotético, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) É possível o reconhecimento da relação amorosa homoafetiva como união estável apenas para fins previdenciários, devendo o valor do benefício ser dividido igualmente entre Maria e Pedro.

b) É possível o reconhecimento da relação amorosa homoafetiva como união estável, não sendo óbice a existência de relação heteroafetiva anterior, por se configurar relação de gênero diverso da que se busca reconhecer.

c) É possível o reconhecimento da relação amorosa homoafetiva como união estável, para fins sucessórios, desde que seja provado que Pedro contribuiu para a aquisição onerosa de bens durante a relação amorosa.

d) Deve ser reconhecida como união estável apenas a relação que melhor representava, na data da morte de João, o desejo deste de constituir família, tendo em vista o princípio da dignidade da pessoa humana e da autonomia privada.

e) A preexistência da união estável com Maria impede o reconhecimento de novo vínculo com Pedro, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A alternativa E está correta. De acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do processo paradigma do Tema nº 529 sob a sistemática da repercussão geral, in verbis: “A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1723, § 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro”.

Portanto, considerando que a relação entre João e Maria (caracterizada pela união estável e formalizada por meio de escritura pública) manteve o caráter de continuidade, há impedimento quanto ao reconhecimento de novo vínculo com Pedro referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.

Sobre o tema, cumpre destacar a seguinte tese de repercussão geral fixada pelo STF no RE 883168: "É incompatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável".

As alternativas A, B, C, e D estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa E.

QUESTÃO 70. Tendo em vista o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o cônjuge sobrevivente, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, é herdeiro necessário do cônjuge falecido, concorrendo com os descendentes deste, em relação

a) a todo o conjunto dos bens deixados pelo falecido.

b) a todos os bens adquiridos onerosamente na constância do casamento, excluída a meação do cônjuge sobrevivente.

c) à metade de todos os bens adquiridos onerosamente na constância do casamento, sem prejuízo da meação.

d) aos bens adquiridos antes do casamento e aos bens adquiridos após o casamento que não estejam, por qualquer motivo, sujeitos à comunhão.

e) a um terço de todo o conjunto de bens deixados pelo falecido.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 1.829, I, do Código Civil: "Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I – aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares".

De acordo com Flávio Tartuce: "no regime da comunhão parcial de bens, a concorrência sucessória somente se refere aos bens particulares. Nesse sentido o Enunciado n. 270 do CJF/STJ, da III Jornada de Direito Civil: o art. 1.829, inc. I, só assegura ao cônjuge sobrevivente o direito de concorrência com os descendentes do autor da herança quando casados no regime da separação convencional de bens ou, se casados nos regimes da comunhão parcial ou participação final nos aquestos, o falecido possuísse bens particulares, hipóteses em que a concorrência se restringe a tais bens, devendo os bens comuns (meação) ser partilhados exclusivamente entre os descendentes".

Nesse contexto, a Segunda Seção do STJ consolidou a posição majoritária da doutrina no sentido de que a concorrência do cônjuge, no regime da comunhão parcial de bens, diz respeito aos bens particulares, isto é, aqueles que não fazem parte da meação. Vejamos trecho da ementa do julgado: "2. Nos termos do

art. 1.829, I, do Código Civil de 2002, o cônjuge sobrevivente, casado no regime de comunhão parcial de bens, concorrerá com os descendentes do cônjuge falecido somente quando este tiver deixado bens particulares. 3. A referida concorrência dar-se-á exclusivamente quanto aos bens particulares constantes do acervo hereditário do de cujus. 4. Recurso especial provido. (REsp n. 1.368.123/SP, relator Ministro Sidnei Beneti, relator para acórdão Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 22/4/2015, DJe de 8/6/2015.)".

As alternativas A, B, C, e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

QUESTÃO 71. A empresa X proprietária de imóvel celebra contrato de locação com o DER, autarquia estadual, que naquele local, instala sua sede. Porém, após 3 meses, o locatário DER deixa de efetuar os pagamentos mensais. A empresa X promove ação de despejo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

a) Não deve ser facultado ao DER o direito de purgar a mora.

b) Deve ser facultado à autarquia o direito de purgar a mora.

c) As autarquias podem ser despejadas, porém os órgãos da administração direta não podem.

d) Apenas as pessoas jurídicas de direito privado da administração pública indireta podem ser despejadas.

e) As autarquias não podem ser despejadas.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão aborda o tema Lei de Locações.

A alternativa A está incorreta, pois o direito de purgar a mora é garantido a todos, tanto aos particulares quanto ao Poder Público, como explicita o art. 62, II, da Lei de Locações. Vejamos: "Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, de aluguel provisório, de diferenças de aluguéis, ou somente de quaisquer dos acessórios da locação, observar-se-á o seguinte: II - o locatário e o fiador poderão evitar a rescisão da locação efetuando, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da citação, o pagamento do débito atualizado, independentemente de cálculo e mediante depósito judicial, incluídos: a) os aluguéis e acessórios da locação que vencerem até a sua efetivação; b) as multas ou penalidades contratuais, quando exigíveis; c) os juros de mora; d) as custas e os honorários do advogado do locador, fixados em dez por cento sobre o montante devido, se do contrato não constar disposição diversa;".

A alternativa B está correta, pois o direito de purgar a mora é garantido a todos, tanto aos particulares quanto ao Poder Público, possuindo as autarquias, portanto, o direito de purgar a mora, como explicita o art. 62, II, da Lei de locações. Vejamos: "Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, de aluguel provisório, de diferenças de aluguéis, ou somente de

quaisquer dos acessórios da locação, observar-se-á o seguinte: II - o locatário e o fiador poderão evitar a rescisão da locação efetuando, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da citação, o pagamento do débito atualizado, independentemente de cálculo e mediante depósito judicial, incluídos: a) os aluguéis e acessórios da locação que vencerem até a sua efetivação; b) as multas ou penalidades contratuais, quando exigíveis; c) os juros de mora; d) as custas e os honorários do advogado do locador, fixados em dez por cento sobre o montante devido, se do contrato não constar disposição diversa;".

A alternativa C está incorreta, pois as autarquias seguem o mesmo regime da Fazenda Pública, ou seja, de órgãos da administração direta, podendo, dessa forma, ser despejados; incidirá, porém, a previsão especial do art. 63, §3º, da Lei de Locações, que determina: "Julgada procedente a ação de despejo, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, que conterá o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação voluntária, ressalvado o disposto nos parágrafos seguintes. § 3º. Tratando-se de hospitais, repartições públicas, unidades sanitárias oficiais, asilos, estabelecimentos de saúde e de ensino autorizados e fiscalizados pelo Poder Público, bem como por entidades religiosas devidamente registradas, e o despejo for decretado com fundamento no inciso IV do art. 9º ou no inciso II do art. 53, o prazo será de um ano, exceto no caso em que entre a citação e a sentença de primeira instância houver decorrido mais de um ano, hipótese em que o prazo será de seis meses." (Redação dada pela Lei nº 9.256, de 9.1.1996).

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que todas as pessoas da administração, seja ela direta ou indireta, podem ser despejadas, o que ocorrerá segundo a Lei de Locações. Vejamos: "Art. 63. Julgada procedente a ação de despejo, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, que conterá o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação voluntária, ressalvado o disposto nos parágrafos seguintes."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, todas as pessoas da administração, seja ela direta ou indireta, podem ser despejadas, incluindo as autarquias, o que ocorrerá segundo a Lei de Locações. Vejamos: "Art. 63. Julgada procedente a ação de despejo, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, que conterá o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação voluntária, ressalvado o disposto nos parágrafos seguintes."

QUESTÃO 72. Acerca da ação de improbidade administrativa, segundo o posicionamento atual do STF, é possível afirmar que

a) A Administração Pública Direta somente possui legitimidade ativa nesse tipo de ação nas hipóteses em que o Ministério Público não promover esse tipo de ação.

b) As autarquias não têm legitimidade ativa para esse tipo de ação.

c) A Administração Pública Direta não possui legitimidade para propor esse tipo de ação.

d) Há legitimidade ativa concorrente entre o Ministério Público e os entes públicos lesados, para ajuizar esse tipo de ação.

e) O Ministério Público é o único legitimado a propor esse tipo de ação, e os entes públicos poderão apenas atuar na condição de assistentes.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão aborda o tema da ação de improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, acerca da legitimidade para impetrar ações de improbidade administrativa, que os entes públicos que tenham sofrido prejuízos em decorrência de atos de improbidade possuem legitimidade para propor esse tipo de ação, conforme o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade de números 7042 e 7043. Vejamos um trecho do julgamento da ADI 7042/DF, que elucida tal entendimento: "[...] a subtração da legitimidade dos entes públicos para ajuizar ação de improbidade administrativa: (a) representaria uma injustificável afronta à autonomia da Advocacia Pública, na medida em que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios se colocariam à mercê da atuação do Ministério Público, sendo transformados em meros coadjuvantes no combate à improbidade administrativa, e (b) caracterizaria um grave escolho ao exercício do poder-dever da União, Estados, Distrito Federal e Municípios de zelar pela guarda da Constituição e conservar o patrimônio público, que abarca, em seu sentido amplo, a reserva moral e ética da Administração Pública brasileira, em verdadeiro retrocesso no combate à corrupção [...]". (ADI 7042, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 31/08/2022, DJe-s/n DIVULG 27-02-2023 PUBLIC 28-02-2023).

A alternativa B está incorreta, pois conforme o atual entendimento do STF, a respeito da legitimidade para propositura das ações de Improbidade Administrativa, as pessoas jurídicas atingidas pela conduta, como as autarquias em questão, possuem legitimidade ativa. Vejamos trecho da ADI 7042, que trata desse tema: "A supressão da legitimidade ativa das pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade representa uma inconstitucional limitação ao amplo acesso à jurisdição (CF, art. 5º, XXXV) e a defesa do patrimônio público, com ferimento ao princípio da eficiência (CF, art. 37, caput) e significativo retrocesso quanto ao imperativo constitucional de combate à improbidade administrativa". (ADI 7042, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 31/08/2022, DJe-s/n DIVULG 27-02-2023 PUBLIC 28-02-2023).

A alternativa C está incorreta, pois, conforme supracitado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela legitimidade dos entes da administração lesados pelos atos de improbidade, juntamente ao Ministério Público, para propor este tipo de ação. Vejamos trecho da ADI 7042, que mostra esse entendimento: "Nada obstante, o art. 129, § 1º, da Constituição Federal, dispõe expressamente que a legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas nesse dispositivo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na própria Constituição e na lei." (ADI 7042, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 31/08/2022, DJe-s/n DIVULG 27-02-2023 PUBLIC 28-02-2023).

A alternativa D está correta, pois consoante entendimento do STF, há uma legitimidade ativa concorrente entre o Ministério Público e o ente interessado na responsabilização pela improbidade, de forma que há uma inconstitucionalidade na previsão que confere exclusividade ao Ministério Público para acionar aquele que cometeu ato de improbidade administrativa. Vejamos trecho da Ementa da ADI 7042: "[...] declarar a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do caput e dos §§ 6º-A e 10-C do art. 17, assim como do caput e dos §§ 5º e 7º do art. 17-B, da Lei 8.429/1992, na redação dada pela Lei 14.230/2021, de modo a restabelecer a existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de

improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil; [...]" (ADI 7042, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 31/08/2022, DJe-s/n DIVULG 27-02-2023 PUBLIC 28-02-2023).

A alternativa E está incorreta, pois, conforme acima elucidado, contraria a decisão do STF, presente na ADI 7042, que aponta a ausência de exclusividade do Ministério Público para a propositura da ação de improbidade administrativa.

QUESTÃO 73. Acerca do mandado de segurança, é correto afirmar que

a) Das decisões denegatórias da ordem proferidas em única instância pelos tribunais não cabe recurso ordinário.

b) Da decisão do relator não é cabível qualquer tipo de recurso.

c) Da decisão do relator que denegar a medida liminar caberá agravo ao órgão competente do tribunal respectivo.

d) Nos termos da jurisprudência sumulada do STF, somente serão cabíveis recursos aos tribunais superiores da decisão do relator.

e) Não cabe agravo contra decisão do relator que concede liminar.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão aborda o tema do mandado de segurança.

A alternativa A está incorreta, pois na hipótese de decisão denegatória da segurança, proferida em única instância pelos tribunais, o recurso cabível é o recurso ordinário, ao STJ. É o que dispõe o art. 105, II, b, CF, vejamos: "Compete ao Superior Tribunal de Justiça: II - julgar, em recurso ordinário: b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;".

A alternativa B está incorreta, pois nos casos em que o Tribunal tiver competência originária para o recebimento do mandado de segurança, da decisão dada pelo relator caberá agravo interno, conforme o parágrafo único do artigo 16, da Lei 12.016/2009, que determina: "Nos casos de competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, sendo assegurada a defesa oral na sessão do julgamento do mérito ou do pedido liminar. Parágrafo único. Da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar caberá agravo ao órgão competente do tribunal que integre."

A alternativa C está correta, pois encontra-se em conformidade com a Lei de Mandado de Segurança (Lei n. 12.016/09), que dispõe o cabimento de agravo contra decisão que concede ou denega liminar, vejamos: "Art. 16. Nos casos de competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, sendo assegurada a defesa oral na sessão do julgamento do mérito ou do pedido liminar.

Parágrafo único. Da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar caberá agravo ao órgão competente do tribunal que integre."

A alternativa D está incorreta, pois, conforme acima elucidado, contraria o parágrafo único do artigo 16, da Lei 12.016/2009, que determina: "Nos casos de competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, sendo assegurada a defesa oral na sessão do julgamento do mérito ou do pedido liminar. Parágrafo único. Da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar caberá agravo ao órgão competente do tribunal que integre."

A alternativa E está incorreta, pois encontra-se em desconformidade com a Lei do Mandado de Segurança (Lei n. 12.016/09), que dispõe sobre o cabimento de agravo contra decisão que concede ou denega liminar, vejamos: "Art. 16. Nos casos de competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, sendo assegurada a defesa oral na sessão do julgamento do mérito ou do pedido liminar. Parágrafo único. Da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar caberá agravo ao órgão competente do tribunal que integre."

QUESTÃO 74. Quanto aos meios de impugnação dos provimentos judiciais, assinale a alternativa correta

a) Da decisão que inadmite intervenção de terceiros cabe agravo de instrumento.

b) É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível, sendo, neste caso, desnecessário o requisito da repercussão geral.

c) Da decisão que exclui litisconsorte não cabe agravo de instrumento.

d) Não é cabível agravo de instrumento contra decisão que acolhe pedido de revogação de gratuidade da justiça.

e) É cabível reclamação em face de ato judicial não impugnado e transitado em julgado, que desrespeita decisão do STF.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão aborda o tema dos meios de impugnação dos provimentos judiciais.

A alternativa A está correta, pois encontra-se em conformidade com o Código de Processo Civil, que dispõe que, contra as decisões interlocutórias que inadmitirem intervenção de terceiros, caberá agravo de instrumento. Veja: "Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: IX – admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;".

A alternativa B está incorreta, pois encontra-se em desacordo com a Súmula 640 do STF, que prevê o cabimento de recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau em causas de alçada, desde que, distintamente do que afirma a alternativa, seja comprovada a existência de

controvérsia de natureza constitucional. Vejamos a Súmula 640, STF: "É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal." Nesta senda, é cabível o RE, mas não fica dispensado o requisito da repercussão geral, que tem fundamento constitucional, em seu art. 102, §3º, CF, vejamos: "Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: § 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Incluído pela EC 45/2004)".

A alternativa C está incorreta, pois contraria o Código de Processo Civil, que dispõe caber agravo de instrumento contra decisão que exclui litisconsorte, veja: "Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: (...) VII - exclusão de litisconsorte;".

A alternativa D está incorreta, pois contraria o Código de Processo Civil, que dispõe caber agravo de instrumento da decisão que acolher pedido de revogação da gratuidade da justiça, veja: "Art. 1015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;".

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Súmula 734 do STF, que veda o cabimento da reclamação no caso já tenha transitado em julgado o ato judicial que se alegue ter desrespeitado decisão do STF. Vejamos: "Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal."

QUESTÃO 75. Fornecedor contratado pela Administração Pública propõe ação de cobrança em face da Fazenda Estadual, instruída com recibo de entrega de mercadoria de forma a comprovar a obrigação inadimplida. Em âmbito administrativo verificou-se a inautenticidade do documento.

Nesse caso, é correto afirmar que

a) A Fazenda Pública não poderá requerer ao juiz que decida a alegação de falsidade como questão principal, eis que se trata de mero incidente.

b) A arguição de falsidade somente deve ser apresentada na fase probatória.

c) A falsidade deve ser obrigatoriamente alegada em incidente autônomo, a fim de que seja apreciada como questão prejudicial à contestação.

d) A falsidade deve ser suscitada na contestação fazendária.

e) Não cabe a alegação de falsidade.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão aborda o tema arguição de falsidade.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o art. 430, parágrafo único do CPC, que faculta à parte requerer ao juiz que este decida a arguição de falsidade como questão principal, veja: "Art. 430. A falsidade deve ser suscitada na contestação, na réplica ou no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos. Parágrafo único. Uma vez arguida, a falsidade será resolvida como questão incidental, salvo se a parte requerer que o juiz a decida como questão principal, nos termos do Inciso II do art. 19".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o art. 430, caput, do CPC, que determina que a arguição de falsidade deve ser apresentada na contestação, na réplica, que é a fase postulatória, ou no prazo de 15 dias da intimação da juntada do documento, que é a fase probatória. Veja: "Art. 430. A falsidade deve ser suscitada na contestação, na réplica ou no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos."

A alternativa C está incorreta, pois contraria o art. 430 do CPC, que determina que a arguição de falsidade deve ser apresentada na contestação, na réplica, no prazo de 15 dias da intimação da juntada do documento, ou ainda apreciada como questão principal, a pedido da parte. Veja: "Art. 430. A falsidade deve ser suscitada na contestação, na réplica ou no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos. Parágrafo único. Uma vez arguida, a falsidade será resolvida como questão incidental, salvo se a parte requerer que o juiz a decida como questão principal, nos termos do Inciso II do art. 19."

A alternativa D está correta, pois está em conformidade com o art. 430 do CPC. Como o documento falso instruiu a petição inicial, caberá à Fazenda Estadual alegar a falsidade na contestação, já que a falsidade deve ser arguida na primeira oportunidade em que a parte deva se manifestar. Vejamos: "Art. 430. A falsidade deve ser suscitada na contestação, na réplica ou no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos."

A alternativa C está incorreta, pois conforme acima explicitado, a alternativa contraria o art. 430 e seguintes do CPC, que tratam da arguição de falsidade e tornam possível a mesma, no caso em questão. Veja: "Art. 430. A falsidade deve ser suscitada na contestação, na réplica ou no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos. Parágrafo único. Uma vez arguida, a falsidade será resolvida como questão incidental, salvo se a parte requerer que o juiz a decida como questão principal, nos termos do Inciso II do art. 19".

QUESTÃO 76. Uma escola pública estadual vem sofrendo constante perigo à sua segurança, por conta de muro que ameaça desabar, bem como poluição sonora e atmosférica, sendo tudo isso causado por uma casa de baile vizinha. Estando presentes os requisitos para propositura de ação judicial e visando a proteção do patrimônio público, tem-se que a ação correta a ser proposta é:

a) Ação de manutenção na posse.

b) Ação de esbulho possessório.

c) Ação de reintegração na posse.

d) Ação de reivindicação da propriedade.

e) Ação de dano infecto.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão aborda o tema das ações possessórias.

A alternativa A está incorreta, pois, no caso apresentado, a escola permaneceu na posse do imóvel, havendo perigo à segurança dos indivíduos que lá transitam, além da perturbação sonora e atmosférica. A ação de manutenção de posse, diversamente, busca protegê-la contra quem venha perturbar a posse em si. Nas palavras de Wilson Valmir de Azevêdo: "[...] a turbação em sentido jurídico, decorre da prática de atos abusivos que podem afrontar direitos de outrem ensejando o impedimento do livre exercício da posse, sem, contudo, causar o efeito perda, conforme preceitua o artigo 1.210 do Código Civil. A turbação pode se manifestar por meio de diversos atos abusivos, tais como: a derrubada de uma cerca limítrofe, o trânsito de pessoas ou máquinas em propriedade alheia, o uso indevido de calçada e estacionamento privativo etc. [...]" (AZEVÊDO, Wilson Valmir de. Turbação, esbulho e ameaça. Significado e as ações correspondentes. Disponível em:<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/turbacao-esbulho-e-ameaca-significado-e-as-acoes- correspondentes/306775131>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2024.)

A alternativa B está incorreta, pois o esbulho possessório possui as seguintes características, distintas do caso em questão, e nas palavras de Wilson Valmir de Azevêdo: "[...] Quanto ao esbulho podemos definir como sendo um ato de terceiro que se apodera, ilegitimamente, da coisa alheia em decorrência de violência, clandestinidade e precariedade, são atos que importam na perda do direito da posse da coisa, estes atos se caracterizam pela força bruta, pelo desconhecimento do possuidor legítimo e pelo abuso de confiança daquele que recebe a coisa com a obrigação de restituí-la e não o faz, respectivamente [...].” O esbulho possessório enseja a reintegração da posse, nos termos do art. 560, CPC, vejamos: "O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho." (AZEVÊDO, Wilson Valmir de. Turbação, esbulho e ameaça. Significado e as ações correspondentes. Disponível em:<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/turbacao-esbulho-e-ameaca-significado-e-as-acoes- correspondentes/306775131>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2024.)

A alternativa C está incorreta, pois na ação de reintegração de posse o autor exercia o seu direito normalmente até ser privado da posse do bem, o que caracterizaria um esbulho possessório, que, por sua vez, enseja a reintegração da posse, nos termos do art. 560, CPC: "O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho." Não se adequaria, portanto, ao caso descrito na questão.

A alternativa D está incorreta, pois a propriedade do imóvel da escola não se encontra ameaçada no caso em questão. A ação de reivindicação da propriedade é exercida pelo proprietário, detentor do título/certidão do registro de imóveis, e visa, através do reconhecimento de seu direito de propriedade, a restituição da coisa pelo possuidor ou detentor dela, o que não é o caso exemplificado na questão. Nas palavras de Marcello Benevides: "[...] na ação reivindicatória, o indivíduo tem o título de propriedade, mas não a posse, que está sendo exercida por outra pessoa. Assim, caso a pessoa tenha o título de propriedade, mas não tenha a posse, ela deve ingressar com a ação reivindicatória, para que o possuidor saia do imóvel [...]". (BENEVIDES, Marcello. Ação reivindicatória: Como Funciona. Disponível em:

<https://marcellobenevides.com/acao-reivindicatoria/#E-_Acao_petitoria_reivindicatoria>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2024).

A alternativa E está correta, pois a ação de dano infecto é utilizada quando se tem justo receio de sofrer dano em uma propriedade, e sua finalidade é proteger o proprietário ou possuidor de riscos advindos do uso anômalo de propriedade vizinha. Ela tutela a segurança, a tranquilidade e a saúde dos ocupantes do imóvel e se fundamenta no artigo 1.277 do Código Civil, vejamos: "O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha." Para Washington de Barros Monteiro, a ação de dano infecto busca coibir: "[...] ofensas à segurança pessoal, ou dos bens, todos os atos que possam comprometer a estabilidade e a solidez do prédio, bem como a incolumidade de seus habitantes. (...) são ofensas ao sossego ruídos exagerados que perturbam ou molestam a tranquilidade dos moradores, como gritarias e desordens, diversões espalhafatosas, bailes perturbadores, atividades de discotecas ou danceterias, artes rumorosas, barulho ensurdecedor de indústria vizinha, emprego de alto-falantes de grande potência nas proximidades de casas residenciais para transmissões de programas radiofônicos ou televisivos e instalação de aparelhos de ar-condicionado ruidosos [...]", sendo precisamente o caso descrito no enunciado da questão. (MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Direito das Coisas. Editora Saraiva. 37ª edição. São Paulo, 2003, p. 135/136.)

QUESTÃO 77. Acerca do deslocamento de competência para a Justiça Federal em ação judicial em que a Fazenda Estadual faz parte da relação processual, é correto afirmar que:

I. A participação da União desloca obrigatoriamente o processo para Justiça Federal.

II. Nos casos de falência, a competência é deslocada, mas não nos casos de recuperação judicial.

III. A competência não é deslocada nos casos de insolvência civil.

IV. A competência não é deslocada nos casos de acidente do trabalho.

Está correto somente o contido em:

a) IV.

b) III e IV.

c) II e IV.

d) I.

e) II e III.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão aborda o tema deslocamento de competência para Justiça Federal.

O item I está incorreto, pois haverá o deslocamento da competência para a Justiça Federal nos casos em que a União seja parte ou interveniente; contudo, de acordo com o STJ, há a possibilidade da chamada "intervenção anômala" da União, prevista no art. 5º, parágrafo único da Lei 9469/97, que, segundo entendimento da Corte, não enseja o deslocamento da competência para a Justiça Federal. Veja trecho do julgado EREsp 1.265.625/SP, que trata do tema: "Outrossim, no que diz respeito à competência por ocasião da ocorrência da intervenção anômala, conforme entendimento desta Corte Superior, a intervenção anômala da União no processo não é causa para o deslocamento da competência para a Justiça Federal." (STJ. Corte Especial. EREsp 1.265.625/SP. Rel. Min. Francisco Falcão; Julg. 30/03/2022; DJE 01/08/2022).

O item II está incorreto, pois compete à Justiça Estadual julgar os casos de insolvência civil, mesmo que envolva a participação da União, de entidades autárquicas ou empresas públicas federais, conforme o art. 109, I, da CF, que expressamente exclui as causas de falência da competência da Justiça Federal. Veja: "Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;".

O item III está correto, pois ausente a previsão de deslocamento de competência para a Justiça Federal em casos de acidente de trabalho, ou seja, no rol elencado pelo art. 109 da CF.

O item IV está correto, pois o art. 109, I, da CF, expressamente exclui as causas de acidente de trabalho da competência da Justiça Federal. Veja: "Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;".

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando erradas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 78. Um policial militar do Estado de São Paulo, dirigindo em alta velocidade, colide a viatura contra um muro, danificando severamente o veículo. Instaurado procedimento administrativo militar é apurada a responsabilidade funcional, impondo o dever deste ressarcir o erário quanto ao valor gasto no reparo da viatura. Instado a fazê-lo, recusa-se. Manejada ação de cobrança pela PGE, o policial é condenado, e a ação transita em julgado. Deflagrado o cumprimento de sentença, o qual não resta impugnado pelo réu, inicia-se a fase de penhora e expropriação de bens. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

a) Quando a residência familiar do policial se constituir em imóvel rural, a impenhorabilidade restringir-se-á à sede de moradia, com os respectivos bens móveis.

b) A quantia depositada em caderneta de poupança do policial, em qualquer valor, pode ser penhorada, preferindo esta aos imóveis.

c) Por se tratar do policial militar, incide regra de lei estadual que o dispensa de reparar o dano.

d) Não se aplica a impenhorabilidade do bem de família, podendo o imóvel residencial do policial ser penhorado, eis que o dever de indenizar decorre de ato ilícito.

e) O veículo do policial é impenhorável, em qualquer circunstância, eis que se presume a utilização deste, para locomover-se ao serviço.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão aborda o tema penhora e expropriação de bens.

A alternativa A está correta, pois encontra-se de acordo com os diplomas normativos pátrios, que trazem como impenhoráveis, no caso do imóvel rural, a residência familiar. Veja o artigo 4º da Lei 8009, que traz a restrição da impenhorabilidade sobre a sede da moradia e seus bens móveis: "Art. 4º. Não se beneficiará do disposto nesta lei aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desfazendo-se ou não da moradia antiga. (...) § 2º Quando a residência familiar constituir-se em imóvel rural, a impenhorabilidade restringir-se-á à sede de moradia, com os respectivos bens móveis, e, nos casos do art. 5º, inciso XXVI, da Constituição, à área limitada como pequena propriedade rural."

A alternativa B está incorreta, pois contraria o Código de Processo Civil, que veda a penhora incidente sobre caderneta de poupança com valores de até 40 salários-mínimos. Vejamos: "Art. 833. São impenhoráveis: X - a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos;".

A alternativa C está incorreta, pois inexiste tal disposição legal. O dever de reparar o dano subsiste ao funcionário público, que deverá ressarcir a administração Pública. Sobre o tema, leciona Ricardo Marcondes Martins: “Se este não efetuar espontaneamente o pagamento, há duas possibilidades: (1) se o agente possuir patrimônio suficiente para saldar seu débito e este não for de diminuta quantia, deve a Administração proceder à inscrição na dívida ativa e ajuizar execução fiscal; (2) se o agente não possuir patrimônio suficiente ou se o débito for de pequena monta, deve a Administração proceder ao desconto da quantia na remuneração paga a ele; nesse caso o desconto deve limitar-se a uma percentagem que possibilite o adequado sustento do agente.” (MARTINS, Ricardo Marcondes. Efeitos dos vícios do ato administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 605).

A alternativa D está incorreta, pois o art. 3º da Lei 8009/90 traz a impenhorabilidade do bem de família como oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, e o rol de exceções a tal oponibilidade, que não incluem indenização por ato ilícito.

A alternativa E está incorreta, pois o veículo só será impenhorável caso haja prova de que ele é necessário ou útil ao exercício da profissão do executado, conforme art. 833, V, CPC, não sendo o caso do veículo do policial militar. Vejamos o dispositivo em questão: "Art. 833. São impenhoráveis: V - os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado;".

QUESTÃO 79. Acerca da competência para o cumprimento de sentença, é correto afirmar que

a) o cumprimento de sentença deverá ser distribuído livremente, cabendo ao juízo definir o local menos prejudicial ao executado.

b) somente pode ser proposto o cumprimento de sentença no local onde o devedor possuir bens, a fim de que possa ser garantida a eventual penhora ou hasta pública.

c) o cumprimento da sentença será efetuado perante os tribunais nas causas de sua competência originária.

d) sob pena de extinção da ação, por incompetência absoluta do juízo, o autor deverá obrigatoriamente distribuir o cumprimento de sentença perante o mesmo juízo que decidiu a causa em primeiro grau.

e) nas causas obrigacionais o cumprimento de sentença deverá ser processado exclusivamente no domicílio do executado.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão aborda o tema competência para cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta, pois, conforme o Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença não será distribuído livremente, sendo a competência, em regra, do juízo de primeiro grau que a proferiu, e sendo possível ao exequente optar pelo juízo do atual domicílio do executado ou onde se encontrem seus bens. Vejamos: "Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante: I - os tribunais, nas causas de sua competência originária; II - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição; III - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem."

A alternativa B está incorreta, pois contraria o art. 516 do CPC, que não restringe o cumprimento de sentença aos locais onde o devedor possua bens, sendo também possível que ocorra no juízo que decidiu a causa em primeiro grau. Vejamos: "Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante: I - os tribunais, nas causas de sua competência originária; II - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição; III - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem."

A alternativa C está correta, pois é o que prevê o art. 516, I, do CPC, que atribui aos Tribunais a competência para o cumprimento de sentença nos casos em que detenham competência originária; nesse caso o exequente não tem a possibilidade de optar pelo foro do domicílio do executado ou local de seus bens. Vejamos: "Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante: I - os tribunais, nas causas de sua competência originária;".

A alternativa D está incorreta, pois o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição é apenas um dos designados pela lei como competentes para o cumprimento de sentença. Vejamos: "Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante: I - os tribunais, nas causas de sua competência originária; II - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição; III - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem."

A alternativa E está incorreta, pois o Código de Processo Civil também prevê a possibilidade de execução no juízo em que tramitou a causa em primeiro grau bem como no local onde deva ser executada a obrigação. Vejamos: "Art. 516. (...) Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem."

QUESTÃO 80. Acerca da ação rescisória, é correto afirmar que

a) Se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova, somente o tribunal competente para a ação rescisória poderá conduzir a instrução processual.

b) Pode ser proposta exclusivamente por quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular.

c) A Fazenda Pública deve depositar a importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, como requisito essencial da petição inicial.

d) Reconhecida a incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória, o autor será intimado para emendar a petição inicial, a fim de adequar o seu objeto, quando a decisão apontada como rescindenda tiver sido substituída por decisão posterior.

e) Julgando o pedido procedente, o tribunal rescindirá a decisão, proferirá, se for o caso, novo julgamento e determinará que o valor originalmente depositado seja utilizado como custas judiciais.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão aborda o tema ação rescisória.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o Código de Processo Civil, que possibilita ao tribunal competente pelo julgamento da ação rescisória a delegação da instrução processual, caso os fatos alegados pelas partes necessitem de prova, ao órgão que proferiu a decisão rescindenda. Vejamos: "Art. 972. Se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova, o relator poderá delegar a competência ao órgão que proferiu a decisão rescindenda, fixando prazo de 1 (um) a 3 (três) meses para a devolução dos autos."

A alternativa B está incorreta, pois contraria o Código de Processo Civil, que atribui às partes do processo original, seus sucessores, aos terceiros interessados, àqueles que não foram ouvidos no processo, quando deveriam, e ao Ministério Público a proposição da ação rescisória. Vejamos: "Art. 967. Têm legitimidade para propor a ação rescisória: I – quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular; II – o terceiro juridicamente interessado; III – o Ministério Público: a) se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção; b) quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei; c) em outros casos em que se imponha sua atuação; IV - aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção."

A alternativa C está incorreta, pois o Código de Processo Civil incumbe ao autor o depósito de tal importância para que seja impetrada a ação rescisória, e não à Fazenda Pública, que se encontra dispensada do mesmo. Vejamos: "Art. 968. A petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 319, devendo o autor: II – depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente. §1º Não se aplica o disposto no inciso II à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, às suas respectivas autarquias e fundações de direito público, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos que tenham obtido o benefício de gratuidade da justiça."

A alternativa D está correta, pois está em conformidade com o Código de Processo Civil, que prevê, nos casos de incompetência do Tribunal para julgar a ação rescisória, quando a decisão apontada como rescindenda tiver sido substituída por decisão posterior, a intimação do autor, para que este emende a inicial. Vejamos: "Art. 968. A petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 319, devendo o autor: (...) §5º Reconhecida a incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória, o autor será intimado para emendar a petição inicial, a fim de adequar o objeto da ação rescisória, quando a decisão apontada como rescindenda: I – não tiver apreciado o mérito e não se enquadrar na situação prevista no § 2º do art. 966; II – tiver sido substituída por decisão posterior."

A alternativa E está incorreta, pois contraria o Código de Processo Civil, que determina que a importância previamente depositada, caso o pedido seja julgado procedente, seja restituída. Vejamos: "Art. 974. Caso o pedido formulado na ação rescisória seja julgado procedente, enfim, a decisão será rescindida, e o tribunal proferirá novo julgamento, se for o caso. Ainda, o tribunal determinará a restituição da importância de 5% sobre o valor da causa de que fala o inciso II do art. 968 do Novo CPC."

QUESTÃO 81. Em janeiro de 2024, uma autarquia estadual paulista, responsável pela gestão de um hospital público, celebrou contrato de gestão com uma organização social, com a finalidade de prestação de serviços específicos na área de saúde. Referida entidade estatal também possui contrato de terceirização com empresa privada, celebrado na mesma época, a qual é responsável pelas atividades de segurança patrimonial e de limpeza da unidade hospitalar. O quadro de pessoal da autarquia estadual

é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Tendo em vista o quadro hipotético narrado, é correto afirmar:

a) admite-se a responsabilização subsidiária da autarquia estadual pelo pagamento dos encargos trabalhistas devidos aos empregados da empresa terceirizada, caso caracterizado o contrato de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e a existência de falha na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais.

b) os empregados públicos integrantes do quadro de pessoal da autarquia, contratados após 1988, sem concurso público, ao terem os seus contratos de trabalho invalidados, possuem direito ao recebimento de saldo de salário, depósitos fundiários, 13° salário e férias.

c) a inconstitucionalidade da contratação de pessoal pela autarquia estadual sob o regime celetista, haja vista a previsão constitucional do regime jurídico único, permite a incidência transitória das regras do estatuto dos titulares de cargo efetivo, até a edição de ato legislativo específico para a cessação da mora legislativa.

d) a celebração do contrato de gestão com a organização social permite a responsabilização solidária da autarquia estadual pela existência de grupo econômico.

e) o contrato de gestão celebrado com a organização social é nulo, ao contrário da avença de prestação de serviços com a empresa privada, considerando que somente é legítima a terceirização das atividades-meio da entidade pública.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão trata do tema agentes públicos.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 121, § 2º, da Lei nº 14.133/2021: "§ 2º Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado."

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Súmula 363 do TST: "A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário-mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS."

A alternativa C está incorreta. De acordo com o julgamento da ADI 5615 pelo STF: "Constituição Federal não excluiu a possibilidade de ser adotado o regime de emprego público (celetista) para as autarquias". De acordo com voto do Ministro Alexandre de Moraes, tendo em vista que o artigo 39, da Constituição Federal, é norma de eficácia limitada, a "ausência da lei [estadual] instituidora de um único regime de servidores na Administração Direta, autárquica e fundacional, apesar de se mostrar como uma situação

constitucionalmente indesejável, não possui o condão de censurar as normas [específicas] que estipularem um ou outro regime enquanto perdurar essa situação de mora legislativa".

Ademais, de acordo com a Súmula 243 do TST: "Exceto na hipótese de previsão contratual ou legal expressa, a opção do funcionário público pelo regime trabalhista implica a renúncia dos direitos inerentes ao regime estatutário."

A alternativa D está incorreta. De acordo com doutrina do professor Henrique Correia, o grupo econômico pressupõe a finalidade lucrativa: "Outro aspecto importante para caracterizar o grupo empresarial é a finalidade lucrativa, ou seja, o grupo deve exercer atividade econômica. Assim, a união de pessoas jurídicas que não exploram atividade econômica, por exemplo, hospital universitário e faculdade de medicina, não acarretará a formação de grupo econômico" (CORREIA, Henrique. Curso de Direito do Trabalho).

Já as Organizações Sociais, por natureza, não possuem finalidade lucrativa. Conforme art. 2º da Lei nº 9.637/98: "São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior se habilitem à qualificação como organização social: (...) b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;"

A alternativa E está incorreta. No bojo da ADI 1923, o STF declarou válidos os contratos de gestão. Vejamos: "(...) 12. A figura do contrato de gestão configura hipótese de convênio, por consubstanciar a conjugação de esforços com plena harmonia entre as posições subjetivas, que buscam um negócio verdadeiramente associativo, e não comutativo, para o atingimento de um objetivo comum aos interessados: a realização de serviços de saúde, educação, cultura, desporto e lazer, meio ambiente e ciência e tecnologia, razão pela qual se encontram fora do âmbito de incidência do art. 37, XXI, da CF. (...) 20. Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido é julgado parcialmente procedente, para conferir interpretação conforme à Constituição à Lei nº 9.637/98 e ao art. 24, XXIV, da Lei nº 8666/93, incluído pela Lei nº 9.648/98, para que: (...) (ii) a celebração do contrato de gestão seja conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF;"

QUESTÃO 82. Sobre o regime normativo aplicável a acordos e convenções coletivas celebrados pelas pessoas jurídicas de direito público, é correto afirmar:

a) são válidos os acordos e as convenções coletivas celebrados que estabeleçam cláusulas sociais despidas de impactos financeiro e orçamentário.

b) resta legítima a concessão de aumento remuneratório aos empregados públicos por meio de negociação coletiva, desde que haja previsão orçamentária específica.

c) podem ser objeto de negociação coletiva cláusulas assecuratórias de estabilidade no emprego público, tal como o impedimento da demissão arbitrária por conta de concessão de aposentadoria programada (idade ou tempo de contribuição).

d) é juridicamente viável a implantação da jornada de 12 x 36 horas aos empregados públicos por meio de instrumento coletivo ou de ato regulamentar do ente público contratante.

e) poderá ser criado, por meio de negociação coletiva, banco de horas para a compensação do labor em sobrejornada, desde que, no período máximo de 24 meses, as horas acumuladas não excedam à soma das jornadas laborais semanais de trabalho previstas nem ultrapassem o limite de 10 horas diárias.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão trata do tema acordos e convenções coletivas.

A alternativa A está correta. De acordo com a OJ 5 da SDC do TST: "DISSÍDIO COLETIVO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. POSSIBILIDADE JURÍDICA. CLÁUSULA DE NATUREZA SOCIAL. Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social."

A alternativa B está incorreta. Não é possível conceder aumento a empregados públicos, por meio de negociação coletiva. De acordo com a OJ 5 da SDC do TST: "DISSÍDIO COLETIVO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. POSSIBILIDADE JURÍDICA. CLÁUSULA DE NATUREZA SOCIAL. Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social."

A alternativa C está incorreta. Estabilidade não pode ser concedida excepcionalmente, tendo em vista letra do § 14 do art. 37 da CF. Vejamos: "§ 14. A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição."

A alternativa D está incorreta. A jornada 12x36 deve ser estabelecida por convenção coletiva, acordo coletivo ou via acordo escrito individual. De acordo com art. 59-A da CLT: "Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação."

A alternativa E está incorreta. O banco de horas poderá ser, no máximo, anual. De acordo com 59, § 2º, da CLT: "§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias."

QUESTÃO 83. No que diz respeito à rescisão do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

a) Os empregados públicos admitidos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 podem ser demitidos por meio de ato motivado da autoridade competente.

b) A rescisão do contrato de trabalho por mútuo acordo importa no pagamento de metade da multa incidente sobre o saldo do depósito do FGTS, bem como a integralidade do aviso prévio, se indenizado, e das demais verbas trabalhistas devidas.

c) É válida a previsão de cláusula de quitação geral de verbas trabalhistas em plano de demissão voluntária ou incentivada, alocada em acordo ou convenção coletiva.

d) Nos contratos de trabalho por prazo determinado, a despedida feita pelo empregador, sem justa causa, enseja o pagamento ao empregado de um terço da remuneração a que este teria direito até o termo do contrato.

e) São estáveis no serviço público os empregados admitidos antes da Constituição Federal de 1988, desde que contassem, no momento da promulgação da Carta Constitucional, com três anos de serviço público continuado, admitida a sua demissão mediante processo administrativo disciplinar antecedente.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão trata do tema rescisão do contrato de trabalho

A alternativa A está incorreta. Apenas os empregados públicos (celetistas) admitidos após a promulgação da EC 19/1998 é que podem ser demitidos por meio de ato motivado da autoridade competente. Aqueles empregados públicos que foram admitidos após a promulgação da CF/88, mas que, quando da modificação do art. 41 pela EC 19/98, já haviam cumprido seu estágio probatório, são estáveis e somente poderiam ser demitidos nas hipóteses do atual art. 41, § 1º da CF.

Veja o texto original do art. 41 da CF: “Art. 41. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público. § 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa. § 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade. § 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.”

Agora, veja texto do art. 41 após modificações da EC 19/98: “Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. § 1º O servidor público estável só perderá o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. § 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. § 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado

aproveitamento em outro cargo. § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade."

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 484-A da CLT: "Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas: I - por metade: a) o aviso prévio, se indenizado; e b) a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1º do art. 18 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990."

A alternativa C está correta. De acordo com Tema 152 de Repercussão Geral do STF: "A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho, em razão de adesão voluntária do empregado a plano de dispensa incentivada, enseja quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas objeto do contrato de emprego, caso essa condição tenha constado expressamente do acordo coletivo que aprovou o plano, bem como dos demais instrumentos celebrados com o empregado."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 479 da CLT: "Art. 479. Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato."

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 19 do ADCT: "Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público."

QUESTÃO 84. Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que expressa o enunciado verdadeiro.

a) É possível o pagamento cumulado do adicional de insalubridade e periculosidade, quando a mesma atividade sujeitar o empregado a exposição a agentes insalubres e situações perigosas previstas em lei, tendo em vista a previsão contida no artigo 7°, XXIII, da Constituição Federal.

b) O empregado público em comissão equipara-se, para fins de controle de jornada, ao contratado para cargo de gerência ou administração de empresas privadas.

c) Viola as regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho a criação de plano de carreira que preveja a evolução profissional por critério exclusivo de merecimento, editado após a Lei Federal nº 13.467/2017.

d) O teto constitucional previsto no artigo 37, XI, da Constituição Federal aplica-se à remuneração principal dos empregados públicos das empresas estatais não dependentes, ressalvadas as distribuições de lucros/resultados e os abonos de produtividade.

e) Aplicam-se aos empregados públicos os pisos salariais profissionais fixados por meio de lei de caráter nacional, admitido o seu estabelecimento em valor fixo, bem como em percentuais do salário-mínimo, anualmente reajustável.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão trata de vários entendimentos jurisprudenciais do TST e do STF acerca do direito do trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com Tema 17 de Recurso de Revista Repetitivo: "A SBDI-I, em sua composição plena, por maioria, definiu a seguinte tese jurídica para o Tema Repetitivo nº 0017 – CUMULAÇÃO DE ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E DE INSALUBRIDADE AMPARADOS EM FATOS GERADORES DISTINTOS E AUTÔNOMOS: o art. 193, § 2º, da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal e veda a cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, ainda que decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos. (...)"

A alternativa B está correta. De acordo com precedentes do TST: "AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMADO - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - PRELIMINAR DE NULIDADE DO DESPACHO DENEGATÓRIO - INCOMPETÊNCIA O Juízo de admissibilidade do Recurso de Revista é feito pelos órgãos a quo e ad quem , e o pronunciamento do primeiro não gera preclusão para o segundo, que tem o poder-dever de examinar o recurso. Dessa forma, não há falar em usurpação da competência desta Corte. HORAS EXTRAS - OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO CONTRATADO SOB O REGIME DA CLT 1. Consoante o art. 37, V, da Constituição, os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Pública. 2. Nesses termos, aplica-se a previsão do art. 62, II, da CLT, porquanto o ocupante de cargo em comissão está em situação análoga à de gerente, incompatível com a fixação de jornada e o consequente direito às horas extras. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (TST - AIRR: 5821420145200006, Relator: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Data de Julgamento: 27/04/2016, 8ª Turma, Data de Publicação: 29/04/2016)

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 461, §§ 2º e 3º, da CLT: "Art. 461, CLT. (...) § 2º Os dispositivos deste artigo não prevalecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público. § 3º No caso do § 2º deste artigo, as promoções poderão ser feitas por merecimento e por antiguidade, ou por apenas um destes critérios, dentro de cada categoria profissional."

A alternativa D está incorreta. O teto não se aplica às não dependentes. De acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento da ADI 6584: "O teto constitucional remuneratório não incide sobre os salários pagos por empresas públicas e sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que não recebam recursos da Fazenda Pública. STF. Plenário. ADI 6584/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 21/5/2021."

A alternativa E está incorreta. De acordo com precedentes do TST: "RECURSO DE EMBARGOS. ENGENHEIRO. PISO SALARIAL. EMPREGADO PÚBLICO. ADPF 53. A jurisprudência do c. TST, a teor da Orientação Jurisprudencial 71 da c. SDI admite que a estipulação do salário profissional em múltiplos do salário-mínimo não afronta o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, só incorrendo em vulneração do referido preceito constitucional a fixação de correção automática do salário pelo reajuste do salário-mínimo. Em decisão publicada em 18/3/2022 o e. STF, no julgamento da ADPF firmou tese no sentido de atribuir interpretação conforme a Constituição ao art. 5º da Lei nº 4.950-A/1966, com o congelamento da base de cálculo prevista em tal dispositivo, de modo a inviabilizar posteriores

reajustes automáticos com base na variação do salário-mínimo. De tal modo, julgou parcialmente procedentes os pedidos, a adotar o critério de congelar a base de cálculo dos pisos profissionais fixados na norma, adotando como marco temporal a data da publicação da ata de julgamento da ADPF 53. A v. decisão alcança os contratos de trabalho em face das "relações de emprego regidas, enquanto tais, pela Consolidação das Leis do Trabalho, tanto nas empresas privadas quanto nos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (ADPF 53). Embargos conhecidos e parcialmente providos." (TST - E-ED-Ag-ARR: 00112296020155030021, Relator: Aloysio Correa Da Veiga, Data de Julgamento: 17/11/2022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: 02/12/2022)

QUESTÃO 85. A categoria dos agentes socioeducativos estaduais, contratados sob o regime celetista, responsável pela segurança das unidades de acolhimento de menores infratores, entrou em processo de greve, com a interrupção parcial da prestação de serviço público. Foi ajuizado pelo sindicato da categoria profissional dissídio coletivo de natureza econômica, com a finalidade de fixação de reajuste do auxílio alimentação. Sobre o caso hipotético narrado, é correto afirmar:

a) a greve é legítima, desde que mantida a prestação de serviço por parte dos servidores em nível suficiente ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

b) a competência para julgamento do dissídio coletivo de greve, bem como da eventual abusividade do movimento paredista, é da Justiça do Trabalho.

c) os agentes públicos que aderiram ao movimento de greve terão o contrato de trabalho suspenso, sendo vedado, contudo, o desconto de salários nesse período.

d) é viável a propositura do dissídio coletivo de caráter econômico pelo sindicato da categoria profissional, independentemente da aquiescência do Poder Público, quando frustrada a negociação coletiva ou a arbitragem.

e) a greve é irregular, considerando a proibição constitucional de paralisação dos agentes estatais da área de segurança pública.

Comentários

A alternativa apontada correta pelo gabarito preliminar da banca foi letra E, mas entende-se que a alternativa correta é a letra A. Expliquemos.

A questão trata do tema greve.

A alternativa A está correta. De acordo com jurisprudência do TST: "DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. RECURSO ORDINÁRIO DA FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/ SP E REMESSA NECESSÁRIA. PROCESSO ANTERIOR À LEI

13.467/2017. 1. ABUSIVIDADE DO MOVIMENTO PAREDISTA. A Constituição apresenta limitações ao direito de exercício de greve, como a que diz respeito à noção de serviços ou atividades essenciais. Nesse segmento destacado, cujo rol compete à lei definir, caberá a esta também dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade (art. 9º, § 1º da CF). Com isso, a Constituição firma qualificativo circunstancial importante na realização dos movimentos paredistas: os serviços ou atividades essenciais. Concretizado o movimento nesse âmbito diferenciado, seus condutores deverão atentar para o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Ou seja: a Constituição não proíbe a greve em tais segmentos (ao contrário do que já ocorreu em tempos anteriores da história do País); mas cria para o movimento paredista imperiosos condicionamentos, em vista das necessidades inadiáveis da comunidade. (...) (TST - ReeNec e RO: 10010821420165020000, Relator: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 11/06/2018, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: DEJT 18/06/2018).”

Tomando por base o mesmo entendimento acima colacionado, a alternativa E fica incorreta. A título de reforço, importante destacar que, em junho de 2023, a greve dos agentes socioeducativos da Fundação Casa foi considerada não abusiva, o que exclui a tese de que ela seria irregular em sua essência. No julgamento (Processo nº 1010349-63.2023.5.02.0000), por unanimidade, a Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do TRT-2 declarou não abusiva a paralisação de trabalhadores da Fundação Casa, determinou a volta imediata ao trabalho e aplicou reajuste de 6% à categoria (incidentes em vale-alimentação, vale-refeição, auxílio-creche e auxílio-funeral). Seguindo voto da desembargadora-relatora, Catarina von Zuben, o colegiado concluiu pelo cumprimento integral da liminar concedida pela Justiça que determinava contingente mínimo de 80% de pessoal durante a greve. Os julgadores também entenderam que todas as vias de negociação foram respeitadas pelos trabalhadores.

QUESTÃO 86. Sobre as disposições legais relativas ao Processo do Trabalho, é correto afirmar:

a) nos processos de alçada, a sentença é irrecorrível, salvo violação da Constituição Federal ou da jurisprudência notória e iterativa do Tribunal Superior do Trabalho.

b) ausente o reclamado na audiência inaugural, é possível o recebimento da contestação e dos documentos apresentados, se presente o advogado da causa.

c) a exceção de incompetência territorial deve ser alegada como preliminar de contestação.

d) a Fazenda Pública goza do prazo mínimo de 20 dias úteis de antecedência para a realização da audiência inaugural e apresentação de defesa, cujo termo inicial é a data da própria notificação, quando a ciência da existência do processo é realizada por intermédio de oficial de justiça ou por meio eletrônico.

e) a concessão de tutela de urgência ou de evidência no corpo da sentença é combatível por meio da impetração de mandado de segurança dirigido ao Tribunal Regional do Trabalho competente.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão trata do tema audiência no processo do trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 2º, § 4º, da Lei nº 5.584/70: "§ 4º - Salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios da alçada a que se refere o parágrafo anterior, considerado, para esse fim, o valor do salário-mínimo à data do ajuizamento da ação."

A alternativa B está correta. De acordo com art. 844, § 5º, da CLT: "§ 5º Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 800 da CLT: "Art. 800. Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo."

A alternativa D está incorreta. De fato, o prazo para a fazenda será de 20 dias úteis, de acordo com art. 1º, II, do DL 779: "Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica: II - o quádruplo do prazo fixado no artigo 841, "in fine", da Consolidação das Leis do Trabalho;"

No entanto, de acordo com art. 775 da CLT: "Art. 775. Os prazos estabelecidos neste Título serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento". Portanto, o termo inicial não é a data da própria notificação.

A alternativa E está incorreta. De acordo com Súmula 414, I, do TST: "MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (OU LIMINAR) CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA. I - A antecipação da tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso. (...)".

QUESTÃO 87. Houve alteração significativa das incumbências da Justiça do Trabalho quando da promulgação da Emenda Constitucional n° 45/2004, com a constitucionalização de diversas situações novas e de hipóteses de atuação antes presentes somente na legislação ordinária. Desde então, o Supremo Tribunal Federal tem analisado com profundidade esse rol de competências, com o estabelecimento de algumas exceções e limitações. Sobre esses precedentes, é possível afirmar com correção que:

a) compete excepcionalmente à Justiça do Trabalho o julgamento das ações penais relativas aos crimes de desobediência praticados no âmbito das ações trabalhistas.

b) é da competência da Justiça do Trabalho o julgamento das causas em que se discute a legalidade de atos praticados na fase pré-contratual de concursos públicos.

c) compete à Justiça do Trabalho o julgamento das lides propostas por empregados públicos em que se pleiteiam parcelas remuneratórias previstas na legislação administrativa e na CLT.

d) é de atribuição da Justiça Comum estadual ou federal o julgamento das lides ajuizadas contra entidades privadas de previdência com o propósito de obter complementação de aposentadoria.

e) compete à Justiça do Trabalho julgar as causas relativas aos servidores contratados para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão trata do tema competência na justiça do trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com entendimento consolidado do STF no julgamento da ADI 3684, a Justiça do Trabalho não tem competência para julgar ações penais: "Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Art. 114, I, IV e IX, da CF, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004. 3. Competência Criminal da Justiça do Trabalho. Inexistência. 4. Medida cautelar deferida pelo Plenário e confirmada no julgamento de mérito. 5. Interpretação conforme ao disposto no art. 114, I, IV e IX, da Constituição da República, de modo a afastar a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ações penais. 6. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente."

A alternativa B está incorreta. Tal competência é da Justiça Comum, conforme fixado pelo STF no Tema 992 de repercussão geral: "Compete à Justiça Comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoas, salvo quando a sentença de mérito tiver sido proferida antes de 6 de junho de 2018, situação em que, até o trânsito em julgado e a sua execução, a competência continuará a ser da Justiça do Trabalho."

A alternativa C está incorreta. De acordo com tese fixada pelo STF no Tema 1143 de repercussão geral: "1. A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa."

A alternativa D está correta. De acordo com tese fixada pelo STF no Tema 190 de repercussão geral: "Compete à Justiça comum o processamento de demandas ajuizadas contra entidades privadas de previdência com o propósito de obter complementação de aposentadoria, mantendo-se na Justiça Federal do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, todas as causas dessa espécie em que houver sido proferida sentença de mérito até 20/2/2013.

A alternativa E está incorreta. É competência da Justiça Comum. De acordo com entendimento fixado pelo STF no julgamento da Rcl 4351 MC-AgR/PE: "A justiça comum é competente para processar e julgar causas em que se discuta a validade de vínculo jurídico-administrativo entre o poder público e servidores temporários. (STF. Plenário. Rcl 4351 MC-AgR/PE, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o acórdão Min. Dias Toffoli, julgado em 11/11/2015)".

QUESTÃO 88. Acerca do regramento legal e jurisprudencial dos recursos na Justiça do Trabalho, é correto afirmar:

a) compete à parte zelar pela completude do despacho denegatório de recurso de revista, devendo opor embargos de declaração para sanar eventual omissão em seu conteúdo, sob pena de preclusão da discussão da matéria não apreciada.

b) verificada a nulidade da sentença por ausência de produção de prova pericial, é possível ao Tribunal julgar o mérito do recurso ordinário pela aplicação da teoria da causa madura.

c) a decisão monocrática do relator que reconhece a ausência de transcendência do agravo de instrumento em recurso de revista não é passível de recurso.

d) o agravo de petição exige, para fins de conhecimento, a delimitação dos valores impugnados, mesmo quando a discussão do mérito do recurso for eminentemente jurídica.

e) a decisão que concede a segurança em writ impetrado junto ao Tribunal Regional do Trabalho somente é passível de reforma por meio da interposição de recurso de revista.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão trata do tema recursos na justiça do trabalho.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 1º da IN 40 do TST: "Art. 1° Admitido apenas parcialmente o recurso de revista, constitui ônus da parte impugnar, mediante agravo de instrumento, o capítulo denegatório da decisão, sob pena de preclusão."

A alternativa B está incorreta. Neste caso, o processo retorna à primeira instância para realização da prova pericial. Veja exemplo: "PROVA PERICIAL. MATÉRIA NÃO ESCLARECIDA. AUSÊNCIA DE RESPOSTA CONCLUSIVA DE QUESITOS. INDEFERIMENTO DE NOVOS ESCLARECIMENTOS. NÃO REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. NULIDADE. OCORRÊNCIA. Quando as matérias objeto da lide e da prova pericial não estão suficientemente esclarecidas, e o juiz indefere a realização de nova perícia e até mesmo a prestação de outros esclarecimentos pelo perito, caracteriza-se nulidade por cerceamento de defesa, sendo necessária a realização de nova perícia. Inteligência dos artigos 473, II e IV, 477, § 2º, I, e 480, todos do CPC, de aplicação subsidiária. Preliminar de cerceamento de defesa acolhida para anular a sentença e determinar a reabertura da instrução processual, com realização de nova perícia por outro perito. (TRT-2 10022042520175020001 SP, Relator: BENEDITO VALENTINI, 12ª Turma - Cadeira 4, Data de Publicação: 28/08/2020)."

A alternativa C está incorreta. O art. 896-A, § 5º, da CLT, foi julgado inconstitucional pelo Pleno do TST (ArgInc-1000845-52.2016.5.02.0461) , por violar o princípio da reserva de plenário. Veja o que determinava o dispositivo: "§ 5º É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria."

A alternativa D está incorreta. Não há tal exigência no caso de a discussão do mérito do recurso ser eminentemente jurídica. Veja decisão do TRT-3, neste sentido: "AGRAVO DE PETIÇÃO. MATÉRIA EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO. DESNECESSIDADE DE DELIMITAÇÃO DE VALORES. Versando o agravo de petição sobre matéria exclusivamente de direito, não há que se falar em delimitação de valores, na forma do art. 897, § 1º, da CLT. (TRT-3 - APPS: 00101040820205030110 MG 0010104-

08.2020.5.03.0110, Relator: Alexandre Wagner de Morais Albuquerque, Data de Julgamento: 26/11/2021, Quinta Turma, Data de Publicação: 29/11/2021.)"

A título de esclarecimento, acompanhe texto do art. 897, § 1º, da CLT: "§ 1º - O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença."

A alternativa E está incorreta. Se a competência é originária de TRT, o recurso irá para o TST por RO. De acordo com art. 895, II, da CLT: "Art. 895 - Cabe recurso ordinário para a instância superior: II - das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos."

QUESTÃO 89. Um empregado público estadual de certa autarquia obteve em ação judicial o direito à aplicação de reajustes remuneratórios conferidos por lei somente aos agentes estatais que laboram em órgão similar do ente federa-do, com base no princípio constitucional da isonomia, por ausência de plano de carreira próprio. Tempos depois, o Supremo Tribunal Federal julgou, em sede de recurso extraordinário com repercussão geral, que tal concessão de reajuste por meio de decisão judicial é inconstitucional. Haja vista o quadro hipotético apresentado, resta correta a seguinte afirmação:

a) a inexigibilidade do título judicial por inconstitucionalidade pode ser alegada a qualquer tempo da execução, mesmo após a sua extinção por sentença não mais passível de recurso.

b) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a decisão mostra-se inatacável por meio de ação rescisória, se o tema de fundo era de interpretação controvertida nos tribunais ao tempo da prolação da decisão.

c) a superveniência de lei estadual que regule a carreira do empregado público cessa os efeitos da decisão transitada em julgado, desde que atendido o princípio da irredutibilidade salarial.

d) é possível a rescisão desse julgado, ainda que tenha transitado no período de vigência do Código de Processo Civil de 1973, desde que a decisão em repercussão geral lhe seja posterior e seja ajuizada a ação rescisória no prazo de 2 anos, contados do encerramento definitivo do processo paradigma no STF.

e) se a decisão judicial que conferiu o reajuste passou em julgado antes do encerramento definitivo do processo paradigma no STF, o prazo de ajuizamento da ação rescisória, fundada nesse precedente, conta-se do trânsito em julgado do processo no qual constituído o título tido por inconstitucional.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão trata do tema ação rescisória no processo do trabalho.

De acordo com art. 535, III, e §§ 5º, 7º e 8º, do CPC: "Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30

(trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir: III - inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação; § 5º Para efeito do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal , em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso. § 7º A decisão do Supremo Tribunal Federal referida no § 5º deve ter sido proferida antes do trânsito em julgado da decisão exequenda. § 8º Se a decisão referida no § 5º for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

Utilizando por base os mesmos dispositivos legais acima colacionados, as alternativas A, B, D e E ficam incorretas.

Desta feita, correta a alternativa C: a superveniência de lei estadual que regule a carreira do empregado público cessa os efeitos da decisão transitada em julgado, desde que atendido o princípio da irredutibilidade salarial. A aplicação de reajustes remuneratórios conferidos ao empregado público por decisão judicial fundamentou-se na isonomia, por ausência de plano de carreira próprio. Sendo criado o plano de carreira próprio, a decisão judicial deve deixar de produzir efeitos, pois deixa de ser aplicável a isonomia, diante da legislação específica que passa a ser aplicável. No caso, a irredutibilidade salarial assegura que não haverá prejuízo ao trabalhador enquanto a remuneração devida em razão do novo plano de carreira seja inferior ao recebido por força da decisão judicial.

QUESTÃO 90. A delimitação jurídica dos princípios protetor e da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas sofreu grande alteração com a promulgação da Reforma Trabalhista de 2017, bem como pelas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal. Sobre essa realidade, é possível afirmar com correção que

a) a demissão em massa de trabalhadores prescinde de intervenção sindical prévia.

b) é possível a flexibilização das normas relativas à saúde, higiene e segurança do trabalho, por meio de instrumentos de negociação coletiva.

c) o regime contratual de emprego prevalece sobre outras formas de organização do trabalho, sendo irregulares as prestações de serviços intermediadas por meio de pessoas jurídicas (pejotização).

d) é considerado hiper suficiente o trabalhador que possua diploma de curso superior e receba salário igual ou superior a três vezes o teto de benefícios do RGPS, podendo pactuar as cláusulas do contrato de trabalho nos mesmos limites dos instrumentos de negociação coletiva.

e) é inconstitucional a previsão legal que permite o trabalho da gestante ou lactante em ambiente insalubre.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão trata do tema princípios em direito do trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com Tema 638 de Repercussão Geral do STF: "A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo."

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 611-B, XVII, da CLT: "Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: (...) XVII - normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;"

A alternativa C está incorreta. De acordo com entendimento consolidado pelo STF: "(...) 12. Considero, portanto, que o contrato de emprego não é a única forma de se estabelecerem relações de trabalho. Um mesmo mercado pode comportar alguns profissionais que sejam contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e outros profissionais cuja atuação tenha um caráter de eventualidade ou maior autonomia. Desse modo, são lícitos, ainda que para a execução da atividade-fim da empresa, os contratos de terceirização de mão de obra, pareceria, sociedade e de prestação de serviços por pessoa jurídica (pejotização), desde que o contrato seja real, isto é, de que não haja relação de emprego com a empresa tomadora do serviço, com subordinação, horário para cumprir e outras obrigações típicas do contrato trabalhista, hipótese em que se estaria fraudando a contratação." (Rcl 56.285/SP).

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 444, parágrafo único, da CLT: "Parágrafo único. A livre estipulação a que se refere o caput deste artigo aplica-se às hipóteses previstas no art. 611-A desta Consolidação, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos, no caso de empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

A alternativa E está correta. De acordo com decisão proferida pelo STF no julgamento da ADI 5938: "EMENTA: DIREITOS SOCIAIS. REFORMA TRABALHISTA. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À MATERNIDADE. PROTEÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER. DIREITO À SEGURANÇA NO EMPREGO. DIREITO À VIDA E À SAÚDE DA CRIANÇA. GARANTIA CONTRA A EXPOSIÇÃO DE GESTANTES E LACTANTES A ATIVIDADES INSALUBRES. 1. O conjunto dos Direitos sociais foi consagrado constitucionalmente como uma das espécies de direitos fundamentais, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado Democrático, pelo art. 1º, IV, da Constituição Federal. 2. A Constituição Federal proclama importantes direitos em seu artigo 6º, entre eles a proteção à maternidade, que é a ratio para inúmeros outros direitos sociais instrumentais, tais como a licença-gestante e o direito à segurança no emprego, a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, e redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. 3. A proteção contra a exposição da gestante e lactante a atividades insalubres caracteriza-se como importante direito social instrumental protetivo tanto da mulher quanto da criança, tratando-se de normas de salvaguarda dos direitos sociais da mulher e de efetivação de integral proteção ao recém-nascido, possibilitando seu pleno desenvolvimento, de maneira harmônica, segura e sem riscos decorrentes da exposição a ambiente insalubre (CF, art. 227). 4. A proteção à maternidade e a integral proteção à criança são direitos irrenunciáveis e não podem ser

afastados pelo desconhecimento, impossibilidade ou a própria negligência da gestante ou lactante em apresentar um atestado médico, sob pena de prejudicá-la e prejudicar o recém-nascido. 5. Ação Direta julgada procedente."

QUESTÃO 91. A respeito da proteção internacional dos direitos humanos e da proteção dos indivíduos e grupos vulneráveis, assinale a alternativa correta.

a) A solicitação para que o Estado adote medidas provisórias implica prejulgamento quanto à admissibilidade da comunicação perante o Comitê dos Direitos das Crianças.

b) A existência de uma declaração de estado de emergência configura motivo razoável para obstar a visita do Subcomitê de Prevenção da Tortura a um local de detenção.

c) A Convenção Internacional para a proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado adota uma perspectiva restritiva do conceito de reparação, com omissão quanto às garantias de não repetição.

d) A Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993 reconhece expressamente que os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados.

e) Ao conferir densidade normativa ao elemento da vulnerabilidade dos sujeitos protegidos, texto convencional autoriza o recebimento de comunicações anônimas pelo Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata do tema direitos humanos.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 6, parágrafo 2, da Convenção sobre os Direitos da Criança, a manifestação do Comitê quanto à adoção de medida provisória não constitui prejulgamento quanto à admissibilidade ou quanto ao mérito, que serão analisados separadamente.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 14, parágrafo 2, do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura, a declaração de estado de emergência não pode ser invocada por um Estado como óbice à visita por parte do Subcomitê de Prevenção ao local de detenção.

A alternativa C está incorreta. Conforme a definição constante do art. 2 da Convenção, desaparecimento forçado inclui atos de prisão, detenção, rapto e qualquer outra forma de privação da liberdade por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos com autorização, apoio ou aquiescência do Estado. O termo "qualquer outra forma de privação" torna o conceito amplo, e não restritivo, como afirma a alternativa.

A alternativa D está correta. A Declaração de Viena de 1993 traz previsão expressa no sentido de que os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 3 do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, as comunicações não podem ser anônimas.

QUESTÃO 92. A respeito da proteção regional dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

a) As especificidades que orientam os direitos humanos impedem a formulação e a apreciação de pedido de desistência no procedimento perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

b) Sob pena da Corte Interamericana de Direitos Humanos rejeitar a objeção relativa à falta de esgotamento de recursos internos, o Estado deve apresentar a referida preliminar durante o procedimento de admissibilidade perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

c) A ausência de um consenso interno nos Estados submetidos à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos impede o exercício da atividade consultiva em torno de determinada questão.

d) A Corte Interamericana de Direitos Humanos, intérprete última da Convenção Americana de Direitos Humanos, tem competência para emitir interpretações a respeito de todas as disposições da Convenção, salvo aquelas de natureza processual.

e) Por força da teoria da hierarquia dos tratados, a Corte Interamericana de Direitos Humanos poderá emitir pareceres sobre a compatibilidade das leis internas dos Estados-membros, salvo as de natureza constitucional, com a Convenção Americana ou com outros tratados de proteção dos direitos humanos nos Estados americanos.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata dos temas Corte e Comissão Interamericanas de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. O art. 41 do Regulamento da Comissão admite a desistência por parte do peticionário a qualquer momento, o que será analisado pela Comissão.

A alternativa B está correta. A Corte tem interpretação consolidada no sentido de que o Estado deve argumentar a falta de esgotamento de recursos internos em momento processual oportuno, que é a fase de admissibilidade do caso.

A alternativa C está incorreta. No procedimento de consulta à Corte há um prazo para que os possíveis interessados na aplicação da norma se manifestem, o que quer dizer que eles participam do procedimento de consulta. Não se exige consenso dos Estados para que se emita parecer consultivo.

A alternativa D está incorreta. A consulta pode se referir a norma de natureza processual, não existindo a exceção mencionada.

A alternativa E está incorreta. No caso García Rodriguez y Alpizar Ortíz a Corte determinou que o Estado do México adequasse sua Constituição às normas de Direitos Humanos da Convenção Americana de

Direitos Humanos. A noção de hierarquia do tratado é um instituto que se aplica ao direito interno dos Estados, não ao plano internacional, em que são analisadas as obrigações do Estado como um todo.

QUESTÃO 93. No que se refere às sentenças relacionadas ao Brasil no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

a) No caso Nova Favela Brasília, a Corte reconheceu que as vítimas estavam submetidas a padrões de discriminação estrutural e interseccional, haja vista a condição de pobreza estrutural e por se tratarem, em sua maioria, de meninas e mulheres afrodescendentes.

b) No caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde, a Corte concluiu que, em decorrência do dever geral de prevenção, um Estado é responsável por qualquer violação de direitos humanos cometida entre particulares dentro da sua jurisdição.

c) No caso Nogueira de Carvalho e outro, a Corte afirmou não poder conhecer do fato da morte de Gilson Nogueira de Carvalho, mas se declarou competente para examinar as ações e as omissões relacionadas com violações contínuas ou permanentes.

d) No caso Sales Pimenta, a Corte determinou a criação de um mecanismo para a reabertura de processos judiciais, salvo naqueles acobertados pela prescrição, quando, em uma sentença da Corte, se determinar a responsabilidade do Estado.

e) No caso Barbosa de Souza e outros, a Corte rejeitou o pedido de reparação para a adoção e a implementação de um protocolo nacional que estabeleça critérios para a investigação dos feminicídios.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema o Brasil perante Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. A Corte reconheceu padrão de discriminação estrutural, mas não interseccional. A maioria das vítimas no caso eram homens.

A alternativa B está incorreta. Exige-se que haja alguma ação ou omissão do Estado para que este seja responsabilidade por violação de direitos humanos cometida por particular. No caso concreto, a Corte decidiu que o Estado se omitiu em realizar ações efetivas para eliminar a prática de trabalho forçado, de tráfico de pessoas e de servidão por dívidas na Fazenda.

A alternativa C está correta. A Corte não pôde conhecer do fato relativo à morte de Gilson Nogueira de Carvalho em razão de se tratar de fato anterior ao reconhecimento da competência do Tribunal pelo Estado brasileiro. As violações de Direitos Humanos contínuas ou permanentes, no entanto, por se prolatar para além da data do reconhecimento da competência da Corte, estão submetidas ao seu exame.

A alternativa D está incorreta. A Corte reputou que a prescrição não pode servir de empecilho à investigação de violações de direitos humanos, já que a prescrição ocorre por omissão ilícita dos agentes

estatais. Assim, determinou a Corte que mesmo os casos em que tivesse havido prescrição estariam submetidos ao procedimento de reabertura.

A alternativa E está incorreta. A Corte determinou que se adotasse e implementasse um protocolo nacional para a investigação de feminicídios.

QUESTÃO 94. Em relação ao direito à igualdade, à identidade, à diferença e ao dever de antidiscriminação, é correto afirmar:

a) a proibição de discriminação com base na identidade de gênero é entendida não só em relação à identidade real ou percebida, mas igualmente em relação à identidade percebida de forma externa, salvo se essa percepção não corresponder à realidade.

b) na sentença do caso Garibaldi vs. Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou que o HIV é um motivo pelo qual está proibida a discriminação no marco do termo "outra condição social", previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos.

c) não se configura uma situação de discriminação quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico juridicamente protegido, ou a de colocá-las em desvantagem.

d) a cláusula geral de proteção contra a discriminação da Convenção Americana de Direitos Humanos é literal em relação ao termo idade, cuja tutela protetiva foi reforçada e aprimorada a partir de Convenção Interamericana específica para a proteção dos idosos.

e) no relatório de mérito do caso Neusa dos Santos Nascimento e outra, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recomendou ao Brasil a adoção de providências para exigir que empresas realizem nos processos de contratação a devida diligência em matéria de direitos humanos, especialmente sem qualquer discriminação em relação às mulheres afrodescendentes.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema discriminação.

A alternativa A está incorreta. A proteção à identidade de gênero independe da correspondência entre a percepção de identidade e a realidade externa. Admite-se que haja uma realidade interna distinta da externa.

A alternativa B está incorreta. O caso Garibaldi vs. Brasil se refere à não investigação de um caso de homicídio. Foi no caso Cuscul Pivaral vs. Guatemala que a Corte afirmou que a proibição de discriminação do portador de vírus HIV está inseria no conceito de "outra condição social" previsto no art. 1.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

A alternativa C está incorreta. Há discriminação indireta quando uma norma neutra causa impactos desproporcionais.

A alternativa D está incorreta. O conceito de idade constante da Convenção não é restritivo, mas amplo.

A alternativa E está correta. Trata-se da quarta recomendação da Comissão no caso: "4. Adotar marcos legislativos, de política pública ou de qualquer outra índole que exijam, promovam e orientem as empresas a realizar a devida diligência em matéria de direitos humanos dentro de seus processos de contratação de funcionários, particularmente a respeito do acesso ao emprego sem discriminação de mulheres afrodescendentes, em conformidade com os padrões com os padrões interamericanos aplicáveis."

QUESTÃO 95. A respeito da proteção dos direitos sexuais e reprodutivos, assinale a alternativa correta.

a) Na sentença do caso Gónzales e outras ("campo algodoeiro") vs. México, a Corte Interamericana reconheceu que o Estado não havia adotado as medidas adequadas para abordar atos de violência sexual no âmbito educacional, bem como não promoveu uma educação sobre direitos sexuais e reprodutivos.

b) Na Opinião Consultiva no 29/2022, a Corte Interamericana de Direitos Humanos afirmou que o Estado tem a obrigação reforçada de assegurar o acesso à saúde sexual e reprodutiva para as mulheres privadas de liberdade, o que não inclui o acesso à anticoncepção/contracepção de emergência para os casos de violência sexual.

c) Na sentença do caso Rodríguez Pacheco e outra vs. Venezuela, a Corte Interamericana de Direitos Humanos afirmou que há uma relação entre o direito à saúde sexual e reprodutiva e a ideia de autonomia e de liberdade reprodutiva, no sentido do direito de tomar decisões autônomas sobre o projeto de vida, o corpo e a saúde sexual e reprodutiva, livre de violência, coerção e discriminação.

d) Na Opinião Consultiva no 29/2022, a Corte Interamericana de Direitos Humanos deixou de garantir às pessoas trans privadas de liberdade os direitos à saúde reprodutiva, à terapia hormonal, bem como ao tratamento para a redesignação/reafirmação sexual, sob a justificativa das especificidades nacionais dos sistemas prisionais.

e) Na sentença do caso Escher e outros vs. Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos definiu a violência obstétrica como uma forma de violência baseada no gênero e proibida pelos tratados interamericanos de direitos humanos.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema proteção dos direitos sexuais e reprodutivos.

A alternativa A está incorreta. O caso Gónzales e outros vs. México se refere ao desaparecimento forçado de jovens, aos homicídios correspondentes e à ausência de promoção de investigação. Foi no caso "Guzmán Albarracín y otras vs. Ecuador" que a Corte se manifestou quanto ao dever do Estado de prestar educação contra a violência sexual.

A alternativa B está incorreta. O direito à saúde sexual inclui o acesso a meios anticoncepcionais ou contracepcionais nos casos de violência sexual, o que foi reconhecido na Opinião Consultiva.

A alternativa C está correta. A Corte entendeu que o direito à saúde sexual é parte do direito à saúde e deve ser garantido como forma de assegurar a autonomia da mulher.

A alternativa D está incorreta. Foi reconhecido o direito de mulheres trans a ter acesso a tratamento hormonal.

A alternativa E está incorreta. O caso Escher e outros vs. Brasil se refere à interferência policial indevida sobre atividades do MST. A violência obstétrica foi reconhecida no caso Brítez Arce e outros vs. Argentina.

QUESTÃO 96. Segundo as análises de Norberto Bobbio sobre as formas de Estado, desenvolvidas pelo autor na obra Estado, Governo, Sociedade, a diferença do Estado representativo diante do Estado estamental está no fato de que a representação por categorias ou corporativa é substituída pela representação

a) das comissões parlamentares, às quais se atribui poderes irrestritos.

b) das unidades federativas, às quais se reconhece relativa legitimidade.

c) de colegiados superiores, aos quais se atribui poderes públicos ilimitados.

d) dos indivíduos singulares, aos quais se reconhecem os direitos políticos.

e) das ligas de associações, às quais se outorga direitos políticos.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão aborda o tema diversas formas de Estado lecionada por Norberto Bobbio.

Conforme o autor, “a diferença do Estado representativo diante do Estado estamental está no fato de que a representação por categorias ou corporativa (hoje se diria representação de interesses) é substituída pela representação dos indivíduos singulares (num primeiro tempo somente os proprietários), aos quais se reconhecem os direitos políticos”, trecho retirado da página 152-153 do livro “Estado, Governo, Sociedade para uma teoria geral da política”.

As demais alternativas não encontram respaldo na doutrina do autor.

QUESTÃO 97. Michel Foucault, em seu curso no Collège de France de 1972-1973, intitulado A Sociedade punitiva, mais precisamente na aula de 21 de fevereiro de 1973, sintetiza aquilo a que chama “sociedade punitiva”, como sendo uma sociedade na qual o aparato judiciário desempenharia as seguintes funções:

a) corretivas e penitenciárias.

b) vingativas e dissipadoras.

c) arbitrárias e dissipadoras.

d) corretivas e arbitrárias.

e) vingativas e penitenciárias.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão aborda o tema a sociedade punitiva lecionada por Michel Foucault na aula 21 de fevereiro de 1973 no curso College de France.

Conforme o autor leciona, o conceito de sociedade punitiva seria uma "sociedade na qual o aparato estatal judiciário desempenha, ademais, funções corretivas e penitenciárias"

As demais alternativas não encontram respaldo na doutrina do autor.

QUESTÃO 98. Relativamente à teoria da "polissistemia simultânea", formulada por André-Jean Arnaud, é correto afirmar que se trata de uma teoria sociológica

a) que se baseia no pensamento de Karl Marx e que considera o direito como instrumento de dominação de classe a ser subvertido pelo proletariado.

b) que se insere no debate acerca do pluralismo jurídico, em consonância com as obras de autores como Georges Gurvitch.

c) que se insere no "Critical Legal Studies Movement", e que considera o direito como um instrumento de dominação política.

d) baseada no realismo escandinavo, especialmente na obra de Alf Ross.

e) baseada no monismo jurídico, especialmente na obra de Hans Kelsen.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão aborda o tema tratado no livro Direito, Globalização e Governança: uma abordagem a partir da perspectiva sociojurídica de André-Jean Arnaud.

Interpretando a obra do autor, o Professor Ihuru Assunção leciona que a teoria da polissistemia simultânea seria a conjunção de diversos sistemas em um só tempo e lugar, o que traz a ideia do pluralismo jurídico.

As demais alternativas não encontram respaldo na doutrina do autor.

QUESTÃO 99. É correto afirmar que o sociólogo alemão Niklas Luhmann, em sua obra O direito da sociedade, concebe o direito como um subsistema social

a) que compensa o seu fechamento cognitivo mediante a consistência do fundamento dogmático de suas decisões.

b) que, para produzir decisões justas, subordina-se a valores morais.

c) que, no que concerne à consecução de sua função, opera de maneira normativamente fechada e cognitivamente aberta.

d) sem abertura cognitiva, pois as suas operações são desenvolvidas autopoieticamente.

e) caracterizado por determinações políticas exógenas e, portanto, aberto tanto operativamente como cognitivamente.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão aborda o tema tratado no livro O Direito da Sociedade de Niklas Luhmann.

Interpretando a obra do autor, o Professor Ihuru Assunção leciona que o subsistema social opera de maneira normativamente fechada, com base nas regras por eles mesmos criadas, e cognitivamente aberta, pois se comunica com outros sistemas (inptus e outputs) mediante acoplamentos estruturais.

As demais alternativas não encontram respaldo na doutrina do autor.

QUESTÃO 100. É correto afirmar que, em sua obra Direita e Esquerda, relativamente à distinção entre igualdade e desigualdade, Norberto Bobbio sustenta que o conceito de igualdade é

a) relativo, na medida em que depende exclusivamente do consenso entre os povos.

b) relativo, na medida em que implica a consideração de variáveis que são essenciais à sua definição.

c) absoluto, na medida em que decorre do consenso natural entre os homens.

d) absoluto, pois se trata de uma decorrência do imperativo categórico, nos termos em que este foi definido por Jean-Jacques Rousseau.

e) absoluto, pois se trata de um valor transcendente que não depende de quaisquer variáveis.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão aborda o tema igualdade e desigualdade tratado na obra Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política por Norberto Bobbio.

Conforme o autor, "o conceito de igualdade é relativo, não absoluto. É relativo ao menos a três variáveis que precisam ser consideradas toda vez que se introduz o discurso sobre a maior ou menor desejabilidade, e/ou sobre a maior ou menor realizabilidade, da ideia de igualdade: a) os sujeitos entre os quais se trata de reparar os bens e os ônus; b) os bens e os ônus a serem repartidos; c) o critério com base no qual fazer a repartição", trecho retirado da página 112 do livro "Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política".

As demais alternativas não encontram respaldo na doutrina do autor.

PGE-RN

QUESTÃO 01. Lei estadual que cria a obrigatoriedade de equipar ônibus utilizados no serviço público de transporte coletivo com redutores de estresse para motoristas e cobradores será

a) inconstitucional, pois o tema deve ser regulado por lei complementar de competência exclusiva da União.

b) inconstitucional, pois o tema é da competência privativa da União.

c) constitucional, pois o tema é da competência concorrente dos entes da Federação.

d) constitucional, pois o tema é da competência comum dos entes federados.

e) constitucional, pois o tema é da competência dos estados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não há a exigência de lei complementar para tratar sobre a matéria.

A alternativa B está correta. Veja a Ementa da ADI 3.671: "Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei 3.680/2005 do Distrito Federal. 3. Obrigatoriedade de equipar os ônibus utilizados no serviço público de transporte coletivo com dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores. 4. Inconstitucionalidade. Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte bem como sobre direito do trabalho. 5. Medida cautelar concedida pelo Plenário do STF. 6. Precedentes. 7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (STF, ADI 3.671, Relator Min. Gilmar Mendes, Julgado 21/02/2020)."

No voto, inteiro teor do julgado, entenderam os ministros do STF que houve violação ao disposto nos artigos 22, I e XI, da Constituição Federal, vejamos: "Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; (...) XI - trânsito e transporte;"

Ainda é de se ressaltar, que a competência para tratar sobre transporte público municipal é do próprio município, como ratificou a decisão, nestes termos: "Art. 30. Compete aos Municípios: (...) V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;"

As demais hipóteses indicadas nas alternativas C, D e E estão incorretas, pois a norma é inconstitucional.

QUESTÃO 02. A escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União (TCU) é competência

a) privativa do Senado Federal.

b) exclusiva do Congresso Nacional.

c) exclusiva do Senado Federal.

d) privativa da Câmara dos Deputados.

e) exclusiva da Câmara dos Deputados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema competência do Congresso Nacional.

A alternativa B está correta. Conforme observa-se da Constituição Federal a escolha de ⅔ dos membros do TCU realmente é exclusiva do Congresso Nacional. Vejamos. "Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;"

Aparentemente, a questão tentou induzir o candidato a erro, uma vez que é competência privativa do Senado Federal aprovar a escolha de certas autoridades. Vejamos o texto constitucional: "Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: (...) III - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de: a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição; b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República; c) Governador de Território; d) Presidente e diretores do banco central; e) Procurador-Geral da República; f) titulares de outros cargos que a lei determinar;"

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, C, D e E não constam do texto do Art. 49, inciso XIII, da CF, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 03. Na apreciação, pelo TCU, da legalidade de atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, o contraditório e a ampla defesa

a) devem ser assegurados apenas no ato de reforma.

b) devem ser assegurados apenas no ato de pensão.

c) devem ser assegurados apenas no ato de aposentadoria.

d) devem ser assegurados nos três atos de concessão.

e) não serão assegurados em nenhum dos três atos de concessão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata do tema indicado na Súmula Vinculante n. 03, cobrando interpretação sobre o seu conteúdo.

A alternativa E está correta. Vamos ver o que diz o teor da Súmula Vinculante n. 03: "Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão."

Veja-se que não há contraditório e ampla defesa na apreciação de legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, por expressa determinação da súmula.

Além disso, é importante observar a tese de repercussão geral firmada sobre o tema, indicada no RE 636.553, rel. min. Gilmar Mendes, P, j. 19-2-2020, DJE 129 de 26-5-2020, que: "Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas. (...) a concessão de aposentadoria ou pensão constitui ato administrativo complexo, que somente se aperfeiçoa após o julgamento de sua legalidade pelo Tribunal de Contas. (...) por constituir exercício da competência constitucional de controle externo (art. 71, III, CF/88), tal ato ocorre sem a participação dos interessados e, portanto, sem a observância do contraditório e da ampla defesa. Nesse sentido, cito o teor da Súmula Vinculante 3 (...). No entanto, é preciso distinguir as hipóteses em que (1) o TCU anula as aposentadorias ou pensões por ele próprio já julgadas legais e registradas – nesse caso, há anulação de ato administrativo complexo aperfeiçoado – das outras em que (2) o TCU julga ilegais e nega registro às aposentadorias e pensões concedidas pelos órgãos da Administração Pública – atividade de controle externo realizada sem a audiência das partes interessadas (...)."

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, C e D não constam do texto da Súmula Vinculante n. 03. Não há contraditório e ampla defesa em relação à apreciação da legalidade destes atos, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 04. O município X sofreu intervenção estadual por ter deixado de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, em diferentes gestões, a dívida fundada.

Entretanto, a Constituição estadual apenas autoriza a intervenção nos casos em que o inadimplemento não esteja vinculado à gestão anterior.

Nessa situação hipotética, a intervenção estadual é

a) inconstitucional, cabendo ao constituinte estadual restringir a intervenção no município.

b) inconstitucional, pois é indevida a intervenção estadual em município por falta de pagamento de dívida fundada.

c) inconstitucional, pois é indevida a intervenção estadual em município por falta de pagamento de qualquer dívida.

d) constitucional, não cabendo ao constituinte estadual restringir a intervenção no município.

e) constitucional, pois é possível a intervenção estadual no município por qualquer dívida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema intervenção estadual no município.

Deve-se ter em mente que a intervenção de um ente federativo no outro, União em face dos Estados, Distrito Federal e Municípios de seus territórios, Estado em face de seus municípios visa assegurar o princípio do federalismo.

Nestes termos, estabelece a Constituição Federal que: "Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;"

Realizando a interpretação sobre o dispositivo constitucional, na ADI 6619, o STF fixou o seguinte entendimento, indicado na ementa do julgado: "Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Alínea "e" do art. 113 da Constituição do Estado de Rondônia. 3. Norma que estabelece hipótese de intervenção estadual no município para além do rol taxativo do art. 35 da Constituição. 4. Inconstitucionalidade. Violação dos arts. 18, 29 e 35 da Constituição. 5. Na linha da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a norma de constituição estadual que estabeleça hipótese de intervenção estadual no município inédita em relação ao rol taxativo do art. 35 da Constituição por violação do princípio da autonomia do ente federativo municipal. 6. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade da alínea "e" do art. 113 da Constituição do Estado de Rondônia. (STF, ADI 6.619, Relator Ministro Gilmar Mendes, Julgado em 24/10/2022)"

Assim, embora no corpo da ementa tenha sido dado ênfase ao fato da hipótese de constituição estadual que cria forma de intervenção do Estado no Município, no voto do relator, Ministro Gilmar Mendes, vê-se que não há possibilidade da Constituição Estadual de inovar na forma de intervenção a qualquer título, seja para restringir, seja para aumentar as hipóteses: "Em igual sentido, a jurisprudência desta Corte, há muito, pacificou-se no sentido de rejeitar normas estaduais que inovem quanto às possibilidades e ao procedimento de intervenção em município para além do modelo normativo dos arts. 35 e 36 da Constituição."

Ainda, citou-se o seguinte precedente e sua ementa: "Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Impugnação do inciso V do art. 91 da Constituição do Estado de Pernambuco. 3. Hipótese de intervenção em município para além da taxatividade assegurada no art. 35 da Constituição da República. Vulneração ao princípio da autonomia dos entes federados. Precedentes. 4. Ação direta de inconstitucionalidade procedente. (ADI 2917, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe 14.4.2020)"

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B e C estão incorretas por informarem que a intervenção seria inconstitucional. Por sua vez, a alternativa E está incorreta por informar que a intervenção pode-se dar por qualquer tipo de dívida.

QUESTÃO 05. Entre as competências constitucionais do Sistema Único de Saúde, está a de

a) reabilitar as pessoas com deficiência para o exercício das atividades profissionais.

b) tratar a incapacidade temporária para o trabalho, para o retorno às atividades laborais.

c) proteger a família, a infância e a velhice, independentemente da idade do idoso.

d) colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

e) proteger a maternidade, especialmente a gestante, em toda a fase de gestação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema competências constitucionais do SUS.

A questão tentou confundir o candidato ao misturar temas indicados na Lei do SUS com o previsto no artigo 200 da Constituição Federal. O examinador cobrou a literalidade do dispositivo constitucional.

Vejamos: "Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos; II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015) VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; VII - participar do controle e fiscalização da

produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho."

Assim, bastava o conhecimento do disposto no Art. 200, VIII, da Constituição Federal.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, C e E não constam do texto do Art. 200 da Constituição Federal.

QUESTÃO 06. Os estados da Federação atuarão prioritariamente no ensino

a) fundamental, somente.

b) médio e no superior.

c) fundamental e no médio.

d) médio, somente.

e) superior, somente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema competência para ações de Educação na Constituição.

O examinador limitou-se a exigir conhecimento sobre a literalidade do dispositivo constitucional. Vejamos o que diz o texto constitucional sobre as competências para prestação dos serviços de ensino.

"Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) § 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)"

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, D e E não constam do texto do Art. 211 da CF, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 07. No estado do Rio Grande do Norte, os direitos políticos do deputado estadual A foram suspensos, o deputado estadual B foi condenado criminalmente em sentença transitada em julgado e o deputado estadual C perdeu seus direitos políticos.

Nessa situação hipotética, segundo a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, a perda do mandato será decidida pela Mesa da Assembleia Legislativa em relação, apenas,

a) ao deputado A.

b) ao deputado B.

c) ao deputado C.

d) aos deputados A e C.

e) aos deputados B e C.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema poder legislativo.

De acordo com artigo 40 da CE/RN, os casos em que o deputado perde o mandato são os seguintes: "Art. 40. Perde o mandato o Deputado: I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior; II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar; III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa, salvo licença ou missão por esta autorizada; IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos; V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal ou nesta; VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado."

Logo, percebe-se que os 3 deputados (A, B e C) perderão seus mandatos.

Ocorre que tal perda será decidida pela Mesa da Assembleia Legislativa apenas nos casos dos incisos I, II e VI do artigo 40, conforme determina § 2º do mesmo artigo. Vejamos: "§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Assembleia Legislativa, por maioria absoluta e votação nominal, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional ou na própria Assembleia, assegurada ampla defesa."

Assim, apenas o deputado B terá a perda do mandato será decidida pela Mesa da Assembleia Legislativa, posto que se enquadra no inciso VI do artigo 40 ("sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado"). Os deputados A e C se enquadram no inciso IV do artigo 40 (perder ou ter suspensos os direitos políticos); portanto, não estão incluídos na determinação do § 2º.

Portanto, a alternativa correta é a letra B. Utilizando-se como base o mesmo dispositivo constitucional, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 08. Segundo a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, a alienação dos bens dos municípios, a qualquer título, dependerá de

a) prévio decreto municipal autorizativo, sem necessidade de licitação.

b) prévio decreto municipal autorizativo, com necessidade de licitação.

c) prévia autorização legislativa, sem necessidade de licitação.

d) prévio decreto municipal, após obtenção de autorização legislativa, sem necessidade de licitação.

e) prévia autorização legislativa, com necessidade de licitação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata do tema organização do estado.

De acordo com art. 23 da CE/RN: "Art. 23. A alienação, a qualquer título, de quaisquer espécies de bens dos Municípios, depende de prévia autorização legislativa e licitação."

Portanto, para alienação dos bens dos municípios, é necessário autorização legislativa + licitação.

Logo, a alternativa correta é a letra E. Utilizando-se como base o mesmo dispositivo constitucional, as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 09. Segundo a Lei Estadual nº 11.284/2022, todas as ações ou omissões sistêmicas, caracterizadas por normas, práticas, critério e padrões formais e não formais de diagnóstico e atendimento de natureza organizacional e institucional, pública e privada, decorrentes de preconceitos, racismo ou estereótipos, que resultem em discriminação e ausência de efetividade em prover e ofertar atividades e serviços qualificados às pessoas em razão da sua raça, cor, ascendência, cultura, religião, origem racial ou étnico-racial, são consideradas

a) racismo estrutural.

b) racismo religioso.

c) desigualdade étnico-racial.

d) racismo institucional.

e) discriminação étnico-racial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema igualdade étnico-racial.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 1º, § 1º, VI, da Lei Estadual 11.284/2022: "§ 1º Para fins desta Lei, considera-se: IV - racismo estrutural: todo o mecanismo de opressão enraizado na sociedade e que coloca em situação de disparidade os indivíduos que a integram, mediante a imposição de práticas econômicas, ideológicas, jurídicas, políticas, culturais, institucionais, históricas e interpessoais que criam privilégios para determinados grupos sociais e discriminação e desvantagens para outros em razão de sua raça ou etnia, impedindo que estes ascendam socialmente ou ocupem locais de poder e representação na sociedade;"

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 1º, § 1º, V, da Lei Estadual 11.284/2022: "§ 1º Para fins desta Lei, considera-se: V - racismo religioso: toda a distinção, exclusão, restrição ou preferência, incluindo-se qualquer manifestação individual, coletiva ou institucional de conteúdo depreciativo, baseada em religião, concepção religiosa, credo, profissão de fé, culto, práticas ou peculiaridades rituais ou litúrgicas e que provoque danos morais, materiais ou imateriais, atente contra os símbolos e valores das religiões de matriz africana e ameríndia, indígenas, juremeiras ou dos povos ciganos, e que fomente o ódio religioso ou menosprezo às religiões e seus adeptos;"

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 1º, § 1º, II, da Lei Estadual 11.284/2022: "§ 1º Para fins desta Lei, considera-se: II - desigualdade étnico-racial: toda a situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência, procedência nacional ou étnica;"

A alternativa D está correta. A definição dada pelo enunciado é justamente a de "racismo institucional". De acordo com art. 1º, § 1º, III, da Lei Estadual 11.284/2022: "§ 1º Para fins desta Lei, considera-se: III - racismo institucional: todas as ações ou omissões sistêmicas, caracterizadas por normas, práticas, critérios e padrões formais e não formais de diagnóstico e atendimento de natureza organizacional e institucional, pública e privada, resultantes de preconceitos, racismo ou estereótipos, que resultem em discriminação e ausência de efetividade em prover e ofertar atividades e serviços qualificados às pessoas em função da sua raça, cor, ascendência, cultura, religião, origem racial ou étnico-racial;"

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 1º, § 1º, I, da Lei Estadual 11.284/2022: "§ 1º Para fins desta Lei, considera-se: I - discriminação racial ou étnico-racial: toda a distinção, exclusão ou restrição baseada em raça, cor, descendência, procedência nacional ou étnico-racial que tenha por objetivo cercear o reconhecimento, o gozo ou o exercício em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em quaisquer outros segmentos da vida pública ou privada;"

QUESTÃO 10. No recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que à admissão do recurso seja examinada pelo tribunal, o qual somente pode dele não conhecer com base nesse

motivo pela manifestação de dois terços dos membros do órgão competente para o Julgamento. Nos termos da Constituição Federal de 1988, haverá essa relevância nos casos de ação

a) possessória, independentemente do valor.

b) de família, independentemente do valor.

c) tributária, a depender do valor.

d) penal.

e) de improbidade administrativa, a depender do valor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema Recursos Especiais.

A questão cobrou a literalidade da constituição, ao exigir do candidato o conhecimento sobre o que seria a relevância das questões de direito federal infraconstitucional para fins de interposição do Recurso Especial perante o STJ.

Observe que a matéria foi recentemente alterada pela Emenda Constitucional 125 de 2022. Vejamos o texto constitucional: "Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: (...) § 3º Haverá a relevância de que trata o § 2º deste artigo nos seguintes casos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022) I - ações penais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022) II - ações de improbidade administrativa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022) III - ações cujo valor da causa ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022) IV - ações que possam gerar inelegibilidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022) V - hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022) VI - outras hipóteses previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022)"

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, C e E não constam do texto do Art. 105, § 3º, da Constituição Federal, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 11. No que diz respeito ao princípio da razoabilidade, assinale a opção correta.

a) Não há relação entre o referido princípio e a necessidade de indicar os fundamentos dos atos administrativos.

b) Conquanto relevantes para a aferição de validade dos atos administrativos, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade não têm relação de conteúdo entre si.

c) A consideração dos fatos pelo administrador não é condição para o atendimento do princípio da razoabilidade.

d) Apesar de seu amplo reconhecimento na doutrina jurídica, o princípio da razoabilidade não tem fundamento normativo positivado.

e) Função importante do princípio da razoabilidade é permitir a verificação de que o ato administrativo atende ao interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema do princípio da razoabilidade.

A alternativa A está correta, uma vez que, de fato, condutas irrazoáveis não atendem ao interesse público, de modo que a verificação de atendimento do princípio da razoabilidade permite que se afira se o ato satisfaz a finalidade coletiva.

A alternativa B está incorreta, uma vez que os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade possuem, sim, relação de conteúdo entre si, a ponto de serem considerados como postulados fungíveis pelo próprio STF.

A alternativa C está incorreta, eis que a providência adotada pelo administrador deve se mostrar adequada aos fatos que lhe dão suporte, assim como ao senso comum, sob pena de inobservância do princípio da razoabilidade.

A alternativa D está incorreta, porquanto o princípio da razoabilidade encontra-se positivado em mais de um diploma normativo, como é o caso do art. 2º, caput, da Lei 9.784/99, segundo o qual "A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência."

A alternativa E está incorreta, pois é a partir da exposição dos fundamentos dos atos administrativos que se pode avaliar o atendimento do princípio da razoabilidade.

QUESTÃO 12. Acerca dos atributos dos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

I. Uma das consequências da presunção de legitimidade dos atos administrativos é o dever que seus destinatários têm de, em princípio, dar-lhes cumprimento.

II. Sem embargo da autoexecutoriedade dos atos administrativos, é necessária ordem judicial no caso de ato que interfira em atividade comercial.

III. Devido à proteção constitucional dos direitos individuais, a administração pública não pode praticar atos dos quais surja obrigação para um particular, sem a concordância deste.

IV. O direito não admite que a administração pública use a força para impor o cumprimento de ato administrativo.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e IV estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Apenas os itens II e IV estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão aborda o tema dos atributos dos atos administrativos.

O item I está correto, uma vez que, considerando que os atos administrativos presumem-se legítimos, isto é, presumem-se editados de acordo com a ordem jurídica, sem vícios de legalidade, seus destinatários encontram-se, em princípio, obrigados a dar-lhes o devido cumprimento, ao menos até que eventualmente seja pronunciada a invalidade dos mesmos.

O item II está incorreto, pois decorre do poder de polícia da Administração a prerrogativa de, sempre com amparo na lei, interferir em atividades comerciais sem a necessidade de intervenção jurisdicional, o que configura o conteúdo da autoexecutoriedade dos atos dessa natureza.

O item III está incorreto, eis que, em razão do atributo da imperatividade, é dado à Administração constituir os particulares em obrigações, de forma unilateral, sem a necessidade de contar com prévia anuência dos respectivos destinatários.

O item IV está incorreto, porquanto, à luz do atributo da executoriedade, a Administração pode, sim, fazer uso moderado da força pública em ordem a compelir os particulares a agirem em dado sentido, como é o caso, por exemplo, da dissolução de passeata violenta.

QUESTÃO 13. Em relação às sindicâncias, em matéria disciplinar, assinale a opção correta.

a) Dado seu caráter preliminar, as sindicâncias devem ser sigilosas.

b) A comissão de processo administrativo disciplinar deve ser a mesma da sindicância.

c) Uma vez arquivada, a sindicância pode ser reaberta a qualquer momento, mesmo sem justa causa ou novos elementos, bastando, para tanto, decisão da autoridade competente.

d) Em regra, a fim de afastar qualquer dúvida sobre a ocorrência de ilícito, deve-se instaurar processo administrativo disciplinar mesmo que a comissão de sindicância opine por arquivamento dos autos.

e) A sindicância pode ser o procedimento adequado quando não houver prova suficiente de ilícito administrativo disciplinar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda o tema das sindicâncias como instrumentos de apuração de infrações administrativas.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a regra geral consiste na publicidade dos atos e procedimentos da Administração, de modo que não se pode afirmar, genericamente, que o sigilo constitua regra a ser adotada em se tratando de sindicâncias.

A alternativa B está incorreta, pois, no caso de sindicância investigativa, que visa apenas a colher elementos de autoria e materialidade do eventual ilícito cometido, inexiste obrigatoriedade de que a composição da comissão de processo administrativo disciplinar seja a mesma daquela que anteriormente conduziu a etapa investigativa.

A alternativa C está incorreta, porquanto faz-se necessário, sim, para fins de reabertura da sindicância, que haja novos elementos capazes de justificar a eventual punição do investigado ou a instauração de processo administrativo disciplinar.

A alternativa D está incorreta, pois, via de regra, no caso de a comissão de sindicância opinar pelo arquivamento dos autos, dada a inexistência de elementos mínimos, não deverá ser instaurado o processo administrativo disciplinar.

A alternativa E está correta, eis que a sindicância, realmente, pode constituir procedimento investigativo preliminar, apto a proporcionar a obtenção de elementos probatórios mínimos, capazes de subsidiar a instauração legítima de processo administrativo disciplinar.

QUESTÃO 14. Com base no disposto no Decreto nº 31.067/2021 do Estado do Rio Grande do Norte, que disciplina as parcerias entre a Administração Pública Estadual e organizações da sociedade civil, assinale a opção correta.

a) São proibidas parcerias da administração pública estadual com organizações religiosas.

b) Acordo de cooperação é o instrumento formal mediante o qual se firmam parcerias da administração pública, havendo ou não transferência de recursos para organização da sociedade civil.

c) Em qualquer caso, a vigência de acordo da administração pública estadual com organização da sociedade civil será de cinco anos.

d) Caso haja previsão em edital, nos chamamentos públicos destinados a selecionar organizações da sociedade civil para firmar parceria com a administração pública estadual, poderá ser selecionada mais de uma proposta.

e) Não se aplicam os institutos da dispensa e da inexigibilidade aos acordos com organizações da sociedade civil, para os quais o chamamento público é sempre obrigatório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema terceiro setor.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 2º, I, 'c', do Decreto Estadual nº 31.067/2021: "Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se: I - organização da sociedade civil: c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social, distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;"

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 2º, XI, do Decreto Estadual nº 31.067/2021: "Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se: XI - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;"

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 12, caput e §§ 1º e 2º, do Decreto Estadual nº 31.067/2021: "Art. 12. O termo de fomento ou de colaboração ou o acordo de cooperação deverá conter as cláusulas essenciais previstas no art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014. § 1º A cláusula de vigência de que trata o art. 42, VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, deverá estabelecer prazo correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 5 (cinco) anos. § 2º Nos casos de celebração de parcerias para execução de serviços e ou fornecimentos contínuos, o prazo de que trata o § 1º deste artigo, poderá ser de até 10 (dez) anos, desde que haja previsão em edital e que o gestor da parceria justifique que as condições sociais e econômicas permanecem vantajosas para a Administração, observadas as seguintes diretrizes:"

A alternativa D está correta. De acordo com art. 5º, § 1º, do Decreto Estadual nº 31.067/2021: "Art. 5º O processamento e julgamento de chamamentos públicos necessários a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria, por meio de termo de colaboração ou de fomento, serão realizados por Comissão de Seleção instituída por ato da autoridade máxima do órgão ou entidade da área responsável pela parceria, assegurada a participação de, pelo menos, um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública Estadual. § 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, se houver previsão no edital."

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 13 do Decreto Estadual nº 31.067/2021: "Art. 13. A ausência de realização de chamamento público, por dispensa ou inexigibilidade, será devidamente motivada pelo administrador público, que instruirá o procedimento com elementos que demonstrem:"

QUESTÃO 15. À luz da Lei n.º 13.460/2017, que trata da participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, assinale a opção correta.

a) O atendimento por ordem de chegada é um dos direitos dos usuários de serviços públicos, embora haja exceções em situações como a de atenção prioritária a pessoas com deficiência e a pessoas idosas.

b) A incidência da referida lei afasta a das normas protetivas consumeristas.

c) Os usuários têm deveres em suas relações com administração pública, entre os quais está o de acatar as orientações dos servidores.

d) Poderá ser recusado o recebimento de reclamação contra o funcionamento inadequado de serviço público que não esteja acompanhada de identificação completa e detalhada do usuário.

e) Não é preciso que a carta de serviços ao usuário, prevista na mencionada lei, esteja disponível na Internet, devendo ela ser enviada, sem custos e de forma imediata, a qualquer pessoa que a solicite a órgão ou ente público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão aborda o tema da Lei 13.460/2017, que disciplina a participação, proteção e defesa dos direitos de usuários de serviços públicos.

A alternativa A está correta, pois alinhada ao teor do art. 5º, III, do sobredito diploma legal, na linha do qual "O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes: (...)III - atendimento por ordem de chegada, ressalvados casos de urgência e aqueles em que houver possibilidade de agendamento, asseguradas as prioridades legais às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo;".

A alternativa B está incorreta, eis que agride a regra do art. 1º, §2º, II, da citada lei federal, que assim estabelece: "A aplicação desta Lei não afasta a necessidade de cumprimento do disposto: (...) II - na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quando caracterizada relação de consumo."

A alternativa C está incorreta, uma vez que, dentre os deveres atribuídos aos usuários dos serviços públicos, não se encontra o de acatar orientações de servidores, assertiva essa que contraria a própria noção do que vem a ser uma simples orientação, vale dizer, mero aconselhamento, e não genuína imposição.

A alternativa D está incorreta, pois, embora a lei exija identificação daquele que apresenta uma manifestação perante a Administração, a lei de regência estabelece, em seu art. 10, §1º, que "A identificação do requerente não conterá exigências que inviabilizem sua manifestação", de modo que está errado afirmar a necessidade de uma suposta identificação detalhada.

A alternativa E está incorreta, na medida em que em franco desacordo à regra do art. 7º, §4º, da referida lei federal, "A Carta de Serviços ao Usuário será objeto de atualização periódica e de permanente divulgação mediante publicação em sítio eletrônico do órgão ou entidade na internet."

QUESTÃO 16. Quanto à defesa da concorrência no Brasil, assinale a opção correta

a) Em virtude dos princípios da segurança jurídica e da legalidade, as condutas anticoncorrenciais são previstas de forma taxativa na lei que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

b) A caracterização das condutas anticoncorrenciais exige coordenação entre agentes econômicos com poder de mercado.

c) No âmbito das condutas anticoncorrenciais, não se admitem presunções.

d) Em geral, uma conduta anticoncorrencial torna-se punível quando produz efeito negativo sobre o mercado, embora haja casos em que a prova desse efeito é dispensável.

e) As condutas colusivas são puníveis exclusivamente na esfera administrativa de defesa da concorrência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda o tema da defesa da concorrência no Brasil.

Cabe recurso, porquanto a letra D, indicada como gabarito, possui teor discutível.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 36, §3º, da Lei 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, revela o caráter não exaustivo das condutas anticoncorrenciais ali previstas, ao assim preceituar: "As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica:"

A alternativa B está incorreta, uma vez que o agente econômico pode vir a praticar condutas anticoncorrenciais de forma isolada, isto é, sem a participação de outros agentes.

A alternativa C está incorreta, eis que o art. 36, §2º, da citada lei federal contém expressa presunção, ao assim estabelecer: "Presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia."

A alternativa D está correta, mas cabe recurso, uma vez que, a teor do art. 36, *caput*, da referida lei federal, "Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não

sejam alcançados". Assim, basta que o ato possa vir a produzir os efeitos negativos sobre o mercado, não sendo necessário que os efeitos sejam efetivamente produzidos.

A alternativa E está incorreta, uma vez que as condutas colusivas, isto é, derivadas de acordo entre concorrentes, também podem ser objeto de punição na órbita judicial, e não apenas na administrativa.

QUESTÃO 17. À luz do disposto na Lei n.º 13.709/2018 - Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a opção correta.

a) O relatório de impacto na proteção de dados pessoais (RIPD) é exigível para qualquer operação de tratamento de dados com fins lucrativos.

b) De acordo com o regime da LGPD, dados anonimizados são dados sensíveis.

c) Em todos os casos de tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, é necessário o consentimento específico de, ao menos, um dos pais ou do responsável legal.

d) Todas as empresas que efetuem tratamento de dados de consumidores devem indicar e divulgar publicamente seu encarregado do tratamento de dados pessoais.

e) A LGPD é aplicável a pessoas jurídicas públicas e privadas e a pessoas jurídicas de outros países, neste caso, por exemplo, se houverem coletado dados no Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A questão aborda o tema da Lei n.º 13.709/2018, que vem a ser a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A alternativa A está incorreta, uma vez que, da leitura do art. 38, caput, da LGPD "A autoridade nacional poderá determinar ao controlador que elabore relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, nos termos de regulamento, observados os segredos comercial e industrial", de maneira que nem sempre tal documento será exigível.

A alternativa B está incorreta, porquanto os dados sensíveis são dados pessoais, de maneira que, em sendo anonimizados, perdem o caráter pessoal em vista da impossibilidade de identificação do titular, e, por conseguinte, não podem ser tidos como sensíveis.

A alternativa C está incorreta, pois o §3º do art. 14 da LGPD excepciona a necessidade de consentimento específico de pais ou responsáveis, in verbis: "Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata o § 1º deste artigo."

A alternativa D está incorreta, à luz do disposto no art. 41, §3º, da LGPD, que abre a possibilidade da dispensa da necessidade de indicação do encarregado. A propósito, confira-se: "A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares sobre a definição e as atribuições do encarregado, inclusive hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação, conforme a natureza e o porte da entidade ou o volume de operações de tratamento de dados."

A alternativa E está correta, uma vez que a LGPD realmente tem aplicabilidade a pessoas jurídicas públicas e privadas e a pessoas jurídicas de outros países, valendo como exemplo, neste último caso, o disposto no art. 3º, III, do citado diploma: "Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que: (...) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional."

QUESTÃO 18. Considerando a Lei estadual n.° 10.579/2019, que trata da vedação ao nepotismo, e a Lei n.º 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação (LAI), assinale a opção correta.

a) Embora a LAI preveja diversos casos de restrição de acesso a determinadas informações, não podem sofrer tal restrição as informações e os documentos que tratem de condutas violadoras de direitos humanos perpetradas por agentes públicos.

b) A LAI aplica-se inteiramente às informações resultantes de tratados internacionais que devam ser aplicados no Brasil.

c) As informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e classificadas como ultrassecretas não podem ser divulgadas em tempo algum.

d) A União, o Distrito Federal e todos os estados e municípios devem divulgar na Internet informações de interesse coletivo ou geral que eles produzam ou custodiem.

e) A vedação da nomeação de cônjuges, companheiros e parentes na administração pública do estado do Rio Grande do Norte abrange os servidores titulares de cargo efetivo provido em razão de concurso público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão aborda o tema da vedação ao nepotismo e da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

A alternativa A está correta, eis que afinada com a regra do art. 21, parágrafo único, da LAI, de acordo com o qual "As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso."

A alternativa B está incorreta, na medida em que contraria a regra do art. 36 da LAI, em vista do qual "O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos." Portanto, nesse caso, devem ser aplicadas as disposições dos próprios tratados internacionais, e não da LAI, razão por que está errado aduzir que esse último diploma aplique-se "inteiramente".

A alternativa C está incorreta, pois mesmo as informações classificadas como ultrassecretas possuem um prazo máximo de restrição, sendo que, à luz do §4º do art. 24 da LAI, "Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público."

A alternativa D está incorreta, pois nem todos os municípios têm o dever de divulgar na Internet informações de interesse coletivo ou geral que eles produzam ou custodiem. A propósito, deve-se aplicar a ressalva constante do §4º do art. 8º da LAI, no seguinte sentido: "Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º , mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maior de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)."

A alternativa E está incorreta, por afrontar a regra vazada no art. 1º, §1º, da Lei estadual n.° 10.579/2019, que assim enuncia: "Ficam excepcionadas, nas hipóteses deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargos efetivos cujo provimento se dê por concurso público." Portanto, a norma excepciona da vedação ao nepotismo justamente o caso de servidores titulares de cargo efetivo provido em razão de concurso público.

QUESTÃO 19. Considerando o disposto na Lei n.º 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), julgue os itens a seguir.

I. A vigilância sanitária é uma das formas de prevenir e atenuar agravos à saúde decorrentes de problemas ambientais.

II. A citada lei define como dever exclusivo do poder público a ação de prover a saúde dos cidadãos brasileiros, inclusive por ações tendentes a reduzir doenças e outros agravos à saúde.

III. Nos atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), as mulheres têm o direito de se fazer acompanhar por qualquer pessoa de sua escolha, mediante notificação prévia.

IV. Sem prejuízo da competência dos três níveis da Federação para ações de saúde, a União pode realizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em casos especiais, se houver risco de disseminação nacional.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

A questão aborda o tema da Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), mais conhecida como Lei do SUS.

O item I está correto, pois afinado com o teor do art. 6º, §1º, da citada lei federal, que assim preconiza: "§ 1º Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:"

O item II está incorreto, eis que, ao contrário do que foi sustentado na assertiva, não se trata de dever exclusivo do poder público, o que fica claro pela leitura do art. 2º, §2º, do mencionado diploma legal, *in verbis:* "O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade."

O item III está incorreto, uma vez que em desacordo ao que estabelece o art. 19-J, *caput*, da referida Lei 8.080/90, na linha do qual "Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia." Portanto, ao contrário do que foi sustentado na assertiva, não é necessária a alegada notificação prévia.

O item IV está correto, porquanto devidamente amparado no que preceitua o art. 16, §1º, do citado diploma, da leitura do qual extrai-se que "A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional."

Do exposto, estão corretas apenas as assertivas I e IV.

QUESTÃO 20. Considerando o disposto na Lei Complementar n° 240/2002 a respeito da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte (PGE/RN) e de seus procuradores, assinale a opção correta.

a) A PGE/RN pode atuar perante o Tribunal de Contas da União.

b) Na representação dos órgãos e entes estaduais em juízo, a PGE/RN tem autonomia para celebrar, por decisão própria, quaisquer negócios processuais, como transações e termos de compromisso.

c) Mediante concordância da Corregedoria-Geral da PGE/RN, procurador do estado em estágio probatório poderá compor o Conselho Superior da instituição.

d) A Procuradoria das Licitações, Contratos e Convênios tem a competência especializada de examinar apenas processos licitatórios da administração pública estadual, devendo-se manifestar em todos eles.

e) Não se insere nas competências da PGE/RN representar a Fazenda Estadual perante o tribunal de contas do estado, uma vez que essa função cabe ao Ministério Público de Contas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do tema Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 34, I, da Lei Complementar Estadual nº 240/2002: "Art. 34. Ao Núcleo Especial junto aos Tribunais Superiores, com sede em Brasília/DF, compete: I - representar os interesses judiciais e extrajudiciais do Estado perante os tribunais superiores, inclusive no Tribunal de Contas da União, em Brasília/DF;"

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 11, IV, da Lei Complementar Estadual nº 240/2002: "Art. 11. O Procurador-Geral do Estado dirige e representa a Procuradoria Geral do Estado, incumbindo-lhe: IV - autorizar a desistência, transação, acordo e termo de compromisso nos processos judiciais de interesse da Fazenda Pública estadual;"

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 18, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 240/2002: "§ 2º É vedada a participação de Procurador do Estado em estágio probatório como membro do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado."

A alternativa D está incorreta. A Procuradoria das Licitações, Contratos e Convênios também examina outros processos e exerce outras atividades determinadas pelo PGE. De acordo com art. 31, III e VI, da Lei Complementar Estadual nº 240/2002: "Art. 31. A Procuradoria das Licitações, Contratos e Convênios tem por finalidade examinar os processos da Administração Direta e Indireta relacionados com os procedimentos licitatórios ou sua dispensa, inexigibilidade e respectivos contratos e convênios, competindo-lhe especialmente: III - examinar e emitir parecer prévio nos editais de concurso público; VI - exercer outras atividades determinadas pelo Procurador-Geral do Estado."

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 4º, III, da Lei Complementar Estadual nº 240/2002: "Art. 4º. São funções institucionais da Procuradoria Geral do Estado, dentre outras: III - representar a Fazenda Pública estadual junto ao Tribunal de Contas do Estado;"

QUESTÃO 21. De acordo com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a opção correta.

a) A revogação de dispositivo do Código Civil atual restaura automaticamente norma contida no anterior.

b) As correções do texto de lei já em vigor devem ser consideradas como lei nova.

c) A lei que vier a revogar parcialmente o Código Civil, em regra, passará a vigorar em todo o país imediatamente após a sua publicação.

d) Se, antes da entrada em vigor da lei que vier a alterar o Código Civil, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à sua correção, o prazo para o início de vigência da lei não sofrerá alteração.

e) Aquele que não tiver acompanhado o processo legislativo da lei que vier a alterar o Código Civil poderá se escusar de cumpri-la, sob o argumento de que não a conhece.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 2º, §3º, da LINDB: "Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência". Trata-se do instituto da "repristinação", segundo o qual ocorreria a recuperação da vigência de uma lei revogada pela perda de vigor da lei revogadora. Além disso, de acordo com a doutrina de Cristiano Chaves: "Partindo da opção da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é possível afirmar: (i) a proibição da repristinação, significando que a revogação da lei revogadora não restaura os efeitos da lei revogada; (ii) a possibilidade de efeitos repristinatórios quando houver expressa disposição nesse sentido. Em outras palavras, quando revogada uma lei por outra, sobrevindo nova revogação dessa segunda lei, não se restauram os efeitos daquela primeira, salvo expressa previsão em contrário. Exemplificando: se a Lei A é revogada pela Lei B e, em seguida, vem a Lei C e revoga a Lei B, não se restauram os efeitos da Lei A, salvo expressa previsão legal".

A alternativa B está correta, conforme disposição expressa do art. 1º, §4º, da LINDB: "As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova".

A alternativa C está incorreta, pois, em regra, passará a vigorar em todo o país 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação, conforme dispõe o caput do art. 1º da LINDB: "Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada".

A alternativa D está incorreta, pois, nessa hipótese, o prazo sofrerá alteração e começará a correr da nova publicação, consoante dispõe o art. 1º, §3º, da LINDB: "Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação".

A alternativa E está incorreta, pois, nos termos do art. 3º da LINDB: "Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece". Trata-se do princípio da obrigatoriedade das leis. De acordo com Cristiano Chaves: "Na verdade, muito embora não seja real, concreto, o conhecimento geral de todas as normas que compõem o ordenamento jurídico, impõe-se um dever geral de conhecimento decorrente da necessidade de segurança e estabilidade social, garantindo a eficácia global da ordem jurídica, até

mesmo em face da complexidade e dificuldade técnica de viabilizar conhecimento geral. Por isso, as normas contam com uma efetividade social, independentemente de serem conhecidas, ou não, pela coletividade".

QUESTÃO 22. A luz do disposto no Código Civil, assinale a opção correta acerca da capacidade civil

a) Os pais podem, voluntariamente, emancipar filho(a) que tenha 16 anos de idade incompletos.

b) Aquele que, por causa permanente, não consegue exprimir sua vontade é considerado absolutamente incapaz.

c) São absolutamente incapazes os viciados em tóxicos.

d) A legislação civil permite ao menor de idade emancipar-se caso ele ingresse em curso de ensino superior.

e) Os pródigos são considerados relativamente incapazes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois a emancipação voluntária (outorgada pelos pais) somente pode ser concedida a menores que já tenham, pelo menos, 16 anos de idade. Nesse sentido, o parágrafo único do art. 5º do Código Civil dispõe que: "Cessará, para os menores, a incapacidade: I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos".

A alternativa B está incorreta, pois é considerado relativamente incapaz. Dispõe o art. 4º, III, do Código Civil que: "Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade".

A alternativa C está incorreta, pois os viciados em tóxicos são relativamente incapazes. De acordo com o art. 4º, II, do Código Civil: "Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico".

A alternativa D está incorreta, pois a hipótese de emancipação legal prevista no art. 5º, parágrafo único, IV, do Código Civil exige a colação de grau em curso superior, assim, não é possível a emancipação em caso de simples ingresso no curso superior. Conforme o dispositivo mencionado: "Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: IV - pela colação de grau em curso de ensino superior".

A alternativa E está correta, nos termos do art. 4º, IV, do Código Civil: "São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: IV - os pródigos". De acordo com Cristiano Chaves: "o pródigo,

conforme o entendimento da legislação brasileira, é a pessoa que, desordenadamente, gasta os seus haveres, dilapidando o seu patrimônio, de modo a comprometer a sua subsistência". Ainda sobre o tema, o autor destaca que "a incapacidade do pródigo somente atinge a prática de atos de natureza patrimonial, não gerando limitações aos atos de cunho existencial, como o exercício do poder familiar, o direito ao voto e o testemunho em um processo".

QUESTÃO 23. A empresa XYZ Ltda. propôs ação judicial contra a associação civil ABC requerendo a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos materiais. Em primeira instância, o pedido foi julgado procedente. A decisão foi mantida em segunda instância e transitou em julgado. Iniciou-se cumprimento de sentença e, em razão da tentativa infrutífera de penhora dos bens do patrimônio da associação civil ABC, a empresa XYZ Ltda. requereu a desconsideração da personalidade jurídica da ré.

Considerando a situação hipotética apresentada, o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Código Civil e a doutrina majoritária acerca do assunto, assinale a opção correta

a) Ocorrida a desconsideração da personalidade jurídica de associação civil, o pagamento do débito será arcado com o patrimônio de todos os associados.

b) Para a desconsideração da personalidade jurídica, exige-se a demonstração, pela empresa XYZ Ltda., do desvio de finalidade e da confusão patrimonial.

c) O Código Civil adota a teoria menor da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

d) Em razão de a associação civil não ter fins econômicos, não é possível a desconsideração da sua personalidade jurídica.

e) Na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica, haverá a imputação de responsabilidade patrimonial apenas aos associados que estão em posição de poder na condução da pessoa jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois, nessa hipótese, o pagamento do débito não será arcado com o patrimônio de todos os associados. De acordo com o STJ, na desconsideração da personalidade jurídica de associação civil, a responsabilidade patrimonial deve se limitar aos associados em posições de poder na condução da entidade. Para o colegiado, não se pode estender essa responsabilização ao conjunto dos associados, os quais têm pouca influência na eventual prática de irregularidades. Nesse sentido segue trecho da ementa do REsp 1.812.929, no qual o STJ decidiu que a desconsideração da personalidade jurídica de associação civil é possível, mas só atinge dirigentes. Vejamos: "4. É admissível a desconsideração da personalidade jurídica de associação civil, contudo a responsabilidade patrimonial deve ser limitada apenas aos associados que estão em posições de poder na condução da entidade, pois seria irrazoável estender a responsabilidade patrimonial a um enorme número de

associados que pouco influenciaram na prática dos atos associativos ilícitos. 5. No caso dos autos, a desconsideração da personalidade jurídica da associação está atingindo apenas o patrimônio daqueles associados que exerceram algum cargo diretivo e com poder de decisão dentro da entidade, bem como se reconheceu o abuso da personalidade jurídica, porquanto o regime jurídico próprio das formas associativas sofreu distorções e desvirtuamento de seu propósito. Infirmar tais conclusões demandaria o reexame de provas, o que é vedado nesta instância extraordinária, sob pena de incidência do óbice da Súmula 7/STJ. (REsp n. 1.812.929/DF, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 12/9/2023, DJe de 28/9/2023.)"

A alternativa B está incorreta, pois, de acordo com o art. 50 do Código Civil, é possível desconsiderar a personalidade jurídica em caso de abuso, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. Dispõe o mencionado dispositivo legal que: "Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso".

A alternativa C está incorreta, pois o Código Civil adota a teoria maior da desconsideração. Aduz Cristiano Chaves que: "De acordo com o art. 50 do Código Civil, é possível desconsiderar a personalidade jurídica, por ato judicial, em caso de abuso de direito caracterizado por (i) desvio de finalidade ou (ii) confusão patrimonial, deixando antever uma opção explícita pela teoria maior objetiva da desconsideração da personalidade jurídica, não perquirindo de elementos de natureza subjetiva (não se discute o grau de intenção fraudulenta dos sócios)". O autor acrescenta que "malgrado o Código Civil, em seu art. 50, tenha optado pela teoria maior, noutros diplomas legais é acolhida a teoria menor, permitindo a desconsideração, em determinadas hipóteses, independentemente do abuso ou da fraude, como se vê do § 5º do art. 28 do Código de Defesa do Consumidor e da Lei Ambiental, emprestando uma maior funcionalização à disregard doctrine, diante de determinados casos concretos".

A alternativa D está incorreta, pois, de acordo com o entendimento do STJ, é possível a desconsideração da personalidade jurídica de associação civil. Segundo afirma o ministro Marco Aurélio Bellizze, embora haja diferenças estruturais e funcionais entre sociedades empresárias e associações, a desconsideração de associação civil é possível. Segue trecho do voto do relator: "Sendo assim, aplicar a desconsideração da personalidade às associações do mesmo modo que se adota para as sociedades empresárias não se mostra possível, uma vez que, para estas, a disregard doctrine implica, via de regra, a responsabilização patrimonial de todos os sócios de maneira indistinta. No entanto, para as associações civis deve-se levar em consideração a pertinência que se estabelece com o grupo, o potencial maior número de associados e a natural dissociação entre a posição de administração da pessoa jurídica e a simples posição de pertencimento a esta, o que acaba por causar grandes embaraços para a incidência da desconsideração de forma simplista".

A alternativa E está correta, conforme a decisão da Terceira Turma do STJ no REsp 1.812.929, segundo a qual a desconsideração da personalidade jurídica de associação civil é possível, mas só atinge dirigentes. Segue trecho da ementa: "4. É admissível a desconsideração da personalidade jurídica de associação civil, contudo a responsabilidade patrimonial deve ser limitada apenas aos associados que estão em posições de poder na condução da entidade, pois seria irrazoável estender a responsabilidade patrimonial a um enorme número de associados que pouco influenciaram na prática dos atos associativos ilícitos. 5. No caso dos autos, a desconsideração da personalidade jurídica da associação

está atingindo apenas o patrimônio daqueles associados que exerceram algum cargo diretivo e com poder de decisão dentro da entidade, bem como se reconheceu o abuso da personalidade jurídica, porquanto o regime jurídico próprio das formas associativas sofreu distorções e desvirtuamento de seu propósito. Infirmar tais conclusões demandaria o reexame de provas, o que é vedado nesta instância extraordinária, sob pena de incidência do óbice da Súmula 7/STJ. (REsp n. 1.812.929/DF, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 12/9/2023, DJe de 28/9/2023.)"

QUESTÃO 24. Pedro comprou um carro usado de seu vizinho, com a intenção de presentear seu filho João, que completara a maioridade civil. Pedro ficou satisfeito com o veículo, inclusive porque verificou que a ele havia sido acoplado um rastreador móvel, o qual seria relevante, na opinião de Pedo, para a segurança de João. Foi celebrado o contrato de compra e venda do automóvel, contudo, ao receber o bem, Pedro verificou que o rastreador fora retirado do veículo. Ao questionar o vendedor sobre a retirada do equipamento, Pedro foi informado de que a aquisição do equipamento não havia sido convencionada.

Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção correta com base no entendimento do STJ.

a) O rastreador é um bem acessório e deve acompanhar o veículo, bem principal, independentemente de previsão contratual nesse sentido.

b) Por ser o rastreador considerado pertença, não se presume a sua inclusão na negociação do veículo.

c) Por ser o rastreador considerado um bem naturalmente divisível, não se presume a sua inclusão na negociação do veículo.

d) O rastreador constitui parte integrante do veículo e deve acompanhá-lo na negociação da venda.

e) O rastreador é considerado uma benfeitoria necessária e, por essa razão, presume-se a sua inclusão na negociação do veículo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A solução do questionamento apresentado exige uma análise conjunta dos arts. 93 e 94 do Código Civil e do REsp n. 1.667.227/RS.

Depreende-se da análise do REsp n. 1.667.227/RS que a Terceira Turma do STJ determinou a restituição, para o devedor fiduciário, de equipamento de monitoração que havia sido acoplado a caminhão apreendido por falta de pagamento do contrato de financiamento. Segundo o colegiado, o equipamento é considerado uma pertença e, portanto, pode ser retirado do caminhão sem causar prejuízos ao bem.

De acordo com o voto do ministro relator Marco Aurélio Bellizze, o equipamento de rastreamento, nesse caso, deve ser qualificado como pertença, por ser um bem autonomamente considerado, que não compõe o principal, "apenas acrescendo-o, com a específica finalidade de lhe servir, aformosear ou conferir maior ou melhor uso", de acordo com o Código Civil.

Nesse sentido, segue trecho da ementa do REsp n. 1.667.227/RS: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE CAMINHÃO, DADO EM GARANTIA FIDUCIÁRIA EM CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. PROCEDÊNCIA, DECORRENTE DO INADIMPLEMENTO. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DO EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO ACOPLADO AO CAMINHÃO. PERTENÇA. RESTITUIÇÃO AO DEVEDOR FIDUCIÁRIO. NECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Ainda que se aplique aos bens acessórios a máxima de direito, segundo a qual "o acessório segue o principal", o Código Civil conferiu tratamento distinto e específico às pertenças, as quais, embora tidas como bens acessórios, pois, destinadas, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de um bem principal, sem dele fazer parte integrante, não seguem a sorte deste, salvo se houver expressa manifestação de vontade nesse sentido, se a lei assim dispuser ou se, a partir das circunstâncias do caso, tal solução for a indicada. 2. O equipamento de monitoramento acoplado ao caminhão consubstancia uma pertença, a qual atende, de modo duradouro, à finalidade econômico-social do referido veículo, destinando-se a promover a sua localização e, assim, reduzir os riscos de perecimento produzidos por eventuais furtos e roubos, a que, comumente, estão sujeitos os veículos utilizados para o transporte de mercadorias, caso dos autos. Trata-se, indiscutivelmente, de "coisa ajudante" que atende ao uso do bem principal. Enquanto concebido como pertença, a destinação fática do equipamento de monitoramento em servir o caminhão não lhe suprime a individualidade e autonomia # o que permite, facilmente, a sua retirada #, tampouco exaure os direitos sobre ela incidentes, como o direito de propriedade, outros direitos reais ou o de posse. 2.1 O inadimplemento do contrato de empréstimo para aquisição de caminhão dado em garantia, a despeito de importar na consolidação da propriedade do mencionado veículo nas mãos do credor fiduciante, não conduz ao perdimento da pertença em favor deste. O equipamento de monitoramento, independentemente do destino do caminhão, permanece com a propriedade de seu titular, o devedor fiduciário, ou em sua posse, a depender do título que ostente, salvo se houver expressa manifestação de vontade nesse sentido, se a lei assim dispuser ou se, a partir das circunstâncias do caso, tal solução for a indicada, exceções de que, no caso dos autos, não se cogita. 2.3 O contrato de financiamento de veículo, garantido por alienação fiduciária, ao descrever o veículo, objeto da avença, não faz nenhuma referência à existência do aludido equipamento e, por consectário, não poderia tecer consideração alguma quanto ao seu destino. Por sua vez, o auto de busca e apreensão, ao descrever o veículo, aponta a existência do equipamento de monitoramento, o que, considerada a circunstância anterior, é suficiente para se chegar a compreensão de que foi o devedor fiduciário o responsável por sua colocação no caminhão por ele financiado. 3. Recurso especial provido. (REsp n. 1.667.227/RS, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 26/6/2018, DJe de 29/6/2018.)

Além disso, ao tratar especificamente das pertenças, o Código Civil dispõe que: Art. 93. São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro. Art. 94. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

Após a introdução do tema, passamos à análise das alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois o equipamento de rastreamento, no caso hipotético, deve ser qualificado como pertença, de modo que não está abrangido nos negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal, nos termos dos arts. 93 e 94 do Código Civil.

A alternativa B está correta, pois o equipamento de rastreamento, nesse caso, deve ser qualificado como pertença, por consistir em um bem autonomamente considerado, que não compõe o principal, apenas acrescendo-o, com a específica finalidade de conferir maior ou melhor uso. Além disso, de acordo com o art. 94 do Código Civil: "Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso".

A alternativa C está incorreta, pois a ausência da presunção acerca da inclusão do rastreador na compra e venda do veículo decorre da qualificação do rastreador como pertença. Além da incidência do art. 94 do Código Civil: "Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso".

A alternativa D está incorreta, pois o equipamento de rastreamento, no caso hipotético, deve ser qualificado como pertença, de modo que não está abrangido nos negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal. Sobre o tema, cumpre destacar que a legislação civil cuida das pertenças, das partes integrantes e dos bens acessórios com autonomia, especificando regras próprias a partir de sua destinação. Consoante Marcelo Junqueira Calixto: "Temos então que o Código determina a ocorrência de três situações jurídicas, uma para as partes integrantes, outra para as pertenças e outra para os bens acessórios. As primeiras (partes integrantes) estão irremediavelmente ligadas ao bem, não sendo objeto de relações jurídicas próprias, salvo a exceção do art. 95. As segundas (pertenças) podem ser destacadas do bem principal, podendo, portanto, ser objeto de relações jurídicas próprias, sendo que, como regra, não seguem a sorte do bem principal. Os bens acessórios, entendidos como aqueles que não se enquadram no conceito de partes integrantes nem no de pertença (exemplo é o fruto percebido e não empregado na destinação econômica do principal), podem ser objeto de negócios jurídicos autônomos, mas, como regra, seguem a sorte do bem principal. Isto é decorrência do citado princípio da gravitação jurídica que, embora não esteja mais expresso, decorre do sistema mantido pelo novo Código".

A alternativa E está incorreta, pois o equipamento de rastreamento, no caso hipotético, deve ser qualificado como pertença, de modo que não está abrangido nos negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal.

QUESTÃO 25. João propôs ação declaratória de inexigibilidade de débito, já prescrito, contra Beta Recuperação de Créditos Ltda., sob a alegação de que a dívida existente com a requerida fora adimplida por meio de cessão de crédito, não tendo havido, contudo, anuência da sua parte, o que ensejaria a invalidade do ato de cessão. Argumentou também que, mesmo prescrito, o débito continuava sendo cobrado extrajudicialmente pela requerida, mediante mensagens enviadas.

Considerando a situação hipotética apresentada, o disposto no Código Civil e o entendimento jurisprudencial do STJ, assinale a opção correta.

a) A perda da pretensão de exigir o cumprimento da prestação por Beta Recuperação de Créditos Ltda. implica a impossibilidade de o débito ser exigido tanto judicialmente quanto extrajudicialmente.

b) A prescrição torna a pretensão inexigível judicialmente, no entanto permanece a possibilidade de cobrança extrajudicial do débito.

c) Em decorrência da prescrição, houve a perda do direito de Beta Recuperação de Créditos Ltda.

d) Para que a cessão de créditos seja válida, é indispensável a anuência de João.

e) É ineficaz, em relação a terceiros, a transmissão de crédito se esta não for celebrada mediante instrumento público, sendo vedada a transmissão do crédito via instrumento particular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A solução do caso hipotético apresentado exige a análise do REsp 2.088.100, cuja ementa segue transcrita: "DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO PRESCRITO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. INSTITUTO DE DIREITO MATERIAL. DEFINIÇÃO. PLANO DA EFICÁCIA. PRINCÍPIO DA INDIFERENÇA DAS VIAS. PRESCRIÇÃO QUE NÃO ATINGE O DIREITO SUBJETIVO. COBRANÇA EXTRAJUDICIAL DE DÍVIDA PRESCRITA. IMPOSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO ESTADUAL. 1. Ação de conhecimento, por meio da qual se pretende o reconhecimento da prescrição, bem como a declaração judicial de inexigibilidade do débito, ajuizada em 4/8/2021, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 26/9/2022 e concluso ao gabinete em 3/8/2023. 2. O propósito recursal consiste em decidir se o reconhecimento da prescrição impede a cobrança extrajudicial do débito. 3. Inovando em relação à ordem jurídica anterior, o art. 189 do Código Civil de 2002 estabelece, expressamente, que o alvo da prescrição é a pretensão, instituto de direito material, compreendido como o poder de exigir um comportamento positivo ou negativo da outra parte da relação jurídica. 4. A pretensão não se confunde com o direito subjetivo, categoria estática, que ganha contornos de dinamicidade com o surgimento da pretensão. Como consequência, é possível a existência de direito subjetivo sem pretensão ou com pretensão paralisada. 5. A pretensão se submete ao princípio da indiferença das vias, podendo ser exercida tanto judicial, quanto extrajudicialmente. Ao cobrar extrajudicialmente o devedor, o credor está, efetivamente, exercendo sua pretensão, ainda que fora do processo. 6. Se a pretensão é o poder de exigir o cumprimento da prestação, uma vez paralisada em razão da prescrição, não será mais possível exigir o referido comportamento do devedor, ou seja, não será mais possível cobrar a dívida. Logo, o reconhecimento da prescrição da pretensão impede tanto a cobrança judicial quanto a cobrança extrajudicial do débito. 7. Hipótese em que as instâncias ordinárias consignaram ser incontroversa a prescrição da pretensão do credor, devendo-se concluir pela impossibilidade de cobrança do débito, judicial ou extrajudicialmente, impondo-se a manutenção do acórdão recorrido. 8. Recurso especial conhecido e desprovido. (REsp n. 2.088.100/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 17/10/2023, DJe de 23/10/2023.)

Passando à análise das alternativas.

A alternativa A está correta, pois, de acordo com o entendimento do STJ no REsp 2.088.100, "o reconhecimento da prescrição da pretensão impede tanto a cobrança judicial quanto a cobrança extrajudicial do débito".

A alternativa B está incorreta, pois a prescrição torna a pretensão inexigível judicialmente, bem como impede a cobrança extrajudicial do débito, conforme o entendimento do STJ no REsp 2.088.100.

A alternativa C está incorreta, para o STJ "a pretensão não se confunde com o direito subjetivo, categoria estática, que ganha contornos de dinamicidade com o surgimento da pretensão. Como consequência, é possível a existência de direito subjetivo sem pretensão ou com pretensão paralisada" (REsp 2.088.100).

A alternativa D está incorreta, pois a legislação civil não exige o consentimento expresso do devedor (João) para a cessão de crédito. Nos termos do art. 290 do Código Civil: "A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita".

A alternativa E está incorreta. Inicialmente cumpre destacar que apenas a 2ª parte da alternativa está incorreta, uma vez que é possível a transmissão do crédito via instrumento particular. De acordo com o art. 288 do Código Civil: "É ineficaz, em relação a terceiros, a transmissão de um crédito, se não celebrar-se mediante instrumento público, ou instrumento particular revestido das solenidades do § 1º do art. 654". Nesse sentido, dispõe o § 1º do art. 654 do Código Civil que: "O instrumento particular deve conter a indicação do lugar onde foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos".

QUESTÃO 26. ABC Alimentação S.A., por intermédio de seus sócios acionistas e diretores, realizou, por instrumento público, contrato preliminar de compra e venda com a empresa Fomento Mercantil Ltda. Entre as cláusulas do referido instrumento, havia a previsão de que a compradora – ABC Alimentação S.A. – assumiria todo o passivo tributário e trabalhista da empresa Fomento Mercantil Ltda. Posteriormente, ao celebrar o contrato definitivo, por instrumento particular, e com a anuência dos contratantes, a referida cláusula foi alterada em sentido diametralmente oposto, passando a prever expressamente que os débitos tributários e trabalhistas seriam de responsabilidade do alienante.

Em relação à situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, com base nas disposições do Código Civil e no entendimento jurisprudencial do STJ.

I. Concluído o contrato preliminar, qualquer contratante pode exigir o cumprimento do contrato definitivo, ainda que haja previsão de cláusula de arrependimento no referido contrato.

II. Deve prevalecer, no caso, o contrato preliminar, e qualquer contratante pode exigir o cumprimento da obrigação nos moldes do que fora inicialmente pactuado.

III. A liberdade contratual pode desconstituir obrigações anteriormente assumidas, devendo prevalecer aquilo que foi convencionado no contrato definitivo.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Apenas os itens I e III estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está incorreto, nos termos do art. 463 do Código Civil: "Concluído o contrato preliminar, com observância do disposto no artigo antecedente, e desde que dele não conste cláusula de arrependimento, qualquer das partes terá o direito de exigir a celebração do definitivo, assinando prazo à outra para que o efetive".

O item II está incorreto, pois, no caso hipotético narrado, em razão da alteração da cláusula em sentido diametralmente oposto, não se pode exigir o cumprimento da obrigação nos moldes do que fora inicialmente pactuado. De acordo com o entendimento do STJ no REsp n. 2.054.411/DF, "impossível, dessa forma, conferir maior eficácia jurídica ao contrato preliminar que ao definitivo, sobretudo quando as partes, nessa nova avença, pactuaram obrigações diametralmente opostas e desautorizam, expressamente, os termos da proposta original."

O item III está correto, de acordo com o entendimento do STJ no REsp n. 2.054.411/DF: "DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO CELEBRADO COM DISPOSIÇÃO CONTRÁRIA AO QUE ESTIPULADO EM AJUSTE PRÉVIO. AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES. DERROGAÇÃO/REVOGAÇÃO DO ACORDO ANTERIOR. 1. O contrato preliminar confere, em benefício de qualquer das partes, a prerrogativa de exigir da outra a celebração do negócio definitivo com observância do que inicialmente pactuado. 2. Nada obsta, porém, que, na oportunidade da celebração do contrato definitivo, as partes estabeleçam, de comum acordo, deveres e obrigações diversos e até mesmo contrários àqueles previstos no pacto inicial. 3. A liberdade contratual confere aos negociantes amplos poderes para revogar, modificar ou substituir ajustes anteriores. Não importa se esses ajustes foram incorporados em contrato preliminar ou definitivo, a autonomia da vontade da partes pode, em qualquer caso, desconstituir obrigações anteriormente assumidas. 4. Impossível, dessa forma, conferir maior eficácia jurídica ao contrato preliminar que ao definitivo, sobretudo quando as partes, nessa nova avença, pactuaram obrigações diametralmente opostas e desautorizam, expressamente, os termos da proposta original. 5. Recurso especial não provido." (REsp n. 2.054.411/DF, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 3/10/2023, DJe de 6/10/2023.)

Portanto, a alternativa C está correta, pois apenas o item III está certo.

QUESTÃO 27. Raimundo, residente e domiciliado em Caicó/RN, realizou contrato de compra e venda de um boi, no qual se comprometia a pagar a Baltazar, residente e domiciliado em Pau dos Ferros/RN, o valor de R$ 2.000,00, em vinte e quatro parcelas mensais. Inicialmente, foi acordado entre as partes que o pagamento seria efetuado no domicílio do devedor, ou seja, Caicó/RN. Contudo, Raimundo, que constantemente viajava a Pau dos Ferros/RN, passou a efetuar o pagamento no domicílio do credor. Após o pagamento da vigésima parcela, Raimundo decidiu voltar a pagar o valor em Caicó/RN, o que não foi aceito por Baltazar.

Acerca da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com base no Código Civil e no entendimento doutrinário sobre o tema

a) Raimundo está correto, pois o recebimento do pagamento em local diverso do acordado configura aceitação tácita da mudança do local do pagamento, aplicando-se ao credor o instituto conhecido como dever de mitigar o próprio prejuízo.

b) Raimundo está correto, em razão da aplicação do princípio da obrigatoriedade dos contratos.

c) Em relação ao lugar do pagamento, a obrigação de Raimundo é classificada como portável.

d) Baltazar está correto, em razão do instituto da *supressio*.

e) Na hipótese de Baltazar ser sujeito vulnerável nessa relação jurídica, ele possuiria o direito de escolher o lugar do pagamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Inicialmente cumpre destacar que a 1ª parte da alternativa está certa, na medida em que, de fato, Raimundo está correto, pois o recebimento do pagamento em local diverso do acordado configura aceitação tácita da mudança do local do pagamento. Porém, a 2ª parte da alternativa está incorreta, pois a situação hipotética trata do instituto da "supressio". Aduz Cristiano Chaves que: "O Código Civil, embora não expressamente, admite um típico exemplo de supressio no art. 330, ao tratar do pagamento, reiteradamente, realizado em local diverso daquele fixado no contrato". Dispõe o art. 330 do Código Civil que: "O pagamento reiteradamente feito em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato".

A alternativa B está incorreta, pois Raimundo está certo, em razão da aplicação do instituto da "supressio", nos termos do art. 330 do Código Civil: "O pagamento reiteradamente feito em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato".

A alternativa C está incorreta. Em relação ao lugar do pagamento, a obrigação de Raimundo é classificada como quesível, pois, de acordo com o enunciado, inicialmente foi acordado entre as partes que o pagamento seria efetuado no domicílio do devedor. Dispõe o art. 327 do Código Civil que: "Art. 327. Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias". Para Cristiano Chaves: "Neste caso, temos a chamada 'dívida quesível' – quérable em francês –, ou dívida de 'ir buscar', cabendo ao credor procurar o devedor para obter o adimplemento". Por outro lado, ainda

conforme o autor: "convencionado que o pagamento será realizado no domicílio do credor, a dívida será portável – portable em francês. Vigorando o princípio da liberdade de eleição (art. 78 do CC), fixa-se domicílio contratual através da autonomia privada dos contratantes".

A alternativa D está correta. A "supressio" ocorre "quando o titular de um direito deixa de exercê-lo, durante certo lapso de tempo, criando para a outra parte uma confiança razoável de que aquele direito não seria mais exercido", consoante as palavras de Marcelo Dickstein. Nesse contexto, o art. 330 do Código Civil dispõe que: "O pagamento reiteradamente feito em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato". Nesse sentido, aduz Cristiano Chaves que: "O Código Civil, embora não expressamente, admite um típico exemplo de supressio no art. 330, ao tratar do pagamento, reiteradamente, realizado em local diverso daquele fixado no contrato". Por todo o exposto, conclui-se que Baltazar está correto, em razão do instituto da supressio.

A alternativa E está incorreta, pois o domicílio contratual é fixado mediante a autonomia privada dos contratantes, de acordo com o princípio da liberdade de eleição previsto no art. 78 do CC: "Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes".

QUESTÃO 28. José, proprietário de uma vaca, vendeu-a a Joaquim. O contrato de compra e venda foi celebrado em 2023 e José deveria receber de Joaquim a quantia de R$ 3.000,00 no momento da entrega do semovente, convencionada para dois meses após a celebração do contrato. No intervalo de tempo entre a celebração do contrato e a entrega do semovente, para surpresa de Joaquim, a vaca pariu dois bezerros.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Civil,

a) deverá ser feito um sorteio para definir quem ficará com bezerros.

b) um bezerro pertence a José e o outro, a Joaquim.

c) o contrato será considerado nulo.

d) os bezerros pertencem a José.

e) os bezerros pertencem a Joaquim.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 237 do Código Civil: "Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação".

De acordo com Cristiano Chaves: "Se o devedor sofre o ônus, deve também ser agraciado com o bônus. Qualquer melhoramento que vier a ocorrer em relação à coisa deverá ser computado no pagamento,

podendo o devedor exigir o incremento correspondente no preço. Mas não se pode aceitar que a obrigação fuja aos limites mínimos de vinculação, podendo o credor entender que não terá como arcar com o aumento de valor, dando-se a relação por encerrada e devolvendo-se as partes ao estado anterior".

Portanto, os bezerros nascidos no intervalo de tempo entre a celebração do contrato e a entrega do semovente, pertencem a José (devedor).

As alternativas A, B, C, e E estão incorretas, pelo fundamento exposto na alternativa D.

QUESTÃO 29. Ana conduzia seu veículo em uma via de mão dupla quando foi surpreendida por um outro carro, que trafegava, em alta velocidade, na contramão da direção da via. Pela necessidade das circunstâncias e por não haver meio de evitar colisão frontal, Ana realizou uma manobra em decorrência da qual o veículo veio a atingir Pedro, que estava na calçada. Pedro sofreu lesões corporais de natureza leve.

Nessa situação hipotética, de acordo com as disposições do Código Civil, Ana

a) praticou o ato no exercício regular de um direito.

b) praticou ato ilícito e deverá indenizar Pedro.

c) agiu em estado de necessidade e não deverá indenizar Pedro, pois o ato praticado é lícito.

d) agiu em legítima defesa e não deverá indenizar Pedro.

e) agiu em estado de necessidade e praticou ato lícito, porém deverá indenizar Pedro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A solução do questionamento apresentado exige uma análise conjunta dos arts. 188, II, e 929, ambos do Código Civil.

O estado de necessidade está previsto no art. 188, II, do diploma civilista: "Art. 188. Não constituem atos ilícitos: II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo".

Depreende-se da análise do enunciado que Ana realizou a manobra em estado de necessidade, de acordo com as circunstâncias do caso e por não existir outro meio de evitar colisão frontal. Assim, praticou ato lícito, conforme o dispositivo acima mencionado.

Ademais, no caso hipotético, subsiste o dever de Ana indenizar Pedro, tendo em vista Pedro, que estava na calçada e sofreu lesões corporais de natureza leve, não foi culpado do perigo. No caso hipotético, o perigo de colisão frontal foi causado por outro carro que trafegava, em alta velocidade, na contramão da direção da via. Dispõe o art. 929 do Código Civil: "Se a pessoa lesada, ou o dono da coisa, no caso do inciso II do art. 188, não forem culpados do perigo, assistir-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram".

Sobre o tema, afirma Cristiano Chaves que: "No estado de necessidade, quem age sob o manto de tal excludente, embora pratique um ato lícito, deverá reparar os danos causados se a pessoa lesada ou o dono da coisa não forem culpados do perigo. Portanto, a absolvição, no juízo criminal, fundada em estado de necessidade, não significa, no âmbito cível, a ausência do dever de reparar (digamos que alguém, de forma absurda, deixa seu carro parado no meio da estrada, depois de uma curva e com isso obriga o motorista prudente, que vem em sentido contrário, a avançar para a contramão, causando mortes. Nessa hipótese, a absolvição criminal do motorista que avançou para a contramão não significa que ele não deva reparar os danos) [...] Em todos os casos citados há, no entanto, direito de regresso. Quem, agindo em estado de necessidade, causa danos a outrem, poderá, depois de ressarci-los, voltar-se contra quem causou o perigo (o motorista que, desviando de carro na contramão, atinge um carro estacionado deverá reparar esse dano, mas poderá, em regresso, cobrar do condutor do veículo na contramão, causador do perigo)".

A alternativa A está incorreta, pois Ana praticou o ato em estado de necessidade.

A alternativa B está incorreta, pois Ana praticou ato lícito, nos termos do art. 188, II, do Código Civil: "Art. 188. Não constituem atos ilícitos: II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo".

A alternativa C está incorreta, pois o ato praticado em estado de necessidade, embora lícito, obriga a indenizar, nos termos do art. 929 do Código Civil: "Se a pessoa lesada, ou o dono da coisa, no caso do inciso II do art. 188, não forem culpados do perigo, assistir-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram".

A alternativa D está incorreta, pois Ana praticou o ato em estado de necessidade.

A alternativa E está correta, nos termos dos arts. 188, II, e 929, ambos do Código Civil: "Art. 188. Não constituem atos ilícitos: II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo. Art. 929. Se a pessoa lesada, ou o dono da coisa, no caso do inciso II do art. 188, não forem culpados do perigo, assistir-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram."

Além disso, de acordo com Cristiano Chaves: "O legislador optou por proteger a vítima, considerando que pelo princípio da reparação integral sejam os danos patrimoniais ou extrapatrimoniais – é inarredável o direito da vítima à reparação, mesmo que amparado o agente pela excludente da ilicitude. Assim, se alguém, agindo em estado de necessidade, causar danos à pessoa ou à coisa, deve repará-los (art. 929). Se o motorista, dirigindo com prudência, vê, após uma curva, um veículo ultrapassando na contramão, e instintivamente gira a direção para a esquerda, subindo na calçada e atropelando alguém,

estará obrigado a reparar os danos que a pessoa atropelada sofreu. A vítima, assim, será indenizada, ainda que lícito o comportamento daquele que a atropelou. Pode, porém, o motorista do veículo, após indenizar a vítima (atropelado), intentar ação de regresso contra o condutor do veículo na contramão (causador do perigo), de acordo com a previsão do art. 930 do Código Civil e respaldo na jurisprudência".

QUESTÃO 30. André está sendo acusado, no juízo criminal, de conduzir veículo sob o efeito de bebida alcoólica e, em razão disso, ter causado lesões corporais em Maria. A respeito da obrigação de André de indenizar Maria na esfera cível, de acordo com as disposições do Código Civil, assinale a opção correta.

a) Eventual absolvição de André no juízo criminal constituirá óbice a sua condenação no juízo cível se a sentença for fundada na inexistência do fato ou na negativa de sua autoria.

b) Caso André seja condenado na esfera criminal e a respectiva sentença seja fundada em excludente de ilicitude, tal sentença criminal vinculará o juízo cível, inviabilizando-se qualquer pretensão indenizatória de Maria no âmbito cível.

c) Eventual condenação de André no juízo criminal prescindirá da necessidade de quantificação do dano no procedimento cível, em razão do efeito automático da sentença criminal no juízo cível.

d) Vigora no ordenamento jurídico a regra de dependência entre as instâncias cível e criminal.

e) Caso André seja absolvido por insuficiência de provas no juízo criminal, ele ficará isento de qualquer responsabilidade civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 935 do Código Civil: "A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal".

A alternativa B está incorreta, pois a sentença criminal fundada em excludente de ilicitude não inviabiliza qualquer pretensão indenizatória de Maria no âmbito cível. Dispõe o art. 67 do Código de Processo Penal que: "Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: I - o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação; II - a decisão que julgar extinta a punibilidade; III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime".

Além disso, de acordo com Cristiano Chaves: "Diferentemente do inexorável efeito preclusivo da decisão condenatória transitada em julgado, os efeitos da sentença penal absolutória oscilarão no juízo cível. Confirmando a relativa autonomia entre as jurisdições, será a absolvição veemente no juízo cível se reconhecer, de modo categórico, que o fato não aconteceu, ou que, embora tenha acontecido, o réu não

foi o seu autor (art. 935, CC e art. 66, CPP). Todavia, as demais hipóteses de absolvição, quaisquer que sejam, não vinculam o juízo cível, facultando-se à vítima o acesso a ação civil ex delicto."

A alternativa C está incorreta, pois será necessária a quantificação do dano no procedimento cível. Conforme Cristiano Chaves: "Saliente-se a indispensabilidade da prévia liquidação para que se possa fazer valer a condenação embutida na sentença penal. Aduz o parágrafo único do artigo 63 do Código de Processo Penal que, transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor fixado nos termos do inciso IV do caput do artigo 387, sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido. Em verdade, trata-se de ação de liquidação (pedido deduzido diante de uma autoridade judiciária civil em face do responsável, com vista à definição do valor devido)".

A alternativa D está incorreta, pois no ordenamento jurídico vigora a regra da relativa independência entre as instâncias cível e criminal. Segundo Cristiano Chaves, o art. 935 do Código Civil consiste em "importante dispositivo verbera uma relativa independência entre os dois sistemas de responsabilidade, nos casos em que se apresenta um fato penalmente típico, com eficácia indenizatória. Com efeito, uma das possíveis eficácias de uma condenação criminal (seja a pena privativa de liberdade, restritiva de direitos ou de multa) será a obrigação de indenizar".

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 935 do Código Civil: "A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal". Afirma Cristiano Chaves que: "A absolvição criminal, como visto, poderá vincular a decisão civil, se reconhecer que o fato inexistiu ou que o réu é inocente. Fora essas duas hipóteses, mencionadas pelo art. 935 do Código Civil – e reafirmadas pelo Código de Processo Penal –, não há projeção, na esfera civil, das decisões absolutórias penais".

QUESTÃO 31. Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício. Considerando o teor do dispositivo do Código de Processo Civil (CPC) transcrito anteriormente e o entendimento do STJ a respeito da matéria, assinale a opção correta.

a) Viola o princípio da não surpresa a prolação de acórdão que, embora em consonância com os limites da lide, realiza tipificação jurídica da pretensão no ordenamento jurídico posto, ainda que as partes não a tenham invocado (*iura novit curia*) e independentemente da oitiva delas.

b) A palavra "fundamento", presente no art. 10 do CPC, relaciona-se ao fundamento legal, e não à circunstância de fato qualificada pelo direito em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, o que impõe ao juiz o dever de informar às partes os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa.

c) É aplicável o princípio da não surpresa nas hipóteses relacionadas à aferição de prazo processual para fins de tempestividade de recurso, ainda que a parte recorrida possua meios de prever e contrapor o argumento decisório utilizado.

d) Durante julgamento no tribunal, se o relator constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada que devam ser consideradas no julgamento do recurso, as partes serão intimadas para que se manifestem no prazo de 5 dias, visto que é vedado ao julgador decidir com base em fundamentos jurídicos não submetidos ao contraditório.

e) Viola o art. 10 do CPC e, consequentemente, o princípio da não surpresa o ato de o tribunal conferir classificação jurídica aos fatos controvertidos que sejam contrários à pretensão da parte, com aplicação da lei aos fatos narrados nos autos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do princípio da não surpresa no âmbito do processo civil.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o STJ, não há ofensa ao princípio da não surpresa quando o magistrado, diante dos fatos narrados pelas partes, realiza a tipificação jurídica e aplica a lei adequada ao caso, mesmo que as partes não a tenham invocado, pois se presume que a legislação é do conhecimento de todos. Para fundamentar essa afirmação, é possível citar os seguintes precedentes:

STJ, EDcl nos Embargos de Divergência no REsp 1.213.143, 2023: "Diante da ausência de dimensão absoluta do princípio da não surpresa, equivocada a interpretação que conclua pela sua aplicação automática e irrestrita. Não ofende o art. 10 do CPC/2015 o provimento jurisdicional que dá classificação jurídica à questão controvertida apreciada em sede de embargos de divergência".

STJ, REsp 1.781.459, 2020: "A aplicação do princípio da não surpresa não impõe, portanto, ao julgador que informe previamente às partes quais os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa. O conhecimento geral da lei é presunção *jure et de jure*".

A alternativa B está incorreta. Na verdade, o art. 10 do CPC, ao utilizar a expressão "fundamento", está se referindo ao fundamento jurídico, que é a circunstância de fato qualificada pelo direito, e que não se confunde com o fundamento legal, que é o dispositivo de lei aplicável à matéria discutida em juízo. A aplicação do art. 10 não exige que o julgador realize, com antecedência, uma comunicação destinada às partes acerca dos dispositivos legais aplicáveis à lide que está sendo debatida, justamente pelo fato de que o conhecimento da lei é uma presunção absoluta. Essa fundamentação pode ser encontrada nos EDcl no REsp 1.280.825, de 2017.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ, a aferição da tempestividade do recurso não exige a aplicação do princípio da não surpresa, porque a verificação da observância do prazo recursal não configura uma questão nova, já que os prazos e as suas formas de contagem estão devidamente estabelecidos na legislação.

Em caso concreto julgado pela Corte, foi denegado o Agravo em REsp interposto para questionar a decisão de não conhecimento de um REsp em razão da sua intempestividade, afastando-se o argumento do recorrente de que seria necessária a prévia intimação dele para se manifestar acerca da intempestividade do recurso (AREsp 1.778.081, de 2022).

A alternativa D está correta. Ao contrário das demais alternativas, que se fundamentaram na jurisprudência do STJ, essa trouxe a literalidade do art. 933 do CPC, que estabelece o seguinte: "Se o relator constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada que devam ser considerados no julgamento do recurso, intimará as partes para que se manifestem no prazo de 5 (cinco) dias". Trata-se de uma hipótese concreta de aplicação do princípio da não surpresa, pois garante que as partes se manifestem antecipadamente sobre a questão fática constatada pelo relator do processo no Tribunal.

A alternativa E está incorreta. Assim como já comentado na alternativa A, a atuação do magistrado no sentido de atribuir a tipificação jurídica adequada aos fatos narrados pelas partes não está sujeita à observância do art. 10 do CPC, tendo em vista que se está realizando apenas a aplicação da lei ao caso concreto.

QUESTÃO 32. À luz do entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores a respeito de competência, assinale a opção correta.

a) Compete à justiça comum o julgamento de ação ajuizada por servidor celetista contra o poder público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa, em que pese a natureza celetista do vínculo empregatício.

b) Ainda que a União ingresse no feito na condição de assistente simples, remanesce a competência do tribunal de justiça local para julgamento de recurso de embargos de declaração interpostos por aquele ente público em face de acórdão proferido pelo tribunal de justiça estadual.

c) Ainda que haja litisconsórcio passivo com pessoa jurídica de direito público, compete ao juízo universal falimentar processar e julgar demandas cíveis com pedidos ilíquidos contra a massa falida.

d) A competência para julgamento de ação de indenização por danos morais decorrentes de ofensas proferidas em rede social na Internet é do foro do domicílio do réu, em razão da ampla divulgação do ato ilícito.

e) Nas hipóteses em que seja adotado o regime celetista de contratação de pessoal, compete à justiça do trabalho processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade de concurso público em face da administração pública, direta ou indireta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata das regras de competência aplicáveis no âmbito do processo civil.

A alternativa A está correta, pois corresponde ao Tema 1.143 do STF: "A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de

natureza administrativa". Portanto, se um servidor celetista ajuizar uma ação pleiteando algum benefício concedido a ele pela legislação local, mas não previsto na CLT, a competência para o julgamento da ação será da Justiça Comum (Federal ou Estadual, a depender do caso).

Isso demonstra que nem todas as demandas advindas de um contrato de trabalho são julgadas pela Justiça do Trabalho.

A alternativa B está incorreta. Na verdade, o ingresso da União no processo na condição de assistente simples é suficiente para atrair a competência da Justiça Federal para o processamento da demanda, como prevê o art. 109, I, da CF.

Essa regra se aplica também para o julgamento dos embargos de declaração opostos contra uma decisão de um Tribunal de Justiça. Portanto, tendo ocorrido o ingresso da União como assistente simples nesse momento processual, os embargos deverão ser julgados pelo Tribunal Regional Federal competente, como decidiu o STJ no EREsp 1.265.625.

Todavia, é necessário ressalvar que essa regra não se aplica às intervenções anômalas (ou anódinas) da União, regidas pelo art. 5º da Lei 9.469/97. Nessas hipóteses, a União está intervindo sem possuir interesse jurídico na demanda, razão pela qual não ocorre o deslocamento da competência.

A alternativa C está incorreta. Essa é uma das hipóteses nas quais o juízo competente para a apreciação do pedido não será o juízo falimentar, mas, sim, o juízo cível com competência para julgar ações contra a Fazenda Pública, como já decidiu o STJ no REsp 1.643.856. Vale ressaltar, ainda, que a própria Lei 11.101/05, em seu art. 6º, §1º, estabelece que a ação que demandar quantia ilíquida não é de competência do juízo universal da falência, logo, ela deve ser ajuizada de acordo com as regras gerais de competência, pois está fora das atribuições do juízo falimentar.

A alternativa D está incorreta. A assertiva está em descompasso com a recente decisão proferida pelo STJ no REsp 2.032.427: "A competência para julgamento de ação de indenização por danos morais, decorrente de ofensas proferidas em rede social, é do foro do domicílio da vítima, em razão da ampla divulgação do ato ilícito".

Sabe-se que, em regra, o CPC estabelece que as ações de reparação de danos devem ser propostas no lugar do ato ou fato (art. 53, IV, "a"). Então, em caso de ofensas proferidas por meio da internet, seria possível argumentar que o local do ato ou fato foi o local em que o ofensor estava quando as proferiu, mas o STJ adotou solução diferente e entendeu que, nessas hipóteses, o local do ato ou fato deve ser compreendido como sendo o domicílio da vítima, pois é nessa localidade que a ofensa gera maior repercussão social.

A alternativa E está incorreta, pois contraria o Tema 992 do STF: "Compete à Justiça comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal".

A título de complementação, ressaltamos que o STF modulou os efeitos da sua tese, com o intuito de ressalvar os processos com sentenças de mérito proferidas antes de 06 de junho de 2018, que poderão continuar tramitando na Justiça do Trabalho até o seu trânsito em julgado, sem remessa dos autos para

a Justiça Comum. Todavia, essa modulação de efeitos é a exceção e não faz com que a assertiva se torne correta.

QUESTÃO 33. A respeito da concessão de medidas cautelares contra atos do poder público, das tutelas provisórias previstas no CPC e da execução contra a fazenda pública, assinale a opção correta.

a) A execução provisória de obrigação de fazer em face da fazenda pública atrai o regime constitucional dos precatórios, porquanto a ausência de prestação positiva se converte em perdas e danos.

b) Eventuais danos decorrentes da execução de tutela antecipada suscitam responsabilidade processual que verifique a culpa *lato sensu* do agente, devendo tais danos ser reparados após apuração em procedimento de liquidação levado a efeito em autos apartados.

c) É cabível, contra o poder público, medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação, ainda que a execução da medida resulte em resultado prático que inviabilize o retorno ao *status quo ante*.

d) É necessário o pronunciamento judicial para que seja imposta a obrigação de indenizar o dano causado pela execução de tutela antecipada posteriormente revogada.

e) Não atendido o prazo legal de 30 dias úteis para a formulação do pedido principal em tutela cautelar requerida em caráter antecedente, a medida concedida perderá sua eficácia e o procedimento de tutela antecedente será extinto sem exame do mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata da concessão de liminares no âmbito do CPC e, também, da execução contra a Fazenda Pública.

A alternativa A está incorreta. A execução das obrigações de fazer contra a Fazenda Pública não atrai a incidência do regime de precatórios. O CPC é claro ao estabelecer que as especificidades do cumprimento de sentença e da execução de título extrajudicial envolvendo a Fazenda Pública somente se aplicam às obrigações de pagar quantia certa (arts. 534 e 910), de modo que as demais espécies de obrigações se sujeitam ao mesmo regime de execução aplicável aos particulares. Inclusive, isso está exposto no Tema 45 do STF: "A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública não atrai o regime constitucional dos precatórios".

A alternativa B está incorreta. Existem dois grandes erros nessa assertiva, e o primeiro deles está na expressão "culpa *lato sensu*", pois a responsabilização decorrente da execução das tutelas de urgência é objetiva e independe de qualquer análise de culpa na conduta da parte (art. 302, *caput*, CPC). Ainda, o segundo erro está na afirmação de que a indenização deve ser liquidada em autos apartados, pois, na

verdade, o parágrafo único do art. 302 do CPC estabelece que, sempre que possível, essa liquidação deve ocorrer nos mesmos autos em que a medida tiver sido concedida.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o art. 1º, §3º, da Lei 8.437/92: "Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação". Trata-se de uma prerrogativa específica da Fazenda Pública em juízo, pois essa limitação não existe em favor dos particulares.

A alternativa D está incorreta. Na verdade, não se exige qualquer pronunciamento judicial para que surja o dever de indenização decorrente da execução da tutela provisória posteriormente revogada (STJ, REsp 1.770.124). Portanto, basta a ocorrência de uma das hipóteses do art. 302 do CPC para que a parte responda pelos prejuízos causados ao réu em decorrência da efetivação da tutela de urgência, de modo que a responsabilização é *ex lege*, ou seja, é uma decorrência automática do disposto no CPC.

A alternativa E está correta. Uma vez efetivada a tutela cautelar concedida em caráter antecedente, a parte autora possui o prazo de 30 dias para formular o pedido principal nos mesmos autos, sob pena de perda da eficácia dessa medida e da consequente extinção do processo sem análise do mérito (arts. 308 e 309 do CPC), pois se trata de uma hipótese específica de abandono da causa por parte do autor (art. 485, III, CPC).

Portanto, pelo fato de o processo ser extinto sem análise do mérito, é possível que, posteriormente, o autor formule novamente o pedido, tendo em vista que não haverá a formação de coisa julgada material.

QUESTÃO 34. No que se refere ao pagamento de requisição de pequeno valor e de precatório pela fazenda pública, assinale a opção correta com base na jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Embora as normas que regulamentam o procedimento de execução das obrigações de pequeno valor versem sobre atos necessários para que a fazenda pública cumpra o julgado exequendo, o STF reconhece a natureza eminentemente material dessas normas.

b) Ainda que não demonstradas a quebra da ordem de preferência de pagamento dos precatórios e a inexistência de alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do débito, admite-se sequestro de verbas públicas para pagamento de crédito a portador de moléstia grave.

c) Sociedade de economia mista prestadora de serviço público em regime não concorrencial está sujeita ao regime de precatórios, não podendo sofrer constrição judicial de seus bens, rendas e serviços, em respeito aos princípios da legalidade orçamentária e da separação funcional dos Poderes.

d) A lei disciplinadora da submissão de crédito ao sistema de execução via precatório possui natureza processual, sendo, por essa razão, aplicável à situação jurídica constituída antes de sua entrada em vigor.

e) A jurisprudência do STF confere ampla autonomia ao estado-membro na definição do valor referencial das obrigações de pequeno valor, não permitindo, contudo, a fixação de valores

inferiores aos valores referenciais previstos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata dos precatórios e dos RPVs na jurisprudência do STF e do STJ.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, as normas que regulamentam o procedimento das execuções das obrigações de pequeno valor contra a Fazenda Pública têm natureza processual (STF, AgRg no RE 632.550). A consequência prática disso é que uma eventual modificação dessas normas terá também o condão de alcançar as ações já em curso no momento em que a alteração legal for publicada.

A alternativa B está incorreta. O tema está tratado no art. 100, §6º, da CF, que prevê o seguinte: "As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva".

Portanto, percebe-se que o sequestro dos valores somente é possível em casos de preterimento do direito de precedência ou de não alocação orçamentária em valor suficiente. Trata-se de uma medida excepcional que apenas será cabível nessas restritas hipóteses, que são taxativas (STF, RE 840.435).

A alternativa C está correta. Em regra, as sociedades de economia e as empresas públicas mista não fazem jus ao regime de precatórios, tendo em vista que elas são entidades de direito privado e, portanto, não se inserem no conceito de "Fazenda Pública".

Todavia, nas hipóteses em que sejam prestadoras de serviço público de natureza não concorrencial, elas devem ser incluídas no conceito de Fazenda Pública, de modo que passam a se valer do regime de precatórios. O STF aplica esse entendimento, por exemplo, às companhias estaduais de saneamento básico, desde que o seu capital social seja majoritariamente público e o serviço seja prestado sem intuito lucrativo e em regime de exclusividade (AgRg no RE 627.242).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, essa legislação tem natureza jurídica material e processual, razão pela qual ela não pode ser aplicada às situações jurídicas consolidadas antes da sua entrada em vigor. Isso já foi decidido no Tema 792 do STF: "Lei disciplinadora da submissão de crédito ao sistema de execução via precatório possui natureza material e processual, sendo inaplicável à situação jurídica constituída em data que a anteceda".

A alternativa E está incorreta. De fato, os entes subnacionais têm ampla autonomia para definirem os valores referenciais das suas obrigações de pequeno valor, e, nessa parte, a assertiva está correta. Todavia, o erro está em afirmar que não é possível a fixação de valores inferiores àqueles expostos no ADCT, pois, na verdade, o STF admite essa fixação (ADI 2.868). Inclusive, vale lembrar que os valores do ADCT são de 40 salários-mínimos para os Estados-membros (incluído o DF) e 30 salários-mínimos para

os Municípios. Então, é perfeitamente possível que a legislação local desses entes estabeleça um valor referencial menor para o reconhecimento das obrigações de pequeno valor que serão pagas por meio de RPV.

QUESTÃO 35. À luz do disposto no CPC e da jurisprudência dos tribunais superiores a respeito da ação rescisória e da coisa julgada, assinale a opção correta.

a) A decisão de mérito transitada em julgado é rescindível quando for fundada em erro de fato que represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter-se pronunciado.

b) A ausência de intimação da decisão que implicou o provimento parcial do recurso interposto pela parte contrária não é suficiente para o manejo de ação rescisória.

c) Como efeito *ope legis*, a propositura da ação rescisória, em regra, suspende eventual cumprimento da sentença rescindenda.

d) Os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser arbitrados sobre a base de cálculo extraída da ação que originou a decisão que se pretenda rescindir.

e) Considera-se documento novo apto a aparelhar a ação rescisória aquele que, embora já existente à época da decisão rescindenda, era ignorado pelo autor ou do qual não pôde fazer uso, capaz de assegurar, por si só, a procedência do pedido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata das disposições relativas à ação rescisória no CPC e na jurisprudência do STF e do STJ.

A alternativa A está incorreta. Ela reproduz parte do art. 966, §1º, do CPC, alterando apenas o seu final: "Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado". Portanto, a ação rescisória só pode ser proposta sob o argumento de erro de fato (art. 966, VIII, CPC) nas hipóteses em que esse fato não seja um ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado, pois, se for, o pleito do autor consistirá em uma tentativa de reexame do mérito por meio da ação rescisória, que é um objetivo ao qual ela não se presta.

A alternativa B está incorreta, pois contraria a jurisprudência predominante no âmbito do STJ. De acordo com a Corte: "A ausência de intimação da decisão que implicou o provimento parcial do recurso interposto pela parte contrária é sempre prejudicial ao recorrido, sendo cabível o manejo de ação rescisória" (AR 6.463, 2023).

A alternativa C está incorreta. Na verdade, a regra é que a propositura da ação rescisória não suspenda o cumprimento da decisão rescindenda, como prevê o art. 969 do CPC: "A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória".

A alternativa D está incorreta. Na ação rescisória, os honorários advocatícios devem ser calculados sobre os parâmetros da própria ação rescisória, e não sobre a base de cálculo extraída da ação originária (STJ, REsp 2.068.654).

A alternativa E está correta. O "documento novo" utilizado como fundamento para a propositura da ação rescisória (art. 966, VII, CPC) não é apenas aquele documento que surgiu posteriormente à decisão, mas, também, o documento que já existia na época em que a decisão rescindenda foi proferida, mas cuja existência o autor ignorava, bem como o documento do qual ele não pôde fazer uso na época apropriada (STJ, AR 5.196, 2022). É necessário destacar que o cabimento da ação rescisória, nesse caso, exige que o documento seja suficiente para assegurar, por si só, a procedência do pedido.

QUESTÃO 36. Acerca do pedido de suspensão da eficácia das decisões proferidas contra o poder público, assinale a opção correta.

a) As pessoas jurídicas de direito privado têm legitimidade para formular pedido de suspensão de segurança quando prestadoras de serviço público ou no exercício de função delegada pelo poder público, desde que na defesa do interesse público primário, correspondente aos interesses da coletividade como um todo.

b) Flagrante ilegitimidade não é requisito para o pedido de suspensão de execução de liminar nas ações movidas contra o poder público ou seus agentes.

c) Não provoca grave lesão à ordem e à economia públicas eventual decisão liminar que interfira na gestão, na organização e no custeio de políticas públicas.

d) A interposição de agravo de instrumento contra decisão também objeto de pedido de suspensão implica a perda do objeto desse incidente processual, devido à ausência de interesse processual.

e) Não configura grave lesão à ordem pública eventual interferência do Poder Judiciário no juízo de conveniência e oportunidade do administrador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata da suspensão de liminar e de sentença (ou suspensão de segurança).

A alternativa A está correta. Em regra, a suspensão de liminar somente pode ser utilizada pela Fazenda Pública e pelo Ministério Público. Todavia, o STJ admite a legitimidade ativa das concessionárias de serviços públicos para a realização desse pedido, desde que seja em defesa do interesse público primário: "A pessoa jurídica de direito privado delegatária de serviço público somente tem legitimidade ativa para ingressar com pedido de suspensão de segurança na hipótese em que estiver atuando na defesa de interesse público primário relacionado com os termos da própria concessão e prestação do serviço público" (STJ, Corte Especial, AgInt na SLS 3.169, 2023).

A alternativa B está incorreta. Essa assertiva traz uma parte do art. 4º da Lei 8.437/92, que prevê: "Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas". A partir da leitura desse artigo, percebe-se que a flagrante ilegitimidade é, sim, um dos requisitos da suspensão de segurança, razão pela qual a alternativa está incorreta.

A alternativa C está incorreta. O fato de a decisão liminar interferir na gestão, na organização ou no custeio de políticas públicas é uma circunstância que poderá resultar em grave lesão à ordem e à economia públicas, razão pela qual se tornará cabível o pedido de suspensão de liminar (STJ, AgInt na SS 3.246, 2020).

A alternativa D está incorreta. A suspensão de segurança e o agravo de instrumento são institutos de natureza jurídica diversa, de modo que a utilização de um deles não condiciona e nem prejudica a utilização do outro (art. 4º, §6º, Lei 8.437/92). Por essa razão, é possível, inclusive, a interposição concomitante do agravo de instrumento e do pedido de suspensão de segurança.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, a intervenção do Judiciário no juízo de conveniência e oportunidade do Executivo é passível de gerar grave lesão à ordem pública, por subverter a lógica da separação de Poderes (STJ, AgInt na SS 3.246, 2020).

QUESTÃO 37. No que se refere aos recursos, assinale a opção correta conforme as disposições do CPC e a jurisprudência do STJ.

a) A majoração de honorários em grau recursal ocorre em caso de provimento total ou parcial do recurso, ainda que mínima a alteração do resultado do julgamento e limitada a consectários da condenação.

b) A oposição de embargos de declaração interrompe o prazo para a interposição de agravo em recurso especial.

c) A aplicação da técnica do julgamento ampliado não deve ser observada no julgamento não unânime dos embargos de declaração interpostos contra acórdão de apelação unânime, ainda que surja divergência no julgamento dos embargos capaz de alterar o resultado do julgado.

d) A preclusão consumativa pela interposição de recurso enseja a inadmissibilidade do segundo recurso interposto pela mesma parte e contra o mesmo julgado, ainda que a insurgência posterior seja a adequada para impugnar a decisão e tenha sido interposta antes de decorrido o prazo recursal.

e) Exige-se o trânsito em julgado para a aplicação do paradigma firmado em sede de recurso repetitivo ou de repercussão geral, considerado o plano da eficácia das decisões judiciais.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata de regras gerais relativas aos recursos de acordo com o CPC e com a jurisprudência do STJ.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a tese firmada pelo STJ no Tema 1.059: "A majoração dos honorários de sucumbência prevista no art. 85, §11, do CPC pressupõe que o recurso tenha sido integralmente desprovido ou não conhecido pelo tribunal, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente. Não se aplica o art. 85, §11, do CPC em caso de provimento total ou parcial do recurso, ainda que mínima a alteração do resultado do julgamento ou limitada a consectários da condenação".

A alternativa B está incorreta. Na verdade, o STJ tem entendimento consolidado em sentido contrário, afirmando que: "os embargos de declaração, quando opostos contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial na origem, não interrompem, em regra, o prazo para a interposição do agravo, único recurso cabível, salvo quando essa decisão for tão genérica que impossibilite ao recorrente aferir os motivos pelos quais teve seu recurso obstado, inviabilizando-o totalmente de interpor o agravo" (EAREsp 2.039.129).

Portanto, considerando que, contra a decisão de inadmissão do recurso especial, somente cabe o agravo interno ou o agravo em recurso especial, o STJ entende que os embargos de declaração não têm, em regra, o condão de interromper o prazo para tais recursos.

A alternativa C está incorreta. Mesmo que a apelação tenha sido julgada à unanimidade, a técnica de julgamento ampliado (art. 942, CPC) deve ser aplicada no julgamento não unânime dos embargos de declaração no caso em que a divergência suscitada puder alterar o resultado inicial (AREsp 2.214.392, 2023).

A alternativa D está correta. O fato de a parte já ter interposto um recurso contra a decisão é suficiente para gerar a preclusão consumativa do segundo recurso eventualmente interposto, ainda que esse segundo recurso seja o adequado para atacar a decisão e seja interposto dentro do prazo (STJ, REsp 2.075.284, 2023).

Por exemplo, se a parte impugnar uma decisão por meio de apelação e, ainda dentro do prazo recursal, perceber que o recurso correto era o agravo de instrumento e protocolá-lo, ambos os recursos não serão conhecidos (o primeiro não será conhecido por ser inadequado, e o segundo não será conhecido em razão da preclusão consumativa).

A alternativa E está incorreta. Uma vez exarada uma tese no âmbito da repercussão geral (STF) ou dos recursos repetitivos (STJ), ela pode ser aplicada de imediato, independentemente do trânsito em julgado do processo. Assim já decidiu o STJ: "Não é necessário aguardar o trânsito em julgado para a aplicação do paradigma firmado em sede de recurso repetitivo ou de repercussão geral" (AgInt no REsp 2.060.149, 2023).

QUESTÃO 38. Assinale a opção correta a respeito da execução, do cumprimento de sentença e dos precatórios.

a) No cumprimento de sentença em procedimento comum, admite-se a determinação judicial à fazenda pública da execução invertida.

b) O rol dos débitos de natureza alimentar elencados no texto constitucional não é taxativo, pois a definição da natureza do débito se vincula à destinação precípua de subsistência do credor e de sua família.

c) É prescindível a intimação do réu revel na fase de cumprimento de sentença.

d) Na execução de dívida de natureza não alimentar, não se admite a penhora de salário, ainda que este exceda o montante de 50 salários-mínimos.

e) Na impugnação parcial ao cumprimento de sentença, é direito da parte exequente prosseguir com os atos executórios sobre a parte incontroversa da dívida, salvo nos atos constritivos, como a realização de penhora.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do cumprimento de sentença e do regime de precatórios.

A alternativa A está incorreta. A execução invertida consiste em uma modificação do rito tradicional do CPC, no qual o executado oferta espontaneamente ao exequente o valor que entende ser devido. A Fazenda Pública pode adotar essa técnica, mas isso não pode ser imposto pelo magistrado, trata-se de uma faculdade do ente público, que deve ser espontânea (AREsp 2.0140.491, 2023).

A alternativa B está correta. De acordo com o STJ, o rol de débitos alimentares que está exposto na CF (art. 100, §1º) não é taxativo, mas meramente exemplificativo. Desse modo, outras verbas podem ser classificadas como alimentares e, assim, ingressar na fila preferencial de pagamento dos precatórios, desde que seja possível demonstrar que elas são destinadas à subsistência do credor e de sua família (RMS 72.481, 2023).

A alternativa C está incorreta. O fato de o réu ter sido revel na fase de conhecimento não é motivo suficiente para que ele não seja intimado na fase de cumprimento de sentença. Essa intimação pode ser feita por carta com aviso de recebimento, por edital (se ele já tiver sido citado por edital na fase de conhecimento) ou até mesmo pelo advogado constituído nos autos, se ele possuir um. Essas regras estão no art. 513, §2º, do CPC.

A alternativa D está incorreta. O CPC autoriza expressamente a penhora de salário para o pagamento de dívidas não alimentares, desde que o salário exceda o montante de 50 salários-mínimos (art. 833, §2º, CPC). Se, por outro lado, a dívida possuir natureza alimentar, a penhora de salário será possível ainda que este não exceda o valor de 50 salários-mínimos mensais.

A alternativa E está incorreta. Sobre a parte incontroversa da dívida, é perfeitamente possível o prosseguimento do cumprimento de sentença, que seguirá as regras do cumprimento definitivo (art. 523, *caput*, CPC), sendo possível, inclusive, o levantamento de eventual depósito realizado pelo réu a título de parcela incontroversa (art. 526, §1º, CPC).

E, sobre a parte não incontroversa da dívida, também é possível a continuidade da execução com a prática de atos executivos, inclusive os atos de expropriação. Caso o magistrado entenda ser adequado, poderá deferir efeito suspensivo à impugnação apresentada pelo executado, mas, mesmo nessa hipótese, o exequente pode obter o prosseguimento da execução se prestar caução suficiente e idônea nos próprios autos (art. 525, §§6º, 7º, 8º e 10, CPC).

Logo, percebe-se que não há qualquer vedação abstrata e genérica acerca da realização da penhora, o que torna a assertiva errada.

QUESTÃO 39. A respeito de aspectos atinentes à ação rescisória, julgue os itens seguintes, considerando a jurisprudência do STF.

I – Não se admite o manejo de ação rescisória em face de decisão transitada em julgado que não seja de mérito.

II – Não cabe ação rescisória por violação à norma jurídica se a norma em que tiver se baseado a decisão rescindenda for de interpretação controvertida no âmbito dos tribunais, exceto se esse debate a respeito daquela norma for de ordem constitucional.

III – Sobrevindo pronunciamento do STF, sob o regime de repercussão geral, em sentido contrário a decisão transitada em julgado no âmbito dos juizados especiais da justiça comum estadual, será admitida a desconstituição dos efeitos da coisa julgada por meio de simples petição, a ser apresentada em prazo equivalente ao da ação rescisória.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois apenas o item III está certo.

A questão trata da ação rescisória na jurisprudência do STF.

O item I está incorreto. Em regra, a ação rescisória é, sim, destinada exclusivamente às decisões de mérito. Todavia, o CPC admite a utilização da ação rescisória contra a decisão transitada em julgado que impeça a nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente, mesmo que não seja de mérito (art. 966, §2º). O STF, no AgRg na AR 2.520, concordou com a previsão do CPC e afirmou que a ação rescisória contra decisão que não seja de mérito somente é cabível nessas duas hipóteses específicas.

O item II está incorreto. O fundamento para considerar essa assertiva errada é a Súmula 343 do STF: "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal dispositivo de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais". Perceba que o examinador criou uma exceção não prevista na Súmula, tampouco na jurisprudência do STF, pois o fato de o debate envolver uma norma constitucional não é suficiente para afastar esse entendimento sobre o não cabimento da ação rescisória.

O item III está correto. Antes de mais nada, é necessário lembrar que não existe a possibilidade de utilização da ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais (art. 59, Lei 9.099/95). E, de acordo com o STF, a vedação ao cabimento de ação rescisória nos Juizados Especiais não é motivo suficiente para impedir a desconstituição de uma sentença que esteja em desconformidade com um pronunciamento posterior da Corte, de modo que bastará a interposição de uma simples petição para gerar o mesmo efeito (RE 586.068, 2023).

No mesmo precedente acima citado, o STF afirmou que uma decisão proferida pelo seu Plenário, tanto em sede de controle difuso quanto de controle concentrado, pode ser utilizada como fundamento para a alegação de inexigibilidade de um título executivo judicial fundado em aplicação ou interpretação da lei tida, naquela decisão, como incompatível com a Constituição Federal. Se o pronunciamento da Corte for anterior ao trânsito em julgado do título executivo judicial, caberá a impugnação ao cumprimento de sentença para alegar a inexigibilidade; mas, se for posterior, caberá a ação rescisória (e, no caso dos Juizados, caberá a simples petição, no mesmo prazo da ação rescisória).

QUESTÃO 40. A respeito da suspensão da eficácia de decisões contrárias ao poder público, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do STF.

a) O manejo de suspensão de segurança comporta a análise do mérito do processo originário no qual tenha sido deferida liminar contra a administração pública.

b) Uma vez deferida a suspensão de segurança pelo presidente do STF, é possível estender seus efeitos a liminares ou sentenças supervenientes cujos objetos sejam idênticos ao do primeiro comando suspensivo.

c) A formalização de suspensão de segurança pelo poder público está condicionada ao exaurimento da via recursal.

d) A suspensão de segurança deferida pelo presidente do STF deve vigorar até a publicação da decisão de mérito na ação principal, independentemente do seu trânsito em julgado.

e) É cabível o deferimento de suspensão de segurança ainda que, para tanto, se exija cognição ampla de todos os elementos de fato e de direito da causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata da suspensão de segurança na jurisprudência do STF.

A alternativa A está incorreta. A análise do pedido de suspensão de segurança deve levar em conta apenas os seus requisitos de admissibilidade, como a existência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Não há uma análise de mérito do processo originário, pelo fato de a suspensão de segurança não ter natureza jurídica de recurso (STF, AgRg na SS 5.305).

A alternativa B está correta. A possibilidade de suspensão de liminares e sentenças supervenientes que tenham idêntico objeto está expressa no art. 4º, §8º, da Lei 8.437/92: "As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original". Isso se aplica também para as suspensões de segurança concedidas pelo Presidente do STF (AgR na Extensão de STA 800).

A alternativa C está incorreta. A interposição da suspensão de liminar, por parte do legitimado ativo, não exige o exaurimento da via recursal, sendo certo que o seu processamento independe da interposição de eventual agravo de instrumento contra a decisão (STF, SL 129). Percebe-se, portanto, que a suspensão de liminar é autônoma em relação aos recursos previstos na legislação.

A alternativa D está incorreta. A sua redação contraria a Súmula 626 do STF, que estabelece o seguinte: "A suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração". Portanto, o termo final da vigência da suspensão de segurança não é a publicação da decisão de mérito na ação principal.

A alternativa E está incorreta. Considerando que a suspensão de segurança não é destinada a debater o mérito da decisão, ela não pode ser utilizada nas hipóteses em que, para a sua concessão, exija-se a cognição ampla de todos os elementos de fato e de direito da causa (STF, AgRg na SS 4.126). Nesses casos, o legitimado ativo deve fazer uso dos recursos previstos na legislação processual para combater o mérito da decisão.

QUESTÃO 41. De acordo com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 1/1986, dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA) o licenciamento de atividade modificadora do meio ambiente que envolva:

a) extração de combustíveis fósseis, a exemplo de petróleo, carvão e xisto.

b) construção de estradas de rodagem com uma faixa de rolamento.

c) construção de usina de geração de eletricidade, apenas nos casos em que a fonte de energia seja secundária.

d) exploração de madeira ou de lenha, seja para uso pessoal, seja para fins econômicos.

e) utilização de carvão vegetal em quantidade superior a cinco toneladas por dia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda sobre a necessidade de elaboração de estudo de impacto ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA) o licenciamento de atividade modificadora do meio ambiente com a exploração de determinadas atividades.

Ainda, a questão requereu conhecimento acerca do artigo 2º da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 1/1986 e seus incisos.

A alternativa A está correta. A alternativa é a literalidade do art. 2º, VIII, Resolução 01/86 do CONAMA.

Para que seja realizada a atividade de extração de combustível fóssil sendo estes o petróleo , xisto e o carvão, Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA. Vejamos: "Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA157 em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como: (...)VIII - Extração de combustível fóssil (petróleo , xisto, carvão);".

A alternativa B está incorreta. O que torna essa alternativa incorreta é a parte final, pois para as estradas de rodagem devem contar com duas ou mais faixas de rolamento, nos termos do art. 1º, I da Resolução 01/86 do CONAMA.

A alternativa C está incorreta. A fonte pode ser primária, desde que superior a 10 MW, conforme determina o art.2º,XI.

A alternativa D está incorreta. Quando se tratar de exploração de madeira ou de lenha, seja para uso pessoal, não se faz necessário o EIA-RIMA.

A alternativa E está incorreta. A quantidade correta é de dez toneladas e não de cinco tonelada, conforme assim determina o art. 2º, XVI, da Resolução 01/86 do CONAMA: "Qualquer atividade que utilizar carvão vegetal, derivados ou produtos similares,em quantidade superior a dez toneladas por dia. (nova redação dada pela Resolução n° 11/86)

QUESTÃO 42. Conforme disposto na Lei nº 9.985/2000, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, em que se admite apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, é denominada:

a) proteção integral;

b) preservação;

c) conservação in situ;

d) conservação da natureza;

e) uso sustentável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A Lei n.º 9.985/2000 regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

A alternativa A está correta, pois a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais constitui proteção integral prevista na Lei. Vejamos: "Art. 2o Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: (...) VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;"

A alternativa B está incorreta, pois a conforme art. 2º, V, Lei n.º 9.985/2000, a preservação consiste no conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 2º, VII, Lei n.º 9.985/2000, a conservação in situ é a conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 2º, II, Lei n.º 9.985/2000, pois a. conservação da natureza consiste no manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral,

A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 2º, XI, da Lei n.º 9.985/2000, o uso sustentável é exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos

processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

Nesse sentido, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 43. De acordo com a Lei Complementar Estadual n° 272/2004, que dispõe sobre a Política do Meio Ambiente no estado do Rio Grande do Norte, assinale a opção em que é apresentado corretamente o órgão central do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA).

a) Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA).

b) Instituto de Defesa do Meio Ambiente (IDEMA).

c) Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC).

d) Fundo Estadual de Preservação do Meio Ambiente (FEPEMA).

e) Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata do tema Política do Meio Ambiente no estado do Rio Grande do Norte.

A alternativa A está incorreta. O CONEMA é órgão superior. De acordo com art. 6º, I, da Lei Complementar Estadual nº 272/2004: "Art. 6º Os Órgãos e as Entidades da Administração Pública do Estado e dos Municípios que, de alguma forma, atuam na proteção e na melhoria da qualidade ambiental, constituem o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA), assim discriminados: I - órgão superior: Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA), de natureza consultiva, normativa, deliberativa e recursal, com função de assessoramento ao Governador do Estado na formulação da Política Estadual do Meio Ambiente;"

A alternativa B está incorreta. O IDEMA é entidade executora. De acordo com art. 6º, III, da Lei Complementar Estadual nº 272/2004: "Art. 6º Os Órgãos e as Entidades da Administração Pública do Estado e dos Municípios que, de alguma forma, atuam na proteção e na melhoria da qualidade ambiental, constituem o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA), assim discriminados: III - entidade executora: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), com atribuições de executar, coordenar e supervisionar a Política Estadual do Meio Ambiente;"

A alternativa C está incorreta. O SEUC é instrumento da política estadual do meio ambiente. De acordo com art. 11, VI, da Lei Complementar Estadual nº 272/2004: "Art. 11. São Instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente: VI - o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC);"

A alternativa D está incorreta. O FEPEMA é um fundo de recursos, e não um órgão. De acordo com art. 7º, IV, da Lei Complementar Estadual nº 272/2004: "Art. 7º Compete ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA): IV - estabelecer diretrizes e critérios para a utilização dos recursos do Fundo Estadual de Preservação do Meio Ambiente (FEPEMA), além de fiscalizar a correta aplicação de tais recursos;"

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 6º, II, da Lei Complementar Estadual nº 272/2004: "Art. 6º Os Órgãos e as Entidades da Administração Pública do Estado e dos Municípios que, de alguma forma, atuam na proteção e na melhoria da qualidade ambiental, constituem o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA), assim discriminados: II - Órgão Central: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH, órgão integrante de Administração Direta, com a finalidade de planejar, elaborar e avaliar a Política Estadual de Meio Ambiente;"

QUESTÃO 44. Segundo a Lei Estadual n° 6.908/1996, são instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte:

I - Plano Estadual de Recursos Hídricos;

II - outorga do direito de uso dos recursos hídricos e licenciamento de obras hídricas;

III - cobrança pelo uso da água;

IV - planejamento, desenvolvimento e gestão da utilização dos recursos hídricos.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) I, II e III.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte.

O Item I está correto. De fato, se trata de um instrumento da PERH. De acordo com art. 4º, I, da Lei Estadual n° 6.908/1996: "Art. 4º. São instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos: I – o Plano Estadual de Recursos Hídricos;"

O Item II está correto. De fato, se trata de um instrumento da PERH. De acordo com art. 4º, III, da Lei Estadual n° 6.908/1996: "Art. 4º. São instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos: III – a outorga do direito de uso dos recursos hídricos e o licenciamento de obras hídricas;"

O Item III está correto. De fato, se trata de um instrumento da PERH. De acordo com art. 4º, IV, da Lei Estadual n° 6.908/1996: "Art. 4º. São instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos: IV – a cobrança pelo uso da água."

O item IV está incorreto. Na verdade, "planejamento, desenvolvimento e gestão da utilização dos recursos hídricos" é princípio – e não instrumento – da PERH. De acordo com art. 2º, IV, da Lei Estadual n° 6.908/1996: "Art. 2º. A Política Estadual de Recursos Hídricos atenderá aos seguintes princípios: IV – o planejamento, o desenvolvimento e a gestão da utilização dos recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Norte serão sempre concordantes com o desenvolvimento sustentável;

Logo, a alternativa correta é a letra D. Automaticamente, as alternativas A, B, C e E ficam incorretas.

QUESTÃO 45. Julgue os itens seguintes, à luz da Lei Estadual n° 8.485/2004, no que se refere à Política Estadual de Saneamento Básico do Estado do Rio Grande do Norte.

I - O Plano Estadual de Saneamento Básico será aprovado por lei, devendo ser revisto e atualizado a cada 5 anos.

II - O Plano Estadual de Saneamento Básico será elaborado exclusivamente pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), que, no prazo de 30 dias, deverá submetê-lo à aprovação da Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos (SERHID).

III - A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte compõe a estrutura organizacional do Sistema Integrado de Gestão do Saneamento Básico.

IV - No Sistema Integrado de Gestão do Saneamento Básico, a CAERN atuará como entidade executora imediata e a SERHID, como órgão supervisor.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema Política Estadual de Saneamento Básico do Estado do Rio Grande do Norte.

O item I está incorreto. De acordo com art. 5º da Lei Estadual n° 8.485/2004: "Art. 5º O Plano Estadual de Saneamento Básico será aprovado por lei, revisto e atualizado a cada 04 (quatro) anos."

O item II está incorreto. De acordo com art. 4º, caput, da Lei Estadual n° 8.485/2004: "Art. 4º O Plano Estadual de Saneamento Básico será elaborado e atualizado pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) e pela Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos (SERHID), com observância dos princípios norteadores da Política Estadual de Saneamento Básico e indicação das fontes de custeio e mecanismos institucionais suficientes à sua implementação, especialmente, voltada para:"

O item III está correto. De acordo com art. 13, IV, da Lei Estadual n° 8.485/2004: "Art. 13. Para condução da Política Estadual de Saneamento Básico, fica instituído o Sistema Integrado de Gestão do Saneamento Básico, com a seguinte estrutura organizacional: IV – Assembleia Legislativa;"

O item IV está correto. De acordo com art. 13, II, da Lei Estadual n° 8.485/2004: "Art. 13. Para condução da Política Estadual de Saneamento Básico, fica instituído o Sistema Integrado de Gestão do Saneamento Básico, com a seguinte estrutura organizacional: II – a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), como entidade executora imediata, competindo-lhe realizar os atos operacionais imprescindíveis aos estudos, projetos, implantações, ampliações, melhorias, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como à gestão autossustentável dos respectivos serviços públicos, na forma desta Lei e das Concessões Municipais, aplicando-os, no que couber, ao reuso de águas;"

Logo, a alternativa correta é a letra D. Automaticamente, as alternativas A, B, C e E ficam incorretas.

QUESTÃO 46. Segundo a Lei nº 11.284/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a concessão florestal:

a) ocorrerá por delegação gratuita ou onerosa.

b) exige licitação e deverá ser feita necessariamente por meio de consórcio público.

c) exclui a prática de exploração de produtos em unidade de manejo.

d) é permitida para a prática de atividade de restauração florestal.

e) poderá ser concedida a pessoa física ou jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata da concessão florestal, estabelecida na Lei 11.284/06.

Toda a questão pode ser respondida apenas por meio da literalidade do art. 3º, VII, da Lei 11.284/06, que estabelece o seguinte: "concessão florestal: delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar atividades de manejo florestal sustentável, de restauração florestal e de exploração de produtos e serviços em unidade de manejo, conforme especificado no objeto do contrato de concessão, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado".

A alternativa A está incorreta. Como visto acima, a concessão florestal é feita por meio de uma delegação onerosa. Não há previsão de delegação gratuita.

A alternativa B está incorreta. Não há a exigência de que a concessão seja feita por meio de consórcio público, pois o dispositivo estabelece "em consórcio ou não".

A alternativa C está incorreta. É perfeitamente possível que a concessão seja estabelecida para a atividade de exploração de produtos em unidade de manejo, como se vê do dispositivo acima.

A alternativa D está correta, pois, de fato, a restauração florestal é uma das atividades que podem ser praticadas por meio da concessão florestal.

A alternativa E está incorreta. A concessão florestal somente pode ser realizada para uma pessoa jurídica, de modo que as pessoas físicas estão impedidas de recebê-la.

QUESTÃO 47. Conforme dispõe a Lei nº. 12.651/2012 (Código Florestal), a caracterização de área urbana consolidada depende necessariamente da implantação de

a) abastecimento de água potável.

b) sistema viário.

c) sistema de distribuição de iluminação pública.

d) drenagem de águas pluviais.

e) esgotamento sanitário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema de sistema viário.

Pela nova norma instituída de acordo com a Lei nº. 14.285/2021, área urbana consolidada deve estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica; dispor de sistema viário implantado; estar organizada em quadras e lotes predominantemente

edificados; e apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços.

Conforme literalidade do art. 3, XXVI, "b" do Código Florestal, XXVI, a área urbana consolidada atende os seguintes critérios: "dispor de sistema viário implantado".

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, C, D e E não se adequam ao instrumento previsto para a situação, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 48. De acordo com o Decreto nº 6.040/2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, são características necessárias para que um grupo seja classificado como povo/comunidade tradicional.

I. forma própria de organização social;

II. existência de linguagem ou comunicação própria;

III. autorreconhecimento como grupo culturalmente diferenciado;

IV. validação pelo poder público da condição de grupo culturalmente diferenciado, por meio da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT);

V ocupação de território e uso de recursos naturais como condição para sua produção cultural, social, religiosa e ancestral, apenas.:

a) apenas os itens I e III estão certos;

b) apenas os itens II e V estão certos;

c) apenas os itens I, II, IV estão certos;

d) apenas os itens III, IV, V estão certos;

e) todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão cobra o conhecimento da literalidade do disposto no referido Decreto.

De acordo com o Decreto os Povos e Comunidades Tradicionais consistem em grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social,

religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Portanto, apenas os itens I e II estão corretos, vejamos: "Art. 3o Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras."

Os itens III, IV e V estão incorretos por falta de previsão legal.

Nesse sentido, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 49. No que diz respeito à conduta de matar, perseguir, caçar. apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida, caracterizada pela Lei nº 9.605/1998 como crime ambiental contra a fauna, julgue os itens seguintes.

I. Caso o agente empregue método ou instrumento capaz de provocar destruição em massa dos espécimes, a pena aplicada ao crime descrito será aumentada até o triplo.

II. A conduta criminosa descrita não se aplica aos atos de pesca.

III. A pena aplicada ao crime é aumentada de metade se o crime decorrer do exercício de caça profissional.

IV. No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, o juiz, considerando as circunstâncias da prática do crime, poderá deixar de aplicar a pena.

Estão certos apenas os itens

a) I e III

b) I e IV

c) II e IV

d) I, II e III

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda o tema crimes ambientais.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. Os itens apresentados se referem ao artigo 29 da Lei nº 9.605/1998, que tipifica a conduta de "Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida."

O item I está incorreto, uma vez que o artigo artigo 29, §4º, VI, da Lei nº 9.605/1998, estabelece que a pena será aumentada de metade se o crime é praticado: "VI - com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa."

O item II está correto em razão do artigo 29, §6º da Lei nº 9.605/1998 que prevê: "§ 6º As disposições deste artigo não se aplicam aos atos de pesca.".

O item III está errado, pois o aumento é até o triplo, nos termos do artigo 29, §5º da Lei nº 9.605/1998: "§ 5º A pena é aumentada até o triplo, se o crime decorre do exercício de caça profissional.".

Por fim, o item IV se coaduna com o §2º do artigo 29 da Lei nº 9.605/1998: "No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena."

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 50. De acordo com a Lei Complementar nº 140/2011, no que se refere à competência comum entre a União, estados, o Distrito Federal e municípios para o exercício de ações administrativas relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado e de conselho de meio ambiente, o ente federativo poderá delegar a execução dessas ações administrativas a ele atribuídas mediante

a) termo de fomento.

b) convênio.

c) termo de colaboração.

d) termo de cooperação técnica.

e) acordo de cooperação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois, conforme literalidade do art. 5º da LC 140/2011, quando o ente delegado disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas, o instrumento previsto é o convênio: "O ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta Lei Complementar, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente."

A questão aborda o tema dos instrumentos de cooperação institucional.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, C, D e E não se adequam ao instrumento previsto para a situação, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 51. No que se refere à proteção do trabalho da mulher e a convenções e acordos coletivos de trabalho, julgue os itens seguintes, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

I. É constitucional a instituição, por acordo coletivo ou convenção coletiva, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.

II. É inconstitucional, por violação do princípio da igualdade, o dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que previa exclusivamente as trabalhadoras mulheres a obrigatoriedade de intervalo de 15 minutos antes do início de jornada extraordinária de trabalho.

III. São constitucionais as convenções e os acordos coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema trabalho da mulher.

O Item I está correto. De acordo com Tema 935 de repercussão geral do STF: "É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição".

O Item II está incorreto. De acordo com Tema 528 de repercussão geral do STF: "O art. 384 da CLT, em relação ao período anterior à edição da Lei n. 13.467/2017, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, aplicando-se a todas as mulheres trabalhadoras."

Veja o que determina o artigo revogado: "Art. 384, CLT. Art. 384 - Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho. (Revogado pela Lei nº 13.467, de 2017)"

O Item III está correto. De acordo com Tema 1046 de repercussão geral do STF: "São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis."

Portanto, a alternativa C está correta. Automaticamente, as alternativas A, B, D e E ficam incorretas.

QUESTÃO 52. A respeito das características e alterações do contrato individual trabalho, da responsabilidade solidária do grupo econômico, das atividades insalubres ou perigosas e das convenções e acordos coletivos de trabalho, assinale a opção correta.

a) A empresa que estiver sob a direção de uma ou mais empresas será responsável subsidiariamente pelas obrigações decorrentes das relações de emprego estabelecidas entre empregado e empregador dessas empresas, por aplicação da teoria do empregador único.

b) Considera-se atividade ou operação perigosa aquela que, por sua natureza ou método de trabalho, implique risco acentuado em virtude de exposição eventual ou permanente do trabalhador de qualquer atividade profissional a colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou violências.

c) A supressão ou redução de direitos relativos ao valor nominal do décimo terceiro salário, à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno e ao repouso semanal remunerado constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho.

d) É considerado intermitente o contrato de trabalho no qual se estabelece a execução do trabalho com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade e inexiste relação de subordinação entre empregado e empregador, sendo esse tipo de contrato inaplicável a aeronautas e empregados domésticos.

e) A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho pode decorrer tacitamente da relação individual de trabalho, sendo juridicamente possível a realização de alteração entre regime presencial e de teletrabalho independentemente de aditivo contratual, respeitado o prazo mínimo de transição de 30 dias entre um e outro regime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema contrato individual de trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 2º, § 2º, da CLT: "§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego."

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 193, III, da CLT: "Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: III – colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito."

A alternativa C está correta. De acordo com art. 611-B, incisos V, VI e IX, da CLT: "Art. 611-B, CLT. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: (...) V - valor nominal do décimo terceiro salário; VI - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; (...) IX - repouso semanal remunerado;"

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 443, § 3º, da CLT: "§ 3º Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria."

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 75-C, caput e §§ 1º e 2º, da CLT: "Art. 75-C. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do instrumento de contrato individual de trabalho. § 1º Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual. § 2º Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual."

QUESTÃO 53. De acordo com o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a majoração do valor do repouso semanal remunerado decorrente da integração das horas extras habituais prestadas a partir de 20/3/2023

a) apenas não repercute no cálculo das férias e do aviso prévio, sob pena de caracterização de bis in idem.

b) repercute no cálculo, efetuado pelo empregador, das demais parcelas que tenham como base de cálculo o salário, não se cogitando de bis in idem por sua incidência no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS.

c) não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de bis in idem.

d) repercute no cálculo, efetuado pelo empregador, das demais parcelas cuja base de cálculo seja o salário, inclusive as gorjetas, não se cogitando de bis in idem apenas no caso de incidência no cálculo das férias e da gratificação natalina.

e) apenas não repercute no cálculo das férias e da gratificação natalina, sob pena de caracterização de bis in idem

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema remuneração.

De acordo com a nova redação da OJ 394 da SDI-I do TST: "REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS FÉRIAS, DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, AVISO PRÉVIO E DEPÓSITOS DO FGTS. I. A majoração do valor do repouso semanal remunerado decorrente da integração das horas extras habituais deve repercutir no cálculo, efetuado pelo empregador, das demais parcelas que têm como base de cálculo o salário, não se cogitando de bis in idem por sua incidência no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS. II. O item I será aplicado às horas extras trabalhadas a partir de 20.03.2023."

Portanto, a B está correta, posto que traz exatamente o texto da referida Súmula. As alternativas A, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 54. A respeito do abono de férias e do pagamento das férias fora do prazo previsto na legislação trabalhista, julgue os itens seguintes, à luz do entendimento do STF e dos dispositivos da CLT.

I - É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando, ainda que gozadas em época própria, o empregador tenha descumprido o prazo do pagamento das férias do empregado.

II - A CLT prevê a cominação de multa pelo não pagamento das ferias e, se for o caso, do abono de férias no prazo de até 2 dias antes do início do respectivo período.

III - O abono de férias deverá ser requerido até 15 dias antes do término do período aquisitivo.

Assinale a opção correta

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema férias.

O Item I está incorreto. Sobre o pagamento em dobro das férias, o art. 137 da CLT assim dispõe: "Art. 137 - Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração".

Em 2014, o TST sumulou o seguinte entendimento acerca do art. 137: "Súmula 450 TST - É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal."

Ocorre que, em 2022, no julgamento da ADPF 501, o STF anulou a mencionada súmula do TST: "Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para: (a) declarar a inconstitucionalidade da Súmula 450 do Tribunal Superior do Trabalho; e (b) invalidar decisões judiciais não transitadas em julgado que, amparadas no texto sumular, tenham aplicado a sanção de pagamento em dobro com base no art. 137 da CLT. (...)"

O Item II está correto. De acordo com art. 153 da CLT: "As infrações ao disposto neste Capítulo serão punidas com multas de valor igual a 160 BTN por empregado em situação irregular."

O Item III está correto. De acordo com art. 143, § 1º, da CLT: "O abono de férias deverá ser requerido até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo."

Portanto, a alternativa D está correta. Automaticamente, as alternativas A, B, C e E ficam incorretas.

QUESTÃO 55. Carolina, logo após ter sido dispensada sem justa causa, ajuizou ação trabalhista, pleiteando pagamento de adicional de horas extras e terço de férias não pagos durante a relação de emprego. Na data da audiência, Carolina não compareceu, e o processo foi arquivado pelo juízo. Após um ano, Carolina ajuizou nova reclamação, reproduzindo os pedidos anteriores, com inclusão de pleito de pagamento de adicional noturno.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes, com base na legislação processual trabalhista e no entendimento jurisprudencial consolidado do STF e do TST.

I - O ajuizamento da primeira reclamação não acarretou a interrupção da prescrição em relação aos pedidos nela formulados, haja vista o arquivamento dessa reclamação.

II - O ajuizamento da primeira reclamação não acarretou interrupção da prescrição em relação ao pedido de pagamento de adicional noturno, uma vez que tal pedido não constava da primeira ação ajuizada.

III - Caso não seja beneficiária da justiça gratuita, Carolina será condenada ao pagamento das custas processuais pelo arquivamento da reclamação trabalhista, exceto se comprovar, no prazo de trinta dias, que seu não comparecimento à audiência ocorreu por motivo legalmente justificável.

IV - Caso seja beneficiária da justiça gratuita, Carolina não será condenada ao pagamento das custas processuais pelo arquivamento da reclamação trabalhista, visto que tal exigência legal é inconstitucional por vulnerar o livre acesso a jurisdição.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I esta certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema reclamação trabalhista.

O Item I está incorreto. De acordo com Súmula 268 do TST: "PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. AÇÃO TRABALHISTA ARQUIVADA (nova redação) - A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos."

A *contrario sensu*, utilizando por base o mesmo entendimento sumular acima, o Item II está correto.

O Item III está incorreto. De acordo com art. 844, § 2º, da CLT, o prazo é de 15 dias. Vejamos: "2º Na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas calculadas na forma do art. 789 desta Consolidação, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável."

Utilizando por base o mesmo dispositivo legal, o Item IV também está incorreto.

Portanto, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 56. Acerca de temas afetos ao direito processual do trabalho, julgue os itens a seguir.

I - É admissível a obtenção de efeito suspensivo ao recurso ordinário mediante requerimento dirigido ao tribunal, ao relator ou ao presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido, por aplicação subsidiária ao processo do trabalho de norma do Código de Processo Civil.

II - A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória.

III - No caso de a tutela provisória haver sido concedida ou indeferida antes da sentença, cabe mandado de segurança diante da inexistência de recurso próprio.

IV - A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata do tema recursos em processo do trabalho.

O Item I está correto. De acordo com Súmula 414, I, do TST: "MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA (nova redação em decorrência do CPC de 2015): I – A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. É admissível a obtenção de efeito suspensivo ao recurso ordinário mediante requerimento dirigido ao tribunal, ao relator ou ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, por aplicação subsidiária ao processo do trabalho do artigo 1.029, § 5º, do CPC de 2015."

O Item II está correto. De acordo com Súmula 414, III, do TST: "MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA (nova redação em decorrência do CPC de 2015): III – A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória."

O Item III está correto. De acordo com Súmula 414, II, do TST: "MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA (nova redação em decorrência do CPC de 2015): II – No caso de a tutela provisória haver sido concedida ou indeferida antes da sentença, cabe mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio."

O Item IV está correto. De acordo com Súmula 414, I, do TST: "MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA (nova redação em decorrência do CPC de 2015): I – A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. É admissível a obtenção de efeito suspensivo ao recurso ordinário mediante requerimento dirigido ao tribunal, ao relator ou ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, por aplicação subsidiária ao processo do trabalho do artigo 1.029, § 5º, do CPC de 2015."

Portanto, a alternativa correta é a letra E. As alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 57. Constitui privilégio da fazenda pública estadual, nos processos perante a justiça do trabalho,

I - a presunção absoluta de validade dos recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados, desde que homologados ou submetidos à assistência sindical.

II - o prazo em dobro para recurso.

III - a dispensa de depósito para interposição de recurso.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema prerrogativas da fazenda pública na justiça do trabalho.

O Item I está incorreto. De acordo com art. 1º, I, do DL 779/69: "Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica: I - a presunção relativa de validade dos recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados ainda que não homologados nem submetidos à assistência mencionada nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho;"

O Item II está correto. De acordo com art. 1º, III, do DL 779/69: "Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica: III - o prazo em dobro para recurso;"

O Item III está correto. De acordo com art. 1º, IV, do DL 779/69: "Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica: IV - a dispensa de depósito para interposição de recurso;"

Portanto, a alternativa correta é a letra D. As alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 58. Leila empregada da Universidade Beta, ajuizou reclamação trabalhista requerendo decisão liminar para redução de sua jornada e, ao final, pagamento de horas extras e de seus reflexos salarias sob o fundamento de que, embora cumprisse jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais, exercia na empresa funções típicas de jornalista, cuja carga horária legal diária não deve exceder 5 horas. O juízo de primeira instância negou o pedido liminar, sob o fundamento de que o ramo de atividade da empregadora não se enquadra no setor econômico do jornalismo.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta no que se refere ao regime recursal trabalhista.

a) Leila não poderá interpor recurso da decisão interlocutória, porque, na justiça do trabalho, decisões dessa espécie somente ensejam recurso imediato em caso de decisão contraria a entendimento sumulado do TST, o que não é o caso.

b) Leila não poderá interpor recurso da decisão interlocutória, porque, na justiça do trabalho, decisões dessa espécie somente ensejam recurso imediato se o juiz acolher exceção de competência territorial, com a remessa dos autos para tribunal regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.

c) Leila não poderá interpor recurso imediato da decisão interlocutória, porque, apesar de ter sido contrária à orientação jurisprudencial do TST, a decisão não foi proferida em segunda instância.

d) Leila poderá interpor recurso imediato da decisão interlocutória ao tribunal regional do trabalho competente, desde que a decisão tenha sido comprovadamente contrária ao entendimento majoritário do tribunal onde tramita a reclamação

e) Leila poderá interpor recurso imediato da decisão interlocutória ao tribunal regional do trabalho competente, porque a decisão contraria orientação jurisprudencial do TST.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema recursos em processo do trabalho.

De acordo com Súmula 214 do TST: "DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE (nova redação): Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

Ademais, veja o que determina a OJ 407 do TST-SDI-1: "O jornalista que exerce funções típicas de sua profissão, independentemente do ramo de atividade do empregador, tem direito à jornada reduzida prevista no art. 303 da CLT."

A título de esclarecimento, o art. 303 da CLT, mencionado pela OJ 407, determina que a jornada será de, no máximo, 5 horas. A seguir: "Art. 303 - A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite."

Na situação narrada pelo enunciado, de fato, houve desobediência à OJ 407 do TST. No entanto, como se trata de uma decisão de primeira instância, o caso não se enquadra nas exceções trazidas pela Súmula 214 do TST.

Logo, segue-se a regra geral e não há recurso imediato da decisão interlocutória proposta por Leila.

Portanto, a alternativa correta é a letra C.

As alternativas A e B estão incorretas, pois além destas, há também outras situações em que as decisões interlocutórias ensejam recurso imediato, conforme Súmula 214 do TST, acima transcrita.

As alternativas D e E estão incorretas, pois falam ser possível interpor recurso imediato da decisão interlocutória no caso narrado.

QUESTÃO 59. O recurso de revista possibilita ao TST exercer seu papel de uniformizar a jurisprudência nacional no âmbito trabalhista, bem como de restabelecer a norma nacional

violada. Tal via recursal não se presta a reapreciar o conjunto fático-probatório, uma vez que a análise de fatos e provas se exaure em sede ordinária.

Acerca do recurso de revista, assinale a opção correta.

a) Não cabe recurso de revista de decisão que tenha sido proferida em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, por tribunal regional do trabalho (TRT) e que dê interpretação divergente de outro TRT, em seu pleno ou turma, a regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do tribunal regional prolator da decisão recorrida.

b) Cabe recurso de revista, perante o Pleno do TST, das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissidio individual ou coletivo, pelos tribunais regionais do trabalho.

c) Cabe recurso de revista, perante o Pleno do TST, de decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos tribunais regionais do trabalho, somente quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado a Seção de Dissídios Individuais do TST, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa corte.

d) Não cabe recurso de revista de decisão que tenha sido proferida em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, por tribunal regional do trabalho e que contrarie súmula vinculante do STF.

e) Cabe recurso de revista de decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos tribunais regionais do trabalho (TRT), quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro TRT, em seu pleno ou turma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata do tema recursos em direito processual do trabalho.

A alternativa A está incorreta. É, sim, cabível, de acordo com art. 896, alínea "b", da CLT: "Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea a;"

As alternativas B e C estão incorretas, pois o recurso de revista irá para a Turma do TST, e não para o Pleno, de acordo com art. 896, caput, da CLT: "Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando:"

A alternativa D está incorreta. É, sim, cabível, de acordo com art. 896, alínea "a", da CLT: "Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de

recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal;"

A alternativa E está correta. De acordo com art. 896, alínea "a", da CLT: "Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal;"

QUESTÃO 60. Carlos deixou de promover o pagamento de imposto estadual durante os meses de fevereiro a dezembro de 2018. O órgão fazendário competente apurou a dívida em relação a todos os meses em um único procedimento administrativo, inscrevendo o crédito em dívida ativa. Considerando a situação hipotética apresentada e o atual entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca dos princípios penais, assinale a opção correta.

a) Não incide o princípio da insignificância no caso apresentado, pois a atipicidade material da conduta nos crimes tributários em razão do valor da dívida só é admitida na hipótese de impostos federais.

b) Apesar da reiteração da conduta por vários meses, admite-se a incidência do princípio da insignificância ao caso desde que o valor apurado da dívida seja de, no máximo, RS 10 mil.

c) Admite-se a incidência do princípio da insignificância aos crimes tributários estaduais, porém, na hipótese apresentada, ele deve ser afastado, uma vez que a reiteração da conduta por vários meses demonstra a expressividade da lesão.

d) A despeito da permanência da conduta por diversos meses, admite-se a incidência do princípio da insignificância ao caso, desde que o valor apurado da dívida seja inferior a R$ 20 mil, pois houve apenas uma autuação administrativa.

e) Não incide o princípio da insignificância no caso apresentado, uma vez que a reiteração da conduta por diversos meses justifica a intervenção penal.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão trata sobre Crimes Tributários.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D. Destaca-se que não há vedação da aplicação do princípio da insignificância aos tributos dos demais entes federativos, pois o STJ apenas traz restrição quanto ao valor.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. O caso narrado exige uma análise em duas partes. A primeira se refere a ocorrência ou não de reiteração criminosa, a qual, se existente, impediria a aplicação do princípio da insignificância. Todavia, considerando que houve uma única atuação fiscal, a reiteração resta descaracterizada. Assim se posicionou o STJ no HC 564.208/SP: "É certo que a reiteração criminosa obsta a aplicação do princípio da insignificância nos crimes tributários. Na hipótese, todavia, o entendimento adotado pela Corte de origem destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, fixada no sentido de que tal condição somente se caracteriza ante a multiplicidade de procedimentos administrativos, ações penais ou inquéritos policiais em curso. No caso, fora considerada apenas uma autuação fiscal. Portanto, não está demonstrada a habitualidade delitiva."

A segunda parte e refere ao valor sonegado e o princípio da insignificância. Quanto ao tema, o montante de 20 mil reais é considerado insignificante para os tributos federais: "Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias n. 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda. 2. O fato da União, por razões políticas ou administrativas, optar por autorizar o pedido de arquivamento das execuções fiscais que não ultrapassam o referido patamar não permite, por si só, que a mesma liberalidade seja estendida aos demais entes federados, o que somente poderia ocorrer caso estes também legislassem no mesmo sentido, tendo em vista que são dotados de autonomia. (AgRg-HC 549.428)".

Quanto aos demais entes federativos, é necessário considerar as normas e determinações locais. A alternativa, todavia, não trouxe tais especificidades, de modo que é possível a aplicação da bagatela, considerando o valor de 20 mil reais, para alguns entes federados, conforme decidido pelo STJ no já citado HC 564.208/SP: "Ainda que a incidência do princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho, quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R$ 20.000,00, tenha aplicação somente aos tributos de competência da União, à luz das Portarias n. 75/2012 e n. 130/2012 do Ministério da Fazenda, parece-me encontrar amparo legal a tese da defesa quanto à possibilidade de aplicação do mesmo raciocínio ao tributo estadual, especialmente porque no Estado de São Paulo vige a Lei Estadual n. 14.272/2010, que prevê hipótese de inexigibilidade de execução fiscal para débitos que não ultrapassem 600 (seiscentas) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs, podendo-se admitir a utilização de tal parâmetro para fins de insignificância."

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 61. Marcos subtraiu para si, mediante grave ameaça, bens pertencentes a João. Depois de oferecida a denúncia e antes do seu recebimento. Marcos procurou a vítima e, de forma

voluntária, restituiu-lhe os pertences subtraídos. Nesse caso hipotético, de acordo com o Código Penal (CP).

a) não incide nenhuma causa de diminuição de pena, haja vista a natureza do delito praticado.

b) incide causa de diminuição de pena, haja vista a desistência voluntária do agente.

c) a conduta de Marcos deverá ser considerada atípica, haja vista a devolução dos bens à vítima.

d) incide causa de diminuição de pena, haja vista o arrependimento posterior do agente.

e) incide causa de diminuição de pena, haja vista o arrependimento eficaz do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata sobre arrependimento posterior.

A alternativa A está correta. O art. 16 do CP preconiza o instituto do arrependimento posterior, causa de diminuição da pena que incide nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, quando reparado o dano ou restituído a coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa. O caso em análise, contudo, não permite a aplicação da causa de diminuição em comento, posto que o fato foi praticado mediante grave ameaça à pessoa.

A alternativa B está incorreta. Não há configuração da desistência voluntária no caso apresentado, pois esta ocorre quando o agente voluntariamente desiste de prosseguir na execução, conforme estabelece o art. 15 do CP, nesses casos, o agente responderá tão somente pelos atos já praticados: "o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados".

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Não há configuração do arrependimento eficaz no caso apresentado, pois este ocorre quando o agente impede que o resultado se produza, conforme preconizado pelo art. 15 do CP, nesses casos, o agente responderá tão somente pelos atos já praticados: "o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados".

QUESTÃO 62. Considerando-se os efeitos da condenação no direito penal, é correto afirmar que a perda do cargo público em razão de condenação criminal

a) é efeito automático da condenação, e a mudança de cargo durante a ação penal é irrelevante, uma vez que a penalidade pode recair sobre o cargo ocupado pelo réu no momento da decisão.

b) não exige motivação declarada na sentença, e a mudança de cargo durante a ação penal é irrelevante, uma vez que a penalidade pode recair sobre o cargo ocupado pelo réu no momento da decisão.

c) é efeito automático da condenação, e a mudança de cargo durante a ação penal é relevante, uma vez que a penalidade não pode recair sobre o cargo ocupado pelo réu no momento da decisão.

d) exige motivação declarada na sentença, e a mudança de cargo durante a ação penal é irrelevante, uma vez que a penalidade, em nenhuma hipótese, pode recair sobre o cargo ocupado pelo réu no momento da decisão.

e) exige motivação declarada na sentença, e a mudança de cargo durante a ação penal é relevante, uma vez que a penalidade não pode recair sobre o cargo ocupado pelo réu no momento da decisão, salvo se o novo cargo guardar correlação com o cargo anterior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre efeitos da condenação.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. A perda do cargo, função pública ou mandato eletivo é um efeito secundário da condenação, aplicando-se a funcionários públicos que cometem crime contra a Administração Pública (arts. 312 a 326 do CP) ou outros com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração.

Nos termos do art. 92, parágrafo único, do Código Penal, este efeito não é automático, devendo ser motivadamente declarado na sentença. Em regra, a pena de perdimento deve ser restrita ao cargo público ocupado ou função pública exercida no momento do delito. Porém, salienta-se que se o magistrado de origem considerar, motivadamente, que o novo cargo guarda correlação com as atribuições do anterior, ou seja, naquele em que foram praticados os crimes, mostra-se devida a perda da nova função, uma vez que tal ato visa anular a possibilidade de reiteração de ilícitos da mesma natureza, o que não ocorreu no caso" (REsp 1.452.935/PE, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 5a Turma, julgado em 14.03.2017, DJe 17.03.2017).

QUESTÃO 63. Antônio foi denunciado e condenado à pena de 1 ano e 6 meses de detenção pela prática de um único delito, não sujeito ao regime da imprescritibilidade. Na data do fato delituoso, Antônio tinha 20 anos de idade e era réu primário. A condenação transitou em julgado para a acusação em 9/12/2021 e, para ambas as partes (acusação e defesa), em 24/1/2023.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CP e a atual jurisprudência do STF, a prescrição da pretensão executória

a) consumou-se em 8/12/2023.

b) será consumada em 8/12/2025.

c) será consumada em 23/1/2027.

d) será consumada em 23/1/2025.

e) será consumada em 23/7/2024.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre prescrição.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 109, V, do CP, a pena igual a um ano e inferior a dois prescreve em quatro anos. Contudo, esse prazo é reduzido à metade se o agente era, ao tempo do crime, menor de 21 anos (art 115 do CP).

Conforme o art. 112, I, do CP, o termo inicial da prescrição da pretensão executória se inicia do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação. No entanto, no julgamento do ARE 848.107, o STF declarou a não recepção do trecho final desse artigo, exigindo assim, para início da prescrição da pretensão executória, que a sentença condenatória tenha transitado em julgado para ambas as partes, em obediência ao princípio da presunção de inocência. Assim, no caso em análise, a prescrição irá ocorrer em dois anos, contados a partir de 24/1/2023, culminando na consumação da prescrição em 23/1/2025.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 64. Marcos e três comparsas sequestraram uma pessoa de 55 anos de idade, com a finalidade de obterem vantagem como condição ou preço do resgate. Após três dias do cometimento do crime. Marcos se arrependeu e indicou a localização do cativeiro à polícia, permitindo que a vítima fosse libertada com vida. Considerando o crime praticado na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

a) Eventual lesão corporal de natureza leve causada à vítima seria um fato que qualificaria o crime.

b) A adequação típica da conduta independe do prazo de duração do sequestro.

c) Eventual deficiência da vítima seria um fator que qualificaria o crime.

d) A idade da vítima, no caso, não é fator que qualifica o crime.

e) Marcos não tem direito à redução da pena pela colaboração efetiva com a polícia, pois ela foi feita após 24 horas do cometimento do crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão trata sobre sequestro.

A alternativa A está incorreta. Conforme previsto no artigo 148, §2º, do CP, exige a ocorrência de maus tratos ou que, em a detenção gere grave sofrimento físico ou moral. Logo, a lesão leve não é suficiente para qualificar a conduta.

A alternativa B está incorreta. O tempo que a vítima é privada de liberdade é essencial para a tipificação do sequestro. Neste sentido, Nucci afirma que: "a privação da liberdade de alguém, mediante sequestro ou cárcere privado, exige permanência, isto é, deve perdurar no tempo por lapso razoável. (...) Uma conduta instantânea de impedir que alguém faça alguma coisa que a lei lhe autoriza concretizar, segurando-a por alguns minutos, configura o delito de constrangimento ilegal." (*in* Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci)

A alternativa C está incorreta. Os parágrafos 1º e 2º do artigo 148 trazem qualificadoras do referido tipo penal, não estabelecendo a deficiência da vítima como um elemento qualificador.

A alternativa D está correta. Conforme previsto no artigo 148,1º,I, do CP, a qualificadora referente à idade da vítima exige que esta possua ao menos 60 anos: "se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos;"

A alternativa E está incorreta. A Lei 12.850/13, a qual traz, nos artigos 3-A e seguintes regras sobre a colaboração premiada, não exige que esta ocorra após 24 horas do fato. Em verdade, o artigo 4 da referida lei traz os resultados exigidos, dentre estes, a localização da vítima (art. 4,V, da Lei 12.850/13).

QUESTÃO 65. Maria foi condenada à pena de 5 anos de detenção pela prática de crime culposo, e Joana foi condenada à pena de reclusão de 3 anos, em razão da prática de crime doloso, tendo sido sua pena agravada pela reincidência. Os crimes praticados não envolveram violência ou grave ameaça à pessoa e, em relação a Maria e Joana, todas as circunstâncias judiciais foram consideradas favoráveis nas sentenças.
Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições do CP, assinale a opção correta.

a) Admite-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para Maria e Joana, desde que, em relação a Joana, a reincidência não se tenha operado pela prática do mesmo crime.

b) Admite-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para Joana, ainda que ela seja reincidente na prática do mesmo crime.

c) Admite-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para Maria, sendo vedada a substituição para Joana, em razão da reincidência.

d) É vedada a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para Joana, em razão da prática de crime doloso

e) É vedada a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para Maria, em razão da quantidade de pena aplicada.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata sobre a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

A alternativa A está correta. A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos está prevista no artigo 44 do CP, o qual estabelece que a substituição ocorrerá quando a pena privativa de liberdade aplicada não for "superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo" (art. 44,I, do, CP). Sendo assim, considerando que Maria cometeu um crime culposo, sua pena poderá ser substituída. A pena de joana, ademais, também está dentro do parâmetro temporal para a substituição, pois inferior a 4 anos, todavia, Joana é reincidente, fator que veda, como regra, a substituição, nos termos do artigo 44, II, do CP.

Todavia, o §3º do artigo 44 do CP traz a possibilidade do apenado reincidente se beneficiar da substituição, para tanto, a medida deve ser socialmente recomendável e a reincidência não ter se operado em virtude da prática do mesmo crime. Sendo assim, é possível que Joana se beneficie do referido instituto.

Destaca-se, por fim, que o STJ, em virada jurisprudencial, interpreta o referido §3º de forma literal, ou seja, apenas a reincidência no mesmo crime se torna óbice à substituição (AREsp 1.716.664/SP).

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 66. Em relação aos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Funcionário público que exige tributo indevido comete o delito de excesso de exação, punível em sua forma dolosa ou culposa.

b) Não é admitida a aplicação do princípio da insignificância no caso de contrabando de cigarros.

c) Comete o crime de peculato servidor público que recebe a remuneração pelo cargo que ocupa sem que tenha executado, como contraprestação, o serviço inerente ao cargo, em razão do abandono de suas funções.

d) A causa de aumento de pena prevista para os crimes contra a administração pública praticados por ocupantes de cargos em comissão não se aplica aos dirigentes de autarquias.

e) Comete o crime de corrupção passiva médico do SUS que cobra de paciente pela utilização de máquina particular em procedimento custeado pelo SUS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D e B.**

A questão apresenta duas alternativas corretas, logo, merece anulação. A questão trata sobre Crimes contra a Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. O STJ, no Recurso Especial nº 1.943.262/SC, decidiu que o excesso na cobrança de tributos, seja por não ser devido o tributo, ou por valor acima do correto, ou, ainda, por meio vexatório ou gravoso, ou sem autorização legal, exige, nos termos do artigo 316 do CP, o elemento subjetivo do dolo, ou seja, "a vontade do agente de exigir tributo ou contribuição que sabe ou deveria saber indevido, ou, ainda, de empregar meio vexatório ou gravoso na cobrança de tributo ou contribuição devidos.".

A alternativa B está correta. Via de regra, o princípio da insignificância não se aplica aos crimes contra a administração pública, assim, o STJ editou a súmula 599: "O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública", tal posicionamento se mantém no caso de contrabando: "inaplicável o princípio da insignificância ao crime de contrabando. (AgRg no REsp 1.744.739/RS, j. 02/10/2018)".

Todavia, a depender da quantidade da mercadoria, o STJ tem relativizado tal posicionamento, tanto que, no julgamento do Tema 1143, assentou-se: "O princípio da insignificância é aplicável ao crime de contrabando de cigarros quando a quantidade apreendida não ultrapassar 1.000 (mil) maços, seja pela diminuta reprovabilidade da conduta, seja pela necessidade de se dar efetividade à repressão ao contrabando de vulto, excetuada a hipótese de reiteração da conduta, circunstância apta a indicar maior reprovabilidade e periculosidade social da ação."

Desta maneira, em razão do não esclarecimento em relação à quantidade, a alternativa se torna dúbia, levando o candidato a erro.

A alternativa C está incorreta. A jurisprudência do STJ entende que, em tais casos, não se tipifica o peculato: "Nos termos da jurisprudência deste STJ, não é típico o ato do servidor que se apropria de valores que já lhe pertenceriam, em razão do cargo por ele ocupado. Assim, a conduta da parte ora agravante poderia ter repercussões disciplinares ou mesmo no âmbito da improbidade administrativa, mas não se ajusta ao delito de peculato, porque seus vencimentos efetivamente lhe pertenciam. (AREsp n. 2.073.825/RS)".

A alternativa D está correta. Conforme entendimento do plenário do STF: "A causa de aumento prevista no § 2º do art. 327 do Código Penal não pode ser aplicada aos dirigentes de autarquias (ex: a maioria dos Detrans) porque esse dispositivo menciona apenas órgãos, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações. (Inq 2606/MT)".

A alternativa E está incorreta. Para o STJ, em tais casos, não haverá tipificação da corrupção passiva (artigo 317 do CP), visto que houve, tão somente, ressarcimento de despesas por parte do médico: "Para tipificação do art. 317 do Código Penal - corrupção passiva -, deve ser demonstrada a solicitação ou recebimento de vantagem indevida pelo agente público, não configurada quando há mero ressarcimento ou reembolso de despesa. (HC 541.447/SP)".

QUESTÃO 67. Com relação aos crimes ambientais, assinale a opção correta

a) O valor da prestação pecuniária aplicada como pena restritiva de direitos é pago à vítima e não pode ser deduzido de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.

b) Não é possível a aplicação da pena de prestação de serviços à comunidade a pessoa jurídica que pratica crime ambiental em razão da natureza da pena.

c) É circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime, ter o agente cometido a infração em sábado, domingo, feriado ou em época de seca.

d) Por ausência de previsão legal, é vedada a liquidação forçada de pessoa jurídica preponderantemente utilizada para o fim de ocultar prática de crimes ambientais.

e) A suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão trata sobre crimes ambientais.

A alternativa A está incorreta. A alternativa vai de encontro ao disposto no artigo 12 da Lei 9.605/98, o qual dispõe que é possível a dedução do valor da prestação pecuniária em razão de eventual reparação

civil: "A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator."

A alternativa B está incorreta. É possível aplicação da pena de prestação de serviço à comunidade em face de pessoa jurídica. Nestes termos, o artigo 23 da Lei 9.605/98 prevê: Art. 23. A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em: "I - custeio de programas e de projetos ambientais; II - execução de obras de recuperação de áreas degradadas; III - manutenção de espaços públicos; IV - contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas."

A alternativa C está incorreta. O artigo 15, II, da Lei 9.605/98 traz as causas agravantes genéricas, todavia, dentre elas, não se encontra crimes cometidos durante o sábado.

A alternativa D está incorreta. O art. 24 da Lei 9.605/98 permite a liquidação forçada: "A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional."

A alternativa E está correta. O art. 16 da Lei 9.605/98 permite a suspensão condicional da pena nos casos de condenação à pena privativa de liberdade não superior a três anos: "Nos crimes previstos nesta Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos."

QUESTÃO 68. Considerando o disposto na Lei nº 13.869/2019, assinale a opção correta no que se refere a abuso de autoridade.

a) Agente público sem vínculo estatutário com a administração pública não se sujeita ao regime da referida lei.

b) Não se admite o ajuizamento de ação penal privada nos casos de crimes de abuso de autoridade.

c) A condenação pode estabelecer a perda do cargo público como um de seus efeitos, desde que haja reincidência em crime de abuso de autoridade e o efeito seja motivado na sentença.

d) Em razão de sua imunidade parlamentar, os membros do Poder Legislativo não podem ser sujeitos ativos de crimes de abuso de autoridade, salvo se investidos em funções das respectivas mesas diretoras.

e) Não faz coisa julgada em âmbito cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão trata sobre crimes da lei de abuso de autoridade.

A alternativa A está incorreta. A afirmativa se equivoca, uma vez que o artigo 2º *caput* e parágrafo único da Lei 13.869/19 traz um conceito amplo de agente público: "Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:(...) Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo caput deste artigo."

A alternativa B está incorreta. O artigo 3º, §§ 1º e 2º, da Lei 13.869/19 estabelecem que: "§ 1º Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal. § 2º A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia."

A alternativa C está correta. O art. 4º, III, da Lei nº 13.869/2019 dispõe que é efeito da condenação por crime de abuso de autoridade a perda do cargo, do mandato ou da função pública. No entanto, o parágrafo único do mencionado artigo estabelece que a incidência deste efeito está condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.

A alternativa D está incorreta. A afirmativa se equivoca, uma vez que o artigo 2º,II, da Lei 13.869/19 prevê que membros do Poder Legislativo podem ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade: "Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a: II - membros do Poder Legislativo;"

A alternativa E está incorreta.O artigo 8º da Lei 13.869/19 estabelecem que: "Art. 8º Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito."

QUESTÃO 69. Com base no Código de Processo Penal (CPP), assinale a opção correta em relação ao inquérito policial e à ação penal.

a) Em razão da natureza inquisitória do procedimento investigatório criminal, o ofendido não poderá requerer a realização de diligências durante o inquérito.

b) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito policial pela autoridade judiciária por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia.

c) A representação do ofendido, como condição para oferecimento da denúncia, é retratável até o recebimento desta.

d) Não se admite a oferta de acordo de não persecução penal ao investigado reincidente, ainda que insignificante a infração penal pretérita.

e) Ordenado o arquivamento do inquérito policial, o Ministério Público comunicará esse fato à vítima e encaminhará os autos à instância de revisão ministerial, para homologação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão trata sobre Inquérito Penal e Ação Penal.

A alternativa A está incorreta. O artigo 14 do CPP estabelece que o ofendido poderá requerer diligências à autoridade policial: "Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.".

A alternativa B está incorreta. Em contraposição ao afirmado, é possível a continuação das investigações, à luz do artigo 18 do CPP: "Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia."

A alternativa C está incorreta. Conforme o artigo 25 do CPP, a retratabilidade da representação se encerra com o oferecimento desta: "Art. 25. A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia."

A alternativa D está correta. O artigo 28-A,§2º, II, do CPP estabelece que não será cabível o ANPP: "II - se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas;". A insignificância das infrações pretéritas, para parte da doutrina, se refere apenas às condutas criminais habituais, reiteradas ou profissional, e não ao reincidente. Sendo assim, por essa análise, a alternativa está correta.

A alternativa E está incorreta. Incialmente, cumpre destacar que a alternativa traz a literalidade do artigo 28 do CPP, segundo o qual: "Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei.".

Todavia, este dispositivo estava suspenso até o recente julgamento das ADI's nº 6.298; 6.300 e 6.305, no qual o STF atribuiu interpretação conforme à constituição ao caput do art. 28 do CPP, para assentar que, ao se manifestar pelo arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público deverá submeterá sua manifestação também ao juiz competente, restando assim fixado: "ao se manifestar pelo arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público submeterá sua manifestação ao juiz competente e comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial, podendo

encaminhar os autos para o Procurador-Geral ou para a instância de revisão ministerial, quando houver, para fins de homologação, na forma da lei".

Portanto, embora traga a literalidade do dispositivo legal, a questão não acompanhou a interpretação conforme deste estabelecida pelo STF.

QUESTÃO 70. Considerando o entendimento jurisprudencial do STF a respeito de direito financeiro na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

a) É vedado aos estados legislar a respeito de direito financeiro. porquanto o texto constitucional atribui à União a competência privativa para legislar sobre a matéria.

b) As normas gerais relativas a finanças públicas, emissão e resgate de títulos da dívida pública, fiscalização financeira da administração pública e concessão de garantia pelas entidades públicas devem ser veiculadas em uma única lei complementar de caráter nacional.

c) A sustentabilidade da dívida pública, que ganhou expresso status constitucional recentemente, deve ser tomada como parâmetro por todos os entes federados na condução da política fiscal.

d) As disponibilidades de caixa dos estados-membros, dos órgãos ou das entidades que os integram e das empresas por eles controladas deverão ser depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvadas as autorizações veiculadas nas legislações estaduais.

e) Os dados contábeis, orçamentários e fiscais dos entes federados revelam informações estratégicas que somente podem ser tornadas públicas após o fim da respectiva execução orçamentária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema do posicionamento jurisprudencial do STF sobre as normas de direito financeiro.

A alternativa A está incorreta. O entendimento do STF, em interpretação ao art. 24, I, da CF, que atribui competência concorrente à União, Estados e DF, é o de que os Estados são competentes para legislar sobre direito financeiro. "Embora os Estados possuam competência concorrente para legislar sobre direito financeiro (art. 24, I, da CF), estão os mesmos obrigados a exercê-la de forma compatível com o próprio texto constitucional e com a legislação nacional editada pela União a título de legislar sobre normas gerais de Direito Financeiro (art. 24, inciso I e § 1º, c/c art. 163, I, e 169, caput, da CF), em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101/2001, limitação que também alcança o exercício da autonomia e poder de auto organização do ente político (art. 25 da CF). (ADI 6129 MC, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 11-09-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-284 DIVULG 18-12-2019 PUBLIC 19-12-2019 REPUBLICAÇÃO: DJe-071 DIVULG 24-03-2020 PUBLIC 25-03-2020)"

A alternativa B está incorreta. O STF decidiu que as matérias versadas na alternativa, que estão elencadas no art. 163 da CF, podem ser tratadas por mais de uma lei complementar. "IV - Por abranger assuntos de natureza diversa, pode-se regulamentar o art. 163 da Constituição por meio de mais de uma lei complementar. (ADI 2238 MC, Relator(a): ILMAR GALVÃO, Tribunal Pleno, julgado em 09-08-2007, DJe-172 DIVULG 11-09-2008 PUBLIC 12-09-2008)"

A alternativa C está correta. É a literalidade da Constituição Federal. "Art. 164-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, na forma da lei complementar referida no inciso VIII do caput do art. 163 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)"

A alternativa D está incorreta. O STF entende que a ressalva para depósito em instituição não oficial deve ser veiculada em lei nacional. "As disponibilidades financeiras de Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como as dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, devem ser depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei. Tal lei exceptiva há que ser a lei ordinária federal, de caráter nacional. Existência, na Lei Complementar federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de previsão segundo a qual as disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição (art. 43, *caput*). Ofensa, ademais, ao princípio da moralidade previsto no artigo 37, caput da Carta Política. Medida cautelar deferida. (ADI 2600 MC, Relator(a): ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 24-04-2002, DJ 25-10-2002 PP-00024 EMENT VOL-02088-01 PP-00197)"

A alternativa E está incorreta. A Constituição determina que os entes disponibilizarão os dados conforme periodicidade estabelecida pelo órgão central de contabilidade da União. "Art. 163-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público."

QUESTÃO 71. Com base na classificação das receitas públicas constante na Lei nº 4.320/1964, assinale a opção que apresenta, respectivamente, um exemplo de receita corrente e um exemplo de receita de capital:

a) receita de serviços e operações de crédito.

b) receita tributária e receita industrial.

c) alienação de bens e receita agropecuária.

d) transferências de capital e receitas tributárias.

e) receita patrimonial e receita tributária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema classificação legal das receitas públicas.

A alternativa A está correta, pois na classificação das receitas esquematizada no parágrafo quarto do art. 11 da Lei nº 4.320, receita de serviço é receita corrente e operação de crédito é receita de capital.

A alternativa B está incorreta, pois na classificação das receitas esquematizada no parágrafo quarto do art. 11 da Lei nº 4.320, receita industrial é receita corrente.

A alternativa C está incorreta, pois na classificação das receitas esquematizada no parágrafo quarto do art. 11 da Lei nº 4.320, alienação de bens é receita de capital e receita agropecuária é receita corrente.

A alternativa D está incorreta, pois na classificação das receitas esquematizada no parágrafo quarto do art. 11 da Lei nº 4.320, transferência de capital é receita de capital e receita tributária é receita corrente.

A alternativa E está incorreta, pois na classificação das receitas esquematizada no parágrafo quarto do art. 11 da Lei nº 4.320, receita tributária é receita corrente.

QUESTÃO 72. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como o entendimento jurisprudencial do STF, assinale a opção correta a respeito de aspectos atinentes às transferências voluntárias de recursos entre os entes federados.

a) Os recursos oriundos das transferências voluntárias realizadas pela União em favor dos estados podem ser utilizados para o pagamento de despesas com pessoal inativo e pensionistas.

b) Não contraria a LRF a realização de transferência voluntária de recursos da União para determinado estado, com vistas à realização de ações no âmbito da saúde, ainda que o estado tenha descumprido os limites constitucionais mínimos de aplicação de recursos em despesas com saúde.

c) As transferências voluntárias entre os entes federados somente contemplam a entrega de receitas de capital e estão condicionadas à dotação orçamentária específica a cargo do ente transferidor.

d) Segundo a jurisprudência do STF, é legítimo à União inscrever, em cadastro de inadimplentes, estado cuja assembleia legislativa possua débitos de tributos federais, bem como suspender-lhe transferências voluntárias.

e) A realização de transferências de caráter voluntário não exige do ente federado beneficiário previsão orçamentária de contrapartida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o tema classificação legal das receitas públicas.

A alternativa A está incorreta. Conforme a Constituição Federal, é vedada a realização de transferências voluntárias para pagamento de despesas com pessoal. "Art. 167. São vedados: X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

A alternativa B está correta. Conforme a LRF, mesmo que o Estado esteja suspenso de receber transferências voluntárias, poderá receber transferências destinadas à saúde. "Art. 25 (...) § 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social."

A alternativa C está incorreta. Conforme a LRF, é possível a transferência voluntária de recursos correntes. "Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde."

A alternativa D está incorreta. Conforme decisão do STF "O Poder Executivo não pode ser responsabilizado pela irregularidade fiscal de outros poderes e órgãos autônomos estaduais, uma vez que não pode promover limitação de valores financeiros sob responsabilidade dos Poderes Legislativo, Judiciário ou do Ministério Público, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes (ADI 2238-MC). (Pet 7204 TP-AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 20-04-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-117 DIVULG 11-05-2020 PUBLIC 12-05-2020)"

A alternativa E está incorreta. A LRF exige do ente beneficiário a previsão de contrapartida. "Art. 25 (...) § 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias: IV - comprovação, por parte do beneficiário, de: d) previsão orçamentária de contrapartida."

QUESTÃO 73. A respeito da dívida pública, julgue os itens seguintes à luz da IRF

I. A dívida pública fundada é representada pelos títulos emitidos pela União, incluídos os do Banco Central do Brasil, pelos estados e pelos municípios.

II. Para fins de cômputo dos limites da dívida pública, os precatórios judiciais que não forem pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integrarão a dívida consolidada.

III. Ante a impossibilidade de financiamento recíproco da dívida pública entre entes federados, é vedado aos estados e municípios comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades de caixa.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o tema da dívida pública.

O item I está incorreto, pois contraria o a conceituação exposta na LRF. "Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições: I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses"

O item II está correto, pois vai ao encontro do quanto disciplinado na LRF. "Art. 30 (...) § 7º Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites."

O item III está incorreto, pois é permitido a Estados e Municípios comprarem títulos da dívida da União, conforme a LRF. "Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente. § 2º O disposto no *caput* não impede Estados e Municípios de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades."

A alternativa A está incorreta, uma vez que o item I está incorreto.

A alternativa B está correta, uma vez que apenas o item II está correto.

A alternativa C está incorreta, pois os itens I e III estão incorretos.

A alternativa D está incorreta, uma vez que todos o item III está incorreto.

A alternativa E está incorreta, pois os itens I e III estão incorretos.

QUESTÃO 74. Com base na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do STF, assinale a opção correta a respeito da programação financeira e da execução orçamentária.

a) As emendas parlamentares impositivas têm caráter absoluto, não sendo admitidas exceções ao cumprimento das programações financeiras nelas previstas.

b) As normas relativas ao processo legislativo das leis orçamentárias são mandatórias para a União, sendo facultada a observância dessas normas pelas Constituições estaduais.

c) As emendas parlamentares impositivas, seja individuais, seja de bancadas, podem ser convertidas em restos a pagar, caso não tenham sido completamente executadas no exercício financeiro em que foram aprovadas.

d) A apresentação de quaisquer emendas ao projeto de lei orçamentária constitui prerrogativa constitucional dos parlamentares, sendo o único requisito a indicação da fonte de recursos.

e) As emendas do relator do projeto de lei orçamentária anual, assim com as emendas individuais ou de bancada dos parlamentares, são de caráter impositivo, circunstância que preserva a prerrogativa do Poder Executivo na condução do orçamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema classificação legal das receitas públicas.

A alternativa A está incorreta. Conforme a Constituição, as emendas parlamentares impositivas poderão deixar de serem executadas em casos de impedimentos de ordem técnica. "Art. 166 (...) § 11. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais, em montante correspondente ao limite a que se refere o § 9º deste artigo, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 desta Constituição, observado o disposto no § 9º-A deste artigo. (...) § 12. A garantia de execução de que trata o § 11 deste artigo aplica-se também às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. (...) § 13. As programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica."

A alternativa B está incorreta. O STF já decidiu que as normas relativas ao processo legislativo das leis orçamentárias são de reprodução obrigatória. "As normas da CF/1988 sobre o processo legislativo das leis orçamentárias são de reprodução obrigatória pelo constituinte estadual. Aplicabilidade do princípio da simetria na espécie. (ADI n. 6308 MC-Ref, Relator o Ministro Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 29.6.2020, DJe 13.8.2020)"

A alternativa C está correta. Conforme a Constituição, as despesas empenhadas, mas não pagas no exercício financeiro, decorrentes de emendas impositivas, poderão ser inscritas como restos a pagar. "Art. 166 (...) §17. Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 deste artigo poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto de lei orçamentária, para as programações das emendas individuais, e até o limite de 0,5% (cinco décimos por cento), para as programações das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal.

A alternativa D está incorreta. Conforme a Constituição, além da indicação da fonte de recursos, as emendas devem ser compatíveis com o PPA e a LDO e serem relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei. "Art. 166 (...) § 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou III - sejam relacionadas: a) com a correção de erros ou omissões; ou b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

A alternativa E está incorreta. As emendas do relator não têm previsão constitucional e, portanto, não poderão ser impositivas, conforme entendimento do STF. "7. As emendas do relator, além de não possuírem previsão constitucional, operam com base na lógica da ocultação dos efetivos requerentes da despesa, mediante a utilização de rubrica orçamentária única (RP 9), por meio da qual todas as despesas nela previstas são atribuídas, indiscriminadamente, à pessoa do Relator-Geral do orçamento, que atua como figura interposta entre parlamentares incógnitos e o orçamento público federal. 8. Também o destino final dos recursos alocados sob a rubrica RP 9 (emendas do relator) acha-se recoberto por um manto de névoas. (...) (ADPF 850, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 19-12-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 27-04-2023 PUBLIC 28-04-2023)"

QUESTÃO 75. O governador de um estado da Federação, no último ano de seu mandato, preparou um pacote de propostas com vistas a reestruturar as contas públicas e a estimular o crescimento econômico do estado. A proposta A previa a realização, no primeiro semestre do último ano do mandato, de operação de crédito, observados os limites legais, junto a uma instituição financeira privada, para o pagamento de despesas com pessoal ativo. A proposta B estabelecia, também para o primeiro semestre do último ano do mandato, a realização de operação de crédito por antecipação de receita, observado o limite das despesas de capital. A proposta C determinava, para o segundo semestre do último ano do mandato, aumento linear da remuneração dos servidores públicos estaduais de todas as categorias.

Com relação à viabilidade das propostas citadas na situação hipotética anterior, conforme o entendimento jurisprudencial do STF e o disposto na Constituição Federal de 1988 e na LRF, assinale a opção correta.

a) Somente a proposta A é viável.

b) Somente as propostas A e B são viáveis.

c) Somente a proposta B é viável.

d) Somente as propostas B e C são viáveis.

e) Somente a proposta C é viável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema operações de crédito.

A proposta A é viável. Conforme decidido pelo STF, a vedação para concessão de empréstimo para pagamento de despesas com pessoal somente é aplicável às instituições financeiras estatais, não às privadas. "4. A vedação estabelecida no art. 167, X, da CF diz respeito apenas a instituições financeiras estatais. A proibição não alcança as contratações realizadas com instituições financeiras privadas. (ADI 5683, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22/04/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-096 DIVULG 18-05-2022 PUBLIC 19-05-2022)"

A proposta B é inviável, pois, conforme a LRF, a operação de crédito por antecipação de receita orçamentária é proibida no último ano de mandado do Chefe do Poder Executivo. "Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes: IV - estará proibida: b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal."

A proposta C é inviável, pois se trata de despesa nula, conforme a LRF. "Art. 21. É nulo de pleno direito: IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo".

A alternativa A está correta, pois somente a proposta A é viável.

A alternativa B está incorreta, pois a proposta B é inviável.

A alternativa C está incorreta, pois a proposta B é inviável.

A alternativa D está incorreta, pois as propostas B e C são inviáveis.

A alternativa E está incorreta, pois a proposta C é inviável.

QUESTÃO 76. A respeito de precatórios, julgue os itens seguintes com base na Constituição Federal de 1988 e no entendimento jurisprudencial do STF.

I. É exemplificativo o rol de hipóteses previstas no texto constitucional que autoriza o sequestro de verbas públicas para pagamento de precatório.

II. A cessão de precatório de natureza alimentar altera a natureza deste último em desfavor do cessionário, que, por sua vez, passará a constar na categoria não preferencial de pagamento dos precatórios.

III. Em caso de colapso financeiro de estado, a União poderá, em juízo exclusivamente discricionário e conforme disciplina legal, assumir o pagamento dos precatórios daquele estado, refinanciando diretamente seus débitos.

IV. Incidem juros de mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da expedição do precatório.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema dos precatórios, à luz da jurisprudência do STF

O item I está incorreto, pois o rol é taxativo, conforme tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 598: "O deferimento de sequestro de rendas públicas para pagamento de precatório deve se restringir às hipóteses enumeradas taxativamente na Constituição Federal de 1988."

O item II está incorreto, pois a cessão de precatório alimentar não altera a natureza deste, conforme tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 361: "A cessão de crédito alimentício não implica a alteração da natureza."

O item III está correto, pois reflete dispositivo constitucional. "Art. 100. (...) § 16. A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente."

O item IV está correto, pois reflete a tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 96: "Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório."

A alternativa A está incorreta, pois os itens I e II estão errados.

A alternativa B está incorreta, pois o item I está errado.

A alternativa C está incorreta, pois o item II está errado.

A alternativa D está correta, pois os itens III e IV estão certos.

A alternativa E está incorreta, pois os itens I e II estão errados.

QUESTÃO 77. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, assinale a opção que apresenta, na ordem correta, a cronologia da despesa pública:

a) ordem de pagamento, empenho e liquidação.

b) liquidação, empenho e ordem de pagamento.

c) empenho, liquidação e ordem de pagamento.

d) empenho, ordem de pagamento e liquidação.

e) liquidação, ordem de pagamento e empenho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois é a ordem estabelecida pela Lei nº 4.320/1964. "Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação."

A questão aborda o tema das fases da despesa pública.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, D e E não revelam a sequência estabelecida pela Lei nº 4.320/1964, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 78. No que se refere as operações de crédito, julgue os itens subsecutivos, considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e na LRF, bem como o entendimento jurisprudencial do STF.

I. O estado federado que pretenda contratar operação de crédito externo deverá formalizar o correspondente pedido perante o Ministério da Fazenda, devendo o pleito estar acompanhado, obrigatoriamente, de autorização específica do Senado Federal

II. Contraria a regra de ouro prevista no texto constitucional a contratação de operações de crédito para o custeio de despesas correntes.

III. Em caso de calamidade financeira, se determinado estado descumprir o limite da dívida consolidada ao final de um quadrimestre, o prazo previsto na LRF para que tal ente federado elimine o excesso da dívida poderá ser suspenso.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema operações de crédito.

O item I está correto, pois revela requisito específico estabelecido na LRF. "Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. § 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições: IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo".

O item II está incorreto, pois contraria jurisprudência do STF que permite a contratação de operação de crédito para custeio de despesa corrente. "2. A vedação do art. 167, III, da CF não impede a contratação de operações de crédito para o custeio de despesas correntes. Proíbe-se, somente, a contratação que exceda o montante das despesas de capital. Aliás, a mera autorização legislativa não afronta essa regra constitucional, mas apenas a contratação em si, se não respeitar os limites estabelecidos. (ADI 5683, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22-04-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-096 DIVULG 18-05-2022 PUBLIC 19-05-2022)"

O item III está incorreto, pois, conforme LRF, haverá suspensão em caso de calamidade pública, não em caso de calamidade financeira. "Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro. (...) Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação: I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23, 31 e 70".

A alternativa A está correta, pois apenas o item I está certo.

A alternativa B está incorreta, pois o item II está errado.

A alternativa C está incorreta, pois o item III está errado.

A alternativa D está incorreta, pois os itens II e III estão errados.

A alternativa E está incorreta, pois os itens II e III estão errados.

QUESTÃO 79. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e na LRF, assinale a opção correta a respeito das leis orçamentárias.

a) A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) deve dispor acerca de normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

b) A lei que instituir o plano plurianual (PPA) deverá ser acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia

c) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

d) A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) compreenderá o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas em que os entes federados, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto.

e) A lei orçamentária anual (LOA) não poderá conter crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada nem previsões de despesas para exercícios seguintes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema leis orçamentárias.

A alternativa A está correta, pois reflete corretamente dispositivo da LRF. "Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I - disporá também sobre: e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos".

A alternativa B está incorreta, pois, conforme a Constituição, é o projeto de LOA que deve ser acompanhada do demonstrativo. "Art. 165 (...)§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia."

A alternativa C está incorreta, pois, conforme a LRF, o refinanciamento constará separadamente na LOA. "Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar: § 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional."

A alternativa D está incorreta, pois, conforme a Constituição, a LOA compreenderá o orçamento fiscal e de investimentos. "Art. 165 (...) § 5º A lei orçamentária anual compreenderá: I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;"

A alternativa E está incorreta, pois, conforme a Constituição, a LOA pode conter previsões de despesas para exercícios seguintes. "Art. 165 (...) § 14. A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento."

QUESTÃO 80. No que diz respeito ao Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento jurisprudencial do STF.

a) Cabe a lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.

b) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especificamente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais, e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte; desse modo, de acordo com o entendimento do STF, é constitucional lei que estabeleça alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.

c) O STF decidiu ser constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que haja integral identidade entre uma base e outra.

d) Lei complementar não pode definir tratamento tributário diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, sob pena de violar o princípio da livre concorrência e da igualdade tributária, conforme entendimento consolidado no âmbito do STF.

e) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, todavia, de acordo com o entendimento do STF, taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis viola a CF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda os princípios gerais do sistema tributário nacional e o entendimento do STF sobre o tema.

A alternativa A está correta, pois reflete corretamente dispositivo da Constituição. “Art. 146. Cabe à lei complementar: III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;”.

A alternativa B está incorreta, pois a parte final da alternativa contraria a Súmula 656 do STF: “É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis - ITBI com base no valor venal do imóvel.”

A alternativa C está incorreta, pois não pode haver integral identidade de base de cálculo, conforme Súmula Vinculante 29: “É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.”

A alternativa D está incorreta, pois a lei complementar pode definir tratamento tributário diferenciado, conforme a Constituição Federal. “Art. 146. Cabe à lei complementar: III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso dos impostos previstos nos arts. 155, II, e 156-A, das contribuições sociais previstas no art. 195, I e V, e § 12 e da contribuição a que se refere o art. 239.”

A alternativa E está incorreta, pois a parte final da alternativa contraria a Súmula Vinculante 19: “A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.”

QUESTÃO 81. Uma sociedade de economia mista de determinado estado, prestadora de serviços com fins lucrativos, ajuizou ação declaratória de imunidade tributária perante a justiça estadual, requerendo o reconhecimento judicial da mutação constitucional quanto à aplicação da alínea "a" do inciso VI do art. 150 da CF, que versa acerca da imunidade recíproca entre os entes da Federação, ao vedar a instituição de "impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros". A referida sociedade de economia mista sustentou que é prestadora de serviço público essencial e que efetua cobrança de tarifas de seus usuários, mas que isso não impede o reconhecimento da imunidade, uma vez que, embora reparta esporadicamente lucros entre seus acionistas, sua atividade é exercida em regime de monopólio estatal, de modo que entendia fazer jus ao reconhecimento da imunidade recíproca.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento jurisprudencial do STF, a sociedade de economia mista em questão

a) faz jus à imunidade recíproca, uma vez que a cobrança de tarifas dos usuários não é fator impeditivo ao reconhecimento da imunidade, mesmo que a sociedade tenha fins lucrativos e haja repartição esporádica de lucros entre seus acionistas privados.

b) faz jus ao reconhecimento da imunidade recíproca, uma vez que exerce sua atividade em regime de monopólio, o que, por si só, assegura o reconhecimento da imunidade no caso.

c) não faz jus à imunidade recíproca, por não estar abrangida pelas exceções estabelecidas expressamente na CF, as quais incluem, por exemplo, as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

d) não faz jus à imunidade recíproca, por exigir tarifa de seus usuários e por ter fins lucrativos, o que viola a CF, não podendo haver conflito interno entre normas constitucionais.

e) não faz jus à imunidade recíproca, porque, embora o intuito lucrativo e a cobrança de tarifa do usuário não sejam fatores impeditivos ao reconhecimento da imunidade, a política de distribuição de lucros entre acionistas privados, mesmo que em caráter esporádico, lhe retira a imunidade tributária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda o tema da extensão da imunidade tributária recíproca às entidades de direito privado integrantes da Administração Indireta, conforme entendimento do STF: "3. A jurisprudência desta Corte exige três requisitos para a extensão de prerrogativas da Fazenda Pública a sociedades de economia mista e empresas públicas: (i) a prestação de um serviço público, (ii) sem intuito de lucro e (iii) em regime de exclusividade (i.e., sem concorrência). (ACO 3307 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 06-12-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-022 DIVULG 04-02-2022 PUBLIC 07-02-2022)"

A alternativa A está incorreta, pois a sociedade de economia mista não faz jus à imunidade recíproca pois distribui lucro aos seus acionistas.

A alternativa B está incorreta, pois além de exercer a atividade em regime de monopólio, não pode haver intuito de lucro.

A alternativa C está incorreta, pois a imunidade recíproca pode ser estendida às pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.

A alternativa D está incorreta, pois não é o fato de exigir tarifa dos usuários que impossibilita a extensão da imunidade recíproca, mas o intuito de lucro.

A alternativa E está correta, pois reflete corretamente o entendimento do STF sobre o tema.

QUESTÃO 82. No que se refere a benefícios fiscais relativos ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), assinale a opção correta, considerando o entendimento do STJ.

a) Para que se possam excluir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os benefícios fiscais relacionados ao ICMS – tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, entre outros –, não deve ser exigida a demonstração de concessão como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

b) Os benefícios ou incentivos fiscais de ICMS não geram aumento de patrimônio nem produzem receita, na medida em que se opera, por via transversa, a simples redução da carga tributária, razão pela qual o contribuinte tem o direito de excluir, livremente, os créditos presumidos e demais benefícios relacionados ao ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independentemente de sua destinação, podendo até mesmo o crédito concedido ser totalmente convertido em lucro aos sócios.

c) É possível excluir os benefícios ou incentivos fiscais relacionados ao ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, sem qualquer limitação, uma vez que isso, além de ser direito subjetivo do contribuinte, outorgado por lei, visa ao fomento do desenvolvimento econômico e social de determinada região, pelo fortalecimento de determinado setor do mercado, que necessite do amparo estatal.

d) Para a exclusão dos benefícios fiscais relacionados ao ICMS – tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, entre outros – da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, deve ser exigida a demonstração de concessão como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

e) Em nenhuma hipótese é possível excluir os benefícios ou incentivos fiscais relacionados ao ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, haja vista a necessidade de ser preservado incólume o pacto federativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda a tese fixada pelo STJ no Tema Repetitivo nº 1182.

A alternativa A está correta, pois reflete o item 2 da tese fixada: "Para a exclusão dos benefícios fiscais relacionados ao ICMS, - tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, entre outros - da base de cálculo do IRPJ e da CSLL não deve ser exigida a demonstração de concessão como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos."

A alternativa B está incorreta, pois os dispositivos da Lei nº 12.973/2014 determinam duas destinações, não sendo, portanto, de livre destinação. "Art. 30. As subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que somente poderá ser utilizada para: I - absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou II - aumento do capital social."

A alternativa C está incorreta, pois há limitações para excluir os benefícios ou incentivos fiscais relacionados ao ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, conforme item 1 da tese firmada: "Impossível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, - tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, entre outros - da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, salvo quando atendidos os requisitos previstos em lei (art. 10, da Lei Complementar n. 160/2017 e art. 30, da Lei n.

12.973/2014), não se lhes aplicando o entendimento firmado no ERESP 1.517.492/PR que excluiu o crédito presumido de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL."

A alternativa D está incorreta, pois não deve ser exigida a demonstração de concessão como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa E está incorreta, pois é possível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL quando atendidos requisitos previstos em lei, conforme item comentário à alternativa C.

QUESTÃO 83. Certo individuo residente em Natal RN adquiriu, mediante importação, um novo veículo, pelo valor de dois milhões de dólares. Antes de o veículo ingressar no estado de destino (RN), a autoridade aduaneira estabeleceu, para a base de cálculo do imposto sobre a importação, o montante de quinze milhões de reais.

Considerando a situação hipotética precedente, assinale a opção correta à luz da Lei nº 6.967/1996 do estado do Rio Grande do Norte.

a) O valor fixado pela autoridade aduaneira para a base de cálculo do imposto sobre importação, nos termos da lei aplicável, substituirá o valor declarado, para efeito de cálculo do ICMS devido.

b) A base de cálculo do IPVA será o valor venal constante na nota fiscal, convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio vigente na data do ingresso efetivo da mercadoria no país, não podendo ser inferior ao do concessionário privativo da respectiva marca ou, se não houver, ao preço de mercado.

c) Por se tratar de veículo importado, a base de cálculo do IPVA será a soma do valor do veiculo importado, convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do imposto de importação, com o valor do IPI e de quaisquer outras despesas aduaneiras, somente.

d) Por se tratar de veículo importado, a base de cálculo do IPVA será a soma do valor do veículo importado, convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio vigente na data do desembaraço aduaneiro, com o valor do imposto de importação, do IPI, do IOF, do ICMS e de quaisquer outras despesas aduaneiras.

e) A base de cálculo do IPVA será o valor venal constante na nota fiscal, podendo ser inferior ao do concessionário privativo da respectiva marca ou, se não houver, ao preço de mercado.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema legislação local do IPVA.

A alternativa A está incorreta, pois, nos termos da Lei Estadual nº 6.967/1996, o valor fixado pela autoridade aduaneira substituirá o valor declarado para efeito de cálculo do IPVA devido e não do ICMS. "Art. 3º (...) §2º. O valor fixado pela autoridade aduaneira para base de cálculo do imposto sobre importação, nos termos da lei aplicável, substituirá o valor declarado."

A alternativa B está incorreta, pois se refere à base de cálculo do IPVA para veículo novo não importado, nos termos da Lei Estadual nº 6.967/1996. "Art. 3º A base de cálculo do imposto é: I - para veículo novo, o valor venal constante na nota fiscal, não podendo ser inferior ao do concessionário privativo da respectiva marca, ou se não houver, ao preço de mercado".

A alternativa C está incorreta, pois além das parcelas constantes da alternativa, devem ser somados o IOF e o ICMS, conforme Lei Estadual nº 6.967/1996. "Art. 3º (...) IV - nas operações de importação de veículo novo ou usado realizadas diretamente por consumidor final, a soma das seguintes parcelas: a) o valor do veículo constante do documento de importação, observado o disposto nos §§ 2º e 3º, deste artigo; b) imposto de importação; c) imposto sobre produtos industrializados; d) imposto sobre operações de câmbio; e) imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação; f) quaisquer outras despesas aduaneiras."

A alternativa D está correta, pois revela as parcelas constantes da base de cálculo de IPVA para veículos importados, conforme comentário à alternativa C.

A alternativa E está incorreta, pois além de se referir à base de cálculo do IPVA para veículo novo não importado, nos termos da Lei Estadual nº 6.967/1996, o valor não poderia ser inferior ao do concessionário privativo da marca, conforme comentário à alternativa B.

QUESTÃO 84. Com relação ao imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens e direitos (ITCD) nos termos da Lei nº 5.887/1989 do estado do Rio Grande do Norte, assinale a opção correta.

a) Nas cessões, o contribuinte do ITCD é o cedente, sendo solidariamente responsáveis pelo imposto as empresas, instituições financeiras e todo aquele a quem caiba a responsabilidade do registro ou a prática de ato que implique a transmissão de bens e créditos e respectivos direitos e ações.

b) Nas doações, o contribuinte do ITCD é o adquirente dos bens, direitos e créditos, sendo os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, inclusive seus substitutos, solidariamente responsáveis pelos tributos devidos sobre os atos que praticarem ou perante os quais forem praticados em razão do seu ofício.

c) Nas doações, o contribuinte do ITCD é o adquirente dos bens, direitos e créditos, sendo o doador solidariamente responsável pelo imposto na falta de seu pagamento devido, sem prejuízo de eventual ação de regresso em desfavor do donatário.

d) Nas transmissões por morte, o contribuinte do ITCD é o herdeiro ou legatário, e, com relação aos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão, são responsáveis o

sucessor a qualquer título e o cônjuge, limitada essa responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

e) Nas transmissões por morte, o contribuinte do ITCD é o herdeiro ou legatário, e, com relação aos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha, é responsável o espólio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o tema legislação local do ITCD.

A alternativa A está incorreta, pois conforme a Lei Estadual nº 5.887/1989, nas cessões o contribuinte do imposto é o cessionário. "Art. 11 - O contribuinte do imposto é: (...) III - nas cessões: o cessionário."

A alternativa B está correta, pois revela a disciplina da Lei Estadual nº 5.887/1989 quanto a contribuintes e responsáveis. "Art. 11 - O contribuinte do imposto é: I - nas doações: o adquirente dos bens, direitos e créditos; (...) Art. 12 - São solidariamente responsáveis pelo imposto devido pelo contribuinte: I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, inclusive substitutos, pelos tributos devidos sobre os atos que praticarem ou perante os quais forem praticados em razão do seu ofício;"

A alternativa C está incorreta, pois não há solidariedade do doador nos termos da Lei Estadual nº 5.887/1989. "Art. 12 - São solidariamente responsáveis pelo imposto devido pelo contribuinte: I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, inclusive substitutos, pelos tributos devidos sobre os atos que praticarem ou perante os quais forem praticados em razão do seu ofício; II - as empresas, instituições financeiras e todo aquele a quem caiba a responsabilidade do registro ou a prática de ato que implique na transmissão de bens e créditos e respectivos direitos e ações."

A alternativa D está incorreta, pois o responsável é o espólio pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão, conforme Lei Estadual nº 5.887/1989. "Art. 12 (...) § 3º - Com relação aos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão, é responsável o espólio."

A alternativa E está incorreta, pois até a data da partilha, são responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge, conforme Lei Estadual nº 5.887/1989. "Art. 12 (...) § 2º - Relativamente aos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da partilha ou adjudicação, respondem, respectivamente, o sucessor a qualquer título e o cônjuge, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação."

QUESTÃO 85. Determinada empresa com sede em Lajes – RN foi acusada de sonegar R$ 3 mil de ICMS, valor que não fora executado pelo fisco a tempo e modo. Durante o trâmite da ação penal, foi impetrado habeas corpus em que se requereu o trancamento da ação, com a aplicação do princípio da insignificância.

A partir dessa situação hipotética, e considerando que decreto estadual do Rio Grande do Norte autoriza a PGE/RN a apresentar pedido de desistência das execuções fiscais já ajuizadas cujo

valor do crédito tributário ou não tributário exequendo seja equivalente ou inferior a R$ 5 mil, assinale a opção correta à luz do entendimento do STJ.

a) O princípio da insignificância pode incidir tanto nos crimes tributários federais quanto nos estaduais, independentemente de norma local reguladora que preveja a inexigibilidade da execução fiscal para débitos considerados insignificantes, aplicando-se, na sua ausência, o limite estabelecido na lei federal.

b) O princípio da insignificância incide apenas nos crimes tributários federais, não se aplicando aos crimes tributários estaduais, mesmo que exista norma local que estabeleça limite mínimo para a execução fiscal.

c) O princípio da insignificância não incide nos crimes tributários, uma vez que a parte lesada é a coletividade, de modo que não há espaço para trancamento da ação penal no caso.

d) O princípio da insignificância, além de incidir nos crimes tributários federais, pode incidir nos crimes tributários estaduais, desde que exista norma local reguladora que preveja a inexigibilidade da execução fiscal para débitos considerados insignificantes.

e) O princípio da insignificância pode incidir nos crimes tributários, devendo servir de baliza para sua aplicação o limite mínimo estabelecido em legislação federal, podendo, por essa razão, ser determinado o trancamento da ação penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois revela o entendimento do STJ em seu compilado Jurisprudência em Teses, edição 219. "6) É possível aplicar o parâmetro estabelecido no Tema n. 157/STJ, para fins de incidência do princípio da insignificância no patamar estabelecido pela União aos tributos dos demais entes federados, quando existir lei local no mesmo sentido da lei federal. (...) Tese Firmada no Tema n. 157/STJ: Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda."

A questão aborda o tema princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária à luz do entendimento do STJ.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, C e E não revelam o entendimento do STJ, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 86. Acerca da internalização dos convênios do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) na ordem jurídica dos estados, à luz do entendimento do STF, é correto afirmar que os convênios firmados no âmbito do CONFAZ que autorizem os estados a isentarem do ICMS determinadas operações passam a ter força normativa

a) somente depois de expressamente ratificados pelo ente estadual, por meio de decreto legislativo, não cabendo ratificação tácita.

b) somente depois de expressamente ratificados pelo ente estadual, por meio de lei ordinária aprovada por 3/5 dos membros da casa legislativa, mesmo que já exista previsão legal no ordenamento jurídico estadual nesse sentido, a fim de ser respeitado o princípio da separação dos Poderes.

c) somente depois de expressamente ratificados pelo ente estadual, por meio de lei complementar aprovada pela maioria absoluta dos membros da casa legislativa, podendo haver ratificação tácita, caso a assembleia legislativa não ratifique o convênio no prazo legal, a fim de se preservar o equilíbrio fiscal entre os entes signatários.

d) somente depois de expressamente ratificados pelo ente estadual, por meio de decreto legislativo, podendo haver ratificação tácita, caso exista previsão legal no ordenamento jurídico estadual nesse sentido, restando à administração pública aplicá-la por força do princípio da legalidade.

e) imediata, a partir da competente comunicação do seu teor a assembleia legislativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema ratificação de convênio do CONFAZ à luz do entendimento do STF.

A alternativa A está incorreta, pois o STF admite a ratificação tácita do convênio pelo Legislativo estadual. "4. Ratificação tácita do convênio pelo Legislativo estadual. Necessidade de reexame de conteúdo fático-probatório e análise de legislação local. (RE 580788 AgR, Relator(a): GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 02-09-2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-181 DIVULG 17-09-2014 PUBLIC 18-09-2014)."

A alternativa B está incorreta, pois o STF não exige maioria qualificada para ratificação do convênio, apenas lei específica. "3. A exigência de submissão do convênio à Câmara Legislativa do Distrito Federal evidencia observância não apenas ao princípio da legalidade tributária, quando é exigida lei específica, mas também à transparência fiscal que, por sua vez, é pressuposto para o exercício de controle fiscal-orçamentário dos incentivos fiscais de ICMS. (ADI 5929, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 14-02-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-047 DIVULG 05-03-2020 PUBLIC 06-03-2020)."

A alternativa C está incorreta, pois o STF exige lei específica, mas não complementar, ou decreto legislativo. "3. A exigência de submissão do convênio à Câmara Legislativa do Distrito Federal evidencia observância não apenas ao princípio da legalidade tributária, quando é exigida lei específica, mas também à transparência fiscal que, por sua vez, é pressuposto para o exercício de controle fiscal-orçamentário dos incentivos fiscais de ICMS. (ADI 5929, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 14-02-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-047 DIVULG 05-03-2020 PUBLIC 06-03-2020)."

A alternativa D está correta, pois revela o entendimento do STF noticiado no informativo 570. "PROMULGAÇÃO DE DECRETO LEGISLATIVO. ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

ESTRITA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA. (RE 539130, Relator(a): ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 04-12-2009, DJe-022 DIVULG 04-02-2010 PUBLIC 05-02-2010 EMENT VOL-02388-05 PP-00900 RTJ VOL-00213-01 PP-00682 RDDT n. 175, 2010, p. 179-185 RT v. 99, n. 895, 2010, p. 177-185 LEXSTF v. 32, n. 374, 2010, p. 227-241)". Ademais, a questão da previsão de ratificação tácita também encontra guarida na jurisprudência do STF, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa E está incorreta, pois o STF entende pela necessidade de aprovação do convênio pelo Legislativo Estadual, conforme comentários à alternativa D.

QUESTÃO 87. A sociedade empresária Alfa Ltda. foi executada por falta de pagamento de impostos estaduais no ano de 2022. Durante o curso da execução fiscal, depois de diversas tentativas de citação, o aviso de recebimento foi devolvido sem cumprimento, a despeito de a comunicação postal ter sido encaminhada para o endereço cadastral da sociedade. Com isso, a procuradoria-geral do estado solicitou o redirecionamento da execução fiscal contra os sócios.

A respeito da situação hipotética precedente, assinale a opção correta conforme o Código Tributário Nacional (CTN) e o entendimento do STJ.

a) Em se tratando de execução fiscal, a desconsideração da personalidade jurídica, com a responsabilidade pessoal do sócio-gerente, é consequência jurídica lógica na natureza do débito cobrado, não havendo possibilidade de serem opostas contra o fisco regras de direito privado para proteção do Sócio.

b) Caso a sociedade empresária Alfa Ltda. tenha deixado de funcionar no seu domicílio fiscal, mesmo que não tenha comunicado isso aos órgãos competentes, o sócio-gerente não responderá pela execução fiscal, uma vez que a referida falta de comunicação seria mera irregularidade sanável.

c) Caso a sociedade empresária Alfa Ltda. tenha deixado de funcionar no seu domicílio fiscal, mesmo que não tenha comunicado isso aos órgãos competentes, o sócio-gerente não responderá pela execução fiscal, uma vez que, pelo princípio da responsabilidade limitada, os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade.

d) A responsabilidade pessoal do sócio-gerente no caso decorre da aplicação do dispositivo do CTN que prevê que são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias da sociedade os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, sendo irrelevante, para o redirecionamento da execução fiscal, a comunicação, ou sua falta, acerca de eventual alteração do domicílio da sociedade aos órgãos competentes.

e) Caso a sociedade empresária Alfa Ltda. tenha deixado de funcionar no seu domicílio fiscal e não tenha comunicado isso aos órgãos competentes, será legitimo o redirecionamento da execução fiscal para a pessoa do Sócio-gerente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois revela o entendimento da Súmula 435 do STJ. "Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente."

A questão aborda o tema do redirecionamento da execução.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, C e D contrariam o teor da Súmula 435 do STJ, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 88. De acordo com o art. 116, parágrafo único, do CTN (chamada de norma de combate à evasão fiscal), a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária. Com relação a tal norma, assinale a opção correta à luz do entendimento do STF.

a) A norma de combate à evasão fiscal permite à autoridade fiscal tributar fato gerador não ocorrido e previsto em lei, além de autorizar o agente fiscal a preencher eventuais lacunas legais com a interpretação analógica, permitida pelo CTN.

b) A norma de combate à evasão fiscal autoriza a tributação com base na intenção do que poderia estar sendo supostamente encoberto por uma forma jurídica, totalmente legal, mas que estaria ensejando pagamento de imposto menor, tributando mesmo que não haja lei para caracterizar tal fato gerador.

c) A norma de combate à evasão fiscal proíbe o contribuinte de buscar, por vias legitimas e comportamentos coerentes com a ordem jurídica, economia fiscal, realizando suas atividades de forma menos onerosa e, assim, deixando de pagar tributos quando não configurado fato gerador cuja ocorrência tenha sido licitamente evitada.

d) A norma de combate à evasão fiscal não representa ofensa aos princípios da legalidade, da legalidade estrita em direito tributário e da separação dos Poderes, sendo, todavia, viável ao contribuinte optar pelo caminho da elisão fiscal, em que há diminuição lícita dos valores tributários devidos, pois o contribuinte evita relação jurídica que faria originar obrigação tributária, o que não ocorre na evasão fiscal, em que o contribuinte atua de forma a ocultar fato gerador materializado para omitir-se do pagamento da obrigação tributária devida.

e) A norma de combate à evasão fiscal foi considerada inconstitucional pelo STF, por violar o princípio da separação dos Poderes, considerando-se que o ordenamento jurídico brasileiro adota o sistema inglês, de jurisdição una ou do controle judicial, de maneira que todos os litígios, seja administrativos, seja de interesses exclusivamente privados, devem ser resolvidos pelo Poder Judiciário, que é o único capaz de produzir decisões definitivas com força de coisa julgada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema evasão e elisão fiscal.

A alternativa A está incorreta, pois, conforme decidido na ADI 2446, "Não se verifica, no presente caso, a possibilidade de a autoridade fiscal usurpar competência legislativa, realizando tributação por analogia ou fora das hipóteses legalmente previstas, mediante interpretação econômica."

A alternativa B está incorreta, pois o fato gerador deve estar previsto em lei, conforme decidido na ADI 2446, "Faz-se necessária, assim, a configuração de fato gerador que, por óbvio, além de estar devidamente previsto em lei, já tenha efetivamente se materializado, fazendo surgir a obrigação tributária. Assim, a desconsideração autorizada pelo dispositivo está limitada aos atos ou negócios jurídicos praticados com intenção de dissimulação ou ocultação desse fato gerador."

A alternativa C está incorreta, pois contraria frontalmente trecho do acórdão prolatado na ADI 2446. "A norma não proíbe o contribuinte de buscar, pelas vias legítimas e comportamentos coerentes com a ordem jurídica, economia fiscal, realizando suas atividades de forma menos onerosa, e, assim, deixando de pagar tributos quando não configurado fato gerador cuja ocorrência tenha sido licitamente evitada."

A alternativa D está correta, pois revela o entendimento do STF veiculado no Informativo 1050 "EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR N. 104/2001. INCLUSÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 116 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: NORMA GERAL ANTIELISIVA. ALEGAÇÕES DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA LEGALIDADE ESTRITA EM DIREITO TRIBUTÁRIO E DA SEPARAÇÃO DOS PODERES NÃO CONFIGURADAS. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE. (ADI 2446, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 11-04-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-079 DIVULG 26-04-2022 PUBLIC 27-04-2022)"

A alternativa E está incorreta, pois a norma foi declarada constitucional, conforme comentário à alternativa D.

QUESTÃO 89. Com base no Decreto Estadual n° 31.825/2022, que dispõe acerca do ICMS no estado do Rio Grande do Norte, assinale a opção correta.

a) É relevante para a caracterização da incidência do ICMS a natureza jurídica da operação relativa à circulação de mercadoria e prestação relativa ao serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

b) O ICMS incide sobre operações com fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil e que contenham obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros, ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

c) O ICMS não incide sobre serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.

d) Ficam isentas do ICMS as saídas internas e interestaduais de veículos automotores novos quando adquiridos por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, síndrome de Down ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal, e o

benefício correspondente deverá ser transferido ao adquirente do veículo, mediante redução no seu preço.

e) A isenção do ICMS concedida por força do referido decreto dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias, uma vez que se trata de dispensa legal (ex lege) do pagamento do imposto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema do ICMS no estado do Rio Grande do Norte.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 2º, § 5º, I, do Decreto Estadual n° 31.825/2022: "§ 5º É irrelevante para a caracterização da incidência: I - a natureza jurídica da operação relativa à circulação de mercadoria e prestação relativa ao serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;"

A alternativa B está incorreta. Não há incidência. De acordo com art. 5º, VI, do Decreto Estadual n° 31.825/2022: "Art. 5º O imposto não incide sobre as seguintes operações ou prestações: VI - fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser;"

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 2º, § 1º, II, do Decreto Estadual n° 31.825/2022: "§ 1º O imposto incide também sobre: II - o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;"

A alternativa D está correta. De acordo com art. 16, caput e § 1º, do Anexo I do Decreto Estadual n° 31.825/2022: "Art. 16. Ficam isentas do ICMS as saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo quando adquirido por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severas ou profundas, síndrome de Down ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal. § 1º O benefício correspondente deverá ser transferido ao adquirente do veículo, mediante redução no seu preço."

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 7º, parágrafo único, do Decreto Estadual n° 31.825/2022: "Parágrafo único. A isenção não dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias."

QUESTÃO 90. No estado X, foi publicada lei que permite à administração tributária estadual apreender mercadorias do contribuinte devedor do ICMS, para garantir o pagamento do imposto.

No que se refere à permissão prevista na lei mencionada nessa situação hipotética, assinale a opção correta conforme a jurisprudência sumulada do STF.

a) A apreensão de mercadoria mostra-se cabível, uma vez que o devedor deve submeter-se à fiscalização, de acordo com o disposto no CTN, e, sendo a atividade administrativa plenamente vinculada, devem ser assegurados o controle e o cumprimento da norma jurídica pela administração tributária.

b) A apreensão de mercadoria para assegurar o pagamento do imposto devido é inadmissível, por ser meio que tem como propósito coagir o contribuinte ao cumprimento da sua obrigação tributária.

c) A apreensão de mercadorias, por consistir em simples ato impeditivo e temporário de sua circulação irregular, mostra-se cabível, a fim de assegurar a arrecadação para financiamento da atividade estatal e garantir o bem-estar da coletividade.

d) A apreensão de mercadoria só se mostrará viável se o contribuinte estiver inadimplente e, quando devidamente intimado pela autoridade fiscalizadora, deixar de efetuar o pagamento dos débitos em atraso, no prazo de 30 dias.

e) A apreensão de mercadoria para assegurar o pagamento do imposto devido mostra-se relevante para garantir a isonomia de tratamento entre contribuintes adimplentes e inadimplentes, sob pena de violação ao princípio da livre concorrência e de fomento da concorrência desleal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois representa a inteligência da Súmula 323 do STF: "É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos."

A questão aborda o tema medidas coercitivas para o pagamento de tributos.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, C, D e E violam o entendimento do STF, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 91. A respeito da seguridade social, assinale a opção correta, considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF).

a) É assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor nominal, conforme critérios definidos em lei, o que, entretanto, não assegura a irredutibilidade do valor dos benefícios.

b) A universalidade da cobertura e do atendimento no âmbito da previdência social será limitada aos segurados filiados ao regime geral de previdência social (RGPS) e a seus dependentes, em razão do caráter contributivo do referido regime e da natureza obrigatória da filiação a ele.

c) O acesso das populações rurais aos benefícios e serviços de previdência social é limitado à idade avançada, em razão do caráter não contributivo da filiação do segurado especial.

d) Nenhum benefício pago pela previdência social poderá ser inferior ao salário-mínimo vigente.

e) A precedência da fonte de custeio para a criação, majoração ou extensão de um benefício ou serviço não se aplica à assistência social e à saúde, uma vez que a universalidade da cobertura e do atendimento abrange apenas a previdência social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata de princípios e objetivos da seguridade social.

A alternativa A está incorreta, pois a sua redação contraria o princípio da preservação do valor real dos benefícios previdenciários, que está exposto no art. 201, §4º, da CF: "É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei".

É importante relembrar que, dentro da seguridade social, a preservação do valor real é uma garantia aplicável exclusivamente ao subsistema da previdência social. Por outro lado, a saúde e a assistência social contam apenas com a garantia de preservação do valor nominal das prestações.

A alternativa B está correta. O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, que é um dos objetivos da seguridade social, preconiza que as prestações da seguridade social sejam destinadas a todos que delas necessitarem. Todavia, esse princípio deve ser interpretado de maneira diferente no subsistema da previdência social, justamente em razão da sua natureza contributiva.

Nos subsistemas da saúde e da assistência social, existe uma universalidade ampla, pois não há a exigência de contribuições prévias para que a pessoa faça jus às prestações fornecidas. Por outro lado, no subsistema da previdência social, a universalidade é mitigada pela exigência da contributividade, de modo que, em regra, a concessão das prestações previdenciárias exige a prévia filiação e o recolhimento de contribuições destinadas ao custeio do sistema.

A alternativa C está incorreta. Com a promulgação da CF/88, foi trazida a previsão expressa do princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (art. 194, parágrafo único, II, CF), de modo que, em regra, os trabalhadores rurais farão jus aos mesmos benefícios conferidos aos trabalhadores urbanos.

Ainda, outro erro da alternativa está em afirmar que o segurado especial não tem uma filiação contributiva com a previdência social, pois ele está obrigado a contribuir com uma alíquota incidente sobre o resultado da comercialização da sua produção (art. 195, §8º, CF), logo, a sua filiação, apesar de peculiar, é contributiva.

A alternativa D está incorreta, pois a garantia de benefícios não inferiores ao salário-mínimo somente se aplica aos benefícios substitutivos da remuneração do segurado (art. 201, §2º, CF), a exemplo das aposentadorias e do salário-maternidade. Por outro lado, os benefícios que não substituem a remuneração do segurado, como o salário-família e o auxílio-acidente, podem ter valor inferior ao salário-mínimo.

A alternativa E está incorreta, pois o princípio da precedência da fonte de custeio se aplica a toda a seguridade social, como prevê o art. 195, §5º, da CF: "Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total". Portanto, o seu espectro de abrangência alcança os subsistemas da saúde, da assistência social e da previdência social.

QUESTÃO 92. Considerando o disposto na CF, assinale a opção correta acerca das regras do regime geral de previdência social (RGPS).

a) O RGPS é um sistema de capitalização, de caráter contributivo e facultativo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

b) O desemprego involuntário é objeto de proteção e cobertura pelo RGPS.

c) As regras do RGPS aplicam-se exclusivamente aos trabalhadores da iniciativa privada, não sendo cabível a observância no regime próprio de previdência social (RPPS), ainda que de forma subsidiária, de requisitos e critérios fixados para o RGPS.

d) A Constituição Federal assegura a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários, desde que enquadrados nos casos expressamente nela previstos.

e) É vedada a filiação ao RGPS, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata de temas gerais relativos ao RGPS.

A alternativa A está incorreta, pois o RGPS, na verdade, é um sistema de repartição simples, de caráter contributivo e obrigatório.

A expressão "repartição simples" significa dizer que as contribuições pagas por um segurado não são destinadas exclusivamente ao custeio das prestações futuramente concedidas a ele, mas, sim, são destinadas ao custeio de todo o sistema. Os sistemas de repartição simples se contrapõem aos sistemas de capitalização, que abrangem os regimes de previdência complementar.

Por sua vez, a filiação obrigatória ao RGPS significa que o mero exercício de atividade remunerada já é suficiente para que o trabalhador seja considerado segurado obrigatório do sistema, independentemente da sua manifestação de vontade.

A alternativa B está incorreta. Apesar de o art. 201, III, da CF, estabelecer o desemprego involuntário como uma contingência a ser coberta pelo RGPS, o art. 9º, §1º, da Lei 8.213/91, é claro ao afirmar que o RGPS não prevê a cobertura do desemprego involuntário.

Portanto, o seguro-desemprego é um benefício que não está abarcado pelo RGPS.

A alternativa C está incorreta, pois as regras do RGPS, naquilo que for cabível, são aplicáveis de maneira subsidiária ao RPPS, como prevê o art. 40, §12, da CF: "Além do disposto neste artigo, serão observados, em regime próprio de previdência social, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social".

A alternativa D está incorreta. Na verdade, a Constituição veda expressamente a contagem do tempo de contribuição fictício, tanto no RGPS quanto no RPPS (art. 40, §10, e art. 201, §14, ambos da CF).

A alternativa E está correta, pois reproduz a literalidade do art. 201, §5º, da CF. A categoria do segurado facultativo é, em regra, destinada àqueles que não exercem qualquer atividade remunerada, o que não abrange os servidores vinculados a algum RPPS.

QUESTÃO 93. Em relação aos beneficiários do RGPS, assinale a opção correta.

a) Não se admite, em qualquer hipótese, que a prova de união estável e de dependência econômica seja feita exclusivamente por prova testemunhal.

b) Os beneficiários do RGPS classificam-se como segurados dependentes e designados.

c) Exclui-se definitivamente da condição de dependente aquele que for condenado criminalmente por sentença transitada em julgado pela prática de homicídio doloso contra o segurado do qual era dependente.

d) A inscrição do dependente é feita por indicação do segurado quando da filiação ao RGPS.

e) É permitida a inscrição post mortem de segurado contribuinte individual e de segurado facultativo, desde que haja o pagamento das contribuições em atraso acrescido de pagamento de juros e correção monetária, nos termos da lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata das regras relativas aos beneficiários do RGPS.

A alternativa A está incorreta, pois a dependência econômica e a união estável podem ser comprovadas por meio de prova exclusivamente testemunhal nas hipóteses de caso fortuito e de força maior. Isso está previsto no art. 16, §5º, da Lei 8.213/91: "As provas de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, produzido em período não superior a 24 (vinte e quatro) meses anterior à data do óbito ou do recolhimento à prisão do segurado, não admitida a prova exclusivamente testemunhal, exceto na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no regulamento".

A alternativa B está incorreta. Na verdade, os beneficiários do RGPS são apenas os segurados e os seus dependentes, conforme prevê o art. 10 da Lei 8.213/91: "Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste capítulo". Portanto, não existe a categoria dos "designados".

A alternativa C está correta, pois reproduz a literalidade do art. 16, §7º, da Lei 8.213/91: "Será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis".

Destacamos que a exclusão da condição de dependente somente irá ocorrer em caso de homicídio doloso (tentado ou consumado), e desde que o segurado não seja absolutamente incapaz ou inimputável. De todo modo, a assertiva permanece correta.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a inscrição do dependente, na verdade, é realizada no momento do requerimento do benefício a que estiver habilitado (art. 17, §1º, Lei 8.213/91).

Excepcionalmente, no caso do dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, a inscrição pode ocorrer antes do óbito do segurado, para os fins do requerimento da pensão por morte. Isso está previsto no art. 23, 5º, da EC 103/19: "Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação".

A alternativa E está incorreta. A legislação é expressa ao proibir a inscrição *post mortem* do contribuinte individual e do segurado facultativo (art. 17, §7º, Lei 8.213/91).

Por outro lado, existe autorização para a inscrição *post mortem* do segurado especial, conforme o art. 18, §5º, do Decreto 3.048/99: "Presentes os pressupostos da filiação, admite-se a inscrição *post mortem* do segurado especial".

QUESTÃO 94. Acerca das regras de prescrição e decadência no âmbito do RGPS, julgue os itens seguintes.

I – É de 5 anos o prazo de decadência do direito ou da ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão, indeferimento, cancelamento ou cessação de benefício e do ato de deferimento, indeferimento ou não concessão de revisão de benefício.

II – O direito da previdência social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em 10 anos, contados da data em que os atos foram praticados, salvo em caso de comprovada má-fé.

III – O prazo de decadência do direito ou da ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício é contado a partir da data do deferimento do pedido na via administrativa.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item II está certo.

d) Apenas o item III está certo.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois somente o item II está certo.

A questão trata de prescrição e decadência no RGPS.

O item I está incorreto, pois o prazo de decadência para a revisão do ato de concessão de benefício previdenciário é de 10 anos, conforme prevê o art. 103 da Lei 8.213/91. Ainda, na ADI 6.096, o STF considerou inconstitucional a fixação de um prazo decadencial para a revisão dos atos de indeferimento, cancelamento ou cessação de benefício, por considerar que o mero decurso de um lapso temporal não pode vedar o acesso a um direito social garantido pela própria Constituição Federal.

Portanto, atualmente, somente o ato de concessão do benefício está sujeito a um prazo decadencial para a sua revisão, e esse prazo é de 10 anos.

O item II está correto. A assertiva reproduz a literalidade do art. 103-A da Lei 8.213/91: "O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé".

O item III está incorreto. Na verdade, o termo inicial do prazo decadencial para a revisão do ato de concessão do benefício é o dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação (art. 103, Lei 8.213/91).

QUESTÃO 95. No que se refere às disposições gerais acerca dos benefícios do RGPS, julgue os itens que se seguem.

I – Não se poderá conceder aposentadoria por invalidez ou auxílio por incapacidade temporária ao segurado que no momento de filiação ao RGPS, já era portador de doença preexistente, ainda que a incapacidade sobrevenha por motivo de progressão ou agravamento da doença.

II – A comprovação da efetiva exposição do segurado a agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho,

expedido por médico de trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, nos termos da legislação trabalhista.

III – O salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste, não sendo possível a concessão para as hipóteses de guarda judicial.

IV – Para a concessão de pensão previdenciária por morte, aplica-se a lei vigente na data do óbito do segurado.

Assinale a opção correta

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e III estão certos.

c) Apenas os itens II e IV estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois apenas os itens II e IV estão certos.

A questão trata dos benefícios em espécie no RGPS.

O item I está incorreto. Em regra, se o segurado se filiar ao RGPS já portador de uma doença preexistente, ele não terá direito aos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez) e auxílio por incapacidade temporária em razão dessa doença, como preveem os arts. 42, §1º e 59, §1º, ambos da Lei 8.213/91.

Todavia, se a incapacidade do segurado resultar de uma progressão ou de um agravamento da doença, ocorridos quando ele já estava filiado à Previdência Social, haverá o direito aos benefícios por incapacidade.

O item II está correto. Essa assertiva tem relação com a aposentadoria especial, que exige a efetiva exposição do segurado a agentes prejudiciais à saúde para a sua concessão. O tema está disciplinado pelo art. 58, §1º, da Lei 8.213/91: "A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista".

Portanto, de acordo com a legislação, a comprovação dessa exposição pode ser feita por meio do LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho), que dará o embasamento para se considerar como especial o tempo cumprido naquela atividade.

O item III está incorreto. A primeira parte da assertiva está correta, pois reproduz o art. 71 da Lei 8.213/91: "O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade".

Todavia, a parte final está incorreta, tendo em vista que, apesar de a guarda judicial, em regra, não gerar o direito à concessão do salário-maternidade, deve ser feita a ressalva da guarda judicial para fins de adoção, que está expressamente prevista na legislação como uma das hipóteses de concessão desse benefício (art. 71-A, Lei 8.213/91).

O item IV está correto, pois traz o texto da Súmula 340 do STJ. Esse entendimento sumulado se baseia no princípio do *tempus regit actum*, pois, se o fato gerador da pensão por morte é o óbito do segurado, o benefício deve ser regido pela lei que estava em vigor no momento em que o óbito ocorreu, sendo certo que ele não será afetado por alterações legislativas posteriores.

Por exemplo, se um segurado houver falecido no dia 10/11/2019, a superveniência da EC 103/19 (promulgada em 13/11/2019) não terá o condão de alterar o benefício da pensão por morte devido aos dependentes dele, pois o fato gerador do benefício ocorreu antes da alteração legislativa.

QUESTÃO 96. Considerando a Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019, assinale a opção correta, no que se refere ao regime próprio de previdência social (RPPS).

a) Ao agente público ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o RGPS, ressalvado o ocupante de mandato eletivo.

b) O RPPS dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo e de servidores ativos e aposentados, sendo facultada a contribuição de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

c) As regras para cálculo de proventos de aposentadoria no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como o reajustamento dos benefícios previdenciários, serão disciplinados de acordo com as regras estabelecidas no RGPS.

d) Um ente federativo pode, de acordo com critérios estabelecidos em lei, conceder abono de permanência para o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e opte por permanecer em atividade até completar a idade para aposentadoria compulsória.

e) É permitida a existência de mais de um RPPS e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, para contemplar os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Defensorias Públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata das regras expostas na Constituição Federal acerca dos RPPS.

A alternativa A está incorreta. Desde a EC 20/98, a CF já previa que os servidores ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, bem como os temporários e os empregados públicos, deveriam ser vinculados ao RGPS. E, com o advento da EC 103/19, foi acrescentado a esse rol o ocupante de mandato eletivo (art. 40, §13, CF), de modo que o RPPS resta reservado exclusivamente aos servidores públicos efetivos.

A alternativa B está incorreta. Essa assertiva está quase integralmente correta, pois, de fato, o RPPS deve ter caráter contributivo e solidário, contando com contribuição do respectivo ente federativo e dos servidores ativos e aposentados vinculados a ele. Todavia, o erro da questão está em afirmar que a contribuição dos pensionistas é facultativa, pois, na verdade, ela é obrigatória. Isso está exposto no *caput* do art. 40 da CF: "O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial".

A título de curiosidade, destacamos que a contribuição dos aposentados e dos pensionistas foi expressamente permitida pela EC 41/03.

A alternativa C está incorreta. Desde o advento da EC 103/19, os entes federativos ganharam autonomia para estabelecerem as regras de cálculo dos proventos de aposentadoria devidos pelos seus RPPS, como passou a prever o art. 40, §3º, da CF: "As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo".

Portanto, as regras de cálculo existentes para o RGPS não devem ser aplicadas nos RPPS, pois isso iria ferir a autonomia que a EC 103/19 garantiu aos entes federativos nessa matéria.

A alternativa D está correta. Essa assertiva reproduz a literalidade do art. 40, §19, da CF: "Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória".

Destacamos que, até o advento da EC 103/19, a CF era taxativa ao estabelecer o direito ao abono de permanência ao servidor. Todavia, com a publicação da referida Emenda, a instituição do abono de permanência passou a ser uma faculdade do ente federativo, que, se assim o desejar, poderá optar por prever tal benefício na legislação do seu RPPS.

A alternativa E está incorreta. É absolutamente vedada a existência de mais de um RPPS ou de mais de um órgão ou entidade gestora em cada ente federativo (art. 40, §20, CF). Essa proibição de instituição de múltiplos RPPS dentro do mesmo ente federativo visa garantir a isonomia entre os servidores públicos daquele ente, de modo a assegurar que, em regra, todos sejam submetidos ao mesmo regime previdenciário.

QUESTÃO 97. Em relação à previdência complementar, assinale a opção correta.

a) A CF atribuiu à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a competência para instituir, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

b) A EC nº 103/2019 facultou aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a instituição do regime de previdência complementar.

c) O regime de previdência complementar oferecerá plano de benefícios em diversas modalidades de contribuição, conforme critérios a serem definidos pela lei instituidora do respectivo ente federativo.

d) A efetivação do regime de previdência complementar no âmbito da União, dos estados e do Distrito Federal ocorrerá exclusivamente por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, ao passo que, nos municípios, a efetivação também poderá ocorrer por meio de entidade aberta de previdência complementar.

e) A instituição do regime de previdência complementar em determinado estado resulta na filiação obrigatória dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo nesse estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata das regras de previdência complementar.

A alternativa A está correta, pois, com as alterações promovidas pela EC 103/19, foi expressamente inserida na CF a determinação para a instituição do regime de previdência complementar por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo de cada ente federativo (art. 40, §14, CF).

A alternativa B está incorreta. Antes do advento da EC 103/19, a criação desse regime era, de fato, facultativa; mas, com a publicação dessa Emenda, essa faculdade foi transformada em uma obrigatoriedade, de modo que todos os entes federativos devem instituir o seu respectivo regime de previdência complementar. De acordo com o art. 9º, §6º, da EC 103/19, o prazo para essa instituição é de 2 anos, contados da data em que a Emenda entrou em vigor.

A alternativa C está incorreta. Na verdade, não existe liberdade para a definição das modalidades de planos de benefícios no regime de previdência complementar dos servidores públicos, pois a CF autorizou somente a modalidade contribuição definida: "Art. 40. [...] § 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar".

A principal característica dos planos de contribuição definida está no fato de que o valor do benefício não é garantido de antemão, pois ele é permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, considerando o resultado líquido da sua aplicação.

A alternativa D está incorreta. Pelo texto permanente da CF, o regime de previdência complementar pode ser efetivado por intermédio de uma entidade fechada ou de uma entidade aberta (art. 40, §15). Todavia, a utilização das entidades abertas de previdência complementar exige a prévia publicação de uma lei complementar que discipline como se dará a relação entre os entes federativos e as referidas entidades (art. 202, §4º, CF).

Considerando que essa lei complementar ainda não existe, não é possível, por ora, que as entidades abertas administrem planos de previdência complementar patrocinados pelos entes federativos, como dispõe a norma transitória do art. 33 da EC 103/19.

Por fim, ao contrário do que afirma a alternativa, essa sistemática vigora para todos os entes federativos. Não há tratamento diferenciado em relação aos Municípios.

A alternativa E está incorreta. Uma das principais características da previdência complementar é o seu caráter facultativo (art. 202, CF). Isso vale tanto para a previdência complementar privada quanto para a previdência complementar dos servidores públicos.

É necessário destacar que os regimes de previdência complementar, ao contrário do RGPS e do RPPS, visam manter o padrão de vida do segurado durante a sua aposentadoria mediante o pagamento de contribuições adicionais ao longo da sua vida laboral, razão pela qual a adesão é facultativa e depende de manifestação expressa de vontade do segurado.

QUESTÃO 98. De acordo com a Lei nº 8213/1991, assinale a opção correta acerca da contagem recíproca do tempo de contribuição.

a) É vedada a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por RPPS sem a emissão da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) correspondente, ainda que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor.

b) A Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) poderá ser emitida por RPPS ao servidor ocupante de cargo efetivo em exercício.

c) É permitida a contagem recíproca de tempo de serviço público e de atividade privada, quando concomitantes, mas o tempo de serviço utilizado não será contado por um sistema para concessão de aposentadoria pelo outro.

d) É vedada a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) com o registro exclusivo de tempo de serviço, sem a comprovação de contribuição efetiva, exceto para o segurado empregado, empregado doméstico e segurado especial que tenham exercido atividade rural de subsistência em regime de economia familiar.

e) É permitida a desaverbação de tempo em RPPS para fins de contagem recíproca perante o RGPS quando o tempo averbado tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata das regras que envolvem a contagem recíproca de tempo de contribuição e a emissão da respectiva CTC (Certidão de Tempo de Contribuição).

A alternativa A está correta, pois reproduz a literalidade do art. 96, VII, da Lei 8.213/91, criado em 2019: "é vedada a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social sem a emissão da CTC correspondente, ainda que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor".

Essa vedação legal reforça a premissa básica de que a CTC é indispensável para que o segurado consiga obter a contagem recíproca do tempo de contribuição em um outro regime previdenciário.

A alternativa B está incorreta. A Lei 8.213/91 é expressa ao estabelecer que a CTC somente pode ser emitida por um RPPS a um ex-servidor (art. 96, VI, Lei 8.213/91), de modo que, para conseguir obter a certidão, é necessário que o servidor já esteja desvinculado daquele regime de previdência social.

A alternativa C está incorreta. É absolutamente vedada a contagem concomitante do tempo de serviço público e de atividade privada (art. 96, Lei 8.213/91), tendo em vista que isso configuraria uma forma de contagem de tempo ficto, pois permitiria que, por exemplo, um determinado trabalhador vinculado concomitantemente ao RGPS e ao RPPS trabalhasse por 10 anos e conseguisse uma contagem de 20 anos de tempo de contribuição.

Por outro lado, quando as atividades não forem concomitantes, será perfeitamente possível fazer a contagem e a soma dos dois períodos. Por exemplo, se um segurado tiver laborado como segurado empregado entre 2020 e 2023 e, então, assumir o cargo de Procurador no Estado do Rio Grande do Norte a partir de 2024, ele conseguirá obter a contagem daquele período pretérito no RPPS em que está ingressando, desde que obtenha a CTC.

A alternativa D está incorreta. A assertiva está quase integralmente correta, pois traz uma regra exposta no art. 96, V, da Lei 8.213/91. Todavia, o erro está na inclusão do segurado especial nesse rol, tendo em vista que essa previsão legal é destinada exclusivamente aos segurados que gozam da presunção de recolhimento das contribuições previdenciárias (princípio da automaticidade das prestações), o que atualmente abrange os segurados empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e contribuinte individual que presta serviço a empresas.

A alternativa E está incorreta. A desaverbação de tempo em RPPS somente é permitida se ela não tiver gerado a concessão de nenhuma vantagem remuneratória ao servidor público em atividade (art. 96, VIII, Lei 8.213/91). Portanto, o tempo que já foi, de alguma maneira, utilizado pelo RPPS para a concessão de algum benefício ao servidor não pode ser posteriormente desaverbado e levado a outro regime previdenciário.

QUESTÃO 99. De acordo com a EC nº 103/2019, assinale a opção correta a respeito das alterações promovidas no RPPS.

a) Os proventos de aposentadoria devidos ao servidor público e as pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios.

b) Uma vez que não foi editada lei federal que discipline os benefícios do RPPS da União, o servidor público federal poderá se aposentar voluntariamente, desde que observe, entre outros requisitos, a idade mínima de 60 anos de idade, se homem, e de 63 anos de idade, se mulher.

c) O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias, à pensão por morte e ao auxílio por incapacidade temporária.

d) Os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, não sendo admitido, todavia, que ela seja inferior às alíquotas aplicáveis ao RGPS.

e) Os recursos de RPPS não poderão ser aplicados na concessão de empréstimos a seus segurados, inclusive na modalidade de consignados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda diversas mudanças promovidas pela última Reforma da Previdência, que foi estabelecida pela EC 103/19.

A alternativa A está incorreta. Essa assertiva foi redigida com base no art. 3º, §1º, da EC 103/19, e está quase integralmente correta. Todavia, o erro está na generalização dada pelo examinador, pois esse regramento, de acordo com a referida Emenda, é aplicável exclusivamente aos servidores públicos federais e aos segurados do RGPS, de modo que os servidores dos demais entes federativos não estão abrangidos por ele, tendo em vista que cada ente pode estabelecer, por meio da legislação local, as suas próprias regras de cálculo e de reajuste dos benefícios previdenciários por ele concedidos (art. 40, §3º, CF), logo, é possível que uma lei local discipline um regramento distinto daquele estabelecido no art. 3º, §1º, da EC 103/19.

A alternativa B está incorreta. O erro da alternativa está na idade da aposentadoria voluntária da servidora pública federal. A idade mínima para a aposentadoria voluntária dos servidores públicos federais está prevista no próprio art. 40, §1º, III, da CF, que exige 65 anos de idade para os homens e 62 anos de idade para as mulheres.

A alternativa C está incorreta. Enquanto não sobrevier uma lei complementar para definir as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, esses regimes somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria e de pensão por morte (art. 9º, §2º, EC 103/19).

Por outro lado, os demais benefícios eventualmente devidos aos servidores, como o auxílio por incapacidade temporária e o salário-maternidade, deverão ser custeados diretamente pelo respectivo ente federativo.

A alternativa D está correta. A questão cobra uma exceção estabelecida no art. 9º, §4º, da EC 103/19: "Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social".

Pela redação do dispositivo, percebemos que, em regra, os entes subnacionais não podem fixar contribuições dos seus servidores que sejam inferiores à alíquota estabelecida pela União para os seus servidores. Todavia, como exceção, se o ente conseguir demonstrar que não possui nenhum déficit atuarial, ele poderá estabelecer alíquotas inferiores às vigentes no RPPS da União, desde que elas não sejam inferiores àquelas aplicáveis no RGPS.

Apesar de ter cobrado a exceção, a afirmativa está correta, pois é possível, sim, a fixação de alíquotas inferiores às dos servidores da União, ainda que seja uma hipótese excepcional.

A alternativa E está incorreta. A EC 103/19 estabeleceu expressamente a possibilidade de que esses recursos sejam utilizados para a concessão de empréstimos consignados aos segurados do regime: "Art. 9º. [...] §7º Os recursos de regime próprio de previdência social poderão ser aplicados na concessão de empréstimos a seus segurados, na modalidade de consignados, observada regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional".

QUESTÃO 100. A respeito do direito à conversão, em tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor, julgue os itens seguintes, à luz da EC nº 103/2019 e da jurisprudência dos tribunais superiores.

I – A referida conversão de tempo não é possível no âmbito do RPPS, pois é vedada a contagem de tempo ficto para fins de aposentadoria.

II – Antes da edição da EC n.º 103/2019, o direito à conversão de tempo especial em comum deveria obedecer a lei complementar que viesse a regulamentar a matéria, mas, diante da omissão legislativa em fazê-lo, a pretensão do servidor ficou, na prática, inviabilizada.

III – Apenas após a vigência da EC n.º 103/2019 é que o direito à conversão de tempo especial em comum foi viabilizado aos servidores, passando a serem aplicadas as regras vigentes para o RGPS.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item II está certo.

d) Apenas o item III está certo.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois nenhum item está certo. A questão trata da conversão de tempo especial em tempo comum, no âmbito do RPPS, antes e depois da EC 103/19.

O item I está incorreto. A conversão de tempo especial em comum no âmbito do RPPS foi tratada pelo STF no seguinte tema de Repercussão Geral:

Tema 942, STF: Até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público decorre da previsão de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a jubilação daquele enquadrado na hipótese prevista no então vigente inciso III do § 4º do art. 40 da Constituição da República, devendo ser aplicadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991 para viabilizar sua concretização enquanto não sobrevier lei complementar disciplinadora da matéria. Após a vigência da EC n.º 103/2019, o direito à conversão em tempo comum, do prestado sob condições especiais pelos servidores obedecerá à legislação complementar dos entes federados, nos termos da competência conferida pelo art. 40, § 4º-C, da Constituição da República.

Em suma, deve ser reconhecido o direito à conversão de tempo especial em comum dentro do RPPS, desde que o referido período tenha sido laborado antes do advento da EC 103/19, publicada em 13/11/2019. Isso porque a Emenda em questão vedou essa conversão tanto no RPPS quanto no RGPS (art. 10, §3º, e art. 25, §2º), mas essa vedação não atinge os períodos já cumpridos anteriormente.

O item II está incorreto. De fato, essa conversão, antes do advento da EC 103/19, dependia da edição de uma lei complementar específica que regulamentasse a aposentadoria especial do servidor público, mas, como essa norma nunca foi editada, o STF determinou a aplicação, aos servidores públicos, das regras vigentes no âmbito do RGPS acerca da aposentadoria especial (Súmula Vinculante 33). Portanto, esse pleito não estava inviabilizado pela omissão legislativa, pois era aplicável o regramento infraconstitucional destinado ao RGPS.

O item III está incorreto. Na verdade, é justamente o contrário: antes da EC 103/19, essa conversão era possível aos servidores públicos em razão da Súmula Vinculante 33 e, também, do Tema 942 do STF; todavia, após a EC 103/19, essa conversão foi expressamente vedada.

Todavia, é importante ressaltar que a Emenda garantiu expressamente o direito à conversão dos tempos cumpridos em momento anterior à sua entrada em vigor (art. 25, §2º)

PGM Guarulhos/SP

QUESTÃO 01. A arguição de descumprimento de preceito fundamental é prevista no artigo 102, §1º, da Constituição Federal e é regida pela Lei nº 9.882/1999. Sobre o tema, é CORRETO o que se afirma em:

A) Trata-se de ação constitucional que possui função rescisória, sendo cabível contra decisão judicial transitada em julgado.
B) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante.
C) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade. O requisito da subsidiariedade é satisfeito quando inexistir, no caso, outro meio processual eficaz para sanar a lesão a preceito fundamental de forma ampla, geral e imediata.
D) Não é admissível o emprego da ADPF para reparar ou evitar lesão a preceito fundamental resultante de omissão do poder público.
E) A ADPF é um mecanismo de controle de constitucionalidade, podendo ser proposta tanto pela via concentrada, quanto pela via difusa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

A alternativa A está incorreta. A ADPF não tem função rescisória. Segundo o STF, não cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) contra decisão judicial transitada em julgado. Este instituto de controle concentrado de constitucionalidade não tem como função desconstituir a coisa julgada. STF. Decisão monocrática. ADPF 81 MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 27/10/2015 (Info 810). Conforme artigo 1º e parágrafo único da Lei n. 9.882/1999, a arguição de descumprimento de preceito fundamental tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Também é cabível a ação quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.

A alternativa B está incorreta. Também segundo o STF, a arguição de descumprimento de preceito fundamental não é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante." (ADPF 147-AgR, rel. min. Cármen Lúcia, julgamento em 24-3-2011, Plenário, DJE de 8-4-2011.)

A alternativa C está correta. A ADPF tem natureza subsidiária, não devendo ser admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade. Ademais, conforme o que se decidiu na ADPF 114, rel. min. Roberto Barroso, j. em 23-8-2019, P, DJE de 6-9-2019, a jurisprudência da Corte firmou-se no sentido de que o requisito da subsidiariedade é satisfeito quando inexiste, no caso, outro meio processual eficaz para sanar a lesão a preceito fundamental de forma ampla, geral e imediata.

A alternativa D está incorreta. Durante a análise da ADPF 272/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua posição prévia de que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é aplicável no enfrentamento de omissões por parte do Estado, independentemente de serem omissões completas ou parciais, e de terem ou não caráter normativo. Esta medida é cabível quando tais omissões violam um preceito fundamental e obstaculizam a concretização de uma norma constitucional que o estabelece.

A alternativa E está incorreta. A ADPF é mecanismo do controle concentrado de constitucionalidade e não do controle difuso. Veja que o Art. 102, § 1º, da Constituição Federal, informa que a ADPF será apreciada pelo STF na forma da lei.

QUESTÃO 02. A respeito da Súmula Vinculante, prevista no artigo 103-A da Constituição Federal e regulada pela Lei Federal nº 11.417/2006, é CORRETO o que se afirma em:

a) A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.

b) A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada por 2/3 (dois terços) dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária.

c) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso do processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que acarretará a suspensão do processo.

d) A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, não podendo o Supremo Tribunal Federal restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento.

e) No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir a manifestação de terceiros na questão, cuja decisão é suscetível de agravo interno, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Súmula Vinculante.

A alternativa A está incorreta. Conforme o Art. 6º da Lei Federal n. 11.417/2006, A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.

A alternativa B está correta. Segundo o § 2º do Art. 2º da Lei Federal n. 11.417/2006, a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada por 2/3 (dois terços) dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária.

A alternativa C está incorreta. Está correta a primeira parte da alternativa ao informar que "o Município poderá propor, incidentalmente ao curso do processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante". todavia, esta propositura não acarretará a suspensão do processo, conforme estabelece o § 1º do Art. 3º da Lei Federal n. 11.417/2006.

A alternativa D está incorreta. É certo que a súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata. Porém, é incorreta a afirmação de que não pode o STF restringir os efeitos vinculantes a partir de outro momento. Nestes termos, é o Art. 4º da Lei Federal n. 11.417/2006. "A súmula com efeito vinculante

tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público."

A alternativa E está incorreta. O erro da alternativa está em afirmar que a decisão é suscetível de agravo interno, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Na verdade, a decisão que admite terceiro é irrecorrível, como estabelece o § 2º do Art. 3º da Lei Federal n. 11.417/2006.

QUESTÃO 03. Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores em relação ao habeas corpus, é CORRETO o que se afirma em:

a) Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar. Entretanto, é possível a concessão da ordem de ofício pelo STF, desde que caracterizada situação de flagrante ilegalidade.

b) A supressão de instância não impede o conhecimento de habeas corpus impetrado per saltum.

c) A superveniência da sentença condenatória não prejudica o pedido de trancamento da ação penal.

d) Cabe habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

e) O habeas corpus poderá ser utilizado como sucedâneo de revisão criminal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema jurisprudência do STF em matéria de habeas corpus.

A alternativa A está correta. A questão reflete integralmente o entendimento do STF. Conforme a Súmula 691 deste tribunal, "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar." Todavia, é possível a concessão da ordem de ofício pelo STF, desde que caracterizada situação de flagrante ilegalidade. Nestes termos, decidiu o STF: "Como se sabe, a jurisprudência pacífica desta Suprema Corte, consolidada pela Súmula 691, é no sentido da impossibilidade de o Supremo Tribunal Federal dar seguimento ao writ impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar. Nesse sentido, anoto que a superação do referido verbete sumular constitui medida excepcional, a se legitimar quando a decisão atacada se mostra teratológica, flagrantemente ilegal ou abusiva. No caso sob exame, verifico estar-se diante dessa situação, apta a superar a súmula em questão, diante do evidente constrangimento ilegal a que está submetido o paciente. (...) Por esse motivo, passo ao exame desta impetração. Esta Suprema Corte tem afastado a prisão preventiva quando a quantidade de droga apreendida é irrisória ou em volume que não justifique a escolha pela cautelar mais gravosa, tornando-a desproporcional. (...) Com efeito, o paciente teve a prisão preventiva decretada com fundamento na gravidade abstrata do delito a ele imputado, garantia

da ordem pública e, ainda, na quantidade de droga apreendida (...). Todavia, apenas 8g (...) de crack foram encontradas em posse do paciente (...). [HC 221.477, rel. min. Ricardo Lewandowski, dec. monocrática, j. 19-10-2022, DJE 211 de 20-10-2022.]

A alternativa B está incorreta. A afirmativa contraria o entendimento apresentado na Súmula 691 do STF de que: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar." Assim, a supressão de instância impede o conhecimento de habeas corpus impetrado per saltum.

A alternativa C está incorreta. A questão foi enfrentada pelo STJ e não pelo STF. Ainda, a Corte Infraconstitucional decidiu de forma diversa, consoante súmula 648: "A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus". A título exemplificativo, apresenta-se o seguinte julgado: "Ementa: HABEAS CORPUS CONTRA INDEFERIMENTO MONOCRÁTICO DE PEDIDO DE LIMINAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. 1. Não cabe ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL conhecer de Habeas Corpus impetrado contra decisão proferida por relator que indefere o pedido de liminar em Habeas Corpus requerido a tribunal superior, sob pena de indevida supressão de instância (Súmula 691). 2. Inexistência de teratologia ou caso excepcional que caracterizem flagrante constrangimento ilegal. 3. Agravo Regimental a que se nega provimento. (STF - HC: 230727 SC, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 12/09/2023, Primeira Turma, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 20-09-2023 PUBLIC 21-09-2023)".

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa baseou-se em outra Súmula do STF. O raciocínio jurídico a ser aplicado é o de que o habeas corpus serve para proteger a liberdade de locomoção. Súmula n. 694 do STF: "Não cabe habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública".

A alternativa E está incorreta. Pelo contrário, o habeas corpus não poderá ser utilizado como sucedâneo de revisão criminal, conforme já decidiu o próprio STF. Veja: "EMENTA. AGRAVO INTERNO EM HABEAS CORPUS. DECISÃO CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. UTILIZAÇÃO DO HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE EVIDENTE. HABEAS CORPUS INDEFERIDO. 1. É inviável a utilização de habeas corpus como sucedâneo de revisão criminal. 2. A revisão da fração aplicada na dosimetria da pena-base é inadmissível na via estreita do habeas corpus, que não comporta dilação probatória. 3. Ausência de ilegalidade evidente na dosimetria quando presentes fundamentos idôneos para fixação da pena-base acima do mínimo legal. 4. Agravo interno desprovido. (STF - HC: 214879 SP 0118683-38.2022.1.00.0000, Relator: NUNES MARQUES, Data de Julgamento: 21/06/2022, Segunda Turma, Data de Publicação: 30/06/2022)".

QUESTÃO 04. Acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), considere as seguintes assertivas:

I. Proposta a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, não se admitirá desistência.

II. Em caso de omissão imputável a órgão administrativo, as providências deverão ser adotadas no prazo de 60 (sessenta) dias ou em prazo razoável a ser estipulado excepcionalmente pelo Tribunal, tendo em vista as circunstâncias específicas do caso e o interesse público envolvido.

III. Em caso de excepcional urgência e relevância da matéria, o Tribunal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá conceder medida cautelar, após a audiência dos órgãos ou autoridades responsáveis pela omissão inconstitucional, que deverão pronunciar-se no prazo de 5 (cinco) dias.

IV. Os legitimados a propositura da ADO são os mesmos legitimados para o mandado de injunção.

Está CORRETO o que se afirma em:

a) I, II e III, apenas.

b) I, III e IV, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).

A assertiva I está correta. Há reprodução expressa do disposto na Lei 9.868/1999. Lei 9.868/1999: "Art. 12-D. Proposta a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, não se admitirá desistência. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009").

A assertiva II está incorreta. O erro está em afirmar que as providências deverão ser adotadas no prazo de 60 (sessenta dias), quando, na verdade, este prazo é de 30 dias, na forma do parágrafo 1º do Art. 12-H da Lei 9.868/1999.

A assertiva III está correta. Esta possibilidade de "Em caso de excepcional urgência e relevância da matéria, o Tribunal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá conceder medida cautelar, após a audiência dos órgãos ou autoridades responsáveis pela omissão inconstitucional, que deverão pronunciar-se no prazo de 5 (cinco) dias" encontra-se no Art. 12-F da 9.868/1999.

A assertiva IV está incorreta. Os legitimados a propositura da ADO não são os mesmos legitimados para o mandado de injunção, conforme se verifica dos Arts. 2º da Lei 9.868/1999 e 12 da Lei 13.300/2016. Veja-se que a ação do mandado de injunção não trata do controle concentrado de constitucionalidade, como a ADO. Ademais, nesta última lei a possibilidade de ajuizamento do MI por Ministério Público e Defensoria Pública, quando da ação coletiva.

Assim, considerando que as assertivas I e III são verdadeiras, enquanto as assertivas II e IV são falsas. As alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 05. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da constitucionalidade de leis estaduais e municipais, é CORRETO o que se afirma em:

a) É constitucional lei estadual que concede porte de armas a Procuradores do Estado.

b) É inconstitucional lei estadual que proíbe a utilização de linguagem neutra.

c) É constitucional Lei estadual que impõe a utilização de empregados próprios na entrada e saída de estacionamentos, impedindo a terceirização.

d) É inconstitucional lei municipal que impede a nomeação a cargos públicos de condenados por violência doméstica e familiar contra a mulher.

e) É inconstitucional lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da jurisprudência do STF sobre as competências dos entes federativos.

A alternativa A está incorreta. Entendeu o STF, na ADI 6975, que legislações estaduais que concedam porte de arma a Procuradores dos Estados são formalmente inconstitucionais, pois violam competência privativa da União.

A alternativa B está correta. Conforme o STF, a norma estadual que, a pretexto de proteger os estudantes, proíbe modalidade de uso da língua portuguesa viola a competência legislativa da União. (ADI 7019).

A alternativa C está incorreta. Lei estadual que impõe a utilização de empregados próprios na entrada e saída de estacionamento, impedindo a terceirização, viola a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, conforme ADI 451 do STF)

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, entendeu o STF que a lei que impede nomeação de condenados pela Lei Maria da Penha é constitucional. (RE 1308883)

A alternativa E está incorreta. Para o STF, conforme julgado no RE 1210727, é constitucionalmente válida a opção legislativa municipal de proibir o uso de fogos de artifício de efeito sonoro ruidoso, ao promover um padrão mais elevado de proteção à saúde e ao meio ambiente, nos limites razoáveis do regular exercício de competência legislativa pelo ente estatal.

QUESTÃO 06. A respeito da interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal em relação à competência legislativa dos municípios, é INCORRETO o que se afirma em:

a) A União possui competência legislativa privativa para legislar sobre trânsito e transporte, competindo aos municípios a regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros.

b) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, o que abrange a definição do tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias.

c) Não compete aos municípios criar lei municipal que obrigue a substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis.

d) Compete aos municípios legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios, em razão do preponderante interesse local envolvido.

e) O Município é competente para legislar sobre meio ambiente, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata da jurisprudência do STF sobre as competências dos entes federativos.

A alternativa A está correta. Entendeu o STF que, no exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal. Assim, a União possui competência legislativa privativa para legislar sobre trânsito e transporte, competindo aos municípios a regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros. (RE 1054110)

A alternativa B está correta. Trata-se de entendimento consolidado pelo STF: "EMENTA. Definição Do Tempo Máximo De Espera De Clientes Em Filas De Instituições Bancárias. Competência Do Município Para Legislar. Assunto De Interesse Local. Ratificação Da Jurisprudência Firmada Por Esta Suprema Corte. Existência De Repercussão Geral. (STF - RE: 610221 SC, Relator: ELLEN GRACIE, Data de Julgamento: 29/04/2010, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 20/08/2010)".

A alternativa C está incorreta. Segundo o STF, como foi decidido no RE 732686, é constitucionalmente válida a opção legislativa municipal de promover a obrigação de utilização de sacos plásticos biodegradáveis, em tratamento harmônico dos diversos pilares da ordem constitucional econômica, viabilizando o mesmo desenvolvimento da atividade econômica empresarial de uma forma mais protetiva ao meio ambiente.

A alternativa D está correta. Para o STF, compete aos municípios legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios, em razão do preponderante interesse local envolvido, ao que se decidiu no RE 738481.

A alternativa E está correta. Ao julgar o RE 586224, entendeu o STF que o Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja e harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB.

QUESTÃO 07. De acordo com o disposto na Constituição Federal a respeito da competência privativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, considere as seguintes assertivas:

I - Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

II - Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

III - Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.

IV - Compete privativamente à Câmara dos Deputados avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

É CORRETO o que se afirma em:

a) I, II e III, apenas.

b) II e III, apenas.

c) I, III e IV, apenas.

d) I e IV, apenas.

e) III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema competências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A assertiva I está incorreta. Na realidade, a competência é privativa da Câmara dos Deputados, como estabelece o Art. 51, I, da Constituição Federal.

A assertiva II está incorreta. A competência é privativa do Senado, consoante Art. 52, VIII, da Constituição Federal.

A assertiva III está correta. Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal, conforme estipula o Art. 52, VII, da Constituição Federal.

A assertiva IV está incorreta. É da competência privativa do Senado Federal avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o Art. 52, XV da Constituição.

Considerando que apenas a assertiva III é verdadeira e que as assertivas I, II e IV são falsas, as demais alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 08. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os servidores públicos, é CORRETO o que se afirma em:

a) Não ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos dos servidores públicos.

b) O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou e nele manter-se.

c) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

d) A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será lícito ainda que fique demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.

e) Os servidores públicos admitidos sem concurso público que tenham adquirido estabilidade por força do artigo 19 do ADCT podem se aposentar sob o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da jurisprudência do STF sobre os vencimentos dos servidores públicos.

A alternativa A está correta. A alternativa reproduz o teor da Súmula 682 do STF, a qual estabelece que não ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos

A alternativa B está incorreta. Não há esse direito. Para o STF, no julgamento do RE RE 1.302.501/PR, fixou-se a seguinte tese, Tema 1.150, em sede de repercussão geral: O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade.

A alternativa C está incorreta. Contraria o disposto na Súmula Vinculante n. 42 do STF a qual informa que: É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

A alternativa D está incorreta. Está correta a primeira parte da afirmativa ao afirmar que a administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. Contudo, o desconto será incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público. Trata-se do Tema 531 do STF, julgado no RE 693456.

A alternativa E está incorreta. Segundo o STF, a sua jurisprudência consolidou-se no sentido de que os beneficiados pela estabilidade excepcional prevista no art. 19 do ADCT não são detentores das vantagens privativas dos servidores ocupantes de cargo efetivo, o que afasta a possibilidade de participação no regime próprio de previdência social, exclusivo dos titulares de cargos efetivos aprovados em concurso público. (RE 1426306)

QUESTÃO 09. A respeito da suspensão dos direitos políticos, prevista no artigo 15, inciso III da Constituição Federal, é CORRETO o que se afirma em:

a) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, dependendo de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.

b) A suspensão de direitos políticos prevista no art. 15, inc. III, da Constituição Federal não se aplica no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

c) A suspensão condicional da pena não impede a suspensão dos direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado.

d) A suspensão dos direitos em razão de condenação criminal transitada em julgado enquanto durarem seus efeitos não impede a nomeação, mas impede a posse de candidato aprovado em concurso público.

e) A sanção de suspensão de direitos políticos se aplica a atos de improbidade culposos que causem dano ao erário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema suspensão dos direitos políticos.

A alternativa A está incorreta. Está em contrariedade com o firmado na Súmula n. 9 do TSE: A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independendo de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.

A alternativa B está incorreta. O STF, no RE 601182, entendeu que a suspensão dos direitos políticos independe da natureza da pena imposta, seja privativa de liberdade, seja restritiva de direitos.

A alternativa C está correta. Entende o STF pela possibilidade de Suspensão dos Direitos Políticos mesmo quando diante da Suspensão Condicional da Pena, conforme tema n. 370. No RE 601182, firmou-se a seguinte tese: A suspensão de direitos políticos prevista no art. 15, inc. III, da Constituição Federal aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

A alternativa D está incorreta. Segundo o STF, conforme julgado no RE 1282553, Tema 1190, a suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, III, da Constituição Federal ("condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos") não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (CF, art. 1º, III e IV) e do dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução penal, nos termos do artigo 1º da LEP (Lei nº 7.210/84). O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.

A alternativa E está incorreta. Após as mudanças implementadas na Lei de Improbidade Administrativa, efetivadas pela Lei Lei 14.230/2021, é necessário o elemento subjetivo dolo para caracterizar a improbidade administrativa, conforme se decidiu ARE 843989, Tema 1199 do STF, no qual fixou-se a seguinte tese: 1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.

QUESTÃO 10. Sobre a improbidade administrativa, é correto o que se afirma em:

A) Os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

b) Independentemente de integrar a administração indireta, não estão sujeitos às sanções da Lei nº 8429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada, ainda que para a sua criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual.

c) A responsabilidade por improbidade administrativa no exercício da função ou desempenho de competências públicas necessita da comprovação de ato doloso com fim ilícito.

d) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente não estará sujeito à obrigação de ressarcimento.

e) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Improbidade Administrativa.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Constituição Federal, que determina: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível."

A alternativa B está incorreta, pois, nestes casos, de acordo com a Lei nº 8429/1992, haverá sujeição à Lei de Improbidade Administrativa, limitado o ressarcimento de prejuízos à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos, veja: "Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelará a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) § 7º Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)".

A alternativa C está correta, pois é o que determina a Lei de Improbidade Administrativa, veja: "Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelará a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) § 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)".

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com a Lei nº 8429/2992, tais sucessores ou herdeiros estarão sujeitos à obrigação de ressarcimento, veja: "Art. 8º O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)".

A alternativa E está incorreta, pois o prazo prescricional para tanto será de oito anos, nos termos da Lei nº 8429/2992, veja: "Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)"

QUESTÃO 11. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto o que se afirma em:

a) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter e execução subsidiária.

b) No caso de vítima atingida por projétil de arma de fogo durante uma operação policial, estão configurados elementos da responsabilidade objetiva do Estado, de modo que cabe a este comprovar a interrupção do nexo causal, evidenciando que os agentes estatais não provocaram as lesões, houve culpa exclusiva da vítima ou fato de terceiro.

c) O Estado não possui responsabilidade objetiva em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.

d) Devido ao caráter privado do exercício dos serviços notariais e de registro, o Estado não responde objetivamente pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros.

e) Em razão da omissão estatal, é objetiva a responsabilidade do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, ainda que não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda a jurisprudência do STF e do STJ sobre a responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Súmula 652 do STJ, que estabelece seu caráter como solidário, veja: "A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária. (SÚMULA 652, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 02/12/2021, DJe 06/12/2021)".

A alternativa B está correta, pois é o entendimento do STF, fixado no julgamento do ARE 1382159, vejamos: "No caso de vítima atingida por projétil de arma de fogo durante uma operação policial, é dever do Estado, em decorrência de sua responsabilidade civil objetiva, provar a exclusão do nexo causal entre o ato e o dano, pois ele é presumido." (STF. 2ª Turma. ARE 1382159 AgR/RJ, Rel. Min. Nunes Marques, redator do acórdão Min. Gilmar Mendes, julgado em 28/03/2023.)

A alternativa C está incorreta, pois no julgamento do RE 1209429, o STF fixou a seguinte tese: "É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação ao profissional de imprensa ferido por agentes policiais durante a cobertura jornalística em manifestações em que haja tumulto ou conflito entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente de responsabilidade da culpa exclusiva da vítima nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas em que haja grave risco a sua integridade física".

A alternativa D está incorreta, pois o STF, no julgamento do RE 842846, fixou a seguinte tese: "O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas

funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 608880 (Tema 362) fixou a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada."

QUESTÃO 12. Relativamente ao acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846/2013, considere as seguintes assertivas:

I. O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

II. Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

III. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial, exceto quando expressamente previsto na celebração de acordo de leniência.

IV. Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos automaticamente às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, sendo desnecessário que firmem acordo em conjunto.

Está correto o que se afirma em:

a) I, II e III, apenas.

b) I e IV, apenas

c) I, apenas

d) I, II e IV, apenas.

e) II, III, IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o acordo de leniência, tratado na Lei nº 12.846/2013.

A afirmação I está correta, pois é o que determina a Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte: (...) § 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado."

A afirmação II está incorreta, pois o prazo de impedimento para celebração de novo acordo será de três anos, não de cinco. Veja: "Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte: (...) § 8º Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento."

A afirmação III está incorreta, pois a atual previsão da Lei nº 12.846/2013 é a de não haver tal ressalva, observe: "Art. 18. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial."

A afirmação IV está incorreta, pois a Lei nº 12.846/2013 determina que seja firmado o acordo em conjunto, veja: "Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte: (...) § 5º Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas."

Dessa forma, a alternativa C está correta, por ser a única a conter somente a afirmação I, em conformidade com a Lei nº 12.846/2013, estando as demais alternativas, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 13. Considerando as disposições da "Lei de acesso à informação" (Lei Federal nº 12.527/2011), é correto o que se afirma em:

a) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de restrição de acesso.

b) As informações que puderam colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como secretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

c) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta será de 30 (trinta) anos.

d) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como secreta será de 25 (vinte e cinco) anos.

e) As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

A alternativa A está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 12.527/2011, veja: "Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso."

A alternativa B está incorreta, pois tais informações, nos termos da Lei nº 12.527/2011, serão classificadas como reservadas, veja: "Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. § 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição."

A alternativa C está incorreta, pois seu prazo máximo de restrição será, nos termos da Lei nº 12.527/2011, de 25 anos, veja: "Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. § 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;"

A alternativa D está incorreta, pois seu prazo máximo de restrição será, nos termos da Lei nº 12.527/2011, de 15 anos, veja: "Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. § 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: II - secreta: 15 (quinze) anos; e(...)".

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei nº 12.527/2011, veja: "Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. § 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100

(cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; (...)".

QUESTÃO 14. Com relação à desapropriação e à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, é correto o que se afirma em:

a) Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde a data de publicação da sentença.

b) O valor dos honorários advocatícios em sede de desapropriação deve respeitar os limites impostos pelo artigo 27, § 1º, do Decreto-lei 3.365/41, quais sejam: entre 1% e 5% da diferença entre o valor proposto inicialmente pelo imóvel e a indenização imposta judicialmente.

c) A indenização decorrente de desapropriação encerra ganho de capital a atrair a incidência de imposto de renda.

d) Os honorários de advogado em desapropriação direta são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigidas monetariamente.

e) A revelia do desapropriado implica aceitação tácita da oferta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a jurisprudência do STJ em relação à desapropriação.

A alternativa A está incorreta, pois, consoante Tema 1073 do STJ, para os casos havidos até 12.01.2000, data anterior à vigência da MP 1.997-34, aplica-se a Súmula nº 70 do STJ, que determina: "Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença."; para os demais, estabelece a MP 1.997-34: "Art. 15-B. Nas ações a que se refere o artigo anterior, os juros moratórios destinam-se a recompor a perda decorrente do atraso no efetivo pagamento da indenização fixada na decisão final de mérito, e somente serão devidos à razão de até seis por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição (NR)".

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Tese firmada pelo STJ, em sede de Tema Repetitivo 184, que dispõe: "O valor dos honorários advocatícios em sede de desapropriação deve respeitar os limites impostos pelo artigo 27, § 1º, do Decreto-lei 3.365/41 - qual seja: entre 0,5% e 5% da diferença entre o valor proposto inicialmente pelo imóvel e a indenização imposta judicialmente."

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Tese firmada pelo STJ, em sede de Tema Repetitivo 397, que dispõe: "A indenização decorrente de desapropriação não encerra ganho de capital, porquanto a propriedade é transferida ao poder público por valor justo e determinado pela justiça a título de indenização, não ensejando lucro, mas mera reposição do valor do bem expropriado. (...) Não-incidência da exação sobre as verbas auferidas a título de indenização advinda de desapropriação, seja por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, porquanto não representam acréscimo patrimonial."

A alternativa D está correta, pois é o teor da Súmula nº 141 do STJ, que determina: "Os honorários de advogado em desapropriação direta são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigidas monetariamente.

A alternativa E está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, firmado em sede de Jurisprudência em Teses de Edição nº 49, que determina: " 4) A revelia do desapropriado não implica aceitação tácita da oferta, não autorizando a dispensa da avaliação, conforme Súmula n. 118 do extinto Tribunal Federal de Recursos."

QUESTÃO 15. Nos termos da Lei Federal nº 14.233/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), "a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos". Sobre o tema, é correto o que se afirma em:

a) A escolha relativa à modalidade de garantia cabe à Administração Pública.

b) É regular a prestação de garantia contratual na modalidade fiança bancária emitida por empresa que não seja instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil.

c) Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 15% (quinze por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

d) O seguro-garantia perderá, automaticamente, a vigência se o contratado não tiver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

e) Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata da prestação de garantias, prevista pela nº 14.233/2021.

A alternativa A está incorreta, pois, de acordo com a Lei nº 14.233/2021, caberá ao contratado a escolha relativa à garantia, veja: "Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (...)".

A alternativa B está incorreta, pois, consoante a Lei nº 14.233/2021, a empresa deverá ser uma instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, veja: "Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: II - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil."

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com a Lei nº 14.233/2021, nestes casos, a garantia poderá ser de até 5% do valor inicial do contrato ou majorada até 10%, desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos, veja: "Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos."

A alternativa D está incorreta, pois neste caso, o seguro-garantia continuará em vigor, nos termos da Lei nº 14.233/2021, veja: "Art. 97. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei: II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas."

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei nº 14.233/2021, veja: "Art. 101. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia."

QUESTÃO 16. Acerca da inexigibilidade de licitação quando inviável a competição, disciplinada na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2012), é correto o que se afirma em:

a) As hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas no artigo 74 da Lei em referência são taxativas.

b) A mera existência de corpo jurídico no âmbito da municipalidade, por si só, não inviabiliza a contratação de advogado externo para a prestação de serviço específico para o ente público.

c) A contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública deverá ser realizada por profissional do setor artístico ou por meio de empresário exclusivo para local específico.

d) É inexigível a licitação para serviços de publicidade e divulgação.

e) Para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, não é necessária a certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda a inexigibilidade de licitação, prevista na Lei nº 14.133/2012.

A alternativa A está incorreta, pois o entendimento doutrinário é o de que, por utilizar a expressão "em especial", a Lei apenas enumerou alguns casos de inexigibilidade, sendo assim, de forma não-taxativa. Para José dos Santos Carvalho Filho: "No mesmo dispositivo, o legislador, depois de afirmar o sentido

da inexigibilidade, acrescenta a locução “em especial”. A interpretação que nos parece correta é a de que, firmada a regra pela qual na inexigibilidade é inviável a competição, a lei tenha enumerado situações especiais nos incisos I a III de caráter meramente exemplificativo, não sendo de se excluir, portanto, outras situações que se enquadrem no conceito básico." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está correta, pois é o entendimento fixado pelo STJ, no julgamento do AgRg no HC 669.347/SP, vejamos: "(...) 5) A mera existência de corpo jurídico próprio, por si só, não inviabiliza a contratação de advogado externo para a prestação de serviço específico para o ente público (...)".

A alternativa C está incorreta, pois diverge do que determina a Lei nº 14.133/2012, a respeito da inexigibilidade de licitação para contratação de profissional do setor artístico, veja: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;".

A alternativa D está incorreta, pois é o oposto do que determina a Lei, que veda a inexigibilidade nesses casos, observe: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...)".

A alternativa E está incorreta, pois, neste caso, deverão ser observados os requisitos determinados pela Lei para sua inexigibilidade, veja: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha. § 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos: I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos; II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto; III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela."

QUESTÃO 17. A respeito dos prazos do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, previstos na Lei nº 9.784/1999, é correto o que se afirma em:

a) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo improrrogável de cinco dias.

b) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de trinta dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

c) Se os pareceres obrigatórios vinculantes e não vinculantes deixarem de ser emitidos no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

d) Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de cinco dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

e) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda a Lei nº 9784/1999.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o prazo não é improrrogável, nos termos da Lei nº 9784/1999, veja: "Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior."

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com a Lei nº 9784/1999, o prazo é de, no máximo, 15 (quinze) dias, veja: "Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo."

A alternativa C está incorreta, haja vista que o processo somente não terá seguimento caso o parecer seja obrigatório e vinculante, nos termos da Lei nº 9784/1999, veja: "Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo. § 1º Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso. § 2º Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento."

A alternativa D está incorreta, pois o prazo para tal manifestação será de até 10 (dez) dias, nos termos da Lei nº 9784/1999, veja: "Art. 44. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado."

A alternativa E está correta, pois é o que dispõe a Lei nº 9784/1999, veja: "Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada."

QUESTÃO 18. No tocante à motivação dos atos administrativos, anulação, revogação e convalidação, nos termos da Lei federal nº 9.784/1999, é correto o que se afirma em:

a) Os atos administrativos deverão ser motivados. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.

b) Na solução de vários assuntos da mesma natureza, não poderá ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões.

c) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

d) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, nos casos de efeitos patrimoniais contínuos, decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

e) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda a Lei Federal nº 9.784/1999.

A alternativa A está incorreta, pois a motivação aliunde é permitida, nos termos da Lei Federal nº 9.784/1999, vejamos: "Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: (...) § 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato."

A alternativa B está incorreta, pois o meio mecânico poderá ser utilizado, nos termos da Lei Federal nº 9.784/1999, vejamos: "Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: (...) § 2º Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados."

A alternativa C está incorreta, pois contraria o que determina a Lei Federal nº 9.784/1999, vejamos: "Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."

A alternativa D está incorreta, pois conforme a Lei Federal nº 9.784/1999, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo será contado da percepção do primeiro pagamento, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. § 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento."

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei Federal nº 9.784/1999, veja: "Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração."

QUESTÃO 19. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça a respeito dos bens públicos, é correto o que se afirma em:

a) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista sujeitos a uma destinação pública equiparam-se a bens públicos, sendo, portanto, insuscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.

b) Não é possível reconhecer a usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tinha sido, anteriormente, instituída enfiteuse.

c) A ocupação indevida de bem público é suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

d) Incide IPVA sobre veículo automotor adquirido, mediante alienação fiduciária, por pessoa jurídica de direito público.

e) Não incide o ISS sobre serviço prestado por empresa pública, integrante da Administração Pública Indireta, que executa atividade econômica sob regime concorrencial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça a respeito dos bens públicos.

A alternativa A está correta, pois consoante a Jurisprudência em Teses, Edição 124, do STJ: "Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista sujeitos a uma destinação pública equiparam-se a bens públicos, sendo, portanto, insuscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião."

A alternativa B está incorreta, pois no julgamento do AgInt no REsp n. 1.642.495/RO, o STJ posicionou-se no sentido de que é possível tal reconhecimento, vejamos: "1.1. É possível reconhecer a usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tinha sido, anteriormente, instituída enfiteuse, pois, nesta circunstância, existe apenas a substituição do enfiteuta pelo usucapiente, não trazendo qualquer prejuízo ao Estado. Precedentes." (AgInt no REsp n. 1.642.495/RO, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 23/5/2017, DJe de 1/6/2017.)

A alternativa C está incorreta, pois o STJ possui entendimento em sentido contrário, sumulado: "Súmula 619: A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o STF, no Tema 685 (extensão da imunidade tributária recíproca ao IPVA de veículos adquiridos por município no regime da alienação fiduciária) fixou a seguinte tese: "Não incide IPVA sobre veículo automotor adquirido, mediante alienação fiduciária, por pessoa jurídica de direito público."

A alternativa E está incorreta, pois o entendimento do STF é no sentido da não extensão de tais privilégios às sociedades de economia mista que tenham o lucro por objeto, veja: "Os privilégios da Fazenda Pública são inextensíveis às sociedades de economia mista que executam atividades em regime de concorrência ou que tenham como objetivo distribuir lucros aos seus acionistas. Portanto, a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte não pode se beneficiar do sistema de pagamento por precatório de dívidas decorrentes de decisões judiciais (art. 100 da Constituição). Recurso

extraordinário ao qual se nega provimento." (RE 599.628, Rel. Min. Carlos Britto, Rel. p/ acórdão Min. Joaquim Barbosa, j. 25.05.2011). Ademais, a Constituição Federal determina: "Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. § 1º - A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais; trabalhistas e tributários. § 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado."

QUESTÃO 20. Considerando a Lei que regula o acesso à informação, é correto afirmar que:

a) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente pode conter exigências que inviabilizem a solicitação, colaborando à vedação ao anonimato.

b) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

c) São permitidas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

d) Mesmo sendo o caso de a informação estar disponível quando solicitado o acesso, o órgão ou a entidade pública não precisará disponibilizá-la imediatamente, detendo prazo legal adicional para tanto.

e) A informação armazenada em formato digital não poderá ser fornecida nesse formato, mesmo mediante a anuência do requerente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda a Lei nº 12.527/2011.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 12.527/11, vejamos: "Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. § 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação."

A alternativa B está correta, pois é o que estabelece a Lei nº 12.527/11, vejamos: "Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência."

A alternativa C está incorreta, pois tais exigências são vedadas pela Lei nº 12.527/11, vejamos: "Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades

referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público."

A alternativa D está incorreta, pois nesse caso, a disponibilização da informação será imediata, consoante Lei nº 12.527/11, vejamos: "Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível."

A alternativa E está incorreta, pois contraria a Lei nº 12.527/11, veja: "Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. § 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente."

QUESTÃO 21. Considerando o Termo de Parceria e a Lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e institui e disciplina o Termo de Parceria, assinale a alternativa correta:

a) A celebração do Termo de Parceria dispensa consulta aos Conselhos de Políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

b) As cláusulas de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma são cláusulas dispensáveis ao Termo de Parceria.

c) Tal como o contrato de gestão, o termo de parceria é uma modalidade de convênio, que exige a cooperação entre as partes para o fomento e execução de atividades de interesse coletivo.

d) Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira são dispensados de dar ciência imediata ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, em razão da autonomia das partes envolvidas no Termo de Parceria.

e) A cláusula do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, é prescindível ao Termo de Parceria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata do Termo de Parceria, realizado em sede de OSCIP.

A alternativa A está incorreta, haja vista que a lei nº 9.790/1999 determina a consulta a tais conselhos, para a celebração do Termo de Parceria, veja: "Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei. § 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo."

A alternativa B está incorreta, pois a Lei nº 9.790/1999 traz como essenciais tais cláusulas, veja: "Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias. § 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria: II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;".

A alternativa C está correta. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Havendo condições de cooperação com a Administração, a lei prevê a celebração de termo de parceria, no qual deverão estar formalizados, de modo detalhado, os direitos e as obrigações dos pactuantes. Por sua natureza, esse negócio jurídico qualifica-se como verdadeiro convênio administrativo, já que as partes têm interesses comuns e visam à mútua cooperação, além do fato de que uma delas será o Poder Público representado por algum de seus órgãos ou pessoas." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, pois contraria a lei nº 9.790/1999, que determina: "Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária."

A alternativa E está incorreta, pois contraria a lei nº 9.790/1999, que estipula indispensável a cláusula de seu objeto, veja: "Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias. § 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria: I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;".

QUESTÃO 22. Quanto aos princípios da licitação, aquele que consiste na exigência de dissociação da competência estatal em atribuições materialmente diversas, atribuídas a sujeitos distintos e que impede que as atribuições compreendidas na competência administrativa sejam exercitadas por um único agente ou por um mesmo órgão, corresponde especificamente ao:

a) Princípio da segregação de funções.

b) Princípio da eficiência.

c) Princípio da impessoalidade.

d) Princípio da promoção do interesse público.

e) Princípio da desconcentração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda os princípios da licitação.

A alternativa A está correta, pois, de fato, trata-se do princípio da segregação de funções, que de acordo com o professor do Estratégia Concursos, Frederico Tadeu Borlot Peixoto: "(...) veda a designação de um mesmo agente público para atuação simultânea nas funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação." (PEIXOTO, Frederico Tadeu Borlot. Estratégia Concursos. Disponível em: <https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>. Acesso em: 23 de abr. 2024.)

A alternativa B está incorreta, pois o enunciado trata do princípio da segregação de funções. O princípio da eficiência, por sua vez, de acordo com o professor do Estratégia Concursos, Frederico Tadeu Borlot Peixoto: "O princípio da eficiência preza pela atuação administrativa com o menor dispêndio e melhor aproveitamento de seus recursos humano, financeiro, etc." (PEIXOTO, Frederico Tadeu Borlot. Estratégia Concursos. Disponível em: <https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>. Acesso em: 23 de abr. 2024.)

A alternativa C está incorreta, pois o enunciado trata do princípio da segregação de funções. O princípio da impessoalidade, por sua vez, de acordo com o professor do Estratégia Concursos, Frederico Tadeu Borlot Peixoto: "O princípio da impessoalidade preconiza que a Administração deve agir de forma imparcial e sem promoção pessoal dos agentes públicos."(PEIXOTO, Frederico Tadeu Borlot. Estratégia Concursos. Disponível em: <https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>. Acesso em: 23 de abr. 2024.)

A alternativa D está incorreta, pois o enunciado trata do princípio da segregação de funções. Sobre o princípio da promoção do interesse público, elucida o professor do Estratégia Concursos, Frederico Tadeu Borlot Peixoto: "Por sua vez, os princípios do interesse público e da igualdade decorrem do princípio da impessoalidade, uma vez que preconizam, respectivamente, que a Administração deve zelar pelo interesse público (isso é, deve ser impessoal, não priorizar interesses privados ou alheios à Administração) e deve tratar os licitantes de forma imparcial, como iguais." (PEIXOTO, Frederico Tadeu Borlot. Estratégia Concursos. Disponível em: <https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>. Acesso em: 23 de abr. 2024.)

A alternativa E está incorreta, pois a desconcentração não concerne a princípio licitatório, mas trata-se de forma de organização administrativa interna do Estado. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "A desconcentração, que é processo eminentemente interno, significa apenas a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação do serviço. Note-se, porém, que na desconcentração o serviço era centralizado e continuou centralizado, pois que a substituição se processou apenas internamente". (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 23. A publicação extraordinária da decisão condenatória consiste em uma sanção possível de ser aplicada às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846 de 2013, na esfera administrativa. Considerando a assertiva e a Lei referida, assinale a alternativa correta:

a) A sanção correspondente à publicação extraordinária da decisão condenatória não poderá ser aplicada cumulativamente com outra sanção na Lei prevista, mesmo que fundamentadamente.

b) O efeito negativo produzido pela infração não será levado em consideração na aplicação da sanção correspondente à publicação extraordinária da decisão condenatória.

c) A aplicação da sanção correspondente à publicação extraordinária da decisão condenatória exclui necessariamente a obrigação de reparação integral do dano causado.

d) A consumação ou não da infração não será levada em consideração na aplicação da sanção correspondente à publicação extraordinária da decisão condenatória.

e) A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda a sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória, prevista na Lei nº 12.846/2013.

A alternativa A está incorreta, pois poderá haver a aplicação cumulativa das sanções, nos termos da Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções: II - publicação extraordinária da decisão condenatória. § 1º As sanções serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações."

A alternativa B está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções: V - o efeito negativo produzido pela infração;".

A alternativa C está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções: II - publicação extraordinária da decisão condenatória. § 3º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado."

A alternativa D está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções: III - a consumação ou não da infração;".

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções: II - publicação extraordinária da decisão condenatória. § 5º A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores."

QUESTÃO 24. Considerando as restrições, limitações e sacrifícios do direito de propriedade, é correto afirmar que o direito que tem o expropriado de exigir de volta o seu imóvel caso o mesmo não tenha o destino para que se desapropriou, isto é, a alienação do bem ao próprio expropriado é denominada especificamente de:

a) Requisição.

b) Retrocessão.

c) Tombamento.

d) Servidão administrativa.

e) Tredestinação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata das intervenções do Estado na propriedade.

A alternativa A está incorreta, pois o enunciado trata do instituto da retrocessão. Tem-se por requisição, nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Requisição é a modalidade de intervenção estatal através da qual o Estado utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está correta, trata-se da figura da retrocessão; segundo José dos Santos Carvalho Filho: "(...) por ele a entidade que processou a desapropriação do bem oferece-o de volta ao ex-proprietário, pagando o preço atual, isso quando o bem não tiver o destino para o qual fora preordenado, ou se não houver sua utilização em obras e serviços públicos. Consumando-se a retrocessão, a hipótese também implica alienação de bem público. Antes da desapropriação, o bem era privado. Com a desapropriação, transformou-se em bem público, eis que passou a integrar o patrimônio do expropriante (sendo este, é óbvio, pessoa de direito público). Com a retrocessão, o bem volta ao ex-proprietário privado, o que significa que estará ele sendo objeto de alienação." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa C está incorreta, pois o enunciado trata do instituto da retrocessão. O tombamento, nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Tombamento é a forma de intervenção na propriedade pela qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural brasileiro. Quando o Estado intervém na propriedade privada para proteger o patrimônio cultural, pretende preservar a memória nacional. É o aspecto histórico de um país, como por todos reconhecido, que faz parte da própria cultura do povo e representa a fonte sociológica de identificação dos vários fenômenos sociais, políticos e econômicos existentes na atualidade." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, pois o enunciado traz o instituto da retrocessão. Já a servidão administrativa, nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Servidão administrativa é o direito real

público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo. Cuida-se de um direito real público, porque é instituído em favor do Estado para atender a fatores de interesse público. Por isso, difere da servidão de direito privado, regulada pelo Código Civil e tendo como partícipes da relação jurídica pessoas da iniciativa privada (arts. 1.378 a 1.389, Código Civil). "(FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa E está incorreta, pois o enunciado trata do instituto da retrocessão. A tredestinação é um instituto diverso, que nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Tredestinação significa destinação desconforme com o plano inicialmente previsto. A retrocessão se relaciona com a tredestinação ilícita, qual seja, aquela pela qual o Estado, desistindo dos fins da desapropriação, transfere a terceiro o bem desapropriado ou pratica desvio de finalidade, permitindo que alguém se beneficie de sua utilização. Esses aspectos denotam realmente a desistência da desapropriação." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 25. A empresa Delta, contribuinte de ICMS, declara e formaliza devidamente o seu débito fiscal. Considerando este ocorrido e a relação de lançamento e constituição definitiva de crédito tributário, é correto afirmar que:

a) A entrega de declaração pela empresa Delta reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

b) A entrega de declaração pela empresa Delta reconhecendo débito fiscal não constitui o crédito tributário, pois todo lançamento depende de uma atuação por parte do ente tributante.

c) O tributo declarado pela empresa Delta não pode ser considerado constituição do crédito tributário, pois compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.

d) A entrega de declaração pela empresa Delta reconhecendo débito fiscal constitui obrigação acessória, sendo o lançamento posterior pelo fisco imprescindível à constituição do crédito tributário.

e) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal não constitui o atividade crédito tributário, isto pois administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional, devendo o ente tributante, após a entrega, efetuar o lançamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema constituição do crédito tributário.

A alternativa A está correta. Revela o entendimento da Súmula 436 do STJ: “A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco”.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas B, C, D e E contrariam o entendimento sumulado do STJ, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 26. Considerando os princípios tributários e os seus desdobramentos, é correto afirmar que:

a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita aos princípios da anterioridade e da irretroatividade.

b) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade nonagesimal, apenas.

c) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

d) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade, mas não se sujeita ao princípio da irretroatividade.

e) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita a nenhum princípio tributário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema extinção do crédito tributário.

A alternativa C está correta. Revela o entendimento da Súmula Vinculante 50: "Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade".

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, D e E contrariam a Súmula Vinculante 50, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 27. Dispõe o Código Tributário Nacional, expressamente, quanto ao pagamento, que:

a) A imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.

b) O pagamento parcial de um crédito importa em presunção de pagamento das prestações em que se decomponha.

c) O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento, quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

d) A legislação tributária é proibida de conceder desconto pela antecipação do pagamento.

e) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre sessenta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema pagamento do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o disposto no art. 157 do CTN: "A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o disposto no CTN: "Art. 158. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento: I - quando parcial, das prestações em que se decomponha".

A alternativa C está correta, pois revela o disposto no CTN: "Art. 158. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento: II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos".

A alternativa D está incorreta, pois é possível a concessão de desconto pela antecipação do pagamento, conforme art. 160, parágrafo único, do CTN: "A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça".

A alternativa E está incorreta, pois o vencimento ocorre em trinta dias, e não sessenta, conforme art. 160, *caput*, do CTN: "Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento".

QUESTÃO 28. Considerando os tributos em espécie, é correto afirmar que o serviço de iluminação pública:

a) não pode ser remunerado mediante taxa.

b) pode ser remunerado mediante taxa, pois o seu fato gerador tem caráter específico e divisível.

c) pode ser remunerado mediante taxa em razão da destinação legal das receitas.

d) pode ser remunerado mediante imposto.

e) pode ser remunerado mediante contribuição de melhoria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema tributos em espécie.

A alternativa A está correta, pois revela o teor da Súmula Vinculante 41: "O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o teor da Súmula Vinculante 41, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o teor da Súmula Vinculante 41, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois os impostos são tributos não vinculados, ou seja, não há contraprestação específica por parte do Estado (caso do serviço de iluminação pública), nos termos do art. 16 do CTN: "Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte".

A alternativa E está incorreta, pois o fato gerador da contribuição de melhoria é a valorização de imóvel decorrente da realização de obra pública, conforme art. 81 do CTN: "A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado".

QUESTÃO 29. O Estado X instituiu imposto sobre produtos industrializados nacionais e estrangeiros. Nos termos da Constituição Federal é correto afirmar que o Estado X para a instituição de imposto sobre produto industrializado é:

a) o ente competente para a instituição, já que é de sua competência exclusiva.

b) o ente incompetente para a instituição, já que é de competência dos Municípios.

c) o ente incompetente para a instituição, já que é de competência da União.

d) o ente competente para a instituição, já que é de competência da União, dos Estados e do Distrito Federal.

e) o ente incompetente para a instituição, já que é de competência do Distrito Federal e dos Municípios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema competência tributária.

A alternativa C está correta. Revela a inteligência do texto constitucional: "Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: IV - produtos industrializados."

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, D e E contrariam o texto constitucional ao atribuir competência a outros entes que não a União, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 30. Considerando as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

a) É permitido que os Municípios cobrem tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

b) É vedado aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, incluindo a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

c) É vedado aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais e permitido aos Municípios estabelecer referidas limitações ao tráfego de pessoas.

d) É vedado aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, permitida a distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

e) É vedado aos Municípios instituir impostos sobre bens ou serviços de entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o tema limitações ao poder de tributar.

A alternativa A está incorreta, pois viola o princípio da irretroatividade estabelecido na Constituição: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado".

A alternativa B está incorreta, pois é possível ao Município (e demais entes) a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público, conforme expressamente consignado no texto constitucional: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público".

A alternativa C está incorreta, pois não é possível ao Município (e demais entes) estabelecer limitação ao tráfego de pessoas, conforme art. 150, V, da CF, transcrito nos comentários à alternativa B.

A alternativa D está incorreta, pois a distinção em razão da ocupação profissional não é permitida, conforme a Constituição: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos".

A alternativa E está correta, pois revela o teor do texto constitucional após a aprovação da Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária): "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)".

QUESTÃO 31. A Constituição Federal de 1988 estabelece que:

a) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.

b) Somente as receitas dos Estados destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

c) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

d) Somente as receitas dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

e) As receitas dos Estados destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda os temas orçamento público e receita pública.

A alternativa C revela o teor do art. 195, § 1º, da CF: "As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União".

As demais situações indicadas nas alternativas A, B, D e E ora restringindo os entes, ora afirmando que as receitas integrarão o orçamento da União, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 32. Nos termos do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

a) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

b) A ação para a cobrança do crédito tributário decai em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

c) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da notificação para pagamento.

d) O protesto judicial não interrompe o prazo da ação para cobrança do crédito tributário, que prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

e) Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor não interrompe o prazo da ação para cobrança do crédito tributário, que decai em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema prescrição para cobrança do crédito tributário.

A alternativa A está correta, pois revela o teor do art. 174, *caput*, do CTN: "A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva".

A alternativa B está incorreta, pois se trata de prazo prescricional para cobrança do crédito tributário, conforme art. 174, *caput*, do CTN. O prazo decadencial se refere ao prazo para constituição do crédito tributário, e não ao ajuizamento da execução fiscal, conforme estipulado no art. 173 do CTN: "O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: (...)"

A alternativa C está incorreta, pois o prazo deve ser contado da data da constituição definitiva, e não da data da notificação para pagamento, conforme art. 174 do CTN transcrito no comentário à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois o protesto judicial é uma das formas de interrupção da prescrição, conforme parágrafo único do art. 174 do CTN: "A prescrição se interrompe: II - pelo protesto judicial;".

A alternativa E está incorreta, pois (i) trata-se de prazo prescricional e não decadencial, conforme comentários à alternativa B e (ii) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor tem o condão de interromper a prescrição, conforme parágrafo único do art. 174 do CTN: "A prescrição se interrompe: III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor".

QUESTÃO 33. Nos termos do Código Tributário Nacional é correto afirmar que o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará também e não somente:

a) obrigatoriamente, a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.

b) facultativamente, a data em que foi inscrita.

c) facultativamente, a origem e natureza do crédito.

d) obrigatoriamente, a data em que foi inscrita.

e) obrigatoriamente, a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente disposição da lei em que seja fundado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, de acordo com a banca. Todavia, entendemos que estão corretas as letras A, D e E. A questão aborda o tema dívida ativa.

A alternativa A está correta, pois revela o teor do art. 202, II, do CTN: "O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos".

A alternativa B está incorreta, pois se trata indicação obrigatória e não facultativa, nos termos do art. 202, IV, do CTN: "O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: a data em que foi inscrita;"

A alternativa C está incorreta, pois se trata indicação obrigatória e não facultativa, nos termos do art. 202, III, do CTN: "O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;"

A alternativa D está correta, pois revela o teor do art. 202, IV, do CTN: "O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: a data em que foi inscrita".

A alternativa E está correta, pois revela o teor do art. 202, III, do CTN: "O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado".

QUESTÃO 34. Assinale a alternativa correta considerando o Código Tributário Nacional e as disposições quanto à exclusão do crédito tributário.

a) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

b) A isenção necessariamente é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.

c) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

e) A isenção é decorrente de lei, permitida a delegação para ato infralegal que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema exclusão do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta, pois a exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, conforme art. 175, parágrafo único, do CTN: "A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente".

A alternativa B está incorreta, pois a isenção não é extensiva às taxas e contribuições de melhoria, salvo lei em contrário, conforme o CTN: "Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva: I - às taxas e às contribuições de melhoria"

A alternativa C está correta, pois revela corretamente a inteligência do CTN: "Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva: II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão".

A alternativa D está incorreta, pois há a possibilidade de a isenção ser restrita a determinada região do território do ente tributante, conforme parágrafo único do art. 176 do CTN: "A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares".

A alternativa E está incorreta, pois as condições e requisitos exigidos para sua concessão deverão ser estabelecidos por lei, conforme art. 179, *caput*, do CTN: "A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão".

QUESTÃO 35. Para os efeitos da Lei nº 4.320 de 1964, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio de entidades beneficiadas diz respeito ao conceito de:

a) transferências correntes.

b) subvenções.

c) investimentos.

d) inversões decorrentes de parceria.

e) transferências de capital.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema classificação da despesa pública.

A alternativa A está incorreta, pois a Lei nº 4.320/1964 classifica transferências correntes da seguinte forma no art. 12: "§ 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado".

A alternativa B está correta, pois o enunciado realmente revela situação caracterizada como subvenção pelo art. 12 da Lei nº 4.320/1964: "§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como: (...)".

A alternativa C está incorreta, pois a Lei nº 4.320/1964 classifica investimento da seguinte forma no art. 12: "§ 4º Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro".

A alternativa D está incorreta, pois (i) a Lei nº 4.320/1964 não dispõe da classificação "inversões decorrentes de parceria" e (ii) a mesma Lei classifica inversão financeira da seguinte forma no art. 12: "§ 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros".

A alternativa E está incorreta, pois a Lei nº 4.320/1964 classifica transferência de capital da seguinte forma no art. 12: "§ 6º São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública".

QUESTÃO 36. Considerando a disciplina constitucional de pagamento dos precatórios, é correto afirmar que:

a) A cessão de precatórios produzirá efeitos mesmo antes da comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

b) A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

c) A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de sustentação oral, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

d) A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem, apenas.

e) A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, à entidade devedora, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda o tema precatórios.

A alternativa B está correta. Revela a inteligência do art. 100, § 14, da CF: "A cessão de precatórios, observado o disposto no § 9º deste artigo, somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao Tribunal de origem e ao ente federativo devedor."

As demais situações indicadas nas alternativas A, C, D e E contrariam o dispositivo indicado, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 37. "É _____ a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.".

Considerando o trecho citado, quanto à disciplina constitucional de pagamento dos precatórios, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

a) obrigatória.

b) facultada.

c) automática.

d) permitida.

e) parcialmente permitida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, de acordo com a banca. A questão aborda o tema precatórios.

Todavia, entendemos que não há alternativa correta, conforme dispõe o art. 100, § 5º, da CF: "É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)". Assim, como o trecho citado traz redação já alterada, não há alternativa correta quanto à disciplina constitucional de pagamento dos precatórios.

QUESTÃO 38. É correto afirmar, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, que considera-se obrigatória e de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a:

a) um exercício.

b) dois exercícios.

c) três exercícios.

d) quatro exercícios.

e) cinco exercícios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda o tema despesa obrigatória de caráter continuado – DOCC.

A alternativa B está correta. Pois revela a inteligência do art. 17, *caput*, da LRF: "Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios."

As demais situações indicadas nas alternativas A, C, D e E contrariam o dispositivo indicado ao veicularem períodos incorretos, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 39. Quanto à previsão e arrecadação da receita pública, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que:

a) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, por no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

b) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo não será admitida nem se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

c) O montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

d) Não constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente

e) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema receita pública.

A alternativa A está correta, pois revela a literalidade do art. 12, § 3º, da LRF: "O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo".

A alternativa B está incorreta, pois se admite reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo em caso de comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, conforme art. 12, § 1º, da LRF: "Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal".

A alternativa C está incorreta, pois o montante previsto para receita de operação de crédito não pode ser superior ao das despesas de capital (regra de ouro), conforme art. 12, § 2º, da LRF: "O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária".

A alternativa D está incorreta, pois a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente são requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, conforme art. 11, *caput*, da LRF: "Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação".

A alternativa E está incorreta, pois, da forma como redigida, não permite identificar os requisitos previstos no art. 12, § 1º, da LRF (vide comentários à alternativa B).

QUESTÃO 40. Sobre os princípios orçamentários, assinale a alternativa INCORRETA:

a) pelo princípio da universalidade todas as receitas e despesas devem estar previstas na lei orçamentária, não havendo possibilidade de qualquer exclusão. A súmula 66 do STF rompe, porém, com a universalidade, pois basta que o tributo seja instituído ou aumentado no exercício anterior, para que possa ser cobrado no exercício seguinte, independente, pois, de previsão na peça orçamentária.

b) a anualidade prevê que o orçamento deva ser atualizado todos os anos, ou seja, para cada ano haja um orçamento. Antes vista como princípio, a anualidade não mais vigora sob caráter absoluto, porque ao lado do orçamento anual há o plurianual.

c) no princípio da exclusividade não pode o texto da lei orçamentária instituir tributo, por exemplo, nem qualquer outra determinação que fuja às finalidades específicas de previsão de receita e fixação de despesa. O próprio dispositivo abre exceções expressamente previstas: a abertura de crédito suplementar e contratações de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita.

d) de acordo com o princípio da não afetação, são vedadas as vinculações de receita de impostos, taxas e contribuições a órgão, fundo ou despesa. Há exceções: a primeira se refere à vinculação

de recursos para o ensino; a segunda se refere à saúde; e também para a realização de atividades da administração tributária e para a formação do fundo de participação dos municípios.

e) pelo princípio da unidade a peça orçamentária deve ser única e uma só, contendo todos os gastos e receitas. Trata-se de princípio formal, isto é, o documento é único.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D,** conforme a banca. Todavia, entendemos que estão corretas as letras B e D. A questão aborda o tema princípios orçamentários.

A alternativa A está incorreta, pois apresenta uma assertiva verdadeira. Com efeito, Pelo Princípio da Universalidade, o orçamento deve conter todas as despesas e as receitas, compreendendo o orçamento fiscal, orçamento de investimento e orçamento da seguridade social. Por sua vez, a Súmula 66 do STF, que possui a redação "É legítima a cobrança do tributo que houver sido aumentado após o orçamento, mas antes do início do respectivo exercício financeiro", permite a cobrança de tributo (auferimento de receita, portanto) sem que esteja prevista no orçamento.

A alternativa B está correta, pois apresenta uma inverdade, uma vez que o princípio da anualidade não conflita com a existência do plano plurianual, já que a anualidade se refere especificamente à Lei Orçamentária Anual, prevista no artigo 165, III da CF/88 e no artigo 2º da Lei 4.320/1964. Importante destacar que o Plano Plurianual tem finalidades específicas para finanças públicas brasileiras, destacadamente o estabelecimento de forma regionalizada, das diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, tendo vigência de 4 anos.

A alternativa C está incorreta, pois apresenta uma assertiva verdadeira. O Princípio da Exclusividade apregoa que a Lei Orçamentária Anual não conterá matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa. O Brasil adotou um princípio mitigado, já que possui algumas exceções no texto constitucional. "Art. 165. (...) § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei".

A alternativa D está correta, pois apresenta uma inverdade, uma vez que o Princípio da Não Afetação impede, como regra, a vinculação apenas das receitas dos impostos a qualquer órgão, fundo ou despesa, não se aplicando para as demais espécies tributárias. Nesse sentido é o texto constitucional "Art. 167. São vedados: IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo".

A alternativa E está incorreta, pois apresenta uma assertiva verdadeira. Com efeito, o princípio da unidade estabelece que deverá existir um único orçamento para cada ente da Federação, conforme art. 2º, da Lei nº 4.320/1964: "A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade."

QUESTÃO 41. A respeito da evicção, é possível afirmar:

a) se houver perda da coisa adquirida em virtude de decisão judicial, o evicto deverá convocar o alienante imediato, incluindo os anteriores, à integração da lide, se proposta uma ação para evencer o bem adquirido, para que respondam pelas consequências, assumindo a defesa, pois só assim poderá exercitar o direito que da evicção lhe resulta.

b) não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta de der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, ainda que ciente do risco da evicção, ou de não tê-lo assumido.

c) para o direito que da evicção lhe resulta, independe o evicto da denunciação da lide ao alienante, podendo fazê-la, se lhe parecer conveniente, pelos princípios da economia e da celeridade processuais.

d) pode o adquirente demandar pela evicção, ainda que ciente de que a coisa era litigiosa.

e) perdida a propriedade do bem, o evicto há de ser indenizado com importância que lhe garanta o equivalente ao valor da coisa, na época em que se evenceu, ficando estabelecido que tal garantia se resolve na devolução do que foi pago, com correção monetária, independentemente do valor correspondente à perda sofrida na data da efetiva restituição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Consoante ao artigo 125, § 1º, do Código de Processo Civil: O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 449 do Código Civil: Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu.

A alternativa C está correta. Trata-se do previsto no artigo 125, § 1º, do Código de Processo Civil, que faculta ao lesado o ajuizamento de ação autônoma para exercer os direitos que da execução lhe assiste: O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 457 do Código Civil: Não pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.

A alternativa E está incorreta. Conforme determina o parágrafo único do artigo 450 do Código Civil: O preço, seja a evicção total ou parcial, será o do valor da coisa, na época em que se evenceu, e proporcional ao desfalque sofrido, no caso de evicção parcial. Por outro lado, determina o artigo 455 do Código Civil que: Se parcial, mas considerável, for a evicção, poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido. Se não for considerável, caberá somente direito a indenização.

QUESTÃO 42. Com relação ao mandato, assinale a opção correta:

a) conferido o mandato com a cláusula "em causa própria", a sua revogação unilateral terá eficácia e se dará a sua extinção pela morte de qualquer das partes.

b) procuração e mandato são institutos de naturezas jurídicas diversas: a procuração é negócio jurídico unilateral; o mandato, contrato que é, apresenta-se como negócio jurídico bilateral.

c) a procuração em causa própria pode ser considerada título translativo de propriedade.

d) o mandato em termos gerais confere poderes de administração, podendo alienar, hipotecar, transigir, ou praticar quaisquer outros atos da administração ordinária, independe de procuração de poderes especiais e expressos. O poder de transigir não importa o de firmar compromisso.

e) quando o código civil diz que a procuração é o instrumento do mandato, indica que a procuração é a forma substancial do mandato, evidenciando que a procuração e o mandato devem necessariamente conter os mesmos poderes, sob pena de nulidade de ambos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 685 do Código Civil: Conferido o mandato com a cláusula "em causa própria", a sua revogação não terá eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário dispensado de prestar contas, e podendo transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato, obedecidas as formalidades legais.

A alternativa B está correta. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.345.170/RS, referente à natureza da procuração em causa própria, apontou que: "A noção exata do instituto se evidencia ao se comparar a procuração e o mandato. De fato, é de toda conveniência não se confundir os institutos, notadamente por possuírem naturezas jurídicas diversas: a procuração é negócio jurídico unilateral; o mandato, como contrato que é, apresenta-se como negócio jurídico geneticamente bilateral. De um lado, há uma única declaração jurídico-negocial, de outro, duas declarações jurídico-negociais que se conjugam por serem congruentes quanto aos meios e convergentes quanto aos fins".

A alternativa C está incorreta. Consoante ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "A procuração em causa própria (in rem suam) não é título translativo de propriedade" (STJ. 4ª Turma. REsp 1.345.170-RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 04/05/2021 - Info 695).

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 661 do Código Civil: O mandato em termos gerais só confere poderes de administração. §1º Para alienar, hipotecar, transigir, ou praticar outros quaisquer atos que exorbitem da administração ordinária, depende a procuração de poderes especiais e expressos. §2º O poder de transigir não importa o de firmar compromisso.

A alternativa E está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.345.170/RS, referente à natureza da procuração em causa própria, apontou que: "1. CONCEITO DE PROCURAÇÃO. - Já vimos que a confusão entre mandato e procuração revela que se não aprofundou o estudo dos institutos. Pode alguém ser mandatário sem ser, ou ainda sem ser procurador, e o procurador pode não ser mandatário, ou ainda não no ser. A revogação dos podêres de procura deixa intacto o contrato de mandato e o mandante, que revogou o mandato, tem de revogar a procuração. Quando a lei diz que a procuração é o instrumento do mandato [...], apenas pode ser entendida como se dissesse que a procuração pode ser um dos instrumentos - o mais eficiente - do mandato. Pode haver mandato oral, a procuração, essa, tem de ser por escrito. Procura é o instrumento pelo qual alguém, pessoa física ou jurídica, outorga a outrem podêres de representação [...].

2. PRECISÕES CONCEPTUAIS. - Quando o Código Civil diz, no art. 1.288, 2.a alínea, que a procuração é o instrumento do mandato, não faz da procuração a forma, o documento do mandato; apenas se referiu ao que mais acontece: fazer-se a procuração para que mais facilmente se exerçam os podêres a que alude o mandato e podem ser diferentes daqueles que se mencionam no escrito ou no contrato oral de mandato".

Fonte: Estratégia Carreira Jurídica. Livro Digital Interativo. Curso para Procurador – PGM – Guarulhos SP. Direito Civil. Aula 4.8.14."

QUESTÃO 43. Em relação à posse, indique a alternativa FALSA:

a) Perde-se a posse pela perda da própria coisa, ainda que não haja desistência da busca do bem. No caso de título ao portador, o dono poderá obter novo título em juízo e impedir que sejam pagos a outrem capital e rendimentos.

b) é admissível a oposição de embargos de terceiro fundado em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda, ainda que desprovido de registro.

c) o constituto possessório pode acarretar a perda da posse.

d) o ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.

e) perde-se a posse pela destruição da coisa decorrente de evento natural ou fortuito, de ato do próprio possuidor ou de terceiro, inutilizando definitivamente e impossibilitando o exercício do poder de utilizar, economicamente, o bem por parte do possuidor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A,** pois é a única que traz uma inverdade.

A alternativa A está correta. Os modos de perda se subdividem em três categorias, a depender da perda do corpus, do animus ou de ambos, segundo a literatura. Veja-se que, nesse caso, ainda se utiliza da "Teoria subjetiva" de Savigny. A ausência do corpus ocorre quando certos fatos impedem a posse, contra a vontade do possuidor, e somente quando há impossibilidade de utilização da coisa. Se, ainda que potencialmente o poder existe, mantém-se a posse. É o caso da perda da coisa propriamente dita.

A alternativa B está incorreta. Nos termos da Súmula 84 do Superior Tribunal de Justiça: É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 1.267 do Código Civil: A propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição. Parágrafo único. Subentende-se a tradição quando o transmitente continua a possuir pelo constituto possessório; quando cede ao adquirente o direito à restituição da coisa, que se encontra em poder de terceiro; ou quando o adquirente já está na posse da coisa, por ocasião do negócio jurídico. No constituto possessório está ausente o elemento *animus.* Nesse caso, passa o possuidor a exercer a posse em nome alheio, pelo que a posse se perde.

A alternativa D está incorreta. Trata-se da literalidade da Súmula 637 do Superior Tribunal de Justiça: O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.

A alternativa E está incorreta. A alternativa elencou hipóteses em que a coisa deixa de exigir materialmente, o que implica na impossibilidade de exercício da posse por ausência de objeto. Trata-se, portanto, de causa de perda da posse.

Fonte: Estratégia Carreira Jurídica. Livro Digital Interativo. Curso para Procurador – PGM – Guarulhos SP. Direito Civil. Aula 6.11.

QUESTÃO 44. Quando se trata de responsabilidade civil, é correto dizer:

a) a responsabilidade civil é a aplicação de sanções para ações ou omissões que prejudiquem outras pessoas, desde que intencionais, podendo versar, inclusive, sobre atos cometidos por terceiros.

b) são civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, o autor do escrito e o diretor do veículo de divulgação.

c) no seguro de responsabilidade civil facultativo, cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.

d) as instituições financeiras respondem subjetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

e) constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade civil não decorre, necessariamente, de atos intencionais. É possível o nascimento da obrigação de reparar o dano em razão de atos culposos, por negligência ou imprudência. Nos termos do artigo 186 do Código Civil: Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Súmula 221 do STJ: São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.

A alternativa C está incorreta. Nos termos da Súmula 529 do STJ: No seguro de responsabilidade civil facultativo, não cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.

A alternativa D está incorreta. Consoante à Súmula 297 do STJ: As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias."

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade da Súmula 532 do STJ: Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.

QUESTÃO 45. No que tange à prescrição, assinale a alternativa correta:

a) prescreve em dez anos a ação para haver indenização, por responsabilidade civil, de sociedade de economia mista.

b) prescreve em 20 anos a ação para obter, do construtor, indenização por defeitos da obra.

c) a renúncia da prescrição deve ser expressa e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

d) suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, a todos os outros se aplica, ainda que a obrigação seja divisível.

e) nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, depende de laudo médico, mesmo nos casos de invalidez permanente notória ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa cor reta é a **letra B,** conforme gabarito preliminar. No entanto, a questão é passível de recurso, haja vista que o teor da alternativa encontra-se superada com a vigência do Código Civil de 2002.

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 39 do STJ: Prescreve em vinte anos a ação para haver indenização, por responsabilidade civil, de sociedade de economia mista.

A alternativa B está correta. Nos termos da Súmula 194 do STJ: "Prescreve em vinte anos a ação para obter, do construtor, indenização por defeitos da obra". Contudo, tal entendimento está superado após o advento do Código Civil de 2002, que estabeleceu como prazo prescricional máximo o lapso temporal de 10 anos.

Nesse sentido é o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "O prazo prescricional da ação para obter, do construtor, indenização por defeito da obra na vigência do Código Civil de 2002 é de 10 anos (STJ. 3ª Turma. AgRg no REsp 1.551.621/SP, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 24/5/2016)."

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 191 do Código Civil: Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o artigo 201 do Código Civil: "Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível".

A alternativa E está incorreta. Nos termos da Súmula 573 do STJ: Nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, depende de laudo médico, exceto nos casos de invalidez permanente notória ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte

comprovado na fase de instrução.

QUESTÃO 46. Indique a afirmativa INCORRETA quando tratamos de ato ilícito:

a) o ato ilícito se divide em subjetivo e objetivo; o primeiro relacionado ao estado de consciência e o segundo com a conduta e o abuso de direito.

b) aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito, ficando obrigado a repará-lo.

c) também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

d) depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

e) caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado. A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D,** pois é a única que traz uma inverdade.

A alternativa A está incorreta. Ato ilícito subjetivo (art. 186, CC) se relaciona ao estado de consciência, enquanto o ato ilícito objetivo (art. 187, CC) se relaciona com a conduta e o abuso de direito. Veja: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes."

A alternativa B está incorreta. Trata-se da literalidade do artigo 186 do Código Civil: Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

A alternativa C está incorreta. Conforme prevê o artigo 187 do Código Civil: Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

A alternativa D está correta. Nos termos da Súmula 406 do STJ: Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

A alternativa E está incorreta. Nos termos da Súmula 370 do STJ: Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado. Por sua vez, dispõe a Súmula 388 do STJ: A devolução indevida de cheque sem fundos acarreta a responsabilidade de indenizar razoavelmente o dano moral correspondente, que prescinde da prova de prejuízo.

QUESTÃO 47. A respeito da tutela provisória, é correto afirmar:

a) a concessão de tutela de urgência "*inaudita altera pars*" é uma exceção ao princípio da cooperação, que prevê o dever de consulta pelo juiz, ouvindo as partes, antes de analisar qualquer questão.

b) para a concessão da tutela de urgência, não é cabível a exigência de caução, real ou fidejussória, ou qualquer espécie de garantia, podendo, porém, ser prevista sua obrigatoriedade por negócio jurídico processual.

c) se a tutela de urgência for revogada haverá uma responsabilidade objetiva do requerente. Logo, o juiz não pode conceder de ofício a tutela antecipada.

d) não é possível antecipar a tutela em ação declaratória e em ação constitutiva, vez que o adiantamento resultaria em efeitos práticos decorrentes da declaração ou da constituição.

e) a ausência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão é requisito próprio da tutela antecipada, elemento definido no conceito de estabilização da tutela antecipada antecedente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata de temas diversos relativos às tutelas provisórias.

A alternativa A está correta. O princípio da cooperação, estabelecido no art. 6º do CPC, é responsável por impor diversos às partes, e, também, ao próprio juiz. Os deveres impostos ao juiz são costumeiramente divididos em quatro categorias, que são: dever de esclarecimento, dever de prevenção, dever de auxílio e dever de consulta. Para responder essa questão, era necessário ter conhecimento do dever de consulta, que consiste, basicamente, na obrigatoriedade de o juiz ouvir as partes antes de decidir sobre uma matéria, mesmo que ela seja de ordem pública. Além de outros dispositivos, esse dever está materializado nos arts. 9º e 10 do CPC: "Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício". Todavia, apesar de essa ser a regra geral, o inciso I do parágrafo único do art. 9º do CPC excepciona essa exigência para a decisão proferida no âmbito da tutela provisória de urgência, de modo que, consequentemente, é possível afirmar que ela é uma exceção ao dever de consulta, que é uma das facetas do princípio da cooperação.

A alternativa B está incorreta. Por expressa disposição legal, é possível que o juiz subordine a concessão da tutela de urgência ao oferecimento, por parte de quem realizar o requerimento, de uma caução real ou fidejussória idônea, que se destina a ressarcir os eventuais danos que a outra parte possa vir a sofrer com a implementação da tutela. Essa possibilidade está no §1º do art. 300 do CPC: "Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la".

A alternativa C está incorreta. Apesar de existir uma controvérsia doutrinária a respeito do tema, é possível afirmar que a corrente majoritária (Daniel Assumpção, Cássio Scarpinella Bueno e Daniel Mitidiero, por exemplo) entende que, em situações excepcionais, ainda que não haja previsão legal, o juiz está autorizado a conceder uma tutela provisória de ofício, com base no seu poder geral de cautela (art. 297, CPC). Essas hipóteses excepcionais, em suma, seriam aquelas nas quais a não concessão da tutela implicaria no perecimento de seu direito. Isso pode ser verificado, por exemplo, no seguinte precedente do STJ: "Não contraria o princípio da adstrição o deferimento de medida cautelar que diverge ou ultrapassa os limites do pedido formulado pela parte, se entender o magistrado que essa providência milita em favor da eficácia da tutela jurisdicional" (AgInt na Pet 15.420, 2022). Além disso, a título de complementação, podemos citar o art. 4º da Lei 5.478/1968, que, nas ações de alimentos, autoriza o magistrado a fixar alimentos provisórios em favor do autor independentemente de pedido expresso (trata-se, portanto, de uma concessão de tutela provisória de ofício).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, o STJ possui o entendimento de que, mesmo nas ações meramente declaratórias ou constitutivas, é possível a antecipação dos efeitos da tutela, desde que estejam presentes todos os requisitos legais (notadamente a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo). A título de exemplo, vejamos o seguinte julgado, proferido ainda na égide do CPC anterior: "Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, é cabível, em tese, a antecipação dos efeitos da tutela em toda ação de conhecimento, seja declaratória, seja constitutiva (negativa ou positiva), condenatória ou mandamental, desde que se façam presentes os requisitos do art. 273, CPC" (STJ, AgRg no AREsp 521.327, 2015).

A alternativa E está incorreta. De fato, o CPC estabelece a ausência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão como um requisito próprio da tutela antecipada, como se vê no §3º do art. 300: "A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão". Todavia, a parte final da alternativa está incorreta, porque essa irreversibilidade não possui qualquer relação com a estabilização dos efeitos da tutela antecipada. Na verdade, a estabilização consiste na perpetuação da tutela antecipada antecedente, que irá vigorar até que seja ajuizada uma eventual ação autônoma para rever, reformar ou invalidar a decisão em questão (art. 304, §6º, CPC), enquanto a irreversibilidade dos efeitos da decisão consiste em um requisito negativo da tutela antecipada (ou seja, não pode estar presente) e que, em suma, impede a concessão da tutela nas hipóteses em que não for permitido o futuro retorno das partes ao estado inicial, tendo em vista que, nessa situação, a tutela não seria mais provisória, e, sim, definitiva. Além disso, a irreversibilidade se aplica tanto para a tutela antecipada incidental quanto para a tutela antecipada antecedente, logo, ela não está definida no conceito de estabilização da tutela antecedente.

QUESTÃO 48. Sobre precedentes e súmulas dos tribunais superiores assinale a alternativa incorreta:

a) súmulas de jurisprudência são as orientações resultantes de um conjunto de decisões proferidas com o mesmo entendimento sobre determinada matéria. Pelo código de processo civil os tribunais têm o dever de uniformizar sua jurisprudência, por meio da edição de enunciados e súmulas.

b) o código de processo civil confere tratamento e relevância processual ao precedente, disciplinando a criação, a aplicação e a superação de precedentes, objetivando dar mais segurança jurídica e isonomia à produção judicial, além de mitigar as ações repetitivas.

c) as decisões proferidas em julgamento de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos fixam tese jurídica que deverá ser observada pelos juízes e tribunais em casos idênticos.

d) o código de processo civil teve a preocupação de demonstrar que a súmula não é provimento judicial autônomo, mas deve se ater às circunstâncias fáticas e jurídicas dos precedentes que a gerou.

e) é válida a decisão que invoca enunciado de súmula sem identificar seus fundamentos determinantes, a fim de evitar verbetes inúteis à finalidade do julgado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, já que é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata de regras relativas aos precedentes e às súmulas dos tribunais superiores.

A alternativa A está incorreta. A súmula, de fato, constitui uma orientação consolidada que é resultante de um conjunto de decisões semelhantes a respeito de uma determinada matéria. Em outras palavras, trata-se da solidificação da jurisprudência dominante em um determinado Tribunal. Além disso, os Tribunais possuem, sim, o dever de editar enunciados de súmulas que representem a sua jurisprudência dominante, como se vê a partir da leitura do §1º do art. 926 do CPC: "Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante".

A alternativa B está incorreta. De fato, os precedentes receberam tratamento pelo próprio CPC, que, dentre outras matérias, regulamentou os institutos do *distinguishing* e do *overruling*, que dizem respeito, respectivamente, à aplicação e à superação de precedentes. No *distinguishing*, evita-se a aplicação do precedente por meio da demonstração de que, naquele caso concreto, há uma questão fática ou jurídica que não foi considerada e examinada no momento da formação do precedente. Por outro lado, no *overruling*, realiza-se a superação do entendimento já consagrado e definido no precedente, que, portanto, será substituído por um outro entendimento. A título de exemplo, o CPC define que as decisões que deixarem de seguir um determinado precedente sem demonstrar a existência de distinção ou de superação serão tidas como não fundamentadas e, portanto, inválidas (art. 489, §1º, VI); além disso, ele autoriza que a parte tente demonstrar a distinção entre a questão debatida no seu processo e aquela que será julgada no âmbito de outro recurso especial ou extraordinário afetado sob o rito dos recursos repetitivos, com o intuito de evitar o sobrestamento do seu processo (art. 1.037, §9º). Por fim, de fato, o sistema de precedentes judiciais visa conferir maior segurança jurídica e isonomia à produção judicial, pois evita que os jurisdicionados que estejam sob condições idênticas

recebam soluções distintas para os seus processos, e também mitiga as ações repetitivas, pois, uma vez fixado um precedente vinculante por um Tribunal, os demais órgãos judiciais poderão replicá-lo em outros casos concretos, de modo a impedir que o mesmo Tribunal tenha de decidir a mesma tese jurídica por diversas vezes.

A alternativa C está incorreta. De fato, a decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou nos recursos extraordinário e especial repetitivos possui o condão de fixar uma tese jurídica que passa a ser aplicada aos casos idênticos, por serem hipóteses de precedentes vinculantes, que, portanto, devem ser observados pelos juízes e Tribunais. Isso pode ser verificado, por exemplo, a partir da leitura dos seguintes dispositivos do CPC: "Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada: I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região; II - aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal, salvo revisão na forma do art. 986. [...] Art. 1.039. Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada".

A alternativa D está incorreta. A edição de uma súmula deve levar em consideração as circunstâncias que motivaram a sua criação, pois, posteriormente, ela será aplicada aos casos concretos que versem sobre idêntica questão de fato e de direito. Isso pode ser encontrado no §2º do art. 926 do CPC: "Ao editar enunciados de súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação".

A alternativa E está correta. Na verdade, ao aplicar uma súmula a um determinado caso concreto, o magistrado não poderá simplesmente invocá-la, mas, sim, ele deverá identificar os seus fundamentos determinantes e explicar por quais motivos o caso concreto que está sendo julgado se adequa a esses fundamentos. Isso está expresso no seguinte parágrafo do art. 489 do CPC: "§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos".

QUESTÃO 49. No incidente de desconsideração da personalidade jurídica se verifica:

a) presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução para o sócio-gerente.

b) o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 05 (cinco) dias.

c) concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença, e se a decisão for proferida pelo relator, cabe embargos infringentes.

d) acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será anulada de pleno direito, "*ex tunc*" e "*erga omnes*".

e) o pedido de desconsideração inversa da personalidade jurídica tem requisitos próprios, em rol taxativo previsto no mesmo capítulo do código de processo civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de temas diversos relativos à desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está correta, pois reproduz boa parte da integralidade da Súmula 435 do STJ, que diz: "Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente". Esse entendimento trata especificamente da execução fiscal, seja de dívida ativa tributária ou de dívida ativa não-tributária, e afirma a possibilidade de redirecionamento da execução fiscal em desfavor do sócio-gerente na hipótese em que a empresa deixar de funcionar no seu domicílio fiscal sem realizar a devida comunicação aos órgãos competentes (trata-se de uma infração à lei, o que autoriza o referido redirecionamento).

A alternativa B está incorreta. Essa alternativa está quase integralmente correta, mas o erro está no prazo para a manifestação do sócio ou da pessoa jurídica, que, na verdade, é de 15 dias. Isso pode ser encontrado no art. 135 do CPC: "Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias".

A alternativa C está incorreta. Na verdade, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, quando em primeiro grau de jurisdição, é resolvido por meio de decisão interlocutória, logo, cabe a interposição de agravo de instrumento contra essa decisão. Por sua vez, se ele for resolvido pelo relator no âmbito de um Tribunal, o recurso cabível será o agravo interno. Essas afirmações podem ser comprovadas pela leitura do seguinte dispositivo do CPC: "Art. 136. Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória. Parágrafo único. Se a decisão for proferida pelo relator, cabe agravo interno".

A alternativa D está incorreta. Não se trata de uma hipótese de anulação do ato de alienação ou oneração de bens, mas, sim, de um mero caso de ineficácia em relação ao requerente. Em outras palavras, o ato permanecerá válido, apenas não produzirá efeitos para o requerente que teve o pedido de desconsideração deferido. Veja o art. 137 do CPC: "Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente".

A alternativa E está incorreta. A desconsideração inversa da personalidade jurídica é aquela que permite a responsabilização da pessoa jurídica pelas dívidas originalmente contraídas pelos seus sócios. A expressão "inversa" advém do fato de que a desconsideração tradicional, por outro lado, é utilizada para responsabilizar os sócios pelas dívidas das pessoas jurídicas. Todavia, ao contrário do que afirmado nessa alternativa, os requisitos da desconsideração inversa não estão expressos no CPC, logo, eles devem ser buscados na legislação material, notadamente no art. 50, §§1º, 2º e 3º, do Código Civil: " §1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza. §2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial. § 3º

O disposto no *caput* e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica".

QUESTÃO 50. Indique a alternativa que melhor corresponde ao recurso extraordinário:

a) o pedido de concessão do efeito suspensivo pode ser formulado por requerimento dirigido ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a interposição do recurso e sua distribuição.

b) é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso abrange todos eles.

c) após o juízo de admissibilidade, se positivo, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal, desde que o tribunal recorrido tenha refutado o juízo de retratação; ou quando o recurso tenha sido selecionado como representativo de controvérsia; ou quando o recurso ainda não tenha sido submetido ao regime de repercussão geral ou de julgamentos de recursos repetitivos.

d) não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.

e) pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto contra decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente a causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de temas diversos relativos ao recurso extraordinário.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário somente deverá ser dirigido ao tribunal superior respectivo no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição. Por outro lado, entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão, o pedido deverá ser feito ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido. Essa sistemática está no seguinte parágrafo do art. 1.029 do CPC: "§ 5º O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido: I – ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo; II - ao relator, se já distribuído o recurso; III – ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do recurso, assim como no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037".

A alternativa B está incorreta. Essa alternativa contraria a literalidade da Súmula 283 do STF, que dispõe o seguinte: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles". Portanto, se a decisão que o recorrente deseja questionar por meio do recurso extraordinário possuir mais de um fundamento, o seu recurso

deverá conter uma manifestação a respeito de todos aqueles fundamentos, sob pena de inadmissibilidade.

A alternativa C está correta. Essa alternativa trata do momento processual em que, após a apresentação do recurso extraordinário e das contrarrazões, o presidente ou vice-presidente do Tribunal recorrido (em regra, TJ ou TRF) realiza o juízo de admissibilidade do recurso e, caso ele seja positivo, efetua a sua remessa ao STF, como se vê a partir da leitura deste dispositivo do CPC: "Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá: [...] V – realizar o juízo de admissibilidade e, se positivo, remeter o feito ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, desde que: a) o recurso ainda não tenha sido submetido ao regime de repercussão geral ou de julgamento de recursos repetitivos; b) o recurso tenha sido selecionado como representativo da controvérsia; c) o tribunal recorrido tenha refutado o juízo de retratação".

A alternativa D está incorreta. Essa alternativa contraria a literalidade da Súmula 640 do STF, que dispõe o seguinte: "É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal".

A alternativa E está incorreta. Essa alternativa contraria a literalidade da Súmula 727 do STF, que dispõe o seguinte: "Não pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente a causa instaurada no âmbito dos juizados especiais". Apesar de esse entendimento sumulado ainda estar vigente, já não se utiliza o agravo de instrumento para essa hipótese, e, sim, o agravo em recurso extraordinário, previsto no art. 1.042 do CPC: "Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos". Esse é um dos recursos cabíveis contra a decisão de inadmissão do recurso extraordinário (o outro é o agravo interno), e ele não pode ser apreciado pelo Tribunal recorrido, devendo obrigatoriamente ser encaminhado ao STF.

QUESTÃO 51. Sobre o mandado de segurança é incorreto afirmar:

a) não cabe mandado de segurança contra lei em tese.

b) concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

c) são admissíveis embargos infringentes contra decisão do supremo tribunal federal em mandado de segurança.

d) denegado o mandado de segurança, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária de mérito.

e) pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata de temas diversos relativos ao mandado de segurança.

A alternativa A está incorreta. Esse item reproduz a literalidade da Súmula 266 do STF: "Não cabe mandado de segurança contra lei em tese". Portanto, ele está correto.

A alternativa B está incorreta. Esse item reproduz a literalidade da Súmula 271 do STF: "Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria". Portanto, ele está correto.

A alternativa C está correta. Na verdade, a Súmula 294 do STF afirma expressamente a impossibilidade de utilização dos embargos infringentes contra essa decisão: "São inadmissíveis embargos infringentes contra decisão do Supremo Tribunal Federal em mandado de segurança". Além disso, é necessário destacar que o CPC de 2015 extinguiu essa modalidade de recurso, logo, não há como cogitar o cabimento de embargos infringentes nessa hipótese.

A alternativa D está incorreta. Esse item reproduz a literalidade da Súmula 405 do STF: "Denegado o mandado de segurança pela sentença, ou no julgamento do agravo, dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária". Portanto, ele está correto.

A alternativa E está incorreta. Esse item reproduz a literalidade da Súmula 430 do STF: "Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança". Portanto, ele está correto.

QUESTÃO 52. Sobre a execução contra a fazenda pública é certo dizer:

a) tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será objeto de cumprimento, após o trânsito em julgado do recurso interposto.

b) os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar, cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

c) a fazenda tem prazo de 15 dias para impugnar a execução nos próprios autos.

d) são devidos honorários advocatícios pela fazenda pública nas execuções individuais de sentença proferidas em ações coletivas, caso tenham sido embargadas.

e) a prescrição em favor da fazenda pública recomeça a correr, por cinco anos, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de dez anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 535, § 4º, do Código de Processo Civil: Tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade da Súmula Vinculante n. 47 do STF: Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

A alternativa C está incorreta. Consoante ao artigo 535, caput, do Código de Processo Civil: A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir: [...]

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Súmula 345 do Superior Tribunal de Justiça: São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe a Súmula 383 do STJ: A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

QUESTÃO 53. No que tange aos conceitos de prescrição e decadência no direito do trabalho, indique a alternativa falsa:

a) respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data da extinção do contrato.

b) a norma constitucional que ampliou o prazo prescrição da ação trabalhista para cinco anos é de aplicação imediata e não atinge pretensões já alcançadas pela prescrição bienal quando da promulgação da CF/1988.

c) só se fala em prescrição bienal se não mais existe contrato de trabalho; caso o contrato de trabalho ainda esteja vigente, aplica-se apenas a prescrição quinquenal.

d) extinto o contrato de trabalho, a data do desligamento do empregado não tem relevância alguma para a contagem da prescrição quinquenal, mas tão somente para verificação da prescrição bienal.

e) a decadência tem uma aplicação bastante restrita no âmbito trabalhista. Pode ser estipulada por acordo entre as partes, por ato unilateral, em convenções ou acordos coletivos de trabalho. Um exemplo de prazo decadencial é o do art. 853 da CLT, que trata da prerrogativa de propositura de inquérito judicial para a apuração de falta grave.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda sobre a prescrição e decadência no âmbito do direito do trabalho.

A alternativa A está correta, sendo essa afirmativa, portanto, falsa. Na ação trabalhistas resultantes de relações trabalhistas, o trabalhador terá até DOIS ANOS APÓS A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO para ingressar com a ação, sob pena de prescrição. Vejamos: "A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho." Ainda, a Constituição da República de 1988, em seu art.7º, XXIX, prevê nesse sentido: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;."

A alternativa B está incorreta. A alternativa está em consonância da Súmula 308 do TST.

A alternativa C está incorreta. A prescrição bienal inicia-se após a extinção do contrato de trabalho, nos termos do art. 11 da CLT.

A alternativa D está incorreta. A afirmativa está correta, pois a prescrição quinquenal refere-se ao direito do empregado em ajuizar a ação trabalhista quanto aos seus direitos exigíveis, ou seja, os direitos relativos aos últimos cinco anos a contar do ajuizamento da ação trabalhista. Não se confunde com a prescrição bienal, portanto.

A alternativa E está incorreta. A alternativa é verdadeira ao afirmar que a decadência pode ser prevista em lei ou em convenção pelas partes, pois se trata de um direito que poderá ser exercido ou não pelo titular, quando esta for convencional ou de acordo com o prazo estipulado em lei, quando estivermos diante de um prazo decadencial legal. Um exemplo de prazo decadencial legal é previsto no art. 853 da CLT, em que prevê o prazo de 30 dias para a instauração do inquérito de apuração de falta grave, vejamos: "Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da suspensão do empregado." Um exemplo de prazo decadencial convencional é o direito da propositura Ação Rescisória, em que o trabalhador tem 2 anos para propor uma ação rescisória, contados a partir do trânsito em julgado da decisão que se deseja alterar.

QUESTÃO 54. Com relação ao empregado aprendiz, assinale a alternativa correta:

a) contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 18 (dezoito) anos inscrito em programa de aprendizagem, uma formação técnico-profissional, compatível desenvolvimento físico, moral e psicológico.

b) a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na carteira de trabalho e previdência social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

c) o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 3 (três) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

d) a duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

e) os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5% no mínimo, sem percentual máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A idade limite para o contrato de aprendizagem é de 24 (vinte e quatro anos) e não de 18 (dezoito anos), nos termos do art. 428 da CLT: "Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação."

A alternativa B está incorreta. A comprovação de matrícula e frequência na escola é requisito para a contratação de aprendiz que não tenha concluído o ENSINO MÉDIO, nos termos do art. 428, §1º da CLT. Portanto, tal exigência valerá ao aprendiz que esteja cursando o ensino fundamental.

A alternativa C está incorreta. O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, e não 3 (três) anos, conforme prevê o §3º do art. 428 da CLT.

A alternativa D está incorreta. O art. 432 veda a prorrogação ou compensação das horas de trabalho do aprendiz, não podendo exceder de seis horas diárias.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 429 da CLT, para a contratação de aprendizes, as empresas devem empregar no máximo 15% equivalente ao número de trabalhadores.

QUESTÃO 55. É correto afirmar:

a) o denominado salário complessivo especifica as verbas salariais correspondentes a diversos títulos e não é prática vedada no nosso ordenamento jurídico, por se tratar do pagamento de remuneração global.

b) o substituto tem direito ao salário do substituído, enquanto durar a substituição, inclusive férias, ainda que em caráter meramente eventual, em consonância com o princípio da equiparação salarial.

c) a gratificação recebida por mais de 10 anos em cargo comissionado, gera estabilidade financeira do empregado, exceto se houver reversão ao seu cargo efetivo, quando a gratificação pode ser reduzida.

d) considera-se em sobreaviso o empregado que, à distância, ainda que não submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.

e) com a unificação do plano de beneficios da previdência social, que abrangeu trabalhadores urbanos e rurais, os rurícolas passaram a fazer jus ao salário-família.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o salário complessivo tem sua prática vedada no âmbito do direito do trabalho, pois não permite que o empregado reconheça as verbas distintas que estão sendo pagas, contrariando o disposto no art. 452-A da CLT, em que o recibo de pagamento deverá conter, de forma discriminada, os valores pagos ao empregado.

A alternativa B está incorreta. A substituição eventual é aquela em que o outro empregado substitui o colega em situações casuais ou por situações fortuitas, e, portanto, não enseja o direito em receber o salário de substituição.

A alternativa C está incorreta. O exercício de cargo comissionado por mais de 10 anos não gera estabilidade financeira ao empregado, nos termos do art. 468, §2º da CLT, em que passou a prever que o empregado em cargo de confiança, independentemente do tempo no exercício do cargo, não terá assegurado a gratificação correspondente, tampouco esta será incorporada ao seu salário.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não será considerado sobreaviso.

A alternativa E está correta. Os trabalhadores rurais também possuem direito a perceber o salário-família, nos termos do art. 66 da Lei nº 8.213/91, assim como os trabalhadores urbanos. Ainda, não podemos nos esquecer que a Constituição Federal também elenca o salário-família como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, em seu art. 7º, XII.

QUESTÃO 56. São hipóteses de suspensão, do contrato de trabalho, exceto:

a) por motivos de calamidade ou força maior, com tempo máximo de 90 dias de suspensão.

b) ausência por motivo de doença após o 15° dia.

c) suspensão disciplinar.

d) greve, salvo acordo em contrário ou decisão da justiça do trabalho.

e) eleição para cargo de diretor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Se o empregado estiver afastado do trabalho por motivo de doença por período superior a 15 dias, este empregado é considerado em licença, nos termos do art. 476 da CLT, fazendo jus ao recebimento do benefício de auxílio-doença, inclusive.

As demais alternativas estão incorretas, ao configurarem hipóteses de suspensão do contrato de trabalho.

QUESTÃO 57. Pode-se afirmar, com relação ao contrato de experiência:

a) não há direito a aviso prévio nos contratos de experiência rescindidos antes do prazo acertado, quando o contrato contiver cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão.

b) cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, na forma do art. 481 da CLT.

c) aos contratos por prazo determinado, que não contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

d) é espécie de contrato por tempo determinados que tem prazo máximo de 45 dias.

e) o contrato de experiência não pode ser prorrogado, sob pena de ser descaracterizado, passando a ser regido pelas normas pertinentes aos contratos por prazo indeterminado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda sobre o direito ao recebimento do aviso prévio mesmo em caso de contrato de experiência.

A alternativa B está correta. Em contratos de experiência caberá o recebimento de aviso prévio, conforme prevê o art. 481 da CLT: "Aos contratos por prazo determinado, que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado."

As demais alternativas estão incorretas, em consonância com o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 58. Assinale a alternativa correta sobre terceirização:

a) é reconhecido o vínculo direto de emprego com a empresa principal, não admitida terceirização, exceto nas hipóteses de locação de mão de obra de serviços de vigilância e no trabalho temporário.

b) tem-se como legal a locação de mão de obra quando voltada para atividade-meio da empresa principal, desde que não caracterizada a subordinação direta do empregado à empresa tomadora de serviço, ficando vedada a terceirização da denominada atividade-fim.

c) é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa

contratante.

d) a súmula 331 do TST garantia os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência nas relações de trabalho, reconhecendo como lícita a terceirização em quaisquer atividades empresariais.

e) há obrigação de se equiparar a remuneração de trabalhadores terceiros com os da tomadora de serviços, conforme tema de repercussão geral fixado pelo STF em 2021.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda sobre a terceirização.

A alternativa A está incorreta. Atualmente é admitida a terceirização ampla, inclusive, da atividade-fim. Portanto, é incorreto afirmar que somente nessas duas hipóteses é possível a terceirização.

Ainda, vale pontuar que a Súmula 256 do TST está superada nesse sentido, em que previa como ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, o que assim seria reconhecido o vínculo empregatício direto com a tomadora de serviços.

A alternativa B está incorreta. É possível a terceirização da atividade-fim, nos termos do art. 9º, §3º da Lei 6.019/74

A alternativa C está correta, sendo lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante, conforme o Tema 725 do STF.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a terceirização possui impedimentos em determinadas atividades, como em serviços de vigilância, conservação e limpeza e de serviços especializados que estejam ligados à atividade-meio do empregador.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal ao julgar o Tema 383, firmou-se o entendimento sobre a não equiparação do salário dos funcionários terceirizados ao dos funcionários da empresa tomadora de serviços.

QUESTÃO 59. A respeito de dissídios coletivos, INCORRETO afirmar:

a) o dissídio coletivo de natureza jurídica visa à interpretação de lei ou norma coletiva particular da categoria (sentença declaratória) e não se presta à interpretação de normas de caráter genérico não especiais à categoria.

b) não têm direito à negociação coletiva e aos dissídios coletivos os servidores públicos, uma vez que as vantagens econômicas a essa categoria só podem ser conferidas por lei.

c) A negociação coletiva prévia e a autorização da categoria trabalhadora são requisitos, em regra, ao ajuizamento do dissídio coletivo, independentemente do seu objeto.

d) a petição inicial da ação coletiva deve conter proposta de solução de conflito, por meio do elenco de cláusulas que se busca ver instituídas, devidamente fundamentadas, sob pena de não apreciação da representação ou da cláusula.

e) STF já decidiu que acordos ou convenções coletivas de trabalho que limitam ou suprimem direitos trabalhistas não são válidas, ainda que seja assegurado um patamar civilizatório mínimo ao trabalhador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda sobre dissídios coletivos e requer a indicação da alternativa incorreta.

A alternativa E está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, O Supremo Tribunal Federal, ao firmar a Repercussão Geral no Tema 1.046, decidiu que acordos ou convenções coletivas de trabalho que limitam ou suprimem direitos trabalhistas SÃO VÁLIDAS, desde que seja assegurado um patamar civilizatório mínimo ao trabalhador.

As demais alternativas estão incorretas, sendo, portanto, verdadeiras as afirmativas.

QUESTÃO 60. Ao interpor um recurso ordinário, no quinto dia do prazo legal, o Recorrente não comprovou ter realizado o pagamento do depósito recursal devido, fazendo-o somente no oitavo dia do prazo, mediante a juntada de simples petição, alegando a possibilidade do pagamento posterior, nos termos do artigo 1.007, do CPC. Referido recurso não foi conhecido por deserção, uma vez que o Tribunal considerou ser inaplicável a referida norma, pois não se tratava de complementação de depósito parcial, mas sim de comprovação ulterior de pagamento integral. Diante deste caso, no âmbito do C.TST, a referida decisão é considerada:

a) acertada, uma vez que não é possível o pagamento do depósito recursal em data posterior ao protocolo do recurso.

b) equivocada, uma vez que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, de modo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

c) acertada, uma vez que tanto o pagamento do depósito recursal, quanto a comprovação da sua realização deve ser realizada no momento da interposição do recurso.

d) equivocada, uma vez que, na hipótese de não comprovação do pagamento do depósito recursal, seria o caso de se intimar o recorrente para realizar o recolhimento em dobro, nos termos do artigo 1.007, §4º, do CPC.

e) acertada, uma vez que, em razão da preclusão lógica, a não comprovação do pagamento do depósito recursal no momento da interposição se mostra incompatível com a sua comprovação posterior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda sobre depósito recursal.

A alternativa B está correta, encontrando consonância na Súmula 245 do TST. Vejamos: "SÚMULA Nº 245 - DEPÓSITO RECURSAL. PRAZO - O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal."

As demais alternativas estão incorretas, nos termos do comentário da alternativa B.

QUESTÃO 61. Cabem embargos de declaração da decisão monocrática do relator prevista no art. 932 do CPC, se a parte pretende tão somente juízo integrativo retificador da decisão, e não modificação do julgado. Se no corpo dos embargos de declaração a parte postular a revisão no mérito da decisão monocrática, cumpre ao relator:

a) não conhecer, monocraticamente, dos embargos de declaração, que não se enquadra na hipótese do artigo 897- A, da CLT.

b) não conhecer, monocraticamente, dos embargos de declaração, uma vez que eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada, o que não houve expressamente neste caso.

c) determinar a manifestação da parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias e após encaminhar para julgamento pela turma.

d) converter os embargos de declaração em agravo, submetendo-o ao pronunciamento do colegiado após a intimação do recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências legais.

e) conhecer e dar provimento, monocraticamente, aos embargos de declaração, para que se proceda à adequação do provimento jurisdicional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre a possibilidade de conversão dos embargos de declaração em agravo.

Essa questão pode ser respondida com a Súmula 421 do TST.

A alternativa D está correta. Sendo o caso de interposição de embargos em face de decisão monocrática, os embargos declaratórios deverão ser submetidos ao pronunciamento do Colegiado, convertidos em agravo, em face dos princípios da fungibilidade e celeridade processual, nos termos da Súmula 421 do TST.

As demais alternativas estão incorretas, estando em desacordo com a referida Súmula.

QUESTÃO 62. Nos termos do artigo 520 do Código de Processo Civil, o cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo. Na hipótese de anulação da sentença objeto da execução, o cumprimento provisório de sentença:

a) fica sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidando-se eventuais prejuízos nos mesmos autos.

b) é sobrestado, prosseguindo-se somente quando proferida nova sentença.

c) deverá prosseguir, até o início da realização dos atos expropriatórios, mediante a exigência da realização de caução pelo exequente.

d) o cumprimento provisório de sentença deve ser extinto pela perda do objeto.

e) o cumprimento provisório de sentença deve ser suspenso por 90 dias, prazo este previsto para que seja proferida nova sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda sobre o cumprimento provisório de sentença, exigindo conhecimento do art. 520 do Código de Processo Civil, que trata sobre o cumprimento provisório da sentença.

A alternativa A está correta. A alternativa encontra literalidade no art. 520, I do CPC. Sendo hipótese de anulação da sentença, ainda que em parte, o cumprimento provisório ficará sem efeito, em que restituirá às partes o estado anterior, cujos prejuízos serão liquidados nos mesmos autos. Vejamos: "Art. 520. O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, sujeitando-se ao seguinte regime: II - fica sem efeito, sobrevindo decisão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidando-se eventuais prejuízos nos mesmos autos;"

As demais alternativas estão incorretas, ante a ausência de previsão legal nesse sentido, conforme comentário da alternativa A.

QUESTÃO 63. Após a interposição de recurso de revista pela recorrente perante o TST, referido recurso foi admitido pela primeira Turma e a ele foi negado provimento. Na mesma semana em que houve a intimação do acórdão de julgamento de revista, a Recorrente tomou conhecimento de que a segunda turma havia julgado caso análogo e decidido de maneira diametralmente oposta àquela que havia sido em seu recurso. Diante desta situação, qual a medida processual adequada a ser adotada perante o C.TST, objetivando à uniformização do entendimento perante o mesmo fato:

a) reclamação perante a presidência do TST.

b) embargos.

c) agravo de instrumento.

d) conflito negativo de competência.

e) recurso ordinário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda sobre recursos perante o Tribunal Superior do Trabalho, cujo objetivo seja a uniformização de julgados.

A alternativa A está incorreta. O recurso de reclamação não é a via adequada para requerer aplicação de tese de recurso repetitivo, conforme tese fixada no julgamento do Tema 1.061.

A alternativa B está correta. De acordo com o artigo 894, II da CLT, os embargos ao TST serão válidos caso as decisões das Turmas sejam divergentes entre si ou contrárias às decisões da Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias à súmula, ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal. Portanto, requerendo, por meio deste recurso, a uniformização de julgados perante a Justiça do Trabalho.

A alternativa C está incorreta. O recurso de agravo de instrumento é cabível em face de decisões interlocutórias, não sendo o caso, em que se objetiva à uniformização do entendimento perante o mesmo fato.

A alternativa D está incorreta. O conflito negativo de competência não se trata de recurso, mas de conflito entre juízes que se dizem incompetentes para julgar a causa.

A alternativa E está incorreta. O recurso ordinário na seara trabalhista é cabível em face de decisões definitivas perante as Varas, Juízos e Tribunais Regionais, não sendo o caso, em que se objetiva à uniformização do entendimento perante o mesmo fato.

QUESTÃO 64. Após o trâmite processual executivo em face da Reclamada pessoa jurídica, houve a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica contra os sócios da referida sociedade empresária, o qual foi acolhido, após o exercício do contraditório, para incluir os sócios no polo passivo da ação executiva. Intimados da decisão de inclusão, os sócios dela resolvem recorrer. Qual o recurso cabível contra referida decisão, à luz da CLT:

a) agravo de instrumento.

b) recurso ordinário.

c) embargos.

d) agravo de petição.

e) não há recurso cabível, por se tratar de decisão interlocutória irrecorrível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito do direito do trabalho, especificamente, o recurso cabível em face da decisão de inclusão dos sócios no polo passivo. É necessário atentar-se que quanto ao trâmite processual, estando esse na fase executiva, portanto.

A alternativa D está correta. O recurso cabível é o agravo de petição, nos termos do art. 855-A, §1º, II da CLT.

As demais alternativas estão incorretas, consoante o comentário da alternativa A e ausência de previsão legal nesse sentido.

QUESTÃO 65. Nos termos do artigo 47, da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, em regra as deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros. Não obstante, as deliberações sobre algumas matérias dependem da aprovação da maioria absoluta dos membros da Câmara ou de dois terços dos membros da Câmara. Partindo dessa premissa, assinale a opção que se refere à matéria cuja deliberação depende da votação favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara:

a) rejeição de parecer prévio do tribunal de contas do estado.

b) isenções de tributos municipais

c) concessão de serviços públicos

d) julgamento do prefeito, vice-prefeito e vereadores

e) plano diretor

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata das regras das deliberações da Câmara de Guarulhos, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa A está incorreta. A rejeição de parecer prévio do tribunal de contas não exige a aprovação pelo quórum de maioria absoluta, pois depende do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, nos termos do art. 47, § 2º, inciso I da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa B está incorreta. As isenções de tributos municipais não exigem a aprovação por maioria absoluta, já que depende do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, nos termos do art. 47, § 2º, inciso XI da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa C está correta. Está em conformidade com o Art. 47, § 1º, inciso V da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, a concessão de serviços públicos dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

A alternativa D está incorreta. O julgamento do prefeito, vice-prefeito e vereadores não exige a aprovação por maioria absoluta, já que depende do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, nos termos do art. 47, § 2º, inciso III da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa E está incorreta. A aprovação do plano diretor não exige a aprovação por maioria absoluta, já que depende do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, nos termos do art. 47, § 2º, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

QUESTÃO 66. Considerando as assertivas a seguir, assinale a opção correta, à luz da Lei Orgânica do Município de Guarulhos:

a. Os secretários municipais serão sempre nomeados em comissão, farão declaração pública de bens no ato da posse e ao final do exercício do cargo e terão os mesmos impedimentos do prefeito e dos vereadores enquanto nele permanecerem.

b) os secretários municipais serão escolhidos dentre cidadãos brasileiros, maiores de vinte e um anos, no exercício dos direitos políticos, de ilibada idoneidade moral, exercendo cargos de confiança do prefeito.

c) compete aos secretários municipais exclusivamente orientar, coordenar e superintender as atividades dos órgãos e entidades da administração em sua área de competência.

d) é vedado aos secretários municipais referendar os atos normativos assinados pelo prefeito, referentes à sua área de competência.

e) o vereador, investido na função de secretário municipal, secretário municipal adjunto, coordenador municipal ou de dirigente de autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista ou fundações municipais não perderá o mandato e não será considerado licenciado, podendo optar pelos vencimentos de maior remuneração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa A está correta. Os Secretários Municipais serão sempre nomeados em comissão, farão declaração pública de bens no ato da posse e ao final do exercício do cargo e terão os mesmos

impedimentos do Prefeito e dos Vereadores enquanto nele permanecerem, nos termos da literalidade do art. 70 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa B está incorreta. Os secretários municipais serão escolhidos dentre cidadãos brasileiros, maiores de dezoito anos e não maiores de vinte e um anos como traz a alternativa. Por tanto, está incorreta, nos termos do art. 68 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa C está incorreta. Aos Secretários Municipais competem mais atribuições que as estabelecidas na alternativa. Veja que nos termos do art. 69 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, compete aos Secretários Municipais: " Art. 69. Além das atribuições estabelecidas em lei, compete aos Secretários Municipais: I - orientar, coordenar e superintender as atividades dos órgãos e entidades da administração em sua área de competência; II - expedir resoluções para a execução de leis, regulamentos e atos pertinentes à sua área de competência; III - referendar os atos normativos assinados pelo Prefeito, referentes à sua área de competência; IV - comparecer à Câmara, quando por esta convocados, para responder sobre assunto específico; V - apresentar relatório anual da secretaria ao Prefeito; e VI - praticar os atos relativos às atribuições que lhes forem delegadas pelo Prefeito".

A alternativa D está incorreta. Umas das competências dos Secretários Municipais é exatamente referendar os atos normativos assinados pelo Prefeito, referentes à sua área de competência, nos termos do artigo 69, inciso III da Lei Orgânica do Município de Guarulhos. Portanto, a alternativa traz a informação que contraria o dispositivo legal.

A alternativa E está incorreta. A alternativa traz a informação de que o Vereador não perderá o mandato e não se considerará licenciado, porém o artigo 69 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos nos traz a informação contrária, veja: "Art. 69. O Vereador, investido na função de Secretário Municipal, Secretário Municipal Adjunto, Coordenador Municipal ou de dirigente de autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista ou fundações municipais, não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, podendo optar pelos vencimentos de maior remuneração".

QUESTÃO 67. Nos termos de sua Lei Orgânica, o Município de Guarulhos, objetivando aproximar a administração dos contribuintes e descentralizar as decisões, deverá dividir-se, territorial e administrativamente, em administrações regionais distritais ou sub - prefeituras, a serem criadas por iniciativa do Executivo, com aprovação do Legislativo, as quais não constituirão umidades orçamentárias autônomas. As regionais ou distritais serão criadas em áreas com população não inferior a:

a) 3% (três por cento) do total dos habitantes do munícipio.

b) 5% (cinco por cento) do total dos habitantes do munícipio.

c) 6% (seis por cento) do total dos habitantes do munícipio.

d) 8% (oito por cento) do total dos habitantes do munícipio.

e) 10% (dez por cento) do total dos habitantes do munícipio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata da descentralização administrativa do Município de Guarulhos.

A alternativa B está correta. Nos termos do artigo 83 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, referente a da descentralização administrativa do Município, as administrações regionais ou distritais serão criadas em áreas com população não inferior a 5% (cinco por cento) do total dos habitantes do Município.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas. As demais alternativas não podem ser consideradas corretas, já que nos termos da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, é requisito para a criação de unidades regionais ou distritais que a população não seja inferior a 5% (cinco por cento) do total dos habitantes do Município.

QUESTÃO 68. Considerando a redação do artigo 126, da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, a seguir transcrita, assinale a opção INCORRETA quanto aos princípios que devem ser observados: "O Município exercerá atividade permanente de planejamento, voltado para suas peculiaridades e direcionado para um crescimento programado, observando, dentre outros, os seguintes princípios":

a) pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantia do bem estar de seus habitantes.

b) preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, inclusive no trabalho.

c) criação e manutenção de áreas de proteção especial, devido à sua importância histórica, cultural, urbanística, turística e ambiental.

d) expressão dos interesses e aspirações do conjunto da sociedade.

e) observância das normas de urbanismo, segurança, higiene e qualidade de vida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D,** pois é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata das atividades de produção de bens e serviços do Município de Guarulhos.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 126, inciso I da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, o município terá que observar o princípio do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes. Por tanto, esta alternativa dispõe a literalidade da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 126, inciso II da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, o município terá que observar o princípio da preservação, proteção e recuperação do meio ambiente. Por tanto, esta alternativa dispõe a literalidade da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 126, inciso III da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, o município terá que observar o princípio da criação e manutenção de áreas de proteção especial, devido à sua importância histórica, cultural, urbanística, turística e ambiental. Por tanto, esta alternativa dispõe a literalidade da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa D está correta. A expressão dos interesses e aspirações do conjunto da sociedade é um dos princípios que deve ser seguido pelo município nas ações governamentais na área da cultura, nos termos do artigo 219 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos. Por tanto, esta alternativa é a única que traz uma inverdade, pois informa um princípio referente às ações culturais como se fosse um princípio que disciplina as atividades de produção de bens e serviços.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 126, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, o município terá que observar o princípio da observância das normas de urbanismo, segurança, higiene e qualidade de vida. Por tanto, esta alternativa dispõe a literalidade da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

QUESTÃO 69. A respeito do processo de cassação do Mandato de Prefeito por infrações político-administrativas sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores, previsto no Decreto-Lei 201/1967 é CORRETO o que se afirma em:

a) A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.

b) De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com cinco Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

c) Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de três por cada fato. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente ordenará, desde logo, o início da

instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

d) O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de quarenta e oito horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

e) O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído no prazo de cento e vinte dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do processo de cassação do mandato de Prefeito, por infrações político-administrativas.

A alternativa A está correta, pois é o que determina o Decreto-Lei 201/1967, veja: "Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo: I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante."

A alternativa B está incorreta, pois o número de Vereadores a compor a comissão processante será de três e não cinco, consoante determina o Decreto-Lei 201/1967, veja: "Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo: II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator."

A alternativa C está incorreta, pois o número de testemunhas arroladas pelo denunciado será de até dez e não de três por cada fato, conforme o Decreto-Lei 201/1967, veja: "Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo: III - Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a

Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas."

A alternativa D está incorreta, pois o prazo de antecedência para a intimação do denunciado sobre os atos do processo, seja pessoalmente ou na figura de seu procurador será de, pelo menos, 24 horas, e não 48 horas, conforme o Decreto-Lei 201/1967, veja: "Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo: IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa."

A alternativa E está incorreta, pois o prazo de conclusão do processo será de 90 dias, e não de 120 dias, conforme o Decreto-Lei 201/1967, veja: "Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo: VII - O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos."

QUESTÃO 70. Acerca das comissões especiais de inquérito no âmbito do Poder Legislativo do Município de Guarulhos, assinale a opção correta:

a) as comissões especiais de inquérito serão criadas pela câmara, mediante requerimento realizado pela maioria absoluta de seus membros, que deverá ser aprovado por pelos menos um terço dos membros do legislativo, para a apuração de fato determinado e prazo indeterminado sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

b) as comissões especiais de inquérito serão criadas pela câmara, mediante requerimento individual realizado por um de seus membros, que deverá ser aprovado por pelos menos um terço dos membros do legislativo, para a apuração de fato determinado e prazo certo sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

c) as comissões especiais de inquérito serão criadas pela câmara, mediante requerimento de pelo menos um terço de seus membros, que deverá ser aprovado por maioria absoluta dos membros do legislativo, para a apuração de fato certo, sujeita a prazo indeterminado, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

d) as comissões especiais de inquérito serão criadas pela câmara, mediante requerimento de pelo menos um terço de seus membros, que deverá ser aprovado por maioria absoluta dos membros do legislativo, para a apuração de fato determinado e submetidas a prazo certo, sendo

suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

e) as comissões especiais de inquérito serão criadas pela câmara, mediante requerimento realizado pela maioria absoluta de seus membros, que deverá ser aprovado por dois terços dos membros do legislativo, para a apuração de fato certo e sujeitas a prazo indeterminado, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata das comissões da Câmara do Município de Guarulhos.

Para responder esta questão, veja o artigo 27 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos: "Art. 27. As comissões especiais de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno, serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de pelo menos um terço de seus membros, que deverá ser aprovado por maioria absoluta dos membros do Legislativo, para a apuração de fato determinado e prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores."

A alternativa D está correta. Veja que as comissões especiais de inquérito, serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de pelo menos um terço de seus membros, que deverá ser aprovado por maioria absoluta dos membros do Legislativo, para a apuração de fato determinado e prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores. Sendo a letra D a única alternativa que não contraria os dispositivos legais.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, pois trazem informações inverídicas. Veja que a Banca usou como pegadinha alterar a competência para a solicitação de criação da comissão, os quóruns necessários para a aprovação da criação da comissão ou até o tipo de responsabilidade que enseja a conduta apurada pela câmara.

PGM Sorocaba/SP

QUESTÃO 01. A respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), assinale a alternativa correta

a) O apelo ao legislador é uma técnica de decisão que foi desenvolvida, principalmente, para os casos de omissão inconstitucional, já a declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia de nulidade tem aplicação restrita no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade.

b) Diferentemente da ação direta de inconstitucionalidade, o processo do controle da omissão por meio da ação direta de inconstitucionalidade por omissão se destina à proteção de situações individuais e de relações jurídicas subjetivas.

c) Atualmente entende-se que no âmbito da ADO o Supremo Tribunal Federal tem competência para conhecer das omissões de índole administrativa e legislativa exclusivamente relacionadas com os órgãos legislativos federais.

d) O Supremo Tribunal Federal entendia que, uma vez iniciado o processo legislativo, não haveria omissão inconstitucional do legislador, em face da inexistência de previsão na Constituição a respeito dos prazos para a apreciação dos projetos de lei. No entanto, atualmente entende-se que a inertia deliberandi das Casas Legislativas pode ser objeto da ADO.

e) Como na omissão parcial existe uma conduta positiva do legislador, o Supremo Tribunal Federal entende que não é cabível a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, mas sim a impetração de mandado de injunção pelo sujeito diretamente prejudicado, bem como que é incabível a concessão de cautelar em sede de ADO.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).

A alternativa A está incorreta. Os conceitos de "apelo ao legislador" e "declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade" são distintos e têm aplicações específicas no direito constitucional. O "apelo ao legislador" é uma técnica usada pelo Tribunal Constitucional Federal alemão, importada pelo STF, para indicar ao legislativo a necessidade de agir diante de uma lei que está se tornando inconstitucional devido a mudanças nas circunstâncias jurídicas ou fáticas, conforme descrito no Vocabulário Jurídico do STF (Tesauro). Por outro lado, a "declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade" é uma técnica de modulação dos efeitos de uma decisão que declara uma norma inconstitucional, usada principalmente em ações diretas de inconstitucionalidade e fundamentada no Art. 27 da Lei n. 9.868/1999, permitindo que a norma continue a produzir efeitos por um tempo determinado apesar da inconstitucionalidade.

A alternativa B está incorreta. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) é usada para corrigir falhas legislativas que impedem a aplicação efetiva de normas constitucionais, focando na proteção de interesses coletivos. Segundo o material de Direito Constitucional do Estratégia Carreiras Jurídicas da professora Nelma Fontana, existem duas vias de controle de constitucionalidade: a via incidental e a via principal. A via incidental trata de casos concretos onde a inconstitucionalidade de uma norma é um incidente processual, não o foco principal. Qualquer juiz ou tribunal pode analisar a constitucionalidade das leis nesse contexto. Já a via principal foca diretamente na constitucionalidade de atos normativos em abstrato, visando a supremacia da Constituição.

A alternativa C está incorreta. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) abrange omissões de qualquer esfera governamental, não se limitando apenas às omissões legislativas federais. Segundo nosso material do Estratégia Carreiras Jurídicas, a ADO visa corrigir omissões inconstitucionais tanto legislativas quanto administrativas que falham em cumprir deveres constitucionais. A evolução jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece agora que até a demora excessiva (inertia deliberandi) em processos legislativos constitui omissão inconstitucional, conforme mostrado no caso do ITCMD, onde o STF estabeleceu prazo para a legislação necessária após longa inércia (STF - ADO: 67 DF 0053127-26.2021.1.00.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, julgamento: 06/06/2022).

A alternativa D está correta. A evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) revela uma nova compreensão sobre omissão inconstitucional. Tradicionalmente, não se considerava omissão enquanto houvesse tramitação legislativa, independente da duração. Atualmente, a corte reconhece que atrasos prolongados no processo legislativo (inertia deliberandi) constituem uma omissão inconstitucional. Este entendimento está exemplificado no julgamento do RE nº 851.108/SP, Tema nº 825, onde foi determinado que a ausência da lei complementar necessária ao ITCMD, após mais de trinta anos da Constituição Federal de 1988, configura tal omissão. Esse atraso justifica a intervenção por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), conforme demonstrado na decisão que fixa prazo para o Congresso Nacional remediar a lacuna legislativa, conforme preconizado no art. 155, § 1º, III, da CF.

A alternativa E está incorreta. Mesmo em casos de omissão parcial, a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) é relevante, especialmente quando legislações incompletas comprometem a eficácia plena de normas constitucionais. A impetração de mandado de injunção, apesar de ser uma alternativa, não substitui a ADO. Além disso, é possível a concessão de medidas cautelares em ADO para suspender normas por omissão inconstitucional. Um exemplo ocorreu quando o STF discutiu a mora legislativa sobre a renda básica emergencial durante a pandemia da COVID-19, onde a Lei nº 13.982/2020 já havia estabelecido um auxílio, resultando na perda do objeto da ADO (STF - ADO: 56 DF 0088963-94.2020.1.00.0000, Relator: MARCO AURÉLIO, julgamento: 30/04/2020).

QUESTÃO 02. O Procurador-Geral da República propôs, durante o período de recesso do Poder Judiciário, arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) sob o fundamento de que alguns juízes e tribunais vêm adotando interpretação do art. 287 do Código Penal (art. 287 – Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime: Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa) que impediria a realização da "marcha da maconha", requerendo que fosse dada interpretação conforme à Constituição para excluir qualquer interpretação que criminalizasse a defesa da legalização das drogas, inclusive com pedido de medida liminar.

Com base na situação hipotética apresentada, no disposto na Lei no 9.882/1999 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) a ADPF proposta não deve ser conhecida, visto que não é o meio processual adequado para se deliberar sobre a interpretação conforme, cabendo, da decisão de indeferimento da petição inicial, agravo, no prazo de cinco dias.

b) proposta a ADPF durante o recesso do Poder Judiciário, a análise do pedido de medida liminar dependerá da decisão da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal.

c) antes de analisar o pedido de medida liminar, o relator da ADPF deverá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado-Geral da União, no prazo comum de quinze dias.

d) a ADPF proposta não deve ser conhecida, pois não se caracterizou a imprescindível subsidiariedade, cabendo, da decisão de indeferimento da petição inicial, agravo, no prazo de quinze dias.

e) é cabível a propositura de ADPF em face de controvérsia judicial ocasionada por interpretações judiciais violadoras de preceitos fundamentais, e, apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, no prazo de dez dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema arguição de descumprimento de preceito fundamental.

A alternativa A está incorreta. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é um meio processual essencial para a interpretação conforme à Constituição, usado especialmente quando há necessidade de uniformizar interpretações em face de controvérsias judiciais significativas. É importante notar que a ADPF não tem função rescisória e respeita a autoridade da coisa julgada material, mesmo contra a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Este instrumento pode impugnar decisões judiciais que ainda não transitaram em julgado, desde que exista uma controvérsia judicial relevante caracterizada por julgamentos conflitantes de diferentes órgãos judiciários, como indicado na decisão do STF em ADPF: 249 DF, Relator: CELSO DE MELLO, julgamento: 13/08/2014.

A alternativa B está incorreta. Durante o recesso judiciário, a análise de medidas liminares em ADPF pode ser realizada pelo relator sem a necessidade de decisão pela maioria absoluta dos membros do STF. Lei 9.882/1999: Art. 5º O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na argüição de descumprimento de preceito fundamental. § 1o Em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, ad referendum do Tribunal Pleno.

A alternativa C está incorreta. Embora o relator possa, a seu critério, ouvir os órgãos responsáveis pelo ato antes de analisar o pedido de medida liminar, não é um requisito obrigatório que o faça antes da análise da liminar, nem há um prazo comum especificado de quinze dias para estas manifestações na fase liminar. Lei 9.882/1999: Art. 5º (...) § 2o O relator poderá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado-Geral da União ou o Procurador-Geral da República, no prazo comum de cinco dias.

A alternativa D está incorreta. O agravo deverá ser interposto no prazo de 5 dias e não 15. Lei n. 9.882/1999: Art. 4o A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de argüição de descumprimento de preceito fundamental, faltar algum dos requisitos prescritos nesta Lei ou for inepta. § 1o Não será admitida argüição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade. § 2o Da decisão de indeferimento da petição inicial caberá agravo, no prazo de cinco dias.

A alternativa E está correta. Reflete a jurisprudência e a lei que regem a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). De acordo com a Lei nº 9.882/1999, a ADPF é cabível para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental decorrente de ato do poder público, incluindo interpretações judiciais divergentes que possam lesar preceitos fundamentais. O pedido de informação às autoridades responsáveis pelo ato questionado, no prazo de dez dias após a apreciação da medida liminar, está em consonância com o procedimento previsto na legislação. Lei 9.882/1999: Art. 1o A argüição prevista no § 1o do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Parágrafo

único. Caberá também argüição de descumprimento de preceito fundamental: I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição; Art. 6o Apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, no prazo de dez dias. EMENTA. (...) 1. Decisões judiciais que determinam o bloqueio, penhora ou liberação, para satisfação de créditos trabalhistas, de receitas públicas oriundas do Fundo Estadual de Saúde objeto de contratos de gestão firmados entre o Estado do Espírito Santo e entidades de terceiro setor violam o princípio da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF), o preceito da separação funcional de poderes (art. 2º c/c art. 60, § 4º, III, da CF), o princípio da eficiência da Administração Pública (art. 37, caput, da CF) e o princípio da continuidade dos serviços públicos (art. 175 da CF). (...) (STF - ADPF: 664 ES 0088856-50.2020.1.00.0000, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 19/04/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 04/05/2021)

QUESTÃO 03. A respeito da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

a) As normas constitucionais de alta densidade, segundo classificação doutrinária atual, são consideradas como incompletas, dependendo de complementação legislativa para a produção de efeitos.

b) É de eficácia contida o art. 12, I, da Constituição Federal que conceitua como brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

c) As normas de eficácia contida são consideradas como incompletas e detentoras de baixa densidade normativa, dependendo a produção de efeitos da interpolação do legislador infraconstitucional.

d) A norma inserta no art. 3o, I, da Constituição Federal que preceitua que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e igualitária é considerada como norma de eficácia plena.

e) As normas programáticas são subespécie das normas constitucionais de eficácia limitada, são dotadas de força jurídica e a elas se reconhece valor jurídico constitucionalmente igual ao dos demais preceitos constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.

A alternativa A está incorreta. A "alta densidade normativa" caracteriza normas detalhadas com menor necessidade de regulamentação adicional para sua aplicação, ao contrário das normas de "baixa densidade normativa", que são mais abstratas e exigem regulamentação complementar. Segundo o nosso material de Hermenêutica Jurídica, elaborado pelo professor Jean Vilbert, as diferenças entre regras (alta densidade) e princípios (baixa densidade) podem ser vistas em dois aspectos: quantitativo

e qualitativo. Quantitativamente, princípios são vagos, gerais e exigem uma interpretação criativa, sendo fundamentalmente importantes no sistema jurídico. Qualitativamente, diferem no modo de aplicação; regras aplicam-se binariamente, enquanto princípios exigem ponderação de interesses.

A alternativa B está incorreta. O Art. 12, I, da Constituição Federal é classificado como norma de eficácia plena, conforme explica José Afonso da Silva e é reforçado no nosso material de Direito Constitucional, elaborado pela professora Nelma Fontana. Este tipo de norma já produz todos os seus efeitos jurídicos imediatamente após a publicação da Constituição e não permite restrições por legislação subsequente. Isso difere das normas de eficácia contida, que também têm efeito imediato, mas podem ser restringidas legalmente, e das normas de eficácia limitada, que necessitam de legislação complementar para produzir efeitos plenos.

A alternativa C está incorreta. Confunde os conceitos de "eficácia contida" e "baixa densidade normativa". As normas de eficácia contida são aquelas que têm aplicação imediata, mas podem ser restringidas por lei. Elas não são necessariamente normas de baixa densidade normativa, mas com ela não se confundem.

A alternativa D está incorreta. A norma citada (Art. 3o, I, da CF) é considerada uma norma programática e, portanto, de eficácia limitada, não de eficácia plena. Embora tenha força normativa, ela direciona a atuação estatal para alcançar objetivos futuros e não confere direitos imediatos que possam ser exigidos judicialmente sem legislação que os desenvolva.

A alternativa E está correta. Normas programáticas, classificadas como normas constitucionais de eficácia limitada, estabelecem diretrizes e objetivos que o Estado deve perseguir, frequentemente exigindo legislação complementar ou ações específicas para sua plena realização. Embora não produzam todos os seus efeitos jurídicos imediatamente, elas têm plena força legal e são vinculativas para os poderes públicos, igualando-se às demais normas constitucionais em termos de obrigatoriedade. As normas programáticas, como descrito no nosso material, funcionam como um compromisso estatal de seguir certas diretrizes programáticas e elaborar legislação futura conforme essas orientações pré-estabelecidas.

QUESTÃO 04. Considere que, por meio da Emenda Constitucional no 01/2020, foi incluída na Constituição do Estado X a determinação de que os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados por pessoas jurídicas de direito privado ou por sociedade de economia mista sob controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal.

Com base na situação hipotética apresentada e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a exigência instituída pela Emenda Constitucional no 01/2020 é

a) inconstitucional, pois compete aos municípios a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, tendo usurpado a competência dos Municípios para legislarem sobre assunto de interesse local.

b) constitucional, pois de acordo com a repartição de competências expressa na Constituição Federal, é competência concorrente dos Estados e dos Municípios a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico.

c) inconstitucional, pois de acordo com a Política Nacional de Saneamento Básico, compete à União prestar diretamente ou mediante concessão dos serviços públicos de saneamento básico.

d) inconstitucional, pois compete à União o estabelecimento de todas as diretrizes para o implemento de políticas de saneamento básico, bem como a prestação do serviço público.

e) constitucional, pois sempre que os recursos naturais ou econômicos necessários para a prestação do serviço público estiverem entre os bens dos estados ou dos municípios, admite-se tal espécie de limitação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está correta. A Constituição Federal, no Art. 30, V, confere aos municípios a titularidade dos serviços de saneamento básico, permitindo-lhes organizar e prestar esses serviços de interesse local, diretamente ou por meio de concessão ou permissão. Contudo, emendas constitucionais estaduais que limitam a prestação desses serviços a entidades de direito privado ou sociedades de economia mista controladas pelo Estado ou Município podem violar essa competência municipal. O STF, na ADI 2077, destacou a usurpação de competências municipais por tais emendas, reafirmando a autonomia municipal na gestão dos serviços de saneamento básico conforme previsto pela Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. Na verdade, é competência exclusiva (administrativa), da União, instituir as diretrizes para o saneamento básico. CF/88. Art. 21. Compete à União: (...) XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

A alternativa C está incorreta. Apesar de a União estabelecer normas gerais através da Política Nacional de Saneamento Básico, não compete exclusivamente à União prestar os serviços de saneamento básico. Esta competência é, principalmente, dos municípios, conforme estabelecido constitucionalmente.

A alternativa D está incorreta. Embora a União estabeleça diretrizes gerais para o saneamento básico, não detém exclusividade sobre a prestação dos serviços, nem pode impor a forma como esses serviços devem ser prestados nos municípios.

A alternativa E está incorreta. Não reflete adequadamente a legislação constitucional. A disponibilidade de recursos naturais ou econômicos não justifica a imposição de um modelo específico de prestação de serviços públicos por parte dos estados, principalmente quando este interfere na competência municipal.

QUESTÃO 05. A respeito das Competências dos Municípios, assinale a alternativa correta.

a) A Constituição do Estado é o diploma normativo adequado para abrandar ou especificar os poderes de auto-organização dos Municípios expressos no art. 29 da Constituição Federal.

b) As competências implícitas dos Municípios decorrem da norma que atribuiu a tais entes federativos a competência de legislar sobre assuntos de interesse local.

c) Os Municípios possuem ampla margem de liberdade para legislar sobre zoneamento da cidade, inclusive se afetar o princípio da livre concorrência.

d) Como as normas relacionados aos bancos transcendem o interesse local, os Municípios não podem editar leis disciplinando o horário de funcionamento de instituições bancárias e o tempo máximo de espera em fila de banco.

e) Os Municípios podem legislar com o fim de suplementar a legislação federal e estadual, sempre que for necessário para atender ao interesse local, e a superveniência da lei federal ou estadual contrária à municipal revoga esta última.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Competências dos Municípios.

A alternativa A está incorreta. A Constituição do Estado não pode especificar ou abrandar os poderes de auto-organização dos municípios expressos no Art. 29 da Constituição Federal. Esses poderes são garantidos constitucionalmente aos municípios, e qualquer tentativa dos estados de alterar ou restringir esses poderes deve respeitar os limites estabelecidos pela Constituição Federal. A ADI 2.112 reitera que, exceto nos casos expressamente estabelecidos na competência estadual (art. 29, VI, IX, e X da CF), a Constituição do Estado não pode abrandar nem intensificar esses poderes municipais, protegendo assim a autonomia municipal contra intervenções estaduais indevidas.

A alternativa B está correta. Os municípios possuem competência explícita para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme estabelecido pelo Art. 30, I, da Constituição Federal. Além dessas competências explícitas, eles também têm competências implícitas, que permitem adotar medidas legislativas essenciais para a eficácia da administração local. Essas competências implícitas são fundamentais para atender às necessidades locais de forma eficiente. Este entendimento foi reforçado pelo STF no RE 761056, onde se reconheceu a competência implícita dos municípios para legislar sobre assuntos como agrotóxicos, destacando-se a relevância do interesse local.

A alternativa C está incorreta. Os municípios têm competência para legislar sobre zoneamento urbano, mas devem respeitar o princípio da livre concorrência, conforme a Constituição Federal. A Súmula Vinculante n. 49 destaca que leis municipais que impedem a instalação de comércios similares em áreas específicas ofendem esse princípio. O RE 193.749 reitera que restrições sem justificativa razoável e proporcional, como limitações geográficas arbitrárias para novos estabelecimentos, violam a livre concorrência e a liberdade econômica, princípios essenciais para o exercício de qualquer atividade econômica, garantidos pela CF/1988.

A alternativa D está incorreta. Normas relacionadas ao funcionamento dos bancos são consideradas de interesse nacional, ultrapassando o âmbito do interesse local. Portanto, os municípios não têm competência para legislar sobre o horário de funcionamento de instituições bancárias. Esta

prerrogativa é sustentada por decisões do STF, como no RE 80081, onde se determina que a legislação federal prevalece sobre a municipal nessa matéria. Tais decisões refletem o entendimento de que questões bancárias são regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional.

A alternativa E está incorreta. Os municípios podem complementar a legislação federal e estadual em matérias de interesse local, mas uma norma federal ou estadual posterior que contrarie a lei municipal não revoga automaticamente esta última. Não há hierarquia entre os entes federativos. Cada ente tem sua esfera de competência. Na ADI 6431, o STF suspendeu a eficácia da Medida Provisória 926/2020, reconhecendo que estados e municípios possuem competência comum em matéria de saúde pública, conforme o Artigo 23, II, da Constituição Federal, permitindo que normas municipais e estaduais prevaleçam sobre a federal.

QUESTÃO 06. A respeito da Ordem Econômica e Financeira, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

a) Lei complementar disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

b) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e para o setor privado.

c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento humanitário.

d) O Estado organizará diretamente a atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

e) A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Ordem Econômica e Financeira.

A alternativa A está incorreta. Embora a Constituição preveja que a lei regulará os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros, o texto constitucional especifica que isso será feito por lei (leia-se lei ordinária) e não por lei complementar, como está erradamente especificado na alternativa. CF/88. Art. 172. A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

A alternativa B está incorreta. A Constituição estabelece que o planejamento estatal é uma das funções do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, mas especifica que este será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, e não determinante para ambos,

como mencionado na alternativa. CF/88. Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A alternativa C está incorreta. Apesar de a Constituição promover o turismo, ela não especifica que ele seja promovido como um fator de desenvolvimento "humanitário". A promoção do turismo é vista como um fator de desenvolvimento social e econômico, não especificamente humanitário. CF/88. Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

A alternativa D está incorreta. A Constituição não especifica que o Estado deve organizar diretamente a atividade garimpeira em cooperativas. A Constituição permite que a atividade de garimpo seja exercida, observando a legislação ambiental e sob regime de autorização ou concessão (Art. 176, § 1º), mas não impõe a forma organizacional em cooperativas como obrigatória. CF/88. Art. 174. (...) § 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

A alternativa E está correta. Está de acordo com o Art. 21, XII, da Constituição Federal, que atribui à União a competência para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte aéreo, aquático e terrestre, respeitando os acordos internacionais firmados pelo Brasil. A menção ao princípio da reciprocidade é um princípio fundamental nas relações internacionais, que influencia a formulação de políticas e a legislação referente ao transporte internacional, garantindo tratamento igualitário entre os países. A aplicação deste princípio é evidente no RE 636331, onde o STF reconheceu a prevalência dos limites indenizatórios estabelecidos por acordos internacionais, como a Convenção de Varsóvia e a Convenção de Montreal, sobre o Código de Defesa do Consumidor em casos de danos materiais por extravio de bagagem em voos internacionais.

QUESTÃO 07. José Arcádio, deputado federal, há dois meses concedeu uma entrevista para a Rádio Mais Justiça, oportunidade na qual verbalizou a necessidade do Tribunal Regional Eleitoral do Estado X adotar providências em relação ao juiz eleitoral que proferiu a decisão que cassou Aureliano José, prefeito da Capital do Estado X, e ao desembargador que teria influenciado na decisão, para averiguar todos os fatos. O desembargador, que se sentiu ofendido com as declarações, ofereceu queixa-crime em face de José Arcádio pelos crimes de calúnia e difamação.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) As críticas a pessoas específicas, que não se caracterizam como representantes do povo, não estão inseridas no direito de exprimir opiniões, assegurado pela imunidade material.

b) A imunidade parlamentar tem por fim proteger o exercício do mandato, desde que as declarações estejam diretamente relacionadas com sua função, o que não se configura na situação narrada.

c) A imunidade material torna as declarações de José Arcádio não sujeitas à persecução penal, bem como isentas ao controle político por quebra de decoro parlamentar.

d) A inviolabilidade material, quando se relacionar com a atuação do parlamentar fora da Casa Legislativa, exige o nexo de implicação entre as declarações e os crimes contra a honra a ele imputados e o exercício do mandato, o que está presente no caso, na medida em que a fiscalização da administração pública é inerente ao mandato parlamentar.

e) A inviolabilidade material restringe-se às declarações dirigidas apenas a outros congressistas ou militantes políticos ostensivos, pois a ratio da imunidade é a proteção ao exercício do mandato e não pessoalmente do parlamentar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Aparentemente, a questão cobrou o conhecimento do seguinte julgado: EMENTA AGRAVO REGIMENTAL. QUEIXA-CRIME. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. DEPUTADO FEDERAL. CRIME CONTRA A HONRA. NEXO DE IMPLICAÇÃO ENTRE AS DECLARAÇÕES E O EXERCÍCIO DO MANDATO. IMUNIDADE PARLAMENTAR MATERIAL. ALCANCE. ART. 53, CAPUT, DA CF. 1. A inviolabilidade material, no que diz com o agir do parlamentar fora da Casa Legislativa, exige a existência de nexo de implicação entre as declarações delineadoras dos crimes contra a honra a ele imputados e o exercício do mandato. Estabelecido esse nexo, a imunidade protege o parlamentar "por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos" (art. 53, caput, da CF), e não se restringe às declarações dirigidas apenas a outros Congressistas ou atores políticos ostensivos, mas a quaisquer pessoas. 2. A verbalização da representação parlamentar não contempla ofensas pessoais, via achincalhamentos ou licenciosidade da fala. Placita, contudo, modelo de expressão não protocolar, ou mesmo desabrido, em manifestações muitas vezes ácidas, jocosas, mordazes, ou até impiedosas, em que o vernáculo contundente, ainda que acaso deplorável no patamar de respeito mútuo a que se aspira em uma sociedade civilizada, embala a exposição do ponto de vista do orador. 3. Imunidade parlamentar material reconhecida na espécie, proferida as manifestações em entrevistas do Deputado Federal a rádios no âmbito de atuação marcadamente parlamentar, em temas de oposição política e de fiscalização do patrimônio publico, conducentes à aticipicidade de conduta. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (Pet 5714 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 28-11-2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-287 DIVULG 12-12-2017 PUBLIC 13-12-2017)

A alternativa A está incorreta. A imunidade parlamentar material não se limita a proteger apenas críticas a outros representantes do povo. Ela abrange todas as opiniões e declarações feitas no exercício do mandato, mesmo que dirigidas a indivíduos que não sejam políticos ou funcionários públicos.

A alternativa B está incorreta. No contexto dado, as declarações do deputado estão diretamente relacionadas ao exercício de sua função parlamentar, principalmente no que diz respeito à fiscalização da administração pública, incluindo ações do judiciário.

A alternativa C está incorreta. A imunidade material protege parlamentares de processos penais relacionados a opiniões, palavras e votos expressos durante o mandato, conforme Art. 55, VI, da Constituição Federal. Entretanto, isso não os isenta de processos disciplinares por quebra de decoro parlamentar. As condutas que caracterizam quebra de decoro são descritas no Código de Ética e Decoro Parlamentar e podem levar à cassação do mandato, como estabelecido no art. 63 da Lei Orgânica do

Distrito Federal. A independência desses processos disciplinares da condenação criminal é reforçada pelo STJ no RMS 46536, destacando o respeito ao princípio da Separação de Poderes (Art. 2º, CF/88).

A alternativa D está correta. Reflete o princípio constitucional da imunidade parlamentar material, que protege os deputados e senadores por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, desde que exista um nexo entre as declarações e as funções parlamentares. No caso descrito, José Arcádio, enquanto deputado, comentou sobre a atuação de membros do judiciário em um contexto que pode ser considerado como de fiscalização da função pública, uma prerrogativa parlamentar. Assim, suas declarações podem ser consideradas como parte do exercício de suas funções legislativas, o que o protege contra acusações de crimes contra a honra baseadas nessas declarações.

A alternativa E está incorreta. A imunidade material não se restringe a declarações dirigidas apenas a outros congressistas ou militantes políticos. A proteção é mais abrangente, cobrindo todas as declarações que têm relação com o exercício do mandato parlamentar, independentemente de a quem se dirigem.

QUESTÃO 08. A respeito da Ordem Social, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

a) É facultado aos Estados vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, admitindo-se a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

b) Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino médio, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais, responsáveis ou conselho tutelar, pela frequência à escola.

c) O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

d) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei complementar federal, sem o que não poderão ser instaladas.

e) O prazo da concessão ou permissão será de quinze anos para as emissoras de rádio e de vinte para as de televisão, competindo ao Poder Executivo outorgar e renovar a respectiva concessão ou permissão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Ordem Social.

A alternativa A está incorreta. Conforme o Art. 167, IV, da Constituição Federal, é vedada a vinculação de receitas de impostos a despesas específicas, exceto quando constitucionalmente permitido, o que não inclui a vinculação para despesas com pessoal e encargos sociais para programas de apoio à inclusão e promoção social.

A alternativa B está incorreta. Não é uma atribuição expressa do Poder Público, conforme consta na Constituição Federal, realizar o censo de educandos no ensino médio, mas sim do ensino fundamental. A Constituição prevê a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental, bem como a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio. CF/88. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009) II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) (...) § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

A alternativa C está correta. Está alinhada com os princípios constitucionais e legais que regem a ciência, tecnologia e inovação no Brasil. A Constituição Federal, em seu Art. 218, prevê que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a inovação. A Lei nº 13.243/2016, que dispõe sobre políticas para a ciência, tecnologia e inovação, reforça esse mandamento constitucional e estabelece mecanismos de cooperação entre os entes públicos e privados. O "Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação" possui expressa previsão Constitucional. CF/88. Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015) § 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCTI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015) § 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015).

A alternativa D está incorreta. A Constituição estabelece, no Art. 21, XXIII, "b", que compete à União autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de materiais nucleares e seus derivados, mas não especifica que a localização de usinas nucleares deve ser definida em lei complementar federal.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o Art. 223 da Constituição Federal, o prazo de concessão ou permissão das emissoras de rádio e televisão será de até dez anos para rádios e até quinze anos para televisões, não vinte, e a renovação pode ser feita pelo mesmo período, sob a competência do Poder Executivo.

QUESTÃO 09. Suponha que, mediante requerimento de apenas um terço dos membros do Senado Federal, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o fim de investigar a atuação do Presidente da República e dos governadores dos estados-membros durante a pandemia da COVID-19. Com o objetivo de colher provas, a CPI convocou todos os governadores para depor na condição de testemunhas e, também, o Presidente da República, além de ter solicitado a prestação de contas dos gestores de verbas federais repassadas aos Estados durante a pandemia pela União, para realizar o controle de legalidade, legitimidade e economicidade do uso dessas verbas federais.

Com base na situação hipotética apresentada e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) A convocação de governadores de estados-membros para depor na condição de testemunha é atribuição exclusiva das comissões parlamentares de inquérito instauradas no âmbito do Poder Legislativo Estadual.

b) Como a comissão parlamentar de inquérito foi criada pelos integrantes do Senado Federal, admite-se a intimação do Presidente da República para depor como testemunha, inclusive por meio de via postal.

c) Caso a comissão parlamentar de inquérito tenha sido criada por prazo determinado e a intimação dos governadores dos estados-membros seja realizada pessoalmente, é cabível a convocação para depor como testemunhas, podendo cada um deles marcar dia e hora para serem inquiridos.

d) Uma vez convocados pessoalmente, os governadores são obrigados a comparecer, sob pena de requisição da força policial, mas os custos dos deslocamentos devem correr por conta do Senado Federal.

e) O Presidente da República não é obrigado a testemunhar perante comissões parlamentares, o que é extensível aos governadores por aplicação do critério da simetria entre a União e os estados, assim como compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas de administradores e demais responsáveis por verbas federais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

A alternativa A está incorreta. O Art. 50 da CF/88 limita a convocação de autoridades para prestarem informações ao Congresso a ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência, não se estendendo a chefes do Executivo estadual ou municipal, devido à ausência de subordinação hierárquica na Federação. Durante a CPI da Pandemia, a tentativa de convocar governadores foi considerada inconstitucional pelo STF na ADPF 848, reforçando a autonomia federativa e a separação de poderes. A Corte decidiu que conflitos federativos devem ser resolvidos com respeito à autonomia de cada ente, validando apenas convites voluntários para depoimentos de governadores em comissões parlamentares.

A alternativa B está incorreta. O Presidente da República possui uma prerrogativa de não ser obrigado a depor perante uma CPI. A jurisprudência do STF reconhece essa prerrogativa como uma extensão das imunidades e privilégios do cargo.

A alternativa C está incorreta. Como visto, Governadores podem se recusar a depor em CPI, baseando-se nas mesmas prerrogativas de independência e separação dos Poderes que protegem o Presidente.

A alternativa D está incorreta. Mesmo se os governadores forem convocados, eles não são obrigados a comparecer e, portanto, a requisição de força policial e a obrigação de custear o deslocamento não se aplicam.

A alternativa E está correta. Baseia-se na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). O Presidente da República e os governadores dos estados, devido às suas posições como chefes do

Executivo, têm uma prerrogativa de não serem obrigados a depor em CPIs. Essa prerrogativa é justificada pela separação e independência entre os Poderes. Além disso, no que tange à fiscalização de verbas federais, a Constituição atribui ao Tribunal de Contas da União (TCU) a competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos federais, o que inclui as verbas federais repassadas aos estados.

QUESTÃO 10. A respeito do Conselho da República, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

a) É órgão superior deliberativo vinculado ao Presidente da República e composto por 12 membros.

b) Quando constar da pauta da reunião qualquer questão relacionada a algum Ministério, o Presidente da República deverá convocar o Ministro do Estado respectivo para participar da reunião.

c) Entre os seus integrantes natos estão os Ministros da Justiça, da Defesa e do Planejamento.

d) Compete ao Senado Federal eleger dois cidadãos brasileiros natos para compor o Conselho da República, os quais terão mandato de três anos, vedada a recondução.

e) Uma das competências do Conselho da República é estudar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Conselho da República.

A alternativa A está incorreta. O Conselho da República não é descrito como um órgão deliberativo vinculado ao Presidente da República. Ele é um órgão consultivo composto por 14 membros e dele participam o vice-presidente da República, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados, e seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução. Consoante o Art. 89 da CF/88.

A alternativa B está incorreta. Não há disposição específica que obrigue o Presidente da República a convocar o Ministro de Estado respectivo para participar das reuniões do Conselho da República apenas porque a pauta da reunião está relacionada a algum ministério. A convocação é facultativa. CF/88. Art. 90. (...) § 1º O Presidente da República poderá convocar Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério.

A alternativa C está incorreta. Entre os membros natos do Conselho da República não estão especificamente os Ministros da Defesa e do Planejamento, mas sim o Ministro da Justiça.

A alternativa D está correta. Conforme o disposto na Constituição Federal, especificamente no Art. 89. O Conselho da República é um órgão superior de consulta do Presidente da República. Ademais, a constituição estipula que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados elejam membros para compor o Conselho, ressaltando que esses membros têm mandato de três anos, sem recondução.

A alternativa E está incorreta. Uma das competências do Conselho da República, conforme o Art. 90 da Constituição, é pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, bem como sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas, mas não especificamente sobre desenvolvimento de iniciativas para garantir a independência nacional.

QUESTÃO 11. A respeito do Processo Legislativo, assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

a) O controle judicial de atos interna corporis das Casas Legislativas só é cabível quando haja desrespeito às normas constitucionais pertinentes ao processo legislativo.

b) É formalmente inconstitucional lei complementar cuja iniciativa foi de parlamentar que contenha regras de caráter nacional sobre a aposentadoria de policiais.

c) A tramitação de medidas provisórias pelo Sistema de Deliberação Remota, instituída em razão da pandemia do novo coronavírus, viola o devido processo legislativo.

d) Ao Poder Legislativo é vedado emendar projeto de lei de conversão de medida provisória, ainda que a emenda esteja associada ao tema e à finalidade original da medida provisória.

e) É constitucional norma de Constituição estadual que preveja quórum diverso de 3/5 dos membros do Poder Legislativo para aprovação de emendas constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Processo Legislativo.

A alternativa A está correta. O princípio da separação de poderes, fundamentado no art. 2º da CF/1988, restringe a intervenção judicial em atos interna corporis do Poder Legislativo, preservando a independência entre os poderes. A jurisprudência do STF estabelece que o Judiciário normalmente não pode intervir em questões exclusivas do funcionamento interno das casas legislativas. No entanto, se tais atos violarem normas constitucionais, especialmente aquelas que regulam o processo legislativo, o controle judicial é permitido para assegurar a conformidade com a Constituição. Exemplos dessa jurisprudência incluem o AgR MS: 36662 e o MS: 32033, que enfatizam a inadmissibilidade do controle preventivo de constitucionalidade de projetos de lei e a limitação da revisão judicial a situações de violações procedimentais e formais claras no processo legislativo, por meio da garantia constitucional do Mandado de Segurança impetrado pelo parlamentar para defender seu direito ao devido processo legislativo respeitado.

A alternativa B está incorreta. Embora a Constituição, no Art. 61, § 1º, II, c), especifique que a iniciativa de leis sobre aposentadoria de servidores públicos é privativa do Presidente da República, o Supremo

Tribunal Federal (STF) tem reconhecido exceções, especialmente para servidores que desempenham atividades de risco, como os policiais. A Lei Complementar 144/2014, que trata das regras de aposentadoria de servidores policiais, foi julgada pelo STF na ADI 5241, onde foi decidido que a iniciativa parlamentar nesse caso não viola a Constituição, devido às condições especiais de trabalho dos policiais, justificando um tratamento diferenciado para a sua aposentadoria.

A alternativa C está incorreta. A tramitação de medidas provisórias pelo Sistema de Deliberação Remota (SDR) durante a pandemia de COVID-19 foi validada pelo STF na ADPF 661, garantindo o funcionamento legislativo sem violar o devido processo legislativo. O Supremo destacou que a adaptação não constituiu um recesso parlamentar, permitindo que o Congresso continuasse exercendo suas competências. Essa medida temporária visava manter a eficiência e transparência do processo legislativo, permitindo a apresentação de pareceres diretamente no Plenário, como resposta emergencial à impossibilidade de reunião presencial das comissões mistas, durante a Pandemia de Covid-19, em conformidade com o § 4º, art. 62 da CF.

A alternativa D está incorreta. O Poder Legislativo pode emendar projetos de lei de conversão de medidas provisórias, contanto que as emendas mantenham relação com o conteúdo original da medida, respeitando a pertinência temática conforme reconhecido pelo STF. Essa flexibilidade no processo legislativo assegura o equilíbrio e a eficiência entre os poderes, especialmente em situações de emergência, como a pandemia de COVID-19, em que o funcionamento parlamentar precisou ser adaptado para deliberações remotas. Tal prática foi ratificada na ADPF 661, que autorizou temporariamente o parecer sobre medidas provisórias diretamente no Plenário, mantendo a operacionalidade do Congresso durante a crise de saúde pública.

A alternativa E está incorreta. A Constituição Federal, nos artigos 60, § 4º, e 25, § 1º, determina que o quórum para a aprovação de emendas constitucionais é de 3/5 dos membros de cada Casa do Congresso Nacional. Este padrão também deve ser seguido por Constituições estaduais, conforme o princípio da simetria, que garante uniformidade no processo de emenda em todos os níveis federativos. A ADI 6453 julgada pelo STF confirmou que a exigência de 2/3 dos membros da Assembleia Legislativa de Rondônia para aprovação de emendas era inconstitucional, reafirmando a necessidade de observância das normas federais pelos Estados em seus processos legislativos.

QUESTÃO 12. A Câmara Municipal X aprovou uma consulta popular sobre questões locais e deseja que ela seja realizada concomitantemente às eleições municipais de 2024, a qual observa os limites operacionais relativos ao número de quesitos. Álvaro, prefeito do Município X, é completamente contra as questões que serão submetidas à consulta popular.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

a) para a consulta popular ser realizada simultaneamente às eleições municipais, deve ser encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral até 180 dias antes das eleições.

b) não mais se admite a realização de consulta popular concomitantemente às eleições municipais, por falta de regulamentação adequada.

c) as manifestações contrárias de Álvaro às questões submetidas à consulta popular ocorrerão durante a campanha, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.

d) para a consulta popular ser realizada simultaneamente às eleições municipais, deve ser encaminhada à Justiça Eleitoral até 30 dias antes das eleições.

e) Álvaro poderá se manifestar contrariamente às questões submetidas à consulta popular, desde que antes da campanha política.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema consulta popular.

A alternativa A está incorreta. Estabelece o § 12, do Art. 14 da CF/88 que Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)

A alternativa B está incorreta. Há regulamentação na Constituição conforme dito.

A alternativa C está correta. É o que estabelece expressamente a Constituição Federal. CF/88. Art. 14. (...) § 13. As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares nos termos do § 12 ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)

A alternativa D está incorreta. O prazo de encaminhamento é de 90 dias, conforme visto.

A alternativa E está incorreta. As manifestações deverão ocorrer durante as campanhas eleitorais e não antes.

QUESTÃO 13. A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) Para que a intervenção do legislador no âmbito de proteção dos direitos fundamentais seja compatível com a Constituição Federal, é preciso que observe, obrigatoriamente, a reserva legal qualificada.

b) O direito à vida pode ser classificado como um direito fundamental que é dotado exclusivamente de dimensão subjetiva, a qual se expressa tanto de forma negativa (defensiva) quanto positiva (prestacional).

c) O direito fundamental à liberdade de locomoção é de titularidade restrita dos brasileiros natos ou naturalizados, não se aplicando aos estrangeiros.

d) Não se admitem restrições indiretas aos direitos fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal.

e) Os direitos fundamentais vinculam os órgãos administrativos em todas as suas formas de manifestação e atividades.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema direitos fundamentais.

A alternativa A está incorreta. Embora a regulamentação de certos direitos fundamentais, como as limitações ao poder de tributar definidas no Art. 146 da CF/88, exija leis complementares por envolverem reserva legal qualificada, essa não é uma exigência universal para todos os direitos fundamentais. A maioria dos direitos pode ser regulada por leis ordinárias, que não requerem as mesmas condições rigorosas de aprovação que as leis complementares, estas últimas necessitando de maioria absoluta dos membros de ambas as casas do Congresso Nacional. Assim, a necessidade de leis complementares se limita a matérias especificamente previstas na Constituição.

A alternativa B está incorreta. O direito à vida não é apenas um direito subjetivo individual, mas também possui uma dimensão objetiva que impõe ao Estado o dever de proteger e promover a vida. Esta visão é sustentada por uma perspectiva dupla de aplicabilidade dos direitos fundamentais, conforme explicado no nosso material do Estratégia Carreiras Jurídicas, capitaneado pela professora Nelma Fontana. A dimensão subjetiva abrange os direitos individuais, tanto de defesa quanto de prestação, enquanto a dimensão objetiva vê os direitos fundamentais como valores comunitários a serem promovidos e protegidos pelo Estado, influenciando todas as esferas de poder em suas atividades.

A alternativa C está incorreta. O direito fundamental à liberdade de locomoção se aplica a todos, independentemente da nacionalidade. A Constituição Federal brasileira assegura a proteção dos direitos humanos sem discriminação de nacionalidade, garantindo direitos fundamentais também aos estrangeiros residentes no país. Veja-se o caput do Art. 5º da CF/88.

A alternativa D está incorreta. Restrições indiretas aos direitos fundamentais são admissíveis se não violarem o núcleo essencial do direito e forem proporcionais ao objetivo legítimo pretendido, conforme ensina a professora Nelma Fontana. Essas restrições devem ser razoáveis e proporcionais, garantindo harmonia entre os direitos, pois nenhum direito fundamental é absoluto. No Brasil, a reserva legal e a necessidade de lei para restringir direitos são princípios formais previstos no artigo 5º, II, da Constituição Federal (CF). Adicionalmente, as restrições devem respeitar princípios materiais como a irretroatividade e a proporcionalidade, conforme a teoria do "limite dos limites" de Karl August Batterman.

A alternativa E está correta. Reflete um princípio central do direito constitucional, o princípio da eficácia vertical dos direitos fundamentais. Isso significa que os direitos fundamentais, além de vincularem diretamente os poderes públicos, também se aplicam às atividades da administração pública em todas as suas manifestações. Os órgãos administrativos, ao exercerem suas funções, devem respeitar os direitos e liberdades fundamentais garantidos pela Constituição, incluindo o direito à vida, à liberdade, à igualdade, entre outros. Esta vinculação assegura que as ações do Estado sejam consistentes com os valores constitucionais e protejam os direitos individuais contra abusos de poder.

QUESTÃO 14. A proteção e o tratamento de dados pessoais é um dos temas mais relevantes atualmente, e até pouco tempo não era expressamente previsto na Constituição Federal. Com a aprovação da PEC 17/2019 e posterior promulgação da Emenda Constitucional no 115/2022, passou a ser um direito fundamental autônomo.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

a) Em face da importância reconhecida constitucionalmente à proteção e ao tratamento de dados pessoais, é competência concorrente dos Estados e da União legislar sobre o tema

b) O direito à proteção e ao tratamento de dados pessoais costumeiramente colide com a liberdade de expressão, e o Supremo Tribunal Federal tem sempre se manifestado no sentido de que deve preponderar o sigilo, existindo direito ao esquecimento.

c) Compete à União organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, assim como legislar privativamente sobre o assunto.

d) Configurando-se colisão entre o direito de proteção aos dados pessoais e a segurança pública, deve-se utilizar a teoria dos limites imanentes, e garantida a proteção da personalidade humana por meio da preponderância do direito fundamental à proteção de dados pessoais

e) Em face da relevância da proteção de dados pessoais, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema proteção e o tratamento de dados pessoais.

A alternativa A está incorreta. Embora a proteção de dados seja um tema de relevância nacional, a competência para legislar sobre proteção de dados pessoais é privativa da União, e não concorrente entre Estados e União. CF/88. Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XXX - proteção e tratamento de dados pessoais.

A alternativa B está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece que as colisões entre o direito à proteção de dados pessoais e a liberdade de expressão devem ser avaliadas individualmente, sem uma regra absoluta que privilegie um direito em detrimento do outro. Em fevereiro de 2021, o STF rejeitou a teoria do direito ao esquecimento, como evidenciado no RE 1010606, estabelecendo que não se pode obstar a divulgação de dados verídicos e licitamente obtidos com base apenas na passagem do tempo. Esta decisão sublinha que eventuais excessos devem ser confrontados com base nos parâmetros constitucionais e legais específicos, respeitando a proteção da honra, da imagem e da privacidade.

A alternativa C está correta. Com a Emenda Constitucional no 115/2022, o direito à proteção de dados pessoais foi elevado ao status de direito fundamental e foi incluído na competência legislativa exclusiva da União. Esta mudança centraliza a legislação e a fiscalização sobre proteção de dados pessoais no âmbito federal, promovendo uma abordagem uniforme e coesa para o tratamento de dados em todo o território nacional, conforme os padrões estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ou seja, é competência exclusiva e privativa da União. CF/88. Art. 21. Art. 21. Compete à União: (...) XXVI -

organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022) Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XXX - proteção e tratamento de dados pessoais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)

A alternativa D está incorreta. Não há uma regra geral que sempre preponderará o direito à proteção de dados pessoais sobre a segurança pública. As colisões entre direitos fundamentais devem ser resolvidas caso a caso, aplicando-se o princípio da proporcionalidade para avaliar qual direito deve preponderar com base nas circunstâncias específicas.

A alternativa E está incorreta. A competência para organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais é exclusiva da União, não sendo compartilhada com Estados, Distrito Federal ou Municípios.

QUESTÃO 15. Recentemente, Luciana se mudou para o Município de Sorocaba e, em face da fixação do seu novo domicílio, dirigiu-se até a sede da Prefeitura para requerer mudanças no cadastro do seu imóvel. Petras, servidor responsável por receber e processar solicitações de alterações cadastrais, exigiu de Luciana cópia autenticada do seu documento de identificação pessoal, apresentação de seu título de eleitor e certidão de ausência de prévio requerimento administrativo, emitida pela Secretaria Municipal do Cidadão.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei no 13.726/2018, é correto afirmar que:

a) todas as exigências feitas por Petras estão em conformidade com a lei, devendo Luciana atender ao requerido.

b) Petras apenas poderia ter exigido cópia autenticada do documento de identificação pessoal de Luciana, se motivasse tal pedido em indícios de falsificação.

c) o documento de identificação pessoal tem prazo de validade indeterminado, contudo, sempre que passados cinco anos da data da expedição, deve ser exigida cópia autenticada.

d) Petras apenas poderia ter exigido de Luciana a certidão emitida pela Secretaria Municipal do Cidadão.

e) se dispensa a exigência de autenticação de cópia de documento e a apresentação de título de eleitor, e a certidão solicitada por Petras não pode ser exigida de Luciana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a racionalização dos atos e procedimentos administrativos no âmbito do poder público bem como, de sua Desburocratização e Simplificação.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 3º da Lei 13.726/2018, não se nenhuma das exigências feitas por Petras está em conformidade com a Lei.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 3º, II da Lei 13.726/2018, não se exige autenticação de documentos.

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 3º, II da Lei 13.726/2018, não se exige autenticação de documentos bem como na forma do §2º do mesmo artigo Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 3º, §3º da Lei 13.726/2018, o servidor não poderia exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses: I - certidão de antecedentes criminais; II - informações sobre pessoa jurídica; III - outras expressamente previstas em lei.

A alternativa E está correta. A lei nº 13.726/2018 trata dos documentos a serem dispensados no relacionamento com o poder público; em relação à Luciana observa-se que não há a exigência de nenhum dos documentos demandados pelo servidor Petras. Veja a literalidade da lei: "Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de: I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento; II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade; III - juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo; IV - apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público; V - apresentação de título de eleitor, exceto para votar ou para registrar candidatura; VI - apresentação de autorização com firma reconhecida para viagem de menor se os pais estiverem presentes no embarque. § 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido. § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis. § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses: I - certidão de antecedentes criminais; II - informações sobre pessoa jurídica; III - outras expressamente previstas em lei.

QUESTÃO 16. A discricionariedade administrativa:

a) é um poder inerente às funções administrativa e legislativa e corresponde ao dever de a administração sempre exercer o poder de escolha entre várias alternativas.

b) é uma liberdade conferida ao administrador, que se confunde com um direito subjetivo de natureza privada, e, nessa condição, está imune a controle judicial.

c) é um dever-poder, utilizado como uma das soluções normativas para a inadequação do processo legislativo.

d) uma vez caracterizada, dispensa o administrador de externalizar os motivos da decisão adotada.

e) pode ser conceituada como uma faculdade do administrador, a ser exercida de acordo com a conveniência pessoal do titular da competência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre poderes administrativos dentre os quais destaca-se a discricionariedade administrativa, como uma das mais citadas pela doutrina.

A alternativa A está incorreta. A administração nem sempre pode exercer o poder de escolhas entre várias alternativas, encontrando seus limites na própria lei na forma do art. 37, caput, da Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. A discricionariedade não se confunde com um direito subjetivo de natureza privada, decorrendo de uma prerrogativa da Administração Pública e da natureza do cargo público ocupado e não do seu gestor. Além disso, poderá o Poder Judiciário exercer o controle de legalidade dos atos praticados em linha com o princípio da inafastabilidade de jurisdição previsto no art. 5º, XXXV da Constituição Federal.

A alternativa C está correta. A discricionariedade administrativa consiste em um juízo de conveniência e oportunidade a ser exercido pelo administrador, conferindo-lhe maior liberdade escolha, relevando-se dessa forma um poder-dever em razão do cargo público ocupado. Assim, enquanto no ato discricionário há liberdade de ação dentro dos limites da lei, no arbitrário a ação é contrária ou excedente da lei (MEIRELLES, 2018, p. 144).

A alternativa D está incorreta. Enquanto prerrogativa posta à disposição dos administradores públicos para o exercício da função administrativa, a discrionariedade administrativa exterioriza-se como um ato administrativo. Assim, cabe lembrar que o motivo consiste em um dos elementos do ato administrativo, extraindo-se implicitamente do art. 37 da Constituição Federal. Além disso, a motivação encontra-se expressamente prevista no Parágrafo Único do art. 20 da LINDB.

A alternativa E está incorreta. A discricionariedade administrativa não deriva de uma faculdade pessoal do administrador, mas sim, do interesse público que se busca atingir a partir de sua escolha.

QUESTÃO 17. Lúcio foi recentemente aprovado em um concurso público para ocupar o cargo de procurador da Empresa Pública Água Limpa e designado para atuar especificamente

no setor de licitações e contratos. No entanto, diante da sua inexperiência, ele tem muitas dúvidas sobre os procedimentos auxiliares das licitações previstos na Lei no 13.303/16.

Considerando que você é um procurador experiente, com base na legislação correlata, poderá afirmar corretamente a Lúcio que:

a) a lei prevê cinco procedimentos auxiliares das licitações: pré-qualificação, cadastramento, registro de preços, procedimento de manifestação de interesse e leilão eletrônico.

b) o procedimento de pré-qualificação é público e aberto à inscrição de qualquer interessado nos primeiros cento e oitenta dias do ano, tendo validade de 02 anos, no máximo.

c) em função dos princípios da economicidade e da eficiência, a existência de preços registrados obriga a administração pública a firmar os contratos que deles poderão advir.

d) na modalidade de pré-qualificação aberta de produtos, poderá ser exigida a comprovação de qualidade e é obrigatória a divulgação dos produtos e dos interessados que forem pré-qualificados.

e) a pré-qualificação deverá ser total, contendo todos os requisitos de habilitação ou técnicos necessários à contratação, assegurada a igualdade de condições entre os concorrentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre os procedimentos auxiliares das Licitações disciplinado pelo artigo 63 e seguintes da lei 13.303/16.

A alternativa A está incorreta. Existem quatro e não cinco procedimentos auxiliares de licitação. Na literalidade da lei: Art. 63. São procedimentos auxiliares das licitações regidas por esta Lei: I - pré-qualificação permanente; II - cadastramento; III - sistema de registro de preços; IV - catálogo eletrônico de padronização.

A alternativa B está incorreta. A pré-qualificação terá validade de 1 ano e poderá ser atualizado a qualquer tempo conforme previsto no 64§5º da Lei 13.303/16.

A alternativa C está incorreta. Não é obrigatória a assinatura da Administração Pública em razão da existência de preços registrados. Na literalidade da lei: "Art. 66§ 3º A existência de preços registrados não obriga a administração pública a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado preferência em igualdade de condições."

A alternativa D está correta. Conforme disposição expressa do Art. 63 §6º da Lei 13.3003/16: "Na pré-qualificação aberta de produtos, poderá ser exigida a comprovação de qualidade."

A alternativa E está incorreta. A pré-qualificação poderá ser total ou parcial conforme previsão expressa do art. 64§4º da Lei 13.303/16.

QUESTÃO 18. Considere que o Município X e a Entidade Mais Saúde, qualificada como organização social, firmaram um contrato de gestão com o objetivo de executar atividades relativas à área de saúde. Na referida avença, previu-se que, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, (i) o contrato será submetido ao Chefe do Poder Executivo, (ii) a execução será fiscalizada pelo órgão supervisor do setor de saúde, e (iii) serão cedidos dez servidores para a organização social, com ônus para a origem. Alguns meses após o início do prazo contratual, o Município X foi surpreendido com diversas decisões judiciais que determinaram a constrição de receitas públicas da saúde, vinculadas ao pagamento do contrato de gestão, direcionando-as, para o pagamento de despesas estranhas ao objeto da avença.

Com base na situação hipotética, na legislação correlata e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) As cláusulas previstas no contrato de gestão estão em consonância com a legalidade, exceto a previsão de que a cessão dos servidores será feita com ônus para a origem.

b) A cláusula de fiscalização do contrato de gestão está de acordo com a legalidade, e os resultados atingidos com a execução da avença devem ser analisados a cada seis meses, por comissão de avaliação, indicada pelo Chefe do Poder Executivo.

c) Todas as cláusulas estão em conformidade com a legalidade, e serão incorporadas aos vencimentos de origem dos dez servidores cedidos as vantagens pecuniárias pagas pela organização social.

d) A cláusula que prevê que o contrato será submetido ao Chefe do Poder Executivo está em desacordo com a lei, pois o contrato deveria ser submetido ao Tribunal de Contas competente, e os bloqueios poderão ser mantidos, se tiverem origem em processos trabalhistas que discutam verbas de natureza alimentar.

e) As decisões judiciais estão em desacordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que veda o bloqueio, a penhora ou a liberação de receitas públicas, vinculadas a contratos de gestão firmados entre o poder público e as entidades do terceiro setor para a prestação de serviços públicos de saúde.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra E**. Trata-se de questão que visa cobrar do candidato conhecimento da lei nº 9637/98 conjugado a jurisprudência do STF acerca do tema.

A alternativa A está incorreta. Segundo disposição expressa da Lei 9637/98 o ônus da cessão é da origem. Na literalidade da lei: "Art. 14. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem."

A alternativa B está incorreta. A lei 9637/98 não há a determinação do prazo de 6 meses e a comissão de avaliação deve ser indicada pela autoridade supervisora da área correspondente. Na literalidade da lei: "Art. 8§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação."

A alternativa C está incorreta. O contrato de gestão não deverá ser submetido ao chefe do poder executivo, mas sim, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada, conforme previsão expressa do art. 6º, Parágrafo Único da lei 9637/98.

A alternativa D está incorreta. A alternativa está em desacordo com o art. 6º, Parágrafo Único da lei 9637/98, uma vez que o contrato deve ser submetido ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada bem como, contraria o entendimento do STF na ADPF 1012, tendo em vista que a corte não fez a referida ressalva.

A alternativa E está correta. Com base na ADPF 1012, o STF reconheceu a inconstitucionalidade de decisões judiciais que determinam a constrição de receitas públicas da saúde vinculadas ao pagamento de contratos de gestão firmados entre o Estado e uma organização social.

QUESTÃO 19. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei no 13.019/2014.

a) Entre as entidades que são impedidas de apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil, estão os conselhos de políticas públicas.

b) A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social implicará na execução do chamamento público.

c) É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

d) A homologação gera direito subjetivo à celebração da parceria para a organização da sociedade civil.

e) A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão sobre o procedimento de manifestação de interesse social previsto na Lei nº 13.019/2014. O art. 21§3º informa que: " É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social."

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirmado pela assertiva, conforme disposição expressa do Parágrafo Único da Lei nº 13.019/2014: "Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil."

A alternativa B está incorreta. O chamamento público ocorrerá no interesse da Administração nos termos previstos pelo art. 21 da lei 13.019/2014: "A realização do Procedimento de Manifestação de

Interesse Social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração."

A alternativa C está correta. Conforme previsto de forma expressa no art. 21§3º da Lei nº 13.019/2014: "É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social."

A alternativa D está incorreta. Não há direitos derivado da homologação do chamamento público. Com efeito, o art. 27§6º da lei 13.019/2014 afirma que: "A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria."

A alternativa E está incorreta. No âmbito das vedações previstas no art. 39 da lei 13.019/2014, há o impedimento em se celebrar parceria com organização da sociedade civil que "IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos". Nesse sentido, o referido impedimento persiste enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário. Todavia, não se aplica a referida vedação conforme a exceção prevista no §4º do mesmo artigo de lei: "Para os fins do disposto na alínea *a* do inciso IV e no § 2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

QUESTÃO 20. Considere que Juliana, enfermeira, foi contratada por tempo determinado – seis meses, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do Município ABC, e o contrato não previu o direito a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas de um terço. Após o prazo de seis meses, o contrato foi prorrogado uma vez. Ao final, Juliana acreditava que receberia todos os direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e/ou no Estatuto dos Servidores Públicos, mas foi surpreendida ao saber que não receberia nem mesmo os direitos insertos no art. 7º da Constituição Federal.

Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) Na situação hipotética, o contrato firmado entre Juliana e o Município ABC tem natureza excepcional, devendo ser submetido à Consolidação das Leis do Trabalho.

b) O contrato firmado entre Juliana e o Município ABC é de natureza jurídico-administrativa e, como não foi comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração, Juliana não faz jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

c) Independentemente de previsão, Juliana tem garantido todos os direitos previstos no artigo 7o da Constituição Federal.

d) Independentemente de previsão, a Juliana devem ser garantidos todos os direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos.

e) Ainda que o contrato firmado entre o Município ABC e Juliana tenha natureza jurídico-administrativa, aplicam- se nele os preceitos da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a contratação de servidores públicos por tempo determinado para satisfazer excepcional interesse público, à luz do art. 37, IX da Constituição Federal bem como da jurisprudência sobre o assunto.

A alternativa A está incorreta. A situação na qual se encontra Juliana não foi excepcionada pelo STF no julgamento do Tema 551, havendo submissão ao regime jurídico-administrativo.

A alternativa B está correta. O STF fixou entendimento acerca da matéria no Tema 551 fixando a seguinte tese de repercussão geral: "Servidores temporários não fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, salvo (I) expressa previsão legal e/ou contratual em sentido contrário, ou (II) comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações".

A alternativa C está incorreta. A Juliana não possui todos os direitos previstos no art. 7º da Constituição Federal, uma vez que, a sua situação jurídica encontra-se submetida ao regime jurídico-administrativo.

A alternativa D está incorreta. A garantia de eventual direito deve ser previamente determinada em lei, em conformidade com o princípio da legalidade previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. Não se aplicam os dispositivos da CLT em razão da natureza jurídico-administrativa entabulada entre as partes.

QUESTÃO 21. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei no 14.133/2021.

a) É vedada a contratação da execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços.

b) O Comitê Gestor do Portal Nacional de Contratações Públicas será composto por cinco pessoas, sendo 2 representantes da União, 2 representantes dos Estados e 1 representante dos Municípios, indicado pela Confederação Nacional de Municípios.

c) Para a venda de bens imóveis, será concedido direito de preferência ao licitante que, submetendo-se a todas as regras do edital, comprove a ocupação do imóvel objeto da licitação.

d) Nos casos de anulação e revogação da licitação, poderá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, a depender da discricionaridade do presidente da comissão de licitação.

e) Nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a Administração poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo equivalente a até 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre normas gerais do procedimento de Licitação. O art. 77 da referida lei dispõe em sua literalidade que: "Para a venda de bens imóveis, será concedido direito de preferência ao licitante que, submetendo-se a todas as regras do edital, comprove a ocupação do imóvel objeto da licitação."

A alternativa A está incorreta. A lei 14133/2021 não veda e sim condiciona a contratação da execução de obras e serviços de engenharia as seguintes condições, na forma do art. 82§5º: "I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado; II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento; III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle; IV - atualização periódica dos preços registrados; V - definição do período de validade do registro de preços; VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original."

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do afirmado na assertiva serão 3 representantes da União, e 2 representantes dos municípios conforme disposto no art. 174§1º da Lei 14133/2021.

A alternativa C está correta. O art. 77 da lei 14.133/2021 dispõe em sua literalidade que: "Para a venda de bens imóveis, será concedido direito de preferência ao licitante que, submetendo-se a todas as regras do edital, comprove a ocupação do imóvel objeto da licitação."

A alternativa D está incorreta. Não há subordinação da prévia manifestação dos interessados nos casos de anulação e revogação à discricionariedade administrativa conforme se verifica na literalidade d art. 71§3º da lei: "Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados."

A alternativa E está incorreta. O percentual de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo é de 10% na hipótese de compra para entrega futura conforme disposto no art. 69§4º da Lei 14133/2021.

QUESTÃO 22. Luciano, devidamente aprovado em concurso público de provas e títulos, é advogado da Sociedade de Economia Mista Mais Esgoto, pessoa jurídica integrante da administração pública do Município X, que atua no ramo do saneamento básico, prestando serviço público. Depois de cinco anos no exercício da função de empregado público, Luciano foi demitido sem justa causa, por meio de ato formal devidamente motivado, mas sem prévia instauração de processo administrativo disciplinar. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) o ato que demitiu Luciano é nulo, e ele deverá ser reintegrado, pois a demissão de empregado público depende de prévia instauração de processo administrativo disciplinar.

b) atualmente, a demissão sem justa causa de empregado público de sociedade de economia mista, ainda que atue em regime concorrencial, é ato discricionário que independe de motivação.

c) a demissão de Luciano apenas poderá ser considerada válida se o fundamento utilizado para motivar o ato se enquadrar em uma das hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.

d) Luciano deverá ser reintegrado pela Justiça do Trabalho, pois a demissão de empregado público, após o período de experiência, depende de processo administrativo e respeito ao contraditório e a ampla defesa.

e) se a motivação constante do ato formal que demitiu Luciano tiver fundamento razoável, não há qualquer vício que macule a demissão do empregado público, na medida em que não se exige processo administrativo prévio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a demissão imotivada de empregado de empresa de economia mista admitido por concurso público. O STF em repercussão geral sob o tema nº 1022 fixou o seguinte entendimento: "As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista."

A alternativa A está incorreta. Não se exige a instauração de procedimento administrativo disciplinar, conforme expresso na decisão do STF.

A alternativa B está incorreta. A demissão de Luciano deverá ser motivada e amparada em fundamentos razoáveis, não havendo que se falar em inexistência do referido dever.

A alternativa C está incorreta. Conforme se extrai do inteiro teor do acórdão do RE 688.267 "O ônus imposto às estatais tem contornos bastante limitados. Não se exige que a razão apresentada se enquadre em alguma das hipóteses previstas na legislação trabalhista como justa causa para a dispensa de empregados. O que se demanda é apenas a indicação por escrito dos motivos da dispensa, sem prévio processo administrativo ou contraditório."

A alternativa D está incorreta. Não se exige procedimento administrativo ou contraditório bastando motivação balizada em fundamento razoável.

A alternativa E está correta. O STF em repercussão geral sob o tema nº 1022 fixou o seguinte entendimento: "As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista."

QUESTÃO 23. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei no 9.784/99.

a) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

b) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pela autoridade delegante.

c) A autoridade que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente em até quarenta e oito horas, abstendo-se de atuar.

d) A intimação observará a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento.

e) Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de dez dias, mencionando-se data, hora e local de realização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata das normas regentes do processo administrativo da Administração Pública Federal.

A alternativa A está correta. O art. 17 da Lei 9784/99 dispõe em sua literalidade que: "Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir."

A alternativa B está incorreta. Consiste como uma regra de competência do processo administrativo na forma do art. 14§3º da lei 9784/99 que "As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado."

A alternativa C está incorreta. Não há previsão do prazo de 48 horas como limite para comunicação. Na literalidade do art. 19 da Lei 9784/99: "A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar."

A alternativa D está incorreta. O prazo a ser observado para antecedência mínima para intimação é de 3 dias úteis para comparecimento na forma do art. 26§2º da Lei 9784/99.

A alternativa E está incorreta. O prazo para intimação acerca de provas ou diligências ordenadas é de 3 dias úteis na forma do art. 41 da Lei 9784/99.

QUESTÃO 24. Por meio de contrato de concessão de serviço público, foi delegada a prestação do serviço de transporte urbano do Município ABC para o Consórcio de Empresas Via Rápida por 15 anos, sendo expressamente previsto no pacto contratual que a estrutura tarifária será tipo *price cap*. Após cinco anos do início da execução contratual, o referido consórcio, com anuência do poder concedente, transferiu a concessão para a Empresa Mais Agilidade, o que foi realizado sem prévio procedimento licitatório.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) o contrato de concessão entre o Município ABC e o Consórcio de Empresas Via Rápida não observou o prazo mínimo de duração previsto em lei, que é de 35 anos.

b) a transferência da concessão para a Empresa Mais agilidade feriu os princípios da isonomia e da impessoalidade.

c) os contratos administrativos ostentam caráter personalíssimo e *intuito personae*, de forma que a transferência da concessão é prática expressamente vedada pela lei.

d) é vedado utilizar a estrutura tarifária tipo *price cap* em contratos de concessão de transporte público, bem como é vedada a transferência de concessão sem prévia realização de licitação nas modalidades concorrência ou diálogo competitivo.

e) se admite a transferência da concessão, mediante anuência do poder concedente, assim como a estrutura tarifária tipo *price cap*, em que o contrato determina um valor de tarifa teto e estabelece um redutor a ser aplicado para reduzir o reajuste da tarifa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da transferência de concessão sem licitação baseado na jurisprudência do STF.

A alternativa A está incorreta. A lei 8987/95 não estipula um prazo mínimo para a concessão de serviço público havendo a penas a determinação de que o prazo seja determinado. Na literalidade da lei: "II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado."

A alternativa B está incorreta. Conforme precedente fixado no bojo da ADI 2946/DF: "Não há espaço para aplicação dos princípios da isonomia e da impessoalidade, os quais são típicos da relação verticalizada que possui uma entidade estatal em um dos polos."

A alternativa C está incorreta. O que deve vincular a Administração Pública brasileira é a proposta mais vantajosa e não eventual caráter personalíssimo de natureza *intuito personae*, uma vez que esta "reflete uma transposição mecânica do direito administrativo francês anterior ou, quando menos, traduz um regime jurídico não mais existente" (JUSTEN FILHO, Marçal. Considerações acerca da modificação subjetiva dos contratos administrativos. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP. Belo Horizonte: Editora Fórum, ano 4, n. 41, maio/2005)."

A alternativa D está incorreta. Não há vedação legislativa ao uso da modalidade de transferências *price-cap*. Ademais, o STF na ADI 2946/DF autorizou a transferência sem licitação mediante anuência do poder público.

A alternativa E está correta. O art. 27 da lei 8987/95 determina que "A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão." Com base no disposto o STF decidiu que em havendo anuência do poder público é constitucional a transferência da concessão e do controle acionário sem licitação". ADI 2946/DF.

QUESTÃO 25. Considere que, no âmbito do Município X, a Empresa Cidade Limpa presta o serviço público de coleta de resíduos sólidos. Alguns meses após o início da prestação do serviço, Israel, empregado da Empresa Cidade Limpa, ao realizar a coleta na residência de Marcela, quebrou o suporte onde se encontrava o lixo e deixou a calçada completamente suja, tendo desrespeitado verbalmente Marcela. Indignada com a situação, Marcela foi até a Ouvidoria do Município formalizar uma reclamação, sob o fundamento de que os seus direitos previstos na Lei no 13.460/2017 não foram observados.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei no 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, assinale a alternativa correta.

a) Como o serviço público de coleta de lixo é prestado por particular, aplica-se subsidiariamente o disposto na Lei no 13.460/2017.

b) Se Marcela fizer a opção pela aplicação da Lei no 13.460/2017, não se aplicarão as normas regulamentares específicas.

c) Marcela escolheu o órgão errado para fazer a reclamação, pois o único papel da Ouvidoria, atualmente, é propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços.

d) A Ouvidoria não deverá receber a reclamação de Marcela, por ser incompetente para respondê-la, mas deverá, semestralmente, elaborar relatório de gestão, com os dados das reclamações não recebidas.

e) Marcela deverá juntar provas de suas alegações, na medida em que a lei não estabeleceu expressamente a presunção de boa-fé do usuário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da legislação atinente à participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

A alternativa A está correta. A empresa Cidade Limpa, não compõe a administração pública com base nos dados extraídos do enunciado, assim consiste em empresa particular. O art. 1º§3º da Lei 13.460/2017 dispõe expressamente que: "Aplica-se subsidiariamente o disposto nesta Lei aos serviços públicos prestados por particular."

A alternativa B está incorreta. A opção de Marcela pela lei 13.460/2017 não afasta a aplicação de normas regulamentares específicas conforme se verifica na literalidade do art. 1º§2ºda lei de regência: "A

aplicação desta Lei não afasta a necessidade de cumprimento do disposto: I - em normas regulamentadoras específicas, quando se tratar de serviço ou atividade sujeitos a regulação ou supervisão."

A alternativa está C incorreta. Marcela poderá apresentar a sua reclamação junto à ouvidoria nos termos do art. 10 da Lei 13.460/2017. Ademais, conforme se extrai do art. 13 da mesma lei: "As ouvidorias terão como atribuições precípuas, sem prejuízo de outras estabelecidas em regulamento específico: I - promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário; II - acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade; III - propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços; IV - auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta Lei; V - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei; VI - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula; e VII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

A alternativa D está incorreta. Na forma do art. 10 da Lei 13.460/2017 a ouvidoria deverá receber a reclamação de Marcela. Além disso, conforme disposto no art. 14, II da mesma lei o relatório de gestão deverá ser elaborado anualmente.

A alternativa E está incorreta. A lei assegura a Marcela a presunção de boa-fé na forma prevista no art. 5º, II da Lei 14.460/2017. Adicionalmente, são vedadas "quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a ouvidoria" conforme previsão contida no art. 10§2º da lei em destaque.

QUESTÃO 26. A respeito dos Contratos Administrativos, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei no 14.133/2021.

a) Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá permanecer em sigilo, em face do que determinado na Lei Geral de Proteção de Dados.

b) O modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento, é uma cláusula necessária em todo contrato.

c) Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de dois anos, o critério de reajustamento de preços será por reajustamento ou repactuação.

d) Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de até 35 anos, nos contratos sem investimento.

e) A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 10 anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre contratos administrativos.

A alternativa A está incorreta. O teor dos contratos relativos a direitos reais sobre imóveis deverá permanecer à disposição do público em sítio eletrônico oficial, conforme determinado no art. 91§2º da lei 14133/21.

A alternativa B está correta. O modelo de gestão de contrato descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade. Assim, o art. 92, XVIII prevê a obrigatoriedade dessa cláusula em todo o contrato, observados os requisitos definidos em regulamento.

A alternativa C está incorreta. O interregno mínimo será de 1 ano, a ser observado nos contratos de serviço contínuo para fins de reajustamento, conforme disposto no art. 92§4º da lei 14.133/21.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 110, II da Lei 14.133/21 o prazo de 35 anos exige investimento: Art. 110. Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de: I - até 10 (dez) anos, nos contratos sem investimento; II - até 35 (trinta e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

A alternativa E está incorreta. O prazo máximo na hipótese de serviços e fornecimentos contínuos é de 5 anos na forma do art. 106 da Lei 14.133/21.

QUESTÃO 27. A respeito da desapropriação, assinale a alternativa correta.

a) O decreto expropriatório, por ser uma manifestação tipicamente administrativa, é insuscetível de controle pelo Poder Judiciário.

b) Por expressa disposição legal, não são aplicados os efeitos processuais da revelia no âmbito da ação de desapropriação.

c) O autor pode desistir da desapropriação, unilateralmente, desde que até a prolação da sentença pelo juízo de primeiro grau.

d) Há violação aos limites das matérias que podem ser discutidas em ação de desapropriação direta quando se admite o debate e a indenização de área diferente da verdadeiramente expropriada, ainda que vizinha.

e) O índice de juros compensatórios na desapropriação direta ou indireta é de 06% até 11/06/1997, data anterior à vigência da MP 1577/97.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a jurisprudência relacionada a desapropriação no âmbito do STJ.

A alternativa A está incorreta. Ao Poder Judiciário é vedado decidir acerca da utilidade pública no processo de desapropriação, nos termos do art. 9 da Lei 3365/41. Todavia, poderá o Poder Judiciário exercer controle de legalidade sobre a desapropriação de modo a se nortear pelo princípio da inafastabilidade de jurisdição, na forma do art. 5º, XXXV da Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. Não há disposição legal nesse sentido, mas sim jurisprudencial. Nesse sentido: "Na ação expropriatória, a revelia do expropriado não implica em aceitação do valor da oferta e, por isso, não autoriza a dispensa da avaliação"(REsp n. 686.901/BA).

A alternativa C está incorreta. É possível a desistência da desapropriação, não havendo contudo, a limitação alegada até a prolação da sentença de primeiro grau. Nos termos da jurisprudência assentada pelo STJ, a desistência poderá ser realizada inclusive após o trânsito em julgado. Na literalidade do julgado: "É POSSÍVEL A DESISTÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO A QUALQUER TEMPO, DESDE QUE NÃO SEJA IMPOSSÍVEL O IMÓVEL SER UTILIZADO COMO ANTES 5. A jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que é possível a desistência da desapropriação, a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado, desde que ainda não tenha havido o pagamento integral do preço e o imóvel possa ser devolvido sem alteração substancial que impeça que seja utilizado como antes. Entendimento fixado a partir do REsp 38.966/SP, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, Segunda Turma, julgado em 21/2/1994."

A alternativa D está correta. Decidiu a 1º Turma da Corte que "Há violação aos limites das matérias que podem ser discutidas em ação de desapropriação direta quando se admite o debate - e até mesmo indenização - de área diferente da verdadeiramente expropriada, ainda que vizinha". Info 738.

A alternativa E está incorreta. Entre os anos de 1941 até 1963 não havia previsão do DL 3365/41 acerca do tema. Em sequência, entre os anos 1963 até 1984 os juros foram fixados no montante de 6% ao ano (0,5% ao mês) com fundamento na Súmula 164-STF e CC-1916. Ato contínuo, 1984 até 10/06/97 fora fixado no valor de 12% (1% ao mês) possuindo como base jurisprudencial na Súmula 618-STF: "Na desapropriação, direta ou indireta, a taxa dos juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano."

QUESTÃO 28. A respeito das parcerias público-privadas (PPP), assinale a alternativa correta.

a) Em face da supremacia e indisponibilidade do interesse público, a legislação expressamente veda o uso da arbitragem para resolução de conflitos em contratos de PPP.

b) O contrato de PPP não pode ser adotado pelas entidades controladas direta ou indiretamente pelos entes federais.

c) Os contratos de PPP deverão prever a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública.

d) As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de PPP poderão ser garantidas mediante garantia prestada por organismos internacionais.

e) O edital deverá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão versa sobre o regramento geral das parcerias público-privadas previsto na lei 11079/2004.

A alternativa A está incorreta. O uso da arbitragem é admitido, conforme disposição expressa contida no art. 11, III: "o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato."

A alternativa B está incorreta. A lei 11079/2004 não exclui os entes controlados direta ou indiretamente da sua aplicação. Nesse sentido, é a literalidade do Paragrafo Único do art. 1º da lei que dispõe: "Esta Lei aplica-se aos órgãos da administração pública direta dos Poderes Executivo e Legislativo, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios."

A alternativa C está incorreta. Trata-se de uma possibilidade na medida que o art. 5§2º da Lei 11079/2004 afirma expressamente que: § 2º Os contratos poderão prever adicionalmente: II – a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública."

A alternativa D está correta. A lei 11079/2004 dispõe em sua literalidade que: "Art. 8º As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante: IV - garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras."

A alternativa E está incorreta. Cuida-se de uma possibilidade e não de um dever previsto em lei. Com efeito, o art. 13 da Lei 11079/2004 dispõe que: "Art. 13. O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento(...)."

QUESTÃO 29. Segundo o posicionamento das Cortes Superiores acerca do imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, de bens imóveis, por ato oneroso – ITBI, é correto afirmar que

a) a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel transmitido, que se vincula à base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, na medida em que o Código Tributário Nacional a estabelece como referencial de tributação.

b) é constitucional a lei municipal que estabelece alíquotas progressivas do imposto com base no valor venal do imóvel transmitido.

c) os municípios podem arbitrar previamente a base de cálculo do imposto, com respaldo no valor de referência por eles estabelecido de forma unilateral.

d) o valor da transação imobiliária, declarado pelo contribuinte, goza da presunção de ser condizente com o valor de mercado e somente pode ser afastada pelo Fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio.

e) a imunidade tributária do imposto, conforme prevista constitucionalmente, alcança os imóveis incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica, independentemente de o valor total desses bens exceder o limite do capital social a ser integralizado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão trata sobre o tema de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), requerendo do examinando o conhecimento acerca do posicionamento jurisprudencial sobre a matéria.

A alternativa D está correta. Consoante a apreciação do Tema 1113, o Superior Tribunal de Justiça firmou três teses relativas ao cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nas operações de compra e venda, a saber:

"a) a base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação;" b) o valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (art. 148 do CTN); c) o Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente."

Por tanto, as demais alternativas estão incorretas, por estarem contrárias ao Tema 1113 do STJ.

QUESTÃO 30. A dívida consolidada do Município Alfa ultrapassou o respectivo limite legal ao final do quadrimestre. Nessa hipótese, segundo determina a Lei Complementar no 101/2000, referida dívida deverá a ele ser reconduzida até o término dos ..... subsequentes, com redução do excedente em pelo menos.....no primeiro. De acordo com as disposições do referido diploma legal, completam, correta e respectivamente, as lacunas:

a) dois ... 50%

b) três ... 25%

c) quatro ... 20%

d) quatro ... 50%

e) quatro ... 50%.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre Lei de Responsabilidade Fiscal, mais precisamente, acerca da dívida consolidada de um ente da Federação.

A alternativa B está correta. A resposta da questão está na literalidade do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que prevê o seguinte: "Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro."

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, por não estarem de acordo com o dispositivo legal.

QUESTÃO 31. As operações de crédito por antecipação de receita são compromissos financeiros assumidos pelas entidades da administração pública para o fim de cobrir eventual insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, observadas as condições estabelecidas pela Lei Complementar no 101/2000. A respeito dessa modalidade de empréstimo, é correto afirmar que

a) sua realização é autorizada durante todo o mandato do Chefe do Poder Executivo, incluindo o último ano de seu exercício.

b) não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou a que vier a esta substituir.

c)será permitida na pendência de operação anterior da mesma natureza, ainda não resgatada, em razão da necessidade de implementação da meta orçamentária que a justificar, desde que realizadas dentro mesmo exercício financeiro.

d) deverá ser liquidada, com juros e demais encargos, até a data de 31 de dezembro do exercício financeiro em que for realizada.

e) poderá ser realizada a partir do décimo dia do mês de fevereiro de cada exercício financeiro, quando se inicia a sessão legislativa ordinária, na medida em que necessita de lei que a autorize.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Uma vez que o artigo 38, IV, b da LRF prevê que é proibida a realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.

A alternativa B está correta. A assertiva representa a literalidade do artigo 38, III da LRF: "Art. 38. (...) III - não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir;

A alternativa C está incorreta, uma vez que o artigo 38, IV, a, da LRF prevê que é proibida a realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

A alternativa D está incorreta. A assertiva está errada, uma vez que o artigo 38, II da LRF prevê que deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano.

A alternativa E está incorreta. A assertiva está errada, uma vez que o artigo 38, I da LRF prevê que realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício.

QUESTÃO 32. Na determinação da Lei no 4.320/1964, de que a Lei do Orçamento deverá discriminar a despesa, no mínimo, por elementos, há aplicação do princípio orçamentário

a) do orçamento impositivo.

b) da unidade.

c) da pureza.

d) da programação.

e) da especificidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o princípio da especificidade.

Trata-se de princípio formal segundo o qual a receita e a despesa públicas devem constar do Orçamento com um satisfatório nível de especificação ou detalhamento, isto é, elas devem ser autorizadas pelo Legislativo não em bloco, mas em detalhe. A Lei 4.320/1964 traz a seguinte previsão: "Art. 5º A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único." E também prevê o seguinte no artigo 15: "Art. 15. Na Lei de Orçamento a discriminação da despesa far-se-á no mínimo por elementos.§ 1º Entende-se por elementos o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução."

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa E.

QUESTÃO 33. Tendo por base a classificação das despesas, conforme disciplina da Lei no 4.320/1964, na hipótese de determinada empresa municipal se encontrar em situação financeira deficitária, o município fará a cobertura dos déficits da referida empresa, desde que essa dotação esteja expressamente incluída nas despesas do orçamento, por meio de

a) subvenção econômica.

b) investimento.

c) transferência de capital.

d) auxílio para inversão financeira.

e) subsídio especial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei nº 4.320/1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, exigindo do candidato o conhecimento da literalidade deste dispositivo legal.

A alternativa A está correta. O município fará a cobertura dos déficits por meio de subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial,

agrícola ou pastoril, nos termos do art.12, §3°, II c/c artigo 18 da Lei 4.320/1964, a saber: "Art. 12. (...) § 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como: II - subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril. (...) Art. 18. A cobertura dos deficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.".

Portanto, uma vez que a transferência narrada na questão corresponde a subvenção econômica, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 34. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, os orçamentos fiscal e de investimento, compreendidos na lei orçamentária anual, terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais. Esses orçamentos têm por base o critério

a) territorial.

b) populacional.

c) evolução da aprendizagem.

d) sustentabilidade.

e) econômico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, uma vez que a CF/88 prevê no seu artigo 165, §7º que os orçamentos fiscal e de investimento (artigo, 165, §5º, I e II) compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, por não se tratarem de critério orçamentário narrado.

QUESTÃO 35. Em razão de dívida tributária inscrita na data de 30/11/2015, foi movida a ação executiva fiscal em face da Empresa Alfa Ltda., em 06/11/2017, sendo a empresa regularmente citada em 15 de dezembro do mesmo ano. Todavia, em 19/01/2024, a execução fiscal foi redirecionada aos seus sócios-gerentes, Plínio e Otávio, tendo em vista a dissolução irregular da empresa na data de 15/01/2020, devidamente comprovada pelo Fisco e reconhecida pelo juízo, sendo os mesmos considerados citados validamente na data de 04/03/2024. Diante da situação hipotética, para fins de contagem do prazo prescricional em relação aos sócios-gerentes, tendo por base no posicionamento jurisprudencial sobre o tema, é correto afirmar que o termo inicial da contagem é a data de

a) 30/11/2015.

b) 06/11/2017.

c) 15/01/2020.

d) 19/01/2024.

e) 04/03/2024.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o prazo prescricional em ação de execução fiscal, exigindo do examinando o entendimento jurisprudencial sobre a matéria.

A alternativa C está correta. Consoante o Tema 444, a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça ao apreciar REsp 1201993/SP, o prazo de redirecionamento da execução fiscal, fixado em cinco anos, contado da diligência de citação da pessoa jurídica, é aplicável quando o referido ato ilícito, previsto no artigo 135, inciso III, do Código Tributário Nacional (CTN). Nestes sentindo, o termo inicial da contagem do prazo prescricional é a data de 15/01/2020, data a qual houve a dissolução irregular da Empresa Alfa Ltda.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, pois não correspondem ao termo inicial da contagem do prazo prescricional, nos termos do entendimento do STJ.

QUESTÃO 36. Assinale a alternativa correta no que se refere à medida cautelar fiscal.

a) Para sua concessão, em qualquer caso, será essencial a prova literal da prévia constituição do crédito tributário.

b) Caso a execução judicial esteja no tribunal, a medida deverá ser requerida ao seu presidente.

c) Será concedida liminarmente, mediante justificação prévia da Fazenda Pública, dispensada a prestação de caução.

d) Ocorrendo contestação no prazo legal, o juiz designará audiência de instrução e julgamento, caso necessária a produção de prova.

e) quando concedida em procedimento preparatório, a Fazenda Pública deverá promover a execução fiscal no prazo de trinta dias, sob pena de perda da eficácia da medida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre medida cautelar fiscal, nos termos da Lei 8.397/92.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, há casos em que a concessão da medida cautelar independe de prévia constituição do crédito tributário, como na hipótese dos incisos V, alínea "b", e VII, do art. 2º, da Lei 8.397/92.

A alternativa B está incorreta. A medida cautelar fiscal será requerida ao Juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, nos termos do art. 5º da Lei 8.397/92.

A alternativa C está incorreta. A concessão liminar da medida cautelar dispensa a Fazenda Pública de justificação prévia, nos termos do art. 7º, da Lei 8.397/92.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 9º, parágrafo único da Lei 8.397/92, ocorrendo contestação no prazo legal, o juiz designará audiência de instrução e julgamento, caso necessária a produção de prova.

A alternativa E está incorreta. A Fazenda Pública tem prazo de 60 dias para propor a ação de execução fiscal, nos termos do art. 11 e 13, I, ambos da Lei 8.397/92.

QUESTÃO 37. A entidade filantrópica Auxilius requereu imunidade tributária em 12/04/2022 junto à municipalidade na qual se localiza sua sede, anexando a documentação comprobatória dos requisitos legais necessários à sua concessão. A decisão administrativa concessiva, todavia, deu-se em 10/06/2023, sendo publicada em 13/06/2023. O município, porém, entende ser devido o imposto predial e territorial urbano – IPTU do imóvel alugado pela entidade e no qual está instalada sua sede, tanto do exercício 2022, quando a imunidade foi requerida, quanto de 2023, quando foi concedida. Diante da situação hipotética, e com base na jurisprudência a respeito, é correto afirmar que a exação é

a) totalmente indevida porque a decisão que reconhece a imunidade tem natureza declaratória e gera efeitos ex tunc.

b) totalmente devida porque a decisão que reconhece a imunidade tem natureza constitutiva e gera efeitos ex nunc.

c) totalmente devida porque, embora a imunidade tenha sido reconhecida em caráter constitutivo, a entidade é mera locatária do imóvel.

d) devida apenas com relação ao exercício 2022 porque, sendo a imunidade reconhecida em caráter declaratório em 2023, passou a gerar efeitos ex nunc a partir desse exercício.

e) devida apenas em relação ao exercício 2022 porque, sendo a imunidade reconhecida em caráter constitutivo em 2023, passou a gerar efeitos ex nunc a partir desse exercício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o tema da imunidade tributária e seus efeitos, exigindo do examinando o conhecimento da jurisprudência nesse sentido.

A alternativa A está correta. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a decisão administrativa que reconhece a imunidade tributária tem natureza declaratória e, por conseguinte, produz efeitos ex tunc, para autorizar a retroação dos seus efeitos, a partir do momento em que preenchidos os requisitos legais, para a concessão da imunidade (AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL No 194.981 - RJ). Portanto, a exação é indevida, fazendo jus a entidade filantrópica à imunidade tributária, a qual retroagirá desde a época que preencheu os requisitos legais, ou seja, 12/04/2022.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 38. O imposto de competência municipal sobre a prestação de serviços – ISS, incide sobre

a) a locação pura e simples de bens móveis.

b) os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

c) o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

d) o leasing operacional.

e) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o tema competência tributária municipal sobre a incidência do Imposto sobre Serviços Serviços, previsto pela Lei Complementar 116/2003.

A alternativa A está incorreta, por não constituir prestação de serviço, e portanto, não preenchendo o requisito de fato gerador, nos termos do art. 1º, caput, da LC n. 116/2003.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 2º, parágrafo único, da LC n. 116/2003, haverá a incidência do ISS sobre os erviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

A alternativa C e E estão incorretas, por tratarem de hipóteses de não-incidência do ISS, nos termos do art. 2º,III, da LC n. 116/2003.

A alternativa D está incorreta, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal ao apreciar o RE 592905, é constitucional a incidência do ISS sobre as operações de arrendamento mercantil (leasing financeiro).

QUESTÃO 39. No que se refere às multas tributárias no processo de falência, é correto afirmar que serão pagas

a) previamente aos demais créditos por serem consideradas extraconcursais.

b) posteriormente aos créditos trabalhistas e juntamente com os créditos tributários dos quais decorrerem.

c) anteriormente aos créditos quirografários.

d) anteriormente aos créditos subordinados.

e) sequencialmente aos créditos gravados com garantia real e juntamente com os créditos tributários dos quais decorrerem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o pagamento das multas tributárias no processo de falência, segundo a ordem de pagamento disposta na Lei de Falências (Lei 11.101/2005). O artigo 83 da Lei 11.101/2005 estabelece ordem de preferência dos créditos na falência, tratando-se de norma imperativa, impondo uma ordem a ser seguida, para que o pagamento aos créditos tributários não ocorra de maneira arbitrária.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 83, VII, da Lei 11.101/2005, as multas tributárias serão pagas anteriormente aos créditos subordinados (inciso VIII).

As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 40. No que se refere aos precatórios, segundo a regência constitucional, é correto afirmar que

a) as verbas destinadas ao pagamento dos precatórios apresentados até 1º de julho deverão ser incluídas no orçamento das entidades de direito público devedoras, para pagamento até o final do exercício seguinte.

b) os débitos de natureza alimentícia, cujos titulares tenham 65 anos ou mais ou sejam pessoas com deficiência, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, não sendo admitido o fracionamento para essa finalidade.

c) os pagamentos dos débitos de natureza alimentícia cujos titulares o sejam por sucessão hereditária serão feitos, exclusivamente, na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, não fazendo jus a qualquer preferência.

d) o credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, mediante a concordância do devedor, aplicando-se a eventual preferência do cedente ao cessionário.

e) a cessão de precatórios, observado o disposto na Constituição Federal, somente produzirá efeitos após a comunicação, por meio de petição protocolizada, ao Tribunal de origem e ao ente federativo devedor.

e) econômico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre precatórios.

A alternativa A está incorreta. O §5º do artigo 100 da CF/88 prevê que é obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

A alternativa B está incorreta. O §2º do artigo 100 da CF/88 autoriza o fracionamento para pagamento de débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência.

A alternativa C está incorreta. No caso dos débitos de natureza alimentícia (art. 100, §1º), não há previsão na CF/88 de transferência da preferência por sucessão hereditária. Esta previsão alcança as

preferências, nos débitos de natureza alimentícia, cujos titulares sejam idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência (art. 100, §2º).

A alternativa D está incorreta, uma vez que no §13 do artigo 100 da CF/88 que autoriza a cessão dos créditos em precatórios expressamente exclui a aplicação da previsão das preferências previstas para os precatórios alimentares (§§2º e 3º do artigo 100 da CF/88).

A alternativa E está correta, representando a literalidade do artigo 100, §14 da CF/88, a saber: "Art. 100. (...) § 14. A cessão de precatórios, observado o disposto no § 9º deste artigo, somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao Tribunal de origem e ao ente federativo devedor."

QUESTÃO 41. Assinale a alternativa que corresponde a um caso de competência nacional exclusiva.

a) Partilha de bens em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável de bens situados no Brasil, mesmo que o titular desses bens seja estrangeiro ou tenha domicílio fora do Brasil.

b) Imóveis situados no Brasil, desde que a demanda seja de natureza real e não pessoal.

c) Inventário e partilha de bens situados no Brasil, desde que o autor da herança seja brasileiro.

d) Testamento particular, desde que o autor resida no Brasil.

e) Quando no Brasil a obrigação deva ser satisfeita, estabelecendo praça de pagamento mesmo que ambos os contratantes sejam estrangeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão tratou sobre os limites da jurisdição nacional.

A alternativa correta encontra fundamento na literalidade do art. 23, III, do CPC: "Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: [...] III - em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional".

A alternativa B está incorreta, pois o art. 23, I, do CPC, que trata sobre a competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira, não faz distinção entre demandas de natureza real ou pessoal: "Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil".

As alternativas C e D estão incorretas, pois nos termos do art. 23, II, do CPC, na hipótese, a competência será da autoridade judiciária brasileira, ainda que o autor da herança não seja brasileiro: "Art. 23.

Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: [...] II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional".

A alternativa E está incorreta, pois a hipótese descrita, embora esteja prevista no art. 21, II, do CPC, a situação não é de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira: "Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: [...] II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação".

QUESTÃO 42. Pedro propôs ação de indenização por danos materiais em face de Rodrigo, mas deixou de apresentar pedido de gratuidade de justiça, bem como deixou de recolher as custas. No dia 15 de fevereiro, Pedro recebeu intimação eletrônica, por meio do Diário de Justiça Eletrônico para realizar o recolhimento das custas no prazo de 15 dias e no dia 17 de fevereiro, Pedro recebeu a mesma intimação por meio do Portal Eletrônico – portal de intimações. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, deverá prevalecer a intimação

a) que for mais benéfica a Pedro, no caso por meio do Portal Eletrônico.

b) que for mais benéfica a Rodrigo, no caso, por meio do Diário de Justiça Eletrônico.

c) que for a primeira validamente efetuada, no caso por meio do Diário de Justiça Eletrônico.

d) realizada no Diário da Justiça Eletrônico, independentemente de ser a mais benéfica ou ter sido a primeira validamente efetuada.

e) realizada pelo Portal Eletrônico, independentemente de ser a mais benéfica ou ter sido a primeira validamente efetuada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão tratou sobre a comunicação dos atos processuais.

A questão cobrou o conhecimento sobre a decisão proferida pela Corte Especial do STJ no julgamento de EAREsp n.º 1.663.952, que definiu que, quando houver duplicidade das intimações eletrônicas previstas na Lei n.º 11.419/2006 – especificamente pelo Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e pelo portal eletrônico –, deve prevalecer, para efeitos de contagem de prazos processuais, a intimação que tiver sido realizada no portal eletrônico: "O termo inicial de contagem dos prazos processuais, em caso de duplicidade de intimações eletrônicas, dá-se com a realizada pelo portal eletrônico, que prevalece sobre a publicação no Diário da Justiça (DJe)". (EAREsp n.º 1.663.952/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 19/5/2021, Info n.º 697)"

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme comentários à alternativa E.

QUESTÃO 43. Obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, se o requerente não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias,

a) independentemente da reparação por dano processual, o requerente responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar ao requerido.

b) haverá revogação da liminar concedida, bem como condenação do autor ao pagamento, em dobro, dos danos processuais.

c) o juiz julgará o mérito da tutela final pretendida antecipadamente.

d) haverá julgamento sem resolução do mérito.

e) o juiz ordenará a emenda da petição inicial, aplicando pena de litigância de má-fé ao requerente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre tutela provisória de urgência.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com a redação literal do art. 302, II, do CPC: "Art. 302. Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se: [...] II - obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias".

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, pois não há no CPC a previsão de tal efeito como consequência da obtenção liminar da tutela em caráter antecedente.

QUESTÃO 44. Caetano ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em face de Amélia em razão de um acidente de trânsito sofrido. A ação foi proposta perante a 2ª Vara Cível de Sorocaba, Amélia foi devidamente citada e contratou seu vizinho, Antônio, como seu advogado. Apresentou contestação, as provas foram produzidas e procedeu-se à fase de instrução processual. Em janeiro de 2024, Antônio teve um mal súbito e veio a falecer. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O juiz deverá, de ofício, suspender o processo pelo prazo de 30 dias para que Amélia constitua novo mandatário.

b) O processo deverá ser suspenso para Amélia, sendo possível a prática de atos processuais de mera diligência por Caetano.

c) A suspensão deverá se dar por pedido de Amélia, no prazo de 30 dias a contar do falecimento sob pena de condenação por litigância de má-fé.

d) O juiz ordenará o prosseguimento do processo à revelia de Amélia se, passados quinze dias da determinação para constituição de novo mandatário, ela se quedar inerte.

e) Ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que Amélia constitua novo mandatário, no prazo de 15 dias, ao final do qual extinguirá o processo sem resolução de mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre a hipótese de morte do procurador da parte no processo civil.

A alternativa D está correta está de acordo com a literalidade do art. 313, § 3º, do CPC: "Art. 313 [...] § 3º No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que a parte constitua novo mandatário, no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual extinguirá o processo sem resolução de mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu, se falecido o procurador deste".

A alternativa A está incorreta, pois o prazo para Amélia constituir novo procurador é de 15 e não 30 dias, conforme o já mencionado art. 313, § 3º, do CPC.

A alternativa B está incorreta, pois quando o processo é suspenso, ele é suspenso para todos e não apenas para Amélia.

A alternativa C está incorreta, pois a suspensão independe de pedido de Amélia, já que com a morte do seu procurador, ela não possui "jus postulandi" para pleitear qualquer medida no processo. Por outro lado, o prazo é de 15 e não 30 dias e não há previsão de multa por litigância de má-fé, mas apenas o prosseguimento do feito.

A alternativa E está incorreta, pois na hipótese, nos termos do art. 313, § 3º, do CPC, o juiz ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu.

QUESTÃO 45. Acerca da reconvenção, assinale a alternativa correta.

a) A reconvenção, por ser apresentada como um capítulo da contestação, tem natureza jurídica de defesa.

b) Na reconvenção é permitida tanto a ampliação subjetiva ativa quanto a passiva.

c) O indeferimento da causa originária por falta de interesse de agir gera, por consequência, a resolução da reconvenção.

d) Por não haver valor da causa da reconvenção, não há exigibilidade de honorários advocatícios.

e) Caso o juízo da causa originária seja relativamente incompetente para conhecer da reconvenção, uma vez apresentado o pedido reconvencional, ele deverá ser indeferido de plano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre a reconvenção.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 343, "caput", do CPC, deixa claro que embora deva haver conexão da pretensão deduzida na reconvenção, trata-se de pretensão própria, isto é, cujo conhecimento independe da pretensão apresentada pela parte autora: "Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa". Assim, a natureza jurídica da reconvenção é de uma verdadeira ação autônoma, mas que se processa no mesmo processo em que ocorre a ação principal (contra-ataque).

A alternativa B está correta, de acordo com o art. 343, § 3º e 4º, do CPC: "Art. 343 [...] § 3º A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro. § 4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro". O § 3º do art. 343 do CPC trata da ampliação subjetiva passiva e o § 4º do art. 343 do CPC trata da ampliação subjetiva ativa.

A alternativa C está incorreta, pois como dito no comentário à alternativa A, a reconvenção possui características próprias, como a independência em relação à ação principal, podendo ter objeto, causa de pedir e fundamentos distintos. Isso significa que a reconvenção não se confunde com a defesa do réu, sendo uma demanda separada que busca uma decisão judicial específica em relação aos pedidos do réu contra o autor. Aliás, é o que dispõe o art. 343, § 2º, do CPC: "Art. 343 [...] § 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção".

A alternativa D está incorreta, pois na reconvenção, como há demanda autônoma à pretensão inicial do autor e, portanto, outra demanda, há sim valor da causa a ser declarado. Aliás, é o que dispõe o art. 292, *"caput"*, do CPC: "Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será".

A alternativa E está incorreta, pois no caso, o juiz deverá ordenar a intimação do autor através do advogado para, em 15 dias, apresentar resposta, nos termos do art. 343, § 1º do CPC: "Art. 343 [...] § 1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias".

QUESTÃO 46. Clara alega ter sofrido sequelas graves após um procedimento médico estético realizado pelo Dr. Beto, razão pela qual ajuizou ação de indenização por erro médico contra ele buscando a reparação dos danos sofridos. O Dr. Beto foi citado e apresentou contestação, no entanto, no momento de produção das provas, a obtenção de provas por parte de Clara se mostra complexa, devido à necessidade de conhecimentos médicos específicos e acesso a documentos sigilosos do hospital onde o procedimento foi realizado. Buscando evitar a morosidade do processo e a dificuldade na obtenção de provas, as partes decidem celebrar acordo sobre a inversão do ônus da prova. No acordo celebrado, o Dr. Beto se compromete a apresentar, no prazo de 45 dias, os prontuários médicos completos de Clara, incluindo os exames realizados antes, durante e após o procedimento, bem como o laudo do procedimento e demais documentos relevantes. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que o acordo acerca da distribuição dinâmica do ônus da prova

a) deveria ter sido celebrado antes do início do processo.

b) depende de homologação judicial.

c) afasta a redistribuição por parte do juiz.

d) exige fundamentação e contraditório prévio.

e) admite que o Dr. Beto seja instado a comprovar fatos negativos desde que reste comprovado que Clara é hipossuficiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão tratou sobre negócio jurídico processual.

O art. 190 do CPC dispõe sobre a cláusula geral dos negócios jurídicos processuais: "Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo". Verifica-se claramente que no caso do enunciado as partes convencionaram quanto à distribuição do ônus da prova, o que encontra fundamento no art. 190 do CPC. Além disso, o Enunciado n.º 128 do CJF dispõe que: "Exceto quando reconhecida sua nulidade, a convenção das partes sobre o ônus da prova afasta a redistribuição por parte do juiz".

Assim, as alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários à alternativa C.

QUESTÃO 47. Gael, pai de Aurora, encontra-se em atraso com o pagamento da pensão alimentícia para sua filha há 3 meses. A mãe da Aurora, Maria, ajuizou ação judicial contra Gael, requerendo o pagamento da pensão alimentícia mensal no valor de R$ 1.500,00. Gael foi citado, apresentou defesa e, após a instrução do processo, o Juiz proferiu sentença reconhecendo o direito de Aurora receber pensão alimentícia, condenando Gael ao pagamento, no prazo de 15 dias, da quantia em atraso no valor de R$ 4.500,00, acrescida de correção monetária e juros legais, e arbitrou os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa. Gael, inconformado com a decisão, interpôs apelação contra a sentença proferida. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Não é possível o cumprimento provisório da sentença uma vez que o crédito tem natureza alimentar.

b) É possível o cumprimento provisório da sentença desde que prestada caução suficiente e idônea, definida pelas partes e prestada nos próprios autos.

c) É possível o cumprimento provisório da sentença, sendo certo que, se ela for modificada ou anulada apenas em parte, somente na parte anulada ou modificada ficará sem efeito a execução.

d) Os honorários advocatícios não são devidos no cumprimento provisório de sentença, devendo aguardar o trânsito em julgado para o seu recebimento.

e) Se Gael comparecer tempestivamente e depositar o valor devido, com a finalidade de isentar-se de eventual multa por descumprimento do prazo para pagamento voluntário, o ato será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão tratou sobre o efeito suspensivo do recurso de apelação e o cumprimento provisório de sentença de obrigação de pagar alimentos.

A alternativa A está incorreta, pois como já visto no art. 1.012, § 2º, do CPC, é possível o cumprimento provisório.

A alternativa B está incorreta, pois não há necessidade de prestação de caução, conforme art. 1.012, § 2º, do CPC.

A alternativa C encontra fundamento no art. 1.012, § 1º, II, do CPC: "Art. 1.012 [...]§ 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: [...] II - condena a pagar alimentos".

O dispositivo mencionado trata da não incidência do efeito suspensivo automático da apelação em sentenças que condenem o réu a pagar alimentos. Por outro lado, o § 2º, do art. 1.012 do CPC dispõe sobre a possibilidade de cumprimento provisório após a publicação da sentença: "Art. 1.012 [...] § 2º Nos casos do § 1º, o apelado poderá promover o pedido de cumprimento provisório depois de publicada a sentença".

Por fim, o art. 520, III, do CPC, dispõe sobre a modificação/ anulação parcial da sentença sujeita ao cumprimento provisório e seus efeitos: "Art. 520. O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, sujeitando-se ao seguinte regime: [...] III - se a sentença objeto de cumprimento provisório for modificada ou anulada apenas em parte, somente nesta ficará sem efeito a execução".

A alternativa D está incorreta, pois são devidos os honorários no cumprimento provisório de sentença, conforme art. 520, § 2º, do CPC: "Art. 520 [...] § 2º A multa e os honorários a que se refere o § 1º do art. 523 são devidos no cumprimento provisório de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa".

A alternativa E está incorreta, pois tal conduta de Gael não implica em ato incompatível com o recurso por ele interposto, conforme art. 520, § 3º, do CPC: "Art. 520 [...] § 3º Se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato não será havido como incompatível com o recurso por ele interposto".

QUESTÃO 48. Martha, Roberta e Suzana são vizinhas. Incomodadas com o cachorro de Suzana que sempre escapava, Martha e Roberta resolveram propor uma ação de obrigação de fazer em face de Suzana, requerendo a construção de um muro. Suzana foi devidamente citada, apresentou defesa e a ação foi julgada procedente. Nenhuma das partes apresentou recurso e a ação transitou em julgado. Martha e Roberta iniciaram o cumprimento de sentença. No entanto,

o juiz determinou a intimação de Suzana para a demolição do muro no prazo de 15 dias sob pena de aplicação de multa e honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa.

Diante da sentença contraditória prolatada pelo juiz, é correto afirmar que

a) por serem litisconsortes, Martha e Roberta terão prazo em dobro para opor embargos de declaração desde que apresentem em juízo requerimento para tanto e possuam diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos.

b) caso decidam opor embargos de declaração, Martha e Roberta deverão recolher o preparo e indicar com precisão o erro, obscuridade, contradição ou omissão da decisão judicial.

c) opostos os embargos de declaração por Martha e Roberta, não há necessidade de intimação de Suzana para manifestação, uma vez que o recurso diz respeito a um erro na decisão judicial e não ao mérito da decisão.

d) opostos embargos de declaração por Martha e Roberta e, concomitantemente, apresentado recurso por Suzana, caso os embargos de declaração sejam rejeitados, Suzana não precisará ratificar o seu recurso para que seja processado e julgado.

e) caso Suzana oponha embargos de declaração em face da decisão proferida, o prazo para apresentar impugnação ao cumprimento de sentença será interrompido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão tratou sobre o recurso de embargos de declaração. Não é necessário que o réu ratifique o recurso de apelação caso os embargos de declaração apresentados pelo autor sejam rejeitados. Isso porque os embargos de declaração são um tipo de recurso que busca esclarecer obscuridades, contradições ou omissões na decisão judicial, não interferindo diretamente na admissibilidade ou no processamento de outros recursos interpostos pelas partes. Dessa forma, uma vez que os embargos de declaração foram rejeitados, o recurso de apelação apresentado pelo réu seguirá seu curso normal no processo, sem a necessidade de ratificação após a decisão sobre os embargos de declaração. O recurso de apelação será processado e julgado conforme as normas e prazos estabelecidos no Código de Processo Civil ou na legislação processual aplicável ao caso. Aliás, a regra do art. 1.024, § 5º, do CPC é bastante clara neste sentido: "Art. 1.024 [...] § 5º Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação".

A alternativa A está incorreta, pois a contagem em dobro na hipótese independe de requerimento das partes, nos termos do art. 229 do CPC: "Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento".

A alternativa B está incorreta, pois os embargos de declaração não se sujeitam ao recolhimento de preparo, nos termos do art. 1.023 do CPC: "Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo".

A alternativa C está incorreta, pois considerando que o acolhimento do pedido dos embargos vai modificar a sentença, é necessária a intimação da parte embargada, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC: "Art. 1.023 [...] § 2º O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada".

A alternativa E está incorreta, pois os embargos não possuem efeito suspensivo e a interrupção se dá em relação aos prazos para a interposição de recursos, nos termos do art. 1.026 do CPC: "Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso".

QUESTÃO 49. Em setembro de 2021 foi promulgada a Lei Municipal no 123 que estabelecia a obrigatoriedade de o Município X pagar o valor de R$ 5,00 (cinco reais) por dia para todos os munícipes que aguardavam atendimento médico no hospital municipal por mais de 3 (três) meses. Duzentos munícipes realizaram um requerimento administrativo requerendo o pagamento dos valores devidos. No entanto, o Município não realizou o pagamento, e os munícipes, inconformados, formaram um litisconsórcio ativo e propuseram ação de obrigação de fazer em face do Município X que, devidamente citado, apresentou contestação. Em agosto de 2023, foi proferida sentença julgando procedente a ação. O Município X deixou de interpor apelação, tendo transitado em julgado a ação em dezembro de 2023. Os munícipes, então, iniciaram o cumprimento da obrigação de pagar quantia certa. Em janeiro de 2024, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a Lei Municipal nº 123.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) A procuradoria do Município X será intimada, por meio de oficial de justiça, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.

b) Caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

c) A inconstitucionalidade da lei não consta do rol taxativo de matérias aptas a serem arguidas na impugnação à execução, razão pela qual a procuradoria deverá propor ação autônoma.

d) A decisão do Supremo Tribunal Federal não poderá ter seus efeitos modulados, sendo válida a partir da sua publicação, sem efeitos retroativos.

e) Para apresentar impugnação à execução proposta, a procuradoria do município deverá prestar caução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme dispõe a redação do art. 535, § 5º e § 8º, do CPC: "Art. 535 [...] § 5º Para efeito do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do

ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal , em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso. [...] § 8º Se a decisão referida no § 5º for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal".

A alternativa A está incorreta, pois a intimação da Fazenda Pública se dará através de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, nos termos do art. 535 do CPC: "Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir".

A alternativa C está incorreta, pois a inconstitucionalidade é uma causa que pode ser alegada como causa de inexigibilidade do título executivo, nos termos do art. 535, § 5º, do CPC: "Art. 535 [...] § 5º Para efeito do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal , em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso".

A alternativa D está incorreta, pois os efeitos da decisão podem ser modulados pelo STF nos termos do art. 535, § 6º, do CPC: "Art. 535 [...] § 6º No caso do § 5º, os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal poderão ser modulados no tempo, de modo a favorecer a segurança jurídica".

A alternativa E está incorreta, pois não há necessidade de caução para que a Fazenda Pública apresente impugnação.

QUESTÃO 50. A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade

a) não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.

b) possibilita a repropositura do incidente somente se o Ministério Público assumir a titularidade e sanar os pressupostos.

c) permite a repropositura desde que realizado o pagamento de novas custas processuais.

d) gera a extinção do incidente com julgamento do mérito, impedindo a sua repropositura.

e) gera a extinção do incidente sem julgamento do mérito, que somente poderá ser reproposto mediante a juntada do comprovante de pagamento dos honorários advocatícios devidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas, o IRDR.

A questão está de acordo com a literalidade do art. 976, § 3º, do CPC: "Art. 976 [...] § 3º A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado".

A alternativa B está incorreta, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa C está incorreta, pois não são devidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas, conforme art. 976, § 5º, do CPC: "Art. 976 [...] § 5º Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas".

A alternativa D está incorreta, pois é possível a sua nova propositura, nos termos do art. 976, § 3º, do CPC.

A alternativa E está incorreta, conforme art. 976, § 5º, do CPC.

QUESTÃO 51. Lorenzo invadiu um imóvel no bairro Campolim nele estabelecendo sua moradia habitual. Passados dez anos, sem oposição, Lorenzo decide propor ação de usucapião alegando preencher todos os requisitos necessários para a aquisição originária do imóvel. A ação foi proposta perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba e Lorenzo requereu a citação de Olívia, proprietária do imóvel perante o Cartório de Registro de Imóveis, todos os confinantes ao imóvel e requereu também a citação, por edital, de eventuais interessados. Após a produção das provas no processo, Raquel apresentou oposição em face de Olívia e Lorenzo alegando ser a legítima proprietária do imóvel e requerendo a improcedência do pedido de usucapião. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

a) Raquel poderia ter apresentado oposição até o início da audiência de instrução, após, o requerimento deveria ser feito por meio de ação autônoma.

b) A oposição será distribuída por dependência aos autos da ação de usucapião, e Lorenzo e Olívia serão citados, na pessoa de seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de 15 (quinze) dias.

c) Sendo admitida, a oposição será apensada aos autos e tramitará simultaneamente à ação originária, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.

d) Cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação originária e a oposição, desta conhecerá em primeiro lugar.

e) Raquel não poderia ter apresentado oposição por falta de interesse processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre o manejo da oposição em ação de usucapião. A oposição está prevista no art. 682 do CPC: "Art. 682. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição

contra ambos". No CPC de 1973 era tratada como uma espécie de intervenção de terceiros, já no CPC de 2015 (vigente) foi deslocada para os procedimentos especiais, com natureza de ação autônoma.

O STJ analisando situação idêntica ao do enunciado decidiu que não cabe oposição em ação de usucapião. O ministro Villas Bôas Cueva, relator do REsp n.º 1.726.292/CE, explicou que a oposição é instituto de intervenção de terceiros que tem natureza jurídica de ação judicial de conhecimento, de modo que o opoente deve preencher as condições da ação e os pressupostos processuais para o seu processamento. Segundo o relator, entre as condições da ação está o interesse processual, ou interesse de agir, que se encontra presente quando o autor tem necessidade de propor a demanda para alcançar a tutela pretendida. Todavia, o relator lembrou que a convocação, por edital, da universalidade de sujeitos indeterminados para que integrem o polo passivo da demanda, se assim desejarem, elimina a figura do terceiro na ação de usucapião, de modo que a contestação é o instrumento hábil para que a parte manifeste sua irresignação com o pedido do autor.

Assim, em suma: "[...] O opoente carece de interesse processual para o oferecimento de oposição na ação de usucapião porque, estando tal ação incluída nos chamados juízos universais (em que é convocada a integrar o polo passivo por meio de edital toda a universalidade de eventuais interessados), sua pretensão poderia ser deduzida por meio de contestação [...]" (REsp n.º 1.726.292/CE, 3ª Turma, Rel. Min. Villas Bôas Cueva, julgado em 12/2/2019).

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, pois como já se observou acima, não cabe oposição em ação de usucapião.

QUESTÃO 52. É cabível habeas data para

a) se obter vista de processo administrativo.

b) assegurar o conhecimento de informações relativas a qualquer pessoa, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

c) emissão de certidões, com conteúdo de caráter pessoal.

d) interromper a publicação de matéria em sites da internet.

e) a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão tratou sobre o habeas data.

A alternativa A está incorreta, pois tal hipótese não consta nem na lei, nem na Constituição Federal como hipótese de concessão de habeas data.

A alternativa B está incorreta, pois a obtenção das informações deve ser pessoais e não referentes a qualquer pessoa, nos termos do art. 7º, I, da Lei n.º 9.507/1997: "Art. 7° Conceder-se-á habeas data: I -

para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público".

A alternativa C está incorreta, pois tal hipótese autoriza o uso de outro remédio constitucional: o mandado de segurança, e não o habeas data.

A alternativa D está incorreta, pois tal hipótese não consta nem na lei, nem na Constituição Federal como hipótese de concessão de habeas data.

A alternativa E está de acordo com a literalidade do art. 7º, II, da Lei n.º 9.507/1997: "Art. 7° Conceder-se-á habeas data: [...] II - para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo".

QUESTÃO 53. Romeu e Beth são casados pelo regime de comunhão parcial de bens e pais de três filhos: Pedro, Paulo e Bianca. Sabendo que Bianca está procurando um apartamento para comprar, Romeu lhe oferece um dos imóveis de propriedade do casal pelo valor de mercado. Sem conhecimento dos demais membros da família, Bianca realiza o pagamento e há a transferência da propriedade. Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que a venda

a) é nula, havendo o prazo prescricional de dois anos contados da data de conhecimento da venda pelos demais membros da família.

b) é anulável no prazo de dois anos a contar da conclusão da venda.

c) é válida, uma vez que praticado o valor de mercado.

d) poderá se tornar válida desde que Beth declare expressamente estar de acordo com a venda.

e) será válida se houver consentimento, ainda que presumido, por parte de Pedro e Paulo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão aborda sobre o prazo decadencial em caso de venda de ascendentes para descendentes sem anuência dos demais herdeiros.

A alternativa A está incorreta. A venda não será nula, quando, na verdade será anulável, nos termos do art. 496 do Código Civil. Ainda, cumpre esclarecer que o prazo não será prescricional, por força do art. 179 do Código Civil, sendo o prazo de anulação do negócio jurídico da venda de ascendente para descendente, o prazo será decadencial de 2 anos.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 496 do Código Civil, a venda de Romeu (pai de Bianca) da propriedade do casal para Bianca (filha de Romeu) é anulável, nos termos do art. 496 do Código Civil.

O prazo é, portanto, prescricional, conforme assim determina o art. 179. A saber: "Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato."

A alternativa C está incorreta. A venda não é válida, sendo hipótese de venda anulável, nos termos do art. 496 do Código Civil.

As alternativas D e E estão incorretas. Ainda que Beth (mãe de Bianca) concorde com a venda, será necessária a concordância dos demais ascendentes, ou seja, será necessário que, além de Beth, Pedro e Paulo concordem. Assim como, acaso Pedro e Paulo (irmãos de Bianca) concordarem, será necessária a concordância de Beth. Trata-se de um requisito cumulativo, que deverá ocorrer de maneira expressa, nos termos do art. 496 do Código Civil.

QUESTÃO 54. Karina estava voltando para casa após um dia de trabalho quando Maurício, embriagado, colidiu com o seu carro. Em razão do acidente, Karina perdeu os movimentos em ambas as pernas, de forma permanente. Rafael, marido de Karina, e Cleusa, mãe de Karina, muito abalados, consultam um advogado acerca da possibilidade de propositura, em nome próprio, de uma ação de indenização por danos morais em face de Maurício. Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) o dano moral é um direito personalíssimo, não sendo possível a propositura da ação de indenização por danos morais por Rafael ou Cleusa.

b) Rafael e Cleusa poderiam propor ação de indenização por danos morais em face de Maurício apenas no caso de morte de Karina.

c) caso Rafael proponha ação autônoma de indenização, Cleusa não a poderá propor, uma vez que é possível apenas uma indenização por dano moral em ricochete.

d) é possível que Rafael e Cleusa proponham ações autônomas de indenização por danos morais em ricochete em face de Maurício.

e) Rafael ou Cleusa podem propor ação autônoma de indenização por danos morais, desde que Karina já tenha proposto ação de indenização por danos morais em face de Maurício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre o dano moral por ricochete, requerendo do examinando o conhecimento acerca da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.

A alternativa D está correta. O dano moral por ricochete é plenamente reconhecido pela jurisprudência. Podemos aqui citar o entendimento assentado pelo Superior Tribunal de Justiça por ocasião do julgamento do REsp 1.208.949 - MG, reconhecendo que, em detrimento do prejuízo experimentado indiretamente por terceira pessoa é reconhecido o "dano por ricochete". Colacionamos a seguinte ementa: "RESPONSABILIDADE CIVIL – INDENIZAÇÃO – DANOS MORAIS E MATERIAIS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – CRUZAMENTO NÃO SINALIZADO – PREFERÊNCIA – LEGITIMIDADE AD CAUSAM – DANO POR RICOCHETE. – Os pais da vítima de acidente de trânsito são parte legítimas para pleitearem indenização por danos que pessoalmente sofreram. Este prejuízo experimentado indiretamente por terceira pessoa é reconhecido na doutrina como "dano por ricochete". – Para que se condene alguém ao pagamento de indenização, é preciso que se configurem os pressupostos ou requisitos da responsabilidade civil, que são o dano, a culpa do agente ou o risco, e o nexo de causalidade entre a atuação deste e o prejuízo. – O disposto no art. 293 III, c, do Código de Trânsito Brasileiro determina que, em cruzamento não sinalizado, os veículos que transitam pela direita possuem preferência de passagem. – Quanto aos danos morais, o que se busca é uma compensação, decorrente da lesão causada pelo acidente de trânsito, não podendo a indenização representar fonte de enriquecimento de ninguém, nem ser inexpressiva. "Portanto, o reconhecimento do dano moral por ricochete é perfeitamente plausível em situações nas quais o dano moral sofrido pela vítima principal do ato lesivo atinjam, por via reflexa, terceiros como seus familiares diretos, por lhes provocarem sentimentos de dor, impotência e instabilidade emocional (REsp 1.208.949 - MG). É o que se verifica na hipótese dos autos, em que postulam compensação por danos morais, em conjunto com a vítima direta, seus pais, perseguindo ressarcimento por seu próprio sofrimento, decorrente da repercussão do ato lesivo na sua esfera pessoal, eis que experimentaram, indubitavelmente, os efeitos lesivos de forma indireta ou reflexa, como reconheceu o Tribunal de origem, ao afirmar que, "embora tenha sido noticiado na exordial que o acidente não vitimou diretamente os pais da vítima, os mesmos apresentam legitimidade para pleitearem indenização, uma vez que experimentaram a sensação de angústia e aflição gerada pelo dano à saúde familiar" Nesse sentido, é possível que Rafael e Cleusa proponham ações autônomas de indenização por danos morais em ricochete em face de Maurício, em razão do acidente por ele causado, dirigindo embriagado, colidindo com o carro de Karina, enquanto esta voltada do trabalho, deixando seu esposo Rafael e sua mãe Cleusa em estado de sofrimento reflexo. As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 55. Acerca da cláusula penal, assinale a alternativa correta.

a) Para sua validade, a cláusula penal deverá ser estipulada conjuntamente com a obrigação, não sendo possível a sua realização em ato posterior.

b) A cláusula penal deverá se referir à inexecução completa da obrigação, não sendo possível a estipulação de cláusula penal apenas em relação a alguma cláusula especial do contrato.

c) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode, desde que acordado previamente entre as partes, exceder o da obrigação principal.

d) É possível exigir a indenização suplementar tendo como único requisito que reste demonstrado que o prejuízo excedeu ao previsto na cláusula penal.

e) Se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, o juiz deve reduzir a penalidade de forma equitativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a cláusula penal.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, a cláusula penal poderá ser estipulada em momento posterior à obrigação, conforme o art. 409 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. É possível estipular cláusula penal em segurança especial de outra cláusula determinada, conforme prevê o art. 411 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, de acordo com o art. 412 do Código Civil, o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.

A alternativa D está incorreta. A indenização suplementar somente é possível caso assim seja convencionado, conforme prevê o art. 416, parágrafo único do Código Civil.

A alternativa E está correta. A assertiva está de acordo com o art. 413 do Código Civil, que prevê o seguinte: "A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.".

QUESTÃO 56. A afirmação de que "o segurado é obrigado a comunicar ao segurador, logo que saiba, todo incidente suscetível de agravar, consideravelmente, o risco coberto, sob pena de perder o direito à garantia, provar-se que silenciou de má-fé" caracteriza a aplicação da teoria do(a)

a) Renúncia Tácita.

b) Supressio.

c) Surrectio.

d) Venire contra factum proprium.

e) Duty to mitigate the loss.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão trata sobre a Teoria Duty to mitigate the loss, que se relaciona com o princípio da boa-fé objetiva, que versa sobre a mitigação do próprio prejuízo.

A alternativa E está correta, sendo a assertiva que corresponde a Duty to mitigate the loss. De acordo com esta teoria, as partes contratantes da obrigação devem tomar as medidas necessárias e possíveis para que o dano não seja agravado. Desse modo, a parte a que a perda aproveita não pode permanecer deliberadamente inerte diante do dano, pois a sua inércia imporá gravame desnecessário e evitável ao patrimônio da outra, circunstância que infringe os deveres de cooperação e lealdade. Conforme ensina a doutrina de Alessandra Cristina Tufvesson Peixoto, A Teoria Duty to mitigate the loss, ou mitigação do prejuízo pelo próprio credor, tem como fundamento o dever de boa-fé, que deve existir entre os contratantes e entres os indivíduos, em geral. Tem-se como conceito de boa-fé o dever de agir, nas relações sociais, de acordo com certos padrões mínimos de conduta socialmente recomendados, de lealdade, correção ou lisura, aos quais correspondem expectativas legítimas das pessoas. (PEIXOTO, Alessandra Cristina Tufvesson. Responsabilidade extracontratual - Algumas considerações sobre a participação da vítima na quantificação da indenização. in: Revista da Emerj, v.11, n.44, 2008, p. 135 e 136).

QUESTÃO 57. A antiga sede da Procuradoria do Município de Sorocaba foi desativada, restando o imóvel, de propriedade do Município, desativado sem nenhuma destinação pública. Miguel, que havia perdido seu imóvel em uma enchente, decidiu ocupar a antiga sede da Procuradoria para lá fixar sua nova residência, realizando, para tanto, diversas benfeitorias. Passados seis anos, Marcelo, desempregado e sem ter onde morar, ameaça invadir o imóvel em que Miguel fixou residência. O Município de Sorocaba, verificando a confusão em seu imóvel, decide requerer a desocupação de Miguel. Diante da situação hipotética, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Miguel

a) terá direito à indenização, pelo Município, em razão das benfeitorias realizadas.

b) tem direito à proteção possessória apenas em face do Município, uma vez que ele exerce a detenção de um bem dominical.

c) tem direito à proteção possessória apenas em face de Marcelo, uma vez que entre eles a disputa será relativa à posse.

d) apenas teria direito à proteção possessória em relação ao Município, caso se tratasse de bem de uso comum do povo.

e) tem direito à proteção possessória tanto em relação ao Município quanto a Marcelo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão trata sobre a ocupação de bem público dominical, exigindo do examinando o conhecimento acerca da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido.

A alternativa C está correta. Nesse sentido, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que o particular tem apenas detenção em relação ao Poder Público, não se cogitando de proteção possessória. Nesse sentido, é possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público dominical, pois entre ambos a disputa será relativa à posse.

Colacionamos a seguinte ementa: "RECURSO ESPECIAL. POSSE. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BEM PÚBLICO DOMINICAL. LITÍGIO ENTRE PARTICULARES. INTERDITO POSSESSÓRIO. POSSIBILIDADE. FUNÇÃO SOCIAL. OCORRÊNCIA.

1. Na ocupação de bem público, duas situações devem ter tratamentos distintos: i) aquela em que o particular invade imóvel público e almeja proteção possessória ou indenização/retenção em face do ente estatal e ii) as contendas possessórias entre particulares no tocante a imóvel situado em terras públicas. 2. A posse deve ser protegida como um fim em si mesma, exercendo o particular o poder fático sobre a res e garantindo sua função social, sendo que o critério para aferir se há posse ou detenção não é o estrutural e sim o funcional. É a afetação do bem a uma finalidade pública que dirá se pode ou não ser objeto de atos possessórias por um particular. 3. A jurisprudência do STJ é sedimentada no sentido de que o particular tem apenas detenção em relação ao Poder Público, não se cogitando de proteção possessória. 4. É possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público dominical, pois entre ambos a disputa será relativa à posse. 5. À luz do texto constitucional e da inteligência do novo Código Civil, a função social é base normativa para a solução dos conflitos atinentes à posse, dando-se efetividade ao bem comum, com escopo nos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. 6. Nos bens do patrimônio disponível do Estado (dominicais), despojados de destinação pública, permite-se a proteção possessória pelos ocupantes da terra pública que venham a lhe dar função social. 7. A ocupação por particular de um bem público abandonado/desafetado - isto é, sem destinação ao uso público em geral ou a uma atividade administrativa -, confere justamente a função social da qual o bem está carente em sua essência. 8. A exegese que reconhece a posse nos bens dominicais deve ser conciliada com a regra que veda o reconhecimento da usucapião nos bens públicos (STF, Súm 340; CF, arts. 183, § 3°; e 192; CC, art. 102); um dos efeitos jurídicos da posse - a usucapião - será limitado, devendo ser mantido, no entanto, a possibilidade de invocação dos interditos possessórios pelo particular. 9. Recurso especial não provido. (REsp 1296964/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 07/12/2016).

Portanto, as demais alternativas estão incorretas. Miguel terá direito à proteção possessória apenas em face de Marcelo, uma vez que entre eles a disputa será relativa à posse.

QUESTÃO 58. Adriana invadiu uma casa de 200 metros quadrados no centro de Sorocaba para fixar moradia e nela permaneceu por cinco anos, utilizando a garagem da casa como uma

sorveteria, na qual vendia sorvetes artesanais por ela fabricados para o seu sustento e de seus três filhos. Passados os cinco anos, Adriana, que não é proprietária de nenhum outro bem imóvel, propôs ação requerendo o reconhecimento de usucapião especial urbana. Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) não é possível o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre o imóvel, uma vez que um dos requisitos para a sua concessão é a utilização para moradia da pessoa ou de sua família, sendo vedada a utilização para fins comerciais.

b) será possível o reconhecimento da usucapião especial urbana apenas sobre a parte utilizada para fins de moradia.

c) é possível o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre todo o imóvel, inclusive sobre a parte utilizada para fins comerciais.

d) para adquirir a propriedade do imóvel será necessária a propositura de duas ações de usucapião distintas, uma especial urbana para a casa e outra extraordinária para a garagem.

e) considerando a ausência de justo título e boa-fé, deverá ser proposta a ação de usucapião extraordinária em relação ao imóvel inteiro após o prazo de dez anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a possibilidade do reconhecimento da usucapião especial urbana de imóveis que contenham comércio.

A alternativa C está correta. Sobre o tema, a jurisprudência é pacífica no sentido de que o uso do imóvel para moradia e comércio não impede usucapião especial urbana (REsp 1.777.404). Vejamos a ementa do referido julgado: "RECURSO ESPECIAL. CIVIL. USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA. REQUISITOS PREENCHIDOS. UTILIZAÇÃO MISTA, RESIDENCIAL E COMERCIAL. OBJEÇÃO NÃO EXISTENTE NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. ANÁLISE PROBATÓRIA. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Ação ajuizada em 20/01/2003, recurso especial interposto em 28/06/2018, atribuído a este gabinete em 27/11/2018. 2. O propósito recursal consiste em determinar se, a área de imóvel objeto de usucapião extraordinária, nos termos do art. 1.240 do CC/2002 e art. 183 da CF/1988, deve ser usada somente para fins residenciais ou, ao contrário, se é possível usucapir imóvel que, apenas em parte, é destinado para fins comerciais. 3. A usucapião especial urbana apresenta como requisitos a posse ininterrupta e pacífica, exercida como dono, o decurso do prazo de cinco anos, a dimensão da área (250 m^2 para a modalidade individual e área superior a esta, na forma coletiva), a moradia e o fato de não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural. 4. O art. 1.240 do CC/2002 não direciona para a necessidade de destinação exclusiva residencial do bem a ser usucapido. Assim, o exercício simultâneo de pequena atividade comercial pela família domiciliada no imóvel objeto do pleito não inviabiliza a prescrição aquisitiva buscada. 5. Recurso especial provido." De acordo com a Relatora, o uso misto da área a ser adquirida por meio de usucapião especial urbana não impede seu reconhecimento judicial, se a porção utilizada comercialmente é destinada à obtenção do sustento do usucapiente e de sua família.

Conforme o caso narrado, Adriana poderá obter o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre todo o imóvel, inclusive a parte utilizada como sorveteria, a qual obtém o sustento da família.

Portanto, consoante o comentário da alternativa C, as demais alternativas estão incorretas, sendo possível o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre todo o imóvel, inclusive sobre a parte utilizada para fins comerciais.

QUESTÃO 59. Assinale a alternativa que corresponde a um caso hipotético em que há aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, no tratamento de dados pessoais.

a) Ricardo classifica informações relacionadas aos moradores de seu condomínio edilício para fins, exclusivamente, particulares e não econômicos.

b) Empresa XYZ, com sede na Índia, transmite informações acerca dos dados pessoais dos usuários, que tenham sido coletados no Brasil, para fins, exclusivamente, de planejamento estratégico da marca.

c) Empresa ABC utiliza dados dos seus clientes para fins, exclusivamente, acadêmicos, mediante consentimento pelos titulares.

d) Empresa Pública do Município de Sorocaba acessa dados dos munícipes para fins exclusivos de segurança pública.

e) Autarquia Municipal de Sorocaba reproduz dados dos munícipes para fins, exclusivamente, jornalístico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do tema Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

A alternativa A está incorreta. Neste caso, não se aplica a LGPD. De acordo com seu artigo 4º, I: "Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;"

A alternativa B está correta. Neste caso, se aplica, sim, a LGPD. De acordo com seu artigo 3º, III: "Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que: III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional."

A alternativa C está incorreta. Neste caso, não se aplica a LGPD. De acordo com seu artigo 4º, II, alínea "b": "Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: II - realizado para fins exclusivamente: b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;"

Ademais, de acordo com art. 11, I, da LGPD: "Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;"

A alternativa D está incorreta. Neste caso, não se aplica a LGPD. De acordo com seu artigo 4º, III, alínea "a": "Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: III - realizado para fins exclusivos de: a) segurança pública;"

A alternativa E está incorreta. Neste caso, não se aplica a LGPD. De acordo com seu artigo 4º, II, alínea "a": "Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: II - realizado para fins exclusivamente: a) jornalístico e artísticos;"

QUESTÃO 60 – De acordo com o disposto na Lei no 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, é dever da administração pública e das demais entidades que se sujeitam a essa Lei, na aplicação da ordenação pública sobre atividades econômicas privadas:

a) proceder à lavratura de autos de infração ou aplicar sanções com base em termos subjetivos ou abstratos somente quando estes forem propriamente regulamentados por meio de critérios claros, objetivos e previsíveis.

b) observar o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração decorrentes do exercício de atividade considerada de alto risco.

c) incentivar o uso e o exercício da publicidade e propaganda sobre um setor econômico, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas em lei federal.

d) introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas.

e) criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei de Liberdade Econômica.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 4º-A, II, da Lei 13.874/19: "Art. 4º-A É dever da administração pública e das demais entidades que se sujeitam a esta Lei, na aplicação da ordenação pública sobre atividades econômicas privadas: II - proceder à lavratura de autos de infração ou aplicar sanções com base em termos subjetivos ou abstratos somente quando estes forem propriamente regulamentados por meio de critérios claros, objetivos e previsíveis".

A alternativa B está incorreta. Apenas nos casos de baixo e médio risco, conforme artigo 4º-A, III, da Lei 13.874/19: "III - observar o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração decorrentes do exercício de atividade considerada de baixo ou médio risco".

A alternativa C está incorreta. O ponto exposto não se encaixa na aplicação das normas (art. 4º-A), mas na regulamentação da lei (art. 4), trazendo uma conduta que deve ser seguida para evitar abuso de poder, conforme artigo 4º, VIII, da Lei 13.874/19: "Art. 4º É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente: VIII - restringir o uso e o exercício da publicidade e propaganda sobre um setor econômico, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas em lei federal".

A alternativa D está incorreta. O ponto exposto não se encaixa na aplicação das normas (art. 4º-A), mas na regulamentação da lei (art. 4), trazendo uma conduta que deve ser seguida para evitar abuso de poder, conforme artigo 4º, VII, da Lei 13.874/19: "Art. 4º É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente: VII - introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas".

A alternativa E está incorreta. O ponto exposto não se encaixa na aplicação das normas (art. 4º-A), mas na regulamentação da lei (art. 4), trazendo uma conduta que deve ser seguida para evitar abuso de poder, conforme artigo 4º, I, da Lei 13.874/19: "Art. 4º É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente: I - criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes".

QUESTÃO 61. Acerca da dissolução da sociedade simples, assinale a alternativa correta.

a) Ocorrida a dissolução, cumpre aos administradores providenciar imediatamente a investidura do liquidante e restringir a gestão própria aos negócios inadiáveis, vedadas novas operações, pelas quais responderão de forma limitada.

b) Se não estiver designado no contrato social, o liquidante será eleito por deliberação dos sócios, não podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade.

c) Ocorrendo justa causa, o liquidante pode ser destituído, a todo tempo, em qualquer caso, por via judicial, a requerimento de um ou mais sócios.

d) Dissolvida a sociedade, quando ocorrer, na forma da lei, a extinção de autorização para funcionar, os administradores deverão promover a liquidação da sociedade no prazo de quinze dias.

e) Ocorrendo o vencimento do prazo de duração, dissolve-se a sociedade, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por mais um ano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre sociedade simples.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade será solidária e ilimitada, não limitada, conforme art. 1.036 do Código Civil: "Art. 1.036. Ocorrida a dissolução, cumpre aos administradores providenciar imediatamente à investidura do liquidante, e restringir a gestão própria aos negócios inadiáveis, vedadas novas operações, pelas quais responderão solidária e ilimitadamente".

A alternativa B está incorreta. A escolha pode recair em pessoa estranha à sociedade, conforme art. 1.038 do Código Civil: "Art. 1.038. Se não estiver designado no contrato social, o liquidante será eleito por deliberação dos sócios, podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade".

A alternativa C está correta. Conforme Art. 1.038, §1º, II, do Código Civil: "§1º O liquidante pode ser destituído, a todo tempo: II - em qualquer caso, por via judicial, a requerimento de um ou mais sócios, ocorrendo justa causa".

A alternativa D está incorreta. O prazo é de 30 dias, conforme Art. 1.037 do Código Civil: "Art. 1.037. Ocorrendo a hipótese prevista no inciso V do art. 1.033, o Ministério Público, tão logo lhe comunique a autoridade competente, promoverá a liquidação judicial da sociedade, se os administradores não o tiverem feito nos trinta dias seguintes à perda da autorização, ou se o sócio não houver exercido a faculdade assegurada no parágrafo único do artigo antecedente".

A alternativa E está incorreta. A prorrogação será por tempo indeterminado, conforme Art. 1.033, I, do Código Civil: "Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer: I - o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado".

QUESTÃO 62. Fabiano é sócio da sociedade anônima Viva Bem, destinada à venda de alimentos saudáveis. Em dezembro de 2021, a empresa pleiteou, em juízo, a autofalência. Acerca da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) É possível a responsabilização de Fabiano desde que demonstrada a realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo.

b) Eventual ação de responsabilização de Fabiano prescreve no prazo de 2 (dois) anos, contados da propositura do pedido de autofalência.

c) A extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, a Fabiano, deverá ser apurada no próprio juízo da falência.

d) De ofício ou mediante requerimento das partes interessadas, o juiz poderá ordenar a indisponibilidade de bens particulares de Fabiano, em quantidade compatível com o dano provocado, até o julgamento da ação de responsabilização.

e) É admitida a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade Viva bem, para fins de responsabilização de Fabiano, a ser decretada pelo juízo cível, com a observância do disposto nos Código Civil e Código de Processo Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre falência.

A alternativa A está incorreta. A responsabilização independe da realização do ativo e da prova de insuficiência, conforme art. 82, caput, da Lei 11.101/05: "Art. 82. A responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada no próprio juízo da falência, independentemente da realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo, observado o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil".

A alternativa B está incorreta. O prazo tem início do trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência, conforme art. 82, §1º, da Lei 11.101/05: "§1º Prescreverá em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência, a ação de responsabilização prevista no caput deste artigo.".

A alternativa C está incorreta. Não é possível extensão da falência ou de seus efeitos, conforme art. 82-A, caput, da Lei 11.101/05: "Art. 82-A. É vedada a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, admitida, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica".

A alternativa D está correta. Conforme art. 82, §2º, caput, da Lei 11.101/05: "§2º O juiz poderá, de ofício ou mediante requerimento das partes interessadas, ordenar a indisponibilidade de bens particulares dos réus, em quantidade compatível com o dano provocado, até o julgamento da ação de responsabilização.".

A alternativa E está incorreta. A apuração será realizada no juízo da falência, conforme art. 82-A, parágrafo único, da Lei 11.101/05: "Parágrafo único. A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida, para fins de responsabilização de terceiros, grupo, sócio ou administrador por obrigação desta, somente pode ser decretada pelo juízo falimentar com a observância do art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e dos arts. 133, 134, 135, 136 e 137 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), não aplicada a suspensão de que trata o §3º do art. 134 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)".

QUESTÃO 63. A respeito do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinale a alternativa correta.

a) A assinatura do TAC com órgão ambiental impede a instauração de ação penal.

b) Por força da consensualidade administrativa, entende-se que o particular tem direito subjetivo de firmar TAC, uma vez presentes os requisitos configuradores da Lei da Ação Civil Pública.

c) O Estatuto da Criança e do Adolescente inovou o ordenamento jurídico brasileiro ao admitir de forma expressa a possibilidade de firmar TAC, atribuindo ao termo a eficácia de título executivo extrajudicial.

d) O TAC deve prever expressamente a incidência de multa de caráter compensatório, e não moratório, em caso de atraso no cumprimento das exigências pactuadas.

e) Uma vez assinado o TAC, ele passa a ser título executivo extrajudicial que só pode ser rescindido judicialmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

A alternativa A está incorreta. A assinatura de um TAC com órgão ambiental não impede automaticamente a instauração de ação penal. O TAC se relaciona com a esfera administrativa e civil. Se houver crime ambiental, o Ministério Público ainda pode prosseguir com ações penais independentemente do TAC. Lei de Crimes Ambientais n. 9.605/98. Art. 79-A. Para o cumprimento do disposto nesta Lei, os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização dos estabelecimentos e das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental, ficam autorizados a celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores. § 1o O termo de compromisso a que se refere este artigo destinar-se-á, exclusivamente, a permitir que as pessoas físicas e jurídicas mencionadas no caput possam promover as necessárias correções de suas atividades, para o atendimento das exigências impostas pelas autoridades ambientais competentes, sendo obrigatório que o respectivo instrumento disponha sobre:

A alternativa B está incorreta. Embora o TAC seja um instrumento de natureza consensual, não existe um direito subjetivo à sua celebração apenas pela presença de requisitos legais. O órgão público tem discricionariedade para avaliar se a celebração do TAC é a medida mais adequada para o caso concreto.

A alternativa C está correta. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) realmente foi inovador ao incorporar explicitamente a possibilidade de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Isso permitiu a utilização do TAC como instrumento para resolver violações de maneira consensual, evitando a judicialização. Além disso, o ECA estabelece que o TAC assinado tem a eficácia de título executivo extrajudicial, facilitando sua execução caso haja descumprimento das obrigações nele estabelecidas. Todavia, é de ficar claro que o ECA utilizou a denominação "Compromisso de Ajustamento de Conduta". ECA. Art. 211. Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial.

A alternativa D está incorreta. Não há uma regra que determine que as multas em um TAC devem ser exclusivamente de caráter compensatório e não moratório. A natureza da multa dependerá do que for acordado no TAC e do objetivo que se pretende alcançar com a sanção.

A alternativa E está incorreta. Embora o TAC tenha a eficácia de título executivo extrajudicial, isso não implica que ele só possa ser rescindido judicialmente. A rescisão pode ocorrer por mútuo acordo entre as partes ou por outras vias administrativas, dependendo das circunstâncias específicas e dos termos acordados no próprio TAC.

QUESTÃO 64. Mais de cinquenta idosos, trabalhadores rurais aposentados, assinaram contrato de prestação de serviços advocatícios com Lúcio, para que o causídico ajuizasse ação previdenciária com o objetivo de obter um aumento no benefício previdenciário. No contrato firmado com Lúcio, foi expressamente pactuada cláusula estipulando honorários advocatícios no percentual de 50% do proveito econômico auferido pela parte. José e Francisco, em nome dos demais aposentados que assinaram o contrato com Lúcio, sentindo-se lesados com a referida cláusula, procuraram o Ministério Público para denunciar a situação e requerer a propositura de ação coletiva.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Como o contrato de prestação de serviços advocatícios foi firmado de forma livre, sem suspeita de incidência de qualquer vício de consentimento, deve ser considerado válido e insuscetível de controle por parte da propositura de ação civil pública.

b) Em face da hipossuficiência dos interessados, é cabível a propositura de ação civil pública, desde que por meio da Defensoria Pública.

c) Como no caso se trata de interesse individual homogêneo, a jurisprudência entende que o único legitimado ativo é a associação privada constituída há pelo menos um ano e que inclua entre seus fins institucionais a proteção ao idoso.

d) Por força de expressa disposição legal, não cabe a propositura de ação civil pública que verse, ainda que indiretamente, sobre sistema previdenciário, como na hipótese narrada.

e) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública que trate de contrato de honorários advocatícios abusivos se presentes litigantes hipossuficientes e repercussão social que ultrapasse a esfera dos interesses particulares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa A está incorreta. Contratos, mesmo quando firmados livremente, podem ser revistos judicialmente se contiverem cláusulas abusivas ou lesivas, especialmente quando envolvem partes vulneráveis, como idosos. Essa revisão é respaldada pelo princípio da proteção, que se sobrepõe ao da autonomia contratual em contextos de vulnerabilidade. Além disso, mesmo que se trate de direitos individuais homogêneos, a relevância social desses direitos permite sua defesa por meio de ação civil pública. Conforme o art. 127 e o art. 129, III, da CF, o Ministério Público tem legitimação para promover ação civil coletiva em defesa de interesses sociais qualificados (individuais homogêneos), como exemplificado no caso do seguro DPVAT (RE: 631111).

A alternativa B está incorreta. A Defensoria Pública também tem legitimidade para propor ação civil pública, mas não é a única instituição habilitada. O Ministério Público igualmente tem essa legitimidade, especialmente em questões que ultrapassem os interesses individuais e afetem a comunidade de forma

mais ampla. Veja-se a Lei da Ação Civil Pública. Lei 7.347/85. Art. 5º. Art. 5o Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007) I - o Ministério Público; II - a Defensoria Pública; III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; V - a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

A alternativa C está incorreta. Embora as associações que defendem interesses de idosos possam propor ações civis públicas, o Ministério Público também possui legitimidade ativa para agir nesses casos, independentemente da existência de uma associação. A legitimidade nas ACP é disjuntiva (qualquer órgão legitimado poderá atuar sozinho) e concorrente (é atribuída a mais de um sujeito).

A alternativa D está incorreta. A legislação não proíbe expressamente a propositura de ação civil pública em questões que envolvam o sistema previdenciário. Embora existam limitações sobre as ações relativas discussão sobre contribuições previdenciárias. Lei 7.347/85. Art. 1º. (...) Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

A alternativa E está correta. Conforme visto no julgado acima.

QUESTÃO 65. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para ajuizamento da execução individual de sentença proferida em ação civil pública é

a) prescricional e de 2 anos.

b) decadencial e de 3 anos.

c) prescricional e de 3 anos.

d) prescricional e de 5 anos.

e) prescricional e de 10 anos, em face da inexistência de previsão específica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema prescrição para a execução da Ação Civil Pública.

A questão cobrou entendimento específico do STJ, fixado em tese com repercussão geral. EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO TRANSITADA EM JULGADO. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART.

543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TESE CONSOLIDADA. 1.- Para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil, foi fixada a seguinte tese: "No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública". 2.- No caso concreto, a sentença exequenda transitou em julgado em 3.9.2002 (e-STJ fls. 28) e o pedido de cumprimento de sentença foi protocolado em 30.12.2009 (e-STJ fls. 43/45), quando já transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, estando, portanto, prescrita a pretensão executória. 3.- Recurso Especial provido: a) consolidando-se a tese supra, no regime do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução 08/2008 do Superior Tribunal de Justiça; b) no caso concreto, julgando-se prescrita a execução em cumprimento de sentença. (STJ - REsp: 1273643 PR 2011/0101460-0, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 27/02/2013, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 04/04/2013)

A alternativa A está incorreta. O prazo prescricional não é de 2 anos, mas de 5 anos, conforme estabelecido pelo STJ.

A alternativa B está incorreta. O prazo é de natureza prescricional, não decadencial. Além disso, o período indicado de 3 anos não corresponde ao entendimento jurisprudencial para o prazo de execução de sentença em ação civil pública.

A alternativa C está incorreta. Embora acerte na natureza do prazo como prescricional, erra na sua duração, que, conforme estabelecido pela jurisprudência, é de 5 anos.

A alternativa D está correta. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem entendido que o prazo para a execução individual de sentença proferida em ação civil pública é de natureza prescricional e tem a duração de 5 anos, como visto.

A alternativa E está incorreta. Apesar da inexistência de previsão específica na Lei da Ação Civil Pública para o prazo de execução da sentença, o STJ estabeleceu que o prazo aplicável é de 5 anos, e não de 10 anos. A menção aos 10 anos não encontra respaldo na jurisprudência atual.

QUESTÃO 66. Hipoteticamente, no dia 1º de setembro de 2023, Carolina dirigiu-se até uma loja de roupas localizada em Sorocaba e comprou diversos artigos, totalizando R$ 1.000,00. A compra foi parcelada em 5 boletos enviados para a cliente, por um aplicativo de mensagens instantâneas, todo dia primeiro do mês. Carolina pagou todos os boletos na data do vencimento, mas, mesmo após a quitação da última fatura devida, continuou a receber os boletos e, sem se atentar à cobrança indevida, pagou duas prestações a mais. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Carolina

a) não tem direito à repetição em dobro do que pagou a mais, pois os boletos foram recebidos via aplicativo de mensagens, e não pessoalmente.

b) tem direito à repetição em dobro, prevista no Código de Defesa do Consumidor, sendo cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva, e deve ocorrer independentemente da natureza do elemento volitivo.

c) terá direito à repetição em dobro do que pagou indevidamente, caso demonstre que a loja agiu com culpa grave.

d) teria direito à repetição em dobro da cobrança indevida, ainda que não tivesse de fato realizado os pagamentos.

e) terá direito à repetição em dobro do que pagou indevidamente, caso demonstre efetivamente que a loja agiu com dolo grave.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata do tema repetição de indébito.

A alternativa A está incorreta, pois o STJ definiu no julgamento do EAREsp 676.608/RS a seguinte tese: "1. A restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva." (STJ. Corte Especial. EAREsp 676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020), de forma que Carolina terá direito à repetição em dobro do que pagou a mais.

A alternativa B está correta, pois é o atual entendimento do STJ, fixado no EAREsp 676.608/RS, através da seguinte tese: "1. A restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva." (STJ. Corte Especial. EAREsp 676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020).

A alternativa C está incorreta, pois o entendimento do STJ, fixado no EAREsp 676.608/RS, é o de que, para que haja a restituição do indébito, não são mais indispensáveis o dolo ou má-fé na cobrança, bastando que a conduta seja contrária à boa-fé objetiva, vejamos: "1. A restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva." (STJ. Corte Especial. EAREsp 676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020).

A alternativa D está incorreta, pois o CDC exige que a pessoa tenha efetivamente pago o valor, e não apenas que tenha sido cobrado indevidamente, vejamos: "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável."

A alternativa E está incorreta, pois, conforme supracitado, o entendimento do STJ, fixado no EAREsp 676.608/RS, é o de que, para que haja a restituição do indébito, não são mais indispensáveis o dolo ou má-fé na cobrança, bastando que a conduta seja contrária à boa-fé objetiva, vejamos: "1. A restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva." (STJ. Corte Especial. EAREsp 676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020).

QUESTÃO 67. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 12.305/2010.

a) Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: redução, reciclagem, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

b) A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode ser utilizada para impedir a operação de empreendimentos licenciados pelos órgãos competentes.

c) Em empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

d) Cabe ao poder público atuar, solidariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

e) Na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes da Lei nº 12.305/2010, as instituições oficiais de crédito devem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos, com parcelamento estendido em até 60 meses.

Comentários

A resposta correta é a **letra C.** A questão trata da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A alternativa A está incorreta, pois, conforme a Lei nº 12.305/2010, a ordem de prioridade será distinta, vejamos: "Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos."

A alternativa B está incorreta, pois, segundo a Lei nº 12.305/2010, sua inexistência não poderá impedir a operação de empreendimentos licenciados pelos órgãos competentes, veja: "Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo (...) § 8º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes."

A alternativa C está correta, pois é o teor da Lei nº 12.305/2010, em seu art. 24, § 1º, vejamos: "O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama. § 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente."

A alternativa D está incorreta, pois, segundo a Lei nº 12.305/2010, a atuação do poder público será subsidiária, e não solidária. Vejamos: "Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com

vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos."

A alternativa E está incorreta, pois tais critérios são uma discricionariedade, de acordo com a Lei nº 12.305/2010, vejamos: "Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos."

QUESTÃO 68. Com base no disposto na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a alternativa correta.

a) A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar obedecerá à garantia de que, em nenhuma hipótese, ela terá contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas.

b) Verificada a existência de risco atual à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o agressor será imediatamente afastado do lar, pelo delegado de polícia, independentemente de o Município ser sede de comarca.

c) A competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher compreende, inclusive, a pretensão relacionada à partilha de bens.

d) Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de vinte e quatro horas, determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor.

e) As medidas protetivas de urgência serão concedidas a depender da tipificação penal da violência, mas independentemente do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

A alternativa A está correta, pois é o teor do artigo 10-A da Lei nº 11.340/2006, veja: "Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados. § 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes: II - garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas; (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)".

A alternativa B está incorreta, pois o art. 12-C da Lei nº 11.340/2006 determina que o agressor, via de regra, será afastado pela autoridade judicial; caso o Município não seja sede de comarca, o mesmo será feito pelo delegado de polícia e caso este não se encontre no momento da denúncia, a medida caberá ao

policial. Vejamos: "Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: I - pela autoridade judicial; II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)".

A alternativa C está incorreta, pois a Lei nº 11.340/2006 exclui da sua competência a pretensão relacionada à partilha de bens, veja: "Art. 14-A. A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. § 1º Exclui-se da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens. (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)".

A alternativa D está incorreta, pois o prazo determinado pela Lei nº 11.340/2006, neste caso, é de 48 (quarenta e oito) horas, veja: "Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas: IV - determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor. (Incluído pela Lei nº 13.880, de 2019)".

A alternativa E está incorreta, pois diverge do art. 19 da Lei nº 11.340/2006, que não condiciona as medidas protetivas de urgência à tipificação penal da violência. Veja: "Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida. § 5º As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência. (Incluído pela Lei nº 14.550, de 2023)".

QUESTÃO 69. Considere que, no Porto X – diretamente subordinado à Capitania dos Portos, que exerce, por meio da Marinha do Brasil, competência da União –, localizado no território do Município ABC, foi verificado, no dia 1º de janeiro de 2008, o derramamento de óleo por parte da Empresa Petróleo Certo. Em decorrência do dano ambiental gerado, a Capitania dos Portos impôs, no dia 1º de abril de 2008, multa de R$ 100.000,00, a qual foi devidamente paga pela empresa referida. No dia 1º de junho de 2008, o ente municipal aplicou, pelo mesmo fato, multa de R$ 200.000,00 à Empresa Petróleo Certo. Com base na situação hipotética apresentada, na Lei nº 9.605/98 e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) As multas aplicadas pela União e pelo Município ABC estão em desacordo com o disposto na legislação, pois ambas têm valor superior ao teto estipulado.

b) Ainda que a responsabilidade em matéria ambiental possa ocorrer nas três esferas distintas (penal, administrativa e civil), configura bis in idem a imposição de multa pelo mesmo fato pela União e depois pelo Município, se não comprovado que o dano foi de grande extensão.

c) O dever-poder de controle ambiental é limitado pelos princípios do direito administrativo sancionador, não cabendo a aplicação de multa na instância administrativa, apenas nas instâncias cível e penal.

d) Para imposição da multa ambiental, é obrigatória a observância do contraditório e da ampla defesa, além da tarifação imposta pela lei, que, para casos análogos, é de até 10 salários mínimos.

e) A cobrança, pelo Município ABC, de multa relativa a danos ambientais já paga à União anteriormente, pelo mesmo fato, não configura bis in idem.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do tema sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

A alternativa A está incorreta, pois o teto estipulado pela Lei nº 9.605/98 para a prestação pecuniária é de até trezentos e sessenta salários mínimos, valor este que é superior e abrange o aplicado na questão em tela, vejamos: "Art. 12. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator."

A alternativa B está incorreta, pois contraria o atual entendimento do STJ de que a cobrança feita por Município, de multa referente a danos ambientais já paga anteriormente à União, pelo mesmo fato, não configura bis in idem, veja: "(...) 6. Inafastável a competência municipal para aplicar multa em virtude dos danos ambientais provocados pelo incidente ocorrido na Baía da Ilha Grande, visto que a área é abrangida pelo Município de Angra dos Reis. Impossível deixar de reconhecer a competência da União, exercida pela Marinha do Brasil - Capitania dos Portos, especialmente considerando que a atividade desenvolvida pela Petrobras implica alto risco de causar lesões a seus bens naturais. Nesse sentido: REsp 673.765/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 26/9/2005, p. 214." (REsp 1132682/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 12/03/2020).

A alternativa C está incorreta, pois é, sim, cabível multa na esfera administrativa, consoante Lei nº 9.605/98, veja: "Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º: II - multa simples; III - multa diária;".

A alternativa D está incorreta, pois os limites previstos pela Lei nº 9.605/98 para a prestação pecuniária variam entre um salário mínimo e trezentos e sessenta salários mínimos, veja: "Art. 12. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator."

A alternativa E está correta, pois é o atual entendimento do STJ de que a cobrança feita por Município de multa referente a danos ambientais já paga anteriormente à União, pelo mesmo fato, não configura bis in idem, veja: "(...) 6. Inafastável a competência municipal para aplicar multa em virtude dos danos ambientais provocados pelo incidente ocorrido na Baía da Ilha Grande, visto que a área é abrangida pelo Município de Angra dos Reis. Impossível deixar de reconhecer a competência da União, exercida pela Marinha do Brasil - Capitania dos Portos, especialmente considerando que a atividade desenvolvida pela Petrobras implica alto risco de causar lesões a seus bens naturais. Nesse sentido: REsp 673.765/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 26/9/2005, p. 214." (REsp 1132682/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 12/03/2020).

QUESTÃO 70. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 9.985/2000.

a) A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na sua gestão e manutenção, sob pena da prática de improbidade administrativa.

b) A Reserva da Biosfera é constituída exclusivamente por áreas de domínio público e é gerida por um Conselho Deliberativo.

c) As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante publicação de decreto.

d) Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos poderão ser definidos no ato de criação da unidade ou posteriormente.

e) O subsolo e o espaço aéreo, assim como as zonas de amortecimento e os corredores ecológicos, integram os limites de todas as unidades de conservação.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

A alternativa A está incorreta, pois diverge do que determina a Lei nº 9.985/2000, que atribui ao órgão gestor a implantação, gestão e manutenção dos recursos, vejamos: "Art. 34. Os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação podem receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação. Parágrafo único. A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção."

A alternativa B está incorreta, pois diverge do conceito atribuído pela Lei nº 9.985/2000 à Reserva da Biosfera, que inclui áreas de domínio público ou privado, veja: "Art. 41. A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações. (Regulamento) § 2º A Reserva da Biosfera é constituída por áreas de domínio público ou privado."

A alternativa C está incorreta, pois a Lei nº 9.985/2000 determina que a gestão pela OSCIP ocorrerá mediante instrumento a ser firmado com o órgão gestor, e não por publicação de decreto. Veja: "Art. 30. As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. (Regulamento)".

A alternativa D está correta, pois é o que determina o art. 25, § 2º da Lei nº 9.985/2000, veja: "As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. (Regulamento) § 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente."

A alternativa E está incorreta, pois contradiz o art. 24 da Lei nº 9.985/2000, que determina que o subsolo e o espaço aéreo somente integrarão os limites das unidades de conservação quando influírem na estabilidade do ecossistema, veja: "Art. 24. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação. (Regulamento)".

QUESTÃO 71. De acordo com a Lei nº 12.857/2012, a Política Nacional de Mobilidade Urbana tem o objetivo de

a) mitigar os custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade.

b) promover a integração entre os modos e os serviços de transporte urbano.

c) incentivar o desenvolvimento científico-tecnológico e o uso de energias renováveis e menos poluentes.

d) consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.

e) assegurar a priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata do tema Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de uma diretriz da PNMU, e não de um objetivo. De acordo com art. 6º, IV, da Lei 12.857/2012: “Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: IV - mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;”

A alternativa B está incorreta. Trata-se de uma diretriz da PNMU, e não de um objetivo. De acordo com art. 6º, III, da Lei 12.857/2012: “Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: III - integração entre os modos e serviços de transporte urbano;”

A alternativa C está incorreta. Trata-se de uma diretriz da PNMU, e não de um objetivo. De acordo com art. 6º, V, da Lei 12.857/2012: “Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: V - incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes;”

A alternativa D está correta. De acordo com art. 7º, V, da Lei 12.857/2012: "Art. 7º A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: V - consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana."

A alternativa E está incorreta. Trata-se de uma diretriz da PNMU, e não de um objetivo. De acordo com art. 6º, VI, da Lei 12.857/2012: "Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: VI - priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado;"

QUESTÃO 72. De acordo com a Lei nº 13.465/2017, a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) poderá ser requerida

a) pela Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes, e pelo Ministério Público.

b) pelo Ministério Público, no entanto essa competência não abrange os atos de registro.

c) por proprietários de terreno que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, o que os eximirá de responsabilidade administrativa.

d) pelos Estados e os Municípios, estando condicionada à existência formalizada de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

e) pela União, desde que por meio de órgãos da administração direta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata do tema Regularização Fundiária Urbana (Reurb).

A alternativa A está correta. De acordo com art. 14, IV e V, da Lei nº 13.465/2017: "Art. 14. Poderão requerer a Reurb: IV - a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e V - o Ministério Público."

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público poderá requerer. No entanto, sua competência abrange, sim, os atos de registro. De acordo com art. 14, V, e § 1º, da Lei nº 13.465/2017: "Art. 14. Poderão requerer a Reurb: V - o Ministério Público. § 1º Os legitimados poderão promover todos os atos necessários à regularização fundiária, inclusive requerer os atos de registro."

A alternativa C está incorreta. Subsistem as responsabilidades administrativa, civil ou criminal. De acordo com art. 14, § 3º, da Lei nº 13.465/2017: "§ 3º O requerimento de instauração da Reurb por proprietários de terreno, loteadores e incorporadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, ou os seus sucessores, não os eximirá de responsabilidades administrativa, civil ou criminal."

A alternativa D está incorreta. Os Estados e municípios, podem, sim, requerer a Reurb. De acordo com art. 14, I, da Lei nº 13.465/2017: "Art. 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta;"

No entanto, não há condicionamento à existência formalizada de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). De acordo com art. 18, caput e § 2º, da Lei nº 13.465/2017: "Art. 18. O Município e o Distrito Federal poderão instituir como instrumento de planejamento urbano Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), no âmbito da política municipal de ordenamento de seu território. § 2º A Reurb não está condicionada à existência de ZEIS."

A alternativa E está incorreta. É possível requerer por meio de entidades da administração indireta também. De acordo com art. 14, I, da Lei nº 13.465/2017: "Art. 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta;"

QUESTÃO 73. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a primeira Constituição brasileira a elevar os direitos trabalhistas ao patamar constitucional, haja vista sua elaboração influenciada pelo constitucionalismo social da Constituição de Weimar e pela Constituição Americana.

a) Constituição do Império de 1824.

b) Constituição Federal de 1891.

c) Constituição Federal de 1934.

d) Constituição Federal de 1937.

e) Constituição Federal de 1946.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata do tema histórico dos direitos trabalhistas nas Constituições Brasileiras.

A Constituição de 1934 foi a primeira constituição a elevar os direitos trabalhistas ao patamar constitucional, pois sua elaboração foi influenciada pelo constitucionalismo social da Constituição de Weimar. Vejamos trecho da doutrina do professor Pedro Lenza: "Por isso é que a doutrina afirma, com tranquilidade, que o texto de 1934 sofreu forte influência da Constituição de Weimar da Alemanha de 1919, evidenciando, portanto, os direitos humanos de 2. geração ou dimensão e a perspectiva de um Estado social de direito (democracia social)." (LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza - 24. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p-139).

Inclusive, a Constituição de 1934 trouxe, em seu artigo 121, a positivação de diversos direitos como, por exemplo, jornada de 8 horas diárias, indenização por despedida sem justa causa, repouso semanal

remunerado, salário-mínimo, entre outros. Vejamos o texto original da referida Carta: "§ 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: (...) b) salário-mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador; c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei; (...) e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos; g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa;".

Ademais, foi a Constituição de 1934 que instituiu, efetivamente, a Justiça do Trabalho, em seu artigo 122. Vejamos: "Art. 122 - Para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Trabalho, à qual não se aplica o disposto no Capítulo IV do Título I."

Portanto, a alternativa C está correta. As alternativas A, B, D e E ficam, assim, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 74. Nos termos da CLT, assinale a alternativa correta sobre o acordo de compensação de horas.

a) É vedado estabelecer acordo de forma tácita.

b) A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo.

c) Ainda que não atendidas as exigências legais para compensação, não implicará a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo indevido inclusive qualquer adicional.

d) Se atendidas as exigências legais para compensação, implicará a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima mensal, sendo devido ainda o respectivo adicional.

e) É lícito o regime de compensação de jornada para a compensação até o próximo mês, desde que se faça por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, vedado o acordo individual.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema compensação de horas.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 59, § 6º, da CLT: "§ 6º É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês." Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa E fica incorreta, pois fala na impossibilidade de compensação da jornada mediante acordo individual.

A alternativa B está correta. De acordo com art. 59-B, parágrafo único, da CLT: "Parágrafo único. A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas."

As alternativas C e D estão incorretas. De acordo com art. 59-B, caput, da CLT: "Art. 59-B. O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.

QUESTÃO 75. Durante o período aquisitivo de férias, Thalita faltou 7 dias ao serviço, e Nathália faltou 14. Diante desse cenário hipotético, assinale a alternativa que apresenta corretamente a quantos dias de férias as empregadas terão direito de gozo.

a) Ambas terão 30 dias.

b) Thalita terá 24 dias; e Nathália, somente 16.

c) Ambas terão 24 dias.

d) Ambas terão apenas 18 dias.

e) Thalita terá 30 dias; e Nathália, somente 16.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata do tema férias.

De acordo com artigo 130 da CLT: "Art. 130 - Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção: I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes; II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas; III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas; IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas."

A partir do dispositivo mencionado, analisemos as situações propostas.

No caso de Thalita, que faltou 7 dias, há enquadramento no art. 130, II (entre 6 e 14 faltas) o que resulta em 24 dias de férias.

No caso de Nathália, que faltou 14 dias, também há enquadramento no art. 130, II (entre 6 e 14 faltas) o que resulta em 24 dias de férias.

Portanto, a alternativa correta é a letra C: Ambas terão direito a 24 dias de férias.

As alternativas A, B, D e E ficam, assim, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 76. Conforme previsão legal, acarreta(m) a suspensão do contrato de trabalho:

a) a falta justificada.

b) o período de greve.

c) as férias.

d) o descanso semanal remunerado.

e) o afastamento do empregado por doença até o 15° dia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

A alternativa A está incorreta. As faltas justificadas estão dispostas no artigo 473 da CLT, o qual traz os casos de interrupção do contrato de trabalho, e não de suspensão. De acordo com o caput do mencionado dispositivo: "Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:"

A alternativa B está correta. De acordo com art. 7º da Lei 7.783/89, a greve é caso de suspensão do contrato de trabalho. Vejamos: "Art. 7º Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 129 da CLT, as férias são caso de interrupção do contrato de trabalho, já que não há prejuízo da remuneração. Vejamos: Art. 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração."

A alternativa D está incorreta. Como o próprio nome do instituto determina, trata-se de período remunerado. Portanto, é caso de interrupção do contrato de trabalho, e não de suspensão. De acordo com art. 67 da CLT: "Art. 67 - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte."

A alternativa E está incorreta. Durante os primeiros 15 dias do afastamento por doença, a empresa continua pagando ao empregado sua remuneração integral, caso que configura interrupção do contrato de trabalho. De acordo com art. 60, § 3º, da Lei 8.213/91: "§ 3º Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral."

QUESTÃO 77. Com base na CLT, relativamente ao exame médico obrigatório do empregado, realizado por conta do empregador, assinale a alternativa correta.

a) Quando se tratar de motorista profissional, será obrigatório exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, específico para substâncias psicoativas que causem

dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção, podendo ser utilizado para essa finalidade o exame toxicológico previsto no Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias.

b) O exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, específico para substâncias psicoativas que causem dependência, quando se tratar de atividade de motorista profissional, pode ser substituído pelo exame toxicológico previsto no Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 90 (noventa) dias.

c) Quando se tratar de motorista profissional, será obrigatório exame toxicológico com janela de detecção mínima de 60 (sessenta) dias, específico para substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção.

d) O exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias será exigido pelo empregador, desde que previamente à admissão, independentemente do cargo ou da atividade a ser exercida pelo empregado.

e) É vedado exigir exame toxicológico, bem como os complementares, para apuração da capacidade laboral do empregado, independentemente do tipo de atividade a ser exercida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema exame médico obrigatório do empregado.

A alternativa A está correta. A alternativa está conforme texto da CLT. De acordo com seu art. 235-B, VII: "Art. 235-B. São deveres do motorista profissional empregado: VII - submeter-se a exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com sua ampla ciência, pelo menos uma vez a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, podendo ser utilizado para esse fim o exame obrigatório previsto na Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias."

Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa C está incorreta.

A alternativa B está incorreta. O exame deve ter sido realizado nos últimos 60 dias. De acordo com art. 168, § 7º, da CLT: "§ 7º Para os fins do disposto no § 6o, será obrigatório exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, específico para substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção, podendo ser utilizado para essa finalidade o exame toxicológico previsto na Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias."

Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa D está incorreta.

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 168, caput e § 2º, da CLT: "Art. 168 - Será obrigatório exame médico, por conta do empregador, nas condições estabelecidas neste artigo e nas instruções complementares a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho: (...) § 2º - Outros exames complementares poderão ser exigidos, a critério médico, para apuração da capacidade ou aptidão física e mental do empregado para a função que deva exercer."

QUESTÃO 78. Sobre as exceções de suspeição e incompetência na justiça laboral, conforme previsão na CLT, assinale a alternativa correta.

a) Das decisões, ainda que terminativas do feito, não caberão recursos.

b) Podem ser opostas, mas não suspenderão o feito.

c) Deverão ser alegadas como matéria de defesa.

d) É vedada a produção de prova oral nessa fase.

e) Suspenderão o processo e não será realizada a audiência de instrução até que se decida a exceção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata do tema exceção de suspeição e incompetência na justiça do trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 799, § 2º, da CLT: "§ 2º Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final."

A alternativa B está incorreta. Há, sim, suspensão do feito. De acordo com art. 799, caput, da CLT: "Art. 799. Nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência."

A alternativa C está incorreta. Apenas as demais exceções, que não as de suspeição e incompetência, serão alegadas como matéria de defesa. De acordo com art. 799, § 1º, da CLT: "§ 1º As demais exceções serão alegadas como matéria de defesa."

A alternativa D está incorreta. É, sim, permitida a prova oral. De acordo com art. 800, § 3º, da CLT: "§ 3º Se entender necessária a produção de prova oral, o juízo designará audiência, garantindo o direito de o excipiente e de suas testemunhas serem ouvidos, por carta precatória, no juízo que este houver indicado como competente"

A alternativa E está correta. De acordo com art. 800, § 1º, da CLT, é exatamente este o trâmite adequado. Vejamos: "Art. 800. Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo. § 1º Protocolada a petição, será suspenso o processo e não se realizará a audiência a que se refere o art. 843 desta Consolidação até que se decida a exceção."

QUESTÃO 79. Assinale a alternativa correta sobre responsabilidades na esfera processual trabalhista, conforme entendimento sumulado do TST.

a) A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

b) Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem solidariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações legais, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.

c) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância e limpeza, ainda que haja a pessoalidade e a subordinação direta.

d) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços quando se tratar de trabalho temporário.

e) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, independentemente se tenha participado da relação processual elou conste no título executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata do tema responsabilidades na esfera processual trabalhista, a partir do entendimento do TST.

A alternativa A está correta. De acordo com a Súmula 331, item VI, do TST: "Súmula 331 do TST: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. (...) VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral."

A alternativa B está incorreta. Os entes da Administração respondem subsidiariamente. De acordo com a Súmula 331, item V, do TST: "Súmula 331 do TST: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. (...) V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada."

A alternativa C está incorreta. De acordo com a Súmula 331, item III, do TST: "Súmula 331 do TST: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. (...) III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta."

A alternativa D está incorreta. De acordo com a Súmula 331, item II, do TST: "Súmula 331 do TST: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. (...) II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988)."

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Súmula 331, item IV, do TST: "Súmula 331 do TST: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. (...) IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial."

QUESTÃO 80. Sobre a atuação da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho, conforme entendimento sumulado, estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, obrigatoriamente, a decisão

a) fundada em súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

b) fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

c) proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, quando desfavorável ao ente público, ressalvadas as exceções.

d) fundada em acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos.

e) fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Fazenda Pública na Justiça do Trabalho

A alternativa A está incorreta. Neste caso, não há sujeição ao duplo grau de jurisdição. De acordo com Súmula 303, item II, alínea "a", do TST: "Súmula 303 do TST. FAZENDA PÚBLICA. REEXAME NECESSÁRIO: (...) II – Também não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em: a) súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;"

A alternativa B está incorreta. Neste caso, não há sujeição ao duplo grau de jurisdição. De acordo com Súmula 303, item II, alínea "c", do TST: "Súmula 303 do TST. FAZENDA PÚBLICA. REEXAME NECESSÁRIO: (...) II – Também não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em: c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;"

A alternativa C está correta. Neste caso, há, sim, sujeição ao duplo grau de jurisdição. De acordo com Súmula 303, item III, do TST: "III - Em ação rescisória, a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses dos incisos anteriores."

A alternativa D está incorreta. Neste caso, não há sujeição ao duplo grau de jurisdição. De acordo com Súmula 303, item II, alínea "b", do TST: "Súmula 303 do TST. FAZENDA PÚBLICA. REEXAME

NECESSÁRIO: (...) II – Também não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em: b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos;"

A alternativa E está incorreta. Neste caso, não há sujeição ao duplo grau de jurisdição. De acordo com Súmula 303, item II, alínea "d", do TST: "Súmula 303 do TST. FAZENDA PÚBLICA. REEXAME NECESSÁRIO: (...) II – Também não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em: d) entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa."

PGM LONDRINA/PR

STJ na luta contra o juridiquês

Por Superior Tribunal de Justiça

Se o idioma oficial do Brasil é o português, a língua predominante na Justiça, ao longo dos tempos, tem sido o "juridiquês" – uma mistura de palavreado técnico com estilo rebuscado e doses abundantes de termos em latim, muito .... gosto dos profissionais do direito, mas de difícil compreensão para o público leigo.

No dia ___ dia dos processos, uma norma que se aplica a situações passadas tem efeito *ex tunc*; a repetição de uma situação jurídica é *bis in idem*; e, se for apenas para argumentar, pode-se dizer *ad argumentandum tantum*. E nem só de latim vive a complicação: denúncia virou exordial increpatória; inquérito policial, caderno indiciário; petição inicial, peça incoativa.

Ciente da importância da informação para o exercício da cidadania, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem adotado, ao longo do tempo, uma série de medidas para levar o conhecimento sobre as decisões judiciais para além dos profissionais especializados, tornando mais abrangente sua comunicação com a sociedade – o que inclui a opção por uma linguagem bem diferente daquela que se consagrou no cotidiano forense.

A mais recente iniciativa da corte nessa direção foi o lançamento de uma nova ferramenta em seu portal na internet, destinada a facilitar a compreensão dos julgamentos pelo público não familiarizado com a linguagem jurídica: agora, as notícias trazem um resumo simplificado, que apresenta o ponto principal da matéria em termos acessíveis para o leigo e está disponível em um ícone logo abaixo do título de cada texto.

A medida está alinhada com as diretrizes do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, lançado em dezembro de 2023 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas integra uma política de aproximação com o cidadão que o STJ já vem seguindo há bastante tempo.

A simplificação da linguagem é uma preocupação constante da Secretaria de Comunicação Social (SCO), em respeito à Política de Comunicação Institucional do STJ, especialmente ao disposto em seus artigos 11 e 13, que exigem clareza, precisão, qualidade e acessibilidade na divulgação de informações sobre as decisões, a jurisprudência, os serviços, os projetos e as ações da corte.

Atenta ___ nece___ades de democratização da informação, a SCO tem apresentado, em suas diferentes plataformas, produtos que facilitam a compreensão da atividade jurisdicional pelo público não especializado.

O Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples materializa os esforços para atender a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, especificamente no que diz respeito à adoção de uma linguagem direta e compreensível pelo público leigo, tanto nas decisões judiciais quanto nas comunicações em geral.

Ao anunciar o pacto durante o *17º Encontro Nacional do Poder Judiciário*, em Salvador, o ministro Luís Roberto Barroso – presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ – apontou a relevância de aprimorar ___ comunicação com os jurisdicionados. "A linguagem codificada e inacessível torna-se um instrumento de e...clusão; precisamos ser capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas", declarou.

O pacto dispõe que o uso de vocabulário técnico não deve representar uma barreira ao entendimento das decisões judiciais. Assim, simplificar a linguagem nas decisões, sem deixar de lado a precisão técnica, passa a ser mais um dos desafios da magistratura para ampliar o acesso à Justiça e à informação – direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

(Disponível em: www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/24032024-STJ-na-luta-contra-o-juridiques-e-por-uma-comunicacao-mais-eficiente-com-a-sociedade.aspx – texto adaptado especialmente para esta prova).

Digitalizado com CamScanner

QUESTÃO 01. Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas nas linhas 05, 27 e 36.

a) à – às – à.

b) à – as – a.

c) a – às – a.

d) a – as – à.

e) a – às – à.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema crase.

Na linha 05, como se trata de palavras iguais ("dia" e "dia"), não há acento indicativo de crase. Portanto, a forma correta da expressão é "dia a dia".

Na linha 27, tem-se o verbo "atentar", que é transitivo indireto e pede a preposição "a"; e tem-se o substantivo "necessidades", que é acompanhado pelo artigo "as". Contraindo-se a preposição "a" (relativa ao verbo "atentar") + o artigo "as" (relativo ao substantivo "necessidades"), ter-se-á o acento indicativo de crase, formando "às". Portanto, a forma correta da expressão é "Atenta às necessidades".

Na linha 36, tem-se o verbo "aprimorar", que é transitivo direto e, portanto, não pede preposição; e tem-se o substantivo "comunicação", que é acompanhado pelo artigo "a". Logo, não há acento indicativo de crase, e a forma correta da expressão é "aprimorar a comunicação".

Portanto, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 02. Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

I. O STJ tem entendimento de que o acesso à informação é um caminho para o exercício da cidadania.

II. Ao longo do tempo, o STF tem buscado se aproximar mais da comunicação com os operadores do direito e com sua linguagem.

III. O CNJ tem criado diferentes produtos para que o público não especializado acesse o conteúdo da atividade jurisdicional em seus canais de comunicação.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas I e III.

e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema interpretação de texto.

O Item I está correto, de acordo com o terceiro parágrafo do texto. Vejamos: "Ciente da importância da informação para o exercício da cidadania, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem adotado, ao longo do tempo, uma série de medidas (...)".

O Item II está incorreto, pois de acordo com o terceiro parágrafo do texto, a busca pela aproximação da comunicação se dá em relação à sociedade, e não em relação aos operadores do direito, ou seja, profissionais especializados. Vejamos: "(...) uma série de medidas para levar o conhecimento sobre as decisões judiciais para além dos profissionais especializados, tornando mais abrangente sua comunicação com a sociedade (...)".

O Item III está incorreto, pois de acordo com o terceiro parágrafo do texto, é o STJ (e não o CNJ) que tem adotado uma série de medidas para que o público não especializado acesse o conteúdo da atividade jurisdicional. Vejamos: "Ciente da importância da informação para o exercício da cidadania, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem adotado, ao longo do tempo, uma série de medidas para levar o conhecimento sobre as decisões judiciais para além dos profissionais especializados, (...)". Ademais, na primeira parte do quarto parágrafo, o texto expõe que o STJ lançou nova ferramenta para facilitar a compreensão dos julgamentos. Vejamos: "A mais recente iniciativa da corte nessa direção foi o lançamento de uma nova ferramenta em seu portal na internet, destinada a facilitar a compreensão dos julgamentos pelo público não familiarizado com a linguagem jurídica: (...)".

QUESTÃO 03. Analise a charge e as asserções a seguir a respeito de sua relação com o texto base:



I. Tanto a charge quanto o texto abordam o tema do uso do jargão técnico da área do direito, conhecido como juridiquês.

CONTUDO,

II. A charge mostra uma cena cuja ironia vai de encontro ao proposto pelo Pacto Nacional do

Judiciário pela Linguagem Simples.

Assinale a alternativa que indica a correta relação entre as assertivas.

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma ressalva correta da I.

b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma ressalva correta da I.

c) A asserção I é uma proposição verdadeira, mas a II é uma proposição falsa.

d) A asserção I é uma proposição falsa, mas a II é uma proposição verdadeira.

e) As asserções I e II são proposições falsas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema interpretação de texto.

O Item I está correto. Tanto o texto como a charge abordam o tema do uso do jargão técnico da área do direito, conhecido como juridiquês. Isto é perceptível no primeiro parágrafo do texto: "Se o idioma oficial do Brasil é o português, a língua predominante na Justiça, ao longo dos tempos, tem sido o "juridiquês" – uma mistura de palavreado técnico com estilo rebuscado e doses abundantes de termos em latim, muito __ gosto dos profissionais do direito, mas de difícil compreensão para o público leigo."

A charge confirma o trecho acima colacionado, em sua segunda fala: "Tudo isso para pedir pão de trigo", indicando um exagero na linguagem do primeiro personagem para falar algo simples como pedir um pão.

O Item II está correto, e é uma ressalva do item I. De acordo com o oitavo parágrafo do texto, referido Pacto visa a adoção de uma linguagem direta e compreensível pelo público leigo. Veja: "O Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples materializa os esforços para atender a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, especificamente no que diz respeito à adoção de uma linguagem direta e compreensível pelo público leigo, tanto nas decisões judiciais quanto nas comunicações em geral."

Portanto, a cena demonstrada na charge, de fato, se opõe ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, já que mostra, de modo irônico, um personagem vestido de juiz (toga) utilizando uma linguagem desnecessariamente rebuscada, carregada de termos em latim, para falar algo simples, qual seja, pedir um pão.

Portanto, a alternativa correta é a letra A. As alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 04. Assinale a alternativa que apresenta a preposição que preenche corretamente a lacuna pontilhada na linha 03.

a) do

b) ao

c) pelo

d) com o

e) em

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema preposição.

No primeiro parágrafo do texto, tem-se o seguinte trecho: "(...) uma mistura de palavreado técnico com estilo rebuscado e doses abundantes de termos em latim, muito __ gosto dos profissionais do direito, mas de difícil compreensão para o público leigo."

Observe que a preposição que corretamente preenche a lacuna é "ao", pois assim tem-se a expressão "ao gosto", que melhor se adequa semanticamente ao trecho.

Portanto, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 05. Analise as assertivas a seguir a respeito da palavra "e__clusão" (l. 37) e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) A lacuna pontilhada deve ser preenchida com a letra "s".

( ) A palavra é um adjetivo uniforme, pois não apresenta flexão de gênero.

( ) Para a formação de seu plural, alteram-se suas vogais finais e acrescenta-se a letra "s".

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V – F – F.

b) V – F – V.

c) F – F – V.

d) F – V – F.

e) F – V – V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema ortografia.

O Item I está incorreto. A grafia correta da palavra é "exclusão", com a letra "x".

O Item II está incorreto. A palavra "exclusão" foi empregada como substantivo, e não como adjetivo.

O Item III está correto. O plural da palavra "exclusão" é formado substituindo-se "-ão" por "-ões"; ou seja, de fato, alteram-se suas vogais finais e acrescenta-se a letra "s".

Portanto, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 06. Assinale a alternativa que poderia substituir corretamente o vocábulo "abundantes" (l. 03) sem causar alterações significativas ao sentido do trecho em que ocorre.

a) Parcas.

b) Exíguas.

c) Frugais.

d) Parcimoniosas.

e) Fartas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata do tema semântica.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas. As palavras "parcas", "exíguas", "frugais" e "parcimoniosas" são todas sinônimas e significam "escassas", "diminutas", "insuficientes", "pequenas", "econômicas".

Logo, entre as alternativas, a única que traz um termo que é sinônima de "abundantes", é o vocábulo "fartas". Portanto, a alternativa E está correta.

QUESTÃO 07. Assinale a alternativa na qual a palavra sublinhada, "que", NÃO tenha sido utilizada como pronome relativo.

a) "uma norma que se aplica a situações passadas" (l. 05).

b) "bem diferente daquela que se consagrou no cotidiano forense" (l. 12-13).

c) "um resumo simplificado, que apresenta o ponto principal da matéria" (l. 16-17).

d) "produtos que facilitam a compreensão da atividade" (l. 28).

e) "O pacto dispõe que o uso de vocabulário técnico" (I. 39).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema pronomes relativos.

A alternativa A está incorreta. A palavra "que", neste caso, é sim pronome relativo, pois retoma o termo anterior "norma".

A alternativa B está incorreta. A palavra "que", neste caso, é sim pronome relativo, pois retoma o termo anterior "daquela".

A alternativa C está incorreta. A palavra "que", neste caso, é sim pronome relativo, pois retoma o termo anterior "resumo".

A alternativa D está incorreta. A palavra "que", neste caso, é sim pronome relativo, pois retoma o termo anterior "produtos".

A alternativa E está correta. A palavra "que", neste caso, é conjunção integrante, e não pronome relativo. Pode-se, por exemplo, substituir o termo "que" e seus seguintes por "isso". Veja: "O pacto dispõe isso".

QUESTÃO 08. Considerando o emprego correto da virgula, analise as assertivas a seguir:

I. Na linha 08, a ocorrência da vírgula hachurada se deve à marcação da omissão de um termo.

II. Na linha 34, o emprego da vírgula separa uma oração adverbial temporal de sua oração principal.

III. Nas linhas 40-41, a dupla vírgula separa uma ressalva feita à ideia anterior de simplificar a linguagem nas decisões.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata do tema pontuação, mais precisamente sobre a vírgula.

O Item I está correto. O trecho em referência é o seguinte: "E nem só de latim vive a complicação: denúncia virou exordial increpatória; inquérito policial, caderno indiciário;". Observe que a vírgula logo após o termo "inquérito policial" indica a elipse (ou seja, a omissão) da forma verbal "virou". Reescrevendo: "(...) denúncia virou exordial increpatória; inquérito policial virou caderno indiciário".

O Item II está correto. O trecho em referência é o seguinte: "Ao anunciar o pacto durante o 17° Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Salvador, o ministro Luís Roberto Barroso (...)". Observe que a vírgula que vem após o termo "Salvador" demarca a separação entre os adjuntos adverbiais de tempo ("ao anunciar o pacto durante (...)") e lugar ("em Salvador") da oração principal ("(...) o ministro Luís Roberto Barroso – presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ – apontou a relevância de aprimorar __ comunicação com os jurisdicionados.").

O Item III está correto. O trecho em referência é o seguinte: "Assim, simplificar a linguagem nas decisões, sem deixar de lado a precisão técnica, passa a ser mais um dos desafios da magistratura para ampliar o acesso à Justiça e à informação (...)". Observe que o termo entre vírgulas ("sem deixar de lado a precisão técnica"), de fato, exprime uma ressalva à ideia anterior de simplificar a linguagem nas decisões.

Portanto, a alternativa correta é a letra E. As alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 09. Assinale a alternativa que indica palavra que NÃO tenha sido formada pelo mesmo processo que o vocábulo "juridiquês".

a) Maldade.

b) Colecionador.

c) Soneca.

d) Amadurecer.

e) Chuvisco.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema morfologia, mais precisamente sobre processo de formação das palavras.

O vocábulo "juridiquês" foi formado pelo processo de sufixação, ou seja, acrescentou-se o sufixo "quês" à palavra "jurídico".

A alternativa A está incorreta. A palavra "maldade" também é formada pelo processo de sufixação, pois acrescentou-se o sufixo "dade" ao vocábulo primitivo "mal".

A alternativa B está incorreta. A palavra “colecionador” também é formada pelo processo de sufixação, pois acrescentou-se o sufixo “dor” ao vocábulo primitivo “colecionar”.

A alternativa C está incorreta. A palavra “soneca” também é formada pelo processo de sufixação, pois acrescentou-se o sufixo “eca” ao vocábulo primitivo “sono”.

A alternativa D está correta. Esta é a única alternativa em que a palavra não é formada por sufixação, e sim por parassíntese, ou seja, acrescentou-se simultaneamente o prefixo “a” e o sufixo “ecer” à palavra “maduro”.

A alternativa E está incorreta. A palavra “chuvisco” também é formada pelo processo de sufixação, pois acrescentou-se o sufixo “isco” ao vocábulo primitivo “chuva”.

QUESTÃO 10. Qual alternativa apresenta a correta reescrita do trecho a seguir, com o desenvolvimento da oração reduzida nele presente?

“precisamos ser capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas”.

a) "é preciso ser capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas".

b) "é preciso que sejamos capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas".

c) "é preciso que seja capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas".

d) "é preciso sejamos capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas".

e) "é preciso que sermos capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas".

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema orações.

Para desenvolver uma oração reduzida, é necessário acrescentar um elemento introdutor, que neste caso será uma conjunção integrante (“que”), bem como conjugar o verbo, que está em sua forma nominal (“ser capazes”). Vejamos a forma correta: “É preciso que sejamos capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas.” Ressalte-se a necessidade do termo “que” como elemento introdutor em “é necessário que”.

Portanto, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 11. Assinale a alternativa que indica o sentido correto com o qual a expressão "para além dos" (I. 11) foi empregada no texto.

a) Para mais pessoas que não só os.

b) Para mais longe dos.

c) Com exceção dos.

d) Para o outro lado dos.

e) Para acima dos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema semântica.

O trecho em referência é o seguinte: "(...) o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem adotado, ao longo do tempo, uma série de medidas para levar o conhecimento sobre as decisões judiciais para além dos profissionais especializados, (...)".

Observe que o sentido pretendido é "levar conhecimento para mais pessoas, além/a mais do que somente os operadores do direito".

Portanto, a alternativa correta é a letra A, pois é a única que traz sentido semelhante ao do trecho em comento. As alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 12. Qual a palavra que, caso tivesse o acento gráfico suprimido, NÃO geraria uma palavra existente na Língua Portuguesa?

a) Público.

b) Denúncia.

c) Ícone.

d) Está.

e) Título.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema acentuação gráfica.

A alternativa A está incorreta. De fato, na língua portuguesa, tem-se tanto a forma “público”, com acento, significando “coletividade, relativo ao governo”, quanto a forma “publico”, sem acento, que advém do verbo “publicar” flexionado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

A alternativa B está incorreta. De fato, na língua portuguesa, tem-se tanto a forma “denúncia”, com acento, significando “queixa, reclamação, acusação”, quanto a forma “denuncia”, sem acento, que advém do verbo “denunciar” flexionado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo.

A alternativa C está correta. Esta é a única alternativa que contém palavra que, caso tivesse o acento gráfico suprimido, geraria uma palavra inexistente na Língua Portuguesa: “icone”.

A alternativa D está incorreta. De fato, na língua portuguesa, tem-se tanto a forma “está”, com acento, que advém do verbo “estar” flexionado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, quanto a forma “esta”, sem acento, que é um pronome demonstrativo.

A alternativa E está incorreta. De fato, na língua portuguesa, tem-se tanto a forma “título”, com acento, significando “expressão que se coloca no começo de um livro, em seus capítulos, em publicação jornalística, filme, etc., para indicar o assunto”, quanto a forma “titulo”, sem acento, que advém do verbo “titular” flexionado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

QUESTÃO 13. Analise as assertivas a seguir a respeito da palavra "rebuscado" (I. 02):

I. A palavra pertence à classe gramatical dos adjetivos.

II. A palavra é variável em relação ao número, mas não em relação ao gênero.

III. Um sinônimo possível na situação em que a palavra ocorre no texto é "elementar".

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas I e III.

e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema morfologia, mais precisamente sobre adjetivos.

O Item I está correto. Observe que na frase “mistura de palavreado técnico com estilo rebuscado e doses abundantes de termos em latim”, o termo “rebuscado” é utilizado para caracterizar o substantivo “estilo”. Portanto, funciona como adjetivo.

O Item II está incorreto. A palavra “rebuscado” é variável tanto em número (“rebuscados”), quanto em gênero (“rebuscada”/”rebuscadas”).

O Item III está incorreto. A palavra “rebuscado” significa “aprimorado”, “requintado”, sendo antônimo (e não sinônimo) de “elementar”, que significa “básico”, “simples”.

Portanto, a alternativa correta é a letra A. As alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 14. Considerando o emprego de elementos coesivos, analise as assertivas a seguir e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) Na linha 13, o pronome demonstrativo "daquela" substitui a palavra "linguagem" (I. 12), que está elíptica.

( ) Na linha 21, o pronome relativo "que" tem como referente a palavra "cidadão" (I. 21).

( ) Na linha 24, o pronome relativo "que" tem como referente a palavra "artigos" (I. 24).

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V – V – V.

b) V – F – V.

c) V – F – F.

d) F – V – F.

e) F – V – V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema coesão.

O Item I está correto. O trecho em referência é o seguinte: “(...) o que inclui a opção por uma linguagem bem diferente daquela que se consagrou no cotidiano forense.”

Observe que o termo “daquela” substitui a palavra “linguagem”, para evitar repetição deste último termo. Reescrevendo: “(...) o que inclui a opção por uma linguagem bem diferente daquela linguagem que se consagrou no cotidiano forense.”

O Item II está incorreto. O trecho em referência é o seguinte: "(...) integra uma política de aproximação com o cidadão que o STJ já vem seguindo há bastante tempo." Observe que o termo "que" retoma a palavra "política", e não a apalavra "cidadão".

O Item III está correto. O trecho em referência é o seguinte: "(...) especialmente ao disposto em seus artigos 11 e 13, que exigem clareza, precisão, qualidade e acessibilidade na divulgação de informações (...)". Observe que o termo "que", de fato, se refere à palavra "artigos", tanto é que o verbo "exigir", que vem logo após o termo "que", está concordando em número com a palavra "artigos", também estando no plural.

Portanto, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 15. Qual a alternativa que apresenta a expressão que possa substituir corretamente "no que diz respeito à" (1. 31) sem causar alterações significativas ao sentido do trecho em que ocorre?

a) em disparidade à.

b) em congruência à.

c) no que tange à.

d) no que acarreta à.

e) no que implica à.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema semântica.

O trecho em referência é o seguinte: "(...) a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, especificamente no que diz respeito à adoção de uma linguagem direta e compreensível pelo público leigo, (...)". Observe que o sentido pretendido é o "referência" ("no que se refere").

Portanto, a alternativa correta é a letra C, pois é a única que traz sentido semelhante ao do trecho em comento. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 16. Na linha 41, a preposição "para" foi empregada para indicar ___, podendo ser substituída por ___, ___ necessárias alterações no período a fim de que se mantenha a sua correção.

Assinale a alternativa que preenche, correta respectivamente, as lacunas do trecho acima.

a) condição – não obstante – sendo

b) condição – não obstante – não sendo

c) condição – a fim de que – sendo

d) finalidade – a fim de que – sendo

e) finalidade – a fim de que – não sendo

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema preposição.

O trecho em referência é o seguinte: "(...) passa a ser mais um dos desafios da magistratura para ampliar o acesso à Justiça e à informação." Observe que a preposição "para", neste caso, indica a finalidade das ações da magistratura, qual seja, ampliar o acesso à justiça. Assim, a preposição poderá ser substituída por "a fim de que", pois também indica finalidade. Por fim, note que, se a pretendida substituição for feita, será, sim, necessária uma alteração no fim do período para que se mantenha a correção gramatical. Reescrevendo, ficaria: "(...) passa a ser mais um dos desafios da magistratura a fim de que se amplie o acesso à Justiça e à informação."

Portanto, a alternativa correta é a letra D. As alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 17. Assinale a alternativa que indica quantas outras alterações seriam obrigatoriamente necessárias caso a palavra "linguagem" fosse substituída por sua forma plural no trecho a seguir: "A linguagem codificada e inacessível torna-se um instrumento de e__clusão".

a) 3

b) 4

c) 5

d) 6

e) 7

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema flexão em número das palavras, mais precisamente sobre a formação do plural.

Reescrevendo o texto em comento, tem-se o seguinte: "As linguagens codificadas e inacessíveis tornam-se um instrumento de e__clusão". Observe que apenas os termos que se referem à palavra "linguagem" sofreram alteração: "as", "codificadas", "inacessíveis", e "tornam-se". A expressão "um instrumento de exclusão" é predicativo do sujeito, não sendo necessário estabelecer concordância.

Portanto, a alternativa correta é a letra B, tendo havido 4 alterações além da alteração realizada na palavra “linguagem”. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 18. A correta classificação do sujeito da forma verbal "pode" no trecho a seguir é: "pode-se dizer ad argumentandum tantum".

a) Oração sem sujeito.

b) Sujeito elíptico.

c) Sujeito simples.

d) Sujeito composto.

e) Sujeito indeterminado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema verbo, mais precisamente sobre sua transitividade.

Observe que tanto o verbo “poder” quanto o verbo “dizer” são transitivos diretos, ou seja, dispensam o uso de preposição. Quando se tem um verbo transitivo direto + a partícula “se”, esta última funciona como partícula apassivadora. Logo, estar-se diante da voz passiva sintética, a qual possui sujeito expresso (sujeito paciente). Reescrevendo, na voz ativa: “Ad argumentandum tantum pode ser dito”. Portanto, o sujeito é simples, qual seja, “ad argumentandum tantum”.

Assim, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 19. Assinale a alternativa que indica o número do termo sublinhado (inserido imediatamente depois dele) que tem a função sintática de adjunto adverbial no trecho a seguir: “o Superior Tribunal de Justiça (STJ) (1) tem adotado, ao longo do tempo (2), uma série de medidas (3) para levar o conhecimento sobre as decisões judiciais (4) para além dos profissionais especializados (5)".

a) 1

b) 2

c) 3

d) 4

e) 5

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema adjunto adverbial.

A alternativa A está incorreta. O trecho "O Superior Tribunal de Justiça (STJ)" é sujeito, e não adjunto adverbial.

A alternativa B está correta. O trecho "ao longo do tempo", de fato, é adjunto adverbial que indica tempo.

A alternativa C está incorreta. O trecho "uma série de medidas" é objeto direto, da locução verbal "tem-se adotado", e não adjunto adverbial.

A alternativa D está incorreta. O trecho "sobre as decisões judiciais" é complemento nominal, do termo "conhecimento", e não adjunto adverbial.

A alternativa E está incorreta. O trecho "dos profissionais especializados" é complemento nominal do termo "além", e não adjunto adverbial.

QUESTÃO 20. A alternativa que indica a correta transposição do trecho a seguir para a voz passiva analítica é: "uma linguagem bem diferente daquela que se consagrou no cotidiano forense".

a) "uma linguagem bem diferente daquela que é consagrada no cotidiano forense".

b) "uma linguagem bem diferente daquela que será consagrou no cotidiano forense"

c) "uma linguagem bem diferente daquela que era consagrada no cotidiano forense".

d) "uma linguagem bem diferente daquela que seria consagrada no cotidiano forense".

e) "uma linguagem bem diferente daquela que foi consagrada no cotidiano forense".

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema verbo, mais precisamente sobre vozes verbais.

Para transformar uma frase da voz passiva sintética para a voz passiva analítica, utiliza-se o verbo "ser" + particípio, mantendo-se o tempo verbal originário. No trecho trazido pelo enunciado, portanto, a forma verbal "consagrou" deve ser substituída por "foi consagrado". Note que ambas estão no pretérito perfeito do indicativo, mantendo-se o tempo verbal. Reescrevendo: "uma linguagem bem diferente daquela que foi consagrada no cotidiano forense".

Assim, a alternativa correta é a letra E. As alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 21. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado. Nesse sentido, é desnecessário o consentimento prévio do titular para o tratamento dos dados pessoais, exceto:

a) Para viabilizar o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

b) Para o exercício regular de direitos em processo judicial.

c) Para o exercício regular de direitos em processo administrativo.

d) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

e) Para o compartilhamento de dados pessoais com outros controladores.

Comentários

A resposta correta é a **letra E.** A questão trata do consentimento prévio para tratamento dos dados pessoais de acordo com a LGPD.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei nº 13.709/2018, que prevê o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador como hipótese de dispensa do consentimento prévio do titular, veja: "Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;".

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei nº 13.709/2018, que prevê o exercício regular de direitos em processo judicial como hipótese de dispensa do consentimento prévio do titular, veja: Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem)".

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei nº 13.709/2018, que prevê o exercício regular de direitos em processo administrativo como hipótese de dispensa do consentimento prévio do titular, veja: "Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem)".

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei nº 13.709/2018, que prevê a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro como hipótese de dispensa do consentimento prévio do titular, veja: "Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;".

A alternativa E está correta, tendo em vista que a Lei nº 13.709/2018 exige consentimento específico para o compartilhamento de dados pessoais com outros controladores, veja: "Art. 7º O tratamento de

dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: § 5º O controlador que obteve o consentimento referido no inciso I do caput deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta Lei."

QUESTÃO 22. Com base no que dispõe a LGPD, analise as assertivas abaixo:

I. A LGDP aplica-se à operação de tratamento de dados realizada por pessoa jurídica de direito privado com sede localizada no estrangeiro, desde que a operação de tratamento seja realizada no Brasil, ressalvada hipótese de exceção expressamente prevista em lei

II. É necessário o consentimento por escrito do titular para tratamento de dados pessoais, ainda que os dados tenham sido tornados manifestamente públicos pelo próprio titular.

III. O consentimento genérico do titular dos dados será nulo.

IV. A revogação do consentimento poderá ser feita apenas pelo titular dos dados pessoais, devendo-se observar o prazo mínimo de um ano para o exercício desse direito, a contar da data de manifestação formal do consentimento. Caso seja necessário revogar o consentimento antes do prazo estabelecido em lei, será necessária exposição fundamentada de motivos e autorização judicial.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas III e IV.

d) Apenas I, II e III.

e) Apenas II, III e IV.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

A afirmação I está correta, pois encontra-se de acordo com o previsto pela Lei nº 13.709/2018, que determina o regime da LGPD como aplicável às operações de tratamento realizadas no território nacional, veja: "Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que: I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional; § 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta."

A afirmação II está incorreta, tendo em vista que a publicização dos dados pelo seu titular dispensa o consentimento referido no artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, veja: "Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: § 4º É dispensada a exigência do consentimento previsto no caput deste artigo para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei."

A afirmação III está correta, tendo em vista que a Lei nº 13.709/2018 exige que o consentimento seja inequívoco, sendo, do contrário, nulo. Vejamos: "Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular. § 4º O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas."

A afirmação IV está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 13.709/2018 quanto à revogação do consentimento, veja: "Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular. § 5º O consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação, nos termos do inciso VI do caput do art. 18 desta Lei."

Desse modo, a única alternativa a reunir somente as afirmações I e III é a letra B, o que torna as demais, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 23. Nos termos da Lei nº 4.298/1992, que dispõe sobre o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina, analise as assertivas abaixo:

I. Os cargos públicos de provimento efetivo ou em comissão deverão ser criados por lei.

II. O estrangeiro, embora regularmente aprovado em concurso público de provas e títulos promovido pelo Município de Londrina, não poderá ser nomeado e empossado, dada a ausência de nacionalidade ou naturalização brasileira.

III. Servidor Público é toda pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo, excluídos os ocupantes de cargo em comissão, os quais serão denominados de empregados públicos.

IV. A promoção e o aproveitamento são formas de provimento de cargos públicos.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e IV.

c) Apenas III e IV.

d) Apenas I, II e III.

e) Apenas II, III e IV.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata da Lei nº 4.298/1992, que dispõe sobre o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina.

A afirmação I está correta, pois está de acordo com o previsto na Lei nº 4.298/1992, veja: "Art. 4º Os cargos públicos, acessíveis a todas as pessoas de nacionalidade brasileira, ou aos estrangeiros na forma da lei, que atendam as condições e preencham os requisitos legais, são criados por lei, em número certo, com denominação própria e vencimento específico pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão. (Redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.134, de 27 de dezembro de 2006)".

A afirmação II está incorreta, tendo em vista que contraria a Lei nº 4.298/1992, que prevê que estrangeiros poderão ser nomeados e empossados, na forma da Lei, vejamos: "Art. 4º Os cargos públicos, acessíveis a todas as pessoas de nacionalidade brasileira, ou aos estrangeiros na forma da lei, que atendam as condições e preencham os requisitos legais, são criados por lei, em número certo, com denominação própria e vencimento específico pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão. (Redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.134, de 27 de dezembro de 2006)" e "Art. 8º São condições e requisitos básicos para ingresso no serviço público: I – nacionalidade brasileira, ou estrangeira, nesse caso atendidos os requisitos de lei específica; (Redação dada pelo art. 2º da Lei nº 10.134, de 27 de dezembro de 2006)".

A afirmação III está incorreta, pois contraria a conceituação de servidor público pela Lei nº 4.298/1992, veja: "Art. 2º Para os efeitos desta lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público."

A afirmação IV está correta, pois está de acordo com o previsto na Lei nº 4.298/1992 quanto às formas de provimento de cargos públicos, veja: "Art. 13. São formas de provimento de cargo público: II – promoção; IV – aproveitamento;".

Dessa forma, a única alternativa a reunir as afirmações I e IV é a letra B, o que torna as demais, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 24. Ana, brasileira, solteira, dentista, foi aprovada em concurso público de provas e títulos para o cargo de cirurgiã-dentista do Município de Londrina, no Estado do Paraná. Após nomeada, Ana foi empossada no cargo em 01 de março de 2024, quinta-feira. Ela irá exercer suas atividades no posto de saúde central, que fica na sede do município. Com base nas informações do caso hipotético e no que dispõe o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina, é correto afirmar que a data limite para que Ana entre em exercício é:

a) 02 de março de 2024.

b) 05 de março de 2024.

c) 06 de março de 2024.

d) 07 de março de 2024.

e) 08 de março de 2024.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do prazo para entrada em exercício disposto na Lei nº 4.928/1992 (Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina).

A alternativa A está incorreta, pois contraria o prazo legal. A Lei nº 4.928/1992 determina que a entrada em exercício ocorrerá no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da posse, veja: "Art. 29. O exercício terá início no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da data da posse."; assim, como Ana foi empossada dia 1º de março, ela terá até o dia 8 de março para entrar em exercício.

A alternativa B está incorreta, pois contraria o prazo legal. A Lei nº 4.928/1992 determina que a entrada em exercício ocorrerá no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da posse, veja: "Art. 29. O exercício terá início no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da data da posse."; assim, como Ana foi empossada dia 1º de março, ela terá até o dia 8 de março para entrar em exercício.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o prazo legal. A Lei nº 4.928/1992 determina que a entrada em exercício ocorrerá no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da posse, veja: "Art. 29. O exercício terá início no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da data da posse."; assim, como Ana foi empossada dia 1º de março, ela terá até o dia 8 de março para entrar em exercício.

A alternativa D está incorreta, pois contraria o prazo legal. A Lei nº 4.928/1992 determina que a entrada em exercício ocorrerá no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da posse, veja: "Art. 29. O exercício terá início no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da data da posse."; assim, como Ana foi empossada dia 1º de março, ela terá até o dia 8 de março para entrar em exercício.

A alternativa E está correta, tendo em vista que a Lei nº 4.928/1992 determina que a entrada em exercício ocorrerá no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da posse, veja: "Art. 29. O exercício terá início no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da data da posse."; assim, como Ana foi empossada dia 1º de março, ela terá até o dia 8 de março para entrar em exercício.

QUESTÃO 25. Nos termos do Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a

estágio probatório pelo período de ___ anos de efetivo exercício. Durante esse período, o servidor será avaliado a cada ___ meses, a fim de que seja verificado seu desempenho no cargo. O servidor deverá ser cientificado do teor de cada uma das avaliações de desempenho e, sendo verificado parecer contrário à sua permanência no serviço público, este poderá apresentar defesa no prazo de até ___ dias contados da notificação do parecer.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

a) 02 - 06 meses - 05

b) 02 - 01 ano - 10

c) 03 - 06 meses - 05

d) 03 - 06 meses - 10

e) 03 - 01 ano - 10

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata da Lei nº 4.928/1992 ou Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina.

A alternativa C está correta, pois é a única a preencher as lacunas corretamente, apresentando os prazos previstos na Lei nº 4.928/1992, vejamos: Quanto ao prazo de estágio probatório, a Lei estabelece: "Art. 37. O servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de três anos de efetivo exercício, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes requisitos: (Redação do 'caput' dada pelo art. 3º da Lei nº 10.134, de 27 de dezembro de 2006)"; quanto ao prazo de avaliação: "Art. 38. O servidor em estágio probatório será avaliado semestralmente por comissão instituída para essa finalidade, com base em sistema estabelecido pelo órgão de pessoal competente através de regulamento específico. (Redação dada pelo art. 2º da Lei nº 10.814, de 7 de dezembro de 2009)" e quanto ao prazo para apresentação de defesa: "§ 4º Constatado, parecer contrário à permanência do servidor no estágio, procederá à notificação do mesmo para, querendo, apresentar defesa no prazo de cinco dias. (Redação dada pelo art. 2º da Lei nº 10.814, de 7 de dezembro de 2009).", resultando os prazos de 3 anos, 6 meses e 5 dias, respectivamente, o que torna as demais alternativas incorretas.

QUESTÃO 26. A Lei Orgânica do Município de Londrina poderá ser emendada mediante proposta:

a) De metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

b) Do Prefeito Municipal.

c) Do Vice-Prefeito Municipal.

d) Do Presidente da Câmara de Vereadores.

e) De qualquer um dos Secretários Municipais.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata da Lei Orgânica do Município de Londrina e dos legitimados a emendá-la.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica Municipal de Londrina, que prevê somente as seguintes autoridades como legitimadas a emendá-la: "Art. 27. A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta: I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - Do Prefeito Municipal;".

A alternativa B está correta, pois encontra-se de acordo com a Lei Orgânica Municipal de Londrina, que prevê: "Art. 27. A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta: I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - Do Prefeito Municipal;".

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica Municipal de Londrina, que prevê somente as seguintes autoridades como legitimadas a emendá-la: "Art. 27. A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta: I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - Do Prefeito Municipal;".

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica Municipal de Londrina, que prevê somente as seguintes autoridades como legitimadas a emendá-la: "Art. 27. A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta: I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - Do Prefeito Municipal;".

A alternativa E está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica Municipal de Londrina, que prevê somente as seguintes autoridades como legitimadas a emendá-la: "Art. 27. A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta: I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - Do Prefeito Municipal;".

QUESTÃO 27. Considerando o previsto na Lei Municipal nº 9.337/2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários das Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Londrina, assinale a alternativa incorreta sobre as regras para promoção na carreira.

a) A promoção na carreira por merecimento ocorrerá em anos ímpares, sendo concedida sempre no mês de outubro.

b) O processo de promoção por competências e habilidades ocorrerá por meio de testes compatíveis com a função em que ocorrerá o provimento, análise do currículo, tempo de serviço no setor de referência e perícia médica.

c) No processo de promoção por competências e habilidades, o currículo será pontuado em até 100 pontos, sendo que os títulos de mestrado e doutorado pontuam, respectivamente, 30 e 50 pontos.

d) Será realizada, antes do resultado final do processo de promoção por competências e habilidades, perícia médica para verificar a aptidão física e mental ao exercício da nova função, que será realizada pelo órgão de gestão de saúde ocupacional.

e) A promoção na carreira por conhecimento é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior da tabela de vencimentos, e poderá ser requerida pelo servidor que tenha pelo menos 4 anos de exercício no cargo e na referência em que estiver posicionado.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão aborda a Lei Municipal nº 9.337/2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários das Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Londrina.

A alternativa A está correta, pois encontra-se em conformidade com a Lei Municipal nº 9.337/2004, vejamos: "Art. 12. A promoção na carreira por merecimento é a passagem do nível atual para os níveis imediatamente superiores da tabela de vencimentos e ocorrerá em anos ímpares, sendo concedida sempre no mês de outubro, conforme regulamento de abertura e demais disposições deste artigo. (Redação alterada pelo art. 7º da Lei nº 11.653, de 29 de junho de 2012)."

A alternativa B está correta, pois encontra-se em conformidade com a Lei Municipal nº 9.337/2004, vejamos: "Art. 10. O processo de promoção por competências e habilidades ocorrerá por meio de:(Redação alterada pelo art. 6º da Lei nº 11.653, de 29 de junho de 2012). I – Testes compatíveis com a função em que ocorrerá o provimento; II – Análise do currículo; III – Tempo de serviço no setor de referência; e, IV – Perícia Médica."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que contraria o que determina a Lei Municipal nº 9.337/2004 no que diz respeito à pontuação máxima do currículo, que será de 200 e não de 100 pontos; bem como às pontuações dos títulos de mestrado e doutorado, veja: "Art. 10. O processo de promoção por competências e habilidades ocorrerá por meio de: (...) § 1º A nota máxima dos testes a que se referem o inciso I do caput deste artigo será de cem (100) pontos, e, será eliminado aquele não atingir a metade da pontuação ou a pontuação média dos demais participantes, considerada a menor delas. § 2º O currículo será pontuado até o limite de duzentos (200) pontos, considerados os fatores abaixo relacionados, limitando-se a cento e oitenta (180) pontos a soma da pontuação constante nos incisos I a VIII, que deverão guardar compatibilidade direta com a função a que se pretende e suas complexidades: VI – curso de mestrado: 150 pontos; VII – curso de doutorado: 160 pontos;".

A alternativa D está correta, pois encontra-se em conformidade com a Lei Municipal nº 9.337/2004, vejamos: "Art. 10. O processo de promoção por competências e habilidades ocorrerá por meio de:(Redação alterada pelo art. 6º da Lei nº 11.653, de 29 de junho de 2012). § 9º Será realizada, antes do resultado final do processo, perícia médica para verificar a aptidão física e mental ao exercício da nova função, que será realizada pelo órgão de gestão de saúde ocupacional."

A alternativa E está correta, pois encontra-se em conformidade com a Lei Municipal nº 9.337/2004, vejamos: "Art. 8º A promoção na carreira por conhecimento é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior da tabela de vencimentos, mediante a apresentação de requerimento do servidor interessado, que poderá ser feita a cada 4 (quatro) anos de exercício, contados da data de posicionamento na atual referência, desde que cumpridos todos os requisitos previstos no § 1º deste artigo, conforme regulamento específico a ser editado pelo Executivo Municipal.(Redação alterada pelo art. 1º da Lei nº 12.503, de 5 de maio de 2017)."

QUESTÃO 28. Sobre o quadro de cargos em comissão previsto na Lei Municipal n° 9.337/2004, analise as assertivas abaixo:

I. O quadro de cargos em comissão está estruturado em quadro de agentes políticos e quadro de cargos de assessoramento superior.

II. Os cargos em comissão serão providos mediante livre escolha do Prefeito do Município dentre as pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público.

III. Os cargos comissionados de assessoramento superior serão lotados no Gabinete do Prefeito, exclusivamente.

Quais estão corretas?

a) Apenas III.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão aborda a Lei Municipal nº 9.337/2004, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Londrina.

A afirmação I está correta, tendo em vista que está de acordo com o previsto pela Lei Municipal nº 9.337/2004, veja: "Art. 33. O quadro de cargos em comissão constante do Anexo III está estruturado em: I – Quadro de Agentes Políticos; e, II – Quadro de Cargos de Assessoramento Superior."

A afirmação II está correta, tendo em vista que está de acordo com o previsto pela Lei Municipal nº 9.337/2004, veja: "Art. 35. Os cargos em comissão serão providos mediante livre escolha do Prefeito do Município dentre as pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público."

A afirmação III está correta, tendo em vista que está de acordo com o previsto pela Lei Municipal nº 9.337/2004, veja: "Art. 36. O ato de lotação dos ocupantes de cargos comissionados deverá dispor que: II – os cargos de assessoramento superior serão lotados no Gabinete do Prefeito, exclusivamente."

A única alternativa a conter as três afirmações, I, II e III, é a letra E, o que torna as demais alternativas, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 29. Sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, analise as assertivas abaixo:

I. O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular são formas de exercício da soberania popular.

II. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros à Câmara Municipal, subscrito por no mínimo 5% da população total do Município.

III. O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto e não poderá ser rejeitado por vício de forma.

IV. É vedada a realização de plebiscito ou referendo nos seis meses que antecederem a qualquer pleito eleitoral.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas II e IV.

c) Apenas I, II e III.

d) Apenas I, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A resposta correta é a **letra D.** A questão trata do plebiscito, referendo e da iniciativa popular de acordo com a Lei Orgânica Municipal de Londrina.

A afirmação I está correta, pois é o que prevê o art. 7º da Lei Orgânica do Município de Londrina, veja: "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular."

A afirmação II está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica do Município de Londrina, que exige a subscrição de, no mínimo, 5% do eleitorado - e não da população - para apresentação da iniciativa

popular. Veja: "Art. 9º A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros à Câmara Municipal, subscrito por no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município."

A afirmação III está correta, pois está em conformidade com a LOM de Londrina, veja: "Art. 9º A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros à Câmara Municipal, subscrito por no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município. § 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto. § 2º O projeto de que trata este artigo não poderá ser rejeitado por vício de forma, devendo a comissão competente da Câmara providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação."

A afirmação IV está correta, pois está em conformidade com a LOM de Londrina, veja: "Art. 8º Plebiscito ou referendo são consultas formuladas à população para que esta delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza legislativa ou administrativa. § 9º Fica vedada a realização de plebiscito ou referendo nos seis meses que antecederem a qualquer pleito eleitoral."

Dessa forma, a única alternativa a conter somente as afirmações corretas, I, III e IV, é a letra D, tornando as demais, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 30. Marli, servidora pública municipal de Londrina, ingressou no serviço público no dia 01 de março de 1995, no mesmo dia em que completou 30 anos de idade. Marli adora o que faz e, mesmo já transcorridos mais de 25 anos de prestação de serviço público, quer seguir trabalhando, pois não deseja aposentar-se nesse momento. Com base no que dispõe a Lei Orgânica do Município de Londrina sobre a aposentadoria de servidores titulares de cargo de provimento efetivo, qual será a data limite que Marli poderá seguir trabalhando até que seja aposentada compulsoriamente?

a) 01 de março de 2025.

b) 01 de março de 2030.

c) 01 de março de 2033.

d) 01 de março de 2035.

e) 01 de março de 2040.

Comentários

A resposta correta é a **letra E.** A questão trata da aposentadoria compulsória, conforme a Lei Orgânica do Município de Londrina.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, o servidor titular de cargo efetivo terá aposentadoria compulsória aos 75 anos, e Marli completará tal idade em 01/03/2040. Veja: "Art. 67. O regime próprio de previdência social dos

servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, incluídas as autarquias e fundações, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 58, de 8 de dezembro de 2022). § 1º O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 58, de 8 de dezembro de 2022). II – compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, o servidor titular de cargo efetivo terá aposentadoria compulsória aos 75 anos, e Marli completará tal idade em 01/03/2040. Veja: "Art. 67. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, incluídas as autarquias e fundações, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 58, de 8 de dezembro de 2022). § 1o O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 58, de 8 de dezembro de 2022). II – compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, o servidor titular de cargo efetivo terá aposentadoria compulsória aos 75 anos, e Marli completará tal idade em 01/03/2040. Veja: "Art. 67. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, incluídas as autarquias e fundações, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 58, de 8 de dezembro de 2022). § 1o O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 58, de 8 de dezembro de 2022). II – compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, o servidor titular de cargo efetivo terá aposentadoria compulsória aos 75 anos, e Marli completará tal idade em 01/03/2040. Veja: "Art. 67. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, incluídas as autarquias e fundações, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 58, de 8 de dezembro de 2022). § 1o O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 58, de 8 de dezembro de 2022). II – compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;".

A alternativa E está correta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, o servidor titular de cargo efetivo terá aposentadoria compulsória aos 75 anos, e Marli completará tal idade em 01/03/2040. Veja: "Art. 67. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, incluídas as autarquias e fundações, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 58, de 8 de dezembro de 2022). § 1o O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 58, de 8 de dezembro de 2022). II – compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;".

QUESTÃO 31. Ao interpretar determinada questão constitucional, o juiz utilizou um método de interpretação que partiu da Constituição para o problema, valendo-se de suas pré-compreensões sobre o tema para obter o sentido da norma. Considerando as características do método de interpretação utilizado, é correto assinalar que o magistrado, ao apreciar a matéria, utilizou o método de interpretação constitucional denominado:

a) Tópico-problemático.

b) Hermenêutico-concretizador.

c) Científico-espiritual.

d) Normativo-estruturante.

e) De comparação constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão versa sobre os Métodos de Interpretação da Constituição.

O denominado tópico-problemático é um método de interpretação constitucional que pressupõe a compreensão do problema concreto. Nesse sentido, temos a primazia do problema sobre a norma. A doutrina e a jurisprudência são utilizadas como meros pontos de apoio. Inclusive, isso pode causar uma insegurança interpretativa. Tal método possui as seguintes características: i) busca resolver problemas concretos; ii) a lei constitucional tem caráter aberto; iii) discussão do problema de forma preferencial. O ideal é que o intérprete siga o caminho da norma para o problema e não do problema para a norma.

A diferença do método hermenêutico-concretizador e do tópico-problemático é que o primeiro dá prevalência ao texto constitucional e não ao problema, enquanto o segundo supervaloriza o problema e relativiza a norma. As alternativas B, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 32. Sobre a intervenção nos Municípios, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A União não intervirá nos Municípios localizados em Estados, exceto, dentre outras hipóteses, para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

II. O Estado não intervirá em seus Municípios, exceto, dentre outras hipóteses, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos ou não, a dívida fundada.

III. A decretação da intervenção da União nos Municípios, para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre a Intervenção nos Municípios.

A Intervenção é um instrumento utilizado pelo Constituinte de 1988 com a finalidade de suprimir a autonomia dos entes federativos em hipóteses específicas. A regra é a não intervenção de um ente sobre o outro. Tal mecanismo deve ser utilizado de forma excepcional e temporária.

O item I está incorreto. A Intervenção Federal apenas pode ser decretada nos Municípios localizados em Territórios Federais. A intervenção em Município situado em um Estado não poderá ser decretada pela União, porque é hipótese de intervenção estadual, nos termos dos arts. 34 e 35 da CF/88.

O item II está incorreto. Conforme o art. 35, II da CF/88, o Estado não intervirá em seus Municípios, exceto, dentre outras hipóteses, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada. Perceba que precisa ser por dois anos consecutivos. O erro da alternativa está no "ou não".

O item III está incorreto. A assertiva não indica se o Município está localizado em Território Federal ou Estado. Além disso, é hipótese de intervenção da União nos Estados, prevista no art. 34, IV da CF/88.

Diante do exposto, os itens I, II e III estão incorretos.

QUESTÃO 33. A respeito do processo legislativo, e sua previsão constitucional, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

b) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição.

c) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara dos Deputados, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

d) Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

e) As leis complementares serão aprovadas por maioria de dois terços dos parlamentares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão versa sobre o Processo Legislativo.

A alternativa A está incorreta. Essa alternativa reproduz integralmente o art. 60, III da CF/88: "A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros".

A alternativa B está incorreta. Aqui, temos a literalidade do art. 61 da CF/88: "A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição".

A alternativa C está incorreta. A banca reproduziu fielmente o disposto no §2º do art. 61 da CF/88: "A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles".

A alternativa D está incorreta. Essa alternativa reproduz a literalidade do art. 63, II da CF/88: "Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público".

A alternativa E está correta. Não é correto afirmar que as leis complementares serão aprovadas por maioria de dois terços dos parlamentares. O art. 69 da CF/88 prevê que "as leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta".

QUESTÃO 34. Em relação à repartição das receitas tributárias, considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

b) Pertencem aos Municípios 30% (trinta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios.

c) Pertencem aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

d) Os contratos, os acordos, os ajustes, os convênios, os parcelamentos ou as renegociações de débitos de qualquer espécie, inclusive tributários, firmados pela União com os entes federativos conterão cláusulas para autorizar a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados relacionados às respectivas cotas nos Fundos de Participação ou aos precatórios federais.

e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata sobre a Repartição das Receitas Tributárias.

A alternativa A está incorreta. A banca reproduziu fielmente o disposto no art. 157, I da CF/88: Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

A alternativa B está correta. O erro está no percentual, não é 30%, o certo é 50%. Nos termos do art. 158, III da CF/88, temos que: "Pertencem aos Municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios".

A alternativa C está incorreta. Essa alternativa é a literalidade do art. 158, IV, b da CF/88: "Pertencem aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação".

A alternativa D está incorreta. É a exata previsão do art. 160, §2º da CF/88: "Os contratos, os acordos, os ajustes, os convênios, os parcelamentos ou as renegociações de débitos de qualquer espécie, inclusive tributários, firmados pela União com os entes federativos conterão cláusulas para autorizar a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados relacionados às respectivas cotas nos Fundos de Participação ou aos precatórios federais".

A alternativa E está incorreta. A alternativa indica exatamente o previsto no art. 162 da CF/88: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio".

QUESTÃO 35. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível.

b) A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

c) A plena proteção constitucional à liberdade de imprensa é consagrada pelo binômio liberdade com responsabilidade, vedada qualquer espécie de censura prévia. Admite-se a possibilidade posterior de análise e responsabilização, inclusive com remoção de conteúdo, por informações comprovadamente injuriosas, difamantes, caluniosas, mentirosas, e em relação a eventuais danos materiais e morais. Isso porque os direitos à honra, intimidade, vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas.

d) É constitucional lei estadual que assegura, percentual das vagas oferecidas para a universidade pública local a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em instituições públicas ou privadas da mesma unidade federativa.

e) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão aborda as jurisprudências do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está incorreta. No RE 859.376, o STF fixou a seguinte tese: "É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível".

A alternativa B está incorreta. Foi fixada a seguinte tese no RE 1.211.446: "A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade".

A alternativa C está incorreta. O STF definiu a seguinte tese no RE 1.075.412: "1. A plena proteção constitucional à liberdade de imprensa é consagrada pelo binômio liberdade com responsabilidade, vedada qualquer espécie de censura prévia. Admite-se a possibilidade posterior de análise e responsabilização, inclusive com remoção de conteúdo, por informações comprovadamente injuriosas, difamantes, caluniosas, mentirosas, e em relação a eventuais danos materiais e morais. Isso porque os direitos à honra, intimidade, vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões

ilícitas externas. 2. Na hipótese de publicação de entrevista em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se: (i) à época da divulgação, havia indícios concretos da falsidade da imputação; e (ii) o veículo deixou de observar o dever de cuidado na verificação da veracidade dos fatos e na divulgação da existência de tais indícios".

A alternativa D está correta. Não é correto afirmar que é constitucional lei estadual que assegura, percentual das vagas oferecidas para a universidade pública local a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em instituições públicas ou privadas da mesma unidade federativa. De acordo com o entendimento do STF, no RE 614.873, temos que: "É inconstitucional, por ferimento ao artigo 19, III, da Constituição Federal, a reserva de vagas em universidades públicas estaduais para candidatos que exija dos candidatos terem cursado o ensino médio integralmente no respectivo ente federativo".

A alternativa E está incorreta. De acordo com a tese fixada pelo STF no RE 842.844, "a trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado".

QUESTÃO 36. Segundo o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

b) É competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

c) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

d) Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

e) Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão aborda o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está correta. Tal alternativa está errada, porque a súmula vinculante nº 49 estabelece que "ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área". A alternativa vai no sentido contrário na súmula.

A alternativa B está incorreta. De acordo com a súmula vinculante nº 38, "é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial".

A alternativa C está incorreta. A súmula vinculante nº 3 estabelece que: "Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão".

A alternativa D está incorreta. A súmula nº 642 do STF indica que: "Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal".

A alternativa E está incorreta. De acordo com o entendimento do STF na súmula 667 do STF, temos que: "Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa".

QUESTÃO 37. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O deferimento de sequestro de rendas públicas para pagamento de precatório deve se restringir às hipóteses enumeradas taxativamente na Constituição Federal de 1988.

b) É inconstitucional a disposição do Conselho Nacional de Justiça que prevê a facultatividade de representação por advogado ou defensor público nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs).

c) É inconstitucional - por violar o art. 39, §4º, da CF/88, haja vista o caráter de indevido acréscimo remuneratório - norma estadual que prevê adicional de "auxílio-aperfeiçoamento profissional" aos seus magistrados.

d) É inconstitucional - por violar a competência da União para dispor sobre a magistratura brasileira, tanto na justiça estadual como na justiça federal - norma estadual que permite a remoção entre juízes de direito vinculado a diferentes tribunais de justiça.

e) É constitucional - por não violar o princípio da legalidade - lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão aborda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está incorreta. No RE 840.435, o STF fixou a seguinte tese: "o deferimento de sequestro de rendas públicas para pagamento de precatório deve se restringir às hipóteses enumeradas taxativamente na Constituição Federal de 1988".

A alternativa B está correta. Está errado afirmar que é inconstitucional. Na ADI 6.324, o STF fixou tese no seguinte sentido: "É constitucional a disposição do Conselho Nacional de Justiça que prevê a facultatividade de representação por advogado ou defensor público nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs)."

A alternativa C está incorreta. Na ADI 5.407, o STF fixou o seguinte entendimento: "É inconstitucional - por violar o art. 39, § 4º, da CF/1988, haja vista o caráter de indevido acréscimo remuneratório - norma estadual que prevê adicional de “auxílio-aperfeiçoamento profissional” aos seus magistrados".

A alternativa D está incorreta. De acordo com o STF, na ADI 6.782, temos que: "É inconstitucional - por violar a competência da União para dispor sobre a magistratura brasileira, tanto na justiça estadual como na justiça federal - norma estadual que permite a remoção entre juízes de direito vinculados a diferentes tribunais de justiça".

A alternativa E está incorreta. O disposto na alternativa é o exato entendimento do STF na ADI 4.235, vejamos: "É constitucional - por não violar o princípio da legalidade - lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais".

QUESTÃO 38. Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Caso o Município Alfa pretenda licitar obra com recursos que envolvam empréstimo oriundo de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República, submetendo-se o contrato à Lei nº 14.133/2021.

II. Uma repartição pública brasileira, sediada no exterior, em suas contratações, obedecerá às peculiaridades locais e aos princípios básicos fixados na Lei nº 14.133/2021, consoante regulamentação específica editada por ministro de Estado.

III. Caso o Município Beta firme contrato que tenha por objeto operação de crédito interno, a contratação deverá ser objeto de regular procedimento licitatório.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois apenas as assertivas I e II estão corretas. A questão trata de regras gerais a respeito da aplicabilidade da Lei 14.133/2021.

O item I está correto. Eventuais contratações públicas que sejam viabilizadas por meio de empréstimos oriundos de organismos financeiros de que o Brasil participe podem vir a observar condições advindas de acordos internacionais que tenham sido aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República (e que, portanto, sejam válidos no ordenamento jurídico brasileiro), conforme o art. 1º, §3º, da Lei 14.133/2021, sendo que essas condições podem inclusive divergir das normas aplicáveis às licitações em geral. Destaca-se, ademais, que a Lei 14.133/2021 permanece sendo aplicável a esses contratos, principalmente pelo fato de que o seu art. 3º, que elenca as contratações públicas às quais não se aplica a referida legislação, não faz nenhuma menção a essa situação específica.

O item II está correto. De fato, por expressa disposição legal (art. 1º, §2º, Lei 14.133/2021), as repartições públicas brasileiras situadas no exterior (por exemplo, um consulado) devem obedecer às peculiaridades locais e aos princípios básicos da Lei 14.133/2021 para as suas contratações. Essa disposição visa evitar que as contratações das referidas repartições se tornem inviáveis, tendo em vista que a realidade local pode impor a observância de outros preceitos que não se aplicam no Brasil.

O item III está incorreto. Na verdade, os contratos que tenham por objeto alguma operação de crédito, seja ele interno ou externo, não se submetem ao regime de licitações, conforme dispõe o art. 3º, I, da Lei 14.133/2021.

QUESTÃO 39. O Município Beta recebeu, em sua ouvidoria, uma reclamação sobre a prestação dos serviços públicos concedidos de água e esgoto, contratados na forma da Lei nº 8.987/1995. O usuário, em sua reclamação, sustentou que o serviço não estava sendo prestado de forma adequada, uma vez que não satisfazia as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. O prefeito, ao consultar a Procuradoria do Município sobre a questão, recebeu a informação de que, efetivamente, o serviço não estava observando a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Dessa forma, o serviço prestado não satisfazia a condição de:

a) Regularidade.

b) Eficiência.

c) Continuidade.

d) Atualidade.

e) Generalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das concessões de serviços públicos, nos termos da Lei 8.987/1995.

A alternativa D está correta. Para encontrar a resposta, era necessário observar que, de acordo com o enunciado, o serviço público concedido (água e esgoto) não estava observando a modernidade das técnicas, do equipamento, das instalações e da sua conservação, bem como a melhoria e a expansão do serviço. Com base nessas informações, é possível realizar a subsunção do caso concreto apresentado ao §2º do art. 6º da Lei 8.987/1995, que dispõe: "A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço".

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 40. Em relação à intervenção do Estado na propriedade, notadamente o disposto no Decreto-Lei nº 3.365/1941 quanto à desapropriação, assinale a alternativa incorreta.

a) É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República.

b) A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. A declaração de utilidade pública poderá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

c) Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do §2º o do art. 9º da Lei nº 13.465/2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias.

d) A efetivação da desapropriação para fins de criação ou ampliação de distritos industriais depende de aprovação, prévia e expressa, pelo Poder Público competente, do respectivo projeto de implantação.

e) Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas do expropriante ou seus representantes autorizados a ingressar nas áreas compreendidas na declaração, inclusive para realizar inspeções e levantamentos de campo, podendo recorrer, em caso de resistência, ao auxílio de força policial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata de regras gerais envolvendo a desapropriação, nos termos do Decreto-Lei 3.365/1941.

A alternativa A está incorreta. Essa alternativa reproduz integralmente uma vedação à desapropriação que está exposta no §3º do art. 2º do Decreto-Lei 3.365/1941: "É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República".

A alternativa B está correta. O erro da alternativa está na sua parte final, pois é incorreto afirmar que a declaração de utilidade pública "poderá" compreender a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra e as zonas que forem objeto de valorização extraordinária, tendo em vista que, por expressa disposição legal, tais áreas deverão estar compreendidas na referida declaração. Isso pode ser observado a partir da leitura do art. 4º do Decreto-Lei 3.365/1941: "A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda".

A alternativa C está incorreta. Essa alternativa corresponde fielmente ao que está exposto no art. 4º-A do Decreto-Lei 3.365/1941: "Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias". Essas medidas compensatórias visam resguardar a população que ocupava o imóvel objeto da desapropriação, e elas podem incluir, por exemplo, a realocação daquelas pessoas ou o pagamento de uma compensação financeira suficiente para garantir o seu restabelecimento em outro local.

A alternativa D está incorreta. Aqui, a banca trouxe a literalidade do §2º do art. 5º do Decreto-Lei 3.365/1941, que estabelece o seguinte: "A efetivação da desapropriação para fins de criação ou ampliação de distritos industriais depende de aprovação, prévia e expressa, pelo Poder Público competente, do respectivo projeto de implantação".

A alternativa E está incorreta. Essa possibilidade de ingresso nas áreas compreendidas na declaração de utilidade pública, inclusive com auxílio de força policial (se necessário), está prevista no art. 7º do Decreto-Lei 3.365/1941: "Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas do expropriante ou seus representantes autorizados a ingressar nas áreas compreendidas na declaração, inclusive para realizar inspeções e levantamentos de campo, podendo recorrer, em caso de resistência, ao auxílio de força policial". Nesses casos, o parágrafo único do referido artigo ressalta que, ocorrendo algum dano ou algum excesso por parte dos agentes públicos, será cabível a indenização por perdas e danos, além de eventual responsabilização no âmbito penal.

QUESTÃO 41. À luz do novo regime administrativo fixado pela Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.654/1942), analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Para eliminar incerteza jurídica na aplicação do direito público, exceto no caso de expedição de licença, o Prefeito do Município Alfa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso,

após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.

II. A edição de atos normativos por secretário municipal, em qualquer hipótese, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

III. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou culpa grave.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois todas as assertivas estão incorretas. A questão trata de regras gerais expostas dentro da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

O item I está incorreto. A afirmação trazida pela banca está quase integralmente correta, pois, de fato, a legislação autoriza que o gestor público realize a celebração de um compromisso com os interessados visando evitar irregularidades, incertezas jurídicas ou situações contenciosas na aplicação do direito público. Todavia, o erro está em afirmar que essa sistemática não é aplicável na expedição de licenças, pois o art. 26 da LINDB afirma expressamente o contrário: "Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial".

O item II está incorreto. Novamente, essa assertiva está quase totalmente correta, pois o secretário municipal, que é uma autoridade administrativa, pode optar pela realização de consulta pública antes de tomar uma decisão a respeito de um determinado tema, o que tem o efeito de aumentar a participação popular na tomada de decisão e, consequentemente, aumentar a sua legitimidade. Todavia, essa conduta não pode ser feita em qualquer hipótese (como afirma a assertiva), tendo em vista que, conforme o art. 29 da LINDB, os atos de mera organização interna não podem ser submetidos a esse procedimento.

O item III está incorreto. Pela literalidade da LINDB (art. 28), o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro, não havendo qualquer menção à culpa grave. Apesar de ser possível afirmar que o erro grosseiro consiste em uma culpa grave, o

enunciado expressamente exigiu a resposta de acordo com a LINDB, o que torna essa assertiva incorreta, tendo em vista que ela está em desacordo com a literalidade da legislação. Além do mais, considerando que os itens I e II estão claramente incorretos, não haveria nenhuma alternativa a ser marcada se o item III fosse considerado correto, tendo em vista que as alternativas não trazem essa possibilidade.

QUESTÃO 42. O Município Ômega pretende contratar parceria público-privada para a execução de uma obra pública, orçada em R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com prazo de execução estimado em 5 (cinco) anos. Consultada, a procuradoria do município exarou parecer sobre a pretensão do município assinalando, corretamente, que:

a) A contratação é viável, uma vez atendidos todos os requisitos fixados pela Lei nº 11.079/2004.

b) A contratação não é possível, pois o valor orçado é inferior ao fixado, pela legislação de regência, para a contratação de parceria público-privada, estabelecido em R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

c) A contratação não é possível, em razão do prazo de execução estimado ser inferior ao estabelecido pela legislação de regência, que exige um prazo mínimo de 10 (dez anos).

d) A contratação implicaria a adoção da modalidade de concessão patrocinada.

e) A contratação não é possível em razão de seu objeto, vedado pela legislação de regência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da parceria público-privada, que é disciplinada pela Lei 11.079/2004.

A parceria público-privada, também chamada de concessão especial de serviço público, consiste em um acordo (ou seja, uma parceria) entre o ente público e um particular, com o intuito principal de atrair o setor privado para investimentos em projetos de grande vulto. Essa parceria pode ser firmada nas modalidades de concessão patrocinada (em que uma parte da remuneração do parceiro privado será proveniente das tarifas cobradas dos usuários) ou de concessão administrativa (em que a própria Administração Pública será a usuária do serviço prestado e, portanto, ela irá realizar o pagamento do parceiro privado). Todavia, a legislação estabelece algumas vedações para a formalização de uma parceria público-privada, e, para responder corretamente a essa questão, é necessário ter conhecimento dessas vedações, que estão expostas na Lei 11.079/2004: "Art. 2º [...] § 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada: I - cujo valor do contrato seja inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública".

Portanto, a alternativa E está correta, tendo em vista que a parceria público-privada não pode ser firmada exclusivamente para a execução de uma obra pública. Por outro lado, o valor da contratação e

o seu prazo de duração estão dentro daquilo que a legislação exige e, em tese, não impediriam a formalização da parceria.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme comentários da alternativa E.

QUESTÃO 43. Deoclécia é autoridade pública sujeita à Lei nº 9.784/1999, lhe sendo atribuídas as seguintes competências:

1. Edição de atos de caráter normativo no âmbito municipal.

2. Decisão de recursos administrativos.

3. Privativa, para indicar o presidente de empresa pública.

Considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

a) Todas as competências listadas são indelegáveis.

b) Apenas as competências indicadas nos itens 1 e 2 são indelegáveis.

c) Apenas as competências indicadas nos itens 1 e 3 são indelegáveis.

d) Apenas as competências indicadas nos itens 2 e 3 são indelegáveis.

e) Todas as competências são delegáveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das competências delegáveis e indelegáveis, de acordo com a Lei 9.784/99.

A alternativa B está correta. Como regra geral, na ausência de um impedimento legal específico, uma determinada competência de um agente público (ou de um órgão público) pode ser objeto de delegação a outro órgão ou agente, mesmo que não haja subordinação hierárquica entre eles (art. 12, Lei 9.784/99). Todavia, a legislação estabelece expressamente algumas situações em que a delegação não é possível, e isso pode ser encontrado no seguinte dispositivo da Lei 9.784/99: "Art. 13. Não podem ser objeto de delegação: I - a edição de atos de caráter normativo; II - a decisão de recursos administrativos; III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade". Com base nisso, concluímos que apenas as competências listadas nos itens 1 e 2 são indelegáveis, enquanto a competência mencionada no item 3 é delegável, já que não está inserida no rol exposto no art. 13 da Lei 9.784/99.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 44. À luz do preconizado pela Lei Federal nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa incorreta:

a) Considera-se informação sigilosa aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

b) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

c) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

d) Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a expensas do órgão público e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

e) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata de disposições gerais relativas à Lei 12.527/2011.

A alternativa A está incorreta, pois ela reproduz com exatidão o conceito de "informação sigilosa" que está exposto no inciso III do art. 4º da Lei 12.527/2011: "Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se: III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado".

A alternativa B está incorreta. Aqui, a banca apenas trouxe a literalidade do art. 8º da Lei 12.527/2011, o qual estabelece o seguinte: "É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas".

A alternativa C está incorreta. A resposta pode ser encontrada no §1º do art. 10 da Lei 12.527/2011, que traz uma redação idêntica àquela exposta na alternativa: "Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação".

A alternativa D está correta. O erro dessa alternativa está no fato de que, em verdade, a reprodução da informação deve ser realizada às expensas do próprio interessado na sua obtenção, não podendo ser feita às expensas do órgão público em questão. Isso pode ser visto a partir da leitura do seguinte dispositivo da Lei 12.527/2011: "Art. 13. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original. Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original".

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que ela reproduz perfeitamente a literalidade do parágrafo único do art. 21 da Lei 12.527/2011, que dispõe: "As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso".

QUESTÃO 45. A empresa Alfa pretende instalar empreendimento em área urbana que, segundo lei municipal, depende de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, a cargo do Poder Público municipal. Considerando o disposto no Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, assinale a alternativa incorreta acerca do EIV.

a) Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.

b) A elaboração do EIV substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

c) O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, entre outros aspectos, da mobilidade urbana, geração de tráfego e demanda por transporte público.

d) O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, entre outros aspectos, dos equipamentos urbanos e comunitários.

e) O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, entre outros aspectos, da ventilação e iluminação.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre o estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

A alternativa A está correta, pois o princípio da publicidade é aplicável ao estudo de impacto de vizinhança. De acordo com o art. 37, parágrafo único, do Estatuto da Cidade: "Art. 37. Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado".

A alternativa B está incorreta, pois, ao contrário do que afirma a alternativa, a elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), nos termos do art. 38 do Estatuto da Cidade: "Art. 38. A elaboração do EIV não

substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental".

A alternativa C está correta, pois traz a redação expressa do art. 37, V, do Estatuto da Cidade: "Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: V - mobilidade urbana, geração de tráfego e demanda por transporte público; (Redação dada pela Lei nº 14.849, de 2024)".

A alternativa D está correta, de acordo com o disposto no art. 37, II, do Estatuto da Cidade: "Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: II – equipamentos urbanos e comunitários".

A alternativa E está correta, nos termos do art. 37, VI, do Estatuto da Cidade: "Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: VI – ventilação e iluminação".

QUESTÃO 46. De acordo com a Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina, que dispõe sobre a implantação da Outorga Onerosa do Direito de Construir na modalidade aquisição onerosa por compra no Município, assinale a alternativa incorreta.

a) A expedição das licenças ou autorizações necessárias à construção ou ampliação de empreendimento que apresentar proposta de Outorga Onerosa do Direito de Construir fica condicionada à expedição de Certificado de Aquisição de Potencial Construtivo Adicional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL).

b) A concessão de potencial adicional construtivo poderá ser suspensa quando o IPPUL verificar adensamento excessivo nas áreas onde se aplica a outorga onerosa.

c) A Taxa de Análise de proposta de outorga onerosa deve ser paga posteriormente à prática ou conclusão de qualquer ato ou atividade sujeita à sua incidência.

d) Os impactos na infraestrutura e no meio ambiente decorrentes da outorga onerosa deverão ser monitorados permanentemente pelo Poder Executivo, que deverá tornar público relatórios desse monitoramento, destacando as áreas críticas próximas da saturação.

e) São isentos do pagamento de contrapartida financeira os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Londrina.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre a Lei Municipal nº

12.267/2015 de Londrina, que dispõe sobre a implantação da Outorga Onerosa do Direito de Construir na modalidade aquisição onerosa por compra no Município.

A alternativa A está correta, pois traz expressamente a disposição do art. 8º da Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina: "Art. 8º A expedição das licenças ou autorizações necessárias à construção ou ampliação do empreendimento que apresentar proposta de Outorga Onerosa do Direito de Construir fica condicionada à expedição de Certificado de Aquisição de Potencial Construtivo Adicional pelo IPPUL".

A alternativa B está correta, nos termos do art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina: "Parágrafo único. A concessão de potencial adicional construtivo poderá ser suspensa quando o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) verificar adensamento excessivo nas áreas onde se aplica a outorga onerosa".

A alternativa C está incorreta, pois, ao contrário do que afirma a alternativa, a Taxa de Análise de proposta de outorga onerosa deve ser paga de forma antecipada à prática ou conclusão de qualquer ato ou atividade sujeita à sua incidência, de acordo com o art. 11, §1º, da Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina: "§ 1º A Taxa de Análise deve ser paga antecipadamente à prática de qualquer ato ou atividade sujeita à sua incidência".

A alternativa D está correta, pois consiste na redação expressa do art. 12 da Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina: "Art. 12. Os impactos na infraestrutra e no meio ambiente decorrentes da outorga onerosa deverão ser monitorados permanentemente pelo Poder Executivo, que deverá tornar público relatórios desse monitoramente, destacando as áreas críticas próximas da saturação".

A alternativa E está correta, pois corresponde ao disposto no art. 7º da Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina: "Art. 7º São isentos do pagamento de contrapartida financeira os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Londrina".

QUESTÃO 47. Considerando o disposto na Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina, que institui a Lei Geral do Plano Diretor Participativo Municipal, assinale a alternativa incorreta.

a) A função social da Cidade compreende o pleno exercício do direito à cidade por todos os cidadãos entendido como direito ao trabalho e renda, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação, à acessibilidade, e demais direitos assegurados pela legislação vigente.

b) O direito à cidade compreende o processo de universalização do acesso aos benefícios e às comodidades da vida urbana por parte de todos os cidadãos pela oferta e uso dos serviços, equipamentos e infraestruturas públicas.

c) O Setor de Atividades Especializadas caracteriza-se pela baixa densidade populacional, com o uso do solo diversificado, inclusive de valor histórico-cultural, oferta de comércio, serviços centrais, equipamentos, emprego, estruturas de atendimento local (saúde, educação e transporte).

d) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é o direito sobre o patrimônio ambiental, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, constituído por elementos do sistema ambiental natural e do sistema urbano de forma que estes se organizem de forma harmônica para a melhoria da qualidade ambiental e bem-estar humano e a provisão de serviços ecossistêmicos.

e) O macrozoneamento estabelece as regras fundamentais de ordenamento do território e define as diretrizes gerais para a aplicação dos instrumentos definidos no estatuto da cidade, bem como as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre a Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina, que institui a Lei Geral do Plano Diretor Participativo Municipal.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com o art. 6º da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: "Art. 6º A função social da cidade compreende o pleno exercício do direito à cidade por todos os cidadãos, entendido como direito ao trabalho e renda, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação, à acessibilidade e demais direitos assegurados pela legislação vigente".

A alternativa B está correta, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: "Art. 9º O direito à cidade compreende o processo de universalização do acesso aos benefícios e às comodidades da vida urbana por parte de todos os cidadãos pela oferta e uso dos serviços, equipamentos e infraestruturas públicas".

A alternativa C está incorreta, pois, ao contrário do que afirma a alternativa, o Setor de Atividades Especializadas caracteriza-se pela alta densidade populacional, nos termos do art. 27 da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: "Art. 27. O Setor de Atividades Especializadas caracteriza-se pela alta densidade populacional e concentração de edifícios verticais com o uso do solo diversificado, inclusive de valor histórico-cultural, grande oferta de comércio, serviços centrais, equipamentos, emprego e estruturas de atendimento regional (saúde, educação e transporte)".

A alternativa D está correta, de acordo com o art. 13, parágrafo único, da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: "Parágrafo único. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é o direito sobre o patrimônio ambiental, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, constituído por elementos do sistema ambiental natural e do sistema urbano, de forma que estes se organizem de forma harmônica para a melhoria da qualidade ambiental e bem-estar humano e a provisão de serviços ecossistêmicos".

A alternativa E está correta, pois corresponde ao conteúdo do art. 19, caput, da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: "Art. 19. O macrozoneamento estabelece as regras fundamentais de ordenamento do território e define as diretrizes gerais para a aplicação dos instrumentos definidos no Estatuto da Cidade, bem como às leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo".

QUESTÃO 48. Caso Nicanor tenha causado poluição em níveis tais que possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, considerando o disposto na Lei nº 9.605/1998, analise as assertivas a seguir sobre sua pena:

I. Em se tratando de crime doloso, a pena pode ser aumentada de um sexto a um terço, se resultar dano irreversível à flora ou ao meio ambiente em geral.

II. Em se tratando de crime doloso ou culposo, a pena poderá ser aumentada até o dobro, se resultar a morte de outrem.

III. É circunstância que agrava a pena ter o agente cometido a infração no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) Apenas I e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre a Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O item I está correto. Depreende-se da análise da alternativa, que Nicanor praticou a conduta descrita no art. 54 da Lei dos Crimes Ambientais, in verbis: "Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa". Nessa hipótese, se o crime for doloso, há previsão legal de causa de aumento de pena, nos termos do art. 58, I, do mesmo diploma legal: "Art. 58. Nos crimes dolosos previstos nesta Seção, as penas serão aumentadas: I - de um sexto a um terço, se resulta dano irreversível à flora ou ao meio ambiente em geral".

O item II está incorreto, pois a majorante da pena somente incidirá na hipótese de crime doloso, conforme dispõe o art. 58, III, da Lei dos Crimes Ambientais: "Art. 58. Nos crimes dolosos previstos nesta Seção, as penas serão aumentadas: III - até o dobro, se resultar a morte de outrem".

O item III está correto, pois traz uma hipótese de agravante prevista no art. 15, II, alínea "p", da Lei dos Crimes Ambientais: "Art. 15. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido a infração: p) no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais".

Portanto, a alternativa E está correta, pois apenas os itens I e III estão corretos.

QUESTÃO 49. A Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina apresenta diversos instrumentos de desenvolvimento municipal. Considerando tal disciplina, assinale a alternativa incorreta.

a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende um instrumento de planejamento.

b) O direito de superfície compreende um instrumento jurídico e urbanístico.

c) A concessão de direito real de uso corresponde a um instrumento de regularização fundiária.

d) O termo de ajustamento de conduta é um instrumento jurídico-administrativo.

e) O IPTU progressivo no tempo é classificado como um instrumento tributário e financeiro.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre os instrumentos de desenvolvimento municipal previstos na Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina.

A alternativa A está correta, pois a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) consiste em um instrumento de planejamento, nos termos do art. 71, I, alínea "b" da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: "Art. 71. Consideram-se instrumentos de desenvolvimento: I – instrumentos de planejamento, assim constituídos: b) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO".

A alternativa B está correta, nos termos do art. 71, II, alínea "j", da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: "Art. 71. Consideram-se instrumentos de desenvolvimento: II – instrumentos jurídicos e urbanísticos, tais como: j) direito de superfície".

A alternativa C está correta, pois está em conformidade com o art. 71, III, alínea "a", da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: "Art. 71. Consideram-se instrumentos de desenvolvimento: III – instrumentos de regularização fundiária, utilizando: a) concessão de direito real de uso".

A alternativa D está correta, pois o termo de ajustamento de conduta (TAC) é um instrumento jurídico-administrativo, de acordo com o art. 71, V, alínea "f", da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: "Art. 71. Consideram-se instrumentos de desenvolvimento: V – instrumentos jurídico-administrativos, neles compreendidos: f) termo administrativo de ajustamento de conduta".

A alternativa E está incorreta, pois o IPTU progressivo no tempo é previsto como um instrumento jurídico e urbanístico, conforme o disposto no art. 71, II, alínea "b", da Lei Municipal nº 13.339/2022 de

Londrina: "Art. 71. Consideram-se instrumentos de desenvolvimento: II – instrumentos jurídicos e urbanísticos, tais como: b) IPTU progressivo no tempo".

QUESTÃO 50. Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.433/1997, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos, assinale a alternativa incorreta.

a) O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

b) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.

c) O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

d) A outorga implica a alienação parcial das águas, além do direito de seu uso.

e) Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/1997).

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com o disposto no art. 11 da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997): "Art. 11. O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água".

A alternativa B está correta, pois, de fato, o prazo máximo da outorga de direitos de uso de recursos hídricos é 35 (trinta e cinco) anos, renovável, nos termos do art. 16 da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997): "Art. 16. Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável".

A alternativa C está correta, conforme o disposto no art. 25, caput, da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997): "Art. 25. O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão".

A alternativa D está incorreta, pois a outorga não implica a alienação parcial das águas, tendo em vista que os recursos hídricos são inalienáveis. De acordo com o art. 18 da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997): "Art. 18. A outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso".

A alternativa E está correta, nos termos do art. 31 da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997): "Art. 31. Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos".

QUESTÃO 51. Considerando o preconizado pela Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a alternativa incorreta.

a) A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos.

b) A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos pela Lei Federal nº 12.305/2010, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

c) A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos pela Lei Federal nº 12.305/2010, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

d) O poder público e o setor empresarial são responsáveis exclusivos pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas na Lei Federal nº 12.305/2010 e em seu regulamento.

e) Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com o art. 15, caput, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): "Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério

do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo".

A alternativa B está correta, nos termos do art. 16 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): "Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade".

A alternativa C está correta, de acordo com o art. 18 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): "Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade".

A alternativa D está incorreta, pois, nessa hipótese, a responsabilidade recai sobre o poder público, o setor empresarial e a coletividade, consoante o disposto no art. 25 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): "Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento".

A alternativa E está correta, de acordo com o art. 19, §2º, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): "§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento".

QUESTÃO 52. Ericksson, Demétrio e Deoclécia têm interesse comum na situação que constitui o fato gerador da obrigação principal. Segundo o Código Tributário Nacional, portanto, é correto afirmar que:

a) O pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.

b) A isenção de crédito exonera, em qualquer hipótese, todos os obrigados.

c) A remissão de crédito, outorgada pessoalmente a um dos coobrigados, não extingue a solidariedade em relação aos demais, pelo saldo.

d) A solidariedade comporta benefício de ordem.

e) A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece, mas não prejudica os demais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema sujeito passivo da obrigação tributária.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o disposto no art. 125, I, do CTN: "O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o disposto no art. 125, II, do CTN: "a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo".

A alternativa C está correta, pois revela a exceção disposta na parte final do art. 125, II, do CTN: "a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo".

A alternativa D está incorreta, pois contraria o disposto no art. 124, parágrafo único, do CTN: "A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem".

A alternativa E está incorreta, pois contraria o disposto no art. 125, III, do CTN: "a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais".

QUESTÃO 53. Acerca da imunidade tributária, analise o teor das assertivas a seguir, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, e assinale a alternativa correta.

I. O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade.

II. A imunidade tributária de entidade beneficente de assistência social a exonera do dever de, na condição de responsável por substituição, reter o imposto de renda sobre juros remetidos ao exterior na compra de bens a prazo.

III. Incide IPTU sobre imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema imunidade tributária.

O item I está correto, pois revela o teor da Súmula 612 do STJ: "O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade".

O item II está incorreto, pois contraria o entendimento do STJ noticiado no Informativo nº 618: "27. A imunidade da remetente não a exonera do dever de, na condição de responsável por substituição, reter o imposto de renda sobre juros remetidos ao exterior, na forma do art. 11 do Decreto-Lei 401/1968. 28. Recurso Especial provido. (REsp n. 1.480.918/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, relator para acórdão Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/9/2017, DJe de 1/2/2018.)".

O item III está correto, pois revela a tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 437: "Incide o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo".

QUESTÃO 54. Analise o teor das assertivas a seguir sobre a suspensão e extinção do crédito tributário, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, e assinale a alternativa correta.

I. O ajuizamento de ação declaratória de inexigibilidade tributária obsta a cobrança judicial do tributo que a Fazenda Pública entende devido.

II. A sentença de procedência na ação declaratória de inexigibilidade tributária, objeto de apelação pela Fazenda Pública, não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

III. Confirmada pelo Tribunal a sentença favorável ao contribuinte, tal decisão produz efeitos imediatos, elidindo a certeza do crédito inscrito em dívida ativa e obstando o ajuizamento da execução fiscal.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas a assertiva I está correta.

d) Apenas a assertiva II está correta.

e) Apenas a assertiva III está correta.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A questão não apresenta alternativa inteiramente correta, sendo passível de anulação. A questão aborda os temas suspensão e extinção do crédito tributário.

O item I está incorreto, pois contraria a interpretação que deve ser extraída da tese firmada pelo STJ no Tema Repetitivo 241: "O depósito prévio previsto no art. 38, da LEF, não constitui condição de procedibilidade da ação anulatória, mas mera faculdade do autor, para o efeito de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151 do CTN, inibindo, dessa forma, o ajuizamento da ação executiva fiscal. (REsp n. 962.838/BA, relator Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 25/11/2009, DJe de 18/12/2009.)" Assim, o mero ajuizamento da ação desacompanhado do depósito do montante integral não tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário e, portanto, não obsta a cobrança judicial do tributo.

O item II está correto, pois revela o entendimento do STJ noticiado no Informativo nº 660: "1. Por falta de previsão legal, a sentença favorável ao sujeito passivo impugnada por recurso da Fazenda Pública dotado de efeito suspensivo não suspende a exigibilidade do crédito tributário. (AREsp n. 1.280.342/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 15/10/2019, DJe de 11/11/2019.)".

O item III está correto, pois revela o entendimento do STJ noticiado no Informativo nº 660: "2. Já o acórdão da apelação que confirma essa sentença, no caso de natureza declaratória, produz efeitos desde logo, infirmando a certeza do correspondente crédito inscrito em dívida ativa e, por conseguinte, impedindo o ajuizamento da execução fiscal. (AREsp n. 1.280.342/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 15/10/2019, DJe de 11/11/2019.)".

A alternativa A está incorreta, uma vez que o item I está incorreto.

A alternativa B está incorreta, uma vez que os itens II e III estão corretos.

A alternativa C está incorreta, uma vez que o item I está incorreto e os itens II e III estão corretos.

A alternativa D está incorreta, uma vez que o item III está correto.

A alternativa E está incorreta, uma vez que o item II está correto.

QUESTÃO 55. Lucrécia apresentou pedido administrativo de compensação de tributo pago indevidamente. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de justiça, assinale a alternativa correta.

a) O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. nº 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

b) O pedido administrativo de compensação ou de restituição interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. nº 168 do CTN, mas não o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

c) O pedido administrativo de compensação ou de restituição interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. nº 168 do CTN e o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

d) O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. nº 168 do CTN, mas interrompe o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

e) O pedido administrativo de compensação, apenas, não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. nº 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública. O pedido de restituição, contudo, interrompe ambos os prazos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois revela a inteligência da Súmula 625 do STJ texto constitucional: "O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública" A questão aborda o tema repetição de indébito tributário.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas B, C, D e E contrariam o entendimento sumulado do STJ, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 56. Sobre os princípios tributários, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Aplica-se o princípio da anterioridade tributária, geral e nonagesimal, nas hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais.

II. As condições para a concessão de parcelamento tributário devem estrita observância ao princípio da legalidade e não há autorização para que atos infralegais tratem de condições não previstas na lei de regência do benefício.

III. A redução ou a extinção de desconto para pagamento de tributo sob determinadas condições previstas em lei, como o pagamento antecipado em parcela única, não se equipara à majoração do tributo.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas l e ll estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema princípios tributários.

O item I está correto, pois revela o entendimento adotado pelo STF e noticiado no Informativo 978: "O aumento indireto de tributo, mediante a redução da alíquota de incentivo fiscal, atrai a incidência do princípio da anterioridade, geral e nonagesimal, constantes no art. 150, III," "b e "c", da Constituição Federal. (AgReg no RE 1.253.706, Relatora Ministra Rosa Weber, julgado em 19/05/2020, DJE 22/06/2020)".

O item II está correto, pois revela o entendimento adotado pelo STJ e noticiado no Informativo nº 629: "2. A concessão do parcelamento deve estrita observância ao princípio da legalidade, não havendo autorização para que atos infralegais, como portarias, tratem de requisitos não previstos na lei de regência do benefício. (REsp n. 1.739.641/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 21/6/2018, DJe de 29/6/2018.)".

O item III está correto, pois revela o entendimento adotado pelo STF e noticiado no Informativo 514: "5. A redução ou a extinção de desconto para pagamento de tributo sob determinadas condições previstas em lei, como o pagamento antecipado em parcela única, não pode ser equiparada à majoração do tributo em questão, no caso, o IPVA. Não-incidência do princípio da anterioridade tributária. (ADI 4016 MC, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 01-08-2008, DJe-075 DIVULG 23-04-2009 PUBLIC 24-04-2009 EMENT VOL-02357-01 PP-00047 RDDT n. 165, 2009, p. 187-193)".

QUESTÃO 57. Acerca dos impostos municipais, considerando a jurisprudência do Tribunal Superior de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre as atividades relativas à hospedagem de qualquer natureza.

b) É inconstitucional a cobrança do ISS sobre a franquia postal.

c) É inconstitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, ainda que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.

d) É inconstitucional a cobrança de ISS sobre a cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

e) O fato gerador do imposto sobre transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis (ITBI) somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema impostos municipais.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o entendimento do STF noticiado no Informativo 1110: "Desse modo, é assente a orientação jurisprudencial segundo a qual todas as parcelas que integram o preço do serviço de hotelaria compõem a base de cálculo do ISS. (ADI 5764, Relator(a): ANDRÉ MENDONÇA, Tribunal Pleno, julgado em 02-10-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 11-10-2023 PUBLIC 16-10-2023)".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o entendimento do STF noticiado no Informativo 1107: "5. Fixação da seguinte tese de julgamento: É constitucional a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre a franquia postal. (ADI 4784, Relator(a): LUÍS ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 12-09-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 03-11-2023 PUBLIC 06-11-2023)".

A alternativa C está incorreta, pois contraria tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 1.084, noticiada no Informativo 1098: "5. Fixação da seguinte tese: É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório ARE 1245097, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 05-06-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 26-07-2023 PUBLIC 27-07-2023)"

A alternativa D está incorreta, pois contraria o entendimento noticiado pelo STF no Informativo 1083: "Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta de inconstitucionalidade e julgou improcedente o pedido, para reconhecer a constitucionalidade do subitem 25.05 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, o qual prevê a incidência do ISS sobre a "cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento", nos termos do voto do Relator. Falaram: pela requerente, a Dra. Renata Andréa Joner Parry; e, pelo amicus curiae, o Dr. Ricardo Almeida Ribeiro da Silva. Plenário, Sessão Virtual de 10.2.2023 a 17.2.2023. (ADI 5869, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 22-02-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 01-03-2023 PUBLIC 02-03-2023)".

A alternativa E está correta, pois revela entendimento do STJ noticiado no Informativo 734: "9. Dessa forma, o fato gerador do ITBI ocorre, no seu aspecto material e temporal, com a efetiva transmissão, a qualquer título, da propriedade imobiliária, o que se perfectibiliza com a consumação do negócio jurídico hábil a transmitir a titularidade do bem, mediante o registro do título translativo no Cartório de Registro de Imóveis. Precedentes: EREsp 1.493.162/DF, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, DJe 21.10.2020; AREsp 1.425.219/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 1.3.2019; AREsp 1.542.296/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 29.10.2019; e AgInt no AREsp 1.223.231/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 27.6.2018. TEMA 1.124 DO STF 10. Acrescente-se que o STF julgou o ARE 1.294.969, Tema 1.124, em 11.2.2021, e fixou a seguinte tese: "O fato gerador do imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis (ITBI) somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro. (AgInt no AREsp n. 1.760.009/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2022, DJe de 27/6/2022.)"

QUESTÃO 58. Analise as seguintes assertivas, tendo como parâmetro a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, e assinale a alternativa correta.

I. Para tributos sujeitos a lançamento de ofício, a ausência de prévio processo administrativo não enseja nulidade de CDA, uma vez que só haverá processo administrativo se o contribuinte entender que foi incorreta a cobrança, impugnando o lançamento.

II. A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.

III. A Fazenda Pública possui interesse e pode efetivar o protesto da CDA, documento de dívida, na forma do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 9.492/1997, com a redação dada pela Lei nº 12.767/2012.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema princípios tributários.

O item I está correto, pois revela o entendimento adotado pelo STJ noticiado no Informativo 531: "A ausência de prévio processo administrativo não enseja a nulidade da Certidão de Dívida Ativa (CDA) nos casos de tributos sujeitos a lançamento de ofício. (STJ. 2ª Turma. AgRg no AREsp 370295-SC, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 1º/10/2013)".

O item II está correto, pois revela o entendimento sumulado do STJ: "A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial. (SÚMULA 622, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018)".

O item III está correto, pois revela o entendimento adotado pelo STJ no Tema Repetitivo 777: "32. Para fins dos arts. 1.036 e seguintes do CPC, fica assim resolvida a controvérsia repetitiva: "A Fazenda Pública possui interesse e pode efetivar o protesto da CDA, documento de dívida, na forma do art. 1º, parágrafo único, da Lei 9.492/1997, com a redação dada pela Lei 12.767/2012" (REsp n. 1.686.659/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/11/2018, DJe de 11/3/2019.)".

QUESTÃO 59. A respeito do regramento constitucional das finanças públicas e dos orçamentos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O plano plurianual é estabelecido por lei de iniciativa do Poder Executivo, e estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

b) A lei de diretrizes orçamentárias é de iniciativa do Poder Executivo, compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

c) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados conforme órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

e) A Lei complementar disporá sobre dívida pública externa e interna, excluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda os temas finanças públicas e orçamento público.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme inteligência extraída da CF: "Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual. (...) § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.".

A alternativa B está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme inteligência extraída da CF: "Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: (...) II - as diretrizes orçamentárias; (...) § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento."

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 165, § 4º, da CF: "Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional".

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 163-A da CF: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público".

A alternativa E está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 163, II, da CF: "Lei complementar disporá sobre dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público".

QUESTÃO 60. Sobre as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, assinale a alternativa INCORRETA, à luz do disposto na Constituição Federal.

a) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

b) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, em qualquer hipótese.

c) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos orçamentários enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

d) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

e) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme inteligência extraída da CF: "Art. 166. (...) § 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias".

A alternativa B está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme inteligência extraída da CF: "Art. 166. (...) § 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem

somente podem ser aprovadas caso: (...) II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal"

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 166, § 5º, da CF: "O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta".

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 166, § 8º, da CF: "Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.".

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 166, § 9º, da CF: "§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.".

QUESTÃO 61. Em relação aos créditos especiais e extraordinários, à luz do disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos seis meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

b) A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

c) A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa.

d) É permitida a vinculação das receitas de impostos de competência dos Estados, previstos no art. nº 155 da Constituição Federal, para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.

e) É permitida a vinculação das receitas de impostos de competência dos Municípios, previstos no art. nº 156 da Constituição Federal, para pagamento de débitos com a União e para prestar-lh garantia ou contragarantia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema créditos especiais e extraordinários.

A alternativa A está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 167, § 2º, da CF: "Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente".

A alternativa B está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 167, § 3º, da CF: "A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62."

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 167, § 5º, da CF: "A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo.".

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 167, § 4º, da CF: "É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 156-A, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.".

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 167, § 4º, da CF: É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 156-A, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia".

QUESTÃO 62. Considerando o preconizado pela Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa INCORRETA, notadamente no que concerne às despesas públicas.

a) As despesas de custeio são classificadas como despesas correntes.

b) Inversões financeiras são classificados como despesas de capital.

c) As despesas com material de consumo são classificadas como despesas correntes de custeio.

d) Classificam-se como inversões financeiras as dotações destinadas a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

e) São investimentos as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação

direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema classificação da despesa.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 12 da Lei nº 4.320/1964: "A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: DESPESAS CORRENTES: Despesas de Custeio; Transferências Correntes".

A alternativa B está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 12 da Lei nº 4.320/1964: "A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: DESPESAS DE CAPITAL: Investimentos; Inversões Financeiras; Transferências de Capital"

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 13 da Lei nº 4.320/1964: "Observadas as categorias econômicas do art. 12, a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de govêrno, obedecerá ao seguinte esquema: DESPESAS CORRENTES: Despesas de Custeio: Pessoa Civil; Pessoal Militar; Material de Consumo; Serviços de Terceiros; Encargos Diversos".

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 12, § 5º, III, da Lei nº 4.320: "Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: (...) constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.".

A alternativa E está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320/1964: "São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública".

QUESTÃO 63. A respeito da dívida e do endividamento públicos, considerando o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

b) Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

c) A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

d) É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, exceto sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

e) As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema endividamento público.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 31, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro".

A alternativa B está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 31, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado."

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 33, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos".

A alternativa D está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 35, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente".

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 32, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades".

QUESTÃO 64. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Considerando o disposto em referido diploma normativo, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.

b) Na União, para os fins do disposto no caput do art. nº 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.

c) Nos Estados, para os fins do disposto no caput do art. nº 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.

d) Nos Municípios, para os fins do disposto no caput do art. nº 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.

e) É nula de pleno direito a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema despesas com pessoal.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 18, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho".

A alternativa B está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 19, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: União: 50% (cinquenta por cento)"

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 19, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: (...) Estados: 60% (sessenta por cento)".

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 19, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: (...) Municípios: 60% (sessenta por cento)".

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme inteligência da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Art. 21. É nulo de pleno direito: (...) IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo".

QUESTÃO 65. No que concerne à gestão patrimonial, à transparência, ao controle e à fiscalização, e sua regulamentação pela Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

b) O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data da aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.

c) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

d) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

e) A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema despesas com pessoal.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 44, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos".

A alternativa B está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 45, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação"

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 48, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos".

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 49, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade".

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 49, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício".

QUESTÃO 66 - Ana tem 16 anos de idade e é proprietária de uma sala comercial localizada no município de Londrina. Em caso de locação do imóvel, é correto afirmar que:

a) Ana poderá firmar o contrato de locação sem à necessidade de representação ou assistência dos pais, pois possui economia própria.

b) Ana é relativamente incapaz e deverá ser assistida pelos seus pais no contrato de locação.

c) Se Ana é absolutamente incapaz e deverá ser representada pelos seus pais no contrato de locação.

d) Se o contrato for firmado por instrumento público, fica dispensada a representação da locadora por seus país.

e) Se o contrato for firmado por instrumento público, fica dispensada a assistência da locadora por seus país.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre incapacidade.

A alternativa A está incorreta, já que Ana tem 16 anos, por tanto, é relativamente incapaz, não sendo habilitada a prática desse ato civil sem assistência. Ademais, não podemos considerar que Ana tem

economia própria somente por ser proprietária de um imóvel, já que essa informação é insuficiente para determinar se cumpriu ou não os requisitos para a emancipação. Veja o que o código civil dispõe a respeito: " Art. 4. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; Art. 5 ºA menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos: (...) VII - representá-los judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesseis) anos, nos atos da vida civil, e *assisti-los*, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento".

A alternativa B está correta, pois o código civil dispõe que são relativamente incapazes os maiores de dezesseis anos e os menores de dezoito anos e que os relativamente incapazes deverão ser assistidos por seus pais, nos termos dos artigos 4 e 1.634 do Código Civil, acima transcritos.

A alternativa C está incorreta, pois nos termos do Código Civil, somente são absolutamente incapazes os menores de 16 anos, veja: "Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos".

A alternativa D está incorreta, pois Ana é relativamente incapaz, por tanto, precisa ser assistida pelo seus pais, nos termos do art. 1.694 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois Ana é relativamente incapaz, por tanto, precisa ser assistida pelo seus pais, nos termos do art. 1.694 do Código Civil. Além disso, a questão quer tentar confundir o candidato, mencionando que em caso de que Ana assine o contrato de aluguel por meio de instrumento público, será válido mesmo ela sendo relativamente incapaz e isso é incorreto. Independente da natureza pública ou privada do contrato de aluguel, a capacidade de Ana seguirá sendo regulada nos termos do Código Civil e ela é incapaz, por tanto, deverá ser assistida por seus pais.

Fonte: Curso de LDI de Direito Civil da PGM-Londrina - Capítulo 1 - Pessoas naturais – Prof. Paulo Sousa.

QUESTÃO 67 - O Município de Londrina apresentou pedido de cumprimento de sentença em relação a Carlos, buscando o pagamento de verba sucumbencial. Não tendo ocorrido o pagamento e não tendo sido encontrados bens para garantir à execução, o magistrado determinou que à penhora recaísse sobre os valores depositados em contas bancárias do devedor. Entretanto, o ato de constrição restou sem sucesso, pois não foram localizados valores depositados em contas bancárias de titularidade do executado. Carlos é sócio majoritário com 99% das ações da maior construtora da região e conhecido na cidade por ostentar riqueza. Foi verificado, então, que o imóvel de luxo em que o devedor reside, o sítio, a casa de veraneio e os automóveis que utiliza pertencem à sociedade construtora, à qual também custeia todas as suas despesas pessoais. Frente a este cenário e à pedido do Município, o magistrado determinou que fossem penhorados valores nas contas bancárias da sociedade na qual Carlos figura como sócio majoritário. Nesse caso, foi aplicada à teoria:

a) Dos atos ultra vires.

b) Da desconsideração inversa da personalidade jurídica.

c) Menor da desconsideração.

d) Da aparência.

e) Da responsabilidade in eligendo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata da desconsideração inversa da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta, já que a teoria ultra vires se extrai da interpretação inversa do art. 47 do Código Civil, não obriga a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos fora dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo. É uma forma de proteção da pessoa jurídica contra os atos das pessoas naturais que lhe administram (lembre-se, são pessoas distintas), derivada da Ultra Vires Doctrine do direito anglo-saxônico.

A alternativa B está correta. A desconsideração, embora pensada para o esquema tradicional de desconsiderar a pessoa jurídica para atingir as pessoas físicas com as quais o patrimônio está, não se resume a esse raciocínio. Cabe também a chamada "desconsideração inversa da personalidade jurídica", quando a pessoa física se utiliza da pessoa jurídica, indevidamente, para se "blindar" de ataques contra seu patrimônio. O fundamento é o mesmo: evitar o abuso no uso da personalidade jurídica. Faz-se, nesse caso, uma interpretação teleológica do art. 50, de modo a permitir que se busque o patrimônio da pessoa física "escondido" atrás da pessoa jurídica. O Enunciado 283 da IV Jornada de Direito Civil já propugnava o cabimento da desconsideração inversa para alcançar bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros.

A alternativa C está incorreta, já que a teoria menor da desconsideração da personalidade, dispõe no art. 28, §5º, do CDC que poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores. Ou seja, o juiz pode desconsiderar a personalidade jurídica ainda que não tenha havido confusão patrimonial ou desvio de finalidade, basta que se configure alguma das hipóteses previstas no art. 28, ou ainda a verificação genérica de dano ao consumidor prevista no §5º. Daí o nome de Teoria Menor, pois ela exige menos requisitos para ser aplicada. Esta alternativa está incorreta, porque no caso do enunciado, se comprova o abuso de personalidade caracterizado pelo desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, que é a teoria maior.

A alternativa D está incorreta, já que a teoria da aparência se aplica quando alguém parece ser titular de um direito, mas não é.

A alternativa E está incorreta, a responsabilidade *in eligendo* ocorre quando a responsabilidade é atribuída a quem escolheu mal aquele que praticou o ato.

Fonte: Curso de LDI de Direito Civil da PGM-Londrina - Capítulo 3 - Personalidade – Prof. Paulo Sousa.

QUESTÃO 68 - O Município de Londrina determinou que a utilização de um parque municipal destinado à recreação da população, deverá ser remunerada pelos visitantes. É correto determinar que o parque é bem:

a) De uso comum do povo, sendo a cobrança de remuneração aos visitantes indevida.

b) De uso especial, sendo a cobrança de remuneração aos visitantes indevida.

c) Dominical, sendo a cobrança de remuneração aos visitantes indevida.

d) De uso comum do povo, podendo o município determinar a cobrança aos visitantes.

e) De uso dominical, podendo o Município determinar a cobrança aos visitantes

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de bens públicos.

A alternativa A está incorreta. A primeira parte da alternativa está correta, pois o parque é considerado um bem público de uso comum do povo, nos termos do art. 99, I do Código Civil. Porém, é incorreto afirmar que a cobrança de remuneração aos visitantes é indevida, já que a lei prevê essa possibilidade, no artigo 103 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. O parque não é um bem público de uso especial, pois esses são os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias, nos termos do art. 99, II do Código Civil. Além disso, é incorreto afirmar que a cobrança de remuneração aos visitantes é indevida, já que a lei prevê essa possibilidade, no artigo 103 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Os bens públicos dominicais são os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. O parque é um bem de uso comum do povo, nos termos do art. 99, I e III do Código Civil. Além disso, é incorreto afirmar que a cobrança de remuneração aos visitantes é indevida, já que a lei prevê essa possibilidade, no artigo 103 do Código Civil.

A alternativa D está correta. O parque é um bem público de uso comum do povo, nos termos do art. 99, I do Código Civil. E a cobrança de remuneração aos visitantes é devida, já que a lei prevê essa possibilidade, no artigo 103 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta. Os bens públicos dominicais são os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

QUESTÃO 69 - O Município de Londrina realizou a locação de veículos para serem utilizados no transporte municipal escolar. É correto afirmar, em relação aos veículos, que:

a) O locatório é possuidor exclusivo

b) O locador é possuidor exclusiva.

c) O locatário é possuidor direto e o locador possuidor indireto

d) O locatário é possuidor indireto e o locador possuidor direto.

e) O locador é possuidor locador possuidor direto e o locatário mero detentor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre posse.

A posse pode ser direta ou indireta, conforme dispõe o doutrinador Sílvio Venosa: "O locatário é possuidor direto, porque é ele quem se encontra imediatamente ligado à coisa, em seu uso e gozo. O locador ou proprietário manterá a posse indireta". Nessa perspectiva dispõe o Código Civil: "Art. 1.197. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto".

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, pois a posse não é exclusiva nem do locador, nem do locatário, pois ambos detêm a posse do bem. O locatário é possuidor direto e o locador possuidor indireto.

A alternativa C está correta, já que o locatário é possuidor direto e o locador possuidor indireto.

Fonte: Curso de LDI de Direito Civil da PGM-Londrina - Capítulo 3 - Personalidade – Prof. Paulo Sousa; VENOSA, Sílvio de S. Direito Civil: Direitos Reais. v.4. Grupo GEN, 2023.

QUESTÃO 70 - O Município de Londrina pretende ajuizar ação pauliana com o escopo de anular negócio jurídico praticado por seu devedor. O prazo a propositura da demanda é:

a) Decadencial de 2 anos.

b) Prescricional de 2 anos.

c) Decadencial de 4 anos.

d) Prescricional de 4 anos.

e) Prescricional de 5 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre o prazo de propositura da ação pauliana.

Veja que esta ação procura anular o negócio jurídico feito por seu devedor quando configura fraude contra credores. Neste sentido, veja o Código Civil: "Art. 178. É de *quatro anos o prazo de decadência* para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico;". Por tanto, o prazo para a ação pauliana é decadencial de 4 anos, nos termos do Código Civil.

QUESTÃO 71 - Nos termos do disposto no Código Civil, o possuidor de má-fé:

a) Não responde pela perda, ou deterioração da coisa, quando acidentais.

b) Responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

c) Tem direito de ser ressarcidos pelas benfeitorias necessárias e úteis, mas não pelas voluptuárias.

d) Tem direito de ser ressarcido pelas benfeitorias necessárias; em relação às benfeitorias úteis e voluptuárias não tem direito a ressarcimento, mas poderá levantá-las.

e) Quando indenizado por benfeitorias, tem o direito de optar entre o seu valor atual, salvo em relação às voluptuárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre as benfeitorias.

A alternativa A está incorreta, já que o possuidor de má-fé responderá pela perda ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, nos termos do art. 1.218 do Código Civil.

A alternativa B está correta, já que apresenta a literalidade do Código Civil: "Art. 1.218. O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante".

A alternativa C está incorreta, já que ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, nos termos do art. 1.220 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, já que ao possuidor de má-fé não lhe assiste o direito de levantar as benfeitorias voluptuárias, nos termos do art. 1.220 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, já que o reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo nos termos do art. 1.222 do Código Civil.

QUESTÃO 72. O Município de Londrina pretende ajuizar demanda para cobrança de aluguéis. Considerando que no contrato existe cláusula de fiança solidária, a ação será proposta em relação ao locatário e fiador. No caso haverá litisconsórcio:

a) Facultativo.

b) Obrigatório

c) Necessário.

d) Legal.

e) Subsidiário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre litisconsórcio.

A alternativa A está correta. Conforme o caso em tela, haverá o litisconsórcio facultativo, podendo a municipalidade propor a ação tanto em face do locatário quanto do fiador. Em razão da faculdade da cobrança, o Município de Londrina poderá escolher a quem será a obrigação do pagamento dos aluguéis.

As alternativas B, C e D está incorreta. Esta modalidade de contrato, onde existe cláusula de fiança solidária entre obrigados solidários, não decorre por imposição legal, dessa forma não se trata de litisconsórcio obrigatório ou necessário, tampouco litisconsórcio legal.

Nesse sentido, vejamos o que dispõe o artigo 114 do Código de Processo Civil: " Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes."

A alternativa E está incorreta. Consoante o caso narrado, não há pedido de natureza subsidiária.

QUESTÃO 73. O Município de Londrina foi demandado na Justiça Estadual em ação de procedimento comum, na qual o autor busca ressarcimento frente a ocorrência de evicção. O Município, entretanto, deixou de realizar a denunciação da lide do alienante na contestação. Nesse caso, é correto afirmar que:

a) O objeto do processo em questão não autoriza denunciação da lide.

b) O instrumento processual da denunciação da lide não pode ser utilizado em demandas que envolvam entes públicos.

c) O Município poderá exercer o seu direito de regresso em relação ao alienante em ação autônoma.

d) Ocorreu a perda do direito de regresso relativo à evicção.

e) A denunciação da lide pode ser formulada até a sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre denunciação da lide.

A alternativa A está incorreta. No caso em questão é admissível a denunciação da lide, se tratando de ocorrência de evicção, sendo hipótese autorizadora da denunciação da lide, nos termos do art. 125, I, do CPC. Vejamos: "Art. 125. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes: (...) I - ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;"

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não há impedimento legal de que a denunciação da lide ocorra em demandas em que envolvam entes públicos. Vejamos o que dispõe o art. 125, II, do CPC: "Art. 125. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes: (...) II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo."

A alternativa C está correta. Conforme o caso em tela, não sendo requerida a denunciação da lide na contestação, o Município poderá exercer o direito regressivo em ação autônoma, conforme o art. 125, §1º, do CPC: "1º O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida."

As alternativas D e E estão incorretas. Conforme vimos nos comentários anteriores, a evicção configura hipótese que autoriza a denunciação da lide, bem como, poderá ser formulada em ação autônoma.

QUESTÃO 74. Proposta ação de execução de título extrajudicial em relação ao Município de Londrina,

este será citado para:

A) Pagar em 15 dias.

B) Pagar em 30 dias.

C) Apresentar impugnação no prazo de 15 dias.

D) Opor embargos em 15 dias.

E) Opor embargos em 30 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema de execução contra a Fazenda Pública.

As alternativas A e B estão incorretas. Para responder a esta questão, o examinando deveria estar atento ao fato de que a Fazenda Pública não é intimada para pagar, mas apenas para se defender. Isto, pois, o ente público efetua o pagamento por meio de precatórios ou requisição de pequeno valor, conforme prevê o art. 910, §1º do CPC: "Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias. § 1º Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Então, em relação ao pagamento, não há citação ou intimação em sede de cumprimento de sentença da Fazenda Pública para pagar, apenas para ofertar a sua defesa, em prazo específico estalecido pelo Código de Processo Civil.

A alternativa C está incorreta. O recurso interposto pela Fazenda Pública é embargos de declaração, nos termos do art. 910 do CPC.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o prazo para imposição de embargos é de 30 dias, não 15 dias. Trata-se de prazo específico previsto no art. 910 do CPC.

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 910 do CPC dispõe que, nas execuções contra a Fazenda Pública, o ente público será citado para opor embargos no prazo de 30 dias. Vejamos: "Art. 910. Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias." Ainda, o Código de Processo Civil prevê prazo específico para o cumprimento dessa obrigação, não se aplicando, portanto, a prerrogativa da Fazenda Pública ao prazo em dobro.

QUESTÃO 75. A Sociedade ABC LTDA. apresentou na Justiça Estadual pedido de cumprimento de sentença para pagamento de quantia certa em relação ao Município de Londrina. A parte executada opôs impugnação alegando inexigibilidade da obrigação. A decisão que deixar de acolher a impugnação, pode ser atacada por:

a) Embargos à execução.

b) Embargos de terceiro.

c) Agravo de petição.

d) Agravo de instrumento.

e) Apelação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Para a resolução desta questão o examinando deveria estar atento ao termo "(...) atacada por", por haver detre as opções das alternativas a menção a embargos à execução e embargos de terceiro, que não são recursos. Tratando-se de uma decisão que deixou de acolher uma impugnação ao cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta. Não é cabível embargos à execução, sendo a defesa cabível em sede de execução de títulos extrajudiciais, nos termos do art. 914 do CPC, o que não corresponde ao caso narrado.

A alternativa B está incorreta. Não é cabível embargos de terceiro, ação de procedimento especial a qual se vale de terceiro para proteção de direito subjetivo, nos termos do art. 674 do CPC, o que não corresponde com o caso narrado.

A alternativa C está incorreta. O agravo de petição é inaplicável no caso narrado pois é um recurso para lides trabalhistas, interpostos em face de decisão na fase de execução do processo trabalhista que prejudica uma das partes envolvidas, nos termos do art. 897, a da CLT.

A alternativa D está correta. De acordo como caso narrado, não houve prolação de sentença, tratando-se de decisão interlocutória. Logo, o recurso cabível é o agravo de instrumento previsto no art. 1.015, parágrafo único do CPC, vejamos: "Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário."

A alternativa E está incorreta. A apelação será cabível em caso de prolação de sentença, nos termos do art. 1.009 do CPC, contudo, conforme o caso narrado, não houve prolação de uma sentença. Portanto, não será cabível o recurso de apelação.

QUESTÃO 76. O Município de Londrina ajuizou ação monitória em relação a Carlos, postulando o pagamento de determinada quantia em dinheiro, na Justiça Estadual. O magistrado, ao deferir a expedição de mandado de pagamento, deverá conceder ao réu o prazo para o cumprimento do mandado e fixar honorários advocatícios de ____ do valor atribuído à causa.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

a) 2%

b) 3%

c) 5%

d) 10%

e) 20%

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está correta. A questão exigiu do examinando o conhecimento da literalidade do CPC, o qual dispõe que, na ação monitória, ao deferir a expedição do mandado de pagamento, o magistrado

fixará os honorários advocatícios em 5% do valor atribuído à causa, nos termos do art. 701 do CPC, vejamos: "Art. 701. Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa."

As demais alternativas estão incorretas, pois não correspondem a porcentagem de honorários advocatícios fixada pelo magistrado, conforme a previsão do art. 701 do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 77. Proposta demanda de procedimento comum em relação ao Município de Londrina, na Justiça Estadual, o magistrado determinou a emenda da petição inicial, no prazo legal. O autor, no entanto, deixou de atender a determinação judicial. O juiz irá:

a) Proferir decisão de extinção do processo sem julgamento do mérito, a qual poderá ser atacada pelo recurso de apelação.

b) Proferir decisão de extinção do processo com julgamento do mérito, a qual poderá ser atacada pelo recurso de apelação.

c) Julgar liminarmente improcedente o pedido.

d) Proferir decisão interlocutória de mérito, a qual poderá ser atacada pelo recurso de agravo de instrumento.

e) Destituir o procurador do autor e nomear curadoria especial para representar o demandante, que será, preferencialmente, exercida pela Defensoria Pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre emenda da petição inicial.

A alternativa A está correta. Se o autor não cumprir a determinação para emendar a petição inicial no prazo fixado, o juiz indeferirá a petição inicial e extinguirá o processo sem resolução de mérito. Isso é o que dispõe o art. 321, parágrafo único, do CPC: "Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial." Haverá, assim, a prolação de sentença extintiva, contra a qual é possível a interposição de recurso de apelação: Art. 724. Da sentença caberá apelação.

A alternativa B está incorreta. É incorreto afirmar que há a extinção do mérito, quando, na verdade, o mérito não será apreciado, tendo em vista que a petição inicial não preencheu as condições da ação. O indeferimento da petição inicial implica a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, I, do CPC: "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial;"

A alternativa C está incorreta. Ao julgar liminarmente improcedente o pedido ainda há um julgamento de mérito.

A alternativa D está incorreta. Conforme o caso narrado, não se trata de hipótese de decisão interlocutória, mas sim, de sentença, que coloca fim a fase de conhecimento.

A alternativa E está incorreta. Não se trata de hipótese de intervenção de curadoria.

QUESTÃO 78. Proposta demanda cível pelo procedimento comum, o autor, após a citação do Município de Londrina, mas antes de apresentada a contestação, peticionou postulando a emenda da petição inicial para incluir novo pedido. Na hipótese, é correto afirmar que:

a) O pedido deverá ser deferido, pois é prerrogativa do autor emendar a petição inicial antes do oferecimento da contestação.

b) O pedido deverá ser deferido, pois é prerrogativa do autor emendar a petição inicial antes da audiência de conciliação e mediação.

c) A emenda da petição inicial deverá ser indeferida, pois não foi admitida no procedimento comum.

d) A emenda da petição inicial somente poderá ser admitida se apresentada no prazo de 15 dias úteis após a citação do réu.

e) A emenda da petição inicial somente poderá ser acolhida se houver a concordância do Município.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a emenda da petição inicial, mas precisamente acerca da inclusão de novo pedido pela parte autora. Neste caso, o examinando deve estar atento ao momento processual, se esta ocorrerá antes ou após a citação, antes ou após a contestação. Ou seja, há dois marcos preclusivos, nos termos do art. 329, I e II do CPC.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, até a citação do réu e possível o aditamento da petição inicial sem o consentimento do réu.

A alternativa B está incorreta. A alternativa não está em consonância com o Código de Processo Civil, pois a audiência de conciliação e mediação não correspondem a marco preclusivo para a emenda da petição inicial.

A alternativa C está incorreta. A emenda da petição inicial é admitida pelo procedimento comum, possuindo previsão expressa nesse sentido no art. 329, I e II do CPC.

A alternativa D está incorreta. Após a citação do réu, o autor contará com o consentimento deste para poder emendar a petição, conforme determina o art. 329, I do CPC: "Art. 329. O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;"

A alternativa E está correta. É possível que o autor altere o pedido ou a causa de pedir até a citação do réu, sem o consentimento deste. Após a citação, mas antes da contestação, a alteração é permitida com consentimento do réu, conforme prevê o art. 329, II do CPC. Vejamos: "Art. 329. O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu; II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à reconvenção e à respectiva causa de pedir."

QUESTÃO 79. O Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso interposto pelo Município de Londrina, analisando o seu mérito. Entretanto, a decisão divergiu de decisão proferida em caso semelhante por outra turma. O Município poderá:

a) Impetrar-mandado de segurança.

b) Ajuizar ação rescisória.

c) Interpor recurse ordinário para o Supremo Tribunal Federal.

d) Interpor recurso extraordinário.

e) Interpor recurso de embargos de divergência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre embargos de divergência.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de hipótese de impetrar mandado de segurança, pois se trata de decisão proferida no âmbito do STJ que houve divergência entre Turmas, não sendo o caso de abuso de direito, logo, sendo cabível embargos de divergência, nos termos do art. 1.043, I, do CPC.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 942, §3º, I do CPC, a ação rescisória será cabível quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno, o que não ocorreu no caso narrado, tratando-se de decisão proferida no âmbito do STJ que houve divergência entre Turmas, sendo cabível embargos de divergência, nos termos do art. 1.043, I, do CPC.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de hipóteses previstas no art. 1.027 e seguintes do CPC que enseje o cabimento do recurso ordinário ao STF, pois, de acordo com o caso narrado, se trata de decisão proferida no âmbito do STJ que houve divergência entre Turmas, sendo cabível embargos de divergência, nos termos do art. 1.043, I, do CPC.

A alternativa D está incorreta. Não será cabível o recurso extraordinário (art. 1.029, CPC), pois trata-se de análise de divergências entre Turmas, sendo cabível o recurso de embargos de divergência, ao visar a unificação das decisões por partes dos Tribunais Superiores, nos termos do art. 1.043, I, do CPC.

A alternativa E está correta. É importante o examinando estar atento que houve negativa de provimento de recurso interposto pelo Município de Londrina no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e houve divergência entre duas Turmas do STJ. Neste caso, havendo divergências entre Turmas dos Tribunais Superiores, o CPC prevê que, para dirimir a divergência jurisprudencial, é cabível o recurso de embargos de divergência, ao visar a unificação das decisões por partes dos Tribunais Superiores. É o que prevê o art. 1.043, I, do CPC: "Art. 1.043. É embargável o acórdão de órgão fracionário que: I - em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito;"

As demais alternativas estão incorretas. Sendo os embargos de divergência são cabíveis nos casos em que houver divergência entre decisões de diferentes turmas ou seções do STJ ou do STF. O caso narrado na questão amolda-se à previsão do art. 1.043, I, do CPC, estando as demais alternativas incorretas.

QUESTÃO 80. O Tribunal de Justiça do Paraná proferiu acórdão em processo no qual é debatida a interpretação sobre determinada cláusula de contrato firmado entre o Município de Londrina e a Sociedade Prestadora de Serviços LTDA. O acórdão deixou de aplicar a forma de interpretação postulada pela sociedade, a qual, então, interpôs recurso especial. Nas contrarrazões recursais, o Município deverá apontar o não cabimento do recurso especial em razão:

a) Da ausência de esgotamento da via ordinária.

b) Da não interposição simultânea de recurso extraordinário.

c) Da inadequação recursal, pois deveria ter sido interposto recurso de embargos infringentes.

d) Da inadequação recursal, pois deveria ter sido interposto recurso extraordinário

e) De discutir a simples interpretação de cláusula contratual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre recurso especial, exigindo do examinando o conhecimento específico da Súmula 05 do STJ, que trata sobre a interpretação de cláusulas contratuais, que prevê o seguinte: "A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial."

A alternativa E está correta. O recurso especial é um recurso de estrito direito, de modo que é incabível caso seja necessário o reexame fático-probatório. Assim, o recurso especial não é cabível para discutir a interpretação de cláusulas contratuais, questão que demanda análise de matéria fática. Logo, não sendo admissível o recurso especial quando a matéria questionada diz respeito à interpretação de cláusula contratual, ainda que se cuide de acordo submetido à homologação judicial.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, pois, nesse sentido, é a Súmula 5 do STJ, que justifica o gabarito da questão: "A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial".

PGM CUIABÁ/MT

QUESTÃO 01. Em relação ao constitucionalismo, ao neoconstitucionalismo e ao pós-positivismo, assinale a opção correta.

a) O neoconstitucionalismo defende uma interpretação constitucional dogmática e formal.

b) O neoconstitucionalismo está associado à expansão da jurisdição dos tribunais constitucionais.

c) O neoconstitucionalismo surgiu como movimento doutrinário no início do século XVIII.

d) Na perspectiva do pós-positivismo, o elemento ético é irrelevante na consideração do direito.

e) Não há constitucionalismo sem constituição escrita e formal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Neoconstitucionalismo.

Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreiras Jurídicas, coordenado pela professora Nelma Santana, você verá que o Neoconstitucionalismo está ligado à ideia de rematerialização constitucional. Estamos diante de consequências da ideia de neoconstitucionalismo. Vamos estudar as consequências da Rematerialização Constitucional na: a) Teoria da Norma; b) na Expansão da Jurisdição Constitucional; c) na Teoria da Interpretação; d) na Teoria das Fontes do Direito. 1ª - Teoria da Norma: reconhecimento de eficácia dos princípios, mesmo que não escritos, bem como implementação de valores. No ponto, destacamos dois princípios extremamente importantes que ganharam relevo após a segunda guerra mundial: princípio da dignidade da pessoa humana e princípio democrático. Nosso curso pressupõe-se ser completo, aprofundado e direcionado à Defensoria Pública, motivo pelo qual aprofundaremos o presente tema, o qual é extremamente importante nos certames. 2ª - Expansão da Jurisdição Constitucional: criação de Tribunais Constitucionais, notadamente por meio do controle de constitucionalidade e controle de políticas públicas. 3ª - Teoria da Interpretação: conforme destacado, surge uma nova hermenêutica especificamente constitucional, que será estudada oportunamente. 4ª - Teoria das Fontes do Direito: temos uma remodelagem na teoria das fontes do direito, com maior protagonismo do Poder Judiciário, notadamente pela judicialização de políticas públicas, e a exigência do cumprimento de normas constitucionais, marcando maior protagonismo do Judiciário. Ver-se assim que o Neoconstitucionalismo e o Constitucionalismo Contemporâneo estão preocupados em dar amplitude às normas constitucionais, especialmente à judicialização da política. As normas programáticas passam a ser aplicadas pelos Tribunais Constitucionais. O STF começou a ganhar um papel de destaque em nossa República.

A alternativa A está incorreta. O neoconstitucionalismo não defende uma interpretação dogmática e formal da Constituição. Pelo contrário, ele busca uma interpretação que valorize os princípios

constitucionais e a aplicação dos valores fundamentais, adaptando a Constituição à realidade social e promovendo uma interpretação mais aberta e flexível.

A alternativa B está correta. O neoconstitucionalismo está diretamente ligado à expansão da jurisdição dos tribunais constitucionais, que se manifestam através do controle de constitucionalidade e da judicialização de políticas públicas. Isso inclui a criação de tribunais constitucionais e o fortalecimento do papel do judiciário na aplicação e interpretação das normas constitucionais, garantindo a eficácia dos princípios constitucionais.

A alternativa C está incorreta. O neoconstitucionalismo é um movimento contemporâneo que surge na segunda metade do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, e não no início do século XVIII. Ele se desenvolve em resposta à necessidade de um direito constitucional mais dinâmico e atuante na promoção de direitos e garantias fundamentais.

A alternativa D está incorreta. O pós-positivismo, ao contrário do positivismo jurídico tradicional, enfatiza a importância dos valores e princípios éticos na interpretação e aplicação do direito. Ele reconhece que o direito deve ser interpretado não apenas com base em regras formais, mas também considerando os valores éticos e sociais subjacentes.

A alternativa E está incorreta. Embora a maioria dos estados modernos possua uma constituição escrita, o constitucionalismo não se limita a isso. Existem sistemas de constitucionalismo que operam com constituições não escritas ou com uma combinação de normas escritas e costumeiras, como no caso do Reino Unido. O constitucionalismo se refere ao conjunto de princípios e práticas que limitam o poder do governo e garantem os direitos fundamentais, independentemente da forma escrita ou não da constituição.

QUESTÃO 02. Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

I. As normas de eficácia limitada podem produzir determinados efeitos, como a não recepção de normas pré-constitucionais incompatíveis.

II. As normas de eficácia limitada, ainda que não regulamentadas, influem na interpretação das normas infraconstitucionais.

III. As normas de eficácia contida são desprovidas de eficácia até que lei as regulamente.

IV. As normas de eficácia plena são próprias do campo dos direitos fundamentais, em que se mostram capazes de produzir todos os efeitos almejados pelo legislador constituinte.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item IV está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Apenas os itens III e IV estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Em nosso material do Estratégia Carreiras Jurídicas para Procuradorias, coordenado pela professora Nelma Fontana, você verá que na lição de José Afonso da Silva, as normas constitucionais classificam-se, conforme a eficácia, em: normas de eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia limitada (com suas respectivas subdivisões). Norma constitucional de eficácia plena é aquela que produz desde logo todos os seus efeitos jurídicos e não comporta a possibilidade de restrição em nível legal. São normas constitucionais que, desde a publicação da Constituição, produzem, ou podem produzir, todos os efeitos essenciais, conforme expressamente definido no texto da Lei Maior. Já a norma constitucional de eficácia contida é aquela que produz desde logo todos os seus efeitos jurídicos, mas admite algum condicionamento no âmbito legal. Já a norma constitucional de eficácia limitada é aquela que não produz desde logo todos os seus efeitos e precisa ser completada pelo legislador ordinário.

O item I está correto. Segundo a lição de José Afonso da Silva, as normas de eficácia limitada, embora não produzam todos os seus efeitos de imediato, podem sim produzir alguns efeitos, como a não recepção de normas pré-constitucionais que sejam incompatíveis com a nova ordem constitucional.

O item II está correto. As normas de eficácia limitada, mesmo sem regulamentação, podem orientar a interpretação de outras normas infraconstitucionais, influenciando o ordenamento jurídico e servindo como parâmetro para a aplicação do direito.

O item III está incorreto. As normas de eficácia contida têm plena eficácia desde a sua promulgação e produzem todos os seus efeitos, podendo ser restringidas posteriormente por leis infraconstitucionais. Portanto, não são desprovidas de eficácia até regulamentação, como afirma o item.

O item IV está incorreto. Embora muitas normas de eficácia plena estejam relacionadas aos direitos fundamentais, nem todas as normas de direitos fundamentais têm eficácia plena. Algumas podem depender de regulamentação infraconstitucional para serem plenamente aplicáveis, o que torna a afirmativa generalizada incorreta.

Desta forma, considerando que os itens I e II estão corretos e que os itens III e IV estão incorretos. A alternativa C está correta e é o gabarito da questão, enquanto as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 03. No que concerne aos direitos e aos deveres individuais e coletivos, bem como aos direitos sociais, de nacionalidade e políticos, assinale a opção correta.

a) Devido à liberdade de crença, a Constituição Federal de 1988 (CF) não admite o proselitismo religioso.

b) Na determinação da nacionalidade dos brasileiros, a Constituição Federal de 1988 (CF) adota exclusivamente o critério territorial (jus soli).

c) Ao tratar dos direitos políticos, a Constituição Federal de 1988 (CF) admite, apenas em caráter excepcional, candidaturas avulsas, isto é, de não filiados a algum partido político.

d) O direito a não ser torturado é exemplo de direito fundamental de caráter absoluto.

e) Em virtude da proteção constitucional à intimidade, nenhuma informação sobre a vida das pessoas pode ser divulgada sem o consentimento delas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de vários temas: direitos e aos deveres individuais e coletivos, bem como aos direitos sociais, de nacionalidade e políticos.

A alternativa A está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADI 2566, decidiu que a liberdade religiosa não é exercível apenas em privado, mas também no espaço público. Isso inclui o direito de tentar convencer os outros, por meio do ensinamento, a mudar de religião. Portanto, o discurso proselitista é inerente à liberdade de expressão religiosa.

A alternativa B está incorreta. A Constituição Federal adota tanto o critério do jus soli quanto o do jus sanguinis para a determinação da nacionalidade, conforme estabelecido no artigo 12 da CF. Assim, a nacionalidade pode ser determinada pelo local de nascimento (jus soli) ou pela ascendência (jus sanguinis).

A alternativa C está incorreta. A Constituição Federal exige a filiação partidária como condição de elegibilidade, conforme o artigo 14, § 3º, V. Embora o STF tenha afetado o Tema 974 em repercussão geral, ainda não há decisão permitindo candidaturas avulsas.

A alternativa D está correta. Embora a maioria dos direitos fundamentais seja relativa, a doutrina majoritária, incluindo autores como Norberto Bobbio, reconhece que certos direitos são absolutos. Entre esses direitos está o direito de não ser torturado, que é considerado um direito fundamental absoluto.

A alternativa E está incorreta. O STF, no julgamento da ADI 4815, sobre as biografias não autorizadas, determinou que deve haver um balanceamento entre o direito à liberdade de expressão e o direito à intimidade, privacidade, honra e imagem. Portanto, a divulgação de informações sobre a vida de uma pessoa pode ocorrer sem o seu consentimento, desde que seja respeitado esse balanceamento de direitos.

QUESTÃO 04. Com relação aos municípios e à autonomia municipal na Federação, assinale a opção correta.

a) Nos casos de cometimento de crime comum, não nos de responsabilidade, prefeitos são julgados no primeiro grau de jurisdição.

b) A competência legislativa suplementar dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local decorre de competência concorrente.

c) Os vereadores são invioláveis pelas declarações que derem no exercício do mandato, em todo o território do respectivo estado da Federação.

d) Lei orgânica municipal somente pode ser aprovada por quórum de dois terços da câmara de vereadores municipal.

e) Devido à autonomia política dos municípios, cabe-lhes dispor livremente sobre o regime jurídico aplicável aos prefeitos e vice-prefeitos municipais.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema autonomia municipal. Em nosso material do Estratégia Carreiras Jurídicas, Direito Constitucional, coordenado pela professora Nelma Fontana, você verá que os Municípios, na qualidade de pessoas políticas autônomas, possuem competências administrativas e legislativas enumeradas na Constituição Federal, estando a maioria delas no artigo 30 da Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta. Conforme a Súmula 702 do STF, a competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual. Nos demais casos, a competência originária cabe ao respectivo tribunal de segundo grau.

A alternativa B está incorreta. A competência legislativa suplementar dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local decorre da competência estabelecida pelo artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que especifica que os municípios legislam sobre assuntos de interesse local de forma independente.

A alternativa C está incorreta. A inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato se restringe ao território do município. Conforme decidido no RE 600063 pelo STF, essa proteção não se estende a todo o estado.

A alternativa D está correta. De acordo com o artigo 29 da Constituição Federal, a aprovação da lei orgânica do município exige um quórum de dois terços dos membros da câmara de vereadores, em dois turnos de votação.

A alternativa E está incorreta. Embora os municípios possuam autonomia política, administrativa e financeira, eles não têm liberdade irrestrita para dispor sobre o regime jurídico dos prefeitos e vice-prefeitos, pois devem seguir as diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal. Exemplo de Autonomia dada ao Município: Dupla vacância dos cargos de prefeito e vice-prefeito. Competência legislativa municipal. Domínio normativo da lei orgânica. (...) A vocação sucessória dos cargos de prefeito e vice-prefeito põe-se no âmbito da autonomia política local, em caso de dupla vacância. Ao disciplinar matéria, cuja competência é exclusiva dos Municípios, o art. 75, § 2º, da Constituição de Goiás fere a autonomia desses entes, mitigando-lhes a capacidade de auto-organização e de autogoverno e limitando a sua autonomia política assegurada pela Constituição brasileira. [ADI 3.549, rel. min. Cármen

Lúcia, j. 17-9-2007, P, DJ de 31-10-2007.] Exemplo de Restrição desta Autonomia: O inciso XIV do art. 29 da Constituição do Brasil/1988 estabelece que as prescrições do art. 28 relativas à perda do mandato de governador aplicam-se ao prefeito, qualificando-se, assim, como preceito de reprodução obrigatória por parte dos Estados-membros e Municípios. Não é permitido a esses entes da Federação modificar ou ampliar esses critérios. Se a Constituição do Brasil não sanciona com a perda do cargo de governador ou o prefeito que assuma cargo público em virtude de concurso realizado após sua eleição, não podem fazê-los as Constituições estaduais. [ADI 336, voto do rel. min. Eros Grau, j. 10-2-2010, P, DJE de 17-9-2010.]

QUESTÃO 05. A respeito da advocacia pública, assinale a opção correta.

a) Por não ser judicial, a atividade de consultoria jurídica dos advogados públicos não é considerada função essencial à justiça.

b) A advocacia pública contempla a defesa do direito e da justiça e a defesa de interesses da administração pública e dos gestores públicos.

c) Não cabe à advocacia pública exercer modalidade de controle da administração pública.

d) A atuação da advocacia pública é predominantemente de cunho preventivo.

e) Diversamente dos servidores públicos em geral, os advogados públicos adquirem estabilidade no cargo após dois anos de estágio probatório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, que é o gabarito esperado. Todavia, há a possibilidade de ser considerada correta a **letra B**. A questão, que trata do tema advocacia pública, é ambígua, na medida em que não se vale do texto expresso da Constituição ou de jurisprudência ou doutrina já consolidadas. Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreiras Jurídicas, coordenado pela professora Nelma Fontana, você verá que a advocacia pública foi contemplada na Constituição Federal de 1988, no Capítulo das Funções Essenciais à Justiça (artigos 131 e 132), para representar os entes federativos, judicial e extrajudicialmente, e para desempenhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. A qualificação da advocacia pública como função essencial à Justiça é inteiramente acertada, uma vez que os conflitos de interesses devem ser levados ao Judiciário, necessariamente, por meio de procurador, que é quem tem a capacidade para postular em juízo em favor da correta interpretação da lei.

A alternativa A está incorreta. Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF/88), Art. 131, a Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, e realiza atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. Portanto, a atividade de consultoria jurídica dos advogados públicos é sim considerada função essencial à justiça.

A alternativa B está incorreta, embora haja a possibilidade desta alternativa ser considerada correta. Ela inicia corretamente, mas ao colocar como função das Procuradorias a defesa/representação dos gestores públicos entra em matéria bastante controvertida. Alguns novos diplomas trazem essa previsão, como o art. 10 da Nova Lei de Licitações e a Nova Lei de Improbidade Administrativa. Contudo, tem-se entendido que as procuradorias não têm o dever-obrigação de defender gestores públicos, mas

somente que poderão fazê-lo, sempre que a atuação do gestor tiver se dado dentro do exercício de sua função pública e em prol do ente público. A procuradoria, na verdade, deve sempre agir em prol do ente federado respectivo.

A alternativa C está incorreta. A advocacia pública auxilia o controle interno. Veja-se que o próprio artigo 131 da Constituição atribui essa função de realizar atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

A alternativa D está correta, uma vez que aponta que as procuradorias atuam predominantemente na prevenção. Sem dúvidas a função preventiva dos procuradores é essencial para que atos contrários ao interesse público sejam praticados. A dúvida quanto à alternativa fica em relação ao advérbio predominantemente. Na prática, é difícil apurar quanto da atuação se dá em ações repressivas e na atuação judicial em defesa do ente e quanto se dá na precaução. A partir desse cenário, a letra D parece a alternativa mais correta ou "menos errada". Todavia, consideradas as sutilezas interpretativas que a redação das alternativas D e B permitem, sugere-se o recurso quanto a essa questão para aqueles que marcaram a alternativa B; isso, é claro, após a definição do gabarito pela banca.

A alternativa E está incorreta. A estabilidade para advogados públicos é adquirida após três anos de estágio probatório, conforme o parágrafo único do Art. 132 da CF/88, assim como para os demais servidores públicos (Art. 41).

QUESTÃO 06. Assinale a opção correta em relação ao controle de constitucionalidade.

a) Nos países onde há sistema de controle concentrado de constitucionalidade, é competência privativa da suprema corte apreciar a compatibilidade das normas infraconstitucionais com a constituição.

b) O controle de constitucionalidade por ação tem como objeto normas contrárias ao sistema constitucional e, por isso, identifica-se com o controle formal de constitucionalidade.

c) Por motivo de segurança das relações jurídicas, os efeitos das decisões judiciais no controle concreto de constitucionalidade são, em regra, ex nunc, isto é, não retroativos.

d) O controle de constitucionalidade no Brasil parte da premissa de que compete exclusivamente ao Poder Judiciário a guarda da Constituição.

e) No Brasil, pode haver reconhecimento de inconstitucionalidade de uma norma de forma superveniente à promulgação dela, por mudança hermenêutica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade. Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreiras Jurídicas, coordenado pela professora Nelma Santana, você verá que quando se inicia o estudo sobre o controle de constitucionalidade, algumas ideias principais devem estar bem delineadas. Em primeiro lugar, devemos estar cientes da ideia de supremacia da Constituição. Essa supremacia estará presente nas Constituições rígidas. Assim, a

Constituição será parâmetro de controle, devendo as normas infraconstitucionais observarem suas diretrizes, valores, princípios e regras. Ademais, a doutrina aponta como pressuposto do controle de constitucionalidade a existência de um Tribunal Constitucional, bem como a existência de uma sanção para a lei ou ato normativo considerado inconstitucional. Assim, podemos resumir os seguintes pressupostos para o controle de constitucionalidade: - Constituição suprema, fundamento de validade e parâmetro de controle. - Constituição rígida. - Tribunal Constitucional. - Existência de uma sanção para a lei ou ato normativo. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos conceituar o controle de constitucionalidade como a fiscalização e verificação da compatibilidade da lei ou ato normativo com a Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta. Nos países com sistema de controle concentrado de constitucionalidade, a suprema corte geralmente exerce essa função. No entanto, esse controle não é exclusivamente privativo dessa corte. No Brasil, por exemplo, há o controle difuso de constitucionalidade exercido pelos demais órgãos do Poder Judiciário, além do controle concentrado realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, os tribunais de justiça estaduais também podem exercer o controle de normas constitucionais estaduais.

A alternativa B está incorreta. O controle de constitucionalidade por ação pode abranger tanto o controle formal quanto o controle material. O controle formal se refere ao procedimento de elaboração da norma, enquanto o controle material se refere ao conteúdo da norma em relação à Constituição. Portanto, o controle de constitucionalidade por ação não se identifica apenas com o controle formal.

A alternativa C está incorreta. No controle concreto de constitucionalidade, os efeitos das decisões judiciais são, em regra, ex tunc, ou seja, retroativos. Isso significa que a declaração de inconstitucionalidade de uma norma implica que ela é considerada nula desde a sua origem, afetando situações passadas.

A alternativa D está incorreta. No Brasil, o controle de constitucionalidade não é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário. Embora o Judiciário tenha um papel central, especialmente o STF, os Poderes Executivo e Legislativo também exercem funções de controle de constitucionalidade. O Executivo, por exemplo, pode vetar projetos de lei por inconstitucionalidade, e o Legislativo pode rever e alterar leis que considere inconstitucionais.

A alternativa E está correta. Em nosso ordenamento jurídico, é possível reconhecer a inconstitucionalidade de uma norma de forma superveniente à sua promulgação devido a mudanças hermenêuticas. Isso pode ocorrer através da mutação constitucional, onde a interpretação da Constituição evolui ao longo do tempo, podendo levar à declaração de inconstitucionalidade de normas que anteriormente eram consideradas constitucionais. Além disso, há a possibilidade de inconstitucionalidade progressiva, onde uma norma inicialmente constitucional pode tornar-se inconstitucional em função de mudanças nas circunstâncias ou na interpretação jurídica. O próprio STF não está vinculado às suas decisões anteriores e pode modificar seu entendimento conforme novas interpretações.

QUESTÃO 07. Com base nas disposições da Lei n.º 11.417/2006 referentes às súmulas vinculantes, assinale a opção correta.

a) Em regra, uma súmula vinculante pode ser aprovada com base em apenas um julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) se a maioria dos membros dessa corte o considerar de repercussão geral.

b) Não é cabível reclamação constitucional sob a alegação de descumprimento de súmula vinculante pela administração pública.

c) A existência de processo para edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não gera a suspensão de processos judiciais que tenham o mesmo tema como objeto.

d) A aprovação de súmula vinculante depende de voto da maioria absoluta do Supremo Tribunal Federal (STF).

e) Não é admitida a participação de terceiros no processo de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Súmulas Vinculantes. A questão cobrou a literalidade do texto da Lei n. 11.417 de 2006.

A alternativa A está incorreta. Conforme o artigo 2º, § 3º da Lei n.º 11.417/2006, a edição, revisão e cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependem de decisão tomada por dois terços (2/3) dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF) em sessão plenária. Portanto, não basta a maioria simples e um único julgamento para a aprovação de uma súmula vinculante.

A alternativa B está incorreta. O artigo 7º da Lei n.º 11.417/2006 prevê que cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal contra decisão judicial ou ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente. Portanto, é cabível a reclamação constitucional nesse contexto.

A alternativa C está correta. O artigo 6º da Lei n.º 11.417/2006 estabelece que a proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão. Assim, a existência de processo para edição, revisão ou cancelamento de súmula vinculante não interfere na continuidade dos processos judiciais em andamento.

A alternativa D está incorreta. A decisão de aprovação de uma súmula vinculante requer o voto favorável de dois terços (2/3) dos membros do Supremo Tribunal Federal, conforme previsto no artigo 2º, § 3º da Lei n.º 11.417/2006. Portanto, não é suficiente a maioria absoluta para a aprovação.

A alternativa E está incorreta. Segundo o artigo 3º, § 2º da Lei n.º 11.417/2006, no procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o relator pode admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros, conforme o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Isso significa que a participação de terceiros é permitida nesses processos.

QUESTÃO 08. Assinale a opção correta de acordo com a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Cuiabá — PGM Cuiabá (Lei Complementar n.º 208/2010).

a) Não obstante a PGM Cuiabá seja regida pelo princípio da indisponibilidade do interesse público, ela pode, em certos casos, transigir em demandas judiciais de interesse do município.

b) Entre os órgãos de execução administrativa da PGM Cuiabá, está incluído o Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Capacitação (CEFAP).

c) A Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos deve examinar a juridicidade de todas as proposições legislativas em trâmite na Câmara Municipal de Cuiabá.

d) No tocante ao interesse fiscal do município de Cuiabá, compete à respectiva PGM atuar apenas nas seguintes classes processuais: execuções fiscais, ações de repetição de indébito, mandados de segurança e ações declaratórias e anulatórias.

e) Havendo necessidade de esclarecimento ou informação para a defesa do interesse do município de Cuiabá, o procurador deverá solicitar ao gabinete do prefeito municipal que requisite os elementos pertinentes ao órgão ou ente que os detenha.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Cuiabá. A questão trata da literalidade dos dispositivos indicados na Lei Complementar Municipal de Cuiabá-MT n. 208/2010.

A alternativa A está correta. Conforme o artigo 8º, XIX, da Lei Complementar n.º 208/2010, são atribuições do Procurador-Geral do Município: "desistir, transigir, firmar compromisso e confessar nas ações de interesse do Município." Isso permite, em certos casos, a transigência em demandas judiciais, respeitando o princípio da indisponibilidade do interesse público.

A alternativa B está incorreta. Conforme o artigo 4º, IV, da referida lei, os órgãos de execução administrativa da Procuradoria-Geral do Município de Cuiabá incluem: a) Unidade de Registro e Controle de Feitos; b) Gabinete do Procurador-Geral, que compreende a Assessoria do Procurador-Geral; c) Coordenadoria Administrativa-Financeira (CAF), que abrange o Serviço de Pessoal e Finanças, Serviço de Atividades Gerais e Serviço Técnico de Informática. O Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Capacitação (CEFAP) não é mencionado como órgão de execução administrativa.

A alternativa C está incorreta. O artigo 22 da Lei Complementar n.º 208/2010 estabelece as competências da Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos, que incluem emitir pareceres sobre o regime jurídico e previdenciário dos servidores públicos municipais, opinar sobre a organização do serviço público e elaborar ou revisar minutas de projetos de lei e outros atos normativos quando solicitado. Não inclui a responsabilidade de examinar a juridicidade de todas as proposições legislativas em trâmite na Câmara Municipal de Cuiabá.

A alternativa D está incorreta. O artigo 17 da lei especifica que as atribuições da Procuradoria Fiscal incluem representar o município em defesa dos interesses fiscais em ações judiciais, orientar e fiscalizar os serviços da Procuradoria Fiscal, supervisionar a Gerência da Dívida Ativa, e efetuar parcelamento de

débitos, entre outras atividades. As classes processuais mencionadas na alternativa não são limitativas das competências da Procuradoria Fiscal.

A alternativa E está incorreta. Conforme o artigo 3º, X, da Lei Complementar n.º 208/2010, cabe à própria Procuradoria-Geral requisitar diretamente, com atendimento prioritário, aos órgãos e entidades da administração municipal, as certidões, cópias, exames, informações, diligências e esclarecimentos necessários ao cumprimento de suas finalidades institucionais. Portanto, não é necessário que o procurador solicite ao gabinete do prefeito para obter tais elementos.

QUESTÃO 09. Considerando a função social da propriedade e seu regime constitucional, assinale a opção correta.

a) A CF adota o mesmo regime jurídico para as propriedades urbanas e rurais.

b) Sem embargo da função social da propriedade, o titular do direito de propriedade não pode ser sancionado pela falta de uso do imóvel dele.

c) A previsão constitucional da função social da propriedade, na prática, esvazia o conteúdo jurídico do direito à propriedade.

d) A obrigação de que a propriedade atenda a deveres para com a comunidade surgiu com a promulgação da CF.

e) As normas sobre a função social da propriedade impõem condicionantes ao proprietário, que deve submeter-se a certos interesses da coletividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema função social da propriedade. Em nosso material de Direito Civil do Estratégia Carreiras Jurídicas, coordenado pelo professor Paulo Sousa, você verá que, em grandes linhas, distingue-se a função social da propriedade a partir de dois grandes eixos: a função social da propriedade imobiliária urbana (tratada nos arts. 182 e 183 da CF/1988) e a função social da propriedade imobiliária rural (arts. 184 a 191 da CF/1988). Na primeira, configura-se a função social da propriedade adotando-se como parâmetro as diferentes realidades locais existentes no país. Ao invés de unificar uma compreensão sobre os critérios para verificação da função social da propriedade urbana, o constituinte remete à realidade particular dos municípios essa averiguação. Assim, nos termos do §2° do art. 182, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor. A função social da propriedade urbana desdobra-se, então, em três diplomas legislativos: a Constituição Federal; o Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001 –, que desenvolve os mecanismos para tratamento da propriedade tal como estabelecido constitucionalmente; e o Plano Diretor, que apresenta os critérios de ordenação urbana no específico município. A principal sanção pelo descumprimento da função social da propriedade urbana é a desapropriação para posterior parcelamento, edificação ou utilização, prevista no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal de 1988 estabelece regimes jurídicos distintos para propriedades urbanas e rurais. Para a propriedade urbana, o artigo 182, §2º, determina que ela cumpre sua função social quando atende às exigências do plano diretor do município. Por outro lado, o artigo 186 estabelece que a função social da propriedade rural é cumprida quando ela atende a requisitos como aproveitamento racional, preservação do meio ambiente, observância das relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

A alternativa B está incorreta. O titular do direito de propriedade pode ser sancionado pela falta de uso do imóvel. Para imóveis urbanos, o não cumprimento da função social pode resultar em medidas como a desapropriação para parcelamento ou edificação, conforme previsto no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). Para propriedades rurais, o não cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 186 da Constituição também pode levar a sanções, como a desapropriação para fins de reforma agrária.

A alternativa C está incorreta. A obrigação de que a propriedade atenda a deveres para com a comunidade não surgiu com a Constituição de 1988. A Constituição Federal de 1967 já previa a função social da propriedade. O artigo 157, III, dessa Constituição, estabelecia que a ordem econômica deveria realizar a justiça social, com base no princípio da função social da propriedade.

A alternativa D está incorreta. Desde a Constituição Federal de 67, há previsão de exigências da função social da propriedade. Veja-se o disposto no seu Art. 157, III: Art 157 - A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios: (...) III - função social da propriedade;

A alternativa E está correta. As normas sobre a função social da propriedade impõem condicionantes ao proprietário, que deve submeter-se a certos interesses da coletividade. A função social da propriedade, conforme os artigos 182 e 186 da Constituição Federal, exige que tanto as propriedades urbanas quanto as rurais atendam a determinados requisitos e cumpram deveres específicos que beneficiem a sociedade em geral.

QUESTÃO 10. Acerca do direito à saúde no ordenamento jurídico pátrio e do Sistema Único de Saúde (SUS), julgue os próximos itens.

I. A CF adota o modelo de financiamento múltiplo do SUS.

II. De acordo com o STF, apesar do caráter fundamental do direito à saúde, o poder público não tem o dever de fornecer medicamentos experimentais para tratamentos médicos.

III. No contexto da pandemia de covid-19, decisão do STF entendeu o Poder Executivo federal como ente central na coordenação de ações de saúde, sem impedimento, entretanto, de que estados e municípios adotassem, em tal contexto, medidas restritivas para proteção sanitária no respectivo território.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema direito à saúde.

O item I está correto. O artigo 198, §1º da Constituição Federal dispõe que o Sistema Único de Saúde (SUS) será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. Isso configura um modelo de financiamento múltiplo, baseado em fontes específicas de recursos públicos.

O item II está correto. Conforme o Tema 500 do STF (Leading Case: RE 657718), o Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais. A ausência de registro na ANVISA impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial. Excepcionalmente, é possível a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário em caso de mora irrazoável da ANVISA, quando preenchidos três requisitos: (i) existência de pedido de registro do medicamento no Brasil, exceto no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras; (ii) existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e (iii) inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil. As ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA devem ser propostas em face da União.

O item III está correto. No contexto da pandemia de covid-19, a decisão do STF na ADPF 672 determinou que, embora o Poder Executivo federal tenha um papel central na coordenação de ações de saúde, isso não impede que estados e municípios adotem medidas restritivas para proteção sanitária em seus respectivos territórios. A decisão destacou que o Poder Executivo federal não pode afastar unilateralmente as medidas adotadas pelos governos estaduais, distrital e municipais, como distanciamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições ao comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas.

Logo, considerando que todos os itens estão corretos, a alternativa E está correta e as demais alternativas, A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 11. A respeito dos princípios administrativos, assinale a opção correta.

a) Pelo princípio da autotutela administrativa a administração pública tem a prerrogativa de anular seus próprios atos que tenham sido ilegalmente praticados, e, se do ato nulo decorrerem efeitos favoráveis a terceiros, a anulação deverá ser precedida de regular processo administrativo.

b) A súmula vinculante que versa sobre a vedação ao nepotismo representa meio de assegurar o princípio da moralidade, porém não se aplica aos servidores que já exerciam cargo público no momento da edição do seu enunciado, em razão da proteção ao direito adquirido.

c) O princípio da supremacia do interesse público tem caráter absoluto, de modo que, em qualquer caso, havendo confronto com o interesse do particular, prevalecerá o interesse público.

d) O direito de greve dos servidores públicos deve ser exercido nos termos da Constituição Federal de 1988, não sendo necessário constituir norma específica definida em lei, em observância ao princípio da segurança jurídica.

e) Em decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público, é vedada à administração pública a adoção de meios alternativos de solução de controvérsias, como a arbitragem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** Trata-se de questão pertinente ao tema princípios da administração pública.

A alternativa A está correta, porquanto em linha com o entendimento externado pelo STF, em repercussão geral (Tema 138), cuja tese restou assim redigida: "Ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo." (RE 594296, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 21-09-2011)

A alternativa B está incorreta, uma vez que a Súmula Vinculante 13 do STF, que trata da vedação ao nepotismo, tem aplicabilidade imediata, inclusive sobre servidores ocupantes de cargos públicos quando da edição do aludido enunciado. Afinal, seu conteúdo apenas declarou proibição que já poderia ser extraída dos princípios constitucionais. Ademais, não há que se falar em um pretenso direito adquirido à permanência de uma situação jurídica inconstitucional, como seria o caso de nomeação baseada em nepotismo.

A alternativa C está incorreta. Inexistem princípios absolutos, tampouco se deve cogitar de hierarquia entre princípios informativos da administração. Havendo conflito entre tais postulados, deve-se aplicar a técnica de ponderação, a fim de verificar, no caso concreto, qual princípio deve preponderar. Ademais, o princípio da supremacia do interesse público encontra, sim, limites na necessidade de que sejam respeitados os direitos e garantias individuais e coletivos.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que foi colocado neste item, assim determina o art. 37, VII, da CRFB: "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;". Deveras, embora ainda não haja lei específica destinada aos servidores públicos, para tal finalidade, o STF, analisando mandados de injunção, firmou compreensão no sentido de que seja aplicada, no que couber, a Lei 7.783/89, que se direciona aos trabalhadores da iniciativa privada, até que sobrevenha diploma legal específico relativo aos servidores públicos.

A alternativa E está incorreta, uma vez que inexiste a alegada vedação, à administração pública, para a adoção de meios alternativos de solução de controvérsias, como a arbitragem. Pelo contrário, há diversos diplomas legais que expressamente admitem tal possibilidade, valendo como exemplo o teor do art. 10-B do Decreto-lei 3.365/41 (Lei Geral de Desapropriações): "Feita a opção pela mediação ou

pela via arbitral, o particular indicará um dos órgãos ou instituições especializados em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação."

QUESTÃO 12. Julgue os itens a seguir, relativos aos poderes da administração pública e ao seu controle.

I. Tradicionalmente, a doutrina administrativista entende que os atos administrativos discricionários, em regra, só podem ser objeto de controle judicial quanto aos seus aspectos vinculados.

II. O desvio de poder, espécie de abuso de poder, consiste na atuação do agente fora dos limites de sua competência.

III. É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta, de capital social majoritariamente público, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas os itens I e II estão certos.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A presente questão abordou o tema atos administrativos, poderes administrativos e mecanismos de controle.

A assertiva I está correta. De fato, segundo concepção mais tradicional de nossa doutrina, no caso de atos discricionários, vale dizer, que admitem juízo de conveniência e oportunidade, é viável que o controle judicial se opere em relação aos elementos vinculados do ato, quais sejam, competência, finalidade e forma. De seu turno, no tocante aos elementos que admitem discricionariedade, prevalece a impossibilidade de reexame do mérito administrativo, ou seja, não é dado ao Judiciário reavaliar os critérios legitimamente adotados pela Administração, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.

A assertiva II está incorreta. Em verdade, a descrição ali contida não corresponde à figura do desvio de poder, vício que recai no elemento finalidade, mas sim ao excesso de poder, que constitui vício a incidir

sobre o elemento competência. Com efeito, quando o agente atua fora dos limites de suas atribuições legais, tem-se o excesso, e não o desvio de poder.

A assertiva III está correta, uma vez que seu conteúdo exibe, com exatidão, o entendimento fixado pelo STF, em repercussão geral (Tema 532), *in verbis:* "É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial."

QUESTÃO 13. Assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

a) Ação indenizatória por danos causados por agente público pode ser ajuizada contra o Estado ou contra o agente público responsável, a critério da pessoa lesada, em razão do princípio da reparação integral.

b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva em relação não apenas aos usuários, mas também a terceiros não usuários dos serviços.

c) O prazo prescricional de pretensão indenizatória decorrente da responsabilidade civil do Estado é de três anos, conforme o Código Civil, a contar do momento em que ocorrido o dano, consoante o princípio da actio nata.

d) O Estado responde objetivamente por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, independentemente da demonstração de nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

e) O ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria do risco integral, de maneira que a responsabilidade civil do Estado será afastada quando o evento danoso decorrer de culpa exclusiva da vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** Cuida-se de questão relativa ao tema responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta, pois, na verdade, o STF firmou compreensão, em repercussão geral (Tema 940), na linha da ilegitimidade passiva do agente público para responder diretamente perante a vítima, como se vê da leitura da respectiva tese: "A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa." (RE 1027633, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 14-08-2019)

A alternativa B está correta, porquanto afinada com a tese adotada pelo STF, em repercussão geral (Tema 130): "A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do art.

37, § 6º, da Constituição Federal." (RE 591874, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 26-08-2009).

A alternativa C está incorreta, eis que o STJ firmou entendimento no sentido de que o prazo prescricional de pretensão indenizatória contra o Estado é de 5 (cinco) anos, e não de 3 (três) anos, aplicando-se o disposto no art. 1º do Decreto 20.910/32, ao invés do Código Civil. No ponto, confira-se: "(...)o atual e consolidado entendimento deste Tribunal Superior sobre o tema é no sentido da aplicação do prazo prescricional quinquenal - previsto do Decreto 20.910/32 - nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002." (REsp 1251993/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 19/12/2012)

A alternativa D está incorreta, visto que contraria a tese firmada pelo STF, em repercussão geral (Tema 362), que foi assim redigida: "Nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada". (RE 608880, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020).

A alternativa E está incorreta, considerando que a teoria adotada em nosso ordenamento jurídico, acerca da responsabilidade civil do Estado, não é a do risco integral, mas sim a teoria do risco administrativo, extraída do art. 37, §6º, da CRFB.

QUESTÃO 14. No que concerne às normas de direito administrativo veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a opção correta.

a) Segundo a jurisprudência do STF, o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro, estando incluídas na definição de erro grosseiro as noções de imprudência, negligência e imperícia, quando efetivamente graves.

b) Na interpretação de normas sobre gestão pública, não serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, adotando-se como parâmetro o ideal do administrador perfeito, em paralelo à figura do legislador racional.

c) A revisão, nas esferas administrativa controladora ou judicial, da validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado deve levar em conta as orientações gerais vigentes na data da revisão, considerado o poder de autotutela administrativa.

d) Considerada a máxima segundo a qual os fins não justificam os meios, não se levarão em conta na esfera administrativa, as consequências práticas das decisões, devendo o administrador pautar-se por valores jurídicos abstratos.

e) Em qualquer órgão dos três Poderes, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, deverá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** Trata-se de questão que versou acerca das normas de direito administrativo veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

A alternativa A está correta, uma vez que em perfeita sintonia ao que restou decidido pelo STF, em controle concentrado de constitucionalidade, conforme tese assim externada: "1. Compete ao legislador ordinário dimensionar o conceito de culpa previsto no art. 37, § 6º, da CF, respeitado o princípio da proporcionalidade, em especial na sua vertente de vedação à proteção insuficiente. 2. Estão abrangidas pela ideia de erro grosseiro as noções de imprudência, negligência e imperícia, quando efetivamente graves."(ADI 6421, Relator(a): LUÍS ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 11-03-2024)

A alternativa B está incorreta, porquanto agride o teor do art. 22, *caput,* da LINDB, que assim estabelece: "Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados".

A alternativa C está incorreta, eis que em manifesto desacordo ao que preceitua o art. 24, *caput*, da LINDB, no seguinte sentido: "A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que afronta o teor do art. 20, *caput*, da LINDB, que assim estabelece: "Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão."

A alternativa E está incorreta, visto que destoa do teor do art. 29, *caput*, da LINDB, da leitura do qual extrai-se: "Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão."

QUESTÃO 15. Em relação aos agentes públicos, julgue os itens que se seguem, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

I. Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

II. A justiça do trabalho é a instância competente para julgar a abusividade de greve de agentes públicos celetistas da administração direta, das autarquias e das fundações de direito público.

III. A contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos da Constituição

Federal de 1988 não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

IV. Nada obstante compatível com o regime de subsídio, sobretudo quando estruturado como um modelo de remuneração por performance, com vistas à eficiência do serviço público, o pagamento de verbas honorárias sucumbenciais a advogados públicos não afasta a incidência do teto remuneratório.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Trata-se de questão em que foram cobrados conhecimentos pertinentes ao tema agentes públicos.

A assertiva I está correta, pois seu teor exibe a literalidade da Súmula 686 do STF: "Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público."

A assertiva II está incorreta, porquanto em desacordo ao entendimento firmado por nossa Suprema Corte, em repercussão geral (Tema 544), cuja tese assim preceitua: "A Justiça Comum Federal ou Estadual é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da administração direta, autarquias e fundações de direito público". (RE 846854, Relator(a): LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 01-08-2017)

A assertiva III está correta, na medida em que se ajusta à compreensão fixada pelo STF, como se vê do seguinte trecho de julgado: "Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS." (RE 765320 RG, Relator(a): TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 15-09-2016).

A assertiva IV está correta, visto que seu teor se ajusta ao entendimento do Supremo, em repercussão geral, conforme tese de seguinte redação: "É constitucional o pagamento de honorários sucumbenciais

aos advogados públicos, observando-se, porém, o limite remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição". (ADI 6159, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 24-08-2020)

QUESTÃO 16. A respeito da organização administrativa, assinale a opção correta

a) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de autarquia, de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação pública.

b) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação pública.

c) Os serviços sociais autônomos, por serem custeados por contribuições sociais instituídas pela União, integram a administração indireta federal.

d) A criação de subsidiárias das empresas públicas e das sociedades de economia mista independe de lei, bastando aprovação por assembleia.

e) Na administração direta, estão compreendidos os órgãos que integram a pessoa federativa titular da atividade administrativa, abrangidas todas as pessoas jurídicas de direito público, como as autarquias e as fundações públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A presente questão exigiu domínio relativamente ao tema organização da administração pública.

A alternativa A está incorreta, uma vez que, na verdade, a técnica de autorização legal, para fins de criação de entidades da administração indireta, não se aplica às autarquias, tendo em vista que essas últimas são criadas diretamente por meio de lei. Nesse sentido, o teor do art. 37, XIX, da CRFB: "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação".

A alternativa B está correta, pois seu teor exibe o entendimento adotado pelo STF, consoante trecho de julgado a seguir transcrito: "A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação pública." (ADI 5624 MC-Ref, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 06-06-2019).

A alternativa C está incorreta, visto que os serviços sociais autônomos são entidades privadas, sem finalidade lucrativa, integrantes do chamado Terceiro Setor, que atuam ao lado do aparelho estatal desenvolvendo atividades socialmente relevantes. Assim sendo, não compõem a administração indireta, tal como foi aqui erroneamente sustentado pela Banca.

A alternativa D está incorreta, porquanto viola a norma do art. 37, XX, da CRFB, em vista do qual "depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada".

A alternativa E está incorreta, tendo em conta que autarquias e fundações públicas integram, na verdade, a administração indireta, e não a direta, tal como aqui restou indevidamente sustentado pela Banca.

QUESTÃO 17. Com base na Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

a) Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo, devendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definir em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.

b) A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante, mediante a demonstração do cumprimento de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas.

c) A adoção do sistema de registro de preços implica compromisso de fornecimento do objeto pelo licitante vencedor, conforme as condições estabelecidas no edital de licitação, gerando àquele, em contrapartida, direito subjetivo à contratação.

d) As normas gerais de licitação e contratação previstas na referida lei são aplicáveis à administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como às empresas públicas e as sociedades de economia mista.

e) Quando não surgirem licitantes interessados ou não forem apresentadas propostas válidas, será inexigível a licitação para a contratação, devendo ser mantidas as condições definidas no edital de licitação, desde que lançado há menos de 1 ano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Cuida-se de questão atinente ao tema licitações, com disciplina prevista na Lei 14.133/2021.

A alternativa A está correta, tendo em vista que seu teor corresponde à combinação do art. 20, *caput* e §1º, do citado diploma legal. No ponto, de acordo com o *caput,* "Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo." Por seu turno, assim reza o §1º: "Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definirão em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo."

A alternativa B está incorreta, considerando que a habilitação econômico-financeira é demonstrada, na verdade, "por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório", a teor do art. 69 da Lei 14.133/2021. Por sua vez, a demonstração do cumprimento de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas relaciona-se, é claro, com as habilitações fiscal, social e trabalhista, cuja disciplina está prevista no art. 68 daquele mesmo diploma.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o Sistema de Registro de Preço não gera o alegado direito subjetivo à contratação, em favor do licitante vencedor, conforme se depreende do teor do art. 83 da Lei 14.133/2021: "A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada".

A alternativa D está incorreta, visto que as normas previstas na sobredita lei não se aplicam às empresas públicas e sociedades de economia mista reguladas pela Lei 13.303/2016, como se extrai da norma do art. 1º, §1º, da Lei 14.133/2021: "Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei".

A alternativa E está incorreta, considerando que a hipótese aqui descrita pela Banca não constitui hipótese de inexigibilidade, e sim de licitação dispensável, a teor do art. 75, III, "a", da Lei 14.133/2021, *litteris*: "É dispensável a licitação: (...)para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação: a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;".

QUESTÃO 18. Assinale a opção correta à luz da Lei de Improbidade Administrativa em vigor (Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações).

a) A indisponibilidade de bens, quando decretada, recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário sem incidir sobre valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.

b) Na ação de improbidade administrativa, para decretação cautelar de indisponibilidade de bens do réu, basta a demonstração da probabilidade do direito alegado, sendo presumido o perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo.

c) A sentença que concluir pela carência de ação ou pela improcedência do pedido formulado em ação de improbidade administrativa estará sujeita ao reexame obrigatório.

d) As ações de improbidade administrativa não estão sujeitas à prescrição intercorrente.

e) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa ou culposa que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres de ente público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Trata-se de questão relativa ao tema improbidade administrativa, com disciplina prevista na Lei 8.429/92 (LIA).

A alternativa A está correta, pois afinada com a regra do art. 16, §10, da LIA, que assim preconiza: "A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano

ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita".

A alternativa B está incorreta, uma vez que o art. 16, §3º, da LIA exige, sim, efetiva demonstração do perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, para fins de decretação da indisponibilidade de bens. No ponto, confira-se: "O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o *caput* deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias."

A alternativa C está incorreta, visto que em manifesto confronto à regra do art. 17, §19, IV, da LIA, segundo o qual verifica-se não se aplicar o reexame obrigatório nos casos de improcedência do pedido ou de extinção sem resolução de mérito. A propósito, confira-se: "Não se aplicam na ação de improbidade administrativa: (...)o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito".

A alternativa D está incorreta, considerando que a prescrição intercorrente encontra-se expressamente prevista na norma do art. 23, §8º, da LIA, que assim preceitua: "O juiz ou o tribunal, depois de ouvido o Ministério Público, deverá, de ofício ou a requerimento da parte interessada, reconhecer a prescrição intercorrente da pretensão sancionadora e decretá-la de imediato, caso, entre os marcos interruptivos referidos no § 4º, transcorra o prazo previsto no § 5º deste artigo."

A alternativa E está incorreta, tendo em conta que não mais se pode falar no cometimento de ato de improbidade administrativa por meio de condutas meramente culposas, sendo certo que a LIA, após as alterações trazidas pela Lei 14.230/2021, passou a exigir dolo para a configuração de todas as espécies de atos ímprobos. Especificamente com relação aos atos causadores de lesão ao erário, eis o teor do art. 10, *caput*, do referido diploma: "Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:".

QUESTÃO 19. Acerca da modalidade de licitação diálogo competitivo, julgue os itens seguintes, com base na Lei n.º 14.133/2021.

I. O diálogo competitivo consiste em modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a administração pública realiza diálogos com licitantes selecionados aleatoriamente entre os possíveis interessados, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

II. O diálogo competitivo pode ser adotado em qualquer contratação, desde que a sua escolha seja adequadamente motivada pela administração pública.

III. A fase de diálogo poderá ser mantida até que a administração pública, em decisão fundamentada, identifique a(s) solução(ões) que atenda(m) às suas necessidades.

IV. O diálogo competitivo deve ser conduzido por comissão de contratação composta de servidores efetivos ou empregados pertencentes aos quadros permanentes da administração pública, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A presente questão demandou conhecimentos relacionados à modalidade licitatória diálogo competitivo.

A assertiva I está incorreta. Não é verdade que no diálogo competitivo a Administração realize diálogos com licitantes selecionados aleatoriamente. A rigor, referidos licitantes são previamente selecionados, como se extrai da própria definição legal de tal modalidade, estabelecida no art. 6º, XLII, da Lei 14.133/2021: "Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;"

A assertiva II está incorreta, uma vez que o diálogo competitivo não constitui modalidade adequada em "qualquer contratação". Em verdade, de acordo com o art. 32, I, da Lei 14.133/2021, referida modalidade é restrita a contratações em que a Administração vise a contratar objeto que envolva as seguintes condições: inovação tecnológica ou técnica; impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração.

A assertiva III está correta, tendo em vista que seu teor se revela em perfeita sintonia à regra do art. 32, §1º, V, da Lei 14.133/2021, que assim estabelece: "Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições: (...)a fase de diálogo poderá ser mantida até que a Administração, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que atendam às suas necessidades;"

A assertiva IV está correta, pois em linha com a norma do art. 32, §1º, X, do mencionado diploma, *in verbis:* "Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições: (...) o diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão;"

QUESTÃO 20. Com base na Lei n.º 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, assinale a opção correta, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

a) Ao contrário do que ocorre no processo judicial, a autoridade administrativa tem a prerrogativa de deixar de decidir o processo administrativo, em razão da inaplicabilidade da vedação ao *non liquet.*

b) A competência administrativa é irrenunciável, mas pode ser objeto de delegação, inclusive no que diz respeito à edição de atos de caráter normativo e à decisão de recursos administrativos.

c) O ato administrativo deve ter motivação explícita, clara e congruente, a qual não pode consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões e propostas.

d) Admite-se a aplicação, por analogia integrativa, da citada lei no âmbito da administração pública estadual e municipal, quando ausente norma específica, não obstante a autonomia legislativa dos estados e dos municípios para regular a matéria em seus territórios.

e) No processo administrativo, o administrado deve fazer-se representar por advogado ou, na impossibilidade de custeio do serviço, por defensor público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Cuida-se de questão em que se exigiu domínio acerca do tema processo administrativo federal, com disciplina prevista na Lei 9.784/99.

A alternativa A está incorreta, visto que o art. 48 da citada lei federal é explícito ao estabelecer que "A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência."

A alternativa B está incorreta, tendo em conta que a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos inserem-se dentre as matérias sobre as quais há vedação expressa à delegação de competências. Nesse sentido, o art. 13, I e II, da Lei 9.784/99: "Não podem ser objeto de delegação: a edição de atos de caráter normativo; a decisão de recursos administrativos;".

A alternativa C está incorreta, pois, ao contrário do que foi aduzido pela Banca, a Lei 9.784/99 admite, sim, a chamada motivação *per relationem* ou *aliunde*, consistente em referências a fundamentos esposados em outro documento, como um parecer ou uma decisão. A propósito, confira-se o teor do art. 50, §1º, da aludida lei federal: "A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato".

A alternativa D está correta, considerando que seu teor se mostra devidamente fundamentado na Súmula 633 do STJ, de seguinte redação: "A Lei nº 9.784/99, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, pode

ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria".

A alternativa E está incorreta. Na realidade, a representação por advogado constitui uma faculdade que pode ser exercida pelo administrado, de modo que não se trata de genuíno dever, salvo se houver disposição expressa em contrário. Nesse sentido, o art. 3º, IV, da Lei 9.784/99: "O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados: (...) fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei." Em reforço, cite-se o teor da Súmula Vinculante 5 do STF, na linha da qual: "A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição".

QUESTÃO 21. De acordo com as alterações implementadas pela Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, a Reforma Tributária, em relação aos municípios, estabeleceu a supressão:

a) Do imposto sobre serviços (ISS) combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços (IBS), que incidirá, inclusive, sobre operações com bens imóveis.

b) Do imposto sobre bens e serviços (IBS), que não incidirá sobre operações com bens imóveis.

c) Do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços (IBS), que incidirá sobre operações com bens imóveis.

d) Do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) e do imposto sobre serviços (ISS), combinada com o advento do imposto sobre serviços (ISS), que incidirá, inclusive, sobre operações com bens imóveis.

e) Do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) e do imposto sobre serviços (ISS), combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços (IBS), que não incidirá sobre operações com bens imóveis.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra A.** A questão trata sobre as alterações promovidas pela EC 132/2023.

A alternativa A está correta. Trata-se de hipótese contida no art. 156ª §6º, II da EC 132/2023. Confira a literalidade da lei: "Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. (...) § 6º Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para: (...) II - serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos, podendo prever".

A alternativa B está incorreta. A alternativa contrária à previsão contida no art. 156ª §6º, II da EC 132/2023.

A alternativa C está incorreta. A referida hipótese não está prevista na EC 132/2023.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de previsão não contida na EC 132/2023.

A alternativa E está incorreta. Não há a referida disposição no texto da EC 132/2023.

QUESTÃO 22. Conforme o Código Tributário Nacional (CTN), é modalidade extintiva do crédito tributário:

a) A anistia

b) O parcelamento

c) A isenção

d) A compensação

e) A moratória

Comentários

A alternativa correta é a Letra D. A questão trata sobre as modalidades de extinção do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese de exclusão prevista no art. 175, II do CTN: "Art. 175. Excluem o crédito tributário: II - a anistia".

A alternativa B está incorreta. Trata-se de hipótese de suspensão prevista no art. 151, VI do CTN: "Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: VI – o parcelamento. (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001)".

A alternativa C está incorreta. Trata-se de hipótese de exclusão prevista no art. 175, I do CTN: "Art. 175. Excluem o crédito tributário: I - a isenção".

A alternativa D está correta. Trata-se de hipótese de extinção prevista no art. 156, II do CTN:" Art. 156. Extinguem o crédito tributário: II - a compensação".

A alternativa E está incorreta. Trata-se de hipótese de suspensão prevista no art. 151, I do CTN: "Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória".

QUESTÃO 23. A luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e no CTN, assinale a opção correta a respeito do ITBI, considerando, no que couber, a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) O ITBI compartilha da mesma base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), no caso, o valor, de forma que o valor deste último tributo pode ser utilizado como piso de tributação daquele primeiro.

b) É legítimo ao município atribuir previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido de forma unilateral.

c) De acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o valor da transação declarado pelo contribuinte, para fins de cálculo do valor do ITBI, goza da presunção de compatibilidade com o valor de mercado, que somente poderá ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio.

d) O ITBI incide sobre a transmissão de direito real sobre bem imóvel, a exemplo da hipoteca.

e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é compatível com o texto constitucional lei que estabelece alíquota progressivas para o ITBI com base no valor venal do imóvel.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C.** A questão trata sobre a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos impostos municipais.

A alternativa A está incorreta. A 1ª Seção do STJ, por unanimidade, ao julgar o recurso especial 1.937.821/SP, definiu que a base de cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis ("ITBI") não é associada à base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano ("IPTU").

A alternativa B está incorreta. Acerca do tema, o STJ fixou a seguinte tese: "O município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido de forma unilateral" Tema 1.113 do STJ.

A alternativa C está correta. Trata-se do entendimento firmado pelo STJ que fixou a seguinte tese: "O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (artigo 148 do Código Tributário Nacional – CTN)" Tema 1.113 do STJ.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 156, § 2º, inciso I, da CF/88, não incide ITBI na transmissão de bens ou direitos em realização de capital nem na transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção da pessoa jurídica.

A alternativa E está incorreta. Dispõe a súmula 656 do STF que: "É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o Imposto de Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel".

QUESTÃO 24. Os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria são espécies tributárias marcadamente orientadas, respectivamente pelos princípios

a) Da retributividade, da proporcionalidade e da capacidade contributiva.

b) Da proporcionalidade, da retributividade e da capacidade contributiva.

c) Da capacidade contributiva, da proporcionalidade e da retributividade.

d) Da capacidade contributiva, da retributividade e da proporcionalidade.

e) Da proporcionalidade, da capacidade contributiva e da retributividade.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre os princípios do Direito Tributário.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do Art. 16 do CTN impostos independem de qualquer atuação estatal específica, não havendo assim, retributividade. Confira a literalidade do art. 16 do CTN: "Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte".

A alternativa B está incorreta. Conforme a literalidade do art. 16 do CTN, não se exige proporcionalidade da cobrança de imposto bastando a existência de "tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte".

A alternativa C está incorreta. As taxas são cobradas pela utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, razão pela qual não se pode apontar a proporcionalidade como uma de suas características marcantes.

A alternativa D está correta. A capacidade contributiva para a cobrança de impostos deriva do art. 145 §1º da CF/88. A retributividade na cobrança das taxas está contida na redação do art. 77 do CTN. Por fim, a proporcionalidade na contribuição de melhoria é depreendida do disposto no art. 81 do CTN. Confira a literalidade dos dispositivos citados: "Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:(...)§1ª Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte" ; "Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição"; " Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado".

A alternativa E está incorreta. As taxas não observam a capacidade contributiva, mas sim a retributividade conforme previsão contida no art. 77 do CTN. Confira a literalidade da lei: "Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição".

QUESTÃO 25. Com base no CTN e na jurisprudência dos tribunais superiores assinale a opção correta a respeito das garantias e dos privilégios do crédito tributário.

a) Na falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais.

b) Não há presunção de fraude no caso de devedor de crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa que apenas onera-se não aliena- os bens ou as rendas de que dispõe.

c) No curso dos processos de inventário ou arrolamento, a cobrança dos créditos tributários imputados ao de cujus ou a seu espólio, sejam eles vencidos ou vincendos, gozará de preferência em relação a quaisquer outros créditos habilitados no curso daqueles processos.

d) O devedor tributário que, devidamente citado no âmbito de processo judicial, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal sofrerá a indisponibilidade de todos os seus bens e direitos.

e) No que concerne à cobrança do crédito tributário, o concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, tendo prevalência a União.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre as garantias e dos privilégios do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta. Contraria o disposto no Parágrafo Único do Art. 186. Do CTN. Confira a literalidade da lei: I – o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado; (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)".

A alternativa B está incorreta. Dispõe o art. 185 do CTN em sua literalidade que: "Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa".

A alternativa C está correta. Trata-se de disposição contida no art. 185 A do CTN. Confira a literalidade da lei: "Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial".

A alternativa D está incorreta. A indisponibilidade se limitará ao total exigível devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite. Confira a literalidade do art. 185ª§1º do CTN: "§ 1º A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite".

A alternativa E está incorreta. Decidiu o STF na ADPF 357 que a preferência da União em relação a estados, municípios e Distrito Federal na cobrança judicial de créditos da dívida ativa não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

QUESTÃO 26. Á luz do disposto no CTN, assinale a opção correta a respeito do instituto de delegação no âmbito do direito tributário.

a) Admite-se a delegação a pessoa jurídica de direito público das funções de executar atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

b) Admite-se a delegação a pessoas jurídicas de direito público das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, o que não compreende as garantias e os privilégios processuais de que goza o ente público delegante.

c) A delegação das funções de arrecadação e fiscalização dos tributos não é passível de revogação,

d) É vedado cometimento das funções de arrecadação de tributo a pessoa jurídica de direito privado.

e) É possível a delegação da competência tributária desde que realizada em favor de pessoa jurídica de direito público.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra A.** A questão trata sobre a delegação no âmbito do direito tributário.

A alternativa A está correta. Trata-se de possibilidade ventilada no art. 7º do CTN: "A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição".

A alternativa B está incorreta. Art. 7º§1ª do CTN: " § 1º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir".

A alternativa C está incorreta. Art. 7º§2ª do CTN: "A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido".

A alternativa D está incorreta. Não constitui vedação conforme se depreende do art. 7º§ 3ª do CTN: "Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos".

A alternativa E está incorreta. A competência tributária é indelegável conforme norma expressa do art. 7º do CTN.

QUESTÃO 27. A respeito da repartição constitucional de receitas tributárias, julgue os itens a seguir, considerando as alterações implementadas pela EC nº 132/2023 e a jurisprudência do STF.

I. O valor do imposto de renda retido na fonte sobre os valores pagos, pelo município e pelas suas respectivas autarquias e fundações, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para prestação de bens ou serviços é de titularidade da própria municipalidade.

II. No caso do IBS, conforme previsto pela Reforma Tributária, nada obstante a competência tributária compartilhada entre estado/Distrito Federal e municípios, estes últimos entes também receberão, via repartição de receitas, parte da arrecadação do IBS estadual.

III. Os municípios receberão, via repartição indireta por meio do fundo de participação dos municípios, recursos derivados dos tributos federais denominados imposto sobre propriedade territorial rural (ITR) e imposto sobre produtos industrializados (IPI).

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre a recém aprovada reforma tributária.

O item I está correto. Trata-se da literalidade do Tema 1130 fixado pelo STF.

O item II está correto. Trata-se de transferência prevista no art. 158, IV, b da CF/88 atualizado pela EC 132/2023. Confira a literalidade da lei: "Art. 158. Pertencem aos Municípios:(...) IV - 25% (vinte e cinco por cento): b) do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 156-A distribuída aos Estados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)".

O item III está incorreto. Não há a referida previsão na EC 132/2023.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 28. De acordo com as disposições do CTN e a jurisprudência do STJ, a denúncia espontânea é instituto por meio do qual se elidem

a) Apenas multas de mora, desde que sejam pagos o tributo e os respectivos juros, sendo admitida tal denúncia no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação.

b) Apenas multas de ofício, desde que sejam pagos tributos e os respectivos juros, sendo admitida tal denúncia no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação.

c) Multas de ofício e de mora, desde que sejam pagos o tributo e os respectivos juros, não sendo admitida tal denúncia no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação.

d) Apenas multas de ofício, desde que sejam pagos o tributo e os respectivos juros, não sendo admitida tal denúncia no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação.

e) Multas de ofício e de mora, desde que sejam pagos o tributo e os respectivos juros, sendo admitida tal denúncia inclusive no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação.

Comentários

A alternativa correta é a letra **B**. A denúncia espontânea, prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN), permite a eliminação da **multa de ofício**, desde que o tributo e os respectivos juros sejam pagos antes do lançamento ou de qualquer procedimento fiscal. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reforça que essa possibilidade é válida, especialmente para tributos sujeitos a lançamento por homologação, onde o contribuinte realiza o pagamento antecipado.

A alternativa **A** está incorreta. A denúncia espontânea não se aplica às **multas de mora**, que são penalidades aplicadas pela demora no pagamento. A denúncia espontânea elide apenas a multa de ofício, conforme a legislação e jurisprudência.

A alternativa **C** está incorreta. A denúncia espontânea não elimina **multas de mora**, mas pode eliminar a **multa de ofício**, desde que o tributo e os juros sejam pagos. Além disso, a denúncia espontânea é admitida para tributos sujeitos a lançamento por homologação.

A alternativa **D** está incorreta. A denúncia espontânea pode ser admitida no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, como estabelecido pelo CTN e reforçado pelo STJ, e não se restringe apenas aos tributos sujeitos a lançamento de ofício.

A alternativa **E** está incorreta. Embora a denúncia espontânea elimine tanto a **multa de ofício** quanto a **multa de mora** em alguns casos, a sua aplicação não é permitida para tributos sujeitos a lançamento por homologação quando a multa de mora já tenha sido aplicada, como prevê a legislação.

QUESTÃO 29. A respeito da matéria concernente à administração e à fiscalização tributária, julgue os seguintes itens, com base na CF e no CTN.

I. É vedada a divulgação, por parte da fazenda pública, de informações relativas a representações fiscais para fins penais relacionadas aos contribuintes.

II. As administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem atuar de forma integrada, incluindo o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, por meio de lei ou convênio.

III. As informações relativas a bens e negócios dos contribuintes que estejam sob a guarda de tabeliães e das instituições financeiras somente podem ser fornecidas à administração tributária após autorização judicial.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra B**.

O item I está incorreto. A assertiva contraria o disposto no art. 198 § 3º do CTN: Não é vedada a divulgação de informações relativas a: (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001) I – representações fiscais para fins penais".

O item II está correto. Trata-se da literalidade do art. 37, XXII da CF/88.

O item III está incorreto. Poderá ser fornecida mediante intimação escrita da própria autoridade fazendária conforme previsão do art. 197 do CTN. Confira a literalidade da lei: " Art. 197. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa tôdas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros: I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;II - os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;".

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 30. Em relação à dívida ativa da fazenda pública, assinale a opção correta, com base na Lei nº 6.830/1980.

a) A dívida da Fazenda pública compreende as inscrições de cunho tributário e não tributário, sendo-lhe aplicáveis as normas relativas à responsabilidade, previstas exclusivamente na legislação tributária e civil.

b) A dívida ativa da fazenda pública compreende, apenas as inscrições de cunho tributário, sendo-lhe aplicáveis as normas relativas à responsabilidade previstas na legislação tributária, civil e empresarial.

c) A dívida ativa da fazenda pública compreende as inscrições de cunho tributário e não tributário, sendo-lhe aplicáveis as normas relativas à responsabilidade previstas exclusivamente na legislação tributária e empresarial.

d) A dívida ativa da fazenda pública compreende as inscrições de cunho tributário e não tributário, sendo-lhe aplicáveis as normas relativas à responsabilidade previstas na legislação tributária, civil e comercial.

e) A dívida ativa da fazenda pública compreende apenas as inscrições de cunho tributário, sendo-lhe aplicáveis as normas relativas à responsabilidade previstas na legislação tributária e civil.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre a lei de execução fiscal.

A alternativa A está incorreta. Contraria o disposto no art. 4§2º da lei que prevê ainda a legislação comercial.

A alternativa B está incorreta. Contraria o disposto no art. 4§2º da lei que não prevê a legislação empresarial.

A alternativa C está incorreta. Contraria o disposto no art. 4§2º da lei que não prevê a legislação empresarial.

A alternativa D está correta. Confira a literalidade da redação do art. 4§2º da lei 6830/80: "À Dívida Ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial".

A alternativa E está incorreta. Contraria o disposto no art. 4§2º da lei que prevê ainda a legislação comercial.

QUESTÃO 31. Acerca do nome civil e do registro civil das pessoas naturais, julgue os itens a seguir, considerando as disposições do Código Civil e da Lei n. 6.015/1973 (Lei de Registro Públicos), bem como o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

I. Não é permitida a completa supressão com a substituição total do nome registral por pessoa auto identificada como indígena, devido à ausência de pressão legal e em respeito ao princípio da segurança jurídica e às relações jurídicas constituídas.

II. A intenção de homenagear ascendente constitui fundamento suficiente para configurar a excepcionalidade que propicia a modificação do registro do nome civil.

III. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, mesmo quando não houver intenção difamatória.

IV. A existência de homônimo que responda a processo criminal em outro estado da Federação não caracteriza constrangimento suficiente para fundamentar a inclusão de patronímico.

Estão certos apenas os itens

a) I e III

b) I e IV

c) II e IV

d) I, II e III

e) II, III e IV

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre a alteração do nome registral e é uma questão passível de recurso, pois entendemos que há 3 itens corretos e um incorreto, sendo que a questão não apresenta essa alternativa, veja:

O Item I está correto. Conforme entendimento consolidado do STJ, não é possível a completa supressão e substituição total do nome registral, por pessoa autoidentificada como indígena, por ausência de previsão legal, bem como por respeito ao princípio da segurança jurídica e das relações jurídicas a serem afetadas. (Fonte: STJ. 4ª Turma. REsp 1927090-RJ, Rel. Min.Luis Felipe Salomão, Rel. para acórdão Ministro Raul Araújo, julgado em 21/3/2023 - Info 768).

O Item II está incorreto. Conforme entendimento consolidado do STJ, a simples pretensão de homenagear um ascendente não constitui fundamento bastante para configurar a excepcionalidade que propicia a modificação do registro. (Fonte: STJ. 3ª Turma. REsp 1962674-MG, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 24/05/2022 - Info 748). Porém, acreditamos que esta alternativa poderia ser considera correta, já que desde 2022, a lei de registros públicos (Lei n.º 6.015/1973) permite que a pessoa registrada, após ter atingido a maioridade civil, requeira pessoal e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial. Essa alteração imotivada e extrajudicial do nome só poderá ser realizada uma vez.

O Item III está correto, pois dispõe a literalidade do Código Civil, veja: "Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória".

O Item IV está incorreto. A existência de um homônimo que responde a processo criminal, ainda que em outro estado da federação, pode ensejar um constrangimento capaz de configurar o justo motivo para

fundamentar a inclusão de patronímico. (Fonte: STJ. 3ª Turma. REsp 1962674-MG, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 24/05/2022 - Info 748).

QUESTÃO 32. A respeito de aspectos relativos das pessoas naturais e da ausência, assinale a opção correta.

a) A existência da pessoa natural termina com a morte, a qual se presume, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

b) A comoriência pode ocorrer tanto na morte real quanto na morte presumida, com procedimento de ausência, mas não na hipótese de morte presumida sem a necessidade de decretação de ausência.

c) A declaração da morte presumida, nos casos previstos nos Código Civil, somente pode ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

d) Pode ser declarada morte presumida, sem decretação de ausência, se for relativamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

e) A comoriência é qualificada pela impossibilidade de se determinar qual morte precedeu uma outra e tem relevância independente do vínculo existente entre as pessoas afetadas.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a pessoa natural e a ausência.

A alternativa A está incorreta, pois em caso de presunção de morte dos ausentes, a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva e não provisória, nos termos do art. 6 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta, pois a comoriência ocorre quando dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, por tanto, se presumem simultaneamente mortos. Por tanto, a comoriência poderá ser considerada para as mortes presumidas, independentemente de decretação de ausência, pois o contrário não encontra previsão legal.

A alternativa C está correta, pois dispõe a literalidade do art. 7 do Código Civil: "Art. 7. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra. Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento".

A alternativa D está incorreta, pois poderá ser declarada a morte presumida sem decretação de ausência se for extremamente provável a morte, nos termos do art. 7, inciso I do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois a comoriência é relevante pelo vínculo existente entre as pessoas, pois é nessa situação que haverá consequências na sucessão, nos termos do art. 8 do Código Civil.

QUESTÃO 33. Acerca do instituto da desconsideração da personalidade jurídica e da responsabilidade de pessoa jurídica e dos sócios, julgue os itens a seguir, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ:

I. Em caso de abuso de personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, o juiz pode, de ofício, desconsiderar a personalidade jurídica para que os efeitos de todas as relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados pelo abuso.

II. Desvio de finalidade consiste na utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos lícitos relativos exclusivamente ao abuso da personalidade jurídica.

III. Configura confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios da pessoa jurídica e dos sócios caracterizada pela transferência de ativos ou de passivos de quaisquer valores, sem efetivas contraprestações.

IV. Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

V. Sócio executado possui legitimidade e interesse recursal para impugnar decisão que defira pedido de desconsideração inversa da personalidade jurídica dos entes empresariais dos quais seja sócio.

Estão corretos apenas os itens

a) I e II

b) I e III

c) II e IV

d) III e V

e) IV e V

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade de pessoa jurídica e dos sócios.

O Item I está incorreto, já que o juiz não poderá atuar de ofício, mas sim a pedido da parte, nos termos do art. 50 do Código Civil.

O Item II está incorreto, já que o desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza, nos termos do art. 50, §1º do Código Civil.

O Item III está incorreto, já que não há confusão patrimonial quando os valores são proporcionalmente insignificantes, nos termos do art. 50, §2º do Código Civil.

O Item IV está correto, já que não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica, nos termos do Art. 50, §5º, do Código Civil.

O Item V está correto, já que conforme entendimento do STJ, o sócio executado possui legitimidade e interesse recursal para impugnar a decisão que defere o pedido de desconsideração inversa da personalidade jurídica dos entes empresariais dos quais é sócio. (Fonte: STJ. 3ª Turma. REsp 1980607-DF, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 09/08/2022 - Info 744).

QUESTÃO 34. José, morador de Cuiabá – MT, pretende instituir uma entidade, por meio de testamento, com dotação especial de bens livres, para atuação no âmbito do referido município. José pretende declarar o modo de administração da entidade e deseja que ela tenha como finalidades a pesquisa científica, o desenvolvimento de tecnologias alternativas e a modernização de sistema de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

Nessa situação hipotética, José deverá instituir conforme o disposto no Código Civil, uma

a) Sociedade em nome coletivo

b) Fundação

c) Sociedade não personificada

d) Associação

e) Sociedade em conta de participação

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre pessoas jurídicas.

As alternativas A, C e E estão incorretas, pois celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados, nos termos do art. 981 do Código Civil. Veja que a finalidade descrita por José não é essa.

A alternativa B está correta, já que as fundações são um complexo de bens, ou seja, são pessoas jurídicas sem quaisquer pessoas físicas/naturais quando de sua instituição. Para criar uma fundação, o seu

instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la, nos termos do art. 62 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, pois as associações são pessoas jurídicas de direito privado organizadas para fins não econômicos, conforme estabelece o art. 53 do Código Civil.

QUESTÃO 35. No que se refere às disposições do Código Civil relativas ao direito de empresa, assinale a opção correta.

a) É considerada empresária, para todos os efeitos, a associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional, sendo desnecessária a sua inscrição formal.

b) Estabelecimento é definido como o local onde se exerce a atividade empresarial, que pode ser físico ou virtual.

c) Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for físico, a fixação do horário de funcionamento competirá ao estado da Federação, observadas as regras da Declaração de Direitos da Liberdade Econômica.

d) Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro, poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual, ou de um dos sócios da sociedade empresária.

e) O empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão pode, observadas as formalidades previstas no referido código, requerer a inscrição no registro civil de pessoas jurídicas da sede do município, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre direito de empresa.

A alternativa A está incorreta, pois a associação futebolística depende de registro, nos termos do art. 971, parágrafo único do Código Civil.

A alternativa B está incorreta, pois o estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual, nos termos do art. 1.142, §3º do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois a fixação de horário de funcionamento compete, em regra, ao Município, nos termos do art. 1.142, §3º do Código Civil.

A alternativa D está correta, pois quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária, nos termos do art. 1.142, §2º, do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois o registro do empresário rural deve ser solicitado no Registro de empresas mercantis, nos termos do art. 971 do Código Civil.

QUESTÃO 36. Acerca de propriedade, penhor e hipoteca, assinale a opção correta, com base no que dispõe o Código Civil.

a) A multipropriedade não se extingue automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário.

b) Para a garantia de novas obrigações em favor do mesmo credor, é permitida a extensão da hipoteca, podendo esta exceder ao valor máximo constante da especialização da garantia original, desde que seja objeto de averbação subsequente na matrícula do imóvel.

c) No condomínio de lotes, a fração ideal de cada condômino pode ser proporcional a área do solo de cada unidade autônoma, ao respectivo potencial construtivo ou a outros critérios definidos pelo plano diretor municipal.

d) O penhor agrícola que recai sobre colheita pendente, ou em via de formação, extingue-se automaticamente caso a colheita que se tenha dado em garantia seja frustrada ou insuficiente.

e) A multipropriedade é instituída por ato entre vivos ou testamento, registrada no órgão municipal competente, devendo constar daquele ato a duração dos períodos correspondentes a cada fração de tempo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre propriedade, penhor e hipoteca.

A alternativa A está correta, pois a multipropriedade não se extinguirá automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário, nos termos do art. 1.358-C, parágrafo único, do Código Civil.

A alternativa B está incorreta, pois a extensão da hipoteca não poderá exceder ao prazo e ao valor máximo garantido constantes da especialização da garantia original, nos termos do art. 1487-A, §1º, do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois há outros critérios indicados no ato de instituição e não no plano diretor, nos termos do art. 1.358-A, §1º do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, pois o penhor agrícola que recai sobre colheita pendente, ou em via de formação, abrange a imediatamente seguinte, no caso de frustrar-se ou ser insuficiente a que se deu em garantia, nos termos do art. 1.443 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois o Registro é no cartório de imóveis, nos termos do art. 1.358-F do Código Civil.

QUESTÃO 37. No que diz respeito à responsabilidade civil no âmbito do direito civil, assinale a opção correta.

a) O reconhecimento da dificuldade em identificar o nexo de causalidade não pode levar à prescindibilidade da sua análise.

b) Somente em caso de dano causado por conduta dolosa da vitima é que será fixada sua indenização, a ser determinada de acordo com a gravidade de seu comportamento.

c) O dano moral coletivo, aferível in re ipsa, não é categoria de dano dotada de autonomia no que se refere a violação injusta e intolerável de valores fundamentais da coletividade.

d) É cabível ação de responsabilidade civil nos casos de cadastramento indevido de pessoa nos registros de devedores inadimplentes realizados por instituições financeiras, haja vista a existência de responsabilidade civil subjetiva dessas instituições.

e) A indenização é medida pela extensão do dano e, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, o juiz devera reduzir, gradativamente, a indenização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre responsabilidade civil.

A alternativa A está correta, pois reflete a literalidade do enunciado 659 da IX Jornada de Direito Civil: o reconhecimento da dificuldade em identificar o nexo de causalidade não pode levar à prescindibilidade da sua análise.

A alternativa B está incorreta, pois em caso de ação, omissão, negligência ou imprudência, será fixada sua indenização, a ser determinada de acordo com a gravidade de seu comportamento, nos termos do art. 186 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois trata-se de categoria autônoma, nos termos da Jurisprudência em teses 125.

A alternativa D está incorreta, pois nesse caso a responsabilidade civil é objetiva, já que ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados, nos termos do art. 931 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, poisa indenização mede-se pela extensão do dano, mas, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização, nos termos do art. 944, parágrafo único, do Código Civil.

QUESTÃO 38 – A respeito de inadimplemento das obrigações e de aspectos relativos aos contratos, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil.

a) Na formação dos contratos, a proposta de contrato obriga o oblato, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio ou das circunstâncias do caso.

b) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui o devedor em mora apenas mediante interpelação judicial ou extrajudicial.

c) É vedado às partes estipular contratos atípicos, uma vez que a legislação estabelece um rol taxativo de contratos admitidos no direito vil.

d) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato, devendo este ser feito por instrumento particular.

e) Nos contratos de execução continuadas, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários em imprevisíveis, o devedor poderá pedir a resolução do contrato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre inadimplemento das obrigações e contratos.

A alternativa A está incorreta. O contrato se compõe por meio de uma proposta (oferta/policitação/oblação) e por uma aceitação. Quem propõe é o proponente, ou policitante. Quem aceita é o aceitante ou o oblato. Nos termos do art. 427 do Código Civil a proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

A alternativa B está incorreta, pois o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor, nos termos do art. 397 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois é lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código, nos termos do art. 425 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, pois não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, nos termos do art. 426 do Código Civil.

A alternativa E está correta, pois nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato, nos termos do art. 478 do Código Civil.

QUESTÃO 39. Assinale a opção correta à luz da Lei n.º 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, da Lei n.º 6.015/1973, que dispõe sobre os registros públicos, e da jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

b) A legislação municipal deve definir, para cada zona em que se dívida o território do município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que devem incluir, apenas as áreas máximas de lotes e os coeficientes mínimos de aproveitamento.

c) Os municípios têm poder-dever de regularizar loteamentos clandestinos ou irregulares quanto às obras essenciais a serem implantadas de acordo com a lei local, sem prejuízo da posterior cobrança dos custos de sua atuação saneadora aos responsáveis por tais loteamentos.

d) As restrições e obrigações constantes no contrato-padrão de loteamentos imobiliários não se incorporam ao registro nem vinculam os posteriores adquirentes, porque desprovidas da publicidade inerente aos registros públicos.

e) Considera se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre parcelamento do solo urbano.

A alternativa A está incorreta, pois traz o conceito de desmembramento, segundo dispõe o art. 2º, §2º, da Lei n.º 6.766/1979: "§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes". Por outro lado, de forma diversa, no loteamento há abertura de novas vias de circulação, conforme dispõe o art. 2º, §1º, da Lei n.º 6.766/1979: "§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes".

A alternativa B está incorreta. Há 2 (dois) erros na alternativa. O primeiro erro consiste no parâmetro dos índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, de acordo com a legislação, os índices devem incluir, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes. O segundo erro diz respeito ao parâmetro dos coeficientes, pois a lei afirma que os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo incluirão, obrigatoriamente, os coeficientes máximos de aproveitamento. Nesse sentido dispõe o art. 4º, §1º, da Lei n.º 6.766/1979: "§ 1º A legislação municipal definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento".

A alternativa C está correta, nos termos do entendimento do STJ no Resp 1.164.893, cujo trecho da ementa afirma que: "30. Existe o poder-dever do Município de regularizar loteamentos clandestinos ou irregulares, mas a sua atuação deve se restringir às obras essenciais a serem implantadas em conformidade com a legislação urbanística local (art. 40, § 5º, da Lei 6.799/79), em especial à infraestrutura essencial para inserção na malha urbana, como ruas, esgoto, energia e iluminação

pública, de modo a atender aos moradores já instalados, sem prejuízo do também dever-poder da Administração de cobrar dos responsáveis os custos em que incorrer a sua atuação saneadora. 31. Recurso Especial parcialmente provido para restringir a obrigação do Município de executar as obras de infraestrutura somente àquelas essenciais nos termos da legislação urbanística local, compreendendo, no mínimo, ruas, esgoto e iluminação pública, de forma a atender somente os moradores já instalados, não havendo esse dever em relação a parcelas do loteamento irregular eventualmente ainda não ocupadas. (REsp n. 1.164.893/SE, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 23/11/2016, DJe de 1/7/2019.)".

A alternativa D está incorreta, pois, de modo diverso do que afirma a alternativa, as restrições e obrigações constantes no contrato-padrão de loteamentos imobiliários se incorporam ao registro e vinculam os posteriores adquirentes, porque dotadas da publicidade inerente aos registros públicos. Nesse sentido, destaca-se o seguinte entendimento do STJ: "2. As restrições e obrigações constantes no contrato-padrão depositado em cartório como condição para o registro do projeto de loteamento incorporam-se ao registro e vinculam os posteriores adquirentes, porquanto dotadas de publicidade inerente aos registros públicos. (AgInt no REsp n. 2.108.189/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 18/3/2024, DJe de 20/3/2024.)".

A alternativa E está incorreta, pois trata do conceito de loteamento, de acordo com o art. 2º, §1º, da Lei n.º 6.766/1979: "§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes". Por outro lado, acerca do desmembramento, dispõe o art. 2º, §2º, da Lei n.º 6.766/1979 que: "§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes".

QUESTÃO 40. **Assinale a opção correta a respeito da locação de imóveis urbanos, considerando o disposto no Código Civil e na Lei n. 8.245/1991, bem como a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o tema.**

a) Findo o prazo de locação, se o locatário continuar na posse da coisa alugada, sem que haja oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação pelo mesmo prazo inicialmente avençado no contrato de locação, devendo o aluguel ser reajustado de acordo com o índice oficial de inflação.

b) A locação por tempo determinado somente cessa após a emissão de notificação ou aviso do término do prazo estipulado.

c) Se a coisa for alienada durante a locação, o adquirente não ficará obrigado a respeitar o contrato, se nele não for consignada cláusula da sua vigência no caso de alienação e não constar de registro.

d) O prazo mínimo para renovação compulsória do contrato de locação comercial é de cinco anos, ainda que a vigência da avença locatícia supere esse período.

e) Seja qual for o fundamento do término da locação, inclusive em caso de desapropriação com a imissão do expropriante na posse do imóvel, a ação do locador para reaver o imóvel deve ser a de despejo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre locações.

A alternativa A está incorreta, pois quando ajustado o contrato de aluguel verbalmente ou por escrito e como prazo inferior a trinta meses, findo o prazo estabelecido, a locação prorroga - se automaticamente por prazo indeterminado, nos termos do art. 47 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta, pois nas locações ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso, nos termos do art. 46 do Código Civil.

A alternativa C está correta, pois caso o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel, nos termos do art. 48 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, pois a renovação será por prazo igual ao do contrato original, nos termos do art. 51 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois a ação do locador para reaver o imóvel é a de despejo. Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica se a locação termina em decorrência de desapropriação, com a imissão do expropriante na posse do imóvel, nos termos do art. 5 do Código Civil.

QUESTÃO 41. Com relação às provas no direito processual civil, assinale a opção correta.

a) O depoimento de testemunha considerada impedida ou suspeita, em qualquer circunstância, viola o devido processo legal.

b) É legitimo o indeferimento de prova pericial pelo juiz que a considerar desnecessária em razão da existência de outras provas já produzidas sobre o mesmo fato.

c) A produção antecipada da prova somente é admitida caso haja fundado receio de que os elementos probatórios possam perecer.

d) A confissão judicial é revogável, por livre iniciativa da parte confessante, até a prolação da sentença de mérito.

e) A determinação de produção de prova testemunhal, de oficio pelo magistrado, compromete a imparcialidade do julgador e acarreta a nulidade da prova produzida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Há casos em que o juiz entenda ser necessário, poderá colher o depoimento de testemunha considerada impedida ou suspeita, nos termos do art. 447, §4º do CPC. A saber: "§ 4º Sendo necessário, pode o juiz admitir o depoimento das testemunhas menores, impedidas ou suspeitas."

A alternativa B está correta. O Conforme prevê o art. 464, §1º, II, do CPC, o juiz poderá a indeferir a prova pericial quando for desnecessária em vista de outras provas produzidas.

A alternativa C está incorreta. A produção antecipada de provas poderá ser requerida não somente quando há o risco de perecimento dos elementos probatórios, mas também quando a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito, ou, quando justificar ou evitar o ajuizamento de ação, nos termos do art. 381, I a III, do CPC.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a confissão judicial é irrevogável, nos termos do art. 393 do CPC. Vejamos: "A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação."

A alternativa E está incorreta. O Código de Processo Civil prevê a possibilidade do magistrado requerer a produção de prova testemunhal de ofício, conforme autoriza o art. 461 do CPC. Vejamos: "O juiz pode ordenar, de ofício ou a requerimento da parte: I - a inquirição de testemunhas referidas nas declarações da parte ou das testemunhas; II - a acareação de 2 (duas) ou mais testemunhas ou de alguma delas com a parte, quando, sobre fato determinado que possa influir na decisão da causa, divergirem as suas declarações."

QUESTÃO 42. De acordo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sede de recurso especial repetitivo, a majoração dos honorários de sucumbência, em grau recursal, deve ocorrer quando o recurso tiver sido

a) integralmente desprovido ou não conhecido pelo tribunal, apenas.

b) parcialmente provido apenas, ainda que seja mínima alteração do resultado do julgamento.

c) não conhecido, seja ele provido ou desprovido.

d) examinado no mérito, seja qual for o resultado do julgamento.

e) integralmente provido ou desprovido, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exigia do examinando o conhecimento jurisprudencial do STJ acerca da majoração dos honorários de sucumbência.

A alternativa A está correta. A tese do Tema 1.059 foi fixada nos seguintes termos: "A majoração dos honorários de sucumbência prevista no artigo 85, parágrafo 11, do CPC pressupõe que o recurso tenha sido integralmente desprovido ou não conhecido pelo tribunal, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente. Não se aplica o artigo 85, parágrafo 11, do CPC em caso de provimento total ou parcial do recurso, ainda que mínima a alteração do resultado do julgamento ou limitada a consectários da condenação".

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, ao estarem em desacordo com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial repetitivo.

QUESTÃO 43. Considere que um ente público, após ajuizar ação judicial pelo procedimento comum, tenha a intenção de aditar a petição inicia para ampliar um pedido já apresentado. Nessa situação independentemente do consentimento da parte contrária, aditamento do pedido pode ser feito até

a) o ajuizamento de réplica pelo autor.

b) o último ato de instrução processual.

c) a citação do réu.

d) a efetiva apresentação da contestação.

e) o saneamento do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda sobre emenda ou aditamento da petição inicial, um tema que tem sido bastante recorrente em provas de procuradorias.

A alternativas A e D estão incorretas. Após a citação do réu, o autor contará com o consentimento deste para poder emendar a petição, conforme determina o art. 329, I do CPC: “Art. 329. O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;”

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o aditamento da petição inicial não se limita até o último ato da instrução processual, conforme o art. 329, I e II do CPC.

A alternativa C está correta. É possível que o autor altere o pedido ou a causa de pedir até a citação do réu, sem o consentimento deste. Após a citação, mas antes da contestação, a alteração é permitida com consentimento do réu, conforme prevê o art. 329, II do CPC. Vejamos: “Art. 329. O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu; II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à reconvenção e à respectiva causa de pedir.”

A alternativa E está incorreta. Caso o autor adite ou alterar o pedido e a causa de pedi a petição inicial até o saneamento do processo, deverá contar com o consentimento da parte contrária, sendo-lhe assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de quinze dias, facultado o requerimento de prova suplementar, nos termos do art. 329, II do CPC.

QUESTÃO 44. Roberto, professor da rede de ensino publica do município X, ajuizou contra Manuel, prefeito municipal, ação de responsabilidade civil com pedido de danos morais, alegando ter sido transferido de unidade escolar em razão de perseguição abusiva decorrente de divergências políticas com Manuel.

Considerando a situação hipotética apresentada e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.

a) Embora não haja litisconsórcio necessário, o município X pode ingressar no processo como assistente simples.

b) A ação deveria ter sido ajuizada apenas contra o ente público, de modo que deve ser reconhecida a ilegitimidade passiva de Manuel.

c) O município X deve ser citado para integrar o processo como litisconsorte necessário e unitário no polo passivo.

d) Embora não haja litisconsórcio necessário, o município X pode ingressar no processo como assistente litisconsorcial.

e) O município X deve ser citado para integrar o processo como litisconsorte necessário e simples no polo passivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão exigia do examinando o conhecimento jurisprudencial do STF acerca da legitimidade passiva e litisconsórcio, mais precisamente, ente público figurando no polo passivo em relação aos atos praticados no exercício da função pública.

A alternativa B está correta. A alternativa está de acordo com o entendimento assentado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 1.027.633/SP, em que a tese firmada é que, nas ações de indenização, o particular lesado deve ajuizar a demanda diretamente contra o ente público ou a entidade à qual o agente público está vinculado. Aqui devemos também fazer menção à matéria de direito administrativo, uma vez que se trata de uma garantia do agente público o fato de que inicialmente o primeiro a ser acionado judicialmente para ser responsabilidade por eventuais atos exercidos na função pública é o ente público e, o servidor público, ainda que neste caso seja o prefeito, chefe do poder executivo municipal, apenas pode ser responsabilizado SUBJETIVAMENTE, ou seja, com base na comprovação de dolo e culpa, de maneira regressiva pelo ente público. Portanto, o prefeito não constitui uma parte que detenha a legitimidade passiva, devendo ser reconhecido a ILEGITIMIDADE PASSIVA.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, por estarem em desacordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 45. No que se refere aos títulos executivos extrajudiciais, o Código de Processo Civil (CPC) prevê que o título executivo extrajudicial estrangeiro

a) independe de homologação judicial para ser executado e somente tem eficácia executória quando presentes os requisitos de formação exigidos pela lei brasileira, seja qual for o local designado para cumprimento da obrigação.

b) depende de homologação judicial para ser executado e somente tem eficácia executória quando presentes os requisitos de formação exigidos pela lei brasileira e quando o Brasil for designado como o lugar de cumprimento da obrigação.

c) pode, embora não possua eficácia executória, ser admitido como prova no processo de conhecimento.

d) depende de homologação judicial para ser executado e somente tem eficácia executória quando presentes os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração, seja qual for o local designado para cumprimento da obrigação.

e) independe de homologação judicial para ser executado e somente tem eficácia executória quando presentes os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e quando o Brasil for designado como o lugar de cumprimento obrigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda sobre o título executivo extrajudicial, mais precisamente, de título executivo estrangeiro, cobrando o conhecimento da literalidade da lei acerca do tema.

A alternativa A está incorreta. Conforme prevê art. 784, §3º, do CPC, o título estrangeiro só terá eficácia executiva quando satisfeitos os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e quando o Brasil for indicado como o lugar de cumprimento da obrigação.

A alternativa B está incorreta. Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados, conforme prevê o art. 784, §2º, do CPC. Ainda, deverão ser satisfeitos os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração para ter eficácia executiva, nos termos do art. 784, §3º, do CPC.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o Código de Processo Civil prevê a eficácia do título executivo extrajudicial estrangeiro.

A alternativa D está incorreta. Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro independem de homologação para serem executados, conforme prevê o art. 784, §2º, do CPC. Ainda, deverá estabelecer o Brasil como o local da execução da obrigação do título executivo (§3º).

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 784, §2º prevê que os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados. Contudo, é necessário serem preenchidos os requisitos de formação do título pela lei do local de sua celebração, bem como, que o Brasil seja designado como o local para o cumprimento da obrigação, nos termos do §3º deste mesmo artigo.

QUESTÃO 46. De acordo com atual jurisprudência do STF, em caso deslocamento de Competência, a contagem do prazo decadencial para o ajuizamento de ações rescisórias deve considerar o período compreendido entre a data do trânsito em julgado da decisão rescindenda e a data

a) da intimação pessoal do município relativa à decisão que determinou emenda da petição inicial.

b) da publicação da decisão que determinou a emenda da petição inicial.

c) do efetivo recebimento da ação rescisória no STF.

d) do protocolo da petição de emenda à inicial apresentada pelo município.

e) do protocolo da ação perante o tribunal declarado incompetente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Essa questão é passível de recurso, por não estar redigida de maneira clara pelo examinador. Ao lermos as demais alternativas, conseguimos entender que o deslocamento da competência, ou seja, o reconhecimento de que o Tribunal o qual foi ajuizada a ação rescisória foi reputado incompetente, teria acontecido após o ajuizamento da ação.

De qualquer modo, à luz do entendimento exarado na AR 2973 AgR, a alternativa E está correta. No mencionado julgado, o STF decidiu que "Nos casos de deslocamento de competência, a data a ser considerada para contagem do prazo decadencial para ajuizamento da ação rescisória é a da data do protocolo da ação perante o Tribunal declarado incompetente". Vejamos: “Ementa: AGRAVO INTERNO NA AÇÃO RESCISÓRIA. DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA. PRAZO DECADENCIAL. DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. PRAZO EM DOBRO PARA A FAZENDA PÚBLICA. OBSERVÂNCIA DO PRAZO PELA PARTE AUTORA. DECISÃO RESCINDENDA QUE APRECIA O MÉRITO DA DEMANDA. CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINARES SUPERADAS. AGRAVO INTERNO PROVIDO. 1. Nos casos de deslocamento de competência, a data a ser considerada para contagem do prazo decadencial para ajuizamento da ação rescisória é a da data do protocolo da ação perante o Tribunal declarado incompetente. No caso concreto, a Ação foi protocolada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em 27/02/2022, dentro, portanto, do prazo bienal, considerado que o trânsito da decisão rescindenda se deu em 28/02/2020. 2. A Fazenda pública goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. 3. É cabível a Ação Rescisória nas hipóteses em que, embora a decisão rescindenda tenha negado seguimento ao apelo extremo, tenha ocorrido a apreciação do mérito da controvérsia originária. 4. Agravo Interno PROVIDO para, superadas as preliminares, determinar o prosseguimento da Ação

Rescisória. (AR 2973 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 26-02-2024, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 06-03-2024 PUBLIC 07-03-2024)" O STF entendeu que o prazo decadencial não continua a ser contado após o protocolo da petição inicial da ação rescisória, de modo que a data a ser considerada para fins de contagem do prazo decadencial é a do ajuizamento da ação no tribunal, a despeito de, posteriormente, ser considerado incompetente.

Nesse sentido, a assertiva E está correta, ao apontar que o período compreendido entre a data do trânsito em julgado da decisão rescindenda e a data do protocolo da ação perante o tribunal declarado incompetente. Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 47. Com base nas disposições do CPC acerca dos procedimentos especiais e de jurisdição voluntária, assinale a opção correta.

a) Em todos os procedimentos especiais de jurisdição voluntária em que o Ministério Público não atue como parte, é obrigatória a sua participação como fiscal da ordem jurídica.

b) No procedimento da herança jacente, antes de declarada a vacância da herança, a lei admite que o juiz autorize a alienação de bens com valer de afeição, tais como livros e obras de arte.

c) No procedimento de inventário e partilha, independentemente da existência de garantia do pagamento de eventual dívida do espólio com a fazenda pública, enquanto essa dívida não for quitada, o julgamento da partilha deve ser obrigatoriamente sobrestado.

d) Na ação possessória em que se verifique existência de litisconsórcio passivo e multitudinário de pessoas hipossuficientes, a participação efetiva do Ministério Público dispensa a intimação da Defensoria Pública.

e) A fazenda pública pode, com fundamento em prova escrita sem eficácia de título executivo, propor ação monitória que tenha por objeto a entrega de bem móvel.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda sobre procedimentos especiais de jurisdição voluntária, exigindo do examinando o conhecimento da literalidade do Código de Processo Civil sobre a matéria.

A alternativa A está incorreta. O Ministério Público atuará obrigatoriamente como fiscal da ordem jurídica quando a lide envolver interesse público ou social relevante, interesse de incapaz ou em litígios coletivos pela posse de terra rural, ou urbana, nos termos do art 700, I a III, do CPC. Nos demais procedimentos de jurisdição voluntária em que não haja interesse de incapaz, a participação do MP não é obrigatória.

A alternativa B está incorreta. A autorização da alienação de bens ocorre após a declaração da vacância da herança dos bens com valor de afeição, como retratos, objetos de uso pessoal, livros e obras de arte.

Portanto, só serão alienados depois de declarada a vacância da herança, nos termos do art. 742, §2º do CPC.

A alternativa C está incorreta. O Código de Processo Civil não prevê expressamente que o procedimento de inventário e partilha não é obrigatoriamente sobrestado pela existência de dívidas do espólio com a fazenda pública.

A alternativa D está incorreta. A Defensoria Pública tem dentre suas principais atuações a defesa dos interesses de pessoas hipossuficientes, conforme assim também prevê o art. 185 do CPC. Desse modo, a ação possessória em que se verifique existência de litisconsórcio passivo e multitudinário de pessoas hipossuficientes não terá a atuação da Defensoria Pública dispensada por conta da participação efetiva do Ministério Público, o qual as atuações não se confundem.

A alternativa E está correta. O Código de Processo Civil prevê expressamente no art. 700, II, do CPC o seguinte: "A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: II - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel;".

QUESTÃO 48. Assinale a opção em que são corretamente apresentadas, conforme regra expressamente prevista no CPC, hipóteses supervenientes à propositura da demanda que impõem a redistribuição da causa, fazendo cessar a perpetuação da jurisdição.

a) alteração da competência absoluta e impedimento do juiz.

b) impedimento do juiz e alteração do domicílio do réu.

c) alteração da competência relativa e alteração do domicílio do réu

d) alteração da competência relativa e supressão de órgão judiciário.

e) supressão de órgão judiciário e alteração da competência absoluta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda sobre a perpetuação da jurisdição, exigindo do examinando o conhecimento acerca da previsão expressa do Código de Processo Civil nesse sentido.

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 43 do CPC, determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, SALVO quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta. Vejamos: "Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta." Ou seja, havendo hipótese de supressão de órgão judiciário e alteração da competência absoluta, haverá a modificação competência. Caso o contrário, seguirá a competência que lhe foi destinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa E.

QUESTÃO 49. Consoante recente entendimento jurisprudencial do STJ, o pronunciamento judicial que, em primeiro grau, reconhece a inexigibilidade parcial da execução fiscal é

a) recorrível mediante a interposição de agravo de instrumento, sendo admitida a aplicação do princípio da fungibilidade recursal no caso de interposição de apelação.

b) recorrível mediante a interposição de apelação, sendo admitida a aplicação do princípio da fungibilidade recursal no caso de interposição de agravo de instrumento.

c) irrecorrível, salvo em caso de interposição de embargos de declaração.

d) recorrível mediante a interposição de apelação, sendo inaplicável o princípio da fungibilidade recursal no caso de interposição de agravo de instrumento.

e) recorrível mediante a interposição de agravo de instrumento, sendo inaplicável o princípio da fungibilidade recursal no caso de interposição de apelação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Para a resolução dessa questão exigiu o conhecimento da jurisprudência recente do STJ.

A alternativa E está correta. O pronunciamento judicial que, em primeiro grau, reconhece a inexigibilidade parcial da execução fiscal é decisão interlocutória, portanto, há a interposição do recurso de agravo de instrumento. Conforme o entendimento do Supremo Tribunal de Justiça sobre o tema é de que a interposição de apelação constituiria erro grosseiro, o que impediria, consequentemente, a aplicação do princípio da fungibilidade recursal. A decisão que declara a inexigibilidade parcial da execução é recorrível mediante agravo de instrumento, configurando erro grosseiro a interposição de apelação, o que inviabiliza a aplicação do princípio da fungibilidade recursal. STJ. 2ª Turma. REsp 1947309-BA, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 7/2/2023 (Info 763).

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 50. A respeito de ação civil pública, mandado de segurança e execução contra a fazenda pública, julgue os itens seguintes.

I. De acordo com a jurisprudência do STJ, na ação civil pública ajuizada por associação na qualidade de substituta processual de consumidores, a legitimidade para a liquidação e execução da sentença é restrita aos indivíduos que, comprovadamente, eram filiados à associação no momento da propositura da ação.

II. Em decorrência do princípio da unirrecorribilidade recursal, a Lei do Mandado de Segurança veda a interposição concomitante de agravo de instrumento e de pedido de suspensão, pela pessoa jurídica de direito público interessada, contra decisão interlocutória que, em primeiro grau, defira liminarmente a segurança pleiteada.

III. Na execução contra a fazenda pública, o STF entende ser legitima a incidência dos juros de mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição de pequeno valor (RPV) ou do precatório.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** Passamos a analisar item a item.

O item I está incorreto. Conforme o entendimento do STJ ao julgar o Tema 948, nas ações civis públicas propostas por associação que atua como substituta processual de consumidores, têm legitimidade para liquidação e execução da sentença todos os beneficiados pela procedência do pedido, independentemente de serem filiados à entidade autora.

O item II está incorreto. Nos termos do art. 7º, §1º, da Lei 12.016/09, da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. Portanto, a lei do Mandado de Segurança prevê o contrário de que afirma a assertiva. É plenamente possível a interposição do agravo de instrumento e do manejo do pedido de suspensão de segurança, justamente por conta do pedido de suspensão de segurança não é um recurso. Ou seja, plenamente possível a interposição tanto do agravo de instrumento quanto do manejo do pedido de suspensão de segurança pelo ente público.

O item III está correto. Nos termos do Tema 96 do STF - "Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório."

A alternativa B está correta. Apenas o item III está correto, Nos termos do Tema 96 do STF - "Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório." As demais alternativas estão incorretas, conforme os comentários acima expostos.

QUESTÃO 51. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o abono pecuniário de férias é o direito do empregado de converter

a) 1/3 de suas férias em abono pecuniário, devendo requerê-lo ao empregador até quinze dias antes do término do período aquisitivo.

b) 1/3 de suas férias em abono pecuniário, devendo requerê-lo ao empregador até dez dias antes do término do período aquisitivo.

c) 2/3 de suas férias em abono pecuniário, devendo requerê-lo ao empregador até quinze dias antes do término do período aquisitivo.

d) 1/3 de suas férias em abono pecuniário, devendo requerê-lo ao empregador até cinco dias antes do término do período aquisitivo.

e) 2/3 de suas férias em abono pecuniário, devendo requerê-lo ao empregador até dois dias antes do término do período aquisitivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata acerca da matéria de abono pecuniário.

A alternativa A está correta. Conforme a literalidade do art. 143, §1º, da CLT, o abono de férias deverá ser requerido até quinze dias antes do término do período aquisitivo.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 143, §1º da CLT, o abono pecuniário deverá ser requerido ao empregador quinze dias antes do término do período aquisitivo e não dez dias.

A alternativa C está incorreta. O empregado poderá converter 1/3 de suas férias, nos termos do art. 143, §1º, da CLT.

A alternativa D está incorreta. O abono das férias deverá ser informado ao empregador até quinze dias antes do término do período aquisitivo, nos termos do art. art. 143, §1º, da CLT.

A alternativa E está incorreta. O empregado poderá converter 1/3 de suas férias, devendo informar o empregador até quinze dias antes do término do período aquisitivo nos termos do art. 143, §1º, da CLT.

QUESTÃO 52. Durante a lactação, uma empregada que trabalha em ambiente insalubre e recebe o respectivo adicional

a) deve ser afastada de atividades consideradas insalubres em grau médio ou máximo, apenas

b) pode continuar exercendo suas atividades normalmente, somente sendo necessário seu afastamento do trabalho se ela tiver passado por gravidez de risco.

c) pode continuar exercendo suas atividades normalmente, não sendo necessário seu afastamento do trabalho.

d) deve ser afastada de atividades consideradas insalubres em qualquer grau.

e) deve ser afastada de atividades consideradas insalubres em grau máximo, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão continha aspecto jurisprudencial acerca das gestantes e lactantes em trabalhos insalubres.

Aqui vale mencionar que o art. 394-A, II e III condicionava o afastamento da lactante a atestado médico que recomendava o afastamento. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal considerou este artigo inconstitucional, entendendo que o trabalho de gestantes e de lactantes em atividades insalubres viola a Constituição Federal.

A alternativa D está correta. A proteção à maternidade e a integral proteção à criança são direitos irrenunciáveis e não podem ser afastados pelo desconhecimento, impossibilidade ou a própria negligência da gestante, ou lactante em apresentar um atestado médico, sob pena de prejudicá-la e prejudicar o recém-nascido, nos termos do julgamento da ADI 5938. é inconstitucional a expressão "quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento", contida nos incisos II e III do art. 394-A da CLT, inseridos pelo art. 1º da Lei nº 13.467/2017. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 53. Acerca da rescisão do contrato de trabalho, julgue os itens a seguir.

I. Qualquer que seja a causa ou a forma de dissolução do contrato, o instrumento de rescisão deve especificar a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminar o seu valor, sendo válida a quitação apenas em relação is mesmas parcelas.

II. Qualquer compensação no pagamento da rescisão contratual não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado.

III. O pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão e a entrega, ao empregado, de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes deverão ser efetuados em até dez dias, contados a partir do término do contrato.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a rescisão do contrato de trabalho, previsto no art. 477 e seguintes da CLT. Passamos a analisar item a item.

O Item I está correto, nos termos do art. 477, §2º da CLT, vejamos: "O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas."

O item II está correto, nos termos do art. 477, § 5º, CLT. Vejamos: "Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado."

O item III está correto, nos termos do art. 477, § 6º, CLT. Vejamos: "A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.

A alternativa A está incorreta. Não apenas o item I está correto, também estando corretos os itens II e III estão corretos, nos termos do art. 477, §5° e §6º, da CLT.

A alternativa B está incorreta. Não apenas o item II está correto, também estando corretos os itens I e II estão corretos, nos termos do art. 477, §2° e §5º, da CLT.

A alternativa C está incorreta. Não apenas os itens I e II estão corretos, estando também o item III correto, nos termos do art. 477, §6º, da CLT.

A alternativa D está incorreta. Não apenas os itens II e II estão corretos, estando também o item II correto, nos termos do art. 477, §2º, da CLT.

A alternativa E está correta. Portanto, os item I, II e III estão corretos, nos termos do art. 477, §2º, §5º e §6º, da CLT.

QUESTÃO 54. O empregado pode deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por

a) 8 dias, em caso de falecimento de cônjuge ascendente ou descendente.

b) 5 dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, de adoção ou da guarda compartilhada.

c) até 2 dias, a cada 6 meses de trabalho, em caso de realização, devidamente comprovada, de exames preventivos de câncer.

d) 3 dias consecutivos, para fim de alistamento eleitoral.

e) até 5 dias consecutivos, em virtude de casamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata acerca das hipóteses de interrupção do contrato de trabalho dispostas no art. 473 da CLT.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art 473, I, CLT, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, o empregado pode deixar de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 473, III, CLT, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por até cinco dias consecutivos.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 473, XII, CLT, a cada doze meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por até três dias.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 473, V, CLT, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 473, II, CLT, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por três dias consecutivos, em virtude de casamento.

QUESTÃO 55. Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), servidor público contratado após a promulgação da Constituição Federal de 1988, porém sem prévia aprovação em concurso público,

a) tem direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

b) tem direito ao pagamento da contraprestação pactuada em relação ao número de horas trabalhadas respeitado o valor da hora do salário-base, sem direito a sacar o FGTS eventualmente depositado.

c) não tem direito a verba rescisória, haja vista a nulidade contratual devido à inconstitucionalidade dessa contratação.

d) tem direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, em direito a sacar o FGTS eventualmente depositado.

e) tem direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário-base, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Para resolução desta questão, a banca examinadora exigiu conhecimento da Súmula nº 363 do TST, que trata sobre contratação de servidor público contratado após a promulgação da Constituição Federal de 1988 sem prévia aprovação em concurso público. Vejamos: "A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS."

Portanto, estando a alternativa A nos termos do entendimento da Súmula nº 363 do TST, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 56. A avaliação dos bens penhorados em virtude da execução de decisão condenatória será feita por avaliador escolhido de comum acordo pelas partes e, uma vez concluída a avaliação, seguir-se-á a arrematação, em que os bens serão vendidos pelo maior lance. Nesse caso, o arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a:

a) 10% do seu valor.

b) 15% do seu valor.

c) 20% do seu valor.

d) 25% do seu valor.

e) 30% do seu valor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema execução trabalhista.

De acordo com artigo 888, § 2º, da CLT: "Art. 888 - Concluída a avaliação, dentro de dez dias, contados da data da nomeação do avaliador, seguir-se-á a arrematação, que será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de vinte dias. (...) § 2º O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor."

Desta feita, fica correta a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 57. Na justiça do trabalho, o procedimento sumaríssimo aplica-se aos dissídios individuais cujo valor seja de, no máximo:

a) 15 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

b) 20 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

c) 40 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

d) 50 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

e) 60 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema dissídio individual, mais precisamente sobre o procedimento sumaríssimo.

De acordo com art. 852-A, da CLT: "Art. 852-A. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo."

Desta feita, fica correta a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 58. Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na justiça do trabalho, contra decisão proferida por órgão colegiado:

a) é cabível agravo interno ou agravo regimental.

b) é incabível agravo interno ou agravo regimental, sendo inaplicável o princípio da fungibilidade.

c) é incabível agravo interno ou agravo regimental, sendo aplicável o princípio da fungibilidade.

d) é cabível agravo regimental, apenas.

e) é cabível agravo interno, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema recursos em processo do trabalho.

De acordo com a OJ nº 412 do SBDI-1-TST: "É incabível agravo interno (art. 1.021 do CPC de 2015, art. 557, §1º, do CPC de 1973) ou agravo regimental (art. 235 do RITST) emtra decisão proferida por Órgão

Colegiado. Tais recursos destinam-se, exclusivamente, a impugnar decisão monocrática nas hipóteses previstas. Inaplicável, no caso, o princípio da fungibilidade emte a emfiguração de erro grosseiro."

Portanto, de acordo com o emtendimento colacionado, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 59. Acerca das partes e dos procuradores na justiça do trabalho, julgue os itens seguintes conforme o entendimento jurisprudencial do TST.

I. Aplica-se ao processo do trabalho a norma processual que permite que os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, gozem de prazos contados em dobro para suas manifestações.

II. Os procuradores municipais podem representar em juízo as autarquias e fundações públicas do respectivo município somente se designados pela lei da respectiva unidade da Federação ou se investidos de instrumento de mandato válido.

III. Os procuradores municipais, quando representarem o município em juízo, estão dispensados da juntada de instrumento de mandato de comprovação do ato de nomeação, sendo desnecessário declararem-se exercentes do cargo de procurador e indicarem o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Assinale a opção correta:

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema partes e dos procuradores na justiça do trabalho.

O Item I está incorreto. De acordo com a OJ nº 310 do SBDI-1-TST: "LITISCONSORTES. PROCURADORES DISTINTOS. PRAZO EM DOBRO. ART. 229, CAPUT E §§ 1º E 2º, DO CPC DE 2015. ART. 191 DO CPC DE 1973. INAPLICÁVEL AO PROCESSO DO TRABALHO. Inaplicável ao processo do trabalho a norma contida no art. 229, caput e §§ 1° e 2º, do CPC de 2015 (art. 191 do CPC de 1973), em razão de incompatibilidade com a celeridade que lhe é inerente."

O Item II está correto. De acordo com a OJ nº 318 do SBDI-1-TST: "I - Os Estados e os Municípios não têm legitimidade para recorrer em nome das autarquias e das fundações públicas. II – Os procuradores estaduais e municipais podem representar as respectivas autarquias e fundações públicas em juízo somente se designados pela lei da respectiva unidade da federação (art. 75, IV, do CPC de 2015) ou se investidos de instrumento de mandato válido."

O Item III está incorreto. De acordo com a Súmula 436 do TST: "I – A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação. II – Para os efeitos do item anterior, é essencial que o signatário ao menos declare-se exercente do cargo de procurador, não bastando a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil."

Portanto, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 60. Determinado sindicato ajuizou ação em defesa de direitos dos sindicalizados, na qualidade de substituto processual. Entretanto, o juízo da causa extinguiu o processo sem resolução de mérito, por entender que o sindicato seria parte ilegítima ad causam. Nessa situação hipotética, a ação movida pelo sindicato:

a) suspende a prescrição.

b) impede a ocorrência da prescrição.

c) não interrompe nem suspende a prescrição, porquanto sindicato não pode agir na qualidade de substituto processual, mas somente na de representante processual.

d) interrompe a prescrição.

e) não interrompe nem suspende a prescrição, já que o sindicato foi considerado parte ilegítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema partes e dos procuradores na justiça do trabalho, mais precisamente sobre a substituição processual.

De acordo com a Súmula 268 do TST: "PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. AÇÃO TRABALHISTA ARQUIVADA (nova redação) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos." No mesmo sentido, é a OJ nº 359 do SBDI-1-TST, vejamos: "A ação movida por sindicato, na qualidade de substituto processual, interrompe a prescrição, ainda que tenha sido considerado parte ilegítima "ad causam"."

Portanto, no caso narrado pelo enunciado, a ação movida pelo sindicato interrompe a prescrição. Assim, a alternativa correta é a letra D. As alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 61. Julgue os seguintes itens, referentes à seguridade social.

I. Os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social são assegurados por um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade.

II. Ao organizar a seguridade social, o poder público deve assegurar a irredutibilidade do valor dos benefícios, nos termos da lei.

III. Diferentemente do direito à previdência social, tanto o direito à saúde quanto o direito à assistência social não estão vinculados a qualquer contraprestação por seus usuários.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra E**. A questão trata sobre normas gerais da seguridade social.

O item I está correto. Trata-se de previsão contida no art. 194 da CF/88.

O item II está correto. Trata-se da literalidade do art. 194, IV da CF/88.

O item III está correto. A Previdência Social possui caráter contributivo conforme previsto no art. 201 da CF/88.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C, e D.

QUESTÃO 62. A respeito do custeio da seguridade social, assinale a opção correta.

a) Contribuições sociais sobre bens e serviços financiarão a seguridade social nos termos da lei complementar.

b) As fontes de receitas da seguridade social estão taxativamente previstas na Constituição Federal de 1988 (CF).

c) A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê um rol de serviços da seguridade social que poderão ser estendidos sem a necessidade da correspondente fonte de custeio total.

d) As receitas do Distrito Federal destinadas à seguridade social constarão diretamente no orçamento da União.

e) Nenhum recurso proveniente do orçamento dos municípios poderá ser destinado a financiar de forma direta, a seguridade social nas respectivas unidades da Federação.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra A**. A questão trata sobre normas gerais da seguridade social.

A alternativa A está correta. Trata-se de inovação promovida pela EC nº 132/2023 no art. 195, V da CF/88.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 195, § 4º: "A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I".

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 195§5º:"Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total".

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 195§1ª:" As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União".

A alternativa E está incorreta. A seguridade social será financiada também pelos municípios conforme previsto no caput do art. 195 da CF/88.

QUESTÃO 63. A CF assegura, para fins de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição entre diversos regimes previdenciários. Com base nas disposições constitucionais pertinentes a tal direito, assinale a opção correta, admitindo que a sigla RGPS, sempre que utilizada significa regime geral de previdência social.

a) É permitida a contagem recíproca do tempo de contribuição somente entre os regimes próprios de previdência social (RGPS), observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

b) É permitida a contagem recíproca do tempo de contribuição somente entre o RGPS e regime de previdência complementar, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

c) É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de contagem recíproca.

d) O tempo de serviço militar, em nenhuma hipótese, poderá ser objeto de contagem recíproca de tempo de contribuição com outros regimes previdenciários para fins de inativação militar ou aposentadoria.

e) É permitida a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS, regime de previdência complementar e regimes próprios de previdência social (RPPS), bem como destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a contagem recíproca do tempo de contribuição.

A alternativa A está incorreta. A contagem recíproca também será permitida entre o Regime Geral conforme previsto no art. 201§9 da CF/88.

A alternativa B está incorreta. A contagem recíproca também será permitida entre diferentes Regimes próprios conforme previsto no art. 201§9 da CF/88.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 201§14 da CF/88.

A alternativa D está incorreta. Conforme previsto no art. 201§9A da CF/88: O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)".

A alternativa E está incorreta. Não há disposição expressa acerca do regime de previdência complementar no art. 201§9 da CF/88: "Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei".

QUESTÃO 64. Um servidor ocupante de cargo público efetivo no município de Cuiabá ingressou no serviço público mediante concurso público, no ano de 1998. Desde então, é segurado obrigatório do RPPS do município de Cuiabá. Até a presente data, ele se encontra em atividade, ainda não tendo completado os requisitos para se aposentar.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o salário de contribuição do referido servidor é composto

a) Da remuneração total, incluídos o auxílio-alimentação e o auxílio-creche.

b) Do vencimento do cargo efetivo e de eventual valor pago habitualmente a título de horas extras.

c) Do vencimento do cargo efetivo e de eventuais parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho.

d) Do vencimento do cargo efetivo e de qualquer vantagem pecuniária incorporada, na forma da legislação específica.

e) Da remuneração total, incluída a gratificação de 1/3 de férias prevista constitucionalmente.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre o salário de contribuição.

A alternativa A está incorreta. LC 399/2015 Art. 51:"§ 1º Exclui-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias: IV - o auxílio-alimentação e o auxílio-creche";

A alternativa B está incorreta. Art. 51:" § 1º Exclui-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias:" III - a indenização de transporte e horas extras".

A alternativa C está incorreta. Art. 51:" § 1º Exclui-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias:" VI - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho".

A alternativa D está correta. Trata-se de previsão contida no caput do art. 51 da LC 399/2015 do município de Cuiabá que assim dispõe: Considera-se base de cálculo das contribuições o valor constituído pelo vencimento ou subsídio do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, décimo terceiro vencimento, ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis, na forma de legislação específica, percebidas pelo segurado".

A alternativa E está incorreta. Art. 51:" §1º Exclui-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias:" V - a gratificação de 1/3 de férias prevista no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal e férias indenizadas".

QUESTÃO 65. Julgue os itens que se seguem, referentes ao regime de previdência complementar do município de Cuiabá, instituído pela Lei Complementar nº 500/2021.

I. Poderá ingressar na condição de participante desse regime o servidor público titular do cargo efetivo ou emprego público municipal, dos Poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas autarquias e fundações, que aderir aos planos de benefícios administrados por entidade de previdência complementar a que o município de Cuiabá fizer adesão.

II. O referido regime será aplicado, entre outros, aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, dos Poderes Executivos e Legislativo, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público do município de Cuiabá a partir da data de início da vigência do regime de previdência complementar municipal, cuja remuneração supere o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGP, ressalvada a faculdade de manifestar a ausência de interesse de adesão no regime.

III. A contribuição do patrocinador será paritária ao percentual escolhido pelo participante, entre aqueles constantes do regulamento, não podendo superar o limite de 8,5% sobre a parcela que exceder o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre a LC 500/2021.

O item I está incorreto. Exclui-se da condição de participante o empregado público municipal. Confira a literalidade da lei: "art. 11 Podem se inscrever como participantes do Plano de Benefícios os servidores titulares de cargo efetivo dos poderes, Legislativo e Executivo do Município de Cuiabá, incluídas suas autarquias e fundações, nos termos das exigências previstas nesta Lei".

O item II está correto. Trata-se da literalidade do art. 11, caput da LC 500/2021.

O item III está correto. Trata-se da literalidade do art. 15§2ª da LC 500/2021.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 66. À luz da Lei Complementar nº 500/2021, que institui o regime de previdência complementar do município de Cuiabá, assinale a opção correta.

a) O participante que esteja cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, estado, Distrito Federal ou município, incluídas suas empresas públicas e sociedades de economia mista, não poderá permanecer inscrito no respectivo plano de benefício durante o período da cessão.

b) É de 90 dias o prazo para a retratação da opção pela inscrição no regime de previdência complementar.

c) O valor dos benefícios de aposentadoria e pensão devido pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Cuiabá (CUIABÁ-PREV) aos servidores titulares de cargos efetivos dos Poderes Executivos e Legislativos, incluídas suas autarquias e fundações, que

ingressaram no serviço público municipal a partir da data de início da vigência do regime d previdência complementar municipal não poderá superar o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS.

d) Os participantes poderão realizar contribuições facultativas ou adicionais, de caráter voluntário, com a contrapartida do patrocinador, na forma do regulamento do plano de benefícios.

e) O participante que esteja afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, com ou sem recebimento de remuneração, inclusive para o exercício de mandato eletivo em qualquer ente da Federação, não poderá permanecer inscrito no respectivo plano de benefício durante o período de afastamento.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre a LC 500/2021

A alternativa A está incorreta. O participante poderá permanecer no plano de benefício conforme disposto no art. 12, I da LC 500/2021.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto no art. 5º§2 da LC 500/2021 o exercício dessa opção é irretratável e irrevogável.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 1ª da LC 500/2021.

A alternativa D está incorreta. Não haverá contrapartida conforme previsto no art. 14§3º da LC 500/2021.

A alternativa E está incorreta. Poderá permanecer inscrito conforme previsto no art. 12, II da LC 500/2021.

QUESTÃO 67. Considerando a reforma da previdência empreendida por meio da Emenda constitucional nº 103/2019, assinale a opção correta.

a) Relativamente às aposentadorias dos servidores com deficiência, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios a citada reforma promoveu alterações autoaplicáveis nos respectivos RPPS.

b) Na referida emenda constitucional não foi estabelecida alíquota mínima da contribuição previdenciária dos servidores a ser observada pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

c) A referida emenda constitucional não revogou as normas de transição sobre aposentadoria estabelecidas pelas reformas da previdência anteriores.

d) A partir da promulgação da citada emenda constitucional, suas normas passaram a ser aplicadas às pensões por morte concedidas pelo RPPS aos dependentes de servidores dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

e) Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos estados, do Distrito Federal e dos municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à referida reforma, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo RPPS.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra E**. A questão trata sobre a reforma da previdência.

A alternativa A está incorreta. Contraria o disposto no art. 39§4A da CF/88 que dispõe: Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 8º, § 4º da EC 103/2019: Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social".

A alternativa C está incorreta. As revogações encontram-se previstas no art. 35 da EC 103/2019.

A alternativa D está incorreta. A EC 103/2019 deixou para que cada ente federativo dispusesse sobre o seu próprio regime de pensão por morte, aplicando-se as leis federais enquanto não aprovada a nova legislação.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do art. 4º§9º da EC 103/2019.

QUESTÃO 68. Com base nas disposições da LEI Complementar nº 399/2015 relativas às aposentadorias concedidas pelo CUIABÁ-PREV, julgue os próximos itens.

I. O segurado aposentado por invalidez permanente em decorrência de acidente de trabalho em serviço faz jus a proventos proporcionais ao seu tempo de contribuição.

II. Ao completar 70 anos de idade, o segurado será compulsoriamente aposentado, com proventos proporcionais ao seu tempo de contribuição

III. É possível a concessão de aposentadoria voluntária com proventos integrais ou com proventos proporcionais.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra B**. A questão trata sobre a LC 399/2015.

O item I está incorreto. Os proventos deverão ser integrais conforme exceção prevista no art. 12, I da LC 399/2015.

O item II está incorreto. A aposentadoria compulsória se dará aos 75 anos conforme o art. 12, II da LC 399/2015.

O item III está correto. Trata-se de possibilidade prevista na LC 399/2015.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 69. A respeito do cálculo das aposentadorias previdenciárias no RPPS do município de Cuiabá, assinale a opção correta.

a) Será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a data de início da contribuição, se posterior àquela competência, multiplicada tal média aritmética pelo fator previdenciário.

b) Será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a data de início da contribuição, se posterior àquela competência.

c) Desde que compreendidas no período contributivo, não há limite inferior ou superior das remunerações a serem consideradas no cálculo da aposentadoria, após a atualização estabelecida na forma da lei.

d) Haverá incidência do fator previdenciário apenas no cálculo da aposentadoria por invalidez permanente, se decorrente de doença grave, contagioso ou incurável especificada em lei.

e) Quando da concessão da aposentadoria, os proventos de aposentadoria calculados poderão exceder a remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, em razão da atualização das remunerações consideradas.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra B**. A questão trata sobre o cálculo das aposentadorias.

A alternativa A está incorreta. Não se aplica o fator previdenciário ao caso.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 35 da LC 399/2015.

A alternativa C está incorreta. Dispõe o art. 35 §4º da LC 399/2015 que: **§ 4º** Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º deste artigo, não poderão ser: I - inferiores ao valor do salário mínimo; e II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

A alternativa D está incorreta. Não se aplica o fator previdenciário ao regime próprio.

A alternativa E está incorreta. Contraria o art. 35§7º da LC 399/2015.

QUESTÃO 70. Julgue os seguintes itens, acerca da aposentadoria pelo RPPS do município de Cuiabá.

I. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados, ressalvados nos termos definidos em lei complementar, apenas os seguintes perfis de segurados: servidores portadores de deficiência, servidores que exerçam atividades de risco e servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem sua saúde ou integridade física.

II. O ocupante do cargo de professor do município de Cuiabá poderá reduzir em 5 anos os requisitos de idade e de tempo de contribuição para aposentadoria voluntária com proventos integrais, caso comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio.

III. Para usufruto da prerrogativa de redução do tempo exigido nos requisitos de idade e tempo de contribuição para fins de aposentadoria do professor do município de Cuiabá, somente será considerada coo função de magistério a docência propriamente dita.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**.

O item I está correto. Trata-se da literalidade do art. 12 §2º da LC 399/2015.

O item II está correto. Trata-se da regra anterior a EC 103/2019 alinhada às disposições do art. 12§3º da LC 399/2015.

O item III está incorreto. Contraria o art. 12§4º da LC 399/2015: São consideradas as funções de magistério, contida no parágrafo anterior, as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas quando exercidas em estabelecimento de educação básica, além do exercício de docência, tais como a função de direção de unidade escolar, de coordenação e assessoramento pedagógico.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 71. Acerca do meio ambiente como direito fundamental, das competências ambientais legislativa e material e da responsabilidade administrativa, civil e penal no âmbito do direito ambiental, assinale a opção correta, considerando o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

a) A prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originariamente competente para o licenciamento ou autorização ambiental exclui a atuação supletiva de outro ente federado.

b) É inconstitucional norma estadual que, sem afastar a aplicação da legislação nacional em matéria ambiental e o dever de consulta prévia às comunidades indígenas e tradicionais, quando diretamente atingidas por ocuparem zonas contíguas, autorize a concessão à iniciativa privada da exploração de serviços ou do uso de bens imóveis do Estado.

c) É imprescritível o título executivo decorrente de condenação por dano ambiental posteriormente convertida em perdas e danos.

d) A reparação do dano ao meio ambiente é direito fundamental indisponível, sendo imperativo o reconhecimento da imprescritibilidade no que se refere à recomposição dos danos ambientais.

e) É constitucional norma estadual que exija anuência de órgãos estaduais para o licenciamento ambiental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em matéria ambiental.

A alternativa A está incorreta, pois nessa hipótese não há exclusão da atuação supletiva de outro ente federado. Nesse sentido, o entendimento do STF na ADI 4757 que: "julgou parcialmente procedente a ação direta para conferir interpretação conforme à Constituição Federal: (i) ao § 4º do art. 14 da Lei Complementar nº 140/2011 para estabelecer que a omissão ou mora administrativa imotivada e desproporcional na manifestação definitiva sobre os pedidos de renovação de licenças ambientais instaura a competência supletiva do art. 15 e (ii) ao § 3º do art. 17 da Lei Complementar nº 140/2011, esclarecendo que a prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental não exclui a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória. Tudo nos termos do voto da Relatora. O Ministro Nunes Marques acompanhou a Relatora com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 2.12.2022 a 12.12.2022".

A alternativa B está incorreta, pois trata-se de norma constitucional. Sobre o tema, o STF fixou a seguinte tese no julgamento da ADI 7008: "1. É constitucional norma estadual que, sem afastar a aplicação da legislação nacional em matéria ambiental (inclusive relatório de impacto ambiental) e o dever de consulta prévia às comunidades indígenas e tradicionais, quando diretamente atingidas por ocuparem zonas contíguas, autoriza a concessão à iniciativa privada da exploração de serviços ou do uso de bens imóveis do Estado; 2. A concessão pelo Estado não pode incidir sobre áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, remanescentes quilombolas e demais comunidades tradicionais".

A alternativa C está incorreta, pois é prescritível o título executivo decorrente de condenação por dano ambiental posteriormente convertida em perdas e danos. Consoante o entendimento do STJ no AREsp 1.941.907-RJ, "a pretensão executória de obrigações de fazer previstas em Termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado para reparação de danos ambientais decorrentes de empreendimento imobiliário, quando relacionadas a questões meramente patrimoniais, não visando a restauração de bens de natureza ambiental, sujeita-se à prescrição quinquenal". Cumpre destacar que o referido entendimento foi veiculado no informativo de jurisprudência nº 744, de 15 de agosto de 2022.

A alternativa D está correta, à luz do entendimento do STF no tema 999 de repercussão geral: "A reparação do dano ao meio ambiente é direito fundamental indisponível, sendo imperativo o reconhecimento da imprescritibilidade no que toca à recomposição dos danos ambientais. [RE 654.833, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 20-4-2020, P, DJE de 24-6-2020, Tema 999, com mérito julgado.]".

A alternativa E está incorreta, pois é inconstitucional norma estadual que exige anuência de órgãos estaduais para o licenciamento ambiental, de acordo com o entendimento do STF na ADI 4348: "I – É inconstitucional, por violar o princípio da separação dos poderes, a submissão prévia ao Poder Legislativo estadual, para aprovação, dos instrumentos de cooperação firmados pelos órgãos componentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. II - A transferência de responsabilidades ou atribuições de órgãos componentes do SISNAMA é, igualmente, competência privativa do Poder Executivo e, dessa forma, não pode ficar condicionada a aprovação prévia da Assembleia Legislativa".

QUESTÃO 72. Acerca de espaços territoriais especialmente protegidos, julgue os itens que se seguem, considerando as disposições da Lei nº 9.985/2000.

I. A reserva biológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

II. A reserva biológica é sempre de posse e domínio público.

III. A reserva extrativista e a reserva de fauna são consideradas unidades de conservação de uso sustentável.

IV. O monumento natural, unidade de conservação de proteção integral, pode ser constituído por áreas públicas ou particulares.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre os espaços territoriais especialmente protegidos previstos na Lei nº 9.985/2000.

O item I está incorreto, pois trata-se de objetivo atribuído à estação ecológica, nos termos do art. 9º da Lei nº 9.985/2000: "Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas". Por outro lado, o art. 10 da Lei nº 9.985/2000 dispõe acerca do objetivo da reserva biológica: "Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais".

O item II está correto, nos termos do art. 10, §1º, da Lei nº 9.985/2000: "§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei".

O item III está correto, nos termos do art. 14, IV e V, da Lei nº 9.985/2000: "Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna".

O item IV está correto. O monumento natural é unidade de conservação de proteção integral, nos termos do art. 8º, IV, da Lei nº 9.985/2000: "Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: IV - Monumento Natural". Além disso, pode ser constituído por áreas públicas ou particulares, de acordo com o art. 12, §1º, da Lei nº 9.985/2000: "§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários".

QUESTÃO 73. A respeito do meio ambiente como direito fundamental, dos princípios estruturantes do direito ambiental e da responsabilidade administrativa, civil e penal no âmbito do direito ambiental, julgue os itens a seguir, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

I. O princípio do compartilhamento de atribuição (corresponsabilidade solidária), aplicável à atividade fiscalizatória ambiental, prevê que todos os entes federativos possuem o dever-poder de polícia ambiental.

II. No licenciamento ambiental, aplica-se o princípio da concentração mitigada de atribuição.

III. O direito de acesso à informação ambiental divide-se em três vertentes: i) o dever de publicação, na Internet, dos documentos ambientais detidos pela administração pública não sujeitos a sigilo (transparência ativa); ii) o direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva); e iii) direito de requerer a produção de informação ambiental não disponível para a administração pública (transparência reativa).

IV. A responsabilidade civil da administração pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão aborda o conhecimento sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em matéria ambiental.

O item I está correto, conforme o entendimento da jurisprudência do STJ: "[...] 4. O ordenamento jurídico brasileiro conferiu a todos os entes federativos o dever-poder de polícia ambiental, que inclui tanto a competência de fiscalização, como a competência de licenciamento, faces correlatas, embora inconfundíveis, da mesma moeda, as quais respondem a regime jurídico diferenciado. Para aquela, nos termos da Lei Complementar 140/2011, vigora o princípio do compartilhamento de atribuição (= corresponsabilidade solidária). Para esta, em sentido diverso, prevalece o princípio da concentração mitigada de atribuição, mitigada na acepção de não denotar centralização por exclusão absoluta, já que, com frequência, responde mais a intento pragmático de comodidade e eficiência do que à falta de poder/interesse/legitimidade de outras esferas federativas. Precedentes. [...] (AgInt no REsp n. 1.922.574/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 29/11/2021, DJe de 16/12/2021)".

O item II está correto, pois está em consonância com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 214, item 4, vejamos: "4) O ordenamento jurídico brasileiro confere a todos os entes federativos o dever-poder de polícia ambiental, que engloba a competência de fiscalização, regida pelo princípio do compartilhamento de atribuição, e a competência de licenciamento, na qual prevalece o princípio da concentração mitigada de atribuição".

O item III está correto. Em julgamento do Incidente de Assunção de Competência (IAC 13), a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu quatro teses relativas ao direito de acesso à informação no direito ambiental: "14. Fixam-se as seguintes teses vinculantes neste IAC: Tese A) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa); ii) o direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva); e iii) direito a requerer a produção de informação ambiental não disponível para a Administração (transparência reativa); Tese B) Presume-se a obrigação do Estado em favor da transparência ambiental, sendo ônus da Administração justificar seu descumprimento, sempre sujeita a controle judicial, nos seguintes termos: i) na transparência ativa, demonstrando razões administrativas adequadas para a opção de não publicar; ii) na transparência passiva, de enquadramento da informação nas razões legais e taxativas de sigilo; e iii) na transparência ambiental reativa, da irrazoabilidade da pretensão de produção da informação inexistente; Tese C) O regime registral brasileiro admite a averbação de informações facultativas sobre o imóvel, de interesse público, inclusive as ambientais; Tese D) O Ministério Público pode requisitar diretamente ao oficial de registro competente a averbação de informações alusivas a suas funções institucionais. (REsp n. 1.857.098/MS, relator Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, julgado em 11/5/2022, DJe de 24/5/2022.)".

O item IV está correto, pois consiste na redação literal da Súmula 652 do STJ: "A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária".

Portanto, a alternativa E está correta, pois todos os itens estão certos.

QUESTÃO 74. Com base na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997) e no Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012), julgue os itens a seguir.

I. É facultado ao Poder Executivo federal delegar aos estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União, devendo tal outorga ser feita por prazo máximo de 35 anos, admitida a sua renovação.

II. Os manguezais situados em área urbana ou rural são considerados, em toda a sua extensão, área de preservação permanente.

III. A área de reserva legal pode ser agrupada em regime de condomínio, na hipótese de parcelamento de imóveis rurais.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens l e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997) e sobre o Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012).

O item I está correto, nos termos do art. 14, §1º, da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997): "Art. 14. A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal. § 1º O Poder Executivo Federal poderá delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União".

O item II está correto, pois os manguezais integram o rol das áreas de preservação permanente previsto no art. 4º do Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012), que assim dispõe no inciso VII: "Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: VII - os manguezais, em toda a sua extensão".

O item III está correto, conforme previsão expressa no art. 16, parágrafo único, do Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012): "Art. 16. Parágrafo único. No parcelamento de imóveis rurais, a área de Reserva Legal poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes".

QUESTÃO 75. Com base na Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979) e suas alterações, assinale a opção correta.

a) Desde a aprovação do loteamento, passam a integrar o domínio do município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.

b) Excepcionalmente, um lote pode situar-se em mais de uma circunscrição imobiliária.

c) Nas desapropriações, serão considerados terrenos loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou compromissados, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.

d) O loteador tem a obrigação de manter escrituração contábil completa, salvo se estiver desobrigado pela legislação tributária.

e) Os terrenos cujas condições geológicas não aconselham a edificação inadmitem parcelamento do solo urbano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979).

A alternativa A está incorreta, pois, na hipótese, o termo inicial é a data do registro do loteamento, conforme dispõe o art. 22 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979): "Art. 22. Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o disposto no art. 21, §1º, da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979): "Art. 21. § 1º Nenhum lote poderá situar-se em mais de uma circunscrição".

A alternativa C está incorreta, pois está em desconformidade com o disposto no art. 42 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979): "Art. 42. Nas desapropriações não serão considerados como loteados ou loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou compromissados, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado".

A alternativa D está incorreta, pois a lei não prevê exceção quanto à obrigação de manter escrituração contábil completa. De acordo com o art. 18-D, VIII, da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979): "Art. 18-D. Incumbe ao loteador: VIII - manter escrituração contábil completa, ainda que esteja desobrigado pela legislação tributária".

A alternativa E está correta, pois consiste em hipótese expressa na qual não será permitido o parcelamento do solo, nos termos do art. 3º, parágrafo único, IV, da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979): "Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo: IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação".

QUESTÃO 76. De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981), assinale a opção correta a respeito da servidão ambiental.

a) Durante o prazo de vigência da servidão ambiental, permite-se que a destinação da área seja alterada nos casos de retificação dos limites do imóvel.

b) Caso a servidão ambiental seja destinada à compensação de reserva legal, tal servidão deverá ser averbada na matrícula de um dos imóveis envolvidos.

c) É vedado ao detentor da servidão ambiental aliená-la, em caráter definitivo, em favor de entidade privada, ainda que esta tenha a conservação ambiental como fim social.

d) A restrição à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal.

e) A servidão ambiental pode ser onerosa ou gratuita, porém deve ser temporária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre a servidão ambiental no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981).

A alternativa A está incorreta, pois, nessa hipótese, a lei não admite a alteração da destinação da área durante o prazo de vigência da servidão ambiental. De acordo com o art. 9º-A, §6º, da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981): "§6º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel".

A alternativa B está incorreta, pois, nessa hipótese, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos, consoante o disposto no art. 9º-A, §5º, da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981): "§ 5º Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos".

A alternativa C está incorreta, pois a mencionada alienação é possível. Assim dispõe o art. 9º-B, §3º, da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981): "§ 3º O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social".

A alternativa D está correta, pois está em conformidade com a previsão expressa do art. 9º-A, §3º, da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981) : "§ 3º A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal".

A alternativa E está incorreta, pois a servidão ambiental pode ser temporária ou perpétua, conforme dispõe o art. 9º-B da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981): "Art. 9º-B. A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua".

QUESTÃO 77. De acordo com o Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012), a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo depende de

a) prévia aprovação do plano de manejo florestal sustentável (PMFS).

b) implementação de plano de suprimento sustentável (PSS).

c) implantação de programas de regularização ambiental (PRA).

d) prévia autorização do órgão estadual competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

e) cadastro do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que consiste em um registro público eletrônico de âmbito estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre os requisitos para a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, de acordo com o Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012).

A alternativa A está incorreta, pois a prévia aprovação do plano de manejo florestal sustentável (PMFS) não constitui um dos requisitos legais. De acordo com o art. 26, caput, do Código Florestal, a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de 2 (dois) requisitos: i) o cadastramento do imóvel no CAR; ii) prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama".

A alternativa B está incorreta, pois, a implementação de plano de suprimento sustentável (PSS) não constitui um dos requisitos legais. De acordo com o art. 26, caput, do Código Florestal, a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de 2 (dois) requisitos: i) o cadastramento do imóvel no CAR; ii) prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama".

A alternativa C está incorreta, pois a implantação de programas de regularização ambiental (PRA) não constitui um dos requisitos legais. De acordo com o art. 26, caput, do Código Florestal, a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de 2 (dois) requisitos: i) o cadastramento do imóvel no CAR; ii) prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama".

A alternativa D está correta, pois a prévia autorização do órgão estadual competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) consiste em um dos requisitos para a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo. De acordo com o art. 26, caput, do Código Florestal (Lei n.º

12.651/2012): "Art. 26. A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no CAR, de que trata o art. 29, e de prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama".

A alternativa E está incorreta, pois o Cadastro Ambiental Rural (CAR) não é um registro de âmbito estadual, mas de âmbito nacional, conforme o disposto no art. 29 do Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012): "Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento".

QUESTÃO 78. Conforme o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001), o plano diretor

a) delimita a área para aplicação de operações consorciadas.

b) deve englobar o território do município, excetuando-se as áreas de preservação permanente (APP).

c) é facultativo para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico.

d) delimita as áreas nas quais incidirá o direito de preempção.

e) pode fixar as áreas nas quais se permite a alteração de uso do solo urbano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre o plano diretor.

A alternativa A está incorreta, pois a delimitação da área para aplicação de operações consorciadas ocorrerá por intermédio de lei municipal específica, não mediante previsão no plano diretor. De acordo com o art. 32 do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001): "Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas".

A alternativa B está incorreta, pois não há exceção quanto à abrangência territorial do município, nos termos do art. 40, §2º, do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001): "Art. 40. § 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo".

A alternativa C está incorreta, pois é obrigatório o plano diretor para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico. De acordo com o art. 41, IV, do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001): "Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades: IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico".

A alternativa D está incorreta, pois a delimitação das áreas nas quais incidirá o direito de preempção ocorrerá por intermédio de lei municipal, nos termos do art. 25, §1º, do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001): "Art. 25. § 1º Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá

o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência".

A alternativa E está correta, pois está em conformidade com a previsão legal expressa do art. 29 do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001), segundo o qual: "Art. 29. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário".

QUESTÃO 79. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF), a execução de planos regionais de ordenação do território é de competência

a) da União, somente.

b) dos estados e do Distrito federal, somente.

c) dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, somente.

d) dos municípios, somente.

e) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o conhecimento sobre a competência da União prevista no art. 21 da Constituição Federal.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com a repartição constitucional de competência dos entes federativos. De acordo com o art. 21, IX, da Constituição Federal de 1988: "Art. 21. Compete à União: IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social".

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, pois a execução de planos regionais de ordenação do território é de competência exclusiva da União, nos termos do art. 21, IX, da Constituição Federal de 1988: "Art. 21. Compete à União: IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social".

QUESTÃO 80. No Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), é assegurado o direito a cidades sustentáveis, que é entendido como o direito

I. ao transporte.

II. aos serviços públicos.

III. à moradia.

IV. à infraestrutura urbana.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II e III estão certos.

b) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre o direito a cidades sustentáveis.

Os itens I, II, III e IV estão corretos, pois estão em conformidade com o disposto no art. 2º, I, do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), in verbis: "Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações".

Assim, a alternativa E está correta, pois todos os itens estão certos.

QUESTÃO 81. No que se refere ao conceito, ao objeto e às normas constitucionais de direito financeiro, assinale a opção correta, considerando, quando couber, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

a) A disciplina da sustentabilidade da dívida pública deve se dar por lei da União aprovada pela maioria simples de ambas as casas do Congresso Nacional.

b) É da iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo o projeto de lei que versa sobre normas de direito financeiro.

c) Um vereador pode apresentar projeto lei que crie despesa pública para o Poder Executivo municipal.

d) É concorrente entre União, estados e Distrito Federal a competência legislativa para formular normas gerais de direito financeiro, ainda que existente lei federal sobre tais normas.

e) O direito financeiro tem por objeto a atividade financeira do Estado, na qual se insere a receita pública, objeto de estudo em que o direito financeiro e o tributário estão em perfeita identidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema normas gerais de direito financeiro.

A alternativa A está incorreta, pois a sustentabilidade da dívida deve ser tratada por lei complementar, a qual, por sua vez, deve ser aprovada por maioria absoluta de ambas as casas do Congresso Nacional, conforme interpretação sistemática da Constituição Federal. "Art. 163. Lei complementar disporá sobre: (...) VIII - sustentabilidade da dívida, especificando (...) Art. 69. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta".

A alternativa B está incorreta, pois apenas as leis orçamentárias propriamente ditas (PPA, LDO e LOA) serão de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Nesse sentido, o art. 84, III, da CF disciplina que compete ao Presidente da República iniciar o processo legislativo na forma e casos previstos na própria Constituição. Ocorre que, nos termos dos arts. 84, XXIII e 165 da CF, compete ao Presidente da República iniciar as leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e orçamentária anual, apenas, nada restringindo às leis gerais de direito financeiro.

A alternativa C está correta, pois vai ao encontro da tese fixada pelo STF no Tema 917 da Repercussão Geral: "Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal)".

A alternativa D está incorreta, pois, em se tratando de competência concorrente, a União deverá editar normas gerais e, apenas em caso de inexistência de tais normas gerais é que os Estados exercerão competência plena, conforme disciplina constitucional: "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (...) § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. (...) § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades".

A alternativa E está incorreta, pois a receita tributária, objeto de estudo do direito tributário, é apenas uma parcela da receita que é estudada pelo direito financeiro. Nesse sentido, exemplificativamente, é o art. 11, § 1º, da Lei nº 4.320/1964: "São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes".

QUESTÃO 82. São absolutos, ou seja, não admitem exceções, os princípios orçamentários

a) da anualidade e da universalidade.

b) da exclusividade e da anualidade.

c) do orçamento bruto e da exclusividade.

d) do orçamento bruto e da unidade orçamentária.

e) da unidade de caixa e do equilíbrio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema princípios orçamentários.

A alternativa A está incorreta, pois o princípio da universalidade é excepcionado no art. 3º da Lei nº 4.320/1964: "Art. 3º A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros".

A alternativa B está incorreta, pois a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, são exceções ao princípio da exclusividade, conforme art. 165, § 8º, da CF: "A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei".

A alternativa C está incorreta, pois o princípio da exclusividade comporta exceções, conforme comentários à alternativa B.

A alternativa D está correta, pois os dois princípios não comportam exceções, sendo previstos, respectivamente, nos arts. 6º e 2º da Lei nº 4.320/1964: "Art. 6º Tôdas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções. (...) Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Govêrno, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade".

A alternativa E está incorreta, pois o princípio da unidade de caixa é excepcionado pela criação dos fundos especiais, conforme art. 71 da Lei nº 4.320/1964: "Artigo 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação".

QUESTÃO 83. Com base no que dispõe a Lei nº 4.320/1964, assinale a opção correta.

a) O superávit do orçamento corrente é apurado a partir do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, e o seu resultado não constitui receita orçamentária.

b) São classificadas como investimento as despesas de capital com a aquisição de imóveis para realização de obra pública e de imóveis já em utilização.

c) O superávit financeiro apurado em balanço orçamentário do exercício anterior pode ser utilizado como fonte de recurso para a abertura de crédito adicional.

d) A abertura de créditos extraordinários depende da indicação da fonte de recursos disponíveis.

e) A unidade administrativa não pode ser contemplada com dotação orçamentária quando for subordinada a órgão considerado unidade orçamentária.

Comentários

A alternativa correta indicada pela banca é a **letra A**, mas indicamos como correta a **letra C**.

A questão aborda os temas superávit do orçamento, classificação das despesas, créditos orçamentários e créditos adicionais.

A alternativa A está incorreta, pois o superávit do orçamento corrente, embora não constitua item específico da receita orçamentária, será considerado receita de capital, ou seja, será receita orçamentária, conforme art. 11, §§ 2º e 3º, da Lei nº 4.320/1964: "§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superavit do Orçamento Corrente. § 3º - O superavit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o Anexo nº 1, não constituirá item de receita orçamentária".

A alternativa B está incorreta, pois a aquisição de imóveis já em utilização é considerada inversão financeira, conforme Lei nº 4.320/1964: "Art. 12. (...) § 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização".

A alternativa C está correta, conforme Lei nº 4.320/1964: "Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

A alternativa D está incorreta, pois a indicação dos recursos é necessária apenas à abertura dos créditos especiais e suplementares, conforme art. 43, caput, da Lei nº 4.320/1964: "A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa".

A alternativa E está incorreta, pois a proposta orçamentária será feita para cada unidade administrativa, conforme art. 22, parágrafo único, da Lei nº 4.320/1964: "Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação".

QUESTÃO 84. Com relação ao plano plurianual (PPA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e à lei orçamentária anual (LOA), assinale a opção correta.

a) A não apreciação, pelo parlamento, dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA, no prazo regulamentar, impede a interrupção da sessão legislativa.

b) O PPA não poderá ser alterado durante seu período de vigência, a fim de se assegurar a higidez do planejamento de médio prazo nele definido.

c) O anexo de metas fiscais da LDO dos municípios deverá conter as metas anuais para o exercício a que se referir e para os três seguintes, com o objetivo de garantir sustentabilidade à trajetória da dívida pública.

d) A LDO dos municípios não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

e) O orçamento da seguridade social deve ser compatível com o PPA e, entre as suas funções, está a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema leis orçamentárias.

A alternativa A está incorreta, pois apenas a não aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias impede a interrupção da sessão legislativa, conforme art. 57, § 2º, da CF: "A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias".

A alternativa B está incorreta, pois não há na Constituição nenhuma norma prevendo a imutabilidade da Lei do Projeto do Plano Plurianual.

A alternativa C está incorreta, pois a disposição se aplica apenas à União, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal: "Art. 4º (...) § 5º No caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá também: I - as metas anuais para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, com o objetivo de garantir sustentabilidade à trajetória da dívida pública".

A alternativa D está correta, conforme art. 4º, § 7º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "§ 7º A lei de diretrizes orçamentárias não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social".

A alternativa E está incorreta, pois o orçamento da seguridade social não tem a função de reduzir desigualdades regionais, conforme a Constituição Federal: "Art. 165 (...) § 5º A lei orçamentária anual compreenderá: I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (...) § 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

QUESTÃO 85. Ao julgar a prestação de contas de gestão do chefe do Poder Executivo de determinado município, o tribunal de contas do respectivo estado (TCE) identificou ato ilegal

grave e lesivo ao erário municipal e, em virtude disso, condenou o prefeito a ressarcir o dano causado, bem como aplicou a sanção pecuniária de multa.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, considerando, no que couber, o entendimento do STF.

a) A decisão do TCE que julgou irregulares as contas de gestão do prefeito não tem o poder de torná-lo inelegível.

b) O TCE não poderia sustar os atos e os contratos relacionados ao dano que ele identificou.

c) O prefeito poderá interpor recurso da decisão do TCE ao Tribunal de Contas da União.

d) A legitimidade para a propositura da execução do dano causado ao erário é do próprio município, por ter sido ele o ente lesado; por outro lado, cabe ao estado a execução da multa aplicada pelo TCE no exercício de sua função fiscalizadora.

e) A ação de execução do dano causado ao erário é imprescritível, ao passo que a execução da sanção pecuniária se submete às regras prescricionais.

Comentários

As alternativas corretas são as **letras A e D**, merecendo anulação a questão. A questão aborda o tema julgamento das contas do Prefeito.

A alternativa A está correta, conforme entendimento do STF: O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 835 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário, ao entendimento de que, para os fins do art. 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar 64/90, a apreciação das contas dos prefeitos, tanto as de governo, quanto as de gestão, será feita pelas Câmaras municipais com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores. (RE 848826).

A alternativa B está incorreta, pois não há possibilidade de sustação de contratos diretamente pelo TCE, conforme art. 71, § 1º, da CF: "No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis".

A alternativa C está incorreta, pois não há relação de hierarquia ente o TCU e os TCEs a ensejar a viabilidade de interposição recursal.

A alternativa D está correta, conforme tese fixada no Tema de repercussão geral 642: "1. O Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal. 2. Compete ao Estado-membro a execução de crédito decorrente de multas simples, aplicadas por Tribunais de Contas estaduais a agentes públicos municipais, em razão da inobservância das normas de Direito Financeiro ou, ainda, do descumprimento dos deveres de colaboração impostos, pela legislação, aos agentes públicos fiscalizados".

A alternativa E está incorreta, pois não há que se falar em imprescritibilidade na execução da multa aplicada pelos Tribunais de Contas: "EMENTA AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONDENAÇÃO AO RESSARCIMENTO DE VALORES E AO PAGAMENTO DE MULTA. PRESCRIÇÃO. CONSUMAÇÃO. AUSÊNCIA DE MARCO INTERRUPTIVO. 1. A jurisprudência do Supremo consolidou-se no sentido da prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário, exceção feita àquela decorrente de atos de improbidade praticados com dolo. 2. Inexistindo norma legal a fixar o prazo prescricional no tocante à formação do débito a ser cobrado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), deve ser aplicado o prazo de 5 (cinco) anos, em interpretação sistemática da legislação infraconstitucional acerca do exercício de ação de ressarcimento pela Administração Pública federal (Lei n. 9.873/1999), da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992), da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Execuções Fiscais (Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980), bem assim em homenagem aos princípios da segurança jurídica (CF, art. 5º, XXXVI) e do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV). 3. A jurisprudência do Supremo é firme no sentido de a prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas – imposição da multa prevista nos arts. 57 e 58 da Lei Orgânica do TCU – ocorrer em 5 (cinco) anos, presente interpretação sistemática das disposições dos arts. 1º e 2º da Lei n. 9.873/1999, bem assim de ser impertinente considerar o prazo de 10 (dez) anos de que trata o art. 205 do Código Civil (MS 35.940, ministro Luiz Fux, DJe de 14 de junho de 2020; e MS 32.201, ministro Roberto Barroso, DJe de 7 de agosto de 2017), observada a ocorrência de eventuais marcos interruptivos. 4. Ante a regra da prescritibilidade que rege o direito brasileiro, não se afigura razoável concluir que a prática de ato voltado à apuração de fato tido por irregular na aplicação de verba pública, obtida mediante a celebração de convênio, tenha a força de interromper o prazo prescricional independentemente do tempo transcorrido, se a ocorrência não tiver como objeto específico a verificação de ilegalidade ligada especificamente à parte interessada e se a ela não foi dada ciência de tais acontecimentos. 5. Impõe o reconhecimento da prescrição o decurso de prazo superior a 5 (cinco) anos entre as datas apontadas nas informações como sendo o termo inicial da prescrição, – débitos ocorridos em "16/2/2001, 11/6/2002, 16/06/2002 e 9/7/2002" – e a citação do impetrante em 12 de abril de 2011 na TC n. 026.133/2011-3, processo no qual foram rejeitadas as contas, com sua consequente condenação ao ressarcimento de valores e ao pagamento de multa. 6. Agravo interno provido e, em consequência, concedida a segurança, para declarar a ocorrência da prescrição ressarcitória e punitiva. (STF - MS: 37940 DF, Relator: EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 09/05/2023, Segunda Turma, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 29-06-2023 PUBLIC 30-06-2023)".

QUESTÃO 86. Assinale a opção correta no que se refere à disciplina constitucional dos precatórios, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial do STF.

a) É vedada a compensação unilateral de débitos em proveito exclusivo da fazenda pública, quando se tratar de valores submetidos ao regime de precatório, não se estendendo essa vedação aos créditos sujeitos à sistemática da requisição de pequeno valor.

b) Na requisição de pequeno valor, os municípios podem definir, em lei própria, valor distinto do da União, desde que o montante não seja inferior do salário-mínimo.

c) Em decorrência dos princípios republicano e da transparência, é legitima a criação de comissão do Poder Legislativo para o exame dos atos, dos fatos e das políticas públicas com maior potencial gerador de precatórios e de sentenças judiciais contrárias ao erário.

d) A União pode utilizar valores por ela devidos a município em precatório para amortizar dívida vencida que o ente municipal tenha contraído junto a ela, mesmo que haja oposição do município.

e) É admissível a abertura de crédito extraordinário para a quitação de precatórios, quando presentes os requisitos da imprevisibilidade e da urgência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema precatórios.

A alternativa A está incorreta, pois o STF fixou tese em sentido contrário no Tema 511 da Repercussão Geral: "É constitucionalmente vedada a compensação unilateral de débitos em proveito exclusivo da Fazenda Pública ainda que os valores envolvidos não estejam sujeitos ao regime de precatórios, mas apenas à sistemática da requisição de pequeno valor."

A alternativa B está incorreta, pois o valor mínimo para RPV deve ser igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social, conforme art. 100 da CF: "Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (...) § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. § 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

A alternativa C está incorreta, pois o STF já decidiu que a criação de tais comissões destoa do sistema de separação dos Poderes previsto na Constituição Federal: "39. O estabelecimento de uma comissão de controle externo junto ao Poder Legislativo para avaliação dos precatórios expedidos pelo Poder Judiciário, conforme art. 6º da EC 114/21 destoa do sistema de separação de poderes posto na Constituição Federal. O dispositivo havido da Emenda Constitucional 114/21 subverte a ordem de atribuições, impondo um controle sobre a atividade tanto do Poder Executivo, condenado em demandas judicais, quanto do Poder Judiciário, que julga o melhor direito e condena o Estado a pagar o cidadão. (ADI 7064, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 01-12-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 18-12-2023 PUBLIC 19-12-2023)

A alternativa D está incorreta, pois é necessário que haja aceitação por parte do Município, conforme art. 100, § 21, da CF: "Ficam a União e os demais entes federativos, nos montantes que lhes são próprios,

desde que aceito por ambas as partes, autorizados a utilizar valores objeto de sentenças transitadas em julgado devidos a pessoa jurídica de direito público para amortizar dívidas, vencidas ou vincendas"

A alternativa E está correta, pois coaduna com o entendimento do STF: "(iii) autorizada à União a abertura de créditos extraordinários necessários ao pagamento imediato dos precatórios referidos, estando presentes, no caso concreto, os requisitos constitucionais da imprevisibilidade e urgência previstos no § 3º do art. 167 da CF, deduzidas as dotações orçamentárias já previstas na proposta orçamentária para o exercício de 2024, aberta a possibilidade de edição de medida provisória para o pagamento ainda no exercício corrente. (ADI 7064, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 01-12-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 18-12-2023 PUBLIC 19-12-2023)

QUESTÃO 87. Com base nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), assinale a opção correta.

a) Todas as despesas relativas à dívida pública, contratual ou mobiliária, constarão da LOA, porém o refinanciamento da dívida deverá constar separadamente na LOA e nas leis de créditos adicionais.

b) No cálculo da receita corrente líquida dos municípios, serão deduzidos os valores do imposto de renda retido na fonte dos seus servidores públicos municipais.

c) O contingenciamento de despesas decorrente da queda de arrecadação poderá alcançar o auxílio financeiro instituído por lei e destinado às famílias mais carentes, apesar da finalidade nobre desse benefício social.

d) A LRF aplica-se a toda a administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

e) A reserva de contingência pode ser utilizada para o pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda os temas endividamento, receita corrente líquida, limitação de empenho, âmbito de incidência da lei de responsabilidade fiscal e reserva de contingência.

A alternativa A está correta, conforme parágrafos 1º e 2º do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal: "§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual. § 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

A alternativa B está incorreta, pois a LRF não prevê tal hipótese de dedução, mas apenas a dedução da contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição, conforme art. 2º: "Art. 2 (...) IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também

correntes, deduzidos: (...) c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

A alternativa C está incorreta, uma vez que o STF veda o retrocesso social das políticas públicas: "Ementa: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA. EC 86/2015. PISO PROGRESSIVO PARA O INVESTIMENTO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE. PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO OU COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL. DIREITO SOCIAL À SAÚDE E VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL. IMPROCEDÊNCIA. 1. A Constituição atribuiu ao legislador ordinário a competência para definir critérios para a alocação de recursos orçamentários em ações e serviços de saúde, com cominações específicas, no §§ 2º e 3º do art. 198 para a satisfação da exigência constitucional então estabelecida, matéria que, não se qualificando como cláusula pétrea, pode ser objeto de alteração pelo legislador constituinte reformador. 2. O próprio texto constitucional admite flexibilidade na fixação dos parâmetros referidos no art. 198, § 2º, CF, mediante: (a) a diferenciação de índices conforme o nível federativo; (b) a atribuição de competência à União para edição de lei complementar estipulando os patamares mínimos referidos pelo art. 198, § 2º, entre outras matérias; e (c) a obrigatoriedade de reavaliação dessa disciplina normativa a cada 5 (cinco) anos. 3. A Emenda Constitucional 86/2015, ao inovar na disciplina constitucional referente ao investimento público em ações e serviços de saúde, não vulnerou o núcleo essencial das garantias sociais previstas na Constituição em prol das políticas públicas de saúde. 4. Ação Direta julgada improcedente. (ADI 5595, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-10-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 23-03-2023 PUBLIC 24-03-2023)"

A alternativa D está incorreta, pois as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal não se aplicam às empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, assim entendidas aquelas que não recebam do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, conforme interpretação sistemática da própria LRF: "Art. 1º (...) § 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. § 3º Nas referências: I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos: a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público; b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes; (...) Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como: (...) III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária"

A alternativa E está incorreta, pois a reserva de contingência deverá ser destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme art. 5º, III, b, da LRF: "O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar: conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao: atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos".

QUESTÃO 88. Acerca das transferências voluntárias e da destinação de recursos públicos para o setor privado, assinale a opção correta.

a) Havendo o descumprimento de qualquer requisito legal, a União poderá aplicar aos municípios a sanção de suspensão da destinação de recursos públicos municipais para o setor privado.

b) É vedada a transferência voluntária de recursos para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos estados do Distrito Federal e dos municípios, proibição essa que não se aplica à destinação de recursos públicos para o setor privado.

c) A destinação de recursos de determinado estado a hospital privado caracteriza subsídio social ao passo que a destinação de recursos desse mesmo estado a hospital público de município pertencente ao referido estado, voltados a ações do Sistema Único de Saúde, constitui transferência voluntária.

d) O descumprimento dos limites constitucionais de gastos relativos à educação e à saúde impede o ente de receber transferências voluntárias ressalvadas as exceções, e de destinar recursos públicos para o setor privado.

e) A observância das condições da LDO, inclusão na LOA e a previsão orçamentária de contrapartida do beneficiário são exigências comuns às transferências voluntárias e à destinação de recursos públicos para o setor privado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda os temas transferências voluntárias e destinação de recursos públicos para o setor privado.

A alternativa A está incorreta, pois inexiste qualquer previsão legal nesse sentido.

A alternativa B está correta, pois, conforme art. 167, X, da CF é vedada a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De outro giro, quanto à destinação de recursos à inciativa privada, a legislação não impõe restrição semelhante, conforme se observa do art. 26 da LRF: "A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais".

A alternativa C está incorreta, pois não constitui transferência voluntária a entrega de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde, conforme art. 25 da LRF: "Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde".

A alternativa D está incorreta, pois não há vedação ao Município que descumpra os limites constitucionais de gastos relativos à educação e à saúde de destinarem recursos ao setor privado.

A alternativa E está incorreta, pois, embora a observância das condições da LDO, inclusão na LOA e a previsão orçamentária de contrapartida do beneficiário sejam exigências para realização de transferências voluntárias (art. 25, § 1º, da LRF), não há tal condicionamento à destinação de recursos públicos para o setor privado.

QUESTÃO 89. Com relação à dívida e ao endividamento público, assinale a opção correta.

a) Equiparam-se à despesa de capital as de custeio dela decorrentes, bem como as destinadas à capacitação de servidores nas atividades-fim das áreas de educação, saúde, assistência social e segurança.

b) A existência, na LDO, de prévia e expressa autorização para contratação é uma das condições para o ente federado realizar operação de crédito.

c) As operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento integram a dívida pública consolidada ou fundada.

d) Na proximidade do vencimento de um empréstimo que um município tenha contraído junto a instituição financeira pública do seu estado, uma das alternativas legais para o refinanciamento dessa dívida seria a obtenção de um novo a empréstimo, com encargos menores, em instituição financeira da União.

e) Município pode conceder garantia em operação de crédito Celebrada por sua câmara municipal, desde que exija desta o oferecimento de contragarantia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema endividamento público.

A alternativa A está incorreta, pois despesas de custeio são despesas correntes, ainda que decorrentes de despesas de capital (compra de um imóvel, por exemplo), conforme art. 12, § 1º, da Lei nº 4.320/1964: "Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis".

A alternativa B está incorreta, pois a autorização deverá constar na LOA, disposição da LRF: "Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. § 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições: I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica".

A alternativa C está correta, pois revela o entendimento do art. 29, § 3º, da LRF: "Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento".

A alternativa D está incorreta, pois a operação de refinanciamento da dívida é vedada quando a dívida originária não haja sido contratada perante a própria instituição concedente, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal: "Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente. § 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o *caput* as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a: (...) II - refinanciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente".

A alternativa E está incorreta, pois não há necessidade de exigência de contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal: "Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal e as normas emitidas pelo Ministério da Economia acerca da classificação de capacidade de pagamento dos mutuários.§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, observado o seguinte: I - não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;

QUESTÃO 90. A respeito da operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), assinale a opção correta.

a) Não é permitida a realização de operação de crédito por ARO no último ano de mandato do prefeito.

b) Tal operação de crédito não é considerada no cálculo para a apuração do cumprimento da denominada "regra de ouro".

c) A contratação das operações de crédito por ARO deve ser precedida de licitação, na modalidade adequada a ser realizada pelo ente contratante, visando obter as melhores condições financeiras da operação.

d) A receita obtida por meio de tal operação de crédito destina-se a investimentos de infraestrutura.

e) A autorização para a realização desse tipo de operação de crédito deve constar de lei específica.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).

A alternativa A está correta, conforme art. 38, IV, b, da LRF: "A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes: estará proibida: no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal".

A alternativa B está incorreta, pois as operações de crédito por ARO somente serão desconsideradas no cálculo para cumprimento da regra de ouro se forem liquidadas até o dia dez de dezembro do ano em que contratadas, conforme art. 38, § 1º, da LRF: "As operações de que trata este artigo não serão computadas para efeito do que dispõe o inciso III do art. 167 da Constituição, desde que liquidadas no prazo definido no inciso II do *caput*".

A alternativa C está incorreta, pois não há necessidade de realização de licitação, conforme art. 38, § 2º, da LRF: "As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil".

A alternativa D está incorreta, pois a receita da operação de crédito por ARO será destinada a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, conforme art. 38, *caput*, da LRF: "A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes".

A alternativa E está incorreta, pois a autorização pra contratação de operação de crédito por ARO poderá constar da própria Lei Orçamentária Anual, conforme art. 165, § 8º, da Constituição Federal: "A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei".

QUESTÃO 91. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, é de iniciativa exclusiva do prefeito de Cuiabá a elaboração de lei que disponha sobre

a) Elaboração do plano plurianual.

b) Arrecadação e aplicação de rendas.

c) Promoção do adequado ordenamento territorial.

d) Alienação dos bens municipais.

e) Criação de cargos na administração pública direta.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata das leis de iniciativa exclusiva do prefeito de Cuiabá.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, que prevê à Câmara Municipal a competência para tanto, vejamos: "Art. 17 Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município e, especialmente, no que se refere ao seguinte: II - orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias, autorizando a abertura de créditos suplementares e especiais, se necessários;".

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, que prevê: "Art. 4º Ao Município de Cuiabá compete: c) arrecadar e aplicar rendas que lhe pertencerem, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 08 de julho de 2010)", de modo que não há designação de iniciativa exclusiva do prefeito.

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, que prevê: "Art. 4º Ao Município de Cuiabá compete: h) promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 08 de julho de 2010)", de modo que não há designação de iniciativa exclusiva do prefeito.

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, que prevê "Art. 4º Ao Município de Cuiabá compete: e) dispor sobre administração, utilização e alienação de seus bens; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 08 de julho de 2010)", de modo que não há designação de iniciativa exclusiva do prefeito.

A alternativa E está correta, tendo em vista que a Lei Orgânica do Município de Cuiabá prevê, como uma das matérias de iniciativa exclusiva do prefeito, a criação de cargos na administração pública direta, vejamos: "Art. 27 São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre: I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, autárquica e fundacional e sua remuneração;".

QUESTÃO 92. Conforme o que dispõe a Lei Complementar municipal nº 208/2010 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município), é atribuição do procurador-chefe da Procuradoria Judicial do Município de Cuiabá

a) Receber citações e notificações nas ações contra o município.

b) Promover os atos necessários à fixação de orientação jurídico-normativa.

c) Prestar informações em mandado de segurança impetrado contra despacho ou ato do prefeito.

d) Assessorar o chefe do Poder Executivo em assuntos de natureza jurídica de interesse da administração pública.

e) Representar judicial e extrajudicialmente o município na defesa de seus interesses.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Lei Complementar municipal nº 208/2010 e das atribuições do procurador-chefe da Procuradoria Judicial do Município de Cuiabá.

A alternativa A está incorreta, pois tal atribuição, de acordo com a Lei Complementar municipal nº 208/2010, pertence ao Procurador Geral do Município, veja: "Art. 8º São atribuições do Procurador Geral do Município: III - receber citações e notificações nas ações contra o município;".

A alternativa B está incorreta, pois tal atribuição, de acordo com a Lei Complementar municipal nº 208/2010, pertence ao Procurador Geral do Município, veja: "Art. 8º São atribuições do Procurador Geral do Município: XVI - promover os atos necessários à fixação de orientação jurídico-normativa, após apreciação do Colégio de Procuradores;".

A alternativa C está incorreta, pois tal atribuição, de acordo com a Lei Complementar municipal nº 208/2010, pertence à Procuradoria Geral, na pessoa do Procurador do Município, vejamos: "Art. 3º Compete à Procuradoria Geral, na pessoa do Procurador do Município: III - prestar informações nos mandados de segurança em que o Prefeito, os Secretários do Município e demais autoridades de idêntico nível hierárquico da Administração Direta forem apontadas como autoridades coatoras;".

A alternativa D está incorreta, pois tal atribuição, de acordo com a Lei Complementar municipal nº 208/2010, pertence ao Procurador Geral do Município, vejamos: "Art. 8º São atribuições do Procurador Geral do Município: VIII - assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos de natureza jurídica de interesse da Administração Pública;".

A alternativa E está correta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Complementar municipal nº 208/2010, figura entre as competências designadas ao procurador-chefe a representação judicial e extrajudicial do município na defesa de seus interesses, veja: "Art. 14. São atribuições do Procurador-Chefe da Procuradoria Judicial do Município: I - representar judicial e extrajudicialmente o Município, em defesa de seus bens, interesses e serviços em ações em que for parte ou terceiro interessado;".

QUESTÃO 93. De acordo com a Lei Complementar municipal nº 93/2003, caso um servidor público estável da prefeitura de Cuiabá, por inabilidade em estágio probatório, retorne ao cargo anteriormente ocupado, configura-se

a) Reintegração.

b) Readaptação.

c) Recondução.

d) Aproveitamento.

e) Reversão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Lei Complementar municipal nº 93/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores públicos da administração pública direta, autárquica e fundacional do município de Cuiabá.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que não se trata de reintegração. Vejamos no que constitui a mesma, consoante Lei Complementar municipal nº 93/2003: "Art. 34 A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que não se trata de readaptação. Vejamos no que constitui a mesma, consoante Lei Complementar municipal nº 93/2003: "Art. 32 Readaptação é a investidura do servidor em cargo público de atribuições e responsabilidades compatíveis com a superveniente limitação de sua capacidade física ou mental, apurada em inspeção médica."

A alternativa C está correta, tendo em vista que é a adequada conceituação do ato de recondução, previsto pela Lei Complementar municipal nº 93/2003, veja: "Art. 35 Recondução é o retorno do servidor estável, ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilidade em estágio probatório ou avaliação de desempenho ou reintegração do anterior ocupante. (Redação dada pela Lei Complementar nº 472, de 09 de outubro de 2019) Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto quanto aos artigos 36 e 37."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que não se trata de aproveitamento. Vejamos no que constitui a mesma, consoante Lei Complementar municipal nº 93/2003: "Art. 36 O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que não se trata de reversão. Vejamos no que constitui a mesma, consoante Lei Complementar municipal nº 93/2003: "Art. 33 Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei Complementar nº 490, de 11 de janeiro de 2021) I – por invalidez quando a junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria: II – no interesse da Administração, mediante ato discricionário, desde que atendidos os seguintes requisitos cumulativamente: a) solicitação expressa do servidor; b) a aposentadoria tenha sido voluntária; c) estável quando na atividade; d) a aposentadoria tenha ocorrido nos 5 anos anteriores à solicitação; e) existência de cargo vago; f) aptidão para o exercício do cargo mediante avaliação pela junta médica oficial do Município;".

QUESTÃO 94. Segundo a Lei municipal nº 4.424/2003, é cabível que os órgãos da administração municipal de Cuiabá realizem a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Tal contratação prescinde de processo seletivo no caso de

a) Combate a surtos endêmicos.

b) Atendimento a programas firmados mediante convênios entre o governo federal e a iniciativa privada que tenham repercussão no âmbito do município.

c) Prestação de serviços essenciais na área de saúde.

d) Atendimento a programas sociais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano.

e) Atendimento a necessidades decorrentes de calamidade pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata da Lei municipal nº 4.424/2003, que autoriza o chefe do poder executivo municipal a efetuar contratação de pessoal por tempo determinado e dá outras providências.

A alternativa A está incorreta, pois, apesar de ser hipótese prevista de necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município, a Lei não prevê dispensa em seu processo seletivo, veja: "Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado. § 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo."

A alternativa B está incorreta, pois diverge do que prevê a Lei. Vejamos: "Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município: VI – atender programas firmados mediante convênios ou outros instrumentos congêneres com o Governo Federal, Estadual e iniciativa privada com repercussão social de aplicação no âmbito municipal;" e "Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado. § 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo."

A alternativa C está incorreta, pois, apesar de ser hipótese prevista de necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município, a Lei não prevê dispensa em seu processo seletivo, veja: "Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado. § 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo."

A alternativa D está incorreta, pois, apesar de ser hipótese prevista de necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município, a Lei não prevê dispensa em seu processo seletivo, veja: "Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado. § 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo."

A alternativa E está correta, tendo em vista ser hipótese prevista na Lei, de necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município, a dispensar processo seletivo, veja: "Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado. § 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo."

QUESTÃO 95. De acordo com a Lei Complementar municipal nº 43/1997, que dispõe sobre o Sistema Tributário do município de Cuiabá, somente a lei pode

I. majorar tributos.

II. fixar a alíquota do tributo.

III. revogar isenções.

IV. definir o fato gerador da obrigação tributária principal.

V. atualizar o valor monetário da base de cálculo do tributo.

Estão certos apenas os itens

a) I, II, III e IV.

b) I, II, III e V.

c) I, II, IV e V.

d) I, III, IV e V.

e) II, III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das competências a serem estabelecidas unicamente por Lei, previstas pela Lei Complementar municipal nº 43/1997, que dispõe sobre o Sistema Tributário do município de Cuiabá.

A alternativa A está correta, por ser a única a reunir somente as afirmações em conformidade com a Lei, quais sejam: I, II, III e IV, o que torna as demais alternativas incorretas.

O item I está correto, pois é uma das hipóteses previstas pela Lei: "Art. 3º Somente a Lei pode estabelecer: II - a majoração de tributos, ou a sua redução;".

O item II está correto, pois é uma das hipóteses previstas pela Lei: "Art. 3º Somente a Lei pode estabelecer: IV - a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo;".

O item III está correto, pois é uma das hipóteses previstas pela Lei: "Art. 3º Somente a Lei pode estabelecer: VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, de dispensa ou redução de penalidades, instituição e revogação de isenções, bem como de incentivos fiscais".

O item IV está correto, pois é uma das hipóteses previstas pela Lei: "Art. 3º Somente a Lei pode estabelecer: III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, bem como do seu sujeito passivo;".

O item V está incorreto, pois a mesma não constitui uma das hipóteses previstas pela Lei, vejamos: "Art. 3º Somente a Lei pode estabelecer: I - a instituição de tributos, ou sua extinção; II - a majoração de tributos, ou a sua redução; III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, bem como do seu sujeito passivo; IV - a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo; V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos; VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, de dispensa ou redução de penalidades, instituição e revogação de isenções, bem como de incentivos fiscais. Parágrafo único. Não constitui majoração de tributos a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo."

QUESTÃO 96. Conforme a Lei Complementar municipal nº 389/2015, que disciplina o uso e a ocupação do solo no município de Cuiabá, a zona com áreas não parceladas para fins urbanos, no interior da macrozona urbana, destinada à ampliação da ocupação urbana, é denominada

a) Zona de expansão urbana.

b) Zona especial de regularização específica.

c) Zona predominantemente residencial.

d) Zona especial de interesse social.

e) Zona urbana especial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata da Lei Complementar municipal nº 389/2015, mais especificamente sobre a conceituação da Zona de Expansão Urbana.

A alternativa A está correta, pois o enunciado traz a conceituação da Zona de Expansão Urbana, prevista na Lei Complementar municipal nº 389/2015, veja: "Art. 13 A Zona de Expansão Urbana é a zona com áreas não parceladas para fins urbanos, no interior da Macrozona Urbana, destinada à ampliação da ocupação urbana".

A alternativa B está incorreta, pois tal denominação não corresponde ao conceito apresentado no enunciado, sendo uma das classificações das Zonas Urbanas Especiais, veja: "Art. 7º As Zonas Urbanas Especiais classificam-se em 13 (treze) subcategorias: VI – Zonas Especiais de Regularização Específica – ZERE;".

A alternativa C está incorreta, pois tal denominação não corresponde ao conceito apresentado no enunciado. Vejamos o que a Lei dispõe sobre a zona predominantemente residencial: "Art. 17 A Zona Predominantemente Residencial é a zona destinada predominantemente ao uso residencial unifamiliar".

A alternativa D está incorreta, pois tal denominação não corresponde ao conceito apresentado no enunciado, sendo uma das classificações das Zonas Urbanas Especiais, veja: "Art. 7º As Zonas Urbanas Especiais classificam-se em 13 (treze) subcategorias: V – Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;".

A alternativa E está incorreta, pois tal denominação não corresponde ao conceito apresentado no enunciado, sendo uma das divisões da Macrozona Urbana do Município de Cuiabá, veja: "Art. 6º Para receber os diferentes tipos de Uso do Solo Urbano, a Macrozona Urbana do Município de Cuiabá fica dividida em 03 (três) Zonas de Uso: I – Zona Urbana de Uso Múltiplo – ZUM; II – Zona de Expansão Urbana – ZEX; III – Zonas Urbanas Especiais – ZUE."

QUESTÃO 97. Com base na Lei Complementar municipal nº 150/2007, assinale a opção que corretamente prevê o instrumento de análise para subsidiar o licenciamento de empreendimentos que, na sua instalação, possam causar impactos ao mero ambiente, no sistema viário, ao seu entorno ou à comunidade de forma geral.

a) programa de atendimento econômico e social para a população

b) estudo prévio de impacto de vizinhança

c) programa básico de ocupação da área e de intervenção

d) estudo prévio de impacto ambiental

e) programa de monitoramento e controle do plano diretor

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda a Lei Complementar municipal nº 150/2007, que dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento estratégico de Cuiabá.

A alternativa A está incorreta, pois diverge da denominação apresentada pela Lei Complementar municipal nº 150/2007, veja: "Art. 73 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, como instrumento de análise para subsidiar a aprovação de projetos, o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas e privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, ao sistema viário, o seu entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município."

A alternativa B está correta, pois designa adequadamente o instrumento previsto no enunciado, consoante Lei Complementar municipal nº 150/2007, vejamos: "Art. 73 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, como instrumento de análise para subsidiar a aprovação de projetos, o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas e privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, ao sistema viário, o seu entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município."

A alternativa C está incorreta, pois diverge da denominação apresentada pela Lei Complementar municipal nº 150/2007, veja: "Art. 73 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, como instrumento de análise para subsidiar a aprovação de projetos, o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas e privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, ao sistema viário, o seu entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município."

A alternativa D está incorreta, pois diverge da denominação apresentada pela Lei Complementar municipal nº 150/2007, veja: "Art. 73 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, como instrumento de análise para subsidiar a aprovação de projetos, o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas e privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, ao sistema viário, o seu entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município."

A alternativa E está incorreta, pois diverge da denominação apresentada pela Lei Complementar municipal nº 150/2007, veja: "Art. 73 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, como instrumento de análise para subsidiar a aprovação de projetos, o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas e privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, ao sistema viário, o seu entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município."

QUESTÃO 98. Segundo a Lei Complementar municipal nº 4/1992, a construção e manutenção dos passeios em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto é de responsabilidade

a) da prefeitura.

b) dos proprietários do lote.

c) da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

d) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

e) de qualquer um que ocupe o lote.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a Lei Complementar municipal nº 4/1992, que institui o Código Sanitário e de Posturas do Município, o Código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais e o Código de Obras e Edificações.

A alternativa A está incorreta, pois traz um responsável diverso daquele previsto na Lei Complementar municipal nº 4/1992, veja: "Art. 229. É de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto."

A alternativa B está correta, pois traz o responsável pela construção e manutenção dos passeios em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto, previsto na Lei Complementar municipal nº 4/1992, veja: "Art. 229. É de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto."

A alternativa C está incorreta, pois traz um responsável diverso daquele previsto na Lei Complementar municipal nº 4/1992, veja: "Art. 229. É de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto."

A alternativa D está incorreta, pois traz um responsável diverso daquele previsto na Lei Complementar municipal nº 4/1992, veja: "Art. 229. É de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto."

A alternativa E está incorreta, pois traz um responsável diverso daquele previsto na Lei Complementar municipal nº 4/1992, veja: "Art. 229. É de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto."

QUESTÃO 99. A luz do Decreto municipal nº 9.650/2023, a cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, é denominada

a) Reequilíbrio econômico-financeiro.

b) Matriz de alocação de riscos contratuais.

c) Gestão de riscos do processo de contratação.

d) Gestão de execução do objeto.

e) Análise de riscos do processo de contratação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do Decreto municipal nº 9.650/2023.

A alternativa A está incorreta, pois o reequilíbrio econômico-financeiro corresponde a outro conceito. Vejamos o que a Lei traz sobre o mesmo: "Art. 4º Além das definições contidas na Lei n° 14.133, de 2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se: XIV - reequilíbrio econômico-financeiro: ajuste econômico que pode incidir sobre a ata de registro de preços e sobre o contrato administrativo, destinado a compensar as oscilações financeiras extraordinárias e extracontratuais decorrentes de eventos de caso fortuito ou força maior, bem como de atos da Administração Municipal;".

A alternativa B está correta, pois traz a denominação correspondente à cláusula prevista no enunciado, consoante Decreto municipal nº 9.650/2023, veja: "Art. 4º Além das definições contidas na Lei n° 14.133, de 2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se: X - matriz de alocação de riscos contratuais: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e

caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação;".

A alternativa C está incorreta, pois a gestão de riscos do processo de contratação corresponde a outro conceito. Vejamos o que a Lei traz sobre o mesmo: "Art. 4º Além das definições contidas na Lei n° 14.133, de 2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se: IX - gestão de riscos do processo de contratação: conjunto das atividades que definem e concretizam a estratégia administrativa em relação ao tratamento dos riscos identificados na análise de riscos, considerando a materialidade da contratação e os possíveis impactos no processo de contratação e nos objetivos do contrato;".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o conceito apresentado pelo enunciado refere-se à matriz de alocação de riscos contratuais, consoante Decreto municipal nº 9.650/2023, veja: "Art. 4º Além das definições contidas na Lei n° 14.133, de 2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se: X - matriz de alocação de riscos contratuais: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação;".

A alternativa E está incorreta, pois a análise de riscos do processo de contratação corresponde a outro conceito. Vejamos o que a Lei traz sobre o mesmo: "Art. 4º Além das definições contidas na Lei n° 14.133, de 2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se: VIII - análise de riscos no processo de contratação: avaliação realizada na fase preparatória, com vistas à identificação de riscos que possam comprometer o sucesso do processo de contratação e a boa execução contratual, elaborado e assinado pelo demandante;".

QUESTÃO 100. De acordo com o Decreto municipal nº 9.650/2023, compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre

a) O planejamento estratégico do município de Cuiabá.

b) As minutas de editais de chamamento público.

c) Os pedidos de reajuste e repactuação da ata de registro de preços.

d) A estimativa preliminar do valor de objeto contratado.

e) A adjudicação do objeto de processo licitatório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do Decreto municipal nº 9.650/2023.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista não se tratar das competências exclusivas, apresentadas pelo Decreto municipal nº 9.650/2023, da Procuradoria de Contratos e Patrimônios, veja: "Art. 23. Compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre: I. minutas de editais de licitação, chamamento público e instrumentos congêneres; II. minutas de contratos e seus respectivos termos aditivos; III. atos administrativos em que se pretenda reconhecer a

inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação; IV. minutas de anteprojetos de leis e demais atos normativos relativos a licitações e contratos; e V. todas as outras atribuições de assessoramento jurídico envolvendo aquisições e contratos."

A alternativa B está correta, tendo em vista que, de acordo com o Decreto municipal nº 9.650/2023, esta é uma das competências exclusivas da Procuradoria de Contratos e Patrimônios, veja: "Art. 23. Compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre: I. minutas de editais de licitação, chamamento público e instrumentos congêneres;".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista não se tratar das competências exclusivas, apresentadas pelo Decreto municipal nº 9.650/2023, da Procuradoria de Contratos e Patrimônios, veja: "Art. 23. Compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre: I. minutas de editais de licitação, chamamento público e instrumentos congêneres; II. minutas de contratos e seus respectivos termos aditivos; III. atos administrativos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação; IV. minutas de anteprojetos de leis e demais atos normativos relativos a licitações e contratos; e V. todas as outras atribuições de assessoramento jurídico envolvendo aquisições e contratos."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista não se tratar das competências exclusivas, apresentadas pelo Decreto municipal nº 9.650/2023, da Procuradoria de Contratos e Patrimônios, veja: "Art. 23. Compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre: I. minutas de editais de licitação, chamamento público e instrumentos congêneres; II. minutas de contratos e seus respectivos termos aditivos; III. atos administrativos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação; IV. minutas de anteprojetos de leis e demais atos normativos relativos a licitações e contratos; e V. todas as outras atribuições de assessoramento jurídico envolvendo aquisições e contratos."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista não se tratar das competências exclusivas, apresentadas pelo Decreto municipal nº 9.650/2023, da Procuradoria de Contratos e Patrimônios, veja: "Art. 23. Compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre: I. minutas de editais de licitação, chamamento público e instrumentos congêneres; II. minutas de contratos e seus respectivos termos aditivos; III. atos administrativos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação; IV. minutas de anteprojetos de leis e demais atos normativos relativos a licitações e contratos; e V. todas as outras atribuições de assessoramento jurídico envolvendo aquisições e contratos."

PGE-GO

QUESTÃO 01. Lei de determinado Estado, de iniciativa do Governador respectivo, ao dispor sobre a reestruturação organizacional da administração pública estadual, autorizou o Poder Executivo a, mediante decreto, transformar cargos em comissão em funções de confiança, e vice-versa, para dar cumprimento aos objetivos da lei, desde que a medida não resulte em aumento de despesas. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referida previsão legal é

a) constitucional, por dispor sobre matéria inerente à organização da Administração, tendo sido respeitadas a iniciativa privativa do chefe do Executivo para tanto e a vedação a que a medida implique aumento de despesa.

b) constitucional, desde que a medida a ser adotada pelo Executivo restrinja-se a cargos e funções vagos e não implique criação ou extinção de órgãos públicos.

c) inconstitucional, por violação ao princípio da separação de poderes, ao dispor sobre matéria que é de competência privativa do chefe do Poder Executivo, não se prestando a iniciativa do Governador a sanar o vício.

d) inconstitucional, seja porque atribui ao Poder Executivo competência que extrapola os limites da mera reorganização interna da Administração, seja porque funções de confiança e cargos em comissão possuem naturezas e formas de provimento distintas.

e) constitucional, por respeitar a exigência de lei para dispor sobre a transformação de cargos e funções no âmbito da Administração, restringindo a atuação do Poder Executivo a atos de regulamentação da lei, condicionados a que não resultem em aumento de despesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre a criação, extinção e transformação de cargos, empregos ou funções públicas.

De acordo com o enunciado, Lei de determinado Estado autorizou o Poder Executivo a, mediante DECRETO, transformar cargos em comissão em funções de confiança, e vice-versa. O STF, na ADI 6.180, entendeu que a criação, extinção e transformação de cargos, funções ou empregos públicos depende, em regra, de LEI FORMAL e específica para cada situação, de iniciativa do chefe do Poder Executivo, nos termos dos seguintes dispositivos: "Art. 48, inciso X da CF/88: "Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b". Art. 61, § 1º, inciso II, alínea a, da CF/88: "A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração". A Corte também ressaltou que tal regra é de absorção compulsória pelos estados-membros, os quais devem seguir o modelo federal em seus parâmetros e limites. Além disso, o Supremo entendeu que para fins de mera reorganização interna da Administração Pública, não é cabível a transformação, mediante decreto ou outro ato normativo infralegal, de funções de confiança em cargos em comissão e vice-versa, uma vez que tais postos funcionais possuem naturezas e formas de provimento distintas, por expressa disposição constitucional. Nesse sentido, vale observar o art. 37, inciso V, da CF/88: "as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento". As demais alternativas estão incorretas, conforme o gabarito sobre a letra D.

QUESTÃO 02. Certa associação de delegados de Polícia Civil pleiteia que sejam promovidas mudanças legislativas no Estado em que atua, a fim de assegurar melhorias nas condições de exercício da carreira de seus associados, entre as quais

I. a inclusão da Polícia Civil entre as funções essenciais à justiça estadual;

II. garantia de independência funcional aos delegados de polícia:

III. a fixação de subsídios para os delegados de polícia por lei própria;

IV. nomeação do Delegado-Geral da Polícia Civil, pelo Governador do Estado, entre os indicados em lista tríplice formada a partir de escolha dentre os membros efetivos da carreira.

Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é passível de adoção o pleito referido em

a) IV, apenas, por ser compatível com a vinculação hierárquico-administrativa das polícias civis ao chefe do executivo estadual; o referido em I e II é incompatível com a disciplina constitucional das funções essenciais à Justiça, que não contempla órgãos de segurança pública, além de apenas a membros do Ministério Público e da Defensoria Pública ser assegurada independência funcional; e o referido em III é incompatível com o regime de remuneração a que se submetem integrantes dos órgãos de segurança pública.

b) III, apenas, por ser compatível com o regime de subsídios a que se submetem os servidores policiais integrantes dos órgãos de segurança pública; o referido em I é incompatível com a disciplina constitucional das funções essenciais à justiça, que não contempla os órgãos de segurança pública; e o referido em II e IV incompatível com o sistema constitucional de segurança pública, que estabelece vinculação hierárquico-administrativa das polícias civis ao chefe do executivo estadual.

c) I, apenas, pois o fato de a Constituição Federal não contemplar órgãos de segurança pública dentre aqueles que exercem funções essenciais à Justiça não impede que sejam acrescidos ao rol no âmbito da Constituição do Estado; o referido em II e IV é incompatível com o sistema constitucional de segurança pública, que estabelece vinculação hierárquico-administrativa das polícias civis ao chefe do executivo estadual; e o referido em III é incompatível com o regime de remuneração a que se submetem integrantes dos órgãos de segurança pública.

d) I, uma vez que se insere na autonomia do Estado para organizar sua justiça e respectivas funções essenciais, bem como o referido em III, por ser compatível com o regime de subsídios a que se submetem os servidores policiais integrantes dos órgãos de segurança pública; o referido em II e IV é incompatível com o sistema constitucional de segurança pública, que estabelece vinculação hierárquico-administrativa das polícias civis ao chefe do executivo estadual.

e) III, por ser compatível com o regime de subsídios a que se submetem os servidores policiais integrantes dos órgãos de segurança pública, bem como o referido em IV, por ser compatível com a vinculação hierárquico-administrativa das polícias civis ao chefe do executivo estadual; o

referido em I e II é incompatível com a disciplina constitucional das funções essenciais à Justiça, que não contempla órgãos de segurança pública, além de apenas a membros do Ministério Público e da Defensoria Pública ser assegurada independência funcional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a jurisprudência do STF sobre a Segurança Pública.

O item I está incorreto, porque a CF/88 não previu a Polícia Civil como função essencial à justiça. A Polícia Civil é órgão da Segurança Pública. A Constituição Estadual precisa respeitar o modelo federal, por se tratar de norma de reprodução obrigatória. Inclusive, foi o entendimento do STF na ADI 5.522.

O item II também está incorreto, tendo em vista que não há garantia de independência funcional aos delegados de polícia, eles se subordinam aos Governadores. O art. 144, §6º da CF/88 prevê o seguinte: "As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios". Destaca-se que foi o entendimento do STF na ADI 5.522.

O item III está correto, já que é permitida a fixação de subsídios para os delegados de polícia por lei própria. Essa garantia remuneratória estaria prevista no artigo 144, §9º da CF/88: "A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do parágrafo 4º do artigo 39". Agora, vejamos o art. 39, §4º da CF/88: " O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI".

O item IV está incorreto, porque o STF prestigia a redação do art. 144, §6º da CF/88, segundo a qual as forças policiais subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, sendo inconstitucional o esvaziamento desta norma pela criação de requisitos como a formação de lista tríplice.

Diante de todo o exposto, as demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário sobre a alternativa B.

QUESTÃO 03. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está em conformidade com os princípios regentes da ordem econômica e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assegurados na Constituição Federal

a) o estabelecimento de critérios diferenciados para licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária, adequados às especificidades do procedimento de implantação dos assentamentos.

b) a dispensa, prevista em lei estadual, de licenciamento ambiental exigível de acordo com lei federal para as atividades agrossilvipastoris, que permitem o cultivo de árvores em conjunto

com culturas agrícolas e criação de animais em regime de consórcio, com vistas a atender a peculiaridades regionais.

c) a presunção de legalidade do ouro adquirido e da boa-fé da pessoa jurídica adquirente, nas hipóteses em que as informações que a lei exige que sejam prestadas por cooperativa ou pessoa física, na qualidade de vendedor, estiverem devidamente arquivadas em instituição legalmente autorizada a realizar a compra do ouro.

d) a proibição, instituída por lei estadual, de os órgãos policiais e ambientais estaduais destruírem ou inutilizarem bens particulares apreendidos em ações de fiscalização pela prática de infrações ambientais.

E) o estabelecimento de prazos para aprovação tácita de utilização de agrotóxicos, quando decorridos sem que tenham sido concluídos, no âmbito do órgão administrativo competente, os estudos técnicos exigidos em lei para tanto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a jurisprudência do STF sobre os princípios regentes da ordem econômica e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A alternativa A está correta. De acordo com o STF, na ADI 5.547, o estabelecimento de critérios diferenciados para licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária, adequados às especificidades do procedimento de implantação dos assentamentos está em conformidade com os princípios regentes da ordem econômica e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Confira o trecho que fundamenta o julgado: "Disciplina que conduz justamente à conformação do amálgama que busca adequar a proteção ambiental à justiça social, que, enquanto valor e fundamento da ordem econômica (CRFB, art. 170, caput) e da ordem social (CRFB, art. 193), protege, ao lado da defesa do meio ambiente, o valor social do trabalho, fundamento do Estado de Direito efetivamente democrático (art. 1º, IV, da CRFB), e os objetivos republicanos de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (Art. 3º, I e III). Deve-se compreender o projeto de assentamento não como empreendimento em si potencialmente poluidor. Reserva-se às atividades a serem desenvolvidas pelos assentados a consideração acerca do potencial risco ambiental. Caberá aos órgãos de fiscalização e ao Ministério Público concretamente fiscalizar eventual vulneração do meio ambiente, que não estará na norma abstrata, mas na sua aplicação, cabendo o recurso a outras vias de impugnação".

A alternativa B está incorreta. O STF, na ADI 5.312, foi chamado para questionar dispositivo da Lei 2.713/2013, do Estado do Tocantins. O artigo 10 da lei dispensa do licenciamento ambiental as atividades agrossilvipastoris. Segundo o STF, o dispositivo contraria a Constituição Federal na parte em que estabelece a competência da União para legislar sobre normas gerais relativas à proteção ambiental.

A alternativa C está incorreta. O STF suspendeu a eficácia da legislação que presume a legalidade do ouro adquirido e a boa-fé da pessoa jurídica que o adquiriu, conforme a ADI 7.273.

A alternativa D está incorreta. Conforme o STF, na ADI 7.203, é inconstitucional lei estadual que proíbe os órgãos ambientais e a polícia militar de destruírem e inutilizarem bens particulares apreendidos em operações de fiscalização ambiental.

A alternativa E está incorreta. O STF suspendeu a liberação tácita de agrotóxicos e fertilizantes nas ADPFs 656 e 658. De acordo com a Corte, não é aceitável que uma norma de hierarquia inferior admita a liberação tácita do registro de uma substância química ou agrotóxica sem examinar, com o devido rigor, os requisitos básicos de segurança para sua utilização por seres humanos.

QUESTÃO 04. Lei de determinado Estado estabelece que, nos editais de concurso para ingresso nas carreiras da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, deve ser observado um mínimo de 10% de vagas para candidatas do sexo feminino. Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nos editais de concurso para ingresso nas referidas carreiras,

a) caberá estabelecer restrições à participação de candidatas do sexo feminino, e consequentemente ao preenchimento de vagas, desde que observado o mínimo de 10%, para ingresso na Polícia Militar, admitindo-se a distinção de tratamento, por motivo de sexo, neste caso, pela natureza das atribuições de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. mas não nos concursos para ingresso no Corpo de Bombeiros Militar, ao qual incumbe a execução de atividades de defesa civil.

b) caberá estabelecer restrições à participação de candidatas do sexo feminino, e consequentemente ao preenchimento de vagas, desde que observado o mínimo de 10%, para o ingresso nas carreiras da Polícia e do Corpo de Bombeiros militares, admitindo-se a distinção de tratamento, por motivo de sexo, por se tratar de atribuições a serem exercidas na área da segurança pública.

c) é vedado estabelecer restrições à participação de candidatas do sexo feminino, sendo-lhes assegurado o direito de concorrer à totalidade das vagas oferecidas nos certames; no entanto, caberá estabelecer restrições ao preenchimento do número de vagas, observado o mínimo de 10%, por candidatas do sexo feminino, para o ingresso nas carreiras da Policia e do Corpo de Bombeiros militares, admitindo-se a distinção de tratamento, por motivo de sexo, por se tratar de atribuições a serem exercidas na área da segurança pública.

d) é vedado estabelecer restrições à participação de candidatas do sexo feminino, sendo-lhes assegurado o direito de concorrer à totalidade das vagas oferecidas nos certames; no entanto, caberá estabelecer restrições ao preenchimento do número de vagas, observado o mínimo de 10%, por candidatas do sexo feminino, nos concursos para ingresso na Policia Militar, admitindo-se a distinção de tratamento, por motivo de sexo, neste caso, pela natureza das atribuições de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, mas não nos concursos para ingresso no Corpo de Bombeiros Militar, ao qual incumbe a execução de atividades de defesa civil.

e) é vedado estabelecer restrições à participação de candidatas do sexo feminino, sendo-lhes assegurado o direito de concorrer à totalidade das vagas oferecidas nos certames, não havendo justificativa razoável apta a fundamentar o tratamento desigual, por motivo de sexo, para o ingresso nas carreiras da Polícia e do Corpo de Bombeiros militares; ademais, deve ser observado o mínimo de 10% no preenchimento das vagas por candidatas do sexo feminino, como medida de política de ação afirmativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a jurisprudência do STF sobre a participação das mulheres nos quadros da polícia militar. A grande problemática aqui é: os 10% funcionam como uma restrição ou ação afirmativa?

Na ADI 7.492, o STF entendeu o seguinte: "restrição de vagas, ainda que parcial, para candidatas do sexo feminino e/ou vagas exclusivas para candidatos do sexo masculino viola os direitos à isonomia e à igualdade entre homens e mulheres (art. 5º, caput e I, da CF), à não discriminação em razão de sexo (art. 3°, IV, da CF), à proteção do mercado de trabalho da mulher (art. 79, XX, da CF), à não adoção de critério discriminatório por motivo de sexo, quando da admissão em ocupações públicas (art. 7, XXX, da CF), de acesso a cargos, empregos e funções públicas a todas e todos que cumprirem os requisitos legais (art. 37, I, da CF), além de reserva à lei para o estabelecimento de requisitos diferenciadores na admissão de servidores públicos, quando exigido pela natureza do cargo (art. 39, § 3°, da CF)". Portanto, podemos concluir que, é vedado estabelecer restrições à participação de candidatas do sexo feminino, sendo-lhes assegurado o direito de concorrer à totalidade das vagas oferecidas nos certames, não havendo justificativa razoável apta a fundamentar o tratamento desigual, por motivo de sexo, para o ingresso nas carreiras da Polícia e do Corpo de Bombeiros militares. No mais, deve ser observado o mínimo de 10% no preenchimento das vagas por candidatas do sexo feminino, como medida de política de ação afirmativa. As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário apresentado para a letra E.

QUESTÃO 05. O Prefeito de determinado Município, já em exercício de segundo mandato, deixou de promover, de maneira reiterada, nos últimos anos, a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais. Sob o fundamento de que a omissão do chefe do Executivo resultou em grave redução remuneratória com o passar do tempo, o sindicato dos servidores públicos municipais impetrou mandado de injunção coletivo, pleiteando o reconhecimento da mora e o deferimento da injunção para determinar ao chefe do Executivo municipal que apresente projeto de lei para dar eficácia plena à garantia da revisão geral anual referente aos anos em questão, de acordo com a aplicação de índice oficial medidor de inflação. Nos termos das disposições constitucionais e legais pertinentes e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referido mandado de injunção coletivo é em tese,

a) inadmissível, inexistindo ação mandamental para a qual esteja legitimado o sindicato, no caso, embora, no mérito, o não encaminhamento de projeto de lei de revisão geral anual gere direito subjetivo à indenização dos servidores municipais prejudicados.

b) admissível, cabendo ao Judiciário, no mérito, declarar a mora e determinar o índice de correção a ser aplicado, para fins de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, enquanto não aprovada a respectiva lei, de iniciativa do Poder Executivo.

c) admissível, cabendo ao Judiciário, no mérito, declarar a mora e determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.

d) admissível, embora, no mérito, caiba ao Judiciário tão somente declarar a mora e determinar ao Poder Executivo que se manifeste de forma fundamentada sobre a conveniência e possibilidade de recomposição salarial ao funcionalismo.

e) inadmissível, tratando-se de hipótese de cabimento de mandado de segurança coletivo, embora, no mérito, seja improcedente a demanda, não cabendo ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o mandado de injunção coletivo e a revisão geral anual.

O mandado de injunção coletivo é, em tese, admissível, nos termos dos seguintes dispositivos: Art. 12 da Lei 13.300/2016: "O mandado de injunção coletivo pode ser promovido: I - pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis; II - por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária; III - por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial; IV - pela Defensoria Pública, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal." Art. 102 da CF/88: "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal. Foi fixada a seguinte tese no RE 565089: "o não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, previsto no inciso X do art. 37 da CF/1988, não gera direito subjetivo a indenização. Deve o Poder Executivo, no entanto, pronunciar-se de forma fundamentada acerca das razões pelas quais não propôs revisão". Diante do exposto, é correto afirmar que, o MI Coletivo é admissível, embora, no mérito, caiba ao Judiciário tão somente declarar a mora e determinar ao Poder Executivo que se manifeste de forma fundamentada sobre a conveniência e possibilidade de recomposição salarial ao funcionalismo. As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário sobre a letra D.

QUESTÃO 06. Considere as seguintes disposições do Código de Processo Civil:

I. "Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada, por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente."

II. “Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente."

III. “Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.”

IV. "A citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.”

V. “Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que tenha reconhecido a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal [...]."

Em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é INCOMPATÍVEL com a Constituição Federal a disposição legal presente em

a) V, por estabelecer privilégio inconstitucional em favor da União, comparativamente aos demais entes federados, cabendo estender a presunção às leis estaduais, distritais e municipais.

b) II, no que se refere aos processos administrativos, no âmbito de Estados e Municípios, por cercear a capacidade de os entes federados se organizarem e estabelecerem ritos e regras para os respectivos processos administrativos, violando sua competência suplementar para legislar na matéria.

c) I, no que se refere à obrigatoriedade de realização do pagamento em banco oficial, por cercear a autonomia dos entes federados e configurar ofensa aos princípios da eficiência administrativa, da livre concorrência e da livre iniciativa.

d) III, por violar a autonomia de Estados e Distrito Federal, quanto à forma de celebração de ajustes, bem como quanto à capacidade de disporem a respeito de seus órgãos de advocacia pública, cujos membros integram carreiras diversas, e não única, acessíveis mediante concursos públicos próprios, e não integrados.

e) IV, em relação a Estados, Distrito Federal e Municípios, por cercear o direito à ampla defesa dos entes federados e ofender sua capacidade de auto-organização e autonomia para definição das competências de seus respectivos órgãos de assessoria jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre as disposições do CPC que já foram julgadas inconstitucionais pelo STF.

O item I já foi julgado inconstitucional pelo STF na ADI 5.737: “A Constituição de 1988 não determina a obrigatoriedade do depósito em banco público dos valores referidos nos arts. 840, inciso I, e 535, § 3°, inciso II, do CPC/2015, os quais não correspondem a "disponibilidades de caixa" (art. 164, § 3°, da CF/88). Os depósitos judiciais não são recursos públicos, não estão à disposição do Estado, sendo recursos pertencentes aos jurisdicionados. Precedentes: ADI n° 6.660, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de

29/6/22; ADI n° 5409, Rel. Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, DJe de 12/2/20. A obrigatoriedade de depósitos judiciais e de pagamento de obrigações de pequeno valor em bancos públicos cerceia a autonomia dos entes federados e configura ofensa aos princípios da eficiência administrativa, da livre concorrência e da livre iniciativa. Proposta de interpretação conforme à Constituição de 1988 com base nos parâmetros fixados pelo Conselho Nacional de Justiça no enfrentamento da matéria".

Podemos concluir que, a previsão de obrigatoriedade de realização do pagamento em banco oficial, cerceia a autonomia dos entes federados e configura ofensa aos princípios da eficiência administrativa, da livre concorrência e da livre iniciativa. Conforme o comentário sobre a letra C, as demais alternativas estão erradas.

QUESTÃO 07. Nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Goiás e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a competência do Tribunal de Justiça para processar e julgar, originariamente, o Comandante-Geral da Polícia Militar, nos crimes comuns,

a) não está prevista na Constituição estadual, ademais de não caber ao poder constituinte estadual estabelecer o foro por prerrogativa de função nas hipóteses não contempladas na Constituição Federal.

b) não está prevista expressamente na Constituição estadual, embora o foro por prerrogativa de função seja aplicável, no caso, independentemente de previsão, por decorrer diretamente da disciplina da matéria na Constituição Federal.

c) está prevista expressamente na Constituição estadual, de modo incompatível com a disciplina do foro por prerrogativa de função na Constituição Federal.

d) está prevista expressamente na Constituição estadual, de modo compatível com a disciplina do foro por prerrogativa de função na Constituição Federal.

e) não está prevista na Constituição estadual, embora esteja dentro dos limites de atuação do poder constituinte estadual estabelecer o foro por prerrogativa de função nessa hipótese específica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a competência do Tribunal de Justiça para processar e julgar, originariamente, o Comandante-Geral da Polícia Militar, nos crimes comuns.

De acordo com o art. 46, VIII, d da Constituição do Estado de Goiás, temos que: "Compete privativamente ao Tribunal de Justiça: VIII - processar e julgar originariamente: d) os Secretários de Estado, o Comandante-Geral da Polícia Militar e o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar nos crimes comuns e nos de responsabilidade não conexos com os do Governador." Na ADI 3.294, o STF explica que: "A jurisprudência da Corte impõe o dever de observância pelos estados-membros do modelo adotado na Carta Magna (princípio da simetria), sob pena de invalidade da prerrogativa de foro (ADI n° 2.587/GO-MC, Tribunal Pleno, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 6/9/02). Os ocupantes dos cargos de chefe da casa civil, chefe da casa militar, comandante-geral da polícia militar e comandante-geral do

corpo de bombeiros militar são auxiliares diretos do governador do estado, pertencentes ao primeiro escalão da estrutura do poder executivo estadual, e se equiparam aos ocupantes do cargo de secretário de estado, havendo, portanto, similaridade com as hipóteses de competência originária do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, c, da CF/88)". De acordo com o comentário sobre a alternativa D, as demais estão equivocadas.

QUESTÃO 08. Proposta de emenda a determinada Constituição estadual pretende estabelecer que a competência do Tribunal de Justiça para o julgamento de autoridades submetidas à sua jurisdição, nas infrações penais comuns, abrangera a fase de investigação respectiva, para fins de supervisão judicial. Pretende estabelecer, ademais, que a instauração do inquérito, nesses casos, dependerá de decisão prévia do órgão especial da corte estadual.

Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), eventual emenda aprovada nos termos da referida proposta seria

a) constitucional, integralmente, por se inserir na autonomia do Estado para definir, na Constituição respectiva, a competência do Tribunal de Justiça.

b) inconstitucional, no que se refere à exigência de decisão prévia do órgão especial da corte estadual, para instauração do inquérito, devendo o mesmo tratamento conferido às autoridades com foro por prerrogativa de função no STF ser aplicado, por simetria, as autoridades com foro privativo em outros Tribunais.

c) inconstitucional, no que se refere à ampliação da competência do Tribunal, de modo a abranger a fase de investigação criminal, para fins de supervisão, por usurpar as funções institucionais conferidas constitucionalmente ao Ministério Público.

d) inconstitucional, integralmente, por ser da União a competência para legislar sobre a matéria.

e) constitucional, em relação à exigência de decisão prévia do órgão especial da corte estadual, para instauração do inquérito, desde que a proposta seja de iniciativa do Tribunal de Justiça, por se tratar de matéria atinente à organização judiciária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a jurisprudência do STF sobre a supervisão judicial durante a tramitação das investigações.

A jurisprudência do STF consolidou-se no sentido de que, tratando-se de autoridades com prerrogativa de foro neste Supremo Tribunal, "a atividade de supervisão judicial deve ser constitucionalmente desempenhada durante toda a tramitação das investigações desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia pelo dominus litis" (Inquérito n. 2411-QO, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Plenário, julgado em 10.10.2007, DJe 25.4.2008). Inclusive, a Corte entende que em interpretação sistemática da Constituição da República, a mesma razão jurídica apontada para justificar a necessidade de supervisão judicial dos atos investigatórios de autoridades com prerrogativa de foro neste Supremo Tribunal Federal aplica-se às autoridades com prerrogativa de

foro em outros Tribunais, conforme a ADI 7083. O erro da questão está em afirmar que dependerá de decisão prévia do órgão especial da corte estadual, porque basta decisão do Relator. As demais alternativas estão erradas, conforme o gabarito sobre a letra B.

QUESTÃO 09. Um deputado estadual de Goiás apresentou, em 2024, projeto de lei ordinária para o fim de reduzir a alíquota do imposto sobre propriedade de veículos montados no Brasil. Aprovado e sancionado o projeto, a lei dele resultante foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, sob o fundamento de que: (i) a proposta legislativa foi aprovada sem que tivesse sido apresentada, no curso do processo legislativo, a estimativa de impacto orçamentário e financeiro decorrente da renúncia de receita nele contida; e (ii) a proposta estabelece alíquota diferenciada em função de ser ou não o veículo importado. As autoridades competentes, ao prestarem informações, argumentaram que a estimativa de impacto orçamentário e financeiro não é exigível no âmbito do processo legislativo estadual e, ainda que assim fosse, a omissão da estimativa não poderia levar ao julgamento de inconstitucionalidade do ato normativo, mas apenas teria como consequência sua ineficácia até que seja elaborada no âmbito do Poder Executivo, não invalidando a lei. Sustentaram, ainda, a constitucionalidade do tratamento tributário diferenciado aos veículos montados no Brasil. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Constituição Federal, a referida lei estadual mostra-se

a) formalmente constitucional, uma vez que a lei é ineficaz e inaplicável apenas até que a estimativa de impacto orçamentário e financeiro seja elaborada, sendo, todavia, materialmente inconstitucional por ser inadmissível a instituição de alíquota diferenciada em função de serem os veículos montados no Brasil.

b) inconstitucional, por vício formal, unicamente porque a proposta legislativa deveria ter sido acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, sendo, ainda, materialmente inconstitucional por ser inadmissível a instituição de alíquota diferenciada em função de serem os veículos montados no Brasil.

c) inconstitucional, por vício formal, uma vez que a proposta trata de tema sujeito à iniciativa privativa do Governador, além de não ter sido a proposta acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, sendo, todavia, materialmente constitucional, por ser admissível a instituição de alíquota diferenciada em função de serem os veículos montados no Brasil.

d) inconstitucional, por vício formal, unicamente porque a proposta trata de tema sujeito à iniciativa privativa do Governador, não sendo exigível, no âmbito do processo legislativo estadual, que a proposta seja acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, sendo, ainda, materialmente inconstitucional, por ser inadmissível a instituição de alíquota diferenciada em função de serem os veículos montados no Brasil.

e) formalmente constitucional, uma vez que a lei é ineficaz e inaplicável apenas até que a estimativa de impacto orçamentário e financeiro seja elaborada, sendo, também, materialmente constitucional por ser admissível a instituição de alíquota diferenciada em função de serem os veículos montados no Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre a jurisprudência do STF, especialmente sobre a estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

Com base no enunciado, um deputado estadual de Goiás apresentou, em 2024, projeto de lei ordinária para o fim de reduzir a alíquota do imposto sobre propriedade de veículos montados no Brasil. Aprovado e sancionado o projeto, a lei foi objeto de ADI, sob o fundamento de que: legislativo, a estimativa de impacto orçamentário e financeiro decorrente da renúncia de receita nele contida. Nos termos do art. 113 do ADCT, a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. Portanto, a lei estadual é formalmente inconstitucional. Na ADI 6.074, o STF indicou que a ausência de prévia instrução da proposta legislativa com a estimativa do impacto financeiro e orçamentário, nos termos do art. 113 do ADCT, aplicável a todos os entes federativos, implica inconstitucionalidade formal. (ii) a proposta estabelece alíquota diferenciada em função de ser ou não o veículo importado. Não é possível a distinção entre as empresas brasileiras e estrangeiras, já que viola a livre concorrência, conforme o art. 170, IV da CF/88. As alternativas A, C, D e E estão incorretas, de acordo com o gabarito sobre a alternativa B.

QUESTÃO 10. Proposta de Emenda à Constituição de certo Estado da Federação foi aprovada e promulgada para o fim de conferir às Universidades Públicas Estaduais: I. iniciativa legislativa privativa do respectivo reitor para apresentação de sua proposta orçamentária à Assembleia Legislativa, observados os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; II. autonomia administrativa; III. a escolha do respectivo reitor, por voto direto da comunidade acadêmica.

Considerando o teor da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a referida emenda à Constituição do Estado revela-se

a) constitucional em relação à atribuição conferida em II, mas inconstitucional em relação às atribuições conferidas em I e III, por subtraírem do chefe do poder executivo estadual o exercício de poderes que lhe são constitucionalmente reservados, contrariando o princípio da separação de poderes.

b) constitucional em relação as atribuições conferidas em I, II e III.

c) constitucional em relação as atribuições conferidas em I e III, mas inconstitucional em relação à atribuição conferida em II, uma vez que as universidades públicas estaduais estão vinculadas hierarquicamente ao chefe do poder executivo estadual, não podendo gozar de autonomia administrativa.

d) constitucional em relação as atribuições conferidas em I e II, mas inconstitucional em relação à atribuição conferida em III, por subtrair do chefe do poder executivo estadual o exercício de poderes que lhe são constitucionalmente reservados, contrariando o princípio da separação de poderes.

e) inconstitucional em relação a todas as atribuições de que trata a emenda à Constituição do Estado, uma vez que devem ser exercidas pelo chefe do poder executivo estadual, sob pena de violação à separação de poderes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a jurisprudência do STF sobre as Universidades.

O art. 207 da CF/88 dispõe que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". O enunciado estabelece que proposta de Emenda à Constituição de certo Estado da Federação foi aprovada e promulgada para o fim de conferir às Universidades Públicas Estaduais:

I. iniciativa legislativa privativa do respectivo reitor para apresentação de sua proposta orçamentária à Assembleia Legislativa, observados os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. Segundo o art. 207 da CF/88, as universidades gozam de autonomia de gestão financeira, mas não possuem iniciativa legislativa privativa do respectivo reitor para apresentação de sua proposta orçamentária à Assembleia Legislativa. De acordo com o STF, na ADI 6.565, tal fato criaria "ilhas de poder". Logo, o item I está incorreto.

II. autonomia administrativa. O art. 207 da CF/88 garante a autonomia administrativa para as universidades. O item II está correto.

III. a escolha do respectivo reitor, por voto direto da comunidade acadêmica. O STF fixou o seguinte entendimento na ADI 6.565: "Não se torna possível potencializar a autonomia universitária a ponto de nulificar o espaço de decisão do Chefe do Poder Executivo. Ao realizar sua escolha vertida em nomeação de reitor, não se busca vigiar ou punir a universidade, muito menos gerenciá-la, porém se intenciona contrabalancear eventuais deficiências do sistema de seleção de agentes públicos por cooptação da própria corporação a ser chefiada. Guarnecido o procedimento previsto em lei formal, o ônus político, eleitoral e argumentativo de contrariar o desejo majoritário expresso pela comunidade acadêmica, ao formar lista tríplice a partir de votação uninominal com pesos determinados pelas classes universitárias, recai sobre o Presidente da República, quando faz sua escolha, na forma da lei, e ao reitor escolhido que deve governança em prol de toda a universidade, incluso o grupo majoritário que preferiria o nome mais votado, caso não escolhido". O item III está incorreto. Diante de todo o exposto, apenas o item II está correto.

QUESTÃO 11. De acordo com a constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre repartição de competências entre União, Estados e Municípios, em matéria de licitação e contratação públicas,

a) cabe à União legislar, privativamente, sobre o assunto, podendo lei complementar federal autorizar os Estados e Municípios a disciplinarem questões específicas a respeito do tema.

b) cabe aos Municípios e aos Estados apenas o exercício de competências materiais para a execução das leis federais editadas na matéria, competindo-lhes a edição de decretos visando à aplicação da legislação federal no âmbito da respectiva Administração Pública.

c) os Municípios não detêm competência sobre o tema, uma vez que o princípio geral que norteia a repartição de competências entre os entes federativos é o da predominância do interesse, o que legitima apenas à União legislar sobre normas gerais e aos Estados exercer a competência suplementar.

d) os Estados podem legislar sobre o tema, desde que mediante iniciativa do chefe do poder executivo, com a finalidade de preencher as lacunas deixadas pelas leis e pelos regulamentos federais e de adaptá-los às suas particularidades.

e) os Estados podem legislar sobre o tema, observadas as normas gerais estabelecidas em leis federais, sendo constitucional, nesse sentido, lei estadual que estabeleça o critério de interesse social que, de acordo com as peculiaridades regionais, permita afastar a exigência de licitação para fins de regularização fundiária de seus imóveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a jurisprudência do STF sobre repartição de competências entre União, Estados e Municípios, em matéria de licitação e contratação públicas.

Segundo o art. 22, XXVII da CF/88, compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação. Isso não significa que apenas a União pode legislar sobre todo e qualquer aspecto relacionado com licitação e contratação administrativa. Houve a preservação da competência de outros entes para dispor sobre "questões específicas acerca de licitação e contratação", independente de delegação. Na ADI 5.333, o STF entendeu que é constitucional lei estadual que estabeleça o critério de interesse social que, de acordo com as peculiaridades regionais, permita afastar a exigência de licitação para fins de regularização fundiária de seus imóveis. Conforme o gabarito apresentado para a letra E, as demais alternativas estão erradas.

QUESTÃO 12. Em 1994, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de norma de constituição estadual que determinava a aplicação, aos servidores públicos estaduais, de pisos salariais profissionais estabelecidos em lei federal. A autonomia dos Estados-membros foi considerada como um dos fundamentos jurídicos para embasar tal decisão, uma vez que a norma constitucional estadual atrelava a remuneração de servidores públicos estaduais à norma federal, independentemente de lei estadual específica. Considerando as alterações sofridas no texto da Constituição Federal desde então, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a autonomia dos Estados-membros e dos Municípios

a) não obsta que lei federal estabeleça piso salarial nacional para os profissionais da educação escolar pública, ainda que impeça o legislador federal de fixar que parte da jornada de trabalho deverá ser dedicada a atividades extraclasse, por tratar-se de matéria que se submete à competência legislativa dos entes subnacionais.

b) permite aos Estados e Municípios assegurar, em lei, o direito de seus servidores públicos, ainda que sujeitos a regime estatutário, ao recebimento de remuneração mínima equivalente ao piso salarial profissional fixado em lei federal para categorias com habilitação profissional específica.

c) não obsta que lei federal estabeleça piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, ainda que vinculados ao regime estatutário dos entes subnacionais, desde que a União arque com os custos financeiros para o cumprimento do referido piso salarial pelos entes subnacionais. Aos entes subnacionais compete, entretanto, com exclusividade, dispor sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades desses servidores públicos.

d) não obsta que lei federal institua pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito privado e de direito público, cabendo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos entes subnacionais e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde, para o cumprimento dos pisos salariais.

e) permite aos Estados e Municípios que instituam pisos salariais profissionais regionais, a serem observados por pessoas jurídicas de direito privado e de direito público, independentemente de autorização legislativa da União, para o fim de atender às suas peculiaridades.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre a jurisprudência do STF, no tocante à autonomia dos Estados-membros e dos Municípios.

Segundo o art. 198, §5º da CF/88, temos que: "Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial". O STF (RE 1279765) entendeu que é constitucional a aplicação do piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias - previsto no artigo 198, § 5º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 63/2010, e instituído pela Lei 12.994/2014 - aos servidores estatutários dos entes subnacionais. De acordo com o comentário sobre a alternativa C, as letras A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 13. Certa confederação sindical de servidores públicos policiais civis ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade questionando lei estadual que fixa o valor máximo das obrigações de pequeno valor no âmbito da Fazenda Estadual em 30 salários mínimos. A autora afirmou que é integrada exclusivamente por entidades sindicais de policiais civis que se encontram sediados em 9 Estados da Federação; que dentre as finalidades estatutárias da autora se encontra a defesa dos interesses remuneratórios dos policiais civis; e que os membros da confederação atuam em centenas de ações coletivas visando a garantir o percebimento de verbas remuneratórias devidas a policiais civis. Considerando esses dados, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a autora

a) goza de legitimidade para o processo, mas, no mérito, o pedido é improcedente, uma vez que a Constituição Federal confere autonomia do Estado-membro para a definição do valor

referencial das obrigações de pequeno valor, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.

b) não goza de legitimidade para o processo, haja vista a falta de pertinência temática entre o ato normativo impugnado e suas finalidades estatutárias; no mérito, a constitucionalidade da lei estadual deve ser aferida em função da proporcionalidade do valor de referência das obrigações de pequeno valor em relação à realidade financeira e orçamentária do ente federativo.

c) não goza de legitimidade para o processo, haja vista a falta de comprovação da representatividade nacional da confederação, de acordo com os mesmos critérios adotados para a aferição do caráter nacional dos partidos políticos, mas, no mérito, o pedido é procedente, uma vez que a definição do valor referencial das obrigações de pequeno valor deve ser fixada em lei federal.

d) não goza de legitimidade para o processo, haja vista que a autora tem como membros apenas pessoas jurídicas, mas, no mérito, o pedido é procedente, uma vez que a definição do valor referencial das obrigações de pequeno valor não pode ser inferior a 40 (quarenta) salários mínimos.

e) goza de legitimidade para o processo, devendo ser julgado procedente o pedido, uma vez que cabe ao Tribunal de Justiça definir o valor referencial das obrigações de pequeno valor, de acordo com a realidade financeira e orçamentária do ente federativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a constitucionalidade da fixação do teto de requisição de pequeno valor (RPV).

O art. 87 do ADCT da CF/88 dispõe que para os entes que não editarem suas leis, serão adotados, como "pequeno valor" os seguintes montantes: "I - 40 salários mínimos para Estados e para o Distrito Federal; II - 30 salários mínimos para Municípios". De acordo com o entendimento do STF (RE 1359139), as unidades federadas podem fixar os limites das respectivas RPVs em patamares inferiores aos previstos no artigo 87 do ADCT, desde que o façam em consonância com sua capacidade econômica. A referida confederação sindical possui legitimidade para ajuizar a ADI? No que tange à confederação sindical, entende-se que não é qualquer confederação sindical que pode propor ADI perante o STF. Ela precisa ser de âmbito nacional. Confederações sindicais são reuniões de, no mínimo, 3 Federações. Federações são reuniões de, no mínimo, 5 sindicatos. Com base no enunciado, a autora afirmou que é integrada exclusivamente por entidades sindicais de policiais civis que se encontram sediados em 9 Estados da Federação.

A Confederação Sindical é um legitimado especial, porque só pode propor ADI quando haja comprovado interesse de agir, ou seja, pertinência entre a matéria do ato impugnado e as funções exercidas pelo legitimado. Conforme o enunciado, dentre as finalidades estatutárias da autora se encontra a defesa dos interesses remuneratórios dos policiais civis; e que os membros da confederação atuam em centenas de ações coletivas visando a garantir o percebimento de verbas remuneratórias devidas a policiais civis. Diante do comentário sobre a letra B, as demais alternativas estão erradas.

QUESTÃO 14. Em conformidade com as disposições das Constituições Federal e do Estado de Goiás, bem como com a jurisprudência pertinente ao controle de constitucionalidade de normas em face da Constituição estadual,

a) o Estado de Goiás pode interpor recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça que apreciar ação direta de inconstitucionalidade ou declaratória de constitucionalidade de lei estadual, caso o acórdão contrarie a Constituição Federal.

b) não é admissível o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais perante o Tribunal de Justiça.

c) o Procurador-Geral de Justiça deve ser citado para defender o ato impugnado quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, desde que não seja o autor da ação.

d) o Procurador-Geral do Estado é legitimado para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, perante o Tribunal de Justiça, devendo demonstrar que a pretensão por ele aduzida guarda relação de pertinência temática direta com seus objetivos institucionais.

e) o Tribunal de Contas do Estado é legitimado à propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual perante o Tribunal de Justiça, devendo demonstrar que a pretensão por ele aduzida guarda relação de pertinência temática direta com seus objetivos institucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o Controle de Constitucionalidade na Constituição do Estado de Goiás.

Nos termos do art. 60 da Constituição do Estado de Goiás, "Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, contestados em face desta Constituição: III - o Tribunal de Contas do Estado". O §7º do art. 60 da Constituição do Estado de Goiás indica que "os legitimados constantes nos incisos II, III, IV e VII do caput deste artigo deverão demonstrar que a pretensão por eles aduzida guarda relação de pertinência direta com os seus objetivos institucionais". As demais alternativas estão incorretas, com base no comentário da alternativa E.

QUESTÃO 15. Com fundamento na autonomia estadual garantida pela Constituição Federal, e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode o Estado-membro

a) autorizar a manutenção de órgãos de consultoria jurídica paralelos à Procuradoria-Geral do Estado que, na data da promulgação da Constituição Federal vigente, tivessem órgãos distintos para as funções de representação judicial, consultoria e assessoramento jurídico de autarquias e fundações públicas estaduais.

b) determinar que a lei orçamentária estadual assegurará ao Poder Legislativo estadual não menos de 5% da receita tributária líquida do Estado, uma vez que a disposição garante a independência financeira do Poder Legislativo, estando em conformidade com o princípio da separação dos poderes.

c) permitir a reeleição, sem restrição do número de vezes, dos membros da Mesa da Assembleia Legislativa, uma vez que as regras da Constituição Federal a respeito da recondução dos integrantes das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados não são de reprodução obrigatória pelas Constituições dos Estados.

d) proibir a instalação de usinas nucleares, bem como a produção, o armazenamento e transporte de armas nucleares no território estadual.

e) assegurar ao menos 80% das vagas em universidades públicas estaduais para aqueles que cursaram integralmente o ensino médio em instituições públicas ou privadas da mesma unidade federativa, com a finalidade de prestigiar os candidatos residentes no Estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da jurisprudência do STF sobre a manutenção de órgãos de consultoria jurídica paralelos à Procuradoria-Geral do Estado.

O STF (ADI 7.218) fixou o entendimento que é inconstitucional a criação de órgãos ou cargos jurídicos fora da estrutura da Procuradoria do Estado, com funções de representação judicial, consultoria ou assessoramento jurídico de autarquias e fundações públicas estaduais. No entanto, esse entendimento não se aplica às exceções admitidas pelo ordenamento jurídico e pela jurisprudência do STF. O art. 69 do ADCT estabelece que "será permitido aos Estados manterem consultorias jurídicas separadas de suas Procuradorias-Gerais ou Advocacias-Gerais, desde que, na data da promulgação da Constituição, tenham órgãos distintos para as respectivas funções". Conforme o comentário sobre a alternativa A, as outras estão incorretas.

QUESTÃO 16. Os estudiosos da Análise Econômica do Direito questionam o modelo contratual clássico, que pressupõe um conhecimento completo, e *ex ante* sobre os eventos da execução contratual e os correspondentes custos de transação, podendo assim predefinir no ajuste as soluções mais adequadas.

A partir de tal constatação, na doutrina jusadministrativa contemporânea, contratos complexos e de duração prolongada, como os de parceria público-privada e concessão de serviços públicos, passaram a ser estudados como exemplos de contratos

a) estratégicos.

b) assimétricos

c) atípicos.

d) impuros.

e) incompletos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata dos contratos administrativos no âmbito da análise econômica do Direito.

Quanto aos contratos incompletos, tem-se que é impossível em contratos complexos e prolongados, como nos casos de concessão de serviços públicos, parceria público-privada, definir desde o momento inicial tudo o que ocorrerá na execução contratual. Logo, esses contratos precisam ter "capacidade de aprendizagem", ou seja, precisam ir aprendendo com a realidade e se amoldando a ela. Segundo Egon Bockmann Moreira, "Os contratos de concessão são incompletos e dinâmicos – seja devido ao elevado volume de informações, seja por conta de seu longo prazo, seja em razão do elevado custo para a construção do modelo concessionário. São pactos que precisam ser compreendidos como contratos abertos, pois convivem e se nutrem da grande quantidade de informação diariamente recebida. (...) Daí também a necessidade da previsão de reajustes, revisões periódicas, compromissos arbitrais e outras medidas que atenuem os custos oriundos de eventos que possam agredir a estrutura do contrato. Isso porque, se algo é certo no longo prazo, trata-se da efetiva existência das alterações contratuais (unilaterais e/ou circunstanciais)." (MOREIRA, Egon Bockmann. Direitos das Concessões de Serviço Público. Inteligência da Lei 8.987/1995 (Parte Geral). São Paulo: Malheiros, 2010. p. 409).

QUESTÃO 17. O Estado de Goiás, mediante lei autorizativa, instituiu uma empresa pública dedicada a prestar serviços de engenharia e obras de infraestrutura. Trata-se de empresa não dependente, sem subsidiárias, cuja receita operacional bruta anual, desde sua instituição, não superou o valor de R$ 90 milhões. Nos termos da legislação aplicável, a empresa deverá

a) substituir o Conselho Fiscal por um auditor independente.

b) contar com Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração.

c) contar obrigatoriamente com pelo menos 1 membro independente no Conselho de Administração.

d) contar com Conselho de Administração, observado o número mínimo de 7 e o número máximo de 11 membros.

e) elaborar e divulgar Código de Conduta e Integridade, que disporá sobre os padrões de comportamento ético esperados dos administradores, dos fiscais, dos empregados, dos prepostos e dos terceiros contratados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata da Lei das Estatais - Lei n. 13.303/2016.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 1º, § 1º, da Lei n. 13.303/2016: §1º O Título I desta Lei, exceto o disposto nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11, 12 e 27, não se aplica à empresa pública e à sociedade de economia mista que tiver, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais). Assim, o Conselho Fiscal, previsto no artigo 26, não é obrigatório para a empresa mencionada no enunciado.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 1º, § 1º, da Lei n. 13.303/2016: §1º O Título I desta Lei, exceto o disposto nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11, 12 e 27, não se aplica à empresa pública e à sociedade de economia mista que tiver, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais). O Comite de Auditoria, previsto no artigo 25, não se aplica à empresa mencionada no enunciado.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 1º, § 1º, da Lei n. 13.303/2016: §1º O Título I desta Lei, exceto o disposto nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11, 12 e 27, não se aplica à empresa pública e à sociedade de economia mista que tiver, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais). Assim, o Conselho de Administração, previsto no artigo 22, não é obrigatório para a empresa mencionada no enunciado.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 1º, § 1º, da Lei n. 13.303/2016: §1º O Título I desta Lei, exceto o disposto nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11, 12 e 27, não se aplica à empresa pública e à sociedade de economia mista que tiver, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais). Assim, o Conselho de Administração, previsto no artigo 22, não é obrigatório para a empresa mencionada no enunciado.

A alternativa E está correta. Conforme determina o artigo 12 da Lei n. 13.303/2016: Art. 12. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão: I - divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores; II - adequar constantemente suas práticas ao Código de Conduta e Integridade e a outras regras de boa prática de governança corporativa, na forma estabelecida na regulamentação desta Lei. Parágrafo único. A sociedade de economia mista poderá solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários, nos termos previstos em seu estatuto social. No entanto, o artigo 1º, §1º, da aludida Lei traz a seguinte exceção: § 1º O Título I desta Lei, exceto o disposto nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11, 12 e 27, não se aplica à empresa pública e à sociedade de economia mista que tiver, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais).

QUESTÃO 18. A empresa X pretende realizar atividade econômica que depende de autorização do poder público, tendo instruído seu pedido com todos os elementos necessários à apreciação pela autoridade competente. A empresa foi cientificada do prazo máximo para análise do pedido, tendo referido prazo transcorrido sem resposta do poder público. Tendo em vista o que dispõe a Lei federal no 13.874/2019 (Declaração de Direitos de Liberdade Econômica) e seu Regulamento (Decreto no 10.178/2019), o silêncio da autoridade

a) não importará aprovação tácita, a menos que tal efeito tenha sido expressamente previsto na lei regente do ato público.

b) importará aprovação tácita para todos os efeitos, independentemente do nível federativo ou da matéria objeto do pedido de autorização.

c) não importará aprovação tácita se o ato público de liberação importar compromisso financeiro da administração pública.

d) significará rejeição tácita para todos os efeitos, independentemente do nível federativo ou da matéria objeto do pedido de autorização.

e) importará aprovação tácita, exceto em relação aos atos praticados por Estados, Distrito Federal ou Municípios, no exercício de competência delegada pela União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata da Lei da Liberdade Econômica - Lei n. 13.884/2019.

Nos termos do artigo 3º, IX e § 6º da Lei 13.874/2019: "Art. 3º São direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômicos do País, observado o disposto no parágrafo único do art. 170 da Constituição Federal: IX - ter a garantia de que, nas solicitações de atos públicos de liberação da atividade econômica que se sujeitam ao disposto nesta Lei, apresentados todos os elementos necessários à instrução do processo, o particular será cientificado expressa e imediatamente do prazo máximo estipulado para a análise de seu pedido e de que, transcorrido o prazo fixado, o silêncio da autoridade competente importará aprovação tácita para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas em lei; § 6º O disposto no inciso IX do caput deste artigo não se aplica quando: II - a decisão importar em compromisso financeiro da administração pública";. Assim, a alternativa correta a ser assinalada é a letra C.

QUESTÃO 19. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no tocante a usucapião de bens sob domínio da Administração,

a) o domínio útil de bem público sobre o qual foi instituído enfiteuse é passível de usucapião.

b) bens públicos são usucapíveis, desde que previamente desafetados.

c) bens pertencentes a sociedades de economia mista estão sujeitos a usucapião, independentemente da atividade que elas desempenhem.

d) a ocupação indevida de bem público não é capaz de gerar usucapião, mas obriga a indenização por acessões e benfeitorias, desde que demonstrada a boa-fé.

e) imóvel de empresa pública vinculada ao Sistema Financeiro de Habitação é suscetível de usucapião, em razão da prevalência do direito à moradia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata da jurisprudência do STF sobre a usucapião de bens públicos.

A alternativa A está correta. Conforme entendimento do STJ: “É possível reconhecer a usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tinha sido, anteriormente, instituída enfiteuse, pois, nesta circunstância, existe apenas a substituição do enfiteuta pelo usucapiente, não trazendo qualquer prejuízo ao Estado. Precedentes. (...)” (AgInt no REsp n. 1.642.495/RO, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 23/5/2017, DJe de 1/6/2017.)

A alternativa B está incorreta. de acordo com a Súmula 340 do STF: "Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião."

A alternativa C está incorreta. Consoante ao entendimento do STJ: "Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedade de economia mista não são usucapíveis quando sujeitos a uma destinação pública. [...] Ausente o reconhecimento da destinação pública do imóvel, não cabe a esta Corte Superior rever a conclusão do acórdão, pois restrita a sua atividade à revisão do contexto fático probatório, vedada na forma do enunciado 7/STJ." AgInt no REsp 1.769.138, relator ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 28/3/2022, DJe de 31/3/2022.

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Súmula 619 do STJ: “A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.”

A alternativa E está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça entende que não é possível a usucapião de bens do sistema financeiro de habitação: RECURSO ESPECIAL. CIVIL. USUCAPIÃO DE BEM PÚBLICO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - SFH. COLISÃO DE PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. DIREITO À MORADIA E SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PARTICULAR. IMÓVEL ABANDONADO. PRESCRIÇÃO AQUISITIVA. IMPOSSIBILIDADE. 1- Recurso especial interposto em 12/7/2019 e concluso ao gabinete em 19/8/2020. 2- Na origem, cuida-se de embargos de terceiro, opostos pelos ora recorrentes, por meio do qual pretendem a manutenção na posse do imóvel público objeto da lide, ao argumento de ocorrência de usucapião. 3- O propósito recursal consiste em dizer se seria possível reconhecer a prescrição aquisitiva de imóveis financiados pelo SFH, quando ocorre o abandono da construção pela CEF. 4- Regra geral, doutrina e jurisprudência, seguindo o disposto no parágrafo 3º do art. 183 e no parágrafo único do art. 191 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 102 do Código Civil e no enunciado da Súmula nº 340 do Supremo Tribunal Federal, entendem pela absoluta impossibilidade de usucapião de bens públicos. 5- O imóvel vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação, porque afetado à prestação de serviço público, deve ser tratado como bem público, sendo, pois, imprescritível. Precedentes. 6- Na eventual colisão de direitos fundamentais, como o de moradia e o da supremacia do interesse público, deve prevalecer, em regra, este último, norteador do sistema jurídico brasileiro, porquanto a prevalência dos direitos da coletividade sobre os interesses particulares é pressuposto lógico de qualquer ordem social estável. 7- Mesmo o eventual abandono de imóvel público não possui o condão de alterar a natureza jurídica que o permeia, pois não é possível confundir a usucapião de bem público com a responsabilidade da Administração pelo abandono de bem público. Com efeito, regra geral, o bem público é indisponível. 8- Na hipótese dos autos, é possível depreender que o imóvel foi adquirido com recursos públicos pertencentes ao Sistema Financeiro Habitacional, com capital 100% (cem por cento) público, destinado à resolução do problema habitacional no país, não

sendo admitida, portanto, a prescrição aquisitiva. 9- Eventual inércia dos gestores públicos, ao longo do tempo, não pode servir de justificativa para perpetuar a ocupação ilícita de área pública, sob pena de se chancelar ilegais situações de invasão de terras. 10- Não se pode olvidar, ainda, que os imóveis públicos, mesmo desocupados, possuem finalidade específica (atender a eventuais necessidades da Administração Pública) ou genérica (realizar o planejamento urbano ou a reforma agrária). Significa dizer que, aceitar a usucapião de imóveis públicos, com fundamento na dignidade humana do usucapiente, é esquecer-se da dignidade dos destinatários da reforma agrária, do planejamento urbano ou de eventuais beneficiários da utilização do imóvel, segundo as necessidades da Administração Pública. 11- Recurso especial não provido. (REsp 1874632/AL, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2021, DJe 29/11/2021)

QUESTÃO 20. A Lei n° 14.620/2023 (Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e altera leis que especifica) introduziu inovações na Lei de Desapropriações (Decreto-lei no 3.365/1941). Dentre essas inovações, pode-se citar

I. a devolução do bem ao proprietário original, em caso de comprovada inviabilidade ou perda objetiva de interesse público na utilização prevista no decreto expropriatório.

II. a dispensa de autorização legislativa para desapropriação de bens públicos quando houver acordo entre os entes federativos.

III. A execução da desapropriação pelos contratados para execução de obras e serviços de engenharia sob os regimes de empreitada por preço global, empreitada integral e contratação integrada.

IV. a vedação à desapropriação de núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e IV.

b) I, II e IV.

c) II e III.

d) I, III, IV.

e) III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata do Decreto-lei de Desapropriações - Decreto-lei n. 3.365/41.

O item I está incorreto. Consoante ao art. 5º, do Decreto-Lei n. 3.365/41: "Art. 5º (...) § 6º Comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva de interesse público em manter a destinação do bem prevista no decreto expropriatório, o expropriante deverá adotar uma das seguintes medidas, nesta ordem de preferência: I - destinar a área não utilizada para outra finalidade pública; ou II - alienar o bem a qualquer interessado, na forma prevista em lei, assegurado o direito de preferência à pessoa física ou jurídica desapropriada".

O item II está correto. Nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei n. 3.365/41: "Art. 2º (...) § 2º-A. Será dispensada a autorização legislativa a que se refere o § 2º quando a desapropriação for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes".

O item III está correto. Consoante ao artigo 3º do Decreto-Lei n. 3.365/41: "Art. 3º Poderão promover a desapropriação mediante autorização expressa constante de lei ou contrato: IV - o contratado pelo poder público para fins de execução de obras e serviços de engenharia sob os regimes de empreitada por preço global, empreitada integral e contratação integrada. (Redação dada pela Lei nº 14.620, de 2023)".

O item VI está incorreto. Nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei n. 3.365/41: "Art. 4º-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias".

QUESTÃO 21. A propósito do regime jurídico dos agentes públicos do Estado de Goiás, a Procuradoria-Geral do Estado possui o seguinte entendimento, veiculado por Verbete de Orientação Jurídica:

a) A inabilitação para investidura em cargo efetivo ou em comissão, mandato ou emprego público estadual prevista no art. 199 da Lei estadual no 20.756/2020 atinge vínculos anteriores em regime de acumulação, desde que configurada a incompatibilidade com a função pública.

b) Os efeitos previdenciários e remuneratórios decorrentes da invalidez ou piora da patologia devem considerar a data de emissão do laudo pericial, independentemente do início da condição ensejadora do benefício.

c) A proibição contida nos arts. 61 e 62 da Lei estadual no 20.756/2020 - de exoneração a pedido de servidor público que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar ou em cumprimento de penalidade disciplinar aplica-se somente aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo.

d) A configuração das transgressões disciplinares dos incisos LXXI (abandono de cargo) e LXXII (inassiduidade habitual) do art. 202 da Lei estadual no 20.756/2020 exige a comprovação da intenção do agente de abandonar o cargo ou de faltar ao exercício de suas funções.

e) A instauração de processo administrativo disciplinar não justifica sobrestamento de procedimento de aposentadoria voluntária, uma vez que eventual condenação resultará na cassação de aposentadoria ou, em caso de pena distinta, no registro da penalidade que deixou de ser aplicada no prontuário do servidor inativado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata das Orientações jurídicas da Procuradoria Geral do Estado de Goiás.

A alternativa A está incorreta. "A inabilitação para promoção ou nova investidura em cargo efetivo ou em comissão, mandato ou emprego público estadual prevista no art. 199 da Lei estadual nº 20.756/2020 não tem efeitos retroativos. A inabilitação somente repercutirá em vínculo funcional subsequente e diverso daquele que originou a condenação se na data da nomeação o servidor já se encontrava inabilitado por decisão definitiva proferida em processo administrativo disciplinar. Fundamentos: Despachos nºs 118/2021 – GAB (Processo nº 201800005001910) e 1683/2021 – GAB (Processo nº 202000004084039)." Publicado 22 / 11 / 2022

A alternativa B está incorreta. Os efeitos previdenciários e remuneratórios decorrentes da invalidez ou piora da patologia devem considerar a data apontada pela Junta de Saúde em laudo pericial. Somente quando não houver indicação expressa do termo inicial do evento relacionado – invalidez ou agravamento de doença – é que se mostra adequada a utilização da data de elaboração/subscrição do próprio laudo. (Fundamentos: Despacho Chefia PA nº 1013/2019 [201911129002831]; Despacho "AG" nº 003264/2017 [201500006023425] e Despacho "AG" nº 004397/2016 [201600011000808]). Publicado em 30 / 7 / 2019

A alternativa C está incorreta. "A proibição – contida nos arts. 61 e 62 da Lei estadual nº 20.756/2020 – de exoneração a pedido e concessão de aposentadoria voluntária a servidor público que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar ou em cumprimento de penalidade disciplinar: I – Aplica-se aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo e aos ocupantes de cargo de provimento em comissão (inteligência dos arts. 1º, 2º e 3º da Lei estadual nº 20.756/2020); II – A restrição em comento não pode ser interpretada ampliativamente porque consiste em norma restritiva de direito e, portanto, não alcança as situações de existência de sindicância ou processo administrativo comum de apuração de irregularidades e tampouco a mera evidência de prática infracional; e III – A instauração do processo administrativo disciplinar (que ocorre com a publicação da portaria de instauração) e a execução da penalidade disciplinar só configuram eventos impeditivos se verificados antes da formalização do pleito de exoneração ou de concessão da aposentadoria voluntária. Fundamentos: Despachos nºs 1496/2022 – GAB (Processo nº 202000006034445), 1683/2021 – GAB (Processo nº 202000004084039) e 1337/2022 – GAB (Processo nº 202200006037579)." Publicado 22 /11/2022).

A alternativa D está correta. "A configuração das transgressões disciplinares dos incisos LXXI (abandono de cargo) e LXXII (inassiduidade habitual) do art. 202 da Lei estadual nº 20.756/2020 exigem a comprovação da intenção do agente em abandonar o cargo ou de faltar ao exercício de suas funções. Possibilidade de retroação dos dois tipos disciplinares para a regência da tipicidade de condutas praticadas antes da entrada em vigor da Lei estadual nº 20.756/2020, com fundamento na aplicação subsidiária do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica." Fundamentos: Despachos

referenciais nº 183/2020 – GAB (Processo nº 201600006035103) e 1280/2020 – GAB (Processo nº 201900066000963). Publicado 22 / 11 / 2022

A alternativa E está incorreta. "A instauração de processo administrativo disciplinar sobrestará o pleito de aposentadoria voluntária pelos prazos de duração do procedimento disciplinar estabelecidos no art. 237 da Lei estadual nº 20.756/2020. Ultrapassados os prazos para conclusão do processo administrativo disciplinar fixados em lei e desde que por razões alheias à vontade do interessado, resta autorizada a retomada do processo de aposentação, sem prejuízo da eventual e posterior aplicação das penalidades e inabilitação cabíveis. Fundamento: Despacho nº 1337/2022 – GAB (Processo nº 202200006037579)." Publicado 22 / 11 / 2022

QUESTÃO 22. A propósito do tratamento de dados dos cidadãos pelo Poder Público, o Supremo Tribunal Federal, em sua jurisprudência, afirma que

a) é constitucional disposição de lei complementar federal que confere ao Fisco, independentemente de autorização judicial, o acesso aos dados de contribuintes em instituições financeiras, quando haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tal exame seja considerado indispensável pela autoridade administrativa competente.

b) dados de contribuintes obtidos pelo Fisco junto às instituições financeiras, sem autorização judicial, não podem ser compartilhados com os órgãos de persecução penal para fins de apuração criminal, dada a natureza excepcional desse poder fiscalizatório.

c) lei estadual que autoriza a requisição, junto às empresas prestadoras de serviços telefônicos, de informações sobre titularidade de número telefônico de onde se originou acionamento indevido (trote) dos serviços telefônicos de atendimento a emergências é inconstitucional, por invadir a competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações.

d) não é cabível o uso do habeas data pelo contribuinte para acesso aos dados concernentes ao pagamento de seus próprios tributos que constem de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais, visto que tais bancos de dados não têm caráter público.

e) a coleta e o tratamento de dados, nas atividades de inteligência, independem de prévia motivação relativa ao interesse público envolvido, dado o caráter estratégico e sigiloso da atuação dos órgãos de inteligência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata da jurisprudência do STF sobre a Proteção de Dados do cidadão.

A alternativa A está correta. Consoante entendimento do STF: "As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios podem requisitar diretamente das instituições financeiras informações sobre as movimentações bancárias dos contribuintes. Esta possibilidade encontra-se prevista no art. 6º da LC 105/2001, que foi considerada constitucional pelo

STF. Isso porque esta previsão não se caracteriza como "quebra" de sigilo bancário, ocorrendo apenas a "transferência de sigilo" dos bancos ao Fisco". STF. Plenário. ADI 2390/DF, ADI 2386/DF, ADI 2397/DF e ADI 2859/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgados em 24/2/2016 (Info 815).

A alternativa B está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é legítimo o compartilhamento com o Ministério Público e as autoridades policiais, para fins de investigação criminal, da integralidade dos dados bancários e fiscais do contribuinte obtidos pela Receita Federal e pela Unidade de Inteligência Financeira (UIF), sem a necessidade de autorização prévia do Poder Judiciário. Trata-se de tese de repercussão geral no Recurso Extraordinário (RE) 1055941.

A alternativa C está incorreta. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou válida lei do Estado do Paraná que obriga as prestadoras de serviços de telecomunicações a informar os dados dos proprietários de linhas telefônicas que passarem trotes telefônicos e acionarem indevidamente os serviços de atendimento de emergência. Por unanimidade, o colegiado entendeu que a norma está dentro da competência do estado para cuidar da segurança pública. A questão foi examinada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4924, ajuizada pela Associação Nacional das Operadoras de Celulares (Acel) contra a Lei estadual 17.107/2012, que instituiu multa por trote e acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres. Para viabilizar a aplicação da penalidade, a lei estabelece que os atendentes devem anotar o número do telefone que comunicou a ocorrência e, caso se constate o trote, as operadoras devem fornecer os dados do proprietário da linha que originou a ligação.

A alternativa D está incorreta. Decidiu o STF no julgamento do Tema 582 de repercussão geral, no RE 673707 que "O habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais".

A alternativa E está incorreta. Por maioria dos votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que órgãos e entidades da administração pública federal podem compartilhar dados pessoais entre si, com a observância de alguns critérios, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6649) e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 695). O Tribunal decidiu, ainda, que o compartilhamento de informações pessoais em atividades de inteligência deve observar legislação específica e parâmetros fixados no julgamento da ADI 6529 (que limitou o compartilhamento de dados do Sisbin) e atender ao interesse público, entre outros.

QUESTÃO 23. A Lei nº 20.489/2019 do Estado de Goiás, no tocante à obrigatoriedade de implantação de Programas de Integridade pelas empresas que contratem com a Administração Pública Estadual, dispensa tal exigência para:

a) Ajustes com entidades sem fins lucrativos.

b) Contratos com duração inferior a 180 dias.

c) Convênios

d) Contratos resultantes de licitação com adoção do critério de julgamento melhor técnica ou conteúdo artístico.

e) Contratos celebrados com dispensa de procedimento licitatório.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata da Lei nº 20.489/2019.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que não há tal dispensa na Lei nº 20.489/2019, e que abrange: "Art. 1º Determina a exigência do Programa de Integridade às empresas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privado com a administração pública direta, indireta e fundacional do Estado de Goiás, cujos limites em valor sejam superiores ao da modalidade de licitação por concorrência, sendo R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para obras e serviços de engenharia e R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços, mesmo que na forma de pregão eletrônico, e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias".

A alternativa B está correta, tendo em vista que a Lei nº 20.489/2019 se destina a contratos de prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, veja: "Art. 1º Determina a exigência do Programa de Integridade às empresas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privado com a administração pública direta, indireta e fundacional do Estado de Goiás, cujos limites em valor sejam superiores ao da modalidade de licitação por concorrência, sendo R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para obras e serviços de engenharia e R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços, mesmo que na forma de pregão eletrônico, e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias.)"

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 20.489/2019 impõe o Programa de Integridade aos convênios, veja: "Art. 1º Determina a exigência do Programa de Integridade às empresas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privado com a administração pública direta, indireta e fundacional do Estado de Goiás, cujos limites em valor sejam superiores ao da modalidade de licitação por concorrência, sendo R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para obras e serviços de engenharia e R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços, mesmo que na forma de pregão eletrônico, e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 20.489/2019 impõe o Programa de Integridade a todos os contratos celebrados com ou sem dispensa de processo licitatório, desde que atendidos os critérios de valor estabelecidos, vejamos: "Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei: III - a todos os contratos celebrados com ou sem dispensa de processo licitatório, desde que atendidos os critérios de valor estabelecidos no caput do art. 1º".

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 20.489/2019 impõe o Programa de Integridade aos contratos celebrados com dispensa de processo licitatório, desde que atendidos os critérios de valor estabelecidos, vejamos: "Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei: III - a todos os contratos celebrados com ou sem dispensa de processo licitatório, desde que atendidos os critérios de valor estabelecidos no caput do art. 1º".

QUESTÃO 24. É entendimento constante de Súmula do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

a) É dispensável a convocação pessoal do aprovado em concurso público para o ato de posse, bastando a publicação em Diário Oficial veiculado pela internet.

b) Ao servidor contratado temporariamente nos moldes do artigo 37, inciso IX, da Carta da República não se aplicam os direitos sociais previstos no artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

c) É inconstitucional a imposição legal do limite de idade de 30 (trinta) anos para ingresso de praça nos quadros da Polícia Militar do Estado de Goiás.

d) Ao contratado para prestação de serviço pró-labore anteriormente à Emenda Constitucional n. 20/98 é reconhecido o tempo de serviço para fins de aposentadoria, limitado aos dias efetivamente trabalhados.

e) Somente após o término do prazo de validade do concurso público é que se inicia o prazo para o exercício de ação em que o candidato busca o direito subjetivo à nomeação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata das súmulas do TJGO sobre Direito Administrativo.

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 66 do TJGO: "É vedado à administração se limitar a convocar aprovado em concurso público para posse, através de mera publicação em Diário Oficial de circulação restrita ou exclusiva na internet, devendo o interessado ser cientificado, por meio idôneo, pessoalmente".

A alternativa B está incorreta. Consoante a Súmula 36 do TJGO: "É devida a extensão dos direitos sociais previstos no artigo 7º, da Carta Magna, a servidor contratado temporariamente, nos moldes do artigo 37, inciso IX, da Carta da República".

A alternativa C está incorreta. Dispõe a Súmula 03 do TJGO que "Não é inconstitucional a imposição legal do limite de idade de 30 (trinta) anos para ingresso de praça nos quadros da Polícia Militar do Estado de Goiás".

A alternativa D está incorreta. Dispõe a Súmula 61 do TJGO que, "aquele que comprova a efetiva prestação do serviço pro-labore em razão de contrato firmado anteriormente à promulgação da Emenda Constitucional n. 20/98, tem direito ao reconhecimento do tempo de serviço para fins de aposentadoria, a ser contado integral e ininterruptamente, incluindo-se férias, feriados e descanso semanal remunerado, a valer para todos os efeitos cabíveis".

A alternativa E está correta. Conforme dispõe a Súmula 24 do TJGO: "Somente após o término do prazo de validade do concurso público é que se inicia o prazo para o exercício de ação em que o candidato busca o direito subjetivo à nomeação".

QUESTÃO 25. A propósito do regime jurídico dos agentes públicos do Estado de Goiás, a Procuradoria-Geral do Estado possui o seguinte entendimento, veiculado por Verbete de Orientação Jurídica:

a) Os prazos prescricionais estabelecidos pela Lei n. 14.230/2021 aplicam-se retroativamente em relação aos processos iniciados antes de sua vigência, sempre que sua aplicação se mostrar favorável ao acusado.

b) O princípio da retroatividade da lei penal tem aplicação automática e ampla para a responsabilidade por atos ilícitos civis de improbidade administrativa.

c) Os atos de improbidade praticados anteriormente à vigência da Lei n. 14.230/2021 seguem sendo apenados conforme o texto anterior à sua vigência, ainda que tenha havido abolição da tipificação pelo novo diploma, inclusive em relação aos processos em que ainda não ocorreu o trânsito em julgado.

d) A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa não produz efeitos retroativos em relação à eficácia da coisa julgada, nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes.

e) Em razão do princípio do tempus regit actum, haverá ultratividade plena do texto original da Lei n. 8.429/1992, em relação aos atos praticados anteriormente à vigência da Lei n. 14.230/2021, independentemente da fase processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata da orientação jurídica da PGE-GO acerca dos efeitos temporais da Lei 14.230/2021 que alterou a Lei n. 8.429/1992.

A alternativa A está incorreta. O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei. ARE 843989/PR, relator Min. Alexandre de Moraes, julgamento finalizado em 18.8.2022.

A alternativa B está incorreta. A norma benéfica da Lei 14.230/2021 — revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa —, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes. ARE 843989/PR, relator Min. Alexandre de Moraes, julgamento finalizado em 18.8.2022.

A alternativa C está incorreta. A norma benéfica da Lei 14.230/2021 — revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa —, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude de sua revogação expressa do texto anterior;

devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente. ARE 843989/PR, relator Min. Alexandre de Moraes, julgamento finalizado em 18.8.2022.

A alternativa D está correta. A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude de sua revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente. ARE 843989/PR, relator Min. Alexandre de Moraes, julgamento finalizado em 18.8.2022.

A alternativa E está incorreta. A norma benéfica da Lei 14.230/2021 — revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa —, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude de sua revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente. ARE 843989/PR, relator Min. Alexandre de Moraes, julgamento finalizado em 18.8.2022.

QUESTÃO 26. O Estado X pretende realizar parceria público-privada, nos termos da Lei no 11.079/2004, com as seguintes características:

- Concessão patrocinada, tendo por objeto a instalação de postos descentralizados de controle de poluição veicular, abrangendo o fornecimento dos equipamentos necessários ao programa e a prestação dos serviços de inspeção e verificação de conformidade dos veículos automotores.

- Prazo de prestação do serviço: 3 anos.

- Valor do contrato: R$ 15 milhões.

- Garantia para o parceiro privado: vinculação de receitas estaduais referentes ao recebimento de royalties da produção de petróleo e gás natural.

- Contraprestação pecuniária do parceiro público no valor de R$ 5 milhões.

Em vista dessas características, é correto concluir que o contrato cogitado é inválido, pois

a) o valor contratual é inferior ao limite mínimo legal.

b) a contraprestação pecuniária é superior ao limite máximo legal.

c) o prazo contratual é inferior ao limite mínimo legal.

d) a atividade concedida é indelegável.

e) a garantia contratual é juridicamente vedada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata da Lei de Parceria Público-Privada - Lei n. 11.079/2004.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o artigo 2º, I, da Lei n. 11.079/2004: Art. 2º (...) § 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada: I - cujo valor do contrato seja inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 10, §3º, da Lei n. 11.079/2004: § 3º As concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 2º, da Lei n. 11.079/2004: Art. 2º (...) § 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada: II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

A alternativa D está incorreta. É possível a delegação de atividades relativas à fiscalização e execução de atividade típica do poder de polícia.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 6º da Lei n. 11.079/2004: Art. 6º A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por: I – ordem bancária; II – cessão de créditos não tributários; III – outorga de direitos em face da Administração Pública; IV – outorga de direitos sobre bens públicos dominicais; V – outros meios admitidos em lei.

QUESTÃO 27. A propósito das parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC), a Lei federal n° 13.019/2014 dispõe, no que tange ao chamamento público:

a) Dentre os critérios que obrigatoriamente devem ser utilizados no chamamento público está a metodologia de trabalho adotada pelo parceiro.

b) É inexigível o chamamento público nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social.

c) A realização de procedimento prévio de manifestação de interesse social dispensa a realização de posterior chamamento público.

d) O chamamento pode ser restrito à participação de concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria.

e) A comissão de seleção para o chamamento público deve ser composta exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata da Lei n 13.019//014, que diz respeito às Organizações da Sociedade Civil.

A alternativa A está incorreta. Conforme determina o artigo 23 da Lei n. 13.019/2014: Art. 23. A administração pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria prevista nesta Lei. Parágrafo único. Sempre que possível, a administração pública estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto às seguintes características: I - objetos; II - metas; III - (revogado); IV - custos; V - (revogado); VI - indicadores, quantitativos ou qualitativos, de avaliação de resultados.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 30, II, da Lei n. 13.019/2014: Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público: II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social.

A alternativa C está incorreta. Consoante ao artigo 21 da Lei n. 13.019/2014: Art. 21. A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração. § 1º A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 24, §2º, da Lei n. 13.019/2014: Art. 24 (...) § 2º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos: I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 2º, inciso X, da Lei n. 13.019/2014: X - comissão de seleção: órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

QUESTÃO 28. A propósito da movimentação de servidores públicos, a Lei nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020 (Regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás), estatui que:

a) Disposição é a mudança de exercício do servidor para outro órgão ou entidade integrante da administração direta e indireta, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado de Goiás.

b) Não haverá movimentação de servidor que se encontrar em licença ou afastado legalmente, exceto nos casos de movimentação de ofício.

c) A remoção a pedido somente poderá ser deferida mediante preenchimento de claro de lotação.

d) A competência para movimentação do servidor para os casos de remoção será do titular do Órgão Central de Gestão de Pessoal.

e) A cessão implica modificação da relação jurídica funcional do servidor, que passa a ser regido pela legislação do cessionário.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata da Lei nº 20.756/20, ou Regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás.

A alternativa A está correta, pois é precisamente o que traz a Lei nº 20.756/20, vejamos: "Art. 69. Disposição é a mudança de exercício do servidor para outro órgão ou entidade integrante da administração direta e indireta, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista, do Estado de Goiás".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 20.756/20 não traz tal ressalva, vejamos: "Art. 64. O servidor poderá, a pedido ou de ofício, contanto que no interesse da Administração pública estadual, ter alterado o seu local de exercício nas situações de: (...) § 2º Não haverá movimentação de servidor que encontrar-se em licença ou afastado legalmente".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, no caso da remoção a pedido que independa do interesse da Administração, não se aplica o requisito do caput deste artigo, vejamos: "Art. 68. A remoção de que tratam os incisos I e II do art. 67 somente poderá ser feita mediante preenchimento de claro de lotação. Parágrafo único. À remoção de que trata o inciso III do art. 67 não se aplica o requisito do caput deste artigo, sendo exigida tão somente a existência de repartição estadual na localidade."

A alternativa D está incorreta, pois a Lei nº 20.756/20 designa como competente o titular do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, veja: "Art. 66. A competência para movimentação do servidor será: I - do titular do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício para os casos de remoção;".

A alternativa E está incorreta, pois não há tal implicação, consoante Lei nº 20.756/20, veja: "Art. 64. O servidor poderá, a pedido ou de ofício, contanto que no interesse da Administração pública estadual, ter alterado o seu local de exercício nas situações de: I - remoção; II - disposição; III - cessão. § 1º A movimentação de que trata o caput deste artigo não implica qualquer modificação da relação jurídica funcional do servidor, que tem garantidos todos os direitos referentes ao exercício do cargo, na forma da Lei."

QUESTÃO 29. No que tange aos serviços públicos, é correto afirmar que

a) comprovada a inadimplência da concessionária, por meio de regular processo administrativo, o poder concedente declarará a caducidade da concessão, assegurada a indenização prévia a assunção do serviço.

b) a titularidade do serviço público é irrenunciável, mas a regulação e a execução podem ser delegadas, nos termos da lei.

c) a permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por conta e risco do permitente.

d) a interrupção da prestação do serviço público motivada por inadimplemento do usuário independe de prévio aviso, em vista da regra dies *interpellat pro homine*, conforme jurisprudência dos tribunais superiores.

d) a reversão no advento do termo contratual pressupõe a amortização dos bens reversíveis, tornando dispensada qualquer indenização à concessionária de serviço público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata da lei de serviços públicos - Lei n. 8.987/1995.

A alternativa A está incorreta. Consoante ao artigo 38, §§2º e 4º da Lei n. 8.987/1995: § 2o A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa. § 4o Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

A alternativa B está correta. Nos termos do artigo 13 da Lei n. 9.784/1999: Art. 13. Não podem ser objeto de delegação: I - a edição de atos de caráter normativo;

A alternativa C está incorreta. Conforme determina o artigo 2º, IV, da Lei n. 8.987/1995: IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

A alternativa D está incorreta. Conforme determina o artigo 6º, §3º, da Lei n. 8.987/1995: § 3o Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando: I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e, II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade. A esse respeito, decidiu o STJ que: É legítima a interrupção do fornecimento de energia elétrica por razões de ordem técnica, de segurança das instalações, ou ainda, em virtude do inadimplemento do usuário, quando houver o devido aviso prévio pela concessionária sobre o possível corte no fornecimento do serviço. STJ. 1ª Turma. REsp 1270339/SC, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 15/12/2016.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 36 da Lei n. 8.987/1995: Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

QUESTÃO 30. A legislação do Estado de Goiás prevê, a propósito do instituto do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, em matéria de procedimentos disciplinares:

a) A celebração do TAC interrompe a contagem do prazo prescricional da pretensão punitiva.

b) Na hipótese de cometimento de infração durante o período de vigência do TAC, caso aplicável a pena de suspensão, esta será aumentada em 1/3.

c) Para que produza efeitos válidos, o TAC deve ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 5 dias a partir de sua celebração.

d) Consideram-se de menor potencial ofensivo, para fins de celebração do TAC, apenas as condutas sujeitas à pena de advertência.

e) O TAC é aplicável aos agentes contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do instituto do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, em matéria de procedimentos disciplinares.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a mesma apenas suspende a contagem do prazo prescricional, consoante Lei nº 20.756/2020, veja: "Art. 201. A prescrição verifica-se: (...) § 7º Suspendem a contagem do prazo prescricional: III - a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o aumento da pena será de metade, consoante Lei nº 20.756/2020, veja: "Art. 196. Na aplicação das penalidades disciplinares serão sempre mencionados o fundamento legal e as causas preponderantes da sanção disciplinar imposta, demonstrando-se a compatibilidade entre a falta cometida e a penalidade adotada. 4º Na hipótese de a infração ter sido cometida durante o período de vigência de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, previsto no art. 248 e seguintes, a penalidade será aumentada nos seguintes termos: (...) II - se a que tiver de ser aplicada for a de suspensão, ela será aumentada pela metade, não podendo ser inferior a 30 (trinta) dias e não superior a 90 (noventa) dias."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o TAC não será publicado, consoante Lei nº 20.756/2020, veja: "Art. 254. O TAC: I - não será publicado; e II – constará do assentamento individual do servidor e terá vigência de 6 (seis) meses, no caso de transgressão disciplinar punida com advertência, e de 1 (um) ano, no caso de transgressão disciplinar punida com suspensão de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua celebração."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 20.756/2020 considera transgressão disciplinar de menor potencial ofensivo a conduta punível com advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, veja: "Art. 248. O Termo de Ajustamento de Conduta - TAC consiste em instrumento de resolução consensual de conflitos, utilizado de forma alternativa a processos disciplinares que envolvam transgressões disciplinares de menor potencial ofensivo. § 1º Para os fins deste artigo, considera-se transgressão disciplinar de menor potencial ofensivo a conduta punível com advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, nos termos desta Lei."

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei nº 20.918/2020: "Art. 10. Quanto ao pessoal contratado, nos termos desta Lei: V - aplicam-se, no que couber, as disposições do Título V - Capítulos I a V, e do Título VI - Capítulos I a VII, da Lei no 20.756, de 28 de janeiro de 2020."

QUESTÃO 31. O Decreto-lei no 25/1937 (Lei do Tombamento) estatui que

a) o tombamento voluntário será realizado por meio de manifestação unilateral do proprietário, dispensado o pronunciamento do órgão de proteção do patrimônio cultural.

b) em caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao órgão de proteção do patrimônio cultural, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

c) as obras de origem estrangeira são imunes ao tombamento, seja qual for sua natureza.

d) em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

e) bens do patrimônio natural não estão sujeitos ao tombamento, mas apenas às restrições constantes da legislação de proteção à natureza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do Decreto de Tombamento - Decreto-Lei n. 25/1937.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei n. 25/1937: "Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo".

A alternativa B está correta. Conforme estabelece o artigo 16 do Decreto-Lei n. 25/1937: "Art. 16. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa".

A alternativa C está incorreta. Consoante ao artigo 3º do Decreto-Lei n. 25/1937: "Art. 3º Exclúem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de orígem estrangeira: 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país; 2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país; 3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civíl, e que continuam sujeitas à lei pessoal do proprietário; 4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos; 5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais: 6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adôrno dos respectivos estabelecimentos. Parágrafo único. As obras

mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional".

A alternativa D está incorreta. O direito de preferência foi revogado pelo Código de Processo Civil – Lei n. 13.105/2015.

A alternativa E está incorreta. Conforme previsto no artigo 1º, §2º, do Decreto-Lei n. 25/1937: § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pelo indústria humana.

QUESTÃO 32. A Lei de Acesso à Informação - Lei n. 12.527/2011 - assegura o acesso à informação

a) que possa colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos(as) cônjuges e filho(as) somente quando decorrido o prazo de 5 anos contados do término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

b) relativa ao acervo patrimonial do órgão ou entidade pública, independentemente de requerimento do interessado.

c) produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com órgãos ou entidades do Poder Público, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

d) classificada como secreta, uma vez ultrapassado o prazo de 10 anos.

e) contida em registros ou documentos produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, desde que recolhidos a arquivos públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata da Lei de Acesso à Informação - Lei n. 12.527/2011.

A alternativa A está incorreta. Prevê o artigo 24, §2º, da Lei n. 12.527/2011: "§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição".

A alternativa B está incorreta. As informações que independem de requerimento não se referem ao acervo patrimonial ao órgão. Com efeito, dispõe o artigo 8º da Lei n. 12.527/2011: "Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas".

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 12.527/2011: "Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou

não a arquivos públicos; III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;".

A alternativa D está incorreta. Consoante ao artigo 24, §1º, II, da Lei n. 12.527/2011: "§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: [...] II - secreta: 15 (quinze) anos; e".

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 7º, inciso II, da Lei n. 12.527/2011: "Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos".

QUESTÃO 33. A Constituição do Estado de Goiás, além dos princípios da administração pública já constantes do caput do art. 37 da Constituição Federal, contempla, no caput do art. 92, os seguintes princípios administrativos:

a) Economicidade, proporcionalidade e interesse coletivo.

b) Motivação, finalidade e interesse público.

c) Razoabilidade, economicidade e sustentabilidade.

d) Legitimidade, participação e transparência.

e) Razoabilidade, proporcionalidade e motivação.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata dos princípios administrativos contemplados pela Constituição do Estado de Goiás.

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição do Estado de Goiás traz princípios diversos, veja: "Art. 92 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e motivação e, também, ao seguinte:".

A alternativa B está incorreta, pois a Constituição do Estado de Goiás traz princípios diversos, veja: "Art. 92 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e motivação e, também, ao seguinte:".

A alternativa C está incorreta, pois a Constituição do Estado de Goiás traz princípios diversos, veja: "Art. 92 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e motivação e, também, ao seguinte:".

A alternativa D está incorreta, pois a Constituição do Estado de Goiás traz princípios diversos, veja: "Art. 92 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e motivação e, também, ao seguinte:".

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Constituição do Estado de Goiás, vejamos: "Art. 92 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e motivação e, também, ao seguinte:".

QUESTÃO 34. Maria é ocupante de cargo em comissão na Administração Direta do Estado de Goiás e decide, com a sua companheira, Juliana, servidora titular de cargo efetivo na mesma Administração, adotar uma criança. Após longa espera, ambas obtém a guarda judicial para fins de adoção de Roberto, uma menina com 13 anos de idade.

Nos termos da legislação aplicável e levando em conta a jurisprudência dominante sobre o tempo.

a) Maria e Juliana farão jus à licença-maternidade de 180 dias, em vista do princípio da isonomia parental;

b) apenas Juliana fará jus à licença-maternidade, visto que às ocupantes de cargo em comissão não é assegurado tal direito.

c) não se configura hipótese de concessão de licença-maternidade, visto que apenas a concessão definitiva da adoção é fato gerador do benefício.

d) Maria e Juliana farão jus à licença-maternidade, mas não com a mesma extensão temporal.

e) não se configura hipótese de concessão de licença-maternidade, limitando-se tal benefício à adoção de crianças e sendo Roberta uma adolescente, conforme o corte etário estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069/1990.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata da jurisprudência do STF sobre a licença-maternidade.

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 1211446, como tema de repercussão geral, “A servidora pública ou a trabalhadora regida pela CLT não gestante em união homoafetiva têm direito ao gozo da licença-maternidade. Caso a companheira tenha usufruído do benefício, fará jus a período de afastamento correspondente ao da licença-paternidade”. (RE 1211446, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 13-03-2024, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 20-05-2024 PUBLIC 21-05-2024) 19. Em sede de repercussão geral, a tese jurídica fica assim assentada: A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado, nos

termos dos arts. 7º, XVIII; 37, II; e 39, § 3º; da Constituição Federal, e 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (RE 842844, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 05-10-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 05-12-2023 PUBLIC 06-12-2023) Assim, a alternativa correta a ser assinalada é a letra D.

QUESTÃO 35. A propósito da celebração de parcerias com as chamadas Organizações Sociais, o Supremo Tribunal Federal, na ADI no 1.923, ao examinar a Lei federal no 9.637/1998,

a) afastou, para as Organizações Sociais, o dever de licitar para realizar contratações com terceiros e de realizar concurso público para admissão de pessoal.

b) declarou a inconstitucionalidade da qualificação discricionária de entidades da sociedade civil como Organizações Sociais, conferindo eficácia *ex nunc* à decisão, de maneira a manter os ajustes firmados até a data do julgamento.

c) extinguiu a ação, sem julgamento de mérito, em razão da perda do objeto, tendo em vista a superveniência da Lei no 13.019/2014 (parcerias com Organizações da Sociedade Civil).

d) deu interpretação conforme à lei, para afastar o uso do contrato de gestão no âmbito do SUS, em vista do que dispõe o § 18, do art. 199 da CF/88, que estabelece o convênio como instrumento adequado para participação das instituições privadas naquele Sistema.

e) declarou inconstitucional a exigência, contida na lei, de percentual de representantes do poder público no Conselho de Administração das Organizações Sociais, por entender violadora da liberdade de associação prevista nos incisos XVII e XVIII do art. 5º da CF/88.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata da decisão proferida pelo STF na ADI n. 1.923, que decidiu acerca do regime das organizações sociais.

A alternativa A está correta. O Plenário do STF, por maioria, acolheu, em parte, pedido formulado na ADI 1.923 para conferir interpretação conforme a Constituição e deixar explícitas as seguintes conclusões: c) as hipóteses de dispensa de licitação para contratações (Lei 8.666/1993, art. 24, XXIV) e outorga de permissão de uso de bem público (Lei 9.637/1998, art. 12, § 3º) são válidas, mas devem ser conduzidas de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do "caput" do art. 37 da CF.

A alternativa B está incorreta. Decidiu o STF na ADI 1923 que a qualificação é discricionária: "[...] 11. A previsão de competência discricionária no art. 2º, II, da Lei nº 9.637/98 no que é pertinente à qualificação tem de ser interpretada sob o influxo da principiologia constitucional, em especial aos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF, art. 37, caput). É de se ter por vedada, assim, qualquer forma de arbitrariedade, de modo que o indeferimento do requerimento de qualificação, além de pautado pela publicidade, transparência e motivação, deve observar critérios objetivos fixados em ato regulamentar expedido em obediência ao art. 20 da Lei nº 9.637/98, concretizando de forma homogênea as diretrizes contidas nos inc. I a III do dispositivo".

A alternativa C está incorreta. A ADI 1.923 teve seu mérito julgado, onde foi decidido que: "[...] Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido é julgado parcialmente procedente, para conferir interpretação conforme à Constituição à Lei nº 9.637/98 e ao art. 24, XXIV da Lei nº 8666/93, incluído pela Lei nº 9.648/98, para que: (i) o procedimento de qualificação seja conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e de acordo com parâmetros fixados em abstrato segundo o que prega o art. 20 da Lei nº 9.637/98; (ii) a celebração do contrato de gestão seja conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF; (iii) as hipóteses de dispensa de licitação para contratações (Lei nº 8.666/93, art. 24, XXIV) e outorga de permissão de uso de bem público (Lei nº 9.637/98, art. 12, §3º) sejam conduzidas de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF; (iv) os contratos a serem celebrados pela Organização Social com terceiros, com recursos públicos, sejam conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade; (v) a seleção de pessoal pelas Organizações Sociais seja conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade; e (vi) para afastar qualquer interpretação que

A alternativa D está incorreta. Conforme decidiu o STF na ADI 1.923: "[...] A figura do contrato de gestão configura hipótese de convênio, por consubstanciar a conjugação de esforços com plena harmonia entre as posições subjetivas, que buscam um negócio verdadeiramente associativo, e não comutativo, para o atingimento de um objetivo comum aos interessados: a realização de serviços de saúde, educação, cultura, desporto e lazer, meio ambiente e ciência e tecnologia, razão pela qual se encontram fora do âmbito de incidência do art. 37, XXI, da CF".

A alternativa E está incorreta. Decidiu o STF na ADI 1.923 que "[...] A previsão de percentual de representantes do poder público no Conselho de Administração das organizações sociais não encerra violação ao art. 5º, XVII e XVIII, da Constituição Federal, uma vez que dependente, para concretizar-se, de adesão voluntária das entidades privadas às regras do marco legal do Terceiro Setor".

QUESTÃO 36. O Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), conquanto editado sob a forma de lei ordinária, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 (CF) como lei complementar, uma vez que o art. 146 da CF dispõe caber à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários. Aos Estados compete a suplementação da legislação tributária, a qual, todavia, não pode contrariar as normas gerais previstas na legislação nacional. Esta suplementação é feita precipuamente, ainda que não apenas, pela edição de códigos tributários estaduais. Nos termos do Código Tributário do Estado de Goiás (Lei Estadual nº 11.651/1991).

a) os contribuintes do ICMS sujeitam-se à inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais e à prestação de informações exigidas pela Administração Tributária.

b) o crédito tributário não pago em razão de ato praticado por servidor deve ser exigido do sujeito passivo, a quem o erro não aproveita, e identificado o não pagamento, a Fazenda Pública

Estadual deve notificar o sujeito passivo para pagamento do crédito tributário em até 10 (dez) dias, contados da data da ciência da exigência.

c) o pagamento do IPVA pode sempre ser feito em até 10 parcelas iguais, mensais e sucessivas.

d) as atividades da Secretaria da Fazenda, dentro de suas atribuições e competências, terão precedência sobre os demais setores da Administração Pública Estadual, razão pela qual a atividade-fiscalizatória dos agentes do Fisco pode ser exercida independentemente da apresentação de documento de identidade funcional.

e) no caso de bens indivisíveis, a sucessão legítima gera um único fato gerador do ITCD, independentemente de quantos sejam os herdeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda o tema legislação tributária estadual.

A alternativa A está incorreta conforme art. 152, *caput*, do CTE: "Os contribuintes do ICMS sujeitam-se à inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado - CCE - e à prestação de informações exigidas pela Administração Tributária".

A alternativa B está correta conforme do CTE: "Art. 166-A. O crédito tributário não pago em razão de ato praticado por servidor deve ser exigido pela Fazenda Pública Estadual do sujeito passivo, a quem o erro não aproveita. Parágrafo único. Verificada a falta de pagamento, o sujeito passivo deve ser notificado para realizar o pagamento do crédito tributário, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência da exigência".

A alternativa C está incorreta pois o IPVA vencido deverá ser feito em até seis parcelas mensais e sucessivas, conforme art. 100, § 3º, do CTE: "O pagamento do IPVA vencido pode ser feito em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, conforme dispuser o regulamento".

A alternativa D está incorreta pois os agentes deverão exibir sua identificação funcional, conforme art. 141 do CTE: "A fiscalização direta dos tributos estaduais compete aos agentes do Fisco da Secretaria da Fazenda, que, no exercício de suas funções, deverão, obrigatoriamente, exibir ao sujeito passivo documento de identidade funcional".

A alternativa E está incorreta conforme art. 72, § 1º, do CTE: "Ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros, legatários, donatários ou usufrutuários, ainda que o bem ou direito seja indivisível".

QUESTÃO 37. O Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) ampliou a possibilidade de celebração dos chamados "negócios jurídicos processuais", ao prever, em seu artigo 190, uma cláusula geral de negociabilidade, de acordo com a qual as partes, quando em jogo direitos que admitam autocomposição, podem estipular mudanças no procedimento judicial e convencionar sobre os seus ônus, poderes, suas faculdades e seus deveres processuais.

No âmbito da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, é possível a celebração de negócios jurídicos processuais (NJP) que tenham como objeto, entre outros, planos de amortização de

créditos tributários inscritos em dívida ativa. Nos termos da portaria nº 404-GAB/PGE-GO, de 29 de agosto de 2023, do Procurador-Geral do Estado que regula o instituto,

a) a celebração de NJP com plano de amortização independe de confissão irrevogável e irretratável, por parte do devedor, dos débitos nele inseridos.

b) o NJP que versar sobre plano de amortização de débito pode suspender atos constritivos nos correspondentes processos de execução, bem como a exigibilidade dos créditos tributários correspondentes.

c) nos NJP com plano de amortização de débitos, o valor mínimo das parcelas deve ser superior aos acréscimos da dívida (juros e correção monetária).

d) o NJP que versar sobre plano de amortização de débito protestado exonera o devedor do pagamento de eventuais custas cartorárias.

e) o atraso de mais de 30 dias no pagamento de qualquer das parcelas intermediárias do plano de amortização implicará a imediata rescisão do NJP.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema legislação estadual.

A alternativa A está incorreta, conforme Portaria nº 404-GAB/PGE-GO: "Art. 3º Do NJP que versar sobre plano de amortização de débito, deverá constar obrigatoriamente: I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos nele inseridos".

A alternativa B está incorreta, conforme art. 3º, § 2º, da Portaria nº 404-GAB/PGE-GO: "O NJP que versar sobre plano de amortização do débito pode suspender atos constritivos nos correspondentes processos de execução, não suspendendo, porém, a exigibilidade dos créditos tributários e não tributários".

A alternativa C está correta, conforme art. 3º, § 4º, I, da Portaria nº 404-GAB/PGE-GO: "No NJP com proposta de plano de amortização de débito: o valor mínimo das parcelas deve ser superior aos acréscimos da dívida (juros e correção monetária), de modo a garantir efetiva amortização do saldo devedor".

A alternativa D está incorreta, conforme art. 3º, § 4º, III, da Portaria nº 404-GAB/PGE-GO: "na hipótese de débito protestado, eventuais custas cartorárias devem ser suportadas pelo devedor".

A alternativa E está incorreta, conforme art. 8º da Portaria nº 404-GAB/PGE-GO: "§ 1º Na hipótese de NJP sobre plano de amortização de débitos tributários ou não tributários, implicará a sua rescisão: I - a falta de pagamento de 3 (três) amortizações mensais, consecutivas ou não",

QUESTÃO 38. A Emenda Constitucional nº 132/2023 veiculou a primeira ampla reforma do Sistema Tributário Nacional realizada desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, e seu eixo central é a simplificação da cobrança de impostos sobre o consumo, com vistas a

incentivar o crescimento econômico. De acordo com dispositivo constitucional inserido por esta emenda, o Sistema Tributário Nacional deve observar os seguintes princípios:

a) Simplicidade, transparência, justiça tributária, cooperação e defesa do meio ambiente.

b) Simplicidade, transparência, segurança jurídica, busca do pleno emprego e defesa do meio ambiente.

c) Simplicidade, transparência, legalidade, isonomia e anterioridade.

d) Simplicidade, segurança jurídica, autossuficiência fiscal, isonomia e defesa do meio ambiente.

e) Simplicidade, segurança jurídica, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema princípios de direito tributário.

A alternativa A está correta, conforme art. 145 da CF: "§ 3º O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente".

As alternativas B, C, D e E não refletem o texto constitucional, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 39. No que concerne à competência tributária dos Estados, a principal alteração da Reforma Tributária veiculada pela EC nº 132/2023 é a extinção do ICMS e a criação do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Nos termos da Constituição (e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), com a redação dada pela EC nº 132/2023,

a) o IBS não incidirá sobre a importação e a exportação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizadas por pessoas físicas e jurídicas.

b) uma vez que informado pelo princípio da neutralidade, o IBS terá legislação e alíquota únicas e uniformes em todo o território nacional.

c) o IBS só passará a ser cobrado em 2033, ano em que o ICMS será definitivamente extinto.

d) o IBS só passará a ser cobrado em 2027, à alíquota estadual de 0,05% e à alíquota municipal de 0,05%.

e) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada a competência administrativa de editar regulamento único para o IBS exclusivamente por meio do Comité Gestor do imposto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o tema Imposto sobre Bens e Serviços.

A alternativa A está incorreta, pois o IBS incidirá sobre as importações, conforme art. 156-A, § 1º, II, da CF: "O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte: incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade".

A alternativa B está incorreta, pois a alíquota do IBS não será uniforme em todo o território nacional, podendo os entes estabelecerem suas próprias alíquotas, conforme art. 156-A, § 1º, V, da CF: "cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica".

A alternativa C está incorreta, pois o IBS será cobrado a partir de 2026, conforme art. 125 do ADCT: "Em 2026, o imposto previsto no art. 156-A será cobrado à alíquota estadual de 0,1% (um décimo por cento), e a contribuição prevista no art. 195, V, ambos da Constituição Federal, será cobrada à alíquota de 0,9% (nove décimos por cento)."

A alternativa D está incorreta, pois o IBS será cobrado a partir de 2026, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa E está correta, conforme art. 156-B, I, da CF: "Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos e limites estabelecidos nesta Constituição e em lei complementar, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A: editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto".

QUESTÃO 40. Francisco é sócio-gerente da empresa MBC Ltda., cujos débitos tributários junto à Fazenda Pública Estadual somam o montante de R$ 400.000,00. Ante a constatação de ofício de que a empresa MBC teria deixado de funcionar no seu domicílio fiscal, a autoridade fiscal estadual procedeu ao arrolamento administrativo dos bens imóveis de Francisco, a fim de garantir o recebimento dos referidos créditos tributários. Nos termos da Lei Estadual nº 15.950/2006,

a) a conduta do Fisco só terá sido correta se o valor da dívida for superior a 40% do patrimônio conhecido de Francisco, assim entendido o conjunto de bens e valores constantes de sua declaração de rendimentos apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

b) o arrolamento administrativo de bens gera para o sujeito passivo pessoa física, a partir da data do recebimento do respectivo termo, a obrigação de informar anualmente à Secretaria da Fazenda os bens constantes de sua declaração de rendimentos apresentada à Secretaria da Receita Federal.

c) a conduta do Fisco estadual é incorreta, pois o arrolamento administrativo de bens só é possível em caso de débitos superiores a R$ 500.000,00.

d) a conduta do Fisco estadual é incorreta, pois o arrolamento administrativo só pode recair sobre bens da pessoa jurídica contribuinte, não podendo se estender ao patrimônio de seus sócios.

e) a partir da data da ciência do ato de arrolamento, Francisco fica impedido de alienar seus bens imóveis arrolados, enquanto não quitar os débitos pendentes em nome da empresa MBC Ltda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema legislação tributária estadual.

A alternativa A está incorreta, pois o percentual deve ser de 30%, conforme art. 3º, I, da Lei Estadual nº 15.950/2006: "O arrolamento de bens e direitos deve ser feito quando, cumulativamente: o sujeito passivo possuir débitos inscritos ou não em dívida ativa que, somados, ultrapassem 30% (trinta por cento) do patrimônio conhecido".

A alternativa B está correta, conforme art. 4º, II, b, da Lei Estadual nº 15.950/2006: "O sujeito passivo será notificado do ato de arrolamento, ficando, a partir da data de recebimento do respectivo termo, obrigado a: informar, anualmente, à Secretaria da Fazenda: os bens constantes de sua declaração de rendimentos apresentada à Secretaria da Receita Federal, relativamente ao exercício base imediatamente anterior no caso de pessoa física".

A alternativa C está incorreta, pois o montante deve ser de R$ 100.000,00, conforme art. 3º, II, da Lei Estadual nº 15.950/2006: "O arrolamento de bens e direitos deve ser feito quando, cumulativamente: (...) o montante do débito tributário de que trata o inciso I for superior a R$100.000,00 (cem mil reais)".

A alternativa D está incorreta, pois o arrolamento de bens pode recair sobre bens e direitos do responsável tributário, conforme art. 2º, I, da Lei Estadual nº 15.950/2006: "O arrolamento de bens e direitos previsto nesta Lei aplica-se exclusivamente aos contribuintes em débito para com a Fazenda Pública Estadual, alcançando ainda os bens e direitos: do responsável tributário". Nesse sentido, vale lembrar a Súmula 435 do STJ: "Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente".

A alternativa E está incorreta, pois o arrolamento não impede a alienação, devendo o sujeito passivo informar a ocorrência da alienação e oferecer outro bem para arrolamento, conforme Lei Estadual nº 15.950/2006: "Art. 4º O sujeito passivo será notificado do ato de arrolamento, ficando, a partir da data de recebimento do respectivo termo, obrigado a: I - comunicar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva ocorrência, à Secretaria da Fazenda toda e qualquer alienação, oneração ou transferência dos bens e direitos arrolados; (...) III - oferecer para arrolamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do ato de alienação, oneração ou transferência, outro bem de sua propriedade, em substituição ao alienado, onerado ou transferido."

QUESTÃO 41. Nos termos da Constituição Federal, após a EC nº 132, de 2023, e considerando a interpretação preconizada na jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)

a) não pode ser cobrado por Estado diverso daquele em que o veículo automotor tenha sido licenciado.

b) não se submete, quanto a nenhum de seus elementos, à anterioridade nonagesimal, mas apenas à anterioridade anual.

c) incide também, como regra, sobre aeronaves, mas não incide sobre tratores e máquinas agrícolas.

d) não incide sobre veículos de propriedade dos Municípios, mas incide sobre veículos adquiridos por estes entes mediante alienação fiduciária.

e) terá suas alíquotas mínimas fixadas por resolução do Congresso Nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

A alternativa A está incorreta, pois o STF entende que o Estado competente para cobrar o IPVA é aquele em que o contribuinte é domiciliado: "(...) 1. Cuida-se, na origem, de ação por meio da qual empresa proprietária de veículos automotores busca declaração judicial de que não está sujeita à cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) por parte do Estado em que se encontra domiciliada, mas sim pelo Estado em que licenciados os veículos. (...) 7. Tese para fins de repercussão geral: "A Constituição autoriza a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) somente pelo Estado em que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário." (RE 1016605, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 16-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-293 DIVULG 15-12-2020 PUBLIC 16-12-2020)

A alternativa B está incorreta, pois apenas a definição da base de cálculo do IPVA não se submete à anterioridade nonagesimal, mas alíquotas, por exemplo, sim, conforme art. 150, § 1º, parte final, da CF: "A vedação do inciso III, *b,* não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, *c,* não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I".

A alternativa C está correta, conforme disposição constitucional: "Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (...) III - propriedade de veículos automotores. (...) § 6º O imposto previsto no inciso III: (...) III - incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, excetuados: (...) d) tratores e máquinas agrícolas.

A alternativa D está incorreta, pois o IPVA também não incidirá nos veículos adquiridos pelo Município mediante alienação fiduciária, conforme entendimento do STF: "IPVA – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – ADQUIRENTE – PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. Incide a imunidade prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, em se tratando de contrato de alienação fiduciária em que pessoa jurídica de direito público surge como devedora. (RE 727851, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 22-06-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-179 DIVULG 16-07-2020 PUBLIC 17-07-2020)

A alternativa E está incorreta, pois o conforme art. 155, § 6º, I, da CF, o IPVA "terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal".

QUESTÃO 42. O Código Tributário Nacional prevê, como modalidades de exclusão do crédito tributário, a isenção e a anistia. Nos termos do código e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

a) a legislação tributária que disponha sobre a outorga de anistia deve ser interpretada literalmente.

b) a lei que concede a anistia não pode estendê-la às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

c) à luz do princípio da igualdade tributária, é vedada a concessão de isenção restrita a determinada região do território da entidade tributante.

d) a revogação de isenção fiscal não equivale à instituição ou à majoração de tributo, razão pela qual não se submete as regras constitucionais de anterioridade.

e) as isenções de qualquer espécie podem ser revogadas ou modificadas por lei a qualquer tempo, observadas apenas as regras constitucionais de anterioridade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema exclusão do crédito tributário.

A alternativa A está correta, conforme art. 111, I, do CTN: "Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: suspensão ou exclusão do crédito tributário".

A alternativa B está incorreta pois, se houver disposição em contrário, as infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas poderão ser abrangidas pela anistia, conforme art. 180, II, do CTN: "A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando: salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas".

A alternativa C está incorreta pois, conforme art. 176, parágrafo único, do CTN, "a isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares".

A alternativa D está incorreta pois o STF entende que a revogação de isenção equivale a aumento indireto de tributo, sujeitando-se ao princípio da anterioridade: "(...) Promovido aumento indireto do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS por meio da revogação de benefício fiscal, surge o dever de observância ao princípio da anterioridade, geral e nonagesimal, constante das alíneas "b" e "c" do inciso III do artigo 150, da Carta. (...) (RE 564225 AgR, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 02-09-2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 17-11-2014 PUBLIC 18-11-2014) (Info 757)

A alternativa E está incorreta pois a regra não se aplica à isenção condicional, conforme art. 178 do CTN: "A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. 104".

QUESTÃO 43. Devido a um volume absolutamente anormal de chuvas, geradas por eventos climáticos atípicos, diversas cidades do Estado enfrentaram grandes alagamentos e severos danos a sua infraestrutura. Neste cenário, o Governador pretende, entre as políticas públicas destinadas à reconstrução das cidades, estabelecer uma moratória para o ICMS, de acordo com a qual os contribuintes poderão deixar de recolher o imposto devido nos três meses subsequentes, podendo pagar o valor retido, sem multa ou juros de mora, em 24 parcelas mensais a partir do quarto mês. Nos termos do Código Tributário do Estado de Goiás (Lei Estadual nº 11.651/1991) e da jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal,

a) a moratória é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assim como a transação, a remissão, a prescrição e a decadência.

b) o diferimento ou a postergação do pagamento de ICMS será inconstitucional se o Estado não realizar os repasses aos Municípios, como se o tributo tivesse sido recolhido normalmente, uma vez que a Constituição estabelece que parcela do produto do ICMS pertence a estes entes (art. 158, IV).

c) a medida idealizada pelo Governador do Estado consiste, mais precisamente, em um parcelamento, que é modalidade de extinção do crédito tributário.

d) a moratória idealizada pelo Governador do Estado é impossível, pois o Código Tributário Estadual só permite o diferimento do pagamento em no máximo 12 parcelas mensais.

e) o diferimento ou a postergação do pagamento do ICMS não viola a regra de repartição de receitas tributárias prevista no art. 158, IV, da CF, desde que seja preservado o repasse da parcela pertencente aos Municípios quando do efetivo ingresso do tributo nos cofres públicos estaduais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda os temas suspensão da exigibilidade do crédito tributário e repartição de receitas tributárias.

A alternativa A está incorreta pois a transação, a remissão, a prescrição e a decadência são hipóteses de extinção do crédito tributário, conforme art. 156 do CTN: "Extinguem o crédito tributário: (...) III - a transação; IV - remissão; V - a prescrição e a decadência".

A alternativa B está incorreta pois contraria a tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 1.172: "Os programas de diferimento ou postergação de pagamento de ICMS - a exemplo do FOMENTAR e do PRODUZIR, do Estado de Goiás - não violam o sistema constitucional de repartição de receitas tributárias previsto no art. 158, IV, da Constituição Federal, desde que seja preservado o repasse da

parcela pertencente aos Municípios quando do efetivo ingresso do tributo nos cofres públicos estaduais".

A alternativa C está incorreta pois o parcelamento é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme art. 151 do CTN: "Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: (...) VI – o parcelamento".

A alternativa D está incorreta pois o limite é de 24 parcelas mensais, conforme estabelecido no Código Tributário Estadual: "Art. 189. Não constitui moratória o parcelamento de créditos tributários decorrentes de procedimentos administrativos, inclusive confissões de dívidas na esfera administrativa ou judicial, com acréscimo de multa e de juros de mora sobre as prestações vincendas. Parágrafo único. O regulamento estabelecerá os procedimentos, as condições e os requisitos exigidos para a concessão de moratória, observado o limite máximo de 24 (vinte e quatro) parcelas mensais."

A alternativa E está correta conforme tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 1.172: "Os programas de diferimento ou postergação de pagamento de ICMS - a exemplo do FOMENTAR e do PRODUZIR, do Estado de Goiás - não violam o sistema constitucional de repartição de receitas tributárias previsto no art. 158, IV, da Constituição Federal, desde que seja preservado o repasse da parcela pertencente aos Municípios quando do efetivo ingresso do tributo nos cofres públicos estaduais".

QUESTÃO 44. No sistema constitucional brasileiro, o Poder Legislativo Federal é bicameral. Enquanto a Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo, o Senado Federal é composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal, segundo expressamente dispõe o art. 46 da CF. Justamente por isso, a Constituição atribui ao Senado importantes competências relacionadas aos impostos estaduais. Nos termos da Constituição, compete ao Senado fixar

a) as alíquotas de ICMS aplicáveis a operações que destinem mercadorias para o exterior.

b) as alíquotas máxima e mínima para o IPVA.

c) a alíquota de referência do IBS, que será aplicada obrigatoriamente em todos os Estados e Municípios, vedado ser fixada outra alíquota por lei estadual ou municipal.

d) as alíquotas máximas do ITCD.

e) por meio de resolução, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, as alíquotas de ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema impostos estaduais.

A alternativa A está incorreta pois sequer incide ICMS nas operações que envolvam exportação de mercadorias para o exterior, conforme art. 155, § 2º, X, a, da CF: "não incidirá: sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior,

assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores".

A alternativa B está incorreta pois o Senado fixará apenas as alíquotas mínimas, conforme art. 155, § 6º, I, da CF: "O imposto previsto no inciso III: terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal".

A alternativa C está incorreta pois os entes subnacionais poderão fixar suas próprias alíquotas, conforme art. 156-A, § 1º, V, da CF: "cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica".

A alternativa D está correta, conforme art. 155, § 1º, IV, da CF: "O imposto previsto no inciso I: terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal".

A alternativa E está incorreta pois a resolução poderá ser de iniciativa de um terço dos Senadores, conforme art. 155, § 2º, IV, da CF: "resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação".

QUESTÃO 45. A despeito de existir controvérsia doutrinária acerca do tema, o Código Tributário Nacional prevê como espécies tributárias os impostos, as taxas e as contribuições de melhora. Acerca das taxas, é INCORRETO afirmar.

a) A instituição de taxas para o custeio do serviço de segurança pública é inconstitucional, ante a ausência dos requisitos da especificidade e da divisibilidade do serviço.

b) As taxas diferem dos impostos por serem instituídas como contrapartida a uma atuação estatal especifica, razão pela qual a cobrança da taxa de polícia demanda prova da efetiva ocorrência de atividade fiscalizatória estatal sobre o contribuinte.

c) Uma vez que a Justiça Comum Estadual presta o serviço público de exercício da jurisdição, compete aos Estados fixar, por lei, taxas judiciárias, que podem ter como base de cálculo o valor da causa nos processos judiciais promovidos junto à Justiça Estadual, desde que a legislação fixe limites máximos e-respeite a razoabilidade.

d) As taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos, sendo constitucional, todavia, a adoção para seu cálculo, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

e) É inconstitucional a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda o tema taxa.

A alternativa A está incorreta pois traz uma assertiva verdadeira, conforme tese fixada no Tema 16 (RE 643247): "A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da

atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como a viabilizá-la a arrecadação de impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para tal fim".

A alternativa B está correta pois traz uma assertiva falsa, conforme entendimento do STF no sentido de que é legítima a cobrança da taxa pelo exercício do poder de polícia (p.ex. taxa de fiscalização) quando presente órgão e estrutura administrativa que execute a atividade fiscalizatória, de modo que é dispensável a comprovação do exercício efetivo de fiscalização ao sujeito passivo. A matéria é inclusive objeto de recurso com repercussão geral julgada: Tema 217 (RE 588322). É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.

A alternativa C está incorreta, pois traz uma assertiva verdadeira, conforme entendimento do STF noticiado no Informativo 980: "É válida a utilização do valor da causa como base de cálculo das taxas judiciárias e custas judiciais estaduais, desde que haja fixação de alíquotas mínimas e máximas e mantida razoável correlação com o custo da atividade prestada". "ADI 1926 / PE. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Relator(a): Min. LUÍS ROBERTO BARROSO Julgamento: 17/04/2020 (Virtual).

A alternativa D está incorreta, pois traz uma assertiva verdadeira, conforme Súmula Vinculante nº 29: "É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra".

A alternativa E está incorreta, pois traz uma assertiva verdadeira, conforme entendimento do STF: "EMENTA: ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. ESTABELECIMENTO OFICIAL. COBRANÇA DE TAXA DE MATRÍCULA. INADMISSIBILIDADE. EXAÇÃO JULGADA INCONSTITUCIONAL. I - A cobrança de matrícula como requisito para que o estudante possa cursar universidade federal viola o art. 206, IV, da Constituição. II - Embora configure ato burocrático, a matrícula constitui formalidade essencial para que o aluno tenha acesso à educação superior. III - As disposições normativas que integram a Seção I, do Capítulo III, do Título VIII, da Carta Magna devem ser interpretadas à dos princípios explicitados no art. 205, que configuram o núcleo axiológico que norteia o sistema de ensino brasileiro. (RE 500171, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 13-08-2008, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-202 DIVULG 23-10-2008 PUBLIC 24-10-2008 EMENT VOL-02338-05 PP-01014 LEXSTF v. 30, n. 360, 2008, p. 174-198)".

QUESTÃO 46. O sistema tributário brasileiro é tido como um dos mais complexos do mundo, e o ICMS é recorrentemente apontado como um dos grandes responsáveis por esta complexidade. A legislação de regência deste imposto é extensa, abrangendo leis complementares federais, resoluções do Senado Federal, convênios celebrados entre os Estados e leis e regulamentos estaduais. A operacionalização do ICMS é particularmente complexa para as empresas, quando se trata de operações interestaduais de circulação de mercadorias. Nos termos da Constituição, da legislação complementar federal vigente e da jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal,

a) nas operações que destinem mercadorias a consumidor final localizado em outro Estado, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual será sempre do remetente.

b) nas operações que destinem mercadoria a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, caberá ao Estado de destino o ICMS com a alíquota interestadual, e ao Estado de origem, o imposto correspondente à diferença entre a sua alíquota interna e a alíquota interestadual.

c) nas operações que destinem mercadorias a consumidor final localizado em outro Estado, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual depende de quem seja o destinatário.

d) a cobrança do diferencial de alíquota de ICMS nas operações destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto, localizado em outro Estado, prescinde de edição de lei complementar veiculadora de normas gerais, haja vista a completude normativa do dispositivo constitucional que a embasa e a existência pretérita de previsão das alíquotas internas nas leis estaduais.

e) a Lei Complementar Federal nº 190, de 4 de janeiro de 2022, que previu a cobrança do DIFAL nas operações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do imposto, só pode gerar efeitos a partir do exercício de 2023, por força das regras constitucionais de anterioridade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema diferencial de alíquotas de ICMS.

A alternativa A está incorreta pois a responsabilidade pelo recolhimento do Diferencial de Alíquota do ICMS dependerá do destinatário da mercadoria, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa B está incorreta pois cabe ao Estado de origem a alíquota interestadual e ao Estado de destino o diferencial de alíquota do ICMS, conforme art. 155, § 2º, VII, da CF: "nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual".

A alternativa C está correta, conforme art. 155, § 2º, VIII, da CF: "a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída: a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto; b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto".

A alternativa D está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema 1093: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais.

A alternativa E está incorreta, pois contraria o entendimento do STF noticiado no Informativo 1.119: "A aplicação da LC 190/2022, que regulamentou a cobrança do Diferencial de Alíquotas do ICMS (Difal), não precisa observar os prazos constitucionais de anterioridade anual e nonagesimal, porque não houve instituição ou majoração de tributo. No entanto, o legislador complementar pode determinar prazo de 90 dias para a cobrança do Difal/ICMS de forma a garantir maior previsibilidade para os contribuintes"

(ADI 7066, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 29-11-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 03-05-2024 PUBLIC 06-05-2024).

QUESTÃO 47. Raul é proprietário de 3 apartamentos de alto padrão em Goiânia. Decidido a ter uma vida com menos bens materiais, Raul resolve doar estes imóveis. Doa o primeiro para instituição religiosa regularmente instituída que costuma frequentar, para fins de caridade. O segundo e o terceiro imóveis são doados, respectivamente, para seus irmãos Renato e Ricardo. Todas as três doações são lavradas mediante escritura pública e registradas no cartório de registro de imóveis competente em 5 de junho de 2024. A lavratura e o registro das respectivas escrituras se deu sem o recolhimento prévio do ITCD e os atos não foram informados ao Fisco Estadual. Neste cenário e considerando o disposto na Lei Estadual nº 11.651/1991 (Código Tributário do Estado de Goiás) e demais legislações vigentes, o ITCD é devido

a) quanto às três doações, e o Fisco estadual terá 5 anos, a partir de 5 de junho de 2024, para realizar o lançamento do tributo, sob pena de decadência.

b) quanto às três doações; a instituição religiosa é contribuinte do imposto relativo à primeira doação, e o tabelião que lavrou as três escrituras de doação está exclusivamente sujeito a multa.

c) apenas quanto às doações realizadas em favor de Renato e Ricardo, a instituição religiosa donatária e o tabelião que lavrou as escrituras de doação estão exclusivamente sujeitos a multa, se deixarem de informar tempestivamente o Fisco estadual.

d) apenas quanto às doações realizadas em favor de Renato e Ricardo, e o Fisco estadual terá 5 anos, a partir de 5 de junho de 2024, para realizar o lançamento do tributo, sob pena de decadência.

e) apenas quanto às doações realizadas em favor de Renato e Ricardo, e o Fisco estadual terá 5 anos, a partir de 1º de janeiro de 2025, para realizar o lançamento do tributo, sob pena de decadência.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão aborda o tema ITCD.

A alternativa A está incorreta pois não incide ITCD sobre a transmissão ou doação em que figure como adquirente templo de qualquer culto, conforme art. 80, I, b, do CTE: "O ITCD não incide sobre a transmissão ou doação: em que figurem como adquirentes: (...) b) templo de qualquer culto".

A alternativa B está incorreta pois não incide ITCD sobre a transmissão ou doação em que figure como adquirente templo de qualquer culto, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está incorreta pois não há previsão legal de solidariedade da instituição religiosa, apenas do tabelião, conforme art. 82, II, do CTE: "São solidariamente obrigados pelo pagamento do ITCD devido pelo contribuinte ou responsável: o tabelião, o escrivão e os demais serventuários de justiça, em relação

aos atos praticados por eles ou perante eles, em razão de seu ofício, bem como a autoridade judicial que não exigir o cumprimento do disposto neste inciso".

A alternativa D está incorreta pois o prazo decadencial será iniciado em 1º de janeiro de 2025, conforme comentários à alternativa E.

A alternativa E está correta pois, embora o ITCD no Estado de Goiás seja tributo sujeito a lançamento por homologação, nos termos do art. 84 do CTE, a questão deixa claro que não houve declaração, a atrair a regra do art. 173, I, do CTN, conforme a súmula 555 do STJ: "Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa".

QUESTÃO 48. Segundo o último relatório "Justiça em Números", publicado pelo Conselho Nacional de Justiça em maio de 2024, as execuções fiscais correspondiam, no final do ano de 2023, a 31% de todos os casos em andamento no Poder Judiciário brasileiro, o que corresponde, em números absolutos, a mais 26 milhões de processos. Acerca destes processos e de sua lei de regência (Lei nº 6.830/1980), NÃO CORRESPONDE à tese vinculante fixada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça:

a) É ilegítima a extinção, pelo Judiciário, de execução fiscal de baixo valor com fundamento na ausência de interesse de agir, cabendo a cada ente federativo definir, no exercício de sua autonomia administrativa e observadas as exigências legais, a melhor maneira de cobrar seu estoque de dívida ativa.

b) O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: i) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e ii) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida.

c) O prazo de 1 ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional, previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da LEF, tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido.

d) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente as matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.

e) Findo o prazo de 1 ano de suspensão de que trata o art. 40, §§ 1º e 2º da LEF, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável, havendo ou não petição da Fazenda Pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema execução fiscal.

A alternativa A está correta pois traz uma afirmativa falsa acerca da tese fixada pelo STF no Tema nº 1.184: "1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo

em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado".

A alternativa B está incorreta pois traz uma afirmativa verdadeira acerca da tese fixada pelo STF no Tema nº 1.184: "2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida".

A alternativa C está incorreta pois traz uma afirmativa verdadeira acerca da tese fixada pelo STJ no Tema nº 566: "O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução".

A alternativa D está incorreta pois traz uma afirmativa verdadeira conforme enunciado nº 393 da súmula de jurisprudência o Superior Tribunal de Justiça: "A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente as matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória".

A alternativa E está incorreta pois traz uma afirmativa verdadeira acerca da tese fixada pelo STJ no Tema nº 567: "Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável".

QUESTÃO 49. A partir de uma lógica fundada na ideia de supremacia do interesse público, o Código Tributário Nacional (CTN) prevê uma série de regras que veiculam garantias e privilégios do crédito tributário. Entre estas regras, dispõe o parágrafo único do art. 187 que os créditos da União têm preferência sobre os créditos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enquanto os créditos estaduais têm preferência sobre créditos municipais. Em 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal se manifestou sobre a compatibilidade deste dispositivo com a Constituição vigente, tendo decidido que a norma prevista no parágrafo único do art. 187 do CTN

a) não foi recepcionada pela Constituição, pois a preferência deve recair sobre os créditos municipais, uma vez que compete aos Municípios a prestação dos serviços de saúde básica e de educação fundamental.

b) foi plenamente recepcionada pela Constituição, porquanto à União cabem as competências legislativas e materiais socialmente mais relevantes, e aos Estados, competências materiais mais relevantes do que aquelas atribuídas pela Constituição aos Municípios.

c) não foi plenamente recepcionada pela Constituição, porquanto não há fundamento constitucional para distinguir créditos estaduais e municipais, sendo legitima apenas a atribuição de privilégio aos créditos da União.

d) não foi recepcionada pela Constituição, porquanto incompatível com o art. 19, III, da Constituição e a ideia de isonomia entre os entes federativos.

e) deve ser interpretada conforme à Constituição, devendo ter preferência, na hipótese de concurso de créditos, o ente federativo que estiver com seu estoque de precatórios mais atrasado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema garantias e privilégios do crédito tributário.

Conforme entendimento do STF: "3. A definição de hierarquia na cobrança judicial dos créditos da dívida pública da União aos Estados e Distrito Federal e esses aos Municípios descumpre o princípio federativo e contraria o inc. III do art. 19 da Constituição da República de 1988. 4. Cancelamento da Súmula n. 563 deste Supremo Tribunal editada com base na Emenda Constitucional n. 1/69 à Carta de 1967. 5. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada procedente para declarar não recepcionadas pela Constituição da República de 1988 as normas previstas no parágrafo único do art. 187 da Lei n. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e no parágrafo único do art. 29 da Lei n. 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais).(ADPF 357, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 24-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)".

As alternativas A, B, C e E não refletem o entendimento do STF, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 50. A Lei Estadual nº 16.469/2009 regula o processo administrativo tributário junto à Fazenda do Estado de Goiás. Para tanto, estabelece prazos para a prática de atos processuais do Processo Contencioso Fiscal. De acordo com a Lei Estadual nº 16.469/2009, é de

a) 30 dias, contados da intimação da sentença do Julgador de Primeira Instância, o prazo para que o sujeito passivo apresente recurso voluntário ou pague a quantia exigida.

b) 30 dias, contados da intimação do Auto de Infração, o prazo para o sujeito passivo pagar a quantia exigida ou apresentar impugnação.

c) 15 dias, contados da intimação do Auto de Infração, o prazo para o sujeito passivo pagar a quantia exigida ou apresentar impugnação.

d) 15 dias, contados da intimação do Auto de Infração, o prazo para o sujeito passivo pagar a quantia exigida, e de 30 dias, contados do mesmo termo inicial, o prazo para apresentação de impugnação.

e) 15 dias, contados da intimação, o prazo para que o sujeito passivo exiba documento, livro ou objeto, em razão de determinação do Julgador de Primeira Instância, da Câmara Julgadora ou do Conselho Superior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda o tema legislação tributária estadual.

A alternativa A está incorreta pois o prazo em questão é de 15 dias, conforme Lei Estadual nº 16.469/2009: "Art. 34. Os atos processuais do Processo Contencioso Fiscal devem ser realizados nos seguintes prazos, sem prejuízo de outros especialmente previstos: (...) II - 15 (quinze) dias contados da intimação: (...) b) da sentença, para o sujeito passivo apresentar recurso voluntário ou pagar a quantia exigida".

A alternativa B está correta, conforme Lei Estadual nº 16.469/2009: "Art. 34. Os atos processuais do Processo Contencioso Fiscal devem ser realizados nos seguintes prazos, sem prejuízo de outros especialmente previstos: I - 30 (trinta) dias, contados da intimação: a) do Auto de Infração, da consignação em termo de alteração do valor da exigência do crédito tributário, ou do termo de revelia, para o sujeito passivo pagar a quantia exigida ou apresentar impugnação"

A alternativa C está incorreta pois o prazo em questão é de 30 dias, conforme comentários à alternativa B.

A alternativa D está incorreta pois ambos os prazos em questão são de 30 dias, conforme comentários à alternativa B.

A alternativa E está incorreta pois o prazo em questão é de 30 dias, conforme Lei Estadual nº 16.469/2009: "Art. 34. Os atos processuais do Processo Contencioso Fiscal devem ser realizados nos seguintes prazos, sem prejuízo de outros especialmente previstos: I - 30 (trinta) dias, contados da intimação: (...) d) para o sujeito passivo exibir documento, livro ou objeto, em razão de determinação do Julgador de Primeira Instância, da Câmara Julgadora ou do Conselho Superior".

QUESTÃO 51. Considere que o Estado pretenda implementar um programa de incentivo fiscal, com redução da alíquota de ICMS, para estimular a produção e a venda de carros elétricos e híbridos, dentro do escopo de metas de ESG e transição energética. Argumenta-se, ainda, que a instalação de uma nova fábrica no interior do Estado irá gerar mais empregos, estimular diversos setores do comércio e da cadeia produtiva, gerando, assim, aumento da arrecadação de impostos estaduais. De acordo com a disciplina estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal, a medida deve vir acompanhada da demonstração de seu impacto no exercício que entrar em vigor e nos dois subsequentes.

a) e, na hipótese de ensejar comprometimento das metas fiscais, condiciona-se à implementação de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

b) bem como de comprovação de seus benefícios econômicos e sociais e, para sua implementação, de que a redução de receitas ficará circunscrita aos próximos dois exercícios, sendo progressivamente compensada pelo aumento incremental da arrecadação.

c) podendo ser implementada caso o montante de renúncia fiscal gerado pelo programa seja neutralizado com aumento de arrecadação ou redução de despesas de custeio nos dois exercícios subsequentes, com previsão de medidas compensatórias específicas.

d) e, caso enseje renúncia de receitas, somente poderá ser implementada se expressamente considerada na Lei de Diretrizes Orçamentárias e desde que a sua implementação não comprometa as metas fiscais estabelecidas no Plano Plurianual.

e) e, para sua implementação, não poderá ensejar extrapolação do limite estabelecido como margem de crescimento de despesas de caráter continuado, fixado na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual, dado tratar-se de gasto fiscal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema renúncia de receitas.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com o disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF exige que a concessão de benefícios fiscais que resultem em renúncia de receita seja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes. Além disso, caso a medida afete as metas fiscais, devem ser adotadas medidas de compensação, como aumento de receita através de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, conforme art. 14, II, da LRF: "estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição".

A alternativa B está incorreta, pois, embora mencione corretamente a necessidade de demonstração dos benefícios econômicos e sociais, esta alternativa introduz conceitos não previstos na LRF, como a limitação da redução de receitas aos próximos dois exercícios e a compensação progressiva pelo aumento incremental da arrecadação.

A alternativa C está incorreta, pois, embora contenha elementos corretos, como a necessidade de compensação da renúncia fiscal, a LRF não permite medidas compensatórias de redução de despesas de despesas, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D es Apesar de mencionar corretamente a relação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), esta alternativa não reflete precisamente as exigências da LRF. A lei não condiciona a implementação de renúncias fiscais apenas à sua inclusão na LDO e à não afetação das metas do Plano Plurianual (PPA).

e) Incorreta. Esta alternativa confunde conceitos da LRF. A renúncia de receita não está diretamente relacionada ao limite de crescimento de despesas de caráter continuado. Além disso, a caracterização como "gasto fiscal" não é precisa no contexto da LRF.

QUESTÃO 52. De acordo com a disciplina estabelecida na Constituição Federal para as denominadas emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual, tem-se que a alocação e a transferência de tais recursos do Orçamento da União para aplicação por Estados e Municípios.

a) são expressamente vedadas, excetuando-se a utilização para fins de complementação do percentual das transferências obrigatórias a título de participação no produto da arrecadação de impostos da União, mediante abertura de crédito suplementar.

b) podem se dar por transferência especial, que prescinde da celebração de convênio ou instrumento congênere, para aplicação em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado, sendo, necessariamente, 70% do montante aplicado em despesas de capital.

c) integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, bem como de endividamento do ente federado, devendo ao menos 30% ser utilizado para pagamento do serviço da dívida perante a União.

d) não serão computadas para efeito de comprovação do gasto mínimo com saúde, no percentual fixado na Constituição, salvo se a transferência for feita mediante convênio bipartite no âmbito do Sistema Único de Saúde com contrapartida do ente beneficiário em valor superior.

e) dependem de celebração de convênio com delimitação da programação finalística, dispensando-se o instrumento apenas para alocações no âmbito da própria União ou em situação de emergência ou calamidade pública, para aplicação nas correspondentes ações de enfrentamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema emenda individual impositiva ao projeto de Lei Orçamentária Anual.

A alternativa A está incorreta pois a Constituição Federal não veda expressamente a alocação e transferência de recursos de emendas individuais impositivas para Estados e Municípios. Pelo contrário, o art. 166-A, § 1º, inciso I, da CF/88 prevê a possibilidade de transferência especial: "Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de: I - transferência especial; ou II - transferência com finalidade definida."

A alternativa B está correta pois está em conformidade com o art. 166-A, § 1º, inciso I, e § 2º, inciso II, da CF/88. O dispositivo prevê a transferência especial, sem necessidade de convênio, e estabelece que 70% do montante transferido deve ser aplicado em despesas de capital: "§ 2º Na transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo, os recursos: I - serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere; II - pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira; e III - serão aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado, observado o disposto no § 5º deste artigo. [...] § 5º Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do caput deste artigo deverão ser aplicadas em despesas de capital, observada a restrição a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo."

A alternativa C está incorreta pois contraria o disposto no art. 166-A, § 1º, da CF/88, que estabelece que as transferências especiais não integrarão a receita do Estado, Distrito Federal e Municípios para fins

de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal e de endividamento do ente federado:"§ 1º Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, e com pensionistas; e II - encargos referentes ao serviço da dívida."

A alternativa D está incorreta pois a Constituição Federal não estabelece essa regra específica para o cômputo das transferências especiais no gasto mínimo com saúde. O art. 166-A da CF/88 não faz menção a essa condição. Não há dispositivo constitucional específico que fundamente esta alternativa.

A alternativa E está incorreta pois mistura conceitos e não está de acordo com o previsto na Constituição. O art. 166-A, § 1º, inciso I, e § 2º, inciso I, da CF/88 prevê justamente que a transferência especial dispensa a celebração de convênio ou instrumento congênere: "§ 2º Na transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo, os recursos: I - serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere;"

QUESTÃO 53. Considere que o Estado pretenda contrair um empréstimo na forma de operação de antecipação de receita orçamentária (ARO). Para fazer frente a déficit de caixa, verificado no mês de agosto do exercício, em função de queda expressiva da arrecadação. De acordo com as disposições constitucionais e a disciplina da matéria pela Lei de Responsabilidade Fiscal,

a) não se trata de operação de crédito, mas, sim, de antecipação de créditos futuros, dispensando autorização legislativa específica e sujeita à autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários, caso efetuada no mercado de capitais.

b) trata-se de operação de securitização de recebíveis, equiparada a operação de crédito para fins de cômputo no limite de endividamento do ente, cuja realização é permitida, observada a normatização pertinente, salvo no último ano do mandato do chefe do executivo.

c) o Estado deverá liquidar a operação, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro do mesmo exercício, e não poderá celebrar a operação caso exista outra da mesma natureza não integralmente resgatada.

d) trata-se de operação vedada, exceto se o ente tiver extrapolado o limite estabelecido pelo Senado Federal para contratações de operações de crédito ordinárias, podendo, em tal hipótese, obter autorização excepcional para contratar ARO

e) apenas os encargos e os juros serão adicionados ao saldo da dívida liquida fundada para efeito de cômputo do limite de endividamento do ente, cabendo o resgate total da operação até o final do exercício subsequente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.

A alternativa A está incorreta pois a operação de antecipação de receita orçamentária (ARO) é considerada uma operação de crédito, conforme o art. 29, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF): "Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições: [...] III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;". Além disso, a ARO requer autorização legislativa específica, de acordo com o art. 32, §1º, da LRF: "Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. § 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições: I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;"

A alternativa B está incorreta pois a ARO não é uma operação de securitização de recebíveis, mas sim uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, conforme definido no art. 38 da LRF: "Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:". A proibição no último ano de mandato está correta (art. 38, IV, b, da LRF): "IV - estará proibida: [...] b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal."

A alternativa C está correta. Esta alternativa está em conformidade com o art. 38, incisos I e II, da LRF: "I - realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício; II - deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;"

A alternativa D está incorreta, conforme art. 38, §3º, da LRF: "Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes: [...] § 3º As operações de que trata este artigo não serão computadas para efeito do que dispõe o inciso III do art. 167 da Constituição, desde que liquidadas no prazo definido no inciso II do caput." Este parágrafo estabelece que as operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) não são computadas para efeito do limite estabelecido no art. 167, III, da Constituição Federal (a chamada "regra de ouro"). Portanto, a extrapolação do limite de operações de crédito ordinárias não tem relação direta com a possibilidade de contratar ARO. A operação de ARO não é vedada nem excepcionalmente permitida em função do limite de endividamento, mas sim regulada pelas condições específicas estabelecidas no próprio art. 38 da LRF.

A alternativa E está incorreta, conforme art. 29, I, e art. 38, II, da LRF: "Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições: I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;". "Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes: [...] II - deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;". A ARO, por definição, não se enquadra no

conceito de dívida pública consolidada ou fundada, pois deve ser liquidada dentro do mesmo exercício financeiro, até 10 de dezembro, conforme o art. 38, II. Portanto, a afirmação de que "apenas os encargos e os juros serão adicionados ao saldo da dívida líquida fundada" está incorreta, pois a operação de ARO como um todo não integra a dívida fundada. Além disso, o prazo de resgate mencionado na alternativa (até o final do exercício subsequente) está em desacordo com o estabelecido no art. 38, II, que determina a liquidação até 10 de dezembro do mesmo ano.

QUESTÃO 54. O mecanismo estabelecido pela Constituição Federal para a desvinculação de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro 2032, das receitas relativas a impostos, taxas ou multas,

a) excetua de sua aplicação as transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei.

b) permite que até 30% dos recursos destinados ao FUNDEB sejam de livre aplicação por Estados e Municípios.

c) alcança a integralidade dos recursos destinados por lei a fundos de despesa, salvo os do Judiciário, dos Tribunais de Contas, da Defensoria Pública e das Procuradorias dos Estados.

d) aplica-se a todos os entes federados e permite a desvinculação de até 50% de recursos de impostos e da integralidade daqueles provenientes de taxas e multas.

e) aplica-se apenas à União e aos Estados e Distrito Federal, em caráter facultativo, não sendo extensível aos Municípios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema Desvinculação de Receita de Estados e Municípios (DREM).

A alternativa A está correta pois reflete corretamente o disposto no artigo 76-A, §1º, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal. Este dispositivo estabelece que a desvinculação não se aplica às transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei: "Art. 76-A. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. § 1º Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput: I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;"

A alternativa B está incorreta conforme o artigo 76-A, §1º, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal. Este dispositivo estabelece que a desvinculação não se aplica aos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino: "Art. 76-A. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por

cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. § 1º Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput.

A alternativa C está incorreta pois a desvinculação não alcança a integralidade dos recursos destinados por lei a fundos de despesa. O artigo 76-A do ADCT limita a desvinculação a 30% das receitas dos Estados e do Distrito Federal. Por sua vez, conforme parágrafo único do art. 76-A do ADCT "Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput: V - fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

A alternativa D está incorreta pois a desvinculação não permite a desvinculação de até 50% de recursos de impostos, mas ao limite de 30% para a desvinculação de impostos, taxas e multas, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa E está incorreta. A desvinculação se aos Estados e ao Distrito Federal (art. 76-A do ADCT) e aos Municípios (art. 76-B do ADCT), o que torna a afirmação de que não é extensível aos Municípios incorreta: "Art. 76-B. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes."

QUESTÃO 55. Suponha que determinada autarquia estadual identifique que irá terminar o exercício financeiro com valores expressivos de restos a pagar, parte deles processados e outra parte correspondente a restos a pagar não processados. Temeroso de apontamentos por parte do Tribunal de Contas, o dirigente da autarquia decidiu proceder ao cancelamento de parte desses restos a pagar, o que se afigura juridicamente

a) incorreto em relação aos restos a pagar processados, uma vez já ultrapassada a etapa de liquidação da despesa, de forma que o não pagamento configura enriquecimento injustificado da Administração Pública.

b) incorreto em relação aos restos a pagar não processados, apenas, pois em tal modalidade ainda não há empenho finalizado, como ocorre nos processados, de forma que basta sustar a liquidação da despesa.

c) obrigatório em relação a ambas as categorias no montante em que ultrapassem o saldo de caixa disponível ao final do exercício.

d) possível em relação aos restos a pagar processados, quando ainda não empenhada a despesa correspondente, cabendo a reabertura no exercício subsequente mediante crédito orçamentário específico.

e) obrigatório em relação aos restos a pagar processados, caso se trate do último ano de mandato do chefe do Executivo, podendo os não processados ser diferidos para o exercício subsequente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema Restos a Pagar.

A alternativa A está correta pois o cancelamento de restos a pagar processados é juridicamente incorreto, uma vez que a despesa já foi liquidada. Cancelar esses restos a pagar configuraria enriquecimento ilícito da Administração Pública, conforme arts. 36 e 63 da Lei nº 4.320/1964: "Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas. (...) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito."

A alternativa B está incorreta pois confunde o conceito de restos a pagar não processados. Nos restos a pagar não processados, o empenho já foi realizado, mas a liquidação ainda não ocorreu. Além disso, o cancelamento de restos a pagar não processados é possível em determinadas circunstâncias, conforme art. 36, parágrafo único, da Lei nº 4.320/1964: "Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito."

A alternativa C está incorreta pois não há obrigatoriedade de cancelamento de restos a pagar, seja processados ou não processados, com base no saldo de caixa disponível ao final do exercício. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites e condições para a inscrição em restos a pagar, mas não determina seu cancelamento automático: "É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito."

A alternativa D está incorreta pois confunde os conceitos de empenho e liquidação. Restos a pagar processados são aqueles em que a despesa já foi empenhada e liquidada, aguardando apenas o pagamento. Além disso, não há previsão legal para reabertura de restos a pagar cancelados mediante crédito orçamentário específico: “Art. 58: O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição."

A alternativa E está incorreta pois não há obrigatoriedade de cancelamento de restos a pagar processados no último ano de mandato do chefe do Executivo. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece restrições para a inscrição em restos a pagar nos últimos dois quadrimestres do mandato, mas não determina seu cancelamento obrigatório, conforme comentários à alternativa C.

QUESTÃO 56. Considere que, no curso do exercício orçamentário, tenha se materializado um evento consignado no Anexo de Riscos Fiscais que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ensejando a necessidade de realização de despesa que não contou com previsão orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual. Diante da situação narrada, afigura-se cabível a

a) utilização da margem de geração de despesas de caráter continuado estabelecida em anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) abertura de crédito extraordinário, que independe da indicação fonte de cobertura, porém demanda lei específica.

c) abertura de crédito adicional especial, que prescinde de autorização legislativa especifica, caso comprovado excesso de arrecadação.

d) utilização da reserva de contingência prevista na Lei Orçamentária Anual como um percentual da receita corrente liquida na forma estabelecida na LDO.

e) cobertura da despesa mediante remanejamento de outros créditos orçamentários por decreto do chefe do Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda os temas créditos adicionais e reserva de contingência.

A alternativa A está incorreta, pois a margem de geração de despesas de caráter continuado estabelecida na LDO não se aplica a situações de riscos fiscais materializados. Esta margem está relacionada ao controle de criação de despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): "Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios."

A alternativa B está incorreta, pois os créditos extraordinários são destinados a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, conforme o art. 167, § 3º, da Constituição Federal: "§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62".

A alternativa C está incorreta, pois a abertura de crédito adicional especial sempre requer autorização legislativa específica, conforme o art. 167, V, da Constituição Federal: "Art. 167. São vedados: [...] V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;"

A alternativa D está correta, pois a reserva de contingência é justamente destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme o art. 5º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar: [...] III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao: [...] b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos."

A alternativa E está incorreta, pois, conforme art. 167, VI, da CF, são vedados “a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa”.

QUESTÃO 57. Considere que o Estado tenha procedido à desestatização de uma sociedade de economia mista e pretenda aplicar o produto da alienação das ações da companhia em investimentos em diversos setores e também para a cobertura do déficit do regime próprio de previdência de seus servidores e o pagamento do décimo terceiro salário de servidores ativos e dos inativos. Considerando a disciplina prevista na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, tem-se que

a) a receita obtida com a alienação de ativos dessa natureza não integra a receita corrente líquida, portanto somente poderá ser aplicada no abatimento da dívida consolidada.

b) a única destinação juridicamente possível é a aplicação em despesas de capital, observada a regra de ouro prevista na Constituição Federal.

c) não será juridicamente viável a utilização das referidas receitas de capital no custeio de despesas de pessoal, porém é possível a destinação à cobertura do déficit previdenciário, se prevista em lei.

d) sendo tal receita de natureza extraorçamentária, é possível a utilização tanto em despesas de capital como em despesas de pessoal e custeio em geral.

e) apenas após a utilização para abatimento de déficit corrente é que será possível destinar a receita de alienação de ativos a despesas de pessoal ativo e inativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema preservação do patrimônio público.

A alternativa A está incorreta pois, embora a receita obtida com a alienação de ativos não integre a receita corrente líquida, ela não se destina exclusivamente ao abatimento da dívida consolidada. O art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece: "É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos."

A alternativa B está incorreta pois, embora a regra geral seja a aplicação em despesas de capital, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê uma exceção importante que não é mencionada nesta alternativa. O art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece: "É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos."

A alternativa C está correta pois, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível a destinação da receita de capital à cobertura do déficit previdenciário, se prevista em lei, mas não para o custeio de outras despesas de pessoal. O art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece: "É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos."

A alternativa D está incorreta pois a receita de alienação de ativos não é de natureza extraorçamentária, mas sim orçamentária de capital. Além disso, sua utilização é restrita conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. O art. 11, § 2º, da Lei nº 4.320/1964 classifica: "São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente."

A alternativa E está incorreta pois não há previsão legal para utilização da receita de alienação de ativos para abatimento de déficit corrente antes de sua destinação a despesas de pessoal ativo e inativo. O art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal, já mencionado, veda expressamente a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens para o financiamento de despesa corrente, com exceção dos regimes de previdência.

QUESTÃO 58. O regime de conta única no Estado de Goiás, tal como disciplinado na Lei complementar nº 121/2015,

a) não se aplica a recursos provenientes de multas e de taxas que possuam destinação específica prevista em lei, os quais devem ser depositados e movimentados exclusivamente em contas especificas de titularidade do órgão ou entidade destinatário das referidas receitas.

b) admite a segregação, em conta diversa da conta única, apenas de recursos provenientes da capitalização do Regime Próprio de Previdência do Estado e das transferências obrigatórias da União destinadas ao Fundo de Participação dos Estados.

c) decorre do princípio da unidade de tesouraria estabelecido na Lei Federal nº 4.320/64 e veda qualquer espécie de movimentação financeira ou depósito de recursos em conta corrente diversa, bem como criação de caixas especiais e transferências fundo a fundo.

d) estabelece a obrigatoriedade de apenas uma conta bancária para cada ente da Administração Pública, na qual devem ser arrecadados e movimentados os correspondentes recursos orçamentários, com controle centralizado da Contadoria do Estado.

e) alcança os recursos originários do orçamento do Estado, independentemente das fontes de recursos, dos seus titulares ou beneficiários e das vinculações, prevendo algumas excepcionalidades, entre as quais os recursos decorrentes de convênio que, por determinação da legislação federal, devam permanecer segregados.

Comentários

As alternativas corretas são as **letras C e E**, sendo passível de anulação. A questão aborda o tema legislação financeira estadual.

A alternativa A está incorreta pois toda a receita deve ser arrecadada à Conta Única do Tesouro Estadual, conforme art. 3º da LC 121/2015: “A Conta Única do Tesouro Estadual deverá acolher todos os recursos originários do orçamento do Estado, independentemente das fontes de recursos, dos seus titulares ou

beneficiários, das vinculações de gasto e dos agentes arrecadadores, observado o disposto no art. 7º desta Lei Complementar e resguardada a autonomia administrativa e financeira dos demais Poderes e Instituições quanto aos recursos que, por lei, seja por eles arrecadados".

A alternativa B está incorreta pois o parágrafo primeiro do art. 3º da LC 121/2015 admite outras segregações: "Ficam excepcionados do caput deste artigo os recursos provenientes de capitalização do Regime de Previdência do Estado de Goiás, operações de crédito, convênios, aqueles originários da estrutura de assistência em saúde dos servidores públicos estaduais, bem como as transferências fundo a fundo, os quais, por determinação de legislação federal, tenham que permanecer segregados".

A alternativa C está correta conforme art. 1º da LC 121/2015: "Fica instituído no âmbito da Administração Pública estadual, como instrumento de gerenciamento dos recursos financeiros do Estado, sob a coordenação da Secretaria da Fazenda, o Sistema da Conta Única do Tesouro Estadual, em cumprimento ao princípio de unidade de tesouraria, previsto no art. 56 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964".

A alternativa D está incorreta, pois contraria o disposto no art. 3º, § 2º, da LC 121/2015, que garante gerenciamento financeiro por qualquer unidade do Estado: "O Sistema da Conta Única garantirá aos beneficiários sua titularidade e disponibilidade, bem como propiciará elementos informativos e de controle para a realização do gerenciamento financeiro que seja necessário no âmbito de qualquer unidade do Estado". Ademais, a coordenação será exercida pela Secretaria da Fazenda, conforme art. 1º, da LC 121/2015: "Art. 1º Fica instituído no âmbito da Administração Pública estadual, como instrumento de gerenciamento dos recursos financeiros do Estado, sob a coordenação da Secretaria da Fazenda, o Sistema da Conta Única do Tesouro Estadual, em cumprimento ao princípio de unidade de tesouraria, previsto no art. 56 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964".

A alternativa E está correta conforme art. 3º, *caput* e § 1º, da LC 121/2015: "Art. 3º A Conta Única do Tesouro Estadual deverá acolher todos os recursos originários do orçamento do Estado, independentemente das fontes de recursos, dos seus titulares ou beneficiários, das vinculações de gasto e dos agentes arrecadadores, observado o disposto no art. 7º desta Lei Complementar e resguardada a autonomia administrativa e financeira dos demais Poderes e Instituições quanto aos recursos que, por lei, seja por eles arrecadados. § 1º Ficam excepcionados do caput deste artigo os recursos provenientes de capitalização do Regime de Previdência do Estado de Goiás, operações de crédito, convênios, aqueles originários da estrutura de assistência em saúde dos servidores públicos estaduais, bem como as transferências fundo a fundo, os quais, por determinação de legislação federal, tenham que permanecer segregados".

QUESTÃO 59. O Regime de Recuperação Fiscal (RRF), na forma disciplinada pela Lei complementar federal no 159/2017 e suas alterações,

a) somente serão concedidos a Estado que firmar compromisso de redução de despesas primárias em, no mínimo, 20% (vinte por cento) até o prazo final de sua vigência, que não pode superar 4 exercícios orçamentários.

b) aplicam-se automaticamente aos Estados que extrapolem, por mais de um exercício, o limite de endividamento e/ou o limite de despesas com gastos de pessoal, cabendo aos mesmos apresentarem Plano de Recuperação no prazo de até 6 meses.

c) estabelecem, como condição necessária para a adesão do Estado, a efetiva privatização de empresas públicas e sociedades de economia mista no prazo de até 18 meses da apresentação do pleito perante a Secretaria do Tesouro Nacional.

d) deverão contar, caso aprovada a adesão do Estado, com um Conselho de Supervisão do RRF que terá, como um de seus membros, representante indicado pelo Tribunal de Contas da União, escolhido entre auditores federais de controle externo.

e) consistem em um conjunto de medidas voltadas à recondução à situação de equilíbrio fiscal, observada a autonomia do ente, entre as quais inclui-se a vedação de manutenção de benefícios fiscais e de operações de crédito enquanto perdurar o RRF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema regime de recuperação fiscal.

A alternativa A está incorreta pois não há previsão na lei de redução de 20% das despesas primária. O art. 2º, §1º, da LC 159/2017 prevê como medida necessário a instituição de regras e mecanismos para limitar o crescimento anual das despesas primárias à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Ademais o prazo de vigência do RRF é de até nove exercícios financeiros, conforme art. 2º, § 6º, da LC 159/2017: "§ 6º O prazo de vigência do Regime de Recuperação Fiscal será de até 9 (nove) exercícios financeiros, observadas as hipóteses de encerramento do art. 12 e de extinção do art. 13, ambos desta Lei".

A alternativa B está incorreta pois a adesão dos Estados é facultativa, conforme art. 2º da LC 159/2017: "O Plano de Recuperação Fiscal será formado por leis ou atos normativos do Estado que desejar aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, por diagnóstico em que se reconhece a situação de desequilíbrio financeiro, por metas e compromissos e pelo detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção".

A alternativa C está incorreta conforme art. 2º, § 1º, I, da LC 159/2017: "a alienação total ou parcial de participação societária, com ou sem perda do controle, de empresas públicas ou sociedades de economia mista, ou a concessão de serviços e ativos, ou a liquidação ou extinção dessas empresas, para quitação de passivos com os recursos arrecadados, observado o disposto no art. 44 da LRF".

A alternativa D está correta conforme art. 6º, § 1º, II, da LC 159/2017: "§ 1º O Conselho de Supervisão a que se refere o caput deste artigo terá seus membros indicados em até 15 (quinze) dias da data do deferimento do pedido de adesão de que trata o caput do art. 4º-A e terá a seguinte composição: [...] II - 1 (um) membro, entre auditores federais de controle externo, indicado pelo Tribunal de Contas da União".

A alternativa E está incorreta conforme art. 2º, § 1º, da LC 159/2017: "III - a redução de pelo menos 20% (vinte por cento) dos incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais dos quais decorram renúncias de receitas, observado o § 3º deste artigo".

QUESTÃO 60. Considere o texto abaixo.

"Ora, é irrecusável o caráter individualista do Código Civil de 1916, mas bem poucos cuidam de examinar e prevenir, na vida prática, os danos resultantes dessa constatação fundamental. Não se leva em conta, por exemplo, a grave injustiça decorrente da irreversibilidade dos contratos, quaisquer que sejam as condições supervenientes, rompendo a paridade ou equivalência que deve haver entre as prestações e contraprestações estipuladas, sendo os contraentes surpreendidos por alterações operadas nos parâmetros econômicos por fatores inteiramente alheios ao acordo das vontades.

Não se trata apenas das hipóteses em que, bem ou mal, a jurisprudência tem procurado impedir o *summum jus, summa injuria*, aplicando, não raro temerosamente, os princípios que inspiram o chamado 'dirigismo contratual, recorrendo, entre outras, á cláusula rebus sic stantibus. Esta, porém, tem sido considerada inaplicável, na maioria das sentenças, quando houver texto expresso de lei".

(REALE, Miguel. O Projeto de Código Civil - Situação atual e seus problemas fundamentais. São Paulo: Saraiva, 1986, p. 30)

Assinale a alternativa que deu uma solução, no Código Civil, para a injustiça referida:

a) A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

b) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data de citação.

c) Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

d) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

e) Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que se sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata da modificação de cláusulas contratuais, quando houver ocorrido a modificação dos elementos fáticos que ensejaram a celebração do negócio jurídico. O examinador quer seja assinalada a alternativa que deu uma solução no código civil para a injustiça referida no texto, que é a manutenção do contrato mesmo se a base fática que ensejou a celebração desse contrato, foi alterada.

A alternativa B está correta, pois é a única alternativa que se relaciona com essa injustiça, que traz a ideia da teoria da onerosidade excessiva, nos trazendo o texto do art. 478 do CC que aborda a onerosidade excessiva, que é um instrumento que permite que sejam revistas as prestações e obrigações oriundas de um contrato quando ocorrem eventos imprevisíveis no âmbito da execução de uma obrigação de execução diferida ou continuada. Nos termos de Flávio Tartuce: "Os pactos de execução continuada e dependentes do futuro entendem-se como se as coisas permanecessem como quando da celebração. Em outras palavras, o contrato só pode permanecer como está se assim permanecerem os fatos. Tal cláusula (rebus sic stantibus) consagra a teoria da imprevisão, usual em nossas páginas de doutrina e corriqueira nos julgados de nossos Tribunais".

As alternativas A C, D e E estão incorretas, já que descrevem de modo geral o cumprimento das obrigações, porém, não trazem nenhuma solução a problemática referida na questão.

Fonte: TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. v.3. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9786559649723.

QUESTÃO 61. José, contando 85 anos de idade, dirigia seu automóvel, na companhia de sua esposa, Josefa, com 50 anos, não chegando ao destino, e deles não se teve mais notícia. Pedro, pretendendo encontrá-los, fretou um avião, que desapareceu. Nessas circunstâncias, a sucessão definitiva de

a) José, de Josefa e de Pedro só poderá ser requerida dois anos após encerradas as buscas por eles.

b) José e de Josefa poderá ser requerida, após cinco anos da abertura de suas sucessões provisórias, e poderá declarar-se por sentença a morte presumida de Pedro, depois de esgotadas as buscas e averiguações.

c) José poderá ser requerida, depois de cinco anos de suas últimas notícias, e de Josefa, dez anos depois de transitada em julgado a sentença que concedeu a abertura da sucessão provisória; o Juiz poderá declarar por sentença a morte presumida de Pedro, depois de esgotadas as buscas e averiguações.

d) José, de Josefa e de Pedro somente poderá ser requerida após cinco anos de buscas, sem encontrá-los.

e) José e de Josefa poderá ser requerida somente após cinco anos do trânsito em julgado da sentença que lhes concedera a sucessão provisória, e de Pedro, apenas depois de dois anos de encerradas as buscas da aeronave.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão tratou sobre a sucessão definitiva.

A alternativa C está correta. A sucessão definitiva de Josefa somente poderá ser aberta dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, nos termos do art. 37

do Código Civil. Já a sucessão definitiva de José poderá ser requerida, provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele, nos termos do art. 38 do Código Civil. Por último, ao ter sofrido um acidente aéreo, consideramos que é extremamente provável que Pedro tenha falecido, por tanto, poderá ser declarada a morte presumida, sem a decretação da ausência. Além disso, nos termos do parágrafo único do art. 7 do Código Civil, pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida e nesses casos, a declaração da morte presumida somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

As alternativas A C, D e E estão incorretas, já que contrariam as disposições legais explicadas anteriormente.

QUESTÃO 62. A desconsideração inversa da personalidade jurídica da pessoa jurídica significa a extensão

a) das obrigações de seus sócios ou administradores à pessoa jurídica

b) das obrigações da pessoa jurídica a seus sócios ou administradores, quando fiadores ou avalistas dos débitos.

c) das obrigações da pessoa jurídica a seus sócios ou administradores, quando estes se comprometerem solidariamente pelos débitos daquela.

d) aos bens dos sócios ou administradores de pessoa jurídica, quando estes se beneficiarem diretamente pelo abuso de personalidade jurídica da sociedade.

e) recíproca das obrigações da sociedade e de seus sócios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão tratou sobre a desconsideração inversa da personalidade jurídica.

A alternativa A está correta. A desconsideração inversa da personalidade jurídica é a desconsideração promovida para que uma dívida originalmente do sócio abrange o patrimônio da pessoa jurídica também. Ou seja, vai do sócio à pessoa jurídica, por isso se chama desconsideração inversa. (Fonte: LDI de Direito Civil para PGE-GO, Capítulo 3, Personalidade)

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, já que contrariam a teoria inversa da personalidade jurídica, e tentam confundir o candidato trazendo informações sobre a desconsideração da personalidade jurídica.

QUESTÃO 63. Em locação não residencial de imóvel urbano na qual o locador procede à prévia aquisição, construção ou substancial reforma, por si mesmo ou por terceiros, do imóvel então

especificado pelo pretendente à locação, a fim de que seja a este locado por prazo determinado, prevalecerão

a) as condições livremente pactuadas, sem qualquer restrição, exceto a faculdade de devolução antecipada do imóvel, tendo em vista o investimento feito pelo locador.

b) as condições livremente pactuadas no contrato respectivo, poderá ser convencionada a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de vigência do contrato de locação e, no caso de denúncia antecipada do vínculo locatício pelo locatário, compromete-se este a cumprir a multa convencionada, que não poderá exceder a soma dos aluguéis a receber até o termo final da locação.

c) as condições livremente pactuadas no contrato respectivo, desde que não contrariem qualquer disposição da lei que regula à locação predial urbana, podendo, entretanto, ser convencionada a renúncia ao direito de revisão de valor das obrigações durante o prazo de vigência do contrato e, em caso de denúncia do vínculo locatício pelo locatário, a multa convencionada será a metade do valor dos aluguéis a vencer.

d) as regras de direito material e de direito processual estabelecidas em lei, salvo quanto ao direito de renovação, que deverá ser acordado entre as partes, bem como no tocante à multa por denúncia antecipada pelo locatário, que não poderá exceder 20% dos aluguéis vincendos.

e) todas as disposições legais referentes à locação não residencial, salvo quanto à renúncia ao direito de revisão e ao valor da muita por devolução antecipada do prédio, que não poderá exceder 30% do valor dos aluguéis vincendos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão tratou sobre o contrato de locação não residencial.

A alternativa A está incorreta, pois nos termos da Lei nº 12.744, pois a restrições legais às condições livremente pactuadas, já que em caso denúncia antecipada do vínculo locatício pelo locatário, compromete-se este a cumprir a multa convencionada, que não excederá, porém, a soma dos valores dos aluguéis a receber até o termo final da locação, nos termos do § 2o do art. 54-A.

A alternativa B está correta, por trazer a literalidade da Lei nº 12.744, veja: "Art. 54-A. Na locação não residencial de imóvel urbano na qual o locador procede à prévia aquisição, construção ou substancial reforma, por si mesmo ou por terceiros, do imóvel então especificado pelo pretendente à locação, a fim de que seja a este locado por prazo determinado, prevalecerão as condições livremente pactuadas no contrato respectivo e as disposições procedimentais previstas nesta Lei".

A alternativa C está incorreta, pois embora poderá ser convencionada a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de vigência do contrato de locação, mas no caso de denúncia antecipada do vínculo locatício pelo locatário a multa será convencionada, não havendo previsão legal que a regule pelo valor de metade dos aluguéis restantes, conforme art. 54-A da Lei nº 12.744.

A alternativa D está incorreta, pois no caso de denúncia antecipada do vínculo locatício pelo locatário a multa será convencionada, não havendo previsão legal que a regule pelo valor de 20% dos aluguéis restantes, conforme art. 54-A da Lei nº 12.744.

A alternativa E está incorreta, pois é legal a convenção da renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de vigência do contrato de locação. Porém, não é correto afirmar que a multa por denuncia antecipada do vínculo locatício pelo locatário prevê uma multa de 30%, já que a lei prevê que essa multa poderá ser convencionada pelas partes, desde que não exceda, a soma dos valores dos aluguéis a receber até o termo final da locação, conforme art. 54-A da Lei nº 12.744.

QUESTÃO 64. Pedro é credor de uma pessoa jurídica de direito público interno. na importância de R$ 100.000,00 por prestação de serviço tendo a dívida vencido em 18/4/2000, sem ter sido paga, assim como ocorreu com outros credores. Naquele mesmo ano consultou um amigo, cujo interesse por questões jurídicas era conhecido, inclusive atendendo pela alcunha de "Rábula", que o orientou a interromper oportunamente o prazo prescricional, na expectativa de que em algum tempo a devedora passasse a pagar suas dívidas. Diante disto, em 18/4/2002, Pedro promoveu um protesto judicial interruptivo da prescrição. Informado o "Rábula" dessa providência, ele alertou de que á interrupção da prescrição contra a Fazenda Pública determina a retomada do prazo pela metade. O esclarecimento dado a Pedro foi

a) incompleto, pois não esclareceu Pedro de que a prescrição contra a Fazenda Pública admite suspensão, mas não interrupção.

b) incorreto, pois a interrupção do prazo prescricional determina sempre o recomeço da contagem por inteiro.

c) correto, por isso o prazo de que dispunha Pedro se esgotou em outubro de 2004.

d) incompleto, pois, embora a prescrição interrompida contra a Fazenda Pública determine o recomeço do prazo, pela metade, este não pode ficar aquém de cinco anos, tornando, portanto, inóxio o protesto naquele momento.

e) incorreto, porque o prazo prescricional contra a Fazenda Pública não corre antes de esta ser notificada, ainda que a obrigação tenha prazo para ser cumprida

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão tratou sobre a prescrição em favor da Fazenda Pública.

A alternativa D está correta, pois a informação dada foi correta, mas incompleta, nos termos da Súmula 383 do STF: A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, já que contrariam a literalidade da Súmula 383 do STF.

QUESTÃO 65. "A vida humana não é apenas um conjunto de elementos materiais. Integram-na, outrossim, valores imateriais, como os morais. A constituição empresta muita importância à moral como valor ético-social da pessoa e da família, que se impõe ao respeito dos meios de comunicação social (art. 221, IV). Ela, mais que as outras, realçou o valor da moral individual, tornando-a mesmo um me vem indenizável (art. 5º, V e X). A moral individual sintetiza a honra da pessoa, o bom nome, a boa fama, a reputação que integram a vida humana como dimensão imaterial. Ela e seus componentes são atributos sem os quais a pessoa fica reduzida a uma condição animal de pequena significação."

(SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, São Paulo: Malheiros, 39.ed , 2016, p. 203)

O texto acima relaciona-se com:

a) a responsabilidade civil objetiva, ou subjetiva, por danos contra pessoa física ou jurídica,

b) os direitos da personalidade.

c) a responsabilidade civil por danos exclusivamente materiais.

d) o direito de família.

e) a responsabilidade civil contratual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão tratou sobre direito da personalidade.

As alternativas A, C e E estão incorretas, já que falam sobre responsabilidade civil, que não tem nenhuma relação com os conceitos do texto da questão. Veja que a responsabilidade civil diz respeito a assumir os prejuízos de uma ação ou omissão que prejudicou outra pessoa, significa recolocar, recompor, reconstruir o status quo ante deteriorado pelo ato ilícito cometido.

A alternativa B está correta, já que quando adquire personalidade, a pessoa passa a ter uma série de direitos oriundos dessa personalidade. São os chamados direitos de personalidade, que têm por objeto os bens e valores essenciais da pessoa. A base dos direitos de personalidade é o princípio reitor da CF/1988, o princípio da dignidade da pessoa humana. O objetivo dos direitos de personalidade é a adequada proteção e tutela da pessoa humana. São direitos de personalidade: o direito ao próprio corpo, o direito de recusa a tratamentos, direito ao nome e sua alteração, direito à imagem e a voz, direito à honra, direito à intimidade, direito à proteção de dados pessoais, entre outros.

A alternativa D está incorreta, pois o direito de família trata da estrutura, organização e proteção das famílias.

QUESTÃO 66. Uma incorporadora, pretendendo que determinado terreno, em que será construído um edifício para futuro condomínio, fique apartado em seu patrimônio, não se comunicando com seus demais bens, direitos e obrigações, deverá

a) gravá-lo, por simples averbação de impenhorabilidade no Registro de Imóveis.

b) gravá-lo com cláusula restritiva de incomunicabilidade.

c) submetê-lo ao regime de afetação.

d) instituir uma fundação de caráter temporário, até a conclusão das obras.

e) gravá-lo, mediante escritura pública, de inalienabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão tratou sobre incorporação imobiliária.

A alternativa C está correta, já que a critério do incorporador, a incorporação poderá ser submetida ao regime de afetação e nesse caso, o patrimônio de afetação não se comunica com os demais bens, direitos e obrigações do patrimônio geral do incorporador. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 31-A. A critério do incorporador, a incorporação poderá ser submetida ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, manter-se-ão apartados do patrimônio do incorporador e constituirão patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes. § 1o O patrimônio de afetação não se comunica com os demais bens, direitos e obrigações do patrimônio geral do incorporador ou de outros patrimônios de afetação por ele constituídos e só responde por dívidas e obrigações vinculadas à incorporação respectiva".

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, já que a medida possível para que o patrimônio de afetação não se comunica com os demais bens, direitos e obrigações do patrimônio geral do incorporador, é submetê-lo ao regime de afetação, nos termos do art. 31-4 do Código Civil.

QUESTÃO 67. Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, a sentença

a) Fará coisa julgada *erga omnes* apenas no caso e procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas, mas não seus sucessores, porque os direitos de personalidade são intransmissíveis.

b) De procedências ou improcedência fará coisa julgada *ultra partes* mas limitada ao grupo, categoria ou classe, quando se tratar de interesses transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contraria por uma relação jurídica base

c) Não fará coisa julgada erga omnes, seja ela de procedência ou de improcedência

d) Fará coisa julga *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com o mesmo fundamento, no caso de interesses ou direitos coletivos, valendo-se de nova prova.

e) de procedência estará sempre sujeita a duplo grau de jurisdição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão tratou sobre ações coletivas referentes ao Direito do Consumidor.

A alternativa A está incorreta, pois nas ações coletivas a sentença fará coisa julgada *erga omnes* apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, nos termos do art. 103 do CDC.

A alternativa B está correta, pois nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, quando se tratar de interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos do CDC, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base, nos termos dos artigos 103, inciso II e 81, inciso II do CDC.

A alternativa C está incorreta, pois a sentença fará coisa julgada com efeito erga omnes exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova e no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, nos termos do artigo 103, incisos I e III, do CDC.

A alternativa D está incorreta, pois a sentença fará coisa julga erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com o mesmo fundamento, no caso de interesses ou direitos difusos e não coletivos, nos termos do art. 103, inciso I e art. 81, inciso I do CDC.

A alternativa E está incorreta, pois não há nenhuma previsão legal no CDC neste sentido.

QUESTÃO 68. No Direito Empresarial, considera-se estabelecimento

a) o complexo de bens agregado para exercício da empresa, nele compreendidos, entre os corpóreos, as mercadorias, e entre os incorpóreos, o ponto comercial;

b) o complexo de bens corpóreos para o exercício da empresa, excluindo-se o ponto comercial, salvo se o imóvel pertencer ao mesmo empresário

c) a pessoa jurídica constituída de apenas um titular

d) o local eleito para domicílio da pessoa jurídica

e) apenas o local físico onde se exerce a atividade empresária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre estabelecimento comercial.

A alternativa A está correta, pois considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, nos termos do art. 1.142 do Código Civil. Além disso, conforme dispõe o professor e doutrinador Silvio Venosa: "O estabelecimento em si não tem personalidade jurídica, a qual pertence à empresa. Assim, pode a empresa alienar, sem prejuízo de sua existência, um ou mais de seus estabelecimentos, como um todo unitário cada um deles, como a universalidade que é. Assim, quando o estabelecimento é colocado como objeto de um negócio, nele se incluem débitos e créditos, aviamento, ponto comercial etc".

A alternativa B está incorreta, pois conforme entendimento do professor Silvio Venosa acima transcrito, o ponto comercial forma parte do estabelecimento comercial.

As alternativas C, D e E estão incorretas, já que o estabelecimento comercial é todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.

Fonte: VENOSA, Sílvio de S.; RODRIGUES, Cláudia. Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559772445.

QUESTÃO 69. O módulo rural corresponde à área

a) mínima que pode ser alienada de um imóvel rural por negócio intervivos.

b) mínima em que pode ser fracionado o imóvel rural para fins de Registro Imobiliário, salvo se for o único a ser partilhado e a aquisição tiver ocorrido por sucessão hereditária com vários herdeiros.

c) máxima que pode atingir um imóvel rural, para não ser considerado latifúndio

d) mínima em que pode ser fracionado o imóvel rural para fins de registro imobiliário e é idêntico em todo território nacional.

e) mínima em que pode ser fracionado o imóvel rural para fins de Registro Imobiliário e é variável conforme a região em que se situa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão tratou sobre módulo rural.

A alternativa C está correta. Nos termos do Estatuto da Terra, módulo rural é a área máxima que pode atingir um imóvel rural, para não ser considerado latifúndio, veja: "Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se: II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com *área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;* III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior; V - "Latifúndio", o imóvel rural que: a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1°, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; *b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;".*

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, pois contraria a definição dada a módulo rural pelo Estatuto da Terra.

QUESTÃO 70. Segundo o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado de Goiás (SEUC):

a) Todas as Unidades de Conservação devem possuir zona de amortecimento.

b) As Unidades de Conservação, salvo as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), devem possuir zona de amortecimento.

c) As Unidades de Conservação que protegem o bioma cerrado, em razão de sua suscetibilidade ao fogo, devem possuir zona de amortecimento com, no mínimo, 30 km de extensão.

d) As Unidades de Conservação, salvo as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), os Parques Naturais Colaborativos e as Reservas Privadas de Desenvolvimento Sustentável, devem possuir zona de amortecimento.

e) As Unidades de Conservação que protegem o bioma cerrado, em razão de sua suscetibilidade ao fogo, devem possuir zona de amortecimento com, no mínimo, 20 km de extensão.

Comentários

A resposta correta é a **letra D.** A questão trata do sistema de Unidades de Conservação do Estado de Goiás (SEUC).

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 14.247/2002 traz as seguintes ressalvas à obrigatoriedade das zonas de amortecimento: "Art. 22. As Unidades de Conservação devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. (...) § 3º Ressalvam-se da aplicação do caput deste artigo: I – Área de Proteção Ambiental; II – Reserva Particular do Patrimônio Natural; III – Parque Natural Colaborativo e Reserva Privada de Desenvolvimento Sustentável".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 14.247/2002 também inclui os Parques Naturais Colaborativos e Reservas Privadas de Desenvolvimento Sustentável como ressalvas à obrigatoriedade das zonas de amortecimento, veja: "Art. 22. As Unidades de Conservação devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. (...) § 3º Ressalvam-se da aplicação do caput deste artigo: I – Área de Proteção Ambiental; II – Reserva Particular do Patrimônio Natural; III – Parque Natural Colaborativo e Reserva Privada de Desenvolvimento Sustentável".

A alternativa C está incorreta, pois não há tal estipulação pela Lei nº 14.247/2002.

A alternativa D está correta, tendo em vista ser o que prescreve a Lei nº 14.247/2002, veja: "Art. 22. As Unidades de Conservação devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. (...) § 3º Ressalvam-se da aplicação do caput deste artigo: I – Área de Proteção Ambiental; II – Reserva Particular do Patrimônio Natural; III – Parque Natural Colaborativo e Reserva Privada de Desenvolvimento Sustentável".

A alternativa E está incorreta, pois não há tal estipulação pela Lei nº 14.247/2002.

QUESTÃO 71. No Estado de Goiás:

a) A conversão do uso do solo no bioma cerrado independe de autorização do órgão ambiental, devendo constar do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

b) Não será autorizada a conversão do uso do solo no bioma cerrado.

c) As autorizações de conversão do uso do solo no bioma cerrado ficarão condicionadas, salvo situações de isenção previstas em lei, à realização de compensação florestal ou reposição florestal conforme parâmetros também definidos em lei.

d) As autorizações de conversão do uso do solo no bioma cerrado ficarão condicionadas à realização de compensação florestal ou reposição florestal conforme parâmetros definidos em lei.

e) As autorizações de conversão do uso do solo no bioma cerrado ficarão condicionadas, salvo situações de isenção previstas em lei, à realização de compensação florestal ou reposição florestal conforme parâmetros definidos em decreto.

Comentários

A resposta correta é a **letra C.** A questão trata da Lei nº 21.231/2022.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista ser necessária a autorização do órgão ambiental, consoante Lei 21.231/2022, veja: "Art. 29. O detentor da autorização de conversão do uso do solo ou supressão de vegetação deverá informar ao órgão ambiental licenciador o destino que será dado à matéria prima de origem florestal para que a obrigação de reposição florestal seja estabelecida antes da emissão da autorização."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 21.231/2022 permite a conversão do uso do solo no bioma cerrado, mediante os seguintes requisitos: "Art. 21. As autorizações de Conversão do Uso do Solo no bioma Cerrado, nos termos do inciso II do § 4º do art. 26 da Lei federal nº 12.651, de 2012, do art. 65 da Lei estadual nº 18.104, de 2013, também dos arts. 43 e 44 do Decreto estadual nº 9.710, de 2020, ficarão condicionadas à realização de compensação florestal ou reposição florestal, observado o disposto no art. 24 desta Lei quanto às situações de isenção de cumprimento da obrigação, conforme os parâmetros definidos no Anexo V também desta Lei, assim descritos: (...)".

A alternativa C está correta, pois é o que prevê a Lei nº 21.231/2022, vejamos: "Art. 21. As autorizações de Conversão do Uso do Solo no bioma Cerrado, nos termos do inciso II do § 4º do art. 26 da Lei federal nº 12.651, de 2012, do art. 65 da Lei estadual nº 18.104, de 2013, também dos arts. 43 e 44 do Decreto estadual nº 9.710, de 2020, ficarão condicionadas à realização de compensação florestal ou reposição florestal, observado o disposto no art. 24 desta Lei quanto às situações de isenção de cumprimento da obrigação, conforme os parâmetros definidos no Anexo V também desta Lei, assim descritos: (...)".

A alternativa D está incorreta, pois a Lei nº 21.231/2022 prevê situações de isenção de cumprimento da obrigação, vejamos: "Art. 21. As autorizações de Conversão do Uso do Solo no bioma Cerrado, nos termos do inciso II do § 4º do art. 26 da Lei federal nº 12.651, de 2012, do art. 65 da Lei estadual nº 18.104, de 2013, também dos arts. 43 e 44 do Decreto estadual nº 9.710, de 2020, ficarão condicionadas à realização de compensação florestal ou reposição florestal, observado o disposto no art. 24 desta Lei quanto às situações de isenção de cumprimento da obrigação, conforme os parâmetros definidos no Anexo V também desta Lei, assim descritos: (...)"

A alternativa E está incorreta, pois os parâmetros estão definidos em Lei; vejamos o que determina a Lei nº 21.231/2022: "Art. 21. As autorizações de Conversão do Uso do Solo no bioma Cerrado, nos termos do inciso II do § 4º do art. 26 da Lei federal nº 12.651, de 2012, do art. 65 da Lei estadual nº 18.104, de 2013, também dos arts. 43 e 44 do Decreto estadual nº 9.710, de 2020, ficarão condicionadas à realização de compensação florestal ou reposição florestal, observado o disposto no art. 24 desta Lei quanto às situações de isenção de cumprimento da obrigação, conforme os parâmetros definidos no Anexo V também desta Lei, assim descritos: (...)".

QUESTÃO 72. A estrutura de governança do saneamento básico no Estado de Goiás:

a) É formada por regiões administrativas integradas pelo Estado e por Municípios definidos em decreto, cabendo ao Estado concentrar as decisões de âmbito regional.

b) Concentra a titularidade dos serviços de saneamento básico nos Municípios, cabendo ao Estado, quando necessário, prestar auxílio técnico.

c) É focada nos Municípios, cabendo ao Estado criar o Plano Estadual de Saneamento Básico de cunho orientativo.

d) É formada por Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) integradas pelo Estado e por Municípios definidos em lei, tendo como instância máxima deliberativa o Colegiado Microrregional.

e) Prevê a participação da sociedade civil por meio de indicados pelo chefe do Poder Executivo Estadual.

Comentários

A resposta correta é a letra **D.** A questão trata da estrutura de governança do saneamento básico no Estado de Goiás.

A alternativa A está incorreta, pois diverge da estrutura apresentada pela LCE 182/2023, que traz a composição do sistema de governança do saneamento básico no Estado de Goiás, bem como a competência deliberativa máxima, veja: "Art. 5º Integram a estrutura de governança de cada microrregião: I – o Colegiado Microrregional, instância deliberativa composta por: a) 1 (um) representante de cada município da MSB; b) 1 (um) representante do Estado de Goiás; e c) 1 (um) representante da sociedade civil integrante do Conselho Participativo; II – o Comitê Técnico, instância com funções técnico– consultivas composta por: a) 3 (três) representantes do Estado de Goiás; e b) 8 (oito) representantes dos municípios ou de consórcios públicos intermunicipais integrantes da microrregião; III – o Conselho Participativo, composto por: a) 5 (cinco) representantes da sociedade civil escolhidos pela Assembleia Legislativa; e b) 6 (seis) representantes da sociedade civil escolhidos pelo Colegiado Microrregional; IV – o Secretário–Geral, personalidade executiva eleita na forma do § 2º do art. 7º; e V – o sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas dos recursos geridos da microrregião."

A alternativa B está incorreta, pois diverge da titularidade apresentada pela LCE 182/2023, que traz a composição da estrutura de governança do saneamento básico no Estado de Goiás: "Art. 5º Integram a estrutura de governança de cada microrregião: I – o Colegiado Microrregional, instância deliberativa composta por: a) 1 (um) representante de cada município da MSB; b) 1 (um) representante do Estado de Goiás; e c) 1 (um) representante da sociedade civil integrante do Conselho Participativo; II – o Comitê Técnico, instância com funções técnico– consultivas composta por: a) 3 (três) representantes do Estado de Goiás; e b) 8 (oito) representantes dos municípios ou de consórcios públicos intermunicipais integrantes da microrregião; III – o Conselho Participativo, composto por: a) 5 (cinco) representantes da sociedade civil escolhidos pela Assembleia Legislativa; e b) 6 (seis) representantes da sociedade civil escolhidos pelo Colegiado Microrregional; IV – o Secretário–Geral, personalidade executiva eleita na forma do § 2º do art. 7º; e V – o sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas dos recursos geridos da microrregião."

A alternativa C está incorreta, pois diverge da LCE 182/2023, que traz a composição da estrutura de governança do saneamento básico no Estado de Goiás: "Art. 5º Integram a estrutura de governança de cada microrregião: I – o Colegiado Microrregional, instância deliberativa composta por: a) 1 (um) representante de cada município da MSB; b) 1 (um) representante do Estado de Goiás; e c) 1 (um) representante da sociedade civil integrante do Conselho Participativo; II – o Comitê Técnico, instância com funções técnico– consultivas composta por: a) 3 (três) representantes do Estado de Goiás; e b) 8 (oito) representantes dos municípios ou de consórcios públicos intermunicipais integrantes da microrregião; III – o Conselho Participativo, composto por: a) 5 (cinco) representantes da sociedade civil escolhidos pela Assembleia Legislativa; e b) 6 (seis) representantes da sociedade civil escolhidos pelo Colegiado Microrregional; IV – o Secretário–Geral, personalidade executiva eleita na forma do § 2º do art. 7º; e V – o sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas dos recursos geridos da microrregião."

A alternativa D está correta, pois é a estrutura apresentada pela LCE 182/2023, que traz a seguinte composição: "Art. 5º Integram a estrutura de governança de cada microrregião: I – o Colegiado Microrregional, instância deliberativa composta por: a) 1 (um) representante de cada município da MSB; b) 1 (um) representante do Estado de Goiás; e c) 1 (um) representante da sociedade civil integrante do Conselho Participativo; II – o Comitê Técnico, instância com funções técnico– consultivas composta por: a) 3 (três) representantes do Estado de Goiás; e b) 8 (oito) representantes dos municípios ou de consórcios públicos intermunicipais integrantes da microrregião; III – o Conselho Participativo, composto por: a) 5 (cinco) representantes da sociedade civil escolhidos pela Assembleia Legislativa; e b) 6 (seis) representantes da sociedade civil escolhidos pelo Colegiado Microrregional; IV – o Secretário–Geral, personalidade executiva eleita na forma do § 2º do art. 7º; e V – o sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas dos recursos geridos da microrregião."

A alternativa E está incorreta, pois diverge da LCE 182/2023, que incumbe à Assembleia Legislativa e ao Colegiado Microrregional a escolha de tais representantes, veja: "Art. 5º Integram a estrutura de governança de cada microrregião: III – o Conselho Participativo, composto por: a) 5 (cinco) representantes da sociedade civil escolhidos pela Assembleia Legislativa; e b) 6 (seis) representantes da sociedade civil escolhidos pelo Colegiado Microrregional;".

QUESTÃO 73. Sobre a fauna no Estado de Goiás, considere as assertivas abaixo.

I. É vedado o exercício da caça predatória.

II. São vedados os atos de exposição, transporte, consumo e comércio de espécimes da fauna silvestre goiana sem autorização do órgão ambiental, não sendo exigida autorização para a prática dos mesmos atos relacionados à fauna exótica não-doméstica.

III. É vedado o comércio de produtos e objetos decorrentes de caça, perseguição, destruição ou coleta desses espécimes, salvo quando provenientes de criadouros.

IV. É proibida a realização de rodeios.

Está correto o que se afirma apenas em:

a) III e IV.

b) I, II e III.

c) I e II.

d) II e IV.

e) I e III.

Comentários

A resposta correta é a **letra E.** A questão trata da Lei nº 14.241/2002.

O Item I está correto, pois assim prescreve a Lei nº 14.241/2002: "Art. 3º. É vedado: I - o exercício da caça predatória;".

O Item II está incorreto, pois a Lei nº 14.241/2002 veda tais atos sem autorização do órgão competente, tanto em relação à fauna silvestre goiana quanto à exótica não-doméstica, veja: "Art. 3º. É vedado: II - os atos de exposição, transporte, consumo e comércio de espécimes da fauna silvestre goiana e exótica não-doméstica, sem autorização do órgão de meio ambiente competente;".

O Item III está correto, pois assim prescreve a Lei nº 14.241/2002: "Art. 3º. É vedado: III - o comércio de produtos e objetos decorrentes de caça, perseguição, destruição ou coleta desses espécimes, salvo quando provenientes de criadouros."

O Item IV está incorreto, pois a Lei nº 14.241/2002 não veda a realização de rodeios, vejamos: "Art. 4º. Fica proibida no Estado de Goiás a realização de espetáculos, atividades esportivas e atos públicos ou privados que envolvam maus tratos ou a morte de animais, independente da sua espécie, origem nativa ou exótica, estado silvestre ou doméstico, da quantidade no espetáculo proposto e abundância natural. Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no "caput" a realização de rodeios, a marcação e descorneamento de animais para fins de criação pecuária, a esterilização de animais e os procedimentos necessários à instalação e manutenção de jardins zoológicos e outras instalações de conservação ex-situ da fauna." Desse modo, a única alternativa a reunir somente afirmações corretas, a saber I e III, é a letra E, estando as demais, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 74. O Programa Lixão Zero:

a) Traz prazos e procedimentos para a regularização ambiental de aterros sanitários que não contam com licença de operação, mas já possuem a licença prévia e a de instalação, sem adentrar na questão da coleta seletiva, por não ser o tema central da política pública.

b) Aplica-se aos locais privados de disposição final e aterros sanitários que estão com licença de operação em renovação.

c) Baseia-se, como solução definitiva, na disposição dos resíduos sólidos em cada Município, cabendo ao Estado prestar o apoio técnico necessário ao ente público municipal.

d) Proíbe a implantação de aterros temporários de pequeno porte, com vida útil limitada, em conformidade com as normas técnicas e ambientais, em Municípios que não apresentem viabilidade econômica para a disposição final em aterro sanitário licenciado.

e) É estabelecido em duas fases: transição e definitiva. Na primeira, cabe ao Estado licenciar medidas de curto prazo para o encerramento dos lixões e para a destinação adequada dos resíduos sólidos. Na segunda, o Estado e os Municípios devem buscar a solução definitiva de disposição dos resíduos sólidos por meio da regionalização do saneamento básico.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do Programa Lixão Zero.

A alternativa A está incorreta, pois conforme o Decreto 10.367/23, o Programa Lixão Zero adentra na questão da coleta seletiva, vejamos: "Art. 1º Fica instituído o Programa de Encerramento dos Lixões Municipais do Estado de Goiás - Programa LIXÃO ZERO, que estabelece medidas para o encerramento de todos os lixões municipais do Estado e assegura o respeito aos prazos e às condições definidos no art. 54 da Lei federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, alterado pela Lei federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico. Parágrafo único. O Programa LIXÃO ZERO promove soluções que englobam um ciclo completo de gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, desde a implementação de coleta seletiva e a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis até a disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário devidamente licenciado".

A alternativa B está incorreta, pois, conforme o Decreto 10.367/23, o Programa Lixão Zero não se aplica a tanto, veja: "Art. 2º Este Decreto não se aplica aos locais privados de disposição final e aterros sanitários que estão com licença de operação vigente ou em renovação".

A alternativa C está incorreta, pois a fase definitiva é de titularidade e atuação conjunta entre Estado e municípios, conforme o Decreto 10.367/23, veja: "Art. 5º O Programa LIXÃO ZERO será estabelecido em duas fases: (...) II – definitiva. § 2º A fase definitiva ocorre sob a titularidade e a atuação entre o Estado e os municípios, para criar as condições necessárias à solução eficaz e efetiva da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos de todos os municípios goianos, com a implementação de estratégias oriundas do processo de regionalização do saneamento básico."

A alternativa D está incorreta, pois, consoante o Decreto 10.367/23, uma das diretrizes do Programa é a implementação de aterros de pequeno porte, veja: "Art. 4º O Programa LIXÃO ZERO tem estas diretrizes principais: VI – autorizar de forma provisória a implantação de aterros temporários de pequeno porte, com vida útil limitada, em conformidade com as normas técnicas e ambientais, em municípios que não apresentem viabilidade econômica para a disposição final em aterro sanitário licenciado;".

A alternativa E está correta, pois é o que determina Decreto 10.367/23, veja: "Art. 5º O Programa LIXÃO ZERO será estabelecido em duas fases: I – transição; e II – definitiva. § 1º A fase de transição ocorre sob a atuação municipal na coleta e na destinação final dos resíduos sólidos, para ordenar a sua destinação em todos os municípios goianos por meio da adoção de estratégias, medidas e ações que estimulem a implementação de alternativas viáveis de curto prazo tanto para o encerramento dos lixões quanto para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. § 2º A fase definitiva ocorre sob a titularidade e a atuação entre o Estado e os municípios, para criar as condições necessárias à solução eficaz e efetiva da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos de todos os municípios goianos, com a implementação de estratégias oriundas do processo de regionalização do saneamento básico."

QUESTÃO 75. O Estado de Goiás contratou a empresa ABC Ltda. para a realização de serviços de manutenção na estrutura das escolas estaduais. Após 3 anos da celebração regular do contrato de prestação de serviços, o Ministério Público do Trabalho instaurou inquérito civil para apurar denúncias de irregularidades na contratação e no pagamento dos salários dos empregados da empresa ABC Ltda., em especial no que se referia a desigualdade salarial entre homens e mulheres, que ultrapassava os 20%. Com a notícia publicada nos jornais da região e a partir de vasta prova documental, o sindicato da categoria profissional ajuizou diversas reclamações trabalhistas individuais para garantir o direito das empregadas vitimadas. Nesse caso:

a) constitucionalmente, é vedada a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

b) na hipótese da comprovação da discriminação por motivo de sexo, raça ou origem, o pagamento das diferenças salariais devidas às empregadas discriminadas não afasta seu direito de ação de indenização por danos morais, consideradas as especificidades do caso concreto.

c) apesar do empregador apresentar plano de cargos e salários estabelecido por norma interna e respaldado no poder diretivo, as empregadas têm direito à "equiparação salarial".

d) em decorrência do instituto da "equiparação salarial", as empregadas discriminadas terão direito a perceber salário igual ao daquela que for habitualmente paga para serviço semelhante no mercado de trabalho.

e) a "equiparação salarial" será possível entre empregados, contemporâneos ou não, no cargo ou na função, inclusive em relação aos paradigmas remotos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema remuneração e salário, mais especificamente sobre a equiparação salarial.

A alternativa A está incorreta. De fato, a Constituição veda a equiparação salarial no serviço público, em seu artigo 37, XIII: "XIII - É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.". No entanto, o caso narrado pelo enunciado versa sobre pedidos de equiparação dentro de uma empresa privada. 37, XIII, CF.)

A alternativa B está correta. Conforme art. 461, § 6º, da CLT: "§ 6º Na hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, o pagamento das diferenças salariais devidas ao empregado discriminado não afasta seu direito de ação de indenização por danos morais, consideradas as especificidades do caso concreto."

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 461, § 2º, da CLT: "§ 2º Os dispositivos deste artigo não prevalecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público."

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 461, caput, da CLT: "Art. 461. A equiparação se dá dentro da própria empresa. Art. 461, CLT.. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade."

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 461, § 5º, da CLT: "§ 5º A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria."

QUESTÃO 76. Logo após a ruptura do contrato de trabalho, em fevereiro de 2024, Tício ingressou em juízo questionando a constitucionalidade das cláusulas do acordo coletivo de trabalho que permitiram ao empregador suprimir totalmente o intervalo de 15 minutos de descanso para a jornada de trabalho contratual de 5 horas diárias e a troca do dia de feriado trabalhado, sem o pagamento das horas extras ou qualquer outra vantagem, nos últimos 3 anos de vigência do contrato de trabalho. No caso concreto, considerando os parâmetros legais, a Reforma Trabalhista ("negociado sobre o legislado") e o entendimento do STF sobre o tema:

a) A cláusula normativa que permitiu a supressão do intervalo de 15 minutos é constitucional, e a cláusula obrigacional que permitiu a troca do dia de feriado é inconstitucional, pois, segundo o entendimento do STF, são constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

b) As cláusulas obrigacionais são constitucionais, pois, segundo o entendimento do STF, são constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos indisponíveis.

c) A cláusula normativa que permitiu a supressão do intervalo de 15 minutos é inconstitucional, e a cláusula obrigacional que permitiu a troca do dia de feriado é constitucional, pois, segundo o entendimento do STF, são constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos indisponíveis.

d) As cláusulas obrigacionais são inconstitucionais, pois, segundo o entendimento do STF, são constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos disponíveis.

e) A cláusula normativa que permitiu a supressão do intervalo de 15 minutos é inconstitucional, e a cláusula normativa que autorizou a troca do dia de feriado é constitucional, pois, segundo o entendimento do STF, são constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema negociação coletiva.

De acordo com o Tema 1046 de repercussão geral do STF: "São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens

compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis". Ainda, na forma do art. 611-B, parágrafo único, da CLT: “Parágrafo único. Regras sobre duração do trabalho e intervalos não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança do trabalho para os fins do disposto neste artigo.” Ademais, veja que a troca do dia de feriado é válida, conforme art. 611-A, XI, da CLT: “Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: (...) XI - troca do dia de feriado;”. Logo, a alternativa B está correta. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 77. Com a posse do novo Governador do Estado e o permissivo constitucional, houve a exoneração de todos dos servidores públicos estatutários e celetistas ocupantes de cargos em comissão em janeiro de 2022. Sob a alegação de violação da proteção constitucional da maternidade, apesar de não ter comunicado o empregado público de seu estado gravídico, a servidora celetista comissionada Daniela Rúbia ingressou com uma reclamação trabalhista perante a 1ª Vara do Trabalho, visando à proteção do direito lesado, com pedido de tutela de urgência para sua reintegração imediata. Considerando o caso concreto, segundo o texto constitucional e o entendimento do STF, a estabilidade gestante é garantida desde a

a) confirmação até 5 meses após o parto, sendo que a trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e a estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado, desde que tenha comunicado expressamente o empregador público da condição de gestante.

b) confirmação até 5 meses após o parto, sendo que a trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, desde que não ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado, ainda que tenha comunicado expressamente o empregador público de sua condição de gestante.

c) concepção até 120 dias após o parto, sendo que a trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado, e tenha comunicado expressamente o empregador público de sua condição de gestante.

d) concepção até 5 meses após o parto, sendo que a trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e a estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado, mesmo que não tenha comunicado expressamente o empregador público do estado gravídico.

e) concepção até 180 dias após o parto, sendo que a trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, desde que não ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado, mesmo que tenha comunicado expressamente o empregador público do estado gravídico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema estabilidade.

Inicialmente, mencione-se que o STF entende que a incidência da estabilidade gestante exige tão somente que a gravidez seja anterior à dispensa sem justa causa, ou seja, o único requisito exigido é de natureza biológica. Vejamos: "A incidência da estabilidade prevista no art. 10, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa. (...) O único requisito exigido é de natureza biológica. Exige-se apenas a comprovação de que a gravidez tenha ocorrido antes da dispensa arbitrária, não sendo necessários quaisquer outros requisitos, como o prévio conhecimento do empregador ou da própria gestante. Assim, é possível assegurar a estabilidade à gestante mesmo que no momento em que ela tenha sido demitida pelo empregador ele não soubesse de sua gravidez." (STF. Plenário. RE 629053/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, red. p/ ac. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 10/10/2018 (repercussão geral)). Ademais, de acordo com o Tema 542 de repercussão geral do STF: "A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.". Por fim, importante ressaltar que, conforme a Súmula 244, I, do TST, o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta a estabilidade. Vejamos: "Súmula nº 244 do TST. I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT)." Portanto, a alternativa D está correta. As alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 78. Pedro, professor em estabelecimento de educação infantil, e Paulo, professor em estabelecimento de ensino fundamental e médio, ambos prestando diversas funções na docência, bem como funções administrativas nos respectivos estabelecimentos de ensino, estão em tempo de reivindicar a respectiva aposentadoria. No que diz respeito à aposentadoria especial, mais especificamente, em relação à contagem do prazo para a concessão da aposentadoria especial de que trata o art. 40, §5º, da Constituição Federal, conta-se o tempo de efetivo exercício, pelo professor, da docência e das atividades de

a) direção de unidade escolar, desde que apenas em estabelecimentos de educação infantil.

b) direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógico, desde que em estabelecimentos de educação infantil ou de ensino fundamental e médio.

c) assessoramento pedagógico, desde que em estabelecimentos de educação superior.

d) direção de unidade escolar, desde que apenas em estabelecimentos de ensino médio.

e) direção de unidade escolar, desde que apenas em estabelecimentos de ensino fundamental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de regras relativas à aposentadoria dos professores.

A alternativa B está correta. No ordenamento jurídico brasileiro, é cediço que, para os fins da concessão da aposentadoria do professor, não se exige que o seu tempo de contribuição seja integralmente cumprido dentro da sala de aula, pois as funções de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico também podem ser incluídas dentro do conceito de magistério, logo, elas também podem ser consideradas para a concessão da aposentadoria do professor, mas desde que sejam realizadas em estabelecimentos de educação infantil ou de ensino fundamental e médio. Isso pode ser visto, por exemplo, no §3º do art. 69 da Lei Complementar 161/2020, do Estado de Goiás: "São consideradas funções de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, conforme critérios, definições e formas de comprovação estabelecidas em regulamento". As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme os comentários da alternativa B.

QUESTÃO 79. São profissionais que NÃO possuem o direito constitucional à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco prevista no artigo 40, §4º, inciso II, da Constituição Federal de 1988:

a) Guardas-civis.

b) Policiais civis.

c) Bombeiros.

d) Agentes penitenciários.

e) Policiais federais.

Comentários

Em nossa visão, a questão possui duas alternativas corretas, que são a **letra A** e a **letra C**. A questão trata da aposentadoria especial estabelecida no art. 40, §4º-A, da CF (antigo art. 40, §4º, II).

A alternativa A está correta. De fato, os guardas civis não estão inseridos dentro do rol de agentes públicos que fazem jus ao benefício da aposentadoria especial. Isso pode ser visto no Tema 1.057 do STF: "Os guardas civis não possuem direito constitucional à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco prevista no artigo 40, § 4º, inciso II, da Constituição Federal".

As alternativas B, D e E estão incorretas. As três classes de servidores públicos mencionadas nas alternativas em questão (policiais civis, agentes penitenciários e policiais federais) são, por expressa disposição constitucional, beneficiárias da aposentadoria especial prevista no §4º-B do art. 40 da CF: "Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e os incisos I a IV do caput do art. 144".

A alternativa C está correta. Essa alternativa, apesar de polêmica, também pode ser considerada como correta, tendo em vista que os bombeiros militares, em verdade, não possuem aposentadoria, mas, sim, mera transferência para a inatividade (art. 42, §1º, c/c art. 142, §3º, X, ambos da CF). Além disso, é importante observar atentamente a redação do §4º-B do art. 40 da CF, que regulamenta essa espécie de aposentadoria especial: "Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e os incisos I a IV do *caput* do art. 144". Perceba que, na parte final, o dispositivo somente mencionou os quatro primeiros incisos do *caput* do art. 144, e os bombeiros, em verdade, estão inseridos no inciso V daquele artigo, razão pela qual não podem ser inseridos na aposentadoria especial que é destinada aos servidores civis da área da segurança pública.

QUESTÃO 80. Nos termos da Lei Complementar do Estado de Goiás nº 161, de 30 de dezembro de 2020, o direito a pensão por morte para o(a) cônjuge, companheiro(a), o(a) ex-cônjuge, ex-companheiro(a) ou o(a) cônjuge separado(a) de fato, com direito a recebimento de pensão alimentícia do segurado falecido, extingue-se

I. por novo casamento ou estabelecimento de qualquer outra nova união estável.

II. se for comprovada, a qualquer tempo, simulação, fraude ou qualquer outra causa de nulidade no casamento ou na união estável ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo administrativo.

III. com o decurso de 6 (seis) meses do óbito, se ele ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou o casamento ou a união estável tiver sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado.

IV. transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do segurado, depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e possua, no mínimo, 2 (dois) anos de casamento ou de união estável: 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade; 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade; 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade; 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade; 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade; e por prazo indeterminado, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e IV.

b) I e II.

c) I e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois apenas os itens I e IV estão corretos. A questão trata sobre regras relativas à duração da pensão por morte no âmbito do RPPS do Estado de Goiás.

O item I está correto. No RPPS do Estado de Goiás, a legislação expressamente estabelece que, especificamente no que tange ao cônjuge, companheiro, ex-cônjuge, ex-companheiro ou cônjuge separado de fato, com direito a recebimento de pensão alimentícia do segurado falecido, a pensão por morte concedida a eles irá cessar na eventualidade de novo casamento ou estabelecimento de qualquer outra nova união estável. Isso pode ser visto no seguinte dispositivo da Lei Complementar 161/2020: "Art. 90. O direito à pensão por morte extingue-se: I – para o cônjuge, companheiro(a), o ex-cônjuge, ex-companheiro(a) ou o cônjuge separado de fato, com direito a recebimento de pensão alimentícia do segurado falecido: a) por novo casamento ou estabelecimento de qualquer outra nova união estável".

O item II está incorreto. O item está quase integralmente correto, pois, de fato, a comprovação de simulação, fraude ou qualquer outra causa de nulidade no casamento ou na união estável, bem como a sua formalização com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, resulta na cessação do pagamento da pensão por morte, mas o erro está em afirmar que tais situações devem ser apuradas em processo administrativo, pois, na verdade, a legislação estabelece a obrigatoriedade de processo judicial. Isso pode ser visto no seguinte dispositivo da Lei Complementar 161/2020: "Art. 90. O direito à pensão por morte extingue-se: I – para o cônjuge, companheiro(a), o ex-cônjuge, ex-companheiro(a) ou o cônjuge separado de fato, com direito a recebimento de pensão alimentícia do segurado falecido: [...] b) se for comprovada, a qualquer tempo, simulação, fraude ou qualquer outra causa de nulidade no casamento ou na união estável ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial".

O item III está incorreto. Na verdade, nessa situação, a pensão por morte será extinta após o decurso do prazo de 4 meses, como estabelece a Lei Complementar 161/2020: "Art. 90. O direito à pensão por morte extingue-se: I – para o cônjuge, companheiro(a), o ex-cônjuge, ex-companheiro(a) ou o cônjuge separado de fato, com direito a recebimento de pensão alimentícia do segurado falecido: [...] c) com o decurso de 4 (quatro) meses do óbito, se ele ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou o casamento ou a união estável tiver sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado".

O item I está correto. Nesse item, a banca apenas transcreveu a literalidade da alínea "d" do inciso I do art. 90 da Lei Complementar 161/2020: "d) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do segurado, depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e possua, no mínimo, 2 (dois) anos de casamento ou de união estável: 1. 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade; 2. 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade; 3. 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade; 4. 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade; 5. 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade; e 6. por prazo indeterminado, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade".

QUESTÃO 81. Considere as assertivas abaixo, de acordo com a Lei Complementar nº 161, do Estado de Goiás, de 30 de dezembro de 2020, sobre os prazos administrativos.

I. Os direitos e benefícios decorrentes da presente Lei Complementar poderão ser requeridos a qualquer tempo, prescrevendo tão somente as prestações ou diferenças exigíveis com anterioridade de mais de 5 anos em relação à data da ocorrência da lesão.

II. É de 5 anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação de segurado ou dependente para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia 1º do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão administrativa definitiva que indeferiu o pedido.

III. O direito da GOIASPREV de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus segurados ou dependentes decai em 10 anos, contados da data em que foram praticados, salvo se for comprovada má-fé do segurado, dependente ou beneficiário.

IV. Os atos nulos não se consolidam no tempo, podendo, sempre, ser objeto de apuração e revisão quando houver vício de legalidade.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e II, apenas.

c) II, III e IV, apenas.

d) III e IV, apenas.

e) I e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois apenas os itens II, III e IV estão corretos. A questão trata de regras relativas aos prazos de prescrição e decadência dentro da Lei Complementar 161/2020.

O item I está incorreto. De fato, está correto afirmar que os benefícios e direitos decorrentes da Lei Complementar 161/2020 poderão ser requeridos a qualquer tempo, dada a inexistência da prescrição do fundo de direito. Todavia, o marco informado para a contagem da prescrição quinquenal está incorreto, pois, na verdade, a prescrição atingirá as parcelas vencidas há mais de 5 anos contados da data do requerimento (a contagem não leva em consideração a data da lesão, ao contrário do que o item afirmava). Isso pode ser visto no art. 122 da Lei Complementar 161/2020: "Os direitos e benefícios decorrentes da presente Lei Complementar poderão ser requeridos a qualquer tempo, prescrevendo tão-somente as prestações ou diferenças exigíveis há mais de 5 (cinco) anos anteriores à data do requerimento".

O item II está correto. Aqui, a banca trouxe apenas a literalidade do art. 123 da Lei Complementar 161/2020, que estabelece regras para a decadência da revisão dos atos de concessão de benefícios

previdenciários no âmbito do RPPS do Estado de Goiás: "É de 5 (cinco) anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação de segurado ou dependente para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia 1º (primeiro) do mês seguinte ao do recebimento da 1ª (primeira) prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão administrativa definitiva que indeferiu o pedido".

O item III está correto. Como visto nos comentários do item II, o prazo decadencial para que os segurados (ou seus dependentes) pleiteiem a revisão dos atos de concessão dos benefícios previdenciários é de 5 anos, mas, por outro lado, aplica-se o prazo de 10 anos para que a GOIASPREV (entidade gestora do RPPS do Estado de Goiás) busque a anulação dos atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os segurados ou seus dependentes. Isso pode ser visto no art. 124 da Lei Complementar 161/2020: "O direito da GOIASPREV de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus segurados ou dependentes decai em 10 (dez) anos, contados da data em que foram praticados, salvo se for comprovada má-fé do segurado, dependente ou beneficiário".

O item IV está correto. Por expressa disposição legal, os atos nulos não se consolidam no tempo, o que significa dizer que a sua eventual revisão não está sujeita a qualquer prazo. Isso pode ser visto no §1º do art. 124 da Lei Complementar 161/2020: "Os atos nulos não se consolidam no tempo, podendo, sempre, ser objeto de apuração e revisão quando houver vício de legalidade".

QUESTÃO 82. São princípios do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Goiás (SPSM/GO), Lei Estadual nº 20.946/2020:

I. A observância da simetria entre o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Goiás e o das Forças Confederativas;

II. A contributividade obrigatória e solidária entre os militares ativos, inativos e pensionistas;

III. A promoção da sustentabilidade do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Goiás;

IV. A paridade nominal entre os militares ativos, inativos, reformados e pensionistas como forma de reajustamento dos benefícios. Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) II e III.

c) I e III.

d) I e II.

e) II e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois apenas os itens II e III estão corretos. A questão trata dos princípios do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Goiás, expostos na Lei Estadual 20.946/2020.

O item I está incorreto. Na verdade, a legislação estabelece a existência de simetria entre o sistema dos militares de Goiás e o sistema das Forças Armadas (e não o das "Forças Confederativas"). Isso pode ser visto no inciso I do art. 3º da Lei Estadual 20.946/2020: "a observância da simetria entre o sistema de proteção social dos militares do Estado de Goiás e o das Forças Armadas".

O item II está correto. O item reproduz apenas a literalidade do inciso II do art. 3º da Lei Estadual 20.946/2020: "a contributividade obrigatória e solidária entre os militares ativos, inativos e pensionistas".

O item III está correto. Assim como no item anterior, a banca se ateve à literalidade de um dispositivo legal, que, neste caso, é o inciso III do art. 3º da Lei Estadual 20.946/2020: "a promoção da sustentabilidade do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Goiás – SPSM/GO".

O item IV está incorreto. Na verdade, a legislação preconiza expressamente uma paridade remuneratória entre os militares ativos, inativos e pensionistas como forma de reajustamento dos benefícios, ou seja, não se trata de uma mera paridade nominal (mas, sim, de uma paridade real). Isso pode ser visto no inciso V do art. 3º da Lei Estadual 20.946/2020: "a paridade remuneratória entre os militares ativos, inativos e pensionistas como forma de reajustamento dos benefícios".

QUESTÃO 83. De acordo com o que dispõe o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei nº 21.268/2022),

a) a Turma de Uniformização compõe-se dos membros das Turmas Recursais e de Juízes titulares de Juizado Especial Cível ou Criminal de primeira instância.

b) compete ao Juízo Cível julgar as ações relativas a Registros Públicos nas comarcas em que não houver vara especializada.

c) compete ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás a solução de conflitos de competência entre Juizados Especiais.

d) compete à Turma Recursal o julgamento de mandado de segurança contra ato de outra Turma, nos termos do Regimento Interno respectivo.

e) o Sistema dos Juizados Especiais, no Estado de Goiás, é formado pelos Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais, pelas Turmas Recursais e pela Turma de Uniformização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de regras relativas à Lei Estadual 21.268/2022, que estabelece o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, a Turma de Uniformização é composta apenas pelos membros das Turmas Recursais, não havendo previsão de participação de juízes pertencentes aos juizados cíveis ou criminais de primeira instância. Isso pode ser visto no art. 74 da Lei Estadual 21.268/2022: "A Turma de Uniformização compõe-se dos membros das Turmas Recursais e será presidida pelo Segundo Vice-Presidente".

A alternativa B está incorreta, pois, nas comarcas em que não houver uma vara especializada para o julgamento das ações relativas a registros públicos, a competência não será do juízo cível, mas, sim, do juízo da Fazenda Pública. Isso está no seguinte dispositivo da Lei Estadual 21.268/2022: "Art. 61. Compete aos Juízos das Fazendas Públicas, além do cumprimento de cartas precatórias de sua competência: [...] IX – processar e julgar as ações relativas a Registros Públicos, nas comarcas em que não houver vara especializada".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, na verdade, ocorrendo um conflito de competência entre juizados especiais, ele deverá ser julgado por uma Turma Recursal. Veja o que diz este dispositivo da Lei Estadual 21.268/2022: "Art. 73. O Poder Judiciário do Estado de Goiás contará, no mínimo, com 4 (quatro) Turmas Recursais de Juizados Especiais, com sede na Capital e com competência para julgar: [...] III – conflitos de competências entre juízes integrantes do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Goiás".

A alternativa D está correta. De fato, conforme a Lei Estadual 21.268/2022, os mandados de segurança interpostos contra atos de uma Turma Recursal devem ser julgados por outra Turma Recursal. Isso pode ser visto no seguinte dispositivo: "Art. 73. O Poder Judiciário do Estado de Goiás contará, no mínimo, com 4 (quatro) Turmas Recursais de Juizados Especiais, com sede na Capital e com competência para julgar: [...] V – mandado de segurança contra atos da própria Turma Recursal, sendo julgada por Turma diversa, nos termos do Regimento Interno respectivo".

A alternativa E está incorreta. Essa alternativa está quase integralmente correta, pois ela reproduz quase todos os órgãos que integram o sistema dos Juizados Especiais no Estado de Goiás, com exceção dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Veja o art. 70 da Lei Estadual 21.268/2022: "O Sistema dos Juizados Especiais é formado pelos Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais, Juizados Especiais da Fazenda Pública, pelas Turmas Recursais e pela Turma de Uniformização".

QUESTÃO 84. A respeito do mandado de segurança:

a) Admite-se o indeferimento de petição inicial de mandado de segurança com base em questões ligadas ao mérito da impetração.

b) Tratando-se de mandado de segurança coletivo do qual resultam efeitos patrimoniais, o óbito de beneficiário da tutela jurisdicional, se ocorrido na fase de conhecimento e antes da concessão da ordem, não confere aos herdeiros legitimidade para requerer a execução dos valores devidos até o evento morte.

c) No mandado de segurança coletivo, os sindicatos e as associações (substitutos processuais) têm legitimidade para atuar na defesa dos interesses de toda a categoria que representam e, assim, se a sentença não restringir de modo expresso seus limites subjetivos, a coisa julgada formada alcançará todas as pessoas da categoria, e não apenas os filiados.

d) Os requisitos para aplicação da "teoria da encampação" no mandado de segurança são alternativos, bastando a presença de qualquer um deles.

e) A competência para o julgamento de mandado de segurança contra ato judicial oriundo de Juizado Especial da Fazenda Pública é do Tribunal de Justiça do Estado respectivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de regras diversas relativas ao mandado de segurança.

A alternativa A está incorreta. A Lei 12.016/2009 estabelece algumas situações nas quais se admite o indeferimento da petição inicial do mandado de segurança, mas o indeferimento ligado ao mérito não está inserido nessas situações. Veja o que diz o art. 10 da referida legislação: "A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração". Além do mais, o STJ possui entendimento no mesmo sentido: "Em ação de mandado de segurança, no entanto, assim como não é dado ao juiz de direito ou ao relator decidir desde logo pela concessão definitiva da segurança, também não é possível indeferir liminarmente a petição inicial mediante o exame do mérito da causa" (RMS 39.388).

A alternativa B está incorreta. Na verdade, nessa situação, o óbito do beneficiário da sentença proferida no mandado de segurança coletivo não irá impedir que seus herdeiros pleiteiem o recebimento dos valores devidos até a data do óbito. Isso pode ser visto no seguinte julgado do STJ: "Em se tratando de mandado de segurança coletivo do qual resulta efeitos patrimoniais, o óbito ocorrido na fase de conhecimento, ainda que antes da concessão da ordem, não esvazia o direito do substituído falecido, conferindo aos herdeiros legitimidade para requerer a execução dos valores devidos até o evento morte. Os valores devidos após o falecimento representam crédito de pensão cabível aos pensionistas" (AgInt na Exe-MS 21.601, 2022).

A alternativa C está correta. De acordo com o entendimento atual da jurisprudência, os sindicatos e as associações, ao atuarem como substitutos processuais, têm legitimidade para defender em juízo toda a categoria substituída, razão pela qual a sentença coletiva, se não contar com uma delimitação expressa dos seus limites subjetivos, deverá alcançar todas as pessoas pertencentes à categoria profissional do sindicato ou da associação, não se restringindo apenas aos filiados. Veja, por exemplo, o seguinte julgado do STJ: "Caso a sentença coletiva não tenha uma delimitação expressa dos seus limites subjetivos, especificando os beneficiários do título executivo judicial, a coisa julgada advinda da ação coletiva proposta por sindicato deve alcançar todas as pessoas abrangidas pela categoria profissional, e não apenas os seus filiados" (AgInt no AREsp 2.399.352, 2024).

A alternativa D está incorreta. A teoria da encampação é uma criação da jurisprudência do STJ, e a sua finalidade é, resumidamente, relativizar o erro na indicação da autoridade coatora e, consequentemente, evitar a extinção do mandado de segurança. Todavia, os requisitos necessários à sua aplicação, que estão expostos na Súmula 628 do STJ, são cumulativos. Isso pode ser percebido a

partir da leitura da referida Súmula: "A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal".

A alternativa E está incorreta. Na verdade, para fins recursais, os Juizados Especiais não estão vinculados ao Tribunal de Justiça, logo, ele não é competente para apreciar mandados de segurança contra os atos proferidos pelos Juizados. Isso pode ser visto na Súmula 376 do STJ: "Compete à turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial".

QUESTÃO 85. O Código de Processo Civil prevê a possibilidade de realização de negócios jurídicos processuais atípicos, que podem versar sobre aspectos procedimentais e/ou situações jurídicas processuais, desde que as partes sejam capazes e o objeto do processo admita autocomposição. De acordo com a regulamentação do tema no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás a respeito da celebração de Negócio Jurídico Processual (NJP):

a) O NJP que tenha por objeto plano de amortização de débito tributário não poderá ensejar a suspensão dos atos constritivos decorrentes de decisão judicial nem da exigibilidade dos respectivos créditos.

b) O NJP pode versar sobre o cumprimento de decisões judiciais a cargo do Estado, inclusive para execução de políticas públicas.

c) Admite-se, a depender da relevância jurídica, política, econômica e social do NJP, a inserção de cláusula de confidencialidade.

d) Não se admite a modificação das regras a respeito do ônus da prova, ante sua intensa influência no julgamento de qualquer demanda.

e) Havendo proposta de celebração de NJP em execução fiscal, não cabe levar em conta, na sua análise, a situação econômico-fiscal do devedor, para evitar cogitação de ofensa ao princípio da isonomia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de regras relativas ao Negócio Jurídico Processual (NJP), nos termos da Portaria 404/2023, da PGE/GO.

A alternativa A está incorreta. Em verdade, o NJP que trate de plano de amortização de débito pode, sim, versar sobre a suspensão de atos constritivos (como, por exemplo, uma penhora) realizados em um processo de execução, mas, por outro lado, não pode suspender a exigibilidade dos créditos, sejam eles tributários ou não tributários. Isso pode ser visto no §2º do art. 3º da Portaria 404/2023: "O NJP que versar sobre plano de amortização do débito pode suspender atos constritivos nos correspondentes processos de execução, não suspendendo, porém, a exigibilidade dos créditos tributários e não tributários".

A alternativa B está correta. Na Portaria 404/2023, existe autorização expressa para que o NJP trate do cumprimento de decisões judiciais, inclusive para execução de políticas públicas. Veja o seguinte dispositivo da referida Portaria: "Art. 1º O Procurador do Estado que atuar no processo fica autorizado a celebrar negócios jurídicos processuais (NJP), atendidos os requisitos dos artigos 190 e 191 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), cujo objeto seja: [...] IV – cumprimento de decisões judiciais, inclusive para execução de políticas públicas".

A alternativa C está incorreta. Na verdade, a Portaria 404/2023 expressamente veda, no §3º do seu art. 1º, a celebração de um NJP que conte com uma cláusula de confidencialidade.

A alternativa D está incorreta. A modificação de regras relativas ao ônus da prova por meio de convenções processuais é admitida pela própria legislação processual civil, como se pode perceber a partir da leitura do *caput* do art. 373 do CPC: "A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando: I - recair sobre direito indisponível da parte; II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito". Além disso, o inciso II do art. 1º da Portaria 404/2023 também autoriza a formulação de NJP a respeito da produção de provas.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que foi afirmado na alternativa, a proposta de NJP dentro de uma execução fiscal deve ser analisada de acordo com a situação econômico-fiscal do devedor. Veja o seguinte dispositivo da Portaria 404/2023: "Art. 6º Nas execuções fiscais, recebido o requerimento, o procurador deverá: [...] IV – analisar o histórico fiscal do devedor, especialmente a concessão de parcelamentos anteriores, eventuais ocorrências de fraude, inclusive à execução fiscal, ou quaisquer outras hipóteses de infração à legislação com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos devidos".

QUESTÃO 86. A respeito do cumprimento provisório de sentença, é correto afirmar:

a) Não é exigível a prestação de caução para a penhora (e eventual reforço desta) e subsequente avaliação dos bens penhorados.

b) Somente incidirá a multa de 10% prevista para a não satisfação da obrigação no prazo de 15 dias quando, convolado em definitivo o cumprimento iniciado como provisório, for o devedor novamente intimado para pagamento e mantiver-se inerte.

c) Havendo reforma ou anulação da sentença objeto da execução, fica sem efeito o cumprimento provisório, restituindo-se as coisas ao estado anterior, se tiver havido expropriação de bem penhorado.

d) É dispensável a prestação de caução se pendente de julgamento recurso extraordinário e/ou especial interposto contra o acórdão exequendo.

e) Deverão ser observadas suas regras procedimentais, se apresentada, em cumprimento de título judicial transitado em julgado, impugnação pelo devedor, com efeito suspensivo.

Comentários

Em nossa visão, não há alternativa correta para essa questão. A questão trata de regras envolvendo o cumprimento provisório de sentença, regulamentado pelos arts. 520 a 522 do CPC.

A alternativa A está incorreta, apesar de possuir o erro menos evidente e, provavelmente, ser o gabarito provisório da banca. De fato, para que seja possível, no âmbito do cumprimento provisório de sentença, a realização da penhora e a consequente avaliação do bem penhorado, a legislação processual civil, como regra geral, não exige a prestação de caução. Isso pode ser visto a partir da leitura do inciso IV do art. 520 do CPC: "o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem transferência de posse ou alienação de propriedade ou de outro direito real, ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos". Perceba que a caução, nos termos do dispositivo transcrito, somente é exigida para algumas situações específicas (como o levantamento de depósito em dinheiro e a alienação da propriedade de um bem), e a penhora e a avaliação não estão inseridas dentro desse rol. Todavia, também é possível afirmar que, no caso concreto, esses dois atos podem vir a se enquadrar dentro da expressão "atos dos quais possa resultar grave dano ao executado" e, em razão disso, o magistrado poderia exigir a fixação de uma caução suficiente e idônea, logo, não é possível afirmar, categoricamente, que a penhora (assim como seu reforço) exclui, inexoravelmente, a exigência de caução.

A alternativa B está incorreta. Na verdade, mesmo no cumprimento provisório de sentença, aplica-se a multa de 10% na hipótese de ausência do pagamento voluntário no prazo de 15 dias úteis após a intimação do executado. Isso pode ser visto a partir da leitura do §2º do art. 520 do CPC: "A multa e os honorários a que se refere o §1º do art. 523 são devidos no cumprimento provisório de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa".

A alternativa C está incorreta. O erro da alternativa está em afirmar que, já tendo ocorrido a expropriação de um bem penhorado, haverá a restituição das coisas ao estado anterior se a sentença que foi objeto do cumprimento provisório vier a ser reformada ou anulada. Na verdade, o CPC estabelece que, nessa situação, ocorrerá a reparação por perdas e danos, como se pode perceber a partir da leitura conjugada do inciso II e do §4º do art. 520 da referida legislação: "II - fica sem efeito, sobrevindo decisão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidando-se eventuais prejuízos nos mesmos autos; [...] § 4º A restituição ao estado anterior a que se refere o inciso II não implica o desfazimento da transferência de posse ou da alienação de propriedade ou de outro direito real eventualmente já realizada, ressalvado, sempre, o direito à reparação dos prejuízos causados ao executado".

A alternativa D está incorreta. Como regra geral, no cumprimento provisório de sentença, exige-se que o exequente forneça caução idônea para realizar uma série de atos (como, por exemplo, o levantamento de depósito em dinheiro e a alienação de um bem pertencente ao executado), mas, de modo excepcional, a legislação autoriza que essa caução seja dispensada em algumas hipóteses específicas, que estão no seguinte dispositivo do CPC: "Art. 521. A caução prevista no inciso IV do art. 520 poderá ser dispensada nos casos em que: I - o crédito for de natureza alimentar, independentemente de sua origem; II - o credor demonstrar situação de necessidade; III – pender o agravo do art. 1.042; IV - a sentença a ser provisoriamente cumprida estiver em consonância com súmula da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou em conformidade com acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos". Como é possível perceber a partir da leitura do artigo, não há a previsão da dispensa de caução em razão da mera pendência de recurso extraordinário ou especial, o que torna o item incorreto.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, caso o exequente postule o cumprimento de uma sentença já transitada em julgado e, em resposta, o executado apresente uma impugnação e consiga o deferimento do efeito suspensivo, a maior parte dos atos do cumprimento de sentença será suspensa, como estabelece o §6º do art. 525 do CPC: "A apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, podendo o juiz, a requerimento do executado e desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação". Todavia, o §7º do mesmo dispositivo autoriza que, nessa situação, sejam efetivados atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens, mas não serão seguidas as mesmas regras procedimentais do cumprimento provisório de sentença, tendo em vista que, aqui, o objeto do cumprimento é uma sentença que já transitou em julgado.

QUESTÃO 87. Considere as assertivas a seguir, à luz do sistema processual em vigor, a respeito do processo coletivo.

I. Em ação civil pública proposta por associação, na condição de substituta processual de consumidores, a legitimidade de eventuais beneficiados pela procedência do pedido para execução da sentença coletiva não depende da comprovação do momento de filiação à entidade.

II. Se a Fazenda Pública não opuser resistência a cumprimento individual de sentença coletiva, descabe sua condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais.

III. Nas ações coletivas intentadas para a proteção de interesses ou direitos individuais homogêneos, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, no caso de procedência do pedido, sendo certo que julgado este improcedente, desde que o fundamento seja a falta de provas do alegado, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

IV. A legitimidade do sindicato para agir como substituto processual nas ações em que atua na defesa dos direitos coletivos dos trabalhadores integrantes da categoria abrange a possibilidade de liquidação e a execução dos créditos reconhecidos aos seus integrantes, sem que se exija, para tanto, autorização dos substituídos.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I e III.

e) III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois apenas os itens I e IV estão corretos. A questão trata de regras diversas a respeito do processo coletivo.

O item I está correto. Aqui, a banca apenas reproduziu boa parte da literalidade do Tema 948 do STJ, que estabelece o seguinte: "Em ação civil pública proposta por Associação, na condição de substituta processual de consumidores, possuem legitimidade para a liquidação e execução da sentença todos os beneficiados pela procedência do pedido, independentemente de serem filiados à Associação promovente".

O item II está incorreto. Em verdade, especificamente no cumprimento individual de uma sentença coletiva, mesmo que não haja a apresentação de qualquer impugnação por parte da Fazenda Pública, ainda haverá a fixação de honorários advocatícios em favor do procurador da parte exequente. Isso já foi delimitado no Tema 973 do STJ: "O art. 85, § 7º, do CPC/2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, de modo que são devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsórcio". Do mesmo modo, a Súmula 345 do STJ afirma: "São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas".

O item III está incorreto. Esse item está quase integralmente correto, pois, de fato, a sentença de procedência proferida nas ações coletivas que visem tutelar direitos individuais homogêneos irá formar coisa julgada *erga omnes*, e, além disso, a sentença de improcedência não irá impedir que os interessados que não tiverem intervindo no processo coletivo ajuízem suas ações individuais posteriormente. Todavia, o erro do item está em afirmar que a propositura da ação individual somente poderá ocorrer na hipótese em que o fundamento da improcedência da ação coletiva for a falta de provas do alegado, pois, em verdade, as ações individuais poderão ser propostas por tais pessoas em qualquer hipótese de improcedência da ação coletiva. Isso pode ser visto, por exemplo, no seguinte julgado do STJ: "Nas ações coletivas intentadas para a proteção de interesses ou direitos individuais homogêneos, a sentença fará coisa julgada *erga omnes* apenas no caso de procedência do pedido. No caso de improcedência, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual" (REsp 1.302.596).

O item IV está correto. De fato, as entidades sindicais, na condição de substitutos processuais, possuem legitimidade para representar em juízo os integrantes da categoria substituída, independentemente da autorização destes. Veja o que diz o Tema 823 do STF: "Os sindicatos possuem ampla legitimidade extraordinária para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos".

QUESTÃO 88. No processamento e julgamento de recurso ou de ação de competência originária dos Tribunais, é inegável a relevância do relator. Dentre outras providências, é correto afirmar que ele deverá, monocraticamente,

a) encaminhar ao órgão colegiado, para julgamento, recurso de embargos de declaração interposto contra decisão monocrática que proferiu.

b) negar provimento a recurso de apelação que se mostre contrário à jurisprudência de Tribunal Superior.

c) facultar ao recorrente o recolhimento, sem qualquer acréscimo e no prazo de cinco dias, do preparo recursal não recolhido ou insuficiente.

d) fixar prazo, entre 30 e 60 dias, para contestação da Fazenda Pública em ação rescisória contra ela movida.

e) conceder efeito suspensivo a recurso de apelação que lhe for distribuído, se presentes os requisitos autorizadores, nos casos em que a lei processual declara que a sentença começa a produzir efeitos imediatamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos poderes do relator no âmbito do processo civil.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, os embargos de declaração opostos contra uma decisão monocrática do relator serão julgados também de modo monocrático, não havendo necessidade de remessa ao órgão colegiado para julgamento. Isso está no §2º do art. 1.024 do CPC: "Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente".

A alternativa B está incorreta. Existem algumas situações nas quais o relator está autorizado a, de modo monocrático, negar provimento aos recursos que contrariarem um determinado rol de precedentes qualificados, como se pode ver a partir da leitura do seguinte inciso do art. 932 do CPC: "IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência". A partir da leitura dos dispositivos, percebemos que o mero fato de o recurso contrariar a jurisprudência de um Tribunal Superior não é suficiente para que o relator realize o julgamento monocrático, pois o CPC exige que essa jurisprudência tenha sido solidificada em um precedente qualificado ou em uma Súmula.

A alternativa C está incorreta. Aqui, a banca tentou aplicar a mesma solução jurídica para duas hipóteses que possuem tratamentos distintos previstos na legislação. Inicialmente, relembramos que o recorrente, ao apresentar seu recurso, deve realizar a comprovação do preparo, que consiste, em suma, no pagamento das custas processuais e do porte de remessa e retorno dos autos. Todavia, se esse preparo for feito em valor insuficiente, o recorrente será intimado para suprir o pagamento, sem qualquer acréscimo, dentro de 5 dias; por outro lado, se o preparo não for realizado (ou seja, se não houver ocorrido qualquer pagamento), o recorrente será intimado para realizar o recolhimento em dobro daquele valor, sob pena de deserção. Isso pode ser visto nos seguintes dispositivos do CPC: "Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. [...] § 2º A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o

recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias. [...] § 4º O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção".

A alternativa D está incorreta. Em verdade, o prazo da contestação à ação rescisória é fixado pelo relator com base no art. 970 do CPC (entre 15 e 30 dias), de modo que não é contado em dobro para a Fazenda Pública. Todavia, destacamos que existe uma certa controvérsia doutrinária a respeito disso, como se pode ver a partir desta citação: "Se o despacho do juiz é genérico e dirigido a ambas as partes ("digam as partes em X dias), há a necessidade de contagem em dobro de prazo em razão da aplicação direta do artigo 183 do CPC-2015. Já se o despacho for dirigido especificamente para o Poder Público ("comprove o Estado em 5 dias o cumprimento da liminar"), a hipótese dá margem para dúvidas. É que o §2º afasta a prerrogativa de prazo apenas "quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio". Logo, em interpretação estrita, a intimação com prazo judicial apenas para o Poder Público teria a prerrogativa de contagem em dobro. De outro lado, é possível dar uma interpretação mais ampla para o §2º para se entender que se o juízo fixa prazo específico para o Poder Público, então esse é o prazo de que dispõe o ente para manifestação" (Barros, Guilherme Freire de Melo. Poder Público em Juízo para Concursos).

A alternativa E está correta. De acordo com a legislação processual civil, há certas situações nas quais a apelação não conta com efeito suspensivo automático (art. 1.012, §1º, CPC), razão pela qual, em tais situações, a sentença começa a produzir efeitos de modo imediato. Todavia, nesses casos, admite-se que seja feito o pedido de concessão de efeito suspensivo ao relator, desde que a apelação já tenha sido distribuída, como estabelece o §3º do art. 1.012 do CPC: "O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses do § 1º poderá ser formulado por requerimento dirigido ao: [...] II - relator, se já distribuída a apelação".

QUESTÃO 89. O Estado Sigma ajuizou ação, pelo rito comum, contra sociedade empresária com quem firmou contrato administrativo, visando a discussão de cláusulas e a restituição de parte dos valores pagos. O pedido é julgado improcedente em primeira instância, resultado mantido em grau recursal com o desprovimento, por votação unânime em julgamento colegiado, do recurso de apelação interposto pelo Estado. A solução da controvérsia tem como questão principal a interpretação de determinado dispositivo de lei federal, sendo certo que o Estado, em suas razões de apelação, apontou a existência de julgado da 1ª Câmara do Tribunal Estadual local, que adotou a interpretação X – favorável à tese defendida pelo Estado; a 2ª Câmara do mesmo Tribunal, ao manter a improcedência do pedido, optou pela interpretação Y, única outra possível juridicamente. Para buscar a reversão do resultado, e considerando descartada a possibilidade de interposição de embargos de declaração, a Procuradoria-Geral do Estado Sigma deverá

a) formular pedido de uniformização de interpretação de lei, para solução da discrepância de interpretação no âmbito interno do Tribunal.

b) manejar embargos de divergência, baseados na discrepância de interpretação da questão pelas Câmaras, a fim de esgotar as vias recursais ordinárias.

c) apresentar recurso extraordinário, com exclusividade por se tratar de matéria prejudicial, baseado na alegação de ofensa ao princípio constitucional da legalidade.

d) interpor recurso especial, baseado na contrariedade à lei federal decorrente da adoção da interpretação Y.

e) interpor agravo interno, a fim de provocar a manifestação de órgão superior do próprio Tribunal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos recursos em espécie no âmbito do processo civil.

A alternativa A está incorreta. O pedido de uniformização de interpretação de lei somente possui previsão legal no âmbito dos Juizados Especiais (art. 14, Lei 10.259/01, e art. 18, Lei 12.153/09), logo, não pode ser aplicado no caso concreto apresentado pela questão, tendo em vista que o processo não tramitou perante nenhum Juizado.

A alternativa B está incorreta. Em verdade, os embargos de divergência somente são admitidos no âmbito do recurso extraordinário e do recurso especial (ou seja, no âmbito do STF e do STJ). Isso pode ser visto a partir da leitura do CPC: "Art. 1.043. É embargável o acórdão de órgão fracionário que: [...] I - em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito; III - em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia".

A alternativa C está incorreta. Não é cabível a interposição do recurso extraordinário nessa situação, tendo em vista que nenhuma das hipóteses autorizadoras do referido recurso está presente. Veja o que diz a CF: Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: [...] III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição; d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal". Portanto, considerando que a divergência apresentada na questão diz respeito à interpretação da legislação federal, conclui-se que o recurso extraordinário não pode ser utilizado.

A alternativa D está correta. O enunciado foi claro ao afirmar que, no caso concreto apresentado, a 1ª e a 2ª Câmaras do Tribunal Estadual local adotaram duas interpretações divergentes para o mesmo dispositivo de lei federal, de modo que, em suma, estamos diante de uma hipótese de divergência de interpretação a respeito da legislação federal, razão pela qual se mostra cabível a utilização do recurso especial para sanar a divergência. Isso pode ser visto a partir da leitura dos seguintes dispositivos da CF: "Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: [...] III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: [...] a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência".

A alternativa E está incorreta. Na verdade, pelo fato de a decisão recorrida ter sido proferida por um órgão colegiado, o agravo interno se mostra totalmente incabível, tendo em vista que ele é direcionado

às decisões monocráticas proferidas dentro de um Tribunal. Veja o art. 1.021 do CPC: "Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal".

QUESTÃO 90. Em relação à fase expropriatória do processo de execução,

a) a ampliação da penhora só é cabível após a tentativa de alienação judicial do bem penhorado.

b) sendo devedor partido político, são penhoráveis os recursos recebidos do fundo partidário.

c) o seguro de garantia judicial não equivale a dinheiro para fins de substituição da penhora, salvo se contratado em valor não inferior ao do débito exequendo, acrescido de 30%.

d) a impenhorabilidade dos valores depositados em caderneta de poupança não é oponível em ação de execução de obrigação alimentar, desde que esta seja decorrente de parentesco.

e) o exequente, que tem legitimidade para adjudicar o bem penhorado, não pode oferecer lance em leilão judicial, salvo se igual ou superior ao valor da avaliação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de diversas regras relativas ao processo de execução.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, a ampliação da penhora se mostra perfeitamente admissível em qualquer situação em que o valor de mercado dos bens penhorados vier a sofrer alguma alteração significativa. Isso está no art. 850 do CPC: "Será admitida a redução ou a ampliação da penhora, bem como sua transferência para outros bens, se, no curso do processo, o valor de mercado dos bens penhorados sofrer alteração significativa".

A alternativa B está incorreta. Os recursos recebidos por um partido político no âmbito do fundo partidário são impenhoráveis, por expressa disposição do art. 833, XI, do CPC.

A alternativa C está correta. De fato, a fim de que o seguro garantia judicial possa ser equiparado ao dinheiro para a substituição da penhora, ele deve ser acrescido de 30% sobre o valor exequendo. Isso pode ser visto no §2º do art. 835 do CPC: "Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento".

A alternativa D está incorreta. Em verdade, a impenhorabilidade dos valores depositados em caderneta de poupança não é oponível nas situações de pagamento de prestação alimentícia, qualquer que seja a sua origem (não há necessidade de que a obrigação alimentar seja decorrente do parentesco), como estabelece o §2º do art. 833 do CPC: "O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8º , e no art. 529, § 3º ".

A alternativa E está incorreta. Não existe nenhuma vedação legal para que o exequente participe da alienação judicial do bem penhorado e, caso se sagre vencedor, realize a sua arrematação. Isso pode ser percebido a partir da leitura do art. 890 (que estabelece o rol de pessoas impedidas de participar da alienação), bem como do art. 892, §1º (que expressamente traz a expressão "se o exequente arrematar os bens"), ambos do CPC.

QUESTÃO 91. Considere as assertivas a seguir, à luz do sistema processual em vigor:

I. A instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica suspenderá o processo de execução, mas, quando ocorrida no curso de processo de conhecimento, não se verificará tal efeito.

II. O chamamento ao processo é instrumento de ampliação subjetiva da demanda, por meio da inclusão de outros devedores solidários no polo passivo.

III. O oferecimento de denunciação da lide pelo réu, na etapa de conhecimento do processo, poderá ensejar a futura instauração de cumprimento de sentença, pelo autor da ação, exclusivamente contra o denunciado, ainda que não haja relação jurídica de direito material entre eles.

IV. Os embargos de declaração são, em qualquer caso, o único recurso possível de interposição pelo *amicus curiae*, considerando a natureza desta intervenção.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e III.

b) I e II.

c) I e IV.

d) II e IV.

e) III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois apenas os itens II e III estão corretos. A questão trata das intervenções de terceiros no âmbito do processo civil.

O item I está incorreto. Em verdade, a instauração do incidente (salvo quando requerida na própria petição inicial) terá o condão de suspender o processo de execução e, também, o processo de conhecimento, como estabelece o §3º do art. 134 do CPC.

O item II está correto. De fato, o chamamento ao processo resulta em uma ampliação subjetiva da demanda, pois tem o condão de acrescentar um ou mais réus ao processo. Além disso, ele pode, sim, ser

utilizado para que os demais devedores solidários passem a integrar o feito, como estabelece o CPC: "Art. 130. É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu: [...] III - dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum".

O item III está correto. Esse item se baseia no parágrafo único do art. 128 do CPC, que garante ao autor a possibilidade de, futuramente, ajuizar o cumprimento de sentença diretamente contra o denunciado: "Procedente o pedido da ação principal, pode o autor, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado, nos limites da condenação deste na ação regressiva".

O item IV está incorreto. Em verdade, por expressa disposição legal, o *amicus curiae* pode interpor recurso contra a decisão que julgar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), como autoriza o §3º do art. 138 do CPC.

QUESTÃO 92. Em ação movida contra o Estado Sigma e o Município Zeta por cidadão que busca tratamento não previsto no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Juiz proferiu sentença que acolheu o pedido, mesmo ato por meio do qual concedeu tutela provisória de urgência. A sentença, além disso, determinou a intimação dos réus por Oficial de Justiça, sendo o Estado intimado no dia 18 de maio e o Município, no dia 19 de maio, por mandados juntados aos autos, respectivamente, nos dias 25 e 26 do mesmo mês, admitindo-se que em todos esses dias houve expediente forense. Isto considerado, o prazo para o Estado interpor recurso contra a sentença

a) será contado da última data de intimação dos réus.

b) será contado da data da intimação do próprio Estado.

c) será contado da data da juntada aos autos do mandado de intimação do Estado.

d) será contado da data da juntada do último mandado de intimação cumprido.

e) poderá ser dilatado, para além do dobro legal, se assim avençado com o litisconsorte passivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema da contagem de prazos processuais.

A alternativa C está correta. A questão foi clara ao mencionar que os dois réus (o Estado e o Município) foram intimados da sentença por meio de oficial de justiça e, além disso, também mencionou que as intimações ocorreram em datas distintas. Nesse caso, o prazo para a apresentação de recurso, por parte do Estado, começará a correr a partir da data da juntada aos autos do mandado cumprido (ou seja, a partir do dia 25 de maio), sendo certo que esse prazo deve ser contado de modo individual para cada um dos réus. Isso pode ser visto a partir da leitura dos seguintes dispositivos do CPC: "Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo: [...] II - a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça; [...] § 2º Havendo mais de um intimado, o prazo para cada um é contado individualmente".

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 93. A respeito do regime constitucional de precatórios e requisições de pequeno valor decorrentes de condenação judicial, à luz da jurisprudência dominante do STF,

a) a prioridade no pagamento de que gozam os credores idosos, os portadores de doença grave e as pessoas com deficiência é transferida ao cessionário do precatório por ato oneroso, que se beneficiará do prazo reduzido do pagamento prioritário.

b) em se tratando de crédito decorrente de condenação genérica havida em ação coletiva para a proteção de direitos individuais homogêneos, a apresentação de cumprimentos individuais viola a regra que veda o fracionamento de precatórios em várias requisições de pequeno valor.

C) assim como se admite, em caso de litisconsórcio ativo, a expedição de uma requisição de pequeno valor para cada autor (condicionada à observação do limite máximo de valor adotado pelo respectivo ente público devedor), pode o advogado executar, também separadamente e por meio de várias requisições de pagamento, o valor total dos honorários sucumbenciais fixados, mesmo que o montante enseje, pela extensão, a expedição de precatório.

d) admite-se o fracionamento do valor relativo a honorários contratuais, para que estes sejam pagos por meio de requisição de pequeno valor, e o crédito principal, por meio de precatório.

e) é constitucional a expedição de ordem de pagamento de parcela incontroversa do crédito, na pendência de impugnação parcial ao cumprimento de sentença apresentada pela Fazenda Pública, sem que se cogite, fracionamento da requisição, desde que, para efeito de determinação do regime de pagamento do valor incontroverso (se precatório ou requisição de pequeno valor), seja observado o valor total da condenação, não sendo possível enquadrar a parcela incontroversa em requisição de pequeno valor quando o montante global ultrapassar o valor definido para as obrigações dessa natureza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata de precatórios e RPVs no âmbito da jurisprudência do STF.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, por expressa disposição constitucional, o cessionário de um precatório preferencial não receberá o privilégio da prioridade no pagamento. Isso pode ser visto a partir da leitura do §13 do art. 100 da CF: "O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º".

A alternativa B está incorreta. Como regra geral, o §8º do art. 100 da CF realmente veda o fracionamento do valor da execução para que ele possa ser enquadrado dentro do limite máximo do RPV. Todavia, a jurisprudência do STF afirma que isso não se aplica para as execuções individuais de sentenças condenatórias genéricas proferidas em ações coletivas. Veja o que diz o Tema 873: "Não viola o art. 100, § 8º, da Constituição Federal a execução individual de sentença condenatória genérica proferida contra a Fazenda Pública em ação coletiva visando à tutela de direitos individuais homogêneos".

A alternativa C está incorreta. Na verdade, o STF não admite que os honorários sejam fracionados de modo proporcional às execuções individuais, tendo em vista que eles constituem um crédito único e indivisível em favor do advogado. Veja o Tema 1.142: "Os honorários advocatícios constituem crédito único e indivisível, de modo que o fracionamento da execução de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em ação coletiva contra a Fazenda Pública, proporcionalmente às execuções individuais de cada beneficiário, viola o § 8º do artigo 100 da Constituição Federal".

A alternativa D está incorreta. A jurisprudência do STF (Tema 18) admite que os honorários sejam pagos em separado e inclusive por meio de RPV, desde que o valor não exceda o máximo definido para os pagamentos dessa modalidade. Todavia, essa sistemática é válida para os honorários sucumbenciais, mas não se aplica para os honorários contratuais.

A alternativa E está correta. Essa alternativa se baseia no Tema 28 do STF, que estabelece: "Surge constitucional expedição de precatório ou requisição de pequeno valor para pagamento da parte incontroversa e autônoma do pronunciamento judicial transitada em julgado observada a importância total executada para efeitos de dimensionamento como obrigação de pequeno valor". Portanto, de fato, a parcela incontroversa do crédito pode, desde logo, ser objeto de precatório ou RPV, desde que seja observado o valor total em execução para a fixação do instrumento requisitório adequado.

QUESTÃO 94. A respeito da medida cautelar fiscal, é correto afirmar:

a) A penhora de outros bens, na execução fiscal, suficientes à satisfação do crédito, que não aqueles tornados indisponíveis por cautelar fiscal anteriormente ajuizada, não afeta a eficácia desta medida.

b) Para que a indisponibilidade patrimonial, decretada na cautelar fiscal, alcance bens de responsável patrimonial secundário, são exigidos os mesmos requisitos legais que o Fisco deve demonstrar no âmbito da execução fiscal.

c) A cautelar fiscal depende de crédito tributário regularmente constituído.

d) A eficácia de medida cautelar fiscal concedida é cessada, se suspenso o crédito tributário que se visa proteger.

e) O requerido será citado para, em 5 dias, oferecer contestação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da medida cautelar fiscal, prevista na Lei 8.937/92.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, uma vez tendo ocorrido a penhora dos bens no âmbito da execução fiscal, a medida cautelar fiscal perderá a sua eficácia, tendo em vista que, por natureza, ela constitui um procedimento preparatório cuja finalidade precípua é garantir a utilidade da futura execução fiscal (conforme o LDI de Direito Tributário do Estratégia Carreiras Jurídicas, elaborado pelo professor Felipe Duque). A título de exemplo, podemos citar a decisão do STJ no AgInt no REsp 1.767.357, de 2022: "TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PERDA SUPERVENIENTE

DO INTERESSE RECURSAL. MEDIDA CAUTELAR FISCAL. CONVERSÃO DA INDISPONIBILIDADE DOS BENS EM PENHORA NA EXECUÇÃO FISCAL CONEXA. Informação prestada pelo Juízo de origem, no sentido de que, na execução fiscal conexa, houve conversão da indisponibilidade em efetiva penhora. Considerando-se que sobre os bens cautelarmente indisponibilizados já existe penhora no feito executivo fiscal, a discussão sobre a constrição deve-se dar naqueles autos, ressaindo nítida a perda superveniente do interesse recursal, consubstanciado no binômio necessidade-utilidade, do apelo raro epigrafado".

A alternativa B está correta. Essa alternativa está em consonância com a jurisprudência do STJ, que admite a possibilidade de que a cautelar fiscal alcance bens de responsáveis patrimoniais secundários, desde que estejam presentes os mesmos requisitos que devem ser demonstrados dentro da própria execução fiscal. Veja o seguinte julgado da Corte: "Os requisitos necessários para a imputação da responsabilidade patrimonial secundária na ação principal de execução fiscal são também exigidos na ação cautelar fiscal, posto ser acessória por natureza" (REsp 962.023).

A alternativa C está incorreta. Como regra geral, a legislação exige, para a concessão da medida cautelar fiscal, que haja a prova da constituição do crédito (art. 3º, I, Lei 8.937/92), o que poderia tornar a alternativa correta. Todavia, a própria Lei 8.937/92 excepciona essa regra no parágrafo único do seu art. 1º: "O requerimento da medida cautelar, na hipótese dos incisos V, alínea "b", e VII, do art. 2º, independe da prévia constituição do crédito tributário". Portanto, nas hipóteses em que o devedor, já notificado pela Fazenda, põe ou tenta por seus bens em nome de terceiros, ou, também, nas hipóteses em que ele aliena bens e direitos sem realizar a devida comunicação ao órgão competente, admite-se o ajuizamento da medida cautelar fiscal mesmo sem a prévia constituição do crédito tributário. Destaca-se que a jurisprudência do STJ também concorda com essas exceções (AgInt no AgInt no AREsp 939.120, 2017).

A alternativa D está incorreta. Como regra, mesmo que o crédito tributário protegido pela medida cautelar fiscal seja suspenso, ela ainda irá conservar a sua eficácia, exceto se houver expressa decisão em sentido contrário (art. 12, parágrafo único, Lei 8.937/92).

A alternativa E está incorreta. Na verdade, o prazo de contestação do requerido é de 15 dias, como estabelece o art. 8º da Lei 8.937/92: "O requerido será citado para, no prazo de quinze dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir".

QUESTÃO 95. Em relação aos atos dispositivos das partes:

a) A desistência ou o abandono do processo impede o exame do mérito do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

b) Na desistência da execução não se exige a concordância do executado, independentemente da postura processual por ele adotada.

c) Citado o réu, a desistência da ação depende de seu consentimento.

d) O autor pode desistir da ação até a sentença, independentemente do consentimento do réu, se o STJ fixar tese contrária ao pedido em recurso repetitivo, mesmo que já apresentada contestação.

e) A desistência do mandado de segurança é possível apenas até a sentença, independentemente da anuência do legitimado passivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de regras diversas relativas aos atos das partes no âmbito do processo civil

A alternativa A está incorreta. Na verdade, por expressa disposição legal, a desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do IRDR (art. 976, §1º, CPC).

A alternativa B está incorreta. Na verdade, quando o executado tiver apresentado impugnação ou embargos que não versem apenas sobre questões processuais, a desistência da execução dependerá da sua concordância. Isso está no art. 775, parágrafo único, do CPC: "Na desistência da execução, observar-se-á o seguinte: I - serão extintos a impugnação e os embargos que versarem apenas sobre questões processuais, pagando o exequente as custas processuais e os honorários advocatícios; II - nos demais casos, a extinção dependerá da concordância do impugnante ou do embargante".

A alternativa C está incorreta. A necessidade de consentimento do réu para que o autor possa desistir da ação somente ocorre após a apresentação da contestação (art. 485, §4º, CPC). Portanto, antes da contestação, o autor pode desistir da ação independentemente do consentimento do réu.

A alternativa D está correta. Nos comentários da alternativa C, estabelecemos a premissa de que, após a apresentação da contestação, a desistência da ação depende da concordância do réu (essa é a regra geral). Todavia, de modo excepcional, o CPC estabelece a possibilidade de desistência da ação, independentemente da concordância do réu e mesmo que já tenha sido apresentada a contestação, quando, no âmbito de recurso extraordinário (RE) ou de recurso especial (REsp) repetitivos, houver a fixação de uma tese contrária ao pleito do autor. Isso pode ser visto nos parágrafos do art. 1.040 do CPC: "§ 1º A parte poderá desistir da ação em curso no primeiro grau de jurisdição, antes de proferida a sentença, se a questão nela discutida for idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia. [...] § 3º A desistência apresentada nos termos do § 1º independe de consentimento do réu, ainda que apresentada contestação".

A alternativa E está incorreta. Na verdade, de acordo com o entendimento atual da jurisprudência, é perfeitamente possível que ocorra a desistência do mandado de segurança após a sentença, independentemente da concordância da parte contrária. Isso pode ser visto no Tema 530 do STF: "É lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários, a qualquer momento antes do término do julgamento, mesmo após eventual sentença concessiva do 'writ' constitucional, não se aplicando, em tal hipótese, a norma inscrita no art. 267, § 4º, do CPC/1973".

QUESTÃO 96. A respeito da reclamação, é correto afirmar que

a) não é cabível contra decisão do Tribunal de segundo grau que, com base em precedente produzido sob a sistemática da repercussão geral, negue a admissão de recurso extraordinário.

b) não admite a concessão de tutela provisória.

c) é prevista, no Código de Processo Civil, como recurso.

d) seu procedimento não contempla a possibilidade de apresentação de impugnação ao pedido por terceiro interessado.

e) é cabível contra decisão que sobrestou indevidamente recurso ou ação da parte, para aguardar o julgamento definitivo de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) pelo mesmo Tribunal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da reclamação no âmbito do processo civil.

A alternativa A está correta. De fato, a reclamação não é cabível nessa situação, tendo em vista que a legislação processual civil expressamente exige o esgotamento das instâncias ordinárias para a admissão dessa hipótese de reclamação (art. 988, §5º, II, parte final, CPC), e a mera decisão do Tribunal de segundo grau que inadmite a reclamação com base em precedente de repercussão geral não é suficiente para esgotar as instâncias ordinárias, já que ainda é possível a utilização do agravo interno para questionar a referida decisão (art. 1.030, inciso I e §2º, CPC).

A alternativa B está incorreta. A reclamação também admite a concessão de tutela provisória, como se pode extrair a partir da leitura do inciso II do art. 989 do CPC, que autoriza que o relator ordene a suspensão do processo ou do ato impugnado, quando isso se fizer necessário para evitar dano irreparável.

A alternativa C está incorreta. Na sistemática do processo civil, a reclamação não pode ser considerada como um recurso, tendo em vista que ela não está inserida no rol do art. 994 do CPC.

A alternativa D está incorreta. Em verdade, por expressa disposição legal, qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante (art. 990, CPC), logo, conclui-se que o terceiro interessado também possui legitimidade para isso.

A alternativa E está incorreta. As hipóteses de cabimento da reclamação estão taxativamente descritas nos incisos do *caput* do art. 988 do CPC (além do inciso II do §5º, quando interpretado *a contrario sensu*), e compreendem: "I - preservar a competência do tribunal; II - garantir a autoridade das decisões do tribunal; III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência". Percebe-se que a decisão de sobrestamento de um recurso ou ação para aguardar o julgamento definitivo de um IRDR não está inserida nesse rol e, portanto, ela não desafia o cabimento da reclamação.

QUESTÃO 97. A respeito do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), de acordo com a legislação processual e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

a) A suspensão de processos pendentes que tramitam no Estado, em razão da admissibilidade de IRDR, mantém-se automaticamente, mesmo se superado o prazo de um ano para julgamento deste, salvo decisão fundamentada do relator autorizando a retomada do andamento dos processos.

b) A afetação de processos pelo Superior Tribunal de Justiça, para julgamento da matéria conforme sistemática dos recursos repetitivos, não impede a instauração de IRDR perante Tribunal local.

c) A concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou especial interposto contra acórdão proferido no julgamento de IRDR depende da presença dos requisitos autorizadores e de requerimento do recorrente.

d) Apresentado o IRDR e distribuído ao relator designado, este realizará o juízo de admissibilidade do incidente e determinará a adoção das providências iniciais de seu processamento.

e) O procedimento de revisão de tese fixada em IRDR somente poderá ocorrer por acórdão dotado de fundamentação com densidade adequada, que aborde de maneira especifica os argumentos desenvolvidos pelos interessados, em atenção aos princípios da isonomia e da segurança jurídica, sendo cabível a modulação dos efeitos da revisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), previsto no art. 976 e seguintes do CPC.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, quando excedido o prazo de 1 ano, a suspensão dos processos irá cessar automaticamente, salvo se houver decisão expressa do relator do IRDR em sentido contrário. Isso está previsto no parágrafo único do art. 980 do CPC: "Superado o prazo previsto no *caput*, cessa a suspensão dos processos prevista no art. 982, salvo decisão fundamentada do relator em sentido contrário".

A alternativa B está incorreta. O fato de o STJ já ter afetado um recurso para julgamento na sistemática dos recursos repetitivos é, sim, um fator impeditivo de instauração do IRDR perante um Tribunal local (por exemplo, TJ ou TRF). Isso está previsto no §4º do art. 976 do CPC: "É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva".

A alternativa C está incorreta. Na verdade, nessa situação, a legislação expressamente estabelece que o recurso extraordinário ou especial terá efeito suspensivo automático, como se pode ver a partir da leitura do seguinte dispositivo do CPC: "Art. 987. Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso

extraordinário ou especial, conforme o caso. §1º O recurso tem efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida".

A alternativa D está incorreta. O juízo de admissibilidade do IRDR não é realizado de maneira monocrática por um relator, mas, sim, é realizado por um órgão colegiado, como estabelece o art. 981 do CPC: "Após a distribuição, o órgão colegiado competente para julgar o incidente procederá ao seu juízo de admissibilidade, considerando a presença dos pressupostos do art. 976".

A alternativa E está correta. Essa alternativa tem fundamentação nos §§3º e 4º do art. 927 do CPC: "Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica. § 4º A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia". Portanto, sim, é perfeitamente possível que, na revisão de tese fixada em IRDR, seja realizada a modulação dos efeitos, a fim de resguardar a segurança jurídica, e, além disso, essa revisão deve, sim, ser realizada por meio de um acórdão dotado da devida fundamentação.

QUESTÃO 98. Em 1º de agosto de 2005, Mélvio foi contratado para a função de operador de empilhadeira. O contrato de trabalho existente entre as partes foi extinto por iniciativa do empregador, com aviso prévio indenizado, em 12 de fevereiro de 2023. No exercício do direito de ação, o ex-empregado ingressou em juízo em 1º de julho de 2023 postulando: i) diferenças de horas extras e seus reflexos legais; ii) o reconhecimento da inconstitucionalidade da redução salarial realizada por ato único do empregador e as diferenças salariais sucessivas suprimidas desde janeiro de 2015; iii) a responsabilidade civil do empregador por doença do trabalho, já reconhecida em ação acidentária ajuizada em face do Instituto Nacional de Seguro Social, com decisão transitada em julgado em 15 de julho de 2014.

Oportunamente, a reclamada apresentou sua contestação, alegando prescrição trabalhista parcial e total das pretensões iniciais. Além disso, impugnou os fatos e fundamentos jurídicos declinados na reclamação trabalhista. Realizada a audiência una, o magistrado designou audiência de julgamento. Sobre a preliminar de prescrição, é correto afirmar:

a) Para a pretensão de diferenças de horas extras e para a controvérsia envolvendo a responsabilidade civil do empregador por doença do trabalho, deverá ser considerada a prescrição bienal e quinquenal constitucional, sem a projeção do aviso prévio indenizado, mas considerando a data do ajuizamento da reclamação trabalhista para contagem da prescrição quinquenal; para o reconhecimento da inconstitucionalidade da redução salarial realizada por ato único do empregador em janeiro de 2015 e as diferenças salariais decorrentes, a prescrição é parcial.

b) Para a pretensão de diferenças de horas extras e para a controvérsia envolvendo a responsabilidade civil do empregador por doença do trabalho, deverá ser considerada a prescrição bienal e quinquenal constitucional, considerando a projeção do aviso prévio indenizado e a data de extinção do contrato de trabalho para contagem da prescrição quinquenal, para o reconhecimento da inconstitucionalidade da redução salarial realizada por

ato único do empregador em janeiro de 2015 e as diferenças salariais decorrentes, a prescrição e total.

c) Para a pretensão de diferenças de horas extras e seus reflexos legais, deverá ser aplicada a prescrição bienal e quinquenal, sem a projeção do aviso prévio indenizado, mas considerando a data do ajuizamento da reclamação trabalhista para contagem da prescrição quinquenal; para o reconhecimento da inconstitucionalidade da redução salarial realizada por ato único do empregador em janeiro de 2015 e as diferenças salariais decorrentes, a prescrição é parcial; para a controvérsia envolvendo a responsabilidade civil do empregador por doença do trabalho, deverá ser considerada a ciência inequívoca da incapacidade laboral (actio nata).

d) Para a pretensão de diferenças de horas extras e seus reflexos legais, deverá ser aplicada a prescrição bienal e quinquenal, considerando a projeção do aviso prévio indenizado para contagem da prescrição bienal e a data do ajuizamento da reclamação trabalhista para contagem da prescrição quinquenal, para o reconhecimento da inconstitucionalidade da redução salarial realizada por ato único do empregador em janeiro de 2015 e as diferenças salariais decorrentes, a prescrição e total; para a controvérsia envolvendo a responsabilidade civil do empregador por doença do trabalho, deverá ser verificada a ciência inequívoca da incapacidade laboral (actio nata).

e) Para a pretensão de diferenças de horas extras e seus reflexos legais, e do reconhecimento da inconstitucionalidade da redução salarial realizada por ato único do empregador em janeiro de 2015 e as diferenças salariais decorrentes, deverá ser considerada a prescrição bienal e quinquenal, considerando a projeção do aviso prévio indenizado e a data de extinção do contrato de trabalho para contagem da prescrição quinquenal; para a controvérsia envolvendo a responsabilidade civil do empregador por doença do trabalho, deverá ser considerada a data de retomo ao trabalho após o afastamento previdenciário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema prescrição em processo do trabalho.

De acordo com art. 11, da CLT: "Art. 11. A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. (...) § 2º Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei." Sobre a doença profissional e a prescrição, o TST assim dispõe: "RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL. PUBLICAÇÃO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO . CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE LABORAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NÃO OCORRÊNCIA. DOENÇA OCUPACIONAL (LER/DORT). INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. I. A jurisprudência desta Corte Superior consolidou o entendimento no sentido de que o termo a quo do prazo prescricional da pretensão indenizatória dos danos morais e/ou materiais decorrentes de doença ocupacional coincide com a ciência inequívoca da incapacidade laboral (Súmula nº 278 do STJ), assim compreendida como o momento em que o empregado passou a ter conhecimento da real extensão do dano e da sua repercussão na capacidade laborativa. II. Segundo o entendimento prevalecente no âmbito desta Corte Superior, a nominada "ciência inequívoca" (actio nata) ocorre, em regra, com a concessão da aposentadoria por invalidez ou do retorno ao trabalho após afastamento por auxílio-doença.

Precedentes. III. No caso dos autos, o Tribunal Regional manteve a decisão em que se declarou a prescrição da pretensão decorrentes da doença ocupacional, verificando o transcurso de mais de cinco anos entre a concessão do auxílio-doença e o ajuizamento da ação indenizatória. IV. Sendo incontroverso que ciência inequívoca da lesão ocorreu quando da aposentadoria por invalidez em 09/12/2010 - data da ciência inequívoca da incapacidade laboral- e a propositura da ação perante esta Justiça Especializada ocorreu em 11/10/2012, não há prescrição a ser declarada. V. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento." (TST - RR: 77815620125120014, Relator: Evandro Pereira Valadao Lopes, Data de Julgamento: 22/06/2022, 7ª Turma, Data de Publicação: 01/07/2022). Por fim, mencione-se que, acerca da questão da redução salarial, este ponto é discutível, pois a depender da parcela suprimida, pode ser considerada a prescrição apenas parcial, e não total. Portanto, a questão é passível de anulação. Vejamos entendimento do TST: "I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE. PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DE REDUÇÃO SALARIAL. VENCIMENTO PADRÃO. TRASNCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. Evidenciada possível contrariedade à Súmula nº 294 do TST, necessário se faz prover o agravo de instrumento para examinar o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE. PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DE REDUÇÃO SALARIAL. VENCIMENTO PADRÃO. A controvérsia circunscreve-se à prescrição incidente sobre a pretensão às diferenças salariais decorrentes da redução do valor da verba "vencimento padrão", levada a termo pelo empregador em 1997. Nesse aspecto, a jurisprudência desta Corte, por sua SbDI-1, é firme no sentido de que as diferenças salariais postuladas em decorrência da alteração da parcela "vencimento padrão", promovida pelo Banco do Brasil em 1997, traduz inobservância à regra do art. 7º, VI, da CF e, portanto, consubstancia lesão que se renova mês a mês em razão de descumprimento do pactuado, a atrair a prescrição parcial consagrada na parte final da Súmula nº 294 do TST. Recurso de revista conhecido e provido. Prejudicado o exame do tema remanescente do recurso de revista. III - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMADO - BANCO DO BRASIL. Diante do provimento do recurso de revista da reclamante, com a determinação de retorno dos autos à Vara de origem, prejudicado está o exame do agravo de instrumento do Banco do Brasil." (TST - RRAg-ARR: 00001024020165050311, Relator: Sergio Pinto Martins, Data de Julgamento: 12/04/2023, 8ª Turma, Data de Publicação: 17/04/2023). No mesmo sentido, é a doutrina de Henrique Correia: "Há discussão quanto à clareza da aplicação da prescrição total, pois o próprio TST tem decisões conflitantes acerca do tema. Decorrido esse período, perde-se a exigibilidade do direito. (...) Se o ato do empregador acarretar redução salarial, como a redução do percentual da comissão ou, ainda, a supressão da parcela denominada quebra de caixa, essa lesão afronta o princípio da irredutibilidade salarial, previsto no art. 7º da CF/88, e, ainda, o princípio da inalterabilidade contratual lesiva, disposto no art. 468 da CLT. Logo, o ato do empregador ofende o direito previsto em lei, atraindo a prescrição parcial. (CORREIA, Henrique. Curso do Direito do Trabalho, Juspodivm, 2024, p. 1415). Portanto, acredita-se que a banca indicará a alternativa D como correta, apesar de possível a anulação, conforme já explicitado acima a partir do entendimento do TST sobre o tema. De todo modo, vejamos as inconsistências das demais alternativas.

As alternativas A e C estão incorretas. O aviso prévio deve ser considerado para fins de prescrição bienal, conforme OJ 83, SDI-I: "A prescrição começa a fluir no final da data do término do aviso prévio."

As alternativas B e E estão incorretas. Conforme Súmula nº 308, I, do TST, a prescrição quinquenal é contada da data do ajuizamento da ação. Vejamos: Súmula nº 308 do TST: I. Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato." Ademais, na forma da Súmula nº 294 do TST:

"Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei."

QUESTÃO 99. O Prefeito do Município de Goiânia disciplinou o pagamento de parcela de natureza administrativa, denominado de adicional de penosidade, para os empregados celetistas da Guarda Municipal. O ato administrativo prevê o pagamento de parcelas mensais, em valor fixo de R$ 300,00, sem a incorporação do adicional à remuneração dos empregados para apuração de outras verbas. O sindicato de servidores públicos ingressou com ação judicial questionando o ato administrativo e discutindo sua ilegalidade por ausência de incorporação de verba salarial e habitual à remuneração dos empregados. O Juiz da 1ª Vara do Trabalho declarou-se ex officio incompetente para julgar a matéria e determinou a remessa do feito à Justiça Estadual. A decisão judicial pode ser impugnada por

a) Mandado de segurança, segundo o entendimento do STF, cabendo à Justiça do Trabalho julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.

b) Recurso ordinário, segundo o entendimento do STF, cabendo à Justiça Comum julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.

c) Agravo de instrumento no prazo em dobro, segundo o entendimento STJ, cabendo à Justiça do Trabalho julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.

d) Recurso de agravo de petição no prazo simples, segundo o entendimento do STF, cabendo à Justiça Comum julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.

e) Recurso ordinário no prazo em dobro, segundo o entendimento do STF e do STJ, cabendo à Justiça do Trabalho julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos temas competência na justiça do trabalho e recursos trabalhistas.

De acordo com tema 1143 de repercussão geral do STF, a competência, no caso narrado, será da Justiça Comum. Vejamos: "A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa." Portanto, de logo, as alternativas A, C e E ficam automaticamente incorretas, pois falam em competência da Justiça do Trabalho. Ademais, destaque-se que não é caso de agravo de petição (este cabível em execuções), mas, sim, de recurso ordinário, conforme entendimento do TST: "RECURSO DE REVISTA. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. REMESSA À JUSTIÇA COMUM. RECORRIBILIDADE IMEDIATA. POSSIBILIDADE. A sentença que declara a incompetência material da Justiça do Trabalho e determina o

envio dos autos à Justiça comum não pode ser considerada interlocutória, porque, uma vez fixada a competência da Justiça comum, a matéria relativa à competência é questão decidida, passível de ser revista mediante recurso ordinário. Recurso de revista conhecido e provido." (TST - RR: 11385120115020061, Relator: Dora Maria Da Costa, Data de Julgamento: 08/10/2014, 8ª Turma, Data de Publicação: 10/10/2014).

Assim, a alternativa D fica incorreta. No mesmo sentido: "RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. DECISÃO QUE DECLARA INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. NATUREZA TERMINATIVA. RECORRIBILIDADE IMEDIATA. O artigo 799, § 2º, da CLT, dispõe que "das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final". Na hipótese, a sentença reconheceu a incompetência material da Justiça do Trabalho e determinou a remessa dos autos à Justiça Comum. Assim, por não extinguir o processo, nem julgar o mérito da demanda, não se reveste de natureza interlocutória, mas terminativa do feito, a qual faz coisa julgada formal. Nesses termos, em face da eficácia preclusiva da referida decisão, deve-se conferir à parte o direito à interposição imediata do recurso cabível, no caso o recurso ordinário, a fim de se garantir a observância do Princípio do Duplo Grau de Jurisdição. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento." (TST - RR: 23255220105020054, Relator: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 06/09/2017, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/09/2017).

Portanto, a alternativa B está correta: cabível recurso ordinário, de competência da justiça comum.

QUESTÃO 100. Após trinta dias da publicação da sentença normativa proferida em dissidio coletivo de trabalho julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, apesar do recurso interposto e admitido para o Tribunal Superior do Trabalho, o sindicato de trabalhadores ingressou com ação de cumprimento em face de diversas empresas do setor têxtil, pleiteando o pagamento imediato do reajuste salarial de 4% concedido. Sobre os efeitos da sentença normativa e as peculiaridades da ação de cumprimento, é correto afirmar que

a) A sentença normativa somente poderá ser atacada por recurso ordinário, sem efeito suspensivo, mas com possibilidade de ser atribuído efeito suspensivo pelo Presidente do TST.

b) A ação de cumprimento somente poderá ser ajuizada coletivamente pelo sindicato de trabalhadores e após a decisão proferida pelo 2º grau de jurisdição.

c) A sentença normativa somente poderá ser atacada por recurso de revista, sem efeito suspensivo, mas com a possibilidade de ser atribuído efeito suspensivo por recurso interno.

d) Não se admite ação de cumprimento, considerando que o recurso interposto tem efeito suspensivo imediato.

e) A sentença normativa é atacável por recurso ordinário e somente produz efeito imediato em relação as cláusulas de natureza jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema recursos trabalhistas.

A alternativa A está correta. Segundo a doutrina de Elisson Miessa, neste caso, admite-se a concessão de efeito suspensivo pelo presidente do TST. Vejamos: "A sentença normativa proferida pelo TRT está sujeita ao recurso ordinário. (...) No processo do trabalho, os recursos não são dotados de efeito suspensivo, tendo efeito meramente devolutivo (CLT, art. 899, caput). Contudo, tratando-se de recurso ordinário contra sentença normativa, admite-se a concessão de efeito suspensivo pelo presidente do TST. (MIESSA, Elisson. Processo do Trabalho, Editora Juspodivm, 2024). Portanto, alternativa A está correta: cabível recurso ordinário, sem efeito suspensivo imediato, mas com possibilidade de atribuição deste efeito pelo Presidente do TST.

A alternativa B está incorreta. Ademais, é importante ressaltar que não há necessidade de trânsito em julgado, conforme a Súmula nº 246 do TST: "Súmula nº 246 do TST. É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento."

A alternativa C está incorreta. Por fim, note que o recurso cabível será o recurso ordinário, na forma do art. 895, II, da CLT: "Art. 895 - Cabe recurso ordinário para a instância superior: II - das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos." Logo, a alternativa C fica incorreta.

As alternativas D e E estão incorretas. Inicialmente, mencione-se que os recursos, em processo do trabalho, em regra, têm efeito meramente devolutivo, e não suspensivo. Vejamos art. 899 da CLT: "Art. 899, CLT. Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora."

PGM Jaboatão dos Guararapes/PE

QUESTÃO 01. Suponha que determinada Constituição estadual estabeleça que, dentre outras hipóteses, o Estado intervirá nos Municípios quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada, salvo quando o inadimplemento estiver vinculado a alguma gestão anterior. Previsão dessa natureza seria

a) compatível com a Constituição Federal, que condiciona a decretação de intervenção, nessa hipótese, à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado respectivo, no prazo de vinte e quatro horas.

b) compatível com a Constituição Federal, que dispensa a apreciação do decreto de intervenção pela Assembleia Legislativa do Estado respectivo, nessa hipótese, devendo o decreto limitar-se a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

c) incompatível com a Constituição Federal, no que se refere à ressalva feita à referida hipótese de intervenção do Estado no Município.

d) incompatível com a Constituição Federal, no que se refere ao condicionamento da referida hipótese de intervenção à inexistência de motivo de força maior para o inadimplemento.

e) incompatível com a Constituição Federal, que não contempla hipótese de intervenção dos Estados no Município em virtude do não pagamento da dívida fundada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão versa sobre a Intervenção Estadual.

A Intervenção possui a finalidade de suprimir a autonomia dos entes federativos em hipóteses específicas. A regra é a não intervenção de um ente sobre o outro. Tal mecanismo deve ser utilizado de forma excepcional e temporária, está previsto na CF/88. As situações que demandam uma medida como essa são determinadas taxativamente pelo texto constitucional. Conforme o art. 35, II da CF/88, o Estado não intervirá em seus Municípios, exceto, dentre outras hipóteses, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada. Perceba que não há exceção! Logo, a previsão indicada no enunciado é incompatível com a Constituição Federal, no que se refere à ressalva feita à referida hipótese de intervenção do Estado no Município. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 02. Lei municipal que estabeleça a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais, sediados no Município, manterem serviços de segurança privada, por meio de empregados contratados pelo regime celetista, será

a) incompatível com a Constituição Federal, cabendo ser objeto de reclamação, perante o STF, para assegurar a autoridade de decisões proferidas em sede de recurso extraordinário com repercussão geral.

b) compatível com a Constituição Federal, cabendo ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade, perante o STF caso haja controvérsia judicial relevante sobre sua aplicação.

c) incompatível com a Constituição Federal, cabendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o STF.

d) incompatível com a Constituição Federal, cabendo ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o STF.

e) incompatível com a Constituição Federal, cabendo ser objeto de reclamação, perante o STF, por contrariedade a súmula vinculante sobre a matéria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão cobra dois temas bem importantes: Repartição de Competências e Controle de Constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. Realmente, é incompatível com a Constituição Federal. Porém, no referido caso, não cabe a Reclamação Constitucional. A partir da leitura do art. 103-A, §3º, da CF/88, do art. 7º da Lei nº 11.417/06 e do art. 988, do NCPC, encontramos 04 (quatro) hipóteses de cabimento da Reclamação Constitucional. São elas: 1) Preservar a competência do Tribunal: visa-se evitar que o órgão jurisdicional de primeiro grau venha a usurpar a competência de tribunal. 2) Garantir a autoridade das decisões do tribunal: esta hipótese é possível no STF, quando nos encontramos diante de um processo

subjetivo, ou seja, se uma decisão proferida neste tipo de processo for desrespeitada, seja por um outro juízo ou autoridade administrativa. 3) Garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade. 4) Garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

A alternativa B está incorreta. Na verdade, é incompatível com a CF/88. Além disso, não cabe ADC, porque ela tem como objeto apenas as leis e atos normativos federais, nos termos do art. 102, I, a da CF/88.

A alternativa C está incorreta. Não cabe ADI, porque ela tem como objeto a aferição da validade de lei ou ato normativo federal ou estadual editados posteriormente à promulgação da Constituição Federal, segundo o art. 102, I, a da CF/88.

A alternativa D está correta. Conforme o STF, no RE 833.291, "é inconstitucional lei municipal que estabeleça a obrigação da implantação, nos shopping centers, de ambulatório médico ou serviço de pronto-socorro equipado para o atendimento de emergência". De acordo com a Corte, invade esfera legislativa da União e afronta os princípios da livre iniciativa, da razoabilidade e da proporcionalidade a lei municipal que obrigue a implantação. De igual modo, Lei municipal que estabeleça a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais, sediados no Município, manterem serviços de segurança privada, por meio de empregados contratados pelo regime celetista, será incompatível com a Constituição Federal. Na referida situação, cabe ADPF perante o STF para questionar a constitucionalidade da Lei Municipal face à CF/88. A ADPF surgiu para suprir uma lacuna do controle concentrado de constitucionalidade. Ela tem caráter subsidiário, ou seja, não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz para sanar a lesividade. Trata-se, portanto, de ação de caráter residual, é a previsão do art. 102, §1º da CF/88 e art. 1º; 4º, §1º da Lei nº 9.882/99.

A alternativa E está incorreta. De fato, é incompatível com a Constituição Federal. Mas, no referido caso, não há contrariedade a súmula vinculante. Logo, não cabe a Reclamação Constitucional.

QUESTÃO 03. Em sede de representação de inconstitucionalidade, determinado Tribunal de Justiça (TJ) declarou a inconstitucionalidade de dispositivo de lei orgânica municipal que proíbe a participação em licitação ou a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança na Administração municipal. Nessa hipótese, a referida previsão legal é

a) inconstitucional, por ofensa a competência privativa da União para legislar sobre licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

b) constitucional, sendo cabível a interposição de recurso extraordinário, em face da decisão prolatada pelo TJ, e havendo repercussão geral, por contrariedade à jurisprudência dominante do STF.

c) inconstitucional, por ofensa à competência da União para editar normas gerais em matéria de licitação e contratação públicas, de competência legislativa concorrente.

d) constitucional, sendo cabível o ajuizamento de reclamação, em face da decisão prolatada pelo TJ, perante o STF, por contrariedade a súmula vinculante sobre a matéria.

e) constitucional, sendo cabível o ajuizamento de reclamação, em face da decisão prolatada pelo TJ, perante o STF, por te usurpado a competência da Corte para o julgamento de ação de controle concentrado, tendo por parâmetro a Constituição Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão versa sobre a Vedação ao Nepotismo e o Controle de Constitucionalidade.

O nepotismo ocorre no âmbito da Administração Pública quando um agente usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes.

Nesse sentido, confira a Súmula Vinculante nº 13: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal". Inclusive, o STF entende que o nepotismo é uma prática inconstitucional que ofende aos princípios da moralidade e da impessoalidade, previstos no art. 37, caput da CF/88. Diante do exposto, a previsão disposta no enunciado é constitucional. Em geral, a decisão do Tribunal de Justiça no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade, é irrecorrível. Não há que se falar nem mesmo em recurso para o STF. Todavia, existe uma possibilidade de recurso extraordinário para o STF, cabível quando o parâmetro constitucional for norma de reprodução obrigatória pelos Estados-membros.

Com base no comentário da alternativa B, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 04. Determinada empregada da iniciativa privada, submetida ao regime celetista, está grávida e mantém união estável homoafetiva com servidora pública municipal. Nessa hipótese, em tese,

a) apenas a empregada gestante fará jus à licença-maternidade, pelo período respectivo, não sendo reconhecido à servidora não gestante o direito à licença, por não ser casada com a gestante.

b) a empregada gestante fará jus à licença-maternidade, pelo período respectivo, desde que a servidora não gestante não venha a usufruir do benefício, pelo mesmo período.

c) apenas a empregada gestante fará jus à licença-maternidade, pelo período respectivo, não sendo reconhecido à servidora não gestante o direito a afastamento em virtude da mesma gestação.

d) ambas farão jus a licença-maternidade, pelo mesmo período.

e) a empregada gestante fará jus à licença-maternidade, pelo período respectivo, e a servidora não gestante fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão versa sobre os Direitos Sociais, especialmente a licença-maternidade e licença-paternidade.

Com base no enunciado, determinada empregada da iniciativa privada, submetida ao regime celetista, está grávida e mantém união estável homoafetiva com servidora pública municipal. Na ADI 4.277 e ADPF 132, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que os casais formados por pessoas do mesmo sexo devem receber a mesma proteção dada pela Constituição às famílias formadas por casais heteroafetivos. O STF, no RE 1.211.446, explicou que a Constituição protege a maternidade e a infância (arts. 6º e 201, II) e garante o direito à licença-maternidade (art. 7º, XVIII, e 39, § 3º) para permitir que as mães se dediquem aos cuidados da criança, sem perder o trabalho ou o salário. Isso é especialmente importante para o desenvolvimento da criança. Por isso, não faz sentido que esse direito seja garantido apenas às mães que engravidam. Apesar disso, como a licença gera custos, somente uma das companheiras terá direito à licença-maternidade. A outra poderá se afastar do trabalho por prazo igual ao da licença-paternidade.

QUESTÃO 05. Uma mulher habita, com seus dois filhos, há mais de cinco anos, uma área urbana de 210 m², parte de um imóvel maior, de propriedade particular alheia, situado em Município com 30 mil habitantes. Durante esse período, a posse sobre a área referida não sofreu interrupção alguma, nem oposição do proprietário. Pretendendo adquirir o domínio dessa área, a possuidora procurou a Defensoria Pública, que promoveu as medidas cabíveis para tanto, na instância competente. A pretensão, contudo, foi indeferida, sob o fundamento de que o Plano Diretor municipal fixa o módulo urbano em 360 m², não podendo ser reconhecido domínio sobre área inferior. Nessa hipótese, o fundamento para o indeferimento do pleito é

a) improcedente, pois, embora o Município tenha competência para dispor sobre a ordenação territorial da cidade, não poderia fixar o módulo em área superior àquela que a Constituição estabelece como sendo passível de usucapião especial direito cujo reconhecimento, contudo, não será cabível, no caso, pelo não preenchimento dos requisitos constitucionais quanto às características da área objeto do pleito, nem quanto à finalidade de sua utilização.

b) improcedente, pois, embora o Município tenha competência para dispor sobre a ordenação territorial da cidade, legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na área em que situado o imóvel não pode obstar o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana, que será cabível, no caso, desde que a possuidora não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural e que não lhe tenha sido reconhecido esse direito antes.

c) procedente, uma vez que o Município em questão, por expressa atribuição constitucional, possui competência para elaboração de Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, por meio do qual se afere o preenchimento da função social da propriedade urbana, obstando, no caso, a pretensão à usucapião da área referida.

d) improcedente, pois, embora o Município tenha competência para dispor sobre a ordenação territorial da cidade, legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na área em que situado o imóvel não pode obstar o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana, que, contudo, não será cabível, no caso, pelo não preenchimento dos requisitos constitucionais quanto às características da área objeto do pleito, nem quanto à finalidade de sua utilização.

e) improcedente, pois, embora o Município tenha competência para dispor sobre a ordenação territorial da cidade, não poderia fixar o módulo em área superior àquela que a Constituição estabelece como sendo passível de usucapião especial, direito cujo reconhecimento será cabível, no caso, desde que a possuidora não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural e que não lhe tenha sido reconhecido esse direito antes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda a Usucapião Especial Urbana. De acordo com o art. 183 da CF/88, "aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural". O §2º do mesmo dispositivo estabelece que, esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez. O erro do enunciado é afirmar que o Plano Diretor municipal fixa o módulo urbano em 360 m2, não podendo ser reconhecido domínio sobre área inferior, pois embora o Município tenha competência para dispor sobre a ordenação territorial da cidade (art. 182 da CF/88), legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na área em que situado o imóvel não pode obstar o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana, que será cabível, no caso, desde que a possuidora não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural e que não lhe tenha sido reconhecido esse direito antes. Inclusive, foi o entendimento do STF no RE 422349. Segundo a Corte, "preenchidos os requisitos do art. 183 da Constituição Federal, o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana não pode ser obstado por legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na respectiva área em que situado o imóvel (dimensão do lote)".

QUESTÃO 06. Considere as seguintes afirmações, acerca das Procuradorias Municipais, como órgãos de representação judicial e extrajudicial dos Municípios, bem como de consultoria e assessoramento jurídico dos Executivos respectivos:

I. A instituição de Procuradorias Municipais insere-se no exercício da prerrogativa de auto-organização de cada Município, inexistindo norma constitucional de reprodução obrigatória que vincule o Legislativo municipal à criação de órgãos próprios de advocacia pública.

II. Uma vez instituído órgão próprio de Procuradoria no âmbito municipal, a composição de seu corpo técnico sujeita-se à obrigatoriedade de realização de concurso público para provimento dos cargos respectivos, não havendo possibilidade de contratação de advogados externos para prestação de serviços jurídicos ao Município.

III. Os Procuradores Municipais integram a Advocacia Pública e, na condição de função essencial à Justiça, não se submetem ao teto remuneratório equivalente ao subsídio mensal do Prefeito,

embora não lhes sejam assegurados vencimentos superiores a esse valor, sendo do Chefe do Executivo municipal a iniciativa para a lei de fixação dos subsídios da categoria.

Está correto o que se afirma em

a) I e III, apenas.

b) I, II e III.

c) III, apenas.

d) II, apenas.

e) I e II, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão versa sobre as Procuradorias Municipais.

O item I está correto. De acordo com o STF, na ADI 6.331, "a instituição de Procuradorias municipais depende da escolha política autônoma de cada município, no exercício da prerrogativa de sua auto-organização. É inconstitucional a interpretação de norma estadual que conduza à obrigatoriedade de implementação de Procuradorias municipais, eis que inexiste norma constitucional de reprodução obrigatória que vincule o poder legislativo municipal à criação de órgãos próprios de advocacia pública".

O item II está incorreto. Com base no entendimento do STF, fixado na ADI 6.331, "feita a opção municipal pela criação de um corpo próprio de procuradores, a realização de concurso público é a única forma constitucionalmente possível de provimento desses cargos (art. 37, II, da CRFB/88), ressalvadas as situações excepcionais situações em que também à União, aos Estados e ao Distrito Federal pode ser possível a contratação de advogados externos, conforme os parâmetros reconhecidos pela jurisprudência desta Corte". Portanto, é errado afirmar que não há possibilidade de contratação de advogados externos para prestação de serviços jurídicos ao Município, o próprio STF reconhece, excecionalmente, a possibilidade.

O item III está correto. Segundo o art. 37, XI da CF/88, "a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos". Conforme o STF, no RE 663696, "1. Os procuradores municipais integram a categoria da Advocacia Pública inserida pela

Constituição da República dentre as cognominadas funções essenciais à Justiça, na medida em que também atuam para a preservação dos direitos fundamentais e do Estado de Direito. 2. O teto de remuneração fixado no texto constitucional teve como escopo, no que se refere ao thema decidendum, preservar as funções essenciais à Justiça de qualquer contingência política a que o Chefe do Poder Executivo está sujeito, razão que orientou a aproximação dessas carreiras do teto de remuneração previsto para o Poder Judiciário. 3. Os Procuradores do Município, consectariamente, devem se submeter, no que concerne ao teto remuneratório, ao subsídio dos desembargadores dos Tribunais de Justiça estaduais, como impõe a parte final do art. 37, XI, da Constituição da República". No mais, a Corte entendeu que "6. O texto constitucional não compele os Prefeitos a assegurarem aos Procuradores municipais vencimentos que superem o seu subsídio, porquanto a lei de subsídio dos procuradores é de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo municipal, ex vi do art. 61, §1º, II, "c", da Carta Magna".

Diante do exposto, os itens I e III estão corretos.

QUESTÃO 07. Lei ordinária municipal que autorize a criação de empresa pública para a prestação de serviços de assistência à saúde, inseridos no âmbito do Sistema Único de Saúde, de acesso integral e universal, será

a) inconstitucional, uma vez que empresas públicas se sujeitam a regime jurídico próprio das empresas privadas, não estando autorizadas a prestar serviços públicos.

b) inconstitucional, uma vez que é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções a entidades submetidas a regime jurídico de direito privado na área de assistência à saúde.

c) inconstitucional, uma vez que a autorização para criação de empresas estatais é matéria reservada à lei complementar do ente respectivo.

d) constitucional, desde que haja lei complementar federal que defina as áreas de atuação das empresas públicas prestadoras de serviço público e que a lei municipal seja com ela compatível.

e) constitucional, no que se refere à espécie legislativa eleita, à competência legislativa do ente para sua adoção e à finalidade da empresa estatal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão versa sobre a criação de empresa pública para a prestação de serviços de assistência à saúde. De acordo com a Lei Municipal 5.723/2013, a Empresa Cuiabana de Saúde tem por finalidade exclusiva a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade. Na ADI 4.895, a PGR alegou que seria inconstitucional a instituição da empresa por meio de lei municipal, diante da ausência de lei complementar federal para definir as áreas de atuação das empresas públicas prestadoras de serviços públicos na área da saúde. O art. 37, XIX da CF/88, estabelece que, "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação". Na ADI

4.895 foi decidido que a exigência da edição de lei complementar para a regulamentação da prestação de serviços (inciso XIX do artigo 37 da Constituição) se aplica apenas a fundações, e não a empresas públicas ou sociedades de economia mista. Logo, nada impede a criação de estatais que prestem, com exclusividade, determinado serviço público.

Com base no comentário da alternativa E, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 08. Certo governo municipal pretende promover alterações em determinados espaços territoriais e seus recursos ambientais, instituídos, por atos do próprio poder público municipal, como áreas que gozam de proteção ambiental especial. Como linha geral de atuação, considerando o que a esse propósito estabelece a Constituição Federal, ao disciplinar a tutela do direito ao meio ambiente, eventuais alterações

a) dependerão de lei, caso resultem em supressão dos espaços territoriais protegidos ou em modificação que implique prejudicialidade ou retrocesso ao status de proteção já outorgado, ainda que sua instituição tenha sido feita por ato do poder público municipal.

b) poderão ser veiculadas por ato do poder público municipal, caso resultem em ampliação do status de proteção já outorgado, uma vez que sua instituição se deu por ato do próprio poder público municipal, embora dependa de lei a instituição de novos espaços protegidos.

c) dependerão de lei, em quaisquer circunstâncias, ainda que seja para eventual ampliação dos espaços já protegidos ou instituição de novos, uma vez que acarretarão restrição ao direito de propriedade de quem venha a ser atingido com a medida.

d) dependerão de lei, caso resultem em supressão dos espaços territoriais protegidos, embora possam ser viabilizadas por ato do poder público municipal, em caso de modificação que implique diminuição ou restrição do status de proteção originalmente outorgado.

e) poderão ser veiculadas por ato do poder público municipal, ainda que resultem em supressão dos espaços territoriais protegidos ou em modificação que implique prejudicialidade ou retrocesso ao status de proteção já outorgado, uma vez que sua instituição se deu por ato do próprio poder público municipal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão versa sobre as áreas que gozam de proteção ambiental especial.

A ADI 4.717 foi ajuizada contra a Medida Provisória n. 558/2012, que "dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências". Após a propositura da ação, a Medida Provisória n. 558/2012 foi convertida na Lei n. 12.678/2012. Pela conversão da medida provisória em lei, o Procurador-Geral da República ofereceu aditamento à inicial. O art. 225, §1º, III, da CF/88, impõe que a alteração ou supressão de espaços territoriais especialmente protegidos somente pode ser feita por lei formal, com amplo debate

parlamentar e participação da sociedade civil e dos órgãos e instituições de proteção ao meio ambiente, em observância à finalidade do dispositivo constitucional, que é assegurar o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Portanto, é inconstitucional a redução ou a supressão de espaços territoriais especialmente protegidos, como é o caso das unidades de conservação, por meio de medida provisória, já que isso viola o art. 225, § 1º, III, da CF/88. Já a criação ou a ampliação das unidades de conservação pode ser feita por meio de LEI ou DECRETO do chefe do Poder Executivo federal, estadual ou municipal.

Com base no exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 09. Uma brasileira nata, casada com um estrangeiro residente no Brasil, submete-se, voluntariamente, a processo de naturalização perante o Estado do qual seu marido é nacional e para onde pretendem se mudar, quando vierem a ter filhos. Uma vez obtida a nacionalidade estrangeira, ela perderá a nacionalidade brasileira:

a) pelo fato de haver adquirido outra nacionalidade por naturalização voluntária, o que, no entanto, não a impede de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei; e os filhos que vierem a ter no exterior, acaso ela tenha readquirido a nacionalidade brasileira, serão considerados brasileiros natos, se vierem a residir no Brasil e optarem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

b) se a tiver cancelada, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional; e os filhos que vierem a ter no exterior, nessas condições, serão considerados estrangeiros.

c) apenas se fizer pedido expresso de perda perante a autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia; e os filhos que vierem a ter no exterior, acaso ela não haja renunciado à nacionalidade brasileira, serão considerados brasileiros natos, desde que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

d) apenas se fizer pedido expresso de perda perante a autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia; e os filhos que vierem a ter no exterior, acaso ela não haja renunciado à nacionalidade brasileira, serão considerados brasileiros natos, se forem registrados em repartição brasileira competente.

e) pelo fato de haver adquirido outra nacionalidade por naturalização voluntária, o que a impede de readquirir sua nacionalidade brasileira originária; e os filhos que vierem a ter no exterior, nessas condições, serão considerados estrangeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão versa sobre a aquisição e a perda da nacionalidade.

A Emenda Constitucional nº 131/23 trouxe alterações significativas nas hipóteses de perda da nacionalidade brasileira. Nossa Constituição estabeleceu o tema no §4º do art. 12. Antes da reforma, as situações de perda estavam direcionadas para o cancelamento de naturalização e aquisição de outra nacionalidade.

A alternativa A está incorreta. O fato de haver adquirido outra nacionalidade por naturalização voluntária não acarreta a perda da nacionalidade.

A alternativa B está incorreta. Segundo o §4º do art. 12 da CF/88, "será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático". Mas, a referida situação se aplica apenas ao brasileiro naturalizado.

A alternativa C está incorreta. De fato, o art. 12 da CF/88 estabelece que "são brasileiros: I - natos: c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira". A hipótese indicada na alternativa está correta. No entanto, a letra D está mais correta, porque se houver o registro em repartição brasileira competente, não há necessidade de residir na República Federativa do Brasil e optar, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

A alternativa D está correta. Segundo o §4º do art. 12 da CF/88, "será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia". O §5º do mesmo dispositivo indica que "a renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei". O art. 12 da CF/88 estabelece que "são brasileiros: I - natos: c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira". A condição da alínea "c" permite que um filho de pai ou mãe brasileira que não esteja a serviço do Brasil e que venha a nascer no exterior possa ser considerado brasileiro nato.

A alternativa E está incorreta. Mais uma vez, o fato de haver adquirido outra nacionalidade por naturalização voluntária não acarreta a perda da nacionalidade.

QUESTÃO 10. O Prefeito de determinado Município pretende editar Decreto estabelecendo que, no ato da matrícula de criança, em estabelecimentos da rede pública municipal de ensino, fica dispensada a apresentação de documento comprobatório da aplicação de vacinas integrantes do Programa Nacional de Imunizações. Considerando que tanto o referido Programa, quanto a obrigatoriedade de vacinação das crianças, nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, são previstos em leis federais, o poder público municipal

a) disporá de competência para editar a norma pretendida, desde que seja precedida de lei estadual que autorize a dispensa da aludida obrigatoriedade no âmbito do Estado em que situado o Município, por se tratar de exercício de competência legislativa suplementar do Estado, em matéria de competência concorrente, para atender às peculiaridades regionais.

b) não dispõe de competência para editar a norma pretendida, sob pena de desrespeito à distribuição constitucional de competências legislativas, embora, no mérito, a medida seja

admissível, em defesa da liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, bem como do poder familiar.

c) não dispõe de competência para editar a norma pretendida, sob pena de desrespeito à distribuição constitucional de competências legislativas, bem como de ofensa ao dever do Estado de proteger a infância, assegurando os direitos à saúde, à educação e a convivência de todos em um ambiente sanitário seguro.

d) dispõe de competência para editar a norma pretendida, por se tratar de matéria atinente à organização e ao funcionamento da Administração Municipal, de competência privativa do chefe do Executivo, não interferindo na obrigatoriedade de vacinação, em si, sobre a qual não versará.

e) disporá de competência para editar a norma pretendida, desde que seja precedida de lei municipal que autorize a dispensa da aludida obrigatoriedade, por se tratar de exercício de competência para legislar sobre assuntos de interesse local, atinentes à organização do sistema escolar municipal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão versa sobre a dispensa da apresentação de documento comprobatório da aplicação de vacinas integrantes do Programa Nacional de Imunizações no ato da matrícula de criança, em estabelecimentos da rede pública municipal de ensino. A edição de decretos e atos normativos por municípios de Santa Catarina que dispensaram a apresentação de comprovante de vacinação contra a covid-19 para matrícula de alunos na rede municipal de ensino motivou a ADPF 1123. De acordo com o STF, no caso da vacinação contra a Covid-19, uma vez incluída no Plano Nacional de Imunização, não pode o poder público municipal normatizar no sentido de sua não obrigatoriedade, sob pena de desrespeito à distribuição de competências legislativas. Além disso, a Corte ressaltou que é dever do Estado proteger a infância e a adolescência, assegurando o direito social à saúde e à educação.

QUESTÃO 11. Relativamente à organização e ao funcionamento de seu órgão legislativo, Município com 710 mil habitantes deverá observar, dentre outros, os seguintes preceitos constitucionais: para a composição da Câmara Municipal, limite máximo de

a) 29 Vereadores; subsídio máximo dos Vereadores correspondente a 75% do subsídio dos Deputados Estaduais; e gasto da Câmara Municipal não superior a 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores

b) 29 Vereadores; subsídio máximo dos Vereadores correspondente a 70% do subsídio dos Deputados Estaduais; e gasto da Câmara Municipal não superior a 4,5% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores e excluídos os gastos com inativos.

c) 27 Vereadores; subsídio máximo dos Vereadores correspondente a 75% do subsídio dos Deputados Estaduais; e gasto da Câmara Municipal não superior a 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

d) 27 Vereadores; subsídio máximo dos Vereadores correspondente a 70% do subsídio dos Deputados Estaduais; e gasto da Câmara Municipal não superior a 4,5% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores e excluídos os gastos com inativos.

e) 25 Vereadores; subsídio máximo dos Vereadores correspondente a 60% do subsídio dos Deputados Estaduais; e gasto da Câmara Municipal não superior a 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão versa sobre a composição da Câmara Municipal para Município com 710 mil habitantes.

O art. 29 da CF/88 estabelece que "para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes. Já o inciso VI do art. 29 da CF/88, indica o seguinte: "o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais". O art. 29-A, §1º da CF/88 explica que "a Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores".

QUESTÃO 12. Considere o seguinte excerto de acórdão prolatado por Tribunal de Justiça estadual, em sede de apelação, tendo por objeto controvérsia relativa a uma contratação temporária efetuada por determinado Município:

"Na hipótese dos autos, impõe-se o reconhecimento da nulidade da contratação realizada entre o autor/apelado e a Administração Pública Municipal, seja em razão da inexistência de demonstração de sua excepcional necessidade, seja pela ausência de limitação temporal do vínculo, ante as sucessivas e injustificáveis renovações contratuais que totalizaram aproximadamente 7 (sete) anos de prestação de labor dito temporário [...]".

Diante das circunstâncias do caso, a contratação referida

a) não gerará efeitos jurídicos válidos em relação ao servidor contratado, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, não lhe sendo, assim, devidos décimo terceiro salário, nem férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

b) não gerará quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação ao servidor contratado, uma vez que foi realizada em desconformidade com os preceitos constitucionais pertinentes.

c) não gerará efeitos jurídicos válidos em relação ao servidor contratado, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado, sob pena de locupletamento ilícito da Administração Municipal.

d) ensejará o direito do servidor à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, desde que haja expressa previsão legal e/ou contratual, ao recebimento de décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

e) ensejará o direito do servidor à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão versa sobre a contratação temporária pela Administração Pública e as sucessivas renovações.

De acordo com o art. 37, IX da CF/88: "a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público". Ou seja, a contratação temporária, autorizada pelo art. 37, IX, da CF, pressupõe que ela se dê por prazo determinado. Em razão da inexistência de demonstração de sua excepcional necessidade seja pela ausência de limitação temporal do vínculo, ante as sucessivas e injustificáveis renovações contratuais, comprovando, assim, a ausência de temporariedade da função, ou seja, que seu desempenho possuía caráter permanente. Nesse sentido, o STF explica que "a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS".

O Plenário do STF (RE 1066677), ao apreciar recentemente o Tema 551, sob a sistemática da Repercussão Geral, por maioria de votos, estabeleceu a seguinte tese: "Servidores temporários não fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, salvo (I) expressa previsão legal e/ou contratual em sentido contrário, ou (II) comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações". Com base no comentário sobre a alternativa E, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 13. Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto dispositivo de Constituição estadual que estabelecia obrigatoriedade de anuência de órgãos estaduais para o licenciamento ambiental de qualquer obra ou atividade pública ou privada no território do Estado, o STF deu procedência ao pedido, para o fim de fixar o entendimento de que é inconstitucional a interpretação do aludido dispositivo de que decorra a supressão da competência dos Municípios para regular e executar o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local. Ao assim decidir, o STF procedeu à

a) interpretação conforme à Constituição, do dispositivo objeto de controle, de modo a afastar a interpretação que retire dos Municípios as competências que possuem em matéria de meio ambiente, tanto político-administrativas, como para legislar no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

b) declaração de inconstitucionalidade total do dispositivo objeto de controle, sob o fundamento de ofensa às competências político-administrativas e legislativa dos Municípios em matéria de meio ambiente, inerentes à sua autonomia como ente da federação.

c) declaração de inconstitucionalidade parcial do dispositivo objeto de controle, com redução de texto, de modo a assegurar, no âmbito local, a competência dos Municípios para exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

d) interpretação conforme à Constituição, do dispositivo objeto de controle, de modo a inserir no texto a ressalva relativa à competência dos Municípios para exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental.

e) declaração de inconstitucionalidade parcial do dispositivo objeto de controle, com redução de texto, de modo a afastar a interpretação que retire dos Municípios as competências que possuem em matéria de meio ambiente, tanto político-administrativas, como para legislar no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão versa sobre a jurisprudência do STF no tocante à competência dos Municípios para regular e executar o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local. Na ADI 2.142, foi questionada a constitucionalidade do art. 264 da Constituição do Estado do Ceará, alegando que a exigência de anuência de órgãos estaduais para o licenciamento ambiental viola o princípio federativo e a autonomia municipal. Conforme o art. 24 da CF/88, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. A Constituição menciona que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, não menciona o Município. No entanto, o STF entende que o Município pode legislar sobre assuntos de interesse local, quando traga questões atinentes ao município. De acordo com o RE 586224, "o município é competente para legislar sobre o meio ambiente, com União e Estado, no limite de seu interesse local, e desde que tal regramento seja suplementar e harmônico à disciplina estabelecida pelos demais entes federados. Também há aplicação do art. 30 da CF/88: "Compete aos Municípios: II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber". Por fim, vale destacar que na ADI 2.142, o STF deu procedência ao pedido, para dar interpretação conforme ao art. 264 da Constituição do Estado do Ceará a fim de resguardar a competência municipal para o licenciamento de atividades e empreendimentos de impacto local. Confira a tese de julgamento: "É inconstitucional interpretação do art. 264 da Constituição do Estado do Ceará de que decorra a supressão da competência dos Municípios para regular e executar o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local".

Diante do comentário sobre a alternativa A, as demais são incorretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão versa sobre as regras constitucionais aplicáveis ao Prefeito.

A alternativa A está incorreta. Segundo o art. 29, X da CF/88, compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar os crimes comuns e de responsabilidades impróprios (infrações penais) praticados pelos Prefeitos Municipais. No entanto, é de competência da Câmara Municipal julgar os crimes de responsabilidade próprios (infrações político-administrativas).

A alternativa B está incorreta. Com base na ADI 3.114, o STF entendeu que "as normas constitucionais de processo legislativo não impossibilitam, em regra, a modificação, por meio de emendas parlamentares, dos projetos de lei enviados pelo chefe do Poder Executivo no exercício de sua iniciativa privativa. Essa atribuição do Poder Legislativo brasileiro esbarra, porém, em duas limitações: a) a impossibilidade de o Parlamento veicular matérias diferentes das versadas no projeto de lei, de modo a desfigurá-lo; e b) a impossibilidade de as emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa do presidente da República, ressalvado o disposto no § 3º e no § 4º do art. 166, implicarem aumento de despesa pública (inciso I do art. 63 da CF)".

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 29, II, temos o seguinte: "eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores". Perceba que não são 200.000 habitantes, sim MAIS DE 200.000 ELEITORES.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 29 da CF/88, temos que: "O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único". No entanto, o parágrafo único do art. 28 foi renumerado pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, se transformando em parágrafo primeiro. O art. 28 da CF/88, em seu parágrafo primeiro, estabelece que: "Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V". O art. 38, II indica que: "Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração".

A alternativa E está incorreta. O art. 37, V da CF/88 estabelece que "as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento". Na ADI 6.180, o STF fixou o seguinte entendimento: "para fins de mera reorganização interna da Administração Pública, não é cabível a transformação, mediante decreto ou outro ato normativo infralegal, de funções de confiança em cargos em comissão e vice-versa, uma vez que tais postos funcionais possuem naturezas e formas de provimento distintas, por expressa disposição constitucional (art. 37, inciso V, da CF)".

QUESTÃO 15. Membro de determinado Ministério Público Estadual (MPE), em cujos quadros ingressou há 15 anos, foi convidado a integrar a Administração da capital do Estado respectivo, na qualidade de Secretário Municipal de Justiça. Pensa, todavia, em se filiar a partido político e candidatar-se, nas próximas eleições, a Vereador do mesmo Município. Considerados esses elementos à luz da disciplina constitucional pertinente, referido membro do MPE estará

a) impedido de aceitar o convite para integrar a Administração municipal, enquanto for membro do MPE; mas estará autorizado a filiar-se a partido político e candidatar-se, devendo afastar-se do cargo que ocupa no MPE, caso seja eleito.

b) impedido de aceitar o convite para integrar a Administração municipal, bem como de filiar-se a partido político e candidatar-se, enquanto for membro do MPE.

c) autorizado a aceitar o convite para integrar a Administração municipal, por se tratar de cargo de Secretário de Prefeitura de capital, bem como a filiar-se a partido político e candidatar-se, sempre mediante licença do cargo que ocupa no MPE.

d) autorizado a aceitar o convite para integrar a Administração municipal, bem como a filiar-se a partido político e candidatar-se, desde que se encontre em disponibilidade.

e) autorizado a aceitar o convite para integrar a Administração municipal, mediante afastamento do cargo que ocupa no MPE por se tratar de cargo de Secretário de Prefeitura de capital; mas estará impedido de filiar-se a partido político e candidatar-se. enquanto for membro do MPE.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão cobrou aspectos relacionados ao Ministério Público.

A Constituição estabeleceu expressamente algumas vedações aos membros do Ministério Público. Nesse sentido, confira o art. 128, §5º da CF/88: Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros: II - as seguintes vedações: a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; b) exercer a advocacia; c) participar de sociedade comercial, na forma da lei; d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério; e) exercer atividade político-partidária; f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei. O membro do MPE é impedido de aceitar o convite para integrar a Administração municipal, já que é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, segundo o art. 128, §5º, II, d da CF/88. Bem como, filiar-se ao partido político e candidatar-se, enquanto for membro do MPE, já que não pode exercer atividade político-partidária, conforme o art. 128, §5º, II, e da CF/88.

Com base nos comentários sobre a alternativa B, as demais estão incorretas.

QUESTÃO 16. Relativamente às guardas municipais, será materialmente INCONSTITUCIONAL a lei que

a) estabelecer diferenciação para permitir o porte de arma de fogo por seus integrantes, levando em conta as variações demográficas entre os Municípios, por ausência de razoabilidade e violação aos princípios da igualdade e eficiência.

b) considerar que executam atividade de segurança pública, essencial ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, aplicando a seus integrantes a mesma vedação relativa aos demais servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública, para fins do exercício do direito de greve.

c) considerar que executam atividade de segurança pública, uma vez que não estão elencadas, pela Constituição, dentre os órgãos de Estado com essa incumbência.

d) exigir altura mínima para ingresso na carreira, por violação à regra constitucional que somente permite o estabelecimento de requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

e) atribuir-lhes o exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas, por não se incluir dentre as atribuições de proteção dos bens, serviços e instalações do Município.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão versa sobre as Guardas Municipais.

A alternativa A está correta. O STF (ADIs 5948 e 5538, ADC 38), decidiu pela inconstitucionalidade de normas restritivas ao porte de arma à integrantes de guardas municipais, levando em conta critério meramente demográfico que ignora a ocorrência de crimes graves nos diversos e diferentes municípios. Segundo a Corte não há razoabilidade e isonomia na restrição. Portanto, a previsão é materialmente inconstitucional, já que fere conteúdo da CF/88.

A alternativa B está incorreta. Conforme o entendimento do STF (ADPF 995), as Guardas Municipais executam atividade de segurança pública (art. 144, § 8º, da CF), essencial ao atendimento de necessidades inadiáveis da comunidade (art. 9º, § 1º, CF), pelo que se submetem às restrições firmadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 654.432. Portanto, as Guardas Municipais estão excluídas, por exemplo, do direito de greve. Logo, não há inconstitucionalidade material na afirmação da alternativa.

A alternativa C está incorreta. O STF entendeu que as Guardas Municipais executam atividade de segurança pública. O título V da CF/88 - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, o capítulo III – Da Segurança Pública, estabelece o seguinte em seu art. 144, § 8º: "Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei". Diante do exposto, não há inconstitucionalidade material na afirmação da alternativa.

A alternativa D está incorreta. O STF, no RE 1480201, considerou razoável a exigência de altura mínima para ingresso na Guarda Municipal, já que a carreira é ligada à segurança pública. Portanto, não há inconstitucionalidade material na afirmação da alternativa.

A alternativa E está incorreta. De acordo com a tese fixada no RE 658570, é constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas. Logo, não há inconstitucionalidade material na afirmação da alternativa.

QUESTÃO 17. Numa hipótese em que vários municípios pretendam convergir esforços para atuar, por meio de mecanismos de resposta que contemplem bens e estruturas compartilhadas para o atendimento de emergências climáticas e desastres de outras naturezas, na extensão de seus territórios, é juridicamente viável

a) A aprovação de uma lei estadual autorizando a instituição de um consórcio pelos municípios interessados, seguida da elaboração de protocolo de intenções, estatuto e contrato de rateio entre os entes, tríplice providência que resultará na formal criação do ente público.

b) A instituição de uma pessoa jurídica de direito público, sob a forma de sociedade de economia mista, da qual poderão figurar como acionistas todos os municípios interessados na atuação em prol dos interesses convergentes.

c) uma licitação interfederativa, por meio da qual os entes federados promoverão a contratação de uma única pessoa jurídica para realizar os serviços e atividades de interesse comum, rateando os custos decorrentes por meio de pagamentos diretos à contratada.

d) um convênio de cooperação, por meio do qual os entes federados delegam uns aos outros, reciprocamente, competências constitucionais para atuação em seus territórios, possibilitando pronta ajuda, por meio de aquisição de bens e serviços, no caso de materialização de desastres.

e) a constituição de um consórcio público, por meio da celebração de protocolo de intenções, subscrito pelos entes federados interessados e ratificado pelos respectivos órgãos legislativos, seguido da celebração de contrato de rateio entre os consorciados, possibilitando que essa nova pessoa jurídica promova as contratações para a aquisição dos bens e prestação dos serviços pertinentes, na forma prevista pelo estatuto social da entidade.

Comentários

A resposta correta é a **letra E.** A questão trata dos consórcios públicos intermunicipais.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o consórcio público é antecedido por um protocolo de intenções, consoante a Lei 11.107/2005, veja: "Art. 3º O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções"; para somente então ser ratificado ("Art. 5º O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções"), seguido da celebração do contrato de rateio ("Art. 8º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.")

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o juridicamente viável, no caso em comento, é a formação de um consórcio público, que, nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Como registramos anteriormente, os consórcios, tradicionalmente, nada mais eram do que convênios, instrumento em que pessoas públicas ou privadas ajustam direitos e obrigações com o objetivo de alcançar metas de interesse recíproco. Em outras palavras, sempre foram negócios jurídicos pelos quais se pode expressar a vontade de cooperação mútua dos pactuantes." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, o juridicamente viável é a formação de um consórcio público, que, nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Como registramos anteriormente, os consórcios, tradicionalmente, nada mais eram do que convênios, instrumento em que pessoas públicas ou privadas ajustam direitos e obrigações com o objetivo de alcançar metas de interesse recíproco. Em outras palavras, sempre foram negócios jurídicos pelos quais se pode expressar a vontade de cooperação mútua dos pactuantes." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, o juridicamente viável é a formação de um consórcio público, que, nas palavras de José dos Santos carvalho Filho: "Como registramos anteriormente, os consórcios, tradicionalmente, nada mais eram do que convênios, instrumento em que pessoas públicas ou privadas ajustam direitos e obrigações com o objetivo de alcançar metas de interesse recíproco. Em outras palavras, sempre foram negócios jurídicos pelos quais se pode expressar a vontade de cooperação mútua dos pactuantes." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.) O convênio de cooperação, por sua vez, caracteriza-se, nas palavras de Ana Luiza Tibúrcio Guimarães, do Estratégia Concursos, do seguinte modo: "Além dos consórcios públicos, é possível que os entes da federação firmem um convênio de cooperação com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos. A diferença é que o convênio de cooperação não possui personalidade jurídica, ao contrário dos consórcios públicos. Entretanto, também depende de lei para que seja firmado entre os interessados. Dessa forma, é possível a celebração de contrato de programa fora do âmbito do consórcio público, diretamente entre entes federados por meio dos convênios de cooperação." (GUIMARÃES, Ana Luiza Tibúrcio. Consórcios Públicos (Lei 11.107/05): Resumos de Direito Administrativo. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/consorcios-publicos-lei-11-107-05/. Acesso em: 19 de ago. de 2024).

A alternativa E está correta, pois o consórcio público é uma entidade pública sem fins lucrativos, criada por dois ou mais entes federados, em busca da consecução de competências públicas, sendo, portanto, o mais adequado ao exemplo em questão. Consoante a Lei 11.107/2005, que rege os consórcios públicos, estes serão antecedidos por um protocolo de intenções: "Art. 3º O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções"; a ser ratificado ("Art. 5º O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções."), seguido da celebração do contrato de rateio ("Art. 8º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio."

"O Consórcio Público é uma pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum. Os consórcios públicos possuem natureza jurídica de contrato interfederativo, NÃO SENDO UMA NOVA ESPÉCIE DE PESSOA JURÍDICA. O consórcio pode ter personalidade jurídica: De Direito Público: Será considerado associação pública composta pelos entes federados instituidores, com natureza jurídica de

autarquia e integrará a Administração Pública indireta de todos os entes federados consorciados. De Direito privado sem fins lucrativos: Pode ser instituído sob a forma de empresa pública ou associação civil, de acordo com a escolha dos entes federados instituidores." (GUIMARÃES, Ana Luiza Tibúrcio. Consórcios Públicos (Lei 11.107/05): Resumos de Direito Administrativo. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/consorcios-publicos-lei-11-107-05/. Acesso em: 19 de ago. de 2024).

QUESTÃO 18. A aquisição de uma nova licença de uso de software, por meio de contratação direta fundada no valor do contrato, com fundamento no artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021, indica a possibilidade de

a) Imposição, pela Administração Pública, com fundamento em seus poderes exorbitantes, de contratação por prazo indeterminado à fornecedora.

b) Não ser apresentado estudo técnico-preliminar no processo que instrumentaliza a contratação, justificadamente, a exemplo de se tratar de software de notória aplicação técnica e valor padronizado.

c) Prorrogação por prazo indeterminado do contrato, sendo obrigatória a formalização por instrumento contratual, em razão da inexistência de processo de licitação.

d) Ter sido excepcionada a elaboração de pesquisa de preço e de compatibilidade com o valor de mercado.

e) Ter sido excepcionada a apresentação de termo de referência, por se tratar de dispensa de licitação em razão do baixo valor.

Comentários

A resposta correta é a **letra B.** A questão trata da Lei nº 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021 trata dos casos de dispensa de licitação, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;" e a Lei apenas viabiliza o contrato por prazo indeterminado no caso do artigo 109, que não condiz com o caso em comento, veja: "A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação."

A alternativa B está correta, tendo em vista se tratar de hipótese de dispensa de licitação, de modo que a Lei nº 14.133/2021 dispensa o estudo técnico preliminar no seguinte caso: "Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;". Disso, depreende-se que nem todo processo de contratação direta necessitará de um estudo técnico preliminar. Ademais, a Instrução Normativa nº 58/2022, que trata da elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe em seu art. 14: "Art. 14. A elaboração do ETP: I

– é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021; e (...)".

A alternativa C está incorreta, pois, conforme acima explicitado, o artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021 trata dos casos de dispensa de licitação, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;" e a Lei apenas viabiliza o contrato por prazo indeterminado no caso do artigo 109, que não condiz com o caso em comento, veja: "A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação."

A alternativa D está incorreta, pois a Lei nº 14.133/2021 não dispensa a pesquisa de preço e análise de compatibilidade com o valor de mercado, veja: "Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço; VIII - autorização da autoridade competente."

A alternativa E está incorreta, pois a Lei nº 14.133/2021 não dispensa o termo de referência no caso em tela, veja: "Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;".

QUESTÃO 19. Um professor da rede pública de determinado ente municipal apresentou atestado médico falso à unidade de recursos humanos, para fins de embasar pleito de licença-saúde. Após a constatação do fato, houve instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), além de inquérito criminal. No que se refere à apuração disciplinar da conduta,

a) Haverá preponderância da responsabilidade disciplinar sobre as demais instâncias, afastando-se a caracterização de ato de improbidade, diante da inexistência de prejuízo ao erário.

B) Demandará a realização de perícia médica, para verificação da existência ou não do diagnóstico médico, independentemente da falsidade do documento apresentado, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

c) Somente se demonstrado que os documentos beneficiaram o servidor, ou seja, caso a licença-saúde tenha sido concedida, é que não será necessário aguardar a solução do processo criminal.

d) Deverá ser decidido pelo sobrestamento do PAD, no aguardo da solução definitiva do processo criminal, tendo em vista que é necessária a prova da autoria da falsificação para a responsabilidade disciplinar também se caracterizar.

e) Nada obsta o regular prosseguimento do processo disciplinar, dada a independência entre as instâncias e a demonstrada existência, desde logo, de resíduo disciplinar, como se evidencia pelo ato de apresentação do documento inautêntico, ainda que não venha a ser comprovada a autoria da falsificação.

Comentários

A resposta correta é a letra **E.** A questão trata da responsabilidade do servidor público.

A alternativa A está incorreta, pois as instâncias são independentes, consoante Lei 8.112/90: "Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si."

A alternativa B está incorreta, pois não há tal determinação legal. O mero ato de falsificar o documento já se classifica como improbidade administrativa, tendo em vista que a Constituição Federal tem como um dos princípios da administração pública a moralidade administrativa, que se relaciona com os deveres de ética, probidade e honestidade da Administração Pública. Veja o que diz a Lei 8.429/92: "Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)."

A alternativa C está incorreta, pois as instâncias são independentes, consoante Lei 8.112/90: "Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si."

A alternativa D está incorreta, pois as instâncias são independentes, consoante determina Lei 8.112/90, de modo que o PAD e o inquérito poderão ter seguimento. Veja: "Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si."

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei 8.112/90: "Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si."

QUESTÃO 20. Município "X" foi notificado da abertura de processo de tombamento de um imóvel de sua propriedade, que integrava o programa de desestatização do ente público, para fins de concessão de uso. Tal situação

a) Exige autorização judicial para prosseguimento do processo de contratação, tendo em vista que a provisoriedade da restrição impede a alteração do uso do bem até a definição sobre a imposição da intervenção.

b) Não representa óbice à desestatização em curso, pois não se trata de tombamento definitivo, mas apenas de ato preparatório, de forma que somente a decisão final sobre a intervenção na propriedade constituirá fato novo, superveniente, apto a alterar os termos da licitação ou implicar consequências em contratação já celebrada.

c) Inviabiliza a outorga de uso pretendida, considerando a natureza de ato administrativo das concessões de uso, o que impede que se exijam investimentos de vulto, a exemplo de obras de restauro.

d) Não impede o prosseguimento da contratação pretendida, cabendo à Administração Pública internalizar, no edital e respectivos anexos pertinentes, a notícia da abertura do processo de tombamento, para conhecimento dos licitantes e, em especial, para que o vencedor do certame não alegue desconhecimento da intervenção na propriedade, cabendo-lhe observar os limites e contornos das restrições, aplicáveis desde o início do referido processo.

e) Impede o prosseguimento da contratação pretendida, em razão da alteração da titularidade do bem, como efeito de eventual tombamento definitivo.

Comentários

A resposta correta é a **letra D.** A questão trata do Decreto-lei 25/1937, que contém as regras atinentes ao tombamento.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o tombamento não altera a propriedade de um bem; apenas proíbe sua demolição ou descaracterização, tendo em vista seu valor cultural e histórico, de modo que não impede o prosseguimento da contratação pretendida. É, nas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira, uma modalidade de intervenção branda na propriedade: "Intervenções restritivas ou brandas: o Estado impõe restrições e condições à propriedade, sem retirá-la do seu titular (servidão, requisição, ocupação temporária, limitações e tombamento);". (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa B está incorreta, pois não há tal vedação legal, tendo em vista que a propriedade do imóvel se manterá mesmo com a desapropriação. Veja os efeitos para o proprietário do bem, consoante ensina Rafael Carvalho Rezende Oliveira: "a) efeitos para o proprietário: a.1) dever de proteger o bem tombado, impedindo a sua destruição, demolição ou mutilação do bem; a.2) dever de conservação do bem, exigindo-se a autorização do órgão ou entidade competente para sua reparação, pintura ou restauração, sob pena de multa; a.3) caso não possua recursos para conservar o bem, o proprietário deve notificar o órgão ou entidade competente para realização das obras necessárias (nesse caso, a solução prática, a nosso ver, seria a desapropriação do bem, com o intuito de transferir a propriedade ao Poder Público, que passaria a fazer a conservação regular do bem e o utilizaria para o atendimento do interesse público);45 a.4) o bem móvel tombado não pode deixar o País, salvo quando houver autorização expressa do órgão ou entidade responsável e por prazo determinado; a.5) notificação do Poder Público no caso de furto ou extravio do bem tombado, sob pena de multa." (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa C está incorreta, pois, conforme acima explicitado, não há tal vedação legal; ademais, a propriedade do imóvel se manterá mesmo com a desapropriação.

A alternativa D está correta, tendo em vista que não haverá interferência no seguimento da contratação pretendida; o tombamento não altera a propriedade de um bem, gerando apenas restrições que visam assegurar seu valor cultural e histórico; é, nas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira, uma modalidade de intervenção branda na propriedade: "Intervenções restritivas ou brandas: o Estado impõe restrições e condições à propriedade, sem retirá-la do seu titular (servidão, requisição, ocupação

temporária, limitações e tombamento);". (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa E está incorreta, pois o bem permanecerá na propriedade do ente federado, apenas proibindo sua demolição ou descaracterização a fim de proteger seu valor cultural e histórico, de modo a não impedir o prosseguimento da contratação pretendida. Vejamos o que determina o Decreto-lei 25/1937: "Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei."; "Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado."

QUESTÃO 21. Uma fazenda de titularidade de um ente público é explorada economicamente por meio de plantio de eucalipto. A exploração dessa atividade permite integração com projetos sociais, como educação ambiental, primeiro emprego, dentre outros. O imóvel está localizado em zona de expansão urbana, em região carente, o que acabou propiciando a ocupação irregular, da parte não explorada, por famílias de baixa renda, dando origem a um núcleo urbano informal, consolidado há mais de uma década da parte não explorada. Considerando os fatos expostos e que a área ocupada irregularmente tem grande dimensão, com pretensão do Poder Público de regularizar essas habitações irregulares,

a) É possível concluir pela preponderância do interesse público na destinação que enseja exploração econômica e social, tal qual na maior parte do imóvel, o que deve ser expandido, razão pela qual os ocupantes irregulares deverão ser realocados, às expensas da Administração Pública.

b) É caso de desmembramento da área e regularização das ocupações por meio de usucapião individual, não se configurando cenário fático passível de acionar regularização fundiária,

c) Não há viabilidade de regularização do núcleo habitacional, tendo em vista que a destinação principal do imóvel é rural, não se admitindo individualização para alteração do uso apenas de parte do imóvel original.

d) Cabe outorga de legitimações de posse das habitações irregulares, como instrumento de regularização fundiária, independentemente da localização da área e de sua titularidade ser ou não pública.

e) É juridicamente viável a regularização fundiária de interesse social do núcleo, cumpridos os parâmetros legais aplicáveis de uso e ocupação do solo, e observado regular processo, com a análise e aprovação dos órgãos competentes.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata da Lei nº 13.465/2017.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista estarem preenchidos os requisitos da Reurb-S. Veja o que determina a Lei nº 13.465/2017. "Art. 23. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito

da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016. (...) § 2º Por meio da legitimação fundiária, em qualquer das modalidades da Reurb, o ocupante adquire a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado. § 3º Deverão ser transportadas as inscrições, as indisponibilidades ou os gravames existentes no registro da área maior originária para as matrículas das unidades imobiliárias que não houverem sido adquiridas por legitimação fundiária. § 4º Na Reurb-S de imóveis públicos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e as suas entidades vinculadas, quando titulares do domínio, ficam autorizados a reconhecer o direito de propriedade aos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado por meio da legitimação fundiária."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista estarem preenchidos os requisitos da Reurb-S, conforme acima explicitado.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista estarem preenchidos os requisitos da Reurb-S, conforme acima explicitado.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista haver a necessidade de preencher os requisitos da Reurb-S, conforme acima explicitado.

A alternativa E está correta, tendo em vista estarem preenchidos os requisitos estipulados pela Lei nº 13.465/2017: "Art. 23. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016. § 1º Apenas na Reurb-S, a legitimação fundiária será concedida ao beneficiário, desde que atendidas as seguintes condições: I - o beneficiário não seja concessionário, foreiro ou proprietário exclusivo de imóvel urbano ou rural; (Redação dada pela Lei nº 14.118, de 2021) II - o beneficiário não tenha sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto; e III - em caso de imóvel urbano com finalidade não residencial, seja reconhecido pelo poder público o interesse público de sua ocupação."

QUESTÃO 22. A extinção antecipada de um contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada

a) Impõe a apuração e indenização do valor dos investimentos realizados pela concessionária em bens reversíveis, às suas expensas e ainda não amortizados, ressalvada a possibilidade de desconto de valores devidos por ela.

b) Sub-roga o poder concedente nos direitos e obrigações que eram titularizados pela concessionária, inclusive na esfera judicial, cabendo-lhe executar o objeto diretamente até a conclusão de novo certame.

c) Obriga o poder concedente a executar as garantias contratuais ofertadas pelo concessionário para integral cumprimento do objeto.

d) Elide a possibilidade de indenização integral pelos bens reversíveis não amortizados, salvo na hipótese de encampação, por decorrer de decisão discricionária do poder concedente.

e) Exige nova licitação da integralidade do objeto, excluindo-se da delegação, quando se tratar de modais de transporte, os trechos cujos investimentos já tiverem sido concluídos.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata da extinção da Concessão Patrocinada.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com a Lei nº 8.987/1995, vejamos: "Art. 35. Extingue-se a concessão por: (...) § 1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato. § 2º Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários. § 3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis." "Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido."

A alternativa B está incorreta, pois não há tal previsão na Lei. Vejamos o que ocasionará para o poder concedente: "Art. 35. Extingue-se a concessão por: (...) §1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato. §2º Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários. § 3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis."

A alternativa C está incorreta, pois, consoante a Lei nº 8.987/1995, a extinção antecipada do contrato de concessão poderá ocorrer por diversos fatores: "Art. 35. Extingue-se a concessão por: I - advento do termo contratual; (Regulamento) II - encampação; III - caducidade; IV - rescisão; V - anulação; e VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual" de modo que não necessariamente ocorreu o não cumprimento do contrato e, em decorrência disso, a execução das garantias contratuais.

A alternativa D está incorreta, pois haverá a indenização dos bens à concessionária, veja: "Art. 35. Extingue-se a concessão por: (...) § 4o Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos arts. 36 e 37 desta Lei" bem como: "Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior."

A alternativa E está incorreta, pois não há tal exigência legal.

QUESTÃO 23. Pessoa jurídica constituída por ente federado, após autorização legislativa, cujo escopo institucional envolve o desenvolvimento de atividades de planejamento urbano,

abrangendo programas de implantação de equipamentos públicos comunitários e sociais, pode se apresentar como

a) Empresa pública, por se tratar de execução de serviço público, na medida em que a participação no capital social de recursos oriundos da iniciativa privada inviabilizaria o modelo.

b) Fundação autárquica, a qual se aplica regime jurídico de direito privado ou de direito público, a depender do escopo institucional que integre seus atos constitutivos.

c) Sociedade de economia mista, cujo regime jurídico é de direito privado, mas, como integrante da Administração Pública Indireta, pode executar atividades de interesse público e prestar serviços públicos.

d) Autarquia, por se tratar de pessoa jurídica que executa atividades, utilidades e serviços públicos, inclusive, no último caso, mediante delegação de titularidade.

e) Fundação pública, para a qual podem ser delegadas competências constitucionais do ente federado, inclusive, a titularidade de serviços públicos, desde que seja mantida exclusivamente com recursos oriundos do ente que a constituiu.

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata das entidades da administração indireta.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que as empresas públicas podem receber recursos oriundos da iniciativa privada. Nas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira: "A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Indireta, criada por autorização legal, sob qualquer forma societária admitida em direito, cujo capital é formado por bens e valores oriundos de pessoas administrativas, que prestam serviços públicos ou executam atividades econômicas." (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa B está incorreta, pois a fundação autárquica segue regime de direito público, consoante leciona Ana Luiza Tibúrcio Guimarães, do Estratégia Concursos: "Elas podem ter personalidade jurídica de Direito Público, quando são chamadas de Fundações Autárquicas, submetendo-se ao mesmo regime jurídico das autarquias; ou personalidade jurídica de Direito Privado, possuindo um regime jurídico híbrido, em que predomina o regime privado, com derrogações pelo Direito Público." (GUIMARÃES, Ana Luiza Tibúrcio. Autarquias Especiais e Fundações: Resumos de Direito Administrativo. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/autarquias-especiais-e-fundacoes. Acesso em: 38 de ago. de 2024).

A alternativa C está correta, pois a sociedade de economia mista se encaixa ao previsto no enunciado em comento; vejamos o que dispõe a CF: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...) XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a autarquia é criada por Lei, consoante dispõe a CF: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...) XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que a titularidade da prestação de um serviço público será da Administração Pública, somente podendo ser transferido a um particular a execução do serviço. Nas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira: "Quanto à titularidade do serviço, os serviços públicos dividem-se em duas espécies: a) serviços públicos próprios: são de titularidade exclusiva do Estado e a execução pode ser feita diretamente pelo Poder Público ou indiretamente por meio de concessão ou permissão (ex.: transporte público, considerado direito fundamental social, na forma do art. 6.º da CRFB, alterado pela EC 90/2015); e b) serviços públicos impróprios ou virtuais: são as atividades executadas por particulares, que atendem às necessidades da coletividade, mas que não são titularizadas, ao menos com exclusividade, pelo Estado." (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

QUESTÃO 24. Determinada secretaria municipal celebrou contrato de manutenção predial das instalações de sua sede. Próximo a completar um ano de vigência, a Administração Pública percebeu que alguns dos itens que integravam o descritivo dos serviços não seriam necessários, enquanto outros vinham gerando muitas ordens de serviço e demandariam ampliação, pois estavam no limite quantitativo. Diante desses fatos, a Administração Pública pretende aditar o contrato, para fins de majorar o quantitativo dos itens de serviços mais utilizados, o que remontará em acréscimo de 35% (trinta e cinco por cento) do valor original atualizado do contrato. De outro lado, intenta suprimir itens da lista de serviços, resultando redução de 10% do valor original atualizado do contrato. A pretensão da Administração Pública

a) Não é viável, pois não se admite compensações entre os índices legais que limitam as alterações quantitativas, devendo-se apreciar as majorações e supressões individualmente, em relação ao valor original do contrato.

a) É inviável, porque ensejaria alteração de objeto, sendo que as alterações qualitativas estão submetidas ao limite legal de 15% para majoração e de 10% para supressão.

c) É viável, tendo em vista que à somatória dos percentuais de alterações pretendidas não excede o gradiente de 50%, limite legal previsto para tanto.

d) É viável, tendo em vista que a redução quantitativa compensou o excedente do percentual de majoração, resultando em acréscimo final de 25%, legalmente permitido.

e) É viável, mas acarretará desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, especialmente no que se refere à redução promovida, que frustrou a expectativa de receita do contratado, dando ensejo à indenização.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata das alterações unilaterais dos contratos administrativos.

A alternativa A está correta, pois a Lei nº 14.133/2021 estabelece que as alterações quantitativas devem observar o limite de 25% de acréscimo ou supressão no caso de bens e serviços e de 50% de acréscimo no caso de reformas de edifícios ou equipamentos, para a alteração unilateral. Caso as supressões ultrapassem esse limite, a alteração deverá ser consensual. Ademais, o entendimento do TCU é no sentido de vedar tal compensação, veja: "No caso de alteração contratual, não se pode proceder à compensação entre o valor dos acréscimos e supressões ocorridos ao longo da execução." (Plenário. Título. ACÓRDÃO TCU 2914/2012. Data. 24/10/2012).

A alternativa B está incorreta, pois diferem dos limites estipulados pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece que as alterações quantitativas devem observar o limite de 25% de acréscimo ou supressão no caso de bens e serviços e de 50% de acréscimo no caso de reformas de edifícios ou equipamentos, para a alteração unilateral: "Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento)." Caso as supressões ultrapassem esse limite, a alteração deverá ser consensual. Ademais, o entendimento do TCU é no sentido de vedar tal compensação, veja: "No caso de alteração contratual, não se pode proceder à compensação entre o valor dos acréscimos e supressões ocorridos ao longo da execução." (Plenário. Título. ACÓRDÃO TCU 2914/2012. Data. 24/10/2012).

A alternativa C está incorreta, pois o entendimento do TCU é no sentido de vedar tal compensação, veja: "No caso de alteração contratual, não se pode proceder à compensação entre o valor dos acréscimos e supressões ocorridos ao longo da execução." (Plenário. Título. ACÓRDÃO TCU 2914/2012. Data. 24/10/2012).

A alternativa D está incorreta, pois o entendimento do TCU é no sentido de vedar tal compensação, veja: "No caso de alteração contratual, não se pode proceder à compensação entre o valor dos acréscimos e supressões ocorridos ao longo da execução." (Plenário. Título. ACÓRDÃO TCU 2914/2012. Data. 24/10/2012).

A alternativa E está incorreta, pois é inviável, na medida em que difere dos limites estipulados pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece que as alterações quantitativas devem observar o limite de 25% de acréscimo ou supressão no caso de bens e serviços e de 50% de acréscimo no caso de reformas de edifícios ou equipamentos, para a alteração unilateral. Caso as supressões ultrapassem esse limite, a alteração deverá ser consensual. Ademais, o entendimento do TCU é no sentido de vedar tal compensação, veja: "No caso de alteração contratual, não se pode proceder à compensação entre o valor dos acréscimos e supressões ocorridos ao longo da execução." (Plenário. Título. ACÓRDÃO TCU 2914/2012. Data. 24/10/2012)

QUESTÃO 25. A edição de um decreto para disciplinar e detalhar programa de auxílio e anistia fiscais implementado por um Município por meio de lei, com vistas a estabelecer os percentuais de desconto dos encargos financeiros em proporção aos valores de entrada e número de parcelas de pagamento do saldo remanescente caracteriza exercício do poder

a) De polícia, porque dispõe sobre direitos dos administrados, ainda que se trate de reduzir penalidades impostas anteriormente.

b) Disciplinar, porque este é aplicável, além de aos servidores, aos administrados em matéria contratual e sancionatória, para concessão ou restrição de direitos individuais.

c) Regulamentar, como faceta do poder normativo, para disciplinar, em caráter geral, aspectos da lei regulamentada que exigem especificação para serem executados.

d) Normativo, exercido com exclusividade pelo Chefe do Executivo, para fins de complementação das lacunas legais, instituindo os direitos e obrigações que a lei tiver deixado de fazer.

e) Sancionatório, em razão de tratar de desconto e perdão de penalidades impostas aos administrados em geral.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata dos poderes administrativos.

A alternativa A está incorreta, pois ao expedir decreto visando detalhar Lei a administração age em uso do poder regulamentar, conforme leciona Rafael Carvalho Rezende Oliveira: "O poder normativo ou regulamentar é a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis. O poder normativo da Administração Pública pode ser exercido basicamente por meio da delegação legislativa ou do próprio poder regulamentar. Enquanto a delegação legislativa possibilita a prática de ato normativo primário, com força de lei (ex.: medidas provisórias e leis delegadas, previstas, respectivamente, nos arts. 62 e 68 da CRFB), o poder regulamentar encerra uma atividade administrativa, de cunho normativo secundário." (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa B está incorreta, pois trata-se do poder regulamentar, conforme acima explicitado. Já o poder disciplinar, nas palavras de Taciana de Oliveira Rummler, do Estratégia Concursos: "(...) é definido como o poder dever de punir as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina de órgãos públicos. Mas, não se confunde o poder punitivo com poder disciplinar. Já que o poder punitivo é mais abrangente, e o poder disciplinar é considerado uma espécie dele." (RUMMLER, Taciana de Oliveira. Resumo dos poderes administrativos. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/poderes-administrativos. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

A alternativa C está correta, pois trata-se do poder regulamentar, que segundo José dos Santos Carvalho Filho: "Poder regulamentar, portanto, é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação. A prerrogativa, registre-se, é apenas para complementar a lei; não pode, pois, a Administração alterá-la a pretexto de estar regulamentando. Se o fizer, cometerá abuso de poder regulamentar, invadindo a competência do Legislativo. Por essa razão, o art. 49, V, da CF, autoriza o Congresso Nacional a sustar atos normativos que extrapolem os limites do poder de regulamentação." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, pois o poder regulamentar insere-se no poder normativo, que por sua vez, tem as seguintes prerrogativas, consoante Taciana de Oliveira Rummler, do Estratégia Concursos "Características gerais do poder regulamentar/normativo: editar atos gerais; complementar as leis; permitir a fiel execução da lei; normas derivadas ou secundárias; não podem inovar no ordenamento jurídico." (RUMMLER, Taciana de Oliveira. Resumo dos poderes administrativos. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/poderes-administrativos. Acesso em: 28 de ago. de 2024). Ademais, o poder normativo não é exclusividade do chefe do executivo, conforme explica Rafael Carvalho Rezende Oliveira: "A edição de decretos e regulamentos para fiel execução das leis é de competência exclusiva do chefe do Executivo, conforme previsão expressa do art. 84, IV, da Constituição da República. Isso não impede o exercício da função normativa por outros órgãos e entidades administrativas (ex.: edição de resoluções, portarias, regimentos etc.)" (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa E está incorreta, pois trata-se do poder regulamentar; o poder sancionatório relaciona-se tanto ao poder hierárquico, a fim de aplicar determinada sanções em servidores públicos, como depreendido das palavras de Taciana de Oliveira Rummler, do Estratégia Concursos: "Por isso, muitas vezes, pode-se afirmar que a sanção foi aplicada com base direta no poder disciplinar e indiretamente pelo poder hierárquico" (RUMMLER, Taciana de Oliveira. Resumo dos poderes administrativos. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/poderes-administrativos. Acesso em: 28 de ago. de 2024) como ao poder de polícia; consoante José dos Santos Carvalho Filho ensina: "Atos sancionatórios são as punições aplicadas àqueles que transgridem normas administrativas. Como diversas são as áreas em que incidem, pode-se dizer que as sanções são agrupáveis em duas categorias: sanções internas e externas. As primeiras são aplicadas em decorrência do regime funcional do servidor público, e como exemplo podemos apontar as penalidades previstas nos estatutos funcionais: advertência, suspensão, demissão etc. As sanções externas decorrem da relação Administração-administrado e incidem quando o indivíduo infringe a norma administrativa. São exemplos a multa de trânsito, a multa tributária, a apreensão de bens, a interdição de atividade, o fechamento de estabelecimentos etc." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 26. Em matéria de controle da Administração Pública pelo Poder Judiciário, diante dos parâmetros de controle postos pelos princípios constitucionais e pelas regras legais, balizadores do exame de atos e contratos administrativos, assim como de contratos regidos pelo direito privado, considera-se correta a seguinte afirmação sobre o controle jurisdicional:

a) Os contratos regidos pelo direito privado possuem campo mais restrito de exame de legalidade, ante a não aplicação dos princípios que regem a Administração Pública.

b) Os atos discricionários não admitem mais preservação do mérito ante o controle judicial, este que passou a sindicar escolha de economicidade e eficiência.

c) Quando se trata de controle de atos cujo impacto atinge direitos difusos, a exemplo do meio ambiente, passou-se a admitir conceito amplo de legalidade, admitindo-se exame de custo e benefício.

d) Não mais se estabelece distinção entre legalidade e mérito, tratando-se apenas de conformidade e resultado, de modo que a análise judicial cinge-se a verificar o cumprimento do

texto legal e o atingimento dos resultados e objetivos postos na norma, impondo obrigações de fazer e desfazimento quando há verificação de não aderência de algum desses aspectos.

e) O princípio da eficiência prepondera como parâmetro de exame de finalidade, admitindo a mitigação da legislação positivada.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata do controle jurisdicional.

A alternativa A está incorreta, pois os princípios que regem a administração pública aplicam-se também aos contratos regidos pelo direito privado. José dos Santos Carvalho Filho leciona: "Princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. Representam cânones pré-normativos, norteando a conduta do Estado quando no exercício de atividades administrativas." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta, pois o controle de mérito é preservado, restringindo-se à própria administração, conforme leciona José dos Santos Carvalho Filho: "O ponto que mais merece atenção nesse tipo de controle reside na competência para exercê-lo. Com efeito, o controle de mérito é privativo da Administração Pública e, logicamente, não se submete à sindicabilidade no Poder Judiciário." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa C está correta, consoante determina a LINDB, que se passou a admitir o conceito amplo de legalidade: "Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento) Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento) Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)".

A alternativa D está incorreta, pois, conforme acima explicitado, ambas as formas de controle existem; nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "A classificação quanto à natureza do controle é fundada no conteúdo de que se reveste o ato de controle. Nesse aspecto, temos o controle de legalidade e o controle de mérito." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa E está incorreta, pois não há tal preponderância, tampouco mitigação da Lei positivada. De acordo com, José dos Santos Carvalho Filho sobre o controle exercido pelo Judiciário: "O controle legislativo é aquele executado através do Poder Legislativo sobre os atos da Administração Pública. Sendo o Poder de representação popular, não poderia retirar-se a ele a função fiscalizadora das

condutas administrativas em geral. Exemplo desse controle é o exercido pelos Tribunais de Contas, órgãos de controle financeiro que integram o Legislativo das diversas esferas da federação. O controle judicial é o levado a efeito pelo Poder Judiciário. Cabe a este Poder a decisão sobre a legalidade, ou não, de atos da Administração em geral, principalmente em casos de conflitos de interesses. Exemplo desse controle é o exercido por meio de ações judiciais nas quais se discuta sobre a legalidade de atos administrativos." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 27. A realização de um evento esportivo anual, em que se identifique interesse público, sob coordenação e responsabilidade de uma organização da sociedade civil, sem que haja participação do Poder Público na concepção e organização propostas, pode ser viabilizada, nos termos da Lei nº 13.019/2014, por meio de

a) Termo de fomento, instrumento de parceria de iniciativa da sociedade civil, em regra precedido de chamamento público, mas que pode admitir dispensa ou inexigibilidade desse procedimento.

b) Contrato de cooperação, parceria admitida quando não houver repasse de recursos públicos à entidade, apenas apoio material por parte do Poder Público ou por meio de disponibilização de imóvel público para a realização do evento.

c) Acordo de cooperação, que tem lugar por meio de repasse de recursos financeiros, não se admitindo trespasse de bens móveis ou imóveis.

d) Termo de cooperação técnica, por melo do qual a Administração Pública repassa recursos financeiros e materiais à entidade privada, para a organização e realização do evento, mediante posterior prestação de contas, podendo ou não ser precedido de chamamento público.

e) Termo de colaboração, instrumento que tem lugar quando a organização da sociedade civil propõe a parceria e se responsabiliza por ela.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata das Organizações da Sociedade Civil.

A alternativa A está correta, pois o termo de fomento é de fato o meio adequado a viabilizar tal evento; vejamos o que traz a Lei 13.019/2014 sobre o referido instituto: "Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)".

A alternativa B está incorreta, pois o termo de fomento é o meio adequado a viabilizar tal evento, conforme acima explicitado; ademais, a Lei 13.019/2014 traz o acordo de cooperação como o viabilizador da parceria entre a administração pública e a OSC, caso não haja transferência de recursos financeiros, veja: "Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública

com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)."

A alternativa C está incorreta, pois o termo de fomento é o meio adequado a viabilizar tal evento, conforme acima explicitado; ademais, diverge do que determina a Lei 13.019/2014 sobre o acordo de cooperação, veja: "Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)".

A alternativa D está incorreta, pois o termo de fomento é o meio adequado a viabilizar tal evento, conforme acima explicitado; ademais, diverge do que determina a Lei 13.019/2014 sobre o acordo/termo de cooperação, veja: "Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)".

A alternativa E está incorreta, pois o termo de fomento é o meio adequado a viabilizar tal evento, conforme acima explicitado; ademais, diverge do que determina a Lei 13.019/2014 sobre o termo de colaboração, veja: "Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: VII - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)".

QUESTÃO 28. Responde(m) objetivamente, no caso de danos causados a particulares que não tenham vínculo jurídico especial com a Administração Pública,

a) O servidor que agir com dolo ou culpa, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

b) O agente público ocupante de cargo ou função de chefia, em razão de omissão de seu subordinado.

c) O ente federado, pelos atos e omissões praticados por seus servidores, após demonstração de nexo de causalidade e, ao menos, de culpa por parte do agente público causador do dano.

d) A autarquia, por acidente ocorrido com administrado na porta elétrica de acesso às dependências da entidade, em decorrência de falha de manutenção do equipamento.

e) As concessionárias de serviço público, em caráter integral e exclusivo, em razão da delegação de serviço público contratual operada.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata da responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta, pois a responsabilidade do Estado é objetiva, cabendo aos órgãos públicos e demais entes estatais reparar os danos que seus agentes causarem no exercício da função. Vejamos o que ensina José dos Santos Carvalho Filho sobre o tema: "Na primeira parte do dispositivo, a Constituição regula a relação jurídica entre o Estado e o lesado, sendo aquele considerado civilmente responsável por danos causados a este. O fundamento jurídico dessa relação, como temos visto, reside na responsabilidade objetiva do Estado, dispensada a prova da culpa pelo prejudicado. A parte final do texto, no entanto, faz menção à relação jurídica pertinente ao direito de regresso, dela fazendo parte o Estado e seu agente. Ao dizer que o Estado pode exercer seu direito de regresso contra o agente responsável nos casos de culpa ou dolo, a Constituição vinculou as partes à teoria da responsabilidade subjetiva ou com culpa." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta, pois, conforme supracitado, a responsabilidade do Estado, no caso em comento, será objetiva com eventual direito de regresso ao servidor. Sobre este direito, Rafael Carvalho Rezende Oliveira esclarece: "De qualquer forma, o Estado, após indenizar a vítima, tem o dever de cobrar, regressivamente, o valor desembolsado perante o respectivo agente público, causador efetivo do dano, que agiu com dolo ou culpa. O direito de regresso do Estado em face do agente público surge com o efetivo pagamento da indenização à vítima. Não basta, portanto, o trânsito em julgado da sentença que condena o Estado na ação indenizatória, pois o interesse jurídico na propositura da ação regressiva depende do efetivo desfalque nos cofres públicos. A propositura da ação regressiva antes do pagamento poderia ensejar enriquecimento sem causa do Estado. A cobrança regressiva em face do agente público deve ocorrer, inicialmente, na esfera administrativa. No caso de acordo administrativo, o agente providenciará o ressarcimento aos cofres públicos. Ausente o acordo, o Poder Público deverá propor a ação regressiva em face do agente público culpado." (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa C está incorreta, pois, nesse caso, a responsabilidade do ente ocorrerá de forma objetiva e independente de culpa; vejamos o que ensina José dos Santos Carvalho Filho: "A marca característica da responsabilidade objetiva é a desnecessidade de o lesado pela conduta estatal provar a existência da culpa do agente ou do serviço. O fator culpa, então, fica desconsiderado como pressuposto da responsabilidade objetiva." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está correta, pois as autarquias sujeitam-se à responsabilidade civil objetiva, consoante art. 37, §6º da CRFB, veja: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...) § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

A alternativa E está incorreta, pois a responsabilidade das concessionárias será objetiva, de forma que as empresas prestam o serviço por sua conta e risco; mas o Estado responde por eventuais danos causados pelas concessionárias de forma subsidiária. Vejamos a lição de José dos Santos Carvalho Filho: "Em todos esses casos, a responsabilidade primária deve ser atribuída à pessoa jurídica a que pertence o agente autor do dano. Mas, embora não se possa atribuir responsabilidade direta ao Estado, o certo é que também não será lícito eximi-lo inteiramente das consequências do ato lesivo. Sua

responsabilidade, porém, será subsidiária, ou seja, somente nascerá quando o responsável primário não mais tiver forças para cumprir a sua obrigação de reparar o dano." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 29. Considere que Maria prestou concurso público para provimento de um dos 50 cargos de oficial administrativo da Secretaria de Administração de determinado Município e foi classificada em 65º lugar. Passado mais de um ano desde a homologação do resultado do concurso que tem validade de dois anos, e nomeados e empossados 55 dos aprovados, observada a ordem de classificação, Maria ingressou com ação judicial para exigir sua nomeação. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, Maria

a) Não tem direito subjetivo à posse, mas apenas à nomeação, porque aprovada fora do número de vagas previstas no edital, ficando, pois, o início do exercício sob condição suspensiva, qual seja, a disponibilidade orçamentário-financeira.

b) Tem direito subjetivo à nomeação caso demonstre a existência de recursos financeiros para fazer frente ao incremento das despesas de pessoal.

c) Tem direito subjetivo à nomeação, tendo em vista que a Administração Pública já nomeou candidatos aprovados fora do número de vagas abertas no edital do concurso, ressalvada a existência de recursos orçamentários.

d) Tem direito subjetivo à nomeação, ainda que superado o número de vagas do edital, desde que ajuizada a ação antes de decorrido o prazo de validade do concurso.

e) Não faz jus à pretensão, tendo em vista que o direito subjetivo à nomeação está limitado ao número de vagas previstas no edital, para as quais deve haver previsão orçamentário-financeira por parte do ente público.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do direito subjetivo à nomeação decorrente de concurso público.

A alternativa A está incorreta, pois não há tal direito consoante Tese fixada no Tema 784 do STF, que versa sobre o direito subjetivo à nomeação: "(...) Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."

A alternativa B está incorreta, pois não há tal direito, consoante Tese fixada no Tema 784 do STF, que versa sobre o direito subjetivo à nomeação: "(...) Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a

validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."

A alternativa C está incorreta, pois não há tal direito, consoante Tese fixada no Tema 784 do STF, que versa sobre o direito subjetivo à nomeação: "(...) Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."

A alternativa D está incorreta, pois o número de vagas do edital é um dos requisitos para tal pleito; veja trecho da Tese fixada no Tema 784 do STF, que versa sobre o direito subjetivo à nomeação: "(...) Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."

A alternativa E está correta, pois conforme Tese fixada no Tema 784 do STF, que versa sobre o direito subjetivo à nomeação, Maria não faz jus à pretensão, vejamos: "(...) Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."

QUESTÃO 30. A ampliação de um modal de transporte por determinado ente público implicará a necessidade de desapropriação de áreas ao longo da extensão do trajeto. Em determinado trecho, há sobreposição do perímetro projetado para as obras de ampliação da rodovia com ocupação irregular de famílias de baixa renda, o que, nos termos do que dispõe o Decreto-lei nº 3.365/1941, implicará

a) A realização de cadastro dos ocupantes pelo ente expropriante, aos quais será devida a indenização das benfeitorias e da terra nua, dada a caracterização de usucapião da área ocupada irregularmente.

b) O ajuizamento de ação para desobstrução da área, combinada com a propositura da ação de desapropriação, no bojo da qual será efetuada a oferta pela integralidade do imóvel, cabendo aos ocupantes habilitarem-se no juízo para recebimento dos respectivos créditos.

c) A necessidade de autorização legislativa para edição do decreto de declaração de utilidade pública, em razão do impacto social decorrente da expropriação, cabendo ao ato normativo estabelecer medidas de compensação financeira em favor dos proprietários de baixa renda.

d) Providências de caráter mitigatório dos impactos da expropriação, cabendo ao ente expropriante ofertar, aos ocupantes incluídos em cadastro próprio, exemplificativamente, solução habitacional alternativa ou indenização pelas benfeitorias constatadas no local.

e) A obrigação de prévia e justa indenização aos proprietários do trecho irregularmente ocupado, sendo imperiosa a via judicial para o depósito da oferta, a fim de aferir eventual colidência com direito dominial dos ocupantes.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata do Decreto-lei nº 3.365/1941.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a situação em comento implicará em providências de caráter mitigatório dos impactos da expropriação, consoante Decreto-lei nº 3.365/1941, veja: "Art. 4º-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023)".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, a situação em comento implicará em providências de caráter mitigatório dos impactos da expropriação, consoante Decreto-lei nº 3.365/1941, veja: "Art. 4º-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023)".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que a situação em comento implicará em providências de caráter mitigatório dos impactos da expropriação, consoante Decreto-lei nº 3.365/1941, veja: "Art. 4º-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023)".

A alternativa D está correta, pois é o que determina o Decreto-lei nº 3.365/1941, veja: "Art. 4º-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023) § 1º As medidas compensatórias a que se refere o caput incluem a realocação de famílias em outra unidade habitacional, a indenização de benfeitorias ou a compensação financeira suficiente para assegurar o restabelecimento da família em outro local, exigindo-se, para este fim, o prévio cadastramento dos ocupantes. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023) § 2º Poderá ser equiparada à família ou à pessoa de baixa renda aquela ocupante da área que, por sua situação fática específica, apresente condição de vulnerabilidade, conforme definido pelo expropriante."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que a situação em comento resultará nas providências previstas no Decreto-lei nº 3.365/1941, veja: "Art. 4º-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023) § 1º As medidas compensatórias a que se refere o caput incluem

a realocação de famílias em outra unidade habitacional, a indenização de benfeitorias ou a compensação financeira suficiente para assegurar o restabelecimento da família em outro local, exigindo-se, para este fim, o prévio cadastramento dos ocupantes. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023) § 2º Poderá ser equiparada à família ou à pessoa de baixa renda aquela ocupante da área que, por sua situação fática específica, apresente condição de vulnerabilidade, conforme definido pelo expropriante. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023)".

QUESTÃO 31. A propósito dos meios alternativos de solução de controvérsias em matéria de concessão de serviços públicos, a Administração Pública

a) Deve submeter-se à arbitragem, mediante subscrição de compromisso arbitral, independentemente de prévia estipulação legal ou contratual nesse sentido, desde que se mostre medida célere para o encerramento do eventual conflito entre as partes, em prol do princípio da continuidade do serviço público.

b) Pode valer-se da arbitragem, no que concerne a conflitos relativos a aspectos patrimoniais disponíveis, na hipótese de ter constado cláusula compromissória do edital de licitação e decorrente contrato de concessão de serviço público.

c) Pode dispensar o regime de precatórios, após a conclusão do procedimento de arbitragem, tendo havido consenso entre as partes, procedendo-se ao pagamento dos valores acordados, quando em desfavor do ente público, diretamente à contratada.

d) Pode aplicar a arbitragem por equidade nos casos de conflitos decorrentes de contratos celebrados por meio de licitações internacionais, com vistas à aplicação de solução que melhor se aproxime da disciplina jurídica das jurisdições das partes, poder concedente e concessionária.

e) Deve propor a instauração de arbitragem somente após trâmite de processo de conciliação e mediação, tendo em vista que referida instauração ensejará a derrogação do regime jurídico de direito público e, como tal, somente pode ter lugar em caráter excepcional.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata dos meios alternativos de solução de controvérsias em matéria de concessão de serviços públicos.

A alternativa A está incorreta, pois a submissão à arbitragem é uma faculdade. Veja o que dispõe a Lei 14.133 sobre o tema: "Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem. Parágrafo único. Será aplicado o disposto no caput deste artigo às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações."

A alternativa B está correta, pois é o que determina o art. 151 da Lei 14.133/21, veja: "Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

Parágrafo único. Será aplicado o disposto no caput deste artigo às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações."

A alternativa C está incorreta, pois não há tal previsão na Lei.

A alternativa D está incorreta, pois a arbitragem envolvendo a Administração Pública deve se pautar pelo direito, não sendo permitida a aplicação da arbitragem por equidade; veja o que determina a Lei 14.133/21: "Art. 152. A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade."

A alternativa E está incorreta, pois a referida Lei não faz tal predileção, vejamos: "Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem. Parágrafo único. Será aplicado o disposto no caput deste artigo às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações."

QUESTÃO 32. A Lei nº 13.655/2018 introduziu dispositivos na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, para disciplinar que a decisão administrativa de invalidação de "ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa" deve indicar as consequências jurídicas e administrativas advindas daquela decisão, assim como, "se o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais", vedando a imposição de ônus ou perdas anormais ou excessivos, de acordo com as peculiaridades do caso. Considerando as disposições legais mencionadas, no que se refere à anulação e revogação de atos administrativos, a alteração legislativa

a) Restringiu a esfera de discricionariedade da Administração Pública no reexame dos atos dessa natureza, que passam a suscitar revogação apenas diante da presença de vícios de competência, forma e finalidade, precedida da dosimetria de impacto sobre as consequências da invalidação.

b) Confere efetividade ao princípio da segurança jurídica, abrangendo os fatos e fundamentos jurídicos da decisão, além de refletir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no que se refere aos efeitos dela.

c) Reduziu a diferença entre as duas espécies de invalidação de atos, deslocando a análise para os eixos de motivação, consequências jurídicas, sanções e efeitos.

d) Promoveu alteração nos critérios de revisão dos atos administrativos, impondo condição resolutiva às decisões de anulação.

e) Passou a exigir a modulação dos efeitos das decisões invalidatórias, sob pena de nulidade destas e possibilidade de submissão a controle de legalidade.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata das inovações introduzidas pela Lei nº 13.655/2018.

A alternativa A está incorreta, pois não houve tal restrição. A referida Lei buscou trazer maior segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público: "Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos." Nas palavras de Gabriel Rocha da Graça, do Estratégia Concursos: "A princípio, Estrategista, o legislador – ao inserir os dispositivos que tratam do direito público na LINDB – buscou dar maior segurança jurídica e eficiência no fomento e criação desse ramo do direito." (GRAÇA, Gabriel Rocha da. LINDB para TJ-RN: normas gerais de direito público. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lindb-tj-rn-direito-publico. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

A alternativa B está correta, tendo em vista que a referida Lei traz disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Nas palavras de Gabriel Rocha da Graça, do Estratégia Concursos: "A princípio, Estrategista, o legislador – ao inserir os dispositivos que tratam do direito público na LINDB – buscou dar maior segurança jurídica e eficiência no fomento e criação desse ramo do direito. (...) Nas esferas administrativa, controladora e judicial: não se decide com base em valores jurídicos abstratos, sem a consideração das consequências práticas da decisão. Por conseguinte, levando-se em consideração as consequências práticas (concretas), pode-se decidir com fundamento em valores jurídicos abstratos;". (GRAÇA, Gabriel Rocha da. LINDB para TJ-RN: normas gerais de direito público. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lindb-tj-rn-direito-publico. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

A alternativa C está incorreta, pois não houve tal alteração. A referida Lei buscou trazer maior segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Nas palavras de Gabriel Rocha da Graça, do Estratégia Concursos: "A princípio, Estrategista, o legislador – ao inserir os dispositivos que tratam do direito público na LINDB – buscou dar maior segurança jurídica e eficiência no fomento e criação desse ramo do direito." (GRAÇA, Gabriel Rocha da. LINDB para TJ-RN: normas gerais de direito público. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lindb-tj-rn-direito-publico. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

A alternativa D está incorreta, pois não houve tal alteração. A referida Lei buscou trazer maior segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Nas palavras de Gabriel Rocha da Graça, do Estratégia Concursos: "A princípio, Estrategista, o legislador – ao inserir os dispositivos que tratam do direito público na LINDB – buscou dar maior segurança jurídica e eficiência no fomento e criação desse ramo do direito." (GRAÇA, Gabriel Rocha da. LINDB para TJ-RN: normas gerais de direito público. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lindb-tj-rn-direito-publico. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

A alternativa E está incorreta, pois não houve tal alteração. A referida Lei buscou trazer maior segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Nas palavras de Gabriel Rocha da Graça, do Estratégia Concursos: "A princípio, Estrategista, o legislador – ao inserir os dispositivos que tratam do direito público na LINDB – buscou dar maior segurança jurídica e eficiência no fomento e criação desse ramo do direito." (GRAÇA, Gabriel Rocha da. LINDB para TJ-RN: normas gerais de direito público.

Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lindb-tj-rn-direito-publico. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

QUESTÃO 33. João é domiciliado em Recife, mas tem a posse de imóvel situado em Olinda, o qual foi invadido por Pedro, domiciliado em Jaboatão dos Guararapes. De acordo com o Código de Processo Civil, se visar apenas à proteção possessória, João deverá propor a ação em

a) Olinda, cujo juízo tem competência absoluta.

b) Recife, Jaboatão dos Guararapes ou Olinda, cujos juízos têm competência relativa.

c) Olinda, cujo juízo tem competência relativa.

d) Jaboatão dos Guararapes, cujo juízo tem competência absoluta.

e) Jaboatão dos Guararapes ou Olinda, cujos juízos têm competência relativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das regras relativas à fixação de competência.

A alternativa A está correta. Independentemente de a ação possessória imobiliária ser considerada um direito real ou um direito pessoal, a legislação civil estabelece que ela deve ser proposta no foro de situação do imóvel (ou seja, no foro em que o imóvel está situado), e esse juízo possui competência absoluta. Isso está expresso no §2º do art. 47 do CPC: "A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta".

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 34. De acordo com o Código de Processo Civil, a desistência da ação

a) não obsta o prosseguimento do processo em relação à reconvenção.

b) independe, em qualquer caso, do consentimento do réu.

c) implica, quando homologada, extinção do processo com resolução de mérito.

d) produz efeitos independentemente de homologação judicial.

e) pode ser apresentada apenas até a contestação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das regras relativas à reconvenção.

A alternativa A está correta. Apesar de tramitar no mesmo processo, a reconvenção é considerada como uma ação autônoma, pois se trata de uma demanda proposta pelo réu (reconvinte) contra o autor (reconvindo), que realiza uma ampliação objetiva do processo (ou seja, produz o acréscimo de pedidos

ao processo). Por isso, a desistência da ação principal não impede o exame do mérito da reconvenção (art. 343, §2º, CPC).

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 35. De acordo com o Código de Processo Civil, a extinção do processo por abandono

a) verifica-se quando a causa permanece paralisada, por pelo menos 90 dias, em razão de fato imputável à parte ou à demora no cumprimento das decisões judiciais.

b) impede que o autor alegue em defesa a matéria que foi objeto da ação.

c) deve ser precedida de intimação pessoal para suprimento da falta, no prazo de 5 dias.

d) independente, em qualquer caso, de requerimento do réu, tratando-se de matéria cognoscível de ofício.

e) acarreta a extinção do processo com resolução de mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da extinção do processo por abandono da causa. A alternativa C está correta. A extinção do processo por abandono da causa está prevista no art. 485, III, do CPC, e consiste em uma situação na qual o autor abandona a causa por mais de 30 dias, não promovendo os atos e as diligências que lhe incumbiam. Nesse caso, a legislação exige que, para que possa ocorrer a extinção do processo, o autor seja intimado pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 dias (art. 485, §1º, CPC).

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 36. Carlos é casado com Lígia no regime da comunhão parcial de bens e adquiriu um imóvel cuja propriedade é reivindicada por Leila, casada com Orlando no regime da separação absoluta de bens. De acordo com o Código de Processo Civil, para propor ação real imobiliária, Leila

a) não necessita do consentimento de Orlando, mas deve formar o polo passivo com Carlos e Lígia, em litisconsórcio passivo necessário.

b) necessita do consentimento de Orlando e precisará formar o polo passivo com Carlos e Lígia apenas se o imóvel se tratar de bem comum.

c) necessita do consentimento de Orlando, mas pode optar, na formação do polo passivo, por demandar isoladamente Carlos ou Ligia, cujo litisconsórcio é facultativo.

d) necessita do consentimento de Orlando e deve formar o polo passivo com Carlos e Lígia, em litisconsórcio passivo necessário.

e) não necessita do consentimento de Orlando e pode optar, na formação do polo passivo, por demandar isoladamente Carlos ou Lígia, cujo litisconsórcio é facultativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da capacidade processual.

A alternativa A está correta. Para propor a ação, Leila não necessita do consentimento de seu cônjuge, tendo em vista que ela é casada pelo regime da separação absoluta de bens e, portanto, se encaixa na exceção prevista no *caput* do art. 73. Por outro lado, quanto ao polo passivo, pelo fato de a ação envolver direito real imobiliário, ela deverá, obrigatoriamente, citar os cônjuges Carlos e Lígia, pois eles são casados em comunhão parcial de bens e, nessa situação, a legislação exige o litisconsórcio passivo necessário de ambos (art. 73, §1º, I, CPC).

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 37. Rogério vendeu e entregou a Roberto um bem móvel cuja propriedade pertence a Lenice. Esta, ao saber da venda, acionou judicialmente Roberto reivindicando o bem. De acordo com o Código de Processo Civil, Roberto poderá promover

a) a denunciação da lide a Rogério, a qual deverá ser apreciada ainda que o denunciante seja vencedor na ação principal.

b) o chamamento ao processo, devendo promover a citação de Rogério, para integrar o polo passivo na qualidade de litisconsorte, no prazo de 15 dias.

c) a denunciação da lide a Rogério, requerendo sua citação na contestação.

d) apenas ação autônoma para exercício de direito de regresso, não podendo se valer das modalidades de intervenção de terceiros.

e) o chamamento ao processo, devendo promover a citação de Rogério, para integrar o polo passivo na qualidade de litisconsorte, no prazo de 90 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da denunciação à lide. A alternativa C está correta. O caso narrado se amolda perfeitamente à hipótese de evicção, que consiste, em suma, em uma garantia que prevê àquele que adquirir de outrem a propriedade ou a posse de um bem o direito de receber, do alienante, perdas e danos na eventualidade de que ele venha a perder sua posse ou sua propriedade judicialmente. Essa hipótese está expressamente prevista na legislação como uma das situações autorizadoras da denunciação à lide, que, nesse caso, pode ser promovida por Roberto em desfavor de Rogério (art. 125, I, CPC).

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 38. De acordo com o Código de Processo Civil, o valor da causa será

a) dispensado, se a causa não tiver conteúdo econômico imediatamente aferível.

b) corrigido de ofício e por arbitramento quando o juiz verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor.

c) impugnado pelo réu em incidente autônomo, distribuído por dependência ao processo principal.

d) o valor do pedido principal, na ação em que houver pedidos alternativos.

e) a quantia correspondente à somatória do pedido principal com o subsídio nas ações em que este for formulado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das regras relativas ao valor da causa.

A alternativa A está incorreta. Mesmo que a causa não tenha um conteúdo econômico imediatamente aferível, ela ainda deverá receber um valor certo (art. 291, CPC).

A alternativa B está correta. Nas hipóteses em que o autor indicar um valor da causa que não seja correspondente à realidade, o juiz irá, de ofício e por arbitramento, corrigir o respectivo valor e determinar que ele realize o recolhimento das custas correspondentes (art. 292, §3º, CPC).

A alternativa C está incorreta. A impugnação do valor da causa deve ser feita em preliminar de contestação (art. 337, IV, CPC) e, portanto, deve tramitar nos mesmos autos, sendo certo que ela será julgada antes da decisão definitiva a respeito do mérito da ação. Não há a instauração de um incidente apartado ao processo principal.

A alternativa D está incorreta. Na verdade, na situação em que houver pedidos alternativos formulados dentro de um mesmo processo, o valor da causa irá corresponder ao pedido de maior valor (art. 292, VII, CPC).

A alternativa E está incorreta. Apesar de a banca ter usado a palavra “subsídio”, acreditamos que se tratou de um erro na elaboração da questão, pois, na verdade, a palavra adequada seria “subsidiário”. De todo modo, a alternativa permanece incorreta, pois, quando houver a formulação de um pedido subsidiário em um determinado processo, o valor da causa corresponderá ao valor do pedido principal (art. 292, VIII, CPC).

QUESTÃO 39. De acordo com o Código de Processo Civil, os honorários advocatícios

a) serão devidos sempre pelo autor, nos casos de perda do objeto.

b) não serão devidos quando o advogado atuar em causa própria.

c) serão fixados, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, entre dez e vinte por cento, independentemente do valor da condenação ou do proveito econômico obtido.

d) não são devidos na reconvenção.

e) constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos honorários advocatícios.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, ocorrendo a perda do objeto de uma determinada ação, os honorários serão devidos por aquele que deu causa ao processo (art. 85, §10, CPC), ou seja, não serão sempre devidos por parte do autor.

A alternativa B está incorreta. Mesmo que o advogado atue em causa própria, os honorários advocatícios, que são verbas de natureza alimentar, ainda serão devidos a ele (art. 85, §17, CPC).

A alternativa C está incorreta. Para as situações em que a Fazenda Pública for parte, os honorários advocatícios deverão ser fixados em percentuais que variam de acordo com o valor da condenação ou do proveito econômico obtido (art. 85, §3º, CPC). Portanto, eles não permanecerão sempre no patamar de 10% a 20%, ao contrário do que ocorre com as demais ações.

A alternativa D está incorreta. A reconvenção é uma ação autônoma que tramita nos mesmos autos, razão pela qual os honorários advocatícios também deverão ser fixados no julgamento da reconvenção (art. 85, §1º, CPC).

A alternativa E está correta. O CPC é expresso ao afirmar que os honorários advocatícios, que são créditos pertencentes ao próprio advogado, têm natureza alimentar e, mais ainda, têm os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo absolutamente vedada a sua compensação na hipótese de sucumbência parcial (art. 85, §14, CPC).

QUESTÃO 40. Considere as proposições abaixo, acerca dos embargos de terceiro:

I. Os embargos de terceiros podem ser opostos pelo terceiro possuidor ou pelo proprietário, incluindo o fiduciário.

II. Considera-se terceiro aquele que sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica de cujo incidente não fez parte.

III. Não cabem embargos de terceiro na fase de conhecimento.

IV. A citação do embargado será pessoal, ainda que tenha procurador constituído nos autos da ação principal.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III.

b) I e IV.

c) I e II.

d) II e III.

e) III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois apenas os itens I e II estão corretos. A questão trata dos embargos de terceiro.

O item I está correto. Quanto à legitimidade ativa para a propositura dos embargos de terceiro, o CPC é claro ao afirmar que ela pertence ao terceiro que seja proprietário do bem em questão, inclusive fiduciário, ou possuidor (art. 674, §1º, CPC), razão pela qual o item está correto.

O item II está correto. A legislação estabelece algumas hipóteses nas quais uma determinada pessoa poderá ser considerada como "terceiro", para fins de ajuizamento dos embargos. Uma dessas hipóteses é, justamente, a situação em que a pessoa sofre uma constrição judicial de algum bem seu (por exemplo, uma penhora) por força de decisão proferida em um incidente de desconsideração da personalidade jurídica do qual não participou (art. 674, §2º, III, CPC).

O item III está incorreto. Na verdade, os embargos de terceiro podem ser utilizados tanto na fase de conhecimento quanto no cumprimento de sentença ou no processo de execução (art. 675, CPC).

O item IV está incorreto. A citação do embargado somente será realizada de forma pessoal se ele não tiver procurador constituído nos autos da ação principal (art. 677, §3º, CPC).

QUESTÃO 41. De acordo com o Código de Processo Civil, em ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação em prestações sucessivas,

a) as prestações vincendas estão incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, ao contrário do que se dá com os juros legais, com a correção monetária e com as verbas de sucumbência, os quais devem ser objeto de pedido expresso, sob pena de preclusão.

b) o autor deve requerer expressamente a condenação do réu ao pagamento das prestações vincendas, ao contrário do que se dá com os juros legais, com a correção monetária e com as verbas de sucumbência, os quais estão compreendidos no principal.

c) o autor deve requerer expressamente a condenação do réu ao pagamento das prestações vincendas, dos juros legais, da correção monetária e das verbas de sucumbência, sob pena de preclusão.

d) as prestações vincendas estão incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, assim como no principal se compreendem os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência.

e) as prestações não vencidas quando do ajuizamento da ação devem ser objeto de ação autônoma, tendo em vista não se admitir pedido incerto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos pedidos das ações que tratarem de prestações sucessivas. A alternativa D está correta. De fato, quando o autor promover uma ação que vise condenar o réu ao cumprimento de uma obrigação que possua prestações sucessivas, essas prestações serão consideradas incluídas no pedido e serão incluídas na condenação, independentemente de qualquer pedido expresso por parte do autor a respeito disso (art. 323, CPC). Além disso, no pedido sempre serão compreendidos os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, que são tratados como pedidos implícitos pela legislação processual civil (art. 322, §1º, CPC).

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 42. Bruno ajuizou ação contra Aldo reivindicando imóvel que este alienou, no curso do processo, para Bento. De acordo com o Código de Processo Civil, esta alienação

a) autoriza que Bento suceda Aldo, independentemente da concordância de Bruno.

b) altera a legitimidade das partes, com a formação de litisconsórcio passivo entre Aldo e Bruno.

c) não altera a legitimidade das partes nem permite a intervenção do adquirente como assistente litisconsorcial.

d) não altera a legitimidade das partes, mas permite que Bento intervenha no processo como assistente litisconsorcial de Aldo.

e) altera a legitimidade das partes, com a substituição de Aldo por Bento no polo passivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da alienação de bem litigioso.

A alternativa D está correta. O mero fato de Aldo ter, durante o curso do processo judicial, alienado para Bento o bem que estava sendo discutido no processo não promove a alteração da legitimidade das partes, de modo que Aldo continuará sendo o sujeito passivo da ação movida por Bruno (art. 109, *caput*, CPC). Todavia, a legislação admite que o adquirente do bem, Bento, intervenha no processo como assistente litisconsorcial do alienante, independentemente da concordância da parte contrária (art. 109, §2º, CPC).

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 43. Celso invadiu imóvel de Fernanda e esta, dentro de ano e dia, ajuizou ação de manutenção de posse, provando, com documentos, a existência da posse e a ocorrência do

esbulho. De acordo com o Código de Processo Civil, julgando estar devidamente instruída a petição inicial, o juiz

a) designará audiência de justificação prévia, para a qual Celso não precisará ser citado.

b) deferirá, sem ouvir Celso, a expedição de mandado de reintegração.

c) determinará a citação de Celso, e, após a contestação, deferirá a expedição de mandado de manutenção de posse.

d) determinará que Fernanda, no prazo de 15 dias, emende a petição inicial, alterando o pedido para o de reintegração de posse.

e) indeferirá de plano a petição inicial, tendo em vista que, com a ocorrência do esbulho, seria cabível não a manutenção, mas a reintegração de posse.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das ações possessórias.

A alternativa A está incorreta. Como será comentado na alternativa B, a audiência de justificação prévia está prevista na legislação para as hipóteses em que o conjunto probatório apresentado junto à petição inicial não está adequado e, portanto, não é capaz de fundamentar a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse (art. 562, CPC). Se essa audiência for realizada, o réu deverá obrigatoriamente ser citado para participar dela.

A alternativa B está correta. Pelo fato de Fernanda ter se utilizado da ação possessória dentro de ano e dia da data do esbulho, ela poderá se valer do rito específico das ações possessórias, que está previsto nos arts. 560 a 566 do CPC (caso contrário, ela teria de promover a ação pelo procedimento comum). Nesse caso, de acordo com a legislação, se o magistrado, ao analisar a petição inicial, entender que ela está devidamente instruída, ele poderá expedir o mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse, que será cumprido antes de qualquer manifestação por parte do réu (art. 562, CPC).

A alternativa C está incorreta. Como comentado na alternativa B, estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz não precisará determinar a citação de Celso antes de expedir o mandado de manutenção ou de reintegração de posse (art. 562, CPC).

A alternativa D está incorreta. De fato, considerando que Fernanda foi esbulhada da sua posse, ela deveria ter ajuizado uma ação de reintegração de posse (a ação de manutenção de posse é reservada para as hipóteses de turbação). Todavia, esse erro formal não impede que o juiz conheça da ação incorreta como se efetivamente fosse a correta, pois a legislação expressamente prevê a fungibilidade das ações possessórias (art. 554, CPC).

A alternativa E está incorreta. Como comentado na alternativa D, a fungibilidade existente entre as ações possessórias permite que o magistrado analise a ação proposta por Fernanda e conceda a ela a proteção legal correspondente à ação de reintegração de posse (art. 554, CPC).

QUESTÃO 44. De acordo com o Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença

a) pode se dar a título provisório, correndo, neste caso, por iniciativa e responsabilidade do exequente, que se obriga, em caso de reforma da sentença, a reparar os danos que o executado houver sofrido.

b) é iniciado de ofício, após publicação da sentença.

c) pode ser promovido em face do fiador, do coobrigado e do corresponsável, ainda que não tenham participado da fase de conhecimento.

d) é iniciado de ofício, após certificação do trânsito em julgado.

e) será efetuado perante o juízo criminal, quando se tratar de sentença penal condenatória que tenha fixado dever de indenizar e arbitrado o valor mínimo da indenização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do cumprimento de sentença. A alternativa A está correta. De fato, a legislação autoriza que o cumprimento de sentença seja realizado a título provisório quando a sentença for impugnada por um recurso desprovido de efeito suspensivo. Nesses casos, o cumprimento irá tramitar por iniciativa e responsabilidade do credor exequente, que, na eventualidade de reforma da sentença, estará obrigado a reparar todos os danos que tenham sido sofridos pelo executado em decorrência do cumprimento provisório (art. 520, I, CPC).

A alternativa B está incorreta. Não é possível afirmar que o cumprimento de sentença sempre se inicia de ofício, pois, por exemplo, nas obrigações de pagar quantia certa, a legislação exige o requerimento do exequente, como se vê da leitura do art. 513, §1º, CPC: "O cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á a requerimento do exequente".

A alternativa C está incorreta. Na verdade, o CPC estabelece exatamente o contrário. Veja o que diz o seu art. 513, §5º: "O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento".

A alternativa D está incorreta. As questões relativas à legitimidade para iniciar o cumprimento de sentença foram tratadas nos comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. A sentença penal condenatória deverá ser executada no juízo cível, por expressa disposição do CPC: "Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante: [...] III - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo".

QUESTÃO 45. De acordo com o Código de Processo Civil, a apelação

a) recebe duplo juízo de admissibilidade, em primeiro e segundo graus.

b) tem efeito suspensivo, mas não obsta, via de regra, que comece a produzir efeitos, imediatamente após sua publicação, a sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória.

c) é apreciada e julgada sempre de maneira colegiada.

d) deve ser interposta por petição dirigida diretamente ao tribunal competente para seu julgamento.

e) não comporta recurso adesivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da apelação.

A alternativa A está incorreta. Na sistemática atualmente estabelecida pelo CPC, a apelação não conta com duplo juízo de admissibilidade. Ela deve ser apresentada perante o magistrado prolator da decisão recorrida, mas, após a apresentação das contrarrazões por parte do recorrido, ela será imediatamente remetida ao Tribunal, sem a realização de qualquer juízo de admissibilidade (que somente será feito pelo Tribunal), conforme estabelece o art. 1.010, §3º, do CPC.

A alternativa B está correta. A apelação é um dos poucos recursos previstos na legislação processual civil que, como regra, possui efeito suspensivo (art. 1.012, *caput*, CPC). Todavia, há certas situações nas quais a própria legislação afasta esse efeito, e uma dessas situações é a prolação de sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória (art. 1.012, §1º, V, CPC).

A alternativa C está incorreta. A apelação não será sempre julgada de maneira colegiada. A legislação autoriza que, em certas situações, o relator do recurso no Tribunal realize o julgamento monocrático (art. 1.011, I, c/c art. 932, ambos do CPC).

A alternativa D está incorreta. A apelação é um recurso que deve ser sempre interposto perante o juízo *a quo*, ou seja, perante o magistrado prolator da decisão recorrida, que ficará responsável por intimar o apelado para apresentar contrarrazões e, posteriormente, encaminhará o processo ao Tribunal (art. 1.010, CPC).

A alternativa E está incorreta. A apelação é um dos poucos recursos que, na sistemática atual da legislação processual civil, admite a utilização da técnica do recurso adesivo, o que significa dizer que, no prazo de contrarrazões, o apelado pode optar por interpor uma apelação adesiva (art. 1.010, §2º, CPC).

QUESTÃO 46. De acordo com o Código de Processo Civil, na execução para entrega de coisa certa,

a) o devedor será citado para satisfazer a obrigação ou depositar o equivalente em dinheiro, sob pena de multa de 10% sobre o valor estimado da obrigação.

b) pode o executado, em embargos à execução, alegar retenção apenas por benfeitorias necessárias.

c) constatada a perda ou deterioração da coisa, os prejuízos deverão ser apurados em ação autônoma, pelo procedimento comum.

d) alienada a coisa quando já litigiosa, o juiz ouvirá o terceiro adquirente e depois decidirá sobre sua entrega.

e) pode o executado, em embargos à execução, alegar retenção por benfeitorias necessárias ou úteis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata das regras relativas ao processo de execução para a entrega de coisa certa.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, de acordo com o CPC, na execução para a entrega de coisa certa, o devedor será citado para satisfazer a obrigação em 15 dias, sendo possível que o magistrado fixe multa por dia de atraso (art. 806, *caput* e §1º, CPC). Não há previsão de multa de 10% sobre o valor da obrigação, tampouco há a previsão de depósito do equivalente em dinheiro.

A alternativa B está incorreta. Nos procedimentos de execução para entrega de coisa certa, é possível que o executado alegue retenção por benfeitorias necessárias e úteis (ou seja, não é somente para as benfeitorias necessárias), conforme expressamente autoriza o art. 917, IV, do CPC.

A alternativa C está incorreta. Na hipótese de perda ou deterioração da coisa certa que deveria ser entregue, o exequente tem direito a receber o valor da coisa, além de perdas e danos, a título de reparação. Essa reparação deverá ter o seu montante apurado em liquidação (art. 809, *caput* e §2º, CPC), ou seja, não há necessidade de ajuizar uma ação autônoma pelo procedimento comum.

A alternativa D está incorreta. Se, no processo de execução para a entrega de coisa certa, for constatado que o bem em questão foi alienado para um terceiro quando já era litigioso, o juiz irá determinar a expedição de mandado para a entrega da coisa, e o terceiro somente poderá se manifestar no processo após depositar o bem em juízo (art. 808, CPC).

A alternativa E está correta. Como exposto nos comentários da alternativa B, a legislação permite que, nessas situações, o executado alegue retenção por benfeitorias necessárias e úteis (art. 917, IV, CPC), o que torna o item correto.

QUESTÃO 47. Em relação à prova testemunhal, dispõe o Código de Processo Civil que

a) o juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.

b) a inquirição das testemunhas é realizada sempre por intermédio do juiz, que não admitirá perguntas diretas ou que possam induzir a resposta.

c) a intimação das testemunhas deve ser realizada, via de regra, por carta precatória ou mandado, conforme residam ou não na comarca em que tramita o processo.

d) a parte pode requerer a substituição imotivada da testemunha, desde que o faça no prazo de 15 dias da decisão saneadora.

e) o juiz inquirirá primeiro as testemunhas do autor e depois as do réu, não podendo alterar esta ordem, ainda que a pedido ou com a concordância das partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das regras relativas à produção da prova testemunhal. A alternativa A está correta. Essa alternativa se coaduna perfeitamente ao §1º do art. 459 do CPC, que permite ao juiz a faculdade de inquirir a testemunha antes ou depois da inquirição realizada pelas partes.

A alternativa B está incorreta. Na verdade, as testemunhas são inquiridas diretamente pelas próprias partes (ou seja, pelos seus advogados), que formularão as perguntas de modo direto a cada testemunha, como prevê o art. 459 do CPC.

A alternativa C está incorreta. Como regra geral, a intimação das testemunhas deve ser feita pelos advogados das próprias partes, que têm a incumbência de informar a elas o dia, a hora e o local da audiência designada, independentemente de qualquer intimação por parte do Poder Judiciário (art. 455, *caput*, CPC).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, uma vez apresentado o rol de testemunhas, a legislação estabelece apenas algumas situações muito específicas nas quais uma determinada testemunha pode ser substituída, e todas essas situações estão expostas nos incisos do art. 451 do CPC, não havendo previsão de substituição imotivada.

A alternativa E está incorreta. Como regra geral, de fato, as testemunhas do autor serão ouvidas por primeiro, enquanto as testemunhas do réu serão ouvidas depois. Todavia, a legislação autoriza que essa ordem seja alterada pelo magistrado, desde que haja a concordância das partes (art. 456, parágrafo único, CPC).

QUESTÃO 48. De acordo com o Código Civil, a propriedade do solo abrange a do

a) subsolo correspondente, sem limite de profundidade, bem como a do espaço aéreo correspondente, em altura útil ao seu exercício.

b) espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício.

c) espaço aéreo correspondente, em altura útil ao seu exercício, mas não a do subsolo.

d) espaço aéreo e subsolo correspondentes, sem limite de altura ou profundidade.

e) subsolo correspondente, em profundidade útil ao seu exercício, mas não a do espaço aéreo correspondente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a propriedade do solo, especificamente, exigindo do candidato o conhecimento do Art. 1.229 do Código Civil.

A alternativa A está incorreta. O subsolo será aquele correspondente a profundidade úteis ao exército, nos termos o art. 1.229 do CC.

A alternativa B está correta. A alternativa está de acordo com o Art. 1.229 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Também abrange ao subsolo, conforme o art. 1.229 do CC.

A alternativa D está incorreta. O subsolo será aquele correspondente a profundidade úteis ao exército, nos termos o art. 1.229 do CC.

A alternativa E está incorreta. O espaço aéreo será aquele correspondente a profundidade úteis ao exército, nos termos o art. 1.229 do CC.

QUESTÃO 49. De acordo com as normas do Código Civil e as súmulas do Superior Tribunal de Justiça em matéria de fiança,

a) o fiador não pode opor as exceções extintivas da obrigação que competem ao devedor, salvo aquelas provenientes da incapacidade deste

b) o fiador, desde que solidário, não ficará desobrigado se o credor, sem o seu consentimento, conceder moratória ao devedor.

c) a obrigação do fiador não se transmite aos herdeiros, independentemente das forças da herança.

d) a obrigação do fiador não se transmite aos herdeiros, independentemente das forças da herança.

e) o benefício de ordem aproveita ao fiador mesmo que o devedor seja insolvente ou falido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre fiança, conforme o entendimento jurisprudencial da matéria. A alternativa D está correta. A mora se deu quando o fiador ainda estava vivo, de modo que persistia a garantia, e o posterior falecimento do devedor apenas transferiu a obrigação aos herdeiros, que devem arcar com a dívida até o limite da cota parte de cada um, relativamente ao patrimônio recebido do fiador falecido. Dessa forma, a obrigação do fiador não se transmite aos herdeiros, independentemente das forças da herança. Colacionamos a seguinte jurisprudência nesse sentido: "Fiança. Locação. Extinção da garantia. Morte do fiador. Responsabilidade dos herdeiros restrita aos débitos vencidos até o óbito. Aplicação do art. 1501 do Código de Processo Civil. - Diante do falecimento do fiador, transmitem-se aos herdeiros, que podem ser demandados dentro das forças da herança, as obrigações advindas da fiança, por elas respondendo até o momento daquela data. (Al 709.637-00/7 - 11ª Câm. Rel.Juiz Artur Marques - j. em 13.08.2001.)"

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 50. João agrediu Maria, de 16 anos, e seu filho Miguel, de 2 anos. Quatro anos depois, Maria e Miguel ajuizaram ação indenizatória contra João. Considerando apenas o quanto enunciado e o que dispõe o Código Civil, a pretensão:

a) Prescreveu tanto para Maria quanto para Miguel, pois a prescrição corre contra os relativas e contra os absolutamente incapazes e o prazo, de 3 anos, se ultimou para ambos.

b) Não prescreveu nem para Maria nem para Miguel, pois embora a prescrição corra contra os absolutamente incapazes, o prazo de 5 anos não se ultimou.

c) Está prescrita para Maria mas não para Miguel, tendo em vista que a prescrição corre contra os relativamente capazes mas não contra os absolutamente incapazes, e o prazo, de 3 anos, se ultimou para ela.

d) Não prescreveu nem para Maria nem para Miguel; no caso dele, porque a prescrição não corre contra os absolutamente incapazes, e, no dela, porque, embora sujeita à prescrição, o prazo, de 5 anos, não se ultimou.

e) Não prescreveu nem para Maria nem para Miguel, pois, independentemente do prazo, a prescrição não corre contra os relativas e contra os absolutamente incapazes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre prescrição. A alternativa C está correta. Não corre prescrição contra os absolutamente incapazes, conforme o teor do art. 198, I do CC. Em relação a Maria, em se tratando de pretensão de reparação civil, prescreve em três anos, conforme assim determina o art. 206, §3º do CC.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa C.

QUESTÃO 51. Leonardo celebrou um contrato de empreitada com Renato, que se obrigou a construir um edifício, fornecendo os materiais e a mão de obra para a construção. Depois da celebração do contrato, mas antes do início da obra, o preço do material sofreu uma diminuição superior a 20% do preço global convencionado. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, o preço global convencionado

a) poderá ser revisto a pedido de Leonardo apenas se houver previsão contratual nesse sentido, caso em que o abatimento do preço global jamais poderá superar 5% do que fora originalmente convencionado.

b) não poderá ser revisto a pedido de Leonardo, salvo se no contrato houver cláusula autorizando a revisão do preço nessa hipótese, e desde que a redução do preço do material tenha decorrido de circunstâncias imprevisíveis.

c) poderá ser revisto a pedido de Leonardo, mesmo inexistindo previsão contratual expressa a respeito, caso em que o preço global será reduzido da metade do valor da diminuição do preço do material.

d) não poderá ser revisto a pedido de Leonardo, reputando-se nula de pleno direito eventual cláusula autorizando a revisão do preço global nessa hipótese.

e) poderá ser revisto a pedido de Leonardo, mesmo inexistindo previsão contratual expressa a respeito, para que se lhe assegure a diferença apurada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre revisão de contrato de empreitada. A alternativa E está correta. Em caso de diminuição no preço do material poderá este ser revisto, a pedido do dono da obra, para que se lhe assegure a diferença apurada, conforme assim prevê o art. 620 do CC. Não será necessário previsão contratual que estipule a hipótese de revisão, portanto.

As demais alternativas estão incorretas, de acordo com o comentário da alternativa E.

QUESTÃO 52. De acordo com disciplina do Código Civil acerca da posse,

a) ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias que realizar.

b) a posse transmite-se aos herdeiros, mas não aos legatários do possuidor.

c) a alegação de propriedade impede a manutenção de posse.

d) os atos de mera permissão induzem a posse.

e) a posse não pode ser adquirida por representante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre posse. A alternativa A está correta. Sendo possuidor de má-fé, somente as benfeitorias necessárias serão ressarcidas, nos termos do art. 1.220 do CC.

A alternativa B está incorreta. Também se transmite aos legatários do possuidor (art. 1.206, CC).

A alternativa C está incorreta. Ao contrário, algar propriedade não obsta à manutenção da posse, conforme o art. 1.210 do CC.

A alternativa D está incorreta. Não induzem posse os atos de mera permissão (art. 1.208, CC).

A alternativa E está incorreta. A posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante, nos termos do art. 1.205, I, CC.

QUESTÃO 53. João celebrou contrato com Paulo em que foi estabelecida cláusula penal para o caso de mora de qualquer das partes quanto ao desempenho da obrigação principal. De acordo com o Código Civil, se Paulo incorrer em mora injustificadamente, João terá o direito de exigir

a) o desempenho da obrigação principal cumulativamente com a satisfação da pena cominada, mas esta só será devida se houver demonstração de prejuízo.

b) o desempenho da obrigação principal cumulativamente com a satisfação da pena cominada, que será devida independentemente da demonstração de prejuízo.

c) a satisfação da pena cominada, independentemente da demonstração de prejuízo, mas não o desempenho da obrigação principal.

d) o desempenho da obrigação principal ou, alternativamente, a satisfação da pena cominada, que será devida independentemente da demonstração de prejuízo.

e) o desempenho da obrigação principal ou, alternativamente, a satisfação da pena cominada, mas esta só será devida se houver demonstração de prejuízo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata acerca da cláusula penal, especificamente em caso de mora injustificada. A alternativa B está correta. A resposta para esta questão encontra amparo no art. 411 do Código Civil: "Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal."

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 54. De acordo com disciplina do Código Civil acerca da cessão de crédito,

a) o cessionário de crédito hipotecário não tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel.

b) o cedente responde pela solvência do devedor, reputando-se nula eventual convenção em sentido contrário.

c) o devedor não poderá opor ao cessionário nenhuma exceção que tinha contra o cedente.

d) ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.

e) o cessionário somente poderá exercer os atos conservatórios do direito cedido depois de dar conhecimento da cessão ao devedor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre cessão de crédito.

A alternativa A está incorreta. O cessionário de crédito hipotecário tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel, nos termos do art. 289 do CC.

A alternativa B está incorreta. O cedente irá receber no limite do que daquele recebeu, conforme o art. 297 assim prevê.

A alternativa C está incorreta. O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, nos termos do art. 294 do CC.

A alternativa D está correta. Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido, assim prevê o art. 291 do CC.

A alternativa E está incorreta. Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido, conforme autoriza o art. 293 do CC.

QUESTÃO 55. Patrícia morreu deixando três filhas. Por ocasião da abertura do seu inventário, apurou-se que Patrícia havia feito um testamento por meio do qual constituía um legado de dois terços de todos os seus bens em favor da sua cuidadora, que não era herdeira necessária. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, a referida disposição testamentária é

a) ineficaz somente naquilo que exceder a metade da herança, devendo o legado ser reduzido a esse limite.

b) nula de pleno direito e não produz efeito nenhum, porque, havendo herdeiros necessários, Patrícia não poderia constituir legado em favor de terceiro.

c) plenamente eficaz, porque foi respeitada a fração da herança de que Patrícia poderia dispor em testamento.

d) plenamente eficaz, porque, atualmente, assiste ao testador o direito de dispor sobre a totalidade da sua herança, mesmo que possua herdeiros necessários.

e) nula de pleno direito e não produz efeito nenhum, porque desrespeitada a fração da herança de que Patrícia poderia dispor em testamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A alternativa A está correta. Nos termos do art. 1.846 do CC, Patrícia só poderia dispor livremente de até 50% de seus bens. Logo, deverá ocorrer a redução a este percentual.

A alternativa B está incorreta. A disposição testamentária não é nula, mas deve ser ajustada para respeitar a legítima, nos termos do art. 1.846 do CC.

A alternativa C está incorreta. Não é plenamente eficaz. Veja, o legado de dois terços excede a fração de 50% que Patrícia poderia dispor livremente, portanto, não foi respeitada a fração correta. Portanto, há de ocorrer a redução.

A alternativa D está incorreta. Não poderá dispor totalmente sobre sua herança. Há de se respeitar a limitação correspondendo a metade dos bens da herança (Art. 1.846).

A alternativa E está incorreta. A disposição testamentária não é nula de pleno direito, mas deve ser ajustada para respeitar a legítima dos herdeiros necessários, conforme assim determina o art. 1.846 do CC.

QUESTÃO 56. A ação cautelar fiscal é um procedimento judicial específico da Fazenda Pública, previsto na Lei Federal nº 8.397/1992 e destinado a garantir recebimento de créditos tributários ou não. Nos termos desta lei,

a) a ação cautelar fiscal antecedente poderá ser proposta excepcionalmente antes mesmo da constituição do crédito tributário.

b) no caso de concessão de medida cautelar em ação cautelar fiscal antecedente, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do ajuizamento da ação cautelar, sob pena de cessação da eficácia da medida.

c) haja vista o estreito âmbito de cognição da ação cautelar fiscal, seu indeferimento por qualquer fundamento não faz coisa julgada relativamente à execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

d) a ação cautelar fiscal incidental deve ser dirigida ao juiz original da execução fiscal, inclusive se o processo já estiver no Tribunal em grau de recurso.

e) a decretação liminar da medida cautelar fiscal poderá ser impugnada unicamente por meio de contestação, cujo prazo de 15 (quinze) dias se inicia da juntada do mandado de citação devidamente cumprido ou da juntada do mandado de execução da medida, o que ocorrer primeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema medida cautelar fiscal**.** A alternativa A está correta pois a Lei nº 8.397/1992 prevê expressamente a possibilidade de propositura da ação cautelar fiscal antes mesmo da constituição do crédito tributário, em caráter excepcional. Isso está fundamentado no artigo 1º, parágrafo único, da referida lei: "O requerimento da medida cautelar, na hipótese dos incisos V, alínea "b", e VII, do art. 2º, independe da prévia constituição do crédito tributário."

A alternativa B está incorreta pois o prazo para a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa, após a concessão de medida cautelar em ação cautelar fiscal antecedente, é de 60 (sessenta) dias contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa, e não da data do ajuizamento da ação cautelar. Isso está previsto no artigo 11 da Lei nº 8.397/1992: "Art. 11. Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de sessenta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa."

A alternativa C está incorreta pois o indeferimento da ação cautelar fiscal, embora não faça coisa julgada em relação à execução judicial da Dívida Ativa, como regra, haverá tal possibilidade nos casos em que

reconhecida a extinção do crédito tributário. Isso está em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 8.397/1992: "O indeferimento da medida cautelar fiscal não obsta a que a Fazenda Pública intente a execução judicial da Dívida Ativa, nem influi no julgamento desta, salvo se o juiz, no procedimento cautelar fiscal, acolher alegação de pagamento, de compensação, de transação, de remissão, de prescrição ou decadência, de conversão do depósito em renda, ou qualquer outra modalidade de extinção da pretensão deduzida."

A alternativa D está incorreta pois se execução fiscal estiver em trâmite perante o Tribunal, o pedido de medida cautelar fiscal deverá ser dirigido ao relator do recurso, conforme art. 5º, parágrafo único da Lei nº 8.397/1992: "Se a execução judicial estiver em Tribunal, será competente o relator do recurso".

A alternativa E está incorreta pois da decisão que conceder liminarmente a medida cautelar caberá agravo de instrumento, conforme art. 7º, parágrafo único da Lei nº 8.397/1992: "Do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar caberá agravo de instrumento".

QUESTÃO 57. Francisco está cheio de dívidas. Ele foi condenado, em uma ação judicial, a pagar a Rufino o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em virtude de um empréstimo realizado há cerca de 10 (dez) anos antes e nunca adimplido. Além disso, Francisco deve: R$ 10.000,00 (dez mil reais) de ISS ao Município, referente ao exercício de 2020; R$ 20.000,00 (vinte mil reais) de IPVA ao Estado, referente ao exercício de 2021; e mais R$ 30.000,00 (trinta mil reais) de Imposto de Renda à União, referente ao exercício de 2022. Todos estes créditos já se encontram inscritos em dívida ativa e devidamente ajuizados.

No cumprimento de sentença movido por Rufino, foi penhorado e leiloado imóvel pertencente a Francisco pelo valor de R$ 70.000,00 (setenta e mil reais). Antes do levantamento, porém, o Estado obteve uma ordem de penhora no rosto dos autos do cumprimento de sentença movido por Rufino. Nos dias subsequentes, primeiro o Município e depois a União obtiveram ordens semelhantes em suas respectivas execuções fiscais.

Nos termos do Código Tributário Nacional e da jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal,

a) terão preferência, nessa ordem, os créditos da União, do Estado e do Município; só depois o crédito de Rufino poderá ser satisfeito.

b) terão preferência, nessa ordem, os créditos do Município, do Estado e da União; só depois o crédito de Rufino poderá ser satisfeito.

c) o crédito de Rufino terá preferência, em virtude de sua natureza quirografária; em seguida devem ser adimplidos, nessa ordem, os créditos da União, do Estado e do Município.

d) o crédito de Rufino terá preferência, por ser mais antiga a data de sua constituição; em seguida devem ser adimplidos, nessa ordem, os créditos da União, do Estado e do Município.

e) terão preferência, nessa ordem, os créditos do Estado, do Município e da União; só depois o crédito de Rufino poderá ser satisfeito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o tema preferência do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta pois o art. 187, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 29, parágrafo único, da Lei nº 6.830/1980, que previam a ordem de preferência da União, Estados e Distrito Federal, e estes em relação aos Municípios, foram considerados não recepcionados pela Constituição de 1988, conforme entendimento firmado pelo STF na ADPF 357: "3. A definição de hierarquia na cobrança judicial dos créditos da dívida pública da União aos Estados e Distrito Federal e esses aos Municípios descumpre o princípio federativo e contraria o inc. III do art. 19 da Constituição da República de 1988. (ADPF 357, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 24-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

A alternativa B está incorreta pois, da mesma forma que a alternativa anterior, contraria o princípio da isonomia entre os entes federativos. A ordem de preferência entre os entes federativos, prevista no art. 187, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e no art. 29, parágrafo único, da Lei nº 6.830/1980, foi considerada inconstitucional pelo STF na ADPF 357.

A alternativa C está incorreta pois o CTN prevê a preferência do crédito tributário em relação ao quirografário: "Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho."

A alternativa D está incorreta pois o CTN prevê a preferência do crédito tributário em relação ao quirografário: "Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho."

A alternativa E está correta pois, de acordo com o entendimento do STF na ADPF 357 (vide comentários à alternativa a), não há preferência entre os entes federativos no caso de concurso de credores. Assim, deve ser observada a anterioridade da penhora, conforme art. 908, § 2º, do CPC: "Não havendo título legal à preferência, o dinheiro será distribuído entre os concorrentes, observando-se a anterioridade de cada penhora".

QUESTÃO 58. A Emenda Constitucional nº 132/23 trouxe a maior reforma do Sistema Tributário Nacional desde a promulgação da Constituição Federal. Seu objetivo principal foi a simplificação da cobrança de tributos sobre o consumo, com vistas a incentivar o crescimento econômico. No que concerne à competência tributária dos Municípios, a principal alteração é a extinção do ISS e a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Nos termos da Constituição (e do ato das Disposições Constitucionais Transitórias), com a redação dada pela EC nº 132/2023

a) o Senado Federal fixará, por meio de resolução, a alíquota máxima de referência do IBS, a qual terá de ser observada por Estados e Municípios.

b) o IBS começará a ser cobrado em 2033, ano em que o ISS será extinto.

c) cada Município poderá fixar, por meio de lei, suas próprias alíquotas para o IBS e a alíquota final do imposto será a soma da alíquota municipal e da alíquota estadual.

d) o IBS terá alíquotas uniformes em todo o território nacional, com vistas à simplificação do sistema tributário.

e) o IBS começará a ser cobrado em 2027, ano em que o ISS será extinto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema reforma tributária.

A alternativa A está incorreta pois o Senado Federal fixará a alíquota de referência, mas não a alíquota máxima, conforme art. 156-A, § 1º, XII, da CF: "resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo".

A alternativa B está incorreta pois o IBS será cobrado a partir de 2026, conforme art. 125 do ADCT: "Em 2026, o imposto previsto no art. 156-A será cobrado à alíquota estadual de 0,1% (um décimo por cento), e a contribuição prevista no art. 195, V, ambos da Constituição Federal, será cobrada à alíquota de 0,9% (nove décimos por cento)".

A alternativa C está correta pois revela o teor dos incisos V e VII do parágrafo 1º do art. 156-A da CF: "Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. § 1º O imposto previsto no **caput** será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte: (...) V - cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica; (...) VII - será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação".

A alternativa D está incorreta pois cada ente federativo poderá fixar sua alíquota própria, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa E está incorreta pois o IBS será cobrado a partir de 2026, conforme comentários à alternativa B e o ISS será extinto em 2033, conforme art. 129 do ADCT: "Ficam extintos, a partir de 2033, os impostos previstos nos arts. 155, II, e 156, III, da Constituição Federal".

QUESTÃO 59. Constitui aspecto do modelo federal brasileiro o chamado Federalismo Fiscal, que se caracteriza pela repartição das receitas de impostos instituídos pela União com Estados e Municípios e de impostos instituídos pelos Estados com os Municípios localizados em seu território. Nos termos da Constituição e da jurisprudência vinculante do STF,

a) pertence ao Município em que ocorrida a operação relativa à circulação de mercadorias, vinte e cinco por cento do produto do respectivo ICMS incidente arrecadado.

b) após 2033, pertencerá ao Município em que ocorrer a operação relativa à circulação de mercadorias, vinte e cinco por cento do produto do respectivo IBS incidente arrecadado.

c) pertence aos Municípios a integralidade do imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por suas autarquias e fundações a pessoas jurídicas contratadas para a prestação de bens e serviços.

d) pertence aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do ITR, relativamente aos imóveis neles situados, caso o Município opte por fiscalizar e cobrar o imposto.

e) pertence aos Municípios cinquenta por cento do IPVA relativo aos veículos automotores, aquáticos e aéreos licenciados em seus territórios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema repartição de receitas tributárias.

A alternativa A está incorreta, pois, embora 25% do ICMS pertença aos Municípios, a distribuição não é feita exclusivamente ao Município onde ocorreu a operação. O artigo 158, IV, a, e § 1º da Constituição Federal estabelece um critério mais complexo de distribuição: "Art. 158. Pertencem aos Municípios: IV - vinte e cinco por cento: a) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. (...) § 1º As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, "a", serão creditadas conforme os seguintes critérios: I - 65% (sessenta e cinco por cento), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios; II - até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos."

A alternativa B está incorreta, pois embora 25% do IBS pertença aos Municípios, a distribuição não é feita exclusivamente ao Município onde ocorreu a operação, conforme art. 158, § 2º, da CF: "As parcelas de receita pertencentes aos Municípios mencionadas no inciso IV, "b", serão creditadas conforme os seguintes critérios: I - 80% (oitenta por cento) na proporção da população; II - 10% (dez por cento) com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, de acordo com o que dispuser lei estadual; III - 5% (cinco por cento) com base em indicadores de preservação ambiental, de acordo com o que dispuser lei estadual; IV - 5% (cinco por cento) em montantes iguais para todos os Municípios do Estado".

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o artigo 158, I da Constituição Federal, que estabelece: "Art. 158. Pertencem aos Municípios: I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;" Nesse sentido, foi fixada tese no tema 1.130 de repercussão geral: "Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal".

A alternativa D está incorreta, pois a Constituição Federal estabelece que 100% (e não 50%) do ITR pertence aos Municípios caso optem por fiscalizar e cobrar o imposto. O artigo 158, II, da CF determina: "Art. 158. Pertencem aos Municípios: II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;"

A alternativa E está incorreta, pois, conforme a CF, em relação aos veículos aquáticos e aéreos, o aspecto local do IPVA é o domicílio do proprietário: "Art. 158. Pertencem aos Municípios: 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios".

QUESTÃO 60. Bernardo é proprietário de um terreno localizado na zona urbana do Município e celebrou com Ângelo compromisso irretratável de compra e venda deste imóvel, avença esta que foi devidamente registrada. Muito embora Ângelo já tenha completado o pagamento das parcelas contratuais, as partes ainda não lavraram a devida escritura de transferência.

Iniciado um novo ano, as autoridades fazendárias municipais, seguindo o que estabelece a lei local, enviam o carnê de IPTU tanto a Bernardo quanto a Ângelo. A data do vencimento do imposto é 31 de janeiro, mas o carnê enviado dá aos contribuintes a faculdade de pagar o IPTU em 10 parcelas mensais e consecutivas, tendo a última o dia 31 de outubro como data de vencimento. Neste cenário e à luz da jurisprudência vinculante do STJ, no caso de não pagamento do imposto, o Município poderá promover execução fiscal

a) exclusivamente contra Ângelo. O prazo de prescrição para a cobrança judicial da dívida se inicia em 1º de novembro.

b) contra Bernardo e contra Ângelo. O prazo de prescrição para a cobrança judicial da dívida se inicia em 1º de janeiro do ano seguinte.

c) contra Bernardo e contra Ângelo. O prazo de prescrição para a cobrança judicial da dívida se inicia em 1º de novembro.

d) exclusivamente contra Ângelo. O prazo de prescrição para a cobrança judicial da dívida se inicia em 1º de fevereiro.

e) contra Bernardo e contra Ângelo. O prazo de prescrição para a cobrança judicial da dívida se inicia em 1º de fevereiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme entendimento do STJ ao fixar tese nos temas repetitivos 122 e 980: “1-Tanto o promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU;2-cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.” e “(i) O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação; (ii) o parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu”.

A questão aborda o tema Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

As alternativas A, B, C e D não espelham o entendimento do STJ, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 61. As imunidades constituem limitações constitucionais ao exercício das competências tributárias instituídas pela própria Constituição. É dizer, ao mesmo tempo que a Constituição autoriza que um determinado ente público institua um tributo sobre um certo fenômeno econômico, ela já prevê barreiras ao exercício desta competência, de modo que sequer chega a surgir no mundo jurídico a possibilidade de tributação daquelas especificas situações. Nos termos da Constituição e da jurisprudência vinculante do STF.

a) segue sendo imune ao IPTU imóvel de propriedade da União cedido a particular para fins de exploração de atividade lucrativa.

b) são imunes ao ITR as pequenas propriedades rurais, assim definidas em lei, exploradas por proprietários que não possuam outros imóveis.

c) são imunes ao IPTU os imóveis de propriedade de entidades religiosas utilizados para fins de culto, não o sendo, porém, os imóveis locados por estas entidades para os mesmos fins.

d) empresas estatais delegatárias de serviços públicos essenciais são beneficiárias da imunidade tributária recíproca, ainda que distribuam lucros a acionistas privados e atuem em regime de concorrência no mercado.

e) a imunidade relativa a livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão se estende aos livros eletrônicos (e-books), mas não aos suportes utilizados exclusivamente para fixá-los.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B** A questão aborda o tema imunidade tributária.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 385: "A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município".

A alternativa B está correta pois reflete a inteligência do art. 153, § 4º, II, da CF: "O imposto previsto no inciso VI do caput: não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel".

A alternativa C está incorreta pois contraria o entendimento do STF: "EMENTA: Recurso extraordinário. 2. Imunidade tributária de templos de qualquer culto. Vedação de instituição de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades. Artigo 150, VI, "b" e § 4º, da Constituição. 3. Instituição religiosa. IPTU sobre imóveis de sua propriedade que se encontram alugados. 4. A imunidade prevista no art. 150, VI, "b", CF, deve abranger não somente os prédios destinados ao culto, mas, também, o patrimônio, a renda e os serviços "relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas". 5. O § 4º do dispositivo constitucional serve de vetor interpretativo das alíneas "b" e "c" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Equiparação entre as hipóteses das alíneas referidas. 6. Recurso extraordinário provido (RE 325822, Relator(a): ILMAR GALVÃO, Relator(a) p/ Acórdão: GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 18-12-2002, DJ 14-05-2004 PP-00042 EMENT VOL-02151-02 PP-00246)"

A alternativa D está incorreta pois contraria o entendimento do STF: "3. A jurisprudência desta Corte exige três requisitos para a extensão de prerrogativas da Fazenda Pública a sociedades de economia mista e empresas públicas: (i) a prestação de um serviço público, (ii) sem intuito de lucro e (iii) em regime de exclusividade (i.e., sem concorrência). (ACO 3307 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 06-12-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-022 DIVULG 04-02-2022 PUBLIC 07-02-2022)"

A alternativa E está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 593: "A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo".

QUESTÃO 62. Nos termos do último relatório "Justiça em Números", publicado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2024 (ano-base 2023), as execuções fiscais correspondem a 31% de todos os processos judiciais pendentes, sendo o principal fator para a taxa global de congestionamento atualmente observada no Poder Judiciário nacional. Nos termos da jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal sobre o tema,

a) é inconstitucional o artigo da Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/1980) que afirma incabível apelação em casos de execuções fiscais cujo valor seja inferior a 50 ORTN, haja vista o princípio do duplo grau de jurisdição.

b) tem natureza infraconstitucional e, portanto, não tem repercussão geral a questão relativa à obrigatoriedade de a execução fiscal ser proposta no foro do domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado, mesmo quando isso implique o ajuizamento e processamento da ação executiva em outro Estado da Federação.

c) é ilegítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir com fundamento no princípio constitucional da eficiência administrativa.

d) o ajuizamento de novas execuções fiscais dependerá, como regra, de prévio protesto da certidão de dívida ativa, salvo comprovação de que esta medida é inadequada, porquanto contrária à eficiência administrativa.

e) é inconstitucional a previsão de suspensão do prazo prescricional pelo período de um ano, constante do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, pois, nos termos da Constituição, cabe à lei complementar estabelecer normas gerais sobre prescrição e decadência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema execução fiscal.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 408: "É compatível com a Constituição o art. 34 da Lei 6.830/1980, que afirma incabível apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN".

A alternativa B está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 1.204: "A aplicação do art. 46, § 5º, do CPC deve ficar restrita aos limites do território de cada ente subnacional ou ao local de ocorrência do fato gerador".

A alternativa C está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 1.184: "1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado".

A alternativa D está correta pois vai ao encontro da tese fixada no tema de repercussão geral nº 1.184: "2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida".

A alternativa E está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 390: "É constitucional o art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais – LEF), tendo natureza processual o prazo de 1 (um) ano de suspensão da execução fiscal. Após o decurso desse prazo, inicia-se automaticamente a contagem do prazo prescricional tributário de 5 (cinco) anos".

QUESTÃO 63. O IPTU é o imposto de competência dos Municípios que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana. Acerca de sua base de cálculo, é INCORRETO afirmar:

a) Para sua determinação, não se considera o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente no imóvel.

b) Sua majoração depende necessariamente da edição de lei municipal, mas sua mera atualização pelos índices inflacionários anuais de correção monetária pode se dar por meio de decreto.

c) Para imóveis novos não previstos na Planta Genérica de Valores, não é possível que a lei municipal atribua ao Poder Executivo a avaliação individualizada para fins de cobrança do IPTU.

d) É o valor venal do imóvel, apurado, como regra, a partir da Planta Genérica de Valores (PGV).

e) Sua fixação deve se dar por meio de lei, cujos efeitos não estão sujeitos à regra constitucional da anterioridade nonagesimal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

A alternativa A está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 33, parágrafo único, do CTN: "Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade".

A alternativa B está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme interpretação *contrariu sensu* da súmula 160 do STJ: "É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária". Ou seja, para atualização até o índice oficial de correção monetária é legal a utilização do decreto.

A alternativa C está correta pois revela uma assertiva falsa, conforme tese fixada no Tema de Repercussão Geral nº 1.084: "É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório".

A alternativa D está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 33, *caput,* do CTN: "A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel". Nesse sentido, o STJ entende válida a sistemática de apuração da base de cálculo com esteio na planta genérica de valores: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPTU. PLANTA GENÉRICA DE VALORES. BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO. PUBLICAÇÃO OFICIAL COMO REQUISITO INDISPENSÁVEL DA LEI TRIBUTÁRIA. DISCUSSÃO COM BASE EM LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O Tribunal de origem concluiu que o cálculo do valor venal foi feito com base nos critérios estabelecidos na Lei Municipal 5.015/01, a qual instituiu a nova Planta Genérica de Valores do Município. A referida lei estabeleceu a metodologia de cálculo do valor unitário do metro quadrado de construção e de terreno, os quais devem ser considerados na apuração do valor venal do imóvel, servindo este como base de cálculo do IPTU. (...) o valor da base de cálculo do IPTU foi apurado de acordo com os critérios estabelecidos em lei, em Planta Genérica, e não se distancia do determinado pelo Código Tributário Nacional que, em seu art. 33, dispõe que a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel (fls. 315 e 356). 2. Exame da controvérsia demanda, necessariamente, o exame da legislação local (Lei 5.015/2001, do Município de São Bernardo do Campo/SP), medida vedada na via do Recurso Especial, a teor da Súmula 280/STF, aplicável por analogia. Precedentes: AgInt no REsp. 1.575.915/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 5.10.2016; AgRg no REsp. 1.511.964/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 10.11.2015. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.238.619/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 18/11/2019, DJe de 26/11/2019.)"

A alternativa E está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 150, III, c, c/c § 1º, da CF: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) III - cobrar tributos: (...) c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (...) § 1º A vedação do inciso III, *b,* não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, *c,* não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

QUESTÃO 64. Constitui princípio que deve ser observado pelo Sistema Tributário Nacional, de acordo com dispositivo inserido pela EC no 132/2023, a

a) busca do pleno emprego.

b) redução das desigualdades sociais e regionais.

c) neutralidade.

d) defesa do meio ambiente.

e) justiça federativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema princípios tributários. Revela um princípio tributário inserido pela Emenda Constitucional nº 132/2023, conforme art. 145, §3º, da CF: "O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente".

As alternativas A, B, C e E, não revelam princípios do Sistema Tributário Nacional, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 65. O pagamento é uma das modalidades de extinção do crédito tributário. O pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido gera para o sujeito passivo direito à restituição. Nos termos do Código Tributário Nacional (CTN).

a) a restituição total ou parcial do tributo dá lugar sempre à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias.

b) prescreve em 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que indeferir pedido de restituição.

c) se a legislação específica não fixar data para o pagamento do tributo, o vencimento do crédito se dará 15 (quinze) dias úteis após a data da notificação do sujeito passivo acerca do lançamento.

d) se o sujeito passivo não concordar com a incidência do tributo, poderá consignar judicialmente o crédito tributário.

e) extingue-se em 5 (cinco) anos, contados da data do pagamento espontâneo indevido, o direito de pleitear a restituição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda os temas extinção do crédito tributário e repetição do indébito tributário.

A alternativa A está incorreta pois o CTN estabelece que a restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição, conforme artigo 167 do CTN: " A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição."

A alternativa B está incorreta pois o prazo prescricional para a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição é de 2 (dois) anos, e não 5 (cinco) anos, conforme artigo 169 do CTN: "Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição."

A alternativa C está incorreta pois o prazo para pagamento do tributo, quando não fixado em legislação específica, é de 30 (trinta) dias após a notificação do lançamento, e não 15 (quinze) dias úteis, conforme artigo 160 do CTN: "Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do

crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento."

A alternativa D está incorreta pois o CTN não prevê a possibilidade de consignação em pagamento nos casos em que o sujeito passivo propuser ação anulatória do crédito tributário. A consignação em pagamento está prevista no artigo 164 do CTN: " A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos: I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória; II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal; III - de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.". No caso, discordando do tributo devido, o contribuinte deverá ajuizar ação anulatória de débito ou declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária e, caso haja crédito tributário constituído, poderá efetuar o depósito do montante integral, a fim de suspender sua exigibilidade. Resta salientar, que, na consignação em pagamento, o contribuinte concorda com o débito, apenas deposita a quantia para discussão de quem ou como deverá se dar o recebimento.

A alternativa E está correta pois o CTN estabelece que o direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do pagamento indevido, conforme artigo 168 do CTN: "O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados: I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário; II - na hipótese do inciso III do artigo 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória."

QUESTÃO 66. O Código Tributário Nacional (CTN) traz uma série de dispositivos relativos à aplicação, à interpretação e à integração da legislação tributária. Nos termos do CTN, é INCORRETO afirmar.

a) A legislação tributária se aplica a ato pretérito não definitivamente julgado quando deixe de defini-lo como infração.

b) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão do crédito tributário.

c) Interpreta-se da maneira mais favorável ao contribuinte a legislação tributária que disponha sobre a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

d) A legislação tributária aplica-se imediatamente a fatos geradores pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha se iniciado, mas ainda não esteja completa.

e) Em determinadas hipóteses, a autoridade tributária deverá se utilizar da analogia para aplicar a legislação tributária, desde que seu emprego não resulte na exigência de tributo não previsto em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema interpretação e integração da legislação tributária.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme o artigo 106, inciso II, alínea "a" do CTN: "A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: II - tratando-se de ato não definitivamente julgado: a) quando deixe de defini-lo como infração;"

A alternativa B está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme o artigo 111, inciso I do CTN: "Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;"

A alternativa C está correta, pois revela uma assertiva falsa ao contrariar o disposto no artigo 111, III do CTN: "Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias".

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme o artigo 105 do CTN: "Art. 105. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa nos termos do artigo 116."

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme o artigo 108, inciso I e §1º do CTN: "Art. 108. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: I - a analogia; § 1º O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei."

QUESTÃO 67. A Constituição atribui à Lei Complementar - espécie legislativa que exige quórum qualificado de aprovação - a definição de uma série de aspectos do Sistema Tributário Nacional. Nos termos da Constituição, NÃO constitui matéria sujeita à regulação por lei complementar a

a) fixação de alíquota mínima do IPVA.

b) instituição do chamado "imposto do pecado", incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

c) disposição sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

d) instituição de empréstimos compulsórios por parte da União, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de guerra ou de sua iminência.

e) instituição, pela União, do imposto sobre grandes fortunas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema reserva de lei complementar. A alternativa A está correta pois a fixação mínima de alíquota do IPVA deve ser feita por resolução do Senado Federal, conforme art. 155, § 6º, I, da CF: "§ 6º O imposto previsto no inciso III: I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal".

A alternativa B está incorreta pois a situação descrita na alternativa demanda lei complementar, conforme art. 153, VIII, da CF: "Compete à União instituir impostos sobre: produção, extração,

comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar."

A alternativa C está incorreta pois a situação descrita na alternativa demanda lei complementar, conforme art. 146, I, da CF: "Cabe à lei complementar: dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios".

A alternativa D está incorreta pois a situação descrita na alternativa demanda lei complementar, conforme art. 148, *caput*, da CF: "A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:"

A alternativa E está incorreta pois a situação descrita na alternativa demanda lei complementar, conforme art. 153, VII, da CF: "Compete à União instituir impostos sobre: grandes fortunas, nos termos de lei complementar".

QUESTÃO 68. O Imposto sobre a Transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre Imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI) é tributo de competência dos Municípios. Nos termos da Constituição e da jurisprudência vinculante do STF e do STJ,

a) o ITBI tem como base de cálculo o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, mas o Município pode utilizar a base de cálculo do IPTU para estabelecer um piso para a tributação.

b) a transmissão de bens para o patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital é, como regra, imune ao ITBI, mas esta imunidade não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.

c) ao Município é facultado estabelecer por lei o arbitramento prévio da base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente.

d) o ITBI compete, como regra, ao Município da situação do bem, mas caberá ao Município onde localizada a sede da empresa adquirente, caso esta tenha como atividade preponderante a fabricação de produtos potencialmente poluidores, conforme definido em lei complementar.

e) o ITBI não incide sobre a transmissão de bens decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quaisquer que sejam as atividades preponderantes das empresas envolvidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda o tema transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada no tema repetitivo nº 1.113: "a) a base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação;"

A alternativa B está correta pois está de acordo com a tese fixada no tema de repercussão geral nº 796: "A imunidade em relação ao ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado".

A alternativa C está incorreta pois contraria tese fixada no tema repetitivo nº 1.113: "c) o Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente".

A alternativa D está incorreta pois não há tal ressalva no art. 156, § 2º, II, da CF, competindo o ITBI sempre ao Município da situação do bem. "§ 2º O imposto previsto no inciso II: II - compete ao Município da situação do bem".

A alternativa E está incorreta pois a o art. 156, § 2º, I, da CF excepciona a situação em que a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil: "§ 2º O imposto previsto no inciso II: I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil".

QUESTÃO 69. A Constituição define o imposto de competência dos Municípios, ISS como o imposto incidente sobre serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência dos Estados para a instituição do ICMS, assim definidos em lei complementar. Nos termos da Constituição e da jurisprudência vinculante do STF

a) as operadoras de planos de saúde não realizam prestação de serviço sujeita ao ISS.

b) não incide ISS, mas sim ICMS, sobre operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses em farmácias de manipulação.

c) cabe à lei complementar fixar apenas as alíquotas mínimas do ISS, com vistas a evitar a guerra fiscal entre os Municípios.

d) é inconstitucional a incidência de ISS sobre serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios.

e) é taxativa a lista de serviços sujeitos ao ISS prevista na lei complementar a que se refere o art. 156, III, da Constituição, mas admite-se a incidência do imposto sobre atividades inerentes aos serviços listados em razão da interpretação extensiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o tema Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 581: "As operadoras de planos de saúde realizam prestação de serviço sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no art. 156, III, da CRFB/88".

A alternativa B está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 379: "Incide ISS sobre as operações de venda de medicamentos preparados por farmácias de manipulação sob encomenda. Incide ICMS sobre as operações de venda de medicamentos por elas ofertados aos consumidores em prateleira".

A alternativa C está incorreta pois contraria o art. 156, § 3º, I, da CF: "§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar: I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas"

A alternativa D está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 700: "É constitucional a incidência de ISS sobre serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios (item 19 da Lista de Serviços Anexa à Lei Complementar 116/2003). Nesta situação, a base de cálculo do ISS é o valor a ser remunerado pela prestação do serviço, independentemente da cobrança de ingresso, não podendo corresponder ao valor total da aposta".

A alternativa E está correta pois reflete a tese fixada no tema de repercussão geral nº 296: "É taxativa a lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal, admitindo-se, contudo, a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados em lei em razão da interpretação extensiva".

QUESTÃO 70. São hipóteses de extinção do crédito tributário, segundo o Código Tributário Nacional, a

a) compensação, a transação, a remissão e a conversão do depósito em renda.

b) moratória, o depósito integral do montante do crédito, o pagamento e a compensação.

c) prescrição, a decadência, o pagamento e a concessão de liminar em mandado de segurança.

d) prescrição, a decadência, a anistia e o pagamento.

e) isenção, a anistia, a transação e a remissão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema extinção do crédito tributário.

A alternativa A está correta pois traz quatro modalidades de extinção do crédito tributário previstos no art. 156 do CTN: "Extinguem o crédito tributário: (...) II - a compensação; III - a transação; IV - remissão; (...) VI - a conversão de depósito em renda"

A alternativa B está incorreta pois moratória e depósito do montante integral do crédito são modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme art. 151 do CTN: "Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória; II - o depósito do seu montante integral".

A alternativa C está incorreta pois a concessão de liminar em mandado de segurança é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme art. 151 do CTN: "Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança".

A alternativa D está incorreta pois a anistia é modalidade de exclusão do crédito tributário, conforme art. 175 do CTN: "Excluem o crédito tributário: (...) II - a anistia".

A alternativa E está incorreta pois isenção e anistia são modalidades de exclusão do crédito tributário, conforme art. 175 do CTN: "Excluem o crédito tributário: I - a isenção; II - a anistia".

QUESTÃO 71. A Constituição prevê a existência de três leis orçamentárias: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Acerca destas leis, é INCORRETO afirmar:

a) A LDO e a LOA terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

b) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

c) A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, mas poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

d) Os parlamentares podem adicionar emendas à LOA, desde que compatíveis com a LDO e com o PPA. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais até o limite de 1,2% da receita corrente liquida do ano anterior.

e) Até que sobrevenha previsão específica em lei complementar, o prazo para que o Poder Executivo envie ao Congresso Nacional o projeto do plano plurianual é 31 de agosto do primeiro ano do mandato presencial, nos termos do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema leis orçamentárias.

A alternativa A está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 165, § 7º, da CF: "Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional".

A alternativa B está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 167, § 1º, da CF: "Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade".

A alternativa C está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 165, § 8º, da CF: "A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei."

A alternativa D está correta pois revela uma assertiva falsa, uma vez que contraria o art. 166, § 9º, da CF: "As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde".

A alternativa E está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 35, § 2º, I, do ADCT: "o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa".

QUESTÃO 72. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), LC nº 101/2000, estabelece, em um dos seus dispositivos, serem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência do ente da Federação. Em consonância com esta disposição, a lei traz requisitos para que os entes públicos possam realizar a renúncia de receitas. Nos termos da LRF:

a) É uma das condições alternativas para a concessão da renúncia a demonstração de que ela foi considerada na estimativa de despesas da Lei Orçamentária Anual e que não afetará as metas de resultados ficais previstas no Plano Plurianual.

b) A renúncia compreende, entre outros institutos, a anistia, a remissão, o subsídio, o cancelamento de débitos tributários cujo valor seja inferior aos respectivos custos da cobrança e as isenções em caráter não geral.

c) Se a concessão de incentivo de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita for fundada em medidas de compensação, tais como a elevação de alíquotas, o benefício só entrará em vigor quando efetivamente implementadas as medidas.

d) É requisito para a renúncia de receita a apresentação de estimativa do impacto financeiro da medida nos 3 (três) exercícios seguintes, além da observância do disposto no Plano Plurianual.

e) É requisito para a renúncia de receita a apresentação de estimativa do impacto financeiro da medida nos 3 (três) exercícios seguintes, além da observância do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema renúncia de receita.

A alternativa A está incorreta pois as metas de resultados fiscais são previstas no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme art. 14, I, da LRF: "demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias".

A alternativa B está incorreta pois o cancelamento de débitos tributários cujo valor seja inferior aos respectivos custos da cobrança não é considerado renúncia de receita, conforme art. 14, § 3º, da LRF: "O disposto neste artigo não se aplica: (...) II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança".

A alternativa C está correta pois está de acordo com o art. 14, § 2º, da LRF: "Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso".

A alternativa D está incorreta pois a estimativa do impacto orçamentário-financeiro deve ser referente ao exercício em que o benefício deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além do fato de dever atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias, conforme art. 14, *caput*, da LRF: "A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:"

A alternativa E está incorreta pois a estimativa do impacto orçamentário-financeiro deve ser referente ao exercício em que o benefício deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, conforme comentários à alternativa D.

QUESTÃO 73. Conforme dispõe a Constituição, a fiscalização do Município será exercida pela Câmara Municipal de Vereadores, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal. O controle externo será exercido pela Câmara com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. Ainda nos termos da Constituição

a) os Tribunais de Contas dos Estados serão compostos por 7 conselheiros, dos quais 5 são indicados pela Assembleia Legislativa e 2 pelo Governador, alternadamente entre auditores e membros do Ministério Público de Contas.

b) é vedada aos Estados a criação de novos Tribunais de Contas dos Municípios para além dos já existentes em 1988.

c) compete ao Tribunal de Contas emitir parecer prévio sobre as contas de governo e de gestão do prefeito, o qual será submetido à Câmara Municipal, que somente poderá rejeitar sua conclusão pelo voto de dois terços dos vereadores.

d) os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados serão escolhidos entre brasileiros com mais de 30 e menos de 65 anos de idade, de idoneidade moral e reputação ilibada e com notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

e) as contas dos Municípios ficarão durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame a apreciação, cabendo-lhes a apresentação de questionamentos acerca da legitimidade das contas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema controle.

A alternativa A está incorreta pois três membros dos Tribunais de Contas Estaduais serão escolhidos pelos Governadores, conforme Súmula 653 do STF: "No Tribunal de Contas Estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, e um terceiro a sua livre escolha".

A alternativa B está incorreta pois a Constituição veda a criação de Tribunal de Contas Municipais, ou seja, que sejam criados órgãos nos Municípios para o controle das contas, conforme art. 31, § 4º: "É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais". Lado outro, os Tribunais de Contas dos Municípios são órgãos estaduais que auxiliam todas as Câmaras de Vereadores do Estado na fiscalização.

A alternativa C está correta pois vai ao encontro da tese fixada no tema de repercussão geral nº 835: "Para os fins do art. 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores".

A alternativa D está incorreta pois, para ser nomeado conselheiro de Tribunal de Contas Estadual, o brasileiro deverá contar com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, conforme combinação do art. 73, § 1º, II, com o art. 75, *caput*, ambos da Constituição: "§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: (...) I - mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade; (...) Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.".

A alternativa E está incorreta pois a duração da exibição das contas é de sessenta dias, conforme art. 31, § 3º, da CF: "As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei."

QUESTÃO 74. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a contratação de operações de crédito pelos Municípios brasileiros depende, entre outras coisas,

a) do atendimento da chamada "regra de ouro" da responsabilidade fiscal, prevista no art. 167, III, da Constituição, segundo a qual o valor das operações de crédito não pode exceder o montante das despesas correntes.

b) da existência de prévia e expressa autorização para a contratação, que pode constar da lei orçamentária ou de lei específica.

c) da observância dos limites globais de endividamento fixados pelo Congresso Nacional.

d) da formulação de requerimento ao Ministério do Planejamento em que se demonstre a relação custo-benefício e o interesse econômico social da operação.

e) da inclusão, no orçamento ou em créditos adicionais, dos recursos provenientes da operação, inclusive no caso de operações por antecipação de receita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema operações de crédito.

A alternativa A está incorreta pois as receitas de capital não podem superar os montantes previstos para despesas de capital e não correntes, conforme art. 167 da CF: "São vedados: (...) III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;"

A alternativa B está correta pois vai ao encontro do regramento positivado no art. 32 da LRF: "O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. § 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições: I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;"

A alternativa C está incorreta pois os limites deverão ser fixados pelo Senado Federal, conforme art. 52 da CF: "Compete privativamente ao Senado Federal: (...) VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;"

A alternativa D está incorreta pois o requerimento deve ser formulado ao Ministério da Fazenda, conforme art. 32, *caput*, da LRF: "O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente".

A alternativa E está incorreta pois nos casos de operação por antecipação de receita não é necessária a inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, conforme art. 32 da LRF: "O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. § 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições: (...) II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;".

QUESTÃO 75. Entende-se por precatório a requisição elaborada pelo Presidente do Tribunal competente para que o chefe do Poder Executivo preveja na lei orçamentária recursos para o pagamento de débitos das Fazendas Públicas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado. Nos termos da Constituição e da jurisprudência vinculante do STF:

a) Serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto os casos de "superpreferência", os precatórios relacionados a débitos de natureza alimentícia, decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil.

b) Gozarão de uma espécie de "superpreferência" os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, devendo os respectivos precatórios, qualquer que seja o valor, ser pagos com prioridade em sua integralidade.

c) Após a devida previsão orçamentária, o ente público consignará diretamente aos credores os valores devidos, informando, em seguida, o Presidente do Tribunal requisitante, que, por sua vez, informará os respectivos juízos executivos para fins de conferência.

d) Não incidem juros de mora entre a data da elaboração dos cálculos para a expedição do precatório e o fim do prazo que tem o Poder Público para efetivamente pagar o precatório após sua apresentação.

e) É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de julho, fazendo- se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema precatórios.

A alternativa A está correta pois está de acordo com o art. 107-A, § 8º, do ADCT: "Os pagamentos em virtude de sentença judiciária de que trata o art. 100 da Constituição Federal serão realizados na seguinte ordem: I - obrigações definidas em lei como de pequeno valor, previstas no § 3 º do art. 100 da Constituição Federal; II - precatórios de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham no mínimo 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, até o valor equivalente ao triplo do montante fixado em lei como obrigação de pequeno valor; III - demais precatórios de natureza alimentícia até o valor equivalente ao triplo do montante fixado em lei como obrigação de pequeno valor; IV - demais precatórios de natureza alimentícia além do valor previsto no inciso III deste parágrafo; V - demais precatórios."

A alternativa B está incorreta pois a superpreferência incide até o valor do triplo fixado para a requisição de pequeno valor, conforme art. 100, § 2º, da CF: "Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no

§ 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório."

A alternativa C está incorreta pois o ente público consignará os valores ao Poder Judiciário, conforme art. 100, § 6º, da CF: "As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.".

A alternativa D está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 96: "Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.". Após, da data da requisição até o fim do exercício financeiro em que o precatório deveria ser pago, não incidem juros moratórios, conforme tese fixada no tema de repercussão geral nº 147: "Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 (redação original e redação da EC 30/2000) da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.". Ultrapassado esse período, voltará a incidir juros moratórios.

A alternativa E está incorreta pois a data limite para inclusão é 2 de abril, conforme art. 100, § 5º, da CF: "É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente".

QUESTÃO 76. No que se refere à competência dos Estados-membros para a instituição de contribuição voltada ao custeio do regime de previdência de seus servidores, é correto afirmar:

a) Há óbice constitucional à prestação, pelos Estados, de serviços de saúde a seus servidores, se a adesão a esses planos for de modo facultativo.

b) Não há óbice constitucional à prestação pelos Estados, de serviços de saúde a seus servidores, desde que a adesão a esses planos seja compulsória.

c) Os Estados membros têm competência para a criação de contribuição ou qualquer outra espécie tributária destinada ao custeio de serviços farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores.

d) Os Estados membros têm competência para a criação de contribuição ou qualquer outra espécie tributária destinada ao custeio de serviços médicos, hospitalares, bem como ao custeio de medicamentos às pessoas portadores de deficiência.

e) Os Estados-membros têm competência apenas para a instituição de contribuição voltada ao custeio do regime de previdência de seus servidores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito da instituição de contribuições sociais pelos Estados-membros.

A alternativa E está correta. Como decidido pelo STF na ADI 5.368, os Estados-membros podem instituir contribuições dos seus servidores públicos com o intuito de custear serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e/ou odontológicos fornecidos a eles, mas desde que tais contribuições tenham caráter meramente facultativo, ou seja, elas não devem ter caráter tributário. Portanto, a única contribuição social que pode ser instituída pelos Estados-membros é a contribuição voltada ao custeio do regime de previdência de seus servidores. Veja a tese fixada no julgado em questão: "I - Os Estados-membros possuem competência apenas para a instituição de contribuição voltada ao custeio do regime de previdência de seus servidores. Falece-lhes, portanto, competência para a criação de contribuição ou qualquer outra espécie tributária destinada ao custeio de serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores; II - Não há óbice constitucional à prestação, pelos Estados, de serviços de saúde a seus servidores, desde que a adesão a esses 'planos' seja facultativa" (ADI 5.368, Tema 55).

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme comentários da alternativa E.

QUESTÃO 77. O salário-maternidade é prestação previdenciária paga pela Previdência Social à segurada durante os cento e vinte dias em que permanece afastada do trabalho em decorrência da licença-maternidade. Dessa forma, configura verdadeiro benefício previdenciário. De outra parte, não se tratando de contraprestação pelo trabalho ou de retribuição em razão do contrato de trabalho, o salário-maternidade não se amolda ao conceito de folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício. Neste contexto, os Estados membros podem impor contribuição previdenciária patronal sobre o salário-maternidade.

Nesse caso, sobre o salário-maternidade, é correto afirmar:

a) O STF já definiu que as disposições constitucionais legitimam tratamento diferenciado às mulheres, o que permite aos Estados promover alterações legislativas no sentido de impor a contribuição previdenciária patronal aos empregadores sobre o salário-maternidade.

b) O STF já pacificou esta matéria ao declarar a inconstitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária, a cargo do empregador, sobre o salário-maternidade.

c) O salário-maternidade pode ser objeto de alteração legislativa pelos Estados por se configurar como fonte de custeio alternativa, desde que esteja prevista em Lei Complementar.

d) O salário-maternidade pode ser objeto de alteração legislativa pelos Estados por se configurar como fonte de custeio alternativa, desde que prevista em Lei Ordinária.

e) O salário-maternidade pode compor a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do empregador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito do salário-maternidade.

A alternativa B está correta. Em 2020, no julgamento do RE 576.967 (Tema 72), o STF considerou inconstitucional a incidência da contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade, fixando a seguinte tese: "É inconstitucional a incidência da contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário-maternidade". Apesar de a argumentação dos Ministros ter dado a entender que a inconstitucionalidade poderia recair tanto sobre a contribuição da empregada quanto sobre a contribuição do empregador, a tese firmada apenas declarou inconstitucional a contribuição do empregador sobre o salário-maternidade. Por isso, atualmente, continua sendo cobrada a contribuição da segurada sobre os valores que ela recebe a título de salário-maternidade. E, mais recentemente, o STF afetou para julgamento o Tema 1.274, a fim de analisar a constitucionalidade dessa contribuição por parte da empregada (quanto a isso, ainda não houve pronunciamento definitivo por parte da Corte).

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 78. Levando em consideração os enunciados e os princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos a um prazo legal para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas. A partir da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, o prazo

a) decadencial é de 5 anos.

b) prescricional é de 2 anos.

c) decadencial é de 3 anos.

d) decadencial é de 2 anos.

e) prescricional é de 5 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito dos Tribunais de Contas.

A alternativa A está correta. No ano de 2020, no julgamento do Tema 445, o STF fixou a seguinte tese: "Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas". Segundo a Corte, não se pode admitir que o Tribunal de Contas possua um prazo indefinido para avaliar a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, pois isso iria afetar diretamente a segurança jurídica do jurisdicionado, que, em tese, poderia perder a sua aposentadoria após já estar usufruindo dela por décadas. Por isso, foi fixado o prazo decadencial de 5 anos, contados da chegada do processo no Tribunal de Contas, para que a legalidade do ato seja apreciada. Se esse prazo for ultrapassado, o Tribunal não mais poderá rever aquele ato.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 79. Maria manteve união com Pedro durante dez anos, com aparência familiar. Pedro, no entanto, ao mesmo tempo em que viveu com Maria era casado no regime de comunhão de bens com Lurdes. Sobrevindo o falecimento de Pedro, Maria busca o reconhecimento de seus direitos previdenciários, notadamente o de pensão por morte. Assim sendo, Maria

a) possui direito a um terço dos bens de Pedro, pois o concubinato, por ser considerado direito humano fundamental, equipara-se para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável, atraindo, portanto, o reconhecimento de direitos previdenciários e assistenciais.

b) possui o direito à metade dos bens de Pedro, pois o concubinato atrai o reconhecimento de direitos previdenciários e assistenciais, por ser considerado no plano internacional, como um direito supralegal, e, portanto, em idêntico nível das uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável.

c) não possui qualquer direito, pois é incompatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários à pessoa que tenha mantido, ainda que durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável.

d) possui os mesmos direitos que Lurdes, pois é compatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável.

e) possui o direito à metade dos bens de Pedro, pois o concubinato, como direito humano fundamental, equipara-se para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável, e por isso atrai o reconhecimento de direitos previdenciários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito da situação previdenciária do concubino. A alternativa C está correta. Sabe-se que, de acordo com a legislação previdenciária, o cônjuge e o companheiro são tidos como dependentes para fins previdenciários (art. 16, I, Lei 8.213/91). Por isso, houve discussão doutrinária e jurisprudencial a respeito da possibilidade (ou impossibilidade) de se considerar o concubino como dependente. Todavia, o STF já pacificou a matéria nos Temas 526 e 529, afirmando a impossibilidade de reconhecer a qualidade de dependente para o concubino.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 80. Familiares de Pedro, preso em regime fechado, pleiteiam na Justiça brasileira o benefício do auxílio-reclusão. De acordo com o previsto pela Emenda Constitucional nº 20/1998, a concessão do auxílio-reclusão para os familiares de Pedro estará condicionada à renda

a) dos seus familiares.

b) de Pedro, dos seus familiares e dos seus dependentes somadas.

c) de Pedro, apenas, e não a de seus dependentes.

d) dos dependentes de Pedro.

e) média dos familiares de Pedro e a renda dele próprio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do conceito de "baixa renda" para fins do auxílio-reclusão. A alternativa C está correta. No atual ordenamento jurídico brasileiro, existe um benefício previdenciário que pode ser concedido aos dependentes do segurado que estiver preso em regime fechado, e esse benefício é o auxílio-reclusão, que possui previsão no seguinte dispositivo constitucional: "Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a: [...] IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda". Como se pode perceber, o legislador constituinte expressamente exigiu que, para a concessão do auxílio-reclusão, o segurado seja uma pessoa de baixa renda, mas, por outro lado, não há qualquer exigência de que os seus dependentes sejam também enquadrados como de baixa renda. Sendo assim, no caso concreto trazido pela questão, o fato de Pedro ser uma pessoa de baixa renda já será suficiente para atender a esse requisito constitucional.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 81. Mario Ozonio Del Plata, maior de idade, casado, de nacionalidade paraguaia, residente na Ciudad Del Leste, no Paraguai, atualmente na condição de trabalhador fronteiriço desempregado, vivendo de bicos que faz a empresas em Foz do Iguaçu, território brasileiro, requer o benefício da assistência social ao governo brasileiro. Nesse caso, Mario Ozonio Del Plata

a) não é beneficiário da assistência social prevista na Constituição Federal, pois não atende aos requisitos constitucionais e legais.

b) é beneficiário da assistência social prevista na Constituição Federal, pelo fato de ostentar a condição de trabalhador fronteiriço.

c) tem direito a um salário-mínimo no Brasil, com base no Tratado da Amizade, celebrado entre o Brasil e a Argentina.

d) tem direito à assistência social no Brasil, com fundamento no princípio da igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros, insculpida na Constituição da República de 1988.

e) tem direito a um salário-mínimo no Brasil, por ser considerado trabalhador menos afortunado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito da assistência social. A alternativa A está correta. No caso concreto narrado pela questão, Mario Ozonio del Plata não terá direito ao benefício assistencial, tendo em vista que ele não é residente no território nacional (o enunciado deixou claro que ele residia no Paraguai), e, de acordo com o STF, essa é uma exigência que deve ser cumprida pelos estrangeiros que pleiteiam a concessão do referido benefício. Veja a tese fixada no Tema 173 de Repercussão Geral: "Os estrangeiros residentes no País são beneficiários da assistência social prevista no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, uma vez atendidos os requisitos constitucionais e legais".

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 82. Paulo estava doente, em estado terminal, necessitava de medicamentos de alto valor econômico, e, sem alternativa, solicitou administrativamente ao município de Jaboatão que lhe fornecesse o medicamento adequado. Pois, em sua opinião de leigo, o atendimento à saúde dos necessitados, como ele, deve ser entendido como um dos deveres do Estado brasileiro. Não tendo obtido sucesso na seara administrativa, Paulo ajuizou ação judicial e optou por inserir no polo passivo, não apenas o município, como também o Estado de Pernambuco. Nesta situação hipotética, no que concerne à determinação da responsabilidade financeira da União, Estados e Municípios, e às demandas prestacionais na área da saúde, bem como dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, os entes da federação, em decorrência da competência

a) comum, são subsidiariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

b) disjuntiva, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

c) extraordinária, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

d) autônoma, são subsidiariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

e) comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito das ações judiciais envolvendo a saúde pública.

A alternativa E está correta. A resposta copiou praticamente toda a literalidade do Tema 793 do STF, que dispõe o seguinte: "Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro".

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme comentários da alternativa E.

QUESTÃO 83. Por concessão de serviços públicos, o Município concedeu a algumas empresas privadas, entre elas a empresa Caminho do Mar Transportes, a prestação dos serviços de transporte municipal, sendo que os contratos de prestação de serviços são gerenciados e fiscalizados pela empresa Transporte S/A.

A empresa Transporte S/A é empresa de economia mista em que o acionista majoritário é a Prefeitura do Município. A empresa Transporte S/A foi contratada pelo poder público para: i) elaborar estudos para a realização do planejamento do sistema; ii) executar a fiscalização da prestação de serviços; iii) gerenciar o sistema de acordo com as diretrizes e políticas estabelecidas.

Após 5 anos de prestação regular de serviços, a empresa Caminho do Mar Transportes vem atrasando o pagamento dos salários de seus empregados, por cerca de 10 dias, nos últimos 4 meses. Com isso, provocou a insatisfação dos seus empregados, inclusive com o ajuizamento de reclamações trabalhistas em que se pretende a rescisão indireta do contrato de trabalho, sob a alegação de que houve a "mora contumaz", danos morais e a responsabilidade subsidiária da empresa Transporte S/A.

A partir do sistema legal trabalhista e do entendimento jurisprudencial consolidado pelo Tribunal Superior do Trabalho:

a) O mero atraso no pagamento dos salários de forma habitual configura mora contumaz e enseja a rescisão indireta do contrato de trabalho, com a responsabilidade subsidiária da empresa Transporte S/A.

b) O atraso do salário por 10 dias de forma habitual configura mora contumaz e a Transporte S/A, que realiza o gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de transporte público, atividade descentralizada da Administração Pública, possui responsabilidade subsidiária, quando evidenciada a culpa lato sensu.

c) O atraso do salário por 10 dias de forma eventual configura mora contumaz e a Transporte S/A, que realiza o gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de transporte público, atividade descentralizada da Administração Pública, possui responsabilidade subsidiária, quando evidenciada a culpa stricto sensu.

d) O mero atraso do salário por 10 dias, ainda que por alguns meses seguidos, não se configura como mora contumaz e a Transporte S/A, que realiza o gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de transporte público, atividade descentralizada da Administração Pública, não se confunde com a terceirização de mão de obra, não ensejando sua responsabilidade subsidiária.

e) O mero atraso do salário por 10 dias, ainda que por alguns meses seguidos, não se configura como mora contumaz e a Transporte S/A, que terceiriza e fiscaliza os serviços de transporte público, possui responsabilidade subsidiária em caso de condenação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre o atraso de salário. A alternativa D está correta. O atraso de 10 para o pagamento do salário, ainda que por alguns meses seguidos, não configura mora contumaz, de acordo com a interpretação do art. 459 da CLT, no qual o atraso não incorrer a período superior a 1 (um) mês. Não obstante, conforme o disposto no art.2º, §1º do decreto-lei 368/68: "Considera-se mora contumaz o atraso ou sonegação de salários devidos aos empregados, por período igual ou superior a 3 (três) meses, sem motivo grave e relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco do empreendimento.' Ainda, cumpre esclarecer que, em análise ao caso narrado, a empresa Transporte S/A, ao gerenciar e fiscalizar serviços de transporte público, desempenha uma função descentralizada da Administração Pública. Isso não se configura como terceirização de mão de obra, e, portanto, não implica responsabilidade subsidiária pela CLT.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 84. Diante da ocorrência de um evento climático catastrófico em diversos municípios de determinado estado da federação, com impacto significativo na economia local, o empregador decide reduzir unilateralmente a jornada de trabalho de seus 80 empregados, de 8 horas diárias para 4 horas diárias, com redução do salário de forma proporcional (50%) até 31 de dezembro de 2024. Diante desse caso, é correto:

a) A situação excepcional justifica o jus resistentiae por parte do empregador apenas em relação à matéria salarial.

b) Em decorrência do princípio da inalterabilidade dos contratos de trabalho, não se admite a redução salarial, ainda que com concordância expressa do empregado, ou por negociação coletiva de trabalho.

c) A situação excepcional justifica o jus variandi por parte do empregador apenas em relação à jornada de trabalho, desde que justifique a medida perante o sindicato da categoria profissional no prazo de 15 dias.

d) Diante de eventos de caso fortuito ou força maior, o sistema jurídico trabalhista autoriza a alteração do contrato de trabalho por ato unilateral do empregador, desde que justifique a medida perante o Ministério do Trabalho no prazo de 15 dias.

e) Apesar da situação climática excepcional, a alteração das cláusulas do contrato de trabalho pertinentes à jornada de trabalho e salário dependem exclusivamente de negociação coletiva de trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O jus resistentiae é o direito do empregado de resistir a ordens ilegais ou abusivas do empregador, não se aplicando ao caso narrado.

A alternativa B está incorreta. A redução salarial pode ser admitida mediante negociação coletiva, nos termos do artigo 7º, VI, CRFB/88.

A alternativa C está incorreta. O jus variandi permite ao empregador alterar certas condições de trabalho, mas a justificativa perante o sindicato não é suficiente para alterações tão significativas.

A alternativa D está incorreta. Embora eventos de força maior possam justificar alterações, a legislação trabalhista brasileira exige negociação coletiva para mudanças significativas como redução de jornada e salário.

A alternativa E está incorreta. Qualquer alteração nas condições do contrato de trabalho deve ser feita com o consentimento do empregado e não pode prejudicá-lo. Nesse sentido, no que se refere a redução de salário e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, nos termos do art. 7º, IV e XIII da CRFB/88.

QUESTÃO 85. Em decorrência da crise econômica que afeta o setor de alimentos, a empresa ABC Alimentícia Ltda. decidiu pela rescisão contratual imotivada de 300 empregados da filial de Jaboatão dos Guararapes, no último dia do mês de maio de 2024. Cerca de 5 dias antes da dispensa em massa, a empresa comunicou a Superintendência Regional do Trabalho (Ministério do Trabalho). Na primeira quinzena de junho de 2024, foi noticiada a incorporação de 3 filiais da empresa ABC Alimentícia Ltda., inclusive a filial de Jaboatão dos Guararapes, pela empresa Ouro Alimentos S/A. Após 2 meses, o Ministério Público do Trabalho ingressou com ação civil pública questionando a validade da dispensa em massa, pretendia a condenação da empresa ao pagamento de danos morals coletivos estimados em R$ 5.000.000,00, com a responsabilização solidária das empresas sucessora e sucedidas, e com pedido de concessão de medida liminar para o reestabelecimento imediato e integral dos contratos de trabalho. A dispensa em massa dos trabalhadores é

a) nula, pois exige a intervenção sindical prévia, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo. A empresa sucessora é responsável pelos atos da empresa sucedida, com a responsabilidade solidária da empresa sucedida e da empresa sucessora, somente quando comprovada a fraude na transferência.

b) válida, pois exige a intervenção sindical prévia ou a prévia comunicação do Ministério do Trabalho, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou Ministério do Trabalho ou ainda a celebração de convenção ou acordo coletivo. A empresa sucessora é responsável pelos atos da empresa sucedida, com a responsabilidade subsidiária da empresa sucedida e da empresa sucessora, somente quando comprovada a fraude na transferência.

c) nula, pois exige a intervenção sindical prévia ou do Ministério Público do Trabalho ou do Ministério do Trabalho, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo. A empresa sucessora é responsável pelos atos da empresa sucedida, com a responsabilidade solidária da empresa sucedida e da empresa sucessora, somente quando comprovada a fraude na transferência.

d) válida, pois não exige a intervenção sindical prévia ou a celebração de convenção ou acordo coletivo. A empresa sucessora é responsável pelos atos da empresa sucedida, com a responsabilidade solidária entre as empresas sucedida e sucessora, somente quando comprovada a fraude na transferência.

e) nula, pois que exige a intervenção sindical prévia, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo. A empresa sucessora é responsável pelos atos da empresa sucedida, com a responsabilidade subsidiária da empresa sucedida e da empresa sucessora, ainda que comprovada a fraude na transferência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A alternativa A está correta. A dispensa em massa dos trabalhadores é NULA. De acordo com a jurisprudência do TST, a dispensa em massa exige negociação coletiva prévia com o sindicato, conforme tese de repercussão geral (Tema 638). Ainda, cumpre esclarecer que a responsabilidade da empresa sucessora será SOLIDÁRIA, em razão da fraude cometida, conforme assim prevê o art. 448-A, CLT.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 86. A ONG Serra Verde contratou técnicos de análises biológicas por meio de contrato de trabalho intermitente. Depois de 18 meses de sua contratação, Tício, um dos técnicos de análises biológicas, questionou judicialmente a relação jurídica contratual, sob o fundamento de que somente foi convocado para a prestação de serviços nos dois primeiros meses logo após a contratação, com 40 horas mensais. Agora pretende rescisão indireta do contrato de trabalho, com a justificativa de que o empregador não realizou novas convocações e, com isso, ensejou redução sensível do trabalho e da remuneração. Para a adequada solução da demanda judicial, é correto afirmar que:

a) Sem a prestação habitual de serviços, não se justifica a celebração do contrato de trabalho, configurando violação grave dos deveres do empregador e ensejando a rescisão indireta do contrato de trabalho.

b) O período de inatividade é considerado tempo à disposição do empregador e a ausência de convocação por mais de 6 meses seguidos importa na redução do trabalho do empregado e afeta sensivelmente a importância salarial, justificando a rescisão indireta do contrato de trabalho.

c) Não há relação de emprego, apenas relação de trabalho, sendo que o empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada com, pelo menos, três dias corridos de antecedência.

d) No contrato de trabalho intermitente, a prestação de serviços com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.

e) Incorporado à CLT com Reforma Trabalhista de 2017, o contrato de trabalho intermitente deve ser obrigatoriamente celebrado por escrito, com a indicação prévia dos períodos e dias da prestação de serviços e deve conter, especificamente, o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o trabalho intermitente, de acordo com a CLT.

A alternativa A está incorreta. Não caracteriza a rescisão indireta do contrato de trabalho, pois o empregador convocará o empregado, sendo essa recursa, sendo que, a recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente, nos termos do art. 452-A, §3º da CLT.

A alternativa B está incorreta. No contrato de trabalho intermitente, o período de inatividade não é considerado tempo à disposição do empregador, conforme o art. 452-A, §5º da CLT. Portanto, a ausência de convocação por mais de 6 meses não justifica a rescisão indireta.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, no trabalho intermitente há relação de emprego. No trabalho intermitente, a lei admite como relação de emprego o serviço sem a habitualidade.

A alternativa D está correta. A prestação de serviços não é contínua e ocorre com alternância de períodos de atividade e inatividade, nos termos do art. 452-A e seguintes da CLT.

A alternativa E está incorreta. O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo.

QUESTÃO 87. Durante o processo de conhecimento, a reclamação trabalhista movida por Tício foi parcialmente acolhida e a empresa reclamada foi condenada a retificar a carteira de trabalho (CTPS) do reclamante e ao pagamento de diferenças de comissões. No curso da execução, mesmo após diversas medidas executórias, não foram localizados bens da empresa devedora. Com isso, o reclamante foi regularmente intimado para dar andamento ao feito no prazo de 30 dias. Findo o prazo concedido, a reclamação trabalhista ficou disponível para as partes por 30 meses na Vara do Trabalho e, posteriormente, arquivada por 18 meses. Diante da inércia das partes, o magistrado trabalhista declarou de ofício extinta a execução, por prescrição intercorrente. O fundamento jurídico para justificar a alteração total ou parcial da decisão em fase recursal é:

a) Segundo o entendimento atual do STF e do TST, é inaplicável a prescrição intercorrente na Justiça do Trabalho.

b) É obrigatória a designação de audiência de conciliação entre as partes antes da declaração da prescrição.

c) Observando a regra constitucional, o prazo da prescrição intercorrente é de 5 anos.

d) A prescrição intercorrente somente pode ser analisada mediante provocação da parte interessada.

e) A prescrição intercorrente não atinge a obrigação de retificação da CTPS e afeta exclusivamente o pagamento de diferenças de comissões.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, prescrição intercorrente é aplicável na Justiça do Trabalho, no prazo de dois anos (art. 11-A, CLT).

A alternativa B está incorreta. Não há exigência legal de designação de audiência de conciliação antes da declaração da prescrição intercorrente.

A alternativa C está incorreta. O prazo da prescrição intercorrente é no prazo de dois anos (art. 11-A, CLT).

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a prescrição intercorrente também poderá ser declarada de ofício pelo juiz, conforme prevê o art. 11-A, §2º.

A alternativa E está correta. A prescrição intercorrente afeta apenas as obrigações de natureza pecuniária, como o pagamento de diferenças de comissões. Ainda, a retificação da CTPS é uma obrigação de fazer, que não se extingue pelo decurso do prazo prescricional, conforme o entendimento jurisprudencial.

QUESTÃO 88. A empresa ABC Ltda. foi contratada pela Administração Pública para prestar serviços de manutenção e limpeza em 5 escolas públicas do Município a partir de janeiro de 2022. Nos últimos meses, após narrarem jornadas de trabalho exaustivas de 14 a 16 horas/dias, sem intervalos para refeição e descanso, em regime de escala 6x1, alguns empregados ingressaram em juízo em face do empregador e da Administração Pública pleiteando o pagamento de horas extras e reflexos legais, os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em atraso, desde dezembro de 2023, e a rescisão indireta do contrato de trabalho. Na reclamação trabalhista ajuizada por Caio, empregado da empresa ABC Ltda., após notificadas, a 14 reclamada (ABC Ltda.) apresentou contestação detalhada e sem documentos. Já a 28 reclamada (Administração Pública) alegou preliminar de ilegitimidade passiva, impugnou a jornada de trabalho sob a alegação de que a jornada descrita é humanamente impossível e que não houve comprovação de diferenças ou apresentação do extrato de FGTS pelo reclamante com a peça inicial. Além disso, exibiu diversos documentos relacionados ao contrato administrativo. O preposto da 1a reclamada não compareceu à audiência e, por isso, a 18 reclamada foi considerada a revel e confessa, apesar de presente o seu advogado. Sem a produção de provas em audiência, o magistrado trabalhista encerrou a fase instrutória e, em sentença, a pretensão

inicial foi acolhida integralmente, com a condenação solidária das reclamadas ao pagamento dos créditos trabalhistas postulados. Em uma análise do caso a partir do sistema legal e entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, é correto:

a) Presente o advogado da 1a reclamada em audiência, o magistrado deveria ter aceitado a contestação da 1a reclamada elidindo a revelia, sendo que a ausência dos controles de jornada de trabalho importa em inversão do ônus da prova e cabe ao empregado comprovar a irregularidade dos depósitos do FGTS.

b) Presente o advogado da 1a reclamada em audiência, o magistrado deveria ter aceitado a contestação da 1a reclamada elidindo a revelia, sendo que não há confissão sobre fato inverossímil e é ônus probatório do empregador comprovar a regularidade dos depósitos do FGTS.

c) Presente o advogado da 1a reclamada em audiência, o magistrado deveria ter aceitado a contestação da 1a reclamada, mas mantida a revelia, sendo que não há confissão sobre fato inverossímil e cabe ao empregado comprovar a irregularidade dos depósitos do FGTS.

d) Ausente o preposto em audiência, a 1a reclamada é revel, sendo que não há confissão sobre fato inverossímil e é ônus probatório do empregado comprovar a irregularidade dos depósitos do FGTS.

e) Presente o preposto da 2a reclamada em audiência, o magistrado deveria ter aceitado a contestação da 1a reclamada elidindo a revelia, sendo que a ausência dos controles de jornada de trabalho importa em inversão do ônus da prova sobre a real jornada de trabalho e cabe ao empregador comprovar a regularidade dos depósitos do FGTS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a inversão do ônus da prova, exigindo o conhecimento do candidato sobre a matéria, bem como, o entendimento da Súmula 388 do TST.

A alternativa B está correta. A presença do advogado da 1ª reclamada em audiência deveria ter elidido à revelia, conforme o artigo 844 da CLT. Além disso, a confissão ficta não se aplica a fatos inverossímeis,

e é ônus do empregador comprovar a regularidade dos depósitos do FGTS, conforme a Súmula 338 do TST.

As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 89. Tício foi contratado por empresa domiciliada em Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco para a função de agente/viajante comercial em 12 de julho de 2010. Após a extinção do contrato de trabalho em 31 de maio de 2024, Tício ingressou com reclamação trabalhista postulando diferenças de horas extras, pagamento de comissões não quitadas e o reembolso de algumas despesas nas viagens realizadas para o empregador, perante a 1a Vara do Trabalho de Serra Grande, em Minas Gerais. Regularmente citada, a empresa reclamada alegou exceção de incompetência territorial em peça autônoma e apresentou contestação, com documentos, ato contínuo. Em audiência inicial, as partes produziram provas que demonstraram de forma convincente que Tício atendia semanalmente diversos clientes em Serra Grande. Na própria audiência, o magistrado da 1a Vara do Trabalho de Serra Grande acolheu as alegações de incompetência territorial, sob a alegação de que Tício estava subordinado à filial de Jaboatão dos Guararapes. O reclamante apresentou seus protestos contra a decisão. Diante do caso apresentado, é correto afirmar:

a) No processo do trabalho, é cabível incidente próprio para discussão da incompetência territorial a ser apresentada no prazo de 5 dias da notificação, sendo incorreta a decisão que acolheu as alegações da empresa de incompetência territorial, mas impugnável por simples protesto em audiência.

b) No sistema processual vigente, as alegações de incompetência territorial devem ser alegadas em preliminar de contestação, a ser apresentada até a audiência, sendo incorreta a decisão que acolheu as alegações da empresa de incompetência territorial, mas atacável por recurso ordinário.

c) No processo do trabalho, é cabível incidente próprio para discussão da incompetência territorial a ser apresentada no prazo de 5 dias da notificação, sendo correta a decisão que acolheu as alegações da empresa de incompetência territorial e somente pode ser impugnável por recurso ordinário.

d) No processo do trabalho, é cabível incidente próprio para discussão da incompetência territorial a ser apresentada no prazo de 8 dias da notificação, sendo incorreta a decisão que

acolheu as alegações da empresa de incompetência territorial, mas atacável por recurso de agravo de instrumento.

e) No sistema processual vigente, as alegações de incompetência territorial devem ser alegadas em preliminar de contestação, a ser apresentada até a audiência, sendo correta a decisão que acolheu as alegações da empresa de incompetência territorial, mas atacável por recurso de agravo de instrumento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata acerca da incompetência territorial, prevista no art. 800 da CLT.

A alternativa A está incorreta. A decisão que acolhe a incompetência territorial não é impugnável por simples protesto em audiência, mas sim por meio de recurso ordinário, previsto no art. 839, II CLT.

A alternativa B está incorreta. A incompetência territorial deve ser arguida em peça autônoma, não em preliminar de contestação, conforme determina o art. 800 da CLT.

A alternativa C está correta. A incompetência territorial deve ser arguida em peça autônoma no prazo de 5 dias, conforme o artigo 800 da CLT. A decisão que acolhe a incompetência territorial é correta se fundamentada na subordinação do empregado à filial de Jaboatão dos Guararapes e pode ser impugnada por recurso ordinário, nos termos do art. 839, II, CLT.

As alternativas D e E estão incorretas. O prazo para arguir a incompetência territorial é de 5 dias, conforme o artigo 800 da CLT, e não 8 dias. Além disso, a decisão que acolhe a incompetência territorial é impugnável por recurso ordinário, não por agravo de instrumento.

QUESTÃO 90. Sob a alegação de dispensa discriminatória por ser portador do vírus HIV, Alberto ingressou em juízo pleiteando a nulidade da dispensa imotivada e sua reintegração, com pedido de tutela de urgência e, ainda, o pagamento dos salários e outras verbas trabalhistas até a data da efetiva reintegração. Em decisão interlocutória, considerando a ausência dos requisitos legais, a tutela requerida foi negada e foi designada audiência. Em contestação, a empresa reclamada alegou que o empregado era portador do vírus HIV antes do ingresso na empresa e

negou a prática de ato discriminatório. Diante das provas produzidas em audiência, o magistrado concedeu ex officio tutela de urgência, determinando a reintegração do trabalhador no prazo de 72 horas, sob pena de multa diária fixada em R$ 300,00 em favor do trabalhador. Contra a tutela concedida, a empresa adotou a medida judicial cabível. Uma semana após a audiência, em sentença, a pretensão inicial foi totalmente acolhida, inclusive com a adequação da tutela de urgência concedida para a reintegração do trabalhador no prazo de 24 horas, com multa diária de R$ 500,00 em caso de descumprimento.

Diante do caso, a concessão de tutela de urgência

a) pode ser concedida ex officio pelo juiz do trabalho, sendo cabível agravo de instrumento contra a decisão interlocutória. Já contra a tutela de urgência concedida em sentença, a parte interessada deverá requerer efeito suspensivo ao recurso ordinário em incidente próprio diretamente no tribunal.

b) depende de requerimento expresso da parte, sendo cabível mandado de segurança contra a decisão interlocutória e, com a prolação da sentença, tem-se a perda de objeto do mandado de segurança impetrado. Já contra a tutela de urgência concedida em sentença, a parte interessada deverá requerer efeito suspensivo ao recurso ordinário em incidente próprio diretamente no tribunal.

c) depende de requerimento expresso da parte, sendo cabível mandado de segurança contra a decisão interlocutória e, com a proclamação da sentença, tem-se a perda de objeto do mandado de segurança. Já contra a tutela de urgência concedida em sentença, a parte interessada deverá opor agravo de instrumento diretamente no tribunal.

d) pode ser concedida a requerimento da parte ou ex officio pelo juiz do trabalho, sendo cabível mandado de segurança contra a decisão interlocutória e, com a proclamação da sentença, tem-se a perda de objeto do mandado de segurança. Já contra a tutela concedida em sentença, a parte interessada poderá requerer a concessão de efeito suspensivo em caráter liminar de urgência no próprio recurso ordinário.

e) depende de requerimento expresso da parte, sendo cabível mandado de segurança contra a decisão interlocutória. Com a tutela de urgência concedida em sentença, a parte interessada deverá adequar o mandado de segurança impetrado anteriormente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A alternativa A está incorreta. Contra a sentença que desafia recurso ordinário, sendo que o efeito suspensivo deve ser perseguido via tutela cautelar, conforme artigo 305 c/c § 5º do art. 1.029 do CPC.

A alternativa B está correta. A tutela de urgência depende de requerimento expresso da parte (art. 300, CPC), e a medida judicial cabível contra a decisão interlocutória que concede ou nega a tutela de urgência é o mandado de segurança. Com a prolação da sentença, ocorre a perda de objeto do mandado de segurança. Contra a tutela de urgência concedida em sentença, a parte interessada deve requerer efeito suspensivo ao recurso ordinário em incidente próprio diretamente no tribunal.

A alternativa C está incorreta. Embora a tutela de urgência dependa de requerimento expresso da parte e o mandado de segurança seja cabível contra a decisão interlocutória, o agravo de instrumento não é a medida correta contra a tutela de urgência concedida em sentença.

As alternativas D e E estão incorretas. A tutela de urgência depende de requerimento expresso da parte, conforme o artigo 300 do CPC. O mandado de segurança é cabível contra a decisão interlocutória, mas a medida correta contra a tutela de urgência concedida em sentença é requerer efeito suspensivo ao recurso ordinário, não em caráter liminar de urgência. A antecipação de tutela deferida em sentença desafia recurso ordinário, sendo que o efeito suspensivo deve ser perseguido via tutela cautelar, conforme artigo 305 c/c § 5º do art. 1.029 do CPC.

QUESTÃO 91. Com base em sólidos estudos técnicos realizados pela Secretaria de Meio Ambiente, o Município pretende, em área urbana consolidada, definir faixa marginal de 15 metros (Área de Preservação Permanente - APP) para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura. Sob o ponto de vista jurídico, a proposta:

a) é viável desde que sejam ouvidos os Conselhos Estadual e Municipal do Meio Ambiente, podendo ser concretizada por lei ou por decreto.

b) é viável desde que seja concretizada por meio de lei, sejam ouvidos os Conselhos Estadual e Municipal de Meio Ambiente e estabeleçam-se regras previstas na Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

c) não encontra viabilidade diante da ausência de competência do Município para disciplinar o tema.

d) é viável e pode ser concretizada por meio de decreto.

e) é viável desde que seja concretizada por meio de lei, ouvido o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Áreas de Preservação Permanente – APP. Acerca da questão de definição de faixa marginal para cursos de água, o art. 4º, I, "a", da Lei 12.651/2012 assim determina: "Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;" Ocorre que, em áreas urbanas consolidadas, é possível que lei municipal ou distrital (e não decreto) defina faixa marginal distinta da estabelecida pelo art. 4º, I, desde que ouvidos tanto o conselho estadual quanto o conselho municipal/distrital de meio ambiente. É o que determina o § 10 do mesmo artigo: "§ 10. Em áreas urbanas consolidadas, ouvidos os conselhos estaduais, municipais ou distrital de meio ambiente, lei municipal ou distrital poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput deste artigo, com regras que estabeleçam: I – a não ocupação de áreas com risco de desastres; II – a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia, do plano de drenagem ou do plano de saneamento básico, se houver; e III – a previsão de que as atividades ou os empreendimentos a serem instalados nas áreas de preservação permanente urbanas devem observar os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental fixados nesta Lei." Portanto, a alternativa B está correta: A proposta do enunciado é viável, desde que seja concretizada por meio de lei, sejam ouvidos os Conselhos Estadual e Municipal de Meio Ambiente e estabeleçam-se regras previstas na Lei 12.651/2012. As alternativas A, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 92. Na discussão do zoneamento municipal, pretende-se criar uma zona urbana que se sobrepõe à zona de amortecimento de um Parque Estadual. Sob o ponto de vista jurídico, a proposta:

a) não encontra viabilidade, diante de expressa vedação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

b) encontra viabilidade, desde que haja manifestação favorável do órgão gestor da Unidade de Conservação e do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

c) encontra viabilidade, diante da competência do Município para disciplinar o tema.

d) encontra viabilidade, desde que haja manifestação favorável do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

e) encontra viabilidade, desde que haja manifestação favorável do órgão gestor da Unidade de Conservação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. O Parque Estadual é classificado como Unidade de Proteção Integral, de acordo com art. 8º, III, c/c art. 11, § 4º, ambos da lei 9.985/2000: "Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: (...) III - Parque Nacional;" e "§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal." Sobre as Unidades de Proteção Integral, nas quais se inclui o Parque Estadual, conforme já visto acima, o art. 49 da Lei 9.985/2000 determina que suas zonas de amortecimento não podem ser transformadas em zonas urbanas. Vejamos: "Art. 49. A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais. Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana." Portanto, a alternativa A está correta: Não é possível criar uma zona urbana que se sobreponha à zona de amortecimento de um Parque Estadual, por expressa vedação do art. 49 da Lei 9.985/2000. Assim, as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 93. A Secretaria de Meio Ambiente encaminhou ao Chefe do Poder Executivo Municipal proposta de decreto que traz ampla lista de atividades e de empreendimentos a serem licenciados pelo Município. Sob o ponto de vista jurídico, a proposta:

a) encontra viabilidade, desde que as atividades e os empreendimentos possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente.

b) não encontra viabilidade, pois é atribuição do Conselho Municipal do Meio Ambiente definir a lista de atividades e de empreendimentos a serem licenciados pelo Município.

c) encontra viabilidade, diante da competência do Município para o licenciamento ambiental, desde que haja fundamentação técnica vinda da Pasta especializada no tema.

d) encontra viabilidade, desde que haja a prévia oitiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

e) encontra viabilidade, desde que as atividades e os empreendimentos possam causar impacto ambiental de âmbito local e haja a prévia oitiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Competências em Direito Ambiental, mais precisamente sobre as competências dos municípios. Sobre as competências administrativas dos Municípios, o artigo 9º, XIV, "a", da LC 140/2011 assim determina: "Art. 9º São ações administrativas dos Municípios: XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos: a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade;" Portanto, a alternativa A está correta, de acordo com artigo 9º, XIV,

"a", da LC 140/2011: O Poder Executivo Municipal é o ente competente para realizar o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelo respectivo Conselho Estadual de Meio Ambiente. Tomando por base o mesmo dispositivo legal, as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 94. A lei traz recuo para construção em lote (distância da construção em relação à rua) bem maior, em determinado bairro residencial, se comparado aos demais bairros residenciais de um Município. Neste cenário, os proprietários:

a) têm direito à indenização por configurar limitação administrativa.

b) podem ter direito à indenização por se tratar de servidão administrativa.

c) têm direito à indenização por configurar desapropriação indireta.

d) têm direito à indenização por configurar servidão administrativa.

e) não têm direito à indenização por se tratar de limitação administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema limitação administrativa. De acordo com jurisprudência do STJ, as restrições ao direito de propriedade impostas por normas ambientais configuram limitações administrativas. Vejamos: "As restrições ao direito de propriedade, impostas por normas ambientais, ainda que esvaziem o conteúdo econômico, não configuram desapropriação indireta. A desapropriação indireta só ocorre quando existe o efetivo apossamento da propriedade pelo Poder Público. Logo, as restrições ao direito de propriedade impostas por normas ambientais configuram limitações administrativas. STJ. 1ª Turma. AgInt no AREsp 1443672/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 11/02/2020." Ademais, tratando-se de uma limitação administrativa, o posicionamento pacífico do STJ é que não cabe de indenização, salvo em caso de dano anormal e específico: "Tratando-se de limitação administrativa, em regra, é indevido o pagamento de indenização aos proprietários dos imóveis abrangidos em área delimitada por ato administrativo, a não ser que comprovem efetivo prejuízo, ou limitação além das já existentes. STJ. 2ª Turma. AREsp 551.389-RN, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 5/8/2023."

Portanto, no caso narrado pelo enunciado, trata-se de uma limitação administrativa e os proprietários não têm direito à indenização. Logo, a alternativa E está correta, e as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 95. A Operação Urbana Consorciada terá sua área delimitada

a) em lei municipal específica.

b) no plano diretor.

c) em lei estadual.

d) em decreto estadual.

e) em decreto municipal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Operação Urbana Consorciada. Conforme artigo 32 do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) traz o seguinte: "Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas." Portanto, a alternativa correta é a letra A. As alternativas B, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 96. Sobre a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, o Município que compartilha efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum:

a) não exerce a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, que cabe ao Conselho Gestor da Região Metropolitana.

b) exerce, de forma subsidiária, na ausência do Estado, a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico.

c) exerce a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico em conjunto com o Estado.

d) é o único titular dos serviços públicos de saneamento básico.

e) não exerce a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, que cabe ao Estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Saneamento Básico, mais precisamente sobre a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico. Sobre a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, o art. 8º da Lei 11.445/2007 assim determina: "Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico: I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local; II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum." Portanto, de acordo com art. 8º, II, da Lei 11.445/2007, no caso de interesse comum, a titularidade será exercida pelo Município em conjunto com o Estado. Logo, a alternativa C está correta, e as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 97. José Leôncio foi autuado por incêndio ocorrido em sua propriedade rural, que se alastrou e atingiu trecho com vegetação nativa. No curso do processo administrativo, apurou-se que todos os cuidados foram tomados pelo proprietário da área (aceiros feitos e mantidos de forma correta). A multa:

a) não poderá ser cobrada, devendo o processo ser arquivado em razão da ausência de dolo ou culpa do proprietário rural.

b) deverá ser cobrada, uma vez que a responsabilidade administrativa ambiental é objetiva fundamentada na teoria do risco integral.

c) deverá ser cobrada, uma vez que a responsabilidade administrativa ambiental é objetiva fundamentada na teoria do risco criado.

d) não poderá ser cobrada em razão da ausência de dolo ou culpa do proprietário rural, devendo o processo seguir para se buscar a reparação do dano ambiental.

e) deverá ser cobrada, uma vez que a responsabilidade administrativa ambiental é, em regra, objetiva, salvo em relação às infrações contra a fauna.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema responsabilidade administrativa ambiental. Sobre a natureza da responsabilidade administrativa ambiental, a jurisprudência do STJ entende, de modo pacífico, que esta é subjetiva (diferentemente da responsabilidade civil ambiental, a qual é objetiva). Vejamos: "A responsabilidade administrativa ambiental é de natureza subjetiva. A aplicação de penalidades administrativas não obedece à lógica da responsabilidade objetiva da esfera cível (para reparação dos danos causados), mas deve obedecer à sistemática da teoria da culpabilidade, ou seja, a conduta deve ser cometida pelo alegado transgressor, com demonstração de seu elemento subjetivo, e com demonstração do nexo causal entre a conduta e o dano. Assim, a responsabilidade CIVIL ambiental é objetiva; porém, tratando-se de responsabilidade administrativa ambiental, a responsabilidade é SUBJETIVA." (STJ. 1ª Seção. EREsp 1318051/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 08/05/2019). No caso narrado pelo enunciado da questão proposta, como José Leôncio tomou todos os cuidados para evitar incêndio, realizou os aceiros e os manteve corretamente, pode-se dizer que não houve dolo ou culpa de sua parte. No entanto, subsiste a necessidade de reparar o dano ambiental, conforme art. 225, § 3º, da CF: "§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados."

Portanto, correta a alternativa D: A multa não poderá ser cobrada em razão da ausência de dolo ou culpa do proprietário rural, devendo o processo seguir para se buscar a reparação do dano ambiental. As alternativas B, C e E estão incorretas, pois falam em responsabilidade objetiva. Ademais, o processo não será arquivado, mas sim prosseguirá em relação à reparação. Logo, a alternativa A também está incorreta.

QUESTÃO 98. Determinado Município foi atingido por um severo e longo período de estiagem. O reservatório de água utilizado, dentre outras finalidades, para abastecimento público, está com nível crítico. Não há outra fonte de captação de água. A Indústria "X" capta volume de água

considerável para seu processo industrial. Neste cenário, a outorga de direito de uso de recursos hídricos concedida à Indústria "X":

a) será cassada.

b) permanece integra, cabendo à Indústria compensar o uso dos recursos hídricos com o fornecimento de caminhões pipa à população do Município atingido.

c) permanece integra, diante do direito adquirido e da necessidade de manutenção dos empregos gerados pela indústria.

d) poderá ser suspensa parcial ou totalmente por prazo determinado.

e) será revogada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Política Nacional de Recursos Hídricos, mais precisamente sobre a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.

A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, conforme art. 5º, III, da Lei 9.433/97: "Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos: (...) III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;" Em algumas situações, a outorga poderá ser suspensa. É o que determina artigo 15 da Lei 9.433/97 e seus incisos. Analisando o caso narrado pelo enunciado, percebe-se que se enquadra nos incisos III e V do art. 15, a seguir: "Art. 15. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias: (...) III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; (...) V - necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas;". Portanto, a outorga de direitos de uso de recursos hídricos, no caso hipotético, poderá ser suspensa parcial ou totalmente. Correta, pois, a alternativa D. As alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 99. A política de desenvolvimento urbano é executada:

a) pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas pelo Conselho Gestor da Política de Desenvolvimento Urbano.

b) por Comissão Bipartite formada pelo Município e pelo respectivo Estado.

c) pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei.

d) pelo Poder Público Municipal, seguindo as normas fixadas por Comissão Tripartite formada pela União, pelo respectivo Estado e pelo próprio Município.

e) pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais estabelecidas em Decreto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema política de desenvolvimento urbano.

De acordo com art. 182 da Constituição Federal: "Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.". Portanto, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 100. Um empreendedor pretende lotear terreno em área urbana. O empreendimento contará com lotes que são propriedade exclusiva e área comum de lazer. Sobre a possibilidade de colocar uma cancela na entrada do empreendimento, restringindo-se o acesso:

a) Não é possível, podendo-se, todavia, controlar o acesso por meio de cadastro e de uso de imagens.

b) É possível, desde que o empreendedor apresente compensação financeira destinada a programas sociais do Município.

c) É possível, desde que haja previsão expressa na Lei de Diretrizes Urbanísticas do Município.

d) Não é possível, uma vez que as vias existentes no empreendimento são públicas.

e) É possível, visto que o empreendimento segue a normativa do condomínio edilício, mas desde que respeitada a legislação urbanística.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema loteamento, mais precisamente, do condomínio de lotes. De acordo com art. 1.358-A, caput e § 2º, inciso I, do Código Civil: "Art. 1.358-A. Pode haver, em terrenos, partes designadas de lotes que são propriedade exclusiva e partes que são propriedade comum dos condôminos. § 2º Aplica-se, no que couber, ao condomínio de lotes: I - o disposto sobre condomínio edilício neste Capítulo, respeitada a legislação urbanística; e II - o regime jurídico das incorporações imobiliárias de que trata o Capítulo I do Título II da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, equiparando-se o empreendedor ao incorporador quanto aos aspectos civis e registrários. Portanto, a alternativa correta é a letra E: É possível colocar a cancela, restringindo o acesso, visto que o empreendimento segue a normativa do condomínio edilício, mas desde que respeitada a legislação urbanística As alternativas A, B, C e D ficam, pois, automaticamente incorretas.

PGM VITÓRIA/ES

QUESTÃO 01. O Tribunal de Contas do Estado Alfa apreciou as contas anuais de gestão do Prefeito do Município Beta e emitiu parecer favorável à sua aprovação. Ao receber a manifestação do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara Municipal, com base no regime interno dessa Casa Legislativa, abriu prazo para que qualquer vereador pudesse impugná-lo, de modo que pudesse ser apreciado pelo plenário da Casa Legislativa. A míngua de qualquer impugnação, as contas foram consideradas aprovadas.

A luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa narrativa

a) não apresenta qualquer incorreção.

b) apresenta incorreção em relação à aprovação das contas sem apreciação pelos vereadores.

c) apresenta incorreção em relação ao não julgamento das contas pelo Tribunal de Contas.

d) apresenta incorreção ao permitir a impugnação de parecer favorável à aprovação das contas.

e) apresenta incorreção em relação à competência da Câmara Municipal para apreciar o parecer prévio.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa A está incorreta. Não, pois não existe a aprovação ficta de contas, tem que haver a votação e a aprovação, consoante o entendimento do Supremo Tribunal Federal (RE 729744).

A alternativa B está correta. De fato, pois o parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por

decurso de prazo nos termos do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça ao apreciar RE 729744.

A alternativa C está incorreta. O julgamento efetivo das contas é uma competência da Câmara Municipal (RE 729744).

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a impugnação do parecer é um procedimento permitido e, inclusive, necessário, para garantir a transparência e a devida fiscalização.

A alternativa C está incorreta. Compete exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local (RE 729744).

QUESTÃO 02. XX, magistrado com assento em órgão jurisdicional com competência para realizar o controle concentrado de constitucionalidade, sempre que realizava a interpretação constitucional, era direcionado pelos alicerces fundamentais da jurisprudência dos conceitos.

Essa constatação permite concluir que o entendimento de XX, no exercício da atividade judicante, é compatível com

a) o originalismo.

b) o ativismo judicial.

c) o realismo jurídico.

d) a mutação constitucional.

e) o diálogo entre os planos axiológico e deontológico.

Comentários

A alternativa A está correta. A questão trata acerca do realismo jurídico.

O originalismo atribui à Constituição o sentido que seus autores originais lhe conferiram no momento da promulgação. Trata-se de uma interpretação rígida, que não admite a adaptação do texto constitucional às mudanças históricas ou sociais. Por sua vez, a "jurisprudência dos conceitos" dá ênfase ao rigor técnico e à abstração dos conceitos jurídicos na interpretação e aplicação do direito. Sendo durante o auge do positivismo jurídico, buscava construir o direito a partir de conceitos estritamente definidos, de forma lógica e sistemática, como se fosse uma ciência exata (característica do Positivismo). Embora o originalismo, em si, não seja exatamente sinônimo de jurisprudência dos conceitos, as duas abordagens compartilham o formalismo e a preocupação com o significado fixo e técnico dos textos jurídicos.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 03. Determinado Tribunal, ao se deparar com um debate em relação à incidência, ou não, de certo direito fundamental em uma relação processual, observou que as partes desenvolviam argumentos com base nas concepções de posições jurídicas prima facie e posições jurídicas definitivas.

Com base na teoria dos direitos fundamentais e na concepção preponderante na realidade brasileira, o Tribunal entendeu que os direitos fundamentais

a) devem ser compreendidos com base na teoria externa, a qual, ao alicerçar posições jurídicas definitivas, é refratária à ponderação de bens, não sendo aceito por essa razão.

b) em sua quase totalidade, ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, o que permite a formação da norma de decisão conforme o problema concreto.

c) ensejam posições jurídicas prima facie, fruto da teoria externa dos direitos fundamentais, sendo influenciadas pelos aspectos circunstanciais do caso concreto.

d) ensejam posições jurídicas prima facie, que somente prevalecem em situações excepcionais, pois são incompatíveis com a máxima de cedência reciproca.

e) se harmonizam com a presença de uma posição jurídica prima facie ou absoluta, que é delineada ao fim da resolução da colisão entre direitos fundamentais.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata acerca da posição jurídica prima facie, exigindo o conhecimento do examinando desta teoria.

A alternativa A está incorreta. A teoria externa dos direitos fundamentais aceita a ponderação de bens, especialmente na concepção de posições jurídicas prima facie.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, os direitos fundamentais estão sujeitos à ponderação.

A alternativa C está correta. Conforme a professora Nelma Fontana, os direitos fundamentais tem natureza jurídica de princípios e não de regras jurídicas, de modo que, diante de um conflito desses direitos fundamentais, busca-se a harmonização das normas. Entretanto, não sendo possível, busca-se a ponderação daquilo que será aplicado ao caso concreto, ou, porventura, aquilo que será relativizado. Nesse sentido ainda, explica Jose Salviano Carvalho da Costa "o caráter prima facie dos direitos fundamentais alinha-se às afirmações da teoria externa, posto que somente por via da interpretação dos princípios e regras como razões para o juízo concreto do dever-ser poderá se extrair a real extensão da proteção fundamental adequada ao caso em voga." Portanto, as posições jurídicas prima facie é a concepção preponderante na realidade brasileira, onde os direitos fundamentais são vistos como posições prima facie, poderão ser ajustadas conforme os aspectos específicos do caso em análise pelo julgado.

A alternativa D está incorreta. As posições jurídicas prima facie permitem a ponderação de direitos fundamentais.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, os direitos fundamentais são geralmente considerados posições prima facie e não absolutas.

QUESTÃO 04 - O Supremo Tribunal Federal (STF), em atendimento à postulação apresentada pelo Município Delta, que utilizou a ação constitucional cabível, reconheceu a inconformidade constitucional de decisões de órgãos da Justiça do Trabalho que determinaram a penhora de dotações orçamentárias do referido ente federativo, visando saldar débitos trabalhistas de empresas públicas municipais. O Município Beta teve os seus interesses atingidos por determinações similares, proferidas por órgãos de primeira e de segunda instâncias.

Considerando os termos dessa narrativa, o Município Beta deve dirigir-se ao STF com o ajuizamento de

a) reclamação

b) recurso extraordinário.

c) mandado de segurança.

d) ação direta de inconstitucionalidade.

e) arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme o gabarito divulgado pela banca examinadora. Contudo, essa questão é passível de recurso.

A alternativa A está correta. Considerando que o município Beta teve seus interesses atingidos por determinações similares, sendo reconhecida a inconformidade constitucional das decisões, caberá ao município Beta ajuizar em face do STF Reclamação Constitucional, nos termos do artigo 103-A, § 3º da Constituição da República de 1988, uma vez que as decisões de primeira e segunda instância desrespeitaram uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Note que já há decisão com efeitos vinculantes do Tribunal e essa decisão não está sendo respeitada.

A alternativa B está incorreta. Não será cabível neste caso, pois, as decisões de primeira e segunda instância não envolvem diretamente a inconstitucionalidade da norma, mas sim a execução de débitos trabalhistas, portanto, não será cabível recurso extraordinário.

A alternativa C está incorreta. O mandado de segurança é utilizado para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, nos termos do art. 5º, LXIX, da CRFB/88, não sendo, portanto, cabível ao caso.

A alternativa D está incorreta. A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) é usada para questionar a constitucionalidade de normas em abstrato, não sendo, portanto, cabível ao caso.

A alternativa E está correta, conforme o gabarito da banca examinadora. Contudo, a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) é utilizada para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público, não sendo, portanto, cabível ao caso.

QUESTÃO 05. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa (TJEA), ao apreciar ação direta de inconstitucionalidade manejada contra a Lei no X, do Município Sigma, declarou a sua inconstitucionalidade utilizando como paradigma norma da Constituição da República afeta ao processo legislativo, mais especificamente à promulgação das leis. Em sede de embargos de declaração, esclareceu que a Constituição do Estado Alfa não teria disciplinado a temática, daí a utilização da congênere federal como paradigma de confronto.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar, em relação à referida decisão, que

a) é correta, considerando a natureza da norma utilizada como paradigma de confronto pelo TJEA

b) usurpou competência do Supremo Tribunal Federal ao realizar a análise com base na Constituição da República.

c) é incorreta, salvo se houver norma da Constituição Estadual remetendo à Constituição Federal e determinando a sua aplicação subsidiária

d) é correta, pois o sistema constitucional brasileiro forma uma organicidade, logo, o TJEA sempre apreciará a norma objeto de controle à luz das Constituições Federal e Estadual.

e) é incorreta, salvo se a Constituição da República contiver norma expressa determinando a observância da norma pelas Constituições Estaduais, não bastando a ideia de simetria.

Comentários

A alternativa A está correta. A questão trata acerca da ação direta de inconstitucionalidade.

O processo legislativo é norma de repetição obrigatória, e a Constituição do Estado deve guardar simetria com a Constituição Federal. De modo que, quando o Tribunal de Justiça exerce essa competência, ele não usurpa a competência do STF, pois está interpretando a Constituição do Estado sob o prisma da Constituição Federal, que é norma de repetição obrigatória, conforme assim explica a professora Nelma Fontana. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 06. Em razão das deficiências detectadas, no âmbito de determinado ente federativo, na prestação do serviço de educação básica, o Ministério Público ajuizou ação civil pública com o objetivo de obter provimento jurisdicional que determinasse a sua regularização, formulando diversos pedidos nesse sentido.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar que o Poder Judiciário deve

a) negar-se a substituir-se ao administrador no delineamento de finalidades e na gestão de políticas públicas.

b) limitar-se a determinar medidas pontuais, não avançando para as generalidades estruturais do sistema.

c) apontar as finalidades a serem alcançadas, cabendo à Administração delinear o plano ou os meios para alcançá-las.

d) nomear administrador judicial de modo a regularizar a gestão do sistema, com posterior reassunção pela Administração.

e) determinar, se necessário, for, a utilização de ocupantes de cargos em comissão e servidores temporários para suprir as carências de professores.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre a intervenção do poder judiciário em políticas públicas. O Supremo Tribuna Federal possui jurisprudência pacífica sobre a matéria, ao apreciar o RE 684612 / RJ.

A alternativa B está correta, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Pode o Poder Judiciário interferir em políticas públicas, mas deverá se limitar a determinar medidas pontuais, não avançando para generalidades do sistema, conforme Tese firmada no RE 684612. Vejamos: "1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)."

QUESTÃO 07. A Lei Municipal n X, com o objetivo de fomentar o desporto no território do Município Sigma, determinou a adoção de três ordens de providências pelas estruturas de poder desse ente municipal:

I. tratar de forma mais benéfica o desporto não profissional do que o desporto profissional

II. somente destinar recursos públicos, para o desporto de alto rendimento, em casos específicos e de Caráter não prioritário

III. incentivar as manifestações desportivas de caráter nacional. Nesse caso, é correto afirmar, em relação às três ordens de providências, que, na perspectiva constitucional,

a) todas são constitucionais.

b) apenas a providência I é constitucional.

c) apenas a providência II é constitucional.

d) apenas as providências I e III são constitucionais.

e) apenas as providências II e III são constitucionais.

Comentários

A questão trata sobre o desporto, exigindo do candidato conhecimento sobre o artigo 217 da Constituição da República de 1988.

Passamos a analisar as afirmativas.

A afirmativa I está correta. A CRFB/88 permite o tratamento diferenciado para o desporto não-profissional (art., 217, III, CRFB/88).

A afirmativa II está correta. Também destinará recursos para o desporto educacional, não apenas para o desporto de alto rendimento (art. 217, II, CRFB/88).

A afirmativa III está correta. Haverá também a proteção e incentivo às manifestações desportivas (art. 217, IV, CFRB/88).

A alternativa A está correta, pois todas as afirmativas são constitucionais.

As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 08. Maria, esposa de João, Prefeito do Município Alfa, pretende concorrer ao cargo eletivo de vereadora no referido município na eleição que se realizaria ao fim do ano X. No início do ano X, João velo a falecer. No período estabelecido pela legislação vigente, Maria requereu o registro de sua candidatura, que veio a ser impugnada pelo Partido político Alfa, sob o argumento de que ela estaria inelegível.

A luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

a) a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal não afasta a inelegibilidade de estatura constitucional.

b) Maria não pode concorrer ao cargo eletivo no território em que João era Prefeito, o que não é excepcionado pela ordem constitucional.

c) não há inelegibilidade no Poder Legislativo gerada por cargo no Executivo, logo, Marja poderia concorrer ao cargo eletivo independente do falecimento de João.

Maria pode concorrer ao cargo eletivo em razão da morte de João, já que a dissolução do vínculo conjugal não decorreu de uma tentativa de burla à sistemática constitucional.

e) a inelegibilidade do cônjuge do Prefeito Municipal somente ocorre em relação a quem ocupe esse cargo nos seis meses anteriores à eleição, o que não é o caso.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre elegibilidade de cônjuge. Para responder a essa questão, o candidato deveria ter conhecimento acerca da Súmula Vinculante 18 e, também, do apreciado pelo RE 758.461.

A alternativa D está correta. Segundo a Súmula Vinculante 18, a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do art. 14 da Constituição Federal. Entretanto, o STF ao apreciar a referida súmula em caso de morte de um dos cônjuges, firmou o entendimento que a Súmula Vinculante 18 não se aplica aos casos de extinção do vínculo conjugal pela morte de um dos cônjuges. Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 09. Nas eleições para a Câmara dos Deputados, o partido político Alfa elegeu Deputados Federais em oito unidades da federação, somente obtendo votos válidos nessas unidades; o partido político Beta elegeu quinze Deputados Federais e recebeu 299 (dois por cento) dos votos válidos; e o partido político Sigma elegeu vinte Deputados Federais, por vinte Estados, distintos, recebendo 1% (um por cento) dos votos válidos em cada um deles.

À luz da sistemática constitucional afeta à cláusula de desempenho dos partidos políticos, e a partir dos dados fornecidos, é correto afirmar, em relação à Alfa, Beta e Sigma, que, observado o eventual preenchimento de outros requisitos constitucionais,

a) todos podem preenchê-la.

b) apenas o partido político Alfa pode preenchê-la.

c) apenas o partido político Beta pode preenchê-la.

d) apenas os partidos Políticos Alfa e Sigma podem preenchê-la.

e) apenas os partidos políticos Beta e Sigma podem preenchê-la.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre os recursos do fundo partidário, exigindo conhecimento do art. 17, §3º, da CRFB/88.

A alternativa E está correta. Vejamos que o determina a Constituição da República de 1988: “Art. 17, § 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos

Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou II - tiverem elegido pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação."

Pois bem, o partido político Beta elegeu quinze Deputados Federais e recebeu 299 (dois por cento) dos votos válido e partido político Sigma elegeu vinte Deputados Federais, por vinte Estados, distintos, recebendo 1% (um por cento) dos votos válidos em cada um deles. Veja que ambos preenchem os requisitos constitucionais. O partido político Alfa não conseguiu pois precisaria de eleger seus deputados em nove Estados da Federação, elegendo apenas oito.

Diante o exposto, as demais alternativas estão incorretas, conforme o gabarito da alternativa E.

QUESTÃO 10. Pedro, de nacionalidade brasileira e por se sentir um "cidadão do mundo", decidiu que não deveria estar atrelado a nenhum País, que o levou a consultar um especialista em relação à possibilidade, ou não, de renunciar à nacionalidade brasileira.

A luz da Constituição da República, foi corretamente informado a Pedro que

a) não é possível a renúncia na forma alvitrada por ele.

b) a renúncia não é ato unilateral, pressupondo aquiescência do órgão competente.

c) o direito de nacionalidade é indisponível, logo, incompatível com o instituto da renúncia.

d) é possível a renúncia, mas a "nacionalidade pode ser readquirida, em caráter derivado, nos termos da lei.

e) é possível a renúncia, mas a nacionalidade pode ser readquirida, em caráter originário, nos termos da lei.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre a renúncia da nacionalidade.

A alternativa A está correta. A Constituição da República de 1988 permite a perda da nacionalidade brasileira apenas se a pessoa adquirir outra nacionalidade voluntariamente (art. 12, §4º, II). Pedro poderá renunciar a nacionalidade brasileira, desde que não configura hipótese de apatridia. Veja que Pedro não quer ter vínculo com nenhum Estado ou nacionalidade.

A alternativa B está incorreta. A renúncia à nacionalidade brasileira é um ato unilateral do indivíduo, desde que não resulte em apatridia. A exigência é adquirir outra nacionalidade.

A alternativa C está incorreta. O direito à nacionalidade pode ser renunciado conforme o disposto no Art. 12 da Constituição, desde que isso não leve à apatridia.

A alternativa D está incorreta. A Constituição permite a perda da nacionalidade, mas a readquisição só é possível em caráter originário (art. 12, §5º, CRFB/88).

A alternativa E está incorreta. Ao se readquirir a nacionalidade, é em caráter derivado.

QUESTÃO 11. O Secretário de Fazenda do Município Alfa figurou como autoridade coatora em mandado de segurança impetrado por um servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em que postulava o pagamento de certa vantagem pecuniária que, ao seu ver, fora indevidamente suprimida dos seus ganhos regulares. Foi dada ciência da impetração ao órgão de representação judicial do Município Alfa. O pedido foi julgado procedente e a sentença concessiva do mandado de segurança determinou a imediata implementação da vantagem e o correlato pagamento dos valores pretéritos o tomar ciência do teor da decisão, o Secretário de Fazenda do Município Alfa interpôs recurso de apelação.

A luz da sistemática vigente, é correto afirmar, em relação à narrativa acima, que ela

a) não apresenta nenhuma irregularidade.

b) somente apresenta irregularidade em relação à interposição de recurso pela autoridade coatora.

c) somente apresenta irregularidade quanto à determinação de pagamento de vantagens anteriores à sentença.

d) somente apresenta irregularidade quanto à determinação de pagamento de vantagens anteriores ao ajuizamento da inicial.

e) somente apresenta irregularidade quanto à determinação de pagamento de vantagens anteriores ao ajuizamento da inicial sem a condicionante do prazo prescricional.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. Para responder a essa questão, exigiu do candidato a aplicabilidade da Súmula 271 do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa D está correta. Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação à período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria. Ou seja, deverá considerada a data de impetração do mandado de segurança. A ademais alternativas estão incorretas, nesse sentido.

QUESTÃO 12. A Lei municipal no X, de iniciativa parlamentar, proibiu a participação de servidores públicos municipais nas licitações realizadas pelas estruturas de poder do Município Beta. Acresça-se que o projeto foi devidamente sancionado pelo Prefeito Municipal.

Logo após a publicação desse diploma normativo, a associação dos servidores públicos municipais consultou um especialista em relação à sua conformidade constitucional, sendo-lhe corretamente-informado que ele é

a) inconstitucional por invadir competência legislativa privativa da União.

b) constitucional por versa sobre típico interesse local, de competência privativa municipal.

c) inconstitucional por invadir competência legislativa concorrente da União e do Estado

d) constitucional, pois foi editada no exercício da competência legislativa suplementar Município.

e) inconstitucional, na medida em que o vício de iniciativa não foi sanado pela sanção do Prefeito Municipal.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. Para responder a essa questão o candidato deveria ter conhecimento acerca da jurisprudência da matéria.

A alternativa A está incorreta. A União tem competência privativa para legislar sobre determinadas matérias, mas a questão não envolve uma dessas competências exclusivas, como defesa nacional ou moeda, por exemplo.

A alternativa B está incorreta. Embora os municípios tenham competência para legislar sobre assuntos de interesse local (Art. 30, I, da Constituição Federal), a questão da licitação pública pode envolver normas gerais que são de competência da União (Art. 22, XXVII).

A alternativa C está incorreta. Licitações são regulamentadas principalmente pela União, e os municípios podem suplementar essas normas no que couber (Art. 24, CF), desde que não contrariem normas gerais.

A alternativa D está correta. É constitucional o ato normativo municipal, editado no exercício de competência legislativa suplementar, consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal ao apreciar o RE 910552, firmando a seguinte tese: "É constitucional o ato normativo municipal, editado no exercício de competência legislativa suplementar, que proíba a participação em licitação ou a contratação: (a) de agentes eletivos; (b) de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança; (c) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer destes; e (d) dos demais servidores públicos municipais."

A alternativa E está incorreta. Note que o caso narrado se refere à competência legislativa.

QUESTÃO 13. A Lei federal n X veiculou a obrigatoriedade de serem concedidos incentivos, pela União, no âmbito de determinado complexo geoeconômico e social, de modo a atuar como fator de estímulo ao seu desenvolvimento. Para tanto, foi estatuído, entre outras medidas, que haveria o diferimento temporário de certos tributos federais devidos por pessoas físicas e jurídicas, além de juros favorecidos

para o financiamento de atividades prioritárias. Um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional da Lei federal n X, sendo-lhe corretamente esclarecido que ela

a) não apresenta nenhum vicio.

b) apresenta vicio penas quanto à forma, pois deveria ter sido editada lei complementar.

c) apresenta vicio apenas ao estabelecer o diferimento temporário de tributos devidos por pessoas físicas.

d) apresenta vicio quanto ao tratamento diferenciado de um complexo geoeconômico e social em detrimento do restante do país.

e) apresenta vicio apenas ao estabelece juros favorecidos, considerando somente as atividades prioritárias realizadas em um complexo geoeconômico e social em particular.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A alternativa A está correta. Para responder a essa questão, bastava a aplicabilidade do art. 43 da Constituição da República de 1988. Vejamos: “Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas, ou jurídicas.”

A alternativa B está incorreta. Necessita de lei complementar (art. 43, §2º, CRFB/88)

A alternativa C está incorreta. O vício não está apenas no diferimento temporário, mas sim na necessidade de ser uma lei complementar para tratar desses incentivos (art. 43, §1º, CRFB/88).

A alternativa D está incorreta. O vício, novamente, é quanto à forma da lei.

A alternativa E está incorreta. Estabelecimento de juros favorecidos é permitido pela Constituição, ao ser regulado por uma lei complementar (art. 43, §1º, CRFB/88).

QUESTÃO 14. A Secretária Municipal competente, no âmbito do Poder Executivo do Município de Vitória/ES, realizou levantamento dos bens municipais de natureza dominical. Ao fim do levantamento,

sugeriu ao Prefeito Municipal providências que se encontram em perfeita harmonia com a Lei Orgânica do Município de Vitória. Assinale, entre as opções, a única que se ajusta à narrativa.

a) Deve-se atribuir preeminência à opção de venda dos bens imóveis

b) A concessão de direito real de uso ocupa posição preferente em relação à venda ou à doação.

c) Deve-se atribuir preeminência à transformação dos bens dominicais em bens de uso especial

d) A venda de áreas urbanas, aos proprietários dos imóveis lindeiros, dispensa a autorização legislativa.

e) A concessão de direito real de uso somente pode ser realizada em se tratando de bem imóvel a ser empregado em serviço público.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa A está incorreta. A Lei Orgânica prioriza a concessão de direito real de uso.

A alternativa B está correta. A resposta para essa questão encontra previsão no art. art. 24, §1º, da Lei Orgânica do Município de Vitória/ES. Vejamos: ""§ 1º O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso mediante prévia autorização legislativa e concorrência. A concorrência poderá ser dispensada por lei quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado."

A alternativa C está incorreta. Não há previsão na Lei Orgânica que atribua preeminência à transformação dos bens dominicais em bens de uso especial.

A alternativa D está incorreta. A concessão de direito real de uso é priorizada com prévia autorização legislativa e concorrência.

A alternativa E está incorreta. A concessão de direito real de uso pode ser feita para diversos fins, não se limitando apenas ao uso em serviço público.

QUESTÃO 15. No âmbito do ente federativo Alfa, é identificada a existência de duas sociedades de economia mista e de uma empresa pública que desempenham atividade econômica em sentido estrito. A sociedade de economia mista X recebia recursos do respectivo ente federativo para o pagamento de despesas com pessoal. A sociedade de economia mista Y recebia recursos dessa natureza para o pagamento das despesas de manutenção de bens imóveis. Por fim, a empresa pública Z recebia tais recursos para a aquisição de equipamentos e instalações.

Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à sujeição, ou não, dos empregados de X, Y e Z ao teto remuneratório constitucional, que

a) todos estão sujeitos ao teto.

b) apenas os empregados de X estão sujeitos ao teto.

c) apenas os empregados de Z estão sujeitos ao teto.

d) apenas os empregados de X e Y estão sujeitos ao teto.

e) apenas os empregados de Y e Z estão sujeitos ao teto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme o gabarito oficial divulgado pela banca examinadora. Entretanto, compreendemos que a letra A também está correta.

A alternativa A está correta, também. Todos os empregados de X, Y e Z estão sujeitos ao teto remuneratório, nos termos do Art. 37, § 9º, da CRFB/88. Vejamos: "9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral."

Como todas as entidades (X, Y, e Z) recebem recursos do ente federativo para despesas de pessoal, manutenção, ou aquisição de equipamentos, os empregados estão sujeitos ao teto remuneratório constitucional. Isso está em conformidade com o Art. 37, § 9º, da CRFB/88.

A alternativa B está incorreta. Todos estão sujeitos ao teto, não apenas os empregados de X.

A alternativa C está incorreta. Todos estão sujeitos ao teto, não apenas os empregados de Z.

A alternativa D está incorreta. Todos estão sujeitos ao teto, não apenas os empregados de X e Y.

A alternativa E está incorreta Todos estão sujeitos ao teto, não apenas os empregados de Y e Z.

QUESTÃO 16. Pedro, Prefeito do Município Sigma, teve uma dura discussão com João, seu vizinho, em razão de uma árvore situada na linha limítrofe das propriedades de ambos. Por tal razão, Pedro desferiu disparos de arma de fogo que foram a causa eficiente de sua morte

A luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

a) a competência do Tribunal do Júri, por consubstanciar direito fundamental da pessoa humana, deve sempre preponderar sobre a competência do Tribunal de Justiça, logo, Pedro deve ser julgado por aquele órgão.

b) na situação descrita na narrativa, a competência do Tribunal do Júri prepondera sobre a competência do Tribunal de Justiça, logo, Pedro deve ser julgado por aquele órgão.

c) na situação descrita na narrativa, a competência do Tribunal de Justiça prepondera sobre a competência do Tribunal do Júri, logo, Pedro deve ser julgado por aquele órgão.

d) cabe ao Tribunal de Justiça, órgão de maior hierarquia, decidir se Pedro deve ser processado e julgado perante o Tribunal de Justiça ou perante o Tribunal do Júri

e) como a competência do Tribunal de Justiça sempre prepondera sobre a do Tribunal do Júri, Pedro deve ser processado e julgado perante aquele órgão

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa B está correta. Houve a prática do crime de homicídio que não se relaciona com o exercício das funções. E nesse caso, não prevalecerá o foro por prerrogativa de função, sendo ele levado a júri popular.

Em maio de 2018, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em questão de ordem na Ação Penal 937, restringiu o foro por prerrogativa de função às hipóteses de crimes praticados no exercício da função ou em razão dela. Com base nesse entendimento, em junho de 2018, a Corte Especial do STJ decidiu, na questão de ordem na APn 857, que o foro no caso de governadores e conselheiros de tribunais de contas ficaria restrito a fatos ocorridos durante o exercício do cargo e em razão deste. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 17. Maria, vereadora no âmbito do Município Sigma, logo após deixar uma sessão da Câmara Municipal, estando fora de suas dependências, foi abordada por veículos de comunicação social de alcance nacional e questionada em relação às suspeitas de que ilícitos vinham sendo praticados no âmbito de Sigma. Nesse momento, afirmou que agentes do Poder Executivo vinham sistematicamente desviando recursos públicos, constatação que decorria da inexistência de cumprimento, pelos contratados, das obrigações assumidas junto ao Poder Público, embora fosse promovida a devida liquidação da despesa pública. Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

a) a afirmação de Maria não tem correlação com o exercício do mandato, o que pode acarretar a sua responsabilização.

b) não é possível a responsabilização de Maria, considerando a natureza e o local em que foi realizada a afirmação.

c) na medida em que os veículos de comunicação têm caráter nacional, Maria pode ser responsabilizada.

d) a responsabilização de Maria este condicionada à prévia autorização da Câmara Municipal

e) como a afirmação foi feita fora das dependências da Câmara, Maria pode ser responsabilizada.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa B está correta. A decisão do STF, em maio de 2018, ao restringir o foro por prerrogativa de função, implica que o foro especial é aplicável somente aos crimes cometidos no exercício da função ou em razão dela. Ao apreciar o RE 600063 firmou a seguinte tese: "Nos limites da circunscrição do município e havendo pertinência com o exercício do mandato, garante-se a imunidade ao vereador." Portanto, os vereadores gozam de imunidade material por suas opiniões, palavras e votos, dentro dos limites do município e havendo pertinência com o exercício do mandato. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 18. O Prefeito do Município Alfa encaminhou projeto de lei à Câmara Municipal, alterando o regime jurídico dos servidores públicos municipais. O projeto disciplinou os requisitos a serem observados para a progressão funcional, fixou em 5% da remuneração básica o valor de determinada gratificação estipendial; e dispôs sobre o processo administrativo disciplinar ao qual os servidores poderiam responder.

No curso do processo legislativo, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu corretamente, na perspectiva da Constituição da República, que

a) como o poder de emendar está ínsito no poder de legislar, poderiam ser livremente apresentadas emendas no âmbito da Câmara Municipal, não havendo limitadores a esse respeito

b) por se tratar de projeto de lei afeto ao regime jurídico dos servidores públicos, somente podem ser aceitas emendas de comissão, nas emendas individuais.

c) a disciplina da progressão funcional é manifestamente inconstitucional per afrontar a exigência de aprovação em concurso público para o acesso aos cargos públicos.

d) por se tratar de matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, o poderiam ser aprovadas emendas no âmbito da Câmara Municipal.

e) o valor da gratificação estipendial não pode ser aumentado por meio de emenda parlamentar.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A alternativa A está incorreta. Mesmo que o poder de emendar esteja implícito no poder de legislar, há restrições quando a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

A alternativa B está incorreta. A restrição não se aplica da forma indicada.

A alternativa C está incorreta. A progressão funcional não afronta o princípio do concurso público.

A alternativa D está incorreta. Podem mendas ser apresentadas e aprovadas, desde que não alterem a essência do projeto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo

A alternativa E está correta. As emendas parlamentares que aumentem despesas em projetos de lei de iniciativa privativa do Chefe do Executivo são inconstitucionais: "Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;"

QUESTÃO 19. Em razão da não realização, para o Município Alfa, das transferências obrigatórias contempladas na Constituição da República, & Prefeito desse Município impetrou mandado de segurança contra ato do Governador do Estado Delta, o qual foi apontado como autoridade coatora. Tribunal de Justiça, órgão competente para apreciar a causa em caráter originário, proferiu decisão denegatória que, ao ver do impetrante, era teratológica, sendo tida como manifestamente contrária a diversos comandos da Constituição da República.

Exauridos os recursos cabíveis no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Delta, o procurador-geral de Alfa concluiu corretamente que

a) não é cabível nenhum recurso

b) cabe recurso de fundamentação livre a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal

c) cabe recurso de fundamentação vinculada a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal

d) cabe recurso de fundamentação livre a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

e) cabe recurso de fundamentação vinculada a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A alternativa A está incorreta. Existem recursos cabíveis após a decisão denegatória de um mandado de segurança, especialmente quando se esgotam os recursos no tribunal de origem.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o recurso extraordinário ao STF deve ter fundamentação vinculada a questões constitucionais relevantes.

A alternativa C está incorreta. A instância correta neste caso é o Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa D está incorreta. O recurso especial ao STJ também deve ter fundamentação vinculada a questões legais e infraconstitucionais. Não há o que se falar em fundamentação livre.

A alternativa E está correta. É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada, nos termos da Súmula 281 do Supremo Tribunal Federal. Logo, sendo cabível o recurso ordinário.

QUESTÃO 20. O Município Delta celebrou um ajuste, com a Organização internacional Alfa, no qual havia convergência de interesses e era previsto o repasse de recursos, por esta última, com o objetivo de auxiliar o aprimoramento de determinada política pública desenvolvida em prol de jovens carentes. Em razão da não comprovação de parte das despesas realizadas pelo Município Delta, a questão terminou por ser judicializada perante o juízo competente, pois Alfa almejava que parte dos recursos fosse

devolvida.

Nesse caso, é correto afirmar que, em relação à referida decisão, Alfa

a) pode interpor recurso a ser julgado pelo Tribunal de Justiça

b) pode interpor recurso a ser julgado pelo Superior Tribunal de internacional Justiça

c) pode interpor recurso a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal

d) pode interpor recurso a ser julgado pelo Tribunal Regional Federal da respectiva Região.

e) não pode interpor para um penal superior, considerando a natureza do órgão que a proferiu.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa A está incorreta. O Tribunal de Justiça não é competente para julgar este tipo de recurso.

A alternativa B está correta. Conforme o Art. 105, II, c, compete ao STJ julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no país.

A alternativa C está incorreta. STF não é o tribunal competente para este tipo de recurso (Art. 105, II, c, CRFB/88).

A alternativa D está incorreta. O Tribunal Regional Federal não é competente para julgar este tipo de recurso, que deve ser encaminhado ao STJ (Art. 105, II, c, CRFB/88).

A alternativa E está incorreta. É possível interpor recurso para um tribunal superior, no caso, o STJ, nos termos do Art. 105, II, c, CRFB/88.

QUESTÃO 21. Ao estudar a moderna jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca dos princípios constitucionais do direito administrativo sancionador, notadamente no que diz respeito às garantias constantes do Art. 5 XXVI ("a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada") e do Art. 5, XL ("a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu"), com relação ao poder de polícia e as disposições da lei de improbidade administrativa, Walkyria concluiu corretamente que

a) todas as normas que possam beneficiar o apenado devem retroagir no âmbito do direito administrativo sancionador.

b) apenas as normas mais benéficas que versam sobre prescrição no âmbito do direto administrativo sancionador devem retroagir.

c) a penalidade administrativa deve se basear pelo princípio do tempus regit actum, salvo se houver previsão expressa de retroatividade da lei mais benéfica.

d) a retroatividade das normas do direito administrativo sancionador restringe-se à aplicação das penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa, de natureza penal, que possui determinação expressa em tal sentido.

e) não é possível que se determine a retroatividade de normas no âmbito do direito administrativo sancionador, ainda que elas sejam benéficas para o apenado.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. Trata-se de questão relativa ao tema princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

A alternativa A está incorreta, uma vez que, conforme será melhor demonstrado nos comentários à letra C, a regra geral consiste na impossibilidade de retroatividade de norma mais benéfica, no âmbito do direito administrativo sancionador, a não ser que haja disposição legal expressa em contrário.

A alternativa B está incorreta, considerando que outras espécies de normas, para além daquelas referentes ao tema prescrição, até podem vir a receber tratamento retroativo, contanto que exista previsão expressa nesse sentido, à luz do entendimento fixado pelo STJ, conforme se verá no comentário do próximo item.

A alternativa C está correta, porquanto alinhada ao que restou decidido pelo STJ, como se extrai do seguinte trecho de julgado: “a penalidade administrativa deve se basear pelo princípio do tempus regit actum, salvo se houver previsão autorizativa de aplicação do normativo mais benéfico posterior às condutas pretéritas.” (REsp n. 2.103.140/ES, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 4/6/2024, DJe de 18/6/2024.)

A alternativa D está incorreta, pois: i) inexiste a alegada restrição de retroatividade de normas do direito administrativo sancionador apenas no que concerne à Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA); ii) as sanções constantes da LIA não têm natureza penal, mas sim cível, ao contrário do que foi aqui colocado pela Banca; e iii) não há a alegada determinação expressa na LIA quanto a uma suposta retroatividade de disposições contidas na Lei 14.230/2021.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que se mostra em rota de colisão com o entendimento fixado pelo STJ, indicado nos comentários à letra C.

QUESTÃO 22. Caso o Município venha a ser condenado em ação indenizatória, com base na caracterização de responsabilidade civil em decorrência de danos causados por seus agentes no exercício de suas atribuições, o ente federativo deverá ajuizar ação de regresso para fins de obter o ressarcimento ao erário. Considerando o ordenamento vigente e a orientação dos Tribunais Superiores acerca do tema, é correto afirmar que a pretensão a ser veiculada na mencionada ação de regresso

a) é imprescritível.

b) decai no prazo de 10 (dez) anos.

c) prescreve no prazo de 5 (cinco) anos.

d) decai no prazo de 3 (três) anos.

e) prescreve no prazo de 20 (vinte) anos.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão sob exame versa acerca do tema prazo para ajuizamento de ação de regresso para fins de ressarcimento ao erário.

De acordo com o entendimento de nosso Tribunais Superiores, a Administração dispõe do prazo de 5 anos para o ajuizamento de ação de regresso contra o agente público causador dos danos, em interpretação analógica com o disposto no art. 1º do Decreto 20.910/32, segundo o qual "As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem." A compreensão, em suma, é na linha de que, sendo de 5 anos o prazo para o ajuizamento de demanda contra a Fazenda Pública, esse também deve ser o prazo de que dispõe o ente público para mover ação em face de seu servidor, regressivamente. Portanto:

A alternativa A está incorreta, ao sustentar se tratar de pretensão imprescritível.

A alternativa B está incorreta, seja porque afirmou se tratar de prazo decadencial, quando, na verdade, é prescricional, seja porque aduzir ser de 10 anos, quando em verdade o é de apenas 5 anos.

A alternativa C está correta, porquanto ajustada aos fundamentos acima esposados.

A alternativa D está incorreta, eis que reincidiu no erro de afirmar que se trata de decadência, assim como porque sustentou que o prazo seria de 3 anos, e não de 5 anos, como assentado pela jurisprudência.

A alternativa E está incorreta, na medida em que aduziu que o prazo prescricional seria de 20 anos, quando na realidade é de apenas 5 anos.

QUESTÃO 23. Sociedade Violeta praticou a conduta de, mediante combinação com agente público, frustrar o caráter competitivo de procedimento licitatório público, fato que caracteriza ato lesivo à

Administração Pública, na forma da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), infração administrativa no âmbito da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), bem como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, consoante Lei n 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, sendo certo que seus dirigentes atuaram com dolo específico de atingir tal finalidade.

Nesse cenário, considerando o disposto nos aludidos diplomas legais, é correto afirmar que

a) diante da independência das esferas de responsabilização, não há possibilidade de resultar do mesmo processo administrativo penalidade administrativa que esteja prevista em mais de uma das mencionadas normas.

b) o acordo de leniência que venha a ser formalizado com fulcro na Lei Anticorrupção não poderá abarcar as penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratações.

c) com relação às sanções aplicadas com base na lei de improbidade administrativa e na lei anticorrupção, existe previsão expressa na primeira das referidas normas no sentido de vedar a aplicação do princípio do non bis in idem.

d) as infrações relacionadas à lei de licitações e contratos e à lei anticorrupção serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos nessa última lei.

e) dentre as penalidades aplicáveis com base na lei de Improbidade administrativa, que se submete à reserva de Jurisdição, está a sanção de dissolução compulsória da sociedade prevista para os atos de improbidade que causam.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. Trata-se de questão em que a Banca cobrou domínio sobre a Lei 12.846/2013, Lei 8.429/92 e Lei 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que seu conteúdo não se compatibiliza com o teor do art. 159 da Lei 14.133/2021, in verbis: “Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.”

A alternativa B está incorreta, considerando que o art. 17 da Lei Anticorrupção assim estabelece: “A administração pública poderá também celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas estabelecidas em seus arts. 86 a 88.” Com efeito, embora a norma refira-se à lei de licitações e contratos já revogada, é evidente que sua aplicabilidade deve ser direcionada para a atual Lei 14.133/2021, de modo que o acordo de leniência pode, sim, abranger as sanções administrativas ali arroladas.

A alternativa C está incorreta, uma vez que, na verdade, a Lei 8.429/92 possui regra expressa no sentido de reverenciar (ao invés de vedar) a aplicação do princípio do non bis idem. Isso porque assim preconiza seu art. 3º, §2º: “As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade

administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013."

A alternativa D está correta, pois seu teor encontra explícito amparo na norma do art. 159 da Lei 14.133/2021, acima transcrita nos comentários à letra A.

A alternativa E está incorreta, porquanto a sanção de dissolução compulsória da sociedade não está prevista na Lei de Improbidade Administrativa, mas sim na Lei Anticorrupção, a teor de seu art. 19, III, litteris: "Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras: (...) dissolução compulsória da pessoa jurídica;"

QUESTÃO 24. Ao aprofundar os seus estudos com relação à orientação dos Tribunais Superiores acerca da função regulatória exercida pelas Agências Reguladoras, notadamente com relação à atividade normativa e seus consectários, Bruna verificou corretamente que

a) não há possibilidade de se reconhecer a existência de reserva de administração em matéria regulatória, podendo o legislador liberar a comercialização de substâncias sem a observância mínima dos padrões de controle previstos em lei e veiculados por meio de resolução de Agências Reguladoras, inclusive na área da saúde.

b) no exercício da competência regulatória definida em lei, a Agência Reguladora pode inovar no ordenamento jurídico no âmbito de sua esfera de atuação, atendidos os parâmetros estabelecidos na respectiva norma.

c) as resoluções das Agências Reguladoras são exemplos de regulamentos autônomos, pois retiram o seu fundamento de validade diretamente da constituição, independentemente da atuação do legislador ordinário.

d) o legislador municipal pode dispor acerca da isenção das tarifas de serviços públicos em prol da coletividade, inclusive de energia elétrica e telecomunicações, ainda que haja resolução de Agência Reguladora delimitando a respectiva cobrança, considerando a hierarquia entre as normas.

e) a deslegalização promovida para o exercício da competência regulatória inviabiliza que o legislador edite uma norma que revogue a competência normativa atribuída à Agência Reguladora.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A presente questão abordou o tema função regulatória exercidas por agências reguladoras.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que seu teor não se coaduna com a compreensão firmada pelo STF, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, de acordo com o seguinte trecho de ementa: "A atuação do Estado por meio do poder legislativo não poderia, sem elevadíssimo ônus de inércia indevida ou dano por omissão à proteção da saúde por parte da agência reguladora, autorizar a

liberação de substâncias sem a observância mínima dos padrões de controle previstos em lei e veiculados por meio das resoluções da Anvisa, decorrentes de cláusula constitucional expressa." (ADI 5779, Relator(a): NUNES MARQUES, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 14-10-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-036 DIVULG 22-02-2022 PUBLIC 23-02-2022)

A alternativa B está correta. Embora não haja consenso doutrinário acerca do tema, a jurisprudência, inclusive do STF, possui compreensão estabelecida na linha da possibilidade de que as agências reguladoras, no exercício de seu poder normativo, criem direitos e obrigações, desde que observados os parâmetros gerais (standards) previstos em lei. Dessa forma, como há, de fato, a possibilidade de instituição originária de direitos e obrigações, opera-se a inovação do ordenamento jurídico.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de regulamentos autônomos, mas sim de regulamentos autorizados. Afinal, a lei deve ao menos fixar diretrizes básicas (os chamados standards), cabendo aos atos normativos das agências complementar o conteúdo das leis. Cuida-se de opção do próprio legislador, que retira a matéria do domínio da lei e a transfere para o domínio do regulamento.

A alternativa D está incorreta, visto que o próprio STF já considerou inconstitucional lei estadual que pretendia conceder isenção de tarifas de energia elétrica. No ponto, confira-se: "Lei estadual que atribui ao Poder Executivo estadual a faculdade de isentar o pagamento de tarifas de energia elétrica não se compatibiliza com o modelo de repartição de competência previsto na Constituição Federal para a matéria. Precedentes." (ADI 7337, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 27-03-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 03-04-2023 PUBLIC 04-04-2023). É de se concluir que o mesmo entendimento se aplica, por óbvio, na hipótese de lei municipal com semelhante objeto, o que evidencia o desacerto deste item.

A alternativa E está incorreta. A deslegalização consiste na retirada de certas matérias do domínio da lei, passando-as ao domínio do regulamento. É a própria lei - é válido frisar - que realiza a aludida degradação da hierarquia normativa da matéria. Portanto, a mesma lei que assim o faz, detém a possibilidade de, se for o caso, retomar, posteriormente, sua competência para o tratamento da respectiva matéria no plano legislativo, retirando-a do domínio dos regulamentos.

QUESTÃO 25. Considerando o disposto na atual redação do Decreto-Lei 3.365/41 no que concerne à desapropriação de bens públicos por necessidade ou utilidade pública, é correto afirmar que

a) não é possível a desapropriação de bens públicos por quaisquer dos entes federativos, diante da expressa vedação constante do mencionado Diploma Legal, que abarca bens móveis e imóveis.

b) o único ente legitimado para desapropriar bens públicos de outros entes federativos, mediante a devida autorização legislativa do respectivo proprietário, é a União.

c) a desapropriação de bens públicos pode ocorrer do ente federativo maior, para o ente menor, mas só é viável nas situações que envolvem necessidade pública, na medida em que vedada para as hipóteses de utilidade pública.

d) todos os entes federativos têm competência para desapropriar bens públicos dos demais entes federativos, desde que mediante a devida autorização legislativa para tal finalidade.

e) será dispensada a autorização legislativa para desapropriação de bens públicos na forma prevista em lei, quando ela for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. Trata-se de questão referente ao tema desapropriação.

A alternativa A está incorreta, visto que o art. 2º, §2º, do Decreto-lei 3.365/41 é explícito ao autorizar a desapropriação de bens públicos, observadas as condições ali estabelecidas. Confira-se: "Será exigida autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados."

A alternativa B está incorreta. Consoante a parte final do preceito legal acima indicado, é admitida a desapropriação de bens municipais pelos estados-membros, de modo que não é verdadeiro sustentar que apenas a União detenha tal competência.

A alternativa C está incorreta. Inexiste a alegada restrição à desapropriação de bens públicos apenas aos casos de necessidade pública. Pelo contrário, o Decreto-lei 3.365/41 é explícito ao se referir à utilidade pública, admitindo, expressamente, a expropriação de bens públicos.

A alternativa D está incorreta, pois o Distrito Federal e os municípios não dispõem de competências para a desapropriação de bens públicos, à luz da citada norma do art. 2º, §2º, do referido Decreto-lei.

A alternativa E está correta, na medida em que seu conteúdo tem apoio no que enuncia o art. 2º, §2º-A, do Decreto-lei 3.365/41, ora transcrito: "Será dispensada a autorização legislativa a que se refere o § 2º quando a desapropriação for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes."

QUESTÃO 26. No delineamento da Administração Pública em sentido subjetivo e em sentido objetivo, observa-se que existem situações que não se enquadram na primeira perspectiva, mas se adequam à segunda, na medida em que correspondem ao exercício da função administrativa por pessoas que não integram a Administração Pública contexto em que é correto indicar

a) a formalização de contratos por sociedades de economia mista.

b) o exercício da atividade de polícia por Agência Reguladora.

c) a prestação de serviços públicos por concessionárias e permissionárias.

d) a autorização para o uso de bem público deferida por Secretaria Municipal.

e) a realização de concursos públicos por empresas públicas.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. Trata-se de questão em que foram explorados conhecimentos atinentes ao tema administração pública em sentidos objetivo e subjetivo.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que as sociedades de economia mista integram a administração indireta, razão pela qual a formalização de contratos por tal espécie de entidade não atende ao disposto no enunciado.

A alternativa B está incorreta. Agências reguladoras constituem entidades autárquicas, sob regime especial, de maneira que também compõem a administração indireta. Logo, estão abraçadas pelo conceito de administração em sentido subjetivo, de modo que o presente item não satisfaz ao enunciado.

A alternativa C está correta. Concessionárias e permissionárias podem ser tidas como pessoas privadas, não integrantes da Administração Pública, mas que, ao vencerem licitações, recebem do Poder Público delegação para a prestação de serviços. Assim sendo, não integram a administração em sentido subjetivo, mas, ao desempenharem função administrativa (serviços públicos), encontram-se abraçadas pelo conceito de administração em sentido objetivo, tal como desejado pelo enunciado da questão. Portanto, acertado o item sob exame.

A alternativa D está incorreta. Secretarias Municipais constituem órgãos públicos integrantes da administração direta, de sorte que compõem o conceito de administração em sentido subjetivo. Desta maneira, equivocada a presente opção.

A alternativa E está incorreta, visto que as empresas públicas são entidades administrativas integrantes da administração indireta. Portanto, compõem a definição de administração em sentido subjetivo, o que não atende às diretrizes do enunciado.

QUESTÃO 27. Em decorrência da necessidade de analisar a viabilidade de instituição de uma região metropolitana, à luz dos ditames constitucionais, do disposto na Lei nº 13.089/2015 (estatuto da metrópole) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, Cláudio concluiu corretamente que

a) a criação de regiões metropolitanas depende da edição de lei ordinária do respectivo Estado da Federação e da ratificação legislativa de cada um dos Municípios que venham a integrá-la.

b) não se pode admitir que a percepção dos frutos da empreitada metropolitana comum, regularmente instituída para tal finalidade, aproveite a apenas um dos entes-federados.

c) a inexistência de conurbação entre os Municípios, por si só, é suficiente para inquinar de inconstitucionalidade a norma editada pelo Estado para fins de instituir uma região metropolitana.

d) ao instituir regiões metropolitanas os Estados podem concentrar o poder decisório em um único ente federativo, para conferir maior eficiência na respectiva estrutura colegiada plurifederativa, necessária para a sua implementação.

e) a realização de funções de interesse público comum por meio de regiões metropolitanas depende da formalização de um protocolo de intenções pelos entes federativos interessados e resultará na criação de uma pessoa jurídica, que pode ser de direito público ou privado.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão sob exame abordou o tema instituição de região metropolitana.

A alternativa A está incorreta. A rigor, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei 13.089/2015, exige-se lei complementar (e não ordinária) para fins de criação de região metropolitana. É ler: "Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum."

A alternativa B está correta, porquanto exibe entendimento adotado pelo STF, em sede de ADPF, nos seguintes termos: "O princípio da proibição de concentração de poder acarreta um outro, seu consectário lógico-normativo: não se pode admitir que a percepção dos frutos da empreitada metropolitana comum aproveite a apenas um dos entes-federados. Se a autonomia municipal significa autonomia política, autonomia financeira e autonomia administrativa, só se pode afirmar a proibição à concentração de poder afirmando, também, o compartilhamento da gestão e da percepção dos frutos da empreitada comum." (ADPF 863, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 16-05-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-122 DIVULG 23-06-2022 PUBLIC 24-06-2022)

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, no mesmo precedente acima indicado, o Supremo registrou que "O argumento de que as cidades da Região Metropolitana de Maceió não possuem sistema de saneamento básico integrado, ou que não se verifica, naquelas localidades, o fenômeno da conurbação é insuficiente para inquinar a constitucionalidade da Lei Complementar nº 50/2019, do Estado de Alagoas."

A alternativa D está incorreta, uma vez que a ideia de concentração de poder decisório vai em rota de colisão com o entendimento sufragado pelo STF, consoante acima demonstrado nos comentários à letra B.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que foi aqui sustentado pela Banca, a Lei 13.089/2015, ao dispor sobre a criação de regiões metropolitanas, não exigiu a formalização de protocolo de intenções, tampouco a criação de uma pessoa jurídica, nos moldes do que se verifica em se tratando de consórcios públicos.

QUESTÃO 28. Júlia e Maria são servidoras estáveis do município de Vitória que praticaram infrações funcionais no exercício de suas atribuições. Júlia aliciou subordinados com objetivos de natureza político-partidária, enquanto Maria deixou de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a administração Municipal. Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vitória, (Lei 2.994/1982) é correto afirmar que, após o devido processo, será aplicado às aludidas servidoras, respectivamente, as penalidades de

a) Demissão e repreensão.

b) Suspensão e demissão.

c) Multa e suspensão.

d) Repreensão e multa.

e) Demissão em ambos os casos.

Comentários

A resposta correta é a letra A. A questão dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Vitória.

A alternativa A está correta, pois a Lei nº 2.994/82, em seu artigo 177, traz as penas disciplinares aplicáveis e as infrações correspondentes a tais penas, vejamos: "São infrações disciplinares: I - Puníveis com repreensão: (...) d) deixar de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a Administração Municipal; e) outras faltas de pequena gravidade que não justifiquem penalidade maior. (...) III - Punível com demissão: (...) h) coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária;". Assim sendo, as condutas cometidas por Júlia e Maria encaixam-se, respectivamente, nas penas de demissão e repreensão.

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei nº 2.994/82, que em seu artigo 177, traz as penas disciplinares aplicáveis e as infrações correspondentes a tais penas, vejamos: "São infrações disciplinares: I - Puníveis com repreensão: (...) d) deixar de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a Administração Municipal; e) outras faltas de pequena gravidade que não justifiquem penalidade maior. (...) III - Punível com demissão: h) coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária;". Assim sendo, as condutas cometidas encaixam-se, respectivamente, nas penas de demissão e repreensão.

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei nº 2.994/82, que em seu artigo 177, traz as penas disciplinares aplicáveis e as infrações correspondentes a tais penas, vejamos: "São infrações disciplinares: I - Puníveis com repreensão: (...) d) deixar de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a Administração Municipal; e) outras faltas de pequena gravidade que não justifiquem penalidade maior. (...) III - Punível com demissão: h) coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária;". Assim sendo, as condutas cometidas encaixam-se, respectivamente, nas penas de demissão e repreensão.

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei nº 2.994/82, que em seu artigo 177, traz as penas disciplinares aplicáveis e as infrações correspondentes a tais penas, vejamos: "São infrações disciplinares: I - Puníveis com repreensão: (...) d) deixar de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a Administração Municipal; e) outras faltas de pequena gravidade que não justifiquem penalidade maior. (...) III - Punível com demissão: h) coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária;". Assim sendo, as condutas cometidas encaixam-se, respectivamente, nas penas de demissão e repreensão.

A alternativa E está incorreta, pois contraria a Lei nº 2.994/82, que em seu artigo 177, traz as penas disciplinares aplicáveis e as infrações correspondentes a tais penas, vejamos: "São infrações disciplinares: I - Puníveis com repreensão: (...) d) deixar de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a Administração Municipal; e) outras faltas de pequena gravidade que não justifiquem penalidade maior. (...) III - Punível com demissão: h) coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária;". Assim sendo, as condutas cometidas encaixam-se, respectivamente, nas penas de demissão e repreensão.

QUESTÃO 29. Considerando a orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal acerca da legitimidade dos Municípios para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa e para formalização de acordo de não persecução civil nas hipóteses em que há o interesse da Fazenda local, bem como quanto à obrigatoriedade da assessoria jurídica que emitiu parecer atestando a legalidade prévia de ato administrativo de defender o administrador público que venha a por ele responder, diante das alterações promovidas na Lei nº 14.230/2021 na Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que

a) os Municípios não têm legitimidade autônoma para ajuizar ação de improbidade ou para celebrar acordo de não persecução civil, sendo constitucional a previsão na norma em questão que obriga a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público nas ações de improbidade em tais circunstâncias.

b) os Municípios têm legitimidade concorrente somente para ajuizar a ação de improbidade, na medida em que é constitucional a legitimação exclusiva do Ministério Público para fins de celebrar acordo de não persecução civil, bem como a previsão na norma em questão que obriga a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público nas ações de improbidade em tais circunstâncias.

c) os Municípios têm legitimidade apenas para celebrar o acordo de não persecução civil, considerando que somente o Ministério Público pode ajuizar a ação de improbidade, sendo inconstitucional a previsão na norma em questão que obriga a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público nas ações de improbidade nas circunstâncias descritas, ou em quaisquer outras.

d) os Municípios têm legitimidade concorrente e disjuntiva para ajuizar a ação de improbidade e para firmar acordo de não persecução civil, sendo inconstitucional a previsão na norma em questão que obriga genericamente a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público na situação descrita, sendo possível, contudo, a autorização para tal representação judicial por parte dos órgãos de assessoria jurídica, mediante lei específica.

e) os Municípios apenas podem celebrar o acordo de não persecução civil em momento anterior ao ajuizamento da ação de improbidade, pois a sua formalização importa na renúncia ao ajuizamento da ação de improbidade, para o qual o ente federativo também é legitimado, sendo constitucional a previsão na norma em questão que obriga a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público nas ações de improbidade em tais circunstâncias.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. Trata-se de questão referente ao tema improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta, uma vez que o STF considerou inconstitucional a exclusiva legitimidade atribuída ao Ministério Público para ajuizamento de ação de improbidade administrativa, de modo que as pessoas jurídicas interessadas, dentre as quais inserem-se os municípios, também ostentam tal legitimidade. No ponto, confira-se o seguinte trecho de ementa do STF: "3. A legitimidade da Fazenda Pública para o ajuizamento de ações por improbidade administrativa é ordinária, já que ela atua na defesa de seu próprio patrimônio público, que abarca a reserva moral e ética da Administração Pública brasileira. 4. A supressão da legitimidade ativa das pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade representa uma inconstitucional limitação ao amplo acesso à jurisdição (CF, art. 5º, XXXV) e a defesa do patrimônio público, com ferimento ao princípio da eficiência (CF, art. 37, caput) e significativo retrocesso quanto ao imperativo constitucional de combate à improbidade administrativa." (ADI 7042, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 31-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 27-02-2023 PUBLIC 28-02-2023)

A alternativa B está incorreta, porquanto volta a agredir compreensão fixada pelo Supremo, como se vê do seguinte trecho do mesmo precedente acima indicado: "A legitimidade para firmar acordo de não persecução civil no contexto do combate à improbidade administrativa exsurge como decorrência lógica da própria legitimidade para a ação, razão pela qual estende-se às pessoas jurídicas interessadas."

A alternativa C está incorreta, pois, como visto acima, os municípios detêm, sim, legitimidade para a propositura de ação de improbidade administrativa, na condição de pessoas jurídicas interessadas.

A alternativa D está correta, uma vez que seu conteúdo espelha perfeitamente o entendimento adotado pelo STF, na linha do seguinte trecho da citada ementa: "Ação julgada parcialmente procedente para (a) declarar a inconstitucionalidade parcial, com interpretação conforme sem redução de texto, do caput e dos §§ 6º-A e 10-C do art. 17, assim como do caput e dos §§ 5º e 7º do art. 17-B, da Lei 8.429/1992, na redação dada pela Lei 14.230/2021, de modo a restabelecer a existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil; (b) declarar a inconstitucionalidade parcial, com interpretação conforme sem redução de texto, do § 20 do art. 17 da Lei 8.429/1992, incluído pela Lei 14.230/2021, no sentido de que não inexiste "obrigatoriedade de defesa judicial"; havendo, porém, a possibilidade de os órgãos da Advocacia Pública autorizarem a realização dessa representação judicial, por parte da assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público, nos termos autorizados por lei específica;"

A alternativa E está incorreta, considerando que: i) o acordo de não persecução civil não fica restrito a momento anterior ao ajuizamento da demanda de improbidade, conforme explicita o art. 17-B, §4º, da Lei 8.429/92: "O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória."; e ii) conforme acima demonstrado, o STF entendeu pela inconstitucionalidade da previsão legal genérica que obrigava a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público na situação descrita, sendo possível, contudo, a autorização para tal representação judicial por parte dos órgãos de assessoria jurídica, mediante lei específica.

QUESTÃO 30. Josiane teve que verificar em quais situações caberia à Administração Pública dispensar a realização de chamamento público para a formalização de parcerias no âmbito da Lei n 13.019/2014, vindo a concluir corretamente que isso poderia acontecer

a) caso a Administração venha a realizar um termo de fomento, que depende da proposta das organizações da sociedade civil.

b) quando se tratar da formalização de instrumento de parceria para a realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança.

c) nas hipóteses em que devidamente realizado procedimento de manifestação de interesse para fins de formalização dos respectivos Instrumentos de parceria.

d) nas situações em que, para a formalização dos respectivos instrumentos, for verificada a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto.

e) no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, objeto de parceria devidamente formalizada, pelo prazo de até trezentos e sessenta dias.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. Trata-se de questão relativa ao tema Lei 13.019/2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

A alternativa A está incorreta, uma vez que o caso aqui descrito não está contemplado dentre aqueles que dispensam o chamamento público. Pelo contrário, o próprio conceito legal de chamamento público evidencia que a celebração de termo de fomento deve ser precedida de tal procedimento, como se extrai da leitura do art. 2º, XII, da referida Lei Federal "Para os fins desta Lei, considera-se: (...) chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;"

A alternativa B está correta, na medida em que devidamente apoiado no teor do art. 30, III, da Lei 13.019/2014: "A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público: (...)quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;"

A alternativa C está incorreta. Na verdade, o procedimento de manifestação de interesse social constitui instrumento por via do qual a Administração avalia a possibilidade de realizar chamamento público, e não de dispensá-lo, consoante se verifica do teor do art. 18 da Lei 13.019/2014: "É instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria."

A alternativa D está incorreta, visto que seu conteúdo exibe hipótese de inexigibilidade do chamamento público, e não de dispensa, como se extrai do teor do art. 31, caput, da referida Lei Federal: "Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:"

A alternativa E está incorreta, considerando que o caso aqui versado, embora legitime a dispensa, não se dá pelo prazo indicado pela Banca, vale dizer, por 360 dias, mas sim por apenas 180 dias, na forma do inciso I do citado art. 30, in verbis: "no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;"

QUESTÃO 31. Acerca do controle judicial relativo à omissão das autoridades competentes para a definição e a implementação de políticas públicas voltadas para a realização de direitos fundamentais, à luz da moderna jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) não é cabível o controle judicial nas hipóteses de omissão das autoridades competentes na definição e implementação de tais políticas públicas, sob pena de violação do princípio da separação de Poderes.

b) caracterizada alguma omissão na definição e implementação de tais políticas públicas, o Judiciário deve substituir as autoridades competentes no exercício da aludida atribuição, preferencialmente mediante a imposição de determinações pontuais, privilegiando, assim, o princípio da separação de Poderes.

c) qualquer conduta das autoridades competentes no sentido de definir tais políticas públicas, independentemente da caracterização de deficiência grave na sua implementação, impede a atuação do Judiciário, à luz do princípio da separação do Poderes.

d) toda conduta do Judiciário no sentido de promover e implementar tais políticas públicas, a despeito da existência de projetos e implementação pelas autoridades competentes, não viola o princípio da separação de Poderes.

e) considerando que as respectivas demandas se caracterizam como processos estruturantes, que tem lógica distinta do processo clássico, o poder Judiciário deve priorizar os diálogos institucionais e intersetoriais, em prol do princípio da separação de poderes.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. Cuida-se de questão pertinente ao tema controle judicial de políticas públicas.

A alternativa A está incorreta, porquanto em franco desacordo ao que restou decidido pelo STF, em repercussão geral, conforme tese de seguinte teor: "A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes." (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023)

A alternativa B está incorreta, uma vez que, outra vez, não se afina com o entendimento assentado pelo Supremo, à luz da seguinte tese fixada no mesmo julgado: "A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado;"

A alternativa C está incorreta. Conforme visto nos comentários à opção A, a tese firmada pelo STF condiciona, para que não haja violação à separação de poderes, a intervenção jurisdicional a que esteja configurada ausência ou deficiência grave do serviço.

A alternativa D está incorreta. Outra vez, se a condição para que a atuação judicial seja legítima consiste na constatação de ausência ou deficiência grave do serviço, é claro que, havendo projetos e implementação pelas autoridades competentes, a intervenção do Judiciário resultará em ofensa à separação de poderes.

A alternativa E está correta. De fato, o conteúdo deste item reflete fundamentação lançada no voto vencedor do aludido precedente, da lavra do Ministro Luís Roberto Barroso, em especial no trecho a seguir colacionado: "o órgão julgador deve privilegiar medidas estruturais de resolução do conflito. Para atingir o 'estado de coisas ideal' – o resultado a ser alcançado –, o Judiciário deverá identificar o problema estrutural. Caberá à Administração Pública apresentar um plano adequado que estabeleça o programa ou projeto de reestruturação a ser seguido, com o respectivo cronograma. A avaliação e fiscalização das providências a serem adotadas podem ser realizadas diretamente pelo Judiciário ou por órgão delegado. Deve-se prestigiar a resolução consensual da demanda e o diálogo institucional com as autoridades públicas responsáveis."

QUESTÃO 32. Dentre os agentes públicos em relação aos quais não é aplicada a aposentadoria compulsória em razão da idade no âmbito do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto apontar

a) os magistrados.

b) os procuradores municipais

c) os tabeliães e notários.

d) os conselheiros dos Tribunais de Contas

e) os servidores de carreira quando estão lotados em cargos em comissão, com relação ao cargo efetivo.

Comentários

A questão trata sobre a aposentadoria compulsória de agentes públicos, exigindo o conhecimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

A alternativa é a letra C.

A alternativa C está correta. Primeiramente, cabe esclarecer que os tabeliães e notários não são considerados servidores públicos efeitos, em que pese exercerem atividade estatal.

Dessa forma, consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STF, ADI 2.602), tabeliães e notários não fazem jus a aposentadoria compulsória. Vejamos: "o artigo 40, §1º, inciso II, da Constituição do Brasil, na redação que lhe foi conferida pela EC 20/98, está restrito aos cargos efetivos da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios – incluídas as autarquias e fundações. [...] Os notários e os registradores exercem atividade estatal, entretanto não são titulares de cargo público efetivo, tampouco ocupam cargo público. Não são servidores públicos, não lhes alcançando a compulsoriedade imposta pelo mencionado artigo 40 da CF/88 (STF, ADI 2.602)."

As demais alternativas estão incorretas, pois os demais agentes são servidores públicos.

QUESTÃO 33. Com vistas a regular o transporte individual de passageiros na localidade, o Município Alfa fez editar uma lei que regulamentou a atividade de táxi, sem que seja necessária a realização de licitação para a respectiva autorização. Demais disso, tal norma vedou expressamente a realização do mencionado serviço por meio de aplicativos, bem como proibiu textualmente o transporte por mototaxi.

Diante dessa situação hipotética, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que tal norma é inconstitucional

a) em nenhum dos aspectos pela referidos, pois o Município está no regular exercício de sua competência, respeitando os princípios da ordem econômica.

b) apenas em relação às vedações dela constantes, que extrapolam a competência municipal, considerando, ainda, a violação de princípios da ordem econômica.

c) apenas em relação à autorização para os táxis, na medida em que ela deve ser obrigatoriamente precedida de licitação, apesar de não violar princípios da ordem econômica.

d) apenas em relação ao transporte individual por aplicativo, diante da autorização para atividade constante da lei federal, tendo em vista os princípios da ordem econômica.

e) em todos os referidos aspectos, pois a regulamentação do serviço em apreço é de competência da União, bem como diante da violação de princípios da ordem econômica.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A presente questão explorou domínio acerca do tema competência legislativa sobre transporte individual de passageiros.

A alternativa A está incorreta. A hipotética lei descrita no enunciado seria inconstitucional, no que tange às vedação ali referidas, à luz da jurisprudência do STF, em controle concentrado de constitucionalidade, via ADPF, como se extrai do trecho ora transcrito: "A proibição legal do livre exercício da profissão de transporte individual remunerado afronta o princípio da busca pelo pleno emprego, insculpido no art. 170, VIII, da Constituição, pois impede a abertura do mercado a novos entrantes, eventualmente

interessados em migrar para a atividade como consectário da crise econômica, para promover indevidamente a manutenção do valor de permissões de táxi." (ADPF 449, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 08-05-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-190 DIVULG 30-08-2019 PUBLIC 02-09-2019)

A alternativa B está correta, porquanto seu teor afina-se com o que restou decidido no citado precedente. Com efeito, o Supremo realmente pronunciou a inconstitucionalidade de lei municipal que pretendeu proibir o transporte de passageiros por meio de aplicativos. Quanto à invasão de competências legislativa da União, eis o trecho pertinente do julgado: "A União possui competência privativa para legislar sobre 'diretrizes da política nacional de transportes', 'trânsito e transporte' e 'condições para o exercício de profissões' (art. 22, IX, XI e XVI, da CRFB), sendo vedado tanto a Municípios dispor sobre esses temas quanto à lei ordinária federal promover a sua delegação legislativa para entes federativos menores, considerando que o art. 22, parágrafo único, da Constituição faculta à Lei complementar autorizar apenas os Estados a legislar sobre questões específicas das referidas matérias.

A alternativa C está incorreta. Não haveria inconstitucionalidade quanto ao tema da autorização destinada aos serviços de táxis, sob o alegado fundamento da obrigatoriedade de licitação. A propósito, confira-se trecho de outro precedente específico do STF: "A exploração da atividade de transporte individual de passageiros não se caracteriza como serviço público, mas tão somente como serviço de utilidade pública, sendo desnecessário o procedimento de licitação previsto no art. 175 da Constituição Federal." (RE 1178950 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 06-12-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-282 DIVULG 17-12-2019 PUBLIC 18-12-2019)

A alternativa D está incorreta. Haveria inconstitucionalidade, ainda, no que concerne à vedação da atividade de mototáxi, dada a indevida interferência municipal na esfera legislativa federal, consoante também restou decidido pelo STF, litteris: "A disciplina do serviço de mototáxi compete à legislação federal, considerada a necessidade de estabelecimento de normas uniformes sobre segurança e saúde pública. Precedentes: ADI 2.606, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, DJ de 7/2/2003; ADI 3.135, Rel. Min. Gilmar Mendes, Plenário, DJ de 8/9/2006; ADI 3.136, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário, DJ de 1º/11/2006; ADI 3.679, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ de 3/8/2007; ADI 3.610, Rel. Min. Cezar Peluso, Plenário, DJe de 22/9/2011; ADI 4.981, Plenário, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 14/3/2019." (ADPF 539, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-032 DIVULG 19-02-2021 PUBLIC 22-02-2021)

A alternativa E está incorreta. Como já pontuado acima, a lei municipal não seria inconstitucional no ponto em que teria regulamentado a atividade de táxi, sem que seja necessária a realização de licitação para a respectiva autorização.

QUESTÃO 34. Diana estava caminhando quando caiu em um gigantesco buraco na calçada, sendo certo que a queda importou em diversas fraturas em seu corpo, em relação às quais foram necessárias diversas cirurgias, longo tempo de internação e um tratamento que perdurou por mais de seis meses. Em decorrência de tais fatos, Diana ajuizou ação indenizatória em face do Município, por meio da qual demonstrou que o buraco existia há mais de um ano antes da queda e foi aumentando de tamanho, a despeito das inúmeras reclamações dos munícipes para que fossem adotadas providências a fim de

evitar acidentes e danos, tais como aqueles que por ela foram experimentados, sem que qualquer conduta fosse realizada pelo ente federativo, sequer para sinalizar a existência da cratera.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar com relação a demanda ajuizada por Diana que

a) o Município não pode ser responsabilizado por omissão, na medida em que a configuração do dever de indenizar exige uma conduta comissiva de agente público, nessa qualidade.

b) é indispensável a demonstração do elemento subjetivo, considerando que a responsabilidade civil do Município tanto por condutas comissivas quanto omissivas é subjetiva.

c) caso demonstrado nexo causal entre o dano e a omissão administrativa, ou seja, a violação do dever legal específico do Município de agir para impedir o evento danoso, a responsabilização do Município é objetiva.

d) diante da adoção da teoria do risco integral, o Município se torna segurador universal de quaisquer danos ocorridos com os munícipes em relação à manutenção de ruas e calçadas.

e) se resultar comprovada a culpa concorrente da vítima, no sentido de que ela caiu no buraco por descuido, resultará rompido o nexo de causalidade e afastada a responsabilização do Município.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. Trata-se de questão acerca do tema responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta. Na realidade, a responsabilidade civil do Estado pode derivar de condutas comissivas ou omissivas, sendo certo que o art. 37, §6º, da CRFB, ao dispor sobre o tema, não estabelece qualquer restrição atinente a comportamentos omissivos. No ponto, confira-se: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

A alternativa B está incorreta. Pelo contrário, o STF possui compreensão estabelecida no sentido da incidência da teoria do risco administrativo, de índole objetiva, seja para condutas comissivas ou omissivas, como se extrai do seguinte trecho de julgado: "A responsabilidade civil estatal, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo, tanto para as condutas estatais comissivas quanto paras as omissivas, posto rejeitada a teoria do risco integral." (RE 841526, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 30-03-2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-159 DIVULG 29-07-2016 PUBLIC 01-08-2016)

A alternativa C está correta, pois exibe perfeitamente entendimento abraçado pelo STF. Com efeito, no mesmo precedente antes referido, consta que, havendo violação do dever específico de agir, aplica-se a responsabilidade objetiva, ainda que fundada em conduta omissiva. No ponto, confira-se: "A omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso."

A alternativa D está incorreta. A rigor, a teoria adotada em nosso ordenamento, extraída do art. 37, §6º, da CRFB, é a do risco administrativo, e não a teoria do risco integral, que sequer admite causas

excludentes de responsabilidade. Registre-se que a rejeição da citada teoria constou explicitamente da citada ementa de julgado.

A alternativa E está incorreta. A configuração de culpa concorrente da vítima não acarreta a ruptura do nexo de causalidade, mas sim, tão somente, o abatimento proporcional do quantum indenizatório, de acordo com a intensidade de colaboração da vítima para a eclosão dos prejuízos por ela sofridos.

QUESTÃO 35. No exercício de suas atribuições como procurador do Município de Vitória, Clemente teve que se pronunciar acerca da existência de vícios em uma série de atos administrativos que beneficiavam terceiros, submetidos à atividade de controle interno, no âmbito da autotutela, alguns editados há mais de cinco anos, vindo ele a pontuar corretamente que

a) a verificação de qualquer vício no ato administrativo deve ensejar a sua anulação, de ofício e de imediato, pela Administração Pública, independentemente de manifestação do beneficiário do ato e de sua boa-fé.

b) caso o ato tenha sido praticado há mais de cinco anos, sem que qualquer conduta tenha sido tomada pela Administração no sentido de impugnar a sua validade, operou-se a decadência com relação ao direito de anulá-los, quando o beneficiário estiver de boa-fé.

c) o exercício da autotutela deve resultar na revogação dos atos eivados de vícios insanáveis, com efeitos prospectivos, resguardando aqueles que o ato já tenha produzido para os beneficiários de boa-fé.

d) apenas os vícios insanáveis devem ensejar a anulação dos atos submetidos ao controle, não sendo viável a manutenção de quaisquer de seus efeitos, ainda que o beneficiário esteja de boa-fé, pois dos atos nulos não se originam direitos.

e) a ponderação nas situações envolvendo vícios sanáveis, deve resultar na invalidação dos atos administrativos, pois o princípio da legalidade deve prevalecer sobre o interesse do particular, ainda que ele esteja de boa-fé.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. Cuida-se de questão relativa ao tema autotutela e revisão de atos administrativos.

A alternativa A está incorreta, uma vez que: i) em se tratando de vícios sanáveis, surge para a Administração a possibilidade teórica de convalidação dos atos, desde que não haja prejuízos a terceiros ou lesão ao interesse público; e ii) mesmo que seja caso de anulação, havendo beneficiários do ato, é necessário franquear acesso ao contraditório e à ampla defesa, não sendo devida a invalidação imediata do ato. Nesse sentido, do Informativo STF n.º 641, constou: "(...)a partir da CF/88, foi erigido à condição de garantia constitucional do cidadão, quer se encontre na posição de litigante, em processo judicial, quer seja mero interessado, o direito ao contraditório e à ampla defesa. Asseverou-se que, a partir de então, qualquer ato da Administração Pública capaz de repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão deveria ser precedido de procedimento em que se assegurasse, ao interessado, o efetivo exercício dessas garantias." (RE 594.296/MG, rel. Ministro DIAS TOFFOLI, 21.9.2011)

A alternativa B está correta, uma vez que devidamente embasada na regra do art. 54 da Lei 9.784/99, in verbis: "O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé."

A alternativa C está incorreta, considerando que, se o ato apresenta vícios, a providência administrativa adequada jamais poderá consistir em sua revogação. Afinal, a revogação, por constituir controle de mérito, somente pode recair sobre atos válidos, sem máculas. Ademais, a anulação, que seria em tese aplicável, produz efeitos retroativos (ex tunc), e não meramente prospectivos (ex nunc), tal como constou da assertiva em análise.

A alternativa D está incorreta. A uma, pois atos portadores de vícios sanáveis também podem ser objeto de anulação, como, por exemplo, acaso deles tenham sido gerados prejuízos a terceiros ou lesão ao interesse público. A duas, tendo em conta que, mesmo em se tratando de atos inválidos, doutrina e jurisprudência são firmes quanto à possibilidade de preservação de efeitos em relação a terceiros de boa-fé, à luz dos princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança.

A alternativa E está incorreta. Conforme já registrado linhas acima, tratando-se de vícios sanáveis, é viável a convalidação do ato, em especial se dele houverem sido gerados efeitos em relação a terceiros de boa-fé. No ponto, aplica-se o teor do art. 55 da Lei 9.784/99, que assim enuncia: "Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração."

QUESTÃO 36. Marcos e Mateus foram investidos nos cargos de procuradores do Municipio Delta após aprovação em concurso público, o primeiro como procurador de uma autarquia municipal e o segundo como procurador do ente federativo, no âmbito da administração direta, sendo certo que há na localidade lei que determina o rateio dos honorários sucumbenciais entre os advogados públicos.

Acerca da remuneração por eles percebida, à luz das disposições constitucionais, e da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) o limite remuneratório no caso de Marcos é o subsídio do Prefeito, enquanto no de Mateus é o de Desembargador de Tribunal de Justiça.

b) a verba atinente aos honorários sucumbenciais tem caráter indenizatório, de modo que não se sujeita ao teto remuneratório.

c) é vedada a distinção de remuneração entre os cargos em questão, a qual deve ser equiparada, considerando que ambos são procuradores do Município.

d) a iniciativa legislativa para a remuneração de ambos é do Prefeito, que não é obrigado a fixá-las em patamar superior ao seu subsídio.

e) a norma atinente ao rateio dos honorários sucumbenciais é inconstitucional, diante da vedação ao pagamento de outras verbas remuneratórias para além do subsídio em ambos os casos.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. Trata-se de questão pertinente ao tema sistema remuneratório de procuradores municipais.

A alternativa A está incorreta. Ambos os indivíduos citados no enunciado seriam procuradores municipais, de modo que submeter-se-iam ao limite remuneratório consistente no subsídio de desembargador de Tribunal de Justiça, consoante compreensão firmada pelo STF, em repercussão geral (Tema 510), como se extrai do trecho ora colacionado: "Os Procuradores do Município, consectariamente, devem se submeter, no que concerne ao teto remuneratório, ao subsídio dos desembargadores dos Tribunais de Justiça estaduais, como impõe a parte final do art. 37, XI, da Constituição da República." (RE 663696, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 28-02-2019, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-183 DIVULG 21-08-2019 PUBLIC 22-08-2019)

A alternativa B está incorreta, visto que o STF tem jurisprudência consolidada na linha de que os honorários percebidos por advogados públicos ostentam caráter remuneratório, e não indenizatório. No ponto, é ler: "Consoante firme linha decisória desta Suprema Corte, os honorários de sucumbência constituem vantagem de natureza remuneratória por serviços prestados com eficiência no desempenho da função pública." (ADPF 596, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 04-07-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 05-08-2022 PUBLIC 08-08-2022)

A alternativa C está incorreta. A expressão "remuneração" é dotada de maior amplitude, se comparada ao termo "subsídio", porquanto aquela primeira abrange outras verbas, tais como, justamente, os honorários sucumbenciais devidos aos advogados públicos. Dessa maneira, embora os subsídios devam ser idênticos, por se tratar do mesmo cargo público, é possível que a remuneração global de cada procurador não o seja, a depender da percepção pontual de outras verbas, inclusive dos citados honorários.

A alternativa D está correta, porquanto em sintonia com entendimento exarado pelo Supremo, consoante trecho ora transcrito: "O texto constitucional não compele os Prefeitos a assegurarem aos Procuradores municipais vencimentos que superem o seu subsídio, porquanto a lei de subsídio dos procuradores é de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo municipal, ex vi do art. 61, §1º, II, "c", da Carta Magna." (RE 663696, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 28-02-2019, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-183 DIVULG 21-08-2019 PUBLIC 22-08-2019)

A alternativa E está incorreta. A alegada inconstitucionalidade da percepção de honorários advocatícios por advogados públicos foi rechaçada pelo Supremo, como se extrai da seguinte passagem do segundo precedente acima indicado: "O art. 135 da Constituição Federal, ao estabelecer que a remuneração dos procuradores estaduais se dá mediante subsídio, harmoniza-se com o regramento constitucional referente à Advocacia Pública, uma vez que a Constituição Federal não institui incompatibilidade relevante que justifique vedação ao recebimento de honorários por advogados públicos." (ADPF 596, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 04-07-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 05-08-2022 PUBLIC 08-08-2022).

QUESTÃO 37. Com relação à utilização de bens públicos por particulares, à luz do entendimento doutrinário e jurisprudencial, é correto afirmar que

a) a utilização pelo particular de um bem público de uso comum do povo não é passível de qualquer cobrança.

b) a permissão de uso de bem público deve ser precedida de licitação, razão pela qual tem natureza de contrato administrativo.

c) por estarem afetados, os bens dominicais não são passíveis de uso privativo por particular.

d) o uso privativo de bens públicos por particulares, em regra, deve ser remunerado, salvo situações excepcionais de uso gratuito.

e) por se tratar de ato administrativo vinculado a autorização de uso de bem público confere direito subjetivo ao particular que atenda às respectivas disposições legais, não podendo ser revogado.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. Trata-se de questão referente ao tema utilização de bens públicos por particulares.

A alternativa A está incorreta. Embora, de regra, os bens de uso comum sejam utilizados gratuitamente pela população, é possível que haja cobrança, como se dá, por exemplo, no caso do estacionamento rotativo de vias públicas. Em reforço, nesse sentido, o art. 103 do Código Civil: "O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem."

A alternativa B está incorreta. A rigor, a permissão de uso de bem público possui natureza de ato administrativo discricionário e precário, de modo que, em princípio, não exige prévia licitação.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, na realidade, bens dominicais constituem bens desafetados, isto é, não atrelados a uma finalidade pública, sendo passíveis de uso privativos por particulares.

A alternativa D está correta. De fato, a doutrina ensina que o princípio da indisponibilidade do interesse público milita em favor do caráter remunerado da utilização privativa de bens públicos, em ordem, ademais, a que sejam afastados eventuais favorecimentos a indivíduos determinados. Considerando que o particular extrai benefícios da utilização do respectivo bem público, é natural e desejável que, ao menos regra, haja contrapartida pecuniária a ser percebida pelo Estado.

A alternativa E está incorreta. Na realidade, a autorização de uso de bem público apresenta natureza de ato discricionário e precário, revogável a qualquer tempo, razão pela qual é descabido sustentar a existência de um pretenso direito subjetivo em favor de um dado particular.

QUESTÃO 38. No exercício de suas atribuições como Procurador do Município Beta, Dante foi instado a se manifestar sobre a elaboração de um contrato de concessão administrativa, notadamente com relação às cláusulas que devem constar do respectivo instrumento, à luz do disposto na Lei 11.079/2004.

Nesse contexto, Dante afirmou corretamente que o aludido contrato deve prever

a) a delegação das funções de regulação do respectivo serviço bem como do exercício do poder de polícia, para que fiquem a cargo do parceiro privado.

b) a realização de vistoria dos bens reversíveis, sendo vedada a previsão de que o parceiro público possa reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

c) as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais, notadamente com relação às tarifas a serem cobradas dos usuários em tal modalidade de contratação.

d) prazo de vigência, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 10 (dez) anos, nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.

e) o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. Trata-se de questão referente ao tema parcerias público-privadas, com disciplina prevista na Lei 11.079/2004.

A alternativa A está incorreta, uma vez que ofende diretamente a norma do art. 4º, III, do citado diploma legal, litteris: "Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes: (...)indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;"

A alternativa B está incorreta, pois seu conteúdo agride a literalidade do art. 5º, X, da Lei 11.079/2004, que assim enuncia: "As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever: (...) a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas."

A alternativa C está incorreta. Tendo em vista que o enunciado da questão informou se tratar de uma concessão administrativa, e não de concessão patrocinada, não seria devida a cobrança de tarifas dos usuários do serviço, porquanto se cuida de forma de remuneração destinada às concessões patrocinadas.

A alternativa D está incorreta, uma vez que seu conteúdo se mostra em desacordo da regra do art. 5º, I, da citada Lei Federal, que assim dispõe quanto ao prazo do contrato: "o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;" Logo, equivocado aduzir que o referido prazo não possa ser inferior a 10 anos, tal como colocado pela Banca.

A alternativa E está correta, na medida em que exibe com fidelidade a norma do inciso IX do aludido art. 5º: "o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro

privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;"

QUESTÃO 39. Ao tomar conhecimento de que certo estado da federação fez editar uma Lei que criou uma entidade do serviço social autônomo para atuar na gestão da previdência dos respectivos servidores como serviço social autônomo, o prefeito do Município Delta questionou a assessoria jurídica de tal ente federativo quanto ao entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema. Nesse contexto, a assessoria jurídica informou corretamente que, de acordo com a orientação do Pretório Excelso, tal norma é

a) inconstitucional, pois apenas a União pode criar entidades do serviço social autônomo.

b) inconstitucional, tendo em vista que a gestão do sistema de previdência dos servidores públicos é indelegável, ainda que a titularidade da atividade seja mantida com o ente federativo.

c) constitucional, considerando que a aludida norma criou uma espécie de entidade autárquica.

e) constitucional, na medida em que não há educação para que s entes federativos criem entidades dou serviço social autônomo.

e) constitucional, desde que a entidade não seja subvencionada por verbas públicas.

Comentários

A questão trata sobre a criação de serviço social autônomo, questionando a constitucionalidade do ato. Exigindo, para tanto, o conhecimento acerca da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

A alternativa D está correta. De acordo com o entendimento assentado em ADI nº 1.956, se entendeu compatível com a ordem constitucional a prestação de serviço educacional do Estado com cooperação de ente de natureza jurídica de direito privado, de modo que, não fere os princípios do art. 37 da CRFB/88. Vejamos: "Lei nº 12.398/98 do Estado do Paraná, que criou o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná e transformou o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (IPE) em serviço social autônomo, denominado PARANAPREVIDÊNCIA. [...] Serviço social autônomo criado para gestão do sistema previdenciário dos servidores públicos. Preservação da política previdenciária e da titularidade do serviço público com o Estado do Paraná. Entidade privada de cooperação como delegatária da execução. Sujeição a controle e fiscalização. Contrato de gestão. Debate semelhante ao ocorrido na ADI nº 1.864, ocasião em que se entendeu compatível com a ordem constitucional a prestação de serviço educacional do Estado com cooperação de ente de natureza jurídica de direito privado. Ofensa aos princípios do art. 37 da Constituição inexistente. 4. O cerne da discussão travada nos autos reside em saber se a transferência da gestão do regime próprio de previdência estadual à PARANAPREVIDÊNCIA importa na outorga de atividade tipicamente estatal a uma pessoa jurídica de direito privado, de forma a burlar a observância dos princípios da Administração Pública presentes no caput do art. 37 da Constituição Federal. A resposta a essa questão só pode ser negativa, haja vista dois argumentos principais: (i) a delegação da gestão do regime próprio de previdência à PARANA PREVIDÊNCIA não importa na transferência da titularidade do serviço público,

que é (e sempre será) de responsabilidade do ente federativo, a quem cabe garantir sua execução; e (ii) a entidade gestora atua em cooperação com o Estado do Paraná para a consecução dos objetivos estipulados por esse ente federativo e sob seu controle e fiscalização, visto que não goza a PARANA PREVIDÊNCIA de autonomia absoluta em face do poder público e não se sujeita a regime de direito privado em sentido estrito." As demais alternativas estão incorretas. Pois como vimos no comentário da alternativa D, é constitucional a criação de serviço social autônomo pelo referido município.

QUESTÃO 40. Para atender a uma demanda profissional, Felipa teve que analisar a exigência, estímulo ou eventuais reflexos da implementação ou do aperfeiçoamento do programa de integridade (compliance) no âmbito da Lei nº 14.133/2021, contexto em que ela concluiu corretamente que

a) a implementação de programa de integridade está prevista como um dos requisitos para a habilitação técnica dos licitantes na norma em apreço.

b) para fins de reabilitação de contratado que tenha sido sancionado com base na norma em análise por ato lesivo à Administração Pública, é vedada a exigência de implementação ou de aperfeiçoamento de programa de integridade.

c) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, não pode ser utilizado como critério de desempate.

d) nas contratações de grande vulto o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo especificado na norma em análise, contado da celebração do contrato.

e) a implementação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, não podem ser considerados na aplicação de sanções previstas na norma em comento.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. Cuida-se de questão pertinente ao tema licitações e contratos administrativos, com disciplina normativa contida na Lei 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a implementação de programa de integridade não consta do rol do art. 67 da citada Lei Federal, do qual se extrai o rol de documentos que podem ser exigidos a título de qualificação técnico-profissional dos licitantes. Confira-se: "A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: I - A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação; II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º do art. 88 desta Lei; III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem

como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso; V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso; VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação."

A alternativa B está incorreta. A prática de ato lesivo à administração encontra-se prevista no art. 155, XII, da Lei 14.133/2021, nos seguintes termos: "O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: (...)XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Assim sendo, para fins de reabilitação, exige-se, sim, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável, por força do art. 163, parágrafo único, do mesmo diploma legal, ora transcrito: "A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável."

A alternativa C está incorreta, visto em manifesto desacordo à regra do art. 60, IV, da referida Lei Federal: "Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: (...)desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle."

A alternativa D está correta, tendo em vista que apenas reproduz a literalidade do art. 25, §4º, da Lei 14.133/2021: "Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento." Logo, sem reparos ao teor da assertiva.

A alternativa E está incorreta, porquanto destoa do que estabelece o art. 156, §1º, V, da Lei 14.133/2021, a seguir transcrito: "§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados: (...) V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

QUESTÃO 41. O Centro Cultural Jorge Cavalcante é um Imóvel pertencente à União, mas que foi tombado, em 2007, como patrimônio histórico e cultural pelo Município de Vitória, no Espírito Santo, que detém a cessão de uso do bem. O prédio tem uma indiscutível importância histórico-cultural e arquitetônica para o Município. Foi instaurado, na Procuradoria da República, um Inquérito Civil objetivando a adoção de medidas cabíveis para a proteção e restauração do Centro Cultural. Isso porque havia notícias de que o imóvel corria risco de desabamento. Decorridos alguns meses, como não houve avanços na proteção do imóvel, bem como não foram informadas diligências empreendidas, notadamente no exercício de poder de polícia municipal, o MPF ajuizou ação civil pública contra a União e o Município de Vitória. No que diz respeito ao instituto de Tombamento e de Responsabilidade Civil do Poder Público quanto à tutela do património cultural, assinale a assertiva correta.

a) O fato de a União ter celebrado termo de cessão de uso com o Município de Vitória a eximiu da responsabilidade de fiscalizar e zelar pela integridade física do seu patrimônio.

b) Tendo em vista que o imóvel é de propriedade do Poder Público, deveria ter sido utilizado outro instrumento de proteção de bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro, tendo em vista que o tombamento somente se aplica aos bens pertencentes as pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado.

c) Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o regime de obrigação solidária de execução subsidiária em casos de responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, estende-se à tutela do património cultural.

d) Responde civilmente a União, independentemente de a sua omissão ter sido determinante para a concretização ou agravamento do dano, por ser a proprietária do bem.

e) O tombamento do Centro Cultural Jorge Cavalcante implica transferência de propriedade da União para o Município, atribuindo responsabilidade civil exclusivamente ao Município, desde que a sua omissão seja determinante para concretização ou agravamento do dano.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema tombamento.

A alternativa A está incorreta. O termo de cessão não exime a União do dever de fiscalização, pois trata-se de competência comum a todos os entes. De acordo com julgamento do REsp 1.991.456 pelo STJ: "(...) Quanto à União, deve ser reconhecida sua responsabilidade solidária. O fato de ela celebrar convênios com demais entes não a exime da responsabilidade de cuidado com os seus bens - que, ao fim e ao cabo, são bens públicos. Uma vez realizada a cessão de uso, como ocorrido no caso em tela, permanece a União, proprietária do bem, com a incumbência de fiscalizar e zelar pela integridade física do seu patrimônio." (STJ. 2ª Turma. REsp 1.991.456-SC, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 8/8/2023).

A alternativa B está incorreta. Bens públicos também podem ser tombados, conforme art. 2º do DL 25/37: "Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno."

A alternativa C está correta. De acordo com julgamento do REsp 1.991.456 pelo STJ: "(...) XIII. As razões subjacentes à Súmula 652/STJ recomendam a extensão do regime da obrigação solidária de execução subsidiária à tutela do patrimônio cultural. Isso por configurar um modelo que, além de assegurar mais de uma via para a reparação do direito difuso, chama à responsabilidade primária aquele que deu causa direta ao dano, evitando que a maior capacidade reparatória do ente fiscalizador acabe por isentar ou até mesmo estimular a conduta lesiva." (STJ. 2ª Turma. REsp 1.991.456-SC, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 8/8/2023).

A alternativa D está incorreta. A omissão deve ser determinante, pois há necessidade de configuração do nexo causal. De acordo com a Súmula 652 do STJ: "A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária."

A alternativa E está incorreta. O tombamento não implica transferência de propriedade, pois é apenas um instrumento de proteção. De acordo com a doutrina: "A admissão do tombamento traduz a maior efetividade das duas normas em conflito (princípio da unidade constitucional), pois, nesse caso, o

tombamento não afasta o princípio federativo, pois o bem permanece na propriedade do Ente federado, e efetiva a proteção do bem de valor cultural." (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 1119).

QUESTÃO 42. A Câmara Municipal de Vitória pretende editar a lei X que aprovara novo instrumento de planejamento territorial, de modo a definir e regulamentar a largura das faixas marginais de cursos d'água naturais em área urbana consolidada. Com base no seu conhecimento acerca do Código Florestal e da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, assinale a assertiva correta.

a) A área de preservação permanente referente às faixas marginais com 30 metros de largura de determinado curso d'água natural, perene e intermitente, com 8 (oito) metros de largura, ao ingressar na zona urbana do Município de Vitória, sofrerá uma redução de 50%, passando a ter 15 (quinze) metros de largura.

b) A obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho de margem de determinado curso d'água natural, perene e intermitente prescinde de diagnóstico socioambiental elaborado pelo Município.

c) Conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, há prevalência da Lei de Parcelamento de Solo Urbano em relação ao Código Florestal, para estabelecer a extensão não edificável nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) de qualquer curso d'agua, perene ou intermitente, em trechos caracterizados como área urbana consolidada.

d) Em áreas urbanas consolidadas, é prescindível que seja ouvido o Conselho Municipal de Meio Ambiente, desde que a lei municipal ao definir as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, perene e intermitente, garanta a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia, do plano de drenagem ou do plano de saneamento básico.

e) A alteração promovida pela Lei Federal 14.285 de 2021 no Código Florestal e na Lei de Uso e Parcelamento prevê a possibilidade de o Município exercer sua competência legislativa para estabelecer extensões de faixas marginais de Área de Preservação Permanente (APP) de forma distinta daquelas previstas no Código Florestal, levando em consideração características locais.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema Código Florestal, mais precisamente sobre a Área de Preservação Permanente (APP).

De acordo com art. 4º, § 10, da Lei 12.651/2012: "§ 10. Em áreas urbanas consolidadas, ouvidos os conselhos estaduais, municipais ou distrital de meio ambiente, lei municipal ou distrital poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput deste artigo, com regras que estabeleçam: I – a não ocupação de áreas com risco de desastres; II – a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia, do plano de drenagem ou do plano de saneamento básico, se houver; e III – a previsão de que as atividades ou os empreendimentos a serem instalados nas áreas

de preservação permanente urbanas devem observar os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental fixados nesta Lei.".

Portanto, a alternativa E está correta: É, sim, possível o Município estabelecer extensões de faixas marginais de APP de forma distinta daquelas previstas no Código Florestal. Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa D fica incorreta, pois conforme visto acima, no texto do § 10 do art. 4º da Lei 12.651/2012, é necessário ouvir o Conselho Municipal.

Ademais, as alternativas A e C também estão incorretas. Conforme tese firmada no Tema Repetitivo 1010 do STJ: "Na vigência do novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012), a extensão não edificável nas Áreas de Preservação Permanente de qualquer curso d'água, perene ou intermitente, em trechos caracterizados como área urbana consolidada, deve respeitar o que disciplinado pelo seu art. 4º, caput, inciso I, alíneas a, b, c, d e e, a fim de assegurar a mais ampla garantia ambiental a esses espaços territoriais especialmente protegidos e, por conseguinte, à coletividade.". Dessa forma, a prevalência não é da Lei de Parcelamento Urbano, mas sim do Código Florestal, não havendo de se falar em "redução para 15 metros", pois deve ser seguido o art. 4º, I, "a ", da Lei 12.651/2012, o qual indica que a largura mínima é de 30 metros: "Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;"

Por fim, a alternativa B está incorreta. É imprescindível o relatório ambiental elaborado pelo Município. Conforme art. 4º, III-B, da Lei 6.766/79: "Art. 4º Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos: III-B - ao longo das águas correntes e dormentes, as áreas de faixas não edificáveis deverão respeitar a lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento de planejamento territorial e que definir e regulamentar a largura das faixas marginais de cursos d´água naturais em área urbana consolidada, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho de margem, indicada em diagnóstico socioambiental elaborado pelo Município;"

QUESTÃO 43. A empresa Gama presta há anos no mercado o serviço de transporte de insumos médicos e hospitalares em todo Brasil. A empresa é renomada por efetuar com excelência o planejamento do serviço baseado no alinhamento de todos os pontos envolvidos no transporte. No entanto, a transportadora Gama teve um dos seus caminhões tombados às margens do Rio Vitória. Com o acidente, tanto a carga do caminhão (produtos hospitalares), quanto o combustível do veículo, foram espalhados pelo curso do rio e levados pelas águas. Constatada a degradação ambiental, em sua defesa, a empresa arguiu que foi um acidente e que, diante da imensidão do rio, os danos foram de pequena monta, alegando que deveria ser aplicado, ao caso, o princípio da insignificância. Com base no seu conhecimento acerca da responsabilidade ambiental nas esferas cível, penal e administrativa, assinale a alternativa correta.

a) A teoria do risco integral se aplica as atividades causadoras de substancial degradação ambiental e, da mesma forma, representativas de extrema potencialidade de risco, o que não é o caso da empresa Beta, sendo assim, e considerando que o acidente ecológico não foi provocado por falha humana ou técnica, a empresa agiu corretamente ao alegar excludente de responsabilidade em sua defesa.

b) A existência de licenciamento ambiental válido ou o desempenho de uma atividade legítima e com excelência pode eximir, a depender das peculiaridades do caso, o causador de degradação ambiental do dever de reparação, tendo em vista que a antijuridicidade leva em consideração a verificação do grau de reprovabilidade do comportamento.

c) Segundo o entendimento dos Tribunais Superiores, conquanto seja possível a aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais, devendo ser analisadas as circunstâncias especificas do caso concreto para se verificar a atipicidade da conduta em exame, a aplicação deste princípio não se aplica nas demandas de responsabilidade civil ambiental.

d) A fungibilidade do uso comum do equilíbrio ecológico admite a possibilidade de que ele [o equilíbrio ecológico] possa ser substituído por outro bem jurídico, de qualquer outra estirpe, razão pela qual a sanção civil ambiental, assim como a sanção administrativa, não deve ter sempre um papel pedagógico, para o futuro, mas sim um papel inexorável de reparar o que ficou no passado.

e) Em se tratando de lesão de pequena monta, ainda que permaneça a necessidade de responsabilização, esta será temperada na dimensão quantitativa da indenização, baseada nos princípios de prevenção e precaução.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema responsabilidade ambiental.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade civil ambiental é objetiva e solidária, pois as obrigações ambientais possuem natureza de direito real (propter rem). De acordo com entendimento do STJ: “A responsabilidade civil por danos ambientais é propter rem, além de objetiva e solidária entre todos os causadores diretos e indiretos do dano”. (Agint no AREsp 2.115.021/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/03/2023).

Observação: ressaltamos que há possibilidade, embora pequena, de anulação desta questão, em razão dos fatos hipotéticos trazidos tratarem da empresa "Gama", mas a alternativa A trazer disposição sobre a empresa "Beta", a qual sequer foi mencionada pelo enunciado.

A alternativa B está incorreta. A existência de licenciamento ambiental válido ou o desempenho de uma atividade legítima não exime o causador de degradação ambiental do dever de reparação. A antijuridicidade é satisfeita com a verificação do risco. Conforme Tese 1, firmada no Jurisprudência em Teses do STJ, ed. 119: “1) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar.”

A alternativa C está correta. De fato, o princípio da insignificância é aplicável em relação a crimes ambientais, conforme jurisprudência do STJ: “É possível a aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais, devendo ser analisadas as circunstâncias específicas do caso concreto para se verificar a atipicidade da conduta em exame.” (STJ. 5° Turma. AgRg no AREsp 654.321/SC, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 09/06/2015).

No entanto, tal aplicação não é possível na seara civil. De acordo com a doutrina: "(...) Indubitavelmente, é incabível a aplicação do princípio da insignificância na responsabilidade civil do dano ambiental. Do contrário, o amparo à integridade do patrimônio ambiental restaria ineficaz. É preciso querer reprimir com firmeza as ações danosas ambientais de pequena repercussão, pois elas permitem danos maiores do que os visivelmente constatados, já que os efeitos das condutas não podem ser atribuídos a um único indivíduo, nem percebidos a curto prazo." (THEMIS - Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. V.7, n.2, ago/dez 2009).

A alternativa D está incorreta. O equilíbrio não pode ser substituído por outro bem jurídico "de qualquer outra estirpe", pois é direito fundamental. Tem caráter pedagógico e visa reparar o passado, e eventuais danos que se perpetuem no tempo. De acordo com art. 225 da CF: "Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

A alternativa E está incorreta. Os princípios da prevenção e precaução são voltados para evitar o dano, e não para mensurar o valor de indenização. De acordo com a doutrina: "Segundo Édis Milaré, o princípio da prevenção busca evitar que o dano possa se concretizar, tendo por base uma certeza científica dos impactos ambientais produzidos por determinada atividade. (...) O princípio da precaução busca também evitar que o dano possa se concretizar, mas diferentemente do princípio da prevenção, há ausência de certeza científica sobre a atividade analisada. Tem-se um risco incerto." (LEITE, Thiago. Direito Ambiental/ PGM Vitória/ES – Livro Digital Interativo, Cap. 2.11.5: Princípio da Precaução - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024).

QUESTÃO 44. Assinale a assertiva que descreve corretamente a classificação dos resíduos sólidos quanto à sua origem, para efeitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n° 12.305/2010).

a) Resíduos sólidos urbanos: englobam resíduos domiciliares e de limpeza urbana; resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os resíduos sólidos urbanos.

b) Resíduos industriais: originários de processos produtivos e instalações industriais; resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os resíduos de limpeza urbana, somente.

c) Resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica; resíduos agrossilvopastoris: gerados em atividades agrícolas, pecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades.

d) Resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários, exceto de passagens de fronteira; resíduos de mineração: gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios.

e) Resíduos sólidos urbanos: englobam os originários de serviços de limpeza urbana e os gerados de serviços públicos de saneamento básico; resíduos domésticos: os originários de atividades domésticas em residências urbanas e aqueles gerados por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, quando forem caracterizados como não perigosos.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata do tema Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

A alternativa A está correta. Conforme art. 13, inciso I, alíneas "c" e "e", da Lei nº 12.305/2010: "Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas "a" e "b"; e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea "c";".

A alternativa B está incorreta. Há outras exceções além dos resíduos de limpeza urbana. Conforme art. 13, inciso I, alíneas "d" e "f", da Lei nº 12.305/2010: "Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas "b", "e", "g", "h" e "j"; f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;".

A alternativa C está incorreta. Os resíduos são classificados como perigosos em relação à periculosidade, e não à origem. Conforme art. 13, inciso I, alínea "i" e inciso II, alínea "a", da Lei nº 12.305/2010: "Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades; II - quanto à periculosidade: a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;".

A alternativa D está incorreta. Também inclui as passagens de fronteira. Conforme art. 13, inciso I, alíneas "j" e "k", da Lei nº 12.305/2010: "Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira; k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;".

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 13, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", da Lei nº 12.305/2010: "Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas; b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana; c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas "a" e "b";".

QUESTÃO 45. Com base no seu conhecimento acerca das responsabilidades dos geradores e do poder público dispostas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a assertiva correta.

a) No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos adotar procedimentos para reaproveitamento dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos desses serviços, devendo priorizar, para cumprimento das ações, o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores.

b) Ainda que esteja estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, os consumidores não são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados e a disponibilizá-los adequadamente para coleta ou devolução, contudo, se assim o fizerem, poderão receber incentivos econômicos instituídos pelo poder público, na forma da lei municipal.

c) Compete ao poder público a implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

d) Todos os participantes dos sistemas de logística reversa, inclusive os consumidores, deverão manter atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

e) É cabível que os Municípios assumam o ônus financeiro e a execução de ações previstas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, notadamente nas etapas sob responsabilidade do gerador, independentemente de remuneração correspondente, devido à responsabilidade compartilhada do poder público estabelecida na Política Nacional de Recursos Hídricos.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata do tema Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

A alternativa A está correta. Conforme art. 36, I, e § 1º, da Lei nº 12.305/2010: "Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos: I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; § 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação."

A alternativa B está incorreta. Há, sim, a obrigatoriedade de acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados. Conforme art. 35 da Lei nº 12.305/2010: "Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a: I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados; II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução."

A alternativa C está incorreta. São vários os responsáveis, conforme art. 27 da Lei nº 12.305/2010: "Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e

operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24".

A alternativa D está incorreta. Excetuam-se os consumidores, conforme art. 33, § 8º, da Lei nº 12.305/2010: "§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade."

A alternativa E está incorreta. As etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, na forma do art. 27, § 2º da Lei nº 12.305/2010: "§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5o do art. 19."

QUESTÃO 46. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e à defesa civil. No que concerne à PNPDEC, analise as assertivas.

I. Na iminência ou ocorrência de acidente ou desastre relacionado a seu empreendimento ou atividade, é dever do empreendedor custear assessoria técnica de caráter multidisciplinar de sua escolha, ouvidas as comunidades atingidas, com o objetivo de orientá-las e de promover a sua participação informada em todo o processo de reparação integral dos danos sofridos.

II. Considerando o dever assistencial constitucionalmente previsto, compete exclusivamente ao Poder Público prover residência provisória aos atingidos e promover a reconstrução de residências destruídas ou danificadas pelo desastre.

III. A emissão de licença ambiental de instalação para empreendimentos que envolvam risco de desastre fica condicionada à elaboração de plano de contingência ou de documento correlato pelo empreendedor.

IV. A União está autorizada a conceder incentivo compreendido na transferência de recursos desde que o Município adote medidas voltadas ao aumento da oferta de terra urbanizada para utilização em habitação de interesse social, por meio dos institutos previstos na Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001.

V. De acordo com a Política Nacional de Defesa Civil, desalojado é a pessoa que foi obrigada a abandonar sua habitação de forma temporária ou definitiva em razão de evacuações preventivas, de destruição ou de avaria grave decorrentes de acidente ou desastre e que necessita de abrigo provido pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) ou pelo empreendedor cuja atividade deu causa ao acidente ou desastre; desastre é o resultado de evento adverso, de origem natural ou induzido pela ação humana, sobre ecossistemas e populações vulneráveis que causa significativos danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais.

Estão CORRETOS:

a) Somente os itens I e III.

b) Somente os itens I e IV.

c) Somente os itens I e II.

d) Somente os itens III e IV.

e) Somente os itens III e V.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata do tema Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).

O Item I está incorreto. A escolha da assessoria técnica independente é feita pelas comunidades atingidas e sem interferência do empreendedor. Conforme art. 12-C, VII, da PNPDEC: "Art. 12-C. Na iminência ou ocorrência de acidente ou desastre relacionado a seu empreendimento ou atividade, é dever do empreendedor: VII - custear assessoria técnica independente, de caráter multidisciplinar, escolhida pelas comunidades atingidas e sem interferência do empreendedor, com o objetivo de orientá-las e de promover a sua participação informada em todo o processo de reparação integral dos danos sofridos."

O Item II está incorreto. É dever do empreendedor, conforme art. 12-C, III, da PNPDEC: "Art. 12-C. Na iminência ou ocorrência de acidente ou desastre relacionado a seu empreendimento ou atividade, é dever do empreendedor: III - prover residência provisória aos atingidos e promover a reconstrução de residências destruídas ou danificadas pelo desastre ou, conforme o caso, custear as ações do poder público para promover o reassentamento e assegurar moradia definitiva em local adequado aos cidadãos que foram forçados a abandonar definitivamente suas habitações em razão do desastre;"

O Item III está correto. Na forma do art. 12-B da PNPDEC: "Art. 12-B. A emissão de licença ambiental de instalação, prevista na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para empreendimentos que envolvam risco de desastre, fica condicionada à elaboração de plano de contingência ou de documento correlato pelo empreendedor."

O Item IV está correto. Conforme art. 16 da PNPDEC: "Art. 16. Fica a União autorizada a conceder incentivo ao Município que adotar medidas voltadas ao aumento da oferta de terra urbanizada para utilização em habitação de interesse social, por meio dos institutos previstos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, na forma do regulamento."

O Item V está incorreto. A definição de "desastre" está correta, mas a definição de "desalojado" não, pois o desalojado não necessariamente necessita de abrigo provido pelo SINPDEC. Conforme art. 1º, parágrafo único, incisos IV e V, da PNPDEC: "Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: IV - desalojado: pessoa que foi obrigada a abandonar sua habitação de forma temporária ou definitiva em razão de evacuações preventivas, de destruição ou de avaria grave decorrentes de acidente ou desastre e que não necessariamente carece de abrigo provido pelo SINPDEC ou pelo empreendedor cuja atividade deu causa ao acidente ou desastre; V - desastre: resultado de evento adverso, de origem natural ou induzido pela ação humana, sobre ecossistemas e populações vulneráveis que causa significativos danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais;".

QUESTÃO 47. Em uma região montanhosa com variabilidade climática e com histórico de eventos extremos, o agricultor Antônio deseja utilizar o fogo para limpeza de uma área de sua propriedade rural antes do período de plantio de culturas tradicionais da região. Ele foi alertado por sua vizinha, uma bióloga especializada em conservação ambiental, sobre os riscos ambientais associados ao uso indiscriminado do fogo, especialmente em áreas vulneráveis a deslizamentos de terra e inundações repentinas, comuns na região. Considerando as disposições do Novo Código Florestal (Lei n° 12.651/2012), assinale a assertiva que melhor reflete a possibilidade de Antônio utilizar o fogo de forma legal e responsável.

a) Antônio pode excepcionalmente fazer uso do fogo, desde que obtenha prévia licença ambiental a ser expedida pelo Ibama, que estabelecerá medidas mitigatórias, compensatórias e reparatórias proporcionais ao dano ambiental a ser causado.

b) Antônio pode fazer uso do fogo, desde que obtenha uma autorização prévia do órgão ambiental estadual, que avaliará os riscos específicos da região e estabelecerá medidas de monitoramento e controle.

c) Antônio deve buscar a aprovação da comunidade local antes de utilizar o fogo, considerando o potencial impacto nas propriedades vizinhas e a necessidade de consenso comunitário para práticas agrícolas sustentáveis.

d) Antônio está dispensado de qualquer restrição legal, pois a aplicação do fogo em áreas rurais é uma prática culturalmente aceita e essencial para a manutenção da fertilidade do solo.

e) Antônio pode utilizar o fogo, contanto que comunique formalmente aos órgãos municipais responsáveis, que monitorarão o impacto ambiental da queimada e garantirão a segurança das áreas adjacentes.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema Código Florestal (Lei n° 12.651/2012), mais precisamente sobre o uso do fogo.

De acordo com art. 38 da Lei n° 12.651/2012: “Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: I - em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle.”

Assim, a alternativa B está correta: Antônio pode fazer uso do fogo, desde que obtenha uma autorização prévia do órgão ambiental estadual, que avaliará os riscos específicos da região e estabelecerá medidas de monitoramento e controle.

As alternativas A, C e E ficam automaticamente incorretas, pois conforme visto acima, a autorização prévia para uso do fogo deve ser concedida pelo órgão ambiental estadual, e não pelo Ibama, ou pela comunidade local, nem pelos órgãos municipais.

A alternativa D também fica incorreta, pois conforme visto acima, o próprio Código Florestal, em seu artigo 38, traz as restrições.

QUESTÃO 48. O Estado ALFA, com arrimo em seu Plano Estadual de Mudanças Climáticas, pretende definir medidas reais, mensuráveis e verificáveis para reduzir suas emissões antrópicas de gases de efeito estufa, adotando metas de eficiência setoriais, tendo por base as emissões de gases de efeito estufa inventariadas para cada setor e parâmetros de eficiência que identifiquem, dentro de cada setor, padrões positivos de referência. Tendo em vista que ainda não foi elaborado o plano setorial, não sendo definidos ainda os parâmetros de eficiência para o setor da empresa GAMA, cujos processos produtivos da indústria química resultam na emissão significativa de gases de efeito estufa, a empresa procurou o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), para entender quais medidas pode adotar para minimizar seus impactos ambientais. Com base nos objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), Lei n° 12.187/2009, assinale a assertiva correta.

a) A empresa GAMA pode obter linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros público ou privado para instalações de removedores por sumidouros de gases de efeito estufa.

b) A empresa GAMA está dispensada de qualquer obrigação, pois as normativas da PNMC não se aplicam até o momento em que seja editado Decreto do Poder Executivo Estadual estabelecendo, em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, os Planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono, com vistas a atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas quantificáveis e verificáveis, considerando as especificidades de cada setor.

c) A empresa GAMA deve realizar um inventário de suas emissões de gases de efeito estufa a cada cinco anos, demonstrando suas ações de redução e compensação das emissões.

d) A empresa GAMA deve adotar medidas voluntárias para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, o que acarretará o recebimento de incentivos fiscais caso atinja metas estabelecidas pelo governo estadual.

e) A empresa GAMA está sujeita à aplicação de multas e sanções, caso não reduza suas emissões de gases de efeito estufa a níveis determinados pela PNMC.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata do tema Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), conforme a Lei n° 12.187/2009.

A alternativa A está correta. Conforme art. 6º, VII, e 8º da PNMC: “Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: VII - as linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados;” e “Art. 8o As instituições financeiras oficiais disponibilizarão linhas de crédito e financiamento específicas para desenvolver ações e atividades que atendam aos objetivos desta Lei e voltadas para induzir a conduta dos agentes privados à observância e execução da PNMC, no âmbito de suas ações e responsabilidades sociais.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 11, parágrafo único, da PNMC: "Art. 11. (...) Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo estabelecerá, em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, os Planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono, na geração e distribuição de energia elétrica, no transporte público urbano e nos sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros, na indústria de transformação e na de bens de consumo duráveis, nas indústrias químicas fina e de base, na indústria de papel e celulose, na mineração, na indústria da construção civil, nos serviços de saúde e na agropecuária, com vistas em atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas quantificáveis e verificáveis, considerando as especificidades de cada setor, inclusive por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL e das Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas - NAMAs."

A alternativa C está incorreta. A PNMC não fala na periodicidade de 5 anos. Conforme seu art. 6º, XIII: "Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: XIII - os registros, inventários, estimativas, avaliações e quaisquer outros estudos de emissões de gases de efeito estufa e de suas fontes, elaborados com base em informações e dados fornecidos por entidades públicas e privadas;"

A alternativa D está incorreta. É o Brasil quem adotará compromisso voluntário de redução, conforme art. 12 da PNMC: "Art. 12. Para alcançar os objetivos da PNMC, o País adotará, como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre 36,1% (trinta e seis inteiros e um décimo por cento) e 38,9% (trinta e oito inteiros e nove décimos por cento) suas emissões projetadas até 2020."

A alternativa E está incorreta. A PNMC não prevê aplicação de multas ou sanções.

QUESTÃO 49. De acordo com o artigo 45 da Lei 11.445/07, com a nova redação dada pela Lei n° 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento), que trata das regras para conexão das edificações permanentes urbanas às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, é correto afirmar que:

a) A conexão às redes públicas de abastecimento de água é facultativa para as edificações permanentes urbanas, podendo os proprietários se utilizarem de fontes e métodos alternativos de abastecimento de água, incluindo águas subterrâneas, de reuso ou pluviais, desde que autorizados pelo órgão gestor competente e que promovam o pagamento pelo uso de recursos hídricos, quando devido.

b) O proprietário de edificação permanente urbana é obrigado a se conectar às redes públicas de esgotamento sanitário, exceto se a edificação estiver localizada em área de preservação ambiental.

c) Para conectarem suas edificações às redes públicas de esgotamento sanitário, onde disponível, os usuários têm o prazo não superior a 1 (um) ano, a partir da disponibilidade do serviço, sob pena de o prestador do serviço realizar a conexão mediante cobrança do usuário.

d) As concessionárias responsáveis pelas redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário devem promover campanhas educativas para conscientização dos proprietários sobre a importância da conexão as redes e podem aplicar penalidades em caso de descumprimento.

e) A conexão às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário deve ocorrer de forma gratuita para os proprietários de edificações permanentes urbanas, sem ônus adicional além das tarifas de uso dos serviços.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema Saneamento Básico, de acordo com a Lei 11.445/07.

Conforme art. 45, § 6º, da Lei 11.445/07: "§ 6º A entidade reguladora ou o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverão estabelecer prazo não superior a 1 (um) ano para que os usuários conectem suas edificações à rede de esgotos, onde disponível, sob pena de o prestador do serviço realizar a conexão mediante cobrança do usuário.". Portanto, correta a letra C.

As alternativas B e D estão incorretas, pois não existem tais exceções/previsões na Lei 11.445/07 ou na Lei 14.026/2020.

As alternativas A e E estão incorretas, pois conforme se extrai da leitura do art. 45 da Lei 11.445/07, a conexão às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário não é facultativa e não é gratuita, ficando, sim, sujeita ao pagamento de taxas, tarifas e outros preços públicos.

QUESTÃO 50. Com base no seu conhecimento acerca da Lei 11.445/07, com a nova redação dada pela Lel 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento Básico), notadamente no que tange às regras atinentes à titularidade, ao planejamento, à contratualização, à regulação e à operação dos serviços de saneamento básico, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Titularidade: Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local; exerce a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico o Estado, quando os Municípios compartilham instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.

II. Planejamento: No caso de prestação regionalizada de serviços de saneamento, o respectivo plano regional dispensa a elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico e prevalece sobre os mesmos, caso existentes.

III. Contratualização: Permite-se a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular mediante celebração de contrato de concessão, através de prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal e mediante contrato de programa, convênio e termo de parceria.

IV. Regulação: Cabe a Agência Nacional de Águas (ANA) estabelecer normas de referência e metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de tratamento de efluentes; A agência reguladora competente estabelecera metas progressivas para a substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto, sendo obrigatório o tratamento dos esgotos coletados em períodos de estiagem, enquanto durar a transição.

V. Operação: Considera-se Sistema unitário (“sistema de captação em tempo seco”), o conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar conjuntamente esgoto sanitário e águas pluviais.

Estão CORRETOS:

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Somente os itens II, IV e V.

c) Somente os itens I, II e IV.

d) Somente os itens II, III e IV.

e) Somente os itens I, III e V.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema Saneamento Básico, de acordo com a Lei 11.445/07.

O item I está incorreto. Conforme art. 8º da Lei 11.445/07, o Estado atua em conjunto com os Municípios: “Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico: I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local; II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.”

O item II está correto. Conforme art. 17, §§ 2º e 3º, da Lei 11.445/07: “Art. 17. O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano regional de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos. § 2º As disposições constantes do plano regional de saneamento básico prevalecerão sobre aquelas constantes dos planos municipais, quando existirem. § 3º O plano regional de saneamento básico dispensará a necessidade de elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico.”

O item III está incorreto. É vedada a celebração mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária, conforme art. 10 da Lei 11.445/07: “Art. 10. A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.”

O item IV está correto. Conforme art. 22, I, c/c art. 44, § 3º, ambos da Lei 11.445/07: “Art. 22. São objetivos da regulação: I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação e a expansão da qualidade dos serviços e para a satisfação dos usuários, com observação das normas de referência editadas pela ANA”; “Art. 44. (...) § 3º A agência reguladora competente estabelecerá metas progressivas para a substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto, sendo obrigatório o tratamento dos esgotos coletados em períodos de estiagem, enquanto durar a transição.”

O item V está correto. Conforme art. 3º, XIX, da Lei 11.445/07: "Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se: XIX - sistema unitário: conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar conjuntamente esgoto sanitário e águas pluviais."

QUESTÃO 51. No dia 25/07/2013, após uma denúncia anônima, agentes ambientais foram fiscalizar uma propriedade rural denominada Fazenda Vista Feliz, ocasião em que constataram que proprietário, Roberto, desmatou extensa área de floresta nativa do Bioma Amazônico sem autorização ou licença do órgão ambiental competente. Assim, foi lavrado auto de infração e aplicada medida cautelar de embargo na área. O Ministério Público foi informado e ingressou com ação civil pública contra Roberto pedindo que ele fosse condenado em obrigação de não fazer, consistente em não mais desmatar as áreas de floresta nativa do seu imóvel, em obrigação de fazer, consistente em restaurar o meio ambiente de todos os danos causados e a pagar danos morais em favor da coletividade. O juiz e o Tribunal de Justiça não concordaram com a condenação do réu em danos morais coletivos, fundamentando no sentido de que seria necessário que a lesão ambiental tivesse ultrapassado os limites da tolerabilidade. Fundamentaram, ainda, no sentido de que não havia nos autos elementos suficientes para confirmar que o desmatamento realizado causou intranquilidade social ou alterações relevantes à coletividade local. Insatisfeito, o Ministério Público interpôs recurso especial, alegando que, no caso concreto, trata-se de dano moral coletivo in re ipsa. Com base em seu conhecimento sobre a Lei da Ação Civil Publica e sobre o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria subjacente ao caso concreto, assinale a assertiva correta:

a) O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado segundo o qual não é possível a cumulação de obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar nos casos de lesão ao meio ambiente, tendo em vista a redação do artigo 3° da Lei n° 7.347/85 que afirma que a Ação Civil Pública "poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer".

b) O fundamento adotado pelo Juízo a quo e pelo Tribunal, no caso concreto, no sentido de que não seria possível reconhecer o dano moral, porque, para isso, seria necessário que a lesão ambiental "desborde os limites da tolerabilidade" está correto, porquanto amparado no princípio do limite de tolerabilidade que, compreendido na sua exata significação e longe de consagrar um direito de degradar, emerge um mecanismo tendente a estabelecer um certo equilíbrio entre as atividades interventivas do homem e o respeito às leis naturais e aos valores culturais que regem os fatores ambientais condicionantes da vida.

c) Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não é possível a condenação por dano moral coletivo ambiental em Ação Civil Pública motivada por desmatamento de floresta nativa do Bioma Amazônico, que impôs a obrigação de indenizar os danos materiais decorrentes do impedimento da recomposição natural da área, sob pena de se configurar "bis in idem".

d) O entendimento adotado pelo juiz a quo e o Tribunal ao não concordarem com a condenação do réu em danos morais está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que entende que os danos morais coletivos, em matéria ambiental, não são presumidos, sendo viável a exigência de elementos materiais específicos e pontuais para sua configuração.

e) É possível que Roberto seja condenado, cumulativamente, a obrigação de não fazer, consistente em não mais desmatar as áreas de floresta nativa do seu imóvel; a obrigação de fazer consubstanciada em recompor o meio ambiente e a pagar indenização pelos danos morais, tendo em vista que vigora, no

sistema jurídico brasileiro, o princípio da reparação integral do dano ambiental, de modo que o infrator deverá ser responsabilizado por todos os efeitos decorrentes da conduta lesiva.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema dano ambiental, conforme jurisprudência dos tribunais superiores.

Conforme Súmula 629 do STJ, é possível a cumulação de todas estas obrigações: “Súmula 629/STJ: Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.”. Portanto, correta a letra E.

Tomando por base o mesmo dispositivo, a alternativa A fica automaticamente incorreta.

A alternativa B está incorreta. O Juiz e o Tribunal erraram, pois o desmatamento de extensa área de floresta gera um dano ambiental relevante. É este o entendimento do STJ, fixado no julgamento do REsp 1.989.778/MT: “(...) V. Não se sustenta o fundamento adotado pelo Juízo a quo de que, no caso, não seria possível reconhecer o dano moral, porque, para isso, seria necessário que a lesão ambiental "desborde os limites da tolerabilidade". Isso porque, na situação sob exame, também se consignou, no acórdão recorrido, que houve "desmatamento e exploração madeireira sem a indispensável licença ou autorização do órgão ambiental competente", conduta que "tem ocasionado danos ambientais no local, comprometendo a qualidade do meio ambiente ecologicamente equilibrado".” (REsp 1.989.778/MT, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe: 22/09/2023).

A alternativa C está incorreta. Conforme entendimento do STJ, fixado no julgamento do REsp 1.989.778/MT: “I. Trata-se, na origem, de Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em decorrência do desmatamento de floresta nativa do Bioma Amazônico, objetivando impor, ao requerido, as obrigações de recompor o meio ambiente degradado e de não mais desmatar as áreas de floresta do seu imóvel, bem como a sua condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e por dano moral coletivo. (...) IX. Segundo essa orientação, a finalidade do instituto é viabilizar a tutela de direitos insuscetíveis de apreciação econômica, cuja violação não se pode deixar sem resposta do Judiciário, ainda quando não produzam desdobramentos de ordem material. Por isso, quanto aos danos morais ambientais, a jurisprudência adota posição semelhante: "No caso, o dano moral coletivo surge diretamente da ofensa ao direito ao meio ambiente equilibrado. Em determinadas hipóteses, reconhece-se que o dano moral decorre da simples violação do bem jurídico tutelado, sendo configurado pela ofensa aos valores da pessoa humana. Prescinde-se, no caso, da dor ou padecimento (que são consequência ou resultado da violação)" (STJ, REsp 1.410.698/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015). (...)”. (REsp 1.989.778/MT, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe: 22/09/2023).

A alternativa D está incorreta. Conforme entendimento do STJ, fixado no julgamento do REsp 1.989.778/MT: “(...) X. No que se refere à inexistência de "situação fática excepcional" – expressão também usada no acórdão recorrido –, trata-se de requisito que, de igual forma, contraria precedente do STJ, também formado em matéria ambiental: "Os danos morais coletivos são presumidos. É inviável a exigência de elementos materiais específicos e pontuais para sua configuração. A configuração dessa espécie de dano depende da verificação de aspectos objetivos da causa" (REsp 1.940.030/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/09/2022). (...) Dessa forma, a jurisprudência dominante no STJ tem reiterado que, para a verificação do dano moral coletivo ambiental, é

"desnecessária a demonstração de que a coletividade sinta a dor, a repulsa, a indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado", pois "o dano ao meio ambiente, por ser bem público, gera repercussão geral, impondo conscientização coletiva à sua reparação, a fim de resguardar o direito das futuras gerações a um meio ambiente ecologicamente equilibrado" (REsp 1.269.494/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/10/2013).”

QUESTÃO 52. A empresa BETA construiu um shopping center em Vitória, Espírito Santo. O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP/ES) entendeu que a construção desse shopping acarretou danos coletivos à comunidade vizinha, conhecida como Cruzada dos Palmares. O MP/ES, então, propôs, ação civil pública pleiteando a reparação desses danos. No curso do processo, o MP/ES e a empresa BETA celebraram um termo de ajustamento de conduta (TAC) no qual, entre outras obrigações, a construtora comprometeu-se a reparar os danos causados aos moradores vizinhos em decorrência da construção. Passados seis anos do termo final do acordo, o MP/ES constatou que a empresa não teria cumprido satisfatoriamente as obrigações assumidas e, em razão disso, ingressou com uma execução do TAC para cumprimento de cláusulas alusivas às obrigações de pavimentação, pintura e instalação de telhas, assumidas pela empresa construtora como contrapartida à comunidade Cruzada dos Palmares, pela instalação do empreendimento imobiliário. O Parquet argumentou que as obras não foram realizadas com o devido padrão de qualidade esperado. A construtora BETA pleiteou fossem reconhecidas causas de julgamento sem resolução de mérito relacionadas à legitimidade, prescrição e inadequação da via eleita. O MP contra argumentou afirmando que é um legitimado para propor ação civil pública e que não há de se falar em prescrição, no caso, porque se trata de recomposição da danos ambientais, sendo, portanto, imprescritível. Com base em seu conhecimento das matérias de direito ambiental subjacentes ao caso concreto, assinale a assertiva correta:

a) Argumentou corretamente o MP/ES, no caso concreto, pois toda e qualquer pretensão de reparação civil de dano ambiental é imprescritível, consoante entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça.

b) Conquanto o MP/ES tenha legitimidade para ajuizar ação civil pública e celebrar termos de ajustamento de conduta, conforme Lei nº 7.347/85, não é cabível ação civil pública para veicular pretensão de reparação de danos meramente patrimoniais de um grupo de pessoas, como ocorreu no caso da comunidade Cruzada dos Palmares.

c) O Termo de Ajustamento de Conduta não constitui título executivo extrajudicial, de forma que o seu descumprimento dá ensejo à ação de conhecimento.

d) Não merece ser acolhido o argumento do MP/ES, tendo em vista que a pretensão executória de obrigações de fazer previstas no Termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado para reparação de danos ambientais decorrentes de empreendimento imobiliário, por serem relacionadas a questões meramente patrimoniais, sujeita-se a prescrição quinquenal.

e) O Ministério Público não tem legitimidade para tutelar direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum, como é o da comunidade Cruzada dos Palmares.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata do tema dano ambiental, conforme jurisprudência do STJ.

Conforme entendimento do STJ, fixado no julgamento do AREsp 1941907-RJ: "A pretensão executória de obrigações de fazer previstas em Termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado para reparação de danos ambientais decorrentes de empreendimento imobiliário, quando relacionadas a questões meramente patrimoniais, não visando a restauração de bens de natureza ambiental, sujeita-se à prescrição quinquenal." (STJ. 1ª Turma. AREsp 1941907-RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 09/08/2022). Portanto, correta a alternativa D. Tomando por base o mesmo entendimento jurisprudencial, a alternativa A fica incorreta.

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público tem, sim, legitimidade para ajuizar a ação civil pública. Conforme art. 1º, IV, c/c art. 5º, I, ambos da Lei 7.347/85: "Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo."; "Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I - o Ministério Público;"

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), o TAC tem, sim, natureza de título executivo extrajudicial. Vejamos: "§ 6° Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial."

A alternativa E está incorreta. O Ministério Público tem, sim, legitimidade para tutelar direitos individuais homogêneos. Conforme entendimento do STJ: "(...) 1. O Ministério Público possui legitimidade para promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo que de natureza disponível, desde que o interesse jurídico tutelado possua relevante natureza social. Precedentes. (...)". (STJ. REsp 1.585.794 - MG, Rel. Min. Ant6onio Carlos Ferreira, DJe em 01/10/2021).

QUESTÃO 53. Antônio foi autuado pelo IBAMA porque capturou 4 (quatro) kg de caranguejo-uçá no período da andada. O período da andada do caranguejo se refere à época de migração reprodutiva de caranguejos, em particular de caranguejo-uçá (Ucidescordatus), encontrado no litoral brasileiro. Durante essa fase, esses caranguejos deixam seus buracos e andam em grandes quantidades para acasalar e liberar seus ovos nas regiões estuarinas e manguezais. A "andada" ocorre principalmente durante os meses mais chuvosos do ano e é regulada por fatores como a lua e as marés. É proibida a captura de caranguejos durante este período, a fim de proteger a espécie e permitir sua reprodução, no entanto, Antônio alegou que não tinha conhecimento acerca dessa proibição. A despeito disso, o IBAMA multou o infrator ambiental em 5 (cinco) mil reais. Antônio ajuizou ação anulatória contra o IBAMA alegando, ademais, que sequer fora advertido da irregularidade praticada. Diante das circunstâncias do caso concreto, assinale a assertiva correta.

a) Consoante a lei de crimes ambientais (Lei n° 9.605/98), o período de defeso à fauna é circunstância atenuante da pena, quando não constitui o tipo penal ou qualifica o crime.

b) As sanções decorrentes de infrações ambientais, previstas no art. 72 da Lei nº 9.605/98, estão sujeitas a uma gradação e somente é possível aplicar a pena de multa se, antes disso, o infrator tiver recebido uma pena de advertência.

c) A ação anulatória ajuizada por Antônio deve ser julgada procedente, sendo o infrator isento de pena, em razão do erro de proibição evitável.

d) A validade das multas administrativas por infração ambiental, previstas na Lei n° 9.605/98, independe da prévia aplicação da penalidade de advertência.

e) Agiu de forma incorreta o órgão ambiental ao aplicar a muita no valor de 5 (cinco) mil reais, tendo em vista que a escolha da penalidade aplicável deve observar, primeiramente, a gravidade do fato e, posteriormente, os antecedentes do infrator e a sua situação econômica.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata do tema crimes ambientais, conforme a Lei 9.605/98.

Conforme Tese firmada pelo STJ no Tema Repetitivo 1199: "A validade das multas administrativas por infração ambiental, previstas na Lei n. 9.605/1998, independe da prévia aplicação da penalidade de advertência.". Portanto, a alternativa D está correta.

A alternativa A está incorreta. O período de defeso à fauna é circunstância agravante da pena, conforme art. 15, II, "g", da Lei 9.605/1998: "Art. 15. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido a infração: g) em período de defeso à fauna;".

Tomando por base a mesma tese jurisprudencial, a alternativa B fica automaticamente incorreta.

A alternativa C está incorreta. Desconhecimento da lei não é causa de não aplicação da sanção administrativa. Conforme art. 3º da LINDB: "Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece."

A alternativa E está incorreta. A lei não exige tal ordem. Conforme art. 6º da Lei 9.605/1998: "Art. 6º Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará: I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente; II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; III - a situação econômica do infrator, no caso de multa."

QUESTÃO 54. João mora, há 20 anos, em um imóvel desprovido de registro e situado em loteamento, no Município de Vitória, no Espírito Santo, o qual, embora consolidado há décadas, não foi autorizado nem regularizado pela Administração Pública Municipal. João não tem o título de propriedade dessa área, mas afirma ter a posse mansa, pacífica e ininterrupta. João ajuizou ação de usucapião extraordinária pedindo para se tornar proprietário do Imóvel. O juiz julgou o pedido improcedente, argumentando que:

- O imóvel em questão, embora situado em área particular, não tem matrícula individual no cartório de registro imobiliário;

- Esse imóvel pleiteado pelo autor, assim como vários outros que estão na mesma situação, é fruto de um "parcelamento de fato", ou seja, um parcelamento feito de forma irregular (sem cumprir a legislação) há mais de 50 anos e que ainda não foi regularizado pelo Poder Público;

- É impossível declarar a usucapião, porque isso representaria uma usurpação da função de planejamento e regularização urbanística da Administração;

- A constituição do registro imobiliário pretendido iria atrapalhar o andamento do processo administrativo de regularização em curso;

- O sistema jurídico não admite o fracionamento, loteamento ou desmembramento de imóvel por meio de usucapião.

Desse modo, o juiz extinguiu a ação por ausência de interesse de agir, porque eventual sentença declaratória de usucapião não poderia ser levada a registro no Cartório de Registro de Imóveis. Ademais, o magistrado sustentou que seria atribuição exclusiva do Município de Vitória promover a regularização fundiária urbana, razão pela qual ficaria inviabilizado o reconhecimento da usucapião. A luz do instituto da regularização fundiária, assinale a assertiva correta.

a) Somente se admite a declaração de usucapião do imóvel de João; tendo em vista a anuência implícita do Poder Público Municipal, que tolerou durante 50 anos a ocupação da área, sem promover e disciplinar a ocupação do solo.

b) É cabível a aquisição de imóveis particulares, por usucapião, ainda que pendente o processo de regularização urbanística.

c) Agiu corretamente o magistrado ao negar o direito à usucapião ao João, sob o argumento de que o imóvel está inserido em loteamento irregular, porque o direito de propriedade declarado pela sentença (dimensão jurídica) está imbricado com a regularidade urbanística da ocupação levada a efeito (dimensão urbanística).

d) O fato de o imóvel de João ser utilizado de forma irregular, com desrespeito à sua função social e urbanística, é suficiente para não ser declarado o direito de propriedade.

e) Agiu corretamente o magistrado ao negar o direito à usucapião ao João, sob o argumento de que o imóvel está inserido em loteamento irregular, porque o direito de propriedade declarado pela sentença (dimensão jurídica) está imbricado com a certificação e publicidade que emerge do registro (dimensão registrária).

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema Usucapião.

A alternativa A está incorreta. Todos os outros na mesma situação fazem jus à usucapião.

A alternativa B está correta. Conforme tese firmada pelo STJ no Tema Repetitivo 1025 (REsp 1.818.564/DF): “É cabível a aquisição de imóveis particulares situados no Setor Tradicional de Planaltina/DF, por usucapião, ainda que pendente o processo de regularização urbanística.”.

As alternativas C e E estão incorretas. Conforme definiu o STJ no julgamento do REsp 1.818.564/DF: “(...) 4. Não se deve confundir o direito de propriedade declarado pela sentença proferida na ação de usucapião (dimensão jurídica) com a certificação e publicidade que emerge do registro (dimensão

registrária) ou com a regularidade urbanística da ocupação levada a efeito (dimensão urbanística). (...)" (REsp 1818564-DF, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 09/06/2021 (Recurso Repetitivo – Tema 1025)).

A alternativa D está incorreta. No julgamento do REsp 1.818.564/DF, o Ministro Relator Moura Ribeiro esclarece o seguinte: "A forma como determinado imóvel se apresenta no contexto urbano não se confunde, pois, com o direito de propriedade, reconhecida desde o Código de Hamurabi. Se o imóvel é assistido por vias públicas, se conta com sistemas de água e esgoto, se foi edificado com respeito aos recuos e gabarito previsto nas posturas municipais, nada disso é capaz de criar ou suprimir o direito de propriedade ou os reflexos desse direito no registro imobiliário. Da mesma maneira se o imóvel é utilizado de forma irregular, com desrespeito à sua função social e urbanística, isso tampouco é suficiente para interferir com o direito de propriedade.".

QUESTÃO 55. Com base no seu conhecimento acerca da Lei nº 13.009, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto de Metrópole, assinale a assertiva correta.

a) É inadmissível que a gestão e a percepção dos frutos da empreitada metropolitana comum, incluídos os valores referentes a eventual concessão à iniciativa privada, aproveitem a apenas um dos entes federados.

b) A instituição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que envolva Municípios pertencentes a mais de um Estado será formalizada mediante a aprovação de lei federal editada pela União, ouvidas as Assembleias Legislativas de cada um dos Estados envolvidos.

c) A governança interfederativa das regiões metropolitanas deve observância aos princípios da prevalência do interesse comum sobre o local; do compartilhamento de responsabilidades e de gestão para promoção do desenvolvimento urbano integrado, no entanto, não deve necessária observância ao princípio da autonomia dos entes da Federação.

d) A governança interfederativa das aglomerações urbanas deverá compreender, no mínimo, em sua estrutura básica uma instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas, uma organização pública com funções técnico-consultivas e um sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.

e) Configura-se aglomeração urbana o espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata do tema Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.009/2015).

A alternativa A está incorreta. Conforme decidiu o STF no julgamento da ADI 6573/AL: "É inconstitucional norma que prevê a concentração excessiva do poder decisório nas mãos de só um dos entes públicos integrantes de região metropolitana. Nesse mesmo contexto, é inadmissível que a gestão

e a percepção dos frutos da empreitada metropolitana comum, incluídos os valores referentes a eventual concessão à iniciativa privada, aproveitem a apenas um dos entes federados." (STF. Plenário. ADI 6573/AL, ADI 6911/AL e ADPF 863/AL, Rel. Min. Edson Fachin, julgados em 13/5/2022).

A alternativa B está incorreta. A formalização se dará mediante a aprovação de leis complementares pelas assembleias legislativas de cada um dos Estados envolvidos. Conforme art. 4º do Estatuto da Metrópole: "Art. 4º A instituição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que envolva Municípios pertencentes a mais de um Estado será formalizada mediante a aprovação de leis complementares pelas assembleias legislativas de cada um dos Estados envolvidos."

A alternativa C está incorreta. É necessária a observância do princípio da autonomia dos entes da Federação. Conforme art. 6º, incisos I, II e III do Estatuto da Metrópole: "Art. 6º A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas respeitará os seguintes princípios: I – prevalência do interesse comum sobre o local; II - compartilhamento de responsabilidades e de gestão para a promoção do desenvolvimento urbano integrado; III – autonomia dos entes da Federação;"

A alternativa D está incorreta. Além do disposto na alternativa, também é necessário conter, em sua estrutura básica, uma instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil. Conforme art. 8º do Estatuto da Metrópole: "Art. 8º A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas compreenderá em sua estrutura básica: I – instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas; II – instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil; III – organização pública com funções técnico-consultivas; e IV – sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas."

A alternativa E está incorreta. A alternativa traz, na verdade, a definição de Metrópole, conforme art. 2º, V, do Estatuto da Metrópole: "Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se: V – metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;"

QUESTÃO 56. No Município Alfa, a despesa com pessoal da Câmara de Vereadores, em certo período de apuração, foi apurada em 6,5% da receita corrente liquida municipal, enquanto a do Executivo ficou em 53,5%. Passado o prazo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal para redução dos gastos com pessoal, isto não foi realizado.

Diante desse cenário e à luz do atual texto da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

a) O Legislativo do Município Alfa poderá receber transferências voluntárias para melhoria da infraestrutura da Casa Legislativa.

b) O Legislativo do Município Alfa poderá contratar operações de crédito destinadas à redução das despesas com pessoal.

c) O Executivo do Município Alfa não poderá obter garantia, direta ou indireta, de outro ente.

d) O Executivo do Município Alfa não poderá contratar operações de crédito destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.

e) O Executivo do Município Alfa poderá apenas receber transferências voluntárias relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão aborda o tema limite de despesas com pessoal.

A alternativa A está incorreta pois o Poder Legislativo Municipal extrapolou o limite de gastos com pessoal e não procedeu à redução no prazo legal, o que veda o recebimento de transferências voluntárias, conforme art. 23, § 3º, da LRF: "Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 não poderá: I - receber transferências voluntárias".

A alternativa B está correta pois, a despeito de o Poder Legislativo Municipal ter extrapolou o limite de gastos com pessoal e não procedido à redução no prazo legal, a contratação de operação de crédito destinada à redução de despesas com pessoal é uma operação permitida, conforme art. 23, § 3º, da LRF: "Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 não poderá: (...) III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal".

A alternativa C está incorreta pois o STF tem entendimento pacificado no sentido da intranscendência subjetiva das sanções, ou seja, como o descumprimento dos limites se deu pelo Poder Legislativo, o Poder Executivo não poderá ser penalizado: "II. O Poder Executivo não pode ser impedido de contratar operações de crédito em razão do descumprimento dos limites setoriais de despesa com pessoal por outros poderes e órgãos autônomos (art. 20, II, e 23, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal). (STF - ACO: 3072 AC 0014082-54.2017.1.00.0000, Relator: RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 24/08/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 17/09/2020)

A alternativa D está incorreta conforme comentários à alternativa C.

A alternativa E está incorreta conforme comentários à alternativa C.

QUESTÃO 57. Lei ordinária do Município X, publicada em 26/12/2023, tratou de revogar isenção de IPTU que existia em favor das entidades sindicais de empregadores com imóveis localizados no território municipal, estabelecendo que produziria seus efeitos a partir de 01/01/2024, Esta isenção que foi revogada havia sido instituída no texto original do Código Tributário Municipal (CTM), originalmente publicado como lei ordinária municipal em 15/03/1988. Considere que o fato gerador do IPTU, neste Município, ocorre em 1º de janeiro de cada ano.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) A revogação desta isenção por lei ordinária ofende a garantia da imunidade constitucional tributária prevista em favor das entidades sindicais.

b) A revogação poderia ser prevista em tal lei ordinária, mas, em virtude da anterioridade tributária, não poderia ainda produzir seus efeitos em 01/01/2024.

c) A revogação de tal isenção é possível por mera lei ordinária e mesmo por ato normativo infralegal, por afetar a base de cálculo do IPTU, hipótese constitucional de exceção ao princípio da legalidade tributária.

d) Lei ordinária municipal não poderia revogar isenção prevista no Código Tributário Municipal, por se tratar da lei geral tributária municipal.

e) O CTM foi recepcionado com status de lei complementar pela Constituição Federal de 1988, razão pela qual não poderia a isenção nele inserida ser revogada por mera lei ordinária.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão aborda os temas imunidade tributária, isenção tributária e princípio da anterioridade.

A alternativa A está incorreta pois sindicatos de empregadores não são imunes à incidência tributária, apenas os sindicatos de empregados o são, conforme art. 150 da CF: "Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei".

A alternativa B está correta pois revela o entendimento do STF acerca da aplicabilidade do princípio da anterioridade à revogação de benefício fiscal: "(...) Promovido aumento indireto do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS por meio da revogação de benefício fiscal, surge o dever de observância ao princípio da anterioridade, geral e nonagesimal, constante das alíneas "b" e "c" do inciso III do artigo 150, da Carta. (RE 564225 AgR, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 02-09-2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 17-11-2014 PUBLIC 18-11-2014)".

A alternativa C está incorreta pois a isenção deve ser revogada por meio de lei ordinária, conforme art. 178 do CTN: "A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. 104".

A alternativa D está incorreta pois, tanto a concessão de isenção, quanto a sua revogação, podem ser feitas por lei específica, conforme art. 150, § 6º, da CF: "Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g".

A alternativa E está incorreta pois a Constituição Federal não exige que Código Tributário Municipal seja editado como lei complementar, o que redunda na conclusão de que o CTM foi recepcionado como Lei Ordinária, conforme entendimento do STF: "(...) O legislador constituinte não reservou a matéria - instituição de Código Tributário Municipal - à lei complementar. Desse modo, do ponto de vista formal, o aludido Código Tributário não violou qualquer dispositivo da Magna Carta. Só se faz necessária a edição de lei complementar quando o próprio texto constitucional assim exige expressamente. (...) (ARE 662401 AgR, Relator (a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 30/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 25-10-2016 PUBLIC 26-10-2016).

QUESTÃO 58. O Estado Alfa, à luz da Emenda Constitucional no 132/2023, já criou regularmente por lei ordinária hipótese de incidência de IPVA sobre aeronaves e embarcações movidas a motor, passando a cobrá-lo, obedecidos todos os princípios e regras constitucionais para a adequada cobrança. João é domiciliado no Município Bravo, e é proprietário de lancha que fica ancorada no Município Charlie, bem como proprietário de aeronave que fica guardada em hangar situado no Município Delta. Os três municípios localizam-se no Estado Alfa. Não incide imunidade constitucional nem sobre a lancha nem sobre a aeronave.

Diante desse cenário, à luz da Constituição de 1988 alterada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta acerca da repartição de receita tributária de IPVA com os municípios.

a) 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha e 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertencem ao Município Bravo.

b) 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha pertence ao Município Charlie; e 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertence ao Município Delta.

c) 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha e 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertencem ao Município Bravo; 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha pertence ao Município Charlie; e 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertence ao Município Delta.

d) 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha e 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertencem ao Município Bravo; 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha pertence ao Município Charlie; e 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertence ao Município Delta.

e) 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha e 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertencem ao Município Bravo; 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha pertence ao Município Charlie; e 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertence ao Município Delta.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão aborda o tema repartição da receita tributária.

A alternativa A está correta, conforme art. 158 da CF: “Pertencem aos Municípios: III - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios”.

As alternativas B, C, D e E contrariam o art. 158, III, da CF, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 59. À luz da recente jurisprudência da 1ª Seção do STJ pacificando divergência entre ambas as Turmas de Direito Público acerca do exercício da capacidade ativa tributária por entidades integrantes do sistema “S” quanto às contribuições tributárias instituídas em seu favor, assinale a alternativa correta.

a) O STJ admite que entidades integrantes do sistema “S” exerçam tanto as funções de fiscalizar como de arrecadar contribuições tributárias instituídas em seu favor.

b) O STJ admite que entidades integrantes do sistema “S” exerçam apenas a função de fiscalizar, mas não de arrecadar contribuições tributárias instituídas em seu favor.

c) O STJ admite que entidades integrantes do sistema “S” exerçam apenas a função de arrecadar, mas não de fiscalizar contribuições tributárias instituídas em seu favor.

d) O STJ não admite que entidades integrantes do sistema “S” exerçam nem a função de fiscalizar, nem a de arrecadar contribuições tributárias instituídas em seu favor.

e) O STJ não admite que entidades integrantes do sistema “S” exerçam nem a função de fiscalizar, nem a de arrecadar contribuições tributárias instituídas em seu favor, mas sim que Resoluções destas entidades fixem o valor a ser cobrado dos contribuintes.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão aborda os temas contribuições e administração tributária.

Conforme recente entendimento do STJ: “(...) 3. Com a entrada em vigor da Lei n. 11.457/2007, por força das disposições contidas especialmente em seus arts. 2º e 3º e por ostentarem os serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema "S" natureza de pessoa jurídica de direito privado e não integrarem a administração pública, cabe tão somente à Secretaria de Receita Federal do Brasil, em regra, proceder às atividades de tributação, fiscalização, arrecadação e cobrança das contribuições de terceiros. (EREsp n. 1.571.933/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 13/12/2023, DJe de 8/3/2024.)”.

As alternativas A, C, D e E não revelam o entendimento do STJ, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 60. XYZ Ltda, sociedade empresária prestadora de serviços, ostenta dívida de ISS perante o Município ABC, referente a fatos geradores ocorridos de janeiro a junho de 2014, que não foram

declarados nem pagos. Em 10/12/2018 o Fisco municipal procede ao lançamento de ofício de todos esses créditos tributários. A contribuinte, notificada para pagar, queda-se inerte, sendo inscrita em dívida ativa municipal em 01/12/2023. Em março de 2024, a Procuradoria do Município ABC ajuíza execução fiscal contra a sociedade empresária. Citada ainda em março de 2024, a sociedade imediatamente adere a um programa de parcelamento de tais débitos, o qual continua pagando pontualmente até o presente momento.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

a) A inscrição em dívida ativa de tal débito suspende o prazo prescricional por 180 dias.

b) As adesões a parcelamento, quando já pendente a execução fiscal, não suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

c) Os pagamentos feitos no parcelamento desde março de 2024, na pendência desta execução fiscal, são indevidos.

d) A possibilidade de constituição do crédito tributário já havia sido alcançada pela decadência.

e) A ausência de declaração e pagamento do ISS faz com que tal prazo decadencial para constituição do crédito tributário inicie sua contagem da data do fato gerador, de modo que a decadência ainda não havia sido alcançada.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão aborda o tema prescrição e decadência.

A alternativa A está incorreta, pois a suspensão da prescrição prevista no art. 2º, § 3º, da Lei nº 6.830/1980 somente se aplica aos créditos não tributários, conforme entendimento do STJ: "(...) 1. A suspensão do lapso prescricional de 180 (cento e oitenta) dias prevista no art. 2º, § 3º, da Lei 6.830 somente é aplicável às dívidas de natureza não-tributária. Em hipóteses como a dos autos, em que se trata de execução de crédito relativo a Imposto de Renda, a matéria é regulada pelo art. 174 do Código Tributário Nacional. (...) (AgRg no Ag n. 1.054.859/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2008, DJe de 19/12/2008.).

A alternativa B está incorreta pois a adesão a parcelamento, ainda que já ajuizada a execução fiscal, é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme entendimento do STJ: "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ADESÃO A PROGRAMA DE PARCELAMENTO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INTERRUPÇÃO. I. A adesão a programa de parcelamento tributário é causa de suspensão da exigibilidade do crédito e interrompe o prazo prescricional, por constituir reconhecimento inequívoco do débito, nos termos do art. 174, IV, do CTN, voltando a correr o prazo, por inteiro, a partir do inadimplemento da última parcela pelo contribuinte (REsp n. 1.742.611/RJ, relator Ministro Herman Benjamin). II. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp: 1922063 PR 2021/0040162-4, Data de Julgamento: 18/10/2022, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/10/2022)"

A alternativa C está correta, pois o crédito tributário já havia sido extinto pela prescrição. Nesse sentido, o enunciado informa que os créditos tributários foram constituídos em 10/12/2018, com notificação

do contribuinte para pagamento. Conforme art. 160 do CTN, "Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento", de onde se deduz que o prazo para pagamento encerrou-se em 10/01/2019, iniciando-se o prazo prescricional para ajuizamento da execução fiscal, conforme parte final da súmula 622 do STJ: "A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial". Nesse diapasão, o art. 174 do CTN informa que "A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva", a retornar a data limite de 10/01/2014 como termo ad quem para ajuizamento do executivo, o que não fora observado, uma vez que o feito fora ajuizado apenas em março de 2024. Assim, conforme o art. 156, V, do CTN, o crédito estava extinto pela prescrição, o que inviabiliza o parcelamento e, portanto, os pagamentos realizados são indevidos.

A alternativa D está incorreta, pois não houve decadência no caso. Nesse sentido, a súmula 555 do STJ estabelece que "Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e, por sua vez, o art. 173, I, do CTN determina que "O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado". Assim, o início do prazo decadencial para constituição do crédito se deu em 1º de janeiro de 2015 e terminaria em 1º de janeiro de 2020 e, como o crédito foi lançado em 10/12/2018, verifica-se não ter ocorrido a decadência.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários à alternativa D.

QUESTÃO 61. Servidor público do Município X, lotado no Setor da Secretaria Municipal da Fazenda responsável pelo ITBI, enquanto está atendendo um contribuinte no guiché, começa a sofrer desacato por parte deste último. À luz do previsto no Código Tributário Nacional e levando-se em consideração sua condição de servidor municipal no exercício de suas funções na administração tributária municipal, ele poderá requisitar o auxílio da força pública

a) municipal, apenas.

b) estadual, apenas.

c) municipal e estadual, apenas.

d) municipal e federal, apenas.

e) municipal, estadual e federal.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão aborda o tema fiscalização.

Conforme art. 200 do CTN: “As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da fôrça pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção”.

As alternativas A, B, C e D são contrárias ao texto do art. 200 do CTN, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 62. Um Conselho Regional de Fiscalização de Profissão Regulamentada (excluída a OAB), autarquia federal, foi notificado pelo Município Y para pagar valores atrasados de taxa de coleta de lixo proveniente de seu imóvel-sede localizado no território municipal. Não tendo havido pagamento espontâneo, a Procuradoria do Município ajuíza ação para cobrar a dívida tributária.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) Caso o Município se sagre vencedor na ação, o Conselho poderá pagar sua dívida tributária por meio do regime de precatórios.

b) Tal cobrança de taxa por parte do Município é indevida, em razão da imunidade tributária recíproca que se estende também às autarquias federais.

c) Por se tratar de dívida tributária cobrada judicialmente, admite-se a penhora de bens afetados às atividades finalísticas desse Conselho.

d) Por se tratar de autarquia federal, a inscrição em dívida ativa municipal é prescindível, mas a ação a ser proposta deverá ser a de cobrança regida pelo Código de Processo Civil.

e) Por se tratar de dívida de autarquia federal, a inscrição em dívida ativa municipal é prescindível, mas a ação a ser proposta deverá ser a de execução fiscal regida pela Lei 6.830/1980.

Comentários

A alternativa correta é a letra **A**, nos termos do tema n. 877 de repercussão geral do STF: "Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização não se submetem ao regime de precatórios. ".

Nas palavras do Dizer O Direito: "O sistema de precatório foi concebido para assegurar a igualdade entre os credores, com impessoalidade e observância de ordem cronológica, sem favorecimentos. Outra finalidade do sistema de precatório é permitir que as entidades estatais possam programar os seus orçamentos para a realização de despesas. Portanto, o precatório está diretamente associado à programação orçamentária dos entes públicos.

Apesar de os Conselhos de Fiscalização Profissional serem considerados autarquias especiais, eles não participam do orçamento público, não recebem aporte do Poder Central nem se confundem com a Fazenda Pública. Por essa razão, não se submetem ao regime de precatórios.

Os conselhos de fiscalização profissional têm autonomia financeira e orçamentária. Portanto, sua dívida é autônoma em relação ao Poder Público. Desse modo, inserir esse pagamento no sistema de precatório transferiria para a União a condição de devedora do Conselho de Fiscalização."

Fonte: CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Conselhos profissionais não estão sujeitos ao regime de precatórios. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <https://buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/522e1ea43810e90242942ccc0995dae1>. Acesso em: 09/12/2024

QUESTÃO 63. Conserta Tudo Ltda., sociedade empresária prestadora de serviços de manutenção de máquinas industriais, tem sua sede no Município A, onde a alíquota de ISS incidente sobre tais serviços é de 3%. Contudo, presta serviços com frequência também no Município B, onde a alíquota de ISS incidente sobre tais serviços é de 4%. Conserta Tudo Ltda. mantém um simples posto de atendimento também no Município B.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STJ sobre o tema, havendo prestação de tais serviços no Município B.

a) o ISS deverá ser recolhido ao Município A, onde está a sede da empresa, aplicando-se a alíquota de 3%.

b) o ISS deverá ser recolhido ao Município A, onde está a sede da empresa, aplicando-se a alíquota de 4%.

c) o ISS deverá ser recolhido ao Município B, onde está o posto de atendimento, aplicando-se a alíquota de 4%.

d) o ISS deverá ser recolhido ao Município B, onde está o posto de atendimento, aplicando-se a alíquota de 3%.

e) o ISS deverá ser recolhido à razão de 50% ao Município A e 50% ao Município B, aplicando-se a alíquota de 4%.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão aborda o tema Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

A alternativa C está correta. Conforme art. 3º da LC 113/2003, “O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador”, sendo que o art. 4º afirma que posto de atendimento caracteriza estabelecimento prestador, veja-se: “Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas”.

As alternativas A, B, D e E são contrárias ao texto do art. 3º da LC 113/2003, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 64. O Município X constituiu crédito tributário de IPTU referente a terrenos de propriedade da União contra duas pessoas jurídicas privadas. O primeiro lançamento se deu contra a Petrobras, cobrando IPTU de área por ela arrendada em terreno de porto. O segundo se deu contra uma associação que mantém lar de idosos e portadora de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que detém o domínio útil, por aforamento, de um terreno onde instalou um cemitério privado para sepultar gratuitamente os idosos carentes por ela assistidos.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) Ambos os lançamentos são incorretos, visto que incidem sobre terrenos de propriedade da União, entidade federada imune.

b) Ambos os lançamentos são incorretos, pois a Petrobras é mera arrendatária (possuidora sem animus domini); e a titular do domínio útil do terreno onde se encontra o cemitério é uma entidade beneficente imune.

c) Apenas o lançamento contra a Petrobras é incorreto, por se tratar de empresa estatal a quem se estende a imunidade tributária recíproca.

d) É possível incidir o IPTU sobre o terreno onde se encontra tal cemitério, por não se tratar de cemitério público, mas sim de cemitério privado.

e) Ainda que seja mera arrendatária (possuidora sem animus domini), a Petrobras pode figurar como contribuinte para fins de cobrança de tal IPTU, ainda que a proprietária do terreno seja a União, ente imune.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão aborda o tema Imunidade Tributária.

A alternativa A está incorreta pois não há que se falar em imunidade no caso da Petrobras, conforme comentários à alternativa E.

A alternativa B está incorreta pois não há que se falar em imunidade no caso da Petrobras, conforme comentários à alternativa E.

A alternativa C está incorreta pois não há que se falar em imunidade no caso da Petrobras, conforme comentários à alternativa E.

A alternativa D está incorreta pois as entidades de assistência social são imunes à incidência de impostos sobre seus bens, conforme art. 150 da CF: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades

sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei".

A alternativa E está correta pois tese fixada pelo STF no Tema 385: "A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município".

QUESTÃO 65. O Município X instituiu por lei ordinária municipal, de iniciativa de alguns vereadores, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo Prefeito, a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, a ser cobrada dos estabelecimentos comerciais situados no território municipal.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) A sanção pelo Prefeito não sana o vício formal de origem desta lei, que é de iniciativa privativa do chefe do Executivo municipal.

b) Para que esta taxa seja constitucional, é necessário que haja proporcionalidade entre o valor cobrado e o custo da atividade estatal de fiscalização.

c) É necessário que cada estabelecimento seja efetivamente fiscalizado para que a taxa seja devida, em razão da especificidade e divisibilidade que se exige como pressuposto para cobrança de taxas.

d) Caso ainda não esteja implantado órgão administrativo específico responsável pela fiscalização a ser custeada por tal taxa, ela não pode ser cobrada.

e) Por ser a atividade de fiscalização do funcionamento de estabelecimentos comerciais uma ação do Corpo de Bombeiros Militar estadual, somente uma taxa estadual poderia ser instituída para tal fim.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão aborda o tema Taxa.

A alternativa A está incorreta pois não há reserva de iniciativa de leis em matéria tributária ao Chefe do Poder Executivo, conforme tese fixada no tema de repercussão geral nº 682: "Inexiste, na Constituição Federal de 1988, reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, inclusive para as que concedem renúncia fiscal".

A alternativa B está correta pois vai ao encontro do entendimento do STF: "2. É inconstitucional a instituição de taxa de polícia que exceda flagrante e desproporcionalmente os custos da atividade estatal de fiscalização. (ADI 7400, Relator(a): LUÍS ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 19-12-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 22-03-2024 PUBLIC 25-03-2024)"

A alternativa C está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no tema 217: "É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício"

A alternativa D está incorreta pois contraria entendimento do STF: "(...) 6. À luz da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, a existência do órgão administrativo não é condição para o reconhecimento da constitucionalidade da cobrança da taxa de localização e fiscalização, mas constitui um dos elementos admitidos para se inferir o efetivo exercício do poder de polícia, exigido constitucionalmente. Precedentes. (...) (RE 588322, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 16-06-2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-164 DIVULG 02-09-2010 PUBLIC 03-09-2010 EMENT VOL-02413-04 PP-00885 RTJ VOL-00224-01 PP-00614 RIP v. 12, n. 63, 2010, p. 243-255 RT v. 99, n. 902, 2010, p. 149-157)"

A alternativa E está incorreta pois contraria entendimento do STF, conforme comentários à alternativa C.

QUESTÃO 66. Uma organização exclusivamente religiosa sediada em Vitória (ES) pretende requerer a imunidade dos IPTUS de imóveis de sua propriedade que funcionam como seus templos no território do mesmo município. Ao se dirigir ao setor da Secretaria Municipal de Fazenda responsável pelo IPTU, foi-lhe informado que, ademais da documentação comprobatória da propriedade e uso dos imóveis, a organização religiosa deveria apresentar.

I. comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

II. cópia autenticada do instrumento de constituição atualizado.

III. cópia do Balanço Geral da matriz e Demonstração da Conta de Resultados.

IV. declaração da Receita Federal do Brasil, da agência do Banco Central do Brasil ou de órgão competente da Administração Federal, certificando a ausência de remessa de recursos para o exterior.

À luz do texto da Lei Municipal nº 7.888/2010 (Lei do processo administrativo-tributário), o Fisco poderia exigir de tal organização religiosa os documentos previstos em

a) I e II, apenas.

b) I, II e III, apenas.

c) II e IV, apenas.

d) I, III e IV, apenas

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão aborda o tema legislação local.

O item I está correto conforme art. 12 da Lei Municipal nº 7.888/2010: "O pedido de reconhecimento de imunidade tributária será instruído com os seguintes documentos: II - Reconhecimento de

imunidade com base na alínea "b", do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal: a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ".

O item II está correto, conforme art. 12 da Lei Municipal nº 7.888/2010: "O pedido de reconhecimento de imunidade tributária será instruído com os seguintes documentos: II - Reconhecimento de imunidade com base na alínea "b", do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal: b) cópia autenticada do instrumento de constituição atualizado."

O item III está incorreto pois não há tal exigência na Lei Municipal nº 7.888/2010.

O item IV está incorreto pois não há tal exigência na Lei Municipal nº 7.888/2010.

QUESTÃO 67. A Lei do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) do Município de Vitória - ES (Lei Municipal nº 6.075/2003) prevê a possibilidade do lançamento do ISS, por determinação da autoridade competente, a partir de uma base de cálculo estimada.

Acerca dessa modalidade de lançamento por estimativa e à luz do texto da referida lei, assinale a alternativa correta.

a) O fisco pode, a qualquer tempo, cancelar a aplicação do regime de forma geral, mas não parcial.

b) Os contribuintes sujeitos ao regime da estimativa não poderão ser dispensados do cumprimento de obrigações acessórias.

c) Na fixação da estimativa levar-se-á em consideração o preço dos serviços nos dois anos anteriores ao lançamento por estimativa.

d) Quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório, o imposto deverá ser pago antecipadamente, sob pena de inscrição em Dívida Ativa e imediata execução judicial.

e) O despacho da autoridade que modificar ou cancelar de ofício o regime de estimativa produzirá efeitos a partir de 30 (trinta) dias após ser o contribuinte cientificado, relativamente às operações ocorridas após o referido despacho.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão aborda o tema legislação local.

A alternativa A está incorreta pois o fisco pode cancelar parcialmente a aplicação do regime, conforme art. 42 da Lei Municipal nº 6.075/2003: "O fisco pode, a qualquer tempo: II. cancelar a aplicação do regime de forma geral, parcial ou individual".

A alternativa B está incorreta pois os contribuintes poderão ser dispensados do cumprimento de obrigações acessórias, conforme art. 43 da Lei Municipal nº 6.075/2003: "Os contribuintes sujeitos ao regime da estimativa poderão ser dispensados do cumprimento de obrigações acessórias, a critério da autoridade competente".

A alternativa C está incorreta pois na fixação da estimativa levar-se-á em consideração, além de outros, o preço corrente dos serviços, conforme art. 38 da Lei Municipal nº 6.075/2003: "Na fixação da estimativa levar-se-á em consideração conforme o caso: I. o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade; II. o preço corrente dos serviços; III. o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo ser tomadas como base de cálculo as receitas de outros contribuintes de idêntica atividade; IV. a localização do estabelecimento".

A alternativa D está correta pois revela a inteligência do art. 37 da Lei Municipal nº 6.075/2003: "O valor do imposto poderá ser fixado, por determinação da autoridade competente, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos; I. quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório; (...) § 1º. No caso do inciso I, deste artigo considera-se de caráter provisório as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais. § 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antecipadamente sob pena de inscrição em Dívida Ativa e imediata execução judicial".

A alternativa E está incorreta pois o despacho produzirá efeitos a partir da data em que for cientificado o contribuinte, conforme art. 42, parágrafo único, da Lei Municipal nº 6.075/2003: "O despacho da autoridade que modificar ou cancelar de ofício o regime de estimativa produzirá efeitos a partir da data em que for cientificado o contribuinte, relativamente às operações ocorridas após o referido despacho".

QUESTÃO 68. José, de 63 anos, possui renda familiar mensal de 4 salários mínimos, sendo proprietário de único imóvel urbano, situado no Município de Vitória (ES), embora viva em outro imóvel do qual é locatário. Pretende requerer ao Fisco Municipal a redução de 75% sobre o valor do IPTU e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS) e está disposto a pagar ambos os tributos, relativos a todo o exercício, em até três parcelas, na forma e prazos dispostos em Regulamento.

À luz do texto da Lei Municipal nº 4.476/1997, assinale a alternativa correta.

a) José faz jus à redução, por cumprir todos os requisitos legais para a redução pretendida.

b) José ainda não tem a idade mínima exigida em lei para requerer tal redução.

c) Ao não se dispor a pagar os referidos tributos em quota única, José não terá direito a tal redução.

d) Por se tratar tal imóvel de bem de família, a circunstância de José nele não residir não afeta o direito de pedir a redução.

e) José possui renda familiar mensal acima do máximo previsto em lei para obter tal redução.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão aborda o tema legislação local.

A alternativa A está incorreta pois José não preenche todas as condições necessárias, uma vez que não efetuará o pagamento em quota única e nem reside no imóvel, conforme art. 20 da Lei Municipal nº 4.476/1997: "Terá direito a redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do Imposto Sobre

a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), o contribuinte que efetuar o pagamento, relativo a todo o exercício, em quota única, até a data do vencimento, fixado em Ato do Poder Executivo, e se incluir na conjugação total das seguintes condições: I - ser o único imóvel que possua e nele resida".

A alternativa B está incorreta pois José ultrapassou a idade de 60 anos necessária à obtenção da redução, conforme art. 20 da Lei Municipal nº 4.476/1997: "Terá direito a redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), o contribuinte que efetuar o pagamento, relativo a todo o exercício, em quota única, até a data do vencimento, fixado em Ato do Poder Executivo, e se incluir na conjugação total das seguintes condições: II - ter idade superior a 60 (sessenta) anos ou ter sido aposentado por invalidez".

A alternativa C está correta pois José deverá efetuar o pagamento em quota única, conforme art. 20 da Lei Municipal nº 4.476/1997: "Terá direito a redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), o contribuinte que efetuar o pagamento, relativo a todo o exercício, em quota única, até a data do vencimento, fixado em Ato do Poder Executivo, e se incluir na conjugação total das seguintes condições".

A alternativa D está incorreta pois José deveria residir no imóvel para requerer a redução, conforme art. 20 da Lei Municipal nº 4.476/1997: "Terá direito a redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), o contribuinte que efetuar o pagamento, relativo a todo o exercício, em quota única, até a data do vencimento, fixado em Ato do Poder Executivo, e se incluir na conjugação total das seguintes condições: I - ser o único imóvel que possua e nele resida".

A alternativa E está incorreta pois José possui renda inferior a cinco salários mínimos, que é a renda estabelecida no art. 20 da Lei Municipal nº 4.476/1997 como teto para tal redução: "Terá direito a redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), o contribuinte que efetuar o pagamento, relativo a todo o exercício, em quota única, até a data do vencimento, fixado em Ato do Poder Executivo, e se incluir na conjugação total das seguintes condições: III - ter renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos".

QUESTÃO 69. O Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, possui parte considerável de seu território situada em uma ilha. Em razão disso, alguns dos terrenos do Município (terrenos de marinha) são de propriedade da União, ainda que sejam ocupados por privados a diferentes títulos, gerando a necessidade de pagamento à União de valores referentes a taxa de ocupação, foro e laudêmio.

Acerca da classificação destes institutos quanto à Dívida Ativa da União, de origem tributária e não-tributária, assinale a alternativa correta.

a) A taxa de ocupação, o foro e o laudêmio devem ser classificados na Dívida Ativa Tributária da União.

b) A taxa de ocupação deve ser classificada na Dívida Ativa Tributária da União, enquanto o foro e o laudêmio devem ser classificados na Dívida Ativa Não-Tributária da União.

c) A taxa de ocupação e o foro devem ser classificados na Dívida Ativa Tributária da União, enquanto o laudêmio deve ser classificado na Dívida Ativa Não-Tributária da União.

d) O foro e o laudêmio devem ser classificados na Dívida Ativa Tributária da União, enquanto a taxa de ocupação deve ser classificada na Dívida Ativa Não-Tributária da União.

e) A taxa de ocupação, o foro e o laudêmio devem ser classificados na Dívida Ativa Não-Tributária da União.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão aborda o tema legislação local.

Conforme art. 39, §2º, da Lei nº 4.320/1964: "Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

As alternativas A, B, C e D contrariam o texto legal, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 70. A Lei Orgânica do Município X, em sua redação original, previa que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) deveria ser encaminhado pelo Executivo ao Legislativo até nove meses antes do encerramento do exercício financeiro. Em 2022, por meio de emenda à Lei Orgânica, esse prazo foi alterado para até sete meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) Tanto o prazo original como o prazo alterado são inconstitucionais, pois violam o prazo previsto na Constituição Federal de 1988.

b) Apenas o prazo original é inconstitucional, pois o prazo alterado coincide com o prazo previsto na Constituição Federal de 1988.

c) Apenas o prazo alterado é inconstitucional, pois o prazo original coincide com o prazo previsto na Constituição Federal de 1988.

d) Tanto o prazo original como o prazo alterado são constitucionais, pois o Município tem autonomia para estabelecer prazos distintos do previsto na Constituição Federal de 1988.

e) Apenas o prazo original é constitucional, pois o Município tem autonomia para ampliar o prazo previsto na Constituição Federal de 1988, mas não para reduzi-lo.

Comentários

A banca apontou como alternativa correta a letra D, mas entendemos que a alternativa correta é a letra A conforme entendimento do STF: "As normas da CF/1988 sobre o processo legislativo das leis orçamentárias são de reprodução obrigatória pelo constituinte estadual. Aplicabilidade do princípio da simetria na espécie. [ADI 6.308, rel. min. Roberto Barroso, j. 6-6-2022, P, DJE de 15-6-2022.]".

A questão aborda o tema processo legislativo orçamentário.

As alternativas B, C, D e E, ao afirmarem ser possível a fixação de diferentes prazos, contrariam o entendimento do STF, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 71. O Código de Processo Civil estabelece como intervenção de terceiro o incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

a) O incidente de desconsideração de personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, inclusive no cumprimento de sentença, exceto na execução fundada em título executivo extrajudicial.

b) A instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, em qualquer hipótese, suspenderá o processo.

c) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

d) A decisão que resolve e põe fim ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica desafia recurso de apelação.

e) O pedido de desconsideração da personalidade não pode ser realizado na petição inicial, sendo necessária a demonstração no curso do processo, do preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão aborda o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, regulado nos arts. 133 a 137 do Código de Processo Civil.

A alternativa A está incorreta porque também será cabível o incidente de desconsideração de personalidade jurídica na execução fundada em título executivo extrajudicial, conforme art. 134, caput, do CPC: "O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial."

A alternativa B está incorreta porque o § 3º do art. 134 do CPC excetua a suspensão quando a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial.

A alternativa C está correta, reproduzindo fielmente o art. 135 do CPC: “Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.”

A alternativa D está incorreta porque a decisão que resolve o incidente de desconsideração da personalidade jurídica é interlocutória, recorrível por agravo de instrumento, expressamente prevista no inciso IV do artigo 1.015 do CPC.

A alternativa E está incorreta porque expressamente prevista no §2º do art. 134 do CPC a possibilidade de pedido na petição inicial: "Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.”

QUESTÃO 72. GABRIELA ajuizou ação indenizatória em face do MUNICÍPIO DE VITÓRIA, que tramitou na 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital. O Juízo de primeiro grau proferiu sentença condenando a parte ré ao pagamento de R$5.000,00 a título de indenização danos materiais. Transitada em julgado a referida decisão, foi iniciado o cumprimento de sentença, tendo GABRIELA requerido o pagamento da quantia referente à condenação, na forma do art. 534, do CPC. Devidamente intimado, na forma do artigo 535, o Município quedou-se inerte. Em seguida, o Juízo proferiu decisão determinando o pagamento da quantia, no prazo de dois meses, contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência da exequente, e, ainda, condenou o Município ao pagamento de honorários advocatícios em valor equivalente a 10% da integralidade do valor devido, uma vez que, por se tratar de obrigação de pequeno valor, os honorários sucumbenciais são devidos, independentemente de impugnação pelo exequente.

Diante do exposto, e considerando o recente entendimento do STJ sobre o tema, marque a alternativa correta.

a) Agiu corretamente o Juízo ao determinar o pagamento de honorários sucumbenciais pelo Município, uma vez que deve haver interpretação restritiva ao artigo 85, §7º, do CPC, que determina que "não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada."

b) Agiu corretamente o Juízo ao determinar o pagamento de honorários sucumbenciais pelo Município, uma vez que deve haver interpretação restritiva ao artigo 85, §7º, do CPC, que determina que "serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada."

c) Agiu corretamente o Juízo ao determinar o pagamento de honorários sucumbenciais pelo Município, uma vez que foi fixada tese repetitiva pelo STJ no sentido de que "os honorários advocatícios de sucumbência são devidos nas execuções contra a Fazenda sujeitas ao regime de requisição de pequeno valor - RPV. ainda que não seja apresentada impugnação."

d) Agiu equivocadamente o Juízo ao determinar o pagamento de honorários sucumbenciais pelo Município, uma vez que se trata de crédito submetido ao regime de Precatório.

e) Agiu equivocadamente o Juízo ao determinar o pagamento de honorários sucumbenciais pelo Município, uma vez que não houve impugnação à pretensão executória, mesmo se tratando de crédito submetido a pagamento por RPV.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso repetitivo, fixou o entendimento de que a regra do artigo 85, § 7º, do CPC, que dispensa o pagamento de honorários advocatícios em cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública sem impugnação, aplica-se também às RPVs. Tema Repetitivo 1190 do STJ: "Na ausência de impugnação à pretensão executória, não são devidos honorários advocatícios sucumbenciais em cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, ainda que o crédito esteja submetido a pagamento por meio de Requisição de Pequeno Valor - RPV."

O enunciado deixa claro que o Município se quedou inerte, ou seja, não apresentou impugnação à pretensão executória. Como não houve impugnação por parte do Município, não são devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, mesmo se tratando de crédito submetido a pagamento por RPV.

QUESTÃO 73. JOSÉ ajuizou ação indenizatória em face do Município de Vitória, que tramitou em um dos juizados da fazenda pública da comarca da capital. O Juízo julgou improcedente o pedido. Irresignada, a parte autora interpôs recurso inominado, que foi provido pela Turma Recursal Fazendária com base em entendimento que contraria em enunciado sumular de jurisprudência do STJ.

Na qualidade de Procurador do Município de Vitória, assinale a opção que indica qual instrumento jurídico seria cabível contra o acórdão proferido pela Turma Recursal.

a) Reclamação endereçada ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

b) Não há instrumento jurídico cabível para impugnar o acórdão da Turma Recursal.

c) Recurso Especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.

d) Recurso Extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.

e) Pedido de Uniformização de jurisprudência ao Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

No microssistema dos Juizados Especiais da Fazenda Pública instituídos pela Lei n. 12.153/2009 é cabível o pedido de uniformização de jurisprudência, nas hipóteses dos arts. 18 e 19 da Lei n. 12.153/2009.

A alternativa A está incorreta. Não será cabível Reclamação, em razão da existência de recurso próprio na Lei n. 12.153/2009.

A alternativa B está incorreta. Existe instrumento jurídico previsto na Lei n. 12.153/2009, em seu art. 19: "Quando a orientação acolhida pelas Turmas de Uniformização de que trata o § 1º do art. 18 contrariar súmula do Superior Tribunal de Justiça, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência."

A alternativa C está incorreta. O Recurso Especial (art. 105, III, da Constituição Federal) não é admitido contra acórdãos de Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

A alternativa D está incorreta. O Recurso Extraordinário (art. 102, III, da Constituição Federal) é cabível para impugnar decisões que contrariam a Constituição Federal. A questão menciona que o acórdão da Turma Recursal contraria um enunciado sumular do STJ.

A alternativa E está correta. Esta é a alternativa correta. Quando houver divergência entre o entendimento da Turma Recursal e a jurisprudência firmada em enunciados de súmulas do STJ, é cabível o Pedido de Uniformização dirigido ao STJ, conforme art. 19 da Lei n. 12.153/2009.

QUESTÃO 74. O Município de Vitória interpôs Recurso Especial em face de acórdão proferido pela Câmara de Direito Público do e. Tribunal de Justiça Estadual. O referido recurso foi admitido e após a remessa dos autos, o C. Superior Tribunal de Justiça entendeu que o recurso versava sobre questão constitucional.

Neste caso, o i. Ministro relator do recurso especial deverá:

a) conceder prazo de 15 (quinze) dias para o Município demonstrar a existência de repercussão geral e se manifestar sobre a questão constitucional.

b) remeter o recurso especial imediatamente ao Supremo Tribunal Federal para julgamento como recurso extraordinário, o qual, em juízo de admissibilidade, poderá devolvê-lo ao Superior Tribunal de Justiça.

c) inadmitir o Recurso Especial.

d) Intimar o Município para realizar a adequação do recurso especial para o recurso extraordinário à luz do princípio da instrumentalidade das formas.

e) negar provimento ao Recurso Especial.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão aborda o procedimento do Ministro relator no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao verificar que o Recurso Especial interposto versa sobre questão constitucional, previsto no art. 1.032 do Código de Processo Civil

A alternativa A está correta. Repete o texto do caput do art. 1.032, do CPC: "Se o relator, no Superior Tribunal de Justiça, entender que o recurso especial versa sobre questão constitucional, deverá conceder prazo de 15 (quinze) dias para que o recorrente demonstre a existência de repercussão geral e se manifeste sobre a questão constitucional."

A alternativa B está incorreta. O recurso deverá ser remetido ao STF, mas não imediatamente, conforme parágrafo único do art. 1.032 do CPC: "Cumprida a diligência de que trata o caput, o relator remeterá o recurso ao Supremo Tribunal Federal, que, em juízo de admissibilidade, poderá devolvê-lo ao Superior Tribunal de Justiça."

A alternativa C está incorreta. O Recurso Especial não deve ser inadmitido simplesmente por tratar de matéria constitucional. O relator deve seguir o procedimento previsto no art. 1.032, do CPC.

A alternativa D está incorreta. Não se trata de aplicação do princípio de instrumentalidade das formas, mas sim do cumprimento de norma legal processual que determina a remessa ao STF (art. 1.032 do CPC).

A alternativa E está incorreta. O STJ não deve negar provimento ao Recurso Especial sem antes remeter o processo ao STF. É necessário seguir o procedimento previsto no art. 1.032 do CPC.

QUESTÃO 75. João ajuizou ação monitória contra o Município de Vitória para satisfazer crédito de R$ 500.000,00 decorrente de instrumento particular sem eficácia de título executivo. Ao receber a petição inicial, o Juízo (i) deferiu a expedição de mandado de pagamento e (ii) concedeu prazo para o Município cumprir a obrigação cumulado com o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor da causa.

No que se refere à ação monitória no caso em análise, é correto afirmar que

a) não é admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

b) é admissível que o Município de Vitória apresente reconvenção e que a parte autora, em seguida, ofereça reconvenção à reconvenção.

c) o réu poderá opor, em autos apartados, embargos à ação monitória desde que garanta previamente o juízo.

d) caso o Município não apresente embargos à ação monitória, a sentença estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

e) uma vez verificado pelo Juízo que a ação monitória foi proposta indevidamente e de má-fé, poderá condenar João ao pagamento de multa, em favor do réu, de até cinco por cento sobre o valor da causa.

Comentários

Em nossa visão, a questão é ANULÁVEL em razão do valor trazido no enunciado ser inferior ao limite de remessa necessária. Contudo, a banca provavelmente estabelecerá como correta a letra D, pelas explicações seguintes. A questão trata de ação monitória, abordando as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, em especial o duplo grau de jurisdição.

A alternativa A está incorreta por contrariar o enunciado n. 339 da Súmula do STJ: "É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública".

A alternativa B está incorreta por contrariar o § 6º do art. 702 do CPC: "Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção."

A alternativa C está incorreta por contrariar o caput do art. 702 do CPC: "Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo previsto no art. 701 , embargos à ação monitória."

A alternativa D estaria correta pelo art. 701, § 4º, do CPC, que estabelece na ação monitória contra a Fazenda Pública o reexame necessário da sentença, ou seja, duplo grau de jurisdição obrigatório. Contudo, o valor do crédito trazido no enunciado (R$ 500.000,00) é inferior ao limite de remessa necessária estabelecido no art. 496, § 3º, II: "500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados".

A alternativa E está incorreta, vez que o art. 81 do CPC dispõe que a parte que litigar de má-fé pode ser condenada ao pagamento de multa de até 10% sobre o valor corrigido da causa (e não 5%, como menciona a alternativa).

QUESTÃO 76. O Município B do Estado A ajuizou execução fiscal em face da empresa XYZ, buscando o pagamento do crédito de R$500,00 sem que tenha adotado qualquer medida extrajudicial ou administrativa prévia para cobrar a dívida. Considerando que o valor executado era inferior a um salário-mínimo, o juiz do caso extinguiu a execução por ausência de interesse de agir com base em lei que previa tal possibilidade.

À luz do mais recente entendimento do STF sobre o tema, marque a alternativa correta.

a) Negar ao Município a possibilidade de executar seus créditos de pequeno valor sob o fundamento da falta de Interesse econômico viola o direito de acesso à justiça.

b) O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa, e do protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, sendo legítima a extinção da execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, à luz do princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.

c) O Poder Judiciário só poderá extinguir ação de execução fiscal que trata de valor inferior a um salário-mínimo, sob fundamento de falta de interesse de agir, quando houver lei estadual autorizativa.

d) O trâmite de ações de execução fiscal impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a tentativa de conciliação ou solução administrativa.

e) O ajuizamento da execução fiscal não dependerá da prévia tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa, e do protesto do título.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão aborda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em específico o Tema 1184 da Repercussão Geral, em que se fixou entendimento pela possibilidade de extinção de execução fiscal de baixo valor pela falta de interesse de agir.

Tese fixada no Tema 1184: "1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. 2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. 3. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis."

QUESTÃO 77. Maria ajuizou ação de obrigação de fazer em face do Município X. Observando que se tratava de demanda contendo controvérsia sobre questão de direito, que havia diversos processos ajuizados no mesmo mês sobre o tema, e que julgamentos distintos ocasionariam risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, o Município X peticionou ao Presidente do tribunal, requerendo a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas. O incidente foi admitido pelo órgão competente do tribunal, oportunidade em que foi determinada a suspensão dos processos pendentes que tramitavam no Estado, o que incluía o processo de Maria.

À luz do que dispõe o Código de Processo Civil acerca do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, assinale a alternativa incorreta.

a) Se, após a instauração do incidente, o Município X abandonar o processo, tal fato não impedirá o exame do mérito, devendo o Ministério Público intervir no feito, assumindo a sua titularidade.

b) Uma vez firmada a tese jurídica, caso ela não seja observada no bojo do processo movido por Maria em face do Município X, caberá reclamação.

c) O Município X poderá pedir ao Tribunal que julgou o incidente, a revisão da tese jurídica que for firmada.

d) Durante a suspensão, se Maria necessitar de alguma tutela de urgência em seu processo, deverá dirigir seu pedido ao juízo em que tramita o seu processo suspenso.

e) Julgado o incidente, a tese jurídica firmada será aplicada, inclusive, aos processos coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do tribunal.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C. A questão dispõe sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

A alternativa A está correta. O art. 976, § 1º e 2º, do CPC, prevê que a desistência ou o abandono do processo não impedem o exame de mérito do IRDR, e o Ministério Público deve intervir obrigatoriamente no incidente, assumindo sua titularidade em caso de desistência ou abandono.

A alternativa B está correta. O art. 988, IV, do CPC, prevê a reclamação para garantir a observância da tese firmada no IRDR: "garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência".

A alternativa C está incorreta, já que o Município não é legitimado para pedir a revisão da tese. O art. 986 do CPC possibilita a revisão da tese jurídica firmada no incidente de ofício ou mediante requerimento dos legitimados mencionados no art. 977, inciso III: "pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição."

A alternativa D está correta. O art. 982, § 1º, do CPC, determina que o pedido de tutela de urgência deve ser dirigido ao juízo onde tramita o processo suspenso em razão do IRDR.

A alternativa E está correta. O art. 985 do CPC estabelece que a tese jurídica firmada no IRDR deve ser aplicada a todos os processos individuais e coletivos que envolvam a mesma questão de direito dentro da área de jurisdição do tribunal que julgou o incidente.

QUESTÃO 78. A empresa X ajuizou demanda pelo procedimento comum contra o Município de Vitória visando satisfazer um crédito de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil) reais, decorrente de contrato de locação de impressoras. Embora tenha sido devidamente citado, o Município de Vitória não apresentou contestação. Ato contínuo, a empresa X apresentou petição na qual requereu a decretação dos efeitos da revelia.

À luz do disposto no Código de Processo Civil e na jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

a) O Juízo da Fazenda Pública Municipal de Vitória deve deferir o pedido uma vez que os efeitos materiais da revelia são aplicáveis em quaisquer litígios envolvendo a Fazenda Pública.

b) O Juízo da Fazenda Pública Municipal de Vitória não deve deferir o pedido uma vez que os efeitos processuais e materiais da revelia são inaplicáveis em quaisquer litígios envolvendo a Fazenda Pública.

c) O Juízo da Fazenda Pública Municipal de Vitória não deve deferir o pedido uma vez que os efeitos materiais da revelia não são aplicáveis em quaisquer litígios envolvendo a Fazenda Pública.

d) O Juízo da Fazenda Pública Municipal de Vitória não deve deferir o pedido uma vez que os efeitos processuais da revelia não são aplicáveis em litígios da Administração Pública.

e) O Juízo da Fazenda Pública Municipal de Vitória deve deferir o pedido uma vez que os efeitos materiais da revelia podem ser aplicáveis em litígios que envolvam obrigações de direito privado, em se discutindo interesse público secundário.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A alternativa A está incorreta. Os efeitos materiais da revelia não se aplicam a litígios envolvendo a Fazenda Pública, conforme o art. 345, II, do CPC.

A alternativa B está incorreta. Os efeitos processuais da revelia (como o prosseguimento do processo sem contestação) podem se aplicar.

A alternativa C está incorreta. "Incidem os efeitos materiais da revelia contra o Poder Público na hipótese em que, devidamente citado, deixa de contestar o pedido do autor, sempre que estiver em litígio uma obrigação de direito privado firmada pela Administração Pública, e não um contrato genuinamente administrativo." (STJ. 4ª Turma. REsp 1084745-MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 6/11/2012, Informativo 508).

A alternativa D está incorreta. Os efeitos processuais da revelia, como o prosseguimento do processo sem a contestação, podem ser aplicáveis à Fazenda Pública.

A alternativa E está correta. É o entendimento do STJ: "Incidem os efeitos materiais da revelia contra o Poder Público na hipótese em que, devidamente citado, deixa de contestar o pedido do autor, sempre que estiver em litígio uma obrigação de direito privado firmada pela Administração Pública, e não um contrato genuinamente administrativo." (STJ. 4ª Turma. REsp 1084745-MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 6/11/2012, Informativo 508).

QUESTÃO 79. O Município de Guarapari tomou ciência de que um banco internacional ajuizou execução de título extrajudicial contra a principal empresa de turismo da cidade para satisfazer crédito milionário. Tendo em vista que a procedência da ação monitória poderia implicar na bancarrota da empresa de turismo, o Município de Guarapari decidiu intervir, com fundamento no parágrafo único da Lei 9.469/97, nos embargos à execução apresentados pela empresa de turismo, oportunidade na qual somente demonstrou seu interesse econômico na demanda. No entanto, o MM. Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari indeferiu o pedido sob o fundamento de que (i) o Município de Guarapari não comprovou o interesse jurídico na demanda e que (ii) a intervenção pretendida não poderia ocorrer em embargos à execução.

À luz do disposto no Código de Processo Civil e na jurisprudência, assinale a alternativa correta.

a) O Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari errou ao indeferir o pedido da empresa de turismo uma vez que a intervenção anômala pode ocorrer em qualquer demanda desde que o ente público comprove seu interesse econômico.

b) O Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari acertou ao indeferir o pedido da empresa de turismo uma vez que a intervenção anômala somente pode ocorrer em embargos à execução caso o ente público comprove seu interesse jurídico.

c) O Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari errou ao indeferir o pedido da empresa de turismo uma vez que a intervenção anômala pode ocorrer em embargos à execução desde que o ente público comprove seu interesse econômico.

d) O Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari acertou ao indeferir o pedido da empresa de turismo uma vez que a intervenção anômala somente pode ocorrer na execução de título extrajudicial quando o ente público comprovar seu interesse econômico.

e) O Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari acertou ao indeferir o pedido da empresa de turismo uma vez que a intervenção anômala somente pode ocorrer em demanda apresentada no juizado especial cível e desde que o ente público comprove seu interesse econômico.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão aborda as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, em específico a intervenção anômala.

Para que ocorra a intervenção anômala, prevista no art. 5º da Lei n. 9.469/97, não é necessária a demonstração do interesse jurídico, podendo ser baseada no mero interesse econômico, conforme previsão no parágrafo único do referido artigo: "As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes."

Quanto à intervenção no processo de execução, em regra será vedada. Contudo, o STJ excepciona na jurisprudência a ação cognitiva incidental de embargos, exatamente o tratado no enunciado: "É inviável a intervenção anômala da União na fase de execução ou no processo executivo, salvo na ação cognitiva incidental de embargos." STJ, 4ª Turma, AgInt no REsp 1.838.866-DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 23/08/2022 (Info 754).

QUESTÃO 80. Antônio ajuizou ação contra o Município de Vitória para obter indenização por sua indevida demissão do serviço público. Antes mesmo da citação, Antônio apresenta petição requerendo a extinção da demanda sem resolução de mérito por desistência na forma do art. 485, VIII, do CPC. Ato contínuo, o Município de Vitória ingressa espontaneamente no feito para condicionar a desistência da demanda à renúncia do autor sobre sua pretensão indenizatória. O MM. Juízo da 1ª Vara Cível de Vitória defere o pedido de desistência, com a consequente extinção da demanda.

À luz do que disposto na legislação pertinente, assinale a alternativa correta.

a) O Juízo acertou em extinguir a demanda uma vez que, antes da apresentação de contestação, o autor pode desistir da ação sem consentimento do réu.

b) O Juízo errou em extinguir a demanda uma vez que, em qualquer momento do processo, a desistência da ação depende do consentimento do réu.

c) O Juízo errou em extinguir a demanda uma vez que, antes da apresentação de contestação, a desistência da ação depende da renúncia do autor ao direito que funda a demanda.

d) O Juízo errou em extinguir a demanda uma vez que, em qualquer momento do processo, a desistência da ação depende do consentimento do réu e da renúncia do autor ao direito que funda a demanda.

e) O Juízo acertou em extinguir a demanda uma vez que o autor pode desistir da ação sem consentimento do réu até a prolação da sentença.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

De acordo com o art. 485, § 4º, do Código de Processo Civil: "Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação." No caso em questão, a desistência foi apresentada antes da citação e, consequentemente, antes da contestação. Nessa situação, o autor pode desistir da ação sem o consentimento do réu. O fato de o Município ter ingressado espontaneamente no processo não altera essa regra, pois o que importa é o momento processual em que a desistência foi requerida - antes da contestação. Conforme o art. 485, VIII, do CPC, a extinção do processo sem resolução do mérito pode ocorrer por desistência, desde que seja antes da contestação, sem a necessidade de consentimento do réu. Se a contestação já tivesse sido apresentada, o réu teria que concordar com a desistência (art. 200, parágrafo único, do CPC).

No caso apresentado, o autor requereu a desistência antes da citação e, consequentemente, antes da contestação, o que faz com que a desistência não dependa do consentimento do réu. Assim, o juiz agiu corretamente ao extinguir a demanda com base no pedido do autor.

QUESTÃO 81. Das situações abaixo indicadas marque aquela que, de acordo com a Lei de regência, não autoriza o saque do FGTS depositado na conta vinculada do trabalhador.

a) Se a extinção do contrato de trabalho ocorrer por culpa recíproca.

b) Quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.

c) Se o dependente do trabalhador for acometido de neoplasia maligna.

d) Quando o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessite adquirir prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.

e) Se o dependente do trabalhador for portador do vírus HIV.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema FGTS.

A alternativa A está incorreta. Neste caso, autoriza-se o saque do FGTS. Conforme art. 20, inciso I, da Lei nº 8.036/90: "Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;"

A alternativa B está correta. O saque é autorizado quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a 70 anos, e não 65 anos. Conforme art. 20, inciso XV, da Lei nº 8.036/90: "Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: XV - quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos."

A alternativa C está incorreta. Neste caso, autoriza-se o saque do FGTS. Conforme art. 20, inciso XI, da Lei nº 8.036/90: "Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna."

A alternativa D está incorreta. Neste caso, autoriza-se o saque do FGTS. Conforme art. 20, inciso XVIII, da Lei nº 8.036/90: "Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: XVIII - quando o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessite adquirir órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social."

A alternativa E está incorreta. Neste caso, autoriza-se o saque do FGTS. Conforme art. 20, inciso XIII da Lei nº 8.036/90: "Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: XIII - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV;".

QUESTÃO 82. O casal Verônica e Eduardo trabalha na mesma empresa localizada em Jardim Camburi, bairro do Município de Vitória/ES. Verônica trabalha há 15 anos em local insalubre e Eduardo, há 8 anos em horário noturno. Cada qual recebe em seu contracheque o adicional de insalubridade e noturno, respectivamente. Ocorre que em 2024 houve uma reestruturação na empresa, pelo que Verônica foi transferida para um setor sem agente insalubre e Eduardo, para o turno da manhã, das 9 às 18h. Com isso, o empregador suprimiu os adicionais até então pagos. De acordo com a legislação em vigor e o entendimento consolidado do TST, marque a alternativa correta.

a) Está errada a empresa porque ambos os empregados, pelo longevo tempo de recebimento, tinham direito adquirido ao respectivo adicional.

b) Está correta a empresa em relação a Eduardo, já que ele recebia adicional há menos de 10 anos, mas errada em relação a Verônica porque o adicional dela se incorporou ao salário

c) Não merece censura a atitude empresarial porque Verônica não estará mais sujeita a agente agressor à saúde e Eduardo não mais se ativará em horário noturno.

d) A postura da empresa será considerada válida contanto que haja acordo coletivo de trabalho prevendo a supressão dos adicionais respectivos.

e) Está correta a empresa em relação a Verônica, pois a saúde dela será doravante preservada, mas equivocada quanto a Eduardo, pois o TST prevê o direito ao adicional noturno mesmo havendo alteração de turno.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema salário, mais precisamente sobre os adicionais.

O adicional de insalubridade é salário condição, nos termos das Súmulas nº 80 e 248 do TST. Logo, Verônica não faz mais jus ao adicional de insalubridade, pois não exerce mais a atividade insalubre. Vejamos: "Súmula nº 80 do TST. A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional."; "Súmula nº 248 do TST. A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial."

Ademais, o adicional noturno também é salário condição, nos termos da Súmula nº 265 do TST. Logo, Eduardo também não faz mais jus ao adicional noturno, pois não exerce mais a atividade no período considerado noturno. Conforme Súmula nº 265 do TST: "Súmula nº 265 do TST. A transferência para o período diurno de trabalho implica a perda do direito ao adicional noturno."

Logo, a alternativa C está correta: Está correta a empresa tanto em relação a Eduardo quanto em relação à verônica. As alternativas A, B, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 83. Carlos, Pedro e José eram vigilantes terceirizados em uma repartição pública municipal de Vitória/ES. Foram dispensados sem nada receber, e ajuizaram reclamação trabalhista plúrima em abril de 2024. A ação foi movida contra o ex-empregador e o tomador dos serviços. Houve condenação líquida, a decisão transitou em julgado, a execução contra o ex-empregador foi inexitosa e então, direcionada contra o Município de Vitória, tomador dos serviços e responsável subsidiário. A condenação foi de R$ 25.700,00 em favor de Carlos, R$ 37.200,00 para Pedro e R$ 22.180,00 para José. Considerando a norma constitucional e que não há Lei municipal regendo a matéria, marque a forma de pagamento desses débitos pelo Município de Vitória.

a) Todos receberão por meio de requisição de pequeno valor (RPV).

b) Pedro receberá por meio de precatório, mas Carlos e José, por RPV.

c) José e Pedro receberão por meio de precatório, e Carlos por RPV.

d) Carlos e Pedro receberão por meio de precatório e José, por RPV.

e) Todos receberão por meio de precatório.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata do tema execução contra a Fazenda Pública em matéria trabalhista.

A requisição de pequeno valor é trazida pelo § 3º do art. 100 da CF: "§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.". Ressalte-se que os Estados e Municípios podem fixar suas margens de "pequeno valor", conforme § 4º: "§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.". Mas, se não houver a edição de tais leis próprias, deve-se seguir a orientação do art. 97, § 12, do ADTC. Vejamos: "§ 12. Se a lei a que se refere o § 4º do art. 100 não estiver publicada em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Emenda Constitucional, será considerado, para os fins referidos, em relação a Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, omissos na regulamentação, o valor de: I - 40 (quarenta) salários mínimos para Estados e para o Distrito Federal; II - 30 (trinta) salários mínimos para Municípios.". Portanto, no caso do Município de Vitória, como não há lei municipal regendo a matéria, deve-se considerar como "pequeno valor" as quantias que não excedam 30 salários mínimos. No ano de 2024, o salário mínimo foi definido no valor de R$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais). Logo, a quantia limite para definição como "pequeno valor" seria de 30 vezes essa quantia; ou seja, R$ 42.360,00.

Portanto, na situação narrada pelo enunciado, percebe-se que tanto a condenação em favor de Carlos (R$ 25.700,00), quanto em favor de Pedro (R$ 37.200,00), quanto em favor de José (R$ 22.180,00) não excedem a quantia de 42.360,00, relativa a 30 salários mínimos. Desta feita, os três receberão por meio de RPV, e não por meio de precatório. Logo, a alternativa A está correta. As alternativas B, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 84. Casemiro e Jocélia são terceirizados do setor de limpeza e atuam em uma escola Municipal localizada em Vila Velha. O empregador de ambos perdeu a licitação e será substituído por outro prestador de serviço. Desejosos de permanecer na escola como empregados do novo prestador, Casemiro e Jocélia acertaram com o antigo patrão a extinção dos seus contratos por acordo (art. 484-A da CLT). Casemiro recebeu aviso prévio indenizado e Jocélia, trabalhados. Diante dos fatos, marque a alternativa correta.

a) Sendo distrato, ambos receberão pela metade o valor do aviso prévio e das demais verbas devidas pela extinção, podendo ainda sacar metade do FGTS.

b) Jocélia e Casemiro receberão a integralidade do aviso prévio, metade das demais verbas pela extinção do contrato e sacarão metade do FGTS.

c) Ambos os empregados não terão direitos do ex-empregador porque a modalidade foi o distrato, mas sacarão a totalidade do FGTS.

d) Casemiro e Jocélia receberão integralmente o aviso prévio e as demais verbas pela extinção, além de indenização de 20% sobre o FGTS.

e) Casemiro receberá metade do aviso prévio, Jocélia o aviso prévio integral, e ambos terão a integralidade das demais verbas e indenização de 20% sobre o FGTS.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema extinção do contrato de trabalho.

No caso de Casemiro, como ele seu aviso prévio foi indenizado, receberá tal verba pela metade, bem como a indenização sobre o saldo do FGTS também pela metade (ou seja, 20%), conforme art. 484-A, I, da CLT: "Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas: I - por metade: a) o aviso prévio, se indenizado; e b) a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1º do art. 18 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990;". Todas as demais verbas serão recebidas integralmente, conforme art. 484-A, II, da CLT: "Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas: II - na integralidade, as demais verbas trabalhistas."

No caso de Jocélia, como seu aviso prévio foi trabalhado, será recebido de modo integral, pois se enquadra no art. 484-A, II, da CLT, acima transcrito. Quanto a indenização sobre o saldo do FGTS, Jocélia também receberá pela metade (ou seja, 20%), conforme art. 484-A, I, "b", da CLT, acima transcrito. E todas as demais verbas serão recebidas integralmente.

Portanto, correta a alternativa E: Casemiro receberá metade do aviso prévio, Jocélia o aviso prévio integral, e ambos terão a integralidade das demais verbas e indenização de 20% sobre o FGTS.

QUESTÃO 85. Regina e Ricardo são amigos desde os tempos da faculdade de direito. Após formados, Regina foi trabalhar como empregada numa empresa privada de Vitória/ES no setor de compliance, ao passo que Ricardo foi aprovado em concurso público para uma empresa pública municipal de Vitória, na qual atua como advogado da área trabalhista, sob o regime celetista (CLT). Após décadas de bons serviços prestados, ambos resolveram se aposentar espontaneamente, mas pretendem continuar a trabalhar em seus respectivos empregos porque ainda se consideram jovens, têm força de trabalho e intencionam acumular a aposentadoria com o salário da ativa, trazendo maior conforto material para si e seus dependentes.

Diante da situação apresentada e das normas de regência, marque a alternativa correta.

a) Somente a pretensão de Ricardo poderá se concretizar, pois a aposentadoria de Regina gerará a extinção do seu contrato.

b) Ambos poderão se aposentar e continuar trabalhando, pois a relação do segurado com o INSS não se confunde com a relação com o empregador.

c) Somente a pretensão de Regina poderá se concretiza, pois a aposentadoria de Ricardo gerará a extinção do seu contrato.

d) Aposentar significa jubilar, cessar, por de lado, razão pela qual a aposentadoria voluntária porá fim aos pactos laborais de Regina e Ricardo.

e) Ambos poderão se aposentar, continuar trabalhando e sobre o salário da ativa após a aposentadoria não haverá contribuição previdenciária.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a aposentadoria de Regina não gerará a extinção do contrato de trabalho, se continuar laborando normalmente no mesmo vínculo, nos termos da jurisprudência do TST. Vejamos: "APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. UNICIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. MULTA DE 40% DO FGTS SOBRE TODO O PERÍODO (DJ 20, 21 E 23.05.2008) A aposentadoria espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação. Assim, por ocasião da sua dispensa imotivada, o empregado tem direito à multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral."

A alternativa B está incorreta. No caso de Ricardo, como empregado público sob o regime celetista, terá o contrato de trabalho extinto com a aposentadoria (art. 37, §14, CRFB/88).

A alternativa C está correta. Sim, como vimos, por ser empregado público, a aposentadoria concedida a Ricardo carretará o rompimento do vínculo, nos termos do art. 37, §14, CRFB/88: "Art. 37.§ 14. A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição."

A alternativa D está incorreta. A aposentadoria somente acarretará ao fim do contrato de trabalho de Ricardo.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma, apenas no caso de Regina o contrato de trabalho poderá ser continuado, sua aposentadoria voluntária não extingue necessariamente o contrato e haverá sim a incidência de contribuição previdenciária sobre o salário dela.

QUESTÃO 86. Silvia trabalha há 3 anos numa sociedade empresária localizada em Cariacica, mas soube pelo seu gerente que a empresa "fecharia as portas muito em breve". Silvia entende que faz jus ao adicional de periculosidade em razão das funções que exerce. Diante da urgência, ajuizou medida judicial para a produção antecipada de prova pericial, pois com o fechamento da empresa a prova se tornaria inviável. A ação foi distribuída à 120ª Vara do Trabalho de Vitória e a prova pericial, deferida e produzida, tendo o perito concluído que a atividade de Silvia era perigosa. Dias após, a sociedade empresária encerrou suas atividades. Diante da situação apresentada e dos termos da legislação em vigor, marque a alternativa correta.

a) A 120ª Vara do Trabalho de Vitória será preventa para apreciar a reclamação trabalhista que venha a ser ajuizada.

b) Houve um equívoco porque a produção antecipada de provas não está prevista na CLT e, por isso, não pode ser manejada na seara trabalhista.

c) A produção antecipada de provas serve apenas para a colheita de depoimentos, e não para a realização de uma prova técnica.

d) O Juízo da 120% Vara do Trabalho de Vitória não ficará prevento para apreciar a reclamação trabalhista que venha a ser proposta.

e) Tendo a perícia sido positiva, caberia ao juízo da 120ª Vara do Trabalho, na mesma decisão, deferir o pagamento do adicional de periculosidade a Silvia.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata do tema provas em processo do trabalho.

A alternativa A está incorreta. A produção antecipada de prova não previne a competência do juízo, conforme art. 381, § 3º, do CPC: "§ 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta."

A alternativa B está incorreta. A jurisprudência trabalhista admite a produção antecipada de prova em direito processual do trabalho. Vejamos exemplo: "AÇÃO DE PRODUÇÃO DE PROVA ANTECIPADA. INTERESSE PROCESSUAL. Hipótese em que a ação proposta se trata de ação de produção de prova antecipada, amparada pelo disposto nos artigos 381 a 383 do CPC, assim como pela nova redação do art. 840, § 1º, da CLT e pela inclusão do art. 791-A, §§ 3º e 4º, da CLT, após vigência da Lei 13.467/17. Entendimento de que a ação intentada é instrumento disponível à parte para se certificar quanto à necessidade e à adequação do ajuizamento de demanda principal (arts. 17, 330, III, e 485, VII, do CPC). Cassada a decisão que extinguiu o processo sem resolução do mérito e determinado o retorno dos autos à origem para o regular processamento da ação." (TRT-4 - RO: 00200670620185040523, Data de Julgamento: 06/09/2018, 7ª Turma).

A alternativa C está incorreta. Não há, na lei ou na jurisprudência, nenhuma indicação de tal restrição. Pelo contrário, o § 3º do art. 382 do CPC admite a produção de qualquer prova, vejamos: "§ 3º Os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, desde que relacionada ao mesmo fato, salvo se a sua produção conjunta acarretar excessiva demora."

A alternativa D está correta. A produção antecipada de prova não previne a competência do juízo, conforme art. 381, § 3º, do CPC: "§ 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta."

A alternativa E está incorreta. O adicional de periculosidade deve ser pleiteado em outra ação, pois a ação de produção antecipada de provas funciona apenas para tal produção de provas. Na forma do § 2º do art. 382 do CPC: "§ 2º O juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inocorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas."

QUESTÃO 87. Das situações jurídicas a seguir identificadas, aponte aquela em que, de acordo com a norma de regência, o empregador deve obrigatoriamente ajuizar inquérito judicial (inquérito para apuração de falta grave) antes de romper o contrato por justa causa em razão de alegada falta grave praticada pelo(a) empregado(a).

a) Cinthia, que se encontra grávida de 4 meses.

b) Reinaldo, que é suplente de representante dos trabalhadores no CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social).

c) Janete, vítima de doença ocupacional é que retornou há 10 meses de benefício previdenciário na modalidade acidentária.

d) Rômulo, que foi eleito representante dos empregados na CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) da empresa.

e) Gabriela, que é delegada sindical indicada pela direção do sindicato de classe dos empregados.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema estabilidade no emprego.

A alternativa A está incorreta. A garantia de emprego da gestante encontra-se prevista no art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): "art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: (...) II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: (...) b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto."

A alternativa B está correta. Conforme art. 3º, § 7º, Lei nº 8.213/91: "§ 7º Aos membros do CNPS, enquanto representantes dos trabalhadores em atividade, titulares e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial.". Portanto, a alternativa B está correta.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 118 da Lei 8.213/91: "O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente."

A alternativa D está incorreta. Tal garantia de emprego encontra-se prevista no art. 10, II, "a", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): "Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: (...) II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;". No mesmo sentido, é o art. 165 da CLT: "Os titulares da representação dos empregados nas CIPA (s) não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico,

econômico ou financeiro.” Observe que, no caso das alternativas A, C e D, não há qualquer ressalva legal ou constitucional em relação à necessidade de ajuizar inquérito judicial (inquérito para apuração de falta grave) antes de romper o contrato por justa causa em razão de alegada falta grave.

A alternativa E está incorreta. O delegado sindical não faz jus à estabilidade, conforme OJ 369 do TST: “O delegado sindical não é beneficiário da estabilidade provisória prevista no art. 8º, VIII, da CF/1988, a qual é dirigida, exclusivamente, àqueles que exerçam ou ocupem cargos de direção nos sindicatos, submetidos a processo eletivo.”

QUESTÃO 88. Em uma reclamação trabalhista envolvendo um terceirizado da atividade de conservação, o Município de Vitória, tomador dos serviços, foi condenado de forma subsidiária ao pagamento dos créditos. Por entender que houve escorreita fiscalização do contrato, o ente municipal pretende recorrer da sentença para livrar-se da condenação, que entende injusta e dissonante das provas produzidas. Considerando os fatos e o previsto na CLT, marque a alternativa correta.

a) O ente municipal pagará metade das custas para recorrer.

b) O Município pagará custas, mas as recolherá somente ao final do processo.

c) Como nas relações trabalhistas o Município equipara-se ao particular, deverá pagar normalmente as custas em seu recurso.

d) Caberá ao Município pagar, somente ao final, metade das custas caso a condenação seja mantida em grau de recurso.

e) O Município é isento do pagamento de custas no seu recurso.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema custas em processo do trabalho.

Conforme art. 790-A, I, da CLT, o ente municipal é dispensado das custas. Vejamos: “Art. 790-A. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita: I – a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica;”

Portanto a alternativa E está correta: O Município é isento do pagamento de custas no seu recurso. As alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas, pois afirmam que o Município deve pagar custas.

QUESTÃO 89. Fernanda foi contratada em março de 2024 como profissional de tecnologia da informação, tendo a carteira profissional anotada. No contrato individual de trabalho de Fernanda consta que ela deverá cumprir a escala de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso (12×36 h). No mês de abril de 2024, por 2 vezes a escala de Fernanda coincidiu com o dia de

domingo e em 1 oportunidade, com dia de feriado nacional. Considerando a situação apresentada e os termos da CLT, marque a alternativa correta.

a) Fernanda não terá direito ao pagamento, com adicional de 100%, das horas trabalhadas aos domingos e feriado.

b) A escala contratada é ilegal porque deveria estar prevista em norma coletiva, daí porque será extra a fora que exceder a 8ª diária.

c) A empregada em questão terá direito ao pagamento, como extra acrescida de 100%, das horas referentes às escalas que coincidam com os domingos.

d) A escala contratada é ilegal porque deveria estar prevista em convenção coletiva, daí porque será extra a hora que exceder a 44ª semanal.

e) A empregada em questão terá direito ao pagamento, como extra acrescida de 100%, das horas referentes à escala que coincidiu com o feriado.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata do tema Duração do Trabalho, mais precisamente sobre a Jornada de Trabalho.

Em seu artigo 59-A, a CLT permite a fixação da escala "12X36", ou seja, horário de trabalho de 12 horas seguidas, com 36 horas ininterruptas de descanso. Vejamos: "Art. 59-A, CLT. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação. Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação.".

A alternativa A está correta. A remuneração mensal pactuada na escala 12x36 já abrange o descanso semanal remunerado e o descanso em feriados, conforme art. 59-A da CLT, acima transcrito. Tomando por base a mesma justificativa, as alternativas C e E ficam automaticamente incorretas.

As alternativas B e D estão incorretas. A escala 12X36 é legal, desde que firmada mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, conforme art. 59-A da CLT, acima transcrito.

QUESTÃO 90. Pedro é soldado da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo há 10 anos e, nas suas folgas, prestava serviço de segurança privada em favor de uma rede local de supermercados. Após 3 anos, Pedro teve os serviços dispensados em abril de 2024. Pedro ajuizou reclamação trabalhista contra o supermercado postulando o reconhecimento de vínculo empregatício e direitos daí decorrentes. Na audiência, após debate e negociação, foi aceita e homologada judicialmente a proposta de R$ 50.000,00

à vista, sem reconhecimento de vínculo empregatício. Não houve discriminação das parcelas no acordo. Considerando os fatos narrados, a norma de regência e o entendimento consolidado do TST, marque a alternativa correta.

a) Trata-se de um contrato ilícito e, diante dos termos da conciliação, haverá recolhimento de INSS na razão de 22%.

b) Trata-se de um contrato válido, e por não haver reconhecimento de vínculo, não se cogitará de recolhimento de INSS.

c) Trata-se de contrato irregular e o INSS será recolhido na alíquota de 31%, a cargo do tomador de serviços.

d) O caso exemplifica um contrato proibido e o INSS será de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços.

e) O contrato é proibido e o INSS será de 11% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata do tema contrato de trabalho e homologação de acordo.

O vínculo disposto é classificado pela jurisprudência como trabalho proibido. No entanto, uma vez prestado este serviço, o TST tem entendimento consolidado de que o vínculo deve ser reconhecido. Vejamos: “Súmula 386 do TST: Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.”

Portanto, de logo, as alternativas A, B e C ficam incorretas, pois falam, respectivamente, em contrato ilícito, válido e irregular, quando, na verdade, o contrato é proibido. Quanto aos efeitos, no caso narrado, observe que não houve reconhecimento de vínculo empregatício, pois houve firmação de acordo. Neste caso, a OJ 398 disciplina o seguinte: “Nos acordos homologados em juízo em que não haja o reconhecimento de vínculo empregatício, é devido o recolhimento da contribuição previdenciária, mediante a alíquota de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços, na qualidade de contribuinte individual, sobre o valor total do acordo, respeitado o teto de contribuição. Inteligência do § 4º do art. 30 e do inciso III do art. 22, todos da Lei n.º 8.212, de 24.07.1991.”

Portanto, a alternativa D está correta: O caso exemplifica um contrato proibido e o INSS será de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços. Tomando por base o mesmo dispositivo, a alternativa E fica automaticamente incorreta.

QUESTÃO 91. A empresa "Confecções XYZ Ltda." sofreu dois pedidos de falência. A primeira proposta por um credor de um único título executivo e a outra do maior fornecedor. O primeiro pedido foi indeferido, já o segundo, provido. Durante o processo falimentar, o Fisco Federal ajuizou ação de

execução fiscal para cobrança de créditos tributários, além de ter habilitado o mesmo crédito no processo de falência. Paralelamente, um dos sócios da empresa manifestou o desejo de se retirar da sociedade.

a) O Direito brasileiro admite o pedido de falência como sucedâneo de cobrança de título executivo, desde que o objetivo principal seja o recebimento do crédito.

b) A conduta do fisco federal é válida, visto que, em nome da indisponibilidade do interesse público, poderá utilizar da garantia dúplice: execução e habilitação.

c) Durante o processo de falência, suspende-se o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas, ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.

d) Durante o processo de falência, qualquer juízo poderá ordenar medidas constritivas do patrimônio de empresa falida, com objetivo de garantir o pagamento.

e) Extingue as obrigações do falido o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado do encerramento da falência, se o falido não tiver sido condenado por prática de crime

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre a decretação de falência.

A alternativa A está incorreta. Pedir falência contendo como principal objetivo o recebimento do crédito poderá caracterizar abuso de direito, ensejando dano moral, consoante o entendimento jurisprudencial pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.012.318).

Ao fazer a análise do caso, o relator esclareceu que o pedido abusivo de falência gera dano moral: “o comerciante que tem contra si decretada a falência fica com seu crédito prejudicado e comprometido. Mais ainda se tal pedido é acolhido, indevidamente, por abuso de direito”.

A alternativa B está incorreta. No direito brasileiro não é permitida a garantia dúplice, sendo a execução fiscal e habilitação em processo de falência ou recuperação judicia pelo fisco federal, não permitindo que não permite que o fisco busque simultaneamente duas formas de garantia para o mesmo crédito.

A alternativa C está correta. Conforme o Art. 116, II, da Lei nº 11.101/2005, durante o processo de falência, está suspenso o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas, ou ações, por parte dos sócios.

A alternativa D está incorreta. Após a decretação da falência, todas as ações e execuções contra a empresa falida são suspensas (art. 116, I, Lei nº 11.101/2005) , e qualquer medida constritiva deve ser solicitada ao juízo universal da falência.

A alternativa E está incorreta. As obrigações do falido podem ser extintas após o decurso do prazo de 3 anos do encerramento da falência, conforme o Art. 158,V, da Lei nº 11.101/2005.

A alternativa E está incorreta. Durante o processo de falência, suspende-se o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas, ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida. conforme o Art. 116, II, da Lei nº 11.101/2005.

QUESTÃO 92. Cristian e Joana, sócios majoritários da Empresa XYZ, uma sociedade limitada atuante no ramo de comércio varejista, diante de uma série de dificuldades financeiras, decidiram criar duas novas empresas com as quais a XYZ passou a realizar transações fictícias e, com isso, conseguiram transferir parte dos ativos da XYZ para as novas empresas, protegendo parte do seu patrimônio de eventuais cobranças e execuções e, também evitaram o pagamento de alguns impostos. Os sócios acreditavam que, com isso, teriam um tempo maior para resolver os problemas da XYZ No entanto, a estratégia não foi bem-sucedida e a Empresa XYZ entrou em processo de falência, após inadimplir várias obrigações. Na sequência, alguns credores ingressaram em juízo, visando a responsabilização pessoal dos sócios.

Diante da situação hipotética narrada, analise as assertivas abaixo e indique a opção correta.

I. Na situação narrada, os sócios não deverão ser responsabilizados pessoalmente, pois não tinham a inequívoca intenção de lesar os credores.

II. Independentemente dos atos praticados, a falência da Empresa XYZ é causa suficiente para a responsabilização pessoal de Cristian e Joana.

III. Os atos praticados por Cristian e Joana configuram abuso da personalidade, o que pode ensejar a responsabilidade pessoal dos sócios pelas obrigações da Empresa XYZ.

IV. Os atos praticados por Cristian e Joana configuram mera expansão da atividade econômica, não sendo causa para a responsabilidade pessoal dos sócios pelas obrigações da Empresa XYZ

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) l e IV, apenas

e) I e III, apenas

Comentários

A alternativa correta é a letra C. Passaremos a analisar cada item.

O item I está incorreto. A intenção de lesar os credores não é o único fator considerado. O abuso da personalidade jurídica, como desvio de finalidade ou confusão patrimonial, pode ensejar a responsabilização pessoal, independentemente da intenção.

O item II está incorreto. A falência por si só não é suficiente para a responsabilização pessoal dos sócios. É necessário verificar se houve abuso da personalidade jurídica.

O item III está correto. Transferir ativos para proteger o patrimônio e evitar o pagamento de dívidas configura abuso da personalidade jurídica, conforme o Art. 50 do Código Civil. Isso pode justificar a responsabilização pessoal dos sócios.

O item IV está incorreto. As transações fictícias e a transferência de ativos para outras empresas não configuram mera expansão da atividade econômica. Ao contrário, esses atos demonstram desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica.

A alternativa C está correta. Portanto, apenas o item III está correto, nos termo do art. 50 do Código Civil, vejamos: "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso."

QUESTÃO 93 Pedro, João e Calo são amigos de infância e decidem abrir um negócio juntos. Para isso, eles contraem um empréstimo no banco para investir no empreendimento. Durante a operação, os três assinam um contrato de mútuo solidário, assumindo a responsabilidade pelo pagamento da dívida de forma conjunta e indivisível. Em que pese todos os esforços e dedicação dos amigos, em razão de uma série de adversidades ao longo do tempo, especialmente em razão de grave problema de saúde de Calo, o negócio enfrenta dificuldades financeiras e acaba não sendo bem-sucedido, acarretando, inclusive o inadimplemento de algumas obrigações contratuais como o empréstimo.

Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que,

a) se o banco exigir que João, individualmente, pague a dívida e aceitar pagamento parcial, não mais poderá exigir o pagamento de João e de Caio.

b) como trata-se de obrigação divisível, o banco só pode exigir de cada um dos devedores, a quota-parte equivalente que, no caso, corresponde a terça parte da divida.

c) o banco pode remitir a dívida de Caio e exigir que Pedro e João paguem a integralidade da dívida de forma solidária, sendo cada um responsável pelo pagamento de metade do débito.

d) o banco pode exigir que João pague a dívida integral, cabendo a João, se desejar, exigir a quota-parte de Pedro e Caio.

e) considerando o estado de saúde de Calo, o banco poderá exonerá-lo da solidariedade, o que aproveitará aos demais, de sorte que João e Pedro passarão a ser devedores de apenas um terço da dívida cada.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A alternativa A está incorreta. Em caso de pagamento parcial da dívida, os demais devedores continuam obrigados solidariamente, nos termos do art. 275 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, o banco tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum, consoante o art. 275 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Subsistirá a obrigação de Pedro e João, devendo arcar com a integralidade da dívida, nos termos do art. 282 do Código Civil.

A alternativa D está correta. De fato, caso João pague a dívida de maneira integral, ele poderá requer a quota-parte de Pedro e Caio, nos termos do art. 283 do Código Civil. Vejamos: "Art. 283. O devedor que satisfez a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se o houver, presumindo-se iguais, no débito, as partes de todos os co-devedores."

A alternativa E está incorreta. Como vimos, a exoneração de um devedor solidário pelo credor não afeta os demais devedores solidários quanto à totalidade da dívida. Portanto, João e Pedro continuam responsáveis pela integralidade da dívida, independentemente da situação de Caio.

QUESTÃO 94. João, na condição de locatário e Maria, na condição de locadora, celebraram contrato de locação de imóvel residencial pelo prazo de 30 meses. Dentre as cláusulas contratuais, a de número 10, proibia a realização de qualquer tipo de obra sem a autorização expressa da locadora. Não obstante, ao longo da vigência do contrato e sem solicitar autorização a Maria e sem que ela tivesse conhecimento, João realizou algumas reformas no apartamento, como a troca do piso da sala que estava estufado e mofado em razão de um vazamento ocorrido antes do contrato e que causava grave alergia em seus filhos, a instalação de um ar-condicionado split em cada um dos cômodos, a reforma do banheiro da suíte para inclusão de uma banheira de hidromassagem, sonho antigo de João.

Após quatro anos na residência, já na prorrogação do contrato, Maria decide vender o imóvel, e comunica João. Em resposta, João indica não ter interesse na compra e se compromete a deixar o imóvel em 90 dias, mas informa que os aluguéis dos três meses serão compensados pelas benfeitorias que ele realizou e que muito valorizaram o imóvel de Maria.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que

a) Independentemente da cláusula contratual, Maria deverá indenizar João, pois as benfeitorias realizadas valorizaram o bem e João agiu de boa-fé e de acordo com o bem-estar da sua família.

b) Diante da cláusula contratual, João não tem direito à indenização pelas benfeitorias realizadas, pois, além da proibição de realizar qualquer tipo de obra sem prévia autorização, as benfeitorias são classificadas como voluptuárias.

c) João tem direito à indenização pelas benfeitorias realizadas, pois valorizam o bem, sendo ainda assegurado o direito de retenção até que seja devidamente indenizado.

d) João tem direito à indenização pela troca do piso da sala, pois é uma benfeitoria necessária e pode retirar os aparelhos de ar–condicionado e a banheira de hidromassagem, pois são passíveis de remoção sem detrimento da coisa.

e) João tem direito à indenização pela troca do piso da sala e pela instalação de ar-condicionado split, pois, sendo benfeitorias necessárias, independem de autorização prévia, podendo retirar a banheira de hidromassagem, caso não seja indenizado por ela.

Comentários

A resposta correta é a letra D. A questão dispõe sobre a Lei do Inquilinato, Lei nº 8.245/91.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que João tem direito à indenização apenas pela troca do piso da sala, por ser uma benfeitoria necessária, nos termos do artigo 35 da Lei 8.245/91: "Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção", podendo retirar os aparelhos de ar–condicionado e a banheira de hidromassagem, pois são passíveis de remoção sem detrimento da coisa, consoante o art. 36 da Lei 8.245/91: "As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel."

A alternativa B está incorreta, pois João tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias realizadas, vejamos: "Art. 35. Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção."

A alternativa C está incorreta, pois, conforme supracitado, João tem direito à indenização pela troca do piso da sala, por ser uma benfeitoria necessária, podendo retirar os aparelhos de ar–condicionado e a banheira de hidromassagem, pois são benfeitorias voluptuárias passíveis de remoção sem detrimento da coisa, consoante o art. 36 da Lei 8.245/91: "As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel."

A alternativa D está correta, pois João tem, de fato, direito à indenização pela troca do piso da sala, sendo uma benfeitoria necessária, nos termos do artigo 35 da Lei 8.245/91: "Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção" bem como pode retirar os aparelhos de ar–condicionado e a banheira de hidromassagem, pois são passíveis de remoção sem detrimento da coisa, conforme art. 36 da Lei 8.245/91: "As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel."

A alternativa E está incorreta, pois, conforme supracitado, João tem direito à indenização pela troca do piso da sala, por ser uma benfeitoria necessária, podendo retirar os aparelhos de ar–condicionado e a banheira de hidromassagem, pois são passíveis de remoção sem detrimento da coisa, consoante o art.

36 da Lei 8.245/91: "As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel."

QUESTÃO 95. A empresa "Você Sabe Mais", produtora de conteúdos digitais, atuante no mercado nacional há cerca de 8 anos, apresentou considerável crescimento no último ano e, aproveitando o contexto, resolveu ampliar os negócios. Para tanto, contratou uma consultoria especializada para analisar todos os processos da empresa. De pronto, após análise dos contratos celebrados pela empresa com seus clientes, a consultoria constatou considerável margem de inadimplência por parte dos clientes e propôs a organização das finanças da empresa com a cobrança das dívidas liquidas e vencidas e não pagas dos clientes nos últimos 6 anos, encaminhando notificação de cobrança a todos os clientes listados.

Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que

a) considerando a natureza do serviço, a empresa tem o prazo de cinco anos para efetuar a cobrança das dívidas liquidas e vencidas.

b) a notificação extrajudicial interrompe a prescrição, garantindo a exigibilidade de todas as dívidas vencidas e não pagas dos clientes listados.

c) considerando a inércia da empresa por longo período, opera-se a supressio em relação às dívidas vencidas há mais de 4 anos.

d) no caso, aplica-se o prazo prescricional geral de 10 anos, de sorte que a empresa pode exigir o pagamento de todas as dívidas liquidas, vencidas e não pagas dos clientes.

e) considerando a natureza do serviço e a notificação extrajudicial, a empresa pode exigir o pagamento das dívidas líquidas, vencidas e não pagas há 3 anos.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A alternativa A está correta. De fato, de acordo com o art. 206, I do Código Civil, a cobrança de dívidas líquidas e vencidas prescrevem em 5 anos. Vejamos: “Art. 206. Prescreve: § 5º Em cinco anos: I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;”

A alternativa B está incorreta. A mera notificação extrajudicial da existência de débito não tem o condão de interromper o prazo prescricional, consoante o entendimento já pacificado pela jurisprudência (AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.245.120 - RS (2011/0064549-7).

A alternativa C está incorreta. O instituto da supressio não se enquadra ao caso narrado. A supressio é a perda do direito de exercer determinada prerrogativa ou de exigir o cumprimento de uma obrigação quando o titular do direito, por inércia, deixa de exercê-lo por um longo período de tempo, enquanto a prescrição é é a extinção da pretensão (art. 189 do Código Civil).

A alternativa D está incorreta. Ao caso narrado, é aplicável o prazo prescricional de 5 anos, por se tratar de dívidas líquidas.

QUESTÃO 96. Bento, divorciado, reside sozinho em imóvel de sua propriedade localizado na Rua do Céu, Bairro das Flores. Nos últimos anos, ele tem sofrido por inúmeras perdas profissionais, que levaram ao acúmulo de várias dívidas. Entre elas, as maiores são a pensão alimentícia de seu filho, Ezequiel, o mútuo com Banco Zeta S.A., e as cotas condominiais do Condomínio Residencial Rio das Flores relativas à sua residência.

Diante da situação hipotética, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) A impenhorabilidade do bem de Bento pode ser oposta ao Ezequiel, por se tratar de pensão alimentícia decorrente de vínculo familiar.

b) Os bens móveis da residência de Bento usualmente mantidos em um lar comum são penhoráveis pelo Banco Zeta S.A.

c) Apesar de Bento ser divorciado e residir sozinho no bem, ele é protegido pela impenhorabilidade de bem de família diante do Banco Zeta S.A.

d) O Condomínio Residencial Rio das Flores não poderá executar o apartamento de Bento por se tratar de bem de família.

e) Caso Bento seja possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de maior valor.

Comentários

A resposta correta é a letra C. A questão trata da Lei 8.009/90, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

A alternativa A está incorreta, por contrariar o art. 3º da Lei 8.009/90, veja: "A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido: III – pelo credor da pensão alimentícia, resguardados os direitos, sobre o bem, do seu coproprietário que, com o devedor, integre união estável ou conjugal, observadas as hipóteses em que ambos responderão pela dívida; (Redação dada pela Lei nº 13.144 de 2015)".

A alternativa B está incorreta, por contrariar a Lei 8.009/90, que dispõe: "Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei. Parágrafo único. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados."

A alternativa C está correta, pois é o teor da Súmula 364 do STJ: "O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que na execução de cotas de condomínio edilício, é possível a penhora do imóvel que originou a dívida, mesmo que se trate de bem de família. A Lei 8.009/90, em seu artigo 3º, IV, diz: "A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar".

A alternativa E está incorreta, pois contraria o art. 5º da Lei 8.009/90, veja: "Para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente. Parágrafo único. Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis e na forma do art. 70 do Código Civil."

QUESTÃO 97. A Sociedade Café Capixaba Ltda., detentora da marca Café Aroma Capixaba que comercializa café em grãos e moído, descobre que há uma pequena cafeteria localizada nas serras do Espírito Santo, chamada "Café Aroma da Serra". Os diretores da sociedade sentem-se incomodados com a utilização da expressão Café Aroma no título de estabelecimento da cafeteria e, diante disso, procuram uma renomada advogada do Espírito Santo para a elaboração de parecer a respeito do caso.

Com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) O direito de exclusividade ao uso da marca é ilimitado, atingindo todas as atividades empresariais.

b) A marca fraca, constituída por expressões comuns ou genéricas, não possui o atributo da exclusividade.

c) A tutela da marca depende da prova efetiva e concreta do engano cometido por consumidores específicos.

d) A legislação brasileira admite amplamente o registro de sinal genérico ou simplesmente descritivo.

e) Prescreve em três anos a ação de perdas e danos pelo uso da marca comercial.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. Para responder a essa questão, era fundamental o conhecimento acerca da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Resp 1.166.498-RJ.

A alternativa B está correta. Marcas fracas, formadas por termos comuns ou genéricos, não possuem exclusividade plena. A jurisprudência do STJ, no Resp 1.166.498-RJ, confirma que expressões genéricas ou de uso comum não têm exclusividade.

Ou seja, expressão de uso comum, de pouca originalidade, atraem a mitigação da regra de exclusividade decorrente do registro, possuindo um âmbito de proteção limitado.

Portanto, consoante a jurisprudência do STJ, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 98. A sociedade Crédito Autêntico S.A, que administra cartões crédito de marca Autêntico, foi Instituída em 2002, mantendo-se até hoje no codicilo de companhia fechada. Como nos três últimos exercícios a sociedade cresceu no mercado brasileiro, a família controladora pretende abrir o capital social, realizando o denominado IPO, com venda de mais de vinte por cento das ações na Bolsa de Valores.

A respeito da situação hipotética, com base no nosso ordenamento jurídico, assinale a alternativa correta,

a) A sociedade Crédito Autêntico, por não ser uma instituição financeira, sofre as limitações da Lei de Usura na cobrança de Juros remuneratórios.

b) Consideram-se ações em circulação no mercado todas as ações do capital da companhia aberta, incluindo as de propriedade do acionista controlador.

c) Por ser uma administradora de cartão de crédito, a Sociedade Crédito Autêntico S.A, não se sujeita ao Código de Defesa do Consumidor.

d) A distribuição pública de ações somente será efetiva no mercado após prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários

e) A sociedade Crédito Autêntico S.A ao se transformar em companhia aberta poderá optar pela negociação de suas ações no mercado de balcão

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A alternativa A está incorreta. Administradoras de cartão de crédito, mesmo que não sejam consideradas instituições financeiras, não estão sujeitas às limitações da Lei de Usura, conforme entendimento da Súmula 283 do STJ.

A alternativa B está incorreta. Ações em circulação no mercado não incluem as ações de propriedade do acionista controlador.

A alternativa C está incorreta. Administradoras de cartão de crédito estão sujeitas ao Código de Defesa do Consumidor, pois prestam serviços diretamente aos consumidores, consoante o nunciado 297 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A alternativa D está correta. Consoante o Art. 4º, §2º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), a distribuição pública de ações somente será efetiva após o registro prévio na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Vejamos: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários. § 2º Nenhuma distribuição pública de valores mobiliários será efetivada no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.”

A alternativa E está incorreta. principal exigência legal referida na questão é o registro na CVM, nos termos do art.4º, §2º, da Lei nº 6.404/76.

QUESTÃO 99. A diretoria da empresa "Construções Sólidas Ltda.", em grave crise econômico-financeira, procura um renomado escritório de advocacia do Estado do Espírito Santo desejando um parecer a respeito da viabilidade do pedido de recuperação judicial com o objetivo de renegociar suas dívidas e superar a crise. Ademais, durante o eventual processo de recuperação judicial, a empresa pretende celebrar diversos contratos com fornecedores e prestadores de serviços essenciais para a continuidade de suas atividades. Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições da Lei n° 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas), assinale a alternativa correta.

a) O juízo da recuperação judicial é universal, sendo competente para decidir sobre a constrição de todos os bens, inclusive, os não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa.

b) As despesas condominiais, que são créditos de natureza extraconcursal, se submetem aos efeitos da recuperação judicial, gerando a suspensão da sua execução com objetivo de garantir a preservação da empresa.

c) O plano de recuperação judicial atinge terceiros, produzindo a suspensão ou mesmo a extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários por garantia cambial.

d) A recuperação judicial do devedor principal impede o prosseguimento das execuções ajuizadas contra coobrigados por garantia fidejussória.

e) A cláusula do plano de recuperação judicial que prevê a supressão de garantias somente é eficaz em relação aos credores que com ela anuíram expressamente.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre meios de recuperação judicial, nos termos do art. 50 Lei nº 11.101/2005.

A alternativa A está incorreta. O juízo da recuperação judicial não tem competência para decidir sobre bens que não estão abrangidos pelo plano de recuperação.

A alternativa B está incorreta. Despesas condominiais são créditos extraconcursais e não se submetem aos efeitos da recuperação judicial. Eles não geram a suspensão da sua execução.

A alternativa C está incorreta. O plano de recuperação judicial não pode afetar terceiros devedores solidários. A recuperação judicial da empresa devedora não implica na suspensão ou extinção de ações contra terceiros (art. 50 Lei nº 11.101/2005)

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções ajuizadas contra coobrigados por garantia fidejussória

A alternativa E está correta. Conforme o Art. 50, § 1º da Lei nº 11.101/2005, a supressão de garantias no plano de recuperação judicial só é válida para os credores que concordarem expressamente com ela. Vejamos: "§ 1º Na alienação de bem objeto de garantia real, a supressão da garantia ou sua substituição somente serão admitidas mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia."

QUESTÃO 100. A cláusula do plano de recuperação judicial que prevê a supressão de garantias somente é eficaz em relação aos credores que com ela anuíram expressamente. O Restaurante Beta Ltda. vem passando por severas dificuldades financeiras. Assim, seus sócios aprovaram por unanimidade a transferência do estabelecimento para o Restaurante Alpha Ltda... Para tanto, celebraram contrato de trespasse.

Analise a situação hipotética narrada com base no ordenamento jurídico brasileiro e assinale a alternativa correta.

a) Caso seja silencioso o contrato de trespasse, o Restaurante Beta Ltda não poderá fazer concorrência ao Restaurante Alpha Ltda pelo prazo de cinco anos.

b) O trespasse do estabelecimento empresarial envolve necessariamente a transferência da propriedade do prédio onde se localiza a sede da empresa.

c) O ordenamento jurídico brasileiro não reconhece o estabelecimento empresarial, exigindo que os bens integrantes sejam físicos.

d) A alienação do estabelecimento empresarial produzirá automaticamente efeitos perante terceiros, dispensando o registro na Junta Comercial

e) A sociedade Restaurante Alpha Ltda responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência regularmente contabilizados pelo prazo de dois anos.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A alternativa A está correta. Consoante o Art. 1.147 do Código Civil, na ausência de cláusula específica em contrário, o alienante não pode fazer concorrência ao adquirente pelo prazo de cinco anos, contado da transferência do estabelecimento. Vejamos: "Art. 1.147. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subseqüentes à transferência."

A alternativa B está incorreta. O trespasse não envolve necessariamente a transferência da propriedade do prédio.

A alternativa C está incorreta. O ordenamento jurídico brasileiro reconhece o estabelecimento empresarial, que pode incluir bens tangíveis (físicos) e intangíveis (como a clientela e o fundo de comércio), nos termos do Art. 1.142 do CC.

A alternativa D está incorreta. Para que a alienação do estabelecimento produza efeitos perante terceiros, é necessário o registro na Junta Comercial e a publicação da alienação: "Art. 1.144, CC - O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial."

A alternativa E está incorreta. Embora o adquirente do estabelecimento seja responsável pelos débitos anteriores à transferência, o prazo de dois anos é para que o alienante também seja solidariamente responsável, conforme o Art. 1.146 do Código Civil.

PGE-PR

QUESTÃO 01. A respeito da rigidez constitucional, assinale a opção correta.

a) A rigidez ou a flexibilidade de uma constituição é característica que atinge necessariamente a integralidade de seu texto normativo.

b) A rigidez constitucional decorre da supremacia material e formal das normas constitucionais.

c) É possível haver constituições que sejam imutáveis apenas por determinado prazo.

d) Constituições flexíveis existem apenas em países com alta instabilidade política e jurídica.

e) São equivalentes os conceitos de constituição escrita e de constituição rígida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão versa sobre as classificações das constituições, sobretudo em relação à rigidez constitucional. A alternativa A está incorreta, tendo em vista que é possível uma constituição semirrígida. Ao conceituar constituição semirrígida, Bernardo Gonçalves afirma que: "é aquela que contém, no seu corpo, uma parte rígida e outra flexível. Nesse sentido, parte da Constituição solicita procedimentos especiais para sua modificação e outra não requer procedimentos especiais (diferenciados dos comuns que produzem normas ordinárias) para sua modificação. Chamamos atenção ainda para o fato de que, para alguns doutrinadores, ela é classificada como semiflexível, não mudando em nada sua definição. Um exemplo de constituição semirrígida é a nossa Constituição de 1824".

A alternativa B está incorreta. A rigidez é decorrente da supremacia formal, e não da supremacia material, tendo em vista que a constituição rígida "é aquela que necessita (requer) de procedimentos especiais, mais difíceis (específicos) para sua modificação. Esses procedimentos são definidos na própria Constituição". Decorre, assim, da supremacia formal da constituição".

A alternativa C está correta, são denominadas de transitoriamente imutáveis. Consoante afirma Bernardo Gonçalves, a constituição transitoriamente imutável "é a Constituição que durante determinado período não poderá ser alterada. Somente após esse período ela poderá ser alterada. Como exemplo, a doutrina cita a nossa Constituição brasileira de 1824 (Constituição do Império) que só poderia ser alterada após quatro anos de vigência. Aqui uma crítica pertinente que demonstra a precariedade dessa classificação. Na verdade, o que existe é um limite temporal na Constituição que não permite que seja reformada em um determinado lapso temporal. O exemplo da Constituição do Império de 1824 demonstra justamente isso, devendo ser considerada como semirrígida, nos moldes já salientados".

A alternativa D está incorreta. De acordo com Bernardo Gonçalves, a constituição flexível "é aquela que não requer procedimentos especiais para sua modificação. Ou seja, ela pode ser modificada por procedimentos comuns, os mesmos que produzem e modificam as normas ordinárias, na lógica, por exemplo, tradicional de que lei posterior revoga lei anterior do mesmo nível hierárquico. Na verdade, o entendimento se perfaz de forma simples na afirmação de que, se a própria Constituição não solicitou procedimentos especiais para sua alteração, é porque ela afirma a possibilidade de modificação nos moldes em que se modificam as leis ordinárias. Um exemplo sempre citado pela doutrina clássica é o da Constituição inglesa".

A alternativa E está incorreta, pois não são equivalentes os conceitos de constituição escrita e de constituição rígida. Nesse contexto, Bernardo Gonçalves aduz que: "A forma pode ser escrita, mas a constituição formal vai muito além da Constituição escrita. Pode haver Constituição escrita que não pede (requer) procedimentos especiais (solenes, diferenciados) para ser modificada. É o caso, por exemplo, de uma Constituição que é escrita e flexível. Esta, por colocar-se no mesmo nível das leis ordinárias, apesar de ter a forma escrita, não é rígida, não sendo, portanto, formal".

QUESTÃO 02. Em relação a tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, assinale a opção correta.

a) A dignidade humana, embora considerada um vetor interpretativo das normas jurídicas, não é reconhecida como princípio jurídico.

b) Os tratados internacionais de direitos humanos não podem ser utilizados para complementar normas do direito interno brasileiro.

c) A proteção dos direitos humanos no sistema constitucional brasileiro decorre da aplicação sistemática das normas internas em conjunto com as normas dos tratados internacionais de direitos humanos que o Brasil subscreve.

d) No sistema brasileiro, todos os tratados internacionais de direitos humanos têm status de emenda constitucional.

e) A eficácia da proteção dos direitos humanos depende de expressa previsão nas normas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre a natureza jurídica dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.

A alternativa A está incorreta, pois a dignidade humana é considerada um vetor interpretativo das normas jurídicas e também é reconhecida como princípio jurídico. Nesse contexto, dispõe o art. 1º, III, da Constituição da República: "Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana". Ademais, nas lições de Ingo Sarlet: "a função integradora e hermenêutica do princípio da dignidade da pessoa humana que serviria de parâmetro para a aplicação, interpretação e integração não apenas dos direitos fundamentais e das demais normas constitucionais, mas de todo o ordenamento jurídico. (...) modo todo especial, o princípio da dignidade da pessoa humana acaba por servir de referencial inarredável no âmbito da indispensável hierarquização axiológica inerente ao processo de criação e desenvolvimento jurisprudencial do Direito. Justamente no âmbito dessa função do princípio da dignidade da pessoa humana, pode-se afirmar a existência não apenas de um dever de interpretação conforme a constituição e os direitos fundamentais, mas acima de tudo, de uma hermenêutica que, para além do conhecido postulado do *in dubio pro libertati,* tenha sempre presente o imperativo segundo o qual em favor da dignidade não deve haver dúvida".

A alternativa B está incorreta, pois os tratados internacionais de direitos humanos complementam normas do direito interno brasileiro. Nesse sentido: "Art. 5º. § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".

A alternativa C está correta, nesse sentido dispõe o art. 5º, §2º, da Constituição Federal que: "Art. 5º. § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, no sistema brasileiro, nem todos os tratados internacionais de direitos humanos têm status de emenda constitucional. De acordo com o art. 5º, §3º, da Constituição da República somente os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

A alternativa E está incorreta, pois as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, nos termos do art. 5º, §1º, da Constituição da República.

QUESTÃO 03. Considerando o regime constitucional pertinente ao Poder Legislativo, assinale a opção correta.

a) A composição das assembleias legislativas define-se nas eleições pelo sistema proporcional de lista aberta.

b) São equivalentes, quanto à extensão, as garantias dos membros do Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal.

c) A composição das comissões parlamentares é definida predominantemente por acordo entre os líderes dos partidos e os blocos partidários.

d) Ainda que extinta uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), a tramitação de eventuais ações contra seus atos deve prosseguir até serem julgadas no mérito, conforme o entendimento da jurisprudência dominante do STF.

e) No Estado brasileiro, aplica-se o bicameralismo ao Poder Legislativo de cada ente federado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre as regras constitucionais pertinentes ao Poder Legislativo.

A alternativa A está correta. A Assembleia Legislativa é composta por Deputados Estaduais eleitos pelo sistema proporcional. Além disso, adota-se a lista aberta, consistente no sistema de eleição proporcional para o Poder Legislativo adotado no Brasil, no qual as vagas conquistadas pelo partido ou coligação partidária são ocupadas por seus candidatos mais votados, até o número de cadeiras destinadas à agremiação. O número de votos recebido por cada candidato é o que determina sua posição na lista de preferência. Fonte: Agência Senado

A alternativa B está incorreta, pois não há equivalência, quanto à extensão, das garantias dos membros do Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal. De acordo com o disposto no § 1º do art. 27 da Constituição Federal, as imunidades formais e materiais conferidas aos membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores) estendem-se aos deputados estaduais. Dispõe a norma constitucional que: "§ 1º Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando sê-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas".

A alternativa C está incorreta, pois, de acordo com a Constituição Federal, a composição da mesa diretora e das comissões, sempre que possível, buscará preservar a proporcionalidade da representação partidária. Nesse sentido, dispõe o art. 58, §4º, da Constituição Federal: "§ 4º Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária."

A alternativa D está incorreta, pois a jurisprudência do STF entende prejudicadas as ações de mandado de segurança e de habeas corpus, sempre que – impetrados tais writs constitucionais contra CPIs – vierem estas a extinguir-se, em virtude da conclusão de seus trabalhos investigatórios, independentemente da aprovação, ou não, de seu relatório final, conforme decidiu o STF no julgamento do MS 23.852 QO, rel. min. Celso de Mello, j. 28-6-2001, P, DJ de 24-8-2001.

A alternativa E está incorreta, pois apenas o Poder Legislativo nacional é bicameral, nos termos do art. 44, caput, da Constituição Federal: "Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal". Ademais, de acordo com Bernardo Gonçalves: "O Poder Legislativo é eminentemente bicameral, sendo o Congresso Nacional composto por deputados federais (representantes do povo) e senadores (representantes dos Estados-membros e Distrito Federal). Porém, é bom lembrarmos que, diferentemente do Poder Legislativo nacional, no

âmago dos Estados, Distrito Federal e Municípios, o legislativo é unicameral, sendo composto respectivamente pelas Assembleias Legislativas Estaduais, Câmara Legislativa Distrital e Câmara dos Vereadores Municipais".

QUESTÃO 04. No que se refere ao regime constitucional do Poder Executivo nas diferentes esferas da Federação, julgue os itens a seguir.

I. Não se aplica aos governadores a norma constitucional que proíbe a responsabilização do presidente da República, durante o mandato, por atos estranhos às respectivas funções.

II. É admitida a prisão cautelar de governador.

III. É juridicamente válido, em situações excepcionais, realizar eleição indireta para o cargo de governador de estado.

IV. Governador tem competência para editar medida provisória, se a constituição estadual assim previr.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre o regime constitucional do Poder Executivo.

O item I está correto, pois trata-se de norma de natureza restritiva. Dispõe o art. 86, §4º, da Constituição Federal que: "§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções". De acordo com o Supremo Tribunal Federal: "A previsão constitucional do art. 86, § 4º, da Constituição da República se destina expressamente ao chefe do Poder Executivo da União, não autorizando, por sua natureza restritiva, qualquer interpretação que amplie sua incidência a outras autoridades, nomeadamente do Poder Legislativo. [Inq 3.983, rel. min. Teori Zavascki, j. 3-3-2016, P, DJE de 12-5-2016.]".

O item II está correto, tendo em vista que a imunidade à prisão cautelar, prevista no art. 86, §3º, da Constituição Federal (Art. 86. § 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão), não se estende aos governadores de Estados. Nesse contexto, segue o entendimento do STF: "Orientação desta Corte, no que concerne ao art.

86, §§ 3º e 4º, da Constituição, na ADI 1.028, de referência à imunidade à prisão cautelar como prerrogativa exclusiva do presidente da República, insuscetível de estender-se aos governadores dos Estados, que institucionalmente não a possuem. [ADI 1.634 MC, rel. min. Néri da Silveira, j. 17-9-1997, P, DJ de 8-9-2000.]".

O item III está correto, de acordo com o entendimento do STF: "O Estado-membro dispõe de competência para disciplinar o processo de escolha, por sua assembleia legislativa, do governador e do vice-governador do Estado, nas hipóteses em que se verificar a dupla vacância desses cargos nos últimos dois anos do período governamental. Essa competência legislativa do Estado-membro decorre da capacidade de autogoverno que lhe outorgou a própria Constituição da República. As condições de elegibilidade (CF, art. 14, § 4º a § 8º) e as hipóteses de inelegibilidade (CF, art. 14, § 4º a § 8º), inclusive aquelas decorrentes de legislação complementar (CF, art. 14, § 9º), aplicam-se de pleno direito, independentemente de sua expressa previsão na lei local, à eleição indireta para governador e vice-governador do Estado, realizada pela assembleia legislativa em caso de dupla vacância desses cargos executivos no último biênio do período de governo. [ADI 1.057 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 20-4-1994, P, DJ de 6-4-2001.] = Rcl 7.759 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 26-2-2009, dec. monocrática, DJE de 4-3-2009".

O item IV está correto. De acordo com o entendimento do STF: "É dado aos Chefes do Poder Executivo dos Estados-membros editarem medidas provisórias, desde que a espécie legislativa esteja prevista na Constituição estadual e seja observado o conjunto de regras básicas do processo legislativo postas no Texto Constitucional de 1988. [ADI 7.375, rel. min. André Mendonça, j. 2-10-2023, P, DJE de 13-10-2023.]". No mesmo sentido, destaca-se o seguinte julgado: "Adoção de medida provisória por Estado-membro. Possibilidade. Arts. 62 e 84, XXVI, da CF. EC 32, de 11-9-2001, que alterou substancialmente a redação do art. 62. (...) Inexistência de vedação expressa quanto às medidas provisórias. Necessidade de previsão no texto da Carta estadual e da estrita observância dos princípios e limitações impostas pelo modelo federal. [ADI 2.391, rel. min. Ellen Gracie, j. 16-8-2006, P, DJ de 16-3-2007.] = ADI 425, rel. min. Maurício Corrêa, j. 4-9-2002, P, DJ de 19-12-2003".

QUESTÃO 05. Acerca dos processos legislativos estadual e municipal, assinale a opção correta.

a) Os governadores têm competência para propor leis que criem e organizem cargos no âmbito do Ministério Público dos respectivos estados.

b) Em virtude da autonomia política, os estados-membros podem adotar modelos diversos do federal no que se refere ao tratamento do veto do chefe do Poder Executivo às proposições aprovadas pelo Poder Legislativo.

c) Lei municipal destinada à criação de cargo público é de iniciativa privativa do prefeito municipal.

d) Todo projeto de lei tem de ser votado no plenário da câmara municipal.

e) Não é cabível iniciativa popular para envio de projeto de lei às câmaras municipais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre processo legislativo nos âmbitos estadual e municipal.

A alternativa A está incorreta, pois não há competência do chefe do poder executivo nessa hipótese. Dispõe o art. 127, §2º, da Constituição Federal que: "§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento". Ademais, de acordo com o STF: "A iniciativa legislativa prevista no art. 127, § 2º, da Constituição para a criação de cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira do Ministério Público é privativa do procurador-geral de justiça, no âmbito estadual, e do PGR, na esfera federal. [ADI 1.757, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 20-9-2018, P, DJE de 8-10-2018.]".

A alternativa B está incorreta, pois, no que se refere ao tratamento do veto do chefe do Poder Executivo, o modelo federal é de observância obrigatória pelos Estados-membros desde a promulgação da Constituição de 1988, consoante entendimento do STF: "Se para a apreciação do veto é exigido o voto da maioria absoluta (CF, art. 66, § 4º) e o seu exame ocorreu na vigência da atual ordem constitucional, não poderia a Assembleia Legislativa valer-se daquele fixado na anterior Carta estadual para determiná-lo como sendo o de 2/3. O modelo federal é de observância cogente pelos Estados-membros desde a data da promulgação da Carta de 1988. [Rcl 1.206, rel. min. Maurício Corrêa, j. 22-8-2002, P, DJ de 18-10-2002.]".

A alternativa C está correta, a iniciativa privativa (exclusiva ou reservada) prevista no art. 61, § 1°, da Constituição Federal é do chefe do Poder Executivo nos âmbitos federal, estadual e municipal. Dispõe a norma constitucional que: "§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração". Portanto, é correto afirmar que lei municipal destinada à criação de cargo público é de iniciativa privativa do prefeito municipal.

A alternativa D está incorreta, pois é possível que seja realizada votação de projeto de lei no âmbito das comissões, conforme o disposto no art. 58, §2º, da Constituição da República: "§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa".

A alternativa E está incorreta, pois contraria o disposto no art. 29, XIII, da Constituição Federal: "XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado".

QUESTÃO 06. Assinale a opção correta relativamente à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

a) O objeto da ADPF é necessariamente ato de natureza normativa.

b) Por meio da ADPF, podem-se impugnar tanto atos do poder público quanto atos de pessoas privadas praticados enquanto estas atuavam estritamente nessa condição.

c) Cabe ao Congresso Nacional, mediante lei ordinária, definir os preceitos fundamentais passíveis de proteção por ADPF.

d) A ADPF é ação destinada à reparação de lesões a preceitos constitucionais, de modo que não admite finalidade preventiva.

e) Em regra, se contra lei municipal couber ação direta de inconstitucionalidade (ADI) perante tribunal de justiça, não caberá ADPF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

A alternativa A está incorreta, pois, no âmbito da arguição de descumprimento de preceito fundamental são impugnados atos estatais. De acordo com o entendimento do STF: "Arguição de descumprimento de preceito fundamental: distinção da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade. O objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental há de ser 'ato do poder público' federal, estadual, distrital ou municipal, normativo ou não, sendo, também, cabível a medida judicial 'quando for relevante o fundamento da controvérsia sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição'. [ADPF 1 QO, rel. min. Néri da Silveira, j. 3-2-2000, P, DJ de 7-11-2003.]".

A alternativa B está incorreta, pois, no âmbito da ADPF, podem-se impugnar somente atos do poder público, afastando-se atos de pessoas privadas. De acordo com o entendimento do STF: "Arguição de descumprimento de preceito fundamental: distinção da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade. O objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental há de ser 'ato do poder público' federal, estadual, distrital ou municipal, normativo ou não, sendo, também, cabível a medida judicial 'quando for relevante o fundamento da controvérsia sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição'.[ADPF 1 QO, rel. min. Néri da Silveira, j. 3-2-2000, P, DJ de 7-11-2003.]".

A alternativa C está incorreta. Não há uma definição legal de "preceitos fundamentais", trata-se de um conceito construído pela doutrina e pela jurisprudência. Nesse sentido, Bernardo Gonçalves afirma que: "os preceitos fundamentais são entendidos como aquelas normas materialmente constitucionais que fazem parte da Constituição formal. Ou seja, devem ser compreendidos como o núcleo ideológico constitutivo do Estado e da sociedade presente na Constituição formal. Em síntese, definimo-los como sendo as matérias típicas fundantes do Estado e da sociedade alocadas na Constituição. É claro que, dentre os preceitos fundamentais, não se incluem apenas dispositivos expressos no texto constitucional, mas também as prescrições que estão alocadas de forma implícita na Constituição, desde que consideradas preceitos fundamentais. E quais, atualmente, seriam essas normas que estão presentes na Constituição formal? Também, aqui, não há (em dicção legal) quais seriam efetivamente essas matérias. Porém, o próprio STF vem construindo, cotidianamente, um rol, sempre em um permanente fazer dos preceitos. Esse rol (meramente exemplificativo e aberto), atualmente, pode elencar os seguintes artigos: 1º a 6°; 14; 18; 34, VII; 60, §4°, 170, 196, 205, 220, 222 e 225, 226 e 227 da CR/88".

A alternativa D está incorreta, pois a ADPF é ação destinada a evitar ou reparar lesões a preceitos constitucionais. Dispõe o art. 1º, caput, da Lei nº 9.882/99 que: "Art. 1º A argüição prevista no § 1º do

art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público". Assim, a presença do verbo "evitar" demonstra que a ADPF pode ter caráter preventivo.

A alternativa E está correta. Trata-se do princípio da subsidiariedade, previsto no art. 4º, §1º, da Lei nº 9.882/99: "§ 1º Não será admitida argüição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade". Assim, é possível concluir que a ADPF é subsidiária em relação a outras ações.

QUESTÃO 07. De acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 acerca do meio ambiente e a jurisprudência do STF correlata, julgue os itens subsequentes.

I. A repartição constitucional de competências, por ser matéria que diz respeito à estrutura da Federação, não guarda relação com a defesa do meio ambiente.

II. A princípio, lei estadual não pode criar formas de licenciamento ambiental para atividades potencialmente poluidoras se disso resultar flexibilização das regras federais sobre o tema.

III. Lei estadual pode prever a dispensa do estudo de impacto ambiental para atividade econômica em área de floresta e de reflorestamento.

IV. Segundo o STF, leis locais podem, validamente, autorizar práticas culturais que causem sofrimento a animais.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre as normas constitucionais acerca do meio ambiente e a jurisprudência do STF sobre o tema.

O item I está incorreto, pois a defesa do meio ambiente integra a repartição constitucional de competências nos seguintes dispositivos: "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico". Além disso, trata-se de matéria de competência comum dos entes federativos: "Art. 23. É competência

comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora".

O item II está correto, consoante a jurisprudência do STF: "A possibilidade de complementação da legislação federal para o atendimento de interesse regional (art. 24, § 2º, da CF) não permite que Estado-Membro dispense a exigência de licenciamento para atividades potencialmente poluidoras, como pretendido pelo art. 10 da Lei 2.713/2013 do Estado do Tocantins. O desenvolvimento de atividades *agrossilvipastoris* pode acarretar uma relevante intervenção sobre o meio ambiente, pelo que não se justifica a flexibilização dos instrumentos de proteção ambiental, sem que haja um controle e fiscalização prévios da atividade. [ADI 5.312, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 25-10-2018, P, DJE de 11-2-2019.]".

O item III está incorreto, pois contraria o entendimento do STF, segundo o qual: "(...) ao excepcionar a exigência de prévio estudo de impacto ambiental nos casos de áreas florestadas ou objeto de reflorestamento, o § 3º do art. 182 da Constituição catarinense viola o previsto na CF, que determina a realização de tal estudo para a instalação de qualquer atividade potencialmente causadora de degradação ao meio ambiente. Por outro lado, é certo que, pela lógica sistemática da distribuição de competência legislativa, apenas a lei federal seria apta a excluir hipóteses à incidência do aludido preceito geral, já que se trata de matéria nitidamente inserida no campo de abrangência das normas gerais sobre conservação da natureza e proteção do meio ambiente e não de normas complementares, que são da atribuição constitucional dos Estados-membros (art. 24, VI, da CF). Não é de ser invocada, igualmente, a competência legislativa plena dos Estados-membros (art. 24, § 3º, da CF), quando menos porque não se compreende qual seja a peculiaridade local que se estaria atendendo com a edição de uma regra constitucional com tal conteúdo normativo. [ADI 1.086, voto do rel. min. Ilmar Galvão, j. 7-6-2001, P, DJ de 10-8-2001.]".

O item IV está incorreto, pois a norma prevista no art. 225, § 1º, inciso VII, da CF/88 concretiza a proteção jurídico-constitucional referente à vedação, em cláusula genérica, a qualquer forma de submissão de animais a atos de crueldade: "§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade". Além disso, de acordo com o STF: "A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância do disposto no inciso VII do art. 225 da Carta Federal, o qual veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade".

QUESTÃO 08. Considerando a jurisprudência do STF pertinente ao direito à saúde, assinale a opção correta.

a) São admissíveis, em princípio, ações judiciais nas quais se postule o fornecimento de medicamento sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

b) Serviços de saúde pública não podem ser prestados por organizações sociais ou organizações da sociedade civil de interesse público.

c) O STF entende não caber ao Poder Judiciário interferir em políticas públicas de saúde, em razão do princípio da separação dos poderes.

d) Se uma pessoa contratante de plano de saúde privado obtiver atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) para procedimento que seria de responsabilidade da empresa responsável pelo plano de saúde, não caberá o ressarcimento do SUS por tal empresa, dado o direito do paciente de escolher onde buscar tratamento.

e) A pessoa interessada em obter acesso a medicamento pela via judicial deve ajuizar ação contra as três esferas de entes da Federação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre a jurisprudência do STF no que se refere ao direito à saúde.

A alternativa A está correta, pois trata-se da incidência do princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal: "XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Dessa forma, em observância ao acesso à justiça, são admissíveis, em princípio, ações judiciais nas quais se postule o fornecimento de medicamento sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A alternativa B está incorreta, pois os serviços de saúde pública podem ser prestados por organizações sociais ou organizações da sociedade civil de interesse público. Nos termos do art. 199, caput e §1º, da Constituição Federal: "Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos".

A alternativa C está incorreta, pois contraria a tese nº 698 do STF fixada em sede de repercussão geral, segundo a qual: "1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado (RE 684612)".

A alternativa D está incorreta, pois caberá ressarcimento ao SUS nessa hipótese, conforme o entendimento fixado pelo STF no Tema 345 de Repercussão Geral: "É constitucional o ressarcimento previsto no art. 32 da Lei 9.656/98, o qual é aplicável aos procedimentos médicos, hospitalares ou ambulatoriais custeados pelo SUS e posteriores a 1.9.1998, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no âmbito administrativo, em todos os marcos jurídicos". Nesse contexto, dispõe o art. 32 da Lei 9.656/98 que: "Art. 32. Serão ressarcidos pelas operadoras dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, de acordo com normas a serem definidas pela ANS, os serviços de atendimento à saúde previstos nos respectivos contratos, prestados a seus consumidores e respectivos dependentes, em instituições públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS".

A alternativa E está incorreta. De acordo com o entendimento do STF: "[...] o tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, porquanto responsabilidade solidária dos entes federados. O polo passivo pode ser composto por qualquer um deles, isoladamente ou conjuntamente. (RE 855.178-ED, red. do ac. min. Edson Fachin, j. 23-5-2019, P, DJE de 16-4-2020, Tema 793.)".

QUESTÃO 09. À luz da Constituição do Estado do Paraná, assinale a opção correta.

a) Constitui cláusula pétrea na esfera estadual, em qualquer caso, a alteração do território do estado do Paraná.

b) É possível a criação de órgãos de contas municipais para os municípios com população superior a cem mil habitantes.

c) Nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do governador, os integrantes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em regra, não podem propor emendas que impliquem aumento de despesa.

d) A garantia de aplicação da justiça é um dos objetivos do estado do Paraná, o qual deve prover gratuidade processual para todas as pessoas com renda mensal inferior a cinco salários mínimos.

e) No caso de intervenção do estado do Paraná em um de seus municípios, caberá ao governador nomear o interventor, com aprovação prévia no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre normas da Constituição do Estado do Paraná.

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição da República autoriza hipóteses de incorporação, subdivisão ou desmembramento de área do território do Estado, nos termos do art. 48, VI: "VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o disposto no art. 31, §4º, da Constituição Federal: "§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais".

A alternativa C está correta, pois trata-se da literalidade do art. 68, I, da Constituição do Paraná: "Art. 68. Não é admitido aumento de despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual".

A alternativa D está incorreta. A primeira parte do item está correta, porém a parte final está incorreta, pois a Constituição do Paraná não prevê expressamente o valor da renda mensal. Dispõe o art. 1º, IV, da Constituição do Paraná que: "Art. 1°. O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República

Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos: IV - a garantia da aplicação da justiça, devendo prover diretamente o custeio da gratuidade processual aos reconhecidamente pobres, nos termos da lei".

A alternativa E está incorreta, pois a nomeação de interventor não é obrigatória. De acordo com o art. 34, §1º, da Constituição Federal: "§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas".

QUESTÃO 10. No que concerne às empresas estatais e a seus institutos jurídico-administrativos, assinale a opção correta, considerando, no que couber, a jurisprudência do STF.

a) É juridicamente viável a participação de uma sociedade de economia mista da União e de uma empresa pública municipal no capital social de uma empresa pública estadual, desde que a maioria do capital votante pertença ao estado.

b) A alienação do controle acionário de empresa subsidiária ou controlada por empresas estatais depende de autorização legislativa.

c) Diferentemente das sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica em regime concorrencial, as empresas estatais monopolistas e prestadoras de serviço público estão sujeitas ao controle do tribunal de contas.

d) A sociedade de propósito específico constituída nas parcerias público-privadas, com participação de investidores privados e do poder público, possui natureza jurídica de sociedade de economia mista.

e) A sociedade de economia mista e a empresa pública podem adotar a forma de sociedade anônima, negociando suas ações na bolsa de valores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** Trata-se de questão relativa ao tema empresas estatais.

A alternativa A está correta, porquanto em sintonia com o que estabelece o art. 3º, parágrafo único, da Lei 13.303/2016: "Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

A alternativa B está incorreta, eis que em divergência ao entendimento firmado pelo STF, in verbis: "A transferência do controle de subsidiárias e controladas não exige a anuência do Poder Legislativo e poderá ser operacionalizada sem processo de licitação pública, desde que garantida a competitividade entre os potenciais interessados e observados os princípios da administração pública constantes do art. 37 da Constituição da República." (ADI 5624 MC-Ref, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal

Pleno, julgado em 06-06-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-261 DIVULG 28-11-2019 PUBLIC 29-11-2019).

A alternativa C está incorreta, porquanto as sociedades de economia mista, mesmo que exploradoras de atividade econômica em regime concorrencial, também se submetem a controle por parte dos respectivos tribunais de contas, com esteio no art. 71, II, da CRFB, que é explícito ao abraçar a administração direta e a indireta, no que se inserem, portanto, todas as entidades administrativas, inclusive as acima mencionadas.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a sociedade de propósito específico não tem natureza de sociedade de economia mista. Em rigor, a SPE pode ser constituída sob qualquer forma societária e a sua constituição tem o objetivo de facilitar o controle e a administração da PPP, tendo em vista o segregamento contábil, patrimonial e jurídico entre a SPE e a empresa vencedora da licitação.

A alternativa E está incorreta, considerando que as empresas públicas não admitem negociação de ações em bolsa de valores, o que decorre diretamente do fato de que a integralidade de seu capital social deve permanecer em poder do ente federado instituidor, admitindo-se, no máximo, a participação de outras pessoas de direito público interno ou de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a teor do art. 3º, parágrafo único, da Lei 13.303/2016, acima já transcrito nos comentários à opção A.

QUESTÃO 11. A respeito das organizações da sociedade civil (OSC), assinale a opção correta.

a) No termo de fomento, é prevista a transferência de recursos financeiros da administração pública para uma OSC, ao passo que o termo de colaboração e o acordo de cooperação, formalizam parcerias sem o repasse de recursos públicos.

b) A prévia realização do procedimento de manifestação de interesse social (PMIS) é condição para o chamamento público, porém o PMIS não acarreta, por si só, o dever de a administração pública executar a seleção pública.

c) É vedado que o ato convocatório do chamamento público restrinja a seleção às propostas apresentadas exclusivamente pelos concorrentes sediados no município onde será executado o objeto da parceria ou com representação atuante e reconhecida lá.

d) A lei federal que rege as OSC aplica-se à administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluídas as empresas estatais independentes.

e) As OSC são exclusivamente responsáveis pelos encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados, e o descumprimento dessa obrigação não autoriza a aplicação de multa pela administração pública.

Comentários

Em nossa visão, a questão não possui alternativa correta, por tanto, é passível de recurso. A questão sob exame versa acerca do tema organizações da sociedade civil (OSC's), com disciplina prevista na Lei 13.019/2014.

A alternativa A está incorreta, considerando que o termo de colaboração pressupõe, sim, a transferência de recursos financeiros, a teor do art. 2º, VII, do referido diploma legal: "Para os fins desta Lei, considera-se: (...)termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros;"

A alternativa B está incorreta, uma vez que seu teor agride a norma do art. 21, §3º, da Lei 13.019/2014, segundo a qual "É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social."

A alternativa C está incorreta, tendo em conta que o art. 24, §2º, I, ressalva a possibilidade de o ato convocatório do chamamento público restringir a seleção às propostas apresentadas exclusivamente pelos concorrentes sediados no município onde será executado o objeto da parceria ou com representação atuante e reconhecida lá. Assim, confira-se: "É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos: a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria;

A alternativa D está incorreta. No ponto, para fins de incidência da citada Lei, seu art. 2º, II, define "Administração Pública", como "União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias, alcançadas pelo disposto no §9º do art. 37 da Constituição Federal." Ocorre que o aludido preceito constitucional refere-se às empresas estatais que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral." Portanto, daí conclui-se que a Lei das OSC's não se aplica às empresas estatais independentes, que não dependem do recebimento de tais recursos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

A alternativa E está incorreta. É verdadeiro aduzir que as OSC's são exclusivamente responsáveis pelos encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados, a teor do disposto no art. 42, XX, da Lei 13.019/2014: "As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais: (...)a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução." Nada obstante, não se pode afirmar, genericamente, que seria indevida a aplicação de multa pela Administração.

QUESTÃO 12. Acerca das normas aplicáveis ao processo administrativo no âmbito federal e no estado do Paraná, assinale a opção correta à luz da Lei federal n.° 9.784/1999 e da Lei estadual n.º 20.656/2021 (Título III).

a) No estado do Paraná, a propositura de ação judicial para discutir direito em debate na esfera administrativa importa a extinção do processo administrativo, salvo quando já houver sido proferida decisão administrativa e existir recurso desta pendente de apreciação.

b) A subdelegação de competência na União e no estado do Paraná é admitida desde que haja autorização legal expressa.

c) No estado do Paraná, é admitida a delegação de competência por meio de convênio ou acordo, possibilidade, entretanto, não prevista na Lei federal n.º 9.784/1999.

d) O instituto da decisão coordenada é previsto tanto para os processos administrativos da esfera federal quanto para os do estado do Paraná, com os ajustes necessários à sua aplicação na esfera estadual.

e) Quanto à natureza do direito, a legitimidade da associação para figurar como terceiro interessado no processo administrativo é mais ampla no âmbito da União do que no estado do Paraná, uma vez que, no processo administrativo federal, ela contempla a defesa de direitos e interesses difusos e coletivos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** Trata-se de questão em que a Banca cobrou domínio sobre o tema processo administrativo, seja com base na Lei Federal 9.784/99, seja com apoio na Lei estadual do Paraná 20.656/2021.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que seu conteúdo não se compatibiliza com o teor do art. 70 da citada Lei estadual, *in verbis:* "A propositura de ação judicial com vistas a discutir direito ou interesse em debate na esfera Administrativa importa em renúncia ao poder de peticionar ou recorrer na referida esfera e desistência de recurso acaso interposto, salvo quando se tratar de processo para apuração de responsabilidade." Portanto, a ressalva indicada pela Banca não se coaduna com aquela efetivamente colocada na norma, que diz respeito aos processos de apuração de responsabilidades.

A alternativa B está incorreta, pois, na verdade, a subdelegação não demanda a existência de previsão legal explícita, tal como equivocadamente aqui aduzido pela Banca.

A alternativa C está correta. De fato, na referida Lei estadual paranaense, assim consta do art. 18, §3º: "A delegação poderá ser admitida por meio de convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres", sendo certo, ainda, que inexiste semelhante previsão no âmbito da legislação federal, razão por que o presente item mostra-se escorreito.

A alternativa D está incorreta, visto que a lei estadual acima indicada não contempla o instituto da decisão coordenada.

A alternativa E está incorreta. A rigor, na esfera da citada lei estadual, o tratamento legislativo da legitimidade de atuação das associações revela-se mais amplo do que na órbita federal. Isso porque, a teor do art. 13, III, da lei paranaense, as associações são legitimadas para atuarem quanto a direitos e interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos, *litteris:* "Art. 13. São legitimados como interessados no processo administrativo: (...) pessoa física, organização ou associação, quanto a direitos e interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos;"

QUESTÃO 13. Com relação ao regime jurídico-constitucional dos militares dos estados, assinale a opção correta, considerando, no que couber, o entendimento do STF.

a) O militar em serviço ativo é elegível e, nessa condição, poderá filiar-se a partido político.

b) A legalidade dos atos de reforma, de transferência para a reserva e de concessão de pensão aos dependentes dos militares está sujeita à apreciação, para fins de registro, pelos tribunais de contas.

c) Não ofende a exigência constitucional de lei específica para tratar do regime de previdência do servidor militar a inclusão desta matéria em uma mesma lei geral comum a servidores civis e militares.

d) Entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais extensíveis aos militares, estão a licença à gestante, o gozo de férias anuais remuneradas e o repouso semanal remunerado.

e) O militar em atividade que tomar posse em cargo público civil permanente, ressalvada a hipótese de acumulação lícita de cargos, ficará agregado ao respectivo quadro pelo prazo legal necessário à sua transferência para a reserva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A presente questão abordou o tema regime jurídico-constitucional dos militares dos estados.

A alternativa A está incorreta, porquanto o art. 142, §3º, V, da CRFB, é expresso ao determinar que "o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a transferência para a reserva, quando não remunerada, não enseja apreciação, para fins de registro, pelos tribunais de contas, e sim, tão somente, no caso de passagem à reserva remunerada. A amplitude da assertiva, portanto, ao se referir genericamente a "transferência para a reserva", compromete seu acerto.

A alternativa C está correta, na medida em que espelha entendimento firmado pelo STF, consoante o seguinte trecho de precedente: "A inclusão em um mesmo diploma normativo de regra geral, comum a servidores civis e militares, não ofende a exigência constitucional de lei específica para tratar da inatividade dos militares." (ADI 5154, Relator(a): LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 12-09-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 13-11-2023 PUBLIC 14-11-2023)

A alternativa D está incorreta. No ponto, assim estabelece o art. 142, §3º, VIII, da CRFB: “aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c";” Ocorre que o repouso semanal remunerado, mencionado pela Banca, está previsto no inciso XV do citado art. 7º da Lei Maior, que não foi aí contemplado dentre os direitos extensíveis aos militares.

A alternativa E está incorreta, pois, em se tratando de posse de militar em cargo público civil permanente, aplica-se o disposto no art. 142, §3º, II, da CRFB, na linha do qual: “o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", será transferido para a reserva, nos termos da lei;”, de modo que está errado sustentar que o militar, em tal situação, deva ser agregado ao respectivo quadro pelo prazo legal necessário à sua transferência para a reserva, o que, em rigor, aplica-se em se tratando de posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, de acordo com o inciso III do mesmo §3º acima indicado.

QUESTÃO 14. A respeito de licitações e contratos administrativos sob a égide da Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

a) No registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, a participação de outro órgão na ata deverá ser precedida de aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor.

b) Para a alteração da ordem cronológica de pagamentos, são imprescindíveis a justificativa prévia da autoridade competente e a comunicação posterior ao órgão de controle interno da administração pública e ao tribunal de contas competente.

c) A prática ilícita do superfaturamento ocorre quando o preço orçado para licitação é expressivamente superior aos preços referenciais de mercado.

d) Com a edição da citada Lei, foi superada a distinção entre atividade-meio e atividade-fim, dada a previsão legal da possibilidade de terceirização dos serviços das duas formas de atividades.

e) Nas compras, é vedada a exigência de amostra do bem antes da fase de julgamento das propostas ou de lances, a fim de se evitar a restrição da competitividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** Trata-se de questão referente ao tema licitações e contratos administrativos.

A alternativa A está incorreta. O registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, encontra previsão no art. 86, 3º, da Lei 14.133/2021, para as seguintes situações: I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores; II - no caso de alimento perecível; e III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.” Ocorre que, nos termos do §4º deste mesmo art. 86, “Nas situações referidas no § 3º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada

a participação de outro órgão ou entidade na ata". Portanto, em sendo expressamente vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata, está equivocada a proposição em exame, na medida em que condicionou a possibilidade de tal participação à aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor.

A alternativa B está correta, considerando que seu teor exibe a literalidade do art. 141, §1º, da Lei 14.133/2021: "A ordem cronológica referida no *caput* deste artigo poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:"

A alternativa C está incorreta, tendo em conta que seu conteúdo exibe, na realidade, descrição compatível com o sobrepreço, e não do superfaturamento, na forma do art. "Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada;"

A alternativa D está incorreta, pois não restou superada a tradicional distinção entre atividades-meio e atividades-fim, sendo que a Lei 14.133/2021 foi explícita ao possibilitar a contratação de terceiros para a realização de serviços de caráter acessório, instrumental ou complementar, a teor do art. 48 do referido diploma, litteris: "Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:"

A alternativa E está incorreta, visto que seu conteúdo não se compatibiliza com a regra do art. 41, II, da Lei 14.133/2021, na linha do qual: "No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente: exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;"

QUESTÃO 15. Acerca da responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a opção correta, considerando, no que couber, o entendimento do STF.

a) Quanto à ação regressiva, o STF afastou a aplicação da teoria da dupla garantia, por entendê-la contrária ao direito fundamental de acesso da pessoa lesada ao Poder Judiciário.

b) É subsidiária a responsabilidade do Estado por danos causados por pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público a terceiros usuários e não usuários do serviço, apesar da natureza objetiva da obrigação.

c) A pessoa física delegatária de serviço público responderá objetivamente pelos danos que causar no desempenho de suas funções.

d) No direito positivo do Brasil, falta norma expressa acerca da responsabilidade civil do Estado por atos judiciais, por isso sua análise jurídica é feita com base em fontes doutrinárias e jurisprudenciais.

e) Havendo lesão a particular por ato que configura improbidade administrativa, eventual ação regressiva do Estado contra o agente público ímprobo, tenha ele agido culposa ou dolosamente, será imprescritível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** Trata-se de questão em que foram explorados conhecimentos atinentes ao tema responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que, na realidade, longe de afastar, o STF abraçou a teoria da dupla garantia, em ordem a deliberar no sentido de que o agente público somente responde perante a pessoa jurídica da qual for integrante, e não diretamente perante o particular. Nesse sentido, o seguinte trecho de julgado: "Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular**.** Recurso extraordinário a que se nega provimento." (RE 327.904, rel. Ministro CARLOS BRITTO, 1ª. Turma, 15.08.2006)

A alternativa B está correta. De fato, trata-se de proposição ajustada à jurisprudência do STJ, como se vê, dentre outros, do seguinte trecho de julgado: "É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual, as pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, respondem objetivamente pelos prejuízos que causarem a terceiros usuários e não usuários do serviço. (...)Esta Corte possui orientação consolidada, segundo o qual nos casos de danos resultantes de atividade estatal delegada pelo Poder Público há responsabilidade subsidiária do ente estatal." (AgRg no AREsp n. 732.946/DF, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 6/6/2017, DJe de 9/6/2017.)

A alternativa C está incorreta, visto que as pessoas físicas delegatárias de serviços públicos não respondem objetivamente, mas sim subjetivamente, isto é, a depender da comprovação de dolo ou culpa, pelos danos que vierem a causar a terceiros no exercício de suas funções, como se extrai da compreensão fixada pelo STF: "O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa". (RE 842846, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 27-02-2019, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-175 DIVULG 12-08-2019 PUBLIC 13-08-2019)

A alternativa D está incorreta. O ordenamento pátrio possui, sim, norma expressa acerca da responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais, valendo citar o teor do art. 5º, LXXV, da CRFB, que trata do erro judiciário e da prisão além do tempo determinado na sentença: "o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;"

A alternativa E está incorreta, visto que, de acordo com jurisprudência do STF, a pretensão de ressarcimento ao erário somente se mostra imprescritível no caso de atos de improbidade praticados dolosamente, como se vê da seguinte tese de repercussão geral (Tema 897): "São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa." (RE 852475, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 08-08-2018, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-058 DIVULG 22-03-2019 PUBLIC 25-03-2019).

QUESTÃO 16. Assinale a opção correta relativa aos poderes administrativos, considerando, no que couber, a jurisprudência do STF.

a) É possível a delegação do poder de polícia por meio de contrato de gestão, a uma empresa estatal que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

b) Na teoria do ciclo de polícia, a fase do consentimento de polícia somente estará presente quando houver uma ordem de polícia fundada em um preceito negativo com reserva de consentimento.

c) O exercício do poder disciplinar pressupõe que seu destinatário seja agente público, independentemente da natureza do seu vínculo jurídico com a administração pública.

d) No Brasil, o regulamento autônomo, como manifestação do poder normativo da administração pública, é admitido como regra.

e) O modelo federativo brasileiro de organização e repartição de competências não permite que um ente federado exerça sobre outro o poder de polícia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão sob exame abordou o tema poderes administrativos.

A alternativa A está incorreta. A rigor, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei 13.089/2015, exige-se lei complementar (e não ordinária) para fins de criação de região metropolitana. É ler: "Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum."

A alternativa B está correta. Realmente, sob a ótica do ciclo de polícia, os atos de consentimento de polícia fazem-se presentes em relação às atividades cujo exercício, pelos particulares, a lei preveja como merecedoras de prévia análise estatal, em ordem a se verificar se o indivíduo preenche os devidos requisitos para o desempenho daquela respectiva atividade. A lei, portanto, não permite que o particular a desenvolva (daí haver o preceito negativo) sem que obtenha prévio consentimento das autoridades públicas competentes. Em se tratando, por outro lado, de atividade livremente disponibilizada aos particulares, não haverá que se exigir, por óbvio, a presença da fase do consentimento de polícia.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o poder disciplinar também se faz presente em relação aos particulares que mantenham vínculo jurídico específico com a Administração, como é o caso de concessionários de serviços públicos, alunos de escolas e universidades públicas, indivíduos mantidos em unidades prisionais, pessoas internadas em hospitais da rede pública, dentre outros casos.

A alternativa D está incorreta, uma vez que, em verdade, o regulamento autônomo, em nosso ordenamento jurídico, é admitido tão somente em hipóteses excepcionais, vale dizer, nas situações descritas no art. 84, VI, da CRFB: "Compete privativamente ao Presidente da República: (...)dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;"

A alternativa E está incorreta, pois a doutrina é firme em sustentar a existência do poder de polícia interfederativo, isto é, aquele em que um dado ente da federação exerce tal poder instrumental em relação a outro ente federativo, como, por exemplo, o dever de repartições federais e estaduais observarem normas de zoneamento e de posturas municipais.

QUESTÃO 17. No que diz respeito ao controle da administração pública pelos tribunais de contas, assinale a opção correta, considerando, no que couber, as jurisprudências do STF, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

a) O TCE/PR firmou o entendimento de que não detém competência para fiscalizar a aplicação dos recursos federais recebidos pelo estado do Paraná e seus municípios mediante transferências especiais decorrentes de emendas individuais impositivas.

b) De acordo com o STF, eventual omissão do gestor em relação a alerta emitido por tribunal de contas sobre o montante da despesa total com pessoal não enseja a aplicação de sanção.

c) Ao aplicar a tese do STF de que o registro do ato de concessão inicial de aposentadoria está sujeito ao prazo de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva corte de contas, a jurisprudência do TCE/PR definiu que a natureza jurídica do referido prazo é prescricional.

d) Na mudança de governo municipal, compete ao prefeito antecessor prestar contas dos recursos federais recebidos durante seu mandato, quando a obrigação ainda não tiver sido cumprida e o prazo para fazê-la tiver vencido no mandato do seu sucessor haja vista as consequências jurídicas pessoais do julgamento das contas, conforme entendimento sumulado do TCU.

e) A instauração e o julgamento das tomadas de contas especiais são competências privativas dos tribunais de contas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** Trata-se de questão referente ao tema controle da administração pública pelos tribunais de contas.

A alternativa A está incorreta, uma vez que, na realidade, o TCE/PR firmou compreensão, em seu Prejulgado 35, no sentido de que "Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná a fiscalização da aplicação dos recursos recebidos mediante transferências especiais, a que alude o art. 166-A, inciso I da Constituição Federal, pelo Estado do Paraná e seus Municípios;".

A alternativa B está correta, porquanto, para que haja aplicação de sanção ao gestor público, é necessário que seja demonstrada a presença de dolo ou culpa por parte de tal gestor, razão pela qual a mera emissão do alerta, por si só, não deve ensejar a imposição de penalidades à respectiva autoridade pública, acaso não haja providências viáveis e imediatas a serem tomadas pelo gestor para fins de contenção das despesas de pessoal.

A alternativa C está incorreta, pois, na verdade, o TCE/PR, em seu Prejulgado n.º 31, estabeleceu se tratar de prazo decadencial, e não prescricional, como erroneamente indicado neste item da questão. No sentido exposto, eis o teor do item III de tal Prejulgado: "O prazo é decadencial de 05 (cinco) anos, não sujeito a interrupções e/ou suspensões, contado da protocolização do feito neste Tribunal;"

A alternativa D está incorreta, tendo em conta que não se coaduna com o teor da Súmula 230 do TCU, *in verbis:* "Compete ao prefeito sucessor apresentar as contas referentes aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente Tomada de Contas Especial, sob pena de co-responsabilidade."

A alternativa E está incorreta, considerando que a instauração de tomada de contas especial não é de competência privativa dos tribunais de contas. Com efeito, a leitura do art. 8º*, caput* e §1º, da Lei 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU) revela se tratar de ato inserido na alçada de outras autoridades administrativas, inclusive do Poder Executivo, *in verbis:* "Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, na forma prevista no inciso VII do art. 5° desta Lei, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano. Não atendido o disposto no *caput* deste artigo, o Tribunal determinará a instauração da tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão."

QUESTÃO 18. Acerca dos meios alternativos de solução de conflitos na administração pública, assinale a opção correta.

a) Nos contratos administrativos, a arbitragem será de direito ou de equidade e observará o princípio da publicidade.

b) No âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná (PGE/PR), cabe ao procurador-geral decidir sobre acordo proposto nos processos judiciais em que o ente público representado pela PGE/PR seja parte ou terceiro interessado habilitado.

c) Dadas sua natureza e missão constitucional, o TCE/PR não dispõe de meio alternativo de solução de controvérsia que o autorize a afastar a aplicação de sanções.

d) Para o emprego dos meios alternativos de solução de controvérsia nos contratos administrativos, é imprescindível a sua previsão anterior no edital da licitação, sob pena de ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

e) A arbitragem é um mecanismo alternativo de solução de conflitos admitido em contrato administrativo oriundo de licitação ou contratação direta, de concessão comum de serviço público, de parceria público-privada e na desapropriação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre os meios alternativos de solução de conflitos na administração pública.

A alternativa A está incorreta, uma vez que agride a norma do art. 152 da Lei 14.133/2021, na linha da qual "A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade."

A alternativa B está incorreta, na medida em que, assim preceitua o art. 2º, IX, do Regimento Interno do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná: "Art. 2.º Compete ao Conselho Superior: (...)IX – deliberar, nos termos definidos em regulamento, sobre propostas de acordo nos processos judiciais em que o ente público, representado pela PGE, for parte ou terceiro interessado habilitado;" Logo, não se cuida de competência do procurador-geral, tal como dito pela Banca, de modo equivocado.

A alternativa C está incorreta. Na verdade, o art. 9º, §5º, da Lei Orgânica do TCE/PR (LC estadual n.º 113/2005) prevê o denominado Termo de Ajustamento de Gestão como mecanismo alternativo para afastar a imposição de sanções. No ponto, confira-se: "O Tribunal de Contas poderá, para adequar os atos e procedimentos dos órgãos ou entidades sujeitos ao seu controle, firmar Termo de Ajustamento de Gestão - TAG, a ser disciplinado em ato normativo próprio, cujo cumprimento permitirá afastar a aplicação de penalidades ou sanções."

A alternativa D está incorreta, visto que assim enuncia o art. 153 da Lei 14.133/2021: "Os contratos poderão ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias." Portanto, se há possibilidade de aditamento do contrato em ordem a prever mecanismos alternativos de solução de conflitos, é evidente que não se faz imprescindível a existência de previsão desde o edital de licitação, ao contrário do que restou sustentado pela Banca na presente afirmativa.

A alternativa E está correta. De fato, a Lei 14.133/2021 contemplou a possibilidade da arbitragem como meio alternativa para solução de conflitos no âmbito de contratos administrativos, como se vê de sua leitura: "Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem." Ademais, semelhantes permissivos legais também podem ser encontrados no bojo da Lei 8.987/95 (concessões e permissões de serviços públicos), em seu art. 23-A), da Lei 11.079 (parcerias público-privadas), conforme seu art. 11, III, e no Decreto-lei 3.365/41 (lei geral de desapropriações), consoante seu art. 10-B. Logo, sem reparos ao teor deste item da questão.

QUESTÃO 19. Faleceu, em janeiro de 2024, um juiz do estado do Paraná com 15 anos de magistratura, deixando como dependentes a ex-esposa e 2 filhos que tivera com ela - um com 12 anos de idade e outro com 10 anos de idade. No processo de divórcio, havia sido estabelecido, em decisão judicial, que o magistrado pagaria 10% e 25% de sua remuneração, a título de alimentos, para sua ex-esposa e seus filhos, respectivamente. A referida verba alimentícia seria paga à ex-esposa por 2 anos, a partir de novembro de 2023, e aos filhos até que cada um completasse 24 anos de idade.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta relativa ao benefício de pensão por morte devido aos dependentes do falecido magistrado.

a) As cotas individuais dos filhos beneficiários serão extintas quando cada um deles completar 24 anos de idade ou, se antes disso, algum for emancipado, salvo se preexistente invalidez ou deficiência do beneficiário antes do fato gerador do benefício.

b) O valor da pensão por morte a que fazem jus os dependentes do falecido magistrado é equivalente ao valor da aposentadoria por incapacidade permanente a que ele teria direito se fosse aposentado por esse motivo.

c) Se o benefício previdenciário em questão tiver sido requerido em até 90 dias desde a data do óbito, então, a partir da data do óbito, o citado benefício passou a ser devido à ex-esposa e aos filhos do falecido juiz.

d) A cota do benefício previdenciário da ex-esposa será paga por um período certo, estipulado com base em um mínimo de contribuições previdenciárias vertidas, no tempo de duração do casamento e na idade da beneficiária.

e) Após a cessação da cota da pensão por morte recebida pela ex-esposa, não haverá reversão desse valor para os demais dependentes, pois a legislação local veda tal reversão quando o número de dependentes remanescentes é igual ou superior a dois.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, de acordo com a banca. Todavia, entendemos que a letra D também está correta.

A questão trata de regras envolvendo a pensão por morte no âmbito do RPPS do Estado do Paraná.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, as cotas individuais dos dois filhos beneficiários da pensão por morte serão extintas quando eles completarem 21 anos de idade (art. 25, III, Lei Complementar Estadual 233/2021).

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirmado na alternativa, o valor da pensão por morte devida aos dependentes do magistrado falecido corresponderá, em regra, a apenas uma fração da aposentadoria por incapacidade permanente a que ele teria direito na data do óbito, ou seja, esse valor não será "equivalente" ao da aposentadoria (art. 19, Lei Complementar Estadual 233/2021).

A alternativa C está correta, de acordo com a banca. Para que o benefício de pensão por morte possa ter efeitos retroativos à data do óbito, a legislação estabelece que ele pode ser requerido no prazo máximo de 180 dias para os filhos menores de 16 anos (e, no caso concreto, os filhos possuíam 12 e 10 anos de idade). Portanto, se ele for requerido em "até 90 dias", conclui-se que ele também terá efeitos retroativos à data do óbito (art. 22, Lei Complementar Estadual 233/2021).

A alternativa D está correta, na nossa visão. De fato, a concessão da pensão por morte ao cônjuge ou companheiro depende do número de contribuições previdenciárias já vertidas pelo falecido, do tempo de duração do casamento (ou união estável, quando for o caso) e, ainda, da idade do cônjuge ou companheiro sobrevivente. Se o falecido não tiver feito dezoito contribuições mensais ou se o casamento ou união estável tiver iniciado menos de 2 anos antes do óbito do instituidor, a pensão por morte terá a duração de apenas 4 meses. Por outro lado, se as dezoito contribuições mensais tiverem sido feitas e o casamento ou união estável tiver perdurado por pelo menos dois anos, a pensão por morte será concedida de acordo com a idade do cônjuge ou companheiro no momento do óbito, podendo ter um prazo que varia de 3 anos até a vitaliciedade (art. 25, VII, Lei Complementar Estadual 233/2021).

A alternativa E está incorreta. Na verdade, a legislação do RPPS do Estado do Paraná veda a reversibilidade das cotas em qualquer situação, e não apenas na hipótese em que o número de dependentes remanescentes seja igual ou superior a dois (art. 19, §2º, Lei Complementar Estadual 233/2021).

QUESTÃO 20. Julgue os seguintes itens, referentes a direito adquirido em matéria previdenciária.

I. O segurado que tiver adquirido o direito à aposentadoria antes da Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019 pode valer-se das regras vigentes antes da promulgação dessa EC para computar tempo de contribuição cumprido posteriormente a ela.

Il. De acordo com a jurisprudência do STF, para fins de percepção de benefício previdenciário, aplica-se a lei vigente ao tempo do cumprimento de todos os requisitos exigidos para tanto.

III. Em razão de a nova legislação ser mais gravosa, apenas os dependentes de segurado que já se aposentou ou que poderia ter-se aposentado antes da EC nº 103/2019 têm direito adquirido aos antigos critérios de cálculo da renda mensal inicial da pensão por morte.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item II está certo.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Apenas os itens II e III estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois apenas o item II está certo. A questão trata de algumas regras envolvendo o direito intertemporal em âmbito previdenciário.

O item I está incorreto. De fato, o segurado que tiver cumprido todos os requisitos para a obtenção de uma aposentadoria antes da promulgação da EC 103/19 poderá obter o seu benefício de acordo com as regras anteriores, por expressa disposição do art. 3º da Emenda em questão. Todavia, o tempo de contribuição cumprido após a publicação da EC 103/19 será obrigatoriamente contado de acordo com as novas regras.

O item II está correto. No âmbito do direito previdenciário, vigora o princípio do *tempus regit actum*, o qual preconiza que os benefícios previdenciários devem ser concedidos de acordo com a legislação vigente na época em que todos os requisitos foram preenchidos (art. 3º, EC 103/19).

O item III está incorreto. Na verdade, a pensão por morte é concedida com base na legislação que estava em vigor no momento do óbito do instituidor da pensão (ou seja, o óbito do segurado falecido), razão pela qual as regras anteriores à publicação da EC 103/19 poderão ser utilizadas para a concessão de pensão por morte em favor dos dependentes dos segurados que já haviam falecido quando a Emenda foi publicada. Isso pode ser visto na Súmula 340 do STJ: "A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado".

QUESTÃO 21. Em relação aos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos servidores públicos, assinale a opção correta.

a) Os notários ou tabeliães, os oficiais de registro ou registradores, os escreventes e os auxiliares, remunerados ou não pelos cofres públicos, poderão ser segurados obrigatórios do RPPS.

b) Nos casos de cessão de servidor segurado de RPPS, o órgão ou a entidade cedente permanecerá responsável pelo desconto das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS de origem.

c) A contribuição da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos RPPS a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo nem superior ao dobro dessa contribuição.

d) O segurado de RPPS que for investido no mandato de vereador não poderá permanecer filiado ao referido RPPS no ente federativo de origem.

e) O servidor estadual com estabilidade excepcional conferida pelo art. 19 do ADCT tem direito à aposentadoria pelo RPPS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de regras gerais envolvendo os RPPS.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, esses trabalhadores são considerados segurados obrigatórios do RGPS, pois, apesar de exercerem uma atividade estatal, não são titulares de cargo público e, portanto, não podem ser vinculados ao RPPS. Isso pode ser visto, por exemplo, no art. 9º, §15, VII, do Decreto 3.048/99: " o notário ou tabelião e o oficial de registros ou registrador, titular de cartório, que detêm a delegação do exercício da atividade notarial e de registro, não remunerados pelos cofres públicos, admitidos a partir de 21 de novembro de 1994".

A alternativa B está incorreta. Nas hipóteses em que o ônus da cessão for transferido ao ente cessionário, ele é que terá a responsabilidade de realizar a retenção da contribuição previdenciária do servidor público em questão, ainda que ele permaneça vinculado ao RPPS de origem. Isso pode ser visto, por exemplo, no art. 42 da Lei Complementar Estadual 233/2021: "Na disposição funcional de servidor com ônus para a origem ou com ônus para a origem mediante ressarcimento, continuará sob a responsabilidade do órgão ou entidade de origem o recolhimento e o repasse, à Paranaprevidência, das contribuições correspondentes à parcela devida pelo segurado ativo e pelo ente federativo".

A alternativa C está correta. Esta alternativa apenas reproduziu a literalidade do art. 2º da Lei 9.717/98, que estabelece normas gerais acerca da organização e do funcionamento dos RPPS de todos os entes federativos. O referido dispositivo estabelece: "A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição".

A alternativa D está incorreta. Na verdade, o servidor público ocupante de cargo efetivo que for investido no mandato de vereador irá permanecer vinculado ao RPPS de origem, por expressa disposição da CF: " Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: V - na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem".

A alternativa E está incorreta. Os servidores que foram estabilizados pelo art. 19 do ADCT não são ocupantes de cargo efetivo, razão pela qual não podem ser vinculados ao RPPS. Isso foi decidido pelo STF no Tema 1.254: " Somente os servidores públicos civis detentores de cargo efetivo (art. 40, CF, na redação dada pela EC 20/98) são vinculados ao regime próprio de previdência social, a excluir os estáveis nos termos do art. 19 do ADCT e os demais servidores admitidos sem concurso público, ressalvadas as aposentadorias e pensões já concedidas ou com requisitos já satisfeitos até a data da publicação da ata de julgamento destes embargos declaratórios".

QUESTÃO 22. Acerca da Paraná Previdência, julgue os próximos itens.

I. A Paraná Previdência é uma instituição sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e natureza de serviço social autônomo para administrativo.

II. Incumbe à Paraná Previdência a gestão dos fundos públicos de natureza previdenciária e do Fundo Militar do Sistema de Proteção Social, constituídos pelo estado do Paraná, integrando os recursos dos citados fundos o patrimônio do órgão gestor, nos termos da lei.

III. Não obstante sua natureza jurídica de direito privado, a Paraná Previdência goza de imunidade recíproca em relação aos impostos municipais e federais, bem como é beneficiária de isenção de tributos estaduais.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está correto. O art. 2º da Lei Estadual 12.398/1998 estabelece claramente que a Paraná Previdência é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos e com natureza jurídica de serviço social autônomo paradministrativo. Inclusive, a constitucionalidade dessa entidade já foi afirmada pelo próprio STF, no âmbito da ADI 1.956.

O item II está incorreto. Na verdade, os recursos dos fundos geridos pela Paraná Previdência são totalmente apartados do patrimônio do órgão gestor. Isso pode ser visto no art. 3º, §2º, da Lei Estadual 17.435/2012: "Os Fundos Públicos de que trata esta Lei ficam sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA e, em hipótese alguma, poderão ser confundidos com os demais recursos estatais e tampouco com o patrimônio próprio do Órgão Gestor".

O item III está correto. Essa imunidade tributária da Paraná Previdência está expressamente prevista no art. 100 da Lei Estadual 12.398/1998: " A PARANAPREVIDÊNCIA goza, nos termos do prescrito pelo Art. 150, inciso VI, alíneas a e c, da Constituição Federal, de imunidade em relação aos impostos federais e municipais, bem assim é beneficiária de isenção dos tributos estaduais".

QUESTÃO 23. A respeito do regime de previdência complementar (RPC) dos servidores públicos, assinale a opção correta.

a) Após a instituição do RPC, o valor das aposentadorias e pensões pagas pelos RPPS a partir de então e daquelas já concedidas aos servidores será limitado ao máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

b) É compulsória adesão ao RPC, quando houver.

c) O ingresso, no RPC, do servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente RPC dar-se-á somente mediante sua prévia e expressa opção.

d) No âmbito da União, dos estados e do Distrito Federal, os RPC serão instituídos por lei de iniciativa dos respectivos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, enquanto, nos municípios, o serão mediante lei de iniciativa do Poder Executivo municipal.

e) É facultativa a criação de RPC pelas entidades federativas que possuam RPPS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de regras gerais envolvendo o Regime de Previdência Complementar (RPC) dos Servidores Públicos.

A alternativa A está incorreta. De fato, a instituição do RPC tem o efeito de limitar ao teto do RGPS o valor das aposentadorias e pensões pagas pelo RPPS, mas isso somente se aplica ao servidor que tiver ingressado no serviço público após a data de publicação do regime em questão, ou, ainda, ao servidor antigo que tiver expressamente optado por aderir ao novo regime (art. 40, §§14 e 16, CF). De todo modo, é certo que as aposentadorias já concedidas não terão o seu valor limitado ao teto do RGPS.

A alternativa B está incorreta. A adesão ao RPC é sempre facultativa, independentemente de se tratar de um RPC específico para os servidores públicos ou não. Com a publicação da EC 103/19, a instituição do RPC passa a ser obrigatória para todos os entes federativos (art. 40, §14, CF), mas a adesão dos servidores é sempre facultativa, pois se trata de um plano que visa fornecer melhores condições de vida ao servidor em sua aposentadoria e, por isso, demanda contribuições adicionais.

A alternativa C está correta. Como já exposto nos comentários da alternativa A, o RPC somente será aplicado, como regra, aos servidores que ingressarem no serviço público após a instituição do referido regime. Todavia, os servidores que já estiverem no serviço público em momento anterior (normalmente chamados de "servidores antigos") também poderão aderir ao RPC, mas desde que o façam de maneira expressa. Isso está no art. 40, §16, da CF: "Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar".

A alternativa D está incorreta. Na verdade, tanto no caso da União quanto no caso dos entes subnacionais, a iniciativa para a propositura do projeto de lei que institui o RPC é do Poder Executivo (art. 40, §14, CF).

A alternativa E está incorreta. Até a publicação da EC 103/19, a criação do RPC era, de fato, facultativa, pois o §14 do art. 40 da CF, com redação dada pela EC 20/98, utilizava a expressão "desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo". Por outro lado, após a EC 103/19, essa criação se tornou obrigatória, pois o referido §14 passou a mencionar que "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo".

QUESTÃO 24. Acerca das modalidades de aposentadoria no âmbito do RPPS do estado do Paraná, assinale a opção correta.

a) O valor do benefício da aposentadoria por incapacidade ou invalidez permanente corresponderá a 100% da média aritmética simples das remunerações adotadas como base para as contribuições ao RPPS, atualizadas monetariamente, correspondentes a todo o período contributivo do segurado desde a competência julho de 1994 ou, se posterior a essa competência, desde o início da contribuição.

b) Para a aposentadoria voluntária por idade, exige-se o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: 62 anos de idade, no caso das mulheres, ou 65 anos de idade, no caso dos homens; 25 anos de tempo de contribuição; 10 anos de efetivo exercício no serviço público; e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

c) O titular do cargo de professor, de policial civil, de policial científico, de agente penitenciário, de agente da polícia cientifica ou de agente de segurança socioeducativo, independentemente do sexo, tem direito à aposentadoria especial aos 55 anos de idade, desde que cumpridos também os requisitos de 30 anos de contribuição e 25 anos de efetivo exercício no cargo.

d) A aposentadoria compulsória do servidor ocupante de cargo efetivo ocorrerá quando ele completar 75 anos de idade, garantidos a ele os proventos integrais.

e) No cálculo dos proventos das modalidades de aposentadoria previstas no RPPS do estado do Paraná, é vedado o aproveitamento de remunerações pagas a título de atrasados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de regras gerais envolvendo a aposentadoria no RPPS do Estado do Paraná.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, como regra geral, o valor da aposentadoria por incapacidade ou invalidez permanente, no Estado do Paraná, corresponde a 60% da média aritmética simples das remunerações adotadas como base para as contribuições ao RPPS, atualizadas monetariamente, correspondentes a todo o período contributivo do segurado desde a competência julho de 1994 ou, se posterior a essa competência, desde o início da contribuição, com acréscimo de 2% para cada ano que exceder o tempo de 20 anos de contribuição (art. 15, *caput* e §1º, Lei Complementar Estadual 233/2021). Esse valor somente será de 100% da média aritmética acima exposta nas hipóteses em que o benefício decorrer de um acidente de trabalho, de uma doença profissional ou de uma doença do trabalho (art. 15, §4º, Lei Complementar Estadual 233/2021).

A alternativa B está correta. Essa alternativa reproduziu, na integralidade, todos os requisitos da aposentadoria voluntária por idade que estão previstos no art. 13 da Lei Complementar Estadual 233/2021: "Os servidores públicos detentores de cargo efetivo serão aposentados voluntariamente, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos: I - 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; II - 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição; III - dez anos de efetivo exercício no serviço público; e IV - cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria".

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa estaria correta se tivesse retirado os professores do rol em questão, pois, de fato, o policial civil, o policial científico, o agente penitenciário, o agente da polícia científica e o agente de segurança socioeducativo têm direito à aposentadoria especial aos 55 anos de idade, desde que contem com 30 anos de contribuição e 25 anos de efetivo exercício em cargo destas carreiras (art. 14, I, Lei Complementar Estadual 233/2021). Por outro lado, os professores têm requisitos diferentes para a aposentadoria, sendo que a idade mínima é de 60 anos para os homens e de 57 anos para as mulheres (art. 14, III, Lei Complementar Estadual 233/2021).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, em caso de aposentadoria compulsória, os proventos garantidos ao servidor público não serão integrais, mas, sim, serão proporcionais ao tempo de contribuição (art. 12, Lei Complementar Estadual 233/2021).

A alternativa E está incorreta. Existe expressa previsão legal determinando que as remunerações pagas a título de atrasados sejam consideradas, desde que tenha ocorrido um efetivo desconto de contribuições previdenciárias. Isso pode ser visto no art. 18 da Lei Complementar Estadual 233/2021: "O cálculo dos proventos deverá considerar as remunerações pagas a título de atrasados, em razão de determinação judicial ou administrativa, sobre os quais ocorreu o efetivo desconto das contribuições previdenciárias".

QUESTÃO 25. Em relação à competência legislativa em matéria previdenciária, aos princípios do direito previdenciário e à gestão da seguridade social, julgue os itens a seguir.

I. Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social, enquanto a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal.

II. Ao ter estabelecido que o benefício do auxílio-reclusão é devido apenas para os dependentes dos segurados de baixa renda, o legislador aplicou o princípio da seletividade dos benefícios e serviços.

III. A Constituição Federal de 1988 prevê que a gestão da seguridade social será tripartite, de caráter democrático e descentralizado, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de normas gerais relativas ao direito previdenciário.

O item I está correto. A CF estabelece claramente que a competência para legislar sobre seguridade social é privativa da União (art. 22, XXIII), enquanto, por outro lado, estabelece que a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal (art. 24, XII).

O item II está correto. O princípio da seletividade é responsável por definir as contingências sociais que serão cobertas pela seguridade social e, ainda, as pessoas que poderão receber cada uma das prestações, com o fim de conciliar o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento com a limitada capacidade financeira do Poder Público de arcar com os custos provenientes da realização das contingências sociais. Além disso, o princípio da seletividade também autoriza que, com base nessa limitação financeira do Poder Público, certas prestações sejam limitadas e concedidas somente para algumas pessoas, como é o caso do auxílio-reclusão, que somente pode ser concedido aos dependentes dos segurados de baixa renda (art. 201, IV, CF).

O item III está incorreto. Na verdade, a CF estabelece expressamente a obrigatoriedade de uma gestão quadripartite da seguridade social (art. 194, CF), com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

QUESTÃO 26. Acerca da previdência social dos agentes públicos, à luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os seguintes itens.

I. Os servidores efetivos, os empregados públicos, os empregados temporários, os ocupantes de cargo em comissão e os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo e dos tribunais de contas poderão aderir ao RPC.

II. É constitucional norma estadual que imponha ao Ministério Público a vinculação ao RPPS do respectivo ente federado.

III. É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício, ainda que estabelecido por lei.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de normas gerais relativas ao direito previdenciário.

O item I está incorreto. Na verdade, os empregados públicos, os empregados temporários e os ocupantes de cargo em comissão não podem aderir ao RPC dos servidores públicos, tendo em vista que a CF expressamente estabelece que eles são destinados aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo (art. 40, §14, CF).

O item II está correto. No ano de 2023, o STF julgou duas ADIs (4.824 e 4.859) nas quais afirmou a constitucionalidade da inclusão dos magistrados e dos membros do Ministério Público no RPPS comum dos servidores públicos. Isso porque o §20 do art. 40 da CF veda a existência de mais de um RPPS em cada ente federativo, de modo que não é possível estabelecer uma segregação entre as categorias de servidores públicos.

O item III está correto. Após a publicação da EC 103/19, existem dois dispositivos constitucionais que expressamente vedam a contagem de tempo de contribuição fictício, tanto no RGPS (art. 201, §14) quanto no RPPS (art. 40, §10).

QUESTÃO 27. Com relação à seletividade aplicável ao ICMS, assinale a opção correta conforme a Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do STF.

a) Caso decida por implementar a seletividade em relação ao ICMS, o legislador estadual terá irrestrita discricionariedade para eleger as alíquotas dos produtos e serviços.

b) A técnica da seletividade do ICMS pressupõe menores alíquotas quanto mais supérfluos forem os bens e serviços.

c) Segundo a jurisprudência do STF, a calibragem das alíquotas do ICMS, quando presente sua seletividade em função da essencialidade da mercadoria ou do serviço, deve considerar exclusivamente a qualidade intrínseca da mercadoria ou do serviço.

d) Aplica-se ao ICMS o mesmo regime constitucional da seletividade aplicado ao IPI, sendo imperativa a observância da técnica quando da instituição daquele imposto estadual.

e) As operações relativas aos combustíveis, ao gás natural, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo são, por força de lei, consideradas essenciais, razão pela qual as alíquotas do ICMS incidente sobre elas não podem ser superiores às aplicáveis às operações em geral..

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o tema Princípio da Seletividade.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 745: "Adotada, pelo legislador estadual, a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de

energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços".

A alternativa B está incorreta pois a seletividade pressupõe alíquotas maiores a produtos não essenciais, conforme art. 155, § 2º, III: "poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços".

A alternativa C está incorreta pois deve-se levar em conta outros elementos além da qualidade intrínseca, conforme entendimento do STF: "1. O dimensionamento do ICMS, quando presente sua seletividade em função da essencialidade da mercadoria ou do serviço, pode levar em conta outros elementos além da qualidade intrínseca da mercadoria ou do serviço. (RE 714139, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 18-12-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-049 DIVULG 14-03-2022 PUBLIC 15-03-2022)"

A alternativa D está incorreta pois a adoção da seletividade é facultativa no ICMS, conforme entendimento do STF: "2. A Constituição Federal não obriga os entes competentes a adotar a seletividade no ICMS. Não obstante, é evidente a preocupação do constituinte de que, uma vez adotada a seletividade, haja a ponderação criteriosa das características intrínsecas do bem ou serviço em razão de sua essencialidade com outros elementos, tais como a capacidade econômica do consumidor final, a destinação do bem ou serviço e, ao cabo, a justiça fiscal, tendente à menor regressividade desse tributo indireto. O estado que adotar a seletividade no ICMS terá de conferir efetividade a esse preceito em sua eficácia positiva, sem deixar de observar, contudo, sua eficácia negativa. (RE 714139, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 18-12-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-049 DIVULG 14-03-2022 PUBLIC 15-03-2022)"

A alternativa E está correta, pois revela o teor do art. 32-A da LC 87/96: "As operações relativas aos combustíveis, ao gás natural, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, para fins de incidência de imposto de que trata esta Lei Complementar, são consideradas operações de bens e serviços essenciais e indispensáveis, que não podem ser tratados como supérfluos".

QUESTÃO 28. A respeito dos princípios tributários a serem observados na concessão e na revogação de benefícios fiscais, consoante a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

a) A revogação, mas não a concessão de benefícios fiscais se sujeita ao princípio da legalidade, contudo as modalidades de anterioridade tributária se aplicam tanto à concessão quanto à revogação desses benefícios, conforme a espécie tributária em questão.

b) A concessão e a revogação de benefícios fiscais estão condicionadas ao princípio da legalidade, mas apenas a revogação deve obedecer às modalidades de anterioridade tributária, conforme a espécie tributária em questão.

c) A concessão e a revogação de benefícios fiscais devem obedecer ao princípio da legalidade, mas ambas prescindem da observância das modalidades de anterioridade tributária.

d) A Concessão e a revogação de benefícios fiscais devem obedecer ao princípio da legalidade e às modalidades de anterioridade tributária, conforme a espécie tributária em questão.

e) A concessão e a revogação de benefícios fiscais estão condicionadas ao princípio da legalidade, mas apenas a concessão deve observar as modalidades de anterioridade tributária, conforme a espécie tributária em questão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda os temas princípios tributários e benefícios fiscais.

A alternativa A está incorreta pois a concessão e revogação (paralelismo das formas) de benefícios fiscais deve observar o princípio da legalidade, conforme art. 150, § 6º, da CF: "Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.". Ademais, a anterioridade não se aplica à concessão de benefício fiscal, uma vez que não houve instituição ou aumento de tributo, conforme prevê tal princípio no art. 150, III, 'b' e 'c', da CF: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

A alternativa B está correta pois a concessão e revogação de benefícios fiscais demanda lei, conforme comentários à alternativa A e apenas a revogação de benefício fiscal, por caracterizar um aumento indireto do tributo, deve observar o princípio da anterioridade, conforme entendimento do STF: "Promovido aumento indireto do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS por meio da revogação de benefício fiscal, surge o dever de observância ao princípio da anterioridade, geral e nonagesimal, constante das alíneas "b" e "c" do inciso III do artigo 150, da Carta. (RE 564225 AgR, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 02-09-2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 17-11-2014 PUBLIC 18-11-2014).

A alternativa C está incorreta pois a revogação de benefício fiscal deve respeitar o princípio da anterioridade, conforme comentários à alternativa B.

A alternativa D está incorreta pois a concessão de benefício fiscal não necessita respeitar o princípio da anterioridade, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa E está incorreta, pois é a revogação de benefício fiscal que deve respeitar o princípio da anterioridade e não a concessão, conforme comentários às alternativas A e B.

QUESTÃO 29. Conforme o Código Tributário Nacional (CTN) e a jurisprudência dos tribunais superiores, no caso de descumprimento de penalidade pecuniária resultante da conversão de obrigação acessória em principal, a constituição do crédito relativo à multa tributária sujeita-se ao lançamento

a) por declaração, sendo de cinco anos o prazo decadencial para a constituição do crédito, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

b) de ofício, sendo de cinco anos o prazo decadencial para a constituição do crédito, contados a partir do fato gerador.

c) de ofício, sendo de cinco anos o prazo decadencial para a constituição do crédito, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

d) por declaração, sendo de cinco anos o prazo decadencial para a constituição do crédito, contados a partir do fato gerador.

e) por homologação, sendo de cinco anos o prazo decadencial para a constituição do crédito, contados a partir do fato gerador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema lançamento.

Conforme entendimento do STJ: "5. Tratando-se de descumprimento de obrigação acessória (penalidade pecuniária), convertida em principal, a constituição do crédito sujeita-se ao lançamento de ofício, na forma do art. 149, incisos II, IV e VI, do CTN, cuja regra a ser observada é a do art. 173, inciso I, do CTN. (EDcl no REsp n. 1.384.832/RN, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 18/3/2014, DJe de 24/3/2014.)"

As alternativas A, B, D e E contrariam o entendimento do STJ, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 30. A respeito dos convênios formalizados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e da concessão de benefícios fiscais de ICMS, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF.

a) Previsão legal que exija unanimidade entre os entes federados representados no CONFAZ para a celebração de convênio concessivo de benefício fiscal conflita com os princípios federativo e democrático.

b) Enquanto não editada lei complementar federal que estabeleça normas gerais do ICMS, é possível a atuação supletiva dos estados por meio de convênio no âmbito do CONFAZ.

c) A antecipação do ICMS com substituição tributária prescinde de lei estadual em sentido estrito, podendo ser veiculada por meio de convênio, desde que esteja de acordo com a lei complementar federal.

d) Para a revogação dos benefícios de ICMS no âmbito do CONFAZ, não se exige unanimidade de votos dos estados.

e) A formalização de convênio no âmbito do CONFAZ é impositiva para os estados aderentes e constitui condição suficiente para que benefício fiscal de ICMS passe a valer no âmbito desses entes federados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema benefício fiscal de ICMS.

A alternativa A está incorreta pois não há afronta aos princípios federativo e democrático, conforme entendimento do STF: "EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. § 2º DO ART. 2º E ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR N. 24/75. NORMAS ANTERIORES À CONSTITUIÇÃO DE 1988. CABIMENTO DA ADPF. ICMS. EXIGÊNCIA DE UNANIMIDADE ENTRE OS ENTES FEDERADOS REPRESENTADOS NO CONFAZ PARA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO CONCESSIVO DE BENEFÍCIO FISCAL. RATIFICAÇÃO POSTERIOR DO ACORDO POR DECRETO LOCAL. EFETIVIDADE DO DISPOSTO NA AL. G DO INC. XII DO § 2º DO ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. RECEPÇÃO DAS NORMAS IMPUGNADAS PELO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL VIGENTE. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO FEDERATIVO E DEMOCRÁTICO. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL JULGADA IMPROCEDENTE. (ADPF 198, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-243 DIVULG 05-10-2020 PUBLIC 06-10-2020)"

A alternativa B está incorreta pois não é viável essa atuação supletiva na ausência de Lei Complementar, conforme entendimento do STF: "EMENTA: TRANSPORTE AÉREO. ICMS. Dada a gênese do novo ICMS na Constituição de 1988, tem-se que sua exigência no caso dos transportes aéreos configura nova hipótese de incidência tributária, dependente de norma complementar à própria carta, e insuscetível, à luz de princípios e garantias essenciais daquela, de ser inventada, mediante convênio, por um colegiado de demissíveis ad nutum. Procedência da ação direta com que o Procurador-Geral da República atacou o regramento convenial da exigência do ICMS no caso dos transportes aéreos. (ADI 1089, Relator(a): FRANCISCO REZEK, Tribunal Pleno, julgado em 29-05-1996, DJ 27-06-1997 PP-30224 EMENT VOL-01875-02 PP-00220)"

A alternativa C está incorreta pois é necessária lei estadual, conforme entendimento do STF: "1. A antecipação do ICMS com substituição tributária deve se harmonizar com a lei complementar federal que dispõe sobre a matéria (Tema nº 456, RE nº 598.677/RS, de minha relatoria, DJe de 5/5/21). É imprescindível, ademais, que a instituição dessa substituição tributária seja feita por meio de lei estadual em sentido estrito, com densidade normativa (ADI nº 4.281/SP, redatora do acórdão a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 18/12/20). (ADI 6144, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 03-08-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-176 DIVULG 02-09-2021 PUBLIC 03-09-2021).

A alternativa D está correta pois estampa a inteligência do art. 2º, § 2º, da LC 24/75: "A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes".

A alternativa E está incorreta pois a formalização do Convênio é autorizativa, devendo ser internalizado por lei, conforme entendimento do STF: "2. Versando o convênio ICMS interestadual autorizativo sobre matéria em relação à qual se exige, ainda, disciplina em lei estadual em sentido estrito, deve ele ser submetido às respectivas Casas Legislativas. Nessa direção, vide: ADI nº 5.929/DF, Tribunal Pleno, Rel.

Min. Edson Fachin, DJe de 6/3/20. (ADI 6144, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 03-08-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-176 DIVULG 02-09-2021 PUBLIC 03-09-2021).

QUESTÃO 31. Em relação aos crimes contra a ordem tributária, ao compartilhamento de dados bancários e fiscais e à representação fiscal para fins penais, julgue os próximos itens, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

I. Nos casos de crimes de sonegação fiscal, não se admite o recebimento da denúncia penal enquanto estiver pendente o efeito preclusivo, da decisão definitiva em processo administrativo.

II. Em se tratando de crime material contra a ordem tributária, o pagamento do débito tributário, a qualquer tempo, inclusive após o trânsito em julgado da sentença condenatória, é causa de extinção da punibilidade.

III. Prescinde de autorização prévia judicial o compartilhamento com o Ministério Público, para fins penais, de dados bancários e fiscais de contribuinte obtidos no âmbito da atividade fiscalizatória do fisco.

IV. Segundo a jurisprudência do STF, o crime de apropriação indébita previdenciária é de natureza formal, razão pela qual o parcelamento dos débitos cobrados não implica a suspensão do processo penal em curso.

Estão certos apenas os itens

a) l e lll.

b) l e IV.

c) II e IV.

d) I, ll e lll.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema crimes contra a ordem tributária.

O item I está correto conforme Súmula Vinculante 24: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo".

O item II está correto conforme entendimento do STJ: "2. Não há como se interpretar o referido dispositivo legal de outro modo, senão considerando que o pagamento do tributo, a qualquer tempo, até mesmo após o advento do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, é causa de extinção da

punibilidade do acusado. 3. Como o édito condenatório foi alcançado pelo trânsito em julgado sem qualquer mácula, os efeitos do reconhecimento da extinção da punibilidade por causa que é superveniente ao aludido marco devem ser equiparados aos da prescrição da pretensão executória. (STJ - HC: 362478 SP 2016/0182386-0, Relator: Ministro JORGE MUSSI, Data de Julgamento: 14/09/2017, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/09/2017)"

O item III está correto conforme tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral 990: "I - É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil, que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional; II - O compartilhamento pela UIF e pela RFB, referente ao item anterior, deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios."

O item IV está incorreto, pois o crime de apropriação indébita previdenciária é de natureza material, conforme tese fixada pelo STJ no Tema Repetitivo 1166: "O crime de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A, § 1.º, inciso I, do Código Penal, possui natureza de delito material, que só se consuma com a constituição definitiva, na via administrativa, do crédito tributário, consoante o disposto na Súmula Vinculante n. 24 do Supremo Tribunal Federal".

QUESTÃO 32. A respeito do IPVA, julgue os itens a seguir com base na CF, observadas as alterações implementadas pela Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, na Lei nº 14.260/2003 do estado do Paraná e na jurisprudência do STF.

I. Segundo a jurisprudência do STF, a cobrança do IPVA deve ser realizada pelo estado onde o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário, ainda que o veículo esteja licenciado em outro estado.

II. A EC nº 132/2023 ratificou o entendimento atual do STF do autorizar expressamente a incidência do IPVA sobre aeronaves e embarcações.

III. Conforme a Lei estadual nº 14.260/2003, no caso de veículo automotor seminovo transferido de outra unidade federada, o fato gerador do IPVA ocorrerá no primeiro dia do ano subsequente.

IV. A fixação, pelos estados, de alíquotas diferenciadas do IPVA não contempla aspectos relativos ao impacto ambiental resultante do uso do veículo automotor, uma vez que, para esse fim, a EC nº 132/2023 estabeleceu o imposto seletivo.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**A questão aborda o tema IPVA.

O item I está correto, conforme tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 708: "A Constituição autoriza a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) somente pelo Estado em que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário".

O item II está incorreto, pois o STF não admitia a tributação de aeronaves e embarcações pelo IPVA: "EMENTA: IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (CF, art. 155, III; CF 69, art. 23, III e § 13, cf. EC 27/85): campo de incidência que não inclui embarcações e aeronaves. (RE 134509, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 29-05-2002, DJ 13-09-2002 PP-00064 EMENT VOL-02082-02 PP-00364)".

O item III está correto, conforme art. 2º, § 2º, b, da Lei Estadual nº 14.260/2003: "§ 2º - Considera-se ocorrido o fato gerador, tratando-se de veículo automotor usado: b) transferido de outra unidade federada, no primeiro dia do ano subsequente".

O item IV está incorreto, conforme art. 155, § 6º, II, da CF: "§ 6º O imposto previsto no inciso III: II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental;".

QUESTÃO 33. A EC nº 132/2023 introduziu, expressamente, como diretrizes a serem observadas pelos tributos em geral

a) a transparência e a capacidade econômica do contribuinte.

b) a neutralidade e a defesa do meio ambiente.

c) a capacidade econômica do contribuinte e a justiça tributária.

d) a neutralidade e a atenuação dos efeitos regressivos da tributação.

e) a simplicidade e a atenuação dos efeitos regressivos da tributação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o tema reforma tributária.

A alternativa A está incorreta pois o princípio da capacidade econômica do contribuinte, previsto no art. 145, § 1º, da CF, já constava da redação original da Constituição: "§ 1º Sempre que possível, os impostos

terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte".

A alternativa B está incorreta pois o princípio da neutralidade é aplicável ao IBS e não a todos os tributos, conforme art. 156-A, § 1º, da CF: "O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte".

A alternativa C está incorreta pois o princípio da capacidade econômica do contribuinte, previsto no art. 145, § 1º, da CF, já constava da redação original da Constituição, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta pois o princípio da neutralidade é aplicável ao IBS e não a todos os tributos, conforme comentários à alternativa B.

A alternativa E está correta, conforme art. 145, §§ 3º e 4º da CF: "§ 3º O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023) § 4º As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)".

QUESTÃO 34. Considerando a Reforma Tributária do Consumo, implementada mediante a EC nº 132/2023, assinale a opção correta.

a) A EC nº 132/2023 disciplina a extinção futura do ICMS, do ISS, do IPI e do PIS/COFINS.

b) A EC nº 132/2023 determina que os novos tributos inseridos no Sistema Tributário Nacional sejam obrigatoriamente objeto de recolhimento unificado no âmbito do Simples Nacional.

c) Em matéria de imunidades, a Reforma Tributária do Consumo estabeleceu prescrições diversas para o IBS e para a CBS.

d) A EC nº 132/2023 introduziu no Sistema Tributário Nacional dois novos impostos com o mesmo perfil jurídico: o imposto sobre bens e serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios; e a contribuição social sobre bens e serviços (CBS), de competência exclusiva da União.

e) Não se admite a concessão de benefícios fiscais em relação à CBS e ao IBS, ressalvados os incentivos que estejam expressamente previstos no texto constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o tema reforma tributária.

A alternativa A está incorreta pois o IPI não será extinto pela reforma tributária, conforme art. 126 do ADCT: "III - o imposto previsto no art. 153, IV, da Constituição Federal: a) terá suas alíquotas reduzidas

a zero, exceto em relação aos produtos que tenham industrialização incentivada na Zona Franca de Manaus, conforme critérios estabelecidos em lei complementar; e b) não incidirá de forma cumulativa com o imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal".

A alternativa B está incorreta pois é facultado apurar e recolher o IBS e a CBS de forma apartada, conforme art. 146, § 2º, da CF: "É facultado ao optante pelo regime único de que trata o § 1º apurar e recolher os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, nos termos estabelecidos nesses artigos, hipótese em que as parcelas a eles relativas não serão cobradas pelo regime único".

A alternativa C está incorreta pois o IBS e a CBS observarão as mesmas regras referentes a imunidades, conforme art. 149-B da CF: "Os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, observarão as mesmas regras em relação a: II - imunidades;"

A alternativa D está incorreta pois a Contribuição Social sobre Bens e Serviços não é um imposto, como a própria nomenclatura permite concluir.

A alternativa E está correta conforme arts. 156-A, §1º, da CF "O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte: X - não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas nesta Constituição" c/c art. 195, § 16, da CF: "Aplica-se à contribuição prevista no inciso V do caput o disposto no art. 156-A, § 1º, I a VI, VIII, X a XIII, § 3º, § 5º, II a VI e IX, e §§ 6º a 11 e 13".

QUESTÃO 35. Com relação ao processo administrativo fiscal no estado do Paraná, consoante a Lei estadual nº 18.877/2016, assinale a opção correta.

a) As decisões proferidas no âmbito de processo administrativo fiscal devem observar todos os pronunciamentos do STF e do STJ.

b) O envio das certidões de dívida ativa para a formalização do protesto ou ajuizamento da ação executiva pressupõe a notificação do sujeito passivo, ainda que este já tenha sido intimado por ocasião da decisão final proferida no processo administrativo.

c) A jurisprudência do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF) poderá ser sumulada, por proposta do presidente desse órgão, desde que aprovada pela Secretaria de Estado da Fazenda, sendo prescindível a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná.

d) O pedido de esclarecimento, cuja disciplina se assemelha à dos embargos de declaração do processo civil, poderá ser interposto ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF) uma única vez.

e) Pedido de revisão de decisão proferida em primeira instância é cabível e deve ser dirigido à autoridade responsável pelo pronunciamento de tal decisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema legislação local.

A alternativa A está incorreta pois não serão todos os pronunciamentos dos Tribunais Superiores que deverão ser observados, conforme art. 42 da Lei: " As decisões proferidas em processo administrativo fiscal observarão o entendimento consolidado: I - em súmula do STF, do Superior Tribunal de Justiça – STJ ou do próprio CCRF; II - em acórdão proferido pelo STF ou pelo STJ em julgamento de recursos repetitivos de que trata o art. 1.036 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil - CPC; III - em incidente de resolução de demandas repetitivas de que trata o art. 976 do CPC."

A alternativa B está incorreta pois, em caso de anterior comunicação, não é necessária intimação do encaminhamento da CDA para protesto ou ajuizamento de execução, conforme art. 43 da Lei: "As decisões são finais e irreformáveis, na esfera administrativa, quando delas não mais couber recurso ou se esgotarem os prazos para tal procedimento, observando-se que: I - após decorrido o prazo para reclamações e recursos, as decisões finais favoráveis ao Estado serão executadas mediante intimação do autuado para, no prazo de trinta dias, cumprir a obrigação, sob pena de inscrição do crédito tributário em dívida ativa; II - o encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva ou para protesto far-se-á independentemente da nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista no inciso I deste artigo".

A alternativa C está incorreta pois é necessária a manifestação da PGE, conforme art. 64, § 4º, da Lei: "A aprovação das propostas de súmula pelo Secretário de Estado da Fazenda dependerá de prévia manifestação favorável da PGE".

A alternativa D está correta conforme art. 53, parágrafo único, da Lei: "O pedido de esclarecimento poderá ser protocolizado uma única vez, quando o acórdão contiver obscuridade, omissão ou contradição entre a decisão e os seus fundamentos, ou for omitido ponto sobre o qual os julgadores deveriam se pronunciar, interrompendo os prazos para a interposição dos recursos cabíveis, observado o disposto no Regimento do CCRF".

A alternativa E está incorreta pois o pedido de revisão é dirigido ao Presidente do CCRF, conforme art. 62, § 1º, da Lei: "O recurso de revisão, dirigido ao Presidente do CCRF, será interposto por petição contendo o nome e a qualificação do recorrente, a identificação do processo, o pedido de nova decisão, com os respectivos fundamentos, e, quando for o caso, a transcrição da decisão paradigmática, bem como a demonstração precisa da divergência, na forma estabelecida na legislação".

QUESTÃO 36. A respeito da penhora sobre o faturamento segundo a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

a) A penhora sobre o faturamento empresarial não poderá ocorrer sem a observância da ordem de classificação estabelecida em lei.

b) Admite-se a penhora sobre o faturamento ainda que os bens já penhorados não sejam de difícil alienação.

c) A penhora sobre o faturamento é equiparada à penhora em dinheiro.

d) A autoridade judicial pode aplicar em abstrato o princípio da menor onerosidade quando entender incabível a penhora sobre o faturamento.

e) A penhora sobre o faturamento, em atenção ao princípio da preservação da empresa, deve ser a ultima ratio, somente podendo ser realizada após a comprovação do esgotamento das diligências para localização de bens.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda o tema penhora.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada pelo STJ no tema repetitivo 769: "(...) a constrição judicial sobre o faturamento empresarial poderá ocorrer sem a observância da ordem de classificação estabelecida em lei, se a autoridade judicial, conforme as circunstâncias do caso concreto, assim o entender (art. 835, § 1º, do CPC/2015), justificando-a por decisão devidamente fundamentada".

A alternativa B está correta pois vai ao encontro da tese fixada pelo STJ no tema repetitivo 769: "No regime do CPC/2015, a penhora de faturamento, listada em décimo lugar na ordem preferencial de bens passíveis de constrição judicial, poderá ser deferida após a demonstração da inexistência dos bens classificados em posição superior, ou, alternativamente, se houver constatação, pelo juiz, de que tais bens são de difícil alienação".

A alternativa C está incorreta pois contraria tese fixada pelo STJ no tema repetitivo 769: "III - A penhora de faturamento não pode ser equiparada à constrição sobre dinheiro".

A alternativa D está incorreta pois contraria tese fixada pelo STJ no tema repetitivo 769: "IV - Na aplicação do princípio da menor onerosidade (art. 805, parágrafo único, do CPC/2015; art. 620 do CPC/1973): (...) b) a decisão deve se reportar aos elementos probatórios concretos trazidos pelo devedor, não sendo lícito à autoridade judicial empregar o referido princípio em abstrato ou com base em simples alegações genéricas do executado".

A alternativa E está incorreta pois contraria tese fixada pelo STJ no tema repetitivo 769: "I - A necessidade de esgotamento das diligências como requisito para a penhora de faturamento foi afastada após a reforma do CPC/1973 pela Lei 11.382/2006".

QUESTÃO 37. Com base no Código de Defesa do Contribuinte do Estado do Paraná (Lei Complementar estadual nº 107/2005), assinale a opção correta.

a) A cobrança extrajudicial de tributos admite medidas coercitivas, como a interdição de estabelecimentos.

b) Uma vez inscrito em dívida ativa o crédito tributário, ainda que não tenha havido a intimação judicial da cobrança, não será possível ao contribuinte obter certidão positiva com efeitos de negativa.

c) A autuação do contribuinte independe da análise de eventual defesa prévia apresentada.

d) Para fins do disposto no referido código, um tributo é economicamente eficiente quando observa a neutralidade.

e) A antecipação do prazo para recolhimento de tributo pode ser realizada por ato infralegal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema legislação local.

A alternativa A está incorreta pois contraria o art. 11 da Lei: "É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte regularmente inscrito, tais como a interdição de estabelecimento, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais".

A alternativa B está incorreta pois contraria o art. 20, § 1º, da Lei: "Será concedida certidão positiva com efeito de negativa no período que medeia a inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa e a intimação da ação judicial de cobrança".

A alternativa C está incorreta pois contraria o art. 22 da Lei: "A atuação do contribuinte, exceto no caso de infrações verificadas por ocasião do transporte de mercadorias ou de configuração instantânea, dependente da análise de sua defesa prévia, apresentada em 10 (dez) dias a contar da intimação".

A alternativa D está correta conforme art. 2º, § 1º, da Lei: "Considera-se economicamente eficiente o tributo que não interfere com a correta alocação de recursos produtivos da sociedade".

A alternativa E está incorreta pois contraria o art. 5º da Lei: "Somente a lei, observado o princípio da anterioridade, pode estabelecer a antecipação do prazo para recolhimento do tributo".

QUESTÃO 38. A respeito dos mecanismos e dos limites relativos ao ajuizamento seletivo das execuções fiscais para o incremento de cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do estado do Paraná e de suas autarquias e fundações públicas, julgue os seguintes itens à luz da Lei estadual nº 18.292/2014.

I. Para fins de ajuizamento seletivo das execuções fiscais, a referida lei estadual estabelece patamares diferenciados para os tipos de impostos estaduais.

II. Os limites relativos ao ajuizamento seletivo das execuções fiscais podem ser alterados por ato do Poder Executivo estadual, ao passo que ato do procurador-geral do estado pode estabelecer situações em que sejam executados valores inferiores àqueles limites.

III. No período compreendido entre a remessa da certidão de dívida ativa (CDA) para o tabelionato de protesto de títulos e a lavratura do protesto extrajudicial, ainda será possível o parcelamento ou qualquer requerimento de retificação do valor do débito.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema legislação local.

O item I está correto, conforme art. 2º da Lei: "Art. 2º Não estão sujeitos a processo de execução fiscal, ressalvado o disposto no § 6º deste artigo, créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa do Estado, das autarquias e das fundações públicas, cujo valor consolidado, na data do encaminhamento, seja igual ou inferior aos seguintes limites: I **-** para créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, o valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); II **-** para créditos tributários relativos a Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, o valor de R$10.000,00 (dez mil reais); III - para créditos tributários relativos a Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); IV - para créditos tributários relativos a taxas, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); V - para créditos relativos a multas não tributárias, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); VI - para os demais créditos, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

O item II está correto, conforme art. 2º, §§ 6º e 7º da Lei: "§ 6º Ato do Procurador-Geral do Estado estabelecerá as hipóteses em que o Estado executará créditos tributários e não tributários em valores inferiores aos discriminados neste artigo. § 7º Os limites de ajuizamento poderão ser alterados por ato do Poder Executivo, observados os critérios de eficiência administrativa e custos de administração e cobrança".

O item III está incorreto, conforme art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei: "§ 1º Da remessa da Certidão de Dívida Ativa até a lavratura do protesto extrajudicial, o pagamento ocorrerá exclusivamente junto ao respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos, nos termos da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. § 2º No período a que se refere o § 1º deste artigo, não será admitido o parcelamento e o reparcelamento da dívida ou qualquer requerimento de retificação do valor do débito pelo devedor".

QUESTÃO 39. Acerca da cobrança do crédito tributário, em observância à jurisprudência do STJ relativa às situações de falência e sucessão empresarial, assinale a opção correta.

a) Não se admite o manejo de execução fiscal em desfavor da massa falida, razão pela qual, se a falência tiver sido decretada previamente ao ajuizamento do feito executivo, este deverá ser extinto.

b) É cabível o redirecionamento da execução fiscal em desfavor da empresa sucessora para a cobrança de débitos tributários relativos a fatos geradores corridos posteriormente à incorporação da sucedida e lançados em nome desta última, estando dispensada a modificação da CDA se a incorporação empresarial não tiver sido comunicada ao fisco.

c) Nos casos de execução fiscal ajuizada contra pessoa jurídica cuja falência tenha sido decretada antes da propositura do feito executivo, a fazenda pública deve pedir o redirecionamento da ação contra a massa falida, sendo prescindível a alteração da CDA.

d) Nos casos de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora é ampla, abrangendo, além dos tributos, as multas moratórias punitivas, sendo legítimo o redirecionamento, em desfavor da sucessora, da execução fiscal ajuizada originariamente contra a sucedida relativamente a fatos geradores ocorridos após a incorporação empresarial, independentemente de ter havido ou não a prévia comunicação dessa operação ao fisco.

e) Não é cabível a retificação do polo passivo da execução fiscal para fazer constar a informação de que a executada se encontra em estado falimentar, nos casos em que a falência tenha sido decretada antes do ajuizamento do feito executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B,** conforme tese fixada pelo STJ no Tema Repetitivo 1049: "A execução fiscal pode ser redirecionada em desfavor da empresa sucessora para cobrança de crédito tributário relativo a fato gerador ocorrido posteriormente à incorporação empresarial e ainda lançado em nome da sucedida, sem a necessidade de modificação da Certidão de Dívida Ativa, quando verificado que esse negócio jurídico não foi informado oportunamente ao fisco".

A questão aborda os temas execução fiscal e falência e recuperação judicial.

As alternativas A, C, D e E não se amoldam à tese fixada, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 40. No que concerne à medida cautelar fiscal conforme o disposto na Lei nº 8.397/1992, assinale a opção correta.

a) A medida cautelar fiscal decretada poderá ser substituída, a qualquer tempo, pela prestação de garantia correspondente ao valor da prestação da fazenda pública.

b) A medida cautelar fiscal somente pode ser utilizada para a cobrança de créditos tributários.

c) Não se admite a concessão liminar da medida cautelar fiscal sem justificação prévia e prestação de caução pela fazenda pública.

d) O procedimento cautelar fiscal deve ser instaurado antes da deflagração da execução judicial da dívida que se busca cobrar.

e) A decretação da medida cautelar fiscal tem como efeito imediato a penhora dos bens do executado, até o limite da satisfação da obrigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema medida cautelar fiscal.

A alternativa A está correta conforme art. 10 da Lei nº 8.397/1992: "A medida cautelar fiscal decretada poderá ser substituída, a qualquer tempo, pela prestação de garantia correspondente ao valor da prestação da Fazenda Pública, na forma do art. 9º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980".

A alternativa B está incorreta conforme art. 2º da Lei nº 8.397/1992: "A medida cautelar fiscal poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor".

A alternativa C está incorreta conforme art. 7º da Lei nº 8.397/1992: "O Juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal, dispensada a Fazenda Pública de justificação prévia e de prestação de caução".

A alternativa D está incorreta conforme art. 1º da Lei nº 8.397/1992: "O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias".

A alternativa E está incorreta conforme art. 4º da Lei nº 8.397/1992: "A decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação".

QUESTÃO 41. Julgue os itens a seguir de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores acerca do uso de mandado de segurança em matéria tributária.

I. O mandado de segurança é via adequada para que o contribuinte obtenha a declaração do direito à compensação tributária, que poderá alcançar até mesmo tributos pagos indevidamente antes da impetração.

II. A impetração do mandado de segurança interrompe o prazo prescricional para o ajuizamento da ação de repetição de indébito.

III. O mandado de segurança é instrumento apto a gerar o direito à restituição administrativa de valor indevidamente pago a título de tributos.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Apenas os itens II e III estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema mandado de segurança.

O item I está correto, conforme entendimento do STJ: "A possibilidade de a sentença mandamental declarar o direito à compensação (ou creditamento), nos termos da Súmula 213/STJ, de créditos ainda não atingidos pela prescrição não implica concessão de efeitos patrimoniais pretéritos à impetração. O referido provimento mandamental, de natureza declaratória, tem efeitos exclusivamente prospectivos, autorizando a realização do encontro de contas apenas a partir de sua prolação. STJ. 1ª Turma. AgRg no REsp 1365189/SC, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 08/04/2014".

O item II está correto, conforme entendimento do STJ: "II - Há jurisprudência consolidada neste STJ no sentido de que a impetração de mandado de segurança interrompe o prazo prescricional em relação à ação de repetição do indébito tributário, de modo que somente a partir do trânsito em julgado do mandamus inicia a contagem do prazo em relação à ação ordinária para a cobrança dos créditos recolhidos indevidamente. (STJ - REsp: 1803271 PR 2019/0063623-4, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 06/04/2021, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/04/2021)"

O item III está incorreto, pois deve ser feito mediante precatório, conforme tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral 1262: "Não se mostra admissível a restituição administrativa do indébito reconhecido na via judicial, sendo indispensável a observância do regime constitucional de precatórios, nos termos do art. 100 da Constituição Federal".

QUESTÃO 42. A respeito da transação tributária no estado do Paraná, conforme a Lei estadual nº 21.860/2023, assinale a opção correta.

a) A transação tributária implica a novação dos créditos contemplados pela negociação, razão pela qual não é cabível a restituição de importâncias pagas ou incluídas em parcelamentos anteriormente pactuados.

b) A formalização da transação tributária suspende a exigibilidade dos créditos tributários por ela abrangidos.

c) Nos casos de transação de créditos de natureza tributária, a expedição de edital de transação por adesão deve ser precedida de manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda.

d) A proposta de classificação de créditos tributários conforme a possibilidade de recuperação deve ser elaborada pela Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, que a encaminhará à Secretaria de Estado da Fazenda.

e) A transação tributária não alcança créditos tributários não inscritos em dívida ativa que sejam objeto de ação judicial ainda pendente de julgamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o tema legislação local.

A alternativa A está incorreta pois contraria o art. 9º, § 3º, da Lei: "A transação não implica novação dos créditos por ela abrangidos".

A alternativa B está incorreta pois contraria o art. 8º da Lei: "A proposta e a formalização da transação não suspendem a exigibilidade dos créditos por ela abrangidos nem o andamento das respectivas ações judiciais".

A alternativa C está correta conforme art. 17, § 4º, da Lei: "No caso de transação de créditos de natureza tributária, a expedição do edital será precedida de manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda".

A alternativa D está incorreta pois contraria o art. 22 da Lei: "A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de sessenta dias, contados da publicação desta Lei, enviará à Procuradoria-Geral do Estado proposta de classificação dos créditos conforme a possibilidade de sua recuperação".

A alternativa E está incorreta pois contraria o art. 1º, parágrafo único, da Lei: "Aplica-se o disposto nesta Lei, ressalvado o disposto no art. 33: (...) II - aos créditos tributários não inscritos em dívida ativa, desde que sejam objeto de ação judicial, pendente de julgamento definitivo".

QUESTÃO 43. Considerando as normas constitucionais aplicáveis ao direito financeiro e ao orçamento público, assinale a opção correta.

a) Cabe a comissão permanente do Senado Federal examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República.

b) A instituição de fundos públicos de natureza contábil não depende de prévia autorização legislativa.

c) Cabe à lei ordinária dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA).

d) Relatório resumido da execução orçamentária deve ser publicado pelo Poder Executivo após o encerramento de cada trimestre.

e) A execução das programações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares individuais não será obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o tema finanças públicas na Constituição.

A alternativa A está incorreta pois cabe ao Tribunal de Contas da União tal função, conforme art. 71 da CF: "O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento".

A alternativa B está incorreta pois é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza sem autorização legislativa, conforme art. 167 da CF: "São vedados: IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

A alternativa C está incorreta pois cabe a lei complementar dispor sobre tais matérias, conforme art. 165, § 9º, da CF: "Cabe à lei complementar: I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual".

A alternativa D está incorreta conforme art. 165, § 3º, da CF: "O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária".

A alternativa E está correta conforme art. 166, § 13, da CF: "As programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica".

QUESTÃO 44. Conforme prevê a Lei nº 4.595/1964, o capital inicial das instituições financeiras públicas deve ser realizado em

a) moeda corrente, sempre.

b) títulos do Banco Central do Brasil, sempre.

c) moeda corrente ou títulos públicos.

d) títulos do Banco Central do Brasil ou créditos orçamentários.

e) títulos públicos, sempre.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda o tema Sistema Financeiro Nacional.

Conforme art. 26 da Lei nº 4.595/1964: "O capital inicial das instituições financeiras públicas e privadas será sempre realizado em moeda corrente".

As alternativas B, C, D e E contrariam o art. 26 da Lei nº 4.595/1964, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 45. De acordo com as normas gerais de direito financeiro estabelecidas na Lei nº 4.320/1964, as dotações destinadas à aquisição de bens de capital já em utilização devem ser classificadas como

a) A despesas de custeio.

b) subvenções econômicas.

c) investimentos.

d) inversões financeiras.

e) transferências de capital.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema classificação das despesas.

Conforme art. 12, § 5º, da Lei nº 4.320/1964: "Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização".

As alternativas A, B, C e E contrariam o art. 12, § 5º, da Lei nº 4.320/1964, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 46. O último relatório periódico de acompanhamento das metas fiscais do Poder Executivo indicou que a realização da receita orçamentária poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no anexo de metas fiscais.

Nessa situação hipotética, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Poder Executivo observando a LDO deverá

a) encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei que preveja o aumento da arrecadação tributária.

b) promover, por ato próprio, a redução de subsídios financeiros e tributários.

c) encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei que preveja a limitação de empenho e movimentação financeira.

d) promover, por ato próprio, a limitação de empenho e movimentação financeira.

e) promover o corte de despesas discricionárias, por ato próprio ou por emenda ao orçamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema classificação execução orçamentária.

Conforme art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias".

As alternativas A, B, C e E contrariam o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 47. De acordo com a LRF, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe, para o poder público, uma obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios é considerada uma despesa

a) discricionária.

b) de capital.

c) financeira.

d) obrigatória de caráter continuado.

e) não continuada de caráter obrigatório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**A questão aborda o tema classificação das despesas.

Conforme art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios".

As alternativas A, B, C e E contrariam o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 48. Determinado governo estadual executou um projeto destinado a ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito, o qual abrangeu despesas de vigilância em saúde, de capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e de obras de infraestrutura realizadas para beneficiar diretamente a rede de saúde.

Na situação hipotética apresentada, observados os demais requisitos previstos na Lei Complementar federal nº 141/2012, poderão ser consideradas no valor mínimo a ser aplicado anualmente em ações e serviços públicos de saúde

a) todas as despesas mencionadas.

b) apenas as despesas de capacitação de pessoal.

c) apenas as despesas de vigilância em saúde.

d) apenas as despesas de capacitação de pessoal e de vigilância em saúde.

e) apenas as despesas de capacitação de pessoal e de obras de infraestrutura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o tema despesas públicas.

A alternativa A está incorreta pois as obras de infraestrutura não são contabilizadas como gastos com saúde, conforme art. 4º da LC 141/2012: "Não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que trata esta Lei Complementar, aquelas decorrentes de: IX - obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde; e".

A alternativa B está incorreta pois as despesas de vigilância em saúde também serão contabilizadas, conforme art. 3º da LC 141/2012: "Observadas as disposições do art. 200 da Constituição Federal, do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e do art. 2º desta Lei Complementar, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a: I - vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;"

A alternativa C está incorreta pois as despesas de capacitação de pessoal também serão contabilizadas, conforme art. 3º da LC 141/2012: "Observadas as disposições do art. 200 da Constituição Federal, do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e do art. 2º desta Lei Complementar, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a: III - capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);"

A alternativa D está correta, conforme comentários às alternativas A, B e C.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários às alternativas A, B e C.

QUESTÃO 49. Segundo a Lei estadual nº 17.082/2012, que regulamenta o acordo direto de precatórios no estado do Paraná, para ingressarem na primeira rodada de conciliação, os interessados devem apresentar requerimento à Câmara de Conciliação de Precatórios. Nesse contexto, o primeiro critério para definir a ordem de apreciação dos pedidos será

a) o maior valor percentual da parcela postergada.

b) o maior valor do débito total parcelado, somados todos os termos de acordo de parcelamento objeto do pedido de acordo direto do mesmo interessado, considerado o CNPJ da matriz.

c) o valor do deságio, dando-se prioridade às ofertas com o maior valor nominal.

d) a ordem cronológica de inscrição do precatório objeto de conciliação, partindo-se do mais antigo para o mais novo.

e) o maior valor nominal da parcela postergada, somados todos os termos de acordo de parcelamento objeto do pedido de acordo direto do mesmo interessado, considerado o CNPJ da matriz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o tema legislação local.

Conforme art. 15, § 1º, da Lei: "Os pedidos de acordo serão apreciados observando-se a seguinte ordem, sucessivamente: I - o maior valor nominal da parcela postergada, somados todos os Termos de Acordo de Parcelamento objeto do pedido de acordo direto do mesmo interessado, considerado o CNPJ da matriz".

As alternativas A, B, C e D apontam critérios sucessivos, motivo pelo qual estão incorretas

QUESTÃO 50. Considerando as regras de direito processual civil pertinentes à improcedência liminar do pedido, à resposta do réu, à intervenção de terceiros e ao valor da causa, julgue os seguintes itens.

I. A reconvenção pode ser proposta contra o autor da demanda originária e terceiro, bem como pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro. 6|

II. É nulo o pronunciamento do magistrado que tenha julgado liminarmente improcedente o pedido do autor antes da citação do réu. N

III. No caso de denunciação da lide realizada pela parte autora na petição inicial, o litisdenunciado pode assumir a posição de litisconsorte do denunciante, acrescentando novos argumentos à petição inicial, para que, posteriormente, seja citado o réu.

IV. A correção do valor da causa, quando fixado de forma equivocada pelo autor, pode ocorrer tanto por iniciativa do réu, por meio de impugnação do valor da causa, quanto de ofício e por arbitramento pelo órgão jurisdicional. 4

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) l e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** Vamos analisar item a item.

O item I está correto, estando de acordo com o art. 334, §3º e §4º do CPC. Vejamos: "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 3º A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado. § 4º A audiência não será realizada: I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; II - quando não se admitir a autocomposição."

O item II está incorreto, pois a afirmativa é contrária ao disposto no art. 334, caput, do CPC.

O item III está correto. O item está consoante o art. 127 do CPC. Vejamos: "Art. 127. Feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu."

O item IV está correto, estando o item em consonância com o art. 292, §3º do CPC, bem como o art. 337, III, CPC. A saber: "§3 ºO juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes."

QUESTÃO 51. Em 2 de setembro de 2024, iniciou-se o cumprimento de sentença contra a fazenda pública de determinado estado para adimplemento de decisão que, transitada em julgado, havia reconhecido a obrigação de pagar quantia certa em ação individual proposta por servidor público.

Conforme a atual jurisprudência do STJ, caso, na situação hipotética apresentada, a fazenda pública estadual não ofereça impugnação ao cumprimento de sentença,

a) incidirá multa pelo inadimplemento apenas se o pagamento for feito por meio de requisição de pequeno valor e, apenas nessa hipótese, também deverão ser fixados honorários de sucumbência referentes à fase de cumprimento de sentença.

b) não deverá incidir multa pelo inadimplemento nem deverão ser fixados honorários de sucumbência referentes à fase de cumprimento de sentença, seja o pagamento realizado por meio de requisição de pequeno valor, seja por precatórios

c) incidirá multa pelo inadimplemento apenas se o pagamento for feito por meio de requisição de pequeno valor, mas, qualquer que seja o valor da execução, deverão ser fixados honorários de sucumbência referentes à fase de cumprimento de sentença.

d) deverão incidir multa pelo inadimplemento e honorários de sucumbência referentes à fase de cumprimento de sentença, seja o pagamento realizado por meio de requisição de pequeno valor, seja por precatório.

e) não deverá incidir multa pelo inadimplemento, qualquer que seja o valor da execução, mas deverão ser fixados honorários de sucumbência referentes à fase de cumprimento de sentença se o pagamento for realizado por meio de requisição de pequeno valor

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa B está correta. A multa não incide contra a fazenda pública por ausência de previsão legal, vide o art. 535 do CPC. Ademais, tampouco existiria razão da incidência da multa, tratando-se de direito indisponível. Além disso, o Supremo Tribunal Federal já decidiu no sentido de que, no precatório não impugnado na época da decisão, não incidirá em honorários. Ainda, o Superior Tribunal de Justiça, em tese firmada no Tema Repetitivo 1190, entendeu que na ausência de impugnação à pretensão executória, não são devidos honorários advocatícios sucumbenciais em cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, ainda que o crédito esteja submetido a pagamento por meio de Requisição de Pequeno Valor - RPV. As demais alternativas estão incorretas, portanto, ante a existência de tese firmada nesse sentido.

QUESTÃO 52. De acordo com a jurisprudência do STJ, a modulação dos efeitos de decisão oriunda de julgamento de recurso especial repetitivo, por razões de segurança jurídica decorrente de alteração de entendimento até então dominante, compete exclusivamente

a) ao plenário ou órgão especial de tribunal que esteja vinculado à aplicação do precedente.

b) a qualquer órgão de tribunal superior, mesmo que não seja o prolator da decisão.

c) a qualquer órgão colegiado de tribunal que esteja vinculado à aplicação do precedente.

d) ao juízo ou tribunal que esteja julgando caso concreto em que o precedente seja aplicado.

e) ao órgão prolator da decisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa E está correta. O art. 927, §3º do CPC prevê o seguinte: "§3º Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda

de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica." A jurisprudência do STJ não é expressa nesse sentido, entretanto, pela conjugação dos art. 927, §3º do CPC com o entendimento do STJ (AREsp n. 1.033.647/RO) , não há necessidade que o órgão específico module seus efeitos. O próprio órgão prolator da decisão modulará seus efeitos, tendo competência para apreciar e julgar eventuais recursos. Colacionamos aqui a jurisprudência nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL. AMBIENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INFRAÇÃO AMBIENTAL. APREENSÃO DE VEÍCULO. QUESTÃO DECIDIDA NA APRECIAÇÃO DOS TEMAS REPETITIVOS 1.036 E 1.043 DO STJ. MODULAÇÃO DOS EFEITOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que a modulação dos efeitos da decisão compete ao juízo que a prolatou. Tal orientação já foi aplicada para declarar ilegítima a modulação de decisões proferidas no controle concentrado de constitucionalidade por outro órgão que não o Supremo Tribunal Federal; e para afirmar que as Turmas do Superior Tribunal de Justiça não podem modular os efeitos de acórdãos repetitivos. 2. Aquela orientação não impede que o julgador do caso análogo sucessivo ao precedente aprecie, como é da essência do julgamento em concreto, os fatos da causa no momento da aplicação. Nessa apreciação, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estabelece que o julgador dever considerar as consequências práticas de sua decisão, bem como que deve ele, no momento de aplicar novo dever ou condicionamento de direito, estabelecer um regime de cumprimento proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais. 3. Todavia, no caso dos autos, o Tribunal de origem, aludindo unicamente ao fato de que o veículo apreendido foi liberado no ano de 2011, decidiu que os Temas Repetitivos 1.036 e 1.043 deveriam ter aplicação exclusivamente prospectiva. Com isso, violou o art. 927, § 3º, do Código de Processo Civil, pois, presumindo a impossibilidade ou dificuldade de apreender veículos há muito tempo liberados por decisão judicial anterior, restringiu os efeitos de um precedente que o Superior Tribunal de Justiça não modulou. 4. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial. (AREsp n. 1.033.647/RO, relator Ministro Paulo Sérgio Domingues, Primeira Turma, julgado em 2/4/2024, DJe de 8/4/2024.)"

QUESTÃO 53. O pronunciamento do presidente de tribunal de justiça, ao examinar o mérito de pedido de suspensão de liminar, será

a) recorrível por agravo interno, no caso de deferimento ou indeferimento.

b) recorrível por recurso extraordinário, no caso de deferimento ou indeferimento e caso haja matéria constitucional prequestionada.

c) recorrível por recurso extraordinário, apenas no caso de indeferimento e caso haja matéria constitucional prequestionada.

d) recorrível por agravo interno, apenas no caso de indeferimento.

e) irrecorrível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre o pronunciamento do presidente do tribunal de justiça no tocante à análise de mérito do pedido de suspensão de liminar.

A alternativa A está correta, sendo a única, portanto, que possui previsão legal nesse sentido, consoante a Lei 8.437, art. 4º, §3º: "Art. 4° Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. § 3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição."

As alternativas B e C estão incorretas. O recurso cabível é o agravo interno, nos termos do art. 4º, §3º, da Lei 8.437/92, e não recurso extraordinário.

A alternativa D está incorreta. O cabimento do agravo interno também é para o caso de deferimento.

A alternativa E está incorreta. É recorrível por meio do agravo interno, nos termos do art. 4º, §3º, da Lei 8.437/92.

QUESTÃO 54. No que diz respeito aos meios adequados de solução de conflitos e à atuação dos sujeitos processuais, assinale a opção correta.

a) A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflitos na administração pública não interfere no prazo prescricional da questão jurídica submetida ao procedimento consensual.

b) Em processo que verse sobre direitos disponíveis, o denominado acordo de saneamento, ou saneamento consensual, independe de homologação judicial para produzir efeitos e vincular as partes.

c) Antes mesmo do ajuizamento de ação judicial, as pessoas jurídicas de direito público podem firmar compromisso de ajustamento de conduta (TAC) com os responsáveis por lesão coletiva, caso em que o TAC terá eficácia de título executivo judicial.

d) O juízo arbitral pode, por meio de carta precatória, solicitar o auxílio do juízo estatal para assegurar a execução ou o cumprimento coercitivo da medida provisória de urgência que aquele tenha deferido.

e) Os estados e o Distrito Federal podem, por intermédio de suas procuradorias, celebrar convênios com a finalidade de que seus procuradores pratiquem atos processuais em benefício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta, contrariando o disposto no art. 34 da Lei 13.140/15, pois há suspensão do prazo prescricional.

Alternativa B está incorreta. Consoante o art. 357, §2º Lei 13.140/15, as partes submeterão o acordo à homologação judicial.

A alternativa C está incorreta, uma vez que o TAC possui eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º §6º, da Lei 7.347/85.

A alternativa D está incorreta. O Código de Processo Civil trata a Carta Arbitral como Carta Precatória propriamente dita.

A alternativa E está correta. Consoante a previsão do art. 75, §4º, do CPC. Ainda, vale ressaltar que o Supremo Tribunal Federal validou tal entendimento ao apreciar a ADI 5492, sendo, portanto, constitucional.

QUESTÃO 55. Com base na jurisprudência do STF acerca das prerrogativas da fazenda pública consistentes em prazo em dobro para manifestações e intimação pessoal em sede de ações de controle concentrado de constitucionalidade e nos recursos decorrentes dessas ações, é correto afirmar que

a) apenas a prerrogativa da intimação pessoal deve ser aplicada nas ações de controle concentrado de constitucionalidade ajuizadas no STF quanto nos recursos extraordinários interpostos em ações de controle concentrado de constitucionalidade julgadas nos estados.

b) apenas a prerrogativa do prazo em dobro deve ser aplicada tanto nas ações de controle concentrado constitucionalidade ajuizadas originariamente no STF quanto nos recursos extraordinários interpostos em ações de controle concentrado de constitucionalidade julgadas nos estados.

c) ambas as prerrogativas são aplicáveis aos recursos extraordinários interpostos em ações de controle concentrado de constitucionalidade julgadas nos estados, mas não em ações de controle concentrado de constitucionalidade ajuizadas originariamente no STF.

d) nenhuma dessas prerrogativas se aplica nas ações de controle concentrado de constitucionalidade ajuizadas no STF ou nos recursos extraordinários interpostos em ações de controle concentrado de constitucionalidade julgadas nos estados.

e) ambas as prerrogativas devem ser aplicadas tanto nas ações de controle concentrado de constitucionalidade originariamente ajuizadas no STF quanto nos recursos extraordinários interpostos em ações de controle concentrado de constitucionalidade julgadas nos estados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre as prerrogativas da fazenda pública, consoante o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa D está correta. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 5814, reafirmou o entendimento de que a prerrogativa atribuída à Fazenda Pública pelo Código de Processo Civil não se

aplica aos processos objetivos. Colacionamos a ementa do referido julgamento: "Ementa: Processo Constitucional. Agravo Regimental em Ação direta de inconstitucionalidade. Desprovimento. 1. As prerrogativas processuais dos entes públicos, tal como prazo recursal em dobro e intimação pessoal, não se aplicam aos processos em sede de controle abstrato. 2. Agravo regimental não provido. (ADI 5814 MC-AgR-AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 06-02-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-171DIVULG 06-08-2019 PUBLIC 07-08-2019)". As demais alternativas estão incorretas, ante o entendimento jurisprudencial da matéria.

QUESTÃO 56. Dezenas de servidores públicos aposentados de determinado estado ingressaram, em litisconsórcio ativo, com ação contra a fazenda pública estadual, objetivando o reconhecimento de determinada vantagem pecuniária devida em razão do cargo público efetivo que cada um exercerá. Ao despachar a petição inicial, o magistrado dispensou a realização de audiência de conciliação e determinou a citação do réu, dando-lhe conhecimento da ação e oportunizando o oferecimento de resposta. Uma vez iniciado o prazo para resposta, o réu apresentou petição em que apenas requereu a limitação do litisconsórcio. O juiz, posteriormente, indeferiu tal pedido.

De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), na situação hipotética apresentada, a decisão que indeferiu a limitação do litisconsórcio

a) apenas pode ser objeto de recurso no momento do oferecimento de apelação ou de contrarrazões à apelação, e o prazo de resposta do réu deve ser considerado suspenso entre a data do pedido de limitação e a data da intimação da decisão de indeferimento.

b) apenas pode ser objeto de recurso no momento do oferecimento de apelação ou de contrarrazões à apelação, e o prazo de resposta do réu deve ser considerado interrompido pelo pedido de limitação, recomeçando a partir da intimação da decisão de indeferimento.

c) pode ser objeto de agravo de instrumento, e o prazo de resposta do réu deve ser considerado interrompido pelo pedido de limitação, recomeçando a partir da intimação da decisão de indeferimento.

d) é irrecorrível, e o pedido de limitação não influencia nem altera o prazo para o oferecimento de resposta.

e) pode ser objeto de agravo de instrumento, e o prazo de resposta do réu deve ser considerado suspenso entre a data do pedido de limitação e a data da intimação da decisão de indeferimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa C está correta. Essa alternativa é a única que possui previsão legal expressa, nos termos do art. 1.015, VIII, do CPC. Assim, pode ser objeto de agravo de instrumento, e o prazo de resposta do réu deve ser considerado interrompido pelo pedido de limitação. Esse prazo recomeça a partir da

intimação da decisão de indeferimento. Ainda, consoante o art. 113, §2º, do CPC, permite a litigação conjunta de duas ou mais pessoas no mesmo processo. Note que o §2º destaca que o requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que só reinicia a partir da intimação da decisão sobre o pedido de limitação. As demais alternativas estão incorretas, conforme os comentários da alternativa C, conforme o art. 1.015, VIII, do CPC e art. 113, §2º, do CPC.

QUESTÃO 57. A empresa pública estadual X é credora da exportadora sendo a dívida garantida por hipoteca do bem imóvel W, de propriedade da devedora. Após a averbação da hipoteca no registro de imóveis, a exportadora Y foi citada em execução de título extrajudicial promovida pela instituição bancária Z e, durante o trâmite da execução, o bem imóvel W foi penhorado. Nessa situação hipotética, caso a empresa pública estadual X, que não participa da ação de execução nem foi intimada dos atos expropriatórios, deseje tomar providência para resguardar seu direito de preferência, ela deverá valer-se, de acordo com o CPC, da seguinte medida judicial:

a) oposição.

b) intervenção anômala.

c) embargos de terceiro.

d) denunciação da lide.

e) embargos à execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Neste caso específico, não é a medida correta, pois a empresa pública estadual X não está buscando afirmar um direito próprio contra as partes da execução, mas sim proteger seu direito de preferência.

A alternativa B está incorreta. A intervenção anômala não se aplica quando se trata de proteger um direito de preferência garantido por uma hipoteca.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 674, §2º, IV do CPC. Vejamos: "Art. 674. Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro. § 2º Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos: IV - o credor com garantia real para obstar expropriação judicial do objeto de direito real de garantia, caso não tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos."

No caso, a empresa pública estadual X, como credora hipotecária, tem direito a obstar a expropriação judicial do bem hipotecado, já que não foi intimada dos atos expropriatórios.

A alternativa D está incorreta. Não se aplica ao caso em questão, pois a empresa pública estadual X não está buscando resguardo contra um terceiro, mas sim proteger seu direito de preferência em relação ao bem hipotecado.

A alternativa E está incorreta. Os embargos à execução não são a medida correta, pois a empresa pública estadual X não é parte na execução, mas sim um terceiro com direito de preferência que não foi intimado dos atos expropriatórios.

QUESTÃO 58. João locou imóvel de sua propriedade ao estado do Paraná, pelo prazo de quinze anos, sem a vênia de sua esposa.

Nessa situação hipotética,

a) o contrato é nulo de pleno direito, por ausência de vênia conjugal.

b) o contrato está passível de anulação pela esposa de João, por falta de formalidade legal.

c) o contrato existe, mas carece dos elementos de validade e de eficácia.

d) o prazo excedente a dez anos será considerado não escrito.

e) a esposa de João está desobrigada da observância do prazo excedente a dez anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata da Lei de Locações.

As alternativas A, B e C estão incorretas, já que a falta da vênia conjugal não torna nulo, anulável ou inexistente o contrato da locação. Ele será válido, porém, ao ser um contrato de locação ajustado sem a vênia conjugal, não obrigará ao cônjuge a observar o prazo excedente.

A alternativa D está incorreta, pois a lei não dispõe que sem a vênia conjugal o prazo excedente do contrato de locação será considerado não escrito. A lei dispõe que em caso de exceder de dez anos, o cônjuge terá a opção de observar ou não esse prazo excedente.

A alternativa E está correta, pois nos termos da Lei de Locações, a pessoa casada pode realizar contrato de locação por qualquer prazo, desde que possua a vênia conjugal, se esse contrato for igual ou superior a dez anos. Porém, caso esse contrato tenha sido ajustado sem a vênia conjugal, o cônjuge não fica obrigado a observar o prazo excedente. Veja literalidade da lei: "Art. 3º O contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo, dependendo de vênia conjugal, se igual ou superior a dez anos. Parágrafo único. Ausente a vênia conjugal, o cônjuge não estará obrigado a observar o prazo excedente".

QUESTÃO 59. A descrição de um imóvel, em todas as escrituras e em todos os atos a ele relativos, deve guardar perfeita correlação com o registro anterior, em respeito ao princípio da:

a) legalidade.

b) prioridade.

c) continuidade.

d) presunção de veracidade.

e) especialidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme gabarito preliminar oficial do concurso, porém nós discordamos e apontamos como alternativa correta a letra C. A questão trata sobre os princípios dos registros públicos.

As alternativas A, B e D estão incorretas, já que elencam princípios que não tem correspondência com o conceito dado pela questão.

A alternativa C está correta, já que o princípio da continuidade está expresso nos artigos 195, 222 e 237 da Lei Federal nº 6.015/73, determinando o imprescindível encadeamento entre os registros constantes de cada livro registral. Respeitando o princípio da continuidade, se for anulado um negócio jurídico por sentença transitada em julgado, o respectivo registro será cancelado, e, consequentemente, serão cancelados todos os posteriores derivados do negócio anulado.

A alternativa E está incorreta, já que o princípio da especialidade, indicado como correto pela banca, é subdividido em princípio da especialidade subjetiva e objetiva. A especialidade objetiva diz respeito aos elementos concernentes ao imóvel, sua descrição e características. Já a especialidade subjetiva diz respeito à titularidade do imóvel e recai seja sobre a pessoa física quanto jurídica. Especialidade consiste, portanto, em princípio relativo aos registros públicos que tem por objetivo auxiliar na identificação do imóvel. A ideia de correlação entre registros, por outro lado, se coaduna com a ideia de continuidade. Isso porque, o princípio da continuidade, expresso nos artigos 195, 222 e 237 da Lei Federal nº 6.015/73, determinando o imprescindível encadeamento entre os registros constantes de cada livro registral. Portanto, correta letra "C".

QUESTÃO 60. De acordo com a Lei n.o 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, no caso de um loteamento urbano submetido ao regime de afetação,

a) o produto da cessão dos direitos creditórios decorrentes da comercialização dos lotes fica fora do patrimônio de afetação.

b) os recursos financeiros integrantes do patrimônio de afetação devem ser administrados por instituição financeira.

c) o patrimônio de afetação responde pela entrega dos lotes urbanizados aos adquirentes.

d) o patrimônio de afetação extingue-se por manifestação expressa do loteador.

e) constituição do patrimônio de afetação deve ocorrer mediante averbação no registro de imóveis, a ser realizada antes do início da comercialização dos lotes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a Lei 6.766/76, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.

A alternativa A está incorreta, pois o produto da cessão também passará a integrar o patrimônio de afetação, nos termos do art. 18-A da Lei 6.766/79. Veja literalidade da lei: "Art. 18-A. § 4º No caso de cessão, plena ou fiduciária, de direitos creditórios oriundos da comercialização dos lotes componentes do loteamento, o produto da cessão também passará a integrar o patrimônio de afetação".

A alternativa B está incorreta, pois os recursos financeiros integrantes do patrimônio de afetação não devem ser administrados por instituição financeira e sim pelo loteador. Veja literalidade da lei: "Art. 18-A. § 5º Os recursos financeiros integrantes do patrimônio de afetação serão administrados pelo loteador".

A alternativa C está correta, pois o patrimônio de afetação responde pela entrega dos lotes urbanizados aos adquirentes, nos termos da lei 6.766/79: "Art. 18-A. A critério do loteador, o loteamento poderá ser submetido ao regime da afetação, pelo qual o terreno e a infraestrutura, bem como os demais bens e direitos a ele vinculados, manter-se-ão apartados do patrimônio do loteador e *constituirão patrimônio de afetação, destinado à consecução do loteamento correspondente e à entrega dos lotes urbanizados aos respectivos adquirentes*".

A alternativa D está incorreta, pois o patrimônio de afetação extinguir-se-á pela averbação do termo de verificação emitido pelo órgão público competente, pelo registro dos títulos de domínio ou de direito de aquisição em nome dos respectivos adquirentes. Veja literalidade da lei: "Art. 18-E. O patrimônio de afetação extinguir-se-á pela averbação do termo de verificação emitido pelo órgão público competente, pelo registro dos títulos de domínio ou de direito de aquisição em nome dos respectivos adquirentes e, quando for o caso, pela extinção das obrigações do loteador perante eventual instituição financiadora da obra".

A alternativa E está incorreta, pois a averbação pode ser feita a qualquer tempo, nos termos da Lei 6.77/79: "Art. 18-B. Considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante averbação, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo loteador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição de lotes objeto de loteamento".

QUESTÃO 61. Maria recebeu de Carla, mediante instrumento público, poderes para praticar, em seu nome, atos em nome de Carla. Em referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Maria responderá pelos danos causados por eventual substabelecido, ainda que não tenha agido com culpa na escolha deste ou nas instruções dadas a ele.

b) Caso Carla faleça, Maria poderá, mesmo assim, concluir o negócio já começado.

c) Por eventuais somas que deva entregar à Carla e não o fizer, Maria pagará juros, contabilizados desde o momento em que constatado o abuso.

d) Se Maria, utilizando crédito de Carla, comprar, em nome próprio, algo que deveria comprar para Carla, por assim ter sido expressamente designado no mandato, Carla poderá ajuizar ação para obrigá-la a ressarcir a quantia equivalente ao bem em pecúnia, uma vez que Maria não pode ser obrigada à entrega da coisa comprada.

e) É exigido instrumento público para substabelecimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme gabarito preliminar oficial do concurso, porém nós discordamos e apontamos como alternativa correta a letra C. A questão trata sobre mandato.

A alternativa A está incorreta, pois Maria somente responderá pelos danos causados por eventual substabelecido se tiver agido com culpa na escolha deste ou nas instruções dadas a ele, nos termos do Código Civil: "Art. 667. § 2 Havendo poderes de substabelecer, só serão imputáveis ao mandatário os danos causados pelo substabelecido, se tiver agido com culpa na escolha deste ou nas instruções dadas a ele".

A alternativa B está incorreta, pois pela morte de uma das partes o mandato cessa, nos termos do Código Civil: "Art. 682. Cessa o mandato: II - pela morte ou interdição de uma das partes;". Veja que esta alternativa não guarda correlação com a literalidade da lei. Isso porque o Código Civil determina que "Art. 674. Embora ciente da morte, interdição ou mudança de estado do mandante, deve o mandatário concluir o negócio já começado, se houver perigo na demora". Trata-se de dever condicionado ao perigo da demora. A alternativa, a seu tempo, traz uma faculdade que pode ser exercida pela mandatária, sem qualquer vinculação ao periculum in mora, subvertendo, assim, os ditames legais.

A alternativa C está correta, pois dispõe a literalidade do Código Civil: "Art. 670. Pelas somas que devia entregar ao mandante ou recebeu para despesa, mas empregou em proveito seu, pagará o mandatário juros, desde o momento em que abusou".

A alternativa D está incorreta, pois Maria pode ser obrigada a entregar à coisa comprada, nos termos do Código Civil: "Art. 671. Se o mandatário, tendo fundos ou crédito do mandante, comprar, em nome próprio, algo que devera comprar para o mandante, por ter sido expressamente designado no mandato, terá este ação para obrigá-lo à entrega da coisa comprada".

A alternativa E está incorreta, pois o substabelecimento pode ser feito por meio de instrumento particular, nos termos do Código Civil: "Art. 655. Ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular".

QUESTÃO 62. Em razão de contrato, Marco se obrigou a pagar a Fábio dez mil reais. No entanto, Marco não pôde cumprir a obrigação pactuada, e Fábio aceitou o cumprimento na forma de prestação de serviços.

Nesse caso hipotético, configurou-se a

a) dação em pagamento.

b) compensação.

c) transação.

d) sub-rogação convencional.

e) novação objetiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre obrigações.

A alternativa A está correta, pois o credor pode consentir receber prestação diversa da que lhe é devida, configurando-se a dação em pagamento, nos termos do Código Civil: "CAPÍTULO V - Da Dação em Pagamento: Art. 356. O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida".

QUESTÃO 63. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a obrigação resultante de contrato reputa-se constituída no lugar onde:

a) tiver que ser cumprida.

b) residir o aceitante.

c) residir o proponente.

d) foi firmada.

e) foi proposta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a LINDB.

A alternativa C está correta, pois a obrigação resultante de contrato reputa-se constituída no lugar em que reside o proponente, nos termos da LINDB: "Art. 9. Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem. § 2 A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente".

QUESTÃO 64. Estipulada em negócio jurídico condição de não fazer coisa impossível, esta será considerada

a) nula.

b) inexistente.

c) anulável.

d) anulável, apenas se resolutiva.

e) ineficaz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre obrigações.

A alternativa B está correta, pois estipulado em um negócio jurídico a condição de não fazer coisa impossível, esta será considerada inexistente, nos termos do Código Civil: "Art. 124. Têm-se por *inexistentes* as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível".

QUESTÃO 65. A prescrição será interrompida, somente uma vez, se:

a) houver qualquer ato inequívoco que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

b) o autor estiver ausente do país por motivo de estar em serviço público da União.

c) constatado que a parte autora estava casada com o réu na época da ocorrência do ato danoso que ensejou a ação.

d) o autor estiver servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

e) comprovada incapacidade absoluta do autor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre prescrição.

A alternativa A está correta, pois a interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor, nos termos do Código Civil: "Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor".

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, já que o artigo 202 do Código Civil enumera as situações que geram a interrupção da prescrição e nenhuma das situações descritas nas alternativas encontra amparo nesse artigo.

QUESTÃO 66. Acerca da caracterização, da inscrição e da capacidade do empresário, assinale a opção correta.

a) O empresário poderá inscrever estabelecimento secundário em local sujeito à jurisdição de registro público de empresas mercantis diverso daquele onde está sediado, sem a necessidade de averbação daquela inscrição no registro da respectiva sede.

b) O exercício de atividade própria de empresário por pessoa legalmente impedida de fazê-lo não enseja a responsabilização pelas obrigações contraídas nessa circunstância.

c) A inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis da respectiva sede é condição para a sua caracterização como empresário.

d) O empresário casado em regime de comunhão universal de bens depende da outorga conjugal para alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa.

e) É obrigatória a inscrição do empresário, antes do início de sua atividade, no registro público de empresas mercantis da respectiva sede.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre empresário.

A alternativa A está incorreta. O empresário deve inscrever o estabelecimento secundário no registro público de empresas mercantis da respectiva jurisdição, mas essa inscrição deve ser comunicada e averbada no registro da sede principal, conforme artigo 969 do CC: "*Art. 969. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária. Parágrafo único. Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede".*

A alternativa B está incorreta. Caso uma pessoa legalmente impedida exerça atividade de empresário, ela será responsável pelas obrigações contraídas, conforme estabelece o art. 973 do CC: "*Art. 973. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas".*

A alternativa C está incorreta. O empresário é caracterizado pela prática profissional de atividade econômica organizada (art. 966 do Código Civil), independentemente de sua inscrição no registro. A inscrição é obrigatória, mas sua ausência não descaracteriza o exercício da atividade empresarial.

A alternativa D está incorreta. O empresário casado pode alienar bens da empresa sem necessidade de outorga conjugal, conforme artigo 978 do CC: "*Art. 978. O empresário casado pode, sem necessidade de*

outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real".

A alternativa E está correta. É obrigatória a inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis da respectiva sede antes do início de sua atividade, conforme artigo 967 do CC: "*Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade."*

QUESTÃO 67. Assinale a opção correta de acordo com a Lei Complementar (LC) n.º 123/2006, que dispõe sobre as microempresas e empresas de pequeno porte.

a) A administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00.

b) Ao participarem em licitações, as microempresas e empresas de pequeno porte estão dispensadas da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

c) As microempresas e empresas de pequeno porte devem, obrigatoriamente, acrescentar à sua firma ou denominação a expressão ME ou EPP, conforme o caso.

d) Para que uma empresa seja considerada de pequeno porte, o valor da sua receita bruta auferida em cada ano-calendário deve estar entre R$ 360.000,00 e R$ 3.600.000,00.

e) As pessoas jurídicas constituídas sob a forma de sociedade por ações poderão beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto na LC mencionada.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre ME e EPP.

A alternativa A está correta. A LC 123/2006, no art. 48, inciso I, prevê que a administração pública deverá realizar licitações destinadas exclusivamente à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) para contratos cujo valor seja de até R$ 80.000,00, como forma de fomentar o desenvolvimento econômico desse segmento.

A alternativa B está incorreta. As MEs e EPPs não estão dispensadas da regularidade fiscal e trabalhista, conforme artigo 42 da LC 123/06: "*Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato".*

A alternativa C está incorreta. Não se exige obrigatoriamente que as MEs e EPPs acrescentem essas expressões em sua firma ou denominação, o artigo 72 da LC 123/06 que trazia essa obrigatoriedade foi revogado em 2016.

A alternativa D está incorreta. O limite máximo de receita bruta anual para empresas de pequeno porte (EPP) é de R$ 4.800.000,00, conforme artigo 3º, II, da LC 123/06.

A alternativa E está incorreta. Empresas constituídas sob a forma de sociedade por ações não podem ser enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte, ficando, portanto, excluídas do regime jurídico diferenciado previsto na norma, conforme artigo 3º, §4º, X, da LC 123/06: *"§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: X - constituída sob a forma de sociedade por ações*".

QUESTÃO 68. Acerca das sociedades limitadas, assinale a opção correta.

a) A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

b) A renúncia de administrador torna-se eficaz, em relação à sociedade, desde o momento em que esta toma conhecimento da comunicação escrita do renunciante.

c) Os sócios respondem pessoalmente pela exata estimação de bens por eles conferidos ao capital social, permitida a contribuição em prestação de serviços.

d) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação unânime dos sócios, em qualquer hipótese.

e) A responsabilidade de cada sócio restringe-se ao valor de suas quotas, mas todos respondem, subsidiariamente ao sócio majoritário, pela integralização do capital social.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre sociedade limitada.

A alternativa A está incorreta. A administração atribuída no contrato social a todos os sócios não se estende automaticamente aos novos sócios que ingressam na sociedade, conforme artigo 1.060 do CC: "*Art. 1.060. A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado. Parágrafo único. A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade".*

A alternativa B está correta. A renúncia de administrador torna-se eficaz para a sociedade no momento em que ela toma conhecimento da comunicação escrita e para terceiros a eficácia da renúncia depende de sua averbação no registro público, conforme artigo 1.063, §3º, do CC: *"§ 3º A renúncia de administrador torna-se eficaz, em relação à sociedade, desde o momento em que esta toma conhecimento da comunicação escrita do renunciante; e, em relação a terceiros, após a averbação e publicação".*

A alternativa C está incorreta. Os sócios respondem solidariamente pela exata estimação dos bens conferidos ao capital social, no entanto, em sociedades limitadas, não é permitida a contribuição em

prestação de serviços, conforme artigo 1.055, §2º, do CC: *"§2º É vedada contribuição que consista em prestação de serviços".*

A alternativa D está incorreta. A designação de administradores não sócios depende de aprovação unânime, conforme artigo 1.061 do CC: "*Art. 1.061. A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização".*

A alternativa E está incorreta. Todos os sócios respondem solidariamente entre si, e não subsidiariamente ao sócio majoritário, pela integralização do capital social, conforme artigo 1.052 do CC*: "Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social".*

QUESTÃO 69. Em relação às sociedades em comandita simples e em comandita por ações, assinale a opção correta.

a) A administração da sociedade em comandita simples cabe exclusivamente aos sócios comanditários.

b) Na sociedade em comandita simples, a categoria de sócios comanditados é composta por pessoas físicas e jurídicas.

c) Na sociedade em comandita simples, a falta de uma das categorias de sócios, se não resolvida no prazo legal, implica a dissolução da sociedade.

d) O acionista administrador da sociedade em comandita por ações, na qualidade de diretor, responde, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações da sociedade.

e) Os diretores da sociedade em comandita por ações devem ser nomeados no ato constitutivo da sociedade, com prazo de mandato não inferior a dois anos.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre tipos societários.

A alternativa A está incorreta. Na sociedade em comandita simples, a administração cabe exclusivamente aos sócios comanditados, os sócios comanditários não podem exercer funções de administração, conforme artigo 1.045 do CC: "*Art. 1.045. Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota".*

A alternativa B está incorreta. Apenas pessoas físicas podem ser sócios comanditados, pois são responsáveis ilimitadamente pelas obrigações da sociedade, pessoas jurídicas não podem assumir essa função, conforme artigo 1.045 do CC.

A alternativa C está correta. A falta de sócios comanditários ou comanditados implica irregularidade na constituição da sociedade em comandita simples e se não houver regularização no prazo legal, a sociedade poderá ser dissolvida judicialmente, conforme artigo 1.051, II, do CC: *"Art. 1.051. Dissolve-se de pleno direito a sociedade: II - quando por mais de cento e oitenta dias perdurar a falta de uma das categorias de sócio".*

A alternativa D está incorreta. A obrigação é subsidiária, conforme artigo 1.090 do CC: "*Art. 1.091. Somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade".*

A alternativa E está incorreta. Não se exige prazo mínimo para o mandato, conforme artigo 1.091, §2º, do CC: *"§ 2º Os diretores serão nomeados no ato constitutivo da sociedade, sem limitação de tempo, e somente poderão ser destituídos por deliberação de acionistas que representem no mínimo dois terços do capital social".*

QUESTÃO 70. Considerando as disposições gerais e comuns à recuperação judicial e à falência previstas na Lei n.º 11.101/2005, assinale a opção correta.

a) As despesas que os credores fizerem para tomar parte no processo são exigíveis na recuperação judicial ou na falência.

b) É incompetente para deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local da filial de empresa sediada fora do Brasil.

c) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial não suspende o curso da prescrição das obrigações do devedor.

d) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende as execuções ajuizadas contra o devedor relativas a créditos ou obrigações sujeitas à recuperação judicial ou à falência.

e) A disciplina da referida lei sobre o processo de falência e recuperação judicial alcança as sociedades de plano de assistência à saúde.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre recuperação judicial e falência.

A alternativa A está incorreta. As despesas processuais realizadas pelos credores não são exigíveis no âmbito da recuperação judicial ou da falência, sendo suportadas por quem as realiza, conforme artigo 5º, II, da Lei 11.101/05: "*Art. 5º Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência: II – as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor".*

A alternativa B está incorreta. O juízo competente para deferir a recuperação judicial ou decretar a falência pode ser o da filial de empresa sediada fora do Brasil, conforme artigo 3º da Lei 11.101/05:

"*Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil".*

A alternativa C está incorreta e a alternativa D está correta. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição das obrigações sujeitas ao regime de recuperação ou falência, conforme artigo 6º, I, da Lei 11.101/05: *"Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei".*

A alternativa E está incorreta. Não estão sujeitas às disposições de falência e recuperação judicial as sociedades que operam planos de assistência à saúde, uma vez que possuem regulamentação própria, vinculada à legislação da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), conforme artigo 2°, II, da Lei 11.101/05: "*Art. 2º Esta Lei não se aplica a: II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores".*

QUESTÃO 71. No que se refere a coligações de sociedades, sociedades subsidiárias integrais, sociedades de propósito específico e consórcios, assinale a opção correta.

a) A sociedade de propósito específico é um modelo de organização empresarial pelo qual se constitui uma nova empresa, limitada ou sociedade anônima, com um ou mais negócios determinados.

b) Em um consórcio de empresas, as consorciadas se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, com presunção de solidariedade.

c) A sociedade subsidiária integral pode ser constituída mediante escritura pública, tendo como acionista uma sociedade estrangeira.

d) Nas coligações de sociedades, presume-se que há influência significativa quando a investidora é titular da maioria absoluta dos votos conferidos pelo capital da investidora, sem controlá-la.

e) O consórcio de empresas adquire personalidade jurídica a partir de sua instituição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre sociedades.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 981, parágrafo único, do CC: "*Art. 981. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. Parágrafo único. A atividade pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados".*

A alternativa B está incorreta. No consórcio de empresas, não há presunção de solidariedade entre as consorciadas, salvo se expressamente previsto no contrato, conforme artigo 278 ,§1º, da Lei 6.404/76: *"§ 1º O consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade".*

A alternativa C está incorreta. Conforme artigo 251 da Lei 6.404/76: "*Art. 251. A companhia pode ser constituída, mediante escritura pública, tendo como único acionista sociedade brasileira".*

A alternativa D está incorreta. A influência significativa, conforme definida no artigo 243, §5º, da Lei 6.404/76, ocorre quando a investidora detém 20% ou mais do capital votante da investida e não possui o controle efetivo.

A alternativa E está incorreta. O consórcio de empresas não adquire personalidade jurídica, conforme o art. 278, §1º, da Lei 6.404/76.

QUESTÃO 72. Considerando os direitos dos trabalhadores assegurados pelo art. 7° da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

a) O salário-família é direito constitucional exclusivo dos trabalhadores urbanos de baixa renda que tenham dependentes.

b) Entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, para a melhoria de sua condição social, inclui-se o recebimento de seguro-desemprego em caso de desemprego voluntário.

c) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita a seus filhos e dependentes, desde o nascimento até os cinco anos de idade, em creches e pré-escolas.

d) É garantida ao trabalhador a irredutibilidade do salário, sendo vedada sua redução por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

e) Aos trabalhadores, exceto os que percebem remuneração variável, é garantido salário nunca inferior ao mínimo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema direitos constitucionais dos trabalhadores.

A alternativa A está incorreta. Tal direito aplica-se aos trabalhadores urbanos e rurais, conforme art. 7º, caput e inciso XII da CF/88: "Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;".

A alternativa B está incorreta. O recebimento de seguro-desemprego se dará em caso de desemprego involuntário, conforme art. 7º, II, da CF/88: "Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais,

além de outros que visem à melhoria de sua condição social: II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;"

A alternativa C está correta. Conforme art. 7º, XXV, da CF/88: "Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

A alternativa D está incorreta. É possível a redução por negociação coletiva, de acordo com art. 7º, VI, da CF/88: "Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;".

A alternativa E está incorreta. Os trabalhadores que percebem remuneração variável fazem jus à garantia de salário nunca inferior ao mínimo, na forma do art. 7º, VII, da CF/88: "Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;"

QUESTÃO 73. Tendo como referência a legislação trabalhista e o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST) acerca de atividades insalubres, assinale a opção correta.

a) Basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional.

b) Suponha que um empregado exercesse atividade insalubre e recebesse o respectivo adicional havia mais de 5 anos, mas que estudo realizado a tenha descaracterizado como tal, por não haver mais riscos à saúde do trabalhador. Nesse caso, por ter recebido o adicional por período superior a 5 anos, o empregado manterá o seu direito ao recebimento do citado adicional.

c) A neutralização da insalubridade pode ocorrer mediante a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância, porém o simples fornecimento de aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade.

d) A execução, em caráter intermitente, do trabalho em condições insalubres afasta o direito à percepção do adicional de insalubridade, devido à forma de prestação do serviço.

e) Ao trabalhador que presta serviços a céu aberto, é devido o adicional de insalubridade por sujeição à radiação solar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema insalubridade, de acordo com entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A alternativa A está incorreta. Conforme fixado na Súmula nº 448 do TST: "I - Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho."

A alternativa B está incorreta. Cessada a condição de insalubridade, cessa também o pagamento desde adicional. Conforme fixado na Súmula nº 248 do TST: "A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial."

A alternativa C está correta. Conforme fixado na Súmula nº 289 do TST: "Súmula nº 289 do TST. O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade. Cabe-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado."

A alternativa D está incorreta. Conforme fixado na Súmula nº 47 do TST: "O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional."

A alternativa E está incorreta. Neste caso, o trabalhador não faz jus ao adicional. Conforme fixado na OJ 173 da SDI-1 do TST: "I - Ausente previsão legal, indevido o adicional de insalubridade ao trabalhador em atividade a céu aberto, por sujeição à radiação solar."

QUESTÃO 74. Assinale a opção correta acerca da sucessão de empregadores na relação de emprego.

a) A responsabilidade do sócio retirante pelas obrigações trabalhistas da sociedade contraídas no período em que ele figurou como sócio é solidária, porém ele somente responde por elas em ações ajuizadas/até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

b) Para a configuração do grupo econômico, não basta a mera identidade de sócios, sendo necessárias a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

c) O sócio retirante responderá, de forma subsidiária, por fraudes relativas à alteração societária cometidas com o intuito de o empregador furtar-se a obrigações trabalhistas.

d) A sucessão trabalhista caracteriza-se pela transferência da titularidade da empresa ou do estabelecimento para outro grupo societário, de modo que a nova empresa formada, denominada sucessora, não assume as obrigações trabalhistas contraídas pela empresa sucedida.

e) Sempre que uma ou mais empresas, cada qual com personalidade jurídica própria, estiver sob a direção, o controle ou a administração de outra, ou integrar grupo econômico, mesmo que resguardada a autonomia de cada uma, elas serão responsáveis subsidiariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema da sucessão de empregadores.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade é subsidiária, conforme art. 10-A da CLT: "Art. 10-A. O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência: I - a empresa devedora; II - os sócios atuais; e III - os sócios retirantes."

A alternativa B está correta. De acordo com art. 2º, § 3º, da CLT: "§ 3º Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes."

A alternativa C está incorreta. Em caso de fraude, o sócio retirante responderá solidariamente. É o que determina art. 10-A, parágrafo único, da CLT: "Parágrafo único. O sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato."

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade será do sucessor, conforme art. 448-A, da CLT: "448-A. Caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores prevista nos arts. 10 e 448 desta Consolidação, as obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor."

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade será solidária, conforme art. 2º, § 2º, da CLT: "§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego."

QUESTÃO 75. São requisitos do vínculo empregatício:

a) A subordinação do prestador ao tomador do serviço; a efetiva prestação do serviço, de forma eventual ou não; a prestação do serviço por pessoa física; a impessoalidade do prestador do serviço; e a onerosidade da prestação do serviço.

b) A subordinação do prestador ao tomador do serviço; a efetiva prestação do serviço, de forma eventual/ou não; a prestação do serviço por pessoa física; a pessoalidade do prestador do serviço; e a onerosidade da prestação do serviço.

c) A subordinação do prestador ao tomador do serviço; a não eventualidade da prestação de serviço; a prestação do serviço por pessoa física; a impessoalidade/do prestador do serviço; e a onerosidade da prestação do serviço.

d) A subordinação do prestador ao tomador do serviço; a não • eventualidade da prestação do serviço; a prestação do serviço por pessoa física ou jurídicas a pessoalidade do prestador do serviço; e a onerosidade da prestação do serviço.

e) A subordinação do prestador ao tomador do serviço; a não eventualidade da prestação do serviço; a prestação do serviço por pessoa física; a pessoalidade do prestador do serviço; e a onerosidade da prestação do serviço.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema relação de trabalho e relação de emprego.

Os requisitos para a configuração de uma relação de emprego estão dispostos nos artigos 2º e 3º da CLT. Vejamos: "Art. 2° Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. (...)"; e "Art. 3° Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário."

Portanto, em suma, os requisitos são definidos pela sigla SHOPP: Subordinação, Habitualidade (ou não eventualidade), Onerosidade (há contraprestação pelo trabalho), Pessoalidade, Pessoa física.

Assim, correta a alternativa E. As alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 76. Acerca do trabalho noturno, assinale a opção correta.

a) Não é devido o adicional de serviço noturno ao empregado sujeito ao regime de revezamento.

b) Mesmo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, a remuneração do trabalho noturno deverá ser superior à do diurno, mediante um acréscimo de, pelo menos, 20% sobre a hora diurna.

c) O vigia noturno não tem direito à hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos.

d) Considera-se noturno o trabalho executado entre as 21 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.

e) Quando a jornada é cumprida integralmente no período noturno, caso ela seja prorrogada, será devido o adicional noturno referente tanto às horas da jornada regular no período noturno quanto às prorrogadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. No entanto, a questão é passível de anulação, tendo em vista que a alternativa B e, em certa medida, também a alternativa D, podem ser consideradas corretas. A questão trata do tema trabalho noturno.

A alternativa A está incorreta. A Súmula 213 do STF estabelece que o adicional de serviço noturno é devido mesmo quando o empregado está sujeito ao regime de revezamento. Vejamos: "É devido o adicional de serviço noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento."

A alternativa B está correta. De acordo com a Súmula 213 do STF, já transcrita na explicação da alternativa A, o adicional de serviço noturno é devido mesmo quando o empregado está sujeito ao regime de revezamento. Ademais, mencione-se que a doutrina já fala, há um tempo, na revogação da expressão "salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal", contida no caput do art. 73 da CLT. Vejamos o que a professora Vólia Cassar dispõe sobre o assunto: "Revogada a expressão "salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal" contida no caput do art. 73 da CLT, ante a igualdade de remuneração entre trabalho noturno e o diurno, preconizada desde o art. 157, III, da CRFB/46, repetida nas Constituições posteriores e, hoje, no art. 7°, IX, da CRFB/88 - Súmula n° 213 do STF e antiga Súmula n° 130 do TST (cancelada). A Constituição garantiu remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, não tendo, por si só, modificado o direito à hora noturna reduzida, que continua vigente - OJ n° 127 da SDI-I do TST." (CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho: Conforme a reforma trabalhista / Vólia Bomfim Cassar. - 17. ed. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p-645).

A alternativa C está incorreta. Conforme a Súmula nº 65 do TST: "O direito à hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos aplica-se ao vigia noturno."

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 73, § 2º, da CLT: "§ 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte." Ressalte-se que esta alternativa também levanta dúvidas, pois não deixa clara, em sua redação, se se trata do trabalhador urbano ou rural; e, no caso do rural, o horário noturno é distinto, conforme art. 7º da Lei 5.889/1973: "Art. 7º. Para os efeitos desta Lei, considera-se trabalho noturno o executado entre as vinte e uma horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte, na lavoura, e entre as vinte horas de um dia e as quatro horas do dia seguinte, na atividade pecuária." Portanto, tomando por base unicamente as disposições da CLT, pode-se considerar a alternativa incorreta, com a ressalva acima esclarecida.

A alternativa E está correta. Conforme §§ 4º e 5º da CLT: "§ 4º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplica-se às horas de trabalho noturno o disposto neste artigo e seus parágrafos. § 5º Às prorrogações do trabalho noturno aplica-se o disposto neste capítulo." No mesmo sentido, é o disposto pela Súmula 60, II, do TST: "Súmula nº 60, II, TST: II - Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT." Diante do exposto, tendo em vista que uma questão não pode ter duas respostas corretas, entende-se que a questão é nula.

QUESTÃO 77. Acerca da organização sindical, do conceito de categoria e das convenções coletivas de trabalho, assinale a opção correta conforme a legislação trabalhista e a jurisprudência do TST.

a) A administração do sindicato será exercida por uma diretoria, constituída por até sete membros, e por um conselho fiscal, composto de dois membros, sendo todos esses membros eleitos pela assembleia geral.

b) Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter (normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

c) A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou do trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria econômica.

d) Poderá ser reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial.

e) A eleição para cargos de diretoria e do conselho fiscal será realizada por escrutínio secreto, durante pelo menos doze horas contínuas, na sede do sindicato, na de suas delegacias e seções e nos principais locais de trabalho, onde funcionarão as mesas coletoras designadas pelos delegados regionais do trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema organização sindical.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 522 da CLT, a Diretoria é composta de 3 membros: "Art. 522. A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembleia Geral."

A alternativa B está correta. De acordo com art. 611 da CLT: "Art. 611. Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho."

A alternativa C está incorreta. Esta é a definição de categoria profissional, conforme art. 511, § 2º, da CLT: "§ 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional."

A alternativa D está incorreta. Não é possível haver mais de um sindicato representativo da mesma categoria em uma mesma base territorial. De acordo com art. 516 da CLT: "Art. 516 - Não será reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial."

A alternativa E está incorreta. O escrutínio será secreto, durante 6 horas contínuas. Conforme art. 524, § 1º, da CLT: "§ 1º - A eleição para cargos de diretoria e conselho fiscal será realizada por escrutínio secreto, durante 6 (seis) horas contínuas, pelo menos, na sede do Sindicato, na de suas delegacias e seções e nos principais locais de trabalho, onde funcionarão as mesas coletoras designadas pelos Delegados Regionais do Trabalho."

QUESTÃO 78. No que diz respeito à terceirização na administração pública, assinale a opção correta.

a) É permitida a responsabilização automática da administração pública por conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos de terceirização, mediante prova inequívoca de tal conduta.

b) A licitude da terceirização ou de outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas depende do objeto social das empresas envolvidas.

c) É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas.

d) É ilícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas.

e) É admissível a transferência, para a administração pública, por presunção de culpa, da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários devidos ao empregado de empresa terceirizada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema terceirização.

A alternativa C está correta. De acordo com Tema 725 de Repercussão Geral do STF, a responsabilização da Administração não é automática. Vejamos: "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

Tomando por base o mesmo Tema 725, as alternativas B e D ficam incorretas.

A alternativa A está incorreta. De acordo com Tema 246 de Repercussão Geral do STF, a responsabilização da Administração não é automática. Vejamos: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93."

A alternativa E está incorreta. Conforme a Súmula nº 331 do TST: "(...) V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada."

QUESTÃO 79. Em procedimento sumaríssimo na justiça do trabalho, pode ser parte:

a) Um sindicato.

b) O Distrito Federal.

c) Uma fundação pública.

d) Uma autarquia estadual.

e) Um município.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema procedimento sumaríssimo em processo do trabalho.

De acordo com art. 852-A, parágrafo único, da CLT: "Art. 852-A. Parágrafo único. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional."

Entre as alternativas apresentadas, a única que não se enquadra no dispositivo acima colacionado é o sindicato. Portanto, correta a alternativa A. As alternativas B, C, D e E ficam todas incorretas, pois se enquadram no disposto pelo art. 852-A da CLT.

QUESTÃO 80. Contra despacho que denegue a interposição de recurso trabalhista:

a) Cabe agravo de petição.

b) Cabe mandado de segurança.

c) Cabe agravo de instrumento.

d) Não cabe recurso.

e) Cabe agravo interno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema recursos trabalhistas.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 897, "a", da CLT, o agravo de petição é cabível nas execuções: "Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: a) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções;".

A alternativa B está incorreta. O mandado de segurança é cabível para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, conforme art. 5º, LXIX, da CF: "LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou

habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;"

A alternativa C está correta. Conforme art. 897, "b", da CLT, contra o despacho que denega a interposição de recurso trabalhista é cabível agravo de instrumento. Vejamos: "Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos."

Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa D fica automaticamente incorreta, posto que cabível, sim, recurso.

A alternativa E está incorreta. O agravo interno é o recurso cabível contra contra decisão monocrática proferida pelo relator do processo. Conforme art. 1.021 do CPC: "Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal". Ademais, após a reforma trabalhista, inseriu-se na CLT a previsão do agravo interno nos casos em que o relator profere decisão em Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica instaurado originariamente no tribunal, na forma do inciso III do § 1º do artigo 855-A. Vejamos: "Art. 855-A. Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. § 1º Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente: III - cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal".

QUESTÃO 81. A luz do entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a atuação da fazenda pública na justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

I. Os procuradores estaduais podem representar autarquias do respectivo estado em juízo, se investidos de instrumento de mandato válido.

II. Os estados, quando representados no juízo trabalhista por seus procuradores, devem juntar instrumento de mandato.

III. Decisão contrária à fazenda pública em dissídio individual trabalhista, fundada em orientação jurisprudencial do TST, está sujeita ao reexame necessário.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema atuação da fazenda pública na justiça do trabalho. O Item I está correto. Conforme item II da OJ 318 da SBDI-1: "OJ nº 318 da SBDI-I: (...) II – Os procuradores estaduais e municipais podem representar as respectivas autarquias e fundações públicas em juízo somente se designados pela lei da respectiva unidade da federação (art. 75, IV, do CPC de 2015) ou se investidos de instrumento de mandato válido". O Item II está incorreto. Dispensa-se a juntada do mandato. Conforme item I da Súmula 436 do TST: "Súmula nº 436 do TST: I – A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação". O Item III está incorreto. Não há sujeição ao reexame necessário. Conforme item II da Súmula 303 do TST: "Súmula nº 303 do TST: (...) II – Também não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em: a) súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;".

QUESTÃO 82. Conforme expressa previsão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a ação rescisória trabalhista se sujeita ao:

a) Depósito de 5% do valor da condenação, salvo se o autor for a fazenda pública ou for beneficiário da gratuidade de justiça.

b) Depósito prévio de 10% do valor da causa, salvo se o autor for a fazenda pública ou for beneficiário da gratuidade de justiça.

c) Depósito de 20% do valor da condenação, salvo se o autor for a fazenda pública ou for beneficiário da gratuidade de justiça.

d) Depósito prévio de 20% do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.

e) Depósito prévio de 5% do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema ação rescisória trabalhista.

Na CLT, a ação rescisória está prevista no art. 836, vejamos: "Art. 836. É vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste Título e a ação rescisória, que será admitida na forma do disposto no Capítulo IV do Título IX da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, sujeita ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor."

Desta feita, tomando por base o caput do art. 836 da CLT, a alternativa correta é a letra D: deve haver depósito prévio de 20% do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor. As alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 83. No processo trabalhista, caso seja indeferida a tutela provisória antes da sentença, caberá:

a) Recurso de revista.

b) Agravo de instrumento.

c) Mandado de segurança.

d) Recurso ordinário.

e) Agravo de petição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema tutela provisória em processo do trabalho.

Conforme a Súmula nº 414, II, do TST: "Súmula nº 414 do TST: (...) II – No caso de a tutela provisória haver sido concedida ou indeferida antes da sentença, cabe mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio". Portanto, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 84. Com base na CLT, assinale a opção que apresenta, respectivamente, o número máximo de testemunhas que cada parte pode indicar na instrução do processo trabalhista pelo rito ordinário e o tempo máximo disponível, após o término dessa instrução, para cada parte aduzir razões finais, se o quiser.

a) Três testemunhas; cinco minutos.

b) Três testemunhas; dez minutos.

c) Duas testemunhas; dez minutos.

d) Cinco testemunhas; quinze minutos.

e) Duas testemunhas; cinco minutos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema rito ordinário em processo do trabalho.

Sobre as testemunhas, no rito ordinário, a parte poderá indicar até 3 testemunhas. É o que determina o artigo 821 da CLT: "Art. 821. Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a seis". E, acerca do tempo máximo para aduzir razões finais, o art. 850 da CLT determina que este será de 10 minutos: "Art. 850 - Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez)

minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão."

Portanto, a alternativa correta é a letra B: 3 testemunhas; 10 minutos. Tomando por base os mesmos dispositivos legais, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 85. No rito ordinário do processo trabalhista, os recursos devem ser interpostos por simples petição, tendo, em regra geral, efeito:

a) Devolutivo apenas, permitida a execução provisória até a sentença de liquidação.

b) Devolutivo apenas, permitida a execução provisória até a penhora.

c) Devolutivo e suspensivo, permitida a execução provisória até a sentença de liquidação.

d) Devolutivo apenas, não sendo permitida a execução provisória.

e) Devolutivo e suspensivo, não sendo permitida a execução provisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema recursos trabalhistas.

Sobre os efeitos dos recursos, o art. 899 da CLT traz o seguinte: "Art. 899 - Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora."

Portanto, a alternativa correta é a letra B. Tomando por base o mesmo dispositivo legal, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 86. O texto constitucional prevê, como competência comum do federalismo cooperativo, a proteção do meio ambiente e o combate à poluição, bem como a preservação das florestas, da fauna e da flora. Na Lei Complementar (LC) n.° 140/2011, o rol dos possíveis instrumentos de cooperação de que os entes federados se podem valer para mitigar eventuais limitações estruturais que se apresentem na gestão ambiental inclui, expressamente:

a) Convênios com entidades privadas.

b) Parcerias público-privadas.

c) Acordos de cooperação internacional.

d) Pagamento por serviços ambientais.

e) Consórcios públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema cooperação entre os entes federativos no exercício da competência comum de proteção do meio ambiente, de acordo com a LC 140/2011.

Conforme art. 4º, I, da LC 140/2011, um dos instrumentos de cooperação de que os entes federados se podem valer para mitigar limitações estruturais na gestão ambiental é o consórcio público. Logo, a alternativa correta é a letra E.

As alternativas A, B, C e D ficam incorretas, pois não constam no rol do art. 4º, I, da LC 140/2011.

QUESTÃO 87. Assinale a opção que corresponde ao instrumento previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos com o propósito de viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou para outra destinação final ambientalmente adequada.

a) Inventário de resíduos sólidos.

b) Compensação ambiental.

c) Coleta seletiva.

d) Monitoramento da qualidade dos resíduos.

e) Logística reversa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

As alternativas A e D estão incorretas. O inventário de resíduos sólidos e o monitoramento da qualidade dos resíduos, de fato, são instrumentos previsto na PNRS, em seu art. 8º, II e V. No entanto, a definição trazida pelo enunciado da questão não corresponde aos conceitos trazidos pela alternativa. Vejamos: "Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: II - os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos; V - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;".

A alternativa B está incorreta. A compensação não é um instrumento previsto na PNRS, e a definição trazida pelo enunciado da questão não corresponde ao conceito de "compensação ambiental".

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 3º, V, inciso da PNRS (Lei 12.305/2010): "Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;"

A alternativa E está correta. De fato, a definição trazida no enunciado da questão corresponde ao conceito de "logística reversa". Conforme art. 3º, inciso XII, da PNRS (Lei 12.305/2010): "Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;"

QUESTÃO 88. Uma empresa de energia solar pretende construir um complexo fotovoltaico de médio porte no município A. Depois de acionar a prefeitura, a empresa tomou conhecimento da ausência de órgão ou repartição ambiental no município, bem como da inexistência de corpo técnico capacitado para tratar dos trâmites relacionados ao licenciamento ambiental do empreendimento. Nessa situação hipotética, de acordo com a LC n.° 140/2011:

a) O município poderá estabelecer conselho ambiental provisório para autorizar a construção.

b) A empresa poderá convalidar o licenciamento em órgão ambiental capacitado de outra localidade.

c) A empresa não poderá iniciar a obra enquanto não for criada secretaria municipal de meio ambiente.

d) O licenciamento da obra deverá ser realizado por órgão estadual capacitado.

e) O gestor municipal poderá autorizar a construção do complexo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema licenciamento ambiental.

Conforme art. 15, II, da LC 140: "Art. 15. Os entes federativos devem atuar em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, nas seguintes hipóteses: II - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação;". Sendo assim, no caso narrado pelo enunciado, na ausência de órgão ou repartição ambiental no município, bem como na inexistência de corpo técnico capacitado para tratar dos trâmites relacionados ao licenciamento ambiental do empreendimento em questão, o licenciamento da obra deverá ser realizado por órgão estadual capacitado. Portanto, correta a alternativa D. As alternativas A, B C e E ficam, pois, automaticamente incorretas, já que tais hipóteses não constam na LC 140/2011, não sendo possíveis.

QUESTÃO 89. Para um projeto de ampliação de determinado trecho rodoviário que envolverá a supressão vegetal de uma área de caatinga de 1.200 hectares, foi concedida regularmente licença de instalação pelo órgão ambiental competente. Posteriormente à concessão da licença, registrou-se a existência de espécie endêmica ameaçada de extinção na área do projeto, informação não constante no estudo de impacto ambiental apresentado. Tal fato foi

imediatamente comunicado ao órgão ambiental. Nessa situação hipotética, com base na Resolução do CONAMA n.° 237/1997, o órgão ambiental competente:

a) Poderá modificar as condicionantes do projeto.

b) Deverá abster-se de conceder novas licenças.

c) Não poderá modificar a licença expedida.

d) Deverá cancelar a licença expedida e encerrar o projeto.

e) Deverá suspender a licença expedida e aplicar multa aos agentes envolvidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema licença ambiental.

No caso disposto pelo enunciado, após a concessão da licença de instalação pelo órgão ambiental competente, registrou-se a existência de espécie endêmica ameaçada de extinção na área do projeto, fato este que foi imediatamente comunicado ao órgão ambiental. Nesta hipótese, o art. 19 da Resolução 237/97 do CONAMA determina que o órgão ambiental competente poderá modificar as condicionantes do projeto. Vejamos: "Art. 19. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer: I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença; III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde."

Portanto, correta a alternativa A. As alternativas B, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 90. Um caminhão que transportava insumos químicos tóxicos destinados a uma fábrica de produtos de limpeza tombou às margens de um rio, o que resultou no derramamento, em seu leito, de grandes quantidades do material transportado. A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

a) A transportadora não poderá ser responsabilizada por razões de caso fortuito ou fato de terceiro.

b) O dano ambiental somente estará configurado se o rio estiver situado em área de preservação permanente (APP).

c) A comprovação de que efetivamente houve dano ambiental é requisito para que se imponha a obrigação de repará-lo.

d) O dano ambiental retratado será presumido e ensejará responsabilização civil solidária da transportadora e da fábrica.

e) A comprovação do nexo causal entre a conduta da transportadora e o dano ambiental é indispensável para que ela seja autuada.

Comentários

A alternativa apontada pelo gabarito preliminar da banca como correta é a **letra D**. No entanto, entende-se que, na verdade, a alternativa correta é a letra E.

A questão trata do tema responsabilidade por dano ambiental.

Conforme o Tema Repetitivo 681 do STJ: "A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar.

Neste mesmo sentido foi o julgamento do REsp 1.596.081-PR pelo STJ: "(...) 4. Em que pese a responsabilidade por dano ambiental seja objetiva (e lastreada pela teoria do risco integral), faz-se imprescindível, para a configuração do dever de indenizar, a demonstração da existência de nexo de causalidade apto a vincular o resultado lesivo efetivamente verificado ao comportamento (comissivo ou omissivo) daquele a quem se repute a condição de agente causador. (...)".

Portanto, no caso hipotético narrado, a comprovação do nexo causal entre a conduta da transportadora e o dano ambiental é indispensável para que ela seja autuada. Logo, apesar de a banca ter apontado como correta a alternativa D, entende-se que, na verdade, é correta a alternativa E.

Tomando por base os entendimentos jurisprudenciais colacionados, as demais alternativas não subsistem, ficando automaticamente incorretas.

QUESTÃO 91. Ao reavaliar as áreas ambientais do território municipal, o respectivo prefeito editou decreto que promoveu o reenquadramento de uma área remanescente de vegetação nativa, de modo que parte do local, até então definido por lei como unidade de conservação de proteção integral, passou a ser classificada como unidade de conservação de uso sustentável. Nessa situação hipotética, o ato do prefeito é:

a) Irregular, pois ato normativo municipal não pode reduzir o grau de proteção de área de conservação definida por lei.

b) Regular, pois a competência administrativa em matéria ambiental é comum aos entes federativos, conforme previsão constitucional, sendo cabível o gestor municipal editar atos que disciplinem unidades de conservação no território municipal.

c) Regular, pois a alteração de classificação no enquadramento da unidade de conservação não implica redução da sua proteção.

d) Regular, pois a gestão das áreas de conservação ambiental presentes em território municipal fica sujeita à discricionariedade da administração local.

e) Irregular, pois a redução do grau de proteção de área de conservação em território municipal depende de autorização da câmara municipal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema unidades de conservação.

Sobre a transformação das unidades de conservação, o art. 22, § 5º e § 7º, da Lei 9.985/2000 assim determina: "Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público. (...) § 5º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo. (...) § 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica." No caso hipotético narrado pelo enunciado, é mencionado que, até então, a área era definida por lei como unidade de conservação de proteção integral (maior proteção), e que havia o desejo de reenquadrar/transformar a área em unidade de conservação de uso sustentável (menor proteção). Logo, para tal, necessária a existência de lei, não sendo possível tal modificação pela via de decreto municipal – pois ato normativo municipal não pode reduzir o grau de proteção de área de conservação definida por lei. Portanto, correta a alternativa A. As alternativas B, C e D ficam incorretas, pois falam em regularidade. A alternativa E fica incorreta, pois embora fale em irregularidade do ato do prefeito, menciona a necessidade de autorização da câmara municipal, o que não é um requisito trazido pela Lei 9.985/2000.

QUESTÃO 92. O rompimento de uma barragem provocou o lançamento de rejeitos de mineração no curso de um rio, prejudicando-se municípios das comarcas A e B. O Ministério Público ajuizou ação civil pública perante a comarca A, para responsabilização dos agentes do dano. Posteriormente, uma organização ambiental, com dois anos de atuação, ajuizou nova ação civil pública, com o mesmo objeto, na comarca B.

Em referência à situação hipotética precedente, assinale a opção correta.

a) A ação proposta pelo Ministério Público apresenta vício formal de competência.

b) As ações serão processadas separadamente, em cada jurisdição.

c) O juízo da jurisdição da comarca A se tornará prevento para ações posteriores com o mesmo objeto.

d) Ambos os proponentes são legitimados, mas a segunda ação tornará o juízo prevento para ações posteriores com o mesmo objeto.

e) A ação proposta pela organização ambiental carece de legitimidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão exigiu do candidato conhecimento acerca da legitimidade e competência na ação civil pública para tutela dos interesses difusos, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema.

A alternativa A está incorreta. A competência em ação civil pública é do foro do local do dano, nos termos do artigo 2º da Lei de Ação Civil Pública. Assim, a ação pode ser proposta tanto na Comarca A quanto na B, locais onde ocorreu o dano: art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao artigo 2º, parágrafo único, da Lei de Ação Civil Pública: Parágrafo único. A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

A alternativa C está correta. O Supremo Tribunal Federal no RE 1101937, Tema 1075 de Repercussão Geral decidiu que: I - É inconstitucional a redação do art. 16 da Lei 7.347/1985, alterada pela Lei 9.494/1997, sendo repristinada sua redação original. II - Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). III - Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional e fixada a competência nos termos do item II, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas.

A alternativa D está incorreta. A primeira ação tornará o juízo prevento, conforme decidiu o STF no julgamento do Tema 1075 acima mencionado.

A alternativa E está incorreta. Consoante ao artigo 5º, da Lei de Ação Civil Pública: Art. 5o Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: V - a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

QUESTÃO 93. Um projeto de instalação de torres de linhas de transmissão prevê que o empreendimento atravessará uma APP, não havendo outro local alternativo para readequação do desenho da obra ou modificação dos traçados. A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz do Código Florestal.

a) Admite-se intervenção em APP, por ato do legislativo municipal, quando houver interesse social envolvido.

b) Admite-se intervenção em APP, independentemente do grau de impacto e da natureza do empreendimento.

c) A supressão de vegetação nativa em APP depende apenas da anuência do poder público.

d) A intervenção em APP poderá ser admitida quando houver declaração de utilidade pública.

e) A intervenção em APP poderá ser realizada sempre que não houver alternativa locacional para a realização do empreendimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Código Florestal, mais precisamente sobre a Área de Preservação Permanente (APP).

Sobre "utilidade pública", tal definição foi trazida no art. 3º, VII, "b", do Código Florestal (Lei 12.651/2012). Vejamos: "VIII - utilidade pública: b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, gestão de resíduos , energia, telecomunicações, radiodifusão, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais , bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;". Ocorre que tal dispositivo foi alvo da ADC nº 42, na qual ficou decidido o seguinte: "(...) 22. (...) CONCLUSÃO: (i) interpretação conforme à Constituição aos incisos VIII e IX do artigo 3° da Lei n. 12.651/2012, de modo a se condicionar a intervenção excepcional em APP, por interesse social ou utilidade pública, à inexistência de alternativa técnica e/ou locacional à atividade proposta, e (ii) declaração de inconstitucionalidade das expressões "gestão de resíduos" e "instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais", do artigo 3°, VIII, b, da Lei n. 12.651/2012;". Assim, de acordo com o julgamento da ADC 42 pelo STF a intervenção na APP poderá ser realizada caso não haja alternativa locacional para a realização do empreendimento.

Portanto, correta a alternativa E. Tomando por base o entendimento jurisprudencial acima colacionado, as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 94. Em relação à tutela do direito à saúde, assinale a opção correta.

a) De acordo com a Lei n.° 8.742/1993, o funcionamento das entidades e organizações de assistência social nos municípios independe de prévia inscrição no respectivo conselho municipal de assistência social.

b) Em razão de a saúde ser direito fundamental, seu planejamento é obrigatório tanto para os entes públicos quanto para a iniciativa privada, nos termos do Decreto n.° 7.508/2011.

c) Conforme a Lei n.° 8.080/1990, o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, financiado com recursos da União, é, tal qual o SUS. centralizado, hierarquizado e regionalizado.

d) O Consoante a Lei n.° 8.142/1990, para que os estados e os municípios recebam recursos do Fundo Nacional de Saúde, basta que tenham fundo de saúde e conselho de saúde próprios.

e) Previsto pelo Decreto n.° 7.508/2011, o contrato organizativo da ação pública da saúde formaliza o acordo de colaboração entre os entes federativos para a organização da rede interfederativa de atenção à saúde, para garantia da assistência integral aos usuários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão exigiu do candidato conhecimento acerca da tutela do direito à saúde e a organização administrativa de seus recursos e atribuições.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 9º da Lei n.° 8.742/1993: Art. 9º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 15, §1º, do Decreto n. 7.508: § 1º O planejamento da saúde é obrigatório para os entes públicos e será indutor de políticas para a iniciativa privada.

A alternativa C está incorreta. Dispõe o artigo 19-G da Lei n. 8.080: Art. 19-G. O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 4º da Lei n. 8.142: Art. 4° Para receberem os recursos, de que trata o art. 3° desta lei, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com: I - Fundo de Saúde; II - Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o Decreto n° 99.438, de 7 de agosto de 1990; III - plano de saúde; IV - relatórios de gestão que permitam o controle de que trata o § 4° do art. 33 da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990; V - contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento; VI - Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), previsto o prazo de dois anos para sua implantação.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do artigo 34 do Decreto n. 7.508: Art. 34. O objeto do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde é a organização e a integração das ações e dos serviços de saúde, sob a responsabilidade dos entes federativos em uma Região de Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência aos usuários.

QUESTÃO 95. Júlio, deficiente auditivo, com 16 anos de idade, é estudante do ensino médio da rede pública de ensino do estado do Paraná. Ele reside com sua família em uma casa identificada como de interesse social, recebida após cadastramento familiar em programa habitacional do estado.

Considerando essas informações hipotéticas e o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, assinale a opção correta.

a) É exigida dos professores da rede estadual de ensino proficiência na língua brasileira de sinais (LIBRAS), que constitui disciplina obrigatória em todos os cursos de nivel superior.

b) É recomendado que os alunos que apresentarem distúrbios de acuidade visual ou auditiva identificados mediante testes de acuidade visual e auditiva sejam encaminhados para , exames oftalmológicos ou otorrinolaringológicos, conforme o caso.

c) É dispensável a observância do desenho universal na residência onde Júlio habita com sua família, uma vez que a deficiência dele é auditiva, e não física.

d) É facultado à rede estadual de ensino submeter Júlio a teste de acuidade auditiva, uma vez que, além de ele já possuir o diagnóstico de surdez, os estudantes do ensino médio não são parte do público-alvo da aplicação obrigatória desse teste.

e) É garantida a Júlio a realização gratuita de testes de acuidade visual e auditiva, já que ele é estudante da rede pública estadual de ensino.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão exigiu do candidato conhecimento acerca da legislação local para tutela da pessoa com deficiência.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 40 da Lei nº 18.419 de 07/01/2015: Art. 40. A Língua Brasileira de Sinais - Libras deverá ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, Pedagogia e Educação Especial.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao artigo 27 da Lei nº 18.419 de 07/01/2015: Art. 27. É obrigatória a realização gratuita de testes de acuidade visual e auditiva em todos os estudantes da rede pública estadual de ensino. § 1º Os alunos que apresentarem distúrbios de acuidade visual ou auditiva serão obrigatoriamente encaminhados para exames oftalmológicos ou otorrinolaringológicos, respectivamente.

A alternativa C está incorreta. Dispõe o artigo 30 da Lei nº 18.419 de 07/01/2015: Art. 30. As habitações de interesse social ofertadas pelo Estado do Paraná deverão respeitar os padrões do desenho universal, possibilitando o pleno uso por parte de pessoas com e sem deficiência.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 27, §1º, da Lei nº 18.419 de 07/01/2015: Art. 27. É obrigatória a realização gratuita de testes de acuidade visual e auditiva em todos os estudantes da rede pública estadual de ensino. § 1º Os alunos que apresentarem distúrbios de acuidade visual ou auditiva serão obrigatoriamente encaminhados para exames oftalmológicos ou otorrinolaringológicos, respectivamente.

A alternativa E está correta. Conforme mencionado, o artigo 27 da Lei nº 18.419 de 07/01/2015 prevê o seguinte: Art. 27. É obrigatória a realização gratuita de testes de acuidade visual e auditiva em todos os estudantes da rede pública estadual de ensino.

QUESTÃO 96. Determinado estado editou lei que proibiu a utilização de linguagem neutra ou dialeto não binário nas instituições formais públicas e privadas de ensino dentro do estado. Conforme definição prevista nessa lei, a linguagem neutra baseia-se na modificação da particula final determinante do gênero nas palavras da língua portuguesa, seja na modalidade escrita, seja na modalidade falada, com o propósito de anular na linguagem a distinção de gênero baseada exclusivamente no masculino e no feminino.

À luz da jurisprudência do STF, é correto afirmar que a referida lei estadual é

a) constitucional, pois sua previsão está resguardada pelo princípio da gestão democrática da educação nacional, assegurada pelo texto constitucional à União, aos estados e aos municípios.

b) inconstitucional, pois compete aos municípios, no âmbito de sua competência supletiva, a edição de normas que tratem de currículos, conteúdos programáticos, metodologia de ensino ou modo de exercício da atividade docente.

c) constitucional, pois o estado tem competência concorrente com a União para legislar sobre diretrizes e bases da educação.

d) inconstitucional, pois viola a competência legislativa da União.

e) constitucional, pois a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional não impede que leis estaduais, distritais e municipais estabeleçam princípios e regras específicas para a adequação da lei nacional à realidade local.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão exigiu do candidato conhecimento acerca da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da (i)constitucionalidade da proibição de ensino da linguagem neutra nas escolas.

Os Estados da federação têm competência para legislar concorrente sobre educação, nos termos do art. 24, IX, da CRFB, mas devem obedecer às normas gerais editadas pela União. No exercício de sua competência nacional, a União editou a Lei de Diretrizes e Bases, cujo sentido engloba, segundo a jurisprudência deste Tribunal, as regras que tratam de "currículos, conteúdos programáticos, metodologia de ensino ou modo de exercício da atividade docente" (ADPF 457, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 03.06.2020). De fato, nos termos do art. 9º, IV, da Lei de Diretrizes e Bases, compete à União estabelecer competência e diretrizes para a educação infantil, de modo a assegurar formação básica comum. Isso porque, no âmbito da competência concorrente, cabe à União estabelecer regras minimamente homogêneas em todo território nacional. Nesse sentido, decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 7019 que "Norma estadual que, a pretexto de proteger os estudantes, proíbe modalidade de uso da língua portuguesa viola a competência legislativa da União". STF. Plenário. ADI 7019/RO, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 10/02/2023 (Info 1082).

QUESTÃO 97. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei federal n.º 10.741/2003) e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

I. É obrigatório que as instituições que se dedicam ao atendimento à pessoa idosa mantenham identificação externa visível, sob pena de interdição.

II. Ação que objetive a proteção de direitos difusos e coletivos de idosos deve ser proposta, preferencialmente, no foro do domicílio da pessoa idosa, cujo juízo terá competência relativa para processar a causa, ressalvadas as competências da justiça federal e a competência originária dos tribunais superiores.

III. De acordo com o STJ, além da reserva de duas vagas gratuitas por veículo de transporte rodoviário interestadual, os idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos têm direito à dispensa do pagamento de eventuais custos relacionados diretamente com esse transporte, incluídas, por exemplo, tarifas de pedágio.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão exigiu do candidato conhecimento acerca da tutela da pessoa idosa e a jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca do tema.

O item I está certo. Nos termos do artigo 37, §2º, do Estatuto do Idoso: Art. 37, § 2º Toda instituição dedicada ao atendimento à pessoa idosa fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

O item II está errado. Consoante ao artigo 80 do Estatuto do Idoso: Art. 80. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio da pessoa idosa, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

O item III está certo. Conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça no REsp 1543465: "Idosos que gozam de gratuidade no transporte coletivo, além de não pagarem a passagem, também são isentos das tarifas de pedágio e de utilização dos terminais". STJ. 1ª Turma. REsp 1543465-RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 13/12/2018 (Info 641).

Assim, considerando que os itens I e III estão certos, a alternativa a ser assinalada é a letra C.

QUESTÃO 98. A luz do entendimento jurisprudencial do STF acerca do fornecimento de medicamentos pelos entes federados, considerado o funcionamento do SUS, julgue os seguintes itens.

I. Demandas judiciais relativas ao fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS, mas com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), tramitarão na justiça estadual se o custo anual unitário dos medicamentos ficar entre 7 e 210 salários mínimos, e a

União deverá ressarcir 65% das despesas decorrentes de eventuais condenações dos estados e dos municípios.

II. Em regra, a ausência de registro de medicamento na ANVISA impede o seu fornecimento por decisão judicial, sendo possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da ANVISA em apreciar o pedido, quando houver, cumulativamente: (i) pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras); e (ii) registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior.

III. No caso de cumulação de pedidos para o fornecimento de medicamentos, para fins de competência, será considerado o valor de todos os medicamentos, incorporados ou não nos normativos do SUS, independentemente da existência de cumulação alternativa de outros pedidos envolvendo obrigação de fazer, pagar ou de entregar coisa certa.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item l está certo.

c) Apenas o item II está certo.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Apenas os itens II e III estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão exigiu do candidato conhecimento acerca do recente julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral n. 1.234.

O item está certo. Acerca da Competência nas ações para fornecimento de medicamento e tratamento decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 1.234 que: 1) Para fins de fixação de competência, as demandas relativas a medicamentos não incorporados na política pública do SUS, mas com registro na ANVISA, tramitarão perante a Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal, quando o valor do tratamento anual específico do fármaco ou do princípio ativo, com base no Preço Máximo de Venda do Governo (PMVG – situado na alíquota zero), divulgado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED - Lei 10.742/2003), for igual ou superior ao valor de 210 salários mínimos, na forma do art. 292 do CPC. III – Custeio: 3.3) As ações que permanecerem na Justiça Estadual e cuidarem de medicamentos não incorporados, as quais impuserem condenações aos Estados e Municípios, serão ressarcidas pela União, via repasses Fundo a Fundo (FNS ao FES ou ao FMS). Figurando somente um dos entes no polo passivo, cabe ao magistrado, se necessário, promover a inclusão do outro para possibilitar o cumprimento efetivo da decisão. 3.3.1) O ressarcimento descrito no item 3.3 ocorrerá no percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) dos desembolsos decorrentes de condenações oriundas de ações cujo valor da causa seja superior a 7 (sete) e inferior a 210 (duzentos e dez) salários-mínimos, a ser implementado mediante ato do Ministério da Saúde, previamente pactuado em instância tripartite, no prazo de até 90 dias. (RE 1366243, Relator(a): GILMAR MENDES,

Tribunal Pleno, julgado em 16-09-2024, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 10-10-2024 PUBLIC 11-10-2024)

O item II está errado. No julgamento do RE 657718/MG decidiu o Supremo Tribunal Federal que: A ausência de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial. É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da Anvisa em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos: a) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras); b) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e c) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil. STF. Plenário. RE 657718/MG, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. Min. Roberto Barroso, julgado em 22/5/2019 (repercussão geral) (Info 941).

O item III está errado. Conforme decisão do STF no julgamento do Tema 1234: 1.4) No caso de cumulação de pedidos, para fins de competência, será considerado apenas o valor do(s) medicamento(s) não incorporado(s) que deverá(ão) ser somado(s), independentemente da existência de cumulação alternativa de outros pedidos envolvendo obrigação de fazer, pagar ou de entregar coisa certa. (RE 1366243, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 16-09-2024, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 10-10-2024 PUBLIC 11-10-2024)

Assim, considerando que apenas o item I está correto, a alternativa a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 99. Julgue os próximos itens, referentes a aspectos de direito urbanístico e direito agrário.

I. De acordo com a jurisprudência consolidada do STJ, a intervenção do Ministério Público (MP) nas ações de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária é obrigatória, indisponível e inderrogável; logo, a falta de intimação do MP para atuar no feito como fiscal da lei é vício que contamina todos os atos decisórios, a partir do momento processual em que deveria se manifestar.

II. O Estatuto da Cidade define como consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização, de regularização fundiária ou de reforma, conservação ou construção de edificação por meio da qual o proprietário transfere ao poder público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas, ficando as demais unidades incorporadas ao patrimônio público.

III. É constitucional a fixação de prazo mínimo para o início do procedimento de vistoria em que se avaliará o cumprimento da função social de imóvel objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens Il e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão exigiu do candidato conhecimento acerca da tutela do direito urbanístico.

O item I está certo. Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "A intervenção do Ministério Público nas ações de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária é obrigatória, porquanto presente o interesse público" (RECURSO ESPECIAL Nº 1.681.249 - SP (2016/0170618-1), Relator MINISTRO HERMAN BENJAMIN). Ademais determina o artigo 279 do Código de Processo Civil: Art. 279. É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. § 1º Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado. § 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

O item II está certo. Consoante ao artigo 46, §1º do Código de Processo Civil: § 1o Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização, de regularização fundiária ou de reforma, conservação ou construção de edificação por meio da qual o proprietário transfere ao poder público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas, ficando as demais unidades incorporadas ao patrimônio público.

O item III está certo. Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal no Julgamento da ADI 2213: "É constitucional a fixação de prazo mínimo para o início do procedimento de vistoria em que se avaliará o cumprimento da função social de imóvel objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo. Disposição que encontra respaldo também no art. 4º do Decreto n. 2.250/1997. Contudo, a ocupação apta a atrair a aplicação do § 6º do art. 2º da Lei n. 8.629/1993 deve ser anterior ou contemporâneo aos procedimentos expropriatórios e atingir porção significativa do imóvel. (...) O processo de reforma agrária não pode ser conduzido de maneira arbitrária ou contrária ao ordenamento, seja pelo poder público, seja por particular ou organização social. O esbulho possessório é tipificado no art. 161, II, do Código Penal. Logo, a proibição de repasse de recursos públicos a grupos (entidade, organização, pessoa jurídica, movimento ou sociedade de fato) envolvidos na invasão de propriedade privada é constitucional, considerada a ilegalidade da conduta. A submissão aos princípios da legalidade e da moralidade veda o fomento de atividades ilícitas e contrárias à ordem constitucional. Dessa forma, surge viável o exercício do poder de autotutela para controlar a validade do ato de destinação de recursos públicos, não se configurando inconstitucionalidade por violação de ato jurídico perfeito" [ADI 2.213, rel. min. Nunes Marques, j. 19.12.2023, P, DJE de 01.03.2024].

QUESTÃO 100. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ acerca da tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos, assinale a opção correta.

a) O Ministério Público tem legitimidade ativa ad causam apenas para, em ação civil pública, deduzir em juízo pretensão de natureza tributária em defesa de contribuintes, quando visar questionar a constitucionalidade ou legalidade de tributo.

b) Em ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, apenas o autor é dispensado do adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

c) É inconstitucional a utilização da colaboração premiada, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público.

d) A abrangência nacional expressamente declarada na sentença coletiva pode ser alterada na fase de execução, sem ofensa à coisa julgada.

e) O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória obsta a propositura de ação civil pública em defesa do patrimônio público para discutir a dominialidade do bem expropriado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão exigiu do candidato conhecimento acerca da jurisprudência dos Tribunais Superiores no tocante à tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

A alternativa A está incorreta. Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 645 de Repercussão Geral: "O Ministério Público não possui legitimidade ativa ad causam para, em ação civil pública, deduzir em juízo pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes, que vise questionar a constitucionalidade/legalidade de tributo".

A alternativa B está correta. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido que "O art. 18 da Lei n. 7.347/1985, que dispensa o adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, dirige-se apenas ao autor da ação civil pública" (AgRg no AREsp 450222/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 18/06/2014).

A alternativa C está incorreta. O Supremo Tribunal Federal decidiu o Tema 1043 que "É constitucional a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei 12.850/2013, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público, observando-se as seguintes diretrizes: 1) Realizado o acordo de colaboração premiada, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação: regularidade, legalidade e voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 4º da referida Lei 12.850/2013; 2) As declarações do agente colaborador, desacompanhadas de outros elementos de prova, são insuficientes para o início da ação civil por ato de improbidade; 3) A obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a

negociação em torno do modo e das condições para a indenização; 4) O acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, com a interveniência da pessoa jurídica interessada e devidamente homologado pela autoridade judicial; 5) Os acordos já firmados somente pelo Ministério Público ficam preservados até a data deste julgamento, desde que haja previsão de total ressarcimento do dano, tenham sido devidamente homologados em Juízo e regularmente cumpridos pelo beneficiado". STF. Plenário. ARE 1.175.650/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 01/7/2023(Repercussão Geral – Tema 1043) (Info 1101).

A alternativa D está incorreta. Conforme edição 25 da jurisprudência em teses do STJ: 9) A abrangência nacional expressamente declarada na sentença coletiva não pode ser alterada na fase de execução, sob pena de ofensa à coisa julgada.

A alternativa E está incorreta. Decidiu o STF no julgamento do Tema 858 de repercussão geral: O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória não obsta a propositura de Ação Civil Pública em defesa do patrimônio público, para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a Ação Rescisória; II - Em sede de Ação de Desapropriação, os honorários sucumbenciais só serão devidos caso haja devido pagamento da indenização aos expropriados.

DEFENSORIAS PÚBLICAS

DPE-AC

QUESTÃO 01. De acordo com a legislação vigente e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a alteração do prenome de pessoa que atingiu a maioridade civil

a) pode ser requerida, a qualquer tempo, após a maioridade civil, desde que mediante o ajuizamento de ação na qual deve ser apresentado justo motivo para a alteração.

b) exige do interessado o ajuizamento de ação no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, na qual deve ser apresentado justo motivo para a alteração.

c) independe de decisão judicial, devendo o interessado, após atingir a maioridade civil, requerer, pessoalmente, mediante apresentação de justo motivo, a alteração diretamente no ofício de registro civil de pessoas naturais.

d) demanda o ajuizamento de ação pelo interessado no primeiro ano após o atingimento da maioridade civil, com manifestação de sua vontade, sendo desnecessário apresentar justo motivo para a alteração.

e) independe de decisão judicial, podendo o interessado, após atingir a maioridade civil, requerer pessoalmente a alteração junto ao ofício de registro civil de pessoas naturais, sendo desnecessária a apresentação de justo motivo para a mudança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois a alteração do prenome de pessoa que atingiu a maioridade civil pode ser requerida, a qualquer tempo, após a maioridade civil, independentemente do ajuizamento de ação, sendo desnecessário apresentar justo motivo para a alteração. Assim, é possível a alteração imotivada do prenome por intermédio da via extrajudicial, conforme o disposto no art. 56, caput, da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): "Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico".

A alternativa B está incorreta, pois a alteração do prenome de pessoa que atingiu a maioridade civil pode ser requerida, a qualquer tempo, após a maioridade civil, independentemente do ajuizamento de ação. Assim, é possível a alteração imotivada do prenome por intermédio da via extrajudicial, conforme o disposto no art. 56, caput, da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): "Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico".

A alternativa C está incorreta, pois a legislação admite 1 (uma) alteração imotivada do prenome por intermédio da via extrajudicial, conforme o disposto no art. 56, caput e §1º, da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): "Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico. § 1º A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial".

A alternativa D está incorreta, pois trata da redação original do art. 57 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) vigente antes da alteração promovida pela Lei nº 14.382, de 2022. Nesse contexto, destaca-se que a possibilidade de alteração de prenome atualmente encontra-se no art. 56 da Lei nº 6.015/73: "Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico". Ainda sobre o tema, cumpre destacar o conteúdo do art. 56, §1º, da Lei nº 6.015/73: "§ 1º A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial".

A alternativa E está correta, nos termos da nova redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022, ao caput do art. 56 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): "Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico". Ainda sobre o tema, cumpre destacar o conteúdo do art. 56, §1º, da Lei nº 6.015/73: "§ 1º A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial".

QUESTÃO 02. De acordo com o STJ e o Código Civil, o alvo da eficácia da prescrição é

a) a pretensão, sendo esta fenômeno de direito material que impede a cobrança do cumprimento da prestação pelas vias judicial e extrajudicial.

b) a ação, sendo aquela, por esse motivo, fenômeno de direito processual que impede a cobrança do cumprimento da prestação apenas pela via judicial.

c) o direito subjetivo, sendo ela um fenômeno de direito material que permite a cobrança do cumprimento da prestação apenas pela via extrajudicial.

d) a pretensão, sendo esta fenômeno de direito processual que impede a cobrança do cumprimento da prestação apenas pela via judicial.

e) a pretensão, sendo esta instituto de direito processual que permite a cobrança do cumprimento da prestação pelas vias judicial e extrajudicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A solução do questionamento exige a análise do REsp 2.088.100, com trecho da ementa a seguir transcrito: "3. Inovando em relação à ordem jurídica anterior, o art. 189 do Código Civil de 2002 estabelece, expressamente, que o alvo da prescrição é a pretensão, instituto de direito material, compreendido como o poder de exigir um comportamento positivo ou negativo da outra parte da relação jurídica. 4. A pretensão não se confunde com o direito subjetivo, categoria estática, que ganha contornos de dinamicidade com o surgimento da pretensão. Como consequência, é possível a existência de direito subjetivo sem pretensão ou com pretensão paralisada. 5. A pretensão se submete ao princípio da indiferença das vias, podendo ser exercida tanto judicial, quanto extrajudicialmente. Ao cobrar extrajudicialmente o devedor, o credor está, efetivamente, exercendo sua pretensão, ainda que fora do processo. 6. Se a pretensão é o poder de exigir o cumprimento da prestação, uma vez paralisada em razão da prescrição, não será mais possível exigir o referido comportamento do devedor, ou seja, não será mais possível cobrar a dívida. Logo, o reconhecimento da prescrição da pretensão impede tanto a cobrança judicial quanto a cobrança extrajudicial do débito. 7. Hipótese em que as instâncias ordinárias consignaram ser incontroversa a prescrição da pretensão do credor, devendo-se concluir pela impossibilidade de cobrança do débito, judicial ou extrajudicialmente, impondo-se a manutenção do acórdão recorrido. 8. Recurso especial conhecido e desprovido. (REsp n. 2.088.100/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 17/10/2023, DJe de 23/10/2023.)".

Passando à análise das alternativas.

A alternativa A está correta, pois, de acordo com o entendimento do STJ no REsp 2.088.100, "o alvo da prescrição é a pretensão, instituto de direito material, compreendido como o poder de exigir um comportamento positivo ou negativo da outra parte da relação jurídica". Nesse contexto, "o reconhecimento da prescrição da pretensão impede tanto a cobrança judicial quanto a cobrança extrajudicial do débito".

A alternativa B está incorreta, pois, de acordo com o entendimento do STJ no REsp 2.088.100, o alvo da eficácia da prescrição é a pretensão, sendo aquela, por esse motivo, fenômeno de direito material que impede a cobrança do cumprimento da prestação pela via judicial e extrajudicial.

A alternativa C está incorreta, para o STJ "a pretensão não se confunde com o direito subjetivo, categoria estática, que ganha contornos de dinamicidade com o surgimento da pretensão" (REsp 2.088.100). Além disso, a Corte Cidadã acrescenta que "se a pretensão é o poder de exigir o cumprimento da prestação, uma vez paralisada em razão da prescrição, não será mais possível exigir o referido comportamento do devedor, ou seja, não será mais possível cobrar a dívida. Logo, o reconhecimento da prescrição da pretensão impede tanto a cobrança judicial quanto a cobrança extrajudicial do débito".

A alternativa D está incorreta, pois, de acordo com o entendimento do STJ no REsp 2.088.100, "o alvo da prescrição é a pretensão, instituto de direito material, compreendido como o poder de exigir um comportamento positivo ou negativo da outra parte da relação jurídica". Ademais, afirma a Corte Cidadã que "se a pretensão é o poder de exigir o cumprimento da prestação, uma vez paralisada em razão da prescrição, não será mais possível exigir o referido comportamento do devedor, ou seja, não será mais possível cobrar a dívida. Logo, o reconhecimento da prescrição da pretensão impede tanto a cobrança judicial quanto a cobrança extrajudicial do débito".

A alternativa E está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ no REsp 2.088.100, a prescrição é instituto de direito material, vejamos trecho da ementa: "o alvo da prescrição é a pretensão, instituto de direito material, compreendido como o poder de exigir um comportamento positivo ou negativo da outra parte da relação jurídica".

QUESTÃO 03. De acordo com o Código Civil e o entendimento do STJ, a cláusula penal compensatória torna-se exigível desde a data do inadimplemento

a) relativo pelo devedor que, culposamente, deixar de cumprir a obrigação, desde que o vencimento desta não esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato.

b) relativo pelo devedor que, dolosamente, deixar de cumprir a obrigação, ainda que o vencimento desta esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato.

c) absoluto pelo devedor que, culposamente, deixar de cumprir a obrigação, ainda que o vencimento desta esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato.

d) absoluto pelo devedor que, culposamente, deixar de cumprir a obrigação, desde que o vencimento desta não esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato.

e) absoluto pelo devedor que, dolosamente, deixar de cumprir a obrigação, desde que o vencimento desta não esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta, pois a cláusula penal compensatória é prevista para os casos de inadimplemento absoluto da obrigação. De acordo com a doutrina, há duas modalidades de cláusula penal: cláusula penal moratória e cláusula penal compensatória. Segundo Cristiano Chaves: "A cláusula penal moratória é aquela instituída com o fito de preservar cláusula específica do contrato ou em virtude

de mora do devedor. Será a multa exigida conjuntamente à obrigação principal não adimplida, com feição de indenização complementar", nos termos do art. 411 do CC: "Art. 411. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal". Por outro lado, "a cláusula penal compensatória é aquela que estipula multa para a total inexecução contratual, ou seja, nas hipóteses de absoluto descumprimento da obrigação ao tempo de seu vencimento. (...) Aqui, a cláusula penal tem feição de indenização substitutiva", conforme o disposto no art. 410 do CC: "Art. 410. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor".

A alternativa B está incorreta, pois a cláusula penal compensatória é prevista para os casos de inadimplemento absoluto da obrigação, conforme justificativa apresentada na alternativa A.

A alternativa C está correta. De acordo com o entendimento do STJ no REsp 1.951.601: "4. O fato gerador de crédito fundado em cláusula penal compensatória é o inadimplemento absoluto da obrigação principal. 5. O direito subjetivo de crédito decorrente da multa convencional existe desde a data do inadimplemento absoluto, ocasião em que se torna exigível a cláusula penal compensatória, ainda que o seu vencimento esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato (REsp n. 1.951.601/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 13/12/2022, DJe de 16/12/2022.)". Além disso, cumpre destacar que na cláusula penal compensatória, fundamental é a constatação da inexecução culposa da obrigação, nos termos do art. 408 do Código Civil: "Art. 408. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora".

A alternativa D está incorreta, pois, nessa hipótese, a cláusula penal compensatória torna-se exigível ainda que o vencimento desta esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato. De acordo com o entendimento do STJ no REsp 1.951.601: "4. O fato gerador de crédito fundado em cláusula penal compensatória é o inadimplemento absoluto da obrigação principal. 5. O direito subjetivo de crédito decorrente da multa convencional existe desde a data do inadimplemento absoluto, ocasião em que se torna exigível a cláusula penal compensatória, ainda que o seu vencimento esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato (REsp n. 1.951.601/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 13/12/2022, DJe de 16/12/2022.)".

A alternativa E está incorreta, pois na cláusula penal compensatória, é suficiente que ocorra a inexecução culposa da obrigação, nos termos do art. 408 do Código Civil: "Art. 408. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora".

QUESTÃO 04. Segundo o STJ e o Código Civil, na hipótese em que a apuração de suposto fato criminoso na esfera criminal for questão prejudicial à propositura de ação de indenização por danos morais na esfera cível, decorrente de responsabilidade extracontratual, a prescrição

a) correrá a partir da efetiva ciência do dano, sendo o prazo prescricional de dez anos e desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.

b) não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal e, quando iniciar a contagem do prazo prescricional, este será de três anos.

c) não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal e, iniciada a contagem do prazo prescricional, este será de dez anos.

d) correrá a partir da efetiva ciência do dano, sendo o prazo prescricional de cinco anos e desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.

e) correrá a partir da efetiva ciência do dano, sendo o prazo prescricional de três anos e desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta, pois, nessa hipótese, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal. Nos termos do art. 200 do Código Civil: "Art. 200. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva". Ademais, de acordo com o STJ, quando a apuração de suposto fato criminoso na esfera criminal for questão prejudicial à propositura de ação de indenização por danos morais na esfera cível, decorrente de responsabilidade extracontratual, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.

A alternativa B está correta. A primeira parte da alternativa está fundamentada no REsp 1.135.988, no qual o STJ decidiu que: "1. Impera a noção de independência entre as instâncias civil e criminal, uma vez que o mesmo fato pode gerar, em tais esferas, tutelas a diferentes bens jurídicos, acarretando níveis diversos de intervenção. Nessa seara, o novo Código Civil previu dispositivo inédito em seu art. 200, reconhecendo causa impeditiva da prescrição: "quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva". 2. Estabeleceu a norma, em prestígio à boa-fé, que o início do prazo prescricional não decorre da violação do direito subjetivo em si, mas, ao revés, a partir da definição por sentença, no juízo criminal, que apure definitivamente o fato. A aplicação do art. 200 do Código Civil tem valia quando houver relação de prejudicialidade entre as esferas cível e penal - isto é, quando a conduta originar-se de fato também a ser apurado no juízo criminal -, sendo fundamental a existência de ação penal em curso (ou ao menos inquérito policial em trâmite). (REsp n. 1.135.988/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 8/10/2013, DJe de 17/10/2013.)". Ademais, o prazo prescricional de 3 (três) anos encontra-se no AREsp 1.192.906-SP: "Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, reafirmado no julgamento do Tema IAC 2, incide o prazo prescricional trienal, nos moldes do art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil, nas ações de indenização oriundas de responsabilidade civil extracontratual (AREsp 1.192.906-SP, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, por maioria, julgado em 14/3/2023)".

A alternativa C está incorreta, pois, no caso, o prazo prescricional será de 3 (três) anos, nos termos do AREsp 1.192.906-SP: "Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, reafirmado no julgamento do Tema IAC 2, incide o prazo prescricional trienal, nos moldes do art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil, nas ações de indenização oriundas de responsabilidade civil extracontratual (AREsp 1.192.906-SP, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, por maioria, julgado em 14/3/2023)".

A alternativa D está incorreta, pois, nessa hipótese, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal. Nos termos do art. 200 do Código Civil: "Art. 200. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva". Ademais, de acordo com o STJ, quando a apuração de suposto fato criminoso na esfera criminal for questão prejudicial à propositura de ação de indenização por danos morais na esfera cível, decorrente de responsabilidade extracontratual, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.

A alternativa E está incorreta, pois, nessa hipótese, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal. Nos termos do art. 200 do Código Civil: "Art. 200. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva". Ademais, de acordo com o STJ, quando a apuração de suposto fato criminoso na esfera criminal for questão prejudicial à propositura de ação de indenização por danos morais na esfera cível, decorrente de responsabilidade extracontratual, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.

QUESTÃO 05. De acordo com o Código Civil, configura-se comoriência quando dois ou mais indivíduos,

a) independentemente de serem sucessores entre si, falecerem no mesmo local, vindo todos eles a óbito concomitantemente.

b) que são sucessores entre si, falecerem no mesmo local, vindo todos eles a óbito concomitantemente.

c) independentemente de serem sucessores entre si, falecerem na mesma ocasião, não sendo possível averiguar se a morte de algum deles precedeu à dos outros.

d) que são sucessores entre si, falecerem na mesma ocasião, não sendo possível averiguar se a morte de algum deles precedeu à dos outros.

e) independentemente de serem sucessores entre si, falecerem no mesmo local, sendo impossível averiguar se a morte de algum deles precedeu à dos outros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta, pois o conteúdo do art. 8º do Código Civil não exige que a morte tenha ocorrido no mesmo local, mas ao mesmo tempo (simultaneamente), vejamos: "Art. 8º Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos".

A alternativa B está incorreta, pois o conteúdo do art. 8º do Código Civil não exige que a morte tenha ocorrido no mesmo local, mas ao mesmo tempo (simultaneamente), vejamos: "Art. 8º Se dois ou mais

indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos".

A alternativa C está correta, nos termos do art. 8º do Código Civil: "Art. 8º Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos".

A alternativa D está incorreta, pois a redação do art. 8º do Código Civil não prevê expressamente como requisito para a comoriência que os indivíduos sejam sucessores entre si: "Art. 8º Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos". Porém, a doutrina afirma que somente haverá comoriência entre pessoas sucessíveis entre si. De acordo com Cristiano Chaves: "A consequência fundamental da comoriência projeta-se no Direito das Sucessões: a comoriência impede a transmissão de qualquer direito entre as pessoas comorientes. (...) Exatamente por esse motivo, somente haverá comoriência entre pessoas sucessíveis entre si ou que tenham estabelecido, entre si, uma relação jurídica de transmissão de direitos (como, por exemplo, um contrato de seguro de vida). É que não há interesse jurídico em determinar quem precedeu a morte de quem em relação a pessoas que não travam qualquer relação jurídica de transmissão de direitos. (...) Daí a importância do instituto para o Direito das Sucessões, produzindo seu mais relevante efeito: faz cessar os direitos sucessórios entre os comorientes, que não poderão suceder uns aos outros ou receber indenizações a título de seguro de vida".

A alternativa E está incorreta, pois a redação legal não exige que seja impossível averiguar o momento da morte, mas apenas que não seja possível indicar, com precisão, a premoriência, ou seja, quem precedeu a morte de quem. De acordo com Cristiano Chaves: "Funda-se a comoriência em um verdadeiro estado de dúvida, de incerteza, sobre quem precedeu a morte de quem em determinadas circunstâncias e, dada a falta de provas concretas para indicar quem morreu primeiro, supõe o ordenamento jurídico que morreram concomitantemente". Trata-se de presunção relativa (iuris tantum), que pode ser afastada por laudo médico ou outra prova efetiva e precisa do momento da morte real.

QUESTÃO 06. De acordo com o STJ e o Código Civil, se ocorrer a contratação de cartão de crédito, mediante fraude, após a morte do usuário, e daí resultar a inscrição do nome do de cujus nos cadastros de devedores inadimplentes, a propositura de ação judicial para pleitear que cesse a lesão ou ameaça dos direitos da personalidade

a) caberá a qualquer interessado.

b) caberá ao cônjuge sobrevivente ou a qualquer dos parentes em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

c) atenta contra o ordenamento jurídico brasileiro, dada a falta de previsão legal para conferir legitimidade aos sucessores.

d) caberá ao espólio.

e) não será possível, por se tratar de direito intransmissível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta, pois, nessa hipótese, a propositura de ação judicial caberá ao cônjuge sobrevivente ou a qualquer dos parentes em linha reta, ou colateral até o quarto grau. De acordo com o art. 12 do Código Civil: "Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau".

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 12 do Código Civil: "Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau". Ademais, de acordo com o entendimento do STJ no REsp 1.209.474: "1. Contratação de cartão de crédito após a morte do usuário, ensejando a inscrição do seu nome nos cadastros de devedores inadimplentes. 2. Propositura de ação declaratória de inexistência de contrato de cartão de crédito, cumulada com pedido de indenização por danos morais, pelo espólio e pela viúva. 3. Legitimidade ativa da viúva tanto para o pedido declaratório como para o pedido de indenização pelos prejuízos decorrentes da ofensa à imagem do falecido marido, conforme previsto no art. 12, parágrafo único, do Código Civil. 4. Ausência de legitimidade ativa do espólio para o pedido indenizatório, pois a personalidade do "de cujus" se encerrara com seu óbito, tendo sido o contrato celebrado posteriormente. 5. Doutrina e jurisprudência acerca do tema. 6. Restabelecimento dos comandos da sentença acerca da indenização por dano moral. 7. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. (REsp n. 1.209.474/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 10/9/2013, DJe de 23/9/2013.)".

A alternativa C está incorreta, pois há previsão legal conferindo legitimidade aos sucessores. Consoante o disposto no art. 12 do Código Civil: "Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau".

A alternativa D está incorreta, pois, de acordo com o STJ, o espólio não tem legitimidade nessa hipótese. Nesse sentido, destaca-se trecho da ementa do REsp 1.209.474: "1. Contratação de cartão de crédito após a morte do usuário, ensejando a inscrição do seu nome nos cadastros de devedores inadimplentes. 2. Propositura de ação declaratória de inexistência de contrato de cartão de crédito, cumulada com pedido de indenização por danos morais, pelo espólio e pela viúva. 3. Legitimidade ativa da viúva tanto para o pedido declaratório como para o pedido de indenização pelos prejuízos decorrentes da ofensa à imagem do falecido marido, conforme previsto no art. 12, parágrafo único, do Código Civil. 4. Ausência

de legitimidade ativa do espólio para o pedido indenizatório, pois a personalidade do "de cujus" se encerrara com seu óbito, tendo sido o contrato celebrado posteriormente. 5. Doutrina e jurisprudência acerca do tema. 6. Restabelecimento dos comandos da sentença acerca da indenização por dano moral. 7. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. (REsp n. 1.209.474/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 10/9/2013, DJe de 23/9/2013.)".

A alternativa E está incorreta, pois, nessa hipótese, é possível a propositura de ação judicial para pleitear que cesse a lesão ou ameaça dos direitos da personalidade. Consoante o disposto no art. 12 do Código Civil: "Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau". Ainda sobre o tema, cumpre destacar as lições de Cristiano Chaves: "Os lesados indiretos são as pessoas que têm legitimidade para requerer a medida de proteção quando o titular dos direitos da personalidade já tiver falecido. Ou seja, pode a pessoa viva defender, em nome próprio, um direito próprio da personalidade consubstanciado em resguardar a memória da personalidade de alguém de sua família que já faleceu. É a hipótese do filho que defende, judicialmente, a honra ou a imagem do pai falecido, indevidamente violados após o óbito. Nesse caso, insista-se, o titular defende um direito próprio, até porque o morto já não mais titulariza qualquer direito da personalidade".

QUESTÃO 07. A respeito das impenhorabilidades previstas na legislação processual civil, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

a) É penhorável o bem de família para o pagamento de profissionais liberais ou de honorários advocatícios, os quais se equiparam à pensão alimentícia, em razão de sua natureza alimentar,

b) O bem de família do fiador de contrato de locação de imóvel comercial é impenhorável.

c) A exceção à impenhorabilidade do bem de família prevista para o crédito decorrente de financiamento destinado a construção ou à aquisição de imóvel não se estende a novo imóvel adquirido com os recursos oriundos da venda do bem primitivo penhorável

d) O bem de família alienado fiduciariamente pode ser penhorado em execução promovida por terceiro contra o devedor fiduciante, ainda que o imóvel pertença ao credor fiduciário.

e) Em execução de dívida de natureza não alimentar, é possível, em caráter excepcional, a penhora de salário, ainda que este não exceda a 50 salários mínimos, quando garantido o mínimo necessário para a subsistência digna do devedor e de sua família.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Conforme jurisprudência do STJ: "É impenhorável o bem de família para o pagamento de honorários advocatícios ou de profissionais liberais, pois não se assemelham à pensão alimentícia para efeito da exceção do art. 3º, III, da Lei n. 8.009/1990". Julgados: AgInt no REsp

1838453/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2022, DJe 24/02/2022

A alternativa B está incorreta. Consoante ao entendimento do STJ: "É válida a penhora do bem de família de fiador apontado em contrato de locação de imóvel, seja residencial, seja comercial, nos termos do inciso VII do art. 3º da Lei n. 8.009/1990. (Tema 1091, STJ)".

A alternativa C está incorreta. A jurisprudência do STJ é no sentido de que: "A exceção à impenhorabilidade do bem de família, prevista para o crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, estende-se ao imóvel adquirido com os recursos oriundos da venda daquele bem". (STJ, REsp 1935842/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 25/06/2021)

A alternativa D está incorreta. Consoante ao entendimento do STJ: "O bem de família alienado fiduciariamente não pode ser penhorado em execução promovida por terceiro contra o devedor fiduciante, pois o imóvel pertence ao credor fiduciário". (STJ, AgInt no REsp 1992074/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2022, DJe 15/08/2022)

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do entendimento jurisprudencial do STJ: "Na hipótese de execução de dívida de natureza não alimentar, é possível a penhora de salário, ainda que este não exceda 50 salários-mínimos, quando garantido o mínimo necessário para a subsistência digna do devedor e de sua família". STJ. Corte Especial. EREsp 1.874.222-DF, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 19/4/2023 (Info 771).

QUESTÃO 08. No tocante às tutelas provisórias e aos meios para sua efetivação de acordo com o Código de Processo Civil (CPC) e a jurisprudência do STI, assinale a opção correta.

a) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz deve exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, sendo vedada a dispensa de caução em qualquer circunstância

b) O valor das astreintes não pode ser modificado a qualquer tempo pelo órgão julgador, ainda que se mostre irrisório o exorbitante, sob pena de ofensa ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada

c) Embora a parte responda objetivamente pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência cause à parte adversa quando a sentença lhe for desfavorável, a indenização deve ser liquidada em processo específico.

d) Dadas as dificuldades inerentes ás compras públicas, não é possível a imposição de multa diária a ente público a fim de compeli-lo a fornecer medicamento a pessoa desprovida de , recursos financeiros

e) Nas ações de fornecimento de medicamentos, cabe ao juízo adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões podendo, se necessário, determinar até mesmo o sequestro de valores do ente público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 300, §1º, CPC: Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

A alternativa B está incorreta. É possível que o magistrado, a qualquer tempo, e mesmo de ofício, revise o valor desproporcional das astreintes. (STJ, EAREsp 650.536/RJ, Rel. Min. Raul Araújo, Corte Especial, por maioria, julgado em 07/04/2021).

A alternativa C está incorreta. Consoante ao artigo 302, parágrafo único, do CPC: A indenização será liquidada nos autos em que a medida tiver sido concedida, sempre que possível.

A alternativa D está incorreta. Conforme jurisprudência do STJ: É possível a imposição de astreintes contra a Fazenda Pública para fornecimento de medicamento. (STJ, REsp 1474665/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/04/2017, DJe 22/06/2017).

A alternativa E está correta. Consoante à jurisprudência do STJ firmada em recursos repetitivos: Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação. (STJ, tema repetitivo 84).

QUESTÃO 09. A vice-presidência do tribunal de justiça de determinado estado inadmitiu o recurso especial A, da parte assistida pela defensoria pública, por ausência de prequestionamento, e negou seguimento ao recurso especial B, por estar o acórdão recorrido em consonância com entendimento do STJ exarado no regime de julgamento dos recursos repetitivos.

Nessa situação hipotética, a decisão em face do recurso especial A e a decisão em face do recurso especial B poderão ser impugnadas mediante

a) agravo interno, somente.

b) reclamação constitucional, somente.

c) agravo em recurso especial e reclamação constitucional, respectivamente.

d) agravo em recurso especial e agravo interno, respectivamente.

e) agravo em recurso especial, somente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Quanto ao Recurso Especial "A", consoante ao artigo 1042 do Código de Processo Civil: Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Com relação ao Recurso Especial "B", conforme entendimento do STJ, "O agravo interno é o único recurso cabível contra a decisão que nega seguimento ao recurso especial ou recurso extraordinário em virtude de o acórdão recorrido estar em consonância com tese firmada sob o rito dos recursos repetitivos ou da repercussão geral" (STJ, AgInt no AREsp n. 2.148.444/PB, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 13/2/2023, DJe de 16/2/2023). Dessa forma, a alternativa correta a ser assinalada é a letra D.

QUESTÃO 10. De acordo com o CPC e a jurisprudência do STJ, a técnica de ampliação do colegiado

a) O aplica-se na hipótese de julgamento de embargos de declaração que, por maioria de votos, altera o resultado unânime anteriormente havido no julgamento da apelação.

b) tem por objeto julgamentos não unânimes em qualquer espécie de recurso, inclusive agravo de instrumento interposto contra decisão sem julgamento do mérito.

c) deve ser aplicada se houver julgamento não unânime, ainda que a remessa necessária não tenha natureza recursal.

d) exige, para sua aplicação, que o julgamento não unânime tenha reformado a sentença, tal como se exigia nos extintos embargos infringentes

e) não se aplica ao julgamento não unânime de apelação de mandado de segurança, em razão do rito especial desse remédio constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Por unanimidade, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a existência de voto divergente na análise de embargos declaratórios demanda a aplicação da técnica de julgamento ampliado – prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) – se a divergência tiver a capacidade de alterar o resultado unânime de acórdão de apelação. (STJ, REsp 1910317)

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 942, §3º, do CPC: §3ºA técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em: I - ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno; II - agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito. § 4º Não se aplica o disposto neste artigo ao

julgamento: I - do incidente de assunção de competência e ao de resolução de demandas repetitivas; II - da remessa necessária; III - não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 942, §4º, do CPC: § 4º Não se aplica o disposto neste artigo ao julgamento: (...) II - da remessa necessária;

A alternativa D está incorreta. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, nos recursos de apelação, a técnica de julgamento ampliado prevista pelo artigo 942 do Código de Processo Civil de 2015 deve ser utilizada tanto nos casos em que há reforma da sentença quanto nos casos em que a sentença é mantida, desde que a decisão não seja unânime. (STJ, REsp 1733820)

A alternativa E está incorreta. A técnica de ampliação do colegiado, prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), também se aplica ao julgamento não unânime de apelação interposta em mandado de segurança. (STJ, REsp 1868072).

QUESTÃO 11. Julgue os itens a seguir, referentes a deveres e responsabilidades do juiz, à Defensoria Pública e ao agravo de instrumento.

I. É vedado ao juiz exercer suas funções no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

II. A prerrogativa da Defensoria Pública de gozar de prazo em dobro para as suas manifestações processuais não é extensível aos escritórios de prática jurídica das faculdades de direito nem às entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública.

III. O rol das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento previsto no CPC é de taxatividade mitigada, sendo cabível a interposição desse recurso quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

O item I está incorreto. Conforme decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 5953, é inconstitucional regra do Código de Processo Civil (CPC) que amplia o impedimento de juízes. A decisão se deu, em sessão virtual encerrada em 21/8, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5953, ajuizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O dispositivo em discussão é o artigo 144, inciso VIII, do CPC, que prevê o impedimento do juiz nos processos em que a parte for cliente de escritório de advocacia de cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ainda que, na causa submetida a ele, a mesma parte seja representada por advogado de outro escritório.

O item II está incorreto. Nos termos do artigo 186, §3º, do CPC: O disposto no caput aplica-se aos escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito reconhecidas na forma da lei e às entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública.

O item III está correto. Em dezembro de 2018, ao concluir o julgamento do Recurso Especial 1.704.520, sob o rito dos recursos repetitivos, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu o conceito de taxatividade mitigada do rol previsto no artigo 1.015 do Código de Processo Civil (CPC), abrindo caminho para a interposição do agravo de instrumento em diversas hipóteses além daquelas listadas expressamente no texto legal. O agravo de instrumento é o recurso cabível contra as decisões tomadas pelo juiz no curso do processo – as chamadas decisões interlocutórias –, antes da sentença. Ao apresentar seu voto no REsp 1.704.520, a ministra Nancy Andrighi, relatora, argumentou que a enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses de cabimento do agravo revela-se insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do artigo 1.015, as quais "tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo".

Assim, considerando que apenas o item III está correto, a alternativa a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 12. Acerca dos juizados especiais cíveis estaduais, julgue os itens seguintes, considerando a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores.

I Atendidos os requisitos previstos na legislação, o ajuizamento de ação no juizado especial cível estadual é facultado ao autor, que pode, se preferir, ajuizar a demanda na justiça comum.

II. Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, para se fixar a competência dos juizados especiais cíveis estaduais, deve ser considerado o valor da causa individualmente por autor, não importando se a soma ultrapassar o valor de alçada.

III. Compete ao juizado especial cível estadual a execução dos próprios julgados, independentemente da quantia a ser executada, desde que tenha sido observado o valor de alçada por ocasião da propositura da ação.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

O item I está correto. O STJ possui entendimento de que o "processamento da ação perante o Juizado Especial é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum". (REsp 173205/SP)

O item II está correto. A Jurisprudência em teses do STJ, edição nº 89, nº 2: Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, para que se fixe a competência dos Juizados Especiais, deve ser considerado o valor da causa individualmente por autor, não importando se a soma ultrapassa o valor de alçada.

O item III está correto. De acordo com a jurisprudência em teses do STJ, edição nº 89, nº 6: Compete ao Juizado Especial a execução de seus próprios julgados, independentemente da quantia a ser executada, desde que tenha sido observado o valor de alçada na ocasião da propositura da ação. (REsp 1537731/MA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 29/08/2017)

Assim, considerando que os itens I, II e III estão corretos, a alternativa a ser assinalada é a letra E.

QUESTÃO 13. Com relação à aplicação da lei penal no tempo, assinale a opção correta, considerando o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

a) Aplica-se a pena mais branda quando o crime for continuado e surgir lei posterior mais gravosa que a vigente à época do início da continuidade.

b) Admite-se a conjugação de partes de uma lei, criando-se uma *lex tertia* a ser aplicada ao caso concreto.

c) Aplica-se a retroatividade da lei penal mais benéfica quando houver evolução de entendimento jurisprudencial mais benéfico.

d) Lei penal intermediária mais favorável ao réu, com vigência entre a data do fato criminoso e a data da respectiva sentença condenatória, não terá qualquer relevância para aplicação no direito penal brasileiro.

e) No caso de lei posterior que beneficie, em parte, o acusado e, em outra, o prejudique, deve o juiz da causa ou da execução aplicar, em sua integralidade, a lei que seja mais benéfica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão tratou sobre a aplicação da lei penal no tempo.

A alternativa A está incorreta, pois a lei a ser aplicada no caso é a vigente à época em que cessar a continuidade, ainda que mais grave, conforme a Súmula n.º 711 do STF: "A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência".

A alternativa B está incorreta, pois não se admite a combinação de leis, conforme Súmula n.º 501 do STJ.

A alternativa C está incorreta, pois está em contrariedade ao entendimento do STJ: "[...] Ainda que se tratasse de mudança de entendimento jurisprudencial, é pacífico nesta Corte de Justiça que eventual alteração é aplicável imediatamente aos processos em trâmite, porquanto se trata de mera interpretação, não de criação de nova regra a se submeter ao princípio da irretroatividade ou do *tempus regit actum*" (AgInt no AREsp n.º 2.229.621/MG, Relator Ministro Moura Ribeiro, 3ª Turma, julgado em 27/03/2023, DJe de 29/03/2023).

A alternativa D está incorreta, pois qualquer lei superveniente que for mais favorável ao réu o beneficiará, ainda que posteriormente haja novo recrudescimento do tratamento daquela conduta pela norma penal.

A alternativa E está correta. De acordo com a Súmula n.º 501 do STJ: "É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis".

QUESTÃO 14. Alberto efetuou disparos de arma de fogo contra Bruno, mas não o acertou. Todavia, em razão do susto, a vítima teve um colapso nervoso e morreu.

Nessa situação hipotética, a causa da morte de Bruno é

a) superveniente e absolutamente independente.

b) preexistente e absolutamente independente.

c) concomitante e relativamente independente.

d) concomitante e absolutamente independente.

e) preexistente e relativamente independente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão tratou das concausas.

As concausas são circunstâncias que atuam paralelamente à conduta do agente em relação ao resultado e podem ser: (a) absolutamente independentes, e; (b) relativamente independentes.

O exemplo trazido no enunciado é praticamente idêntico ao trabalho pelo professor Rogério Sanches em seu livro, de modo que o autor entende que na hipótese, se trata de concausa concomitante e relativamente independente, em que o agente responderá pelo homicídio consumado, pois se não houvesse atirado, a vítima não teria colapsado e morrido:

"[...] (ii) Concomitante: a causa efetiva (elemento propulsor que se conjuga para produzir o resultado) ocorre simultaneamente à causa concorrente. Exemplo: ANTONIO, com intenção de matar, atira em JOÃO, mas não atinge o alvo. A vítima, entretanto, assustando, tem um colapso cardíaco e morte. ANTONIO responderá por homicídio consumado, pois se não tivesse atirado, a vítima não sofreria a violenta perturbação emocional que gerou o colapso cardíaco. Percebam que até este momento, as análises dos vários casos são feitas utilizando-se a causalidade simples (art. 13, caput do CP) e o resultado é imputado ao agente de acordo com o seu dolo [...]". (CUNHA, Rogério Sanches. Manual de direito penal – parte geral, 8ª edição, 2020).

As alternativas A, B, D e E estão <u>incorretas</u>, conforme comentários à alternativa D.

QUESTÃO 15. No que se refere aos efeitos da condenação, o instituto do confisco alargado ou ampliado exige que

a) o agente tenha sido condenado a uma pena máxima superior a 6 anos.

b) o agente integre organização criminosa.

c) o agente seja condenado a uma pena máxima não superior a 4 anos.

d) o agente tenha sido condenado a uma pena superior a 8 anos.

e) o ato delituoso tenha sido praticado por funcionário público.

Comentários

<u>Questão anulada pela banca.</u>

A alternativa correta é a **letra A.** A questão tratou sobre o confisco alargado.

A alternativa A será indicada pela banca, pois é a que se aproxima do que dispõe o art. 91-A do CP: "Art. 91-A. Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito". A alternativa traz uma problemática, pois a literalidade do art. 91-A do CP dispõe sobre "por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão", de modo que a alternativa A não trabalha com a literalidade, mas dispõe sobre o agente "condenado a uma

pena máxima superior a 6 anos". Neste sentido, é possível sustentar a anulação da questão, em razão da ausência de alternativa correta.

A alternativa B está incorreta, pois não há essa exigência no Código Penal.

As alternativas C e D estão incorretas, conforme art. 91-A do CP.

A alternativa E está incorreta, pois não há essa exigência no Código Penal.

QUESTÃO 16. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o tempo de duração da medida de segurança

a) será fixado entre 1 ano e 3 anos, conforme previsto no Código Penal.

b) deve ser definido pelo juiz, no momento da sentença, com base na análise do caso concreto.

c) não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.

d) deve corresponder ao tempo necessário para que se afaste a periculosidade.

e) é de até 30 anos, independentemente do crime praticado, em razão de previsão constitucional, desde que se comprove a periculosidade do agente

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão tratou sobre medida de segurança.

A alternativa correta está de acordo com a Súmula n.º 527 do STJ: "O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado".

A alternativa A está incorreta, pois o prazo de 1 a 3 anos é o prazo mínimo previsto no art. 97, § 1º, do CP: "Art. 97 [...] § 1º - A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos".

As alternativas B, D e E estão incorretas, conforme dispõe a Súmula n.º 527 do STJ.

QUESTÃO 17. João, brasileiro, foi condenado a pena de 4 anos reclusão pela prática do crime de receptação qualificada. Na data do fato, ele estava com 80 anos de idade. Na sentença, ao aplica a pena, o juiz reconheceu serem favoráveis as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal (CP), mas também reconheceu a agravante da reincidência, em razão da prática anterior do crime de embriaguez ao volante.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta de acordo com as disposições do CP.

a) É cabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, uma vez que a reincidência não é especifica e a quantidade de pena aplicada não ultrapassa o limite estabelecido no CP para a concessão desse benefício.

b) É cabível a suspensão condicional da pena imposta, uma vez que a reincidência não é específica e a quantidade de pena aplicada não ultrapassa o limite estabelecido no CP para a concessão do benefício.

c) Ainda que não haja impedimento à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos em razão da quantidade de pena aplicada, não é cabível a concessão de tal benefício no caso, devido ao reconhecimento da reincidência.

d) Ainda que não haja impedimento à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos em razão da reincidência, não é cabível a concessão de tal benefício no caso, uma vez que a pena aplicada ultrapassa o limite estabelecido no CP para a concessão desse benefício.

e) Ainda que não haja impedimento à suspensão condicional da pena imposta em razão da reincidência, não é cabível a concessão de tal benefício no caso, uma vez que a pena aplicada ultrapassa o limite estabelecido no CP para a concessão desse benefício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão tratou sobre a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

A alternativa A está de acordo com a interpretação que se faz do art. 44, I e § 3º, do CP: "Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; [...] § 3º Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime".

A alternativa B está incorreta, pois não caberá na hipótese a substituição em razão da vedação contida no art. 77, III, do CP: "Art. 77 - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: [...] III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código".

A alternativa C está incorreta, pois não houve reincidência específica, de modo que o art. 44, § 3º, do CP, permite a substituição.

As alternativas D e E estão incorretas, pois a pena não ultrapassa o limite previsto no art. 44, I, do CP.

QUESTÃO 18. No que se refere aos crimes contra a pessoa, julgue os itens a seguir.

I. Incide causa de aumento de pena sobre o crime de homicídio culposo no caso de ele ser praticado contra pessoa maior de 60 anos de idade.

II. É qualificadora do crime de homicídio a circunstância de ele ter sido praticado por milicia privada a pretexto de prestação de serviços de segurança.

III. Incide causa de aumento de pena sobre o crime de feminicídio no caso de ele ser praticado contra gestante ou na presença virtual de ascendente da vítima.

IV. Não há óbice ao reconhecimento da qualificadora da emboscada no caso de homicídio privilegiado.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos

b) Apenas os itens I e IV estão certos

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, eis que apenas os itens III e IV estão corretos.

O item I está incorreto, pois a causa de aumento incide somente no homicídio doloso (e não no culposo), nos termos do art. 121, § 7º, II, do CP: "Art. 121 [...] § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: [...] II - contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou com doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental".

O item II está incorreto, pois trata-se de causa de aumento de pena e não de circunstância qualificadora, prevista no art. 121, § 6º, do CP: "Art. 121 [...] § 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio".

O item III está correto, conforme art. 121, § 7º, I e III, do CP: "Art. 121 [...] § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; [...] III - na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima".

O item IV está correto, pois a qualificadora em questão é de natureza objetiva, razão pela qual não há óbice no seu reconhecimento no contexto de homicídio privilegiado.

Assim, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 19. Configura crime de violação de domicílio a conduta de, em horário comercial

I. ingressar em um bar sem a permissão de seu dono.

II. entrar astuciosamente na recepção de uma pousada.

III. invadir um consultório odontológico.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão tratou sobre o crime de violação de domicílio.

As situações descritas no item I e no item III não configuram hipótese de violação de domicílio, conforme art. 150, § 5º: "Art. 150 [...] § 5º - Não se compreendem na expressão "casa": I - hospedaria, estalagem ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto aberta, salvo a restrição do n.º II do parágrafo anterior; II - taverna, casa de jogo e outras do mesmo gênero".

Assim, apenas a entrada astuciosa em uma recepção de uma pousada pode configurar o crime previsto no art. 150 do CP: "Art. 150 - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências: Pena - detenção, de um a três meses, ou multa".

As alternativas A C, D e E estão incorretas, conforme comentários à alternativa B.

QUESTÃO 20. Em relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta, com base no Código Penal.

a) O agente que concorre para a prática do delito de extorsão mediante sequestro e, após a consumação do crime, oferece informações relevantes sobre o paradeiro da vítima, ainda que ela seja localizada sem vida, terá sua pena reduzida de um a dois terços.

b) O crime de fraude à execução é de ação penal pública condicionada à representação.

c) É isento de pena o agente do crime de furto qualificado cometido contra o próprio pai, desde que este não tenha idade igual ou superior a 60 anos.

d) O emprego de violência contra a pessoa, com a finalidade do inutilizar coisa alheia, descaracteriza o crime de dano.

e) A ação penal para apurar a prática do crime de estelionato contra a administração pública condicionada à representação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão tratou sobre os crimes contra o patrimônio.

A alternativa C está de acordo com o art. 181, II c/c o art. 183, III, do CP: "Art. 181 - É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo: [...] II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural [...] Art. 183 - Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: [...] III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos".

A alternativa A está incorreta, pois o art. 159, § 4º, do CP exige que o agente "facilite a libertação do sequestrado" para que o agente faça jus à causa de diminuição: "Art. 159 [...] § 4º - Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços".

A alternativa B está incorreta, pois o crime de fraude à execução se procede mediante queixa, nos termos do art. 179, parágrafo único, do CP: "Art. 179 [...] Parágrafo único - Somente se procede mediante queixa".

A alternativa D está incorreta, pois na verdade caracteriza a forma qualificada do dano, prevista no art. 163, parágrafo único, I, do CP: "Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: [...] Parágrafo único - Se o crime é cometido: I - com violência à pessoa ou grave ameaça".

A alternativa E está incorreta, pois na hipótese a ação penal é pública incondicionada, nos termos do art. 171, § 5º, I, do CP: "Art. 171 [...] § 5º Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for: I - a Administração Pública, direta ou indireta".

QUESTÃO 21. No que diz respeito aos crimes de trânsito, assinale a opção correta.

a) É vedada a oferta de transação penal no caso do crime de lesão corporal culposa praticado na direção de veículo automotor.

b) O proprietário de veículo que entregar as chaves do veículo a pessoa visivelmente embriagada e sem condições de conduzi-lo com segurança terá cometido o crime de embriaguez ao volante na condição de participe.

c) É cabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos no caso de homicídio culposo na direção de veículo automotor praticado sob influência de álcool.

d) Em caso de atropelamento de pessoa por veículo automotor, não se imporá ao condutor do veículo a prisão em flagrante nem se exigirá fiança se ele prestar pronto e integral socorro à vítima.

e) É vedada a aplicação de pena restritiva de direitos na modalidade de prestação de serviço a comunidade ao condenado pelo crime de embriaguez ao volante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão sobre crimes de trânsito.

A alternativa D está fundamentada na literalidade do art. 301 do CTB: "Art. 301. Ao condutor de veículo, nos casos de sinistros de trânsito que resultem em vítima, não se imporá a prisão em flagrante nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela".

A alternativa A está incorreta, pois cabe transação penal na hipótese, conforme se infere do art. 291, § 1º, do CTB: Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber. § 1º Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver".

A alternativa B está incorreta, pois na hipótese o indivíduo será autor (e não partícipe), mas é do crime do art. 310 do CTB: "Art. 310. Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou, ainda, a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança: Penas - detenção, de seis meses a um ano, ou multa".

A alternativa C está incorreta, pois nos termos do art. 302, § 3º, do CTB, a pena mínima será de 5 anos: "Art. 302 [...] § 3º Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: Penas - reclusão, de cinco a oito anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor". Deste modo, não será possível a substituição nos termos do art. 44, I, do CP, que exige pena não superior a 4 anos: "Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo".

A alternativa E está incorreta, pois não existe tal vedação, de modo que o art. 312-A do CTB indica justamente o contrário: "Art. 312-A. Para os crimes relacionados nos arts. 302 a 312 deste Código, nas situações em que o juiz aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, esta deverá ser de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, em uma das seguintes atividades".

QUESTÃO 22. Com base na Lei n.º 9.605/1998, que dispõe sobre condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assinale, a opção correta.

a) É vedada a aplicação de pena privativa de liberdade e de pena restritiva de direitos na modalidade de prestação de serviços à comunidade às pessoas jurídicas condenadas por crime ambiental, em razão da natureza das sanções.

b) O valor do prejuízo causado pelo crime ambiental será definido apenas ao final da ação penal, sendo vedada a realização de perícia de constatação do dano na fase de inquérito.

c) O patrimônio de pessoa jurídica usada preponderantemente para ocultar a prática de crime previsto na Lei n.º 9.605/1998 será considerado instrumento de crime e declarado perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional após a dissolução forçada da referida pessoa jurídica.

d) A pena de multa aplicada ao condenado por crime ambiental será calculada segundo os critérios do Código Penal, observado o limite de 360 dias-multa.

e) A pena aplicada ao condenado por crime ambiental será agravada se a conduta houver sido praticada em período de seca, à noite ou em fim de semana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão tratou sobre crimes ambientais.

A letra C está de acordo com a literalidade do art. 24 da Lei n.º 9.605/1998: "Art. 24. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional".

A alternativa A está incorreta, pois as penas restritivas de direitos e de prestação de serviços à comunidade se aplicam em desfavor das pessoas jurídicas, nos termos do art. 21, II e III, da Lei n.º 9.605/1998: "Art. 21. As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, de acordo com o disposto no art. 3º, são: [...] II - restritivas de direitos; III - prestação de serviços à comunidade".

A alternativa B está incorreta, pois não há vedação para que a perícia ocorra na fase de inquérito, nos termos do art. 19 da Lei n.º 9.605/1998: "Art. 19. A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa. Parágrafo único. A perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível poderá ser aproveitada no processo penal, instaurando-se o contraditório".

A alternativa D está incorreta, pois conforme o art. 18 da Lei n.º 9.605/1998 a pena de multa poderá ainda ser aumentada em até três vezes, mesmo após ser aplicada no máximo: "Art. 18. A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida".

A alternativa E está incorreta. Conforme a literalidade do art. 15, II, "h", "i" e "j", da Lei n.º 9.605/1998, a infração praticada a noite e em período de seca, agrava a pena, contudo, quando a infração for

praticada em “finais de semana”, estes poderão ou não incluir os sábados, de modo que a lei somente fala em “domingos ou feriados”, daí porque a alternativa está incorreta: “Art. 15. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: [...] II - ter o agente cometido a infração: [...] h) em domingos ou feriados; i) à noite; j) em épocas de seca ou inundações”.

QUESTÃO 23. Um inquérito policial atribuiu a João, policial civil, e a Paulo, policial militar, a autoria delitiva de determinadas condutas, imputando-lhes a prática dos crimes de homicídio (pena de reclusão de 6 a 20 anos), ocultação de cadáver (pena de reclusão de 1 a 3 anos) e fraude processual (pena de detenção de 3 meses a 2 anos), todos em contexto probatório comum. Houve clara evidência de que as provas das infrações e de suas circunstâncias elementares influiram na prova das demais condutas, e de que os crimes foram praticados no exercício das atuações policiais de João e de Paulo.

Assinale a opção correta acerca da competência para julgamento dos delitos mencionados na situação hipotética precedente.

a) No caso de João, a competência será do tribunal do júri para os crimes de homicídio e ocultação de cadáver, e do juizado especial criminal para o crime de fraude processual; e, no caso de Paulo, a competência será da justiça militar para os três crimes.

b) Tanto no caso de João como no de Paulo, a competência será do tribunal do júri, para o crime de homicídio, da vara comum, para o crime de ocultação de cadáver, e do juizado especial criminal, para o crime de fraude processual.

c) Tanto no caso de João como no de Paulo, a competência para o julgamento dos crimes praticados será do tribunal do júri.

d) Tanto no caso de João como no de Paulo, a competência para o julgamento será do tribunal do júri, para os crimes de homicídio e ocultação de cadáver, e do juizado especial criminal, para o crime de fraude processual.

e) No caso de João, a competência para o julgamento dos crimes será do tribunal do júri, e, no caso de Paulo, a competência será da justiça militar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão exigiu do candidato o conhecimento acerca da competência em matéria criminal.

Os crimes praticados por João e Paulo são conexos, pois, conforme descrito no enunciado, “houve clara evidência de que as provas das infrações e de suas circunstâncias elementares influiram na prova das demais condutas”. Trata-se da hipótese prevista no artigo 76, III, do Código de Processo Penal, segundo o qual “A competência será determinada pela conexão: [...] III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração”. Destaque-se que o crime de fraude processual é crime de menor potencial oficial, pois a pena mínima é inferior a dois anos de reclusão, conforme previsto no preceito secundário do art. 347 do Código Penal: "Art. 347 - Inovar

artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito: Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa". No caso tratado, os agentes praticaram um crime doloso contra a vida e outros dois crimes conexos a ele. Logo, por força do citado dispositivo, os crimes conexos devem ser julgados pelo júri, juntamente com o crime doloso contra a vida. Vê-se, ainda, que os crimes foram praticados por policial civil e militar, havendo, portanto, conflito de competência da justiça especial e do tribunal do júri. Consoante ao artigo 78 do Código de Processo Penal: Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras: I - no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri". Por sua vez, prevê o artigo 125, §4º, da Constituição Federal o seguinte: § 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. Já o Código Penal Militar, no artigo 9º, §1º, prevê que: § 1º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri.

Nesse passo, tanto no caso de João como no de Paulo, a competência para o julgamento dos crimes praticados será do tribunal do júri, razão pela qual a alternativa correta é a letra C, estando as alternativas A, B, D e E incorretas.

QUESTÃO 24. Estando o indiciado solto, o inquérito policial

a) deve ser concluído no prazo de 30 dias, podendo esse prazo, quando o fato for de difícil elucidação, ser prorrogado, desde que para a realização de diligências necessárias.

b) possui prazo próprio, devendo ser concluído impreterivelmente em 30 dias.

c) não pode ser concluído enquanto não for emitido o respectivo relatório pela autoridade policial, o que impossibilita o oferecimento da denúncia.

d) possui prazo impróprio e não há qualquer limitação temporal à sua conclusão, não se podendo falar em constrangimento ilegal em virtude de demora excessiva em sua tramitação.

e) deve ser concluído no prazo de 10 dias, sendo possível a sua prorrogação, mediante autorização judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Consoante ao artigo 10, §3º, do Código de Processo Penal: Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela. [...] § 3º Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto no §3º do artigo 10 do Código de Processo Penal, é possível a prorrogação§ 3º Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

A alternativa C está incorreta. Diante do caráter dispensável do inquérito, o relatório não é imprescindível para a conclusão das investigações, podendo a denúncia ser oferecida ser possuir elementos suficientes, ainda que o inquérito não tenha sido concluído.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 10 do Código de Processo Penal: Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

A alternativa E está incorreta. O prazo para conclusão do inquérito policial no caso de investigado solto é de 30 dias, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Penal: Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

QUESTÃO 25. No que se refere à prova emprestada, conforme as normas do direito processual penal brasileiro, julgue os próximos itens.

I. É inadmissível a utilização de prova emprestada quando as partes forem diferentes.

II. É assegurada a utilização de prova emprestada, desde que seja assegurado às partes o direito de manifestação acerca do teor dos elementos compartilhados.

III. Não pode ser admitida prova emprestada se produzida em inquérito distinto daquele no qual se pretende utilizá-la.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** Consoante ao entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

É assente no STJ que a prova emprestada não pode se restringir a processos em que figurem partes idênticas, sob pena de se reduzir excessivamente sua aplicabilidade, sem justificativa razoável para tanto. Independentemente de haver identidade de partes, o contraditório é o requisito primordial para o aproveitamento da prova emprestada, de maneira que, assegurado às partes o contraditório sobre a prova, isto é, o direito de se insurgir contra a prova e de refutá-la adequadamente, afigura-se válido o empréstimo. Para a observância do devido processo legal e do contraditório, não é necessário que haja absoluta identidade de partes entre o processo de que se empresta a prova e o processo para o qual esta é emprestada, pois o contraditório sobre a prova (contraditório postergado ou diferido) satisfaz esses princípios. A circunstância de o agravante não haver participado originariamente da elaboração da prova não impede que ela seja empregada no processo em que ele figura como acusa. STJ. 5ª Turma. AgRg no RHC 157.715/PR, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 02/08/2022.

O item I está incorreto, pois, conforme julgado acima juntado, a prova emprestada não pode se restringir a processos em que figurem partes idênticas,

O item II está correto. Consoante ao entendimento do STJ: . Independentemente de haver identidade de partes, o contraditório é o requisito primordial para o aproveitamento da prova emprestada, de maneira que, assegurado às partes o contraditório sobre a prova, isto é, o direito de se insurgir contra a prova e de refutá-la adequadamente, afigura-se válido o empréstimo.

O item III está incorreto. A circunstância de o agravante não haver participado originariamente da elaboração da prova não impede que ela seja empregada no processo em que ele figura como acusa.

Assim, considerando que apenas a assertiva II está correta, a alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

QUESTÃO 26. No que se refere ao assistente de acusação no âmbito do direito processual penal, assinale a opção correta.

a) Somente poderá intervir como assistente de acusação a pessoa do ofendido.

b) O corréu pode ser admitido como assistente de acusação, caso haja divisão do processo e aquele não mais responda pelo crime.

c) A defensoria pública não pode atuar como assistente de acusação.

d) 0 assistente de acusação possui legitimidade recursal, ainda que o Ministério Público não recorra.

d) É admitido assistente de acusação tanto na ação penal pública como na ação penal privada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 268 do Código de Processo Penal: Em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, ou, na falta, qualquer das pessoas mencionadas no Art. 31.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao artigo 270 do Código de Processo Penal: O co-réu no mesmo processo não poderá intervir como assistente do Ministério Público.

A alternativa C está incorreta. Conforme jurisprudência do STJ: Não existe empecilho a que a Defensoria Pública represente, concomitantemente, através de Defensores distintos, vítimas de um delito, habilitadas no feito como assistentes de acusação, e réus no mesmo processo, pois tal atuação não configura conflito de interesses, assim como não configura conflito de interesses a atuação do Ministério Público no mesmo feito como parte e custos legis, podendo oferecer opiniões divergentes sobre a mesma causa. Se assim não fosse, a alternativa restante implicaria reconhecer que caberia à Defensoria Pública escolher entre vítimas e réus num mesmo processo os que por ela seriam representados, excluindo uns em detrimento de outros. Em tal situação, o resultado seria sempre o de vedação do acesso à Justiça a alguns, resultado que jamais se coadunaria com os princípios basilares de igualdade e isonomia entre cidadãos que norteiam a Constituição, inclusive na forma de direitos e garantias fundamentais (art. 5º, caput, CF) que constituem cláusula pétrea (art. 60, § 4º, IV da CF). STJ. 5ª Turma. RMS 45.793/SC, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 07/06/2018.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 271 do CPP: Ao assistente será permitido propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas, aditar o libelo e os articulados, participar do debate oral e arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público, ou por ele próprio, nos casos dos arts. 584, § 1º, e 598.

Por sua vez, dispõe o artigo 598 do Código de Processo Penal: Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, ou do juiz singular, se da sentença não for interposta apelação pelo Ministério Público no prazo legal, o ofendido ou qualquer das pessoas enumeradas no art. 31, ainda que não se tenha habilitado como assistente, poderá interpor apelação, que não terá, porém, efeito suspensivo.

Parágrafo único. O prazo para interposição desse recurso será de quinze dias e correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.

A alternativa E está incorreta. O artigo 268 do CPP prevê apenas a possibilidade de assistente de acusação na ação pública: Em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, ou, na falta, qualquer das pessoas mencionadas no Art. 31.

QUESTÃO 27. Em relação à busca e apreensão, assinale a opção correta.

a) Admite-se a busca domiciliar com o objetivo de apreender cartas destinadas ao acusado ou investigado, permitida a apreensão somente daquelas que já estejam abertas.

b) Admite-se a busca domiciliar ordenada por comissão parlamentar de inquérito (CPI).

c) No curso de busca domiciliar, a busca pessoal só é admitida se autorizada por mandado.

d) A busca domiciliar deverá ser realizada obrigatoriamente durante o dia.

e) Havendo fundadas razões, é cabível a busca domiciliar necessária à defesa do réu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 240 do CPP: A busca será domiciliar ou pessoal. § 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: [...] apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;

A alternativa B está incorreta. Trata-se de cláusula de reserva de jurisdição. Nos termos do artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal: XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 244 do CPP: A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

A alternativa D está incorreta. Consoante ao artigo 245 do CPP: As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.

A alternativa E está correta. Trata-se da previsão contida no artigo 240, §1º, "e" e "h", do CPP: A busca será domiciliar ou pessoal. § 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: [...] e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu; h) colher qualquer elemento de convicção.

QUESTÃO 28. Considerando a disciplina da prisão no Código de Processo Penal (CPP), assinale a opção correta.

a) O flagrante impróprio, entendido como aquele em que há imediata perseguição à pessoa envolvida em situação que se faça presumir ser ela a autora do delito, não é admitido pelo ordenamento jurídico brasileiro.

b) A falta de exibição do mandado de prisão por crime inafiançável obsta a efetivação da prisão do acusado.

c) A fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência, admite-se a prisão preventiva nos crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, ainda que se trate de delito punível com pena máxima inferior a 4 anos e o autor seja réu primário.

d) O flagrante é classificado como diferido quando o agente é encontrado, logo depois da prática do crime, ainda na posse de objetos utilizados para a consecução da conduta delituosa.

e) Não se admite prisão em flagrante nos crimes unisubsistentes e permanentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. É admitido o flagrante impróprio, previsto no artigo 302, inciso III, do Código de Processo Penal: Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: [...] III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 287 do Código de Processo Penal: Se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará a prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado, para a realização de audiência de custódia.

A alternativa C está correta. A hipótese prevista no artigo 313, III, do CPP, é independente dos demais requisitos, pois se trata de situação autônoma: Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: [...] III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

A alternativa D está incorreta. A hipótese da alternativa descreve o flagrante presumido. O flagrante diferido é a ação controlada, ou seja, aquela que, mediante supervisão judicial, os agentes policiais deixam de prender o agente no momento, para que o façam em momento mais propício, para angariar mais provas e localizar mais autores.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 303 do CPP: Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

Ademais, é possível o flagrante nos crimes unissubsistentes, pois não há regra que excepcione tal hipótese.

QUESTÃO 29. Acerca dos recursos em matéria penal, julgue os itens a seguir.

I. O pedido de reconsideração suspende o prazo para interposição do recurso.

II. Em se tratando de crime sujeito à pena privativa de liberdade e multa, caso haja recurso exclusivo da defesa solicitando a redução da pena privativa de liberdade, poderá o juízo atender

a tal recurso e, em contrapartida, aumentar a pena de multa, por ser a medida mais benéfica ao réu.

III. É incabível pedido de reconsideração em face de decisão colegiada, bem como o seu recebimento como embargos de declaração.

IV. Cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que pronuncia o réu ou que desclassifica o crime na primeira fase do procedimento do júri.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) III e IV

d) I, II e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A assertiva I está incorreta. Consoante ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, "Os pedidos de reconsideração carecem de qualquer respaldo no regramento processual vigente. Eles não constituem recursos, em sentido estrito, nem mesmo meios de impugnação atípicos. Por isso, não suspendem prazos e tampouco impedem a preclusão". STF. 2ª Turma. Rcl 43007 AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 9/2/2021 (Info 1005).

A assertiva II está incorreta. Viola a proibição da reformatio em pejus, consoante ao artigo 617 do Código de Processo Penal: O tribunal, câmara ou turma atenderá nas suas decisões ao disposto nos arts. 383, 386 e 387, no que for aplicável, não podendo, porém, ser agravada a pena, quando somente o réu houver apelado da sentença.

A assertiva III está correta. Conforme entende o Supremo Tribunal Federal: "Os pedidos de reconsideração carecem de qualquer respaldo no regramento processual vigente. Eles não constituem recursos, em sentido estrito, nem mesmo meios de impugnação atípicos. Por isso, não suspendem prazos e tampouco impedem a preclusão". STF. 2ª Turma. Rcl 43007 AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 9/2/2021 (Info 1005).

A assertiva IV está correta. Nos termos do artigo 581, II e IV.: Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: [...] II - que concluir pela incompetência do juízo; [...] IV – que pronunciar o réu. Embora não haja previsão expressa para a hipótese da desclassificação, é possível aplicar por analogia o inciso II, pois se trata de hipótese de incompetência.

Assim, considerando que apenas as assertivas III e IV estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra C.

QUESTÃO 30. Márcio foi preso em flagrante e, na audiência de custódia, o juiz concedeu-lhe a liberdade provisória e estabeleceu, como uma das medidas cautelares diversas da prisão, o recolhimento domiciliar noturno das 20h às 5h durante todos os dias da semana. A medida durou o prazo de 72 dias.

Nessa situação hipotética, caso venha a ser condenado, Márcio

a) terá direito à detração proporcional de 27 dias, desde que nele tenha sido instalado dispositivo de monitoração eletrônica.

b) não terá direito à detração correspondente ao período de duração da medida cautelar, pois lhe foi concedida liberdade provisória.

c) terá direito à detração dos 72 dias de duração da medida cautelar de recolhimento domiciliar, desde que nele tenha sido instalado dispositivo de monitoração eletrônica.

d) terá direito à detração proporcional de 27 dias, independentemente da instalação do dispositivo de monitoração eletrônica.

e) terá direito à detração dos 72 dias de duração da medida cautelar de recolhimento domiciliar, independentemente da instalação do dispositivo de monitoração eletrônica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

O entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça responde a questão:

1. O período de recolhimento obrigatório noturno e nos dias de folga, por comprometer o status libertatis do acusado deve ser reconhecido como período a ser detraído da pena privativa de liberdade e da medida de segurança, em homenagem aos princípios da proporcionalidade e do non bis in idem.

2. O monitoramento eletrônico associado, atribuição do Estado, não é condição indeclinável para a detração dos períodos de submissão a essas medidas cautelares, não se justificando distinção de tratamento ao investigado ao qual não é determinado e disponibilizado o aparelhamento.

3. A soma das horas de recolhimento domiciliar a que o réu foi submetido devem ser convertidas em dias para contagem da detração da pena. Se no cômputo total remanescer período menor que vinte e quatro horas, essa fração de dia deverá ser desprezada.

STJ. 3ª Seção. REsp 1.977.135-SC, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 23/11/2022 (Recurso Repetitivo – tema 1155) (Info 758).

QUESTÃO 31. Francisco foi preso em flagrante pelo crime de lesão corporal e condenado à pena privativa de liberdade de 3 meses a 1 ano. Maria foi detida em flagrante pelo crime de embriaguez ao volante, sujeito a pena privativa de liberdade de 6 meses a 3 anos. Antônio foi preso em flagrante, em razão da prática do delito de racismo, punido com pena privativa de liberdade de 2 anos a 5 anos.

Com base nas informações hipotéticas apresentadas, assinale a opção correta.

a) Apenas Francisco poderá ser solto exclusivamente pela autoridade judicial, mediante o pagamento de fiança.

b) Francisco, Maria e Antônio poderão ser soltos exclusivamente pela autoridade judiciária, mediante o pagamento de fiança.

c) Apenas Francisco poderá ser solto diretamente pela autoridade policial mediante o pagamento de fiança.

d) Apenas Francisco e Maria poderão ser soltos diretamente pela autoridade policial mediante o pagamento de fiança.

e) Apenas Maria poderá ser solta diretamente pela autoridade policial mediante o pagamento de fiança.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra E.**

Nos termos do artigo 322 do Código de Processo Penal: A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos. Parágrafo único. Nos demais casos, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 48 (quarenta e oito) horas". Com relação a Francisco, o crime de lesão corporal é de menor potencial ofensivo, razão pela qual cabe a aplicação do artigo 69 da Lei n. 9099 que determina a apresentação do autor do crime ao juiz: Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários. No tocante à Antônio, há vedação da concessão de fiança, consoante ao artigo 323, I, do Código de Processo Penal: Não será concedida fiança: I - nos crimes de racismo;". Nesse sentido, é cabível a aplicação de fiança pela autoridade policial apenas em favor de Maria, razão pela qual a alternativa correta é a letra E.

QUESTÃO 32. Acerca da nacionalidade conforme as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

a) O Concedida administrativamente a naturalização, ela poderá ser cancelada mediante revisão do ato administrativo, no exercício do poder de autotutela administrativo.

b) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

c) Desde que observado o princípio da proporcionalidade, a lei pode estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.

d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

e) A vedação à extradição de brasileiros natos aplica-se à nacionalidade decorrente do critério do jus soli, não se estendendo à nacionalidade decorrente do critério do jus sanguinis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre a nacionalidade.

A alternativa A está incorreta. Em que pese a naturalização seja concedida administrativamente, a nacionalidade somente poderá ser cancelada por sentença judicial, nos termos do art. 12, §4º, I, da CRFB/88.

A alternativa B está incorreta, pois trata-se da redação antiga do art. 12, §4º, da CRFB/88.

A alternativa C está incorreta, somente a Constituição Federal poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, conforme prevê o art. 12, §2º, da CRFB/88 nesse sentido: "A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição".

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 12, §4º, II, da CRFB/88, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

A alternativa E está incorreta. A vedação à extradição se estende a todos os brasileiros natos, ainda que tenha a dupla nacionalidade, nos termos do art. 5º, LI da CRFB/88.

QUESTÃO 33. A respeito da classificação das constituições, assinale a opção correta.

a) A constituição material está necessariamente inserida na formal, de modo que não pode haver norma materialmente constitucional fora da lei fundamental.

b) São consideradas analíticas ou prolixas as constituições extensas, que não se limitam a tratar de conteúdos materialmente constitucionais, sendo exemplo desse gênero a Constituição Federal de 1988.

c) A constituição material é o conjunto de regras e princípios que tratam de direito substantivo, em oposição à constituição formal, que reúne as regras de direito adjetivo.

d) Quanto ao processo de reforma, uma constituição é classificada como rígida quando não admite modificação.

e) A constituição histórica é fruto de evento revolucionário, como é o caso da Constituição francesa de 1791.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, as normas materialmente constitucionais possuem conteúdo constitucional, mas que estão fora da Carta Magna, como normas que tratam de vigência das leis, hermenêutica etc.

A alternativa B está correta, a Constituição analíticas ou prolixas, conforme a doutrina de Gustavo Fernandes assim explica, são as cartas detalhistas, repletas de número elevado de artigos que muitas das vezes se desdobram em parágrafos, incisos e alíneas. Geralmente trazem matéria alheia ao Direito Constitucional propriamente dito.

A alternativa C está incorreta. O direito constitucional substantivo cuida da organização do Estado, enquanto o direito constitucional adjetivo cuida dos elementos próprios de aplicabilidade, como preâmbulo, ato de promulgação, de aplicação do direito material, etc. E, portanto, não há relação se a constituição é material ou formal.

A alternativa D está incorreta. A constituição que não permite modificação é a constituição imutável. As rígidas permitem a modificação, desde que por meio de um processo solene.

A alternativa E está incorreta. A constituição histórica é aquela resultante de lenta formação histórica.

QUESTÃO 34. No que se refere ao poder constituinte, julgue os itens a seguir.

I. O poder constituinte derivado é, a rigor, um poder constituído, logo está sujeito aos limites e às condições estabelecidos pelo poder constituinte originário.

II. O poder constituinte originário, ainda que ilimitado e incondicionado, não pode suprimir direitos adquiridos.

III. O poder constituinte originário, do qual o povo é titular, é permanente, não se exaurindo com a elaboração da constituição.

Assinale a opção correta.

a. Apenas o item I está certo.
b. Apenas o item II está certo.
c. Apenas os itens I e III estão certos.
d. Apenas os itens II e III estão certos.
e. Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** Analisemos item a item.

O item I está correto. É correto afirmar que o poder constituinte derivado está sujeito aos limites e condições estabelecidos pelo poder constituinte originário.

O item II está incorreto. O poder constituinte originário é ilimitado em relação ao poder constituinte anterior, podendo suprimir direito adquiridos, podendo contrariar direitos adquiridos em constituições anteriores, conforme a doutrina majoritária e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal nesse sentido (RE 140.894).

O item III está correto. O poder constituinte originário, cujo titular é o povo, não se exaure quando a constituição é editada. Ela passa a hibernar, mas continua apto a se manifestar a qualquer momento (permanece no povo), mas que subsiste fora da constituição (MENDES; BRANCO, 2019, p.103).

Portanto, a alternativa C está correta, estando os itens I e III corretos. As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários anteriores.

QUESTÃO 35. No que diz respeito às ações constitucionais, assinale a opção correta.

a) entidade de classe não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo quando a pretensão interessar apenas a uma parte da respectiva categoria.

b) É cabível habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

c) É inconstitucional lei que fixe prazo decadencial para impetração de mandado de segurança, por restringir excessivamente o emprego do remédio constitucional.

d) Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

e) O habeas data não se presta à obtenção, pelo contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 630 do STF, a entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

A alternativa B está incorreta. Nos termos da Súmula 694 do STF, não cabe habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou perda de patente ou de função.

A alternativa C está incorreta. Nos termos da Súmula 632 do STF, é constitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração do mandado de segurança.

A alternativa D está correta. Nos exatos termos da Súmula 693 do STF: "Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada."

A alternativa E está incorreta. Conforme entendimento consolidado no julgamento do RE 673.707-MG, o Habeas Data é garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

QUESTÃO 36. Em relação aos direitos sociais assegurados pela CF, assinale a opção correta.

a) É direito primário do trabalhador urbano e rural assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até os seis anos de idade, em creches e pré-escolas.

b) A fundação de sindicato está sujeita a registro e autorização estatal no Ministério do Trabalho e Emprego, que deverá zelar pela observância do princípio da unicidade sindical.

c) Segundo a CF, é direito do trabalhador urbano e rural a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, admitida a dispensa em massa de trabalhadores, independentemente de prévia intervenção sindical, desde que assegurada indenização compensatória.

d) A CF assegura à gestante o direito à licença, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias, direito não extensível ao genitor do sexo masculino.

e) Os prazos da licença-adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença-gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações; e, em relação à licença-adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, ao contrário do que afirma a alternativa, a assistência à educação será desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, nos termos do art. 7º, XXV, da CRFB/88.

A alternativa B está incorreta, não depende de autorização do Poder Público, nos termos do art. 8º, I, da CRFB/88.

A alternativa C está incorreta, pois em caso de demissão em massa, cabe intervenção do sindicato da categoria (RE 999.435, rel. min. Marco Aurélio, red. do ac. min. Edson Fachin, j. 8-6-2022, P, DJE de 15-9-2022, Tema 638, com mérito julgado).

A alternativa D está incorreta, contudo, a depender da interpretação do examinando, a alternativa poderá estar correta. O genitor tem direito à licença paternidade, portanto, tem direito à licença, porém, não sendo no prazo de 120 dias, em regra, com exceção aos casos de licença monoparental cuja esposa faleceu após o parto (RE 1348854).

A alternativa E está correta, consonante com o entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 778.889, não pode haver diferenciação nos prazos entre a licença-adotante e a licença-gestante, não podendo fixar prazos diversos em decorrência da idade da criança adotada.

QUESTÃO 37. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), as entidades que participam dos processos objetivos de controle de constitucionalidade na condição de amicus curiae

a) possuem legitimidade para interpor recursos em sede de controle objetivo de normas, exceto em caso de oposição de embargos de declaração.

b) possuem legitimidade recursal para opor embargos de declaração, independentemente de trazer contribuição relevante aos autos.

c) não possuem legitimidade para interpor recursos em sede de controle objetivo de normas, ainda que se trate da oposição de embargos de declaração.

d) possuem legitimidade recursal para opor embargos de declaração quando trouxerem aos autos informações relevantes.

e) não possuem legitimidade para interpor recursos em sede de controle objetivo de normas, exceto em caso de oposição de embargos de declaração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda sobre a intervenção do amicus curiae em sede de controle de constitucionalidade, exigindo o conhecimento do posicionamento do Supremo Tribunal Federal nesse sentido.

A alternativa C está correta. Nos termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 6244 ED-segundos, amicus curiae não possui legitimidade para interpor recursos em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Ementa: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE RECURSAL DE AMICUS CURIAE NA OPOSIÇÃO DE ACLARATÓRIOS. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO. 1. A jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL consolidou-se no sentido de que amicus curiae não possui legitimidade para interpor recursos em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Precedentes. 2. Embargos de Declaração não conhecidos."

As demais alternativas estão incorretas, por contrariarem o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 38. De acordo com o STF, a ação direta de inconstitucionalidade é instrumento de controle jurisdicional

a) repressivo de constitucionalidade de ato concreto, apenas.

b) preventivo de constitucionalidade em abstrato, apenas.

c) preventivo e repressivo de constitucionalidade em abstrato.

d) preventivo de constitucionalidade de ato concreto, apenas.

e) repressivo de constitucionalidade em abstrato, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. É inviável a Ação Direita de Inconstitucionalidade de atos estatais de efeitos concretos, por ausência de densidade normativa de conteúdo de seu preceito, desde que não revestidos de lei (ADI-MC 4.048, j. 14.5.08).

As alternativas B, C e D estão incorretas. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle preventivo de normas em curso de formação. O controle de constitucionalidade de emendas constitucionais tem caráter excepcional e exige inequívoca afronta a alguma cláusula pétrea da Constituição. Mais excepcional ainda é o controle preventivo de constitucionalidade, visando impedir a própria tramitação de proposta de emenda constitucional. Salvo hipóteses extremas, não deve o Judiciário impedir a discussão de qualquer matéria no Congresso Nacional. (MS 37.721 AgR, rel. min. Luís Roberto Barroso, j. 26-9-2022, 1ª T, DJE de 29-9-2022.).

A alternativa E está correta. Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Suprema Corte deve exercer sua função precípua de fiscalização da constitucionalidade das leis e dos atos normativos quando houver um tema ou uma controvérsia constitucional suscitada em abstrato, independente do caráter geral ou específico, concreto ou abstrato de seu objeto (MS 37.721 AgR, rel. min. Luís Roberto Barroso, j. 26-9-2022, 1ª T, DJE de 29-9-2022.).

QUESTÃO 39. O governador do estado X apresentou projeto de lei à assembleia legislativa no qual propôs alterar a Lei Orgânica da Defensoria Pública do estado, no que se refere à sua estrutura e organização.

Nessa situação hipotética, conforme a jurisprudência do STF, o referido projeto de lei é

a) inconstitucional, pois é de iniciativa privativa do defensor público-geral do estado a propositura de leis que disponham sobre a Defensoria Pública.

b) constitucional, pois cabe a qualquer membro ou comissão da assembleia legislativa e ao governador do estado a iniciativa para a propositura de leis que disponham sobre a Defensoria Pública.

c) constitucional, pois é de iniciativa privativa do governador do estado a propositura de leis que disponham sobre a Defensoria Pública.

d) constitucional, pois é de iniciativa concorrente do governador do estado e do defensor público-geral do estado a propositura de leis que disponham sobre a Defensoria Pública.

e) inconstitucional, pois é de iniciativa privativa do Conselho Superior da Defensoria Pública do estado a propositura de leis que disponham sobre a Defensoria Pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Leis que disponham sobre a Defensoria Pública são de iniciativa do defensor público-geral, portanto, inconstitucional a lei estadual de iniciativa do governador que vise alterar a estrutura e organização da Defensoria Pública. Nos termos da Emenda Constitucional n.º 45/2004, as Defensorias Públicas Estaduais passaram a contar com autonomia administrativa e funcional. Nesse sentido, colacionamos o seguinte entendimento jurisprudencial sobre o assunto: "É inconstitucional lei estadual que atribui ao chefe do Poder Executivo estadual competências administrativas no âmbito da Defensoria Pública". Assim, viola o art. 134, §2º da CF/88 a lei estadual que preveja que compete ao Governador: a) a nomeação do Subdefensor Público-Geral, do Corregedor-Geral, dos Defensores Chefes e do Ouvidor da Defensoria Pública estadual; b) autorizar o afastamento de Defensores Públicos para estudos ou missão; c) propor, por meio de lei de sua iniciativa, o subsídio dos membros da Defensoria Pública (tais competências pertencem ao Defensor Público-Geral do Estado) (ADI 5.286/AP, j. 18.5.16 - Informativo 826)."

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa A.

QUESTÃO 40. Com base no entendimento do STF a respeito da exigência de inscrição do defensor público nos registros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à sua sujeição ao estatuto dessa instituição, assinale a opção correta.

a) É inconstitucional a exigência de inscrição do defensor público nos quadros da OAB, estando ele submetido apenas ao regime próprio da Defensoria Pública.

b) É inconstitucional a exigência de inscrição do defensor público nos quadros da OAB, estando garantida aos que estiverem inscritos nessa ordem a escolha entre sua submissão ao Estatuto da OAB ou ao regime próprio da Defensoria Pública.

c) É constitucional a exigência de inscrição do defensor público nos registros da OAB, não estando ele, entretanto, sujeito ao estatuto dessa ordem, visto que se submete apenas ao regime próprio da Defensoria Pública.

d) É constitucional a exigência de inscrição do defensor público nos registros da OAB, estando ele sujeito tanto ao estatuto dessa ordem quanto ao regime próprio da Defensoria Pública.

e) É constitucional a exigência de inscrição do defensor público nos registros da OAB, estando ele sujeito ao estatuto dessa ordem enquanto não houver regime próprio da Defensoria Pública disciplinado por lei estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda sobre o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da exigência ou não da inscrição do defensor público nos registros da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como, a sujeição ao regime próprio da Defensoria Pública.

A alternativa A está correta. É inconstitucional a exigência de inscrição do Defensor Público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Nesse sentido, eis a seguinte ementa do julgado do STF nesse sentido: "Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. DEFENSOR PÚBLICO. CAPACIDADE POSTULATÓRIA. INSCRIÇÃO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. INCONSTITUCIONALIDADE. DESPROVIMENTO. 1. O artigo 134, § 19, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ao outorgar à lei complementar a organização da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e a edição de normas gerais organizacionais para as Defensorias Públicas dos Estados, vedou expressamente "o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. 2. A exigência prevista na Lei Complementar 80/1994, de que o candidato ao cargo de defensor público deve comprovar sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, não conduz à inarredável conclusão de que o Defensor Público deve estar inscrito nos registros da entidade. 3. O artigo 49, § 6º, da Lei Complementar 80/1994, na redação dada pela Lei Complementar 132/2009, dispõe que a capacidade postulatória do defensor decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público, para se dedicar unicamente à nobre missão institucional de proporcionar o acesso dos assistidos à ordem jurídica justa. 4. Logo, o Defensor Público submete-se somente ao regime próprio da Defensoria Pública, sendo inconstitucional a sua sujeição também ao Estatuto da OAB. 5. Recurso extraordinário desprovido. Tese para fins da sistemática da Repercussão geral: É inconstitucional a exigência de inscrição do Defensor Público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. (RE 1240999, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 04-11-2021).

As demais alternativas estão incorretas, por não estarem em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

QUESTÃO 41. Acerca da organização administrativa, assinale a opção correta

a) Há possibilidade de criação de consórcios públicos, desde que com personalidade jurídica de direito público, para a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, na forma da lei.

b) As agências reguladoras gozam de autonomia de regras disciplinadoras do setor regulado, não sendo autorizada a incidência de reajuste de itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado, ainda que este não seja superado pela média ponderada de todos os itens.

c) A qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) pode ser conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais sejam a promoção da educação, ainda que se dedique ao ensino formal não gratuito.

d) Há possibilidade de extensão de regras do regime de direito público a pessoas de direito privado integrantes da administração pública indireta, como as empresas públicas e sociedades de economia mista que tenham por objeto exclusivo a prestação de serviços públicos de atuação típica do Estado e em regime não concorrencial.

e) Na descentralização da administração pública, há a criação de órgão, mantendo-se a relação hierárquica; na desconcentração, há a criação de entidade com personalidade jurídica própria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da organização administrativa.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei nº 11.107/2005, que trata das normas gerais de contratação de consórcios públicos e que estabelece a possibilidade de o consórcio público constituir-se sob a forma de pessoa jurídica de direito público ou privado, veja: "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências. § 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado."

A alternativa B está incorreta, pois o entendimento do STF, fixado no julgamento do RE 1059819 (Tema 991 RG) é o de que as agências reguladoras estão autorizadas a fixar a incidência de reajuste de itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado, ainda que este não seja superado pela média ponderada de todos os itens. Veja a tese de repercussão geral fixada: “Afronta o princípio da separação dos poderes a anulação judicial de cláusula de contrato de concessão firmado por Agência Reguladora e prestadora de serviço de telefonia que, em observância aos marcos regulatórios estabelecidos pelo Legislador, autoriza a incidência de reajuste de alguns itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado, quando este não é superado pela média ponderada de todos os itens". (RE 1.059.819-PE. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Relator: Marco Aurélio. Julgamento: 18/02/2022. Publicação: 25/02/2022).

A alternativa C está incorreta, pois a Lei nº 9.790/1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, veda tais entidades, veja: "Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei: "VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;".

A alternativa D está correta, pois o STF, no julgamento do RE 773992 (Tema 644), fixou a seguinte tese: "A imunidade tributária recíproca reconhecida à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT alcança o IPTU incidente sobre imóveis de sua propriedade e por ela utilizados, não se podendo estabelecer, a priori, nenhuma distinção entre os imóveis afetados ao serviço postal e aqueles afetados à atividade econômica." Ademais, no julgamento do RE 633782, o Supremo entendeu pela possibilidade de extensão de regras do regime de direito público a pessoas de direito privado integrantes da administração pública indireta, que tenham por objeto exclusivo a prestação de serviços públicos de atuação típica do Estado e em regime não concorrencial. Vejamos trecho da Ementa: "4. A extensão de regras do regime de direito público a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta, desde que prestem serviços públicos de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial é admissível pela jurisprudência da Corte." (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/10/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que os conceitos apresentados estão invertidos. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho sobre a descentralização: "Descentralização é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração. Dentre essas atividades inserem-se os serviços públicos. Desse modo podem-se considerar dois tipos de serviços quanto à figura de quem os presta – os serviços centralizados (os prestados em execução direta pelo Estado) e os serviços descentralizados (prestados por outras pessoas)". Já sobre o conceito de desconcentração, o autor aduz: "A desconcentração, que é processo eminentemente interno, significa apenas a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação do serviço. Note-se, porém, que na desconcentração o serviço era centralizado e continuou centralizado, pois que a substituição se processou apenas internamente. Em algumas ocasiões tem havido confusão no emprego dessas figuras, e isso se explica pelo fato de que, quando se desconcentra, procede-se, em última análise, a uma descentralização. Cuida-se, porém, de fenômenos diversos, já que na desconcentração ocorre mero desmembramento orgânico". (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 42. No que se refere à anulação de ato administrativo com efeitos patrimoniais contínuos que beneficiam os destinatários, assinale a opção correta.

a) O prazo para a anulação é de cinco anos, tem natureza decadencial e deve ser contado a partir do primeiro pagamento, salvo se comprovada a má-fé do beneficiário.

b) O prazo para a anulação é de cinco anos, tem natureza decadencial e deve ser contado a partir do último ato, pois há renovação do prazo a cada pagamento, já que não atinge o fundo do direito,

c) O prazo para a anulação é de cinco anos, tem natureza decadencial e deve ser contado a partir do primeiro pagamento, mesmo se evidenciada a má-fé do beneficiário.

d) A administração pública pode anular esse tipo de ato a qualquer tempo, independentemente de prazo.

e) Há prazo prescricional de cinco anos para a administração pública anular esse tipo de ato, o qual será suspenso com a instauração de procedimento de averiguação da legalidade do ato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda a anulação de ato administrativo com efeitos patrimoniais contínuos que beneficiam os destinatários.

A alternativa A está correta, tendo em vista que o artigo 54 da Lei 9.784/99, que dispõe sobre a decadência do direito de a administração pública anular seus atos quando estes gerem efeitos favoráveis aos seus destinatários, traz o prazo de 5 anos e início de contagem a partir do primeiro pagamento, salvo quando comprovada a má-fé do beneficiário, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. § 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o artigo 54 da Lei 9.784/99, que dispõe sobre a decadência do direito de a administração pública anular seus atos quando estes gerem efeitos favoráveis aos seus destinatários, traz o prazo de 5 anos e início de contagem a partir do primeiro pagamento, salvo quando comprovada a má-fé do beneficiário, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. § 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o artigo 54 da Lei 9.784/99, que dispõe sobre a decadência do direito de a administração pública anular seus atos quando estes gerem efeitos favoráveis aos seus destinatários, traz o prazo de 5 anos e início de contagem a partir do primeiro pagamento, salvo quando comprovada a má-fé do beneficiário, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. § 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que sua anulação não é possível a qualquer tempo, consoante artigo 54 da Lei 9.784/99, que dispõe sobre a decadência do direito de a administração pública anular seus atos quando estes gerem efeitos favoráveis aos seus destinatários, e que traz o prazo de 5 anos para tanto e início de contagem a partir do primeiro pagamento, salvo quando comprovada a má-fé do beneficiário, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. § 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o artigo 54 da Lei 9.784/99 estabelece que o prazo é decadencial, não prescricional, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé." Ademais, em seu artigo 67, a Lei determina que, via de regra, os prazos processuais não se suspendem, veja: "Art. 67. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem."

QUESTÃO 43. A respeito dos poderes da administração pública, assinale a opção correta.

a) Os atos administrativos realizados com abuso de poder acarretam sua imediata revogação.

b) A ordem de polícia, o consentimento de polícia e a fiscalização de polícia podem ser delegados a empresa pública que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, mas não é possível a delegação da sanção de polícia a pessoa jurídica de direito privado, ainda que pertencente à administração pública indireta.

c) No âmbito de seu poder regulamentar, as agências reguladoras poderão tratar de matéria para a qual inexista prévio conceito genérico em sua lei instituidora (standards), sendo vedadas, contudo, a criação ou a aplicação de sanções não previstas em lei.

d) A Ordem dos Advogados do Brasil tem o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União, uma vez que presta serviço público estatal.

e) O poder hierárquico não autoriza, em regra, a assunção por órgão superior de atribuição legalmente conferida a órgão inferior, sendo a avocação medida de caráter excepcional, admitida apenas temporariamente e por motivos relevantes devidamente justificados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata dos poderes da administração pública.

A alternativa A está incorreta, pois o abuso de poder gera a nulidade do ato e sua anulação. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Agindo com abuso de poder, por qualquer de suas formas, o agente submete sua conduta à revisão, judicial ou administrativa. O abuso de poder não pode compatibilizar-se com as regras da legalidade, de modo que, constatado o abuso, cabe repará-lo. A invalidação da conduta abusiva pode dar-se na própria esfera administrativa (autotutela) ou através de ação judicial, inclusive por mandado de segurança (art. 5º, LXIX, CF). Por outro lado, o abuso de poder constitui, em certas circunstâncias, ilícito penal, como dispõe a Lei nº 4.898, de 9.12.1965, que estabelece sanções para o agente da conduta abusiva." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a ordem de polícia não pode ser delegada em nenhuma hipótese. É o entendimento fixado pelo STJ, no REsp 817.534/MG, veja: "5. Somente os atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis, pois aqueles referentes à legislação e à sanção derivam do poder de coerção do Poder Público." (REsp 817.534/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 25/05/2010). O que poderá ser delegado é a figura do poder de polícia,

consoante entendimento do STF, no julgamento do RE 633782 (Tema 532), que fixou a seguinte tese: "É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que agências reguladoras vão tratar, por suas resoluções, matérias que tenham um prévio *standard* previsto em lei. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho, sobre as agências reguladoras: "O poder normativo técnico indica que essas autarquias recebem das respectivas leis delegação para editar normas técnicas (não as normas básicas de política legislativa) complementares de caráter geral, retratando poder regulamentar mais amplo, porquanto tais normas se introduzem no ordenamento jurídico como direito novo (ius novum). (...) O que nos parece inafastável é a verificação, em cada caso, se foi regular o exercício do poder ou, ao contrário, se foi abusivo, com desrespeito aos parâmetros que a lei determinou. Consequentemente, o poder normativo técnico não pode deixar de submeter-se a controle administrativo e institucional. Esse fenômeno, de resto já conhecido em outros sistemas jurídicos, tem sido denominado de deslegalização (ou deslegificação, como preferem alguns), considerando que a edição de normas gerais de caráter técnico se formaliza por atos administrativos regulamentares em virtude de delegação prevista na respectiva lei. Na verdade, não há, como supõem alguns estudiosos (equivocadamente, a nosso ver), transferência do poder legiferante a órgãos ou pessoas da Administração, mas tão somente o poder de estabelecer regulamentação sobre matéria de ordem técnica, que, por ser extremamente particularizada, não poderia mesmo estar disciplinada na lei." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o STF, no julgamento do RE 1182189 (Tema 1054 RG) fixou a seguinte tese: "O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa."

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei nº 9.784 em seu artigo 15, vejamos: "Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior."

QUESTÃO 44. Acerca dos serviços públicos, assinale a opção correta.

a) Não há necessidade de o poder concedente justificar a conveniência de concessão ou permissão de serviço público, já que se trata de ato discricionário.

b) Há possibilidade de o município criar hipótese de parceria público-privada para a execução de obra pública de infraestrutura e urbanismo, ainda que desvinculada de qualquer serviço público ou social.

c) A delegação da prestação de serviço público, feita pelo poder concedente, mediante licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, considerada concessão de serviço público.

d) A concessão de serviço público precedida de obra pública deve ser formalizada mediante contrato, sendo permitida a concessão a título precário se não for precedida de obra pública.

e) É vedado ao poder concedente prever, em favor da concessionária, a possibilidade de fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata dos serviços públicos.

A alternativa A está incorreta, pois a concessão ou permissão de serviços públicos constituem contratos, que deverão ser justificados, consoante Lei nº 8.987/1995, veja: "Art. 5º O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo."

A alternativa B está incorreta, pois a parceria público-privada não poderá ser desvinculada, consoante entendimento do STF no julgamento da ADPF 282 (Informativo 1094), vejamos: "É inconstitucional lei municipal que autoriza a celebração de PPP para a execução de obra pública desvinculada de qualquer serviço público ou social." (ADPF 282, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 15/05/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 30-05-2023 PUBLIC 31-05-2023).

A alternativa C está correta, pois é o que determina a Lei 8.987/95, art. 2º, II, vejamos: "Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se: II. concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;".

A alternativa D está incorreta, pois não há tal previsão na Lei 8.987/95, que determina serem as concessões realizadas mediante contrato. Vejamos: "Art. 4º A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação."

A alternativa E está incorreta, pois contraria a Lei 8.987/95, que permite ao poder concedente prever tal possibilidade, em seu art. 11, vejamos: "No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 17 desta Lei."

QUESTÃO 45. Acerca de licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta, com base na Lei nº 14.133/2021.

a) Há possibilidade de revogação de licitação por motivo de conveniência e oportunidade, prescindindo-se da ocorrência de fato superveniente.

b) A contratação semi-integrada é o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia e realizar as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

c) É vedada à administração pública a contratação da execução de obras e serviços de engenharia por meio do sistema de registro de preços.

d) Diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a administração pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.

e) A alienação de bens imóveis da administração pública, cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, exigirá avaliação prévia, autorização legislativa e licitação na modalidade leilão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão trata das licitações e contratos administrativos, previstos pela nº 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 14.133/2021 impele a ocorrência de fato superveniente, vejamos: "Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: § 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado."

A alternativa B está incorreta, pois o art. 6º da Lei 14.133 conceitua de forma distinta a contratação semi-integrada, vejamos: "Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXXIII - contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;".

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com a Lei nº 14.233/2021, o sistema de registro de preços é uma das possibilidades permitidas, vejamos: "Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;" e "Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre: § 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:".

A alternativa D está correta, pois é como a Lei nº 14.233/2021 conceitua o diálogo competitivo, em seu art. 6º, vejamos: "Para os fins desta Lei, consideram-se: XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos

com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;".

A alternativa E está incorreta, pois a Lei nº 14.233/2021 dispensa a realização de licitação nos casos de dação em pagamento, veja: "Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de: a) dação em pagamento;".

QUESTÃO 46. A respeito de contratos administrativos, assinale a opção correta.

a) O contrato de consórcio público deve ser celebrado com a ratificação, mediante ato administrativo próprio, do protocolo de intenções.

b) O acordo de cooperação técnica é o instrumento de cooperação para a execução de ações de interesse recíproco e em mútua colaboração no qual o objeto e as condições da cooperação são previamente estabelecidos por órgão ou entidade da administração pública federal.

c) Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, haverá possibilidade de alteração dos valores contratuais por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da administração pública ou da contratada.

d) Nos contratos administrativos, há possibilidade de utilização de conciliação, mediação e arbitragem como meios alternativos para a solução da controvérsia, mas não há possibilidade de utilização de comitê de resolução de disputas (dispute board).

e) Os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão celebrar convênios ou contratos de repasse para transferências de recursos com entidades privadas sem fins lucrativos e serviços sociais autônomos, para a execução de programas de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda os contratos administrativos.

A alternativa A está incorreta, pois a Lei 11.107/2005 determina sua realização mediante lei, vejamos: "Art. 5º O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções."

A alternativa B está incorreta, pois o Decreto 11.531/2023 estabelece que o objeto e as condições de cooperação serão estabelecidos de comum acordo entre as partes, veja: "Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: XIII - acordo de cooperação técnica - instrumento de cooperação para a execução de ações de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, a título gratuito, sem

transferência de recursos ou doação de bens, no qual o objeto e as condições da cooperação são ajustados de comum acordo entre as partes."

A alternativa C está incorreta, pois diverge do que determina a Lei nº 14.133/2012, a respeito da alteração dos valores contratuais, veja: "Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos: IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração."

A alternativa D está incorreta, pois é o oposto do que determina a Lei 14.133, que prevê o comitê de resolução de disputas, vejamos: "Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem."

A alternativa E está correta, pois é o que determina o Decreto 11.531/2023, vejamos: "Art. 3º Os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão celebrar convênios ou contratos de repasse para transferências de recursos com órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, consórcios públicos, entidades privadas sem fins lucrativos e serviços sociais autônomos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração."

QUESTÃO 47. No que diz respeito à improbidade administrativa, assinale a opção correta.

a) A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa é irretroativa, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada, tampouco durante o processo de execução das penas e de seus incidentes.

b) A revogação da modalidade culposa, resultado de alteração da Lei de Improbidade Administrativa, não se aplica aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da aplicação do *tempus regit actum*.

c) O novo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa retroage, aplicando-se os novos marcos temporais desde a prática do ato.

d) Será apenado com a pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar, dentro do prazo determinado, a declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, ou que prestar declaração falsa.

e) Constitui ato de improbidade administrativa deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade prevista na legislação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda a improbidade administrativa.

A alternativa A está correta, pois é o entendimento do STF, no julgamento do ARE 843989 (tema 1199 RG), no qual foi fixada a seguinte tese: "2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;".(STF - ARE: 843989 PR0003295-20.2006.4.04.7006, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 24/02/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 04/03/2022).

A alternativa B está incorreta, pois contraria o entendimento do STF, no julgamento do ARE 843989 (tema 1199 RG), no qual foi fixada a seguinte tese: "3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente;". (STF - ARE: 843989 PR0003295-20.2006.4.04.7006, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 24/02/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 04/03/2022).

A alternativa C está incorreta, pois contraria o entendimento do STF, no julgamento do ARE 843989 (tema 1199 RG), no qual foi fixada a seguinte tese: "4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei." (STF - ARE: 843989 PR0003295-20.2006.4.04.7006, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 24/02/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 04/03/2022).

A alternativa D está incorreta, pois a pena aplicada será de demissão, consoante Lei 8429, vejamos: "Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) § 3º Será apenado com a pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens a que se refere o caput deste artigo dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)."

A alternativa E está incorreta, pois tal previsão, que constava anteriormente no art. 11, IX da Lei 8429 foi revogada.

QUESTÃO 48. A teoria adotada no Brasil em relação ao nexo de causalidade na responsabilidade civil do Estado é a

a) teoria do dano direto ou imediato.

b) teoria da causa mais eficiente.

c) teoria da equivalência dos antecedentes.

d) teoria do efeito indireto.

e) teoria da *conditio sine qua non*.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema 362 do STF e a teoria adotada no Brasil quanto ao nexo de causalidade na responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está correta, pois o STF, no julgamento do RE 608.880 (TEMA 362), entendeu que, no caso de danos oriundos de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, somente restará caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado quando demonstrado o nexo causal entre o momento da fuga e o delito cometido, fixando, assim, a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada." (RE 608.880-RG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/9/2013).

A alternativa B está incorreta, pois não se trata da teoria da causa mais eficiente, tendo em vista que o STF, no julgamento do RE 608.880 (TEMA 362) entendeu que, no caso de danos oriundos de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, somente restará caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado quando demonstrado o nexo causal entre o momento da fuga e o delito cometido, fixando, assim, a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada." (RE 608.880-RG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/9/2013).

A alternativa C está incorreta, pois não se trata da teoria da equivalência dos antecedentes, tendo em vista que o STF, no julgamento do RE 608.880 (TEMA 362) entendeu que, no caso de danos oriundos de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, somente restará caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado quando demonstrado o nexo causal entre o momento da fuga e o delito cometido, fixando, assim, a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada." (RE 608.880-RG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/9/2013).

A alternativa D está incorreta, pois não se trata da teoria do efeito indireto, tendo em vista que o STF, no julgamento do RE 608.880 (TEMA 362) entendeu que, no caso de danos oriundos de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, somente restará caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado quando demonstrado o nexo causal entre o momento da fuga e o delito cometido, fixando, assim, a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada." (RE 608.880-RG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/9/2013).

A alternativa E está incorreta, pois não se trata da teoria da *conditio sine qua non*, tendo em vista que o STF, no julgamento do RE 608.880 (TEMA 362) entendeu que, no caso de danos oriundos de crime

praticado por pessoa foragida do sistema prisional, somente restará caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado quando demonstrado o nexo causal entre o momento da fuga e o delito cometido, fixando, assim, a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada." (RE 608.880-RG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/9/2013).

QUESTÃO 49. No que se refere ao atendimento realizado por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente, assinale a opção correta.

a) Deve-se provocar a comunicação, evitando-se o silêncio da criança.

b) O atendimento deverá proporcionar a livre expressão das suas opiniões.

c) O atendimento deve ser realizado por psicólogo.

d) Deve-se evitar o compartilhamento entre órgãos de informação relativa ao atendimento.

e) Deve-se garantir total privacidade no atendimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, pois está em consonância com a doutrina da proteção integral e da qualidade da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Nesse sentido, destaca-se o art. 16, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: II - opinião e expressão”.

As alternativas A C, D e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa B.

QUESTÃO 50. De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente,

a) a permanência do convívio familiar.

b) os deveres dos pais.

c) o interesse maior da criança.

d) a preservação do poder familiar.

e) a preservação da proximidade com os pais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 3º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: "Artigo 3.1. Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança".

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa C.

QUESTÃO 51. Conforme previsão expressa da Lei Orgânica da Assistência Social, a assistência social deve realizar-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais, para

a) promover a proteção social.

b) proteger a infância, a adolescência e a velhice.

c) promover a integração ao mercado de trabalho.

d) enfrentar a pobreza.

e) amparar às crianças e aos adolescentes carentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 8.742/93: "Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais".

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa D.

QUESTÃO 52. No âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) compete a função

I. normativa.

II. deliberativa.

III. de avaliação.

IV. de fiscalização.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens II e III estão certos.

c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta, pois todos os itens estão certos. Dispõe o art. 3º, §2º, da Lei nº 12.594/12 (Lei do Sinase) que: "§ 2º Ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) competem as funções normativa, deliberativa, de avaliação e de fiscalização do Sinase, nos termos previstos na Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, que cria o referido Conselho".

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa E.

QUESTÃO 53. A colocação da criança em família substituta estrangeira, como medida excepcional, será admissível por meio de

a) guarda ou adoção.

b) guarda, somente.

c) adoção ou tutela.

d) tutela, somente.

e) adoção, somente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa E está correta, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): "Art. 31. A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção".

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa E.

QUESTÃO 54. De acordo com o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, o depoimento pessoal seguirá o rito cautelar de antecipação de prova, se houver

a) ameaça grave.

b) castigo físico.

c) violência sexual.

d) lesão.

e) humilhação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta, de acordo com o art. 11, §1º, II, da Lei nº 13.431/17: "Art. 11. O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado. §1º O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova: I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos; II - em caso de violência sexual".

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa C.

QUESTÃO 55. A respeito da internação do adolescente, assinale a opção correta.

a) Atingida a maioridade, a liberação ocorrerá de forma compulsória.

b) Durante a internação, é vedada a realização de atividades externas.

c) É vedada a estipulação de internação por prazo determinado.

d) Atingido o período máximo de internação, a liberdade assistida é medida que se impõe.

e) A desinternação depende de autorização do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta, pois atingida a idade de 21 (vinte e um) anos, a liberação ocorrerá de forma compulsória, nos termos do art. 121, §5º, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): "§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade".

A alternativa B está incorreta, pois não é vedada a realização de atividades externas. De acordo com o art. 121, §1º, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): "§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário".

A alternativa C está correta, nos termos do art. 121, §2º, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): "§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses".

A alternativa D está incorreta, pois o adolescente deverá ser liberado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida, nos termos do art. 121, §4º, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): "§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida".

A alternativa E está incorreta, pois a lei não exige a autorização do Ministério Público, mas apenas sua oitiva. Dispõe o art. 121, §6º, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que: "§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público".

QUESTÃO 56. De acordo com resolução do Conselho Nacional de Justiça, a fim de estabelecer atribuições e fluxo estadual interinstitucional para o atendimento dos casos de violência contra crianças e adolescentes ou dos quais elas sejam testemunhas, os tribunais de justiça poderão celebrar com a Defensoria Pública

a) termos de fomento.

b) convênios.

c) acordo de cooperação.

d) termos de cooperação técnica.

e) termos de colaboração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 2º da Resolução nº 299 do CNJ: "Art. 2º Os tribunais estaduais e federais envidarão esforços para celebrar convênios, estabelecendo atribuições e fluxo estadual interinstitucional para atendimento dos casos de violência contra crianças e adolescentes ou dos quais elas sejam testemunhas, encaminhando ao Conselho Nacional de Justiça, no prazo de noventa dias, o convênio celebrado".

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa B.

QUESTÃO 57. A respeito das disposições gerais e dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), assinale a opção correta.

a) O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à pessoa idosa só pode ser iniciado com a requisição do Ministério Público, devendo o autuado apresentar sua defesa no prazo de 15 dias a contar da data da intimação.

b) Pessoas com mais de 65 anos de idade têm o direito à gratuidade dos transportes coletivos urbanos, inclusive nos serviços seletivos e especiais, quando disponibilizados juntamente com os serviços regulares.

c) As pessoas idosas possuem direito à prioridade, inclusive no recebimento da restituição do imposto de renda.

d) As pessoas idosas possuem direito de receber alimentos de seus familiares, sendo subsidiária a obrigação alimentar entre os familiares, de acordo com o Estatuto.

e) As pessoas idosas podem ser admitidas em qualquer trabalho ou emprego, sendo vedada, em qualquer hipótese, a discriminação e a imposição de limite máximo de idade, inclusive para concursos públicos.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Há 2 (dois) erros na alternativa. O primeiro erro consiste em afirmar que o procedimento somente pode ser iniciado com a requisição do Ministério Público, tendo em vista que o art. 60 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) prevê que também poderá ter início com auto de infração elaborado por servidor efetivo: "Art. 60. O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à pessoa idosa terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por 2 (duas) testemunhas. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)". O segundo erro está no prazo para a apresentação de defesa, que será de 10 (dez) dias, nos termos do art. 61, caput, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 61. O autuado terá prazo de 10 (dez) dias para a apresentação da defesa, contado da data da intimação (...)".

A alternativa B está incorreta, pois o direito à gratuidade dos transportes coletivos urbanos não inclui os serviços seletivos e especiais, consoante o disposto no art. 39, caput, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares".

A alternativa C está correta, nos termos do art. 3º, §1º, IX, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 3º. § 1º A garantia de prioridade compreende: IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda".

A alternativa D está incorreta, pois a obrigação alimentar entre os familiares é solidária, nos termos do art. 12 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores".

A alternativa E está incorreta, pois é possível estabelecer limite máximo de idade para concursos públicos quando a natureza do cargo o exigir. De acordo com o art. 27 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 27. Na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir".

QUESTÃO 58. Joaquim, com 61 anos de idade, foi diagnosticado com uma doença crônica na coluna cervical que o impediu de continuar trabalhando, tendo ele se tornado incapaz de prover sua própria subsistência. Joaquim, que vive sozinho e sem familiares para ajudá-lo, sempre trabalhou como pedreiro, construindo casas de alvenaria em Rio Branco, e jamais contribuiu para a previdência social. Diante do diagnóstico, Joaquim procurou a DPE/AC para obter orientação e saber se o sistema jurídico brasileiro oferece algum tipo de assistência para pessoas que comprovem não possuir, como ele, meios de prover a sua própria subsistência.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca do direito do idoso, assinale a opção correta.

a) Joaquim não faz jus à política de assistência social, uma vez que não possui a idade mínima de 65 anos exigida para o usufruto dos benefícios previdenciários voltados à pessoa idosa.

b) Será garantido a Joaquim o auxílio previdenciário de dois salários mínimos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), independentemente do período durante o qual tenha contribuído para a previdência social, desde que ele comprove, por meio de exames, relatórios e perícia médica, que a doença é impeditiva para o trabalho.

c) A seguridade social é uma condição dissociável do direito humano, de modo que, para garantir o direito a Joaquim, é imprescindível que tenha ocorrido a contribuição direta.

d) A previdência social visa, no geral, substituir a renda do contribuinte caso ele perca a capacidade de trabalho em situações de doença, invalidez, idade avançada, morte, desemprego involuntário ou em função de maternidade ou reclusão, exigindo-se, para tanto, que ele tenha contribuído por, no mínimo, quinze anos para a previdência social.

e) Há previsão legal para a concessão de benefício previdenciário a Joaquim no âmbito da competência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pois a assistência social será prestada independentemente de contribuição e é garantido um benefício mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 34 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 34. Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Loas".

A alternativa B está incorreta, pois não há previsão legal do mencionado auxílio previdenciário de dois salários mínimos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A alternativa C está incorreta. Inicialmente, cumpre destacar que a seguridade social é uma condição indissociável do direito humano. Além disso, o art. 194 da Constituição Federal afirma que: "Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". No que concerne à assistência social, verifica-se que independe de contribuição, nos termos do art. 203 da Constituição Federal: "Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos".

A alternativa D está incorreta, pois o tempo de contribuição é distinto de acordo com o benefício a ser pleiteado perante a previdência social.

A alternativa E está incorreta, pois Joaquim possui 61 anos de idade. Logo, não atingiu a idade necessária para a concessão do benefício assistencial de prestação continuada. De acordo com o art. 34 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 34. Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Loas".

QUESTÃO 59. Maria, pessoa idosa, procurou a DPE/AC para denunciar o abandono por seus próprios filhos. No atendimento, ela relatou que os filhos haviam sido criados pela avó paterna, pois Maria era empregada doméstica e morava na casa dos patrões, razão pela qual nunca teve oportunidade de conviver com os filhos. Segundo ela, que relatou estar precisando de ajuda, seus filhos possuem excelente condição financeira. Ela alegou estar passando fome, além de estar sem água e sem energia e não possuir renda ou reserva de dinheiro para a sua subsistência.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições da CF e do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), assinale a opção correta.

a) É do poder público a obrigação de assegurar a Maria o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura e ao esporte; por isso, Maria não pode acionar a via judicial contra seus filhos requerendo a prestação de alimentos.

b) A obrigação alimentar dos filhos em relação a Maria é subsidiária, não podendo Maria optar entre os prestadores.

c) O defensor público deve informar à Maria que seus filhos estão obrigados a prover-lhe alimentos e prestar-lhe amparo.

d) Não há previsão legal que obrigue os filhos a cuidar de Maria, uma vez que a avó paterna foi a responsável pela sua criação.

e) A obrigação de prover alimentos e assistência ocorre exclusivamente dos pais para os filhos; portanto, legalmente, os filhos não podem ser compelidos a prestar assistência alimentar a Maria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois Maria pode acionar a via judicial contra seus filhos requerendo a prestação de alimentos. Nos termos do art. 11 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 11. Os alimentos serão prestados à pessoa idosa na forma da lei civil". Nesse sentido, de acordo com os arts. 1.695 e 1.696 do Código Civil: "Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria mantença, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento. Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros". Sobre o tema, cumpre destacar a especificidade do Estatuto da Pessoa Idosa que afirma, diferentemente do Código Civil, que: "Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores".

A alternativa B está incorreta, pois a obrigação é solidária, podendo Maria optar entre os prestadores, nos termos do art. 12 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores".

A alternativa C está correta, nos termos do art. 11 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 11. Os alimentos serão prestados à pessoa idosa na forma da lei civil".

A alternativa D está incorreta, pois há previsão legal expressa do dever da família quanto aos cuidados com a pessoa idosa, conforme art. 3º, caput, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária".

A alternativa E está incorreta, pois há obrigação de prover alimentos e assistência dos filhos para os pais, assim, legalmente, os filhos podem ser compelidos a prestar assistência alimentar a Maria. Dispõe

o art. 1.696 do Código Civil que: "Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros". Sobre o tema, cumpre destacar a especificidade do Estatuto da Pessoa Idosa que afirma que: "Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores".

QUESTÃO 60. A respeito da Lei n.º 8.842/1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), e da Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), assinale a opção correta.

a) Em relação aos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, o Estatuto da Pessoa Idosa prevê que a pessoa idosa goza de prioridade na aquisição de imóvel para sua moradia própria, devendo ser observada, entre outros aspectos, a necessidade de reserva às pessoas idosas de pelo menos 5% das unidades habitacionais residenciais, obrigatoriamente no pavimento térreo.

b) De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, caso a quantidade de pessoas idosas exceda a quantidade de vagas gratuitas, a empresa de transporte coletivo interestadual deverá conceder a essas pessoas idosas um desconto de, no mínimo, 30% no valor da passagem.

c) A conduta de desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por motivo de idade, é considerada crime de ação penal pública condicionada, desde que não haja violência física no ato praticado.

d) O Estatuto da Pessoa Idosa assegurou que todas as pessoas idosas, com renda inferior a 1 salário mínimo, tenham o direito de viajar gratuitamente em transportes coletivos interestaduais, como ônibus, trens ou barcos, devendo a empresa reservar duas vagas gratuitas por veículo.

e) A Política Nacional do Idoso (PNI) estipula que os idosos devem ter prioridade no recebimento de benefícios previdenciários e que é um dever da Previdência Social fomentar e apoiar a criação de programas de preparação para aposentadoria, tanto no âmbito público quanto no privado, com um mínimo de dois anos de antecedência antes do afastamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois, na hipótese, o percentual correto é 3% (três por cento). Dispõe o art. 38, I, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa idosa goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: I - reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas".

A alternativa B está incorreta, pois o desconto será de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) no valor da passagem, nos termos do art. 40, II, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: II –

desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para as pessoas idosas que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos".

A alternativa C está incorreta, pois trata-se de crime de ação penal pública incondicionada. A alternativa descreve o crime previsto no art. 96, §1º, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade: Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa. § 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo". Nesse contexto, afigura-se como crime de ação penal pública incondicionada, conforme o disposto no art. 95: "Art. 95. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal".

A alternativa D está incorreta, pois o parâmetro a ser utilizado é renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos. De acordo com o art. 40, I, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para pessoas idosas com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos".

A alternativa E está correta, nos termos do art. 10, IV, alíneas 'b' e 'c', da Lei nº 8.842/1994: "Art. 10. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos: IV - na área de trabalho e previdência social: a) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado; b) priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários; c) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento".

QUESTÃO 61. A respeito da Política Nacional do Idoso (Lei n.º 8.842/1994) e do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), assinale a opção correta.

a) A luta contra o preconceito etário e o combate à propagação de informações falsas, à linguagem discriminatória, à marginalização do idoso e aos estereótipos negativos relacionados ao envelhecimento são alguns dos objetivos do Estatuto da Pessoa Idosa, que prevê a pena de detenção para aquele que veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa idosa.

b) É assegurado à família da pessoa idosa e ao próprio médico escolher o tratamento de saúde mais adequado e mais benéfico ao idoso, independentemente de ele ser capaz de opinar a respeito do tratamento.

c) Um dos princípios da Política Nacional do Idoso é a universalização de políticas e programas de assistência social para as pessoas idosas.

d) Entre as diretrizes da Política Nacional do Idoso está o estímulo às ações intersetoriais, visando-se à integralidade da atenção, as quais, embora sejam uma reivindicação fundamental

do Conselho Nacional do Idoso, são de difícil implementação por ausência da previsão legal no Estatuto da Pessoa Idosa.

e) A notificação às autoridades competentes, pelos sistemas de saúde, dos casos de suspeitas ou evidências de violência praticada contra pessoas idosas depende da anuência da vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 105 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 105. Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa idosa: Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa".

A alternativa B está incorreta, pois a pessoa idosa capaz de opinar a respeito do tratamento tem liberdade de escolha sobre a sua saúde. De acordo com o art. 17 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 17. À pessoa idosa que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável". Ainda sobre o tema, cumpre destacar que, nos termos do parágrafo único do art. 17, na hipótese em que a pessoa idosa não está em condições de proceder à opção, esta será feita: "I – pelo curador, quando a pessoa idosa for interditada; II – pelos familiares, quando a pessoa idosa não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil; III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar; IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público".

A alternativa C está incorreta, pois não está previsto expressamente como um princípio da Política Nacional do Idoso. Dispõe o art. 3º da Lei n.º 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso) que: "Art. 3° A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios: I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política; V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei".

A alternativa D está incorreta, pois as ações intersetoriais têm previsão legal no Estatuto da Pessoa Idosa. Nesse sentido, dispõe o art. 15 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas".

A alternativa E está incorreta, pois não depende da anuência da vítima. Trata-se de notificação compulsória às autoridades competentes, pelos sistemas de saúde, dos casos de suspeitas ou evidências de violência praticada contra pessoas idosas. De acordo com o art. 19 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade

sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: I – autoridade policial; II – Ministério Público; III – Conselho Municipal da Pessoa Idosa; IV – Conselho Estadual da Pessoa Idosa; V – Conselho Nacional da Pessoa Idosa".

QUESTÃO 62. No que se refere ao direito da pessoa idosa na CF, assinale a opção correta.

a) A prioridade legal na tramitação de processo ajuizado por pessoa idosa que tenha falecido antes da ocorrência do trânsito em julgado da ação judicial cessará imediatamente após a comunicação da morte ao juízo; assim, o rito será readequado de acordo com a qualificação dos sucessores que substituíram a pessoa idosa no polo processual.

b) A proteção dos direitos da pessoa idosa é uma responsabilidade que cabe à família, à sociedade e ao Estado, todavia, a ausência de disposição na CF acerca dessa proteção dificulta a implementação de políticas públicas para garantia da dignidade, do bem-estar e do direito à vida dessa parcela da população.

c) A discussão sobre direitos humanos e liberdades fundamentais é fundamental para a proteção da pessoa idosa, que detém, igualmente a todos os outros indivíduos, o direito de não sofrer qualquer forma de violência, premissa fundamentada nos princípios universais de dignidade e igualdade, que são intrínsecos a todo ser humano.

d) Os conselhos da pessoa idosa em níveis municipais não são institucionalizados, de modo que, embora possam funcionar informalmente, não possuem poderes legais para monitorar as políticas públicas e os programas direcionados para as pessoas idosas.

e) Os programas de amparo aos idosos devem ser executados preferencialmente em instituições de longa permanência para idosos (ILPIs).

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a prioridade legal não cessará imediatamente após a comunicação da morte ao juízo. Dispõe o art. 71, §2º, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) que: "§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos".

A alternativa B está incorreta, pois há disposição expressa acerca dessa proteção no art. 230, caput, da Constituição Federal: "Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".

A alternativa C está correta, nos termos do art. 4º da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): "Art. 4º Nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei".

A alternativa D está incorreta, pois os conselhos da pessoa idosa em níveis municipais são institucionalizados e possuem poderes legais para monitorar as políticas públicas e os programas direcionados para as pessoas idosas. Nesse sentido, importante destacar os arts. 6º e 7º da Lei nº 8.842/94 (Política Nacional do Idoso): "Art. 6º Os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área. Art. 7º Compete aos Conselhos de que trata o art. 6o desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas".

A alternativa E está incorreta, pois os programas de amparo aos idosos devem ser executados preferencialmente em seus lares. Nos termos do art. 230, 1º, da Constituição Federal: "§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares".

QUESTÃO 63. Por um longo período, José enfrentou dificuldades financeiras para manter seu plano de saúde individual. No entanto, logo após completar 60 anos de idade, ele foi surpreendido por um aumento de 200% na cobrança da mensalidade do plano de saúde. Ao entrar em contato com o serviço de atendimento ao cliente (SAC) do referido plano, pensando ter havido um erro na emissão do boleto, foi informado de que o reajuste se devia à sua nova faixa etária. Inconformado com a situação, José decidiu buscar orientação da defensoria pública para verificar a legalidade do aumento exorbitante na mensalidade do seu plano de saúde. Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a opção que apresenta a orientação correta a ser dada pelo defensor público a José.

a) O reajuste no valor da mensalidade do plano de saúde de José é abusivo conforme a jurisprudência dos tribunais superiores, apesar de essa prática não ser vedada pelo Estatuto da Pessoa Idosa.

b) O reajuste no valor da mensalidade do plano de saúde de José é abusivo, uma vez que o Estatuto da Pessoa Idosa veda a cobrança de valores diferenciados em razão da idade, por ser essa prática uma forma de discriminação da pessoa idosa.

c) O reajuste na mensalidade do plano é válido se José tiver tomado ciência da possibilidade de reajuste no ato de contratação do plano de saúde, podendo a mensalidade do plano ser reajustada com a mudança de faixa etária.

d) O reajuste no valor da mensalidade é considerado abusivo, entretanto, a defensoria pública não poderia atuar no caso, pois ser beneficiário de plano de saúde pressupõe que a pessoa tenha condições financeiras que não a habilitam economicamente para ser atendida pela defensoria pública.

e) O reajuste no valor da mensalidade é válido, haja vista que José, por ser idoso, provavelmente utilizará os serviços de saúde com mais frequência, e o equilíbrio contratual exige que não haja onerosidade excessiva para nenhuma das partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda sobre o reajuste no valor da mensalidade do plano de saúde da pessoa idosa.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 15, §3º do Estatuto do Idoso (Lei n.° 10.741/2003), é vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade. Em regra, é válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Contudo, há exceções. Essa cláusula será considera abusiva quando: a) não respeitar os limites e requisitos estabelecidos na Lei 9.656/98; ou b) aplicar índices de reajuste desarrazoados ou aleatórios, que onerem em demasia o segurado. (STJ. 4ª Turma. REsp 1381606-DF, Rel. originária Min. Nancy Andrighi, Rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, julgado em 7/10/2014). Portanto, as demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa B.

QUESTÃO 64. Assinale a opção em que é apresentado um instrumento com o qual o poder público contará para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo.

a) racionalização e melhoria dos serviços públicos ofertados.

b) prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor.

c) manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.

d) reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

e) educação e informação de fornecedores e consumidores quanto aos seus direitos e deveres

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda em específico sobre a execução da Política Nacional das Relações de Consumo pelo Poder Público.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 5º, I do CDC que prevê o seguinte: "Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com os seguintes instrumentos, entre outros: I - manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente;"

As demais alternativas estão incorretas, ao se tratarem de princípios, não de instrumentos do poder público para execução da Política Nacional de Consumo. Vejamos: "Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;(...) VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos; (...) X - prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor. (Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021)."

QUESTÃO 65. No que se refere à responsabilidade por vício do produto, o comerciante só será responsável subsidiariamente se

a) não fornecer, quando lhe for solicitada, a identificação do fabricante ou se não o fizer de forma clara.

b) não conservar adequadamente produtos perecíveis.

c) o fabricante provar que não colocou o produto no mercado.

d) o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante.

e) fabricante ou o produtor não puderem ser identificados.

Comentários

Questão anulada pela banca.

Aqui não temos alternativa correta. A responsabilidade do comerciante é subsidiária quanto ao fato do produto (art. 12, 13 CDC), portanto, se tivéssemos diante de um enunciado acerca do fato do produto, todas as alternativas estariam corretas, praticamente. Vejamos: "Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos. (...) § 3° O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar: I - que não colocou o produto no mercado; (...) Art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando: I - o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados; II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador; III - não conservar adequadamente os produtos perecíveis. (...)". No entanto, o enunciado se refere ao vício do produto, que trata da responsabilidade solidária do comerciante, nos termos do art. 18 do CDC, cuja RESPONSABILIDADE É SOLIDÁRIA. A saber: "Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem SOLIDARIAMENTE PELOS VÍCIOS de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas."

Portanto, o examinador não foi claro quanto a resposta esperada, estando diante de uma questão elaborada com distinção de responsabilidades diversas ao disposto no Código de Defesa do Consumidor.

QUESTÃO 66. A convenção coletiva de consumo

a) O pode estabelecer condições sobre características de produtos.

b) pode ser celebrada por qualquer pessoa.

c) dispensa o registro, se assinada por todas as partes.

d) obriga a todos, se referendada pelo Ministério Público.

e) pode estabelecer sanções.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão aborda sobre a convenção coletiva de consumo.

A alternativa A está correta. Nos exatos termos do art. 107 do CDC, a Convenção Coletiva de Consumo poderá estabelecer condições sobre as características dos produtos, a saber: "As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo."

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa A.

QUESTÃO 67. São entendidos como interesses ou direitos difusos os transindividuais, de natureza indivisível,

a) de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

b) de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por qualquer fato ou situação.

c) de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato e cuja origem seja comum.

d) de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

e) de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base e cuja origem seja comum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda sobre a definição trazida pelo Código de Defesa do Consumidor no que se refere interesses ou direitos difusos.

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 81, parágrafo único, I, do CDC, a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa C.

QUESTÃO 68. Considera-se prática abusiva contra o consumidor o ato do fornecedor de

a) executar serviço sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, incluindo-se as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

b) condicionar o fornecimento de produto ou de serviço a limites quantitativos, ainda que motivado por justa causa.

c) recusar a venda de bens ou a prestação de serviços a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, inclusive nos casos de intermediação regulados em leis especiais.

d) deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação.

e) aplicar índice de reajuste superior a 15% ao ano, mesmo quando estabelecido contratualmente, haja vista a abusividade do percentual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre práticas abusivas, previstas no art. 39 do Código de Defesa do Consumidor e seus incisos.

A alternativa A está incorreta. Não será considerada prática abusiva a execução do serviço sem a prévia elaboração do orçamento, quando as decorrentes de práticas anteriores entre as partes, nos temos do art. 39, VI, do CDC.

A alternativa B está incorreta. Quando houver justa causa, o condicionamento de limites quantitativos não configurará prática abusiva, nos termos do art. 39, I, do CDC.

A alternativa C está incorreta. Ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais, não se configurará prática abusiva, nos termos do art. 39, IX, do CDC.

A alternativa D está correta. O art. 39 do Código de Defesa do Consumidor elenca rol de práticas que são consideradas abusivas ao consumidor, dentre elas, prevê como prática abusiva deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério, nos termos do art. 39, XII, do CDC.

A alternativa E está incorreta. Quando contratualmente estabelecido, não configura prática abusiva, nos termos do art. 39, XIII, do CDC.

QUESTÃO 69. Nos contratos de relação de consumo, cláusula que determinar a utilização compulsória da arbitragem como meio de evitar demanda judicial será considerada

a) anulável.

b) ineficaz.

c) inexistente.

d) não escrita.

e) nula.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda sobre cláusulas abusivas, especificamente àquelas que prevem, de maneira compulsória, a utilização da arbitragem, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 51, VII, a cláusula que determinar a utilização compulsória da arbitragem como meio de evitar demanda judicial será considerada nula. Vejamos: "Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: VII - determinem a utilização compulsória de arbitragem;"

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 70. No que se refere à posição hierárquica dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos em face da Constituição Federal de 1988 (CF), caso um tratado internacional sobre direitos humanos seja aprovado no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, em dois turnos, por três quintos dos votos dos seus respectivos membros, possuirá status hierárquico de

a) decreto legislativo.

b) emenda constitucional.

c) lei complementar.

d) lei ordinária.

e) medida provisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Brasil.

Houve a cobrança do texto expresso da Constituição Federal, conforme Art. 5º, parágrafo 3º. CF/88. Art. 5º. (...) § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) De acordo com o texto constitucional mencionado, quando um tratado internacional de direitos humanos é aprovado em cada Casa do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), em dois turnos, por três quintos dos votos de seus respectivos membros, ele é elevado ao status de emenda constitucional. Este procedimento confere aos tratados aprovados desta forma uma força normativa muito elevada, colocando-os no mesmo patamar de normas que modificam diretamente a Constituição, as Emendas Constitucionais.

Consequentemente, as alternativas A, C, D e E estão incorretas, por contrariar disposição expressa do texto constitucional.

QUESTÃO 71. A respeito das disposições do Estatuto dos Refugiados (Lei n.º 9.474/1997), assinale a opção correta.

a) Os refugiados têm o direito de obter uma carteira de identidade que comprove sua condição jurídica, além de ter acesso à emissão de carteira de trabalho e a um documento de viagem específico para sua situação.

b) No caso de decisão negativa em processo relativo à solicitação de reconhecimento da condição de refugiado, o solicitante terá direito de recorrer ao ministro de Estado das Relações Exteriores, no prazo de 10 dias, contados do recebimento da notificação da decisão.

c) Compete ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) decidir, em primeira instância, sobre a cessação ou a perda da condição de refugiado, por meio de decisão irrecorrível, que deve ser informada ao Departamento de Polícia Federal para as providências cabíveis.

d) O acesso aos direitos fundamentais, bem como ao direito à educação em instituições públicas no Brasil, é assegurado aos solicitantes de refúgio somente após a conclusão e a aprovação do respectivo processo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado.

e) O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) é membro convidado para as reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), além de ter direito a voz e voto nessas reuniões, e também a possibilidade de oferecer sugestões que facilitem o andamento do processo de solicitação de refúgio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do Estatuto dos Refugiados.

A alternativa A está correta. Apresenta o entendimento do Art. 6º do Estatuto dos Refugiados. Estatuto dos Refugiados: "Art. 6º O refugiado terá direito, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, a cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem".

A alternativa B está incorreta. Conforme o Art. 29 do Estatuto, o recurso é para o Ministro de Estado da Justiça, não para o Ministro das Relações Exteriores, e o prazo para interposição é de 15 dias, não 10 conforme indicado na alternativa. Estatuto dos Refugiados: "Art. 29. No caso de decisão negativa, esta deverá ser fundamentada na notificação ao solicitante, cabendo direito de recurso ao Ministro de Estado da Justiça, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da notificação".

A alternativa C está incorreta. Está certa a afirmativa de que compete ao CONARE decidir em primeira instância sobre a cessão ou perda da condição de refugiado. Porém, diferente do apresentado na alternativa, existe a possibilidade de recurso, a ser direcionado ao Ministro de Estado da Justiça. Estatuto dos Refugiados: "Art. 40. Compete ao CONARE decidir em primeira instância sobre cessação ou perda da condição de refugiado, cabendo, dessa decisão, recurso ao Ministro de Estado da Justiça, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da notificação".

A alternativa D está incorreta. Não há nenhuma previsão expressa na lei, no Estatuto dos Refugiados, nesse sentido. Não se exige a conclusão e a aprovação do respectivo processo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado para acesso aos direitos fundamentais e à educação. Este acesso a direitos fundamentais não poderá ser condicionado à conclusão de processo, em decorrência da própria característica da Universalidade dos Direitos Humanos.

A alternativa E está incorreta. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) é, sim, membro convidado para as reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e tem direito à voz. Todavia, este não tem direito à voto nas reuniões, conforme Artigo 14, parágrafo 1º. Estatuto dos Refugiados: "Art. 14. (...) § 1º O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR será sempre membro convidado para as reuniões do CONARE, com direito a voz, sem voto".

QUESTÃO 72. No que se refere à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), assinale a opção correta.

a) A DUDH carece de institucionalização, normatização e mecanismos internacionais específicos para o monitoramento das violações dos direitos humanos e a exigibilidade desses direitos.

b) Embora a DUDH seja omissa quanto aos conceitos de liberdade de expressão e censura às políticas relativas ao pluralismo e à diversidade da mídia são frequentemente implementadas.

c) Ao longo de sua trajetória, a humanidade formulou e consolidou princípios e valores relacionados aos direitos humanos, incluindo-se os direitos à liberdade, justiça, igualdade e dignidade.

d) Os princípios de direitos humanos da DUDH carecem de formalização e estabelecimento como um conjunto de direitos vinculantes, o que faculta que indivíduos, autoridades governamentais

e a comunidade internacional optem por desconsiderar ou implementar esses princípios em âmbito global.

e) O Brasil aderiu ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos logo após sua entrada em vigor em 1976.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Declaração Universal de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. A DUDH não é formalmente um tratado de direitos humanos. É uma resolução que não se enquadra na definição da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Ademais, a DUDH não trás a previsão de órgãos de monitoramento, fiscalização, mecanismos, relatórios, comunicações e petições por não ser um tratado. Porém, há um nível diferente, pois vem sido tida como uma legítima interpretação da Carta das Nações Unidas.

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Artigo 2. Expressões Empregadas. 1. Para os fins da presente Convenção: a) "tratado" significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica;

A alternativa B está incorreta. Não se pode dizer que a DUDH seja omissa quanto aos conceitos de liberdade de expressão e censura. Mesmo que o Artigo 19 não apresente em si o conceito, há, ao menos a apresentação do conteúdo do direito o que torna incorreta a assertiva.

DUDH. Artigo 19. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

A alternativa C está incorreta. Observe-se que a estrutura da norma não se ocupa de valores. Embora os valores sejam reconhecidos em documentos jurídicos, a norma, essencialmente, é formada por Princípios e Regras. Outrossim, a dignidade humana não seria propriamente um direito, mas um atributo do qual decorreriam outros direitos.

A alternativa D está incorreta. Não se pode interpretar a DUDH como sendo vista como norma de aplicação voluntária. No direito internacional dos direitos humanos, a DUDH é norma de jus cogens.

A alternativa E está incorreta. O Brasil aderiu ao PIDCP em 1992, conforme Decreto n. 592 de 6 de julho daquele ano.

QUESTÃO 73. A respeito do Programa Nacional de Direitos Humanos e dos aspectos relativos a cada uma das três versões publicadas sobre esse documento (PNDH-1, PNDH-2 e PNDH-3), assinale a opção correta.

a) O PNDH-3, no âmbito dos direitos humanos, foi marcado por inovar a discussão acerca da luta por democracia e participação social, temática inexistente nos documentos anteriores (PNDH-1 e PNDH-2).

b) A publicação do PNDH-3 reforçou a necessidade de se garantir uma administração eficaz da política de direitos humanos no Brasil.

c) A Conferência Nacional de Direitos Humanos no Brasil marcou uma retomada significativa do processo de justiça de transição, com foco em reparação e memória, conforme refletido no PNDH-3, e consolidou grandes avanços no que se refere às reformas institucionais e à justiça efetiva no país.

d) Cabe estritamente ao Ministério da Justiça e à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) o cumprimento das metas e das diretrizes estratégicas definidas no PNDH-3.

e) Grupos em situação mais vulnerável, tais como indígenas, migrantes, trabalhadores sem terra e homossexuais, somente receberam garantia de atenção e apoio, por meio de programas para prevenção da violência, após a publicação do PNDH-2.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do Programa Nacional de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. O tema democracia e participação social está presente, ainda que de forma incipiente, no PNDH-1 e no PNDH-2. No PNDH-1, há cinco menções à palavra "democracia". O primeiro parágrafo do prefácio já afirma: "Não há como conciliar democracia com as sérias injustiças sociais, as formas variadas de exclusão e as violações reiteradas aos direitos humanos que ocorrem em nosso país." Da mesma forma, é tratado o tema "democracia" no PNDH-2.

A alternativa B está incorreta. Não há essa previsão no PNDH-3.

A alternativa C está correta. Todavia, há que se considerar a imprecisão da assertiva, já que houveram várias Conferências Nacionais de Direitos Humanos. Nestes termos, a conferência que precedeu o PNDH-3 e se ocupou de um novo programa de Direitos Humanos foi a de número 11. Portanto, de fato, a 11ª Conferência realmente deu grande enfoque à justiça de transição e ao direito à memória e à verdade. Também houve uma preocupação com a consolidação das políticas públicas de direitos humanos.

A alternativa D está incorreta. Há uma listagem dos responsáveis pela execução das ações programáticas, com os mais diversos órgãos da administração pública, e não apenas os dois mencionados na alternativa. A título de complementação, vejamos o texto. PNDH-3: Ações programáticas: a) Apoiar, junto ao Poder Legislativo, a instituição do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, dotado de recursos humanos, materiais e orçamentários para o seu pleno funcionamento, e efetuar seu credenciamento junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como "Instituição Nacional Brasileira", como primeiro passo rumo à adoção plena dos "Princípios de Paris". Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores b) Fomentar a criação e o fortalecimento dos conselhos

de Direitos Humanos em todos os Estados e Municípios e no Distrito Federal, bem como a criação de programas estaduais de Direitos Humanos. Responsável: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República c) Criar mecanismos que permitam ação coordenada entre os diversos conselhos de direitos, nas três esferas da Federação, visando a criação de agenda comum para a implementação de políticas públicas de Direitos Humanos. Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência da República d) Criar base de dados dos conselhos nacionais, estaduais, distrital e municipais, garantindo seu acesso ao público em geral. Responsáveis: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e) Apoiar fóruns, redes e ações da sociedade civil que fazem acompanhamento, controle social e monitoramento das políticas públicas de Direitos Humanos. Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República f) Estimular o debate sobre a regulamentação e efetividade dos instrumentos de participação social e consulta popular, tais como lei de iniciativa popular, referendo, veto popular e plebiscito. Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República g) Assegurar a realização periódica de conferências de Direitos Humanos, fortalecendo a interação entre a sociedade civil e o poder público. Responsável: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

A alternativa E está incorreta. Já há alguma atenção aos grupos vulneráveis mencionados no PNDH-1. Há no PNDH-1 determinado capítulo denominado "Direitos Humanos, Direito de Todos". Neste capítulo, aborda-se os tópicos com os seguintes grupos vulneráveis: crianças e adolescentes, mulheres, população negra, sociedades indígenas, estrangeiros refugiados e migrantes brasileiros, terceira idade e pessoas portadoras de deficiência (termo utilizado naquela época).

QUESTÃO 74. De acordo com a legislação vigente, a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República tem o papel de

a) promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, exceto aqueles ocorridos no exterior, cujo esclarecimento é da competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

b) examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período do regime militar, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

c) examinar e esclarecer a ocorrência de crimes praticados que não tenham sido resolvidos pela justiça, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica, bem como de promover a reconciliação nacional.

d) examinar as ações realizadas por grupos contrários ao regime militar, com o objetivo de apurar as responsabilidades civis e penais dos integrantes desses grupos em possíveis atos ilícitos.

e) promover uma avaliação e revisão da anistia no Brasil com o intuito de propor um novo projeto de lei que modifique e adeque a Lei de Anistia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da Comissão Nacional da Verdade, prevista na Lei n. 12.528/2011. Há a cobrança de texto expresso da lei.

A alternativa A está incorreta. Ainda que os casos tenham ocorrido no exterior, permanece a atribuição da Comissão Nacional da Verdade. Lei n. 12.528/2011. Art. 3º São objetivos da Comissão Nacional da Verdade: (...) II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;

A alternativa B está correta. Trata da previsão expressa do Art. 1º, caput, da Lei n. 12.528/2011. Lei n. 12.528/2011. Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão expressa na Lei n. 12.528/2011, no sentido de examinar e esclarecer a ocorrência de crimes praticados que não tenham sido resolvidos pela justiça

A alternativa D está incorreta. Não está previsto expressamente o objetivo de apurar as responsabilidades civis e penais dos integrantes dos grupos envolvidos em possíveis atos ilícitos.

A alternativa E está incorreta. Não há na Lei n. 12.528/2011 o objetivo expresso de propor um novo projeto de lei que modifique e adeque a Lei de Anistia.

QUESTÃO 75. Ana trabalha com o atendimento ao público em determinado estabelecimento comercial e foi informada pelo seu superior, gerente da empresa, que seu nome estava sendo cotado para uma promoção, no entanto, para que tal promoção ocorresse, Ana não poderia mais utilizar seu turbante e suas guias de axé, haja vista o contato direto com clientes. O gerente alegou que isso poderia afetar negativamente os resultados e a imagem da empresa. Ana foi demitida após se recusar a abandonar as práticas de sua fé para obter a referida promoção. Sendo assim, Ana procurou a defensoria pública para relatar o ocorrido.

A partir da situação hipotética apresentada, o defensor público, ciente de que o Brasil é signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, deve informar a Ana que a ação do empregador pode ser caracterizada como

a) uma ação desprovida de status de proteção internacional dos direitos humanos, uma vez que a legislação infraconstitucional brasileira não contempla referida situação.

b) uma transgressão à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que pode acarretar consequências legais adicionais nos âmbitos cível e penal para o empregador.

c) uma conduta ilegal no âmbito cível, todavia sem possibilidade de responsabilização criminal, por tratar-se de conduta praticada no exercício da função do gerente do estabelecimento.

d) uma infração legal passível de responsabilização somente no âmbito da justiça trabalhista, haja vista que os fatos ocorreram durante a relação empregado e empregador no local de trabalho.

e) um abuso de direito que obriga o empregador a compensar a funcionária apenas com indenização por danos materiais e morais, sem todavia ensejar danos morais coletivos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

A alternativa A está incorreta. A conduta indicada deve ser repreendida e Ana possui amparo na proteção internacional dos Direitos Humanos.

A alternativa B está correta. De fato, houve uma transgressão à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que pode acarretar consequências legais adicionais nos âmbitos cível e penal para o empregador. Assegura-se na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Convenção. Artigo V. De conformidade com as obrigações fundamentais enunciadas no artigo 2, os Estados Partes comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas suas formas e a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, principalmente no gôzo dos seguintes direitos: (...) d) Outros direitos civis, principalmente, (...) viii) direito à liberdade de opinião e de expressão; Ainda, a conduta narrada enquadra-se como crime, conforme a Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Lei n. 7.716/1989. Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa. Por último, é possível a responsabilização civil, inclusive com indenização por danos morais coletivos. "RESPONSABILIDADE CIVIL - Ação Civil Pública - Dano moral coletivo - Publicações que contém conteúdo ofensivo e se dirigem a toda a universalidade de seguidores da crença islâmica, indicando ânimo de ofensa e disseminação do ódio - Sentença de procedência em parte para o fim de condenar a corré Liga Cristã Mundial ao pagamento de indenização no valor de R$35.167,00 a ser revertida ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - Inconformismo apenas da corré Liga Cristã Mundial - Incorrência de cerceamento de defesa pela não oitiva de testemunhas - Controvérsia que está limitada à análise do conteúdo das publicações - Ausência de demonstração de alegada parcialidade do juízo da causa - Decisões interlocutórias de caráter técnico e que não revelam favorecimento de nenhuma das partes - Prejuízos à imagem dos muçulmanos evidenciado - Abuso do direito de liberdade de expressão e veiculação de conteúdo apto a gerar intolerância religiosa - Tutela de urgência para remoção dos conteúdos concedida em julgamento de anterior agravo de instrumento por esta C. 9ª Câmara de Direito Privado - Dano moral coletivo caracterizado na hipótese - Quantum indenizatório adequadamente fixado, observadas as circunstâncias do caso concreto - Alegada má-fé processual da requerente não verificada - Apelo desprovido. (TJ-SP - AC: 10301109220198260100 SP 1030110-92.2019.8.26.0100, Relator: Galdino Toledo Júnior, Data de Julgamento: 08/03/2022, 9ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/03/2022)".

A alternativa C está incorreta. O fato da conduta ter sido praticada no exercício da função de gerente de estabelecimento não afasta a possibilidade de responsabilização criminal.

A alternativa D está incorreta. Embora os fatos tenham se dado numa relação de emprego, o que atrai a competência da justiça trabalhista para julgar o pedido de indenização por danos morais sofridos por Ana, na forma do Artigo 114, VI, da Constituição Federal. CF/88. Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (...) VI as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; No entanto, persiste a possibilidade de responsabilização penal, a ser apurada pela justiça comum.

A alternativa E está incorreta. Há sim a possibilidade de condenação do empregador por dano moral coletivo. Veja: "EMENTA. DANO MORAL COLETIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATENTADO À LIBERDADE DE CRENÇA RELIGIOSA. ART. 5º, VI, DA CF. EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO. CONDUTA RELEVANTEMENTE OFENSIVA A DIREITOS DA COLETIVIDADE. INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1) A lesão capaz de ensejar o dever de indenizar por dano moral coletivo não necessita atingir diretamente um número significativo de pessoas, bastando que possa ofender uma coletividade e atingir os valores essenciais que devem estar assegurados em um ambiente de trabalho saudável, no qual compromissos mínimos de respeito e deferência à dignidade do ser humano sejam infalivelmente observados. 2) Trata-se, no presente caso, de uma violação à liberdade de crença religiosa que extrapola os interesses individuais e a dignidade individual da trabalhadora ofendida, não se podendo transigir a respeito da defesa da dignidade e da proteção da liberdade, honra e da intimidade daqueles que, como um conjunto de pessoas, negociam livremente a sua força de trabalho em troca de retribuição e reconhecimento, diante da repercussão dos direitos fundamentais nas relações privadas, seja no âmbito individual ou no plano coletivo. 3) Comprovada nos autos a conduta relevantemente ofensiva a direitos da coletividade, bem como ao princípio da dignidade da pessoa humana, deve ser parcialmente deferida a indenização por dano moral coletivo postulada pelo Ministério Público do Trabalho, a ser revertida em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos previstos nos arts. 13 da Lei 7.347/85, e 11, V, da Lei 7.998/90. (TRT-1 - RO: 00000290820135010013 RJ, Relator: Rogerio Lucas Martins, Sétima Turma, Data de Publicação: 24/01/2018)".

QUESTÃO 76. No que se refere à clássica subdivisão das gerações/dimensões dos direitos humanos (1ª, 2ª e 3ª gerações), assinale a opção que apresenta, respectivamente, um direito de 1.ª e um direito de 2.ª geração.

a) direito à proteção à infância e direito à propriedade

b) direito à privacidade na era digital e direito ao acesso à Internet

c) direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e direito à paz

d) direito à democracia e direito à liberdade de expressão

e) direito à participação popular e direito à saúde

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata das gerações/dimensões dos direitos humanos.

Conforme o nosso material de Direitos Humanos, elaborado sob a coordenação do Professor Ricardo Torques, a primeira dimensão dos Direitos Humanos compreende os direitos da liberdade, que são os direitos civis e políticos, decorrentes das revoluções liberais e da transição do Estado Absolutista para o Estado de Direito. Caracterizam-se esses direitos por imporem uma abstenção estatal, por limitarem a atuação do Estado em defesa dos direitos das pessoas. Em razão disso, se diz que essa dimensão representa direitos às prestações negativas. Essa característica faz total sentido com o momento histórico de superação do absolutismo, que consistia num governo concentrado nas mãos dos reis. Como forma de frear o poder do soberano, foram criadas limitações legais à atuação estatal, que imporiam a obrigação de o Estado não intervir nos direitos de liberdade e de propriedade. Já a segunda dimensão compreende os direitos relacionados à igualdade, abrangendo os direitos sociais, direitos econômicos e os direitos culturais, em razão da evolução do Estado Liberal para o Estado Social. Ao contrário da dimensão anterior, os direitos de segunda dimensão são notadamente prestacionais. Vale dizer, os Estados passaram a ser obrigados a atuar positivamente para assegurar os direitos sociais, econômicos e culturais. Enquanto a terceira dimensão dos Direitos Humanos envolve os direitos de solidariedade ou fraternidade, abrangendo os direitos difusos e coletivos. Constituem, na realidade, os direitos assegurados às pessoas em geral. Essa é uma das dimensões mais importantes para a nossa disciplina, uma vez que, ao final da 2ª Guerra Mundial, as discussões acerca da própria compreensão do ser humano se modificaram. A sociedade passou a compreender a necessidade de se assegurar ao máximo a proteção da dignidade da pessoa. Além das três dimensões clássicas, existiriam novas dimensões dos direitos humanos, com a evolução do pensamento jurídico. Paulo Bonavides compreende que a quarta dimensão dos Direitos Humanos envolve a tutela da democracia, do direito à informação e o pluralismo político que, em última análise, é a dignidade das pessoas na vivência em sociedade. Entende o autor que democracia, informação e pluralismo políticos são mecanismos para máxima efetivação dos Direitos Humanos. A quarta dimensão resulta da globalização dos direitos humanos. Por fim, Paulo Bonavides enuncia que existe, ainda, a quinta dimensão dos Direitos Humanos, responsável pelo direito à paz, principalmente em decorrência de atentados terroristas como "11 de Setembro de 2001", que assolou a comunidade internacional e impingiu o medo de novos atentados e ataques contra a paz mundial.

A alternativa A está incorreta. O direito à propriedade seria de primeira dimensão, enquanto a proteção à infância seria de terceira dimensão.

A alternativa B está incorreta. O direito à privacidade na era digital e direito ao acesso à Internet seriam ambos direitos de terceira dimensão.

A alternativa C está incorreta. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado seria direito de terceira dimensão. Porém, o direito à paz seria um direito de quinta dimensão, na visão de Paulo Bonavides.

A alternativa D está incorreta. O direito à liberdade de expressão é um direito de primeira dimensão. Todavia, o direito à democracia, também segundo Paulo Bonavides, seria um direito de quarta dimensão.

A alternativa E está correta. O direito à saúde seria um direito de segunda dimensão. Porém, o direito à participação popular seria um direito de quarta dimensão segundo o professor Paulo Bonavides.

QUESTÃO 77. A respeito da Convenção sobre os Direitos da Criança, assinale a opção correta.

a) Todas as medidas concernentes à criança, previstas na referida Convenção, executadas por entidades de assistência social, sejam públicas ou privadas, assim como aquelas executadas por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem priorizar o superior interesse da sociedade.

b) É inadequado fornecer informações à criança sobre as razões de qualquer intervenção, independentemente de seu nível de entendimento, devendo essas informações ser comunicadas somente aos pais ou seus responsáveis.

c) Os meios de comunicação devem ser incentivados a considerar as necessidades linguísticas de crianças indígenas ou pertencentes a grupos minoritários.

d) A criança possui o direito à liberdade de expressão, que inclui o direito de buscar, receber e disseminar informações e ideias de qualquer natureza, sem restrições, verbalmente ou por qualquer outro meio de sua escolha.

e) Os Estados-parte em conflito armado não podem recrutar pessoas com menos de dezoito anos de idade para servir em suas forças armadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Convenção sobre os Direitos da Criança.

A alternativa A está incorreta. Não é o interesse da sociedade que deve ser priorizado. Mas sim o interesse da criança. Convenção: Artigo 3. Todas as ações relativas à criança, sejam elas levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de assistência social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar primordialmente o melhor interesse da criança.

A alternativa B está incorreta. A criança tem o direito de receber e de propagar a informação de seu interesse, considerando o seu nível de entendimento. Convenção: Artigo 12. 1. Os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança. 2. Para tanto, a criança deve ter a oportunidade de ser ouvida em todos os processos judiciais ou administrativos que a afetem, seja diretamente, seja por intermédio de um representante ou de um órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional. Artigo 13. 1. A criança deve ter o direito de expressar-se livremente. Esse direito deve incluir a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, seja verbalmente, por escrito ou por meio impresso, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança. 2. O exercício de tal direito poderá estar sujeito a certas restrições, que serão unicamente aquelas previstas em lei e consideradas necessárias: para o respeito dos direitos ou da reputação de outras pessoas; ou para a proteção da segurança nacional ou da ordem pública, ou para proteger a saúde pública e os costumes.

A alternativa C está correta. Os meios de comunicação devem ser incentivados a considerar as necessidades linguísticas de crianças indígenas ou pertencentes a grupos minoritários. Esta exigência pode ser observada no texto da convenção.

Convenção. Artigo 17. 1. Os Estados Partes reconhecem a função importante desempenhada pelos meios de comunicação, e devem garantir o acesso da criança a informações e materiais procedentes de diversas fontes nacionais e internacionais, especialmente aqueles que visam à promoção de seu bem-estar social, espiritual e moral e de sua saúde física e mental. Para tanto, os Estados Partes devem: (...) incentivar os meios de comunicação no sentido de dar especial atenção às necessidades linguísticas da criança que pertença a um grupo minoritário ou indígena;

A alternativa D está incorreta. O direito da criança de buscar, receber e disseminar informações pode ser limitado. Convenção: Art. 13. 2. O exercício de tal direito poderá estar sujeito a certas restrições, que serão unicamente aquelas previstas em lei e consideradas necessárias: para o respeito dos direitos ou da reputação de outras pessoas; ou para a proteção da segurança nacional ou da ordem pública, ou para proteger a saúde pública e os costumes.

A alternativa E está incorreta. Segundo o texto expresso da convenção, a restrição do recrutamento para serviço às forças armadas ocorre a partir da idade de 15 anos. Convenção: Artigo 38. (...) 3. Os Estados Partes devem abster-se de recrutar menores de 15 anos de idade para servir em suas forças armadas. Caso recrutem indivíduos que tenham completado 15 anos de idade, mas que tenham menos de 18 anos, os Estados Partes devem dar prioridade aos mais velhos.

QUESTÃO 78. A respeito da ação civil pública conforme o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, julgue os itens que se seguem.

I. A ação civil pública foi incorporada à Constituição Federal de 1988 (CF) na condição de instrumento destinado à proteção dos direitos fundamentais de terceira geração.

II. Se o pedido veiculado em ação civil pública não tiver sido julgado improcedente por insuficiência de provas, a decisão formalizada na ação fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, sendo assim a previsão constitucional segundo o STF.

III. É cabível o ajuizamento de ação civil pública para questionar a cobrança de contribuição de iluminação pública incompatível com o texto constitucional.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está correto, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal: "Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos".

O item I está incorreto, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade do artigo 16 da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985) que limita a eficácia das sentenças proferidas nesse tipo de ação à competência territorial do órgão que a proferir. Dispõe a tese fixada no Tema 1075 de Repercussão Geral, por ocasião do julgamento do RE 1101937, que: "I - É inconstitucional a redação do art. 16 da Lei 7.347/1985, alterada pela Lei 9.494/1997, sendo repristinada sua redação original. II - Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). III - Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional e fixada a competência nos termos do item II, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas".

O item III está correto, de acordo com o entendimento no STJ no AgInt nos EDcl no REsp n. 1.752.064/RJ: "2. O Ministério Público Federal possui legitimidade ativa para propor Ação Civil Pública questionando a cobrança unificada da contribuição de iluminação pública com a tarifa de energia elétrica na mesma fatura e sob o igual código de leitura ótica, pois não se trata de pretensão de índole tributária, mas de natureza consumerista. 3. Agravo Interno não provido. (AgInt nos EDcl no REsp n. 1.752.064/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 1/10/2019, DJe de 11/10/2019.)".

A alternativa C está correta, pois apenas os itens I e III estão certos.

QUESTÃO 79. Considerando a política de proteção ambiental do estado do Acre, assinale a opção correta.

a) É permitida a outorga de recursos hídricos no estado do Acre, que deverá ser feita por prazo certo, mediante permissão, podendo alcançar aqueles situados em domínio da União, desde que formalizado convênio de cooperação.

b) O valor arrecadado com o pagamento das multas ambientais deve ser direcionado ao Fundo Estadual de Meio Ambiente e Floresta do Acre (FEMAF), havendo a possibilidade de conversão das penalidades em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

c) O Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre prevê serviços e programas de governo voltados à produção sustentável dessas famílias, com acesso a linhas de financiamento, vedada a concessão de subsídios diretos.

d) A legislação do estado do Acre admite a exploração de recursos florestais em terras públicas, incluindo recursos madeireiros, que poderá ser realizada indiretamente, desde que sob o regime de concessão, com previsão do pagamento de tarifas.

e) O acesso a recursos genéticos do estado do Acre pode ser solicitado por pessoas físicas ou jurídicas, desde que nacionais, o que inclui visitas a comunidade local ou população indígena, desde que acompanhadas de protocolo de visitas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois a outorga de recursos hídricos no estado do Acre ocorrerá mediante autorização (não permissão), conforme o art. 23 da Lei Estadual do Acre nº 1.500/2003: "Art. 23. A outorga de direito de uso de recursos hídricos do Estado do Acre é ato administrativo específico de autorização, mediante a qual o órgão do poder público do Estado do Acre faculta ao administrado o uso do recurso hídrico de domínio do Estado, por prazo determinado, nos termos e condições expressos nesta lei, nos regulamentos e no ato outorgante". Cumpre destacar que a parte final da alternativa está correta, nos termos do art. 26 da Lei Estadual do Acre nº 1.500/2003: "Art. 26. A outorga de direito de uso de recursos hídricos estaduais será dada por ato do Instituto do Meio Ambiente do Acre – IMAC, ouvidos os respectivos comitês de bacia, quando houver. Parágrafo único. O IMAC poderá celebrar convênio de cooperação com o órgão ou entidade competente do Poder Executivo Federal, com a finalidade de viabilizar a delegação para outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União localizados no Estado do Acre, conforme autoriza o art. 14, § 1° da Lei Federal n. 9.433, de 1997".

A alternativa B está incorreta, pois o valor consiste em recurso do Fundo Estadual de Comando e Controle Ambiental (FECCA), nos termos do art. 132, IV da Lei Estadual do Acre nº 1.117/94: "Art. 132. Constituem recursos do FECCA: IV - os recursos provenientes de taxas, preços públicos, multas e indenizações decorrentes da aplicação da legislação ambiental".

A alternativa C está incorreta, pois não é vedada a concessão de subsídios diretos. Dispõe o art. 3º da Lei Estadual do Acre nº 2.025/2008 que: "Art. 3º Os produtores rurais familiares que aderirem voluntariamente ao Programa de Certificação de Unidades Produtivas do Estado do Acre estarão aptos a receber os seguintes benefícios: I - bônus: recurso financeiro como pagamento anual por serviços ambientais e incentivo para adoção de práticas produtivas sustentáveis, cujo valor será estabelecido no regulamento do programa; II - serviços de governo: serviços e programas de governo voltados à produção sustentável; III - acesso a recursos financeiros: inserção em linhas de financiamento, crédito e fomento oficiais; e IV - outros benefícios previstos no regulamento do programa".

A alternativa D está correta. A solução do questionamento proposto exige a análise da Lei do Estado do Acre nº 1.426/2001, que dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências. Nos termos dos arts. 28 e 29 da Lei do Estado do Acre nº 1.426/2001: "Art. 28. A exploração das Florestas Públicas de Produção dar-se-á mediante o regime de concessão ou diretamente pela instituição responsável pela unidade de conservação, na forma da lei, de seus regulamentos e dos respectivos contratos. Art. 29. A SEMA estabelecerá as tarifas necessárias à viabilização das concessões. § 1º As tarifas para pagamento da concessão serão estabelecidas com base em um valor remuneratório do direito de acesso e exploração do recurso e em um valor remuneratório do volume de madeira ou do serviço realizado. § 2º Da receita total oriunda do pagamento das concessões cinquenta por cento será revertido ao custeio, manutenção, administração, zoneamento, monitoramento, controle, fiscalização in situ e supervisão do Sistema Estadual de Áreas Naturais

Protegidas - SEANP e de suas unidades, e cinquenta por cento será integralmente utilizada na unidade que gerou a receita".

A alternativa E está incorreta, pois pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras ou internacionais poderão solicitar o acesso a recursos genéticos do estado do Acre. De acordo com o art. 12 da Lei do Estado do Acre nº 1.238/97: "Parágrafo único. Pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras ou internacionais, poderão apenas solicitar autorização para acesso, devendo obrigatoriamente o contrato ser assinado e as atividades de acesso desempenhadas por instituição de pesquisa pública ou privada nacional, de livre escolha da entidade estrangeira ou internacional, porém autorizada pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, e que responderá solidariamente pelo contrato".

QUESTÃO 80. Acerca das categorias de direitos coletivos e de aspectos relativos à tutela desses direitos em juízo, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

a) O Ministério Público não detém legitimidade para promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos de natureza disponível.

b) Os direitos difusos podem ser classificados como direitos transindividuais, de natureza indivisível, cujo titular é grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

c) A tutela dos direitos coletivos não é compatível com a atuação de um particular, pessoa física, que figure como legitimado extraordinário para realizar defesa, em nome próprio, de direitos pertencentes a uma coletividade.

d) É vedado ao Poder Judiciário controlar a legitimidade de entidade proponente de ação coletiva.

e) No caso de ação civil pública proposta pela defensoria pública na defesa do meio ambiente, é possível considerar que há legitimação por substituição processual, de caráter autônomo, exclusivo, concorrente e disjuntivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o entendimento do STF fixado em sede de repercussão geral no Tema nº 471: "Com fundamento no art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais". Nesse contexto, o STF decidiu que o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de interesses de beneficiários do DPVAT.

A alternativa B está incorreta, pois traz o conceito de direitos coletivos, conforme art. 81, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor (CDC): "II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base". Por outro lado, os direitos difusos são conceituados como "I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato".

A alternativa C está incorreta, pois é possível a atuação de um particular na tutela de direitos coletivos lato sensu, ou seja, em sentido amplo, a exemplo do que ocorre na ação popular. Dispõe o art. 1º da Lei nº 4.717/65 que: "Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita ânua, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos".

A alternativa D está incorreta, pois é possível que o Poder Judiciário controle a legitimidade de entidade proponente de ação coletiva. De acordo com Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr: "A definição de quem pode conduzir um processo coletivo dá-se em duas fases. Primeiramente,verifica-se se há autorização legal para que determinado ente possa substituir os titulares coletivos do direito afirmado e conduzir o processo coletivo. A seguir, o órgão julgador faz o controle in concreto da adequação da legitimidade para aferir, sempre motivadamente, se estão presentes os elementos que asseguram a representatividade adequada dos direitos em discussão. A necessidade de controle judicial da adequação do legitimado coletivo decorre da aplicação da cláusula do devido processo legal à tutela jurisdicional coletiva. Nem mesmo o Ministério Público poderia ser considerado um legitimado coletivo universal, pois também em relação à sua atuação se imporia o controle jurisdicional da sua legitimidade. O STF, na ADI n. 3.943, reconheceu que a Defensoria Pública tem legitimidade para a tutela coletiva de acordo com as suas finalidades institucionais, ou seja, para a tutela dos necessitados. A tendência é a consagração legislativa da possibilidade desse controle judicial. Entre os vários critérios para a verificação da representatividade adequada, um que atualmente tem apresentado utilidade prática pode servir de exemplo: exige-se que exista um vínculo de afinidade temática entre o legitimado e o objeto litigioso. A jurisprudência do STF deu a este vínculo o nome de 'pertinência temática'. Esse critério seria um, dentre vários, para a averiguação da adequação do legitimado coletivo. No controle da legitimação coletiva (art. 82, § 1º, do CDC; art. 5º, § 4º, da LACP)".

A alternativa E está correta. Ao tratar das características da legitimação coletiva, Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr afirmam que: "A técnica escolhida foi a da legitimação por substituição processual autônoma, exclusiva, concorrente e disjuntiva. Há legitimação extraordinária autônoma quando o legitimado extraordinário está autorizado a conduzir o processo independentemente da participação do titular do direito litigioso. 'O contraditório tem-se como regularmente instaurado com a só presença, no processo, do legitimado extraordinário'. Há legitimação extraordinária exclusiva, se apenas o legitimado extraordinário puder ser a parte principal do processo, cabendo ao protagonista da situação litigiosa, se já não fizer parte da demanda, intervir no processo na condição de assistente litisconsorcial (litisconsorte ulterior). Nas ações coletivas, essa intervenção só é possível quando estiverem sendo discutidos direitos individuais homogêneos (art. 94 do CDC), ressalvando-se a situação da comunidade

indígena, já mencionada, que possui legitimação coletiva ordinária. Se é exclusiva e autônoma, quanto ao rol de legitimados, é, no entanto, concorrente entre os legitimados extraordinários. Há legitimação concorrente ou colegitimação quando mais de um sujeito de direito estiver autorizado a discutir em juízo determinada situação jurídica. Vários são os legitimados extraordinários para a tutela de direitos coletivos; qualquer um deles pode impetrar a ação coletiva. A legitimação apresenta-se, ainda, disjuntiva, porque, apesar de concorrente, cada entidade legitimada a exerce independentemente da vontade dos demais colegitimados. Por outro lado, a legitimação nas ações coletivas passivas deve estar preocupada ao máximo com a segurança jurídica e com o devido processo legal".

QUESTÃO 81. Maria, hipossuficiente, ocupava imóvel irregular localizado em encosta de morro, situação que deu ensejo a uma série de danos urbanístico-ambientais. O poder público expediu intimação demolitória de acordo com a legislação local, tendo, ao final, demolido o imóvel. A defensoria pública, representando Maria, ajuizou duas ações, pleiteando, na primeira (ação A), o remanejamento de Maria para outro imóvel e, na segunda (ação B), a condenação do poder público local em decorrência dos danos ambientais ocasionados em razão da ocupação irregular.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção à disciplina da correta em relação ao direito à moradia ocupação urbana, consoante a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) A defensoria pública só tem legitimidade para atuar em relação à ação A, cujo pedido, por sua vez, é passível de acolhimento, não havendo ofensa ao princípio da separação de Poderes.

b) A defensoria pública tem legitimidade para atuar em relação a ambas as ações propostas, mas apenas o pedido veiculado na ação A é passível de acolhimento, pois, em decorrência da responsabilidade exclusiva de Maria, não é possível o acolhimento do pedido da ação B.

c) A defensoria pública só tem legitimidade para atuar em relação ao direito veiculado na ação B, cujo pedido, entretanto, não deverá ser acolhido, haja vista a responsabilidade exclusiva de Maria.

d) A defensoria pública tem legitimidade para atuar em relação ao direito veiculado em ambas as ações propostas, mas apenas o pedido relativo à ação B é passível de acolhimento, uma vez que o pedido da ação A implica ofensa ao princípio da separação dos Poderes, considerada a ingerência na ordem de atendimento da política habitacional implementada pelo governo local.

e) A defensoria pública tem legitimidade para atuar em relação aos direitos veiculados em ambas as ações propostas, cujos pedidos são passíveis de acolhimento, não havendo ofensa ao princípio da separação de Poderes nem à disciplina da responsabilidade civil do Estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois a defensoria pública tem legitimidade para atuar em relação aos direitos veiculados em ambas as ações propostas, consoante fundamento apresentado na alternativa E.

A alternativa B está incorreta, pois o pedido veiculado na ação B também é passível de acolhimento, tendo em vista que o poder público local tem responsabilidade pela série de danos urbanístico-ambientais ocorridos. Sobre o tema, é importante destacar o conteúdo da Súmula 625 do STJ: "A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária".

A alternativa C está incorreta, pois a defensoria pública tem legitimidade para atuar em relação aos direitos veiculados em ambas as ações propostas, consoante fundamento apresentado na alternativa E.

A alternativa D está incorreta, pois o pedido veiculado na ação A também é passível de acolhimento, tendo em vista o direito fundamental à moradia, previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988: "Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

A alternativa E está correta. Na primeira ação (A), a defensoria pública requereu o remanejamento de Maria para outro imóvel. Trata-se de atuação típica da instituição na defesa dos interesses dos hipossuficientes e na concretização do direito fundamental à moradia, pois, de acordo com o enunciado, Maria, hipossuficiente, ocupava imóvel irregular localizado em encosta de morro, situação que deu ensejo a uma série de danos urbanístico-ambientais. Dispõe o art. 134, caput, da Constituição Federal de 1988 que: "Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)". Por outro lado, na segunda ação (B), a defensoria pública pleiteou a condenação do poder público local em decorrência dos danos ambientais ocasionados em razão da ocupação irregular. Cumpre destacar que também abrange a atuação da defensoria pública na defesa de direitos difusos, notadamente, defesa do direito difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

QUESTÃO 82. No que concerne a imóvel rural e à desapropriação de terras para fins de reforma agrária, assinale a opção correta à luz do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/1964), da Lei Complementar n.° 76/1993 e da jurisprudência do STF.

a) Uma vez proposta a ação de desapropriação, é cabível audiência de conciliação, que suspende o curso da ação.

b) O arrendatário de imóvel rural não detém legitimidade ativa para propor mandado de segurança contra decreto de desapropriação para fins de reforma agrária.

c) É vedado à União delegar aos demais entes federativos as vistorias e avaliações de propriedades rurais, bem como as atribuições relativas à execução do Programa Nacional de Reforma Agrária.

d) A prática de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário de caráter coletivo, após a desocupação do imóvel, não impede a imediata realização de atos de vistoria, de avaliação ou de desapropriação da propriedade rural para fins de reforma agrária por interesse social.

e) O registro do imóvel rural desapropriado em nome do expropriante não impede o manejo de ação reivindicatória pelo expropriado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois a audiência de conciliação não suspende o curso da ação, conforme o art. 6º, §7º, da Lei Complementar n.° 76/1993: "§ 7° A audiência de conciliação não suspende o curso da ação".

A alternativa B está correta, consoante entendimento do STF no MS 24843: "MANDADO DE SEGURANÇA. FALTA DE LEGITIMIDADE DE ARRENDATÁRIO. DESAPROPRIAÇÃO PARA REFORMA AGRÁRIA. 1. O arrendatário não tem legitimidade ativa para propor mandado de segurança contra decreto de desapropriação para fins de reforma agrária por ser a relação jurídica, na hipótese de arrendamento, fundada em direito pessoal e não real. Precedente. 2. Existência de outra ação com idêntico objeto e causa de pedir, proposta pela empresa proprietária do imóvel (MS 24.764). Fundamento não impugnado. 3. Agravo improvido. (MS 24843 AgR, Relator(a): ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 30-09-2004, DJ 28-10-2004 PP-00038 EMENT VOL-02170-01 PP-00146)".

A alternativa C está incorreta, pois a lei não veda a mencionada delegação. De acordo com o art. 6º, §2º, do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/1964): " Art. 6º. § 2º A União, mediante convênio, poderá delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o cadastramento, as vistorias e avaliações de propriedades rurais situadas no seu território, bem como outras atribuições relativas à execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, observados os parâmetros e critérios estabelecidos nas leis e nos atos normativos federais".

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 2º, §6º, da Lei nº 8.629/93: "§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações".

A alternativa E está incorreta, conforme o disposto no art. 21 da Lei Complementar n.° 76/1993: "Art. 21. Os imóveis rurais desapropriados, uma vez registrados em nome do expropriante, não poderão ser objeto de ação reivindicatória".

QUESTÃO 83. Em relação à tutela, em juízo, dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos, assinale a opção correta segundo a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) A ação civil pública e o mandado de segurança coletivo, diferentemente da ação ordinária coletiva, apresentam uma delimitação apriorística do grupo que mantém relação com o legitimado para propositura da ação.

b) As ações coletivas não se submetem às normas relativas ao julgamento de casos repetitivos, conforme previsto no Código de Processo Civil (CPC).

c) No caso de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, a eficácia da coisa julgada, sob o ângulo subjetivo, não alcança aqueles que se filiaram somente após a propositura da demanda.

d) As balizas subjetivas do título judicial formalizado em ação ordinária proposta por associação na qualidade de substituta processual são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados indicados na sua petição inicial.

e) A cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil está condicionada à autorização expressa dos associados, à relação nominal destes, bem como à comprovação de filiação prévia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a ação civil pública não apresenta uma delimitação apriorística do grupo que mantém relação com o legitimado para propositura da ação. De acordo com o art. 1º da Lei nº 7.347/85: "Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: l - ao meio-ambiente; ll - ao consumidor; III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. V - por infração da ordem econômica; VI - à ordem urbanística. VII – à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. VIII – ao patrimônio público e social".

A alternativa B está incorreta. No âmbito do IRDR, é possível a suspensão de processos coletivos, bem como a aplicação da tese jurídica aos processos coletivos. De acordo com o art. 982, I, do Código de Processo Civil: "Art. 982. Admitido o incidente, o relator: I - suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso". Cumpre destacar o conteúdo do art. 985, I, do Código de Processo Civil: "Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada: I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região".

A alternativa C está correta. De acordo com o entendimento do STF: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento. [Tese definida no RE 612.043, rel. min. Marco Aurélio, P, j. 10-5-2017, DJE 229 de 6-10-2017, Tema 499.]".

A alternativa D está incorreta, pois no âmbito de ação ordinária, a associação atua na qualidade de representante processual (não substituta processual), sendo necessária a autorização dos filiados. De acordo com o STJ no Recurso Especial nº 1.993.506: "5. O art. 5º, XXI, da CF/88 confere às entidades associativas legitimidade para representar seus filiados judicial e extrajudicialmente, quando expressamente autorizadas. O referido dispositivo constitucional diz respeito às ações de rito ordinário, as quais se prestam às mais diversas postulações, voltadas contra entes públicos ou privados, para satisfação de direitos individuais ou coletivos. Apesar de a lei não ser expressa a respeito, o objeto material da demanda deve guardar pertinência com os fins da associação. 6. Nessas lides, a associação atua como representante processual, porquanto vai a juízo em nome e no interesse dos associados. Por essa razão, há necessidade de autorização expressa dos filiados, a qual é satisfeita com a anuência dos associados manifestada em assembleia geral. Se tais elementos não acompanharem a petição inicial, o juiz deve oportunizar à parte a correção do vício e apenas caso não atendida a determinação é que o feito deve ser extinto sem julgamento do mérito (art. 76 do CPC/2015). Precedentes. (REsp n. 1.993.506/MT, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 26/4/2022, DJe de 28/4/2022.)".

A alternativa E está incorreta, pois, nessa hipótese, não é necessária a autorização expressa dos associados. De acordo com o entendimento do STF no tema 1119 de repercussão geral: "É desnecessária a autorização expressa dos associados, a relação nominal destes, bem como a comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil". No mesmo sentido, a Súmula 629 do STF: "A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes".

QUESTÃO 84. A respeito da usucapião rural conforme as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e da Lei n.º 6.969/1981 e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, julgue os itens seguintes.

I Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não é possível adquirir, por meio de usucapião rural, a propriedade de área menor do que o módulo rural estabelecido para a região.

II O ajuizamento de ação de usucapião não está condicionado à negativa do pedido em cartório, mesmo após as alterações legislativas feitas pelo CPC na Lei de Registros Públicos.

III A usucapião rural abrange as terras particulares e as terras devolutas, não contemplando as áreas indispensáveis à segurança nacional, terras habitadas por silvícolas nem áreas de interesse ecológico.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra B.**

O item I está incorreto. De acordo com o entendimento do STJ fixado no Tema Repetitivo 985: "1. Tese para efeito do art. 1.036 do CPC/2015: O reconhecimento da usucapião extraordinária, mediante o preenchimento dos requisitos específicos, não pode ser obstado em razão de a área usucapienda ser inferior ao módulo estabelecido em lei municipal. 2. No caso concreto, recurso especial não provido, a fim de afirmar a inexistência de impedimento para que o imóvel urbano, com área inferior ao módulo mínimo municipal, possa ser objeto da usucapião extraordinária. (REsp n. 1.667.842/SC, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 3/12/2020, DJe de 5/4/2021.)".

O item II está correto, nos termos do entendimento do STJ: "1. Controvérsia acerca da exigência de prévio pedido de usucapião na via extrajudicial para se evidenciar interesse processual no ajuizamento de ação com o mesmo objeto. 2. Nos termos do art. 216-A da Lei 6.015/1973: "Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo [...]". 3. Existência de interesse jurídico no ajuizamento direto de ação de usucapião, independentemente de prévio pedido na via extrajudicial. 4. Exegese do art. 216-A da Lei 6.015/1973, em âmbito doutrinário. 5. Determinação de retorno dos autos ao juízo de origem para que prossiga a ação de usucapião. 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp n. 1.824.133/RJ, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 11/2/2020, DJe de 14/2/2020.)".

O item III está incorreto. Não é correto afirmar que é possível a usucapião rural de terras devolutas, tendo em vista que uma categoria específica dentre as terras devolutas consiste em bem da União, conforme o art. 20, II, da Constituição Federal de 1988: "Art. 20. São bens da União: II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei". Ademais, de acordo com o art. 183, §3º, da CRFB/1988: "§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião". No mesmo sentido, o art. 191, parágrafo único, da CRFB/1988: "Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião".

A alternativa B está correta, pois apenas o item II está certo.

QUESTÃO 85. A respeito dos aspectos constitucionais relativos à defensoria pública, observada a Constituição Federal de 1988 (CF), a Constituição do Estado do Acre e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens que se seguem.

I. A competência para legislar acerca das defensorias públicas é concorrente entre a União, os estados e os municípios.

II. A inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é exigência obrigatória para o ingresso e o exercício do cargo de defensor público, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF).

III. Segundo a Constituição do Estado do Acre, o ingresso nos quadros da defensoria pública estadual não pressupõe tempo mínimo de prática forense.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de regras diversas sobre a Defensoria Pública.

A assertiva I está incorreta. Não existe defensoria pública municipal, em que pese o STF dizer que é possível assistência jurídica municipal. Veja: "EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. LEI N. 735/1983 E LEI COMPLEMENTAR N. 106/1999 DO MUNICÍPIO DE DIADEMA/SP. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA À POPULAÇÃO CARENTE. COMPETÊNCIA COMUM DOS ENTES FEDERADOS PARA COMBATER AS CAUSAS DA POBREZA E OS FATORES DE MARGINALIZAÇÃO E PARA PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS SETORES DESFAVORECIDOS. INC. X DO ART. 23 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE LOCAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL JULGADA IMPROCEDENTE. (STF. Plenário. ADPF 279/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 3/11/2021 - Info 1036)".

A assertiva II está incorreta. O STF já decidiu no sentido de que é inconstitucional a necessidade de inscrição dos defensores públicos na OAB para o exercício de suas atividades. Veja: "EMENTA. Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Art. 4º, inciso V, expressão "e jurídicas" e § 6º, da Lei Complementar nº 80/1994, com a redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 132/2009. 3. Atendimento de pessoas jurídicas pela Defensoria Pública. Possibilidade. 4. Capacidade postulatória do Defensor Público em razão de nomeação e posse no cargo. Constitucionalidade. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (STF - ADI: 4636 DF 9952606-49.2011.1.00.0000, Relator: GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 04/11/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 10/02/2022)".

A assertiva III está correta. O art. 128 da Constituição do Acre não apresenta tempo de prática forense. Constituição do Estado do Acre: Art. 128. O ingresso no quadro da Defensoria Pública far-se-á na entrância inicial, mediante concurso público específico de provas e títulos, devendo o candidato ser bacharel em Direito, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Acre, observando-se nas nomeações a ordem de classificação do concurso. Parágrafo único. Aplicam-se à carreira de defensor público os princípios dos arts. 37, XII e 39, § 1º, combinados com o art. 135 da Constituição Federal

Portanto, considerando que apenas o item III está correto e os demais incorretos, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 86. Considerando as disposições da CF e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito dos aspectos institucionais da defensoria pública.

a) A previsão constitucional que prevê a aposentadoria compulsória de membros do Ministério Público que incorram em faltas graves aplica-se, por equiparação, aos defensores públicos.

b) Consideradas as funções essenciais à justiça, apenas a defensoria pública não goza de autonomia financeira.

c) O exercício pleno da advocacia não é incompatível com a carreira de defensor público.

d) As defensorias públicas estaduais, ao Ministério Público e à magistratura foi garantida apenas a autonomia administrativa, a partir do advento da Constituição Federal de 1988.

e) Os defensores públicos serão remunerados por meio de regime de pagamento unitário que caracteriza o modelo constitucional de subsídio, estando vedados acréscimos de caráter remuneratório devidos em decorrência de trabalho ordinário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema aspectos institucionais da defensoria pública.

A alternativa A está incorreta. Não existe a referida previsão na Constituição, sobre aposentadoria compulsória de membros do Ministério Público, e muito menos a possibilidade para aplicação por equiparação da questão inerente à falta grave aos defensores públicos. O art. 134, §4º, da CF apenas permite a aplicação de alguns institutos inerentes à magistratura.

A alternativa B está incorreta. A Defensoria Pública possui autonomia, conforme Art. 134, parágrafo 4º, da CF/88.

A alternativa C está incorreta. O Defensor Público não pode exercer a advocacia fora das suas atribuições institucionais, conforme estabelece o Art. 134, § 1º, da CF/88.

A alternativa D está incorreta. A autonomia da Defensoria Pública veio com as emendas constitucionais n. 45 (defensorias dos estados), 69 (defensoria do Distrito Federal e Território) e 74 (Defensoria da União).

A alternativa E está correta. De fato, os defensores públicos devem ser remunerados por subsídios, conforme art. 135 da CF/88.

QUESTÃO 87. À luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta no que concerne ao pagamento de honorários sucumbenciais em favor da defensoria pública.

a) A defensoria pública faz jus ao pagamento de honorários sucumbenciais, cujo valor deve ser destinado a formalização de políticas públicas pelo ente público do qual a instituição faz parte integrante, conforme entendimento do STF.

b) Os honorários sucumbenciais são devidos à defensoria pública, desde que a instituição não esteja atuando contra o ente público do qual seja parte integrante.

c) A defensoria pública faz jus ao pagamento de honorários sucumbenciais, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra ente público ao qual pertença.

d) É vedado o pagamento de honorários sucumbenciais à defensoria pública, ante a incompatibilidade com as atribuições dessa instituição.

e) É legítimo o pagamento de honorários sucumbenciais aos defensores públicos, a título remuneratório, desde que limitado ao teto remuneratório constitucional dos ministros do STF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do Tema 1.002 do STF - Discussão relativa ao pagamento de honorários à Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual vinculada. Ementa: Direito constitucional. Recurso extraordinário. Pagamento de honorários à Defensoria Pública que litiga contra o ente público que integra. Evolução constitucional da instituição. Autonomia administrativa, funcional e financeira. 1. Recurso extraordinário, com repercussão geral, que discute se os entes federativos devem pagar honorários advocatícios sucumbenciais às Defensorias Públicas que os integram. 2. As Emendas Constitucionais nºs 45/2004, 74/2013 e 80/2014 asseguraram às Defensorias Públicas dos Estados e da União autonomia administrativa, funcional e financeira. Precedentes. 3. A partir dessa evolução constitucional, a Defensoria Pública tornou-se órgão constitucional autônomo, sem subordinação ao Poder Executivo. Não há como se compreender que a Defensoria Pública é órgão integrante e vinculando à estrutura administrativa do Estado-membro, o que impediria o recebimento de honorários de sucumbência. Superação da tese da confusão. Necessidade de se compreender as instituições do Direito Civil à luz da Constituição. 4. A missão constitucional atribuída às Defensorias Públicas de garantir o acesso à justiça dos grupos mais vulneráveis da população demanda a devida alocação de recursos financeiros para aparelhamento da instituição. No entanto, após o prazo de oito anos concedido pelo art. 98 do ADCT, os dados sobre a situação da instituição revelam que os recursos destinados pelos cofres públicos não são suficientes para a superação dos problemas de estruturação do órgão e de déficit de defensores públicos. 5. As verbas sucumbenciais decorrentes da atuação judicial da Defensoria Pública devem ser destinadas exclusivamente para a estruturação de suas unidades, contribuindo para o incremento da qualidade do atendimento à população carente, garantindo, desta maneira, a efetividade do acesso à justiça. 6. Recurso extraordinário provido, com a fixação das seguinte teses de julgamento: "1. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra; 2. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição". (STF - RE: 1140005 RJ, Relator: ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 26/06/2023,

Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 15-08-2023 PUBLIC 16-08-2023)

A alternativa A está incorreta. Não há destinação dos recursos para formalização de políticas públicas. Conforme a tese, os honorários sucumbenciais deverão ser destinados, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias.

A alternativa B está incorreta. Há previsão de honorários em favor da Defensoria, inclusive quando litigue em desfavor do ente ao qual pertença.

A alternativa C está correta. Exatamente. Tese 1 do Tema 1.002 do STF. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra;

A alternativa D está incorreta. Não há vedação ao pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública.

A alternativa E está incorreta. É vedado o pagamento de honorários ao Defensor Pública. Tese 2 do Tema 1.002 do STF. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.

QUESTÃO 88. A respeito das atribuições e prerrogativas da defensoria pública como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

I - A atuação da defensoria pública nos espaços judiciais e extrajudiciais se restringe à atividade de representação.

II - Segundo o entendimento do STF, a expressa previsão constitucional acerca do poder de requisição da defensoria pública permite a este órgão obter de qualquer autoridade documentos, certidões e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições.

III - A defensoria pública possui legitimidade para propor demanda, individual ou coletiva, que busque resguardar direitos e interesses do consumidor, da criança e do adolescente, do idoso e das pessoas com deficiência.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema atribuições e prerrogativas da defensoria pública.

A assertiva I está incorreta. A Defensoria Pública não atua apenas representando a parte judicialmente, como pode atuar em representação extraordinária e até mesmo em nome próprio, inclusive como *custos vulnerabilis*, em uma verdadeira teoria dinâmica da atuação defensorial.

A assertiva II está incorreta. Não existe expressa previsão constitucional do poder de requisição. Este poder, recentemente declarado constitucional, está no Art. 128, X, da LC 80/94.

A assertiva III está correta. De fato, a Instituição poderá atuar de forma individual e coletiva, judicial e extrajudicial, em prol dos referidos grupos vulneráveis, nos termos do art. 134, CF c/c art. 4º, LC n. 80/94.

Portanto, considerando que apenas o item III é verdadeiro e os demais são falsos, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 89. Conforme previsto expressamente na CF, é garantia institucional relativa aos membros da defensoria pública a

I - indivisibilidade.

II - autonomia funcional.

III - unidade.

IV - vitaliciedade.

V - inamovibilidade.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

b) Apenas os itens I, II, III e V estão certos.

c) Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.

d) Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema princípios da defensoria e garantia de seus membros.

É possível que a questão venha a ser anulada, por imprecisão técnica, considerando que ela confunde os princípios da defensoria em si com as garantias de seus membros. Constituição Federal. Art. 134. (...) § 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal. LC 80/94: Art. 127. São garantias dos membros da Defensoria Pública do Estado, sem prejuízo de outras que a lei estadual estabelecer: I - a independência funcional no desempenho de suas atribuições; II - a inamovibilidade; III - a irredutibilidade de vencimentos; IV - a estabilidade. Desta forma, observando que unidade e indivisibilidade são princípios da defensoria e que autonomia (independência) funcional e inamovibilidade são garantias dos membros. Bem como que os defensores públicos não gozam de vitaliciedade, mas sim de estabilidade. Pode-se apontar como alternativa correta e letra B.

Consequentemente, uma vez que as assertivas I, II, III e V seriam verdadeiras e a alternativa IV seria falsa, as **alternativas A, C, D e E** estariam incorretas.

QUESTÃO 90. Com relação aos aspectos históricos e institucionais da defensoria pública, à luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

a) A distinção entre as atividades da defensoria pública e da advocacia privada foi implementada pelo poder constituinte reformador, uma vez que foram estabelecidas seções diversas no texto constitucional para cada uma dessas funções essenciais à justiça.

b) Segundo a jurisprudência do STF, a defensoria pública detém legitimidade apenas subsidiária para a propositura de ação civil pública, considerada a existência de benefício de ordem em prol do Ministério Público.

c) A partir da promulgação da CF, rompendo-se com a antiga concepção de advocacia dativa, foi assegurada às defensorias públicas estaduais a autonomia funcional e administrativa, não sendo admitida a sua subordinação administrativa aos governadores estaduais.

d) Considerada a missão institucional da defensoria pública relativa à efetivação dos direitos fundamentais, com destaque para a igualdade e dignidade de pessoas hipossuficientes, o STF entendeu ser incompatível a atuação dessa instituição em favor de pessoas jurídicas.

e) Ante a constatação de não implementação da defensoria pública em todas as unidades jurisdicionais, é legítimo ao Poder Judiciário determinar a lotação de defensor público em localidade desamparada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos aspectos históricos e institucionais da defensoria pública.

A alternativa A está correta. A distinção foi realizada pela EC n. 80/2014 que separou, topograficamente, na Constituição, atribuindo a Seção IV, co Capítulo IV (Das Funções Essenciais à Justiça), à Defensoria Pública. Assim a Advocacia e a Defensoria passaram a ter sessões próprias.

A alternativa B está incorreta. A legitimidade da Defensoria Pública, conforme o STF, não é subsidiária no que tange às ações coletivas, conforme julgado na ADI 3943.

A alternativa C está incorreta. A Defensoria Pública não faz parte do Poder Executivo. Não existe subordinação. Mas, expressamente, a autonomia apenas surgiu com as emendas constitucionais n. 45, 69 e 74. A questão foi enfrentada no RE 1140005.

A alternativa D está incorreta. A Defensoria Pública pode atuar em favor de pessoas jurídicas. LC 80/94: Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras: (...) V – exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses; (Redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

A alternativa E está incorreta. Não cabe ao Judiciário determinar lotação de defensores públicos, conforme já decidido pelo STF, no Tema 847, RE 887671.

QUESTÃO 91. A respeito da Defensoria Pública do Estado do Acre, assinale a opção correta, considerando as disposições da Lei Complementar estadual n.º 158/2006.

a) O poder normativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Acre é exercido pelo defensor público geral.

b) A Defensoria Pública do Estado do Acre não detém competência para postular perante sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.

c) Os defensores públicos do estado do Acre participarão, sem direito a voto, dos Conselhos Penitenciários.

d) O defensor público do estado do Acre goza de autonomia funcional, o que lhe permite deixar de atuar em situação na qual considere não haver interesse institucional, independemente de comunicação ao chefe da instituição.

e) É prerrogativa do defensor público do estado do Acre ser originariamente processado e julgado pelo tribunal de justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Lei Complementar estadual do Acre n.º 158/2006.

A alternativa A está incorreta. Está errada, conforme art. 6º, I, da Lei Orgânica Estadual.

A alternativa B está incorreta. Está errada, conforme art. 2º, VI, da Lei Orgânica estadual.

A alternativa C está incorreta. Está errada, conforme art. 11, VIII, da Lei Orgânica Estadual.

A alternativa D está incorreta. Está errada, conforme art. 34, X, da Lei Orgânica Estadual.

A alternativa E está correta. Art. 95, I, a, da Constituição Estadual trás o gabarito, com a prerrogativa dos defensores. Com previsão no art. 34, II da lei orgânica estadual.

QUESTÃO 92. Com relação a deveres, proibições, impedimentos e regime disciplinar dos defensores públicos do estado do Acre, considerando as disposições da Lei Complementar estadual nº 158/2006, assinale a opção correta.

a) O defensor público, no caso de condenação criminal do assistido, deve submeter ao defensor público geral a proposta de ajuizamento de revisão criminal.

b) O defensor público deve residir na comarca em que exerce suas funções, sem prejuízo do poder de se ausentar da comarca, não necessitando, neste último caso, de autorização.

c) As infrações disciplinares dos defensores públicos podem ensejar a aplicação das penas de demissão e cassação de aposentadoria, a serem implementadas pelo defensor público geral.

d) Deve ser aplicada a pena de remoção compulsória ao defensor público que reincidir em falta punível com suspensão.

e) O defensor público não pode exercer suas funções em processo no qual parente de segundo grau tenha atuado como analista judiciário.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos assuntos deveres, proibições, impedimentos e regime disciplinar dos defensores públicos do estado do Acre.

A alternativa A está incorreta. Está incorreta, pois o defensor público não tem que submeter ao DPG a proposta de ajuizamento de revisão criminal, conforme art. 36, VII, da lei orgânica estadual.

A alternativa B está incorreta. Está equivocada, conforme art. 13, da lei orgânica estadual.

A alternativa C está incorreta. Está equivocada, na forma do art. 41, §6º, da lei orgânica estadual.

A alternativa D está incorreta. Está incorreta, conforme art. 41, §4º e 5º da lei orgânica estadual.

A alternativa E está correta. Está correta, conforme art. 38, V da lei orgânica estadual.

QUESTÃO 93. A respeito dos aspectos relativos à missão institucional da defensoria pública, considerando as disposições da CF e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens seguintes.

I. A defensoria pública atua na salvaguarda de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico, bem como na defesa do meio ambiente.

II. A defensoria pública deve prestar assistência judiciária aos necessitados, o que corresponde ao dever de atuar em toda e qualquer atividade no âmbito jurídico, incluindo a pré-judicial e a extrajudicial.

III. O termo "necessitados", empregado no texto constitucional para caracterizar aqueles cuja defesa representa o papel institucional da defensoria pública, se refere apenas às pessoas economicamente vulneráveis, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema função institucional da Defensoria Pública.

A assertiva I está correta. Está correta, pois se relaciona com questões inerentes à tutela coletiva e objetos de ação civil pública, conforme o artigo 1º da Lei n. 7.347/1985.

A assertiva II está incorreta. A expressão fala em assistência judiciária, a qual está relacionada aos atos inerentes ao contraditório e ampla defesa perante o poder judiciário. O termo correto adotado pela Constituição, no art. 5º, LXXIV é assistência jurídica.

A assertiva III está incorreta. A afirmativa III está incorreta, pois o STJ já decidiu que a interpretação deve ser no sentido amplo de necessitados, abrangendo os vulneráveis organizacionais, conforme EREsp 1192577/RS.

Portanto, considerando que o item I é verdadeiro e os demais são falsos, as **alternativas A, C, D e E** estão incorretas.

QUESTÃO 94. Com base na Constituição do Estado do Acre, julgue os itens a seguir, relativos ao Poder Legislativo.

I. Inexiste previsão expressa de edição de medida provisória pelo governador do estado.

II. A interrupção da sessão legislativa ordinária não ocorre enquanto o projeto de lei de diretrizes orçamentárias não for aprovado.

III. A Constituição do Estado do Acre pode ser emendada mediante proposta de iniciativa popular.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do processo legislativo no Estado do Acre.

A assertiva I está incorreta. Existe previsão para que o Governador do Estado do Acre edite medida provisória, conforme art. 52 e 79 da Constituição Estadual.

A assertiva II está correta. É a previsão expressa do art. 48, §2º, da Constituição Acreana.

A assertiva III está correta. Na Constituição do Estado do Acre existe a possibilidade de emenda constitucional de iniciativa popular, conforme o Art. 53, III.

Portanto, considerando que os itens II e III são verdadeiros e o item I é falso, as **alternativas A, B, C, e E** estão incorretas.

QUESTÃO 95. Com fundamento na Constituição do Estado do Acre, julgue os itens a seguir, acerca das funções essenciais à administração da justiça.

I. A organização e as atribuições da Defensoria Pública são fixadas em lei complementar, sendo vedado aos defensores públicos estaduais o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

II. Aplica-se à carreira de defensor público a regra constitucional segundo a qual os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

III. O procurador-geral da justiça será nomeado pelo governador do estado, entre integrantes da carreira indicados em lista sêxtupla, para mandato de três anos, sendo permitida uma recondução.

IV. Os membros da Procuradoria-Geral do estado são regidos por lei orgânica própria, razão por que a eles é vedada a aplicação de qualquer dispositivo do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema funções essenciais à administração da justiça no Estado do Acre.

A assertiva I está correta. A organização e as atribuições da Defensoria Pública são fixadas em lei complementar, conforme a Constituição Acreana Ademais, é vedado aos defensores públicos estaduais o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, conforme art. 127.

A assertiva II está correta. Disposição expressa do art. 128, parágrafo único, da Constituição do Estado do Acre.

A assertiva III está incorreta. Não há previsão de lista sêxtupla para nomeação, pelo Governador, do procurador-geral da justiça, conforme art. 107 da Constituição do Estado.

A assertiva IV está incorreta. Permite-se a aplicação subsidiária dos dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre, conforme art. 121 da Constituição Estadual.

Portanto, considerando que os itens I e II são verdadeiros e os itens III e IV são falsos, as **alternativas B, C, D e E** estão incorretas.

QUESTÃO 96. Com base nas disposições da Constituição do Estado do Acre, julgue os itens relativos aos servidores públicos civis estaduais, julgue os itens seguintes.

I. No âmbito de sua competência, o estado e os municípios instituirão regime jurídico único e planos de carreira para os servidores públicos civis da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

II. Ao servidor público é vedada a participação no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive dívida ativa.

III. É assegurado o direito de remoção do servidor público civil estadual para o lugar de residência do cônjuge, se este também for servidor, para igual cargo, se houver vaga e forem atendidas as condições legais.

IV. É vedado o estabelecimento, mediante lei, de qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema regime jurídico dos servidores públicos civis estaduais do Acre.

A assertiva I está correta. Disposição expressa do art. 30 da Constituição Estadual.

A assertiva II está correta. Também é disposição expressa, a vedação da participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive dívida ativa, conforme art. 30, § 4º, da Constituição Estadual.

A assertiva III está correta. Existe o direito previsto na Constituição Estadual do Acre de que o servidor público será assegurado o direito de remoção para o lugar de residência do cônjuge, se este for servidor, para igual cargo, se houver vaga e atendidas as condições que a lei determina, conforme art. 30, § 5º.

A assertiva IV está correta. Veda-se o estabelecimento, mediante lei, de qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Portanto, considerando que todos os itens são verdadeiros, as **alternativas A, B, C e D** estão incorretas.

QUESTÃO 97. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre (Lei Complementar estadual nº 39/1993), o retorno de servidor estável ao cargo anteriormente ocupado decorrente de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo é denominado

a) aproveitamento.

b) readaptação.

c) recondução.

d) reversão.

e) reintegração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre.

A questão cobrou literalidade de dispositivo da Lei Complementar Estadual do Acre n. 39/1993. A lei estabelece em seu Art. 32, I, que: LCE 39/93. DA RECONDUÇÃO. Art. 32. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de: I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo; e II - reintegração do anterior ocupante.

Consequentemente, as demais **alternativas A, B, D e E** estão incorretas.

QUESTÃO 98. Julgue os itens a seguir, a respeito da prescrição de penalidades e da prescrição da ação disciplinar, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre.

I. Em relação à suspensão, que não pode exceder noventa dias, a ação disciplinar prescreverá em dois anos.

II. O registro da penalidade de advertência será cancelado após o decurso de dois anos de efetivo exercício, desde que, nesse período, o servidor não pratique nova infração disciplinar.

III. A abertura de sindicância ou a instauração de processo administrativo disciplinar suspende a prescrição, até a decisão final ser proferida por autoridade competente.

IV. O prazo de prescrição da ação disciplinar começa a contar da data em que o fato foi praticado.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre.

A assertiva I está correta. A suspensão não pode exceder noventa dias e sua ação disciplinar prescreverá em dois anos, conforme Art. 180 e 193 da LCE 39/93.

A assertiva II está incorreta. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplina, ao que estabelece o Art. 181 da LCE 39/93.

A assertiva III está incorreta. Está incorreta, pois não suspende a prescrição e sim interrompe, conforme art. 193, §3º.

A assertiva IV está incorreta. A abertura de sindicância ou a instauração de processo administrativo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente. É errado falar que suspende, pois interrompe a prescrição, nos termos do Art. 193, § 1º, da LCE 39/93.

Portanto, considerando que o item I é verdadeiro e os demais são falsos, as **alternativas B, C, D e E** estão incorretas.

QUESTÃO 99. De acordo com a Lei Complementar estadual n.º 39/1993, o prazo máximo para o servidor entrar em exercício, contado da data da posse, é de

a) quinze dias corridos.

b) cinco dias úteis.

c) trinta dias corridos.

d) três dias úteis.

e) dez dias úteis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Lei Complementar do Estado do Acre n.º 39/1993.

A questão cobra disposição expressa da Lei. Nestes termos: LCE 39/93. Art. 16. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo. § 1º É de três dias úteis o prazo máximo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

Consequentemente, as **alternativas A, B, C e E** estão incorretas.

QUESTÃO 100. Nos termos da Lei Complementar estadual n.º 39/1993, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá determinar, como medida cautelar para que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, o afastamento preventivo do servidor do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo máximo de

a) quinze dias.

b) trinta dias.

c) sessenta dias.

d) noventa dias.

e) cento e vinte dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Lei Complementar do Estado do Acre n.º 39/1993.

A questão cobra disposição expressa da Lei. Nestes termos, o afastamento previsto tem prazo de 60 dias. LCE 39/93: Art. 198. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração.

Consequentemente, as **alternativas A, B, D e E** estão incorretas.

DPE-PR

QUESTÃO 01. Analise a situação hipotética a seguir:

"Na gira, cantavam: Balorê Exú, Exú ê Mojubá/ Ogunhê Patacuri/ Ogum é Orixá!/ Kao Cabicile Xangô/ Kao meu pai!/ Okê Arô/ Oxossi é Caçador!/ Ewê/ Arroboia Oxumarê Robobai/ Eparrei/ Ora ieie o mãe Oxum/ Ora ieie o/ Ô docyaba Yemanja/ Ódôia mamãe..."

(Pontos de domínio público. Compilação constante do álbum "Tecnomacumba", 2006, de Rita Benneditto).

A Iyalorixá Mãe Menininha, sacerdotisa de um terreiro de Candomblé localizado há 50 anos no bairro Pinheirinho, em Curitiba, tem como novo vizinho o senhor João, o qual realizou denúncias contra sua pessoa à polícia alegando: (a) maus tratos a animais durante as práticas religiosas; (b) sonegação de imposto (IPTU); (c) e perturbação de sossego. A Iyalorixá recebe a intimação da delegacia de polícia para esclarecimentos, mas antes de comparecer no dia e hora marcados, ela procura orientação jurídica junto ao Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da Defensoria Pública.

Tomando por base a situação hipotética e considerando a existência e as práticas dos povos e comunidades de terreiro, bem como o que dispõe a Constituição da República e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que apresenta as corretas orientações a serem prestadas pelo defensor público.

a) Comunidades de terreiro não possuem autorização para prática religiosa com animais em razão de vedação constitucional aos maus tratos de animais e, ainda, em razão da ausência do pagamento de IPTU, os cultos do terreiro de Candomblé da situação acima devem ser interrompidos. Além disso, há prevalência da intimidade ser resguardada, no caso da perturbação de sossego, motivo pelo qual o lugar da prática religiosa deve ser alterado.

b) Povos e comunidades de terreiro devem ser alertadas de que são historicamente vítimas de intolerância, de discriminação e de preconceito. Assim, a Iyalorixá deverá ser orientada a buscar subvenção dos cultos e relação da aliança junto ao Município em razão do patrimônio histórico e cultural como estratégia para evitar o agravamento da situação antes de comparecer à delegacia. Por fim, quanto à perturbação de sossego, pela interpretação do princípio da dignidade da pessoa humana e da intimidade, o vizinho pode interromper os cultos religiosos quando assim ocorrer.

c) Há proteção constitucional ao local da comunidade de terreiro como forma de evitar a descaracterização do Candomblé como manifestação afro-brasileira, incluindo a isenção tributária em questão, estando assegurada a sacralização de animais durante suas práticas religiosas, uma vez que a legislação não pode interferir em atos rituais. Quanto à alegação de perturbação de sossego, deverá ser aplicada a ponderação e a regra da proporcionalidade.

d) As comunidades de terreiro são protegidas pela legislação constitucional e supralegal apenas sob o viés da religiosidade, não ensejando a aplicação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho quanto ao seu modo de ser e viver. Assim, os animais no caso em comento são preponderantemente sacralizados em rituais religiosos e devem ser analisados pelo princípio da proporcionalidade.

e) Há nítido racismo religioso na postura do vizinho da Iyalorixá, porém há restrição para o abate de animais em comunidades ao não postular vedação às manifestações culturais envolvendo as brigas de galo, farra do boi e vaquejada já decididos pelo Supremo Tribunal Federal. Por fim, em razão de perturbação de sossego, deverá ser aplicada a ponderação interpretativa e a regra da proporcionalidade.

Comentários

<u>Questão anulada pela banca.</u>

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema liberdade religiosa e maus tratos aos animais.

A alternativa A está incorreta. Entendeu o STF que a "prática e os rituais relacionados ao sacrifício animal são patrimônio cultural imaterial e constituem os modos de criar, fazer e viver de diversas comunidades religiosas, particularmente das que vivenciam a liberdade religiosa a partir de práticas não institucionais", conforme RE 494601-RS.

A alternativa B está incorreta. O artigo 19, I, da CF/88 veda aos entes públicos "estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público"

A alternativa C está correta. Primeiramente, veja-se que, segundo o Art. 5º, VI, da CF, "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;". Além disso, verifica-se no art. 150, VI, b, da CF/88 que há uma limitação legal ao poder de tributar, imunidade prevista na Constituição, que impede a instituição de impostos sobre "b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes;" Em nosso material de Direito Constitucional, elaborado pela Professora Nelma Fontana, você verá que o Princípio da Proporcionalidade é princípio implícito da Administração Pública que está relacionado ao excesso de poder. Tem por finalidade conter os atos públicos que ultrapassem os limites adequados para atingir o objetivo pretendido. Assim, *a priori*, deve-se aplicar o princípio da proporcionalidade na fiscalização dos locais de cultos e suas liturgias quanto ao nível de ruído produzido em suas sessões.

A alternativa D está incorreta. Os considerandos da Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais reconhecem as diferentes formas de vidas das diferentes populações, inclusive para fins religiosos. Ainda, o artigo 5º da Convenção sustenta que: "Ao se aplicar as disposições da presente Convenção: a) deverão ser reconhecidos e protegidos os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprios dos povos mencionados e dever-se-á levar na devida consideração a natureza dos problemas que lhes sejam apresentados, tanto coletiva como individualmente;

A alternativa E está incorreta. Ao que se viu acima, no RE 494601-RS o STF entendeu constitucional o sacrifício de animais em rituais religiosos.

QUESTÃO 02. "Há um sentido agônico ou agonista na política que é preciso ser explorado na Constituição [...]. Precisamos de uma Constituição capaz de capturar a natureza (agonista) do poder constituinte e, assim, de si mesma, promessa e agônicas" (CHUEIRI, Vera Karam de. "Constituição Radical: Uma Ideia e Uma Prática". Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013).

Acerca da teorização de uma Constituição Radical na relação entre constitucionalismo e democracia, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A Constituição não se deixa reduzir ao constituído e nela se retém o poder constituinte e, portanto, nos constitui, de maneira radical, como comunidade política.

b) A noção de Constituição Radical parte da premissa de desconstrução da crença ingênua de que a Constituição é apenas um texto e de que suas normas abrandam as tensões políticas.

c) Uma Constituição Radical é concebida não como síntese entre democracia e poderes instituídos, pois ela é a própria tensão, uma vez que não se resumem aos mecanismos tradicionais liberais de negociação.

d) A tensão entre poder constituinte e poderes constituídos tem de ser entendida em uma perspectiva democrática, como sinal virtuoso de uma sociedade radicalmente democrática.

e) Para a concepção de uma Constituição Radical, o poder constituinte soberano (potência) e expressão da democracia, não se esgota no momento da promulgação da Constituição, que reitera compromissos democráticos em relação ao passado.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do conceito de Constituição Radical. A própria questão indica o fundamento doutrinário a ser levado em questão, desta forma, passamos à análise das alternativas considerando o entendimento da professora Vera Karam.

A alternativa A está correta. A noção de uma Constituição Radical implica que a Constituição não se limita ao que foi constituído. Ela mantém a essência do poder constituinte, mantendo-se viva e em constante diálogo com a comunidade política. A Constituição é vista como um instrumento que nos constitui continuamente como uma comunidade política, não apenas um texto estático.

A alternativa B está correta. A ideia de uma Constituição Radical desafia a visão simplista de que a Constituição é apenas um texto que apazigua as tensões políticas. Em vez disso, reconhece que a Constituição é um campo de tensão e conflito contínuo, refletindo a dinâmica e a complexidade da política.

A alternativa C está correta. A Constituição Radical é vista como a própria manifestação da tensão entre democracia e poderes instituídos. Ela não é apenas um compromisso ou uma síntese, mas sim um campo onde essa tensão é constantemente negociada e vivida, indo além dos mecanismos tradicionais de negociação liberal.

A alternativa D está correta. A teoria de Chueiri sugere que a tensão entre poder constituinte e poderes constituídos deve ser vista como um aspecto positivo e virtuoso de uma sociedade radicalmente democrática. Essa tensão é um sinal de vitalidade democrática, indicando uma sociedade que está sempre em processo de transformação e renegociação de seus fundamentos.

A alternativa E está incorreta. A concepção de uma Constituição Radical, segundo Chueiri, implica que o poder constituinte não se esgota no momento da promulgação da Constituição. Pelo contrário, o poder constituinte é contínuo e deve estar sempre ativo, permitindo que a Constituição permaneça dinâmica e aberta a mudanças e transformações. A ideia é que a Constituição não apenas reitera compromissos democráticos em relação ao passado, mas também se projeta no futuro, mantendo viva a capacidade de transformação democrática.

QUESTÃO 03. Analise a situação hipotética a seguir:

Um coletivo de mulheres busca atendimento junto ao Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM), da Defensoria Pública do Paraná, pois tramita em um município do estado um Projeto de Lei (PL) que busca vedar na rede de saúde a realização de aborto em qualquer hipótese e em qualquer momento da gestação.

Considerando as regras e princípios regentes do controle de constitucionalidade e as normas constitucionais (Constituição Federal e Estadual) sobre as temáticas envolvidas na situação, bem como considerando o papel da Defensoria Pública, assinale a alternativa que apresenta as adequadas e corretas orientações que o NUDEM poderá fornecer ao coletivo de mulheres que buscou a Defensoria Pública no referido caso.

a) Caberá à coordenação do núcleo especializado da Defensoria Pública informar que se deverá aguardar a sanção da lei municipal, para, em seguida, ser instada a Defensoria Pública Geral para ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) junto ao Tribunal de Justiça, conforme previsto na Constituição Estadual.

b) O NUDEM deverá informar que tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Estadual vedam a prática de aborto, motivo pelo qual a temática em questão passa pelo crivo de constitucionalidade, sendo possível o município legislar sobre a matéria, além de competir à Defensoria a defesa do nascituro, nada podendo ser feito.

c) Caberá à coordenação do NUDEM informar que, durante a tramitação do PL, não há legitimidade da Defensoria Pública para realizar o controle prévio de constitucionalidade, mas é possível realizar uma nota técnica sobre o PL, no exercício do legal da difusão e conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, qualificando o debate público e institucional a respeito do tema.

d) A coordenação do NUDEM poderá oficiar à presidência da Câmara Municipal, no exercício de seu poder de requisição, que foi ratificado pelo STF, e requerer informações para instrução de ação pública, em que, incidentalmente, questionar-se-á a inconstitucionalidade do projeto de lei em tramitação.

e) Caberá ao NUDEM impetrar, preventivamente, mandado de segurança coletivo para impedir a tramitação do PL em razão do direito líquido e certo das mulheres ao aborto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade de projeto de lei.

A alternativa A está incorreta. A Defensoria Pública do Estado do Paraná não possui legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) segundo a Constituição Estadual do Paraná. O artigo 111 da Constituição Estadual do Paraná não inclui a Defensoria Pública entre os legitimados para propor ADI.

A alternativa B está incorreta. Entendeu o STF que a Constituição Federal e o Código Penal permitiriam a prática do aborto em algumas situações, como em casos de estupro, risco de vida para a gestante e anencefalia do feto (ADPF 54). Além disso, a competência para legislar sobre aborto é da União, não dos municípios, conforme a competência legislativa privativa prevista no artigo 22, inciso I, da Constituição Federal.

A alternativa C está correta. A Defensoria Pública não tem legitimidade para realizar o controle prévio de constitucionalidade de um Projeto de Lei. No entanto, pode atuar de forma proativa, emitindo notas técnicas, promovendo a conscientização sobre os direitos humanos e contribuindo para o debate público sobre a matéria. Em nosso material de Direito Constitucional, elaborado pelo professor Marcos Gomes, você verá que o controle prévio de constitucionalidade é excepcionalíssimo. Possui legitimidade para tanto somente o parlamentar no qual tramita o projeto de lei inconstitucional. No caso, o parlamentar protege, por meio de Mandado de Segurança, o seu direito a processo que respeite o devido processo legislativo e as cláusulas pétreas. Veja-se que no julgamento do MS 32.033/DF, o Supremo Tribunal Federal discutiu sobre a possibilidade de controle de constitucionalidade prévio nos casos em que envolvam atos normativos. Segundo o entendimento firmado por este tribunal: "1. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é "a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo" (MS 24.667, Pleno, Min. Carlos Velloso, DJ de 23.04.04). Nessas excepcionais situações, em que o vício de inconstitucionalidade está diretamente relacionado a aspectos formais e procedimentais da atuação legislativa, a impetração de segurança é admissível, segundo a jurisprudência do STF, porque visa a corrigir vício já efetivamente concretizado no próprio curso do processo de formação da norma, antes mesmo e independentemente de sua final aprovação ou não (...)

A alternativa D está incorreta. A Defensoria Pública não pode usar Ação Civil Pública para realizar controle judicial incidental de constitucionalidade de um Projeto de Lei. A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei só pode ser questionada após sua transformação em lei e sua efetiva aplicação.

A alternativa E está incorreta. Somente parlamentares têm legitimidade para impetrar mandado de segurança preventivo visando impedir a tramitação de um Projeto de Lei, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

QUESTÃO 04. Analise os trechos a seguir:

I. "Eu escuto feministas radicais afirmando que são contrárias à utilização de banheiros por mulheres trans porque elas são, na verdade, homens e podem estuprá-las. O que significa 'de verdade' aqui? Que as mulheres trans foram socializadas como homens e preparadas para desempenhar o lugar de poder que os homens ocupam (no que se refere à virilidade)? Certamente. Mas não é justamente esta maldição do gênero masculino (ou herança de gênero) que elas negam? No entanto, o 'de verdade' (no discurso das feministas radicais) está em outro lugar. Refere-se à materialidade corpórea. Elas podem me estuprar porque têm pênis. Nada é mais absurdo que esta afirmação. Jamais uma pessoa que tenha feito o mínimo de 'tradução cultural' das dimensões que constituem as múltiplas possibilidades de viver as experiências

trans faria uma afirmação como esta" (BENTO, Berenice. "Que nossas universidades sejam arco-íris: Entrevista com Berenice Bento". Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência. UERJ. Número 5/2019; p. 194 – 200, p. 197-198).

II. "Por fim, e em reforço ao que se vem de expor, esta Corte reconheceu recentemente o caráter constitucional e a repercussão geral em hipótese também envolvendo direitos de transexuais, destacando-se a importância de esta Corte definir o conteúdo jurídico do direito à autodeterminação sexual" (Min. Luis Roberto Barroso. RE 845779 RG/SC).

Tomando por base (I) o estudo do transfeminismo e (II) a tutela jurídica dos direitos das pessoas transgênero pela jurisprudência do STJ e do STF, assinale a alternativa INCORRETA em relação a cada um desses temas, respectivamente.

a) O transfeminismo pode ser entendido como uma corrente teórica e política relacionada ao feminismo, pensando-o a partir das experiências e práticas de mulheres trans e travestis. Segundo o STJ, não é uma discricionariedade livre do julgador a determinação de local de cumprimento de pena privativa de liberdade das pessoas trans, devendo-se resguardar os direitos constitucionais à integridade física e à vida, respeitando a diversidade de gênero.

b) As mulheres travestis e transexuais lutam contra o local marginal que ocupavam na construção de políticas públicas e também na política LGBTQIAPN+, que historicamente destacaram o homem gay branco. É aplicável a Lei Maria da Penha às mulheres travestis e transexuais, no contexto da proteção constitucional da igualdade, liberdade e dignidade humana, segundo o STJ, que expressamente distinguiu sexo de gênero, considerando mulheres trans como mulheres.

c) Assim como o feminismo é plural, comportando variadas correntes, o transfeminismo também se constitui em um bloco monolítico de pensamento. A pessoa transgênero possui direito fundamental subjetivo à alteração de prenome e gênero em seu registro civil, exigindo-se, para tanto, a simples manifestação de vontade da pessoa, independentemente de procedimentos cirúrgicos, segundo o STF, uma vez que a igualdade sem discriminações abrange a identidade ou expressão de gênero.

d) É indiscutível a adoção do determinismo biológico, fisiologia e anatomia por parte do transfeminismo como chave de leitura e definição do que é ser mulher, desconsiderando-se a identidade mantida no tempo e espaço. Segundo o STF, o direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade compreende a expressão da identidade de gênero das pessoas trans perante o Estado e deve ter constituição acessada pela via judicial ou administrativa, no as respectivas esferas de mera reconhecimento estatal.

e) O transfeminismo reconhece o papel histórico das travestis e das mulheres transexuais como elementos fundamentais para a construção de um feminismo inclusivo. Segundo o STJ, é irrelevante o porte de laudo de equipe multidisciplinar de psicologia e plástica mamária com implantação de próteses para fins de obtenção de financiamento público dos tratamentos que se relacionam ao direito à saúde integral do ser humano mantido no tempo e espaço.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema transfeminismo e a tutela jurídica das pessoas transgênero. A partir de Letícia Nascimento (2021) e de seu livro *Transfeminismo*, pode-se entender este conceito como uma vertente do feminismo que integra questões transgêneras, criticando a biologização do gênero. Influenciado pela interseccionalidade, teoria queer e feminismo negro, busca incluir pessoas trans no discurso feminista tradicional, abordando tanto questões específicas de transgêneros quanto temas relevantes a todas as mulheres.

A alternativa A está correta. O STJ decidiu que a "determinação do local do cumprimento da pena da pessoa transgênero não é um exercício de livre discricionariedade da julgadora ou do julgador, mas sim uma análise substancial das circunstâncias que tem por objeto resguardar a liberdade sexual e de gênero, a integridade física e a vida das pessoas transgênero presas, haja vista que o art. 7º da Resolução CNJ n. 348/2020 determina que a referida decisão ´será proferida após questionamento da preferência da pessoa presa´", conforme HC: 861817 SC.

A alternativa B está correta. Também entendeu o STJ que a aplicação da Lei Maria da Penha aplica-se às mulheres trans, independente da distinção entre sexo e gênero. Deve haver o afastamento do critério exclusivamente biológico para proteção da mulher, ao que foi decidido no REsp n. 1977124 SP.

A alternativa C está correta. No Tema 761, firmado a partir do RE 670422, o STF firmou as teses de que: I) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa; II) Essa alteração deve ser averbada à margem do assento de nascimento, vedada a inclusão do termo 'transgênero'; III) Nas certidões do registro não constará nenhuma observação sobre a origem do ato, vedada a expedição de certidão de inteiro teor, salvo a requerimento do próprio interessado ou por determinação judicial; IV) Efetuando-se o procedimento pela via judicial, caberá ao magistrado determinar de ofício ou a requerimento do interessado a expedição de mandados específicos para a alteração dos demais registros nos órgãos públicos ou privados pertinentes, os quais deverão preservar o sigilo sobre a origem dos atos.

A alternativa D está incorreta. A afirmativa de que o transfeminismo adota o determinismo biológico é falsa. O transfeminismo, de fato, critica a biologização do gênero e se posiciona contra o determinismo biológico. Ele reconhece a identidade de gênero como uma construção social e histórica, não determinada exclusivamente por aspectos biológicos. Portanto, esta alternativa está incorreta.

A alternativa E está correta. No REsp 2097812 MG, o STJ decidiu que planos de saúde devem cobrir cirurgias de afirmação de gênero para mulheres transexuais, como transgenitalização e implante de próteses mamárias, reconhecidas pelo CFM e incorporadas ao SUS. A negativa de cobertura foi considerada indevida e configurou dano moral. O valor da compensação foi considerado proporcional.

QUESTÃO 05. Analise a situação hipotética a seguir:

A Associação dos Povos Faxinalenses do Paraná busca atendimento jurídico junto ao Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH), da Defensoria Pública, relatando que determinado município recebe repasse estadual a título de ICMS ecológico/ambiental, mas não o transfere à comunidade do faxinalense local, cujo território é reconhecido como área de conservação

ambiental na modalidade de Área Especial de Uso Regulamentado (ARESUR), que compõe o cadastro de unidades de conservação ambiental estadual e, assim, deveria repassar diretamente na unidade/área em questão.

Tomando por base a noção dos povos faxinalenses e o entendimento do STF sobre a questão jurídica em relação a cada uma das disposições constitucionais acerca do tema, assinale a alternativa correta sobre um desses temas, respectivamente.

a) Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrossilvopastoris com a conservação ambiental. No caso em comento, o núcleo especializado da Defensoria Pública poderá ingressar com (reclamação constitucional) para preservação do entendimento judicial do STF acerca da vinculação do imposto ao direto diretamente às áreas ambientalmente protegidas, conforme já decidido (ADI 2355/PR).

b) São características dos faxinais, entre outras, a produção animal à solta em terras de uso comum e o extrativismo florestal de baixo impacto associado à conservação da biodiversidade. Caberá ao núcleo da Defensoria informar que o STF já julgou não ser possível haver vinculação de receita do imposto em comento, pois a destinação que será dada ao repasse depende de decisão autônoma do ente municipal.

c) Os faxinais têm sua territorialidade legalmente protegida, recebendo também proteção constitucional por seu patrimônio cultural e ambiental. Caberá à Defensoria Pública orientar a associação de que, em razão de haver previsão expressa na Constituição Federal da destinação do ICMS ecológico/ambiental pelos municípios às áreas de proteção ambiental, o caso poderá ser judicializado.

d) Entende-se por Sistema Faxinal o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que concilia o traço marcante do uso coletivo da terra para produção animal e conservação ambiental. Caberá à Defensoria Pública informar que, no caso em comento, já existe entendimento judicial que prevê e determina a destinação e a vinculação da receita para as áreas de proteção ambiental quando se tratar de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos faxinalenses, não cabendo, portanto, questionamento judicial.

e) São características dos faxinais, que se assemelham à condição de quilombola, em razão do processo jurídico expressivo de resistência e formação coletiva. De acordo com esse entendimento, considerando que a Constituição Federal prevê a destinação de 50% do valor arrecadado a título de ICMS para as unidades de conservação localizadas nos municípios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema ICMS e dos faxinais ou faxinalenses.

"Os faxinais, ou faxinaleneses, do centro-sul e sudeste paranaense são comunidades tradicionais camponesas cuja formação social se caracteriza principalmente pelo uso comum da terra e dos recursos florestais e hídricos disponibilizados na forma de criadouro comunitário. Delimitado pela cerca comunitária, no interior do qual se conserva uma significativa agrobiodiversidade, é no criadouro

comunitário que ocorre o manejo da erva-mate nativa, a criação comum de animais, espécies florestais forrageiras, fruteiras nativas, ervas medicinais e variedades de cultivo agrícolas. É nesse espaço que se encontra a moradia, normalmente cercadas em pequenas áreas de terra denominadas de quintais, lugar de produção de hortaliças e pequenas culturas de subsistência. Além do espaço de uso comum há também aqueles de uso privado, as lavouras, que são encontradas do lado externo ao criadouro e que apresentam em sua maioria plantações compostas, como milho, arroz, feijão e fumo. Desta forma, o faxinal se caracteriza como um território composto e complexo, que combina uso comum de recursos e apropriação privada da terra." (https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-mesmo-enfrentando-violencias-a-luta-e-as-vitorias-dos-faxinalenses-desemboca-na-sua-integracao-a-outras-comunidades-tradicionais/#:~:text=Os%20faxinais%2C%20ou%20faxinaleneses%2C%20do,na%20forma%20de%20criadouro%20comunit%C3%A1rio., acesso em 30.06.2024)

A alternativa A está incorreta. A decisão do STF na ADI 2355 não determinou a vinculação de receitas do ICMS a áreas protegidas, mas exatamente o oposto, reforçando a autonomia municipal para decidir a destinação dos recursos.

A alternativa B está correta. Autonomia Municipal: O STF, na ADI 2355, declarou inconstitucional a lei estadual do Paraná que vinculava o repasse do ICMS ecológico a áreas específicas de proteção ambiental, afirmando que a destinação dos recursos é uma decisão autônoma dos municípios. Não-Afetação de Receitas: Conforme o artigo 167, IV, da Constituição Federal, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto nas hipóteses previstas na Constituição.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão expressa na Constituição Federal que obrigue os municípios a destinarem o ICMS ecológico/ambiental diretamente às áreas de proteção ambiental. A decisão do STF na ADI 2355 reforça a autonomia dos municípios.

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, a decisão do STF na ADI 2355 não determina a vinculação de receita para áreas de proteção ambiental, reafirmando a autonomia dos municípios para decidir sobre a destinação do ICMS ecológico.

A alternativa E está incorreta. Não existe na Constituição Federal a previsão de destinação de 50% do ICMS arrecadado para unidades de conservação. A decisão do STF na ADI 2355 declara inconstitucional qualquer vinculação obrigatória imposta por leis estaduais.

QUESTÃO 06. "Agora a barca entra no meio da vila. Estão atrás de qualquer coisa que os leve ao assassinato do Maicon. A cada hora que passa, a vontade de vingar a morte do colega cresce. No fim do dia, eles voltaram para o batalhão. Na verdade, eles já haviam ultrapassado o número de abordagens [...]. Amanhã eles voltarão à vila, mas ele é escalado para outro horário. À noite, as abordagens costumam ser mais violentas, sempre há a possibilidade do confronto" (TENÓRIO, Jeferson. O avesso da pele. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020).

Tomando por base as noções de racismo, o entendimento jurisprudencial do STF sobre o tema, o que foi decidido no julgado ADPF 635 MC-ED/RJ, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 2 e 3/02/2022 ("ADPF das Favelas") e o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Na ADPF 635, o tema dialoga com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Caso Favela Nova Brasília) para a adoção de um plano de redução da letalidade policial.

b) Em sede de controle de constitucionalidade, o STF entende pela possibilidade de utilização da ADPF para atacar omissões estruturais do poder público (estado de coisas inconstitucional).

c) O racismo não se limita apenas à exclusão ou ao empobrecimento das pessoas negras, mas também promove a desumanização dessas pessoas, produzindo vantagens e benefícios sociais para os integrantes do grupo racial hegemônico, o que possui reflexos no sistema de justiça criminal.

d) O STF possui entendimento de que o crime de injúria racial é espécie de gênero racismo, sendo imprescritível.

e) É inconstitucional a instituição, por lei municipal, de feriado local para a comemoração do Dia da Consciência Negra, a ser celebrado em 20 de novembro, por violar competência da União, uma vez que impacta em matéria trabalhista.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**, por tanto, é o gabarito da questão. A questão trata do tema racismo e jurisprudência.

A alternativa A está correta. Na ADPF 635 o STF entendeu haver omissão estrutural do Poder Público na adoção de medidas de redução da letalidade policial. Foi chamada a atenção para decisão da Corte IDH e da mora inconstitucional, sendo necessário medidas estruturais para superar a inconstitucionalidade.

A alternativa B está correta. O caso paradigma diz respeito à ADPF 347 DF. Neste caso, o STF entendeu ser cabível a arguição para superar a situação degradante das penitenciárias no Brasil diante da superlotação carcerária e falta de condições. Havendo uma violação massiva de direitos fundamentais por falhas estruturais. O que levaria a um estado de coisas inconstitucional a ser combatido.

A alternativa C está correta. Nesta alternativa, vemos a interseccionalidade da questão. Em nosso material de Criminologia, desenvolvido pelos professores Marcos Gomes e Allan Joss, vemos que o conceito que se enquadra à alternativa. Discriminação institucional, estrutural e intergeracional: Estamos diante de teorias que abordam o aspecto coletivo da discriminação. A discriminação poderá ocorrer pelos mecanismos sociais e instituições, afastando-se da ideia de discriminação interpessoal. Assim, a discriminação institucional ocorre no âmbito de instituições públicas e privadas. Assim, por meio dessa discriminação por instituições públicas e privadas, agentes de um grupo dominante, que controlam as formas de acesso, fazem perpetuar os preconceitos e subordinações de certos grupos vulneráveis. Basta lembrar de prisões de homens negros, muitas delas até mesmo para averiguação.

A alternativa D está correta. No julgamento do HC 154248, o STF entendeu que o crime de injúria racial seria espécie do gênero racismo. Havendo imprescritibilidade. Cabe pontuar que o legislador excluiu este crime do artigo 140, § 3º, do Código Penal e o incluiu na Lei 7.716/1989, Lei dos Crimes de Racismo, dando legalidade ao entendimento do STF, conforme atual redação do artigo 2º-A.

A alternativa E está incorreta. A instituição de feriados municipais com alta significação, ligados ao combate à discriminação é constitucional. Logo, o município teria essa competência para instituir feriados locais como o Dia da Consciência Negra, conforme entendimento firmado na ADPF 634.

QUESTÃO 07. Em agosto de 2023, o plenário do STF referendou a decisão em medida cautelar proferida pelo Relator Min. Alexandre de Moraes na ADPF 976, determinando uma série de ações a serem adotadas pela União, Estados e Municípios em favor das pessoas em situação de rua. Entre essas medidas, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das determinações tal como delineadas pelo STF.

a) Independentemente de adesão formal à política nacional para a população em situação de rua, devem os entes municipais e estaduais, onde houver atuação, disponibilizar imediatamente pela Defesa Civil barracas para pessoas em situação de rua com estrutura mínima compatível com a dignidade da pessoa humana, nos locais nos quais não há número de vagas em número compatível com a necessidade.

b) Devem os entes municipais e estaduais, no âmbito das zeladorias urbanas, divulgar previamente o dia, o horário e o local das ações nos seus respectivos sites, nos abrigos, e em outros meios, permitindo assim que a população em situação de rua recolha seus pertences e faça a limpeza do espaço sem conflitos.

c) No âmbito de suas zeladorias urbanas e em seus abrigos, devem os municípios disponibilizar bebedouros, banheiros públicos e lavanderias sociais de fácil acesso para a população em situação de rua.

d) Os municípios devem vedar, após alteração dos planos diretores municipais, o emprego de técnicas de arquitetura hostil contra as populações em situação de rua, bem como efetuar o levantamento das barreiras e equipamentos que dificultam o acesso a políticas e serviços públicos, assim como a obrigação de superá-las, após a adesão formal à política nacional para a população em situação de rua.

e) Os municípios devem realizar diagnóstico pormenorizado, no prazo de 120 dias, da situação nos respectivos territórios, com a indicação da distribuição de pessoas em situação de rua por área geográfica, quantidade e local das vagas de abrigo e de capacidade de fornecimento de alimentação.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**, por tanto, é o gabarito da questão. A questão trata do entendimento do STF sobre população em situação de rua. A questão centrou-se na ementa da Medida Cautelar deferida na ADPF 976.

A alternativa A está correta. O STF determinou que, independentemente da adesão formal à política nacional, os entes municipais e estaduais devem disponibilizar barracas pela Defesa Civil para as pessoas em situação de rua, nos locais onde não há vagas suficientes.

A alternativa B está correta. A decisão do STF estipula que os entes municipais e estaduais devem divulgar previamente as ações de zeladoria urbana para permitir que a população em situação de rua recolha seus pertences e limpe o espaço sem conflitos.

A alternativa C está correta. Veja que a decisão do STF determina que os municípios devem disponibilizar bebedouros, banheiros públicos e lavanderias sociais de fácil acesso para a população em situação de rua, no âmbito das zeladorias urbanas e abrigos.

A alternativa D está incorreta. A vedação ao emprego de técnicas de arquitetura hostil contra as populações em situação de rua, segundo a decisão do STF, é independente da adesão formal à Política Nacional para a População em Situação de Rua. O erro da alternativa está em condicionar essa vedação à adesão formal à política, o que não corresponde à determinação do STF.

A alternativa E está correta. Exigiu-se que os municípios realizem um diagnóstico pormenorizado da situação nos respectivos territórios, indicando a distribuição de pessoas em situação de rua, quantidade e local das vagas de abrigo e capacidade de fornecimento de alimentação, no prazo de 120 dias.

QUESTÃO 08. Em sede da ADPF 828, durante a crise sanitária da pandemia da Covid-19, o STF determinou uma série de medidas em relação aos processos de desocupações e despejo. Considerando, respectivamente, as disposições constitucionais sobre direito à moradia, política fundiária urbana e rural, bem como o quanto decidido em sede da ADPF 828 PI-quarta-Ref/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 2/11/2022, assinale a alternativa INCORRETA.

a) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra, bem como a propriedade produtiva. No aludido julgado, com o arrefecimento dos efeitos da pandemia, um regime de transição em relação às desocupações coletivas foi estabelecido.

b) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. No referido julgado, determinou-se a criação imediata, nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais, de Comissão de Conflitos Fundiários, tendo como referência expressa o que já havia sido pactuado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

c) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes. No mencionado julgado, não que pese a criação das comissões de conflitos fundiários dos Tribunais de Justiça, elas terão a atribuição de realizar visitas técnicas, audiências de mediação e, principalmente, propor a aplicação de retomada de despejos suspensos, de maneira gradual e escalonada com o arrefecimento dos efeitos da pandemia.

d) Os imóveis públicos não serão adquiridos pela União para fins de reforma agrária, em face das medidas administrativas que possam resultar em remoções coletivas de pessoas vulneráveis, o proprietário deverá dar ciência prévia e ouvir os representantes das comunidades afetadas.

e) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. No julgado acima, com o arrefecimento dos efeitos da pandemia, também foram criadas normas de transição para evitar que as decisões judiciais de desocupações em ações de despejo previstas na lei do inquilinato de base contratual.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**, por tanto, é o gabarito da questão. A questão trata do tema medidas judiciais durante o período de pandemia de COVID-19. A ADPF 828 suspendeu os despejos coletivos e reintegrações coletivas.

A alternativa A está correta. De fato, a Constituição Federal estabelece que pequenas e médias propriedades rurais, desde que produtivas e o proprietário não possua outra, são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária (art. 185, I e II da CF). A ADPF 828 estabeleceu um regime de transição para as desocupações coletivas.

A alternativa B está correta. função social da propriedade urbana está vinculada ao cumprimento das exigências do plano diretor (art. 182, §2º da CF). A criação das Comissões de Conflitos Fundiários foi uma medida determinada pelo STF na ADPF 828, seguindo o modelo do Tribunal de Justiça do Paraná.

A alternativa C está correta. O plano diretor é de fato obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes (art. 182, §1º da CF). As comissões terão as atribuições mencionadas, conforme decidido na ADPF 828.

A alternativa D está correta. ADPF 828 estabeleceu que, em casos de remoções coletivas, deve haver ciência prévia e audiência dos representantes das comunidades afetadas. O foco está na necessidade de consulta e comunicação antes de remoções, o que está em conformidade com o julgado.

A alternativa E está incorreta. Embora a União tenha competência para desapropriar imóveis rurais que não cumpram sua função social (art. 184 da CF), o erro está na afirmação de que a ADPF 828 criou normas de transição para as desocupações previstas na Lei do Inquilinato. Na verdade, a decisão do STF estabeleceu que as desocupações de imóveis urbanos em ações de despejo reguladas pela Lei do Inquilinato não necessitam de um regime de transição, pois não enfrentam as mesmas complexidades das ocupações coletivas sem base contratual.

QUESTÃO 09. De acordo com a Constituição da República, a Lei Complementar Federal nº 80/1994, a Lei Complementar Estadual nº 136/2011 e, ainda, com base na jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA acerca do Regime Jurídico da Defensoria Pública e o alcance de sua atuação.

a) Com base na teoria dos poderes implícitos, o STF entende que o(a) defensor(a) público(a) pode requisitar, de quaisquer autoridades públicas e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessários ao exercício de suas atribuições, dependendo, em qualquer hipótese, de prévia autorização judicial.

b) A Defensoria Pública não é uma instituição do sistema de justiça equiparada à advocacia, seja ela pública ou privada, estando, com efeito, mais próxima à perspectiva institucional atribuída ao próprio Ministério Público.

c) A estruturação da Defensoria Pública em cargos de carreira, providos mediante concurso público de provas e títulos, opera como garantia da independência técnica da instituição, a se refletir na boa qualidade da assistência que fazem jus os estratos mais vulnerabilizados da coletividade.

d) Segundo o STF, é devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.

e) Os municípios podem instituir a prestação de assistência judiciária à população de baixa renda, o que não se confunde com Defensoria Pública Municipal.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**, por tanto, é o gabarito da questão. A questão trata do tema Defensoria Pública na Constituição.

A alternativa A está incorreta. conforme a jurisprudência do STF e a legislação pertinente, o poder de requisição dos defensores públicos não depende de autorização judicial. Este poder é garantido para que a Defensoria Pública possa exercer suas funções de forma efetiva e sem obstáculos desnecessários, como estabelecido nas ADIs 6862 (PR), 6865 (PB), 6867 (ES), 6870 (DF), 6871 (CE), 6872 (AP), 6873 (AM) e 6875 (RN), onde o STF firmou entendimento de que este poder de requisição é uma ferramenta essencial para a atuação da Defensoria Pública, sem causar desequilíbrio nas relações processuais.

A alternativa B está correta. Conforme decidido pelo STF, a Defensoria Pública possui um papel essencial à justiça que vai além da mera advocacia, seja pública ou privada. Sua função é mais próxima ao Ministério Público, focada na promoção de direitos humanos e tutela de direitos coletivos.

A alternativa C está correta. Foi utilizado o argumento de que a carreira organizada e provida por concurso público é fundamental para assegurar a independência e a qualidade técnica dos defensores públicos, garantindo que a assistência jurídica prestada seja eficiente e imparcial.

A alternativa D está correta. No Tema 1.002 do STF, tendo por base o RE 1140005, fixou-se as seguintes teses: 1. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra; 2. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.

A alternativa E está correta. Na ADPF 279, foi decidido pelo STF que Municípios podem estabelecer serviços de assistência judiciária, mas isso não equivale à criação de uma Defensoria Pública Municipal, que é uma instituição com características e funções específicas definidas pela Constituição e leis complementares.

QUESTÃO 10. Sobre o constitucionalismo latino-americano e brasileiro, é correto afirmar que:

a) Uma característica fundamental do constitucionalismo latino-americano é o reconhecimento da diversidade cultural e étnico-racial (multiculturalidade), abrangendo o das jurisdições das comunidades indígenas, no contexto dos Estados plurinacionais de que são exemplos a Argentina e o Brasil.

b) Um traço marcante do constitucionalismo latino-americano é o da tendência do sistema presidencialista na região, com uma paradoxal relação entre a continuidade na centralidade da figura do chefe do Poder Executivo e a mudança e ampliação do rol de direitos constitucionalizados, direitos estes, contudo, que não interferem com igual peso na estruturação orgânica e desigual de poder nos desenhos constitucionais.

c) No constitucionalismo brasileiro, é possível perceber a influência das teorias constitucionais francesas e inglesas na fase imperial, passando por uma aproximação das teorias estadunidenses de organização formal do poder na primeira república e concluindo com a filiação ao socialismo na Constituição de 1988, expressada em vários dispositivos.

d) O temor da ocorrência de uma Revolução Haitiana no Brasil permeou os debates constituintes de 1823, o que, contudo, foi superado com a promulgação da Constituição de 1824, ocasião em que novos status jurídicos de liberdade e cidadania foram conferidos aos escravizados provenientes da diáspora africana aqui residentes e aos negros libertos.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Constitucionalismo Latino-Americano. Em nosso material de Direito Constitucional, coordenado pelo Professor Marcos Gomes, vemos que o Constitucionalismo Latino-Americano é um movimento social, político e jurídico fruto de reivindicações e manifestações populares, com o objetivo de alcançar maior legitimidade democrática para a Constituição, notadamente com a participação políticas de grupos historicamente excluídos do cenário políticos. São ideias centrais o direito à diversidade e à identidade, bem como a legitimidade e participação de grupos outrora excluídos, tal como a população indígena.

A alternativa A está incorreta. Argentina e Brasil não são exemplos de Estados plurinacionais. Exemplos corretos de Estados plurinacionais são Bolívia e Equador, que reconhecem explicitamente a diversidade étnica e cultural em suas constituições. Portanto, a assertiva de que Argentina e Brasil são Estados plurinacionais está errada.

A alternativa B está correta. O constitucionalismo latino-americano é caracterizado pelo presidencialismo. Isso significa que a figura do presidente tem um papel central e contínuo. Apesar da ampliação dos direitos constitucionalizados, há uma disparidade entre esses direitos e a estrutura de poder, que continua centralizada no Executivo. Esse fenômeno revela uma contradição: enquanto há avanços nos direitos, a distribuição do poder não muda de forma proporcional.

A alternativa C está incorreta. A Constituição de 1988 não adotou um modelo socialista. Ela é caracterizada como uma constituição liberal social, que combina princípios de livre iniciativa (artigo

170) com direitos sociais. Portanto, a afirmação de que a Constituição de 1988 filiou-se ao socialismo é incorreta.

A alternativa D está incorreta. A Constituição de 1824 não concedeu novos status jurídicos de liberdade e cidadania aos escravizados ou negros libertos. O sistema escravista continuou até a abolição da escravatura em 1888. Portanto, a afirmação de que a Constituição de 1824 conferiu novos status de liberdade e cidadania aos escravizados é incorreta.

A alternativa E está incorreta. A alternativa B está correta, conforme discutido acima, o que torna a alternativa E incorreta.

QUESTÃO 11. O ECA afirma que, estando o infante em medida de proteção de acolhimento institucional, deve ser realizada a sua reavaliação de forma periódica. Nesse sentido, sobre a audiência concentrada, assinale a alternativa incorreta.

a) Ocorrerá, preferencialmente, nas dependências do fórum e, sempre que possível, em sala lúdica, com a presença, entre outros, dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

b) Permite-se a participação da Defensoria Pública sem que necessariamente esteja representando a parte requerida.

c) É necessária a prévia intimação dos pais ou parentes do(a) acolhido(a) que com ele(a) mantenham vínculos de afinidade e afetividade ou sua condução no dia do ato.

d) Deve ser realizada em cada semestre, preferencialmente nos meses de abril e outubro ou maio e novembro.

e) Compete ao Juízo que determinou o acolhimento institucional a realização do ato judicial, ainda que a medida esteja em execução em entidade localizada fora de sua jurisdição territorial, podendo, para tanto, valer-se de videoconferência ou outros meios de comunicação à distância.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o conhecimento sobre a audiência concentrada no contexto da medida de proteção de acolhimento institucional.

A alternativa A está correta, pois seu conteúdo está contrariedade ao disposto no art. 69, §2º, do Provimento nº 165 de 16 de abril de 2024, que institui o Código de Normas Nacional da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Judicial (CNN/CN/CNJ-Jud). Nos termos do art. 69, §2º, do Provimento nº 165: "§ 2º As Audiências Concentradas ocorrerão, sempre que possível, nas dependências das entidades e serviços de acolhimento, com a presença dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, para reavaliação de cada uma das medidas protetivas de acolhimento, diante de seu caráter excepcional e provisório, com a subsequente confecção de atas

individualizadas para juntada em cada um dos processos". Portanto, a audiência concentrada não ocorrerá, preferencialmente, nas dependências do fórum. Ademais, cumpre destacar que o tema das audiências concentradas era regulamentado pelo Provimento nº 118 de 29/06/2021 da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispunha sobre as audiências concentradas protetivas nas Varas com competência na área da Infância e Juventude. Contudo, o Provimento nº 118 foi revogado pelo Provimento nº 165 de 16 de abril de 2024, que institui o Código de Normas Nacional da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Judicial (CNN/CN/CNJ-Jud), que regulamenta os foros judiciais.

A alternativa B está incorreta, pois está em conformidade com o disposto no art. 70, VI, alínea "b", do Provimento nº 165, de 16 de abril de 2024: "Art. 70. Os(as) juízes(as) poderão utilizar o seguinte roteiro para a realização das Audiências Concentradas: VI – intimação prévia: a) dos pais ou parentes do(a) acolhido(a) que com ele(a) mantenham vínculos de afinidade e afetividade, ou sua condução no dia do ato; e b) do(a) advogado(a) constituído(a) ou da Defensoria Pública, nos processos em que tenham procuração ou, a critério do(a) magistrado(a), devam ser nomeados".

A alternativa C está incorreta, pois está em conformidade com o disposto no art. 70, VI, alínea "a", do Provimento nº 165, de 16 de abril de 2024: "Art. 70. Os(as) juízes(as) poderão utilizar o seguinte roteiro para a realização das Audiências Concentradas: VI – intimação prévia: a) dos pais ou parentes do(a) acolhido(a) que com ele(a) mantenham vínculos de afinidade e afetividade, ou sua condução no dia do ato; e b) do(a) advogado(a) constituído(a) ou da Defensoria Pública, nos processos em que tenham procuração ou, a critério do(a) magistrado(a), devam ser nomeados".

A alternativa D está incorreta, pois consiste na redação literal do art. 69, caput, do Provimento nº 165, de 16 de abril de 2024: "Art. 69. O(a) juiz(a) da Infância e Juventude, sem prejuízo do andamento regular, permanente e prioritário dos processos sob sua condução, bem como da necessária reavaliação trimestral prevista no art. 19, § 1º, do ECA, deverá realizar, em cada semestre, preferencialmente nos meses de 'abril e outubro' ou 'maio e novembro', os eventos denominados Audiências Concentradas".

A alternativa E está incorreta, pois traz a redação expressa do art. 69, §5º, do Provimento nº 165, de 16 de abril de 2024: "§ 5º O juízo que determinar o acolhimento institucional realizará a Audiência Concentrada, ainda que a medida esteja em execução em entidade localizada fora de sua jurisdição territorial, podendo, para tanto, valer-se de videoconferência ou outros meios de comunicação a distância".

QUESTÃO 12. Maria é mãe solo e trabalha como recepcionista das 08h às 17h. Ela se dirigiu à Secretaria Municipal de Educação de Curitiba para fazer a matrícula de seu filho José, de 2 anos de idade, em CMEI, em período integral. Em resposta, foi informada pela municipalidade de que

para ter seu pedido deferido precisa comprovar que a criança não pode ficar aos cuidados de parentes no tempo em que ela trabalha. Ainda, foi informada, por conta do princípio da reserva do possível, de que não há vaga imediata e atualmente há uma lista de espera com tempo estimado de 2 anos para chamamento. Por conta disso, Maria procurou orientação junto à Defensoria Pública do Estado do Paraná. A orientação correta a ser dada à Maria é que o Município:

a) Tem razão, em virtude do princípio da reserva do possível, é preciso que Maria preencha alguns requisitos para que possa matricular seu filho no CMEI.

b) Tem parcial razão, apesar de não ser aplicável o princípio da reserva do possível, Maria precisa comprovar que outras pessoas não podem cuidar de José enquanto ela trabalha.

c) Tem parcial razão, Maria não precisa comprovar que outros parentes podem cuidar de seu filho, porém, por se tratar de pedido de vaga em CMEI em período integral, está correta a utilização do princípio da reserva do possível.

d) Não tem razão, porém, Maria precisará aguardar que a Defensoria Pública proponha ação coletiva para que não haja violação do princípio da isonomia sobre a fila de espera.

e) Não tem razão, não pode ser oposto o princípio da reserva do possível contra direito fundamental, bem como Maria não precisa comprovar que outros parentes podem cuidar de José, pois ele tem direito à educação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o conhecimento sobre direito à educação.

As alternativas A, B e C estão incorretas, pois, de acordo com o entendimento do STF, a cláusula da reserva do possível não pode ser invocada, pelo Poder Público municipal, com o propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição, qual seja, o direito à educação infantil que assegura às crianças de zero a cinco anos de idade a primeira etapa do processo de educação básica mediante o atendimento em creche e o acesso à pré-escola, nos termos do art. 208, IV, da Constituição Federal: "Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade".

A alternativa D está incorreta, pois não é necessário que Maria aguarde a propositura de ação coletiva pela Defensoria Pública, tendo em vista que a matrícula de José no CMEI pode ser exigida individualmente. De acordo com o entendimento do STF fixado no Tema 548 de Repercussão Geral: "1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica".

A alternativa E está correta. De acordo com o entendimento do STF, "a cláusula da reserva do possível - que não pode ser invocada, pelo Poder Público, com o propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição - encontra insuperável limitação na garantia constitucional do mínimo existencial, que representa, no contexto de nosso ordenamento positivo, emanação direta do postulado da essencial dignidade da pessoa humana. Doutrina. Precedentes. - A noção de "mínimo existencial", que resulta, por implicitude, de determinados preceitos constitucionais (CF, art. 1º, III, e art. 3º, III), compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança [ARE 639.337 AgR, rel. min. Celso de Mello, j. 23-8-2011, 2ª T, DJE de 15-9-2011.]". Dessa forma, o município não tem razão, tendo em vista que não pode ser oposto o princípio da reserva do possível contra o direito fundamental à educação. Além disso, Maria não precisa comprovar que outros parentes podem cuidar de José, pois ele tem direito à educação. Nesse contexto, o STF fixou entendimento no Tema 548 de repercussão geral no sentido de que há dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade. Segue trecho da ementa do RE 1008166: "1. A educação infantil representa prerrogativa constitucional indisponível, que assegura às crianças de zero a cinco anos de idade a primeira etapa do processo de educação básica mediante o atendimento em creche e o acesso à pré-escola (art. 208, IV, da Constituição Federal). 2. O Estado tem o dever constitucional de garantir o efetivo acesso e atendimento em creches e unidades de pré-escola, sob pena de configurar-se inaceitável omissão estatal e violação a direito subjetivo, sanável pela via judicial. Precedentes: ARE 639.337-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 15/9/2011; AI 592.075-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe de 4/6/2009, e RE 384.201-AgR, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJ de 3/8/2007. 3. O Poder Judiciário pode impor à Administração Pública a efetivação de matrícula de crianças de zero a cinco anos de idade em estabelecimento de educação infantil, sem haja violação ao princípio constitucional da separação dos poderes. 5. A tese da repercussão geral fica assim formulada: 1. A educação básica em todas as suas fases – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica. (RE 1008166, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 22-09-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 19-04-2023 PUBLIC 20-04-2023)".

QUESTÃO 13. Segundo a tese institucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná, pode ser considerada inconstitucional a seguinte hipótese de perda do poder familiar:

a) Deixar o filho em abandono.

b) Praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.

c) Castigar imoderadamente o filho.

d) Incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no art. 1.637 do Código Civil.

e) Entregar de forma irregular o filho a terceiros para adoção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão aborda o conhecimento sobre as hipóteses de perda do poder familiar.

A alternativa B está correta, pois está em consonância com a tese institucional nº 06 aprovada no 7º Encontro Anual de Teses Institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, in verbis: "É inconstitucional a hipótese de perda do poder familiar pela pratica de 'atos contrários à moral e aos bons costumes' (art. 1.638, III, do Código Civil)". De acordo com o entendimento da DPE/PR, a expressão "atos contrários à moral e aos bons costumes" contraria a doutrina da proteção integral e viola a taxatividade da norma. Além disso, o dispositivo é excessivamente aberto, inviabilizando que o destinatário da norma (a coletividade) consiga determinar de forma objetiva seu conteúdo, dando margem ao surgimento de uma zona cinzenta de incerteza que não se compatibiliza com os princípios de proteção do indivíduo que foram previstos na constituição com o propósito de proteger o indivíduo frente às investidas arbitrárias do Estado.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa B.

QUESTÃO 14. Uma defensora pública, em atendimento ao adolescente Romeu na unidade de internação socioeducativa, recebeu a informação de que o infante se encontrava internado há 11 meses e 29 dias pela prática do ato infracional análogo ao delito de lesão corporal leve (Código Penal. art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção de três meses a um ano). Em seguida, ao consultar o processo, ela verificou que a equipe técnica da unidade acabara de juntar relatório de reavaliação do Plano Individual de Atendimento (PIA), sugerindo que a medida socioeducativa de Romeu seja prorrogada, uma vez que foi condenado em 4 medidas disciplinares nos últimos 3 meses e não adere às propostas pedagógicas da unidade ao deixar de frequentar as aulas de Ensino Básico e não ser participativo nas reuniões coletivas com o psicólogo. Com base no exposto, preferencialmente, Romeu deve ter sua medida socioeducativa de internação:

a) Extinta, em decorrência do princípio da legalidade.

b) Prorrogada, uma vez que apresenta comportamento inadequado no interior da unidade de internação.

c) Substituída por medida socioeducativa de semiliberdade, uma vez que já se encontra recluso por tempo demasiado.

d) Substituída por medida socioeducativa de liberdade assistida, uma vez que fora do sistema socioeducativo de internação não haverá mais sanções disciplinares e a participação pedagógica é mero direito do adolescente.

e) Extinta, uma vez que a sanção disciplinar não pode configurar descumprimento do PIA, e o adolescente não é obrigado a exercer seus direitos sobre a educação e o atendimento psicológico.

Comentários

QUESTÃO ANULADA PELA BANCA

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o conhecimento sobre o cumprimento da medida socioeducativa de internação.

A alternativa A está correta. Acerca do princípio da legalidade, o art. 35, I, da Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012) afirma que: "Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios: I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto". Nesse contexto, a tese institucional nº 13, aprovada no 1º Encontro Anual de Teses Institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, dispõe que: "No processo socioeducativo, ainda que presentes as hipóteses do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedada a aplicação da medida socioeducativa de internação quando, em situação análoga, no processo-crime, possa ser determinado o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime inicial diverso do fechado". Além disso, segundo a fundamentação jurídica da tese supramencionada: "Assim, ao se aplicar, ao adolescente, a medida mais grave prevista no Estatuto, responsável pelo maior grau de privação de liberdade possível, deve-se verificar, cumulativamente: a) a presença de, pelo menos, uma das hipóteses do art. 122, do Estatuto; b) a inexistência de qualquer outra medida socioeducativa adequada, mesmo se aplicada em conjunto com medidas protetivas; c) se, em situação análoga, o adulto, processado criminalmente, ao ser condenado, iniciaria o cumprimento de sua pena em regime fechado". Depreende-se da análise dos requisitos "a" e "b" que seria possível concluir pela viabilidade da manutenção da medida socioeducativa de internação ao adolescente Romeu, que se encontra internado há 11 meses e 29 dias pela prática do ato infracional análogo ao delito de lesão corporal leve (Código Penal. art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção de três meses a um ano). Contudo, analisando o requisito "c", verifica-se que um adulto, em situação análoga, em razão da quantidade de pena aplicada, iniciaria seu cumprimento no regime aberto, não experimentando qualquer privação de liberdade. Dessa forma, "não se mostra proporcional, nem mesmo justo, em condições semelhantes, tratar o adolescente com o mais alto grau de privação de liberdade (equivalente ao regime fechado dos imputáveis), enquanto se trata o imputável de forma consideravelmente mais branda, sem nenhum prejuízo a sua liberdade, mesmo tendo o desenvolvimento mental completo. Não justifica a desproporcionalidade o fato de se tratar, para um, de medida socioeducativa, com nítido caráter pedagógico, e, para outro, de pena, com caráter punitivo mais evidente". Ademais, de acordo com o entendimento do STJ: "2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça entende que o juiz não está vinculado às conclusões do relatório da equipe técnica, podendo dele divergir, desde que o faça de maneira fundamentada, com base no princípio do livre convencimento motivado. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 665.052/RS, relator Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Sexta Turma, julgado em 22/6/2021, DJe de 28/6/2021.)". Portanto, consoante a tese institucional nº 13 da Defensoria Pública do Estado do Paraná, preferencialmente, Romeu deve ter sua medida socioeducativa de internação extinta, em decorrência do princípio da legalidade.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, consoante o fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 15. São formas de violência praticadas contra a criança e o adolescente segundo a Lei n° 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, exceto:

a) Violência física.

b) Violência sexual.

c) Violência institucional.

d) Violência por negligência.

e) Violência patrimonial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre as formas de violência praticadas contra a criança e o adolescente nos termos da Lei n° 13.431/2017.

A alternativa A está incorreta, pois a violência física está prevista no art. 4º, I, da Lei n° 13.431/2017: "Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: I - violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico".

A alternativa B está incorreta, pois a violência sexual está prevista no art. 4º, III, da Lei n° 13.431/2017: "Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro; b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico; c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação".

A alternativa C está incorreta, pois a violência institucional está prevista no art. 4º, IV, da Lei n° 13.431/2017: "Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização".

A alternativa D está correta, pois a violência por negligência não está prevista na Lei n° 13.431/2017 como uma forma de violência. Cumpre destacar que a referida norma afirma que, para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência institucional e violência patrimonial.

A alternativa E está incorreta, pois a violência patrimonial está prevista no art. 4º, V, da Lei n° 13.431/2017: "Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: V - violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluídos os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que a medida não se enquadre como educacional. (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022)".

QUESTÃO 16. São princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

I. Condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal.

II. Interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto.

III. Obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa.

IV. Oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a serem ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§1º e 2º do art. 28 desta Lei.

Quais estão integralmente corretos?

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, II e IV.

c) Apenas I, III e IV.

d) Apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois apenas os itens I, II, e IV estão integralmente corretos. A questão aborda o conhecimento sobre os princípios que regem a aplicação das medidas específicas de proteção.

O item I está correto, nos termos do art. 100, parágrafo único, I, do ECA: "Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas: I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal".

O item II está correto, conforme o disposto no art. 100, parágrafo único, IV, do ECA: "IV - interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto".

O item III está incorreto, pois o conteúdo do item não traz a integralidade da redação expressa do inciso XI do parágrafo único do art. 100 do ECA: "XI - obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa".

O item IV está correto, pois está em conformidade com o art. 100, parágrafo único, XII, do ECA: "XII - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1 o e 2 o do art. 28 desta Lei".

QUESTÃO 17. Valentin, de 13 anos de idade, foi representado pela prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. O adolescente foi citado, porém, na data da audiência de apresentação, deixou de comparecer ao ato. Nesse caso, o defensor público deverá formular o pedido de:

a) Expedição de mandado de condução coercitiva, pois é indispensável a presença do infante na audiência de apresentação.

b) Expedição de mandado de busca e apreensão, pois é indispensável a presença do infante na audiência de apresentação.

c) Prosseguimento do feito, com decretação de revelia.

d) Dispensa de comparecimento do infante e prosseguimento do feito, pois sua presença não é obrigatória e a previsão do ECA é inconstitucional.

e) Suspensão do processo até que o adolescente compareça voluntariamente ao fórum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre a audiência de apresentação.

A alternativa D está correta. De acordo com a literalidade da redação expressa do art. 187 do ECA, deveria ser expedido o mandado de condução coercitiva, in verbis: "Art. 187. Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará nova data, determinando sua condução coercitiva". Contudo, cumpre destacar o conteúdo da tese institucional nº 05 aprovada no 7º Encontro Anual de Teses Institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná que afirma que: "É inconstitucional e inconvencional a expedição de condução coercitiva e mandado de busca e apreensão para obrigar o adolescente a comparecer em audiência de apresentação".

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa D.

QUESTÃO 18. A Defensoria Pública, após ser procurada por Benedita e diante da omissão do Município em fornecer professor auxiliar ao infante Benedito, autista, ingressou com ação civil pública na Vara da Infância e Juventude. Na petição inicial, foi realizado pedido de tutela de urgência. No entanto, o Juízo indeferiu o pedido. Dessa decisão cabe:

a) Apelação, no prazo de 20 dias úteis.

b) Agravo de instrumento, no prazo de 30 dias corridos.

c) Agravo de instrumento, no prazo de 30 dias úteis.

d) Apelação, no prazo de 30 dias corridos.

e) Agravo de instrumento, no prazo 20 dias corridos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre recursos.

A alternativa C está correta. No caso apresentado, o recurso cabível é agravo de instrumento, consoante previsão expressa no art. 1.015, I, do CPC: "Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias". No que se refere ao prazo, inicialmente cumpre destacar que o art. 198, II, do ECA prevê o prazo de 10 (dez) dias para a interposição dos recursos no âmbito dos procedimentos da Justiça da Infância e da Juventude: "Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com as seguintes adaptações". De acordo com o entendimento do STJ, o prazo do ECA

restringe-se aos procedimentos especiais regulados pelos artigos 152 e 197, entre os quais não se enquadra a ação civil pública. Dessa forma, no caso narrado, aplica-se a regra geral do Código de Processo Civil (CPC) de 2015, que disciplina que, salvo nos embargos de declaração, o prazo recursal é sempre quinzenal, conforme art. 1.003, §5º, do CPC: "§ 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias". Ademais, o prazo computa-se somente em dias úteis, nos termos do art. 219 do CPC: "Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis". Sendo contado em dobro para a Defensoria Pública, consoante a previsão do art. 186 do CPC: "Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais". Portanto, da decisão cabe agravo de instrumento, no prazo de 30 dias úteis.

As alternativas A e D estão incorretas, pois o agravo de instrumento é o recurso cabível da decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, nos termos do art. 1.015, I, do CPC: "Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias".

As alternativas B e E estão incorretas, pois o prazo de interposição do recurso é de 30 dias úteis. Inicialmente cumpre destacar que o art. 198, II, do ECA prevê o prazo de 10 (dez) dias para a interposição dos recursos no âmbito dos procedimentos da Justiça da Infância e da Juventude: "Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com as seguintes adaptações". De acordo com o entendimento do STJ, o prazo do ECA restringe-se aos procedimentos especiais regulados pelos artigos 152 e 197, entre os quais não se enquadra a ação civil pública. Dessa forma, no caso narrado, aplica-se a regra geral do Código de Processo Civil (CPC) de 2015, que disciplina que, salvo nos embargos de declaração, o prazo recursal é sempre quinzenal, conforme art. 1.003, §5º, do CPC: "§ 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias". Ademais, o prazo computa-se somente em dias úteis, nos termos do art. 219 do CPC: "Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis". Sendo contado em dobro para a Defensoria Pública, consoante o disposto no art. 186 do CPC: "Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais".

QUESTÃO 19. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no HC 769197/RJ, de Relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, pode ser considerado correto o seguinte procedimento processual de apuração de ato infracional:

a) Representação → defesa prévia → audiência de instrução → oitiva do adolescente como último ato → sentença.

b) Representação → audiência de apresentação com carga probatória → defesa prévia → audiência em continuação → sentença.

c) Representação → audiência de apresentação sem carga probatória → defesa prévia → audiência em continuação → oitiva do adolescente como último ato → sentença.

d) Representação → audiência una de apresentação e continuação→ sentença.

e) Representação → defesa prévia → audiência de apresentação sem carga probatória → audiência em continuação → oitiva do adolescente como último ato → sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão aborda o conhecimento sobre o procedimento processual de apuração de ato infracional.

As alternativas A e E estão incorretas, pois a defesa prévia não ocorre logo após a representação. De acordo com o art. 184 do ECA, oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, in verbis: "Art. 184. Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, decidindo, desde logo, sobre a decretação ou manutenção da internação, observado o disposto no art. 108 e parágrafo".

A alternativa B está incorreta, pois, de acordo com o entendimento do STJ no HC 769197/RJ: "b) é vedada a atividade probatória na audiência de apresentação, e eventual colheita de confissão nessa oportunidade não poderá, de per se, lastrear a procedência da representação".

A alternativa C está correta, nos termos do HC 769197/RJ, cujo trecho da ementa é exposto a seguir: "8. Assim, propõe-se o aperfeiçoamento da recente jurisprudência desta Corte, para fixação das seguintes orientações: a) em consonância com o art. 184 do ECA, oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, e decidirá, desde logo, sobre a decretação ou manutenção da internação provisória e sobre a remissão, que pode ser concedida a qualquer tempo antes da sentença; b) é vedada a atividade probatória na audiência de apresentação, e eventual colheita de confissão nessa oportunidade não poderá, de per se, lastrear a procedência da representação; c) diante da lacuna na Lei n. 8.069/1990, aplica-se de forma supletiva o art. 400 do CPP ao procedimento especial de apuração do ato infracional, garantido ao adolescente o interrogatório ao final da instrução, perante o Juiz competente, depois de ter ciência do acervo probatório produzido em seu desfavor; d) o novo entendimento é aplicável aos processos com instrução encerrada após 3/3/2016, conforme julgado proferido pelo Supremo Tribunal Federal no HC n. 127.900/AM, Rel. Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno e e) regra geral, para acolhimento da tese de nulidade, faz-se necessário que a defesa a aponte em momento processual oportuno, quando o prejuízo à parte é identificável por mero raciocínio jurídico, por inobservância do direito à autodefesa".

A alternativa D está incorreta, pois, segundo o STJ, é garantido ao adolescente sua oitiva como último ato da instrução antes da sentença. Nos termos do HC 769197/RJ: "c) diante da lacuna na Lei n. 8.069/1990, aplica-se de forma supletiva o art. 400 do CPP ao procedimento especial de apuração do ato infracional, garantido ao adolescente o interrogatório ao final da instrução, perante o Juiz competente, depois de ter ciência do acervo probatório produzido em seu desfavor".

QUESTÃO 20. Segundo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os povos indígenas, no exercício do seu direito à livre determinação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas aos seus assuntos internos e locais, assim como os meios para financiar suas funções autónomas.

b) Toda pessoa indígena tem direito a uma nacionalidade

c) Não se procederá a nenhuma remoção sem o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas interessados, nem sem um acordo prévio sobre uma indenização justa e equitativa e, sempre que possível, opção do regresso.

d) Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos Indígenas, para que as pessoas indígenas, em particular as crianças, inclusive as que vivem fora de suas comunidades, tenham acesso, quando seja possível, à educação em sua própria cultura e idioma.

e) Os povos indígenas têm direito a participar na adoção de decisões em questões que afetem seus direitos, vidas e destinos, através de representantes eleitos por eles, em conformidade com os procedimentos determinados pelo Estado do qual são naturais, assim como a manter e desenvolver suas próprias instituições de adoção de decisões.

Comentários

A alternativa a ser assinalada é a **letra E.** A questão cobra conhecimento sobre dispositivos legais expressos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Cuidado, pois é necessário assinalar a alternativa incorreta.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de disposição expressa na Declaração, vejamos: "Artigo 4 Os povos indígenas, no exercício do seu direito à autodeterminação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais, assim como a disporem dos meios para financiar suas funções autônomas."

A alternativa B está incorreta. O direito é reconhecido de maneira clara, nesse sentido: "Artigo 6 Todo indígena tem direito a uma nacionalidade."

A alternativa C está incorreta. A garantia é prevista no art. 10º da Declaração. Vale destacar o texto: "Artigo 10 Os povos indígenas não serão removidos à força de suas terras ou territórios. Nenhum traslado se realizará sem o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas interessados e sem um acordo prévio sobre uma indenização justa e eqüitativa e, sempre que possível, com a opção do regresso".

A alternativa D está incorreta. O dever do Estado também é previsto de maneira expressa na Declaração. *In verbis*: "Artigo 14 (...) 3. Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos indígenas, para que os indígenas, em particular as crianças, inclusive as que vivem fora de suas comunidades, tenham acesso, quando possível, à educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma".

A alternativa E está correta. Os povos indígenas podem participar de forma plena da vida política, financeira e cultural do país, conservando suas próprias instituições, sem qualquer prejuízo. Vejamos a determinação: "Artigo 5 Os povos indígenas têm o direito de conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, caso o desejem, da vida política, econômica, social e cultural do Estado".

QUESTÃO 21. Considerando o entendimento adotado pelos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, é correto afirmar que:

a) No caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua, a Corte IDH atribuiu intepretação evolutiva ao art. 21 da CADH e tratou sobre o direito de propriedade de terras por comunidades tradicionais.

b) No julgamento do caso Comunidade Moiwana vs. Suriname, a Corte IDH reconheceu a impossibilidade de aplicação em seu âmbito do fenômeno conhecido como greening ("esverdeamento dos direitos humanos"), que consiste na proteção de direitos ambientais nos sistemas regionais de direitos humanos.

c) O caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil foi a primeira condenação do Estado brasileiro perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos decorrente da violação de direitos dos povos indígenas.

d) No caso Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu Vs. Brasil (Caso Bela Monte), a Comissão Interamericana entendeu não ser cabível a fixação de medidas cautelares contra o Estado brasileiro por tratar-se de empreendimento de grande porte e importante para o desenvolvimento econômica

e) No caso Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil, a Corte entendeu como razoável e justificada a demora para conclusão, pelo Estado brasileiro, do processo administrativo de homologação e titulação do território Xucuru.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A.**

A alternativa A está correta. A Corte Interamericana asseverou, de forma expressa, que adota a interpretação evolutiva dos instrumentos internacionais, de forma que o art. 21 da Convenção deve ser entendido de forma a abranger o direito de propriedade de terras por comunidades tradicionais. Vejamos importante trecho dessa decisão: “148. Através de uma interpretação evolutiva dos instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos, levando em consideração as normas de interpretação aplicáveis e, conforme o artigo 29.b da Convenção - que proíbe uma interpretação restritiva dos direitos, esta Corte considera que o artigo 21 da Convenção protege o direito à propriedade num sentido que compreende, entre outros, os direitos dos membros das comunidades indígenas no contexto da propriedade comunal, a qual também está reconhecida na Constituição Política da Nicarágua.”.

A alternativa B está incorreta. A decisão da Corte pondera o exato oposto do afirmado na alternativa, uma vez que é reconhecida a importância de proteção do meio-ambiente dentro do contexto das tutelas regionais dos Direito Humanos.

A alternativa C está incorreta. O caso diz respeito aos trabalhadores submetidos a trabalho escravo na fazenda Brasil Verde, não se relacionando de forma direta com violação de direito de povos indígenas. Nesse ponto, a primeira condenação do Brasil foi no caso Povo Indígena Xucuru e seus membros Vs. Brasil.

A alternativa D está incorreta. A Comissão fixou diversas medidas cautelares no caso Belo Monte, ponderando pela necessidade de proteção da vida e integridade pessoal dos membros dos povos da bacia do Xingú. Trata-se, em cognição sumária, de uma valoração ao direito à vida, em prejuízo do empreendimento econômico.

A alternativa E está incorreta. A Corte, diante da análise de critérios objetivos, previamente instituídos em outros casos de sua jurisdição, determinou que o procedimento administrativo foi excessivamente moroso, em especial quanto a homologação e a titulação do território Xucuru.

QUESTÃO 22. De acordo com as Regras de Bangkok, é INCORRETO afirmar que:

a) Mulheres presas deverão permanecer, na medida do possível, em prisões próximas ao seu melo familiar ou local de reabilitação social, considerando suas responsabilidades como fonte de cuidado, assim como sua preferência pessoal e a disponibilidade de programas e serviços apropriados.

b) Apesar de tratar sobre mulheres privadas de liberdade, as Regras de Bangkok não preveem a possibilidade de suspender, por um período razoável, a medida privativa de liberdade de mulheres responsáveis pela guarda de crianças, levando em consideração o melhor interesse das crianças.

c) Os serviços de saúde da prisão deverão prover ou facilitar programas de tratamento especializados a mulheres usuárias de drogas.

d) Não se aplicarão sanções de isolamento ou segregação disciplinar a mulheres gestantes nem a mulheres com filhos ou em período de amamentação.

e) Mulheres presas devem ter o mesmo acesso que mulheres não privadas de liberdade da mesma faixa etária a medidas preventivas de atenção à saúde de particular relevância para mulheres, incluindo exames ginecológicos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Trata-se de disposição expressa na Regras de Bangkok, vejamos: 4. Alocação Regra 4 Mulheres presas deverão permanecer, na medida do possível, em prisões próximas ao seu meio familiar ou local de reabilitação social, considerando suas responsabilidades como fonte de cuidado, assim como sua preferência pessoal e a disponibilidade de programas e serviços apropriados.

A alternativa B está correta. A previsão de suspensão pode ser vislumbrada de forma explicita. In verbis: "2. Ingresso Regra 2 2. Antes ou no momento de seu ingresso, deverá ser permitido às mulheres responsáveis pela guarda de crianças tomar as providências necessárias em relação a elas, incluindo a possibilidade de suspender por um período razoável a medida privativa de liberdade, levando em consideração o melhor interesse das crianças"

A alternativa C está incorreta. O direito é reconhecido de maneira clara, nesse sentido: Regra 15 Os serviços de saúde da prisão deverão prover ou facilitar programas de tratamento especializados a mulheres usuárias de drogas, considerando anterior vitimização, as necessidades especiais das mulheres gestantes e mulheres com crianças, assim como a diversidade cultural de suas experiências

A alternativa D está incorreta. A garantia é prevista na regra 22 do instrumento. "Regra 22 Não se aplicarão sanções de isolamento ou segregação disciplinar a mulheres gestantes, nem a mulheres com filhos/as ou em período de amamentação."

A alternativa E está incorreta. O acesso é garantido pelo próprio texto das Regras de Bangkok: "Regra 18 Mulheres presas devem ter o mesmo acesso que mulheres não privadas de liberdade da mesma faixa etária a medidas preventivas de atenção à saúde de particular relevância para mulheres, tais como o teste de Papanicolau e exames de câncer de mama e ginecológico.".

QUESTÃO 23. Segundo a Convenção Americana de Direitos Humanos, é correto afirmar que:

a) Ninguém pode ser submetido à detenção ou ao encarceramento arbitrários, salvo na hipótese de sanção disciplinar imposta a pessoas privadas de liberdade para cumprimento de sentença condenatória transitada em julgado.

b) Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, sendo vedada a proibição de propaganda a favor da guerra ou apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

c) Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família e da sociedade, ressalvadas as distinções estabelecidas por lei entre direitos dos filhos nascidos fora do casamento e daqueles nascidos dentro do casamento.

d) Em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação por causa da sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas, salvo na hipótese de expulsão coletiva de estrangeiros.

e) Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Convenção não é possível verificar a exceção apresentada. "ARTIGO 7 Direito à Liberdade Pessoal 3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários."

A alternativa B está incorreta. A própria lei deve proibir propaganda em favor da guerra e apologia ao ódio. “ARTIGO 13 (...) 5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.”

A alternativa C está incorreta. Não é possível a distinção entre filhos havidos no casamento ou fora deste. “ARTIGO 17 Proteção da Família 5. A lei deve reconhecer iguais direitos tanto aos filhos nascidos fora do casamento como aos nascidos dentro do casamento.”

A alternativa D está incorreta. Há vedação expressa para a expulsão coletiva de estrangeiros. “ARTIGO 22 Direito de Circulação e de Residência 9. É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.”.

A alternativa E está correta. A assertiva reproduz texto exato da Convenção, como pode ser verificado: “ARTIGO 8 Garantias Judiciais 1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.”.

QUESTÃO 24. "Quanto ao direito à defesa, a Corte afirmou que é um componente central do devido processo, que obriga o Estado a tratar ao indivíduo em todo momento como um verdadeiro sujeito do processo, no mais amplo sentido deste conceito, e não simplesmente como objeto do mesmo [...]. Igualmente, considerou que nomear um defensor de ofício apenas com o objetivo de cumprir um formalismo processual equivaleria a não contar com defesa técnica, de modo que é imperativo que este defensor atue de maneira diligente". O trecho, extraído do Boletim Jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos n° 4 (set-dez, 2015), refere-se ao seguinte caso:

a) Fontevecchia e D'Amico vs. Argentina.

b) Gonzales Luy e outros vs. Equador.

c) Defensor de Direitos Humanos e outros vs. Guatemala.

d) Ruano Torres e outros vs. El Salvador.

e) Atala Riffo e crianças vs. Chile.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. O caso Fontevecchia trata sobre a restrição de liberdade de expressão de dois jornalistas, em razão de condenação pelo tribunal nacional argentino.

A alternativa B está incorreta. Gonzales Luy Vs Equador é o julgado que apreciou a questão referente a discriminação contra crianças com HIV, frente ao direito a educação.

A alternativa C está incorreta. O Boletim Jurisprudencial apresentou apenas a solução referente a resolução de supervisão emitida pela Corte, uma vez que os representantes das vítimas pontuaram que o Estado violou o princípio da proteção, através da anonimidade da publicação da sentença.

A alternativa D está correta. O caso reproduz texto exato do Boletim Jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos, cujo subtítulo é "Caso Ruano Torres e outros Vs. El Salvador (direito de defesa)".

A alternativa E está incorreta. O caso Atala Riffo, que trata sobre a invasão do Estado na vida privada, em relação a questões de intimidade, não foi apreciada no Boletim Jurisprudencial.

QUESTÃO 25. Assinale a alternativa INCORRETA, considerando os atos normativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

a) Pessoas autodeclaradas parte da população LGBT submetidas à persecução penal têm o direito de ser tratadas pelo nome social, de acordo com sua identidade de gênero, mesmo que distinto do nome que conste de seu registro civil.

b) A autoidentificação do indivíduo como pertencente a determinado povo indígena não lhe retira a condição de titular dos direitos reconhecidos a todo e qualquer brasileiro ou, no caso de migrantes, dos direitos reconhecidos aos estrangeiros nessa condição, que eventualmente estejam em território nacional.

c) O ingresso em juízo de povos indígenas, suas comunidades e organizações em defesa de seus direitos e interesses depende de prévia constituição formal como pessoa jurídica.

d) As pessoas em situação de rua terão assegurado o acesso às dependências do Poder Judiciário para o exercício de seus direitos, não podendo constituir óbice de acesso às unidades judiciárias e ao atendimento humanizado e personalizado o não acompanhamento por responsável em caso de crianças e adolescentes.

e) A atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública nos processos que envolvam interesses dos indígenas não retira a necessidade de Intimação do povo interessado para viabilizar sua direta participação, ressalvados os povos isolados e de recente contato.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Resolução Nº 348 de 13/10/2020 "Art. 6º Pessoas autodeclaradas parte da população LGBTI submetidas à persecução penal têm o direito de ser tratadas pelo nome social, de acordo com sua identidade de gênero, mesmo que distinto do nome que conste de seu registro civil, como previsto na Resolução CNJ nº 270/2018."

A alternativa B está incorreta. O texto pode ser encontrado, palavra por palavra, na Resolução Nº 454 de 22/04/2022 "Art. 4º (...) § 2o A autoidentificação do indivíduo como pertencente a determinado povo indígena não lhe retira a condição de titular dos direitos reconhecidos a todo e qualquer brasileiro ou, no caso de migrantes, dos direitos reconhecidos aos estrangeiros nessa condição que eventualmente estejam em território nacional."

A alternativa C está correta. A Resolução Nº 454 de 22/04/2022 dispõe de maneira contrária ao afirmado na alternativa. Não haverá necessidade de constituir, formalmente, pessoa jurídica para ingresso em juízo dos povos indígenas, em defesa de seus direitos. Vejamos: "Art. 10. Para os fins desta Resolução, o ingresso em juízo de povos indígenas, suas comunidades e organizações em defesa de seus direitos e interesses independe de prévia constituição formal como pessoa jurídica."

A alternativa D está incorreta. Na Resolução Nº 425 de 08/10/2021 pode ser verificada a veracidade da alternativa. In verbis: "Art. 5o As pessoas em situação de rua terão assegurado o acesso às dependências do Poder Judiciário para o exercício de seus direitos, não podendo constituir óbice de acesso às unidades judiciárias e ao atendimento humanizado e personalizado: V – o não acompanhamento por responsável em caso de crianças e adolescentes."

A alternativa E está incorreta. A Resolução Nº 454 de 22/04/2022 prevê tanto a necessidade de intimação dos interessados, quanto a própria exceção referente aos povos isolados e de recente contato. Observe: "Art. 12. Dar-se-á preferência à forma pessoal para as citações de indígenas, suas comunidades ou organizações. § 1o A atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública nos processos que envolvam interesses dos indígenas não retira a necessidade de intimação do povo interessado para viabilizar sua direta participação, ressalvados os povos isolados e de recente contato."

QUESTÃO 26. Sobre o Sistema Interamericano de Proteção dos Diretos Humanos, é correto afirmar que:

a) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é composta por 11 membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.

b) Todo Estado parte pode, no momento do depósito do instrumento de ratificação ou adesão a Convenção Americana de Direitos Humanos, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece a competência da Comissão para receber e examinar as comunicações em que um estado parte alegue haver outro Estado parte incorrido em violações dos direitos humanos estabelecidos nessa Convenção.

c) A Corte Interamericana é composta de 7 juízes nacionais dos Estados membros da Organização, podendo haver dois juízes da mesma nacionalidade.

d) Somente os Estados parte, a Comissão e organizações internacionais de defesa dos direitos humanos têm direito de submeter caso à decisão da Corte.

e) A sentença da Corte será definitiva, podendo contra ela ser interposto recurso no prazo de 10 dias.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. A CIDH será composta de apenas sete membros.

A alternativa B está correta. A assertiva apresenta o texto literal de dispositivo legal da Convenção, como pode ser verificado: "ARTIGO 45 1. Todo Estado-Parte pode, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação desta Convenção ou de adesão a ela, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece a competência da Comissão para receber e examinar as comunicações em que um Estado-Parte alegue haver outro Estado-Parte incorrido em violações dos direitos humanos estabelecidos nesta Convenção.".

A alternativa C está incorreta. Existe vedação expressa sobre a possibilidade de dois juízes da mesma nacionalidade.

A alternativa D está incorreta. A competência para submeter casos à decisão da Corte é dos Estados-Partes e da própria Comissão, não havendo previsão sobre organizações internacionais.

A alternativa E está incorreta. A alternativa desafia texto da Convenção, como pode ser observado: "ARTIGO 67 A sentença da Corte será definitiva e inapelável. Em caso de divergência sobre o sentido ou alcance da sentença, a Corte interpretá-la-á, a pedido de qualquer das partes, desde que o pedido seja apresentado dentro de noventa dias a partir da data da notificação da sentença.".

QUESTÃO 27. De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), é correto afirmar que:

a) Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos Instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos.

b) O direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros, o direito a ser valorizada e educada dentro de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

c) Aos Estados parte convêm adotar, imediatamente, medidas específicas, inclusive programas destinados a promover e apoiar programas de educação governamentais para conscientizar o público sobre os problemas da violência contra a mulher, recursos jurídicos e reparação relacionados à essa violência.

d) Para a adoção de proteção à mulher vítima de violência, os Estados parte levarão especialmente em conta a situação da mulher vulnerável à violência por sua raça, origem étnica, condição de gestante, deficiente, menor, idosa ou em situação socioeconômica desfavorável, sendo irrelevantes a condição de migrante, de refugiada ou de deslocada.

e) Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência na esfera pública.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A.** Esta questão é passível de Recurso, pois no entendimento do professor, há duas alternativas corretas.

A alternativa A está correta. Em termos expressos da própria Convenção de Belém do Pará, é possível verificar que a alternativa trata-se de reprodução do art.5. Observe: "Artigo 5 Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos".

A alternativa B está incorreta. O direito de ser educada deve ser livre de padrões estereotipados, conforme dita a Convenção: "Artigo 6 O direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros: b. o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.".

A alternativa C está incorreta. A adoção não deve ser imediata, mas de forma progressiva, conforme dispõe o instrumento: "Artigo 8 Os Estados Partes convêm em adotar, progressivamente, medidas específicas, inclusive programas destinados a:".

A alternativa D está incorreta. As condições de migrante, refugiada ou deslocada são expressas na Convenção: "Artigo 9 Para a adoção das medidas a que se refere este capítulo, os Estados Partes levarão especialmente em conta a situação da mulher vulnerável a violência por sua raça, origem étnica ou condição de migrante, de refugiada ou de deslocada, entre outros motivos.".

A alternativa E está incorreta. Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência tanto na esfera pública quanto privada. A alternativa "E" não fala em exclusividade da esfera pública, de forma que é possível afirmar que, em verdade, trata-se de uma alternativa correta, apenas incompleta. O fato de não ter reproduzido o exato texto da Convenção, entretanto, neste caso específico, não prejudica a validade da assertiva, uma vez não apresenta qualquer ponto sobre exclusão da esfera privada. Destaca-se, para fins de esclarecimento, o dispositivo convencional em questão: "Artigo 3 Toda mulher tem direito a ser livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada.".

QUESTÃO 28. Sobre os casos do Brasil levados ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, é correto afirmar que:

a) No caso Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil, a Corte Interamericana condenou o Estado brasileiro pela violação da obrigação de processar e condenar, como também de prevenir essas práticas degradantes (art. 7 da Convenção de Belém do Pará c/c artigos 8 e 25 da CADH e sua relação com o art. 1.1, também da CADH). -

b) No julgamento do caso Ximenes Lopes Vs. Brasil, a Corte, entre outros, estabeleceu o dever do Estado em elaborar a política antimanicomial.

c) No caso Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu vs. Brasil (Caso Belo Monte), a Corte condenou o Estado brasileiro pela violação ao direito de consulta estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

d) No caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (caso Guerrilha do Araguaia), a Corte condenou o Estado brasileiro e, entre outras medidas, reformou a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153 e declarou a Inconstitucionalidade da lei de anistia.

e) O Caso Tavares Pereira e outros vs. Brasil não teve o seu mérito julgado pela Corte Interamericana em razão da sua inadmissibilidade devido ao não esgotamento dos recursos internos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. O caso Maria da Penha nunca foi a julgamento na Corte, havendo apenas recomendações da Comissão.

A alternativa B está correta. Não se trata de condenação expressa para elaboração de políticas públicas, mas possível extrair tal entendimento por meio de interpretação e contextualização da decisão, que reconhece os esforços brasileiros em sua política, especialmente quanto ao ponto nº8 das disposições, que possui a seguinte redação: "8. O Estado deve continuar a desenvolver um programa de formação e capacitação para o pessoal médico, de psiquiatria e psicologia, de enfermagem e auxiliares de enfermagem e para todas as pessoas vinculadas ao atendimento de saúde mental, em especial sobre os princípios que devem reger o trato das pessoas portadoras de deficiência mental, conforme os padrões internacionais sobre a matéria e aqueles dispostos nesta Sentença, nos termos do parágrafo 250 da presente Sentença.".

A alternativa C está incorreta. O caso ainda não foi sentenciado, de forma que não é possível falar em condenação do Brasil no caso Belo Monte.

A alternativa D está incorreta. A Corte não possui competência para atuar como quarta instância, reformando decisões dos tribunais nacionais. Válido, entretanto, pontuar que a Corte declarou a incompatibilidade – e não inconstitucionalidade - da Lei de Anistia com a Convenção Americana.

A alternativa E está incorreta. No caso Tavares Pereira Vs. Brasil, houve julgamento de mérito, sendo superada a preliminar de não esgotamento dos recursos internos

QUESTÃO 29. João, de 19 anos de idade, estava em uma festa à noite quando percebeu que seu amigo, Pedro, de 17 anos de idade, estava muito embriagado. Na intenção de ajudar o amigo, João, que não tinha bebido, não tinha carteira de habilitação, mas sabia conduzir motocicletas, pegou a motocicleta de Flávio para levar Pedro para casa. No caminho, João derrapou em uma

curva e os dois sofreram um acidente. João teve leves escoriações, mas Pedro teve traumatismo craniano e veio a óbito. João foi denunciado por homicídio culposo, por imprudência em dirigir a moto, pois não tinha carteira de motorista. De acordo com a dogmática penal e a doutrina, assinale a alternativa correta.

a) João não pode receber o benefício do perdão judicial, pois não tinha carteira de motorista, e o delito do art. 306 do CTB é de perigo abstrato.

b) O fato de ser desabilitado para dirigir motocicleta é insuficiente para reconhecer a violação ao dever objetivo de cuidado, necessário ao tipo culposo.

c) A falta de habilitação de João é suficiente para demonstrar a imprudência ao dirigir a motocicleta, pois ocasionou a morte de Pedro, restando bem delineada sua conduta culposa.

d) Crime culposo é o que se verifica quando o agente, deixando de observar o dever objetivo de cuidado, por imprudência ou negligência, realiza voluntariamente uma conduta que produz um resultado naturalístico indesejado, não previsto nem querido, mas objetivamente previsível, e excepcionalmente previsto e querido, que podia, com a devida atenção, ter evitado.

e) O crime do art. 306 (conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão de influência de álcool ou de outra substância psicoativa) e do art. 309 (dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão para dirigir ou habilitação) do CTB são ambos de perigo concreto, devendo ser comprovado perigo real (concreto) na ação de conduzir veículo automotor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre homicídio culposo e delitos do Código de Trânsito Brasileiro.

A alternativa A está incorreta. Pois João não deverá responder pelo delito descrito no art. 306 do CTB e diferentemente do afirmado, poderá sim receber o perdão judicial, aplicando-se por analogia a previsão do homicídio culposo do CP.

A alternativa B está correta. Segundo a jurisprudência do STJ, a falta de habilitação não enseja a presunção de culpa. Ou seja, o fato de João não possuir habilitação, não pode levá-lo à previsão de culpa ou de violação do dever objetivo de cuidado. Conforme julgado: “Acrescente-se, ainda, que não há falar em concorrência de culpas pelo sinistro em razão de a autora ter emprestado a motocicleta à pessoa não habilitada, ou então, de que a vítima contribuiu para o sinistro por não possuir carteira de habilitação. Isso porque a falta de habilitação legal constitui infração de natureza administrativa, nos termos do artigo 162 do CTB. Trata-se, portanto, de sanção imposta administrativamente, no âmbito da legislação de trânsito, cuja irregularidade não guarda relação com a culpabilidade no infortúnio."

A alternativa C está incorreta. A alternativa não evidenciou em nenhum momento que houve por parte de João condutas negligentes, imprudentes ou de imperícia, exigidas para a configuração do delito na modalidade culposa. O fato dele conduzir o veículo automotor sem a devida habilitação configura tipificação própria, que não se confunde com o crime de homicídio culposo, o qual exige a violação do dever objetivo de cuidado.

A alternativa D está incorreta. A alternativa incompleta, pois faltou mencionar a imperícia como característica do crime culposo. "Crime culposo é o que se verifica quando o agente, deixando de observar o dever objetivo de cuidado, por imprudência, negligência ou imperícia, realiza voluntariamente uma conduta que produz um resultado naturalístico indesejado, não previsto nem querido, mas objetivamente previsível, e excepcionalmente previsto e querido, que podia, com a devida atenção, ter evitado."

A alternativa E está incorreta. O crime previsto no art. 309 do CTB é delito formal e de perigo concreto, pois para sua configuração é necessário que o agente esteja conduzindo o veículo automotor de forma anormal, perigosa, trazendo potencialidade lesiva à incolumidade pública. Já o crime previsto no art. 306 do CTB é um delito de mera conduta e de perigo abstrato, não exigindo a ocorrência de resultado naturalístico para a sua consumação. A simples condução de veículo automotor com concentração de álcool no sangue superior à permitida em lei já configura o tipo penal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 30. Sobre a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, de acordo com o Código Penal e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Conforme o entendimento atualmente adotado pelas duas Turmas de Direito Penal do Superior Tribunal de Justiça, a reincidência em crimes da mesma espécie não equivale à específica para obstar a substituição da pena.

b) No caso de acusado que possui reincidência em qualquer delito, fica obstada a substituição de que trata o art. 44, § 3º, do CP.

c) As penas restritivas de direitos não são autônomas e estão vinculadas às penas privativas de liberdade.

d) Na condenação igual ou superior a dois anos, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos.

e) Consoante o art. 44, §3º, do CP, o condenado reincidente pode ter sua pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos, se a medida for socialmente recomendável e a reincidência não se operar no mesmo crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a previsão de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

A alternativa A está incorreta. Pois a reincidência em crimes da mesma espécie equivale exatamente a reincidência específica.

A alternativa B está incorreta. Diverge do disposto no art. 44, §3º, do CP: "Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime."

A alternativa C está incorreta. Pois as penas restritivas de direitos são autônomas, segundo o *caput* do art. 44 do CP: "As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade."

A alternativa D está incorreta. Pois o prazo é de um ano e não de dois anos, conforme disposto no art. 44, §2º, do CP: "Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos."

A alternativa E está correta. Conforme a literalidade do art. 44, §3º, do CP: "Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime."

QUESTÃO 31. Sobre os delitos contra a vida, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção logo em seguida à injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto para um terço.

b) Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou discriminação à condição de mulher.

c) Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

d) O feminicídio é uma qualificadora de ordem subjetiva, incidindo sempre que o crime estiver atrelado à violência doméstica e familiar propriamente dita, de acordo com a jurisprudência do STJ.

e) As qualificadoras objetivas do crime de homicídio, previstas nos incisos III e IV do §2º do art. 121 do CP, são compatíveis com o dolo eventual.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata sobre os delitos contra a vida.

A alternativa A está correta. Em consonância com o art. 121, §1º, do CP: "Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço".

A alternativa B está correta. Conforme a previsão do art. 121, §2ºA, inicisos I e II, do CP: "Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher."

A alternativa C está correta. Segundo a literalidade do art. 121, § 5º, do CP: "Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária."

A alternativa D está incorreta. Pois conforme a jurisprudência do STJ, prevalece que o feminicídio é qualificadora de ordem objetiva (STJ HC 433.898).

A alternativa E está correta. De acordo com a jurisprudência do STJ (AgRg no AgRg no Recurso Especial nº 1836556 - PR (2019/0266545-4): "A jurisprudência desta Corte e do Supremo Tribunal Federal – STF oscila a respeito da compatibilidade ou incompatibilidade do dolo eventual no homicídio com as qualificadoras objetivas (art. 121, § 2º, III e IV). (...) elege-se o posicionamento pela compatibilidade, em tese, do dolo eventual também com as qualificadoras objetivas (art. 121, § 2º, III e IV, do CP). Em resumo, as referidas qualificadoras serão devidas quando constatado que o autor delas se utilizou dolosamente como meio ou como modo específico mais reprovável para agir e alcançar outro resultado, mesmo sendo previsível e tendo admitido o resultado morte."

QUESTÃO 32. Sobre a Lei de Drogas, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa INCORRETA.

a) De acordo com o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal, não é crime oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento para juntos a consumirem.

b) São objetivos do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas promover estudos e avaliar os resultados das políticas sobre drogas.

c) Previsto no art. 33, §4º, da Lei de Drogas, o tráfico privilegiado é a diminuição de pena concedida aos condenados que são primários, têm bons antecedentes e não integram organização criminosa.

d) É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado (art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006) e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria (art. 59 do CP), observados os requisitos do art. 33, §2º, alínea c, e do art. 44, ambos do CP.

e) O tráfico de drogas é crime de ação múltipla e a prática de um dos verbos contidos no art. 33, *caput*, é suficiente para a consumação da infração, sendo prescindível a realização de atos de venda do entorpecente.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A,** portanto, é o gabarito da questão. A questão trata sobre a Lei nº 11.343/2006 - Lei de Drogas.

A alternativa A está incorreta. Pois em decisão recente do STF, restou deliberado que a posse ou o porte de maconha para uso pessoal (quantidade de até 40g ou 6 plantas fêmeas) não caracteriza o crime previsto na Lei nº 11.343/2006. Contudo, nada disse em relação ao delito do art. 33, §3º, da referida lei: "Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem", permanecendo inalterado.

A alternativa B está correta. Conforme art. 8º-D, inciso XII, da Lei nº 11.343/2006: "promover estudos e avaliação dos resultados das políticas sobre drogas".

A alternativa C está correta. De acordo com o disposto no art. 33, §4º, da Lei de Drogas: "Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos , desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa".

A alternativa D está correta. Em conformidade com o art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006 e art. 59 do CP, observados os requisitos do art. 33, §2º, alínea c, e do art. 44, ambos do CP.

A alternativa E está correta. É exatamente o entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência sobre o tema.

QUESTÃO 33. Sobre os crimes de racismo, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O crime de injúria racial, apesar de ter uma reprimenda baixa, configura uma forma de racismo.

b) Atos ofensivos praticados contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ podem ser enquadrados como injúria racial.

c) Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) pode ser aplicado em casos de crimes raciais.

d) O crime de racismo, como a injúria racial, é imprescritível, conforme previsto na Constituição Federal (art. 5º, inciso LXII).

e) O Supremo Tribunal Federal começou a decidir se o Estado brasileiro deve reconhecer que pratica racismo institucional e estrutural "por ações e omissões reiteradas" e, consequentemente, formule um plano nacional para o seu enfrentamento.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C,** portanto, é o gabarito da questão. A questão trata sobre os crimes de racismo, injúria racial e acordo de não persecução penal.

A alternativa A está correta. A injúria racial configura sim uma forma de racismo, e apesar da subjetividade apresentada na alternativa, com a alteração incluída pela Lei nº 14.532/2023, a pena prevista no art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989 é de reclusão de 2 a 5 anos e multa, podendo ser considerada uma reprimenda baixa.

A alternativa B está correta. Em consonância com a decisão do STF, a qual determinou que atos ofensivos praticados contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ podem ser enquadrados como injúria racial.

A alternativa C está incorreta. Pois o STF decidiu no julgado RHC 222.599, que o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) não pode ser aplicado em casos de crimes raciais, sob o argumento de que: "a delimitação do alcance material para a aplicação do acordo "despenalizador" e a inibição da persecutio criminis exige conformidade com o texto Constitucional e com os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro internacionalmente, como limite necessário para a preservação do direito fundamental à não discriminação e à não submissão à tortura – seja ela psicológica ou física, ao tratamento desumano ou degradante, operada pelo conjunto de sentidos estereotipados que circula e que atribui tanto às mulheres quanto às pessoas negras posição inferior, numa perversa hierarquia de humanidades. 4. Considerada, pois, a teleologia da excepcionalidade imposta na norma e a natureza do bem jurídico a que se busca tutelar, tal como os casos previstos no inciso IV do art. 28 do CPP, o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) não abarca os crimes raciais, assim também compreendidos aqueles previstos no art. 140, § 3º, do Código Penal (HC 154248)"

A alternativa D está correta. Tendo em vista o que restou decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), o crime de injúria racial configura uma forma de racismo e é imprescritível.

A alternativa E está correta. Conforme ADPF 973, intitulada de "Arguição das Vidas Negras".

QUESTÃO 34. Sobre os crimes contra o Estado Democrático de Direito, criados pela Lei nº 14.197/2021, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É crime impedir ou perturbar a eleição ou a aferição de seu resultado, mediante violação indevida de mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral.

b) Não constitui crime contra o Estado Democrático de Direito a manifestação crítica aos poderes constitucionais, a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, reuniões, greves, aglomerações ou qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais.

c) Alguns dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 foram condenados pela prática dos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

d) O entendimento do STF para os atos de 8 de janeiro foi o de que, ao invadir os prédios dos três Poderes, os participantes estavam cometendo o crime "Abolição violenta de Estado Democrático de Direito", que tem pena de 4 a 8 anos de prisão, e, ao mesmo tempo, o crime de "Golpe de Estado", cuja pena é de 4 a 12 anos de reclusão.

e) Deve incidir o princípio da consunção, devendo o crime de "Abolição violenta do Estado Democrático de Direito" ser absorvido pelo crime de "Golpe de Estado", cuja pena é maior.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E,** portanto, é o gabarito da questão. A questão trata sobre os crimes contra o Estado Democrático de Direito, criados pela Lei nº 14.197/2021 e a Ação Penal nº 1.060/DF do STF.

A alternativa A está correta. Conforme o disposto no art. 359-N do CP: "Impedir ou perturbar a eleição ou a aferição de seu resultado, mediante violação indevida de mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral."

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 359-T do CP: "Não constitui crime previsto neste Título a manifestação crítica aos poderes constitucionais nem a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, de reuniões, de greves, de aglomerações ou de qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais."

A alternativa C está correta. Em consonância com o decidido pelo STF, o qual condenou de forma cumulativa muitos dos envolvidos nos atos do dia 8 de janeiro de 2023, aos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

A alternativa D está correta. Exatamente o que ficou decidido na Ação Penal nº 1.060/DF do STF.

A alternativa E está incorreta. Pois destoa do que restou determinado na Ação Penal nº 1.060/DF do STF.

QUESTÃO 35. Sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

b) São efeitos da condenação a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de 1 a 5 anos.

c) É crime e caso de violência institucional impedir, sem justa causa a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.

d) Não é crime requisitar instauração de procedimento investigatório administrativo, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa.

e) É crime constranger a depor o acusado que tenha decidido exercer o direito ao silêncio.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D,** portanto, é o gabarito da questão. A questão trata sobre os crimes de abuso de autoridade.

A alternativa A está correta. Conforme o *caput* do art. 2º da da Lei nº 13.869/2019: "É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território."

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 4º, inciso II, da Lei nº 13.869/2019: "a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos"

A alternativa C está correta. Em consonância com o art. 20 da Lei nº 13.869/2019: "Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado"

A alternativa D está incorreta. Pois é previsto como crime, segundo o disposto no art. 27 da Lei nº 13.869/2019: "Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa."

A alternativa E está correta. Em conformidade com o art. 15 da Lei nº 13.869/2019: "Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa."

QUESTÃO 36. Sobre os crimes contra a dignidade sexual, é correto afirmar que:

a) Não é crime de estupro de vulnerável a prática de ações de conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato.

b) Não é crime disponibilizar gratuitamente, por meio de conversas em redes sociais com amigos, fotografia ou vídeo, sem o consentimento da vítima, com cena de sexo, nudez ou pornografia.

c) No crime de estupro de vulnerável, é possível a aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, *caput*, do CP, ainda que não haja a delimitação precisa do número de atos sexuais praticados, desde que o longo período de tempo e a recorrência das condutas permita concluir que houve sete ou mais repetições.

d) O Superior Tribunal de Justiça admite, diante da ligeireza ou da superficialidade da conduta, a desclassificação do delito de estupro de vulnerável para o delito de importunação sexual (art. 215-A do CP).

e) O delito de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP) só se consuma com a prática de conjunção carnal que seja ofensiva à dignidade sexual da vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está incorreta. Em contradição com o art. 217-A, §1º, do CP: "Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência."

A alternativa B está incorreta. Em desacordo com o delito tipificado no art. 218-C do CP: "Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave."

A alternativa C está correta. De acordo com a literalidade do Tema 1202 do STJ. O Superior Tribunal de Justiça afetou, em 29/06/2023, os Recursos Especiais nºs 2.029.482/RJ e 2.050.195/RJ, como paradigmas da controvérsia repetitiva descrita no Tema 1202, no qual se busca definir a: "Possibilidade de aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, caput, do Código Penal, nos crimes de estupro de vulnerável, ainda que não haja a indicação específica do número de atos sexuais praticados."

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, o entendimento consolidado pelo STJ é da impossibilidade de desclassificação do delito de estupro de vulnerável para o delito de importunação sexual, conforme o Tema 1.121.

A alternativa E está incorreta. Pois o crime de estupro de vulnerável se consuma com a prática de qualquer ato de libidinagem ofensivo à dignidade sexual da vítima. Para que se configure ato libidinoso, não se exige sequer contato físico entre ofensor e vítima.

QUESTÃO 37. De acordo com a Lei Maria da Penha e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

a) A suspensão condicional do processo e a transação penal se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Maria da Penha.

b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública e condicionada à representação da vítima.

c) A prática de crime ou contravenção contra a mulher no ambiente doméstico, com violência ou grave ameaça, não impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

d) Não é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, mesmo que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não indicada a quantia, independentemente da instrução probatória específica.

e) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou nas contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha.

A alternativa A está incorreta. Pois a Súmula nº 536 do STJ diz exatamente o oposto: "A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha."

A alternativa B está incorreta. Pois a ação penal relativa ao crime de lesão corporal (em qualquer modalidade) resultante de violência doméstica contra a mulher é pública e incondicionada à representação da vítima. Neste sentido, quando o STF decidiu pela constitucionalidade do art. 42 da Lei Maria da Penha, afastou qualquer possibilidade de incidência da Lei nº 9.099/95, tornando, até mesmo, os crimes de lesão corporal leve crimes de ação penal pública incondicionada.

A alternativa C está incorreta. Com amparo na Súmula 588 do STJ que diz: "A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos."

A alternativa D está incorreta. Pois é possível sim a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, sendo inclusive necessário que haja a formulação do pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não indicada a quantia, até porque não se indica quantia de patamar mínimo de indenização na petição inicial.

A alternativa E está correta. Conforme a Súmula nº 589 do STJ: É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

QUESTÃO 38. De acordo com a Lei nº 12.984/2014, que instituiu os crimes contra a discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS, são condutas puníveis com reclusão, de 1 a 4 anos, e multa, EXCETO:

a) Recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno em creche ou estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.

b) Negar emprego ou trabalho.

c) Exonerar ou demitir de seu cargo ou emprego.

d) Impedir ou dificultar a venda de bens ou serviços privados.

e) Divulgar a condição do portador do HIV ou de doente de AIDS com intuito de ofender-lhe a dignidade.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D,** portanto, é o gabarito da questão. A questão trata sobre a Lei nº 12.984/20214 e os crimes contra a discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.

A alternativa A está correta. Conforme o art. 1º, inciso I, da Lei nº 12.984/2014: "recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno em creche ou estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado."

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 1º, inciso II, da Lei nº 12.984/2014: "negar emprego ou trabalho."

A alternativa C está correta. Em consonância com a literalidade do art. 1º, inciso III, da Lei nº 12.984/2014: "exonerar ou demitir de seu cargo ou emprego."

A alternativa D está incorreta. Pois inexiste tal previsão como uma das modalidades de condutas tipificadas na Lei nº 12.984/2014.

A alternativa E está correta. Segundo o art. 1º, inciso V, da Lei nº 12.984/2014: "divulgar a condição do portador do HIV ou de doente de aids, com intuito de ofender-lhe a dignidade."

QUESTÃO 39. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que: "A utilização de roupas sociais pelo réu durante seu julgamento pelo Tribunal do Júri é um direito e não traria qualquer insegurança ou perigo, tendo em vista a existência de ostensivo policiamento nos Fóruns do Estado". A utilização de roupas do presídio por um acusado no Tribunal do Júri está associada a qual tema da Criminologia?

a) Escola Clássica da Criminologia e princípios do iluminismo.

b) Escola Positiva de Criminologia e anomia.

c) Neoliberalismo e política da lei e ordem.

d) Vitimologia e marxismo.

e) *Labelling approach* ou etiquetamento social e Criminologia crítica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre teorias criminológicas, seletividade penal e estigmatização do agente.

A alternativa A está incorreta. Pois a Escola Clássica da Criminologia e princípios do iluminismo nada tem a ver com o caso em tela.

A alternativa B está incorreta. Pois a Escola Positiva de Criminologia e a teoria da anomia em nada mencionam sobre a questão apresentada.

A alternativa C está incorreta. Pois o Neoliberalismo e política da lei e ordem não tratam do tema.

A alternativa D está incorreta. Pois a Vitimologia e o marxismo não abordam a questão do caso relatado.

A alternativa E está correta. Pois são essas teorias que tratam sobre o caso e de acordo com elas, ocorre a estigmatização do preso quando ele é forçado a utilizar roupas do presídio, na medida em que os próprios jurados já o veem como a figura de uma pessoa criminosa. Dessa maneira, segundo preconiza a teoria Labelling approach ou etiquetamento social, que é uma das vertentes da Criminologia crítica, conforme o tratamento que o sujeito recebe do Estado, ele acaba sendo taxado e estigmatizado como delinquente por todo o sistema e a sociedade.

QUESTÃO 40. Os crimes contra a humanidade ou os genocídios, aqueles cometidos pelo Estado, são tratados pela Criminologia:

a) Clássica

b) Crítica

c) Preventiva

d) Positiva

e) Neoliberal

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra C.** Passível de recurso, tendo em vista o subjetivismo apresentado onde seria defensável a teoria apresentada na alternativa B. A questão trata sobre teorias criminológicas.

A alternativa A está incorreta. Pois a Escola Clássica não trata sobre o tema.

A alternativa B está incorreta. Apresentada pela banca como incorreta, contudo, dentre as alternativas, a criminologia crítica é a que mais traz diversas referências às várias formas de destruição de grupos sociais praticadas pelo Estado, a exemplo da Necropolítica e do *Labelling approach*. A criminologia crítica questiona exatamente o tratamento dado pelo Estado.

A alternativa C está correta. Apontada pela banca como correta. A Criminologia Preventiva considera que os criminosos, mais cedo ou mais tarde, voltarão ao convívio social, assim, a pena deverá funcionar como instrumento de prevenção de novos delitos, passando um claro recado à sociedade para não cometerem crimes, bem como ao próprio criminoso para não reincidir. É dividida em geral e especial, sendo que ambas se subdividem em positivas e negativas.

A alternativa D está incorreta. Pois a Escola Positiva não se debruça sobre o tema.

A alternativa E está incorreta. Pois o Neoliberalismo não trata especificamente sobre o tema.

QUESTÃO 41. O Sr. João Damião, agente inimputável, com problemas graves de saúde mental, encontra-se internado desde 21 de junho de 2023 no hospital de custódia Colônia, em Barbacena/MG, por uma condenação de 3 anos de detenção. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

a) A perícia médica realizar-se-á ao termo do prazo mínimo fixado e deverá ser repetida, no mínimo, a cada dois anos, ou a qualquer tempo, se o determinar o juiz da execução.

b) O juiz deverá encaminhar o condenado para hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, para outro estabelecimento adequado pelo prazo máximo de 3 anos.

c) Não deve ser aplicada a Lei nº 12.216/2001, pois a tal Lei não trata de internação criminal.

d) O juiz poderá submetê-lo diretamente a tratamento ambulatorial, de acordo com expressa previsão no CP, Lei nº 12.216/2001 e Resolução nº 487/2023 no CNJ.

e) O juiz somente deverá fixar a medida de segurança após a avaliação pelo médico psiquiatra do hospital de custódia.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre política antimanicomial.

A alternativa A está incorreta. Pois não se exige uma avaliação médica para que o juiz mude o regime.

A alternativa B está incorreta. Pois inexiste tal previsão.

A alternativa C está incorreta. Pois diversamente do apresentado, de acordo com a doutrina e a jurisprudência a política antimanicomial deve sim ser aplicada para as condenações criminais.

A alternativa D está correta. Apesar do erro no número da lei, é a alternativa correta. Conforme o CP, Lei nº 10.216/2001 e Resolução nº 487/2023 no CNJ.

A alternativa E está incorreta. Pois inexiste tal previsão.

QUESTÃO 42. Sobre a dogmática penal e a criminologia cautelar, de acordo com a obra de Eugenio Zaffaroni e Matias Bailone, assinale a alternativa correta.

a) Hoje estamos diante de um dogmático jurídico-criminal alemão que, de certa forma, significa um retorno ao neokantismo.

b) Karl Biling foi um penalista dos anos do regime nazista, período de 1933 até 1945.

c) O famoso programa de "Marburg", de George Dahn e Fredrich Schaffstein, se preocupava com o criminoso reincidente e não com os grandes criminosos, como os assassinos em série.

d) A magistratura de Weimar era principalmente formada pela classe trabalhadora.

e) O sistema de Edmund Mezger foi uma construção democrática, pois ele introduziu a analogia por derrogação ao princípio da legalidade no Código Penal alemão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre dogmática penal e a criminologia cautelar.

A alternativa A está correta. Pois atualmente os teóricos vêm aplicando as teorias alemãs do funcionalismo, quais sejam, o funcionalismo sistêmico, funcionalismo moderado de Roxin e Jakobs, desse modo, a doutrina e o próprio Zaffaroni dizem que isso seria um retorno ao Neokantismo.

A alternativa B está incorreta. A banca procurou induzir o candidato a erro, pois o correto seria Beling.

A alternativa C está incorreta. Pois "Marburg" é uma idealização de Franz Von Liszt.

A alternativa D está incorreta. Pois a magistratura de Weimar era caracterizada por formação de classe média/alta.

A alternativa E está incorreta. Pois na verdade Edmund Mezger introduziu a medida de segurança no Código Penal alemão.

QUESTÃO 43. João, réu primário, de bons antecedentes, não integrante de organização criminosa nem dedicado a atividades criminosas, é condenado a 5 anos de prisão em razão de tráfico ilícito de entorpecentes. Na sentença, o juiz afasta a incidência da causa de diminuição de pena presente no art. 33, §4° da Lei n° 11.343/2006 (tráfico privilegiado) em razão da grande quantidade de drogas encontradas com João. A decisão do magistrado é:

a) Inatacável por recurso, vez que acertada, tendo em vista que um dos requisitos legais para a aplicação do tráfico privilegiado é que a quantidade de droga apreendida seja pequena, não havendo neste caso interesse recursal.

b) Inatacável por recurso, vez que acertada, tendo em vista que, apesar de não haver previsão legal expressa nesse sentido, a jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica ao entender que a grande quantidade de drogas afasta a causa de diminuição de pena do §4°, não havendo legitimidade recursal neste caso.

c) Passível de reforma via recurso de apelação, pois equivocada, pois apesar de previsão expressa impedindo a aplicação da minorante do tráfico privilegiado para casos de grande

quantidade de drogas, a jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica em afastar esse requisito em casos de réu primário.

d) Passível de reforma via recurso de apelação, pois equivocada, pois além de não haver previsão legal afastando a causa de diminuição de pena em razão da grande quantidade de droga apreendida, a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores indica que é errado afastar a minorante apenas em razão da elevada quantidade de drogas apreendida.

e) Passível de reforma via recurso de apelação, pois acertada, vez que por se tratar de crime hediondo, não há margem para aplicação da causa de diminuição de pena prevista no parágrafo quarto. Ainda assim, por se tratar de réu assistido pela Defensoria Pública há interesse e legitimidade recursal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. A quantidade de droga não constitui requisito para o tráfico privilegiado, conforme se vê do artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/06: § 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos , desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

A alternativa B está incorreta. Conforme entendimento jurisprudencial, a quantidade de droga apreendida pode ser usada para aumentar a pena-base ou fracionar um minorante, mas não pode fundamentar a negativa do benefício do tráfico privilegiado (HC 867.097).

A alternativa C está incorreta. Não há vedação da concessão da minorante no tráfico privilegiado quando a quantidade de droga é elevada, conforme se vê do artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/06: § 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos , desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

A alternativa D está correta. Contra a decisão condenatória do magistrado, é cabível recurso de apelação, conforme dispõe o artigo 593, I, do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular. Ademais, a quantidade de droga apreendida pode ser usada para aumentar a pena-base ou fracionar um minorante, mas não pode fundamentar a negativa do benefício do tráfico privilegiado (HC 867.097). A Terceira Seção desta Corte, por ocasião do julgamento do REsp n. 1.887.511/SP (relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Seção, julgado em 9/6/2021, DJe de 1º/7/2021), definiu que a quantidade de substância entorpecente e a sua natureza hão de ser consideradas na fixação da pena-base, nos termos do art. 42 da Lei n. 11.343/2006, não sendo, portanto, pressuposto para a incidência da causa especial de diminuição de pena descrita no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006. Definiu-se, na ocasião, que "[a] utilização supletiva desses elementos para afastamento do tráfico privilegiado somente pode ocorrer quando esse vetor seja conjugado com outras circunstâncias do caso concreto que, unidas, caracterizem a dedicação do agente à atividade criminosa ou à integração a organização criminosa".

A alternativa E está incorreta. O pacote anticrime sedimentou entendimento jurisprudencial consolidado, por meio da inclusão do §5º, do artigo 112 da LEP – Lei n. 7.210/84, no sentido de que "§ 5º Não se considera hediondo ou equiparado, para os fins deste artigo, o crime de tráfico de drogas previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

QUESTÃO 44. Michele é presa em flagrante por roubo no dia 20/03/2024. Apesar da gravidade em abstrato do crime, o Ministério Público se manifesta pela liberdade provisória da investigada. A juíza plantonista decreta a prisão preventiva de Michele. Sobre o caso, analise as asserções abaixo:

I. A decisão da magistrada está equivocada.

PORQUE

II. Apesar de previsão legal expressa permitir a decretação da prisão preventiva de ofício, o entendimento jurisprudencial pacífico é pela impossibilidade de decretação da prisão preventiva sem provocação. No

Sobre as asserções acima e a relação entre elas, assinale a alternativa correta.

a) A asserção I é correta, e a II é falsa, logo não serve de justificativa para a primeira.

b) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira, mas não justifica a primeira.

c) As asserções I e II são verdadeiras, servindo a última de justificativa para a primeira.

d) As asserções I e II são verdadeiras, mas a última não serve de justificativa para a primeira.

e) As asserções I e II são falsas, portanto a segunda não serve de justificativa para a primeira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

Antes da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), a jurisprudência entendia que o juiz, após receber o auto de prisão em flagrante, poderia, de ofício, converter a prisão em flagrante em prisão preventiva. Ocorre que a Lei nº 13.964/2019 revogou os trechos do CPP que previam a possibilidade de decretação da prisão preventiva ex officio. Nos termos do artigo 311 do Código de Processo Penal a prisão preventiva depende de prévio requerimento do Ministério Público, do querelante ou assistente, ou de representação da autoridade policial: "Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial". Nesse sentido, não é mais possível, com base no ordenamento jurídico vigente, a atuação 'ex officio' do Juízo processante em tema de privação cautelar da liberdade. STJ. 3ª Seção. RHC 131.263, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 24/02/2021 (Info 686). Ademais, de acordo com o a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "Se o requerimento do Ministério Público limita-se à aplicação de medidas cautelares ao preso em

flagrante, é vedado ao juiz decretar a medida mais gravosa - prisão preventiva -, por configurar uma atuação de ofício" (STJ. 5ª Turma. AgRg no HC 754.506-MG, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 16/08/2022 (Info 746). Assim, a atuação da magistrada está equivocada, razão pela qual a assertiva I está correta. No entanto, a legislação proíbe expressamente a decretação de prisão de ofício, motivo pelo qual a assertiva II está incorreta.

Por estas razões, considerando que a assertiva I está correta e a assertiva II está incorreta, a alternativa a ser assinalada é a letra A.

QUESTÃO 45. Carlos é denunciado com base no art. 33, caput c.c 40, V da Lei n° 11.343/2006, em razão de ter sido flagrado com uma mochila com maconha em ônibus interestadual que trafegava na PR 323, realizando o trajeto Amambai/MS a Londrina/PR. sentença condenatória, magistrado, após a regular instrução processual, condena Carlos por tráfico de drogas, mantendo no mínimo legal na primeira fase, deixando de reconhecer atenuantes ou agravantes e reconhecendo a majorante solicitada pelo MP na denúncia e repetida em alegações finais (interestadualidade do delito) em seu grau mínimo, todavia reconheceu a causa de diminuição de pena, prevista no parágrafo quarto, em seu grau máximo. Diante desse quadro, assinale a alternativa correta.

a) Em razão da pena mínima cominada ao delito de tráfico de drogas ser superior a 4 anos, o ANPP no caso é inviável.

b) O ANPP é inviável, porque a denúncia já foi recebida e este é o limite temporal para o oferecimento do acordo.

c) Em razão de previsão legal expressa que determina que sejam levadas em consideração as causas de aumento e de diminuição da pena quando da análise do cabimento ou não do instituto processual penal, é inviável o ANPP no caso em tela.

e) O crime de tráfico de drogas interestadual, ainda que não privilegiado, é, em razão da pena mínima cominada ao delito, passível de ANPP, razão pela qual o acordo deveria ter sido oferecido desde o início do feito pelo Ministério Público.

e) Em razão de previsão legal expressa que determina que sejam levadas em consideração as causas de aumento e de diminuição da pena quando da análise do cabimento ou não do instituto processual penal, é possível o ANPP no caso em tela.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 28-A do CPP: "Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: [...]" Embora a pena mínima

do tráfico seja de 05 anos (art. 33, caput, Lei n. 11.343/06), o parágrafo 1º do artigo 28-A determina que "§ 1º Para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se refere o caput deste artigo, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto". Nesse sentido, a aplicação da causa de diminuição de pena, prevista no parágrafo quarto do art. 33 da Lei n. 11.343/06, em seu grau máximo, que enseja a redução aquém de 4 anos. Ainda que fosse aplicada a causa de aumento da interestadualidade em seu grau máximo (2/3), a pena ficaria em 2 anos e 9 meses, razão pela qual seria cabível a aplicação do ANPP, que exige pena mínima inferior a 4 anos

A alternativa B está incorreta. Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou entendimento de que é possível realizar acordo de não persecução penal (ANPP) desde que seja solicitado antes de o juiz decretar a sentença. Esse posicionamento vale para os casos em que a ação penal tenha sido iniciada antes da vigência do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) e em que a defesa tenha requerido o acordo na primeira oportunidade após essa data (HC 233147).

A alternativa C está incorreta. A pena mínima do tráfico é 05 anos (art. 33, caput, Lei n. 11.343/06). Com a aplicação da causa de diminuição, a pena ficaria em 1 anos e 8 meses. Ainda que fosse aplicada a causa de aumento da interestadualidade em seu grau máximo (2/3), a pena ficaria em 2 anos e 9 meses, razão pela qual seria cabível a aplicação do ANPP, que exige pena mínima inferior a 4 anos

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 28-A do CPP: "Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: [...]" Considerando que a pena mínima do tráfico é de 05 anos (art. 33, caput, Lei n. 11.343/06), sem a aplicação da causa de diminuição seria incabível o ANPP.

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 28-A do CPP: "Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: [...]" Embora a pena mínima do tráfico seja de 05 anos (art. 33, caput, Lei n. 11.343/06), o parágrafo 1º do artigo 28-A determina que "§ 1º Para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se refere o caput deste artigo, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto". Nesse sentido, a aplicação da causa de diminuição de pena, prevista no parágrafo quarto do art. 33 da Lei n. 11.343/06, em seu grau máximo, que enseja a redução aquém de 4 anos. Ainda que fosse aplicada a causa de aumento da interestadualidade em seu grau máximo (2/3), a pena ficaria em 2 anos e 9 meses, razão pela qual seria cabível a aplicação do ANPP, que exige pena mínima inferior a 4 anos.

QUESTÃO 46. Lucas foi preso em flagrante delito pelo crime de ameaça contra a sua esposa. Os vizinhos ouviram as ameaças de morte proferidas contra a mulher e acionaram a Polícia Militar. Na delegacia de polícia, a mulher indica que deseja representar contra seu marido pelo crime de ameaça.

Alguns meses depois, o casal procura um defensor público na Defensoria Pública, informando que reataram, e a mulher expressa que não deseja mais prosseguir com a ação. Ao acessar o sistema processual, o defensor público percebe que a denúncia já foi oferecida, aguardando recebimento.

Sendo assim, assinale a alternativa correta sobre a orientação a ser oferecida aos assistidos.

a) O processo irá seguir independentemente da vontade da vítima, por se tratar de ação penal pública incondicionada.

b) Era possível a retratação da representação até o oferecimento da denúncia. Como esta já foi oferecida, a vontade da vítima nesse momento processual é indiferente.

c) É possível a retratação da representação até o recebimento da denúncia, devendo a interessada ser ouvida em audiência especialmente designada para esse fim.

d) Por se tratar de caso envolvendo violência doméstica, apesar de se tratar de ação penal pública condicionada à representação, é impossível a retratação.

e) A retratação da representação é possível até a audiência de instrução e julgamento, momento no qual deve a vítima expressamente indicar o desejo de retratar-se da representação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 147, parágrafo único, do Código Penal, no crime de ameaça, a ação somente se procede mediante representação. Não há previsão da Lei 11.340/06 que afaste tal exigência, como ocorre com relação aos crimes de lesão corporal leve, que não admitem retratação por previsão no artigo 41 da Lei Maria da Penha.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 16 da Lei n. 11.340/06: Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

A alternativa C está correta. Trata-se de revisão expressa no art. 16 da Lei n. 11.340/06: Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

A alternativa D está incorreta. O artigo 16 da Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha, é admissível a retratação da representação até o recebimento da denúncia.

A alternativa E está incorreta. Consoante determina o artigo 16 da Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha, a retratação ocorre até o recebimento da denúncia.

QUESTÃO 47. Pedro é condenado por tráfico de drogas a 5 anos em regime semiaberto. O juiz, na sentença, indica que a autoria resta clara diante da prisão em flagrante de Pedro, que foi flagrado com drogas, dinheiro e caderno com anotações sobre as vendas dos entorpecentes. A materialidade, segundo o magistrado, também estava comprovada, diante do laudo de constatação provisória da droga, que, apesar de não elaborado por perito oficial, atestava que, pelo cheiro, coloração e consistência do material, tratava-se de substância entorpecente. No papel de defensor público, assinale a alternativa que indica o recurso e a fundamentação recursal convergente com o entendimento do STJ.

a) Apelação - ausência de materialidade diante da falta de laudo definitivo da droga.

b) Recurso em sentido estrito - ausência de materialidade diante da falta de laudo definitivo da droga.

c) Apelação - ausência de provas de autoria, pois Pedro não confessou o crime.

d) Correição parcial - ausência de provas de autoria, pois Pedro não confessou o crime.

e) Agravo - ausência de materialidade diante da falta de laudo provisório da droga.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Em primeiro lugar, o recurso cabível contra a condenação em primeiro grau de jurisdição é a apelação, nos termos do art. 593 do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular. No mais, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o laudo toxicológico definitivo, em regra, é imprescindível à comprovação da materialidade dos delitos envolvendo entorpecentes. Ausente o referido exame, é forçosa a absolvição do acusado, ressalvada, no entanto, em situações excepcionais, a possibilidade de aferição da materialidade do delito por laudo de constatação provisório, desde que este tenha sido elaborado por perito oficial e permita grau de certeza idêntico ao do laudo definitivo (EREsp 1.544.057/RJ): (...) 1. Nos casos em que ocorre a apreensão do entorpecente, o laudo toxicológico definitivo é imprescindível à demonstração da materialidade delitiva do delito e, nesse sentido, tem a natureza jurídica de prova, não podendo ser confundido com mera nulidade, que corresponde a sanção cominada pelo ordenamento jurídico ao ato praticado em desrespeito a formalidades legais. (...) 2. Isso, no entanto, não elide a possibilidade de que, em situação excepcional, a comprovação da materialidade do crime de drogas possa ser efetuada pelo próprio laudo de constatação provisório, quando ele permita grau de certeza idêntico ao do laudo definitivo, pois elaborado por perito oficial, em procedimento e com conclusões equivalentes. Isso porque, a depender do grau de complexidade e de novidade da droga apreendida, sua identificação precisa como entorpecente pode exigir, ou não, a realização de exame mais complexo que somente é efetuado no laudo definitivo. 3. Os testes toxicológicos preliminares, além de efetuarem constatações com base em observações sensoriais (visuais, olfativas e táteis) que comparam o material apreendido com drogas mais conhecidas, também fazem uso de testes químicos pré-fabricados também chamados “narcotestes” e são capazes de identificar princípios ativos existentes em uma gama de narcóticos já conhecidos e mais comercializados. 4. Nesse sentido, o laudo preliminar de constatação, assinado por perito criminal, identificando o material apreendido como cocaína em pó, entorpecente identificável com facilidade mesmo por narcotestes pré-fabricados, constitui uma das

exceções em que a materialidade do delito pode ser provada apenas com base no laudo preliminar de constatação. 5. De outro lado, muito embora a prova testemunhal e a confissão isoladas ou em conjunto não se prestem a comprovar, por si sós, a materialidade do delito, quando aliadas ao laudo toxicológico preliminar realizado nos moldes aqui previstos, são capazes não só de demonstrar a autoria como também de reforçar a evidência da materialidade do delito. [...] STJ. 3ª Seção. EREsp 1.544.057/RJ, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 9/11/2016.

A alternativa B está incorreta. O recurso cabível contra a condenação em primeiro grau de jurisdição é a apelação, nos termos do art. 593 do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

A alternativa C está incorreta. A confissão não é imprescindível, haja vista que a autoria restou comprovada pelo auto de prisão em flagrante.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 593 do CPP, o recurso cabível contra a condenação em primeiro grau de jurisdição é a apelação: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular. Ademais, não se exige a confissão para condenação quando outra prova, a saber, o auto de prisão em flagrante, demonstrou a autoria.

A alternativa E está incorreta. O recurso cabível contra a condenação em primeiro grau de jurisdição é a apelação, nos termos do art. 593 do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular. Ademais, é exigido o laudo definitivo para demonstração da materialidade: (...) 1. Nos casos em que ocorre a apreensão do entorpecente, o laudo toxicológico definitivo é imprescindível à demonstração da materialidade delitiva do delito e, nesse sentido, tem a natureza jurídica de prova, não podendo ser confundido com mera nulidade, que corresponde a sanção cominada pelo ordenamento jurídico ao ato praticado em desrespeito a formalidades legais. (...) (ERESp 1.544.057/RJ).

QUESTÃO 48. Márcio é pessoa em situação de rua e está cumprindo pena em regime semiaberto harmonizado (com uso de tornozeleira eletrônica). Em razão das dificuldades de carregar a bateria do equipamento de monitoração na rua, Márcio é regredido cautelarmente de regime. Em audiência de justificativa, aponta todas as dificuldades de carregar a bateria nas ruas e seu desejo de conseguir acabar de cumprir sua pena. O juiz, entendendo que o fim de bateria equivale à fuga, regride definitivamente Márcio de regime. Acerca do tema, a decisão do magistrado:

a) Não merece reparos, tendo em vista que a jurisprudência do TJ/PR é realmente no sentido de que o fim de bateria equivale à fuga e que a situação pessoal do apenado não deve ser levada em consideração, sob pena de ferir o princípio da impessoalidade.

b) Merece reparos, pois o fim de bateria é uma falta média, e faltas médias não podem levar à regressão do regime.

c) Merece reparos tendo em vista que, apesar do fim de bateria, no entendimento do TJ/PR, equivaler à fuga, deve-se evitar o uso de tornozeleiras eletrônicas por pessoas em situação de rua.

d) Merece reparos tendo em vista que, além do fim da bateria, no entendimento do TJ/PR, não equivaler à fuga, a condição de pessoa em situação de rua impede o cumprimento de pena por meio do uso de tornozeleiras eletrônicas.

e) Merece reparos, pois o fim de bateria é uma falta leve, e faltas leves não podem levar à regressão de regime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre a utilização de tornozeleira eletrônica.

A alternativa A está incorreta, pois a decisão do magistrado merece reparos. Não obstante a jurisprudência do TJ/PR seja no sentido de que o fim de bateria equivale à fuga, é necessário observar que a situação pessoal do apenado deve ser levada em consideração, em observância ao princípio da individualização da pena.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o entendimento do TJ/PR, o fim da bateria equivale à fuga, tendo em vista que impede a fiscalização da execução da pena, configurando falta grave, nos termos dos arts. 50, II, da Lei de Execução Penal: "Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: II - fugir". Além disso, conforme a Edição nº 146 da Jurisprudência em Teses do STJ: "A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente configura falta disciplinar de natureza grave, nos termos dos art. 50, VI, e art. 39, V, da LEP". Por fim, destaca-se que a parte final da alternativa está correta, pois a falta média, por si só, não pode levar à regressão do regime. Nos termos do art. 118 da Lei de Execução Penal: "Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado: I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave; II - sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime (artigo 111)".

A alternativa C está correta. De fato, de acordo com o entendimento do TJ/PR e do STJ, o fim da bateria equivale à fuga, tendo em vista que impede a fiscalização da execução da pena, configurando falta grave, nos termos dos arts. 50, II, da Lei de Execução Penal: "Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: II - fugir". Sobre o tema, cumpre destacar a ementa do AgRg no HC n. 821.741/GO no âmbito do STJ: "1. A teor dos precedentes desta Corte, a violação da tornozeleira eletrônica, o descarregamento total da bateria, a perda da comunicação com o sistema configura falta grave, nos termos dos arts. 50, II da LEP, pois o apenado, com sua conduta, descumpre as ordens do servidor responsável pela monitoração e impede a fiscalização da execução da pena. 2. As instâncias ordinárias consideraram inacreditáveis as alegações de que houve perda de sinal de GPS do aparelho de monitoramento eletrônico. A modificação desse entendimento demandaria aprofundado exame do acervo fático-probatório do processo de execução, providência inviável na via estreita do habeas corpus. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 821.741/GO, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 21/8/2023, DJe de 24/8/2023.)". Contudo, considerando a situação específica das pessoas em situação de rua, a Instrução Normativa nº 44/2021 do TJ/PR afirma que deve ser evitado o uso de tornozeleiras eletrônicas nesse caso, buscando-se a adoção de medida menos gravosa que a

monitoração eletrônica. Nesse sentido, dispõe o art. 4º, §2º, II, da Instrução Normativa nº 44/2021 - TJPR/MPPR/DPE-PR/Sesp/Depen: "§ 2º Sempre que as circunstâncias do caso e as condições pessoais indicarem, será adotada medida menos gravosa que a monitoração eletrônica, priorizando-se o encaminhamento à rede de proteção social, em especial nos casos de: II - pessoa em situação de rua ou em condição socioeconômica que inviabilize o pleno funcionamento do equipamento ou a eficácia da medida".

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o entendimento do TJ/PR, o fim da bateria equivale à fuga, tendo em vista que impede a fiscalização da execução da pena, configurando falta grave, nos termos do art. 50, II, da Lei de Execução Penal: "Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: II - fugir". Ademais, diante da condição de pessoa em situação de rua deve-se evitar o cumprimento de pena por meio do uso de tornozeleiras eletrônicas, buscando-se a adoção de medida menos gravosa que a monitoração eletrônica. Nesse sentido, dispõe o art. 4º, §2º, II, da Instrução Normativa nº 44/2021 - TJPR/MPPR/DPE-PR/Sesp/Depen: "§ 2º Sempre que as circunstâncias do caso e as condições pessoais indicarem, será adotada medida menos gravosa que a monitoração eletrônica, priorizando-se o encaminhamento à rede de proteção social, em especial nos casos de: II - pessoa em situação de rua ou em condição socioeconômica que inviabilize o pleno funcionamento do equipamento ou a eficácia da medida".

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com o entendimento do TJ/PR, o fim da bateria equivale à fuga, tendo em vista que impede a fiscalização da execução da pena, configurando falta grave, nos termos do art. 50, II, da Lei de Execução Penal: "Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: II - fugir". Além disso, conforme a Edição nº 146 da Jurisprudência em Teses do STJ: "A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente configura falta disciplinar de natureza grave, nos termos dos art. 50, VI, e art. 39, V, da LEP". Por fim, destaca-se que a parte final da alternativa está correta, pois a falta leve, por si só, não pode levar à regressão do regime. Nos termos do art. 118 da Lei de Execução Penal: "Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado: I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave; II - sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime (artigo 111)".

QUESTÃO 49. Henrique, em um dia de fúria, agrediu sua esposa, Marlene. Apesar das lesões terem sido leves, foram comprovadas por laudo de lesões corporais. O Ministério Público (MP), quando do oferecimento da denúncia, deixa de oferecer ANPP ou qualquer outro instituto despenalizador, por se tratar de crime com violência no âmbito da Lei Maria da Penha. Assinale a alternativa correta acerca da atuação do órgão ministerial.

a) Deveria o MP ter oferecido ANPP, pois a ausência de violência ou grave ameaça não é requisito para o oferecimento do acordo previsto no art. 28-A do CPP.

b) Deveria o MP ter oferecido a suspensão condicional do processo, pois é cabível em casos envolvendo violência ou grave ameaça.

c) A atuação do MP está correta, vez que, apesar de não haver previsão expressa impedindo a utilização de institutos despenalizadores em casos envolvendo violência doméstica, familiar ou

afetiva, a jurisprudência dos Tribunais Superiores é no sentido de impedir a aplicação desses benefícios penais nesses casos.

d) A atuação do MP está correta, em razão de haver previsão expressa impedindo a utilização dos institutos despenalizadores em casos envolvendo violência doméstica, familiar e afetiva.

e) Deveria o MP ter oferecido a transação penal, vez que a lesão corporal leve é crime de menor potencial ofensivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. A ausência de violência ou grave ameaça é exigida como requisito do artigo 28-A do CPP: art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: [...]

A alternativa B está incorreta. A suspensão condicional do processo vem prevista no artigo 89 da Lei 9.099/95. No entanto, conforme determina o artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha: Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

A alternativa C está incorreta. O impedimento à utilização dos institutos despenalizadores no âmbito da Lei Maria da Penha vem prevista expressamente no artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha: Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

A alternativa D está correta. Trata-se da previsão expressa do artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha: Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Tal entendimento vem reforçado pela Súmula 536 do STJ: "A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha".

A alternativa E está incorreta. A transação penal é prevista como instituto despenalizador na Lei n. 9.099/95. Entretanto, o artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha proíbe a aplicação da Lei n. 9.099/95 nos crimes de violência doméstica contra mulher: Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

QUESTÃO 50. No curso do período de provas da suspensão condicional do processo, José é processado pelo delito de vias de fato. Quanto à revogação do benefício processual penal, é correto afirmar que se trata de caso de:

a) revogação obrigatória da suspensão condicional do processo, devendo o benefício ser revogado.

b) Impossibilidade de revogação da suspensão condicional do processo, por se tratar de mero processo em andamento.

c) Revogação facultativa da suspensão condicional do processo, podendo o benefício ser revogado.

d) Revogação obrigatória da suspensão condicional do processo, extinguindo-se a punibilidade.

e) Impossibilidade de revogação da suspensão condicional do processo, por se tratar de delito de menor potencial ofensivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Conforme determina o artigo 89, §4º, da Lei n. 9.099/95, a prática de contravenção se trata de hipótese de suspensão facultativa: "§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta".

A alternativa B está incorreta. A revogação não exige o transito em julgado, basta que o acusado venha a ser processado, conforme dispõe o artigo 89, § 4º, da Lei n. 9.099/95: A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

A alternativa C está correta. Trata-se da previsão expressa do artigo 89, § 4º, da Lei n. 9.099/95: A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 89, § 4º, da Lei n. 9.099/95 a prática de contravenção e hipótese de revogação facultativa: §4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

A alternativa E está incorreta. A prática de contravenção acarreta a revogação de forma facultativa, nos termos do artigo 89, §4º, da Lei n. 9.099/95: § 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

QUESTÃO 51. Em plenário do júri, o promotor de justiça deixa de requerer a aplicação da agravante da reincidência ao réu. O juiz, na sentença, aplica a referida agravante, indicando tratar-se de agravante de cunho objetivo e que não necessita ser expressamente solicitada em sustentação no plenário do júri para ser reconhecida. A atuação prática estratégica mais adequada ao caso é interpor apelação, requerendo a:

a) Anulação do julgamento por influência indevida do magistrado nos trabalhos do júri.

b) Reforma da dosimetria da pena para afastar a agravante não requerida expressamente em plenário, por existir previsão legal indicando a impossibilidade de aplicar agravantes e atenuantes não requeridas em plenário.

c) Reforma da dosimetria da pena para afastar a agravante não requerida expressamente em plenário, por, apesar de inexistir previsão legal indicando a impossibilidade de aplicar agravantes e atenuantes não requeridas em plenário, a jurisprudência ser pacífica nesse ponto.

d) Reforma da dosimetria da pena para afastar a agravante não requerida expressamente em plenário, por existir previsão constitucional indicando a impossibilidade de aplicar agravantes e atenuantes não requeridas em plenário.

e) Anulação do julgamento por aplicação de agravante não solicitada em plenário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Não é caso de anulação do julgamento, pois não houve vício no plenário. O recurso deverá incidir apenas em face da decisão do juiz. Ademais, prevê o artigo 593, alíneas "b" e "c", do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...] b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados; c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança; [...]

A alternativa B está incorreta. Nos crimes de procedimento comum prevê o artigo 385 do CPP: Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada. No júri, por outro lado, as agravantes precisam ser alegadas, conforme disposto no artigo 492 do CPP: Art. 492. Em seguida, o presidente proferirá sentença que: I – no caso de condenação: [...] b) considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates.

A alternativa C está incorreta. Há previsão expressa da impossibilidade de reconhecimento de agravantes não trazidas em plenário, conforme artigo 492 do CPP: Art. 492. Em seguida, o presidente proferirá sentença que: I – no caso de condenação: [...] b) considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates.

A alternativa D está incorreta. A impossibilidade de aplicação de agravante não debatida em plenário não está contida na Constituição Federal. Trata-se de previsão no artigo 492 do CPP: Art. 492. Em seguida, o presidente proferirá sentença que: I – no caso de condenação: [...] b) considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates.

A alternativa E está incorreta. Prevê o artigo 593, alíneas "b" e "c", do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...] b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados; c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança; [...]

QUESTÃO 52. O crime de injuriar alguém em razão da religião é de ação penal pública:

a) Incondicionada, inafiançável e imprescritível.

b) Condicionada a representação, inafiançável e imprescritível.

c) Condicionada à representação, afiançável e prescritível.

d) Incondicionada, afiançável e prescritível.

e) Privada, afiançável e prescritível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

O crime de injúria com a utilização de elementos referentes à religião encontra previsão no artigo 140, §2º, do CP: § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência; Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. Trata-se de crime de ação pena pública condicionada à representação, conforme artigo 145, parágrafo único, do CP: Parágrafo único. Procede-se mediante requisição do Ministro da Justiça, no caso do inciso I do caput do art. 141 deste Código, e mediante representação do ofendido, no caso do inciso II do mesmo artigo, bem como no caso do § 3o do art. 140 deste Código. A inafiançabilidade e imprescritibilidade do racismo e injúria racial não é extensível na injúria decorrente de elementos referentes a religião. A Lei nº 14.532/2023, que alterou a tipificação do crime de injúria racial, tornou tal conduta uma modalidade do crime de racismo. A legislação visou positivar o entendimento do Supremo Tribunal Federal firmado na decisão do Habeas Corpus nº 154.248, julgado em 2021, de que "o crime de injúria racial reúne todos os elementos necessários à sua caracterização como uma das espécies de racismo". A legislação incluiu o tipo penal do artigo 2º-A na Lei nº 7.716/1989 (Lei do Crime Racial), definindo como crime a conduta de "injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional", e atribuiu pena privativa de liberdade de reclusão de dois a cinco anos, cumulada com a pena de multa. A injúria racial passou a ser, assim como o crime de racismo, inafiançável e imprescritível, para além de ter se transformado em um crime de ação penal pública incondicionada. Verifica-se que a injúria em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional agora é equiparada ao racismo, enquanto a injúria que se utiliza de elementos religiosos do ofendido permanece como injúria discriminatória do Código Penal.

Nesse sentido, o crime apontado na inicial é de ação penal pública condicionada à representação, afiançável e prescritível, razão pela qual a alternativa a ser assinalada a alternativa C.

QUESTÃO 53. No momento do interrogatório do réu, a juíza inicia o ato informando ao réu de seu direito ao silêncio. De pronto, o réu informa que responderá apenas às perguntas formuladas pela defesa. Diante dessa afirmativa, a magistrada encerra o ato, alertando ao réu que o direito ao silêncio não pode ser exercido dessa forma. Na qualidade de defensor público, é correto:

a) Alertar o réu de que ele deve responder às perguntas de todos os presentes, pois o direito ao silêncio é destinado apenas às testemunhas.

b) Pedir para constar em ata o inconformismo da defesa com o encerramento precoce do ato, indicando que o réu tem direito ao silêncio parcial, respondendo apenas às perguntas que quiser e de quem quiser.

c) Pedir para constar em ata o inconformismo da defesa com o encerramento do ato, indicando existir previsão legal expressa sobre o silêncio parcial.

d) Alertar o réu de que o direito ao silêncio pode ser exercido de forma parcial, podendo ele se negar a responder às perguntas formuladas pelo Ministério Público, mas não pelo juízo.

e) Alertar o réu de que o direito ao silêncio pode ser exercido de forma parcial, podendo ele se negar a responder às perguntas formuladas pela magistrada, mas não pelo Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. O artigo 186 prevê o direito do réu permanecer em silêncio: Art. 186. Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas. Parágrafo único. O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa. Ademais, as testemunhas têm o dever de falar. Nos termos do art. 206 do CPP: A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias. A consequência para o silêncio da testemunha está previsto no artigo 211 do CPP: Art. 211. Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à autoridade policial para a instauração de inquérito.

A alternativa B está incorreta. O direito ao silencio tem previsão constitucional, no art. 5º (...) LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado; Ademais, nos termos do artigo 186 do CPP: Art. 186. Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas. Parágrafo único. O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa. Ainda, conforme entendimento do STJ: "PENAL E PROCESSO PENAL. DIREITO AO SILÊNCIO. EXERCÍCIO SELETIVO. POSSIBILIDADE. CERCEAMENTO. NULIDADE DO INTERROGATÓRIO RECONHECIDA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. 1. O direito constitucional ao silêncio deve ser exercido pelo acusado da forma que melhor lhe aprouver, devendo ser compatibilizado com a sua condição de instrumento de defesa e de meio probatório. 2. A escolha das perguntas que serão respondidas e aquelas para as quais haverá silenciamento, harmoniza o exercício de defesa com a garantia da não incriminação. 3. Agravo provido para reconhecer a nulidade dos interrogatórios em razão do cerceamento do direito ao silêncio seletivo (AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO E M HABEAS CORPUS 213.849).

A alternativa C está incorreta. O artigo 186 do CPP apenas garante o direito ao silêncio, mas o silêncio parcial encontra apoio na jurisprudência, sem que haja, portanto, previsão legal expressa desse direito.

A alternativa D está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça admite o silêncio seletivo, podendo o acusado escolher as perguntas que serão respondidas (AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO E M HABEAS CORPUS 213.849).

A alternativa E está incorreta. O acusado poderá escolher as perguntas que serão respondidas. Conforme entendimento do STJ: "2. A escolha das perguntas que serão respondidas e aquelas para as quais haverá silenciamento, harmoniza o exercício de defesa com a garantia da não incriminação. 3. Agravo provido para reconhecer a nulidade dos interrogatórios em razão do cerceamento do direito ao silêncio seletivo" (AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO E M HABEAS CORPUS 213.849).

QUESTÃO 54. Ângela cumpre pena no regime semiaberto harmonizado (tornozeleira eletrônica) e é mãe de três filhas menores de 12 anos. Em razão do pai das crianças ter abandonado o lar, ela não consegue exercer atividade laborativa externa, pois o cuidado com as crianças e com a casa toma todo o seu tempo. Assinale a alternativa correta acerca do tema e do caso.

a) Ângela, em razão da sua situação fática, está isenta da obrigação de trabalhar fora como requisito do cumprimento da pena, mas o trabalho de cuidado, por ausência de previsão legal, não pode servir para remição de pena.

b) Ângela tem direito à remição de pena em razão de expressa previsão legal.

c) Ângela tem direito à remição de pena em razão do Brasil ser signatário das Regras de Mandela e existir previsão nesse tratado sobre a remição pelo trabalho de cuidado.

d) Ângela, mesmo que não realizasse trabalhos de cuidado, por ser mulher e mãe de três crianças menores de 12 anos, faz jus à remição pelo trabalho de cuidado.

e) Ângela faz jus à remição de pena pelo trabalho de cuidado, tendo havido êxito em pedidos nesse sentido no Tribunal de Justiça paranaense.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão aborda o conhecimento sobre a remição da pena pelo trabalho.

A alternativa A está incorreta. No caso narrado, o trabalho de cuidado exercido por Ângela, embora ausente previsão legal, pode servir para remição de pena, de acordo com o entendimento da Tese Institucional nº 08 da Defensoria Pública do Estado do Paraná: "O trabalho exercido na economia do cuidado deve ser computado para fins de remição do art. 126, II, da LEP".

A alternativa B está incorreta, pois não há expressa previsão legal quanto ao direito à remição de pena em razão de trabalho de cuidado. De acordo com o art. 126, caput, da Lei de Execução Penal: "Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por

estudo, parte do tempo de execução da pena". Além da remição por trabalho ou por estudo, há possibilidade de remição de pena por leitura, conforme a Resolução nº 391 do CNJ.

A alternativa C está incorreta, pois não há previsão sobre a remição pelo trabalho de cuidado no texto das Regras de Mandela.

A alternativa D está incorreta, pois Ângela faz jus à remição pelo trabalho de cuidado se realizá-lo, de acordo com o entendimento da Tese Institucional nº 08 da Defensoria Pública do Estado do Paraná: "O trabalho exercido na economia do cuidado deve ser computado para fins de remição do art. 126, II, da LEP".

A alternativa E está correta. De acordo com o entendimento da Tese Institucional nº 08 da Defensoria Pública do Estado do Paraná: "O trabalho exercido na economia do cuidado deve ser computado para fins de remição do art. 126, II, da LEP". Sobre o tema, cumpre destacar que a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) venceu a 20ª edição do Prêmio Innovare, ocorrida em 12/12/2023, que reconhece práticas inovadoras adotadas por instituições do sistema de justiça brasileiro. A DPE-PR foi premiada em primeiro lugar na categoria específica de práticas propostas pelas Defensorias Públicas do país, com uma tese institucional que defende a redução do tempo de cumprimento de pena por meio do trabalho doméstico, com foco em mulheres em prisão domiciliar ou que cumprem pena com monitoramento eletrônico. O projeto, intitulado "Economia do Cuidado: a consideração do trabalho não remunerado para fins de remição de pena", é de autoria da assistente social Nilva Maria Rufatto Sell e da defensora pública Mariela Reis Bueno, que atuam em Guarapuava.

QUESTÃO 55. Em relação à remição pela leitura, analise as assertivas abaixo:

I. Apesar de ausência de previsão expressa na lei, a remição pela leitura é regulamentada por resolução do CNJ.

II. A pessoa privada de liberdade pode remir até 60 dias por ano pela leitura.

III. Cada livro lido equivale à remição de quadro dias de pena.

IV. As obras literárias devem ser da literatura clássica brasileira, sendo vedadas leituras de letras de música e outras formas de expressão literária.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e III.

b) Apenas II e IV.

c) Apenas III e IV.

d) Apenas I, II e III.

e) Apenas I, II e IV.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra A**, pois apenas os itens I e III estão corretos. A questão aborda o conhecimento sobre o direito à remição de pena pela leitura.

O item I está correto. De fato, não há previsão expressa na lei quanto à possibilidade de remição pela leitura. De acordo com o art. 126, caput, da Lei de Execução Penal: "Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena". Contudo, considerando o direito fundamental à educação, as Regras de Nelson Mandela (Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos), especialmente aquelas que estabelecem o direito à educação, à biblioteca e às atividades culturais, além do disposto na Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), que estabelece o direito da pessoa privada de liberdade à educação, cultura, atividades intelectuais e o acesso a livros e bibliotecas, ressaltando a finalidade de reintegração social por meio da individualização da pena, o CNJ publicou a Resolução nº 391 de 2021 que traz orientações sobre remição de pena por prática de leitura e educação. De acordo com o art. 2º da Resolução nº 391 do CNJ: "Art. 2º. O reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas considerará as atividades escolares, as práticas sociais educativas não-escolares e a leitura de obras literárias".

O item II está incorreto, pois a Resolução nº 391 do CNJ assegura a possibilidade de remir até 48 (quarenta e oito) dias por ano pela leitura, conforme o disposto em seu art. 5º, V: "Art. 5º Terão direito à remição de pena pela leitura as pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados, considerando-se que: V – para cada obra lida corresponderá a remição de 4 (quatro) dias de pena, limitando-se, no prazo de 12 (doze) meses, a até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas e assegurando-se a possibilidade de remir até 48 (quarenta e oito) dias a cada período de 12 (doze) meses".

O item III está correto, nos termos do art. 5º, V, da Resolução nº 391 do CNJ: "Art. 5º Terão direito à remição de pena pela leitura as pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados, considerando-se que: V – para cada obra lida corresponderá a remição de 4 (quatro) dias de pena, limitando-se, no prazo de 12 (doze) meses, a até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas e assegurando-se a possibilidade de remir até 48 (quarenta e oito) dias a cada período de 12 (doze) meses".

O item IV está incorreto, pois a remição de pena pela leitura ocorre mediante a comprovação da leitura de qualquer obra literária, não sendo vedadas leituras de letras de música e outras formas de expressão literária. De acordo com o art. 5º, I e II, da Resolução nº 391 do CNJ: "Art. 5º Terão direito à remição de pena pela leitura as pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados, considerando-se que: I – a atividade de leitura terá caráter voluntário e será realizada com as obras literárias constantes no acervo bibliográfico da biblioteca da unidade de privação de liberdade; II – o acervo bibliográfico poderá ser renovado por meio de doações de visitantes ou organizações da sociedade civil, sendo vedada toda e qualquer censura a obras literárias, religiosas, filosóficas ou científicas, nos termos dos art. 5º, IX, e 220, § 2º, da Constituição Federal". Nesse contexto, o art. 5º, §4º,

dispõe acerca do acervo bibliográfico da biblioteca da unidade de privação de liberdade: "§ 4º Na composição do acervo da biblioteca da unidade de privação de liberdade deverá ser assegurada a diversidade de autores e gêneros textuais, incluindo acervo para acesso à leitura por estrangeiros, sendo vedada toda e qualquer forma de censura".

QUESTÃO 56. Diego está cumprindo pena em regime fechado na penitenciária que uma defensora pública está inspecionando. Em conversa com a defensora pública, ele explica que está atualmente no regime disciplinar diferenciado em razão de ter se envolvido em uma briga dentro do instituto prisional e reclama que está tendo apenas duas horas semanais de banho de sol. Em relação à essa reclamação, assinale a alternativa correta.

a) Não há nenhuma ilegalidade no período de banho de sol fornecido a Diego, vez que adequada a previsão legal.

b) Apesar de não haver previsão em lei nacional, as Regras de Mandela, documento internacional de cumprimento obrigatório no Brasil, preveem duração de duas horas diárias de banho de sol, razão pela qual a situação é legal, mas inconvencional.

c) Em razão de estar no regime disciplinar diferenciado, a periodicidade do banho de sol, por razões de segurança do estabelecimento penal, deve ser definida pelo diretor do estabelecimento.

d) Há previsão legal expressa indicando que um dos direitos básicos da pessoa privada de liberdade em regime disciplinar diferenciado é o direito a duas horas de banho de sol por dia.

e) Há previsão legal expressa indicando que ao preso em regime disciplinar diferenciado deve ser garantido banho de sol todos os dias, apesar de não prever sua duração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão aborda o conhecimento sobre o regime disciplinar diferenciado.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que há ilegalidade no período de banho de sol fornecido a Diego. De acordo com o enunciado da questão, Diego está tendo apenas duas horas semanais de banho de sol, em contrariedade à previsão legal expressa de que ao preso em regime disciplinar diferenciado deve ser garantido 2 (duas) horas diárias para banho de sol, consoante o disposto no art. 52, IV, da Lei de Execução Penal: "Art. 52. IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso".

A alternativa B está incorreta, pois há previsão legal expressa indicando que ao preso em regime disciplinar diferenciado deve ser garantido 2 (duas) horas diárias para banho de sol, conforme dispõe o art. 52, IV, da Lei de Execução Penal: "Art. 52. IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso".

A alternativa C está incorreta. A periodicidade do banho de sol, no contexto do regime disciplinar diferenciado, não deve ser definida pelo diretor do estabelecimento, tendo em vista que o art. 52, IV, da Lei de Execução Penal prevê expressamente que ao preso em regime disciplinar diferenciado deve ser garantido 2 (duas) horas diárias para banho de sol: "Art. 52. IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso".

A alternativa D está correta, trata-se de previsão legal expressa no art. 52, IV, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal): "Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso".

A alternativa E está incorreta, pois no art. 52, IV, da Lei de Execução Penal há previsão legal expressa indicando que ao preso em regime disciplinar diferenciado deve ser garantido banho de sol todos os dias, além disso também há previsão acerca da sua duração, qual seja, 2 (duas) horas diárias para banho de sol.

QUESTÃO 57. São direitos reais os seguintes, EXCETO:

a) Usufruto.

b) Laje.

c) Superfície.

d) Concessão de uso especial para qualquer fim.

e) Os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à união, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas e a respectiva cessão e promessa de cessão.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D.** A questão trata sobre direitos reais.

A alternativa A está incorreta. Conforme disposto no art. 1225, IV do CC, o Usufruto é um direito real.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsão do art. 1225, XIII do CC, a Laje é um direito real.

A alternativa C está incorreta. A Superfície encontra-se prevista como um direito real no art. 1225, II do CC.

A alternativa D está correta. O Código Civil exige o fim especial de moradia para que a concessão seja compreendida como um direito real: "Art. 1.225. São direitos reais: XI - a concessão de uso especial para fins de moradia;"

A alternativa E está incorreta. Trata-se da literalidade do direito real previsto no art. 1225, XIV do Código Civil.

QUESTÃO 58. Sobre contratos em geral e em espécie, assinale a alternativa correta.

a) Aquele que tiver prometido fato de terceiro responderá por perdas e danos quando este não o executar, inclusive se o terceiro for cônjuge do promitente, e qualquer que seja o regime de casamento.

b) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, independentemente do regime de bens.

c) Qualquer garantia poderá ser constituída, levada a registro, gerida e ter a sua execução pleiteada atuará em nome próprio e em benefício dos credores, inclusive em ações judiciais que envolvam qualquer cláusula que afaste essa regra em desfavor do devedor.

d) O objeto do contrato de comissão é a aquisição ou a venda de bens pelo comissário no nome e na conta do comitente.

e) No contrato de administração fiduciária de garantia, o agente de garantia poderá ser substituído, a qualquer tempo, por decisão do credor único ou dos titulares que representarem a maioria qualificada de 2/3 dos créditos garantidos, reunidos em assembleia, sendo a substituição do agente de garantia eficaz a contar do dia seguinte à assembleia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre contratos em geral e em espécie.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese excepcionada pelo Código Civil que assim dispõe: "Art. 439. Aquele que tiver prometido fato de terceiro responderá por perdas e danos, quando este não executar. Parágrafo único. Tal responsabilidade não existirá se o terceiro for o cônjuge do promitente, dependendo da sua anuência o ato a ser praticado, e desde que, pelo regime do casamento, a indenização, de algum modo, venha a recair sobre os seus bens."

A alternativa B está incorreta. Há a exigência pelo Código Civil de que o regime de bens seja o de separação obrigatória: "Art. 496. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido. Parágrafo único. Em ambos os casos, dispensa-se o consentimento do cônjuge se o regime de bens for o da separação obrigatória."

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 853-A do Código Civil.

A alternativa D está incorreta. Conforme previsão expressa do Código Civil: "Art. 693. O contrato de comissão tem por objeto a compra ou venda de bens ou a realização de mútuo ou outro negócio jurídico de crédito pelo comissário, em seu próprio nome, à conta do comitente."

A alternativa E está incorreta. Basta a maioria simples para substituição do agente de garantia conforme se depreende da literalidade da lei: "Art. 853-A § 3º O agente de garantia poderá ser substituído, a qualquer tempo, por decisão do credor único ou dos titulares que representarem a maioria simples dos créditos garantidos, reunidos em assembleia, mas a substituição do agente de garantia somente será eficaz após ter sido tornada pública pela mesma forma por meio da qual tenha sido dada publicidade à garantia".

QUESTÃO 59. Sobre a nova lei do programa "Minha Casa, Minha Vida", Lei Federal nº 14.620/2023, é correto afirmar que:

a) Na hipótese de haver filhos do casal, independentemente de a quem seja atribuída a guarda, o título da propriedade do imóvel constituído ou adquirido será registrado sempre em nome da mulher, ainda que não esteja em situação de violência doméstica.

b) Os contratos e os registros efetivados no âmbito do programa serão formalizados, prioritariamente, no nome da mulher, desde que haja outorga do cônjuge.

c) A subvenção econômica destinada à pessoa física no ato da contratação, que tenha por objetivo proporcionar a aquisição ou a produção da moradia por meio do programa, será concedida apenas uma vez para cada beneficiário e poderá ser cumulativa com os descontos habitacionais concedidos nas operações de financiamento efetuadas nos termos do disposto no art. 9º da Lei do FGTS, com recursos do FGTS, vedada a sua concessão à pessoa física que tenha recebido, nos últimos 5 anos, benefícios similares oriundos de subvenções econômicas concedidas com recursos do Orçamento Geral da união, do Far, do FDS ou provenientes de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuados as subvenções e os descontos destinados à aquisição de material de construção e o Crédito Instalação, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (incra), na forma prevista em regulamentação específica.

d) A subvenção econômica concedida a cada família beneficiária, aplicável às operações de que trata esta Lei, observará o limite de avaliação do agente financeiro, considerando as regras do programa, limitado ao valor venal por unidade habitacional, sem possibilidade de ser complementado outros convênios.

e) Serão priorizadas, para fins de atendimento à provisão subsidiada de unidades habitacionais com o emprego de dotação orçamentária da União e com recursos do FNHIS, do FAR ou do FDS, as famílias que, entre outras hipóteses de prioridade, tenham pessoa em situação de vulnerabilidade ou risco social, que tenham perdido a moradia em razão de desastres naturais em localidade em que tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública, em situação de rua, que tenham mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, residentes em área de risco, e integrantes de povos tradicionais e quilombolas.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra E.** A questão trata sobre o programa Minha Casa Minha Vida.

A alternativa A está incorreta. Conforme a literalidade do Art. 9§3º da lei 14.620/2023: "Na hipótese de haver filhos do casal e a guarda ser atribuída exclusivamente ao homem, o título da propriedade do imóvel construído ou adquirido será registrado em seu nome ou a ele transferido, revertida a titularidade em favor da mulher caso a guarda dos filhos seja a ela posteriormente atribuída."

A alternativa B está incorreta. A formalização independe da outorga do cônjuge: "Art. 10. Os contratos e os registros efetivados no âmbito do Programa serão formalizados, prioritariamente, no nome da mulher e, na hipótese de ela ser chefe de família, poderão ser firmados independentemente da outorga do cônjuge, afastada a aplicação do disposto nos arts. 1.647, 1.648 e 1.649 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)."

A alternativa C está incorreta. A assertiva contraria o art. 9, III da lei 14.620/2023, que prevê o prazo de 10 anos do recebimento de benefícios similares. Confira a literalidade da lei: "III- tenha recebido, nos últimos 10 (dez) anos, benefícios similares oriundos de subvenções econômicas concedidas com recursos do Orçamento-Geral da União, do FAR, do FDS ou provenientes de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuados as subvenções e os descontos destinados à aquisição de material de construção e o Crédito Instalação, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na forma prevista em regulamentação específica".

A alternativa D está incorreta. O limite de avaliação poderá ser complementado por outros convênios conforme se depreende da literalidade da lei: Art. 13§7º Nas operações previstas no § 6º, a subvenção econômica concedida a cada família beneficiária, aplicável às operações de que trata esta Lei, observará o limite de avaliação do agente financeiro considerando as regras do Programa, limitado ao valor atual por unidade habitacional, nos termos do regulamento do Ministério das Cidades, podendo ser complementado por convênio com outros entes da Federação."

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do art. 8 da lei 14.620/2023.

QUESTÃO 60. Sobre condomínio edilício e multipropriedade, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É possível a mudança da destinação do edifício ou unidade imobiliária com aprovação da maioria simples dos condôminos presentes.

b) Quando a deliberação exigir quórum especial previsto em lei ou em convenção e ele não for atingido, a assembléia poderá, por decisão da maioria dos presentes, autorizar o presidente a converter a reunião em sessão permanente, podendo a sessão permanente ser prorrogada tantas vezes quantas necessárias, desde que a assembleia seja conduta no prazo total de 90 dias, contados da data de sua abertura inicial.

c) A assembleia eletrônica deverá obedecer aos preceitos de instalação, de funcionamento e de encerramento previsto no edital de convocação e poderá ser realizada de forma híbrida, com a presença física e virtual de condôminos concomitantemente no mesmo ato.

d) Multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso gozo, com exclusividade, correspondente a cada fração de tempo será de, no mínimo, 7 dias, seguidos ou intercalados.

e) O condomínio edilício em que tenha sido instituído o regime de multipropriedade em parte ou na totalidade de suas unidades autônomas terá necessariamente um administrador profissional, sendo que este poderá modificar o regimento interno quanto aos aspectos estritamente operacionais da gestão da multipropriedade no condomínio edilício.

Comentários

A alternativa correta é a Letra A. A questão trata sobre condomínio edilício e multipropriedade.

A alternativa A está correta. A assertiva contraria o disposto no art. 1.358-O, II que exige a deliberação da maioria absoluta dos condôminos.

A alternativa B está incorreta. Trata-se da literalidade do Parágrafo único do art. 1353 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de previsão expressa do art. 1.354-A§4º do Código Civil.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de previsão expressa do art. 1.358-C do Código Civil.

A alternativa E está incorreta. Trata-se previsão contida no art. 1.358-R do Código Civil.

QUESTÃO 61. Sobre hipoteca, é correto afirmar que:

a) É possível ser objeto da hipoteca a propriedade fiduciária, mas não o direito de uso especial para fins de moradia.

b) É insolvente o devedor por faltar ao pagamento das obrigações garantidas por hipotecas posteriores à primeira hipoteca.

c) A hipoteca poderá por requerimento dos proprietários, ser posteriormente estendida para garantir novas obrigações em favor do mesmo credor mantidos o registro e a publicidade originais, não existindo prioridade de direitos, ainda que contraditórios, ingressos na matrícula do imóvel.

d) Na hipótese de superveniente multiplicidade de credores garantidos pela mesma hipoteca estendida, apenas o credor titular do crédito mais prioritário poderá promover a execução judicial da garantia, não podendo ser convencionado de modo diverso por todos os credores.

e) O credor hipotecário que efetuar o pagamento, a qualquer tempo, das dívidas garantidas pelas hipotecas anteriores sub-rogar-á nos seus direitos, sem prejuízo dos que lhe competirem contra o devedor comum.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra E.** A questão trata sobre o instituto da hipoteca.

A alternativa A está incorreta. O direito especial de uso para fins de moradia poderá ser objeto de hipoteca conforme previsto no Art. 1.473, VIII do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. A assertiva contraria o art 1.477§1ª do Código Civil que prevê: "Não se considera insolvente o devedor por faltar ao pagamento das obrigações garantidas por hipotecas posteriores à primeira."

A alternativa C está incorreta. Deverão ser respeitadas a prioridade de direitos no que tange a extensão de garantia: "Art. 1.487-A. A hipoteca poderá, por requerimento do proprietário, ser posteriormente estendida para garantir novas obrigações em favor do mesmo credor, mantidos o registro e a publicidade originais, mas respeitada, em relação à extensão, a prioridade de direitos contraditórios ingressos na matrícula do imóvel."

A alternativa D está incorreta. O credor titular do crédito mais prioritário poderá ser convencido de modo diverso conforme previsão contida no art. 1.487-A§3º do Código Civil.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do art. 1.478 do Código Civil.

QUESTÃO 62. Sobre as súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicáveis ao Direito Civil, assinale a alternativa correta.

a) O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas, exceto se for imóvel residencial que estiver locado a terceiros, ainda que seja o único e que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência familiar.

b) Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denunciação ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, sem limitação.

c) Os efeitos da sentença que reduzem, majoram ou exoneram o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.

d) O suicídio não é coberto nos 2 primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida, nem há direito do beneficiário à devolçução do montante da reserva técnica formada.

e) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção de natureza precária, sendo devida a indenização por benfeitorias necessárias que forem feitas.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C.** A questão trata sobre os entendimentos sumulados do STJ.

A alternativa A está incorreta. Súmula 486 STJ: "É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família."

A alternativa B está incorreta. Súmula 537-STJ: "Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denunciação ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice."

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade da súmula 621 do STJ.

A alternativa D está incorreta. Súmula 610: "O suicídio não é coberto nos dois primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida, ressalvado o direito do beneficiário à devolução do montante da reserva técnica formada."

A alternativa E está incorreta. Súmula 619: "A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias."

QUESTÃO 63. Sobre a Lei de Registros Públicos, Lei Federal nº 6.015/1973, e a tese fixada pelo STJ no julgado do Resp 1.927.090-RJ, é incorreto afirmar que:

a) Segundo decidiu o STJ, no Resp 1.927.090-RJ, é possível a completa supressão e substituição total do nome registral por pessoa autoidentificada como índigena, haja vista o direito de autodeterminação indígena.

b) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, observado que ao prenome serão acrescidos os sobrenomes dos genitores ou de seus ascendentes, em qualquer ordem e, na hipótese de acréscimo de sobrenome de ascendente que não conste das certidões apresentadas, deverão ser apresentadas as certidões necessárias para comprovar a linha ascendente.

c) Os ofícios de registro civil das pessoas naturais poderão, ainda, emitir certificado de vida, de estado civil e de domicílio, físico e eletrônico, da pessoa natural, e deverá ser realizada comunicação imediata e eletrônica da prova de vida para a instituição interessada, se for o caso, a partir da celebração de convênio.

d) Nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.

e) Em até 15 dias após o registro, qualquer dos genitores poderá apresentar, perante o registro civil onde foi lavrado o assento de nascimento, oposição fundamentada ao prenome e sobrenomes indicados pelo declarante, observado que, se houver manifestação consensual dos

genitores, será realizado o procedimento de retificação administrativa do registro mas, se não houver consenso, a oposição será encaminhada ao juiz competente para decisão.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra A.** A questão trata sobre a jurisprudência do STF.

A alternativa A está correta. A assertiva contraria a tese fixada pelo STJ que diz "Não é possível a completa supressão e substituição total do nome registral, por pessoa auto identificada como indígena, por ausência de previsão legal, bem como por respeito ao princípio da segurança jurídica e das relações jurídicas a serem afetadas."

A alternativa B está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 55 da lei 6.015/73.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de previsão contida no art. 29§6ª da lei 6.015/73.

A alternativa D está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 77 da lei 6.015/73.

A alternativa E está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 55§4ª da lei 6.015/73.

QUESTÃO 64. Acerca do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), assinale a alternativa correta:

a) O IDPJ é cabível na fase de cumprimento de sentença e na execução de título extrajudicial, não permitida a instauração durante o processo de conhecimento. Já que não há formação de título definitivo transitado em julgado.

b) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será intimada para manifestar-se e requerer provas no prazo de 10 dias.

c) Concluída a instrução, é cabível recurso de apelação contra a decisão que resolveu o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

d) Acolhido o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, a alienação ou oneração de bens, havida em fraude contra credores ou fraude à execução, acarretará a nulidade do ato.

e) Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta. Caberá IDPJ também no processo de conhecimento conforme determinação expressa do art. 134 do CPC.

A alternativa B está incorreta. O prazo para manifestação é de 15 dias, conforme determinação do art. 135 do CPC.

A alternativa C está incorreta. Concluída a instrução, se necessário o incidente será resolvido por decisão interlocutória, sendo que, na hipótese de ser proferida por um relator será cabível agravo interno, conforme previsão do art. 136 do CPC.

A alternativa D está incorreta. Conforme a literalidade do art. 137 do CPC: "Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente."

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do Art. 792§3ª do CPC.

QUESTÃO 65. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

a) O reconhecimento da litigância de má-fé pode ser de ofício ou a requerimento com cominação ao pagamento de multa que, quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, poderá ser fixada em até 10 vezes o valor do salário mínimo.

b) Não é possível a condenação em honorários advocatícios em caso de perda de objeto, já que não há sentença de resolutiva de mérito.

c) Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão dispensados.

d) O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, desnecessária a representatividade adequada, no prazo de 10 dias de sua intimação.

e) No chamamento ao processo, a sentença de procedência somente valerá como título executivo em favor do réu quando este satisfazer a dívida por inteiro, sub-rogando-se nos direitos do credor, não cabendo contra codevedores, razão pela qual deverá ser ajuizada contra estes a ação autônoma de regresso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre normas gerais do Código de Processo Civil.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do art. 81 do CPC.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto no art. 85§10 do CPC: "Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo."

A alternativa C está incorreta. Prevê o art. 90 do CPC: "Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu."

A alternativa D está incorreta. O prazo correto é de 15 dias, conforme previsão no art. 138 do CPC.

A alternativa E está incorreta. A dívida será exigível também dos codevedores não se exigindo para isso o ajuizamento de ação autônoma, conforme disposto no art. 132 do CPC.

QUESTÃO 66. Em 1º de agosto de 2023, a Fazenda Pública Estadual ajuizou execução fiscal em face de Ricardo em razão de débito tributário inscrito em dívida ativa, com montante superior a 60 salários mínimos. No dia 60 de agosto de 2023, Ricardo foi intimado da penhora de um apartamento de sua propriedade de valor superior ao débito fiscal. Diante do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

a) Ricardo pode apresentar embargos à execução no prazo de 30 dias, a contar da juntada do mandado de intimação da penhora.

b) Ricardo pode apresentar embargos à execução fiscal no prazo de 30 dias, a contar da intimação da penhora.

c) Ricardo pode apresentar embargos à execução fiscal no prazo de 30 dias, a contar da juntada do mandado de citação.

d) Ricardo pode utilizar da reconvenção nos embargos à execução fiscal no prazo de 30 dias, a contar da juntada do mandado.

e) Caso Ricardo não apresente embargos à execução fiscal no prazo legal, é possível apresentar exceção de pré-executividade requerendo a produção de prova contábil para comprovar o excesso de execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre a lei de execução fiscal.

A alternativa A está incorreta. O prazo é contado da intimação da penhora e não de sua juntada.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 16 da Lei de Execução fiscal que assim dispõe: Art. 16 - O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: (...) III - da intimação da penhora."

A alternativa C está incorreta. Conta-se o prazo da intimação da penhora, conforme art. 16, III da lei 6830/80.

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o art. 16§3ª da Lei 6830/80: "Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos."

A alternativa E está incorreta. Não serão admitidas exceções conforme previsão contida no art. 16§3ª da Lei 6830/80.

QUESTÃO 67. João propôs ação de conhecimento em face de Marcos, pleiteando indenização por danos morais em decorrência de publicações em rede social que o acusavam de ser o responsável por danos causados no veículo de Marcos. Este, devidamente citado no endereço informado na petição inicial, apresentou contestação e reiterou a responsabilidade de João pelos danos, bem como a licitude das publicações, aduzindo que, em momento oportuno, apresentará testemunhas oculares da prática de dano no veículo de sua propriedade. Em instrução processual, João provou que não causou danos no veículo de Marcos e que as publicações geraram impacto negativo em sua vida social. O juiz acolheu o pedido de indenização e condenou Marcos ao pagamento de R$10.000,00 por danos morais e honorários de sucumbência fixados em 10% do valor da condenação. Não houve interposição de recursos pelas partes. João deu início ao cumprimento de sentença, nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo legal, Marcos não efetuou o pagamento voluntário ou apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, muito embora devidamente intimado através deste certificou que Marcos não mais residia no local indicado na petição inicial. Diante do caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta.

a) Deverá João requerer a intimação por edital de Marcos, mesmo antes de esgotados todos os meios de localização do devedor.

b) É válida a intimação por Marcos, se a mudança de endereço não tiver sido devidamente comunicada ao juízo.

c) Deverá o juiz proceder de ofício a suspensão da execução pelo prazo de 1 ano, em razão da não localização de Marcos, interrompendo-se o prazo prescricional.

d) João não poderá dar prosseguimento ao processo, já que o devedor se encontra em local incerto e não sabido.

e) Ainda que transitada em julgado a sentença, nos termos do art. 495 do Código de Processo Civil, João não poderá realizar a hipoteca judiciária, em decorrência da não localização do devedor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta. Prevê o art. 513 §2ª, IV que a intimação por edital deverá ser realizada apenas se o revel foi revel na fase de conhecimento.

A alternativa B está correta. Trata-se de previsão contida no art. 513 §3ª do CPC: "Na hipótese do § 2º, incisos II e III, considera-se realizada a intimação quando o devedor houver mudado de endereço sem prévia comunicação ao juízo, observado o disposto no parágrafo único do art. 274."

A alternativa C está incorreta. O juiz não poderá deliberar de ofício pela suspensão, uma vez que, o cumprimento de sentença far-se-á requerimento do exequente conforme o art. 513 §1ª do CPC.

A alternativa D está incorreta. O devedor poderá ser intimado por edital para cumprir a sentença, conforme previsto no art. 513 §2ª, IV do CPC.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de vedação não prevista no art. 495 do CPC, que dispõe: "Art. 495. A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária. § 1º A decisão produz a hipoteca judiciária: I - embora a condenação seja genérica; II - ainda que o credor possa promover o cumprimento provisório da sentença ou esteja pendente arresto sobre bem do devedor; III - mesmo que impugnada por recurso dotado de efeito suspensivo. § 2º A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência".

QUESTÃO 68. Acerca do instituto do inventário no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

a) O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 2 meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.

b) Não tem legitimidade concorrente para requerer a abertura de inventário o credor do legatário, apenas o credor do autor da herança.

c) Dentro de 30 dias contados da data em que prestou o compromisso, o inventariante fará as primeiras declarações, das quais se lavrará termo circunstanciado, assinado pelo juiz, pelo escrivão e pelo inventariante.

d) Pode ser arguida a sonegação ao inventariante a qualquer tempo, antes ou depois de encerrada a descrição dos bens.

e) A existência de dívida do imposto de transmissão a título de morte para com a Fazenda Pública impedirá o julgamento da partilha, ainda que o seu pagamento esteja garantido.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra A.** A questão trata sobre o processo de inventário e de partilha.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do art. 611 do CPC.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsão contida no art. 616 do CPC: "Art. 616. Têm, contudo, legitimidade concorrente: (...) VI - o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança;"

A alternativa C está incorreta. O prazo previsto no art. 620 do CPC é de 20 dias.

A alternativa D está incorreta. Conforme disposto no art. 621 do CPC: "Art. 621. Só se pode arguir sonegação ao inventariante depois de encerrada a descrição dos bens, com a declaração, por ele feita, de não existirem outros por inventariar."

A alternativa E está incorreta. Conforme previsto no Parágrafo único do art. 654 do CPC: "A existência de dívida para com a Fazenda Pública não impedirá o julgamento da partilha, desde que o seu pagamento esteja devidamente garantido."

QUESTÃO 69. Ana impetrou mandado de segurança contra ato do Secretário de Saúde do Município de Curitiba, aduzindo que a falta de atendimento médico na especialidade de cardiologia violava seu direito líquido e certo de acesso à assistência médica gratuita. A medida liminar foi indeferida pelo juiz, determinando as comunicações de praxe. Tanto a autoridade coatora como seu representante judicial negaram a ausência de atendimento médico na especialidade de cardiologia, se limitando a afirmar a necessidade de inclusão de todos os usuários em "fila de espera de atendimento". Em sentença, foi concedida a segurança, determinando que a autoridade coatora forneça o atendimento médico na especialidade solicitada. Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

a) A autoridade coatora não poderá apelar da sentença, somente seu representante judicial, no prazo de 15 dias.

b) A sentença não estará sujeita, obrigatoriamente, ao duplo grau de jurisdição.

c) A sentença que concedeu o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente.

d) Cabe recurso ordinário contra a sentença que concedeu a segurança, conforme art. 1.027, inciso, II, do Código de Processo Civil, que será distribuído e julgado por uma das Turmas do Superior Tribunal de Justiça.

e) Poderá ser requerida a suspensão da segurança ao presidente do tribunal. Caso deferida, em decisão fundamentada, caberá agravo, com efeito suspensivo, no prazo de 15 dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C.** A questão trata sobre Mandado de Segurança.

A alternativa A está incorreta. A autoridade coatora possui o direito de recorrer, conforme disposição do art. 14 §2ª da Lei do Mandado de segurança.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto no art. 14§1ª da lei 12016/2009: "§ 1º Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.".

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 14§3ª da lei 12016/2009.

A alternativa D está incorreta. Prevê o caput do art. 14 da lei 12016/2009 que o recurso cabível é apelação.

A alternativa E está incorreta. O prazo do agravo é de 5 dias, conforme previsto no art. 15 da lei 12016/2009.

QUESTÃO 70. Acerca dos juizados Especiais e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Continua eficaz e aplicável o conteúdo da Súmula 111/STJ, com a redação modificada em 2006, mesmo após a vigência do atual Código de Processo Civil, no que tange à fixação de honorários advocatícios.

b) A dispensa de reexame necessários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas.

c) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 dias.

d) Nas decisões por maioria, em reexame necessário, se admitem embargos infringentes.

e) As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **Letra D.** A questão trata sobre a jurisprudência do STJ relacionada aos Juizados Especiais. Questão passível de anulação.

A alternativa A está incorreta. Trata-se do Tema 1.015 do STJ (REsp n. 1.880.529/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, julgado em 8/3/2023, DJe de 27/3/2023.).

A alternativa B está incorreta. A Súmula nº 490/STJ dispõe: "A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários-mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas."

A alternativa C está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 9º da lei 10259/2001.

A alternativa D está correta. A assertiva contraria o disposto na súmula 390 do STJ que dispõe: Nas decisões por maioria, em reexame necessário, não se admitem embargos infringentes. Questão passível de anulação, uma vez que, a súmula exigida não é aplicável ao Código de Processo Civil atual.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de previsão contida no Enunciado 8 da Fonaje.

QUESTÃO 71. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta.

a) É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

b) A demarcação é um procedimento de natureza constitutiva do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena.

c) Qualquer um dos entes da federação tem legitimidade para figurar no polo passivo das lides que visam assegurar às populações indígenas o acesso à saúde.

d) O Poder Judiciário pode determinar que o Poder Executivo adote medidas necessárias à demarcação de terra indígena quando houver injustificável inércia estatal.

e) O dano ambiental pode ocorrer na forma difusa, coletiva, individual e homogênea. Esta, na verdade, trata-se do dano ambiental particular ou dano por intermédio do meio ambiente ou dano por ricochete.

Comentários

A resposta correta é a **letra B.** A questão trata dos atuais entendimentos dos Tribunais Superiores.

A alternativa A está correta, pois é o entendimento do STF no julgamento da ADC 41/DF (info 868), vejamos: "É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa." (STF. Plenário. ADC 41/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 8/6/2017).

A alternativa B está incorreta, pois contraria o entendimento do STF, no julgamento do RE 1.017.365 com repercussão geral, que estabelece a demarcação de territórios indígenas como um procedimento de natureza declaratória, vejamos: "I - A demarcação consiste em procedimento declaratório do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena;" (RE 1.017.365, rel. min. Edson Fachin, j. 27-9-2023, P, DJE de 15-2-2024, Tema 1.031, com mérito julgado.)

A alternativa C está correta, por ser o entendimento do STF no ARE 1.348.690/PA, vejamos: "1. O Poder Público é o responsável por fornecer condições para a garantia do direito à vida e à saúde da comunidade indígena. É, portanto, responsabilidade constitucional da União garantir os direitos pleiteados na presente ação civil pública. Não há que se falar em litisconsórcio passivo necessário. Qualquer um dos entes da federação tem legitimidade para figurar no polo passivo das lides que visam

assegurar às populações indígenas o acesso à saúde." (ARE 1.348.690, Rel. Min. Nunes Marques, Segunda Turma, DJe 08.02.2022).

A alternativa D está correta, por ser o entendimento do STJ no REsp nº 1.623.873/SE; vejamos um trecho da Ementa: "PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AQUISIÇÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. CONFLITO ENTRE AS ETNIAS KARIRI-XOCÓ E FULKAXÓ. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. CONSTITUIÇÃO DE RESERVA INDÍGENA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. CONCLUSÃO. DEMORA EXCESSIVA. INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES. PRAZO. TEMPO SUFICIENTE. (...) 11. Não procede o argumento de ingerência indevida do Poder Judiciário nas diretrizes de políticas públicas, notadamente quando se cuida de reconhecer a omissão estatal na adoção de providências específicas (arts. 26 e 27 da Lei n. 6.001/1973) para a concretização de direitos constitucionais dos indígenas (art. 231 da CF/88)." (REsp n. 1.623.873/SE, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 26/4/2022, DJe de 28/4/2022.)

A alternativa E está correta, por ser o entendimento do STJ, no julgamento do REsp 1.641.167/RS, vejamos: "(...) 4. O dano ambiental pode ocorrer na de forma difusa, coletiva e individual homogêneo este, na verdade, trata-se do dano ambiental particular ou dano por intermédio do meio ambiente ou dano em ricochete." (STJ – REsp 1.641.167/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 20/03/2018).

QUESTÃO 72. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a respeito dos direitos das pessoas com deficiência, é correto afirmar que:

A) O fato de a paralisia cerebral e a síndrome de Down não estarem enquadradas no CID-10 F84 (transtornos globais do desenvolvimento) afasta a obrigação de as operadoras e planos de saúde fornecerem cobertura de terapia multidisciplinar, sem limite de sessões, prescrita a beneficiário.

b) É possível a manutenção da obrigação de prestar alimentos a filho com doença mental incapacitante após a maioridade civil, salvo quando o alimentando receba benefício assistencial, ainda que o montante dos valores auferidos não sejam suficientes para o suprimento das suas necessidades básicas.

c) É responsabilidade de todos os fornecedores da cadeia de consumo a disponibilização de condições adequadas de acesso para participação de pessoas com deficiência em eventos.

d) O fato de a parte ser pessoa com deficiência, por si só, já é motivo suficiente para caracterizar relevância social a exigir a intervenção do Ministério Público como custos legis.

e) O estacionamento indevido de veículo sem credencial em vaga reservada à pessoa com deficiência por si só configura dano moral coletivo.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata do atual entendimento do STJ a respeito dos direitos das pessoas com deficiência.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o entendimento do STJ, fixado na jurisprudência em Teses edição nº 213 (Tese 12), é o de que a ausência de previsão da paralisia cerebral e da síndrome de Down no CID-10 F84 não afasta tal obrigação por parte das operadoras de planos de saúde. Veja: "12) O fato de a Paralisia Cerebral e a Síndrome de Down não estarem enquadradas na CID-10 F84 (transtornos globais do desenvolvimento) não afasta a obrigação de as operadoras de planos de saúde fornecerem cobertura de terapia multidisciplinar, sem limite de sessões, prescrita a beneficiário."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o entendimento do STJ, fixado na jurisprudência em Teses edição nº 213 (Tese 8), é o de que é possível a manutenção da obrigação de prestar alimentos a filho com doença mental incapacitante após a maioridade civil, mesmo quando o alimentando receba benefício assistencial, veja: "8) É possível a manutenção da obrigação de prestar alimentos a filho com doença mental incapacitante após a maioridade civil, ainda que o alimentando receba benefício assistencial, caso o montante dos valores auferidos não sejam suficientes para o suprimento de suas necessidades básicas."

A alternativa C está correta, tendo em vista ser o entendimento do STJ no julgamento do REsp nº 1.912.548/SP, veja: "(...) 7. É dever de todos os fornecedores da cadeia de consumo zelar pela disponibilização de condições adequadas de acesso aos eventos, a fim de permitir a participação, sem percalços, do público em geral, inclusive dos deficientes físicos. É a sociedade quem deve se adaptar, eliminando as barreiras físicas, de modo a permitir a integração das pessoas com deficiência ao seio comunitário. 8. Recurso especial conhecido e desprovido." (REsp n. 1.912.548/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/5/2021, DJe de 7/5/2021.)

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o entendimento do STJ, fixado na jurisprudência em Teses edição nº 212 (Tese 3), é o de que o fato de a parte ser pessoa com deficiência não constitui motivo suficiente para a intervenção do Ministério Público como *custos legis*. Veja: "3) O fato de a parte ser pessoa com deficiência, por si só, não é motivo suficiente para caracterizar relevância social a exigir a intervenção do Ministério Público como *custos legis*."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que contraria o entendimento do STJ, fixado na jurisprudência em Teses edição nº 212 (Tese 11), veja: "O estacionamento indevido de veículo, sem credencial, em vaga reservada à pessoa com deficiência não configura dano moral coletivo."

QUESTÃO 73. Segundo a legislação que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a alternativa correta.

a) A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal isoladamente com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

b) Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

c) O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado pela União, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 10 anos, a ser atualizado a cada 2 anos.

d) A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

e) O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos não pode ser considerado responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços.

Comentários

A resposta correta é a **letra B.** A questão trata do tema Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 12.305/2010 traz, no que diz respeito às suas disposições gerais, em seu art. 4º: "A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos", de forma que suas ações poderão ocorrer de forma isolada ou conjunta, com outros entes ou particulares.

A alternativa B está correta, tendo em vista que a Lei nº 12.305/2010, no que diz respeito à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, traz a seguinte ordem de prioridades, em seu art. 9º: "Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos", que é, *ipsis litteris,* o que informa a alternativa.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 12.305/2010, no que diz respeito ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, determina o horizonte de 20 (vinte) anos para o mesmo, e não 10 (dez), a ser atualizada a cada 4 (quatro) anos, e não 2 (dois), como apresenta a alternativa. Vejamos: "Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo: (...)".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, consoante a Lei nº 12.305/2010, a inexistência do plano municipal de gestão integrada não pode obstar a implementação ou elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, veja: "Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo: (...) § 2º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que contraria o que determina a Lei nº 12.305/2010, que dispõe: "Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Lei nº 11.445, de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento."

QUESTÃO 74. Relativo ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, é incorreto afirmar que:

a) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b) Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

c) Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida.

d) O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

e) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

Comentários

A resposta correta é a **letra E.** A questão trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A alternativa A está correta, pois é o que determina a Lei nº 13.146/2015, que em seu art. 2º dispõe: "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas."

A alternativa B está correta, pois é o que determina a Lei nº 13.146/2015, que em seu art. 4º dispõe: "Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação."

A alternativa C está correta, pois é o que determina a Lei nº 13.146/2015, que em seu art. 10º dispõe: "Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida."

A alternativa D está correta, pois é o que determina a Lei nº 13.146/2015, que em seu art. 14º dispõe: "O processo de habilitação e de reabilitação é um direito da pessoa com deficiência. Parágrafo único. O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas."

A alternativa E está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 13.146/2015, que em seu art. 4º traz a facultatividade da fruição de tais benefícios, veja: "Toda pessoa com deficiência tem direito à

igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. § 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa."

QUESTÃO 75. De acordo com a Lei nº 4.717/1965, que regula a ação popular, é correto afirmar que:

a) Qualquer cidadão poderá habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.

b) A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador ou não, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento.

c) A extinção do cumprimento provisório de sentença por conta de transação celebrada em ação coletiva entre o próprio devedor e o legitimado extraordinário, em prejuízo do exequente, afasta o princípio da causalidade em desfavor da parte executada e atrai a sucumbência para a parte exequente.

d) A exigência de uma tarifa bancária considerada indevida agride, de modo totalmente injusto e intolerável, o ordenamento jurídico e os valores éticos fundamentais da sociedade em si considerada, dando ensejo a danos morais coletivos.

e) O sindicato possui legitimidade ativa para substituir os sucessores de servidores falecidos, desde que o óbito tenha ocorrido antes do ajuizamento da execução.

Comentários

A resposta correta é a **letra A.** A questão trata da Lei nº 4.717/1965, que regula a Ação Popular.

A alternativa A está correta, pois a Lei nº 4.717/1965 estabelece que qualquer cidadão poderá habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular, vejamos: "Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo. (...) § 5º É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular."

A alternativa B está incorreta, pois a contraria o entendimento do STF, fixado em Tese de Repercussão Geral definida no RE 612.043, que dispõe: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento." (Tese definida no RE 612.043, rel. min. Marco Aurélio, P, j. 10-5-2017, DJE 229 de 6-10-2017, Tema 499.)

A alternativa C está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, fixado no julgamento do REsp n. 2.053.653/SP, de que a extinção do cumprimento provisório de sentença, por transação celebrada em ação coletiva entre o próprio devedor e o legitimado extraordinário, em prejuízo do exequente, não atrairá a sucumbência para a parte exequente. Vejamos: "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. TRANSAÇÃO. EXEQUENTE. NÃO PARTICIPAÇÃO. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL E PROVISÓRIO DA SENTENÇA. EXTINÇÃO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. INDEVIDOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. (...) 4. De ordinário, o sucumbente é considerado responsável pela instauração do processo e, assim, condenado nas despesas processuais. O princípio da causalidade, contudo, não permite a oneração da parte que não deu causa à extinção do processo. 5. Caso concreto em que o cumprimento individual e provisório da sentença, que havia condenado ao pagamento de expurgos inflacionários, foi extinto, por transação entre o próprio devedor e o legitimado extraordinário, homologada na ação coletiva, em prejuízo do exequente e com fundamento em um recorte temporal, cuja causa de extinção não lhe pode ser atribuída. (...)" (REsp n. 2.053.653/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 16/5/2023, DJe de 6/6/2023.)

A alternativa D está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, fixado no AgInt no AREsp n. 1.754.555/RN, veja: "(...) 2. A exigência de uma tarifa bancária considerada indevida não agride, de modo totalmente injusto e intolerável, o ordenamento jurídico e os valores éticos fundamentais da sociedade em si considerada, tampouco provoca repulsa e indignação na consciência coletiva, não dando ensejo a danos morais coletivos. Precedente. 3. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp n. 1.754.555/RN, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 28/8/2023, DJe de 31/8/2023.)

A alternativa E está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, fixado no julgamento do AgInt no REsp n. 2.026.557/PE, veja: "AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. SINDICATO. ÓBITO DO SUBSTITUÍDO. HABILITAÇÃO DE SUCESSORES. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE ATIVA. ANÁLISE. NECESSIDADE DO REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. "O sindicato possui legitimidade ativa para substituir os sucessores de servidores falecidos, independentemente de o óbito ter ocorrido antes do ajuizamento da execução. Nesse sentido: REsp 1.864.315/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 25/6/2020; AgRg no REsp 1.224.482/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 15/10/2015 (AgInt no REsp 1.881.628/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/11/2020, DJe 1º/12/2020)." (AgInt no REsp n. 2.026.557/PE, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 20/3/2023, DJe de 23/3/2023.)

QUESTÃO 76. Segundo a Lei nº 8.078/1990, sobre o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa incorreta.

a) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

b) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, desde que haja culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de manipulação, apresentação ou projeto, fabricação, construção,

acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

c) O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

d) O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

e) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

A alternativa A está correta, pois é precisamente o que dispõe a Lei nº 8.078/1990, em seu art. 14, vejamos: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos."

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei nº 8.078/1990, em seu artigo 12º, caput, segundo o qual tal reparação de danos causados aos consumidores independe da existência de culpa. Vejamos: "Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos."

A alternativa C está correta, pois é o que determina a Lei nº 8.078/1990, veja: "Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos. (...) § 2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado."

A alternativa D está correta, pois é o que determina a Lei nº 8.078/1990, veja: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. (...) § 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas."

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei nº 8.078/1990, veja: "Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: (...) § 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito."

QUESTÃO 77. Conforme a Lei nº 4.717/1965, é correto afirmar que:

a) A legislação que regulamenta o *habeas data* estabelece que, constatada a inexatidão de qualquer dado a seu respeito, o interessado, em petição acompanhada de documentos comprobatórios, poderá requerer sua retificação que será feita em, no máximo, 15 dias após a entrada do requerimento.

b) A sentença que julgar ação civil pública fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, independente de nova prova.

c) As ações e serviços de saúde executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde que diretamente, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade.

d) Tratando-se de ação popular, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado cujo ato seja objeto de impugnação poderá abster-se de contestar o pedido ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

e) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Interesses ou direitos coletivos são os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

Comentários

A resposta correta é a **letra D.** A questão aborda algumas Leis que tratam de direitos Difusos e Coletivos, e mais especificamente a Lei nº 4.717/1965.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei nº 9.507/97, que estabelece a retificação no prazo máximo de 10 (dez) dias após a entrada do requerimento, veja: "Art. 4º Constatada a inexatidão de qualquer dado a seu respeito, o interessado, em petição acompanhada de documentos comprobatórios, poderá requerer sua retificação. § 1º Feita a retificação em, no máximo, dez dias após a entrada do requerimento, a entidade ou órgão depositário do registro ou da informação dará ciência ao interessado. § 2º Ainda que não se constate a inexatidão do dado, se o interessado apresentar explicação ou contestação sobre o mesmo, justificando possível pendência sobre o fato objeto do dado, tal explicação será anotada no cadastro do interessado."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o STF declarou a inconstitucionalidade do art. 16 da Lei nº 7.347/85, na redação dada pela Lei nº 9.494/97. Vejamos trecho do RE 1.101.937/SP: "É inconstitucional a delimitação dos efeitos da sentença proferida em sede de ação civil pública aos limites da competência territorial de seu órgão prolator." (STF. Plenário. RE 1.101.937/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 7/4/2021 (Repercussão Geral – Tema 1075) (Info 1012).)

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que contraria a Lei nº 8.080/90, que estabelece ser sua prestação, tanto na via direta pelo SUS, quanto mediante participação complementar da iniciativa privada, de forma regionalizada e hierarquizada, em níveis de complexidade crescente. Vejamos: "Art.

8º As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente."

A alternativa D está correta, pois é o que determina a Lei nº 4.717/65, veja: "Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo. § 3º A pessoas jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente."

A alternativa E está incorreta, pois contraria o que a Lei nº 8.078/90 conceitua como defesa coletiva, veja: "Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;".

QUESTÃO 78. José, aposentado que recebe dois salários mínimos mensais, compareceu para atendimento na Defensoria Pública do interior do Paraná. Ele relatou que recebeu um telefonema do "setor de segurança" do banco em que é correntista há mais de 20 anos, de posse de todos os seus dados, informando que seu cartão teria sido clonado e que mandariam um funcionário até sua residência para recolher o cartão e que ele precisaria, para encerrar aquele chamado, digitar sua senha no teclado do seu telefone. Após duas horas, chegou em sua residência uma pessoa com o uniforme do banco e José entregou a ela seu cartão. No dia seguinte, ele foi ao banco e descobriu que tinham sido feitos dois empréstimos de R$10.000,00 cada, sucedidos de transferências para pessoas que lhe são desconhecidas. O banco negou responsabilidade, alegando que a fraude só fora possível porque o consumidor entregara a senha e o cartão. Sobre esse caso, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Trata-se de culpa exclusiva do consumidor, que entregou cartão e senha a terceiro, inexistindo responsabilidade do banco.

b) O banco só teria responsabilidade se a transação tivesse sido feita pelo aplicativo do banco. Como a transação foi feita no terminal eletrônico, com utilização de cartão e senha, inexiste responsabilidade.

c) O consumidor agiu em razão da expectativa de confiança no sistema de segurança do banco, que falhou ao ter admitido transações fora do padrão de consumo de José, tendo obrigação de indenizar os prejuízos decorrentes de tal falha de segurança.

d) Não cabe ao banco interferir no valor das transações realizadas por ser clientes, de modo que o prejuízo foi causado exclusivamente por terceiro, inexistindo obrigação de indenizar.

e) A senha não pode ser digitada em terminal externo ao banco, sendo ela de responsabilidade exclusiva da pessoa consumidora, não há responsabilidade do banco nesse caso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre responsabilidade das instituições financeiras em caso de fraudes.

A questão cobrou conhecimento da própria exceção à regra no que diz respeito ao tema, julgada no AgInt no AREsp n. 1.728.279/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 8/5/2023, DJe de 17/5/2023. Vejamos: "1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a responsabilidade da instituição financeira deve ser afastada quando o evento danoso decorre de transações que, embora contestadas, são realizadas com a apresentação física do cartão original e mediante uso de senha pessoal do correntista, situação, contudo, que não ocorreu no caso concreto. 2. "A vulnerabilidade do sistema bancário, que admite operações totalmente atípicas em relação ao padrão de consumo dos consumidores, viola o dever de segurança que cabe às instituições financeiras e, por conseguinte, incorre em falha da prestação de serviço." (REsp n. 1.995.458/SP, relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 9/8/2022, DJe de 18/8/2022). 3. Na hipótese, não é possível afastar a responsabilidade da instituição financeira, notadamente quando descumpriu o respectivo dever de segurança ao não obstar a realização de compras por cartão de crédito em estabelecimento comercial objeto de suspeita em transações anteriores, na mesma data, pois latente que o perfil de compra da agravada discrepava do volume das transações fraudulentas efetivamente engendradas. 4. Agravo interno a que se nega provimento."

A alternativa A está incorreta. Pois não se trata de culpa exclusiva do consumidor, tendo em vista a falha no sistema de segurança da instituição financeira e a regra geral fixada pela Súmula 479 do STJ, onde dispõe que: "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias."

A alternativa B está incorreta. No mesmo sentido, descumpre a regra disposta na Súmula 479 do STJ supracitada.

A alternativa C está correta. Conforme AgInt no AREsp n. 1.728.279/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 8/5/2023, DJe de 17/5/2023: "A vulnerabilidade do sistema bancário, que admite operações totalmente atípicas em relação ao padrão de consumo dos consumidores, viola o dever de segurança que cabe às instituições financeiras e, por conseguinte, incorre em falha da prestação de serviço."

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, conforme jurisprudência do STJ, para evitar fraudes, o banco tem o dever de identificar e impedir transações que destoam do perfil do cliente.

A alternativa E está incorreta. Pois não afasta a responsabilidade da instituição financeira, conforme entendimento consolidado na Súmula 479 do STJ.

QUESTÃO 79. Maria procurou, virtualmente, uma instituição financeira para firmar um contrato de empréstimo consignado, o qual seria pago em 60 meses. Passado tal período, os descontos

continuaram, o que lhe fez procurar a Defensoria Pública. Mediante requisição de informações, apurou-se que Maria, na verdade, assinara contrato de cartão de crédito consignado e não de empréstimo consignado, mas tanto o que quis contratar foi empréstimo e não cartão de crédito, que nunca o utilizou. Em nenhum momento foi-lhe informado que o crédito se referia a saque por cartão, a ser pago, mediante amortização, por sua margem consignável. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta.

a) Como a assinatura no contrato de cartão de crédito consignado é realmente a de Maria, por ela não questionada, é válido o contrato de cartão de crédito consignado.

b) Para o Superior Tribunal de Justiça, não basta a clareza física das cláusulas, mas a clareza semântica, de modo que se pode ajuizar ação requerendo a nulidade do contrato de cartão consignado ou mesmo o cumprimento da oferta de empréstimo consignado (art. 35, I do CDC).

c) Como se passaram 60 meses da assinatura do contrato, nada mais pode ser questionado.

d) Contratação virtual tem o prazo de 7 dias após a assinatura para qualquer questionamento, não tendo mais o que se possa ser feito em defesa de Maria.

e) A informação clara e transparente, exigível à validade dos contratos, prescinde da compreensão da pessoa consumidora, pois não há como tal ser aferida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre possibilidade de anulação de cláusula contratual por falha no dever de informação ao consumidor.

A alternativa A está incorreta. Pois, embora o cartão de crédito consignado seja modalidade lícita, a prática revela que os consumidores, muitas vezes, são induzidos a erro, por dolo das instituições financeiras, ou, por negligência na confecção do instrumento contratual.

A alternativa B está correta. Segundo julgado no REsp n. 1.837.434/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/12/2019, DJe de 5/12/2019: "4. O consumidor tem direito à informação plena do objeto do contrato, e não só uma clareza física das cláusulas limitativas, pelo simples destaque destas, mas, essencialmente, clareza semântica, com um significado homogêneo dessas cláusulas, as quais deverão estar ábdito a ambiguidade."

A alternativa C está incorreta. Conforme julgado no TJPR - 13ª Câmara Cível - 0001852-98.2020.8.16.0014 - Londrina - Rel.: DESEMBARGADORA ROSANA ANDRIGUETTO DE CARVALHO - J. 04.09.2020, não existe o limite temporal mencionado.

A alternativa D está incorreta. A regra do art. 49 do CDC, que diz: "O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio", não se aplica ao caso em tela, tendo em vista a indução a erro que tal prática promove ao consumidor.

A alternativa E está incorreta. Pois a informação clara e transparente, exigível à validade dos contratos, não prescinde da compreensão da pessoa consumidora.

QUESTÃO 80. Joaquim é funcionário de uma loja localizada em um shopping. Em seu horário de expediente, ele se lesionou no banheiro do shopping. Sobre esse caso, entende o Superior Tribunal de Justiça que:

a) Não há relação de consumo, mas relação de trabalho.

b) Ao acessar o ambiente disponibilizado pelo shopping, a pessoa, por qualquer condição, passa a desfrutar, direta e indiretamente, do serviço prestado, ainda que não adquira novos produtos ou serviços no local, estando caracterizada, portanto, a relação de consumo, ainda que por equiparação.

c) Caso a empresa empregadora de Joaquim fosse consumidora dos serviços do shopping, ele poderia ser consumidor por equiparação, nos termos do art. 17 do CDC, mas como é lojista, não há relação de consumo.

d) A apuração de responsabilidade, com base no CDC, apenas seria possível se Joaquim renunciasse o ajuizamento de ação na esfera trabalhista.

e) Poderia responsabilizar-se o shopping na condição de consumidor por equiparação desde que o seu empregador participasse da lide em litisconsórcio passivo necessário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre responsabilidade na relação de consumo mesmo em relação por equiparação. A questão apresentou o entendimento do Recurso Especial nº 2.080.225 - SP 2023/0057085-8, onde: "4. Os shoppings centers são empreendimentos prestadores de serviço consistente na colocação à disposição dos clientes de ambiente seguro que reúne, em um único local, uma multiplicidade de fornecedores, tais como lojas, restaurantes e supermercados, com o objetivo de atrair consumidores em virtude da facilidade de acesso a produtos e serviços. 5. Ao acessar o ambiente disponibilizado pelo shopping center, o cliente passa a desfrutar, direta ou indiretamente, do serviço prestado, ainda que não adquira novos produtos ou serviços no local, estando caracterizada, portanto, a relação de consumo. 6. Ao entrar no shopping center, assim como qualquer outro cliente, a funcionária de loja localizada em seu interior estabelece com a referida pessoa jurídica uma verdadeira relação de consumo, porquanto presentes todos os seus requisitos configuradores, nos termos dos arts. 2º e 3º, do CDC. 7. O fato de a vítima ser funcionária de loja de shopping center e ter sofrido acidente durante o horário de trabalho em área de uso comum (banheiro) não afasta a aplicação do CDC."

A alternativa A está incorreta. De acordo com o julgado no Recurso Especial nº 2.080.225 - SP 2023/0057085-8: "7. O fato de a vítima ser funcionária de loja de shopping center e ter sofrido acidente durante o horário de trabalho em área de uso comum (banheiro) não afasta a aplicação do CDC."

A alternativa B está correta. Conforme entendimento apresentado no Recurso Especial nº 2.080.225 - SP 2023/0057085-8: "4. Os shoppings centers são empreendimentos prestadores de serviço

consistente na colocação à disposição dos clientes de ambiente seguro que reúne, em um único local, uma multiplicidade de fornecedores, tais como lojas, restaurantes e supermercados, com o objetivo de atrair consumidores em virtude da facilidade de acesso a produtos e serviços. 5. Ao acessar o ambiente disponibilizado pelo shopping center, o cliente passa a desfrutar, direta ou indiretamente, do serviço prestado, ainda que não adquira novos produtos ou serviços no local, estando caracterizada, portanto, a relação de consumo. 6. Ao entrar no shopping center, assim como qualquer outro cliente, a funcionária de loja localizada em seu interior estabelece com a referida pessoa jurídica uma verdadeira relação de consumo, porquanto presentes todos os seus requisitos configuradores, nos termos dos arts. 2º e 3º, do CDC."

A alternativa C está incorreta. Também de acordo com o Recurso Especial nº 2.080.225 - SP 2023/0057085-8.

A alternativa D está incorreta. Não existe essa condicionante.

A alternativa E está incorreta. Tal condição não é exigida.

QUESTÃO 81. Francisco, de 72 anos de idade, é aposentado e tem uma doença grave (que exige o gasto mensal de R$700,00 apenas com medicamentos). Ele tem renda de três salários mínimos (R$4.236,00) e está com 85% (R$3.600,60) de sua renda comprometida com empréstimos, restando para o seu mínimo existencial apenas R$635,40. Todavia, para a garantia de seu mínimo existencial, precisa, no mínimo, de 60% (R$2.541,60), então buscou a Defensoria Pública para os procedimentos de repactuação de dívida e, caso necessária, a ação de superendividamento. Nesse contexto, enquanto membro da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.

a) Diante da publicação do Decreto nº 11.567/2023, que alterou o Decreto nº 11.150/2022, fixando o valor de R$600,00 como mínimo existencial, não há como defender o mínimo existencial necessário à sobrevivência de Francisco, nesse caso, nada por ele pode ser feito.

b) Francisco não pode ser considerado superendividado, vez que lhe sobra R$635,40, e é superendividada apenas a pessoa física cujo pagamento das dívidas exigíveis e vincendas comprometa o mínimo existencial de R$600,00.

c) É possível, em sede de controle difuso de constitucionalidade, demonstrar a ilegalidade e inconstitucionalidade do Decreto nº 11.567/2023 e apresentar plano de pagamento comprovando que a sobrevivência de Francisco exige no mínimo o acesso a R$2.541,60 de sua renda.

d) Todos os empréstimos de Francisco são válidos e eficazes, aos quais ele aderiu voluntariamente, não sendo possível exigir judicialmente repactuação.

e) A Lei nº 14.181/2021 delegou a definição do mínimo existencial à regulamentação, e esta, uma vez vigente, é válida e eficaz ainda que esvazie todo o tratamento do superendividamento, posto que não há como construir mínimo existencial fixo de R$600,00, ainda mais em um país com tantas desigualdades como o Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre mínimo existencial e superendividamento.

A alternativa A está incorreta. A banca exigiu o entendimento enquanto membro da Defensoria Pública e nesse contexto, em conformidade com a ADPF 1097, ao contrário do que afirma a alternativa, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) argumenta que o valor de R$ 600,00 é incompatível com a dignidade humana, pois impede a fruição de uma vida digna e dos direitos sociais, que devem abarcar as despesas com alimentos, moradia, vestuário, água, energia e gás. Defende ainda que o decreto resulta em retrocesso social ao desrespeitar o objetivo fundamental da República de erradicação da pobreza e da marginalização e de redução das desigualdades sociais e regionais.

A alternativa B está incorreta. No mesmo sentido, conforme ADPF 1097, a Defensoria Pública sustenta que deve ser analisado o caso concreto.

A alternativa C está correta. É exatamente o que a Defensoria Pública argumenta na ADPF 1097 (ainda sem julgamento).

A alternativa D está incorreta. A afirmação está em desacordo com o entendimento sobre situações de superendividamento e repactuação de dívida.

A alternativa E está incorreta. O entendimento exposto pela Defensoria Pública na ADPF 1097 é pela inconstitucionalidade do referido decreto.

QUESTÃO 82. Sobre racismo e igualdade de gênero nas relações de consumo, é correto afirmar que:

a) Não há nenhuma evidência da existência de racismo nas relações de consumo, nem no Brasil nem no mundo.

b) A Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) emitiu a Nota Técnica nº 14/2023, na qual elenca precedentes judiciais sobre o tema e apresenta diretrizes de enfrentamento ao racismo nas relações de consumo.

c) Consumidor não tem gênero. Mesmo se a prática abusiva toma como referência mulheres, não cabe intervenção do Estado.

d) A pessoa consumidora é vulnerável por definição legal, mas tal vulnerabilidade deve ser apurada a partir da relação entre o produto ou serviço objeto do contrato de consumo, sendo prescindível a análise de gênero ou raça.

e) Diferenciação de preço entre homem e mulher, qualquer que seja o serviço, não é prática abusiva, não podendo deduzir-se em tal situação objetificação da mulher.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre racismo e igualdade de gênero nas relações de consumo.

A alternativa A está incorreta. Está em desacordo com o que se extrai da Nota Técnica nº 14/2023/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ.

A alternativa B está correta. A banca exigiu o conhecimento referente a literalidade e contextualização da Nota Técnica nº 14/2023/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ.

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário, segundo a Nota Técnica nº 14/2023/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ: "O idoso, a criança, o analfabeto, como o próprio amparo constitucional assegurou, são vulneráveis, independente de relação. Em espaço ampliado de análise, acrescenta-se outros grupos como as pessoas com deficiência, analfabetos funcionais, LGBTQ+, negros, os indígenas, as mulheres, os refugiados, os excluídos ou com dificuldades de acesso às novas tecnologias, os dependentes químicos e inúmeras outras situações humanas que geram, no âmbito das relações de consumo, vulnerabilidades potencialmente identificadas".

A alternativa D está incorreta. Em desconformidade com o conteúdo da Nota Técnica nº 14/2023/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ: "O artigo 4.º, do Código de Defesa do Consumidor, em sua base principiológica à estrutura da Política Nacional das Relações de Consumo observa o atendimento das necessidades dos consumidores e o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, em observância ao reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; à ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor; à harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo; à educação para o consumo; à coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo".

A alternativa E está incorreta. Conforme o entendimento aferido na Nota Técnica nº14/2023/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ, tal diferenciação é prática abusiva.

QUESTÃO 83. Joana, por ter sido surpreendida com o diagnóstico de doença gravíssima, procurou a Defensoria Pública para readequar empréstimo com débito em conta corrente, tendo sido ajuizada ação judicial requerendo a sobredita readequação. Foi, entretanto, negada a tutela de urgência sob o argumento de vedação de tal possibilidade pelo tema 1.085 julgado pelo Superior Tribunal de Justiça. Sobre esse caso, assinale a alternativa correta.

a) É possível a interposição de agravo de instrumento demonstrando que o tema 1.085 apenas definiu que o limite de desconto mensal em contrato de mútuo obrigatório comum não é o mesmo que o estabelecido pela Lei nº 10.820/2003, não podendo ser entendido como ausência de limite aos descontos em tais contratos com débito em conta.

b) Não há o que fazer, pois o tema 1.085 determina que "são lícitos os descontos de parcelas de empréstimos bancários comuns em conta corrente, ainda que utilizada para recebimento de salários, desde que previamente autorizados pelo mutuário e enquanto esta autorização perdurar, não sendo aplicável, por analogia, a limitação prevista do §1º do art. 1º da Lei nº 10.820/2003, que disciplina os empréstimos consignados em folha de pagamento.

c) Deve-se orientar Joana a desistir de ajuizar ação, haja vista que se comprometeu espontaneamente com o pagamento das prestações de um empréstimo válido.

d) O tema 1.085 é vinculante e não excepciona nenhuma situação, ainda que se trate de superendividamento ou revisão por fato superveniente (tema 1.085).

e) O tema 1.085 é precedente apenas persuasivo e, mesmo proibindo a readequação do percentual de desconto para pagamento de mútuo bancário comum, não vincula nenhum juízo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre descontos de parcelas de empréstimos bancários e o tema 1085 do STJ. Passível de anulação.

A alternativa A está correta. Conforme o tema 1.085: "São lícitos os descontos de parcelas de empréstimos bancários comuns em conta corrente, ainda que utilizada para recebimento de salários, desde que previamente autorizados pelo mutuário e enquanto esta autorização perdurar, não sendo aplicável, por analogia, a limitação prevista no § 1º do art. 1º da Lei n. 10.820/2003, que disciplina os empréstimos consignados em folha de pagamento". Apesar de haver voto divergente e não ter ficado tão claro tal entendimento.

A alternativa B está incorreta. Pois é garantia constitucional o direito de peticionamento, conforme o art.5º, inciso XXXIV, da CF: "são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder".

A alternativa C está incorreta. Pois a questão traz um fato superveniente que propicia a interposição de ação judicial a fim de readequar a relação contratual.

A alternativa D está incorreta. Tendo em vista o fato superveniente, de acordo com o próprio CDC é possível haver tal excepcionalidade.

A alternativa E está incorreta. Pois por se tratar de um tema repetitivo existe tal vinculação.

QUESTÃO 84. João comprou um televisor em 01/02/2023, que apresentou problema em 10/03/2023. A assistência técnica, em 30/03/2023, retornou com laudo de ausência de responsabilidade do fabricante em função de mau uso, que excluiria a garantia. Em 30/06/2023, João procurou a Defensoria Pública para reparar seu prejuízo. Sobre esse caso, é correto afirmar que:

a) Não há nada a fazer por João, pois nos termos do art. 26 do CDC, ele teria apenas 90 dias para ajuizar ação reparatória.

b) Trata-se de fato do produto, de modo que se tem 5 anos para ajuizar a ação reparatória.

c) A responsabilidade a ser apurada é unicamente do comerciante, nos termos do art. 18 do CDC.

d) O prazo decadencial de 90 dias (art. 26 do CDC) é apenas para fazer uso das alternativas do §1º do art. 18 do CDC, podendo ser ajuizada, em favor de João, ação de indenização apenas por dano material com base no art. 6º, VI.

e) O prazo decadencial de 90 dias (art. 26 do CDC) é apenas para fazer uso das alternativas do §1º do art. 18 do CDC, podendo ser ajuizada, em favor de João, ação de indenização por dano material e moral com base no art. 6º, VI.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre responsabilidade objetiva e prazo decadencial.

A alternativa A está incorreta. Em desacordo com o entendimento do jurisprudencial.

A alternativa B está incorreta. Pois segundo o art. 27 do CDC: "Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria."

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 18 do CDC: "Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas."

A alternativa D está incorreta. Pois também pode ser ajuizada ação por danos morais.

A alternativa E está correta. Conforme entendimento do AgInt no AgInt no AREsp n. 1.826.909/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 13/12/2021, DJe de 15/12/2021: "1. A pretensão de natureza indenizatória do consumidor pelos prejuízos decorrentes dos vícios do imóvel não se submete à incidência do prazo decadencial, mas sim do prazo prescricional. 2. Rever as conclusões do acórdão recorrido em relação às reparações pelos danos causados em face das violações às regras estipuladas nas cláusulas contratuais, revelar-se-ia imprescindível a incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do julgamento de recurso especial, ante o óbice das Súmulas 5 e 7/STJ."

QUESTÃO 85. De acordo com o entendimento predominante do Superior Tribunal de Justiça em relação à prestação do serviço público essencial, analise as assertivas abaixo:

I. O corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débito irrisório constitui conduta ilegítima por configurar abuso de direito e ofensa aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. No entanto, não é cabível indenização por danos morais por tal ato.

II. A suspensão do fornecimento de energia ou água em razão de suposta fraude no medidor do serviço, apurada unilateralmente pela concessionária, constitui conduta legítima.

III. Em razão do interesse da coletividade, é considerada ilegítima a conduta de concessionária de serviço público que, sem aviso prévio, suspende o fornecimento do serviço em prédios públicos em razão do inadimplemento do ente público, prejudicando a prestação de serviços indispensáveis à população.

IV. O débito pretérito de usuário anterior daquela unidade consumidora pode justificar o corte do serviço público essencial, uma vez que este se vincula ao imóvel por ter natureza propter rem.

Quais estão corretas?

a) Apenas III.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** Trata-se de questão na qual se exigiu domínio acerca do tema interrupção do fornecimento de serviços públicos.

A assertiva I está incorreta, uma vez que agride entendimento externado pelo STJ, em sua "Jurisprudência em Teses", edição n.º 13, enunciado 8, na linha do qual é cabível, sim, indenização por danos morais, no caso de corte no fornecimento de energia elétrica por débitos irrisórios. Assim, confira-se: "É ilegítimo o corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débito irrisório, por configurar abuso de direito e ofensa aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo cabível a indenização ao consumidor por danos morais."

A assertiva II está incorreta. Referida afirmação viola compreensão fixada pelo STJ, em sua "Jurisprudência em Teses", edição n.º 13, enunciado 9, segundo o qual "É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o débito decorrer de irregularidade no hidrômetro ou no medidor de energia elétrica, apurada unilateralmente pela concessionária."

A assertiva III está correta. De fato, cuida-se de proposição afinada com entendimento assentado pelo STJ, em sua "Jurisprudência em Teses", edição n.º 13, enunciado 4, *in verbis:* "É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente pessoa jurídica de direito público, desde que precedido de notificação e a interrupção não atinja as unidades prestadoras de serviços indispensáveis à população." Como daí se vê, faz-se necessário, para que a interrupção da prestação do serviço seja legítima, que haja prévia notificação à pessoa de direito público, assim como que não sejam atingidos serviços tidos como indispensáveis à coletividade. Logo, está correta a afirmativa da Banca, a *contrario sensu*.

A assertiva IV está incorreta. Seu teor afronta a compreensão externada pelo STJ, em sua "Jurisprudência em Teses", edição n.º 13, enunciado 7, de acordo com o qual débitos pretéritos de outros usuários não constituem obrigação *propter rem*, mas sim de cunho pessoal. A propósito, é ler: "É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior, em razão da natureza pessoal da dívida."

QUESTÃO 86. Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Para que o ato administrativo seja considerado válido, à semelhança com o Direito Civil, é necessário que sejam preenchidos os seguintes requisitos: agente capaz, forma não proibida por lei e objeto lícito.

b) Excepcionalmente, particulares podem praticar atos administrativos quando, nos limites da lei, executem serviços públicos como concessionários ou permissionários.

c) Embora a administração pública tenha maior liberdade na prática de atos discricionários, não pode praticá-los sem a exposição da motivação, ainda que o fundamento do ato seja o juízo de conveniência e oportunidade.

d) A administração pode reconhecer a nulidade de seus próprios atos, prescindindo da intervenção do Poder Judiciário.

e) Com o fim de preservar a segurança jurídica e o interesse de terceiros de boa-fé, considera-se válido o ato administrativo praticado por funcionário público investido no cargo de forma irregular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, mas entendemos que a questão é passível de anulação, visto que a alternativa C também poderia ser apontada como resposta a ser assinalada. Trata-se de questão em que foram exigidos conhecimentos relativos ao tema atos administrativos.

A alternativa A está correta, uma vez que seu teor é inverídico (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Na verdade, em se tratando de atos administrativos, os requisitos de validade do ato são diversos daqueles pertencentes ao Direito Civil. A rigor, é necessário: i) que o agente seja competente; ii) que o ato seja voltado à satisfação de finalidade pública; iii) que a forma seja aquela prevista em lei; iv) que haja motivo e objeto devidamente previstos em lei.

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que seu teor se mostra verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Realmente, atos administrativos podem ser praticados por agentes públicos ou por particulares no exercício de função pública, como é o caso de concessionários e permissionários de serviços públicos.

A alternativa C está correta, considerando que seu conteúdo apresenta imprecisões técnicas (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). A uma, não é acertado se falar em "exposição da motivação", e sim na exposição dos motivos do ato. Com efeito, motivo e motivação não se confundem. A duas, parcela

relevante da doutrina entende que nem todos os atos administrativos exigem motivação. Nesse sentido, o art. 50 da Lei 9.784/99 exibe rol de atos que demandam motivação, de modo que, se o ato não se enquadrar nesse elenco legal, a motivação seria despicienda. Portanto, a presente assertiva também poderia ser colocada em xeque ao sugerir que todos os atos discricionários exigiriam motivação, o que não conta com o consenso na doutrina.

A alternativa D está incorreta, considerando que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). De fato, é dado à Administração pronunciar a invalidade de seus próprios atos, sem a necessidade de qualquer intervenção do Judiciário, o que encontra apoio no poder de autotutela administrativa. Nesse sentido, a Súmula 346 do STF: "A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos."

A alternativa E está incorreta, pois seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Realmente, em se tratando de atos praticados por servidores que tenham sido investidos irregularmente em função pública, vale dizer, os chamados agentes putativos (ou funcionários de fato), a doutrina é firme em sustentar a validade de tais atos em relação a terceiros de boa-fé, o que tem amparo na teoria da aparência, assim como por observância aos princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da proteção à confiança legítima. Do exposto, embora seja provável que o gabarito a ser adotado pela Banca corresponda à letra A, indica-se a presente questão como passível de anulação, visto que a opção C também exibe imprecisões técnicas que a tornam equivocada, de modo que haveria duas alternativas incorretas.

QUESTÃO 87. Quanto às demandas judiciais em face do Estado para a garantia do direito à saúde e à vida por meio do fornecimento de medicamentos, analise as assertivas abaixo:

I. O juiz, como forma de tornar eficaz a sua decisão, pode, se necessário, determinar o sequestro ou bloqueio de verba pública para garantir o cumprimento da obrigação do poder público de fornecer medicamentos. É cabível também a imposição de multa diária (astreintes) a ente público para obrigá-lo a fornecer medicamento à pessoa desprovida de recursos financeiros.

II. O Poder Judiciário pode excepcionalmente obrigar o Estado a fornecer medicamentos experimentais.

III. A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: 1) comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; 2) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; 3) existência de registro do medicamento na Anvisa, observados os usos autorizados pela agência.

IV. Excepcionalmente, é possível a concessão judicial de fármaco sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da Anvisa em apreciar o pedido quando preenchidos três requisitos: 1) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos para doenças raras e ultrarraras); 2) a existência de registro do medicamento em renomadas

agências de regulação no exterior; e 3) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil.

V. Nas ações em que se busca o fornecimento de medicamentos, a escolha do remédio compete unicamente ao médico da rede pública habilitado e conhecedor do quadro clínico do paciente.

Quais estão corretas?

a) Apenas III.

b) Apenas II e V.

c) Apenas III e IV.

d) Apenas I, III e IV.

e) Apenas I, III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** Trata-se de questão em que foi explorado conhecimento pertinente ao tema fornecimento de medicamentos pelo Poder Público.

A assertiva I está correta, uma vez que seu teor encontra-se alinhado à jurisprudência do STF e do STJ. No ponto, confira-se: "A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixou-se no sentido da possibilidade do bloqueio de verbas públicas para a garantia do fornecimento de medicamentos, questão que teve, inclusive, a repercussão geral reconhecida nos autos do RE nº 607.582/RS." (AI 639436 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 17-09-2018). Na mesma linha, da jurisprudência do STJ: "tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação" (REsp 1.069.810/RS, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, DJe de 06/11/2013).

A assertiva II está incorreta, porquanto seu teor agride entendimento esposado pelo STF, em repercussão geral, cuja tese possui a seguinte redação: "I - O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais;" (Tema 500, RE 657718, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22-05-2019).

A assertiva III está correta, pois exibe a literalidade de tese firmada pelo STJ, no Tema 106, sob o rito dos recursos repetitivos, *in verbis:* "A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; iii) existência de registro do medicamento na ANVISA, observados os usos autorizados pela agência." (EDcl no REsp 1657156/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 21/09/2018). Logo, sem equívocos a serem apontados neste item.

A assertiva IV está correta, porquanto afinada com tese, em repercussão geral, fixada pelo STF, que ora transcreve-se: "É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da ANVISA em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei nº 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos: (i) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras);(ii) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e (iii) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil;" (Tema 500, RE 657718, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22-05-2019).

A assertiva V está incorreta, uma vez que insere um suposto requisito, para fins de fornecimento de medicamentos, que, na verdade, não tem sido exigido pela jurisprudência, de modo que a proposição lançada se revela mais rigorosa do que o entendimento prevalente nos tribunais, o que a torna equivocada.

QUESTÃO 88. Quanto à responsabilidade civil do Estado, com base no entendimento dos Tribunais Superiores, analise as assertivas abaixo:

I. O prazo prescricional das ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública é de 5 anos, tendo como termo a quo a data do ato ou fato do qual originou a lesão ao patrimônio material ou imaterial. Prescreve no mesmo prazo as ações contra entidades da administração indireta com personalidade de direito privado que atuem na prestação de serviços públicos essenciais sem finalidade lucrativa e sem natureza concorrencial.

II. O Estado pode ser responsabilizado de forma subjetiva por danos causados por enchentes devido à ausência de políticas públicas, desde que comprovados a negligência, o dano e o nexo de causalidade.

III. A comprovação em processo penal de que determinado policial militar atuou em legítima defesa putativa durante uma atuação policial isenta o Estado da responsabilidade civil em razão da morte da vítima.

IV. Nas situações em que há responsabilidade civil objetiva do Estado, é obrigatória a denunciação da lide ao suposto agente público causador do ato lesivo, sem a qual não é possível a responsabilização do agente causador do dano.

V. O Estado tem responsabilidade civil objetiva pela morte de detento morto no interior de estabelecimento prisional, em razão da inobservância de seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da CF/88.

Quais estão corretas?

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, II e V.

c) Apenas II, IV eV.

d) Apenas III, IV e V.

e) Apenas I, II, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** Cuida-se de questão na qual foi abordado o tema responsabilidade civil do Estado.

A assertiva I está correta. De fato, o prazo prescricional de ações em que se busca reparação civil contra a Fazenda Pública é de cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originou a lesão ao patrimônio material ou imaterial (teoria da *actio nata*), o que tem fundamento no art. 1º do Decreto 20.910/32, segundo o qual "As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem." E, quanto à segunda parte da afirmativa, seu teor também é verdadeiro, na medida em que se ajusta ao entendimento do STJ, externado no seguinte trecho de precedente: "Às entidades da Administração Indireta com personalidade de direito privado, que atuam na prestação de serviços públicos essenciais, sem finalidade lucrativa e sem natureza concorrencial, aplica-se o mesmo regime normativo prescricional das pessoas jurídicas de direito público, previsto no Decreto 20.910/1932 e no Decreto-Lei 4.597/1942." (EREsp n. 1.725.030/SP, relator Ministro Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 14/12/2023, DJe de 20/12/2023.)

A assertiva II está correta. Realmente, com apoio na teoria da culpa administrativa (ou culpa anônima do serviço), de cunho subjetivo, é legítimo imputar responsabilidade civil ao Estado, em caráter omissivo, por danos causados por enchentes, acaso reste demonstrada a ausência de políticas públicas minimamente eficazes no sentido de eliminar ou, quando menos, reduzir os efeitos danosos de alagamentos provocados por fortes chuvas. Nesse caso, por se tratar de responsabilidade subjetiva, que exige a presença do elemento culpa, imperiosa a comprovação de comportamento estatal negligente, para além do dano e do nexo de causalidade.

A assertiva III está incorreta, pois em desacordo ao entendimento firmado pelo STJ, consoante enunciado n.º 7 de sua "Jurisprudência em Teses", edição 61, no seguinte sentido: "A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal."

A assertiva IV está incorreta, uma vez que seu conteúdo se mostra em franco desacordo à jurisprudência do STJ, de que constitui exemplo o seguinte trecho de julgado: "Com efeito, o STJ possui jurisprudência consolidada de que, nas ações indenizatórias decorrentes da responsabilidade civil objetiva do Estado, não é obrigatória a denunciação à lide." (REsp n. 1.799.332/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 11/6/2019, DJe de 11/10/2019.). Deveras, o STF firmou tese, em repercussão geral, no sentido da ilegitimidade passiva do agente público para responder diretamente perante a vítima de danos por aquele ocasionados, o que tem esteio na chamada teoria da dupla garantia. Assim, confira-se: "A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de

regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.” (Tema 940. RE 1027633, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 14-08-2019)

A assertiva V está correta, porquanto ajustada à tese firmada pelo STF, em repercussão geral, de seguinte redação: “Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento.” (Tema 592. RE 841526, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 30-03-2016).

QUESTÃO 89. Quanto à estrutura da administração pública, é correto afirmar que a Defensoria Pública faz parte da administração:

a) Indireta, tem personalidade jurídica própria e não tem capacidade processual.

b) Indireta, não tem personalidade jurídica própria, mas tem capacidade processual.

c) Direta, não tem personalidade jurídica própria, mas tem capacidade processual.

d) Direta, não tem personalidade jurídica própria e tampouco capacidade processual.

e) Direta, tem personalidade jurídica própria e capacidade processual.

Comentários

A alternativa correta é a letra **E**. A Defensoria Pública faz parte da administração pública **direta**, conforme o art. 134 da Constituição Federal. Além disso, possui **personalidade jurídica própria** e **capacidade processual**, o que lhe permite atuar de forma independente na defesa dos direitos individuais e coletivos.

A alternativa **A** está incorreta. A Defensoria Pública pertence à administração pública direta e não à indireta, como indicado na alternativa. Além disso, ela possui capacidade processual e personalidade jurídica própria.

A alternativa **B** está incorreta. A Defensoria Pública possui personalidade jurídica própria e não se encaixa na administração indireta. Ademais, ela tem capacidade processual, ou seja, pode representar as pessoas judicialmente.

A alternativa **C** está incorreta. A Defensoria Pública pertence à administração direta, não à indireta, e possui personalidade jurídica própria, o que a diferencia dos órgãos que não têm essa característica na administração pública indireta.

A alternativa **D** está incorreta. A Defensoria Pública pertence à administração direta e tem tanto **personalidade jurídica própria** quanto **capacidade processual**, podendo atuar judicialmente.

“Eu tenho um problema: meu ascendente é em áries. E eu tenho outro problema: é que eu sou a menina que nasceu sem cor. Pra alguns eu sou ‘preta’, para outras eu sou Preta, para muitos e muitas eu sou parda. Ainda que eu sempre tenha ouvido por aí que parda é cor de papel [...]. Eu sou a menina que nasceu sem cor porque eu nasci num país sem memória, com amnésia, que apaga da história todos os seus símbolos de resistência negra. Porque me chamam por aí de parda, morena, moreninha, mestiça, mulata, café com leite, marrom bombom... Por muito tempo eu fui a menina que nasceu sem cor, mas um dia gritaram-me: 'NEGRA!' E eu respondi" (Por Midria, MANOS E MINAS. EU sou a menina que nasceu sem cor... YouTube, 9 ago. 2018).

QUESTÃO 90. O texto acima trata-se de um slam, típica batalha de rimas identificada como um gênero literário de resistência no Brasil. Com base na obra “Por um Feminismo Afro-latino-americano” (2020), de Lélia Gonzalez, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) O racismo cultural leva tanto algozes quanto vítimas a considerarem natural o fato de a mulher, em geral, e a negra, em particular, desempenhar papéis sociais desvalorizados.

( ) Enquanto denegação da "ladino-amefricanidade", o racismo "à brasileira" se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não fazê-lo ("democracia racial" brasileira).

( ) A categoria de "americanidade" trata da construção de uma identidade étnica que não é somente de caráter territorial, linguístico e ideológico, mas incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural afrocentrada.

( ) Para Lélia Gonzalez, o carnaval deve ser utilizado como uma importante forma de comercialização da cultura popular brasileira para o mundo e de valorização da mulher negra.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V - V - V - F.

b) V – F - F - V.

c) F - V - V - F.

d) F - F - V - V.

e) F - V - F - V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão exigiu do candidato o conhecimento acerca da obra “Por um feminismo afro-latino-americano”, escrito por Léila Gonazalez.

A afirmativa I é verdadeira. De acordo com a mencionada autora “O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes

como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa" (p. 31).

A afirmativa II é verdadeira. A proposta da autora "trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os "pretos" e os "pardos" do IBGE) são ladino-amefricanos . Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale a pena recordar a categoria freudiana de denegação (Verneinung): "Processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença". Enquanto denegação de nossa ladino-amefricanidade, o racismo "à brasileira" se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer ("democracia racial" brasileira). (p. 107 – introdução).

A afirmativa III é verdadeira. Conforme explica Lélia Gonzalez: "As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (Amefricanity) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de pan-africanismo , négritude , afrocentricity etc".

A afirmativa IV é falsa. O Carnaval não é elemento importante para comercializar a cultura. Consoante pensamento da autora: 'Vale observar que a expressão popular mencionada anteriormente — "Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar" — tornou-se uma síntese privilegiada de como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha, e que é superexplorado economicamente, ela é uma faxineira, cozinheira, lavadeira etc. que faz o "trabalho pesado" das famílias de que é empregada; como um corpo que gera prazer e que é superexplorado sexualmente, ela é a mulata dos desfiles de Carnaval para turistas, de filmes pornográficos etc., cuja sensualidade é incluída na categoria do "eróticoexótico".

Assim, considerando que apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras, a alternativa a ser assinalada é a letra A.

Fonte: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatino americano. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obrasdigitalizadas/teorias_explicativas_da_violencia_contra_a_mulher/por_um_feminismo afro-latino-americano_by_lelia_gonzalez_gonzalez_lelia_z-lib.org_.mobi_.pdf. Acesso em 01/07/2024.

QUESTÃO 91. "Mas vangloriar-se é um vício comum, e uma falha mais específica, e também mais decisiva, no caráter de Eichmann era sua quase total incapacidade de olhar qualquer coisa do ponto de vista do outro" (retirado da obra "Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal", de Hannah Arendt, 1999, p. 60). Sobre os relatos e conclusões de Hannah Arendt ao acompanhar o julgamento de Eichmann no Tribunal de Jerusalém, assinale a alternativa correta.

a) Eichmann filiou-se ao Partido por convicções pessoais e utilizou o cargo para atingir seu próprio objetivo de extermínio dos judeus por questões de ódio e ideias pessoais de superioridade.

b) Nos julgamentos em que os réus cometem crimes "legais", não se pode exigir que sejam capazes de diferenciar o certo do errado, especialmente quando seu juízo de valor estiver em conflito com a opinião unânime de todos à sua volta.

c) Eichmann agiu no estrito cumprimento de dever legal, mas sentia culpa e se arrependeu dos crimes cometidos durante o julgamento.

d) Em sua sentença, a Corte concedeu que tal crime contra a humanidade só podia ser cometido por uma burocracia gigante de governo cujas engrenagens são substituíveis por outras pessoas, que cometeriam o mesmo ato, motivo pelo qual não devem ser responsabilizados os autores individualmente.

e) Eichmann era um servidor do governo, nem pervertido, nem diabólico, mas normal, que nunca percebeu o que estava fazendo por pura irreflexão, e que cometeu seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Conforme aponta Renato de Oliveira Pereira na obra "Eichmann e a incapacidade de pensar: alienação do mundo e do pensamento em Hannah Arendt": "Diferentemente de suas próprias expectativas – "Ele era um dos mais inteligentes do bando" (ARENDT; MCCARTHY, 1995, p. 100) –, Eichmann lhe pareceu uma pessoa comum, que carecia tanto de traços distintivos quanto de fortes convicções ideológicas; alguém que não se caracterizava nem pela burrice, nem pela inteligência. Suas falas, carregadas pelo jargão oficial e pelos clichês, muitas vezes não faziam nenhum sentido no contexto em que ele as usava, de modo que, como observa Arendt, "apesar de todos os esforços da promotoria, todo mundo percebia que esse homem não era um 'monstro', mas era difícil não suspeitar que fosse um palhaço" (ARENDT, 1999, p. 67), p. 48.

A alternativa B está incorreta. Na obra de Renato de Oliveira Pereira, denominada "Eichmann e a incapacidade de pensar: alienação do mundo e do pensamento em Hannah Arendt" há importante relato acerca do tema: "Você se dava conta de que cometia um delito?" (LEVI, 2004, p. 21). Para Levi, as respostas dadas a essas questões são muito parecidas: Expressas com formulações diversas, e com maior ou menor insolência segundo o nível mental e cultural de quem fala, elas terminam por dizer substancialmente a mesma coisa: fiz porque me mandaram; outros (meus superiores) cometeram ações

piores que as minhas; dada a educação que recebi e dado o ambiente em que vivi, não podia fazer outra coisa; se não o tivesse feito, outro agiria com maior dureza em meu lugar. Para quem lê estas justificações, o primeiro movimento é de asco: eles mentem, não podem acreditar que se acredite neles, não podem deixar de ver o desequilíbrio entre suas desculpas e a dimensão de dor e morte que provocaram. Mentem sabendo que mentem: estão de má-fé (LEVI, 2004, p. 21-2).

A alternativa C está incorreta. Na obra de Renato de Oliveira Pereira, denominada "Eichmann e a incapacidade de pensar: alienação do mundo e do pensamento em Hannah Arendt" o autor aponta: "Ele se arrependia do que tinha feito? Não. Eichmann se recusava a demonstrar arrependimento. O acusado considerava que os tempos haviam mudado e que as circunstâncias vivenciadas durante o Terceiro Reich eram muito diferentes, de modo que "[...] ele não queria ser um daqueles que agora fingiam que 'tinham sido sempre contra' [o regime], quando na verdade estavam muito dispostos a fazer o que lhes ordenavam" (ARENDT, 1999, p. 36)".

A alternativa D está incorreta. Na obra de Renato de Oliveira Pereira, denominada "Eichmann e a incapacidade de pensar: alienação do mundo e do pensamento em Hannah Arendt", o autor afirma que "Para que tais homens, preocupados com a segurança e sobrevivência sua e de sua família, pudesse cooperar com a realização de crimes monstruosos, apenas uma exigência era feita: "[...] ficar totalmente isento da responsabilidade por seus atos" (ARENDT, 2008, p. 157). Isso que era obtido com a justificativa de apenas cumprir ordens, de ser um mero dente de engrenagem e, por isso, um componente não só substituível como facilmente descartável no interior da maquinaria nazista fica claro como, a partir do modelo conceitual do filisteu, Hannah Arendt realiza a sua análise do caso Eichmann (DUARTE, 2000, p. 50)".

A alternativa E está correta. De acordo com Arendt, "Eichmann era alguém normal que em tempos normais dificilmente teria chamado a atenção ou se tornado um criminoso: "o problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas" (ARENDT, 1999, p. 299).

Fonte: Renato de Oliveira Pereira. Eichmann e a incapacidade de pensar: alienação do mundo e do pensamento em Hannah Arendt.

QUESTÃO 92. Considerando o conceito de racismo estrutural, segundo Silvio Luiz de Almeida, assinale a alternativa correta.

a) O uso do termo "estrutural" significa dizer que o racismo é uma condição social incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas são inúteis.

b) O racismo, por ser estrutural e não um ato isolado, defende que indivíduos que cometem atos discriminatórios individuais não devem ser pessoalmente responsabilizados.

c) O Direito não é apenas incapaz de extinguir o racismo, como também é por meio da legalidade que se formam os sujeitos racializados.

d) o racismo é parte da estrutura social e por isso, necessita de intenção consciente dos indivíduos e das instituições para se manifestar.

e) Em uma concepção estrutural, o racismo é visto como uma irracionalidade em contraposição à racionalidade do Estado, manifestada na impessoalidade do poder e na técnica jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. De acordo com segundo Silvio Luiz de Almeida: "O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional" (p. 31).

A alternativa B está incorreta. Conforme aponta Silvio Luiz de Almeida: "Sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo. Desse modo, o racismo, ainda que possa ocorrer de maneira indireta, manifesta-se, principalmente, na forma de discriminação direta. Por tratar-se de algo ligado ao comportamento, a educação e a conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais, serão as principais formas de enfrentamento do problema. O racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados, disso estamos convictos. Porém, não podemos deixar de apontar o fato de que a concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos concretos. É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente – "racismo é errado", "somos todos humanos", "como se pode ser racista em pleno século XXI?", "tenho amigos negros" etc. – e uma obsessão pela legalidade. No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados "homens de bem"" (p. 25).

A alternativa C está correta. De acordo com Silvio, "principalmente a partir de uma visão estrutural do racismo, o direito não é apenas incapaz de extinguir o racismo, como também é por meio da legalidade que se formam os sujeitos racializados" (p. 86).

A alternativa D está incorreta. Para entender um pouco sobre o tema, destacamos uma fala do ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, retirada do seu livro Racismo Estrutural: "Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas" (p. 34).

A alternativa E está incorreta. Conforme explica Silvio, "Nas teorias liberais sobre o Estado há pouco, senão nenhum, espaço para o tratamento da questão racial. O racismo é visto como uma irracionalidade em contraposição à racionalidade do Estado, manifestada na impessoalidade do poder e na técnica

jurídica. Nesse sentido, raça e racismo se diluem no exercício da razão pública, na qual deve imperar a igualdade de todos perante a lei. Tal visão sobre o Estado se compatibiliza com a concepção individualista do racismo, em que a ética e, em último caso, o direito, devem ser o antídoto contra atos racistas" (p. 55).

Fonte: Silvio Almeida. Racismo Estrutural. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf>.Acesso em 01/07/2024.

QUESTÃO 93. Com base na obra "Necropolítica" (2018), de Achille Mbembe, analise as assertivas abaixo:

I. A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania.

II. O biopoder é uma forma de controle que pressupõe a não divisão da espécie humana em grupos e o estabelecimento de uma unidade biológica.

III. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tomar possíveis.

IV. O poder continuamente se refere e apela ao estado de exceção, à emergência e ao inimigo ficcional com base normativa do direito de matar.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas III e IV.

c) Apenas I, II e III.

d) Apenas I, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A assertiva I está correta. Trata-se da literalidade do trecho extraído do texto Necropolítica de Mbembe: "Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder" (p. 02).

A assertiva II está incorreta. De acordo com Mbembe: “Alguém poderia resumir nos termos acima o que Michel Foucault entende por biopoder: aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle” (p. 123).

A assertiva III está correta. Conforme Mbembe: “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer (p. 126).

A assertiva IV está correta. Consoante trecho extraído do texto Necropolítica de Mbembe: “O biopoder e a relação de inimizade Após apresentar uma leitura da política como o trabalho da morte, tratarei agora da soberania, expressa predominantemente como o direito de matar. Em minha argumentação, relaciono a noção de biopoder de Foucault a dois outros conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. Examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo” (p. 126).

Assim, considerando que apenas as assertivas I, III e IV estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra D.

Fonte: Achille Mbembe. Necropolítica. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>.

QUESTÃO 94. Analise os seguintes conceitos retirados da obra "Racismo Estrutural" (2019), de Silvio Luiz de Almeida:

_____é uma espécie de "patologia" ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados.

_____ é uma decorrência do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.

_____é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial.

_____é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada ou sobre a qual são impostas regras de "neutralidade racial" sem que se leve em conta a existência de diferenças sociais significativas.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas nos trechos acima.

a) Racismo na concepção estrutural - Racismo na concepção individualista - Discriminação direta - Discriminação indireta

b) Racismo na concepção individualista - Racismo na concepção estrutural - Discriminação direta - Discriminação indireta

c) Racismo na concepção individualista - Racismo na concepção estrutural - Discriminação indireta - Discriminação direta

d) Discriminação indireta - Discriminação direta - Racismo na concepção individualista - Racismo na concepção estrutural

e) Discriminação direta - Discriminação indireta - Racismo na concepção estrutural - Racismo na concepção individualista

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

Na obra "Racismo Estrutual", Silvio aponta que "Nos debates sobre a questão racial podemos encontrar as mais variadas definições de racismo. A fim de apresentar os contornos fundamentais do debate de modo didático, classificamos em três as concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. A classificação aqui apresentada parte dos seguintes critérios: a) relação entre racismo e subjetividade; b) relação entre racismo e Estado; c) relação entre racismo e economia. Assim, à vista dos estudos realizados pelo citado autor, a ordem correta das definições apresentadas no enunciado se encontra na letra B, conforme conceitos abaixo trazidos: Racismo na concepção individualista: O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de "patologia" ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados;" (p. 25). "O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural" (p. 33). "A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial, exemplo do que ocorre em países que proíbem a entrada de negros, judeus, muçulmanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda lojas que se recusem a atender clientes de determinada raça" (p. 23). "Já a discriminação indireta é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada – discriminação de fato –, ou sobre a qual são impostas regras de "neutralidade racial" – colorblindness21 – sem que se leve em conta a existência de diferenças sociais significativas – discriminação pelo direito ou discriminação por impacto adverso" (p. 23).

Fonte: Silvio Almeida. Racismo Estrutural. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em 01/07/2024.

QUESTÃO 95. Com base na Lei Complementar Estadual nº 136/2011 do Estado do Paraná, são prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, EXCETO:

a) Receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.

b) Comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento.

c) Ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais.

d) Representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, inclusive os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

e) Deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná. A questão foi retirada integralmente do Art. 156 da LCE-PR n. 156/2011. Vejamos: Art. 156 São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, dentre outras previstas em lei: I - receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos; II - não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral; III - ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado Maior, com direito a privacidade e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena; IV - usar vestes talares e as insígnias privativas da Defensoria Pública; V - comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento; VI - ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais; VII - examinar, em qualquer repartição pública, autos de flagrantes, inquéritos e processos, assegurada a obtenção de cópias e podendo tomar apontamentos; VIII - manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota; IX - representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais; X - deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder; XI - ter o mesmo tratamento reservado aos Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça; XII - ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente. XIII - requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições. Parágrafo único Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará imediatamente o fato ao Defensor Público-Geral do Estado, que designará membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná para acompanhar a apuração.

A alternativa A está correta. Art. 156, I, da LCE-PR n. 156/2011.

A alternativa B está correta. Art. 156, V, da LCE-PR n. 156/2011.

A alternativa C está correta. Art. 156, VI, da LCE-PR n. 156/2011.

A alternativa D está **in**correta e esta alternativa é o gabarito da questão. Art. 156, XI, LC n. 136/2011. "(...) ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais;" Assim, é exigível procuração outorgada ao Defensor Público quando ele necessite praticar atos que exijam poderes especiais.

A alternativa E está correta. Art. 156, X, da LCE-PR n. 156/2011.

QUESTÃO 96. São órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná, conforme a Lei Complementar Estadual nº 136/2011 do Estado do Paraná:

a) As Defensorias Públicas do Estado do Paraná e os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado.

b) As Defensorias Públicas do Estado do Paraná e a Coordenadoria-Geral de Administração.

c) Os Defensores Públicos do Estado do Paraná e os Núcleos Regionais de Atendimento.

d) Os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado e a Coordenadoria-Geral de Administração.

e) Os Núcleos Regionais de Atendimento e os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná. A LCE-PR n. 156/2011 trata da Defensoria Pública daquele estado. O artigo 9º informa a estrutura organizacional da instituição. Veja-se o texto compilado: Art. 9º A Defensoria Pública do Estado do Paraná compreende: I - Órgãos de administração superior: a) a Defensoria Pública-Geral do Estado; b) a Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado e a Segunda Subdefensoria Pública-Geral do Estado; c) o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado; d) a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado e a Subcorregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná; II - Núcleos Regionais de Atendimento; III - Órgãos de atuação: a) as Defensorias Públicas do Estado do Paraná; b) os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado; IV - Órgãos de execução: os Defensores Públicos do Estado; V - Órgãos auxiliares: a) a Escola da Defensoria Pública do Estado; b) a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado; c) a Coordenadoria-Geral de Administração; d) a Coordenadoria de Planejamento Setorial; e) a Coordenadoria de Comunicação; f) a Coordenadoria Jurídica; g) a Central de Relacionamento com o Cidadão e o Centro Estadual de Atendimento Multidisciplinar; h) os Assessores Jurídicos; i) os Estagiários.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 9º, III, LCE-PR n. 136/2011, são órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná, as Defensorias Públicas do Estado do Paraná e os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado.

A alternativa B está incorreta. A Coordenadoria-Geral de Administração é órgão auxiliar.

A alternativa C está incorreta. Os Defensores Públicos do Estado são órgãos de execução e os Núcleos Regionais de Atendimento fazem parte da estrutura geral ao lado dos órgãos de atuação.

A alternativa D está incorreta. Como visto, a Coordenadoria-Geral de Administração é órgão auxiliar.

A alternativa E está incorreta. Novamente, os Núcleos Regionais de Atendimento fazem parte da estrutura geral ao lado dos órgãos de atuação.

QUESTÃO 97. Com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é INCORRETO afirmar que:

a) A Defensoria Pública detém a prerrogativa de requisitar, de quaisquer autoridades públicas e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à sua atuação.

b) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra, sendo que o valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.

c) É inconstitucional — por violar a competência do legislador complementar nacional e o princípio da isonomia — norma estadual que fixa o tempo de serviço público no ente federado ou o tempo de serviço público em geral como critério de desempate na aferição da antiguidade para a promoção e a remoção dos defensores públicos locais.

d) A Defensoria Pública, no exercício da função de curadoria especial, faz jus à verba decorrente da condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais caso o seu assistido sagre-se vencedor na demanda.

e) O Defensor Público não possui legitimidade para impetrar mandado de segurança em defesa das funções institucionais e prerrogativas dos órgãos de execução, por ser atribuição conferida exclusivamente ao Defensor Público-Geral, nos termos da lei.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**, por tanto, é o gabarito da questão. A questão trata do tema jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre a Defensoria Pública.

A alternativa A está correta. Trata-se do decidido na ADI 6852 DF.

A alternativa B está correta. São as teses firmadas no RE RE 1140005, Tema 1.002, do STF.

A alternativa C está correta. A tese consta do Informativo STF 1.092. Trata-se da essência do julgado na ADI 7.317/RS aplicável à carreira da Defensoria Pública.

A alternativa D está correta. Entendeu o STJ, no REsp 1.912.281-AC, que a Defensoria Pública, no exercício da função de curadoria especial, faz jus à verba decorrente da condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais caso o seu assistido sagre-se vencedor na demanda.

A alternativa E está incorreta e esta alternativa é o gabarito da questão. Há previsão legal no Art. 4º, IX, LCE-PR n. 136/2011. Ademais, enfrentando o tema o STJ entendeu que o mandado de segurança pode ser impetrado por Defensor Público para proteger suas prerrogativas funcionais. Nestes termos, veja-se a seguinte ementa: "RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL. DEFENSORIA PÚBLICA. CURADORIA ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR DEFENSOR PÚBLICO. ATRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA DO DEFENSOR-GERAL. PRINCÍPIOS DA UNIDADE E DA INDIVISIBILIDADE. DEFESA JUDICIAL DAS PRERROGATIVAS INSTITUCIONAIS. CABIMENTO. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. 1. O Defensor Público, atuando em nome da Defensoria Pública, possui legitimidade para impetrar mandado de segurança em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução, nos termos do artigo 4º, IX, da Lei Complementar nº 80/94, atribuição não conferida exclusivamente ao Defensor Público-Geral. 2. A circunstância de a parte autora ser assistida pela Defensoria Pública não afasta a atribuição legal da instituição de, por meio de defensor distinto, exercer a curadoria do réu revel citado por edital (Lei Complementar 80/94, art. 4º, inciso XVI). 3. Recurso em mandado de segurança provido para conceder a ordem. (STJ - RMS: 64917 MT 2020/0282596-4, Data de Julgamento: 07/06/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/06/2022)".

QUESTÃO 98. Com base na legislação vigente e nas normativas e deliberações do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a atuação da Defensoria Pública não depende de considerações prévias sobre a situação econômico-financeira da parte interessada nos seguintes casos:

I. Acusado preso que informou ter advogado, mas deixou de constituir patrono no prazo para resposta à acusação.

II. Apenado em regime semiaberto harmonizado que busca a Defensoria para pleitear indulto na execução da pena.

III. Adolescente que busca a Defensoria após ser intimado para justificar o descumprimento das medidas impostas pela remissão em processo de cumprimento de medida socioeducativa.

IV. Mulher vítima, nos termos da Lei nº 11.340/2006, para ações de família envolvendo divórcio, regulamentação da guarda e pensão, tendo ou não medida protetiva de urgência, sendo a ação judicial indispensável para auxiliá-la a sair do contexto de violência.

V. Comunidade caiçara do litoral paranaense que busca a Defensoria para pedir a regularização do fornecimento de iluminação pública em vila isolada.

Quais estão corretos?

a) Apenas III e IV.

b) Apenas I, IV e V.

c) Apenas II, III e V.

d) Apenas I, II, III e V.

e) I, II, III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema deliberações do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná sobre assistência jurídica.

Cobrou-se o entendimento sobre os artigos 21 e 22 da Deliberação n. 42/2017 do Conselho Superior da DPE-PR. Vejamos os textos dos artigos: "Art. 21. O exercício da curadoria especial processual, da defesa criminal, a atuação nos feitos relacionados à execução da pena, a atuação nos processos socioeducativos relacionados às Varas da Infância e Juventude e atuação em medidas protetivas e ações de família (exceto direito sucessório) para a vítima nos termos da Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) não dependem de considerações prévias sobre a situação econômico financeira do interessado.(Redação alterada pela Deliberação CSDP nº 021, de 25 de Setembro de 2020).Parágrafo único. Entende-se por vítima, para fins de dispensa de triagem para ação de família, nos termos da Lei n° 11.340 a mulher que sofre alguma das violências do art. 7º da mencionada lei, tendo ou não medida protetiva de urgência, e que busca a Defensoria Pública relatando a situação de violência atual e iminente, sendo a ação judicial indispensável para auxiliá-la a sair do contexto de violência. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP nº 021, de 25 de Setembro de 2020). Art. 22. É dispensada a triagem individual para a atuação em processos coletivos em prol de populações socialmente vulneráveis".

Nestes termos, verifica-se que todos os itens, I a V, estão corretos, já que a atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná não depende de considerações prévias sobre a situação econômico-financeira para estes casos. Desta forma, a alternativa E está correta e as demais alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 99. O STF acolheu, recentemente, a tese sobre a atuação da Defensoria Pública como "guardião dos vulneráveis". Nesse sentido, são requisitos fixados pelo STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709 para a admissibilidade da Defensoria Pública como custos vulnerabilis:

I. A vulnerabilidade dos destinatários da prestação jurisdicional.

II. O elevado grau de desproteção judiciária dos interesses.

III. A formulação do requerimento por defensores com atribuição.

IV. A pertinência da atuação com uma estratégia de cunho institucional.

V. A hipossuficiência econômica do grupo a ser representado.

Quais estão corretos?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I, II e III.

c) Apenas III, IV e V.

d) Apenas I, II, III e IV.

e) I, II, III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema admissibilidade da Defensoria Pública como custos vulnerabilis segundo o STF.

Os fundamentos estão na ADPF n. 709. Vejamos: "Além disso, a doutrina vem exigindo, para o acolhimento do instituto, a presença de alguns requisitos, a saber: (i) a vulnerabilidade dos destinatários da prestação jurisdicional; (ii) o elevado grau de desproteção judiciária dos interesses que se pretende defender; (iii) a formulação do requerimento por defensores com atribuição para a matéria; e (iv) a pertinência da atuação com uma estratégia de cunho institucional, que se expressa na relevância do direito e/ou no impacto do caso sobre um amplo universo de representados. Tais requisitos asseguram um uso razoável e não excessivo do instituto. Embora a análise de alguns deles compita à própria instituição, o Poder Judiciário em princípio poderá aferir, como etapa prévia à admissão do ingresso, ao menos os três primeiros acima elencados" . Nestes termos, observa-se que o único item que está incorreto é o item V, já que nos fundamentos da ADPF n. 709 não exige-se a hipossuficiência econômica do grupo a ser representado. Ademais, cabe ressaltar que o conceito de vulnerabilidade não se confunde com hipossuficiência. Na ADI 3943, fixou-se o entendimento de que a legitimidade da defensoria pública para ajuizar ação coletiva não está condicionada à comprovação prévia de hipossuficiência dos possíveis beneficiários. Outrossim, as 100 Regras de Brasília informam o conceito de pessoas em situação de vulnerabilidade na Regra n. 3. Vejamos. (3) Consideram-se em condição de vulnerabilidade aquelas pessoas que, por razão da sua idade, género, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, económicas, étnicas e/ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercitar com plenitude perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico. Assim, a vulnerabilidade não se confunde com hipossuficiência econômica.

Consequentemente, a alternativa D está correta e as demais alternativas, A, B, C, e E estão incorretas, pois apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

QUESTÃO 100. Com base na legislação e na doutrina defensorial sobre a assistência judiciária, assistência jurídica e gratuidade de justiça, assinale a alternativa correta.

a) Nos termos do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

b) A concessão de gratuidade de justiça afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

c) A assistência jurídica integral e gratuita é direito de todos e dever do Estado, prestada pela Defensoria Pública ou, em locais em que não estiver instalada, por advogados dativos, por ter sido opção do constituinte o modelo misto ou híbrido de assistência.

d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural, podendo o juiz somente indeferir o pedido de gratuidade de justiça se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

e) O direito à gratuidade de justiça compreende todas as despesas processuais e extrajudiciais e se estende ao litisconsorte ou ao sucessor do beneficiário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema assistência judiciária, assistência jurídica e gratuidade de justiça.

A alternativa A está incorreta. Ao que estabelece o artigo 5º, LXXIV, da CF/88, "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;"

A alternativa B está incorreta. Conforme o § 2º, do artigo 98, do CPC, "A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência."

A alternativa C está incorreta. A assistência jurídica não é um direito de todos, mas sim um direito daqueles que comprovarem insuficiência de recursos, como visto acima.

A alternativa D está correta. A questão apresenta a conjugação dos parágrafos 4º e 7º do Artigo 99 do CPC. Vejamos: "CPC. Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. (...) § 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. (...) § 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento".

A alternativa E está incorreta. Na verdade, o direito à gratuidade abrange apenas alguns elementos, previstos no parágrafo 1º do artigo 98 do CPC e não todos. Além disso, o direito à gratuidade não se estende a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos, conforme o artigo 99, § 6º, do mesmo código.

DELEGADOS

PC-SC

QUESTÃO 01. Todas as frases abaixo foram retiradas de um dicionário de citações e em todas elas foram propostas trocas de vocábulos por outros mais adequados. Assinale a única troca inadequada entre elas.

a) O tempo perdido não se encontra nunca mais. / recupera.

b) Prazos largos para pagamento são fáceis de aceitar, pois a imaginação os faz infinitos. / cômodos.

c) O tempo explica tudo. Ele fala, e não precisa ser questionado antes de falar. / responder.

d) Espere pelo mais sábio dos conselhos: o tempo. / conselheiros.

e) Este presente dia é o único ponto da eternidade a que você tem direito. / hodierno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De fato, o termo "recuperar" pode ser substituído, no contexto, pelo termo "recuperar", sem prejuízo semântico.

A alternativa B está correta. Esta é a única alternativa em que a alteração se torna inadequada, posto que "largos", nesse contexto, não significa "cômodos", e sim "dilatados". Com a substituição proposta, portanto, haveria alteração semântica.

A alternativa C está incorreta. De fato, o termo "falar" pode ser substituído, no contexto, pelo termo "responder", sem prejuízo semântico.

A alternativa D está incorreta. De fato, o termo "conselhos" pode ser substituído, no contexto, pelo termo "conselheiros", sem prejuízo semântico.

A alternativa E está incorreta. De fato, o termo "presente" pode ser substituído, no contexto, pelo termo "hodierno", sem prejuízo semântico, posto que ambos significam "tempo atual".

QUESTÃO 02. Assinale a frase abaixo que não mostra uma referência crítica.

a) Nós matamos o tempo, mas ele nos enterra.

b) O tempo é infiel para quem dele abusa.

c) A falsidade da história é tão velha como a própria história.

d) A história é uma galeria de quadros com poucos originais e muitas cópias.

e) A história é uma destilação de intrigas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. É a única alternativa que traz um fato, e não uma crítica. A referência crítica se dá sob a forma de adjetivação.

A alternativa B está incorreta, pois há, sim, referência crítica, a qual se dá sob a forma de adjetivação, através do termo "infiel".

A alternativa C está incorreta, pois há, sim, referência crítica, a qual se dá sob a forma de adjetivação, através do termo "velha".

A alternativa D está incorreta, pois há, sim, referência crítica, a qual se dá sob a forma de adjetivação, através do predicativo do sujeito "uma galeria de quadros com poucos originais e muitas cópias".

A alternativa E está incorreta, pois há, sim, referência crítica, a qual se dá sob a forma de adjetivação, através do predicativo do sujeito "uma destilação de intrigas".

QUESTÃO 03. Assinale a frase em que a inversão de posição dos segmentos provoca alteração no sentido original.

a) Saber escolher o tempo é saber economizar tempo. / Saber economizar tempo é saber escolher o tempo.

b) Não tenhamos pressa, mas não percamos tempo. / Não percamos tempo, mas não tenhamos pressa.

c) O amanhã será diferente e dependerá de nós. / O amanhã dependerá de nós e será diferente.

d) A melhor maneira de prever o futuro é inventá-lo. / A melhor maneira de inventar o futuro, é prevê-lo.

e) O dia de amanhã ninguém usou. Pode ser seu. / O dia de amanhã pode ser seu, pois ninguém usou.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Observe que na primeira frase, o referente é a previsão; já na segunda frase, o referente é a invenção. Há, portanto, alteração semântica, pois muda-se o foco da argumentação.

Nas alternativas A, B, C e E, perceba que não houve alteração semântica; estão, pois, incorretas.

QUESTÃO 04. Assinale a frase abaixo em que o enunciador jogou com a dupla possibilidade de sentido do termo sublinhado.

a) Não se vê o futuro através da parte opaca do espelho.

b) O problema de ser pontual é que não há ninguém lá para elogiar você.

c) O tempo perdido não se encontra nunca mais.

d) Eu fiz um acordo de coexistência pacífica com o tempo.

e) O moinho não moe com águas passadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Esta é a única alternativa em que o termo destacado é ambíguo. Note que o termo "perdido" tem dois sentidos, podendo significar o tempo "vivido", "vivenciado", ou tempo "desperdiçado".

A alternativa A está incorreta, pois o termo nela destacado possui apenas um sentido, qual seja, "aquilo que não é transparente".

A alternativa B está incorreta, pois o termo nela destacado possui apenas um sentido, qual seja, "realizado no tempo em que foi combinado".

A alternativa D está incorreta, pois o termo nela destacado possui apenas um sentido, qual seja, "tranquilo", "sem conflitos".

A alternativa E está incorreta, pois o termo nela destacado possui apenas um sentido, qual seja, "em tempo anterior".

QUESTÃO 05. Em todas as frases abaixo há comparações; assinale a frase em que o motivo da comparação feita está corretamente identificado.

a) O tempo é o anjo do homem. / a capacidade de voar.

b) O futuro é um espelho sem vidro. / possibilidade de iluminar.

c) A história é um profeta que olha para trás. / possibilidade de previsão.

d) O tempo é um grande professor. / a longevidade.

e) A muleta do tempo é mais trabalhadora que a rápida clava de Hércules. / a eficiência na produção de mortes.

Comentários

O gabarito preliminar oficial considerou correta a **letra E**.

Entretanto, para o professor é correta a letra C, conforme vemos adiante.

--

A letra C, apesar de apontada como incorreta pelo gabarito preliminar da banca, entende-se que está correta. Motivo da comparação é o fator comum entre os elementos comparados. No caso da letra C, compara-se "história" e "profeta", cujo fator comum, de fato, é a possibilidade de previsão.

A letra E, apesar de apontada como correta pelo gabarito preliminar da banca, entende-se que está incorreta. O que há de comum entre "muleta do tempo" e "clava de Hércules" é tão somente a eficiência, mas não a eficiência na produção de mortes. Portanto, a alternativa, ao afirmar que essa eficiência se vincula à produção de mortes, extrapola no motivo da comparação.

QUESTÃO 06. As frases abaixo mostram marcas do modo argumentativo de organização discursiva; assinale a frase em que a tese defendida é acompanhada de um argumento.

a) O que prevemos raramente ocorre; o que menos esperamos geralmente acontece.

b) Os prazeres são relâmpagos; os sofrimentos, séculos.

c) É tão absurdo apagar o passado como planejar o futuro.

d) Deixe passar o tempo sem preocupações, como se fazia no mundo maravilhoso do passado.

e) Todo país tem duas histórias: a real e a oficial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A alternativa traz tanto a tese "deixe passar o tempo sem preocupações", quanto o argumento: "como se fazia no mundo maravilhoso do passado". Como argumento, traz-se aquilo que se fazia no passado.

A alternativa A está incorreta, pois traz-se apenas uma tese, sem argumento.

A alternativa B está incorreta, pois traz-se apenas uma tese, sem argumento.

A alternativa C está incorreta, pois traz-se apenas uma tese, sem argumento.

A alternativa E está incorreta, pois traz-se apenas uma tese, sem argumento.

QUESTÃO 07. Assinale a frase que mostra uma estrutura de antíteses, ou seja, uma oposição semântica de palavras.

a) Não há cura para o nascimento e para a morte a não ser usufruir o intervalo.

b) Amanhã não será como ontem.

c) Eu gosto dos sonhos do futuro mais do que da história do passado.

d) Os eventos futuros projetam suas sombras muito antes.

e) Escreve-se a história para narrar e não para provar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Há oposição entre os termos "nascimento" e "morte".

A alternativa B está incorreta. "Amanhã" e "ontem" não se opõem; são apenas elementos que se distinguem, que são diferentes. Não se pode confundir distinção com oposição.

A alternativa C está incorreta. "Futuro" e "passado" não se opõem; são apenas elementos que se distinguem, que são diferentes. Não se pode confundir distinção com oposição.

A alternativa D está incorreta. "Futuro" e "passado" (representado pelo termo "muito antes") não se opõem; são apenas elementos que se distinguem, que são diferentes. Não se pode confundir distinção com oposição.

A alternativa E está incorreta. "Narrar" e "provar" não se opõem; são apenas elementos que se distinguem, que são diferentes.

QUESTÃO 08. Entre as frases abaixo, assinale a que identifica corretamente a relação lógica entre os segmentos destacados.

a) Eu gosto dos sonhos do futuro / mais do que da história do passado. - Explicação.

b) O tempo pode ter um parto difícil, / mas não aborta nunca. - Correlação.

c) Sempre temos tempo suficiente / se dele fazemos bom uso. - Condição.

d) Não vos preocupeis com o dia de amanhã, / pois o dia de amanhã se preocupará consigo mesmo. - Causa e consequência.

e) O dia de amanhã ninguém usou. / Pode ser seu. - Conformidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. O termo "se", de fato, traz sentido condicional.

A alternativa A está incorreta. O termo "mais do que" não traz sentido de explicação, e sim de comparação.

A alternativa B está incorreta. O termo "mas" não traz sentido de correlação, e sim de oposição.

A alternativa D está incorreta. O termo "pois" não traz sentido de causa e consequência, e sim de explicação.

A alternativa E está incorreta. As frases não têm sentido de conformidade, e sim de explicação.

QUESTÃO 09. Todas as frases abaixo mostram a passagem de uma forma verbal para uma forma nominal; assinale a frase em que essa mudança foi feita de forma adequada.

a) Criar uma pequenina flor é um trabalho de eras. / A criatividade de uma pequenina flor é um trabalho de eras.

b) As flores apareceram na Terra, e os pássaros começaram a cantar. / As flores apareceram na Terra e os pássaros começaram a cantiga.

c) Para a pedra atirada, cair não é um mal, nem subir um bem. / Para a pedra atirada, o caimento não é um mal, nem a subida um bem.

d) A flor não nasceu para decorar a casa. / A flor não nasceu para que se decore a casa.

e) Sabei que o segredo das artes é corrigir a natureza. / Sabei que o segredo das artes é a correção da natureza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A forma verbal "criar" não pode ser substituída por "criatividade"; na verdade, deveria ter sido substituída pela forma nominal "criação".

A alternativa B está incorreta. A forma verbal "cantar" não pode ser substituída por "cantiga"; na verdade, deveria ter sido substituída pela forma nominal "canto".

A alternativa C está incorreta. A forma verbal "cair" não pode ser substituída por "caimento"; na verdade, deveria ter sido substituída pela forma nominal "queda".

A alternativa D está incorreta. A forma verbal "decorar" não pode ser substituída por "se decore"; na verdade, deveria ter sido substituída pela forma nominal "decoração".

A alternativa E está correta. É a única alternativa que traz a substituição adequada. De fato, a forma verbal "corrigir" pode ser substituída pela forma nominal "correção".

QUESTÃO 10. Assinale a frase abaixo em que o emprego do acento grave indicativo da crase é optativo.

a) Qualquer pessoa desprovida de senso de humor está à mercê de todos.

b) A vida ensina que jamais somos felizes senão à custa de certa ignorância.

c) Quando à noite não conseguir dormir, pare de contar ovelhas e converse com o pastor.

d) Um louco é alguém que crê em tudo o que vem à mente.

e) Quanto mais felizes somos, menos atenção prestamos à nossa felicidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Quando se tem locução prepositiva de base feminina ("à mercê"), a crase é obrigatória.

A alternativa B está incorreta. Quando se tem locução prepositiva de base feminina ("à custa"), a crase é obrigatória.

A alternativa C está incorreta. Quando se tem locução adverbial de base feminina ("à noite"), a crase é obrigatória.

A alternativa D está incorreta. Aqui tem-se um fenômeno fonético: Houve a junção da preposição "a", relativa ao verbo "vir", com o artigo "a", relativo ao substantivo "mente", resultando em crase obrigatória.

A alternativa E está correta, pois traz pronome possessivo feminino no singular, seguido de substantivo, caso em que a crase é facultativa.

QUESTÃO 11. Em agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que o uso da tese da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres contraria os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção da vida e da igualdade de gênero. Em decorrência, o Art. 23, inciso II, o Art. 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e o Art. 65 do Código de Processo Penal devem ser interpretados de modo a excluir a legítima defesa da honra do domínio do instituto da legítima defesa.

Entre os princípios de hermenêutica constitucional, o utilizado pelo Supremo Tribunal Federal na decisão descrita acima é o da

a) unidade constitucional.

b) presunção de constitucionalidade das leis.

c) interpretação conforme à constituição.

d) concordância prática.

e) conformidade funcional.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C.**

No julgamento da ADPF 779 pelo STF, o Tribunal utilizou o princípio da interpretação conforme à Constituição, para conferir o status de inconstitucional à tese da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres. Veja trecho da ementa: "(...) a tesa da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 23, inciso II; ao art. 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa e, por consequência, (iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento (...)". (ADPF 779, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 01-08-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 05-10-2023 PUBLIC 06-10-2023).

Utilizando como justificativa a mesma base jurisprudencial acima mencionada, as demais alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas, por citarem princípios diversos.

QUESTÃO 12. As Câmaras de Vereadores de diferentes Municípios da Federação Brasileira pretendem deliberar a respeito de consultas populares sobre questões de relevância para as respectivas populações locais, a serem realizadas concomitantemente às eleições municipais de 2024.

Em relação a essa forma de participação democrática direta, em nível municipal, prevista na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

a) As consultas populares concomitantes às eleições municipais não poderão ser realizadas em 2024 em razão do princípio da anualidade eleitoral.

b) Durante a campanha eleitoral serão defesas as manifestações favoráveis e contrárias às questões locais submetidas às consultas populares.

c) Uma vez aprovadas pelas Câmaras de Vereadores, as consultas populares sobre questões locais devem ser encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições.

d) Durante a campanha eleitoral é proibida a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão para as manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares.

e) A aprovação das consultas populares sobre questões locais pelas Câmaras de Vereadores dispensa o seu encaminhamento à Justiça Eleitoral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta, pois as consultas populares poderão ser realizadas em 2024, concomitantemente às eleições municipais, segundo dispõe a CF, em seu art. 14, § 12. Observe: "Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular. § 12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos."

A alternativa B está incorreta, pois segundo o artigo 14, § 13 da CF, tais manifestações favoráveis e contrárias às questões locais submetidas às consultas populares são permitidas. Vejamos: "Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular. § 13. As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares nos termos do § 12 ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão."

A alternativa C está incorreta, pois o prazo para que as consultas populares sejam encaminhadas à Justiça Eleitoral é de 90 dias. Veja "Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular. § 12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos."

A alternativa D está correta, pois encontra-se em conformidade com o artigo 14, § 13 da CF. Vejamos: "Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular. § 13. As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares nos termos do § 12 ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão."

A alternativa E está incorreta, pois as consultas populares, após serem aprovadas pelas Câmaras Municipais, deverão ser encaminhadas à Justiça Eleitoral, conforme dispõe o artigo 14, § 12 da CF; veja: "Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular. § 12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos."

QUESTÃO 13. Marco, italiano, veio para o Brasil em 2001 estudar dramaturgia em São Paulo. em 2020, após mais de quinze anos de residência ininterrupta no Brasil, Marco solicita e adquire, de forma derivada, a nacionalidade brasileira. Recentemente, Marco foi condenado, por sentença judicial transitada em julgado, em virtude de fraude relacionada ao seu processo de naturalização.

Conforme a ordem constitucional vigente, nesta situação hipotética, em decorrência da referida decisão judicial, ocorrerá

a) a suspensão dos direitos políticos de Marco.

b) a perda dos direitos políticos de Marco.

c) a cassação dos direitos políticos de Marco.

d) o cancelamento da naturalização de Marco, sem qualquer efeito sobre seus direitos políticos.

e) a manutenção da naturalização de Marco, pois o ato de fraude não é considerado atividade nociva ao interesse nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A Constituição Federal, em seu artigo 12, § 4º, determina as hipóteses em que será declarada a perda da nacionalidade brasileira, vejamos: "Art. 12, § 4º. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia."

Dessa forma, a única alternativa a prever a implicação correta, decorrente da sentença judicial transitada em julgado, a Marco, é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam, portanto, incorretas.

QUESTÃO 14. Diretor de determinado órgão policial do Estado edita a Portaria XXX/2021 que determina que todos os processos do Sistema Eletrônico de Informações do órgão sejam cadastrados com nível de acesso restrito ou sigiloso e, com isso, impedindo o acesso público.

Com base na situação hipotética descrita e na ordem constitucional vigente, analise as afirmativas a seguir.

I. A Portaria XXX/2021 viola a liberdade de informação do Art. 5º, inciso XXXIII, da CF/88, que estabelece como regra a publicidade das informações mantidas por órgãos do Estado.

II. A Portaria XXX/2021 não viola a liberdade de informação do Art. 5º, inciso XXXIII, da CF/88, dado que o sigilo de qualquer informação mantida por órgãos policiais é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

III. O ato de qualquer órgão do Estado restritivo à publicidade das informações deve ser justificado objetiva, específica e formalmente.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) II, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois é a única a elencar as afirmações I e III, que se encontram em conformidade com a jurisprudência do STF.

No julgamento da APDF 872, o Plenário do Supremo Tribunal Federal anulou ofício da Polícia Federal, que havia estabelecido regras de uso e inserção de dados no SEI-PF, ao manter todas as informações e documentos no sistema restritos ou sigilosos e sem acesso público. Vejamos o acórdão: "Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão do Plenário, na conformidade da ata de julgamento, por maioria, julgar procedente o pedido para reconhecer a nulidade do ato formalizado pelo Ofício n.º 10/2021 CNS/CGAD/DLOG/PF, que estabeleceu que todos os processos do Sistema Eletrônico de Informações da Polícia Federal sejam cadastrados com nível de acesso restrito, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Ministros André Mendonça e Nunes Marques. Foi fixada a seguinte tese: "O ato de qualquer dos poderes públicos restritivo de publicidade deve ser motivado objetiva, específica e formalmente, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida e específica, impeditivo do direito fundamental à informação." (ADPF 872, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 15/08/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 25-08-2023 PUBLIC 28-08-2023).

Utilizando como justificativa a mesma base jurisprudencial acima mencionada, as demais alternativas, A, B, D e E, ficam automaticamente incorretas, por incluírem itens em desacordo com a jurisprudência.

QUESTÃO 15. A Lei YYY/2021 de determinado Estado-membro da Federação Brasileira impõe que as empresas do setor têxtil sediadas no Estado identifiquem as peças de roupa com etiquetas em Braille ou outro meio acessível para atender as pessoas com deficiência visual.

A partir da situação narrada e com base no sistema jurídico-constitucional brasileiro vigente, é correto concluir que a lei estadual é

a) constitucional, visto que trata do tema de competência concorrente dos estados para legislar sobre produção e consumo e proteção das pessoas com deficiência.

b) constitucional, visto que trata de tema de competência residual dos estados.

c) inconstitucional, visto que trata de tema de interesse local de competência legislativa dos municípios.

d) inconstitucional, visto que trata de comércio interestadual, tema de competência privativa da União.

e) inconstitucional, visto que viola os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e da propriedade privada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6989, declarou a constitucionalidade da lei do estado do Piauí, que obriga as empresas do setor têxtil sediadas no Estado a identificarem as peças de roupa com etiquetas em braile ou outro meio acessível para atender a pessoas com deficiência visual.

O Tribunal determinou que a referida Lei se encontra amparada na competência concorrente dos estados para legislar sobre produção e consumo, bem como da proteção das pessoas com deficiência, conforme dispõe a alternativa. Vejamos trecho da ementa: "[...] 1. A Lei 7.465/2021 do Estado do Piauí, ao dispor que as empresas do setor têxtil estão obrigadas a produzir peças de vestuário que contenham etiquetas em braile ou qualquer outro meio acessível à compreensão das pessoas com deficiência visual, não versa primordialmente sobre comércio interestadual (CF, art. 22, VIII). Na realidade, a legislação em questão encontra fundamento constitucional na competência concorrente para legislar sobre produção e consumo e proteção (CF, art. 24, V) e integração social das pessoas portadoras de deficiências (CF, art. 24, XIV) [...]". (ADI 6989, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 19/06/2023, PROCESSO ELETRONICO DJe-s/n DIVULG 14-08-2023 PUBLIC 15-08-2023).

A alternativa B está incorreta, pois conforme supracitado, a competência dos estados, neste caso, é concorrente, não residual.

A alternativa C está incorreta, pois não se trata de tema de interesse local com competência legislativa dos Municípios, mas, conforme acima exposto, de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, para legislar sobre produção e consumo, bem como proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências.

A alternativa D está incorreta, pois conforme supracitado, a norma encontra-se inserida no rol de competências estaduais, de forma concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre produção e consumo e proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências.

A alternativa E está incorreta, pois no julgamento da ADI 6989, o STF estabeleceu que a referida Lei não fere os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e da propriedade privada, ao contrário do que afirma a alternativa. Vejamos: "[...] 6. A Lei 7.465/2021 do Estado do Piauí, ao vedar a cobrança de valores adicionais para o cumprimento da obrigação imposta – identificação das peças de roupa com etiquetas em braile –, não violou os princípios da livre iniciativa, do livre exercício econômico, da livre concorrência, da isonomia e da propriedade, porquanto o Estado, no exercício legítimo da normatização, regulamentação e fiscalização da atividade econômica, editou diploma legal voltado à implementação dos objetivos fundamentais da República (CF, art. 3º, I, III e IV), a assegurar a existência digna de todos (CF, art. 170, caput), bem assim à promoção da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III), especialmente daqueles portadores de deficiência [...]" (ADI 6989, Relator(a): ROSA. WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 19/06/2023, PROCESSO. ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 14-08-2023 PUBLIC 15-08-2023).

QUESTÃO 16. A segurança pública é serviço a ser prestado pelo Estado para a preservação da ordem pública e da proteção da integridade das pessoas e do patrimônio. O artigo 144 da CF/88 enumera os órgãos atuantes neste domínio.

Com base nas regras constitucionais vigentes e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a segurança pública, analise os itens a seguir:

I. É inconstitucional o exercício do direito de greve por parte dos integrantes de todas as carreiras policiais enumeradas no artigo 144 da CF/88.

II. Às Polícias Civis são atribuídas as funções de polícia judiciária, de segurança dos estabelecimentos prisionais e de investigação de infrações penais, com ressalva das de competência da União e de natureza militar.

III. As Polícias Militares, subordinadas à autoridade suprema do Presidente da República, possuem as atribuições de policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Vejamos as afirmações:

A afirmação I encontra-se de acordo com o julgamento do ARE 654.432 pelo STF, que decidiu sobre o exercício do direito de greve aos integrantes das carreiras policiais, vejamos: "[...] O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública. [...]" [ARE 654.432, red. do ac. min. Alexandre de Moraes, j. 5-4-2017, P, DJE de 11-6-2018, Tema 541, com mérito julgado.]

A afirmação II encontra-se em desconformidade com o artigo 144 da CF, em seu § 5º-A, que dispõe caber às polícias penais, e não às polícias civis, a segurança dos estabelecimentos prisionais. Vejamos: "Art. 144, § 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais."

A afirmação III encontra-se em desconformidade com o artigo 144, § 6º, da CF, que estabelece serem as Polícias Militares subordinadas aos Governadores dos Estados, vejamos: "Art. 144, § 6º. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios."

Dessa forma, apenas a afirmação I encontra-se correta, tornando a letra E a alternativa certa. As demais alternativas, A, B, C e D contêm afirmações incorretas.

QUESTÃO 17. A respeito da Lei Estadual nº 12.069/2021, que dispõe sobre o procedimento e o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que

a) os sindicatos são legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.

b) a participação de amici curiae no processo é admitida mediante despacho recorrível do Relator.

c) concedida a medida cautelar, ela terá, em regra, efeitos ex tunc.

d) é exigida a presença de pelo menos dois terços dos integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça na sessão para a tomada de decisão sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

e) o Tribunal de Justiça é competente para modular os efeitos temporais da decisão de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por razões de segurança pública ou de excepcional interesse social mediante a manifestação da maioria de um terço de seus membros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois encontra-se em desacordo com o artigo 2º da Lei nº 12.069/2021, que dispõe: "Art. 2º. Estão legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, nos termos de seu art. 85: VI - as federações sindicais e as entidades de classe de âmbito estadual;"

A alternativa B está incorreta, pois encontra-se em desacordo com artigo 7º, em seu parágrafo único, da Lei nº 12.069/2021, que dispõe: "Art. 7º. Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade. Parágrafo único - O Relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades."

A alternativa C está incorreta, pois encontra-se em desacordo com o artigo 11º, § 1º, da Lei nº 12.069/2021, que dispõe: "Art. 11. Concedida a medida cautelar, o Tribunal de Justiça fará publicar em seção especial do Diário Oficial e do Diário da Justiça do Estado a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo solicitar as informações à autoridade da qual tiver emanado o ato, observando-se, no que couber, o procedimento estabelecido na Seção I deste Capítulo. § 1º A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito ex nunc, salvo se o Tribunal conceder-lhe eficácia retroativa."

A alternativa D está correta, pois encontra-se de acordo com a Lei nº 12.069/2021, que dispõe, em seu artigo 13º, o quórum de integrantes do Órgão Especial do Tribunal necessário para a decisão de inconstitucionalidade. Vejamos: "Art 13. A decisão sobre a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos dois terços dos integrantes do Órgão Especial do Tribunal."

A alternativa E está incorreta, pois encontra-se em desacordo com o artigo 17º da Lei nº 12.069/2021, que dispõe: "Art. 17. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Tribunal de Justiça, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado."

QUESTÃO 18. A Representação Interventiva é ação do controle concentrado de constitucionalidade, cuja finalidade é solucionar um litígio federativo que pode ensejar a decretação da intervenção federal nos Estados ou no Distrito Federal.

Entre as hipóteses em que a Representação Interventiva será cabível, conforme as regras constitucionais vigentes, encontra-se a pertinente à situação de

a) violação da autonomia municipal.

b) recusa à execução de lei federal.

c) prestação de contas da Administração Pública, direta e indireta.

d) não aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

e) suspensão do pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior.

Comentários

Questão anulada pela banca.

As alternativas corretas são as letras **A, B, C e D,** portanto, entende-se que a questão deva ser anulada.

De acordo com o Artigo 34 da Constituição Federal, a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto nos casos excepcionais, previstos na própria Constituição. Vejamos: "Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: I - manter a integridade nacional; II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação; V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que: a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior; b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei; VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial; VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta. e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde."

A alternativa A está correta, por ser hipótese de intervenção federal, presente no artigo 34, inciso VII, alínea c, da CF, vejamos: "Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: c) autonomia municipal;".

A alternativa B está correta, por ser hipótese de intervenção federal, presente no artigo 36, inciso III, da CF, vejamos: "Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)".

A alternativa C está correta, por ser hipótese de intervenção federal, presente no artigo 34, inciso VII, alínea d, da CF, vejamos: "Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto

para: VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta."

A alternativa D está correta, por ser hipótese de intervenção federal, presente no artigo 34, inciso VII, alínea e, da CF, vejamos: "Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)".

A alternativa E está incorreta, por não ser uma das hipóteses previstas para intervenção federal, conforme diplomas legais dos artigos 34 e 36 da Constituição Federal. Dessa forma, entende-se que a questão deva ser anulada.

QUESTÃO 19. O Município Alfa não aplica o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. Em audiência pública determinado vereador progressista sustenta que esta situação enseja intervenção estadual no Município.

A partir da correção da alegação feita pelo vereador na hipótese narrada e conforme as regras constitucionais vigentes, é correto afirmar que

a) a decretação da intervenção estadual dependerá de provimento pelo Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral de Justiça.

b) a decretação da intervenção estadual ocorrerá ex officio por ato do Governador de Estado.

c) a decretação da intervenção estadual dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.

d) A decretação da intervenção estadual dispensará a apreciação pela Assembleia Legislativa.

e) a decretação da intervenção estadual dependerá de solicitação da Assembleia Legislativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B,** por encontrar-se em conformidade com o artigo 35, inciso III, da Constituição Federal, que estabelece: "Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;" bem como em consonância com o artigo 11, § 1º da Constituição Estadual de Santa Catarina, que dispõe: "Art. 11. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando: [...] § 1º A intervenção no Município se dará por decreto do Governador do Estado: I – de ofício, ou mediante representação fundamentada da maioria absoluta da Câmara Municipal ou do Tribunal de Contas, nos casos dos incisos I, II e III;"

Sendo assim, as demais alternativas, A, C, D e E encontram-se incorretas, por contrariarem os diplomas legais elencados acima.

QUESTÃO 20. Jacqueline, mãe de Pedro, uma criança de 11 anos de idade, havia solicitado a matrícula do filho em escola de rede pública perto de sua residência. Porém, o pedido foi negado pela Secretaria Estadual de Educação em razão da falta de vagas. Jacqueline procura a Defensoria Pública Estadual, que leva a demanda ao Judiciário sob o argumento de que a mãe não tem condições de pagar escola particular perto de sua residência, tampouco transporte para escola pública em outra localidade onde há vagas.

Conforme a ordem constitucional vigente e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da efetividade do direito fundamental de acesso à creche e escola, é correto afirmar que

a) a demanda não será provida, pois o acesso a creche e escola tem sua efetividade condicionada à regulamentação por lei posterior.

b) a demanda será provida, pois o acesso a creche e escola é direito fundamental previsto em norma constitucional auto executável.

c) a demanda será provida, pois o acesso a creche e escola é direito fundamental da pessoa humana a ser atendido pelos Poderes do Estado com absoluta prioridade.

d) a demanda não será provida, pois o acesso a creche e escola é tema reservado à discricionariedade do Poder Executivo.

e) a demanda não será provida, pois a matrícula de Pedro na escola pretendida deveria seguir a lista de espera na Secretaria Estadual de Educação, sob pena de violação do princípio da isonomia.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra B**.

O Supremo Tribunal Federal, no Tema 548, que trata do dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade, fixou a seguinte Tese: "1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica."

Dessa forma, as demais alternativas, A, C, D e E encontram-se incorretas, pois não correspondem ao entendimento jurisprudencial supracitado.

QUESTÃO 21. A respeito das normas da Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989 relativas ao tema da segurança pública e os órgãos que atuam em seu âmbito, é correto afirmar que

a) compete ao Estado legislar privativamente sobre organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil.

b) à Polícia Civil cabe a execução dos serviços administrativos de trânsito.

c) à Polícia Militar cabe o controle da propriedade e uso de armas, munições, explosivos e outros produtos controlados.

d) a Polícia Penal subordina-se ao Diretor-Geral do órgão administrador do sistema penal estadual.

e) a direção da Polícia Científica e a das suas diversas áreas de especialização é exercida por perito oficial de carreira, nomeado pelo Delegado-Geral da Polícia Civil.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta, pois encontra-se em desacordo com a Constituição Federal, que estabelece: "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis."

A alternativa B está correta, pois encontra-se de acordo com o artigo 106, inciso III da Constituição Estadual de Santa Catarina, que dispõe: "Art. 106. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe: III – a execução dos serviços administrativos de trânsito;".

A alternativa C está incorreta, pois encontra-se em desconformidade com o artigo 106, inciso III da Constituição Estadual de Santa Catarina, que dispõe: "Art. 106. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe: V – o controle da propriedade e uso de armas, munições, explosivos e outros produtos controlados;".

A alternativa D está incorreta, pois contraria o artigo 144, § 6º, da Constituição Federal, vejamos: "Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I — polícia federal; II — polícia rodoviária federal; III — polícia ferroviária federal; IV — polícias civis; V — polícias militares e corpos de bombeiros militares. § 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios."

A alternativa E está incorreta, pois encontra-se em desacordo com o artigo 109-A, § 1º da Constituição Estadual de Santa Catarina, que atribui ao Governador do Estado tal competência, vejamos: "Art. 109-A. A Polícia Científica é o órgão permanente de perícia oficial, competindo-lhe a realização de perícias criminais, os serviços de identificação civil e criminal e a pesquisa e o desenvolvimento de estudos na sua área de atuação. § 1º A direção da Polícia Científica e a das suas diversas áreas de especialização serão exercidas por perito oficial de carreira, nomeado pelo Governador do Estado."

QUESTÃO 22. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa, conforme a Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989,

a) suspender, no todo ou em parte, a execução de lei federal declarada inconstitucional por decisão definitiva do Tribunal de Justiça.

b) decretar a intervenção nos Municípios.

c) resolver definitivamente sobre acordos ou atos interestaduais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio estadual.

d) emendar a Constituição.

e) requisitar, quando couber, intervenção federal no Estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois a competência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, quanto à suspensão de leis declaradas inconstitucionais, é referente aos diplomas normativos estaduais ou municipais, não à lei federal. Vejamos: "Art. 40. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: XIII – suspender, no todo ou em parte, a execução de lei estadual ou municipal declarada inconstitucional por decisão definitiva do Tribunal de Justiça;".

A alternativa B está incorreta, pois a competência exclusiva da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina é referente à aprovação ou suspensão da intervenção nos Municípios, conforme artigo 40, inciso V: "Art. 40. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: V – aprovar ou suspender a intervenção nos Municípios;".

A alternativa C está incorreta, pois o artigo 40, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina, que estabelecia a competência exclusiva da Assembleia Legislativa do Estado para resolver definitivamente sobre acordos ou atos interestaduais que acarretem encargo ou compromissos gravosos ao patrimônio estadual foi revogada, vejamos: "Art. 40, III – resolver definitivamente sobre acordos ou atos interestaduais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio estadual; ADI STF 1857, de 1998 (inciso III, do art. 40) Decisão Final procedente. DJ. 07.03.2003. EC/38, de 2004. Ante julgamentos de mérito, do STF, o art. 4º da EC/38, revoga o inciso III, do art. 40."

A alternativa D está correta, pois encontra-se em conformidade com o artigo 40, inciso I, da Constituição Estadual de Santa Catarina, que dispõe: "Art. 40. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: I – emendar a Constituição;".

A alternativa E está incorreta, pois requisitar intervenção federal no Estado não se trata de competência exclusiva da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, vejamos: "Art. 40. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: XIV – solicitar, quando couber, intervenção federal no Estado"; "Art. 83. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça: IX – solicitar, quando cabível, intervenção federal no Estado;".

QUESTÃO 23. Partido político com representação no Congresso Nacional ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal contra a Lei Federal XXX/2023. Por unanimidade, o Plenário do STF julgou procedente o pedido e declarou a referida Lei inconstitucional.

Com base na situação hipotética narrada, e conforme o sistema jurídico-constitucional vigente, é correto afirmar que a decisão definitiva de mérito proferida pelo STF na situação em tela vincula

a) todo o poder Judiciário e a administração pública direta e indireta, em todas as esferas federativas.

b) os poderes políticos do Estado, o Executivo e o Legislativo, no exercício de todas as suas funções.

c) todos os poderes do Estado em nível federal, excluindo as esferas estadual e municipal.

d) o Presidente da República, inclusive no exercício de suas funções de natureza legislativa.

e) a administração pública direta e indireta, apenas na esfera federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A,** pois encontra-se de acordo com o artigo 102, § 2º da CF, que dispõe: "Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: [...] § 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal."

As demais alternativas B, C, D e E encontram-se em desconformidade com o diploma legal supracitado acima, estando, portanto, incorretas.

QUESTÃO 24. Acerca das ações específicas do controle concentrado de constitucionalidade processadas e julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir:

I. O objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) são omissões que violam a exequibilidade das normas constitucionais de eficácia limitada.

II. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) possui parâmetro mais restrito que o da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).

III. Atos do Estado de natureza judicial são objeto da ADPF.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) II, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, por reunir as afirmações I, II e III. Vejamos:

A afirmação I está correta, pois encontra-se de acordo com o previsto no art. 103, § 2º, CF/88, que dispõe: "Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: [...] § 2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias."

A afirmativa II está correta, pois a ação de descumprimento de preceito fundamental está prevista no art. 102, § 1º da Constituição Federal, que estipula: "Art. 102: Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: § 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente desta Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei", sendo, portanto, uma espécie de controle concentrado com parâmetro mais reduzido, já que visa reparar ou evitar lesão a preceito fundamental da Constituição.

A afirmativa III está correta, pois no tocante ao cabimento da ADPF, o STF já decidiu a possibilidade de recair sobre diversos atos estatais. Vejamos o exemplo a seguir, na ADPF 127: "A arguição de descumprimento de preceito fundamental foi concebida pela Lei 9.882/99 para servir como um instrumento de integração entre os modelos difuso e concentrado de controle de constitucionalidade, viabilizando que atos estatais antes insuscetíveis de apreciação direta pelo Supremo Tribunal Federal, tais como normas pré-constitucionais ou mesmo decisões judiciais atentatórias a cláusulas fundamentais da ordem constitucional, viessem a figurar como objeto de controle em processo objetivo.

A despeito da maior extensão alcançada pela vertente objetiva da jurisdição constitucional com a criação da nova espécie de ação constitucional, a Lei 9.882/99 exigiu que os atos impugnáveis por meio dela encerrassem um tipo de lesão constitucional qualificada, simultaneamente, pela sua (a) relevância (porque em contravenção direta com paradigma constitucional de importância fundamental) e (b) difícil reversibilidade (porque ausente técnica processual subsidiária capaz de fazer cessar a alegada lesão com igual eficácia.)" (ADPF 127, rel. min. Teori Zavascki, decisão monocrática, julgamento em 25-2-2014, DJE de 28-2-2014.)

Dessa forma, a única alternativa a trazer as três afirmações corretas é a **letra A**, estando as demais alternativas B, C, D e E incorretas.

QUESTÃO 25. Determinada empresa jornalística pretende ajuizar ação judicial para obter junto à Secretaria Municipal de Educação informações sobre os processos de licitação referentes ao fornecimento de merendas às escolas do Município Beta. O acesso a tais informações fora negado de forma arbitrária à empresa.

Entre os remédios constitucionais previstos pela ordem constitucional vigente, aquele cabível na situação hipotética narrada é

a) o mandado de segurança individual.

b) o habeas data.

c) a ação popular.

d) o mandado de segurança coletivo.

e) a ação civil pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. De acordo com o artigo 5, XXXIII da CF: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXIII — todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;".

No caso em tela, o acesso negado foi referente às informações de caráter público, sendo garantido o direito líquido e certo à empresa jornalística de obtê-lo. Vejamos: "Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de

poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;".

Ademais, à empresa jornalística não caberia a impetração de mandado de segurança coletivo, por não se encontrar no rol do artigo 5º, inciso LXX, a saber: "Art. 5º, LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;".

A alternativa B encontra-se incorreta, pois no caso em tela, o acesso negado foi referente às informações de caráter público, constantes de licitação, que não se encontram entre os objetos do Habeas Data. Vejamos: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXII - conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;"

Dessa forma, as demais alternativas, C, D e E trazem remédios constitucionais que não cabem no caso em tela, conforme acima explicado, tornando-se incorretas.

QUESTÃO 26. Túlio, 41 anos, se desentendeu com seu vizinho Hugo, 74 anos, em razão de conflitos referentes a vaga de estacionamento na garagem do prédio. Indignado pelo fato de Hugo ter parado em sua vaga, Túlio proferiu palavras ofensivas como "velho safado", bem como ameaçou espancá-lo caso o fato viesse a se repetir. No dia seguinte, Hugo compareceu à delegacia de polícia e registrou ocorrência pelos crimes de injúria e ameaça, manifestando o

desejo de representar criminalmente contra Túlio. Tendo em vista este cenário, assinale a afirmativa correta.

a) O Ministério Público poderá oferecer denúncia pelos crimes de injúria qualificada e ameaça.

b) O Ministério Público poderá oferecer a denúncia pelo crime de ameaça e Hugo deverá oferecer queixa-crime caso pretenda ajuizar ação penal para julgar o crime de injúria.

c) Apesar de o crime de injúria ser crime de ação penal privada, o Ministério Público poderá oferecer denúncia por ameaça e injúria, em razão do concurso de crimes.

d) O crime de ameaça é classificado como crime de ação penal pública incondicionada, já o crime de injúria simples é crime de ação penal privada.

e) Tendo em vista que a vítima é pessoa idosa, os crimes de injúria e ameaça são processados por meio de ação penal pública incondicionada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre ação penal.

A alternativa A está correta. O caso em apreço trata sobre dois tipos penais,quais sejam, injúria e ameaça, havendo, para ambos os fatos, representação do ofendido.

O tipo de injúria, como regra, é de ação penal privada, todavia, o código penal estabelece que, em alguns casos, será de ação penal pública condicionada à representação, conforme se extrai do artigo 145, parágrafo único, o qual faz menção à injúria qualificada, em razão de fazer menção à condição de pessoa idosa (art. 140,§3º, do CP): Art. 145 - Nos crimes previstos neste Capítulo somente se procede mediante queixa, salvo quando, no caso do art. 140, § 2º, da violência resulta lesão corporal. Parágrafo único. Procede-se mediante requisição do Ministro da Justiça, no caso do inciso I do caput do art. 141 deste Código, e mediante representação do ofendido, no caso do inciso II do mesmo artigo, bem como no caso do § 3o do art. 140 deste Código.

Já o tipo de ameaça, nos termos do artigo 147, parágrafo único, do CP, também se procede mediante representação. Portanto, considerando que já há representação, o Ministério Público poderá oferecer denúncia pelos crimes de injúria qualificada e ameaça.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 27. Adonis, 71 anos, reside sozinho em um bairro violento. Certo dia, percebeu que um homem desconhecido, portando uma arma de fogo na cintura, ingressou em seu terreno na calada da noite. Ao perceber que o indivíduo caminhava desorientado em seu quintal,

Adonis, temendo por sua integridade física e sua vida, desferiu um disparo de arma de fogo na perna da vítima. Quando se aproximou da vítima, caída ao chão, constatou que se tratava de seu vizinho Heitor, que havia entrado no seu imóvel por engano, em razão de estar alcoolizado. Heitor foi hospitalizado, porém recebeu alta no mesmo dia. Diante do cenário descrito, é correto afirmar que

a) Adonis deve responder pelo crime de lesão corporal, tendo em vista o excesso de legítima defesa.

b) deve ser reconhecida a exclusão da ilicitude pela legítima defesa.

c) deve ser afastada a culpabilidade, em razão da ausência de potencial conhecimento da ilicitude do fato.

d) deve ser afastada a culpabilidade, em razão de inexigibilidade de conduta diversa.

e) Adonis está isento de pena, em razão da descriminante putativa por erro de tipo inevitável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre as Teorias do Erro.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. No caso apresentado, Adonis compreendeu, de forma equivocada os dados da realidade, de modo que imaginou estar agindo amparado pela legítima defesa. Desta forma, o agente atuou em erro de tipo permissivo, o qual se caracteriza pela falsa percepção sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação, acreditando estar presente uma das excludentes de ilicitude, quais sejam: legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.

Em outras palavras, o agente age sob a crença de que sua conduta está acobertada por uma excludente de ilicitude, quando, na verdade, isto não ocorre. O Código Penal dispõe que "é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima" (art. 20, §1º, primeira parte do CP). Portanto, está correta a alternativa que afirma que Adonis está isento de pena, em razão da descriminante putativa por erro de tipo inevitável.

QUESTÃO 28. Um grupo de jovens imbuído de ideário extremista decide realizar ação violenta contra um centro religioso de matriz africana. Para tanto, os jovens colocam grande quantidade de artefatos explosivos no local com o objetivo de gerar pânico generalizado e matar o maior número possível de fiéis que estivessem no culto religioso.

Todavia, o artefato não explode.

Pelo exposto, é correto afirmar que tal conduta corresponde ao crime de

a) genocídio.

b) explosão tentada

c) terrorismo.

d) perseguição.

e) abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre terrorismo.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. O conceito de terrorismo está previsto de forma expressa em lei. Neste sentido, o artigo 2º da Lei 13.260/16 estabelece que: "O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.". Portanto, a lei traz um especial fim de agir nas condutas que são por ela enumeradas.

Dentre as condutas está os atos que atentem relacionados a "usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;" (art.2º,§1,I, da Lei 13.260/16), bem como atos que atentem "contra a vida ou a integridade física de pessoa" (art.2º,§1,V, da Lei 13.260/16). Por tal razão, a conduta descrita se amolda ao delito de terrorismo.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 29. Vander planejava fazer uma viagem de férias no final do ano pelo litoral do Nordeste. Assim, juntou suas economias e comprou um carro usado para dirigir na viagem. O automóvel foi vendido dentro dos valores praticados no mercado. Em razão do tempo exíguo, Vander, todavia, não investigou a procedência do veículo, tendo acreditado na indicação de seu amigo Tobias, como se verifica em mensagens trocadas via aplicativo por meio de seu telefone celular.

No dia 31 de dezembro de 2022 Vander, em viagem, foi parado em uma blitz. Na ocasião, um agente da Polícia Rodoviária Federal constatou que o carro que Vander acabara de adquirir era proveniente de roubo. Vander foi preso em flagrante pelo crime de receptação.

Diante do cenário ora descrito, assinale a opção que indica a tese defensiva que pode ser invocada em favor de Vander.

a) Exclusão da culpabilidade por obediência hierárquica.

b) Exclusão da culpabilidade por coação moral irresistível.

c) Atipicidade da conduta por incidência do princípio da insignificância.

d) Atipicidade da conduta por ausência de dolo.

e) Exclusão da ilicitude pelo exercício regular do direito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre Receptação.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. No caso apresentado, em tese, a conduta poderia se amoldar ao tipo inscrito no artigo 180 do Código Penal, qual seja, a receptação, a qual pune aquele que adquire, recebe, transporta, conduz ou oculta coisa que sabe ser produto de crime, ou seja, o tipo penal exige que o agente tenha conhecimento da origem ilícita do bem, o que não se verificou no caso apresentado.

Não está caracterizado, ademais, o tipo previsto no artigo 180, §3º, do CP, visto que o legislador traz condições que façam presumir que o bem foi adquirido de forma criminosa, tais como natureza; desproporção entre o valor e o preço; ou condição de quem oferece. Sendo assim, quando tais condições não estão presentes, o tipo não se caracteriza.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 30. Gilson, 20 anos, trabalhava como gerente da pizzaria MASSA DELÍCIA. Todavia, em razão de sucessivos atrasos no expediente de trabalho, os empregadores o demitiram por justa causa. Inconformado, Gilson passou a atacar a reputação da empresa em suas redes sociais, proferindo declarações que apontavam suposta falta de qualidade e de higiene no preparo das pizzas naquele estabelecimento comercial. A conduta de Gílson configura

a) fato atípico.

b) crime de difamação.

c) crime de injúria.

d) crime de calúnia.

e) crime de constrangimento ilegal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre crimes contra a honra.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. Gilson passou a imputar fatos (ausência de qualidade e higiene no preparo do produto) que afetam a reputação da empresa, pessoa jurídica, sendo assim, poderá responder por difamação, prevista no artigo 139 do CP: "Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação.".

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 31. Numa repartição militar em um país em guerra, soldados cumpriram ordens de superiores para executar todos os prisioneiros. Assim, Klaus acionou um botão de um dispositivo com gás letal, levando intencionalmente à morte por asfixia de 10 prisioneiros de uma cela. Thomas deu um tiro de fuzil em um prisioneiro, porém o projétil atingiu acidentalmente mais uma pessoa, levando ambas ao óbito. Por fim, Mark foi perseguindo e executando prisioneiros, tendo matado 8 pessoas, uma em cada cela.

Diante da situação hipotética narrada, analise as condutas de Klaus, Thomas e Mark e assinale a afirmativa correta acerca do concurso de crimes.

a) conduta de Klaus compreende o concurso formal imperfeito, a conduta de Thomas compreende concurso formal perfeito e a conduta de Mark pode se amoldar ao concurso material.

b) A conduta de Klaus compreende o concurso formal perfeito, a conduta de Thomas corresponde ao crime continuado e a conduta de Mark se amolda ao concurso material.

c) A conduta de Klaus compreende o concurso formal imperfeito, a conduta de Thomas corresponde ao crime continuado e a conduta de Mark se amolda ao crime continuado específico.

d) Klaus, Thomas e Mark devem responder integralmente pelas penas do crime de homicídio na forma do concurso material.

e) Klaus, Thomas e Mark devem responder pelas penas do crime de homicídio na forma do crime continuado específico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre Concurso de crimes.

A alternativa A está correta. A conduta de Klaus se amolda ao concurso formal imperfeito ou impróprio, visto que possui o desígnio de matar todas as pessoas com uma só ação, previsto na parte final do artigo 70 do CP, o qual se caracteriza pela atuação com desígnios autônomos, embora por meio de uma só conduta, levando a uma aplicação cumulativa (cúmulo material) das penas: "as penas aplicam-se,

entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.".

Thomas, ao seu turno, atua em concurso formal próprio, pois com uma só conduta, sem desígnio autônomo, atingiu pessoas diversas: "Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade."

Já Mark, atuou de forma individualizada, matando, por ações específicas, cada um dos prisioneiros, podendo responder em concurso material, previsto no artigo 69 do CP: "Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela."

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 32. Um pacote legislativo resultou na aprovação de três novas leis penais no Congresso Nacional. A Lei A revogou o crime previsto no art. 28 da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06). Noutro giro, a Lei B alterou o texto do art. 213 do Código Penal, passando a prever para o crime de estupro a pena de 8 a 12 anos de reclusão. Por fim, a Lei C alterou o art. 155 do Código Penal, passando a prever para o crime de furto simples a pena de detenção de 1 a 5 anos. Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

a) A lei A se refere à hipótese de irretroatividade da lei penal mais severa.

b) As leis A e B constituem hipóteses de *novatio legis in mellius*.

c) As leis B e C se referem à hipótese de retroatividade da lei penal mais benéfica.

d) A lei B se refere à hipótese de ultratividade da lei anterior mais benéfica.

e) A lei C se refere à hipótese de *novatio legis incriminadora*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre lei penal no tempo.

A alternativa A está incorreta. Analisando a primeira lei, verifica-se que esta revogou um tipo penal, sendo assim, se constitui como *novatio legis in mellius,* a qual deve sempre retroagir, pois benéfica ao

acusado, neste sentido o artigo 5, XL, da CF: "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu". Portanto, não há irretroatividade da lei.

A alternativa B está incorreta. Analisando a primeira lei, verifica-se que esta revogou um tipo penal, sendo assim, se constitui como *novatio legis in mellius,* a qual deve sempre retroagir, pois benéfica ao acusado, neste sentido o artigo 5, XL, da CF: "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu". A Lei B, todavia, traz um aumento de pena do tipo penal do estupro, o qual, atualmente, é punido com pena de 6 a 10 anos. Sendo assim, há uma *novatio legis in pejus*, a qual, pelo dispositivo constitucional acima transcrito, não deve retroagir.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. Conforme comentado na alternativa B, a lei penal B traz uma nova lei prejudicial ao acusado, pois estabelece uma pena mais grave ao tipo penal, desta forma, para os fatos ocorridos antes da vigência desta, mesmo que analisados posteriormente, deve-se aplicar, pela ultratividade, a lei penal anterior, ou seja, pois mais benéfica.

A alternativa E está incorreta. A alteração da Lei C é benéfica, pois transforma um tipo penal punido com reclusão, para puni-lo com detenção. Ademais, mesmo fosse que maléfica, a lei não criou uma nova incriminação, portanto, não caracteriza *novatio legis incriminadora.*

QUESTÃO 33. Caio, 18 anos, Tício, 20 anos e Mévio, 22 anos, integram uma torcida organizada de uma agremiação futebolística. No dia de uma partida de seu clube, encontram um torcedor do time rival sozinho, saindo do trem a uma curta distância. Mévio então olhou para Caio e Tício e fez gestos com as mãos denotando que os três perseguissem e agredissem o torcedor rival. Ao efetivamente alcançarem a vítima, o lesionaram com socos e pontapés.

Pelo exposto, é correto afirmar que Caio, Tício e Mévio devem responder por crime de

a) lesão corporal, cada qual isoladamente, eis que não houve concurso de pessoas e sim autoria colateral.

b) lesão corporal em concurso de pessoas.

c) associação criminosa e crime de lesão corporal.

d) constrangimento ilegal e crime de lesão corporal.

e) organização criminosa e crime de lesão corporal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre lesão corporal.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. No caso em apreço há um liame subjetivo na conduta dos três agentes, caracterizando, assim, o concurso de pessoas, não estando configurada a autoria colateral, a qual exige que os agentes desconheçam a conduta dos demais.

Em razão da conduta tem sido realizada de forma esporádica, não resta evidenciado a estabilidade e permanência, exigência da jurisprudência para caracterização do tipo penal da associação criminosa (HC n. 374.515/MS). Não caracteriza organização criminosa, também, pela ausência do requisito mínimo de 4 pessoas.

Portanto, resta configurada a lesão corporal em concurso de pessoas.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 34. Paulo, 50 anos, é casado com Rita, 40 anos. Ao perceber que Rita conversava com um amigo do trabalho por meio de mensagens enviadas pelas redes sociais, Paulo, movido por ciúmes, desferiu um soco na face da esposa. Rita compareceu à Delegacia de

Atendimento à Mulher e registrou ocorrência para apuração do delito.

Após representação da autoridade policial, o juízo competente decretou as medidas protetivas de urgência de afastamento do lar e proibição de contato com a ofendida. Todavia, Paulo, inconformado, compareceu à residência, contra a vontade de Rita, para tentar reconciliar-se com ela.

Desta forma, é correto afirmar que Paulo deverá responder criminalmente por

a) lesão corporal doméstica e desobediência.

b) lesão corporal leve e descumprimento de medida protetiva de urgência.

c) violência de gênero e descumprimento de medida protetiva de urgência.

d) violência de gênero e desobediência.

e) violência de gênero, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre lesão corporal e Lei Maria da Penha.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. No caso em apreço, Paulo realizou duas condutas, quais sejam, a lesão a mulher, em situação de violência doméstica e por razões de gênero e, posteriormente, o descumprimento de medidas protetivas de urgência.

Neste sentido, restam tipificados os artigos 129, § 13, do CP, que dispõe: Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código." e o artigo 24-A da Lei Maria da Penha, que tipifica a conduta daquele que descumpre "decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei. Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos."

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 35. Adamastor é serventuário da justiça e chefe de gabinete de um Desembargador. Por estar em dificuldades econômicas, Adamastor passou a oferecer serviços a advogados. A atividade consistia em procurar advogados que tinham processos sob relatoria do referido desembargador, solicitando vantagem econômica a título de influenciar a decisão judicial.

Destarte, é correto afirmar que Adamastor deve responder pelo crime de

a) exploração de prestígio.

b) tráfico de influência.

c) prevaricação.

d) corrupção passiva.

e) advocacia administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre crimes contra a administração pública.

A alternativa A está correta. O Código Penal tipifica, no artigo 357, a conduta daquele que solicita ou recebe "dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha". A conduta de Adamastor se amolda ao tipo penal acima transcrito, portanto, a alternativa A está correta.

Destaca-se que tal dispositivo se insere como especial em relação ao artigo 332, o qual tipifica o tráfico de influência, visto que este traz apenas a busca por influência na conduta de funcionário público, de forma ampla, já o artigo 357 estabelece a influência na conduta do juiz.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 36. Acerca dos princípios penais, assinale a afirmativa correta.

a) O princípio da intranscendência pressupõe que o Direito Penal só pode incidir nas hipóteses em que há lesão ou risco de lesão a um bem jurídico.

b) O princípio da fragmentariedade preconiza que a pena não pode passar da pessoa do condenado.

c) O princípio da insignificância exclui a tipicidade formal em razão de lesão ou risco de lesão irrelevante ao bem jurídico tutelado.

d) O princípio do ne bis in idem indica que uma mesma circunstância não pode ser valorada em desfavor do suposto autor do fato mais de uma vez.

e) O princípio da ofensividade veda as penas de morte, perpétuas e cruéis, bem como as penas de trabalhos forçados e de banimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre princípios penais.

A alternativa A está incorreta. O princípio da intranscendência tem assento constitucional, estando previsto no artigo 5º, XLV, segundo o qual as penas devem se restringir à pessoa do condenado. Sendo assim, dispõe a CF: "nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;". A alternativa traz o conceito do princípio da ofensividade.

A alternativa B está incorreta. A alternativa traz o conceito de intranscendência, portanto, está errada. Vale destacar que o princípio da fragmentariedade expressa que o Direito Penal deve proteger apenas os bens jurídicos mais relevantes. Nestes termos, Regis Prado afirma que a tutela penal deve ser "seletiva, limitada àquela tipologia agressiva dotada de indiscutível relevância quanto à gravidade e à intensidade da ofensa" (*in* Curso de direito penal brasileiro).

A alternativa C está incorreta. O princípio da insignificância é decorrente do princípio da intervenção mínima, Por ele, é possível distinguir a análise da tipicidade em dois aspectos, a tipicidade formal, segundo a qual a mera realização dos fatos previstos em lei representa a adequação do tipo penal e a tipicidade material, a qual exige não apenas a coincidência fática entre a ação e o que é previsto em lei,

mas também a violação do bem jurídico protegido. Tal princípio foi idealizado por Roxin e permite a exclusão de ações que não ferem o bem jurídico protegido.

A alternativa D está correta. A alternativa apresenta o conceito adequado de bis in idem. Destaca-se que o STJ, no HC 313.677/RS afirmou que "configura indevido bis in idem a utilização da circunstância de o crime ter sido cometido nas dependências de estabelecimento prisional para fundamentar tanto o quantum de redução na aplicação da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, quanto a incidência da majorante prevista no art. 40, inciso III, da Lei 11.343/2006."

A alternativa E está incorreta. A alternativa traz o princípio da humanidade, segundo o qual a pena não pode ser a mera imposição de um sofrimento, de um mal, com cunho absolutamente destrutivo. Por tal razão, a CF veda penas de morte, perpétuas e cruéis, bem como as penas de trabalhos forçados e de banimento.

QUESTÃO 37. Atílio, 18 anos, aluno do ensino médio de uma escola privada, por meio de um aplicativo que se vale de inteligência artificial, fez montagens de fotos de duas colegas de classe, Samantha, 17 anos, e Diana, 18 anos, e as armazenou em seu aparelho de telefone celular. Nas montagens, as alunas apareciam nuas. Desta forma, é correto afirmar que Atílio

a) não deverá responder criminalmente, em razão da atipicidade de suas condutas.

b) deverá responder exclusivamente pelo crime previsto no art. 216-B, § único do Código Penal.

c) deverá responder exclusivamente pelo crime previsto no art. 241-C do ECA.

d) deverá responder pelos crimes do art. 216-B, § único do Código Penal e pelo art. 241-C do ECA.

e) deverá responder pelos crimes do art. 216-B, § único e pelo art. 139, ambos do Código Penal, e pelo art. 241-C do ECA.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

A alternativa D está correta. No caso narrado, a conduta de Atílio consistente em criar e armazenar imagens de nudez de Samantha, adolescente de 17 anos, utilizando inteligência artificial está prevista no tipo penal previsto no art. 241-C do ECA, que assim dispõe: Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Além disso, a conduta de Atílio consistente em criar e armazenar imagens de nudez de Diana, 18 anos, utilizando inteligência artificial se amolda ao tipo do art. 216-B, parágrafo único, do Código Penal:

Art. 216-B. Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo.

A alternativa E está incorreta, pois não houve a imputação de fato ofensivo à reputação das vítimas, de acordo com o art. 139 do Código Penal: "Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa".

QUESTÃO 38. Melchedíades, jogador de um time de futebol, aceitou vantagem indevida oferecida por Heráclito, servidor da Receita Federal do Brasil que, paralelamente, exerce a atividade de empresário no ramo de casas de apostas esportivas. Segundo as tratativas, Melchedíades deveria receber cartão vermelho em determinada partida em troca do recebimento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Antes de receber a vantagem indevida, Melchedíades foi preso juntamente com Heráclito, em operação policial. Pelo exposto, é correto afirmar que Melchedíades

a) deverá responder pelo crime previsto no Art. 317 do Código Penal.

b) não praticou crime algum, tendo em vista que sua conduta foi interrompida nos atos preparatórios.

c) deverá responder pelo crime previsto no Art. 41-C da Lei nº 10.671/2003.

d) deverá responder pelo crime previsto no Art. 198 da Lei nº 14.597/2023.

e) deverá responder pelo crime previsto no Art. 2º, inc. IX da Lei nº 1.521/1951.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

A alternativa D está correta. A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, instituiu a Lei Geral do Esporte. No capítulo referente aos crimes contra a integridade e a paz no esporte, a referida lei trouxe a previsão de "Crimes contra a Incerteza do Resultado Esportivo", no qual está inserido o art. 198.

Nos termos do art. 198 da Lei nº 14.597/2023, considera-se crime a conduta de: "Solicitar ou aceitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial para qualquer ato ou omissão destinado a alterar ou falsear o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa". No caso narrado estão presentes todas as elementares do tipo penal, vejamos:

i) Solicitar ou aceitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial: Melchedíades aceitou promessa de vantagem patrimonial consistente no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ii) Para qualquer ato ou omissão destinado a alterar ou falsear o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado: Melchedíades, jogador de um time de futebol, deveria receber cartão vermelho em determinada partida.

Cumpre destacar que o crime considera-se consumado com a conduta de aceitar, para si ou para outrem, promessa de vantagem patrimonial.

A alternativa E está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

QUESTÃO 39. Manuel registrou ocorrência contra seu irmão, Joaquim, que reside com Maria, mãe de ambos. Na dinâmica descrita em sede policial, Manuel afirmou que tomou conhecimento de que Joaquim passou a exercer a administração das finanças de Maria. Aduziu que uma semana antes da celebração do aniversário de 60 anos da mãe, Joaquim compareceu ao cartório, juntamente com Maria, ocasião em que esta outorgou-lhe procuração com plenos poderes. De posse da procuração, no dia seguinte Joaquim compareceu à agência bancária e transferiu R$ 20.000,00 (vinte mil reais) da conta de Maria para sua conta pessoal. Desta forma, é correto afirmar que Joaquim

a) deverá responder pelo crime previsto no Art. 155 do Código Penal.

b) deverá responder pelo crime previsto no Art. 168 do Código Penal.

c) deverá responder pelo crime previsto no Art. 102 da Lei nº 10.741/2003.

d) deverá responder pelos crimes previstos nos artigos 102 e 106 da Lei nº 10.741/2003.

e) não praticou crime algum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois ausente o elemento subjetivo específico do furto simples consistente na vontade consciente de subtrair coisa alheia "para si ou para outrem". O crime de furto está previsto no art. 155 do Código Penal, que dispõe: "Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa". Depreende-se da leitura do enunciado que Maria compareceu ao cartório e outorgou procuração para Joaquim com plenos poderes. No dia seguinte, de posse da procuração, Joaquim compareceu à agência bancária e transferiu R$ 20.000,00 (vinte mil reais) da conta de Maria para sua conta pessoal. Observe que o enunciado não indicou o propósito ou intento da transferência bancária realizada.

De acordo com Cleber Masson: "Além do dolo, exige-se ainda um especial fim de agir, representado pela expressão 'para si ou para outrem': cuida-se do fim de assenhoreamento definitivo da coisa, isto é, o animus rem sibi habendi. O agente se apossa de coisa alheia móvel e passa a comportar-se como se fosse seu proprietário, isto é, não a restitui a quem de direito.

A alternativa B está incorreta, pois ausente o elemento subjetivo específico do delito de apropriação indébita (art. 168 do Código Penal). Consoante afirma Cleber Masson: "A doutrina e a jurisprudência majoritárias sustentam a necessidade de um especial fim de agir, consistente no ânimo de assenhoreamento definitivo (animus rem sibi habendi)." Depreende-se da leitura do enunciado que Maria compareceu ao cartório e outorgou procuração para Joaquim com plenos poderes. No dia seguinte, de posse da procuração, Joaquim compareceu à agência bancária e transferiu R$ 20.000,00 (vinte mil reais) da conta de Maria para sua conta pessoal. Observe que o enunciado não indicou o propósito ou intento da transferência bancária realizada, razão pela qual a conduta é atípica.

A alternativa C está incorreta, pois não há aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) no caso narrado. Considera-se idosa, a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Além disso, o tipo penal previsto no art. 102 da Lei nº 10.741/2003 possui como sujeito passivo a pessoa idosa: "Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da pessoa idosa, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade: Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa".

De acordo com o enunciado, os fatos ocorreram uma semana antes da celebração do aniversário de 60 anos de Maria, mãe de Manuel e Joaquim, razão pela qual afasta-se a subsunção ao mencionado tipo penal.

A alternativa D está incorreta, pois não há aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) no caso narrado. Considera-se idosa, a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Além disso, o tipo penal previsto no art. 106 da Lei nº 10.741/2003 possui como sujeito passivo a pessoa idosa: "Art. 106. Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente: Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos".

De acordo com o enunciado, os fatos ocorreram uma semana antes da celebração do aniversário de 60 anos de Maria, mãe de Manuel e Joaquim, razão pela qual afasta-se a subsunção ao mencionado tipo penal.

A alternativa E está correta. No caso narrado, Maria compareceu ao cartório e outorgou procuração para Joaquim com plenos poderes. No dia seguinte, de posse da procuração, Joaquim compareceu à agência bancária e transferiu R$ 20.000,00 (vinte mil reais) da conta de Maria para sua conta pessoal. Observe

que o enunciado não apresenta uma conduta que se amolda aos tipos penais previstos no ordenamento jurídico, razão pela qual Joaquim não praticou crime algum.

QUESTÃO 40. Dalva, mãe de filhas gêmeas de 13 anos, foi condenada por roubo (Art. 157 do CP) à pena de reclusão de 4 anos e 2 meses. Dalva foi condenada no passado pelo crime de furto (Art. 155 do CP), tendo cumprido sua pena integralmente há 6 anos. Pelo exposto, para progredir de regime prisional, Dalva deverá obrigatoriamente

a) cumprir 16% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.

b) cumprir 30% da pena, ostentar bom comportamento carcerário e reparar o dano causado.

c) cumprir 30% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.

d) cumprir 20% da pena, ostentar bom comportamento carcerário e reparar o dano causado.

e) cumprir 25% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

No caso narrado, Dalva não é reincidente, pois transcorrido lapso temporal superior a 5 (cinco) anos do cumprimento integral da pena do crime de furto (art. 155 do CP). Dispõe o art. 64, I, do Código Penal que: "Art. 64 - Para efeito de reincidência: I - não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação".

Além disso, Dalva foi condenada por roubo (art. 157 do CP), que possui como elementar a grave ameaça ou violência contra a pessoa: "Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência".

Cumpre destacar que o art. 112, §1º, da LEP exige que: "Em todos os casos, o apenado só terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão".

Portanto, para progredir de regime prisional, Dalva deverá obrigatoriamente cumprir 25% da pena e ostentar bom comportamento carcerário, nos termos do art. 112, III, e §1º, da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal):

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: (...)

III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.(...)

§ 1º Em todos os casos, o apenado só terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa E.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa E.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa E.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa E.

A alternativa E está correta, nos termos do art. 112, III, e §1º, da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).

QUESTÃO 41. Sidnei é investigado pela delegada de polícia pelo crime de falso testemunho (Art. 342 caput do Código Penal), com pena prevista de reclusão de 2(dois) anos a 4(quatro) anos e multa.

Fabiano é investigado pelo delegado de polícia pelo crime de fraude em contrato (Art. 37 - L do Código Penal), com pena prevista de 4(quatro) anos a 8(oito) anos e multa.

Ailton é investigado pela delegada de polícia pelo crime de lesão corporal de natureza grave (Art. 129, § 1º, II, do Código Penal) com pena de reclusão, de 1(um) ano a 5(cinco) anos.

Nos termos preconizados pela Lei n 9.099/1995 e pelo Código de Processo Penal, presentes os demais requisitos legais, avalie se o Ministério Público poderá propor:

I. Acordo de não persecução penal para Sidnei, apenas.

II. Suspensão condicional do processo para Ailton, apenas.

III. Suspensão condicional do processo para Sidnei, Fabiano e Ailton.

VI. Acordo de não persecução penal para Sidnei e Fabiano, apenas.

Está correto apenas o que se afirma em

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) III.

e) IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

O instituto do acordo de não persecução penal vem previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal, e a suspensão condicional do processo está prevista no artigo 89 da Lei n. 9.099/95.

Nesses termos, dispõem os aludidos dispositivos o seguinte:

CPP, art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: [...]

Lei n. 9.099/95, art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

Com efeito, em análise às situações elencadas no enunciado, é possível verificar que:

Sidnei atende ao requisito legal para obter o acordo de não persecução penal (infração com pena inferior a 4 anos), mas não atende ao requisito da suspensão condicional do processo (infração com pena igual ou inferior a um ano).

Fabiano não atende ao requisito legal para obter o acordo de não persecução penal (infração com pena inferior a 4 anos), e também não atende ao requisito da suspensão condicional do processo (infração com pena igual ou inferior a um ano).

Ailton atende ao requisito legal para obter a suspensão condicional do processo (pena igual ou inferior a um ano), mas, não atende ao requisito legal para obter o acordo de não persecução penal, pois o crime foi cometido com violência à pessoa.

QUESTÃO 42. O art. 5, inciso XL da Constituição Federal de 1988 consagrou a publicidade dos atos e das atividades estatais, dispondo que a lei só poderá restringir a publicidade quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Com relação às características do inquérito policial, às disposições normativas e à jurisprudência atual, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) O direito ao acesso amplo no inquérito, não engloba a possibilidade de obtenção de cópias das mídias que contenham gravação de depoimentos em formato audiovisual, ainda que já documentadas.

( ) É direito da defesa técnica do investigado, mediante procuração com poderes especiais, examinar em qualquer repartição policial, os autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

( ) Havendo impedimento, por parte do delegado, quanto ao acesso à documentação do material probatório, admite-se o manejo do mandado de segurança e da reclamação constitucional.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V, V, V

b) V, F, .F

c) F, V, F.

d) F, F, V.

e) V, F, V.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D.**

A primeira afirmativa é falsa. A defesa tem direito ao acesso amplo dos documentos, não havendo limitações para recursos audiovisuais. Nesse sentido, dispõe a súmula 14, STF: É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

A segunda afirmativa é falsa. Não é necessário procuração, conforme determina o Estatuto da OAB (Lei n. 13.245/2016): Art. 7º São direitos do advogado: [...] XIV - examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;"

A terceira afirmativa é verdadeira. Havendo arbítrio por parte da autoridade, admite-se o manejo do mandado de segurança, da reclamação constitucional ao STF (para fazer valer o mandamento da Súmula Vinculante) e até mesmo de habeas corpus, caso se possa constatar, mesmo que indiretamente, risco de ofensa à liberdade do indiciado, sem prejuízo da responsabilidade por abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019). Nada impede que seja manejada uma petição simples ao juiz (das garantias), para que conceda o acesso (art. 3-B, XV, CPP).

QUESTÃO 43. O delegado de polícia indiciou e representou pela prisão temporária de Dorival Silva pela prática do crime constante no art. 155, § 4°-A do Código Penal (furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum), e por considerar sua custódia imprescindível para as investigações. O Juiz aceitou os argumentos da autoridade policial e expediu mandado de prisão pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, o delegado responsável pela custódia, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, manteve Dorival preso na carceragem, em decorrência da gravidade do crime, e a fim de assegurar possível fuga do indiciado.

Com base estritamente nos fatos narrados e nos termos das Leis nº 7.960/89 e n° 8.072/90, avalie as afirmativas a seguir:

I. Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deveria ter posto imediatamente o preso em liberdade.

II. A prisão é ilegal, pois o prazo máximo da prisão temporária para o crime narrado é de 5 (cinco) dias, prorrogável por mais 5 (cinco) dias, em caso de extrema e comprovada necessidade.

III. A prorrogação da custódia temporária pelo delegado, independentemente da expedição de novo mandado, está em conformidade com a legislação processual, em decorrência do perigo abstrato gerado pelo estado de liberdade do imputado.

Está correto o que se afirma em

a) l e ll, apenas.

b) II e III, apenas.

c) II, apenas.

d) III, apenas.

e) I, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A afirmativa I está correta. Conforme determina o artigo 2º, §7º, da Lei 7.960/89: Artigo 2, § 7º: Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.

A afirmativa II está incorreta. O furto qualificado pelo emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum é crime hediondo, nos termos do artigo 1º, inciso IX, da Lei n. 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos): Art. 1o São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] IX - furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A).

Logo, o prazo para a prisão temporária é de 30 (trinta) dias, consoante previsão no artigo 2º, §4º, da referida lei: §4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei no 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

A afirmativa III está incorreta. Conforme determina o artigo 2º, §7º, da Lei n. 7.960/1989: §7º Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.

QUESTÃO 44. Instaurado inquérito policial, a requerimento do ofendido, para apurar a prática de crime de ação penal de iniciativa privada, a investigação é concluída e aponta como autores Júlio e Tavares. O querelante oferece queixa-crime em face de Júlio deixando de incluir Tavares na peça exordial.

Em relação à situação-problema e à ação penal de iniciativa privada, analise as afirmativas a seguir:

I. O oferecimento de queixa-crime contra somente um dos supostos autores do fato importa em renúncia tácita ao direito de querela, cuja eficácia se estende a todos, conforme disposição do Código de Processo Penal.

II. Pelo princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada, a renúncia tácita ou o perdão tácito será extensivo a todos os possíveis autores; todavia, não produzirá efeito para aquele que manifestar recusa.

III. O perdão do ofendido, concedido a um dos querelados, mesmo em sede policial, resultará em desistência ao exercício do direito de queixa e aproveitará a todos, nos termos do Código de Processo Penal.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) Il e Ill, apenas.

d) II, apenas.

e) III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A afirmativa I está correta. A renúncia vem prevista no artigo 49 do Código de Processo Penal, segundo o qual: art. 49. A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

A afirmativa II está incorreta. O conforme dispõe o artigo 51 do Código de Processo Penal: art. 51. O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar. No tocante à renúncia, entretanto, não é necessária a concordância do querelado, por se tratar de ato unilateral.

A afirmativa III está incorreta. Nos termos do artigo 51 do Código de Processo Penal, o perdão não aproveita àquele que o recusar: art. 51. O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

QUESTÃO 45. Um policial civil e um policial militar, agindo em concurso de agentes, subtraíram, no interior de uma organização militar (quartel), uma arma de fogo pertencente à Polícia Militar.

Com base na situação hipotética, com relação à competência para processo e julgamento dos envolvidos é correto afirmar que

a) o policial civil será julgado na justiça comum, e o policial militar, na justiça militar da União.

b) ambos serão julgados na justiça militar estadual, por força da conexão probatória.

c) ambos serão julgados na justiça comum estadual.

d) no concurso entre a jurisdição comum e a militar, prevalecerá a militar.

e) o policial civil será julgado na justiça comum estadual, e o policial militar, na justiça militar estadual.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra E.**

A competência para julgamento do furto da arma de fogo no interior de organização militar é da Justiça Militar, conforme previsto no artigo 240 do Código Penal Militar Artigo 240,§ 6º Se o furto é praticado: I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa; II - com abuso de confiança ou mediante fraude, escalada ou destreza; III - com emprego de chave falsa; IV - mediante concurso de duas

ou mais pessoas: Pena - reclusão, de três a dez anos. §6º-A. Na mesma pena do § 6º deste artigo incorre quem subtrai arma, munição, explosivo ou outro material de uso restrito militar ou que contenha sinal indicativo de pertencer a instituição militar.

A conexão subjetiva importa, em regra, no julgamento em conjunto, no entanto, tratando-se de competência da justiça militar para julgamento do réu militar e da justiça comum para julgamento do réu civil, prevê o artigo 79 do Código de Processo Penal que haverá a separação de processos: Art. 79 do CPP: A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo: I - no concurso entre a jurisdição comum e a militar;

Nesse sentido, ainda, a Sumula 90 do STJ: Compete à Justiça Estadual Militar processar e julgar o policial militar pela prática do crime militar, e à Comum pela prática do crime comum simultâneo àquele.

QUESTÃO 46. A estrutura de garantias constitucionais organizada para manter firme o axioma Nulla poena sine probatione exige dos Poderes Públicos, sobretudo do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos organismos policiais, a observância na busca, aquisição, proposição e avaliação dos elementos probatórios. Nesse compasso, a fim de evitar erros judiciários que levem à condenação de pessoas inocentes, impedir o incremento da seletividade penal e do racismo estrutural, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 484, de 19 de dezembro de 2022, estabeleceu diretrizes para a realização e avaliação do reconhecimento de pessoas em inquéritos policiais, procedimentos de investigação e processos criminais, nos termos do Art. 226 do Código de Processo Penal.

Fonte: CNJ. (Resolução 484/2019). https://atos.cnj.jus.br.

A respeito da prova no Processo Penal, considerando as disposições do Código de Processo Penal, da Constituição da Federal de 1988, das leis processuais penais, e da Jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

( ) O reconhecimento fotográfico pode ser considerado um meio de prova irritual, pois colhida sem a observância dos elementos ou modelos previstos em lei.

( ) A confissão é um meio de prova retratável e divisível.

( ) O reconhecimento de pessoas, por sua natureza, consiste em prova irrepetível.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V-V-V.

b) F-F-V.

c) V-F-V.

d) V-V-F.

e) F-V-V.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra E.**

A primeira afirmativa é falsa, pois o rito do reconhecimento de pessoas está previsto nos artigos 226 a 228 do Código de Processo Penal.

O reconhecimento de pessoas é composto pelas seguintes etapas (artigo 226 a 228 do CPP):

1. entrevista prévia com a vítima ou testemunha para a descrição da pessoa investigada ou processada;

2. fornecimento de instruções à vítima ou testemunha sobre a natureza do procedimento;

3. alinhamento de pessoas ou fotografias padronizadas a serem apresentadas à vítima ou testemunha para fins de reconhecimento;

4. o registro da resposta da vítima ou testemunha em relação ao reconhecimento ou não da pessoa investigada ou processada; e

5. o registro do grau de convencimento da vítima ou testemunha, em suas próprias palavras.

Posição jurisprudencial: a. O reconhecimento de pessoas deve observar o procedimento previsto no art. 226 do Código de Processo Penal, cujas formalidades constituem garantia mínima para quem se encontra na condição de suspeito da prática de um crime; b. À vista dos efeitos e dos riscos de um reconhecimento falho, a inobservância do procedimento descrito na referida norma processual torna inválido o reconhecimento da pessoa suspeita e não poderá servir de lastro a eventual condenação, mesmo se confirmado o reconhecimento em juízo; c. Pode o magistrado realizar, em juízo, o ato de reconhecimento formal, desde que observado o devido procedimento probatório, bem como pode ele se convencer da autoria delitiva a partir do exame de outras provas que não guardem relação de causa e efeito com o ato viciado de reconhecimento; d. O reconhecimento do suspeito por simples exibição de fotografia(s) ao reconhecedor, a par de dever seguir o mesmo procedimento do reconhecimento pessoal, há de ser visto como etapa antecedente a eventual reconhecimento pessoal e, portanto, não pode servir como prova em ação penal, ainda que confirmado em juízo. STJ. 6ª Turma. HC 598.886-SC, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 27/10/2020 (Info 684).

A segunda afirmativa é verdadeira. A confissão está prevista no artigo 200 do Código de Processo Penal: Art. 200. A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

A terceira afirmativa é verdadeira. A jurisprudência da Turma avançou ao ponto de qualificar o reconhecimento como uma "prova cognitivamente irrepetível", tornando o eventual vício insanável, eis que o primeiro reconhecimento acaba por afetar todos os subsequentes.

QUESTÃO 47. Uma pessoa passava pela roleta de uma estação do metrô, com uma mochila nas costas, quando foi abordada por dois agentes de segurança da empresa. Acreditando que se tratava de vendedor ambulante, os agentes fizeram uma busca pessoal e encontraram na mochila dois pacotes de Cannabis sativa (maconha).

Com relação aos termos estritos da narrativa, nos termos da legislação processual penal e no contexto da busca pessoal, analise as afirmativas a seguir.

I. A pessoa abordada pelos agentes na estação metroviária não tinha a obrigação de se sujeitar à revista pessoal, ante a inexistência de disposição legal que autorize a prática desse ato.

I. É lícita a prova obtida, pois qualquer pessoa do povo está autorizada, pelo Código de Processo Penal, a realizar busca pessoal em quem se encontrar em situação de fundada suspeita.

III. A busca pessoal constitui violação à privacidade e à intimidade e é proibida pela Constituição, salvo se houver permissão da pessoa a que se pretende ver submetida à revista, ou se a abordagem for realizada na presença de 3 (três) pessoas.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I, III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, apenas.

e) II, apenas.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D.**

Consoante entendimento jurisprudência acerca da busca pessoal: “A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou ilegal a busca pessoal ou veicular, sem mandado judicial, motivada apenas pela impressão subjetiva da polícia sobre a aparência ou atitude suspeita do indivíduo. Diante da total ausência de descrição sobre o que teria motivado a suspeita no momento da abordagem, o ministro afirmou que não é possível acolher a justificativa para a conduta policial – o que tem reflexo direto na validade das provas. Para ele, o fato de terem sido encontradas drogas durante a revista não convalida a ilegalidade prévia, pois a "fundada suspeita" que justificaria a busca deve ser aferida "com base no que se tinha antes da diligência". (RHC 158.580)

QUESTÃO 48. No contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

( ) As medidas protetivas de urgência, previstas na Lei nº 11.340/2006, poderão ser aplicadas cumulativamente, diferentemente das medidas cautelares alternativas dispostas no Código de Processo Penal, as quais não podem ser aplicadas de forma cumulada, tendo em vista o princípio *ne bis in idem*.

( ) Independentemente de autorização judicial, o delegado de polícia, quando o município não for sede de comarca, poderá tomar medidas para o imediato afastamento do agressor do local de convivência com a ofendida.

( ) Segundo a Lei n. 11.340/2006, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público. Todavia, o órgão do Parquet deverá ser comunicado prontamente sobre a medida.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F-V-V-F

b) V-F-V-F

c) F-V-V-V

d) V-F-F-V

e) F-V-F-F

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A afirmativa I é falsa. Consoante dispõe o artigo 282, §1º, do Código de Processo Penal: Art. 282, §1º. As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

As afirmativas II e III são verdadeiras. Nos termos do artigo 12-C da Lei n. 11.340/2006: Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: I - pela autoridade judicial; II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia."

A afirmativa IV é verdadeira. Nos termos do artigo 19 da Lei n. 11.340/2006: Art. 19, §1º. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

QUESTÃO 49. Garantia constitucional de proteção da liberdade de locomoção, o habeas corpus é instrumento jurídico que possui contornos específicos no sistema processual penal. Com relação a este writ constitucional, analise as afirmativas a seguir:

I. O habeas corpus poderá ser impetrado contra decisão que recebe denúncia sem justa causa, ainda que o imputado se encontre no gozo da sua liberdade de locomoção.

II. No caso de um juiz determinar o comparecimento de um investigado ao instituto de criminalística, com o objetivo de submetê-lo a exame grafotécnico, a decisão é passível de impetração de habeas corpus preventivo, visando a expedição de salvo conduto.

III. É cabível a impetração de habeas corpus contra ato praticado por delegado de polícia que determinou instauração de inquérito policial em crime de ação penal de inciativa privada, sem a manifestação de interesse do ofendido.

IV. De acordo com o Código de Processo Penal, o pedido de informações à autoridade coatora é facultativo, exceto no caso de habeas corpus de competência originária dos tribunais.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III, apenas.

b) I, II, III e IV.

c) II, III e IV, apenas.

d) II, apenas.

e) II, III, apenas.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A.**

São cabíveis dois tipos de habeas-corpus:

1) Repressivo, caso mais comum nos tribunais, ajuizado quando a prisão ilegal já ocorreu; e,

2) Preventivo, também chamado de “salvo-conduto”, para evitar que a coação ilegal da liberdade aconteça.

O artigo 648 do CPP descreve algumas situações em que a restrição de liberdade é considerada como ilegal:

1) quando não houver justa causa (motivação legal);

2) prisão por tempo maior que lei permite;

3) prisão ordenada por autoridade que não podia fazê-lo;

4) quando o motivo que autorizava a prisão deixa de existir;

5) falta de liberdade com fiança, quando a lei permite;

6) diante de expressa nulidade no processo; e,

7) quando por algum motivo for extinta a punibilidade do réu.

QUESTÃO 50. O convencimento não deve ser, em outros termos, fundado em apreciações subjetivas do juiz; deve ser tal que os fatos e provas submetidos a seu juízo, se o fossem desinteressados ao de qualquer outro cidadão razoável, deveriam produzir, também neste, a mesma convicção que naquele". MALATESTA, Nicola Framarino Del. A Lógica das provas Bookseller, 1996, vol. 13ª ed. (1912). p. 51

Quanto ao sistema geral de avaliação das provas aplicado ao processo penal, encontra-se o relacionado

a) à identidade física do juiz, no qual exige a presença física do magistrado, presidindo a instrução e avaliando todas as provas apresentadas pelas partes.

b) ao sistema misto, pois impede que o juiz tenha iniciativa na fase de investigação, abrangendo a impossibilidade de se insurgir contra o arquivamento manejado pelo titular da ação penal.

c) à persuasão racional, como regra. O magistrado tem ampla liberdade na valoração das provas, mas não é dado ao juiz fundamentar a sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, exceto no caso de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

d) à certeza moral do juiz, nos casos relacionados às decisões do juiz presidente e a dos jurados do Tribunal do Júri, as quais não precisam ser fundamentadas.

e) à intima convicção, como regra. É permitido ao juiz valorar as provas com ampla liberdade, decidindo de modo a aplicar o direito objetivo, a partir da sua convicção, sem necessidade de submeter-se a um sistema tarifado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

Consoante dispõe o artigo 155 do Código de Processo Penal: Art. 155 do CPP. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Desse modo, a alternativa correta a ser assinalada é a letra C.

QUESTÃO 51. Demétrio é investigado e indiciado pela prática do crime de receptação qualificada. Demétrio comparece à delegacia com a sua defesa técnica e explica que gostaria de prestar esclarecimentos acerca dos fatos por considerar que a investigação é totalmente improcedente. O delegado de polícia, porém, conclui o inquérito sem ouvir as declarações do imputado por considerá-las irrelevantes; pois, segundo ele, além de dispor de todo o acervo probatório sobre a materialidade delitiva, e para não causar atropelo à persecução penal, o investigado poderia fazer uso do direito ao silêncio.

Em relação à situação-problema hipotética, considerando as disposições do Código de Processo Penal, da Constituição da República, e da Jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Embora não exista propriamente uma dialética na fase da persecução criminal, as declarações do imputado, quando deseja prestá-las, em sede policial, não poderão ser interpretadas como tumulto ou retardamento às investigações, pois elas podem esclarecer fatos, circunstâncias, e podem evitar a inobservância das normas processuais relacionadas ao interrogatório judicial.

( ) No curso do inquérito policial, conforme a disciplina do Código de Processo Penal, o imputado deve ser ouvido e não interrogado. Todavia, as declarações prestadas pelo investigado devem ser regidas pelas normas processuais relacionadas ao interrogatório judicial.

( ) Em âmbito judicial, formada a sua convicção acerca da autoria do crime, a dispensa do interrogatório do acusado, por parte do juiz, não deve conduzir à nulidade processual, se existirem outros meios probatórios disponíveis para a formação da verdade real.

( ) No modelo acusatório, o interrogatório do acusado, para além de ser um ato personalíssimo e defensivo, é ato tipicamente judicial; entretanto, em sede policial, considerando o interrogatório como um meio de prova e meio de defesa, o investigado deverá ser advertido pelo delegado de polícia de que o seu silêncio poderá prejudicar a sua defesa.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V-V-F-F.

b) V-V-F-V.

c) F-V-F-V.

d) F-F-V-F.

e) V-V-V-F.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A.**

As afirmativas I e II são verdadeiras. Consoante disposto no artigo 6º, V, do CPP: Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá: [...] V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título Vll, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que Ihe tenham ouvido a leitura.

A afirmativa III é falsa. Nos termos do artigo 564 do CPP: Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos: [...] III - por falta das fórmulas ou dos termos seguintes: [...] e) a citação do réu para ver-se processar, o seu interrogatório, quando presente, e os prazos concedidos à acusação e à defesa;

A afirmativa IV é falsa. Conforme determina o artigo 198 do CPP: art. 198. O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

QUESTÃO 52. Em relação aos procedimentos criminais relacionados à Lei 12.850/2013 (Organização Criminosa), analise as afirmativas a seguir:

I. No tocante à formalização do acordo de colaboração premiada a que alude a Lei nº 12.850/2013, para uma melhor análise do panorama probatório, o juiz deverá participar diretamente das negociações realizadas entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público.

II. Uma vez procedida e aceita a proposta ao acordo, dela o colaborador não poderá retratar-se; eventuais provas que autoincriminem o colaborador não poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavor.

III. Para que o colaborador se beneficie da proposta de acordo, ele deverá contribuir de maneira efetiva para a coleta de provas, não bastando a simples confissão ou a incriminação de terceiros. É esperado também que o colaborador se afaste das práticas delitivas.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) I, II, III.

d) I, II, apenas.

e) II, III, apenas.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B.**

A afirmativa I está incorreta. Nos termos do artigo 4º, §6º, da Lei n. 12.850/2013: 6º O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.

A afirmativa II está incorreta. Consoante disposto no artigo 4º, §10, da Lei n. 12.850/2013: §10. As partes podem retratar-se da proposta, caso em que as provas autoincriminatórias produzidas pelo colaborador não poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavor.

A afirmativa III está correta. Nos termos do artigo 4º da Lei n. 12.850/2013: Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados

QUESTÃO 53. É assente no mundo jurídico que o processo penal, lastreado pelo Princípio Constitucional da não-culpabilidade, deve tutelar, com segurança e eficiência, a atividade probatória, por meio de um rigoroso sistema de controles epistêmicos, standards probatórios que poderão garantir segurança jurídica ao processo criminal.

Com relação aos vestígios, exames e perícias, analise as afirmativas a seguir:

I. Quando o mecanismo de prospecção e preservação das provas não é quebrado, mantendo integra a história cronológica do vestígio, o juiz não poderá rejeitar o laudo pericial no todo ou em parte.

II. No caso de lesão corporal, quando desaparecem os vestígios, a elaboração dos laudos poderá ser realizada por outros meios, como a apresentação de fotos que tenham sido tiradas à época da agressão, prontuários médicos fornecidos por postos de saúde e hospitais, entre outros elementos que tenham condições de formar um acervo probatório capaz de demonstrar a materialidade delitiva.

III. Quanto à guarda do vestígio, o lacre rompido do recipiente deverá ser acondicionado no interior do novo recipiente, de acordo com a literalidade do Código de Processo Penal.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I, apenas.

c) II, apenas.

d) II, III, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D.**

A afirmativa I está incorreta. Nos termos do artigo 182 do Código de Processo Penal: Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

A afirmativa II está correta. Trata-se do disposto no artigo 167 do Código de Processo Penal: Art. 167. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

A afirmativa III está correta. Conforme determina o artigo 158-D, §5º, do Código de Processo Penal: §5º O lacre rompido deverá ser acondicionado no interior do novo recipiente.

QUESTÃO 54. Concluídas as investigações e relatado o Inquérito policial pela delegada de polícia, sem especificar as condutas dos envolvidos, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Armando, Baeta, Gal e mais cinco pessoas, imputando-lhes a prática dos crimes de falsidade ideológica e de corrupção ativa, tipificados no art. 299 e no art. 333, respectivamente, ambos do Código Penal.

A peça acusatória não descreveu quais teriam sido os atos concretos praticados ou omitidos pelos réus, nem a vinculação da conduta individual de cada agente aos eventos delituosos. Segundo constou na denúncia, os acusados, pelo fato de serem sócios majoritários, atuaram em concurso de pessoas. O órgão do Parquet, por essa razão, limitou-se a empregar os verbos (núcleos do tipo penal) sempre na terceira pessoa do plural.

A partir da situação-problema, nos termos do Código de Processo Penal e da Jurisprudência dos Tribunais superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A denúncia deve expor os fatos de modo a permitir a compreensão da imputação e, em consequência, o exercício da ampla defesa, com a indicação da qualificação das pessoas envolvidas, datas e locais dos fatos, bem como a forma de execução dos crimes; no caso de concurso de agentes, a mera invocação da condição de sócios majoritários, sem a correspondente e objetiva descrição típica do fato pode gerar um peça acusatória inepta.

( ) Denomina-se decisão interlocutória simples o provimento jurisdicional que recebe a denúncia ou queixa.

( ) No caso de o juiz rejeitar uma denúncia inepta, a decisão fará coisa julgada formal.

( ) Ampla jurisprudência dos tribunais superiores tem aceitado casos de denúncia que versem sobre delito societário ou de gabinete, não havendo o que se falar em inépcia quando a acusação descreve minimamente o fato tido como criminoso, atribuído a diversas pessoas, ligadas por circunstâncias comuns, de forma a individualizar o quanto possível, as condutas imputadas.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F, V, V, V.

b) V, V, V, V.

c) F, V, F, V.

d) V, F, F, F.

e) V, F, F, V.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B.**

A afirmativa I é verdadeira. Conforme entendimento jurisprudencial: PERSECUÇÃO PENAL DOS DELITOS CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO – PEÇA ACUSATÓRIA QUE NÃO DESCREVE, QUANTO AO ADMINISTRADOR DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, QUALQUER CONDUTA ESPECÍFICA QUE O VINCULE AO EVENTO DELITUOSO – INÉPCIA DA DENÚNCIA. - A mera invocação da condição de diretor em instituição financeira, sem a correspondente e objetiva descrição de determinado comportamento típico que o vincule ao resultado criminoso, não constitui fator suficiente apto a legitimar a formulação da acusação estatal ou a autorizar a prolação de decreto judicial condenatório. A circunstância objetiva de alguém meramente exercer cargo de direção em instituição financeira não se revela suficiente, só por si, para autorizar qualquer presunção de culpa (inexistente em nosso sistema jurídico-penal) e, menos ainda, para justificar, como efeito derivado dessa particular qualificação formal, a correspondente persecução criminal em juízo. (HC 83.947/AM, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

A afirmativa II é verdadeira. Nos termos do artigo 516 do Código de Processo Penal. Art. 516. O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.

A afirmativa III é verdadeira. Caso a denúncia não seja recebida por ser inepta, será possível interpor Recurso em Sentido Estrito. Isso porque a decisão de rejeição dessa peça acusatória não tem efeito de coisa julgada material — tão somente formal.

A afirmativa IV é verdadeira. Consoante jurisprudência, "Não se pode confundir a denúncia genérica com a denúncia geral, pois o direito pátrio não admite denúncia genérica, sendo possível, entretanto, nos casos de crimes societários e de autoria coletiva, a denúncia geral, ou seja, aquela que, apesar de não detalhar minudentemente as ações imputadas aos denunciados, demonstra, ainda que de maneira sutil, a ligação entre sua conduta e o fato delitivo". (RHC 96.738/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 07/05/2018)

"3. Há diferença entre denúncia genérica e geral. Enquanto naquela se aponta fato incerto e imprecisamente descrito, na última há acusação da prática de fato específico atribuído a diversas pessoas, ligadas por circunstâncias comuns, mas sem a indicação minudente da responsabilidade interna e individual dos imputados. 4. Nos casos de denúncia que verse sobre delito societário, não há que se falar em inépcia quando a acusação descreve minimamente o fato tido como criminoso" (HC 118891, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 01/09/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-209 DIVULG 19-10-2015 PUBLIC 20-10-2015).

QUESTÃO 55. No curso do inquérito policial, a prisão preventiva do indiciado foi decretada como garantia da ordem pública. Instaurada a ação penal, verificando que o réu tinha residência e emprego certos, e bons antecedentes, o juiz revogou a prisão. Ainda durante a instrução, testemunhas arroladas pela acusação passaram a receber ameaças do acusado.

De acordo com a narrativa e em relação às medidas cautelares pessoais, analise as afirmativas a seguir:

I. O juiz poderá redecretar a prisão do acusado, para garantia da aplicação da lei penal, pois a medida visa assegurar diretamente a eficácia do resultado do processo, com possível provimento condenatório; presentes, todavia, os indícios suficientes do crime e de sua autoria.

II. O juiz poderá redecretar a custódia cautelar de caráter instrumental, por conveniência da instrução criminal, estando presentes o fumus commissi delicti e o periculum libertatis.

III. Ainda que a redecretação da prisão preventiva não seja admitida na fase em que se encontra o processo, o perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado pode justificar a aplicação de medidas cautelares pessoais.

IV. Não é dado ao juiz redecretar a prisão preventiva, cabendo ao tribunal, em recurso exclusivo da acusação, postular a manutenção ou não da custódia cautelar.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) III e IV, apenas.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D.**

As afirmativas I e II estão corretas. Nos termos do artigo 312, caput, do Código de Processo Penal: Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

Prossegue o artigo 316 dizendo que: Art. 316. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

A afirmativa III e IV estão incorretas. Nos termos do artigo 311 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva é cabível em qualquer fase da investigação ou processo penal: Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

QUESTÃO 56. No exercício de suas atribuições como agente da contratação, Felizardo se deparou com um requerimento realizado por certo contratado, para fins de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do respectivo contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, em decorrência da majoração de determinado tributo de comprovada repercussão nos preços ajustados, menos de um ano depois da formalização da avença.

Acerca dessa situação hipotética, quanto à caracterização da mencionada álea extraordinária e seus efeitos, à luz da lei n° 14.133/2021, é correto afirmar que se trata de

a) fato do príncipe, que somente poderia provocar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato caso tivesse ocorrido um ano após a formalização da avença.

b) fato da Administração, cuja verificação deve ensejar indenização pelos prejuízos apurados ao final do respectivo contrato.

c) cláusula exorbitante, que deve ser suportada pelo contratado caso não supere os percentuais definidos em lei para a modificação contratual.

d) fato do príncipe, cuja verificação deve ensejar a alteração dos preços contratados para restabelecer o respectivo equilíbrio econômico-financeiro.

e) fato da Administração, cuja verificação deve importar na repactuação para promover o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Inicialmente, importante distinguir fato do príncipe e fato da administração. De acordo com o professor Rafael Oliveira: "Fato do príncipe é o fato extracontratual praticado pela Administração que repercute no contrato administrativo (ex.: aumento da alíquota do tributo que incide sobre o objeto contratual). Trata-se de um fato genérico e extracontratual imputável à Administração Pública, que acarreta o aumento dos custos do contrato administrativo (álea extraordinária administrativa). Não se deve confundir o fato do príncipe com o fato da Administração. Enquanto o fato do príncipe é extracontratual, o fato da Administração é contratual (inexecução das cláusulas contratuais por culpa da Administração contratante, por exemplo: atraso no pagamento)." (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 944).

Desta feita, percebe-se que o enunciado trata de fato do príncipe, o que, de logo, torna as alternativas B, C e E incorretas.

Ademais, de acordo com a doutrina do professor Rafael Oliveira, percebe-se que se trata de uma revisão. Vejamos: "A revisão refere-se aos fatos supervenientes e imprevisíveis (ex.: caso fortuito e força maior) ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis (ex.: alteração unilateral do contrato) que desequilibram a equação econômica do contrato (arts. 58, § 2.º, 65, II, "d" e §§ 5.º e 6.º, da Lei 8.666/1993). Em virtude da impossibilidade de se prever a amplitude do desequilíbrio, constatado o fato superveniente, as partes formalizarão a revisão do contrato para restaurar o equilíbrio perdido. A revisão representa um direito do contratado e um dever do Estado que deve ser observado independentemente de previsão contratual sempre na hipótese em que for constatado o desequilíbrio do ajuste. Da mesma forma, a revisão, ao contrário do reajuste, não incide apenas em relação às cláusulas econômicas ou de preço, mas, também, em relação às cláusulas regulamentares (ex.: revisão para prorrogar o prazo de execução do contrato). Em suma, as características da revisão são: a) decorre diretamente da lei (incide independentemente de previsão contratual); b) incide sobre qualquer cláusula contratual (cláusulas regulamentares ou econômicas); c) refere-se aos fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis; d) "restaura" o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e e) não depende de periodicidade mínima." (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 921).

Tendo em vista que a revisão não depende de periodicidade mínima, a alternativa A fica incorreta.

Portanto, correta a alternativa D.

QUESTÃO 57. Após ler uma reportagem que abordava um esquema de fraude em licitações envolvendo diversas sociedades e agentes públicos de determinada localidade, Elano decidiu aprofundar seus estudos acerca das diferentes esferas de responsabilização das condutas dos enveredados em tal empreitada ilícita.

Acerca do tema, considerando o disposto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021 (Lei de Improbidade Administrativa), Elano concluiu corretamente que

a) a responsabilização em ambas as esferas é de natureza objetiva, dependendo em cada caso de pronunciamento judicial.

b) a responsabilização em cada uma das mencionadas esferas exige a comprovação do dolo, ambas dependendo de pronunciamento judicial.

c) a responsabilização com fulcro na Lei Anticorrupção é objetiva e pode resultar em sanções na esfera administrativa e judicial, mas a aplicação de penalidade da lei de improbidade exige a demonstração de dolo, submetendo-se à reserva de jurisdição.

d) a responsabilização em cada uma das esferas exige, ao menos, o elemento culpa, sendo que existem sanções previstas na Lei Anticorrupção aplicáveis na esfera administrativa, o que não ocorre com a Lei de Improbidade, que se submete à reserva de jurisdição.

e) a responsabilização com base na Lei de Improbidade é objetiva e pode ocorrer em âmbito administrativo, enquanto aquela fundada na Lei Anticorrupção depende da comprovação de dolo e as respectivas penalidades dependem de pronunciamento jurisdicional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. De acordo com art. 1º, caput e § 1º, da Lei 8.429/92: "Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelará a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. § 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais."

Veja, pois, que a responsabilização com base na Lei 8.429/92, desde as mudanças promovidas pela Lei 14.230/2021, exige demonstração de dolo.

Ademais, de acordo com art. 17 da mencionada lei, tal responsabilização se submete à reserva de jurisdição. Veja: "Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei.". No mesmo sentido é o art. 12, § 9º: "§ 9º As sanções previstas neste artigo somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória."

Já no caso da responsabilização com base na Lei 12.846/2013, o artigo 18 da Lei determina a possibilidade de responsabilização administrativa e judicial: "Art. 18. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial."

Ainda, de acordo com art. 1º da Lei 12.846/2013, trata-se de responsabilização objetiva. Veja: "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira."

Portanto, correta a alternativa C: A responsabilização com fulcro na Lei Anticorrupção é objetiva e pode resultar em sanções na esfera administrativa e judicial, mas a aplicação de penalidade da lei de improbidade exige a demonstração de dolo, submetendo-se à reserva de jurisdição.

As alternativas A, B, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 58. Gabriela Luz foi encarcerada por equívoco, em decorrência de sentença penal transitada em julgado que condenou sua irmã gêmea Graziela Luz, prolatada nos termos da lei, após o devido processo legal, diante de robustas provas constantes dos autos.

Tal equívoco decorreu de erro do cartório, por conduta do servidor Martin, que fez constar o nome e CPF de Gabriela do mandado de prisão e ensejou, assim, o engano das autoridades policiais responsáveis pela prisão.

Diante dessa situação hipotética, Gabriela visa a ajuizar ação para obter a responsabilização civil em razão dos prejuízos decorrentes de seu equivocado encarceramento, sendo correto afirmar que ela deve ajuizar a demanda em face

a) do respectivo ente federativo, de Martin e das autoridades policiais, em decorrência das condutas que ocasionaram direta e imediatamente os danos experimentados.

b) do respectivo ente federativo, em decorrência de erro judiciário, cabendo, eventualmente, ação de regresso dirigida ao Magistrado que prolatou a sentença condenatória.

c) de Martin e das autoridades policiais, ambos responsáveis pelas condutas que ocasionaram direta e imediatamente os danos experimentados.

d) do respectivo ente federativo, em decorrência da responsabilidade do Estado pela conduta de seus servidores, cabendo, eventualmente, ação de regresso em face de Martin.

e) do respectivo ente federativo, em decorrência da responsabilidade do Estado pela conduta de seus servidores, cabendo, eventualmente, ação de regresso em face do Magistrado, de Martin e das autoridades policiais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. De acordo com art. 37, § 6º, da CF: "§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

Portanto, Gabriela não poderá ajuizar ação diretamente contra Martin, devendo ajuizar ação apenas contra o Estado. O Estado, por sua vez, é que possui a prerrogativa de ação de regresso contra seu servidor. É o que determina a tese da dupla garantia, preconizada pelo STF no julgamento do RE 327904: "EMENTA: RECURSO EXTRAORDINARIO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO: § 6º DO ART. 37 DA MAGNA CARTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. AGENTE PÚBLICO (EX-PREFEITO). PRÁTICA DE ATO PRÓPRIO DA FUNÇÃO. DECRETO DE INTERVENÇÃO. O § 6º do artigo 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns. Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular. Recurso extraordinário a que se nega provimento."

Como o erro ocorreu em razão da conduta do servidor Martin, é contra ele que o Estado terá o direito de ação regressiva, não se aplicando esta contra o magistrado nem contra os policiais.

Assim sendo, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 59. Diante dos inúmeros problemas que vem enfrentando na prestação de determinado serviço público regularmente delegado para a concessionária Delta, Jocasta almeja apresentar manifestação acerca da inadequação na respectiva prestação à ouvidoria ou entidade que seja responsável pela apreciação de tal requerimento.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei n° 13.460/2017, é correto afirmar que

a) o procedimento administrativo relativo à análise da manifestação de Jocasta deve observar o princípio da eficiência, visando a sua efetiva solução, independentemente da celeridade.

b) a manifestação de Jocasta não precisa conter a sua identificação, mas é necessário que ela aponte os respectivos motivos determinantes para viabilizar a apreciação pela ouvidoria ou entidade responsável.

c) a manifestação de Jocasta apenas poderá ser realizada por meio eletrônico, para fins de registro, sendo vedada qualquer reclamação verbal ou mesmo por correspondência convencional.

d) os órgãos públicos que sejam responsáveis para a apreciação da manifestação de Jocasta devem providenciar obrigatoriamente formulários pormenorizados para tal finalidade, para fins de padronização, ainda que possam dificultar a compreensão da usuária.

e) a manifestação de Jocasta deve conter a sua identificação, sendo certo que, para o exercício de direitos com base na mencionada lei, é suficiente a apresentação de documento com fé pública em que conste o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), dispensada a apresentação de qualquer outro documento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 12, caput, da Lei 13.460/2017, deve haver observância do princípio da celeridade. Veja: "Art. 12. Os procedimentos administrativos relativos à análise das manifestações observarão os princípios da eficiência e da celeridade, visando a sua efetiva resolução."

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 10, caput, da Lei 13.460/2017, a manifestação deve conter a identificação do requerente. Veja: "Art. 10. A manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável e conterá a identificação do requerente."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 10, § 4º, da Lei 13.460/2017, manifestação também poderá ser feita por correspondência convencional ou verbalmente. Veja: "§ 4º A manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 10, § 6º, da Lei 13.460/2017, os formulários devem ser simplificados e de fácil compreensão. Veja: "§ 6º Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta

Lei deverão colocar à disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a apresentação do requerimento previsto no caput, facultada ao usuário sua utilização."

A alternativa E está correta. De acordo com art. 10 c/c art. 10-A, caput, da Lei 13.460/2017: "Art. 10. A manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável e conterá a identificação do requerente."; e "Art. 10-A. Para fins de acesso a informações e serviços, de exercício de direitos e obrigações ou de obtenção de benefícios perante os órgãos e as entidades federais, estaduais, distritais e municipais ou os serviços públicos delegados, a apresentação de documento de identificação com fé pública em que conste o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) será suficiente para identificação do cidadão, dispensada a apresentação de qualquer outro documento."

QUESTÃO 60. Ao estudar o controle jurisdicional da atividade administrativa na modernidade, Celeste verificou que a perspectiva pragmática apresenta peculiaridades marcantes, cujo debate tem se intensificado no âmbito do direito administrativo notadamente após as alterações promovidas pela Lei n° 13.655/2018 no Decreto-Lei nº 4.657/42 (LINDB).

Nesse contexto, considerando a doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto apontar os seguintes eixos ou axiomas da perspectiva pragmática:

a) contextualismo, anticonsequencialismo, relativismo.

b) consequencialismo, relativismo e fundacionismo.

c) antifundacionismo, contextualismo e consequencialismo.

d) relativismo, consequencialismo e anticontextualismo.

e) anticontextualismo, anticonsequencialismo, antifundacionismo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. De acordo com a doutrina: "Quase cinco anos se passaram desde a alteração da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, promovida pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018, que incluiu no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. No entanto, sua aplicabilidade ainda não é ampla e consolidada, sendo imperioso, por essa razão, analisar o seu grau de enforcement nos diferentes órgãos da administração pública; e, mais ainda, se o novo paradigma de decisão pretendido por seus dispositivos está sendo utilizado rumo a decisões públicas mais pragmáticas. Antes de tudo, lembramos que o pragmatismo aqui, não é apenas aquele prático, realista e objetivo definido no bom e velho Aurélio. Mais do que isso, refere-se a uma atuação que considera, como parte dos fatores determinantes para a prolação de uma decisão, o contexto e as consequências práticas possíveis advindas dela, desprendendo-se da ideia de que o Direito — que vai beber dessa fonte — é imutável, estático, puramente dogmático [1]. Falamos, então, do pragmatismo do Clube do Metafísico, que surgiu como uma corrente filosófica nos Estados Unidos do século XIX/XX, tendo como principais representantes Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey [2]. Vale dizer que, ao longo de sua construção, o pragmatismo acabou se apresentando como um verdadeiro método, e não

propriamente como uma teoria autônoma. Tal método estaria, então, ancorado em um tripé — antifundacionalismo, contextualismo e consequencialismo — marcado pela predominância da prática, pela aceitação da mudança permanente, pela noção de investigação constante, em nítida aproximação com o modelo científico. De maneira até mesmo natural, o pragmatismo espraiou-se pela teoria do Direito, revelando-se como um filtro muito alinhado ao escopo de pacificação de conflitos [3]."

(TIBÚRCIO, Isabella Presotti e OLIVEIRA, Luciana da Cunha Barbato. Pragmatismo jurídico e advocacia pública: a LINDB na AGE-MG. 2023. Conjur. Disponível em:<https://www.conjur.com.br/2023-jan-29/publico-pragmatico-pragmatismo-juridico-advocacia -publica-lindb-age-mg/#_ftn3 Acesso em: 28/01/2024).

Tomando por base o entendimento doutrinário acima, entende-se que os eixos da perspectiva pragmática são antifundacionalismo, contextualismo e consequencialismo. Portanto, correta a alternativa C.

As alternativas A, B, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 61. Ao realizar a atividade de controle administrativo, a autoridade competente observou as seguintes situações:

I. a sociedade Alfa após obter o regular deferimento de certo ato administrativo praticou infração que deve importar em sua extinção;

II. certo ato discricionário regularmente deferido à sociedade Beta, sem vícios, não mais atende ao interesse público;

III. determinado ato vinculado deferido em benefício da sociedade Ômega possui vício sanável de competência.

Aponte a opção que correlaciona adequadamente a situação descrita à providência a ser adotada pela Administração Pública.

a) I-cassação; II-revogação; III-convalidação.

b) I-anulação; II-revogação; III-anulação.

c) I-revogação; II-anulação; III-convalidação.

d) I-cassação; II-anulação; II-revogação.

e) I-anulação; II-convalidação; III-revogação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O item I se refere à cassação. De acordo com doutrina do professor Rafael Oliveira: "A cassação é a extinção do ato administrativo por descumprimento das condições fixadas pela Administração ou ilegalidade superveniente imputada ao beneficiário do ato (ex.: cassação da licença profissional quando o beneficiário do ato descumpre a legislação em vigor; cassação da licença para dirigir quando o motorista descumpre as regras do Código de Trânsito Brasileiro)." (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 551).

O item II se refere à revogação. De acordo com doutrina do professor Rafael Oliveira: "O fundamento para revogação do ato administrativo é a conveniência e a oportunidade por parte da Administração Pública. Trata-se de reavaliação do mérito do ato administrativo. (...) É relevante esclarecer que a revogação pressupõe ato válido, mas que se tornou inconveniente ou inoportuno. Verificada a ilegalidade do ato administrativo, a hipótese será de anulação." (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 554).

O item III se refere à convalidação. De acordo com doutrina do professor Rafael Oliveira: "A convalidação ou sanatória é o salvamento do ato administrativo que apresenta vícios sanáveis. O ato de convalidação produz efeitos retroativos (ex tunc), preservando o ato ilegal anteriormente editado." (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 558).

Assim sendo, a alternativa correta é a letra A.

As alternativas B, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 62. Ao tomar conhecimento da publicação de um edital de licitação para promover uma permissão de serviço público, Bonifácio decidiu pesquisar o assunto, vindo a concluir corretamente, à luz do disposto na Lei n° 8.987/95 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que a natureza jurídica de tal modalidade de delegação é de

a) acordo plurilateral de vontades.

b) convênio.

c) contrato administrativo.

d) ato administrativo vinculado.

e) ato administrativo discricionário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. De acordo com art. 30 da Lei 8.987/95: "Art. 40. A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais

normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente."

Trata-se, pois, de contrato administrativo.

Portanto, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 63. Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar

a) a avocação temporária de competência.

b) o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.

c) o deferimento de uma licença profissional.

d) a aplicação de multa à concessionária de serviço público.

e) o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração Direta contra decisão de autarquia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. De acordo com art. 15 da Lei 9.784/99: "Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior."

Ademais, de acordo com doutrina do professor Rafael Oliveira: "O poder hierárquico confere uma série de prerrogativas aos agentes públicos hierarquicamente superiores em relação aos seus respectivos subordinados, a saber: (...) c) alteração de competências: nos limites permitidos pela legislação, a autoridade superior pode alterar competências, notadamente por meio da delegação e da avocação;" (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 483).

As alternativas B, C e D estão incorretas, posto que traduzem o poder de polícia. De acordo com doutrina do professor Rafael Oliveira: "O poder de polícia possui dois sentidos distintos: a) sentido amplo: o poder de polícia compreende toda e qualquer atuação estatal restritiva à liberdade e à propriedade que tem por objetivo a satisfação de necessidades coletivas. De acordo com essa concepção, o poder de polícia envolve tanto a atividade legislativa, que inova na ordem jurídica com a criação de direitos e obrigações para as pessoas, quanto a atividade administrativa, que executa os termos da lei; b) sentido restrito: o poder de polícia significa o exercício da função administrativa, fundada na lei, que restringe e condiciona o exercício de direitos e atividades privadas, com o objetivo de implementar o interesse público. Nesse sentido, a polícia administrativa relaciona-se diretamente à função administrativa." (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 466-467).

A alternativa E está incorreta. Quando o recurso é interposto para fora da entidade que proferiu a decisão recorrida, trata-se de recurso hierárquico impróprio. Ocorre que, de acordo com a doutrina, não há hierarquia propriamente dita entre entidades administrativas diversas, mas apenas relação de vinculação. Vejamos: "O recurso hierárquico impróprio é interposto para fora da entidade que proferiu a decisão recorrida (ex.: recurso interposto contra decisão proferida por autarquia federal perante determinado Ministério ou Presidente da República). A nomenclatura utilizada para designar o presente recurso justifica-se na medida em que não há hierarquia propriamente dita entre entidades administrativas diversas, mas apenas relação de vinculação. No exemplo acima, não há hierarquia entre autarquia federal e a União, pessoas jurídicas de direito público distintas, mas tão somente vinculação. Em razão da inexistência de hierarquia e da possibilidade de intromissão de pessoa jurídica nos atos praticados por pessoa jurídica diversa, relativizando a sua autonomia administrativa, afirma-se que o cabimento do recurso hierárquico impróprio depende de previsão legal expressa. (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 593-594).

QUESTÃO 64. Certo Estado da Federação fez editar uma Lei que determinou a possibilidade de os órgãos de segurança pública estadual alienarem armas de fogo a seus integrantes por meio de venda direta, ou seja, sem a necessidade de realizar licitação.

Considerando o cabimento e as hipóteses de contratação direta, à luz do ordenamento jurídico e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que tal norma

a) é constitucional, na medida em que o estado tem competência legislativa suplementar para pormenorizar as hipóteses de inexigibilidade de licitação.

b) é inconstitucional, considerando que os Estados não têm competência para legislar acerca da temática atinente à licitação e contratação.

c) é constitucional, tendo em vista todos os entes federativos têm competência para legislar sobre licitação e contratação, de modo que podem estabelecer qualquer espécie de contratação direta.

d) é inconstitucional, pois, dentre outros motivos, traduz uma hipótese de licitação dispensável, que extrapola a competência suplementar dos Estados na temática licitação e contratação.

e) é constitucional, porquanto determinada uma hipótese de licitação dispensável, cujo rol exemplificativo determinado pela União pode ser complementado pelos Estados, de acordo com as peculiaridades locais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. De acordo com tese fixada pelo STF no julgamento da ADI 7004: "É inconstitucional a lei estadual que autoriza a seus órgãos de segurança pública a alienação de armas de fogo a seus integrantes, por meio de venda direta". (ADI 7004, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal

Pleno, julgado em 25-04-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 04-05-2023 PUBLIC 05-05-2023).

Portanto, de logo, as alternativas A, C e E ficam automaticamente incorretas, posto que falam em constitucionalidade da referida norma.

A alternativa B, apesar de falar em inconstitucionalidade da norma, se torna incorreta ao dizer que os Estados não têm competência para legislar acerca da temática atinente à licitação e contratação. De acordo com art. 22, XXVII, e parágrafo único, da CF, os Estados podem, sim, legislar sobre licitações e contratos, desde que autorizados por meio de lei complementar. Vejamos: "Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1°, III; (...) Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo."

QUESTÃO 65. Com vistas a melhor compreender as normas constitucionais que versam sobre a remuneração dos agentes públicos ocupantes de cargo efetivo em âmbito estadual, Dirce passou a explorar o tema como maior profundidade, vindo a concluir corretamente que

a) a fixação e majoração da remuneração dos servidores do Poder Executivo pode ser realizada por Decreto do Governador.

b) a remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos da segurança pública previstos na Constituição deverá ser fixada na forma de subsídio.

c) o direito a irredutibilidade de vencimentos é exclusivo dos agentes políticos, não sendo aplicável aos servidores de carreira.

d) o teto constitucional de remuneração dos servidores do Poder Executivo será necessariamente o subsídio do governador.

e) os agentes em questão são submetidos ao regime jurídico único dos servidores públicos editado pela União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Tal alteração é feita por meio de lei. De acordo com art. 61, § 1º, II, "a", da CF: "§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;"

A alternativa B está correta. De acordo com artigo 144, § 9º, da CF: "Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: § 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39."

Na forma do referido art. 39, § 4º, da CF: "Art. 39 (...) § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI."

A alternativa C está incorreta. Os juízes e membros do Ministério Público, por exemplo, gozam desta prerrogativa, de acordo com artigos 95, III e 128, § 5º, I, "c". Vejamos: "Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias: III - irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I."; "§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros: I - as seguintes garantias: c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;"

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 37, XI, da CF: "XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;"

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 39 da CF: "Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas."

QUESTÃO 66. Imagine que logo após ser investido no cargo de delegado de policia de certo Estado da federação, Dionísio tome conhecimento de que há uma determinação do órgão superior local no sentido de que todos os documentos constantes dos processos administrativos e inquéritos policiais existentes no respectivo sistema de informação sejam dotados de sigilo, restringindo, assim, de forma ampla e geral, o acesso público a quaisquer de tais informações.

À luz das normas atinentes ao acesso às informações no ordenamento pátrio, Dionísio concluiu corretamente que tal determinação

a) mostra-se adequada para fins de preservar genericamente a privacidade e a intimidade daqueles que constem dos processos administrativos e inquéritos policiais.

b) não é viável, considerando que a imposição de sigilo não pode ser genérica, devendo ser objetivamente justificada, em cada caso, à luz dos parâmetros constitucionais.

c) revela-se legitima, considerando que todos os dados constantes de processos administrativos e inquéritos no âmbito policial são imprescindíveis para a segurança da sociedade.

d) é flagrantemente inconstitucional, na medida em que não é possível a imposição de sigilo de tais dados em nenhuma situação.

e) pode ser considerada válida, mediante melhor delimitação da hipótese de sigilo, cuja determinação não depende, contudo, de motivação que seja concreta, objetiva, específica e formal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. De acordo com tese fixada pelo STF no julgamento da ADPF 872: "O ato de qualquer dos poderes públicos restritivo de publicidade deve ser motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida, restrição ao direito fundamental à informação". (ADPF 872, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 15-08-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 25-08-2023 PUBLIC 28-08-2023)".

Assim sendo, as alternativas A, C e E ficam automaticamente incorretas, posto que falam em validade da medida.

A alternativa D, apenas de falar em inconstitucionalidade, se torna incorreta ao dizer que a imposição do sigilo não é possível em nenhuma situação, posto que, conforme entendimento jurisprudencial acima elencado, o sigilo será possível desde que motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal.

QUESTÃO 67. Há cerca de sete anos, determinado Estado da Federação fez editar uma lei que, após os devidos trâmites, regularmente criou uma unidade de conservação ambiental, de uso sustentável, que pode ser instituída sobre bens privados.

Tal norma atingiu diversos imóveis situados na área delimitada, entre os quais o de Rosana, que acredita que deve ser indenizada em decorrência de tal conduta do ente federativo, diante do esvaziamento do conteúdo econômico de sua propriedade, mas ainda não ajuizou a demanda pertinente.

Diante dessa situação hipotética, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a modalidade de intervenção do Estado na propriedade que deve respaldar a pretensão de Rosana é a

a) desapropriação indireta, cujo prazo prescricional é de vinte anos.

b) limitação administrativa, cujo prazo prescricional é de dez anos.

c) desapropriação por interesse social, cujo prazo prescricional é de dois anos.

d) limitação administrativa, cujo prazo prescricional é de cinco anos.

e) desapropriação indireta, cujo prazo prescricional, em regra, é de quinze anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. No caso, trata-se de limitação administrativa, conforme entendimento do STJ, fixado no julgamento do REsp n. 1.653.169/RJ: "(...) III - A despeito de existir orientação nesta Corte Superior, no sentido de que a ação de desapropriação indireta, ante seu caráter real, não seria adequada para a postulação de reparação decorrente de limitações administrativas, pretensão de natureza pessoal, busca-se nela a satisfação de direito pessoal, cuja a gênese está em ato estatal praticado face a direito real de titularidade do particular, devendo ser observados os princípios da instrumentalidade das formas e da primazia da solução integral do mérito. Doutrina. IV - Recurso especial provido." (REsp n. 1.653.169/RJ, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 19/11/2019, DJe de 11/12/2019.)

Nesse caso, o STJ tem entendido que, não é cabível indenização, salvo efetivo prejuízo. Vejamos: "Tratando-se de limitação administrativa, em regra, é indevido o pagamento de indenização aos proprietários dos imóveis abrangidos em área delimitada por ato administrativo, a não ser que comprovem efetivo prejuízo, ou limitação além das já existentes." (AREsp 551.389-RN, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 5/8/2023.)

Quanto ao prazo prescricional da desapropriação indireta, o STJ fixou, em seu Tema 1019 de Recursos Repetitivos, a seguinte tese: "O prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, na hipótese em que o poder público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel, é de dez anos, conforme parágrafo único do artigo 1.238 do Código Civil."

Tomando por base os entendimentos jurisprudenciais acima colacionados, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 68. Ao realizar a sua atividade regulatória, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, após o devido processo legal, aplicou sanção proporcional prevista em lei à determinada sociedade, no âmbito de sua atuação para reprimir o abuso do poder econômico.

Ocorre que a mencionada sociedade não se conforma com a aludida penalidade, razão pela qual ajuizou ação para fins de obter a sua anulação, sob o fundamento de que cabe ao Judiciário exercer o controle de legalidade dos atos administrativos sancionatórios.

Diante dessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do controle judicial das decisões regulatórias, é correto afirmar que

a) cabe ao Judiciário adentrar o mérito do sancionamento questionado, a fim de aplicar a penalidade que entenda pertinente para reprimir o abuso do poder econômico.

b) considerando que o CADE é a autoridade administrativa com jurisdição na respectiva seara, o Judiciário deve eximir-se de realizar o controle suscitado pela sociedade em questão.

c) a capacidade institucional do Judiciário revela a sua expertise no tratamento de questões atinentes à seara regulatória, a viabilizar a substituição da sanção aplicada pelo CADE por outra prevista em lei que entenda pertinente.

d) o Judiciário apenas poderia anular a penalidade em questão caso verificada a desproporcionalidade da medida, hipótese em que cabe ao Juízo a determinação da sanção cabível, a ser pautada em lei, independente de suas consequências para o mercado.

e) a natureza prospectiva e multipolar das decisões regulatórias se diferencia das questões comumente enfrentadas pelo Judiciário, que ao realizar o controle de tais atos tem o dever de deferência em relação às escolhas técnicas adotadas pela entidade administrativa em foco.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. De acordo com entendimento fixado pelo STF no julgamento do RE 1083955: "(...) 1. A capacidade institucional na seara regulatória, a qual atrai controvérsias de natureza acentuadamente complexa, que demandam tratamento especializado e qualificado, revela a reduzida expertise do Judiciário para o controle jurisdicional das escolhas políticas e técnicas subjacentes à regulação econômica, bem como de seus efeitos sistêmicos. 2. O dever de deferência do Judiciário às decisões técnicas adotadas por entidades reguladoras repousa na (i) falta de expertise e capacidade institucional de tribunais para decidir sobre intervenções regulatórias, que envolvem questões policêntricas e prognósticos especializados e (ii) possibilidade de a revisão judicial ensejar efeitos sistêmicos nocivos à coerência e dinâmica regulatória administrativa. 3. A natureza prospectiva e multipolar das questões regulatórias se diferencia das demandas comumente enfrentadas pelo Judiciário, mercê da própria lógica inerente ao processo judicial. 4. A Administração Pública ostenta maior capacidade para avaliar elementos fáticos e econômicos ínsitos à regulação. (...) 6. A expertise técnica e a capacidade institucional do CADE em questões de regulação econômica demanda uma postura deferente do Poder Judiciário ao mérito das decisões proferidas pela Autarquia. O controle jurisdicional deve cingir-se ao exame da legalidade ou abusividade dos atos administrativos, consoante a firme jurisprudência desta Suprema Corte. (...)" (RE 1083955 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28-05-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-122 DIVULG 06-06-2019 PUBLIC 07-06-2019).

Tomando por base o entendimento jurisprudencial acima colacionado, as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 69. No exercício de suas atribuições como agente público competente para elaborar certo parecer obrigatório e vinculante, Matias cometeu um erro grosseiro, pois atuou de forma negligente e não empreendeu os estudos necessários para tanto.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, Josias, que também é agente público ocupante de cargo com idêntica competência, tem deixado de emitir novos pareceres sobre o mesmo tema, com receio de cometer equívocos semelhantes, diante da dificuldade do assunto, em razão do que extrapolou, em muito, o prazo previsto em lei para a realização de tal função, de modo que, dolosamente, tem causado o atraso nos respectivos andamentos processuais.

Acerca da temática relacionada à responsabilidade pessoal do emissor de parecer, é correto afirmar que

a) não há possibilidade de responsabilização pessoal nem de Matias nem de Josias, se não houver a comprovação de que a conduta de cada um deles provocou danos a terceiros.

b) Matias pode ser pessoalmente responsabilizado pelo erro por ele cometido com relação a sua opinião técnica, o que não pode ocorrer em relação à omissão de Josias, que não pode ser responsabilizado pelo silêncio administrativo.

c) Matias apenas poderia ser pessoalmente responsabilizado se tivesse atuado com dolo, mas cabe a responsabilização de Josias por atraso no andamento de processos em decorrência de sua omissão.

d) tanto Matias quanto Josias podem ser pessoalmente responsabilizados, considerando que o primeiro cometeu erro grosseiro e o segundo responde pelo atraso no andamento de processos que dependem de parecer obrigatório e vinculante.

e) Matias não pode ser pessoalmente responsabilizado por sua opinião técnica, ainda que tenha cometido erro grosseiro, tampouco Josias pela sua omissão, que caracteriza silêncio administrativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. No caso de Matias, como cometeu erro grosseiro, poderá ser pessoalmente responsabilizado, de acordo com art. 28 da LINDB: "Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro."

No caso de Josias, este responderá pelo atraso no andamento de processos que dependem de parecer obrigatório e vinculante, de acordo com art. 42, caput e § 1º, da Lei 9.874/99: "Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo. § 1º Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso."

Assim, sendo, tanto Matias quanto Josias podem ser pessoalmente responsabilizados, considerando que o primeiro cometeu erro grosseiro e o segundo responde pelo atraso no andamento de processos que dependem de parecer obrigatório e vinculante. Logo, correta a alternativa D.

As alternativas A, B, C e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 70. Caso determinado Estado da Federação pretenda realizar um consórcio público com quatro municípios, para fins de promover o serviço público de saneamento básico na localidade, à luz do disposto na Lei n° 11.107/2005, é correto afirmar que

a) a constituição do consórcio público deve ser necessariamente precedida da criação de uma região metropolitana, por meio de lei complementar, a qual os municípios envolvidos não podem se opor.

b) o procedimento para a formalização do consórcio público em questão depende da ratificação por lei dos entes federativos envolvidos e poderá resultar na criação de uma pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.

c) mediante adesão voluntária dos Municípios em questão, deverá ser criado um órgão interfederativo para fins de promover os objetivos comuns objeto do consórcio público em questão.

d) o mencionado Estado deverá fazer editar uma lei para a criação de uma pessoa jurídica de direito público, designada de associação pública, prevendo que sua composição abarcará os Municípios beneficiados, independentemente de aprovação legislativa dos entes locais.

e) o Estado da federação em questão não poderá se utilizar do instrumento almejado, considerando que os consórcios públicos apenas podem abarcar entes federativos de mesma grandeza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não existe tal requisito no texto da Lei 11.107/2005, a qual regula os consórcios públicos.

A alternativa B está correta. De acordo com arts. 3º e 5º da Lei 11.107/2005: "Art. 3º O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções."; "Art. 5º O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções."

Ademais, conforme art. 1º, § 1º, da Lei 11.107/2005, os consórcios públicos poderão assumir a forma de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado: "§ 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado."

A alternativa C está incorreta. Não há tal disposição na Lei 11.1017/2005.

A alternativa D está incorreta. Todos os entes devem ratificar, mediante lei, o protocolo de intenções. De acordo com art. 5º da Lei 11.107/2005: "Art. 5º O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções."

A alternativa E está incorreta. Os consórcios públicos podem abarcar entes federativos de grandezas diversas. De acordo com art. 1º, caput, da Lei 11.107/2005: "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas gerais

para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências."

QUESTÃO 71. Simone, mulher de 32 anos, moradora de Florianópolis — SC, recebe proposta de sua vizinha Jussara para trabalhar como dançarina e garçonete em casa de eventos noturnos nos Estados Unidos da América.

A proposta incluía também a ida de sua filha Juliane, de treze anos, para fins de estudo no país, bem como o financiamento de toda a estrutura de que necessitariam, como passagens aéreas, casa, comida, estudo e seguro saúde.

Ao chegarem no país norte americano, Simone foi levada ao estabelecimento no qual trabalharia, se revelando o esquema criminoso de exploração sexual e trabalho forçado, ficando sua liberdade restrita ao espaço da casa de shows.

Juliane, por sua vez, foi levada para morar em uma "casa de família", gozando de ampla liberdade, sendo matriculada em escola americana privada, oportunidade única para uma jovem com parcos recursos financeiros.

Considerando que mulheres correspondem a 96,36% das vítimas de tráfico internacional de pessoas, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, assinale a afirmativa correta sobre o caso apresentado, com base no Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças.

a) Com relação a Simone, caso haja consentimento por sua parte e receba remuneração pelos serviços, não se caracteriza tráfico de pessoas. Com relação a Juliane, que tem plena liberdade, não se caracteriza o tráfico de pessoas.

b) Com relação a Simone, ainda que haja consentimento por sua parte e receba remuneração pelos serviços, se caracteriza o tráfico de pessoas. Com relação a Juliane, que tem plena liberdade, não se caracteriza o tráfico de pessoas.

c) Com relação a Simone, caso haja consentimento por sua parte e receba remuneração pelos serviços, não se caracteriza tráfico de pessoas. Com relação a Juliane, ainda com plena liberdade, se caracteriza o tráfico de pessoas.

d) Com relação a Simone, ainda que haja consentimento por sua parte e receba remuneração pelos serviços, se caracteriza o tráfico de pessoas. Com relação a Juliane, ainda que com plena

liberdade, se caracteriza o tráfico de pessoas.

e) Com relação a Simone, caso haja consentimento por sua parte, receba remuneração pelos serviços e não supere 4 anos de trabalho, não se caracteriza tráfico de pessoas. Com relação a Juliane, que tem plena liberdade, não se caracteriza tráfico de pessoas se puder ter livre acesso a sua mãe.

Comentários

O gabarito preliminar oficial considerou correta a **letra D**.

Entretanto, para o professor é correta a letra B, conforme vemos adiante.

--

A alternativa correta indicada pela Banca é a letra D. Todavia, o gabarito adequado é a letra B. A questão trata sobre a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. O protocolo adicional da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, trazido no D. 5.017/04, estabelece, no artigo 3, "a", que tráfico de pessoas é "o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.".

Já na alínea b do artigo 3 está previsto que: "O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a)". Sendo assim, Simone foi alvo de engano e fraude, logo, vítima do tráfico de pessoas.

Juliane, todavia, não está sendo explorada, mantendo sua plena liberdade e demais direitos de forma íntegra, portanto, não é vítima de tráfico de pessoas.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está correta segundo a banca. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 72. A Lei nº 12.288/10 instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Em seu art. 2º, a lei estabelece que é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Nesse contexto, avalie as afirmativas a seguir:

I. O Estado adotará medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra.

II. O Estado adotará medidas para coibir atos de discriminação e preconceito praticados por servidores públicos em detrimento da população negra.

III. A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de

implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades, que constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e

desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.

IV. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil. Os

conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento

social, econômico, político e cultural do País.

Desses itens, são mecanismos de mitigação da desigualdade racial previstos no Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10):

a) l e ll, apenas.

b) II e III, apenas.

c) l, ll, III e IV.

(D) lll e IV, apenas.

(E) II e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10).

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. O item I está de acordo com o artigo 53 da Lei nº 12.288/10, segundo o qual: "O Estado adotará medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra.". O item II também está adequado, pois transcreve o artigo 54 da referida lei: "O Estado adotará medidas para coibir atos de discriminação e preconceito praticados por servidores públicos em detrimento da população negra".

O item III também está correto à luz do artigo 4º,VII, e parágrafo único da Lei nº 12.288/10, que dispõe: "A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de: (...)VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros. Parágrafo único. Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País. "

Por fim, o item IV traz a redação do artigo 11, caput e §1º do Estatuto da desigualdade racial: "Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. § 1o Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País."

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 73. Em fevereiro do ano corrente, integrantes da milícia Alfa mataram, a tiros, três integrantes de organização para o tráfico de drogas Beta. João, morador da rua na qual ocorreu o fato criminoso, é a única testemunha ocular do crime.

Suspeitando que João poderia reconhecer os autores do crime, o chefe da milicia Alfa, junto com seus capangas, o intercepta na rua e o leva para um galpão abandonado, onde iniciam intensos atos de tortura, com ameaças de morte de familiares e sofrimento físico.

Após ser liberado pelos criminosos, João, atordoado e cambaleante, é abordado por integrantes da Polícia Militar, sob a alegação de se encontrar em "atitude suspeita". A vítima não explicou sua situação, por medo de ser morto pela milícia caso delatasse seus torturadores.

Os policiais militares iniciaram, então, interrogatório sub-reptício, dentro da viatura da corporação, em uma escalada de agressividade e intenso sofrimento que culminou em atos de abusos de autoridade, uso de algemas, ameaças de prisão e de morte.

Nesse contexto, exclusivamente com base na Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991), é possível afirmar, quanto ao sofrimento de João, que

a) a milícia Alfa e os policiais militares praticaram tortura.

b) a milícia Alfa e os policiais militares não praticaram tortura.

c) a milícia Alfa não praticou tortura e os policiais militares praticaram tortura.

d) a milícia Alfa praticou tortura e os policiais militares não praticaram tortura.

e) a milícia Alfa e os policiais militares praticaram tortura e abuso de autoridade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre Tortura**.**

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. O artigo 1.1 da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes estabelece que Tortura é " qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência."

Tais atos devem, portanto, pela literalidade do dispositivo, ser infligidos por "funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência". Por tal razão, a conduta da milícia não caracteriza tortura, mas a dos policiais, como funcionários públicos, sim.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C

QUESTÃO 74. Caio, João e Pedro, policiais civis, realizaram blitz de rotina na principal avenida do município Alfa.

Jorge, motorista de transporte por aplicativo, estava conduzindo seu veículo automotor com dois passageiros, uma mulher em trabalho de parto avançado e seu marido, quando foram

interpelados pelos policiais civis, que ordenaram a parada do veículo e apontaram armas de fogo para todos no interior do carro conduta que se repetia indiscriminadamente com todos os demais veículos que passavam no local.

Assustado com as armas de fogo apontada para si e diante da situação emergencial em que se encontravam, Jorge, visivelmente desarmado, assinalou para os policiais que estava com pressa em razão do trabalho de parto da passageira e dirigiu lentamente o carro, em direção à maternidade.

Os policiais consideraram que Jorge estava em fuga, e dispararam contra o veículo, alvejando os dois passageiros, que vieram a óbito no local.

De acordo com a Portaria Interministerial nº 4.226/10, que trata das Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública, é correto afirmar que as condutas de Caio, João e Pedro no que tange a apontar arma de fogo contra pessoas durante os procedimentos de abordagem e a usar arma de fogo contra pessoa desarmada em fuga foram, respectivamente,

a) incorreta, visto que apontar arma de fogo durante procedimento de abordagem não deve ser uma prática rotineira e indiscriminada; incorreta, uma vez que não é legítimo o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, a não ser que o ato represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.

b) correta, visto que a abordagem policial deve ser ostensiva e precavida, evitando que haja fuga da blitz por parte dos cidadãos interpelados; correta uma vez que o descumprimento da ordem de parar o veículo é ilícito e enseja a atuação policial imediata, em nome da segurança pública.

c) correta, visto que a abordagem policial deve seguir protocolos padronizados, evitando eventuais alegações de discriminação por motivos de raça, sexo ou origem nacional por parte dos defensores de direitos humanos; incorreta, uma vez que não é legítimo o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, a não ser que o ato represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.

d) correta, visto que a abordagem policial deve ser ostensiva e precavida, evitando que haja fuga da blitz por parte dos cidadãos Interpelados; incorreta, uma vez que que não é legitimo o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, a não ser que o ato represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.

e) correta, visto que a vida e integridade física dos policiais está em risco quando da abordagem, o que justifica o apontamento das armas de fogo em todas os casos; correta, uma vez que os chamados "disparos de advertência" são considerados prática aceitável e a vitimização ocorreu por circunstâncias alheias à vontade dos policiais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre a Portaria Interministerial nº 4.226/10.

A alternativa A está correta. A Portaria Interministerial nº 4.226/10 (Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública), estabelece, nos pontos 4 e 7 do Anexo I, que : "4. Não é legítimo o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou que, mesmo na posse de algum tipo de arma, não represente risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros. (...) 7. O ato de apontar arma de fogo contra pessoas durante os procedimentos de abordagem não deverá ser uma prática rotineira e indiscriminada."

Portanto, ambas as condutas dos Policiais Civis não foram corretas.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 75. Carla foi aprovada no concurso de Delegada de Polícia do Estado Alfa, na cota reservada a pessoa com deficiência, iniciando seu curso de formação logo após a homologação do concurso. No final das aulas, Carla costumava voltar para casa na companhia de sua esposa, Joice, Policial Militar, que trabalhava próximo ao local em que era ministrado o curso. Isso chamou a atenção de alguns de seus colegas de concurso, que a interpelavam com piadas de cunho homofóbico e capacitista.

O caso foi levado ao conhecimento das autoridades superiores responsáveis que iniciaram uma apuração informal. Em contraditório, os colegas alegaram se tratar apenas de uma brincadeira, sem cunho ofensivo, tendo a apuração sido encerrada sem qualquer formalização.

Considerando a situação exposta, é correto afirmar, com base nas Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública (Portaria

Interministerial nº 2, de 15 de dezembro de 2010), que a Polícia Civil do Estado Alfa

a) deve combater a homofobia, o assédio sexual e moral e disseminar a cultura da não discriminação dentro do órgão, bem como elaborar livros, cartilhas e outras publicações que divulguem dados e conhecimentos sobre direitos humanos.

b) deve se ater às questões relativas à segurança pública, sua missão constitucional, deixando a implementação de planos, programas e ações de combate à homofobia e ao capacitismo sob a responsabilidade do órgão competente próprio, destinado à defesa dos direitos humanos.

c) deve punir Carla, pois a Polícia Civil não permite o ingresso de pessoas homossexuais com demonstrações públicas de afeto em seus quadros, por atentar contra a moral, os bons costumes e a dignidade dos demais servidores do órgão.

d) deve combater o assédio sexual e moral dentro do órgão, mas não a discriminação, visto que o tema já é tratado por lei própria, cabendo ao judiciário a resolução de questões dessa natureza.

e) deve combater o assédio sexual e moral na instituição, atuando, contudo, apenas nos casos concretos, por meio do superior hierárquico imediato, sem veiculação de campanhas internas de educação, o que evita a exposição da vítima e a ocorrência de eventuais retaliações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública (Portaria Interministerial nº 2, de 15 de dezembro de 2010).

A alternativa A está correta. O Anexo da Portaria Interministerial nº 2/10, ao tratar do direito à diversidade, estabelece, no tópico 13, dentre as funções da instituição, o fortalecimento e disseminação, nas instituições," a cultura de não discriminação e de pleno respeito à liberdade de orientação sexual do profissional de segurança pública, com ênfase no combate à homofobia.". O mesmo anexo, ao tratar da dignidade e segurança no trabalho, estabelece, no tópico 33, o combate ao "assédio sexual e moral nas instituições, veiculando campanhas internas de educação e garantindo canais para o recebimento e apuração de denúncias."

Por fim, no tópico 56, há previsão de constituição de" núcleos, divisões e unidades especializadas em Direitos Humanos nas academias e na estrutura regular das instituições de segurança pública, incluindo entre suas tarefas a elaboração de livros, cartilhas e outras publicações que divulguem dados e conhecimentos sobre o tema."

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 76. George Granger e Anna Macbeth, pais de Jane, fruto de uma relação casual, decidem emancipar a filha, que tem dezesseis anos e três meses de vida. Sobre a hipótese, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, assinale a afirmativa correta.

a) Na situação narrada, a efetivação da emancipação dependerá da manifestação expressa de Jane, que poderá ser suprida judicialmente.

b) Os pais deverão requerer a emancipação judicial da filha, que deverá ser ouvida.

c) A filha deverá ter economia própria, que deverá ser comprovada pelos pais, como pressuposto material para a emancipação.

d) A emancipação pela concessão dos pais será feita mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

e) O desejo dos pais na emancipação da filha dependerá do exercício de emprego público efetivo ou da colação de grau em curso de ensino superior.

Comentários

A questão aborda o conhecimento sobre Personalidade e Capacidade das Pessoas Naturais.

A alternativa correta é a **letra D**.

A emancipação consiste no ato jurídico por intermédio do qual há antecipação dos efeitos da aquisição da maioridade civil nos casos de incapacidade em razão da idade.

Nesse sentido, o diploma civilista dispõe no parágrafo único do art. 5º que:

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I – pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II – pelo casamento;

III – pelo exercício de emprego público efetivo;

IV – pela colação de grau em curso de ensino superior;

V – pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

Cumpre destacar que a situação descrita no enunciado corresponde à emancipação voluntária, conforme primeira parte do mencionado inciso I. No caso, Jane tem dezesseis anos e três meses de vida, além disso, os pais George Granger e Anna Macbeth concordam com a emancipação da filha. Por fim, o Código Civil dispõe que a emancipação voluntária ocorre mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

Acerca do tema, Cristiano Chaves afirma que: “A emancipação voluntária decorre de ato unilateral dos pais de menor relativamente incapaz que independe de homologação judicial, embora exija instrumento público para sua concretização. Apesar de não constituir direito subjetivo do menor, só pode ser outorgada em seu interesse. A outorga de tal benefício (ato irrevogável) depende da concordância de ambos os pais, ou de um deles, na falta do outro.”

Importante destacar que a emancipação voluntária somente produz efeito após o registro na forma do inciso II do art. 9º do CC: "Serão registrados em registro público: II - a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz."

Destaca-se, ainda, o conteúdo do Enunciado 397 da Jornada de Direito Civil: "A emancipação por concessão dos pais ou por sentença do juiz está sujeita à desconstituição por vício de vontade."

Após breve introdução, passamos à análise das alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois a efetivação da emancipação voluntária não depende da manifestação expressa do menor relativamente incapaz, no caso narrado, Jane.

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o Código Civil não prevê a oitiva do menor relativamente incapaz como requisito para a emancipação voluntária.

A alternativa C está incorreta, pois a economia própria não consiste em pressuposto material para a emancipação voluntária (art. 5º, parágrafo único, inciso I, do CC). Acerca do tema, cumpre destacar que o inciso V do artigo supramencionado prevê a possibilidade de emancipação legal do menor com dezesseis anos completos que tem economia própria decorrente de estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 5º, parágrafo único, inciso I, do CC: "Cessará, para os menores, a incapacidade: I – pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos".

A alternativa E está incorreta, pois o exercício de emprego público efetivo e a colação de grau em curso de ensino superior são hipóteses de emancipação legal previstas, respectivamente, nos incisos III e IV do parágrafo único do art. 5º do CC.

QUESTÃO 77. Antônio Balduíno celebrou contrato de locação residencial com Gabriela Bala, pelo prazo de trinta meses. Gabriela, locatária, realizou diversas obras no bem, com destaque para: a reforma do encanamento da cozinha, que se encontrava com infiltrações e comprometiam a segurança do imóvel; a troca do cabeamento da casa, tornando mais útil a internet, visto que ela trabalha em home office; a construção de uma piscina para o lazer de seus filhos; e a alteração da pintura externa do bem, que se encontrava em perfeito estado, transformando o imóvel na casa da Barbie, sonho da locatária, embelezando o imóvel e valorizando-o em cinquenta por cento, conforme corretores de imóveis da região. O contrato de locação prevê que as benfeitorias realizadas pela locatária serão indenizadas, independentemente de autorização prévia, salvo as voluptuárias. Diante da situação hipotética, a respeito do tema benfeitorias, assinale a afirmativa correta.

a) A construção da piscina e a troca do cabeamento da casa são consideradas benfeitorias úteis, porque aumentam a utilização do bem.

b) Apesar da valorização do imóvel em cinquenta por cento, a alteração da pintura externa é considerada benfeitoria voluptuária.

c) Todas as benfeitorias realizadas na situação narrada no enunciado devem ser indenizadas, com exceção da construção da piscina, por ser voluptuária.

d) A reforma do encanamento da cozinha é considerada como benfeitoria útil, visto que facilita a utilização do bem.

e) As benfeitorias descritas no enunciado devem ser indenizadas pelo locador, salvo a troca do cabeamento da casa.

Comentários

A questão aborda o conhecimento sobre a classificação das benfeitorias.

A alternativa correta é a **letra B**.

Consoante dispõe o art. 96 do Código Civil, há três espécies de benfeitorias:

Art. 96. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias.

§ 1º São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.

§ 2º São úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem.

§ 3º São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

De acordo com Cristiano Chaves: "O critério distintivo para a classificação das benfeitorias há de ser, naturalmente, a destinação, a finalidade. Bem por isso, a mesma situação pode se classificar, em diferentes situações, como benfeitoria necessária, útil ou voluptuária. Bastaria imaginar a piscina. Em uma academia de natação, a construção da piscina será necessária. Já na academia de ginástica, a piscina se apresentará como benfeitoria útil, enquanto em uma casa, ordinariamente, ela seria suntuária, em face de sua finalidade de mero deleite. Em sendo assim, é recomendável jamais conceituar uma benfeitoria como necessária, útil ou voluptuária por conceitos rígidos, apesar de a classificação do art. 96 do Código Civil ser extremamente útil para delimitar as três categorias. Diante do caso concreto, recorrer-se-á ao critério da essencialidade, isto é, deve-se indagar se, na espécie, aquela obra ou despesa é essencial à conservação da coisa principal, se apenas introduz um melhoramento ou se, então, é de mero deleite".

Considerando o disposto no Código Civil e de acordo com o entendimento da doutrina, as benfeitorias realizadas por Gabriela Bala são classificadas da seguinte forma:

1. A reforma do encanamento da cozinha, que se encontrava com infiltrações e comprometiam a segurança do imóvel: benfeitoria necessária.

2. A troca do cabeamento da casa, tornando mais útil a internet, visto que ela trabalha em home office: benfeitoria útil.

3. A construção de uma piscina para o lazer de seus filhos: benfeitoria voluptuária.

4. A alteração da pintura externa do bem, que se encontrava em perfeito estado, transformando o imóvel na casa da Barbie, sonho da locatária, embelezando o imóvel e valorizando-o em cinquenta por cento, conforme corretores de imóveis da região: benfeitoria voluptuária.

Após breve introdução, passamos à análise das alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois a construção da piscina é considerada benfeitoria voluptuária, tendo em vista sua destinação exclusiva ao lazer dos filhos de Gabriela Bala. Nos termos do art. 96, §1º, do CC: São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.

A alternativa B está correta, pois a alteração da pintura externa é considerada benfeitoria voluptuária. A questão narra que, não obstante a pintura externa do bem se encontrar em perfeito estado, Gabriela Bala, realizando seu sonho, transformou o imóvel na casa da Barbie. Assim, de acordo com a situação narrada, não há comprovação de que a pintura externa tinha como finalidade conservar o bem ou evitar sua deterioração (necessária), tampouco promoveu melhoramentos ou melhor utilização do imóvel (útil). Nos termos do art. 96, §1º, do CC: São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.

A alternativa C está incorreta, pois a alteração da pintura externa é considerada benfeitoria voluptuária, não sendo passível de indenização no caso narrado. Dispõe o enunciado que o contrato de locação prevê que as benfeitorias realizadas pela locatária serão indenizadas, independentemente de autorização prévia, salvo as voluptuárias. Assim, estão excluídas da indenização as 2 (duas) benfeitorias voluptuárias, quais sejam: a construção da piscina e a alteração da pintura externa. Nos termos do art. 96, §1º, do CC: São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.

A alternativa D está incorreta. A reforma do encanamento da cozinha consiste em benfeitoria necessária, pois o enunciado afirma que o local se encontrava com infiltrações e comprometiam a segurança do imóvel. Assim, por se tratar de medida indispensável à conservação da coisa, evitando deterioração ou destruição do imóvel, a reforma do encanamento da cozinha é classificada como benfeitoria necessária. Nos termos do art. 96, §3º, do CC: São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

A alternativa E está incorreta. Dispõe o enunciado que o contrato de locação prevê que as benfeitorias realizadas pela locatária serão indenizadas, independentemente de autorização prévia, salvo as voluptuárias. Assim, estão excluídas da indenização as 2 (duas) benfeitorias voluptuárias, quais sejam: a construção da piscina e a alteração da pintura externa. Nos termos do art. 96, §1º, do CC: São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.

QUESTÃO 78. Marcela, que contraiu mútuo com seu namorado, Getúlio, pretende alienar o bem, com propósito da quitação da dívida. Com o desgaste da convivência, Getúlio visava à extinção do relacionamento, mas, antes, pretendia receber o valor do empréstimo. Diante disso, agindo com má-fé, ele convenceu Luciana, sua amiga de trabalho, a comprar o bem. Para tanto, valorizou o imóvel, escondendo impropriedades como infiltrações e avarias. Registra-se que a aquisição do bem só ocorre devido à conduta de Getúlio. Sobre a hipótese, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, assinale a afirmativa correta.

a) A atitude de Getúlio caracteriza-se como dolo de terceiro, sendo que a anulação do negócio jurídico só ocorrerá se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento.

b) O negócio jurídico deve ser anulado em virtude do erro acidental praticado por Luciana.

c) A má-fé de Getúlio não é capaz de anular o negócio jurídico, visto ser um terceiro no contrato de compra e venda.

d) O negócio jurídico narrado deve ser anulado em virtude do estado de perigo.

e) A simulação praticada por Getúlio conduzirá à anulação do negócio jurídico, que poderá ser convalidado por Luciana.

Comentários

A questão aborda o conhecimento sobre os Defeitos do Negócio Jurídico.

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 145 do CC: "São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa". Nesse sentido, o dolo também pode ser oriundo da conduta de terceiro, conforme dispõe o art. 148 do CC: "Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou."

Acerca do tema, cumpre destacar que o dolo é "todo e qualquer artifício empregado por uma das partes, ou por terceiro, com o fito de induzir outrem à prática de um ato. Advirta-se, entretanto, não ser necessário que haja prejuízo para aquele que, incorrendo no erro provocado, manifesta a vontade através do dolo. Bastará que o artifício, o ardil, utilizado tenha sido suficiente para fazer o agente celebrar um negócio que, em condições regulares, não celebraria", consoante afirma Cristiano Chaves.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 146 do CC, o dolo acidental somente obriga à satisfação das perdas e danos, isto é, o dolo acidental não consiste em causa de anulação do negócio jurídico. De acordo com Cristiano Chaves: "Para que possa servir de causa anulatória do negócio jurídico, o dolo, tal como o erro, deve ser principal (essencial), caracterizando-se como aquele que funciona como elemento necessário para a realização do negócio, ou seja, como sua causa determinante – motivo que conduziu, fundamentalmente, à prática do ato negocial. Vale dizer, sem o dolo, a parte não realizaria o negócio, sendo ele essencial à sua celebração. É preciso que o dolo tenha sido a força propulsora da declaração de vontade viciada". No caso da questão, o enunciado afirmou expressamente

que a aquisição do bem só ocorreu devido à conduta de Getúlio que valorizou o imóvel, escondendo impropriedades como infiltrações e avarias. Logo, a redação correta da alternativa seria: O negócio jurídico deve ser anulado em virtude do erro essencial praticado por Luciana.

A alternativa C está incorreta, pois a má-fé de Getúlio, ou seja, o dolo de terceiro, é capaz de anular o negócio jurídico, se a parte a quem aproveite o dolo tivesse (ou devesse ter) conhecimento do mesmo, nos termos do art. 148 do CC.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista a ausência dos elementos caracterizadores do estado de perigo na situação hipotética narrada. Dispõe o art. 156 do CC: "Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa."

Ademais, Cristiano Chaves afirma que são requisitos do estado de perigo: (i) existência de grave dano; (ii) que o dano seja atual (ou iminente); (iii) que o perigo seja a causa determinante da declaração; (iv) o conhecimento do perigo pela outra parte; (v) a existência de obrigação onerosa excessivamente; (vi) a intenção do declarante de salvar a si ou a pessoa de sua família ou a terceiro.

A alternativa E está incorreta, pois Getúlio não praticou simulação. De acordo com a doutrina de Cristiano Chaves, na simulação, aparenta-se um negócio jurídico que, na realidade, não existe ou oculta-se, sob uma determinada aparência, o negócio verdadeiramente desejado. Além disso, o art. 167, §1º, do CC afirma que:

Art. 167. § 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:

I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;

II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira;

III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

No caso hipotético, o enunciado afirma que "Getúlio, pretende alienar o bem, com propósito da quitação da dívida". Assim, verifica-se que Getúlio não praticou simulação.

QUESTÃO 79. Hamlet e Macbeth, proprietários de um imóvel, celebram por escrito contrato de comodato com Lear, sobrinho dos proprietários, pelo prazo de dez anos, ficando o comodatário responsável pela preservação da coisa. Sobre a hipótese, em relação ao tema posse, assinale a afirmativa correta.

a) Lear, comodatário, é considerado detentor do bem imóvel citado no enunciado, em virtude do dever da conservação do bem.

b) Os atos de mera permissão ou tolerância não autorizam a sua aquisição, logo Lear não é possuidor do bem.

c) Lear, por ser possuidor de má-fé, responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais.

d) A faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha, pertence a Lear, possuidor exclusivo do bem.

e) Hamlet e Macbeth, na situação narrada, são considerados possuidores indiretos do bem imóvel.

Comentários

A questão aborda conhecimento sobre desdobramento da posse.

A alternativa correta é a **letra E**.

Segundo Cristiano Chaves: "O desdobramento da posse é fenômeno que se verifica quando o proprietário, efetivando uma relação jurídica negocial com terceiro, transfere-lhe o poder de fato sobre a coisa. Apesar de não mais se manter na apreensão da coisa (que está sob o poder de fato do terceiro-contratante), o proprietário continuará sendo reputado possuidor, só que indireto. Assim, por força de uma relação jurídica travada entre o proprietário e um terceiro, detecta-se o desdobramento da posse em direta e indireta. Exemplos fecundos podem ser lembrados com os contratos de locação, usufruto, comodato etc. Em tais hipóteses, o proprietário (que permite que um terceiro apreenda a coisa) se mantém como possuidor indireto, enquanto o terceiro assume a posição de possuidor direto".

Nesse sentido, diante da relação jurídica travada (contrato escrito de comodato, pelo prazo de dez anos) entre os proprietários (Hamlet e Macbeth) e um terceiro (Lear) constata-se que ocorre o instituto do desdobramento da posse, segundo o qual Lear é considerado possuidor direto do bem imóvel indicado no enunciado, ao passo que Hamlet e Macbeth, na situação narrada, são considerados possuidores indiretos do bem imóvel.

Após breve introdução, passamos à análise das alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois Lear não é detentor do imóvel. Na situação narrada, o dever de conservação do bem decorre da qualidade de comodatário de Lear, nos termos do art. 582 do CC: "O comodatário é obrigado a conservar, como se sua própria fora, a coisa emprestada, não podendo usá-la senão de acordo com o contrato ou a natureza dela, sob pena de responder por perdas e danos." Ademais, Lear é considerado possuidor direto do bem imóvel indicado no enunciado, ao passo que Hamlet e Macbeth, na situação narrada, são considerados possuidores indiretos do bem imóvel, nos termos dos arts. 1.196 e 1.197 do CC:

Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

Art. 1.197. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.

Ademais, segundo Cristiano Chaves: "A outro giro, a posse direta jamais se confunde com a detenção. O detentor não exerce atos possessórios, pois a sua atuação sobre a coisa não provém de uma relação jurídica de direito real ou obrigacional, capaz de deferir-lhe autonomia, a ponto de conceder visibilidade ao domínio. O detentor não exerce o elemento econômico da posse, pois não pratica atos de posse em nome próprio, mas em nome alheio (art. 1.198 c/c 1.204, CC)."

A alternativa B está incorreta, pois Lear é considerado possuidor direto do bem imóvel indicado no enunciado.

A alternativa C está incorreta, pois Lear não é possuidor de má-fé. A posse de má-fé relaciona-se com o vício subjetivo da posse, na medida em que, de acordo com Cristiano Chaves: "Com efeito, o art. 1.201 do Código Civil concebe a boa-fé de modo negativo, como aquela em que o possuidor ignora o vício ou obstáculo que impede a aquisição da coisa. Isto é, mesmo que não haja plena convicção de legitimidade da posse, somente a dúvida relevante exclui a boa-fé. Assim, o vício subjetivo da má-fé decorre da ciência do possuidor no tocante à ilegitimidade de sua posse".

A alternativa D está incorreta, pois Lear não é possuidor exclusivo do bem. Na hipótese dos autos, Lear exerce posse direta, pois tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de contrato de comodato, ao passo que Hamlet e Macbeth, proprietários do imóvel, são possuidores indiretos.

A alternativa E está correta, nos termos do art. 1.197 do CC: "A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto".

De acordo com Cristiano Chaves: "O desdobramento da posse apenas verifica-se quando faculdades que integram o domínio são transferidas a outra pessoa, para que a utilize como decorrência de relação jurídica de direito real (v. g., penhor, usufruto, propriedade fiduciária) ou obrigacional (v. g., comodato, locação). Ou seja, todas as vezes que um bem sai das mãos do proprietário em razão de uma relação jurídica, cria-se uma posse derivada, cuja origem se liga necessariamente a um título proveniente do dominus".

Portanto, diante da relação jurídica obrigacional (contrato escrito de comodato, pelo prazo de dez anos) entre os proprietários (Hamlet e Macbeth) e um terceiro (Lear) constata-se que ocorre o instituto do desdobramento da posse, segundo o qual Lear é considerado possuidor direto do bem imóvel indicado no enunciado, ao passo que Hamlet e Macbeth, na situação narrada, são considerados possuidores indiretos do bem imóvel.

QUESTÃO 80. Antônio de Bolonha promoveu ação reivindicatória de um terreno de mais de duzentos mil metros quadrados em face de cem pessoas que possuem determinada área, fundamentando o pleito na qualidade de proprietário do imóvel; para tanto, anexou a certidão do registro geral de imóveis competente. Em suma, os réus contestam a demanda com base na função social e alegam que estão na posse ininterrupta do bem há mais de dez anos e que realizaram obras de interesse social relevante. Alegam ainda os réus a posse de boa-fé. Sobre a situação hipotética, com base no tema propriedade, assinale a afirmativa correta.

a) A função social não é prevista no ordenamento jurídico brasileiro, devendo a ação ser julgada procedente, pois o proprietário tem o direito de reaver o bem independentemente de com que esteja.

b) Na situação narrada, o Juiz pode considerar as alegações trazidas pelos réus, privando Antônio de Bolonha da coisa, devendo fixar a justa indenização que será devida ao proprietário.

c) O Direito Civil brasileiro considera o direito absoluto à propriedade, devendo ser julgada procedente a ação, desconsiderando, por falta de base normativa, os alegados pelos réus.

d) O proprietário somente pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.

e) A expropriação da propriedade que não atende a função social independe do pagamento de indenização.

Comentários

A questão trata sobre posse, propriedade e desapropriação judicial indireta.

A alternativa correta é a **letra B**.

O art. 1.228, § 4º, do CC prevê que: Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. § 4º O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.

De acordo com Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald: Trata-se de modalidade de desapropriação judicial indireta – por outros nomeada como aquisição compulsória onerosa – sem qualquer traço de inconstitucionalidade. A desapropriação se explica pelo fato de o proprietário ser privado de seu direito subjetivo mediante indenização, ao contrário da aquisição pela usucapião, que não comporta qualquer tipo de compensação ao antigo titular. Leia-se, nesse sentido, o Enunciado no 82 do Conselho de Justiça Federal: "É constitucional a modalidade aquisitiva de propriedade imóvel prevista no §§ 4o e 5o do art. 1.228 do novo Código Civil".

Além disso, cumpre destacar o conteúdo do Enunciado nº 236 da III Jornada de Direito Civil, na Jornada de Direito Civil: "Considera-se possuidor, para todos os efeitos legais, também a coletividade desprovida de personalidade jurídica".

Ademais, segundo Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald: para que se concretize a aquisição originária da propriedade por esse inovador modelo jurídico funcionalizado à regularização fundiária, o magistrado avaliará, no caso concreto, os conceitos jurídicos indeterminados "extensa área", "considerável número de pessoas" e "obras e serviços de interesse social e econômico relevante".

No caso hipotético narrado na questão, todos os requisitos exigidos pelo art. 1.228, §4º, do CC estão presentes, vejamos:

i) extensa área: terreno de mais de duzentos mil metros quadrados;

ii) posse ininterrupta e de boa-fé por mais de cinco anos: alegam que estão na posse ininterrupta do bem há mais de dez anos;

iii) considerável número de pessoas: cem pessoas que possuem determinada área;

iv) obras e serviços de interesse social e econômico relevante: alegam que realizaram obras de interesse social relevante.

Prosseguindo na análise da alternativa, se o Juiz considerar as alegações trazidas pelos réus deverá fixar a justa indenização que será devida ao proprietário, nos termos do § 5º: No caso do parágrafo antecedente, o juiz fixará a justa indenização devida ao proprietário; pago o preço, valerá a sentença como título para o registro do imóvel em nome dos possuidores.

Após a introdução, passamos à análise das alternativas.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

A alternativa B está correta, trata-se de modalidade de desapropriação judicial indireta, também denominada pela doutrina de aquisição compulsória onerosa, na qual o Juiz fixará a justa indenização que será devida ao proprietário. Nos termos do art. 1.228, §§ 4º e 5º, do CC: "§ 4º O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante. § 5º No caso do parágrafo antecedente, o juiz fixará a justa indenização devida ao proprietário; pago o preço, valerá a sentença como título para o registro do imóvel em nome dos possuidores".

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

A alternativa E está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 81. Após regular aprovação em concurso público, Eduardo foi investido no cargo de Delegado da Polícia Civil do Estado de Santa Cantarina e pretende se valer do direito de petição para fins de questionar certa determinação administrativa que não tem natureza disciplinar.

Acerca do tratamento conferido pela Lei n° 6.843/1986 ao tema em questão, é correto a afirmar que

a) cabe recurso do indeferimento de pedido de reconsideração, que será decidido pela autoridade imediatamente superior àquela que tiver expedido o ato ou proferido a decisão. *

b) o direito de petição não pode ser assegurado ao agente em toda a sua plenitude, diante das peculiaridades da carreira e considerando que é excepcionado o de representar.

c) da decisão que for prolatada, cabe pedido de reconsideração, que poderá ser renovado, uma única vez, para a mesma autoridade.

d) cabe reconsideração das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos pelo agente interessado.

e) a prescrição pode ser interrompida uma única vez por pedido de reconsideração ou recurso, quando cabíveis, e recomeça a correr por inteiro da data do ato que a interrompeu ou do termo do respectivo processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme art. 163, inciso I e parágrafo único, da Lei 6.843/1986, do indeferimento do pedido de reconsideração, cabe recurso. O recurso é decidido pela autoridade imediatamente superior àquela que tiver expedido o ato ou proferido a decisão. Veja: "Art. 163. cabe recurso: I - do indeferimento do pedido de reconsideração; (...) Parágrafo único. O recurso é decidido pela autoridade imediatamente superior àquela que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente em escala ascendente pelas demais autoridades, observado o disposto na parte final do artigo 163 desta lei, devendo ser decidido no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias."

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 160, da Lei 6.843/1986, é assegurado o direito de petição em toda a sua amplitude, assim como o de representar. Veja: "Art. 160. É assegurado o direito de petição em toda a sua amplitude, assim como o de representar."

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 162, da Lei 6.843/1986, o pedido de reconsideração não pode ser renovado a mesma autoridade. Veja: "Art. 162. Da decisão que for prolatada, cabe pedido de reconsideração, não podendo ser, no entanto, renovado a mesma autoridade."

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 163, II, da Lei 6.843/1986, das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos, cabe recurso, e não pedido de reconsideração. Veja: "Art. 163. cabe recurso: II das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos."

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 166, caput e parágrafo único, da Lei 6.843/1986, o pedido de reconsideração e o recurso quando cabíveis, interrompem a prescrição até 02 vezes. Veja: "Art. 166. O pedido de reconsideração e o recurso quando cabíveis, interrompem a prescrição até 02 (duas) vezes. Parágrafo único. A prescrição interrompida recomeça a correr pela metade do prazo da data do ato que a interrompeu ou do termo do respectivo processo."

QUESTÃO 82. Marcela estava estudando para o concurso público para o cargo de delegado da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e, ao analisar o conteúdo da Lei Complementar n° 741/2019, concluiu corretamente que está elencada entre as sociedades de economia mista do aludido ente federativo

a) a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).

b) a Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. (CEASA/SC).

c) o Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO/SC).

d) a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

e) a Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) é empresa pública, conforme art. 77, II, da Lei Complementar 741/2019. Veja: "Art. 77. São empresas públicas, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, prestadoras de serviço público e sujeitas a regime especial: II – a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC);"

A alternativa B está correta. De acordo com art. 78, II, da Lei Complementar 741/2019: "Art. 78. São sociedades de economia mista, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, prestadoras de serviços públicos e sujeitas a regime especial: II – a Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. (CEASA/SC);"

A alternativa C está incorreta. O Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO/SC) é uma autarquia, conforme art. 50, IV, da Lei Complementar 741/2019. Veja: "Art. 50. São autarquias, cujas competências específicas estão previstas nos atos legais de sua criação: IV – o Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO/SC);"

A alternativa D está incorreta. A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) é empresa pública, conforme art. 77, III, da Lei Complementar 741/2019. Veja: "Art. 77. São empresas públicas, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, prestadoras de serviço público e sujeitas a regime especial: III – a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)."

A alternativa E está incorreta. A Fundação Catarinense de Cultura (FCC) é uma fundação pública, conforme art. 65, II, da Lei Complementar 741/2019. Veja: "Art. 65. São fundações públicas, cujas competências específicas estão previstas nos atos de sua criação: II – a Fundação Catarinense de Cultura (FCC);"

QUESTÃO 83. Luiz, servidor estável ocupante de cargo efetivo do Estado de Santa Catarina, foi designado para integrar comissão em processo administrativo disciplinar que apura condutas praticadas pela servidora estável Nayara. Ocorre que Nayara é companheira de Pedro, com quem Luiz está litigando judicialmente, em decorrência do descumprimento de contrato por eles firmado.

Diante dessa situação hipotética, considerando as normas atinentes ao impedimento constantes da Lei Complementar n° 491/2010, é correto afirmar que

a) não há qualquer impedimento para que Luiz atue como membro da comissão em questão, pois não tem qualquer relacionamento direto com Nayara.

b) Nayara pode arguir o impedimento de forma incidental em autos apartados, sem a suspensão da causa.

c) Luiz deve comunicar o seu impedimento, abstendo-se de atuar no processo administrativo disciplinar em questão, mas a sua omissão não caracteriza falta para fins disciplinares.

d) o indeferimento de eventual incidente de impedimento apresentado por Nayara poderá ser objeto de recurso, dotado de efeito suspensivo na forma da lei.

e) Luiz só estaria impedido de atuar como membro da comissão em questão se Nayara fosse casada com Pedro, o que não é o caso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

As alternativas A e E estão incorretas. De acordo art. 31, V, da Lei Complementar 491/2010, Luiz é impedido de atuar em processo administrativo como presidente ou membro da comissão porque está litigando judicialmente com Pedro, companheiro de Nayara (interessada). Veja: "Art. 31. É impedido de atuar em processo administrativo como presidente ou membro da comissão, o servidor ou autoridade que: V - esteja litigando judicialmente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro."

A alternativa B está correta. De acordo art. 33, da Lei Complementar 491/2010, o interessado (no caso, Nayara) poderá arguir o impedimento de forma incidental em autos apartados e sem suspensão da causa. Veja: "Art. 33. O interessado poderá arguir o impedimento de forma incidental em autos apartados e sem suspensão da causa."

A alternativa C está incorreta. De acordo art. 32, parágrafo único, da Lei Complementar 491/2010, a omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares. Veja: "Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares."

A alternativa D está incorreta. De acordo art. 34, da Lei Complementar 491/2010, o indeferimento do incidente de impedimento poderá ser objeto de recurso, mas sem efeito suspensivo. Veja: "Art. 34. O indeferimento do incidente de impedimento poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo."

QUESTÃO 84. A Lei Complementar nº 453/2009 elenca prerrogativas atinentes ao cargo de Delegado de Polícia, entre as quais destaca-se a seguinte:

a) inamovibilidade, salvo por interesse público devidamente motivado.

b) acesso às informações de banco de dados dos órgãos privados e públicos, no interesse da investigação criminal, independentemente de motivação.

c) vitaliciedade, adquirida após a regular investidura por concurso público, dois anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação de desempenho.

d) receber tratamento protocolar diferenciado dos ocupantes das demais carreiras jurídicas, que guarde deferência coma sua atuação.

e) requisitar informações ou diligências a qualquer órgão público, cabendo pleitear ao judiciário aquelas atinentes a órgão privado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme art. 80, I, da Lei Complementar 453/2009, os Delegados de Polícia são dotados, entre outras, da prerrogativa da inamovibilidade, salvo por interesse público devidamente motivado. Veja: "Art. 80. O Delegado Geral, o Delegado Geral Adjunto e os Delegados de Polícia são Órgãos Personalizados da Polícia Judiciária de carreira, com autonomia funcional e operacional no exercício exclusivo das suas atribuições constitucionais e legais, dotados das seguintes prerrogativas: I - inamovibilidade, salvo por interesse público devidamente motivado;"

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 80, III, da Lei Complementar 453/2009, a solicitação de acesso a tais informações deve ser motivada. Veja: "Art. 80. O Delegado Geral, o Delegado Geral Adjunto e os Delegados de Polícia são Órgãos Personalizados da Polícia Judiciária de carreira, com autonomia funcional e operacional no exercício exclusivo das suas atribuições constitucionais e legais, dotados das seguintes prerrogativas: III - acesso a informações e banco de dados dos órgãos privados e públicos, da administração direta e indireta, dos três Poderes, no interesse da investigação criminal, mediante solicitação motivada à autoridade imediata competente, respeitado o sigilo das informações e dados em virtude de lei ou decisão judicial;"

A alternativa C está incorreta. Não há tal prerrogativa no rol do artigo 80 da Lei Complementar 453/2009.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 80, IV, da Lei Complementar 453/2009, o delegado receberá o mesmo tratamento protocolar deferido aos ocupantes das demais carreiras jurídicas. Veja: "Art. 80. O Delegado Geral, o Delegado Geral Adjunto e os Delegados de Polícia são Órgãos Personalizados da Polícia Judiciária de carreira, com autonomia funcional e operacional no exercício exclusivo das suas atribuições constitucionais e legais, dotados das seguintes prerrogativas: IV - receber o mesmo tratamento protocolar deferido aos ocupantes das demais carreiras jurídicas;"

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 80, V, da Lei Complementar 453/2009, o delegado poderá requisitar informações e diligências tanto de órgão público quanto de órgão privado. Veja: "Art. 80. O Delegado Geral, o Delegado Geral Adjunto e os Delegados de Polícia são Órgãos Personalizados da Polícia Judiciária de carreira, com autonomia funcional e operacional no exercício exclusivo das suas atribuições constitucionais e legais, dotados das seguintes prerrogativas: V - requisitar informações ou diligências a qualquer órgão público ou privado;"

QUESTÃO 85. Esdras, Agente da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, vinha enfrentando sérios problemas pessoais que o levaram a abusar do consumo de bebidas alcoólicas por determinado período. Em razão disso, por mais de uma vez, compareceu embriagado ao serviço.

Tal fato chegou ao conhecimento das autoridades competentes, que fizeram instaurar o respectivo processo administrativo disciplinar, sendo certo que, nos termos da Lei n$ 6.843/1986, a sanção pertinente para conduta de embriaguez em serviço é a de

a) repreensão.

b) suspensão por até trinta dias.

c) suspensão entre trinta e um a sessenta dias.

d) demissão simples.

e) demissão qualificada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Conforme art. 210, IV, da Lei 6.843/1986, a embriaguez habitual ou em serviço é punível com demissão simples. Veja: "Art. 210. São puníveis com demissão simples: IV – embriaguez habitual ou em serviço;"

Utilizando-se como base a mesma justificativa legal, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 86. Na segunda metade do século XIX, o jurista alemão Franz von Liszt desenvolveu a chamada Ciência Total do Direito Penal (ou Ciência Conjunta do Direito Penal).

Em relação ao tema, assinale a afirmativa incorreta.

a) A Criminologia, a Política Criminal e a Dogmática Jurídico-Penal são saberes que integram a Ciência Total do Direito Penal na acepção de von Liszt.

b) A Dogmática Jurídico-Penal é constituída pelo conjunto de normas e princípios referentes às leis penais e processuais penais.

c) A Política Criminal pressupõe a adoção de políticas públicas em vistas à redução da criminalidade e da violência.

d) A Criminologia é uma ciência que se notabiliza por empreender análise empírica e interdisciplinar sobre a questão criminal.

e) A Criminologia é uma ciência do campo do dever ser voltada à definição das condutas permitidas e das condutas desviantes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a Ciência Total do Direito Penal.

A alternativa A está correta. Conforme Bitencourt: "Como grande dogmático que se revelou, sistematizou o Direito Penal, dando-lhe uma complexa e completa estrutura, admitindo a fusão com outras disciplinas, como a criminologia e a política criminal. Por isso é possível afirmar que a moderna teoria do delito nasce com Von Liszt. Com efeito, Von Liszt enfatizou a já antiga ideia, originária do positivismo, "de fim no Direito Penal", no seu Programa de Marburgo, oferecendo-lhe novo e forte conteúdo político- -dogmático.".

A alternativa B está correta. A Dogmática Jurídico-Penal, dentro da ciência total do direito penal, se perfaz como o direito penal normativo, sendo, portanto, formada pelos princípios e normas que subjazem ao ordenamento jurídico-penal, que devem ser explicitados dogmática e sistematicamente.

A alternativa C está correta. Conforme Bitencourt, a moderna escola alemã busca a eliminação ou substituição das penas privativas de liberdade de curta duração, representando o "início da busca incessante de alternativas às penas privativas de liberdade de curta duração, começando efetivamente a desenvolver uma verdadeira política criminal liberal". Sendo assim, o direito penal, como medida restritiva, não é a única forma de combater a criminalidade.

A alternativa D está correta. Conforme Luiz Flávio Gomes, a Criminologia é uma "ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada, sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime, contemplado este como problema individual e como problema social".

A alternativa E está incorreta. Conforme visto no conceito de Luiz Flávio Gomes, a criminologia é uma ciência empírica, a qual se baseia na experiência e observação do mundo real para explicar e compreender o problema criminal, portanto, é uma ciência do "ser", diferentemente do direito penal, a qual é uma ciência normativa, valorativa, do dever ser.

QUESTÃO 87. No tocante às escolas da Criminologia, assinale a afirmativa correta.

a) A Escola da Criminologia Positivista tem como objetos de estudo o crime, o criminoso, o controle social e a vítima.

b) A Escola da Criminologia Clássica tem como objeto de estudo o delito, compreendido como um ente jurídico.

c) A Escola da Criminologia Positivista tem como objeto de estudo os processos de criminalização.

d) A Escola da Criminologia Crítica tem como objeto de estudo o delinquente.

e) A Criminologia Radical tem enfoque exclusivamente na pessoa da vítima do delito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das escolas criminológicas**.**

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do afirmado, o foco da criminologia positivista era o crime e o criminoso, de modo que os estudos sobre a vítima e o controle social são contribuições posteriores.

A alternativa B está correta. A escola Clássica tem como grande expoente Carrara, o qual, conforme Junqueira, tratava o delito como "a infração da lei do Estado, promulgada para proteger a segurança dos cidadãos, resultante de um ato externo do homem, positivo ou negativo, moralmente imputável e politicamente danoso". (...) É considerado o crime um ente jurídico que tem origem na natureza da sociedade civil (imposta ao homem pela lei eterna como meio de conservação, de progresso intelectual, de aperfeiçoamento moral e de proteção ao direito).".

A alternativa C está incorreta. Tal conceito não se refere à escola positivista, mas sim à Teoria do Etiquetamento ou teoria do labelling approach. Segundo esta, a criminalidade não é uma qualidade da conduta humana, mas a consequência de um processo em que se atribui tal "qualidade".

A alternativa D está incorreta. A criminologia crítica, diferentemente do que é afirmado na alternativa, "entende que a realidade não é neutra, de modo que se vê todo o processo de estigmatização da população marginalizada, que se estende à classe trabalhadora, como alvo preferencial do sistema punitivo, e que visa criar um temor da criminalização e da prisão para manter a estabilidade da produção e da ordem social." (*in* Manual esquemático de criminologia / Nestor Sampaio Penteado Filho). Ou seja, seu foco não é o estudo do delinquente.

A alternativa E está incorreta. A criminologia radical faz parte das teoria do conflito e também tem como principal foco os processos de criminalização e a influência do sistema econômico na criminalidade Nestor Penteado afirma que: "A origem histórica dessa teoria de conflito se encontra no início do século XX, com o trabalho do holandês Bonger, que, inspirado pelo marxismo, entende ser o capitalismo a base da criminalidade, na medida em que promove o egoísmo; este, por seu turno, leva os homens a delinquir" (*in* Manual esquemático de criminologia / Nestor Sampaio Penteado Filho).

QUESTÃO 88. Em 16 de agosto de 2023 faleceu o sociólogo americano Howard Becker. Na obra "Outsiders: estudos de sociologia do desvio", o autor analisa como os processos de criminalização produzem distintos critérios utilizados pelo sistema penal no exercício do

controle social para definir quem deve ou não ser rotulado como desviante. Esta abordagem é denominada

a) Teoria da anomia.

b) Teoria estrutural funcionalista.

c) Teoria do labelling approach.

d) Teoria da associação diferencial.

e) Teoria das janelas quebradas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C. A questão trata sobre Labelling approach.**

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. Conforme Penteado: "A teoria do labelling approach (interacionismo simbólico, etiquetamento, rotulação ou reação social) é uma das mais importantes teorias de conflito. Surgida nos anos 1960, nos Estados Unidos, seus principais expoentes foram Erving Goffman e Howard Becker" (*in* Manual esquemático de criminologia / Nestor Sampaio Penteado Filho).

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 89. A vitimização secundária, como estudo da criminologia, atenta para o fenômeno da Inércia da vítima para noticiar o fato criminoso aos órgãos de persecução penal.

Na hipótese em que a vítima de um crime praticado com abuso de poder deixa de acionar os órgãos competentes por medo de represália, está-se diante da denominada

a) Cifra Dourada.

b) Cifra Cinza.

c) Cifra Vermelha.

d) Cifra Amarela.

e) Cifra Verde.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre as cifras da criminologia.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. A cifra amarela é aquela em que as vítimas são pessoas que sofreram alguma forma de violência cometida por um funcionário público e deixam de denunciar o fato aos órgãos responsáveis por receio, medo de represália. Representam, portanto, um número de casos que, embora existentes, não são reportados às instâncias oficiais.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 90. A partir de 1994, sob a administração de Rudolph Giuliani como Prefeito de Nova York (EUA), implementou-se um modelo de política criminal com vistas ao policiamento ostensivo nas ruas e adoção de punições severas a contravenções e crimes menores.

Este modelo veio a ser conhecido como

a) Tolerância zero.

b) Direito penal do inimigo.

c) Política criminal atuarial.

d) Direito penal mínimo.

e) Populismo penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

Conforme Penteado, a teoria da tolerância zero "parte da premissa de que os pequenos delitos devem ser rechaçados, o que inibiria os mais graves (fulminar o mal em seu nascedouro), atuando como prevenção geral; os espaços públicos e privados devem ser tutelados e preservados (...). A teoria das janelas quebradas (ou broken windows theory), desenvolvida nos EUA e aplicada em Nova York, quando Rudolph Giuliani era prefeito, por meio da Operação Tolerância Zero, reduziu consideravelmente os índices de criminalidade naquela cidade.” ” (*in* Manual esquemático de criminologia / Nestor Sampaio Penteado Filho).

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 91. No dia 20/11/2023, Maria Aparecida e Alfredo estiveram na Delegacia de Polícia Civil de Itajaí, em virtude de uma Intimação da autoridade policial que buscava mais informações para embasar uma consulta médico-legal para Instruir o inquérito policial que apura a morte de Daniele, de três anos de idade, filha do casal. De acordo com as informações contidas no laudo pericial, a criança foi encontrada com um pedaço robusto de carne na traqueia e vômito decorrente de broncoaspiração.

Levando-se em consideração essas informações, é correto afirmar que

a) o evento narrado tem ligação direta com a congestão compressiva de Perthes.

b) a modalidade de asfixia que representa a situação fática descrita é a sufocação direta.

c) a situação narrada descreve um quadro de asfixia por confinamento, em virtude de ter sido descrita a broncoaspiração.

d) houve asfixia decorrente de vício de ambiente, em virtude de ter sido encontrado robusto pedaço de carne na traqueia, o que fez substituir o ar pelo alimento.

e) a situação descrita revela a necessidade de quesitação específica na consulta médico-legal, buscando a identificação de carboxiemoglobina no sangue de Daniele.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

A alternativa B está correta, pois neste caso a modalidade de asfixia que representa a situação fática descrita é a sufocação direta que também é chamada pela doutrina de asfixia por obstaculização à penetração do ar nas vias respiratórias. Esse tipo de asfixia acontece quando há obstrução da laringe e traqueia por corpos estranhos, como um pedaço de carne. É mais frequente de forma acidental. Pode ocorrer quando da broncoaspiração de sangue ou vômito. Trecho que valida a alternativa como correta " De acordo com as informações contidas no laudo pericial, a criança foi encontrada com um pedaço robusto de carne na traqueia e vômito decorrente de broncoaspiração".

Dessa maneira, as alternativas A, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 92. No dia 04/14/2023, Adelaide procurou a Delegacia da Mulher da Cidade de Xanxerê para registrar ocorrência de lesão corporal praticada no contexto de violência

doméstica e familiar contra a mulher, haja vista que parte do seu dedo indicador da mão direita foi necrosada em virtude de uma agressão praticada por Jonas, seu companheiro. Por ocasião de seu atendimento, foi encaminhada para o instituto Médico-Legal (IML) que abrange a região, para a realização dos procedimentos periciais pertinentes.

Nesse sentido, levando-se em consideração a atuação do perito nos diversos ramos do Direito, bem como a manifestação daqueles através dos documentos médico-legais, é correto afirmar que

a) a perícia a ser realizada no IMIL é o exame de corpo de delito, através do perito médico-legista, que irá detalhar as lesões existentes mediante descrição objetiva, cujo resultado será materializado por meio do relatório médico legal.

b) Adelaide deverá procurar o papiloscopista no Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, de modo a comprovar a necrose do dedo indicador da mão direita, cuja perícia gerará uma notificação compulsória ao instituto Médico-Legal e servirá como exame de corpo de delito a ser juntado no inquérito policial.

c) a perícia a ser realizada no IML é o exame de necropsia, em virtude da necrose no dedo indicador da mão direita de Adelaide, que deverá ser procedida por um perito criminal, sendo relatada no prontuário que servirá como exame de corpo de delito direto.

d) Adelaide deverá procurar o perito criminal no IML para que seja feito o exame pericial de local de crime, que deverá ser concentrado nas respectivas lesões da sua mão, cujas constatações deverão ser redigidas num parecer médico legal a ser juntado no inquérito podal.

e) a pericial a ser realizada no instituto Geral de Perícias é o exame de corpo de delito, que será feita pelo perito médico legista de forma indireta, através de um prontuário, encaminhando a resultado ao ML que abrange a região de Xanxerê para que lá o resultado seja compilado de forma direta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**

A alternativa A está correta, pois neste caso a vítima deve ser encaminhada ao IMIL e realizar o exame de corpo de delito direto, através do perito médico-legista, que irá detalhar as lesões existentes mediante descrição objetiva, cujo resultado será materializado por meio do relatório médico legal. Se trata de *Pericia percipiendi*, a primeira perícia a ser realizada.

A alternativa B está incorreta, pois o papiloscopista deve ser procurado quando for o caso de identificação humana pelas digitais, também chamadas de papilas dérmicas.

A alternativa C está incorreta, pois o exame de necropsia acontece no caso de vítima de morte violenta.

A alternativa D está incorreta, pois o exame de local de crime como o próprio nome já diz é realizado no local dos fatos, e não em uma pessoa. Ademais, Lesão corporal está ligada ao perito legista que realiza a perícia nos vestígios intrínsecos, já o perito criminal está para os vestígios extrínsecos.

A alternativa E está incorreta, pois o exame de corpo de delito indireto só é realizado diante da impossibilidade do exame direto no periciando.

QUESTÃO 93. Acerca da cronotanatognose e dos fenômenos cadavéricos, é correto afirmar que

a) por ocasião da sua presença num local de crime, o Delegado de Polícia possui plenas condições de distinguir se uma lesão foi praticada em vida ou após a morte, durante o período de Tourdes.

b) os sinais abióticos de morte podem ser divididos em imediatos e tardios/consecutivos, podendo ser mencionados como exemplos, a perda de consciência e o resfriamento cadavérico, respectivamente.

c) a autólise é um fenômeno cadavérico consecutivo que representa a tendência do cadáver em equilibrar sua temperatura com a do ambiente à sua volta.

d) a evaporação tegumentar é um fenômeno cadavérico transformativo destrutivo posicionado entre as fases de coloração e enfisematosa da putrefação.

e) a maceração séptica se difere da asséptica, pois enquanto na primeira não há líquido contaminado com ausência de putrefação, na segunda, o líquido contaminado permite a decomposição do cadáver.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

A alternativa A está incorreta, pois o período Tourdes é o "PERÍODO DE INCERTEZA DIAGNÓSTICA", apontado entre 06 (seis) horas antes e 06 (seis) após a morte, portanto, não é possível distinguir se uma lesão foi praticada em vida ou após a morte. Ademais, o Delegado de Polícia não tem plena condições de determinar tal situação, pois não é o especialista no assunto.

A alternativa B está correta, pois conforme Genival Veloso de França os fenômenos abióticos, também chamados de avitais ou vitais negativos, se dividem em: imediatos (devidos à cessação das funções vitais) e consecutivos (devidos à instalação dos fenômenos cadavéricos). Os exemplos trazidos pelo examinador da prova estão corretos.

A alternativa C está incorreta, pois a autólise é um fenômeno transformativo destrutivo da morte.

A alternativa D está incorreta, pois a evaporação tegumentar é um fenômeno abiótico consecutivo ou mediato da morte.

A alternativa E está incorreta, pois o examinador inverteu os conceitos, na maceração séptica a presença de líquido contaminado, enquanto na asséptica não há líquido contaminado.

QUESTÃO 94. No dia 05/11/2023, Miguel conduzia seu veículo automotor dentro da velocidade permitida em determinada via pública de Blumenau quando, em certo momento, atingiu Jamiles, que atravessava a rua na faixa de pedestres, lesionando-a. Após o socorro médico, os envolvidos foram encaminhados até a Delegacia de Polícia para lavratura do procedimento cabível.

No mesmo dia, por ocasião da realização da perícia pertinente, ficou comprovado que Jamiles estava com uma equimose de coloração amarelada, de formato circular, na região pélvica, medindo cerca de quarenta milímetros de diâmetro, além de apresentar fraturas cominutivas no terço médio do fêmur da perna esquerda, escoriações nos dois cotovelos e uma lesão cortocontusa na região da glabela.

Acerca dessas lesões constatadas em Jamiles, é correto afirmar que

a) as fraturas cominutivas são assim chamadas, pois apenas uma das suas duas partes fragmentadas é projetada para além de uma abertura da pele, razão pela qual também é compreendida como "fratura incompleta".

b) a lesão cortocontusa na glabela representa uma forma clássica do emprego de energia vulnerante de etiologia físico-química.

c) a escoriação é representada pela literatura médico-legal como "lesão em acordeão ou sanfona", com sangramento abundante, abertura estreita e de menor diâmetro de entrada em comparação com o agente vulnerante.

d) a equimose percebida não guarda nexo de causalidade com o evento traumático referente ao acidente provocado por Miguel.

e) a escoriação é representada pela literatura médico-legal como uma vasodilatação exclusivamente vital, causando o eritema, que é uma mancha avermelhada, efêmera e fugaz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa A está incorreta, pois as fraturas são solução de continuidade dos ossos decorrentes de mecanismos de compreensão, flexão ou torção. Segundo a doutrina podem ser diretas ou indiretas, fechadas ou abertas, cominutivas. A fatura Cominutivas é aquela em que fragmentos ósseos ficam isolados do osso fraturado, portanto, o conceito trazido pelo examinador está errado. O conceito trazido pela banca é de fratura exposta.

A alternativa B está incorreta, pois a lesão cortocontusa é decorrente de energia mecânica. Ressalta que as asfixias são de energia físico-química.

A alternativa C está incorreta, pois as escoriações não apresentam sangramento abundante e não são representadas pela “lesão em acordeão ou sanfona” de Lacassagne, esse tipo de lesão é próprio de lesões produzidas por ação perfurante.

A alternativa D está correta, pois a alternativa afirma que a equimose é de coloração amarelada, isso significa que já tem entre 15 a 20 da lesão de acordo com o Espectro Equimótico de Legrand du Saulle, portanto, a equimose percebida não guarda nexo de causalidade com o evento traumático referente ao acidente provocado por Miguel.

A alternativa E está incorreta, pois é a Rubefação que é representada pela literatura médico-legal como uma vasodilatação exclusivamente vital, causando o eritema, que é uma mancha avermelhada, efêmera e fugaz.

QUESTÃO 95. No dia 15/11/2023, Nina compareceu à Delegacia de Polícia de Joinville para obter informações sobre o andamento das investigações acerca do homicídio da sua irmã, Andressa, ocorrido no dia anterior. Na mesma ocasião, prestou declarações agregando informações valiosas para o inquérito policial, pois soube que Andressa estaria grávida e teria desejado interromper a gestação em face do término do relacionamento com Fernando, suposto autor do crime. Cinco dias depois, o Delegado de Polícia responsável pelo caso recebeu o laudo pericial com informações sobre a ausência do feto, mas com dilatação do colo do útero e restos de vilosidades coriais no cadáver de Andressa.

Acerca dessas informações, é correto afirmar que

a) o Delegado de Polícia responsável pelas investigações não poderá formular quesitos complementares em eventual consulta médico legal, haja vista o encontro das vilosidades cortais que exaurem a pesquisa pelo aborto recente.

b) ainda que haja necessidade de exames complementares, o perito Médico-Legista não terá elementos para afirmar, no laudo, que se trata de aborto recente.

c) a presença de vilosidades coriais é indicativo da utilização de substância abortiva de origem química.

d) ainda que haja necessidade de exames complementares, por meio da leitura do laudo pericial o Delegado de Polícia já possui condições de nortear as investigações quanto a ocorrência de aborto recente.

e) não há diferenças entre o diagnóstico do aborto recente e o aborto antigo por ambas são decorrentes da morte da comento no interiee do ventre materno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa A está incorreta, pois o Delegado de Polícia responsável pelas investigações poderá formular quesitos complementares em eventual consulta médico legal.

A alternativa B está incorreta, pois a dilatação do colo do útero e restos de vilosidades coriais é indicativo de aborto recente em mulher morta.

A alternativa C está incorreta, a presença de vilosidades coriais não é indicativo da utilização de substância abortiva de origem química.

A alternativa D está correta, pois há necessidade de exames complementares não é impeditivo para início e continuação das investigações pela autoridade policial. Ademais com base nas informações trazidas já é possível nortear as investigações quanto a ocorrência de aborto recente.

A alternativa E está incorreta, pois há diferenças trazidas pela doutrina entre o diagnóstico do aborto recente e o aborto antigo.

QUESTÃO 96. O Protocolo da Internet (Internet Protocol ou IP) permite a identificação de um computador em uma rede, ao fornecer um endereço lógico a ele vinculado. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

a) Embora possibilite a identificação do computador, o endereço de IP deve ser analisado com cautela, pois um mesmo endereço pode ser vinculado a dois ou mais computadores na mesma rede.

b) Utiliza-se atualmente, em todos os sistemas operacionais o IP versão 4, que é dividido em oito blocos de dezesseis bits cada, sendo possível a utilização do sistema hexadecimal.

c) A atribuição de um IP pode ocorrer de maneira dinâmica (Dynamic Host Configuration Protocol) e, nesse caso, os endereços não serão fixos, ou seja, novos endereços de IP podem ser atribuídos (alterados), por exemplo, cada vez que houver religamento.

d) O endereço de IP corresponde ao endereço físico gravado na placa de rede de uma determinada máquina, trata-se de um dado identificador único para todas as placas, como ocorre com as impressões papiloscópicas de uma pessoa.

e) Para a finalidade de investigação policial, há pouca utilidade na busca pelo IP atribuído ao computador em rede, pois se trata de uma tecnologia ultrapassada e que caiu em desuso, ou seja, dificilmente permitirá o reconhecimento da máquina vinculada à prática ilícita.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. O endereço de IP é o código atribuído a um terminal de uma rede para permitir sua identificação, definido segundo parâmetros internacionais. O IP pode ser classificado em dinâmico e fixo. O IP dinâmico é aquele em que toda vez que um dispositivo se conecta à internet um endereço de IP é automaticamente atribuído a ele por uma tecnologia chamada Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP).

Muito embora em casos de CGNAT o provedor de conexão atribua a um mesmo IP para vários clientes, a conexão de internet de cada um dos clientes ocorre por uma porta lógica distinta.

Portanto, o endereço IP não é o único identificar de uma conexão de internet, há outros parâmetros.

A alternativa B está incorreta. A versão 4 dos endereços IPs (IPv4) esgotou sua capacidade e, atualmente, há a transição para a versão seguinte (IPv6). Nessa transição, adotou-se o compartilhamento de IP, via porta lógica de origem, como solução temporária.
A alternativa C está correta. Toda vez que um dispositivo se conecta à internet um endereço de IP é automaticamente atribuído a ele por uma tecnologia chamada Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP).

A alternativa D está incorreta. O endereço de IP é um código atribuído a um terminal de uma rede para permitir sua identificação, definido segundo parâmetros internacionais, nos termos do artigo 5º, III, do Marco Civil da Internet.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 15 do Marco Civil da Internet, o provedor de aplicações é obrigado a manter o registro do IP, pois se trata de importante meio de investigação de crimes cibernéticos: Art. 15. O provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do regulamento.

QUESTÃO 97. A expressão crimes cibernéticos admite uma subdivisão que classifica esses delitos em próprios e impróprios. Os crimes cibernéticos próprios são aqueles

a) que se encontram previstos na Lei nº 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckman).

b) em cuja execução se exige o meio cibernético, âmbito em que também ocorre seu aperfeiçoamento.

c) nos quais o sujeito ativo é um funcionário público, que pratica o crime valendo-se de sua função.

d) em que a rede mundial de computadores pode ser um meio de execução eleito pelo agente.

e) o bem jurídico tutelado pela norma é a confiabilidade da rede de computadores, comprometida pela conduta do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

Cybercrime, crime cibernético, e-crime, crime digital, crime eletrônico ou crime de informática (ou informático) é qualquer crime cometido mediante uso de recursos de tecnologia da informação ou por meio da rede mundial de computadores.

Crimes cibernéticos Próprios (ou puros) (cyber dependent crimes) somente podem ser cometidos por meio do uso de dispositivos ou sistemas de tecnologia da informação - TI ou por meio da rede mundial de computadores.

Crime cujo meio (de execução) e/ou objeto da ação (coisa sobre a qual recai a conduta delituosa) se identifica exclusivamente no meio cibernético (ROGÉRIO SANCHES).

Impróprios (ou impuros) (cyber enabled crimes): São aqueles praticados mediante o uso de dispositivos ou recursos de TI ou por meio de rede de computadores, embora esses objetos ou meio não estejam descrito no tipo penal

QUESTÃO 98. O uso de VPN (virtual private network) permite a ocultação do IP do usuário, bem como a criptografia de seus dados pessoais. Além disso, ele possibilita

a) o acesso na rede a conteúdos com restrição geográfica.

b) o controle remoto de computadores alheios.

c) a instalação de vulnerabilidades em máquina de outrem.

d) o acesso a senhas usadas por terceiros para acesso a serviços informatizados.

e) a obtenção de dados cadastrais de uma pessoa, armazenados em bancos de dados digitais.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A.**

Rede Privada Virtual – VPN é uma rede de comunicações privada construída sobre uma rede de comunicações pública.

Sobre a infraestrutura de uma rede pública como a internet, constrói-se uma rede privada, i.e., uma rede de acesso restrito.

É uma forma de conectar dois computadores através de uma rede pública, como a internet, valendo-se de um tunelamento criptografado.

Quem contrata uma VPN faz uso de um IP privado distinto do público, mas é identificável.

O uso do VNP possibilita o acesso na rede a conteúdos com restrição geográfica.

QUESTÃO 99. O CGNAT (Carrier Grade Network Adress Translation), na esteira de contratempos envolvendo o padrão IPv4, surgiu como uma forma de enfrentar os problemas então verificados. Assinale a resposta que corretamente identifica o que é a tecnologia CGNAT.

a) Trata-se de tecnologia que substitui – com vantagem – o IPv4, o qual, em virtude dela, caiu em desuso.

b) Trata-se da tecnologia que – embora bastante criticada – fez com que o IPv4 deixasse de ser utilizado, substituindo-o.

c) É um protocolo que privilegia a conexão ponto a ponto, ainda que vários dos usuários compartilhem o mesmo endereço IPV4.

d) Cuida-se de mu protocolo que facilita o usa de serviços de streaming, 2P2, VolP e outros, comprometidos pela tecnologia presente no padrão IPv4.

e) É um intermediário entre a Internet e a rede doméstica, aplicado diretamente na rede do provedor, combatendo o esgotamento dos endereços IPv4.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

CGNAT (Carrier Grade Network Adress Translation) é a tecnologia por meio da qual o provedor de conexão atribui o mesmo endereço IP para diferentes usuários ao mesmo tempo, direcionando-os através de portas diferentes.

Trata-se do compartilhamento de IPs ("nateamento" de IPs ou IPs "nateados").

Portanto, é um intermediário entre a Internet e a rede doméstica, aplicado diretamente na rede do provedor, combatendo o esgotamento dos endereços IPv4.

QUESTÃO 100. Corriqueiramente usados no debate sobre crimes cibernéticos, os termos deep web e dark web nem sempre são bem compreendidos pelo público em geral. Sobre eles, é correto afirmar que

a) a deep web, ao contrário da dark web, é composta por sites facilmente localizados pelos mecanismos de busca convencionais.

b) a dark web é um setor da deep web que concentra a maioria dos sites, em maior número inclusive que na web de superfície, todavia normalmente não indexados.

c) mecanismos de busca convencionais conseguem acessar quase todos os sites da dark web, salvo os não indexados, cujo acesso depende do manejo de navegadores especiais.

d) na deep web estão sites que normalmente não são encontrados pelos mecanismos de buscas convencionais, mas que usualmente são seguros e legais, embora haja um bom número de sites ilegais na parte denominada dark web.

e) O navegador de rede Tor foi especialmente desenvolvido para a navegação segura pela web de superfície, pois possui mecanismos de segurança que evitam o ingresso do usuário em sites da deep e da dark web.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Na deep web, o conteúdo não é indexado, ou seja, não pode ser acessado por meio de motores de busca, sendo acessado pelo público somente por canais específicos e não por canais gerais. Exemplos: páginas fechadas do Facebook, fórums que requisitam login e a senha para acesso, home banking de bancos, etc.

Essas são páginas que não são acessíveis pelo público em geral nem por motores de busca, mas que podem ser acessadas com as credenciais devidas.

A Dark Web (DarkNet) consiste na parte da internet que, além de não ser indexada, somente pode ser acessada por meio de softwares ou conhecimentos específicos. Exemplos: Rede Tor, i2p e FreeNet

Observe-se que, por não ser indexada, a Dark Web faz parte da Deep Web.

QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO 01. A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, no curso de determinada investigação, recebeu elementos de convicção no sentido de o Vereador X, de Blumenau, ter se utilizado de sua conta em mensageria instantânea, instalada no aparelho de telefonia móvel (celular), modelo ABC, para praticar crime de injúria racial (Art. 2º-A, Lei nº 7.716/89), quando estava de férias em Florianópolis, local onde o ilícito se consumou. A aludida mensagem foi postada em um grupo com mais de uma centena de participantes e tudo indicava que não estava na função de autodestruição (ou auto apagamento). Tal aplicativo funciona com criptografia de ponta a ponta. Muito recentemente, chegou a informação de que os dois aparelhos de telefonia móvel (celulares), modelo ABC e modelo DEF, do mencionado legislador estavam um em seu domicílio e outro no seu gabinete, sem, porém, se precisar qual estava onde.

Na condição de Delegado de Polícia, indique a medida pertinente ao caso, abordando os temas de Direito Constitucional adequados.

Comentários

O Poder Legislativo exerce as suas atividades com independência. Para assegurar a livre atuação do Legislativo e de seus membros, a Constituição Federal estabeleceu algumas prerrogativas, garantias e vedações aos parlamentares. Esse regramento constitucional é denominado "Estatuto dos Congressistas".

Os parlamentares têm liberdade para exercer o mandato eletivo, para defender ideologias, propostas e programas de ação, sem que por isso venham a sofrer perseguição política, uma vez que atuam como representantes do povo e o poder é do povo.

Com efeito, as prerrogativas constitucionais dos parlamentares não podem ser vistas como privilégios pessoais, mas como garantias de exercício da democracia, para que haja a representatividade popular. As imunidades e garantias são próprias do cargo e não da pessoa, são de ordem pública e por tal motivo indisponíveis, irrenunciáveis.

O foro por prerrogativa de função busca impedir constrangimentos, inibições para o exercício do mandato eletivo.

A inviolabilidade por opiniões, palavras e votos, evidentemente, não é absoluta e não contempla qualquer opinião ou qualquer palavra, não obstante o texto constitucional tenha utilizado a expressão "quaisquer". Como a imunidade é prerrogativa que objetiva o exercício do mandato eletivo, as opiniões e as palavras precisam ter relação com o mandato. Evidentemente, se um parlamentar proferir palavras ofensivas direcionadas a um vizinho, amigo, familiar, ou prestador de serviço, por exemplo, nas situações corriqueiras do dia, não estará acobertado por imunidade.

A imunidade material exclui a natureza delituosa do fato, protege o parlamentar da incriminação civil, penal e disciplinar em relação aos chamados crimes de opinião (ou de palavra). Assim, nas hipóteses em que a palavra dita ou a opinião proferida puderem gerar para a pessoa comum o dever de indenizar e a responsabilização penal, para o parlamentar, no exercício do mandato, não representará nenhum ilícito civil e nem crime.

O artigo 29, inciso VIII, da Constituição Federal prevê a inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Os Vereadores têm a garantia constitucional de imunidade material, vez que são invioláveis civil e penalmente por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Os Vereadores não têm as mesmas imunidades dos Deputados. Eles têm apenas imunidade material e ainda com limitação territorial (dentro do Município). Os Vereadores não têm imunidade formal e nem foro por prerrogativa de função concedido pela Constituição Federal.

No caso apresentado no enunciado, é possível verificar a inaplicabilidade da imunidade parlamentar ao vereador.

Com efeito, o vereador encontrava-se de férias, fora do exercício do mandato e da circunscrição do município onde exerce a vereança.

Ademais, a imunidade parlamentar não é absoluta, e, portanto, não serve como escusa para a prática de crimes.

Nesse sentido, a jurisprudência:

Agravo. Penal e processo penal. Queixa-crime por difamação e injúria. Liberdade de expressão e imunidade parlamentar. Necessidade de vinculação com o exercício do mandato. Intuito manifestamente difamatório e injurioso das declarações do querelado. Doutrina e precedentes. Teoria funcional da imunidade parlamentar. Manifestações proferidas nas redes sociais. Provimento do recurso, com o recebimento da queixa-crime.

(Pet 8242 AgR, Relator(a): CELSO DE MELLO, Relator(a) p/ Acórdão: GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 03/05/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-118 DIVULG 17-06-2022 PUBLIC 20-06-2022)

Nesse passo, cabível, mediante autorização judicial, busca e apreensão do aparelho celular, para apuração das infrações criminais.

A busca e apreensão encontra seu fundamento nas alíneas "e", "f" e "h" do § 1º do art. 240 do CPP:

Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal.

§ 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

(...)

e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;

f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;

(...)

h) colher qualquer elemento de convicção.

A busca deverá ser precedida de mandado, conforme determina o artigo 241 do Código de Processo Penal: Quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado.

QUESTÃO 02. Determinado município fez editar a Lei XYZ para estruturar a sua guarda municipal, designando o respectivo órgão de polícia municipal e delimitando as atribuições de seus agentes, entre as quais:

I. a possibilidade de aplicar multas de trânsito previstas na legislação pertinente;

Il. a viabilidade de promover buscas domiciliares e pessoais.

Considerando que houve o questionamento da referida norma pelas vias pertinentes, responda, fundamentada e objetivamente, aos itens a seguir, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

A) Entre as atribuições delimitadas pela mencionada norma local, indique qual pode ser apontada como exercício da polícia administrativa e qual pode ser indicada como da polícia judiciária.

B) Há previsão constitucional acerca da missão institucional da guarda municipal no âmbito do sistema brasileiro de segurança pública?

Justifique sua resposta atentando ainda para as seguintes questões:

B1) Tal previsão inclui como função precípua do órgão em análise a aludida atividade relacionada à polícia judiciária?

B2) E aquela atinente à polícia administrativa, é possível conferi-la à guarda municipal?

Comentários

A instituição de guarda municipal pelos municípios tem previsão expressa no artigo 144, §8º, da Constituição Federal: Art. 144 (...) § 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

A Lei nº 13.022/2014, que regulamentou o aludido dispositivo, ampliou essa interpretação prevendo que as guardas municipais possam colaborar de forma mais intensa com a segurança pública nas cidades, atuando em parceria com as Polícias Civil, Militar e Federal.

De acordo com o artigo 2º da referida lei, incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

A competência das guardas municipais estão previstas nos arts. 4º e 5º da Lei nº 13.022/2014:

A competência geral vem prevista no artigo 4º, segundo o qual:

Art. 4º É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.

Parágrafo único. Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais

São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais, conforme o artigo 5º:

I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;

II - prevenir e coibir infrações penais, administrativas ou atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;

III - atuar na proteção da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV - colaborar com os órgãos de segurança pública e de defesa civil;

V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem;

VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;

VII - proteger o patrimônio ambiental, histórico, cultural e arquitetônico do Município;

VIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;

IX - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;

X - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

XI - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários;

XII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar.

A constitucionalidade da Lei nº 13.022/2014 foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 472, onde ficou assentado que: "É constitucional a Lei federal nº 13.022/2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Essa lei não viola a autonomia dos municípios (art. 144, § 8º) e se limita a estabelecer critérios padronizados para a instituição, organização e exercício das guardas municipais. A lei constitui norma geral, de competência da União, que, além de tratar da organização das guardas municipais em todos os municípios do País, reconhece a prerrogativa dos entes municipais para criá-las ou não, por lei, e para definir sua estrutura e funcionamento. As guardas municipais podem exercer atividade fiscalizatória de trânsito e, consequentemente, a aplicação de multas previstas em lei, por significar fiel manifestação do poder de polícia. Ademais, revela-se legítimo o desempenho da atividade de segurança pública pelas guardas municipais". STF. Plenário. ADI 5.780/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 01/7/2023 (Info 1101).

Por outro lado, decidiu o Superior Tribunal de Justiça que "A guarda municipal, por não estar entre os órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da CF, não pode exercer atribuições das polícias civis e militares. A sua atuação da guarda municipal deve se limitar à proteção de bens, serviços e instalações do município". STJ. 6ª Turma. REsp 1977119-SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 16/08/2022 (Info 746).

A possibilidade de aplicar multas de trânsito previstas na legislação pertinente está ligada à função de polícia administrativa, cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, conforme julgado acima mencionado.

Por outro lado, a viabilidade de promover buscas domiciliares e pessoais está relacionada à atuação da polícia judiciária, típica da polícia civil, que, conforme entendimento jurisprudencial, não pode ser exercida pelas guardas municipais.

QUESTÃO 03. Determinado município tem observado crescimento populacional rápido e intenso, com expressivos impactos urbanos. Tal fenômeno passou a incrementar a prática de crimes relacionados a imóveis, dando ensejo a operações policiais para o seu combate. A partir

das diligências realizadas, identificou-se um grupo criminoso, chefiado por Alcebíades, com a colaboração de mais 3 indivíduos e estrutura organizada com delimitação dos papéis de cada membro. O grupo de Alcebíades se notabilizava por realizar loteamentos urbanos sem autorização dos órgãos competentes do município. A partir daí, realizavam vendas de lotes a terceiros, sem o devido Registro de Imóveis No cumprimento de mandado de busca e apreensão, foi arrecadada uma arma de fogo de uso permitido, sem o devido registro acompanhada de um estojo de munição intacto de propriedade de Alcebíades.

Foi identificado ainda um segundo grupo de criminosos, chefiado por Tenório, com 4 integrantes, também com estrutura organizada e a divisão de tarefas. A atividade do grupo consistia em ameaçar moradores de áreas rurais para que abandonassem seus locais de moradia que se concentravam em imóveis de posse precária, sem Registro de Imóveis, de modo que os criminosos poderiam ocupar os imóveis. Em uma das ocasiões, Tenório e seus comparsas espancaram um senhor de 62 anos que passou 10 dias hospitalizado em razão das lesões sofridas. O contexto narrado suscitou dúvida na autoridade policial sobre a devida capitulação de eventuais crimes plurissubjetivos no caso.

Com base no caso hipotético ora descrito, responda ao que se pede a seguir.

A) Identifique os delitos praticados pelo grupo de Alcebíades e pelo grupo de Tenório.

B) Apresente o conceito de crimes monossubjetivos e de crimes plurissubjetivos.

C) Estabeleça a distinção entre os tipos penais de associação criminosa, organização criminosa e constituição de milícia privada.

Comentários

A) o crime praticado por ambos os grupos é o crime de Organização Criminosa, previsto no artigo 2º da Lei n. 12.850/2013: Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

Por sua vez, o artigo 1º, §1º, da Lei n. 12.850/2013 define o que é Organização Criminosa: § 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Além disso, é possível apontar que o grupo de Alcebíades praticou o crime previsto no artigo 50 da Lei n. 6.766/1979, parágrafo único, inciso I: Art. 50. Constitui crime contra a Administração Pública.

I - dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios;

II - dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes do ato administrativo de licença;

III - fazer ou veicular em proposta, contrato, prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo.

Pena: Reclusão, de 1(um) a 4 (quatro) anos, e multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único - O crime definido neste artigo é qualificado, se cometido.

I - por meio de venda, promessa de venda, reserva de lote ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de vender lote em loteamento ou desmembramento não registrado no Registro de Imóveis competente.

B) Classificam-se os crimes quanto à necessidade ou não de mais de um sujeito ativo para sua configuração:

Crime unissubjetivo, monossubjetivo ou de concurso eventual: é aquele que pode ser praticado por apenas um indivíduo.

A doutrina aponta que este tipo de delito é que torna importante o estudo do concurso de pessoas, por não ser necessária a pluralidade de agentes para a própria configuração do delito. Crime plurissubjetivo ou de concurso necessário: é aquele cuja realização típica exige mais de um agente.

O crime plurissubjetivo se subdivide em:

Crime plurissubjetivo de condutas convergentes ou bilaterais: as condutas dos agentes devem se direcionar uma em direção à outra. Exemplo é o delito de bigamia. Também denominado de crime bilateral ou de encontro, como subespécie de crime de concurso necessário.

Crime plurissubjetivo de condutas paralelas: as condutas dos indivíduos devem atuar paralelamente, possibilitando a prática delitiva. É o caso da associação criminosa.

Crime plurissubjetivo de condutas contrapostas: as condutas dos agentes devem ir de encontro umas às outras, ou seja, se contraporem. É assim classificado o crime de rixa.

C) O crime de associação criminosa está previsto no artigo 288 do Código Penal:

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

É imprescindível que haja a associação, de forma autônoma e estável, para a prática de crimes, e não a mera reunião de pessoas para o cometimento de um delito e voltada diretamente para a sua execução. A associação deve preceder o cometimento do(s) crime(s) para a sua configuração, com estabilidade e de forma autônoma, como se depreende de precedente do STF (AP 470 – EI décimos terceiros/MG, Rel. Min. Luiz Fux, Rel. para acórdão Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, Julgamento: 27/02/2014).

No tocante à organização criminosa, prevê o artigo 1º, §1º, da Lei n. 12.850/2013: Art. 1º, §1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

O crime de constituição de milícia privada está previsto no artigo 288-A do Código Penal, nos seguintes termos:

Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

Referido delito foi acrescentado pela Lei 12.720, de 27 de setembro de 2012. Possui como ações nucleares os seguintes verbos: constituir (estabelecer, formar); organizar (estruturar, coordenar); integrar (fazer parte); manter (fazer perdurar, sustentar) e custear (prover as despesas, financiar o funcionamento). Cuida-se de tipo penal misto alternativo. A conduta incriminada é constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos no Código Penal.

PC-PE

QUESTÃO 01. No que diz respeito ao poder constituinte, assinale a opção correta.

a) O caráter inicial do poder constituinte originário no fato de que ele não se fundamente em outro, mas cria uma nova ordem jurídica.

b) No plano jurídico doméstico, o poder constituinte originário encontra limite nos tratados e convenções internacionais.

c) O titular do poder constituinte é o órgão que produz normas de natureza constitucional.

d) Na Constituição Federal de 1988, a principal limitação material ao poder de revisão consiste na proibição de sua reforma durante a vigência de intervenção, estado de defesa ou estado de sítio.

e) Não existiu poder constituinte originário nos países de constituição flexível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema poder constituinte.

A alternativa A está correta. O poder constituinte originário é, por definição, inicial e ilimitado juridicamente. Ele não se baseia em nenhuma ordem jurídica anterior, pois tem a função de instituir uma nova ordem jurídica, criando uma nova Constituição. Por ser originário, ele é o ponto de partida do ordenamento jurídico de um Estado, e não possui limites jurídicos prévios, uma vez que ainda não existe uma norma jurídica superior a ele. Esse poder é caracterizado pela ausência de subordinação a qualquer outro poder.

A alternativa B está incorreta. O poder constituinte originário não reconhece limites jurídicos, internos ou externos, já que ele estabelece a primeira norma fundamental de um ordenamento jurídico, a partir da qual todas as demais normas deverão ser estabelecidas. Isso inclui tratados e convenções internacionais, que podem ser incorporados ou não à nova ordem jurídica conforme as decisões tomadas durante o exercício desse poder.

A alternativa C está incorreta. O titular do poder constituinte não é simplesmente o órgão que produz normas de natureza constitucional, mas sim o povo ou a nação, no conceito de poder constituinte originário. Órgãos que produzem normas constitucionais, normalmente, atuam sob o poder constituinte derivado, que é subordinado à Constituição.

A alternativa D está incorreta. A principal limitação material ao poder de revisão constitucional, segundo a Constituição Federal de 1988, não está relacionada somente a períodos de intervenção, estado de defesa ou estado de sítio (essas são limitações circunstanciais ao poder de reforma). A limitação material ao poder de reforma, cláusulas pétreas, não podem ser abolidas nem mesmo fora dessas circunstâncias, como a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais, conforme artigo 60, parágrafo 4º, da Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. Mesmo nos países de constituição flexível pode haver um poder constituinte originário, no sentido de que uma nova ordem jurídica pode ser estabelecida rompendo com a ordem anterior. A diferença em países com constituições flexíveis é que as alterações constitucionais não requerem um processo mais rígido do que as alterações nas leis ordinárias, mas isso não significa que não possa existir um poder constituinte originário que crie a primeira Constituição ou que recrie uma Constituição a partir do zero.

QUESTÃO 02. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

a) deve ter sua petição inicial acompanhada de certidão autêntica do ato normativo impugnado.

b) dispensa intervenção do Procurador-Geral da República, se atacar norma infralegal.

c) pode ser liminarmente indeferida pelo relator, se sua petição inicial for inepta.

d) pode ser proposta por entidade voltada à defesa de direitos difusos e coletivos, desde que constituída há mais de um ano.

e) é cabível, independentemente da existência de outra via processual adequada para impugnar ato normativo, no campo do controle concentrado de constitucionalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

A alternativa A está incorreta. A lei não exige que a petição inicial da ADPF seja acompanhada de certidão autêntica do ato normativo impugnado. Basta a apresentação de cópia do ato normativo, conforme o art. 3º da Lei 9.882/99.

A alternativa B está incorreta. A intervenção do Procurador-Geral da República é obrigatória em todos os processos de ADPF, independentemente de se atacar uma norma infralegal ou constitucional, conforme o art. 2º da mesma lei.

A alternativa C está correta. De acordo com a Lei nº 9.882/99, que regula o processo e julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o relator pode indeferir liminarmente a petição inicial se ele a considerar inepta, ou seja, se esta não atender aos requisitos legais necessários para a sua instauração.

A alternativa D está incorreta. A entidade de defesa de direitos difusos e coletivos não pode propor a ADPF, conforme o art. 2º, I da Lei 9.882/99. Nestes termos, podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade, não estando prevista este tipo de entidade no artigo 2º da Lei da ADI (Lei 9868/99).

A alternativa E está incorreta. A ADPF é um instrumento de controle concentrado de constitucionalidade que possui caráter subsidiário, ou seja, só é cabível quando não houver qualquer outro meio eficaz para sanar a lesividade do ato impugnado, conforme o art. 4º, §1º da Lei 9.882/99. Isso implica que a ADPF não será admitida se houver outro meio processual adequado para impugnar o ato normativo.

QUESTÃO 03. A respeito dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

a) Os direitos fundamentais, como as garantias, possuem caráter instrumental, isto é, denotam aspecto exclusivamente acessório em relação a outros direitos.

b) A característica da imprescritibilidade estabelece que os direitos fundamentais assistem a todas as pessoas.

c) Alguns direitos fundamentais aplicam-se não só nas relações dos indivíduos com o Estado, mas também entre pessoas privadas, no que se conhece como eficácia horizontal desses direitos.

d) Os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 aplicam-se apenas aos brasileiros e aos residentes no país.

e) Os direitos e as garantias fundamentais estão taxativamente enumerados no art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema direitos fundamentais.

A alternativa A está incorreta. Os direitos fundamentais não possuem apenas um caráter instrumental; eles são essenciais para a dignidade humana e para a realização dos demais direitos. Embora possam ter aspectos instrumentais, eles também são valiosos em si mesmos.

A alternativa B está incorreta. A característica da imprescritibilidade dos direitos fundamentais não é sobre a assistência a todas as pessoas, mas sim sobre o fato de que esses direitos não se perdem pelo decurso do tempo. A universalidade é a característica que estabelece que os direitos fundamentais se aplicam a todas as pessoas.

A alternativa C está correta. Os direitos fundamentais, conforme entendimento consolidado na jurisprudência e na doutrina, aplicam-se não apenas nas relações entre o indivíduo e o Estado, mas também nas relações entre os próprios indivíduos. Esse fenômeno é conhecido como eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Isso significa que, em certas circunstâncias, os direitos fundamentais podem ser invocados em disputas entre particulares, garantindo que os valores constitucionais permeiem todas as esferas da sociedade.

A alternativa D está incorreta. Os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 aplicam-se a todos, inclusive estrangeiros não residentes, conforme a melhor interpretação a ser dada ao artigo 5º, caput, que, para a doutrina e jurisprudência do STF, não faz distinção de nacionalidade.

A alternativa E está incorreta. Embora o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 enumere uma série de direitos e garantias fundamentais, ele não os esgota, conforme parágrafo 2º do mesmo artigo. Existem outros direitos fundamentais previstos em diferentes partes da Constituição, bem como aqueles que são reconhecidos por tratados internacionais dos quais o Brasil é parte e os direitos implícitos ou decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição.

QUESTÃO 04. Em relação aos remédios processuais constitucionais, assinale a opção correta.

a) Com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), firmou-se o entendimento de que não mais cabe habeas data contra pessoa jurídica de direito privado.

b) Não cabe ação de mandado de segurança contra atos praticados em sociedade de economia mista, dada a natureza deles de pessoa jurídica de direito privado.

c) A ação de habeas corpus não é adequada para proteger o direito dos usuários de internet navegarem por sítios eletrônicos, porque a liberdade de locomoção que ela protege é física.

d) Devido à existência do controle concentrado de constitucionalidade, não cabe mandado de segurança contra ato do Poder Legislativo.

e) A ação de habeas corpus é cabível apenas quando alguém tenha sofrido restrição ilegal de sua liberdade de locomoção e não deve substituir recurso no processo penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema remédios processuais constitucionais.

A alternativa A está incorreta. Mesmo após o advento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), ainda cabe habeas data contra pessoa jurídica de direito privado, especialmente para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, ou a retificação desses dados, conforme previsto na Constituição Federal e não excluído pela LGPD.

A alternativa B está incorreta. É possível impetrar mandado de segurança contra atos de sociedades de economia mista que exerçam funções públicas ou poder de autoridade, em conformidade com a Súmula 333 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reconhece a possibilidade de mandado de segurança contra ato administrativo praticado em sociedade de economia mista.

A alternativa C está correta. O habeas corpus é um remédio constitucional destinado a proteger o direito de locomoção física do indivíduo, isto é, o direito de ir, vir e permanecer. Ele não é aplicável a situações que dizem respeito à navegação por sítios eletrônicos na internet, que não envolvem restrição à liberdade física de movimento de uma pessoa.

A alternativa D está incorreta. Embora haja um sistema de controle concentrado de constitucionalidade, o mandado de segurança pode ser cabível contra atos do Poder Legislativo que não sejam atos normativos abstratos. Ou seja, atos concretos e administrativos praticados pelo Poder Legislativo podem ser impugnados por mandado de segurança. Ademais, existe a possibilidade de utilização do mandado de segurança ao parlamentar para assegurar o seu direito líquido e certo ao correto processo legislativo.

A alternativa E está incorreta. O habeas corpus não é cabível apenas em situações de restrição ilegal da liberdade de locomoção; ele também pode ser preventivo, isto é, para evitar uma ameaça à liberdade de locomoção. Além disso, o habeas corpus pode ser utilizado em certas situações como substitutivo de recurso próprio, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores, embora essa prática seja excepcional.

QUESTÃO 05. No que diz respeito às atribuições das polícias na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os seguintes itens.

I. Cabe às polícias civis a apuração de todas as infrações penais, salvo as infrações militares.

II. É juridicamente válida a criação, por lei estadual, de órgão de polícia científica que necessariamente componha a estrutura da Polícia Civil.

III. As polícias de investigação criminal também exercem atividade administrativa não voltada à elucidação de infrações penais.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema polícias na Constituição Federal de 1988.

O item I está incorreto porque, de acordo com o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, não cabe exclusivamente às polícias civis a apuração de todas as infrações penais. A Constituição estabelece uma repartição de competências entre as diversas polícias. As polícias civis são responsáveis pela apuração das infrações penais, exceto as militares, mas a Polícia Federal também tem atribuições específicas, como a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, incluindo outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme.

O item II está correto porque a Constituição Federal permite que os estados organizem suas polícias civis com base em suas necessidades e conforme definido em lei. A criação de um órgão de polícia científica pode ser uma dessas organizações, e a ADI 6621 reforça que tal órgão pode compor a estrutura da Polícia Civil do estado, desde que a criação seja feita por meio de lei estadual e respeite os princípios e normas gerais estabelecidos pela Constituição.

O item III está correto porque as polícias de investigação criminal, além de suas funções judiciárias de apuração de infrações penais, também exercem atividades administrativas. Essas atividades administrativas não estão voltadas diretamente para a elucidação de infrações penais, mas podem envolver, por exemplo, a gestão de recursos humanos, controle de patrimônio, emissão de certidões e atendimento ao público em geral. Essas funções administrativas são essenciais para o suporte das atividades-fim das polícias.

Considerando que apenas os itens II e III estão certos, conforme indicado na letra D, as demais alternativas indicadas nas letras A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 06. A respeito da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, assinale a opção correta.

a) A CADH não veda nem estabelece restrições à aplicação da pena de morte, desde que esta esteja definida na legislação dos países e desde que estes garantam o devido processo legal aos acusados.

b) A CADH protege, sem limitações, o direito de reunião pacífica e sem armas.

c) O direito ao duplo grau de jurisdição, que é aplicado em todos os processos criminais no Brasil, decorre da CADH.

d) Os Estados signatários da CADH têm não somente o dever de obedecer às disposições da convenção como o de aprovar medidas internas, legislativas e de outras espécies, conforme necessário, a fim de gerar plena observância dela.

e) No sistema da CADH, os direitos essenciais das pessoas dependem da nacionalidade delas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. A CADH estabelece restrições específicas à aplicação da pena de morte. De acordo com o artigo 4º da CADH, os Estados que não aboliram a pena de morte não devem expandir sua aplicação e devem limitá-la aos crimes mais graves, garantindo os direitos fundamentais e o devido processo legal.

A alternativa B está incorreta. Embora a CADH proteja o direito de reunião pacífica e sem armas, ela permite restrições a esse direito com base em uma sociedade democrática para a segurança nacional, a segurança ou ordem públicas, ou para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades de terceiros.

A alternativa C está incorreta. O direito ao duplo grau de jurisdição não é expressamente garantido pela CADH em todos os casos. Além disso, no Brasil, há situações, como nos casos de competência originária do Supremo Tribunal Federal, em que o duplo grau de jurisdição não é aplicado.

A alternativa D está correta. De acordo com o artigo 2º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), os Estados signatários têm o dever não só de respeitar as disposições da Convenção, mas também de adotar medidas legislativas ou de outra natureza que se façam necessárias para tornar efetivos os direitos e liberdades nela reconhecidos. Isso implica que os Estados devem alinhar sua legislação interna e práticas administrativas e judiciais com os preceitos da Convenção para assegurar o pleno gozo e exercício dos direitos e liberdades ali estabelecidos.

A alternativa E está incorreta. No sistema da CADH, os direitos essenciais são garantidos a todas as pessoas independentemente da nacionalidade, como princípio da universalidade dos direitos humanos, que reconhece que os direitos humanos são próprios da condição humana e não estão condicionados à cidadania de um indivíduo em um Estado particular.

QUESTÃO 07. No que se refere aos estados federados, assinale a opção correta.

a) O poder constituinte que os estados podem exercer na produção de suas constituições se caracteriza por ser inicial e independente, embora não seja ilimitado.

b) Em virtude da repartição de competências que a CF define, os estados federados encontram espaço para exercer certo grau de soberania, embora de forma limitada.

c) Em respeito às competências dos estados e à capacidade de que produzam sua própria constituição, as limitações ao poder decorrente são apenas expressas na CF.

d) As competências dos estados federados são orientadas pelo princípio da exclusividade do interesse, o qual dispõe que as matérias de interesse exclusivamente regional interessam apenas aos estados.

e) Na repartição de competências tributárias, as competências que a CF não tenha atribuído à União ou aos municípios cabem, em princípio, aos estados-membros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema estados federados.

A alternativa A está incorreta. O poder constituinte exercido pelos estados na produção de suas constituições não é inicial nem independente; é um poder derivado e decorrente, limitado e subordinado à Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. Embora os estados tenham autonomia, eles não possuem soberania. A soberania é uma característica do Estado nacional como um todo, e no Brasil, ela é exercida pela União.

A alternativa C está incorreta. As limitações ao poder de auto-organização dos estados não são apenas expressas, mas também implícitas, uma vez que as constituições estaduais devem obedecer não só às normas expressas na Constituição Federal, mas também aos princípios e estrutura estabelecidos por ela.

A alternativa D está incorreta. O princípio da exclusividade do interesse não é um princípio orientador das competências estaduais. Na verdade, muitas competências são concorrentes entre a União, os estados e, em alguns casos, os municípios. O que define a competência estadual não é a exclusividade, mas o princípio da preponderância do interesse regional ou local.

A alternativa E está correta. De acordo com o artigo 25, § 1º, da Constituição Federal de 1988 (CF), as competências que não são atribuídas à União ou aos municípios são, por exclusão, de competência dos estados. Isso se baseia no princípio de que o que não está expressamente concedido à União e não é de competência dos municípios é reservado aos estados, o que é conhecido como competência residual. No campo tributário, isso significa que os estados podem instituir impostos sobre matérias que não estejam expressamente vedadas ou atribuídas a outros entes federativos pela Constituição.

QUESTÃO 08. Com relação aos servidores públicos, assinale a opção correta.

a) Os servidores públicos em geral gozam das garantias de estabilidade e efetividade.

b) A legislação infraconstitucional não pode, em princípio, definir a remuneração de um cargo público como percentual da remuneração de outro cargo.

c) O tempo de serviço prestado a um ente da federação deve ser computado no estágio probatório do servidor aprovado para cargo de outro ente.

d) Quaisquer servidores públicos eleitos para exercer mandato eletivo precisam afastar-se do exercício de suas funções anteriores.

e) O tempo de serviço do servidor afastado para exercer mandato eletivo contará para todos os fins legais, inclusive para efeito de promoções por merecimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema servidores públicos.

A alternativa A está incorreta. Apenas os servidores públicos efetivos, após o cumprimento do estágio probatório e aprovação neste, gozam da garantia de estabilidade. A efetividade é a condição do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, após a aprovação em concurso público, mas a estabilidade é uma proteção adicional após o estágio probatório.

A alternativa B está correta. O artigo 37, inciso XIII, da Constituição Federal veda expressamente que a remuneração de cargos públicos seja vinculada ou escalonada, proibindo que a remuneração de um cargo seja estabelecida como percentual da remuneração de outro. Esta disposição visa evitar distorções e efeitos cascata na estrutura remuneratória dos servidores públicos.

A alternativa C está incorreta. O tempo de serviço prestado a um ente federativo não é automaticamente contado para efeito de cumprimento do estágio probatório em outro ente. O estágio probatório é um período de avaliação da aptidão e capacidade para o cargo no qual o servidor foi recém-nomeado. No entanto, para efeitos previdenciários, o tempo de serviço anterior pode ser contado para aposentadoria e outros benefícios, desde que haja a devida compensação financeira entre os entes federativos, conforme regras específicas de cada regime previdenciário.

A alternativa D está incorreta. Não é necessário que todos os servidores públicos eleitos para mandato eletivo se afastem de suas funções. No caso de eleição para cargo de vereador, por exemplo, se houver compatibilidade de horários, o servidor poderá acumular as duas funções.

A alternativa E está incorreta. Embora o tempo de serviço do servidor afastado para exercer mandato eletivo possa contar para fins legais como tempo de contribuição e para a aposentadoria, para efeito de promoção por merecimento, geralmente, é necessário que o servidor esteja no exercício de suas funções para que seja avaliado e possa concorrer a promoções nessa modalidade.

QUESTÃO 09. No que diz respeito ao Ministério Público, assinale a opção correta.

a) O princípio da indivisibilidade é o que fundamenta a possibilidade de substituição de membros do Ministério Público uns pelos outros em processos.

b) A defesa do regime democrático por parte do Ministério Público compreende apenas a atuação do órgão no processo eleitoral.

c) Os membros do Ministério Público são regidos pelo regime estatutário dos servidores públicos em geral.

d) Em casos excepcionais, a fim de evitar atrasos na prestação jurisdicional, um juiz pode designar membro do Ministério Público ad hoc, para atuar em um processo.

e) Como órgão essencial à função jurisdicional, o Ministério Público deve intervir em todos os processos judiciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Ministério Público.

A alternativa A está correta. O princípio da indivisibilidade refere-se à característica do Ministério Público de permitir que seus membros se substituam mutuamente. Isso significa que, apesar de os procuradores e promotores terem independência funcional no exercício de suas atribuições, eles podem ser substituídos por outros membros da instituição sem que haja prejuízo para a continuidade do trabalho processual. Este princípio está relacionado aos artigos 127 e 128 da Constituição Federal, que tratam da organização do Ministério Público.

A alternativa B está incorreta. A defesa do regime democrático pelo Ministério Público vai além da atuação no processo eleitoral. Inclui, por exemplo, o combate à corrupção, a promoção da transparência e a defesa dos princípios administrativos.

A alternativa C está incorreta. Os membros do Ministério Público têm seu próprio regime jurídico, que é diferenciado do regime estatutário geral dos servidores públicos, e estão sujeitos a um estatuto próprio.

A alternativa D está incorreta. A designação de membros do Ministério Público ad hoc é considerada inconstitucional, já que a Constituição estabelece que o Ministério Público é um órgão permanente, não admitindo a indicação de membros temporários ou excepcionais para atuar em determinados processos.

A alternativa E está incorreta. Embora o Ministério Público seja essencial à função jurisdicional, ele não deve intervir em todos os processos judiciais. Sua atuação é obrigatória nos processos que envolvem interesse público, como nas causas penais, em questões que afetam incapazes e em outras situações em que os interesses sociais ou coletivos indisponíveis estejam em jogo.

QUESTÃO 10. No que diz respeito a impostos, julgue os seguintes itens.

I. Característica fundamental dos impostos é a de serem desvinculados de qualquer atividade específica do Estado.

II. No caso de impostos ligados a fatos geradores específicos, como o imposto sobre a propriedade territorial urbana, sua receita é atrelada a determinados gastos do ente tributante.

III. A União e os estados-membros, mas não os municípios, podem instituir impostos sobre fatos geradores não discriminados na CF, desde que observem as garantias dos contribuintes nela previstas.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema impostos.

O item I está correto, porque uma das características fundamentais dos impostos, conforme definido na Constituição Federal, é sua natureza não vinculada a atividades específicas do Estado. Isso significa que os recursos arrecadados por meio de impostos entram no orçamento geral e podem ser utilizados para financiar diversas atividades do Estado sem uma destinação específica pré-determinada. Essa característica diferencia os impostos de outras figuras tributárias, como taxas ou contribuições de melhoria, que são vinculadas a atividades estatais específicas ou a benefícios diretos gerados por obras públicas.

O item II está incorreto, porque, de acordo com a Constituição Federal, a receita obtida por meio de impostos, como o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), não é atrelada a gastos específicos do ente tributante. Os impostos, por sua natureza, não têm sua receita vinculada a destinações específicas, permitindo que os recursos arrecadados sejam alocados conforme as prioridades orçamentárias do ente, sem a necessidade de vinculação a um gasto específico.

O item III está incorreto, porque, de acordo com o artigo 154, I, da Constituição Federal, somente a União, mediante lei complementar, e observadas as condições que a Constituição estabelece, pode instituir impostos não discriminados anteriormente na Constituição, desde que o fato gerador não seja objeto de imposto de competência dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. Isso implica que apenas a União tem a prerrogativa de criar novos impostos que não estejam expressamente previstos na Constituição, respeitando a vedação de bitributação e as competências tributárias específicas atribuídas a cada ente federativo.

Assim, como afirmado na letra A, apenas o item I está certo. Logo, as demais alternativas indicadas nas letras B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 11. No que se refere à política urbana, agrícola e fundiária e à reforma agrária, assinale a opção correta.

a) Em respeito à autonomia municipal, a CF preconiza a adoção de plano diretor como recomendação para os municípios sem caráter vinculante.

b) Devido à proteção do direito de propriedade como direito fundamental, são limitados os meios de execução da política urbana, sendo proibido ao poder público, por exemplo, exigir edificação compulsória em imóvel.

c) Um imóvel pode ser produtivo e, ao mesmo tempo, não cumprir sua função social, caso em que poderá ser objeto de desapropriação para fins de reforma agrária.

d) Aspectos ligados ao cumprimento da legislação trabalhista não são juridicamente apropriados para definição de imóveis aptos à desapropriação para fins de reforma agrária.

e) Na execução da política fundiária, todos os imóveis classificados como latifúndios se sujeitam, em princípio, à desapropriação para fins de reforma agrária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal, no artigo 182, §1º, estabelece que o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, e não apenas uma recomendação sem caráter vinculante. Esse plano diretor tem o papel de orientar a política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo uma ferramenta vinculante para a gestão municipal.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 182 da CF, o poder público pode sim exigir a edificação, utilização ou parcelamento compulsório de um imóvel urbano não utilizado, subutilizado ou não edificado, contrariando a afirmação de que seriam proibidas tais exigências. Isso faz parte das prerrogativas do poder público para assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

A alternativa C está correta. Conforme os artigos 182, 184 e 186 da Constituição Federal (CF), a função social da propriedade é um princípio central tanto da política urbana quanto da política fundiária e da reforma agrária. Um imóvel pode ser considerado produtivo sob o aspecto agrícola, mas ainda assim não cumprir sua função social se não atender aos requisitos estabelecidos no artigo 186 da CF, que incluem aproveitamento adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Portanto, mesmo um imóvel produtivo pode ser desapropriado para fins de reforma agrária se não cumprir sua função social nestes outros aspectos.

A alternativa D está incorreta. O cumprimento da legislação trabalhista é, sim, um dos critérios para aferir o cumprimento da função social da propriedade, conforme estabelecido no artigo 186 da CF.

Aspectos relacionados às relações de trabalho são considerados na determinação de se um imóvel rural cumpre ou não sua função social.

A alternativa E está incorreta. Não são todos os imóveis classificados como latifúndios que se sujeitam à desapropriação para fins de reforma agrária. A CF estabelece critérios específicos para a desapropriação, vinculados ao cumprimento da função social da propriedade. Ademais, a pequena e média propriedade rural, desde que seu proprietário não possua outra, é assegurada contra desapropriação para fins de reforma agrária, conforme o artigo 185 da CF.

QUESTÃO 12. Em relação à segurança pública, assinale a opção correta de acordo com a constituição do estado de Pernambuco.

a) São órgãos permanentes da segurança pública do estado de Pernambuco apenas a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

b) A única finalidade da segurança pública, no sistema da Constituição de Pernambuco, é preservar a ordem pública.

c) O órgão de polícia científica no Estado de Pernambuco deve ser chefiado por delegado de polícia.

d) A atividade de polícia ostensiva compete, no Estado de Pernambuco, à Polícia Militar e à Polícia Penal.

e) Os órgãos que compõem a segurança pública no estado de Pernambuco organizam-se em carreira de forma hierarquizada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Constituição do Estado de Pernambuco.

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa é incompleta, pois além dos órgãos mencionados, a Polícia Penal também é um órgão permanente da segurança pública do estado, conforme alteração trazida pela Emenda Constitucional Estadual nº 53, de 2020.

A alternativa B está incorreta. A finalidade da segurança pública não se limita apenas à preservação da ordem pública. De acordo com princípios gerais da segurança pública, sua finalidade também inclui a proteção da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o Art. 103, § 2º, o órgão com atribuições de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal terá direção privativa por médico-legista ou perito-criminal, e não por delegado de polícia.

A alternativa D está incorreta. Polícia Penal tem como atribuição a segurança dos estabelecimentos penais, conforme Art. 104. A atividade de polícia ostensiva, conforme entendimento geral, está associada à Polícia Militar e não inclui a Polícia Penal nesse contexto específico.

A alternativa E está correta. Conforme o Art. 102 da Constituição do Estado de Pernambuco, que estabelece que a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Penal se regularão por estatutos próprios, que estruturam esses órgãos em carreira e têm por princípio a hierarquia e a disciplina. Este artigo confirma a organização hierarquizada e em carreira dos órgãos de segurança pública do estado.

QUESTÃO 13. A Secretaria de Estado X do estado Y pretende: (a) adquirir material que só possa ser fornecido por empresa exclusiva; (b) realizar a contratação de profissionais técnicos de notória especialização para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica; (c) realizar contratação que tenha por objeto hortifrutigranjeiro, no período necessário para a realização do processo licitatório correspondente.

Nessa situação hipotética, a licitação será

a) dispensável nos casos (b) e (c).

b) dispensável nos casos (a), (b) e (c).

c) inexigível nos casos (a) e (b).

d) dispensável nos casos (a) e (b).

e) inexigível nos casos (b) e (c).

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda o tema da contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Para a identificação da alternativa correta, deve-se, primeiro, analisar as três hipóteses de contratação citadas no enunciado da questão.

O item (a) revela caso de inexigibilidade de licitação, por força do art. 74, I, da Lei 14.133/2021: "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;".

O item (b) também constitui hipótese de inexigibilidade de licitação, porquanto amparado no art. 74, III, "b", da Lei 14.133/2021: "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) pareceres, perícias e avaliações em geral;".

O item (c), por fim, consiste em caso de licitação dispensável, na forma do art. 75, IV, "e", da Lei 14.133/2021, que assim estabelece: "É dispensável a licitação: (...) para contratação que tenha por

objeto: (...) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;".

Do exposto, vejamos as opções lançadas pela Banca:

A alternativa A está incorreta, pois a licitação não seria dispensável no caso (b), mas sim inexigível.

A alternativa B está incorreta, porquanto a licitação, na verdade, seria inexigível nos casos (a) e (b), e não dispensável.

A alternativa C está correta, uma vez que indicou, com acerto, que a licitação seria inexigível nos casos (a) e (b).

A alternativa D está incorreta, eis que a licitação seria inexigível nos casos (a) e (b), e não dispensável.

A alternativa E está incorreta, na medida em que a licitação seria dispensável no caso (c), e não inexigível.

QUESTÃO 14. Quando a administração pública utiliza propriedade particular, mediante indenização dos prejuízos que venha a causar, para prestar comodidade/utilidade à comunidade, a exemplo da passagem de um gasoduto, ocorre a intervenção do Estado denominada

a) limitação administrativa.

b) ocupação administrativa.

c) requisição administrativa.

d) tombamento administrativo.

e) servidão administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão aborda o tema das diferentes formas de intervenção do Estado na propriedade.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a limitação administrativa tem caráter genérico, incidindo sobre bens indeterminados, ao passo que o enunciado revela hipótese de restrição a uma propriedade específica. Ademais, a passagem de gasoduto constitui clássico exemplo de servidão administrativa, e não de limitação administrativa.

A alternativa B está incorreta, pois a passagem de gasoduto, tal como indicado no enunciado da questão, apresenta a natureza da perpetuidade, própria da servidão administrativa, e não da ocupação temporária, que, como o próprio nome revela, tem natureza eminentemente transitória.

A alternativa C está incorreta, na medida em que a requisição administrativa pressupõe utilização temporária de bens ou serviços em situação de iminente perigo público, o que não é o caso descrito pela Banca.

A alternativa D está incorreta, porquanto o tombamento tem por escopo central a proteção de bens que apresentem relevante valor histórico, artístico, cultural, paisagístico, etc. Não é esse o caso, por óbvio, da instalação de um gasoduto em propriedade particular.

A alternativa E está correta, uma vez que todas as características indicadas no enunciado da questão são pertinentes, de fato, à modalidade de intervenção denominada servidão administrativa.

QUESTÃO 15. Quando a administração pública avoca atribuições que não sejam da competência exclusiva do órgão subordinado, delega atribuições que não lhes sejam privativas, e cria limitações administrativas, ela exerce, respectivamente, os poderes

a) de polícia, hierárquico e de polícia.

b) de polícia, de polícia e de polícia.

c) hierárquico, hierárquico e hierárquico.

d) hierárquico, de polícia e de polícia.

e) hierárquico, hierárquico e de polícia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão exigiu domínio acerca dos poderes administrativos.

Para a identificação da resposta acertada, deve-se analisar os atos indicados no enunciado da questão, em ordem a reconhecer qual o poder administrativo que confere suporte a cada um deles.

Vejamos, portanto, cada ato descrito pela Banca:

A avocação de atribuições que não sejam de competência exclusiva do órgão subordinado constitui manifestação do poder hierárquico.

A delegação de atribuições não privativas também vem a ser decorrência do poder hierárquico.

Por fim, a criação de limitações administrativas, conforme remansoso entendimento doutrinário, deriva do poder de polícia.

Do exposto, a alternativa E está correta, pois indicou, com acerto, que, nos casos acima citados, a Administração teria exercido, respectivamente, os poderes hierárquico, hierárquico e de polícia.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, por conseguinte, uma vez que sustentaram outras sequências, em manifesto desacordo às premissas teóricas acima estabelecidas.

QUESTÃO 16. No que se refere aos atos administrativos, são passíveis de revogação

I as férias concedidas a servidor e completamente gozadas.

II os atestados e pareceres expedidos.

III as portarias publicadas com a finalidade de nomear comissão para apresentar proposta de regulamento de determinado órgão.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão demandou conhecimentos relativos aos limites da revogação de atos administrativos.

O item I está incorreto, uma vez que as férias concedidas a servidor público e que já tenham sido inteiramente fruídas não são mais passíveis de revogação, por se tratar de ato que exauriu os seus efeitos.

O item II está incorreto, pois atestados e pareceres são exemplos de atos enunciativos, categoria essa apontada por firme doutrina como inserida dentre os atos tidos como irrevogáveis.

O item III está correto, porquanto a nomeação de uma comissão para apresentar proposta de regulamento de determinado órgão é um ato sujeito a critérios de conveniência e oportunidade da Administração, de maneira que admite revogação por parte da autoridade competente.

Do exposto, a alternativa B está correta, ao sustentar que apenas o item III vem a ser exemplo de ato revogável, ao passo que as alternativas A, C, D e E estão incorretas, eis que sustentaram conclusões em manifesta divergência às premissas teóricas acima fixadas.

QUESTÃO 17. Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens a seguir, no que se refere à possibilidade de delegação de cada uma das competências administrativas descritas.

I edição de atos normativos

II decisão acerca de recursos administrativos por meio da autoridade de maior hierarquia

III deliberação sobre matérias de competência não exclusiva do órgão

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão exigiu domínio acerca da delegação de competências, nos moldes definidos pela Lei 9.784/99.

O item I está incorreto, pois, nos termos do art. 13, I, do citado diploma legal, é vedada a delegação de competência de atos de caráter normativo. No ponto, é ler: "Não podem ser objeto de delegação: a edição de atos de caráter normativo;".

O item II está incorreto, porquanto a decisão de recursos administrativos também não admite delegação de competências, na forma do art. 13, II, da Lei 9.784/99: "Não podem ser objeto de delegação: (...)a decisão de recursos administrativos;".

O item III está correto, uma vez que a deliberação sobre matérias de competência não exclusiva do órgão não encontra semelhante vedação, de modo que, em não havendo proibição expressa, a delegação mostra-se juridicamente viável.

Do exposto, a alternativa B está correta, ao afirmar que apenas o item III está certo. Por seu turno, as alternativas A, C, D e E estão incorretas, ao divergirem das premissas teóricas anteriormente estabelecidas.

QUESTÃO 18. No estado X, houve a concessão de determinado serviço público, tendo o poder concedente retomado o serviço durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização. Nessa situação hipotética, a extinção da concessão do serviço público, nos termos da Lei n.° 8.987/1995, é denominada

a) caducidade.

b) extinção.

c) encampação.

d) reversão.

e) rescisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda o tema das diferentes formas de extinção do contrato de concessão de serviços públicos.

A alternativa A está incorreta, eis que a caducidade constitui forma de extinção que tem origem em comportamento culposo atribuível ao concessionário, vale dizer, em inexecução total ou parcial do contrato, e não por razões de interesse público. Nesse sentido, o art. 38, *caput,* da Lei 8.987/95: "A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes."

A alternativa B está incorreta, pois a "extinção" é apenas uma denominação genérica por meio da qual se pretende fazer referência ao término do contrato de concessão. Não se cuida, portanto, de hipótese específica, derivada de razões de interesse público, tal como colocado no enunciado da questão.

A alternativa C está correta, porquanto a hipótese de extinção do contrato de concessão, descrita no enunciado, corresponde à chamada encampação, consoante definida no art. 37 da Lei 8.987/95 "Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a reversão não é uma forma de extinção do contrato de concessão. Trata-se apenas da transferência ao patrimônio do poder concedente dos bens afetados à prestação do serviço, de modo a assegurar sua continuidade, mediante a devida indenização, nos termos da lei.

A alternativa E está incorreta, uma vez que a rescisão vem a ser hipótese de extinção antecipada, por iniciativa do concessionário, em caso de inadimplemento imputável ao poder concedente, conforme se depreende do art. 39, *caput,* da Lei 8.987/95: "O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim."

QUESTÃO 19. Determinado órgão público do estado de Pernambuco celebrou os seguintes contratos administrativos de concessão: Contrato A – contrato de prestação de serviços em que a administração pública é a usuária direta, envolvendo a instalação de bens; Contrato B – contrato de prestação de serviços em que a administração pública é a usuária indireta, envolvendo a execução de obra; Contrato C – concessão de serviço público, previsto na Lei n.º 8.987/1995, envolvendo, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. Na situação hipotética apresentada, ocorreram, de acordo com a Lei n.º 11.079/2004, parcerias público-privadas na modalidade

a) administrativa, nos contratos A, B e C.

b) patrocinada, apenas nos contratos A e B.

c) patrocinada, apenas nos contratos A e C.

d) administrativa, apenas nos contratos A e B.

e) patrocinada nos contratos A, B e C.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda o tema das modalidades de parcerias público-privadas.

Para a identificação da opção acertada, devem ser analisados os contratos descritos no enunciado da questão.

O Contrato A constitui hipótese de concessão administrativa, porquanto se amolda, com exatidão, à definição contida no art. 2º, §2º, da Lei 11.079/2004: "Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens."

O Contrato B, consistente em prestação de serviços em que a administração pública é a usuária indireta, envolvendo a execução de obra, também vem a ser caso de concessão administrativa, pois se afina com o mesmo conceito legal acima transcrito.

O Contrato C, por fim, representa hipótese de concessão patrocinada, eis que em linha com a definição normativa vazada no art. 2º, §1º, da Lei 11.079/2004: "Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver,

adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado."

Vejamos, então, cada opção lançada pela Banca:

A alternativa A está incorreta, eis que o Contrato C seria hipótese de concessão patrocinada, e não administrativa.

A alternativa B está incorreta, pois os Contratos A e B seriam caso de concessão administrativa, e não patrocinada.

A alternativa C está incorreta, na medida em que o Contrato A constituiria hipótese de concessão administrativa, e não patrocinada.

A alternativa D está correta, ao sustentar que os Contratos A e B seriam hipóteses de parcerias público-privada, na modalidade administrativa.

A alternativa E está incorreta, porquanto os Contratos A e B, na verdade, não seriam concessões patrocinadas, mas sim administrativas.

QUESTÃO 20. A prerrogativa da administração pública de invalidar atos administrativos ilegítimos e revogar atos administrativos inoportunos caracteriza a aplicação do princípio administrativo da

a) continuidade.

b) autotutela.

c) indisponibilidade.

d) finalidade.

e) supremacia do interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão demandou conhecimentos referentes aos princípios da administração pública.

A alternativa A está incorreta, pois o princípio da continuidade relaciona-se, na verdade, com a ideia de que os serviços públicos não podem sofrer interrupções, ressalvadas exceções legais.

A alternativa B está correta, uma vez que, de fato, pelo princípio da autotutela, a Administração tem a prerrogativa de rever seus próprios atos, seja para invalidar aqueles que apresentarem vícios de

legalidade, seja para revogar os atos que, apesar de válidos, tenham deixado de atender ao interesse público, sob o ângulo da conveniência e da oportunidade.

A alternativa C está incorreta, na medida em que o princípio da indisponibilidade refere-se ao fato de que a Administração é mera gestora de bens e interesses alheios, do que resultam restrições especiais a ela impostas, materializadas pelos deveres administrativos. Não é disso que se trata no enunciado da questão.

A alternativa D está incorreta, porquanto o princípio da finalidade diz respeito à necessidade de que todos os atos e decisões da Administração devem estar voltados, necessariamente, à satisfação do interesse público, sob pena de desvio de finalidade e, por conseguinte, nulidade dos atos daí resultantes.

A alternativa E está incorreta, eis que o princípio da supremacia do interesse público é aquele em vista do qual havendo colisão entre interesses da coletividade e interesses particulares, são aqueles primeiros, em regra, que devem prevalecer.

QUESTÃO 21. Em determinada secretaria de estado de Pernambuco, ocorreram as seguintes situações, envolvendo funcionárias públicas no exercício de suas funções: Cecília percebeu vantagem econômica indireta para facilitar a alienação de bem público; Tatiana facilitou a aquisição de bem pelo órgão por preço superior ao valor de mercado; Cíntia revelou fato de que teve ciência em razão das atribuições e sobre o qual deveria ter permanecido em segredo, propiciando beneficiamento de outrem por informação privilegiada. Os atos praticados pelas três funcionárias públicas ocorreram por omissão dolosa. A partir da situação hipotética apresentada, é correto afirmar, com base na Lei n.º 8.429/1992, que responderá(rão) por ato de improbidade administrativa

a) Cecília e Cíntia, apenas.

b) Cecilia, apenas.

c) Tatiana e Cecília, apenas.

d) Tatiana, apenas.

e) Tatiana e Cíntia, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão em exame demandou conhecimentos relativamente aos atos de improbidade administrativa, disciplinados pela Lei 8.429/92 (LIA).

Para a identificação da resposta acertada, devem ser analisadas as condutas praticadas por cada hipotética servidora pública. Vejamos:

A conduta de Cecília, em tese, poderia, numa primeira leitura, ser enquadrada no ato de improbidade gerador de enriquecimento ilícito versado no art. 9º, III, da LIA, que assim estabelece: "Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (...) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;".

No entanto, os atos de improbidade que acarretam enriquecimento ilícito somente podem ser praticados por condutas comissivas, e não omissivas. Ora, como a banca informou que todas as condutas aqui analisadas teriam sido cometidas por omissão, é de se concluir que Cecília não teria praticado ato ímprobo.

A conduta de Tatiana se amolda ao ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário, versado no art. 10, V, da LIA: "Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (...) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;".

Finalmente, a conduta de Cíntia está tipificada como ato de improbidade violador de princípios da administração pública, a teor do art. 11, III, da LIA: "Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (...) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado;".

Portanto, apenas Tatiana e Cíntia teriam, realmente, cometido atos de improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta, seja porque Cecília não teria cometido ato de improbidade, seja porque o item deixou de indicar o cometimento de improbidade por Tatiana.

A alternativa B está incorreta, seja porque Cecília não teria cometido ato de improbidade, seja porque Tatiana e Cíntia teriam praticados atos ímprobos.

A alternativa C está incorreta, seja porque Cecília não teria cometido ato de improbidade, seja porque a assertiva deixou de incluir Cíntia dentre as que cometeram atos ímprobos.

A alternativa D está incorreta porque deixou de mencionar Cíntia dentre aquelas que incorreram em atos de improbidade.

A alternativa E está correta, ao sustentar que teriam cometido atos ímprobos Tatiana e Cíntia, apenas, conforme anteriormente sustentado.

QUESTÃO 22. A distribuição de competência dentro de uma mesma pessoa jurídica de direito público; a criação de uma autarquia para lhe atribuir a titularidade e a execução de determinado serviço público; e a transferência da execução de determinado serviço público, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, caracterizam-se, respectivamente, como

a) descentralização funcional, descentralização funcional e descentralização por colaboração.
b) desconcentração, descentralização funcional e descentralização funcional.

c) descentralização por colaboração, descentralização por colaboração e descentralização funcional.

d) descentralização funcional, descentralização por colaboração e descentralização funcional.

e) desconcentração, descentralização funcional e descentralização por colaboração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão trata das diferentes técnicas de organização administrativa, em especial a desconcentração e a descentralização administrativas.

A alternativa A está incorreta, pois a distribuição de competência dentro de uma mesma pessoa jurídica de direito público não representa caso de descentralização funcional, e sim de desconcentração.

A alternativa B está incorreta, uma vez que a transferência da execução de determinado serviço público, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, não constitui hipótese de descentralização funcional, mas sim de descentralização por colaboração.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que a distribuição de competência dentro de uma mesma pessoa jurídica de direito público não consiste em descentralização funcional, e sim desconcentração administrativa. Ademais, a criação de uma autarquia para lhe atribuir a titularidade e a execução de determinado serviço público vem a ser hipótese de descentralização funcional, e não por colaboração, como dito pela Banca. Por fim, o presente item também se equivoca na parte final, pois a transferência da execução de determinado serviço público, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, não é definida como descentralização funcional, e sim por colaboração.

A alternativa D está incorreta, uma vez que reincide nos mesmos erros indicados nos comentários ao item anterior.

A alternativa E está correta, ao asseverar, com exatidão, que os casos versados no enunciado da questão corresponderiam, respectivamente, a hipóteses de desconcentração, de descentralização funcional e de descentralização por colaboração.

QUESTÃO 23. No que se refere à vinculação e à discricionariedade dos atos administrativos em espécie, é correto afirmar que as autorizações administrativas, as permissões e as licenças são, respectivamente, atos administrativos

a) vinculados, discricionários e vinculados.

b) discricionários, vinculados e discricionários.

c) vinculados, discricionários e discricionários.

d) vinculados, vinculados e discricionários.

e) discricionários, discricionários e vinculados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão em exame exigiu domínio acerca de atos administrativos em espécie, sob o ângulo de sua natureza discricionária ou vinculada.

Com efeito, autorizações e permissões são apontadas pela doutrina, de modo tranquilo, como exemplos de atos discricionários, ao passo que as licenças devem ser classificadas como atos vinculados. Vejamos, então, cada opção lançada.

A alternativa A está incorreta, pois as autorizações não são atos vinculados, e sim discricionários.

A alternativa B está incorreta, uma vez que: i) permissões são atos discricionários, e não vinculados; e ii) licenças são atos vinculados, e não discricionários.

A alternativa C está incorreta, porquanto: i) autorizações são atos discricionários, e não vinculados; e ii) licenças são atos vinculados, e não discricionários.

A alternativa D está incorreta, pois inverteu as classificações de todos os atos. Na verdade, os dois primeiros – autorizações e permissões – são discricionários, ao passo que as licenças são atos vinculados.

A alternativa E está correta, ao sustentar, de maneira escorreita, que as autorizações, permissões e licenças devem ser classificadas, respectivamente, como atos discricionários, discricionários e vinculados.

QUESTÃO 24. A Secretaria de Estado X do estado Y praticou os seguintes três atos administrativos: o primeiro foi praticado com vício de forma, não sendo esta essencial à validade do ato; o segundo foi praticado por sujeito incompetente, não tendo tratado de competência exclusiva; e o terceiro foi praticado com vício de finalidade.

Os atos administrativos descritos na situação hipotética apresentada são, respectivamente,

a) nulo, anulável e anulável.

b) nulo, nulo e nulo.

c) anulável, nulo e nulo.

d) anulável, anulável e nulo.

e) nulo, nulo e anulável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão sob análise exigiu domínio acerca do caráter nulo ou anulável de determinados atos administrativos, de acordo com os vícios neles existentes.

Para a identificação da opção acertada, devem ser analisados os diferentes atos referidos no enunciado. Vejamos:

Ato praticado com vício de forma, não sendo esta essencial à validade do ato, apresenta vício passível de convalidação, de maneira que o ato é meramente anulável.

Ato praticado por sujeito incompetente, não tendo tratado de competência exclusiva, também constitui hipótese de vício de caráter relativo, suscetível de convalidação, razão pela qual o ato é anulável.

Ato praticado com vício de finalidade deve ser tido como nulo. Afinal, nesse caso, a doutrina é firme em sustentar a natureza absoluta da mácula, a incidir sobre o elemento finalidade, de maneira que o ato é insuscetível de convalidação.

Do acima exposto, a alternativa D está correta, ao aduzir que os atos seriam, respectivamente, anulável, anulável e nulo.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, por conseguinte, uma vez que propuseram combinações sequenciais em claro desacordo às premissas teóricas acima fixadas.

QUESTÃO 25. De acordo com o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca dos princípios penais fundamentais, a aplicabilidade do princípio da insignificância deve ser analisada em conexão com os postulados

a) da subsidiariedade e da intervenção mínima.

b) do controle social e da subsidiariedade.

c) do controle social e da intervenção mínima.

d) da fragmentariedade e da intervenção mínima.

e) do controle social e da fragmentariedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre princípios penais.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. Conforme estabelecido pelo STF, no julgamento do HC 84.412-SP: "O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material."

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 26. De acordo com o que prevê o Código Penal (CP) acerca dos crimes contra a pessoa, caracteriza, obrigatoriamente, uma qualificadora do crime de homicídio o seu cometimento

a) contra a mulher, apenas no caso de menosprezo ou discriminação em razão do seu gênero.

b) por motivo de vingança.

c) com emprego de arma de fogo de uso restrito.

d) contra primo de policial civil, em razão da função exercida.

e) contra vítima menor de 14 anos, apenas quando praticado na modalidade culposa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre o homicídio.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 121, §2º, VI, do CP, ocorrerá o crime de feminicídio quando o homicídio for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. O §2º-A do mencionado artigo define que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar, ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

A alternativa B está incorreta. A vingança não consta como qualificadora do crime de homicídio.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 121, §2º, VIII, do CP, o crime de homicídio será qualificado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.

A alternativa D está incorreta. Será qualificado o homicídio praticado contra parentes de até terceiro grau de autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da CF, ou integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública (art. 121, §2º, VII, do CP). Primo, por ser parente de 4º grau, não atrai a incidência da qualificadora em questão.

A alternativa E está incorreta. Em verdade, o art. 121, §4º, do CP, dispõe que apenas o homicídio doloso contra menor de 14 anos ensejará modalidade mais grave do delito. Ademais, se trata de hipótese de causa de aumento, e não de qualificadora.

QUESTÃO 27. Conforme o que dispõe o CP quanto aos crimes de infanticídio, cuja pena aplicável é de detenção de dois a seis anos, a prescrição, em regra, ocorrerá em

a) 6 anos.

b) 8 anos.

c) 16 anos.

d) 12 anos.

e) 4 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre prescrição.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. Conforme se depreende do artigo 109, III, do CP, penas que são superiores a 4 anos e inferiores a 8 anos prescreverão em 12 anos. Sendo assim, considerando que o delito em apreço tem pena máxima em abstrato de 6 anos, o prazo prescricional máximo é de 12 anos: Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1o do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: I - em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze; II - em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze; III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito; IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro; V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois; VI - em 3 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano."

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 28. No que se refere aos crimes contra o patrimônio previstos no CP, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a restituição imediata, voluntária e integral do bem furtado constitui, por si só, motivo suficiente para

a) aplicação do instituto do arrependimento eficaz.

b) incidência do princípio da insignificância.

c) aplicação do instituto do arrependimento posterior.

d) desclassificação do crime para mera contravenção penal.

e) conversão do fato em irrelevante penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre arrependimento posterior.

A alternativa A está incorreta. Não resta configurado o arrependimento eficaz, pois o furto já estava consumado no momento da reparação, sendo assim, conforme previsto no artigo 15 do CP, o arrependimento eficaz pressupõe a conclusão da fase executória, atuando o agente para impedir o resultado.

A alternativa B está incorreta. O STJ fixou a seguinte tese no REsp n. 2.062.095/AL: "Recurso especial desprovido, com a fixação da seguinte tese: a restituição imediata e integral do bem furtado não constitui, por si só, motivo suficiente para a incidência do princípio da insignificância."

A alternativa C está correta. O art. 16 do CP dispõe que se o crime for cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário da alternativa C.

QUESTÃO 29. João, às 4h da manhã, arrombou o cadeado da residência de Sebastião, adentrando o interior da casa da vítima. De forma sorrateira e sem fazer barulho, para evitar que acordasse a família da vítima, que lá dormia, João subtraiu uma televisão de 48 polegadas, levando-a consigo. Dez minutos após sair da casa de Sebastião, ao ser abordado por policiais militares, João acabou confessando a prática delituosa.

Na situação hipotética apresentada, segundo o entendimento Jurisprudencial do STJ, João praticou

a) furto qualificado.

b) furto qualificado com causa de aumento relativa ao repouso noturno.

c) tentativa de furto qualificado com causa de aumento de pena relativa ao repouso noturno.

d) tentativa de furto com causa de aumento de pena relativa ao repouso noturno.

e) furto simples com a causa de aumento relativa ao repouso noturno.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre crime de furto.

A alternativa A está correta. Faticamente, a conduta perpetrada por João se amolda tanto à forma qualificada do delito de furto, em virtude do rompimento de obstáculo (art. 155, §4º, I, do CP), quanto à causa de aumento de pena por ter sido praticada durante o repouso noturno (art. 155, §1º, do CP). Contudo, a Terceira Seção do STJ, em julgamento de recursos especiais repetitivos (Tema 1.087), estabeleceu que a causa de aumento de pena pela prática de furto no período noturno não incide na forma qualificada do crime. Um dos principais argumentos utilizados para se chegar a este entendimento é de que §1º se refere à pena do furto simples, prevista no caput do art. 155, e não à do furto qualificado, descrita três parágrafos depois. Ademais, a aplicação da majorante à forma qualificada do delito feriria o princípio da proporcionalidade, uma vez que em sua pena máxima atingiria sanção superior até à do crime de roubo.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário da alternativa A.

QUESTÃO 30. De acordo com o entendimento do STJ, ainda que o agente não seja reincidente em crime doloso e as circunstâncias judiciais lhes sejam favoráveis, é vedada a substituição da pena privativa de liberdade por outra pena restritiva de direitos na hipótese de condenação por

a) homicídio culposo.

b) roubo tentado praticado com simulacro de arma de fogo.

c) corrupção ativa.

d) furto qualificado.

e) peculato doloso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. A possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos da é trazida no artigo 44 do Código Penal, e exige que se considere a pena efetivamente aplicado ao crime, deste modo, tal pena não pode ser superior a quatro anos. Todas as alternativas apresentadas possibilitam, conforme as circunstâncias, a aplicação de uma pena não superior a quatro anos.

Todavia, o inciso I do artigo 44 também estabelece que o crime não pode ser cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. Nestes termos, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no Tema 1.171, estabeleceu que: "a utilização de simulacro de arma configura a elementar "grave ameaça" do tipo penal do roubo (artigo 157 do Código Penal), enquadrando-se na hipótese legal que veda a substituição da pena privativa de liberdade.".

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 31. Durante o carnaval, Alberto supôs que Bruno estaria olhando para sua namorada. Estando sob efeito de álcool, Alberto agrediu Bruno com chutes e joelhadas na região do abdômen que ocasionou a queda de Bruno, fazendo-o chocar-se contra o meio-fio da calçada, onde bateu a cabeça. vindo a óbito. No exame pericial, constatou-se que a causa da morte foi hemorragia encefálica em razão da ruptura de um aneurisma cerebral congênito, situação desconhecida tanto pelo autor, como pela vítima e por seus familiares.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do STJ, a conduta de Alberto configura

a) lesão corporal de natureza grave.

b) lesão corporal seguida de morte.

c) lesão corporal simples.

d) homicídio qualificado pela torpeza.

e) fato atípico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre nexo de causalidade.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. Trata-se de caso exposto no julgamento do AgRg no REsp 1.094.758/RS: "Segundo consta dos autos, o recorrente foi denunciado pela prática do crime de lesão corporal qualificada pelo resultado morte (art. 129, § 3º, do CP), porque, durante um baile de carnaval, sob efeito de álcool e por motivo de ciúmes de sua namorada, agrediu a vítima com chutes e joelhadas na região abdominal, ocasionando sua queda contra o meio-fio da calçada, onde bateu a cabeça, vindo à óbito. Ocorre que, segundo o laudo pericial, a causa da morte foi hemorragia encefálica decorrente da ruptura de um aneurisma cerebral congênito, situação clínica desconhecida pela vítima e seus familiares. A questão diz respeito a aferir a existência de nexo de causalidade entre a conduta do recorrente e o resultado morte (art. 13 do CP). Nesse contexto, a Turma entendeu que, nesse tipo penal, a conduta precedente que constitui o delito-base e o resultado mais grave devem estar em uma relação de causalidade, de modo que o resultado mais grave decorra sempre da ação precedente, e não de outras circunstâncias. Entretanto, asseverou que o tratamento da causalidade, estabelecido no art. 13 do CP, deve ser emoldurado pelas disposições do art. 18 do mesmo *codex*, a determinar que a responsabilidade somente se cristalize quando o resultado puder ser atribuível ao menos culposamente. Ressaltou que, embora alguém que desfira golpes contra uma vítima bêbada que venha a cair e bater a cabeça no meio-fio pudesse ter a previsibilidade objetiva do advento da morte, na hipótese, o próprio laudo afasta a vinculação da *causa mortis* do choque craniano, porquanto não aponta haver liame entre o choque da cabeça contra o meio-fio e o evento letal. *In casu*, a causa da morte foi hemorragia encefálica decorrente da ruptura de um aneurisma cerebral congênito, situação clínica de que sequer a vítima tinha conhecimento. Ademais, não houve golpes perpetrados pelo recorrente na região do crânio da vítima. Portanto, não se mostra razoável reconhecer como típico o resultado morte, imantando-o de caráter culposo. Dessa forma, restabeleceu-se a sentença de primeiro grau que desvinculou o resultado do comportamento do agente, que não tinha ciência da particular, e determinante, condição fisiológica da vítima."

A alternativa D está incorreta. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário da alternativa C.

QUESTÃO 32. De acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, o agente que, mediante violência ou grave ameaça pelo uso de arma fogo, subtrai coisa alheia móvel para usá-la, sem intenção de tê-la como própria, ou seja, sem o ânimo de apossamento definitivo, configura

a) constrangimento ilegal.

b) roubo consumado.

c) furto consumado.

d) conduta atípica.

e) tentativa de roubo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre crime de roubo.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. Ao contrário do que ocorre com o furto, delito que atinge apenas o patrimônio, em relação ao qual a jurisprudência entende ser possível o reconhecimento da atipicidade da conduta quando a intenção do agente for a de uso momentâneo, embora não autorizado, do bem alheio, com imediata restituição, no roubo, por serem também afetadas a incolumidade física e a liberdade da vítima pelo emprego da violência ou grave ameaça, não se reconhece a intenção de uso momentâneo como hipótese de atipicidade. Nesse sentido: "O ânimo de apossamento — elementar do crime de roubo — não implica, necessariamente, o aspecto de definitividade. Ora, apossar-se de algo é ato de tomar posse, dominar ou assenhorar-se do bem subtraído, que pode trazer o intento de ter o bem para si, entregar para outrem ou apenas utilizá-lo por determinado período, como no caso em tela. O agente que, mediante grave ameaça ou violência, subtrai coisa alheia para usá-la, sem intenção de tê-la como própria, incide no tipo previsto no art. 157 do Código Penal" (STJ — REsp 1.323.275/GO — Rel. Min. Laurita Vaz — 5ª Turma — julgado em 24-4-2014 — DJe 8-5-2014).

A alternativa C está incorreta. Vide comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário da alternativa B.

QUESTÃO 33. Considere que João tenha induzido Maria, menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de Paulo. seu irmão. Nesse caso, João praticou o crime de

a) registro não autorizado da intimidade sexual.

b) estupro de vulnerável.

c) corrupção sexual de menores.

d) importunação sexual.

e) satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre crimes sexuais contra vulnerável.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. Conforme o art. 218, do CP, o agente que induz menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem comete o crime de corrupção sexual de menores.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário da alternativa C.

QUESTÃO 34. Carlos, policial militar, em policiamento ostensivo, deu ordem legal de parada ao veículo dirigido por Marcos, que tinha acabado de praticar um roubo. Mesmo recebendo a ordem de parada do policial, Marcos saiu em fuga, tendo sido capturado posteriormente.

Na situação hipotética apresentada, conforme o entendimento do STJ, Marcos praticou

a) roubo em concurso com o crime de resistência

b) roubo em concurso com o crime de evasão mediante violência contra a pessoa.

c) roubo, apenas

d) roubo em concurso com o crime de desobediência.

e) O roubo em concurso com o crime de desacato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre concurso de crimes.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. Sob o rito dos recursos repetitivos, no julgamento do Tema 1.060, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que é crime de desobediência ignorar a ordem de parada de veículo emitida por policial no exercício de atividade ostensiva de segurança pública. Por maioria, foi fixada a seguinte tese: "A desobediência à ordem legal de parada, emanada por agentes públicos em contexto de policiamento ostensivo, para prevenção e repressão de crimes, constitui

conduta penalmente típica, prevista no artigo 330 do Código Penal Brasileiro". O STJ refutou o argumento de que o desrespeito à ordem de parada emanada de policial encontra-se abarcado pelo direito à não autoincriminação, por entender que este direito não é absoluto e, portanto, não pode ser invocado para justificar condutas consideradas penalmente relevantes pelo ordenamento jurídico. Vale ressaltar, no entanto, que o STJ fez um distinguishing com relação aos casos em que o condutor do veículo desobedece ordem de parada dada pela autoridade de trânsito ou por seus agentes, ou por policial ou outros agentes públicos no exercício de atividades relacionadas ao trânsito. Nesses casos, não há crime de desobediência, vez que há previsão de sanção administrativa específica no art. 195 do CTB, o qual não estabelece a possibilidade de cumulação de punição penal.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário da alternativa D.

QUESTÃO 35. No que se refere aos crimes contra a paz pública, caracteriza, crime de constituição de milícia privada a conduta de

a) associarem-se três pessoas para o fim específico de cometer crimes com a participação de criança ou adolescente.

b) policial integrar grupo criminoso juntamente com mais três pessoas visando à prática de crimes.

c) integrar organização paramilitar com a finalidade de praticar crimes exclusivamente previstos no Código Penal.

d) custear organização paramilitar com a finalidade de praticar crimes de qualquer espécie, inclusive aqueles previstos em legislação penal especial.

e) associarem-se quatro pessoas para o fim específico de cometer crimes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre Crime de constituição de milícia.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. O crime de constituição de milícia provada está tipificado no artigo 288-A do CP, conforme se depreende da leitura do tipo penal, não há estabelecimento de uma quantidade mínima de integrantes, diferentemente do que ocorre com o delito de associação criminosa (art. 288 do CP, o qual exige associação de 3 ou mais pessoas) ou organização criminosa (art. 1º,§1º, da Lei 12.850/13, que traz a quantidade mínima de 4 pessoas).

Ademais, o artigo 288-A estabelece uma finalidade específica, qual seja, a prática de crimes previstos no Código Penal, nos seguintes termos: "Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear

organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código."

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 36. No âmbito dos crimes contra a administração pública, o ato de solicitar para si vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público, insinuando o agente que a vantagem é também destinada ao funcionário público, caracteriza o crime de

a) tráfico de influência na modalidade comum.

b) tráfico de influência com causa de aumento de pena.

c) prevaricação.

d) corrupção ativa.

e) corrupção passiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre crimes contra a administração pública.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 332, do CP, pratica tráfico de influência o agente que solicita, exige, cobra ou obtém, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. Já o parágrafo único do mencionado artigo dispõe que aplica-se uma causa de aumento de pena de metade se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário da alternativa B.

QUESTÃO 37. No que se refere a prescrição conforme o CP assinale a opção correta.

a) Aplica-se a redução do prazo prescricional ao maior de 60 anos, na data da sentença, conforme recente entendimento do STJ.

b) Aplica-se a redução do prazo prescricional na hipótese de o acusado completar 70 anos entre a data de prolação da sentença condenatória e a data do trânsito em julgado para a condenação.

c) Aplica-se a redução do prazo prescricional ao indivíduo que tenha respondido ao processo penal e que possua 20 anos de idade na data da sentença,

d) A prescrição da pretensão executória não se aplica aqueles que estejam submetidos ao regime de medida de segurança.

e) Calcula-se a prescrição, antes do trânsito em julgado, pela pena em abstrato, incluindo-se as causas de aumento de pena, entre elas eventual concurso de crimes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre prescrição.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 115 do CP, são reduzidos de metade os prazos prescricionais quando o agente era, na data da sentença, maior de 70 anos. Não há entendimento do STJ no sentido de rebaixar a idade exigida para se alcançar tal redução.

A alternativa B está incorreta. Conforme dito no comentário da alternativa A, a redução do prazo prescricional ocorrerá se até a data da sentença, o agente tiver idade igual ou superior a 70 anos. Contudo, o STJ possui entendimento no sentido de que, se entre a sentença condenatória e o julgamento dos embargos de declaração, o réu atinge a idade superior a 70 anos, terá direito à redutora, tendo em vista que a decisão que julga os embargos integra a própria sentença condenatória (AgRg no REsp 1.877.388-CE). Contudo, o mesmo raciocínio não se aplica quando o réu completa 70 anos entre a data da sentença e o julgamento de apelação ou de recurso extraordinário lato sensu, pois o termo "sentença" trazida no art. 115 deve ser compreendido como a primeira decisão condenatória (HC 503.356/SP).

A alternativa C está correta. Conforme o art. 115 do CP, são reduzidos de metade os prazos prescricionais quando o agente era, ao tempo do crime, menor de 21 anos. Ora, se ao tempo da prolação da sentença o agente tinha a idade de 20 anos, por óbvio que no momento da prático do crime era menor de 21 anos, fazendo jus à redução do prazo prescricional.

A alternativa D está incorreta. Havia no passado divergência a respeito da possibilidade de prescrição das medidas de segurança em relação aos inimputáveis, na medida em que eles são absolvidos e as medidas são decretadas por tempo indeterminado, até que verificada pericialmente a cessação da periculosidade (art. 97, § 1º, do CP). Os tribunais superiores, entretanto, pacificaram o entendimento no sentido de que, por serem também sanções penais, devem sujeitar-se a regime de prescrição, pois o contrário violaria o princípio constitucional da prescritibilidade. Ademais, o art. 96, parágrafo único, do Código Penal expressamente dispõe que "extinta a punibilidade, não se impõe medida de segurança nem subsiste a que tenha sido imposta", deixando claro que elas também se sujeitam ao regime prescricional, quer em relação à pretensão punitiva, quer em relação à pretensão executória.

A alternativa E está incorreta. Em regra, as causas de aumento e diminuição serão levadas em consideração, de forma a se chegar à pena máxima em abstrato e assim definir o prazo prescricional da pretensão punitiva. Contudo, o STF excepcionou essa regra, ao editar a súmula n. 497, que dispõe que, quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se

computando o acréscimo decorrente da continuação. Apesar desta súmula tratar apenas do crime continuado, deve-se projetar seus efeitos também para o concurso formal próprio, que também utiliza o sistema da exasperação.

QUESTÃO 38. Entre os crimes contra as instituições democráticas, a conduta de tentar depor, por meio de grave ameaça, o governo legitimamente constituído é considerada

a) crime definido pelo CP como golpe de Estado, não havendo previsão de redução da pena em razão da tentativa.

b) crime à luz do Código Penal, inclusive quando praticada por meio de manifestação crítica aos poderes constitucionais.

c) crime definido pelo CP como violência política, quando ocasionar a destruição de estabelecimentos, instalações ou serviços destinados à defesa nacional.

d) atípica.

e) crime definido pelo CP como golpe de Estado, devendo ser aplicada a redução da pena de um a dois terços em razão da tentativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre Crimes contra as instituições democráticas.

A alternativa A está correta. O artigo 359-M do Código Penal traz o delito de "Golpe de Estado", tipificando a conduta daquele que tenta: "depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído". Tal tipo penal é classificado como crime de atentado ou de empreendimento, ou seja, um tipo penal que traz a descrição típica da tentativa, de modo que alei pune de igualmente o crime praticado na sua forma tentada e consumada.

A alternativa B está incorreta. O artigo 359-T afasta a tipicidade nestes casos: "Não constitui crime previsto neste Título a manifestação crítica aos poderes constitucionais nem a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, de reuniões, de greves, de aglomerações ou de qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais."

A alternativa C está incorreta. O crime de violência política é tipificado no artigo 359-P., do CP: "Restringir, impedir ou dificultar, com emprego de violência física, sexual ou psicológica, o exercício de direitos políticos a qualquer pessoa em razão de seu sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional".

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 39. No que se relaciona à incomunicabilidade do acusado, julgue os itens a seguir, de acordo com o Código de Processo Penal (CPP).

I A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

II A incomunicabilidade, que não excederá de três dias, será decretada por despacho fundamentado do juiz, a requerimento da autoridade policial, desde que oficiada pelo órgão do Ministério Público.

III Nos crimes contra a saúde pública, a incomunicabilidade só poderá ser decretada se houver requerimento do ministro da Justiça.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item II está certo.

d) Apenas o item III está certo.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre incomunicabilidade.

A alternativa A está correta. O artigo 21 do CPP trata da incomunicabilidade do indiciado, estabelecendo, em sua literalidade, que: "art. 21. A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir. Parágrafo único. A incomunicabilidade, que não excederá de três dias, será decretada por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público(...)"

Tal dispositivo não foi recepcionado pela Constituição Federal. Ora, o art. 5°, inc. LXII, da CF estabelece que "a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada", ou seja, há um direito fundamental à comunicação da prisão. Ademais, o artigo 136, §3º,IV, da CF, o qual trata do Estado de Defesa, situação que ocorrem em grave instabilidade institucional, veda, expressamente, a incomunicabilidade do preso. Portanto, se até nesses casos a incomunicabilidade é vedada, em situações ordinárias, não há razão para autorizar que um despacho a estabeleça.

Ademais, nem mesmo os presos submetidos ao RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) estão incomunicáveis, conforme estabelece o artigo 52, III e V, da LEP: Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao

regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: III - visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas; V - entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário;"

Sendo assim, todas os itens estão equivocados. Salienta-se, todavia, que o item I traz a literalidade do dispositivo.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A. Destaca-se que o item I traz a literalidade do artigo 21 do CPP, logo, a banca poderá entender que esta alternativa está correta.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 40. Assim que a autoridade policial tomar conhecimento da ocorrência de infração penal, deverá, dentre outras providências,

a) dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem estado e conservação das coisas até a chegada dos peritos criminais e apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.

b) dirigir-se ao local, providenciar a simulação do fato utilizando-se dos objetos encontrados em posse do(s) agente(s), enquanto a perícia criminal se inicia.

c) encaminhar os objetos que tiverem relação com o fato, providenciando a liberação do local onde ocorreu a prática delituosa para a execução da perícia criminal.

d) oficiar o juiz de garantias, dirigir-se ao local, apreender os menores infratores que tiverem relação com o fato, providenciando para que não se alterem estado e conservação das coisas após o término da perícia criminal.

e) dirigir-se ao local, apreender os objetos que tiverem relação com o fato, providenciando para que não se alterem estado e conservação das coisas após o término da perícia criminal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre Investigação Criminal.

A alternativa A está correta. A alternativa traz a literalidade do artigo 6, I, do CPP: "Art. 6 Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá: I - dirigir-se ao local,

providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;"

A alternativa B está incorreta. A reprodução simulada dos fatos é uma atuação que poderá ocorrer após as medidas estabelecidas no artigo 6º do CPP.

A alternativa C está incorreta. Conforme a alternativa A, a autoridade policial deve preservar o local dos fatos, o qual será analisado pelos peritos.

A alternativa D está incorreta. Não há tal previsão no artigo 6 do CPP.

A alternativa E está incorreta. A apreensão dos objetos apenas se da quando estes forem liberado pelos peritos, nos termos do artigo 6,II, do CPP: "apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais;"

QUESTÃO 41. No que se relaciona à produção de provas no processo penal, julgue os itens seguintes.

I A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, não sendo facultado ao juiz de oficio ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas, ainda que consideradas urgentes e relevantes, em razão do respeito às garantias constitucionais do indiciado.

II O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

III São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre provas.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. O Item I está equivocado, pois o juiz poderá, de ofício, determinar a produção de provas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida: Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: I – ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida;".

O Item II está correto, pois traz a literalidade do artigo 155 do CPP: " O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas."

O Item III também está correto e traz a literalidade do artigo artigo 157 do CPP: "§ 1o São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras."

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 42. No que diz respeito ao termo circunstanciado de ocorrência assinale a opção correta, com base na Lei nº 9.099/1995.

a) Cabe ao Ministério Público, ao tomar conhecimento da ocorrência, lavrar o termo circunstanciado e encaminhá-lo imediatamente à autoridade policial, com o autor do fato e a vítima, para que sejam por esta providenciadas as requisições dos exames periciais necessários.

b) Cabe à autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência requerer a prisão preventiva ao parquet, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

c) Ao autor de crime inafiançável que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante.

d) Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena em regime semiaberto.

e) Cabe à autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrar o termo circunstanciado e encaminhá-lo imediatamente ao juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre crimes de menor potencial ofensivo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 69 da lei n. 9.099/95, o termo circunstanciado será lavrado pela autoridade policial, ao tomar conhecimento da ocorrência de infrações sujeitos ao procedimento do Juizado Especial Criminal.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 311, do CPP, caberá ao juiz decretar a prisão preventiva, devendo a autoridade policial que entender cabível tal medida oferecer representação ao juiz pela prisão preventiva do acusado.

A alternativa C está incorreta. O art. 69, parágrafo único, da lei 9.099/95 dispõe que ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Nota-se que o dispositivo não faz menção à aplicação dessa regra aos crimes inafiançáveis.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 72 da Lei 9.099/95, na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Assim, não poderá se transacionar acerca da aplicação de penas privativas de liberdade.

A alternativa E está correta. Conforme o art. 69 da lei n. 9.099/95, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

QUESTÃO 43. Na execução penal, o ato praticado além dos limites fixados na sentença, em normas legais ou regulamentares, caracteriza

a) aplicação da imputação objetiva.

b) cerceamento de defesa.

c) excesso ou desvio de execução.

d)exacerbação do *ius puniendi* em confronto com o princípio da proporcionalidade.

e) violação do contraditório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre execução de penas.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. O artigo 185 da LEP traz o conceito de excesso ou desvio de execução, o que se coaduna com o cabeçalho da questão: "Art. 185. Haverá excesso ou desvio de execução sempre que algum ato for praticado além dos limites fixados na sentença, em normas legais ou regulamentares."

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 44. No que se relaciona ao indulto individual, julgue os itens seguir.

I O indulto individual poderá ser provocado por petição do condenado, por iniciativa do Ministério Público, do Conselho Penitenciário, ou da autoridade administrativa.

II A petição do indulto, acompanhada dos documentos que a instruírem, será entregue ao Conselho Penitenciário, para a elaboração de parecer e posterior encaminhamento ao Ministério da Justiça.

III O indulto individual não poderá ser concedido pelo Conselho Penitenciário sem iniciativa prévia do Ministério Público e da autoridade administrativa.

IV Se o sentenciado for beneficiado por indulto coletivo, o juiz, de oficio a requerimento do interessado, do Ministério Público, ou por iniciativa do Conselho Penitenciário ou da autoridade administrativa, providenciará escolta policial para a condução do apenado ao instituto de criminalística.

Estão certos apenas os itens

a) I e ll.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre indulto.

A alternativa A está correta. Conforme o art. 188, da Lei de Execução Penal, o indulto individual poderá ser provocado por petição do condenado, por iniciativa do Ministério Público, do Conselho Penitenciário, ou da autoridade administrativa, tornando correto o item I.

O art. 189 dispõe que a petição do indulto, acompanhada dos documentos que a instruírem, será entregue ao Conselho Penitenciário, para a elaboração de parecer e posterior encaminhamento ao Ministério da Justiça, o que torna correto o item II.

O item III se encontra incorreto, pois vai de encontro ao já mencionado art. 188, vez que este confere legitimidade autônoma ao Conselho Penitenciário para solicitar a concessão de indulto. Por fim, o ponto IV se encontra incorreto, posto que a Lei de Execução Penal não exige a submissão do apenado a exame criminológico para fins de concessão do indulto.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário da letra A.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário da letra A.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário da letra A.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário da letra A.

QUESTÃO 45. O juiz, para decretar a prisão preventiva, deverá

a) empregar conceitos jurídicos indeterminados, explicitando os motivos jusfilosóficos que condicionam sua incidência teórica.

b) indicar concretamente a existência de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

c) invocar precedente ou enunciado de súmulas e construir teses novas sobre os fundamentos determinantes que afastam a inimputabilidade do agente.

d) limitar-se à indicação de ato normativo, prescindindo de explicações quanto à sua relação com a causa ou a questão decidida.

e) abster-se de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, justificando sua posição no princípio do *in dubio pro societate*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre prisão preventiva.

A alternativa A está incorreta. A afirmativa contraria o artigo 315, §2º, II, do CPP, o qual estabelece características de decisões não fundamentadas: § 2º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;"

A alternativa B está correta. A afirmativa está de acordo com o artigo 315,§1º, do CPP, que dispõe: "§ 1º Na motivação da decretação da prisão preventiva ou de qualquer outra cautelar, o juiz deverá indicar concretamente a existência de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada."

A alternativa C está incorreta. A afirmação contraria o inciso V do §2º do artigo 315: "§2º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: V - limitar-se a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;"

A alternativa D está incorreta. A afirmação contraria o inciso I do §2º do artigo 315: "§2º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: I - limitar-se à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

A alternativa E está incorreta. Para não aplicar precedente invocado pela parte, o juiz deve aplicar a distinção ou superação deste e não justificar a decisão com base no princípio *in dubio pro societate,* conforme estabelece o inciso VI do §2º do artigo 315: "§2º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento."

QUESTÃO 46. Assinale a opção que apresenta e descreve corretamente as fases do procedimento probatório.

a) A proposição é a etapa em que se requer a produção dos meios de prova; a admissão consiste na avaliação dos requerimentos feitos na fase anterior com deferimento ou indeferimento; a produção corresponde à realização dos atos processuais destinados à produção da prova; e a valoração ocorre no momento em que o juiz aprecia as provas produzidas ao longo da fase probatória e profere a decisão.

b) As preliminares são a etapa em que se requer a produção dos meios de prova; a revisão consiste na avaliação dos requerimentos feitos na fase anterior com deferimento ou indeferimento; a produção corresponde à realização dos atos processuais destinados à produção da prova; e a verificação ocorre no momento em que o juiz aprecia as provas produzidas ao longo da fase probatória e profere a decisão.

c) O indiciamento é a etapa em que se requer a produção dos meios de prova; a triagem consiste na avaliação dos requerimentos feitos na fase anterior com deferimento ou indeferimento; a argumentação corresponde à realização dos atos processuais destinados à produção da prova; e a valoração ocorre no momento em que o juiz aprecia as provas produzidas ao longo da fase probatória e profere a decisão.

d) A investigação é a etapa em que se requer a produção dos meios de prova; a pronúncia consiste na avaliação dos requerimentos feitos na fase anterior com deferimento ou indeferimento; a fundamentação corresponde à realização dos atos processuais destinados à

produção da prova; a sentença ocorre no momento em que o juiz aprecia as provas produzidas ao longo da fase probatória e profere a decisão.

e) A tese é a etapa em que se requer a produção dos meios de prova; a antítese consiste na avaliação dos requerimentos feitos na fase anterior com deferimento ou indeferimento; a conclusão corresponde à realização dos atos processuais destinados à produção da prova; e o recurso ocorre no momento em que o juiz aprecia as provas produzidas ao longo da fase probatória e profere a decisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre procedimento probatório.

A alternativa A está correta. Conforme a doutrina, o procedimento probatório é dividido em quatro fases, sendo estas: 1) proposição; 2) admissão; 3) produção; 4) valoração.

A proposição "refere-se ao momento em que as partes manifestam o seu desejo no tocante a produção de determinada prova" (REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Processual Penal Esquematizado).

A admissão é a fase em que o juiz analisa a viabilidade da prova, deferindo ou não a sua produção, a partir de sua legalidade.

A produção se refere a realização destas perante o juízo, a materialização daquilo que foi postulado.

Já a valoração é o momento que o juiz atribui valor aquilo que foi produzido, para sustentar uma futura decisão.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 47. O princípio do devido processo legal

a) tem origem no sistema inquisitorial misto das tribos germânicas e serviu de base para a teoria do direito penal do inimigo de Gunther Jakobs.

b) se baseia no eficientismo penal e no movimento da Lei e da Ordem (*Law and Order*) de Dahrendorf.

c) tem suas raízes no princípio da legalidade e garante que o indivíduo somente seja processado e punido se houver lei penal anterior definindo determinada conduta como crime, cominando-lhe pena.

d) se baseia na tradição romana do *fas* e no uso do *fascio* como instrumento de dominação usado pelos *patres familiae*.

e) tem sua fundamentação na teoria da imputação objetiva e expressa uma concepção puramente legalista, excludente e supremacista do processo penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre princípios processuais penais.

A alternativa A está incorreta. O sistema acusatório não é marcado por um processo devido, uma vez que, em tal sistema, há uma confusão entre os sujeitos processuais, principalmente entre as funções da acusação e julgamento, quebrando, assim, a imparcialidade. Aury Lopes Jr. afirma: "é a separação de funções e, por decorrência, a gestão da prova na mão das partes e não do juiz (juiz-espectador), que cria as condições de possibilidade para que a imparcialidade se efetive. Somente no processo acusatório-democrático, em que o juiz se mantém afastado da esfera de atividade das partes, é que podemos ter a figura do juiz imparcial, fundante da própria estrutura processual."(LOPES JR, Aury, Direito Processual Penal, Saraiva 17ª edição, 2020).

A alternativa B está incorreta. O movimento Lei e ordem remonta a década de 70, nos EUA, se caracterizando como uma política criminal, não relacionada, à origem do devido processo legal.

A alternativa C está correta. O princípio do devido processo legal é a base principal do Direito Processual brasileiro, pois todos os outros, de uma forma ou de outra, encontram nele seu fundamento. Conforme Aury Lopes Jr. "Existe uma íntima relação e interação entre a história das penas e o nascimento do processo penal, na medida em que o processo penal é um caminho necessário para alcançar-se a pena e, principalmente, um caminho que condiciona o exercício do poder de penar (essência do poder punitivo) à estrita observância de uma série de regras que compõe o devido processo penal (...) O processo penal atrela-se à evolução da pena, definindo claramente seus contornos quando a pena adquire seu caráter verdadeiro, como pena pública, quando o Estado vence a atuação familiar" (LOPES JR, Aury, Direito Processual Penal, Saraiva 17ª edição, 2020).

Guilherme de Souza Nucci também afirma: "o devido processo legal guarda suas raízes no princípio da legalidade, garantindo ao indivíduo que somente seja processado e punido se houver lei penal anterior definindo determinada conduta como crime, cominando-lhe pena".

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 48. Julgue os itens a seguir, no que se refere ao sistema inquisitivo.

I O sistema inquisitivo é caracterizado pela concentração de poder nas mãos do julgador, que exerce, também, a função de acusador.

II No sistema inquisitivo, a confissão do réu é considerada a rainha das provas.

III O sistema inquisitivo privilegia os debates orais, com procedimentos escritos formalizados.

IV No sistema inquisitivo, o procedimento é público, pautado pelo princípio do contraditório, e a defesa do réu é atuante.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) l e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre sistemas processuais penais.

A alternativa A está correta. O ponto I está correto, pois de fato no sistema inquisitivo cabe a um só órgão acusar e julgar; o juiz dá início à ação penal e, ao final, ele mesmo profere a sentença. O ponto II também se mostra correto, tendo em vista que o sistema inquisitório se pautava pelo princípio da verdade real, em que se buscava a verdade absoluta do que ocorreu no momento do crime e, por isso, a confissão dispunha de maior valor probatório que as demais provas, obtida, muitas vezes, através de tortura e outros métodos coativos. O ponto III se encontra incorreto, posto que no sistema inquisitivo não há debates orais, predominando os procedimentos escritos. Por fim, o ponto IV está incorreto, uma vez que no sistema inquisitivo não há o que se falar em contraditório, o qual nem sequer seria concebível em virtude da falta de contraposição entre acusação e defesa.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário da alternativa A.

QUESTÃO 49. No sistema misto, o processo se divide em

a) três fases distintas: na primeira, há predominância do viés inquisitorial, com formalismo excessivo e pouco espaço para a ampla defesa e o contraditório; na segunda fase, predomina a argumentação e o contraditório; na terceira fase, há a participação popular efetivada pela atuação dos tribunos e dos juízes leigos.

b) três fases distintas e interligadas: na primeira, há predominância do viés inquisitorial, com formalismo nas reduções a termo e pouco espaço para a ampla defesa e o contraditório; na segunda fase, predomina a consulta popular com a participação dos jurisconsultos que mediam os debates; na terceira, há o envio dos autos para o oficial da ouvidoria real para a chancela do soberano.

c) duas fases: na primeira fase há predominância da oralidade, o libelo acusatório é lido e a pronúncia é formalizada; e, na segunda fase, ocorre o debate entre defesa e acusação.

d) duas grandes fases: na fase de instrução preliminar, com os elementos do sistema inquisitivo, predomina a procedimento secreto, escrito e sem contraditório; enquanto, na fase de julgamento, com a predominância do sistema acusatório, presentes se fazem a oralidade, a publicidade, o contraditório, a concentração dos atos processuais, a intervenção de juízes populares e a livre apreciação das provas.

e) duas grandes fases: na fase de instrução preliminar, com elementos do sistema acusatório, predomina o procedimento público, escrito e sujeito ao contraditório, enquanto, na fase de julgamento, com a predominância do sistema inquisitivo, a oralidade, o sigilo e a intervenção de juízes togados conduzem a valoração das provas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre sistema processuais penais.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. Conforme Aury Lopes Jr.: "O chamado "Sistema Misto" nasce com o Código Napoleônico de 1808 e a divisão do processo em duas fases: fase pré-processual e fase processual, sendo a primeira de caráter inquisitório e a segunda acusatória. É a definição geralmente feita do sistema brasileiro (misto), pois muitos entendem que o inquérito é inquisitório e a fase processual acusatória (pois o MP acusa)." (LOPES JR, Aury, Direito Processual Penal, Saraiva 17ª edição, 2020).

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 50. No que concerne à nulidade absoluta, julgue os itens a seguir.

I O reconhecimento de uma nulidade absoluta está condicionado à comprovação do prejuízo.

II A nulidade absoluta pode ser declarada de oficio ou mediante invocação da parte interessada.

III O prejuízo e o não atingimento dos fins são presumidos na nulidade absoluta.

IV A nulidade absoluta é insanável, não se convalida e tampouco é convalidada pela preclusão ou trânsito em julgado.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I, II e III estão certos.

b) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D .** A questão trata sobre nulidades.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está incorreta. Sobre as características da nulidade absoluta, Aury Lopes Jr. afirma que: "É recorrente a classificação das nulidades em absolutas e relativas, sendo as primeiras definidas como aquelas em que: 1) ocorre uma violação de norma cogente, que tutela interesse público; 2) pode ser declarada de ofício ou mediante invocação da parte interessada; 3) o prejuízo e o não atingimento dos fins são presumidos; 4) é insanável, não se convalida e tampouco é convalidada pela preclusão ou trânsito em julgado.". (LOPES JR, Aury, Direito Processual Penal, Saraiva 17ª edição, 2020).

Portanto, nas nulidades absolutas, o prejuízo é presumido, carecendo de comprovação específica pela parte. Vale destacar, todavia, que este tema não é pacífico, havendo decisões do STF que tem aplicado o princípio do *pas de nullité sans grief* (não há nulidade sem prejuízo) para ambos os tipos de nulidade, sendo assim, em todos os casos, apenas com a comprovação do prejuízo, poderia ser levantada a nulidade: "Nenhum ato será nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa. até a nulidade absoluta exige prova do prejuízo (STF, RHC nº 117102/SP, Rel. Ricardo Lewandowski).

Portanto, tomando como base a clássica diferenciação entre nulidades absolutas e relativas, estão certos os itens II, III e IV.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 51. No que concerne à nulidade relativa, julgue os itens a seguir.

I Caracteriza nulidade relativa a violação de norma infraconstitucional que tutela interesse preponderante das partes.

II A nulidade relativa não pode ser conhecida de oficio, dependendo da postulação da parte interessada e a parte deve demonstrar o prejuízo sofrido.

III A nulidade relativa não convalida com a preclusão.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas os itens I e II estão certos.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre nulidades.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. Sobre as características da nulidade relativa, Aury Lopes Jr. afirma que: Em linhas gerais, define-se a nulidade relativa a partir dos seguintes aspectos: 1) viola uma norma que tutela um interesse essencialmente da parte, ou seja, um interesse privado; 2) não pode ser conhecida de ofício, dependendo da postulação da parte interessada; 3) convalida com a preclusão; 4) a parte deve demonstrar o prejuízo sofrido. Nessa modalidade, segundo o senso comum teórico, não havendo a arguição no momento oportuno ou não havendo demonstração do efetivo prejuízo para a parte que o alegou, não haverá a nulidade do ato.".

Sendo assim, apenas os itens I e II estão certos.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 52. Define-se *fumus commissi* delicti como

a) o fato que dá origem à ação penal por crime de deserção no Superior Tribunal Militar.

b) o objeto da ação penal em sua fase recursal frente aos tribunais superiores.

c) o elemento central do libelo acusatório apresentado nos tribunais de exceção da Idade Média.

d) o fato constante na *delatio criminis* que dá ensejo à pronúncia

e) o fato constante na *notitia criminis*, objeto da investigação preliminar que dá origem à investigação e sobre o qual recai a totalidade dos atos desenvolvidos nessa fase.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre efeitos da condenação.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. O *fumus comissi delicti* se refere ao fato com aparência de delito. Neste sentido, Aury Lopes Jr. afirma que: "O objeto da investigação preliminar é o fato constante na *notitia criminis*, isto é, o *fumus commissi delicti* que dá origem à investigação e sobre o qual recai a totalidade dos atos desenvolvidos nessa fase. Toda a investigação está centrada em esclarecer, em grau de verossimilitude, o fato e a autoria, sendo que esta última (autoria) é um elemento subjetivo acidental da notícia-crime. Não é necessário que seja previamente atribuída a uma pessoa determinada. A atividade de identificação e individualização da participação será realizada no curso da investigação preliminar." (LOPES JR, Aury, Direito Processual Penal, Saraiva 17ª edição, 2020).

QUESTÃO 53. Com base na Lei n.° 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), julgue os itens a seguir.

I Ainda que primário, o condenado por crime de abuso de autoridade previsto na Lei n.º 13.869/2019 deve ser condenado a perder o cargo, o mandato ou a função pública.

Il Comete crime de abuso de autoridade o agente que praticar uma das condutas delituosas previstas na lei, ainda que sem a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ausente mero capricho ou satisfação pessoal.

III Comete crime de abuso de autoridade quem antecipa o responsável pelas investigações, por meio de comunicação, inclusive em rede social, e atribui culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação, podendo ser condenado a pena de detenção.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item II está certo

d) Apenas o item III está certo.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

O item I está incorreto. De acordo com o artigo 4º, parágrafo único, da Lei de Abuso de Autoridade, Lei n. 13.869/2019, a aplicação do efeito de perda do cargo, mandato ou função pública depende da verificação da reincidência do réu em crime de abuso de autoridade. Veja o que dispõe o aludido dispositivo: "São efeitos da condenação: I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos; II - a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos; III - a perda do cargo, do mandato ou da função pública. Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença."

O item II está incorreto. Nos termos do artigo 1º, §1º, Lei de Abuso de Autoridade, Lei n. 13.869/2019: "As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal."

O item III está correto. Trata-se do crime previsto no artigo 38 da Lei de Abuso de Autoridade, Lei n. 13.869/2019: "Antecipar o responsável pelas investigações, por meio de comunicação, inclusive rede social, atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa."

Assim, considerando que apenas o item III está correto, a alternativa correta a ser assinalada é a letra D.

QUESTÃO 54. Assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 14.344/2022 (Lei Henry Borel).

a) A autoridade policial poderá conceder fiança na hipótese de prisão em flagrante por descumprimento de decisão judicial que defere medida protetiva de urgência prevista na Lei Henry Borel.

b) Caso a lei comine pena máxima não superior a dois anos por prática de crime cometido contra a criança e o adolescente, será possível o julgamento do caso por juizado especial criminal.

c) Na hipótese de crimes, previstos na Lei Henry Borel, de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente punidos com pena de detenção, é possível a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos na modalidade de prestação pecuniária.

d) Configura violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente qualquer ação ou omissão que lhe cause dano patrimonial, em qualquer relação doméstica e familiar na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação.

e) Apesar de seu combate ter ampla relevância social, a violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente não constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 25, §2º, da Lei n.º 14.344/2022 (Lei Henry Borel): Art. 25. Descumprir decisão judicial que defere medida protetiva de urgência prevista nesta Lei: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos. [...] § 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 226, § 1º, do ECA, inserido pela Lei n.º 14.344/2022 (Lei Henry Borel): Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 226, § 2º, do ECA, inserido pela Lei n.º 14.344/2022 (Lei Henry Borel): § 2º Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 2º, inciso III, da Lei n.º 14.344/2022 (Lei Henry Borel): [...] III - em qualquer relação doméstica e familiar na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 3º, da Lei n.º 14.344/2022 (Lei Henry Borel): Art. 3º A violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

QUESTÃO 55. Com base na Lei n.° 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), julgue os itens a seguir.

I Comete crime, punido com pena de detenção, a fornecedor de produtos ou serviços que permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais de um número maior de consumidores que o máximo fixado pela autoridade administrativa.

II As infrações penais previstas na Lei n.° 8.078/1990 demandam, necessariamente, a existência de dolo para que haja condenação.

III Constitui infração penal empregar, na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor.

IV Além das penas privativas de liberdade e de multa, é possível a imposição, cumulativa ou alternadamente, de publicação em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III, IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

O item I está correta. Prevê o artigo 65, §2º, da Lei n.° 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor): Art. 65. Executar serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente: Pena Detenção de seis meses a dois anos e multa. [...] § 2º A prática do disposto no inciso XIV do art. 39 desta Lei também caracteriza o crime previsto no caput deste artigo.

Por sua vez, prevê o artigo 39, XIV, do CDC a prática abusiva consistente em: XIV - permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo.

O item II está incorreto. Há dois crimes culposos na Lei n.° 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), a saber aqueles descritos nos artigos 63, §2º, e 66, §2º.

O item III está correto. Trata-se do crime previsto no artigo Art. 70 do CDC: Art. 70. Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor: Pena Detenção de três meses a um ano e multa.

O item IV está correto. Conforme previsto no artigo 78 do CDC: Art. 78. Além das penas privativas de liberdade e de multa, podem ser impostas, cumulativa ou alternadamente, observado odisposto nos

arts. 44 a 47, do Código Penal: I - a interdição temporária de direitos; II - a publicação em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação; III - a prestação de serviços à comunidade.

Assim, considerando que os itens I, III e IV estão corretos, a alternativa correta a ser assinalada é a letra D.

QUESTÃO 56. À luz da Lei n.° 9.807/1999, que disciplina, eminentemente, a proteção a vítimas e testemunhas, assinale a opção correta.

a) O juiz pode conceder o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado a recuperação total ou parcial do produto do crime

b) Ainda que por solicitação do próprio interessado, não poderá haver a exclusão da pessoa protegida de programa de proteção a vítimas e a testemunhas enquanto não expirado o prazo inicialmente determinado.

c) As medidas de proteção requeridas por testemunhas de crimes que estejam coagidas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios no âmbito das respectivas competências.

d) A proteção oferecida pelos programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas deve ter a duração máxima de dois anos, sendo tal período improrrogável.

e) É possível a proteção concedida pelos programas a indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do artigo 13, III, da Lei n. 9.807/1999: Art. 13. Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial e a conseqüente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado: [...]III - a recuperação total ou parcial do produto do crime.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 10, inciso I, da Lei n. 9.807/1999: Art. 10. A exclusão da pessoa protegida de programa de proteção a vítimas e a testemunhas poderá ocorrer a qualquer tempo: I - por solicitação do próprio interessado;

A alternativa C está incorreta. Conforme prevê o artigo 1º, da Lei n. 9.807/199, o município não está incluído: Art. 1º As medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que

estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados com base nas disposições desta Lei.

A alternativa D está incorreta. Consoante dispõe o artigo 11, parágrafo único, da Lei n. 9.807/1999: Art. 11. A proteção oferecida pelo programa terá a duração máxima de dois anos. Parágrafo único. Em circunstâncias excepcionais, perdurando os motivos que autorizam a admissão, a permanência poderá ser prorrogada.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 2º, §2º, da Lei n. 9.807/1999: § 2º Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa, os condenados que estejam cumprindo pena e os indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades. Tal exclusão não trará prejuízo a eventual prestação de medidas de preservação da integridade física desses indivíduos por parte dos órgãos de segurança pública.

QUESTÃO 57. A respeito dos crimes de trânsito, julgue os itens a seguir, com base na Lei n.° 9.503/1997.

I A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor não se inicia enquanto o sentenciado, por efeito de condenação penal, estiver em regime aberto, na modalidade de prisão domiciliar.

Il Constitui crime, punido com reclusão a participação, na direção de veículo automotor, na via pública, em corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda em exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, que gere situação de risco à incolumidade pública ou privada.

III Em determinados crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, é permitida a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, na modalidade de prestação de serviços à comunidade, consistente em trabalho, aos fins de semana, em equipes de resgate dos corpos de bombeiros e em outras unidades móveis especializadas no atendimento a vítimas de trânsito.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item Il está certo.

d) Apenas o item III está certo.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

O item I está incorreto. Conforme dispõe o artigo 293, §2º, da Lei n.° 9.503/1997 (CTB): § 2º A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor não se inicia enquanto o sentenciado, por efeito de condenação penal, estiver recolhido a estabelecimento prisional.

O item II está incorreto. Nos termos do artigo 308 da Lei n.° 9.503/1997 (CTB), o crime é punido com detenção: Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada: Penas - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

O item III está correto. Trata-se de previsão contida no artigo 312-A, I, da Lei n.° 9.503/1997 (CTB): Art. 312-A. Para os crimes relacionados nos arts. 302 a 312 deste Código, nas situações em que o juiz aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, esta deverá ser de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, em uma das seguintes atividades: I - trabalho, aos fins de semana, em equipes de resgate dos corpos de bombeiros e em outras unidades móveis especializadas no atendimento a vítimas de trânsito.

Assim, considerando que apenas o item III está correto, a alternativa a ser assinalada é a letra D.

QUESTÃO 58. Acerca da Lei n.° 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), assinale a opção correta.

a) O delito de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum é insuscetível de indulto.

b) o delito de extorsão, quando praticado com emprego de arma de fogo, é inafiançável.

c) Nos crimes hediondos, a prisão temporária terá o prazo de trinta dias, podendo ser prorrogada, de forma automática, por igual período.

d) O condenado unicamente por crime de importunação sexual somente poderá obter livramento condicional após o cumprimento de mais de dois terços da pena.

e) Após as alterações promovidas na Lei de Crimes Hediondos pelo Pacote Anticrime, o crime de roubo circunstanciado, em qualquer de suas modalidades, passou a ser considerado delito hediondo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. O crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum está previsto como crime hediondo no artigo 1º, inciso IX, da Lei n.° 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), e como tal é insuscetível de indulto, nos termos do artigo 2º do aludido diploma legislativo: Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de: I - anistia, graça e indulto.

A alternativa B está incorreta. O delito de extorsão na sua modalidade simples não está previsto como crime hediondo na Lei n.° 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos) e, portanto, não há previsão legal para a vedação à fiança.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o artigo 2º, §4º, da Lei n.° 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos): § 4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

A alternativa D está incorreta. O crime de importunação sexual não está arrolado como crime hediondo no artigo 1º da Lei n.° 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos).

A alternativa E está incorreta. Somente configuram crime de roubo as modalidades majoradas previstas no artigo 1º, inciso II, alíneas "a", "b", e "c", da Lei n.° 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos): I - roubo: a) circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V); b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B); c) qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (art. 157, § 3º);

QUESTÃO 59. Acerca dos ditames legais referentes ao instituto da saída temporária, assinale a opção correta, com base na Lei n.° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP).

a) Não terá direito à saída temporária o condenado que estiver cumprindo pena pela prática de crime hediondo que tenha resultado em morte.

b) A autorização para saída temporária será concedida pelo prazo de sete a quinze dias, podendo ser renovada mais quatro vezes durante o ano.

c) A lei determina que o gozo do benefício da saída temporária deve ocorrer sem vigilância direta, impedindo, portanto, que o juízo determine a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado.

d) Se primário, o condenado por delito hediondo praticado após a vigência da Lei n.° 13.964/2019 somente fará jus ao benefício de saída temporária após o cumprimento de 40% da pena, independentemente de seu total.

e) O condenado em regime inicial semiaberto poderá usufruir do benefício de saída temporária imediatamente após o início do cumprimento da pena.

Comentários.

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do artigo 122, §2º, da Lei n.° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP): § 2º Não terá direito à saída temporária a que se refere o caput deste artigo o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 124 da Lei n.° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP): Art. 124. A autorização será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o artigo 122, §1º e artigo 146-B da Lei n.° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP): § 1º A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.

Art. 146-B. O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando: II - autorizar a saída temporária no regime semiaberto;

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o artigo 122, §2º, da Lei n.° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP): § 2º Não terá direito à saída temporária a que se refere o caput deste artigo o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte.123

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 123, II, da Lei n.° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP): Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos: [...] II - cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;

QUESTÃO 60. Ainda no que se refere à Lei de Execução Penal e às suas alterações, assinale a opção correta.

a) É autorizada a utilização da amostra biológica eventualmente coletada do condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, para fins de busca familiar, caso o condenado não tenha familiares conhecidos.

b) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 30% da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.

c) No caso de mulher gestante ou que seja mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, um dos requisitos para a progressão de regime é o cumprimento de ao menos um oitavo da pena no regime anterior.

d) O condenado que cumpre pena em regime aberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, por trabalho, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova à razão de um dia de pena a cada três dias de trabalho.

e) O condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, poderá ser submetido, a critério do juiz, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, a partir de técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 9º-A, §5º, da Lei n.° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP): § 5º A amostra biológica coletada só poderá ser utilizada para o único e exclusivo fim de permitir a identificação pelo perfil genético, não estando autorizadas as práticas de fenotipagem genética ou de busca familiar.

A alternativa B está incorreta. O percentual correto é de 25%, nos termos do artigo 112, inciso III, da Lei n.° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP): Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: [...] III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

A alternativa C está correta. De acordo com o artigo 112, §3º, III, da Lei n.° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP): § 3º No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente: III - ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior;

A alternativa D está incorreta. Fazem jus à remição o condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto, nos termos do artigo 126 da Lei n.° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP): Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

A alternativa E está incorreta. Consoante ao artigo 9º-A da Lei n.° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP): Art. 9º-A. O condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.

QUESTÃO 61. Assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas).

a) Ao agente que pratica o delito de tráfico ilícito de entorpecentes e, em razão da dependência, era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, deve ser imposta uma causa de diminuição de pena, de metade a dois terços.

b) Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, em até 24 horas, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao Ministério Público, em no máximo 48 horas.

c) Verificando-se a conduta de posse de entorpecentes, o autor do fato será preso em flagrante, devendo ser encaminhado, em até 24 horas, para a autoridade judicial, a fim de que seja submetido à audiência de custódia.

d) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

e) É possível a concessão de indulto à pena imposta por condenação relativa ao crime de associação para a prática de tráfico ilícito de entorpecentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 46 da Lei n. 11.343/2006: Art. 46. As penas podem ser reduzidas de um terço a dois terços se, por força das circunstâncias previstas no art. 45 desta Lei, o agente não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 50 da Lei n. 11.343/2006: Art. 50. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 48, § 2º, da Lei n. 11.343/2006: § 2º Tratando-se da conduta prevista no art. 28 desta Lei, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 41 da Lei n. 11.343/2006: Art. 41. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o artigo 44 da Lei n. 11.343/2006: Art. 44. Os crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º , e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos.

Parágrafo único. Nos crimes previstos no caput deste artigo, dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena, vedada sua concessão ao reincidente específico.

QUESTÃO 62. Há quase duas décadas, vigora no Brasil a Lei n.° 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha. Com relação a este diploma legal, assinale a opção correta.

a) Resta configurada a violência doméstica e familiar contra a mulher em qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, em qualquer relação intima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, desde que haja ou tenha havido coabitação.

b) Uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher é a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

c) Nas causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável em juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher.

d) Verificada a existência de risco atual ou iminente ou a integridade física e psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar a autoridade policial, quando o município não for sede de comarca, poderá aplicar, provisoriamente, até deliberação judicial, a medida protetiva de urgência consistente em encaminhamento da ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.

e) O delegado de polícia, nos termos da Lei Maria da Penha, assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei n. 11.340/2006, não se exige coabitação: Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...] III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de violência moral, nos termos do artigo 5º, inciso V, da Lei n. 11.340/2006: Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: [...] V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do artigo 14-A, caput, da Lei n. 11.340/2006: Art. 14-A. A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A alternativa D está incorreta. A medida a ser aplicada é o afastamento do agressor do lar, nos termos do artigo 12-C, II, da Lei n. 11.340/2006: Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: [...II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou

A alternativa E está incorreta. A medida será aplicada pelo juiz, nos termos do artigo 9º, §2º, I, da Lei n. 11.340/2006: § 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica: I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

QUESTÃO 63. De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, a repressão da criminalidade cabe

I à polícia civil.

II à polícia militar.

III à polícia penal.

IV ao corpo de bombeiros militar.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas os itens I e Il estão certos.

c) Apenas os itens III e VI estão certos.

d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

De acordo com o artigo 103, II, da Constituição do Estado de Pernambuco, cabe à Polícia Civil a atribuição de repressão da criminalidade. Veja o que dispõe o artigo dispositivo:

Art. 103. À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, ocupante do último nível da carreira, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:

I - as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;

II - a repressão da criminalidade;

QUESTÃO 64. De acordo com a Lei Estadual nº. 6.425/1972, que dispõe sobre o regime jurídico dos policiais civis da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Pernambuco (Estatuto Policial), a remoção do policial civil por conveniência da disciplina deverá ser expressamente justificada pelo

a) diretor do departamento de pessoal.

b) governador do estado.

c) secretário da segurança pública.

d) Conselho Superior de Polícia.

e) chefe do serviço em que estiver lotado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

Trata-se da literalidade do artigo 14 da Lei Estadual n. 6.123/1968, segundo o qual: "A remoção por conveniência da disciplina deverá ser expressamente justificada pelo chefe do serviço em que estiver lotado o funcionário e acarretará ao mesmo a perda dos direitos e vantagens atribuídas às outras formas de remoção".

QUESTÃO 65. De acordo com a Lei Estadual nº. 6.123/1968, na promoção por antiguidade de servidor público do Estado de Pernambuco, havendo empate na classificação por antiguidade na classe, o primeiro critério de preferência a ser adotado será o(a)

a) tempo de serviço público prestado ao Estado e respectivas autarquias.

b) exercício de substituição não remunerada.

c) tempo no serviço público.

d) número de filhos.

e) idade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

De acordo com o artigo 61, §5º, I, da Lei Estadual n. .123/1968, o primeiro critério de desempate na promoção por antiguidade será o tempo de serviço público prestado ao Estado e respectivas autarquias.

Veja o que dispõe o aludido dispositivo:

Art. 61. § 5º quando houver empate na classificação por antiguidade na classe, terá preferência, sucessivamente:

I - O funcionário de maior tempo de serviço público prestado ao Estado e respectivas autarquias.

II - O que houver exercido substituição não remunerada prevista na presente Lei.

III - O de maior tempo de serviço público.

IV - O de maior prole.

V - O mais idoso.

QUESTÃO 66. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº. 137/2008, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos no âmbito da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, julgue os itens seguintes.

I A carreira de policial civil caracteriza-se pela autonomia e independência funcional, exigência de formação especificamente policial e multidisciplinariedade de conhecimento técnico-científico em situações que implicam risco de vida ou saúde de seus integrantes.

II É vedada a cessão de servidores ocupantes de cargos integrantes do grupo ocupacional de polícia civil, salvo para o exercício de cargo em comissão compatível com as atribuições do cargo de provimento efetivo, em que a cessão é condicionada à prévia anuência do Conselho Superior de Política de Pessoal (CSPP)

III O servidor que tiver sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado ou punido disciplinarmente com pena de suspensão somente poderá concorrer à progressão se já houver cumprido a pena ou punição disciplinar que lhe tenha sido imputada.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item IlI está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A afirmativa I está incorreta. Nos termos do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº. 137/2008, o serviço da carreira policial civil é caracterizado pela autonomia e interdependência, e não independência funcional: Art. 2º. Observado o disposto nos artigos antecedentes, o exercício das atividades da carreira policial civil caracteriza-se pela autonomia e interdependência funcional, exigência de formação especificamente policial e multidisciplinaridade de conhecimento técnico-científico em situações que implicam risco de vida ou saúde de seus integrantes.

A afirmativa II está incorreta. De acordo com artigo 20 da Lei Complementar Estadual nº. 137/2008, é necessária a prévia anuência do Secretário de Defesa Social para a cessão de servidores ocupantes de cargos integrantes do Grupo Operacional de Polícia Civil: Art. 20. É vedada a cessão de servidores ocupantes de cargos integrantes do Grupo Ocupacional de Polícia Civil, salvo para o exercício de cargo em comissão compatível com as atribuições do cargo de provimento efetivo, ou para composição de Assistência Policial Militar e Civil, estabelecida por Lei Complementar específica. § 1° A cessão de que trata o caput deste artigo fica condicionada à prévia anuência do Secretário de Defesa Social, respeitado o limite máximo de 5% (cinco por cento) do quantitativo de cargos efetivos ocupados.

A afirmativa III está correta. Trata-se da literalidade do artigo 15, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº. 137/2008: Art. 15. Não concorrerá à progressão o servidor: V – que tiver sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado ou punido disciplinarmente com pena de suspensão. Parágrafo único. No caso do inciso V, o servidor só poderá concorrer à progressão, após decorrido o cumprimento da pena ou da punição disciplinar imputada.

QUESTÃO 67. De acordo com a Lei Complementar Estadual n.° 317/2015, que regulamenta a Constituição do Estado de Pernambuco, julgue os itens seguintes.

I As funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza administrativa, jurídica e policial, essenciais e exclusivas de Estado.

Il No ato da posse para o ingresso no cargo de delegado de polícia, exigem-se o diploma de bacharel em direito e a comprovação de três anos de atividade jurídica ou policial.

III A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato devidamente fundamentado.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo

b) Apenas o item Il está certo

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A afirmativa I está incorreta. Nos termos do artigo 1º da Lei Complementar Estadual n.° 317/2015: Art. 1º O cargo, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo Delegado de Polícia são de natureza jurídica e policial, essenciais e exclusivas de Estado.

A afirmativa II está correta. Trata-se da literalidade do artigo 2º da Lei Complementar Estadual n.° 317/2015: Art. 2º O ingresso no cargo de Delegado de Polícia dar-se-á sempre na faixa e na classe iniciais, mediante prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, sendo exigido diploma de bacharel em Direito e, no mínimo, 3 (três) anos de atividade jurídica ou policial, comprovados no ato da posse. (V)

A afirmativa III está correta. Conforme dispõe o artigo 3º da Lei Complementar Estadual n.° 317/2015: Art. 3º A remoção do Delegado de Polícia dar-se-á somente por ato devidamente fundamentado.

QUESTÃO 68. No âmbito das lesões corporais, a sugilação

a) caracteriza-se por uma pequena área de efusão sanguínea.

b) é uma lesão equimótica com aspecto de petéquia.

c) apresenta espectro equimótico que não sofre variação na sua coloração durante sua evolução temporal.

d) apresenta-se sempre na forma de petéquias dispersas.

d) é um aglomerado de petéquias

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A equimose pode ser caracterizada por lesões que se traduzem por infiltração hemorrágica nas malhas dos tecidos. Para que ela se verifique, é necessária a presença de um plano mais resistente abaixo da região traumatizada e de ruptura capilar, permitindo, assim, o extravasamento sanguíneo.

Em geral, são superficiais, mas podem surgir nas massas musculares, nas vísceras e no periósteo. Thoinot dizia que a equimose era uma prova irrefutável de reação vital. Quando se apresenta em forma de pequenos grãos, recebe o nome de sugilação e, quando em forma de estrias, toma a denominação de víbice. E petéquias, pequenas equimoses, quase sempre agrupadas e caracterizadas por um pontilhado hemorrágico. Equimona, como sinônimo de equimose de grande proporção, é expressão pouco usada entre especialístas.

A tonalidade da equimose é outro aspecto de grande interesse médico-pericial. De início, é sempre avermelhada. Depois, com o correr do tempo, ela se apresenta vermelho escura, violácea, azulada, esverdeada e, finalmente, amarelada, desaparecendo, em média, entre 15 e 20 dias.

O França menciona, em seu livro, essa mudança de tonalidades que se processa em uma equimose tem o nome de "espectro equimótico de Legrand du Saulle", que tem valor relativo em sua cronologia. Em geral, é: vermelha no primeiro dia; violácea no segundo e no terceiro; azul do quarto ao sexto; esverdeada do sétimo ao 10°; amarelada por volta do 12º dia; desaparecendo em torno do 15º ao 20º. O valor cronológico dessas alterações é relativo.

Fonte: Ebook, Estratégia Carreira Jurídica Delegado de Polícia - Medicina Legal - Prof.: Alexandre Herculano.

QUESTÃO 69. Para analisar um corpo humano em estado adiantado de putrefação encontrado em um manguezal, é necessário o conhecimento dos fenômenos cadavéricos. A esse respeito, assinale a opção correta.

a) Nos cadáveres em decúbito dorsal, a rigidez se inicia pela face, pela mandíbula e pela nuca, seguidas pelos músculos do tronco, os membros superiores e, por último, os membros inferiores, desaparecendo a rigidez, posteriormente, na mesma ordem em que surgiu.

b) A saponificação que pode ocorrer após a morte é um fenômeno transformativo destrutivo.

c) A perda da consciência e a abolição do tônus muscular com imobilidade são fenômenos bióticos imediatos.

d) Manchas de hipóstase e livores cadavéricos são fenômenos bióticos imediatos e intempestivos.

e) À maneira das hipóstases viscerais, os livores cutâneos, constantes, são vistos nas primeiras 8 a 12 horas após o óbito e podem deslocar-se com as mudanças de posição do cadáver dentro das próximas 16 a 24 horas, após as quais fixam-se definitivamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Conforme vimos, a rigidez pode manifestar-se tardia ou precocemente. Segundo Nysten-Sommer, ocorre obedecendo à seguinte ordem: na face, nuca e mandíbula, 1 a 2 horas; nos membros superiores, 2 a 4 horas; nos músculos tóraco-abdominais, 4 a 6 horas; nos membros inferiores, 6 a 8 horas pós morte. A rigidez cadavérica desaparece progressivamente seguindo a mesma ordem de seu aparecimento, cedendo lugar à flacidez muscular, após 36 a 48 horas de permanência do óbito.

A alternativa B está incorreta. A doutrina menciona que os fenômenos transformativos, compreendem os destrutivos (autólise, putrefação e maceração) e os conservadores (mumificação, saponificação,

calcificação e corificação). Resultam de alterações somáticas tardias tão intensas que a vida se torna absolutamente impossível.

A alternativa C está incorreta. A perda da consciência e a abolição do tônus muscular com imobilidade são fenômenos abióticos imediatos.

A alternativa D está incorreta. Manchas verdes abdominal, de hipóstase e livores cadavéricos (livor mortis) são fenômenos abióticos consecutivos.

A alternativa E está incorreta. Em regra, as manchas hipostáticas fixam-se com 12 horas após a morte.

QUESTÃO 70. As oito legiões de Mégnin são grupos de insetos que compõem a fauna cadavérica, cujo estudo é importante no âmbito da cronotanatognose por serem as evidências entomológicas um dos elementos mais relevantes na estimativa do intervalo post mortem. A esse respeito, assinale a opção correta.

a) A 2ª legião da fauna cadavérica aparece em média entre 3 a 6 meses após a morte, com a fermentação ácida das substâncias graxas do corpo.

b) A 8ª legião consome, cerca de 3 anos após a morte, todos os resquícios orgânicos porventura deixados pelas precedentes.

c) A 1ª legião da fauna cadavérica surge com o odor cadavérico e permanece, conforme a temperatura do meio ambiente, por cerca de 15 a 20 dias.

d) A 7ª legião desseca todos os humores que ainda restam no cadáver.

e) O uso da fauna cadavérica no estudo em relação ao cadáver exposto ao ar livre tem valor conclusivo absoluto na determinação da cronotanatognose.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

Na putrefação aparecem quatro períodos transformativos: Período de coloração ou cromática; Período gasoso, e; Período coliquativo.

Período coliquativo - A coliquação é a dissolução pútrida das partes moles do cadáver pela ação conjunta das bactérias e da fauna necrófaga. Os gases se evolam, o odor é fétido e o corpo perde gradativamente a sua forma. Dependendo das condições de resistência do corpo e do local onde está inumado, esse período pode durar um ou vários meses, terminando pela esqueletização;

"(...) foi Mégnin quem estabeleceu com segurança como surgem os trabalhadores ou legionários da morte, dando acentuada importância ao fato. Surgem com certa regularidade, preparando terreno aos outros grupos, sendo as etapas das diversas turmas distintas e em número de oito. A primeira legião é composta dos dípteros da espécie Musca domestica, Muscina stabulans e Calliphora vomitoria, cujo

tempo de aparecimento é de 8 a 15 dias iniciando a marcha dos trabalhos até o aparecimento dos ácidos graxos".

De acordo com Fransciso Maia, "para Mégnin (1894), os 'trabalhadores da primeira legião' ocupavam o cadáver entre 16 e 23 dias (tanto as fases de larva quanto de pupa, dependendo da temperatura ambiente), pois preferiam os estágios iniciais da morte onde a carne era fresca, podendo ser vistos oviporem adicionalmente em carnes imperfeitamente salgadas. Ex.: Musca domestica, Calliphora vomitoria (Diptera: Calliphoridae).

A segunda legião iniciava a colonização logo que o odor cadavérico se fazia sentir, concomitante ao abandono pelas espécies da primeira legião, dentre outras pela Lucilia coesar (Diptera: Calliphoridae), Sarcophaga carnaria.

A terceira legião, composta por coleópteros (bezouros), tinha início quando os dípteros Sarcophaga terminavam de cumprir sua função, de 3 a 6 meses depois da morte. Ex.: coleópteros Dermetes lardarius.

A quarta legião, pouco depois de instalada a fermentação butírica (reação química realizada por bactérias na ausência de oxigênio, através da qual se forma o ácido butírico). Processo descoberto por Louis Pasteur em 1861, se caracteriza pelo surgimento de odores pútridos e desagradáveis. Ex.: Pyophila petasionis (Diptera: Piophilidae).

A quinta legião, comandada pela fermentação amoniacal (cerca de um ano após a morte) onde é observada a liquefação enegrecida das substâncias animais que não foram consumidas pelos trabalhadores das legiões antecessoras. Ex.: Ophyra cadaverina (Diptera: Muscidae). A sexta legião absorveria todos os humores que ainda restam no cadáver resultando em dessecação completa ou mumificação das partes orgânicas que resistiriam às diversas e sucessivas fermentações, freqüentada por acarinos. Ex.: Uproda nummularia

A sétima legião vem para consumir as partes remanescentes do corpo tais como os tecidos membranosos pergaminhados, os ligamentos e os tendões transformados em matéria dura de aparência resinosa. Ex.: Antherenus museorum (Coleoptera).

Oitava legião faz "desaparecer" todos os detritos que os outros insetos deixaram e que assinalaram sua passagem. Dizia Mégnin (1894) que "se estes insetos predecessores da oitava legião desaparecerem sem deixar vestígios, a apreciação da data da morte seria muito difícil; ter-se-á, entretanto, a certeza de que remonta a mais de três anos, época em que os detritos da 7ª legião são presentes e acusam o fim completo de seu trabalho preparado pelos antecessores". Ex.: Ptinus bruneus (Coleoptera)".

Fonte: Ebook, Estratégia Carreira Jurídica Delegado de Polícia - Medicina Legal - Prof.: Alexandre Herculano.

Francisco Silvio Maia. Criminalística Geral. Fortaleza, 2012. Disponível em https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wp-content/uploads/2019/07/criminalistica-geral.pdf.

QUESTÃO 71. A respeito de acidentes seguidos ou não de mortes decorrentes da ação elétrica, da ação térmica ou de baropatias, assinale a opção correta.

a) A eletricidade industrial que age letalmente sobre o homem e os animais é denominada fulminação e, quando apenas determina danos corporais, fulguração.

b) A marca elétrica de Jellineck tem valor médico-legal para indicar a porta de saída da corrente elétrica no organismo.

c) A intermação é uma termonose que se manifesta em espaços abertos e bem arejados.

d) Com a frequência de aumento das tempestades, observam-se acidentes denominados eletroplessões ocasionados pelos raios cósmicos (naturais).

e) A diminuição da pressão atmosférica é a responsável pela patogenia de descompressão em mergulhadores, podendo ocasionar a morte por embolias gasosas formadas pelo nitrogênio anteriormente dissolvido sob pressão no soro sanguíneo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. A eletricidade atmosférica, representada especialmente pelos raios, agindo letalmente sobre o homem e animais, chama-se fulminação, e, quando apenas determina danos corporais, fulguração. A fulminação é eletricidade natural.

A alternativa B está incorreta. As lesões superficiais dessa forma de eletricidade alteram-se de acordo com a corrente de alta ou baixa tensão. A lesão mais típica é conhecida como marca elétrica de Jellinek (foto abaixo), embora nem sempre esteja presente. Constitui-se em uma lesão da pele, tem forma circular, elítica ou estrelada, de consistência endurecida, bordas altas, leito deprimido, tonalidade branco-amarelada, fixa, indolor, asséptica e de fácil cicatrização. Pode apresentar também a forma do condutor elétrico.

A alternativa C está incorreta. Na intermação o calor age sobre o corpo em espaços confinados (calor industrial) sem arejamento. A intermação decorre capitalmente do excesso de calor ambiental, lugares mal arejados, quase sempre confinados ou pouco abertos e sem a necessária ventilação, surgindo, geralmente, de forma acidental. Alguns fatores, como alcoolismo, falta de ambientação climática, vestes inadequadas, são elementos consideráveis.

A alternativa D está correta. A ação da eletricidade industrial ou artificial pode provocar lesões corporais, com ou sem êxito letal, denominadas eletroplessão, frequentemente ocasionadas por defeito de instalações (campainhas, telefones, chuveiros elétricos), mau isolamento dos fios condutores, imperícia ou negligência da vítima. Alguns autores mencionam a eletrocussão como sendo a descarga letal.

A alternativa E está incorreta. É o aumento da pressão atmosférica e não a diminuição. O aumento da pressão atmosférica, ao mesmo tempo que acarreta uma patologia de compressão, caracterizada pela intoxicação por oxigênio, nitrogênio e gás carbônico, produz também uma patologia de descompressão,

proveniente do fenômeno da embolia, consequente à maior concentração dos gases dissolvidos no sangue. Segundo o França, são conhecidas por “barotrauma".

Fonte: Ebook, Estratégia Carreira Jurídica Delegado de Polícia - Medicina Legal - Prof.: Alexandre Herculano

QUESTÃO 72. A respeito de asfixias, que ocorrem em diversos tipos de crimes e acidentes, assinale a opção correta.

a) A procidência da língua é característica exclusiva no enforcamento.

b) As manchas de Tardieu são encontradas exclusivamente nas pleuras pulmonares.

c) As manchas de Paltauf são as petéquias encontradas frequentemente no timo dos indivíduos enforcados.

d) A fase de esgotamento envolve o período de dispneia inspiratória, com cerca de um minuto de duração, durante o qual o asfíxico, sem perder a consciência, sorve desordenadamente, em grandes haustos, o ar.

e) Não há sinais patognomônicos característicos nas asfixias mecânicas em geral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. A procidência da língua também pode ser sinal de estrangulamento.

A alternativa B está incorreta. As manchas de tardieu são a equimoses viscerais, comum nas asfixias mecânicas. vamos ver, logo abaixo, que a metalização elétrica é o destacamento da pele, com o fundo da lesão impregnado de partículas da fusão e vaporização dos condutores elétricos. Não são exclusivas das pleuras pulmonares.

Nos casos de asfixia mecânica, os pulmões ficam com pequenas manchas avermelhadas (hemorrágicas) que decorrem da alta pressão arterial provocada pelo aumento da concentração de gás carbônico no sangue. Tais manchas são chamadas de “Manchas de Tardieu”. Esses sinais podem variar dependendo da espécie de asfixia.

A alternativa C está incorreta. Os achados necroscópicos frequentes, segundo o França, no afogamento são: sinais internos: diluição do sangue (em razão da ingestão de grande quantidade de líquido); presença de água no estômago; enfisema hidroaéreo do pulmão; manchas de “Paltauf” (hemorragias pleurais no pulmão); presença de plâncton e água nas vias respiratórias (nariz e boca); presença de líquido nos ouvidos.

A alternativa D está incorreta. Segundo Hoffman, a morte por afogamento é constituída de três fases: 1ª Fase de Defesa ou Resistência: a vítima tenta conter a respiração o máximo possível, ocorrendo a

contenção e a pausa, ou suspensão da respiração (apneia); 2ª Fase de Exaustão: ocorre atos respiratórios desordenados (respiração forçada e difícil), por reflexo, a vítima começa a inspirar líquido profundamente (dispneia); 3ª Fase de Asfixia: a vítima perde a consciência, tem convulsões e morre.

A alternativa E está correta. As asfixias mecânicas, em geral, não têm sinais patognomônicos. Há sinais externos e internos, mas não há sinal patognomônicos.

QUESTÃO 73. Assinale a opção correta, com referência ao abortamento e ao infanticídio.

a) A mera tentativa de abortamento não caracteriza crime, por não ser hipótese tipificada criminalmente pelo Código Penal.

b) Não será punido o aborto praticado por médico se não houver outro meio de salvar a vida da gestante ou se a gravidez tiver decorrido de estupro e o aborto for precedido do consentimento da gestante.

c) A docimásia de Icard na avaliação de infanticidio embasa-se na diferença entre a densidade do pulmão que respirou e a do que não respirou.

d) O abortamento criminoso é caracterizado pela ocorrência após a 20ª semana de gestação ou no caso de o feto apresentar massa corporal igual ou superior a 500 gramas.

e) No abortamento espontâneo, não ocorrem fatores gametogênicos masculinos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. É admitida a tentativa do crime de aborto por se tratar de crime material.

A alternativa B está correta. Trata-se da previsão contida no artigo 128, inciso II, do Código Penal: Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

A alternativa C está incorreta. A avaliação do infanticídio é avaliada por meio da docimásia de Galeno.

A alternativa D está incorreta. O abortamento criminoso é caracterizado pela ocorrência após a 22ª semana de gestação ou no caso de o feto apresentar massa corporal igual ou superior a 500 gramas.

A alternativa E está incorreta. Fatores masculinos podem influenciar na ocorrência do aborto espontâneo.

QUESTÃO 74. Assinale a opção em que são apresentados corretamente dois exemplos de formas de prevenção terciária do crime.

a) programas de reabilitação do recluso e financiamento estudantil

b) práticas de ressocialização e de reabilitação dos apenados

c) financiamento de moradias e programas de combate ao desemprego

d) programas de combate à fome e financiamento de moradias

e) financiamento estudantil e programa de incentivo ao primeiro emprego

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema prevenção do crime.

A prevenção terciária do crime foca em indivíduos que já cometeram delitos, com o objetivo de reduzir a reincidência e facilitar a reintegração na sociedade.

A alternativa A está incorreta. O financiamento estudantil, embora importante para a educação e prevenção primária ou secundária do crime, não se enquadra na prevenção terciária, pois não se destina especificamente a indivíduos que já cometeram delitos.

A alternativa B está correta. As práticas de ressocialização e reabilitação são exemplos clássicos de prevenção terciária, pois se dirigem a pessoas que já foram condenadas por crimes, com o objetivo de prevenir a reincidência, promovendo sua reintegração como membros produtivos da sociedade.

A alternativa C está incorreta. Financiamento de moradias e programas de combate ao desemprego, embora importantes para a estabilidade social e econômica, são mais preventivas e gerais, podendo ser classificadas como prevenções primária ou secundária, pois visam evitar a ocorrência de crimes por meio da eliminação de condições propícias ao crime, mas não se focam especificamente na população já condenada.

A alternativa D está incorreta. Programas de combate à fome e financiamento de moradias são preventivas de forma mais geral e não se concentram em indivíduos que já cometeram crimes, portanto, não são exemplos de prevenção terciária.

A alternativa E está incorreta. Financiamento estudantil e programa de incentivo ao primeiro emprego são estratégias de prevenção primária ou secundária, pois visam fornecer oportunidades educacionais e de emprego para evitar que o crime ocorra inicialmente, e não se focam na reintegração de delinquentes.

QUESTÃO 75. Entre as teorias sociológicas do crime, aquela que buscou explicar os crimes de colarinho branco (white-collar crimes) foi a

a) escola de Chicago, cujos estudos se iniciaram nas décadas de 20 e 30 do século XX.

b) teoria da subcultura delinquente, desenvolvida por Erving Goffman e Howard Becker, na década de 50 do século XX.

c) teoria do *labelling approach*, desenvolvida a partir do trabalho do sociólogo holandês Bonger, na década de 60 do século XX.

d) teoria da associação diferencial, desenvolvida pelo sociólogo americano Edwin Sutherland, com base nos pensamentos de Gabriel Tarde.

e) teoria da anomia, desenvolvida por Robert King Merton, com base na doutrina de Durkheim.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema teorias sociológicas do crime.

A alternativa A está incorreta. A Escola de Chicago focava principalmente no impacto do ambiente urbano e da desorganização social sobre o comportamento criminoso, com ênfase nas taxas de criminalidade em diferentes áreas urbanas. Embora inovadora, não focava especificamente nos crimes de colarinho branco.

A alternativa B está incorreta. A Teoria da Subcultura Delinquente foi desenvolvida por sociólogos como Erving Goffman e Howard Becker, esta teoria se concentra mais na forma como certos grupos criam normas e valores que divergem dos padrões sociais aceitáveis, levando ao crime e à delinquência. Essa teoria não foca especificamente nos crimes de colarinho branco, mas na delinquência juvenil e na criminalidade ligada a subculturas.

A alternativa C está incorreta. A Teoria do Labelling Approach, também conhecida como teoria da rotulação ou etiquetamento, foca em como a definição e a aplicação de rótulos de "criminoso" por parte da sociedade e das autoridades podem influenciar a identidade de um indivíduo e promover a continuação do comportamento criminoso. Embora relevante para entender as consequências da criminalização, não foi desenvolvida especificamente para explicar os crimes de colarinho branco.

A alternativa D está correta. A Teoria da Associação Diferencial, desenvolvida por Edwin Sutherland, explica que o crime é aprendido através da associação com outros que cometem crimes, incluindo os comportamentos, técnicas e motivações para o crime. Sutherland é notavelmente conhecido por introduzir o conceito de crime de colarinho branco, argumentando que esses crimes são cometidos no contexto de uma ocupação respeitável. Portanto, esta teoria foi uma das primeiras a abordar diretamente e explicar os crimes de colarinho branco.

A alternativa E está incorreta. A Teoria da Anomia, desenvolvida por Robert King Merton, foca na disjunção entre as metas culturais da sociedade e os meios institucionais disponíveis para alcançar essas metas. Embora ofereça uma explicação para o crime em termos da pressão para alcançar o sucesso, ela não foi desenvolvida especificamente com o foco nos crimes de colarinho branco.

QUESTÃO 76. Assinale a opção que apresenta corretamente o teórico que classificava os criminosos nas três categorias seguintes: criminoso assassino, criminoso enérgico ou violento, e ladrão ou neurastênico.

a) Giovanni Carmignani

b) Raffaele Garofalo

c) Francesco Carrara

d) Cesare Lombroso

e) Enrico Ferri

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema teóricos da criminologia.

A alternativa A está incorreta. Giovanni Carmignani foi um jurista italiano, professor de direito, que não se destacou por classificar criminosos em categorias específicas, como as mencionadas na questão. Seu trabalho não está diretamente associado ao estudo da criminologia na forma como Lombroso fez.

A alternativa B está correta. Raffaele Garofalo ficou conhecido por seus trabalhos sobre o conceito de "criminologia natural". Sua abordagem estava mais voltada para a identificação de traços psicológicos e comportamentais que levariam ao crime. Assim, classificou os criminosos nas três categorias seguintes: criminoso assassino, criminoso enérgico ou violento, e ladrão ou neurastênico.

A alternativa C está incorreta. Francesco Carrara, outro renomado penalista italiano, não está associado à classificação de criminosos em categorias específicas como as descritas. Carrara é mais conhecido por seus contributos teóricos ao direito penal e à defesa dos direitos do acusado.

A alternativa D está incorreta. Lombroso é considerado o pai da criminologia moderna e é famoso por sua teoria do "criminoso nato", na qual argumentava que os criminosos nascem com predisposições físicas e mentais para o crime. Ele classificou os criminosos em várias categorias, incluindo o criminoso nato, criminoso louco (incluindo loucos morais, epilépticos, e alcoólatras), e o criminoso ocasional, mas não fez a classificação indicada no enunciado.

A alternativa E está incorreta. Enrico Ferri foi um sociólogo e criminologista italiano, aluno de Lombroso, e um dos fundadores da Escola Positivista de Criminologia. Embora tenha contribuído significativamente para a criminologia com sua ênfase nas causas sociais e econômicas do crime, não é conhecido por classificar criminosos nas categorias mencionadas.

QUESTÃO 77. Ao contrário do direito penal, se utiliza do método empírico e intuitivo, observando todo o processo criminógeno. No que se refere às técnicas de investigação utilizadas pelo método empírico-indutivo no âmbito da criminologia, assinale a opção correta.

a) Os testes de personalidade prospectivos são aqueles que buscam medir a personalidade do agente por meio do uso de jogos, quadros e figuras, que imprimem estímulos na pessoa examinada e que, consequentemente, provocam reações das quais resultam as respostas que servirão de base para a interpretação dos resultados desejados.

b) O teste de Rorschach possui a finalidade de traçar a personalidade do indivíduo por meio do desenho de uma árvore, de uma casa e de uma pessoa.

c) Os testes de inteligência, na criminologia, não buscam medir a inteligência por meio do quociente de inteligência (QI), mas pela capacidade de raciocínio e entendimento da pessoa examinada.

d) Os testes de personalidade projetivos compreendem a emprego de técnica direcionada a explorar minuciosamente as intenções presentes e futuras do agente, retraindo-lhe, entre outros aspectos, as suas crenças e potencialidades lesivas, os freios de contenção de boas condutas, o estilo de vida, o porquê da vida criminal e o porquê da imposição de sofrimento às vítimas.

e) A técnica de perfilamento criminal (criminal profiling) reflete a aplicação de conhecimentos multidisciplinares à investigação criminal, sendo considerada uma técnica de investigação criminal que adiciona às competências do investigador o conhecimento sobre o comportamento humano do criminoso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema métodos da criminologia.

A alternativa A está incorreta. Os testes de personalidade prospectivos não são comumente descritos como aqueles que usam jogos, quadros, e figuras para medir a personalidade. Embora haja métodos que utilizam estímulos visuais para provocar respostas, a descrição fornecida mistura aspectos de diferentes tipos de testes sem uma correspondência direta com práticas específicas da criminologia.

A alternativa B está incorreta. O teste de Rorschach é de fato um teste projetivo de personalidade que utiliza manchas de tinta para que o indivíduo interprete, mas a descrição fornecida está incorreta. O teste não envolve o desenho de uma árvore, uma casa, e uma pessoa; esses elementos são parte de outro tipo de teste psicológico, o Teste da Casa-Árvore-Pessoa (HTP), que é distinto do Rorschach.

A alternativa C está incorreta. Os testes de inteligência na criminologia de fato não se limitam a medir o QI, mas a descrição simplifica excessivamente a complexidade e a variedade de testes de inteligência utilizados, e não especifica como esses testes são aplicados ou interpretados no contexto criminológico.

A alternativa D está incorreta. Os testes de personalidade projetivos são utilizados para revelar aspectos inconscientes da personalidade através da interpretação de estímulos ambíguos. No entanto, a descrição fornecida exagera e distorce a aplicação e os objetivos desses testes. Eles são projetados para revelar conflitos internos, motivações, e aspectos da personalidade que podem não ser imediatamente evidentes, mas não são tão direcionados a explorar intenções futuras ou específicas crenças e potencialidades lesivas de forma tão detalhada como sugerido.

A alternativa E está correta. A técnica de perfilamento criminal é a correta. Esta técnica realmente reflete a aplicação de conhecimentos multidisciplinares (incluindo psicologia, criminologia e ciências forenses) à investigação criminal. É utilizada para identificar características comportamentais e psicológicas de criminosos com base em evidências de cenas de crime e outros dados relevantes, auxiliando na identificação e captura de suspeitos. Esta descrição se alinha corretamente com o uso do método empírico-indutivo na criminologia, que envolve a observação, coleta de dados, e análise para formular perfis e teorias sobre o comportamento criminoso.

QUESTÃO 78. Assinale a opção que apresenta corretamente a teoria que defende a ideia de que a conduta criminosa resulta de uma série de estímulos contínuos na vida do indivíduo, sendo produto de suas experiências passadas.

a) teoria dos instintos

b) teoria do condicionamento operante

c) teoria dos tipos de autor

d) teoria do reforço diferencial

e) teoria da identificação diferencial

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema criminologia.

A alternativa A está incorreta. A Teoria dos Instintos sugere que o comportamento, incluindo o comportamento criminoso, é impulsionado por instintos inatos. Não se concentra na ideia de que a conduta criminosa é resultado de experiências passadas ou de estímulos contínuos, mas sim na premissa de que certos comportamentos são naturais e inerentes ao ser humano.

A alternativa B está incorreta. Embora a Teoria do Condicionamento Operante, desenvolvida por B.F. Skinner, também envolva a aprendizagem de comportamentos através de reforços e punições, ela não especifica a ideia de que a conduta criminosa é produto de experiências passadas de forma tão direta quanto a teoria do reforço diferencial. O condicionamento operante é um princípio mais geral de aprendizagem que pode ser aplicado a uma ampla gama de comportamentos, não focando exclusivamente no comportamento criminoso.

A alternativa C está incorreta. A Teoria dos Tipos de Autor classifica criminosos em diferentes categorias ou tipos com base em características psicológicas, sociais, ou biológicas. Não se concentra na aprendizagem do comportamento criminoso através de experiências passadas ou estímulos contínuos.

A alternativa D está correta. A Teoria do Reforço Diferencial parte da teoria da associação diferencial de Edwin Sutherland, argumenta que os comportamentos criminosos são aprendidos através da associação com outros e são reforçados por recompensas e punições. Esta teoria enfatiza que a conduta

criminosa é o resultado de um processo de aprendizagem que envolve a exposição a estímulos específicos ao longo do tempo, o que está em linha com a descrição fornecida.

A alternativa E está incorreta. A Teoria da Identificação Diferencial sugere que os indivíduos se envolvem em comportamento criminoso porque se identificam com outros criminosos, mas não foca especificamente na ideia de que a conduta criminosa resulta de uma série de estímulos contínuos ou é produto das experiências passadas da mesma maneira que a teoria do reforço diferencial.

QUESTÃO 79. No que se refere à vigência e à revogação das leis disciplinadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a opção correta.

a) Em caso de não se destinar à vigência temporária, a lei vigorará até que outra a modifique ou revogue.

b) A lei revogada se restaura automaticamente por ter a lei revogadora perdido a vigência.

c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.

d) A obrigatoriedade da lei brasileira admitida nos Estados estrangeiros se inicia 45 dias após oficialmente publicada.

e) Quando a lei não estabelece, expressamente, a data do inicio de sua vigência, ela começa a vigorar no dia seguinte à sua publicação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão aborda sobre vigência e revogação de leis, segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A alternativa A está correta. art. 2º da LINDB, quando a lei não for temporária, terá vigência até que outra lei revogue ou a modifique.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 1º, §3º da LINDB, salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 1º, §2º da LINDB, lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

A alternativa D está incorreta. O prazo está incorreto. Conforme o art. 1º, §1º da LINDB, a lei brasileira terá obrigatoriedade nos Estados estrangeiros, quando admitida, três meses depois que for oficialmente publicada.

A alternativa E está incorreta. Quando não há disposição de quando a lei vigorará, ela passara a ter vigor em todo o país 45 dias após publicada oficialmente, nos termos do art. 1º, caput, da LINDB.

QUESTÃO 80. Acerca da classificação da posse, assinale a opção correta.

a) Quanto a existência de vício, a posse é classificada com título e posse sem título.

b) Quanto à proteção, a posse é classificada em posse ad interdicta e posse ad usucapionem.

c) Quanto à legitimidade do título, a posse é classificada em posse direta e posse indireta.

d) Quanto ao tempo, a posse é classificada em posse nova e posse velha.

e) Quanto ao exercício e ao gozo, a posse é classificada em posse de boa-fé e posse de má-fé.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda sobre a classificação da posse, exigindo conhecimento doutrinário sobre a matéria.

A alternativa A está incorreta. O justo título da posse se dá com a existência de título ou não. A posse com título, o possuidor adquire a posse com uma "causa representativa de transmissão", já na posse sem título, também conhecida como posse natural, o possuidor apreende a coisa mesmo sem um título representativo da causa, como na acessão causada pela formação de ilhas.

A alternativa B está incorreta. É incorreto afirmar que posse ad usucapionem se refere à legitimidade. A posse ad usucapionem não tem relação à proteção, e sim, se a posse está qualificada para usucapião.

A alternativa C está incorreta. A posse direta ou indireta se refere ao desdobramento da posse.

A alternativa D está correta. Quanto ao tempo, a posse será classificada como nova quando tiver menos de um ano e dia e velha quando tiver mais de ano e dia. Nova é a posse que conta com menos de um ano e um dia, ou seja, aquela que tem até um ano. Velha é a posse que conta com mais de um ano e um dia, ou seja, aquela que tem um ano e um dia ou mais.

A alternativa E está incorreta. A posse de boa-fé e posse de má-fé é quanto ao vício subjetivo da posse, não se relacionando com o seu exercício. Segundo Venosa, a boa-fé se equipara ao erro, daí sua vinculação com a “ignorância”. No entanto, sempre se a analisa subjetivamente. Segundo Pontes de Miranda, há má-fé quando o possuidor está convencido de que sua posse não goza de legitimidade jurídica, mas, ainda assim, mantém-se na posse da coisa.

QUESTÃO 81. São requisitos para a aquisição da propriedade de bem imóvel na modalidade usucapião ordinária

a) *animus domini*; inexistência de oposição à posse; posse ininterrupta por cinco anos; utilização do imóvel para moradia; imóvel de área não superior a 50 hectares e não propriedade de outro imóvel, urbano ou rural.

b) *animus domini*; inexistência de oposição à posse; existência de justo título; existência de boa-fé; e posse ininterrupta por dez anos.

c) *animus domini*; inexistência de oposição à posse; posse ininterrupta por cinco anos; utilização do imóvel para moradia própria ou da família; imóvel de área não superior 250 m^2; não propriedade de outro imóvel, urbano ou rural; inexistência de reconhecimento anterior dessa usucapião.

d) *animus domini*; inexistência de oposição à posse; posse ininterrupta por dois anos; utilização do imóvel para moradia própria ou da família; imóvel de área não superior 250 m^2; não propriedade de outro imóvel, urbano ou rural; abandono do lar pelo outro cônjuge.

e) *animus domini*; inexistência de oposição à posse; e posse ininterrupta por quinze anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão aborda sobre a usucapião ordinária, cuja previsão está no art.1.242 do Código Civil.

A alternativa B está correta. A usucapião ordinária possui previsão no art. 1.242 do Código Civil e estabelece o seguinte: "Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos. Parágrafo único. Será de cinco anos o prazo previsto neste artigo se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.".

Note que, será de dez anos quando a posse for de justo título e boa-fé e esse prazo decai para cinco anos, quando houver o cancelamento do registro.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 82. A respeito de recuperação judicial e extrajudicial, assinale a opção correta.

a) O devedor pode requerer recuperação judicial desde que não tenha, há menos de dois anos, obtido concessão de recuperação judicial.

b) O plano de recuperação extrajudicial poderá contemplar o pagamento antecipado de dívidas que alcancem até vinte por cento do total sujeito à recuperação.

c) Pode requerer recuperação judicial o devedor que não seja falido; caso o tenha sido, as responsabilidades daí decorrentes devem estar declaradas extintas, por sentença transitada em julgado.

d) Estão sujeitos à recuperação extrajudicial todos os créditos existentes na data do pedido de recuperação extrajudicial.

e) No momento do pedido de recuperação judicial, o devedor deve estar exercendo regularmente suas atividades há pelo menos cinco anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão aborda o tema recuperação judicial e extrajudicial.

A alternativa A está incorreta, pois um dos requisitos para a concessão da recuperação judicial é o de que o devedor não tenha, há menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial, diferentemente do prazo de dois anos apresentado pela alternativa. É o que enuncia a Lei nº 11.101/2005, vejamos: "Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o art. 161, § 2º da Lei nº 11.101/2005, que veda a abrangência de pagamento antecipado de dívidas pelo plano de recuperação extrajudicial, diferentemente do que traz a alternativa, vejamos: "Art. 161. O devedor que preencher os requisitos do art. 48 desta Lei poderá propor e negociar com credores plano de recuperação extrajudicial. § 2º O plano não poderá contemplar o pagamento antecipado de dívidas nem tratamento desfavorável aos credores que a ele não estejam sujeitos."

A alternativa C está correta, pois é a literalidade do art. 48, I, da Lei nº 11.101/2005: "Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;".

A alternativa D está incorreta, pois não são todos os créditos existentes na data do pedido de recuperação extrajudicial que estão sujeitos à mesma, consoante art. 161, § 1º da Lei nº 11.101/2005, vejamos: "O devedor que preencher os requisitos do art. 48 desta Lei poderá propor e negociar com credores plano de recuperação extrajudicial. § 1º Estão sujeitos à recuperação extrajudicial todos os créditos existentes na data do pedido, exceto os créditos de natureza tributária e aqueles previstos no § 3º do art. 49 e no inciso II do caput do art. 86 desta Lei, e a sujeição dos créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho exige negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o prazo de atividades regulares a serem exercidas pelo devedor, quando do pedido de recuperação judicial, é de mais de dois anos. Vejamos o que dispõe a Lei nº 11.101/2005: "Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:".

QUESTÃO 83. Com base na Lei nº 11.101/2005, assinale a opção correta acerca de recuperação judicial.

a) O deferimento da recuperação judicial suspende as execuções ajuizadas contra o devedor relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial.

b) O deferimento do processamento da recuperação judicial não implica a suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime da recuperação.

c) O processamento da recuperação judicial torna ineficaz a convenção de arbitragem, impedindo a instauração de procedimento arbitral.

d) É competente para deferir a recuperação judicial o juízo de onde se localize qualquer estabelecimento do devedor.

e) São exigíveis do devedor todas as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão aborda o tema da recuperação judicial.

A alternativa A está correta, pois é uma das consequências da decretação de falência ou do deferimento do processamento de recuperação judicial, conforme determina o art. 6º, II da Lei nº 11.101/2005, veja: "A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência;".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o art. 6º, I da Lei nº 11.101/2005, que prevê a suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime da recuperação. Veja: "Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei;".

A alternativa C está incorreta, pois o processamento da recuperação judicial não inviabiliza a convenção de arbitragem. É o que dispõe a Lei nº 11.101/2005, veja: "Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: § 9º O processamento da recuperação judicial ou a decretação da falência não autoriza o administrador judicial a recusar a eficácia da convenção de arbitragem, não impedindo ou suspendendo a instauração de procedimento arbitral."

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei nº 11.101/2005, que determina como competente para deferir a recuperação judicial o juízo do local do principal estabelecimento entre os dos devedores, veja: "Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que, conforme a Lei nº 11.101/2005, as despesas que os credores fizeram, para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, estão entre aquelas que não serão exigíveis do devedor. Vejamos: Art. 5º Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência: II – as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor."

QUESTÃO 84. No âmbito dos tipos de créditos existentes na falência, consideram-se créditos extraconcursais

a) As multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias.

b) Os créditos derivados da legislação trabalhista e os créditos tributários.

c) Os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado.

d) As custas judiciais relativas às ações em que a massa falida tenha sido vencida.

e) Os créditos quirografários e os créditos subordinados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão aborda o tema dos créditos extraconcursais.

A alternativa A está incorreta, pois as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas não se encontram no rol de créditos extraconcursais previstos no art. 84 da Lei nº 11.101/2005, que trata do tema.

A alternativa B está incorreta, pois os créditos derivados da legislação trabalhista e os créditos tributários não se encontram no rol de créditos extraconcursais previstos no art. 84 da Lei nº 11.101/2005, que trata do tema.

A alternativa C está incorreta, pois os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado não se encontram no rol de créditos extraconcursais previstos no art. 84 da Lei nº 11.101/2005, que trata do tema.

A alternativa D está correta, pois as custas judiciais relativas às ações em que a massa falida tenha sido vencida estão no rol de créditos extraconcursais aduzido pela Lei nº 11.101/2005, veja: "Art. 84. Serão

considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre os mencionados no art. 83 desta Lei, na ordem a seguir, aqueles relativos: V - às custas judiciais relativas às ações e às execuções em que a massa falida tenha sido vencida;".

A alternativa E está incorreta, pois os créditos quirografários e os créditos subordinados não se encontram no rol de créditos extraconcursais previstos no art. 84 da Lei nº 11.101/2005, que trata do tema.

QUESTÃO 85. Segundo o Código de Processo Civil, as partes podem eleger foro em que será proposta ação oriunda de direitos e obrigações. Nesse caso, antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada

a) ineficaz, desde que haja requerimento da parte.

b) nula, desde que haja requerimento da parte.

c) ineficaz de ofício pelo juiz.

d) anulável, desde que haja requerimento da parte.

e) nula de ofício pelo juiz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema da cláusula de eleição de foro dentro do processo civil.

A alternativa C está correta, pois sua redação está de acordo com o art. 63, §3º, do CPC, que prevê o seguinte: "Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu".

No processo civil, existem algumas situações nas quais uma regra de competência estabelecida na legislação pode ser afastada, seja pela vontade das partes ou, também, pela incidência de uma hipótese legal de modificação de competência. Dentre essas situações, podemos destacar a conexão, a continência e a cláusula de eleição de foro, também chamada de "foro de eleição".

Em suma, a cláusula de eleição de foro constitui um negócio jurídico no qual as partes, por vontade própria, elegem o foro competente para o julgamento de um eventual litígio decorrente de uma determinada relação jurídica existente entre elas. Por exemplo, se A e B formularem um contrato de prestação de serviços, será possível que eles, de comum acordo, estipulem qual será o juízo competente para julgar uma eventual ação advinda daquele contrato.

Todavia, esse direito potestativo das partes não é absoluto. A cláusula de eleição de foro só pode modificar as regras de competência relativa, pois as regras de competência absoluta, por outro lado, são inderrogáveis pela vontade das partes. Isso está expresso no *caput* do art. 63 do CPC, que dispõe que as

partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, as quais são, justamente, as hipóteses de competência relativa.

E, mesmo quando a cláusula de eleição de foro tratar de uma regra de competência relativa, ela poderá ser considerada ineficaz pelo juiz se for considerada como abusiva (por exemplo, pelo fato de dificultar o exercício do direito de defesa). Isso costuma ocorrer nos contratos de adesão, nos quais o aderente não tem a oportunidade de negociar o conteúdo de nenhuma das cláusulas do contrato.

Ainda, o art. 63, §3º, do CPC é expresso ao estabelecer que, antes da citação, a cláusula pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, o que torna correta a alternativa C.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, pois contrariam o dispositivo acima citado.

QUESTÃO 86. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, impõe-se aos juízes o dever de facultar prévia manifestação dos sujeitos processuais a respeito de elementos a serem considerados pelo órgão julgador. Tal exigência aplica-se

a) unicamente em caso de elementos fáticos e matérias necessariamente de ordem pública e cognoscíveis de ofício.

b) em caso de elementos fáticos e jurídicos, tratando-se ou não de matérias de ordem pública e cognoscíveis de ofício.

c) unicamente em caso de elementos fáticos e matérias necessariamente não de ordem pública ou não cognoscíveis de ofício.

d) O unicamente em caso de elementos jurídicos e matérias necessariamente não de ordem pública ou não cognoscíveis de ofício.

d) unicamente em caso de elementos jurídicos e matérias necessariamente ordem pública e cognoscíveis de ofício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata dos princípios da não surpresa e do contraditório dentro do processo civil.

O art. 10 do CPC, que auxilia a encontrar a resposta correta para essa questão, expõe o seguinte: “O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício”.

Portanto, de acordo com esse dispositivo, mesmo que a matéria em questão seja de ordem pública e cognoscível de ofício (como, por exemplo, uma prescrição), o juiz, antes de proferir a sua decisão, possui

o dever de facultar a prévia manifestação das partes. Essa lógica se aplica tanto para os elementos fáticos quanto para os elementos jurídicos.

A jurisprudência do STJ entende no mesmo sentido: "Decorrente do princípio do contraditório, a vedação a decisões surpresa tem por escopo permitir às partes, em procedimento dialógico, o exercício das faculdades de participação nos atos do processo e de exposição de argumentos para influir na decisão judicial, impondo aos juízes, mesmo em face de matérias de ordem pública e cognoscíveis de ofício, o dever de facultar prévia manifestação dos sujeitos processuais a respeito dos elementos fáticos e jurídicos a serem considerados pelo órgão julgador" (REsp 2.016.601, 2022).

A alternativa B está correta, pois a sua redação vai ao encontro da fundamentação exposta acima.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, tendo em vista que contrariam a jurisprudência do STJ e o art. 10 do CPC.

QUESTÃO 87. De acordo com o Código de Processo Civil, a concessão da tutela de urgência

a) pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia e exige caução real, não sendo admitida caução fidejussória.

b) deve ser concedida liminarmente e exige que seja prestada caução fidejussória, não sendo admitida caução real.

c) pode ser concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão de natureza cautelar ou antecipada.

d) deve ser concedida liminarmente e exige que seja prestada caução real, não sendo admitida caução fidejussória.

e) pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia, admitindo-se a dispensa da caução quando a parte não puder oferecê-la por ser economicamente hipossuficiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata das tutelas de urgência no processo civil.

A resposta da questão pode ser encontrada nos seguintes dispositivos do CPC: "Art. 300. [...] §1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. §2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. §3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão".

As alternativas A, B e D estão incorretas, tendo em vista que o CPC admite (art. 300, §1º) tanto a caução fidejussória quanto a caução real para a concessão da tutela de urgência. Ainda, não existe a obrigatoriedade de concessão da tutela de modo liminar, pois é possível a realização de uma justificação prévia, se o magistrado entender mais adequado.

A alternativa C está incorreta, pois, havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, a tutela de urgência de natureza antecipada não deve ser concedida (art. 300, §3º, CPC).

A alternativa E está correta. Como já visto acima, a concessão da tutela de urgência pode se dar de maneira liminar ou após justificação prévia, sendo possível que o magistrado dispense a caução se a parte for economicamente hipossuficiente e não puder oferecê-la (art. 300, §§1º e 2º, CPC).

QUESTÃO 88. O Código de Processo Civil estabelece que o ônus da prova compete ao

a) réu, quando se tratar da existência de fato extintivo do direito do autor, sendo admitida a distribuição diversa do ônus da prova em qualquer situação em que as partes considerarem conveniente.

b) réu, quando se tratar da existência de fato modificativo do direito do autor, sendo admitida a distribuição diversa do ônus da prova por convenção entre as partes, não podendo esse ajuste recair sobre direito indisponível de alguma delas.

c) autor, quando se tratar de prova excessivamente difícil de ser produzida, sendo vedado às partes convencionarem a distribuição do ônus probatório de modo diverso.

d) autor em qualquer hipótese, mas se admite que as partes convencionem a distribuição do ônus probatório para o fim de atribuí-lo ao réu.

e) autor, quando se tratar do fato constitutivo do seu direito, sendo vedado às partes convencionarem a distribuição do ônus probatório de modo diverso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do ônus da prova no processo civil.

A alternativa A está incorreta. A distribuição diversa do ônus da prova por convenção das partes é permitida, mas ela deve observar os limites expostos no art. 373, §3º, do CPC, não podendo recair sobre direito indisponível da parte ou tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito. Portanto, não é possível a distribuição diversa do ônus da prova em qualquer situação em que as partes considerarem conveniente.

A alternativa B está correta. Como regra geral, o réu possui o ônus de provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 373, II, CPC), mas a distribuição diversa por

convenção das partes também é perfeitamente admissível, desde que não recaia sobre direito indisponível ou torne excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito (art. 373, §3º, CPC).

A alternativa C está incorreta, pois, como já visto acima, é possível que as partes convencionem uma distribuição diversa do ônus da prova (art. 373, §3º, CPC).

A alternativa D está incorreta. O ônus da prova não incumbe sempre ao autor, pois, além da distribuição diversa do ônus da prova por convenção das partes, a própria legislação pode estabelecer a inversão em certos casos, e, em outros, o magistrado, atento às peculiaridades da causa, pode determinar essa inversão (art. 373, §1º, CPC). Além disso, o próprio CPC já estabelece, no art. 373, II, alguns encargos probatórios que recaem sobre o réu, o que também torna essa alternativa incorreta.

A alternativa E está incorreta. Aqui, aplica-se a mesma fundamentação das alternativas anteriores, pois a distribuição do ônus probatório por vontade das partes é perfeitamente admissível (art. 373, §3º, CPC).

QUESTÃO 89. De acordo com o Código de Processo Civil, a ação em que o incapaz for réu será proposta

a) no foro de residência de seu representante ou assistente.

b) no foro de sua residência.

c) em qualquer foro localizado no território nacional desde que não lhe cause prejuízo.

d) no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

e) no foro de seu domicílio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata das regras de competência territorial no processo civil.

A alternativa D está correta. A sua redação vai ao encontro do art. 50 do CPC, que estabelece o seguinte: "A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente".

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, pois trazem disposições que contrariam frontalmente a regra estabelecida no dispositivo acima citado. Preste atenção para o fato de que a alternativa A menciona "foro de residência de seu representante ou assistente", razão pela qual está incorreta, tendo em vista que a residência não se confunde com o domicílio.

QUESTÃO 90. Determinado estado da Federação editou lei estadual por meio da qual foi criada uma vara especializada que, localizada na capital do estado, seria juízo privativo para o processo e julgamento das ações coletivas que fossem propostas na justiça estadual daquela unidade federativa.

Considerando-se a situação hipotética precedente e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca desse tema, e de acordo com a Lei nº 7.347/1985 (Lei de Ação Civil Pública), é correto afirmar que a existência de vara privativa instituída por lei estadual

a) apenas não altera a competência territorial que esteja prevista na Constituição Federal de 1988.

b) não altera a competência territorial resultante das leis de processo.

c) altera a competência territorial estabelecida na Constituição Federal de 1988.

d) altera a competência territorial estabelecida em leis de processo.

e) apenas não altera a competência territorial que esteja prevista no regimento interno dos tribunais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata da competência no processo civil.

A alternativa B está correta, pois está de acordo com a Súmula 206 do STJ: "A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, não altera a competência territorial resultante das leis de processo".

A criação de varas privativas por meio de uma lei estadual somente pode ocorrer se não resultar na alteração de competência estabelecida pelas leis de processo. Não é possível, por exemplo, que uma lei estadual estabeleça que todas as ações coletivas propostas no Estado serão julgadas por um juízo privativo da capital, tendo em vista que isso acaba alterando as regras de competência territorial da legislação processual.

Por outro lado, é possível que, dentro de uma determinada comarca (ou subseção judiciária, no caso da Justiça Federal), seja criada uma vara privativa para o julgamento de todas as ações relativas a um determinado tema que sejam ajuizadas naquela localidade, pois isso não altera a competência territorial das leis de processo. Essa criação geralmente ocorre por meio das normas de organização judiciária dos Tribunais.

Por exemplo, tratando das ações civis públicas, o art. 2º da Lei 7.347/85 estabelece que elas devem ser ajuizadas no foro do local onde ocorrer o dano. Imagine que um dano ambiental tenha ocorrido na comarca de Petrolina/PE, sendo essa, portanto, a comarca competente para julgar a ação. Então, se uma norma de organização judiciária determinar que aquela ação coletiva seja julgada por uma vara privativa situada na capital do Estado, estará sendo violada a Súmula 206 do STJ, pois a regra de

competência do art. 2º da Lei 7.347/85 terá sido desrespeitada; por outro lado, se uma norma de organização judiciária determinar que as ações coletivas de competência da comarca de Petrolina/PE serão julgadas por uma vara privativa situada naquela localidade, não haverá problema algum, pois a competência definida na legislação ainda estará sendo respeitada.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, pois contrariam a Súmula 206 do STJ, conforme exposto acima.

QUESTÃO 91. Com base na jurisprudência predominante, na legislação vigente e na doutrina majoritária, julgue os itens a seguir.

I Sujeita-se ao princípio da anterioridade a norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária.

II O princípio da legalidade tributária impede a instituição de quaisquer impostos mediante medida provisória.

III O princípio da irretroatividade veda a cobrança de tributos em relação a fatos geradores pretéritos ao início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

IV O Estado tributa com a finalidade precípua, mas não exclusiva, de arrecadar recursos para os cofres públicos.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A questão aborda o tema dos princípios tributários.

O item I está incorreto, pois contraria a Súmula Vinculante 50: "Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade."

O item II está incorreto, pois os impostos que não devam ser instituídos por lei complementar podem ser veiculados por medida provisória, conforme art. 62, §2º, da CF: "§ 2º Medida provisória que implique

instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada."

O item III está correto, pois revela o conteúdo da Constituição Federal: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado".

O item IV está correto, conforme entendimento doutrinário. O tributo possui duas finalidades, quais sejam fiscal, que é carrear dinheiro aos cofres públicos e extrafiscal, que é a utilização do tributo como meio de fomento ou inibição de condutas e intervenção no domínio econômico.

A alternativa A está incorreta, uma vez que os itens I e II estão incorretos.

A alternativa B está incorreta, uma vez que o item I está incorreto.

A alternativa C está incorreta, uma vez que o item II está incorreto.

A alternativa D está correta, uma vez que os itens III e IV estão corretos.

A alternativa E está incorreta, pois os itens I e II estão incorretos.

QUESTÃO 92. A partir da jurisprudência dos tribunais superiores, da legislação vigente e da doutrina majoritária, julgue os próximos itens, relativos a tributos.

I Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, ainda que constituidora de sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada por meio de atividade administrativa preferencialmente vinculada.

II Enquanto o Código Tributário Nacional (CTN) adota a teoria tripartite, tripartida ou tricotômica para a classificação das espécies tributárias, o Supremo Tribunal Federal (STF) o faz mediante a adoção da teoria pentapartite, pentapartida ou quinquipartida.

III É defeso instituir taxa para remunerar o serviço de iluminação pública.

IV É competência da União a instituição de imposto sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

V Na iminência de guerra externa, a União poderá instituir impostos extraordinários, desde que compreendidos em sua competência tributária, que serão suprimidos, gradativamente, após cessadas as causas de sua criação.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e IV estão certos.

b) Apenas os itens I, II e V estão certos.

c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

d) Apenas os itens II, III e V estão certos.

e) Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.

Comentários

Questão anulada pela banca.

A questão não apresenta alternativa inteiramente correta.

A questão aborda os temas tributo e competência tributária.

O item I está incorreto, pois tributo não pode constituir sanção por ato ilícito e a atividade deve obrigatoriamente ser vinculada, conforme art. 3º do CTN: "Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada."

O item II está correto, pois o artigo art. 5º do CTN dispõe serem tributos os impostos, taxas e contribuições de melhoria, mas o STF adotou a teoria pentapartida incluindo ao rol os empréstimos compulsórios e as demais contribuições, como se observa no RE 111.954 e no AI 658576 AgR.

O item III está correto, pois, nos termos da Súmula Vinculante 41, "O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa."

O item IV está correto, pois revela o teor atualizado da Constituição, após a reforma tributária: “Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: VIII - produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)”.

O item V está incorreto, pois a União pode instituir imposto extraordinário de guerra ainda que não incluído em sua competência tributária, conforme a Constituição: "Art. 154. A União poderá instituir: II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação."

Ocorre que a questão não apresenta nenhuma alternativa apontando como itens corretos apenas os itens II, III e IV ou como incorretos apenas os itens I e V.

Não apresentando alternativa inteiramente correta, a questão merece anulação.

QUESTÃO 93. Segundo o CTN, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, prioritariamente,

a) A equidade.

b) os princípios gerais de direito público.

c) os costumes.

d) a analogia.

e) os princípios gerais de direito tributário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois está conforme a literalidade do CTN: "Art. 108. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: I - a analogia; II - os princípios gerais de direito tributário; III - os princípios gerais de direito público; IV - a equidade."

A questão aborda o tema interpretação e integração da legislação tributária.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, C e E não se adequam à ordem estabelecida, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 94. De acordo com o CTN, excluem o crédito tributário

a) as reclamações e os recursos.

b) a anistia e a isenção.

c) o pagamento e a transação.

d) a prescrição e a decadência.

e) a moratória e o parcelamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão aborda o tema exclusão do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta, pois as reclamações e os recursos suspendem a exigibilidade do crédito tributário, conforme o CTN: "Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo".

A alternativa B está correta, pois isenção e anistia realmente excluem o crédito tributário, conforme o CTN: "Art. 175. Excluem o crédito tributário: I - a isenção; II - a anistia".

A alternativa C está incorreta, pois o pagamento e a transação extinguem o crédito tributário, conforme o CTN: "Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; III - a transação".

A alternativa D está incorreta, pois o a prescrição e a decadência extinguem o crédito tributário, conforme o CTN: "Art. 156. Extinguem o crédito tributário: V - a prescrição e a decadência".

A alternativa E está incorreta, pois a moratória e o parcelamento suspendem a exigibilidade do crédito tributário, conforme o CTN: "Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória; VI – o parcelamento".

QUESTÃO 95. No que se refere ao ilícito tributário, julgue os itens a seguir, com fundamento na jurisprudência dos tribunais superiores e na legislação vigente.

I Constitui mero ilícito administrativo tributário fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.

II De acordo com a jurisprudência do STF, os crimes contra a ordem tributária são consumados, em regra, com a constituição do crédito tributário.

III Excepcionalmente, a jurisprudência do STF admite que se inicie a persecução penal antes de encerrado o procedimento administrativo, nos casos de embaraço à fiscalização tributária ou diante de indícios da prática de outros delitos, de natureza não fiscal.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A questão aborda o tema ilícitos tributários.

O item I está incorreto, pois a conduta é narrada é tipificada como crime contra a ordem tributária, nos termos da Lei nº 8.137/1990: "Art. 2º Constitui crime da mesma natureza: I - fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo".

O item II está correto, pois revela o teor da Súmula Vinculante 24: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo".

O item III está correto, pois revela o entendimento do STF: "Não obstante a jurisprudência pacífica quanto ao termo inicial dos crimes contra a ordem tributária, o Supremo Tribunal Federal tem decidido que a regra contida na Súmula Vinculante 24 pode ser mitigada de acordo com as peculiaridades do caso concreto, sendo possível dar início à persecução penal antes de encerrado o procedimento administrativo, nos casos de embaraço à fiscalização tributária ou diante de indícios da prática de outros delitos, de natureza não fiscal. [ARE 936.653 AgR, rel. min. Roberto Barroso, 1ª T, j. 24-5-2016, DJE 122 de 14-6-2016.]".

A alternativa A está incorreta, uma vez que o item I está incorreto.

A alternativa B está incorreta, uma vez que o item III também está correto.

A alternativa C está incorreta, uma vez que o item I está incorreto.

A alternativa D está correta, uma vez que os itens II e III estão corretos.

A alternativa E está incorreta, uma vez que o item I está incorreto.

QUESTÃO 96. Acerca dos princípios do direito ambiental, julgue os itens a seguir, com base nas jurisprudências do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

I. O princípio da prevenção impede o estabelecimento de procedimento de licenciamento ambiental estadual que torne menos eficiente a proteção do meio ambiente equilibrado quanto às atividades de mineração.

II. O afastamento do licenciamento de atividades potencialmente poluidoras afronta os princípios da prevenção, da precaução e da proibição de retrocesso em matéria socioambiental.

III. Qualquer que seja a qualificação jurídica do degradador, público ou privado, a responsabilidade civil pelo dano ambiental é de natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios do poluidor-pagador, da reparação *in integrum*, da prioridade da reparação *X* e do *favor debilis*.

Assinale a opção correta

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item Il está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, tendo em vista que todas as afirmativas (itens I, II e III) estão corretas.

A questão exigiu, basicamente, o conhecimento sobre a jurisprudência do STJ e STF em matéria de princípios ambientais.

O item I está certo, pois está de acordo com o que decidiu no STF no julgamento da ADI n.º 6.650: "É inconstitucional norma estadual que estabelece hipóteses de dispensa e simplificação do licenciamento ambiental para atividades de lavra a céu aberto por invadir a competência legislativa da União para editar normas gerais sobre proteção do meio ambiente, nos termos previstos no art. 24, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal. Vale ressaltar também que o estabelecimento de procedimento de licenciamento ambiental estadual que torne menos eficiente a proteção do meio ambiente equilibrado quanto às atividades de mineração afronta o caput do art. 225 da Constituição por inobservar o princípio da prevenção". (ADI n.º 6.650/SC, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 26/4/2021, Informativo n.º 1.014).

O item II está certo, pois está de acordo com o que decidiu no STF no julgamento da ADI n.º 4.529: "[...] 3. O afastamento do licenciamento de atividades potencialmente poluidoras afronta o art. 225 da Constituição da República. Empreendimentos e atividades econômicas apenas serão considerados lícitos e constitucionais quando subordinados à regra de proteção ambiental. A atuação normativa estadual flexibilizadora caracteriza violação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e afronta a obrigatoriedade da intervenção do Poder Público em matéria ambiental. Inobservância dos princípios da proibição de retrocesso em matéria socioambiental, da prevenção e da precaução. Inconstitucionalidade material caracterizada [...]". (ADI n.º 4.529/MT, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 21/11/2022, Informativo n.º 1.076).

O item III está certo, pois está de acordo com o que decidiu no STJ no julgamento do REsp n.º 1.071.741/SP: "[...] 4. Qualquer que seja a qualificação jurídica do degradador, público ou privado, no Direito brasileiro a responsabilidade civil pelo dano ambiental é de natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios do poluidor-pagador, da reparação in integrum, da prioridade da reparação in natura, e do favor debilis, este último a legitimar uma série de técnicas de facilitação do acesso à Justiça, entre as quais se inclui a inversão do ônus da prova em favor da vítima ambiental. Precedentes do STJ [...]" (REsp n.º 1.071.741/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 24/3/2009).

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 97. Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca do meio ambiente, assinale a opção correta.

a) A proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas integram o rol de competências exclusivas da União.

b) A União, mediante lei complementar, poderá autorizar os estados a legislar sobre questões específicas acerca de florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

c) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

d) Embora todos tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações é imposto privativamente ao poder público.

e) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao meio ambiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois está de acordo com o art. 225, § 3º, da CF: "Art. 225 [...] § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados".

A alternativa A está incorreta, pois nos termos do art. 23, VI, da CF, a proteção ao meio ambiente e combate à poluição é competência é comum de todos os entes (União, Estados, DF e Municípios): "Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas".

A alternativa B está incorreta, pois a competência legislativa sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição não é exclusiva da União, mas concorrente entre a União, os Estados e o DF, conforme art. 24, VI, da CF, portanto, não há o que se falar em obrigatoriedade de lei complementar federal para autorizar os Estados e o DF a legislarem: "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição".

A alternativa D está incorreta, pois nos termos do art. 225, "caput", da CF, é dever do Poder Público e da coletividade defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrada em prol das gerações futuras, não havendo o que se falar em dever privativo do Poder Público: "Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

A alternativa E está incorreta, pois somente os legitimados podem propor ação civil pública, conforme se infere do art. 5º da LACP: "Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I - o Ministério Público; II - a Defensoria Pública; III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; V - a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio

ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico".

QUESTÃO 98. Nos termos da Lei n.º 12.651/2012 (Código Florestal), a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, bem como facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, é denominada

a) área rural consolidada.

b) reserva legal.

c) área verde urbana.

d) Amazônia Legal

e) área de preservação permanente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme dispõe o art. 3º, II, do Código Florestal: "Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: [...] II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas".

A alternativa A está incorreta, pois a área rural consolidada é, nos termos do art. 3º, IV, do Código Florestal: "Art. 3º [...] IV - área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio".

A alternativa B está incorreta, pois a reserva legal é, nos termos do art. 3º, III, do Código Florestal: "Art. 3º [...] III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa".

A alternativa C está incorreta, pois a área verde urbana é, nos termos do art. 3º, XX, do Código Florestal: "Art. 3º [...] XX - área verde urbana: espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais".

A alternativa D está incorreta, pois a Amazônia Legal é, nos termos do art. 3º, I, do Código Florestal: "Art. 3º [...] I - Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso

e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão".

QUESTÃO 99. No que se refere aos crimes e às infrações administrativas contra o meio ambiente, julgue os próximos itens, com base na Lei n.º 9.605/1998.

I. A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.

II. Não configura crime contra a fauna o abate de animal, quando realizado para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente.

III. A mera fabricação de balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano, não configura crime contra a flora.

IV. Ainda que o infrator cometa, simultaneamente, duas ou mais infrações administrativas, a legislação veda expressamente a aplicação cumulativa das sanções a elas cominadas, com fundamento no princípio do *non bis in idem*.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois apenas os itens I e II estão certos.

O item I está certo, pois é exatamente o que dispõe o art. 70, § 3º, da Lei n.º 9.605/1998: "Art. 70 [...] § 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade".

O item II está certo, pois é exatamente o que dispõe o art. 37, II, da Lei n.º 9.605/1998: "Art. 37. Não é crime o abate de animal, quando realizado: [...] II - para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente".

O item III está incorreto, pois a conduta descrita constitui crime previsto no art. 42 da Lei n.º 9.605/1998, com detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente: "Art. 42. Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano: Pena - detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente".

O item III está incorreto, pois nos termos do art. 72, § 1º, da Lei n.º 9.605/1998, as penas na hipótese do enunciado serão aplicadas de forma cumulativa: "Art. 72 [...] § 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas".

Assim, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 100. Segundo a Lei n.º 9.985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a unidade de conservação que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico é denominada

a) estação ecológica.

b) monumento natural.

c) parque nacional.

d) refúgio de vida silvestre.

e) reserva biológica

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois está de acordo com o art. 11 da Lei n.º 9.985/2000: "Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico".

A alternativa A está incorreta, pois o objetivo da estação ecológica é a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, nos termos do art. 9º da Lei n.º 9.985/2000: "Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas".

A alternativa B está incorreta, pois o monumento natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, nos termos do art. 12 da Lei n.º 9.985/2000: "Art. 12. O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica".

A alternativa D está incorreta, pois o refúgio de vida silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, nos termos do art. 13 da Lei n.º 9.985/2000: "Art. 13. O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória".

A alternativa E está incorreta, pois a reserva biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais, nos termos do art. 10 da Lei n.º 9.985/2000: "Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais".

QUESTÕES DISCURSIVAS E PEÇA PRÁTICA

QUESTÃO 01. Fabiana e João, auditores fiscais estaduais, chegaram à sede administrativa de determinada sociedade empresária, a fim de realizar seu trabalho de fiscalização tributária, conforme o planejamento do órgão fazendário. Lá, embora não lhes tenha sido permitida a entrada, os auditores fiscais, sob a justificativa do exercício da autoexecutoriedade dos atos administrativos, ingressaram no escritório da empresa e coletaram informações e documentos, mestre contra vontade dos responsáveis pela empresa, que lá trabalhavam no momento do ingresso. Após a diligência, os auditores lavraram os documentos previstos na legislação tributária.

Considerando a situação hipotética apresentada e com fundamento no texto constitucional, redija um texto dissertativo, respondendo aos questionamentos a seguir.

1. O que dispõe a Constituição Federal de 1988 a respeito da inviolabilidade domiciliar?

2. A atuação dos auditores fiscais Fabiana e João foi juridicamente correta?

Comentários

De acordo com o artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal, "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial."

A Constituição Federal, ao estabelecer que a casa é o asilo inviolável do indivíduo, objetivou garantir uma das vertentes do direito à privacidade. Asilo é lugar de abrigo, de proteção, de maneira que a todo indivíduo é garantido o direito de encontrar, em sua casa, proteção à individualidade e à vida privada.

O conceito de casa é abrangente e ultrapassa a moradia. Contempla qualquer local fechado, habitado e não aberto ao público. Nessa toada, alcança escritórios profissionais, consultórios, estabelecimentos comerciais e industriais, hotéis, motéis, barcos, trailer, barracas, dentre outras hipóteses. Agora, para ser casa, para fins constitucionais, é preciso que o ambiente não seja aberto a terceiros, de maneira que quando se pensa em estabelecimentos comerciais ou industriais, a proteção constitucional seria reservada aos locais restritos ao público, como escritórios de direção ou local em que se guarda o cofre e documentos, por exemplo. É também aplicada a garantia da inviolabilidade domiciliar quando as atividades diárias já foram encerradas (fábrica fechada). De igual maneira, a recepção de um hotel não pode ser considerada casa, eis que aberta ao público, mas o quarto de hotel, após a locação, materializa o direito à privacidade. Note que o ânimo de permanecer se opõe ao ânimo de locomover e não exige um tempo mínimo de permanência.

A entrada na casa de alguém depende, em regra, de autorização, ressalvadas as hipóteses taxativamente descritas na Constituição Federal. O consentimento para entrada no domicílio só poderá ser dado por morador (não proprietário; não empregado). Deve ser sempre espontâneo e manifestado pelo titular do direito, pelo ocupante do local.

Excepcionalmente, sem que haja consentimento do ocupante, é permitida a entrada na casa, a qualquer hora, em casos de flagrante delito (próprio ou impróprio), desastre (inundações, desmoronamentos) ou prestação de socorro.

Durante o dia, sem autorização do morador, será possível ainda entrar na casa mediante ordem judicial. Nesta hipótese, nota-se a reserva de jurisdição: somente por ordem judicial. Autoridades administrativas, policiais ou membros do Ministério Público apenas poderão requerer a entrada no domicílio às autoridades judiciais. Determinações administrativas de buscas e apreensões de documentos, ainda que haja indícios de existência de provas contundentes, são inconstitucionais e geram provas ilícitas.

A respeito do conceito de “dia”, não há na doutrina consenso, mas a doutrina é tendente a conceituar que “dia” a partir do critério físico-astronômico, que compreende o interregno que vai da aurora ao crepúsculo.

A atuação dos auditores fiscais não foi judicialmente correta, uma vez que não são absolutos os poderes de que se acham investidos os órgãos e agentes da administração tributária, pois o Estado, em tema de tributação inclusive em matéria tributária, está sujeito à observância de um complexo de direitos e prerrogativas que assistem, constitucionalmente, aos contribuintes e aos cidadãos em geral.

Nesse sentido decidiu o Supremo Tribunal Federal, no HC 93.050, onde restou consignado que "O atributo da autoexecutoriedade dos atos administrativos, não prevalece sobre a garantia constitucional da inviolabilidade domiciliar, ainda que se cuide de atividade exercida pelo poder público em sede de fiscalização tributária. Assim, nenhum agente público poderá entrar, inclusive os da administração tributária, contra a vontade de quem de direito, em espaço privado em que se exerce atividade profissional, sem ordem judicial”. (HC 93.050).

De acordo com a Suprema Corte, a administração tributária, por isso mesmo, embora podendo muito, não pode tudo. É que o Estado, é somente lícito atuar, “respeitados os direitos individuais e nos termos da lei” (CF, art. 145, §1º), consideradas, sobretudo, e para esse específico efeito, as limitações jurídicas decorrentes do próprio sistema instituído pela Lei Fundamental, cuja eficácia – que prepondera sobre

todos os órgãos e agentes fazendários – restringe-lhe o alcance do poder de que se acham investidos, especialmente quando exercido em face do contribuinte e dos cidadãos da República, que são titulares de garantias impregnadas de estatura constitucional e que, por tal razão, não podem ser transgredidas por aqueles que exercem a autoridade em nome do Estado.

Fonte: Ebook, Estratégia Carreira Jurídica, Magistratura Estadual, Direito Constitucional - LDI

QUESTÃO 02. À luz do direito penal, conceitue o excesso e explique as quatro formas de excesso existentes (doloso, culposo, acidental e exculpante).

Comentários

A conduta acobertada por uma excludente da ilicitude deve ser praticada com razoabilidade, dentro dos limites da lei. Caso contrário, configurar-se-á o excesso, que deve ser punido no âmbito penal. Sobre o tema, prevê o artigo 23 do Código Penal:

Excesso punível

Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo.

O excesso pode ser doloso ou culposo. Desse modo, excedendo-se o agente em sua conduta, ainda que justificada por uma excludente de ilicitude, deve por ela responder, tenha ele agido com dolo ou com culpa.

O excesso doloso ocorre quando o agente, deliberadamente, decide violar o bem jurídico alheio além dos limites autorizados pela descriminante. É o caso de o sujeito, que recebe um soco em um bar, não se limita a revidar, mas, cessada a agressão, resolve continuar a agressão até matar o indivíduo que iniciou a briga.

O excesso é culposo quando o agente está atuando sob uma descriminante, mas, por imprudência, negligência ou imperícia, se excede. Imagine que, para se defender de uma agressão, o sujeito vai utilizar uma arma que não conhece e, assim, ao invés de atirar nas pernas do sujeito que vem atacá-lo, atira em sua cabeça, o que era claramente desnecessário, considerando que o agressor estava desarmado e era mais fraco do que ele. Ele o fez não por desejar matar, mas por não ter conhecimento de técnica de tiro.

O excesso punível pode ser classificado, ainda, em intensivo ou extensivo:

Excesso intensivo (ou próprio) é aquele que se relaciona com os meios utilizados para repelir a agressão ou ao grau de sua utilização. O excesso é chamado intensivo devido à intensidade da conduta do agente. Dito de outra forma, os requisitos ainda estão presentes, mas há desproporcionalidade.

Imaginem que um lutador de jiu-jitsu, em uma discussão de bar, começa a ser agredido por alguém que possui força física muito inferior à dele e, portanto, que ele pode facilmente conter. Entretanto, o atleta retira uma arma do coldre e dispara até acabar sua munição, levando o outro indivíduo a óbito. Ele responde por esse excesso.

Excesso extensivo (ou impróprio), por sua vez, se configura quando a conduta para repelir a agressão se prolonga no tempo em período superior ao da própria agressão. Os requisitos da excludente de ilicitude já não estão presentes.

É o caso da mulher, chamada Joana, que leva vários tapas de sua colega de trabalho. Então, revida. A agressora desiste e, quando está deixando o ambiente, é alcançada por Joana, que resolve agredi-la até lhe causar lesão corporal de natureza grave. Seu excesso é denominado extensivo, pois se estende, no tempo, mais do que dura a injusta agressão. Por isso, Joana deve responder pelo excesso.

Na visão de Juarez Cirino dos Santos, excesso intensivo, na legítima defesa, se referiria ao uso de meio desnecessário (o que parece compatível com a ideia de intensidade: usa um canhão para se defender de uma idosa, que ataca com sua bolsa). O excesso extensivo, por sua vez, diria respeito ao uso imoderado do meio necessário na legítima defesa, o que se configuraria na não coincidência temporal entre a atuação do agente e a agressão (o que, para o autor, poderia ocorrer no caso de continuar socando o agressor depois de ele já estar caído no chão).

Entretanto, tal classificação é controversa, razão pela qual muitos autores sequer a utilizam, quer por entenderem confusa, quer por entenderem que o excesso intensivo é uma contradição em termos (os requisitos não estariam presentes se há desproporção). Para exemplificar o problema, Cláudio Brandão relaciona o excesso intensivo ao medo, confusão ou susto do agente, defendendo a exclusão da culpabilidade no caso.

Conforme ensina Cleber Masson, "O excesso acidental, ou fortuito, é a modalidade que se origina de caso fortuito ou força maior, eventos imprevisíveis e inevitáveis. Cuida-se de excesso penalmente irrelevante.

O excesso exculpante é o excesso decorrente da profunda alteração de ânimo do agente, isto é, medo ou susto provocado pela situação em que se encontra. Essa espécie de excesso encontra certa dose de rejeição pela doutrina e pela jurisprudência. Os concursos para ingresso no Ministério Público, em geral, não reconhecem essa tese, sob a alegação de que não possui amparo legal, e, por ser vaga, levaria muitas vezes à impugnidade. Há entendimentos, contudo, no sentido de que o excesso exculpante exclui a culpabilidade, em razão da inexigibilidade de conduta diversa".

Fonte: Ebook, Estratégia Carreira Jurídica, Magistratura Estadual, Direito Penal - Prof.: Michael Procópio

Masson, Cleber. Direito Penal: parte geral, vol. 01, 17ed. Rio de Janeiro: Método, 2023, p. 376.

Cartórios: Serventias Extrajudiciais

TJSP

QUESTÃO 01. Em se tratando de conciliação e mediação, no âmbito dos serviços notariais e de registro, de acordo com a legislação aplicada e com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Os direitos disponíveis e os indisponíveis que permitam transação poderão ser objeto de conciliação e mediação, desde que versem somente sobre a totalidade do conflito.

b) A Corregedoria Geral da Justiça emitirá, de acordo com o NUPEMEC – Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, a habilitação das delegações, para a realização da conciliação e mediação nos serviços notariais e de registro.

c) A mediação será orientada pelos princípios da imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, oralidade, autonomia da vontade das partes, formalidade, busca do consenso, confidencialidade, boa-fé.

d) A pessoa jurídica e o empresário individual poderão ser representados por preposto, munido de carta de preposição com poderes para transigir e com firma reconhecida, sendo desnecessário vínculo empregatício.

Comentários

A alternativa correta é a letra **B**. De acordo com a legislação e as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a Corregedoria, por meio do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), tem a responsabilidade de habilitar as delegações para a realização de conciliação e mediação nos serviços notariais e de registro. Isso visa garantir que os profissionais do setor cumpram as normas e orientações para conduzir esses processos de forma adequada.

A alternativa **A** está incorreta. A conciliação e a mediação podem envolver tanto direitos **disponíveis** quanto **indisponíveis** que permitam transação, mas não é necessário que envolvam **somente a totalidade do conflito**. O processo pode envolver partes do conflito, desde que se refira a questões que podem ser objeto de acordo.

A alternativa **C** está incorreta. A mediação, de fato, segue os princípios da imparcialidade, isonomia, autonomia da vontade das partes, confidencialidade e boa-fé, mas a **formalidade** não é um princípio central da mediação. A mediação busca a informalidade para facilitar o diálogo e o consenso entre as partes.

A alternativa **D** está incorreta. A pessoa jurídica e o empresário individual podem ser representados por preposto, mas a carta de preposição com firma reconhecida não é necessária para que o preposto tenha poderes para transigir. O vínculo empregatício, por sua vez, não é imprescindível para o preposto. A exigência é apenas que o preposto tenha poderes específicos para representar a parte em questões de mediação ou conciliação.

QUESTÃO 02. Com relação ao tratamento e à proteção de dados pessoais, consoante disciplinado nas Normas de Serviço da Corregedoria do Estado de São Paulo e na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, é correto afirmar que se aplica aos serviços notariais e de registro a seguinte afirmação:

a) Para a obtenção de certidão ou informação restrita que constar nos indicadores e índices pessoais, deverá ser exigido o fornecimento por escrito da identificação do solicitante e da finalidade da informação.

b) O tratamento de dados pessoais destinados à prática dos serviços notariais e registrários, no cumprimento de obrigação legal ou normativa, independente de autorização específica da pessoa natural que lhes for titular.

c) Os notários e registradores se equiparam a fornecedores de serviços ou produtos para efeito de portabilidade dos dados pessoais, conforme disciplinado na Lei no 13.709/2018.

d) O plano de resposta a incidentes de segurança com dados pessoais deverá prever a comunicação à Corregedoria Permanente e à Corregedoria Geral da Justiça, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, com esclarecimento da natureza do incidente e das medidas adotadas para apuração das causas e mitigação de novos riscos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. De acordo com o item 144 do Provimento da CGJ/SP: "144. Para a expedição de certidão ou informação restrita ao que constar nos indicadores e índices pessoais poderá ser exigido o fornecimento, por escrito, da identificação do solicitante e da finalidade da solicitação".

A alternativa B está correta. O tratamento de dados pessoais destinados à prática dos atos notariais e registrais, no cumprimento de obrigação legal ou normativa, independe de autorização específica da pessoa natural que deles for titular, em razão das bases legais constantes no art. 7º, incisos II; V e VI da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o artigo 147 do Provimento CGJ/SP: 147. Os responsáveis pelas delegações dos serviços extrajudiciais de notas e de registro não se equiparam a fornecedores de serviços ou produtos para efeito de portabilidade de dados pessoais, mediante solicitação por seus titulares, prevista no inciso V do art. 18 da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do item 139 do Provimento CHJ/SP n. 23/2020: 139. O plano de resposta a incidentes de segurança com dados pessoais deverá prever a comunicação ao Juiz Corregedor Permanente e à Corregedoria Geral da Justiça, no prazo máximo de 24 horas, com esclarecimento da natureza do incidente e das medidas adotadas para a apuração das suas causas e a mitigação de novos riscos e dos impactos causados aos titulares dos dados.

QUESTÃO 03. Assinale a alternativa correta acerca do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), consoante os ditames do Provimento 149/23 do CNJ e da Lei no 14.382/22.

a) O Operador Nacional do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (ONSERP) será integrado pelo Operador Nacional do Registro Civil das Pessoas Naturais (ON-RCPN) e pelo Operador Nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas (ON-RTDPJ).

b) O Agente Regulador dos Operadores Nacionais dos Registros Públicos é órgão da Corregedoria Nacional de Justiça e funcionará por meio dos seguintes órgãos internos: Secretaria Executiva, Câmara Consultiva e Conselho de Regulação.

c) Os oficiais dos registros públicos ficam dispensados da participação dos fundos para a implementação e custeio do sistema eletrônico dos registros públicos – FICs, quando desenvolverem e utilizarem sistemas e plataformas interoperáveis necessários para a integração plena dos serviço s de suas delegações ao SERP, nos termos estabelecidos pela Corregedoria Nacional da Justiça do Conselho Nacional de Justiça.

d) Para promover a implantação, a manutenção e o funcionamento do SERP, será constituído o Operador Nacional do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (ONSERP), sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, na modalidade de associação ou sociedade, sem fins lucrativos, para viabilizar e custear os objetivos previstos em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 213 do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 213. O Operador Nacional do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (ONSERP) será integrado pelo Operador Nacional do Registro Civil das Pessoas Naturais (ON-RCPN), pelo Operador Nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas (ON-RTDPJ) e pelo ONR.

A alternativa B está incorreta. Nos termos dos artigo 220-A e 220-B do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 220-A. O Agente Regulador dos Operadores Nacionais dos Registros Públicos (ONSERP, ONR, ON-RCPN e ON-RTDPJ), é o órgão da Corregedoria Nacional de Justiça encarregado de exercer a competência reguladora, conforme se extrai dos seguintes dispositivos da Lei n. 14.382/2002: inciso XI do art. 3º; § 3º, I, do art. 3º; parte final do § 4º do art. 3º; parte final do caput do art. 4º; § 2º, do art. 4º; §§ 1º e 2º do art. 5º; art. 7º e art. 8º. Art. 220-B. O Agente Regulador funcionará por meio dos seguintes órgãos internos: I – Secretaria Executiva; II – Câmara de Regulação; e III – Conselho Consultivo.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do artigo 5º, §2º, da Lei n. 14.382/22: § 2º Os oficiais dos registros públicos ficam dispensados de participar da subvenção do Fics na hipótese de desenvolverem e utilizarem sistemas e plataformas interoperáveis necessários para a integração plena dos serviços de suas delegações ao Serp, nos termos estabelecidos pela Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa D está incorreta. Consoante ao disposto no artigo 212 do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 212. Para promover a implantação, a manutenção e o funcionamento do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp), será constituído o Operador Nacional do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (ONSERP), sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, prevista nos incisos I e III do art. 44 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), na modalidade de entidade civil sem fins lucrativos, de forma a viabilizar os objetivos constantes no art. 3.º da Lei n. 14.382, de 2022.

QUESTÃO 04. É correto afirmar que o notário ou registrador eleito para ocupar cargo no executivo ou legislativo

a) deverá se afastar da delegação, mantida a percepção integral dos emolumentos.

b) deverá se afastar da delegação, com direito a percepção de 50% dos emolumentos.

c) se o cargo for de vereador, poderá exercê-lo cumulativamente com a delegação, desde que os horários sejam compatíveis.

d) não precisará se afastar da delegação, mantida a percepção integral dos emolumentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

Conforme dispõe o artigo 25 da Lei n. 8.935/1994: Art. 25. O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão. § 1º (Vetado). § 2º A diplomação, na hipótese de mandato eletivo, e a posse, nos demais casos, implicará no afastamento da atividade. O Conselho Nacional de Justiça editou o Provimento n° 78, de 7 de novembro de 2018, segundo o qual: Art. 72. O notário e/ou registrador que desejarem exercer mandato eletivo deverão se afastar do exercício do serviço público delegado desde a sua diplomação. § 1.º O notário e/ou registrador poderão exercer, cumulativamente, a vereança com a atividade notarial e/ou de registro, havendo compatibilidade de horários, e nos demais tipos de mandatos eletivos deverão se afastar da atividade, segundo os termos do caput. § 2.º No caso de haver a necessidade de o notário e/ou registrador se afastarem para o exercício de mandato eletivo, a atividade será conduzida pelo escrevente substituto com a designação contemplada pelo art. 20, § 5.º, da Lei § 3.º O notário e/ou o registrador que exercerem mandato eletivo terão o direito à percepção integral dos emolumentos gerados em decorrência da atividade notarial e/ou registral que lhe foi delegada.

QUESTÃO 05. É correta a afirmação de que são isentos de pagamento de emolumentos, inclusive da parcela destinada à remuneração dos notários e registradores:

a) a União, o Estado de São Paulo e suas respectivas autarquias e as entidades representativas de classe.

b) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas respectivas autarquias e a OAB.

c) a União e suas respectivas autarquias e as associações de direito privado.

d) o Estado de São Paulo e suas respectivas autarquias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Nos termos do artigo 8º, da Lei Estadual n. 11.331/2002: "Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e as respectivas autarquias, são isentos do pagamento das parcelas dos emolumentos destinadas ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, ao custeio dos atos gratuitos de registro civil e ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único - O Estado de São Paulo e suas respectivas autarquias são isentos do pagamento de emolumentos".

QUESTÃO 06. Na história dos Registros Públicos no Brasil, o movimento "Revolta do Ronco das Abelhas", que resultou no Decreto no 907 de 29 de janeiro de 1852, responsável pela suspensão dos Decretos no 797/798, de 18 de junho de 1851, teve como uma das consequências

a) a criação do cargo de Escrivão do Juiz de Paz.

b) a previsão do casamento laico para os não católicos.

c) o atraso na laicização dos registros de nascimento e óbito.

d) o atraso na laicização dos registros de nascimento, casamento e óbito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A Revolta do ronco da abelha foi "o movimento popular armado ocorrido entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, que envolveu vilas e cidades de cinco províncias do Nordeste: Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe, sendo mais forte nas duas primeiras províncias. Nos dias de feiras os revoltosos causavam um enorme burburinho entre a população. Quando perguntavam o porquê de tantos comentários, as vozes mais precavidas diziam que era apenas "o ronco da abelha", nome por qual acabou ficando conhecido o movimento. Os incidentes foram provocados por dois decretos imperiais, de junho de 1851, o 797 e o 798, cujo propósito era instituir o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos. O primeiro decreto estabelecia o Censo Geral do Império, logo após a divulgação em editais em jornais ou a afixação em igrejas matrizes. O 798 obrigava todo brasileiro a se apresentar nas paróquias e à frente de juízes de paz das diferentes localidades, para fornecer os dados pessoais, data e local de nascimento, filiação, estado civil e cor da pele. A real intenção do Estado era colher dados para calcular a população, com o objetivo de sistematizar o recrutamento de homens para o serviço militar. Já no final de janeiro 1852 a paz social foi restabelecida, mas, em meio à baderna resultante, ficou difícil identificar os verdadeiros líderes do movimento. Muitas pessoas são acusadas, mas não se consegue obter provas concretas do envolvimento das mesmas. Finalmente, o governo edita o decreto 970, de 29 de janeiro de 1852, que suspende os decretos 797 e 798, adiando a realização do primeiro censo no Brasil para vinte anos depois, sendo que o registro civil só será adotado com o advento da república". Revolta do Ronco da Abelha. Disponível em <www.infoescola.com/brasil-imperial/revolta-do-ronco-da-abelha> Último acesso em 16.07.2024.

QUESTÃO 07. Com relação ao Apostilamento de Haia, assinale a alternativa correta.

a) As Corregedorias Gerais de Justiça e os Juízes Diretores do foro das unidades judiciárias são autoridades competentes para o ato de aposição de apostila somente quanto aos documentos de interesse do Poder Judiciário.

b) Não se equiparam a documento público produzido no território nacional os históricos escolares, as declarações de conclusão de série e os diplomas ou os certificados de conclusão de cursos registrados no Brasil.

c) A apostila será emitida mediante solicitação, através de requerimento por escrito, do portador do documento.

d) É facultativo o cadastramento e a prestação do serviço de apostilamento pelos serviços de notas e de registro existentes nos Estados e no Distrito Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do artigo 6º do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 6.º As corregedorias-gerais de Justiça e os juízes diretores do foro das unidades judiciárias são autoridades competentes para o ato de aposição de apostila somente quanto aos documentos de interesse do Poder Judiciário.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 1º do Provimento n. 149 do CNJ: § 2.º Equiparam-se a documento público produzido no território nacional os históricos escolares, as declarações de conclusão de série e os diplomas ou os certificados de conclusão de cursos registrados no Brasil.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 9º do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 9.º A apostila será emitida mediante solicitação do portador do documento, sendo dispensado requerimento escrito. As autoridades apostilantes darão recibo de protocolo no momento do requerimento, estipulando prazo para entrega, que não poderá ultrapassar cinco dias.

A alternativa D está incorreta. Conforme estabelece o artigo 3º do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 9.º A apostila será emitida mediante solicitação do portador do documento, sendo dispensado requerimento escrito. As autoridades apostilantes darão recibo de protocolo no momento do requerimento, estipulando prazo para entrega, que não poderá ultrapassar cinco dias.

QUESTÃO 08. O titular da serventia, em caso de ausência e impedimento circunstanciais, será substituído, conforme previsto nas Normas Extrajudiciais da Corregedoria Geral de Justiça, pela seguinte pessoa:

a) auxiliar mais antigo do mesmo serviço.

b) pessoa idônea indicada pela Corregedoria Geral de Justiça.

c) delegado ou preposto de outro serviço extrajudicial da mesma comarca.

d) pessoa idônea indicada pelo Juiz Corregedor Permanente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

Na hipótese de ausência ou impedimento do titular do servidor notariais e registrais, no que tange à substituição, determina o item 6 das NSCGJ: 6. Em caso de ausência e impedimento circunstanciais, o delegado será substituído pelas pessoas a seguir indicadas, na seguinte ordem: a) escrevente substituto a que se refere o art. 20, parágrafo 5º, da Lei 8.935/94; b) outro escrevente do mesmo serviço; c) delegado ou preposto de outro serviço extrajudicial da mesma comarca; d) delegado ou preposto de outra comarca.

QUESTÃO 09. De acordo com a Lei no 11.331/2002, considera-se deficitária a serventia em que a

a) receita bruta não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.

b) receita bruta não atingir o equivalente a 13 (treze) salários mínimos mensais.

c) receita líquida não atingir o equivalente a 13 (treze) salários mínimos mensais.

d) receita líquida não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

Trata-se da literalidade do artigo 25 da Lei Estadual n. 11.331/2002, segundo o qual "Considera-se deficitária a serventia cuja receita bruta não atingir o equivalente a 13 (treze) salários mínimos mensais".

QUESTÃO 10. Com relação ao Livro Registro Diário de Receita e Despesa assinale a alternativa correta.

a) Deve ser visado anualmente pelo Juiz Corregedor Permanente até o décimo dia útil do mês de fevereiro.

b) É vedado o lançamento de despesas de aquisição de móveis, utensílios, eletrodomésticos e equipamentos mantidos no local da prestação do serviço delegado, incluídos os destinados ao entretenimento dos usuários que aguardem a prestação do serviço e os de manutenção de refeitório.

c) É necessária a remessa do balanço anual da serventia à Corregedoria Geral de Justiça Permanente até o décimo dia útil do mês de fevereiro.

d) É vedada a utilização do Livro Registro Diário da Receita e da Despesa também para fins de recolhimento do Imposto de Renda (IR).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do item 60 das NSCJG: 60. Anualmente, até o décimo dia útil do mês de fevereiro, o Diário será visado pelo Juiz Corregedor Permanente, que determinará, sendo o caso, as glosas necessárias, podendo determinar sua apresentação sempre que entender conveniente

A alternativa B está incorreta. Nos termos do item 57 das NSCGJ: 57. As despesas serão lançadas no dia em que se efetivarem e sempre deverão resultar da prestação do serviço delegado, sendo passíveis de lançamento no Livro Registro Diário da Receita e da Despesa todas as relativas investimentos, custeio e pessoal, promovidas a critério do delegatário, dentre outras: [...] d) aquisição de móveis, utensílios, eletrodomésticos e equipamentos mantidos no local da prestação do serviço delegado, incluídos os destinados ao entretenimento dos usuários que aguardem a prestação do serviço e os de manutenção de refeitório;

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o item 60.1 das NSCGJ: 60.1. É desnecessária a remessa do balanço anual das serventias à Corregedoria Geral da Justiça, salvo se requisitado.

A alternativa D está incorreta. Dispõe o item 61.1 das NSCGJ: 61.1. É facultativa a utilização do Livro Registro Diário da Receita e da Despesa também para fins de recolhimento do Imposto de Renda (IR), ressalvada nesta hipótese a obrigação de o delegatário indicar quais as despesas não dedutíveis para essa última finalidade e também o saldo mensal específico para fins de imposto de renda.

QUESTÃO 11. Quanto aos registros cancelados e àqueles nos quais consta averbação de alteração de nome prevista no artigo 57, parágrafo 7o da Lei no 6.015/73, é correto afirmar que, de acordo com o provimento 58/89, o registrador deve adotar a seguinte providência no que diz respeito à Central do Registro Civil (CRC):

a) esconder o registro no respectivo sistema.

b) substituir as informações alteradas no sistema.

c) não há providência a ser tomada.

d) Excluir o registro do respectivo sistema.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre os registros, cancelamentos e respectivas providências.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de providência não prevista no item 6.2.6 Capítulo XVII das NSCGJSP que prevê: "Nos casos de cancelamento de registro por determinação judicial ou averbação de que trata o artigo 57, §7º da Lei 6.015/73, as informações deverão ser excluídas da Central pelo Oficial de Registro responsável, informando o motivo como "determinação judicial".

A alternativa B está incorreta. Trata-se de providência não prevista no item 6.2.6 Capítulo XVII das NSCGJSP que prevê: "Nos casos de cancelamento de registro por determinação judicial ou averbação de que trata o artigo 57, §7º da Lei 6.015/73, as informações deverão ser excluídas da Central pelo Oficial de Registro responsável, informando o motivo como "determinação judicial".

A alternativa C está incorreta. Trata-se de providência não prevista no item 6.2.6 Capítulo XVII das NSCGJSP que prevê: "Nos casos de cancelamento de registro por determinação judicial ou averbação de que trata o artigo 57, §7º da Lei 6.015/73, as informações deverão ser excluídas da Central pelo Oficial de Registro responsável, informando o motivo como "determinação judicial".

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do item 6.2.6 Capítulo XVII das NSCGJSP: "Nos casos de cancelamento de registro por determinação judicial ou averbação de que trata o artigo 57, §7º da Lei 6.015/73, as informações deverão ser excluídas da Central pelo Oficial de Registro responsável, informando o motivo como "determinação judicial".

QUESTÃO 12. Não estão sujeitos ao registro previsto no inciso artigo 50 da Lei no 6.015/77 o nascimento de

a) filhos nascidos no Brasil, quando um dos genitores for brasileiro e o outro estrangeiro a serviço de seus país.

b) crianças que morrerem imediatamente após o parto.

c) filhos nascidos no Brasil, de genitores estrangeiros, que se encontram no Brasil irregularmente.

d) filhos nascidos no Brasil, de genitores estrangeiros, quando ambos ou um deles estiver a serviço do seu país.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre os registros de nascimentos.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 50§ 5º da lei 6.015/77: "Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório. (...) § 5º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados".

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 53 da lei 6.015/77: “Art. 53. No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito”.

A alternativa C está incorreta. Trata-se exceção não prevista no art. 50§ 5º da lei 6.015/77: “Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório. (...) § 5º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados”.

A alternativa D está correta. Trata-se de previsão contida no art. 15 da resolução 155/2012-CNJ: “Art.15 Os registros de nascimento de nascidos no território nacional em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil deverão ser efetuado no Livro "E" do 1º Ofício do Registro Civil da Comarca, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: "O registrando não possui a nacionalidade brasileira, conforme do art. 12, inciso I, alínea "a", in fine, da Constituição Federal."

QUESTÃO 13. Em relação à averbação do cadastro de pessoas físicas (CPF) em registros pretéritos, é correto afirmar quanto ao pagamento:

a) é devido apenas o pagamento pelo seu acréscimo em certidões.

b) é devido o pagamento pela averbação e pelo seu acréscimo em certidão.

c) são gratuitos a averbação e o seu acréscimo em certidões.

d) é devido apenas o pagamento pela averbação.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre averbações do cadastro de pessoas físicas.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese não prevista no art. 477§2 e 3º do Provimento 149/2023-CNJ que dispõe: “Art. 477. O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito. § 2.º Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do Provimento n. 63/2017, poderá ser averbado o número de CPF, de forma gratuita, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência. § 3.º A emissão de segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito dependerá, quando possível, da prévia averbação cadastral do número de CPF no respectivo assento, de forma gratuita”.

A alternativa B está incorreta. Não haverá ônus, conforme previsão contida no art. 477§§2 e 3º do Provimento 149/2023-CNJ que dispõe: “Art. 477. O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito. § 2.º Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do Provimento n. 63/2017, poderá ser averbado o número de CPF, de forma

gratuita, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência. § 3.º A emissão de segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito dependerá, quando possível, da prévia averbação cadastral do número de CPF no respectivo assento, de forma gratuita".

A alternativa C está correta. Trata-se de disposição contida no 477§2 e 3º do Provimento 149/2023-CNJ que dispõe: "Art. 477. O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito. § 2.º Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do Provimento n. 63/2017, poderá ser averbado o número de CPF, de forma gratuita, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência. § 3.º A emissão de segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito dependerá, quando possível, da prévia averbação cadastral do número de CPF no respectivo assento, de forma gratuita".

A alternativa D está incorreta. A averbação se dará sem ônus conforme previsto no 477§2 e 3º do Provimento 149/2023-CNJ que dispõe: "Art. 477. O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito. § 2.º Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do Provimento n. 63/2017, poderá ser averbado o número de CPF, de forma gratuita, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência. § 3.º A emissão de segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito dependerá, quando possível, da prévia averbação cadastral do número de CPF no respectivo assento, de forma gratuita".

QUESTÃO 14. A dispensa da publicação eletrônica dos editais de proclamas, requerida pelos contraentes, nos casos previstos em lei, é atribuição do

a) Oficial competente com recurso para o Juiz Corregedor Permanente.

b) Juiz Corregedor Permanente com recurso para o Conselho Superior da Magistratura.

c) Juiz Corregedor Permanente com recurso para o Órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

d) Juiz Corregedor Permanente com recurso para a Corregedoria Geral da Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre habilitação para o casamento.

A alternativa A está correta. Trata-se de previsão contida no art. 69,caput e §2ª da Lei 6.015/73 que dispõe: "Art. 69. Para a dispensa da publicação eletrônica dos proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em petição dirigida ao oficial de registro, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando o alegado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com documentos. § 2º O oficial de registro, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, com base nas provas apresentadas, poderá dispensar ou não a publicação eletrônica, e caberá recurso da decisão ao juiz corregedor.".

A alternativa B está incorreta. O disposto contraria a previsão contida no art. 69,caput e §2ª da Lei 6.015/73 que dispõe: "Art. 69. Para a dispensa da publicação eletrônica dos proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em petição dirigida ao oficial de registro, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando o alegado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com documentos. § 2º O oficial de registro, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, com base nas provas apresentadas, poderá dispensar ou não a publicação eletrônica, e caberá recurso da decisão ao juiz corregedor".

A alternativa C está incorreta. O disposto contraria a previsão expressa do art. 69,caput e §2ª da Lei 6.015/73 que dispõe: "Art. 69. Para a dispensa da publicação eletrônica dos proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em petição dirigida ao oficial de registro, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando o alegado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com documentos. § 2º O oficial de registro, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, com base nas provas apresentadas, poderá dispensar ou não a publicação eletrônica, e caberá recurso da decisão ao juiz corregedor".

A alternativa D está incorreta. O disposto contraria a previsão contida no art. 69,caput e §2ª da Lei 6.015/73 que dispõe: "Art. 69. Para a dispensa da publicação eletrônica dos proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em petição dirigida ao oficial de registro, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando o alegado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com documentos. § 2º O oficial de registro, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, com base nas provas apresentadas, poderá dispensar ou não a publicação eletrônica, e caberá recurso da decisão ao juiz corregedor".

QUESTÃO 15. Do registro de ata de casamento religioso com efeito civil sem prévia habilitação requerido após o início da vigência da Lei no 6.515/77 e celebrado antes, no regime legal, deverá constar:

a) comunhão parcial de bens.

b) os interessados podem escolher livremente o regime de bens.

c) comunhão universal de bens.

d) híbrido, com disposições do regime legal da época da celebração e do momento do requerimento do registro da ata.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre o instituto do casamento.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese não prevista no Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Não há disposição expressa acerca desta escolha conforme se verifica no art. 1515 do CC/02: "Art. 1.515. O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração".

A alternativa C está correta. O disposto encontra previsão no art. 1515 c/c 1516§2º do CC/02: Art. 1.515. O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração. Art. 1.516. O registro do casamento religioso submete-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil (...)2 o O casamento religioso, celebrado sem as formalidades exigidas neste Código, terá efeitos civis se, a requerimento do casal, for registrado, a qualquer tempo, no registro civil, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente e observado o prazo do art. 1.532".

A alternativa D está incorreta. A hipótese aventada não encontra não prevista no Código Civil.

QUESTÃO 16. Em relação aos efeitos do registro de emancipação por instrumento público ou mandado judicial e as suas formalidades é correto afirmar que o registro é

a) constitutivo e independe de assinatura do apresentante em qualquer situação.

b) constitutivo e ele deve ser assinado pelo apresentante quando os respectivos instrumentos forem

c) declarativo e independe de assinatura do apresentante em qualquer situação.

d) declarativo e ele deve ser assinado pelo apresentante.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra B**. A questão trata sobre o instituto do casamento.

A alternativa A está incorreta. Deverá constar assinatura do apresentante, conforme se verifica no art. 90 da Lei 6015/73: "Art. 90. O registro será feito mediante trasladação da sentença oferecida em certidão ou do instrumento, limitando-se, se for de escritura pública, as referências da data, livro, folha e ofício em que for lavrada sem dependência, em qualquer dos casos, da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante. Dele sempre constarão".

A alternativa B está correta. As emancipações judiciais e voluntárias necessariamente têm que ser registradas no Livro "E" do Registro Civil do 1º Subdistrito da Sede da Comarca do domicílio do emancipado, para dar publicidade e autenticidade ao ato e surtir efeitos perante terceiros, conforme art. 89 Lei 6.015/73. Antes do registro, a emancipação, em qualquer caso, não produzirá efeito, haja vista a natureza constitutiva deste assento. Vale destacar que, conforme item 112 item cap. XVII NSCGJSP, o registro deverá ser assinado pelo apresentante.

A alternativa C está incorreta. É constitutivo. Além disso, deverá constar assinatura do apresentante, conforme se verifica no art. 90 da Lei 6015/73: "Art. 90. O registro será feito mediante trasladação da sentença oferecida em certidão ou do instrumento, limitando-se, se for de escritura pública, as referências da data, livro, folha e ofício em que for lavrada sem dependência, em qualquer dos casos, da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante. Dele sempre constarão".

A alternativa D está incorreta. É constitutivo, conforme se depreende da leitura do art. 89 da lei 6015/73: Art. 89. No cartório do 1° Ofício ou da 1ª subdivisão judiciária de cada comarca serão registrados, em livro especial, as sentenças de emancipação, bem como os atos dos pais que a concederem, em relação aos menores nela domiciliados".

QUESTÃO 17. É correto afirmar quanto ao traslado da certidão de casamento em que ambos os contraentes são estrangeiros:

a) não pode ser efetuado em nenhuma hipótese, face aos dispostos no artigo 32 da Lei no 6.015/73.

b) é permitido, excepcionalmente, para o fim exclusivo de averbação de separação, divórcio, nulidade e

c) pode ser lavrado desde que um dos cônjuges apresente comprovação que, em seu favor, tramita processo de naturalização.

d) pode ser lavrado a pedido dos interessados, exclusivamente para conhecimento de terceiros.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra B**. A questão trata sobre o translado de certidão.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está em desconformidade com o art. 32§1ª da Lei 6015/73 que dispõe: "art. 32. Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular. § 1º Os assentos de que trata este artigo serão, porém, transladados nos cartórios de 1º Ofício do domicílio do registrado ou no 1º Ofício do Distrito Federal, em falta de domicílio conhecido, quando tiverem de produzir efeito no País, ou, antes, por meio de segunda via que os cônsules serão obrigados a remeter por intermédio do Ministério das Relações Exteriores".

A alternativa B está correta. Nos termos do item 174 do Capítulo XVII do NSCGJSP: 174. A contratação de distribuição e fabricação do papel de segurança constitui encargo da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPENSP), que deverá escolher empresas especializadas para tanto, desde que preenchidos requisitos de segurança e idoneidade".

A alternativa C está incorreta. A hipótese não encontra-se prevista na legislação.

A alternativa D está incorreta. A assertiva contraria o item 169 do Capítulo XVII do NSCGJSP que afirma: "169. O Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca procederá no livro "E", para fins de publicidade e efeitos perante terceiros, o traslado da certidão de casamento de estrangeiros realizado no exterior, devidamente traduzida por tradutor público juramentado, inscrito em junta comercial brasileira, para em ato subseqüente, averbar mandado judicial ou escritura pública de separação, divórcio, conversão de separação em divórcio, divórcio direto, nulidade e anulação de casamento".

QUESTÃO 18. É correto afirmar que a opção pela nacionalidade brasileira é:

a) registrada no livro "E" à vista de comunicação do Ministério da Justiça.

b) averbada no traslado da certidão de nascimento do optante, à vista de mandado expedido pela Justiça Federal.

c) averbada no traslado da certidão de nascimento do optante, à vista de comunicação da Justiça Federal.

d) registrada no livro "E" à vista de mandado expedido pela Justiça Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre o registro da nacionalidade.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão de comunicação ao Ministério da Justiça, conforme se verifica no art. 213§2ª do Decreto 9.199/2017: Art. 213. A opção pela nacionalidade é o ato pelo qual o brasileiro nascido no exterior e que não tenha sido registrado em repartição consular confirma, perante a autoridade judiciária competente, a sua intenção de manter a nacionalidade brasileira. § 2º A opção de nacionalidade é ato personalíssimo e deverá ocorrer por meio de procedimento específico, de jurisdição voluntária, perante a Justiça Federal, a qualquer tempo, após atingida a maioridade civil".

A alternativa B está incorreta. A assertiva contraria o item 169 do Capítulo XVII do NSCGJSP que afirma: "169. O Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca procederá no livro "E", para fins de publicidade e efeitos perante terceiros, o traslado da certidão de casamento de estrangeiros realizado no exterior, devidamente traduzida por tradutor público juramentado, inscrito em junta comercial brasileira, para em ato subseqüente, averbar mandado judicial ou escritura pública de separação, divórcio, conversão de separação em divórcio, divórcio direto, nulidade e anulação de casamento".

A alternativa C está incorreta. A assertiva encontra-se em desconformidade com o art. 213§2 do decreto 9.199/2017: Art. 213. A opção pela nacionalidade é o ato pelo qual o brasileiro nascido no exterior e que não tenha sido registrado em repartição consular confirma, perante a autoridade judiciária competente, a sua intenção de manter a nacionalidade brasileira. § 2º A opção de nacionalidade é ato personalíssimo e deverá ocorrer por meio de procedimento específico, de jurisdição voluntária, perante a Justiça Federal, a qualquer tempo, após atingida a maioridade civil".

A alternativa D está correta. A assertiva está em conformidade com art. 213, §2º c/c art. 216 Decreto 9.199/2017 e item 170 cap. XVII NSCGJSP: Art. 213. A opção pela nacionalidade é o ato pelo qual o brasileiro nascido no exterior e que não tenha sido registrado em repartição consular confirma, perante a autoridade judiciária competente, a sua intenção de manter a nacionalidade brasileira. § 2º A opção de nacionalidade é ato personalíssimo e deverá ocorrer por meio de procedimento específico, de jurisdição voluntária, perante a Justiça Federal, a qualquer tempo, após atingida a maioridade civil." "Art. 216. A comprovação da opção pela nacionalidade brasileira ocorrerá por meio do registro da sentença no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, observado o disposto no art. 29, **caput,**

inciso VII, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 .” “170. É obrigatória a utilização do papel de segurança unificado e fornecido pela Casa da Moeda do Brasil, conforme o regime estabelecido pelos Provimentos nº 02, 03, 14 e 15 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ”.

QUESTÃO 19. É correto afirmar que a retomada da nacionalidade brasileira é:

a) anotada no registro de nascimento do interessado à vista de mandado expedido pela Justiça Federal.

b) registrada no livro “E” à vista de comunicação do Ministério da Justiça.

c) averbada no registro de nascimento do interessado à vista de comunicação do Ministério da Justiça

d) registrada no livro “E” à vista de mandado expedido pela Justiça Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre averbações.

A alternativa A está incorreta. A hipótese encontra-se em desconformidade com o art. 102 item 5º da Lei 6.015/73 c/c item 127, “C” cap. XVII NSCGJSP que dispõe: “Art. 102. No livro de nascimento, serão averbados: 5º) a perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça. 127. A averbação das sentenças de perda ou suspensão de poder familiar será feita no Registro Civil das Pessoas Naturais, que registrou o nascimento do menor, fazendo constar o nome da pessoa que passa a deter o poder familiar e sua qualificação se conhecida”.

A alternativa B está incorreta. A assertiva contraria a interpretação decorrente do cotejo do art. 102 item 5º da Lei 6.015/73 c/c item 127, “C” , cap. XVII NSCGJSP que dispõe: “Art. 102. No livro de nascimento, serão averbados: 5º) a perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça. 127. A averbação das sentenças de perda ou suspensão de poder familiar será feita no Registro Civil das Pessoas Naturais, que registrou o nascimento do menor, fazendo constar o nome da pessoa que passa a deter o poder familiar e sua qualificação se conhecida”.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de assertiva não amparada pelo procedimento previsto no art. 102 item 5º da Lei 6.015/73 c/c item 127, “C” cap. XVII NSCGJSP que dispõe: “Art. 102. No livro de nascimento, serão averbados: 5º) a perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça. 127. A averbação das sentenças de perda ou suspensão de poder familiar será feita no Registro Civil das Pessoas Naturais que registrou o nascimento do menor, fazendo constar o nome da pessoa que passa a deter o poder familiar e sua qualificação se conhecida”.

A alternativa D está correta. Trata-se da interpretação a ser extraída do art. 102 item 5º da Lei 6.015/73 c/c item 127, “C” , cap. XVII NSCGJSP que dispõe: “Art. 102. No livro de nascimento, serão averbados: 5º) a perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça. 127. A averbação das sentenças de perda ou suspensão de poder familiar será feita no Registro Civil das

Pessoas Naturais que registrou o nascimento do menor, fazendo constar o nome da pessoa que passa a deter o poder familiar e sua qualificação se conhecida".

QUESTÃO 20. Em relação à escritura pública, é correto afirmar que

a) é desnecessária a apresentação do alvará judicial para aquisição onerosa de bem imóvel por menor de idade na hipótese de doação do respectivo numerário para concretizar a compra.

b) a cláusula "em tempo" somente é admitida se realizada antes das assinaturas das partes e demais comparecentes e da subscrição da escritura pública pelo Tabelião ou pelo seu substituto, podendo ser utilizada também para a alteração do preço e da forma de pagamento.

c) a coleta de assinaturas das partes poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias sendo, nessas hipóteses, dispensada qualquer outra formalidade.

d) a existência de comunicação de indisponibilidade do alienante impede a lavratura do ato notarial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do item 42.3 das NSCGJ/SP – cap. XVI: 42.3. É desnecessária a apresentação de autorização judicial, na hipótese da doação do respectivo numerário para a aquisição do bem (doação modal).

A alternativa B está incorreta. Nos termos do item 51.1 das NSCGJ: 51.1. A cláusula em tempo é admitida, se exarada antes da assinatura das partes e demais comparecentes e da subscrição da escritura pública pelo Tabelião ou pelo seu substituto, e desde que não afete elementos essenciais do ato, como o preço, o objeto e a forma de pagamento.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o item 53.2 das NSCGJ: 53.2. Lavrada a escritura pública, a coleta das respectivas assinaturas das partes poderá ocorrer em até 30 dias, e nessas hipóteses as partes deverão apor ao lado de sua firma a data e o local (o mesmo da lavratura ou o endereço completo se for diverso) da respectiva subscrição.

A alternativa D está incorreta. Consoante ao item 44.1 das NSCGJ: 44.1. A existência de comunicação de indisponibilidade não impede a lavratura de escritura pública representativa de negócio jurídico tendo por objeto a propriedade ou outro direito real sobre imóvel ou quotas de participação no capital social de sociedade simples de que seja titular a pessoa atingida pela restrição, nessa incluída a escritura pública de procuração, devendo constar na escritura pública, porém, que as partes foram expressamente comunicadas da existência da ordem de indisponibilidade que poderá implicar a impossibilidade de registro (lato sensu) do direito no Registro de Imóveis ou, então, conforme o caso, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, enquanto vigente a restrição.

QUESTÃO 21. Assinale a alternativa verdadeira.

a) O termo de abertura da Carta de Sentença Notarial deverá conter a relação de documentos autuados e o número de páginas nela constantes, sendo que a cobrança de emolumentos corresponderá a uma procuração sem valor declarado.

b) Os maiores de 16 anos podem abrir ficha-padrão destinada ao reconhecimento de firmas, devendo o Tabelião nela consignar tal circunstância.

c) Pelo ato notarial incompleto não são devidos emolumentos e custas.

d) É proibido o reconhecimento de firma em documentos redigidos em língua estrangeira que não estejam registrados no Registro de Títulos e Documentos com sua respectiva tradução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do item 214.3 das NSCGJ: 214.3. O termo de abertura deverá conter a relação dos documentos autuados, e o termo de encerramento informará o número de páginas da carta de sentença. Ambos serão considerados como uma única certidão para fins de cobrança de emolumentos.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do item 180.4 das NSCGJ/SP – cap. XVI: 180.4. Os maiores de 16 anos podem abrir ficha-padrão, devendo o Tabelião de Notas consignar a incapacidade relativa do menor de 18 anos.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o item 53.3 das NSCGJ: 53.3. Pelo ato notarial incompleto, serão devidos os emolumentos e custas, restando proibido o fornecimento de certidão ou traslado, salvo ordem judicial.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do item 191 das NSCGJ: 191 É autorizado o reconhecimento de firmas em escrito de obrigação redigido em língua estrangeira, de procedência interna, uma vez adotados os caracteres comuns.

QUESTÃO 22. Assinale a alternativa correta.

a) A procuração lavrada e apostilada no exterior, registrada no Registro de Títulos e Documentos, acompanhada da respectiva tradução, caso não redigida em língua nacional, poderá ter o prazo de validade de até noventa dias nas escrituras de divórcio.

b) Nas escrituras que tenham por objeto imóveis urbanos cujas descrições e caracterizações constem da certidão do Registro de Imóveis, basta a menção do número da matrícula ou da transcrição no corpo da escritura.

c) Na hipótese de aquisição de imóvel rural por estrangeiro, o notário deve verificar, através de certidão do Registro de Imóveis, se a porcentagem adquirida pelas pessoas estrangeiras de mesma nacionalidade ultrapassou mais de 20% da superfície do Município.

d) No tocante às pessoas jurídicas participantes dos atos notariais, deve-se exigir cópias de seus atos constitutivos, de eventuais alterações contratuais ou da respectiva consolidação societária, acompanhadas, conforme o caso, de certidão do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, cujo prazo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, ou por ficha cadastral da Junta Comercial, a ser obtida via internet, cujo prazo de emissão não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do item 89.1 das NSCGJ-SP – capítulo XVI: 89.1 A procuração lavrada no exterior, registrada no Registro de Títulos e Documentos, acompanhada da respectiva tradução, caso não redigida na língua nacional, poderá ter prazo de validade de até noventa dias.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do item 60 das NSCGJ: 60. As escrituras relativas a bens imóveis e direitos reais a eles relativos devem conter, ainda: a.2) para imóveis urbanos cujas descrições e caracterizações constem da certidão do Registro de Imóveis, o número do registro ou da matrícula no Registro de Imóveis, sua completa localização, logradouro, número, bairro, cidade e Estado, enquanto para os demais imóveis urbanos, principalmente aqueles objeto de transcrição, a descrição deve ser integral e pormenorizada, com referência precisa, inclusive, aos seus característicos e confrontações;

A alternativa C está incorreta. Conforme prevê o item 71 das NSCGJ: 71. A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não pode ultrapassar a 1/4 (um quarto) da superfície dos Municípios onde se situem, comprovada por certidão do Registro de Imóveis. 71.1. As pessoas de mesma nacionalidade não podem ser proprietárias, em cada Município, de mais de 10% (dez por cento) da superfície do Município.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do item 42, b, das NSCGJ: 42. O Tabelião de Notas, antes da lavratura de quaisquer atos, deve: [...] b) exigir, no tocante às pessoas jurídicas participantes dos atos notariais, cópias de seus atos constitutivos, de eventuais alterações contratuais ou da respectiva consolidação societária, acompanhadas, conforme o caso.

QUESTÃO 23. Assinale a alternativa correta.

a) A nomeação do inventariante do espólio pode se dar através de escritura pública autônoma sendo necessária, nesta hipótese, a apresentação do comprovante de pagamento do imposto de transmissão causa mortis e sua devida menção no corpo da escritura.

b) Na lavratura de escritura pública de fundação definida como entidade fechada de previdência privada, nos termos da lei, deve obrigatoriamente comparecer à Curadoria das Fundações do Ministério Público.

c) A existência de ônus incidentes sobre os imóveis impede a lavratura da escritura pública de inventário extrajudicial.

d) A escritura pública de divórcio pode ser retificada mediante declaração unilateral do interessado na volta do uso do nome de solteiro, em nova escritura pública, com assistência de advogado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do item 106.1 das NSCGJ: 06.1. A nomeação do inventariante extrajudicial pode se dar por escritura pública autônoma assinada por todos os herdeiros para cumprimento de obrigações do espólio e levantamento de valores, poderá ainda o inventariante nomeado reunir todos os documentos e recolher os tributos, viabilizando a lavratura da escritura de inventário.

A alternativa B está incorreta. Conforme determina o item64 das NSCGJ: 64. As escrituras de instituição ou de interesse de Fundação não serão lavradas sem a intervenção do Ministério Público. 64.1. Não estão sujeitas ao requisito acima mencionado fundações que se enquadrem no conceito de entidade fechada de previdência privada.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do item 116.1 das NSCGJ: 116.1. A existência de ônus incidentes sobre os imóveis não impede a lavratura da escritura pública.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do item 108 das NSCGJ/SP – cap. XVI: 108. A escritura pública pode ser retificada desde que haja o consentimento de todos os interessados ou por procurador constituído no ato, bem como por procuração pública autônoma

QUESTÃO 24. A Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC), disponível por meio do Sistema de Informações e Gerenciamento Notarial (SIGNO) é mantida e operada pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), e deve ser alimentada com a inclusão de dados específicos por todos os tabeliães de notas e oficiais de registro que pratiquem atos notariais. Assinale a alternativa verdadeira sobre o referido assunto.

a) O envio dos dados para a Central de Escrituras e Procurações (CEP) deve ser realizado uma vez por mês, até o último dia útil do mês subsequente à prática dos atos notariais.

b) É dispensado o envio de informações negativas às Centrais (RCTO, CESDI e CEP).

c) O envio dos dados para o Registro Central de Testamento (RCTO) deve ser realizado até o dia 20, quanto a atos praticados na primeira quinzena do próprio mês. Caso o dia 20 não seja dia útil, esta informação deverá ser enviada no dia útil subsequente.

d) O envio dos dados para a Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI) é realizado até o dia 10 de cada mês subsequente aos atos praticados na segunda quinzena do mês anterior. Caso o dia 10 não seja dia útil a informação deverá ser enviada no dia útil subsequente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do item 164 das NSCGJ: 164. Os Tabeliães de Notas e os Registradores Civis com atribuições notariais remeterão, quinzenalmente, ao CNB-CF, por meio da CENSEC e ao CNB-SP, por meio do SIGNO, informações constantes das escrituras públicas e procurações públicas ou informações negativas da prática desses atos, com ressalva das referentes a separação, divórcio, inventário e partilha, a serem encaminhadas à CESDI, e das relativas a testamento, a serem enviadas ao RCTO, nos seguintes termos: a) até o dia 5 (cinco) do mês subsequente, quanto aos atos praticados na segunda quinzena do mês anterior; b) até o dia 20 (vinte) de cada mês, em relação aos atos praticados na primeira quinzena do mesmo mês

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o item 165 das NSCGJ: 165. As informações positivas ou negativas serão enviadas, por meio da internet, ao CNB-CF e ao CNB-SP, arquivando-se digitalmente o comprovante de envio.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do item 157 das NSCGJ/SP – cap. XVI: 157. Os Tabeliães de Notas e os Registradores Civis com atribuição notarial para lavratura de testamentos remeterão, quinzenalmente, ao Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB-CF), por meio da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC e ao Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB-SP), por meio do Sistema Informações e Gerenciamento Notarial (SIGNO) relação dos nomes constantes dos testamentos lavrados em seus livros e respectivas revogações, bem como dos instrumentos de aprovação de testamentos cerrados, ou informação negativa da prática de qualquer um desses atos, nos seguintes termos: 563 a) até o dia 5 (cinco) do mês subsequente, quanto aos atos praticados na segunda quinzena do mês anterior; b) até o dia 20 (vinte) de cada mês, em relação aos atos praticados na primeira quinzena do mesmo mês. 157.1. Nos meses em que os dias 5 e 20 não forem úteis, a informação deverá ser enviada no primeiro dia útil subsequente

A alternativa D está incorreta. Conforme determina o item 164 das NSCGJ: 164. Os Tabeliães de Notas e os Registradores Civis com atribuições notariais remeterão, quinzenalmente, ao CNB-CF, por meio da CENSEC e ao CNB-SP, por meio do SIGNO, informações constantes das escrituras públicas e procurações públicas ou informações negativas da prática desses atos, com ressalva das referentes a separação, divórcio, inventário e partilha, a serem encaminhadas à CESDI, e das relativas a testamento, a serem enviadas ao RCTO, nos seguintes termos: a) até o dia 5 (cinco) do mês subsequente, quanto aos atos praticados na segunda quinzena do mês anterior; b) até o dia 20 (vinte) de cada mês, em relação aos atos praticados na primeira quinzena do mesmo mês

QUESTÃO 25. Com relação aos princípios da função notarial, é correto afirmar que

a) o princípio da territorialidade aplicável ao tabelião de notas, nos termos da Lei n. 8.935/94, determina que a parte possa escolher o notário de sua preferência independentemente de sua residência.

b) o princípio da publicidade traz a obrigação da irrestrita emissão de certidões dos atos lavrados na serventia.

c) em razão do princípio da publicidade não há de se falar em dever de sigilo do notário.

d) o princípio do rogatório assevera que é proibido ao notário atuar de ofício devendo sempre ser necessária a provocação da parte interessada tendo sua única exceção restrita aos casos relativos à proteção dos interesses de incapazes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do artigo 8º da Lei 8.935/94: Art. 8º É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio. Art. 9º O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 4º da Lei 8.159/1991: Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Um exemplo a sigilosidade e da limitação das expedição das certidões é o disposto no item 37.1 das NSCGJ: 37.1. Nos casos de diagnóstico de Anomalias de Diferenciação Sexual – ADS em recém-nascidos, o Registrador deverá lançar no registro de nascimento o sexo como ignorado, conforme constatação médica lançada na Declaração de Nascido Vivo – DNV. [...] 37.1.4. O registro feito na forma do item 37.1 tem natureza sigilosa, razão pela qual somente poderão ser expedidas certidões por solicitação do registrado ou seus representantes legais. Outros requerimentos deverão ser encaminhados pelo Oficial do Registro Civil ao Juiz Corregedor Permanente para exame da existência de interesse jurídico do requerente.

A alternativa C está incorreta. A publicidade, ainda, no que toca aos serviços notariais, não é ilimitada. No exercício da atividade, o Tabelião tem acesso a informações das partes que muitas vezes são de natureza reservada, e nem sempre irão constar do ato em si. Esse tipo de informação não deve ser pública; pelo contrário, assim como o advogado com relação aos seus clientes, o Tabelião de Notas também deve preservar a intimidade dos seus usuários (“clientes”). Essa norma já restou positivada: Lei 8.935/1994. Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro: VI - guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão;

A alternativa D está incorreta. O princípio da rogação também pode ser chamado de princípio da instância (designação já utilizada pela Banca da Vunesp, por sinal) ou princípio da reserva de iniciativa (utilizado pela CONSULPLAN), ou correlacionando ao princípio processual da inércia. Rogar vem de

pedir, solicitar. O Tabelião de Notas não pode, via de regra, agir de ofício. Ele deve ser provocado pela parte interessada, mediante um pedido, um rogo, uma provocação verbal ou escrita, prévio à formalização do ato. Esse princípio, portanto, acaba por vedar práticas mercadológicas de captação de clientes, que são proibidas na atividade notarial. É até possível que na fase de aconselhamento não haja pedido, e normal até que assim o seja, que o pedido seja realizado após compreensão do ato, das consequências jurídicas etc. mas ele deve existir. Muito embora não seja obrigatório, é cautela inclusive obter pedido escrito para lavratura de ata notarial, na medida em que é um ato que dispensa a assinatura das partes no próprio ato. Há certas ações realizadas pelos Tabeliães que independem de rogação, como por exemplo o lançamento de uma certidão após a lavratura do ato, para fazer constar documento que antes fora apresentado mas por um lapso não citado no documento lavrado antes da aposição da assinatura das partes. Mas isso não seria propriamente um ato notarial, e não teria o condão de modificar o conteúdo jurídico objeto da lavratura. Fonte: Estratégia Carreira Jurídica. Livro Digital Interativo. Cartórios – TJSP. Tabelionato de Notas - Cartórios TJSP. Aula 4.

QUESTÃO 26. Assinale a alternativa correta.

a) A expedição de certidões relativas a testamentos fica condicionada à comprovação do grau de parentesco, através da apresentação de documento público, entre o solicitante e o testador.

b) Ao lavrar substabelecimento de procuração pública, o Tabelião de Notas deve anotar essa circunstância no caso de a procuração estar escriturada em sua serventia somente após o pagamento dos emolumentos relativos às "Anotações" constantes na tabela própria de emolumentos.

c) Os documentos de outras localidades, públicos ou particulares, referidos nos atos notariais, deverão ter suas firmas reconhecidas na comarca de origem ou naquela em que irão produzir seus efeitos, salvo os assinados judicialmente.

d) É vedada a lavratura de ata notarial onde o objeto narrado constitua fato ilícito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do item 153.2 das NSCGJ: m 153.2. Com a prova do falecimento do testador, as certidões poderão ser expedidas livremente, independente do interesse jurídico de quem a solicite, que estará dispensado de expor as razões de seu pedido.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o item 135 das NSCGJ: 135. Os Tabeliães de Notas, ao lavrarem escritura pública de substabelecimento, renúncia ou revogação de procuração escriturada em suas serventias, anotarão essa circunstância, imediatamente e sem ônus aos interessados, à margem do ato substabelecido, objeto da renúncia ou revogado.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do item 157 das NSCGJ/SP – cap. XVI: 154. Os documentos de outras localidades, públicos ou particulares, referidos nos atos notariais, deverão ter

suas firmas reconhecidas na comarca de origem ou naquela em que irão produzir seus efeitos, salvo os assinados judicialmente observado o disposto no item 26, e seus subitens, do Capítulo XIII.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do item 141.1 das NSCGJ: 141.1. É possível lavrar ata notarial quando o objeto narrado constitua fato ilícito.

QUESTÃO 27. Assinale a alternativa correta relativa à fé pública depositada no Titular.

a) Os atos praticados pelo Delegado são dotados de presunção absoluta de veracidade.

b) Os atos praticados em sua presença são dotados de presunção relativa de veracidade.

c) Ela decorre da aprovação em concurso de provas e notas.

d) Os atos por ele praticados podem ser, nos termos da lei, de outras atribuições desde que no município não exista serviço extrajudicial relativo à especialidade do ato praticado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. A presunção de veracidade dos atos praticados pelos notários é relativa, ou seja iuris tantum, e somente pode ser afastada mediante prova em sentido contrário.

A alternativa B está correta. Nos termos do artigo 3º da Lei 8.935/94: Art. 3º Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro. A presunção de veracidade dos atos praticados pelos notários é relativa, ou seja, iuris tantum, e somente pode ser afastada mediante prova em sentido contrário. Nesse sentido a jurisprudência do c. STJ: RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONSISTENTE EM CONTRATO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - ESCRITURA PÚBLICA AQUISITIVA OUTORGADA POR TERCEIROS ANTIGOS PROPRIETÁRIOS DIRETAMENTE AO COMPRADOR, A PEDIDO DO VENDEDOR, PROPRIETÁRIO DE FATO - PREÇO E QUITAÇÃO FICTÍCIA CONSTANTE NO DOCUMENTO PÚBLICO QUE NÃO RETIRA A EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO PACTUADA COM O VERDADEIRO PROPRIETÁRIO - DECLARAÇÕES DAS PARTES AO OFICIAL DE REGISTRO QUE POSSUEM PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE ADMITINDO-SE PROVA EM CONTRÁRIO - INSURGÊNCIA DO EMBARGANTE. Cinge-se a controvérsia acerca da interpretação e alcance dos arts. 215, caput, e 216 do Código Civil vigente, especificamente, no caso ora em exame, se a escritura pública ostenta presunção absoluta (jure et de jure) ou relativa (juris tantum) de veracidade e se por instrução probatória é possível elidir a força probante do instrumento 1. A fé pública atribuída aos atos dos servidores estatais e aos documentos por eles elaborados, não tem o condão de atestar a veracidade do que é tão somente declarado, de acordo com a vontade, boa ou má-fé das partes, pois a fé pública constitui princípio do ato registral que protege a inscrição dos direitos, não dos fatos subjacentes a ele ligados. 1.1 As declarações prestadas pelas partes ao notário, bem ainda o documento público por ele elaborado, possuem presunção relativa (juris tantum) de veracidade, admitindo-se prova em contrário. Precedentes. 2. A quitação, quando considerada ficta, exarada para fins de transferência de propriedade, exige prova do pagamento para que seja reputada consumada. 2.1

Consoante delineado pela Corte local, com amparo nos elementos de convicção dos autos, inviável conferir o atributo de prova plena, absoluta e incontestável à escritura aquisitiva - como pretende a insurgente - a fim de desconstituir a exigibilidade do crédito executado, pois no documento não consta pagamento algum na presença do servidor cartorário ao exequente ou aos antigos proprietários e, por consequência, não existe relação ireta, ou prejudicial, entre o que foi declarado na escritura e a obrigação de pagar assumida pela recorrente perante o exequente no contrato particular de compromisso de compra e venda. 2.2 O acolhimento da pretensão recursal, no sentido de atribuir validade absoluta às declarações constantes na escritura pública, para elidir a exigibilidade do título exequendo, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada a esta Corte Superior em razão do óbice da Súmula nº 7/STJ. 2. Para caracterização do dissídio jurisprudencial constante na alínea "c" do permissivo constitucional é necessário que a parte recorrente apresente paradigmas de mesma similitude fática consoante previsão dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, o que não ocorre no caso, inviabilizando o conhecimento do reclamo no ponto. 3. Recurso especial conhecido em parte e, na extensão, desprovido (RECURSO ESPECIAL Nº 1.288.552 - MT (2011/0251084-3), j. 24/11/220).

A alternativa C está incorreta. A fé-pública decorre da delegação do exercício da atividade notarial e de registro, que ocorre com a posse no cargo.

A alternativa D está incorreta. Não é permitida aos tabeliães a lavratura de instrumentos particulares, de atos estranhos à sua competência (EMILIASI, Demétrios. Manual dos Tabeliães. p. 1225.). A competência dos tabeliães está regida no art. 7º da Lei nº 8.935/9430: Art. 7º Aos tabeliães de notas compete exclusivamente: I – lavrar escrituras e procurações públicas; II – lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados; III – lavrar atas notariais; IV – reconhecer firmas; V – autenticar cópias. Parágrafo único: É facultado aos tabeliães de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, sem ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato.

QUESTÃO 28. Assinale a alternativa correta.

a) É obrigatório o registro das escrituras de divórcio no Livro "E" do Registro Civil das Pessoas Naturais.

b) Para que seja possível uma finalização do ato mais célere, é permitido ao Tabelião de Notas a indicação de advogado às partes nas escrituras de divórcio.

c) É permitida a lavratura de escrituras de divórcio se comprovada resolução prévia e judicial com relação a guarda dos filhos menores.

d) Nas escrituras de inventário e partilha, a base de cálculo dos emolumentos será o maior valor entre aqueles atribuídos pelas partes e o valor venal, excluindo-se a meação do cônjuge sobrevivente da respectiva base de cálculo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D,** conforme gabarito preliminar oficial. No entanto, a questão é passível de recurso, pois apresenta duas alternativas corretas, haja vista que a alternativa "c" também está correta.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do item 84 das NSCGJ: 84. É desnecessário o registro das escrituras públicas no Livro "E" do Registro Civil das Pessoas Naturais

A alternativa B está incorreta. Conforme item 82 das NSCGJ: 82. É vedada ao Tabelião de Notas a indicação de advogado às partes, que devem comparecer ao ato notarial acompanhadas de profissional de sua confiança.

A alternativa C está correta. Salvo melhor juízo, entendo que a questão é passível de RECURSO. A alternativa indicada como correta no gabarito é a letra "D" – que, de fato corresponde a interpretação constante do item 79.3 do capítulo XVI das NSCGJ/SP: 79.3. Se houver partilha, prevalecerá como base para o cálculo dos emolumentos, o maior valor dentre aquele atribuído pelas partes e o venal. Nesse caso, em inventário e partilha, excluir-se-á da base de cálculo o valor da meação do cônjuge sobrevivente.

Todavia a alternativa "C" ("É permitida a lavratura de escrituras de divórcio se comprovada resolução prévia e judicial com relação a guarda dos filhos menores") – no meu entender – também é verdadeira, uma vez que o item 87.2 do capítulo mencionado abarca a possibilidade. 87.2. Se comprovada a resolução prévia e judicial de todas as questões referentes aos filhos menores (guarda, visitas e alimentos), o tabelião de notas poderá lavrar escrituras públicas de separação e divórcio consensuais. 79.3. Se houver partilha, prevalecerá como base para o cálculo dos emolumentos, o maior valor dentre aquele atribuído pelas partes e o venal. Nesse caso, em inventário e partilha, excluir-se-á da base de cálculo o valor da meação do cônjuge sobrevivente.

A alternativa D está correta. Conforme mencionado na alternativa anterior, a questão é passível de recurso, pois apresenta duas alternativas corretas. No tocante à alternativa D, conforme prevê o item 79.3 do capítulo XVI das NSCGJ/SP: 79.3. Se houver partilha, prevalecerá como base para o cálculo dos emolumentos, o maior valor dentre aquele atribuído pelas partes e o venal. Nesse caso, em inventário e partilha, excluir-se-á da base de cálculo o valor da meação do cônjuge sobrevivente.

QUESTÃO 29. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Oficial de Registro de Imóveis de serventia recém-instalada, ao abrir uma matrícula com origem na circunscrição anterior:

a) Mencionará na identificação do imóvel a rua ou o logradouro público atual, de ofício, ainda que não conste do registro anterior.

b) No caso de legitimação fundiária, em qualquer das modalidades da Reurb, após a conversão da propriedade, não transportará quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições eventualmente existentes na matrícula de origem, salvo quando disserem respeito ao próprio legitimado.

c) Mencionará os ônus em averbações autônomas, tantas quantas foram os ônus existentes, com a cobrança das custas e emolumentos devidos por cada averbação.

d) Transportará para a nova matrícula os ônus indiretamente cancelados em razão de registro da arrematação ou adjudicação e deixará de transportar os cancelados de forma direta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 54.5 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "É vedado constar da matrícula a indicação de rua ou qualquer outro logradouro público, sem que tal circunstância conste do registro anterior."

A alternativa B está correta. Conforme o item 54.1.1 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "Quando se tratar de legitimação fundiária, em qualquer das modalidades da Reurb, ou de legitimação de posse, após a conversão da propriedade, a matrícula da unidade imobiliária estará livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado."

A alternativa C está incorreta. Conforme o item 54.1 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "Se na certidão constar ônus ou ações, o oficial fará a abertura da matrícula e em seguida (AV. 1) averbará sua existência, consignando sua origem, natureza e valor, o que ocorrerá, também, quando o ônus estiver lançado no próprio cartório. Por tais averbações não são devidos emolumentos e custas."

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 54.1.2 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "Os ônus não serão transportados quando forem anteriores ao registro de arrematação ou adjudicação e quando desse registro decorrer, de forma inequívoca, o seu cancelamento direto ou indireto."

QUESTÃO 30. Assinale a alternativa correta, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

a) É obrigatória a abertura de matrícula para cada lote ou fração ideal que corresponderá a determinada unidade autônoma, após o registro do loteamento ou da incorporação imobiliária, sendo vedado o repasse das despesas daí decorrentes ao interessado.

b) Tratando-se de brasileiros ou de estrangeiros casados no exterior, em caso de omissão do regime de bens no título aquisitivo, o registro poderá ser feito, exigindo-se averbação futura para a publicidade de tal informação.

c) Sempre que possível, nos títulos devem ser mencionados, como confrontantes, os próprios prédios e não seus proprietários.

d) Não sendo suficientes os elementos de especialidade objetiva ou subjetiva, para a abertura da matrícula o interessado deverá requerer prévia retificação ao cartório da circunscrição de origem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 57.5.4 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "É facultada a abertura de matrícula para cada lote ou fração ideal que corresponderá a determinada unidade autônoma, após o registro do loteamento ou da incorporação imobiliária."

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 61.4 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "Tratando-se de brasileiros ou de estrangeiros casados no exterior, para evitar dúvida acerca da real situação jurídica dominial do imóvel, o regime de bens deve ser desde logo comprovado para constar do registro."

A alternativa C está correta. Conforme o item 59 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "Sempre que possível, nos títulos devem ser mencionados, como confrontantes, os próprios prédios e não os seus proprietários."

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 52.2 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "Não sendo suficientes os elementos de especialidade objetiva ou subjetiva, para a abertura de matrícula o interessado deverá requerer prévia retificação ao cartório da atual situação do imóvel."

QUESTÃO 31. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, quanto aos prazos do Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

a) É vedada a informação da concretização da incorporação depois de decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, previstos no artigo 33 da Lei nº 4.591/64.

b) Purgada a mora decorrente de contrato de alienação fiduciária em garantia, o Oficial entregará recibo ao devedor e, nos 2 (dois) dias seguintes, comunicará esse fato ao credor fiduciário para recebimento na serventia das importâncias recebidas ou procederá à transferência diretamente ao fiduciário.

c) O prazo para impugnação do pedido de registro de loteamento, previsto no artigo 19 da Lei n° - 6.766/79, é de 15 (quinze) dias corridos.

d) Decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem as providências do credor fiduciário para a consolidação da propriedade em razão da não purgação da mora decorrente de contrato de alienação fiduciária, os autos serão arquivados, com cancelamento do protocolo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 216.1 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "216.1. A informação da concretização poderá ocorrer a qualquer tempo, ainda que decorridos os 180 (cento e oitenta) dias previstos art. 33 da Lei nº 4.591/1964, contanto que esteja comprovada de forma idônea."

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 248 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "248. Purgada a mora perante o Registro de Imóveis, o Oficial entregará recibo ao devedor e, nos 3 (três) dias seguintes, comunicará esse fato ao credor fiduciário para recebimento na serventia das importâncias recebidas, ou procederá à transferência diretamente ao fiduciário."

A alternativa C está correta. Conforme o artigo 19 da Lei 6.766/79: "Art. 19. O oficial do registro de imóveis, após examinar a documentação e se encontrá-la em ordem, deverá encaminhar comunicação à Prefeitura e fará publicar, em resumo e com pequeno desenho de localização da área, edital do pedido de registro em 3 (três) dias consecutivos, o qual poderá ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data da última publicação."

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 250.2 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "250.2. Decorrido o prazo de 120 (centro e vinte) dias sem as providências elencadas no item anterior, os autos serão arquivados, com cancelamento do protocolo. Ultrapassado esse prazo, a consolidação da propriedade fiduciária exigirá novo procedimento de execução extrajudicial."

QUESTÃO 32. No sistema imobiliário espanhol, a petição de inscrição encontra-se facilitada de maneira extraordinária. A petição de registro constitui uma declaração de vontade, receptível e não solene, cujo destinatário é o cartório de registro, com o objetivo de que o oficial de registro inscreva um título. Assinale a alternativa que apresenta o princípio registrário correspondente a tal afirmação.

a) Princípio de rogação.

b) Princípio da especialidade.

c) Princípio da legalidade.

d) Princípio da unitariedade matricial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema princípios registrários.

A alternativa A está correta. O princípio da Rogação (ou Instância) é aquele pelo qual, em regra, o registrador somente pode praticar registros e averbações se solicitado pelo interessado. É o princípio base na maioria dos sistemas registrais imobiliários do planeta. Segundo a doutrina: "O princípio da rogação, como é mais conhecido, aplica-se a todo o sistema notarial e registral, não sendo específico do protesto. Este princípio traz o significado de que o tabelião ou oficial não age de ofício, devendo ser

provocado, ou seja, a iniciativa é do interessado, que deve apresentar sua pretensão diante do tabelião, requerendo o ato almejado." (ALVARES, Adriano. Tabelionato de Protesto / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.1 - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está incorreta. O princípio da Especialidade se conceitua pela necessidade de identificação segura da res (imóvel), além dos titulares de direitos matricialmente registrados/averbados estarem perfeitamente qualificados, para que o registro reflita com exatidão o fato jurídico que o originou. Segundo a doutrina: "O Princípio da Especialidade determina que o imóvel e os sujeitos envolvidos no título ou documentos levados a registro devem estar perfeitamente descritos e individuados, permitindo assim a correta descrição, caracterização e localização daquele e a perfeita identificação das pessoas que nos atos figuram como partes. Origina-se a partir dos requisitos descritos no art. 225 da Lei 6.015/73." (ARRUDA, Gustavo. Registro de Imóveis / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.1 - Livro Digital Interativo).

A alternativa C está incorreta. O princípio da Legalidade significa que o Registrador deve analisar, sob viés da legalidade, o título que lhe é apresentado para registro, sempre nos limites da sua competência, autorizando somente o ingresso de que cumpram estritamente os ditames legais/normativos. É justamente isso que defende a doutrina: "No que diz respeito à atividade registral, tal princípio impõe que todo Oficial de Registro promova uma análise, à luz da legalidade, dos títulos que lhe são apresentados para registro. É a partir dessa análise, denominada qualificação registral, que se observa a possibilidade de registro, podendo o título aceder à publicidade registral." (ARRUDA, Gustavo. Registro de Imóveis / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.1 - Livro Digital Interativo).

A alternativa D está incorreta. O princípio da Unitariedade Matricial significa que cada imóvel terá matrícula própria, que será aberta por ocasião do primeiro ato de registro ou de averbação caso a transcrição possua todos os requisitos elencados para a abertura de matrícula, assim como toda matrícula conterá apenas a especialização objetiva de um único imóvel. Segundo a doutrina: "(...) o Registro de Imóveis é composto por alguns Livros e cada um deles tem uma função específica no sistema de escrituração. Dito isto, o princípio da unitariedade determina que cada imóvel será registrado em uma única matrícula aberta no Livro nº 2 – Registro Geral. É a matrícula que se submete a tal princípio – a cada imóvel deve corresponder uma única matrícula e a cada matrícula um único imóvel." (ARRUDA, Gustavo. Registro de Imóveis / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.2 - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 33. O Oficial de Registro de Imóveis poderá

a) autenticar microfilmes de instrumentos particulares que envolvam bens imóveis, desde que o filme esteja legível e o responsável pela microfilmagem possua autorização do Ministério da Justiça.

b) arquivar exclusivamente por sistema de microfilmagem as cédulas de crédito rural, industrial, à exportação e comercial, mesmo que o aparelho leitor de microfilme ou leitor-copiador não se encontre na sede do cartório.

c) autenticar a Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), quando emitida cartularmente e contar com garantia real.

d) arquivar as certidões de notificação ou de entrega de registros, que terão referência no Livro "D" do Registro de Imóveis para localização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 74 do Capítulo XIX das NSCGJ-SP: "74. A autenticação de microfilmes e fotogramas deles extraídos, para sua autenticidade, prova de data e validade perante terceiros, na forma da lei, é atribuição privativa dos serviços de Registro de Títulos e Documentos."

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 138.3 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "138.3. Ficam dispensados do arquivamento das cédulas, na forma referida, os cartórios que adotem sistema autorizado de microfilmagem ou digitalização dos documentos (item 386). Nesta hipótese, deverão ser microfilmados ou digitalizados todos os documentos apresentados com as cédulas, sendo obrigatória a manutenção, em cartório, de aparelho leitor de microfilme ou leitorcopiador."

A alternativa C está correta. Conforme art. 19 da Lei 10.931/04: "Art. 19. A CCI deverá conter: inciso XI - a autenticação pelo Oficial do Registro de Imóveis competente, no caso de contar com garantia real;"

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 57 do Capítulo XIX das NSCGJ-SP: "57. Nas Serventias que utilizem sistema de microfilmagem, as certidões de notificação ou de entrega de registros terão referência no livro "D", para localização.". Este Livro D pertence ao Registro de Títulos e Documentos (os Livros do Registro de Imóveis são numerados de 01 até 05).

QUESTÃO 34. Assinale a alternativa correta.

a) Após o registro da instituição do condomínio urbano simples, é facultada a abertura de uma matrícula para cada unidade autônoma.

b) A instituição do regime da multipropriedade será registrada na matrícula do respetivo imóvel, que identificará a duração dos períodos correspondentes a cada fração de tempo e disporá sobre os critérios a serem adotados para fixação de tempo, se for adotado sistema flutuante, dispensada a apresentação da convenção de condomínio.

c) A alienação a terceiros, não condôminos, de vaga de garagem vinculada a fração ideal de terreno e oriunda de edifício-garagem, nos termos da Lei nº 4.591/64, independe de autorização expressa da convenção de condomínio.

d) O Oficial de Registro de Imóveis deverá recusar cláusula constante na minuta da convenção de condomínio em que a incorporadora estipula a livre locação de abrigo de veículos vinculado à unidade autônoma do tipo apartamento a pessoas estranhas ao condomínio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 445 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "445. Após o registro da instituição do condomínio urbano simples, deverá ser aberta uma matrícula para cada unidade autônoma, à qual caberá, como parte inseparável, uma fração ideal do solo e das outras partes comuns, se houver, representada na forma de percentual."

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 461 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "461. A convenção da multipropriedade será registrada no Livro nº 3 – Registro Auxiliar, e disporá, no mínimo, sobre (...)."

A alternativa C está correta. Conforme a Apelação n.º 1090191-75.2017.8.26.0100 do CSM/SP: "Nos edifícios-garagem a que se refere o art. 1º, § 3º da Lei nº 4.591/64 as unidades autônomas são vagas de garagem vinculadas às frações ideais do terreno e às coisas de uso comum, ou seja, sua propriedade não é ligada à de unidade autônoma de outra natureza, razão pela qual não existe restrição para que sejam livremente alienadas pelo proprietário. Nos demais edifícios, ou seja, naqueles em que as unidades autônomas são apartamentos, lojas, sobrelojas, escritórios e casas, a propriedade das garagens se vincula à unidade autônoma a que corresponder, isto é, de que houver o mesmo proprietário, conforme conceito contido no § 1º do art. 2º da Lei nº 4.591/64."

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 1.331, caput e § 1º, do CC/02: "Art. 1.331. Pode haver, em edificações, partes que são propriedade exclusiva, e partes que são propriedade comum dos condôminos. §1º As partes suscetíveis de utilização independente, tais como apartamentos, escritórios, salas, lojas e sobrelojas, com as respectivas frações ideais no solo e nas outras partes comuns, sujeitam-se a propriedade exclusiva, podendo ser alienadas e gravadas livremente por seus proprietários, exceto os abrigos para veículos, que não poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio, salvo autorização expressa na convenção de condomínio."

QUESTÃO 35. Em relação aos procedimentos de execução extrajudicial perante o Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

a) No procedimento de execução extrajudicial da dívida hipotecária perante o oficial de registro de imóveis da situação do imóvel hipotecado, a não purgação da mora no prazo de 15 (quinze) dias autoriza o início do procedimento extrajudicial, com prévia averbação na matrícula do imóvel da não purgação da mora, para posterior leilão público a ser promovido pelo credor.

b) No procedimento de execução extrajudicial de dívida hipotecária, havendo lance vencedor no leilão público realizado pelo credor, a transmissão do imóvel ao licitante será feita por instrumento público ou particular, no qual deverá figurar como vendedor o antigo credor hipotecário e, de outro lado, como comprador o licitante vencedor.

c) No procedimento extrajudicial para purga da mora decorrente de contrato de alienação fiduciária, a não purgação da mora no prazo de 15 (quinze) dias autoriza o início do

procedimento extrajudicial, com prévia averbação na matrícula do imóvel da não purgação da mora, para posterior leilão público a ser promovido pelo credor.

d) No procedimento extrajudicial para purga da mora decorrente de contrato de alienação fiduciária, a averbação de consolidação da propriedade ocorrerá a pedido do credor, somente após a prova de que os leilões foram negativos, instruído com cópias autênticas das publicações dos leilões e dos autos negativos, assinado por leiloeiro oficial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema execução extrajudicial perante o Registro de Imóveis.

A alternativa A está correta. Conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 11.711/2023: "§ 1º Vencida e não paga a dívida hipotecária, no todo ou em parte, o devedor e, se for o caso, o terceiro hipotecante ou seus representantes legais ou procuradores regularmente constituídos serão intimados pessoalmente, a requerimento do credor ou do seu cessionário, pelo oficial do registro de imóveis da situação do imóvel hipotecado, para purgação da mora no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto no art. 26 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, no que couber."

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 9º, § 11, da Lei nº 11.711/2023: "§ 11. Concluído o procedimento e havendo lance vencedor, os autos do leilão e o processo de execução extrajudicial da hipoteca serão distribuídos a tabelião de notas com circunscrição delegada que abranja o local do imóvel para lavratura de ata notarial de arrematação, que conterá os dados da intimação do devedor e do garantidor e dos autos do leilão e constituirá título hábil de transmissão da propriedade ao arrematante a ser registrado na matrícula do imóvel."

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/1997: "§ 7º - Decorrido o prazo de que trata o §1º (15 dias) sem a purgação da mora, o oficial do competente Registro de Imóveis, certificando esse fato, promoverá a averbação, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade em nome do fiduciário, à vista da prova do pagamento por este, do imposto de transmissão inter vivos e, se for o caso, do laudêmio."

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 250 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "250. A consolidação da plena propriedade será feita à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos" e, se for o caso, do laudêmio. Para tais fins, será considerado o preço ou valor econômico declarado pelas partes ou o valor tributário do imóvel, independentemente do valor remanescente da dívida."

QUESTÃO 36. O oficial de registro de imóveis, ao entrar em exercício da delegação, verifica que há um salto na numeração sequencial das matrículas (Livro 2). A serventia possui um total de 10.000 (dez mil) matrículas, mas após a matrícula de numeração 8.000 (oito mil), a próxima matrícula é a de numeração 8.011 (oito mil e onze). Assinale a alternativa correta, de acordo com o Provimento 149 do Conselho Nacional de Justiça.

a) O Oficial não poderá deixar salto na numeração sequencial e ininterrupta das matrículas, devendo utilizar a numeração faltante nas novas matrículas a serem abertas, em razão de novos atos que praticar, consignando no topo da ficha a data de abertura da matrícula.

b) O Oficial deverá inserir uma única ficha de matrícula, com uma averbação que consignará todos os números omitidos e que não existem imóveis matriculados.

c) O Oficial não poderá deixar salto na numeração sequencial e ininterrupta das matrículas, devendo utilizar a numeração faltante nas novas matrículas a serem abertas, em razão de novos atos que praticar, consignando no topo da ficha a data de abertura da matrícula, desde que comunicado previamente o Juiz Corregedor Permanente.

d) O Oficial deverá inserir, nesse caso, 10 (dez) fichas, cada uma contendo uma averbação que consignará que deixou de ser aberta matrícula com o número indicado no cabeçalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Provimento 149 do Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 333, § 2º, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): "§ 2º A matrícula será dada como inexistente quando houver salto na numeração sequencial."

A alternativa B está correta. Conforme art. 339, § 1º, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): "§ 1.º Se o salto corresponder a vários números sequenciais, também será inserida única ficha de matrícula, caso em que a relativa averbação indicará todos os números omitidos." Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa D fica incorreta.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 339, caput, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): "Art. 339. Havendo salto na numeração sequencial das matrículas, será inserida ficha de matrícula com uma averbação, a qual consignará que deixou de ser aberta matrícula com esse número e que não existe imóvel matriculado.".

QUESTÃO 37. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça (Provimento 149), assinale a alternativa correta.

a) A pendência de processo judicial de adjudicação compulsória não impedirá a via extrajudicial, caso de demonstre suspensão daquele por, no mínimo, 60 (sessenta) dias úteis.

b) A indisponibilidade impede a instauração do processo de adjudicação compulsória extrajudicial.

c) O requerente poderá cumular pedidos referentes a imóveis diversos na adjudicação compulsória extrajudicial, contanto que os imóveis estejam situados no mesmo município, mesmo que em circunscrições de ofícios de registro de imóveis diferentes, e haja coincidência de interessados, ativa e passivamente.

d) É passível de adjudicação compulsória extrajudicial o bem da massa falida, contanto que o relativo ato ou negócio jurídico seja anterior ao reconhecimento judicial da falência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Provimento 149 do Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 440-H, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): "Art. 440-H. A pendência de processo judicial de adjudicação compulsória não impedirá a via extrajudicial, caso se demonstre suspensão daquele por, no mínimo, 90 (noventa) dias úteis."

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 440-AH, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): "Art. 440-AH. A indisponibilidade não impede o processo de adjudicação compulsória, mas o pedido será indeferido, caso não seja cancelada até o momento da decisão final do oficial de registro de imóveis."

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 440-D, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): "Art. 440-D. O requerente poderá cumular pedidos referentes a imóveis diversos, contanto que, cumulativamente: I – todos os imóveis estejam na circunscrição do mesmo ofício de registro de imóveis; II – haja coincidência de interessados ou legitimados, ativa e passivamente; e III – da cumulação não resulte prejuízo ou dificuldade para o bom andamento do processo."

A alternativa D está correta. Conforme art. 440-AK, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): "Art. 440-AK. É passível de adjudicação compulsória o bem da massa falida, contanto que o relativo ato ou negócio jurídico seja anterior ao reconhecimento judicial da falência, ressalvado o disposto nos arts. 129 e 130 da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005."

QUESTÃO 38. Assinale a alternativa correta em relação aos atos praticados pelos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos, de acordo com a Lei nº 6.105/73.

a) Para surtir efeitos em relação a terceiros, devem ser registrados os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior.

b) Para o registro de contratos de alienação ou de promessas de venda referente a bens móveis, o Oficial de Registro de Títulos e Documentos exigirá o reconhecimento de firma das partes.

c) Os registros que tenham finalidade surtir efeito contra terceiros serão efetuados pelo Oficial localizado no domicílio dos devedores ou garantidores; se os devedores estiverem domiciliados em circunscrições territoriais diversas, far-se-á o registro em cada uma delas.

d) Nas Comarcas que possuem mais de um Oficial de Registro de Títulos e Documentos, os registros dependerão de prévia distribuição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema atribuições dos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos, de acordo com a Lei nº 6.015/73.

A alternativa A está correta. Conforme art. 129, item 8, da Lei 6.015/73: "Art. 129. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros: 8º) os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior."

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 129, item 5, c/c art. 130, § 2º, ambos da Lei 6.015/73: "Art. 129. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros: 5º) os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, e os contratos de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis;"; "Art. 130. (...) § 2º O registro de títulos e documentos não exigirá reconhecimento de firma, e caberá exclusivamente ao apresentante a responsabilidade pela autenticidade das assinaturas constantes de documento particular."

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 130, inciso II, da Lei 6.015/73: "Art. 130. Os atos enumerados nos arts. 127 e 129 desta Lei serão registrados no domicílio: II - de um dos devedores ou garantidores, quando as partes residirem em circunscrições territoriais diversas;"

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 131 da Lei 6.015/73: "Art. 131. Os registros referidos nos artigos anteriores serão feitos independentemente de prévia distribuição."

QUESTÃO 39. Assinale a alternativa correta, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

a) Para o registro em Títulos e Documentos para fins de conservação, será apresentada a via original ou cópia autenticada do documento estrangeiro.

b) Se na comarca houver mais de um Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o Oficial informará aos demais o nome com o qual pretenda a pessoa jurídica ser constituída, devendo estes responder no prazo de 1 dia útil, não podendo exceder cinco dias.

c) Para o registro da constituição de pessoa jurídica, será suficiente a apresentação de uma única via, original ou cópia autenticada, do contrato social ou estatuto.

d) Os oficiais de títulos e documentos deverão, antes da prática de qualquer ato de alienação ou oneração, proceder à consulta à base de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está correta. Conforme o item 9 do Capítulo XIX das NSCGJ-SP: "9. O registro facultativo exclusivamente para fins de mera conservação, tanto de documentos em papel como de documentos eletrônicos, terá apenas a finalidade de arquivamento, bem como de autenticação da data, da existência e do conteúdo do documento ou do conjunto de documentos, não gerando publicidade nem eficácia em face de terceiros, circunstância que deve ser previamente esclarecida ao interessado, sendo vedada qualquer indicação que possa ensejar dúvida sobre a natureza do registro ou confusão com a eficácia decorrente do registro para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros."

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 3.3 do Capítulo XVIII das NSCGJ-SP: "3.3. A busca deverá ser respondida no prazo de 2 (dois) dias passando o requerente a ter prioridade para utilização da denominação ou firma que não estiver previamente em uso, desde que protocole o pedido de registro ou averbação no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do pedido de busca."

A alternativa C está incorreta. Conforme o item 13.1 c/c item 16, ambos do Capítulo XVIII das NSCGJ-SP: "13.1. É vedado o registro de cópias, por qualquer meio de reprodução, ainda que autenticadas, salvo se constarem como simples anexos de documento original submetido a registro, circunstância que deverá ser apontada expressamente na folha de certificação do registro."; "16. Para o registro da constituição de pessoa jurídica será suficiente a apresentação de uma única via original do ato constitutivo (contrato social ou estatuto), acompanhada de requerimento firmado pelo representante legal ou interessado, considerado este como toda e qualquer pessoa que, tendo direito ou legítimo interesse, possa ser afetada pela ausência do registro do ato."

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 407 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: "407. A consulta à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) será obrigatória para todos os notários e registradores do Estado, no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício, nos termos da Lei."

QUESTÃO 40. Em relação ao oficial de registro civil das pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

a) Aplicam-se às associações os institutos da transformação, fusão, incorporação e cisão.

b) No caso de decisão judicial transitada em julgado, enviada ao registrador por ofício ou mandado judiciais, poderá ser objeto de averbação apenas para fins de notícia, mas não implicará em alteração do registro, circunstância que deverá constar expressamente da respectiva averbação.

c) No caso de decisão judicial transitada em julgado que determine a exclusão de sócio de sociedade, a averbação será imediatamente efetivada, cabendo posteriormente à sociedade promover a respectiva alteração do contrato social, ficando vedada qualquer averbação até regularização da sua situação registral.

d) No caso de decisão judicial transitada em julgado que determine a exclusão de sócio de sociedade, a averbação depende da apresentação, pelos interessados, da respectiva alteração do contrato social para regularização da situação registral da sociedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 32 do Capítulo XVIII das NSCGJ-SP, de fato, é vedada a averbação de transformação à associação; contudo há ressalva no mesmo caput do artigo. Vejamos: "32. É vedada a averbação de transformação de associação ou fundação em sociedade, ressalvada a hipótese de instituição de ensino superior referidas no art. 13 da Lei nº 11.096/2005 e as associações que tenham seu patrimônio dividido em cotas ou frações ideais, nos termos do art. 56, parágrafo único, do Código Civil."

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 35 do Capítulo XVIII das NSCGJ-SP: "35. A decisão judicial não transitada em julgado, enviada ao registrador por ofício ou mandado judiciais, poderá ser objeto de averbação apenas para fins de notícia, mas não implicará em alteração do registro, circunstância que deverá constar expressamente da respectiva averbação."

A alternativa C está correta. Conforme o item 31.1 do Capítulo XVIII das NSCGJ-SP: "31.1. No caso de decisão judicial transitada em julgado que determine a exclusão de sócio de sociedade, a averbação será imediatamente efetivada, cabendo posteriormente à sociedade promover a respectiva alteração do contrato social, ficando vedada qualquer averbação até regularização da sua situação registral." Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa D fica incorreta.

QUESTÃO 41. Na técnica de arquivamento, diferentemente da técnica de inscrição, o registro se dá com o mero armazenamento de um título, em seu original ou digitalizado. Assinale a alternativa que apresenta o livro em que o registro ocorre pela técnica de inscrição e não por arquivamento.

a) Livro "B" do Oficial de Registro de Títulos e Documentos.

b) Livro "A" do Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

c) Livro "C" do Oficial de Registro de Títulos e Documentos.

d) Livro "F" do Oficial de Registro de Títulos e Documentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema arquivamento, de acordo com a Lei nº 6.015/73.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 132, inciso II, da Lei 6.015/73: "Art. 132. No registro de títulos e documentos, haverá os seguintes livros: II - Livro B - para trasladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros;"

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 132, inciso I, da Lei 6.015/73: "Art. 132. No registro de títulos e documentos, haverá os seguintes livros: I - Livro A - protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados;"

A alternativa C está correta. Conforme art. 132, inciso III, da Lei 6.015/73: "Art. 132. No registro de títulos e documentos, haverá os seguintes livros: III - Livro C - para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data;"

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 132, inciso VI, da Lei 6.015/73: "Art. 132. No registro de títulos e documentos, haverá os seguintes livros: VI - Livro F - para registro facultativo de documentos ou conjunto de documentos para conservação de que tratam o inciso VII do caput do art. 127 e o art. 127-A desta Lei;"

QUESTÃO 42. Em se tratando de apresentação para protesto de decisões judiciais, consoante as Normas da Corregedoria Geral da Justiça e do Provimento 149/23 do CNJ, é correto afirmar:

a) O protesto de sentença condenatória, a que alude o artigo 517 do CPC, deverá ser feito com a cópia de decisão transitada em julgado e certidão do respectivo juízo apontando o trânsito em julgado, o valor atualizado da dívida e o decurso do prazo para pagamento voluntário.

b) Tratando-se de determinação judicial de protesto que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou decisão interlocutória que fixe alimentos, após o decurso do prazo para recurso da legislação processual civil, em sendo encaminhada diretamente ao tabelionato pelo juízo, deverá o interessado comparecer no tabelionato para apresentação de formulário de apresentação.

c) Na hipótese de ter sido determinada a suspensão judicial dos efeitos do protesto, o executado que tiver proposto ação rescisória para impugnar a ação exequenda pode requerer, a suas expensas e sob sua responsabilidade, a anotação da propositura da ação à margem do termo de protesto.

d) Nas ações monitórias, havendo conversão do mandado em título judicial, para efetivar o protesto, a decisão que deferiu o mandado monitório é título apto a ser apresentado a protesto, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário na forma da legislação processual civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e do tema Provimento 149 do Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa A está correta. Segundo com art. 356-B, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): "Art. 356-B. O protesto de sentença condenatória, a que alude o art. 517 do CPC, deverá ser feito sempre por tabelionato de protesto da comarca de domicílio do devedor, devendo o tabelião exigir, além da apresentação de cópia da decisão transitada em julgado, certidão do respectivo juízo apontando o

trânsito em julgado, o valor atualizado da dívida e o fato de ter transcorrido o prazo para pagamento voluntário."

A alternativa B está incorreta. Segundo o item 20.5 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: "20.5. Tratando-se de determinação judicial de protesto da sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, após o decurso do prazo da legislação processual civil, encaminhada diretamente ao Tabelionato ou Serviço Distribuidor, fica dispensada a apresentação de formulário de apresentação."

A alternativa C está incorreta. Segundo o item 20.6 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: "20.6. Caso não tenha sido determinada a suspensão judicial dos efeitos do protesto, o executado que tiver proposto ação rescisória para impugnar a decisão exequenda pode requerer, a suas expensas e sob sua responsabilidade, a anotação da propositura da ação à margem do termo de protesto."

A alternativa D está incorreta. Segundo o item 20.3.1 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: "20.3.1. Nas ações monitórias, havendo conversão do mandado monitório em título executivo judicial, na forma do art. 701, §2º do CPC, a decisão que deferiu o mandado monitório, somada à certificação do decurso do prazo sem a oposição dos embargos e pagamento, poderá ser levada a protesto, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523 do CPC/15."

QUESTÃO 43. Determinado documento de dívida foi sustado judicialmente. Terceiro interessado, aceitando proposta de renegociação com abatimento da dívida, efetua o pagamento diretamente ao credor e, recebendo a carta de anuência com firma reconhecida, apresenta no tabelionato requerendo o cancelamento do protesto. Assinale a alternativa correta.

a) O Tabelião poderá efetuar o cancelamento, sendo a carta de anuência documento hábil para tanto, pagos os devidos emolumentos, comunicando o juízo do cancelamento, informando que o documento de dívida permanece guarnecido na serventia.

b) O Tabelião deverá efetuar o cancelamento, entregando o documento de dívida ao terceiro interessado, comunicando incontinenti o juízo do procedimento adotado.

c) O Tabelião efetuará o cancelamento, enviando o documento de dívida ao juízo competente para as demais providências cabíveis.

d) O Tabelião não poderá efetuar o cancelamento, uma vez que o documento de dívida encontra-se sustado judicialmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema desistência e sustação do protesto, de acordo com a Lei de Protestos (Lei nº 9.492/97).

Conforme art. 17, caput e § 1º, da Lei de protestos (Lei nº 9.492/97): "Art. 17. Permanecerão no Tabelionato, à disposição do Juízo respectivo, os títulos ou documentos de dívida cujo protesto for judicialmente sustado. § 1º O título do documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado

judicialmente só poderá ser pago, protestado ou retirado com autorização judicial." Como, no caso narrado, o documento se encontra sustado judicialmente, o tabelião não pode efetuar o cancelamento sem ordem judicial. Portanto, a alternativa correta é a letra D. As alternativas A, B e C ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 44. Quanto ao entendimento da doutrina acerca do Princípio da Formalidade Mitigada, aplicável ao procedimento do protesto, é correto afirmar:

a) Resulta na atribuição que tem o Tabelião de Protesto em lavrar e registrar o protesto com segurança jurídica e de forma solene, sendo ato híbrido e dotado de fé pública revestido de segurança jurídica.

b) Corresponde às características de celeridade e simplificação dos prazos no procedimento da tiragem do protesto, seja quanto à protocolização, observância do tríduo legal, priorizando com segurança jurídica os atos concernentes ao protesto.

c) Trata do protesto como sendo ato uno e prova insubstituível, não sendo admissível ser suprido por outro documento ou testemunho.

d) Consiste no fato de que a apresentação do título a protesto depende de iniciativa do credor ou interessado para os devidos fins previstos em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema princípios do Protesto.

A alternativa A está incorreta. A alternativa traz a definição do princípio da Unitariedade. Segundo a doutrina: "O protesto é considerado ato uno, ou melhor, ato único. Por esta razão protesta-se o título, e não a pessoa do devedor e diante deste conceito logo observamos que por ser ato único, o título somente pode ser protestado uma única vez." (ALVARES, Adriano. Tabelionato de Protesto / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.4 - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está correta. Também pode ser chamado de "Formalidade Simplificada". Segundo a doutrina: "Este princípio aplica-se às intimações, de forma que as formalidades para concretização da intimação são apenas aquelas suficientes para comprovação da efetivação do ato intimatório." (ALVARES, Adriano. Tabelionato de Protesto / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.6 - Livro Digital Interativo).

A alternativa C está incorreta. A alternativa traz a definição do princípio da Insubstitutividade. Segundo a doutrina: "Neste princípio observamos que o protesto cambial aduz a prova de inadimplência no seu mais alto patamar de completitude, que não pode ser suprida por nenhuma outra prova, documental ou testemunhal. Nem mesmo o juiz pode formá-la em lugar do tabelião, ato que pode ser produzido unicamente pelo mesmo." (ALVARES, Adriano. Tabelionato de Protesto / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.3 - Livro Digital Interativo).

A alternativa D está incorreta. A alternativa traz a definição do princípio da Rogação ou Instância. Segundo a doutrina: "O princípio da rogação, como é mais conhecido, aplica-se a todo o sistema notarial e registral, não sendo específico do protesto. Este princípio traz o significado de que o tabelião ou oficial

não age de ofício, devendo ser provocado, ou seja, a iniciativa é do interessado, que deve apresentar sua pretensão diante do tabelião, requerendo o ato almejado." (ALVARES, Adriano. Tabelionato de Protesto / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.1 - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 45. Mercantil Auto Peças Ltda., sediada em Jundiaí-SP, celebrou confissão de dívida no valor R$ 30.000,00 (trinta mil reais) com a credora Nova Lima Distribuidora Ltda., sediada em São Paulo. No documento de dívida constou cláusula informando que o pagamento seria efetuado mediante transferência bancária para a conta corrente da credora na capital, sem indicação específica da localização da agência e conta. Vencida e não paga a dívida, foi apresentado pela credora o título e distribuído a uma serventia de protesto da capital. Assinale a alternativa que informa corretamente como deverá proceder o Tabelião.

a) Recepcionar o documento e prosseguir com o procedimento do protesto, pois o estabelecimento da empresa credora tem sede e endereço na capital, permitindo a apresentação do protesto por falta de pagamento.

b) Recepcionar o documento e prosseguir com o procedimento do protesto, pois, quando não for requisito e não havendo indicação da praça de pagamento, pela natureza do documento de confissão de dívida, será considerada a do sacador ou credor.

c) Recepcionar o documento e prosseguir com o procedimento do protesto, uma vez que a previsão de cláusula contratual de pagamento mediante transferência eletrônica direta para a conta corrente bancária da credora, localizada na capital, representa indicação do local do cumprimento da obrigação.

d) Qualificar negativamente o documento, emitindo nota devolutiva, sob o fundamento que se trata de dívida portável, e não havendo indicação específica da localização de recepção do pagamento em conta e agência bancária da empresa credora na capital, seria competente o Tabelionato de Protesto da comarca de Jundiaí-SP.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Segundo os itens 27 e 27.1 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: "27. Somente podem ser protestados os títulos, as letras e os documentos pagáveis ou indicados para aceite nas praças localizadas no território da comarca. 27.1. Quando não for requisito do título e não havendo indicação da praça de pagamento ou aceite, será considerada a praça do sacado ou devedor ou, se não constar essa indicação, a praça do credor ou sacador." Portanto, observe que a sede da empresa é em Jundiaí e, como não há local de pagamento estipulado, então será competente a localização do devedor. Portanto, a alternativa correta é a letra D. As alternativas A, B e C ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 46. Considerando o tema da possibilidade de adoção de solução negocial prévia ao protesto, disposto na Lei nº 9.492/97, assinale a alternativa correta.

a) O prazo de resposta de solução negocial será de até 30 (trinta) dias, segundo o que vier a ser fixado pelo tabelião, facultada a estipulação do valor ou percentual de desconto da dívida, bem como das demais condições de pagamento em sendo o caso.

b) Fica permitida ao tabelião de protesto e ao responsável interino autorizado, diretamente ou por meio da central nacional dos serviços eletrônicos compartilhados, a recepção do título ou documento de dívida com a recomendação do apresentante ou credor, em caso de opção e requerimento expresso, de solução negocial prévia ao protesto.

c) A remessa da proposta expedida pelo tabelionato será convertida em indicação para protesto pelo valor original da dívida na hipótese de negociação frustrada e se não houver desistência do apresentante ou credor.

d) A data de apresentação da proposta de solução negocial prévia ao protesto é considerada para todos os fins de direito, inclusive direito de regresso, suspensão da prescrição, execução, falência e cobrança de emolumentos, desde que frustrada a negociação prévia e não tenha sido convertida em protesto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema serviços concernentes ao protesto de títulos, mais especificamente sobre a possibilidade de adoção de solução negocial prévia ao protesto.

A alternativa A está incorreta. Segundo art. 11-A, I, da Lei nº 9.492/97: "Art. 11-A. (...) I - o prazo de resposta do devedor para a proposta de solução negocial será de até 30 (trinta) dias, segundo o que vier a ser fixado pelo apresentante, facultada a estipulação do valor ou percentual de desconto da dívida, bem como das demais condições de pagamento, se for o caso;"

A alternativa B está incorreta. Segundo art. 11-A, caput, da Lei nº 9.492/97: "Art. 11-A. Fica permitida ao tabelião de protesto e ao responsável interino pelo tabelionato territorialmente competente, por meio da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliães de protesto prevista no art. 41-A desta Lei, a recepção do título ou documento de dívida com a recomendação do apresentante ou credor, caso este assim opte e requeira expressamente, de proposta de solução negocial prévia ao protesto, observado o seguinte:"

A alternativa C está correta. Segundo art. 11-A, III, da Lei nº 9.492/97: "Art. 11-A. (...) III - a remessa será convertida em indicação para protesto pelo valor original da dívida na hipótese de negociação frustrada e se não houver a desistência do apresentante ou credor."

A alternativa D está incorreta. Segundo art. 11-A, § 1º, da Lei nº 9.492/97: "§ 1º A data de apresentação da proposta de solução negocial de que trata o caput deste artigo é considerada para todos os fins e efeitos de direito, inclusive para direito de regresso, interrupção da prescrição, execução, falência e cobrança de emolumentos, desde que frustrada a negociação prévia e esta seja convertida em protesto."

QUESTÃO 47. Nos termos da legislação pertinente, assinale a alternativa correta quanto ao protesto especial para fins de registro como perda de crédito na apuração do lucro real da pessoa jurídica.

a) É uma alternativa extrajudicial ao ajuizamento de ação judicial para dedução da perda contábil nas hipóteses previstas em lei, devendo o credor arcar com o pagamento antecipado de taxas, emolumentos e demais despesas por ocasião da protocolização e demais atos.

b) Constitui uma forma obrigatória de prova pré-constituída do credor em obter o direito à dedução tributária da perda contábil a ser requerida em juízo.

c) Constitui medida extrajudicial facultativa com finalidade de suspender a ação ajuizada em que se pleiteia a dedução tributária.

d) Na hipótese de inadimplência do débito, as exigências de judicialização para os registros contábeis das perdas poderão ser substituídas pelo instrumento de protesto, com o pagamento dos emolumentos e demais taxas no momento da lavratura do protesto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema protesto especial, de acordo com a Lei 9.430/96.

A alternativa A está correta. Conforme art. 9º-A da Lei 9.430/97: "Art. 9º-A. Na hipótese de inadimplência do débito, as exigências de judicialização de que tratam a alínea c do inciso II e a alínea b do inciso III do § 7º do art. 9º e o art. 11 desta Lei poderão ser substituídas pelo instrumento de que trata a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e os credores deverão arcar, nesse caso, com o pagamento antecipado de taxas, de emolumentos, de acréscimos legais e de demais despesas por ocasião da protocolização e dos demais atos."

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 9º-A da lei 9.430/96, acima colacionado, não há de se falar em obrigatoriedade, mas, sim, de uma facultatividade, uma alternativa. É o que se conclui a partir da expressão "poderão ser", constante do mencionado dispositivo.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 9º-A da lei 9.430/96, acima colacionado, não há de se falar em ajuizamento da ação, pois optando-se pela dedução com o protesto, não há necessidade de ação. Logo, não é caso de suspensão.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 9º-A da lei 9.430/96, acima colacionado, não há de se falar em obrigatoriedade ("serão substituídas"), mas, sim, de uma facultatividade, uma alternativa. É o que se conclui a partir da expressão "poderão ser substituídas", constante do mencionado dispositivo.

QUESTÃO 48. A, locador, apresentou para protesto contrato de locação de imóvel, não honrado pelo locatário B, garantido por fiança, prestada por C, requerendo somente a indicação e intimação do fiador para pagamento. Na qualificação do título, assinale a alternativa que apresenta o fundamento correto a ser adotado pelo Tabelião.

a) Prosseguir com o protesto, intimando-se o fiador, sendo considerado devedor coobrigado solidário da obrigação principal por força de presunção legal.

b) Prosseguir com a solicitação do apresentante, intimando o fiador para pagamento da dívida, pois protesta-se o título, e não as pessoas envolvidas na obrigação.

c) Prosseguir com o protesto, intimando-se para pagamento o devedor principal e o fiador, pois, na hipótese, não é possível a indicação do fiador isoladamente.

d) Formular nota devolutiva, pois, em sendo a fiança garantia acessória, não poderia ser lavrado somente com relação ao fiador, sem expressa renúncia do benefício de ordem no contrato, dissociado do protesto do devedor principal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema fiança, de acordo com o Código Civil.

Em virtude de o protesto ser ato formal que demanda a sua análise junto ao documento ou título apresentado, a fiança é acessória ao devedor principal, cujo protesto deve ser efetivado anteriormente. Nesta linha, e como determina a legislação civil abaixo demostrada (vinculação solidária do fiador), deve ser respeitada a ordem de cobrança, que se dará primeiro pelo devedor principal. Vejamos o que trazem os artigos 821 e 827 do Código Civil: "Art. 821. As dívidas futuras podem ser objeto de fiança; mas o fiador, neste caso, não será demandado senão depois que se fizer certa e líquida a obrigação do principal devedor."; "Art. 827. O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor. Parágrafo único. O fiador que alegar o benefício de ordem, a que se refere este artigo, deve nomear bens do devedor, sitos no mesmo município, livres e desembargados, quantos bastem para solver o débito." De pronto, pois, as alternativas A e B ficam incorretas. Ademais, na forma do art. 829 do Código Civil: "Art. 829. A fiança conjuntamente prestada a um só débito por mais de uma pessoa importa o compromisso de solidariedade entre elas, se declaradamente não se reservarem o benefício de divisão.". Portanto, a alternativa D está correta. Tomando por base o mesmo dispositivo, a alternativa C fica incorreta.

QUESTÃO 49. Assinale a alternativa correta acerca do procedimento a ser adotado pelos Tabelionatos de Protesto, conforme as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça e Provimento 149/23 do CNJ.

a) A renovação da intimação, pela não devolução do aviso de recepção (A.R.) dar-se-á em 10 (dez) dias úteis, contados da protocolização, se dirigida essa para Comarca estranha à circunscrição territorial do tabelionato competente, e caso o devedor ou sacado não se localize em uma das comarcas agrupadas, conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria.

b) Considera-se frustrada a intimação por meio postal quando o aviso de recepção (A.R) não for devolvido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da remessa da última intimação.

c) Quando o endereço do devedor for fora da competência territorial do tabelionato, o tabelião, antes de intimar o devedor por edital, deve esgotar os meios de localização, com o envio de intimação via postal no endereço fornecido pelo apresentante, sendo a intimação do protesto consumada por edital, se decorridos dez dias úteis da expedição da intimação, não retornar ao tabelionato o comprovante de sua entrega, ou, se dentro desse prazo, retornar com algumas das ocorrências ensejadoras da publicação do edital.

d) Na falta de devolução dos avisos de recepção (A.R.) de intimações, dentro do tríduo legal, o Tabelião deverá, incontinenti, providenciar a intimação por edital.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e do tema Provimento 149 do Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o item 47.1 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: "47.1. A renovação da intimação, exigida pela não devolução do aviso de recepção (A.R.), dar-se-á em dez dias úteis, contados da remessa da primeira intimação, se dirigida essa para Comarca estranha à circunscrição territorial do Tabelionato competente, e caso o endereço do devedor ou sacado não se localize em uma das Comarcas agrupadas nos termos da Resolução n.º 93/1995 do Tribunal de Justiça de São Paulo e da Lei Estadual n.º 3.396/1982."

A alternativa B está incorreta. De acordo com o item 53.1 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: "53.1. Considera-se frustrada a intimação por meio postal quando o aviso de recepção (A.R.) não for devolvido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) no prazo de quinze dias úteis, contado da remessa da primeira (cf. item 47 e subitem 47.1. deste Capítulo) intimação."

A alternativa C está correta. De acordo com art. 356, § 6º, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): "§ 6º. Quando o endereço do devedor for fora da competência territorial do tabelionato, o tabelião, antes de intimar o devedor por edital, deve esgotar os meios de localização, notadamente com o envio de intimação por via postal, no endereço fornecido por aquele que procedeu ao apontamento do protesto, sendo a intimação do protesto consumada por edital se, decorridos dez dias úteis da expedição da intimação, não retornar ao tabelionato de protesto o comprovante de sua entrega ou, se dentro desse prazo, retornar com alguma das ocorrências ensejadoras da publicação do edital."

A alternativa D está incorreta. De acordo com o item 47 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: "47. Na falta de devolução dos avisos de recepção (A.R.) de intimações, dentro do tríduo legal, o Tabelião renovará, incontinenti, a remessa das intimações."

QUESTÃO 50. O Agronegócio tem se destacado no cenário econômico nacional. Em se tratando do protesto dos títulos de crédito rural, previstos no Decreto-Lei 167/67, assinale a alternativa correta.

a) Aplicam-se às cédulas de crédito rural as normas de direito cambial, inclusive quanto ao aval, exigindo-se o protesto para assegurar o direito de regresso contra os endossantes e seus avalistas.

b) Não se exige o protesto da cédula rural para assegurar o direito de regresso contra endossantes e avalistas.

c) O endossatário ou portador de Nota Promissória Rural ou Duplicata Rural tem assegurado direito de regresso contra o primeiro endossante e os avalistas.

d) É válido o aval dado por terceiros em Cédula de Rural e Nota Promissória Rural quando dado pelas pessoas físicas participantes da empresa emitente ou por outras pessoas jurídicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema protesto dos títulos de crédito rural, de acordo com o Decreto-Lei nº 167/67.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 60, caput, do DL 167/67: "Art 60. Aplicam-se à cédula de crédito rural, à nota promissória rural e à duplicata rural, no que forem cabíveis, as normas de direito cambial, inclusive quanto a aval, dispensado, porém, o protesto para assegurar o direito de regresso contra endossantes e seus avalistas."

A alternativa B está correta. De acordo com art. 60 do DL 167/67, acima colacionado, de fato, é dispensado o protesto para assegurar o direito de regresso contra endossantes e avalistas.

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 60, § 1º, do DL 167/67: "§ 1º O endossatário ou o portador de Nota Promissória Rural ou Duplicata Rural não tem direito de regresso contra o primeiro endossante e seus avalistas."

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 60, § 2º, do DL 167/67: "§ 2º É nulo o aval dado em Nota Promissória Rural ou Duplicata Rural, salvo quando dado pelas pessoas físicas participantes da empresa emitente ou por outras pessoas jurídicas."

QUESTÃO 51. Em matéria de competência legislativa, nos termos das disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que compete

a) concorrentemente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre desapropriação.

b) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre desapropriação.

c) concorrentemente à União e aos Municípios legislar sobre desapropriação.

d) privativamente à União legislar sobre desapropriação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema competência legislativa para desapropriação. Esta questão poderia ter sido cobrada tanto pela disciplina de direito administrativo, quanto pela disciplina de direito constitucional.

Em nosso material de Direito Administrativo do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pelo professor Rodolfo Penna, você verá que Desapropriação é a intervenção drástica do Estado na propriedade alheia, retirando um bem do patrimônio privado de forma compulsória e o transferindo para o patrimônio estatal, com base no interesse público, após o devido processo legal e, em regra, mediante indenização que deve ser justa. Trata-se de uma forma de aquisição originária da propriedade, tendo em vista que independe da vontade do titular anterior, pelo que o Ente Público recebe o bem livre de eventuais ônus reais. Os eventuais credores devem se sub-rogar no preço pago a título de indenização (art. 31, DL 3.365/41). Assim, devido à relevância do tema, a competência para legislar acerca da matéria "desapropriação" é privativa da União, a teor do art. 22, II, CF. Logo, a alternativa D está correta e as demais alternativas, A, B e C estão incorretas.

QUESTÃO 52. Sobre o controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais ou estaduais no âmbito dos Estados, assinale a alternativa correta

a) Leis ou atos normativos estaduais submetem-se ao confronto exclusivo com a Constituição Estadual.

b) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

c) Leis municipais ou estaduais não incompatíveis com a Constituição Federal não podem eventualmente ser consideradas inconstitucionais no confronto com os parâmetros da Constituição Estadual.

d) Os Tribunais de Justiça não podem examinar, incidentalmente, em representação de inconstitucionalidade de sua competência, a constitucionalidade de norma da Constituição Estadual em face da Constituição Federal, por configurar usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade estadual. Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreira Jurídica, você verá que, como regra, se o parâmetro for a Constituição Federal, o único órgão que pode exercer o controle concentrado é o STF. Se o parâmetro for uma Constituição Estadual, apenas o Tribunal de Justiça terá essa competência.

A alternativa A está incorreta. Embora leis ou atos normativos estaduais submetam-se ao confronto com a Constituição Estadual, quando do controle de constitucionalidade, essas leis ou atos normativos também devem guardar obediência à Constituição Federal. Portanto, não é um confronto exclusivo.

A alternativa B está correta. Conforme o artigo 125, § 2º, da Constituição Federal, cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

A alternativa C está incorreta. A ação direta de inconstitucionalidade é cabível contra lei ou ato normativo federal ou estadual, conforme o artigo 102, I, a) da CF/88. Todavia, o Supremo Tribunal Federal também pode analisar a constitucionalidade de ato normativo municipal por meio da ADPF, conforme estabelecido no § 1º do mesmo artigo. A Lei n. 9.882/1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, informa que ela é cabível quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo municipal.

A alternativa D está incorreta. O exame incidental de constitucionalidade, também conhecido como controle difuso de constitucionalidade, pode ser realizado por qualquer juízo ou tribunal. Portanto, incidentalmente, o TJ também realiza o controle incidental, ou seja, pode examinar a constitucionalidade de uma norma estadual em face da Constituição Federal, sem que isso configure usurpação da competência do STF.

QUESTÃO 53. Sobre os aspectos abrangidos constitucionalmente pelo direito à proteção especial de crianças, adolescentes e jovens, assinale a alternativa correta.

a) Garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola.

b) Garantia de direitos previdenciários, mas não de direitos trabalhistas.

c) Garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e facultatividade de defesa técnica.

d) Idade mínima de dezesseis anos para admissão ao trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema crianças, adolescentes e jovens na Constituição. Em nosso material de Direito da Criança e do Adolescente do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pelo professor Ricardo Torques, você verá que a Constituição de 1988 representa um rompimento de paradigma, pois as crianças e os adolescentes passam a ser titulares de direitos fundamentais, conforme prenuncia a Convenção dos Direitos da Criança, da ONU. O foco da Constituição não está no "menor problemático", ou seja, aqueles em situação irregular, mas em todas as crianças e adolescentes, por isso a proteção é dita integral. É importante enfatizar que a Emenda Constitucional n. 65 de 2010 foi responsável por modificar o artigo 227 do texto constitucional, inserindo os interesses da juventude de forma mais explícita.

A alternativa A está correta. O texto da alternativa retrata o disposto no artigo 227, § 3º, III, da Constituição, que assegura o direito de acesso à escola ao trabalhador adolescente e jovem, reforçando a importância da educação como um direito fundamental.

A alternativa B está incorreta. Os direitos previdenciários estão previstos juntamente com os direitos trabalhistas no artigo 227, § 3º, II, da Constituição. A proteção dos jovens trabalhadores inclui tanto direitos previdenciários quanto trabalhistas, garantindo uma cobertura ampla de suas necessidades.

A alternativa C está incorreta. O artigo 227, § 3º, IV, da Constituição, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece que a defesa técnica é obrigatória e deve ser exercida por advogado. Não há facultatividade quanto à defesa técnica, garantindo, assim, a proteção e a representação adequada de crianças e adolescentes nos processos judiciais.

A alternativa D está incorreta. A Constituição, no artigo 7º, XXXIII, estipula que adolescentes com 14 anos já podem trabalhar, mas apenas na condição de aprendizes. A idade mínima para admissão ao trabalho regular é de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, que permite a entrada no mercado de trabalho a partir dos 14 anos.

QUESTÃO 54. O Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001) instituiu diretrizes gerais para a política urbana. Assinale a alternativa que melhor associa uma diretriz a um direito de grandeza constitucional.

a) Justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização, cuja base é o direito social à moradia.

b) Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização imobiliária, fundada no princípio constitucional da dignidade humana.

c) Gestão democrática, diretriz assentada no objetivo fundamental da garantia do desenvolvimento nacional.

d) Direito a cidades sustentáveis, cujo fundamento repousa no direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, em especial quanto ao seu caráter intergeracional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema diretrizes gerais para a política urbana. Em nosso material de Direito Urbanístico do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pelo professor Igor Maciel, observamos que a Constituição Federal oferece fundamentos genéricos para o Direito Urbanístico, tais como o princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III) e o princípio da igualdade. Contudo, os fundamentos constitucionais mais relevantes para este tema estão no artigo 182 da Constituição Federal, que aborda o princípio da função social da propriedade e da função social das cidades. Complementando a norma constitucional, a Lei n. 10.257/2001 - Estatuto das Cidades - define as diretrizes gerais no artigo 2º. Com exceção da gestão democrática, todas as alternativas apresentam diretrizes previstas neste artigo. A questão, aparentemente, foi retirada do livro de RECH, Adir Ubaldo e RECH, Adivandro. DIREITO URBANÍSTICO: fundamentos para a construção de um plano diretor sustentável na área urbana e rural. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2010, citado e referenciado em nosso material.

A alternativa A está incorreta. O princípio da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização deriva do princípio da isonomia. Ele estabelece que a urbanização deve ser um

processo solidário e equitativo, garantindo que todos os envolvidos compartilhem tanto dos benefícios quanto dos encargos associados ao desenvolvimento urbano.

A alternativa B está incorreta. A recuperação dos investimentos do Poder Público que resultem em valorização imobiliária está associada ao princípio da afetação das mais-valias ao custo da urbanificação. Este princípio estabelece que os proprietários devem arcar com os custos da urbanização dentro dos limites do benefício que dela advém, já que a urbanização melhora as condições dos seus lotes, justificando a sua contribuição financeira.

A alternativa C está incorreta. A gestão democrática está associada ao princípio da participação popular na definição e alteração do Plano Diretor ou projeto da cidade. Esse princípio enfatiza a importância da inclusão e do envolvimento da comunidade no planejamento e desenvolvimento urbano.

A alternativa D está correta. O direito a cidades sustentáveis fundamenta-se no direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme previsto no artigo 225 da Constituição Federal. Este direito inclui o caráter intergeracional, garantindo que as gerações futuras possam desfrutar de um ambiente saudável e sustentável. Esta diretriz está consubstanciada no inciso I, do artigo 2º, do Estatuto das Cidades, que enfatiza a importância de um desenvolvimento urbano sustentável e ecologicamente responsável.

QUESTÃO 55. Sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no artigo 225 da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

a) Trata-se de um direito fundamental de terceira geração, regido pelo princípio da solidariedade, de caráter intergeracional, incidente sobre os elementos naturais, artificiais e culturais.

b) Trata-se de uma "norma-fim", que se manifesta como direito público subjetivo, com forte conteúdo econômico, cuja consecução decorre de dever tipicamente estatal, na esteira das características do Estado liberal.

c) É um direito social, universal, cuja materialização impõe ao Estado o dever de promover políticas públicas, sem incidência da reserva do possível.

d) É um direito fundamental individual, insuscetível de relativização, mesmo de ordem econômica, e um componente explícito da função social da propriedade urbana, em qualquer hipótese.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema meio ambiente ecologicamente equilibrado. Em nosso material de Direito Ambiental do Estratégia Carreira Jurídica, você verá que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, embora não elencado no art. 5º, da CF/88, foi previsto expressamente no caput, do art. 225, de nossa Magna Carta, sendo considerado um direito fundamental de terceira dimensão de caráter transindividual e de natureza difusa. A tutela judicial civil desse direito

é feita, em tese, pelo manejo de ações coletivas, como a ação civil pública, ação popular, mandado de segurança coletivo e a mandado de injunção coletivo.

A alternativa A está correta. Reflete fielmente o disposto no artigo 225 da Constituição, reconhecendo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental de terceira geração, de caráter intergeracional e que incide sobre elementos naturais, artificiais e culturais.

A alternativa B está incorreta. O direito ao meio ambiente não decorre exclusivamente de um dever estatal típico do Estado liberal. Pelo contrário, é um dever de todos, incluindo o poder público e a coletividade, conforme o artigo 225, caput, da CF/88.

A alternativa C está incorreta. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito difuso, de terceira geração, e não um direito social de segunda geração. Ademais, há a incidência da reserva do possível, que limita a atuação estatal conforme a disponibilidade de recursos.

A alternativa D está incorreta. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito difuso, e como direito fundamental que é, está sujeito à relativização, devendo ser balanceado com outros direitos fundamentais. Não é um componente explícito da função social da propriedade urbana em qualquer hipótese, sendo necessário considerar cada caso concreto.

QUESTÃO 56. O Estatuto da Metrópole (Lei Federal no 13.089/2015) estabelece diretrizes para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas. Acerca das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, assinale a alternativa correta.

a) Os Estados-membros, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

b) A instituição de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas que envolvam Municípios pertencentes a mais de um Estado-membro será formalizada mediante aprovação de lei complementar pelo Congresso Nacional.

c) A lei que instituir o plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá ser revista, pelo menos, a cada vinte anos.

d) As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas deverão contar com plano diretor de desenvolvimento urbano integrado aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios limítrofes envolvidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas. Em nosso material de Direito Urbanístico do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pelo professor Igor Maciel, você verá que na Lei Federal n. 13.089/2015, há a referência ao plano de desenvolvimento urbano integrado. Trata-se de um instrumento que estabelece, com base em processo permanente de

planejamento, viabilização econômico-financeira e gestão, as diretrizes para o desenvolvimento territorial estratégico e os projetos estruturantes da região metropolitana e aglomeração urbana. Ademais, é importante observar que a governança interfederativa das funções públicas de interesse comum é o necessário compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, mediante a execução de um sistema integrado e articulado de planejamento, de projetos, de estruturação financeira, de implantação, de operação e de gestão.

A alternativa A está correta. Conforme o artigo 25, § 3º, da Constituição Federal e o artigo 2º, VII, do Estatuto da Metrópole, os Estados-membros podem instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas por meio de lei complementar. Essas unidades regionais são constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A alternativa B está incorreta. A instituição de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas que envolvam Municípios de mais de um Estado não é formalizada por lei complementar do Congresso Nacional, mas sim por leis complementares das assembleias legislativas de cada um dos Estados envolvidos, conforme artigo 4º do Estatuto da Metrópole.

A alternativa C está incorreta. O artigo 11 do Estatuto da Metrópole prevê que a lei que instituir o plano de desenvolvimento urbano integrado deve ser revista a cada dez anos, e não a cada vinte anos.

A alternativa D está incorreta. Não existe a exigência de um plano diretor único aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios limítrofes envolvidos. Cada município é responsável pela aprovação de seu próprio plano diretor. Contudo, deve haver a compatibilização desses planos diretores municipais com o plano de desenvolvimento urbano integrado da região metropolitana, conforme os §§ 2º e 3º do artigo 10 do Estatuto da Metrópole.

QUESTÃO 57. Sobre a disciplina constitucional da Ciência, Tecnologia e Inovação, é correto afirmar:

a) nos termos da Constituição Federal de 1988, as empresas que investirem recursos privados em pesquisa e desenvolvimento farão jus a regime tributário especial, de modo a estimular sua atuação.

b) a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos grandes problemas do tempo presente em escala universal, de modo a evitar o insulamento da pesquisa nacional.

c) é facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento à pesquisa científica e tecnológica.

d) o Estado, a fim de evitar o êxodo de pesquisadores e profissionais de ciência e tecnologia, priorizará a cooperação nacional entre as instituições públicas da área.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Ciência, Tecnologia e Inovação. Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pela professora Nelma Fontana, você verá que a Emenda 85/2015 deu nova redação ao Capítulo IV do Título VIII da Constituição Federal, para incluir a inovação como uma das obrigações do Estado. Vale destacar que os termos "ciência", "tecnologia" e "inovação", enquanto atividades individuais, fazem parte do catálogo dos direitos fundamentais da pessoa humana, uma vez que são frutos de liberdade, sob diferentes variações: de consciência, de expressão, científica, profissional e intelectual. Na perspectiva de bem-estar e justiça sociais, objetivos da ordem social, ciência, tecnologia e inovação exigem ações concretas do Estado, aqui incluídos todos os seus entes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal não prevê um regime tributário especial para empresas que investirem recursos privados em pesquisa e desenvolvimento. O artigo 218, § 4º, da CF/88, estabelece que o Estado apoiará e estimulará as empresas que investirem em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho, mas não menciona um regime tributário especial.

A alternativa B está incorreta. A pesquisa tecnológica deve voltar-se prioritariamente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional, conforme o artigo 218, § 2º, da Constituição Federal. Portanto, a ênfase é nas necessidades nacionais, não em uma escala universal.

A alternativa C está correta. O artigo 218, § 5º, da Constituição Federal permite que os Estados e o Distrito Federal vinculem parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento à pesquisa científica e tecnológica.

A alternativa D está incorreta. A Constituição Federal, em seu artigo 219-A, prevê a cooperação entre entidades públicas e privadas para fomentar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico. Portanto, a cooperação não é limitada apenas às instituições públicas, mas inclui também as entidades privadas.

QUESTÃO 58. A proteção jurídica dos indígenas, na Constituição Federal de 1988, determina

a) a titularidade do Ministério dos Povos Indígenas para demarcação de terras indígenas e elaboração de políticas públicas setoriais.

b) a vedação relativa à remoção dos grupos indígenas de suas terras.

c) a vedação absoluta à exploração de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais das terras pertencentes aos povos originários.

d) o direito de as comunidades indígenas utilizarem, no ensino fundamental regular, suas línguas maternas

Comentários

A alternativa correta, indicada pela Banca, em gabarito preliminar é a **letra B**. Todavia, entendemos que a **letra D** também está correta. Motivo pelo qual a questão poderá ser anulada. A questão trata do tema proteção jurídica dos indígenas. Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pela professora Nelma Fontana, você verá que no artigo 231 da Constituição Federal, são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Pela primeira vez, assegurou-se constitucionalmente aos povos indígenas o direito à diferença.

A alternativa A está incorreta. Conforme o artigo 231 da Constituição Federal, a competência para demarcar terras indígenas é da União. Não há previsão constitucional que confere a titularidade para a demarcação de terras ao Ministério dos Povos Indígenas.

A alternativa B está correta, conforme a banca examinadora e nossos professores. A Constituição prevê uma vedação relativa à remoção dos grupos indígenas de suas terras. A remoção só é permitida em situações excepcionais, como em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, mediante deliberação do Congresso Nacional. Em qualquer caso, deve ser garantido o retorno imediato dos indígenas assim que cessar o risco, conforme o § 5º do artigo 231 da CF/88.

A alternativa C está incorreta. A Constituição permite a exploração de recursos hídricos, energéticos e minerais em terras indígenas, desde que haja autorização do Congresso Nacional e que as comunidades afetadas sejam ouvidas. Além disso, deve ser assegurada a participação dos indígenas nos resultados da lavra, conforme o § 3º do artigo 231 da CF/88.

A alternativa D está incorreta, conforme a banca examinadora, e correta, segundo nossos professores. A Constituição assegura o direito das comunidades indígenas de utilizarem suas línguas maternas no processo educacional, conforme o disposto no artigo 210, § 2º, da CF/88.

QUESTÃO 59. Os Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos, à luz da Constituição Federal de 1988, ostentam caráter de norma

a) constitucional, independentemente da aprovação pelas duas casas do Congresso Nacional, bastando a assinatura do presidente da República.

b) ordinária, independentemente da aprovação pelo Congresso Nacional, bastando a assinatura do presidente da República.

c) ordinária, dependendo da aprovação pelas duas casas do Congresso Nacional pelo quórum mínimo de três quintos de cada casa.

d) constitucional, dependendo da aprovação pelas duas casas do Congresso Nacional, pelo quórum mínimo de três quintos, em dois turnos, em cada casa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Em nosso material de Direitos Humanos do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado

pelo professor Ricardo Torques, você verá que há quatro teses defendidas sobre a hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos: 1. Natureza Supraconstitucional; 2. Natureza Constitucional; 3. Natureza Legal; e 4. Natureza Supralegal. Esta 4ª Tese, defendida pelo Ministro Gilmar Mendes e adotada pelo STF é a que prevalece. Nestes termos, os tratados internacionais de Direitos Humanos valem menos que a Constituição, mas são superiores à legislação infraconstitucional. Em razão disso, um tratado internacional de Direitos Humanos não pode se sobrepor à Constituição, contudo, prevalece perante uma lei infraconstitucional. Não obstante, a questão cobrou apenas o conhecimento da norma constitucional. Segundo o texto expresso do artigo 5º, § 3º, "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais."

A alternativa A está incorreta. Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos não adquirem caráter constitucional apenas com a assinatura do presidente da República. Eles necessitam da aprovação pelo Congresso Nacional.

A alternativa B está incorreta. Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos aprovados na forma do artigo 5º, § 3º, da Constituição possuem caráter de norma constitucional.

A alternativa C está incorreta. Se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais

A alternativa D está correta. Segundo o artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal, "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais." Portanto, para que tenham status constitucional, os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos precisam ser aprovados por esse quórum específico.

QUESTÃO 60. Sobre o tema "responsabilidade civil decorrente de atos de notários e registradores", considerados a normatização constitucional e infraconstitucional e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar quanto aos atos que

a) Pessoalmente praticarem no exercício de suas funções e causarem prejuízos a terceiros, antes do advento da Lei nº 13.286/2016, é objetiva a responsabilidade civil do notário e do registrador.

b) Pessoalmente praticarem no exercício de suas funções e causarem prejuízos a terceiros, após o advento da Lei nº 13.286/2016, é subjetiva a responsabilidade civil do notário e do registrador, prescrevendo em cinco anos a pretensão de reparação civil.

c) Notários e registradores praticarem e causarem prejuízos a terceiros, é objetiva a responsabilidade do Estado, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

d) Notários e registradores praticarem no exercício de suas funções e causarem prejuízos a terceiros, é subjetiva a responsabilidade do Estado, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Comentários

A resposta correta é a **letra A.** A questão trata da responsabilidade civil decorrente de atos de notários e registradores.

A alternativa A está correta, tendo em vista o Recurso Especial nº 1.849.994/DF (2018/0229037-9), veja: "Com efeito, uma leitura mais atenta do excerto transcrito parece até mesmo corroborar a conclusão de que, antes da Lei nº 13.286/2016, a responsabilidade dos Tabeliães e Registradores era objetiva, ou seja, prescindia da comprovação de culpa ou dolo de tais servidores." (RE 1.849.994, rel. min. Moura Ribeiro, j. 21/03/2023, p. DJe 24/03/2023.)

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei nº 13.286/2016, veja: "Art. 22. Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso. Parágrafo único. Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial. (NR)"

A alternativa C está incorreta, tendo em vista o Recurso Extraordinário, RE 842846, no qual o STF discutiu, à luz dos arts. 37, § 6º, e 236 da Constituição Federal, a responsabilidade em razão de dano ocasionado pela atuação de tabeliães e notários, e no qual firmou-se a Tese: "O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista o Recurso extraordinário, RE 842846, no qual o STF discutiu, à luz dos arts. 37, § 6º, e 236 da Constituição Federal, a responsabilidade em razão de dano ocasionado pela atuação de tabeliães e notários, e no qual firmou-se a Tese: "O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa."

QUESTÃO 61. Sobre os "meios de intervenção na propriedade", assinale a alternativa correta.

a) Desapropriação não implica transferência da propriedade.

b) Tombamento implica transferência da propriedade.

c) Confisco implica transferência temporária da posse.

d) Limitação administrativa implica restrição ao uso.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata dos meios de intervenção do Estado na propriedade.

A alternativa A está incorreta, pois a desapropriação implica transferência de propriedade. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho, sobre os meios de intervenção na propriedade: "Essa intervenção, tornamos a frisar, pode ser categorizada em dois grupos: de um lado, a intervenção restritiva, através da qual o Poder Público retira algumas das faculdades relativas ao domínio, embora salvaguarde a propriedade em favor do dono; de outro, a intervenção supressiva, que gera a transferência da propriedade de seu dono para o Estado, acarretando, por conseguinte, a perda da propriedade. Já examinamos as formas de intervenção restritiva. Cabe-nos agora analisar a forma mais drástica de intervenção do Estado, ou seja, aquela que provoca a perda da propriedade. Essa forma é a desapropriação." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta, pois o Tombamento somente implica restrições na propriedade; veja o que diz o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937: "Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei."

A alternativa C está incorreta, pois o confisco é o ato pelo qual o Estado assume a propriedade de bens de um particular, sem indenização correspondente. Vejamos o que José dos Santos Carvalho Filho fala sobre o ato do confisco: "Instituída na vigente Constituição no art. 243, a desapropriação-confisco caracteriza-se pelo fato de consumar-se a expropriação sem qualquer indenização ao proprietário – situação que, na prática, corresponde realmente a um ato de confisco. Esta medida – é mister destacar – não é a única sanção; conforme dita o mandamento, a medida será aplicada sem prejuízo de outras sanções previstas em lei". (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está correta, tendo em vista que a mesma implica restrição ao uso. Veja o que Hely Lopes Meirelles traz sobre a limitação administrativa: "Limitação administrativa é toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública, condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social". (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 16. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1991).

QUESTÃO 62. O tombamento pode ser caracterizado como uma limitação administrativa do direito de propriedade, visando a proteger, dentre outros, bens imóveis com relevante valor histórico, artístico ou arquitetônico. Acerca deste instituto, é correto afirmar:

a) O tombamento importa em esvaziamento absoluto do valor econômico da propriedade, sendo análogo, portanto, à hipótese de desapropriação indireta.

b) O instituto jurídico do tombamento não se encontra em grau de hierarquia normativa superior aos instrumentos da política urbana.

c) O tombamento decorre de exercício discricionário da Administração Pública, prescindindo, nestes casos, de justa motivação, podendo ser questionado em juízo apenas se verificada ilegalidade.

d) O tombamento se efetiva sempre mediante lei de iniciativa do Poder Executivo que, acolhendo parecer técnico exarado por órgão competente, submete a matéria à apreciação do Poder Legislativo, para deliberação.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata do instituto do tombamento.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o tombamento visa, ao contrário do que afirma a alternativa, resguardar o valor de bens, históricos, culturais e artísticos. Gabriel Boscioni Bearsi, do Estratégia Concursos, explica: "Em sequência, temos o tombamento. Esta modalidade de intervenção da Administração Pública na propriedade busca a proteção dos patrimônios históricos, artísticos e culturais do país. Os entes federativos podem tombar os bens, inclusive uns dos outros, inscrevendo-os nos Livros do Tombo, para evitar destruição ou deterioração do bem. No entanto, o tombamento não gera direito à indenização, uma vez que continuará exercendo os direitos inerentes à propriedade, com limitações para preservar a integridade do bem." (BEARSI, Gabriel Boscioni. Intervenção do Estado na Propriedade para o CNU. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/intervencao-estado-propriedade-cnu/. Acesso em: 16 de jul. de 2024.)

A alternativa B está correta, tendo em vista que o Supremo Tribunal deixou assentado que o instituto jurídico do tombamento não se encontra em grau de hierarquia normativa superior aos instrumentos da política urbana, veja: "3. Tombamento de bem público da União por Estado. Conflito Federativo. Competência desta Corte. Hierarquia verticalizada, prevista na Lei de Desapropriação (Decreto-Lei nº 3.365/41). Inaplicabilidade no tombamento. Regramento específico. Decreto-Lei 25/1937 (arts. 2º, 5º e 11). Interpretação histórica, teleológica, sistemática e/ou literal. Possibilidade de o Estado tombar bem da União. Doutrina. Lei do Estado de Mato Grosso do Sul 1.526/1994. Devido processo legal observado. Competências concorrentes material (art. 23, III e IV, c/c art. 216, § 1º, da CF) e legislativa (art. 24, VII, da CF)." (STF; ACO-AgR 1.208; Rel. Min. Gilmar Mendes; DJE 04/12/2017).

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o tombamento é um ato administrativo que necessita de justa motivação, consoante o Decreto-Lei nº 25/11/1927, veja: "Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o Tombamento se trata de ato administrativo, conforme estabelece a CF, em seu art. 216, § 1º: "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação."; em complementação, explica José dos Santos Carvalho Filho: "O tombamento é ato tipicamente administrativo, através do qual o Poder Público, depois de concluir formalmente no sentido de que o bem integra o patrimônio público nacional, intervém na propriedade para protegê-lo de mutilações e destruições. Trata-se de atividade administrativa, e não legislativa." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 63. A contratação de serviços de advocacia pelo Poder Público, à luz do que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, é matéria reservada:

a) Sempre na hipótese de licitação por pregão, na modalidade eletrônica.

b) À hipótese de dispensa de licitação, desde que observada a atuação em matéria complexa, singular e relevante, sendo vedada a contratação de advogado, nessa hipótese, para prestar serviços jurídicos comuns, tais como a advocacia cível e trabalhista.

c) Sempre na hipótese de concorrência por técnica e preço, em razão da complexidade das matérias de natureza jurídica cometidas à atuação do advogado.

d) À hipótese de inexigibilidade de licitação, desde que presente a notória especialização, aferível, dentre outros, por estudos, experiência e publicações do profissional ou empresa, para desempenho de tarefas em que tais requisitos são indispensáveis.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata da contratação de serviços de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas, à luz do que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei nº 14.133/2021, que determina a inexigibilidade de Licitação, nos seguintes termos: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;".

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei nº 14.133/2021, que determina a inexigibilidade de Licitação, nos seguintes termos: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;".

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei nº 14.133/2021, que determina a inexigibilidade de Licitação, nos seguintes termos: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;".

A alternativa D está correta, pois é o que determina a Lei nº 14.133/2021, veja: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;".

QUESTÃO 64. Os notários e tabeliães, acerca de suas condutas, sujeitam-se

a) À responsabilidade contratual, posto ser este o instrumento que regula a relação entre o delegatário e o Estado.

b) À responsabilidade contratual e à responsabilidade penal definida pela Lei Federal no 8.429/1992, em razão da dúplice condição de delegatários e contratantes que registradores e tabeliães ostentam.

c) Entre outros, às penalidades definidas na Lei Federal nº 8.429/1992, por serem os serviços notariais e registrais concedidos mediante delegação do Poder Público, ostentando natureza de serviço público essencial do Estado.

d) Exclusivamente à disciplina definida em procedimento próprio pelas corregedorias dos tribunais e pela Corregedoria Nacional de Justiça, em prestígio ao princípio da especialidade.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata do regime jurídico ao qual se sujeitam notários e tabeliães, acerca de suas condutas.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a atividade notarial e registral, prevista no artigo 236 da Constituição da República Federativa do Brasil, ostenta natureza de serviço público, da seguinte forma: "Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público", tratando-se de agentes públicos, que, na lição de José dos Santos Carvalho Filho: "A expressão agentes públicos tem sentido amplo. Significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica. O que é certo é que, quando atuam no mundo jurídico, tais agentes estão de alguma forma vinculados ao Poder Público." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta tendo em vista que a atividade notarial e registral, prevista no artigo 236 da Constituição da República Federativa do Brasil, ostenta natureza de serviço público, da seguinte forma: "Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público."; tratando-se de agentes públicos, que, na lição de José dos Santos Carvalho Filho: "A expressão agentes públicos tem sentido amplo. Significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica. O que é certo é que, quando atuam no mundo jurídico, tais agentes estão de alguma forma vinculados ao Poder Público." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa C está correta, tendo em vista que a atividade notarial e registral, prevista no artigo 236 da Constituição da República Federativa do Brasil, ostenta natureza de serviço público, da seguinte forma: "Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público."; tratando-se de agentes públicos, que, na lição de José dos Santos Carvalho Filho: "A expressão agentes públicos tem sentido amplo. Significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica. O que é certo é que, quando atuam

no mundo jurídico, tais agentes estão de alguma forma vinculados ao Poder Público." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, a atividade notarial e registral, prevista no artigo 236 da Constituição da República Federativa do Brasil, ostenta natureza de serviço público, da seguinte forma: "Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público."; tratando-se de agentes públicos, que, na lição de José dos Santos Carvalho Filho: "A expressão agentes públicos tem sentido amplo. Significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica. O que é certo é que, quando atuam no mundo jurídico, tais agentes estão de alguma forma vinculados ao Poder Público." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 65. São hipóteses de extinção do crédito tributário, EXCETO:

a) moratória, depósito integral e parcelamento.

b) pagamento, transação e remissão.

c) prescrição, decadência e decisão judicial passada em julgado.

d) compensação, conversão de depósito em renda e dação em pagamento de bens imóveis.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra A**. A questão trata sobre as hipóteses de extinção do crédito tributário.

A alternativa A está correta. As hipóteses elencadas são causas de suspensão do crédito tributário. Confira o art. 151 do CTN em sua literalidade: "Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória; II - o depósito do seu montante integral; VI – o parcelamento".

A alternativa B está incorreta. As hipóteses compreendem causas de extinção. Confira a redação legal: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; III - a transação; IV - remissão;".

A alternativa C está incorreta. As hipóteses elencadas são causas de extinção do crédito tributário. Confira o art. 151 do CTN em sua literalidade: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: V - a prescrição e a decadência; III - a transação; IV - remissão;".

A alternativa D está incorreta. As hipóteses elencadas são causas de extinção do crédito tributário. Confira o art. 151 do CTN em sua literalidade: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: II - a compensação; VI - a conversão de depósito em renda; XI – a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei".

QUESTÃO 66. Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU). No tocante a esse imposto, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

b) Não incidirá sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades sejam locatárias do bem imóvel.

c) Não poderá ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo.

d) Poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre o IPTU.

A alternativa A está incorreta. Dispõe o art. 156, §1ª, II da CF/88 que: "Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; (...)§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (...) II- ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel".

A alternativa B está incorreta. Dispõe o art. 150, VI, b da CF/88 que: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...)VI - instituir impostos sobre (...) b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes;".

A alternativa C está correta. Dispõe diversamente o art. 156, §1ª, III da CF/88 que: "Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; (...)§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (...)III - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal".

A alternativa D está incorreta. Dispõe o art. 156, §1ª, I da CF/88 que: "Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; (...)§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (...)I - ser progressivo em razão do valor do imóvel".

QUESTÃO 67. Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmação a seguir.

Os tributos cobrados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, são denominados

a) contribuição de melhoria.

b) impostos.

c) taxas.

d) preços públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre tributos.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 81 do CTN que: "Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado".

A alternativa B está incorreta. Dispõe o art. 16 da CTN que: "Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte".

A alternativa C está correta. Prevê o art. 77 do CTN que: Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição".

A alternativa D está incorreta. Os preços públicos não possuem natureza tributária conforme leciona o professor Fernando Maurício do Estratégia Concursos (https://encurtador.com.br/aroSE).

QUESTÃO 68. No tocante à isenção, instituto que promove a exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, se for o caso, o prazo de sua duração.

b) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

c) A isenção pode ser restrita à determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

d) A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra B**. A questão trata sobre hipóteses de exclusão do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 176 do CTN que dispõe: "Art. 176. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração".

A alternativa B está correta. Dispõe diversamente o Parágrafo único do Art. 175 do CTN Art. 175. Excluem o crédito tributário: Parágrafo único. a exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

A alternativa C está incorreta. Trata-se da literalidade do Parágrafo único do art. 176 do CTN que dispõe: "Art. 176. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração. Parágrafo único. a isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares".

A alternativa D está incorreta. É o que diz o art. 179 do CTN em sua literalidade: "Art. 179. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão".

QUESTÃO 69. O artigo 156 da Constituição Federal traz em seus incisos os impostos municipais. Assinale a alternativa que elenca somente os impostos municipais.

a) IR, IPI, Imposto sobre grandes fortunas.

b) ICMS, IPVA, ITCMD.

c) IPTU, ITBI, ITR, IR.

d) IPTU, ISSQN, ITBI.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre hipóteses de exclusão do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta. O IR, IPI e imposto sobre grandes fortunas não estão previstos no art. 156 da CF/88. Confira o artigo em sua literalidade: "Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar".

A alternativa B está incorreta. O ICMS, IPVA e o ITCMD não estão previstos no art. 156 da CF/88. Confira o art. Em sua literalidade: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar”.

A alternativa C está incorreta. O ITR e o IR não estão previstos no art. 156 da CF/88. Confira o art. Em sua literalidade: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar”.

A alternativa D está correta. É o que prevê o art. 156 da CF/88 em sua literalidade: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar”.

QUESTÃO 70. A empresa Alfa foi contratada pela empresa Beta, em meados de 2015, para prestação de serviços, mediante pagamento de prestação mensal com cláusula de reajuste anual por índice inflacionário oficial. Foi fixado prazo determinado de 48 meses, ao cabo do qual as partes prosseguiram com o contrato, embora sem aditamento. Os reajustes anuais foram regularmente aplicados até meados de 2020. No início de 2024, a empresa Beta manifestou desinteresse na continuidade contratual, notificando a prestadora Alfa que, por sua vez, em acerto de contas, contranotificou a tomadora, cobrando multa rescisória prevista em contrato no equivalente a 12 prestações mensais, além de reajuste retroativo a 2021.

Diante do exposto, é correto afirmar que a cobrança

a) de reajuste retroativo é lícita, pois está previsto em contrato, tratando-se o período sem cobrança de mera liberalidade do prestador do serviço.

b) do reajuste retroativo é ilícita, pois viola a vedação de comportamento contraditório que emana da cláusula geral de boa-fé objetiva.

c) da multa é lícita, embora excessivo o montante exigido, tendo em vista a natureza e a finalidade do negócio.

d) da multa é lícita, uma vez que, a despeito da expiração do prazo inicialmente fixado, a continuidade da relação contratual gerou à prestadora legítima expectativa de manutenção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. A cobrança do reajuste retroativo é ilícita, pois viola a boa-fé objetivo, sendo vedado o comportamento contraditório. Se não houve cobrança do reajuste, entende-se que o credor abriu mão do direito.

A alternativa B está correta. Trata-se da aplicação do Princípio vedação ao comportamento contraditório. Se alguém age de determinada forma, toma determinada conduta, criando uma expectativa justa em outrem, com base na confiança, não pode, posteriormente, agir de maneira contrária.

O STJ, em repetidas decisões veda o comportamento contraditório, por aplicação dos princípios da confiança e da lealdade, deveres laterais de conduta decorrentes da cláusula geral da boa-fé objetiva. Nesse sentido também o Enunciado 362 da IV Jornada de Direito Civil que esclarece que a vedação do comportamento contraditório (venire contra factum proprium) funda-se na proteção da confiança, tal como se extrai dos arts. 187 e 422 do CC/2002.

A alternativa C está incorreta. Considerando que os contratos não tem caráter perpétuo, não há expectativa de manutenção do contrato de maneira obrigatória. Assim, a multa é ilícita, pois o contrato passou a vigorar por prazo indeterminado, bastando a notificação prévia para solução contratual.

A alternativa D está incorreta. A multa é ilícita, pois o contrato passou a vigorar por prazo indeterminado, bastando a notificação prévia para solução contratual.

Fonte: Estratégia Carreira Jurídica. Livro Digital Interativo. Regular Cartórios. Direito Civil. Aula 5.2.3.3.

QUESTÃO 71. Osvaldo é proprietário de um imóvel e contratou os serviços de corretagem de Beatriz para expô -lo à venda. Após única visita, promovida pela corretora, Jussara interessou-se pelo bem. Passadas algumas semanas, as partes entabularam tratativas diretas e firmaram compromisso de compra e venda, sem inclusão de corretagem. Ante a situação narrada, é correto afirmar que a comissão da corretora é

a) indevida, ante a ausência de cláusula de exclusividade na intermediação.

b) indevida, uma vez que o negócio se aperfeiçoou diretamente entre as partes interessadas.

c) devida e, na falta de estipulação em contrário, deve ser rateada pelas partes contratantes.

d) devida, porquanto caracterizada a aproximação útil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, representado no AgInt no REsp 1973116/TO, a contrário senso, que afasta todas as outras alternativas, é cabível a comissão de corretagem quando o negócio atinge seu resultado útil. Veja a ementa do citado julgado: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMISSÃO DE CORRETAGEM. RESULTADO ÚTIL. REVERSÃO DO JULGADO.

SÚMULA N. 7/STJ. 1. O posicionamento do Tribunal de origem não merece reparos, pois se alinha com reiterados julgados que afastam o cabimento da corretagem quando o negócio jurídico não se concretiza, alcançando resultado útil. 2. "Incabível comissão de corretagem no contrato de compra e venda de imóveis, quando o negócio não foi concluído por desistência do comprador, não atingindo assim o seu o resultado útil. Precedentes. Incidência da Súmula 83 do STJ no caso em questão" (AgInt no AREsp n. 2.142.647/DF, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 27/4/2023). 3. É inviável revisar as premissas fáticas fixadas no acórdão recorrido de que não houve resultado útil, devido à dificuldade na obtenção de financiamento dentro do prazo previsto no contrato, ante o teor da Súmula 7 do STJ, uma vez que as instâncias estaduais delinearam a controvérsia dentro do conjunto probatório dos autos. Agravo interno improvido. AgInt no REsp 1973116/TO.

QUESTÃO 72. Josefina entabulou escritura de compra e venda de bem imóvel com Edvaldo, que se apresentou como sendo seu proprietário. Meses após o negócio, com preço pago e já na posse do bem, Josefina foi surpreendida pelo verdadeiro Edvaldo, afirmando que terceiro falsário, de posse de seus documentos pessoais, logrou passar- se por ele perante a adquirente e o tabelião que lavrou a escritura. Em ação anulatória da escritura movida pelo verdadeiro Edvaldo, o pedido foi julgado procedente, tendo Josefina perdido o bem adquirido. A adquirente ajuíza ação de indenização por dano material em face do tabelião. Em suma, imputa-lhe responsabilidade objetiva pela consumação do ato fraudulento e, subsidiariamente, negligência na conferência da documentação do vendedor, ainda que sofisticada fosse a falsificação, como era o caso da cédula de identidade apresentada pelo falsário. Ante a situação narrada, é correto afirmar que o pedido comporta

a) improcedência, uma vez que a responsabilidade do tabelião é subjetiva, e o grau de diligência dele exigível no exercício de suas funções não abrange o dever de detectar fraudes documentais de elevada sofisticação.

b) improcedência, uma vez que o tabelião responde subjetivamente por atos danosos praticados no exercício de suas funções e, no caso concreto, o juiz corregedor permanente afastou a culpa do tabelião em sede administrativa.

c) procedência, uma vez que o Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros.

d) procedência, uma vez que a responsabilidade do tabelião é subjetiva, e o grau de diligência dele exigível no exercício de suas funções abrange o dever de detectar falsificações grosseiras ou sofisticadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. O artigo 28 da Lei 6.015/1994 demonstra que a responsabilidade dos notários e registradores é subjetiva, pois depende da análise do dolo ou culpa: Art. 28. Além dos casos expressamente consignados, os oficiais são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem, por culpa ou dolo, aos

interessados no registro. Parágrafo único. A responsabilidade civil independe da criminal pelos delitos que cometerem. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, em 27 de fevereiro de 2019 em sede de recurso extraordinário nº 842.846 com repercussão geral, entendeu que o Estado deve responder diretamente e de forma objetiva, por força do disposto no artigo 37, § 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, devendo ser proposta contra o Estado ou Distrito Federal, a qual é vinculado aquele Delegatário que causou o dano. Tendo o Ente Federativo o dever de regresso em face do Delegatário causador do dano, se tiver agido com dolo ou culpa, sob pena de responder por Improbidade Administrativa. Repare-se, assim, que o Supremo Tribunal Federal corroborou com a tese da responsabilidade subjetiva do Delegatário, ao afirmar que caberá regresso em face deste, se tiver agido com dolo ou culpa.

A alternativa B está incorreta. Embora, de fato, a responsabilidade dos notários e registradores seja subjetiva, as responsabilidades administrativa e civil são independentes;

A alternativa C está incorreta. o Supremo Tribunal Federal, em 27 de fevereiro de 2019 em sede de recurso extraordinário nº 842.846 com repercussão geral, entendeu que o Estado deve responder diretamente e de forma objetiva, por força do disposto no artigo 37, § 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, devendo ser proposta contra o Estado ou Distrito Federal, a qual é vinculado aquele Delegatário que causou o dano. Tendo o Ente Federativo o dever de regresso em face do Delegatário causador do dano, se tiver agido com dolo ou culpa, sob pena de responder por Improbidade Administrativa.

A alternativa D está incorreta. Embora a responsabilidade do notário e registrador seja subjetiva, não é possível exigir do oficial conhecimento para identificação de fraudes de alta sofisticação.

QUESTÃO 73. João e Maria constituíram união estável em janeiro de 1984. Em dezembro de 2001, como se tornara insuportável a convivência, realizaram escritura pública de reconhecimento e dissolução de união estável, estipulando o regime da separação total dos bens, com previsão de efeitos retroativos e para o futuro. Porém, não promoveram a partilha dos bens. Mantiveram-se afastados por mais de dez anos, até que, em agosto de 2013, após se encontrarem casualmente, reaproximaram-se, reatando a convivência pública, contínua e duradoura. Em outubro de 2018, decidiram pôr fim ao relacionamento.

Nessas circunstâncias, é correto afirmar:

a) a retroatividade da estipulação do novo regime faz com que os bens adquiridos onerosamente pelos companheiros, entre janeiro de 1984 e dezembro de 2001, sejam excluídos da comunhão. Quanto ao período compreendido entre agosto de 2013 e outubro de 2018, os efeitos prospectivos da declaração acarretam a incidência das regras da separação de bens.

b) interpreta-se a retroatividade da estipulação do novo regime, em 2001, como doação de metade ideal dos bens adquiridos onerosamente entre janeiro de 1984 e dezembro de 2001. Tal estipulação, porém, no tocante ao período compreendido entre agosto de 2013 e outubro de 2018, é ineficaz.

c) a estipulação de novo regime produz efeitos *ex nunc*, por ser nula a cláusula que estabelece a retroatividade. Quanto aos bens adquiridos onerosamente entre agosto de 2013 e outubro de 2018, aplica-se o regime da comunhão parcial de bens, porque se cuida de nova união estável.

d) interpreta-se a retroatividade da estipulação do novo regime, em 2001, como doação de metade ideal dos bens adquiridos onerosamente entre janeiro de 1984 e dezembro de 2001. Quanto ao período compreendido entre agosto de 2013 e outubro de 2018, os efeitos prospectivos da declaração acarretam a incidência das regras da separação de bens.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

Conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça, "No curso do período de convivência, não é lícito aos conviventes atribuírem por contrato efeitos retroativos à união estável elegendo o regime de bens para a sociedade de fato, pois, assim, se estar-se-ia conferindo mais benefícios à união estável que ao casamento" (RECURSO ESPECIAL Nº 1.383.624 - MG (2013/0146258-6). Ademais, nos termos do artigo 1.725 do Código Civil: Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens. Assim, o contrato de convivência não possui efeitos retroativos. No tocante ao período de nova convivência, entre 2013 a 2018, deve vigorar o regime que constitui regra geral, diante da ausência de novo pacto de convivência, a saber, o regime de comunhão parcial de bens. Desse modo, a alternativa correta é a letra C.

QUESTÃO 74. Nos termos do artigo 1.976 do Código Civil, o testador pode nomear um ou mais testamenteiros, conjuntos ou separados, para darem cumprimento às disposições de última vontade. Em testamento público, João nomeou Maria como testamenteira. Tempos depois, promoveu a substituição de Maria por Pedro, por meio de codicilo, em que também fazia disposições especiais sobre o seu enterro e sobre o legado de bens móveis de pouco valor, de uso pessoal. Em face do exposto, é correto afirmar que

a) é ineficaz o codicilo, salvo quanto às disposições especiais sobre o enterro. Afinal, João não estava autorizado a legar bens móveis, independentemente do valor e do uso que fazia deles, porque já estavam contemplados no testamento público.

b) se considera o codicilo inexistente, na medida em que já existia testamento público prévio.

c) é válida e eficaz a substituição de Maria por Pedro, visto que, por meio de codicilo, se permite complementar o testamento, com a nomeação de testamenteiro; ou retificá-lo, substituindo o testamenteiro anteriormente nomeado.

d) é inválida a substituição de Maria por Pedro, pois somente se admite a modificação de um testamento pelo mesmo modo e forma como pode ser feito. Preservam-se, porém, as demais disposições feitas no codicilo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Conforme dispõem os artigos 1.881 e 1.881 do Código Civil:Art. 1.881. Toda pessoa capaz de testar poderá, mediante escrito particular seu, datado e assinado, fazer disposições especiais sobre o seu enterro, sobre esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas, ou, indeterminadamente, aos pobres de certo lugar, assim como legar móveis, roupas ou jóias, de pouco valor, de seu uso pessoal. Art. 1.882. Os atos a que se refere o artigo antecedente, salvo direito de terceiro, valerão como codicilos, deixe ou não testamento o autor.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao artigo 1882 do Código Civil: Art. 1.882. Os atos a que se refere o artigo antecedente, salvo direito de terceiro, valerão como codicilos, deixe ou não testamento o autor.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 1.883 do Código Civil: Pelo modo estabelecido no art. 1.881, poder-se-ão nomear ou substituir testamenteiros.

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o artigo 1883 do Código Civil: Pelo modo estabelecido no art. 1.881, poder-se-ão nomear ou substituir testamenteiros.

QUESTÃO 75. João, pequeno produtor rural, vizinho de Pedro, decide erguer um estábulo em seu sítio. Pouco mais de um ano depois de concluída a obra, Pedro, poderoso pecuarista da região, ajuíza uma ação em face de João, sob o argumento de que parte do estábulo invade a sua fazenda. Pede ordem de reintegração de posse e demolição do prédio. Durante a instrução, Pedro comprova que, dos 200 m2 do novo estábulo, 20 m^2 extrapolam a divisa entre os imóveis; João, por sua vez, demonstra que as divisas não estavam demarcadas, que não era possível, sem a realização de estudo topográfico, constatar a invasão e que a fazenda de Pedro não sofreu desvalorização.

Considerando a ausência de controvérsia sobre a impossibilidade de demolição parcial do estábulo, sem que haja comprometimento total de sua estrutura, é correto afirmar que

a) Pedro obterá ordem de reintegração de posse e demolição, na medida em que teve sua fazenda invadida por João, o que caracteriza esbulho, e que não decorreu o prazo de prescrição aquisitiva.

b) João se tornou proprietário do solo que invadiu. A construção exterioriza a utilização da propriedade em seu aspecto econômico e social representativo do trabalho humano. Tornou-se obrigado, porém, a pagar a Pedro o valor da área perdida.

c) o princípio da função social da propriedade impede que Pedro, poderoso pecuarista, obtenha as ordens de reintegração de posse e demolição, pois não dava à área nenhuma destinação útil, tanto que levou mais de um ano para adotar providências contra João.

d) João se tornou proprietário do solo que invadiu. Entretanto, por não ter realizado, antes de iniciar a construção, o estudo topográfico, será obrigado a pagar, em décuplo, a indenização que

represente o valor da área perdida e a desvalorização do que remanesceu da fazenda, por força da regra prevista no artigo 1.258, parágrafo único, do Código Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. Considerando que João não agiu de má-fé, e que a construção invadiu parcela inferior a vigésima parte, adquirirá a propriedade, não sendo cabível a reintegração da posse pelo proprietário. Nesse sentido, dispõe o artigo 1.258 do CC: Art. 1.258. Se a construção, feita parcialmente em solo próprio, invade solo alheio em proporção não superior à vigésima parte deste, adquire o construtor de boa-fé a propriedade da parte do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente. Parágrafo único. Pagando em décuplo as perdas e danos previstos neste artigo, o construtor de má-fé adquire a propriedade da parte do solo que invadiu, se em proporção à vigésima parte deste e o valor da construção exceder consideravelmente o dessa parte e não se puder demolir a porção invasora sem grave prejuízo para a construção.

A alternativa B está correta. Nos termos do artigo 1.258 do Código Civil: Art. 1.258. Se a construção, feita parcialmente em solo próprio, invade solo alheio em proporção não superior à vigésima parte deste, adquire o construtor de boa-fé a propriedade da parte do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente. Parágrafo único. Pagando em décuplo as perdas e danos previstos neste artigo, o construtor de má-fé adquire a propriedade da parte do solo que invadiu, se em proporção à vigésima parte deste e o valor da construção exceder consideravelmente o dessa parte e não se puder demolir a porção invasora sem grave prejuízo para a construção.

A alternativa C está incorreta. O prazo de um ano serve apenas para reintegração de posse liminar sem a necessidade de comprovação dos requisitos do artigo 300 do CPC, conforme dispõe o artigo 558 do Código Civil, mas não serve como fundamento para caracterizar a ausência de função social: Art. 558. Regem o procedimento de manutenção e de reintegração de posse as normas da Seção II deste Capítulo quando a ação for proposta dentro de ano e dia da turbação ou do esbulho afirmado na petição inicial. Parágrafo único. Passado o prazo referido no caput, será comum o procedimento, não perdendo, contudo, o caráter possessório.

A alternativa D está incorreta. Considerando que não há indícios de má-fé, o invasor terá direito à aquisição da propriedade invadida, nos termos do artigo 1.258, caput, do Código Civil, pagando indenização que represente o valor da área perdida. Nesse sentido: Art. 1.258. Se a construção, feita parcialmente em solo próprio, invade solo alheio em proporção não superior à vigésima parte deste, adquire o construtor de boa-fé a propriedade da parte do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente.

QUESTÃO 76. Tício e Caio celebraram contrato escrito de mútuo no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que seria pago em prestação única, com vencimento no prazo de 12 (doze) meses, acrescida de juros remuneratórios simples de 1% (um por cento) ao mês, tendo

estipulado, na hipótese de inadimplemento, cláusula penal de 2% (dois por cento). O devedor, na data do vencimento da prestação, pagou apenas o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Nesse caso, é correto afirmar que

a) o pagamento parcial deve ser imputado primeiro nos juros vencidos e depois no capital, à falta de

b) para exigir a cláusula penal, o credor deverá demonstrar prejuízo.

c) não são devidos juros de mora, tendo em vista que a prestação foi paga no vencimento, ainda que em valor inferior ao devido.

d) a cláusula penal não pode ser reduzida proporcionalmente, a despeito do adimplemento parcial da obrigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 354, do Código Civil: Havendo capital e juros, o pagamento imputar-se-á primeiro nos juros vencidos, e depois no capital, salvo estipulação em contrário, ou se o credor passar a quitação por conta do capital.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 416 do Código Civil: Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.

A alternativa C está incorreta. Consoante ao artigo 395, caput, do Código Civil: Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários e honorários de advogado.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 413 do Código Civil: A penalidade deve ser reduzida eqüitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

QUESTÃO 77. Sobre o seguro de pessoas, é correto afirmar que

a) o segurador não pode se eximir ao pagamento do seguro, ainda que da apólice conste a restrição, se a morte ou a incapacidade do segurado provier da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prestação de serviço militar, da prática de esporte, ou de atos de humanidade em auxílio de outrem.

b) o beneficiário não tem direito ao capital segurado na hipótese de suicídio do segurado, independentemente do tempo de vigência do contrato.

c) o segurador, pago o capital segurado, sub-roga-se nos direitos e ações do segurado, ou do beneficiário, contra o causador do sinistro.

d) na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago, em quotas iguais, aos dependentes habilitados à pensão por morte perante a Previdência Social ou, à sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 799 do Código Civil: O segurador não pode eximir-se ao pagamento do seguro, ainda que da apólice conste a restrição, se a morte ou a incapacidade do segurado provier da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prestação de serviço militar, da prática de esporte, ou de atos de humanidade em auxílio de outrem.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 798 do Código Civil: O beneficiário não tem direito ao capital estipulado quando o segurado se suicida nos primeiros dois anos de vigência inicial do contrato, ou da sua recondução depois de suspenso, observado o disposto no parágrafo único do artigo antecedente. Parágrafo único. Ressalvada a hipótese prevista neste artigo, é nula a cláusula contratual que exclui o pagamento do capital por suicídio do segurado.

A alternativa C está incorreta. Dispõe o artigo 800 do Código Civil: Nos seguros de pessoas, o segurador não pode sub-rogar-se nos direitos e ações do segurado, ou do beneficiário, contra o causador do sinistro.

A alternativa D está incorreta. Consoante ao artigo 792 do Código Civil: Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária. Parágrafo único. Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

QUESTÃO 78. Pedro pega emprestado o automóvel de seu irmão João e, na condução do veículo, envolve-se em acidente de trânsito, a que deu causa por imprudência, uma vez que avançou o semáforo vermelho. Nesse caso, o proprietário do veículo

a) somente responde por metade do dano causado pelo condutor, uma vez que a obrigação derivada da responsabilidade civil extracontratual é divisível.

b) somente responde subsidiariamente pelo evento se o condutor não tiver bens suficientes para garantir o ressarcimento do dano à vítima.

c) não pode ser responsabilizado pelo evento, mas apenas o condutor, uma vez que a relação entre eles não se amolda a qualquer das hipóteses de responsabilidade objetiva previstas no artigo 932 do Código Civil.

d) responde pelo evento, objetiva e solidariamente, com o condutor, com base na teoria da guarda da coisa inanimada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "O proprietário do veículo que o empresta a terceiros responde solidariamente pelos danos decorrentes de sua utilização" (AgRg no Ag 823.567/DF, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe de 1º/10/2015). Veja a ementa completa: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO ATROPELAMENTO. VEÍCULO. TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. PROPRIETÁRIO. EMPRÉSTIMO. JUROS DE MORA. SÚMULA 83/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial. 2. A tradição de veículo automotor, independentemente do registro da transferência para o novo proprietário no órgão de trânsito, afasta a responsabilidade do alienante pelos fatos posteriores decorrentes da utilização do bem (Súmula 132/STJ). 3. Hipótese, todavia, em que o Tribunal de origem considerou que a alienação do veículo não foi demonstrada pelos documentos juntados aos autos. Incidência da Súmula 7/STJ, no ponto. 4. O proprietário do veículo que o empresta a terceiros responde solidariamente pelos danos decorrentes de sua utilização. Precedentes. 5. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos. 6. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag 823567/DF, AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2006/0207708-8).

QUESTÃO 79. Proprietário de unidade autônoma em condomínio edilício passa a locar seu imóvel por meio de plataformas digitais, para hospedagens de curta duração, com menos de 90 (noventa) dias. Advertido pelo condomínio de que deverá cessar tal prática, sob pena de multa, uma vez que a respectiva convenção prevê a destinação exclusivamente residencial do edifício, o condômino ajuíza ação visando ao reconhecimento da legalidade da sua conduta. Nesse caso, a locação

a) deve ser permitida, pois, embora a hospedagem seja atípica e de curta duração, não desvirtua a natureza exclusivamente residencial do edifício, na medida em que os hóspedes utilizam a unidade autônoma locada da mesma forma que o proprietário a utilizaria, e não para outras finalidades, como a comercial.

b) não deve ser permitida, porquanto se trata de contrato atípico de hospedagem, que desvirtua a natureza exclusivamente residencial do edifício prevista na convenção do condomínio, devido à alta rotatividade de pessoas, que oferece riscos potenciais à segurança, ao sossego e à saúde dos demais condôminos.

c) não deve ser permitida, pois, para tanto, a convenção do condomínio teria de ser previamente alterada para admitir expressamente essa possibilidade, por deliberação em assembleia tomada pela maioria simples dos condôminos.

d) deve ser permitida, pois, à falta de proibição expressa na convenção de condomínio, o proprietário pode usar, fruir e dispor livremente de sua unidade autônoma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

O Superior Tribunal de Justiça decidiu, no REsp 1819075, que, caso a convenção do condomínio preveja a destinação residencial das unidades, os proprietários não poderão alugar seus imóveis por meio de plataformas digitais como o Airbnb. No entanto, a convenção do condomínio pode autorizar a utilização das unidades nessa modalidade de aluguel. Para o colegiado, o sistema de reserva de imóveis pela plataforma digital é caracterizado como uma espécie de contrato atípico de hospedagem – distinto da locação por temporada e da hospedagem oferecida por empreendimentos hoteleiros, que possuem regulamentações específicas. Segundo a turma, havendo previsão expressa de destinação residencial das unidades do condomínio, será impossível a sua utilização para a atividade de hospedagem remunerada. Nesse sentido, veja a Ementa do REsp 1819075: DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONDOMÍNIO EDILÍCIO RESIDENCIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. LOCAÇÃO FRACIONADA DE IMÓVEL PARA PESSOAS SEM VÍNCULO ENTRE SI, POR CURTOS PERÍODOS. CONTRATAÇÕES CONCOMITANTES, INDEPENDENTES E INFORMAIS, POR PRAZOS VARIADOS. OFERTA POR MEIO DE PLATAFORMAS DIGITAIS ESPECIALIZADAS DIVERSAS. HOSPEDAGEM ATÍPICA. USO NÃO RESIDENCIAL DA UNIDADE CONDOMINIAL. ALTA ROTATIVIDADE, COM POTENCIAL AMEAÇA À SEGURANÇA, AO SOSSEGO E À SAÚDE DOS CONDÔMINOS. CONTRARIEDADE À CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO QUE PREVÊ DESTINAÇÃO RESIDENCIAL. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os conceitos de domicílio e residência (CC/2002, arts. 70 a 78), centrados na ideia de permanência e habitualidade, não se coadunam com as características de transitoriedade, eventualidade e temporariedade efêmera, presentes na hospedagem, particularmente naqueles moldes anunciados por meio de plataformas digitais de hospedagem. 2. Na hipótese, tem-se um contrato atípico de hospedagem, que se equipara à nova modalidade surgida nos dias atuais, marcados pelos influxos da avançada tecnologia e pelas facilidades de comunicação e acesso proporcionadas pela rede mundial da internet, e que se vem tornando bastante popular, de um lado, como forma de incremento ou complementação de renda de senhorios, e, de outro, de obtenção, por viajantes e outros interessados, de acolhida e abrigo de reduzido custo. 3. Trata-se de modalidade singela e inovadora de hospedagem de pessoas, sem vínculo entre si, em ambientes físicos de estrutura típica residencial familiar, exercida sem inerente profissionalismo por aquele que atua na produção desse serviço para os interessados, sendo a atividade comumente anunciada por meio de plataformas digitais variadas. As ofertas são feitas por proprietários ou possuidores de imóveis de padrão residencial, dotados de espaços ociosos, aptos ou adaptados para acomodar, com certa privacidade e limitado conforto, o interessado, atendendo, geralmente, à demanda de pessoas menos exigentes, como jovens estudantes ou viajantes, estes por motivação turística ou laboral, atraídos pelos baixos preços cobrados. 4. Embora aparentemente lícita, essa peculiar recente forma de hospedagem não encontra, ainda, clara definição doutrinária, nem tem legislação reguladora no Brasil, e, registre-se, não se confunde com aquelas espécies tradicionais de locação, regidas pela Lei 8.245/91, nem mesmo com aquela menos antiga, genericamente denominada de aluguel por temporada (art. 48 da Lei de Locações). 5. Diferentemente do caso sob exame, a locação por temporada não prevê aluguel informal e fracionado de quartos existentes num imóvel para hospedagem de distintas pessoas estranhas entre si, mas sim a locação plena e formalizada de imóvel adequado a servir de residência temporária para determinado locatário e, por óbvio, seus familiares ou amigos, por prazo não superior a noventa dias. 6. Tampouco a nova modalidade de hospedagem se enquadra dentre os usuais tipos de hospedagem ofertados, de modo formal e profissionalizado, por hotéis, pousadas, hospedarias, motéis e outros estabelecimentos da rede tradicional provisora de alojamento, conforto e variados serviços à clientela, regida pela Lei 11.771/2008. 7. O direito de o proprietário condômino usar, gozar e dispor livremente do seu bem imóvel, nos termos dos arts. 1.228 e 1.335 do Código Civil de 2002 e 19 da Lei

4.591/64, deve harmonizar-se com os direitos relativos à segurança, ao sossego e à saúde das demais múltiplas propriedades abrangidas no Condomínio, de acordo com as razoáveis limitações aprovadas pela maioria de condôminos, pois são limitações concernentes à natureza da propriedade privada em regime de condomínio edilício. 8. O Código Civil, em seus arts. 1.333 e 1.334, concede autonomia e força normativa à convenção de condomínio regularmente aprovada e registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente. Portanto, existindo na Convenção de Condomínio regra impondo destinação residencial, mostra-se indevido o uso de unidades particulares que, por sua natureza, implique o desvirtuamento daquela finalidade (CC/2002, arts. 1.332, III, e 1.336, IV).9. Não obstante, ressalva-se a possibilidade de os próprios condôminos de um condomínio edilício de fim residencial deliberarem em assembleia, por maioria qualificada (de dois terços das frações ideais), permitir a utilização das unidades condominiais para fins de hospedagem atípica, por intermédio de plataformas digitais ou outra modalidade de oferta, ampliando o uso para além do estritamente residencial e, posteriormente, querendo, incorporarem essa modificação à Convenção do Condomínio. 10. Recurso especial desprovido (RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.075 - RS (2019/0060633-3).

QUESTÃO 80. Sobre o usufruto, é correto afirmar que

a) o usufruto de imóvel constituído por escritura pública é existente, válido e eficaz entre nu-proprietário e usufrutuário, ainda que não esteja registrado no fólio real, uma vez que o registro constitui apenas requisito de eficácia perante terceiros.

b) o usufrutuário deve usufruir em pessoa do bem objeto de usufruto, só podendo ceder a posse direta a terceiro, a título gratuito ou oneroso, mediante expressa autorização do nu-proprietário.

c) as taxas de condomínio e as prestações do IPTU de imóvel objeto de usufruto devem ser pagas pelo nu- proprietário, porquanto se trata de obrigações *propter rem*.

d) constituído o usufruto em favor de duas pessoas, no caso de morte de uma delas, o usufruto não se extingue em relação ao quinhão da que faleceu, uma vez que este se acresce ao do usufrutuário sobrevivente, à falta de previsão expressa em sentido contrário no título constitutivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A alternativa A está correta. Conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.860.313, ". No caso em apreço, vê-se que o usufruto sobre 2 (dois) imóveis foi instituído por testamento lavrado em escritura pública perante tabelião de notas, de modo que, em relação à usufrutuária e à nua-proprietária, o negócio jurídico era existente, válido e eficaz. Ademais, a nuaproprietária já vinha pagando parte dos valores dos aluguéis decorrentes do uso exclusivo dos bens, não podendo agora alegar a ausência do registro para se esquivar do pagamento, sob pena de enriquecimento sem causa e ofensa ao princípio do venire contra factumi proprium." RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. USUFRUTO. USO EXCLUSIVO. ARBITRAMENTO DE ALUGUEL. DIREITO REAL SOBRE IMÓVEL. AUSÊNCIA DE REGISTRO EM

CARTÓRIO DE IMÓVEIS. PRESCINDIBILIDADE. NEGÓCIO JURÍDICO EXISTENTE, VÁLIDO E EFICAZ ENTRE AS PARTES. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. 1. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide de forma fundamentada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. 2. O usufruto é direito real sobre coisa, direito ou patrimônio não próprios, limitado no tempo e adstrito à destinação econômica do objeto usufruído, ficando o proprietário com a nuapropriedade da coisa, pois não pode usar ou fruir, cabendo-lhe apenas dispor. 3. O art. 1.391 do CC determina que a constituição do usufruto sobre imóvel depende do registro em Cartório de Registro de Imóveis. A principal função dessa determinação legal é exatamente dar publicidade ao instituto, de maneira que possa ser oponível a terceiros, pois o registro é requisito para eficácia erga omnes do direito real. 4. Contudo, na discussão envolvendo apenas a usufrutuária e a nua-proprietária, não há óbice para que a parte diretamente beneficiária do ato busque a proteção do seu direito em relação à outra, independentemente do registro. 5. No caso em apreço, vê-se que o usufruto sobre 2 (dois) imóveis foi instituído por testamento lavrado em escritura pública perante tabelião de notas, de modo que, em relação à usufrutuária e à nua-proprietária, o negócio jurídico era existente, válido e eficaz. Ademais, a nuaproprietária já vinha pagando parte dos valores dos aluguéis decorrentes do uso exclusivo dos bens, não podendo agora alegar a ausência do registro para se esquivar do pagamento, sob pena de enriquecimento sem causa e ofensa ao princípio do venire contra factumi proprium. 6. Recurso especial desprovido.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 1.393 do Código Civil: Art. 1.393. Não se pode transferir o usufruto por alienação; mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 1.403 do Código Civil: Art. 1.403 Incumbem ao usufrutuário: I - as despesas ordinárias de conservação dos bens no estado em que os recebeu; II - as prestações e os tributos devidos pela posse ou rendimento da coisa usufruída.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 1.403 do Código Civil: Art. 1.403 Incumbem ao usufrutuário: I - as despesas ordinárias de conservação dos bens no estado em que os recebeu; II - as prestações e os tributos devidos pela posse ou rendimento da coisa usufruída.

QUESTÃO 81. Quanto à morte presumida, é correto afirmar:

a) só pode ser declarada se houver prévia decretação de ausência e abertura da sucessão definitiva.

b) se inexistir prévia decretação de ausência, só pode ser declarada se comprovada a presença do presumidamente morto em catástrofe, não sendo possível localizar o cadáver.

c) produz os mesmos efeitos da morte real.

d) só pode ser declarada se houver prévia decretação de ausência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 7º do Código Civil: Art. 7 o Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra. Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 7º do código Civil: Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra. Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 6º do Código Civil: Art. 6 o A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

A alternativa D está incorreta. O artigo 7º traz hipóteses de morte presumida sem decretação de ausência: Art. 7. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

QUESTÃO 82. Quanto aos impedimentos para o casamento, assinale a alternativa correta.

a) Os impedimentos só podem ser apresentados dentro do prazo de afixação e publicação dos editais de proclamas.

b) Os impedimentos para o casamento são inafastáveis, sem exceção.

c) Os impedimentos só podem ser apresentados por parentes em linha reta e na colateral até o terceiro grau de um dos nubentes.

d) O impedimento ao casamento avuncular pode ser afastado, desde que cumpridas as formalidades previstas no artigo 2º do Decreto-lei n. 3.200/41.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 1.522 do Código Civil: Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz.

A alternativa B está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.330.023, entendeu que é possível o casamento avuncular (entre tio(a) e sobrinha(o)), desde que não haja risco à saúde.

A alternativa C está incorreta. Os impedimentos podem ser apresentador por qualquer pessoa capaz, conforme determina o artigo 1.522 do Código Civil: artigo 1.522 do Código Civil: Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz.

A alternativa D está correta. Conforme entendeu o Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.330.023: "E no amplo espectro que se forma com essa assertiva, nada impede que o casamento nuncupativo realizado tenha como motivação central, ou única, a consolidação de meros efeitos sucessórios em favor de um dos nubentes - pois essa circunstância não macula o ato com um dos vícios citados nos arts. 166 e 167 do CC-02: incapacidade; ilicitude do motivo e do objeto; malferimento da forma, fraude ou simulação". Veja a ementa completa do citado julgado: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CASAMENTO NUNCUPATIVO. VALIDADE. COMPROVAÇÃO DE VÍCIO QUANTO A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE INEQUÍVOCA DO MORIBUNDO EM CONVOLAR NÚPCIAS. COMPROVAÇÃO. 1. Ação de decretação de nulidade de casamento nuncupativo ajuizada em novembro de 2008. Agravo no recurso especial distribuído em 22/03/2012. Decisão determinando a reautuação do agravo em recurso especial, publicada em 12/06/2012. 2. Recurso especial que discute a validade de casamento nuncupativo realizado entre tio e sobrinha com o falecimento daquele, horas após o enlace. 3. A inquestionável manifestação da vontade do nubente enfermo, no momento do casamento, fato corroborado pelas 6 testemunhas exigidas por lei, ainda que não realizada de viva voz, supre a exigência legal quanto ao ponto. 4. A discussão relativa à a nulidade preconizada pelo art. 1.548 do CC-02, que se reporta aos impedimentos, na espécie, consignados no art. 1.521, IV, do CC-02 (casamento entre colaterais, até o terceiro grau, inclusive) fenece por falta de escopo, tendo em vista que o quase imediato óbito de um dos nubentes não permitiu o concúbito pós-casamento, não havendo que se falar, por conseguinte, em riscos eugênicos, realidade que, na espécie, afasta a impositividade da norma, porquanto lhe retira seu lastro teleológico. 5. Não existem objetivos pré-constituídos para o casamento, que descumpridos, imporiam sua nulidade, mormente naqueles realizados com evidente possibilidade de óbito de um dos nubentes - casamento nuncupativo -, pois esses se afastam tanto do usual que, salvaguardada as situações constantes dos arts. 166 e 167 do CC-02, que tratam das nulidades do negócio jurídico, devem, independentemente do fim perseguido pelos nubentes, serem ratificados judicialmente. 6. E no amplo espectro que se forma com essa assertiva, nada impede que o casamento nuncupativo realizado tenha como motivação central, ou única, a consolidação de meros efeitos sucessórios em favor de um dos nubentes - pois essa circunstância não macula o ato com um dos vícios citados nos arts. 166 e 167 do CC-02: incapacidade; ilicitude do motivo e do objeto; malferimento da forma, fraude ou simulação. Recurso ao qual se nega provimento.

QUESTÃO 83. A legitimidade para eleger apoiadores para auxiliarem pessoa deficiente nos atos da vida civil é

a) dos parentes do deficiente em linha reta.

b) do próprio deficiente.

c) do Ministério Público.

d) de qualquer pessoa com a qual o deficiente mantenha vínculo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

Conforme dispõe o artigo 1.783-A, §2º, do Código Civil, "O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo". Nesse sentido, a alternativa correta a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 84. Se o autor da herança falecer sem herdeiros necessários, deixando dois irmãos bilaterais, um sobrinho – filho de seu irmão bilateral pré-morto – e um sobrinho-neto, neto do seu irmão pré-morto, é correto afirmar:

a) herdam os dois irmãos bilaterais, o sobrinho e o sobrinho-neto; estes dois últimos, por representação.

b) herdam os dois irmãos bilaterais, e o sobrinho, por representação.

c) herdam os dois irmãos bilaterais.

d) a herança deverá ser declarada jacente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

Nos termos do artigo 1.839 do Código Civil, "Se não houver cônjuge sobrevivente, nas condições estabelecidas no art. 1.830, serão chamados a suceder os colaterais até o quarto grau". Por sua vez, determina o artigo 1.840 do Código Civil que "Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, salvo o direito de representação concedido aos filhos de irmãos". Nesse passo, diante da inexistência de herdeiros necessários, herdarão os irmãos do falecido, garantido o direito do filho de irmãos. Considerando que os mais próximos excluem os mais remotos, o sobrinho neto será excluído da sucessão. Assim, a alternativa correta a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 85. Sobre a prova documental, é correto afirmar que:

a) quando surgir dúvida fundada acerca da data do documento particular, a prova deve ser rejeitada pelo magistrado.

b) o documento particular, admitido expressa ou tacitamente, é indivisível, embora a parte que o apresentou possa sempre aceitar, com base nele, fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse.

c) não se considera autêntico o documento particular quando, subscrito, a firma não tiver sido reconhecida por tabelião.

d) reproduções mecânicas, tais como a fotográfica, a fonográfica e a audiovisual, estão aptas a fazer prova dos fatos ou das coisas representadas, se a sua conformidade com o documento original não for impugnada por aquele contra quem foi produzida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de regras gerais envolvendo as provas documentais.

A alternativa A está incorreta. A dúvida a respeito da data do documento particular não é motivo suficiente para que o magistrado rejeite o referido documento. Na verdade, a legislação processual civil estabelece que, nessas hipóteses, a data do documento pode ser provada por qualquer meio admitido pelo ordenamento jurídico. Isso está expresso no art. 409 do CPC: "A data do documento particular, quando a seu respeito surgir dúvida ou impugnação entre os litigantes, provar-se-á por todos os meios de direito".

A alternativa B está incorreta. A primeira parte da alternativa está correta, pois, de fato, o documento particular que tenha sido admitido, seja de modo expresso ou tácito, é indivisível. Todavia, o erro da alternativa está na segunda afirmação, pois a parte que trouxe o documento aos autos não pode pretender se valer apenas dos fatos favoráveis e recusar os contrários, justamente em razão da indivisibilidade do documento. Essa regra está exposta no parágrafo único do art. 412 do CPC: "O documento particular admitido expressa ou tacitamente é indivisível, sendo vedado à parte que pretende utilizar-se dele aceitar os fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse, salvo se provar que estes não ocorreram".

A alternativa C está incorreta. Para que o documento particular possa ser tido como autêntico, não há a obrigatoriedade de que ocorra o reconhecimento de firma por parte do tabelião. É possível que o documento seja considerado autêntico se, por exemplo, a despeito da ausência do reconhecimento de firma, ele não for impugnado pela parte contrária. Essa sistemática pode ser encontrada no seguinte dispositivo do CPC: "Art. 411. Considera-se autêntico o documento quando: I - o tabelião reconhecer a firma do signatário; II - a autoria estiver identificada por qualquer outro meio legal de certificação, inclusive eletrônico, nos termos da lei; III - não houver impugnação da parte contra quem foi produzido o documento".

A alternativa D está correta. De fato, como regra geral, as reproduções mecânicas têm o condão de fazer prova dos fatos ou coisas que elas representam, exceto se a parte contrária expressamente impugnar a sua conformidade com o documento original (ou seja, se a parte contrária afirmar que a reprodução não condiz com aquilo que está inserido no documento original). Isso pode ser visto no art. 422 do CPC: "Qualquer reprodução mecânica, como a fotográfica, a cinematográfica, a fonográfica ou de outra espécie, tem aptidão para fazer prova dos fatos ou das coisas representadas, se a sua conformidade com o documento original não for impugnada por aquele contra quem foi produzida".

QUESTÃO 86. Quanto aos pressupostos processuais, assinale a alternativa correta.

a) A presença dos pressupostos processuais deverá ser verificada, de ofício, quando o juiz tiver o primeiro contato com a petição inicial. Como a lei brasileira adotou o princípio de aproveitar, na medida do possível, as petições defeituosas, o juiz ordenará a intimação do autor para

emenda, em quinze dias, sob pena de extinção. Cumprida a ordem e deferida a citação, não mais poderá haver deliberação sobre a presença dos pressupostos processuais, diante da preclusão, salvo se houver recurso ou se, na contestação, o réu apresentar questionamentos acerca da ausência desses pressupostos.

b) O juiz não pode conhecer de ofício dos pressupostos processuais, em razão do princípio dispositivo, na medida em que cabe às partes a iniciativa das alegações, a exemplo da arguição de incompetência relativa.

c) A relação processual se desenvolve em três planos diferentes: o da existência, o da validade e o da eficácia. As questões que, ao juiz, incumbe resolver, agrupadas no rótulo de pressupostos processuais, integram esses três planos. É possível conceituar os pressupostos processuais, assim, como os elementos de existência, os requisitos de validade e os fatores de eficácia que governam a admissibilidade do processo constitucionalmente legítimo.

d) O atual Código de Processo Civil abandonou o pressuposto da impossibilidade jurídica do pedido, mas manteve, nessa mesma categoria, a legitimidade das partes e o interesse processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos pressupostos processuais no âmbito do processo civil.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, ao contrário do que a alternativa menciona, os pressupostos processuais devem permanecer sendo analisados pelo magistrado no decorrer da marcha processual, não existindo preclusão a respeito deles. Essa conclusão pode ser extraída a partir da leitura do art. 337, §5º, do CPC, que afirma: "Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo". Pelo fato de o magistrado poder analisar tais pressupostos de ofício, depreende-se que eles são de ordem pública e, portanto, a sua análise não está sujeita à preclusão.

A alternativa B está incorreta. Como já exposto nos comentários da alternativa A, o magistrado pode conhecer de ofício da grande maioria dos pressupostos processuais (art. 337, §5º, CPC). Portanto, mesmo que a matéria não seja alegada pela parte, o magistrado ainda poderá conhecê-la de ofício e determinar a correção de eventuais vícios que eventualmente sejam encontrados.

A alternativa C está correta. É correto afirmar que os pressupostos processuais podem abranger os planos de existência, de validade e de eficácia do processo. Na concepção atual, conforme o material de Direito Processual Civil do Estratégia Carreiras Jurídicas, coordenado pelo professor Rodrigo Vaslin, os pressupostos processuais podem ser encarados como os requisitos que devem ser observados para que o processo alcance o seu objetivo final, se desenvolva de modo válido e regular e, também, produza todos os seus efeitos. Existe uma controvérsia doutrinária a respeito da classificação dos pressupostos processuais, mas é possível citar alguns exemplos: em primeiro lugar, o órgão investido de jurisdição é considerado um pressuposto de existência (por exemplo, um processo conduzido por um oficial de justiça será inexistente, pois os servidores do Judiciário não são dotados de jurisdição); em segundo lugar, a competência é considerada um pressuposto de validade (por exemplo, um processo cível conduzido por um juiz trabalhista será inválido, apesar de ser existente); e, por fim, a procuração é considerada um pressuposto de validade (por exemplo, o ato praticado por um advogado sem

procuração para falar em nome da parte será considerado ineficaz em relação àquela parte, como prevê o art. 104, §2º, do CPC).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, o CPC não trata a legitimidade das partes e o interesse processual como pressupostos processuais, mas, sim, como condições da ação. Isso pode ser extraído, por exemplo, do seguinte dispositivo do CPC: "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: [...] IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; [...] VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual". A partir da leitura dos incisos transcritos, percebemos que o legislador claramente diferenciou os pressupostos processuais (inciso IV) e as condições da ação (inciso VI), sendo que a legitimidade das partes e o interesse processual se enquadram nessa última categoria, razão pela qual a alternativa está, de fato, incorreta.

QUESTÃO 87. Sobre as tutelas provisórias, é correto afirmar que:

a) o rol das tutelas de urgência de natureza cautelar contido no artigo 301 do Código de Processo Civil é meramente exemplificativo.

b) a tutela antecipada concedida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, mas o autor deverá formular o pedido de tutela final no prazo legal, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

c) a tutela da evidência poderá ser concedida liminarmente pelo juiz se a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor.

d) a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência e será concedida se houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre temas gerais envolvendo as tutelas provisórias no âmbito do CPC.

A alternativa A está correta. As tutelas de urgência de natureza cautelar visam, em suma, conservar o bem da vida que está sendo disputado no processo, para que, ao final, ele possa ser entregue para a parte vencedora. A legislação processual civil estabelece apenas um rol exemplificativo de tutelas cautelares, sem prejuízo da concessão judicial de outras medidas que, no caso concreto, sejam vistas como eficazes para a conservação do direito que se pretende preservar. Isso pode ser visto na parte final do art. 301 do CPC: "A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito".

A alternativa B está incorreta. Pela sistemática estabelecida na legislação processual civil, se não houver a interposição de recurso contra a decisão que conceder a tutela antecipada antecedente, ela se tornará estável e, portanto, não haverá a necessidade, por parte do autor, de formulação do pedido de tutela final. Isso pode ser visto a partir da leitura do art. 304 do CPC: "A tutela antecipada, concedida nos

termos do art. 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso".

A alternativa C está incorreta. Dentre as hipóteses de tutela de evidência expressas na legislação, existem aquelas que admitem a decisão liminar por parte do magistrado e, de outro lado, existem aquelas em que isso não é possível. A hipótese mencionada na alternativa (petição inicial instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor), por expressa disposição legal, não admite a concessão de decisão liminar, como prevê o seguinte dispositivo do CPC: "Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: [...] IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente".

A alternativa D está incorreta. Na verdade, somente a tutela de urgência exige que estejam presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, CPC), pois a tutela de evidência, por outro lado, se contenta somente com a presença da probabilidade do direito (art. 311, CPC).

QUESTÃO 88. João e Maria, únicos sucessores de Pedro, ajuízam ação de reintegração de posse em face de Ana, alegando que ela era empregada doméstica de seu pai, mas, com o falecimento dele, recusou-se a desocupar o imóvel que lhes foi transmitido com a abertura da sucessão. Ana, em defesa, sustenta que convivia em união estável com Pedro e que, em razão disso, tem direito real de habitação em relação ao imóvel, que era de propriedade exclusiva dele. Nesse caso:

a) o Juízo Cível deve conhecer incidentalmente da alegada união estável e do alegado direito real de habitação, na fundamentação da sentença, sem que a decisão a esse respeito faça coisa julgada material, para poder determinar o alcance da parte dispositiva.

b) o Juízo Cível deve determinar que a interessada ajuíze ação declaratória de união estável perante o Juízo da Família e suspender o processo da ação de reintegração de posse até que essa questão prejudicial externa seja resolvida.

c) o Juízo Cível deve determinar que a interessada requeira a abertura de inventário, em cujos autos o respectivo Juízo poderá conhecer, incidentalmente, da alegada união estável, se houver prova pré-constituída da sua existência, para poder decidir sobre o alegado direito real de habitação.

d) o Juízo Cível não deve conhecer da alegada união estável e do alegado direito real de habitação, porquanto a competência para tanto, em razão da matéria, é absoluta do Juízo da Família e das Sucessões.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de regras de competência e de coisa julgada no âmbito do processo civil.

A alternativa A está correta. A controvérsia existente entre João e Maria, de um lado, e Ana, de outro, reside no fato de ela poder, ou não, ser considerada como companheira de Pedro. Portanto, a união estável e o consequente direito real de habitação são questões prejudiciais que afetam diretamente o resultado da ação de reintegração de posse que foi proposta por João e Maria, e, sendo assim, essas questões podem ser analisadas pelo magistrado competente para julgar a referida ação. Todavia, esse ponto não fará coisa julgada material e, portanto, não há impedimento para que, futuramente, o juízo da Vara de Família profira decisão em sentido diverso no que tange ao reconhecimento da união estável e ao consequente direito real de habitação, tendo em vista que se trata de matéria de sua competência, como se pode ver, por exemplo, na leitura do art. 9º da Lei 9.278/96: "Toda a matéria relativa à união estável é de competência do juízo da Vara de Família, assegurado o segredo de justiça". Ademais, o próprio CPC afirma que a decisão proferida a respeito da questão prejudicial somente fará coisa julgada se o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal (art. 503, §1º, III, CPC), e, como visto acima, a competência em razão da matéria está ausente para o juízo cível, logo, a decisão a respeito da união estável e seu consequente direito real de habitação não terá o condão de fazer coisa julgada.

QUESTÃO 89. X costuma deixar seu carro quase todos os dias no estacionamento de seu amigo Y, com quem guarda relação de confiança. Certo dia, Z, com a intenção de se apossar do veículo de X, dirigiu -se ao estacionamento e falou ao manobrista que foi buscar o carro a pedido de X. O Manobrista entregou as chaves do veículo de X para Z, que o saiu conduzindo. X foi até o estacionamento e tomou conhecimento de que seu veículo havia sido levado por um terceiro. O veículo não foi localizado e X não conhece Z e nem lhe deu qualquer autorização. A conduta de Z amolda-se ao crime de:

a) furto mediante fraude.

b) estelionato.

c) apropriação de coisa havia por erro.

d) furto qualificado pelo abuso de confiança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o conhecimento sobre o crime de estelionato.

A alternativa A está incorreta. O delito de furto mediante fraude está previsto no art. 155, §4º, II, do Código Penal: “Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: § 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido: II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza”. Sobre o tema, é importante destacar as diferenças existentes entre o estelionato e o furto mediante fraude. De acordo com Cleber Masson: “No furto qualificado, a fraude se presta a diminuir a vigilância da vítima (ou de terceiro) sobre o bem, permitindo ou facilitando a subtração. O bem é retirado da esfera de disponibilidade do ofendido sem que ele perceba a subtração. Exemplo: A mulher, em uma loja, entra no provador com diversas peças de roupas. Em seguida, devolve diversas delas à vendedora, paga por outra no caixa, mas sai do estabelecimento comercial com uma peça por debaixo das vestimentas, sem pagar por ela. No estelionato, por sua vez, a fraude se destina a colocar a

vítima (ou terceiro) em erro, mediante uma falsa percepção da realidade, fazendo com que ela espontaneamente lhe entregue o bem. Não há subtração: a fraude antecede o apossamento da coisa e é causa para ludibriar sua entrega pela vítima. Em síntese, no furto qualificado há subtração do bem sem que a vítima a perceba; no estelionato, de outro lado, dá-se a entrega espontânea (embora viciada) do bem pela vítima ao agente".

A alternativa B está correta, pois estão presentes todas as características elementares do delito de estelionato. O art. 171 do Código Penal prevê a figura do crime de estelionato nos seguintes termos: "Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento". De acordo com Marcelo André de Azevedo e Alexandre Salim: "Para configurar o crime de estelionato é indispensável: 1) fraude do agente; 2) erro da vítima; 3) vantagem ilícita; 4) prejuízo alheio". Assim, está caracterizado o crime de estelionato, pois estão presentes todos os elementos, vejamos: 1) fraude do agente: Z, com a intenção de se apossar do veículo de X, falou ao manobrista que foi buscar o carro a pedido de X; 2) erro da vítima: em razão da conversa enganosa de Z, o manobrista entregou as chaves do veículo de X para Z; 3) vantagem ilícita: Z saiu conduzindo o veículo de X que não foi localizado posteriormente; 4) prejuízo alheio: X foi até o estacionamento e tomou conhecimento de que seu veículo havia sido levado por um terceiro. O veículo não foi localizado e X não conhece Z e nem lhe deu qualquer autorização.

Verifica-se, portanto que a narrativa do enunciado está em conformidade com as lições de Cleber Masson: "No estelionato, por sua vez, a fraude se destina a colocar a vítima (ou terceiro) em erro, mediante uma falsa percepção da realidade, fazendo com que ela espontaneamente lhe entregue o bem. Não há subtração: a fraude antecede o apossamento da coisa e é causa para ludibriar sua entrega pela vítima".

A alternativa C está incorreta, pois na situação hipotética, o erro do manobrista foi provocado dolosamente por Z. O crime de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza está previsto no art. 169 do Código Penal: "Art. 169 - Apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza". De acordo com Cleber Masson: "o crime de apropriação de coisa havida por erro depende dos seguintes requisitos: 1) A vítima (ou alguém em seu nome) deve encontrar-se em situação de erro, não provocado pelo agente. Se ausente o erro, o crime será o de apropriação indébita (CP, art. 168). Por sua vez, se o erro tiver sido provocado pelo agente, estará caracterizado o delito de estelionato (CP, art. 171); 2) A vítima há de entregar, espontaneamente, o bem ao agente; 3) O agente, ao entrar na posse do bem, deve estar de boa-fé, ou seja, sem perceber o equívoco da vítima (ou de terceira pessoa), pois se percebê-lo o crime será de estelionato; e 4) O agente posteriormente percebe o erro da vítima (ou de alguém em seu nome), mas decide apoderar-se da coisa".

A alternativa D está incorreta. O delito de furto qualificado pelo abuso de confiança está previsto no art. 155, §4º, II, do Código Penal: "Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: § 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido: II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza". Segundo Cleber Masson: "Esta qualificadora consiste na traição, pelo agente, da confiança que, oriunda de relações antecedentes entre ele e a vítima, faz com que o objeto material do furto tenha sido deixado ou ficasse exposto ao seu fácil alcance". No caso hipotético narrado, Z não tem relação de confiança antecedente com o manobrista, tampouco o dono do estacionamento. Assim, o tipo legal não é aplicável ao caso. Sobre o tema, é importante destacar que há diferença entre o furto qualificado pelo abuso de confiança e o furto mediante fraude. De acordo com Cleber Masson: "É imprescindível seja a confiança necessária ou quase necessária, não se podendo ter

em conta (para reconhecimento da qualificativa) a que é captada ardilosamente, pois, então, o que se apresenta é o furto qualificado pela fraude".

QUESTÃO 90. Causar dano emocional à mulher, que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise degradá-la ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação, configura crime de:

a) perseguição, definido no artigo 147-A do Código Penal.

b) constrangimento ilegal qualificado contra mulher, definido no artigo 146 do Código Penal.

c) intimidação sistemática contra a mulher, definido no artigo 146-A do Código Penal.

d) violência psicológica contra a mulher, definido no artigo 147-B do Código Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre o crime de violência psicológica contra a mulher, previsto no artigo 147-B do Código Penal.

A alternativa A está incorreta. O delito de perseguição está previsto no art. 147-A do Código Penal, in verbis: "Art. 147-A. Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade".

A alternativa B está incorreta. O art. 146 do Código Penal prevê o crime de constrangimento ilegal nos seguintes termos: "Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda".

A alternativa C está incorreta. O crime de intimidação sistemática também é denominado de "bullying" e foi incluído no Código Penal pela Lei nº 14.811, de 2024, vejamos: "Art. 146-A. Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais: (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024) Pena - multa, se a conduta não constituir crime mais grave. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)".

A alternativa D está correta, pois está em conformidade com a redação expressa do art. 147-B do Código Penal: "Art. 147-B. Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e

autodeterminação: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave".

QUESTÃO 91. Sobre a ação civil ex-delicto, é correto afirmar que:

a) não faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer causa excludente de ilicitude.

b) intentada a ação penal, a ação civil será suspensa, até o julgamento definitivo daquela.

c) a sentença penal absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime não impede a propositura.

d) o despacho de arquivamento do inquérito policial impede a propositura da ação civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre a ação civil ex-delicto.

A alternativa A está incorreta, pois faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhece causa excludente de ilicitude. De acordo com o art. 23 do Código Penal, são excludentes de ilicitude: "Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito". Além disso, nos termos do art. 65 do Código de Processo Penal: "Art. 65. Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito". Logo, é possível afirmar que a sentença penal que reconhece causa excludente de ilicitude faz coisa julgada no âmbito cível.

A alternativa B está incorreta, pois não há obrigatoriedade de suspensão da ação civil, na verdade, trata-se de uma faculdade do magistrado. De acordo com o art. 64, parágrafo único, do Código de Processo Penal: "Art. 64. Parágrafo único. Intentada a ação penal, o juiz da ação civil poderá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela".

A alternativa C está correta, pois está em conformidade com a previsão expressa do art. 67, III, do Código de Processo Penal: "Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime".

A alternativa D está incorreta, pois o despacho de arquivamento do inquérito policial não impede a propositura da ação civil, nos termos do art. 67, I, do Código de Processo Penal: "Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: I - o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação".

QUESTÃO 92 Em meio à reorganização societária de grupo econômico familiar, uma sociedade empresarial transfere ativos expressivos a outra integrante do mesmo grupo, sem contraprestação. Nesse contexto, é correto afirmar que:

a) a conduta é ilícita, vez que a exigência de autonomia patrimonial não admite transferência de ativos e passivos entre sociedades, ainda que integrantes do mesmo grupo econômico.

b) a conduta é lícita, vez que as sociedades integram o mesmo grupo econômico.

c) a conduta é lícita, vez que a mera existência de grupo econômico, sem a presença dos requisitos legais do abuso de personalidade jurídica, não autoriza sua desconsideração.

d) a conduta é ilícita, vez que caracterizadora de confusão patrimonial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre confusão patrimonial.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, em decorrência da autonomia patrimonial, é permitida a transferência de ativos e passivos entre sociedades, não tornando assim a conduta ilícita.

A alternativa B está incorreta. A conduta é ilícita, tendo em vista a transferência de valores expressivos sem a efetivas contraprestações, violando o disposto no art. 50, §2º, II, do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. A conduta é ilícita, sendo a transferência de valores expressivos sem efetivas contraprestações, viola o disposto no art. 50, §2º, II, do Código Civil e caracteriza confusão patrimonial, sendo, neste caso, configurada a hipótese de abuso de personalidade jurídica, o que autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa D está correta. A conduta caracteriza confusão patrimonial e, portanto, é ilícita. Conforme o caso narrado, houve a sociedade empresarial transferiu ativos EXPRESSIVOS a outra integrante do mesmo grupo, SEM CONTRAPRESTAÇÃO, incorrendo em violação do disposto no art. art. 50, §2º, II, do Código Civil. Vejamos: ""§2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante;"

QUESTÃO 93. Sobre a recuperação judicial, é correto afirmar que:

a) escoado o prazo suspensivo do stay period, as medidas de expropriação pelo credor titular de propriedade fiduciária de bens móveis ou imóveis poderão ser retomadas, ainda que os bens a serem excutidos sejam essenciais à atividade empresarial.

b) estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos vencidos na data do pedido.

c) as obrigações anteriores à recuperação judicial são regidas pelas condições, originalmente, contratadas ou definidas em lei, o que deve ser observado no plano de recuperação judicial.

d) os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso, observado o stay period.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre recuperação judicial.

A alternativa A está correta. A alternativa está de acordo com o Enunciado III do Grupo Reservado de Direito Empresarial estabelece o seguinte: "Enunciado III - Escoado o prazo de suspensão de que trata o § 4º, do art. 6º da Lei nº 11.101/05 (stay period), as medidas de expropriação pelo credor titular de propriedade fiduciária de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor, poderão ser retomadas, ainda que os bens a serem excutidos sejam essenciais à atividade empresarial."

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 49 da Lei de Falências (Lei 11.101/05), estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. Portanto, a recuperação abarcará todos os créditos existentes naquele momento, independentemente de estarem vencidos ou não.

A alternativa C está incorreta. O plano de recuperação judicial poderá prever diversamente das condições originalmente contratadas ou definidas em lei, conforme prevê o art. 49, §2º, da Lei de Falências. Portanto, o plano de recuperação judicial, que é submetido à aprovação dos credores, pode propor modificações nas condições dessas obrigações.

A alternativa D está incorreta. Durante o stay period os credores não perdem seus direitos contra os coobrigados e os obrigados de regresso em detrimento da suspensão da execução, e assim sendo, conforme prevê o art. 49, §1º da Lei de Falências, continuam sujeitos às suas obrigações.

QUESTÃO 94 Afrânio, sócio minoritário com quota integralizada na sociedade Bola Cheia Produtos Alimentares Ltda. (de prazo indeterminado), descontente com os rumos do negócio, notificou a sociedade e os outros dois sócios para exercício do direito de retirada. O contrato social silencia quanto à apuração de haveres, razão pela qual o retirante solicitou elaboração, no prazo de 60 dias, de balanço especial para aferição da situação patrimonial da sociedade à data da notificação. Os notificados discordaram, alegando desnecessidade de balanço especial em caso de saída imotivada, devendo o montante de retirada ser calculado com base no balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. Nesse contexto, é correto afirmar que:

a) a tese do retirante Afrânio deve prevalecer, desde que a apuração de haveres lastreada em balanço especial se lhe revele mais vantajosa que a defendida pelos sócios remanescentes.

b) a tese do retirante Afrânio deve prevalecer, porquanto indiferente a existência de justo motivo para retirada do sócio.

c) a tese dos sócios remanescentes deve prevalecer, vez que inexistente previsão legal de elaboração de balanço especial.

d) a tese dos sócios remanescentes deve prevalecer, vez que, imotivada a retirada, a realização de balanço especial implicaria ônus financeiro excessivo para a sociedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a apuração de haveres exigindo conhecimento do julgado da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, bem como, da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a controvérsia do caso narrado.

A alternativas A, C e D estão incorretas. Conforme o julgado pela 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, havendo discordância entre as partes a respeito do critério para apuração de haveres, como ocorre no caso em questão, deve prevalecer o balanço de determinação, sendo adotado o critério do "balanço especialmente levantado", visando garantir o equilíbrio entre os sócios.

A alternativa B está correta. Ao contrário do que afirmaram os demais sócios, o balanço especialmente levantado para fins de apuração de haveres não é um balanço que deve seguir regras contábeis. Nesse sentido ainda, o STJ julgou o tema no REsp n. 1.877.331/SP assentando o entendimento que, em caso de omissão do contrato social, o valor da quota do sócio retirante de sociedade limitada deve ser avaliado mediante levantamento do balanço de determinação. Ainda, conforme desembargador Cesar Ciampolini, havendo discordância entre as partes a respeito do critério para apuração de haveres, como ocorre no caso em questão, deve prevalecer o "balanço de determinação".

QUESTÃO 95. Sobre a subsidiária integral, pode-se afirmar que:

a) é sociedade pluripessoal que adota, alternativamente, os modelos de sociedade anônima ou de limitada, tendo por acionistas ou quotistas, conforme o caso, apenas as sociedades ou indivíduos brasileiros. As sociedades estrangeiras, ainda que estejam autorizadas a funcionar no país, não podem tomar parte da subsidiária integral. A subsidiária integral tem a finalidade de permitir o desenvolvimento de um centro de custo, ou núcleo de negócios, a fim de lhe atribuir uma estratégia econômico-financeira de margens e de resultados próprios.

b) é sociedade unipessoal que adota o tipo sociedade anônima e tem por único acionista uma sociedade brasileira. A presença de outro acionista, ainda que com participação ínfima no capital social, descaracterizaria a subsidiária integral. As sociedades estrangeiras, ainda que estejam autorizadas a funcionar no país, não podem constituir subsidiária integral.

c) é sociedade que adota o tipo sociedade anônima, desde que seus acionistas sejam empresários brasileiros (pessoas jurídicas ou empresários individuais). As sociedades estrangeiras, ainda que estejam autorizadas a funcionar no país, não poderão participar de subsidiária integral. A subsidiária integral tem a finalidade de permitir o desenvolvimento de um centro de custo, ou núcleo de negócios, a fim de lhe atribuir uma estratégia econômico-financeira de margens e de resultados próprios.

d) é sociedade unipessoal que adota o tipo sociedade anônima, com um único acionista, que deve ser pessoa jurídica de direito privado. A presença de outro acionista, ainda que com participação ínfima no capital social, descaracterizaria a subsidiária integral. Para que constitua subsidiária integral, a pessoa jurídica estrangeira deve estar autorizada a funcionar no país e ter pelo menos um sócio brasileiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Para responder a essa questão o examinando precisava ter conhecimentos acerca da a sociedade subsidiária integral.

A alternativas A e C estão incorretas. A sociedade subsidiária integral é formada por apenas um único acionista, conforme prevê o art. 251 da Lei 6.404/76. A companhia pode ser constituída, mediante escritura pública, tendo como único acionista sociedade brasileira. Conforme Nelson Eizirik, o capital da subsidiária integral pode ser constituído por uma única ação. Assim, por exemplo, se uma companhia adquire todas as ações de outra, para transformá-la em subsidiária integral, pode, em seguida, proceder ao grupamento de todas as ações em uma, para maior simplificação de suas operações, pois é constituída por um único acionista.

A alternativa B está correta. De acordo com Nelson Eizirik, a subsidiária integral constitui uma sociedade unipessoal, cujo único acionista é uma sociedade brasileira. As sociedades estrangeiras, ainda que autorizadas a funcionar no país, não poderão constituir subsidiária integral. O controle é total: a sociedade controladora deve deter todas as ações de emissão da controlada para que ela possa ser definida como subsidiária integral. A existência de outros acionistas, ainda que com participação ínfima no capital, descaracteriza a subsidiária integral.

A sociedade subsidiária integral é formada por apenas um único acionista, conforme prevê o art. 251 da Lei 6.404/76. Nesse sentido, a presença de outro acionista, ainda que com participação ínfima no capital social, descaracteriza a subsidiária integral.

A alternativa D está incorreta. De acordo com Nelson Eizirik, a sociedade acionista deve ser brasileira organizada conforme a lei brasileira e que tem no País a sede de sua administração. Ainda, nos termos do art. 251 da Lei 6.404/76, o acionista da subsidiária integral pode adotar tipo societário diverso da sociedade anônima.

QUESTÃO 96. Leia o excerto a seguir.

A história do direito comercial brasileiro inicia-se com a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, após o bloqueio continental imposto por Napoleão. Com a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, dá -se a abertura dos portos às nações amigas. Ainda naquele ano, outros importantes atos de disciplina do comércio foram editados, como o Alvará de 1o de abril, permitindo o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas; o de 23 de agosto, instituindo o Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultur a, Fábricas e Navegação; e o de 12 de outubro, criando o Banco do Brasil. O Código Comercial, entretanto, somente veio a ser aprovado por D. Pedro II, em 1850, a partir de projeto iniciado dezessete anos antes.

(COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial, volume 1: direito de empresa. 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 37-38)

Acerca da história do direito comercial, está correto afirmar que:

a) o Código Comercial de 1850 inspirou-se tanto no Code de Commerce francês quanto no Codice Civile italiano, criando, para o Brasil, um sistema próprio, de sofisticação ímpar, que adotava a teoria dos atos de comércio, sem excluir a teoria da empresa. Ainda em 1850, editou-se o Regulamento no 737, a dispor, com maior detalhamento, sobre os atos de comércio enumerados pelo Código Comercial, definindo, em seu artigo 19, as atividades sujeitas à jurisdição do Tribunal do Comércio. Com a aprovação, em 2002, do projeto do Código Civil de Miguel Reale, unificou-se o direito privado em um único diploma, adotando a tese defendida por Vivante, desde a aula inaugural de seu curso na Universidade de Bolonha, em 1892.

b) na mesma linha dos demais países de tradição romanística, o Brasil, desde a edição do Código Comercial, em 1850, mantém estreita proximidade com o sistema italiano, que estabelece um regime geral de disciplina privada da atividade econômica, não alcançando, apenas, certas modalidades de importância marginal. Essa proximidade tornou-se ainda mais evidente com a aprovação, em 2002, do projeto do Código Civil de Miguel Reale, que, além de unificar o direito privado em um único diploma, adotou a teoria da empresa.

c) além de ter adotada, expressamente, a teoria dos atos do comércio, enumerando-os em seu artigo 19, o Código Comercial de 1850 – em conjunto com o Regulamento no 737, também de 1850 – incluía, em seu âmbito de incidência, atividades de grande importância econômica, como a prestação de serviços, agricultura, pecuária, negociação imobiliária, reservando uma disciplina específica para algumas atividades de menor expressão econômica, como a dos profissionais liberais e dos pequenos comerciantes. Com a aprovação, em 2002, do projeto do Código Civil de Miguel Reale, unificou-se o direito privado em um único diploma, adotando a tese defendida por Vivante, desde a aula inaugural de seu curso na Universidade de Bolonha, em 1892.

d) o Código Comercial de 1850 inspirou-se, diretamente, no Code de Commerce, trazendo para o direito nacional o sistema francês de disciplina privada da atividade econômica. Embora não mencione a expressão "atos de comércio", todos os dispositivos do Código são, acentuadamente, marcados pela teoria dos atos de comércio. Ainda em 1850, editou-se o Regulamento no 737, cujo artigo 19 define as atividades sujeitas à jurisdição do Tribunal do Comércio. A partir da década de 1960, o direito brasileiro inicia o processo de aproximação do sistema italiano de disciplina privada da atividade econômica, e a lista do velho regulamento imperial vê diminuída a sua importância.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão requer do examinando conhecimento acerca da história do direito comercial.

A alternativa D está correta. O Código Comercial de 1850 inspirou-se, diretamente, no Code de Commerce, Código Comercial Francês de 1807, que igualmente considerava os usos e costumes mercantis como fonte de integração na interpretação dos negócios e contratos comerciais. Conforme ensina o professor Alessandro Sanchez, Como o Código Comercial não previu que atividades se caracterizavam como de mercancia, logo em seguida à promulgação do Código Comercial, em 25 de julho de 1850 (Lei 556/1850), surgiu no mesmo ano, em 1850, o Regulamento 737, que disciplinou em seu art. 19 quais eram os atos de comércio. Segundo o regulamento 737/1850, eram reputados comerciantes todas as pessoas registradas nos Tribunais do Comércio que, com habitualidade e com fito

de lucro, praticassem os seguintes atos: I. compra e venda ou troca de bem móvel ou semovente, para sua revenda, por atacado ou varejo, industrializado ou não, ou para alugar o seu uso; II. as operações de câmbio, banco e corretagem; III. as empresas de fábricas, de comissões, de depósito, de expedição, consignação e transporte de mercadorias, de espetáculos públicos; IV. os seguros, fretamentos, riscos; V. quaisquer contratos relativos ao comércio marítimo e à armação e expedição de navios. Somente com o advento do Código Civil de 2002 é que podemos afirmar que a empresa tem o seu foco na estrutura da atividade desenvolvida, adotando o Sistema Italiano. Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 97 Sobre o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, pode-se afirmar que:

a) o julgamento dos pedidos de aprovação do ato de concentração econômica, mesmo depois da Lei no 12.529/2011, continua a ser disciplinado pelas regras da Lei no 8.884/1994, que dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica.

b) alinhado à experiência internacional, o Brasil, com o advento da Lei no 12.529/2011, adotou o entendimento que consagra a análise qualitativa da influência relevante como critério de notificação dos atos de concentração econômica. Sob tal ótica, há influência concorrencialmente relevante entre duas ou mais empresas se entre elas houver qualquer relação que permita à adquirente influenciar o comportamento concorrencial da empresa-alvo, de modo a reduzir a competição entre as empresas, ao ponto de se tornarem incapazes de agir de forma independente no mercado.

c) alinhado à experiência internacional, o Brasil aperfeiçoou a sistemática da notificação prévia dos atos de concentração econômica, os quais passaram a ser definidos em rol exaustivo, sem a vagueza que caracterizava a legislação anterior. Conforme o artigo 90 da Lei no 12.529/2011, ocorre ato de concentração se houver fusão, aquisição do controle ou de parte do capital de outra empresa, incorporação ou celebração de contrato associativo.

d) não cabe ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) deliberar sobre pedidos de aprovação dos atos de concentração econômica; sua competência, sem excluir outras atribuições de caráter administrativo, restringe-se a apreciar as alegações de infração à ordem econômica e a decidir os processos administrativos para imposição de sanções administrativas por infrações dessa natureza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, a Lei nº 12.529/2011 estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. Vale ressaltar ainda que, a Lei nº 12.529/2011 revogou os dispositivos da Lei nº 8.884/1994.

A alternativa B está incorreta. Lei nº 12.529/2011 regula procedimentos administrativos instaurados para prevenir, apurar e reprimir infrações à ordem econômica, sendo previsto processo administrativo específico para análise de ato de concentração econômica, nos termos do art. 48, IV.

A alternativa C está correta. A assertiva está correta e, conforme prevê o art. 90 Lei nº 12.529/2011. A saber: "art. 90. Para os efeitos do art. 88 desta Lei, realiza-se um ato de concentração quando: I - 2 (duas) ou mais empresas anteriormente independentes se fundem; II - 1 (uma) ou mais empresas adquirem, direta ou indiretamente, por compra ou permuta de ações, quotas, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou ativos, tangíveis ou intangíveis, por via contratual ou por qualquer outro meio ou forma, o controle ou partes de uma ou outras empresas; III - 1 (uma) ou mais empresas incorporam outra ou outras empresas; ou IV - 2 (duas) ou mais empresas celebram contrato associativo, consórcio ou joint venture."

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Lei n° 12.529/11, os atos de concentração econômica com efeitos no Brasil devem ser obrigatoriamente submetidos à análise e aprovação prévia do CADE. Portanto, o CADE possui competência para deliberar sobre os pedidos de aprovação dos atos de concentração econômica, além de outras atribuições relacionadas à defesa da concorrência.

QUESTÃO 98. Com relação ao aceite e pagamento por intervenção, assinale a alternativa correta.

a) O pagamento por intervenção pode abranger somente parte da importância que teria a pagar àquele por honra de quem a intervenção se realizou.

b) O interveniente fica facultado de participar, no prazo de 03 (três) dias úteis, a sua intervenção à pessoa por quem interveio. Em caso de inobservância desse prazo, o interveniente é responsável pelo prejuízo, se o houver, resultante da sua negligência, sem que as perdas e danos possam exceder a importância da letra.

c) O portador que recusar o pagamento por intervenção perde o seu direito de ação contra aqueles que teriam ficado desonerados.

d) O aceite por intervenção será mencionado na letra e assinado pelo interveniente, devendo indicar por honra de quem foi feita a intervenção e, na falta da indicação, presume-se que interveio pelo sacado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 59, do Decreto 57.663/96, o pagamento por intervenção deve abranger a totalidade da importância que teria a pagar aquele por honra de quem a intervenção se realizou.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 55, o interveniente é obrigado a participar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a sua intervenção à pessoa por quem interveio. Em caso de inobservância deste

prazo, o interveniente é responsável pelo prejuízo, se o houver, resultante da sua negligência, sem que as perdas e danos possam exceder a importância da letra.

A alternativa C está correta. O portador que recusar o pagamento por intervenção perde o seu direito de ação contra aqueles que teriam ficado desonerados, nos termos do art. 61 do Decreto 57.663/96.

A alternativa D está incorreta. O aceite por intervenção pode realizar-se em todos os casos em que o portador de uma letra aceitável tem direito de ação antes do vencimento, conforme prevê o art. 56 do Decreto 57.663/96.

QUESTÃO 99. Assinale a alternativa correta com relação ao pedido de restituição de bem arrecadado ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência.

a) Pode ser pedida a restituição da coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento de sua falência, ainda que alienada.

b) Proceder-se-á à restituição em dinheiro às Fazendas Públicas, relativamente a tributos passíveis de retenção na fonte.

c) A sentença que reconhecer o direito do requerente à restituição em dinheiro determinará o pagamento, em 48 (quarenta e oito) horas, após o pagamento dos créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários- mínimos por trabalhador.

d) A restituição da importância adiantada, a conta de contrato de câmbio, depende de ter sido a antecipação efetuada nos 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento da falência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre pedido de restituição, nos termos da Lei 11.101/95.

A alternativa A está incorreta. Somente se não alienada é que poderá ser pedida a restituição da coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos quinze dias anteriores ao requerimento de sua falência, nos termos do art. 88, parágrafo único da Lei 11.101/95.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 86, IV, da Lei 11.101/95, proceder-se-á à restituição em dinheiro às Fazendas Públicas, relativamente a tributos passíveis de retenção na fonte.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão neste sentido pela Lei 11.101/95. Conforme prevê o art. 88, a sentença que reconhecer o direito do requerente determinará a entrega da coisa no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a Súmula 133 do STJ prevê a restituição da importância adiantada, à conta de contrato de câmbio, INDEPENDE de ter sido a antecipação efetuada nos quinze dias anteriores ao requerimento da concordata.

QUESTÃO 100. Segundo o Ministério da Saúde, a Dengue faz parte de um grupo de doenças denominadas arboviroses, que se caracterizam por serem causadas por vírus transmitidos por vetores artrópodes. Sobre a Dengue, NÃO é correto afirmar que:

a) as evidências apontam que o mosquito Aedes aegypti chegou ao Brasil vindo nos navios que partiam da África com escravos.

b) no Brasil, o vetor da dengue é a fêmea do mosquito Aedes aegypti (que significa "odioso do Egito").

c) todas as faixas etárias são suscetíveis à doença, porém as pessoas mais velhas e aquelas que possuem doenças crônicas, como diabetes e hipertensão arterial, têm maior risco de evoluir para casos graves e outras complicações que podem levar à morte.

d) a dengue possui padrão sazonal, com aumento do número de casos e o risco para epidemias, principalmente, entre os meses de junho a setembro, período de maior calor e incidência de chuvas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Veja que o examinador exigia que assinalasse a alternativa incorreta, portanto, essa alternativa está correta neste sentido. A dengue faz parte de um grupo de doenças denominadas arboviroses, que se caracterizam por serem causadas por vírus transmitidos por vetores artrópodes. As evidências apontam que o mosquito tenha vindo nos navios que partiam da África com escravos. No Brasil, o vetor da dengue é a fêmea do mosquito Aedes aegypti (significa "odioso do Egito). Todas as faixas etárias são igualmente suscetíveis à doença, porém as pessoas mais velhas e aquelas que possuem doenças crônicas, como diabetes e hipertensão arterial, têm maior risco de evoluir para casos graves e outras complicações que podem levar à morte. A dengue possui padrão sazonal, com aumento do número de casos e o risco para epidemias, principalmente entre os meses de outubro de um ano a maio do ano seguinte, período de maior calor e incidência de chuvas na Região Sudeste do Brasil.

TJ-PE

QUESTÃO 01. Considerando o regime jurídico dos serviços notariais e de registro, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores.

a) No caso específico dos tabeliães de protesto, a responsabilidade deles por ilícitos no exercício da função é de natureza objetiva

b) Aplica-se majoritariamente aos serviços notariais e de registro o subsistema normativo incidente sobre as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

c) Apesar de exercidos em caráter privado, os serviços notariais e de registro são considerados função pública, sujeita a fiscalização do poder público.

d) Os tabelionatos possuem personalidade jurídica autônoma.

e) A responsabilidade civil do poder público por atos dos tabeliães e registradores oficiais, em geral, é de natureza subjetiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C,** conforme gabarito preliminar publicado pela banca. Embora a banca tenha apontado tal alternativa, entendemos como correta a **alternativa B**, conforme fundamentos que passa a expor:

A alternativa A está incorreta. Conforme aduz o artigo 22 da Lei 8.935/1994 e artigo 38 da Lei 9.492/1997, que determina que "Os Tabeliães de Protesto de Títulos são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou Escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso" é pacífico que a responsabilidade dos tabeliães de protestos é subjetiva.

A alternativa B está correta. Os serviços notariais e de registro são atividades jurídicas que, embora próprias do Estado, são exercidas por particulares mediante delegação do Poder Público. A atividade notarial e registral tem natureza híbrida, pública e privada e conforme ratificada pelo tema 777 do STF.

A alternativa C está incorreta. Conforme preceitua o artigo 37 da Lei 8.935/1994, a fiscalização dos serviços notariais e de registros ocorrerá pela autoridade Judiciária. Dispõe "Art. 37. A fiscalização judiciária dos atos notariais e de registro, mencionados nos artigos 6º a 13, será exercida pelo juízo competente, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, sempre que necessário, ou mediante representação de qualquer interessado, quando da inobservância de obrigação legal por parte de notário ou de oficial de registro, ou de seus prepostos."

A alternativa D está incorreta. Os tabelionatos não possuem personalidade jurídica autônoma. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) possui entendimento de que os tabelionatos são instituições administrativas, desprovidos de personalidade jurídica e sem patrimônio próprio. Assim, os cartórios não se caracterizam como empresa ou entidade, motivo pelo qual é pessoal a responsabilidade do oficial de registros públicos por seus atos e omissões. Ratifica assim o artigo 236 da Constituição Federal "Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público"

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade civil do poder público por atos dos tabeliães e registradores oficiais é de natureza objetiva, mas a responsabilidade civil dos próprios tabeliães e registradores é subjetiva, conforme tema 777 STJ "O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa."

QUESTÃO 02. Com base nas normas aplicáveis ao procedimento de dúvida, assinale a opção correta.

a) O procedimento em questão não comporta ampla produção probatória acerca do direito ao qual o título se refira.

b) Tal procedimento aplica-se a toda a atividade notarial e registral.

c) Se o interessado não impugnar a dúvida, deixa de ser necessária a edição de sentença para decidir o procedimento.

d) Esse procedimento presta-se apenas a situações em que o oficial de registro não tenha clareza de como registrar o título.

e) A despeito de sua denominação, o procedimento de dúvida possui natureza estritamente jurisdicional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema procedimento de dúvida.

A alternativa A está correta. É este o entendimento pacífico da doutrina e no STJ. De fato, a natureza administrativa do procedimento da dúvida é incompatível com a ampla produção probatória, seja qual for a natureza da prova pretendida (testemunhal, pericial ou documental). Vejamos: "Contudo, tratando-se de procedimento de inequívoca natureza administrativa, circunscrito à análise de questões formais do pedido de registro ou averbação, no escopo de garantir a higidez do sistema e dos princípios do direito registral, não se está diante de "causa decidida em única ou última instância", segundo o permissivo constitucional (CF, art. 105, III). Cabe lembrar que nem mesmo haveria espaço para a produção de provas, eventualmente necessárias para o exame de questões mais complexas, que devem ser resolvidas pela via jurisdicional adequada." (REsp 1.570.655-GO, Rel. Min. Antônio Carlos Ferreira, por unanimidade, julgado em 23/11/2016, DJe 9/12/2016).

A alternativa B está incorreta. O Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco nada diz sobre a atividade do tabelião de notas. Portanto, não se pode dizer que o procedimento de dúvidas se aplica a "toda a atividade notarial e registral", especificamente no caso do Estado de Pernambuco.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 1.192 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco: "Art. 1192. Se o interessado não impugnar a dúvida no prazo, será ela, ainda assim, julgada por sentença.

A alternativa D está incorreta. Em apenas duas hipóteses taxativas, invoca-se o procedimento de sustação de dúvida. São elas: se o interessado não se conformar com a exigência; ou se não puder satisfazê-la. Conforme art. 1.190 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco: "Art. 1190. Não se conformando o Interessado com a exigência ou não podendo satisfazê-la, será o título, a seu requerimento e com a declaração de dúvida formulada pelo oficial, remetido ao juízo competente para que este possa dirimi-la (...)."

A alternativa E está incorreta. É um procedimento de natureza administrativa. Conforme art. 1.197 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco: "Art. 1197. A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente."

QUESTÃO 03. No atinente à Convenção da Apostila da Haia e à correspondente Resolução 228/2012 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue os itens que se seguem:

I – A chancela consular destina-se, entre outras finalidades, a atestar a autenticidade do cargo que o signatário de determinado documento exerça.

II – A aposição de apostila a documentos que devam produzir efeitos no exterior é obrigatória para todos os países.

III – Se o Brasil for parte em tratado com outro país que exija formalidades para reconhecer assinatura, selo ou carimbo, a convenção derrogará as normas do tratado, se estas forem mais rigorosas que as pertinentes à aposição de apostilada definida na convenção.

IV – A partir de recentes alterações na resolução em tela, não mais se admite apostila em papel.

Estão corretos apenas os itens:

a) I e II

b) I e III

c) II e IV

d) I, III e IV

e) II, III e IV

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O Item I está correto. Conforme dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Resolução 228/2016-CNJ, entende-se como legalização, ou chancela consular, a formalidade pela qual se atesta a autenticidade da assinatura, da função ou do cargo exercido pelo signatário do documento e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo nele aposto.

O Item II está incorreto. A aposição da apostila é obrigatória, apenas, aos países signatários da Convenção da Haia. Assim, aos demais países, não participantes, destinam-se às normas do Ministério das Relações Exteriores, segundo artigo 5º da Resolução 228/2016-CNJ.

O Item III está correto. Dispõe o §1º do artigo 3º da Resolução 228/2016-CNJ que "As disposições de tratado, convenção ou acordo de que a República Federativa do Brasil seja parte e que tratem da simplificação ou dispensa do processo de legalização diplomática ou consular de documentos prevalecem sobre as disposições da Convenção da Apostila, sempre que tais exigências formais sejam menos rigorosas do que as dispostas nos art. 3º e 4º da citada Convenção." Ou seja, se as normas do tratado são mais rigorosas na exigência, valerá as disposições da Convenção.

O Item IV está incorreto. As apostilas serão emitidas e registradas em sistema eletrônico. Porém, as apostilas serão impressas em papel de segurança e/ou, quando requerida, em formato eletrônico. Assim dispõe o artigo 11 da Resolução 228/2012-CNJ "Art. 11. A apostila em papel será impressa, nos termos de normatização da Corregedoria Nacional de Justiça, carimbada na forma do Anexo II desta Resolução e rubricada em campo próprio pela autoridade competente."

QUESTÃO 04. No que diz respeito as escrituras públicas, assinale a opção correta à luz do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco (CNSNR/PE).

a) Todos os atos incompletos ou inconclusos devem ser relacionados no termo de encerramento do livro correspondente.

b) Da escritura sem efeito por incompletude não se pode fornecer traslado nem certidão.

c) As partes interessadas em escritura têm prazo de dez dias úteis para assina-la, sob pena de cancelamento do ato que a motivou.

d) Correções de erro em escritura devem ser feitas por meio de escritura de retificação ou rerratificação.

e) Caso uma escritura seja lavrada e nenhuma das partes compareça para assina-la no prazo legal, o ato será declarado sem efeito, devendo o tabelião restituir metade dos emolumentos correspondentes a quem os houver pagado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, de acordo com Código de Normas TJPE: "Art. 271. (...) §1º Os atos incompletos ou inconclusos serão oportunamente consignados no termo de encerramento do respectivo livro e não será fornecido certidão ou traslado, exceto por determinação judicial."

A alternativa B está incorreta, de acordo com Código de Normas TJPE: "Art. 271. (...) §1º Os atos incompletos ou inconclusos serão oportunamente consignados no termo de encerramento do respectivo livro e não será fornecido certidão ou traslado, exceto por determinação judicial."

A alternativa C está incorreta, de acordo com Código de Normas TJPE: "Art. 271. Nas escrituras e procurações que as partes não compareçam para assinarem, após a sua lavratura no livro próprio, faltando a assinatura de qualquer das partes para a sua finalização, não sendo assinado em um prazo de

até 90 (noventa) dias, deverá o tabelião certificar os motivos do cancelamento do ato, datando e assinando o termo correspondente e registrando o fato no sistema informatizado."

A alternativa D está incorreta, de acordo com o Código de Normas TJPE: "Art. 272. O tabelião pode, de ofício ou por solicitação da parte interessada, através de escritura de aditamento, corrigir erro evidente, erro material ou de fato verificado no ato lavrado, independentemente de escritura de retificação ou rerratificação, para correção em nada altere ou modifique a substância ou conteúdo obrigacional do ato ou a vontade das partes."

A alternativa E está incorreta, de acordo com Código de Normas TJPE: "Art. 271. (...) §6º Sendo o ato notarial cancelado ou incompleto, não será devida qualquer restituição de emolumentos ou taxas por parte do tabelião de notas, tendo em vista a regular prática do ato no que concerne a suas atribuições, podendo, no entanto, ser reutilizado, uma única vez, se para prática do idêntico ato"

QUESTÃO 05. Assinale a opção correta em relação aos tabelionatos de protesto e à lavratura de protestos:

a) O protesto destina-se a provar a inadimplência apenas de obrigações corporificadas em títulos de crédito.

b) Se houver mais de um tabelionato de protesto em um município, os títulos a protestar ser-lhes-ão atribuídos de forma alternada, segundo a ordem de apresentação à respectiva central.

c) Entre os efeitos jurídicos possíveis do protesto estão a interrupção da prescrição e a comprovação da mora, caso este não seja fixada em contrato ou em lei.

d) Caso um tabelião de protesto necessite realizar ato necessário ao preparo de ato notarial, perante órgão publico ou serventia registral, deverá solicitar autorização da corregedoria-Geral de Justiça para poder executa-lo.

e) As centrais eletrônicas de informação mantidas pelos tabelionatos de protesto serão custeadas com recursos do tribunal de justiça

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Prevê o artigo 1º da Lei de Protesto que "Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos **e outros documentos de dívida**."

A alternativa B está incorreta. Conforme a Lei de Protesto (9.492/1997) será obedecido o critério quantidade e qualidade: "Art. 7º Os títulos e documentos de dívida destinados a protesto somente estarão sujeitos a prévia distribuição obrigatória nas localidades onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos. Parágrafo único. Onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos, a distribuição será feita por um Serviço instalado e mantido pelos próprios Tabelionatos, salvo se já existir

Ofício Distribuidor organizado antes da promulgação desta Lei. Art. 8º Os títulos e documentos de dívida serão recepcionados, distribuídos e entregues na mesma data aos Tabelionatos de Protesto, obedecidos os critérios de quantidade e qualidade."

A alternativa C está correta. De acordo com artigo 202, inciso III do Código Civil, o protesto interrompe a prescrição. Já no que toca à inadimplência, esta é comprovada com o protesto, conforme dispõe o artigo 1º da Lei 9.492/1997.

A alternativa D está incorreta. Não há necessidade de autorização da Corregedoria Geral de Justiça para executar ato necessário. Assim pode-se aplicar o que dispõe o §1º do artigo 7º da Lei 8.935/1994 "É facultado aos tabeliães de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, sem ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato"

A alternativa E está incorreta. A central eletrônica de informação será mantida e administrada conforme deliberação da assembleia geral dos tabeliães de protesto de títulos, podendo ser delegada à entidade nacional representativa da categoria, de acordo com artigo 258 do Provimento 149/2023-CNJ.

QUESTÃO 06. Com relação à Central de Serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliães de Protesto (CENPROT), assinale a opção correta:

a) Só pode existir uma CENPROT, de abrangência nacional, vedada a instituição de centrais regionais.

b) Os procedimentos de controle e auditoria da CENPROT competem privativamente ao CNJ e às Corregedorias dos Tribunais de justiça.

c) A CENPROT deve permitir consultar gratuitas de devedores inadimplentes e de protestos, incluindo os dados deste e os tabelionatos aos quais hajam sido distribuídos, desde que pertinentes a títulos de documentos de dívida escriturais.

d) Atos de registro de protesto formalizados de modo remoto só podem ser processados por meio da CENPROT.

e) É facultativa a adesão dos tabeliães do protesto à CENPROT.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D,** conforme gabarito preliminar publicado pela banca. Embora a banca tenha apontado tal alternativa, entendemos como correta a **alternativa B**, conforme fundamentos que passa a expor:

A alternativa A está incorreta. De acordo com §1º do artigo 258 do Provimento 149/2023-CNJ "Poderão ser instituídas CENPROT seccionais na forma e locais definidos pela assembleia geral dos tabeliães de protesto de títulos."

A alternativa B está correta. Dispõe o artigo 258 do Provimento 149/2023-CNJ que "§ 2.º A CENPROT e as seccionais instaladas se subordinam às normas, à auditagem e à fiscalização da Corregedoria Nacional de Justiça e da Corregedoria- Geral de Justiça (CGJ) respectiva."

A alternativa C está incorreta. A CENPROT deverá disponibilizar consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor, de acordo com inciso II do artigo 259 do Provimento 149/2023-CNJ. Ou seja, todas as dívidas devem ser disponibilizadas.

A alternativa D está incorreta. De acordo com artigo 259 do Provimento 149/2023-CNJ o registro remoto processamento é no tabelionato competente, as informações que vão para a CENPROT não o ato em si.

A alternativa E está incorreta. Com base no parágrafo único do artigo 257 do Provimento 149/2023 é obrigatória a adesão de todos os tabeliães de protesto do país ou responsáveis interinos pelo expediente à CENPROT.

QUESTÃO 07. Acerca da incidência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD) nas atividades registrais e da proteção de dados na atividade registral segundo CNSNR/PE, assinale a opção correta:

a) Os sistemas, programas e aplicativos que as serventias notariais e registrais utilizam são de livre escolha dos respectivos delegatários, desde que mediante aprovação da Corregedoria Geral de Justiça.

b) Devido à natureza dos serviços notariais e de registro, eles são tratados pela LGPD com os mesmos padrões das empresas privadas.

c) Após a promulgação da LGPD, surgiram as primeiras normas na legislação brasileira acerca do tratamento de dados resultantes da atividade registral.

d) No regime da LGPD, os dados pessoais sensíveis não são passíveis de tratamento por notários e registradores.

e) Na atividade registral, a LGPD aplica-se aos dados não apenas de clientes, mas também aos de outras pessoas que a serventia armazenar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, conforme Código de Normas TJPE: "Art. 91. Os **sistemas, programas ou aplicativos de informática** (software) utilizados e contratados na serventia são de livre escolha do delegatário e **não dependem de autorização prévia ou especial da Corregedoria Geral da Justiça**, devendo ser observados os requisitos e padrões tecnológicos e de segurança definidos pelo Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça e alterações posteriores."

A alternativa B está incorreta, de acordo com Provimento 149/2023-CNJ: "CNJ/CCN - Art. 80. O tratamento de dados pessoais destinado à prática dos atos inerentes ao exercício dos respectivos ofícios, consistentes no exercício de competências previstas em legislação específica, será promovido de forma a atender à finalidade da prestação do serviço, na persecução do interesse público, e com os objetivos de executar as competências legais e desempenhar atribuições legais e normativas dos serviços públicos delegados." Lei 13.709/2018, dispõe que: "Art. 23. O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, desde que: § 4º Os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas referidas no caput deste artigo, nos termos desta Lei."

A alternativa C está incorreta. Já havia previsão anterior no artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor e no Decreto nº 7.962/13 o qual dispõe "Art. 4º Para garantir o atendimento facilitado ao consumidor no comércio eletrônico, o fornecedor deverá: VII - utilizar mecanismos de segurança eficazes para pagamento e para tratamento de dados do consumidor."

A alternativa D está incorreta. Conforme prevê o Código de Normas TJPE: "Art. 89. Os serviços notariais e de registro deverão adotar políticas de segurança de informação com relação à confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade e a mecanismos preventivos de controle físico e lógico, que garantam a segurança das informações e dados pessoais mesmo após o término de seu tratamento. §1º A política de segurança da informação a ser implementada pelos serviços de notas e de registro deverão prever, entre outros aspectos: VI – avaliação dos sistemas e bancos de dados em que houver tratamento de dados pessoais e/ou tratamento de dados sensíveis, submetendo tais resultados à ciência do Encarregado pelo tratamento de dados pessoais da serventia"

A alternativa E está correta. O artigo 5º da Lei 13.709/2018, dispõe que: "Para os fins desta Lei, considera-se: I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável; [..] V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;"

QUESTÃO 08. No que se refere à aquisição de imóvel rural por estrangeiro, ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), à instituição de bem de família e à execução extrajudicial de alienação fiduciária, assinale a opção correta.

a) Ocorrida a apreensão de bem objeto de alienação fiduciária no procedimento de execução extrajudicial, aquele deve ser imediatamente entregue ao credor fiduciário, desde que não seja alienado, desaparecendo a possibilidade de o devedor fiduciante reaver-lhe a posse sem decisão judicial.

b) A inscrição no CAR é obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, quer se encontrem em unidade de conservação ou não.

c) O bem de família é isento da execução de quaisquer dívidas, salvo as correspondentes a tributos relativos ao prédio e a despesas de condomínio.

d) A aquisição de imóvel rural por estrangeiro depende de autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

e) Desde que não se trate de imóvel em área considerada relevante para a segurança nacional e que haja autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não há limite máximo da área do imóvel que pessoa física estrangeira possa adquirir.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos temas Cadastro Ambiental Rural, bem de família e execução extrajudicial da alienação fiduciária em garantia.

A alternativa A está incorreta. Não depende de atuação judicial, pois o procedimento é realizado na esfera extrajudicial, com a participação do Registro de Títulos e Documentos. De acordo com § 9º do art. 8º-C do DL 911/69, incluído pelo Marco Legal das Garantias: "§ 9º No prazo de 5 (cinco) dias úteis após a apreensão do bem, o devedor fiduciante terá o direito de pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário no seu requerimento, hipótese na qual será cancelada a consolidação da propriedade e restituída a posse plena do bem."

A alternativa B está correta. De acordo com art. 29, § 3º, da Lei 12.651/12: "§ 3º A inscrição no CAR será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida no prazo de 1 (um) ano contado da sua implantação, prorrogável, uma única vez, por igual período por ato do Chefe do Poder Executivo."

A alternativa C está incorreta. O art. 3º da Lei 8.009/90 traz diversas hipóteses, e não somente as correspondentes a tributos relativos ao prédio e a despesas de condomínio: "Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido: (...)".

A alternativa D está incorreta. Caso o imóvel tenha área de até 3 módulos, a aquisição é livre por pessoa física estrangeira. Conforme art. 3º, § 1º, da Lei nº 5.709/71: "§ 1º - Quando se tratar de imóvel com área não superior a 3 (três) módulos, a aquisição será livre, independendo de qualquer autorização ou licença, ressalvadas as exigências gerais determinadas em lei."

A alternativa E está incorreta. Se a área for considerada indispensável à segurança nacional, depende de autorização da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Conforme art. 7º da Lei nº 5.709/71: "Art. 7º - A aquisição de imóvel situado em área considerada indispensável à segurança nacional por pessoa estrangeira, física ou jurídica, depende do assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional."

QUESTÃO 09. Com base no regramento referente à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), assinale a opção correta.

a) Como regra, apenas ministros de tribunais superiores podem valer-se de ofício ou mandado em papel para gerar indisponibilidade de bens imóveis, de forma genérica ou específica.

b) Competem ao operador nacional do sistema de registro eletrônico de imóveis a responsabilidade e o controle dos dados sensíveis dos ofícios registrais ligados ao sistema de registro eletrônico de imóveis (SREI).

c) São excludentes as comunicações de levantamento de indisponibilidade de bem à CNIB e ao registro imobiliário em que exista averbação referente a imóvel, de forma que, feita a comunicação à central, não cabe fazê-la ao registro, e vice-versa.

d) Juízes podem emitir, por meio do sistema de busca de ativos do Poder Judiciário, ordens de penhora eletrônica com comando de repetição, denominadas "teimosinhas", as quais se repetem indefinidamente, até que o crédito seja satisfeito.

e) Certidões relativas a imóveis obtidas por meio do serviço de atendimento eletrônico compartilhado (SAEC) podem ser usadas para averbação nos serviços registrais, mas não para abertura de matrícula.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB).

A alternativa A está correta. De acordo com art. 5º, § 1º, do Provimento nº 39/2014 do CNJ: "§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos membros dos Tribunais Superiores que poderão, a seu critério, encaminhar as ordens de indisponibilidade de bens imóveis, genéricas ou para incidir sobre imóveis específicos, mediante uso da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB ou por outra via."

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 25, parágrafo único, do Provimento nº 39/2014 do CNJ: "Parágrafo Único. Todas as solicitações feitas por meio das centrais de serviços eletrônicos compartilhados serão enviadas ao ofício de registro de imóveis competente, que é o único responsável pelo processamento e atendimento."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 14, § 3º, do Provimento nº 39/2014 do CNJ: "§ 3º. Verificada a existência de bens no nome cadastrado, a indisponibilidade será prenotada e averbada na matrícula ou transcrição do imóvel, ainda que este tenha passado para outra circunscrição. Caso não figure do registro o número do CPF ou o do CNPJ, a averbação da indisponibilidade somente será realizada se não houver risco de tratar-se de pessoa homônima."

A alternativa D está incorreta. As ordens de penhoras eletrônicas com previsão de comando de repetição são previstas somente para os casos de pedidos via SISBAJUD.

A alternativa E está incorreta. A certidão, nesse caso, poderá ser usada para qualquer fim, assim como uma certidão física. Conforme determina art. 19, § 7º, da Lei 6.015/73: "§7º A certidão impressa nos termos do § 5º e a certidão eletrônica lavrada nos termos do § 6º deste artigo terão validade e fé pública."

QUESTÃO 10. No tocante aos princípios registrais, assinale a opção correta.

a) É o princípio da fé pública que fundamenta a noção segundo a qual os atos levados a registro público devem estar acessíveis as pessoas em geral, ainda que com parcial sacrifício à intimidade das partes envolvidas no ato.

b) Como consequência do princípio da inscrição, nenhum direito real imobiliário se constitui ou transmite senão por meio de registro no serviço imobiliário pertinente.

c) Se um indivíduo apresentar a oficial registral documento representativo de ato jurídico inválido, o oficial poderá recusar o registro, em virtude do princípio da presunção de validade.

d) Caso A venda a B, mediante escritura pública, um imóvel inscrito no registro imobiliário, e B aliene a C os direitos correspondentes ao bem, sem que o negócio seja levado a registro, então, se C vender o imóvel a D, essa venda não deverá ser de imediato registrada em nome de D, por ofensa ao princípio da continuidade.

e) Por força do princípio da cindibilidade, cada título somente pode ser inscrito de modo unitário, ainda que compreenda mais de um ato jurídico passível de inscrição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema princípios registrais.

A alternativa A está incorreta, pois traz o conceito do princípio da publicidade registral imobiliária, e não da fé pública. De acordo com a doutrina: "No que diz respeito especificamente ao registro de imóveis, a importância da publicidade para um tráfico imobiliário seguro é incontestável. De acordo com Loureiro: "A publicidade registral pode ser definida como a garantia dos direitos reais inscritos e, tal como estão inscritos, da pessoa que consta como titular registral; e ainda como garantia da tutela dos interesses daqueles que, confiando nas informações constantes do Registro realizam negócios jurídicos imobiliários.". Por haver presunção de veracidade e integridade do registro, a publicidade se constitui em verdadeiro pressuposto de existência do direito real quando os efeitos do registro são constitutivos. É a publicidade que opera essa mutação jurídico-real, e nisto reflete a sua grande importância no registro de imóveis." (Curso Interativo de Registro de Imóveis para TJ-PE Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 6. Publicidade - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está incorreta. De acordo com a doutrina: "O registro tem efeito constitutivo, criador de direito real. Entende-se então que o registro não é obrigatório, mas é um ônus da parte. Assim esclarece Loureiro: "Nos negócios jurídicos entre vivos, aquele que obtém um título que lhe concede a propriedade ou um direito real sobre imóvel tem que registrar esse documento para que possa se tornar titular do direito real em questão. Sem o registro ele apenas é titular de um direito pessoal, pois os direitos reais imobiliários apenas se constituem, se transferem, se modificam ou se extinguem pelo registro do título.".". (Curso Interativo de Registro de Imóveis para TJ-PE Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; 3.1.3 - Princípios da Inscrição, da Continuidade, da Territorialidade - Livro Digital Interativo).

Ademais, dois exemplos são característicos para configurar aquisição e transmissão de propriedade imobiliária, respectivamente, sem o registro imobiliário: usucapião, que expressamente prevê o Código

Civil que a aquisição originária se perfaz pelo cumprimento dos requisitos legais inerentes à modalidade usucapienda, sem mencionar o registro como condição para tanto e a sucessão *causa mortis*, que por força do *Droit de Saisine* postula que desde a abertura da sucessão, transmite-se aos herdeiros os bens integrantes do acervo hereditário. Ressalte-se que o registro destas duas modalidades de aquisição da propriedade visa a disponibilidade do bem e não a aquisição do direito real sobre coisa própria (propriedade).

A alternativa C está incorreta. De acordo com a doutrina: "O legislador brasileiro optou pela presunção relativa da fé pública registral, admitindo, portanto, prova em contrário. Isto porque a fé pública inerente ao registro e a presunção de domínio estão diretamente ligados à validade do negócio jurídico. Cumpridos todos os requisitos legais para a validade do negócio, dele se origina o registro na matrícula do imóvel que confere ao seu titular uma presunção juris tantum de domínio, ou seja, uma presunção relativa. Sendo relativa, ela poderá ser contestada por terceiros em ação própria, cabendo aquele que contesta o ônus da prova." (Curso Interativo de Registro de Imóveis para TJ-PE Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.5 - Princípios da Fé Pública Registral, da Concentração - Livro Digital Interativo).

A alternativa D está correta. De acordo com a doutrina: "O objetivo maior deste princípio é assegurar o encadeamento (cadeia de titularidades) dos atos de registro a fim de que ninguém que não figure como proprietário consiga alienar o bem imóvel. Nesse sentido, nenhum registro pode ser feito sem que se tenha previamente registrado o título anterior, que é verdadeira condição de admissibilidade do registro dos títulos posteriores. Citamos um exemplo: João Silva comprou um imóvel de Pedro Souza e os dois assinaram a Escritura Pública de Compra e Venda que foi levada por João ao Registro de Imóveis competente, para que este obtivesse o direito real de propriedade por meio do registro. Nesse caso, a escritura de compra e venda só será registrada se for verificado que o último proprietário do imóvel que figura na matrícula é Pedro Souza, do contrário não há como ser efetivado tal registro." (Curso Interativo de Registro de Imóveis para TJ-PE Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; 3.1.3 - Princípios da Inscrição, da Continuidade, da Territorialidade - Livro Digital Interativo).

Logo, para que C possa dispor do direito real de propriedade deverá, para tanto, tornar-se o proprietário tabular por inscrição do título de origem do negócio jurídico translativo avençado com B para, ato contínuo, alienar a quaisquer terceiro, incluindo D.

A alternativa E está incorreta. Conforme entendimento doutrinário: "De acordo com o Princípio da Cindibilidade, o registrador poderá cindir, ou seja, separar os elementos do título apresentado, aproveitando ou extraindo os elementos que podem ingressar de imediato no fólio real e afastando os outros que, para o ingresso necessitarão de providências. Para Alyne Yumi Konno: "Vale dizer que hoje é possível extratar só o que comporta inscrição, afastando-se aquilo que não puder constar do registro, por qualquer motivo, como quando, eventualmente, houver ofensa à continuidade registrária.".". (Curso Interativo de Registro de Imóveis para TJ-PE Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; 3.1.4 - Princípios da Prioridade, da Disponibilidade, da Cindibilidade- Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 11. No que concerne ao registro civil das pessoas naturais (RCPN) e à desmaterialização de documentos, assinale a opção correta.

a) Para fins de registro civil, o sexo do indivíduo a figurar no assento não corresponde, necessariamente, a suas características físicas.

b) Os ofícios de RCPN devem prestar exclusivamente serviços voltados a essa atividade, em sentido estrito.

c) Qualquer oficial registral ou notarial pode proceder à desmaterialização de documento físico digitalizado ou documento híbrido.

d) Para fazer jus à gratuidade de emolumentos no RCPN, o interessado deve comprovar inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

e) Os oficiais de registro civil devem remeter ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mensalmente, relação dos nascimentos, casamentos e óbitos havidos no período.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN) e desmaterialização de documentos.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 726 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco: "Art. 726. Nos casos de diagnóstico de Anomalias de Diferenciação Sexual – ADS em recém-nascidos, o Registrador deverá lançar no registro de nascimento o sexo como ignorado, conforme constatação médica lançada na Declaração de Nascido Vivo – DNV.". A existência do sexo biológico, verificável por meio de análise cromossômica, é inafastável e o comando da indicação de "sexo ignorado" não possui condão de refletir qualquer realidade, pois não se enquadra na binariedade sexual biológica. Para maior clareza, um portador da Síndrome de Klinefelter (composição cromossômica XXY), não pode ser indicada como sexo, devendo, para tanto, ser indicado, após o registro, por meio de averbação, o sexo prevalente. Outro exemplo se refere às pessoas transgênero, de modo que o pedido administrativo de alteração de sexo no assento de nascimento independe de cirurgia de redesignação sexual (transgenitalização), tampouco a pessoa transgenitalizada é obrigada a adequar seu sexo no assento para coincidência entre a informação sexual e a situação fática.

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 29, § 3º, da Lei 6.015/73: "§ 3º Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio, em credenciamento ou em matrícula com órgãos públicos e entidades interessadas."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 512 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco: "Art. 512. A desmaterialização de documentos poderá ser realizada por Tabelião, bem como por seus prepostos autorizados, com uso exclusivo da Central Notarial de Autenticação Digital (CENAD), funcionalidade do e-Notariado."

A alternativa D está incorreta. A lei não traz tal requisito, sendo suficiente a mera declaração, de acordo com art. 30, §2º da Lei dos Registros Públicos: " O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso, acompanhada da assinatura de duas testemunhas.".

A alternativa E está incorreta. Devem remeter trimestralmente, e não mensalmente. Conforme art. 49 da Lei 6.015/73: "Art. 49. Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior."

QUESTÃO 12. em relação ao assento de nascimento das pessoas indígenas, julgue os itens que se seguem.

I - O assento de nascimento das pessoas indígenas não integradas no RCPN não é obrigatório.

II - Se um oficial de registro civil grafar erradamente o nome da etnia de registrando indígena, esse erro pode ser corrigido posteriormente, mediante simples requerimento administrativo.

III - O oficial de registro civil deve registrar, como local de nascimento de pessoa indígena, apenas o município onde se localize a aldeia de procedência daquela, se for o caso.

IV - O registro civil tardio de pessoa indígena somente pode ser realizado mediante autorização judicial ou da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Estão corretos apenas os itens:

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema assento de nascimento das pessoas indígenas.

O item I está correto. De acordo com art. 1º da Res. Conjunta nº 03/2012 – CNJ/CNMP: "Art. 1º O assento de nascimento de indígena não integrado no Registro Civil das Pessoas Naturais é facultativo."

O Item II está incorreto. Também é possível a correção ser feita de ofício. De acordo com art. 3º, § 1º da Res. Conjunta nº 03/2012 – CNJ/CNMP: "§1º Caso a alteração decorra de equívocos que não dependem de maior indagação para imediata constatação, bem como nos casos de erro de grafia, a retificação poderá ser procedida na forma prevista no art. 110 da Lei n.º 6.015/73."

A título de esclarecimento, vejamos o que determina art. 110, I, da Lei 6.015/73: "Art. 110. O oficial retificará o registro, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento do interessado, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de prévia

autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, nos casos de: I - erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção;"

O Item III está correto. De fato, o local de nascimento do indígena deverá ser o município onde se localiza a aldeia. No entanto, na naturalidade, o indígena pode indicar a aldeia, conforme art. 2º, § 2º da Res. Conjunta nº 03/2012 – CNJ/CNMP: "§ 2º A pedido do interessado, a aldeia de origem do indígena e a de seus pais poderão constar como informação a respeito das respectivas naturalidades, juntamente com o município de nascimento."

O Item IV está incorreto. Trata-se de um registro facultativo é feito com base no RANI (Registro Administrativo de Nascimento do Indígena), conforme art. 4º da Res. Conjunta nº 03/2012 – CNJ/CNMP: "Art. 4º. O registro tardio do indígena poderá ser realizado: I. mediante a apresentação do RANI; II. mediante apresentação dos dados, em requerimento, por representante da Fundação Nacional do Índio - FUNAI a ser identificado no assento; ou III. na forma do art. 46 da Lei n.º 6.015/73."

QUESTÃO 13. Assinale a opção correta em relação ao assento de óbito de pessoa desconhecida e à utilização de cadáver para estudos e pesquisa.

a) Cadáver de pessoa identificada não pode ser destinado para estudo.

b) Dados da necropsia não devem figurar no registro de óbito de pessoa desconhecida.

c) O entendimento atual acerca do assento de óbito de pessoa desconhecida é o de que não se deve fazer indicação da cor do indivíduo, em respeito à sua condição.

d) Como regra, quando houver indício de morte resultante de ação criminosa, o corpo pode ser destinado, após o exame necroscópico, a ensino e a pesquisa, mediante manifestação favorável do Ministério Público e autorização judicial.

e) Um cadáver não reclamado pode ser destinado a instituições de educação para fins de pesquisa e ensino, e a necessidade de necropsia do corpo não exclui essa destinação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema assento de óbito de pessoa desconhecida e à utilização de cadáver para estudos e pesquisa.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 2º da Lei nº 8.501/98: "Art. 2° O cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, no prazo de trinta dias, poderá ser destinado às escolas de medicina, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico."

A alternativa B está incorreta. Se a morte for violenta, a necropsia indicará a causa da morte, e a causa da morte é um dos elementos que devem constar no assento de óbito. Conforme art. 3º, § 2º e § 4º, alínea "e", da Lei nº 8.501/98: "§ 2° Se a morte resultar de causa não natural, o corpo será, obrigatoriamente, submetido à necropsia no órgão competente."; "§ 4° Para fins de reconhecimento, a autoridade ou instituição responsável manterá, sobre o falecido: e) o resultado da necropsia, se efetuada;"

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 82 da Lei nº 6.015/73: "Art. 82. Sendo o finado desconhecido, o assento deverá conter declaração de estatura ou medida, se for possível, cor, sinais aparentes, idade presumida, vestuário e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento; e, no caso de ter sido encontrado morto, serão mencionados esta circunstância e o lugar em que se achava e o da necropsia, se tiver havido."

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 3º, § 3º, da Lei nº 8.501/98: "§ 3° É defeso encaminhar o cadáver para fins de estudo, quando houver indício de que a morte tenha resultado de ação criminosa."

A alternativa E está correta. Conforme art. 2º c/c art. 4º, ambos da Lei nº 8.501/98: "Art. 2° O cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, no prazo de trinta dias, poderá ser destinado às escolas de medicina, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico."; "Art. 4° Cumpridas as exigências estabelecidas nos artigos anteriores, o cadáver poderá ser liberado para fins de estudo."

QUESTÃO 14. No que tange à interdição julgue os próximos itens.

I - A interdição, atualmente tratada em lei como curatela, não impede o exercício de todos os direitos da pessoa, mas restringe os de natureza patrimonial e negocial.

II - A sentença de interdição somente será objeto de registro por iniciativa do curador ou promovente da ação homônima.

III - É possível estabelecer a curatela compartilhada a mais de uma pessoa.

IV - Se sobrevier decisão judicial que ponha termo à interdição, o registro desta será anulado, no livro próprio.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema interdição.

O item I está correto. Conforme art. 85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência: "Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial."

O item II está incorreto. Se o curador não providenciar o registro no RCPN no prazo de 8 dias, o juiz quem o fará, conforme art. 93 da Lei 6.015/73: "Art. 93. A comunicação, com os dados necessários, acompanhados de certidão de sentença, será remetida pelo Juiz ao cartório para registro de ofício, se o curador ou promovente não o tiver feito dentro de oito (8) dias."

O item III está correto. Conforme art. 1.775-A do Código Civil: "Art. 1.775-A. Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa."

O item VI está incorreto. Não há de se falar em anulação do registro. Pelo contrário, serão averbadas no Livro "E", de acordo com o art. 853, I, do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco. Vejamos: "Art. 853. Serão averbadas no Livro "E", para inscrição dos demais atos relativos ao estado civil: I – as sentenças que puserem termo à interdição, que determinarem substituições de curadores de interditos ou ausentes, as alterações de limites da curatela, cessação ou mudança de interdição, bem como a cessação de ausência;"

QUESTÃO 15. No que diz respeito ao traslado de assentos lavrados em país estrangeiro, assinale a opção correta.

a) É competente para a inscrição da opção de nacionalidade a serventia extrajudicial da residência do optante ou de seus pais, e, nas hipóteses em que forem residentes no estrangeiro, o registro será feito no Distrito Federal.

b) Toda filha ou filho de pessoa brasileira, se nascido(a) no exterior, deve requerer a juízo brasileiro seu assento de nascimento.

c) Para que produzam efeito no Brasil, assentos de nascimento, óbito e casamento de brasileiros em país estrangeiro devem observar integralmente a lei brasileira, no país em que se realizarem.

d) Assentos de nascimento, óbito e casamento de brasileiros em país estrangeiro devem ser transladados no ofício de RCPN mais próximo do domicílio dos interessados.

e) Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro precisam ser validados pelo embaixador brasileiro perante o país de origem, para produzir efeitos no Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema assentos lavrados em país estrangeiro.

A alternativa A está correta. Conforme art. 29, § 2º, da Lei 6.015/73: "§ 2º É competente para a inscrição da opção de nacionalidade o cartório da residência do optante, ou de seus pais. Se forem residentes no estrangeiro, far-se-á o registro no Distrito Federal."

A alternativa B está incorreta. Conforme artigo 1º da Resolução 155 do CNJ: "Art. 1º O traslado de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro, tomados por autoridade consular brasileira, nos termos do regulamento consular, ou por autoridade estrangeira competente, a

que se refere o caput do art. 32 da Lei nº 6.015/1973, será efetuado no Livro "E" do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca do domicílio do interessado ou do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito Federal, sem a necessidade de autorização judicial.";

Tomando por base o mesmo dispositivo, a alternativa D também fica incorreta.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 32 da Lei 6.015/73: "Art. 32. Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular."

A alternativa E está incorreta. Conforme artigo 2º, caput e § 1º, da Resolução 155 do CNJ: "Art. 2º Os assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros lavrados por autoridade estrangeira competente, que não tenham sido previamente registrados em repartição consular brasileira, somente poderão ser trasladados no Brasil se estiverem legalizados por autoridade consular brasileira que tenha jurisdição sobre o local em que foram emitidas. § 1º Antes de serem trasladados, tais assentos também deverão ser traduzidos por tradutor público juramentado, inscrito em junta comercial brasileira."

QUESTÃO 16. No que se refere ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas (RCPJ), assinale a opção correta.

a) Se duas entidades pedirem registro de pessoa jurídica indicando o mesmo nome, na mesma circunscrição, a precedência será da primeira que houver formulado o requerimento, com base no princípio da territorialidade.

b) Desde que constituída para auxiliar licitamente os órgãos de segurança pública, E da competência do RCPJ registrar ato constitutivo de associação paramilitar.

c) É vedado o registro de ato constitutivo de pessoa jurídica privada cuja denominação contenha palavras que possam confundir a coletividade acerca do exercício da atividade a que ela se dedique.

d) Compete ao RCPJ inscrever todas as sociedades civis constituídas de acordo com as leis comerciais.

e) Oficial de registro que receber requerimento de inscrição de ato constitutivo de pessoa jurídica com finalidade contrária à ordem pública deve imediatamente indeferir o registro e arquivar o requerimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Registro Civil de Pessoas Jurídicas (RCPJ).

A alternativa A está incorreta. O indeferimento não se dá com justificativa no princípio da territorialidade, conforme art. 1.163 do Código Civil: "Art. 1.163. O nome de empresário deve distinguir-

se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro. Parágrafo único. Se o empresário tiver nome idêntico ao de outros já inscritos, deverá acrescentar designação que o distinga."

A alternativa B está incorreta. É proibida a constituição de associação de caráter paramilitar, conforme art. 5º, inciso XVII, da CF: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;"

A alternativa C está correta. Conforme art. 879, II e III, do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco: "Art. 879. É vedado o registro: II – o registro de pessoas jurídicas com nome empresarial (denominação social ou razão social) ou denominação idêntica ou semelhante a outra já existente na mesma comarca, suscetíveis a confundi-las; III – de atos constitutivos de pessoas jurídicas privadas cuja nomenclatura apresente as palavras "tribunal", "cartório", "registro", "notário", "tabelionato" ou "ofício", suas derivações ou quaisquer outras que possam induzir a coletividade a erro quanto ao exercício das atividades desenvolvidas por entidades privadas, confundindo-as com órgãos judiciais, serviços notariais e de registro ou entidades representativas dessas classes;"

A alternativa D está incorreta. Não se registram no RCPJ as sociedades anônimas. Conforme art. 114, II, da Lei 6.015/73: "Art. 114. No Registro Civil de Pessoas Jurídicas serão inscritos: II - as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas."

A alternativa E está incorreta. O oficial do registro sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o Juiz, que a decidirá. Conforme art. 115, p.u., da Lei 6.015/73: "Parágrafo único. Ocorrendo qualquer dos motivos previstos neste artigo, o oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o Juiz, que a decidirá.

QUESTÃO 17. Maria, residente no município de Petrolina, firmou contrato de locação de imóvel situado no município de Caruaru) com Joana, residente no município do Recife. A fim de produzir efeitos em relação a terceiros, Maria decidiu levar o contrato ao registro de títulos e documentos. Considerados tão somente os dados mencionados nessa situação hipotética, e correto firmar que o registro do contrato:

a) Deve ser feito no registro imobiliário e não no de títulos e documentos.

b) Deve ser feito em Caruaru.

c) Pode ser feito em qualquer circunscrição, a critério das partes.

d) Deve ser feito em Petrolina ou em Recife.

e) Pode ser feito em Petrolina, em Caruaru ou em Recife.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Registro de Títulos e Documentos.

Inicialmente, perceba que estão sujeitos a registro no RTD os contratos de locação de prédios, conforme art. 129 da Lei 6.015/73: "Art. 129. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros: 1º) os contratos de locação de prédios, sem prejuízo do disposto do artigo 167, I, nº 3;". Assim, de pronto, a alternativa A fica incorreta.

Ademais, conforme art. 130, II, da Lei 6.015/73: "II - de um dos devedores ou garantidores, quando as partes residirem em circunscrições territoriais diversas;". Não se trata, portanto, de registro a ser realizado no local do imóvel. Logo, as alternativas B, C e E ficam automaticamente incorretas, pois falam em registro no município de Caruaru.

Desta feita, a alternativa correta é a letra D: o registro do contrato deve ser feito em Petrolina ou em Recife.

QUESTÃO 18. Silvia pactuou a compra de um imóvel de Pedro, por meio de compromisso particular de compra e venda. Cumpridas as obrigações que lhe cabiam, Pedro recusou-se a adotar as medidas de sua responsabilidade para a conclusão do negócio. Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

a) Silvia poderia pedir adjudicação compulsória do imóvel em face da mora de Pedro, tanto pela via judicial quanto extrajudicialmente.

b) Silvia poderia pleitear a adjudicação compulsória do imóvel apenas pela via judicial.

c) A medida possível para Sílvia consistiria em ajuizar ação para compelir Pedro a outorgar-lhe a escritura de venda do imóvel.

d) Silvia somente poderia exigir de Pedro a outorga de escritura se o compromisso particular estivesse registrado.

e) Os direitos de Sílvia se resolveriam apenas em obter perdas e danos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema adjudicação compulsória de imóvel.

Acerca da adjudicação compulsória, esta pode ser realizada tanto pela via judicial quanto pela via extrajudicial. É o que determina o artigo 216-B da Lei 6.015/73, incluído pela Lei nº 14.382/2022. A seguir: "Art. 216-B. Sem prejuízo da via jurisdicional, a adjudicação compulsória de imóvel objeto de promessa de venda ou de cessão poderá ser efetivada extrajudicialmente no serviço de registro de imóveis da situação do imóvel, nos termos deste artigo." Neste sentido, em 2023, através do Provimento nº 150, o STJ alterou o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), para estabelecer regras para o processo de adjudicação compulsória pela via extrajudicial, através da inclusão dos artigos 440-A e seguintes.

Portanto, a alternativa correta é a letra A. A alternativa B fica, pois, automaticamente incorreta.

As alternativas C e E também ficam incorretas, pois conforme acima explicitado, a medida possível para Sílvia seria pedir a adjudicação compulsória do imóvel.

A alternativa D está incorreta. A adjudicação compulsória não depende do registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis. É este o entendimento da Súmula 239 do STJ: "O direito à adjudicação compulsória não se condiciona ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis."

QUESTÃO 19. Com base no disposto na Lei do Condomínio e Incorporações (Lei n.º 4.591/1964), assinale a opção correta.

a) A constituição de patrimônio de afetação não poderá ser averbada no registro imobiliário se houver ônus reais sobre o imóvel.

b) A convenção de condomínio deve ser objeto de registro, e suas alterações também devem ser registradas.

c) No ato de constituição do condomínio, a ser levado ao registro imobiliário, é preciso indicar a descrição interna de cada unidade autônoma.

d) Ente da Federação não pode ser incorporador imobiliário.

e) Se o imóvel for destruído e a minoria dos condôminos não concordar com a reconstrução, a maioria pode adquirir as frações ideais da minoria e requerer judicialmente a adjudicação, caso em que a sentença poderá servir de título definitivo a ser levado ao registro de imóveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei do Condomínio e Incorporações.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 31-B, parágrafo único, da Lei n.º 4.591/1964: "Parágrafo único. A averbação não será obstada pela existência de ônus reais que tenham sido constituídos sobre o imóvel objeto da incorporação para garantia do pagamento do preço de sua aquisição ou do cumprimento de obrigação de construir o empreendimento."

A alternativa B está incorreta. As alterações da convenção de condomínio devem ser objeto de averbação, e não de registro. Conforme art. 9º, § 1º, da Lei n.º 4.591/1964: "§ 1º Far-se-á o registro da Convenção no Registro de Imóveis, bem como a averbação das suas eventuais alterações."

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 7º da Lei n.º 4.591/1964: "Art. 7º O condomínio por unidades autônomas instituir-se-á por ato entre vivos ou por testamento, com inscrição obrigatória no Registro de Imóvel, dele constando; a individualização de cada unidade, sua identificação e discriminação, bem como a fração ideal sobre o terreno e partes comuns, atribuída a cada unidade, dispensando-se a descrição interna da unidade."

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 31, alínea "c", da Lei n.º 4.591/1964: "Art. 31. A iniciativa e a responsabilidade das incorporações imobiliárias caberão ao incorporador, que somente poderá ser: (...) c) o ente da Federação imitido na posse a partir de decisão proferida em processo judicial de desapropriação em curso ou o cessionário deste, conforme comprovado mediante registro no registro de imóveis competente."

A alternativa E está correta. De acordo com artigo 14, caput e §§ 2º e 3º, da Lei n.º 4.591/1964: "Art. 14. Na ocorrência de sinistro total, ou que destrua mais de dois terços de uma edificação, seus condôminos reunir-se-ão em assembleia especial, e deliberarão sobre a sua reconstrução ou venda do terreno e materiais, por quórum mínimo de votos que representem metade, mais uma das frações ideais do respectivo terreno. (...) § 2º Aprovada, a reconstrução será feita, guardados, obrigatoriamente, o mesmo destino, a mesma forma externa e a mesma disposição interna. § 3º Na hipótese do parágrafo anterior, a minoria não poderá ser obrigada a contribuir para a reedificação, caso em que a maioria poderá adquirir as partes dos dissidentes, mediante avaliação judicial, feita em vistoria." Em complemento, o art. 15, caput e § 7º, da Lei n.º 4.591/1964, traz o seguinte: "Art. 15. Na hipótese de que trata o § 3º do artigo antecedente, à maioria poderão ser adjudicadas, por sentença, as frações ideais da minoria. (...) § 7º Transitada em julgado a sentença, servirá ela de título definitivo para a maioria, que deverá registrá-la no Registro de Imóveis."

QUESTÃO 20. No que se refere à fixação de emolumentos devidos aos serviços notariais e de registro, conforme a Lei 10.169/2000, assinale a opção correta.

a) Se o valor dos emolumentos figurar no documento correspondente ao ato notarial ou registral, não haverá necessidade de o notário ou o registrador fornecer recibo.

b) Em se tratando de atos sem conteúdo econômico específico, as leis estaduais e do Distrito Federal devem considerar a realidade socioeconômica local.

c) Atos comuns a variados tipos de serviços notariais e de registro devem ser remunerados por emolumentos idênticos.

d) Com base nas condições locais, as leis de emolumentos podem fixar valores para os atos notariais e de registro distintos dos decorrentes de avaliação judicial ou fiscal, quando esta existir para o ato.

e) Nos atos que se refiram a mais de um imóvel, a base de cálculo dos emolumentos será a soma do valor deles.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Determina o artigo 6º da Lei 10.169/2000 que "Art. 6º Os notários e os registradores darão recibo dos emolumentos percebidos, sem prejuízo da indicação definitiva e obrigatória dos respectivos valores à margem do documento entregue ao interessado, em conformidade com a tabela vigente ao tempo da prática do ato."

A alternativa B está correta. Estabelece o artigo 2º, "a" da Lei de Emolumentos que "atos relativos a situações jurídicas, sem conteúdo financeiro, cujos emolumentos atenderão às peculiaridades socioeconômicas de cada região"

A alternativa C está incorreta. De acordo com o inciso II do artigo 2º da Lei 10.169/2000 "os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro serão remunerados por emolumentos específicos, fixados para cada espécie de ato"

A alternativa D está incorreta. Nos casos em que, por força de lei, devam ser utilizados valores decorrentes de avaliação judicial ou fiscal, esses serão os valores considerados os valores dos atos específicos, de acordo com a alínea "b" do inciso III, do artigo 2º da Lei de emolumentos.

A alternativa E está incorreta. Determina a alínea "a", do inciso II, do artigo 2º da Lei de Emolumentos que "nos registros, quando 2 (dois) ou mais imóveis forem dados em garantia, situados ou não na mesma circunscrição imobiliária, tenham ou não igual valor, a base de cálculo dos atos será o resultado da divisão do valor do mútuo pelo número de imóveis, limitada ao potencial econômico de cada bem".

QUESTÃO 21. Com base na teoria constitucionalista brasileira clássica e majoritária, assinale a opção correta no que diz respeito à classificação das constituições.

a) A constituição material, em sentido estrito, designa as normas constitucionais inseridas em um documento escrito que regula a estrutura do Estado e os direitos fundamentais.

b) As constituições rígidas são aquelas que não admitem a alteração do seu texto.

c) As constituições promulgadas são aquelas impostas por um grupo detentor do poder por meio de um processo autoritário.

d) As constituições dogmáticas podem ser escritas ou não escritas, tais como as históricas ou costumeiras.

e) A constituição cesarista é aprovada por meio de plebiscito popular, o qual ratifica um texto constitucional elaborado pelo detentor do poder.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata do tema classificação das constituições.

A alternativa A está incorreta. O conceito de constituição material refere-se ao conjunto de normas que regulam as questões fundamentais de organização do Estado e os direitos fundamentais, independentemente de estarem formalmente inseridas em um documento escrito.

A alternativa B está incorreta. As constituições rígidas são, na verdade, aquelas que possuem um processo de alteração mais rigoroso que o destinado às outras leis. A doutrina majoritária considera, inclusive, que a CRFB/88 (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988) é rígida.

A alternativa C está incorreta. As constituições promulgadas, ou democráticas, são aquelas elaboradas e aprovadas por uma assembleia constituinte eleita pelo povo. Já as constituições impostas por um grupo detentor do poder por meio de um processo autoritário são denominadas constituições outorgadas ou carta constitucional.

A alternativa D está incorreta. As constituições dogmáticas são elaboradas com base em dogmas de momentos específicos da história. Elas são tipicamente escritas. Por outro lado, as constituições costumeiras, também chamadas de constituições não-escritas, históricas ou consuetudinárias, são consideradas fruto dos costumes da sociedade e não são escritas, em regra.

A alternativa E está correta. A constituição cesarista caracteriza-se por ser elaborada por uma autoridade central, geralmente um governante autoritário, e submetida à aprovação popular via plebiscito. Apesar do aparente elemento democrático (plebiscito), o processo costuma ser controlado, servindo mais para legitimar o poder do governante.

QUESTÃO 22. Conforme a jurisprudência tradicional do STF, o controle de constitucionalidade de ato regulamentar pela via da ação direta de inconstitucionalidade

a) é admissível, se os efeitos da declaração inconstitucionalidade forem restritos às partes da lide.

b) é admissível, desde que a impugnação chegue ao STF pela via difusa.

c) não é admissível, pois essa situação caracterizaria uma violação indireta ao texto constitucional.

d) não é admissível, pois se trata de ato cuja constitucionalidade só pode ser examinada por meio do controle difuso.

e) é admissível, desde que efetuado de forma repressiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. O controle de constitucionalidade pela via da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) tem efeitos "erga omnes" (para todos) e vinculantes.

A alternativa B está incorreta. O controle difuso é exercido em casos concretos, por quaisquer juízes ou tribunais no bojo de ação originária ou em via recursal, e não pela via da ADI, que é um mecanismo de controle concentrado.

A alternativa C está correta. O STF entende que atos regulamentares (regulamentos, portarias, etc.) não podem ser diretamente impugnados por meio de ADI, pois a eventual inconstitucionalidade desses atos é entendida como uma violação indireta ou reflexa da Constituição. Na ADI, o objeto deve ser uma norma com força de lei, ou seja, um ato normativo primário. Confira-se: "A Ação Direta de Inconstitucionalidade

(ADI) é meio processual inadequado para o controle de decreto regulamentar de lei estadual. Seria possível a propositura de ADI se fosse um decreto autônomo. Mas sendo um decreto que apenas regulamenta a lei, não é hipótese de cabimento de ADI (ADI 4409/SP)". Além disso, "a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que atos normativos secundários não se submetem ao controle concentrado de constitucionalidade, visto que a análise de sua validade passa, necessariamente, pelo cotejo entre as normas infraconstitucionais a que eles estão diretamente subordinados. Precedentes (ADI nº 6.117/DF-AgR, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 27/10/20; ADI nº 4.127/RJ-AgR, Tribunal Pleno, Rel. Min. Rosa Weber DJe de 5/11/14; ADI nº 4.224/DF-AgR, Tribunal Pleno, de minha relatoria, DJe de 8/9/11)".

Pelo mesmo fundamento, a alternativa D está incorreta.

A alternativa E está incorreta. O controle repressivo (ou posterior) pode ocorrer tanto no controle difuso quanto concentrado, mas isso não muda o fato de que atos regulamentares, enquanto infralegais, não são objeto direto da ADI.

QUESTÃO 23. Assinale a opção em que são corretamente citados fundamentos da República Federativa do Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF).

a) pluralismo político, soberania e autodeterminação dos Poderes

b) autodeterminação dos Poderes, soberania e cidadania

c) soberania, cidadania e pluralismo político

d) cidadania, autodeterminação dos Poderes e proteção ambiental

e) proteção ambiental, cidadania e pluralismo político

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata do tema fundamentos da República Federativa do Brasil.

A alternativa A está incorreta. Embora pluralismo político e soberania sejam fundamentos da República, a autodeterminação dos Poderes não é considerada, nos termos do art. 1º da CRFB/88.

A alternativa B está incorreta. Embora cidadania e soberania sejam fundamentos da República, a autodeterminação dos Poderes não é considerada, nos termos do art. 1º da CRFB/88.

A alternativa C está correta. Todos os elementos citados são fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme o art. 1º, incisos I, II e V da CF/1988. Vejamos: "Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político".

A alternativa D está incorreta. Embora a cidadania seja um dos fundamentos da República, a autodeterminação dos Poderes e a proteção ambiental não são consideradas, nos termos do art. 1º da CRFB/88.

A alternativa E está incorreta. Embora pluralismo político e cidadania sejam fundamentos da República, a proteção ambiental não é considerada, nos termos do art. 1º da CRFB/88.

QUESTÃO 24. Conforme disposto na CF, os serviços notariais e de registro são exercidos

a) por titular de cargo privado, selecionado por processo seletivo público.

b) em caráter privado, por autorização do poder público.

c) por titular de cargo público, selecionado mediante concurso.

d) em caráter público, por delegação do poder público.

e) em caráter privado, por delegação do poder público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata do tema serviços notariais e de registro.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de processo seletivo público, mas de concurso público de provas e títulos. Além disso, o titular não ocupa um cargo privado, mas sim exerce atividade delegada em caráter privado, de acordo com o art. 236 da CF/1988.

A alternativa B está incorreta. Os serviços são exercidos em caráter privado, mas não por mera autorização do poder público. O regime é de delegação, nos termos do art. 236 da CF/1988.

A alternativa C está incorreta. Os titulares de serviços notariais e de registro não ocupam cargos públicos, em que pese sejam selecionados por concurso público. Eles exercem função delegada em caráter privado.

A alternativa D está incorreta. Embora a atividade tenha importância pública, ela é exercida em caráter privado, conforme o art. 236 da CF/1988.

A alternativa E está correta. A alternativa traduz expressamente o conteúdo do seguinte dispositivo: "Art. 236, CRFB/88: Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público".

QUESTÃO 25. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária

a) deve observar o princípio da anterioridade.

b) não se sujeita ao princípio da anterioridade.

c) deve observar o princípio da anualidade.

d) deve observar apenas a anterioridade nonagesimal.

e) deve observar apenas a anterioridade anual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do princípio da anterioridade tributária.

A alternativa A está incorreta. Alterações no prazo de recolhimento não criam nem aumentam tributos, portanto, não se submetem a esse princípio.

A alternativa B está correta. É a redação expressa da Súmula Vinculante nº 50, segundo a qual "norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade".

A alternativa C está incorreta. O princípio da anualidade não é aplicável em relação à alteração de prazos de recolhimento de obrigação tributária (SV nº 50).

A alternativa D está incorreta. Na hipótese de o Poder Público alterar o prazo de pagamento de um tributo, ocorrerá a produção de efeitos imediatos. Assim, não será necessária a observância dos princípios da anterioridade, seja anual ou nonagesimal (SV nº 50).

A alternativa E está incorreta. Nos termos da Súmula Vinculante nº 50, o caso trazido pelo examinador não se sujeita ao princípio da anterioridade.

QUESTÃO 26. A decretação da intervenção federal em decorrência de desobediência a ordem ou decisão judicial depende de:

a) Determinação de Ministro do STF.

b) Requisição do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

c) Ato de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

d) Provimento, pelo STF, de representação do Procurador-Geral da República.

e) Solicitação de Mesa-Diretora do Congresso Nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do tema intervenção federal.

De acordo com artigo 36 da CF: "Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário; II - no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral; III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal."

Portanto, a alternativa B está correta, conforme art. 36, II, da CF: A decretação da intervenção federal em decorrência de desobediência a ordem ou decisão judicial depende de requisição do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As alternativas A, C, D e E estão, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 27. Conforme a CF, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos são equivalentes a uma emenda constitucional, desde que sejam:

a) Internalizados por meio de decreto legislativo.

b) Ratificados pela maioria absoluta dos Estados signatários.

c) Ratificados pelo chefe do Poder Executivo.

d) Aprovados pelas duas casas do Congresso Nacional, por maioria absoluta.

e) Aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata do tema processo legislativo, mais precisamente sobre as emendas constitucionais.

Acerca dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, é o artigo 5º, § 3º, que dá o regramento. A seguir: "§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais."

Portanto, a alternativa E está correta. As alternativas A, B, C e D estão, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 28. Compete privativamente no presidente da República:

a) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

b) Nomear o Advogado-Geral da União.

c) Fixar os subsídios dos Ministros de Estado.

d) Apreciar os atos de renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

e) Autorizar os referendos e convocar os plebiscitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do tema Poder Executivo, mais precisamente sobre as competências do presidente da república.

A alternativa A está incorreta. Esta é uma competência do Congresso Nacional, conforme art. 49, V, da CF. Vejamos: "Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;"

A alternativa B está correta. Conforme determina art. 84, XVI, da CF: "Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;"

A alternativa C está incorreta. Esta é uma competência do Congresso Nacional, conforme art. 49, VIII, da CF. Vejamos: "Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;"

A alternativa D está incorreta. Esta é uma competência do Congresso Nacional, conforme art. 49, XII, da CF. Vejamos: "Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;"

A alternativa E está incorreta. Esta é uma competência do Congresso Nacional, conforme art. 49, XV, da CF. Vejamos: "Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;"

QUESTÃO 29. Carlos foi aprovado em um concurso público fora do número de vagas previsto no edital. Posteriormente durante o prazo de validade do certame, surgiram novas vagas para o mesmo cargo. Nessa situação hipotética, conforme a jurisprudência majoritária do STF:

a) Carlos não tem direito à nomeação, dado não haver direito subjetivo à nomeação de candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital.

b) Carlos não tem direito à nomeação, ressalvada a hipótese de preterição arbitrária e imotivada da ordem de classificação pela administração.

c) Carlos terá direito à nomeação se demonstrar a existência de vagas em aberto, além das originalmente previstas no edital.

d) Carlos terá direito imediato à nomeação se for anunciada a abertura de novo concurso durante a validade do certame anterior.

e) Carlos terá direito à nomeação se a criação de novas vagas tiver ocorrido após a homologação do resultado do certame.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do tema agentes públicos, mais precisamente sobre concurso público.

Conforme fixado pelo STF no Tema 784 de Repercussão Geral: "O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."

Portanto, a alternativa B está correta. As alternativas A, C, D e E estão, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 30. Segundo a CF, aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, pode adquirir o domínio do imóvel, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Nesse caso, de acordo com o texto constitucional, o título de domínio será concedido:

a) A cada um dos moradores, em condomínio.

b) Preferencialmente à mulher.

c) Ao homem, à mulher ou a ambos, independentemente do estado civil.

d) Ao casal, em partilha, ou ao chefe do grupo familiar, se este for solteiro, divorciado ou viúvo.

e) À unidade familiar, de forma coletiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Política Urbana, mais precisamente sobre a usucapião urbana.

De acordo com Art. 183, § 1º, da CF: "Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. § 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil."

Portanto, a alternativa C está correta. As alternativas A, B, D e E estão, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 31. Com base no disposto na Lei n.º 4.132/1962, considera-se interesse social para fins de desapropriação:

a) A criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves.

b) A construção de casas populares.

c) A segurança nacional.

d) A salubridade pública.

e) A exploração e a conservação dos serviços públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do tema Intervenção do Estado na Propriedade, mais precisamente sobre a Desapropriação Social.

A Desapropriação Social está prevista na Lei n.º 4.132/1962, cujo artigo 1º assim determina: "Art. 1º A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal." Conforme art. 2º, V, da Lei 4.132/1962, a alternativa correta é a letra B, pois é a única que se enquadra como interesse social. Vejamos: "Art. 2º Considera-se de interesse social: V - a construção de casa populares;".

As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas, por não constarem no rol do art. 2º da Lei 4.132/1962.

QUESTÃO 32. Caso determinado órgão da administração pública municipal realize processo licitatório para registro de preço, terão a faculdade de aderir à respectiva ata de registro de preço formalizada mediante licitação órgãos e entidades da administração pública:

a) municipal, somente.

b) federal, estadual e municipal.

c) estadual e municipal, somente.

d) estadual, somente.

e) federal, somente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata do tema Licitação, mais precisamente sobre o Registro de Preços.

Acerca da faculdade de aderir à respectiva ata de registro de preço formalizada mediante licitação, o art. 86, parágrafo 3º, II, assim determina: "§ 3º A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação."

Portanto, terá a faculdade de aderir à respectiva ata de registro de preço formalizada mediante licitação órgãos e entidades da administração pública municipal, somente. Logo, a alternativa A está correta. As alternativas B, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 33. A Lei n.º 11.781/2000, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual, prevê que, nos processos administrativos de que resultem sanções, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes susceptíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, tais processos administrativos poderão ser revistos:

a) A qualquer tempo, desde que de ofício, podendo a revisão resultar no agravamento da sanção.

b) A qualquer tempo, a pedido ou de ofício, não podendo a revisão resultar no agravamento da sanção.

c) Pelo prazo máximo de cinco anos, não podendo a revisão resultar no agravamento da sanção.

d) Pelo prazo máximo de cinco anos, podendo a revisão resultar no agravamento da sanção.

e) A qualquer tempo, desde que a pedido, podendo a revisão resultar no agravamento da sanção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do tema Processo Administrativo no âmbito da administração pública estadual de Pernambuco.

Especificamente no tocante à revisão dos processos administrativos, o artigo 65 da Lei n.º 11.781/2000, assim determina: "Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes susceptíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada. Parágrafo Único - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção."

Desta feita, os processos administrativos poderão ser revistos a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, não podendo a revisão resultar no agravamento da sanção. Logo, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 34. De acordo com a Lei n.º 9.790/1999, é passível de qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP):

a) Sindicato.

b) Associação de direito privado criada por órgão público.

c) Cooperativa.

d) Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

e) Associação de classe.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata do tema Terceiro Setor, mais precisamente sobre as OSCIPs.

As alternativas A e E estão incorretas. Conforme art. 2º, II, da Lei 9.790/99: "Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei: II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;"

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 2º, XII, da Lei 9.790/99: "Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei: XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;"

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 2º, X, da Lei 9.790/99: "Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei: X - as cooperativas;"

A alternativa D está correta. Conforme art. 1º, caput, da Lei 9.790/99: "Art. 1o Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei."

QUESTÃO 35. De acordo com o Decreto n.º 11.462/2023, que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021, o processo licitatório para registro de preços será realizado na modalidade:

a) leilão ou pregão.

b) concorrência ou diálogo competitivo.

c) concurso ou diálogo competitivo.

d) concurso ou pregão.

e) concorrência ou pregão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Licitação, mais precisamente sobre o Registro de Preços.

Sobre as modalidades licitatórias para o registro de preços, o art. 2º I, do Decreto n.º 11.462/2023 assim determina: "Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: I - sistema de registro de preços - SRP - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras;".

Portanto, a alternativa correta é a letra E. As alternativas A, B, C e D ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 36. As coisas de arte erudita, nacional e estrangeira que se constituírem patrimônio histórico e artístico nacional deverão ser inscritas no Livro do Tombo:

a) Das Artes Aplicadas.

b) Das Belas Artes.

c) Histórico.

d) Etnográfico.

e) Paisagístico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata do tema Intervenção do Estado na Propriedade, mais precisamente sobre o Tombamento.

Especificamente no tocante ao Livro do Tombo, o art. 4º do Decreto-Lei 25/37 traz a seguinte classificação: "Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte

arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º. 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.".

Portanto, as coisas de arte erudita, nacional e estrangeira que se constituírem patrimônio histórico e artístico nacional deverão ser inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes. Logo, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 37. Segundo o entendimento do STJ, em processo administrativo disciplinar, o controle jurisdicional, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, deve restringir-se ao exame:

a) do mérito e da competência.

b) do mérito e da finalidade.

c) da regularidade do procedimento e da legalidade do ato.

d) da competência e da legalidade do ato.

e) da finalidade e da regularidade do procedimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema processo administrativo disciplinar, sob a ótica da jurisprudência do STJ.

De acordo com a Súmula 665 do STJ sobre o tema: "O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada. (PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2023, DJe de 14/12/2023)".

Portanto, a alternativa correta é a letra C, conforme entendimento do STJ: O controle jurisdicional deve restringir-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 38. Suponha que determinados agentes públicos tenham praticado as seguintes condutas: Simone utilizou, em obra particular, trabalho de servidores do órgão em que é lotada; Lucas facilitou a aquisição de bem por preço superior ao de mercado; e Pedro permitiu chegar ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política capaz de afetar o preço de mercadoria. Nessa situação, nos termos da Lei n.º 8.429/1992,

estará(ão) sujeito(s) a responder por ato de improbidade administrativa seja a conduta por ato doloso, seja por omissão dolosa:

a) Lucas, somente.

b) Simone e Pedro, somente.

c) Simone, Lucas e Pedro.

d) Simone e Lucas, somente.

e) Lucas e Pedro, somente.

Comentários

A alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar da banca foi a **letra E**. No entanto, entende-se que, na verdade, a alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

Simone praticou conduta constante do artigo 9, IV, da Lei 8.429/92. Vejamos: "Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: IV - utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades;".

Lucas praticou conduta constante do artigo 10, V, da Lei 8.429/92. Vejamos: "Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;".

Pedro praticou conduta constante do artigo 11, VII, da Lei 8.429/92. Vejamos: "Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço."

Portanto, todos os 3 responderão por ato de improbidade administrativa. Logo, apesar de a alternativa apontada como correta pela banca ser a letra E, entende-se, a partir da explicação acima, que a alternativa correta, na verdade, é a letra C.

QUESTÃO 39. A ratificação de protocolo de intenções para a celebração de contrato de consórcio público e a posterior alteração do respectivo contrato dependerão:

a) Ambas de emissão de portaria pelas partes envolvidas.

b) Da publicação de decreto e portaria respectivamente.

c) Ambas de aprovação de lei.

d) Ambas de publicação de decreto.

e) Da publicação de lei e decreto, respectivamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema consórcios públicos.

Sobre o protocolo de intenções, o artigo 5º da Lei 11.107/2005 assim determina: "Art. 5º O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções." E, o artigo 12-A complementa: "Art. 12-A. A alteração de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei pela maioria dos entes consorciados."

Portanto, tanto a ratificação de protocolo de intenções quanto a posterior alteração do respectivo contrato dependerão, ambos, de aprovação de lei. Logo, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 40. A concessão de serviço público precedida da execução de obra pública pode ocorrer na modalidade licitatória:

a) leilão ou concorrência.

b) concorrência ou concurso.

c) concurso ou diálogo competitivo.

d) concorrência ou diálogo competitivo.

e) leilão ou concurso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema concessão de serviços públicos.

Sobre a concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, o art. 2º, III, da Lei 8.987/95 assim dispõe: "Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se: III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegados pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de

forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;"

Portanto, em suma, a concessão de serviço público precedida da execução de obra pública pode ocorrer na modalidade licitatória concorrência ou diálogo competitivo. Logo, correta a alternativa D. As alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 41. Em relação ao tema do Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) Não é permitida a edição de medidas provisórias em matéria tributária.

b) o conteúdo acerca da matéria de tributação se exaure em capítulo constitucional específico.

c) Na CF, o capítulo referente ao Sistema Tributário Nacional trata não apenas de matéria tributária, mas também de direito financeiro.

d) As matérias tributárias são textualmente incluídas no conceito de cláusulas pétreas.

e) As leis de natureza tributária federal são de iniciativa privativa do presidente da República.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre o Sistema Tributário Nacional.

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal permite a edição de medidas provisórias em matéria tributária, desde que respeitados os limites constitucionais, como a possibilidade de alteração da legislação tributária por medida provisória no caso de impostos regulados por leis ordinárias (art. 62 da CF).

A alternativa B está incorreta. A matéria tributária não se exaure em um único capítulo da Constituição. Embora o capítulo do Sistema Tributário Nacional (art. 145 a 162 da CF) trate de vários aspectos tributários, a Constituição também toca em outros aspectos tributários em outras partes, como nas normas que tratam de competência tributária, isenções, e limitações ao poder de tributar.

A alternativa C está correta. Pois, de fato, trata também de direito financeiro, como por exemplo, quando trata de repartição de receita.

A alternativa D está incorreta. Textualmente não. Poderíamos afirmar que é de maneira implícita, como as imunidades recíprocas.

A alternativa E está incorreta, pois as leis de natureza tributária de competência federal podem ser iniciativas de diversos atores, como o Presidente da República (para leis de iniciativa privativa), mas também de deputados federais e senadores (para as demais matérias tributárias). A iniciativa privativa do Presidente da República se aplica somente a leis que tratam de impostos e contribuições para a seguridade social (art. 61, §1º, II, da CF).

QUESTÃO 42. No que diz respeito à aplicação da norma tributária, assinale a opção Correta de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN).

a) Os princípios gerais de direito privado são utilizados para a definição dos efeitos tributários dos institutos de direito privado.

b) A utilização dos princípios gerais de direito público precede a aplicação da analogia.

c) A aplicação dos princípios gerais de direito privado não está prevista na legislação tributária

d) A utilização dos princípios gerais de direito privado precede a aplicação da equidade.

e) A aplicação dos princípios gerais de direito privado é utilizada para a definição dos efeitos tributários de seus institutos.

Comentários

Entendemos que a questão deverá ser **anulada** diante da ausência de alternativa correta. A mesma trata sobre princípios tributários.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o art. 109 do CTN que expressamente prevê: "Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários".

A alternativa B está incorreta. Ao analisarmos o art. 108 do CTN, podemos observar que a analogia precede os princípios gerais do direito público.

A alternativa C está incorreta, pois no art. 109 do CTN podemos ver que há tal previsão.

A alternativa D está incorreta. Pois não há previsão da utilização do direito privado no art. 108 do CTN.

A alternativa E está incorreta, pois, como vimos acima, os princípios gerais do direito privado não podem ser utilizados para a definição dos efeitos tributários.

QUESTÃO 43. No que concerne à anistia tributária, assinale a opção correta à luz do disposto no CTN.

a) A anistia tributária pode ser concedida limitadamente a contribuintes com idade avançada.

b) A concessão da anistia tributária exige aprovação por meio de lei.

c) A concessão da anistia tributária alcança os atos que sejam praticados com simulação pelo sujeito passivo, desde que não configurem crime.

d) A anistia tributária pode abranger infrações cometidas antes ou após a vigência da norma que a concede.

e) A concessão da anistia tributária alcança os atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, desde que de natureza tributária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre a anistia tributária.

A alternativa A está incorreta. O CTN não prevê a concessão de anistia tributária com base em critérios como a idade avançada do contribuinte. O CTN, em seu artigo 181, trata das limitações para a concessão de anistia.

A alternativa B está correta. De fato, precisa ser concedida por meio de lei. Podemos ver que a concessão da mesma é dada pela administração quando atendidos os critérios atendidos em lei, conforme previsão do art. 182 do CTN.

A alternativa C está incorreta, pois a anistia não alcança atos praticados com simulação pelo sujeito passivo, conforme art. 180, inciso I do CTN.

A alternativa D está incorreta. A anistia apenas alcança as infrações cometidas antes de sua vigência, conforme prevê o art. 180 do CTN.

A alternativa E está incorreta, pois, conforme entendimento do art. 180 do CTN, a anistia não alcança atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.

QUESTÃO 44. Assinale a opção correta a respeito da ação de execução fiscal, conforme entendimento do STF.

a) O ente público exequente somente pode requerer a desistência de execução fiscal se essa execução atender a um tributo específico.

b) O juiz pode determinar a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa.

c) O juiz pode determinar a extinção de execução fiscal de qualquer valor pela ausência de interesse de agir, em face do princípio constitucional da eficiência administrativa.

d) O ente público exequente não pode requerer a desistência de execução fiscal de baixo valor em razão do princípio da moralidade administrativa.

e) O ente público exequente não pode requerer a extinção de execução fiscal de baixo valor, em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre execução fiscal.

A alternativa A está incorreta. O STF não admite desistência da execução fiscal em razão do tipo de tributo, mas sim, em razão de seu valor.

A alternativa B está correta. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Justiça estadual pode extinguir processos judiciais pelos quais o poder público cobra débitos, as chamadas execuções fiscais, quando o valor for baixo (Tema 1284 - RE 1355208).

A alternativa C está incorreta. Não é sobre qualquer valor, mas tão somente relativos a valores baixos.

As alternativas D e E estão incorretas, pois, como vimos acima, é possível a desistência da execução fiscal de baixo valor.

QUESTÃO 45. Para efeitos da previdência social, em conformidade com a Lei de Custeio da Previdência Social n.° 8.212/1991, são considerados contribuintes individuais

a) os brasileiros que prestam serviço no Brasil a missão diplomática não amparados pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática.

b) os estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como empregados em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.

c) aqueles que, contratados por empresa de trabalho temporário prestam serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente.

d) os estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como empregados em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.

e) os ministros de confissão religiosa e os membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre contribuintes individuais, conforme a Lei 8.212/91.

A alternativa E está correta e em plena consonância com o art. 12, inciso V, alínea c, da Lei. 8.212/91.

As demais alternativas, A, B, C e D estão incorretas, pois nelas constam a definição de empregados conforme a Lei 8.212/91, e não de contribuintes individuais.

QUESTÃO 46. Caso um cartório de notas seja demandado a lavrar uma escritura que contenha, além do pacto principal, pactos adjetos, suscetíveis de desdobramento em mais de um instrumento e envolvendo as mesmas partes, os custos dessa escritura corresponderão ao valor

a) Do pacto principal acrescido do menor valor para escritura multiplicado pelo número de pactos adjetos.

b) Do pacto principal multiplicado pelo número de pactos adjetos.

c) Do pacto principal acrescido de um valor mínimo de escritura, para cada um dos demais pactos.

d) Do pacto principal, apenas.

e) Do pacto principal acrescido de um quarto do valor correspondente a cada um dos demais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A alternativa A está incorreta. Conforme nota explicativa (1) do ato 1209/2021 (Tabela de Emolumentos do Estado), se a escritura contiver, além do pacto principal, pactos adjetos, suscetíveis de desdobramento em mais de um instrumento, envolvendo as mesmas partes, serão cobrados emolumentos sobre o valor do pacto principal e mais 1/4 (um quarto) do valor correspondente a cada um dos demais.

As alternativas B, C e D estão incorretas Mesma base legal da alternativa anterior.

A alternativa E está correta, conforme nota explicativa (1) do ato 1209/2021 (Tabela de Emolumentos do Estado).

QUESTÃO 47. Com vistas a estimular o emprego no Brasil, a União criou, por meio de lei, a contribuição social previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) em substituição à contribuição patronal ordinária.

Questionou-se, então se seria ou não constitucional a inclusão do

imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) na base de cálculo da nova contribuição previdenciária para empresas que prestem serviços.Quanto a tal matéria, o STF decidiu que

a) a inclusão do ISS na base de cálculo é constitucional.

b) a inclusão do ISS na base de cálculo dependeria da natureza do respectivo serviço prestado pela empresa contribuinte.

c) a inclusão do ISS na base de cálculo depende da natureza jurídica do respectivo contribuinte.

d) caberia ao STJ deliberar a questão.

e) a inclusão do ISS na base de cálculo somente seria constitucional se o objeto da empresa não fosse prestação de serviços.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre a inclusão do ISSQN na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), prevista na Lei nº 12.546/11.

A alternativa A está correta. O assunto trata de Tese firmada pelo STF de que: "É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita" - (RE 1285845).

A alternativa B está incorreta. Não há previsão de tal requisito.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão de tal requisito.

A alternativa D está incorreta. A questão já foi deliberada pelo STF.

A alternativa E está incorreta, pois não há previsão de tal requisito.

QUESTÃO 48. De acordo com o entendimento do STF acerca da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da CF, as empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais

a) são beneficiárias da imunidade tributária recíproca, independentemente de oferecerem risco ao equilíbrio concorrencial.

b) são beneficiárias da imunidade tributária recíproca, desde que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.

c) não são beneficiárias da imunidade tributária recíproca.

d) são beneficiárias da imunidade tributária recíproca, desde que não cobrem tarifa como contraprestação do serviço.

e) são beneficiárias da imunidade tributária recíproca, desde que somente distribuam lucros a acionistas privados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre imunidade tributária.

A alternativa A está incorreta. O STF entende que deve haver observância dos riscos.

A alternativa B está correta. O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou jurisprudência de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, delegatárias de serviços públicos essenciais, são beneficiárias de imunidade tributária recíproca, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço. (RE 1320054, com repercussão geral, Tema 1.140).

A alternativa C está incorreta, pois, como vimos acima, serão beneficiárias da imunidade.

A alternativa D está incorreta, pois, conforme decisão do STF, serão beneficiárias, independentemente de cobrança de tarifa.

A alternativa E está incorreta. No mesmo julgamento, o STF posicionou que o benefício: "é concedido quando não houver distribuição de lucros a acionistas privados e nos casos de ausência de risco ao equilíbrio concorrencial".

QUESTÃO 49. Para efeitos da Lei Estadual n.° 13.974/2009, que disciplina o imposto sobre heranças, legados e doações, considera-se doação

a) a renúncia feita pelo legatário em favor do monte mor.

b) a transmissão a título de antecipação de herança.

c) a renúncia feita pelo herdeiro em favor do monte mor.

d) a transmissão onerosa a título de antecipação de herança.

e) a cessão onerosa feita pelo herdeiro em favor de pessoa determinada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre o Imposto de Transmissão "Causa Mortis", previsto em lei estadual (Lei 13.974/09).

A alternativa A está incorreta. Monte mor é a totalidade dos bens deixados pelo falecido. O art. 1º da lei em questão, estabelece que será considerada doação a renúncia feita pelo legatário em favor de pessoa determinada ou determinável, e não ao monte mor.

A alternativa B está correta. O art. 1º da Lei 13.974/09, em seu § 4º, inciso I, alínea a, estabelece que a transmissão, a título de antecipação de herança, é considerada como doação.

A alternativa C está incorreta, conforme explicação da alternativa A.

As alternativas D e E estão incorretas, pois, doações, conforme o entendimento do art. 1º da Lei 13.974/09, são transmissões não-onerosas.

QUESTÃO 50. Antes de 1988, o CTN (Lei n.° 5.172/1966) e a Lei de Execuções Fiscais (Lei n.° 6.830/1980) estabeleciam a preferência da União em relação a estados, municípios e Distrito Federal na cobrança judicial de créditos da dívida ativa. Ao examinar a matéria em 1976, o STF confirmou essa preferência, tendo inclusive editado a Súmula 563. Em 2015, a suprema corte firmou o entendimento de que

a) a preferência é recepcionada pela CF e deve obedecer às cobranças de dívida ativa na ordem crescente de valores de execução.

b) a preferência é recepcionada pela CF e se mantém vigente.

c) a preferência não é recepcionada pela CF.

d) a preferência é dos municípios.

e) a preferência é dos estados e do Distrito Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre preferência na cobrança judicial de crédito tributário.

A alternativa A está incorreta. A preferência não é recepcionada pela Constituição Federal. A Súmula 563 dizia que: "O concurso de preferência a que se refere o parágrafo único do art. 187 do Código Tributário Nacional é compatível com o disposto no art. 9º, I, da Constituição Federal ('A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado: I - criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uns contra outros Estados ou Municípios')". Tal súmula foi cancelada.

A alternativa B está incorreta. A Súmula em questão foi cancelada em 2015 com o julgamento da ADPF 357, pelo STF.

A alternativa C está correta. Ao julgar a ADPF 357, o STF decidiu que não há preferência em execuções fiscais.

As alternativas D e E estão incorretas, pois, como vimos acima, não há preferência em execuções fiscais.

QUESTÃO 51. A luz do disposto no Código Civil, assinale a opção correta acerca do direito das sucessões.

a) Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, independentemente de qualquer direito de representação.

b) Na falta de irmãos, herdarão os tios e, não os havendo, os sobrinhos do autor da herança.

c) A exclusão dos herdeiros facultativos deve ocorrer por meio da deserdação.

d) Não sobrevivendo cônjuge, companheiro ou parente sucessível, ou tendo eles renunciado à herança, esta será destinada ao município onde tiver ido a óbito o falecido.

e) Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a ordem da vocação hereditária.

A alternativa A está incorreta. A alternativa confronta o entendimento do art. 1.840, CC: "Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, salvo o direito de representação concedido aos filhos de irmãos".

A alternativa B está incorreta. Segundo o art. 1.843 do CC: "Na falta de irmãos, herdarão os filhos destes e, não os havendo, os tios".

A alternativa C está incorreta. A exclusão dos herdeiros facultativos ocorre por meio de sentença (art. 1.815 do Código Civil).

A alternativa D está incorreta. Segundo o art. 1.844, CC: "Não sobrevivendo cônjuge, ou companheiro, nem parente algum sucessível, ou tendo eles renunciado a herança, esta se devolve ao Município ou ao Distrito Federal, se localizada nas respectivas circunscrições, ou à União, quando situada em território federal". Portanto, não se trata do local onde ocorreu o óbito, mas sim da localização da herança.

A alternativa E está correta. É exatamente o que preceitua o art. 1.841 do Código Civil: "Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar".

QUESTÃO 52. De acordo com a jurisprudência do STJ, a legítima

a) poderá ser incluída no testamento desde que não resulte em privação ou em redução dessa parcela aos herdeiros necessários.

b) não poderá ser incluída no testamento por expressa vedação legal.

c) poderá ser incluída no testamento desde que não resulte em privação ou em redução dessa parcela aos herdeiros legítimos.

d) não poderá ser incluída no testamento por não ser hipótese de interpretação analógica.

e) poderá ser incluída no testamento mesmo que resulte em privação ou em redução dessa parcela aos herdeiros legítimos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre a legítima no contexto do testamento.

A alternativa A está correta. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), definiu que a parte indisponível do patrimônio, que cabe aos herdeiros necessários, pode constar em testamento, desde que isso não implique privação ou redução da parcela a eles destinada por lei, por entender que o autor da herança tem o direito de organizar e estruturar a sucessão.

A alternativa B está incorreta. De fato, o Código Civil prevê tal vedação em seu art. 1.857, § 1º. No entanto, a questão pede o entendimento do STJ sobre o tema.

A alternativa C está incorreta. Conforme vimos acima, poderá ser incluída desde que não implique privação ou redução da parcela destinada aos herdeiros necessários, e não aos herdeiros legítimos.

A alternativa D está incorreta. Como vimos acima, o entendimento do STJ autoriza tal inclusão.

A alternativa E está incorreta, pois a inclusão não pode resultar em privação ou em redução da parcela aos herdeiros necessários.

QUESTÃO 53. Conforme entendimento jurisprudencial do STJ, o bem integrante da herança jacente é incorporado ao domínio do ente público

a) com a sentença de declaração de vacância, podendo até esse momento ser exercida posse *ad usucapionem*.

b) após o decurso do prazo de cinco anos, a contar da abertura da sucessão, mas não se admite o exercício de posse *ad usucapionem*.

c) no momento da abertura da sucessão, razão por que não se admite o exercício de posse *ad usucapionem*.

d) a partir da arrecadação, podendo até esse momento ser exercida posse *ad usucapionem*.

e) com a instauração do arrolamento, podendo até esse momento ser exercida posse *ad usucapionem*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre herança jacente.

A alternativa A está correta. É exatamente o que entende o STJ. No julgamento do REsp 36.959/SP, a Terceira Turma do Superior Tribunal manifestou que: "O Estado não adquire a propriedade dos bens que integram a herança jacente, até que seja declarada a vacância, de modo que, nesse interregno, estão sujeitos à usucapião."

A alternativa B está incorreta. Conforme vimos acima, o STJ entende que os bens estão sujeitos à usucapião.

A alternativa C está incorreta. O entendimento do STJ é de que a herança jacente será incorporada ao domínio do ente público a partir da declaração da vacância, e não no momento da abertura da sucessão. No mais, até o momento da sentença, os bens estão sujeitos à usucapião.

As alternativas D e E estão incorretas, pois, é a partir da declaração da vacância que os bens serão incorporados ao domínio do ente público.

QUESTÃO 54. Assinale a opção correta acerca da cláusula testamentária duvidosa, segundo entendimento do STJ.

a) Por ser inviável a busca da real vontade do testador, deve ser declarada nula a cláusula testamentária que ofereça dúvida.

b) A cláusula em questão não pode ser objeto de cumprimento, por ser inviável saber qual a melhor interpretação que assegure a observância da vontade do testador.

c) Por ser inviável a busca da real vontade do testador, deve ser adotada a solução que confira maior eficácia utilidade à cláusula escrita, devendo o intérprete valer-se das manifestações de vontade externadas em vida pelo testador, ainda que não constem do próprio testamento.

d) A mencionada cláusula deve ser compreendida da forma que melhor se harmonize com a vontade manifestada pelo testador, devendo a interpretação ficar limitada à cláusula que isoladamente ofereça dúvida.

e) A referida cláusula deve ser compreendida da forma que melhor se harmonize com a vontade manifestada pelo testador, devendo a interpretação ficar limitada ao próprio testamento, considerado o conjunto das disposições testamentárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre cláusulas testamentárias duvidosas.

A alternativa A está incorreta. A cláusula duvidosa não é necessariamente declarada nula. A jurisprudência do STJ orienta que, ao se deparar com cláusulas duvidosas, o intérprete deve buscar a melhor forma de interpretar e cumprir a vontade do testador, não anulando a cláusula. A nulidade é uma medida extrema que não é aplicada automaticamente em caso de dúvida.

A alternativa B está incorreta. A jurisprudência do STJ não preconiza a impossibilidade de cumprimento de cláusulas duvidosas, mas sim a busca de uma interpretação que faça com que a vontade do testador seja observada da melhor forma possível, mesmo diante da dúvida.

A alternativa C está incorreta. Quando analisamos a ementa do REsp n. 1.532.544 - RJ, podemos observar que é viável a busca da real vontade do testador na apreciação das disposições testamentárias.

A alternativa D está incorreta. Segundo o entendimento do STJ: "para poder aferir a real vontade do testador, torna-se necessário apreciar o conjunto das disposições testamentárias, e não determinada cláusula que, isoladamente, ofereça dúvida". - (REsp n. 1.532.544 - RJ)

A alternativa E está correta. Segundo o entendimento do STJ: "Na existência de cláusula testamentária duvidosa, que remete a interpretações distintas, deve-se compreendê-la de modo que melhor se harmonize com a vontade manifestada pelo testador, em atenção ao princípio da soberania da vontade desse, insculpido nos artigos 112 e 1.899 do Código Civil." (REsp n. 1.532.544 - RJ).

QUESTÃO 55. De acordo com a jurisprudência do STJ caracteriza-se como hipótese em que o autor da herança está autorizado a deserdar o herdeiro necessário

a) a prática de denunciação caluniosa, em juízo cível ou criminal, em desfavor do autor da herança.

b) o ajuizamento de ação de curatela em face do autor da herança em que fique demonstrado ter o proponente incorrido em abuso de direito quanto à demanda proposta.

c) a prática de tentativa de homicídio culposo contra o autor da herança.

d) prática de atitudes desrespeitosas para com o autor da herança.

e) o exercício do direito de ação, por meio da instauração de incidente que objetive remover o autor da herança do cargo de inventariante de sucessão que já tenha sido aberta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre a deserdação.

A alternativa A está incorreta. O STJ entende que a deserdação diante de tal hipótese ocorrerá apenas quando estivermos diante de denúncia caluniosa diante do juízo criminal - (REsp 1.185.122, STJ).

A alternativa B está correta. Em julgamento do REsp 1.185.122, o STJ manifestou o entendimento de que o mero exercício do direito de ação de interdição do testador, não é, por si só, fato hábil a induzir pena de deserção do herdeiro, mas que tal fato poderia ocorrer caso reste devidamente caracterizado o abuso de direito.

A alternativa C está incorreta. O art. 1.814, inciso I do Código Civil, dispõe sobre a hipótese de crime de homicídio doloso, e não culposo como afirma a alternativa.

A alternativa D está incorreta. Não há tal previsão legal. A deserdação requer motivos mais graves, como indignidade ou ofensas específicas previstas no Código Civil, como o homicídio doloso ou a calúnia. "Atitudes desrespeitosas" em si não são motivo suficiente para deserdação.

A alternativa E está incorreta, conforme vimos acima, ao julgar o REsp 1.185.122, o STJ manifestou o entendimento de que o mero exercício do direito de ação de interdição do testador, não é, por si só, fato

hábil a induzir pena de deserção do herdeiro, mas que tal fato poderia ocorrer caso reste devidamente caracterizado o abuso de direito.

QUESTÃO 56. Assinale a opção correta acerca do contrato escrito de convivência da união estável, conforme entendimento do STJ.

a) É admissível que o referido contrato disponha sobre o regime de bens, sendo válidas cláusulas que estabeleçam a retroatividade dos efeitos pessoais e patrimoniais do pacto.

b) É vedado ao referido contrato dispor sobre o regime de bens, devendo vigorar entre os conviventes a comunhão parcial de bens.

c) É vedado ao mencionado contrato dispor sobre o regime de bens, devendo vigorar entre os conviventes a separação convencional de bens.

d) É admissível que o mencionado contrato disponha sobre o regime de bens, sendo válidas cláusulas que estabeleçam a retroatividade dos efeitos patrimoniais do pacto.

e) É admissível que o referido contrato disponha sobre o regime de bens, sendo, entretanto, inválidas cláusulas que estabeleçam a retroatividade dos efeitos patrimoniais do pacto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre contrato escrito de convivência da união estável.

A alternativa A está incorreta. Embora seja admissível que o contrato de convivência estabeleça o regime de bens entre os conviventes, não é válida a cláusula que estabelece retroatividade dos efeitos. A retroatividade (ou seja, a aplicação do contrato a períodos anteriores à sua assinatura) não é permitida quando se trata de aspectos patrimoniais, pois isso pode prejudicar terceiros e comprometer a segurança jurídica das relações patrimoniais.

A alternativa B está incorreta. O contrato de união estável pode dispor sobre o regime de bens, ou seja, os conviventes podem escolher entre regimes como comunhão parcial de bens, separação de bens, ou outros regimes, desde que estabelecido no contrato. A comunhão parcial de bens é o regime legal aplicável na falta de estipulação expressa.

A alternativa C está incorreta. O contrato escrito de convivência pode sim dispor sobre o regime de bens, e os conviventes têm liberdade para escolher entre vários regimes, incluindo separação de bens. Contudo, essa escolha deve ser expressa no contrato.

A alternativa D está incorreta. O contrato pode dispor sobre o regime de bens, mas não pode ter efeitos retroativos no que diz respeito aos efeitos patrimoniais. A retroatividade pode causar insegurança jurídica, por isso é vedada.

A alternativa E está correta e em conformidade com o entendimento do STJ sobre o Tema: “Em razão da interpretação do art. 1.725 do CC/2002, decorre a conclusão de que não é possível a celebração de

escritura pública modificativa do regime de bens da união estável com eficácia retroativa, especialmente porque a ausência de contrato escrito convivencial não pode ser equiparada à ausência de regime de bens na união estável não formalizada, inexistindo lacuna normativa suscetível de ulterior declaração com eficácia retroativa."

QUESTÃO 57. De acordo com o entendimento do STJ, o regime de separação total de bens entre os cônjuges, contratado por meio do pacto antenupcial,

a) não se extingue com a morte de um dos contratantes, produzindo efeitos após a morte de qualquer dos cônjuges com a exclusão do supérstite da condição de herdeiro quando houver qualquer parente sucessível.

b) não se extingue com a morte de um dos contratantes, produzindo efeitos após a morte de qualquer dos cônjuges com a exclusão do supérstite da condição de herdeiro desde que o *de cujus* tenha deixado descendentes.

c) extingue-se com a morte de um dos contratantes, não podendo produzir efeitos após esse momento por haver vedação expressa no ordenamento pátrio quanto à concessão de ultratividade do regime patrimonial capaz de emprestar eficácia póstuma ao regime matrimonial.

d) O extingue-se com a morte de um dos contratantes, não podendo produzir efeitos após esse momento por inexistir no ordenamento pátrio previsão de ultratividade do regime patrimonial capaz de emprestar eficácia póstuma ao regime matrimonial.

e) não se extingue com a morte de um dos contratantes, produzindo efeitos após esse momento com a exclusão do cônjuge supérstite da condição de herdeiro desde que o *de cujus* tenha deixado ascendentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre regime de separação total de bens.

A alternativa A está incorreta. O regime de separação total de bens não tem efeitos após a morte, uma vez que não há "ultratividade" do regime. Além disso, a exclusão do cônjuge sobrevivente da sucessão não está relacionada ao regime de bens, mas sim a disposições de indignidade ou deserdamento, que são causas específicas previstas no Código Civil (art. 1.814).

A alternativa B está incorreta. O regime de separação total de bens não tem efeitos após a morte, e o cônjuge sobrevivente não é automaticamente excluído da condição de herdeiro apenas pela existência de descendentes do falecido.

A alternativa C está incorreta. Não há tal previsão legal.

A alternativa D está correta. Está em plena conformidade com o entendimento do STJ, conforme podemos observar no julgamento do Resp 1.840.911.

A alternativa E está incorreta, pois como vimos acima, extingue-se com a morte dos contratantes.

QUESTÃO 58. Segundo entendimento do STJ, na hipótese de ser formalizado, por escritura pública, pacto antenupcial que não seja seguido pelo casamento, permanecendo o casal a conviver sob a forma de união estável, esse pacto

a) poderá ser aproveitado na sua eficácia como contrato de convivência, devendo reger a união estável desde que os conviventes expressamente manifestem vontade nesse sentido.

b) não poderá ser aproveitado como contrato de convivência por ser considerado inexistente.

c) poderá ser aproveitado na sua eficácia como contrato de convivência, devendo reger a união estável.

d) não poderá ser aproveitado como contrato de convivência por ser ineficaz.

e) não poderá ser aproveitado como contrato de convivência por ser inválido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre pacto antenupcial.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o ministro relator do recurso AREsp 2.064.895: "um pacto realizado por escritura pública, ainda que não tenha sido seguido pelo casamento, deve ter sua eficácia aproveitada como um contrato de convivência, devendo reger a união para a qual foi celebrado". Veja que o entendimento é de um "dever" não de uma faculdade.

As alternativas B, D e E estão incorretas, pois como vimos acima, tal pacto será aproveitado.

A alternativa C está correta. Como pudemos observar, no julgamento do AREsp 2.064.895, pelo STJ, o entendimento é de que, uma vez realizado o pacto por escritura pública, este deve reger a união para o qual foi celebrado. Trata-se de um dever e não de uma faculdade, o pacto por si, traduz a manifestação clara do modo como os conviventes pretendem seguir a relação.

QUESTÃO 59. Conforme entendimento do STJ o direito real de habitação do cônjuge supérstite

a) não vigora se o regime de casamento do casal tiver sido o de separação obrigatória de bens.

b) extingue-se se ele vier a contrair novo matrimônio ou falecer

c) extingue-se se ele vier a constituir nova família sob a forma de união estável.

d) é assegurado em relação ao imóvel em que o casal residia tempo da abertura da sucessão, ainda que o *de cujus* tenha deixado outro imóvel dessa natureza.

e) tem natureza de direito real, vitalício e personalíssimo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre direito real de habitação do cônjuge supérstite.

A alternativa A está incorreta. O direito real de habitação do cônjuge supérstite não depende do regime de bens do casal, mas sim da utilização do imóvel como residência do casal. O direito de habitação pode ser usufruído mesmo no regime de separação obrigatória de bens, desde que o imóvel seja o único utilizado como moradia.

A alternativa B está incorreta. O direito real de habitação não se extingue com o novo casamento do cônjuge sobrevivente. A única forma de extinção do direito de habitação é com o falecimento do cônjuge supérstite ou se o imóvel deixar de ser o único utilizado como moradia. O novo casamento não gera a perda desse direito. (Conforme entendimento REsp nº 1.520.294 - SP).

A alternativa C está incorreta. O direito real de habitação não é extinto pela constituição de nova união estável. A jurisprudência do STJ entende que, enquanto o cônjuge supérstite viver, o direito de habitação persiste, independentemente de ele constituir nova família. - (REsp nº 1.520.294 - SP).

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 1.831 do Código Civil, tal direito é assegurado desde que seja o único imóvel daquela natureza a inventariar.

A alternativa E está correta. Segundo a jurisprudência do tribunal, o direito real de habitação – vitalício e personalíssimo – emana diretamente da lei (artigo 1.831 do Código Civil de 2002 e artigo 7º da Lei 9.272/1996) e objetiva assegurar moradia digna ao viúvo ou à viúva no local em que antes residia com sua família.

QUESTÃO 60. Consoante entendimento do STJ, o direito de passagem forçada é atribuído

a) unicamente ao possuidor, independentemente do pagamento de indenização.

b) ao proprietário e ao possuidor, independentemente do pagamento de indenização.

c) unicamente ao proprietário, mediante pagamento de indenização.

d) ao proprietário e ao possuidor, mediante pagamento de indenização.

e) unicamente ao proprietário, independentemente do pagamento de indenização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre o direito de passagem forçada.

A alternativa A está incorreta. O direito de passagem forçada não é concedido exclusivamente ao possuidor, mas também ao proprietário do imóvel que necessita do acesso. Nesse sentido, a Terceira

Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o possuidor tem direito à passagem forçada na hipótese de imóvel encravado, nos termos do artigo 1.285 do Código Civil - (Resp nº 2.029.511 - PR).

A alternativa B está incorreta. De fato, o direito de passagem é concedido ao proprietário e ao possuidor, conforme entendimento do STJ. No entanto, o erro da alternativa está em afirmar "independentemente do pagamento de indenização". Esta deverá ocorrer, conforme entendimento do artigo 1.285, CC: "O dono do prédio que não tiver acesso a via pública, nascente ou porto, pode, mediante pagamento de indenização cabal, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário".

A alternativa C está incorreta. Conforme vimos acima, o STJ entende que o possuidor também tem direito à passagem forçada na hipótese de imóvel encravado - (Resp nº 2.029.511 - PR).

A alternativa D está correta. A alternativa encontra-se em conformidade com o entendimento do STJ, manifestado no julgamento do Resp nº 2.029.511 - PR e com o art. 1.285 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois, como vimos acima, a indenização é necessária e o direito não é percebido unicamente pelo proprietário.

QUESTÃO 61. De acordo com o entendimento do STJ, em se tratando de contrato de locação por prazo indeterminado, o fiador poderá notificar o locador para fins de exonerar-se da fiança

a) sempre que lhe convier, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança pelo prazo de cento e vinte dias após notificar o locador.

b) sempre que lhe convier, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança durante sessenta dias após o locador ser notificado.

c) após trinta dias do início da vigência do contrato, ficando desobrigado dos efeitos da fiança imediatamente após notificar o locador.

d) após quarenta e cinco dias de vigência do contrato, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança até o fim do contrato.

e) após sessenta dias de vigência do contrato, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança até o fim do contrato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre locação de prazo indeterminado, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e a legislação vigente.

A alternativa A está correta. Conforme o art. 40, X da Lei 8.245/91 "O locador poderá exigir novo fiador ou a substituição da modalidade de garantia, nos seguintes casos: X – prorrogação da locação por prazo indeterminado uma vez notificado o locador pelo fiador de sua intenção de desoneração, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança, durante 120 (cento e vinte) dias após a notificação ao locador."

Ou seja, o locador pode exigir um novo fiador ou a substituição da garantia, nos casos de prorrogação da locação por prazo indeterminado, após ser notificado pelo fiador de sua intenção de desoneração. O fiador continua responsável por todos os efeitos da fiança durante um período de 120 dias após a notificação ao locador. A jurisprudência do STJ exarada no REsp 1.863.571, em que se examinou a responsabilidade do fiador por débitos decorrentes de locação de imóveis, especialmente diante da prorrogação da locação por prazo indeterminado.

A alternativa B está incorreta. A legislação estabelece um prazo de 120 dias, e não 60 dias (art. 40, X da Lei 8.245/91).

A alternativa C está incorreta. A desoneração imediata não é prevista pela Lei do Inquilinato. A responsabilidade continua por 120 dias após a notificação (art. 40, X da Lei 8.245/91).

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade do fiador continua por 120 dias após a notificação, não até o fim do contrato necessariamente (art. 40, X da Lei 8.245/91).

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade do fiador continua por 120 dias após a notificação, e não até o fim do contrato.

QUESTÃO 62. Assinale a opção correta acerca da teoria da perda de uma chance, à luz do entendimento do STJ.

a) nexo causal que autoriza a responsabilidade é aquele entre a conduta omissiva ou comissiva do agente e a chance perdida, sendo necessário que esse nexo se estabeleça diretamente com o dano final.

b) A reparação de danos só será possível se ficar comprovado que a pessoa teria chance de cura ou sobrevivência.

c) nexo causal que autoriza a responsabilidade é aquele entre a conduta omissiva ou comissiva do agente e a chance perdida, sendo desnecessário que esse nexo se estabeleça diretamente com o dano final.

d) Não deve ser indenizada a expectativa ou a chance de se alcançar um resultado, ou de evitar um prejuízo, ainda que envolva bem que merece proteção jurídica.

e) Não é suficiente a possibilitar a reparação de danos a mera privação indevida da chance de cura ou sobrevivência da pessoa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a teoria da perda de uma chance sobre o prisma do Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa C está correta. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça ao apreciar o REsp 1.291.247, o nexo causal deve ser estabelecido entre a conduta e a chance perdida,

independentemente do dano final. A teoria da perda de uma chance se aplica à perda de uma oportunidade concreta, não necessariamente ao resultado final.

Colacionamos a seguinte jurisprudência: "RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PERDA DE UMA CHANCE. DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO DE COLETA DE CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS DO CORDÃO UMBILICAL DO RECÉM NASCIDO. NÃO COMPARECIMENTO AO HOSPITAL. LEGITIMIDADE DA CRIANÇA PREJUDICADA. DANO EXTRAPATRIMONIAL CARACTERIZADO. 1. Demanda indenizatória movida contra empresa especializada em coleta e armazenagem de células tronco embrionárias, em face da falha na prestação de serviço caracterizada pela ausência de prepostos no momento do parto. 2. Legitimidade do recém-nascido, pois "as crianças, mesmo da mais tenra idade, fazem jus à proteção irrestrita dos direitos da personalidade, entre os quais se inclui o direito à integralidade mental, assegurada a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação" (REsp. 1.037.759/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/02/2010, DJe 05/03/2010). 3. A teoria da perda de uma chance aplica-se quando o evento danoso acarreta para alguém a frustração da chance de obter um proveito determinado ou de evitar uma perda. 4. Não se exige a comprovação da existência do dano final, bastando prova da certeza da chance perdida, pois esta é o objeto de reparação. 5. Caracterização de dano extrapatrimonial para criança que tem frustrada a chance de ter suas células embrionárias colhidas e armazenadas para se for preciso, no futuro, fazer uso em tratamento de saúde. 6. Arbitramento de indenização pelo dano extrapatrimonial sofrido pela criança prejudicada. 7. Doutrina e jurisprudência acerca do tema 8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO."

As demais alternativas estão incorretas, ao estarem em desconformidade com a jurisprudência indicada acima.

QUESTÃO 63. Segundo entendimento do STJ no contrato de seguro sobre a vida de outrem, a morte do segurado causada por ato ilícito praticado pelo contratante que seja cônjuge daquele acarreta a

a) anulabilidade do contrato de seguro e obsta o recebimento da indenização securitária pelo contratante, mas não impede que os demais beneficiários do seguro recebam a indenização convencionada no contrato.

b) anulabilidade do contrato de seguro, mas não obsta o recebimento da indenização securitária pelo contratante e pelos demais beneficiários do seguro.

c) nulidade do contrato de seguro e obsta o recebimento da indenização securitária pelo contratante, mas não impede que os demais beneficiários do seguro recebam a indenização convencionada no contrato.

d) nulidade do contrato de seguro e obsta o recebimento da indenização securitária pelo contratante e pelos demais beneficiários do seguro.

e) anulabilidade do contrato de seguro e obsta o recebimento da indenização securitária pelo contratante e pelos demais beneficiários do seguro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre contratos de seguro de vida, especificamente, em caso de morte do segurado causada por ato ilícito praticado pelo contratante que seja cônjuge.

A alternativa D está correta. Segundo o entendimento do STJ, nos contratos de seguro sobre a vida de outrem, se o segurado falecer em decorrência de ato ilícito praticado pelo contratante que seja cônjuge do segurado, isso acarreta a nulidade do contrato de seguro. Além disso, obsta o recebimento da indenização securitária tanto pelo contratante quanto pelos demais beneficiários do seguro.

Aqui não conseguimos lhe indicar a qual processo se refere o entendimento exarado, pois o número deste processo não é divulgado, em razão de segredo judicial.

As demais alternativas estão incorretas, ao estarem em desconformidade com a jurisprudência indicada acima.

QUESTÃO 64. De acordo com o disposto no Código Civil e a jurisprudência do STJ no contrato de seguro de vida em que o segurado deixe de indicar o beneficiário, mas, ao tempo da sua morte, seja casado,

a) metade do capital segurado será pago ao cônjuge não separado de fato do segurado, e metade aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

b) o capital segurado será pago integralmente ao cônjuge, caso este não esteja separado de fato do segurado.

c) um terço do capital segurado será pago ao cônjuge, desde que este não esteja separado de fato do segurado, e dois terços aos herdeiros, obedecida a ordem da vocação hereditária.

d) o capital segurado será pago integralmente aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

e) metade do capital segurado será pago ao cônjuge não separado judicialmente, e metade aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre contrato de seguro de vida, mais especificamente, em caso do segurado deixar de indicar o beneficiário., conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa A está incorreta**.** Conforme o entendimento exarado pelo STJ no REsp 1401538 o capital segurado deve ser pago metade aos herdeiros do segurado, conforme a vocação hereditária, e a outra metade ao cônjuge separado apenas de fato e à companheira do falecido, desde que comprovada a união estável

A alternativa B está incorreta. O capital segurado deve ser dividido, metade ao cônjuge e metade aos herdeiros, não integralmente ao cônjuge, conforme a jurisprudência do STJ (REsp 1401538).

A alternativa C está incorreta. A jurisprudência estabelece uma divisão diferente, sendo metade ao cônjuge e metade aos herdeiros (REsp 1401538).

A alternativa D está incorreta. A jurisprudência prevê a divisão entre o cônjuge e os herdeiros, não integralmente aos herdeiros (REsp 1401538).

A alternativa E está correta. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a apreciar o REsp 1401538. Nos casos em que não há indicação de beneficiário na apólice de seguro de vida, o companheiro ou companheira em união estável tem direito a ficar com parte da indenização que seria devida ao cônjuge separado de fato, mas não judicialmente.

Esse foi o entendimento do STJ ao apreciar o REsp 1401538, em que os ministros decidiram que o capital segurado deve ser pago metade aos herdeiros do segurado, conforme a vocação hereditária, e a outra metade ao cônjuge separado apenas de fato e à companheira do falecido, desde que comprovada a união estável.

QUESTÃO 65. Determinado imóvel foi penhorado em decorrência de débito condominial. Em momento posterior, terceiro passou a exercer a posse sobre o imóvel, vindo a adquirir a propriedade por usucapião.

Com base nessa situação hipotética e na jurisprudência do STJ é correto afirmar que aquisição originária da propriedade por usucapião.

a) não prevalece sobre o caráter pessoal do débito condominial, sendo mantida a penhora incidente sobre o bem.

b) prevalece sobre o caráter pessoal do débito condominial, mas não autoriza a desconstituição de penhora incidente sobre o bem.

c) prevalece sobre o caráter propter rem do débito condominial, de modo a autorizar a desconstituição de penhora incidente sobre o bem.

d) prevalece sobre o caráter pessoal do débito condominial, de modo a autorizar a desconstituição de penhora incidente sobre o bem.

e) não prevalece sobre o caráter propter rem do débito condominial, sendo mantida a penhora incidente sobre o bem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre aquisição originária da propriedade por usucapião.

A alternativa C está incorreta. A aquisição originária da propriedade por usucapião prevalece sobre o caráter propter rem dos débitos condominiais, autorizando a desconstituição de penhora incidente sobre o bem., consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça ao apreciar o REsp 2.051.106.

Conforme a jurisprudência do STJ, é reconhecida a aquisição da propriedade por usucapião, sendo originária, extingue os ônus que recaíam sobre o bem, incluindo as penhoras decorrentes de débitos condominiais. Isso ocorre porque a usucapião se configura como uma forma originária de aquisição de propriedade, fazendo com que o novo proprietário não responda pelos débitos anteriores do imóvel. Assim, mesmo que o imóvel tenha sido penhorado em razão de débitos condominiais, a aquisição por usucapião permitirá a desconstituição dessa penhora. Nesse sentido, colacionamos a seguinte jurisprudência sobre a matéria: "RECURSO ESPECIAL. CIVIL. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA. AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA DA PROPRIEDADE. EFEITO LIBERATÓRIO. PENHORA. DÉBITO CONDOM INIAL. OBRIGAÇÃO PROPTER REM . NÃO SUBSISTÊNCIA. 1- Recurso especial interposto em 24/5/2022 e concluso ao gabinete em 14/12/2022. 2- O propósito recursal consiste em dizer se a aquisição originária da propriedade pela usucapião prevalece sobre o caráter "propter rem" do débito condominial de modo a autorizar a desconstituição de penhora incidente sobre o bem. 3- Em virtude dos efeitos ex tunc do reconhecimento judicial ou extrajudicial da usucapião, a titularidade do bem é concebida ao possuidor desde o momento em que satisfeitos todos os requisitos para a aquisição originária da propriedade. 4- A usucapião insere-se no rol dos modos originários de aquisição de propriedade, pois não há conexão entre o direito de propriedade que dela surge e o direito de propriedade antecedente. 5- Em razão do efeito liberatório, se a propriedade anterior se extingue pela usucapião, tudo o que gravava o bem – e lhe era acessório – também se extinguirá. Precedentes. 6- Não subsiste eventual penhora incidente sobre o bem objeto de usucapião, pois, extinguindo-se o direito de propriedade ao qual o gravame estava atrelado, não há como prevalecer os ônus que pendiam sobre o bem, ainda que destinados a garantir débito de natureza "propter rem" . 7- Na hipótese dos autos, não merece reforma o acórdão recorrido, pois, revelando-se inconteste a consumação da usucapião, extinguiu-se o direito de propriedade anterior e, juntamente com ele, a penhora outrora realizada no âmbito da execução, em virtude da natureza originária da aquisição da propriedade, sendo certo, ainda, que os débitos condominiais executados são anteriores à própria posse dos embargantes. 8- Recurso especial não provido."

As demais alternativas estão <u>incorretas</u>, ao estarem em desconformidade com a jurisprudência indicada acima.

QUESTÃO 66. De acordo com o STJ a pretensão de reparação civil decorrente do reconhecimento judicial de nulidade de negócio jurídico causada por ato praticado por tabelião no exercício da atividade cartorária

a) decai em quatro anos, iniciando-se o prazo da prática do ato lesivo.

b) prescreve em dez anos, iniciando-se o prazo do trânsito em julgado da ação anulatória.

c) prescreve em dez anos, iniciando-se o prazo da prática do ato lesivo.

d) prescreve em três anos, iniciando-se o prazo da prática do ato lesivo.

e) prescreve em três anos, iniciando-se o prazo do trânsito em julgado da ação anulatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre o prazo prescricional para a reparação civil por ato praticado por tabelião no exercício da atividade cartorária.

A alternativa A está incorreta. A questão trata de prescrição e não de decadência.

A alternativa B está incorreta. Para reparação civil por ato de tabelião, o prazo é de três anos (REsp 2.043.32).

A alternativa C está incorreta. O prazo correto é de três anos, e o início do prazo se dá a partir do trânsito em julgado da decisão anulatória (REsp 2.043.32).

A alternativa D está correta. Embora o prazo de prescrição seja de três anos, iniciando-se o prazo da prática do ato lesivo (REsp 2.043.32).

A alternativa E está incorreta. O início do prazo da prática do ato lesivo é da prática do ato lesivo (REsp 2.043.32).

QUESTÃO 67. Assinale a opção correta a respeito do negócio jurídico simulado, à luz do disposto no Código Civil e da jurisprudência do STJ.

a) Uma das partes não pode alegar contra a outra a simulação do negócio jurídico sob pena de incorrer em *venire contra factum proprium*.

b) Tal instituto não pode ser declarado de ofício pelo juiz da causa, exigindo-se a impugnação por uma das partes.

c) O negócio jurídico simulado configura anulabilidade, não podendo ser arguida por uma das partes em desfavor da outra.

d) Na simulação relativa, o negócio jurídico simulado é nulo, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

e) Na simulação relativa e na simulação absoluta admite-se o aproveitamento do ato se for válido em sua substância e forma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre o negócio jurídico simulado, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e a legislação vigente.

A alternativa D está correta. O art. 167 do Código Civil estabelece o seguinte: "Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma."

Ou seja, na simulação relativa, o negócio jurídico dissimulado (que esconde a verdadeira intenção das partes) subsiste, desde que seja válido na substância e na forma.

Ainda, corrobora nesse sentido o entendimento exarado pelo do Superior Tribunal de Justiça no REsp 441.903 e REsp 1.501.640. Dessa forma, não mais contém a distinção entre a simulação inocente e a fraudulenta, nem a proibição de que uma parte contratante alegue, em sua defesa, contra a outra, a existência de simulação. O art. 167, do diploma legal que está por entrar em vigor, dispõe que "É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma".

As demais alternativas estão incorretas, ao estarem em desconformidade com a jurisprudência indicada acima.

QUESTÃO 68. Conforme o disposto no Código Civil e o entendimento do STJ, o contrato de doação

a) é espécie de contrato solene, devendo ser celebrado apenas por escritura pública, podendo-lhe ser conferida interpretação extensiva.

b) pode ser celebrado informalmente entre as partes e admite interpretação extensiva.

c) pode ser celebrado informalmente entre as partes e deve ser objeto de interpretação restritiva.

d) é espécie de contrato solene, devendo ser celebrado por escritura pública ou instrumento particular, podendo-lhe ser conferida interpretação extensiva.

e) é espécie de contrato solene, devendo ser celebrado por escritura pública ou instrumento particular, e deve ser objeto de interpretação restritiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre contrato de doação à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa E está correta. O contrato de doação é um contrato solene, devendo ser celebrado por escritura pública ou instrumento particular, e deve ser interpretado restritivamente, conforme explica o professor Paulo Sousa e é o entendimento já consolidado pela doutrina.

Nesse sentido, o REsp 1.938.997 corrobora com essa definição, pois a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o Recurso Especial n. 1.938.997 – MS (REsp), entendeu que a doação de imóvel com valor superior a 30 vezes o maior salário-mínimo do país deve ser feita por escritura pública.

As demais alternativas estão incorretas, ao estarem em desconformidade com a jurisprudência indicada acima.

QUESTÃO 69. Consoante o posicionamento do STJ, anulabilidade do negócio jurídico

a) aproveita unicamente aqueles que a alegarem, não podendo, em nenhuma hipótese, ser estendida a terceiros.

b) pode ser invocada como matéria de defesa, não dependendo do ajuizamento de ação desconstitutiva específica.

c) deve necessariamente ser alegada em procedimento próprio, a fim de que possa ter efeito após o trânsito em julgado.

d) pode ser alegada pelos sujeitos da relação jurídica ou por terceiros que lhes sejam estranhos.

e) pode ser pronunciada de ofício pelo magistrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A alternativa A está incorreta. A anulabilidade do negócio jurídico pode ter efeitos que se estendem a terceiros, dependendo das circunstâncias e da decisão judicial.

A questão trata sobre anulabilidade do negócio jurídico à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa B está correta. O Superior Tribunal de Justiça ao julgar REsp 1908549 reforçou o que já era consolidado pela doutrina.

A anulabilidade pode ser invocada como matéria de defesa, sem a necessidade de ajuizar uma ação específica para anulação do negócio jurídico. Conforme explica o professor Paulo Sousa, a desconstituição do negócio jurídico não depende de ação, não sendo impedimento para ser tratada como matéria de defesa.

A alternativa C está incorreta. A anulabilidade pode ser alegada como matéria de defesa, não necessitando de procedimento próprio para que tenha efeito.

A alternativa D está incorreta. anulabilidade deve ser alegada pelos sujeitos da relação jurídica, não por terceiros estranhos.

A alternativa E está incorreta. A anulabilidade requer alegação pelas partes interessadas.

QUESTÃO 70. Considerando o disposto no Código Civil e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que a desconsideração da personalidade jurídica de associação civil

a) é cabível e seus efeitos atingem todos os associados.

b) é inviável, por ausência de expressa previsão legal.

c) é inviável, por inexistir elemento pessoal, sendo este requisito para a desconsideração da personalidade jurídica.

d) é cabível, e seus efeitos atingem apenas o patrimônio daqueles associados que exerceram algum cargo diretivo e com poder de decisão dentro da entidade.

e) é inviável, por inexistir vínculo obrigacional entre a associação e seus associados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A alternativa D está correta. A questão exigia do candidato o conhecimento da jurisprudência do STJ, mais especificamente o REsp 1.812.929.

No julgamento do REsp 1.812.929, o STJ consolidou o entendimento de que a desconsideração da personalidade jurídica é cabível em associações civis, mas seus efeitos atingem apenas o patrimônio daqueles associados que exerceram algum cargo diretivo e tinham poder de decisão dentro da entidade, e não de todos os associados.

Dessa forma, a desconsideração da personalidade jurídica em associações civis pode atingir apenas o patrimônio dos associados que exerceram cargos diretivos e tinham poder de decisão.

Cabe ressaltar, conforme o Ministro Marco Aurélio Bellizze ressalvou, o reconhecimento da possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica de associações civis não dispensa a verificação dos requisitos legais para a sua decretação.

As demais alternativas estão incorretas, ao estarem em desconformidade com a jurisprudência indicada acima.

QUESTÃO 71. Conforme dispõe o Código de Processo Civil (CPC), a herança jacente é representada em juízo pelo

a) Ministério Público.

b) espólio.

c) curador.

d) inventariante.

e) administrador judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a representação da herança jacente, nos termos do CPC.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 75, VI do CPC: "Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente: (...) VI - a herança jacente ou vacante, por seu curador"

As demais alternativas estão incorretas, pois estão em desconformidade com o dispositivo indicado acima.

QUESTÃO 72. Diante da urgência do pedido, o autor apresentou petição inicial que se limitava ao requerimento da tutela antecipada e indicação do pedido de tutela final.

Nessa situação hipotética, caso seja concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o autor deverá

a) apresentar a justificação prévia.

b) pedir a marcação da audiência de conciliação.

c) prestar caução fidejussória.

d) aditar a petição inicial.

e) providenciar a citação do réu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a tutela antecipada antecedente.

A alternativa D está correta, conforme o art. 303, §1º, I, CPC. Vejamos: "Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. § 1º Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo: I - o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar;"

As demais alternativas estão incorretas. As demais alternativas estão em desconformidade com o dispositivo indicado acima.

QUESTÃO 73. Na hipótese de penhora realizada no curso de uma execução judicial, se a constrição recair sobre um terreno submetido a regime do direito de superfície, sendo o superficiário executado, a penhora deverá

a) recair sobre a construção ou a plantação.

b) ser revogada.

c) ser emendada para indicar a proporção do imóvel a ser penhorada.

d) recair sobre o terreno.

e) recair sobre os bens móveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a penhora realizada no curso do processo de execução.

A alternativa A está correta, nos termos do art. art. 791, CPC: "Art. 791. Se a execução tiver por objeto obrigação de que seja sujeito passivo o proprietário de terreno submetido ao regime do direito de superfície, ou o superficiário, responderá pela dívida, exclusivamente, o direito real do qual é titular o executado, recaindo a penhora ou outros atos de constrição exclusivamente sobre o terreno, no primeiro caso, ou sobre a construção ou a plantação, no segundo caso."

As demais alternativas estão incorretas, pois estão em desconformidade com o dispositivo indicado acima.

QUESTÃO 74. De acordo com a Lei n.° 8.245/1991, que dispõe sobre locação imóveis urbanos, o contrato de locação realizado por mulher casada pode ser ajustado

a) por até 20 anos, não se exigindo vênia conjugal.

b) por qualquer prazo, independentemente de vênia conjugal.

c) por até cinco anos, permitida uma única renovação por igual período.

d) por qualquer prazo, exigindo-se vênia conjugal se este igual for ou superior a dez anos.

e) por até oito anos, dependendo a renovação de vênia conjugal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre disposições da Lei n.° 8.245/1991 em caso de contrato de locação realizado por mulher casada.

A alternativa D está correta. Conforme o art. 3º, Lei 8245/91, o contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo, dependendo de vênia conjugal, se igual ou superior a dez anos.

As demais alternativas estão incorretas, ao estarem em desconformidade com o dispositivo indicado acima.

QUESTÃO 75. Assinale a opção em que é corretamente apresentada a definição de cláusula compromissória e de compromisso arbitral, com base na Lei n. 9.307/1096 (Lei de Arbitragem).

a) Compromisso arbitral é uma convenção para submeter uma lide à arbitragem, a qual é livremente pactuada pelas partes de forma autônoma; cláusula compromissória é uma obrigação de submissão de litígios à arbitragem e restringe-se aos contratos de adesão.

b) Cláusula compromissória é um acordo extrajudicial celebrado por um instrumento particular; compromisso arbitral consisto em acordo celebrado por termo nos autos judiciais, perante o Juízo ou tribunal ondo tem curso a demanda,

c) Compromisso arbitral o um acordo extrajudicial celebrado por meio de um instrumento particular: cláusula compromissória o um acordo celebrado por termo nos autos, perante o Juízo ou tribunal onde tem curso a demanda.

d) O Compromisso arbitral é a convenção por moio da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir; cláusula compromissória o a convenção por melo do qual as partes submetem um litígio à arbitragem.

e) Cláusula compromissória é a convenção por meio da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter a arbitragem os litígios que possam vir a surgir; compromisso arbitral é a convenção por melo da qual as partes submetem um litígio à arbitragem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre cláusula compromissória e compromisso arbitral nos termos da Lei n. 9.307/1096.

A alternativa A está incorreta. Não há restrição aos contratos de adesão na Lei 9307/96.

A alternativa B está incorreta. Não há necessidade de celebração de cláusula compromissória por termos nos autos, conforme a Lei 9307/96.

A alternativa C está incorreta. Não há especificação de compromisso arbitral por instrumento particular ou cláusula compromissória por termo nos autos.

A alternativa D está incorreta. Os conceitos estão trocados.

A alternativa E está correta. Nos termos dos arts. 4º e 9º, ambos da Lei 9307/96, a cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato. Já o compromisso arbitral é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial.

QUESTÃO 76. O ato de coagir um idoso a fazer uma doação configura a prática de

a) extorsão simples.

b) extorsão qualificada.

c) estelionato.

d) crime específico tipificado no Estatuto do Idoso.

e) roubo com causa de aumento de pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003)

A alternativa A está incorreta. Prevista no artigo 158 do Código Penal, exige o emprego de violência ou grave ameaça para obrigar a vítima a fazer, tolerar ou deixar de fazer algo. No caso, o foco não é na violência, mas no abuso da vulnerabilidade do idoso.

A alternativa B está incorreta. Trata-se da extorsão em que há resultado morte ou lesão corporal grave (artigo 158, §§ 1º e 2º do CP). Essa alternativa não se aplica ao caso.

A alternativa C está incorreta. O estelionato (artigo 171 do CP) envolve fraude para obter vantagem ilícita. A questão aborda uma situação de coação, não de fraude, afastando esse enquadramento.

A alternativa D está correta. Coagir um idoso a realizar uma doação, em razão de sua vulnerabilidade, configura crime específico previsto no artigo 107 do Estatuto do Idoso: Art. 107. Coagir, de qualquer modo, a pessoa idosa a doar, contratar, testar ou outorgar procuração: Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

A alternativa E está incorreta. O roubo (artigo 157 do CP) exige subtração de bem mediante violência ou grave ameaça. A questão não descreve subtração ou ameaça, mas sim coação moral e exploração da vulnerabilidade.

QUESTÃO 77. Pedro, com 20 anos de idade, fabricou, sem autorização do titular, produto que incorporava desenho industrial registrado, tendo a sua conduta configurado crime para o qual é estabelecida pena privativa de liberdade de 3 meses a 1 ano.

Nessa situação, o crime praticado por Pedro prescreverá caso a denúncia não seja

a) oferecida em até 4 anos após a data do fato.

b) recebida em até 2 anos após a data do fato.

c) oferecida em até 3 anos após a data do fato.

d) recebida em até 3 anos após a data do fato.

e) oferecida em até 2 anos após a data do fato.

Comentários

A banca apontou que a alternativa correta é a **letra E**, contudo, em nossa visão, a questão deve ser anulada ou ter a sua resposta alterada para a **letra B**. A questão trata sobre prazo prescricional.

Justificativa para o recurso: São aplicáveis os artigos 109, V, 115, caput, e 117, I, todos do CP. De início, nota-se que o agente possuía 20 anos de idade à época do fato, razão pela qual o prazo prescricional deve ser reduzido de metade, conforme determina o artigo 115 do CP. Como a pena máxima é igual a 1 ano, aplica-se o artigo 109, inciso V, do CP, de modo que se aplica o prazo prescricional de 4 anos. Com a redução para metade, alcança-se o patamar de 2 anos como prazo aplicável ao fato.

Assim, a denúncia deve ser recebida em até 2 anos da data do fato. Não basta o oferecimento, considerando que, nos termos do artigo 117, inciso I, do CP, o que interrompe a prescrição é o recebimento da denúncia pelo juiz, e não o seu oferecimento pela acusação.

Por isso, não pode ser considerada correta a alternativa E, que fala do oferecimento da denúncia, e sim a alternativa B, que adequadamente se refere ao recebimento da denúncia.

A alternativa A está incorreta. Embora o prazo regular de prescrição fosse de 4 anos (art. 109, VI, CP), ele é reduzido pela metade (art. 115 do CP), considerando que Pedro tinha menos de 21 anos na data do crime.

A alternativa B está correta. O prazo prescricional, reduzido para 2 anos pela aplicação do art. 115, deve ser interrompido pelo recebimento da denúncia (art. 117, I, CP). Assim, se a denúncia não for recebida até 2 anos após o fato, o crime estará prescrito.

A alternativa C está incorreta. O prazo prescricional foi reduzido para 2 anos, sendo insuficiente que a denúncia seja oferecida após esse prazo. O recebimento dentro do prazo é o marco que interrompe a prescrição.

A alternativa D está incorreta. Como o prazo é de 2 anos (pela aplicação do art. 115), é impossível que o recebimento da denúncia em 3 anos evite a prescrição.

A alternativa E está incorreta. O simples oferecimento da denúncia não é suficiente para interromper o curso da prescrição, sendo necessário que ela seja recebida (art. 117, I, CP).

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 78. Mauro, na condição de sujeito passivo da obrigação, deixou de recolher, no prazo legal, valor de contribuição social descontado que deveria ter sido recolhido aos cofres públicos.

Nessa situação, a conduta praticada por Mauro configura

a) crime contra as finanças públicas, previsto no Código Penal.

b) crime de sonegação de contribuição previdenciária, previsto no Código Penal.

c) crime de falsidade ideológica, previsto no Código Penal.

d) crime de estelionato, previsto no Código Penal.

e) crime contra a ordem tributária, previsto na Lei n.º 8.137/1990.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre crime contra a ordem tributária.

A alternativa A está incorreta. Crimes contra as finanças públicas estão previstos nos arts. 359-A a 359-H do Código Penal e abrangem situações como contratação de operações de crédito ou não aplicação de recursos públicos, mas não têm relação com o não recolhimento de tributos.

A alternativa B está incorreta. O crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal) ocorre quando o empregador desconta valores dos salários de empregados, a título de contribuição previdenciária, mas não os repassa ao INSS. No caso, a questão trata de contribuições sociais gerais, o que é abrangido pela Lei nº 8.137/1990, e não pelo Código Penal.

A alternativa C está incorreta. O crime de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) envolve a inserção de declarações falsas em documentos públicos ou privados com a intenção de prejudicar, enganar ou obter vantagem indevida. O caso de Mauro não envolve a falsificação de documentos, mas sim o não recolhimento de contribuições descontadas.

A alternativa D está incorreta. O estelionato (art. 171 do Código Penal) exige fraude para obtenção de vantagem ilícita. O caso descrito não envolve enganar alguém para obter vantagem, mas sim a omissão no recolhimento de valores devidos.

A alternativa E está correta. A conduta descrita enquadra-se perfeitamente no artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/1990, que tipifica como crime o não recolhimento de contribuições sociais descontadas e devidas aos cofres públicos.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 79. Carlos, tabelião de um ofício de notas, apropriou-se de valores públicos que deveriam ter sido repassados a determinado fundo estadual, cujos recursos financeiros são destinados no processo de modernização e reaparelhamento do Poder Judiciário.

Nessa situação, de acordo com o entendimento do STJ, a conduta praticada por Carlos configura crime

a) de concussão.

b) de apropriação indébita.

c) contra a ordem tributária.

d) de peculato-desvio.

e) de prevaricação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre apropriação de valores públicos e crimes do Código Penal.

A alternativa A está incorreta. A concussão (art. 316 do Código Penal) ocorre quando o agente público exige vantagem indevida. Não houve exigência de vantagem por parte do tabelião, mas sim a apropriação e o desvio de valores.

A alternativa B está incorreta. A apropriação indébita (art. 168 do Código Penal) refere-se à apropriação de bens pertencentes a terceiros que estejam na posse do agente. No caso, os valores eram públicos, e Carlos exercia função pública delegada, o que caracteriza peculato, não apropriação indébita.

A alternativa C está incorreta. O crime contra a ordem tributária está regulado pela Lei nº 8.137/1990 e não se aplica ao caso, pois a conduta não envolve sonegação ou fraude tributária.

A alternativa D está correta. O peculato-desvio, previsto no art. 312 do Código Penal, ocorre quando o agente público ou quem exerce função pública se apropria ou desvia bens públicos sob sua posse para proveito próprio ou de terceiros. No caso, Carlos, como tabelião, exerce função pública delegada e desviou valores públicos destinados a um fundo estadual. De acordo com o STJ (AgRg no HC nº 855.051/RN, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 04/03/2024, DJe de 07/03/2024), tal conduta caracteriza peculato-desvio.

A alternativa E está incorreta. A prevaricação (art. 319 do Código Penal) ocorre quando o agente público retarda, deixa de praticar ou pratica ato contra disposição expressa de lei, por interesse pessoal. Não se trata de omissão, mas de desvio de valores, o que caracteriza peculato.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 80. Entre os crimes contra o casamento previstos no Código Penal, o único que se procede mediante ação penal privada é o de

a) simulação de casamento.

b) simulação de autoridade para celebração de casamento.

c) bigamia.

d) induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.

e) conhecimento prévio de impedimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre crimes contra o casamento.

A alternativa A está incorreta. Previsto no art. 239 do Código Penal, consiste em simular casamento mediante celebração fictícia. É processado mediante ação penal pública incondicionada.

A alternativa B está incorreta. Previsto no art. 238 do Código Penal, refere-se à simulação de autoridade por parte de quem celebra o casamento. Também é processado mediante ação penal pública incondicionada.

A alternativa C está incorreta. Previsto no art. 235 do Código Penal, ocorre quando uma pessoa casa-se novamente sem que o casamento anterior tenha sido dissolvido. Esse crime também é processado mediante ação penal pública incondicionada.

A alternativa D está correta. É o único crime contra o casamento que, conforme o parágrafo único do art. 236 do Código Penal, é processado mediante ação penal privada. *"Art. 236 - Contrair casamento induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que o torne nulo ou anulável: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos. Parágrafo único - A ação penal depende de queixa do contraente enganado."* Esse dispositivo especifica que a ação penal é privada, cabendo ao cônjuge enganado (ou ao seu representante legal) o direito de apresentar queixa.

A alternativa E está incorreta. Previsto no art. 237 do Código Penal, esse crime consiste em deixar de denunciar impedimento para a celebração de casamento. É processado mediante ação penal pública incondicionada.

QUESTÃO 81. Assinale a opção correta no que se refere ao entendimento do STJ acerca da busca e apreensão domiciliar e pessoal.

a) É legítima a realização da busca e apreensão pessoal, sem mandado judicial, amparada na fundada suspeita (justa causa) de que o agente esteja na posse de objetos que constituam corpo de delito, como, por exemplo, no caso de o agente dispensar algo no chão ao notar a aproximação da polícia militar em patrulhamento de rotina.

b) Durante uma abordagem policial, o nervosismo do suspeito é causa suficiente para caracterizar a fundada suspeita e justificar a realização de busca pessoal.

c) É ilícita a realização da busca pessoal praticada como rotina do policiamento ostensivo, com finalidade preventiva e motivação exploratória.

d) Durante uma abordagem policial realizada sem que tenha havido investigação prévia e fundada suspeita que justifiquem a abordagem, a descoberta casual de objetos ilícitos é capaz de convalidar eventual ilegalidade praticada pela revista do indivíduo.

e) A busca pessoal pode ser realizada apenas com base em denúncia anônima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o regramento e os limites da busca e apreensão pessoal e domiciliar no processo penal.

A alternativa A está correta. A busca e apreensão pessoal sem mandado judicial é permitida quando há fundada suspeita de que o agente esteja na posse de objetos ilícitos ou que constituam corpo de delito, conforme o art. 244 do Código de Processo Penal. A jurisprudência do STJ (Jurisprudência em Teses, Edição 236) considera legítima a busca realizada após o agente dispensar algo no chão ao notar a aproximação da polícia, pois esse comportamento cria uma presunção de posse de objetos ilícitos, configurando justa causa. Nesse caso, o comportamento do agente fornece um elemento objetivo que legitima a ação policial

A alternativa B está incorreta. O nervosismo do suspeito, por si só, não é suficiente para caracterizar a fundada suspeita necessária para justificar a busca pessoal. De acordo com a jurisprudência do STJ, essa percepção é excessivamente subjetiva e, portanto, insuficiente para justificar a intervenção policial. A fundada suspeita deve ser baseada em elementos concretos, como a prática de atos que indiquem claramente a possibilidade de um crime, o que não ocorre com a mera observação do nervosismo.

A alternativa C está incorreta. É ilícita a busca pessoal realizada como "rotina" ou "praxe" do policiamento ostensivo sem qualquer fundada suspeita ou elemento concreto que a justifique, conforme o art. 244 do CPP e o entendimento do STJ. A busca pessoal deve ter finalidade probatória e estar baseada em motivação específica, correlacionada a elementos objetivos. Contudo, essa alternativa não é a mais adequada porque se limita a criticar práticas rotineiras sem abordar situações como a descrita na alternativa A, que possui uma justificativa mais concreta e alinhada ao caso.

A alternativa D está incorreta. Segundo o STJ, a descoberta casual de objetos ilícitos durante uma abordagem realizada sem fundada suspeita ou investigação prévia não convalida a ilegalidade da revista. A busca pessoal ou veicular depende de uma causa prévia que justifique sua realização, e eventuais provas obtidas durante uma abordagem ilegal são consideradas ilícitas. Assim, a descoberta de objetos ilícitos não regulariza uma abordagem policial ilegítima.

A alternativa E está incorreta. Denúncias anônimas, por si só, não são suficientes para autorizar a busca pessoal ou veicular, conforme o entendimento do STJ. A denúncia anônima deve ser corroborada por investigações preliminares ou outros elementos concretos que indiquem fundada suspeita. A realização

de busca com base apenas em denúncia anônima configura abuso, já que faltam elementos tangíveis e objetivos que justifiquem a intervenção policial.

QUESTÃO 82. No direito processual penal, considera-se flagrante ficto o fato de o indivíduo

a) ser encontrado, logo depois do crime, com instrumentos que façam presumir ser ele o autor da infração penal.

b) estar cometendo a infração penal no exato momento do flagrante.

c) ser perseguido, logo depois do crime, pelo ofendido e capturado sem que este o tenha perdido de vista.

d) ter cometido a infração penal minutos antes do flagrante.

e) ser perseguido, logo após o crime, pela autoridade policial, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre as modalidades de flagrante delito.

A alternativa A está correta. O flagrante ficto, também chamado de presumido, está previsto no art. 302, IV, do CPP. Ele ocorre quando o indivíduo é encontrado logo depois do crime, em circunstâncias que permitam presumir sua autoria, como o porte de instrumentos utilizados na prática do delito (ex.: armas, ferramentas de arrombamento) ou objetos subtraídos.

A alternativa B está incorreta. A situação em que o indivíduo está cometendo a infração penal no exato momento do flagrante caracteriza o flagrante próprio, previsto no art. 302, I, do CPP. No flagrante próprio, a captura ocorre durante a execução do crime, e não em momento posterior. Portanto, essa alternativa não se refere ao flagrante ficto, mas sim ao flagrante próprio.

A alternativa C está incorreta. A perseguição do agente pelo ofendido, sem perdê-lo de vista e resultando na captura, caracteriza o flagrante impróprio, conforme o art. 302, III, do CPP. Esse tipo de flagrante ocorre logo após o crime, quando há uma perseguição ininterrupta, mas não configura o flagrante ficto, pois a presunção de autoria é substituída pela perseguição direta.

A alternativa D está incorreta. O flagrante realizado minutos após a prática da infração, sem outros elementos indicativos da autoria (como instrumentos ou objetos relacionados ao crime), não caracteriza o flagrante ficto. Para que o flagrante seja legítimo, é necessário que o autor seja encontrado logo depois do crime com evidências concretas que presumam sua autoria, conforme o art. 302, IV, do CPP.

A alternativa E está incorreta. A perseguição pela autoridade policial logo após o crime, em situação que faça presumir a autoria, caracteriza o flagrante impróprio, e não o ficto. O flagrante impróprio ocorre

quando o autor é perseguido logo depois da infração e capturado, conforme o art. 302, III, do CPP. Assim, essa alternativa confunde os conceitos e está incorreta.

QUESTÃO 83. Com base nas disposições do Código de Processo Penal (CPP), assinale a opção correta no que se refere ao inquérito policial e à ação penal.

a) O órgão do Ministério Público tem o dever de comunicar à vítima o arquivamento de quaisquer elementos informativos de natureza similar ao inquérito policial.

b) A vítima pode recorrer da decisão de arquivamento do inquérito policial, devendo o recurso ser dirigido ao chefe de polícia.

c) Não sendo o caso de arquivamento do inquérito policial, a vítima, acompanhada de seu advogado, pode propor acordo de não persecução penal ao investigado.

d) Durante o inquérito policial, o ofendido pode requisitar à autoridade policial a realização de diligências investigativas, sendo ela obrigada a realizá-las, salvo se forem contrárias à lei.

e) É cabível o ajuizamento de ação penal privada subsidiária da pública na hipótese de o Ministério Público promover o arquivamento do inquérito policial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre inquérito policial e ação penal.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 28 do CPP, o Ministério Público tem o dever de comunicar à vítima, ao investigado e à autoridade policial o arquivamento do inquérito policial ou de elementos informativos da mesma natureza. A vítima, caso não concorde com o arquivamento, pode submeter a questão à revisão pela instância competente do órgão ministerial no prazo de 30 dias, conforme o § 1º do art. 28 do CPP. Essa comunicação é um direito fundamental da vítima, garantindo sua participação no processo e evitando decisões unilaterais sem possibilidade de contestação.

A alternativa B está incorreta. A vítima não pode recorrer diretamente ao chefe de polícia em caso de arquivamento do inquérito policial. O art. 28 do CPP estabelece que, em caso de discordância com o arquivamento, a vítima pode requerer a revisão da decisão na instância competente do Ministério Público, e não em instâncias policiais.

A alternativa C está incorreta. A possibilidade de propor acordo de não persecução penal é uma prerrogativa exclusiva do Ministério Público, conforme o art. 28-A do CPP. A vítima não pode propor diretamente esse acordo, mesmo que acompanhada de advogado. A participação da vítima limita-se a colaborar com as investigações, oferecer informações e, eventualmente, manifestar-se sobre o acordo, mas não tem legitimidade para propô-lo.

A alternativa D está incorreta. O ofendido pode requerer diligências investigativas, mas a autoridade policial não é obrigada a realizá-las. Conforme o art. 14 do CPP, a autoridade policial tem

discricionariedade para decidir se a diligência solicitada é pertinente e necessária, podendo recusá-la caso a considere ilegal, irrelevante ou desnecessária.

A alternativa E está incorreta. O arquivamento do inquérito policial não autoriza o ajuizamento de ação penal privada subsidiária da pública. Conforme o art. 29 do CPP, a ação penal privada subsidiária da pública é cabível apenas quando o Ministério Público permanece inerte e não apresenta a denúncia no prazo legal. No caso de arquivamento, a questão é encerrada no âmbito do inquérito, e a vítima não pode propor ação penal privada subsidiária.

QUESTÃO 84. Alberto, visando obter vantagem ilícita para si, praticou o crime de estelionato no município de Caruaru – PE, a fim de aumentar a efetividade do crime praticado, falsificou, no município de Salgueiro – PE, parte de um documento público, conduta tipificada como crime de falsificação de documento público.

Nessa situação, considerando-se que a pena prevista para o crime de falsificação de documento público é mais grave que a aplicável ao crime de estelionato, que a falsidade não se exauriu no estelionato e que a prova de uma infração penal influi na prova da outra, a competência para julgar os fatos é

a) do juízo da comarca de Recife – PE, por ser a capital do Estado, haja vista a pluralidade de locais e de delitos praticados pelo agente.

b) definida de acordo com o local onde seja instaurado o inquérito policial para a apuração de ambos os crimes.

c) do juízo da comarca do município de Salgueiro – PE, em razão de a pena prevista para o crime de falsificação de documento público ser mais grave que a prevista para o crime de estelionato.

d) do juízo da comarca do município de Caruaru – PE, visto que o crime de estelionato foi praticado primeiro.

e) dividida, sendo da competência do juízo da comarca do município de Salgueiro – PE, o julgamento do crime de falsificação de documento público e da competência do juízo da comarca do município de Caruaru – PE o julgamento do crime de estelionato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre determinação da competência por conexão ou continência no processo penal.

A alternativa A está incorreta. A competência pela capital do estado, prevista em algumas hipóteses de competência originária, não se aplica aqui. O critério para determinar a competência é a conexão ou continência. No caso, a competência será determinada pela conexão, conforme o art. 76 , III, do CPP, que preconiza a reunião dos processos em um único juízo quando a prova de uma infração influir na prova da outra. Além disso, o art. 78, II, "a" do CPP, estabelece que, no concurso de jurisdições, prevalece o

local do crime ao qual seja cominada a pena mais grave. Assim, a capital não é o foro competente nesse caso.

A alternativa B está incorreta. A competência não é definida pelo local onde o inquérito policial foi instaurado, mas sim pelo critério estabelecido no art. 78, II, "a", do CPP, que determina que, em caso de conexão, prevalece a competência do local do crime com pena mais grave. O local de instauração do inquérito não tem relação direta com a definição de competência judicial.

A alternativa C está correta. A competência para julgar os crimes será da comarca de Salgueiro – PE, onde ocorreu o crime de falsificação de documento público, porque a pena para este crime (art. 297 do Código Penal, reclusão de 2 a 6 anos) é mais grave do que a do crime de estelionato (art. 171 do CP, reclusão de 1 a 5 anos). De acordo com o art. 78, II, "a", do CPP, no concurso de jurisdições da mesma categoria, prepondera a competência do lugar da infração com pena mais grave. Além disso, a conexão entre os crimes (art. 76, III, do CPP) determina que ambos sejam julgados pelo mesmo juízo.

A alternativa D está incorreta. O fato de o crime de estelionato ter sido praticado primeiro não determina a competência. A ordem cronológica dos crimes é irrelevante quando há conexão e a prova de uma infração influencia a outra. Nesse caso, prevalece a competência do local do crime com a pena mais grave, que é o de falsificação, praticado em Salgueiro – PE, conforme o art. 78, II, "a", do CPP.

A alternativa E está incorreta. Não há divisão de competência em casos de conexão, como estabelece o art. 76 do CPP. Quando os crimes estão interligados e a prova de um influi na prova do outro, ambos devem ser julgados pelo mesmo juízo, garantindo economia processual e coerência no julgamento. A divisão de competência é incompatível com a lógica de conexão ou continência.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 85. Quando o juiz determinar a alienação antecipada para a preservação do valor dos bens apreendidos sujeitos a deterioração ou depreciação, o valor mínimo dessa alienação, em relação ao valor estipulado na avaliação judicial, não poderá ser inferior a

a) 50%.

b) 60%.

c) 70%.

d) 80%.

e) 100%.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a alienação antecipada de bens apreendidos no processo penal

A alternativa A está incorreta. O percentual de 50% não é mencionado no art. 144-A, § 2º, do CPP, e seria insuficiente para atender à finalidade de preservação do valor dos bens. O dispositivo legal exige que, no caso de alienação antecipada, os bens não sejam vendidos por valor inferior a 80% do estipulado na avaliação judicial em um segundo leilão.

A alternativa B está incorreta. O percentual de 60% também não encontra amparo legal no art. 144-A, § 2º, do CPP. A norma estabelece que o limite mínimo para a venda dos bens no segundo leilão é de 80% do valor avaliado, assegurando que os bens não sejam alienados por valores excessivamente reduzidos, prejudicando o processo.

A alternativa C está incorreta. Embora 70% seja um percentual comumente utilizado em outros contextos, como leilões judiciais no âmbito cível, ele não é aplicável à alienação antecipada no processo penal. O art. 144-A, § 2º, do CPP exige que o valor mínimo para alienação no segundo leilão seja de 80% do valor estipulado na avaliação judicial.

A alternativa D está correta. O art. 144-A, § 2º, do CPP estabelece que os bens apreendidos, caso não sejam vendidos pelo valor fixado na avaliação judicial no primeiro leilão, podem ser alienados em um segundo leilão por valor não inferior a 80% do estipulado na avaliação judicial. Esse critério visa proteger o valor econômico dos bens, evitando vendas muito abaixo do preço avaliado.

A alternativa E está incorreta. A exigência de alienação pelo valor total da avaliação (100%) não corresponde ao previsto na legislação. Embora o valor estipulado na avaliação judicial seja o objetivo no primeiro leilão, a lei permite que, no segundo leilão, os bens sejam vendidos por um valor mínimo de 80% do valor avaliado, para evitar depreciação excessiva e assegurar a efetividade da alienação.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 86. Assinale a opção correta a respeito do direito de empresa.

a) A transformação de empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI) em sociedades limitadas unipessoais está condicionada à alteração no respectivo ato constitutivo.

b) O Código Civil autoriza ao incapaz figurar como sócio de sociedade, mas não a explorar a atividade empresarial na qualidade de empresário individual.

c) O exercício de profissão intelectual ou artística é incompatível com a caracterização da figura do empresário.

d) A constituição de estabelecimento empresarial secundário prescinde da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis.

e) O processo de abertura e registro do microempreendedor individual pode ser realizado sem informações acerca do capital e do estado civil e regime de bens do empreendedor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre as disposições sobre o direito de empresa.

A alternativa A está incorreta. A transformação de empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI) em sociedades limitadas unipessoais (SLU) não está condicionada à alteração no ato constitutivo, conforme assim prevê o art. 41 da Lei nº 14.195/2021: "Art. 41. As empresas individuais de responsabilidade limitada existentes na data da entrada em vigor desta Lei serão transformadas em sociedades limitadas unipessoais independentemente de qualquer alteração em seu ato constitutivo."

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o incapaz não poderá figurar como sócio de sociedade como empresário individual, ao passo que apenas poderá ser exercida por quem tem plena capacidade civil, conforme o art. 972 do CC: "Art. 972. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos."

A alternativa C está incorreta. Apenas o exercício da profissão artística, nesse caso, que serpa incompatível com a figura dos empresários, nos termos do art. 966, parágrafo único, do Código Civil: "Art. 966. Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa."

A alternativa D está incorreta. Primeiramente, o termo "prescinde" trata-se de dispensa. Dessa forma, consoante o art. 969, parágrafo único do Código Civil, não será dispensada o registro de averbação. Vejamos; "Art. 969. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária. Parágrafo único. Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede."

A alternativa E está correta. A abertura e registro do microempreendedor individual podem ser realizados sem informações acerca do capital, estado civil e regime de bens do empreendedor, conforme estabelecido no artigo 968, § 4º do Código Civil. Esta medida visa desburocratizar e facilitar a formalização de pequenos negócios. A saber: "§4º O processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 , bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento deverão ter trâmite especial e simplificado, preferentemente eletrônico, opcional para o empreendedor, na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM, de que trata o inciso III do art. 2º da mesma Lei. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)."

QUESTÃO 87. Assinale a opção correta acerca do direito societário.

a) A sociedade em comandita por ações rege-se pelas normas aplicáveis às sociedades anônimas, somente podendo ser administrada por acionista que, na qualidade de diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.

b) Na sociedade em comandita simples, a morte do sócio comanditário implica a dissolução da sociedade.

c) Nas sociedades em comum, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações, razão por que bens e dívidas sociais não constituem patrimônio especial

d) Tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas podem tomar parte do capital social de sociedades em nome coletivo.

e) A formação do capital social das sociedades limitadas pode ser dividida em quotas iguais ou desiguais em relação aos sócios, que poderão contribuir com bens ou prestação de serviços.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o direito societário.

A alternativa A está correta. De acordo com os arts. 1.090 e 1.091 do Código Civil, a sociedade em comandita por ações tem o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima, sem prejuízo das modificações constantes deste Capítulo, e opera sob firma ou denominação. Somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.

A alternativa B está incorreta. Consoante o art. 1.050 do CC, em caso de morte do sócio comandatário, a sociedade continuará com seus sucessores, salvo disposição do contrato.

A alternativa C está incorreta. A afirmação de que nas sociedades em comum todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações é verdadeira, estando em consonância com o art. 990 do Código Civil. Contudo, a menção de que bens e dívidas sociais não constituem patrimônio especial carece de precisão legal.

A alternativa D está incorreta. A sociedade em nome coletivo se restringe às pessoas físicas (art. 1.039, CC).

A alternativa E está incorreta. Nas sociedades limitadas, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. O art. 1.055, §2º do CC, proíbe que a contribuição do capital social consista em prestação de serviços. Portanto, a prestação de serviços não é uma forma permitida para integralização do capital social.

QUESTÃO 88. No que se refere às sociedades por ações, assinale a opção correta com base no disposto na Lei n.° 6.404/1976.

a) A incorporação de imóveis para formação do capital social sociedade anônima exige escritura pública.

b) No âmbito das sociedades anônimas, é possível a emissão ações por preço inferior ou superior ao seu valor nominal.

c) As ações preferenciais, em regra, conferem ao acione direito a voto.

d) A emissão de debêntures não pode ultrapassar o capital da companhia

e) Na hipótese de liquidação da companhia, os dividendos podem ser distribuídos em prejuízo do capital social caso a vantagem tenha sido expressamente assegurada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a sociedade por ações, exigindo do candidato o conhecimento acerca das disposições da Lei n.° 6.404/1976.

A alternativa A está incorreta. Não se exige escritura pública. (art. 89 da Lei n.° 6.404/1976).

A alternativa B está incorreta. A emissão de preço inferior ao seu valor nominal pe vedada pelo art. 13 da Lei n.° 6.404/1976.

A alternativa C está incorreta. O direito ao voto em ações preferenciais não é uma regra, consoante o art. 110-A, §§1º e 2º da Lei n.° 6.404/1976.

A alternativa D está incorreta. A Lei n.° 6.404/1976 não estabelece essa limitação.

A alternativa E está incorreta. A liquidação da companhia constitui exceção à regra de distribuição dos dividendos em prejuízo do capital social, conforme o art. 17, §3º da Lei n.° 6.404/1976: "§ 3o Os dividendos, ainda que fixos ou cumulativos, não poderão ser distribuídos em prejuízo do capital social, salvo quando, em caso de liquidação da companhia, essa vantagem tiver sido expressamente assegurada."

QUESTÃO 89. Em relação aos bens imateriais envolvidos na atividade empresarial, julgue os itens que se seguem, conforme a legislação de regência e a jurisprudência dos tribunais superiores.

I. A anterioridade do registro do nome empresarial no órgão competente confere a seu titular o direito a exigir abstenção, em face de outras empresas, do uso do nome de domínio na rede mundial de computadores, uma vez que o nome de domínio integra o estabelecimento empresarial para todos os fins.

II. O contrato de trespasse somente produz efeito perante terceiros após o registro na junta comercial e a publicação na imprensa oficial.

III. Os perfis em redes sociais explorados com finalidade empresarial podem ser caracterizados como estabelecimentos virtuais.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre estabelecimento empresarial. Analisaremos item a item.

O item I está incorreto. Nos termos do entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 594404/DF, essa anterioridade não gera automaticamente esse direito de exigir abstenção, em face de outras empresas, do uso do nome de domínio na rede mundial de computadores.

O item II está correto. Consoante o art. 1.144 do Código Civil, são requisitos tidos como cumulativos. Vejamos: "Art. 1.144. O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial."

O item III está incorreto. Consoante o entendimento assentado no Enunciado 95 III Jornada de Direito Comercial, o qual reformulou o este enunciado após debates, no qual a noção de estabelecimento virtual não se confunde com estabelecimento como complexo de bens. Vejamos: "Enunciado 95 III Jornada de Direito Comercial: Os perfis em redes sociais, quando explorados com finalidade empresarial, podem se caracterizar como elemento imaterial do estabelecimento empresarial."

A alternativa B está correta, portanto, estando apenas o item II está correto.

QUESTÃO 90. Julgue os seguintes itens, relativos à falência.

I. Ao administrador judicial cabe decidir se cumpre ou não os contratos bilaterais do falido que ainda estiverem em curso, o que lhe permite recusar a eficácia da cláusula compromissória prevista nesses contratos.

II. Segundo a jurisprudência do STJ, os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência.

III. No âmbito da falência, os atos praticados com a intenção de prejudicar credores são passíveis de revogação, desde que

comprovados o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre falência. Analisaremos item a item.

O item I está incorreto. O trecho final invalida a afirmativa. Ao afirmar que essa competência da administração lhe permite contrariar a cláusula compromissória, contraria o entendimento consolidado no Enunciado 75 II Jornada de Direito Comercial - autonomia da cláusula compromissória em relação ao contrato.

O item II está correto. A afirmativa está de acordo com o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp 1785467/SP.

O item III está correto. A afirmativa está em consonância no art. 130 da Lei 11.101/05, em que prevê que esses atos praticados com intenção de prejudicar os credores são revogáveis.

A alternativa D está correta. Os itens II e III estão corretos.

QUESTÃO 91. No que concerne aos títulos de crédito, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STJ.

a) O endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito que contenha vício formal extrínseco responde pelos danos decorrentes de protesto indevido, sou direito de regresso contra os endossantes e avalistas.

b) Como regra geral, no caso de prescrição da pretensão do credor à execução de título de crédito, o endossante e o avalista, de obrigado principal ou de coobrigado, não respondem pelo pagamento da obrigação.

c) O endossatário que recebe título de crédito por endosso-mandato responde, independentemente de culpa, pelos danos morais e materiais relacionados a protesto indevido.

d) Uma vez protestado legitimamente o título de crédito, havendo a quitação da dívida, incumbe ao credor providenciar o cancelamento do protesto.

e) No caso de cheque, o apontamento a protesto pode ser realizado fora do prazo da execução cambial, desde que indicados corretamente os devedores principais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca dos títulos de crédito.

A alternativa B está correta. Consoante o Enunciado 69 II Jornada Direito Comercial. Quando o prazo de prescrição para a execução de um título de crédito se esgota, o credor perde o direito de exigir o pagamento judicialmente. Com a prescrição, a responsabilidade dos endossantes e avalistas também é extinta, pois eles deixam de ser obrigados ao pagamento da dívida.

Entretanto, se o endossante ou avalista se beneficiou indevidamente ao não pagar a dívida, ele pode ser responsabilizado. Isso ocorre quando há enriquecimento sem causa, ou seja, quando alguém se beneficia injustamente às custas de outra pessoa.

As demais alternativas estão incorretas, pois as demais contrariam o entendimento consolidado acerca da matéria.

QUESTÃO 92. No que diz respeito aos contratos empresariais, assinale a opção correta conforme a legislação de regência e a jurisprudência do STJ.

a) Nos contratos de arrendamento mercantil, a notificação prévia do arrendatário é indispensável para constituí-lo em mora, ainda que haja cláusula resolutiva expressa.

b) A renegociação de contrato bancário constitui óbice à discussão sobre ilegalidades dos contratos anteriores, bem como altera o termo inicial da prescrição para a formalização da ação revisional.

c) Nos contratos de representação comercial, a exclusividade da representação é presumida, salvo cláusula contratual expressa em sentido contrário.

d) A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) descarateriza o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em compra e venda a prestação.

e) No âmbito dos contratos de comissão mercantil, o comissário, (em regra, responde pela insolvência das pessoas com quem

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre contratos empresariais, exigindo, portanto, o conhecimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.

A alternativa A está correta. A Súmula 369-STJ estabelece o seguinte: "No contrato de arrendamento mercantil (leasing), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora."

Essa exigência é uma medida de proteção ao arrendatário, garantindo que ele tenha conhecimento formal de sua situação de inadimplência antes que medidas resolutivas sejam tomadas.

As demais alternativas estão incorretas, ao contrariarem o disposto em entendimento sumulado.

QUESTÃO 93. No que concerne ao direito de recuperação das empresas, assinale a opção correta considerando o disposto na Lei n.° 11.101/2005 e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade em recuperação não serão admitidas uma vez deferido o processamento da recuperação judicial.

b) O pedido de recuperação judicial deve ser instruído com a relação completa de todos os credores do devedor que se sujeitam ao processo recuperacional, dispensada apenas a relação daqueles que não se submetem ao concurso de credores.

c) O juízo da recuperação judicial deve decidir sobre a constrição de todos os bens da empresa, inclusive aqueles não abrangidos pelo plano de recuperação.

d) O produtor rural, ainda que exerça as atividades de forma empresarial, não é contemplado pelo regime da recuperação judicial.

e) No caso de credor titular da posição de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, o crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a recuperação de empresas, conforme a disposição da Lei n.° 11.101/2005.

A alternativa A está incorreta. Consoante a Lei n.° 11.101/2005, são permitidas as operações de cisão, incorporação, fusão e transformação mesmo durante o processo de recuperação judicial são permitidas (art. 50, II, Lei n.° 11.101/2005).

A alternativa B está incorreta. Conforme estabelece o art. 51, III da Lei n.° 11.101/2005, o pedido de recuperação judicial deve conter a relação completa de todos os credores sujeitos ao processo de recuperação.
A alternativa C está incorreta. O juízo da recuperação judicial deve se concentrar nos bens abrangidos pelo plano de recuperação, de acordo com o entendimento da Súmula 480-STJ.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o Tema 1145 do STF, o produtor rural que exerça sua atividade de forma empresarial há mais de dois anos, é facultado requerer a recuperação judicial, desde que esteja inscrito na Junta Comercial no momento em que formalizar o pedido recuperacional, independentemente do tempo de seu registro.

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 49, §3º da Lei n.° 11.101/2005, há a nominação dos agentes que ficam afastados dos efeitos da recuperação judicial, que não irão sofrer esses efeitos. Vejamos: "§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações

imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial."

QUESTÃO 94. A respeito do registro público de empresas mercantis e atividades afins, assinale a opção correta base nas instruções normativas do Departamento Nacional do Registro Empresarial e Integração

a) Os livros já autenticados pela junta comercial poderão ser substituídos por outro, de mesmo número, com escrituração retificada.

b) A constituição ou extinção de empresário individual ou sociedade empresária sujeitos a controle de órgão de fiscalização de exercício profissional não depende de aprovação prévia desse órgão para arquivamento do respectivo ato na junta comercial.

c) No caso das sociedades estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, as deliberações que versarem sobre alteração de endereço e de representante legal da filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil dependerão de autorização do governo federal.

d) No caso de empresário individual enquadrado na condição de microempreendedor individual (MEl) que realizar o desenquadramento dessa condição, fica dispensada alteração do nome empresarial.

e) Os livros contábeis dispensam o termo de abertura e encerramento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre registro público de empresas mercantis conforme instruções normativas do Departamento Nacional do Registro Empresarial e Integração.

A alternativa B está correta, estando a alternativa em consonância com a Instrução Normativa DREI no 112 de 20 de janeiro de 2022, em seu art. 9º, §1º: "§ 1º A constituição, alteração ou extinção de empresário individual, sociedade empresária e cooperativa sujeitos a controle de órgão de fiscalização de exercício profissional não depende de aprovação prévia desse órgão para arquivamento do respectivo ato na Junta Comercial."

As demais alternativas estão incorretas, pois não correspondem as Instruções Normativas do DREI vigentes.

QUESTÃO 95. Julgue os próximos itens, referentes às operações societárias.

I. O ato de transformação está condicionado à liquidação ou dissolução da sociedade transformada.

II. Uma vez aprovada a incorporação, a incorporada será extinta, devendo a incorporadora promover a respectiva averbação no registro próprio.

III. A fusão pressupõe extinção das sociedades que se unem, para dar origem a uma sociedade nova.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item l está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) O Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre operações societárias. Analisaremos item a item.

O item I está incorreto, conforme o art. 1.113 do Código Civil, pois a transformação não altera os direitos e obrigações da sociedade, que permanece a mesma entidade jurídica, apenas com uma nova forma societária.

O item II está correto, conforme o art. 1.118 do Código Civil, pois após a aprovação da incorporação, a sociedade incorporada é extinta, e a incorporadora deve promover a averbação da incorporação no registro próprio.

O item III está correto, conforme o art. 1.119 do Código Civil, pois a fusão pressupõe a extinção das sociedades que se unem, resultando na formação de uma nova sociedade que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

A alternativa D está correta, pois os itens II e III estão corretos, conforme comentários acima.

QUESTÃO 96. Os serviços ecossistêmicos são classificados em quatro categorias: provisão, regulação, de suporte e culturais. Constitui exemplo de serviço ecossistêmico de regulação

a) a ciclagem de nutrientes no solo.

b) a produção de alimentos.

c) o uso recreativo de parques naturais.

d) a polinização de plantas por insetos.

e) a purificação da água por florestas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre as classificações dos serviços ecossistêmicos.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de serviço ecossistêmico de suporte.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de serviço ecossistêmico de provisão.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de serviço ecossistêmico cultural.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de serviço ecossistêmico de suporte.

A alternativa E está correta. Conforme explica o professor Leandro Signori, caracteriza um exemplo clássico de serviço ecossistêmico de regulação, pois as florestas ajudam na filtragem de poluentes.

QUESTÃO 97. Assinale a opção correta em relação ao espaço Schengen, considerado a maior zona de livre circulação do mundo.

a) O espaço Schengen possibilita a livre circulação de pessoas entre os países-membros, tendo cada país a liberdade de reintroduzir controles de fronteira temporários em situações excepcionais.

b) A livre circulação no espaço Schengen é restrita a turistas, exigindo-se visto de entrada de todos os outros tipos de viajantes.

c) A livre circulação pelos países que fazem parte do espaço Schengen, sem passagem pelos respectivos controles de fronteira, restringe-se a cidadãos da União Europeia.

d) O Todos os países da União Europeia integram o espaço Schengen, não sendo admitidos como membros dessa área países de fora do bloco.

e) O sistema de informação de Schengen (SIS), ferramenta essencial para a segurança e controle de fronteiras no espaço Schengen, opera em todos os países da União Europeia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o espaço Schengen.

A alternativa A está correta. Conforme explica o professor Leandro Signori, o espaço Schengen trata-se de espaço que fica localizado na Europa, formado por 27 países, sendo 23 da União Europeia e 4 países

não integrantes da União Europeia. No espaço Schengen há livre circulação de pessoas membros do espaço. O controle de fronteiras não existe dentro do espaço Schengen, seja de nacionais ou estrangeiros. O controle de fronteiras é feito efetivamente nos limites do espaço Schengen, mas não dentro dele. Não obstante, há países que fazem parte da União Europeia mas não integram o espaço Schengen: Irlanda, Búlgária, Romênia e Chipre.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 98. Diversos estudos sobre a violência urbana indicam que ela está fortemente relacionada a fatores estruturais. A segregação socioespacial

conceito amplamente utilizado para explicar a concentração da violência em determinados territórios, diz respeito

a) à distribuição desigual de serviços públicos essenciais entre áreas urbanas centrais e periféricas.

b) à exclusão de minorias étnicas de áreas de maior desenvolvimento econômico nas cidades.

c) à expansão descontrolada de assentamentos informais em zonas rurais adjacentes às zonas urbanas.

d) à transferência significativa de pessoas das regiões agrícolas para áreas urbanizadas.

e) ao aumento da densidade populacional nas grandes cidades, principalmente nas áreas periféricas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a segregação socioespacial.

A alternativa A está correta, sendo essa alternativa que melhor se enquadra ao conceito de segregação socioespacial.

A segregação socioespacial refere-se à divisão desigual de grupos sociais dentro do espaço urbano, resultando em disparidades no acesso a recursos, oportunidades e serviços públicos. Essa segregação pode ser observada na forma como as cidades são divididas em áreas centrais, geralmente mais ricas e com melhor infraestrutura, e áreas periféricas, onde a população tende a ser mais pobre e com menor acesso a serviços essenciais.

As demais alternativas estão incorretas, pois não correspondem ao conceito de segregação socioespacial.

QUESTÃO 99. O processo de transformação energética em que há uma quantidade significativa de energia perdida na forma de calor é a conversão de

a) energia hidráulica em energia elétrica em usinas hidrelétricas.

b) energia cinética de vento em energia elétrica em turbinas eólicas.

c) energia solar em energia elétrica por meio de células fotovoltaicas.

d) energia química de combustíveis fósseis em energia térmica em usinas termelétricas.

e) energia térmica em energia mecânica em usinas geotérmicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a conversão de energia química de combustíveis fósseis em energia térmica em usinas termelétricas.

A alternativa D está correta. Conforme explica o professor Leandro Signori, as termelétricas dispensam muita energia para a geração de energia elétrica. A eficiência das usinas termelétricas varia, mas geralmente não ultrapassa 40-50%, devido às perdas de energia durante as etapas de conversão.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 100. O organismo em nível intercontinental de que o Brasil participa em suas relações internacionais é denominado

a) Organização das Nações Unidas (ONU).

b) Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

c) Organização Mundial do Comércio (OMC).

d) Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

e) Organização dos Estados Americanos (OEA).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre organismo ao nível intercontinental de que o Brasil participa.

As alternativas A e C estão incorretas. Podemos descartar ONU ou OMC, o examinador assim descreveria como organismos em nível internacional.

A alternativa B está correta. O BRICS é uma associação de cinco grandes economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Esta organização é considerada intercontinental porque inclui países de diferentes continentes, e o Brasil participa ativamente desta associação em suas relações internacionais.

A alternativa D está incorreta. O MERCOSUL é um bloco econômico, composto por alguns países da América do Sul.

A alternativa E está incorreta. A OEA é uma organização regional que promove a cooperação e integração entre os países das Américas. O Brasil participa da OEA, mas, assim como o MERCOSUL, esta organização é de caráter regional, não intercontinental.